

ROLLO

10001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1001

(SJ)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 06 de agosto de 1991.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DPTO.II/D.G.I.D. (PAISES) AÑO 1989.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.8902424, FS.001/1 - CARPETA NRO.098 CORRESPONDIENTE A BRASIL.-

OPERARIO/S: Sdo.1ra.J.Sarraute.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.-

CONTROL: Personal del Dpto.II/D.G. I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez
Juan Carlos Martínez



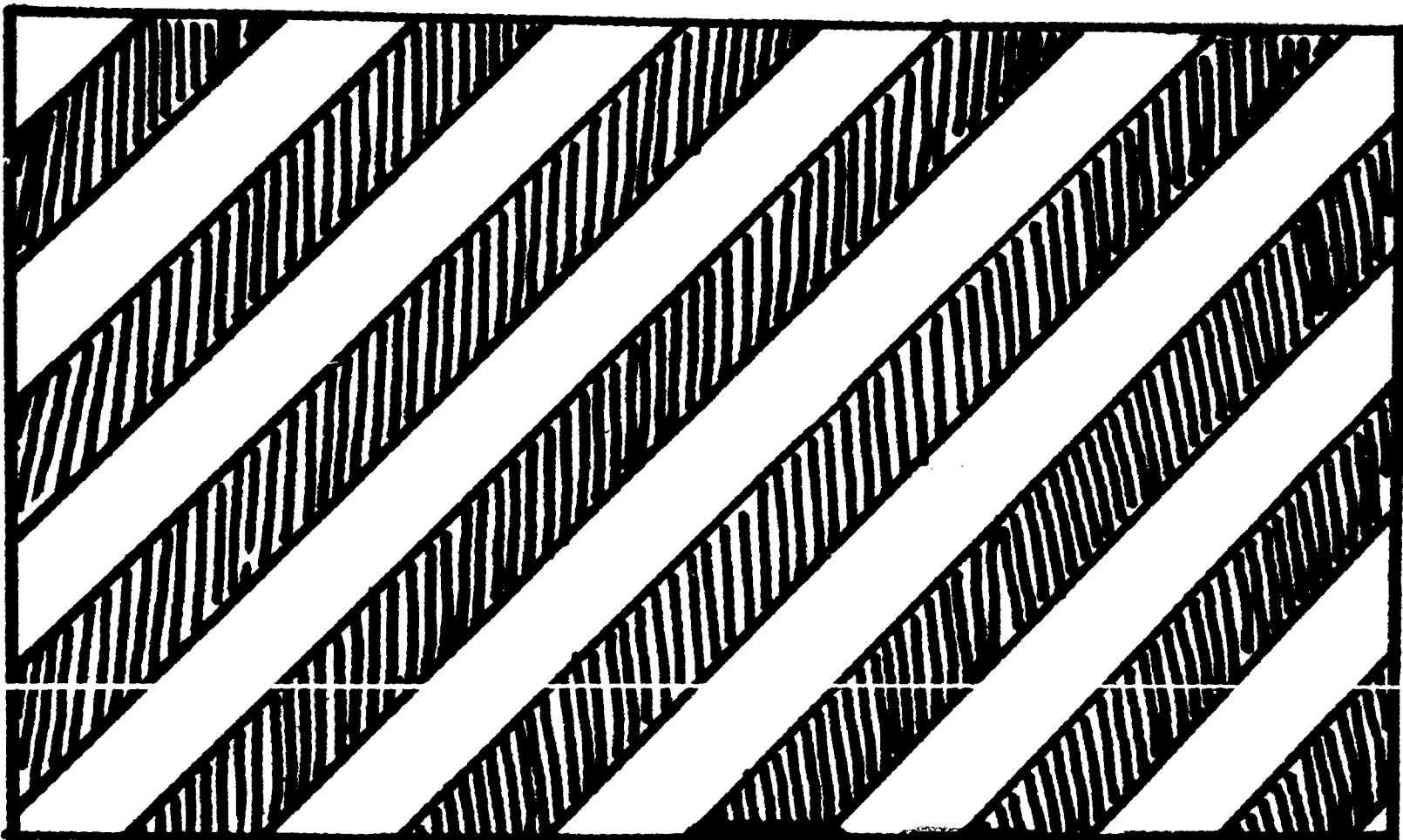
del AGII DE LA D.G.I.D.

Pedro Barneix
Pedro Barneix

DOC. AÑO 1989

MESA

PAISES



CARP.

098

BRASIL 098

FACTOR MILITAR ENTRE N^{os}

8902424 / 8910362

FACTOR PSICOSOCIAL ENTRE N^{os}

8900547 / 8910375

FACTOR POLITICO ENTRE N^{os}

8900087 / 8910374

FACTOR GENERALIDADES ENTRE N^{os}

8900070 / 8910280

LOS FACTORES ECONOMICO Y TECNOLOGICO

SE ENCUENTRAN EN EL SIGUIENTE ROLLO.

FACTOR

MILITAR

ENTRE LOS N^{os}

8902424 - 8910362

098

F. MIL (P.F.AA.)

8 □ 1º caderno □ quinta-feira, 2/2/89

Mulheres de PMs tomam um quartel em Cuiabá

CUIABÁ — Cerca de 300 mulheres de soldados e oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso ocuparam pacificamente ontem um dos quartéis da corporação, no bairro do Porto, nesta capital, em apoio ao movimento de seus maridos, que reivindicam do governo do estado a reatuação da Lei estadual nº 5.061/86, que estipulava que os salários dos policiais militares deveriam corresponder a 70% do que é pago pelo Exército, mas foi revogada no ano passado com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Plano de Cargos e Salários do funcionalismo estadual.

Os policiais militares de Cuiabá e da cidade vizinha de Várzea Grande permaneceram todo o dia de ontem aquartelados, sem fazer o policiamento ostensivo, atendendo apenas às emergências e mantendo a guarda nos dois presídios da capital e na residência do governador Carlos Bezerra (PMDB).

— O governo quer transformar a polícia num bando de mendigos, está oferecendo até cesta básica, mas o que nós queremos é um salário digno para sobreviver — disse a líder das mulheres dos policiais militares, Adelaide Galdino Delgado Sampaio, 38 anos, prometendo permanecer nas dependências do quartel até que o governo atenda às reivindicações.

Um soldado da Polícia Militar de Mato Grosso, segundo líderes do movimento que pedem para não serem identificados, ganha atualmente, líquido, um salário de NCz\$ 40,00. Caso a lei 5.061 volte a ser aplicada, o mesmo soldado passaria a ganhar, aproximadamente, NCz\$ 350,00. Entretanto, os soldados aceitarão um salário de NCz\$ 300,00 até fevereiro e, a partir de março, com a reatuação da assembleia, a Polícia Militar seria retratada do plano de cargos e salários e voltaria a receber os vencimentos estipulados pela Lei 5.061, recebendo ainda a diferença de janeiro e fevereiro.

— Estamos negociando com o governo há sete meses e, se decidirmos iniciar este movimento, é porque a situação tinha chegado ao limite. Não podemos aceitar que a Secretaria de Fazenda, que tem menos de 2 mil funcionários, tenha uma folha de pagamento igual à da Polícia Militar, que tem mais de 3 mil homens — disse um dos PMs envolvidos no movimento, que já estava recebendo adesões em algumas cidades do interior, como Rondonópolis, Cáceres e Barra do Garças.

Além do aumento salarial, os PMs reivindicam melhores condições de trabalho, pois alegam que seus equipamentos de trabalho, como rádio-comunicação, não funcionam, não há reposição de viaturas, faltam fardas, e os soldados ainda são obrigados a viajar em serviço sem receber diárias.

Todas as companhias que servem à capital, como a de Policiamento Ostensivo, a de Trânsito e o Corpo de Bombeiros estão, na prática, parados. Só são atendidos os casos de emergência, mas todas as praças e oficiais comparecem normalmente ao trabalho e ficam aquartelados, para não se exporem a punições disciplinares.

Até o fim da tarde de ontem, segundo o assessor de imprensa da Secretaria de Segurança Pública, Almerindo Costa, continuavam as negociações entre uma comissão de representantes dos policiais e o comandante-geral da PM, coronel Altair Magalhães, que até ontem não puniu nenhum dos subordinados, mas o secretário de Segurança, Hílario Mozer, e representantes das secretarias de Fazenda, administração e da Casa Civil. O governo chegou a oferecer um aumento de 215%, parcelados em três vezes, mas a proposta foi recusada pelos representantes dos policiais militares.

Insubordinação preocupa

O presidente do PSD, senador Jarbas Passarinho, cujas ligações com a alta hierarquia militar são conhecidas, está profundamente preocupado com dois acontecimentos que denotam uma desobediência. Um diz respeito à desobediência de um sargento de que um general com comando importante teria adquirido copias, alíquotas e originais, incluindo que serviriam para torturas e, em segundo lugar, a rebelião do comandante da Polícia Militar de Minas Gerais contra o governador Newton Cardoso.

Passarinho sustenta que o sargento tinha várias posições por mau comportamento, inclusive na vida civil, e que tentou, com a desobediência que ele qualifica de forçada, virar-se de dentro para fora. O presidente do PSD afirma que o episódio serviu para que alguns meios de comunicação, destacando a revista "Veja", publicassem matérias sobre insubordinação do general, que ele considera desprezíveis das Forças Armadas.

No caso da insubordinação do comandante da Polícia Militar ao governador de Minas Gerais, há fato ainda mais grave, para Jarbas Passarinho. No caso, foi irreversivelmente arruinada a autoridade do governador por um subalterno em cargo de confiança, devido o fato ter ocorrido dentro de uma instituição em que a hierarquia é pedra de toque, como é o caso de qualquer corporação militar.

Vaso trincado

Senador paraense cita provérbio fran-

cês para lembrar que autoridade arrastada é como vaso de cristal trincado: não há salvação que a salve. É isso que nos levou ao nosso caso. Esta insubordinação causou mal estar na alta hierarquia das Forças Armadas, que se mostra preocupada com o precedente aberto numa conjuntura econômica tão crítica.

Passarinho mostra-se preocupado com os dois acontecimentos nos quadros de uma crise econômico-financeira que agrava o problema social, inclusive nos meios militares. A alta da inflação transformase, para o senador paraense, em problema político de poder explosivo, reclamando da parte do Governo uma ação pronta e eficaz. Ele elogia o pacto social entre empresários e trabalhadores. Acha que foi um primeiro passo significativo, mas reclama o aprofundamento desses entendimentos para que o Governo possa aplicar um programa mais consistente de amacramento econômico-financeiro.

"Quando a inflação ameaça ultrapassar os 20% já estamos às portas da hiperinflação e ninguém pode prever o que poderá acontecer", sustenta o presidente e líder do PSD no Senado. Esta visão preocupante do quadro político brasileiro, agravada pela inflação galopante e pelos problemas sociais que poderá provocar, a curto prazo, leva o presidente do PSD a recomendar das lideranças políticas uma postura de maior responsabilidade. Passarinho não concorda com Ulysses quando este afirma que o Congresso deve assumir a posição de árbitro, não participando do pacto. (ANDA)

ZERO NOLA 10-11-88

F. m. L.
(JFAP)

0002459

A guerra é assunto de todos

■ As Forças Armadas argentinas fracassaram na única guerra em que se meteram neste século — a das Malvinas, em 1982 —, mas isso não as tem impedido de condicionar todo o processo político do país, como se confirmou na mais recente rebelião de setores do Exército.

Não foram os militares que inventaram esse seu papel sul-americano. O fenômeno tem muito a ver com a incapacidade das elites de enfrentar conflitos sociais respeitando regras políticas. A mesma incapacidade que mostram diante da questão da guerra. Que os militares igualmente não sabem resolver.

"A guerra é uma coisa importante demais para ser deixada aos militares", teria dito Georges Clemenceau, que presidiu a França no final da Primeira Guerra Mundial. A frase poderia resumir artigo do almirante-de-esquadra

Mário César Flores, diretor-geral de Material da Marinha, publicado no início deste ano na Revista Marítima Brasileira ("O preparo da Marinha nos 10 a 30 anos — dúvidas, comentários e sugestões"). Flores considera pouco consistentes as "convicções estratégicas" que orientam a preparação militar do país e pede que a sociedade, através de suas instituições representativas, entre no debate.

Depois de uma ditadura militar que durou mais de vinte anos, as Forças Armadas sequer se coordenam: o almirante Flores, que ocupa alto posto na Marinha, revela em seu artigo que não conhece os planos do Exército. E lamenta que a Aeronáutica tenha o direito exclusivo de operar aviões militares. Nesta entrevista, ele lança a discussão sobre as linhas de preparação militar que corresponderiam aos conflitos presumíveis do Brasil.

Mauro Malin

— A vigência da nova Constituição favorece a discussão da questão militar pela sociedade?

— A Constituição, como documento normativo, não vai ajudar nem atrapalhar diretamente. Indiretamente, ela ajuda, na medida em que amplia a área de atuação e a responsabilidade do Congresso. O Congresso, com os novos poderes, não mais pode se omitir de uma participação responsável, forte, no que diz respeito à segurança nacional, à defesa nacional.

— O senhor afirma que um projeto naval complexo iniciado hoje dá frutos daqui a 10 ou mais anos. Por quê?

— A formulação do projeto naval, no mundo tecnológico de hoje, é muito longa. Um projeto de navio-escolta, como o da primeira corveta que nós estamos terminando de construir, foi decidido em 78 e começou em 79. Existem equipamentos cujo fornecimento leva de dois a três anos, não são equipamentos de prateleira. Se eu hoje decidir que devo ter determinado sistema de armas, leva oito, dez anos para ficar pronto. Não é para tudo. Evidentemente que um caminhão transportador de soldados eu posso ter dentro de dois anos, um ano. Mas estou me referindo a esses sistemas que desbalanceiam estrategicamente. Se decido a construção de determinado tipo de submarino, é porque tenho de prever que dentro de dez a vinte anos haverá problemas que justifiquem esse submarino. Porque os problemas do momento não serão resolvidos por ele. Essa projeção não pode ficar apenas no âmbito militar. É essencialmente política, e de estadismo. Mesmo no mundo político, é preciso ter algum gênio de estadista para acertar.

— O que a Marinha brasileira pode fazer numa situação bélica?

— Atividades muito limitadas — proteção ao tráfego marítimo — em águas próximas ao Brasil. Não temos condições de fazer proteção ao tráfego marítimo, mesmo brasileiro, a grandes distâncias do Brasil. A Marinha pode fazer, com muitas limitações, algumas operações de caráter ofensivo com submarinos, aí sim mais distantes. Não muito distantes, porque são submarinos convencionais.

— Quantos submarinos o Brasil tem?

— Sete submarinos, dos quais três relativamente modernos — são os submarinos de procedência inglesa, classe Oberon — e quatro residuais do MAP (Military Assistance Program), norte-americanos, que ainda são submarinos fornecidos ao Brasil na vigência do Acordo Militar de 1952. Esses quatro submarinos têm uma validade mais de instrução. Como instrumentos de guerra, deixam a desejar. Na verdade, para fins militares mesmo, nós estamos limitados aos três. Esses podem atuar um pouco mais distante. Há um óbice para atuação a grande distância. Num cenário em que não exista participação de outro país poderoso, não teremos como obter cobertura aérea. A cobertura aérea para as operações navais está limitada àquela que pode ser provida a partir de terra. Porque o pequeno porta-aviões de que nós dispomos só opera aviões anti-submarino. Então, para fins anti-submarino ele poderia contribuir. Mas para a finalidade de proteção aérea, de prover defesa aérea, ele não serve em nada. Ao contrário: é um alvo. Se nos afastarmos do litoral, não teremos proteção aérea. Não vejo como a gente vá superar isso no futuro previsível.

Estratégia
"É preciso ser um político com gênio de estadista para fazer projeções estratégicas acertadas".

Dissuasão
"Nosso poder militar deve fazer com que o uso de coerção por outro país custe caro".

Malvinas
"A Argentina subestimou a capacidade inglesa. Aí houve um erro político".

— Então, a Marinha está limitada a operar ao longo do litoral?

— É preciso que se debata, com os fóruns da sociedade adequados a isso, se realmente precisamos operar longe do litoral. Isto não é uma decisão naval. É uma decisão nacional. Se realmente precisamos ter capacidade de operar longe do litoral, a instrumentalização operativa passa a ser um problema naval. Vai ter que ter porta-aviões, vai ter que ter avião de interceptação embarcado, passa a ser um problema profissional. Mas a decisão de que o Brasil precise ter problema de ordem política, de ordem estratégica, de segurança em geral que nos obrigue a operar, vamos dizer, no meio do Atlântico, ou junto às costas da África, transcende a Marinha. Essa é minha tese fundamental.

— Quais são os cenários previsíveis de guerra ou de conflito em que o Brasil poderia se envolver?

— É novamente uma resposta política. Teríamos de esboçar algumas hipóteses de cenário. Uma, o cada vez mais improvável conflito envolvendo os dois blocos, os Estados Unidos e a União Soviética. Com relação a esta hipótese, nossa participação seria tão marginal, no sentido de influenciar a decisão, seria, fora das águas litorâneas, tão pequena, praticamente simbólica, que não justifica preocupações de preparo militar. Quando você não vai ter nenhuma influência, para que se preocupar com seu preparo militar? Outro cenário é o de confrontos decorrentes de interesses conflitantes — e isso no mar é muito provável — por percepções diferentes a respeito do direito internacional marítimo, por exemplo. Essa Convenção da Jamaica, os Estados Unidos não a aceitam, e com eles algumas potências marítimas, inclusive a União Soviética (trata-se da terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, assinada em 1982; seus pontos mais polêmicos dizem respeito à mineração submarina).

Amanhã ou depois nós podemos ter pressões de potências maiores com alguma coerção militar. Eu vejo assim, gostaria muito de discutir isso com o civil. O poder militar brasileiro deve ser capacitado para aumentar o patamar de risco de uma potência desenvolvida que queira introduzir na sua pressão uma coerção militar.

— O que significa "aumentar o patamar de risco"?

2.3 — Os interesses são de tal ordem que uma potência chega a querer introduzir uma coerção militar. Fazer vir uma força naval para respaldar atuação econômica ou de pesquisa. Algo que fira os nossos interesses e a nossa percepção do direito internacional marítimo. Para isso, convém que o nosso poder militar — não podemos pretender vencer uma potência grande num conflito clássico —, pelo menos faça com que custe caro, aumente o patamar de risco de sua atuação militar, ela faça o balanço para ver se vale a pena. Os interesses são tão vitais que justificam ela se empenhar fortemente? Vamos dar um exemplo não-brasileiro. No caso das Malvinas, que decididamente não é um interesse de que decorra a sobrevivência da Inglaterra, se a Argentina tivesse condições de pôr em risco grave — ela pôs em risco, mas eu digo risco grave — a atuação inglesa, quem sabe se a Inglaterra não teria sido mais flexível nas negociações?

— Mas a Argentina não achou que ia fazer isso?

— A Argentina subestimou a capacidade inglesa. Aí houve um erro político. A direção política da Argentina entendeu que a Inglaterra não iria usar meios militares. Mas, vamos supor: mesmo com esse erro político, se a Argentina tivesse uma dúzia de submarinos modernos... O grande calcanhar de Aquiles da Inglaterra nessa operação foi o mesmo: o cordão umbilical logístico: Inglaterra-Ascensão-Malvinas. Ora, se houvesse condições de pôr em risco este cordão umbilical, a complicação para a Inglaterra ia ser imensa. Porque na verdade a Inglaterra só estava sujeita a ações na área das Malvinas. Então, podia concentrar seu esforço de proteção nas Malvinas. Se tivesse que proteger sua frota, já não digo desde a Inglaterra, mas basta admitir de Ascensão às Malvinas, o número de navios-escolta, de navios de proteção, seria muito grande. A aviação argentina era boa, mas de raio de ação limitado. Eles voavam daquela área de Comodoro Rivadavia, ali por perto, chegavam às Malvinas com poucos minutos de operação e tinham que regressar. Se a aviação argentina dispusesse de aviões de maior raio de ação, como dispõem os soviéticos, que podem voar o dobro, decididamente o problema inglês seria complicadíssimo. Esse é o segundo cenário que eu penso. Considero válido a gente se preparar para ele. Temos um poder militar capaz de servir de dissuasão contra o uso da coerção militar em confrontos de interesses que não são vitais. Evidentemente que se os interesses forem vitais a grande potência vem com tudo que tem, e estamos conversados. Mas a maioria desses interesses não são vitais. Não necessariamente apenas no mar. Pode haver outro.

— De que tipo?

— Às vezes a gente fica pensando. Com o desenvolvimento industrial brasileiro, começamos a ser um fator perturbador, amanhã ou depois começa a surgir um incremento de confrontos. De certa forma, ocorreu isso antes da Primeira Guerra Mundial com a ascensão da Alemanha em termos industriais, complicando a vida da Inglaterra. Bom, este é o segundo cenário. Para este eu justifico um preparo do poder militar.

— E o terceiro cenário?

— O cenário regional. Embora tenha a improbabilidade imensa, essa improbabilidade é reforçada na medida em que exista um poder militar dissuasor. Evitar aventuras regionais. Facilitar o entendimento pacífico através da existência de um poder militar que complique a via militar. Suponha que nós tenhamos confronto de interesses

com um país regional. A Argentina, por exemplo. Se nós tivermos um poder militar que faça com que reciprocamente nos respeitemos no plano militar, o entendimento pela via pacífica se impõe, não tem outra saída. Então, embora a América do Sul hoje seja muito mais propensa a contemporizar, a conciliar, do que ao confronto, essa conciliação, esse caminho pacífico é ajudado pela existência de um poder militar. Não vamos ignorar que os governos não são perfeitos, as idiossincrasias nacionais existem. Isso é recíproco: a ausência de um poder militar no outro faz crescer a hipótese da aventura. Então, eu diria que este é o terceiro cenário.

— As questões regionais se esgotam na dissuasão?

— Dentro desse cenário regional, existe um subcenário de menor importância, do ponto de vista de preparo militar. Não é que seja pouco importante para o país; agora, ele não exige evidentemente um preparo muito forte. São essas ações que preocupam hoje na Amazônia, e que de certa forma ajudaram a alicerçar o Projeto Calha Norte, que é a existência, nas fronteiras pouco desenvolvidas, de intromissões ilegais. Ou seja, organizações ilegais de outro país atuando no nosso lado, à revelia do governo do outro país. Mas nós sabemos que existe esse tipo de coisa: narcotráfico, ou guerrilha em outros países, como é o caso do M-19 (movimento guerrilheiro da Colômbia). Por enquanto ainda não temos como decididamente afirmar que não passam para o nosso lado — não com o intuito de nos ameaçar, mas de fazer manobras independentemente da fronteira política. É um cenário regional que não exige grande preparo militar, exige mais uma distribuição de forças adequadas para zelar pelas fronteiras.

— Há mais algum cenário que possa orientar o preparo militar do Brasil, na sua opinião?

— Há um cenário adicional com que não podemos deixar de nos preocupar, que é o uso de poder militar em defesa da ordem e da salvaguarda da vida humana. Se amanhã ou depois for conveniente o exercício de uma capacidade espionadora, na América do Sul ou no Atlântico Sul — eu não quero dizer longe, porque aí já é um problema secundário para o Brasil, mas já houve, em Suez —, nós não podemos deixar de admitir essa possibilidade. Há aspectos discutíveis, porque o ingrediente não pode ser ideológico. A República Dominicana (intervenção comandada pelos Estados Unidos em 1965, da qual o Brasil participou) teve um ingrediente que não é exatamente o que eu estou dizendo. Mas, amanhã ou depois, um problema como Biafra (guerra civil na Nigéria, entre 67 e 70), uma grande mortandade, agressão interna... Esse tipo de problema pode vir a exigir, particularmente na América do Sul e no Atlântico Sul, a participação brasileira. Isto tem alguma influência sobre a configuração militar, porque afeta a projeção de poder.

— O senhor pode dar um exemplo?

— Vamos fazer uma suposição. Se a questão do Cone Sul africano levar a uma solução para o problema da Namíbia que implique, provisoriamente, um abafador entre a África do Sul e Angola — é um palpite político que eu não devia dar, porque sou militar —, é pouco lógico que o Brasil, que tem defendido o afastamento das grandes potências desse cenário sul-atlântico, não participe desse abafamento. Teremos de ter uma capacidade de operações em terra e de apoiar essa operação em terra através de um cordão logístico a partir do Brasil. É o quarto cenário. Um cenário de apoio à estabilidade, à ordem — sobretudo à salvaguarda da vida humana, porque estabilidade e ordem podem ter conotações ideológicas, interferências do confronto União Soviética-Estados Unidos, e aí... *Solo as mãos barbas de molho.*

Rivalidade
"O caminho
pacífico é
ajudado pela
existência de
um poder
militar. As
idiossincrasias
nacionais
existem"

Fronteiras
"Preocupam,
na Amazônia,
nas fronteiras
pouco
desenvolvidas,
as
intromissões
ilegais".

8902472

2 — A discussão com os representantes da sociedade se esgota nas linhas gerais da estratégia ou pode descer a detalhes?

— Eu gostaria muito de entrar numa comissão de defesa nacional, ou que nome venha a ter, e discutir esse tipo de assunto. Na medida em que isto se transforma em preocupações mais concretas, você vai conseguindo visualizar de que poder militar você precisa. Eu preciso de uma Marinha capaz de atuar na defesa próxima do nosso litoral, e que possa ter alguma defesa em profundidade, para não deixar — como eu mencionei no caso da Argentina — que haja tranquilidade no acesso. Preciso de uma Força Aérea capaz de defender pontos selecionados do território nacional, diante dessa possibilidade de confronto, e também preciso de uma Força Aérea que contribua para a dissuasão regional. Ela vai ter que ter uma capacidade ofensiva, de atuar nas distâncias do cenário regional. É lógico que descer mais no detalhe, se é o avião X ou Y, que escolta vamos usar, é um problema inteiramente profissional.

— A postura será sempre defensiva, nunca ofensiva?

— Eu não visualizo problema de segurança para o Brasil que me obrigue a exercer um esforço agressivo, ofensivo.

— Nem com a Argentina?

— Nem com a Argentina. Esforço defensivo, sim. Nós somos um país de *statu quo*, de objetivos não-agressivos. Então, o principal é que não nos aborreçam aqui. Não vamos aborrecer ninguém em lugar nenhum.

Pacifismo

"O principal é que não nos aborreçam aqui. Não vamos aborrecer ninguém em lugar nenhum".

098

Militares brasileiros em missão para ONU na África

Por ANA AMÉLIA LEMOS
Rio de Janeiro/ZH

Um general brasileiro deverá chefiar a comissão de verificação da Organização das Nações Unidas (ONU) que vai acompanhar a retirada das tropas cubanas instaladas em território angolano e das tropas sul-africanas instaladas na Namíbia, a partir de 1º de abril de 1989. Ontem, o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu e Silva, depois de consultar aos ministros militares, e de autorização do presidente da República, comunicou formalmente ao secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, que o Brasil aceita o convite, não apenas para enviar um grupo de militares a fim de integrar a comissão de verificação, mas também para comandar a equipe, conforme havia sido proposto através de sondagem.

Cerca de 50 mil soldados cubanos estão instalados na região sul de Angola na fronteira com a Namíbia, e número idêntico de soldados sul-africanos encontra-se em território desta antiga colônia alemã da qual assumiu controle e que agora vai se tornar independente. Pelo acordo de paz na região, todas essas tropas deverão ser retiradas num prazo de 27 meses, a partir do início de abril próximo.

Seis países de vários continentes foram convidados para integrar a comissão de verificação, e o Brasil é que terá a responsabilidade de comandar esse grupo. Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, os nomes do chefe desse grupo militar (serão 15 oficiais) estarão a cargo do Brasil, com o comandante escolhido pela própria ONU. Agora, comissários militares (Exército, Marinha e Aeronáutica) estão discutindo aspectos técnicos dessa operação de paz, como uso de transporte mais adequada, seleção dos oficiais (devem falar inglês) e data de embarque.

F. MIL
(FF DA)

038

J. do Brasil 12/2/66 Brasil

Militares iam confinar presidentes

Ex-senador conta nova história do Ato Institucional

MIRACEMA, RJ — O governo militar pretendia, em 1965, confinar os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart numa área de extrema segurança em que seria transformado o estado de Goiás. Na noite que antecedeu a edição do Ato Institucional nº 2, o então presidente Castello Branco juntou com os três principais líderes do PSD, partido majoritário no Congresso — Dirceu Cardoso (ES), Nilo Coelho (PE) e Heráclio Bascullos (RS) — e pediu que eles coordenassem a votação de intervenção no governo de Goiás, para que ali fosse criada a zona de confinamento dos ex-presidentes brasileiros.

A revelação foi feita neste fim-de-semana pelo ex-senador Dirceu Cardoso, em Miracema, sua terra natal, no noroeste fluminense, durante a entrega do título *post-mortem* de cidadão miracemense a Juscelino Kubitschek.

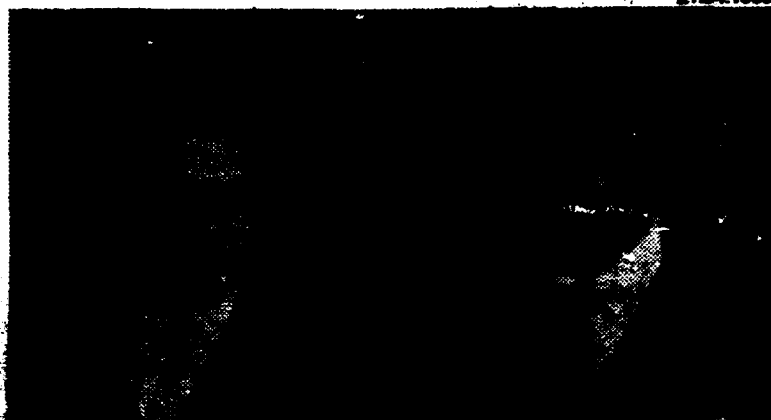
A deputada federal Márcia Kubitschek (PMDB-DF), que recebeu o título pela família do ex-presidente, ouviu atenta e emocionada todo o relato. No final, pediu a Dirceu Cardoso "que publique num livro toda esta história, para que o povo brasileiro saiba de tudo".

"Sou um dos poucos a saber dessa trama, porque todos os outros (Nilo e Heráclio) não participaram da reunião com Castello Branco já faleceram, inclusive o próprio Castello, sem nada revelarem publicamente sobre o caso. Naquela noite de 26 de outubro de 1965, eu dei-lhe bem claro que jamais concordaria com o confinamento de um estadista como Juscelino Kubitschek, homem de mais elevada postura moral, política e administrativa, pertencente a uma raça que hoje está em extinção", disse Dirceu Cardoso.

Revelação — O ex-senador pelo Espírito Santo considera-se o responsável direto pela queda de Jânio Quadros, ao ler da tribuna do Congresso, em 25 de agosto de 1961, a carta-renúncia que o ex-presidente acabara de enviar.

Naquele momento, segundo Dirceu Cardoso, os líderes do governo estavam reunidos num bifeiteiro da Câmara Federal e dispostos a não apresentar a carta de Jânio ao Congresso. Foi quando um militar, cujo nome Dirceu mantém em sigilo, aproximou-se e entregou-lhe uma cópia da carta. Imediatamente, o então deputado Dirceu Cardoso, um dos dois únicos oradores inscritos naquela sessão, fez a leitura pública da carta do presidente, provocando sua saída do governo. Dirceu garante que Jânio não quis deixar o poder, mas sim tirar proveito político do episódio.

Tanto foi assim, explicou Dirceu, que Jânio, após encaminhar a carta, foi para o Aeroporto de Brasília aguardar o resultado da apreciação do seu pedido de renúncia, certo de que todos pediriam para que ele permanecesse no poder. "Entretanto, qual não foi a sua surpresa quando, ainda no Aeroporto, ao encontrá-lo com a esposa de Magalhães Pinto, D. Inês, foi informado por ela que o pedido fora aceito pelo Congresso, e que o país já tinha, naquele momento, o vice João Goulart como o novo presidente", concluiu Dirceu Cardoso.



João Goulart e Juscelino Kubitschek



Jânio Quadros

Famil
(dúvidas)

098

Curso de Política e Estratégia do Exército ganha prédio próprio

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, inaugurou ontem à tarde, na Praia Vermelha, o prédio anexo da Escola de Comando e Estado Maior (Eceme), onde a partir de 1989 funcionará o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), extensão do curso da Eceme, para oficiais que aspiram ao generalato. A inauguração do prédio do CPEAEx faz parte de um programa de modernização e aparelhamento do Exército, idealizado pelo ministro.

Apesar de a imprensa ter sido convocada pelo Comando Militar do Leste para a inauguração do prédio — de quatro andares com auditório, biblioteca, seis salas de estudo, seção de cursos complementares, sala de estar e vestiário, orçado em CZS 500 milhões — o ministro não quis dar entrevista. "Vocês só querem fotocar", disse aos repórteres. Depois de ser recebido pelo comandante da Eceme, general Aricildes de Moraes Mota, Leônidas destacou em seu discurso que o prédio do CPEAEx "se insere em um apreciável esforço empreendido pela alta administração do Exército" para garantir os recursos humanos que a Força necessitará "nos próximos decênios".

Alto nível — Dentro dessa política de expansão estão também incluídos o aumento do número de vagas para cadetes no primeiro ano da Academia Militar das Agulhas Negras; a ampliação da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações (MG); a criação da Escola de Administração, em Salvador, e a instalação do CPEAEx, no começo de 88. A primeira turma, formada por 25 coronéis, estudou no prédio da Eceme e vai ser diplomada amanhã, junto com a turma deste ano da Eceme.

O CPEAEx não é obrigatório para a carreira militar, mas futuramente deve pesar na ascensão ao generalato. O curso destina-se à formação de assessores de alto nível para a formulação de políticas setoriais do Exército (de pessoal, material, comunicação social etc), que vão trabalhar junto ao Estado Maior do Exército. O curso dura 10 meses e do currículo fazem parte as seguintes disciplinas: Fundamentos de Política, Conjuntura Nacional, Estratégia, Prospectiva (estabelecimento de cenários para o futuro), Economia, Direito Internacional, Direito Constitucional, Administração do Exército e Relações Exteriores. A turma de 1989 será formada por 30 coronéis.

A maioria dos professores do CPEAEx é civil. Pertencem à Fundação Getúlio Vargas, às universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Os alunos também assistem a palestras de políticos, empresários, sindicalistas e outros representantes da sociedade civil. Um dos conferencistas da turma de 1988 foi o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro, Heraldo Lirio.

do BRASIL

13/12/88

F. Mil
(FF-AA)

098

Calha Norte divide opiniões e votos

A aceitação ou não do Projeto Calha Norte divide a população de São Gabriel da Cachoeira. Nas últimas eleições para a prefeitura, o PFL situacionista, identificado como partido do Calha Norte, derrotou, por apertados 478 votos, uma coalizão oposicionista liderada pelo PDC. A maior parte dessa diferença veio de Iauareté, um dos povoados de maior atuação do Exército e da FAB, onde estão sendo construídos uma nova pista de pouso, um hospital e uma escola, além de ter facilidade de transporte, proporcionada pelo movimento constante de aviões.

O prefeito Raimundo Quirino, um cearense de 44 anos que foi levado a São Gabriel há 26, pelos salesianos, para ensinar os alunos a tecer redes, não esconde que o Calha Norte teve um papel importante na vitória do PFL. "Nós sempre soubemos trabalhar com todo mundo", explica Quirino, que anda de short e sandálias, e gosta de dirigir o ônibus que a prefeitura ganhou do governo federal.

Ele diz que mantém boas relações com os salesianos e os índios e mostra, com orgulho, as obras de sua administração.

Além das escolas agrícolas, estão sendo construídos nos povoados 58 escolas, quatro postos de saúde, um conjunto habitacional. Na sede, ergue-se um novo prédio para a prefeitura. A cidade não conta, porém, com um metro sequer de esgoto e a água não é tratada. Isso não impediu que ele fizesse seu sucessor, José de Ribamar de Souza, um pernambucano de 34 anos, que era da assessoria da Funai e trabalhou alguns anos na região. Na Câmara de Vereadores, o PFL conquistou seis cadeiras e a oposição, três. Só há três índios entre os nove vereadores.

Entre os índios, a opinião sobre o Calha Norte também se divide. O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Orlando Baré, que estudou com os salesianos e cursou a faculdade de Filosofia na Bahia, acha que o Calha Norte chegou para acabar com os índios. "Eles trouxeram um progresso

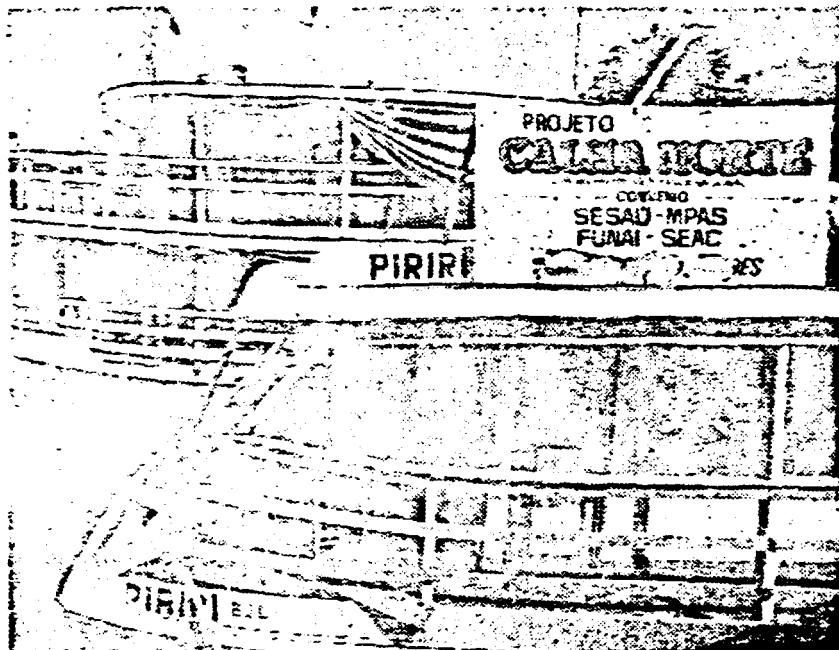
que não perguntaram se as comunidades queriam ou podiam receber", comenta.

Já o delegado-regional da Funai, Francisco Alves da Silva, que ocupa interinamente o posto no lugar do índio tucano Pedro Machado, afastado sob acusação de corrupção, acredita que o Calha Norte foi a melhor coisa que aconteceu para os índios. "Eu prefiro estar em qualquer lugar dessa fronteira do que no lugar onde eu nasci, Bangor (subúrbio do Rio de Janeiro)", afirma ele. Francisco acha, como o prefeito Quirino, que, pela primeira vez, os índios que viviam nos extremos da Cabeça do Cachorro foram tirados do isolamento.

Orlando concorda que o Calha Norte integrou de fato uma população que estava abandonada. O que ele reivindica é que as comunidades indígenas possam opinar sobre onde e como alocar esses novos serviços, sem ferir sua cultura e sua tradição. Como índio baré, nascido próximo a Cucuí, quase na fronteira com a Venezuela, ele considera essa luta muito difícil, mas pretende ir em frente. "É o meu povo", justifica, meio entristecido.

Ele acha, contudo, que há interesses escusos, por trás da ação do Exército na região. O Calha Norte, segundo Orlando, está defendendo o interesse de mineradoras que já atuam na região, principalmente a Paranapanema, que detém, junto com a Goldmazon, 17 alvarás de pesquisas minerais dentro ou próximo de áreas indígenas. Ele teme também que os garimpeiros, que praticamente tomaram a área indígena ianomami, em Roraima, estendam sua ação mais para oeste.

A desconfiança do líder indígena não é infundada. Recentemente, foram presos oito garimpeiros na área do Parque Nacional do Pico da Neblina, também habitado pelos índios ianomamis. E no posto indígena de Maturacá, na entrada do parque, tem sido registrada a invasão de outros grupos de garimpeiros, que doam alimentos e oferecem até uma parte do ouro que que extraem, para explorar a região. Em outras áreas do município de São Gabriel, há pequenos garimpos, alguns até explorados pelos índios, mas que ainda não despertam preocupação (R.L.)



Dos três barcos-ambulatórios, dois estão avariados

11/12/88. - J. do Brasil.

F. M. L.
(ibair)



O sargento Benjamin e o documento do general Braga: algemas, capuzes e alicates

RESERVADO!

COMANDO DO EXERCITO MILITAR DO PLANALTO E DA REGIAO MILITAR

Brasília-DF, 11 Jul 66

Ao Comandante Militar do Planalto

e 110 Região Militar

Ao Sr. Secretário de Economia e F.

Assunto: Solicitação de Recursos

1. Trata o presente expediente da solicitação de recursos para o CMP/110 BR.

ITEM	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
Algemas	4.1.2.0	200.000,00	40 pares
Capuzes para capuz	3.1.2.0	42.000,00	60 metros
Alicates que se encaixam	4.1.2.0	500.000,00	30
TOTAL		942.000,00	

RESERVADO!

MILITARES

A verba do capuz

Comando Militar do Planalto compra 60 metros de tecido e deixa no ar uma grande carapuça

A divulgação de um documento reservado do Exército revelou, na semana passada, que o serviço secreto do Comando Militar do Planalto resolveu comprar, em julho deste ano, alguns produtos para incrementar as suas operações militares. Numa lista elaborada pelo comandante do CMP, general Pedro Luís de Araújo Braga, não constam, porém, armas mais modernas ou munições novas — mas algemas, alicates para cortar grossos arames e, surpreendentemente, tecido para a confecção de capuzes. “A 2.ª Seção (setor do Estado Maior encarregado das informações) deste comando resente-se da falta de algemas, capuzes e alicates com os quais ficaria em melhores condições para bem desempenhar suas atividades na área de responsabilidade do CMP”, escrevem o general Braga no seu ofício à Secretaria de Economia e Finanças do Exército, a quem cabia apreciar o pedido de compra de quarenta pares de algema, 39 alicates cortacadeado e 60 metros de tecido para confecção de capuzes, numa conta de quase 1 milhão de cruzados. Dos três produtos militares, contudo, a Secretaria

de Economia aprovou apenas a aquisição de 33 alicates, no valor de 500 000 cruzados, e mais os 60 metros de tecido para capuz, que custaram 42 000 cruzados.

“São compras desnecessárias porque o Exército não precisa de equipamentos de delegacia de polícia”, afirma o deputado José Genoíno, do PT paulista. “O único uso atual do capuz seria para a tortura”, acrescenta. “Tenho certeza de que a grande oficialidade não se sente bem sabendo que no Exército brasileiro se compram capuzes”, diz o deputado Maurício Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco. Na última sexta-feira, uma nota oficial do Ministério do Exército explicava que a compra do tecido, que daria para fazer pelo menos 120 carapuças, era destinada “tanto para instrução

Vlado, em sua cela: antes de ser encontrado morto, o capuz



da tropa em operações oficiais de combate, tipo fuga e evasão, quanto para o pessoal que representa a figuração inimiga em exercícios diversos”.

Um general da reserva ligado à área de informações afirma que o material seria utilizado em treinamento de guerra dos militares que servem na 2.ª Seção do Comando Militar do Planalto. “Num exercício, se você faz um prisioneiro, quando ele é levado para seu território, tem que ser encapuzado e não pode ver nada, sob o risco de, em caso de fuga, revelar ao inimigo toda a sua estrutura”, explica este general.

CARA LIMPA — A idéia de que os capuzes servem para treinar os militares brasileiros para evitar que num

guerra eles permitam que um prisioneiro estrangeiro entre de cara limpa no país e, assim, passe a identificar as linhas de guerra do Exército é razoável. A explicação, porém, tropeça na História do Brasil. A última guerra em que prisioneiros estrangeiros foram trazidos para o Brasil terminou em 1860 — e nela não se usaram capuzes contra os paraguaios. Na última batalha em que o Exército brasileiro combateu o inimigo estrangeiro, durante a II Guerra Mundial na Itália, o coronel Amaury Kruehl, que chefiava a seção de informações, não mandou encapuzar um único soldado da Wehrmacht ou da SS. A História mostra, contudo, que durante a repressão política instalada após 1964 os capuzes foram usados por integrantes das Forças Armadas para cobrir o rosto de presos políticos, para que eles não pudessem ver o rosto de seus torturadores nos DOI-Codi. Até hoje, só brasileiros foram encapuzados pelos serviços de informações militares.

Quanto ao número de capuzes adquiridos pelo Comando Militar do Planalto, é possível que todos os 120 sejam necessários aos treinamentos de guerra na região de Brasília, mas nem o maior centro de tortura dos anos do regime do AI-5, o DOI-Codi do quartel da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, teve tantos capuzes. Naquela época, o DOI-Codi do Rio

não usava mais que vinte capuzes e, pelo fato de revezá-los nas cabeças dos torturados, todos tinham um aspecto sujo e cheiravam mal. "Esta história está muito estranha", afirma um oficial do Exército que dá expediente no Palácio do Planalto e que não se recorda de nenhum treinamento na sua Força que exija o uso de um capuz. Se não há exemplos de treinamentos em que se use o capuz, há, contudo, casos como o do jornalista Vladimir Herzog, que, antes de ser encontrado pela polícia pendurado com um cinto no pescoço em sua cela, foi torturado, com a cabeça coberta por um capuz, no DOI-Codi de São Paulo.

A história dos capuzes do general Braga foi revelada pelo segundo-sargento Benjamim Soares, que serve na Secretaria de Economia e Finanças do Exército e tinha, portanto, pleno acesso a esse tipo de documento. Benjamim decidiu divulgar documentos reservados porque se sente perseguido pelos seus superiores — ele já foi preso duas vezes por transgressões disciplinares, está sendo transferido de Brasília para Salvador e, desde a última quinta-feira, se encontra detido para uma temporada de três semanas na cadeia. No dia anterior, o sargento havia comparecido à Ordem dos Advogados do Distrito Federal para responsabilizar o seu chefe, o general-de-exército Everaldo de Oliveira Reis, e outros três oficiais como mandantes de possíveis perigos de que ele e sua família possam ser vítimas. O Exército abriu um Inquérito Policial Militar que pode, inclusive, concluir pela expulsão do sargento da Força. Outro documento de Benjamim mostra as facilidades que o Estado garante a um general em suplemento ao seu salário de cerca de 1 milhão de cruzados (veja quadro ao lado).

Em relação ao Comando Militar do Planalto, resta ainda uma dúvida a ser respondida pela sua 2.ª seção — em que se pode usar, de uma só vez, os 120 capuzes? Pela quantidade, eles seriam suficientes para cobrir o rosto de todos os diretores das três centrais sindicais existentes no país, CUT, CGT e USI. Ou, ainda, dariam para encapuzar toda a bancada de parlamentares de esquerda que atua no Congresso Nacional.

A verba da mordomia

100 OTN para arrumar o apartamento

Entre os documentos divulgados na semana passada pelo sargento Benjamim Soares existe um, com nove páginas, que toca a fundo nas mordomias de oficiais generais. Neste documento, de 1986, demonstra-se que, além das vantagens conhecidas, como carro com motorista, inclusive nos finais de semana, cada general pode dispor ainda de uma cota de 100 OTN (377 473 cruzados) para equipar sua casa funcional. Assim, passou-se a saber que, em 1986, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, gastou quase 10 OTN para consertar a sua televisão Philips, modelo R-26 K-196-02. A lista divulgada pelo sar-

parar a televisão Philips que faz parte do mobiliário do apartamento que ocupa em Brasília. Na lista estão ainda compras curiosas, como doze tigelinhas para sorvete, adquiridas por 1,5 OTN pelo general-de-brigada Waltenir dos Santos Costa, que também levou para sua casa um estofado de tecido. Ou ainda os gastos de outro general-de-brigada, Juracy Novaes Pontes, que usou toda a sua cota de 100 OTN para comprar jogos de cama e banho e também colchas para camas de casal e de solteiro.

Minucioso, o relatório divulgado pelo sargento Benjamim foi elaborado pela Diretoria Patrimonial de Brasília, vinculada à Secretaria Geral do Exército. Por ele, fica-se sabendo que o chefe do Departamento de Material Bélico, general-de-exército Diogo de Oliveira Figueiredo, irmão do ex-presidente João Baptista Figueiredo, usou 15 OTN, em 1986, para comprar duas garrafas térmicas, um moedor de carne elétrico e, ainda, para consertar sua televisão Philips. Outro general, Milton Silva Oliveira, comprou, com sua cota, travesseiros,



Hyran e Uruahy: conta zerada e conserto de TV

gento Benjamim mostra ainda os generais que melhor equiparam as suas casas e os defeitos mais comuns que os atazanam. Em 1986, o general-de-exército Hyran Ribeiro Arnt, por exemplo, gastou toda a sua cota de 100 OTN antes da metade do ano. Entre outros produtos, o general Hyran adquiriu 23 cabides de plástico, uma fôrma de bolo, três colheres de pau e uma colcha matelassê de cetim.

A maior parte dos generais, porém, usou a sua cota para consertar televisões, aspiradores de pó, aparelhos de som, liquidificadores e ferros elétricos. O general-de-brigada Luiz Uruahy Netto, por exemplo, fez um único gasto — 8 OTN (cerca de 30 000 cruzados a dinheiro de hoje) para re-

panelas, caçarolas e jogos de cama estampados.

Na sua essência, relatórios como esse mostram que as mordomias dos altos funcionários militares seguem a mesma lógica perversa das dos civis: beneficiam todos os que, por suas posições, ganham bem, mas não beneficiam todos os que ganham mal. Um general, em Brasília, precisa de toalhas de banho exatamente pelos mesmos motivos que um capitão, mas, se todos os generais podem receber as OTN das toalhas, nem todos os capitães podem ter o mesmo privilégio.

Dono de um salário de, no mínimo, 1 milhão de cruzados, um general desfruta ainda dos serviços de dois tãfeiros para o trabalho doméstico.

098

El ejército sale fortalecido ante la grave crisis del país

Rio de Janeiro.

A la hora de las elecciones municipales, los sambas y otros ritmos que acompañan las cruzadas proselitistas no logran ocultar la profunda realidad del país, hundido en una grave crisis.

Con más de un millón de trabajadores en huelga y con una clase política desacreditada, las Fuerzas Armadas Brasileñas ven así reforzada su autoridad, estimaron los observadores.

Primera elección desde el restablecimiento definitivo de la democracia en Brasil, con el reemplazo el pasado 5 de octubre de la Constitución dictada por los militares por una Carta Magna civil, la elección de alcaldes y consejeros se produce cuando el régimen civil no logra mantener el orden y da la impresión de haberse diluido.

Ese vacío creciente entre el gobierno de José Sarney y una población cada vez más empobrecida por una inflación anual del 1.000 por ciento, se ve materializado en una serie de huelgas, de saqueos de supermercados y de actos de violencia en las prisiones y en las fave-

las. El punto culminante de ese clima social fue el sangriento enfrentamiento entre soldados y huelguistas en la siderúrgica de Volta Redonda, el pasado jueves, que dejó tres obreros muertos por los militares.

El papel creciente que toman las Fuerzas Armadas, tradicionalmente garantes del orden social en Brasil, se puso de manifiesto durante los acontecimientos de Volta Redonda, donde la tropa se hizo presente apoyada por tanques.

Ello, según la tesis lanzada por el semanario *Relatório Reservado* (independiente, de difusión restringida) suscitó la perspectiva de un reparto del poder entre el presidente Sarney y el ministro de las Fuerzas Armadas, Leonidas Pires.

Ningún rumor de golpe de Estado circula entre los estados mayores políticos, los cuarteles están tranquilos y los militares no dejaron de afirmar su adhesión a la nueva Constitución.

Pero la falta de autoridad de Sarney, privado del apoyo del partido mayoritario en el Congreso, el PMDB (Partido

del Movimiento Democrático Brasileño, de centro) se hizo notorio luego del fracaso del "plan cruzado" que congeló los precios en 1986.

Durante la "tragedia de Volta Redonda" -expresión utilizada el lunes en la portada del semanario liberal *Veja*, de San Pablo- los comunicados del portavoz del Ejército se sucedieron antes de la intervención pública del poder civil por la voz del ministro de Justicia, Paulo Brossard.

Esta se produjo por televisión, 24 horas después del inicio del conflicto en esa empresa, primera productora de acero de Brasil.

La planta seguía aún en huelga, en momentos en que más de 70.000 empleados de 10 refinadoras de la Petrobrás, empresa nacional de petróleo, que tiene el monopolio de la distribución de combustibles, cesaron sus tareas desde el viernes.

La distribución de combustible podría verse paralizada en un plazo de ocho a diez días en todo el país.

En ambos conflictos los huelguistas exigen alzas de salario.

La distribución de energía eléctrica también está afectada por la huelga de 16.000 empleados, al punto de haber provocado el jueves el saqueo de negocios y bares de la periferia de Rio de Janeiro por los consumidores descontentos.

El empobrecimiento de la población por los bajos salarios engendró numerosos y sistemáticos saqueos. En Rio de Janeiro dos supermercados fueron desvalijados en 48 horas este fin de semana por habitantes de las favelas.

El clima de anarquía denunciado por la prensa es tal que los traficantes de drogas controlan totalmente ciertas favelas, en las cuales la policía no se anima a intervenir.



Estudiantes universitarios bloquean la principal calle de Rio de Janeiro para protestar por el desalojo de una planta siderúrgica en Volta Redonda, donde fuerzas del Ejército mataron a cinco obreros. (Telefoto de AFP)

La República 15/11/89

F. Mil
FF. AA.

058

Submarinos

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, acaba de anunciar que o Brasil vai gastar Cr\$ 14 bilhões, no próximo ano, para capacitar o País a construir submarinos nucleares a partir do início do Século XXI. Ora, certamente um País de dimensões continentais como o nosso tem de cuidar de sua defesa, e para isso uma parte considerável do Orçamento é destinada às Forças Armadas. Mas há prioridades inquestionáveis e não tem o menor sentido o Brasil destinar uma soma fabulosa à construção de submarinos nucleares para o Século XXI quando há tantos problemas imediatos a serem solucionados, especialmente na atual conjuntura de crise e de escalada inflacionária, na qual o Governo deve pensar em reduzir os seus gastos como um ponto fundamental para o combate à voracidade da inflação.

24.02.88 11/1/88

11/1/88
F. M. C.

3/2/88.

f- mil.

Bombeiros começam a responder

Pela primeira vez em 137 anos de existência do Corpo de Bombeiros do Rio, começou a tramitar um IPM (Inquérito Policial Militar), provocado por denúncia de civil — comerciante Renato da Silva Barros — contra oficiais: o capitão Roberto de Marco e o primeiro-tenente Hugo Figueiredo Nascimento são acusados de "corrupção, conluio e falsidade ideológica, por participação ilegal em empresas de projetos de sistemas de segurança e instalação de equipamentos contra incêndio (no caso, a Instaladora Havel Ltda.), sem registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea)".

O IPM foi instaurado há seis dias pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros e secretário de Defesa Civil, coronel José Albucacys Manso de Castro, embora a denúncia date de outubro de 1987. Por causa dessa demora do comando-geral, "mesmo tendo conhecimento do ato criminoso", o comerciante disse que denunciou o coronel Albucacys, "por prevaricação", ao Superior Tribunal Militar, ao SNI e à Presidência da República. Para Renato Barros, "o comandante só mandou abrir o inquérito por causa do recente clamor da imprensa, denunciando alguns maus bombeiros que ligaram a sirene da corrupção".

Renato da Silva Barros foi ouvido por três horas, no quartel do Méier, exatamente a unidade onde eram lotados o capitão De Marco e o tenente Hugo Nascimento, os dois acusados, à época em que ocorreram os fatos denunciados. O comandante-geral designou como encarregado do IPM justamente um oficial dali, o major Lindolfo Calixto. O comerciante deixou a sua espera o irmão, general Silva Barros, assim como lembrou muitas vezes o pai, outro general, Silva Barros, falecido há 28 anos.

"Conluio e corrupção" — Proprietário de uma confecção de roupas, a R. S. Barros, no Edifício Luceleza (Rua Adelaide, 26), em Piedade (Zona Norte do Rio), Renato Barros cansou-se de solicitar ao síndico do prédio, em 1986, que providenciasse a ligação da água do prédio aos hidrantes de incêndio. O Luceleza é um edifício comercial e residencial, de seis andares, com 38 apartamentos e nove lojas.

Ao recorrer ao quartel, "pedindo providências construtivas para dar maior segurança aos condôminos", descobriu os fatos que originaram o IPM, segundo contou. Em junho de 86, recebeu na unidade o capitão Roberto de Marco, como chefe da seção de engenharia (encarregado das vistorias), que prometeu providências energias. Um mês após, apresentou-

se ao condomínio, como "engenheiro de segurança e dono da Instaladora Havel", Hugo Figueiredo Nascimento, propondo-se a projetar a obra. A Havel acabou selecionada pelo condomínio.

"Ele usava o Fiat branco, placa XT-2111, onde havia um emblema do Corpo de Bombeiros, e durante as obras no prédio, ao passar no Méier, vi o mesmo carro no estacionamento do quartel e fiquei sabendo que pertencia ao primeiro-tenente Hugo, então chefe do Serviço de Relações Públicas dos bombeiros do Méier", segundo o relato de Renato Barros. Junto a Hugo Nascimento, trabalhava, como servente, um pedreiro, depois reconhecido entre os soldados bombeiros do Méier.

Renato Barros disse ter apurado que o tenente não era engenheiro de segurança. Soube também que a Havel não tem registro no CREA para projetar uma obra dotando edifício de dados externos contra incêndio. E descobriu quem assinava os projetos da empresa: "A engenheira-arquiteta Elizabeth Romariz Leão acobertava projetos da Havel e da Marconi, outra empresa a que o tenente Nascimento está ligado", afirmou o comerciante, que ontem a chamou de "canetinha de ouro".

Ele resolveu então apurar a quem pertencia a Havel (Rua Dias da Cruz, 69, sala 307, no Méier). Descobriu que está registrada na Junta Comercial como pertencente à mulher do tenente Hugo, Vera Lúcia Cunha Nascimento. Enfim, fez a denúncia por escrito ao comando-geral. Hoje, o capitão De Marco está lotado na seção de comando e serviço do Hospital Central dos Bombeiros, no Rio Comprido. Contra ele, ficou um outro IPM da época em que pertencia ao quartel do Méier, por vistoria irregular no edifício comercial Norteshopping, transformado em processo na auditoria militar do Tribunal de Justiça do Rio.

Incomodado pela insistência do comerciante em denunciá-lo, o tenente Hugo informou ao subcomandante do quartel do Méier (capitão João Alfredo da Silva Manso) a vida pregressa do denunciante: tem dois processos no fórum de Madureira e "algumas entradas" no Hospital Psiquiátrico Pedro II. O comerciante explicou: "Baleei um ladrão na minha empresa e descontaram um cheque pré-datado antes do prazo que marquei. Quanto ao Pedro II, fiz psicoterapia lá há 15 anos, porque estava com esgotamento nervoso. E nada disso tem a ver com os fatos. A verdade é que eles são corruptos e as provas mais do que evidentes". Ele prometeu levar sua denúncia até o fim: "Não tenho medo deles".

Novo comandante da PM mineira não punirá coronel que se rebelou

BELO HORIZONTE — O novo comandante geral da Polícia Militar de Minas Gerais, coronel Jair José Dias, afirmou, ontem, à tarde, que não punirá o líder do movimento reivindicatório da corporação, o coronel reformado José Geraldo de Oliveira, ex-comandante-geral e um dos dirigentes do golpe de 1964, no estado. O motivo: suas declarações, consideradas ofensivas pelo governador Newton Cardoso, foram feitas anteriormente à sua nomeação.

O coronel José Geraldo havia publicado, no domingo, um artigo assinado no jornal *Estado de Minas*, com pesadas acusações ao governador, que julgou o ato uma indisciplina e ordenou sua punição. O coronel José Braga Júnior, então comandante da PM, recusou-se a cumprir a ordem e foi substituído por Newton Cardoso, abrindo a mais grave crise de autoridade da atual safra de governadores no país.

— Precisamos distinguir as declarações que o policial militar faz, como cidadão, das que faz como militar. O coronel José Geraldo de Oliveira é um político. Já foi deputado e fala como cidadão e político, não como militar — interpretou o comandante Jair Dias. Ele acrescentou que, no caso de novas declarações do ex-comandante José Geraldo de Oliveira, estudará se são passíveis de punição com base no regulamento disciplinar da PM.

Privilegio — O coronel Éden Ângelo, que passou a substituir a chefia do Estado-Maior da Polícia Militar, depois de ser exonerado do cargo pelo governador Newton Cardoso, está afastado da corporação pelo prazo de 20 dias, com base no regulamento disciplinar da PM. O coronel José Braga Júnior, ex-comandante-geral da PM, também exonerado, permanecerá em casa nos próximos três meses, até passar para a reserva, gozando privilégio de "dispensa de exercício do cargo", segundo o novo comandante-geral da PM.

O comandante Jair Dias negou que as dispensas dos coronéis Éden Ângelo e Braga Júnior, que lideraram o movimento do Alto Comando da PM de contestação da autoridade do governador Newton Cardoso, durante o último



Coronel Jair José Dias

fim de semana, tenham sido punições, embora tenham sido feitas com base no regulamento disciplinar. Disse que a dispensa de exercício de cargo é um privilégio dos comandantes-gerais, que deixam o cargo antes de passarem à reserva e foi requerida pelo coronel José Braga Júnior. Mas, quanto à dispensa do coronel Éden Ângelo, explicou que "não foi a pedido". Garantia, entretanto, que foi o ex-comandante José Braga Júnior, e não ele que assinou o ato de dispensa do coronel Éden Ângelo.

Amenidades — O comandante Jair José Dias passou todo o dia de ontem tratando do movimento da PM. Pela manhã recebeu visita "de surpresa" do governador Newton Cardoso, que durou 30 minutos. "Conversamos sobre amenidades e lhe apresentei os comandantes presentes no quartel. Não falamos sobre os últimos acontecimentos, porque considero o assunto definitivamente encerrado", informou o comandante. Às 15h, o coronel reuniu-se com o secretário de Fazenda, Luiz Fernando Wellich; "falamos sobre os problemas financeiros da PM, já que caberá a ele viabilizar as promessas feitas pelo governador". O coronel disse que considera a equiparação salarial da PM às Forças Armadas, a partir de janeiro próximo, decisão tomada pelo governador, cuja execução não coloca em dívida.

O comandante Jair Dias reafirmou a autoridade do governador como comandante supremo da PM e disse que suas ordens têm de ser cumpridas.

Durante a rápida entrevista, antes de se reunir com o comando da PM, o governador procurou minimizar o episódio. Sem citar nomes, acusou jornais de circulação nacional de publicar "notícias plantadas". Segundo a interpretação de Newton Cardoso, a troca de comando da Polícia Militar foi uma "coisa normal", semelhante a uma troca de secretário. "Foi tudo fogo de palha. A mudança de comando é uma atribuição minha", afirmou. "Quem me conhece sabe que não faço nada sob pressão na minha vida. Eu não abro mão de um milímetro da minha autoridade por nada na vida. Nunca. Nada foi feito sob pressão."

O governador garantiu que o reajuste salarial anunciado na segunda-feira (35% em novembro e 30% em dezembro) já era conhecido pela Polícia Militar desde a quinta-feira da semana passada. "Convoquei antes o pessoal da saúde e a própria Polícia Militar para tratar disso."

Indagado se a crise poderia afetar seus planos com vistas à Presidência da República, o governador de Minas preferiu atacar mais uma vez os jornais de fora do estado. "Vocês da imprensa mineira, que são homens sadios e conscientes, sabem que não aconteceu nada disso." Newton Cardoso atribuiu a interesses políticos toda a polêmica. "Em época de eleição, ficou evidente o aproveitamento político."

Considerando-se vitorioso no episódio, o governador disse que as "forças ultrapassadas e carcomidas, as forças antigas, evidentemente, estão sabendo agora que Minas Gerais não quer mais isso". Ele negou que o Estado tenha ficado de propósito sem o comando da Polícia Militar.

8903697

EL EJERCITO TOMO UNA PLANTA SIDERURGICA OCUPADA POR VARIOS MILES DE HUELGUISTAS

Brasil: militarizan empresa estatal

10 DE JANEIRO. 9 y durante las primeras horas se comentó que las tropas habían apresado a algunos dirigentes sindicalistas. También se produjeron incidentes con los pe-
riodistas apostados en el lugar para documentar los hechos.

Se afirmó que las tropas mantuvieron "prácticamente" dentro de la planta al presidente del sindicato, el diputado federal Juarez Antunes, que a la vez es candidato a la alcaldía de Volta Redonda en las próximas elecciones del día 15.

En la víspera de la intervención militar el presidente de la CSN, General George Gomes, señaló que la dirección había perdido el control de la planta y que se había unido a la huelga de los trabajadores.

9 Cuántos pérdidas

La pesadumbre invadía a unos 35.000 trabajadores de la CSN y de la empresa coligada Fabril.

El director del Estado de Volta Redonda, General Gomes, se dijo que a pesar de la ocupación por el ejército los 35.000 trabajadores de la CSN aprobaron mantener el paro, y que en una huelga realizada esta mañana decidieron que se reanudara la negociación con la parte patronal.

En realidad, el ejército ocupó la planta, pero no el control administrativo, ya que la planta sigue funcionando.

es de Estructuras Metálicas (FEM). Otras plantas siderúrgicas estatales, como Aços Piritinópolis y Usinas de Bahia (UBAH), también han paralizado sus actividades.

Las huelgas en las zonas de producción de acero, por lo tanto, se han convertido en una verdadera crisis para el país.

La paralización de Volta Redonda implica una pérdida de la orden de los cinco millones de dólares, ya que esa planta deja de producir 12.000 toneladas por día de acero, dijo Depo Gomes.

De cualquier manera, se aclaró que los operarios habían tomado la decisión.

ta disolución objetivamente, según se afirma.

En cuanto al reclamo por la reincorporación de 10 operarios, George Gomes declaró que hayas sido despedidos por su edad, y que, por lo tanto, las razones obedecían a cuestiones de disciplina.

En cuanto al reclamo por la reincorporación de 10 operarios, George Gomes declaró que hayas sido despedidos por su edad, y que, por lo tanto, las razones obedecían a cuestiones de disciplina.

En cuanto al reclamo por la reincorporación de 10 operarios, George Gomes declaró que hayas sido despedidos por su edad, y que, por lo tanto, las razones obedecían a cuestiones de disciplina.

F.M.L.
(F.F.A.)

Partes ilegibles.

01-01

8903701

EMBRAER

Novidade no ar

Iranianos testam o Tucano em Belo Horizonte

Durante oito anos, iranianos e iraquianos guerrearam pela única coisa que possuem em comum — o Rio Chat-al-Arab, na fronteira entre os dois países, por onde cada um desejava escoar, com exclusividade no uso, parte do petróleo que produzem. Desde que celebraram um acordo de paz, em agosto do ano passado, contudo, cresceu a possibilidade de que, em breve, ambos tenham mais um ponto em comum — uma coleção de aviões Tucano, monomotores fabricados pela Embraer, em São José dos Campos, e destinados ao treinamento militar de pilotos. A Força Aérea Iraquiana já possui oitenta unidades do Tucano, e, na semana passada, um grupo de 38 técnicos e

governos adversários com um mesmo material. Da mesma forma, é natural que países adversários não desejem possuir os mesmos equipamentos — afinal, é a diferença que os torna mais fortes ou mais fracos. No caso do negócio com o Irã, a Embraer não revela detalhes da transação porque teme perder um velho e bom cliente — justamente o governo do Iraque, que já adquiriu oitenta aparelhos Tucano, quer comprar outros vinte e, além disso, planeja implantar uma oficina de manutenção desse avião em seu território, numa operação que renderia 50 milhões de dólares à Embraer.

PILOTO EJETADO — Apesar do segredo montado em torno do entendimento com os iranianos, o negócio veio à tona por uma série de sinais emitidos em Belo Horizonte pelos visitantes orientais nas últimas semanas. Na ocorrência mais folclórica, um piloto que sobrevoava a região próxima ao Parque Aeronáutico de Lagoa Santa, a bordo de um

na, visitaram o zoológico, o Estádio Mineirão, o Parque Municipal e o Museu de História Natural. Na semana seguinte, foram a Ouro Preto e, na volta, fizeram compras num shopping center. Nessas peregrinações, os iranianos chamavam sempre a atenção. "Eles levam caixas de banana, maçãs e uma semente que não param de comer", estranhou um dos motoristas da empresa. "E, na hora da oração, pedem para encostar o ônibus onde estiverem, para rezar a Alá."

No alojamento, os iranianos também deixaram algumas pegadas características da sua cultura. Só comem carne de frango ou carneiro — mas antes precisam ver os animais sendo mortos na sua frente. Suas roupas de cama devem ser trocadas todos os dias, também sob suas vistas. Além disso, possuem retratos do aiatolá Khomeini nas paredes do quarto. A Aeronáutica cedeu os alojamentos e as instalações do parque para o treinamento dos iranianos, numa situação



Ozílio: "Sem armamento"



O Tucano, em Lagoa Santa: negócio de 160 milhões de dólares em dois anos

pilotos do Irã enfrentava o treinamento nas cabines do Tucano, no Parque Aeronáutico de Lagoa Santa, na Grande Belo Horizonte. Esta última operação com os iranianos faz parte de um negócio que pode render 160 milhões de dólares ao Brasil e que deverá equipar a Força Aérea Iraniana com cinquenta Tucano, no prazo de dois anos. Os primeiros cinco aparelhos já foram vendidos, e é nesses aviões que os iranianos estão fazendo treinamento em Belo Horizonte.

"Não se trata de uma operação militar, mas de um negócio civil", informa o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima. Desde que uma comissão do governo iraniano procurou a Embraer, em outubro do ano passado, o negócio revestiu-se de um sigilo especial, baseado numa norma de prudência. Como se sabe, é usual no mercado de equipamentos militares que um país abasteça

Tucano de dois lugares, próprio para instrução, detonou acidentalmente a sua cadeira ejetável e pousou, de pára-quedas, numa fazenda a 122 quilômetros de Belo Horizonte. Com os pés e as mãos um pouco arranhados, o piloto iraniano se viu cercado por três curiosos trabalhadores rurais e pronunciou uma única expressão: "Lagoa Santa". "Ele estava mais assustado do que nós", relata Irineu Andrade, da Fazenda São Bento, no município de Funilândia. O iraniano só se acalmou quando o patrão de Irineu, o empresário Milton Dias Filho, conversou com ele em inglês e o levou de volta a Lagoa Santa.

No dia 14 de janeiro, um sábado, parte dos iranianos trocou a diversão no alojamento do Parque Aeronáutico de Lagoa Santa por um passeio turístico em Belo Horizonte, a bordo de um ônibus de uma empresa especializada, a Transluxo. A paisa-

que já se repetiu com argentinos e paraguaios, por exemplo.

Quanto à Embraer, a intenção do governo iraniano de comprar cinquenta unidades do Tucano comprova a eficiência e o sucesso mercadológico desse avião de treinamento militar, que custa 1,9 milhão de dólares a unidade e que, em apenas seis anos, já vendeu 468 exemplares em nove países diferentes. "O Tucano não é considerado um avião de emprego militar porque não carrega armamentos", afirma o engenheiro Ozílio Silva, presidente da Embraer. Na semana passada, a presença dos iranianos em Belo Horizonte e a perspectiva de negócios mais arrojados com o Iraque demonstravam à Embraer que, num comércio em que países adversários apreciam a regra de não manter os mesmos equipamentos, desta vez o sucesso do Tucano pode ser uma exceção.

Voz do pijama

General da reserva fala em golpe militar

Como a grande maioria dos 80 milhões de brasileiros que vão escolher o próximo presidente da República, o general da reserva Euclides Figueiredo Filho, irmão do ex-presidente João Figueiredo, ainda não escolheu quem será seu candidato — militar de idéias conservadoras, ele se dedica, hoje em dia, a examinar as chances presidenciais de personalidades como o senador Jarbas Passarinho, do PDS, o médico Ronaldo Caiado, patrono da União Democrática Ruralista, a UDR, e até o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, entra em suas cogitações. Ao contrário dos outros eleitores, no entanto, o general Euclides Figueiredo também trabalha com uma outra possibilidade — a de uma intervenção militar. "Se houver baderna no país, a eleição poderá não ocorrer, e sim o golpe", disse o general numa entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Conforme Euclides Figueiredo, a intervenção militar teria o objetivo de adiar a realização das eleições, marcadas para 15 de novembro, e poderia contar com o apoio do presidente José Sarney, que seria capaz de pedir o auxílio da tropa "a pretexto de manter a ordem".

Em 1964, quando o general Euclides Figueiredo dirigia o Centro Hípico do Exército, em Campinas, ocorreu uma intervenção militar que se destinava, conforme seus comandantes, a terminar com a chamada baderna do governo João Goulart. Pela Constituição em vigor na época, o sucessor de Goulart seria escolhido, nas urnas, um ano mais tarde. De lá para cá, o Brasil atravessou a ditadura do AI-5, a economia do país quebrou e nenhum presidente foi escolhido pelo voto direto — ainda assim, existem pessoas que acham que um golpe militar é a melhor maneira para se acabar com aquilo que chamam de baderna. Em seu pijama de general da reserva desde 1986, quando deixou seu último posto, o de comandante da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, Euclides Figueiredo enxerga a situação do país naquele clássico quadro de beira de abismo — especialmente se os candidatos

que gostaria de ajudar a levar ao Planalto estiverem no despenhadeiro da falta de eleitores. Segundo seu raciocínio, o Brasil terá, nas eleições deste ano, "a última oportunidade de fazer uma democracia legalmente. Depois, se for empossado um comunista, a democracia só acontecerá pela força".

"PASSOU O TEMPO" — O mais esquisito, nos temores eleitorais do general, é que a campanha pela sucessão do presidente José Sarney conta, entre outros pretendentes, com um membro do PCB que já anda pelo

des públicas em vigor no Brasil é que qualquer pessoa tem o sagrado direito de emitir suas opiniões sobre a situação do país. Não deixa de ser deprimente, no entanto, quando se ouve uma voz, à paisana, fardada ou de pijama, levantar a idéia de se promover um golpe militar para tirar o país de suas dificuldades.

Em 47 anos de carreira militar, Euclides Figueiredo nunca foi conhecido como um oficial disposto a frequentar os jornais graças aos pronunciamentos políticos que faz. Segundo outro general, seu contemporâneo, só teria descoberto essa vocação ao longo do período em que passou na Escola Superior de Guerra, lugar onde oficiais militares e intelectuais conservadores costumam promover cursos de formação política. Foi nessa época que ganhou sua frase mais conhecida, a respeito do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que classificou como "um sapo que se engole e se expelle". Mais recentemente, o general também tem empregado seu tempo livre em atividades parecidas. Em companhia de outros colegas de aposentadoria, como o general Sebastião Ramos de Castro, antigo comandante da Região Militar Sudeste, Euclides Figueiredo alimenta um grupo de oficiais e empresários no qual se debate a sucessão presidencial. Na semana passada, depois de levantar o espantalho da vitória de um candidato comunista na sucessão presidencial, o general disse que não aprecia, também, uma candidatura que é cultivada em outra área — a do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

"O ministro Leônidas Pires Gonçalves teria poucas chances de vencer e, com sua candidatura, poderia dividir as Forças Armadas, que se mantêm coesas desde 1964", afirma o general Euclides. Em matéria de candidaturas, de fato, o general avista um panorama de infelicidades — os candidatos de esquerda não servem porque não o agradam, e personalidades como o ministro do Exército também não servem porque não têm votos. "Já passou o tempo em que as opiniões de um militar da reserva tinham valor", afirma o senador José Fogaça, do PMDB do Rio Grande do Sul. "Esse tipo de atitude precisa ser compreendido em sua verdadeira dimensão política, ou seja, nenhuma."



General Euclides: em pauta, o espantalho da baderna



Freire: risco de comunismo



Leônidas: risco de pouco voto

país em comícios — o deputado Roberto Freire, de Pernambuco. "Badenciro é quem planeja atacar as liberdades democráticas", reage Roberto Freire. "Num país sério, esse general já deveria estar respondendo a um IPM", afirma o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA). Na realidade, na condição de militar da reserva o general Euclides Figueiredo pode se pronunciar a respeito de qualquer assunto — pelo regulamento do Exército, só poderia ser punido se fizesse pronunciamentos envolvendo diretamente a corporação militar. Uma das vantagens do regime de liberda-

No almoço oferecido ontem pelos ministros militares ao presidente da República, o ministro do Exército advertiu que os militares "não sairão da calha democrática e não permitirão que outros o façam"

Militares garantirão a democracia, diz Leônidas

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

"Enganam-se aqueles que estimulam possíveis rupturas da ordem democrática, conduzidas pelas instituições militares. As Forças Armadas não sairão da calha democrática, mas não permitirão que outros o façam". Esta advertência foi feita ontem pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, durante almoço no Clube do Exército, oferecido pelos ministros militares ao presidente Sarney, em alusão ao final do ano.

Dizendo ser o momento apropriado para algumas reflexões e que traduzia a palavra do cidadão fardado, o ministro do Exército criticou o pessimismo, o nihilismo e o negativismo existentes na sociedade, que na sua opinião aben, ve informações que não condizem com a realidade do País. O resultado disso, segundo o ministro, é a exacerbção da figura da crise, que passa a ter sintomas de patologia incurável a exigir remédios radicais, esquecendo os caminhos oferecidos pela vivência democrática.

O general Leônidas falou nas eleições municipais e na nova Constituição, ressaltando que esta, a partir de sua promulgação, tornou-se um fato inquestionável. Disse que o texto contém avanços, imperfeições e traços sem contornos nítidos que necessitam, prontamente, de uma melhor definição pelos poderes Legislativo e Judiciário. Considera que as eleições municipais foram o primeiro grande teste para as partidas verificarem a identificação de sua política com os anseios da sociedade. Afirmou que qualquer outro enfoque para o resultado das urnas não tem fundamento.

Democracia estável

Aos prefeitos eleitos, o ministro Leônidas Pires Gonçalves disse que estes terão a responsabilidade de transformar sua retórica em atos e fatos administrativos, demonstrando na prática que irão realizar suas promessas. Lembrou que os eleitos serão julgados nas próximas eleições, promovendo a alternância do poder, que qualificou como importante para o desenvolvimento de uma sociedade livre, pois permite um processo de purificação que é a essência



Presidente Sarney confraterniza com ministros militares

da democracia.

O ministro disse que as Forças Armadas se empenham para a consolidação de uma democracia estável no País e que continuarão participando do processo histórico brasileiro, orientando-se pela obediência à lei e a preservação da ordem. Afirmou que o processo de aperfeiçoamento político terá de seguir caminhos institucionais, ressaltando que a democracia pressupõe o cumprimento de deveres e não apenas a "luta por direitos indevidos e reivindicações despropositadas".

Falando em democracia, a abrangência de seus conceitos, a aparente fragilidade de suas estruturas e sua tolerância, garantiu que esta debilidade faz com que os militares adotem uma postura "muito firme para sua proteção". Assim será impedido que muitos creiam e se desenvolvam sob a proteção da democracia, para alentar contra ela. "O ministro do Exército disse ainda que o regime democrático admite a convivência dos contrários em todos os campos — filosófico, ideológico, social e econômico — rejeitando soluções maniqueístas e apresentando caminhos para que se encontre a harmonia.

Sarney destaca a ação das Forças Armadas

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

O presidente José Sarney enfatizou ontem, em pronunciamento no Clube do Exército, diante dos ministros militares, que sem a participação das Forças Armadas rumo à transição seria "a desagregação e o caos, a perda irreparável do caminho e o malogro da liberdade". Ao destacar que as democracias modernas não podem prescindir de Forças Armadas organizadas, fortes e poderosas, pois "as grandes potências econômicas são antes potências militares", ressaltou que elas "asseguram as instituições e o exercício da liberdade". Em virtude desta postura, destacou que se evita que a democracia desapareça pela ação insidiosa dos que usam as franquias e direitos para destruir a própria democracia.

O pronunciamento do presidente Sarney ressaltou também que as Forças Armadas "souberam e sabem resistir às provocações". Esclareceu que aqueles que procuram denegri-las o fazem por saberem que sua presença estabilizadora é necessária e indispensável à tranquilidade interna e à segurança externa. Ao assinalar que sua postura "tem sido impecável", o presidente frisou que os militares estão cumprindo sua missão com serenidade, não se deixando seduzir por faccionismos nem ressentimentos.

09/8

Bombas, huelgas y mercados agitados sacuden a Brasil

SAN PABLO. (Reuter). — Un atentado explosivo atribuido a la extrema derecha, la resistencia a las nuevas restricciones gubernamentales a las huelgas y un malestar en los mercados financieros, son los factores de una agitada semana en Brasil.

Los atentados por motivos políticos son raras en este país. Sin embargo, el martes un explosivo plástico —que pareció haber sido colocado por un experto— destruyó un nuevo monumento, que honraba a tres obreros siderúrgicos muertos por el Ejército en noviembre.

Dirigentes sindicales y el ministro de Ejército general Leonidas Pires Gonçalves responsabilizaron a la derecha por el ataque, que se produjo en la localidad de Volta Redonda, estado de Rio de Janeiro.

Al día siguiente del atentado, una misteriosa explosión en uno de los hornos de la planta de la Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda hirió a cinco personas y alzó aun más los ya agitados mercados.

Las explosiones, que aumentan las sospechas de violencia política en seguida generan tensiones, al aproximarse las campañas para las elecciones presidenciales de noviembre, que serán las primeras desde 1960.

F. M. L. (SUBO)

Civis têm aulas de estratégia militar

Coronel da reserva dá curso inédito para estudantes da Unicamp

Cilene Pereira

CAMPINAS, SP — Pela primeira vez, a estratégia militar, assunto até então restrito aos quartéis e escolas militares, está sendo discutida em uma universidade brasileira. Nesta semana, o Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp (Universidade de Campinas), nesta cidade a 189 quilômetros de São Paulo, oferece um inédito curso de Estratégia. O objetivo desta iniciativa é vincular a estratégia militar à política e, assim, demonstrar que a decisão sobre uma guerra precisa passar pelo crivo dos civis, não devendo ser exclusiva dos altos comandos militares.

A ideia do curso é do coronel da reserva Geraldo Leôncio Cavagnari Filho, que passou a trabalhar no núcleo há pouco mais de um ano, quando se afastou definitivamente do Exército, depois de ter perdido por ter feito críticas ao então presidente Figueiredo. Segundo o coronel, é importante que se ampliem os conhecimentos sobre os conceitos de guerra, para que a estratégia militar possa ser considerada, nos assuntos, um assunto eminentemente político.

— Espero que, a partir deste primeiro curso, haverá mais debates e os estudos acadêmicos sobre o assunto — diz Cavagnari, salientando que, hoje, no Brasil, não existe nenhuma instituição que aborde com seriedade um assunto tão estratégico como a estratégia militar. “Nos estabelecimentos militares há estudos sobre tática e sobre estratégia”, afirma o coronel.

A partir da primeira aula, ministrada na quinta-feira da semana passada, a frequência ao curso vai depender das expectativas de seus coordenadores. Até agora, foram divulgadas apenas entre



Coronel Geraldo Cavagnari

pós-graduados de algumas áreas de Ciências Humanas (Ciências Políticas e Sociais, História, Geografia e Filosofia) que já mantinham algum contato com o núcleo, 20 alunos, contando-se os matriculados regularmente e os ouvintes, estiveram presentes à aula inaugural. “Tivemos 40 interessados, mas a sala abriga apenas 30 pessoas e fizemos uma seleção de currículos”, contou Cavagnari, satisfeito, ao ver, depois de mais de 20 anos de caserna, que os civis — principalmente os intelectuais — têm hoje menos preconceitos em relação aos assuntos que eram tidos como estritamente militares.

Os alunos — em sua maioria acadêmicos frequentadores de seminários e outras atividades do núcleo — aprenderão em um ano e meio, tempo de duração do curso, os caminhos da estratégia moderna, cujas linhas básicas foram

traçadas no início do século 19 pelo general alemão Carl von Clausewitz, que lutou contra o poderoso Exército francês nas guerras napoleônicas. Sua ideia fundamental era que a guerra deveria ser entendida não como uma forma de subjugar outros povos, mas como um instrumento de retorno à paz, à qual se chegava depois de resolvidos — pelas armas — os conflitos de interesses.

— Clausewitz não prevê a guerra absoluta, onde uma das partes deve necessariamente ser vencida, mas antecipa a guerra real, que representa um instrumento político para atingir objetivos políticos — explica Cavagnari, acrescentando: “No pensamento clauswitziano, não existe a síndrome da ‘guerra pela guerra’, mas o propósito de angariar vantagens para a negociação da paz.” É justamente nessa perspectiva que o general alemão desenvolve a formulação de que o conceito de estratégia se subordina à política. “Quem deve formular as estratégias são os civis, os militares apenas colaboram”, diz Cavagnari.

Na segunda parte do curso, Cavagnari levantará a questão das armas nucleares e a teoria da guerra civil também formulada por Clausewitz, segundo a qual uma das partes deve ser sempre aniquilada. “Não se tem certeza se o líder chinês Mao Tsé Tung foi influenciado por ele, mas ele acabou usando sua teoria na guerra civil chinesa, em 1949”, lembra o coronel.

Na última parte do curso este semestre, os alunos receberão algumas noções de geopolítica, que estuda a organização política dos Estados segundo as condições geográficas e econômicas de cada país. Mas com o cuidado de destacar a geopolítica das doutrinas de segurança nacional que frutificaram a produção de teorias recentes ou mesmo de algumas doutrinas atuais, segundo Cavagnari. “Vamos mostrar as consequências dos exageros na aplicação da geopolítica, que sempre acabou designando em regimes autoritários, como o nazismo na Alemanha depois da 1ª Guerra Mundial e as ditaduras nos países latino-americanos”, diz o coronel.

F. M. L.

Coronel vê riscos para novo governo

ZERO HORA 07/4/89

— Nenhum partido político no Brasil atualmente está preparado para formular e executar uma política militar para o caso de vir a ser governo, embora não seja possível pensar-se em consolidar a democracia sem refletir sobre o papel reservado às Forças Armadas. A análise foi feita ontem, durante o seminário Brasil Século XXI que se realiza na Universidade de Campinas (Unicamp), pelo coronel da reserva Geraldo Cavagnari, que vê riscos de "colisão" entre as Forças Armadas e o futuro governo.

Para ele, as Forças Armadas estão preocupadas em respeitar fielmente a Constituição e dar posse ao eleito. Mas os partidos mais novos e com projetos avançados, como o PT e o PSDI, poderão entrar em rota de colisão. Já o PDT, na tentativa de ser aceito, realiza aproximação com setores mais à direita, fazendo a política da cooptação. E os extratos mais conservadores comportam-se como vivandeiros de quartel, admitindo a tutela, disse o coronel da Reserva.

Para Cavagnari — punido com prisão há dois anos por criticar o ministro do Exército, Leônidas Feres Gonçalves, e hoje professor do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp — a política militar interessa a consolidação da democracia e a colocação das Forças

Armadas como atores coadjuvantes subordinados ao poder civil.

Autonomia

A definição dessas relações, segundo ele, deve surgir do debate que se introduza nos partidos políticos através da participação da sociedade. Ele destaca que as Forças Armadas "estão formalmente subordinadas ao poder civil, mas isso não se realiza na prática, revelando a fraqueza das instituições políticas". A autonomia e não subordinação ao poder civil podem ser exemplificados, segundo sua análise, pela execução de projetos como o Calha Norte, a reestruturação da força terrestre ou o projeto aeroespacial, não submetidos a discussão pela sociedade e pela classe política.

Após participar do exame de tema "Regime Político e Governabilidade", o coronel Cavagnari também relacionou a autonomia militar com o corporativismo, mas observou que não se verifica atualmente um corporativismo militar, "mas três, um para cada força singular, e a tendência é de que esses interesses se tornem cada vez mais predominantes". (AG)

F M 11

ECONOMIA

Militares estão dispostos a ir ao STF

Tânia Monteiro

BRASÍLIA — Pelo menos 4.561 militares do Exército, Marinha e Aeronáutica ingressaram, em suas respectivas forças, com requerimentos solicitando isonomia salarial entre os ministros do Superior Tribunal Militar (STM) e os oficiais-generais de quatro estrelas, o que se reflete nos vencimentos de toda a tropa. A questão da compensação salarial aos militares, no momento em que os salários estão congelados, foi apresentada pelo ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Walbert Lisieux, ao presidente José Sarney, que, por sua vez, encaminhou o problema para análise da Consultoria Geral da República. Caso o requerimento dos militares seja negado, eles irão adiante, impetrando recursos junto ao Tribunal Federal de Recursos e levando o caso à decisão do Supremo Tribunal Federal.

Os problemas salariais criados na área militar nasceram dentro do próprio governo, quando foi assinado o Decreto-lei 2.380, de 9 de dezembro de 1967. Este decreto estabelecia que o valor do soldo do almirante-de-esquadra não poderia ser inferior aos vencimentos mensais dos ministros militares do Superior Tribunal Militar. O decreto foi revogado no dia 9 de janeiro deste ano, mas os militares entendem que têm direito à diferença entre os dois vencimentos, pelo menos entre a data da promulgação da nova Constituição, 9 de outubro de 1988, e a data da revogação da lei e lembram nos requerimentos apresentados que o inciso 36 do artigo 5º da Carta em vigor diz que a lei não prejudicará o direito adquirido. Os militares deram entrada com tais requerimentos porque os ministros do STM tiveram aumentos diferenciados dos do funcionalismo público em janeiro último e retroagiram este aumento à data da promulgação da Constituição, ou seja, a outubro do ano passado. Co-

mo, naquela época, os soldos deveriam ser iguais, eles entendem que têm direito à isonomia.

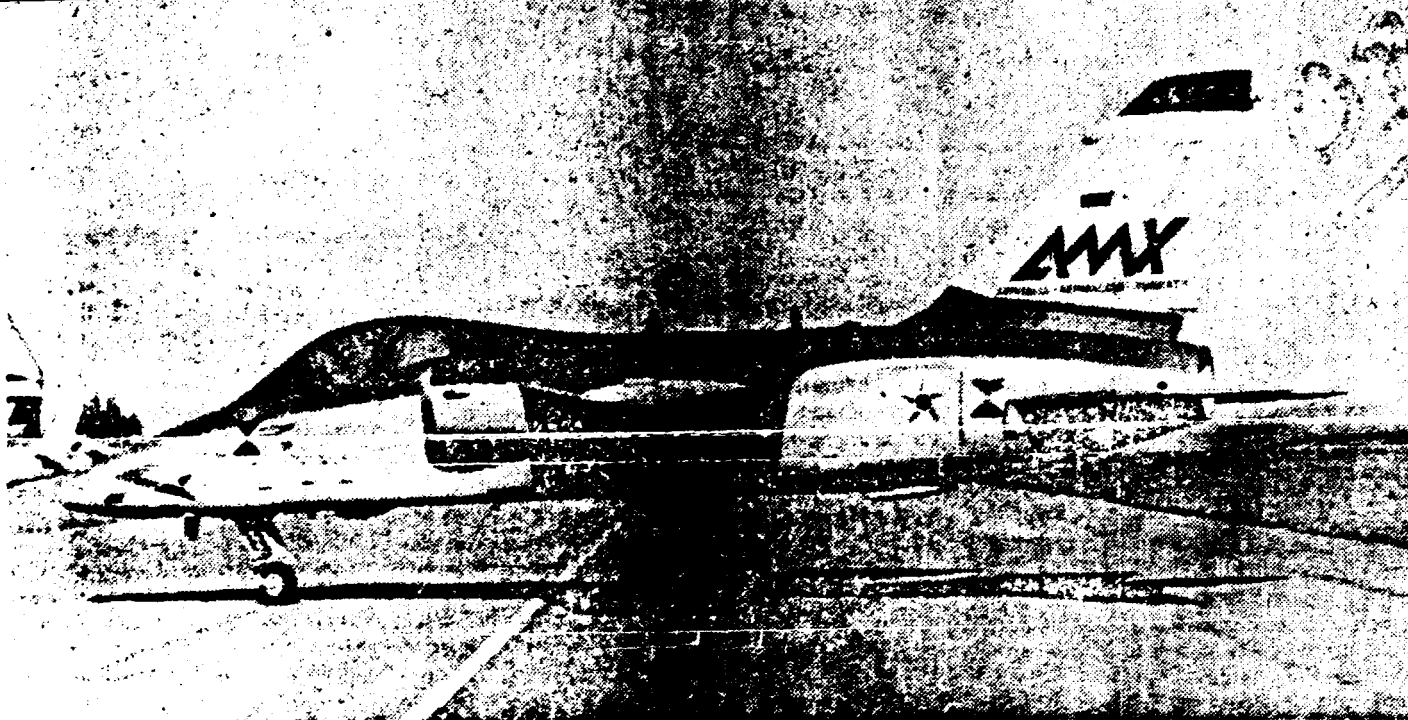
O presidente sugeriu que assunto fosse levado à Consultoria Geral da República, que, por sua vez, o devolveu aos ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Emfa, Sepplan e Fazenda, pedindo um parecer das respectivas consultorias jurídicas. As forças armadas responderam a Saulo Ramos que os militares não têm direito à diferença. Só que o Emfa entende exatamente o contrário e foi favorável ao pagamento. Os pareceres foram devolvidos à Consultoria, que aguarda apenas as respostas da Sepplan e Fazenda para conceder o seu parecer final, que terá força de decisão. Os militares, principalmente os do Exército, não se dão por vencidos se a decisão for contrária a eles. Advogados de renome foram contactados para entrar com ação junto ao TFR, tendo em vista que todos os trâmites normais, seguindo a hierarquia exigida pelas Forças Armadas, estão sendo cumpridos.

☐ Apenas aparentemente as posições dos ministros militares sobre o pagamento da diferença entre os vencimentos do oficial-general de quatro estrelas e o ministro militar do STM são divergentes, já que todos entendem que este é um direito líquido e certo de seus subordinados, previsto em lei. O governo, por sua vez, também tem esta interpretação, mas a falta de recursos em caixa para pagar esta diferença, que para o efetivo das forças armadas não será pequena, é que está levando o assunto a fluir vagarosamente. O desembolso efetivo dos recursos exigidos para o atendimento da isonomia poderá ficar para a gestão do sucessor do presidente José Sarney.

06-489

JORNAL DO BRASIL

por salário



Motor do AMX tem defasagem tecnológica superior a 20 anos "JORNAL DO BRASIL" 26/3/89

Custo do AMX tem aumento de 65%

Projetado pela Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) em conjunto com as empresas italianas Aeritalia e Aeritalia, o AMX é o primeiro subsonico inteligente feito no Brasil. Ele é considerado pelos militares brasileiros como o mais moderno avião de ataque do mundo ocidental fora dos Estados Unidos, e seu programa significou inicialmente investimentos de US\$ 600 milhões, com o Brasil se responsabilizando por 30% desses recursos. No momento, os custos do AMX já ultrapassaram US\$ 1 bilhão. A divisão de participação no empreendimento é de 46% por conta da Aeritalia; 30% da Embraer, e 24% da Aeritalia.

A participação brasileira na construção da aeronave significará a produção de nove itens, os quais, de uma forma ou de outra, já contribuíram para desenvolver tecnologicamente inúmeras empresas nacionais não só do setor bélico mas também do segmento da informática. A indústria brasileira fará as asas, os dois trens de pouso principais, o sistema elétrico, o sistema de navegação, a interface entre o sistema de armas e o de navegação, sistemas automáticos em geral, leme, casco e pilone. A Companhia Eletromecânica Celma, responsável pela montagem do motor a partir de peças da subsidiária brasileira da Rolls-Royce britânica, e a Microlab, que vai fornecer os controladores de voo, são algumas das companhias brasileiras beneficiadas tecnologicamente com o programa AMX.

Críticas — Sob o ponto de vista de inovação tecnológica, alguns especialistas mantêm, no entanto, sérias críticas ao projeto do AMX. A primeira delas se refere ao motor, considerado tecnologicamente defasado em mais de 20 anos. Uma segunda crítica garante que o avião foi projetado para usar um canhão Vulcan rotativo de calibre 20mm, mas os fabricantes americanos do artefato não concordaram com a transferência da sua tecnologia para o Brasil. A saída foi a utilização de dois canhões de 30mm de fabricação francesa, que além de vibrar muito provocou a retirada do radar inicialmente projetado para a aeronave. Em seu lugar foi instalado um sistema laser de mira, o que limita a precisão do AMX. Se o radar fosse mantido, o avião teria uma maior capacidade de defesa.

A última crítica diz respeito aos custos do projeto, que ultrapassaram em muito os US\$ 12 milhões por unidade (preço de venda). Há orçamentos que estipulam que, para cobrir os custos de fabricação, cada unidade deveria ser vendida entre US\$ 20 milhões e US\$ 30 milhões — preço equivalente a alguns dos melhores caças fabricados pelos Estados Unidos e já testados em combate.

8904230

SWMT

F.MIL (EFPA)

MILITARES

Rebeldes patentes

*Generais chamam o ministro
Leônidas de "covarde" e "traíçoeiro"
e abrem uma nova crise militar*

No dia 30 de março, o ex-ministro da Administração Aluizio Alves deveria ter assumido uma cadeira no Superior Tribunal Militar, por indicação do presidente José Sarney — mas foi vetado pelos membros do STM, e até hoje não se sabe o que irá acontecer com o candidato a jurista da disciplina nos quartéis. Há duas semanas, os ministros da área econômica estavam dispostos a conceder um aumento de, no máximo, 17,94% aos funcionários públicos, mas a pressão dos comandantes militares convenceu o presidente a elevar este índice para 30%. Desde sua posse que Sarney chamou, como uma de suas frases favoritas, a afirmação de que os problemas de seu governo só foram criados pela área civil — e que não tinha motivos para reclamar dos militares. Na semana passada, produziu-se um dos mais graves episódios na área.

Na última quarta-feira, numa declaração publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva Euclydes Figueiredo, irmão do ex-presidente João Figueiredo e ex-comandante da Escola Superior de Guerra, chamou de "covarde" o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. Em sua investida, o general Euclydes Figueiredo, regular produtor de pronunciamentos apocalípticos a respeito do Brasil, tocou num nome e numa questão que freqüentam boa parte das conversas em voz baixa que se ouvem nos quartéis — o general da reserva Newton Cruz, antigo chefe da Agência Central do SNI e ex-comandante militar do Planalto, e o caso do jornalista Alexandre von Baumgarten, assassinado em 1962, num crime que pode levá-lo a sentar-se no banco dos réus na condição de principal acusado.

"Na época em que ele mais precisou de apoio, o ministro foi bastante covarde", disse o general Euclydes Figueiredo, um dos mais duros ataques jamais disparados por um oficial de sua patente em direção ao ministro do Exército. No dia seguinte, o próprio Newton Cruz fez uma intervenção no mesmo tom. "A palavra 'covarde' tem várias acepções", disse. "Mas, em relação a mim, posso afirmar que o general Leônidas foi covarde no sentido de desleal e traíçoeiro." Cruz ainda fez questão de expli-

car que, do ponto de vista da coragem física, no entanto, considera o ministro Leônidas "um homem valente".

"Atitude Violenta" — Outra novidade revelada pelo general Euclydes diz respeito a um plano arquitetado pelo general New-

ton Cruz para evitar seu comparecimento diante do tribunal de júri encarregado de apontar os culpados pela morte de Baumgarten. Euclydes contou que, em determinado momento, Newton Cruz "esteve disposto a não aceitar nem ir a júri popular e, para isso, ele teria de tomar até uma atitude violenta". Sabe-se, de fato, que Newton Cruz chegou a elaborar um projeto com essa finalidade. Os detalhes são obscuros, mas sua opção seria drástica. Ele simplesmente iria ignorar o ofício convocando-o para o julgamento.

Como ocorre nessas ocasiões, seria despachada uma força policial para obrigá-lo a obedecer a uma determinação da Justiça. Nesse momento, Newton Cruz estaria entrancheado em sua casa — e anunciaria às autoridades que resolveria se rebelar contra a decisão. Uma pessoa que priva da intimi-



66 A palavra 'covarde' tem várias acepções, mas, em relação a mim, posso afirmar que o general Leônidas foi covarde no sentido de desleal e traíçoeiro. 77 Gen. Newton Cruz

compatível com a oposição que visava a sofrer. Até agora, foi atacado moralmente (a pior das violências), mas ainda não foi submetido a qualquer violência física", esclareceu o general.

Bomba-Relógio — Arrastando-se numa sequência de investigações atrapalhadas e indícios mal-arrumados, o caso Baumgarten vem se transformando numa bomba-relógio cujo teor explosivo é, ainda, uma incógnita. É certo, contudo, que, de uns tempos para cá, cresceu a lista de oficiais militares, da ativa e da reserva, que têm mostrado disposição para manifestar sua solidariedade com Newton Cruz. Sabe-se, por exemplo, que, recentemente, um general de quatro estrelas, que está à frente de uma das sete regiões militares do país, fez questão de enviar-

ton Cruz para evitar seu comparecimento

diante do tribunal de júri encarregado de



O ministro Leônidas:
ataques pesados e
problemas de disciplina

decidiu que Newton Cruz deve ser levado a júri popular, como o principal responsável pela morte do jornalista Alexandre von Baumgarten e sua mulher, Jeanette Hansen. Há três semanas, três desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro retiraram a acusação de que Cruz também teria sido o responsável pela morte do barqueiro Manoel Valente, que acompanhava o casal Baumgarten na noite em que eles desapareceram. No processo, consta que nem mesmo a viúva de Valente reconheceu o corpo que foi apresentado como sendo o do seu marido. Por isso, os juizes entenderam que, como não havia cadáver, não poderia ter havido o crime em que o general é apontado como principal acusado.

Consta também que, no cadáver que é tido como o de Jeanette, existe um dente — o terceiro molar da arcada superior esquerda — que a mulher de Baumgarten havia extraído em 1969. Ou seja: a Justiça do Rio aceitou como prova o exame de uma arcada dentária que indicava que Jeanette tinha um dente que nasceu duas vezes. Sem disposição para ir a julgamento popular, que considera uma humilhação, Newton Cruz tenta uma última chance — um recurso impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal para tentar anular a decisão da Justiça fluminense. O resultado desse novo julgamento só deve sair dentro de oito meses.

Na última quarta-feira, por ordem de Leônidas, o general Wilberto Lima, chefe do Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro, enviou um assistente pessoal à casa do general Euclides Figueiredo, com uma interpelação por escrito, indagando se ele confirmava as declarações. Pelo Regulamento Disciplinar do Exército, o general Euclides pode ser punido por Leônidas com uma simples repreensão (por escrito ou verbal), com uma pena de prisão domiciliar ou até mesmo com uma prisão no quartel, de no máximo um mês, por ter ofendido o ministro do Exército. O que Leônidas não pode fazer é deixar que as declarações do general Euclides passem em branco. Se não fizer nada, estará incentivando pronunciamentos semelhantes e, em decorrência, a quebra de sua autoridade na tropa. Euclides responderá à interpelação nesta semana.



“Na época em que ele (Newton Cruz) mais precisou de apoio, o ministro foi bastante covarde.” GEN. EUCLIDES FIGUEIREDO

lbe uma mensagem solidária. Ocorreram, também, manifestações de ministros do Superior Tribunal Militar e também de um oficial com posto no gabinete do brigadeiro Octávio Moreira Lima, do Ministério da Aeronáutica. “O que o general Newton Cruz precisa é de justiça”, afirma o capitão Jair Bolsonaro, que hoje tem uma cadeira de vereador pelo PDC do Rio de Janeiro.

Mesmo no Quartel-General do Exército, em Brasília, existem generais da ativa que partilham da opinião de que o general Leônidas deixou Newton Cruz entregue à própria sorte. “Formalmente, nada pode ser feito pelo Exército”, explica

uma opinião clara — a de que não estava assumindo, em sua plenitude, a defesa de todos os integrantes das Forças Armadas. A conversa até prosperou por alguns momentos. Quando seu interlocutor deixou evidente, no entanto, que se referia a Newton Cruz e ao caso Baumgarten, o ministro deu sinais de impaciência e a conversa mudou de assunto.

PROVAS INFUNDADAS — A bomba-relógio do caso Baumgarten começou a ser armada quando a Justiça do Rio de Janeiro aceitou, como provas acabadas, um conjunto de suposições sobre as quais gravitam enormes dúvidas — e, com isso,

02 - 02

8904469

Opz

Generais reivindicam equiparação com STM

O Estado-Maior das Forças Armadas encaminhará ao Palácio do Planalto duas ou três propostas para o pagamento da diferença entre o soldo de oficiais-generais quatro estrelas e o vencimento dos ministros do Superior Tribunal Militar, entre os meses de outubro do ano passado e janeiro deste ano.

Os militares reivindicam a equiparação de salários com os magistrados, que ganham mais, e ainda os atrasados relativos a quatro meses. Em janeiro, os ministros do STM haviam conseguido aumento retroativo a outubro de 88. Então, durante reunião dos ministros militares, eles chegaram à conclusão de que a isonomia é um direito líquido e certo, mas precisam encontrar fórmulas para o pagamento do pleito, que implicará em desembolso de recursos por parte da União.

De posse das propostas, os ministros esperam que o presidente Sarney opte por uma, que for mais conveniente aos cofres públicos, para ser encaminhada ao Congresso, sob forma de projeto de lei. A decisão final sobre o pagamento dessa diferença pleiteada ficará a cargo do Congresso Nacional. Os ministros militares não quiseram adiantar quanto irá representar esse desembolso no total e nem falar sobre as propostas em estudo.

Os ministros militares discutiram ainda a questão das pensões das viúvas e pensionistas do pessoal do Exército, Marinha e Aeronáutica, que hoje recebem apenas 30% do salário delas enquanto estavam vivas. De acordo com a Constituição, as viúvas e pensionistas têm que receber o mesmo valor de que o titular. Por isso, o EMFA está elaborando um novo projeto para a lei de pensões dos militares. Este era uma antiga reivindicação da categoria que não admitia ver o padrão de vida das famílias cair sucessivamente, com a redução dos vencimentos em 70%. Hoje, eles pagam o correspondente a um dia de soldo e o projeto propõe um aumento na contribuição, para levar um aumento no valor da pensão. De acordo com a legislação vigente, não só as viúvas, como as filhas dos militares têm direito a pensões, após a morte da mãe.

092

Militares querem mais autoridade no governo

Augusto Fonseca e
Tânia Monteiro

BRASILIA — Os ministros militares passaram um recado claro ao presidente José Sarney nas duas reuniões que fizeram nos últimos dois dias — terça-feira à noite e ontem de manhã — com o chefe da nação: o governo tem que se articular para garantir a aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória 50, que dispõe sobre o exercício do direito de greve assegurado pela Constituição. A preocupação básica dos militares é com a reação contrária à medida, instrumento que consideram suficiente para restabelecer a autoridade do governo.

A situação está muito crítica e a lei e a ordem têm que ser obedecidas", ressaltava ontem de manhã o ministro-chefe do Exército, almirante Walbert Lins de Figueiredo, ao participar de uma solenidade no seu ministério. Nos dois encontros que mantiveram com o presidente José Sarney os ministros militares repisaram a tese de que o governo precisa reaver a autoridade no restabelecimento das greves e exigiram providências a respeito das declarações estigmatizando a desobediência civil feitas pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli.

A posição assumida por Meneguelli tem ressoado no meio militar como um fato gravíssimo, que "pode acirrar os

ânimos". Nas reuniões com os militares, Sarney e seus assessores jurídicos têm-se esforçado para mostrar aos ministros militares que a Medida Provisória 50 será suficiente para regular as relações de trabalho, principalmente nos setores essenciais. Os ministros militares mostraram-se satisfeitos com a primeira aplicação da lei, punindo grevistas do Banco Central.

Desuso — O principal argumento do governo no trabalho de convencimento dos militares sobre a eficácia da medida é de que agora o governo dispõe de um instrumento adequado à realidade trabalhista. A antiga lei de greve, elaborada em 1964, é considerada "caduca" pelos assessores jurídicos do governo, uma vez que suas exigências caíram em desuso pela própria dinâmica dos movimentos grevistas surgidos a partir de 1978 no ABC paulista.

A Lei 4.330/64 exige, por exemplo, que a decretação de greve seja feita pelo voto secreto em assembleia com a presença, em primeira convocação, de dois terços dos filiados do sindicato da categoria ou, na segunda convocação, que só pode ocorrer 48 horas após a primeira, com quórum de um terço. Aquela lei diz ainda que qualquer tipo de greve tem que ser comunicada com cinco dias de antecedência, sendo que nos casos de setores essenciais a comunicação deve ser feita dez dias antes do início da greve.

Ministros defendem aumento

BRASILIA — A insatisfação salarial das Forças Armadas foi um dos assuntos discutidos ontem na reunião convocada pelo presidente José Sarney com os ministros militares, no Palácio da Alvorada. "Com pode um capitão do Exército receber menos que um contínuo do Banco Central", ressaltou um dos ministros militares presentes ao encontro, levantando uma bandeira que já foi antes defendida pelo brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha, demitido do EMFA por discordar da área econômica em relação à política salarial.

Atrelada a essa insatisfação salarial há um outro assunto que preocupa os militares. É a apresentação de milhares de requerimentos em todas as unidades militares requerendo o pagamento da diferença de salário entre o ministro do Superior Tribunal Militar e o oficial-general quatro estrelas entre os meses de outubro do ano passado e janeiro desse ano. Os requerimentos solicitando o pagamento dos atrasados foram apresentados porque foi concedido um aumento ao salário base dos ministros do STM

em janeiro, retroagindo a outubro, quando ainda não tinha sido revogado o artigo da Lei de Remuneração dos Militares que estabelecia que o salário base de ambos tinha que ser igual. Aumentando o salário do oficial de quatro estrelas, todos os demais postos são beneficiados.

Impossibilitados de resolverem a questão individualmente, os militares apresentaram o problema ao presidente José Sarney, que pediu ao consultor Saulo Ramos que encontrasse uma solução. O consultor pediu a opinião de todas as partes interessadas e hoje encontra-se de posse de sete pareceres: quatro contrários ao pagamento da diferença e três favoráveis. Os favoráveis são do EMFA, Procuradoria da Fazenda, e Procuradoria da República. Os contrários foram do Exército, Marinha, Aeronáutica e Secretaria de Planejamento. Diante do quadro, o consultor Saulo Ramos decidiu analisar um pouco mais o assunto porque considerou todos os pareceres muito bem fundamentados, embora divergentes. O voto minerva na questão será o seu.

2do BRASIL 4/5/89

092

Si JB. Y mil.

sexta-feira, 9/6/89 □ 1º caderno □ 5

Nota desmente que operação militar ofenda a ecologia

BRASÍLIA — O Ministério do Exército, através de nota oficial à imprensa, afirmou que o exercício de adestramento programado para outubro, no estado de Mato Grosso do Sul, a chamada Operação Guavira, não irá macular a ecologia local. "Questionar o comportamento do Exército brasileiro no que se refere à preservação ambiental é ato que revela, antes de mais nada, profundo desconhecimento da sua maneira de operar, senão de mal disfarçada má fé", diz a nota do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSex), acrescentando que "tal questionamento é inadmissível". A nota explica que as áreas escolhidas para o treinamento não fazem parte do Pantanal Mato-grossense.

O adestramento acontecerá na primeira quinzena de outubro, com a participação das três Forças, em duas áreas consideradas apro-

priadas, específicas e limitadas, dentro das Fazendas Chapena (ao sul de Miranda-MS) e Santa Virginia (próxima a Ponta Porã-MS), cedidas por seus proprietários para a efetivação do treinamento em tiro real.

A nota ressalta ainda que o tiro real, indispensável para o adestramento operacional das tropas, será realizado sob controle direto do Comando Militar do Oeste. Explica o CComSex que, na Operação Guavira, equipes do Exército assistirão às comunidades da região, particularmente através da prestação de apoio médico e odontológico.

O comunicado acentua ainda que um simples trabalho de pesquisa "demonstraria sobrejamente que a Força Terrestre, desde a época pioneira da ocupação das fronteiras, vem mantendo rigorosamente preservadas as áreas entregues à sua jurisdição".

Militares não terão isonomia

O governo se prepara para enfrentar novas ondas de reivindicações salariais dentro dos quartéis. Nos próximos dias, um parecer do consultor Geral da República, Saulo Ramos, dirá aos militares que não têm direito à isonomia salarial com os ministros do Superior Tribunal Militar (STM). Esta decisão acenderá mais um movimento disciplinado, mas crescente, no meio militar que luta por melhores soldos. Nos últimos meses, chegaram aos gabinetes dos ministros militares pelo menos cinco mil requerimentos solicitando correção nos seus salários. Pela forma com que estão sendo encaminhados, rigorosamente dentro das normas regimentais, os ministros militares não podem caracterizá-los como ato de insubordinação. Isto livra os subordinados de punição mas cria um clima de reivindicação dentro dos quartéis que deixa o governo apreensivo.

A solicitação dos militares baseia-se no decreto-lei 2380, de 9 de dezembro de 1967, criado sob pressão do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha que estabelecia que o valor do soldo do almirante-de-esquadra — base dos salários militares — não poderia ser inferior ao dos vencimentos mensais dos ministros do Superior Tribunal Militar (STM). A nova Constituição acabou com esta isonomia, mas o governo só revogou o decreto em 9 de janeiro passado. Os militares querem receber a diferença entre outubro, data da promulgação da Constituição, até janeiro com base no direito adquirido. Os ministros militares pressionados por montanhas de requerimentos fizeram duas coisas: encaminharam a questão ao EMFA — Estado Maior das Forças Armadas por ser uma reivindicação comum à Marinha, Aeronáutica e Exército e trataram de ouvir suas assessorias jurídicas. Só a consultoria do EMFA achou que a reivindicação era procedente, as demais acharam que não. O presidente José Sarney juntou tudo e mandou para seu consultor a quem cabe a palavra final. Criou-se a expectativa aos quartéis.

Na noite da última sexta-feira, no restaurante La Becasse, em Brasília, um encontro casual possibilitou ao consultor Saulo Ramos, em meio a uma conversa amigável, antecipar a quatro generais seu parecer negativo. O consultor explicou que entendia o descontentamento dos militares, mas que lamentavelmente estavam errados. O direito à isonomia findou com a nova Constituição, em 5 de outubro e não com a revogação do decreto em janeiro. Saulo Ramos explicou que a Constituição é a lei maior e a ela se subordinam todas as outras, portanto a revogação em janeiro apenas formalizou o fim de um direito que os militares haviam perdido em outubro.

Pelo menos um dos generais presentes, Dócio Barbosa Machado, conhecia bem a extensão do problema. Naquela noite, ele comemorava sua transferência de chefe do Departamento Geral de Pessoal para o de Material Bélico. "Saio de uma área explosiva para uma mais tranquila", brincou. Mas todos à mesa preocupavam-se pelas repercussões que a negativa de Saulo Ramos teria sobre a tropa. "O difícil é explicar isto para os sargentos. Os oficiais superiores entendem facilmente", argumentou o general José Sampaio Maia, sub-chefe do Estado-Maior do Exército. O consultor explicou que além da negativa ser baseada em princípios inquestionáveis de legalidade, era preciso entender que o governo passa por momentos difíceis. "O pedido não é legal e nem há dinheiro no governo", disse Saulo Ramos.

Os militares que encaminharam seus requerimentos deverão continuar reivindicando na esfera judicial. Mas Saulo Ramos lembrou que o caminho mais correto era trabalhar junto ao Congresso responsável pela nova Constituição e por uma série de leis, aprovadas apressadamente, que acabaram redundando em enorme confusão. Saulo Ramos brincou: "Eu digo para vocês fazerem pressão, não cercarem o Congresso". Lembrou que os militares obtiveram expressivos ganhos em suas propostas na Constituinte graças ao excelente lobby montado por suas assessorias parlamentares. Os generais em roda à mesa, apesar da conversa descontraída, preocuparam-se ao final em deixar claro que se tratava apenas de consulta informal, receosos que a linha direta estabelecida pelo encontro casual pudesse ser interpretado pelo consultor, hierarquicamente superior a eles, como uma impertinência. Terminaram a conversa garantindo que a frustração da negativa traria muita gritaria mas não esperavam atos de rebeldia.

Golpismo

Com o ex-governador Leonel Brizola fazendo acordos à direita, o presidente Lúcio Inácio Lula da Silva passou a ser o alvo dos eternos golpistas. Chegaram ao Palácio do Planalto informes sobre conversas conspiratórias que estariam ocorrendo no eixo Brasília-São Paulo e Rio dando conta que a saída para a direita seria deixar Lula ganhar a eleição para derrubá-lo depois. Esta idéia, segundo estes relatos, estaria sendo defendida por empresários e políticos conservadores que acreditaram que não há condição para um candidato de centro-direita vencer a eleição presidencial e a única saída, então, passaria novamente pelo golpe.

Segundo estes estrategistas da direita, Lula passará ao mundo a imagem de que o Brasil será governado por um irmão político do líder nicaraguense Daniel Ortega. Não será difícil convencer a opinião pública, ainda na avaliação destes políticos da direita, que o Brasil, com o PT, ingressará em processo de cubanização. Esperam assim poder obter apoio internacional para um golpe. O governo não sabe ainda até onde vai a extensão destas conversas, se se trata apenas de um truque eleitoral para prejudicar o PT ou se se configura mesmo como preparação golpista.

Neste sentido, o movimento de deputados de centro tentando aprovar o parlamentarismo pode significar um formidável anteparo a crises institucionais que poderão vir caso Lula chegue ao poder. No PT, uma corrente de parlamentares e de intelectuais tenta mudar o discurso do partido, afastando-o de temas explosivos como estatização de bancos, por exemplo, procurando dar a Lula um programa mais próximo ao da social-democracia europeia do que ao da Nicarágua.

Etevaldo Dias

Militares acham insatisfatório aumento proposto pelo governo

Tânia Monteiro

BRASÍLIA — Insatisfatório. Assim os militares estão classificando o aumento de 17,95% para o funcionalismo público civil e militar proposto pelo governo. De acordo com o último estudo de defasagem salarial realizado pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), só após a implantação do Plano Verão os militares perderam até agora 100,27%.

A insatisfação nas Forças Armadas vem preocupando inclusive os ministros militares, que já procuraram o presidente José Sarney para tratar do assunto. Em reunião realizada na manhã de quarta-feira da semana retrasada, no Palácio do Planalto, um dos ministros militares disse ao presidente que estava cada vez mais difícil justificar para a tropa os aumentos que estão sendo concedidos para outros setores, inclusive os essenciais, que entraram em greve e acabaram conseguindo reajustes significativos,

através de negociação direta ou por decisão judicial.

Isonomia — A afirmativa foi feita com base em dados colhidos pelos órgãos de informações de que o governo poderá enfrentar dificuldades se precisar empregar as tropas de elite das Forças Armadas contra os grevistas. Os militares lembraram ainda que há uma expectativa muito grande em relação à isonomia entre o soldo de oficial-general quatro estrelas e o de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Para eles, o pagamento da isonomia serviria para diminuir a insatisfação pelas perdas salariais sofridas com o Plano Verão e a inflação. Esse clima fez com que os ministros militares passassem a negociar com o Palácio do Planalto e a área econômica a aprovação do parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, favorável ao pagamento dessa diferença.

Para comprovar o quanto os militares estão ganhando mal, eles fizeram circular nos seus ministérios a cópia

do contracheques de uma datilógrafa do líder do PMDB no Senado, Roman Tio, que recebe líquido por mês NCz\$ 1,4 mil, mais do que ganha um major com curso do Estado-Maior e 25 anos de serviço. Nos estudos de comparação salarial realizados pelo EMFA, pode ser observado que houve um desequilíbrio muito grande nos últimos anos. O exemplo clássico é o dos gerentes da Caixa Econômica Federal que recebiam menos do que um general e hoje ganham muito mais. Os militares ressaltam que empresas como a Telemig (Telecomunicações de Minas Gerais), por exemplo, têm em sua folha de pagamento cerca de 230 engenheiros, muitos em início de carreira, ganhando acima de NCz\$ 3 mil.

Outra queixa dos militares foi a aprovação pelo Congresso do aumento de 170% para o Judiciário. Eles não aceitam o que consideram uma discriminação na concessão de aumento, já que o órgão pagador é um só — a União.

088

FmL

Brasil

11/6/85

Newton Cruz sai alegre da prisão

Brasília — Fotos de Wilson Pedrosa

General deixa suíte, come churrasco e se diverte com peteca

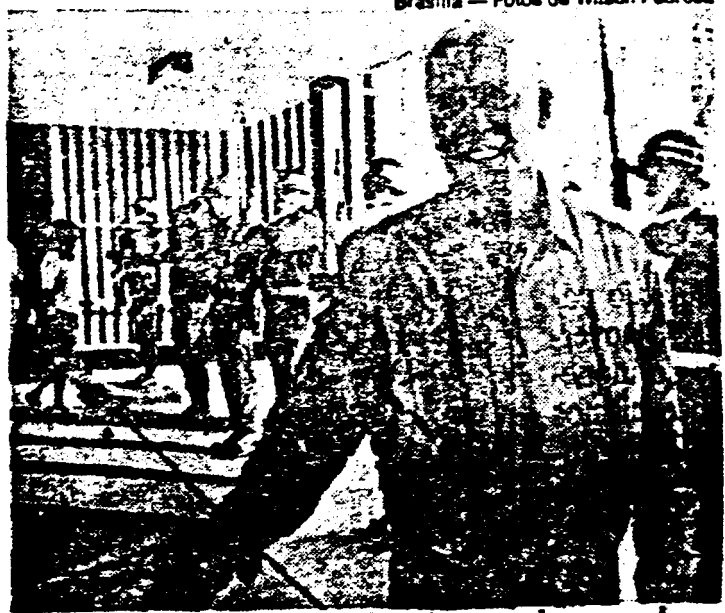
BRASILIA — Após oito dias de prisão em uma confortável suíte adaptada no segundo andar do Ministério do Exército, com cama, sofá, televisão e geladeira, o general da reserva Newton Cruz voltou às 14h de ontem para a mansão de sua filha Vânia, no Lago Sul, área nobre da cidade. Foi recebido com um churrasco preparado por amigos, seguido de um jogo de peteca que durou até o final da tarde. Newton Cruz disse que não se arrepende das declarações em que classificou de omissa a atuação do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, no caso Baumgarten.

Depois de dar os retoques finais na preparação do churrasco, Vânia, acompanhada do marido, João Ricardo, dos filhos Felipe e Vitor, e da mãe, Lenir, saiu na Caravan da família para buscar o pai. Em outro carro, seguiram dois amigos de Newton Cruz, com os quais manteve contato durante a prisão: os coronéis da reserva Paulo Santos, seu chefe de estado-maior no Comando Militar do Planalto, e Jovel Velloso, seu assessor na agência central do SNI.

Após despedir-se do comandante militar do Planalto, general Francisco Fernandes Rodrigues Junior, e receber honras de general de seis soldados perfurados, Cruz brincou: "Foi uma prisão com mordomias." Segundo ele, "de certa forma foi uma reaproximação com o Exército". "Mas na minha cabeça não mudou nada, não houve grandes reflexões", ressaltou. Após declarar que tudo o que fez foi de acordo com sua consciência, garantiu: "Faria tudo de novo."

Sobre o momento do país, disse que, apesar da gravidade dos problemas políticos, econômicos e sociais, "o essencial é que o processo continue". Cruz, que anunciou que vai votar em branco nas eleições presidenciais, lamentou que seja mais difícil encontrar um bom candidato e voltou a brincar: "Eu não sou candidato."

Quanto ao processo em que é acusado de mandar matar o empresário e jornalista Alexandre Von Baumgarten, no período em que chefiava a Agência Central do SNI, em 1982, Cruz explicou que está "juridicamente usando de todos os meios para não ir a júri popular". "Fui alvo de uma farsa", afirmou.



Cruz: preso com mordomia e honras de general



Na mansão da filha, peteca após churrasco



O general Euclides chega ao Comando Militar do Leste, no Rio de Janeiro: dez dias de prisão

MILITARES

Pijamas punidos

O ministro Leônidas reúne-se com o Alto Comando e manda prender os generais Euclides e Cruz

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, decidiu combater com dureza a mais grave insubordinação militar de generais da reserva ocorrida sob o seu comando. A crise foi deflagrada há quinze dias, quando o general Euclides Figueiredo chamou o ministro de "covarde" e o general Newton Cruz considerou Leônidas "desleal e traidor", em reportagens publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Na última terça-feira, após uma reunião com o Alto Comando do Exército, em Brasília, o ministro determinou uma pena de dez dias de prisão no quartel do Comando Militar do Leste para o general Euclides. Na sexta-feira, foi a vez do general Newton Cruz, que foi punido com oito dias de prisão no Comando Militar do Planalto. "Meu marido não é

uma criança e confirmou tudo o que disse, mesmo prevendo que seria preso", explicou a mulher do general Euclides, Vera Figueiredo. "Mas ele não esperava ficar tantos dias em um quartel."

Ocorridas num momento de tensão nos quartéis, as prisões dos generais Cruz e



Reunião do Alto Comando: tensão e relatos amargos

Euclides foram acompanhadas de manifestações sérias e de episódios folclóricos na área militar. Numa manifestação séria, o ex-presidente João Baptista Figueiredo, irmão do general Euclides, foi indagado por um repórter sobre o que ele poderia fazer com relação ao irmão. "Você quer que eu exploda o quartel?", respondeu, com seu português característico, o ex-presidente, que foi visitar o general Euclides na tarde de quinta-feira. Na sexta-feira à noite, um grupo de mais de dez generais e coronéis da reserva preparava um documento, no Rio de Janeiro, de apoio ao general Newton Cruz, numa linguagem dura.

"Tirem os Tornos" — Grave, pela dureza das punições e pela história dos punidos, a insubordinação militar da semana passada fez retornar à cena política o fantasma de crises passadas — e até trouxe de volta à TV um personagem literalmente fantasmagórico, o brigadeiro João Paulo Burnier, antigo chefe de gabinete do ministro Márcio de Souza Mello, da Aeronáutica, sob o regime do AI-5, e um dos expoentes do porão aéreo. O brigadeiro Burnier compareceu ao programa *Olhar e Meia*, de Jô Soares, para se defender das acusações feitas dias antes, no mesmo programa, pelo capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. Burnier e Carvalho brigam desde 1968, quando o capitão, que servia num grupo de elite de pára-quedistas, no Rio de Janeiro, acusou o brigadeiro de planejar usar os pára-quedistas para explodir o gasômetro do Rio de Janeiro, o que mataria milhares de pessoas. Segundo Carvalho, Burnier iria atribuir o atentado à esquerda e, em seguida, usar o caso como pretexto para promover a execução de políticos como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

"As acusações que existem contra mim são mentirosas", afirmou Burnier no encontro com Jô Soares. Para os espectadores mais fiéis do humorista, a aparição de Burnier le-

F. M. L.

brou um antigo quadro de seu programa de piadas, o daquele general que passara todo o período da transição política para a democracia em estado de coma na UTI de um hospital até que, ao recuperar a consciência, não se conformava com o fim da censura e a legalização dos partidos comunistas, berrando para os enfermeiros: "Tirem os tubos".

As punições aos generais Euclides Figueiredo e Newton Cruz foram discutidas numa reunião do Alto Comando do Exército realizada segunda e terça-feira passadas, em Brasília. O encontro até começou com assuntos mais amenos, como o relato do ministro Leônidas sobre as viagens que fez recentemente à Itália e à Alemanha. Depois, houve uma exposição sobre as dificuldades econômicas da Força e, finalmente, tocou-se no caso. De acordo com a Lei n.º 7524, militares da reserva, como Euclides e Cruz, podem até se manifestar sobre assuntos políticos — desde que seja algo "pertinente ao interesse público". Assim, eles podem emitir sua opinião sobre o governo Sarney, por exemplo. O Regulamento Disciplinar do Exército, contudo, proíbe os militares, mesmo os da reserva, de fazer comentários considerados ofensivos a colegas de farda e ao presidente da República, que pela Constituição é o comandante-em-chefe das Forças Armadas. O general Euclides, portanto, não poderia ter chamado Leônidas de covarde.

ATAQUE AO QUARTIL — A punição de Newton Cruz teve uma lógica semelhante. Leônidas entende que o general deu declarações ofensivas ao presidente da República, ao ministro do Exército e ao Alto Comando. Na sua resposta a uma interpelação do comandante militar do Planalto, general Francisco Fernandes Júnior, Cruz diz que o presidente Sarney foi "desleal e omissivo" com ele. Sua prisão acabou gerando reações entre antigos colegas de farda, ainda na sexta-feira. O coronel da reserva Ary Pereira de Carvalho, um antigo subordinado de Newton Cruz no SNI, enviou uma carta para o Comando Militar do Leste em que se solidarizava com o general. "A prisão dele foi uma injustiça, uma arbitrariedade",



Cruz: oito dias de prisão e a solidariedade de coronéis



Figueiredo: "Você quer que eu exploda o quartil?"

protestou, em Curitiba, o coronel Argos Gomes de Oliveira, da reserva.

A reunião da cúpula do Exército também teve momentos de tensão. Dos quinze generais que compõem o Alto Comando, um não compareceu ao encontro — Wilberio Lima, do Comando Militar do Leste, que ficou no Rio de Janeiro. Entre os que estavam presentes, dois não concordaram com a punição anunciada por Leônidas. Além disso, circulou entre oficiais da reserva a informação de que o ministro sofrera outra derrota — Leônidas estaria pretendendo impor uma pena de trinta dias de prisão a Euclides, mas não teria encontrado apoio para levar adiante a idéia.



Barner e Jé: "Tirem os tubos"

As dificuldades do ministro, no entanto, não se resumem apenas aos generais de pijama. Na Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais, Esao, no Rio de Janeiro, os quase 600 capitães estão proibidos de fazer reuniões nos corredores e lanchonetes da escola. Outro problema surgiu na semana passada, quando Leônidas declarou que nenhum dos militares envolvidos no episódio da invasão da Companhia Siderúrgica Nacional, em novembro passado, irá depor no inquérito que apura as responsabilidades pelas mortes de três metalúrgicos, ocorridas em consequência dos 600 tiros disparados pelo Exército na ocasião. Com isso, Leônidas comprou uma briga com o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa. "A começar pelo presidente da República, todos estão obrigados a comparecer e depor perante autoridades judiciárias competentes", afirmou Corrêa. No Supremo Tribunal Federal, a reação foi mais contundente. "O ministro do Exército está provocando a anarquia", irritou-se um ministro do STF.

Para as pessoas que vivem fora dos quartéis, o maior sintoma da preocupação com os militares é a prisão dos generais. Para quem vive dentro deles, contudo, isto é um fato secundário. O mais grave, no entender dos militares, é a série de ataques a guarnições ocorridos recentemente. Há duas semanas, o soldado Charles Fabiano foi morto em Volta Redonda, após ser assaltado por bandidos que lhe roubaram uma metralhadora. Em Ponta Grossa, no Paraná, um coquetel molotov foi lançado sobre o muro do Batalhão local, no dia 18 de maio. Em Feira de Santana, na Bahia, há dez dias, uma sentinela do Exército quase foi atingida por um disparo que partiu de dentro de uma caminhonete. Nenhum dos autores desses atentados foi identificado até agora. Em função disso, o Comando Militar do Sul determinou o reforço da segurança em quartéis da região. Desde a semana passada, a sede do comando, em Porto Alegre, por exemplo, recebe, à noite, um conjunto de barreiras em suas ruas. Na Vila Militar da cidade, as barreiras foram colocadas em forma de ziguezag para dificultar a passagem dos carros que andam pelo local.

038
POLITICA 24 28/11/78

Alto Comando do Exército analisa últimos incidentes

E ministro não deixará soldados deporem sobre invasão da CSN

O Alto Comando do Exército reúne-se hoje, a partir das 9 horas, em Brasília, sob a presidência do ministro Leônidas Pires Gonçalves para avaliar os últimos acontecimentos envolvendo possíveis atentados a militares. Na pauta estão previstos assuntos administrativos, mas diversas questões pendentes envolvendo as Forças Armadas deverão ser avaliadas. Os comandos militares de área farão análises sobre as questões envolvendo seus setores. A maior exposição ficará por conta do general Wilberto Luiz Lima, comandante militar do Leste, que fará um balanço sobre a situação na área de Volta Redonda, que inclui a convocação dos militares para depor, até a morte do soldado Charles da Silva, na última quinta-feira.

Circulam informações de que o rapaz iria depor na Polícia Civil por ter sido uma das testemunhas da explosão do monumento na noite de 2 de abril, e por isso poderia ter sido morto. Todo o episódio está sendo investigado pelo Centro de Informações do Exército (CIEEx).

O ministro do Exército, general Leôni-



Ministro Leônidas Pires Gonçalves

das Pires Gonçalves, disse no sábado, em Brasília, que não permitirá que os militares que participaram da operação

de desocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, em novembro de ano passado, que estava tomada pelos operários em greve, depõem no inquérito instaurado pela Polícia Civil para apurar o caso.

A decisão do general Leônidas foi anunciada aos demais militares da força terrestre através do Informex (boletim oficial) expedido na última sexta-feira, justificando que a convocação será negada porque eles estavam cumprindo missão constitucional ao entrarem na CSN.

De acordo com o recado do ministro Leônidas Pires Gonçalves, transmitido pelo Informex, quem está cumprindo missão constitucional não tem que dar esclarecimentos em inquéritos. O único caso em que teria cabimento a apresentação dos militares para depor seria em um inquérito policial militar (IPM), nunca em inquérito instaurado pela Polícia do Rio para apurar os acontecimentos, que resultaram na morte de três operários, esclareceu Leônidas no Informex. (AIB)

Exército divulga nota sobre morte de militar

Ataque armado a dois soldados está sendo investigado

O Comando Militar de Leste divulgou, no início da tarde de ontem, nota oficial sobre o incidente da noite anterior, em Volta Redonda, quando dois homens armados descenderam de um carro e dispararam contra os soldados do Exército Charles Fabiano da Silva e João Carlos Batista Andrade. O soldado Charles Fabiano, atingido por vários tiros nas costas, morreu ontem de manhã no hospital da Companhia Siderúrgica Nacional. O outro soldado, João Batista, não chegou a ser atingido pelos disparos. Os dois faziam ronda na Vila Militar dos sargentos do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada, no bairro de Vila Santa Cecília.

Esta é a íntegra da nota do Comando Militar de Leste, assinada pelo coronel Hélio Monteiro Pegado, chefe da 5ª Seção:

"O Comando Militar de Leste informa que: A) na noite do dia 25 de maio de 1968, cerca das 20h30min, dois indivíduos saltaram de um automóvel e, aproveitando-se das condições de escuridão reinantes no local, atiraram em dois soldados do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada, em Volta Redonda-RJ (Vila Santa Cecília). Um deles, o soldado Charles Fabiano da Silva, ferido grave-

mente, veio a falecer horas depois. Suas armas foram roubadas pelos criminosos, que demonstraram estar muito bem preparados para este tipo de ação. B) maiores detalhes só serão possíveis após a apuração dos fatos no inquérito policial-militar instaurado".

Buscas

Toda a Polícia Civil de Volta Redonda está à procura dos dois homens que metralharam os soldados do Exército Charles Fabiano da Silva e João Carlos Batista Andrade. Os dois homens estavam num Fiat Uno preto, de placa de Niterói AS-6542. Eles levaram os dois fuzis automáticos dos militares.

Para os policiais de Volta Redonda, os dois homens que fizeram o ataque só estavam interessados nas armas automáticas dos militares. O corpo do soldado ainda se encontra no Instituto Médico-Legal de Volta Redonda. Por causa da morte do soldado Charles Fabiano da Silva, o comando do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada suspendeu todas as atividades comemorativas da Semana de Infantaria, marcadas para a noite de ontem. (Radiofria)

Comando do Sul reforça segurança

O Comando Militar do Sul (CMS) divulga, ontem, em Porto Alegre, nota assinada pelo chefe do seu Estado-Maior, general de brigada Cândido Vargas de Freire, dizendo que, em razão do recente incidente ocorrido em Ponta Grossa (PR) e do ataque a dois soldados do Exército em Volta Redonda (RJ), o CMS intensificará as medidas de vigilância nas áreas consideradas de segurança, nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta íntegra da nota: "1. No dia 18 de maio de 1968, às 22 horas, 5 (cinco) elementos não identificados, ocupando um Corcel verde-claro, lançaram por sobre o muro do quartel do 15º Batalhão de Infantaria Blindada, em Ponta Grossa (PR), uma bomba de fabricação caseira, que explodiu provocando labaredas, sem causar danos.

A seguir, no dia 25 de maio, por volta das 20h30min, dois elementos que ocupavam um veículo Fiat Uno, de cor preta, com provável placa AS-6542, investiram contra dois soldados do serviço de guarda que davam seguran-

ça às instalações militares em Volta Redonda (RJ). Armados possivelmente com metralhadoras, impediram a reação dos soldados, atirando sobre eles. Os atacantes fugiram do local levando o veículo e o armamento dos guardas.

O soldado Charles Fabiano da Silva, natural de Volta Redonda (RJ), atingido pelos disparos, conduzido para o Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional, não resistiu aos ferimentos, falecendo às 08h20min do dia 26 de maio.

2. Tendo em vista os fatos relatados, o Comando Militar do Sul informa à população dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul que determinou a intensificação das medidas de vigilância nas áreas consideradas de segurança, nas imediações das Organizações Militares.

3. Informa ainda, que a desobediência às referidas medidas — sentinela, sinalização e ordens — acarretarão imediata reação dos militares em serviço".

SNI suspeita de ato terrorista

Agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e policiais da 94ª DP de Volta Redonda suspeitam que houve ato de terrorismo no assassinato do soldado do Exército Charles Fabiano da Silva, de 20 anos. Charles, que seria ouvido pela 94ª DP sobre o atentado que destruiu o monumento Novo de Novembro, no dia 2, levou seis tiros de metralhadora, na noite de quinta-feira última, quando fazia ronda com o colega João Carlos Batista de Andrade, 20 anos, a 500 metros do local do monumento. João Carlos, que entregou seu fuzil aos assassinos sem resistência, está preso incommunicável.

As principais testemunhas são o soldado João Carlos Batista de Andrade, que viu de perto os assassinos, o sargento Ari Roberto da Silva, que correu atrás do Fiat, o advogado Alexandre Braga, que socorreu o soldado e o levou ao posto médico da CSN, onde Charles morreu.

Logo depois do atentado, próximo às 25 realidades ocupadas por oficiais e funcionários civis, alguns militares armados, correram e ainda viram

o Fiat, a grande velocidade, entrar a ruação de Barra Mansa. Patrulhas da PM e carros da 94ª DP ocuparam diversas ruas de Volta Redonda e Barra Mansa, mas os assassinos não foram localizados.

O local do crime foi examinado por peritos do Exército e da Polícia Civil, que recolheram cápsulas de metralhadora UZI, de fabricação israelense. Segundo oficiais responsáveis pelas investigações, Volta Redonda ainda vive clima de turbulência e ladrões comuns não atacam soldados do Exército para roubar armas. Ainda de acordo com esses oficiais, o crime tem conotações políticas. Eles o encaram como um "desafio, porque ocorreu em área militar".

Oficiais e policiais civis demonstram as boas de que o Exército estaria investigando a existência em Volta Redonda, de um campo de treinamento de guerrilheiros. Para eles, o bote faz parte do terrorismo de interesse de alguns grupos. (AEB)

Corrêa não vê relação com atentado

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, disse ontem, no Rio, acreditar que o assassinato de um soldado do Exército, em Volta Redonda, não tem qualquer ligação com o recente atentado que explodiu o memorial na praça Juarez Antunes. Na sua opinião, é preciso parar de interligar fatos isolados. Após ressaltar ter acabado de tomar conhecimento da notícia, Dias Corrêa afirmou que esse tipo de acontecimento — "explosões de bombas, morte de civis e de soldados" — acontece em todo o mundo, sem que se diga que faz parte de um plano de desestabilização da democracia. "Não vamos dar importância ao que não tem", acrescentou.

O ministro da Justiça afirmou que, apesar do esforço de toda a sociedade, não se pode impedir que "um doído ponha uma bomba em que uma vingança pessoal leve

alguém a matar um soldado ou um civil". E garantiu que todas as explosões e "atos atípicos" estão sendo analisados e investigados pela Polícia Civil ou, se for o caso, pela Federal.

Dias Corrêa atribuiu a atos de "elementos que não se conformam com a existência do regime democrático" as explosões de bombas em vários pontos do País, ressaltando a seguir que "a poder de bomba ninguém imporá sua vontade ao povo brasileiro". Na sua opinião, prevalecerá o que determina a Constituição e o resultado das urnas. "Bombas não resolverão nenhum problema nacional", ressaltou o ministro, que considera esses atentados uma radicalização que afronta o estado de direito e também o "princípio moral que norteia a vida brasileira". (AE)

OSJ

F. M. C.

FRONTIERAS

Troca da guarda

Exército ocupa a área entre o Acre e Rondônia

A disputa entre Acre e Rondônia pela posse das vilas de Extrema e Nova Califórnia registrou na semana passada o seu mais novo lance. Na última quinta-feira, tropas do Exército, sob as ordens do 4.º Batalhão Especial de Fronteira de Rio Branco, do coronel Zamir Veloso, desalojaram 200 soldados da Polícia Militar de Rondônia que ocupavam a área em litígio desde o dia 13. "A operação foi um sucesso", disse o coronel Veloso na noite de quinta-feira, depois que os policiais da PM voltaram para casa sem esboçar nenhuma resistência. O conflito, contudo, está longe de ser resolvido. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, a quem caberá definir a localização exata das duas vilas, realizou um estudo preliminar em 1982 e concluiu que elas pertencem a Rondônia. Ou seja, ao menos do ponto de vista jurídico, a questão deveria estar resolvida há muito tempo. Foi com base nesse documento que o governador Jerônimo Santana passou a



Tropas do Exército na região de conflito: no lugar da Polícia Militar

reivindicar a posse da região e, por fim, decidiu-se pela ocupação militar.

Ocorre que, desde o início da década, a presença acreana nas duas vilas sempre foi mais evidente. O governo do Acre mantém 200 funcionários, cobra impostos e conta os votos dos 2 000 eleitores locais. "Se houvesse um plebiscito para definir a localização das vilas, Rondônia perderia feio", aposta a vereadora Carmelia Alves de Araújo, do PMDB de Extrema. Diante do impasse, todos os lados ter-

minam perdendo. A primeira intervenção militar na área ocorreu em fevereiro de 1987 e durou até março do ano seguinte. Nesse período, a região parou de crescer. Tanto Acre como Rondônia estiveram proibidos de investir nas duas vilas até que o IBGE concluisse o laudo definitivo sobre a fronteira entre os Estados. O laudo não foi feito, e todo o batalhão acabou contaminado pela malária — uma doença que atacou 1 000 moradores de Extrema e Nova Califórnia apenas no ano passado. ■

098

FMIL (FMA)

JORNAL DO BRASIL

Alto Comando discute punição a Figueiredo

BRASÍLIA — A punição do general Falcões Figueiredo (que acusou o ministro do Exército de covarde por não ter defendido o general Newton Cruz no caso Baumgarten) e o reforço na segurança dos quartéis em diversos pontos do país (a exemplo do que já está acontecendo no Comando Militar do Sul, por causa dos recentes atentados a unidades militares) serão alguns dos principais assuntos que deverão ser discutidos hoje na reunião do Alto Comando do Exército, sob a presidência do ministro Leônidas Pires Gonçalves. A morte do soldado Charles Fabiano e a tentativa de se convocar militares para depor sobre a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional também serão avaliadas pelos 13 oficiais generais convocados a Brasília pelo ministro Leônidas.

A reunião, que já estava convocada para tratar basicamente de questões administrativas, terá sua pauta engordada pelos últimos acontecimentos, que vêm preocupando muito a força terrestre. O reforço do policiamento das unidades militares no Sul do país poderá ser estendido aos demais comandos, caso os generais reunidos tenham informações ou entendam que os quartéis serão alvo daqui para a frente de atentados — por grupos sem origem definida, mas que em alguns casos já foi detectado se tratar apenas de ação de marginais.

A tentativa de convocação de militares

para prestar depoimentos em episódios nos quais estavam cumprindo missão constitucional têm desagradado muito o setor. Diversos oficiais-generais consultados consideram que é descabida a proposta de levar militares aos bancos dos réus. Advertem ainda que não haverá uma "argentinização" no Brasil.

Além desses pontos polêmicos que tomarão boa parte do encontro, os generais farão um balanço de suas áreas, mostrando como está a situação das greves, de recursos, de implementação do ET-90 (programa de modernização da Força). O chefe do Centro de Informações do Exército, general Continho, fará uma análise da situação política, econômica e social do país, como de praxe. Nessa hora, os generais sempre aproveitam para fazer um balanço sobre a performance dos presidentes.

Outro ponto que não ficará de fora da discussão será o pagamento da diferença entre o soldo de general-de-Exército e de um ministro do Superior Tribunal Militar — a isonomia que tem sido pleiteada por todas as partes. Algumas ações deram entrada na Justiça e há uma preocupação muito grande com a mobilização em torno dos salários. O general Pedro Luis de Araújo Braga, secretário de Economia e Finanças, deverá apresentar os reflexos dessa reivindicação sobre a folha de pagamento do Exército.

Exército bloqueia área militar

PORTO ALEGRE — Por determinação do Comando Militar do Sul, todo o quarteirão ocupado pelo Quartel General do Exército, no centro da capital gaúcha, foi bloqueado ao trânsito com balizas de arame farpado, tendo sido reforçado o policiamento dos soldados na área. Conforme alega o chefe do Estado Maior, general Cândido Vargas Freire, em nota distribuída no sábado, a medida se deve aos incidentes na unidade militar de Volta Redonda, onde um soldado foi morto na semana passada por três homens que levaram seu fuzil, e a recente explosão de uma bomba caseira num quartel de Ponta Grossa (PR).

A interdição iniciou no sábado e não há informações sobre a sua duração. A nota diz apenas que o fechamento se deve a "medidas de vigilância

cia nas áreas consideradas de segurança nas imediações de organizações militares". Todos os quartéis do estado estão em estado de alerta com reforço no plantão de serviço dos recrutas e oficiais.

Desde o fim do regime militar, o trânsito ao redor do QG do Comando Militar do Sul, na Rua dos Andradas, no Centro da cidade, havia sido liberado, com a retirada dos cavaletes que normalmente isolavam o quarteirão. Os moradores daquela parte da cidade foram surpreendidos com o fechamento das ruas no fim de semana inclusive o acesso à Igreja Nossa Senhora das Dores, a mais antiga de Porto Alegre e próxima do quartel. Em cada esquina junto às barreiras, soldados armados de fuzis protegem a unidade.

098

EL MUNDO

COMIL

Montevideo, viernes 23 de junio de 1989

Fuerzas Armadas de Brasil garantizarán la culminación del proceso democrático

Grupos empresariales y transnacionales temen moratoria de la deuda interna

BRASILIA, (ANSA y DPA). Dentro del principio de no participación en la sucesión presidencial, y en apoyo al Congreso Nacional en la decisión del futuro régimen de gobierno (presidencialismo o parlamentarismo), las Fuerzas Armadas reafirmaron ayer el compromiso de garantizar la conclusión del proceso democrático brasileño.

"Nuestra preocupación es de asegurar el clima de tranquilidad, dentro de la ley y el orden, necesarios en el país, para la culminación del proceso democrático con la realización de elecciones presidenciales el 15 de noviembre próximo, afirmó ayer el ministro de Aeronáutica, teniente brigadier Octavio Moreira Lima, al término de la reunión de altos mandos de las tres fuerzas armadas.

Durante el encuentro celebrado en la sede de Aeronáutica, encabezado por su titular brigadier Moreira Lima y los ministros de Ejército, general Leonidas Pires

Goncalves, y de Marina, almirante Henrique Savola, fueron considerados —según trascendió— los temas del presupuesto y remuneraciones del personal militar, y la situación política, económica y social del país.

Quadros pide plebiscito

El ministro de Ejército, general Pires Goncalves, indagado sobre la posible implantación del "parlamentarismo" como sistema de gobierno afirmó que "su adopción es una atribución del Congreso Nacional", desconociendo su viabilidad y posibilidad de aquel poder para su inmediata consecución.

"Es una propuesta como otras", señaló respecto a la sugerencia del ex presidente, Janio Quadros, publicada ayer en el diario "O Globo", donde propone "la anulación de un plebiscito".

Añadió que "estamos viviendo una democracia y cada ciudadano tiene el derecho

de expresar sus opiniones", aunque aclaró que "un presidente electo con apoyo político, podrá adoptar las medidas necesarias para enfrentar la situación que hoy vive el país, en tanto que la adhesión al 'parlamentarismo' podrá originar una serie de problemas adicionales".

Pires Goncalves destacó luego que Brasil ha mostrado "mucho equilibrio" en los momentos críticos, con referencia a la situación económico-financiera del país.

Luego señaló: "No estoy con una preocupación exagerada, porque tengo experiencias apoyadas como en las difíciles circunstancias de la transición democrática de la política nacional que vivió el país ante la muerte del ex presidente Tancredo Neves".

Temen moratoria interna

Líderes de grupos empresariales nacionales y transnacionales pedirán al Congreso brasileño una garantía de que el

gobierno no decretará una moratoria de la deuda interna —estimada en un 24 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB) de 350.000 millones de dólares— hasta marzo de 1990, cuando tomará posesión el próximo presidente de la república.

Este es el punto central de la propuesta de un programa de emergencia elaborado por los empresarios responsables de estimados 50 por ciento del PIB brasileño, a ser elevada hoy al presidente del Parlamento, Nelson Carneiro, según informes de prensa divulgados hoy en Brasil.

La propuesta empresarial será estudiada por una comisión de economistas parlamentarios que también preparan un programa de emergencia destinado a evitar una hiperinflación y asegurar un clima de relativa estabilidad económica hasta noviembre próximo, cuando se realizarán en Brasil las primeras elecciones presidenciales directas de los últimos 29 años.

01-01

8905613

098

21/06/79

Alto Comando avalia a situação do País

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, entregou ontem aos 14 oficiais-generais presentes à reunião do Alto Comando, em Brasília, documento em que avalia a conjuntura nacional. Segundo informações extra-oficiais, o documento analisa a situação presidencial, em que se destaca o isolamento da candidatura Fernando Collor, e aborda ainda, em linhas gerais, o último surto de greves no País e o atentado terrorista ao Memorial Rove de Novembro, em Volta Redonda (RJ). O documento foi elaborado pelo ministro em conjunto com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e do Exército, informações do Exército (CIEEx), que mantém uma seção que trata exclusivamente de análises de política interna.

Apesar do documento, segundo o general José Ary Lacombe, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército e porta-voz do ministro Leônidas Pires Gonçalves, a reunião do Alto Comando não teve caráter político.

A reunião do Alto Comando do Exército também não abordou as posições dos generais Euclides de Oliveira Figueiredo e Newton Cruz. A decisão de prender o general Euclides e de interpor Newton Cruz foram do ministro. Durante a reunião do Alto Comando, as declarações dos dois generais foram mencionadas apenas como informes. A decisão do ministro é baseada no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que permite aos oficiais da reserva opinarem publicamente sobre política, mas manteve as posições disciplinares para oficiais e alcaides a integrantes das Forças Armadas e à instituição.

Na reunião, foi decidido também dar prioridade à concepção de uma manobra conjunta na área do Comando Militar do Oeste, com tropas do Exército, FAB e Marinha.

O general José Ary Lacombe, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército (Cocomsoc), afirmou ontem que o ministro Leônidas Gonçalves não vai mesmo permitir que os oficiais que participaram da reunião à greve no CIEEx, sejam interrogados no inquérito instaurado pela polícia carioca. Segundo ele, esta decisão já foi comunicada ao Secretário de Polícia Civil do Rio, Hélio Saboya.

Ataque ao CME

Em São Paulo, foi confirmado que na madrugada de ontem foi feito um disparo de arma de fogo contra o portão de entrada de veículos e estacionamento para surgentes e funcionários do Quartel General do Comando Militar do Sudeste, no bairro de Itapuera. Em face disso, durante o dia o local passou a ser protegido por um blindado leve, com metralhadora giratória.

Em Porto Alegre, o Comando Militar do Sul reforçou as medidas de segurança implantadas já na sexta-feira, estendendo-as para o interior do estado. (AG)

FMIC 24 29/6/79

Newton Cruz punido com 8 dias de prisão

A causa foi declaração contra ministro do Exército

O general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) foi punido ontem com oito dias de prisão, pelo comandante militar do Planalto, general Francisco Fernandes. A prisão foi decretada por declaração contra o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, de "covardia".

As palavras de Cruz foram ditas em apoio a idêntica declaração, feita no dia 24, pelo general Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente José Figueiredo. Euclides chamou Leônidas de "covarde", por entender que o ministro do Exército deveria ter apoiado Newton Cruz no processo em que é acusado pela morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. Em resposta a interpelação do Comando Militar do Planalto, o general Cruz disse não recordar se chamou o ministro de covarde, mas, se o fizera, foi no sentido de "desleal" e "cínico".

Agravamento

A divulgação, por Newton Cruz, através da imprensa, da resposta ao Comando, agravou a situação do ex-chefe da agência central de SNI. Ontem, o Centro de Comunicação Social do Exército esclareceu que o fato de Cruz ter distribuído o documento a jornalistas somente seria normal se ocorresse após a definição de sua situação.

Os oito dias de prisão serão cumpridos por Cruz no prédio do Comando Militar do Planalto, onde Newton Cruz foi comandante, no final do Governo Figueiredo. À época, o general ficou nacionalmente conhecido por executar, com rigidez, as medidas de emergência baixadas pelo presidente Figueiredo durante a

votação da Emenda Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente da República, em 1984.

O mandado de prisão foi recebido por Newton Cruz de um oficial do Exército, às 16h50min de ontem. O general prometeu aos repórteres presentes que sairia de sua casa para o CMP às 20h30min, meia hora antes do prazo-limite determinado pelo mandado de prisão.

Newton Cruz é o segundo general do Exército punido esta semana por ofender o ministro Leônidas. Na quinta-feira, o Comando Militar do Leste determinou prisão de dez dias ao general Euclides Figueiredo. (AE)

Eleições

"Eu estou com a minha consciência absolutamente tranqüila e certo de que fiz, ao longo da minha vida, tudo que a minha consciência indicou". Com essas palavras, o general Newton Cruz deixou ontem, em Brasília, a residência de sua filha, às 20h45min e seguiu para o prédio do Comando Militar do Planalto, na Esplanada dos Ministérios, a fim cumprir oito dias de prisão. Aparentemente calmo e até sorridente, o general disse não estar arrependido e esclareceu que estava sendo preso por ter feito declarações julgadas ofensivas ao ministro do Exército, ao presidente da República e ao Alto Comando do Exército.

Ao lembrar que as pessoas costumam ligar sua voz a uma "suposta extrema direita", o general fez questão de declarar que o processo eleitoral não deve sofrer interrupções. "O País está caminhando num processo que não pode ser interrompido. Temos que caminhar para as eleições", afirmou. (AE)

Comando militar dá recompensa

O Comando Militar do Leste (CML) confirmou, ontem, que será dada uma recompensa de R\$ 50 mil a quem der informações sobre os assassinos do soldado Charles Fabiano da Silva, do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (Barra Mansa). O nome da pessoa será mantido em sigla, como a Secretaria de Polícia Civil fez recentemente no caso do assalto contra o museu da Chácara do Céu, quando foram recuperados os quadros roubados e identificados os autores do delito. Segundo o coronel Luiz César da Silveira Filho, da 5ª Seção (relações públicas) do CML, "o dinheiro foi oferecido por civis amigos do Exército, residentes no Rio e em São Paulo".

- Essa demonstração por parte dos civis mostra claramente a repulsa dos segmentos verdadeiramente responsáveis da sociedade brasileira a essas ações contrárias à índole pacífica e ordeira do nosso povo. Qualquer informação pode ser dada pelo telefone 251-6198, no Comando Militar do Leste, ou para a 1ª Divisão de Exército, na Vila Militar - disse o coronel César.

O soldado foi morto a tiros de metralhadora quando estava de sentinela, semana passada, na rua 15, no bairro Conforto, em Volta Redonda, onde todo um quarteirão é formado por casas de famílias de sargentos do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada. (AG)

098
POLÍTICA

General afirma que as greves podem prejudicar as eleições

Comandante militar da Amazônia acha que os ânimos estão se exaltando muito

O comandante militar da Amazônia, general Mário Orlando Ribeiro Sampaio, advertiu ontem, em Manaus, que a exacerbação prevista no País pode prejudicar as reivindicações dos trabalhadores e "muitas outras coisas, inclusive a eleição". Homageando ontem na Assembleia Legislativa amazônica por seu remanejamento do comando na Amazônia para o Departamento de Engenharia e Comunicações do Estado-Maior do Exército, em Brasília, o general disse aos deputados que vê o País chegando a um ponto em que os ânimos estão se exaltando muito.

— Isso é perigoso porque toda a ação produz reação — declarou. A seu ver, a bomba de Volta Redonda é uma reação porque seguiu "uma resposta de um dos lados a uma

provação". Apesar disso, ele diz que como cidadão, acredita nas eleições de novembro.

Sabotagem em Tucuruí

Em relatório encaminhado ontem ao diretor geral da polícia federal, Remeu Tuma, a presidência da Eletrosul concluiu que houve realmente tentativa de sabotagem na hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. O documento foi entregue ao delegado Tuma no final da tarde por um assessor do presidente da empresa, Miguel Nunes. Segundo o porta-voz da polícia federal, Paulo Marra, o relatório será examinado hoje pela Divisão de Ordem Política e Social (DOPS) e ainda nesta semana vai ser

enviado à superintendência do órgão para para abertura de inquérito policial.

De acordo com o porta-voz da polícia federal ainda não foram iniciadas as investigações para identificar os autores da tentativa de sabotagem porque, na época da ocorrência do fato, no dia 15 de abril último, recebeu a informação do diretor de operações da Eletrosul no Pará, Luiz Rufino, informando que tudo não passara de um acidente.

Com o relatório entregue pela presidência da Eletrosul, confirmando a tentativa de sabotagem na máquina de nº 6 da hidrelétrica, é que serão iniciadas essas investigações. Segundo o relatório da empresa a sabotagem em Tucuruí só teve êxito porque a máquina foi viciada antes de ser acionada. (AG)

098

F MIL

ZERO HORA — Sexta-feira, 07.07.89 — PÁGINA 22

Com a aprovação de parecer do Consultor Geral da República, pelo presidente Sarney, militares ganham 13,42% retroativos a outubro passado. Com os 37,24% do IPC de maio a junho, a que têm direito os funcionários, aumento será de 55,65% já em julho

• Equiparação com juízes do STF eleva o soldo militar

O presidente da República aprovou ontem o parecer do consultor geral da República, Saulo Ramos, que concede a equiparação do soldo de almirante de esquadra ao vencimento de ministro do Superior Tribunal Militar (STM) retroativa a outubro de 1988. Com esta medida, os militares das três Forças terão um reajuste de 55,65% a partir de 1º de julho, correspondentes aos 13,42% da equiparação mais 37,24% do IPC acumulado de maio a junho, a ser concedido a todos os servidores públicos. A aprovação de parecer, no entanto, não encerra a discussão em torno do assunto que ocorre desde janeiro, quando militares foram à Justiça requerer a equiparação.

Diferença

Segundo o ministro da Aeronáutica, Oc-

távio Moreira Lima, o Executivo ainda terá que enviar mensagens ao Congresso Nacional solicitando a liberação de recursos para o pagamento dos atrasados, referentes ao período de outubro de 88 a janeiro de 89, quando um decreto presidencial acabou com a isonomia entre militares e ministros do STM, reajustando os vencimentos destes últimos. Os militares pretendem também reaver, a título de direito adquirido, a diferença que deveria ter sido incorporada aos seus salários a partir de janeiro deste ano. Ontem mesmo os ministros militares, que se reuniram pela manhã com o presidente José Sarney para oficializar a aprovação do parecer, trataram de comunicar a concessão a seus comandados, através da divulgação de boletins internos.

Segundo o ministro Moreira Lima, o assunto

vinha gerando grande expectativa no meio militar, principalmente em função das notícias divulgadas pela imprensa. "Falaram até que um almirante passaria a receber NCz\$ 15 mil. Na verdade, vamos ganhar um terço do salário de um deputado estadual da Paraíba", disse o ministro da Aeronáutica. Para ele, o Governo concedeu o que era possível, respeitando o princípio constitucional que limita os salários do Executivo aos dos ministros de Estado. A partir de julho, o salário do almirante-de-esquadra, cujo soldo serve de base para a remuneração de todos os militares, passa de NCz\$ 4,6 mil para NCz\$ 6,6 Mil. O parecer do consultor geral beneficia, além do pessoal da ativa, os inativos, pensionistas e os ex-combatentes. São os dois primeiros grupos somados cerca de 400 mil pessoas. (Radiobrás)

8906519

Helicópteros da Marinha

Marinha do Brasil vai efetuar uma licitação para equipar suas novas corvetas. Um dos concorrentes é a Westland Helicopters, uma empresa privada britânica que há vários anos vem fornecendo helicópteros para a Marinha.

Sir John Treacher, o presidente da Westland, falou ao JORNAL DO BRASIL sobre a empresa que dirige, as perspectivas do mercado de helicópteros e sua participação em nosso país.

Primeiramente, ele abordou a situação do mercado brasileiro, que apesar de problemas de curto prazo, vê com otimismo em prazos mais longos. A Westland, segundo disse, fará todo o possível para manter sua presença como fornecedora da Marinha. Como parte deste programa, Treacher citou a criação da Westland do Brasil, uma subsidiária local, cuja finalidade básica é estreitar o relacionamento com os clientes e oferecer apoio após as vendas.

Treacher destacou ainda o relacionamento que a Westland está começando a desenvolver com a indústria local para revisar componentes dos helicópteros.

Falando sobre as perspectivas mundiais dos helicópteros, Sir John Treacher disse que o setor civil, após vários anos de crise, está apresentando sintomas de melhorias.

A Westland tradicionalmente tem-se dedicado mais à área militar, disse Treacher, "o que nos trouxe uma valiosa experiência". Mas, o grupo aos poucos está desenvolvendo uma diversificação progressiva que permitirá dar uma maior ênfase a outros produtos, tais como estruturas aerospaciais e componentes diversos.

Com relação aos novos modelos de helicópteros, Sir John Treacher declarou acreditar que a associação de fabricantes para desenvolver projetos conjuntos é uma tendência inalienável. Os custos de pesquisas e desenvolvimento de helicópteros modernos é enorme e é muito difícil suportá-los isoladamente, continuou.

Treacher deu como exemplo a EH Industries, uma joint-venture da Westland com a Agusta, da Itália. Esta associação permitiu somar recursos e tecnologia e diluir os riscos. Como resultado, surgiu o EH-101, um helicóptero de tecnologia avançada que deverá substituir o Sea King.

O EH-101 tem uma cabine de comando toda digital e poderá ser empregado para luta contra submarinos, transporte militar e civil.

O grupo Westland é composto por três empresas: Westland Helicopters, Westland Aerospace e Westland Technologies. O crescimento das duas últimas — através da construção de estruturas em materiais compostos para outras fábricas e a produção de aparelhos como os MAD de detecção magnética, de controle ambiental, gravadores de dados de bordo, pequenos motores e outros produtos — tem permitido alcançar a diversificação da linha de produtos.

Na área de helicópteros, a Westland alcançou um admirável avanço na fabricação de pás de rotores em materiais compostos, que oferecem melhor desempenho e têm vida mais longa.

A construção das pás compreende um processo complexo. As longarinas são feitas com múltiplas camadas de fibra de vidro e carbono impregnadas com resina de epoxy. Estes componentes são moldados e curados sob alta pressão e temperatura elevada, constituindo a parte frontal da pá. A porção posterior é feita em estrutura tipo colmeia de Nomex recoberta com fibra de vidro. Ainda na parte anterior é adicionada uma cobertura de titânio para proteger contra a erosão e descargas elétricas.

O perfil da pá construída por este método varia ao longo da sua extensão. Sua vida útil é quatro vezes maior do que os modelos anteriores feitos em metal. A resistência a danos e à propagação de rachaduras é também muito superior. Todas as pás de rotores e de cauda dos novos Lynx e dos EH-101 são feitas desta maneira.

As pontas das pás dos rotores são enflechadas para trás, o que aumenta a sustentação oferecida, eleva a velocidade, reduz a vibração.

Na concorrência da Marinha, os Lynx de nova geração já incluíram as novas pás, além de outros refinamentos.

O Cnte. Daniel Acylino de Lima, diretor da Westland do Brasil, acrescentou informações sobre sua posição em nosso país.

Os Lynx vendidos à Marinha estavam entre os primeiros produzidos. Como consequência, tivemos problemas técnicos que foram paulatinamente identificados e sanados ou equacionados. Ainda temos uma alteração a ser introduzida na turbina. Nosso apoio técnico à frota de 8 Lynx da Marinha é feito com pessoal baseado em S. Pedro da Aldeia e no Rio. Na base de S. Pedro temos cinco mecânicos, sendo quatro de estrutura e um de instrumentos eletrônicos. No Rio temos mais uma pessoa que coordena os aspectos de logística, disse Acylino. Para aumentarmos nosso apoio — continuou —, estamos em negociações para criar um depósito alfandegado, dentro do já existente na Marinha. Outro aspecto importante de nosso programa de apoio é a execução de serviços na indústria brasileira. Os componentes eletrônicos vão ser reparados na Aeromot enquanto as caixas de engrenagens vão ser revisadas na Celma. Pretendemos ainda transferir tecnologia para estes tipos de serviços além de instituir e aprimorar a instrução técnica de pessoal local.

A proposta de Westland para a Marinha inclui a modernização dos oito Lynx já em operação e o fornecimento de outros seis de nova geração.

A frota final seria padronizada graças aos novos equipamentos que seriam incorporados aos Lynx já em nosso país.

Westland explica que os Lynx se ajustam aos hangares das fragatas e corvetas sem necessitar adaptações, como seria o caso com outros tipos de helicópteros. Além disso, as referidas aeronaves têm sistemas de computação e controle de dados Ferranti que são integrados com os encontrados nos Lynx. Os aparelhos oferecidos pelos concorrentes teriam que receber recodificadores para acoplar seus sistemas aos existentes nos navios brasileiros.

Aero News

* O EMB-145, primeiro avião a jato comercial brasileiro, poderá ser equipado com turbinas General Electric CFE-738 (com participação da Garrett) ou Rolls Royce RB-580 ou — por último e menos cotada — Textron Lycoming. As informações iniciais mostravam que a CFE-738 estava liderando as preferências da Embraer.

* A British Aerospace lançou em Le Bourget o Jetstream 41, um avião para 29 passageiros derivado do antigo Jetstream 31. O novo aparelho será mais um concorrente para o Brasil.

* Na última lista de encomendas do Brasil, surgiu uma nova aquisição da empresa americana Comair. Este negócio reveste-se de importância porque esta empresa utilizava antes o Saab 340 e decidiu concentrar sua frota no Brasil.

DO BRASIL 26/6/89

098

F. MIL
(FF-AA)

Coronel pega 15 dias de prisão por escrever contra baixos salários

BRASÍLIA — O coronel Rinaldo Mendes Sarmento, 51 anos, que assinou artigo na edição da revista *Veja* desta semana reivindicando melhores salários para os militares e criticando o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, foi punido com 15 dias de prisão, segundo informou ontem à noite, sua mulher, a professora Vera Lúcia. O coronel foi interpellado ontem pela manhã por cerca de uma hora pelo comandante do Colégio Militar, coronel Sérgio Cordeiro. Sarmento permaneceu retido no colégio, onde leciona Português, durante todo o dia de ontem, aguardando uma decisão de seu comando. A punição do coronel já estava, porém, sendo considerada como certa não só por ele, como por toda sua família, que já esperava que ele não voltasse para casa.

Segundo informações obtidas no gabinete do Ministério do Exército, Sarmento teria dito a seu comandante que os originais apresentados à revista não correspondiam em alguns pontos ao que foi publicado, mas confirmou todas as críticas feitas aos salários e ao ministro. Depois de conversar com o coronel Sérgio Cordeiro, ele voltou às suas atividades rotineiras: corrigindo provas dos alunos e preparando as aulas de disciplina que deverá ministrar a partir da próxima segunda-feira.

Certeza — A prisão do coronel Sarmento, entretanto, era tida como certa. Mesmo mostrando que houve alteração na redação do que foi publicado, a confirmação do conteúdo implica transgressão do Regulamento Disciplinar do Exército. Ele contraria, por exemplo, o Artigo 65, que proíbe a discussão, ou a provocação de discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos e de natureza militar; e o 106, por ter censurado ato de superior ou profanar desconsiderar-lo seja entre civis ou militares. De acordo com o regulamento, a prisão do coronel pode ser estendida para 30 dias por seu superior hierárquico.

Rinaldo Sarmento está sendo punido pela primeira vez em sua carreira militar. Agente da turma de 1962 — coincidentemente a mesma turma do comandante do Colégio Militar —, quando da ativa e hoje integrante do quadro de magistrados, em extinção, o coronel Sarmento há muito já pensava em escrever um artigo sobre a questão salarial dos militares até que a idéia brotou. Ele escreveu e decidiu seguir o mesmo caminho do capitão Jair Bolsonaro, que, em agosto de 66, entregou para a revista *Veja* um artigo para ser publicado na seção *Ponto de Vista*. Sarmento foi pessoalmente à revista apresentar o artigo, deixou-se fotografar e foi embora para casa certo de que tinha lutado pela melhoria salarial dos militares, já que não encontrava quem fizesse isso por ele.

Há 10 anos em Brasília, o coronel Rinaldo Sarmento foi um dos fundadores do Colégio Militar, onde dá aula de Gramática, Redação e Literatura, para o segundo ano do 2º grau, limitando-se, segundo seus alunos, a cumprir o programa didático, sem fazer qualquer comentário sobre política, questão salarial ou opiniões pessoais. Embora ainda não tenha escolhido o seu candidato à sucessão presidencial, o coronel Sarmento está convencido de que é preciso lutar por um país melhor. Ele também é professor de Português da Fundação do Distrito Federal.

JORNAL DO BRASIL 27/6/67

058

General da CSN assume Estado-Maior do Leste

F. M. L.
26/4/85
J. A. B. S. V.

O general de brigada José Luis Lopes da Silva, que comandou em novembro de 88, por ordem do Palácio do Planalto, a ocupação pelo Exército da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, provocando a morte de três operários grevistas, assumiu ontem a chefia do Estado Maior do Comando Militar do Leste, em solenidade que espelhou seu prestígio nas Forças Armadas.

Numa homenagem ao general Lopes da Silva, o general Walter Pires, o último ministro do Exército do governo militar, compareceu à cerimônia, presidida pelo comandante do Comando Militar do Leste (CML), general Wilberto Luis de Lima. Nome forte do governo João Figueiredo, o general Pires era lembrado pelo próprio presidente quando se via pressionado pela oposição, que queria maior abertura política: "Eu chamo o Pires", alertava Figueiredo, numa referência a um possível retrocesso.

Botafogo — Walter Pires assistiu à solenidade ladeado por vários generais da ativa e da reserva de expressão na tropa. A dois deles, no entanto, ele não dirigiu a palavra quando chegou no salão do 8º andar do Comando Militar do Leste: os generais Reynaldo Mello de Almeida, ministro aposentado do Superior Tribunal Militar (STM), e Enio Gouveia dos Santos, que foi comandante militar do Nordeste.

Outro general presente à solenidade foi Newton Cerqueira, responsável pela morte do guerrilheiro Carlos Lamarca, nos anos 70, e que hoje comanda a mais importante unidade da Vila Militar, a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada Escolar. Cuidadoso e bem humorado, Cerqueira evitou fazer comentários sobre as greves: "Só entendo de Botafogo". Em seguida mostrou a manga do uniforme, verde oliva, e comentou: "Verde tem que ficar calado". Apenas Enio Gouveia arriscou uma palavra sobre os movimentos grevistas: "As greves são normais, o negócio é conversar".

Também prestigiaram o novo chefe do Estado Maior do Comando Militar do Leste os generais Mário Brum Negreiros, ex-comandante do CML e atual presidente do Clube Militar; Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado Maior do Exército durante o período mais duro do regime militar, no governo Médici; Antônio Jorge Correa, chefe do Estado Maior das Forças Armadas no governo Geisel; Heraldo Tavares, que chefiou o CML e presidiu o Clube Militar.

O general Lopes da Silva recebeu a chefia do Estado Maior do Comando Militar do Leste do general de Divisão Antônio Carlos Bitencourt de Andrade, que passará a comandar a 2ª Divisão do Exército, em São Paulo.

Constituição reduz em até 48% salário de militar em outubro

BRASÍLIA — Os militares podem se preparar para receber no mês de outubro um contracheque mais magro. O Centro de Processamento de Dados do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) já se programou para, atendendo dispositivo da nova Constituição, promover descontos no Imposto de Renda sobre todo o vencimento e não somente sobre parte dele, como acontece hoje. A perda, segundo cálculos do próprio Emfa, chegará a 48% do valor do salário-base, no caso de um oficial general quatro estrelas, mais alto posto das Forças Armadas, e, no mínimo de 18%, para um segundo tenente.

Se para os militares vivos haverá uma redução no padrão de vida, para os parentes dos mortos haverá um conforto. Hoje, as viúvas dos militares recebem cerca de 30% dos vencimentos que seus maridos recebiam em vida, por causa das regras estabelecidas pela Lei de Pensão Militar. De acordo com a nova Constituição, o benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. Com isso, as viúvas e pensionistas dos militares terão sua remuneração quase triplicada. A viúva de um general-de-exército, por exemplo, que hoje recebe Cr\$ 250 mil por mês, passará a ganhar Cr\$ 725 mil — que é o valor de sua

remuneração bruta acrescida da URP do mês de outubro.

Mas a questão do aumento do desconto com Imposto de Renda está gerando uma grande insatisfação nas Forças. A curto prazo, entretanto, não haverá solução para o problema e os militares devem se preparar para uma redução sensível no seu contracheque do mês que vem. Um coronel que teve uma remuneração bruta em setembro de Cr\$ 540 mil e descontou Cr\$ 16 mil de Imposto de Renda passará a descontar Cr\$ 80 mil por mês, ou seja, cinco vezes a mais do que hoje.

A promulgação da nova Constituição atingirá em cheio duas legislações básicas das Forças Armadas: a Lei de Remuneração dos Militares e a Lei de Pensão Militar. Elas necessitarão de adaptação aos novos tempos e vêm sendo objeto de discussão nos ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior. No caso da lei de pensão, por exemplo, será necessária uma adequação no desconto em folha. Hoje, o militar desconta dois dias de salário por mês para o Fundo de Pensão, que dá o direito a companheira receber o correspondente a 20 vezes este valor. Ou seja, dos Cr\$ 725 mil cruzados que é o salário de um general-de-exército hoje, sua viúva recebe apenas Cr\$ 250 mil, porque corresponde a 20 vezes o desconto que ele tem, que é de

Cr\$ 12 mil. Como agora ela passará a receber esses mesmos Cr\$ 725 mil, para manter proporcionalidade, estima-se, no Emfa, que o desconto para o Fundo de Pensão deverá passar a ser de dez dias de salário e não de dois dias apenas. Essa alteração, entretanto, não será feita de imediato, por que dependerá da elaboração da nova Lei de Pensão.

Com os aumentos de desconto no Imposto de Renda, no Fundo de Pensão e da inflação a nível galopante, os militares lutarão para garantir a aplicação, de imediato, do inciso XII do artigo 36 da nova Constituição, que diz que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. A implantação desse dispositivo assegurará, no entender dos militares, um aumento real dos seus vencimentos. Com isso, o barbeiro a que o ex-ministro do Emfa Paulo Roberto Camarinho se referiu quando deixou o cargo, que ganhava Cr\$ 160 mil à época, terá que ganhar o mesmo que um barbeiro das Forças Armadas, que normalmente é um cabo, e percebe salário de cerca de Cr\$ 30 mil por mês. Como os vencimentos dos militares seguem uma escala hierárquica, eles esperam que a melhoria salarial também aconteça.

098

Lucha contra el comunismo

Revelan un pacto secreto de los ejércitos latinoamericanos

Brasilia, 25 (UP) — Exactamente como hace 25 años, los ejércitos latinoamericanos contemplan nuevamente la intervención militar para combatir al comunismo, reveló un documento secreto divulgado hoy, que lleva la firma de los representantes de quince países.

"El movimiento comunista internacional (MCI) continúa siendo la amenaza común y principal a todos los países americanos y, como tal, debe ser combatido, particularmente a través de la unión de procedimientos comunes entre todos los ejércitos americanos", dice el acuerdo número 15 firmado en noviembre pasado.

"La seguridad y la defensa del continente americano contra el MCI debe considerarse, además de las medidas estrictamente del campo militar, las acciones en los demás campos del poder", añade.

Los 15 documentos fueron firmados

en la 17. Conferencia de Ejércitos Americanos realizada del 18 al 20 de noviembre de 1987, e inaugurada por el presidente de la Argentina, Raúl Alfonsín, en el balneario argentino de Mar del Plata.

Informe argentino

Un informe de la delegación argentina menciona diversas entidades como financiadoras de la subversión como la Fundación Ford de Estados Unidos, el Consejo Mundial de Iglesias, con sede en Holanda, Amnesty International, Gran Bretaña, y Adveniat, de Alemania Federal.

Informó que el paquete de 400 páginas de documentos fue obtenido por organizaciones similares de la Argentina y fue enviado para su divulgación en Brasil.

Los firmantes

Los 15 acuerdos llevan las siguientes firmas:

Enrique Jorge Bianchi, Augusto Leonardo Nema, Argentina; Guillermo Vélez Salas, Víctor Peredo Balderrama, Bolivia; Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, Paulo Neves de Aquino, Brasil; Oscar Botero Restrepo, Iván Gómez Quintaro, de Colombia; Manuel Barros Becabarro, Hugo Prado Contreras, de Chile; Jorge Enrique Asanza, Manuel Marcelo Delgado Alvar, Ecuador; Adolfo Blandón, Juan Orlando Zepeda, de El Salvador; Carl Vuono y Sidney Weinstein, de Estados Unidos; Manuel Antonio Callejas y Callejas, Luis Francisco Ortega, Guatemala; Leonel Gutiérrez, Roberto Nájera, Honduras; Manuel Antonio Noriega, Bernardo Barreña, Panamá; Andrés Rodríguez, Rafael Benito Guarnes, Paraguay; Arturo Palomino Toledo, Ciro Medina Delgado, Perú; Carlos Luis Bupota, Luis Alberto Pérez Camacho, Uruguay; Rolo del Valle Alegre, Manuel Antonio Aspura, Venezuela.

Le Reuss, 9/88, F. Phil

098

Militares comemoram 04 em quartel

O Comando Militar do Leste convidou militares da ativa e da reserva para uma cerimônia militar de comemoração dos 25 anos da Revolução de 1964, às 10h de hoje, no quartel do 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro — antiga sede do DOI-Codi, onde foram torturados presos políticos durante o regime militar.

A cerimônia no quartel do BPE a princípio seria realizada na 1ª Divisão do Exército (DE), na Vila Militar. Mas o general Wilberto Lima preferiu transferi-la para o quartel do BPE, cuja tropa é considerada de elite. Primeiro haverá a leitura da Ordem do Dia do ministro do Exército, Leônidas Feres Gonçalves. Em seguida, será feita homenagem aos militares mortos durante o regime militar. Haverá entrega de 59 comendas da Ordem do Mérito Militar Pacificador e do Amigo Exército do Exército.

Dentre os homenageados estão a ginasta Leiza Parente e o corredor Robson Caetano, que ainda não buscaram as medalhas conferidas no dia 19 de novembro por sua participação nas Olimpíadas de Moscou. Após a entrega das condecorações, haverá um desfile da tropa do 1º BPE. Um coquetel encerrará a cerimônia.

Nos últimos cinco anos, as comemorações do 31 de Março se resumiram a atos reservados dentro dos quartéis e a apenas uma solenidade pública. No Rio, em 1984, por exemplo, além de uma missa na Candelária, houve cerimônia no Panteão de Caxias, em frente à sede do Comando do Leste. Em 1985, ocorreu nova solenidade no Panteão. Em 1986, 87 e 88, houve missa na Igreja de Santa Cruz dos Militares, na Rua Primeiro de

Março, no Centro. Nessa mesma igreja, os presidentes dos Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica mandarão celebrar missa às 11h30 de hoje.

Ordem-do-dia — Os ministros da Marinha, almirante Henrique Sabóia, do Exército, general Leônidas Feres Gonçalves, e da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, pregam na ordem-do-dia comemorativa do 25º aniversário da Revolução de 1964 a manutenção da lei e da ordem, como garantias do progresso do Brasil. "O momento exige meditação; o momento requer atenção e engajamento de todos" — ressaltaram eles, acrescentando que "a acabou democrata é dado o direito de se portar como mero espectador, indiferente ao quadro histórico em que vivemos".

Os ministros militares defenderam que "o interesse coletivo há que preponderar em relação aos interesses pessoais; o respeito mútuo, o uso responsável dos direitos e o exercício consciente dos deveres são preceitos a prevalecer no nosso dia a dia, para atingirmos a democracia maior". Ao se referirem ao período em que esteve o movimento dos militares, seus vitoriosos ministros lembram que "a liberdade da democracia estava profundamente ferida" e "vivíamos momentos de intranquilidade, desmoronavam as instituições mais caras e, com elas a paz social e o desenvolvimento do país".

E completaram: "Mobilizavam-se aparatos de propaganda buscando a agitação; o grevismo alastrava-se trazendo implacáveis prejuízos ao crescimento econômico e ao bem-estar da população; era atingida a base institucional das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina".

8907156

098

BRASIL 13/1/89

Sigilo envolve desembarque de tanque em Santa Catarina

SÃO PAULO — Em operação sigilosa, que durou três dias, foi concluído ontem o desembarque de um tanque Osório EET-1, fabricado pela indústria de material bélico Engesa Especializados S.A. (Engesa), e de dois containers com munição e material de manutenção do veículo, no pequeno porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina. A operação não teve a participação da administração portuária e causou estranheza porque a Engesa costuma fazer esse tipo de desembarque no porto de Santos (SP).

No comando da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, a qual as unidades de Santa Catarina estão ligadas, ninguém tinha conhecimento da operação. No porto de São Francisco do Sul, o mistério permaneceu. "Não sabemos de nada. Quem está tratando de tudo é o Exército", disse ontem o superintendente-adjunto do porto, Osmani Corrêa da Costa.

O tanque custa US\$ 2 milhões (cerca de Cr\$ 1 bilhão 678 milhões, ao câmbio oficial) e acaba de passar por três meses de testes — de agosto a outubro — em Abu Dhabi, pequeno

país do emirado árabe, situado no Golfo Pérsico, que pretende comprar 100 unidades.

Atualmente, a Engesa tem seis veículos desse tipo. Um deles está em testes na Arábia Saudita, onde a empresa já venceu a concorrência técnica para a venda de 1.000 unidades, mas ainda precisa disputar com o tanque norte-americano, o M-1 Abrams, que custa mais barato. Caso ganhe a concorrência, a Engesa terá que entregar os tanques em lotes de 300.

O tanque e os containers foram embarcados para a Arábia Saudita no navio *Ben Malik*, da empresa United Arab Shipping Company, no dia 5 de julho, e chegaram de volta ao Brasil no dia 30 de dezembro, a bordo do navio *Ben Al Moutz*, da mesma empresa. O transporte para a Arábia Saudita e o retorno ao Brasil foram contratados pela agência Cargave, de São Francisco do Sul, por sua vez subcontratada pela Agaveve. O veículo foi transferido para uma carreta que o transportará até São Paulo.

098

O futuro do SNI

Metido em greves, política e economia, dono de um fichário despropositado, acusado de escuta telefônica e operações clandestinas. O Serviço Nacional de Informações (SNI) carrega uma herança pesada demais para sobreviver incólume ao primeiro governo eleito diretamente pelo voto desde que virou ministério. Diante do inevitável, o SNI resolveu tomar a dianteira: prepara-se para mudar, e rápido. Em discussões internas, concluiu que deve voltar ao seu papel verdadeiro: atuar como órgão de inteligência. Quer abandonar assuntos domésticos, deixar de bisbilhotar a vida alheia e dedicar a ser o que chamam de "primeira linha de defesa do Estado".

Um sinal desta preocupação foi dado na semana passada pelo general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, ao senador Afonso Camargo, candidato do PTB à Presidência da República. Camargo foi pedir ao SNI que se dedicasse a combater a corrupção. O general pulou fora. "Corrupção é caso de polícia e da Justiça", justificou-se. Falou com experiência. Há muito tempo que o SNI tenta ser o paladino contra a corrupção e a incompetência administrativa. Não tem se dado bem em nenhum dos casos. No passado os próprios agentes do SNI se meteram em negociações, como o caso da Capemi. E mesmo quando há real intenção de pegar corruptos não tem obtido muito êxito. Dificilmente consegue provas, no máximo indícios, evidências que se transformam em inúmeros relatórios que circulam pelo governo. "O problema da corrupção não é só da administração pública, é da sociedade. As provas não estão na burocracia, mas com quem corrompe, empresários, lobistas, intermediários. Não é fácil combater a corrupção de um lado só", explicou o general Ivan ao senador Camargo.

No combate à incompetência administrativa as frustrações do SNI são maiores. Frequentemente a Presidência da República solicita relatórios sobre o desempenho da máquina pública. Inútil providência. O pau de arceira volta em quem mandou dar. A investigação sempre conclui que o responsável final é o ministro da área. Como quem nomeia os ministros é o presidente da República, tudo volta ao ponto de origem.

O melhor para o SNI, segundo estas discussões internas, é, paradoxalmente, reduzir seu status. Tirar do seu chefe o título de ministro e afastá-lo do gabinete do presidente da República. O chefe do SNI, como ministro trabalhando no Palácio do Planalto, vira assessor para assuntos gerais. Tanto que o chefe do SNI é conhecido como "ministro da casa". O general Octávio Medeiros, por exemplo, do SNI no tempo do presidente Figueiredo, orgulha-se até hoje de coisas como organização do garimpo de Serra Pelada, e que acabou se revelando uma enorme trapalhada, ou de ter resolvido a questão da estrada Lagoa-Barra, no Rio. Tarefas como estas desvirtuaram o SNI, que acabou se envolvendo como suspeito do assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten.

F. Mil
Ser. Inf.
(SNI)

Outra deturpação: o fichário. Nos últimos 22 anos o fichário do SNI foi responsável pela glória ou desgraça de muita gente no país. Hoje tornou-se praticamente obsoleto pela sua abrangência e gigantismo. Ministros não consultam mais o SNI para nomeações, como era obrigatório no passado. A quem interessa saber a simpatia partidária de um assessor? É tão desinteressante que nem os fichados procuram conhecer suas fichas, como facultava o habeas data, recurso garantido pela Constituição. Hoje, agora apenas cerca de 300 pessoas dos aproximadamente dez mil fichados usaram o habeas data e menos de uma dezena solicitaram correções nas anotações.

O SNI tem especialistas e equipamento para escuta telefônica. O general Ivan de Souza Mendes, entretanto, garante que não pratica escuta clandestina, como acusou o candidato Collor de Mello. Mas recomenda cautela. Há muita empresa privada e muita gente, dentro e fora do governo, apta a fazer escuta. Há dois tipos de escuta, segundo os técnicos do SNI: um feito na caixa de distribuição na rua, praticável por qualquer detetive particular, e outro mais sofisticado, operado diretamente nas centrais de empresas telefônicas. O general Ivan jura que o SNI não faz escuta, mas muita gente dentro do governo acha que ela pode estar sendo feita por outros órgãos de informação. O melhor procedimento para aquelas pessoas que desconfiam da escuta oficial é agir judicialmente para obrigar as empresas telefônicas abrirem suas centrais à perícia.

Saindo fora de assuntos que legalmente lhe são alheios, cabe ao SNI sobreviver como órgão de inteligência voltado mais para a área externa. Neste caso ele terá que mudar muito, perder o seu gigantismo — tem cerca de 3 mil funcionários — transferir atividades internas para a Polícia Federal, acabar com empreguismo e o militarismo dentro de seus quadros. O SNI ou o "serviço", como é conhecido na intimidade, convenceu-se de que os bons tempos de prestígio, força, verbas secretas, negócios especiais acabaram. Como consolo perderá a imagem de tutor e insegurança que espalhou por mais de duas décadas na sociedade. Nada como eleições diretas. Até mesmo para quem agiu tanto tempo contra elas.

Etevaldo Dias

098

A fachada que abafou grito de torturados

No número 425 da Rua Barão de Mesquita, situado na confluência dos bairros da Tijuca e Maracanã, típicos da classe média do Rio, o velho prédio de dois andares que serve de quartel para o 1º Batalhão de Polícia do Exército em nada lembra os horrores da década de 70, quando ali funcionou um dos centros de tortura montados pelo regime instalado pelo golpe militar de 1964. As paredes estão impecavelmente caiadas, as palmeiras viçosas e ainda há grades protegendo o jardim, exatamente como há quase 20 anos, na época em que essa fachada de colégio escondia as masmorras do DOI-CODI.

A transformação do quartel da PE em prisão política ocorreu em 1969, ano em que o então ministro do Exército, general Orlando Geisel, implantou a estrutura de repressão aos grupos de esquerda que haviam levantado armas contra o regime militar. A base do sistema era o Destacamento de Operações de Inteligência (DOI), subordinado ao Comando de Operações da Defesa Interna (CODI), ligado diretamente ao estado-maior do comando regional.

O DOI-CODI da Barão de Mesquita foi peça importante no aniquilamento da esquerda armada. Em suas câmaras de tortura, os militares aperfeiçoaram os métodos de suplicio. Os primeiros presos que passaram pela PE não encontraram celas com isolamento acústico para abafar gritos durante as sessões de suplicio.

Em 1972, um relatório da Amnistia Internacional sobre tortura no Brasil descreveu o dentista maluco, através de denúncia de Lúcio Flávio Regueira. Ele contou que em 1970 viu na PE seu companheiro de prisão Carlos Eduardo Fayal de Lira perder três dentes, destruídos por uma broca

usada sem anestesia, enquanto recebia choques elétricos por um fio ligado à cadeira. O mesmo relatório contava que Vera Sílvia de Araújo, presa no quartel da Barão de Mesquita, passou sete horas no pau-de-arara, recebendo choques e golpes de cassetete e chicote por todo o corpo.

O livro Brasil nunca mais, editado em 1985 por iniciativa da Arquidiocese de São Paulo, reproduz depoimento prestado em 1969 na Justiça Militar por Maria Auxiliadora Lara Barcelos, denunciando a morte de Chael Charles Schreider no quartel da PE: "Ouvia gritos de Chael dizendo não saber de nada (...) torturas duraram até sete horas da manhã, quando Chael parou de gritar, ficando caído no chão (...) Chael foi pisado (...) tendo Chael morrido no sábado."

Dois nomes da lista 125 pessoas desaparecidas na fase repressiva do regime militar teriam morrido nas mãos de torturadores da PE: Mário Alves, que era dirigente do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e Rubens Paiva, empresário que perdeu o mandato de deputado federal em 1964.

Com base em depoimentos de Antônio Carlos de Carvalho e Raimundo Teixeira Mendes, que passaram pelas celas da Barão de Mesquita, Jacob Gorender conta, no livro Combate nas trevas, que Mário Alves morreu, em 16 de janeiro de 1970, com os intestinos perfurados por um cassetete com estrias de aço introduzido no ânus.

Em 1986, o psicanalista Amílcar Lobo, que era oficial-médico em 1971, revelou à revista Veja que foi chamado para um homem que havia sido jogado na uma cela após uma sessão de tortura. Lobo contou que o homem, que tinha equimoses pelo corpo e apresentava sintomas de hemorragia abdominal, chegou a abrir os olhos e disse que se chamava Rubens Paiva. No dia seguinte, soube por um oficial que o homem morreria.

f. fil.

098

Jun 71

FMPC
S. M.

Memorial reerguido

O prefeito de Volta Redonda, Wanildo de Carvalho (PDT), decidiu que não irá impedir a reconstrução do Memorial 9 de Novembro, destruído por um atentado a bomba, no último dia 2 de maio, nove horas após ter sido inaugurado. Inúmeras cartas da clandestina Frente Patriótica Nacionalista contendo ameaças de novo atentados fizeram com que o prefeito ficasse contra a obra, alegando questões de segurança. Ontem pela manhã, o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Vagner Barcelos, comandava os trabalhos de limpeza da base onde o memorial será novamente instalado. Para hoje, estão previstos os trabalhos iniciais de fixação do monumento. "Vamos mostrar que não temos medo de atentados e que nossa luta é justa porque envolve o resgate da cidadania do povo de Volta Redonda", disse Barcelos. Já o prefeito pensa diferente. "É mais uma tentativa da CUT de criar fatos políticos com o objetivo de lucrar eleitoralmente", afirmou Carvalho, numa alusão ao fato de Barcelos ser ligado à central sindical. (AJB)

098

F. H. 08

ZERO HORA — Sábado, 25.09.39 — PAGINA 39

General Lima Fajardo assume o Comando Militar do Sul

A solenidade de transmissão do Comando Militar do Sul, marcada anteriormente para o Parque Farroupilha, em razão do mau tempo na manhã de ontem, foi realizada no Salão Nobre do Quartel General do CMS, presidida pelo ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, que chegou momentos antes a Porto Alegre. O ato consistiu da leitura dos decretos de exoneração e nomeação, respectivamente do antigo e novo comandante, general Clóvis Borges de Azambuja e Alberto dos Santos Lima Fajardo. Seguiu-se a leitura de elogio ministerial ao general Azambuja e palavras de despedida do mesmo.

Estiveram presentes à cerimônia o governador Pedro Simon, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, o vice-governador do Paraná, Ary Quirós, representando o governador Alvaro Dias, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Gleno Scherer, o repre-

sentante do presidente do Tribunal de Justiça, o representante do prefeito municipal Raul Trevisan, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, os comandantes do V Comando Aéreo, do 5º Distrito Naval e generais com comandos nos três Estados do Sul e grande número de convidados. A RBS foi representada pelo jornalista Wilson Muller.

Após a cerimônia de troca de comando, no gabinete do Quartel General foi realizada a inauguração do retrato a óleo do general Clóvis Borges de Azambuja, na galeria de ex-comandantes, seguindo-se uma recepção às autoridades.

NOVO COMANDANTE — O general de Exército Alberto dos Santos Lima Fajardo, que recebeu o comando do general Clóvis Borges de Azambuja, que por quase cinco décadas dedicou-se exclusivamente ao Exército brasileiro, é oriundo da arma de Infantaria, natural do Rio de Janeiro, casado com a senhora Zuleide

Maria Dias Fajardo, possuindo do casal duas filhas. Entre as suas condecorações como oficial-general destacam-se os comandos da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro; da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada-Bocota, no Rio de Janeiro e da 3ª Divisão de Exército "Divisão Encouraçada" em Santa Maria. Foi ainda Diretor de Inativos e Pensionistas e vice-chefe do Departamento geral de Serviços, ambas em Brasília. Ultimamente, desempenhava o cargo de Chefe do Departamento Geral do Pessoal, em Brasília.

O novo comandante Militar do Sul foi condecorado com a Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito das Forças Armadas, Medalha Militar de Ouro com passador de platina (quarenta anos de serviços) e Medalha do Pacificador.

01-01

8907222

PM mineira esfria crise mas promete vigilância

BELO HORIZONTE — O comandante geral exonerado da Polícia Militar de Minas, coronel José Braga Júnior — pivô do movimento de contestação à autoridade do governador Newton Cardoso, nos últimos quatro dias — disse, ontem, que "foi necessária a demonstração de coesão interna, disciplina e a pujança impetuosa da PM", para que a corporação obtivesse sucesso na sua reivindicação salarial. A afirmação foi feita durante a solenidade de transmissão de cargo a seu sucessor, Jair José Dias, a qual não compareceu o governador (preferiu mandar um representante, o secretário de governo Serafim Godinho).

"Tenho certeza que a posição que assumi calou fundo no coração dos militares e dos mineiros", reiterou, referindo-se à recusa em punir o coronel reformado José Geraldo de Oliveira, ex-comandante da PM e ativo participante do golpe de 1964, que assinou um artigo no jornal *Estado de Minas*, no qual atacava duramente o governador de Minas. Newton Cardoso havia convocado José Braga Júnior, exibido o artigo e pedido a punição. Diante da recusa, abriu-se a mais grave crise do governo de Newton Cardoso, na esteira de um movimento por melhorias salariais da corporação.

Braga Júnior permaneceu na PM e passa à reserva em fevereiro, no prazo normal de afastamento. Ele realizou, que a corporação viveu momento histórico e não pronunciou, em seu discurso, uma vez sequer, o nome de Newton Cardoso, dizendo que o cargo no qual permaneceu durante um ano e oito meses "foi conferido pelo governo". Ele pôs o ex-chefe do Estado-Maior, coronel Eden Angelo, que foi exonerado por ter se solidarizado com ele.

O coronel Eden Angelo, demonstrando sempre sorriso largo, durante a cerimônia em que transferiu o cargo ao coronel José Alaim Lopes, foi ainda mais contundente, no seu discurso: "Curvou-me à decisão do governador, mas mantive-me vigilante até que as promessas sejam cumpridas".

Mais tarde em entrevista acrescentou que o movimento da PM continua, ao menos para ele. "Promessas são promessas, precisamos vê-las cumpridas. Continuamos vigilantes e espero que a corporação também", disse. O coronel Eden Angelo voltou a criticar sua exoneração como "ato de insubordinação do governador". O coronel reformado José Geraldo de Oliveira, presente à cerimônia e que portou apelo especial à disciplina, do novo comandante da PM, Jair José Dias, declarou que também considera que o movimento não está encerrado.

— Como homem de 1964 continuo participando do movimento, mas não quero mais nenhuma liderança — declarou, depois de cumprimentar o novo comandante.

O coronel Jair José Dias fez um discurso formal, no construído dos colegas

que deixavam seus postos. Não se referiu ao movimento da PM, preferiu comentar que a crise econômica do país é grave, mas que a nova ordem constitucional provocou em todos esperanças. E jurou lealdade ao governador Newton Cardoso, sob o olhar rigoroso do comandante da 4ª Divisão do Exército, general Waldemar Sabino, que presidiu a cerimônia, mas não discursou.

No rádio — Pouco antes do horário marcado para a posse, o coronel José Geraldo de Oliveira, considerado líder do movimento reivindicatório da PM, reafirmou em entrevista à Rádio Itatiaia que a questão principal não é o "salário de fome dos soldados", mas a situação em que se encontra um estado "governado por esse mafioso que se chama Newton Cardoso".

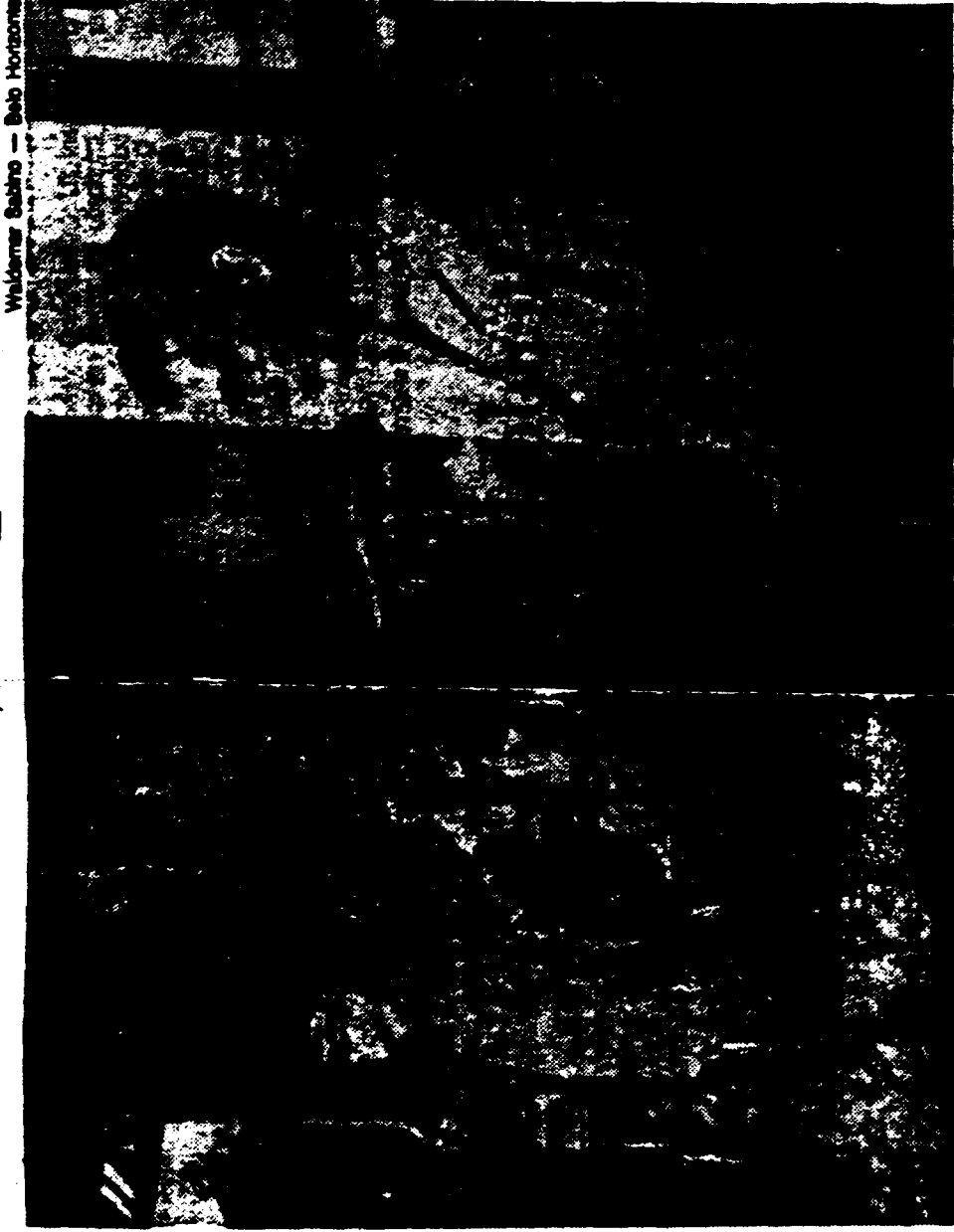
"Eu sou um remanescente de 1964, um movimento armado que, posso dizer, foi até encabeçado pela Polícia Militar de Minas Gerais, e que tinha a finalidade, sobretudo, de evitar que o Brasil caísse nesta situação de desespero em que se encontra hoje, que é muito pior que em 1964", afirmou o coronel José Geraldo, de 74 anos.

Segundo explicou, é por esse motivo que se sente na obrigação de "contestar o atual governante" do estado, "que inaugurou em Minas um governo antes desconhecido, que é o da corrupção, que é o da desonestidade, que é a falta de cumprimento da palavra empenhada, que é esse de assaltar os cofres públicos, conseguir dinheiro de qualquer jeito, tornar-se milionário, ter tanto dinheiro de não saber mais onde colocar, já ter mais de 30 fazendas em Minas depois que ele assumiu o governo há dois anos".

Tuma em Minas — O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, esteve ontem durante a manhã na 4ª Divisão de Exército, onde o comandante da 4ª Brigada de Infantaria, general Luiz Carlos Rodrigues Dória, fez-lhe um relato da crise das polícias militar e civil em Minas.

Ele afirmou que "há preocupação" com a crise, no governo federal, mas negou que tenha vindo a Minas por esse motivo. Disse que não fará contatos com políticos ou com o governador, "a não ser que ele me convide para tomar um café", e que sua vida já estava marcada, para participar da comemoração dos 24 anos de criação da Polícia Federal.

"É claro que o governo se preocupa com qualquer problema nas instituições que devem se reger pela hierarquia e disciplina. Mas o oficial da Polícia Militar exonerado esteve aqui, recebeu a homenagem e se convenceu para a passagem do comando da corporação, o que me dá a certeza de que não há mais nenhuma crise na Polícia Militar", disse Tuma. Ele se referiu ao ex-comandante da PM, coronel José Braga Júnior, que acabou de receber a insígnia da Polícia Federal e o diploma de colaborador ativo.



Waldemar Sabino — Belo Horizonte

O coronel José Braga faz seu discurso de despedida assistido pelo general Waldemar

Governo pensou em mandar tropas do Exército para conter rebeldes

BRASÍLIA — O governo federal chegou a cogitar o deslocamento de tropas do Exército de estados vizinhos para conter a PM mineira. A informação foi dada ontem por um assessor do presidente José Sarney. A primeira providência do Palácio do Planalto, através dos ministros-chefes do Gabinete Militar, general Rubem Baysa Deryn, e do SNI, general Ivan de Souza Mendes, segundo o assessor, foi entrar em contato com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que determinou a 4ª Divisão do Exército, de Minas Gerais, com 16 mil homens, que ficasse de sobreaviso para qualquer "situação de emergência". "Em caso de necessidade, haveria deslocamento de tropas do Rio de Janeiro ou do Distrito Federal para a área", informou o assessor da Presidência da República. A preocupação tinha origem no fato de a PM mineira ter em suas fileiras um superior ao de Brasília no estado, de cerca de 30 mil homens.

O presidente José Sarney obteve pelo menos um saldo político favorável ao episódio: o governador Newton Cardoso, que desde o mês passado vinha fazendo pesadas críticas ao governo, teve que voltar atrás e pedir auxílio ao Planalto. Desde sábado, o governador enfrentava ameaças de insubordinação, e no domingo, quando a crise atingiu o seu auge, com a cassação do comandante-geral da PM, coronel José Braga Júnior, foi obrigado a telegrafar ao chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, solicitando a intervenção do Palácio na crise.

O dia seguinte do Departamento de Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, seguiu ontem para Belo Horizonte, a pedido do chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, a fim de acompanhar o fim da crise e preparar um relatório sobre o episódio. O chefe da PM mineira, coronel José Braga Júnior, foi afastado de seu cargo, e participará com delegação

corporação, o presidente José Sarney manteve-se informado através do SNI. O Planalto considerou os episódios como fatos de maior gravidade e, segundo assessores do governo, credita isso à falta de autoridade de Newton Cardoso. O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, falou várias vezes com o chefe do SNI para tratar do assunto.

Foi com um certo sabor de vitória, segundo assessores do Gabinete Civil, que o ministro Costa Couto recebeu o pedido de ajuda do governador mineiro. Nas salas do Gabinete Civil, circulou de fato em um exemplar do jornal *Estado de Minas*, de oposição ao governador Newton Cardoso, com o artigo do coronel José Geraldo de Oliveira contestando críticas duras ao governador. A PM de Minas Gerais é uma corporação de tradição, na avaliação dos assessores do governo, e participou com destaque

8907329

098

BRASIL 2/8/84

F.M. Exército não aceita o ultimato

Pinguelli aponta falha na retirada de Angra dos Reis

BRASILIA — O Ministério do Exército estuda uma forma de responder à juíza Maria Teresa Lobo, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que exigiu do ministro Leônidas Pires Gonçalves a apresentação até o próximo dia 24 do Plano de Emergência Externa para a retirada da população de Angra dos Reis em caso de acidente nuclear, sob pena de fechamento da usina Angra I. O plano existe, segundo a área militar, e não é de responsabilidade só do Exército, que entra com seu pessoal para coordenar a operação.

A prova de que o plano existe e de que a juíza agiu precipitadamente, pela avaliação das Forças Armadas, é que há meses foi realizado o primeiro exercício de retirada e que no próximo fim de semana será feito mais um, com participação de moradores, sob coordenação do Comando Militar do Leste. Do plano fazem parte, além do Exército, os Ministérios da Marinha e do Interior, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), a Prefeitura de Angra, o governo estadual e Furnas Centrais Elétricas, responsável pela usina.

Cada um desses órgãos, de acordo com o plano, executa a sua parte e a população precisa ser envolvida para evitar o pânico e estar apta a deixar a cidade caso haja necessidade. O primeiro exercício de retirada serviu para verificação de possíveis falhas no projeto original de retirada elaborado pela Cnen para casos de emergência não só em Angra dos Reis como em qualquer outra parte do país onde haja instalações nucleares.

Comissão — Paralelamente aos estudos permanentes realizados pelas entidades responsáveis pela segurança de Angra, há uma comissão consultiva de rádio-proteção e segurança nuclear, tendo à frente o cientista Pena Franco, que se reúne rotineiramente para atualizar os planos de evacuação de áreas onde há usinas atômicas. Os integrantes dessa comissão participaram do exercício do próximo fim de semana em Angra dos Reis e toda a atualização será transformada, no futuro, em projeto de lei definindo a segurança em qualquer área do país.

Antes mesmo de Angra I entrar em funcionamento, já existia o plano de retirada da população e de prevenção contra a radioatividade. Seria uma ir- responsabilidade se ele não existisse, dizem os militares, garantindo que a Cnen e o Exército agem com o maior cuidado nesses casos e têm uma preocupação especial com qualquer tipo de problema que possa ser gerado por energia nuclear. Os órgãos envolvidos nesse planejamento já sabem o que fazer e já realizaram dezenas de treinamentos, afirma. Agora, o projeto está em uma segunda fase, de treinamento da população. Depois do teste deste fim

de semana, o próximo deverá ocorrer em três meses e há outros programas.

Pinguelli — O físico Luis Pinguelli Rosa acha que há vários pontos falhos no plano de retirada da população de Angra dos Reis em caso de acidente nuclear. Entre eles, o esquema de informação aos habitantes e a avaliação do equipamento radioativo. Ele explica que o Exército parte de um princípio otimista para determinar a retirada de moradores por zonas. "O estudo dos militares é baseado na hipótese de que escape por dia 0,11% de material radioativo, percentual pequeno para um acidente", diz o diretor da Coppe (Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ).

Pinguelli revela que o prazo determinado para a retirada de pessoas da Zona Dois (área de 5 km em volta da usina) é de 24 horas; da Zona Três (de 5 a 10 km), de até oito dias; e da Zona Quatro (de 10 a 15 km), até 15 dias. Em relatório que fez após inspeção no local em dezembro de 88, o físico afirma que o Exército levava de 48 a 72 horas para chegar até Angra e começar a organizar a retirada dos moradores. "Além disso", diz, "o Exército não tem roupas especiais para atuar em áreas de grande contaminação nem verbas para adquirir esse material."

O deputado Carlos Minc (PV) acha que o detalhe dado pelo Exército ao exercício do próximo fim de semana — foram credenciados 71 jornalistas — se

deve à pressão da juíza Maria Teresa Lobo, da 7ª Vara Federal do Rio. "O fato de o Exército passar o sábado mostrando para a imprensa como será feita a retirada da população não adianta nada, porque Angra dos Reis não tem estrutura para arcar com um acidente de grande porte", afirma o deputado.

No sábado, enquanto o exercício estiver sendo realizado, o PV e o PT farão manifestação em Angra. O protesto *Pela vida, pela paz, Hiroshima nunca mais* lembrará o lançamento da bomba atômica sobre a cidade japonesa há 44 anos (6 de agosto de 1945), quando milhares de pessoas foram mortas em poucos minutos, além dos danos a sobreviventes, seus descendentes e ao meio ambiente. Segundo Minc, a tragédia é lembrada pelos dois partidos desde 1982, que não vê motivo para adiar a manifestação.

Angra dos Reis começa a receber amanhã os soldados do Comando Militar do Leste para o exercício de retirada da população. O treinamento, o primeiro com participação de moradores, começará às 8h de sábado no Centro de Infrações de Angra I e irá até o final da tarde. Para o exercício foram cedidos 340 moradores: 80 da comunidade do Frade, 40 de Encui, 40 de Anitá, 40 do Posto Km 102, 60 da Escola Santos Dumont, 60 do B. Lineário e 20 de Sepetiba, que ficam concentrados em diversos pontos da cidade. O coronel Luis Castro da Silveira Filho, chefe da 9ª Seção do Comando Leste, disse que o treinamento será apenas com moradores da sede do município.

01-01

8907385

098

F.M. O.B.

JORNAL DO BRASIL

Sarney muda promoção do Alto Comando

BRASÍLIA — Pela primeira vez neste governo, o presidente José Sarney alterou a lista de promoções elaborada pelo Alto Comando de uma força armada — Aeronáutica —, ao conceder a quarta estrela

ao brigadeiro Lair Andrade para a única vaga existente — se enganhou junto ao presidente para obter a quarta estrela para o brigadeiro Murilo.

O chefe de Gabinete Militar, Rubens Bayma Denys, também teve participação na promoção de Murilo, além de conseguir tornar brigadeiro o seu subchefe de Aeronáutica, coronel José Salazar Primo. A decisão tomada pelo presidente José Sarney causou enorme preocupação na área militar. O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, chegou a conversar com Sarney sobre as consequências da decisão.

O general Ivan lembrou que haveria uma reação muito forte na Aeronáutica, já que para promover o brigadeiro Murilo três oficiais-generais seriam coronéis (ou seja, passados para trás na vez da promoção: Lair de Andrade, Dilson Lyra Castello Branco e Sérgio Luiz Buarque).

Nos meios sociais em Brasília, a promoção do brigadeiro Murilo já era tida como certa. Prova disso é que a Academia de Tênis — onde durante os fins de semana se reúnem para partidas amigáveis, além do brigadeiro Murilo, o general Bayma Denys, o ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, e o ministro do Exército, general Leonidas Feres Gonçalves — está há mais de 15 dias com um de seus salões reservados para a grande festa da promoção. Dessa homenagem ao brigadeiro Murilo participaram também alguns amigos vindos do Rio de Janeiro, em um voo já programado pela Força Aérea.

31/7/84

Reação — "Foi uma traição ao Alto Comando", acusou um brigadeiro, que preferiu não se identificar temendo represálias e assustado com o que mais poderá vir daqui pra frente. Houve reação também contra a portaria assinada pelo ministro Moreira Lima e publicada no Diário Oficial do último dia 26 — um dia após a reunião do Alto Comando da Aeronáutica —, alterando o critério de elaboração de listas de promoções.

Anteriormente o comando preparava apenas uma lista. Agora, com a modificação, passam a existir duas listas. A primeira com dez nomes, da qual foi excluído o brigadeiro Dilson Lyra Castello Branco,

Jardim de Mattos. E a segunda relação, com cinco nomes, em que foram selecionados os três primeiros, por maioria absoluta dos votos. Nesta Murilo Santos ficou em terceiro lugar.

Para tentar contornar a situação, o ministro da Aeronáutica encontrou uma saída diplomática. Procurou para a conversa o brigadeiro Lair, que atualmente se encontra na Dirma — Diretoria de Material da Aeronáutica —, no Rio de Janeiro. Moreira Lima disse a Lair para não pedir transferência para a reserva, como ocorre com todos os coronéis, porque garantiria sua promoção no dia 25 de novembro. Assim, o ministro tentaria contornar a situação constrangedora criada junto ao Alto Comando, que classifica o brigadeiro Lair como inpeçável.

Além do brigadeiro Murilo Santos, que obteve sua quarta estrela, foram promovidos o major-brigadeiro Guido de Resende Sousa e o brigadeiro-do-ar os coronéis Ercio Braga e José Salazar Filho. Com as coronas promovidas, o ministro Moreira Lima disporá de um grande número de vagas para as promoções de 25 de novembro.

Exército — No Exército, não houve problemas nas promoções. A única vaga existente de quatro estrelas foi ocupada pelo general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes. Para general-de-divisão, foi promovido o general Abdias da Costa Ramos e para general-de-brigada, os coronéis Ubirajara da Silva Valença, no quadro de engenheiros militares, e Paulo Schwingel, no quadro de combatentes.

Marinha — Na Marinha só há vagas para o posto de contra-almirante. No corpo de Armada foram promovidos João Alberto Acioly Fraga, Fernando Manoel Fonte Diegues e Mauro Viana de Araripe Machado. No corpo médico, ascendeu ao almirantado o capitão-de-mar-e-guerra Iram Moreira de Azevedo.

088

F.M.

22/6/89

Generais reivindicam equiparação com STM

O Estado-Maior das Forças Armadas encaminhara ao Palácio do Planalto duas ou três propostas para o pagamento da diferença entre o soldo de oficiais-generais quatro estrelas e o vencimento dos ministros do Superior Tribunal Militar, entre os meses de outubro do ano passado e janeiro deste ano.

Os militares reivindicam a equiparação de salários com os magistrados que gozam de uma, e ainda os atrasados relativos a quatro meses. Em junho, os ministros do STM haviam conseguido aumento extraordinário a outubro de 88. Então, depois de um mês de negociações, eles chegaram à conclusão de que o aumento é um direito líquido e certo, mas precisam apresentar fiança para o pagamento da picota, que implicará em desembolso de recursos por parte da União.

De parte das propostas, os militares esperam que o presidente sancione uma por uma, que for mais conveniente aos seus pleitos, que se encaminhada ao Congresso, sob forma de projeto de lei. A decisão final sobre o pagamento da diferença ficará com o cargo do Congresso Nacional. Os militares militares não querem admitir que isto represente uma derrogação ao total e não falar sobre as propostas em curso.

Os ministros militares discutiram ainda a questão das pensões das viúvas e dependentes do pessoal do Exército, Marinha e Aeronáutica, que hoje recebem apenas 50% do salário de um capitão efetivo. De acordo com a Constituição, as viúvas e dependentes têm que receber o mesmo valor da que o morto. Por isso, o STM está elaborando um novo projeto para a lei de pensões dos militares. Esta era uma antiga reivindicação da categoria, que não admitia ver o paião de vida dos militares ser reduzido, com a redução dos vencimentos em 50%. Hoje, eles pagam o correspondente a um dia de soldo e o projeto propõe um aumento na contribuição, para levar um aumento no valor do pensão. De acordo com a legislação vigente, não só as viúvas, como as filhas dos militares têm direito a pensão, após a morte do pai.

Indústria bélica fechou o ano passado com pesados prejuízos

Jorge J. Okubaro

SÃO PAULO — As empresas produtoras de equipamentos bélicos estão perdendo uma guerra — a do lucro. Os balanços contábeis que acabam de ser publicados revelam que essas empresas estão, em geral, pesadamente endividadas, amargam muitos cancelamentos de encomendas e, no final de 1988, grafavam em vermelho seu resultado: tiveram prejuízo. Responsáveis diretos pela consolidação de um importante pólo de tecnologia avançada em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, a 100 quilômetros da capital, os fabricantes de armamentos não vivem um período de euforia. Sua saúde financeira foi atingida de forma fatal.

A Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., primeira fabricante brasileira de foguetes e mísseis, protelou o quanto pôde a publicação de seu balanço — o que acabou sendo feito no sábado, num jornal de circulação local de São José — por causa do enorme prejuízo que teve no ano passado, próximo a NCz\$ 70 milhões. Trata-se de uma perda semelhante à apresentada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) — pioneira na região e, embora seus produtos tenham aplicação essencialmente comercial, indutora do crescimento da indústria bélica —, de NCz\$ 76,1 milhões.

O desempenho da Órbita Sistemas Aeroespaciais S.A. descreveu uma trajetória parabólica semelhante à dos mísseis que fabrica: partindo do nada em 1986, quando a empresa foi criada, o lucro atingiu NCz\$ 275 mil em 1987 (preços corrigidos para valores de 1988) e despenhou para um prejuízo de NCz\$ 3,8 milhões no ano passado.

Tal situação — sem proteger suas finanças com a mesma blindagem que en-

volve os carros de combate de sua fabricação — como os conhecidos Urutu e Cascavel, lista à qual se soma o primeiro tanque de fabricação nacional, o Osório —, a Engenharia Associados S.A. (Engesa) vem acumulando prejuízos há alguns anos. Em 1988, o total foi de NCz\$ 35,2 milhões.

Apenas duas das empresas analisadas escaparam com suas finanças ilesas de um ano marcado pelo vermelho do prejuízo: a Bernardini, que produz blindados, com lucro de NCz\$ 91 mil, e a D.F. Vasconcellos Óptica e Mecânica de Alta Precisão (que constrói em São José dos Campos uma unidade de montagem de foguetes, produz sistemas ópticos e mecânicos de aplicação militar, mas ainda atua preferencialmente no segmento civil), com lucro de NCz\$ 88 mil.

Um conjunto de tantos resultados negativos parece bastante para se supor que existe um inimigo comum para todas as empresas. As explicações de cada uma delas, entretanto, diferem muito. A Embraer, a maior das empresas analisadas e que vende mais para o mercado civil (entre os aviões de sua fabricação estão o Brasília, o Bandeirante e o AMX) atuou num campo de batalha particularmente desfavorável no ano passado. Primeiro viu revogada a isenção do ICM que vigorava para seus produtos vendidos no mercado interno (o ano começou com alíquota de 18%, mais tarde reduzida para uma faixa entre 3% e 6%, que de qualquer forma encarece os preços). Na outra ponta, as matérias-primas que importa passaram a ser taxadas. Depois, o governo norte-americano ameaçou sobretaxar os aviões vendidos aos EUA, seu principal mercado civil, em represália à reserva de mercado no campo de informática adotada pelo Brasil. Por fim, a

empresa não conseguiu obter do governo — seu controlador — o aporte de capital de US\$ 130 milhões para investir na produção e alongar o perfil da dívida. "A capitalização da companhia foi exaustivamente tentada, sem sucesso", diz o superintendente da Embraer, Ozilio Carlos da Silva. Apesar disso, a Embraer conseguiu faturar o equivalente a US\$ 523 milhões e espera exportar US\$ 500 milhões e vender US\$ 200 milhões no mercado interno este ano.

Ciclo — Para fonte ligada à Engesa, os prejuízos que a empresa vem enfrentando devem-se às "oscilações normais do mercado internacional" que nem seus veículos especiais, desenhados para operar em qualquer terreno, conseguem superar. "São problemas cíclicos", insiste a fonte, rejeitando uma explicação corrente no mercado, a de que o fim do conflito Irã-Iraque fechou o principal mercado da Engesa.

Felipe Cury, assistente da Diretoria de Relações Oficiais da Avibrás, dispara contra três alvos para justificar o mau resultado apresentado pela fabricante de mísseis e foguetes. Em primeiro lugar, ele cita o atraso do pagamento de clientes internacionais, situação que "já está sendo normalizada", segundo ele. Sabe-se que, no auge, esses atrasos chegaram a US\$ 45 milhões. Cury mira também na valorização artificial do cruzado frente ao dólar (a desvalorização cambial hoje, nos seus cálculos, deveria ser de 40%) como fator de prejuízo. Por fim, atira contra o alto endividamento da empresa. As exportações da Avibrás, que tinham sido de US\$ 322 milhões em 1987, caíram para menos da metade disso no ano passado. Três meses atrás, a indústria demitia 1.800 trabalhadores, mantendo hoje um quadro de 3 mil empregados.

O desempenho das indústrias bélicas

Receita operacional líquida (verbas)	Lucro líquido antes do imposto de Renda			Rentabilidade do Patrimônio Líquido			Endividamento geral		
	86	87	88	86	87	88	86	87	88
144.220	100.000	174.300	28.877	6,9%	1,9%	16,1%	87,8%	75,0%	75,0%

Mercado tem disparidade de preços

Na semana passada, a agência Encontre Salles de Agências em Porto Alegre, promovendo o 5º Encontro Salles de Agências em Porto Alegre, a agência conseguiu pelo menos uma em cada dez em todo o território e a meta é atualmente a Salles possui 23 cobradores do Rio de Janeiro e Brasília. — detém duas nos estratosféricos mer-

o país sem precisar abrir novas filiais. Atualmente a Salles possui 23 cobradores do Rio de Janeiro e Brasília. — detém duas nos estratosféricos mer-

o país sem precisar abrir novas filiais. Atualmente a Salles possui 23 cobradores do Rio de Janeiro e Brasília. — detém duas nos estratosféricos mer-

Indústria bélica fechou o ano passado com pesados prejuízos

Jorge J. Okubaro

SÃO PAULO — As empresas produtoras de equipamentos bélicos estão perdendo uma guerra — a do lucro. Os balanços contábeis que acabam de ser publicados revelam que essas empresas estão, em geral, pesadamente endividadas, amargam muitos cancelamentos de encomendas e, no final de 1988, grafavam em vermelho seu resultado: tiveram prejuízo. Responsáveis diretos pela consolidação de um importante pólo de tecnologia avançada em São José dos Campos, no Vale do Paraíba, a 100 quilômetros da capital, os fabricantes de armamentos não vivem um período de paz. Sua saúde financeira foi atingida. Estão mal.

A Avibrás Indústria Aeroespacial S.A., primeira fabricante brasileira de foguetes e mísseis, protelou o quanto pôde a publicação de seu balanço — o que acabou sendo feito no sábado, num jornal de circulação local de São José — por causa do enorme prejuízo que teve no ano passado, próximo a NCz\$ 70 milhões. Trata-se de uma perda semelhante à apresentada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) — pioneira na região e, embora seus produtos tenham aplicação essencialmente comercial, indutora do crescimento da indústria bélica —, de NCz\$ 76,1 milhões.

O desempenho da Órbita Sistemas Aeroespaciais S.A. descreveu uma trajetória parabólica semelhante à dos mísseis que fabrica: partindo do nada em 1986, quando a empresa foi criada, o lucro atingiu NCz\$ 275 mil em 1987 (preços corrigidos para valores de 1988) e despenhou para um prejuízo de NCz\$ 3,8 milhões no ano passado.

Enigmistas — Sem proteger suas finanças com a mesma blindagem que en-

volve os carros de combate de sua fabricação — como os conhecidos Urutu e Cascavel, lista à qual se soma o primeiro tanque de fabricação nacional, o Osório —, a Engenheiros Associados S.A. (Engesa) vem acumulando prejuízos há alguns anos. Em 1988, o total foi de NCz\$ 35,2 milhões.

Apenas duas das empresas analisadas escaparam com suas finanças ilesas de um ano marcado pelo vermelho do prejuízo: a Bernardini, que produz blindados, com lucro de NCz\$ 91 mil, e a D.F. Vasconcellos Óptica e Mecânica de Alta Precisão (que constrói em São José dos Campos uma unidade de montagem de foguetes, produz sistemas ópticos e mecânicos de aplicação militar, mas ainda atua preferencialmente no segmento civil), com lucro de NCz\$ 88 mil.

Um conjunto de tantos resultados negativos parece bastante para se supor que existe um inimigo comum para todas as empresas. As explicações para isso são várias, entretanto, diferem muito. A Embraer, a maior das empresas analisadas e que vende mais para o mercado civil (entre os aviões de sua fabricação estão o Brasília, o Bandeirante e o AMX) atua num campo de batalha particularmente desfavorável no ano passado. Primeiro viu revogada a isenção do ICM que vigorava para seus produtos vendidos no mercado interno (o ano começou com alíquota de 18%, mais tarde reduzida para uma faixa entre 3% e 6%, que de qualquer forma encarece os preços). Na outra ponta, as matérias-primas que importa passaram a ser taxadas. Depois, o governo norte-americano ameaçou sobretaxar os aviões vendidos aos EUA, seu principal mercado civil, em represália à reserva de mercado no campo de informática adotada pelo Brasil. Por fim, a

empresa não conseguiu obter do governo — seu controlador — o aporte de capital de US\$ 130 milhões para investir na produção e alongar o perfil da dívida. "A capitalização da companhia foi exaustivamente tentada, sem sucesso", diz o superintendente da Embraer, Ozilio Carlos da Silva. Apesar disso, a Embraer conseguiu faturar o equivalente a US\$ 523 milhões e espera exportar US\$ 500 milhões e vender US\$ 200 milhões no mercado interno este ano.

Cielos — Para fonte ligada à Engesa, os prejuízos que a empresa vem enfrentando devem-se às "oscilações normais do mercado internacional" que nem seus veículos especiais, desenhados para operar em qualquer terreno, parecem conseguir superar. "São problemas cíclicos", insiste a fonte, rejeitando uma explicação corrente no mercado, a de que o fim do conflito Irã-Iraque fechou o principal mercado da Engesa.

Felipe Cury, assistente da Diretoria de Relações Oficiais da Avibrás, dispara contra três alvos para justificar o mau resultado apresentado pela fabricante de mísseis e foguetes. Em primeiro lugar, ele cita o atraso do pagamento de clientes internacionais, situação que "já está sendo normalizada", segundo ele. Sabe-se que, no auge, esses atrasos chegaram a US\$ 45 milhões. Cury mira também na valorização artificial do cruzado frente ao dólar (a desvalorização cambial hoje, nos seus cálculos, deveria ser de 40%) como fator de prejuízo. Por fim, atira contra o alto endividamento da empresa. As exportações da Avibrás, que tinham sido de US\$ 322 milhões em 1987, caíram para menos da metade disso no ano passado. Três meses atrás, a indústria demitiu 1.800 trabalhadores, mantendo hoje um quadro de 3 mil empregados.

O desempenho das indústrias bélicas

	Despesa operacional líquida (verbas)			Lucro líquido antes do imposto de Renda			Rentabilidade do Patrimônio Líquido			Endividamento geral		
	86	87	88	86	87	88	86	87	88	86	87	88
Embraer	334.200	300.000	174.500	2.100	2.100	2.422	6,0%	1,9%	0,0%	61,9%	73,9%	(ND)
Avibrás	63.983	120.141	(ND)	6.779	926	70.900(1)	26,5%	2,1%	(ND)	61,9%	73,9%	(ND)
Engesa	36.734	35.941	22.485	300	-14.600	28.700	5,0%	-12,5%	27,0%	61,9%	73,9%	28,1%
Órbita	2.574	3.429	(ND)	382	-7.212	(ND)	75,0%	110,2%	(ND)	61,9%	73,9%	(ND)
Engenheiros Associados	3.000	2.000	2.900	400	-1.200	80	16,0%	-60,0%	2,4%	61,9%	73,9%	28,1%
Óptica e Mecânica de Alta Precisão	1.704	1.905	1.982	-76	-140	91	-1,3%	-2,0%	0,5%	12,4%	13,0%	22,2%
Bernardini	100	50	1.000	0	275	1.000	0	0,3%	21,0%	61,9%	73,9%	28,1%

(1) — Valor aproximado, levantado pelo JORNAL DO BRASIL.
Fonte: Balanço e dados em documentos fornecidos, da Editora Visão.

Desempenho do setor é muito instável

SÃO PAULO — Por estar num mercado de alto risco, as fabricantes de material bélico apresentam desempenho bastante variável ao longo do tempo, diz José Augusto Silveira, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e coordenador do *Quem é quem na economia brasileira*, o mais antigo anuário sobre o desempenho das empresas do país, publicado pela Editora Visão.

Num estudo preparado para o JORNAL DO BRASIL, Silveira mostra, por exemplo, que a Embraer vinha apresentando resultados positivos até 1988,

o que dá razão à empresa quando justifica seu mau desempenho no ano passado com problemas conjunturais, provavelmente já superados. Na mesma análise, entretanto, verifica-se que a situação da Engesa já estava ruim pelo menos desde 1986 (primeiro ano abrangido na pesquisa), num processo que foi se agravando nos anos seguintes. O endividamento, uma verdade, mostra índices altos para o conjunto das empresas analisadas. Em dois casos (Engesa e Órbita) a taxa supera os 100% — isso quer dizer que o patrimônio não é suficiente para pagar a dívida.

Misericórdia — A Órbita, particularmen-

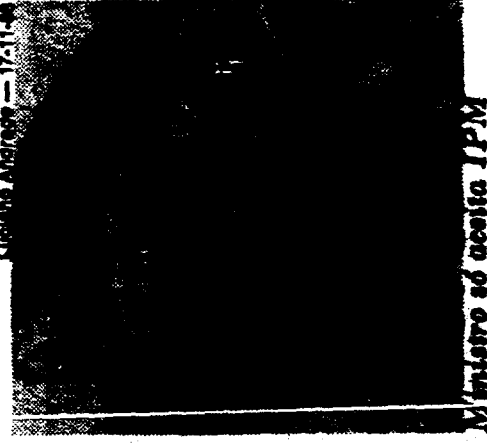
te, viveu um ano muito difícil em 1988. Mesmo as duas empresas que apresentaram lucro no ano passado (D.F. Vasconcellos e Bernardini) não chegaram a mostrar resultado brilhante em termos de rentabilidade do patrimônio (de 2,4% e 5,5%). A média de 52 grandes empresas já analisadas por José Augusto Silveira está em 11,4%. Embora considere prematuro fazer previsões sobre a média da rentabilidade das quase 10 mil empresas que serão incluídas no *Quem é quem*, Silveira admite que ela deverá ficar acima da de 1987, quando esteve em 2,1%, um dos números mais baixos da história. (J.O.)

Leônidas proíbe militar de depor em inquérito da CSN

BRASILIA — O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, não permitirá que os militares que participaram da operação de desocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, em novembro do ano passado (que estava tomada pelos operários em greve), depõem no inquérito instaurado pela Polícia Civil para apurar o caso. A decisão do general Leônidas foi anunciada aos demais militares da força terrestre através do Infopress (boletim oficial do ministro) expedido na última sexta-feira, sob a justificativa de que a convocação será negada porque eles estavam cumprindo missão constitucional, ao entrarem na CSN.

De acordo com o recado do ministro do Exército, quem está cumprindo missão constitucional não tem que dar esclarecimentos a inquéritos. O único caso em que teria cabimento a apresentação dos militares para depor, esclareceu Leônidas Pires no Infopress, seria em um IPM (Inquérito Policial Militar), nunca em um inquérito instaurado pela polícia do Rio para apurar os acontecimentos, que resultaram na morte dos três operários.

Alto-comando — Amanhã o Alto-Comando do Exército estará reunido em Brasília, sob a presidência do ministro Leônidas Pires Gonçalves, a partir das 9 horas. Na pauta, estão previstos assuntos administrativos, mas diversas questões pendentes, envolvendo as Forças Armadas, deverão ser avaliadas.



Jornal do Brasil — 17-11-88

Ministro só aceita IPM

A maior exposição ficará por conta do general Wilberto Luis Lima, comandante militar do Leste, que fará um balanço recente sobre a situação na área de Volta Redonda — que inclui a convocação dos militares para depor e a morte do soldado Charles da Silva, na última quinta-feira. Existem versões circulando de que o rapaz iria depor na Polícia Civil por ter sido uma das testemunhas da explosão do Memorial Nove de Novembro, na noite de 2 de maio, e que poderia ser o motivo de sua morte. O episódio está sendo investigado pelo Centro de Informações do Exército (CIE).

Soldado morto dava 1ª ronda após a bomba

não recebeu os retratos falados dos três homens que estavam em um Fiat Uno de Niterói e atiraram no soldado.

A possível ligação política na morte do soldado Charles só faz aumentar o pânico na cidade. Na Vila Militar o clima continua tenso e o policiamento foi visivelmente reforçado.

O advogado Alexsandro Braga, que socorreu o soldado metralhado, se recusa a dar qualquer entrevista.

— O que eu tinha que falar já falei para o Exército. Agora respeite minha privacidade e, se você me fotografarem, eu vou ser obrigado a quebrar essa máquina — reagiu ele, em pânico com o assédio da imprensa.

□ O comandante do soldado Charles Fabiano da Silva foi atribuído a "algum movimento radical em alguns assaltos irresponsáveis, como são todos", pelo ministro da Justiça, Oscar Dias Cerqueira. Em entrevista em Belo Horizonte, ele disse ao ignorar que o ataque ao soldado tenha ocorrido para o roubo de fuzil, citou "certos aspectos errados, que precisam de uma análise cuidadosa". O ministro também não desmentiu as informações sobre Charles ser um dos dependentes do espírito sobre a bomba que destruiu o movimento aos metalúrgicos mortos em Volta Redonda.

VOLTA REDONDA, RJ — O soldado do Exército Charles Fabiano da Silva, metralhado e morto na noite de quinta-feira, em Volta Redonda, não dava ronda noturna na Vila Militar desde a madrugada do dia 2 de maio, quando uma bomba destruiu o Memorial Nove de Novembro, construído em homenagem aos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mortos durante invasão do Exército ao ano passado. A revelação é do pai do soldado, José Joaquim da Silva. Charles seria ouvido nos próximos dias pelo delegado Paulo Pires, responsável pelo inquérito que apura a destruição do memorial. No momento do atentado do dia 2, o soldado dava ronda na Rua 15, da Vila Militar, localizada a cerca de 100 metros da Praça Juarez Antunes, onde foi colocada a bomba.

José Joaquim disse ainda que seu filho foi atingido por 19 balas de submetralhadora Uzi 9, segundo lhe contaram os médicos do hospital da CSN.

□ Com o PFC — Como as investigações estão a cargo do Polício de Investigações Criminais (PIC) do Comando Militar Leste, nenhuma informação oficial foi divulgada. A 9ª Delegacia de Polícia, de Volta Redonda, garante que se retirou do caso e o delegado-titular Hermínio Cardoso não foi visto ontem pelas policiais de plantão. A delegacia também



□ A delegacia de Volta Redonda divulgou ontem a noite o retrato falado do assassino de Charles Fabiano da Silva: é um homem de 30 a 35 anos, 1,80 m de altura, claro, forte, de bigode, olhos castanhos escuros e cabelos da mesma cor, encanecidos até o ombro.

01-01

B904806

860

098

F.M.

Sabota vê Marinha carente e eleição com posse

Depois de participar da homenagem aos mortos das Marinhas de Guerra e Mercante na Segunda Guerra Mundial, no parque do Flamengo, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabota, disse ontem que as dificuldades econômicas do Brasil estão atingindo também o seu ministério e que hoje o País não dispõe de um poder naval que ele necessariamente deveria ter, devido ao seu grande porte. Segundo o Ministro, o Brasil gasta apenas um por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) com as Forças Armadas, enquanto os outros países despendem de três a quatro por cento.

O ministro garantiu que, apesar das dificuldades econômicas, o Brasil vai eleger normalmente o próximo presidente da República. Ele não quis comentar as declarações do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, segundo as quais o ex-governador Fernando Collor de Mello já estaria praticamente eleito, alegando que não queria falar de política partidária na solenidade de ontem. Disse, no entanto, que no seu entender "a campanha está em pleno desenvolvimento e quem vencer toma posse."

As declarações do ministro foram feitas pela manhã, logo após a cerimônia em homenagem aos 21 mortos, durante a Segunda Guerra Mundial das Marinhas de Guerra e Mercante, realizada em frente ao monumento nacional dos mortos naquele conflito, no aterro do Flamengo (Zona Sul). O ato cívico contou com a apresentação da banda marcial do Corpo de Fuzileiros Navais e com o desfile das tropas da Marinha e de ex-combatentes. A homenagem aos mortos no dia 21 de julho de 1944 começou às 10 horas. A ordem-do-dia foi lida pelo



comandante de Operações Navais, almirante-de-esquadra Renato de Miranda Monteiro. Ele destacou a contribuição dos companheiros mortos para que fosse mantido incólume o ideal de liberdade. Após a ordem-do-dia, Sabota colocou uma palma de flores no monumento nacional aos mortos da Segunda Guerra Mundial e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro deu três descargas de fuzis e a seguir se ouviram os toques de alvorada e da vitória, sob uma esquadilha de helicópteros em V nos céus do Rio de Janeiro. O encerramento se deu com um desfile de tropas da Marinha e de ex-combatentes do Brasil, EUA, Polônia e França. (AG/AE)

22-7-89

ZERO HORA

01 - 01

8907828

3904862

Curiosos abandonaram a festa e alguns militares, armados, correram e ainda viram o Fiat, a grande velocidade, tomar a direção de Baris Mansa. Petrolistas da PM e carros da 94 DP compareceram diversas ruas de Volta Redonda e Baris Mansa, mas os assassinos não foram

Oficiais e policiais civis demonstram os boatos de que o Exército investiga a existência, em Volta Redonda, de um campo de treinamento de guerrilheiros. Para eles, o boato faz parte do terrorismo, de interesse de algum grupo. O comandante do 2º Bt-MG, de Barra Mansa, sr. coronel Mauro César Constantino, disse que informações sobre o crime só serão fornecidas pela 3ª Base do Comando Militar do Leste.

aprender a não ligar um assassinio, uma briga ou uma bomba, que são fatos isolados, com um conjunto nacional", afirmou. Correia, que esteve na Escola Superior de Guerra, onde fez palestra sobre a atuação de seu ministério, disse que o terrorismo se manifesta atualmente e que não há dúvida de que "trata-se de novo

Para o ministro, as explosões de bombas, ocorridas em vários pontos do país, são "brincadeira de mau gosto", instrumento utilizado pelos que não se conformam com a existência do regime democrático. Correia garantiu que todos os episódios envolvendo explosão de bombas são inves-

Com honras militares, o soldado Charles Fabiano foi enterrado, às 17h, no cemitério de Barra Mansa



Volta Redonda, RJ — Marco Antônio Teixeira

Soldado do Exército é metralhado em Volta Redonda

VOLTA REDONDA, RJ — Agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e policiais da 94ª DP (Volta Redonda) suspeitam de que houve ato de terrorismo no assassinato do soldado do Exército Charles Fabiano da Silva, de 20 anos. Charles, que seria ouvido pela 94ª DP sobre o atentado que destruiu o monumento Nove de Novembro, no dia 2, levou seis tiros de metralhadora, quinta-feira à noite, quando fazia ronda com o colega João Carlos Batista de Andrade, 20 anos, a 500 metros do local do monumento. João Carlos, que entregou seu fuzil aos assassinos sem resistência, está preso incommunicável. Charles Fabiano da Silva foi enterrado à tarde, com honras militares.

O crime foi praticado por três homens, que fugiram no Fiat Uno preto, placa de Niterói, AS-6542 ou AF-6540, com dois fuzis FAL dos soldados. Oficiais do pelotão de investigação criminal do Exército apuraram que eles aparentam 25 anos: um é branco, de cabelos encanecidos até o ombro; um segundo, também branco, usa barbicha; e o terceiro é preto. Os principais testemunhas são o soldado João Carlos Batista de Andrade, que viu de perto os assassinos e até comentou com um deles que tinha medo de ser responsabilizado pelo roubo das armas; o sargento Ari Roberto da Silva, que correu atrás do Fiat; e o advogado Alexandre Braga, que socorreu o soldado e o levou ao posto médico da CSN, onde Charles morreu.

Os soldados faziam ronda a pé e estavam num dos três quarteirões onde ficam as 15 residências ocupadas por oficiais e funcionários civis. Numa das casas — de moradora conhecida como Marisa —, havia festa de aniversário. As 20h30, ouviram-se duas rajadas de metralhadora. O soldado João Carlos entrou na casa de Marisa, gritando, chorando e pedindo que socorressem seu colega, ferido na rua 4, em frente ao Centro de Pesquisas da Companhia Siderúrgica Nacional.

Convidados abandonaram a festa e alguns militares, armados, correram e ainda viram o Fiat, a grande velocidade, tomar a direção de Barra Mansa. Patrulhas da PM e carros da 94ª DP ocuparam diversas ruas de Volta Redonda e Barra Mansa, mas os assassinos não foram

localizados. O cerco durou toda a madrugada: policiais vasculharam locais suspeitos e até a Polícia Rodoviária Federal foi mobilizada para tentar deter o Fiat na Rodovia Presidente Dutra.

O soldado João Carlos Batista contou que fazia ronda com Charles, na Vila Cecília (centro de Volta Redonda), e viram o Fiat dar duas voltas pelo quarteirão, em velocidade reduzida. Pouco depois, o carro parou junto a uma árvore, em local pouco iluminado. Quando os soldados passaram junto ao carro, os homens apontaram metralhadoras e pediram as armas. João Carlos, com medo, entregou seu fuzil, mas Charles reagiu e foi arrastado por dois dos criminosos até a esquina da Rua 4, onde os homens o atacaram a coronhadas e o metralharam. Depois, os criminosos apanharam a arma do soldado e fugiram.

No local, testemunha forneceu ao delegado Hernando Cardoso a placa AS-6542, mas ontem de manhã a delegacia foi informada, pelo SNI, sobre a outra placa, que seria de carro roubado. Peritos do Exército e da Polícia Civil examinaram o local do crime e recolheram cápsulas de metralhadora Uzi, de fabricação israelense. Segundo oficiais responsáveis pelas investigações, Volta Redonda ainda vive clima de turbulência, e ladrões comuns não atacariam e matariam soldados do Exército para roubar armas. Ainda de acordo com esses oficiais, o crime tem conotações políticas. Eles o encaram como "desafio, porque ocorreu em área militar".

No 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (Barra Mansa), onde Charles servia, o expediente foi suspenso, para seus companheiros assistirem ao enterro. O corpo do soldado foi velado em sua casa, na Rua 4, casa 88, bairro Vila Nova, em Barra Mansa, e enterrado às 17h, no cemitério de Barra Mansa.

Oficiais e policiais civis desmentiram os boatos de que o Exército investiga a existência, em Volta Redonda, de um campo de treinamento de guerrilheiros. Para eles, o boato faz parte do terrorismo, de interesse de algum grupo. O comandante do 22º Bi-Mz, de Barra Mansa, coronel Mauro César Consentino, disse que informações sobre o crime só serão fornecidas pela 5ª Seção do Comando Militar do Leste.



Com honras militares, o soldado Charles Fabiano foi enterrado, às 17h, no cemitério de Barra Mansa

Oscar Correia diz que é 'ato isolado'

O ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, acredita que o assassinato do soldado, em Volta Redonda, seja episódio isolado: "Nós precisamos aprender a não ligar um assassinio, uma briga ou uma bomba, que são fatos isolados, com um conjunto nacional", afirmou. Correia, que esteve na Escola Superior de Guerra, onde fez palestra sobre a atuação de seu ministério, disse que o terrorismo será combatido duramente e que ninguém imporá sua vontade ao povo.

brasileiro explodindo bombas. "As únicas vontades que vão prevalecer neste país são a da lei e das urnas", assegurou.

Para o ministro, as explosões de bombas, ocorridas em vários pontos do país, são "brincadeira de mau gosto", instrumento utilizado pelos que não se conformam com a existência do regime democrático. Correia garantiu que todos os episódios envolvendo explosão de bombas são inves-

tigados, mas ressaltou que o governo não pode impedir que um *dóido* solte bomba, ou que vingança pessoal leve alguém a matar soldado ou civil. Ele acrescentou que acompanha as investigações, mas não se preocupa em pedir informações diárias. "Isso acontece no mundo todo, inclusive nos países mais avançados, e nem por isso se diz que esses atos fazem parte de plano de desestabilização. Não vamos dar importância ao que não tem importância nacional", observou.

8907862

Um dia depois da repressão atingir os oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro — em luta por melhores salários —, o serviço secreto daquela corporação começa a investigar possíveis adesões

No Rio, clima é de tensão em vários quartéis da PM

O serviço secreto da Polícia Militar do Rio de Janeiro (P2) iniciou ontem investigações sigilosas em todos os batalhões e companhias independentes, com o objetivo de descobrir possíveis envolvimento de outros militares da corporação em manifestações de caráter reivindicatório. A medida foi tomada porque em alguns quartéis o clima ainda estava tenso em consequência das 21 prisões de oficiais militares, que participaram na quarta-feira de uma assembleia no clube dos oficiais da Polícia Militar carioca, quando também foram

detidos 70 oficiais do Corpo de Bombeiros.

Entre os presos estão os tenentes-coronéis Ronaldo Gonçalves Moreira, da divisão geral de apoio logístico e chefe da gráfica da PM, e Carlos César Machado, ex-diretor do Instituto de Inativos e Pensionistas da PM. Os dois foram levados na noite de quarta para o batalhão da PM na cidade de Campos. Segundo informações, todos os militares da PM que estavam na assembleia serão transferidos para o interior do Estado do Rio de Janeiro. Outro oficial que também já foi removido é o capitão Chavarry, que

servia no 14º BPM (Bangu) e foi parar em Itaperuna.

Os 21 oficiais presos da Polícia Militar deverão responder individualmente até sábado a um ofício enviado pelo secretário estadual de Polícia Militar, coronel Manoel Eliseu dos Santos, sobre os motivos que os levaram a participar da reunião, quando discutiram os problemas salariais da corporação. Cada caso será estudado pelo comandante geral, que poderá estender ou diminuir os 30 dias de prisão que foram impostos aos PMs rebeldes. (AG)

098

Militar quer reposição

EMFA calcula perda de 87% com mesmo método do Dieese

Sérgio Leo

BRASÍLIA — Usando o mesmo método que o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese), que assessora os sindicatos, o Estado Maior das Forças Armadas chegou à conclusão que os militares precisam de um reajuste de 87% para recuperar suas perdas salariais. O cálculo foi levado à equipe econômica esta semana, mas a resposta não agradou aos militares: pelas contas dos economistas do governo, os funcionários públicos, civis ou fardados, estão acima da média salarial de 1988, e não têm direito a qualquer reajuste.

Há uma insatisfação generalizada com a subversão da ordem salarial — desabafa um general de uma das Forças, batendo numa tecla que está causando preocupações à equipe econômica: a isonomia salarial. O salário de um ministro do Superior Tribunal Militar é cerca de NCz\$ 8 mil, argumenta o oficial, equivale ao dobro do que ganha um general de quatro estrelas, quando, segundo interpretação dos generais, esses salários deveriam ser idênticos. Um parecer do consultor da República, Saulo Ramos, que deve ser divulgado nos próximos dias, escudado na Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, diz exatamente o contrário: um general e um ministro militar não tem justificativa, pela lei, para receberem em salários idênticos, diz Saulo Ramos.

— Essa questão é uma bomba. Não há como justificar um aumento aos militares sem estendê-lo aos civis, e isso é incompatível com qualquer controle do déficit público — comenta um graduado assessor do Ministério do Planejamento. Na equipe econômica, é grande a preo-

cupação com a insatisfação dos militares, mas tanto no Ministério do Planejamento quanto no da Fazenda não há qualquer intenção de alterar a fórmula de reposição salarial ou encontrar qualquer alternativa para atender, mesmo que parcialmente, a reivindicação do segmento fardado do funcionalismo.

Reposição — No final de 1987, os militares puxaram aumentos para o funcionalismo ao obterem um reajuste de 120% — o que acabou levando o governo a congelar a URP para os funcionários públicos. Eles tiveram, como todos os demais funcionários, a reposição destas URPs em agosto e novembro do ano passado e abonos salariais de Cz\$ 25.000,00 em novembro e de Cz\$ 60.000,00 em janeiro. Mesmo assim, o argumento de outro oficial-general das Forças Armadas é de que os militares saem perdendo quando comparam seus salários com: outros funcionários de setores da administração pública: um gerente da Caixa Econômica Federal, que há quatro anos recebia o mesmo que um almirante hoje tem, segundo esse oficial, um salário até duas vezes maior.

Na subchefia de economia e finanças do EMFA, onde há 20 anos economistas do Ministério acompanham a evolução das remunerações dos militares, as curvas traçadas nos gráficos com dados mais recentes apontam para baixo. A coincidência dos números encontrados nas perdas salariais dos militares com os valores estampados pelo Dieese nas faixas dos sindicatos é explicada por um oficial de alta patente: "Isso não é comum, talvez as bases de cálculo sejam as mesmas". Embora declarem que jamais as Forças Armadas se rebelarão contra as determinações do governo, os militares não deixam de manifestar estranheza na diferença dos cálculos. Segundo a equipe econômica, os salários estão ganhando em relação a 88, e não perdendo quase 90%.

Apêndices especiais para o Banco do Brasil

Se você pretende fazer o concurso para o BB, aproveite seu tempo. Concurso vai sair em breve. Não espere apertado (a) de repente. A Direção Cultural prepara coleção especial de apostilas. Preço promocional ainda. Informações: CENTRO (Praça Iluminada Central, 2/2º andar - Curitiba); MEIER (Condição Baronesa, 140/ Sala. C); MADUREIRA (Edifício Roma, 488/213); C. GRANDE (Centro de Idéia, 3.008/219); INTERM (Dr. Barreto, 6/via. 2); CAMPOS (Três de Maio, 133/2º).

JB 23/4/89
F. mil

098

:adbs7

:adbs7

:adbs7

:adbs7

:adbs7

Inquietud castrense en Brasil

F.M. 2

SAN PABLO (ANSA, EFE y UPI). Un diario reveló ayer aspectos de los secretos de las fuerzas armadas brasileñas expresan su preocupación por el crecimiento de la extrema izquierda en Brasil.

El diario O Estado de São Paulo dijo que los informes llegaron al Presidente José Sarney a declarar el mismo matutino hace 11 días que Brasil "camina hacia el totalitarismo" y el país "está en un plano inclinado de la izquierda".

lo que causó duras críticas de políticos, empresarios y sindicalistas.

Ningún funcionario gubernamental o militar comentó de inmediato el informe del periódico.

Según el matutino, los documentos revelan el crecimiento de movimientos radicales en el país e identifica a nueve grupos que se han desplazado por todo el territorio brasileño.

Los documentos mencionan una serie de actos delictivos, como saqueos a bancos, saqueos

de estaciones de trenes e incendios en fábricas, registrados en el último año en Brasil, responsabilizando a los grupos izquierdistas de esas acciones.

El diario manifestó que las fuerzas armadas están más preocupadas por dos grupos radicales específicamente: el Frente de Liberación Nacional y la Vanguardia Revolucionaria Socialista, ambos de São Paulo.

Las otras organizaciones, tres trotskistas y

cuatro marxistaleninistas, también son clandestinas y prefieren la lucha armada, base fundamental de su estrategia política, aseguró O Estado.

De acuerdo al informe del periódico, siete de esos grupos tenían vínculos con el Partido de los Trabajadores, que tuvo un sorprendente triunfo en las elecciones municipales del 15 de noviembre en importantes ciudades del país, incluyendo São Paulo.

LA MANTANA

16/12/88 -

25/1/85

F. Mil

JORNAL DO BRASIL

Coronel que ajudou Exército a dar golpe de 64 adere a Lula

BELO HORIZONTE — O coronel da reserva José Geraldo Vieira, 74 anos, que participou do golpe de 1964 no comando da Polícia Militar de Minas Gerais, anunciou que vai se engajar na campanha do candidato do PT a presidente da República, deputado Luiz Inácio Lula da Silva. "Não sei se o PT vai me aceitar ou não nas suas hostes, mas não poderá me impedir de fazer campanha para o Lula", disse.

Apesar de afastado das fileiras, o coronel José Geraldo ainda tem liderança sobre a PM mineira. Em novembro passado, mobilizou a oficialidade da corporação em movimento por as-

seguro: "Eu estou do lado dos pobres, dos oprimidos."

mento de vencimentos, criando uma crise que quase se transformou em rebelião contra o governador Newton Cardoso (PMDB).

Embora tenha colaborado com o golpe de 1964 — a PM mineira garantia a retaguarda das tropas do Exército que marcharam de Juiz de Fora sobre o Rio, iniciando a rebelião contra o presidente João Goulart —, José Geraldo acha, 25 anos depois, que apenas contribuiu para "enriquecer cada vez mais os magnatas, como o governador de Minas". Preocupado com a crescente desigualdade entre ricos e pobres, asse-

gurou: "Eu estou do lado dos pobres, dos oprimidos."

Em sua opinião, não há hipótese de que os militares impeçam a posse de Lula, se o candidato do PT for eleito presidente. "A marcha do Lula é a marcha dos oprimidos. Não vejo no Brasil de hoje quem possa deter essa marcha", afirmou.

O coronel José Geraldo disse que o inimigo é o PMDB do governador Newton Cardoso, "que trata os servidores públicos e o povo mineiro como seus escravos". Insistiu que "Lula é a única esperança das classes desassistidas, porque tem palavra e moral".

José Geraldo Líder da PM mineira volta à evidência

Uma singularidade de Minas Gerais — é o único grande estado onde o efetivo da Polícia Militar supera largamente o da guarnição do Exército — garantiu a projeção do coronel José Geraldo de Oliveira no golpe de 1964. Sem apoio da PM, a coluna do general Mourão Filho ficaria imobilizada em Juiz de Fora e a história poderia ser outra.

Homem de confiança do então governador Magalhães Pinto, José Geraldo aumentou o prestígio entre os companheiros ao executar o plano de modernização da PM. Após passar para a reserva, elegem-se



Reprodução

deputado estadual em 1974, pela extinta Arena, com apoio de Magalhães e da PM. Teve 20 110 votos e reelegeu-se quatro anos depois, com 36 436.

Na Assembleia Legislativa, José Geraldo marcou presença ao denunciar irregularidades ocorridas na Caixa Econômica

Estadual durante o governo Hélio Garcia. Em 1982, decidiu afastar-se da política partidária e transferir os votos dos antigos colegas de farda para o filho, José Geraldo de Oliveira Filho, que não conseguiu reeleger-se pelo PFL em 1986.

O coronel José Geraldo começou a afinar a sintonia com o PT no ano passado, quando passou a acusar o governador Newton Cardoso de corrupção. A voz do ex-comandante da PM engrossou o coro das lideranças petistas que atacam na área do funcionalismo estadual.

Em novembro do ano passado, os coronéis da PM uniram-se em movimento para exigir do governador Newton Cardoso o cumprimento da promessa de equiparar os vencimentos da corporação aos das Forças Armadas. Newton contornou a crise — que agora ameaça reacender — renovando a promessa, mas não conseguiu conter José Geraldo, que em entrevistas gritava: "Minas está sendo governada por uma máfia."

098

Assunto:	Assunto:	Assunto:
Assunto:		
<div data-bbox="993 679 1299 742" data-label="Section-Header"> <h3>Chefia do SNI</h3> </div> <div data-bbox="993 736 1299 1462" data-label="Text"> <p>O general de divisão Carlos Arcoverde Freitas de Almeida assumiu, ontem, em cerimônia reservada, a chefia da Agência Central do SNI, o segundo posto na hierarquia do órgão. Carlos Arcoverde é oficial da arma de Cavalaria e possui larga experiência na área de informações. Durante o governo do general João Figueiredo, ainda com a patente de coronel, foi vice-diretor de ensino da Escola Nacional de Informações (ENI). Seu antecessor, general Elio Martins Senna, passou para o Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército. A escolha do general Carlos Arcoverde para chefiar a Agência Central, em Brasília, mantém a tradição do Serviço de Inteligência brasileiro. Desde que foi criado em 1964, pelo general Golbery do Couto e Silva, os oficiais do Exército controlam praticamente todos os cargos importantes do SNI.</p> </div> <div data-bbox="993 1462 1299 1776" data-label="Text"> <p>A Agência Central é o órgão de cúpula do serviço (jargão pelo qual o SNI é conhecido pelos membros da chamada Comunidade de Informações) responsável pela parte executiva do trabalho de informações. A ela estão subordinadas as agências regionais e as DSI (divisões de segurança e informações), encravadas nos ministérios e empresas estatais.</p> </div> <div data-bbox="906 856 993 1713" data-label="Text"> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">F.M.L. Y O.B. (S.N.I.)</p> </div> <div data-bbox="797 1056 884 1385" data-label="Text"> <p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">24. 10/1/39</p> </div> <div data-bbox="1059 1785 1365 1856" data-label="Text"> <p>24. 10/1/39</p> </div>		

098

F. M.

Aluizio desiste de vaga no STM dada por Sarney

BRASÍLIA — O ex-ministro Aluizio Alves comunicou ontem ao presidente José Sarney sua decisão de não tomar posse no Superior Tribunal Militar, para onde foi indicado após deixar o extinto Ministério da Administração, sob uma série de acusações de nepotismo. Aluizio disse que desistira de ser ministro do STM desde o início do ano, quando os integrantes do tribunal recusaram-se a lhe dar posse, mas esperou que o Supremo Tribunal Federal julgasse o mandado de segurança impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil contra a indicação de seu nome por Sarney.

O STF indeferiu anteontem à noite, por oito votos a zero, o pedido da OAB e ele se sentiu então à vontade para recusar a vaga. "Não quero pertencer a um tribunal que viola a lei e a Constituição, para impedir a posse de um ministro", afirmou. Aluizio acredita que todas as exigências apresentadas pelos ministros do STM — apresentação de atestado de saúde assinado por uma junta médica, quando ele já havia apresentado um laudo do diretor do Hospital das Forças Armadas; e apresentação de

documentos comprovando ter exercido a advocacia por mais de dez anos, quando já tinha sido sabatinado pelo Senado — não passaram de pretexto para evitar sua posse por ter tido os direitos cassados em 1969, durante o regime militar.

"Tenho pena que o STM, com a responsabilidade de um tribunal superior, tenha infringido tão violentamente a Constituição, por ódios e rescaldos do processo revolucionário, sobre o qual há uma anistia geral que, parece, só alcançou a outros. Mas isso é da natureza humana", declarou.

O ex-ministro, que mora no Rio, disse que pretende dedicar-se ao jornalismo e à advocacia. Ele é proprietário, em Natal, de um jornal, uma rádio e uma televisão, afiliada à Rede Globo. Aluizio Alves envia hoje ao presidente Sarney uma carta oficializando sua decisão, e disse que nada comunicará ao STM. Um funcionário do tribunal, no entanto, ao tomar conhecimento da decisão do ex-ministro, informou que ele entrou com mandado de segurança no STM exigindo sua posse. "Se ele não suspendê-lo, criará uma situação paradoxal", disse.

2 Brasil 1/7/89

Hoje Nro.

098

S.M.

J. DO BRASIL 21/6/89

TRAB. - Epi

Sindicalismo militar

Renato Paiva Lamounier

Ao contrário do que ocorre em muitos países é raro ver, no Brasil, assuntos desta natureza fora de publicações especializadas em temas militares. Constitui engano, entretanto, pensar que a matéria seja de interesse restrito aos homens de farda quando, na verdade, ela tem amplitude nacional. Os recentes noticiários sobre a pretendida isonomia postulada pelos militares enseja-nos a oportunidade de, através deste anseio, tecer de público algumas considerações que julgamos pertinentes a toda a sociedade, já que é nesta sociedade que têm sua origem os militares como indivíduos, nela se inserem suas famílias e a ela, afinal, pertencem e servem. Óbvio, também, que, apesar das peculiaridades da carreira militar, não eliminam elas as características humanas dos seus integrantes, os sentimentos e mesmo frustrações diante da compensação não compatível com o preparo técnico-profissional, a responsabilidade e o desprendimento exigidos. Agravado este sentimento quando o materialismo de comunidades consumistas mais valoriza o homem pelo que ele tem e não pelo que é, pouco importando por que meios adquiriu seus bens, mesmo quando os houve em flagrante detrimento dessa mesma comunidade.

Quanto a algumas colocações sobre "Sindicatos Militares" cumpre dizer que, se existentes estes, não teriam nada de inédito e estaríamos, apenas, nos ventos do modernismo tão ao gosto dos políticos brasileiros, principalmente muitos dos recém-constituídos, imitando e importando padrões e fórmulas de outros países que lá tiveram suas razões para os adotar. Refiro-me a vários países da Europa Ocidental e, em especial, à República Federal da Alemanha, à Suécia e à Noruega, onde sindicatos militares já foram estabelecidos e funcionam normal, intensa e ativamente. Nos Estados Unidos da América, organizações filiadas à poderosa AFL-CIO, tais como a National Maritime Union (NMU) e a American Federation of Government Employees (AFGE), têm, juntamente com a independente Association of Civilian Technicians (ACT), feito sérias e permanentes gestões em todos os sentidos para que a ela se filiem os militares americanos.

Os assuntos militares são muito complexos e intimamente relacionados com a nação como um todo e, por extensão, aos demais países. Impossível, então, alongar o nosso objetivo em intermináveis considerações sociológicas e até mesmo filosóficas, em citações de grandes autores e estudiosos ou referências da História de todas as épocas e em todos os lugares. Limitamo-nos a, simplesmente, lembrar que a profissão militar, lá como cá, existe e é fundada em princípios basilares que, de tão invocados, podem parecer ao leigo quase um clichê: disciplina e hierarquia a sustentar a competência, a responsabilidade e o espírito de corpo. Tudo isto sob a trindade do mandamento honra, dever, pátria. Na atual conjuntura brasileira estas idéias podem parecer pueris ou mesmo cômicas, mas, creiam-me os que ora nos lêem, elas têm salvado nações e engrandecido os povos que nelas acreditaram!

Isto posto, podemos finalmente abordar o tema sindicato x chefe militar. Um e outro têm suas peculiaridades de origem e características próprias quanto aos fins. A organização dos trabalhadores em associações de classe é justa, necessária e benéfica, por constituir fator de equilíbrio e de harmonia social entre as forças produtivas das economias livres, isto é, o capital e o trabalho. No entanto, mesmo em países mais evoluídos cultural, social e economicamente, o sindicalismo militar colide com e enfraquece os fundamentos basilares da instituição. Compete ao chefe militar o legítimo e indelegável papel de intérprete dos anseios e necessidades do seu pessoal. Cabe-lhe, portanto, preocupar-se e acompanhar o seu efetivo não só no preparo técnico-militar, mas, também, a capacidade de ser sensível às justas reivindicações e até mesmo a elas se antecipar, no que engrandece a força da liderança e comanda efetivamente pela tomada de iniciativa, antes que o faça sob reclamos ou inclusive pressões. Portanto, na organização militar o papel do comandante não está, evidentemente, relacionado somente com a administração material, a instrução e a condução de homens em combate. Na verdade, é no tempo de paz que as futuras batalhas são vencidas, pelo preparo e motivação dos recursos humanos, como o maior e mais decisivo fator para bem aplicar o poder militar. No campo da política e da estratégia, a eficiência deve ser compreendida em termos de derrota ou vitória, onde o jogo é travado não com relação a valores de produção ou lucros, mas, sim, com relação a milhões de vidas humanas, valiosíssimos equipamentos, prestígio nacional, soberania e, acima de tudo, a sobrevivência da nação unida e indivisível. Em resumo, o chefe militar não deve deixar em aberto o espaço que só a ele, por princípio e dever, cabe ocupar. Do contrário, verá sua bandeira levantada por quem, muitas vezes, a transforma num instrumento de ambição política. Ambição esta, aliás, tradicional, universal e intimamente ligada ao sindicalismo.

É indispensável ainda esclarecer não terem estas idéias a intenção de réplica e não comporta sequer em torno delas qualquer polémica. Mais, muito mais do que tal mediocre abordagem o faria, eleva-se a necessidade de destacar o papel do chefe militar, uma vez que as Forças Armadas não são apenas as instituições militares constitucionalmente estabelecidas e ora existentes. As Forças Armadas, numa concepção total de sua finalidade maior, são a nação em armas, numa mobilização geral que só cumprirá eficazmente sua tarefa se for conduzida por chefes competentes, corajosos, desprendidos, coerentes e, por isso, respeitados. Este entendimento não basta aos militares profissionais, ele é indispensável também e sobretudo aos civis, principalmente às elites de todos os segmentos da sociedade e, em especial, à elite política, consciente e ciosa que é da correta e constitucional subordinação da expressão militar ao poder civil e, por conseguinte, também sob a responsabilidade deste. Sob este enfoque, o chefe militar transcende o profissional das armas, nos cidadãos que em diferentes níveis dirigem os destinos da nação, onde em cada um, a seu modo, ressalta o significado da liderança e nela o senso de justiça e serenidade.

098

Militares mantêm isenção, diz o ministro do Exército

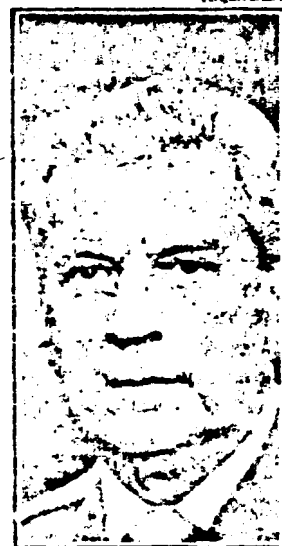
O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem que as Forças Armadas não manterão qualquer tipo de ligação com os candidatos à Presidência da República para não comprometerem a isenção dos militares durante a campanha eleitoral. "O mais importante neste momento é dar estabilidade ao processo democrático, e, para isso, é necessário que os militares cheguem a 15 de novembro como esteio não participando das eleições", afirmou o ministro.

Na entrevista que concedeu logo após a solenidade de entrega de espadas aos novos generais, no Quartel General do Exército, Leônidas contestou as propostas feitas por presidentiáveis — como Roberto Freire (PCB) — que desejam mudar o relacionamento das Forças Armadas com o Estado, por considerarem que os militares tentam exercer tutela sobre a sociedade. "Eu acho que não tem nada que mudar nesse relacionamento, pois nos últimos quatro anos nós demos um atestado muito claro de que não

estamos tutelando os políticos ou as forças políticas", rebateu Leônidas.

Na opinião do ministro, durante o governo Sarney os militares cumpriram de maneira "irrepreensível" a missão determinada pela Constituição. "Nosso orgulho é que as Forças Armadas nunca foram intrusas na história do Brasil e, sim, executantes da vontade nacional", completou o ministro. Apesar da decisão de se manter fora da sucessão presidencial, o ministro do Exército mostrou-se interessado em conhecer os programas dos candidatos.

"Gostaria de ter acesso aos programas mais detalhados, inclusive porque todos os eleitores precisam conhecer esses programas para que tenham capacidade racional de escolher seus candidatos", afirmou Leônidas, que defendeu a união de todos os segmentos da sociedade brasileira para vencer a crise econômica: "Não adianta vivermos nos atacando, pois precisamos direcionar nossos esforços para os objetivos nacionais". (AE)



General Leônidas

Moreira Lima repudia violência na campanha

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse ontem no Rio de Janeiro, que os candidatos à Presidência da República devem desarmar os espíritos e os seus seguidores evitar demonstrações de incivilidade, porque toda a sociedade brasileira repudia os atos de violência e de intolerância no processo eleitoral. Esse processo, no entender do ministro, deve transcorrer num clima de tranquilidade. "Vamos no dia 15 de novembro escolher o sucessor do presidente José Sarney de forma civilizada, educada e democrática, porque é isso o que todos nós queremos", observou.

O ministro da Aeronáutica destacou que é preciso apresentar o Brasil ao mundo como um "país civilizado, com eleições em alto nível e lembrou que outras eleições não foram marcadas pela violência". Citou o caso das últimas eleições

para prefeito, quando não houve excessos em toda a campanha. "Esperamos que fatos dessa natureza", disse, referindo-se ao tumulto que envolveu brizolistas e colloristas em Niterói, "não se repitam em outras oportunidades".

O brigadeiro Octávio Moreira Lima revelou que ainda não decidiu em quem vai votar. Ele garantiu que não tem acompanhado os debates entre os candidatos, por falta de tempo. Segundo ele, só quando estiver dentro da cabine, diante da urna, é que vai decidir. Moreira Lima não quis falar sobre a possibilidade de Jânio Quadros se candidatar. "Sobre isso eu não falo. Estou cada vez mais fora disso. Aliás, estou cada vez mais querendo afastar a minha força disso", explicou sorrindo. (AE)

VEJA
JUSTIÇA

17-5-89

Condenado a réu

*Desembargadores decidem
levar Cruz a júri*

Os três desembargadores da 4.ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiram, na última terça-feira, que o general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, deve ser conduzido a um júri popular, sob a acusação de ter participado do seqüestro e da morte do jornalista Alexandre von Baumgarten, em 1982. Por unanimidade, os desembargadores Adolphino Ribeiro, Américo Canabarro e Antônio Carlos Amorim recusaram um recurso jurídico impetrado pelo general em setembro do ano passado, sob o argumento de que não há provas nem indícios palpáveis de sua participação no caso. "Está indiscutivelmente mostrada a materialidade do crime e a existência de indícios da sua autoria", afirmou o desembargador Ribeiro.

Para os desembargadores, Newton Cruz pode ser levado a um júri popular basicamente porque há o depoimento de uma testemunha — o bailarino Cláudio Polila — que diz ter visto Newton Cruz e outros dois homens seqüestram Baumgarten e a sua mulher no cais da Praça XV no Rio de Janeiro, dias antes de o cadáver do jornalista ser encontrado numa praia, com três tiros na cabeça.

Na verdade, a decisão dos desembargadores repousa sobre um conjunto de suposições que não ficam de pé. A peça mais forte contra Newton Cruz é o testemunho de um doente mental, com atestado oficial, Polila, que entrou em contradições 77 vezes, ao longo da série de depoimentos que deu à polícia. "Há pequenas divergências em questões secundárias, mas nas questões principais Polila não caiu em contradição", afirma o desembargador Ribeiro.

NOVA VÍTIMA — Além disso, existem testemunhas apresentadas pelo general que afirmam terem estado com ele, em Brasília, na noite em que Baumgarten foi seqüestrado. "Ele poderia ter pegado um avião a jato, vindo ao Rio e voltado à capital federal", argumentou o desembargador Américo Ca-

nabarro. "Ele tinha condições de fazer isso." O problema é que nem o inquérito policial nem qualquer outra pessoa foi capaz de demonstrar esse fato, ou seja, que Newton Cruz fez aquilo que o desembargador acredita que tinha condições de fazer.

Finalmente, restam dúvidas quanto à identidade dos cadáveres tidos como os de Jeanette Hansen, mulher do jornalista, e do barqueiro Manoel Augusto Valente, que acompanhava o casal Baumgarten na noite do seqüestro. Na terça-feira, os desembargadores entenderam que não há provas da morte de Valente, já que nem mesmo a sua mulher reconheceu o cadáver que foi encontrado como sendo o dele. Em função disso, desconsideraram o crime contra o barqueiro. Quanto a Jeanette, permanece a dúvida. Segundo o depoimento de familiares, ela tinha um defeito congênito — dois dedos do pé esquerdo ligados. Mas o cadáver encontrado tinha o defeito no outro pé.

O caso Baumgarten fez uma outra vítima — o procurador Pedro Paulo Feres de Mello, que vai ficar noventa dias afastado de suas funções por ter divulgado um parecer dando razão aos argumentos de Cruz. Feres de Mello havia preparado este parecer para apresentá-lo aos desembargadores da 4.ª Câmara Criminal, mas foi substituído, na última hora, pelo procurador Raphael Carneiro da Rocha, cujo processo incriminava o general. "O que importa é que ele vai ser julgado pela morte do jornalista e de sua mulher, como prevê a lei", diz Carneiro da Rocha. Agora, o advogado de Newton Cruz, Clóvis Sabione, vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal para tentar anular a decisão dos desembargadores — uma sentença que só deverá ser anunciada dentro de oito meses. Para o general, a posição expressa pelos desembargadores, ao basear-se em fatos duvidosos, reforça a sua crença de estar sendo vítima de uma perseguição de natureza política. "Estou sendo injustiçado", diz Newton Cruz.



Newton Cruz: agora, apelo ao Supremo

Indisciplina da PM mineira

BELO HORIZONTE — Depois de receber por escrito promessa do governador Newton Cardoso de que os vencimentos da corporação seriam equiparados aos das Forças Armadas a partir de janeiro de 1969 e reajustados até mês e um dezembro no total de 75,5%, o Alto Comando da Polícia Militar de Minas Gerais anunciou às 14h de ontem que estava encerrada a "reunião permanente", iniciada às 10h de domingo, para analisar o que considerou "sério quadro de indisciplina" da tropa, reivindicando melhores salários. A indisciplina culminou com a exonerção pelo governador do comandante-geral da PM, coronel José Braga Júnior, por ter se recusado a prender o coronel reformado José Geraldo de Oliveira, comandante-geral da PM durante o golpe de 1964.

Foi a maior crise vivida pelo governador Newton Cardoso em um ano e oito meses de governo. O coronel José Geraldo de Oliveira havia publicado no jornal *Estado de Minas* de domingo artigo assinado chamando Newton Cardoso de "aventuroso" e acusando-o de estar cercado por "um bando de oportunistas, corruptos, e subservientes". Mas o coronel José Braga Júnior considerou que o ex-comandante não podia receber punição disciplinar porque não atacara a corporação.

Apesar de exonerado às 14h de domingo, o coronel Braga Júnior continuou efetivamente comandando a PM. Reuniões às 18h, as 19 horas que compõem o Alto Comando da PM não acataram a

manifestação do comando ao coronel Jair José Dias, capitão por Newton Cardoso, e que fora marcada para as 9h de ontem pelo secretário de Segurança Pública de Minas, Sidney Sade da Silveira.

A reunião do Alto Comando sucedeu-se a várias outras, durante a noite de domingo, a manhã e tarde de ontem. Dez ex-comandantes da PM mineira, entre eles o coronel José Geraldo de Oliveira, compareceram ao quartel do comando, localizado na Praça da Liberdade, ao lado do Palácio da Liberdade, e se solidarizaram com o comandante exonerado. Horas antes, o coronel José Geraldo de Oliveira liderara reunião com 35 oficiais de reserva e milhares de policiais militares da ativa, marcando para 14h de amanhã concentração de protesto em frente ao palácio do governo.

A crise da PM mineira levou ao Palácio das Mangabeiras, residência do governador, durante a noite de domingo, o chefe da 4ª Divisão do Exército, general Valencir dos Santos Souza. Ele deixou o palácio aos oito minutos de ontem em companhia do novo comandante da PM, coronel Jair José Dias, mas não deu entrevista. Às 10h, o Alto Comando da PM voltou a se reunir no quartel da Praça da Liberdade.

O coronel José Braga Júnior, que continuava na prática comandante da PM, já tinha recebido por escrito a promessa do governador Newton Cardoso de que os vencimentos da PM seriam reajustados em 35% em novembro, 30% em dezembro — como o restante do funcio-

nalismo político estadual — e a partir de janeiro equiparados aos das Forças Armadas. Com exceção do comandante da PM e do chefe do Gabinete Militar do governador, coronel Benedito Sebastião dos Santos, que têm status de secretários de estado e recebem gratificação de 300 OTNs (Cr\$ 1 milhão 434 mil 120), os policiais militares de Minas recebem cerca de um terço dos vencimentos pagos pelas Forças Armadas. Um soldado ganha Cr\$ 50 mil e um coronel, pouco mais, Cr\$ 400 mil brutos.

Às 14h de ontem, cercado por 10 coronéis do Alto Comando, inclusive o coronel Fabiano de Oliveira Castro, licenciado para disputar o cargo de vereador desta capital pelo PMDB, o coronel José Braga Júnior leu carta nota oficial na qual considerava encerrada sua "reunião permanente". Em tom brando, ao contrário da nota divulgada na noite de domingo e que dizia que "os governantes punam e a Polícia Militar continuará honrada e inofensiva", o coronel José Braga Júnior anunciou que o governador Newton Cardoso "considerou válida" as pretensões salariais da PM. Só foi cético ao explicar que o coronel Jair José Dias assumiria o comando da PM às 18h de hoje, em solenidade para a qual o governador "provavelmente será convidado" e que até então é ele o comandante da PM de Minas. Ele assumiu o cargo de início do atual governo, após ter chefiado o Gabinete Militar dos governos Tirolino Neves e Hélio Garcia.

Coronel reformado acusa "máfia"

BELO HORIZONTE — Pouco antes do Alto Comando da PM de Minas anunciar que o governador Newton Cardoso atenderá à pretensão de aumentos salariais para a corporação, o coronel reformado José Geraldo de Oliveira, cujo artigo assinado publicado no jornal *Estado de Minas* de domingo provocou a exonerção do comandante-geral da PM, coronel José Braga Júnior, voltou a atacar Newton Cardoso, em entrevista. Declarou sua repulsa ao governador, disse que Minas está sendo governada por uma "máfia" e admitiu a possibilidade de realização de um golpe contra o governo estadual.

O coronel José Geraldo de Oliveira deu entrevista ao receber seu colega, o também coronel reformado Felisberto Egg de Resende, libertado às 13h de ontem da Academia da Polícia Militar, onde cumpria prisão disciplinar por ter protestado em entrevista contra os salários pagos à PM. Embora o comandante José Braga Júnior tenha declarado que o coronel Felisberto Egg, o primeiro oficial PM a criticar publicamente o governador durante a crise vivida pela corporação, foi solto porque sua punição de 48 horas terminou, ele permaneceu preso apenas 38 horas e não demonstrou contrangimento ao ser solto da Academia, onde recebeu solidariedade velada de colegas da ativa.

Na entrevista que concederá às 13h, na porta da Academia da PM, o coronel Felisberto Egg voltou a criticar o governador e revelou que tinha imple-

no, elaborado com outros oficiais da reserva e com o Alto Comando, de reação caso Newton Cardoso não atenda às reivindicações salariais da corporação. O coronel José Geraldo de Oliveira disse que não se calará "enquanto o governador Newton Cardoso continuar a tratar tão mal a Polícia Militar", citando como exemplo a exonerção, que classificou de "humilhante", do "brilhante" comandante José Braga Júnior.

Perguntado se o movimento poderia tentar tomar o governo do estado, o coronel José Geraldo de Oliveira disse que "isso depende inclusive da posição do senhor Newton Cardoso. A repulsa do povo de Minas ao governador é total, absoluta, e nós estamos com ele". Em seguida, acrescentou que "não se trata de tomar o poder". E explicou: "Hoje os homens de bem como o coronel Egg estão indo para a cadeia, enquanto os lugares que poderiam ser palco para convivência dos homens livres e honestos deste estado foram tomados pela máfia que governa Minas Gerais".

O coronel José Geraldo de Oliveira falou em tom de discurso e foi aplaudido pelo colega Felisberto Egg e por milhares de policiais militares que o receberam à saída da Academia da PM. Comandante da PM durante o governo Magalhães Pinto e destacado líder do golpe de 1964 em Minas, o coronel foi levado pelo ex-governador à política partidária e eleito deputado estadual pela Arena em 1972, com 20.110 votos e reeleito pelo PDS em 1974, com 36.43%. "Os que construíram a

história de Minas Gerais sabem que sempre procurei ser homem de posições definidas, correndo, quando necessário, todos os riscos... Como em 1964 tomei a frente das tropas que iniciaram o movimento destinado a salvar as nossas instituições", disse mensagem de campanha do coronel José Geraldo de Oliveira, em 1978.

— Ele é um líder carismático e sua voz levanta não só a Polícia Militar mas todo o estado de Minas Gerais. O que ele fala é uma ordem para nós. Todos nós cumparamos — declarou seu colega Felisberto Egg.

O capitão da ativa Aristides Vieira, 37 anos, candidato a vereador desta capital pelo PSDB e o primeiro oficial da PM a ser punido por declarações feitas em sala de aula na Academia da Polícia Militar, onde leciona, em agosto passado, também elogiou o coronel José Geraldo de Oliveira. Apesar de se definir como de centro-esquerda, o capitão Aristides Vieira classifica o ex-deputado da Arena e PDS como "a maior figura que a PM de Minas já teve, um homem probe, honesto, que luta ao lado das causas do povo".

— Nosso movimento não tem conotações partidária, é em defesa dos salários da PM, que vêm sendo vilipendiados pelo governador Newton Cardoso. A corporação como um todo está descontente — diz o Capitão Vieira, manifestando descrença pela promessa do governador de equiparação salarial às Forças Armadas do Brasil.

098



General Leônidas: "Não haverá um novo Riocentro"

Oscar Niemeyer deseja projetar uma nova obra

"Que m...". Normalmente contido, o arquiteto Oscar Niemeyer desta vez não teve pupas na língua. O palavrão foi a válvula de escape para expressar sua revolta com o atentado que destruiu o monumento, por ele projetado, em homenagem aos operários mortos na greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no ano passado, em Volta Redonda. Niemeyer expressou também sua revolta da maneira que melhor sabe. Em um papel timbrado do Carlton Hotel, em que está hospedado, em Brasília, o arquiteto desenhou o que imagina ser sido a destruição do monumento. Lâpidos derrubados, e sangue dos três operários mortos derramado no chão. Embaixo, a inscrição, feita de próprio punho: "O monumento aos mortos na greve de 1988 ficará na memória do povo brasileiro, como prova de que a ignorância e o reacionarismo não cessam".

Apesar da indignação, Niemeyer disse ter recebido sem surpresa a notícia de atentado contra o monumento em Volta Redonda, que ele diz ter projetado com "o maior interesse e com o maior cuidado". "Eu não acredito em democracia com violência. Mas se a este tipo de democracia se adiciona a violência, aí podemos pouca coisa esperar", reagiu o arquiteto, que de imediato colocou-se à disposição do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda para projetar outro monumento. (AG)

Culpa é da direita, acusa o general Leônidas Gonçalves

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, responsabilizou ontem a direita pela explosão do monumento aos operários assassinados em Volta Redonda (RJ) — e prometeu processar quem acusar, sem provas, as Forças Armadas por envolvimento no episódio.

"Ninguém vai transformar este caso num novo Riocentro", afirmou o general Leônidas, quase aos gritos, minutos depois de brindar com uma taça de champanha com o presidente José Sarney, no salão de desfiles do Palácio do Planalto, em Brasília, onde comemorou o seu 59º aniversário de serviço ativo no Exército. Para o ministro do Exército, o atentado, embora lamentável, mostra que para cada ação radical da esquerda corresponde uma reação do outro lado. "Comportamentos intolerantes, como vemos em alguns segmentos que se negam a obedecer à lei e à ordem, levam a uma contrapartida. E de

das uma: ou esses segmentos recebem uma punição dos órgãos governamentais, que seguramente vão ocorrer, ou estão sujeitos a outras entidades, também espúrias, que resolvam reagir. No meu ponto de vista, foi o que aconteceu agora", disse ele.

O Comando Militar do Leste, segundo o general Leônidas, já foi instruído a ajudar, "no que for necessário", nas investigações policiais. Neste caso, explicou ele, não há necessidade de abrir inquérito no Exército. O general mostrou-se particularmente aborrecido ao ser informado, pelos jornalistas, das suspeitas do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Messias Nobre, sobre um possível envolvimento de agentes do Exército no atentado. "Se ele (Messias Nobre) tiver dito isso realmente, vou responsabilizá-lo na justiça", reagiu o ministro.

Quando um jornalista quis saber se não haveria envolvimento das Forças Armadas no

atentado, mais uma vez o general Leônidas não quis palar o assunto. "Não vou fazer uma pergunta ofensiva ao Exército. Eu vou dizer uma coisa a você: ninguém vai fazer esse caso outro Riocentro não, viu?"

"Mas parece que encontraram uma medalha das Forças Armadas no local do atentado", insistiu outro jornalista.

"Eu só posso dizer uma coisa: isso é tão primário que só pode ter sido plantado. Além disso, qualquer medalha de escola tem uma bolinha de Exército", respondeu o general Leônidas Pires Gonçalves. Antes de voltar ao salão onde foi condecorado com uma medalha de honra ao mérito, na presença de todo o alto comando do Exército, o general Leônidas fez uma última advertência: "A gravidade desse episódio virá na base da repetição. A partir do momento em que isso envolve vidas, torna-se mais grave", concluiu. (AE)

Foto: Agência Globo/72



Oscar Niemeyer: a indignação e revolta do arquiteto

Sarney lamenta e diz que é contra atentado

O presidente José Sarney disse ontem, em Brasília, que "lamenta profundamente" o atentado a bomba em Volta Redonda, que destruiu o Memorial aos Metalúrgicos daquela cidade, mortos em confronto com tropas do Exército em novembro de 1988. O presidente recebeu a notícia, de manhã, do general Ivan de Souza Mendes, do SNI (Serviço Nacional de Informações), e declarou que é contra "qualquer tipo de violência", além de colocar as autoridades do Governo Federal à disposição para ajudar nas investigações.

Após reunião de quase três horas que Sarney manteve ontem com todos os sete ministros militares e os da área econômica, para avaliar e refletir das greves na economia, a declaração presidencial sobre o atentado terrorista em Volta Redonda foi divulgada pelo secretário de Imprensa do Planalto, Ricardo Pedreira.

A presença dos ministros militares à reunião com os responsáveis pela área econômica foi justificada pela necessidade da Presidência da República como "necessária", devido aos pedidos de reajuste salarial para as Forças Armadas. (Brasília/ZH)

Simon e Olívio condenam provocação

O governador Pedro Simon (PMDB) advertiu ontem, em Porto Alegre, que "é preciso estar preparado para que atentados como o ocorrido em Volta Redonda não conturbem o quadro de normalização que o País vive". Simon salientou que atentados como esse "eram previsíveis" e são organizados por extremistas da direita e esquerda — "interessados na existência de um caldo de cultura que facilite seus objetivos", segundo o governador gaúcho. Simon insistiu na importância de não aceitar esse tipo de provocação que busca atingir a democracia, ressaltando que "vai haver eleição de qualquer maneira, não havendo risco de seu cancelamento". Ele não vê semelhança entre a explosão de Volta Redonda e os atentados de Riocentro e contra a OAB carioca, durante a ditadura militar. "Agora temos democracia. Sabe-se bem que não é o governo que está por trás destes ataques. Ele é obra de agitadores profissionais, interessados em criar um clima de instabilidade", concluiu Simon. (AG)

Olívio

"A explosão da bomba no monumento aos trabalhadores mortos na greve de Volta Redonda, no ano passado, é uma insensatez política. São as vítimas do regime militar que estão por aí. Foi uma típica ação de direita". A análise foi feita ontem pelo prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT). Complementou dizendo que este tipo de episódio é uma provocação aos setores populares, para que reagem.

"Mas é hora das forças de esquerda afirmarem seu projeto e caminharem a passos largos e firmes, aprofundando a luta pelo espaço democrático", Olívio condenou, igualmente, seu colega bancário do Recife por ter "caído nesta ideia de mau gosto" que foi levar uma bomba caseira para dentro do movimento grevista. Este ato, assim como a bomba que explodiu em Volta Redonda, "favorecem o campo antidemocrático", concluiu o prefeito Olívio Dutra. (AG-Editoria Local/ZH)

Repúdio unânime dos deputados gaúchos

Apesar da sessão solene em homenagem ao Dia dos Trabalhadores, três bancadas divulgaram, ontem, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, notas oficiais — todas condenando o atentado terrorista da madrugada de ontem na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

O deputado José Fortunati, líder da bancada do PT, declarou que seu partido "protesta contra este ato terrorista. O atentado segue o mesmo caminho de outros fatos que estão acontecendo no Brasil, como as cartas ameaçadoras do COC (Comando da Caça aos Comunistas), em Curitiba; a ocupação de igrejas, destina das almas dentro da Brigada

Militar do Estado; a repressão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e a forma como a 'Nova República' trata os movimentos sociais. Fica claro que tanto as forças de direita quanto o Governo voltam a operar clandestinamente", acrescenta a nota da bancada do PT-RS.

Já o deputado Eden Pedrosa, do PDT gaúcho, afirma, em sua nota, que "a primeira resposta já aconteceu, com a população de Volta Redonda ocupando imediatamente a praça; e a segunda será a reconstrução do monumento através de uma campanha nacional. Foi uma atitude salvadora, mas que não satisfaz os trabalhadores, sem impedir a

homenagem às vítimas do massacre de novembro passado", acrescentou Pedrosa.

A bancada do PDS na Assembleia Legislativa gaúcha divulgou também uma nota, através de seu líder, deputado Celso Bernardi, afirmando que "é lamentável que grupos radicais ainda não tenham se adaptado aos novos tempos em que vivemos. A democracia exige a convivência entre ideias divergentes, que devem duelar somente no campo teórico, jamais em atos de natureza. Na verdade, esses atos mostram o desespero dos que não estão acostumados a viver numa 'Nova República'". A nota do PDS concluiu: "Não há espaço para a violência". (ZL)

098

EE. AA

2Mo RA 18/10/89

Militares fundam sindicato

Vinte e uma lideranças militares, representando membros da reserva das três forças armadas, deram início sábado ao processo de formação da primeira associação nacional destinada a defender os interesses da categoria. Na reunião, que terminou ontem no Torre Palace Hotel de Brasília, o grupo concluiu uma pauta de reivindicações a ser apresentada a todos os candidatos à Presidência da República. O maior número de representantes era de militares da reserva do Exército. Embora os militares tentassem evitar comparações, a discussão realizada neste final de semana na-

da ficou a dever a uma típica assembleia de militantes sindicais. Foram levantados os principais pontos a serem reivindicados, tal como um fundo de garantia por tempo de serviço, vale-transporte e regulamentação do quadro de funcionários temporários — principalmente do Exército. "Não estamos pedindo nada demais. Queremos apenas uma situação de igualdade com os demais trabalhadores", justificou o capitão da reserva Jair Bolsonaro, hoje vereador pelo PDC na capital carioca. (AG)

01.0

8909108



Comand. Ministro do Exército presidiu a troca

Ministro diz que não há risco de convulsão social

O general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, após presidir a solenidade de troca de comando do Comando Militar do Sul, ainda no Salão Nobre do Quartel General, concedeu uma rápida entrevista. Inicialmente, perguntado como via os acontecimentos ocorridos em Londrina, no Paraná, com depredação de ônibus e tropelias, o ministro disse ver com bastante preocupação, e acrescentou "porque aquilo mostra que está havendo uma desarmonia social. Acho que o único remédio para isso é que nós temos que tomar atitudes preventivas para evitar, e a Polícia atuar no cumprimento da sua missão específica". Sobre se o fato poderia redundar numa convulsão social, o ministro foi categórico: "Não!" E complementou: "Não sejam pessimistas. Isto não vai acontecer no Brasil. São coisas localizadas e comandadas. Comandadas por alguns interessados em conturbar a ordem, porque o povo brasileiro não tem esta potencialidade de violência".

MOMENTO POLÍTICO — Sobre o momento político, o general Leonidas disse que ele é conhecido de todos, e argumentou: "Esperamos que no dia 15 de novembro o povo brasileiro vote com muito acerto para escolher o próximo presidente da República. Ante a insistência da pergunta "o sr. tem candidato?", o general, sorrindo, disse: "Eu tenho. Mas não vou dizer, porque o voto é secreto". Quanto a possíveis encontros com os presidentes, afirmou: "Eu não falei até agora com nenhum dos presidentes. E a propósito. Nós, das Forças Armadas, estamos fazendo isto a propósito. Para ficarmos bem isentos. A nossa preocupação não é esse contato. A nossa preocupação é assegurar a eleição de 15 de novembro, livre e democrática".

Quanto ao Plano de Emergência apresentado pelo Congresso Nacional, o ministro disse achá-lo muito oportuno, e acrescentou: "Não sei se os problemas todos já me ouvirem em outras ocasiões dizer que os problemas brasileiros só podem ser resolvidos com o concurso de todos os segmentos da Nação. Ora, nós sabemos que o Congresso Nacional representa o povo brasileiro, e esta sugestão do Congresso agora, nos dá uma firme convicção que ele está representando a idéia do povo brasileiro, querendo soluções e que envolve a todos os segmentos da Nação. Porque para cumprir aquelas tarefas precisa compreensão de todas as pessoas, de todos os agrupamentos, sejam eles de que cor forem".

General Lima Fajardo assume o Comando Militar do Sul

A solenidade de transmissão do Comando Militar do Sul marcada anteriormente para o Parque Farroupilha, em razão do mau tempo na manhã de ontem, foi realizada no Salão Nobre do Quartel General do CMS, presidida pelo ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, que chegou momentos antes a Porto Alegre. O ato consistiu da leitura dos decretos de exoneração e nomeação, respectivamente do antigo e novo comandante, generais de Exército Clóvis Borges de Azambuja e Alberto dos Santos Lima Fajardo. Seguiu-se a leitura de elogio ministerial ao general Azambuja e palavras de despedida do mesmo.

Estiveram presentes à cerimônia o governador Pedro Simon, o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos, o vice-governador do Paraná, Ary Queiróz, representando o governador Alvaro Dias, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Gleco Scherer, o repre-

sentante do presidente do Tribunal de Justiça, o representante do prefeito municipal Raul Trevisan, o arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio Colling, os comandantes do V Comando Aéreo, do 5º Distrito Naval e generais com comandos nos três Estados do Sul e grande número de convidados. A RES foi representada pelo jornalista Wilson Muller.

Após a cerimônia de troca de comando, no gabinete do Quartel General foi realizada a inauguração do retrato a óleo do general Clóvis Borges de Azambuja, na galeria de ex-comandantes, seguindo-se uma recepção às autoridades.

NOVO COMANDANTE — O general de Exército Alberto dos Santos Lima Fajardo que recebeu o comando do general Clóvis Borges de Azambuja, que por quase cinco décadas dedicou-se exclusivamente ao Exército brasileiro, é oriundo da arma de Infantaria, natural do Rio de Janeiro, casado com a senhora Zuleide

Maria Dias Fajardo, possuindo do casal duas filhas. Entre as suas comissões como oficial-general destacam-se os comandos da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro; da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada-Escola, no Rio de Janeiro e da 3ª Divisão de Exército "Divisão Encorpada" em Santa Maria. Foi ainda Diretor de Inativos e Pensionistas e vice-chefe do Departamento geral de Serviços, ambos em Brasília. Ultimamente, desempenhava o cargo de Chefe do Departamento Geral do Pessoal, em Brasília.

O novo comandante Militar do Sul foi condecorado com a Ordem do Mérito Militar, Ordem do Mérito Aeronáutico, Ordem do Mérito Naval, Ordem do Mérito das Forças Armadas, Medalha Militar de Ouro com passador de platina (quarenta anos de serviços) e Medalha do Pacificador.

098

Embraer recebe US\$ 100 milhões

ZERO 40RA

26/09/89

F. MIL
PF. 04

□ Dois bancos dos EUA, um suíço e um francês são os novos sócios da Embraer, sem direito a voto, pelo projeto de conversão

Até o final de outubro, a Embraer — empresa da União fabricante de 14 modelos de aeronaves entre elas, os aviões Bandeirantes, Xingu, AMX e Brasília — terá sócios estrangeiros, embora sem direito a voto. Através da conversão da dívida vinculada, a Embraer vai receber um aporte de capital, nessa negociação, de US\$ 100 milhões. A partir de então, vai entrar numa nova fase em sua vida, agora capitalizada e sem endividamento de curto prazo. Esta foi a única saída que a empresa conseguiu para se capitalizar já que se sócio majoritário, o Governo Federal, nos 20 anos de existência da Embraer, colocou capital na empresa apenas uma vez, além do capital inicial para sua fundação.

Os novos sócios da Embraer não tiveram ainda seus nomes revelados, mas são quatro bancos estrangeiros, sendo dois americanos, um suíço e um francês. O projeto de conversão, já percorreu 80% do caminho necessário para sua conclusão e a dívida a ser convertida vai abater em US\$ 100 milhões os compromissos ainda a vencer do governo brasileiro. "É basicamente dívida das estatais", explicou o diretor financeiro da Embraer, Adauto Ferreira da Silva, que



Ferreira: capital de terceiros

apresentou à empresa ao mercado público na Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamoc-amb), uma mês após ter suas ações ingressado no mercado de bolsa.

Além de contar sobre o mais novo projeto da Embraer, o CBA-123 — orçado em US\$ 300 milhões, em associação com a Fama, empresa argentina, que aportou recursos equivalentes a US\$ 100 milhões para o projeto — o diretor financeiro explicou que parte dos recursos do lançamento de debêntures conversíveis em ações, lançadas há três semanas equivalentes a US\$ 85 milhões, serão utilizados no projeto do CBA-123,

que vai fazer seu voo inaugural em 90 e entrar em linha de produção em 1991 (a um projeto similar orçado em US\$ 4,4 milhões).

Adauto Ferreira explicou ainda que o CBA-123 — turboprop, substituto do Bandeirante, para 19 passageiros — já tem carta de intenção para a venda de 120 unidades nos Estados Unidos — tem um projeto iniciado há três anos e cinco meses de mais projetos da Embraer, mas um tempo de maturação equivalente a cinco anos.

Exatamente por este motivo, a empresa está buscando ações estrangeiras. "Todos nossos projetos foram desenvolvidos com capital de terceiros, cotado a dólar, e por esta razão a empresa se endividou. Estamos agora tentando zerar o endividamento a curto prazo (um ano) e já decidimos evitar fazer projetos com esse tipo de financiamento. É viável de longo prazo apenas".

O endividamento da Embraer é grande — fruto da falta de capitalização do Governo Federal — e soma a US\$ 470 milhões de dólares (seu capital atual, antes do processo de conversão é de US\$ 300 milhões) mas o processo de conversão, vai permitir com que a empresa altere seu perfil financeiro. A Embraer vendeu em 88, um total de US\$ 523 milhões, com entrega de 145 aviões, sendo para o mercado externo 68 aeronaves, no valor de US\$ 322 milhões. No mercado nacional a receita foi de US\$ 201 milhões. Este ano, a previsão de faturamento é de US\$ 700 milhões, com US\$ 400 milhões em exportações.

UMA MANCHETE

**RESERVA MILITAR
EXIGE AUMENTO**

Militares da reserva de todo o País entram hoje, nas seções de inativos e pensionistas das três Forças Armadas, com pedido de reposição dos 70,28% do IPC de janeiro deste ano, expurgados pelo Plano Verão. O presidente da federação das associações de militares da reserva (Famir), Antônio Garcia, acredita que mais de 200 militares deverão engrassar a primeira leva de pedidos.

2102A 10/10/89

01 02

8909778

U

2200 HORA 13/10/68

Marinha pode participar no combate ao tráfico de drogas

□ Essa possibilidade foi admitida ontem, pelo ministro da Armada, Henrique Saboya. Ele fez, também, uma análise da situação do País

A Marinha pode participar do combate ao tráfico de drogas na região amazônica, embora não esteja preparada para isso. Esta afirmação é do ministro da Marinha, Henrique Saboya, que presidiu no Centro de Instrução Almirante Wandinkolk, na Ilha das Enxadas, a cerimônia de formatura de 129 alunos do curso de oficiais, sendo 49 do quadro auxiliar feminino, e os demais, enfermeiros,



Henrique Saboya: Não aceita a palavra crise

médicos, técnicos e engenheiros. O ministro, na oportunidade, fez uma

análise da situação brasileira hoje: "Eu vejo que nós estamos atravessando uma época de dificuldade. Eu não acredito e não aceito a palavra crise, porque na minha opinião crise é uma dificuldade sem saída e o nosso país, graças a Deus, tem saída para os seus problemas. Nós estamos, no momento, passando por dificuldade, principalmente na área econômica, ou melhor, eu diria especificamente na área da inflação que está difícil de ser controlada, embora todos os outros indicadores econômicos brasileiros sejam extremamente favoráveis."

Henrique Saboya disse quais são, na sua opinião, os setores que estão crescendo na nossa economia: "Nos

estamos com a indústria crescendo, a agricultura crescendo, o nível de empregos nunca esteve tão alto, de forma que todos os indicadores econômicos são extremamente favoráveis, mas há uma inflação que é anormal, que castiga, principalmente quem é assalariado, e eu sou assalariado. Nós todos, das Forças Armadas, somos assalariados e sentimos esta inflação que realmente tira a tranquilidade das pessoas". Mas, o ministro disse acreditar que "o País vai sair desta dificuldade porque tem meios para isso." Faltou que está vendo "com atenção o crescimento dos candidatos à presidência da República. Mas, espera o dia 15 para ver a verdadeira prova, pois é quando o brasileiro vai às urnas para votar. (Radiorrádio)

02.02

8909778

LETO HOJA 24/10/83
FRANÇA COMPRA
50 TUCANOS F.H.

A Embraer informou ontem, em São Paulo, que entrou na fase final o contrato em que a força aérea francesa adquirirá cinquenta EM-312 Tucano, o avião treinador básico militar da empresa, que substituirá os Fouga Magister atualmente em operação nas academias de treinamento de cadetes naquele país. O Tucano é o mais vendido de sua categoria, segundo a Embraer, com 497 vendas firmes e 125 opções para dez forças aéreas de quatro continentes. (AB)

01.01

8909879

F.NIL (FF. AA.)

2580 HDA 15/11/87

Militares dividem preferência

Depois de 29 anos sem eleições diretas para presidente — 21 dos quais sob o regime implantado em 1964 — a alta cúpula militar e a oficialidade foi às urnas com as preferências divididas entre três candidatos: Fernando Collor de Mello (PRN), Guilherme Afif Domingos (PL) e Paulo Maluf (PDS). Como instituição, no entanto, as Forças Armadas têm marcado uma posição de inação e neutralidade.

Collor é o candidato dos três ministros: Leônidas Feres Gonçalves (Estado), Henrique Sobrinho (Marinha) e Octávio Marciano Lima (Aeronáutica), que decidiram votar nele após a queda de Afif Domingos nas pesquisas. Há um mês, Afif poderia ser apontado, por maioria absoluta, como o preferido dos oficiais superiores e oficiais gerais das três forças. Isso apesar da contradição entre sua postura neoliberal e as

posições nacionalistas adotadas pelos militares em questões como, por exemplo, a reserva do mercado para a informática. Mas Afif caiu nas pesquisas em razão do voto útil em Collor e ficou em segundo plano.

Os demais candidatos ou têm pouca aceitação na alta cúpula ou sofrem rejeição total. Ulysses Guimarães (PMDB) é rejeitado pelas declarações que fez — ele comparou a Junta Militar de 1969 aos três partidos e chamou de "facínoras", no discurso de promulgação da Constituição, os militares que se envolveram em torturas e na repressão política na década de 70 — mas teve um voto de peso: o do general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, de quem é amigo pessoal. (AG)

01.02

8910061

Projeto Calha Norte

Sarney visita Projeto Calha Norte

(F. A. OFF. ARI.)

O presidente da República, Sarney, visitou nesta quinta-feira o Estado do Amazonas, onde visitará obras do Projeto Calha Norte que se desenvolvem nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Imaetê, Benjamin Constant e Tabatinga. Em Tabatinga, na fronteira com a cidade de Leticia, na Colômbia, o presidente inaugura o prédio do centro administrativo, visita o centro de treinamento do Alto Solimões e almoça com os prefeitos da região.

Depois de uma breve estada em

Benjamin Constant, Sarney se desloca para Imaetê, ao norte, onde chega nesta quinta-feira para visitar as obras de melhoramento do aeroporto e hospital local. Visita também, antes de se dirigir a São Gabriel da Cachoeira, o Pelotão Especial de Fronteira do Exército e a missão selma. Em São Gabriel, o presidente participa de missa de ação de graças e abre para o tráfego o trecho da BR-307, que vai até a localidade de Cui. Antes de retornar a Brasília, Sarney ainda visita obras da escola agrícola e do hospital local, além do

5º Batalhão Especial de Fronteira. O projeto Calha Norte surgiu em 1965, com o objetivo de assegurar a presença do Governo brasileiro na região, situada ao norte do Solimões, especialmente junto à fronteira. Além de garantir apoio ao desenvolvimento das náções indígenas, com base em melhor preparação militar, o Calha Norte visa demarcar as terras indígenas, garantir os marcos demarcatórios das fronteiras do País e estimular o desenvolvimento econômico da região. (Brasília/21)

2 FERR. 21/1/87

02.02

8910061

8/11/89

A Marinha defende o programa nuclear

ZERO HORA 8/11/89

F.M.
(F.F.M.)

Desafio militar aos ecologistas que condenam o projeto nuclear, em particular o submarino atômico

O contra-almirante Othon Luís Pinheiro da Silva, presidente da Coordenadoria para Projetos Especiais (Copesp), órgão da Marinha, desafiou os que combatem o programa nuclear brasileiro a contratarem qualquer especialista internacional de competência reconhecida para vistoriar as instalações do centro experimental Aramar, localizado em Iperó, região de Sorocaba, no interior paulista. As despesas, segundo o contra-almirante, serão pagas pela Copesp. Se ficar comprovado que as instalações oferecem risco de acidente ou são menos seguras do que qualquer outra do gênero, instalada no país de origem do especialista, ele tomará a iniciativa de fechar o centro Aramar.

O desafio foi feito ontem, em So-

rocaba, quando Othon Pinheiro tomou conhecimento de uma manifestação que o presidente Fernando Gabeira, do Partido Verde (PV), vai realizar na cidade, nesta sexta-feira, contra a falta de segurança de Aramar.

Gabeira disse que irá pagar uma ação popular para fechar o centro, único no Brasil que realiza o enriquecimento do urânio. O candidato do PV teve acesso ao estudo de impacto ambiental (Eia) e ao Rima (relatório do impacto ambiental) da central experimental Aramar e chegou à conclusão que pode ocorrer vazamento de radioatividade na parte das instalações utilizada para a obtenção do hexafluoreto de urânio. Segundo Gabeira, técnicos da secretaria estadual do Meio Ambiente, que analisaram esses documentos, admitiram que o aquecimento excessivo do gás poderá romper as tubulações e provocar a liberação de fluoretos com alta carga poluente na atmosfera.

"SEGURAS" — O contra-almirante

te Othon atribui essa interpretação à falta de conhecimento ou "o propósito deliberado de confundir a opinião pública, pois tanto o Rima quanto o Eia consideram as instalações seguras e aprovaram o projeto". Ele lembra que todos os sistemas de segurança das instalações nucleares de Aramar são independentes, pois são dispositivos duplos para controle de vazamentos dos gases no líquido e a maioria dos equipamentos funciona em ambientes com pressão negativa. "Apesar da escassez de recursos, fizemos questão de não economizar em segurança", disse Othon.

Inaugurado em 58, o centro experimental Aramar é o principal suporte de pesquisas nucleares realizadas no país e, além de desenvolver estudos para fornecer combustíveis e sistemas de pesquisa, desenvolve o protótipo do reator que vai equipar os submarinos nucleares a serem desenvolvidos pela Marinha. Entretanto, os grupos vêm nas instalações de Aramar, um risco potencial de acidente nuclear e pretendem protestar sexta-feira contra o programa. (AE)

01.03

8910119

6110168

F. MIL (PFAA)

24/11/89

Militares e orçamentos

**Corte de verbas
preocupa a cúpula
das Forças Armadas**

Tânia Monteiro

BRASÍLIA - O corte de NCz\$ 390 milhões do orçamento das Forças Armadas está preocupando os militares, assim como o anúncio de propostas, como a do PT, de promover uma revisão nos programas em andamento, como a construção do avião italo-brasileiro AMX, a modernização do Exército, denominada FT-90 e a construção dos submarinos nacionais. No Congresso, os assessores parlamentares das Forças Armadas pedem para advertir, formalmente, através de documento apresentado às duas Casas, sobre a necessidade de revisão dos cortes propostos e avaliação das consequências para estas partes — e não mesmo para o país — se a redução de verbas for concretizada.

O deputado José Genóbio, do PT, esclarece que o objetivo do partido é controlar detalhadamente cada um desses programas das Forças Armadas para avaliar sua viabilidade. Segundo ele, não há intenção de se cortar o orçamento para e simplesmente ou promover alterações nos seus cronogramas. O PT deseja discutir com a sociedade a necessidade e a prioridade desses projetos, dentro da atual conjuntura nacional.

Compromissos — Os militares advertem que os cortes que estão sendo promovidos pelo Congresso são muito mais graves do que os parlamentares estão pensando. Pedem, ainda, atenção especial dos dois candidatos à Presidência, Fernando Collor, do PRN e Luís Inácio Lula da Silva, do PT, para estas questões, porque elas poderão afetar as relações entre Brasil e Itália, que desenvolvem o projeto de construção do avião de combate AMX. Se os cortes se mantiverem, lembram os oficiais da Aeronáutica, esse programa poderá ir por água abaixo.

Da mesma forma, salientam, haverá problemas com o controle do tráfego aéreo, já que se encontra em fase de execução o projeto Dacta, de defesa aérea e controle do tráfego aéreo. Neste caso, advertem os militares, o maior prejudicado será o

próprio usuário de avião, em todo o país. Atualmente, encontra-se em fase de execução o Dacta 2, em Curitiba, que cobrirá todo o Sul do país, e está sendo iniciada a instalação do Dacta 3, na região Nordeste. Quanto aos projetos da Marinha e do Exército, além da preocupação com sua continuidade, os militares querem ainda o cumprimento dos compromissos assumidos com os credores internacionais.

Eleições — Os militares aproveitaram para elogiar a iniciativa dos dois partidos que disputarão o segundo turno em relação à valorização da carreira militar. Muitos acreditam estar hoje relegados a segundo plano. O PT, por exemplo, ao propor essa valorização, ressalta a necessidade de os militares serem bem pagos, o que muito agrada à classe, porque serve para desmistificar uma ideia errônea de que eles recebem altos salários. Da mesma forma, teve boa receptividade na caserna a proposta do PRN de modernizar as Forças Armadas.

Os militares discordam, entretanto, da forma como os dois candidatos falam de profissionalização. Eles se consideram absolutamente profissionais e ressaltam que só os ministros, por exercerem cargos políticos, emitem opinião dentro de um regime de liberdade, da mesma forma que todas as pessoas têm o direito de se expressar. Quanto à extinção do SNI, consideram "uma bobagem", porque não acreditam que qualquer presidente, seja de que regime for, possa prescindir de um serviço de informações.

A proposta de criação do Ministério da Defesa encontra resistência principalmente da cúpula da área militar. Há, entretanto, muitas correntes das três Forças que defendem esta tese, liderada, inclusive, pela Associação dos Militares da Reserva, que em documento apresentado a alguns partidos políticos com suas reivindicações inclui a criação do Ministério da Defesa como uma de suas prioridades. Da mesma forma, não há grande resistência entre os militares quanto ao Emfa. A proposta de tirar seu status de Ministério, reduzindo o corpo de funcionários, encontrou maior eco nas Forças Armadas, porque acreditam que o presidente da República necessita de um órgão de assessoramento neste nível.

-02

JORNAL DO BRASIL 24/11/89.

8910119

28/11/89

F. N. R.
(F. A. A.)

General diz que Exército não está preocupado

O comandante da 4ª Divisão do Exército, general Paulo de Assis Monteiro, garantiu ontem que para o Exército é indiferente a vitória de Fernando Collor de Mello (PRN) ou do candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva. Segundo ele, a instituição não tem preocupação com as ideologias dos candidatos, pois seu papel é cumprir o que está previsto na Constituição. "Qualquer um dos dois que for eleito estará voltado para solucionar os problemas do País. Por isso, o Exército terá sempre uma convivência respeitosa com todo chefe de Estado", disse o general. Mas o comandante é totalmente contra a implantação do regime comunista no País. (AG) 28/11/89

03.03

8910119

5/12/89.-

2 HORA 5/12/39

**GENERAL BARATA
ASSUME COMANDO**

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, presidia, ontem de manhã, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, a solenidade de transmissão do Comando Militar do Leste. O general Wilberto Luís de Lima, que estava no comando há dois anos e agora passará a ministro do Superior Tribunal Militar, foi substituído pelo general Ângelo Barata Filho. Várias autoridades, entre elas o governador carioca Moreira Franco, acompanharam a solenidade, iniciada com uma salva de 19 tiros de canhão. O ministro do Exército não discursou e nem quis dar entrevistas. Um coquetel foi servido aos convidados no 57º batalhão de infantaria motorizada, na Vila Militar. (AG)

F. H. (F. H. A. A.)

01.01

✓

8910153

24/01/39

PM da Bahia expulsa 61

sargentos, cabos e soldados

SALVADOR — O Comando da Polícia Militar da Bahia expulsou 61 sargentos, cabos e soldados que nas duas últimas semanas participaram de movimento por reajuste salarial. Arrebolados, os PMs, alguns destes feridos, fizeram uma passeata e enfrentaram os policiais desfilando pela corporação para reprimir o movimento. Eles reivindicam equanimidade de salários com a Polícia Civil. Os sargentos teriam vencimentos iguais aos dos delegados, e os soldados, aos dos investigadores. O presidente da Associação dos Praças e Amigos Cíveis da Polícia Militar (Aspa), ex-sargento José Carlos Carneiro, anunciou que a entidade convocará, na próxima segunda-feira, um comitê de segurança para tentar a desescalada dos punidos. A greve foi suspensa ontem.

O comandante da PM baiana, coronel Luiz Mesquita, afastou qualquer possibilidade de recorrer às Forças Armadas para garantir o policiamento no Estado, como chegou a ser cogitado na véspera pelo secretário de Segurança Pública, Fernando Daltro, porque frustamos a greve decidida anteontem por um grupo de praças. O capitão Manoel, que serve no Batalhão de Guardas, foi o único oficial presente à assembleia, cumprirá pena de prisão de 21 dias, informou o coronel Mesquita. A PM comunicou as 61 exclusões enquanto a punição do capitão será publicada no boletim

Sob controle — Por determinação do coronel Mesquita, mais de 40 policiais que tiveram atuação destacada na liderança do movimento serão transferidos para batalhões do interior do estado. O coronel justificou as punições dizendo que há uma portaria proibindo a participação de policiais nas reuniões do "movimento liderado por uma entidade estranha à Polícia Militar", a Aspa. O ex-sargento José Carlos Carneiro não admite que a greve tenha fracassado, pois "o governo do estado decidiu conceder um reajuste de 100% para as polícias militar e civil e não os 70% que constavam no projeto enviado segunda-feira à Assembleia Legislativa".

"Tenho completo controle da tropa e não tenho qualquer dúvida de que continuarei mantendo esse controle", disse o coronel Mesquita. Ele garantiu que a polícia continua fazendo seu trabalho normalmente na capital e no interior. Segundo ele, a greve foi decidida "por cerca de 50 policiais que participaram da assembleia e ficou restrita a esses mesmos policiais".

O comandante da PM reconhece, porém, que os salários da corporação estão defasados, mas, segundo ele, a insubordinação não é o caminho para resolver o problema. "Estou trabalhando junto ao governador do estado para reduzir essa defasagem. O salário do soldado, que em outubro era de NCz\$ 647, será de NCz\$ 1.618 em dezembro, garantindo

Punidos — Segundo um dos mili-

tares excluídos ontem — sargento Moreira, 51 anos, 23 de polícia, casado, sete filhos —, os vencimentos da corporação estão muito baixos. Ele disse que com seu salário de NCz\$ 1.300 não consegue sustentar sua família. O sargento declarou que ele e seus colegas punidos vão tentar anular as exclusões.

O sargento Moreira integrava a comissão que, em nome do movimento, negociava as reivindicações dos praças com o secretário de Segurança e o comando da PM. Outros integrantes da comissão, como os cabos Noé Laurentino e Anivaldo, também foram excluídos da PM.

□ Apenas 30 homens ficaram ontem o policiamento de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia, com quase 500 mil habitantes. O comando de greve da PM impediu que os 900 homens do 1º Batalhão da Polícia Militar assumissem seus postos, chegando a furar pneus dos carros que estacionavam num módulo da polícia, no Centro da cidade. Cinco policiais militares foram expulsos da corporação. Impedidos de se deslocar, os soldados não puderam ir para o presídio regional, onde toda a guarda foi obrigada a dobrar o plantão. Por causa disso, a direção do presídio suspendeu o banco de sol diário dos presos, gerando muitos protestos. Hoje, se a greve continuar, a visita de parentes de presos também será suspensa.

Em Pernambuco, ação na Justiça

RECIFE — Normalmente silenciosa — até mesmo por força da rigidez do seu código de disciplina — a Polícia Militar de Pernambuco, que tem um contingente de 17 mil homens, está acionando o governador Miguel Arraes na Justiça: a excessão dos coronéis, todos os que integram o batalhão se julgam prejudicados em seus salários e exigem o cumprimento de uma lei, de nº 6785/74, que regula a política salarial da corporação.

A ação já rendeu o primeiro resultado: a notificação do Tribunal de Justiça do Estado chegou ontem ao Palácio do Campo das Princesas e o governador tem prazo de 10 dias para informar se determina ou não a aplicação do reajuste específico aos soldados dos demais postos da PM. Segundo acusam os cinco advogados encarregados da ação só os coronéis recebem o benefício, cujo valor foi estipulado no mês de fevereiro, com reajuste de 22% concedido ao funcionalismo militar. Os demais estão prejudicados.

Patamaros — De acordo com o regimento da PM, os reajustes dos policiais só podem ser dados com percentuais múltiplos de 30. Como o aumento foi de 22%, segundo o Palácio do Campo das Princesas, os soldados das diversas patentes ficaram no mesmo patamar. Por exemplo: há capitão ganhando igual a major e cabo recebendo igual a soldado. Com isso o princípio de hierarquia dentro da corporação não está sendo seguido, o que motivou uma série de insatisfações e atos de protesto.

Segundo informou ontem o Palácio do Campo das Princesas, os aumentos foram concedidos seguindo orientação do próprio Comando da PM, que ontem começou a preparar a argumentação a ser encaminhada à Procuradoria-Geral do Estado, para que o governo se defenda da ação. Segundo os advogados que movem a ação, é a primeira vez, em 15 anos, que a lei 6785/74 não é cumprida. "Infelizmente, alguns militares que requereram administrativamente correção da irregularidade até hoje não obtiveram resposta, e o jeito foi apelar para a Justiça, em nome de todos os prejudicados", afirmou ontem o advogado Israel de Moura.

Os soldados, cabos e oficiais da PM não são as únicas pessoas mobilizadas pela correção de salários. Como, por lei, eles não podem fazer mobilização no quartel, suas mulheres acabam de fundar uma associação para lutar em defesa do aumento dos vencimentos dos seus maridos.

8910362

SNI antecipa mudanças

para sobreviver

F.M.
(CFM.)

6/12/89
J. do Brasil

BRASÍLIA — Entre os primeiros atos do futuro presidente da República estará uma medida provisória que extingue o Serviço Nacional de Informações (SNI) a partir de 15 de março de 1990, tanto faz seja eleito Fernando Collor de Mello (PRN) ou Luis Inácio Lula da Silva (PT). E para sobreviver à sua extinção, o SNI já está antecipando as mudanças em sua estrutura previstas nos programas dos dois candidatos. Entre outras medidas, os funcionários da instituição criada pelo general Golbery do Couto e Silva em 1964, logo após o golpe militar, serão desativados ou reembarcados. O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, já determinou o fechamento de agências e escritórios do SNI, além da transferência de algumas de suas funções para a Polícia Federal.

Os serviços de informações dos ministérios militares também estão procurando adaptar-se às novas orientações. O CTE (Centro de Informações do Exército), a exemplo do SNI, está fechando agências nas capitais, deixando seu pessoal nos estados ocupado apenas com a coleta de informações para que as análises sejam feitas em Brasília. O antigo Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica), também se antecipando ao futuro governo, mudou seu nome para Secretaria de Inteligência (Secint) e deixou de ser subordinado diretamente ao ministro, passando a vincular-se ao chefe do Estado-Maior da Força. Para os oficiais, esta é uma demonstração de que pretendem abandonar as questões políticas, passando a abastecer a Aeronáutica de informações basicamente estratégicas.

No Commar (Centro de Informações da Marinha) a situação não é diferente, embora tenha a menor estrutura entre os três. O Commar é também o mais antigo deles. Foi criado em 1947, após a Segunda Guerra, com o nome de Serviço Secreto da Marinha, para fazer levantamentos de dados táticos e estratégicos para aplicação do poder naval. Hoje, a Marinha ainda se preocupa com as greves no setor portuário porque, segundo lembram seus oficiais, 95% do comércio exterior brasileiro são feitos através do mar. Essa preocupação, entretanto, não tem por objetivo ocupar os portos, mas sim prevenir as autoridades para a possibilidade de paralisações.

Mudanças — Em um governo do PT, as Forças Armadas terão um serviço único de informação e contra-informação, vinculado ao Ministério da Defesa, para trabalhar somente com assuntos militares. Vencendo o PRN, Collor pretende substituir o SNI por um serviço de inteligência que terá a missão

de assessorar o presidente da República em assuntos estratégicos. O novo serviço, ainda sem nome ou sigla, será chegado por um civil e provavelmente ocupando da diplomacia. Tratará das questões estratégicas envolvidas nas relações do Brasil com o mundo e, principalmente, com a América Latina, além de oferecer ao presidente da República as análises políticas que julgar necessárias para tomar decisões nesse campo.

A frente que apóia Lula deseja eliminar também o instrumento do estado de defesa (medida excepcional restrita a uma área geográfica) e o Conselho de Defesa Nacional, criados pela Constituição de 1968, além de "desmilitarizar a administração pública". Isso significa, na definição do programa, retirar os militares dos cargos de direção das empresas estatais.

Fernando Collor de Mello tem optado por uma das siglas mais poderosas do Palácio do Planalto: a Saden (Secretaria de Defesa Nacional), criada para substituir o Conselho de Segurança Nacional, extinto pela Constituição. Além de mexer no SNI e na Saden, Collor pretende rebaixar o Gabinete Militar da Presidência da República, que atualmente tem status de ministério, a mera assessoria. Os dois finalistas do segundo turno das eleições já têm a quem atribuir as atividades exercidas hoje pelo SNI: a Polícia Federal.

Estrutura — Atualmente, o SNI tem 12 agências espalhadas pelas principais capitais brasileiras, além de 10 escritórios. A ideia dos responsáveis pelo setor de informações é aumentar a jurisdição de várias agências, e quatro delas estão em fase de desativação.

Os tipos de informações pretendidas também são diferentes. Os órgãos que atuam na área de informação asseguram terem abandonado as funções policiais, passando a abastecer o presidente da República e os ministros de Estado de informações sobre problemas que interessam a cada setor. Na interpretação dos analistas, a comunidade deixou de se preocupar com greves, movimentos sindicais e corrupção, transferindo essas funções para a Polícia Federal, para concentrar sua atenção nos problemas de espionagem, terrorismo e questões que afetem a segurança nacional.

Em uma fase final, de acordo com as propostas do pessoal da comunidade de informações, o Serviço Nacional de Informações ou o nome que o novo presidente queira dar a ele, deverá se voltar basicamente para a área externa.

JORNAL DO BRASIL 6/12/89

ZHORA 18/12/89

Leônidas quer fazer indicações

□ Ministro do Exército garante que não vai haver resistência ao candidato vencedor, mas pretende indicar nomes na área militar

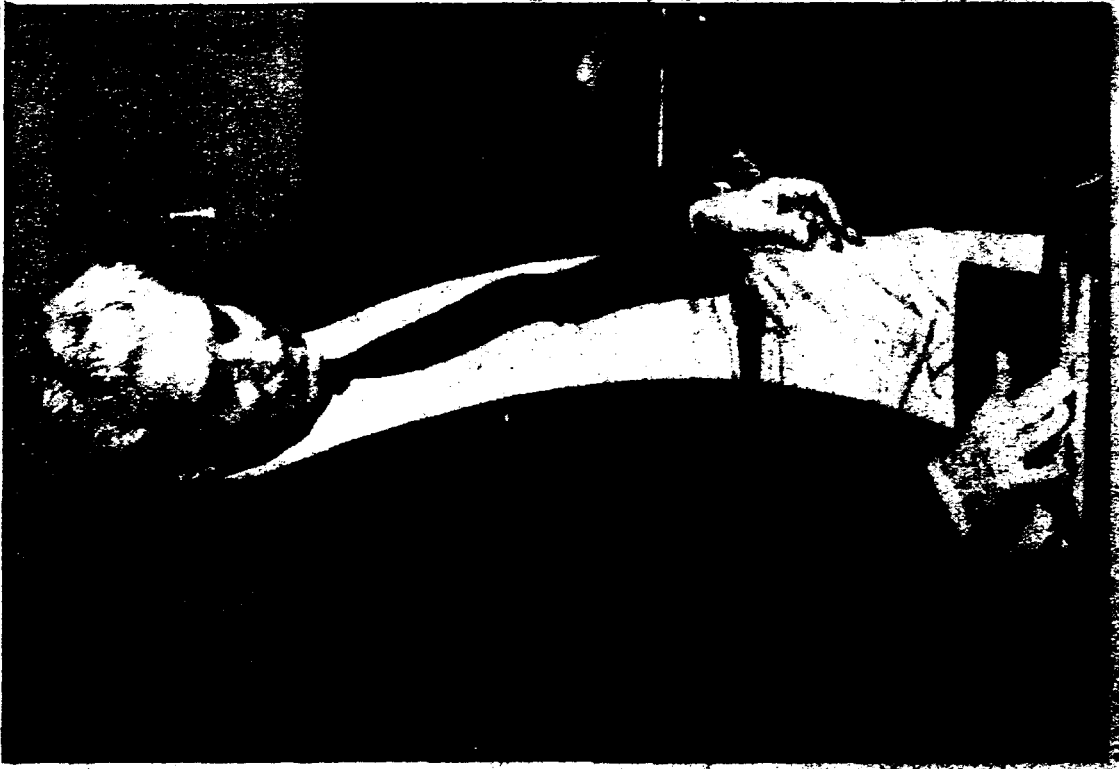
O voto do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi para Fernando Collor de Mello. "Foi um voto que fugiu da emoção. Procurei a racionalidade e o que é melhor para o Brasil. O País precisa de verde e amarelo", declarou o ministro, após votar, no setor militar urbano, em Brasília. Ele não descartou a possibilidade de fazer indicações ao próximo presidente e na sua opinião, o ex-governador de Minas deve vencer as eleições com uma pequena vantagem de votos sobre o candidato da Frente Brasil Popular. Esta indica-ção de Collor.

Leônidas afirmou que, caso vença Collor, não haverá resistências ou qualquer problema neste sentido nos meios militares. "Qualquer candidato pode ganhar, derrotar e assim", concluiu, mas qual for o presidente eleito, o ministro prevê duas coisas: a extinção da área acadêmico-militar e a extinção da área de assessoria política. Ele também prevê a extinção do Conselho de Estado.

O ministro dirigiu um recado a quem já pensa em movimentos grevistas no próximo governo. "Antes de fazerem atos irresponsáveis, que impeçam o governo de governar, au-

pendam estas atividades", afirmou. Para ele, o Brasil é uma nau que se não navega correto, ninguém sair-á ao naufrágio. "Todos vão parti- cipar dele". Leônidas é contra a anteci- pação da posse do eleito, pois em sua opinião, é preciso que haja tempo para formar a nova equipe e, mais que isso, o próximo governo deve colher dados categorizados, da eco- nomia para que possa debelar a infla- ção.

INDICAÇÕES — "O novo governo nem tem projeto acabado para se pensar na antecipação". Ele não des- carta uma conversa como o futuro presidente e afirma que só gostaria que ela ocorresse. "Gostaria de fazer algumas indicações, com três alter- nativas de nomes para me substituir no ministério do Exército". Leôni- das, entretanto, não pretende procu- rar e sim ser convocado para este diálogo. Quanto aos nomes que en- trariam nesta lista para sucedê-lo, acrescenta que deve respeitar o prin- cípio de hierarquia existente na for- ça. Por este critério, entrariam na lista do ministro os generais Waldir Marinho, atual chefe do Estado-Maior do Exército, Hélio Pacheco, secretário de Defesa e Tecnologia e Mário Orlando Bastiani, chefe do Departamento de Engenharia e Co- municações. Todos passam para a reserva em março do próximo ano. Quanto ao seu próprio futuro, ele se reserva para o futuro. "Antes de fazer indicações, preciso saber qual a situação do setor empresarial. Entri- gar não faz nada", acrescenta. (A3)



8910362

18/12/89

19/12/89.
2402

Aprovado maior prazo para tributação na aeronáutica

□ O projeto concede 5 anos de isenção, mas a empresa terá a obrigação de adquirir da indústria do estado até 50% do valor em componentes aviônicos

Depois de quatro meses do veto do governador Pedro Simon ao projeto de lei que parcela o pagamento dos impostos das empresas aeronáuticas, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto concedendo até cinco anos para o recolhimento do ICM na compra de aviões, o que além de viabilizar a aquisição de aeronaves no exterior, canalizará recursos para os cofres estaduais, o que não ocorreria sem a concessão já que as empresas preferiam fazer leasing livre de tributação.

Com a aprovação, o Rio Grande do Sul se habilita a utilizar os benefícios da Cláusula de "Off Set", que funciona como uma espécie de compensação para as importações de aeronaves que envolvam altos recursos. Assim, na compra de um Boeing 747, por exemplo, que custa em torno de US\$ 120 milhões, a Boeing se obriga a adquirir da indústria gaúcha até 50% deste valor em partes, peças e componentes aviônicos.

Além desta vantagem, o engenheiro Cláudio Basseto Vianna, diretor-presidente da Aeromot, cita o ingresso parcelado de impostos como altamente positivo para os cofres estaduais, principalmente considerando os altos valores envolvidos. Originalmente, a pro-

posta do setor era de dispor do mesmo prazo válido na importação, que pode ir de 12 a 20 anos, para o recolhimento do imposto. Mas a Varig, a maior beneficiária do projeto, entendeu que cinco anos já eram suficientes para amenizar o desembolso de tributos que era quase que imediato à compra.

PARQUE INDUSTRIAL — Segundo levantamento da Secretaria da Indústria e Comércio, que vem acompanhando o caso junto com a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul e Badesul, além da Aeromot e Varig, há um parque industrial fornecedor de acropeças formado por 42 indústrias no Estado, fabricantes de equipamentos de bordo, poltronas, para-quadras, ultraleves, planadores e hélices. Cálculos iniciais apontam para uma perspectiva de negócios, nestas empresas, da ordem de US\$ 400 milhões até 1995, devido à Cláusula de Compensação. Somente a Varig tem um programa de importações de aeronaves de US\$ 2,0 bilhões nos próximos cinco anos.

Simultaneamente, o secretário Gilberto Moysen foi informado ontem pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial que a SIC foi incluída na Câmara Setorial que estuda estímulos à política de desenvolvimento nacional do complexo industrial aeronáutico e aeroespacial. Com a aprovação do projeto e com o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Aeronáutica, que agora se viabiliza, o Estado poderá ser um dos principais fornecedores de componentes do País.

098

20/12/89

21/02/91

90

Moreira Lima defende entendimento nacional

Ministro apóia proposta de Collor que pede à sociedade mobilização e crédito de confiança ao novo governo

O ministro da Aeronáutica, Otávio Moreira Lima, apostou nesta tarde, em Belo Horizonte, a proposta do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, para o entendimento nacional, pedindo que a sociedade brasileira se mobilize e abra um

caso de confiança ao futuro governo da República. Disse que o País não vai resolver os problemas nacionais com políticas novas e, por isso, será necessário aguardar o programa de governo ao longo dos cinco anos do próximo mandato presidencial.

Moreira Lima, que presidiu, às 11 horas, a solenidade de formatura do corpo feminino da Aeronáutica, na Base Aérea da Pampulha, lembrou que

a grandeza do regime democrático é não ter vencidos os vencedores, sendo o povo brasileiro o vencedor das eleições, dando "uma grande demonstração de maturidade política". Afirmou que a possibilidade de fusão dos ministérios militares, no futuro Ministério da Defesa, ainda não está definida, mas que o presidente eleito não terá "nenhum problema com os ministros militares" já que as Forças Armadas tiveram uma posição isen-

ta e tranquila durante as eleições deste ano.

PREVISÃO — O ministro disse ontem que o fechamento da campanha eleitoral nas duas últimas semanas chegou a preocupar a defesa militar. Sem mencionar nomes, ele acrescentou que a vitória de Collor de Mello nas urnas "silenciou os patrulheiros psicológicos e o próprio eleitorado foi capaz de evitar o caos". (AG/Rádio)

General destaca que Forças Armadas garantem democracia

O chefe do Estado Maior do Exército, general Waldir Eduardo Martins, ressaltou ontem em Brasília, ao receber os generais promovidos em novembro, o importante papel desempenhado pelas Forças Armadas no desenvolvimento do processo democrático do País. "A missão das Forças Armadas é a garantia, embasada na carta magna, dos poderes constitucionais, à lei e à ordem, possibilitaram que o povo circunscrevesse, com plena liberdade, o direito de escolher o seu futuro governo", afirmou.

O chefe do EME concluiu, ainda, os novos generais a refletirem sobre a responsabilidade que cabe ao Exército, como integrante

das Forças Armadas, no contexto institucional do País. "Cabe-nos pois, trazer à meditação de todos os brasileiros, imersos na elevada aspiração do aperfeiçoamento de nosso regime democrático, a transcendência da hora presente". O discurso do general Martins foi dirigido aos generais-de-brigada Frederico Faria Sodré de Castro, Euclimar Lima da Silva, Rubem Augusto Taveira, Sérgio Henrique Caraciro Tavares e Sérgio Mendes Menezes que receberam hoje, em cerimônia presidida pelo ministro Leônidas Feres Gonçalves, suas credenciais de comando. (Radio)

05

X

8910362

2012189

2403A

Prefeitura de Salvador multa Exército

2502189
2012189

A Prefeitura de Salvador, a capital da Bahia, multou o Ministério do Exército por despejar lixo em local proibido. A gerência de fiscalização da Limpurb — empresa de limpeza urbana de Salvador — autuou também o Banco do Brasil, o Mercado das Malhas e a Casa das Telhas porque caminhões daquelas empresas, como os do Exército, também despejavam lixo

numa área que pertence à Chesf e ao Hospital Salvador, situada no bairro de Matatu.

Com a identificação dos responsáveis, as empresas e o Exército deverão pagar, cada um, multa que vai variar de NCz\$ 163,04 a NCz\$ 4.891,20, calculada com base na Unidade Fiscal Padrão (UFP), segundo declarou ontem, em Salvador, o supervisor da Limpurb, Agnôr Gonçalves Filho.

Nos últimos seis meses, a área vinha sendo transformada em depósito irregular de lixo, apesar das placas que foram afixadas com o aviso de que "é proibido jogar entulho no local". Os fiscais da prefeitura passaram então a anotar as placas dos caminhões que praticam a irregularidade, encaminhando-as ao Detran para identificar os responsáveis pelos veículos. (AJB)

F.H.U. (CPAD.)

06.06

2310362

FACTOR

PSICOSOCIAL

ENTRE LOS N^{os}

8900547- 8910375

098

João 24/7/68

Meneguelli diz que Israel pode ser um exemplo

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, já aceita sentar-se à mesa com os empresários para discutir um plano de combate à inflação. E quer tomar como ponto de partida para o diálogo o modelo israelense, que zera preços e salários. "A CUT tem hoje uma visão muito além de negociar salários, mas a conversa é essencial e teria que ser para ontem", disse ele.

Nesta semana, Meneguelli desencadeia uma campanha nacional contra a supressão das conquistas sociais da Constituição. Ele considera contraditório que os empresários busquem o diálogo com os trabalhadores e, ao mesmo tempo, tentem destruir essas conquistas. Cético em relação ao governo, acha que nenhum acordo terá sucesso sem o controle do déficit público. (Página 27)

AS

01.01

8900547.

■ O Brasil é o quinto produtor mundial de alimentos, mas 40 milhões de brasileiros são subnutridos

Claudio Bojunga

As estatísticas da desesperança dos nossos universitários devem ser cotejadas com duas publicações recentes que formam um verdadeiro livro branco da miséria social brasileira. O primeiro deles chama-se Indicadores sociais (IBGE, 1988) e nos informa sobre população, educação, divisão de trabalho e habitação nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e municípios de mais de 100 mil habitantes. O segundo é Estrutura social, mobilidade e raça, de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva. São duas péis de cal nos delírios do Brasil Grande e no histórico modelo da "modernização conservadora". Os que se congratulam apressadamente diante dos índices da nossa Bélgica devem ler urgentemente essas duas obras: elas falam da nossa Índia, que é, de longe, a porção mais habitada dessa Belíndia. Alguns números:

1) Nada menos de 65% dos brasileiros vivem na miséria (impossibilidade de satisfazer suas necessidades alimentares) ou na pobreza (impossibilidade de comprar outra coisa que não seja comida). Um terço de nossas famílias ganha menos de um salário mínimo (Cr\$ 12.444) e 1% dos brasileiros dispõe de renda igual à dos 50% dos pobres.

2) Das 47 mil 852 crianças brasileiras, 25 mil 396 (isto é, 27,5%) vivem em situação de pobreza. O número de crianças miseráveis é de 13 mil 173 (27,5%). Isso significa que 54% das pessoas na miséria são crianças; ou seja, a maioria dos nossos pobres são crianças. Assim preparamos o futuro.

3) No Brasil como um todo, 79% das famílias não possuem geladeira (ficando expostas ao risco de consumo de alimentos deteriorados); mais de 85% dessas famílias vivem sem escoadouro adequado (risco de contaminação); cerca de 71% não têm água encanada e 65% não têm filtro (risco de água contaminada). "É de espantar", diz Nelson do Valle Silva, "que nestas condições algumas crianças consigam sobreviver."

4) Do total de famílias no Brasil, cerca de 18% são chefiadas por mulheres. Mais da metade das famílias chefiadas por mulheres está em situação de pobreza. Embora a incidência de pobreza tenda a declinar com a idade do chefe, até cerca de 50 anos de idade, as fami-

lias com chefe feminina mostram proporções de famílias pobres acima da média da população brasileira como um todo.

5) No Brasil, a miséria e a pobreza estão intimamente associadas ao trabalho na agropecuária, na extração e na prestação de serviços (que concentra muitos trabalhadores envolvidos em relações não formais de trabalho; homens na agropecuária, mulheres no serviço doméstico).

6) Uma agravante da desigualdade é a pouca proteção previdenciária e trabalhista oferecida às famílias: 85,8% das famílias em

pobres inclui 55% das famílias nessas áreas. Salvador é uma exceção nesse quadro sombrio: sua região metropolitana registra níveis de pobreza semelhantes aos das demais áreas metropolitanas. Mas, mesmo em Salvador, a pobreza atinge quase 30% das pessoas.

8) Os miseráveis vivem em sua maioria nas áreas rurais (51,4% das famílias); a maioria dos pobres está nas áreas urbanas (58% das famílias), sobretudo na rede urbana não-metropolitana. Trocando em miúdos: 29 milhões de pobres no Brasil estão localizados

menor porte — a incidência absoluta de pobres é relativamente modesta (menos de 16% da pobreza metropolitana). Mas 59,4% das pessoas na mais estrita miséria habitam a região Nordeste. Só a área rural do Nordeste inclui mais de 1/4 dos pobres do país.

10) Qualquer que seja o nível educacional considerado, os não-brancos se concentram mais que proporcionalmente nos estratos ocupacionais inferiores. E a diferença nas distribuições tende a se agravar ao se passar para os níveis educacionais mais altos. Essas diferenças são de 5,4% entre os analfabetos, 9,9% entre os alfabetizados, 13,7% no nível elementar, 17,9% no primeiro ciclo médio, 21,8% no segundo ciclo médio, 12,9% no nível superior. Essa estatística sugere que a exposição à discriminação racial na esfera ocupacional cresce junto com o nível educacional dos não-brancos. Isto é: há um mecanismo de discriminação racial no mercado de trabalho.

11) A mortalidade infantil no Brasil (87,9 por mil) é pior do que a da Coreia do Sul e da Colômbia. O nível de alimentação de nossa população é mais baixo do que o egípcio ou o turco. É bom lembrar que, nos países desenvolvidos, a mortalidade infantil situa-se entre 8 e 12 por mil.


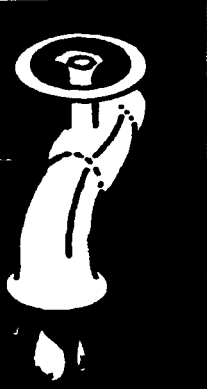


12) O Brasil é, em termos de Produto Interno Bruto, a oitava maior economia do mundo. Nosso país é o quinto maior produtor de alimentos, superado apenas pelos Estados Unidos, União Soviética, Canadá e China. A capacidade produtiva do nosso parque industrial situa-se logo abaixo da capacidade do parque inglês. O Brasil briga no campo da informática, fabrica aviões e inventou energias alternativas. No entanto, 53 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza. Nossos indicadores sociais, como se mostra no estudo Brasil 2000, coordenado pelo professor Hélio Jaguaribe, nos colocam abaixo das Filipinas e da Tailândia. Temos 30 milhões de subnutridos e 25 milhões morando em favelas.

E há um dado interessante na recentíssima pesquisa sobre a situação de fecundidade no Brasil (Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — 6º volume, lançado na última quarta-feira, dia 20, editado pelo IBGE em convênio com a Unicef). A queda de cerca de 25% na taxa de fecundidade total entre 1970 e 1980 — ou dez anos imediatamente anteriores à repressão de 81/83 — demonstra a crença, muito difundida em países em desenvolvimento, de que uma das principais causas das crises econômicas e sociais é o crescimento desordenado da população, principalmente nos setores mais pobres. Foi a crise que levou a sociedade, por instinto de sobrevivência, a tentar limitar o número de filhos: as maiores baixas nesse número foram verificadas no início dos anos 80. O número médio de filhos nascidos vivos (por mulheres entre 15 e 49 anos de idade) caiu dos 5,76 filhos em 1970 para 4,35 em 1980. Uma queda de 24,5% em dez anos. Em 1984, o número médio baixou para 3,83 filhos. Projeções indicam que em 2025 será 2,2 filhos.

O presidente Sarney costuma dizer que política lida com realidade. Mas, talvez não se realize.

Getúlio Vilanova

Indicadores de qualidade de vida - População Miserável

País e cidade	Sem iluminação elétrica	Sem conexão com rede de água	% sem escoadouro adequado	Sem geladeira
				
Brasil	51,8	74,2	85,2	92,2
Argentina	88,2	99,2	99,4	97,2
Colômbia	67,9	93,8	96,1	98,4
Costa Rica	64,5	92,7	94,2	97,0
El Salvador	86,3	95,1	99,8	95,1
Estados Unidos	30,5	98,9	88,0	92,9
Francia	27,6	97,2	90,8	93,5
Inglaterra	15,5	98,4	55,4	61,8
Itália	23,8	98,8	74,1	87,1
Japão	31,4	98,5	95,3	98,6
Países Baixos	2,6	98,2	63,9	84,3
Reino Unido	6,2	98,2	84,3	97,2
Suécia	25,2	97,4	64,2	85,5
Suevia	13,2	97,4	73,3	90,9
Uruguai	7,1	98,4	33,0	27,1
São Paulo	2,4	93,0	42,0	38,5
Belo Horizonte	9,6	23,4	65,4	62,7
Puerto Alegre	12,5	13,6	63,7	40,1
Curitiba	27,7	35,3	67,6	69,1
Brasília	13,9	17,5	30,9	59,1

* Nota: Rede geral ou fossa séptica

FONTE: IBGE — PNAD 85 — Tabulações Especiais

% famílias em domicílios

condições de miséria não tinham, em 1985, chefe contribuindo para a Previdência Social. No Brasil como um todo, 3/4 dos empregados não possuem carteira de trabalho assinada. As proporções dos "sem férias e sem décimo-terceiro" são mais elevadas nas áreas rurais, menor nas metropolitanas. Mas mesmo nas metrópoles brasileiras, mais da metade dos empregados não têm carteira assinada. A situação mais grave é em São Paulo e no Rio: a proporção atinge os 60%.

7) A pobreza no Brasil tem um forte componente regional. A situação do Nordeste é dramática. A incidência de pobreza aí é quase o dobro da verificada nas demais regiões, sendo mais grave nas áreas urbanas não-metropolitanas. A proporção de

nas áreas urbanas, dos quais quase 20 milhões estão dispersos pela rede de pequenas e médias cidades fora da órbita metropolitana. É uma dificuldade suplementar para a aplicação de políticas de saneamento, habitação e transporte. A pobreza metropolitana está concentrada no eixo Rio-São Paulo. A região metropolitana do Rio de Janeiro sozinha dá conta de 1/4 da pobreza metropolitana do país. Se a ela adicionarmos a pobreza metropolitana de São Paulo, essa proporção chega à metade. Nessas duas áreas existem 4,5 milhões de pessoas carentes.

9) A concentração de pobres em Belo Horizonte e nas metrópoles nordestinas, especialmente Recife e Fortaleza, é considerável. Nas metrópoles da região sul, em Brasília e em Belém — áreas de

078

BRASIL (S.S.) MRA
**PRESIDENTE DEL EPISCOPADO BRASILEÑO
VIAJA A ROMA POR CASO CASALDAGA**

BRASILIA - El Presidente de la Conferencia Episcopal Brasileña (CNBB), Luciano Mendes de Almeida, viajará la próxima semana a Roma para discutir con el Papa Juan Pablo II la carta de amonestación que el Vaticano emitió la semana pasada al Obispo Pedro Casaldaga, publicó ayer la prensa local.

Monsieur Mendes de Almeida dijo a los periodistas asesores eclesiales de la Comisión Episcopal del Pastoral, el órgano ejecutivo de la CNBB, que el documento de Roma a Casaldaga "pienso y es claro", pero afirmó que la prensa "está tratando este caso en forma sensacionalista".

El Presidente de la CNBB admitió que la "intimación" del Vaticano exige a Casaldaga que, antes de viajar a Nicaragua, pida autorización a los obispos de ese país que evite hacer comentarios políticos y que se abstenga de participar en celebraciones con fines "políticos".

Esta es la segunda vez en los últimos diez años que el Vaticano toma medidas contra religiosos por la intervención de la jerarquía católica en asuntos políticos. (EFE) 29/3/82

01.01

8900680

228

PAL - 15 MAR 1988 - 12h 01m 33s

Vaticano nega punição a Dom Pedro Casaldáliga

O bispo do Araguaia, pressionado, não vai à Nicarágua

(bapt) SS.P

30/11/88

24

O Vaticano negou mais uma vez que tenha punido o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga. Documentos enviados pela congregação dos bispos ao titular da Diocese de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, reiteram que Casaldáliga foi apenas "convitado", após a visita "ad limina" (visita que os bispos são obrigados a fazer ao papa a cada cinco anos), a "ser fiel ao magistério da Igreja e não interferir nas atividades de outras igrejas", numa referência indireta às suas viagens à Nicarágua.

A carta recebida por Dom Tomás é uma resposta ao documento enviado à congregação romana por cerca de 30 prelaços brasileiros, manifestando apoio e solidariedade ao seu colega de São Félix. O presidente da congregação dos bispos, cardinal Bernardin Gantin, que assina a carta a Dom Tomás, limita-se a acusar o recebimento do documento de apoio a Dom Pedro e a anexar uma nota de esclarecimento do Vaticano a respeito do noticiário dos jornais brasileiros sobre o caso.

Aparentemente, o Vaticano decidiu conceder uma trégua ao bispo de São Félix do



Dom Pedro Casaldáliga: enfrentando pressões do Vaticano

Araguaia. Depois que o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, aproveitou uma viagem a Roma para dialogar com as autoridades da Santa Sé sobre o Caso Casaldáliga, não se insistiu mais em que o bispo assinasse a "advertência", comprometendo-se a não falar sobre a Teologia da Libertação e a não viajar para outros países sem a autorização do prelado do local a ser visitado. Casaldáliga, por sua vez, anunciou, logo após o retorno ao Brasil de Dom Luciano, que decidiu cancelar a viagem que faria no início do próximo ano à Nicarágua. (AG)

24HORA - 30/11/88

01.01

8900825

Igreja ajuda o PT a vencer no campo

São João do Triunfo (PR) — Fotos de Ivan

Paulo Adário

SÃO JOÃO DO TRIUNFO (PR) — Uma e meia da madrugada do dia 17, uma quinta-feira que bem poderia ser igual a todas as quintas-feiras nesta pequena cidade do sul do Paraná, não fosse o padre Estevão estar bêbado com motivo: no final da tarde, ele rezava missa em Canudos, pequena colônia de camponeses nos arredores, quando uma mensageiro chegou com a notícia que iria mudar a vida de São João — o PT havia ganhado a eleição. José Maria Tardim, técnico agrícola de 26 anos que aparecera na região em 1981 para orientar colonos e pequenos proprietários a mando da Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), vai, a partir de 1º janeiro, pilotar um orçamento de Cr\$ 485 milhões, infinitamente inferior ao que será controlado por sua colega Luiza Erundina, em São Paulo, também eleita na vaga oposicionista que pregou a estrela do partido nos céus da Nova República.

A vitória do PT em São João do Triunfo — retrato de como a participação da Igreja foi decisiva para a penetração de um partido urbano no campo — não é só surpreendente por ter se dado num estado onde o partido tem fraca penetração (apenas um deputado estadual, Pedro Tonelli, eleito em 86) mas porque o município tem 80% da população de origem polonesa, gente tradicionalmente católica, conservadora e temente ao comunismo.

Em seus 718 km² de área, São João abriga 1.342 propriedades agrícolas onde se produzem feijão, milho, fumo, cevada, arroz e erva-mate. A imensa maioria delas é composta de pequenos sítios, minifúndios de meio a 15 hectares em terra arenosa. Situado a 800 m de altura, na região dos Campos Gerais, no sul do Paraná, e separado de Santa Catarina pelo município de São Mateus, São João do Triunfo tem poucos colonos sem terra e, portanto, poucos conflitos.

Mas os polacos vivem em precárias casas de madeira agrupadas em comunidades rurais, têm baixo nível de instrução (nas duas únicas escolas de segundo grau da região, apenas 18 pessoas concluíram a 8ª série ano passado) e apenas um médico à disposição. Quando não trabalham como bóias-frias nas grandes fazendas, entregam sua produção a intermediários. Segundo o PT, 75% das famílias têm renda inferior a dois salários mínimos mensais.

Frente — Padre Estevão Hubert, um filho da alemães de quase 1,90 m de altura, voz poderosa de tanto pregar no púlpito da única igreja da cidade contra a desigualdade social, apressou como pôde a missa e saiu correndo para o Lanches Pingo d'Ouro. O bar, na rua principal de São João, fica em frente ao comitê de Gilberto Halila, candidato único da situação, indicado por uma frente política que reuniu PMDB, PL e PTB.

Por trás dessas siglas, o poder político e econômico do município: a família Neves, liderada por José Francisco, 50, dentista a caminho da aposentadoria proprietário de terras onde planta milho e cria gado; João Alberto Perrelli, 48, presidente do sindicato rural, morador da melhor casa da cidade, duas vezes prefeito e dono de uma empresa



Waldemar Gordia (ao centro), aprendeu com o candidato do PT a reforçar o orçamento com



Hipólito (E) não teme o petista Tardim (de barba)



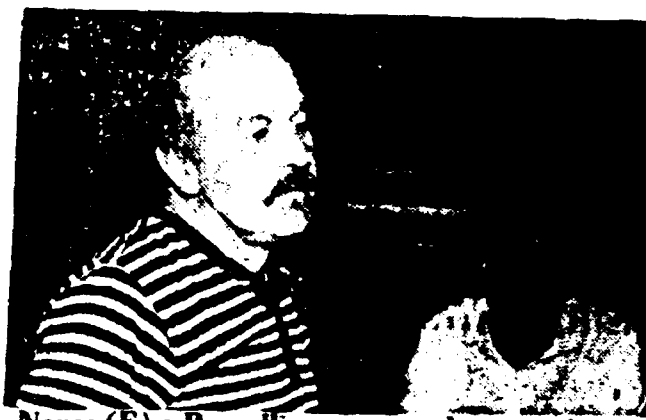
Padre Hubert na horta da Igreja: decisivo



Micharki, prefeito e fazendeiro



'Porre' da vitória



Neves (E) e Perrelli: preparando a oposição

Igreja ajuda o PT a vencer no campo

São João do Triunfo (PR) — Fotos de Ivan B.

Paulo Adário

SÃO JOÃO DO TRIUNFO (PR) — Uma e meia da madrugada do dia 17, uma quinta-feira que bem poderia ser igual a todas as quintas-feiras nesta pequena cidade do sul do Paraná, não fosse o padre Estevão estar bêbado com motivo: no final da tarde, ele rezava missa em Canudos, pequena colônia de camponeses nos arredores, quando uma mensageiro chegou com a notícia que iria mudar a vida de São João — o PT havia ganhado a eleição. José Maria Tardim, técnico agrícola de 26 anos que aparecera na região em 1981 para orientar aponeos e pequenos proprietários a mando da Acarpa (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), vai, a partir de 1º janeiro, pilotar um orçamento de Cr\$ 4 485 milhões, infinitamente inferior ao que será controlado por sua colega Lúcia Tardim, em São Paulo, também eleita na vaga oposicionista que pregou a estrela do partido nos céus da Nova República.

A vitória do PT em São João do Triunfo — retrato de como a participação da Igreja foi decisiva para a penetração de um partido urbano no campo — não é só surpreendente por ter se dado num estado onde o partido tem fraca penetração (apenas um deputado estadual, Pedro Tonelli, eleito em 86) mas porque o município tem 80% da população de origem polonesa, gente tradicionalmente católica, conservadora e temente ao comunismo.

Em seus 718 km² de área, São João abriga 1.342 propriedades agrícolas onde se produzem feijão, milho, fumo, cevada, arroz e erva-mate. A imensa maioria delas é composta de pequenos sítios, minifúndios de meio a 15 hectares em terra arenosa. Situado a 800 m de altura, na região dos Campos Gerais, no sul do Paraná, e separado de Santa Catarina pelo município de São Mateus, São João do Triunfo tem poucos colonos sem terra e, portanto, poucos conflitos.

Mas os polacos vivem em precárias casas de madeira agrupadas em comunidades rurais, têm baixo nível de instrução (nas duas únicas escolas de segundo grau da região, apenas 18 pessoas concluíram a 8ª série ano passado) e apenas um médico à disposição. Quando não trabalham como boias-frias nas grandes fazendas, entregam sua produção a intermediários. Segundo o PT, 75% das famílias têm renda inferior a dois salários mínimos mensais.

Frente — Padre Estevão Hubert, um filho de alemães de quase 1,90 m de altura, voz poderosa de tanto pregar no púlpito da única igreja da cidade contra a desigualdade social, apressou como pôde a missa e saiu correndo para o Lanches Pingo d'Ouro. O bar, na rua principal de São João, fica em frente ao comitê de Gilberto Halila, candidato único da situação, indicado por uma frente política que reuniu PMDB, PL e PTB.

Por trás dessas siglas, o poder político e econômico do município: a família Neves, liderada por José Francisco, 50, dentista a caminho da aposentadoria proprietário de terras onde planta milho e cria gado; João Alberto Perrelli, 48, presidente do sindicato rural, morador da melhor casa da cidade, duas vezes prefeito e dono de uma empresa de construção civil, de fazendas onde planta fumo e pinheiros, colhe a nativa erva mate e cria gado cherois; Luciano Micharki, 53, 6 filhos, fazendeiro, dono da empresa de transporte que escoia a produção de São João do Triunfo e exercendo o sexto ano de mandato como prefeito, cargo que ocupa pela segunda vez; e Gilberto Halila, comerciante de material de construção.

O "bar do PT", como ficou conhecido na cidade o Pingo d'Ouro, tem a parede coberta por fotos de Lula, propaganda do Movimento dos Sem Terra e panfletos do Partido dos Trabalhadores. Está lotado. Cerca de 200 pequenos proprietários rurais de pele encarquilhada e jovens camponeses louros, mal-vestidos e eufóricos esgotam rapidamente o estoque de cerveja comprado por Ailton Celli, 56, o dono, e sua mulher Maricler. Ailton virou petista depois de frustrada tentativa de trabalhar para algum político em Curitiba que financiasse a compra de uma ambulância.



Waldemar Gordia (ao centro), aprendeu com o candidato do PT a reforçar o orçamento com



Hipólito (E) não teme o petista Tardim (de barba)



Padre Hubert na horta da Igreja: decisivo



Micharki, prefeito e fazendeiro



'Porre' da vitória



Neves (E) e Perrelli: preparando a oposição

01.03

8900836

"Ouvi dizer que eles davam dinheiro para quem lhes apoiasse e fui lá tentar", comenta Celli entre um gole e outro de cerveja. "Mas ninguém deu nada. Aí resolvi trabalhar de graça para o PT." A mudança de Celli tem uma razão: Maricler, atual presidenta do PT na cidade, foi demitida da Acarpa junto com José Maria Tardim pelo prefeito Micharki, que os acusou de usar o escritório da empresa, ligada à Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para fazer política.

Morte — Ao chegar ao bar, padre Hubert foi saudado como um herói e desviou as atenções até então voltadas para o eleito José Maria: todos os cerca de 45 mil habitantes do município sabem que ele é o grande responsável pela vitória do PT na conservadora São João do Triunfo — uma vitória impensável em agosto do ano passado, quando o partido foi fundado durante assembleia na Casa Paroquial da Igreja de São João Batista. A uma e meia da madrugada, o padre iria cobrir tropeço a escada da casa de José Maria, pequena construção inacabada de dois andares, confortável apesar de feita com material de segunda. Abraçado ao gerente da agência do Banco do Brasil em São João, Idenor Consoli, padre Hubert cantava, enquanto batia na porta para acordar José Maria, uma música sacra que diz "Eu amo Jesus". Em latim.

Ele tinha razão para estar feliz. Quando chegou, sete anos atrás, ao município de São João, o padre Hubert tinha 41 anos e 15 de sacerdócio. Passara a infância trabalhando na terra, em Castro, no Paraná, onde nasceu; tinha descoberto que "tão importante quanto salvar as almas dos fiéis era salvar seus corpos" através da Teologia da Libertação; e ficara chocado com a morte da polaca Maristela Gordia assim que chegou a São João.

"Ela morreu durante o trabalho de parto na droga do posto de saúde daqui. Não havia um médico que fizesse cesariana e tentaram tirar o bebê a fórceps. Morreram os dois", lembra padre Hubert. A partir daquele dia o padre meteu na cabeça que iria construir um hospital em São João do Triunfo e, depois de muito sermão, foi nomeado presidente da comissão de construção. O hospital de 9 andares, com capacidade para 30 leitos, está pronto há quase dois anos num terreno de 5.500 m2 doado pela igreja. Mas está fechado por falta de equipamento cirúrgico.

Padre faz de púlpito palanque

A construção do hospital serviu para consolidar a liderança de padre Hubert junto à comunidade carente de São João do Triunfo mas o afastou de vez das elites da cidade, a quem ele culpa pela falta de apoio suficiente. Durante as obras, o padre radicalizou sua pregação "contra os poderosos" no púlpito da Igreja de São João Batista. Por duas vezes chegou a deixar escapar "filhos da p..." em pleno sermão. Parou, pediu perdão aos fiéis e emendou: "Cristo, no evangelho de São João, capítulo 8, versículo 44, referiu-se aos opressores como 'filhos do diabo', o que é bem pior, pois uma p... tem salvação, o diabo não."

O certo é que padre Hubert é o elemento decisivo na vitória do Partido dos Trabalhadores em São João do Triunfo. Basta observá-lo andando pelo município com José Maria Tardim para perceber a influência que o padre tem sobre o novo prefeito petista. José Maria não é necessariamente um carola. "O padre vive me dando bronca quando falto à missa", diz Tardim. "Mas ele tem uma coragem inacreditável. É macho". Padre Hubert devolve o elogio: "Este garoto é um líder. Sem ele jamais o PT ganharia."

Os perdedores estão convencidos de que quem tem razão é o padre: "Existem dois responsáveis pela nossa derrota. O presidente Sarney e o padre", garante o atual prefeito Luciano Micharki. "Ele rezava quatro missas por semana, uma na cidade e três na zona rural, e em todas transformou o púlpito em palanque. Isso não é justo", acrescenta João Alberto Perrelli, senhor político da cidade, atual secretário de administração da Prefeitura e autor do pacto interpartidário que escolheu Halila como candidato único contra o PT.

Treinamento — "A Igreja é uma

tribuna sem direito a apertês", emenda José Francisco Neves, o derrotado candidato a vice-prefeito, para quem o desempenho do padre Hubert, embora determinante no resultado das eleições em São João, não tira o brilho da atuação de José Maria Tardim. "José Maria é um político profissional. Os militantes do PT recebem treinamento no ABC" (cidades industriais na periferia de São Paulo onde o partido de Lula nasceu) "e, dizem, até em Havana. O político do interior não tem preparo para enfrentar isso. Quando nós visitamos o eleitor pedindo voto, três casas depois já esquecemos o que ele pediu em troca. O pessoal do José Maria anota tudo."

Em vez de lamentar a atuação do padre ou do petista José Maria, o articulador Neves, até recentemente dentista em Curitiba, prefere se preparar para futuros embates: "Nós também temos de ser preparados politicamente. Eu tenho curso de política retrógrada, de coronelismo. Precisamos mudar para enfrentá-los."

O discurso "modernizante" de Neves parece abrir-lhe as portas para a militância na UDR, cada vez mais forte no Paraná, e condenar seus aliados ao ostracismo. Mas o certo é que ele, Micharki, a velha raposa Perrelli, o padre Hubert, José Maria e os colonos pobres de São João do Triunfo são personagens de um drama que ganhou contornos mais nítidos com as eleições do último dia 15. Todos estão condenados a um encontro marcado no futuro de um país que está descobrindo sua cara a cada eleição. Para um desses encontros — a eleição presidencial de 89 — Perrelli já assumiu uma posição: vai votar em Leonel Brizola para barrar o PT. Tardim, claro, votará em Lula: "Brizola está fazendo alianças muito estranhas."

Do mel ao sindicato, a vitória de Tardim

Nascido há 26 anos na pequena Partinópolis, no oeste do Estado de São Paulo, José Maria Tardim formou-se técnico agrícola na também paulista Pinópolis. Com o diploma nas mãos, Tardim veio para o Paraná prestar concurso na Acarpa (hoje Emater-PA). Aprovado, foi enviado, em 1981, para São Mateus, município distante 30 Km de Triunfo, com o cargo de Executor Regional de Apicultura.

A atuação de José Maria à frente do pequeno escritório da Acarpa em São João do Triunfo, para onde foi transferido pelo então secretário de Agricultura do governo José Richa, Cláudio Germer (candidato do PT à Prefeitura de Curitiba em 88), que o incumbira de organizar os trabalhadores rurais da região, desagradou profundamente aos fazendeiros, que se assustaram quando 2.000 colonos reunidos em assembleia na Praça da Paróquia fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João, no dia 6 de agosto de 86.

Em março de 87, a pedido do prefeito Luciano Micharki, o escritório da Acarpa foi fechado. "Tardim usava as instalações, o carro e o dinheiro público para fazer propaganda do PT", justifica o prefeito. Despedido, José Maria foi nomeado assessor de Pedro Tonelli, então deputado estadual eleito pelo PT do Paraná em 86, e ganhou uma bandeira.

No dia 16 de agosto de 87, apenas um ano e três meses antes das eleições, uma nova assembleia de colonos, na Casa Paroquial, fundava o diretório do partido de Lula em São João do Triunfo. Escolhido como delegado à convenção regional do PT, José Maria passou a percorrer 19 municípios da região em trabalho de parto político. "Só em São João, acho que entrei em 90% das casas", diz ele. No último dia 16, às 18h, apurado o derradeiro voto, o forasteiro Tardim estava eleito primeiro prefeito petista da história de São João. Uma vitória, na escala do município, tão importante quanto a da também forasteira Luiza Erundina em São Paulo.

Eleito quer acabar com atravessador



Ivonel, dirigente sindical

Não foi apenas entre os colonos pobres de Triunfo que o PT colheu os votos que lhe deram a vitória. Lourenço Hipólito, por exemplo, dono de 11 alqueires onde planta milho, feijão e arroz com a ajuda do pai e de três diaristas, votou em José Maria Tardim apesar de os candidatos da situação lhe advertirem que o PT iria tomar parte de sua terra para distribuir. "Nós estamos que nem sapo. Pulamos, pulamos e caímos na boca da cobra", diz Hipólito, explicando que entrega toda sua produção aos atravessadores por falta de transporte próprio. Na plataforma de Tardim consta o apoio ao pequeno produtor rural através de novas técnicas de plantio, a criação de um mercado comunitário e a organização de cooperativas.

Será, sem dúvida, ajudado por Ivonel Jaki, 25, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Triunfo, criado por Tardim em agosto de 86. Morando numa casa humilde no campo, dono de 1,8 hectare arenoso que comprou do tio, Ivonel vive com os Cr\$ 30.000 que ganha do sindicato. Está sem dinheiro pois passou a maior parte dos últimos meses cabalan-

do voto. No intervalo entre uma conversa e outra, ajudou a mulher, Inês, 19, a plantar verdura que garante a alimentação da família. Ele, como boa parte dos polacos, não come carne, que é rara e cara. Mas aprendeu com o padre Hubert que o melhor para a saúde é a alimentação natural.

Ivonel não precisou capturar o voto de Waldemar Gordia, 41, morador da comunidade de Santa Rosa (222 eleitores, 3% de índice de abstenção na eleição), situada a cerca de 10 Km da cidade: sua pequena casa de madeira abriga várias latas de 20 litros cheias de mel, que ele retira de 60 colmeias e vende a Cr\$ 10.000 cada. "Foi esse pai aí", diz, apontando para o garoto José Maria, "quem me ensinou a mexer com as abelhas. Hoje é o mel que eu defendendo a pátria, porque os cereais, tubarão toma a soca." Seguro da vitória do PT, Gordia chegou a empenhar todo seu mel para obter Cr\$ 200.000 e apostar com Alexandre Novak, dono de armazém de cereais, ervateiro e freiteiro. Na última hora, Novak só acenou apostar Cr\$ 35.000. Pagou.

Continua o impasse entre os metalúrgicos grevistas da usina de Volta Redonda e as autoridades federais. Para terminar o movimento, os operários fazem várias exigências. Já a OAB critica o papel das Forças Armadas no episódio.

Greve na CSN continua. OAB condena a violência

Um dia após a grande e pacífica manifestação, que conseguiu 'abraçar' a área de 12 quilômetros da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, os metalúrgicos em greve há 16 dias ainda não chegaram a um acordo com a direção da CSN e o Palácio do Planalto para pôr fim à paralisação.

As propostas do Planalto foram novamente discutidas em movimentadas assembleias e foram rejeitadas no início da tarde de ontem. À noite, os metalúrgicos da CSN reuniram-se mais uma vez para discutir uma saída para o impasse.

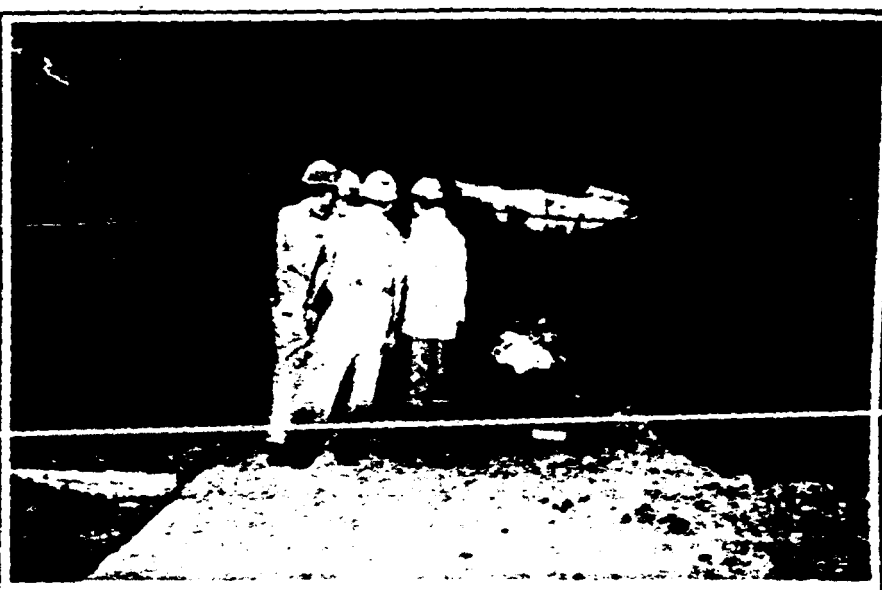
Os metalúrgicos querem incluir no acordo com a direção da CSN e com o Palácio do Planalto a promessa de que não serão descontados os dias parados — ou seja, não haverá punições. Eles também querem a readmissão de 70 operários demitidos em outras greves.

Na assembleia de ontem à tarde, os metalúrgicos recusaram a proposta do Governo Federal de um reajuste de oito por cento, mais um abono de 30 mil cruzados, que seriam descontados no dia da categoria, em maio do ano que vem. O Planalto prometeu, ainda, pagar as URPs atrasadas — o que representaria mais 43%.

O setor da aciaria, onde é produzido o aço, continua paralisado. Os postos de emergência, onde estava sendo estocado o ferro-gusa, chegaram ao seu limite. Por esta razão, os altos-fornos um e três estão sendo ligados e desligados alternadamente. A CSN não tem onde colocar o ferro-gusa que os altos-fornos estão produzindo.

OAB condena violência

O Conselho Federal da OAB (Ordem



Em Volta Redonda: operários trabalham nos turnos da CSN

dos Advogados do Brasil) condenou, ontem, em Brasília, os atos de violência cometidos em Volta Redonda — que resultaram na morte de operários grevistas da CSN, além de dezenas de feridos —, além de conchamar as Forças Armadas a agirem "com serenidade e prudência, nas pautas da Constituição, a fim de que se consolide, entre nós, o estado de direito". A OAB prometeu lutar para que sejam apuradas, integralmente, as responsabilidades pelo que qualificou de "funesto episódio".

A OAB distribuiu uma nota à imprensa, considerando "intolerável" que as

Forças Armadas recitem as práticas do regime autoritário", ao se manifestarem submissas a algo que indicam, vagamente, como 'nação'. Para a entidade, a Constituição — e não qualquer conceito exótico fora dela — é o balizamento dos direitos de todos os cidadãos e instituições, dos deveres e dos processos legais e civis.

Quanto à questão da greve, a OAB afirma que já é um direito assegurado constitucionalmente — e não um delito — e, por ser um direito, deve ser protegido pelas autoridades, não sendo lícito utilizar contra o povo as armas "ordenadas para a sua defesa". (AG-Brasília/ZH)

Brasil não tem definição sobre a Palestina

A criação do Estado palestino independente — decisão tomada há oito dias pelo Conselho Nacional Palestino no exílio — foi discutida ontem, em Brasília, no Ministério das Relações Exteriores, com as duas partes envolvidas: o governo israelense e os árabes que representam os interesses palestinos no Brasil. O chanceler Abreu Sodré recebeu o embaixador da Arábia Saudita e decano da Liga Árabe, Abdullah Saleh Hababi, enquanto o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, concedeu audiência ao encarregado da Chancelaria israelense para assuntos latino-americanos, Davi Ephrati, que estava acompanhado do embaixador de Israel em Brasília, Itzhak Sarfaty.

O Governo brasileiro, contudo, ainda não tomou nenhuma decisão sobre o assunto, segundo informou o porta-voz do Itamaraty, ministro Rui Nogueira, porque

ainda está "acompanhando a evolução" da decisão palestina. Porém, extra-oficialmente, informa-se que nas próximas horas a Chancelaria brasileira divulgará uma nota oficial manifestando a posição do Planalto sobre o problema. Entre outras coisas o Governo brasileiro, até agora, apoiou as decisões da ONU de convocar uma conferência internacional de paz para o Oriente Médio e já reconheceu a OLP como legítima representante do povo palestino.

No encontro que manteve com Flecha de Lima, Davi Ephrati (que está realizando um giro pela América Latina) reiterou os termos de uma carta do chanceler israelense Shimon Peres enviada semana passada a Abreu Sodré — em que pede ao Brasil para não reconhecer o Estado palestino "por tratar-se de uma decisão unilateral e por prejudicar o processo de paz". (Radinhães)

Movimento dos sem-terra quer secretaria de Erundina

Luis Maklouf Carvalho

SÃO PAULO — Uma briga de foice não esconde a situação que está vivendo o PT na capital, na escolha do futuro ocupante da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sehab), que trabalhará com a prefeita eleita Luiza Erundina. Tido como praticante de um certo em muitas áreas do partido, o nome da arquiteta Ermínia Maricato, 41 anos, doutorada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, amiga da prefeita eleita, Luiza Erundina e com muitos serviços prestados ao partido, está sendo contestado pelo movimento dos sem-terra, que possui quase 100 mil militantes que vivem na periferia de São Paulo.

A tendência que mais combate o nome de Ermínia é o grupo *Poder Popular e Socialismo* (PPS), liderado pelo deputado federal Eduardo Jorge, que é

candidato a secretário de Saúde. Embora os petistas tentem esconder a luta interna em torno da Sehab e outras secretarias, o Movimento dos Sem Terra apresentou, para disputar com Ermínia Maricato, o advogado Miguel Kelsa Afonso, 30 anos, formado pela Pontifícia Universidade Católica em 1982.

"O movimento escolheu o meu nome", diz Miguel Afonso, acrescentando que a reivindicação da Sehab será formalizada em documento que a prefeita Luiza Erundina receberá nos próximos dias. "Há resistências contra a Ermínia porque ela não está no dia-a-dia do movimento, não conhece as necessidades concretas de moradia", explica. Miguel tem apoio de um dos líderes do Movimento dos Sem Terra, padre Antonio Luiz Marchionni, o padre Tício, como é mais conhecido.

Advertências — Em alusão à arquiteta Ermínia Maricato, o candidato a secretário indicado pelo Movimento

dos Sem Terra comenta: "Não é um técnico, por mais preparado que seja, que vai resolver os problemas de habitação de São Paulo. O movimento não pode mais correr o risco de continuar indo à Sehab de pires na mão." Embora saiba que Ermínia tem um currículo que não pode desprezar, ele afirma que Luiza Erundina, mas nós vamos argumentar e mostrar que conquistamos esse direito", diz o advogado Miguel Afonso, advertindo que se Ermínia ganhar, "vai haver dificuldades para um entrosamento".

A direção do PT vem tentando demonstrar a divergência, mas em alguns núcleos de base do Movimento dos Sem Terra a arquitetura tem sido tratada com desdém. Ermínia Maricato não fala sobre o assunto, mas sabe-se que está muito agitada com o vulto que tomou a questão. Nos próximos dias, ela se reunirá com líderes do Movimento dos Sem Terra, para tentar um acordo.

01.01

8900904

responsabilidade pelas três

Ricardo David

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Rio de Janeiro, publicou uma investigação independente para apurar as responsabilidades pela morte de três operários durante o confronto que após tropas do Exército e grevistas na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), no último dia 9. Nos dias seguintes ao conflito, três advogados-colaboradores e depoimentos de mais de 30 operários e membros da cidade, formando um dossiê que foi submetido quanto ficou ao Conselho Federal de cidade.

A OAB decidiu indicar uma equipe de advogados para acompanhar os depoimentos em andamento em Volta Redonda. "Temos que apurar tudo, inclusive as implicações políticas", disse o então presidente Carlos Schimberg, coordenador geral de assuntos. "É uma questão de dever, temos que evitar que Volta Redonda se transforme num novo Riocentro, onde ninguém foi punido".

Baseados nos depoimentos, os advogados apontam dois caminhos. O primeiro é caracterizar como crime de responsabilidade a ação do comandante da operação, o general José Luis Lopez, do 1º Regimento de Infantaria Motorizada de Petrópolis. O outro é caracterizar os ataques como homicídio doloso e lançar a punição ao Exército. A investigação da OAB tem como primeiro objetivo o fim de os metalúrgicos terem seus pontos de depoimento fora do anonimato. Em geral, eles se falavam sobre o assunto sem se identificar. Os depoimentos foram colhidos no sede do sindicato, em Volta Redonda, por dois advogados, Raimundo Teixeira, Murty Viana e Elcio Albuquerque.

Verdadeira guerra — O material colhido forneceu à OAB uma conclusão dura: o confronto de Volta Redonda foi uma verdadeira guerra. Essa certeza foi reforçada com o verdadeiro arsenal de câmbios de balas, utilizadas ou intactas, perdidas durante o confronto. Bem como escarvas de diversos bombas, munições, pelos operários e encaminhadas à OAB, mostrando bem o espantoso poder de fogo da tropa.

Expostas pelo chefe da Companhia Siderúrgica Nacional foram encontrados balas pouco 50 que atacam metalúrgicos anti-aéreas. No arsenal perdido, dezenas de cartuchos do fuzil FAL, cujo poder de destruição é capaz de atingir um alvo coberto a uma de um quilômetro. Pelo esvaziamento do armário, local onde ocorrem o maior número de trabalhadores, também foram encontradas balas de pistolas 45, de metralhadoras portáteis, as conhecidas balas de submunição (tiro tangente), que têm por objetivo atingir o céu durante a noite, e algumas poucas e verdadeiras, balas de fuzil. No acervo de bala, organizado pelos operários, há ainda dezenas de bombas de gás lacrimogêneo que foram lançadas capotadas pelas metralhadoras com toda a

cidade. Nestas cartilhas um curioso detalhe: as bombas estavam, teoricamente, vendidas desde junho de 79, mas não foram espalhadas o pólvora.

O resultado de tudo isso já se sabe. Tombou o operário William Fernandes Leite, 23 anos, "por um tiro desferido de frente para trás, atingindo o corpo na altura média", conforme o laudo do Instituto Médico Legal. Carlos Augusto Barreto, 38 anos, teve seu corpo encontrado com o crânio esmagado, provavelmente por uma atiradeira. Mentes e braços destituídos de o outro operário da CSN, Walmir Freitas Monteiro, atingido por um tiro na nuca. Além disso, mais de 30 pessoas ficaram feridas.

Outra realidade — Dos depoimentos emerge uma realidade muito diferente da versão apresentada, quanto feita, pelo *Noticiário do Exército*, bulletin militar divulgado pelo Ministério do Exército. "Saíram sem perigo. Não há nenhuma morte e vários feridos", esse grupo de milícias, foi ouvido pelo operário Hamilton de Lourdes Barbosa, por volta das 18h30 do dia 10 de novembro, no momento em que se preparava para deixar a fábrica ocupada desde o início da greve. Em seu depoimento à Comissão dos Advogados do Brasil (OAB), Hamilton lembra que os soldados já haviam tentado uma invasão no sábado, mas não obtiveram êxito.

A hora do ataque se deu por volta das 18h30 do dia 9 quando, depois de cerca de meia-hora em frente ao portão, entrou dentro da fábrica, começaram a ser atiradas bombas de gás lacrimogêneo. Uma primeira munição, lançada por um soldado que se estava de volta de frente, mas em seguida teve um dolo pontualmente decapado por um tiro. Envolvido após de ferido, o operário pôde ver William Fernandes ser atingido.

Quem também morreu à morte de William foi seu colega José Augusto.

Ele caminhava acompanhando pelo portão, junto aos tanques de água, sem se dar conta.

Segundo José Augusto, no princípio se pensou que se estava de volta de frente.

O William ainda chegou a caminhar uns 30 metros e caiu de repente — recorda. Diante disso os operários começaram o corpo de William nos soldados, que o encaminharam ao hospital, onde já chegou morto.

E ainda de José Augusto, uma importante revelação para a OAB, que busca provas:

O atacante Garcia era quem organizava a tropa naquele momento — garante o operário, que diz ter visto o nome do militar gravado na testa. Lembra José Augusto que enquanto uma parte dos soldados avançava, uma outra estava invadindo a fábrica. Os trabalhadores, porém, se organizaram para se defender.

Furtivamente — Mas os ataques se tornaram mais agressivos em função de se acenda com Carlos Alberto Al-

ves, um dos trabalhadores que estavam em meio ao fogo cruzado, e ele mais uma dezena de funcionários da CSN se escondiam no local conhecido como estripado quando chegaram cerca de 100 soldados.

— Eles atiraram diretamente contra nós — conta Carlos Alberto — e todos correram para se proteger.

Pouco depois ouviam-se os gritos de Walmir Freitas Monteiro dizendo que estava ferido. Isso, por certo, explica porque ele foi atingido pela morte.

Quem morreu à morte de Walmir foi Fernando Chaves. Contos Fátima que, logo após o primeiro tiroteio, dirigiu-se a uma trincheira montada pelos próprios operários próximo à entrada da mina que dá acesso à fábrica.

— Lá estavam cerca de 30 companheiros e uma determinação momentânea começaram a ser atirados por trás de fuzil, revólver e metralhadora. Não se sabe quem chegou a ser atingido na morte — testemunha. Mas não descobre que se tratava de Walmir e ainda aponta a presença de soldados, Marcelo Felício, a transportar o corpo para dentro da fábrica.

E também através do depoimento de Fátima que se fica sabendo das intensas tentativas de negociação, antes do confronto final. Depois de vários dias entre os militares e os operários, o comando de greve tentou dialogar com o capital que começava a ceder.

— Não sabemos que o Exército chegou não das armas de fogo e de munição que com balas de fuzil — responde Fátima, mas depois afirma que o Exército chegou com munição.

Como a violência não dava sinais de acabar e, ao contrário, generalizou-se pelas ruas da cidade, os operários, entre outros, tentaram de usar barricadas com munição e pedras de fogo. Quando as tropas tentaram avançar a situação se tornou mais complicada a luta. Bala de fogo, atirador metralhadora e a granada. A operação não chegou a ser concluída, os soldados recuaram, mas não deixaram a fábrica que tentavam por volta de meio-dia.

Os operários que não estavam no início também não ficaram sem sofrer. Luís Costa, por exemplo, relata que sofreu com os vários pontos de fogo colocados nos metalúrgicos que dormiam no chão, enquanto aguardavam as notícias para suas famílias.

— Eles chegaram com colchões e outros — lembra. Depois Luís chegou ser atacado com cascos de metal e pôde ver um soldado de operação sendo punido e expulso pelos militares.

Muito depois de alguns estabelecidos entre sindicato e Exército o clima não melhorou, como antes o conflito. Marco Aurélio de Rêgo:

— Estávamos cansados e com muita fome e os militares não nos deixavam a comida que não deixavam chegar até a nós.

A calma só chegou por volta das 2h da manhã com a saída dos metalúrgicos da usina. A guerra chegou ao fim.

Atitude exemplar

Barbosa Lima Sobrinho

A greve dos petroleiros encontrou, como era natural, gran-
de repercussão em toda a imprensa brasileira. Não
faltaram advertências de que vários produtos corriam o risco de
virem a faltar, a começar pelo gás de cozinha, que seria o
primeiro a escassear, ou a desaparecer no consumo dos lares,
promovendo imenso desconforto para todas as famílias. O
combustível dos automóveis ainda duraria alguns dias. Mas o
óleo diesel também entrava em crise, com a sua grande
significação no transporte coletivo.

Mas as reivindicações dos petroleiros vinham apoiadas em
poderosos argumentos. Se, a bem dizer, não se enquadravam
num caso de isonomia, pelo menos invocavam o mesmo
tratamento dado a outras entidades ligadas ao poder do Estado,
como era o caso do Banco do Brasil e da empresa do Vale do
Rio Doce, que haviam sido favorecidos com aumentos que se
refletiam na elevação de seus salários. Não se tratava, pois, de
dávulas, mas de uma simples equiparação aos benefícios conce-
didos a outras estatais. Como demonstração da razoabilidade de
seus pleitos, os petroleiros contavam com a solidariedade do
ministro das Minas e Energia, o sr. Aureliano Chaves, que
vinha lutando por uma negociação que não excluísse os argu-
mentos da igualdade e o fazia com a energia que lhe é peculiar é
o sentimento de justiça que o caracteriza, num meio político a
que faltam demonstrações de bravura pessoal e de coerência nas
atitudes. Nesse sentido vinha tomando iniciativas que ajudas-
sem a extinção da greve com a segurança de negociações
imediatas, em que fossem examinadas e atendidas as reclama-
ções, naquilo em que se amparassem em argumentos de justiça.

Desde os primeiros dias, os grevistas desejavam atender à
sugestão do ministro das Minas e Energia, merecedor, pelas
atitudes anteriores, de sua total confiança. Mas quando ficaram
certos de que as negociações não seriam abertas pelos órgãos do
governo, apesar dos bons propósitos do sr. Aureliano Chaves,
não tiveram ou não encontraram outra solução do que a da
continuidade da greve. Todos se convenceram de que as
intensões do ministro das Minas e Energia não contavam com a
solidariedade do Poder Executivo. Faziam justiça ao ministro
que tanto lhes valera, nos debates da elevação da Constitui-
ção de 5 de outubro. Fora um aliado valioso tanto na defesa do
monopólio da Petrobrás, quanto no combate aos contratos de
risco, que sobrevivem, apenas, nas Disposições Transitórias da
Carta constitucional, para atividades de pesquisa, excluídas, de
golpe, as atividades que se pudessem relacionar com a lavra do
petróleo e, em consequência, com a exploração do gás por ven-
tura descoberto. O Artigo 177 da Constituição, conjugado com
o Artigo 45 das Disposições Transitórias, torna inconstitucional
outra atividade que não seja a da pesquisa. O texto do Artigo 45

PARTES POCO LEGÍBLE

01.02

8900917

é peremptório, quando diz que "ficam ressalvados, na verdade do Art. 177, § 1, os contratos de risco feitos com a Petrobrás Brasileiro S.A. para pesquisa do petróleo, que estejam em vigor na data da promulgação desta Constituição". Apenas, pois, para pesquisa, e nada mais. Num preceito que só poderia ser alterado através de emenda à própria Constituição.

A intervenção do governo, através de dois ministros da área econômica, criou situação que só poderia ser enfrentada com uma greve de longa duração. E daí resultaria, de certo, o agravamento da crise do fornecimento dos produtos que dependem da Petrobrás. O gás de cozinha, principalmente, faltando em todos os lares, valeria por outro suplício, infligido a uma população já condenada a uma inflação de quase 1 por cento. Era uma responsabilidade a examinar pelos próprios grevistas. Conviria aos petroleiros, e à Petrobrás, concorrer para mais um castigo, entre tantos que já afligem o povo brasileiro? E isso numa instituição que devia a sua criação e a sua presença muito mais ao povo do que ao próprio governo?

Na verdade, a Petrobrás surgiu de um longo trabalho de conscientização da população nacional. Todos estão lembrados da vitoriosa campanha do *Petróleo é nosso* e de sua repercussão no Congresso, para a aprovação do substitutivo de Euzébio Rocha, que encontrou o apoio da oposição, através do projeto do então deputado Bilac Pinto. Um episódio raro de união nacional, reunindo quase todos os partidos políticos presentes no Congresso Nacional, para votações em que se consubstanciava o monopólio estatal do petróleo, com a criação da Petrobrás S. A. Nada mais do que o eco da campanha do *Petróleo é nosso*.

Esses antecedentes criaram, para a greve dos petroleiros, quase um caso de consciência. Seria justo que, vindos desses exemplos, passassem a ser responsáveis por atitudes que se traduziam em sofrimento para a população que tanto os apoiara? Sobre tudo na falta do gás de cozinha, com repercussão profunda em todos os lares brasileiros? Ou até mesmo no fornecimento do óleo diesel, em que tanto se apóia o transporte coletivo?

A resposta veio através dos próprios petroleiros. Entre o interesse de melhores salários e a responsabilidade pelos sofrimentos da população, não chegaram a hesitar. Preferiram ficar do lado do povo, contra os interesses pessoais que estavam na raiz da greve já declarada.

Por isso, pela expressão do profundo patriotismo que estava imperando na desistência, ou no encerramento da greve, não podia haver outra conclusão do que aquela que foi adotada, em que os grevistas, de mãos dadas, cantavam o hino nacional. Como se faz num pleito, para a comemoração de mais uma vitória do Brasil. Porque o encerramento da greve, pelas razões que a inspiravam, não foi mais do que isso mesmo: uma vitória do Brasil.

A coluna *Coisas da Política*, de
Ricardo Noblat, sai hoje na página 2

JB 4/12/88.

Comentando a nota do "Noticiário do Exército", que defendeu a ação militar em Volta Redonda, onde morreram oficialmente três pessoas, presidente da CNBB disse não conhecer ação organizada dos trabalhadores

CNBB torna a reprovar violência em V. Redonda



Dom Luciano Mendes

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, ao comentar ontem a nota do "Noticiário do Exército" — editado sob supervisão direta do ministro Leônidas Pires Gonçalves — que defendeu a ação das tropas armadas na Companhia Siderúrgica Nacional, reafirmou que a Igreja reprova toda a violência no episódio de Volta Redonda. "A Igreja se empenhou em assegurar uma solução pacífica e não-violenta e não temos conhecimento de ação organizada por parte de trabalhadores", disse dom Luciano.

O bispo enfatizou que ficou comprovado o empenho dos trabalhadores em assegurar o funcionamento dos fornos e a conservação das máquinas como patrimônio nacional e meio de vida para eles. "Não posso compreender porque uma greve foi enfrentada com armas." As declarações foram feitas na sede da OAB-Rio, onde dom Luciano participou da solenidade de inauguração do Centro de Defesa do Menor "Dom Luciano Mendes",

projeto da Sociedade Beneficente São Martinho, criado com uma estrutura jurídico-social para a defesa dos direitos humanos da criança e adolescentes carentes do Rio.

Na ocasião, dom Luciano comentou também as declarações do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, que acusou a Igreja de estar patrocinando o Partido dos Trabalhadores. Afirmando que a Igreja promove todas as partidas que defendem a dignidade da pessoa humana e os direitos que daí decorrem, o bispo acrescentou que a Igreja não apóia nenhum partido. No entanto, aplaude os programas correspondentes às justas aspirações do povo num determinado momento histórico. De acordo com dom Luciano, "cabe a cada partido captar as justas aspirações e traduzi-las: não é verdade, portanto, que haja uma ligação entre a Igreja e o PT ou qualquer outro partido", disse o prelado. (AE)

Sindicato desmente explicação do Exército

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, classificou de mentirosa a matéria do "Noticiário do Exército", sob o título de "Volta Redonda, hora a hora", publicada nos jornais de ontem, e marcou para terça-feira, às 18 horas, na sede do órgão, uma entrevista coletiva à imprensa, quando pretende responder ao Exército.

O diretor jurídico do sindicato, advogado João Campanário, disse que na coletiva será mostrado o que houve e afirmou que o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, decidiu que a CSN fosse invadida durante "um jantar festivo regado a

uisque, em comemoração ao casamento da filha do ex-ministro Armando Falcão, dia sete de novembro".

A decisão deve ter sido tomada sob os efeitos do jantar. O sindicato, na coletiva, vai mostrar o que houve. A nota é mentirosa: está com a fita gravada (videocassete) com as imagens de soldados destruindo carros e vitrinas. Da parte dos metalúrgicos, em momento algum houve agressão e ação de guerrilha. Tanto assim que, depois do massacre, a greve perdurou por duas semanas. O general mentiu — concluiu Campanário. (AG)



Os grevistas estão acampados no hall da Assembléia

Eletricitários ganham adesão à greve de fome

FLORIANÓPOLIS — Mais cinco servidores da Eletrosul aderiram ontem a greve de fome iniciada na última sexta-feira por 25 eletricitários. Um verdadeiro acampamento abrigava no hall de entrada da Assembléia Legislativa 35 homens e uma mulher, que estão se alimentando apenas à base de soro hidratante e suco de laranja. A greve de fome é em protesto contra a posição da empresa, que apesar de fechar acordo em torno das questões salariais, não admite rever as 15 demissões e 44 suspensões determinadas durante o movimento. Por conta desse impasse, a categoria entra hoje em seu 52º dia de paralisação.

Os problemas inesperados começaram a surgir agora, depois de 60 horas de jejum, com o organismo debilitado — explicou o diretor de comunicação do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, Glaucio Marques. Mas a situação geral dos grevistas na tarde ontem não era grave. Apenas um deles, Osvaldo Valentin, foi hospitalizado durante o fim de semana, com hipoglicemia (baixa taxa de glicose no sangue), e as reclamações mais comuns eram de dores de cabeça. Três médicos e vários enfermeiros acompanham os grevistas diariamente, verificando pressão arterial e checando o estado psicológico de cada um.

Maria Margarida Dantas, 34 anos, analista de sistemas, com nove anos de Eletrosul e diretora do sindicato, é a única mulher em greve de fome. Casada e mãe de quatro filhos, ela tinha flores ao lado de seu colchonet (presente da família) e declarou estar consciente dos riscos que corria. "Acho que como mulher casada, mãe e dirigente sindical, minha presença aqui tem mais peso. Vamos até o fim para legitimar esta Constituinte na prática", afirmou. Sua preocupação era com o filho mais velho, Luis Antônio, de

15 anos, que ainda não havia tido coragem de visitá-la.

Além da greve de fome, os eletricitários resolveram lançar mão de outros recursos para sensibilizar a Eletrosul. Ontem, às 11h, um fundista e um velocista iniciaram uma corrida rumo a Curitiba. O fundista é Paulo Baltazar da Rosa, 40 anos, medalha de ouro nacional em 10 mil metros da categoria senior e atleta patrocinado pela própria Eletrosul. O velocista é Eugênio Brás, também de 40 anos. Os dois funcionários correrão a média de quatro horas por dia (cerca de 50 quilômetros) e entrarão nas cidades às margens da BR-101 para entregar manifestos às autoridades de cada município, denunciando a situação dos eletricitários. São 376 quilômetros de Florianópolis a Curitiba, que deverão ser percorridos em oito dias, com o acompanhamento de um carro com alimentos, remédios, colchonetes e barracas.

De Tubarão, no sul do estado, 27 eletricitários da Usina Termoeletrica Jorge Lacerda saíram pela manhã para caminhar a pé os 120 quilômetros que separam a usina de Florianópolis, carregando faixas e cartazes. Eles serão seguidos por um carro da Polícia Rodoviária Federal que lhes garantirá a segurança no trajeto.

Hoje pela manhã, uma comissão de entidades civis, partidos políticos e parlamentares tentará um novo contato com a direção da Eletrosul, pedindo a revisão das punições. A direção da empresa voltou a considerar a greve de fome como "preocupante" e defendeu "outros caminhos para a negociação". Um assessor da Eletrosul informou que o movimento "está abalando o nome da empresa, que apostava no esvaziamento da greve, e se propõe, agora, a reavaliar internamente a situação".

Servidores de Minas querem criar sindicato

BELO HORIZONTE — Servidores da Justiça do Trabalho em Minas Gerais decidiram criar um sindicato, com base na nova Constituição, que permite a sindicalização dos funcionários públicos, e estão realizando debates com juristas e sindicalistas de diversas correntes políticas.

"Queremos saber como anda a vinculação entre sindicatos e partidos", explicou o assessor da diretoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Aloysio Quintão Belo de Oliveira, um dos organizadores do sindicato. Ele disse que a categoria tem outra dúvida: se suas demandas trabalhistas serão julgadas pela Justiça Federal ou se por seu próprio empregador, isto é, a Justiça do Trabalho.

A nova Constituição não é clara sobre as atribuições da justiça federal em relação aos servidores públicos federais e há interpretações divergentes. Realmente, se os próprios juizes do Trabalho tiverem de decidir sobre nossas demandas trabalhistas, teremos uma situação curiosa", explicou Aloysio Oliveira.

Até hoje, os 1.600 servidores da Justiça do Trabalho em Minas, como os demais funcionários públicos, tiveram suas demandas trabalhistas julgadas pela Justiça Federal, mas, segundo entendem alguns juristas, a nova Constituição altera esta situação. Aloysio Oliveira disse que o professor de Direito do Trabalho da Universidade Federal de Minas Gerais, Messias Donato acredita que os funcionários públicos estão sujeitos a duas justiças diferentes: os estatutários, à Justiça federal, e os celetistas à Justiça do Trabalho.

Segundo Aloysio Oliveira, a Justiça federal mostrou-se "rápida e favorável" às demandas dos funcionários do TRT, como foi o caso recente do pagamento das URPs. Apesar disso, garante que não tem preferência pela Justiça federal ou do Trabalho. "Acho que os juizes agirão nas nossas demandas trabalhistas como agem nas outras, como intérpretes da lei", comentou. Disse que os servidores do TRT mineiro consideram importante agora é a criação de um sindicato, para que possam ter pela primeira vez um dissídio coletivo.

Nunca fizemos greve. Até hoje, realizamos apenas concentrações na porta do Tribunal e manifestações de protesto, como uso de tarja preta — lembrou Aloysio Oliveira. Ele explicou que os funcionários têm somente associação criada há 12 anos e que continuara funcionando mas com caráter exclusivamente beneficente.

PARTES POCO LEGÍBIL

01.07

8900988

098

Bispo de Juazeiro dá apoio a Brizola e Lula

SALVADOR — O bispo de Juazeiro, dom José Rodrigues, disse que vai torcer para que o vencedor da eleição para presidente da República, em 1989, seja o candidato do PDT, Leonel Brizola, ou o do PT, deputado federal Luis Ignácio Lula da Silva, por ver neles a possibilidade de transformação da sociedade.

Para dom José, a vitória de Luiza Erundina (PT) na disputa pela Prefeitura de São Paulo liquidou com as candidaturas do deputado Ulysses Guimarães (PMDB), de Paulo Maluf (PDS), do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia (PMDB), e do senador Mário Covas (PSDB). Recentemente, o bispo de Juazeiro surpreendeu o plenário da assembléia anual da Regional III (Bahia e Sergipe) da CNBB, ao declarar que o PT é o partido político mais identificado com a Igreja.

Dom José não acredita que Lula e Brizola formem uma, com indicação de um para presidente e outro para vice para concorrer ao primeiro turno das eleições do ano que vem. "Eles vão querer mostrar o avanço eleitoral de seus partidos", comentou. "Mas acho que, no segundo turno, o que perder apoiará o que continuar na disputa."

Em Porto Alegre, o cardeal Vicente Scherer disse no programa *A voz do pastor*, da Rádio Difusora, que a opção da Igreja pelos oprimidos "não autoriza uma coligação com determinado partido". Embora o PT não tenha sido citado, a alusão foi ao partido de Lula, que nas eleições municipais recebeu apoio da ala progressista do clero católico.

"O favorecimento de um partido, de preferência aos demais, encerra um abuso de autoridade e da influência que a Igreja confere ao sacerdote para o exercício da missão que lhe é essencial", advertiu. "Será que ainda veremos e ouviremos padres e bispos nos palanques de comícios eleitorais, em propaganda deste ou daquele partido ou candidato?"

Em Caxias do Sul, o Conselho da Diocese estuda a possibilidade de afastar o padre Roque Graziotin da igreja dos Santos Apóstolos. Ele concorreu a prefeitura da cidade pela coligação PT-PCB-PC do B-PSB e foi derrotado. Segundo o bispo de Caxias do Sul, dom Paulo Moretto, o padre Graziotin candidatou-se contra a vontade da Igreja e da comunidade.

São Brasil

6/12/88

SS (Gloss)

6/12/88

JB

PARTES POCO LEGÍVEL

01.01

8900990

098

55 (Acentado)

Brasil: Diputado asesinado

BELEM, Brasil. (ANSA, EFE y UPI).- El Diputado del Parlamento del estado de Pará, por el Partido Socialista Brasileño (PSB), Jose Carlos Batista, conocido por su defensa de los campesinos pobres, fue asesinado en la noche del martes en la ciudad de Belem, se informó ayer.

El político socialista recibió un disparo en la cabeza cuando entraba en su automóvil, junto a su esposa y una hija de cuatro años, en el garaje de su casa, situada en el centro de la ciudad.

Testigos presenciales afirmaron que un individuo armado se acercó al vehículo y disparó dos veces. Una bala alcanzó al diputado y la otra hirió a la niña en una pierna.

Batista ya había sufrido dos atentados, en 1985 y 1986, por su defensa de los campesinos pobres y de los sindicatos rurales.

LA MARCHA 8/2/88

020

Aureliano admite revisar as punições na Eletrosul

As demissões dos funcionários da Eletrosul, punidos durante a greve sob acusações de sabotagem, só serão revistas depois que todos os trabalhadores retornarem a seus postos. A determinação do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, foi transmitida ontem ao presidente da empresa, Paulo Mello. O ministro conversou por telefone com seu chefe de gabinete, Japy Magalhães, e disse que não abre mão das demissões, como querem os líderes do movimento, mas concorda que uma comissão, integrada por advogados sindicais e representantes da diretoria reexamine cada caso.

A greve de fome que alguns eletricitários iniciaram no final da semana não sensibiliza o ministro, revelou em Brasília um de seus assessores. Segun-

do essa mesma fonte, Aureliano considerava o ato uma forma de pressão, mas não pretende modificar suas punições por isso.

Ainda em Belo Horizonte, com uma inflamação no pé que o impede de se locomover, o titular das Minas e Energia orienta sua assessoria em Brasília sobre os rumos do movimento. A greve, que já completou um mês, promete se prolongar, já que nem os eletricitários, nem a direção da empresa, nem o governo pretendem modificar suas posições a respeito das punições. Os grevistas aceitam a proposta econômica da Eletrosul (110% de reajuste), mas recusam-se a voltar ao trabalho enquanto as 15 demissões de seus companheiros não forem reestudadas. (Brasília/ZH)

Eletricitários alertam para "fatos graves"

Indícios de que os funcionários da Eletrosul estão em greve, caso continue o radicalismo da direção da empresa em manter as demissões e punições", alertou, ontem, em tom dramático, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Elétrica no Estado do Rio Grande do Sul, Chaullo Goulart, depois da assembleia da categoria, na manhã de ontem.

Há 23 dias paralisados, os 4.800 funcionários da Eletrosul nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul já estão com a pauta salarial praticamente fechada com a direção da empresa, mas não sabem se as demissões e as puni-

ções que foram aplicadas. Ontem, reunidos na sede do Sindicato, os eletricitários gaúchos decidiram pela continuação do movimento até que sejam revertidas estas medidas. Pretendem enviar um documento ao ministro das Minas e Energia, do Trabalho e ao presidente da República, responsabilizando-os por qualquer acidente que possa ocorrer no setor elétrico nos quatro Estados.

Segundo Goulart, a Eletrosul formou um grupo chamado "Delta", que está responsável pela manutenção das usinas e já se encontra estafado depois de 22 dias de interrupção de trabalho. O primeiro problema que poderá surgir, segundo



A assembleia dos grevistas: posição confirmada de não admitir punições

Empresa defende outros caminhos nas negociações

Uma comissão de entidades, partidos políticos e parlamentares tentará, hoje pela manhã, um novo encontro com a direção da Eletrosul para que a empresa reveja as punições e permita o retorno dos funcionários ao trabalho. A direção da empresa voltou a afirmar que a greve de fome é "preocupante" e defendeu outros caminhos para a negociação.

Os problemas decorrentes de 60 horas de jejum já começaram a surgir. Durante o final da semana, o trabalhador Osvaldo Valentin foi hospitalizado com hipoglicemia (baixa taxa de glicose no sangue). Por isso, três médicos e vários enfermeiros acompanham os grevistas diariamente, verificando a pressão arterial e o estado psicológico de cada um.

Dentre os trabalhadores da Eletrosul que aderiram à greve está uma mulher, Maria Margarida Dantas, de 34 anos, analista de sistemas da empresa e diretora do Sindicato dos Eletricitários. Como forma de denunciar a situação dos eletricitários em outros municípios, dois corretores saíram de Florianópolis rumo a Curitiba e entregaram manifestos às autoridades de cada município que passaram.

lutas sem abertura de sindicância, a direção da Eletrosul contraria o artigo 5º, inciso 87, do Capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

No Rio Grande do Sul são 700 eletricitários distribuídos em três usinas e duas subestações. Nos quatro Estados a paralisação continua com um índice de adesão de 70%, conforme Goulart. Ontem, os eletricitários gaúchos decidiram esperar e não aderir de imediato à greve de fome dos companheiros de Florianópolis. "Mas poderemos tomar esta atitude a qualquer momento, se continuarmos a litigância da direção", alertou Goulart.

“fatos graves”

que o impasse, é um bloqueio por falta de manutenção nas usinas e subestações. O fator mais grave, avalia ele, é a revolta dos funcionários demitidos que estão dispostos a praticar atos de sabotagem. "Este pessoal sente-se injustiçado e a direção do Sindicato está segurando esta situação, mas parece que a direção da Eletrosul e o próprio Governo, com sua omissão, querem o caos", disse ele.

O presidente do Sindicato dos Eletricitários do Rio Grande do Sul explicou que a atitude da direção da Eletrosul, demitindo e punindo funcionários, atropela a nova Constituição em dois aspectos. Primeiro, porque a greve é um direito legal; segundo, porque aplicando sanções puni-

2/4 6/12/88

F.S.S. (Huelgas)

01.01

8900994

Progressismo e conservadorismo

Dom Boaventura Kloppenburg, O.F.M.

Nos anos depois do Concílio Vaticano II (1962/1965) apareceram na Igreja católica duas atitudes opostas: o progressismo e o conservadorismo. Trata-se de tendências extremas: os progressistas à esquerda e os conservadores à direita. Mas a absoluta maioria, que costuma ser silenciosa, se mantém à margem dos extremismos. Seria injusto etiquetar como conservador quem não for progressista; e vice-versa. A atitude passiva ou silenciosa não é condição para fugir do extremismo. Pode alguém criticar os desmandos do conservadorismo sem ser progressista. E o mero fato de censurar os excessos do progressismo não justifica o rotulo de conservador.

Com a data de 8 de abril de 1988 o papa João Paulo II escreveu uma carta ao cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, sobre estas duas tendências no atual momento pós-conciliar. Fiel à boa tradição, os 16 documentos do concílio introduziram não poucas novidades. Entende o papa que o progressismo se caracteriza pelo desejo de mudanças, que nem sempre estão em sintonia com os ensinamentos e o espírito do Vaticano II, embora seus seguidores procurem fazer constantes referências aos textos conciliares. O "novo" é para eles o critério para o progresso. Rompem com o passado sem ter em conta o papel da tradição que, assegura João Paulo II, é fundamental para a missão da Igreja, para que possa manter-se na Verdade que lhe foi transmitida por Cristo e pelos apóstolos e que é guardada como diligência pelo magistério da Igreja. Pensa-se sobretudo na Tradição que est ab Apostolicus (tradição oriunda dos apóstolos), segundo uma antiga expressão retomada pelo concílio na Constituição *De Verbum* (n. 8).

No outro extremo está o conservadorismo, chamado também "integralismo", que se detém no passado sem ter em conta a reta aspiração para as mudanças exigidas pelas novas condições, situações e circunstâncias. O "antigo", como símbolo de tradição, é seu critério de pensamento e ação.

Ensina então o papa que nem o "antigo", enquanto tal, nem o "novo" de per si correspondem ao conceito real da tradição na vida da Igreja. "A permanência fiel da Igreja na verdade recebida de Deus, através das vicissitudes mutáveis da história", deve ser nosso lema. Os que entendem o reino de Deus anunciado por Jesus se assemelham ao dono de casa "que tira do seu tesouro coisas novas e antigas" (Mt 13, 32). Assim devemos proceder na Igreja, permanecendo absolutamente obedientes ao espírito da verdade que Cristo lhe deu como guia divino.

A atitude que tomam pessoas, grupos ou ambientes ligados a uma ou a outra das duas tendências pode até certo ponto ser entendida depois do concílio. Não se pode contestar que o Vaticano II desencadeou uma aspiração para a renovação. Mas, quando este desejo leva ao esquecimento de valores essenciais da doutrina no campo da fé, da moral ou da liturgia, pode e deve suscitar justificada objeção. Se, entretanto, por motivo de semelhantes excessos, rejeitam toda e qualquer boa renovação desejada pelo concílio, tomam uma atitude capaz de levar a outro desvio que também se opõe ao princípio da tradição viva da Igreja obediente ao espírito da verdade.

Avisa então o papa ao prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé: "Os deveres que, nesta situação concreta, se impõem à Sé Apostólica requerem uma particular perspicácia, prudência e judiciosa previsão. A necessidade de distinguir, daquilo que autenticamente edifica a Igreja, aquilo que a destrói torna-se neste período uma exigência particular do nosso serviço em relação à inteira comunidade dos fiéis católicos."

E natureza e missão da Igreja ser ao mesmo tempo fiel a Deus e fiel ao homem. Fidelidade a Deus é tradição; fidelidade ao homem é progresso. Tradição é a realização do Evangelho na vida da Igreja; é a fiel, íntegra e vivida transmissão do Evangelho. Progresso é a própria capacidade da Igreja de cumprir sua missão entre os povos, de adaptar-se, de renovar-se, de purificar-se. Tradição é fidelidade ao Evangelho (verdade e graça) que deve ser levado ao homem para salvá-lo. Progresso é fidelidade ao homem que deve receber o Evangelho. Por sua natureza, a Igreja é tradição; por sua missão, é progresso. Se ela deturpa a tradição seria infiel; se deixasse o progresso, seria traidora. Pecaria contra a tradição se negasse o progresso; pecaria contra o progresso se congelasse a tradição. Tradição só é viável no progresso. Progresso só é possível na tradição, na fidelidade ao Evangelho, a Cristo, à Igreja. Como o magistério, (que é obra dos bispos) também o progresso (que, como a tradição, é obra de todo o povo de Deus) deve estar sempre a serviço da palavra de Deus, jamais acima dela ou desligada. Realiza-se o progresso em duas linhas: na de uma melhor compreensão e penetração nas verdades reveladas; e na de uma constante adaptação dessas verdades e de suas exigências práticas às variadas situações históricas, geográficas, culturais e religiosas da humanidade. Para ajudar o progresso não bastam a fantasia, a coragem, o arrojo: só é capaz de realizar o progresso quem vive o Evangelho, procura identificar-se com ele e busca entendê-lo em sua riqueza, em sua vida divina, em sua amorosa consagração ao Pai, em sua fé na atuante presença do Senhor, em sua confiante entrega ao Espírito Santo. É fácil a tentação de afastar-se do Evangelho; sobretudo em suas passagens mais duras, exigentes e difíceis, quando o Evangelho é cruz, quando é escândalo para os judeus e loucura para os gentios, quando exige vida de oração constante e virtudes que parecem sobre-humanas. Mas tudo podemos naquele que nos conforta, ilumina e inflama na caridade.

8901021

Do Legible

01.01

CNBB recebe documento em que D. Waldir apóia greve

BRASÍLIA — A Igreja apóia as greves. "É um modo de proceder que a doutrina social reconhece como legítimo", essa foi a argumentação utilizada por Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda, Estado do Rio, ao apresentar o dossiê Greve na Companhia Siderúrgica Nacional — Assassinato de três trabalhadores, durante a 21ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se encerra hoje em Brasília.

O dossiê reúne depoimentos de trabalhadores que participaram da greve de 17 dias na Siderúrgica, que chegou ao fim anteontem com a aprovação da contra-proposta do governo, notas distribuídas à população pela Pastoral Operária, reportagens publicadas nos principais jornais do país e o testemunho do próprio bispo, convidado pelo presidente da empresa, Jeverson Osório Gomes, para ser o interlocutor dos grevistas. No entanto, Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda há 22 anos, afirma que tenha sido chamado para converter "quando já havia mortos". De qualquer modo, acredita Dom Waldir, "a mediação não foi do bispo e sim do sangue dos operários, que tomaram consciência da força do discurso de greve".

De acordo com as informações levantadas pelo bispo de Volta Redonda, foram 3 mil os soldados do Exército que invadiram a Siderúrgica, e "muitos deles estavam numa linha selvagem". O conflito começou com a agressão de um operário por um sargento, conforme o dossiê, e imediatamente iniciou-se o tiroteio, resultando na morte de três trabalhadores e ferimentos em 20 deles.

— Alguns companheiros, ao se aproximarem da aciaria, ouviram gritos de "é civil, atirem nele". Foram brutalmente espancados de surpresa ao retornarem do refeitório após o jantar. Esse é o testemunho de um operário da Siderúrgica identificado como S. Marques.

Fernando Luís Ribeiro, que participou da manifestação de solidariedade aos grevistas, morador de Volta Redonda, fraturou o braço e teve cortes na perna quando os soldados dispersaram os grupos em frente à Siderúrgica. Ele conta:

— O que aconteceu foi uma arbitrariedade do governo Sarney para com o povo brasileiro. Ele rasgou a Constituição. Campri-la seria a atitude certa e correta.

Um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos, Vanderlei Barcelos, afirmou que "falar em tiro por parte dos operários é uma aberração. Nós revidamos tiros de fuzil com pedras e pedaços de pau".

O bispo de Volta Redonda também denuncia no dossiê que "o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, aprovou a ocupação da Siderúrgica e depois justificou o ataque dizendo que era a ordem do general Lopes da Silva". Sobre o Presidente da República no episódio, o dossiê diz que "Sarney, totalmente desinformado e perdendo o bom senso mínimo, responsabilizou, em conversas particulares, a CUT, e a acusa de querer desestabilizar o regime".

Também não faltam críticas à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. "Os atuais dirigentes do sindicato são todos candidatos a prefeito ou vereador pelo PDT (o dossiê foi preparado antes das eleições de 15), e isso marca inevitavelmente a atuação do sindicato. Nas assembleias a palavra fica sob controle do sindicato; não tem voz discordante que possa se expressar, nem debate para discutir as propostas e decisões."

O documento também menciona nota distribuída pela Pastoral Operária de Duque de Caxias afirmando que "o que estamos vendo com esses acontecimentos é um governo fraco que se sustenta pelas armas: o Exército dirige camufladamente este país".

Dom Afonso Gregory, bispo de Imperatriz, no Maranhão, comentou o dossiê apresentado à 21ª Reunião afirmando que "os episódios de Volta Redonda são lamentáveis, sobretudo porque os operários nem reivindicavam aumento, apenas reposição salarial". Para Dom Afonso Gregory, "a única saída para o país é dar continuidade ao processo constitucional, que não se encerra com a aprovação da Constituição; ainda faltam as leis complementares e construir um pacto social com maior participação dos trabalhadores".

288

155

Cardeal critica governo no palácio

BRASÍLIA — "Promessa". Foi o que o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recebeu ontem do ministro Ronaldo Costa Couto, na condição de Ministro do Trabalho, para interceder junto ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, no sentido de que reveja as demissões dos metroviários durante a última greve da categoria. Mesmo com a promessa, Dom Evaristo, ao deixar o gabinete do ministro, no Palácio do Planalto, criticou o comportamento do governo em relação às últimas greves no país.

— Fiquei muito decepcionado com o tratamento dado aos trabalhadores de Volta Redonda. Não esperávamos que o governo agisse assim, até porque é contra a nova Constituição — observou Dom Paulo, cobrando do Congresso Nacional a regulamentação

imediata do Direito de greve assegurado na Carta promulgada dia 5 de outubro.

Dom Paulo foi ao Palácio do Planalto, acompanhado do presidente do Sindicato dos Metroviários da capital paulista, Paulo Otávio Azevedo Júnior, pedir a Costa Couto que interceda junto ao governador Orestes Quércia para que sejam revistas as 357 demissões de funcionários do Metrô de São Paulo, em função da greve de início do mês.

Na opinião de Dom Paulo Evaristo, o governo federal terá que levar em consideração o resultado das urnas do dia 15 e modificar sua forma de agir em relação aos trabalhadores. "O governo há de tomar em consideração que o trabalhador em toda a parte protesta", afirmou o Cardeal.

Sdo Brasil 25/11/88

01.01

8902446

Metalúrgicos da CSN rejeitam proposta e mantêm greve

VOLTA REDONDA — Reunidos em assembleia, ontem à noite, os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional decidiram manter a greve. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda encontrou muita dificuldade ao tentar convencer os funcionários a aceitar a contraproposta formulada pela direção da empresa, concedendo um abono de Cr\$ 30 mil, mais 8% sobre o salário atual. Os metalúrgicos entraram em greve no dia 7 e exigiam reajuste de 26,06%, correspondente às perdas ocorridas com o Plano Bresser, as URPs congeladas de julho e novembro, turno de seis horas e readmissão dos demitidos em greves anteriores.

No lugar dos 26,06%, a estatal ofereceu aumentos que, em média, eram equivalentes a 15% sobre os salários atuais. Ontem, os trabalhadores participaram de duas assembleias, pela manhã e à noite. Na primeira, o presidente do sindicato, Juarez Antunes, nem chegou a colocar a proposta da CSN em votação, pois sentia que a categoria iria rejeitá-la. Ele disse aos trabalhadores que teria uma reunião com a direção da empresa, na parte da tarde, quando tentaria melhorar

os índices de aumento. Até às 21 h, na segunda assembleia, que começou às 18 h, o impasse permanecia.

"Com o fim da greve dos petroleiros, as atenções do governo vão se voltar mais para nosso movimento", disse Wagner Barcelos, um dos diretores do sindicato. Portanto, ele temia o recrudesimento da repressão sobre a greve, que já tinha feito três mortos e dezenas de feridos, no mais dramático episódio de conflito trabalhista dos últimos tempos. Durante a assembleia, Juarez Antunes, reclamou que na hora de decidir manter a greve, "dez mil pessoas levantam a mão, mas na hora de fazer piquete, aparece pouca gente, porque dá muito trabalho".

Insistindo na idéia de que "tudo tem um fim", Antunes citou o exemplo de uma greve de mineiros britânicos que durou mais de um ano, mas acabou. "Se a contraproposta for aceita, a greve já terá sido vitoriosa", discursou o presidente do sindicato.



Juarez Antunes agora quer o fim da greve

Quelbdo Coimbra — 25-6-84

Sindicalista procura apaziguar

VOLTA REDONDA — Pela primeira vez, desde o início da greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), no dia 7, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e prefeito eleito desta cidade, Juarez Antunes, fez um discurso apaziguador, na assembleia realizada na manhã de ontem. Ele não atacou a empresa nem o governo e também pela primeira vez não puxou o coro de "greve, greve" nem usou a frase "a greve continua", com a qual costumava pontuar seus discursos.

Na assembleia, foi apresentada a última proposta da empresa, surgida em reunião realizada no final da noite de segunda-feira e confirmada ontem de manhã em telefonema do ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, a Juarez Antunes.

A nova proposta da CSN atende a três das reivindicações: pagamento das URPs de julho e novembro, readmissão dos admitidos em greves anteriores e jornada de seis horas, a ser adotada em 90 dias, durante os quais serão pagas 90 horas extras por mês. Houve também um avanço em relação à quarta reivindicação: em vez de abono de Cr\$ 30 mil, no lugar dos 26,06% de reposição das perdas do Plano Bresser, a empresa oferece Cr\$ 30 mil mais 8% de aumento sobre o salário de todos os

funcionários. A CSN, entretanto, mantém a não incorporação ao salário, isto é, esses ganhos, que serão corrigidos normalmente pela URP, vão ser descontados no dislício da categoria, em nalo.

Concluamdo a categoria a ser "realista", Juarez falou num tom de quem queria acabar com a greve. Ele lembrou que não há nada que não tenha fim e, no caso de uma greve, disse, "ela deve acabar no pique e não queda". Juarez comperou a greve a uma montanha: "No começo todos sobem, com a força da união, mas vai chegar um ponto em que a montanha acaba e não se tem mais para onde subir." Ainda no mesmo tom, Juarez disse que não há greve que consiga obter todas as reivindicações: "Se todos os objetivos forem alcançados, é porque se pediu pouco."

O discurso parece não ter agradado a categoria, que, depois do abraço à usina, na segunda-feira, sentiu-se revigorada. Quem se minhasse pelo meio da multidão podia perceber isso, em frases como "o Juarez está pipocando", "se o pessoal da Light ganhar, nós também temos que ganhar", "é uma mixaria o que nos oferecem" e "a greve não vai acabar". Além disso, o discurso de Juarez foi interrompido por gritos de "greve, greve".

F. 88
(Sindicato)

01-01

8902452

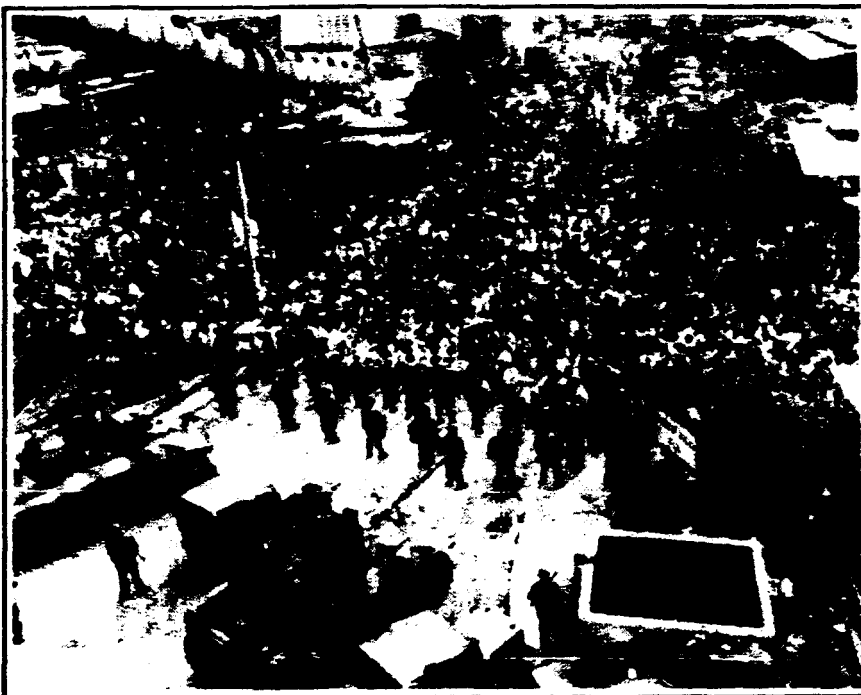
028

f. 38 (Sindic.)

Bombas de gás, muitos tiros, pedradas: o tumulto dentro das dependências da Companhia Siderúrgica Nacional explodiu entre soldados do Exército e tropas de choque da PM carioca e cerca de dois mil trabalhadores da CSN, em greve há três dias

Mortos na intervenção militar em Volta Redonda

Pelo menos três mortos e 30 feridos internados no hospital da Companhia Siderúrgica Nacional foram o saldo do confronto entre militares e metalúrgicos, ontem, em Volta Redonda. A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos. O confronto com as tropas de choque do Exército e Polícia Militar destruiu o posto de gasolina 9 de Abril; o funcionário da prefeitura, Elias Oliveira Souza, foi atingido por um golpe de basquete na altura do coração, por um soldado do Exército, e está hospitalizado. Jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas foram espantados durante a ação militar, e o repórter-fotográfico de O Dia, Oswaldo Prado, teve seu braço fraturado. Um carro da Rede Globo foi destruído pelos manifestantes, mas policiais do Exército também destruíram um Fusca branco a paulada na porta principal da usina da CSN. Em manifestações nas redondezas da CSN, viaturas da PM e do Exército foram depredadas. O general José Luís Lopes da Silva, comandante da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis, que está em Volta Redonda, não divulgou o número de efetivo nas ruas, mas garantiu serem "suficientes para cumprir a missão". A intervenção de tropas militares foi pedida pelo Executivo, pela CSN, pelo Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Exército, pelo presidente da CSN, Juvenal Osório Gomes, e pelo juiz da 5ª Vara Cível de Volta Redonda, Moisés Cohen, que pretendia com seu ato "evitar o confronto e permitir a retirada dos grevistas da dentro da usina". A situação chegou a um nível de tensão tão elevado que as tropas do Exército jogaram bombas de gás lacrimogêneo em direção a crianças. Na Rua 25, os militares fizeram barricadas de fogo para impedir a passagem dos metalúrgicos e as portas do clube dos funcionários da CSN foram quebradas pelos militares. No final da noite, os metalúrgicos controlavam a CSN parcialmente, e totalmente na aciaria, on-



Tanques e soldados do Exército cercam os grevistas da CSN, no Rio

de existem materiais inflamáveis e produtos químicos, além de parafusos e porcas de alumínio e aço. Na tentativa de intermediar o impasse, foi convocada para a noite de ontem uma reunião de emergência na Curia, com a participação do presidente da CSN, Juvenal Osório Gomes, o juiz que autorizou a intervenção das tropas, Moisés Cohen, a direção do Sindicato e seu presidente licenciado, deputado federal Juares Antunes (PDT). A reunião terminou se realizando num hotel da cidade, a portas fechadas, com a participação do comandante militar e se prolongava até o início da madrugada de hoje.

O choque ocorreu entre cerca de 300 homens (entre policiais militares e soldados do Exército) que enfrentaram dois mil dos funcionários da CSN em greve. Os soldados foram recebidos a pedradas e responderam com bombas de gás e de efeito moral, golpes de cassetete e disparos.

Os metalúrgicos reivindicaram reposição de 20% a título de reajuste do Plano Bresser, turno de seis horas e o pagamento da URP congelada de julho. A empresa argumentou que o pagamento do reajuste e da URP dependem de autorização do Governo Federal, mas prometeu implantar o turno de seis horas em 90 dias. (AG-AJB)

092

F. S. S.
(L. S. S.)

CNBB terá novo semanário em abril com linguagem moderna

BELO HORIZONTE — Aproveitando o lançamento da Campanha da Fraternidade, na quarta-feira de cinzas, cujo tema este ano será a comunicação, a Igreja Católica passa a contar com um novo semanário, o *Jornal de Opinião*, moderno sucessor do *Luz Católica*, que circulou ininterruptamente durante 77 anos. "Vai ser muito útil", comemorou Dom José Lima, bispo da Diocese de Sete Lagoas, uma das sócias do novo projeto, animado com o material que vai dispor em seu trabalho pastoral e que deve vir a ser, a partir de abril, o jornal nacional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O *Jornal de Opinião*, com 12 páginas em formato standard e 40 mil exemplares no primeiro número que serão distribuídos aos 35 mil assinantes do *Luz Católica* e vendidos em bancas de Belo Horizonte, nas principais cidades mineiras e nas capitais, foi criado com base na idéia de um jornal nacional da CNBB, que é sócia minoritária no projeto, informou o editor Pedro Ernani Goulart. A previsão é de chegar as 100 mil assinaturas até o final do ano.

"É um semanário de informação e principalmente de análise e opinião", disse Pedro Goulart. O jornal vai tratar da informação de temas que interessam à Igreja, fazer uma análise cristã da realidade, para formar opinião e incrementar a unidade da Igreja, melhorando o fluxo de informações. Será mais leve e com uma linguagem mais moderna que o *Luz Católica*. "É preciso acabar com esse ranço contra jornal de padre", pregou Goulart.

Para Dom José Lima, se o novo jornal mantiver os objetivos iniciais, vai ter muita penetração entre os fiéis. Ele chamou a atenção, entretanto, para os obstáculos que um jornal ligado à Igreja tem que enfrentar. "A imprensa sem religião tem mais recursos", disse Dom José, exemplificando com a possibilidade de uso do sensacionalismo. Mesmo assim,

prometem insistir com o clero de sua diocese para maior colocação das assinaturas do semanário.

O projeto, segundo Pedro Goulart, exige investimentos de NCz\$ 150 mil de 21 entidades ligadas à igreja. Os sócios majoritários são atualmente a Arquidiocese de Belo Horizonte, a de Mariana, cujo titular é Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB e a Diocese de Itabira (MG), além da Congregação do Verbo divino, que controlava o *Luz Católica*. Entre os demais sócios há pessoas físicas, como o bispo de São João del Rei, Dom Antônio Carlos Mesquita, várias dioceses mineiras e as de Santos e Belém.

"Dependendo de aprovação na reunião de Itaipaci, em abril, a CNBB pode investir mais no jornal e tornar-se majoritária, aproveitando a estrutura existente", informou Goulart. "Mas a etapa de expansão e modernização independe da discussão de Itaipaci." Ele disse que a CNBB, antes da reunião, está fazendo uma pesquisa entre os bispos sobre a idéia que será discutida e votada em Itaipaci.

Além de contar com o apoio do presidente da CNBB, que "parece muito interessado" na adoção do *Jornal de Opinião* pela entidade, na opinião de Dom José Lima, o sucessor do *Luz Católica* dispõe de outro trunfo importante em Itaipaci: o arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, Dom Serafim Fernandes de Araújo é o encarregado do setor de comunicação da CNBB.

Adotado pela conferência, a pretensão de chegar as 100 mil assinaturas em um ano pode ser realizada em até três meses, segundo Pedro Goulart. "Se tivesse 300 dioceses ligadas, cresceria de uma vez", animou-se. Precaído, Dom José Lima recomendou que, junto ao trabalho apostólico, os encarregados de conseguir assinaturas que não façam parte do departamento comercial da empresa, recebam também "uma retribuição financeira" pelo trabalho, para garantir o sucesso do projeto e as renovações de assinaturas.

3 Brasil 2/2/89

01 . 01

8902466

Governo oferece 10% de reajuste aos portuários

BRASÍLIA — O governo ofereceu ontem à noite aos portuários um reajuste salarial de 10%, mais o pagamento da URP de dezembro, com o objetivo de pôr fim à greve da categoria, que completa hoje 10 dias. O presidente da Federação Nacional dos Portuários, Arlindo Borges Pereira, informou logo após a reunião, realizada no gabinete do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que os trabalhadores dos 27 sindicatos realizarão assembleias gerais durante o dia de hoje para avaliar a contraproposta do governo. A paralisação nacional dos portuários tem causado prejuízos diários à Portobrás de US\$ 2 milhões, informou o presidente da instituição, Carlos Theophilo Souza e Mello.

Os portuários reivindicam 38,34% como reposição salarial. No entanto, o presidente da Federação acredita que o índice do governo poderá ser aceito pelos 26.500 trabalhadores porque "o governo prometeu estudar a reivindicação em 1º de junho, data do dissídio coletivo".

A contraproposta do governo foi preparada ontem pela manhã, no gabinete do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, com a participação do presidente da Portobrás, Carlos Theophilo Souza e Mello, depois de consulta ao general Ivan de Souza Mendes, do SNI, e ao ministro Costa Couto.

Dos 26.500 portuários, 25.500 continuam em greve nos portos de Salvador, Ilhéus e Aratu, na Bahia; Vitória e Capuaba, no Espírito Santo; Rio de Janeiro, Sepetiba e Angra dos Reis, no estado do Rio; Santos, em São Paulo; e Porto Alegre, Rio Grande, Triunfo e Pelotas, no Rio Grande do Sul. O porto de Santos, o maior do país, com 12 mil trabalhadores, acumula prejuízos diários de Cr\$ 700 milhões, conforme levantamento da Portobrás.

O gerente do porto de Ilhéus, Elias Gedeon, pediu a intervenção da Marinha, na madrugada de quarta-feira, para carregar com cacau um navio de bandeira soviética, porque os 270 portuários de Ilhéus aderiram à greve. Atualmente, três navios estão atracados no porto, aguardando carregamento, e dois estão ao largo, esperando a vez de atracar, informou o presidente do Sindicato de Ilhéus, Gildo Borges Pinto.

No Rio Grande do Sul estão totalmente paralisadas as atividades nos portos de Rio Grande, Pelotas, Triunfo e Porto Alegre com a adesão ao movimento de 2.400 trabalhadores. Somente no porto de Rio Grande, o maior deles, 19 navios estão aguardando descarregamento com os porões repletos de fertilizantes, sal e peças de maquinário agrícola. Com a greve, os portos gaúchos deixam de movimentar oito mil toneladas de produtos diariamente, acumulando prejuízos de Cr\$ 150 milhões ao dia, informou o presidente do Sindicato de Porto Alegre, Martins Januario de Oliveira.

No estado do Rio, a adesão ao movimento é de 100%, com a paralisação dos 3.500 portuários. Nos portos de Vitória e Capuaba, no Espírito Santo, 1.350 trabalhadores paralisaram as atividades. Oito navios estão atracados à espera de carregamento e 11 aguardam na boca da barra sua vez no cais. O estado capixaba deixa de arrecadar Cr\$ 10 milhões por dia, de acordo com o presidente do Sindicato, Jairo Lousada Dias.

455 (Sindicato)

terça-feira - 14 de março - página 20

Plenária da CUT marca greve geral para 1º de março

Data é indicativa. Pode ser mudada ou cancelada

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) definiu 1º de março como data indicativa, isto é, que pode ser alterada, para a greve nacional que pretende deflagrar. As mudanças dependem das conversas que os cutistas ainda mantêm com o governo, empresários e Congresso. A decisão foi votada ontem, durante reunião no Sindicato dos Condutores de Veículos, em São Paulo.

Participaram 82 dirigentes representando as CUTs estaduais de 23 estados - faltaram Piauí (por problemas com a passagem de avião), Alagoas e Sergipe. Eles falaram em nome das 1.156 entidades sindicais que a CUT afirma aglutinar, representando 15 milhões de trabalhadores.

O cronograma

O encontro definiu também um processo de mobilização para a greve geral: de 30 de janeiro a 1 de fevereiro, a data volta aos estados para debates, que manterão ou não 1º de março; no dia 1º de fevereiro, acontece um dia nacional de luta, com todas as formas de agitação possível, segundo o secretário geral da CUT nacional, Gilmar Carneiro; de 4



Meneguelli, agora, vai negociar o movimento com Joaquim de Castro, da CGT

a 8 de fevereiro, a CUT vai aproveitar para promover a greve nos blocos, desfiles, bailes, etc., dos dias de carnaval; de 15 a 18 de fevereiro, entraremos de volta na mobilização de todas as categorias para promovermos um novo dia nacional de lutas no dia 16, prosseguirá Carneiro; no dia 22, os 85 membros da direção nacional da CUT e os dirigentes das CUTs estaduais e dos departamentos nacionais se reúnem em São Paulo e avaliam a manutenção ou não de 1º de março para a greve geral. O movimento pode ter sua data antecipada, manti-

da ou, até, cancelada. O encontro que o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, e o presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) Joaquim dos Santos Andrade, teriam hoje foi adiado para hoje, mas deve ocorrer até segunda-feira, garante Carneiro.

A intenção de manter unidas as duas centrais de trabalhadores para a greve continua, pelo menos na CUT, mesmo com a CGT tendo definido como data indicativa para a greve geral a segunda de fevereiro. (AE)



A concorrida plenária da CGT, ontem, em São Paulo

CGT decide romper com o governo

Os sindicalistas filiados à Central Geral dos Trabalhadores (CGT) também realizaram uma plenária nacional ontem, em São Paulo, e decidiram partir de vez para a organização da greve geral. A paralisação ficou acertada para a segunda quinzena de fevereiro, mas o dia ainda depende de um acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, os cegetistas aprovaram a proposta de não mais negociar a política salarial com o governo. Essa discussão, entendem, deve ser levada para o Congresso Nacional.

Segundo o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, Joazeiro, o governo perdeu o direito de credibilidade. No seu entender, não adianta negociar com o governo. Assim, o futuro dos salários deve ser decidido pelos parlamentares, que a partir de agora recebem parte dos salários dos trabalhadores. Vários sindicatos ligados à CGT prometem levar milhares de pessoas para o Congresso, para

mostrar o total descontentamento com o Plano Verão.

Para Joazeiro, a CGT não precisa negociar com o governo porque não tem candidato à Presidência da República, numa clara alusão à CUT, que apóia Lula rumo ao Planalto.

Além de romper com o governo, pressionar o Congresso Nacional e organizar a greve geral, a plenária da CGT aprovou a proposta de exigir o cancelamento do pagamento da dívida externa brasileira. Na verdade, todas as decisões aprovadas fazem parte de uma mudança de imagem da central. Se a CUT agora negocia como governo, os sindicalistas da CGT preferem demonstrar uma postura mais progressista. A greve foi uma exigência das bases. Diante da pressão, Joazeiro acabou concordando. A paralisação geral é a única maneira de derrubar o tempo do governo. (AE)

038

Comissão vai examinar problemas da Amazônia

Os chanceleres dos oito países do Tratado de Cooperação Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname) vão propor, em Brasília, em reunião nos dias 6, 7 e 8 de março, a criação de uma comissão especial para o meio ambiente, destinada a examinar a questão ambiental no contexto da região amazônica. "O governo brasileiro está atarefado em relação a percepção da Amazônia. Apenas o Brasil vê a Amazônia como periferia. Para o resto do mundo ela é um ponto focal", disse na sexta-feira uma alta fonte do Itamaraty.

Preocupados com o efeito estufa, os países industrializados mostram um interesse cada vez maior pela preservação da Amazônia, a maior reserva ecológica mundial. Na terça-feira, o vice-primeiro ministro da Holanda, Rutger de Korte, em visita a

Brasília, propôs ao presidente Sarney uma vinculação entre o pagamento da dívida externa brasileira e uma cooperação multinacional para preservação da região. No dia seguinte, nos Estados Unidos, o deputado republicano John Porter, chefe do grupo de Direitos Humanos da Câmara, em cerimônia que homenageou o ecologista Chico Mendes, anunciou que o Congresso norte-americano está examinando uma legislação que aliviaria o imposto cobrado dos bancos que perdoassem dívidas do Brasil, desde que o país se comprometessem a preservar a natureza na Amazônia.

Processo

O Itamaraty admite que se o Brasil é carente de recursos por um lado, por outro detém a maior parte da riqueza da floresta

amazônica. Reconhece, no entanto, que falta ao país uma estratégia ambiental a ser desenvolvida na região. "Se o país formular essa estratégia, gerará programas próprios que lhe permitirão captar recursos sem que outros países empurrem projetos que não sabemos se são bons ou não", afirmou um diplomata.

Motivado pelas pressões internacionais, que vincularam a liberação de novos créditos ao país a programas de preservação ambiental, e pela grande reação internacional ao assassinato do ecologista Chico Mendes, além de denúncias da Anistia Internacional sobre a morte de trabalhadores rurais na Amazônia, o Itamaraty anunciou a criação de uma divisão para assuntos de ecologia e direitos humanos que, inicialmente, ainda não foi instalada. (AJS)

Ar. 5. S.S. / Med. 4

2 HAZA. 29/1/89

01.01

8902752

098

Asesino de ecólogo pagado para matar también a obispo brasileño

RIO DE JANEIRO. (DPA-Reuters). — Las armas utilizadas para el asesinato del ecólogo y líder sindical Francisco ("Chico") Mendes, el jueves pasado, están ahora apuntadas hacia el obispo de la amazónica capital de Río Branco, monseñor Moncir Grechi.

Grechi reveló al diario "Jornal do Brasil" que recibió una llamada telefónica de un hombre que se identificó como un asesino profesional contratado para matar a Mendes y a él. "Yo me arrepentí, pero es mejor que Ud. se caide, porque no va a llegar a 1989", dijo el hombre a Grechi, uno de los exponentes del llamado "clero progresista" brasileño.

Al hablar durante la misa de sepelio de Mendes, celebrada en el amazónico municipio de Kapuri, estado federado de Acre, el obispo manifestó la esperanza de que "no pasemos otra Navidad como ésta", pero advirtió que "muertes así seguirán ocurriendo mientras nuestros gobernantes no representen al pueblo, sino a una clase interesada sólo en mantener sus privilegios".

"Chico" Mendes fue muerto a tiros de escopeta en la noche del jueves último, en la puerta de su casa en el amazó-

nico municipio de Kapuri, estado federado de Acre, 13 días después de afirmar, en una entrevista al "Jornal do Brasil", que había recibido amenazas de muerte de los hacendados Darli y Alvarino Alves Da Silva.

El líder de la ultraderechista Unión Democrática Ruralista (UDR) del estado de Acre, João Branco, también acusó a los dos hacendados, pero negó el involucramiento de la entidad en el asesinato de Mendes.

El jefe de la Policía federal, Romeu Tuma, y el secretario general del Ministerio de Justicia, Luis Fernando Eischenberg, partieron ayer hacia Kapuri para supervisar la búsqueda de los responsables de la muerte de Mendes.

"Es importante que este delito no quede impune", dijo Eischenberg en una entrevista televisiva.

Medidas "duras"

En medio de su descanso anual de fin de año en la isla de Curupú, en el nortño estado federado de Maranhao, el presidente brasileño José Sarney prepara un nuevo conjunto de medidas destinadas a combatir la inflación de más del 900 por

cientos anual y recuperar la imagen de su gobierno con miras a las elecciones presidenciales de noviembre de 1989.

Según informó uno de los más próximos asesores del presidente, el ministro de Comunicaciones, Antonio Carlos Magalhães, serán tomadas medidas "duras" e "impopulares", con el objetivo de evitar que el país ingrese en un proceso de hiperinflación que, según el propio presidente, amenazaría la misma estabilidad política brasileña.

La edición del nuevo programa antiinflacionario —bautizado por la prensa de "plan verano"— tendrá lugar pocos meses después de los comicios municipales de noviembre pasado, marcados por un gran crecimiento de los partidos de izquierda, atribuido por el gobierno a la insatisfacción popular ante la crisis económica.

Las urnas de noviembre pasado colocaron a los líderes del Partido de los Trabajadores (PT), el diputado y ex sindicalista Luiz Inacio "Lula" Da Silva, y del Partido Democrático Laborista (PDT), el ex gobernador Leonel Brizola, como los candidatos más fuertes a los comicios presidenciales de noviembre de 1989.

098

EL MUNDO

Montevideo, viernes 30 de diciembre de 1988

Hay 350 personas amenazadas de muerte por hacendados en Brasil

Vicecanciller rechazó presiones por razones ecológicas

(F.S.S.)
(Varios)

RIO DE JANEIRO, (DPA). — La comisión pastoral de la tierra (ligada a la conferencia episcopal brasileña) y el movimiento de los trabajadores rurales sin tierra divulgaron una nómina de 350 personas amenazadas de muerte por hacendados en todo el país, 113 obispos, sacerdotes, y personas ligadas a la iglesia y 227 sindicalistas y agricultores.

Según un reciente informe de la organización de defensa de derechos humanos amnistía internacional, más de mil personas murieron en Brasil entre 1980 y 1987, a raíz de los conflictos entre campesinos y hacendados por tenencia de tierras.

La Comisión Pastoral de la Tierra registró este año otros 93 asesinatos de campesinos, sindicalistas y sus defensores.

Cinco sindicalistas ligados al ecólogo Francisco "Chico" Mendes Filho, asesinado la semana pasada, denunciaron amenazas de muerte por parte de hacendados del municipio amazónico de Xapuri, cercano a la frontera del estado federado de Acre con Bolivia.

"En junio pasado, el mayor Lorisio, comandante de la policía militar de Xapuri, me contacto para sugerir que yo volviera al (estado federado de) Mato Grosso do Sul, de donde vine, según afirmó, yo sería

el segundo de la relación encabezada por Chico Mendes, hecha por hacendados que pretendían eliminar trabajadores o aquellos que, como yo, son ligados a los recolectores de caucho", dijo el agrónomo Guimercindo Rodrigues, quien fue asesor de Mendes.

En entrevista al diario "Jornal do Brasil", otros cuatro sindicalistas ligados a la Central Única de Trabajadores (CUT) y al Partido de los Trabajadores (PT), socialista, informaron, haber recibido amenazas similares a las hechas a Mendes y Rodrigues.

"Chico" Mendes, quien en 1987 recibió de las Naciones Unidas el Premio Global 500 por su labor en defensa del medioambiente en la Amazonia brasileña, fue muerto en una emboscada en Xapuri el pasado 22 de diciembre.

"Inaceptables"

El vicecanciller brasileño Paulo Tarso Flecha de Lima consideró "inaceptables" las presiones de entidades ambientalistas y de organismos internacionales de crédito tendientes a suspender el financiamiento en favor de Brasil hasta que se tomen medidas concretas para evitar el deforestamiento de la Amazonia.

En una entrevista de televisión difundida la noche del miércoles, Flecha de Lima admitió que las presiones se intensificaron después del asesinato del ecólogo y sindicalista Francisco Mendes Filho, "Chico" Mendes, muerto a los 4 años de edad en una emboscada supuestamente dirigida por hacendados del Municipio amazónico de Xapuri, cercano a la frontera con Bolivia.

"Ese crimen hediondo, que seguramente podrá ser usado en contra nuestra, tiene que ser sancionado. Pero la sanción, por la cual el gobierno brasileño se empeña, será por el crimen en sí mismo, que repugna nuestra conciencia civilizada", dijo el diplomático.

Agregó que el asesinato de Mendes "no autoriza a ninguna institución financiera a introducir condiciones adicionales a las que constituyen la base sobre la cual se debe fijar la atención de proyectos de interés de un país en desarrollo".

Según el embajador Flecha de Lima, las autoridades brasileñas son "sensibles a la cuestión del medio ambiente", pero "no podemos aceptar que la cuestión sea manipulada para perjudicar al acceso legítimo de un país en desarrollo, como es Brasil, a financiamiento internacional".

01-01

8903167

098

Entidades do movimento popular estão exigindo, no Acre, o afastamento do atual secretário de Segurança, coronel Castelo Branco. Ele estaria envolvido em uma série de irregularidades. Em Rio Branco, um protesto contra a UDR.

Acre: exigida saída do secretário de Segurança

O Comitê Chico Mendes, formado por diversas entidades do movimento popular, entregou ontem em Xapuri ao governador em exercício, Edson Simões Cadaxo, um documento pedindo o afastamento do atual secretário de Segurança Pública do Acre, coronel José Carlos Castelo Branco. O Comitê declara que esta medida visa dar transparência nas investigações sobre o assassinato do líder ecologista e sindicalista Chico Mendes, ocorrido na véspera do Natal.

Segundo as entidades, diversos fatores contribuíram para que o coronel Castelo Branco seja afastado da Secretaria. Citam a falta de apuração de conteúdos de inquirições em Xapuri; a imperícia da própria Polícia na realização das investigações preliminares do caso; a omissão na apuração de diversos outros casos divulgados pela imprensa; e até a expedição, no início deste mês, de um porte de arma para Otoni Alves da Silva — um dos filhos do fazendeiro Darci Alves da Silva, o principal acusado de ser o mandante da morte do sindicalista Chico Mendes. Otoni está preso em Rio Branco, a capital do Acre, após um tiroteio com agentes da Polícia Federal, juntamente com seu irmão Darci, que se apresentou no início desta semana para confessar o assassinato de Chico Mendes.

Protesto contra UDR

Uma das maiores manifestações públicas no Acre aconteceu no final da tarde de quinta-feira, em Rio Branco: aproximadamente quatro mil pessoas

protestaram contra o assassinato do ecologista e sindicalista Francisco Mendes, líder dos seringueiros de Xapuri. Os manifestantes concentraram na frente do jornal "O Rio Branco" (o mais antigo do Acre), comprado recentemente pelo deputado federal Narciso Mendes, do PFL.

Um dos sócios de Mendes no jornal é o advogado e fazendeiro João Branco, destacado pela UDR (União Democrática Ruralista) para liderar e instalar a entidade dos latifundiários no Estado do Acre. No começo da semana, João Branco fugiu do Acre a bordo de um jatinho, com destino a Cuiabá, Mato Grosso.

Então, os seringueiros e entidades ecológicas passaram a apontá-lo com um outro suspeito de envolvimento dire-

to no assassinato de Chico Mendes. A hipótese foi reforçada com o fato de que, na noite de quinta-feira passada, apenas de duas horas após Chico Mendes ter sido atingido por tiros de escopeta, o editor do jornal "O Rio Branco" chegou a Xapuri, junto com um repórter e um fotógrafo. Os seringueiros estão convencidos de que o líder da UDR e sócio do jornal ocultou sua equipe antes mesmo do crime ser concretizado.

O jornal ficou praticamente paralisado, durante a manifestação, com milhares de pessoas gritando palavras de ordem contra a UDR. O ato público contou com representantes de entidades como a CNEB, CUT, Contag, além do deputado federal pelo PT, José Gusmão. (AG-AE)

EUA: pressões contra Planalto

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iguías, recebeu ontem à tarde, em Washington (EUA), um grupo de ambientalistas norte-americanos que lhe perguntaram o que fará o banco diante do assassinato do líder ecologista brasileiro Francisco Mendes.

Um antropólogo do "Environmental Defense Fund", Steve Schwartzman, antecipou à Agência Estado que os ambientalistas gostariam que Iguías mantivesse suspenso um empréstimo de cerca de 10 milhões de dólares, para a pavimentação da rodovia Porto Velho-Rio Branco, que está para ser reativado, graças a um projeto de preser-

vação de zonas de extrativismo na Amazônia, elaborado com a ajuda de Chico Mendes.

O mesmo grupo pediu também uma audiência com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, e espera ver resultado logo. O antropólogo Schwartzman, amigo pessoal de Chico Mendes, quer também encontrar-se com o embaixador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. O objetivo de todas as reuniões é o de pressionar o Governo brasileiro a punir os responsáveis pelo assassinato e fortalecer as reservas extrativistas e os seringueiros da região amazônica. (AE)

F. 95
(Hedra local.)

01.01

8903208

098

Os militares que integram a Secretaria da Defesa Nacional desconfiam dos movimentos ecologistas que defendem a Amazônia. Para eles, setores econômicos estariam aproveitando para "internacionalizar" a região

Amazônia: os militares suspeitam dos ecologistas

O presidente José Sarney recebeu da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), órgão que substituiu o extinto Conselho de Segurança Nacional, um relatório no qual levanta suspeitas sobre alguns movimentos, em vários países, de defesa da ecologia brasileira. A principal suspeita é de que setores econômicos — não identificados claramente — estariam se aproveitando para defender a transformação da Amazônia em "patrimônio mundial". Nessa condição, o Governo brasileiro praticamente "perderia o controle" sobre as riquezas daquela região, que "seria transformada num país dentro do outro", na versão dos militares da Saden.

Segundo declarou ontem, em Bra-

sília, uma fonte ligada à Saden, o assunto foi tema de várias reuniões, principalmente depois que algumas instituições, como o Banco Mundial, começaram a contestar a política ambientalista do Brasil. As últimas negociações sobre a dívida externa, por exemplo, foram marcadas por protestos de grupos ecologistas preocupados com as devastações e queimadas na Amazônia. A mesma fonte disse ser este um assunto que "sempre" preocupou os militares, cuja posição é em defesa da "ocupação paulatina" da região, com uma "perfeita integração" homem-natureza.

Há uma semana, um editorial do jornal "New York Times", defendendo a Amazônia e propondo con-

dições para o pagamento da dívida externa brasileira, levantou uma nova suspeita: a de que o movimento ganhou corpo e poderia prejudicar futuras negociações sobre o problema. O presidente José Sarney, de acordo com assessores do Palácio do Planalto, já teve oportunidade de comunicar, através de canais diplomáticos, que não aceita a "internacionalização" da Amazônia. Para alguns membros da Secretaria de Defesa Nacional, o que existe é a suspeita, por parte de alguns organismos internacionais, de que as autoridades brasileiras não estão conseguindo controlar os desmatamentos e os incêndios em grandes áreas da Floresta Amazônica. (AE).

*Ex SS
(Médico Acad.)*

098

Boff diz que Igreja é isenta

A Igreja, como instituição, não tem um partido. Ocorre é que "talvez setores mais abertos" da Igreja se afinam com as propostas de determinados partidos e começam a atuar nos sindicatos, em movimentos de defesa dos direitos humanos ou dentro do PT, como fazem, como pessoas físicas, militantes das comunidades religiosas de base. Mas não há só elementos de esquerda ligados à Igreja: muitos católicos preferiram Paulo Maluf a Luiza Erundina, na recente eleição para a Prefeitura de São Paulo.

Esta é em resumo a resposta de frei Leonardo Boff, teórico da Teologia da Libertação, ao ex-governador Leonel Brizola, que acusou a Igreja de estar "tutelando e patrocinando" o PT. A análise de Boff foi feita no programa *Encontro com a imprensa*, da *Rádio Jornal do Brasil*. "A Igreja não é partidária, mas vejo com alegria que cristãos tenham apoiado esse partido", afirmou.

Divergências — Outro participante do debate, o sociólogo Pedro Ri-

beiro de Oliveira, pesquisador do Instituto de Estudos da Religião, disse que, em termos percentuais, "é nitidamente minoritário" o setor da Igreja que apoia o PT. "A Igreja católica não é monolítica. Assim como temos o frei Leonardo Boff, que manifesta alegria pelo PT, encontramos pessoas na Igreja que, mais ou menos silenciosamente, criticam o apoio de certos setores dado ao PT."

Neste ponto surgiram divergências entre as visões de Boff e Pedro Ribeiro. O teólogo considera que a linha pastoral da Igreja no Brasil é francamente progressista e voltada para os interesses populares. "Essa linha, representada muito bem pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), está consolidada", acredita. Para o sociólogo, porém, que não se considera "tão otimista" como Boff, "a análise sociológica mostra que a Igreja não é tão progressista assim". Ele assinalou que os setores conservadores da Igreja crescem "à vontade", com apoio de autoridades eclesásticas, civis e até militares.

7/12/88. J. do Brasil.

FSP
(Lgl)

098

sil

30/12/88

JORNAL DO BR

CUT e CGT lutam por trás da greve

Disputas políticas complicam movimento dos metalúrgicos

Marcelo Auler

VITORIA — A greve dos 6.000 metalúrgicos da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), que ao que tudo indica caminha para um impasse, esconde por trás da reivindicação salarial da categoria algumas disputas políticas. A primeira delas envolve as duas centrais sindicais — a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A outra envolve o governador Max Mauro e o seu antecessor, o senador Gerson Camata (PMDB), de quem o atual presidente da CST, José Moraes, foi vice-governador.

A atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Cariacica, presidida por Tarcísio Celso Vieira de Vargas, demorou seis anos para derrubar Luís Carlos Fernandes Rangel, que foi ligado ao PCB, é amigo do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, e, portanto, vinculado à CGT. Tarcísio é petista ligado à CUT. Nos seus planos não constava levar a categoria a uma greve logo no primeiro mês à frente da entidade. Ele tomou posse no dia 13 de novembro e a greve começou no dia 16 de dezembro.

Só que a armadilha foi preparada

pelo seu antecessor, depois de as urnas terem mostrado uma nítida opção dos metalúrgicos de Vitória, Cariacica e cidades vizinhas pela turma da CUT. Os trabalhadores da CST fizeram uma primeira greve no início de novembro. A paralisação foi quase oficial, sem que a empresa fizesse qualquer tipo de repressão. No dia 8 daquele mês, depois de um acordo envolvendo a diretoria da CST e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, Rangel, então presidente do sindicato, propôs a suspensão da greve, já sabendo que o dissídio seria julgado com muitas chances de os trabalhadores ganharem, inclusive, a reposição dos 26,06% que o Plano Bresser retirou. Só que da mesma forma que se sabia que a tendência do TRT era dar o que o Plano Bresser retirou, tinha-se como certo que o governo recorreria desta decisão.

A suspensão da greve foi aprovada, mas o próprio Rangel fez a categoria decidir que no caso de a empresa recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) — que daria efeito suspensivo à decisão do TRT — os metalúrgicos paralisariam novamente os trabalhos. Rangel fez o novo presidente se comprometer publicamente com a proposta. Tarcísio não teve saída e a greve acabou deflagrada, muito embora os diretores da CUT soubessem que aquele não era o melhor momento político para o movimento. Agora, o recuo fica quase impossível.

Já o presidente da CST fez tudo

para radicalizar, tentando deixar mal o governador Max Mauro, com quem tem sérias desavenças políticas. José Moraes é ligado ao grupo pemedebista do senador Gerson Camata. Tanto assim que, antes mesmo de pedir forças policiais do governo estadual, José Moraes recorreu ao juiz da Vara Cível do município de Serra. Ele pedia a reintegração de posse da siderúrgica, apesar de ela nunca ter sido ocupada pelos grevistas. No interior da usina, só ficaram aqueles que, com permissão da direção da empresa, mantinham os serviços essenciais. O presidente da estatal requisitou também a presença de soldados do Exército. O pedido só foi tornado público depois que o juiz o aceitou no dia 26. Só então Moraes recorreu ao governador, pedindo para que a PM ficasse "à disposição da diretoria da CST para entrar em ação quando esta achasse que fosse necessário".

O que Moraes fez foi justamente encurralar o governador: ou ele mandava as tropas da PM, prejudicando sua imagem de pemedebista histórico, ou acabava vendo o Exército entrar na história por ordem judicial. Max Mauro saiu pela tangente, mandando apenas 13 soldados, desarmados e com ordens para não ingressarem na siderúrgica a não ser com autorização expressa de um juiz, ou em caso da necessidade de prisão em flagrante delito. O governador acabou contando com o apoio do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que abortou os planos de colocar o Exército nesta disputa.

F. El
(Indic)

098

CNBB diz que a greve é movimento legítimo

2 O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Antônio Celso de Queirós, considerou ontem que a greve geral, marcada para os dias 14 e 15, é um movimento legítimo e caberá aos trabalhadores decidir sobre a sua oportunidade. Dom Antônio recebeu os presidentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, e da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, na sede da CNBB, afirmando após o encontro ter a certeza de que a classe trabalhadora terá maturidade para decidir sobre a greve.

Durante o encontro com os líderes sindicais em Brasília, o bispo fez críticas ao Plano Verão, dizendo que a entidade não vê no programa um ataque frontal às causas da inflação, que são as dívidas interna e externa. Na sua avaliação, a greve não é episódica devido à sequência de perdas salariais que vem sofrendo o trabalhador.

"A classe trabalhadora tem pago durante os períodos de inflação alta e durante o período de combate à inflação", observou Dom Antônio Celso. Uma prova da queda do poder aquisitivo dos trabalhadores nos últimos 30 anos, na avaliação de Dom Antônio Celso, é a posição que o Brasil ocupa como sétima ou oitava economia mundial, com salários que são mais baixos do que os pagos na Bolívia (AG) 220144 2/3/89

F.S.8
(Lgl.)

01.01

8903257

Fiesp admite hipótese de participar da greve geral

José Antonio Rodrigues

SÃO PAULO — A greve geral dos dias 14 e 15 de março, convocada pelas centrais e confederações sindicais de trabalhadores, poderá receber uma adesão inesperada: a dos empresários. Isso, se vier a ocorrer, a transformará em um protesto nacional contra o Plano Verão. Essa ameaça está sendo articulada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o próprio presidente da entidade, Mário Amato, admite a hipótese, caso o governo não cumpra sua parte e contenha os seus gastos: "Não está nada consolidado ainda, mas a hipótese existe", afirmou ele. Mário Amato, entretanto, contemporiza: "A greve está marcada para o dia 15 e ainda temos muito tempo para negociar".

Do governo, além de anúncios e decisões efetivas para a contenção de gastos, a Fiesp espera, e para muito breve, algum dispositivo legal que possa regulamentar o direito de greve. O pedido foi feito juridicamente à ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, na manhã de quinta-feira. "Não podemos enfrentar uma greve sem saber quem pode o quê", resumiu um empresário da diretoria



Amato: hipótese de greve

da Fiesp na quinta-feira à noite. "Em uma greve — que é direito dos trabalhadores — todos têm que saber quais são as suas responsabilidades", prosseguiu o mesmo empresário em seu raciocínio.

O protesto que vem sendo articulado na Fiesp depende não só das providências do governo, tanto no que se refere ao déficit público quanto ao controle da greve. Depende também das negociações que a entidade empreende com

as lideranças sindicais. Mário Amato pensa, por exemplo, que ao fixar a greve para uma data relativamente distante — a segunda quinzena de março — os dirigentes sindicais na verdade pediram negociação. "Além de esperar pelos resultados do Plano Verão, como os empresários também estão esperando, eles abriram um espaço precioso para as conversações", avaliou ele.

Com a ministra, a direção da Fiesp discutiu também a imediata convocação do Fórum Nacional de Negociações, pela qual se poderá discutir o futuro dos salários. "Há tempo para isso", confirma um dos presentes à reunião, pedindo para não ter seu nome mencionado.

Enquanto a resposta a essas solicitações não surge, a Fiesp continua articulando o protesto. Vários empresários identificam sinais de esforço e boa vontade no Executivo, particularmente na área econômica do governo, e pensam em desviar o pelardo para o Congresso, caso as decisões dos parlamentares inviabilizem o controle da inflação e impeçam o Poder Executivo de administrar suas propostas, principalmente quanto à privatização e redução do tamanho do Estado.

F. de S. L. Scuderi (Huelgg)

01.01

8903266

CUT e CGT marcam greve geral para 14 e 15 de março

Sérgio Leo

BRASÍLIA — Em reunião rápida, na qual as divergências das centrais sindicais foram deixadas para os bastidores, a CUT, a CGT, 20 confederações e federações de trabalhadores e mais 20 representantes de sindicatos decidiram que a greve geral contra o Plano Verão terá 48 horas, nos dias 14 e 15 de março. A CUT abandonou a idéia de enviar ao governo e ao Congresso uma pauta de reivindicações, por oposição da CGT. Decidiram que só negociarão se o governo tomar a iniciativa.

Os líderes sindicais disseram que não pretendem participar do Fórum Nacional de Negociação Salarial, para discussão de nova política de salários, proposto pela ministra do Trabalho, Dorothea Werneck. "A idéia de um fórum nacional sem tutela do governo não é da ministra, é dos trabalhadores, mas só faz sentido se devolverem as perdas que nos foram impostas", argumentou o presidente da CUT, Jair Meneguelli. Os sindicalistas resolveram matar a greve para a segunda semana de março por conselho do diretor-técnico do Dieese, Walter Barelli. "No salário de março os trabalhadores vão sentir mais fortemente o arrocho", explicou Barelli.

Amanhã, em São Paulo, os dirigentes da CUT, da CGT e de confederações de trabalhadores se reúnem na sede da CUT para definir uma pauta conjunta de reivindicações e começar a preparar o material de propaganda. A CUT levou para a reunião de ontem cartazes humorísticos, em que a greve geral é comparada a um bronzeador contra os efeitos do Plano Verão. A pauta sugerida pela CUT — e que não recebeu críticas dos dirigentes da CGT —

defende a reposição das perdas salariais, reajustes mensais de salários, data-base unificada para todos os trabalhadores, reforma agrária e melhoria dos salários no campo, além do cancelamento da demissão de funcionários públicos.

Confronto — "A CUT quer negociar com o governo, nós queremos confronto", ironizou, num intervalo da reunião, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antonio Medeiros. A aparente mudança de papéis entre a CGT, habitual interlocutora do governo, e a CUT, sua principal adversária no campo sindical, foi explicada por Meneguelli: "O pessoal da CGT está magoado porque participou da negociação do pacto social e o governo, sem consultá-los, baixou o pacote. O Presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, concordou: 'É isso mesmo'."

Dieese — A reunião dos sindicalistas foi precedida por uma palestra do diretor técnico do Dieese, Walter Barelli, que criticou duramente a mudança do índice de inflação oficial determinada pelo Plano Verão: "O governo computou, no índice de janeiro, os aumentos da energia elétrica, dos impostos e outros preços que o trabalhador só vai sentir em fevereiro e março", comentou, criticando a decisão da equipe econômica de proibir recomposição salarial com base no índice de janeiro. "O IPC não é mais um índice confiável para medir a inflação", resumiu Barelli.

Os sindicalistas decidiram ontem, na reunião que durou menos de três horas, o calendário de preparação para a greve geral. Além da reunião de amanhã, marcaram a realização de manifestações preparatórias à greve em todo o país, na próxima quinta-feira, contra o Plano Verão.

Central tem novo papel conciliador

Helena Dalro

BRASÍLIA — Opositora ferrenha do governo, a CUT assume, agora, outra postura: é o mais novo agente conciliador do movimento sindical, defendendo um fórum de negociação com o Ministério do Trabalho — espécie de segunda tentativa de pacto social —, para ajudar o Partido dos trabalhadores (PT) a obter verbas federais para a prefeitura de São Paulo, que tem à frente a petista Luiza Erundina. A constatação foi feita pelo presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antonio Medeiros, da CGT, até há pouco tempo identificado com a política governista, mas que inverteu esse papel e combateu as propostas da CUT na reunião realizada ontem na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), com lideranças sindicais.

No início da reunião, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, propôs greve geral por tempo indeterminado, contra Medeiros. A CGT revoltou-se, identificando na atitude de Meneguelli uma jogada de marketing político: a intenção seria propor a greve mais radical e esperar que, em seguida, a CGT, moderadamente, ponderasse que a

greve deveria ter duração pré-determinada.

Medeiros — que não falou, apenas articulou nos bastidores da reunião — mobilizou quatro dirigentes sindicais da CGT para alertar os demais e não se pronunciarem sobre a proposta da CUT. Sem resposta, a CUT não teve alternativa: procurou Medeiros, através do presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente de Paula, do PT, e propôs que os dois, juntos, defendessem a greve geral por dois dias. "Eu não vou defender nada. Vá lá na frente de todos e assumo que a CUT não quer greve por tempo indeterminado", respondeu Medeiros ao sindicalista do PT. Em seguida, o presidente da CUT do Distrito Federal, Chico Vigilante, fez um discurso defendendo a greve geral por dois dias, alegando que assim é mais eficiente. Todos concordaram e marcaram as datas para 14 e 15 de março.

Dorothea — O outro ponto de conflito entre as duas centrais foi o fórum de debates sobre política salarial e reivindicações gerais dos trabalhadores com a ministra Dorothea Werneck. A CUT queria que, antes da greve, no dia 16 próximo, as duas centrais apresentassem ao governo uma pauta de reivindicações para discussão com a ministra. "Foi outra manobra da CUT. Ao propor a pauta antecipada de reivindicações, que o governo já sabe de cor, a CUT queria, na verdade, o acordo antecipado com o governo e não a greve", diz Medeiros, que articulou contra e derrubou a proposta do PT.

01.01

8903267

F. S.
Lindici
(Huelger)

00

00

Q8

F. SS
(Lig. 12.14)

JORNAL DO BRASIL

22-2-88

Brasil

Igreja alemã cancela ajuda à CNBB

BRASILIA — A agência católica Misereor, da Conferência dos Bispos da República Federal da Alemanha, cancelou o convênio que mantinha com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por ter recebido denúncia de que a Comissão adquire armas com o dinheiro das doações para formar uma milícia entre os trabalhadores rurais sem terra. O presidente nacional da CPT, dom Augusto Alves da Rocha, bispo de Picos, Piauí, confirmou o corte da ajuda financeira mas negou a veracidade da informação.

O presidente nacional da CPT, no entanto, não descartou a possibilidade de algum grupo extremista estar adquirindo armas para formar milícias no campo. "Sempre há aqueles que optam pelo caminho da violência. Mas transferir a responsabilidade desta opção para a Igreja é uma grave acusação. Nós nos pautamos pelo Evangelho", ponderou.

Acrusadores — A denúncia de que os bispos da CPT estariam financiando uma milícia armada, de acordo com a agência alemã, teria partido de dois representantes da ala conservadora da Igreja.

o cardeal aposentado de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, e o bispo de Novo Hamburgo, também no Rio Grande do Sul, dom Boaventura Kloppenburg, que preferiram não comentar o assunto, mesmo quando procurados pelo presidente nacional da CPT.

Para dom Augusto Alves da Rocha, caso se confirme que a denúncia foi feita pelos dois religiosos gaúchos, a situação é gravíssima. "Quem acusa deve provar. É uma questão de extrema responsabilidade. Lamento profundamente o episódio, por que todos nós somos Igreja. Talvez esteja ocorrendo um desentendimento de ordem prática", afirmou o bispo de Picos.

O rompimento do acordo com a Igreja alemã, pela suposta compra de armas através dos bispos brasileiros, não tem precedentes na história da CNBB e pode comprometer o trabalho de pastoral da terra desenvolvido pela entidade. Os convênios firmados com a Misereor representam 40 por cento do orçamento da CPT e, no conjunto das doações internacionais realizadas pela entidade alemã, significam 2,5 por cento.

Outras fontes — Para não cancelar seus projetos — assessoria ao Movimento Nacional dos Sem-Terra, e sindicatos rurais e ajuda material à organização de grupos de oposição sindical —, a CNBB entrou em contato com a agência católica Cebemo, da Holanda, para conseguir verbas. "Mesmo com a ajuda financeira reduzida, nosso ânimo para o trabalho não diminuirá", afirmou dom Augusto, anunciando que irá procurar novas formas de atuação.

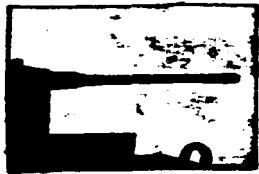
Dom Afonso Felipe Gregory, bispo de Imperatriz, Maranhão, e responsável pela Linha 6 da Igreja — que coordena as pastorais —, afirmou que denúncias que prejudicam o trabalho social da Igreja sempre foram feitas por grupos que querem a manutenção do status vigente. "Querem nos colocar na situação, nos afastar da atuação direta com os povos. No entanto, o atual momento político vivido pelo país é muito interessante. Messaram com o povo e ele está dando sua resposta nas urnas, fato que deverá se repetir nas eleições para presidente", advertiu.

01.01.

8903268

Os tiros aquecem o fogo das greves

No calor da onda de greves, tropas invadem a usina de Volta Redonda e matam três metalúrgicos



Existe um ponto de encontro, em Volta Redonda, que se chama Praça Brasil — foi lá, na quarta-feira da semana passada, que começou uma tragé-

dia. Às 7 da noite 1 300 soldados do Exército e da PM alinharam-se para dispersar uma massa de 2 000 pessoas — entre grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional, contribuintes no canjinho de casa e famílias fazendo compras. Em menos de 40 minutos de pancadaria, quarenta pessoas ficaram feridas, mas a tragédia mal começara. Dispostos a desalojar 3 000 operários que ocupavam a fábrica, os soldados atravessaram o portão principal da empresa. Como equipamento para manter a ordem, carregavam bombas de gás lacrimogêneo, blindados Cascavel e fuzis automáticos. Do outro lado do muro, enquanto perto de 1 000 operários trabalhavam nos altos-fornos, outros 2 000 patrocinavam uma paisagem de ocupação e baderna. Algumas centenas deles carregavam vergalhões, pedaços de lingotes de aço, paus e pedras.

Não se sabe quem, quando, nem como, mas às 21h30 uma parte da tropa recebeu ordem para atirar. Uma bala matou o metalúrgico Walmir Freitas Monteiro, 27 anos, atingido pelas costas quando deixava um refeitório da empresa. Quase na mesma hora, outro operário, Carlos Augusto Barroso, 19 anos, desapareceu da vista de seus amigos — foi encontrado, mais tarde, com o crânio esmagado. William Fernandes Leite, 22 anos, tombou com um tiro no pescoço. A confusão que começou

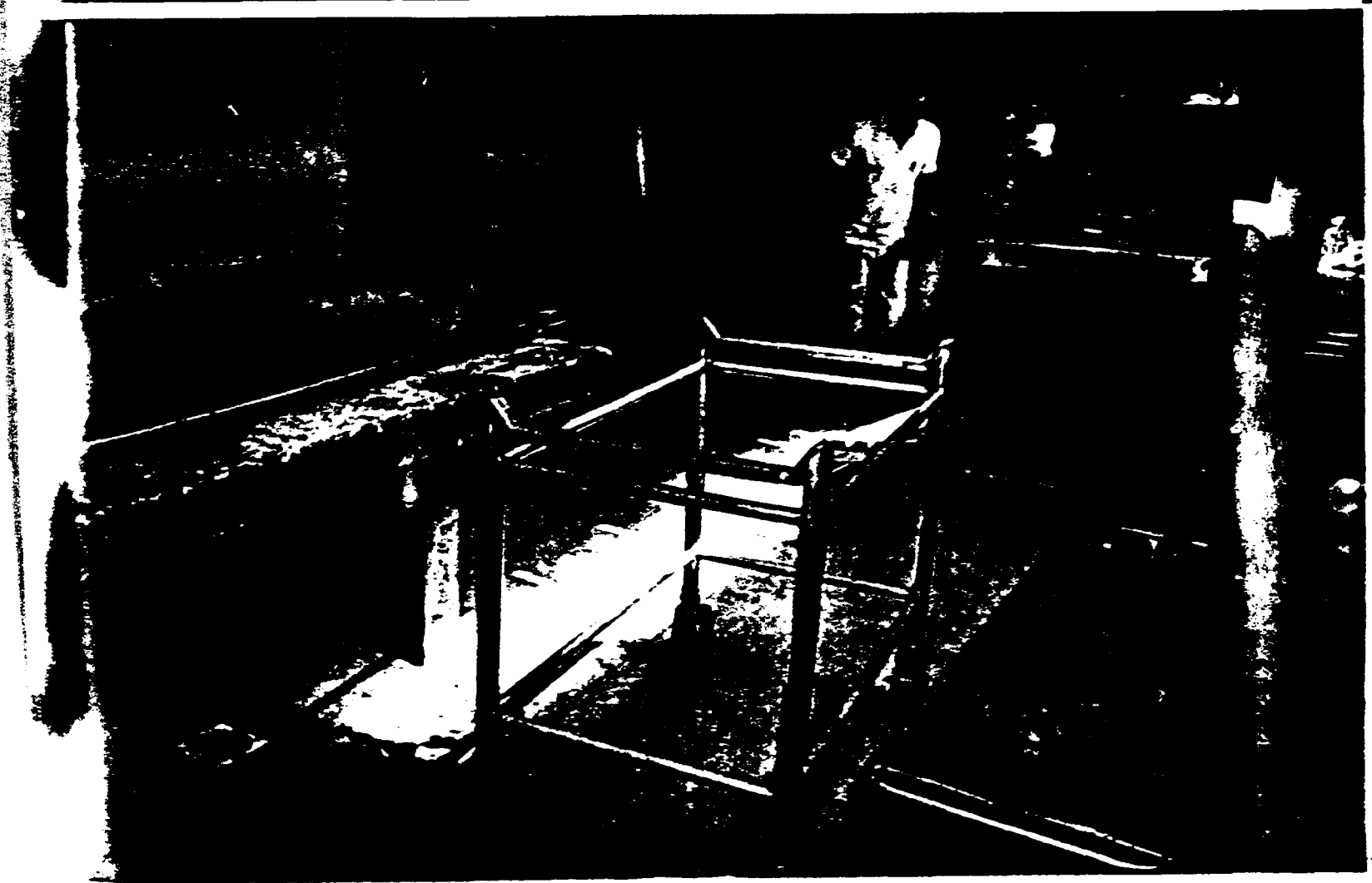
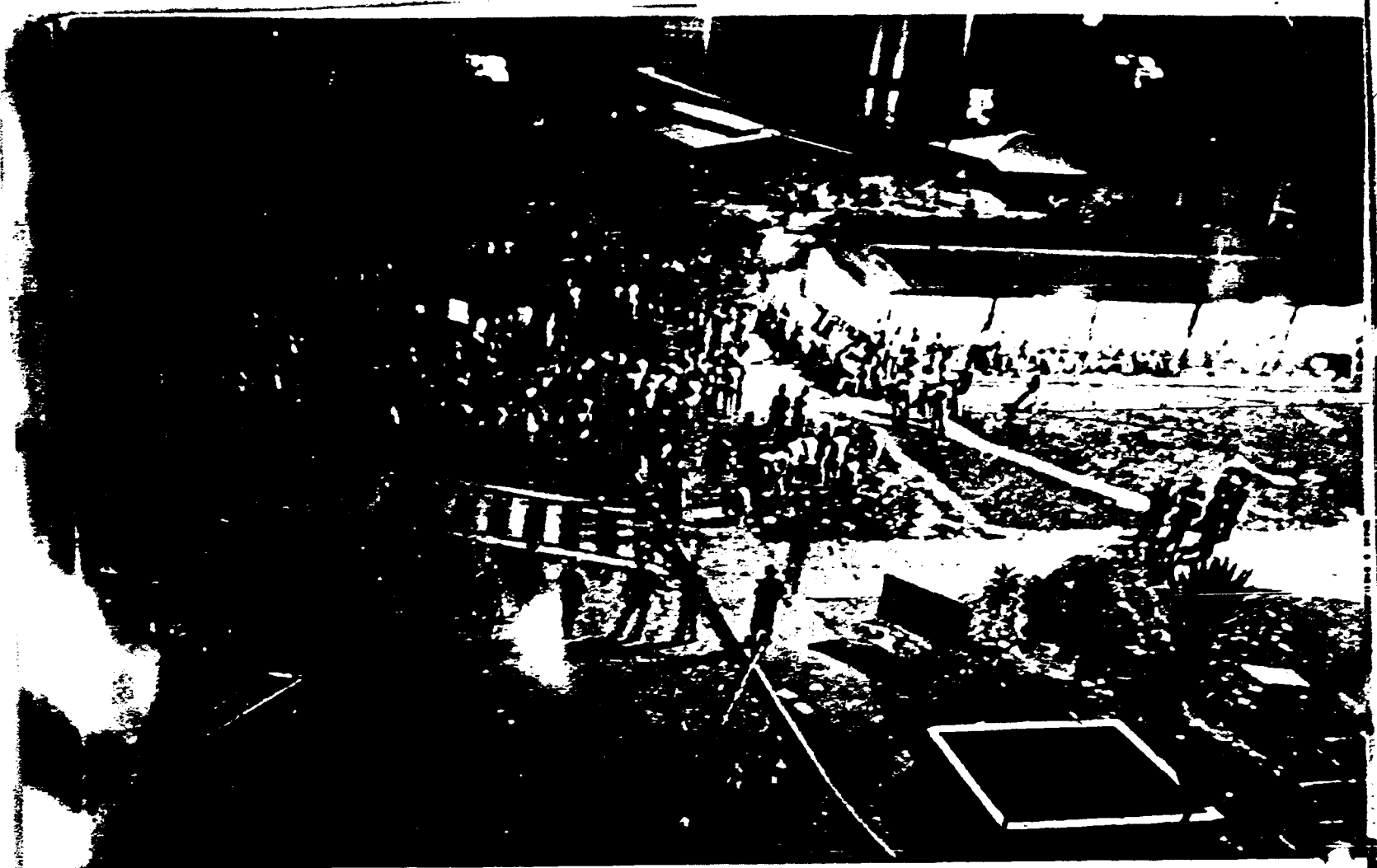
na Praça Brasil deixou, no chão da Companhia Siderúrgica Nacional, os primeiros cadáveres do governo Sarney. Eles tinham menos de 30 anos. Eram operários. Pelo menos um, Walmir, morreu porque foi trabalhar (veja a reportagem à página 46).

“NAS TREVAS” — Uma semana depois de o governo anunciar que lideranças de empresários e trabalhadores haviam assinado um pacto para debelar a inflação, Volta Redonda abriu uma crise política em Brasília e se transformou numa marca de sangue no interior das relações trabalhistas do país. A violência trouxe à luz um movimento grevista baderneiro, capaz de enfrentar soldados com barras de ferro e improvisadas bombas incendiárias. No entanto, numa semana em que se podia contabilizar mais de 1 milhão de grevistas espalhados pelo país, a tragédia também produziu pronunciamentos áspers. “Há elementos de convicção para se afirmar que se planeja lançar nas trevas o Brasil”, afirmou o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em cadeia nacional de rádio e TV, na noite de quinta-feira, referindo-se a uma greve de 50 000 eletricitários em sete Estados do país. “Devemos constatar, sem sombra de dúvida, que existe um movimento permanente, desde o princípio do meu governo, que não tem entendido a situação nacional”, disse o presidente José Sarney em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*. “Dela, faz uma avaliação errada e deseja, pela intimidação e pela força,

Volta Redonda: soldados na porta da usina e os corpos dos três operários no Instituto Médico Legal

FOTOS: OSCAR CARVAL

ANTONIO M. LIMA





Pátio da usina de Volta Redonda: grevistas atiram jatos de cal nos soldados

34

modificar as instituições, o regime e o caminho da democracia", acrescentou o presidente, referindo-se, por certo, aos grevistas.

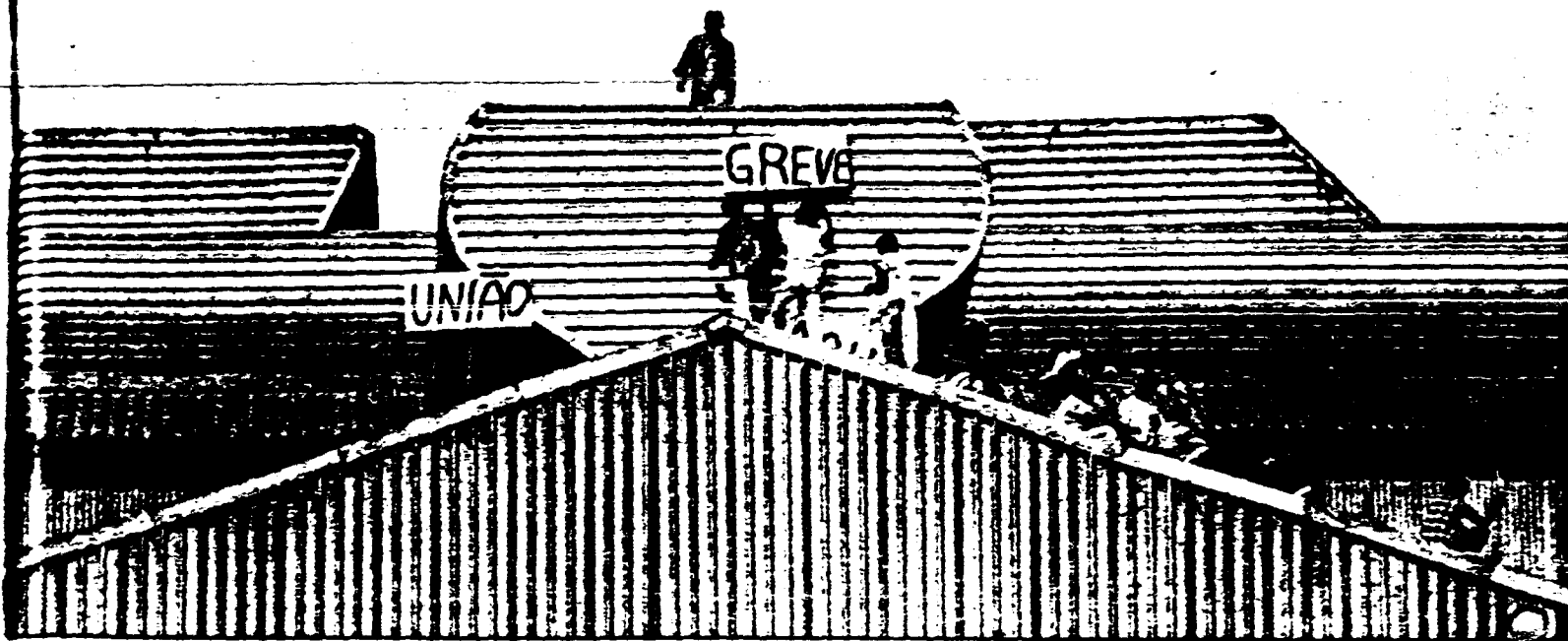
A fôrnalha acesa em Volta Redonda na semana passada reverberou sobre um cenário povoado por fricções trabalhistas e inundado há tempos por uma inquietação crescente. De um momento para o outro, o país parece tomado por uma febre de greves que reúne petroleiros de oito Estados a controladores de vôos das grandes capitais, funcionários públicos de todas as partes, professores, marítimos, distribuidores de gás, digitadores (veja o quadro à pág. 38) — um tapete de categorias entrelaçado de norte a sul do Brasil sobre um pano de fundo em que se destaca uma inflação de quase 30% ao mês e o temor de uma ruptura institucional.

INSUBORDINAÇÃO FARDADA —

Nesse cenário aceso, em alguns casos pipocaram focos de anarquia, como no Rio de Janeiro, onde moradores revoltados com cortes de luz invadiram uma instalação da Light na Zona Oeste da cidade, para um quebra-quebra que se iniciou na escada de uma greve — a dos eletricitários — e acabou se derramando pela vizinhança. Duas horas depois de deflagrada a invasão, havia 38 ônibus destruídos nas imediações da estação da Light. Enquanto isso, o governador Moreira Franco permaneceu quase toda a semana barricado na papelada de seu palácio.

Chegou-se ao ponto máximo nessa aceleração grevista com uma insubordinação fardada que a Polícia Militar de Minas Gerais encenou contra o governador Newton Cardoso, na mais preocupante manobra do gênero de que se tem notícia no país há muitos anos. Insatisfeitos com os salários recebidos, oficiais comandantes da PM mineira rebelaram-se contra o governador e simplesmente ignoraram suas ordens de deter um dos cabeças do movimento, o coronel reformado José Geraldo de Oliveira. Ao fim do episódio, que durou três dias, o governador cedeu à pressão e deu aumento à corporação que o hostilizou. Enquanto a maré anárquica ganhava altura, nos últimos dias, descobria-se, em Brasília, um eco tenebroso a toda essa situação: para dar ordens a oficiais superiores das Forças Armadas, o governo dispôs de cinco ministros milita-

VEJA, 16 DE NOVEMBRO, 1988



Metalgicos da Companhia Siderurgica Nacional, em Volta Redonda: a greve ocupa o alto da usina

res, enquanto navega há dois meses sem ministro do Trabalho, a autoridade encarregada de conversar com as lideranças de trabalhadores. Aparentemente, não se encontrou ninguém para o posto desde que o advogado Almir Pazzianotto abrigou-se numa cadeira do Tribunal Superior do Trabalho. Nesse cruzamento de um excesso com uma ausência, aconteceu Volta Redonda.

GUERRILHA URBANA — O que há de mais intrigante na tragédia da usina é a forma pela qual ela foi apresentada ao país pelas autoridades. Um ministro, Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, chegou a dizer que ocorreu, em Volta Redonda, "uma rebelião". Outro ministro, Paulo Brossard, disse que os grevistas "assaltaram as instalações da Companhia Siderurgica Nacional". Para o general José Ary Lacombe, o que ocorreu, na noite de quarta-feira, foi uma "operação de guerrilha urbana". O problema desse compor-

tamento é o costume, bastante antigo nas autoridades brasileiras, de comparecer à TV para anunciar versões que não encontram amparo nos fatos — e tentar convencer o país de que estão com a razão. Na realidade, o que houve em Volta Redonda foi um massacre.

Em seu comunicado oficial, em nome do Ministério do Exército, o general Lacombe acusou os grevistas de terem feito "disparos com armas de fogo". A difícil-

dade para se sustentar a palavra do general está no fato de que até a noite de sexta-feira o Ministério do Exército não conseguira apresentar uma única arma de fogo que estivesse em poder dos grevistas que ocupavam a usina. Além de afirmar que a companhia siderúrgica sofrera um assalto, o ministro Paulo Brossard também disse que a violência fora provocada por "pessoas estranhas à empresa e à própria cidade". Quem? De onde? Isso o ministro não diz, nem quando essas perguntas lhe são feitas expressamente.

A questão do "assalto", da "guerrilha" e dos "estranhos" é pouco mais que uma fantasia. Resulta do fato de os operários terem ocupado a fábrica. Ainda assim, nem todos os ocupantes eram baderneiros. Por um acordo celebrado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a direção da empresa, ficou acertado que, em caso de greve, os trabalhadores ficariam responsáveis pelo funcionamento dos altos-fornos da siderúrgica.



Sarney: "Querem modificar as instituições pela força"



Grevistas na aciaria: exibindo vergalhões para enfrentar a invasão das tropas



O Exército mostra o arsenal...

equipamento que não pode ser desligado — sob o risco de causar um prejuízo superior a 50 milhões de dólares e impedir as atividades da empresa por um prazo de pelo menos um ano, caso os serviços de reparação andem direito. Na semana passada, havia 3 000 operários na CSN, quando ela foi invadida pelas tropas do Exército. De cada três trabalhadores, pelo menos um estava a serviço, para impedir o colapso da siderúrgica.

Um desses operários que trabalhavam durante a greve era Walmir Freitas Monteiro, encarregado de instalar tijolos nos altos-fornos para manter a temperatura necessária à produção de aço. Na quarta-feira, Walmir terminou o serviço às 16h30 e quis voltar para casa. Não conseguiu: equipados com baionetas e apoiados por um blindado, os soldados do Exército haviam fechado a porta da empresa. Mais tarde, quando saía do restaurante, Walmir foi alvejado por um tiro de fuzil. Entre os operários mortos, a estatística é parecida com a dos vivos. Três foram assassinados — mas um deles estava na CSN trabalhando.

TESTEMUNHAS — “As três mortes são homicídios qualificados”, afirma o delegado Renato Coelho, responsável pelo inquérito que, em Volta Redonda, apura os responsáveis pelo assassinato dos operários. Dos três mortos, o destino final do mais novo entre eles, Carlos Augusto Barroso, de 19 anos, é o mais estranho — e, ao menos aparentemente, o mais

brutal. Como Walmir, por volta das 9 e meia da noite Barroso deixava o restaurante da CSN. O que houve com Barroso não se sabe. Quando seu corpo deu entrada no hospital, 1 hora e meia depois, o operário já estava morto. O que havia, no cadáver, eram sinais de que fora submetido a muita violência.

O laudo médico informa que a morte ocorreu “aparentemente por espancamento” e constatou-se, entre outras

agressões, que seu crânio estava afundado na parte de trás. “Isso é um crime injustificável”, afirma o delegado Renato Coelho. No Instituto Médico Legal, o reconhecimento de Barroso não foi um processo simples. Ele não só estava bastante desfigurado, como também não se encontrou, em suas roupas, um cartão de identificação que os funcionários da CSN utilizam para comparecer ao local de trabalho. No último fim de semana, em Volta Redonda, crescia a suspeita de que Barroso fora assassinado a coronhadas por soldados do Exército. “Temos companheiros que viram o que aconteceu e vamos conseguir testemunhas para depor na Justiça”, afirma Wagner Barcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

BALA NO PESCOÇO — Na escuridão da usina, onde os operários apagaram as luzes para dificultar as ações dos soldados e facilitar suas próprias investidas, a violência começou às 19h30 e só foi terminar depois da meia-noite — quando se estabeleceu uma trégua através da qual os operários foram autorizados a deixar a fábrica às 8 da manhã. As 22 horas, a operação na CSN alcançou um metalúrgico filiado ao PT, William Fernandes Leite. No alto de uma das instalações preferidas pelos grevistas para alvejar os soldados com pedras e pedaços de ferro, chamada aciaria, William levantou a cabeça para jogar um potrete. Nesse momento, contudo, caiu para trás — com uma bala en-



Brossard: muito verbo, pouco fato



...dos grevistas: lança e estiletes, sem armas de fogo



Governador Moreira Franco: protegido, no palácio

cravada em seu pescoço. "Me acertaram de raspão", disse ele, pouco antes de desmaiar, ao operário Arnaldo Oliveira dos Santos, que estava a seu lado.

Momentos mais tarde, havia uma poça de sangue a sua volta. Um grupo de seis operários carregou William para fora, acenando com um pedaço de pano branco espetado na ponta de um bastão. "Tem um morto aqui", gritaram para um grupo de soldados. William chegou ao hospital

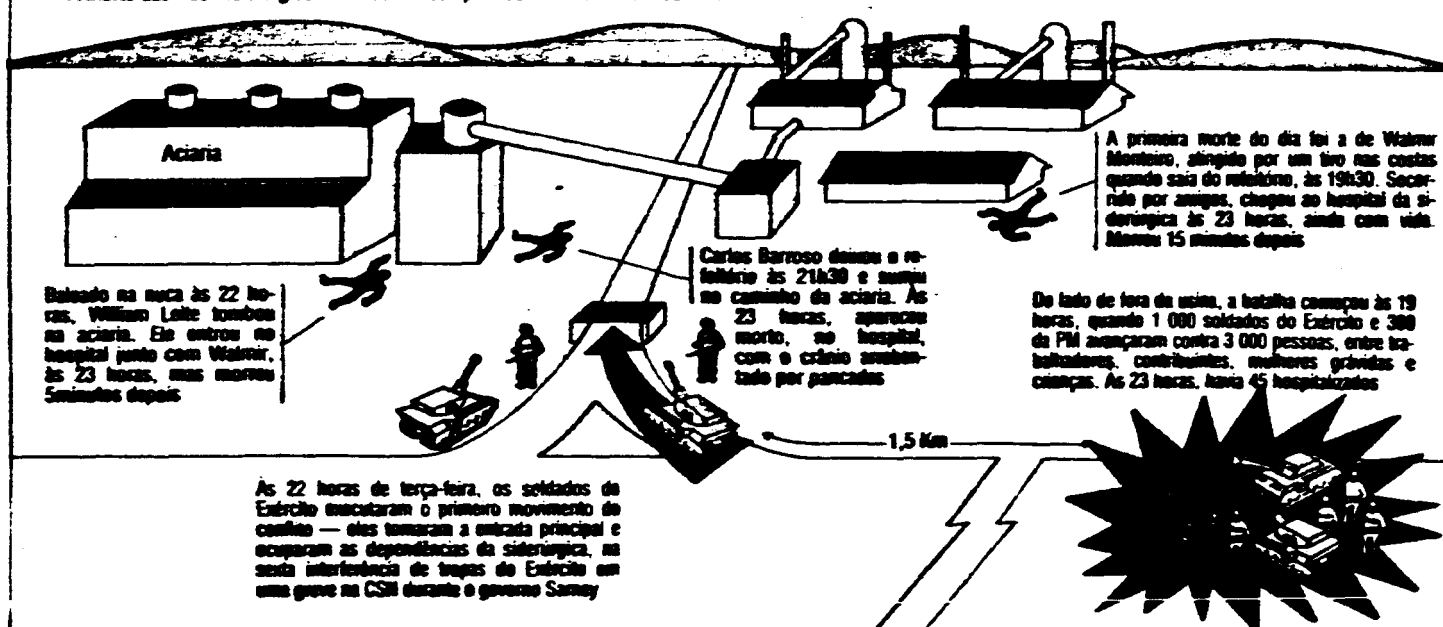
quando já eram 23 horas — morreu logo em seguida. "Eu nunca vi nada com tanta agressividade", afirma o engenheiro Sílvio Coutinho, superintendente-geral da Metalúrgica do Aço, que, na quinta-feira passada, foi encarregado pela diretoria da CSN de avaliar os prejuízos. "Eles pareciam dispostos a tudo."

Da parte dos operários, houve iniciativas marcadas pela provocação, como num momento em que eles conseguiram

voltar uma canalização de cal para os soldados e, com essa arma, dar-lhes um banho de pó — mas a questão central está no equipamento de ataque usado pela parte fardada. "Greve deve ser tratada com gás lacrimogêneo e canhão d'água, não com metralhadora e fuzil", diz o deputado estadual paulista Erasmo Dias, coronel reformado que chefiou a Secretaria da Segurança Pública do Estado nos anos 70 e, nesse posto, dominou

O cenário da tragédia

A morte dos três metalúrgicos e a batalha campal nas ruas da Volta Redonda



no meio de um corredor polonês — cada pessoa que passava era espancada com cassetetes. Também viveu uma experiência bastante comum na noite de quarta-feira. Foi preso — e liberado pouco depois. Esse fato, ocorrido com dezenas de pessoas em Volta Redonda, guarda outro dos aspectos intrigantes do massacre da semana passada.

Apareceram ministros falando em pessoas que assaltavam empresas estatais, como Brossard, e generais denunciando operações de guerrilha urbana, como Lacombe. Um ministro chegou a dizer, em tom de confiança, que o governo dispunha de informações de que, por trás de toda a baderna ocorrida na siderúrgica, fora detectada uma ação externa — de agentes cubanos. Nenhum deles, contudo, chegou a apresentar um indício para demonstrar o que dizia. Caso se leve a sério suas acusações, no entanto, deve-se concluir que a ação das autoridades em Volta Redonda encerrou-se com um fracasso gigantesco, pois não foi realizada a prisão de nenhum assaltante, nenhum guerrilheiro urbano e nem um único agente cubano.

SALVAR VIDAS — Na manhã de quinta-feira, a operação havia terminado — mas a marca de três operários mortos é uma cicatriz que custará a fechar. Golpeado, o movimento sindical reagiu de forma bastante moderada — três trabalhadores foram assassinados em Volta Redonda e não foi convocada uma única greve de protesto no país. Ao longo das negociações de uma trégua nos conflitos, quando os corpos de Waldir, William e Barroso já estavam no necrotério, o general José Luís Lopes da Silva, da 1.ª Brigada de Infantaria Motorizada, comandante das ações na noite de quarta-feira, teve um encontro com dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda. "Lamento as mortes, mas elas serviram de exemplo para os outros", disse o general, conforme o depoimento de dom Waldir, que reconstituiu o diálogo para VEJA. "A nossa questão é salvar vidas", respondeu o bispo.

Os grevistas deixam a usina e os soldados descansam.
Ulysses critica a violência

VEJA, 16 DE NOVEMBRO, 1968



tumultos de rua sem disparar armas de fogo. Curiosamente, a opinião do coronel que combateu na repressão de passeatas durante o governo militar coincide, a respeito de Volta Redonda, com a do deputado Ulysses Guimarães, que no comando do PMDB esteve sempre na trincheira oposta. "As reivindicações sociais devem ser procedidas sem ofensa à lei e à ordem, e a atuação da autoridade, quando necessária, deve ser efetuada por pessoal especializado, para evitar procedimentos emocionais, com trágicas consequências", criticou Ulysses em nota distribuída quinta-feira.

Os soldados do Exército entraram na usina com fuzis FAL e de fuzil teriam sido os disparos que mataram Walmir e William. Essa arma, destinada à guerra contra tropa inimiga, nada tem a ver com o controle de tumultos. Só nos filmes é que os atiradores fazem pontaria com fuzil. Na vida real, eles são usados para disparar numa determinada direção e azar de quem estiver por lá. Esse foi, por exemplo, o azar de Walmir. Já com

pistolas, armas de policiais, procura-se acertar um alvo determinado, fazendo-se pontaria.

CASSETADAS — Fora da usina, o massacre da noite de quarta-feira produziu, também, cenas deprimentes. A TV Bandeirantes mostrou imagens de dois soldados depredando um automóvel Volkswagen estacionado na rua — um deles quebrou o vidro traseiro a coronhadas, o outro arrebentou um alto-falante.

Numa confusão clássica nesse tipo de atividade, os soldados foram até a Praça Brasil para desfazer uma concentração de grevistas. Acabaram acertando cidadãos comuns que procuravam o caminho de casa e há testemunhas de que até mulheres foram perseguidas com baionetas. Num desfecho conhecido em tais situa-



General Lopes: "Exemplo"

ções, a última agressão sobrou para as pessoas que, por dever profissional, são encarregadas de informar a opinião pública a respeito dos acontecimentos que assistiam. Uma câmara da TV Manchete foi quebrada por soldados, e o fotógrafo Oswaldo Prado, do jornal *O Dia*, teve seu braço fraturado. "Se isso é que é guerra de homens sérios, então eu quero ser palhaço", afirma João Roberto Barbosa, operador de máquinas na CSN. Quando a confusão começou, José Dias, outro funcionário da siderúrgica, achou que o melhor a fazer era ir para casa. Não conseguiu. "Os soldados cercaram tudo", afirma. "Quando viam um bolinho de gente, batiam para valer." José Dias acabou escondido dentro de um bar, de onde saiu

Uma grande safra de greves

Seis semanas paradas, mais de 7 milhões de trabalhadores de diversas categorias, provocando muitos transtornos em todo o país

Categoria	Quantidade	Duração	Objetivos e resultados	Consequências
Funcionários públicos federais	338 000	A greve da Previdência durou cinquenta dias. Os outros servidores ficaram parados por quatro semanas	O funcionalismo queria 75% de aumento. Conseguiu as UFRPs de maio e novembro e um abono de 25 000 cruzeiros	O Inamps só atendeu casos de emergência, boa parte dos aposentados ficou sem receber e vários ministérios pararam
Metaleiros da Companhia Siderúrgica Nacional	23 000	A greve começou na última segunda-feira e atravessou a semana sem nenhuma chance de acordo	Os metalúrgicos querem reposição de 26%, a UFRP de julho e horas extras para quem trabalha em turnos	Como dá prejuízo e produz aço subsidiado, a cada dia que a CSN fica fechada o déficit público do país diminui
Petroleiros	90 000	A greve começou na sexta-feira passada, atingiu oito Estados e não tem prazo para terminar	Os funcionários em greve das refinarias querem aumento de 96%. Conseguiram até agora produtividade de 6%	A curto prazo, nenhuma. Caso a greve perdure por quinze dias, poderão faltar gasolina e óleo diesel nos postos
Eletricistas	50 000	A greve teve início há mais de três semanas e atingiu sete Estados do país	As reivindicações variam de 130% a 194% de reajuste. Até a semana passada, alguns acordos tinham sido fechados	A falta de manutenção da rede elétrica provocou cortes de energia em bairros do Rio de Janeiro e do Recife
Servidores Municipais do Rio de Janeiro	114 000	Os funcionários da prefeitura estão em greve há mais de cinquenta dias	Os grevistas querem um reajuste salarial de 153%, mas ainda não houve acordo com o governo	Os hospitais só atendem casos de emergência, os ambulatórios estão parados e as escolas sem aulas
Metroviários de São Paulo	9 200	A greve durou cinco dias e só terminou depois que bombeiros passaram a conduzir os trens do metrô	Os grevistas queriam 37% de reajuste. O Metrô concedeu duas parcelas de 15% e deu um 384	A greve prejudicou 2 milhões de passageiros e fez com que 600 000 pessoas tirassem os carros da garagem
Professores e servidores das Universidades de São Paulo	20 000	Para os professores da USP e servidores da Unicamp durou sessenta dias. Os servidores da USP e os professores da Unicamp continuam	Os grevistas queriam 85% de aumento e o pagamento da UFRP. O governo oferece 80%, mas sem a UFRP	Os 70 000 alunos deverão repor as aulas até as vésperas do Natal e durante o mês de janeiro
Controladores de voo civis	150	A greve dos controladores começou na quinta-feira, dia 3 e atingiu principalmente os aeroportos do Rio e de São Paulo	Eles querem aumento de 75% e a UFRP de maio. Na sexta-feira, o acordo podia sair nos moldes de acordo pelo funcionalismo	Alguns vôos atrasaram. Mas os controladores podem descobrir que são inúteis. Na greve, militares ocuparam seus lugares
Funcionários da Secretaria de Educação de Brasília	15 000	A greve começou no dia 31 de outubro e não tem prazo para terminar	Eles querem aumento de 102%. O governo de Brasília só oferece a UFRP de junho e um abono de 25 000 cruzeiros	350 000 alunos da cidade, principalmente das classes sociais mais pobres, ficaram sem aulas até a greve acabar

08 . 08

8903289

058

foco leprole

Dom Vicente condena críticos do Papa

O grande sacerdote de Valença, Dom Vicente, em uma carta enviada ao papa, defendeu a Igreja e os sacerdotes contra as acusações de corrupção e imoralidade feitas por alguns críticos. Ele afirmou que a Igreja é uma instituição sagrada e que os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. Ele também mencionou que a Igreja tem sido alvo de ataques injustos e que ele se sente obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

As denúncias de corrupção e imoralidade feitas por alguns críticos da Igreja são totalmente infundadas. A Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em primeiro lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em segundo lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em terceiro lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em quarto lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em quinto lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em sexto lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em sétimo lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em oitavo lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em nono lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

Em décimo lugar, a Igreja é uma instituição sagrada e os sacerdotes são homens de Deus, dedicados ao serviço da comunidade. A Igreja tem sido alvo de ataques injustos e eu me sinto obrigado a defender a honra da Igreja e dos seus membros.

188

01.01

8903292

2 HORA 8/11/88

098

Porto Alegre sediará conferência da OAB

Cerca de 4 mil profissionais do Direito de todos os Estados do Brasil deverão participar da XII Conferência Nacional da OAB, que será desenvolvida de 2 a 6 de outubro, no Centro de Convenções São José do Plaza São Rafael, em Porto Alegre. Tendo como tema central O advogado e a OAB no processo de transformação da sociedade brasileira, esta é a primeira vez que esse encontro é realizado na cidade. Para o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomas Bastos, "a conferência é importante por ser o primeiro evento de caráter nacional a ser realizado no País, após a aprovação do novo texto constitucional".

Bastos afirma ainda que, a partir de agora, os trabalhos da OAB deverão discutir a necessidade de repensar o perfil do advogado brasileiro às vésperas do ano 2000. Esta idéia é reforçada pelo secretário geral da entidade, o gaúcho Luiz Carlos Lopes Madeira, quando diz que "a OAB precisa refletir sobre si mesma na perspectiva do próximo século". Além disso, ele coloca que o advogado atualmente não é visto apenas sob o ponto de vista profissional, mas também como responsável pela sociedade brasileira.

Durante a conferência, um dos temas que merecerá destaque é atuação da OAB na questão dos direitos humanos hoje no Brasil e na América Latina. O ex-presidente da Ordem, Hermann Assis Baeta, e o membro da Comissão Pós-Constitucional, Fábio Comparato, deverão apresentar trabalhos sobre o tema. Nos 11 painéis programados serão discutidas questões sobre a violência no meio urbano e rural, a proteção ao meio ambiente e aos direitos da mulher, a participação dos advogados na defesa das minorias e o direito dos trabalhadores, entre outros.

ZERO HORA 18/9/88.

01.01

8903300

DS8

J DO BRASIL 17-11-88

Rio é a capital das greves no país

Cidade tem 1 milhão de funcionários do governo federal

A cidade do Rio de Janeiro é a mais disputada, a que tem mais grevistas no país. Segundo dados consolidados pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), com base em informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho, o Estado do Rio teve 12 milhões de homens/dia em greve no período janeiro-agosto, a maior parte na capital: em segundo lugar figura, bem distante, o estado de São Paulo, com aproximadamente 6,5 milhões de homens/dia em greve nesses oito meses. Esse indicador é o resultado da soma dos dias de greve multiplicado pelo número de grevistas e serve como o principal parâmetro para medir os estragos da ofensiva sindical.

Esses números confirmam a intensificação das greves no setor público este ano. Pelas contas do cientista político Sérgio Ferreira, do Ibase, o Rio tem aproximadamente 1 milhão de trabalhadores de estatais e órgãos públicos federais. "E este é um movimento que veio para ficar", diz Ferreira, ressaltando que as pesquisas foram feitas bem antes de o prefeito Saturnino Braga decretar, em setembro, a falência do município, o que contribuiu para engrossar as greves, com a deterioração da situação econômico-financeira da cidade.

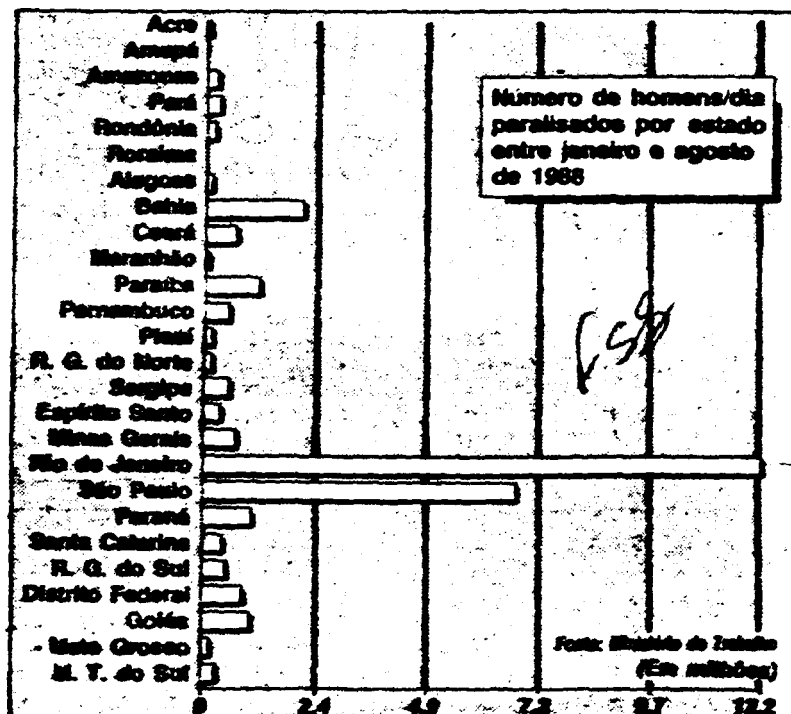
"O funcionalismo público mais organizado está no Rio", afirma o soció-

logo e consultor de empresas José Roberto Cosmo, chamando a atenção para o fato de o setor privado — que teve o seu poder de fogo bastante reduzido em 1988 — ter uma presença firme no movimento. Este é o caso, por exemplo, do Sindicato dos Bancários: "É uma liderança agressiva e combativa." Seguindo este raciocínio, Sérgio Ferreira menciona a greve de seis dias dos 150 mil metalúrgicos, em maio, exatamente numa época em que

o movimento da categoria em todo o país recuou bastante.

O pesquisador do Ibase identifica nesta expansão do número de greves no Rio, atingindo estatais importantes como a Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil e Banco Central, um sintoma também do crescimento do chamado pólo combativo do sindicalismo, hoje abrigado na Central Única dos Trabalhadores.

O "ranking" nacional das greves



058

0 0

12 □ 1º caderno □ quinta-feira, 17/11/88

Greves

JORNAL DO BRASIL

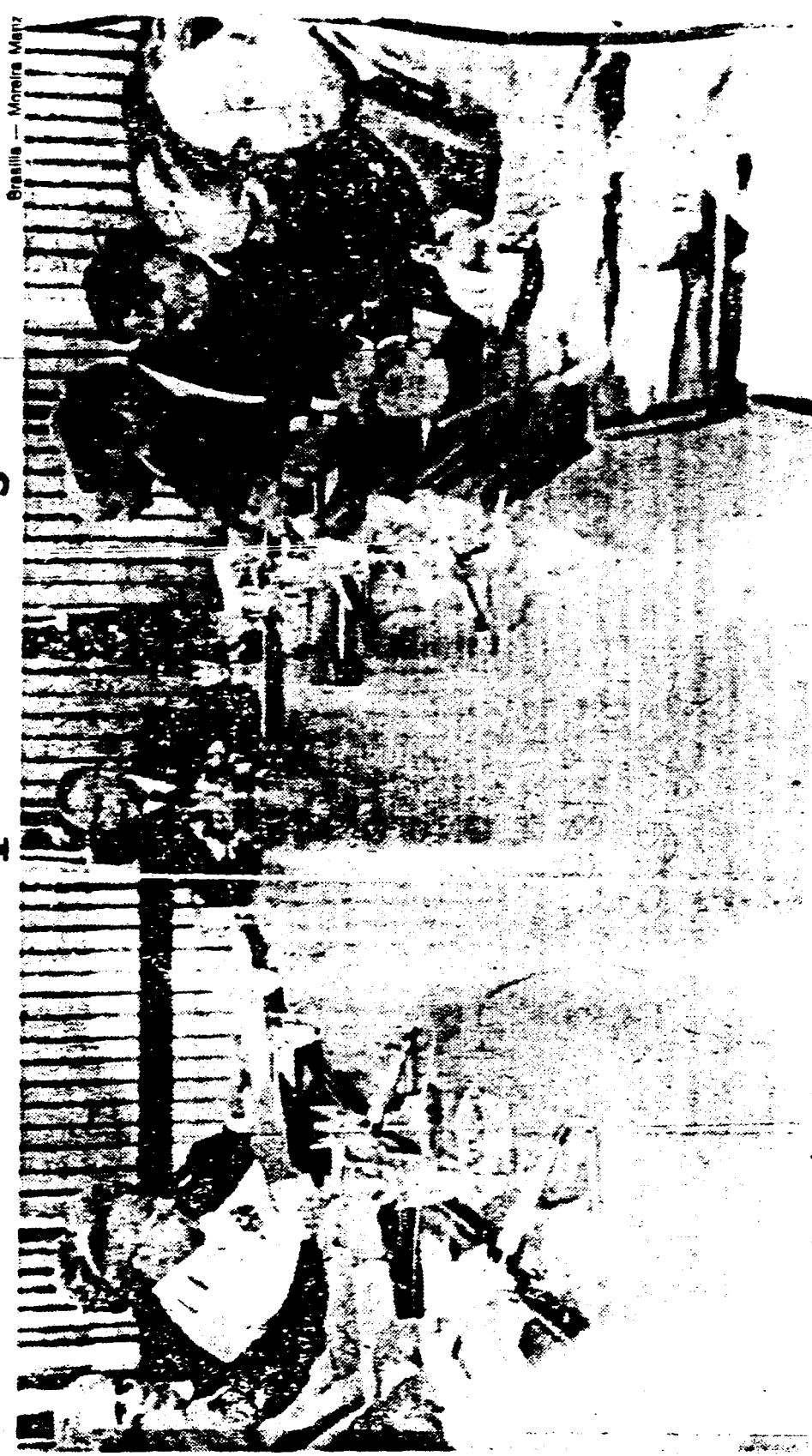
Petroleiros podem ser convocados pelas Forças Armadas

BRASILIA — Em reunião com ministros de várias áreas, o presidente José Sarney estudou ontem a possibilidade de convocação urgente ao trabalho dos grevistas da Petrobrás. A convocação de trabalhadores dos chamados setores essenciais como reservistas seria feita pelas Forças Armadas e está prevista em documentos. O primeiro, assinado pelo presidente José Sarney, em setembro de 1986, deve ser aplicado em caso de "grave perturbação da ordem". O segundo se baseia no Artigo 19, da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, que regula toda a convocação para o serviço militar obrigatório. Caso seja decretada a convocação, os funcionários serão obrigados a voltar imediatamente ao trabalho, sob pena de serem considerados "insubordinados" e presos. A hipótese foi avaliada porque não há militares capacitados para desempenhar funções técnicas na Petrobrás. O governo está disposto também a demitir alguns grevistas da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional, que assm se recusam de "bode expiatório", na tentativa de intimidar as categorias.

A intervenção das Forças Armadas nas plataformas de petróleo e nas refinarias foi desautorizada pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. Segundo fontes militares, a ocupação só será ordenada se houver violência por parte dos operários. O ministro Moreira Lima declarou que talvez seja preciso reduzir o número de voos para economizar combustível e poupar os estoques existentes. A quantidade estocada não foi revelada, pois o governo considera essa informação estratégica.

Para o brigadeiro Moreira Lima, "a greve tem conotação política e o governo precisa se prevenir porque, se houver colapso na produção de combustível, o país vai parar". Segundo o ministro, é preciso garantir o acesso aos estoques de combustíveis existentes, mantendo uma reserva de segurança para a aviação civil e militar. Ao falar sobre a possibilidade da redução do número de voos, ele lembrou que a medida teria o objetivo de evitar a paralisação dos transportes aéreos, setor essencial num país de dimensões continentais como o Brasil.

Durante o encontro de ontem, conforme revelou Moreira Lima, os ministros fizeram uma análise da situação em seu setor e ofereceram sugestões para a crise. "O que se fez foi uma avaliação da repercussão da greve, principalmente a dos petroleiros", explicou o ministro. Sobre o fechamento da Companhia Siderúrgica Nacional, o brigadeiro afirmou que só o ministro da área pode saber se essa decisão é viável, após uma avaliação do custo-benefício. Acentuou, entretanto, que os prejuízos causados pelos empregados à empresa já ultrapassam a soma dos US\$ 400 milhões, o que classificou de "muito grave".



Brasil — Moreira Lima

Sarney e os ministros discutiram as greves nos setores essenciais e estudaram a convocação dos petroleiros

01.02

B903911

Sarney diz que fecha e vende CSN

Christiano Samarco

BRASILIA — "Vou fechar a usina, fechar, e depois vender". A afirmação, feita ontem pelo presidente José Sarney a um privilegiado interlocutor, revela a firme disposição do governo de não negociar com os grevistas. Segundo o interlocutor, o presidente está convencido de que o problema da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) é maior do que os danos causados pela greve, e não tem solução. Afinal, os prejuízos já somam 400 milhões de dólares só neste ano.

Foi depois desse desabafo que o presidente Sarney reuniu seus ministros da Indústria e Comércio, das Minas e Energia, do Planejamento e do Trabalho, além dos ministros militares, para discutir a crise no sistema Siderbrás e na Petrobrás, em greve. No Palácio do Planalto, o presidente e o ministério buscaram ontem uma solução para o impasse gerado na reunião do dia anterior, em que os ministros militares fecharam questão em não negociar com os grevistas.

De acordo com um dos participantes da reunião do dia 15 de novembro, foram os ministros militares que endossaram o jogo. Irritados com as vitórias do PT, eles não admitiram negociações, a menos que os operários da CSN e da Petrobrás voltassem ao trabalho. "Eu estou convencido de que o episódio da CSN é que deu vitória ao PT", confidencia o presidente a um parlamentar de sua intimidade. Segundo esse político, o presidente não se surpreendeu com as pesquisas de boca de urna na terça-feira de votação. Desde sábado ele previa a vitória de Luiza Erundina (PT) para a prefeitura de São Paulo.

"As mortes na CSN foram o Plano

Cruzado do PT. Eles exploraram os cadáveres nos palanques como puderam", disse o presidente Sarney ao parlamentar. Mas confessou-se muito mais preocupado com a greve na Petrobrás do que com o crescimento fulminante do PT. "Gasolina em muita escassez no mundo inteiro. Mas o gás de cozinha tem estoque pequeno e não há como importar" — justificou o presidente. Na reunião do dia 15, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o presidente da Petrobrás Armando Cucced, defenderam o aumento salarial reivindicado pelos grevistas para solucionar o problema.

"Eles pleiteiam o que muitos outros trabalhadores já ganharam", argumen-



Aureliano



Leonidas

ou Aureliano Chaves, referindo-se ao aumento de 26,06%, relativo às perdas salariais do Plano Bresser, que os funcionários do Banco do Brasil ganharam. Mas foi logo advertido pelo próprio presidente de que não há meios legais para se conceder o aumento, pois há um decreto proibindo isso e a manifestação do Tribunal Superior do Trabalho é contrária. Foi aí que o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, revelou sua estratégia para pôr fim à greve: convocar todos os funcionários ao trabalho, como reservistas.

O general Leonidas lembrou que os operários são todos reservistas que podem ser convocados em situação de emergência, para servir à pátria. Alguns engenheiros são até oficiais que, uma vez convocados pelas Forças Armadas, seriam obrigados a comparecer ao trabalho. A dificuldade de se utilizar esta estratégia é que ela garante o comparecimento, mas não o trabalho eficiente dos grevistas. E aí, concluiu Sarney, todos poderiam cruzar os braços no local de trabalho.

Em conversa com um amigo, o presidente Sarney lembrou-se ontem do sucesso do Grupo Gettau, que tem 1,3 siderúrgicas e não tem conhecido greves nem prejuízos. Segundo o interlocutor do presidente, Sarney mostra-se desanimado e não acredita em solução para o problema da CSN e de outras usinas do Grupo Siderbrás, como a Cosipa, cujo prejuízo este ano é de 61 milhões de dólares.

098

F88 (Zgl)

JORNAL DO BRASIL

Brasileiros não viram santos

**Bispos sugeriram
nomes de operário
e dois camponeses**

Márcia Turcato

BRASÍLIA — Nenhum dos três nomes sugeridos por bispos brasileiros para canonização ao papa João Paulo II foi aceito pelo Vaticano. Na última sexta-feira, dia 11, a Agen (Agência Euménica de Notícias), que mantém informadas as nunciaturas de todo o mundo sobre as determinações do Vaticano, divulgou, através de seu de Boletim nº 126, que os nomes dos trabalhadores rurais Margarida Maria Alves e Raimundo Ferreira Lima e do operário metalúrgico Santos Dias da Silva, todos assassinados, não agradaram ao papa.

A lista tríplice chegou ao Vaticano por sugestão dos bispos brasileiros que participaram do último sínodo da Igreja, em outubro do ano passado, atendendo a pedido formulado pelo próprio papa João Paulo II para que fossem encaminhados nomes de leigos, devido ao grande número de processos de canonização de pessoas com formação religiosa. O objetivo da Igreja, com o pedido, era o de aproximar os cristãos ao fim do século 20, culminando com os festejos programados pela Igreja para assinalar os 500 anos de evangelização na América. O processo deveria ser rápido, contrariando o habitual, e até dispensaria o período de beatificação que antecede a canonização.

Os sinodais — os bispos escolhidos como delegados de cada país para o sínodo — não tiveram nenhum apoio para sua proposta. Eram eles Dom Aloísio Lorscheider, bispo de Fortale-

za; Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo de Mariana (MG) e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Dom Marcelo Pinto Carneiro, bispo de Guarabira (PB); e Dom Celso José Pinto da Silva, bispo de Vitória da Conquista (BA) e responsável pelo setor de leigos na CNBB. Nem chegaram a tornar pública a sugestão para canonizar os "mártires brasileiros".

Por orientação da Santa Sé, os nomes de mais dois bispos foram acrescentados ao grupo de sinodais: Dom Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo de Belo Horizonte; e Dom Cláudio Colling, arcebispo de Porto Alegre. O objetivo da Santa Sé, de acordo com analistas da própria Igreja, era esvaziar a proposta para canonização daqueles três nomes e contrabalançar, com dois conservadores, o peso quase exclusivo de renovadores da hierarquia.

brasileira Cleto Kaliman, secretário geral do Instituto Nacional de Pastoral, também teria tido participação decisiva no resultado, o veto aos três nomes. De acordo com as mesmas fontes, o nome de Kaliman funcionou como contrapeso ao do casal de leigos Olinto e Marlene Toaldo, militantes da Igreja, e favorável à canonização de uma das indicações.

Responsável pela assessoria de imprensa da CNBB, monsenhor Arnaldo não quis comentar o assunto, recomendando que fosse consultada a Nunciatura, que por sua vez alegou não estar autorizada a se pronunciar sobre o veto à lista tríplice. O arcebispo de Belo Horizonte, por seu turno, afirmou que nenhum nome foi levado para ser submetido à apreciação da Santa Sé. Dom Serafim Fernandes de Araújo garantiu que "a canonização de leigos não foi discutida".



Dom Aloísio



Dom Luciano

A história dos três assassinatos

Margarida Maria Alves, um dos nomes propostos para a canonização, era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Tinha 40 anos quando foi baleada e morta em agosto de 1983. Na época, estava negociando melhores salários e condições de trabalho para os trabalhadores dos canaviais. Era viúva e tinha quatro filhos. Mais de mil pessoas morreram desde 1980 em disputas de terras em todo o Brasil. Na maior parte, posseiros e trabalhadores rurais. Dos 261 assassinados em disputas de terra em 1985, 14 eram líderes sindicais rurais, dois eram agentes de pastoral e um era padre.

Raimundo Ferreira Lima foi tocaia-

do e morto por pistoleiros em maio de 1980. Segundo nome da lista, era presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Conceição do Araguaia (GO). A polícia perdeu todos os documentos do processo de investigação do caso e seu assassino ainda está à solta. Raimundo também trabalhava na Pastoral da Terra. Casado, deixou três filhos. Os trabalhadores rurais e posseiros em disputa pela terra que atuaram junto com Raimundo foram espancados e violentados por jagunços. Duas mulheres foram estupradas. Alguns dos ruralistas foram obrigados a comer as próprias fezes e beber da própria urina. Outros tiveram espinhos, cigarros acesos e garrafas enfiadas pela garganta, conforme denun-

cia publicada pela Anistia Internacional.

O operário metalúrgico Santo Dias da Silva foi morto em outubro de 1979. Metalúrgico, militante do movimento de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na época presidido por Joaquim dos Santos Andrade, atual presidente da CGT. Santo Dias trabalhava na Indústria Caló, de bicicletas. Casado, tinha três filhos. Também atuava na Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo, na campanha salarial de 1979, ele participava de um piquete na zona sul da capital, quando foi azejado por uma bala disparada pela Polícia Militar.

01.01

8903315

Exército só observa, mas agirá se PMs falharem

BRASÍLIA — O Ministério do Exército informou ontem que está pronto para cumprir sua missão constitucional, caso haja perturbação da ordem em virtude das greves deflagradas no país. Isso quer dizer que, caso determinada Polícia Militar não consiga controlar a situação em sua área, a força terrestre, atuando a pedido do Ministério da Justiça e por determinação do presidente da República, enviará sua tropa para guardar as instalações onde a greve estiver acontecendo, além de garantir os funcionários que desejarem trabalhar.

Toda a situação do país está sendo acompanhada atentamente pelo ministro do Exército,

general Leônidas Pires Gonçalves, que tem sido informado das greves em cada estado, pelo respectivo comandante de área, todos os dias. O ministro ontem foi ao Rio a fim de tratar de assunto particular, mas se aproveitar para manter um contato com o comandante militar do Estado e se atualizar em relação aos acontecimentos na região. A área considerada mais sensível ontem era a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Caso haja necessidade de atuação do Exército, já há um sistema de emergência montado para se acionar, a qualquer momento, se assim desejar o governador estadual.

Metrô paulistano estende o atendimento a 150 mil

SÃO PAULO — A Companhia do Metrô ampliou ontem seu atendimento à população, que desde sexta-feira enfrenta a crise nos transportes urbanos da capital com a greve dos metroviários. O esquema de emergência do Metrô — que diariamente transporta cerca de 2 milhões de passageiros — possibilitou a circulação de 150 mil pessoas, 90 mil a mais do que os transportados na véspera, quando pela primeira vez numa greve de metroviários a companhia conseguiu operar os trens com o auxílio de funcionários que não aderiram à paralisação e mais 30 bombeiros.

Com o esquema de emergência em funcionamento e a volta de grande parte dos grevistas ao trabalho, o movimento dos metroviários ficou enfraquecido e o sindicato já aceitava ontem a proposta da empresa — que ofereceu 15% de reajuste salarial neste mês, além da URP, mais 15% no mês que vem, contra os 37% mais a URP reivindicados pela categoria.

ria. Mas condicionava a volta ao serviço à readmissão de cerca de 400 funcionários dispensados pela empresa.

O presidente do Metrô, Antônio Sérgio Fernandes, informou ontem à tarde que as demandas serão mantidas. Garantiu Antônio Sérgio que cerca de 80% dos funcionários do Metrô já estavam trabalhando, ou seja, em torno de 7 mil dos 9.200 empregados da empresa. No começo da noite os metroviários iniciaram uma assembleia, na qual o presidente do sindicato, Paulo Araújo, iria propor o fim da greve.

Caso a greve prossiga hoje, a empresa pretende ampliar ainda mais a circulação dos trens, com a abertura de todas as 20 estações da linha Norte-Sul. O Metrô pretende, através do esquema de emergência, operar um trecho de linha Leste-Oeste, no período das 10 às 16h.

Metalúrgicos param CSN e empresa não negociará

A greve dos metalúrgicos de Volta Redonda deflagrada na última segunda-feira parou a Companhia Siderúrgica Nacional — que produz 4,3 milhões de toneladas de aço anualmente — por tempo indeterminado. O presidente da estatal, Juvenal Odeiro Gomes, alega que não há clima para negociar com os grevistas. "Eles ainda estão muito enérgicos. Vamos usar a tática de vencê-los pelo cansaço", avisa. Os sindicalistas exigem devolução de 26,6% referente à inflação de junho, do ano passado (época do Plano Brenner); pagamento da URP de julho deste ano, de 17,66%; jornada de seis horas de trabalho e saída de 70 funcionários demitidos em função das últimas greves.

A paralisação envolve os 18 mil metalúrgicos da CSN e da Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) — empresa coligada da CSN — que impedem a produção de aço e a fabricação de peças para a indústria. O chefe da CSN, Juvenal Odeiro Gomes, afirma que a greve é uma afronta à empresa e que não há possibilidade de negociação. "A greve é uma afronta à empresa e não há possibilidade de negociação", afirma. O chefe da CSN, Juvenal Odeiro Gomes, afirma que a greve é uma afronta à empresa e que não há possibilidade de negociação. "A greve é uma afronta à empresa e não há possibilidade de negociação", afirma.

O presidente da CSN afirma que se tomar

conhecimento da decisão da assembleia dos metalúrgicos promete pagar a URP e a inflação de junho, do ano passado, até o final do mês, para impedir que ocorra a paralisação. "Mas, eles, quando conseguem declarar greve se sentem fortes e vitoriosos. Aí, exigem o céu e a terra e não querem negociar", ataca Juvenal Odeiro. A questão da jornada de trabalho ele garante que está sendo equacionada e deverá iniciar a implantação aos poucos a partir de 30 dias depois da volta dos grevistas às atividades. Pelos seus cálculos essa medida exigirá a contratação de cerca de 1.000 funcionários. Quanto a readmissão dos 70 empregados, ele alega que não foram demitidos em função das greves (como costumam acontecer como determinam a Constituição), mas sim por indisciplina.

Juvenal Odeiro garante que o ambiente é calmo na siderúrgica — local que dispõe de segurança e também tem a direção da CSN — e que a greve é uma afronta à empresa. "A greve é uma afronta à empresa e não há possibilidade de negociação", afirma. O chefe da CSN, Juvenal Odeiro Gomes, afirma que a greve é uma afronta à empresa e que não há possibilidade de negociação. "A greve é uma afronta à empresa e não há possibilidade de negociação", afirma.

Moradores temem explosões

Várias explosões ocorreram ontem, por volta das 18h30min, no interior do alto-forno 1, da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. O barulho e as labaredas causados pelas explosões deixaram apreensivos os moradores de Volta Redonda, pois, desde o início da greve dos funcionários da CSN, segunda-feira, circulam na cidade boatos de que os metalúrgicos estariam dispostos a explodir a Usina.

Segundo o diretor-administrativo da CSN, André Martins de Andrade, a explosão foi causada por um problema operacional que pode ocorrer em qualquer siderúrgica. O que houve "foi um fenômeno conhecido como ventaneira, provocado pelo vazamento de água para dentro do forno, acarretando um super forte de vento — chamado ignição. É, em suma, um escapeamento de ar forte, que provoca explosão, mas não faz qualquer dano".

Para o assessor de comunicação social do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Colombo Vician de Souza, o que ocorreu na realidade foi "uma irresponsabilidade dos dois engenheiros responsáveis pelo alto-forno 1, Cirilo e Paraguaná". Segundo Colombo, o "choque térmico foi provocado porque o alto-forno foi colocado a funcionar rapidamente, para teste de placas, quando estava abafado (com as bocas tampadas), para que se mantivesse aquecido, mesmo parado devido à greve." Ele explica que os dois engenheiros descumpriram o acordo, feito entre o Sindicato

e a direção da CSN, de que dois, dos três altos-fornos da Siderúrgica de Volta Redonda (entre eles o alto-forno 1) permaneceriam parados e abafados, enquanto durava a paralisação dos empregados.

No segundo dia de greve, o presidente da Companhia, Juvenal Odeiro, continua irredutível e diz que só negocia com os grevistas quando eles voltarem ao trabalho. O clima na cidade é tenso, e os habitantes de Volta Redonda acham que as instalações da usina serão ocupadas novamente pelo exército, como ocorreu na última greve na CSN, em dezembro do ano passado. Por enquanto, apenas policiais militares de 6ª Companhia Independente permanecem nas instalações da siderúrgica, com a missão de preservar as dependências da CSN.

Os metalúrgicos da CSN e da FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas) continuam exigindo o pagamento da URP congelada de julho, os 26% de dois gatilhos referentes ainda à época do Plano Brenner, implantação do turno de seis horas, garantido pela Constituição, e readmissão dos demitidos na última greve.

Ainda ontem, chegou a circular uma nota da direção da CSN, afirmando que a URP seria paga no próximo contracheque, e que os 26% dos gatilhos do Plano Brenner também seriam pagos, caso o Tribunal Superior do Trabalho dê parecer favorável, em julgamento hoje, em Brasília, à mesma reivindicação dos metalúrgicos da Usina de Tubarão.

Funcionários da Cemig avisam que apagam país

BELO HORIZONTE— Com a advertência de que "o Brasil vai apagar", os eletricitários da companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que tem 20 mil funcionários, entraram em greve ontem, exigindo reajuste salarial de 160% a partir do dia 1º deste mês. Por volta de meio-dia, soldados do Batalhão de Choque da Polícia Militar impediram que uma passeata de cerca de 600 eletricitários chegasse até a Praça da Liberdade, onde está a sede do governo.

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de Minas Gerais (Sindicetrol), Ney Alencar, disse que, dos 11 mil trabalhadores da Cemig na região metropolitana de Belo Horizonte, 90% aderiram ao movimento, mas acrescentou que, até o final da tarde, não havia qualquer risco de interrupção nos serviços de geração

transmissão e distribuição de energia. Disse que o serviço mais prejudicado era o de plantão, que tem cerca de 600 pessoas em todo o estado. "Desse pessoal, 70% pararam e só estão sendo atendidas solicitações de serviços que colocam em risco a população, como em hospitais, apoio aos bombeiros e casos de fios partidos", assinalou.

Na Cemig, a diretoria informou que do quadro de 20 mil pessoas (10 mil na capital) a adesão à greve é de 60% a 70% do pessoal administrativo, apenas na capital e em Governador Valadares. A Cemig não dará nada além do reajuste determinado pelo governo de Minas aos funcionários públicos (35%) e aguardará o resultado da audiência de conciliação marcada para amanhã no Tribunal Regional do Trabalho.

8903316

**Atalberto Alves e
os servidores
previstos:
muitos
divergências
ainda, apesar de
fim da greve**

Grevistas ficam sem quinquênios e licença-prêmio

Os servidores públicos federais que aderiram ao movimento grevista não vão receber os dias parados e poderão também o direito a licença-prêmio e quinquênios. Depois de uma tarde inteira de negociações com o comando da greve, o ministro Antônio Alves manteve-se firme em cumprir as determinações do presidente, não vai receber. Com o final da greve, o movimento ainda está acertando com o governo. "Os servidores precisam compreender que o recurso ao ad-voe não deve ser usado em todas as ocasiões. Quem entra numa greve sabe que colará", disse ontem o ministro.

Apesar de terem decidido retornar ao trabalho a partir de hoje, os servidores correm o risco de não receber os benefícios prometidos pelo governo. Isso porque os previdenciários ainda não decidiram voltar ao trabalho. "Já preciso consultar as bases", diz Antônio Carlos de Andrade, do comando da greve. Enquanto os funcionários da Previdência rebuscam para aceitar o acordo, alegando que se os dias perdidos forem descontados não haverá salário (a greve já dura 45 dias), o ministro chefe da Sesp afirma que o governo não pode autorizar o pagamento de apenas enquanto houver um "foco de greve". "Seria uma injustiça com quem já voltou ao trabalho. Por outro lado, a Constituição proíbe que o aumento seja concedido para quem já está trabalhando, excluindo uma das categorias, no caso, os previdenciários. Criado o impasse, Abúlio Alves concordou em receber novamente o comando de greve hoje à tarde, para aceitar uma alternativa para o desfecho das dias em que o mês não foi atendido.

Alvo pelo próprio presidente José Sarney, é de quem "quem não trabalha não recebe". Durante a tarde de ontem, grevistas e Governos estaduais uma estúpida. Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, Maria Laura Figueira, apenas de e retrocesso trabalho já estar sendo, os funcionários públicos vão continuar em estado de alerta. "Nós já percebemos que os nossos organismos não são suficientes para não perder o que foi conquistado", afirmou.

Durante a assembleia, os trabalhadores decidiram que, assim que o Governo conceder o abaixo, todos doarão C\$1.000,00 para o sindicato, como ajuda de greve. Quem encabeça os cargos de confiança, portanto recebe maiores salários, e não participou do movimento deverá doar o abaixo de C\$25 mil, no primeiro mês, para o Sindicato. (Boacilda/781)

Depois de 37 dias parados, os servidores públicos federais decidiram então aceitar a contraproposta do Governo e retornar ao trabalho. Reunidos em assembleia na Esplanada dos Ministérios durante a manhã, os servidores concordaram que o abono de Cr\$ 20 mil e o descompartamento da UTPF de maio (que hoje representa pouco mais de 10% do reajuste) resultam num aumento significativo à categoria, que soma 800 mil funcionários. Foram beneficiados principalmente os 160 mil servidores que recebem menos de Cr\$ 60 mil. Agora, apenas os servidores continuam parados.

do a paralisando termômetro, e impasse são. Os Mártires do movimento querem que o ministro Aúlio Alves, titular da Secretaria de Administração Pública (Seap), garanta que os dias perdidos não serão descontados. Mas a determinação oficial, transmitida a Aúlio

A falta de pagamentos dos servidores não deve entrar alguma vez entre as negociações entre governo e governo. Isso porque os ministros "bustam" a folha até o dia 20. Se os providenciários concordarem em voltar ao trabalho até sexta-feira, todos os trabalhadores poderão entrar com a URP de maio e o abono de Qd 20 mil. Caso contrário, o único tempo no contracheque será a URP de novembro. (Brasília/MS)

[illegible]

01.01

8903317

028

Nulo, não!

IGLESIA

Dom Lucas Moreira Neves

Lembrem-se, por isso, todos os cidadãos, do seu direito — que é igualmente um dever de usar do seu voto livre para a promoção do bem comum.

Esta concisa e precisa lição sobre o exercício do voto não se encontra em um manual político ou em alguma cartilha, das que florescem em época de eleições. Relcio a frase em um documento do Concílio Vaticano II, na famosa *Gaudium et spes* sobre a Igreja no mundo de hoje, no capítulo sobre "a vida da comunidade política", considerada esta como um dos cinco elementos mais significativos da sociedade contemporânea.

Na sentença breve e incisiva descobrem-se vários elementos relativos ao pensamento do concílio, e portanto da Igreja, sobre o voto.

Coloco em primeiro lugar, entre esses elementos, o estreito vínculo que o texto conciliar estabelece entre o voto e o bem comum. Depositar um voto na urna não é um gesto individualista, privativo, voltado para a mera auto-satisfação de quem o pratica: sabor de vitória ou gosto da desforra, protesto ou desabafo. É um ato altamente social, solidário, de compromisso com o bem de uma comunidade mais ou menos numerosa e consistente, sempre porém significativa. As frases que precedem a que citei na abertura, esclarecem qual seja este bem comum servido pelo voto: É consensual ao homem contar, na sociedade em que vive, com estruturas político-jurídicas graças às quais todo cidadão, nenhum discriminado sob pretexto nenhum, participe de modo livre e ativo da elaboração das leis, da administração da coisa pública, da organização das instituições, da eleição dos que governam — o voto é uma ferramenta de que cada um dispõe para alcançar tudo isso. Votar é, pois, um sobre serviço ao bem comum.

A segunda consideração contida na palavra da *Gaudium et spes* decorre da primeira. Ela nos diz: Votar, cada vez que se apresenta a ocasião, não é uma outorga ou concessão benévola, por graça de um soberano complacente, é um direito; não é tampouco um luxo ou mordomia, é um dever. Um direito que a *Gaudium et spes* associa à própria natureza humana enquanto é prerrogativa do homem como *animal sociale* e *animal politicum* no sentido aristotélico, no sentido mais profundo que essas expressões podem ter; um direito sem o qual ficaria ineficaz aquele outro direito, anterior, de tomar parte na organização e na condução da sociedade democrática e na escolha dos que, nela, vão gerir o bem comum. Um dever intransferível e imposterável como é o de não se omitir buscando alibis ou frágeis justificativas para a abdicação; o de manter livre e

independente o próprio voto; o de não ligar seu voto ao único critério, pragmático da utilidade, mas de fazer dele expressão da própria consciência.

Como o leitor pode facilmente constatar, a frase da *Gaudium et spes* e as simples reflexões que vou fazendo em torno dela colocam-nos em um terreno político, se quisermos, mas no sentido mais amplo do termo, não no sentido estreito da política partidária; e das manifestações por isso prefiro dizer: Em um terreno de féica política.

É neste terreno — e compreendo que muitos não queiram reconhecer as motivações que a proposta põe por nos afastar dos jogos de poder, dos interesses de grupos e correntes, da busca de hegemonias — é no terreno da féica que me sinto profundamente interpelado pela proposta, argumento difundido, de anularmos nosso voto. Não me habilito a discutir se o voto nulo tem ou não efeitos jurídicos em benefício dos objetivos alegados por aqueles que o propõem.

Em qualquer sociedade, hoje como ontem, o direito/dever do voto é um patrimônio a preservar com o máximo cuidado, pois sabemos que os regimes de fraude, de segredo, como de direita, a primeira medida que costumam tomar ao se instalarem é a de abolir esta féica expressão do regime democrático, que é o voto. Na sociedade brasileira atual o voto tem, além de mais, a característica de ser uma conquista, conquista recente, realizada não sem dificuldades e penas, e marcada por toda a fragilidade das instituições ainda principiantes. Devo acrescentar, referindo-me sempre à sociedade brasileira, o fato de que, há bem pouco tempo, para estender o direito/dever do voto aos brasileiros, tivemos adolescentes de dezesseis anos, batalhas que custaram ao ato de votar um certo aspecto dramático.

Por isso, falando não campo político (que não é este, de nenhum modo e em nenhuma hipótese) mas campo político, confesso não entender que motivos possam levar alguém a anular o próprio voto, direito/dever, mantendo, porém, os sacrifícios e esforços por parte de democracia.

A todos aqueles a quem chegue a minha voz (em virtude da missão eclesial que cargo eu do valor que queiram dar ao que aqui escrevo ou da amizade que me tenham), deixo convidar a não minimizar o significado inestimável do ato cívico que estamos por cumprir precisamente. E que me perdoem e compreendam as propostas de voto nulo: Os votos que agora faço são para que o voto de cada brasileiro, no dia 15, seja livre, consciente, responsável. Nulo, não.

Dom Lucas Moreira Neves é cardeal-arcebispo de Salvador e presidente do Conselho Nacional de Bistagos.

JB

9/11/68.

028

J.B. 8/11/88 - SS

JORNAL DO BRASIL

Lilian Geliberti acaba livro lembrando prisão

PORTO ALEGRE

— *Meu Quarto no Celo* é o título, provisório, do livro que a uruguaia Lilian Geliberti concluiu agora sobre o período de cinco anos em que esteve presa na penitenciária de Punta Rieles, no Uruguai, após ter sido seqüestrada em

Lilian Geliberti Porto Alegre por militares uruguaios e policiais gaúchos, num episódio de sequestro internacional que completa 10 anos dia 12.

— Contou-me muito escrever porque me expus como mulher e prisioneira, mas era também uma necessidade, com dois objetivos: um, testemunhal, mostrando tudo o que me ocorreu na prisão, e outro, o da busca da identidade coletiva das mulheres — contou ontem Lilian, falando de Montevideo. O livro, cujos originais estão sendo revistos pela jornalista Luci Garrido, será enviado até o fim deste mês para a editora L&PM, de Porto Alegre, para ser publicado em tradução brasileira.

Lilian, agora com 38 anos, em 12 de novembro de 1978 foi seqüestrada junto com seus dois filhos (Camilo, hoje com 17 anos, e Francesca, de 13, ambos estudantes) e com "Universando Roldán-guez Diaz, de 37. Lilian e Universando pertenciam — e ainda pertencem — ao Partido da Vitória do Povo (PVP), agremiação de esquerda integrante da frente ampla uruguaia. Lilian é hoje uma das dirigentes do PVP e voltou a lecionar

para crianças de 1º grau na escola, que, para seu orgulho, passou a denominar-se, a partir deste mês de novembro, João Castro — nome de um professor e jornalista, ex-representante do Uruguai na Unesco, desaparecido em 1977 durante o regime militar.

Além de professora, Lilian trabalha numa revista feminista, mensal, *Confissão Mulher*, e colabora num suplemento, aos sábados, *República das Mulheres* do jornal *La República*. Por sua vez, Universando, que era estudante de medicina, transferiu sua matrícula para o curso de história, realiza pesquisas sobre movimentos populares no seu país e é funcionário da Biblioteca Nacional, em Montevideo.

Amistade — Só no ano quando Lilian começou a escrever o livro, decidiu reafirmar com a decretação da amnistia, pelo governo uruguaio, aos militares-torturadores.

— Me senti obrigada a escrever, também, para evitar que se esquecesse toda a tragédia do povo uruguaio, e que esses fatos se repetissem — disse Lilian, cujo livro terá umas 180 páginas, centradas basicamente no período da prisão em Montevideo.

Eternamente agradecida aos brasileiros, cuja atuação, pela denúncia e investigação, impediu que ela e seus parentes fossem assassinados pelos seqüestradores, como era comum nesse tipo de episódio, Lilian considera que as crises econômicas enfrentadas pelo Brasil, Uruguai e Argentina são "similares, decorrentes de problemas causados pelas respectivas dívidas externas, com grave repercussão na qualidade de vida de suas populações".

01.01

8903333

078

CSJ Sindicato (Huey?)

ZERO HORA — Sábado, 17.11.68 — PÁGINA 8

Conflito em Volta Redonda

Os metalúrgicos grevistas de Volta Redonda, após constatar que os altos-fornos da usina estavam seriamente ameaçados, decidiram enviar uma equipe de operários para tentar salvar a CSN.

Grevistas tentam salvar usina da CSN

Os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, decidiram manter a greve, mas resolveram recrutar 88 operários para entrar na usina — que está ocupada por tropas do Exército — e colocar em funcionamento o alto-forno 1. Esta unidade, que produz 30% do ferro-gusa para a fabricação do aço, está ameaçada de se transformar em sucata, com a destruição de seu revestimento interno, devido ao período excessivo em que permaneceu 'abafada', sem entrar em funcionamento.

Na assembleia dos metalúrgicos de ontem, os líderes do movimento destacaram que até agora o Palácio do Planalto não apresentou uma contraproposta à categoria, mas admitiram que, caso isso ocorra, a paralisação poderá ser suspensa.

Os metalúrgicos continuarão mobilizados na operação de reaquecimento dos altos-fornos da Companhia Siderúrgica Nacional — para evitar a sua desativação, o que representaria uma verdadeira catástrofe não só para a economia do Estado do Rio de Janeiro, mas também para a própria economia do País.

A proposta de recuperar o alto-forno número um para depois voltar a 'abafá-lo' foi feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos que, junto com o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, realizou na quarta-feira última uma vistoria técnica no interior da usina e constatou graves irregularidades no processo de 'abafamento' dos altos-fornos 1 e 2.

Cidade pode 'afundar'

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Juvenal Osório, defendeu-se ontem, em Volta Redonda, das acusações do Sindicato dos Metalúrgicos de que a cidade corria quanto às suas responsabilidades pela rápida deterioração dos altos-fornos da usina. Ele disse que, antes da intervenção do Exército, os operários ocuparam a siderúrgica e, naquele momento, o comando ficou dividido entre o Sindicato e a direção da empresa.

"Eu não mandei religar os altos-fornos. Mas acho que isso pouco importa agora. O essencial é salvarmos os equipamentos e discutirmos isso depois", afirmou Juvenal Osório, advertindo que, se a usina afundar, Volta Redonda vai



Em Volta Redonda: os grevistas vão para a usina, para reativar os altos-fornos

junto, uma vez que a vida econômica da cidade depende dramaticamente da siderúrgica. "O bom senso tem de prevalecer entre os sindicalistas: ou suspendem a greve ou marchamos para o suicídio coletivo. Desativar a usina, como se está sugerindo na esfera federal, é algo indesejável. Mas isso pode acabar ocorrendo à revelia do próprio Governo, em consequência do colapso dos altos-fornos", declarou o presidente da CSN, acrescentando que havia advertido os sindicalistas de que, em Brasília, não

havia solução para o impasse e que, diante disso, um acordo teria que ser encontrado em Volta Redonda mesmo.

Indagado sobre a razão pela qual não solicitou a retirada das tropas do Exército do interior da usina, para que o clima melhorasse entre a direção e os metalúrgicos, Juvenal disse que não poderia fazer isto até que a situação se estabilizasse. "Ela somente se estabilizará depois de encerrada a greve," concluiu o presidente da CSN. (AG-AJB-ANDA)

098

PT é 'braço político' da CNBB, diz general

O general da reserva Euclydes Figueiredo, irmão do ex-presidente João Figueiredo, surpreendeu ontem os entrevistadores, num programa de rádio no Rio de Janeiro, ao definir o PT como "o braço político da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)". De acordo com o general, que vem se movimentando com desembaraço em articulações conservadoras relacionadas com a sucessão presidencial, foi a "CNBB que criou o PT e suas células são comunidades eclesiais de base".

Este entendimento do general Euclydes o aproxima do candidato do PDT à sucessão presidencial, Leonel Brizola, que nas suas investidas costuma acusar os vínculos da chamada Igreja progressista com o partido de Luis Inácio Lula da Silva. Mas Brizola foi o outro alvo atacado pelo militar. "Trata-se de um indivíduo oportunista, aproveitador e demagogo", disse, ao referir-se ao ex-governador fluminense. "É até difícil localizá-lo politicamente", completou.

O general Euclydes Figueiredo, que encerrou sua carreira na ativa como comandante da Escola Superior de Guerra, um laboratório de formação política para oficiais militares, também se posicionou con-

tra a candidatura do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. "Além de não ter chances, dividiria as Forças Armadas", afirmou. "Logo ele, que sempre pregou a profissionalização no Exército, com o afastamento dos militares da política, deveria agora, como exemplo, desistir de sua candidatura". E acrescentou: "Todos sabem que ele (Leônidas) sempre foi muito ambicioso, o que não é ruim. Mas deveria ter uma posição de mais humildade".

O general, que há poucos dias, em entrevista, considerou a possibilidade de uma intervenção militar que adiaria as eleições de novembro, se disse "mal interpretado". Mas ressaltou que "uma intervenção" deste tipo "sempre pode existir", desde que a ordem esteja ameaçada". De acordo com Euclydes Figueiredo, a primeira pessoa a considerar esta possibilidade "não foi eu, mas o próprio ministro do Exército". Considerou mais grave a sugestão de ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que sugeriu eleições gerais coincidentes com as eleições presidenciais. "Isto sim, seria um golpe, uma vez que passaria por cima da Constituição". (ANDA)

69/6/1 HZ

F. S.
(Lg)

210na 7/3/89

01.01

8903473

078

Brasil: CUT hará juicio al ejército por asesinatos

El presidente de la Central Única de Trabajadores brasileña (CUT), Jair Messias, anunció ayer que presentará judicialmente al ejército, responsabilizándolo de las muertes ocurridas en Volta Redonda.

En Volta Redonda, 150 km al norte de Río de Janeiro, escenario de sangrientos choques entre tropas del ejército que invadieron las instalaciones de la Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para desalojar los metalúrgicos en huelga que la habían ocupado, la situación ayer domingo era de calma.

En estos choques murieron cinco obreros y, según el sindicato de metalúrgicos de Volta Redonda, siete han desaparecido desde la fecha de los choques, el pasado jueves 10. Los metalúrgicos vienen realizando manifestaciones diarias para exigir la localización de los desaparecidos.

Ayer de tarde, el obispo de Volta Redonda, monseñor Valdir Calheiros, celebró una misa en homenaje a los obreros muertos en el conflicto con las tropas militares, que aún siguen en las instalaciones de la CSN, la mayor planta siderúrgica del país.

El ministro de Minas y Energía, Aureliano Chaves, en declaraciones formuladas ayer descartó la posibilidad de una intervención militar en las refineras de la estatal de petróleo, PETROBRAS, aunque reconoció que, con la paralización de los petroeros, la situación del país se agrava.

Chaves, al referirse a los conflictos registrados en la estatal Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) afirmó que una intervención de las fuerzas armadas "solo ocurrirá en casos extremos".

Rio de Janeiro/APP

LA HORA 14/11/88

20 CUT

14/11/88

LA HORA

FSS
Fried
(Vain)

01.01

8903482

2

Operários contam como se armaram na aciaria da Ciba

[illegible]

Anda em presença, vários dos que participaram daquela importante dramatica, e que se deturam a uelna na manha de quinta-feira, não quiseram se identificar mas comparem tudo que se passou em seu confronto com 'soldados do Exército', talam aqueles, manter em seus grupos a parte, enquanto acompanhavam as manha de ontem, o chefe do compunheiro Carlos Augusto (Fotografia).

Depois de iniciados os trabalhos, os alunos foram para o laboratório de informática, onde foram apresentados aos computadores e ao sistema de ensino. Os alunos foram orientados a utilizar o sistema de ensino e a fazer as atividades propostas. Os alunos foram orientados a utilizar o sistema de ensino e a fazer as atividades propostas.

iluminada por pequenas luzinhas pontilhadas por ilóloos. "Providenciámos nessa defesa porque vimos que estava mais em perigo", fala um dos grevistas.

Quando o Espectro mostrou os comícios a resposta foi: "com padras. As comemorações tipo core-minuição verde e dardes e garças garças garças".

Se os militares avançarem em bloco para cima dos grevistas perdidos", diz um operário, "porque estavam com todas as vantagens. Do alto da caixa d'água, alguns grevistas tinham visão de todo o prazo de acção dos militares, dentro e fora da usina. Chegaram a ver um companheiro morto pelos animais."

Grevistas e militares chegaram a travar diálogo. O primeiro ministro trabalhador e um capitão: o operário foi socorrer um companheiro ferido e viu-se obrigado a pedir ajuda a um militar. Conta que desceu as escadas e encontrou um pano branco cheio de sangue. Recebeu ordem para sentar-se nas calçadas. Nesse momento, vários militares chegaram e o capitão perguntou: — Quer voltar pra lá? E ninguém respondeu.

— Sou I, da p. — disse o capitão.

No pério, um quinteto de com-
pôz tudo o que o Brasil precisava para
fazer uma explosão, se isso
fosse necessário. Além disso, um trator
foi empurrado contra um vagão de
trem para bloquear o acesso das tropas
do Exército. As escaras, e acirra-
das, foram as escaras.

Assembleia

O encontro na siderúrgica foi intermediado pelo delegado Regional do Trabalho, Firmiano Pessoa. A companhia concordou em conceder o turno de seis horas, que será adotado dentro de 90 dias, e em pagar as perdas devidas ao plano Bresser (26,06%) e a URP de junho. A partir de setembro, o aumento total é de 42,83% e, até a adoção da jornada de seis horas, será paga uma bonificação. A proposta não foi aceita porque os trabalhadores exigem também o reconhecimento dos colegas punidos em outras empresas, além da garantia de que os trabalhadores presos em movimentos

Na manhã de ontem, Volpê Ribeiro de Almeida encerrava os efeitos do confronto de quatro dias, envolvendo funcionários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e policiais militares e soldados do Exército, que resultou na morte de três metalúrgicos e ferimentos em dezesseis de pessoas. O confronto funcionou precariamente, à noite poria, e pouca gente saiu de ruas.

As 8h30min, foi realizada uma assembleia relâmpago — durou 20 minutos — em frente ao edifício central da CSN, na Praça Macedo Soares, onde se concentraram cerca de 10 mil trabalhadores.

Erasmund — Do alto de um carro da com, o deputado federal Juarez Soares (PDT-RJ), presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e candidato a prefeito da cidade, pediu aos trabalhadores mais organização e movimento.

Antunes começou o pronunciamento feito quinta-feira, em rede de rádio e TV, pelo ministro da Justiça, Paulo Branco, que disse ser o movimento dos metalúrgicos violento e ilegal. "O Brasil precisa de uma mudança radical", afirmou. O ministro Paulo Branco, mas a direção da CBN está vendo a população de Volta Redonda. Nos poderosos, com esse pulso aqui presente, fazes com que a água e a comida desses diretores (Pedro Nader, Vitor de Carvalho e Ari Souto) saiam do Brasil e vão para a Alemanha.

O estadocida disse que a decretação de embargamentos comerciais foi decorrente do ato de polícia e do deferimento da ordem de prisão.

Assembleia decide manter parlamento

The first step in the process is to identify the problem. This is done by the user, who reports the issue to the system. The system then analyzes the problem and determines the best course of action. This may involve sending a message to the user, or it may involve taking a more direct action, such as deleting a file. The system then monitors the situation and takes further action if necessary.

—

[illegible][illegible]

Partes Flegibles

01.02

8903415

Enterro leva 4 mil ao cemitério

O enterro do mecânico de manutenção da CSN Carlos Augusto Barroso, 31 anos, morto no confronto com a polícia e o Exército na noite de quarta-feira, por traumatismo causado (provavelmente por atiradores), levou as comissões municipais de Bom Jardim cerca de 4 mil pessoas. A maioria era de trabalhadores da siderúrgica, que começaram a chegar por volta das 10h, mais de uma hora antes do enterro. Os parentes do morto, identificados e desconhecidos, chegaram muito cedo.

Por volta de 10h da quinta-feira, o corpo de Carlos Augusto, muito deteriorado, foi reconhecido por um parente (que não se identificou) e levado a casa. O cunhado de Carlos Augusto, Carlos d'Ávila Ramos, quando chegou de sua irmã, Rita Barroso Ramos, fez a confirmação da identificação. A verificação do corpo ocorreu na 11h, com um representante do bispo Waldir Calheiros de Moraes, da Diocese de Volta Redonda e de São do Pirat. O bispo pediu a todos que mantivessem a calma e não se agitassem o corpo, pois o corpo estava sendo levado para a sepultura. Uma tia de Carlos Augusto, Maria de Paula, desmaiou e foi levada para a ambulância para ser levada ao Hospital de Volta Redonda. O corpo de Carlos Augusto estava coberto pela bandeira preta e branca do Homenagem Clube, time



No Bom Jardim, os amigos se despedem de Carlos Augusto

de Volta Redonda, do qual seu pai, Donato de Almeida Barroso (apresentado da CSN, onde trabalha 31 anos), é fundador e diretor. A mãe, Conceição de Paula Barroso, sob efeito de sedativos, acompanhou com dificuldades o cortejo, repetindo o tempo todo: "Meu Filho, meu filho". O caixão baixou à sepultura sob aplausos. A família se retirou antes do final do enterro e a oração pelo morto foi rezada por Geneci da Silva, cunhada de um colega de Carlos

Augusto que não quis se identificar. No entanto, metalúrgicos que ocupavam a via na quinta-feira da manhã contaram que Carlos Augusto foi retirado à força do refeitório, onde estava, e espancado pela Polícia do Exército. Havia uma ordem para que os prisioneiros fossem sempre em grupo dentro da prisão, mas Carlos Augusto havia se afastado dos companheiros quando o espancaram.

PARTES ILEGÍVEIS

02 - 02

8903415

098

8. 1º caderno 12/11/88

Programa para defesa ambiental da Amazônia enfrenta dificuldades

BRASÍLIA — A decisão sobre o futuro dos 5.200.745 quilômetros quadrados da Amazônia Legal — cerca de 60% do território nacional —, que há um mês está sendo discutido por seis grupos interministeriais de trabalho dentro do Programa Nossa Natureza, vai ter de aguardar o final da disputa entre Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Semma). A Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), antigo Conselho de Segurança Nacional, coordenadora do programa criado pelo presidente José Sarney, não está conseguindo colar as "posições conflitantes" dos dois órgãos, que pretendem ter a liderança da questão ambiental no Brasil.

Faltando uma semana para a apresentação do primeiro relatório, os técnicos de ambos os órgãos apresentam divergências internas. "Sempre há vontade de colocar o IBDF e a Semma no mesmo nível", diz o diretor de Economia Florestal do IBDF, Paulo Viana, que sofre dificuldades na preparação de um relatório final. Este documento deve estar pronto no fim de dezembro, quando o Conselho Executivo do programa, presidido pelo general Rubens Buzina Bezerra, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e coordenado pelo Saden, elaborará um plano ambiental para a Amazônia Legal.

A Semma também tem problemas de ordem técnica e quer se posicionar sobre a questão ambiental. "O IBDF não pode ser considerado o órgão responsável por questões ambientais", afirma o diretor de Parques e Reservas do IBDF, Victor Hugo Cantarelli. Segundo ele, os conflitos entre as entidades, principalmente no Grupo 3, que trata da estruturação do sistema de proteção ambiental, devem-se ao fato de os dois órgãos quererem englobar um ao outro. Preocupada com isso, a Saden determinou a todos os técnicos dos cerca de 20 órgãos que integram o programa que não divulguem qualquer informação sobre as reuniões. "A questão ambiental está mesmo fechada", disse uma funcionária da Semma que integra uma das comissões e não quis se identificar. A Saden tem um coronel de seu quadro na coordenação de cada um dos seis grupos.

IB
F.S.

Greve começa a afetar abastecimento de combustíveis

A greve dos petroleiros começou a afetar o abastecimento de combustíveis. Os primeiros consumidores afetados foram as indústrias do Nordeste, com a paralisação da produção das plataformas do Rio Grande do Norte, que deixaram de bombear 750 mil metros cúbicos de petróleo por dia. Desde sábado, a Borealis Sinter de Pernambuco, maior empresa consumidora, suspendeu a produção do Rio Grande do Norte a Pernambuco, passou a trabalhar apenas com o petróleo que as indústrias locais produzem para continuar fornecendo o gás natural. Mas ontem o fornecimento de gás foi novamente cortado.

A greve dos petroleiros foi declarada a zero hora de sexta-feira, contra a decisão do Tribunal Superior do Trabalho que concedeu reajuste de 4% a título de produtividade. Os petroleiros esperam receber os 25,50% da inflação acumulada no Plano Brasil e concedidos em função do Grupo do Brasil pelo Grupo 197.

Até o final de tarde permaneceram funcionando as refinarias de Manaus e Gabriel Passos (Belém-MG). Deixou-se de produzir 60 mil barris diários de petróleo no Rio Grande do Norte, equivalente a 15% do volume nacional. Na Bacia de Campos foi interrompida a produção da plataforma Naporade-1 enquanto em Charné-2 a produção foi reduzida, não podendo trabalhar para não prejudicar

localmente alguns postos, informou o presidente do Sindicato Rio, Mirir Xavier. A tendência, segundo ele, é a paralisação se estender por todas as plataformas. A parte administrativa em Macaé está toda paralisada. Entre as reivindicações dos petroleiros, consta a readmissão dos 25 demitidos na Bacia de Campos devido à paralisação na madrugada do dia 3 de novembro.

O diretor de exploração e produção da Petrobrás, Wagner Freire, informou que as plataformas continuam operando com certa dificuldade por poucos empregados, engasalhados e voluntários, exceto no Rio Grande do Norte, onde a produção marítima de 25 mil barris diários está totalmente paralisada. Na parte terrestre, no entanto, a produção de 25 mil barris diários de campo de Amato, disse o diretor.

No caso de uma paralisação total da produção das plataformas na Bacia de Campos, paralisando-se o bombeamento para terra, em um dia o Rio de Janeiro ficará sem gás natural, admitiu Wagner Freire. Os consumidores receberiam apenas o combustível que ainda estava no estoque.

O comando de greve informou no final de tarde, em Brasília, que 95% dos 61 mil funcionários da Petrobrás aderiram ao movimento. Com a paralisação das refinarias Alberto Pasqualini (RJ) e Matapipe (BH), as centrais de matérias

primas do Polo Petroquímico de Triunfo e Camargó devem ter a produção paralisada, comprometendo também o funcionamento das empresas de segunda e terceira geração.

A Petrobrás começou ontem a determinar a transferência de petróleo para dentro das refinarias e a saída de derivados, informou o superintendente industrial, Roberto Villa. A empresa continua fazendo um apelo aos funcionários para que voltem ao trabalho. Hoje os diretores e superintendentes se reúnem pela manhã para avaliar a greve e suas consequências.

Abastecimento — A demanda de combustíveis nos postos de gasolina aumentou desde que foi declarada a greve dos petroleiros, revelou o presidente da Federação dos Sindicatos do Comércio Varejista de Combustíveis, Gil Jillich. A procura foi acima do normal e, se houver uma corrida aos postos, disse ele, os estoques cairão rapidamente, podendo até faltar produto, pois o volume armazenado pelas empresas distribuidoras não basta para oito dias, em uma situação normal de demanda.

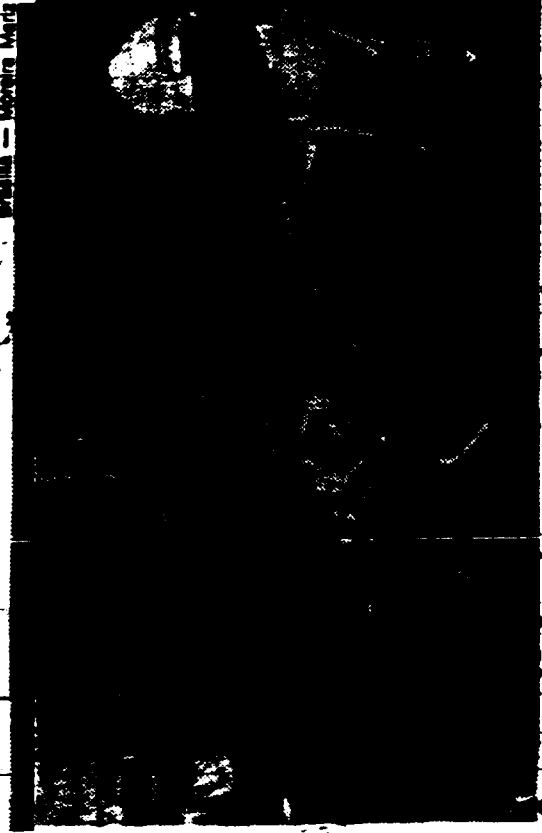
Gil Jillich espera que a greve tenha uma evolução rápida para não começar a faltar combustível em algumas regiões de mais difícil acesso, onde os estoques não resistem a dependência de vagões ou caminhões. Segundo ele, corre-se o risco de faltar gasolina no dia das eleições se houver uma corrida aos postos.

PARTES INÚTIL

N 01.02

8903429

Líderes fazem repuxamento em Brasília



Brasília — Moreira Mendes

BRASILIA — Isolados em duas salas cedidas pelo sindicato dos Bancários de Brasília, localizado no Setor Comercial Sul da Capital Federal, oito petroleiros comunistas viram greve que atingiu cerca de 85% de toda a categoria no país.

Reunido em um plantão de 24 horas, Assaí, Francisco Filho, do Sindicato dos Petroleiros do Paraná, Wagner Lima, de Campinas, Alan Brandão, de São Paulo, Cláudio Nelson, do Rio Grande do Sul, Ivan Lima, de Manaus, Aloisio Affonso, do Ceará, Carlos Gomes, do Rio de Janeiro, e Mauro Costa, do Rio Grande do Sul, coordenam e repassam informações sobre o movimento para os comandos nacionais, localizados em vários estados do país.

Com sete linhas telefônicas e um aparelho de fax, os integrantes do comando nacional reúnem 140 ligações entre as 30 margens para as 17 subdivisões que representam a categoria. Em contrapartida, recebem aproximadamente 200 telefonemas dos comandos regionais, trazendo informações sobre a paralisação.

A organização do comando nacional, contudo, não mira no "Aterro" e um aparelho de televisão, na expectativa de captar notícias de parte do governo que possa auxiliar a luta dos petroleiros.

O comando de greve tem um plantão permanente

Os dirigentes de calor nasceram às parades, onde marcam diariamente o número de adesões ao movimento. Em cada período de 24 horas, são feitas quatro avaliações de greve.

O comando nacional da greve dos petroleiros instalou-se em Brasília por falta de tempo para se deslocar para o Rio de Janeiro, sede da Petrobrás e onde está localizada uma das mais importantes bases petroleiras, a de Campos. Os

representantes sindicais encontravam-se no Distrito Federal aguardando o julgamento do dissídio coletivo da categoria pelo Tribunal Superior do Trabalho. Como julgamento encerrado às 21h15 do dia 10 e início das reivindicações não atendidas, a greve teve início marcado para a zero hora do dia 11. Sem tempo, porém, para se deslocar para o Rio, o leito foi os líderes ficaram em Brasília e arrumaram uma base improvisada para comandar a paralisação.

Comando rejeita acusações

BRASILIA — O apelo feito pelo governo, através do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, em cadeia nacional de rádio e televisão, para que os petroleiros, em greve desde o dia 11, retornassem ao trabalho, não surtiu o efeito esperado. Os trabalhadores decidiram manter a paralisação até que a Petrobrás apresente uma proposta que atenda a suas reivindicações.

Em nota oficial distribuída ontem, em Brasília, o comando de greve afirma que os petroleiros não aceitam a acusação de serem responsáveis pela situação difícil em que se encontra o país. Lembram que a própria Petrobrás já reconheceu publicamente a deficiência salarial de seus empregados e se dispõe a corrigi-la, sendo impedido de fazê-lo pelo poder Executivo. Frustradas as sucessivas e inaceitáveis tentativas de negociação com a Petrobrás, desde agosto passado, afirmam na nota, só restou a greve, de consequências não desejadas pelos trabalhadores da estatal.

Mauro Costa, do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul e integrante do comando, diz que não há credibilidade na Justiça para tentar obter os 26,05% referentes às perdas acumuladas no Plano Bresser e de 17,03% relativos ao Plano Cruzado — a primeira foi decidida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a segunda não foi julgada. Segundo ele, entrar com recurso no Tribunal su pedir novo julgamento, demanda algum tempo, e os trabalhado-

res não têm condições de esperar para corrigir o achatamento de seus salários. O TST determinou o pagamento apenas de 63% de reajuste e 4% de produtividade.

Desempenho

Na opinião dos integrantes do comando de greve, a política do governo federal é que não contribuiu, desde 1964, para comprometer o desempenho da Petrobrás e salientar os salários de seus funcionários. Alan Brandão, do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe, lembra que de cada litro de petróleo refinado, a estatal fica apenas com 4% sobre o preço de venda. O restante é consumido com impostos, subsídios concedidos no fornecimento de combustíveis a outros órgãos do governo, equalização dos preços nacionais — a empresa subside cada litro de gasolina em 32,7% para ter um preço em todo o país —, abatimento nos preços de venda para distribuidores e revendedores e programas como Proalcool e Pro-Carvão.

Alan Brandão observa ainda que a Petrobrás vende beneficiada às distribuidoras com prazos para pagamento de até 20 dias, sem juros e correção monetária. Estas, a maioria multinacionais de grande porte, recebem pagamento imediato dos revendedores na entrega do produto. Seguindo este, o grande rubro da empresa está na manutenção de programas como o Proalcool e nas dívidas de instituições do governo, que não pagam seus débitos.

Partes Ilegíveis

02 . 02

8903429

028

ES

Conflito em Volta Redonda

Para Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, os sangrentos episódios durante a greve dos metalúrgicos, fazem parte de uma articulação para tumultuar as eleições de terça

Bispo denuncia manobra sinistra em Volta Redonda

O bispo diocesano de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, sugere ontem que os sangrentos episódios de quarta-feira à noite, entre metalúrgicos e tropas do Exército, podem não ter sido casuais e sim consequência de uma articulação que ele define como "sinistra", objetivando tumultuar o processo eleitoral da próxima terça-feira. Dom Waldyr, em entrevista coletiva, disse que os fatos ocorridos na cidade levantam sérias interrogações e que as conversações que manteve, como mediador da crise, deixaram-no bastante apreensivo:

- A mediação, na verdade, não foi do bispo, mas sim do sangue dos operários. Talvez isso os tenha (os militares) levado a cessar a violência, com receio, talvez, de que a situação escapasse ao seu controle - disse o bispo.

Dom Waldyr revelou que ouviu do comandante militar da área, general Lopes da Silva, que lamentava as mortes, mas que elas serviriam de exemplo. "De que exemplo serve a morte e o derramamento de sangue?", indaga o bispo, que disse ter ficado perplexo. "Para mim, o que ocorreu em Volta Redonda está servindo ainda, perigosamente, de trampolim para outras ambições, cujo objetivo maior, ao meu ver, seria impedir a realização das eleições no dia 15. Vejamos: o pronunciamento de Brossard ou é de uma ignorância completa ou acoberta essas outras intenções. Como é que um ministro da Justiça pode justificar a violência praticada contra os operários desarmados?"

O bispo acrescentou que, antes de iniciar a mediação, recebeu telefonemas da alta direção da CSN, dizendo-lhe que havia começado a guerrilha urbana no Brasil, em Volta Redonda. Para ele, este tom de alarme era pura e simplesmente expressão do pensamento de Brasília e a maneira pela qual a cidade foi invadida deixa muito o que pensar:

-Então, por que essa ação violenta às vésperas das eleições, quando há pouco tempo o Exército interveio em situações semelhantes de maneira muito branda?", concluiu o bispo de Volta Redonda. (ANDA)



Dom Waldyr Calheiros: condenando as ações repressivas

Ainda há operários desaparecidos

A recusa sistemática das autoridades militares que ocupam a usina da Companhia Siderúrgica Nacional em permitir que uma comissão de políticos e de representantes do clero ingressem nas dependências da usina ou mais especificamente, no setor de aciaria, onde ocorreram alguns dos mais violentos confrontos entre soldados e metalúrgicos - está contribuindo para incrementar uma onda de boatos sinistros que circulam na cidade.

Segundo estes rumores, o número de metalúrgicos mortos durante os encontros com o Exército não seria três, mas superior a esta cifra. E que neste caso as autoridades não teriam permitido a retirada de corpos a fim de não aumentar o clima de tensão que domina Volta Redonda desde o início da

greve, na segunda-feira.

É necessário que se esclareça, entretanto, que os boatos não têm sustentação factual, muito embora o Sindicato dos Metalúrgicos insista em que há gente desaparecida desde quinta-feira, não localizada em nenhuma das hospitais da cidade ou da região. O sindicato dá apenas os nomes de dois associados desaparecidos - Paulo de Oliveira e José Francisco de Almeida, ambos do setor de aciaria - e os boatos quanto a suas eventuais mortes só têm contribuído para acirrar ânimos entre os operários e aumentar o desespero das famílias dos desaparecidos.

Na manhã de ontem, a comissão de deputados federais e estaduais liderada pelo deputado Lyaneas Maciel (PDT-RJ) e integrada pelo bispo diocesano de Volta Redonda e Barra Mansa,

Dom Waldyr Calheiros, tentou sem êxito entrar na siderúrgica que permanece ainda guardada por grande número de soldados com baionetas caladas e veículos blindados.

As atividades comerciais e bancárias da cidade estão virtualmente paralisadas em consequência do clima de guerra que envolve Volta Redonda. As aulas foram suspensas nos estabelecimentos municipais até quarta-feira que vem. O sistema de administração pública funciona precariamente. Ruas desertas, estabelecimentos de portas fechadas, gente que caminha a passos apressados. É o retrato da Volta Redonda, uma cidade de cerca de 200 mil habitantes que vive praticamente em função da usina siderúrgica. (Mário Chmarnovitch/ANDA)

Clima ainda é de medo na cidade ocupada

Na manhã de ontem, após uma concentração popular que reuniu mais de 10 mil pessoas - fala-se em 15 mil - na Praça Brasil, teatro dos mais violentos episódios de toda esta história, uma passeata percorreu as principais ruas do centro comercial. Antes que ela começasse, os líderes sindicais exortaram os metalúrgicos a não lançarem mão de qualquer ato de violência, a fim de demonstrar à população de Volta Redonda que seu movimento reivindicatório é pacífico e que a violência - enfim - "corre por conta do Exército".

A passeata transcorreu de fato sem quaisquer incidentes, assistida por uma população francamente amedrontada, que mais espreitava através das janelas do que participar propriamente. Durante a passeata, tendo como pano de fundo velhas e saudosas canções de Geraldo Vandré, os refreões elegantes visaram quase unicamente o presidente José Sarney, a quem os grevistas acusavam de haver ordenado e ameaçado os metalúrgicos pelo Exército.

Se a passeata transcorreu pacificamente, a Polícia Militar do Rio de Janeiro terá contribuído muito para isso. Desmoralizada, desapareceu por completo das ruas de Volta Redonda para restar confinada em seus quartéis. E mesmo em frente à

Delegacia de Polícia central, sob o olhar um tanto aturdido de policiais civis, que a assistiam possivelmente tomando o pior, os delegados, detetives, escrivães e carcereiros, em parte à porta, foram convidados pelos metalúrgicos "porque vocês também são povo como nós".

Na praça frente à prefeitura, para onde a passeata convergia, finalmente, sob o comando do deputado federal Juarez Antunes (PDT-RJ), presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, encimaram os operários a manterem-se firmes no movimento de greve até a vitória. "Não me consta que os militares tenham produzido algo", gritou o deputado sindicalista proferiu, no entanto, algo que pode ser interpretado como ameaça direta aos diretores da CEN: "Cada um de vocês - disse, citando os nomes dos diretores - vai precisar da companhia de um soldado armado cada vez que se deslocar de suas residências para seus escritórios. Cada vez que tiverem que mandar seus filhos às escolas. Cada vez que estiverem no interior das suas casas. Nós vamos exercer nosso direito de defesa". (Mário Chmarnovitch/ANDA)

"Chico" Mendes

27 de diciembre de 1989

Los asesinos de la selva

El 27 de diciembre la policía brasileña detuvo a un sospechoso, luego del asesinato, ocurrido el 22, del ecologista Francisco Mendes. Se trata de Otaci Alves Da Silva, hijo de un importante productor de la zona, quien actualmente se encuentra prófugo. El secretario general del Ministerio de Justicia ha indicado que la policía estaba procurando verificar las informaciones según las cuales la familia del sospechoso ocultaba en su establecimiento rural un cementerio clandestino, donde se encontrarían enterradas otras víctimas. A partir de la muerte del ecologista, la prensa brasileña ha descrito con lujo de detalles la vida de la familia Da Silva, hecha de violencias y asesinatos que aparentemente han quedado impunes desde hace treinta años.

Francisco Mendes, "abatido salvajemente por haber querido salvar la selva amazónica de la locura de los hombres", como lo expresan los Verdes franceses, recibió numerosos homenajes póstumos.

Se le conocía como "Chico". Recogía el látex de los árboles de la selva amazónica del Brasil, en el estado de Acre, al oeste del país. Francisco Mendes era un "seringueiro", como se les llama, desde el siglo XIX a esos procuradores de los ecologistas que debían respetar el árbol que les daba el sustento. "Chico" fue muerto por asesinos a sueldo en Xapuri. Sabía que estaba amenazado. Pocos días antes de su muerte, afirmaba al cotidiano "Jornal do Brasil": "si mi muerte pudiera fortalecer nuestra lucha, valdría la pena morir. Pero la experiencia nos enseña lo contrario. Quiero vivir. Una manifestación y un entierro no salvarán la Amazonia". Francisco Mendes había pedido en vano protección policial a las autoridades locales. Fue enterrado en Xapuri. Dos mil compañeros acompañaron su cuerpo. Algunos habían marchado durante varias horas a través de la espesura para rendirle un último homenaje.

Porque "Chico" no era un seringueiro como los demás. A los cuarenta y cuatro años de edad, presidía el sindicato de campesinos de su ciudad y pertenecía al Partido de los Trabajadores (el P.T., Izquierdistas). Pero sobre todo, había tomado la vanguardia, desde hacía varios años, de la lucha por la defensa de la ecología amazónica. La Organización de las Naciones Unidas le había discernido por eso el premio "Global 500" en 1987 y la asociación americana "Better Life Society", una medalla.

Conocido y reconocido internacionalmente, gracias también a su excelente instinto para establecer contactos, siguió sin embargo, llevando a cabo su lucha sobre el terreno. De cara a las truchas de los grandes propietarios, desplegadas sobre la selva para agrandar las áreas de pastoreo en detrimento de los bosques, Francisco Mendes desarrolló la resistencia pasiva, el "empate". Decenas de familias se instalaron e impidieron el desmonte, enervando así a los grandes propietarios agrupados en el seno de la Unión democrática Rural, organización de extrema derecha al grado de impulsar al asesinato, por interposición milicia.

Una "lucha" sin grandes peligros para ellos, si ha de creerse lo que afirma Amnesty International. Esta organización subraya que no ha sido informada, entre 1980 y 1987, de que un solo terrateniente ni un solo asesino a sueldo haya sido declarado culpable de la muerte de un campesino.

Amnesty cita el caso del presidente del sindicato agrícola de Puncas, muerto el 5 de febrero de 1988. En setiembre de 1988, un propietario de tierras le había hecho llegar esta amenaza: "si me hacés un juicio y si ganás, podés ir encargando tu salud". En ocho años, fueron más de mil que sufrieron la misma suerte, sin contar casos de incendios, expropiaciones, torturas y amenazas como las hechas a monseñor Moacir

Grechi, obispo de Río Branco, capital del estado de Acre, cuyo nombre también está incluido en la "lista negra".

"TRANSFORMAR LA JUNGLA"...

Se comprende entonces que la llegada del director de la policía federal y del secretario general del Ministerio de Justicia, el 28 de diciembre a Xapuri para llevar a cabo la investigación sobre la muerte de "Chico", no impresionara mayormente a nadie.

Ni siquiera a los asesinos, desde el momento que el hijo de un gran propietario de tierras no ha vacilado en atribuirse el asesinato, "rendición" que a los ojos de los investigadores no fue sino una maniobra diversiva. No obstante, esta vez, la cólera era mucha y los diarios consagraron grandes espacios al hecho. El anuncio del arresto de un sospechoso, perteneciente siempre a la misma familia, fue llevado a cabo con rapidez nada habitual. Porque todos lo que contiene esta triste historia es simbólico. "Chico", por cierto; pero también la incapacidad brasileña ante semejantes conflictos, o incluso la propia selva amazónica.

Luego de implantarse el gobierno civil, en 1985, la reforma agraria dio mérito a muchos proyectos y promesas. El "liberalismo" —que duró más de veinte años— de la dictadura militar, había traído consigo una hipertrofia de las grandes explotaciones en manos privadas o de grandes compañías internacionales. Sigue siendo el más conocido, el ejemplo de Jarí, un dominio de 1.288.000 hectáreas, pertenecientes a un industrial norteamericano. Daniel K. Ludwig acariciaba el sueño de transformar la selva en una monstruosa explotación agrícola. El presidente José Sarney quería, poco después de haber accedido al poder, distribuir —previa expropiación— una superficie más o menos equivalente a la de España, a un millón y medio de familias en menos de cinco años. La reforma se empantanó una vez más en los meandros de los procedimientos jurídicos y las rendiciones de cuentas.

Empero, la Amazonia y su selva devastada no son solamente el símbolo de esa reforma abortada. También lo son del peligro ecológico que acecha al mundo. El semanario norteamericano "Time" ha consagrado el primer número del año 1989 a un estudio sobre "La Tierra en Peligro; Planeta del Año", donde recuerda, por ejemplo, que la deforestación tropical en Brasil ha liberado, en 1980, 338 millones de toneladas de carbono (contra, a título de comparación, 182 millones en Indonesia y 123 en Colombia).

En 1987 se estima que los incendios han arrasado 200.000 kilómetros cuadrados de la selva amazónica y un poco más en 1988, lo cual equivale a una superficie como la de Alemania Federal. Ante semejante desastre y bajo presión de la banca mundial, el Brasil ha lanzado hace algunas semanas un programa bautizado "Nuestra Naturaleza", suspendiendo los estímulos fiscales y el otorgamiento de créditos a proyectos que resulten nocivos para la ecología amazónica.

Semejantes reformas no son para nada del gusto de los grandes propietarios, que reprochan al presidente estar sometido a la influencia de los organismos internacionales. Afirman también que estas medidas restrictivas serán fatales para el desarrollo del territorio amazónico y para todo Brasil. En las esferas de poder, de dinero y política, se maneja el tema de la Amazonia en términos de decretos, de compromisos y de luchas de influencias.

Sobre el "terreno", en Xapuri, son las armas las que hablan y "Chico" ha pagado con su vida el combate en que estaba empeñado.

F. SS.
(Radio Aus.)

Leônidas decidiu por Sarney

Ricardo Nobre

O presidente José Sarney não quis, previamente, a ocupação por tropas do Exército das instalações da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Não pôde, por isso, ser responsabilizado, de modo direto, pelo que ali aconteceu. Foi o próprio presidente, entretanto, quem confidenciou tal coisa a um amigo. Disse mais a ele: disse que caberia ao Exército explicar o que ocorreu através de nota oficial.



A nota foi expedida, de fato, mas o ministro da Justiça, em nome do governo, falou em cadeia nacional de rádio e televisão, justificando a ação do Exército. O pronunciamento foi feito no final da tarde da quinta-feira durante reunião de alguns ministros no Palácio do Planalto. Sarney não participou dela. Foi informado, mais tarde, sobre o que ficou resolvido. E concordou. Já se recolheu ao Palácio da Alvorada.

Na tarde daquele dia, o presidente cogitou de fazer uma menção ao episódio de Volta Redonda durante o discurso que abria a solenidade de entrega do prêmio Operário-Padrão do Brasil. Depois da menção no último item. O porta-voz do presidente da República, jornalista Carlos Henrique, desmentiu o Palácio do Planalto na quinta-feira. Recebera ordem expressa nesse sentido.

Sarney quis evitar qualquer ligação mais estreita e pública entre a presidência e o que se passou em Volta Redonda. Aconselha pelos jornais, a partir de então, não vir a ser obrigado a comentar os incidentes que deram ensejo à morte dos três metalúrgicos. A decisão de o Exército desalojar os grevistas que passaram a madrugada foi adotada na noite de quarta-feira pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves.

Na companhia de um amigo e de um jornalista esteve no Le Boff, no Rio de Janeiro, com um grupo de convidados estrangeiros e o momento do jovem Guilherme, um dos filhos do ex-ministro Américo Falcão. O coronel Bentes, que vive no gabinete do ministro, o procurou para informar que a situação em Volta Redonda se agravava e que os operários tentavam

em não abandonar a siderúrgica. O Comando Militar de Leste era a favor de intervir.

Esperava, contudo, uma ordem do ministro. "A ordem está dada", limitou-se a responder o general. O coronel saiu à procura de um telefone. O general continuou conversando com os convidados do ex-ministro. Ainda naquela noite, o presidente conheceu a ordem do general. Aprovou-a, tanto que nada faria, como não fez, para revogá-la. De resto, o general e o presidente não previam o desfecho trágico da intervenção.

Do ponto de vista, estrito, das normas internas do governo, o ministro do Exército não precisaria consultar o presidente antes de autorizar o deslocamento de tropas para assegurar a ordem pública ameaçada. Há um documento, assinado por Sarney, que delega tal atribuição aos chefes militares e aos ministros, em cuja órbita se processa a ameaça à ordem. Leônidas procedeu como de outras vezes.

Do ponto de vista político, levando-se em conta o delicado momento social e econômico que o país atravessa e a proximidade de eleições, é inconcebível que o emprego de tropas do Exército contra operários em greve resulte de uma ordem que prescindia do consentimento expresso e anterior do presidente da República. O episódio de Volta Redonda serviu para confirmar o que já se sabe.

Primeiro, que as Forças Armadas não abdicaram da autonomia de agir por conta própria sempre que julgarem que a segurança nacional corre riscos. Segundo, que o presidente renunciou a governar quando entram em consideração graves decisões a serem tomadas. Até hoje, Sarney fez questão de repetir que não é economista para lidar com a administração dos recursos econômicos do seu governo. Cada ministro da Fazenda tem sua política.

Tercero, que a Constituição, recentemente promulgada, vale para reger determinadas coisas, outras não. Ela estabelece, por exemplo, a intervenção das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem e em matéria política de um dos poderes constituintes — a Executiva, o Legislativo e o Judiciário. O Exército, na pessoa do presidente, assume a tarefa do poder de intervenção depois que ele fora decidido pelo general Leônidas.

A verdade é esta, e é muito simples. É, também, muito grave.

JB 22/11/88

Sdo Brasil 12/11/88

F. S8
(Huelges)

098

Deputado faz acusações ao Exército

O deputado federal Juarez Antunes (PDT-RJ) acusa ontem em Volta Redonda o Exército de não querer desocupar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) "sob o pretexto de haver chegado ao fim das suas tarefas". O parlamentar também denuncia o desaparecimento de 10 grevistas - confirmado por familiares dos trabalhadores - e pergunta: "Onde estão estas pessoas?". Juarez Antunes, presidente honorário do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, é candidato pela legenda tricolorista à Prefeitura do município.

"O que eu quero dizer é que, em 1964 e durante a ditadura militar, o Exército desocupou os trabalhadores", afirma Juarez Antunes. Ele defendeu a ocupação pacífica de fábricas por trabalhadores como estratégia do movimento sindical e classificou de "momento impune" as críticas do líder nacional do PDT, Leonel Brizola, à invasão da CSN por parte dos operários da CSN realizados hoje para decidir a constituição

ou não da paralisação.

O deputado nega que tenha estimulado o movimento dos metalúrgicos pensando em vantagens eleitorais. Ele lembra que a categoria realizou três assembleias até aprovar a paralisação da CSN. O parlamentar afirma que antes mesmo do início da greve as pesquisas de opinião já lhe davam de 25 por cento a 35 por cento da preferência do eleitorado. O parlamentar pedetista credita à direita, aos militares e à extrema-esquerda abrigada no PT a responsabilidade por ser chamado de "radical".

Uma "pedra no sapato"

"Os primeiros procuram um bode expiatório para justificar os desastres que cometeram contra operários desarmados, ao passo que os segundos não suportam a força da minha liderança", acredita Juarez Antunes. O deputado disse que a greve deverá ultrapassar o prazo de 30 dias, trazendo prejuízos consideráveis à CSN e à Nação. Acrescenta que os

operários não abrirão mão das reivindicações. Juarez Antunes relembrou que os trabalhadores da CSN conquistaram através de movimentos grevistas "vitórias expressivas", como adicional de 100 por cento sobre horas extras, 12º salário, 50 por cento de abono de férias, pagamento de hora noturna acima do percentual estabelecido pela CLT e acesso do Sindicato à usina. O parlamentar destacou também a existência dos benefícios a cerca de seis mil trabalhadores contratados a 30 empreiteiras.

Personagem-chave da greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional, o deputado federal transformou-se repentinamente naquele que se poderia definir como "uma pedra no sapato" nos esforços desenvolvidos pelo líder nacional de seu partido, o ex-governador Leonel Brizola, para vender uma nova imagem de político "moderado", completamente dissociado - ou regenerado - de posições extremistas, capazes de ameaçar e empurrar para a frente mais os militares. (ANDA)

2 Hora 14/11/88

F. S. S.
(Huelger)

038



O Exército não assume a autoria das mortes na CSN.

Convulsão preocupa os militares

Ricardo Noblat

Há muita preocupação, no meio militar, com o quadro de perturbação social que começa, aos poucos, a se estabelecer no país. Oficialmente, há fronteiras de importantes e estratégicas comunicações, entre as unidades com a multiplicação veloz do número de greves, como se vê, cada vez mais frequente, de manifestações de violência física e com o crescente grau de irritação que passa a apertar das pessoas.

Em menos de 72 horas, no mesmo período, produziram-se fatos, de uma ponta à outra do país, que configuram, claramente, o agravamento das tensões sociais. Em Manaus, um grupo de parangaricutas, revoltados com o aumento das parangaricutas das tribos, depredaram uma casa e os armamentos para o fim de um barão. No interior paulista, mais de uma dezena de operários em greve são feridos de um choque com a polícia.

Em Brasília, a pouco distância do Palácio do Planalto, motoristas e condutores intermitentes por algumas horas a Estação Rodoviária e que se misturam com pais e potes ao cerco da polícia. Registra-se ainda que dois policiais foram mortos por um grupo de milicianos da Polícia Militar. No Rio de Janeiro, finalmente, ocorreu a tragédia da Volta Redonda e milhares de pessoas foram feridas e que passaram por como de fato de fato.

A despeito das chefes militares.

É o de não deixar, em hipótese alguma, que a autoridade das Forças Armadas seja ferida nas ocasiões em que elas sejam mobilizadas para assegurar a manutenção da ordem pública. A Polícia Militar pode ser posta a encostar por greves ou manifestações que apertem de confusão — a Polícia Militar. A violência, respondida com a violência que o termo temido e suscitado.

Ordem pública. — Recordando os chefes militares a autoria das mortes registradas em Volta Redonda. Dizem que ela deve ser atribuída em grande parte, a elementos políticos que manipulam a insubordinação de uma massa de operários que enfrenta sérias dificuldades para sobreviver a cada dia. Para de autoria cabe, também, a um governo sem autoridade e ineficiente, e de liderança política que só se ocupa de suas ambições pessoais.

Os chefes militares, de todas as armas, insistem em afirmar que não desejam, não pretendem e não fazem para encerrar a hipótese de terem, novamente, de patrocinar uma intervenção em grande escala, como aquela que se deu em 1964. Mas sabem, mais, também, que se sentem responsáveis pelos destinos do país e que não assistirão, de braços cruzados, a paralisamento da ordem e a deterioração do poder central.

O presidente Juscelino Kubitschek bem o estado de espírito dos chefes militares. Um dos conselheiros de Sarney, que temido com desenvoltura as crises, o alívio, necessariamente, para uma possível situação de apoio militar ao governo. Não são feitas declarações pelo governo que, no caso, além disso, de um confronto político. Pode o governo, de repente, desistir-se sem mais nem menos. Cade, em seguida.

14/11/64

F 88 -
(mellys)

S do Brasil 14/11/64

098

J. B. 8/11/88

Rebelião da PM abre cri

se em Minas —

F. SS
(Hue 88)

Depois de ter enfrentado 23 horas de violenta rebelião da Polícia Militar do estado, o governador mineiro Newton Cardoso finalmente conseguiu aplacá-la, às 14h de ontem, com a promessa de que os policiais militares terão um aumento imediato em seus salários e, a partir de janeiro, serão equiparados às Forças Armadas. Foi a pior crise vivida pelo governador de Minas em seu ano e oito meses de mandato.

O episódio custou a exoneração do comandante da PM, coronel José Braga Junior, por ter-se recusado a prender um dos cabeças do movimento — o coronel reformado José Geraldo de Oliveira, que, nos jornais, havia chamado Newton Cardoso de "um aventureiro", cercado de "um bando de oportunistas, corruptos e subservientes".

As greves que vêm ocorrendo em todo o país levaram o Exército a se preparar para intervir em casos que afetem serviços considerados essenciais. Durante a greve que atingiu ontem o metrô de São Paulo, havia um contingente do Exército em estado de alerta para eventualmente garantir o acesso dos funcionários que quisessem trabalhar.

No Rio, a greve dos funcionários da Light, que já dura cinco dias, ameaça deixar as escuras áreas cada vez maiores da cidade. O sistema que fornece energia ao Centro está desde sexta-feira com déficit em dois dos oito cabos de transmissão. Se houver falha em mais um cabo — ou qualquer sobrecarga — toda a rede da região poderá se desarmar. No Alto da Boa Vista, somente às 15h30 de ontem foi restabelecido o fornecimento, interrompido às 10h30 de domingo. O comércio e as famílias do bairro perderam todo o alimento que dependia de refrigeração.

Brasil: Huelga Total de Obreros del Petróleo

Salvador: La OEA se Reúne en Medio de Tensión muy Subida

SAN SALVADOR, 13 (AP). — Los cancilleres de la Organización de los Estados Americanos inauguraron mañana la sesión anual en esta capital bajo control militar, con un letrero que incluye la búsqueda de la paz en Centroamérica, la cuestión de los derechos humanos y la deuda externa que afecta a los países del continente.

La reunión durará una semana, en medio de las más estrictas medidas de seguridad en la capital de un país que desde hace ocho años por una guerra interna que ha causado más de 80.000 vidas.

La Fuerza Armada rechazó una trepa declarada por el general Francisco Martí para la Liberación Nacional (FMLN), el mayor de la reunión, y advirtió que continuará con sus operaciones militares.

Y también decidió suspender la campaña militar y declarar una tregua de cinco días durante la reunión, dijo el viernes en un comunicado a los periodistas Joaquín Villalobos, dirigente del FMLN.

Pero el coronel René Emilio Ponce replicó ayer en San Salvador que los guerrilleros pondrán en acción durante la reunión un llamado plan guerrero que incluye la realización de manifestaciones y ocupación de iglesias en diferentes puntos de la capital.

No cree que destruyan actividades terroristas en este período, pero mantendremos nuestro dispositivo de seguridad, dijo Ponce a corresponsales extranjeros.

El establecimiento de San Salvador, monseñor Arturo Rivera Cerrón dijo en su homilía de hoy que solo durante esta semana murieron 82 personas.

NO DE JANEIRO, 13 (Nota sobre fuentes AP, EFE y AGENA). — Cien de 10 refinerías petroleras brasileñas estaban hoy paralizadas por una huelga de miles de trabajadores en demanda de mejores salarios. João Borges, presidente del Sindicato de Trabajadores Petroleros de Río de Janeiro, dijo que las empresas que refina petróleo se unen a la huelga las otras refinerías y los trabajadores de plataformas continentales. La producción se paralizará totalmente.

Las refinerías aún en operación son las de Manaus, en el Amazonas, a 5.160 kilómetros al noroeste de Río y la planta Belém, a 400 kilómetros, también al noroeste de Río.

Unos 42.000 de los 60.000 trabajadores de refinerías y plataformas han estado en huelga desde el viernes en demanda de un incremento de 164 por ciento de los salarios, para compensar las pérdidas por inflación promedio del 50 por ciento mensual.

La huelga ha motivado un menor abastecimiento del mercado de 600.000 barriles diarios de gasolina y 900.000 barriles de petróleo diesel, gas doméstico y otros derivados, informó Glauco Heeman, vocero de la empresa Petróbras.

Brasil produce un 60 por ciento del petróleo que consume. El ministro de Planificación José Batista de Azevedo pidió anoche en una presentación por radio y televisión el retorno de los trabajadores a sus ocupaciones afirmando que el país requiere de los esenciales servicios de las refinerías.

Los trabajadores de las refinerías tienen un ingreso promedio de 700.000 cruzados (1.385 dólares) al mes, según Petróbras.

PARALIZADA La huelga de los trabajadores paralizó la producción de combustibles y puede llegar a paralizar el país si no se encuentra una solución del conflicto a corto plazo, advirtió hoy el presidente de la empresa estatal Petróbras, Armando Guedes Coelho.

Se trata de la mayor huelga de la historia de la Petróbras, reconoció Guedes Coelho, al informar que la paralización total de las diez refinerías de la empresa culminará en las próximas horas y que 70 por ciento de los 61.000 funcionarios participan en el movimiento gremial reivindicativo iniciado ayer.

"Estoy muy preocupado porque, si el movimiento continúa adelante, llevará a la paralización del país", agregó el dirigente

de la mayor empresa estatal brasileña, situada entre las diez mayores del mundo, creada en el gobierno de Getúlio Vargas, en 1961, cuando se nacionalizó el petróleo.

Aunque el presidente de la Petróbras dijo que el clima es calmo y descartó el llamado a la intervención militar, tropas del ejército están acuarteladas en Río de Janeiro y São Paulo, para ocupar eventualmente las refinerías de Duque de Caxias y Cubatão, consideradas los puntos críticos de la huelga.

Los 17 sindicatos de trabajadores petroleros iniciaron ayer una huelga por tiempo indeterminado después que el Tribunal Superior de Trabajo (TST) negó las reivindicaciones de la categoría, que reclama aumento por productividad y el pago de ajustes salariales perdidos por medidas gubernamentales.

En el caso de otros funcionarios estatales, como del Banco do Brasil y de la Companhia Vale do Rio Doce, el TST ordenó la devolución de esas pérdidas salariales, por lo que la decisión con la Petróbras sorprendió a sus funcionarios y a la dirección de la empresa, que estaba dispuesta a efectuar el pago.

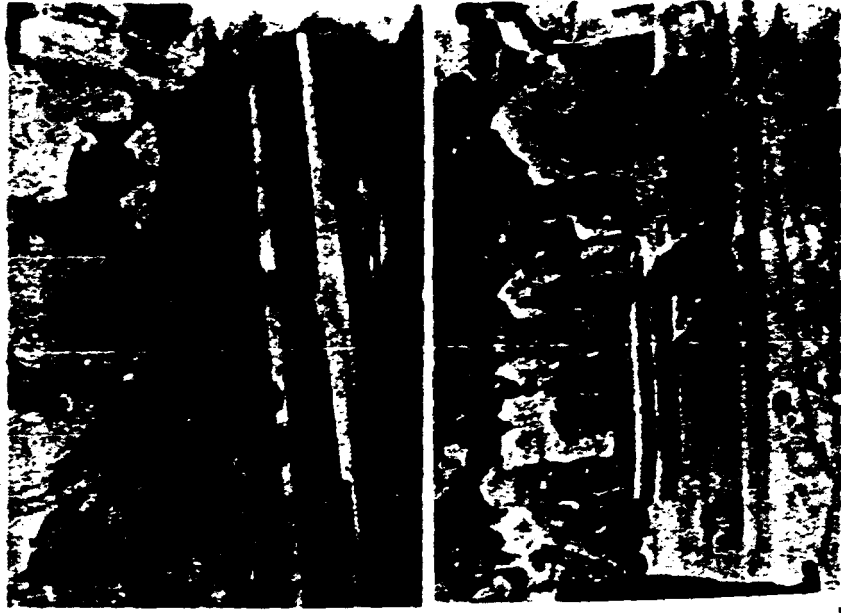
El comando sindical y directivos de la Petróbras mantuvieron una reunión ayer, en Brasilia, pero la única propuesta presentada por la empresa fue de restringir la paralización al refinado de petróleo, que no fue atendida por los trabajadores.

LAS RESERVAS

La Petróbras informó que las reservas de derivados de petróleo son suficientes para diez a quince días de consumo y que los productos más críticos son el gas de uso doméstico y el aceite diesel, cuyas reservas alcanzarían para siete días, pero los trabajadores dijeron que solo llegarán a tres días.

El "Jornal do Brasil" informó hoy que el alto mando del ejército realizó una evaluación de la ocupación militar de la siderúrgica de Volta Redonda, el pasado miércoles, donde violentos choques entre trabajadores y soldados dejaron un saldo de cinco muertos y más de cuarenta heridos.

El objetivo de la evaluación del ejército fue, de acuerdo con el matutino carioca, evitar la repetición de hechos similares a los de Volta Redonda, aunque no se llegó a cuestionar la acción de la tropa en esta ocasión, que fue avalada en todos sus actos, a pesar de lamentar las muertes ocurridas.



Masacre en Segovia

Un niño junto al cuerpo de una de las víctimas de la masacre en Colombia; en otra foto, en pleno entierro caen los pétalos al huir los dolientes. (AP)

01.01

8903492

098

*INTERNACIONALES

Asunción, lunes 27 de marzo de 1989

PATRIA 5

El pulmón del mundo

Amazonia, el continente verde y sus controversias

FSS
(Mazur
quedó ent.)

RIO DE JANEIRO, 25 (ANSA). - Hasta hace relativamente poco tiempo nadie prestaba mayor atención al gigantesco territorio verde de 3,5 millones de kilómetros cuadrados del norte del Brasil y quedaban en el desconocimiento las presiones que el mundo venía sufriendo por los programas de colonización de dudosa rentabilidad; las quemaduras, la invasión de buacadoras de oro, especuladores y aventureros, como así por las carreteras, hidroeléctricas y complejos mineros multinacionales, teniendo siempre como víctimas inocentes a los indios campesinos pobres, extractivistas acaudalados y caudillos y a la naturaleza animal y vegetal.

Pero desde que la mirada del mundo comenzó a converger sobre el extenso "filtro o pulmón verde", las cosas comenzaron a cambiar. El asesinato del líder cauchero y ecólogo "Chicu" Mendes tuvo resonancia mundial (y hasta se prepara un largometraje sobre su vida). Los indios organizaron su primera reunión de protesta contra un proyecto hidroeléctrico y cuentan con el apoyo de ecólogos no sólo brasileños sino del mundo, atrayendo así al "rockero inglés Sting", periodistas y representantes del Banco Mundial, y los aborígenes se sienten ahora "niños mimados" así como antes eran objeto de indiferencia y lento exterminio; gobernantes de los países desarrollados se reúnen para discutir la ecología y la Amazonia y surgen la creación de organismos internacionales de control y de conservación de parte de la deuda externa en inversiones conservacionistas.

El propio presidente del recién creado Instituto Brasileño del Medio Ambiente y Recursos Naturales, Fernando César Mesquita, es portavoz del Presidente Sarney, admitió que "los mayores responsables por las quemaduras y deforestamiento de la Amazonia fueron los gobiernos, que desde los años '70 estimularon la instalación de grandes terratenientes y grandes estancias, la mayoría de ellas hoy abandonadas", todo con generosas subvenciones y exenciones fiscales que permitieron actividades especulativas.

El lunes próximo será instalada en el auditorio de la Cancillería en

Brasilia, la VI Reunión ministerial sobre el medio ambiente de los países de América Latina y Caribe, bajo promoción de la ONU y con participación de Ministros del Medio Ambiente y especialistas de 32 países, para adoptar una política común sobre el medio ambiente.

El Instituto Brasileño del Medio Ambiente y Recursos Naturales revisa prepara un documento en que se afirmará que es mínima la participación del Brasil en el efecto "invernadero" (o estufa) y en la destrucción de la capa de ozono de la atmósfera, al tiempo que llamará de "Fantasía internacional" el que la Amazonia sea el "pulmón del mundo", y denunciará el interés por el "control de las riquezas de la región".

Los ecólogos, apoyados por el Diputado nacional Fabio Feldman, que logró introducir en la nueva constitución nacional un capítulo sobre protección ecológica que es considerado entre los más avanzados del mundo, reaccionan contra los falsos nacionalistas, que insisten en defender el actual estado de cosas, de agrasión a la floresta y sus habitantes con el pretexto de supuesta existencia de proyecto para internacionalización de la Amazonia.

Crean los ecólogos brasileños que la preocupación mundial respecto a la Amazonia es pertinente, porque ésta alberga el mayor número de especies animales y vegetales existentes en el mundo y porque representa una enorme potencialidad para la biotecnología y la ciencia futura.

Esas florestas funcionan -recuerdan los estudiosos- como gigantescas acondicionadoras del clima mundial; como recondicionadoras de la atmósfera, filtrando sus impurezas y tomando equilibrada la relación de las concentraciones gaseosas; como renovadoras del flujo de agua dulce, posible a través de la fanática evapotranspiración de esas florestas; como protectoras del suelo a las acciones erosivas de las rigidas intemperies equatoriales; como regeneradoras de la estructura y fertilidad de sus suelos; como recicladoras de nutrientes y renovadoras de recursos; como retenedoras de toda una gama de diversidad genética para programas de protección y mejora de la producción agro - pecuaria mundial de la microbiología y de gran parte del progreso científico e industrial que utiliza recursos vivos.



José Sarney, presidente del Brasil.

01.01

8903496

038

Dom Pedro Casaldáliga, falando pela primeira vez depois da polêmica com o Vaticano, abordou ontem vários temas políticos. Casaldáliga disse não acreditar no Pacto Social e que a reforma agrária que a Constituição não protegeu, será feita pelo próprio povo

F.D.

Bispo critica Constituição e apóia ocupação de terras

O bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, disse ontem em Goiânia, onde esteve para o lançamento de seu livro "Na procura do reino", comemorativo aos seus 20 anos de sacerdotado no Brasil e de seus 60 anos de idade, que diante da decisão tomada pelos constituintes, de impedir a reforma agrária pela nova Constituição, não resta outra alternativa aos homens do campo do que fazer a sua própria reforma. "Vamos fazer a reforma agrária popular. As ocupações e os acampamentos que ocorrem em todo o País, são a reforma agrária que o próprio povo está fazendo", assinalou. Dom Pedro disse que as ocupações de terra por colonos não voltaram a acontecer só em Goiás, após a promulgação da nova Constituição. "Estão acontecendo no Brasil inteiro. Inclusive em regiões de sul, que provavelmente é onde estejam ocorrendo mais acampamentos, mais ocupações. Não falo em invasão, falo em ocupação legítima".

O bispo de São Félix do Araguaia contestou a tese da União Democrática Rural (UDR), que defendeu a terra produtiva livre de reforma agrária. "Não adianta produtividade sem a participação dos que produzem. Produzir boi para exportar? Produzir soja para exportar? Em primeiro lugar é preciso



Casaldáliga não acredita no Pacto Social

produzir comida para os brasileiros". Para ele, a UDR não é a última a ter a palavra, nem será a única. "Muitos outros brasileiros existem nesse país. Além do mais, sabemos por experiência que a acumulação da terra, o latifúndio não produz". E questionou: "A que preço está a carne? Quantos brasileiros podem comer carne hoje?".

O bispo de São Félix do Araguaia não vislumbra nenhum êxito ao pacto social

pretendido pelo governo e pela classe política. "Não sei se o clima está muito bom. Primeiro, me dá a impressão de que o trabalhador está participando de um modo muito relativo. A CUT já se colocou de fora. Em segundo lugar, estou vendo a possibilidade de implantação de novos pacotes, em cima do pacto social. Em terceiro, para um pacto social válido o clima não me parece muito propício", sintetizou.

Instabilidade

Questionando sobre se a instabilidade econômica, social e o descrédito do povo na classe política não constituiria um problema para o regime, Dom Pedro Casaldáliga respondeu com uma pergunta: "Há quantos anos este regime vem sendo amaldiçoado por muitos e por mim? Mas o regime continua". Em seguida explicou: "É bom lembrar que o regime é filho de um sistema e nós estamos submetidos a um sistema capitalista multinacional, inclusive em termos de dependência. E o imperialismo faz questão de ir conservando o Brasil nos termos em que ele está". E completou com a seguinte frase, o seu raciocínio: "Enquanto a vaca der leite, vamos cuidar da vaca". (ANDA)

028

688 24 10/12/88

ZERO HORA

Derrotado na OAB ainda tenta anular a eleição

Pedido foi encaminhado ao conselho federal da entidade

Inconformado com o resultado das eleições para o Conselho Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul, realizadas no dia 11 do mês passado e que nomeia o presidente da seccional, o candidato derrotado no pleito, Neres Lima, pediu, ontem, ao conselho federal da entidade a anulação do processo eleitoral, com a argumentação de que houve imparcialidade da comissão eleitoral e condições desiguais entre as chapas concorrentes pela não existência de uma cédula única de votação.



Neres Lima

No documento, redigido pelo advogado Antonio Pinheiro Machado Netto, que foi companheiro de chapa do candidato opositorista, e enviado ao conselho federal da OAB, Lima salienta que a eleição foi "nula, absolutamente nula", por sua chapa não ter podido chegar aos advogados das localidades mais distantes, onde a chapa "Participação", da situação, enviou a cédulas de votação. "Como saber levar a todos os eleitores a nominata opositorista? Como fiscalizar o ato eleitoral em cada mesa se não tínhamos fiscais para todas elas?", pergunta.

A cédula única, argumenta Lima, foi instituída no País pelo código eleitoral, que é posterior ao estatuto da entidade e pratica-

mente explicitada no artigo 14 da Constituição brasileira. "Com essa medida, se teria a certeza de que ao eleitor seriam apresentadas todas as opções para votar".

Cédulas devolvidas

O candidato opositorista enfatiza que embora não tenha sido instituída a cédula única, a direção da entidade também se recusou a distribuir a cédulas dos candidatos opositores, conforme determina o parágrafo único do artigo 41 do estatuto da OAB. "As 24 mil cédulas entregues para a direção da entidade nos foram devolvidas".

Outra denúncia do candidato opositorista é que os candidatos da situação concorreram e controlaram o processo de apuração, fazendo a contagem dos votos em todo o interior do estado. "As mesmas pessoas foram ao mesmo tempo parte e juiz. Tudo a portas fechadas, impedindo o acesso da oposição".

Para o atual presidente da seccional da OAB, Fernando Krieg da Fonseca, que foi um dos articuladores da candidata vencedora do pleito, Cléia Carpi da Rocha, todo o pleito se realizou com a observância literal do que reza o estatuto da entidade, figurado na lei 4.215/61.

Krieg da Fonseca não acredita que as denúncias de Lima tenham respaldo no Conselho Federal da OAB, e se declara tranqüilo para a posse de todos os conselheiros no próximo dia 15. "O inconformismo com a derrota deve estar amargando na mente dos opositoristas", supõe o atual presidente, pois o Neres Lima concorreu em 1984 com os mesmos estatutos e dentro das mesmas condições que hoje contesta. "É que na época era situação e achava tudo isso absolutamente normal", conclui.

098

Medeiros: novo herói do horário nobre

SÃO PAULO — O novo campeão do horário nobre na televisão brasileira é um operário amazonense que acredita no capitalismo: Luiz Antonio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Foi uma fulgurante ascensão para quem há menos de dois anos dormitava numa apagada vice-presidência sindical à sombra do chefe Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzinho.

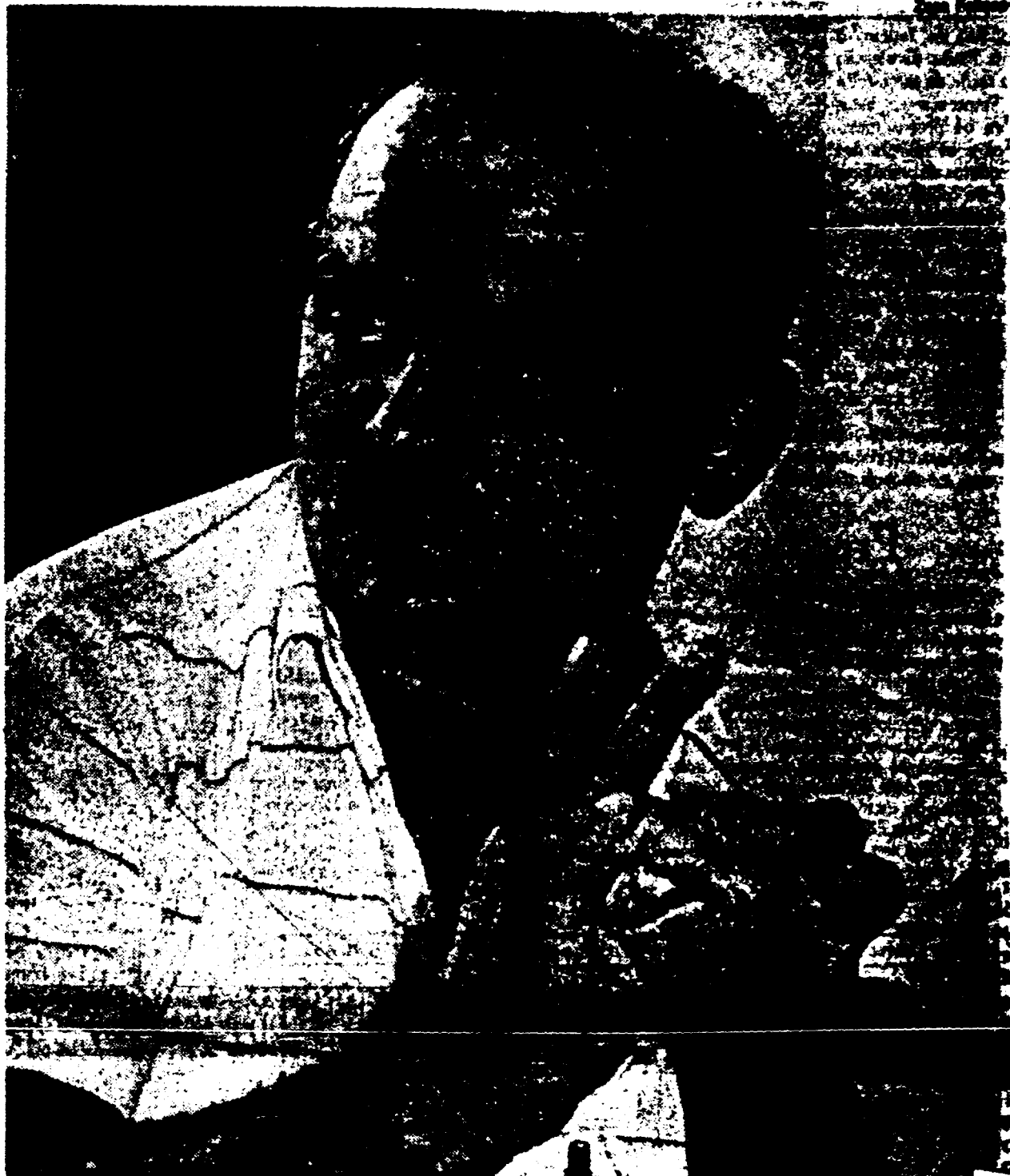
Medeiros catapultou-se à posição de interlocutor da presidente da República, circula nos felizardos tapetes das entidades patronais com a mesma desenvoltura com que lidera passeatas de trabalhadores nas ruas, troca confidências com ministros por telefone e, na semana passada, transformou-se na estrela maior do tirocínio de negociações que desembocou num início de pacto social inédito na história da República — um acordo que começou com um cablo de controles voluntários sobre preços e salários e está desembocando numa virtual proposta de governo.

Quando, há dez dias, o ex-governador Leonel Brizola propôs a constituição de um governo provisório em torno de um programa comum para completar o mandato do presidente José Sarney e a transição, o país quase veio abaixo. Para dentro do pacto que começou a ser moldado em Brasília com a vital participação de Medeiros, porém, está sendo contrabandeado justamente um programa de governo — com a diferença de que, para tocá-lo adiante, fica o presidente José Sarney mesmo.

No rol das possíveis soluções para o país sair da crise, esse pacto não é mais heterodôno do que um líder sindical que acredita no capitalismo. Algumas de suas principais vertentes, reunidas na CUT (Central Única dos Trabalhadores) entendem que o capitalismo é uma rapinagem e os empresários pouco menos que bandidos. Devem ser abatidos para que se possa introduzir o socialismo, ainda que tardio.

Isso nem passa pela cabeça de Medeiros. Já passou, talvez. Afinal, ele foi militante do Partido Comunista Brasileiro, com curso na escola de quadros de Leningrado, na União Soviética, onde, se sabe, formavam-se revolucionários. Mas talvez como um precursor da glasnost, ele abandonou o Partido em 1981 e, no ano passado, quando se elegeu presidente do Sindicato de São Paulo, o maior da América Latina, com seus 370 mil metalúrgicos como base derrotou nas urnas uma constelação de partidos de esquerda, incluindo PT, PDT, PC do B e o velho PCB. Agora, impulsiona um pacto social que, tudo considerado, tem o propósito de viabilizar nosso capitalismo e nossa democracia e permitir que os empresários façam grandes negócios.

Grandes negócios geram muitos empregos e, se derem bons lucros, podem pagar melhores salários. Essa é a chave do sindicalismo que acredita no capitalismo, como compreendem seus interlocutores principais, precisamente os capitalistas. "Ao contrário dos demais sindicalistas, Medeiros não vê os empresários como vilões e inimigos", disse o líder empresarial Antonio Ernâni de Moraes que, por sinal, em 1986, candidato ao governo de São Paulo, teve o apoio explícito do sindicalista.



Medeiros, na última assembleia que comandou: "Só eu falei. A oposição nem falou".

01.00

8903558

□ Se o capital estrangeiro deixar o país, faço greve

O priorio Medeiros, hoje com 40 anos, casado, um filho, sempre trinou de deixar claras suas posições. "Se o capital estrangeiro deixar o país, eu faço greve", fulminou, no momento quente em que a Constituinte discutia a regulamentação dos investimentos externos, com fortes cores nacionalizantes.

Foi, assim, à vontade e com a determinação de quem sabe onde chegar que Medeiros, desde abril, passou a brilhar nos noticiários de horário nobre. Não propriamente puxando piquetes, mas reunido com quem decide, no Estado e no capital.

Fotos desses encontros ornamentam o seu modesto gabinete, na sede própria do sindicato na Rua do Carmo, centro velho de São Paulo. Ele, Medeiros, aparece em todas as cenas — o que é esperado no caso de um líder que preza seu papel. Mais do que isso, Medeiros está visivelmente satisfeito com seu desempenho. E a quem lhe pergunta se aquelas fotos com presidente, governadores e um vasto elenco de capitalistas não lhe criam problemas junto às suas bases, ele não vacila na resposta:

"Ao contrário", diz, apreciando os postais. "A posição nacional é força-protetora na base. E me ajuda nas negociações com os patrões."

Em todo caso, aposta para outra foto, a maior, na qual ele aparece de camiseta de metalúrgico, punho erguido, à frente de uma mesa de companheiros. E exibe resultados: dias antes das reuniões finais do pacto, ele assinou um acordo coletivo com a Ficap (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) no qual obteve para sua categoria 8% de aumento real, acima da reposição salarial, depois de, no decorrer do ano, ter alcançado duas antecipações.

E mais. Uma massa de quinze mil metalúrgicos compareceram à assembleia na qual a categoria definiu sua proposta. "Foi a maior assembleia, foi o dia da greve", disse Medeiros, para acrescentar, desafiador: "30 milhões. Minhas propostas foram aceitas e a oposição nem pôs."

No ano passado, foi mais difícil. Ele se elegeu presidente do sindicato com modestos 33 mil 856 votos, numa disputa difícil em dois turnos. Na ocasião, as chapas de oposição distribuíram largamente um panfleto no qual ele, Medeiros, aparecia ao lado de Mario Amato, presidente da Ficap, ambos às gargalhadas. "Você confia neste homem?", vociferava o panfleto.

A foto, porém, tem uma história prosaica, longe de qualquer teoria conspiratória. Fora tirada na abertura de uma

negociação, em 1986, quando Medeiros era presidente interino e a liderava pela primeira vez do lado dos trabalhadores. Amato, também recém-eleito, ao receber a pauta de reivindicações, comentara: "Bem, vá com calma que eu sou virgem nisso". E Medeiros: "Bom, eu também. Se você nos atender, podemos continuar os dois sem mácula." E riram.

Na época da sua eleição, Medeiros já não achava tanta graça. Entretanto ganhou, foi levando seu sindicalismo de resultados. E, hoje, não tem o menor receio de exibir suas estrélinhas e de aparecer como negociador nos noticiários. Na véspera de partir para as reuniões decisivas de Brasília, quando o pacto estava ameaçado por impasses e por denúncias de que iria encobrir algumas negociações, ele dizia ao JORNAL DO BRASIL: "A sociedade civil vai ter que dar conta dessa inflação e dessa crise. Não admito a falência do sindicalismo que prego. Eu estou fazendo a minha parte para impedir a deterioração social e a quebra da democracia. Chamei os trabalhadores."

□ Topo o que for para acabar com a inflação no Brasil

As notícias segundo as quais alguns empresários estavam tentando apanhar uma carona no pacto para incluir no acordo negociações de exportação por conversão de dívida, que o ministro da Fazenda, Malhada de Nóbrega, considerava lesivos ao país, não chegaram a perturbar Medeiros e seus assessores.

Primeiro, porque ele já sabia da história. Há um mês, numa segunda-feira, ele foi reservadamente à residência do ministro, em Brasília, para um café da manhã. Malhada o convidara, exatamente para dizer que aqueles negócios estavam vetados pelo governo e, que, aparentemente, alguns empresários estavam tentando driblar a proibição, incluindo-os como proposta comum de capitalistas e operários.

Medeiros ouviu e disse que ia ver. Aproveitou para deixar o mote que vem repetindo — "eu topo o que for para acabar com a inflação e gerar investimentos, isto, é empregos" — e para também deixar a sua advertência. Reclamou do ministro maior participação nas negociações do pacto.

A mesma reclamação foi apresentada ao presidente José Sarney e ao ministro Costa Couto. Dez dias atrás, Medeiros ainda estava insatisfeito. Em seu gabinete, enquanto conversava

com o JORNAL DO BRASIL, recebeu telefonema de Costa Couto, que dava conta das negociações técnicas em curso do pacto. "Não precisamos ter pressa, mas é preciso uma rapidez política", disse ao ministro. E ao responder, depois de explicar que o governo federal estava vacilando ("cada ministério está para um lado"): "O governo tem que estar de um lado, a oportunidade deles."

Hoje, o grupo que assessora o presidente das metalúrgicas acha que "alguém" do gabinete do ministro da Fazenda deve ter vazado a "interpretação" de que havia algum acordo para beneficiar certos grupos empresariais. Desagastou? "Sim, mas o desgosto não é mais do que provável para quem estava com um péssimo começo de pacto. Desgaste maior, porém, é de quem não estava", comentou em São Paulo o conselheiro sindical Alfredo Amato, que assessora Medeiros.

De seu lado, os sindicalistas acham que o ministro da Fazenda demorou a acreditar no pacto e que, pelo menos, não começou, atrapalhado. Os motivos são os mesmos. Malhada de Nóbrega não poderia mesmo acreditar no pacto, que formaliza um verdadeiro programa econômico, como revela. O representante do governo era o ministro do Trabalho, Civil, citado como ministério para a área econômica desde a formação do primeiro ministério da Nova República, e de Tancredino Neves.

Quanto ao negócio em si, as tais expectativas por conversão de dívida, Medeiros trata de tirar o corpo fora. Na última sexta-feira à noite, no Rio, entre goles de uísque nacional, não hábito que aprecia muito, ele, filho, ampliou o espetáculo. "Eu já tinha dito para o Malhada que se o pacto fosse beneficiar alguns empresários em particular, era importante que ele tivesse uma soma em compensação."

De resto, insistia, os trabalhadores querem uma política de contra a inflação e empregos. Conversa é de outro dia. "É o que não vou entrar nessa briga, que é uma briga de longo prazo. Não quero mais falar sobre isso."

No momento, como se pensa, Medeiros pode estar de mau e ele gosta disso. Segundo Mário Amato, seu intérprete: "Inquietado, e presidente das metalúrgicas é uma pessoa de 'uma virgula delicada de 12 quilos com um espírito latido como Mito Tyson'. Certo dia, de Rio, Roberto Della Manna, um dos principais negociadores, já pedira a Medeiros, almoços, jantares, cafés, coquetéis e encontros que se seguem com Medeiros. Assodita que o encontro com uma mulher de se surpreender. A última foi no final de quinta-feira passada, quando ambos chegaram juntos ao prédio do Ministério do Trabalho, em Brasília, cenário da negociação."

Havia uma grande manifestação de funcionários públicos em greve e Medeiros comentou: "Gostaria de estar comemorando isso". E logo depois: "Bom, não tenho nada a ver com isso. Não sou da CUT."

□ Até gente da CUT que me detesta teve que me aplaudir

Houve vaia naquele momento, mas Medeiros está seguro de que não foram para ele. "Eu fui aplaudido. Até gente da CUT, que me detesta, teve que me aplaudir", comentava na noite de sexta-feira, ainda no Rio, depois de participar do debate na Rede Globo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco, com quem pegara carona no jatinho vindo de Brasília.

Casado, mas eufórico, Medeiros perguntava sobre a "reação das pessoas", adiantando sua impressão de que "devem estar gostando". Entretanto, não acha muito construtivo o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, a quem, na manhã de sexta, foi pedir apoio ao pacto. "Ulysses não foi muito construtivo ao dizer que concordava", corrigiu Medeiros.

Mas essa história tem outros componentes. Medeiros acha que Ulysses não tem fôlego para chegar à candidatura à presidência da República. Para ele, a disputa final ficará entre o governador de São Paulo, Orestes Quércia, e o ex-governador Leonel Brizola. E, nessa briga, Medeiros está com Quércia. Na última quinta-feira, o pacto rolou em Brasília, Medeiros apareceu nas tréves de São Paulo, no horário do PMDB, para dizer que seu voto e de sua família eram de João Lúvia, o candidato de Quércia. Um apoio que hoje é muito mais valioso.

De fato, será com a cotação elevada que Medeiros volta às suas bases e começa pelo pessoal que, nas manhãs de sábado, o acompanha no coquetel ou na caipirinha no bar em frente ao sindicato, na Rua do Carmo. Ali, o presidente conta as novidades "lá dos homens" e está à vontade na sua conhecida desorganização, tão generalizada que se considerará um milagre ele chegar a tempo aos compromissos.

Em todo caso, não é um improvisador. Mostra, em seu sindicato, um verdadeiro batismo de quadros profissionais, ativistas de bases, especialistas em mobilização e negociação — e, também, em greves porque, afinal, nunca se sabe. Para Medeiros, pois que deu certo é a Suécia, modelo de democracia e de respeito aos direitos do trabalhador. E ele acha que, para chegar lá, leva tempo e trabalho.

Participaram: Carli, Alberto Sardenberg, Nilson, Fátima Turci, em São Paulo.

098

A greve em Tubarão

Após seis dias "abatado", o alto-forno da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), no planalto de Carapina, no Espírito Santo, voltou a funcionar. Entre os dirigentes da empresa e os mais de seis mil trabalhadores metalúrgicos em greve há 14 dias, até ontem à noite ainda era grande a expectativa, aguardando-se que tudo corresse bem até às 23 horas quando, terminado o longo período de desativação, o alto-forno estaria produzindo a primeira corrida de ferro-gusa. A reativação, porém, não representa o fim da greve. O reinício do trabalho do alto-forno, previsto inicialmente para as 6 horas de ontem, só começou às 12h30min, por decisão dos grevistas. A paralisação foi motivada pela decisão dos metalúrgicos de exigir a reposição salarial dos 20% do Plano Bresser. Esta semana, o atual ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, chegou a pedir, em rede nacional de rádio e televisão, a intervenção de tropas do Exército — a exemplo do que ocorreu na Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro), quando três operários foram mortos pelos militares. Mas as autoridades militares preferiram não aceitar o pedido de Cardoso Alves, limitando-se a pressionar o governador do Espírito Santo, Max Mauro, que terminou cedendo e colocando tropas da Polícia Militar estadual na frente da siderúrgica de Tubarão. (AE-ZH)

2+10na 31/12/88

01.01

8903611

098

8.55

Ele sabia que ia morrer, diz Lutzenberger

Por MARTA GLEICH
Mônica Leal/ZH

O Prêmio Nobel Alternativo de Ecologia, José Lutzenberger, afirmou ontem em Porto Alegre que Francisco Mendes, o líder dos seringueiros morto no Acre, já sabia que ia ser assassinado. Todas as suas companhias de luta já tinham sido mortas e ele tinha recebido inúmeras ameaças. Chico Mendes, candidato a deputado pelo PT no Acre mais votado nas últimas eleições (não se elegeu porque a legenda não fez um número suficiente de votos), tinha se tornado nas últimas anos um líder dos seringueiros contra as latifundiárias e contra a destruição da Amazônia.

Preocupados com a segurança de Chico Mendes, os ecologistas, entre eles Lutzenberger, o levaram para os Estados Unidos numa reunião do Banco Mundial, onde ele se manifestou contra os empréstimos para projetos que ameaçassem destruir a Amazônia. O objetivo era torná-lo mundialmente conhecido, e assim protegê-lo.

Lutzenberger contou ontem que uma hora após a morte de Chico Mendes um amigo comum — cujo nome ele não quer

revelar — telefonou do Acre e avisou do assassinato. Este amigo disse que o líder dos seringueiros foi morto ao sair do banho, com um tiro direto no coração.

"Nós todos sabíamos que ele ia morrer. Essa mídia não para", disse Lutzenberger, não querendo definir quem é a "mídia". "No Acre, eles sabem quem são os mandantes, quem é o assassino, e ninguém faz nada. Possivelmente até o presidente Sarney sabe", disse o ecologista gaúcho.

Ele telefonou ontem para jornais e entidades ecológicas de Londres, da Alemanha Ocidental e da Suíça: "Este assassinato terá uma enorme repercussão mundial", prevê Lutzenberger. Ontem à noite, um grupo de ecologistas reuniu-se com jornalistas alemães para assistir a uma fita de vídeo em uma entrevista com Chico Mendes.

O presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (Agapan), Celso Marques, enviou um telegrama ontem ao atual ministro da Justiça, Paulo Brossard, exigindo providências urgentes na apuração do assassinato do líder dos seringueiros e a punição implacável dos responsáveis "notoriamente conhecidos na região". O telegrama diz também que a impunidade dos criminosos seria um escândalo na opinião pública nacional e internacional.

Partido Verde faz acusações ao Planalto

"Chico Mendes era o ecologista brasileiro mais conhecido mundialmente depois de José Lutzenberger. Recebeu várias prêmios internacionais, que vinculam os empréstimos financeiros ao Governo brasileiro às questões ambientais", declarou ontem, no Rio de Janeiro, o líder do Partido Verde, Alfredo Sirkin.

Aos 44 anos, quando o pai de dois filhos, Chico Mendes esteve permanentemente ligado às causas ecológicas. Desde a fundação do Partido Verde, ele vinha trabalhando em conjunto, embora não fosse filiado. Ele esteve recentemente no Rio de Janeiro para a reunião do Partido Verde e a Amazônia, quando os

ecologistas colocaram uma enorme faixa sobre o Morro da Urca. Essa mesma faixa será colocada no Viaduto do Chá, em São Paulo, no próximo dia 1º de janeiro.

As circunstâncias de sua morte violenta, de acordo com Sirkin, colocaram em evidência a incompetência do Governo Federal para tratar das questões do meio ambiente. "Qualquer entrada que se abra será uma via de devastação ecológica e uma ameaça de genocídio dos povos nativos. Ficou claro que o Governo não pode garantir a preservação do meio ambiente, porque seus próprios instrumentos de controle estão no lado do crime", denunciou Alfredo Sirkin. (AE)

24-12-88

24-

OAB e SBPC culpam Brossard. E decidem pedir sua demissão

Em reunião ontem à tarde na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro — convocada pelo Partido Verde —, representantes de mais de 40 entidades, entre elas a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), decidiram pedir a exoneração do atual ministro da Justiça, Paulo Brossard, e do superintendente da Polícia Federal do Acre, Mauro Spotto, considerados responsáveis pelo assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, o ecologista Francisco Mendes.

Os ecologistas decidiram também formar uma comissão que vai entrar em contato direto com os consultores do Banco Mundial, pedindo a suspensão de todos os financiamentos de projetos na Amazônia até que os responsáveis pelo assassinato de Chico Mendes sejam punidos e os trabalhadores daquela região da Amazônia tenham garantia de vida.

"Os mandantes e os criminosos são conhecidos", disse ontem à noite o deputado estadual Carlos Minc. Segundo ele, o ministro Brossard e o superintendente da Polícia Federal no Acre sabiam das ameaças e não fizeram nada para impedir a morte de Chico Mendes. (AE)

01.01

8903635

098

CNBB condena ameaças ao bispo de Rio Branco

O presidente da CNBB e arcebispo de Mariana, em Minas Gerais, Dom Luciano Mendes de Almeida, considerou uma brutalidade o assassinato do líder ecologista Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, e acredita que o aparato policial montado para garantir a vida do bispo de Rio Branco, Dom Moacir Grechi, que está sendo ameaçado de morte por latifundiários, poderá ser um paliativo e, com isso, incentivar ainda mais a violência naquela região.

Segundo Dom Luciano, essas ameaças a padres e sindicalistas revelam "a perversidade das intenções e a fragilidade dos argumentos". As autoridades já foram devidamente informadas e estão se empenhando para descobrir os responsáveis pelo assassinato de Chico Mendes, bem como em assegurar a defesa da vida de Dom Moacir Grechi. Estas iniciativas, no entanto, são de difícil eficácia, quando os agressores não têm receio de atentar a sangue frio contra a vida de pessoas inocentes, acrescentou o presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

Dom Luciano Mendes de Almeida disse ainda que atos de violência devem ser punidos pelas autoridades — para que a impunidade não incentive ainda mais os crimes absurdos. Ele criticou os meios que estão sendo usados para se fazer a reforma agrária no Brasil, dizendo que "essa reforma agrária por meios pacíficos e eficazes será difícil obter a justiça no campo". (AG)

Z. Hora 27/12/88

01.01

8903638

988

Protestos e reação nos Estados Unidos

Um telex de protesto pela morte do líder ecologista Francisco Mendes foi enviado ontem por várias organizações de defesa do meio ambiente dos Estados Unidos ao presidente José Sarney. Outra reação das organizações ambientalistas norte-americanas foi exigir uma reunião imediata com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias — devido ao papel central de Chico Mendes nos projetos de proteção ao meio ambiente e das comunidades indígenas da Amazônia.

"Queremos uma reação do Banco Interamericano", disse ontem, em Washington, a capital dos Estados Unidos, um amigo pessoal do líder ecologista assassinado, o antropólogo Steve Schwartzman, do "Environmental Defense Fund".

No telex enviado ao presidente Sarney, os ecologistas dos Estados Unidos pedem que "use o seu mandato para pôr termo aos atos de violência contra as comunidades enraizadas na Floresta Amazônica e seus representantes", acrescentando: "Concretamente, pedimos que seja formada, de imediato, uma equipe de investigação independente, para apurar o crime horrendo que teve lugar em Xapuri".

A mensagem a Sarney afirma, ainda: "Sinceramente, esperamos que a luta de Francisco Mendes pela preservação dos recursos naturais não tenha sido em vão, e que a sua morte trágica sirva de incentivo para a aceleração da criação de assentamentos extrativistas na região".

Os funcionários do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, que conheceram Chico Mendes também repartiram uma profunda tristeza, após receber um fac-símil com a notícia detalhada do assassinato do líder ecologista e camponês. Muitos deles estiveram com o próprio Chico Mendes, este ano, no Estado do Acre, ou o receberam na capital norte-americana, em 1987. A notícia também chocou os funcionários do Banco Mundial, especialmente os que trabalham em projetos brasileiros.

O grupo ecologista mexicano dos Cam protestou ontem, energicamente, na cidade de México, junto ao Governo brasileiro, pelo assassinato do ecologista Francisco Mendes. "A barbárie inominável de destruir a selva do Amazonas agora se agora a barbárie do assassinato de Mendes", disse o dirigente do Grupo Los Camo, o jornalista e poeta mexicano Héctor Aridjis. "É urgente que o Governo brasileiro respeite e faça respeitar os direitos à natureza bem como os direitos humanos, freie imediatamente a destruição deste polvoroso mundo e castigue os assassinos, ecocidas e etnocidas que mataram Mendes".

Z HORA 26/12/88

058

PR. F. SS.

CHICO MENDES

El ecólogo brasileño Francisco "Chico" Mendes fue asesinado a balazos, el 22 de diciembre pasado, en la puerta de su casa, en el estado de Acre. Una personalidad destacada en su país y el extranjero, Mendes se había dedicado a la preservación de la selva amazónica.

Estaba vinculado al Partido de los Trabajadores brasileño y organizaciones nacionales e internacionales dedicadas a la protección del medio ambiente. Era líder nacional de los caucheros y del Sindicato de Trabajadores Rurales de Kapuri (estado de Acre). Actuaba como consultor de las Naciones Unidas y el Banco Mundial sobre el impacto ambiental de las inversiones proyectadas para la región.



Cayó víctima de la sorda violencia que parece campear en amplias regiones del Brasil. De acuerdo a datos de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), en 1987 se produjeron 582 conflictos documentados sobre la tierra, con 109 asesinatos, 143 amenazas de muerte, 276 casos de prisiones ilegales, 132 casos de lesiones y 88 de tortura de campesinos o sus familiares. La misma fuente estimó que entre enero y fines de diciembre de 1988 habían sido asesinadas 33 personas, entre trabajadores rurales, abogados, agentes pastorales, colonos y caucheros. Para el 31 de diciembre ya era necesario agregar una víctima más a la lista: José Francisco Araújo, padre de seis hijos, fue asesinado con un tiro de escopeta en la puerta de su casa, en el estado de Paraíba.

No es sorprendente, entonces, que pujan en aquellas regiones pobres y marginales del Brasil asesinos a sueldo, los temidos "capangas", dedicados al ejercicio de una profesión muy rentable, bien pagos por terratenientes y seguros de una relativa impunidad, fundada en la complicidad de algunas de las autoridades, o el simple temor que provocan sus acciones.

EL ASESINATO

La CPT, un órgano asesor de la Conferencia Nacional de Obispos del Brasil, ha denunciado frecuentes casos de amenazas contra obispos y sacerdotes por su actitud en defensa de los trabajadores rurales. El 28 de diciembre, se informó que el obispo de Río Branco, capital del estado de Acre, también estaba amenazado de muerte por los hacendados de la región. Los mismos que han sido acusados de estar involucrados en el asesinato de Mendes.

No hay duda de que el ecólogo sabía perfectamente que su vida estaba en peligro. Los contactos personales, las continuas noticias en los medios de comunicación sobre actos de violencia, las estadísticas recopiladas por organizaciones como la CPT seguramente le recordaban a Mendes y sus colaboradores los riesgos que corrían. También era evidente la impotencia de las autoridades para proteger a los vivos y encontrar a los culpables de los asesinatos y demás actos de violencia.

Puede ser que Mendes tuviera la esperanza de que su celebridad, las denuncias que realizara a las autoridades acerca de las amenazas de que era objeto, sus declaraciones a la prensa y dos guardaspaldas sirvieran para ampararlo del odio de sus poderosos enemigos. Mendes reveló que había recibido reiteradas amenazas de muerte de Dary y Alvarinho Da Silva, dos importantes hacendados de la región, por organizar manifestaciones en contra de la deforestación de la selva por los ganaderos. Esas actividades contribuyen a la destrucción de la foresta tropical, amenazando los árboles de los que dependen los caucheros para ganarse un sustento.

LA CONSIGNA

"Chico" Mendes fue asesinado por su dedicación a la causa de la protección del medio ambiente, especialmente de la selva tropical brasileña. El alcance de su campaña excedía ampliamente los límites del Brasil. La selva amazónica es un elemento fundamental del complejo ecosistema global. Tiene considerable influencia sobre el clima y fenómenos tan preocupantes como el efecto de invernadero.

El Director Ejecutivo del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente señaló que la única manera válida de hacer que "el sacrificio de este hombre tenga sentido para la Humanidad es continuar con la batalla que emprendió para salvar la selva del Amazonas de los terribles peligros que la circundan". El mejor homenaje a su memoria, por lo tanto, es seguir bregando para asegurar la protección efectiva del medio ambiente.

Juan Oribe Stemmer

01 01

8903695

098

JBS (Hulgar)

A greve, governo e pacto

Sérgio Cusato dos Santos

A greve dos servidores públicos federais sofre, antes de mais nada, a reação a uma política salarial marcada pela discriminação e arbitrariedade. Nesse aspecto, esse movimento, que já dura mais de um mês em algumas entidades, coloca em cheque a legitimidade do governo central para articular, ou mesmo participar, do pacto nacional que começa a ser elaborado entre empresários e trabalhadores.

A desestruturação a que está sendo submetida a administração pública federal desautoriza o governo na tomada de iniciativas que visam buscar uma saída de consenso para o atual impasse, sem antes procurar negociar e promover um processo que resulte numa maior racionalidade e justiça na política de recursos humanos praticada pelo próprio setor.

Na verdade, as dinâmicas do emprego e das remunerações nas atividades típicas do Estado (judiciário, saúde, educação, segurança etc.)

têm sido fortemente condicionadas pela prática de medidas clientelistas, em todas as esferas do poder. Paradoxalmente, num país onde a maior parte da população não é atendida em suas necessidades humanas mais elementares, os fatores relacionados com a essencialidade dos serviços públicos pouco têm interferido na determinação dos níveis de ocupação e rendimentos desse segmento estatal.

Assim, ao mesmo tempo em que propõem (no discurso) uma maior austeridade no uso da coisa pública, os governos federal, estadual e municipal fazem crescer a oferta de postos de trabalho no âmbito de suas administrações a uma taxa quase duas vezes superior àquela observada para o resto da economia nos três últimos anos.

A forma pela qual são administrados os rendimentos dos trabalhadores vinculados ao governo federal revela outra dimensão da falta de racionalidade e coerência no trato dos recursos públicos. A título de ilustração, podemos tomar os comportamentos das remunerações médias anuais de três assalariados que ingressaram por concurso público e no início da década dos 80 em três segmentos ligados ao governo central: na magistratura, em uma carreira profissional qualquer do Poder Executivo e no Banco do Brasil.

O quadro abaixo revela trajetórias bastante díspares do poder de compra desses servidores durante o ajuste recessivo (81-84). O funcionário do Banco do Brasil conseguiu manter seu poder de compra acima do experimentado em 1980, exceto no último ano do ajuste, enquanto os demais servidores sofreram perdas acentuadas.

Nos anos posteriores à recessão, o magistrado e o funcionário do Banco do Brasil lograram obter ganhos expressivos, enquanto o servidor do Executivo, não vinculado a nenhuma categoria específica, não conseguiu recompor seu poder de compra do início da década. Os números também apontam para o agravamento das disparidades salariais durante o período da auto-denominada Nova República (85-88).

Fatores distintos concorrem para explicar esses comportamentos tão diferentes.

A magistratura, segmento chave para dar sustentação ao governo, notadamente quando lhe falta legitimidade, teve sua verba de representação ampliada em 170% reais, no decorrer

Rendimentos médios no setor público

	(1)	(2)	(3)
1985	93,64	122,54	104,93
1987	82,34	118,49	132,80
Varição 80/88	- 18,04%	25,56%	56,07%

(1) Média de rendimentos dos servidores do Poder Judiciário; (2) Média de rendimentos dos servidores do Poder Executivo; (3) Média de rendimentos dos servidores do Banco do Brasil.

desse nove anos, e beneficiou-se, a partir de 1983, de uma interpretação sui generis da gratificação por tempo de serviço (chamado repício), que permitiu que esses rendimentos (incluindo a verba de representação) fossem acrescidos em até 140%.

No Banco do Brasil, tais outorgas de fatores contribuíram para que as remunerações de seus servidores experimentassem a trajetória anteriormente indicada. A primeira, de caráter objetivo, relaciona-se com a excelente performance dessa instituição financeira estatal ao longo desses anos, paralelamente à atuação agressiva de uma das mais bem estruturadas representações sindicais do país.

A falta de base de sustentação política do governo central, aliada ao peso deste banco no sistema financeiro nacional, também contribuiu para que as negociações fossem favoráveis aos funcionários, especialmente nos dois últimos anos. A importância desse fator pode ser avaliada pela negociação que equiparou as remunerações do Banco do Brasil às do Banco Central, solução dada pelas próprias autoridades econômicas para por fim ao movimento grevista de 1987 e que continua tendo desdobramentos no sentido de elevar os rendimentos desses bancários (aumento de mais 40% a título de equiparação na decisão do TST do último dia 25).

Além desses, os dispositivos internos — garantindo a estabilidade do emprego e um sistema de promoções automáticas (fora os assaltos) — têm exercido um papel relevante para viabilizar a progressão dos rendimentos neste banco estatal ao longo do tempo.

Nem contexto inerentemente desfavorável situaram-se os servidores do Executivo, não enquadrados em nenhuma carreira especial. O reduzido poder de barganha, aliado ao inteiro desleixo dos gestores de política com as atividades tipicamente de governo, fizeram com que esses servidores amargassem, inúmeras vezes, reajustes abaixo dos estabelecidos pela legislação em vigor.

Os casos que revelam posturas acentuadamente diferenciadas no interior do setor público federal poderiam alongar-se. Chama a atenção dos que passam pela Esplanada dos Ministérios nesses dias, por exemplo, o fato das Secretarias de Administração (Sedap) e do Planejamento (Seplan) não terem aderido à greve dos servidores federais. Esse procedimento, longe de refletir um movimento espontâneo de solidariedade dos servidores com

seus dirigentes, parece ter motivações mais diretamente ligadas ao socorro da perda da comissão concedida aos funcionários vinculados (sic) à Presidência da República. Convém lembrar que esse privilégio resulta em valores mensais que ultrapassam, na maioria das vezes, os demais itens que compõem as remunerações desses servidores públicos.

Para não nos atermos exclusivamente às distorções do Executivo e Judiciário, poderíamos buscar as explicações da não adesão, também, dos funcionários públicos do Poder Legislativo ao movimento de seus pares menos afortunados. A justificativa é simples: parcela considerável dos rendimentos dos funcionários do Congresso Nacional independe das regras dos conflitos trabalhistas, ou mesmo, dos caminhos pelos quais irá trilhar a política salarial. Não obstante terem direito a uma gratificação por encerrarem atividade legislativa, esses servidores recebem adicionais por serviços extraordinários, determinados periodicamente pela Câmara e Senado, que chegam a superar em três vezes o valor de seus vencimentos básicos.

Os momentos vivenciados na Esplanada dos Ministérios nos últimos dias são manifestações concretas das situações anteriormente descritas. Nas suas, um contingente de servidores ruidosos reivindica melhores condições de trabalho, entre outras coisas por, não raramente, passarem pelo vexame de ver impresso em seus contra-cheques um valor adicional para que seus rendimentos não fiquem aquém do menor salário legalmente estabelecido. Nos gabinetes, segmentos que de alguma forma beneficiaram-se, ou não foram tão beneficiados, pela maior proximidade do centro decisório e/ou pelo maior poder de barganha, assistem a tudo como plateia adônta.

No centro dessa crise, um governo inerte que, se por um lado, não deixa de lançar mão de critérios clientelistas na admissão e promoção de parte de seus funcionários, por outro invoca as amarras constitucionais para não proceder à imediata e necessária reforma administrativa. Este mesmo governo busca credenciar-se junto à sociedade como um interlocutor aberto e justo para participar e, até quem sabe, conduzir o pacto. Aceite quem quiser.

Sérgio Cusato dos Santos é presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, pesquisador do Núcleo de Saúde Pública da UnB e subsecretário de Saúde do Ministério do Trabalho.

058

f 8 (Medio Aus)

CNEN controla radiação dos navios americanos

Os ecologistas do Rio de Janeiro não precisarão mais realizar um protesto ecológico na Baía de Guanabara em razão da presença do submarino nuclear da força-tarefa dos Estados Unidos. A esquadra americana chegou ontem ao Rio, mas ao contrário do que estava previsto, o submarino Shark movido a propulsão nuclear e o navio-tanque USS Sumter, não chegaram a entrar na Baía, permanecendo em alto mar.

Durante a permanência da força-tarefa Unitas 29, uma equipe da Comissão Nacional de Energia Nuclear irá realizar duas vezes por dia a monitorização da água ao redor do submarino. "Não existe risco de vazamento de radiatividade, mas essas medidas de segurança, além de rotina, ajudam a manter a tranquilidade da população", explica o presidente da CNEN, Rex Nazareth.

A operação Unitas 29, permanecerá no Rio até o próximo dia 19, durante esse período realizará manobras simuladas de guerra em conjunto com forças aéreas e navais do Brasil. Estão previstas visitas públicas para hoje, amanhã e quarta-feira, no horário de 13 às 17 horas, nos três navios da esquadra atracados no píer da Praça Mauá, o contratorpedeiro USS Sampson, a Fragata USS W.S. Sims e o destróier USS Nicholson. (AG)

ZHUORA 7/11/88

24 7/11/88

DIREITOS HUMANOS

Voz mais forte

A Anistia Internacional ganha adeptos no país

No dia 12 de outubro do ano passado, cerca de 40 000 pessoas se reuniram em São Paulo para assistir a um evento denominado *Direitos Humanos Já* — um show de música pop com a presença de astros internacionais, como Sting, Tracy Chapman e Bruce Springsteen. Promovido pela Anistia Internacional, o concerto fez parte de uma turnê que percorreu quinze países para divulgar e comemorar os quarenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas. A partir desse evento, uma nova entidade começou a ganhar força no país — a Seção Brasileira da Anistia Internacional, que duplicou seu quadro de militantes de 300 para 600 membros desde outubro do ano passado e hoje está organizada em seis Estados brasileiros.

"A Anistia quer um mundo sem tortura, sem pena de morte e sem presos de consciência", define Carlos Alberto Idoeta, um administrador de empresas que preside a Seção Brasileira desde que ela foi criada, em maio de 1985. "Somos um novo processo civilizatório", discursa ele. O aumento do número de membros da entidade no Brasil inclui também uma mudança qualitativa. Pela primeira vez desde sua criação, a Seção Brasileira está conseguindo arregimentar um número significativo de jovens, a maioria deles atraída a partir do concerto de outubro. "Fui para ver os artistas e acabei me interessando pela causa da Anistia", afirma a estudante Flávia Liz de Paulo, de 20 anos, uma das novas militantes da entidade. Para Idoeta, a Anistia chama a atenção dos jovens por seu caráter apolítico e imparcial: "Temos membros de várias posições políticas e lutamos por todas as pessoas que sofrem violência, independentemente de sua nacionalidade ou ideologia", afirma.

Do Rio Grande do Sul vem outra boa novidade para os membros da Anistia Internacional no Brasil. Por iniciativa da entidade, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei

que inclui a disciplina Direitos Humanos no currículo dos policiais formados pela Academia de Polícia do Estado. A lei foi sancionada pelo governador Pedro Simon e o conteúdo da nova disciplina está sendo desenvolvido por uma comissão formada por representantes de entidades como a Ordem dos Advogados e a própria Anistia, além das secretarias da Educação e da Justiça. "É a primeira iniciativa desse tipo na América Latina", diz Ricardo Balestrieri, vice-presidente da Seção Brasileira da Anistia em Porto Alegre.

PRIORIDADE — Na sexta-feira passada, a presidente mundial da Anistia, a italiana Franca Sciuto, desembarcou no país para uma visita de quatro dias, com o objetivo de ver de perto o crescimento da entidade no Brasil e discutir com os militantes locais formas de organização e financiamento do órgão. "O Brasil é uma prioridade para



Franca Sciuto, na sede da Seção Brasileira: "Somos persistentes"

nós", afirma Franca Sciuto, que aproveita a viagem para divulgar a preocupação da Anistia com as violações dos direitos humanos no país. "A situação é muito grave", ela acha. "Há assassinatos e tortura no campo e nas cidades, e o governo não se preocupa em punir os responsáveis", denuncia Sciuto. A Anistia Internacional, que conta com 700 000 filiados em mais de 150 países, tem mobilizado seus membros para pressionar o governo brasileiro, através de cartas e abaixo-assinados. Segundo Sciuto, a única resposta até o momento partiu do deputado Amaral Netto, do PDS. No final do ano passado, ele enviou cartas para centenas de membros da entidade em várias partes do mundo. Nessas cartas, Amaral Netto escreveu um palavrão. "Isso é muito triste, é um nível muito baixo", comenta Sciuto. "Mas nós somos persistentes", garante ela.

STM

Prêmio difícil

Um voto empenha a nomeação de Aluizio Alves

Depois do escândalo que acompanhou sua saída do extinto Ministério da Administração, quando contratou dezoito amigos e parentes, o ex-ministro Aluizio Alves esteve no centro de outra confusão das grandes. Ao ser votada sua indicação para ocupar uma vaga no Superior Tribunal Militar, na semana passada, computaram-se os votos de 57 senadores na urna — mas apenas 56 deles votaram, conforme o registro de um funcionário encarregado da contagem. Ou se está diante de uma fraude grosseira, ou de um erro primário na contagem dos votantes. "Acredito que houve apenas um erro

de registro", diz o presidente do Senado, Nelson Carneiro. Se a votação tivesse sido correta, Aluizio Alves teria sua indicação aprovada — ele teve 27 votos a favor e 25 contra.

A suspeita de que houve fraude torna-se mais incômoda quando se examinam as dificuldades que Aluizio Alves vinha encontrando. O ex-ministro tem contra si, principalmente, a Constituição. Para ser ministro do STM, o candidato precisa

ser "advogado de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional". Segundo dois cartórios de Natal, não há na Justiça do Rio Grande do Norte, Estado do ex-ministro, qualquer ação patrocinada por Alves — o que prova que ele não vem exercendo a advocacia, já que, em Brasília, só atua como político. O prestígio do cargo, os 7 000 cruzados novos mensais que rende a seu ocupante, o apartamento funcional e o carro com motorista parecem ser motivo suficiente para que o ex-ministro continue pleiteando a indicação. Nesta terça-feira haverá outra votação no Senado para definir a situação. Se Aluizio Alves merecer a aprovação dos senadores, o governo Sarney terá conseguido premiar um ex-auxiliar com passagem medíocre pelo ministério e que hoje é menos lembrado por suas realizações do que pelos empregos que distribuiu aos apadrinhados.

098

FSS (Sindicato)

SINDICATOS

A tática da baderna

A greve na Mannesmann abre a discussão sobre a mais nova técnica dos sindicatos — a ocupação

Quando os trabalhadores da Mannesmann, uma siderúrgica de Belo Horizonte, passaram pelos portões da fábrica a caminho de casa, às 22 horas da última quinta-feira, chegava ao fim uma das greves mais estranhas que o movimento sindical brasileiro já produziu. Para os 5 000 metalúrgicos da Mannesmann, que durante dez dias ocuparam a empresa e viveram a ameaça constante de serem retirados à força pela polícia, a greve trouxe uma recompensa — 26% de reajuste salarial. Para os demais trabalhadores do país, o final da greve representou um alívio — o caso da Mannesmann foi um desses episódios que serão lembrados muito mais pelo volume de encrencas que não chegou a criar do que pelas conquistas salariais alcançadas por seus participantes.

A última vez que grevistas haviam ocupado uma empresa foi em novembro do ano passado em Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Os metalúrgicos invadiram a Companhia Siderúrgica Nacional numa greve com desfecho trágico — uma ação desastrosa de tropas do Exército para abafar o movimento deixou três operários mortos. Em 1985, os trabalhadores que ocupavam a General Motors em São José dos Campos, no interior de São Paulo, mantiveram 370 funcionários administrativos da empresa em cárcere privado por 50 horas. Num caso, os soldados entraram pela contramão na sua ação inexplicável. No outro, os trabalhadores se transformaram em carcereiros. Os dois episódios são apenas exemplos mais drásticos de ocorrências observadas em ocupações de empresas durante greves, sempre com risco para o bom andamento das coisas. "A ocupação é ruim para a imagem sindical", afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros. "Tira o poder de barganha e pode provocar reações extremadas", acrescenta. "Esse tipo de greve atrapalha a negociação", ensina a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck. "Da mesma forma que a resistência dos empresários em dialogar", diz ela.

Nos últimos quinze dias, em duas outras grandes empresas de Minas Gerais ocorreram greves dessa família baderna. A siderúrgica Belgo-Mineira, na periferia de Belo Horizonte, ficou ocupada durante oito dias — um acordo encerrou o movimento na se-

gunda-feira da semana passada. Na Maferisa, uma estatal que fabrica trens e caminhões, entretanto, a ocupação continuava até sexta-feira 24. Um dos argumentos prediletos utilizados por alguns sindicatos para justificar a ocupação das fábricas é que esse tipo de mobilização seria o meio mais eficaz para engordar os salários dos trabalhadores. A prática mostra que isso não é verdade. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, onde residem os metalúrgicos mais bem pagos do país — seus salários chegam a 700 000 cruzados novos mensais —, nunca houve uma greve assim. De um mês para cá, mais de 100 000 metalúrgicos paulistas também conseguiram reajustes semelhantes aos da Mannesmann — apenas cruzando os braços fora das empresas.

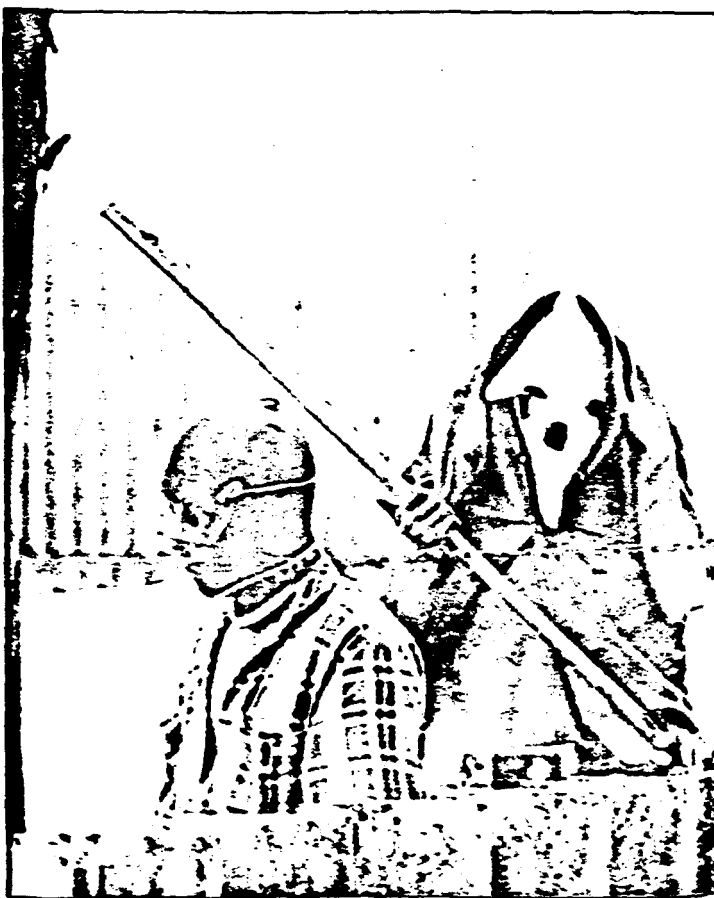
MÁSCARAS DE PAPELÃO — As ocupações

de fábrica, na realidade, só têm ocorrido naqueles lugares onde as lideranças sindicais acreditam que este é o melhor método para mobilizar os trabalhadores. O deputado federal Luiz Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, acha as ocupações de empresa uma boa forma de os empregados conseguirem aumento de ordenado. "Considero a ocupação uma técnica eficaz, pacífica e válida", afirma ele, numa típica declaração de candidato interessado em empinar sua campanha junto a seu público original, os metalúrgicos, e que não tem a exata noção do que está dizendo — as ocupações ferem um dos direitos elementares da Constituição em vigor no país, que é o direito de propriedade. "Essa

é uma forma aprimorada de paralisação", afirma José Maria de Almeida, líder da greve na Mannesmann e militante da Convergência Socialista, organização trotskista que se abriga no PT e na CUT.

Um dos aspectos mais impressionantes da ocupação da Mannesmann foi o afincado que o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte demonstrou na preparação do movimento. Desde que os trabalhadores cruzaram os braços no dia 14, o sindicato passou a submetê-los a uma forma peculiar de disciplina. Em dias normais, os trabalhadores mostram seus crachás funcionais para entrar na empresa. Durante a greve, o próprio sindicato distribuía as senhas de identificação com o carimbo da entidade — uma cor para entrar e outra para sair. Durante a ocupação, os 5 000 grevistas nunca estiveram juntos na Mannesmann — eles entravam e saíam respeitando os turnos de trabalho.

"Havia um clima de guerrilha na greve", diz o presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais, Stefan Salej. A afirmação é exagerada. Na Mannesmann, o clima era, de fato, tão bem-comportado entre a maioria dos grevistas que, no final da paralisação, a empresa não encontrou nenhum equipamento do seu patrimônio danificado. O problema da temperatura ambiente, no entanto, era real. No auge do conflito,



Grevistas na Mannesmann: máscaras e capuzes...

quando a Polícia Militar dispunha de uma ordem judicial para desocupar a fábrica, os grevistas prepararam-se para um verdadeiro duelo. Ergueram barricadas na frente dos portões de entrada — um deles tinha um trator engatado num trailer — e ameaçavam explodir a fábrica. "Nossas armas são nossas ferramentas de trabalho", avisou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Paulo Cesar Funghi, referindo-se às barras de ferro disponíveis no local e aos produtos químicos, como oxigênio e acetileno, que poderiam se transformar em explosivos.

A greve na Mannesmann também exigiu cuidados especiais e dinheiro — o sindicato calcula que gastou 2 300 cruzados novos em cada dia da paralisação, ou 360 salários mínimos ao longo de toda a ocupação. Cientes de que sua identificação no episódio poderia lhes trazer complicações posteriores, até mesmo a perda do emprego, os trabalhadores se disfarçaram improvisando máscaras com jornais, papelão e meias femininas. A empresa fechou três



A ocupação: conflito trabalhista com dimensões políticas

dos quatro restaurantes de sua fábrica e cortou o fornecimento de energia elétrica, as ligações telefônicas e o transporte em ônibus para os trabalhadores.

BATALHA FANTASMA GÓRICA — Nesse nível de tensão, a greve deixou de ser um problema trabalhista para se transformar numa questão política. O presidente José Sarney acompanhou a greve através de informes do Serviço Nacional de Informações, o SNI.

Em nenhum momento o governo pensou em deslocar tropas do Exército para as portas da Mannesmann, como aconteceu em Volta Redonda — hoje em dia, a ação militar naquele episódio é considerada um grande erro na maioria das conversas em voz baixa que ocorrem no Planalto. O governador mineiro, Newton Cardoso, também adotou a tática da paciência — retardou a invasão da fábrica pela Polícia Militar até que as duas partes chegassem a um acordo. Ao Planalto e ao governo de Minas não interessava ver repetidas as cenas de Volta Redonda num ano delicado, de eleições presidenciais.

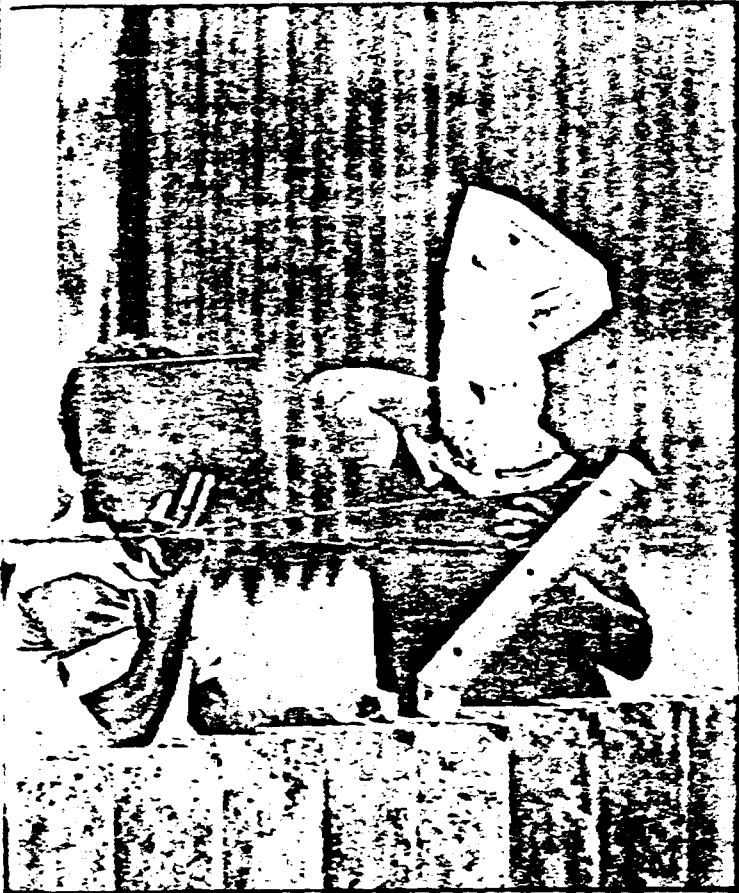
Quando o movimento terminou, os metalúrgicos deixaram a fábrica com seus salários engordados em 26%. "Prevaleceu o bom sen-

so sobre a intransigência", comemorou Funghi, o mesmo que, dias antes, planejava transformar as ferramentas de trabalho em armas para uma fantasmagórica batalha sindical que não houve. Já na sexta-feira, a Mannesmann voltou ao seu funcionamento normal. O movimento de ocupação da siderúrgica mineira, no entanto, deixou, em seu rastro, duas faces do movimento sindical brasileiro.

Uma delas diz respeito à situação em que se encontram os sindicatos, capazes de comprometer, frequentemente, sua competência para mobilizar os assalariados na defesa de seus interesses — como já havia ocorrido na greve geral de 14 e 15 de março. O sindicalismo brasileiro atravessa o regime de 64 sob uma legislação autoritária e, após quatro anos de governo civil, tem dado seguidas demonstrações de que a cada vez mais dificulta as empresas de fincar os números de sua folha de pagamentos sem promover uma negociação que seja aceita pelos empregados.

CONSTITUIÇÃO NA FORMA — A outra questão reside no amadurecimento das lideranças sindicais. Não se trata de debater se ocorrem greves demais ou de menos — mas de saber por que elas ocorrem, e como. É melhor, para os assalariados, a existência de sindicatos capazes de mobilizá-los na defesa de seus interesses — até mesmo fazer greves, quando, como último recurso, se tornam inevitáveis. O problema das ocupações habita outra geografia do sindicalismo, pois elas prejudicam os assalariados.

Em primeiro lugar, porque funcionam como melhor argumento para as forças que preferem tratar a política salarial com a violência. Não interessa a ninguém, muito menos aos trabalhadores, que todo conflito dos aumentos de salários se transforme numa nova crise política. Em segundo lugar, as ocupações funcionam como uma carga de combustível para o caldeirão conservador que, no Congresso, irá definir como vai funcionar o direito de greve assegurado pela Constituição. Em linhas atuais, a Carta de Leis é uma das mais liberais do mundo — permite greves de todos os tipos em todos os setores. Desde a semana passada, com as ocupações de fábricas, descobriu-se que a legislação pode ser derrubada com o auxílio de um inesperado adversário: o sindicalismo irresponsável.



...em dez dias de tensão e ameaças de violência

Refinadores de coca descobrem o Brasil

Rosental Calmon Alves

Correspondente

WASHINGTON — Os chefões colombianos que controlam a maior parte da produção mundial de cocaína descobriram o Brasil. Primeiro, foram buscar produtos químicos usados no processo de refino da droga. Apesar das grandes distâncias e das dificuldades de transporte, carregamentos importantes de éter e acetona começaram a ser contrabandeados do Brasil para seus laboratórios na Colômbia, que transformam em cocaína a pasta de coca, geralmente vinda do Peru ou da Bolívia. Agora, os chefões passaram a experimentar uma forma mais lógica: transferir laboratórios para o Brasil, que fica mais próximo das zonas de produção, tanto da pasta de coca quanto das substâncias químicas necessários ao refino.

Esta é a principal conclusão das mais recentes avaliações das autoridades americanas, que dispõem de informações de primeira mão, colhidas por seus próprios agentes secretos, frequentemente bem sucedidos na difícil tarefa de se infiltrar no submundo do tráfico de drogas. Há poucos dias, a transformação do Brasil em alvo dos narcotraficantes sul-americanos foi discutida na Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos, onde se falou do efeito bala: aperta-se o balão de gás de um lado, ele se expande para o outro. Assim, os traficantes estariam se movendo para o Brasil, por causa do crescimento da repressão nos países vizinhos.

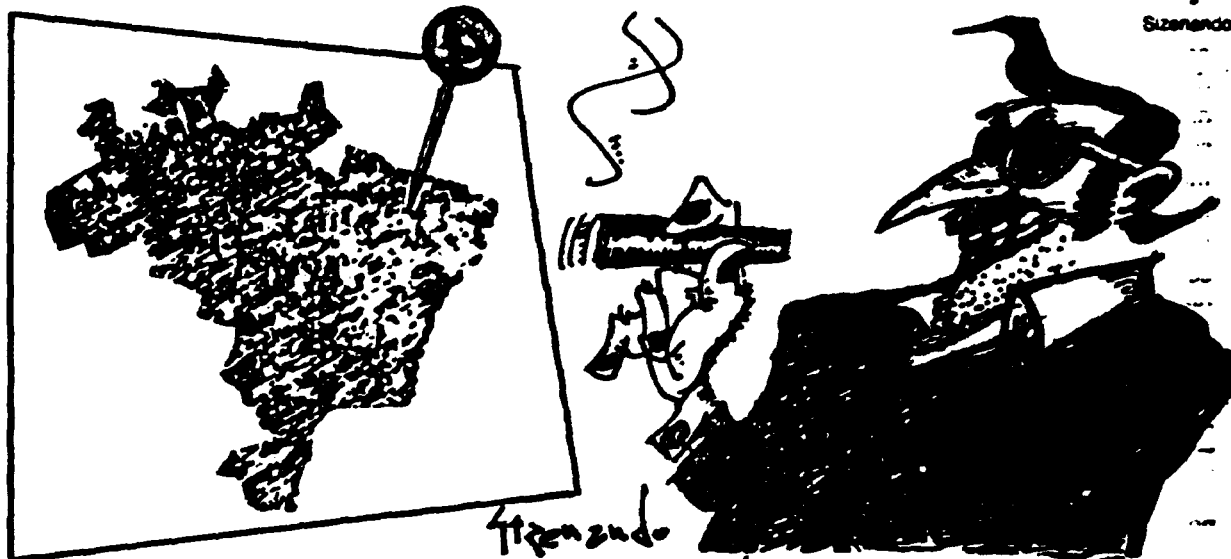
Acostumados a enfrentar em outros países amigos uma corrupção tão disseminada que ameaça as próprias instituições nacionais, os funcionários americanos garantem que no Brasil não há nada do que reclamam. De maneira geral, a cooperação do Brasil está acima da média. Comparada com as de outros países, a polícia brasileira (Polícia Federal) é mais profissional. Faltam homens, equipamentos e verbas, isto é certo, mas é por isso que estamos colaborando, disse um funcionário da divisão do Departamento de Estado, encarregado de coordenar toda a política internacional antinarcóticos dos Estados Unidos.

Na sede da Drugs Enforcement Administration (DEA), o órgão do Departamento de Justiça especializado na repressão ao tráfico, o sentimento em relação ao Brasil também é bastante positivo, mas vem seguido de uma advertência: "Por enquanto, o Brasil não tem uma corrupção como a de outros países, onde o problema das drogas é mais grave. Mas a corrupção cresce junto com o tráfico. Qualquer país que não der prioridade à luta contra o narcotráfico vai ter corrupção ameaçando suas instituições, um aumento do consumo de drogas e o enfraquecimento dos tecidos da sociedade", avalia uma fonte.

Seis agentes especiais da DEA estão neste momento atuando no Brasil, trabalhando em geral coordenados com o Departamento de Polícia Federal (DPF). Foram informações recolhidas por eles e por agentes que se encontram nos países vizinhos que trouxeram a Washington a impressão de que há uma tentativa dos traficantes, principalmente colombianos, de achar um refúgio para seus laboratórios na Amazônia brasileira.

"O Brasil pode estar hoje no estágio que a Colômbia estava há pouco mais de 10 anos. Por isso mesmo, agora é a hora de tomar decisões enérgicas contra o crescimento do problema, em vez de esperar para reagir contra o agravamento da situação no futuro", diz o agente especial da DEA Michael Kane, coordenador de programas internacionais da agência. Quando ele começou a trabalhar na DEA, como agente nas ruas de Nova Iorque, 17 anos atrás, cocaína nem era ainda problema, mas ele lembra que o mesmo processo de crescimento do tráfico, visto na América do Sul hoje, ocorreu com o ópio e a heroína, anteriormente. Depois de Nova Iorque, Kane passou vários anos na Colômbia, onde viu o problema do narcotráfico se disseminar como uma doença social, cujos sintomas dolorosos são uma desenfreada violência e uma incrível corrupção.

O funcionário do Departamento de Estado, que pediu para não ser citado pelo nome, concorda que o Brasil corre o perigo de um vertiginoso aumento das dimensões do problema das drogas, mas não vê uma perspectiva tão sombria quanto a da possibilidade de uma repetição da desastrosa situação colombiana. "No Brasil, o problema não tem a mesma dimensão, nem a mesma violência. O governo brasileiro vem sendo muito cooperativo no combate ao tráfico. É duro comparar dois países tão diferentes, a começar pelo tamanho. É bem mais difícil subverter as instituições de um país como o Brasil, que tem instituições mais sólidas. Sabemos que as pressões estão crescendo sobre a sociedade brasileira, mas acreditamos que ela será capaz de superá-las", disse ele.



Infiltração alarma autoridades dos EUA

Os americanos dão uma ajuda de 1,5 milhão de dólares (quase C\$ 700 milhões) aos programas brasileiros de combate às drogas. O problema é que ninguém sabe exatamente até que ponto já houve infiltrações dos grandes traficantes dos países vizinhos no Brasil. No ano passado, foram desmantelados seis laboratórios de cocaína em território brasileiro, um número que parece pequeno, mas que os agentes da DEA consideram bastante alarmante, sobretudo quando se verifica que até pouquíssimo tempo não se tinha notícia nenhuma desse tipo de indústria clandestina no país. Cada laboratório desses é uma verdadeira fábrica, capaz de produzir toneladas de pó.

Kane não hesita em responder que, neste momento, o problema número um do narcotráfico no Brasil é essa tendência de mudar os laboratórios da Colômbia ou até mesmo da Bolívia para o Brasil. "As fronteiras amazônicas às vezes parecem uma terra de ninguém, por serem regiões tão isoladas, sem controles aduaneiros nem nada. Além disso, os traficantes não ligam para fronteiras. Devido ao isolamento das áreas, ainda não temos informações suficientes para avaliar quantos laboratórios existem ou ter a dimensão exata do problema", disse o agente.

O segundo problema no combate ao narcotráfico internacional que os americanos encontram no Brasil é a falta de controle na produção e comercialização de produtos químicos usados nos laboratórios de cocaína. Na realidade, só recentemente os Estados Unidos adotaram registros nessa área, que têm, aliás, levado a resultados impressionantes de rastreamento de cargas até os traficantes. No Brasil, mesmo se a polícia pedir, os produtores e vendedores não têm dados que permitam esse rastreamento, o que dá maior segurança para os traficantes. "Eles estavam contrabandeando facilmente esses produtos químicos para os países vizinhos, até que descobriram que era mais fácil fazer a cocaína lá mesmo, no Brasil", disse Kane.

O terceiro problema é outra atividade crescente: o uso do Brasil como ponto de passagem da cocaína contrabandeadas, tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa. Antes do atual processo, através do qual o Brasil estaria se tornando também produtor, o país já vinha sendo usado como escala de mulas, passageiros de linhas aéreas que viajam contrabandeando pequenas quantidades de droga, escondida na bagagem ou até dentro do próprio corpo (geralmente engolidas em cápsulas).

O mais preocupante para a DEA é que têm surgido evidências de que agora, em vez de ponto de passagem de mulas, o Brasil estaria sendo usado como ponto de partida de cocaína, escondida em carregamentos comerciais. Em vez de quilos, seriam toneladas, como as que foram descobertas, meses atrás, na Flórida, ocultas dentro de madeiras que partiam da Amazônia brasileira.

Outra suspeita levantada pelos agentes da DEA que trabalham na América do Sul, é que já esteja havendo até contrabando de cocaína do Brasil para a Argentina, a caminho dos Estados Unidos e da Europa. Incrível? "Neste ramo há muitas surpresas", explica Michael Kane. "Quem poderia imaginar, uns anos atrás, que laboratórios de cocaína estivessem se mudando para o Brasil?" (R.C.A.)

Delegacia flutuante não chega à Amazônia

Um projeto, que custaria aos Estados Unidos US\$ 2 milhões e se destinava a aumentar a presença da Polícia Federal nos rios da Amazônia, acaba de ir por água abaixo. Tratava-se da doação de um pequeno navio, que seria transformado em delegacia flutuante do DPF, mas que acabou sendo rejeitado pelo Brasil porque não era adequado às condições amazônicas, onde é preciso navegar frequentemente em águas rasas. A ideia não foi abandonada, mas está difícil achar uma embarcação com o calado necessário e o custo dentro da verba disponível.

O projeto da delegacia flutuante é um exemplo de como o Brasil está tentando enfrentar os desafios criados pelo crescimento do narcotráfico e de como os Estados Unidos estão dispostos a ajudar. Entre outros programas conjuntos, há um que está sendo desenvolvido há uns dois anos para a formação, na Inglaterra, de treinadores e de chefes farejadores. Os primeiros já estão começando a atuar nos aeroportos brasileiros, tentando achar carregamentos de cocaína que estejam chegando ou deixando o país.

Um projeto científico importante está sendo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil, que também conta com a colaboração americana. Trata-se da tentativa de se obter uma técnica que permita a detecção de epadú, uma versão brasileira da árvore da coca, nas fotos dos satélites. Por enquanto, os satélites estão sendo de utilidade bastante limitada na localização das plantações clandestinas de epadú na Amazônia brasileira, porque elas geralmente estão cobertas pela selva.

De toda forma, a ajuda de US\$ 1,5 milhão que o Brasil recebe dos Estados Unidos para programas antidroga ainda é muito pequena, se comparada aos gastos em países mais atolados no narcotráfico, como a Colômbia, a Bolívia e o Peru. Tem havido, por exemplo, uma verdadeira distribuição de aviões nos países andinos, mas até agora os americanos não pensam em ceder aeronaves ao Brasil para a luta antidroga.

O projeto da delegacia flutuante foi elaborado com objetivo de superar as gigantescas dificuldades de logística, para cada diligência de grande porte na Amazônia. A ideia é de que o navio seja uma espécie de nave-mãe, da qual partam barcos menores para missões de patrulhamento. Os americanos queriam comprar um navio de pesquisas hidrográficas, que era usado no golfo do México por uma companhia de prospecção de petróleo, para adaptá-lo em estaleiros daqui, reduzindo o calado e criando acomodações adequadas para um nutrido grupo de policiais.

Primeiro, houve um problema burocrático interno no governo brasileiro. Quem iria tripular o navio? A Marinha achava que devia entrar com os tripulantes, mas assim a Polícia Federal perdia o controle de sua delegacia flutuante. No final, chegou-se a um acordo e o navio seria mesmo dividido entre a Marinha e o DPF. O problema é que uma missão brasileira, que veio acertar os detalhes técnicos finais nos Estados Unidos, alguns dias atrás, chegou à conclusão de que, nem mesmo com as adaptações que se pretendiam, o navio teria condições de se embrenhar pelos rios amazônicos.

Ainda assim, para mostrar que o projeto não foi totalmente abandonado, funcionários americanos informam que já estão sendo compradas as primeiras lanchas, que no futuro serão usadas em conjunto com as delegacias flutuantes. Elas estão sendo fabricadas nos Estados Unidos. (R.C.A.)

OS

F 55 (M. Amb)

guarda mágoa nenhuma do presidente Sarney — e até faz planos de, em 1990, lançar-se numa campanha eleitoral para tornar-se deputado federal. Existe uma novidade nesse triângulo que gravita em volta do STM, contudo, e ela reside na opinião que Clerot formulou a respeito de Belham, o ministro que deu início à investida contra Aluizio Alves. "O Belham é sereno e independente", afirma Clerot.

Humilhado, o ex-ministro Aluizio Alves procurava, na semana passada, montar sua defesa com a postura de quem estaria prestes a se transformar numa vítima de um gesto arbitrário. "Estão querendo me cassar pela segunda vez", afirma Aluizio Alves, referindo-se a uma das mais conhecidas esquisitices promovidas pelo regime do AI-5, que, em 1969, cassou seus direitos políticos num processo em que era acusado de corrupção — sem que se apresentasse uma única prova capaz de sustentar as denúncias de irregularidades lançadas a seu respeito. O arbítrio de 1969 é real — tanto que um oficial enviado pelo SNI para Natal, com a função de xeretar minuciosamente todas as

acusações que haviam contra ele, voltou à Agência Central, em Brasília, convencido de que nenhuma suspeita conseguia ficar de pé.

O problema, no caso, é saber como se pode classificar a ideia de enviá-lo para o STM. O problema, agora, não são as denúncias que cercaram sua conduta ao longo dos quase quatro anos



Clerot: de fora

que passou no ministério do presidente Sarney, e que envolviam irregularidades de várias famílias. Trata-se, no caso, de um problema técnico. Mandar um ministro como Aluizio Alves para o STM é uma proposta tão descabida quanto a do presidente Sarney convocar, por exemplo, um cardiologista de competência internacional, como Adib Jannet, do Instituto do Coração de São Paulo, para cuidar de uma pasta como o Ministério das Minas e Energia onde, no lugar de pontos de safena e exames de artérias coronárias, o médico seria obrigado a analisar perfurações em campos de petróleo e os números da produção mineral do país.

É certo que, vez por outra, um presidente da República instala bons amigos nos tribunais superiores. A situação ideal é a de patrocinar candidaturas indiscutíveis, como foi, por exemplo, a do ex-ministro da Justiça Paulo Brossard para o STF — pode-se até lembrar o pacote de impropriedades que Brossard andou dizendo antes de se despedir do governo, mas

é inegável que tem qualificação para o cargo. Às vezes, Sarney promove nomeações polémicas, como aconteceu com um antigo assessor, Edson Vidigal, que enfrentou um clima de hostilidade silenciosa ao chegar ao Tribunal Federal de Recursos. Nada se compara, contudo, com a reação diante de Aluizio Alves. Prova de que, nesse caso, Sarney exagerou com a amizade.

Buscando compor o figurino de uma vítima, Aluizio Alves diz que o comportamento do brigadeiro Belham tem como fundamento uma antiga desavença, ocorrida em 1965, quando era governador do Rio Grande do Norte. Segundo o ex-ministro, naquele ano ele foi procurado por um coronel da Aeronáutica, Paulo Salema, que comandava a Base Aérea de Natal, que lhe fez uma proposta ousada — queria seu apoio para se tornar o próximo governador do Estado. Aluizio relata que se negou a dar suas bênçãos às pretensões políticas de Salema e que, a partir daí, passou a sofrer uma perseguição dura por parte do coronel. Conforme o ex-ministro, o coronel Salema contou, ao longo de toda a sua empreitada, com a solidariedade de seu superior, o hoje brigadeiro George Belham.

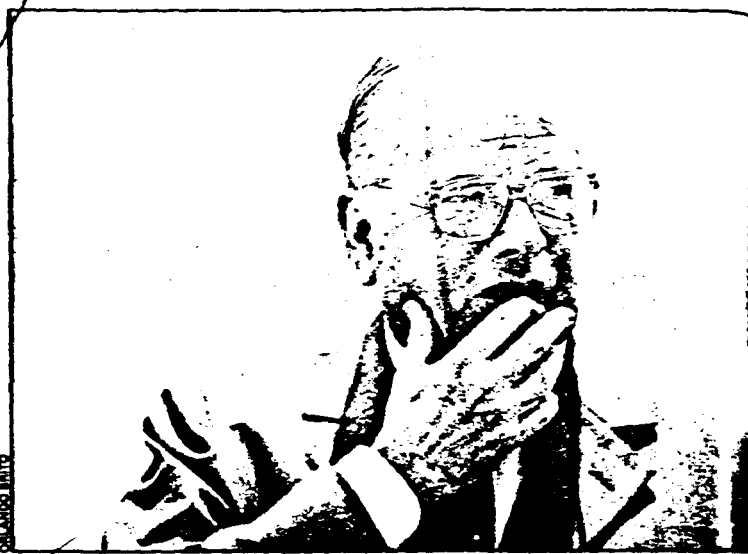
Procurado por VEJA na sexta-feira da semana passada, Belham desmentiu qualquer participação no episódio. "O local mais próximo de Natal onde servi foi Salvador, a 1 000 quilômetros de distância", afirma. Líder de uma rebelião que tomou o centro das atenções do mundo político de Brasília, o brigadeiro Belham afirma que a revolta do STM é marcada pela serenidade. "Não há nada de pessoal contra ele", diz Belham, que afirma estar preocupado com o item da Constituição que obriga à comprovação de dez anos de exercício da advocacia. "Nem entramos no mérito dos outros dois requisitos, que são idoneidade e saber notório", acrescenta. Político conhecido pela teimosia com que briga pelos projetos que o interessam, Aluizio Alves pode até sair vitorioso em seu esforço para entrar no STM. Pode ser que seja empossado com um plenário vazio, e também pode ser que esse risco de um protesto mais duro não se concretize. É certo, no entanto, que o estrago já foi feito. Caso venha a tomar posse, Aluizio Alves assume sua cadeira numa situação de completo desprezo por seus pares — o que pode transformá-lo num ministro ímpar.

DIPLOMACIA

O Plano Sodré

O ministro queria negociar dívida e ecologia

Há três meses, quando a discussão sobre preservação do meio ambiente no Brasil floresceu como um assunto mundial, em consequência do assassinato do ecologista Chico Mendes, as autoridades brasileiras resolveram partir para o contra-ataque e passaram a condenar qualquer tipo de proposta que pudesse levar à chamada internacionalização da Amazônia. Sabe-se, agora, que a primeira proposta oficial, concreta e detalhada, a respeito da participação de entidades estrangeiras no controle da



Sodré e o memorando do Senado americano: no papel...

Amazônia partiu de onde menos se esperava — do próprio governo brasileiro. O autor de um pioneiro projeto nessa direção foi o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, que no início de janeiro apresentou a uma platéia de congressistas americanos a sua ideia de criar uma reserva ecológica na Amazônia, numa área de 10 milhões de hectares. Em troca, o Brasil seria aquinhado com um desconto de 1 bilhão de dólares em sua dívida externa.

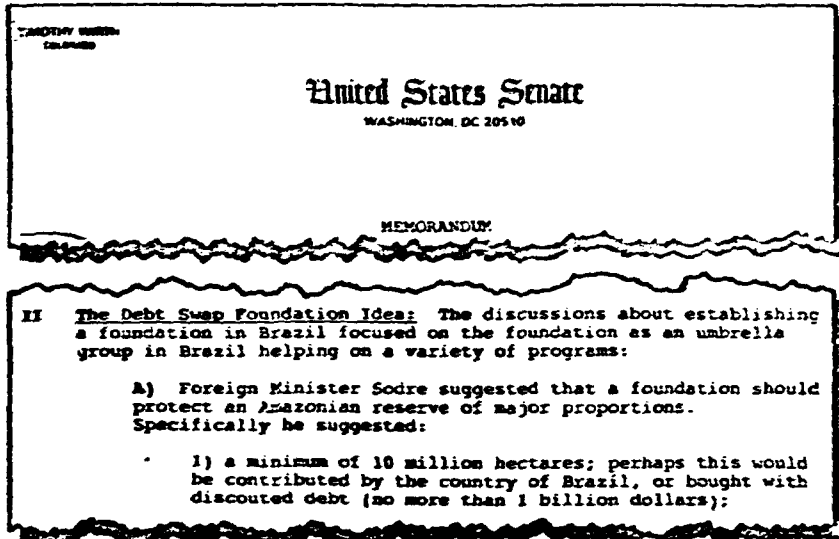
O projeto, exposto por Sodré ao longo de um almoço no Itamaraty, contemplava ainda uma série de outros detalhes. O ministro sugeriu, por exemplo, que fosse criada uma fundação de caráter privado, a ser administrada por brasileiros e representantes de outros países. A fundação contaria com o apoio técnico de 100 ecologistas treinados, além de guardas florestais, que poderiam cuidar da ecologia amazônica com o auxílio de dois ou três helicópteros — até esse detalhe estava previsto em sua

proposta. A sugestão do chanceler brasileiro foi recebida com entusiasmo pela delegação de parlamentares americanos e chegou a ser saudada pelo senador Timothy Wirth, do Colorado, presente no almoço, com o nome eloquente de Plano Sodré. Wirth achou tão boa a proposta do ministro que se deu ao trabalho de registrá-la em um documento com o timbre do Senado americano (veja reprodução).

Não foi necessário muito tempo, porém, para que os parlamentares americanos descobrissem que, em vez de terem vislumbrado um primeiro gesto do governo brasileiro nessa área, estavam tomando parte numa das mais divertidas comédias de erros já produzidas pela diplomacia do país. Menos de duas horas após o almoço, em uma audiência com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto, Wirth e seus

divida externa", disse de Korte em seu discurso. "Poderia haver uma ligação entre as duas coisas", sugeriu em seguida. Sodré, que de antemão já tinha conhecimento das declarações que seriam feitas pelo ministro holandês, como sempre acontece em solenidades desse gênero, viu sua grande chance de afinar o seu discurso com o do governo de que faz parte. "O Brasil não vai se tornar reserva ecológica da humanidade", respondeu o chanceler brasileiro, num tom ao mesmo tempo duro e ensaiado — o Serviço de Imprensa do Itamaraty já estava a postos para dar ampla divulgação as suas palavras.

Na fronteira americana das trapalhadas do Plano Sodré, que até chegou a ser elogiado pelo *The New York Times*, em volta havia também uma floresta de confusões. No memorando em que enumera os itens



— uma atropalhada idéia de trocar 10 milhões de hectares por 1 bilhão de dólares

colégas ouviram uma conversa bem diferente. Sarney devastou a proposta de seu chanceler e fez questão de deixar bem claro que o Plano Sodré não passava de um projeto improvisado por seu ministro das Relações Exteriores, sem a menor relação com a posição do governo a respeito. "Foi uma pisada na bola", resume um funcionário do Itamaraty. "Essa proposta nunca poderia ter sido feita por um ministro de Estado, ainda mais o próprio responsável pelas relações do Brasil com outros países."

FLORESTA DE CONFUSÕES — Assustado com as dimensões de seu tropeço, Sodré ainda tentou reabilitar-se quinze dias depois. A oportunidade não poderia ser melhor: durante um jantar oferecido no Itamaraty ao vice-primeiro ministro da Holanda, Rudolf Willem de Korte, que também desembarcou no Brasil com uma série de preocupações ecológicas. "O Brasil possui uma grande floresta tropical e uma grande

do suposto projeto, Wirth manifesta o receio de que o prolongamento da Rodovia 364, pela qual o Brasil abriria uma porta para o Pacífico, venha a representar um aumento das relações comerciais entre o Brasil e o Japão. O temor do senador americano, na verdade, não tinha qualquer fundamento econômico ou prático. Do ponto de vista econômico, essa constatação pôde ser comprovada na última quarta-feira, quando o Banco Interamericano de Desenvolvimento prometeu liberar um empréstimo de 44 milhões de dólares para a pavimentação da Rodovia 364. Do ponto de vista prático, numa economia fechada como a brasileira, tudo aquilo que os japoneses mais gostariam de vender é justamente o que, impedido pela legislação, o Brasil não gosta de comprar — equipamentos eletrônicos e automóveis.

GOVERNO

Um duro teste

Antônio Carlos sofre uma cirurgia no coração

A saúde do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, enfrentou seu mais duro teste. Na terça-feira da semana passada, o ministro foi submetido a uma intervenção cirúrgica para o implante de duas pontes de safena, duas pontes mamárias e para corrigir um aneurisma de seu coração. A operação, executada pela equipe do cirurgião Adib Jatene, do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, durou nove horas e chegou a colocar em risco a vida do ministro. Após a cirurgia, Antônio Carlos foi recolhido à Unidade de Terapia Intensiva do Incor, onde permaneceu por 42 horas, até a manhã da última quinta-feira, sob rigorosa observação médica. "Esse tipo de cirurgia é delicado e, em muitos casos, pode levar à morte do paciente", admite Adib Jatene.

Quase um mês depois de ter sido internado no Incor, vítima de um enfarte do miocárdio, Antônio Carlos começou a apresentar sinais preocupantes em seu quadro clínico no último domingo, quando foi submetido a um minucioso exame. Os resultados colhidos pelos médicos indicaram que várias artérias do coração do ministro estavam obstruídas — o que poderia levar a um novo enfarte. Nessa situação, Jatene e sua equipe optaram pela cirurgia, que, devido a suas características, poderia até provocar uma hemorragia generalizada — o que acabou não acontecendo. "O ministro está se recuperando muito bem", diz o cirurgião Adib Jatene. O sintoma mais nítido das complicações na saúde do ministro das Comunicações está sendo sentido no núcleo do governo. Acostumado a conviver com uma equipe problemática de auxiliares, o presidente José Sarney pretendia atravessar seu último ano de mandato com seu ministério intacto. Com a ausência de Antônio Carlos, que deve se prolongar por quase dois meses, o presidente fica privado da presença de um dos poucos ministros que ainda conseguem conferir algum tipo de coerência à ação de seu governo.



Magalhães: operação difícil

DS8

Brasil: amenazas de muerte a 350 defensores de la reforma agraria

PORTO ALEGRE, Brasil. (EFE). — Cerca de 350 obispos, sacerdotes, pastores, sindicalistas y pequeños agricultores han sufrido amenazas de muerte por defender a los brasileños "sin tierra" o apoyar la reforma agraria, según estadísticas de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB).

El vicepresidente de la CNBB, Ivo Lorscheiter, informó en Porto Alegre que el cardenal Aloisio Lorscheiter, de Fortaleza, y el obispo de São Feliz de Araguaia, el español Pedro Casaldáliga, están en la lista negra de terratenientes y "escuadrones de la muerte".

Los registros aparecen en los archivos de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) de la iglesia católica brasileña, que canaliza la lucha por los derechos de los campesinos y por la repartición justa de

la propiedad rural.

También han recibido amenazas de muerte los obispos de Cruz Alta, Jaco Hilgert, de Rio Branco, Moacir Grecchi, y el de Volta Redonda, Valdir Calheiros, quien apoyó recientemente un movimiento huelguista en una empresa que terminó con la ocupación militar y la muerte de tres trabajadores.

En la lista también figuraba el ecologista y sindicalista Francisco "Chico" Mendes, asesinado el pasado 22 de diciembre.

Se entregó hacendado

El presunto autor intelectual del asesinato de "Chico" Mendes se entregó el domingo, a la policía después de permanecer varios días fugitivo, se informó ayer en Rio Branco.

El hacendado Darli Alves da Silva, acusado también por otros asesinatos en el estado amazónico de Acre, es el padre de Darli Alves Pereira, el autor material del crimen, que se entregó a la policía el 26 de diciembre, cuatro días después de la muerte del ecologista.

El hacendado se encontraba huido en compañía de otro de sus hijos, Darzilinho, de su hermano, Alvarino, y de otros tres pistoleros, por una inhóspita región cercana a la frontera con Bolivia.

Más de cincuenta hombres de la Policía Federal brasileña tenían rodeado el lugar.

De otra parte se informó que una de las cinco mujeres de Darli Alves da Silva, Francisca da Silva, de 23 años, se suicidó ayer cortándose las venas y dejó tres hijos de menos de cuatro años.

EL DIA

10/1/89

F 88

01.01

8903849

098

Matanza de indios en Brasil

BRASILIA (ANSA).- El Presidente de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), Luciano Mendes de Almeida, divulgó ayer un documental de la entidad en el que denuncia "la invasión de tierras de los indios Yanomami" por cerca de 100 mil garimpeiros (buscadores de oro, uranio, etc., en yacimientos).

Mendes de Almeida advirtió que "los indios corren el riesgo de ser exterminados por los intereses económicos, políticos y militares, respaldados por el Estado, que debería defender los derechos indígenas".

En lo que se refiere a los derechos indígenas, el titular de la "CNBB" condenó el retiro de la misión católica "Castrimani", porque los misioneros denunciaban las frecuentes invasiones a tierras de los indios y cuestionaban la omisión gubernamental, y declaró que "el Papa Juan Pablo II afirmó que el Estado tiene la obligación de promover y favorecer los derechos de las minorías, sobre todo el derecho a la vida y a la preser-

vación de la cultura indígena", durante el mensaje pronunciado "el Día de la Paz Mundial".

En el extenso documento bajo el título "En defensa del pueblo Yanomami", la "CNBB" alertó contra el delito de genocidio practicado contra los 9 mil indios que viven en los Estados de Amazonas y Rio Raima (región noroeste del país), reclama por la impotencia o la convivencia de la Fundación Nacional del Indio (FUNAI), que "ampara esas acciones delictivas tipificadas por la legislación penal brasileña como despojo posesorio, homicidio, lesiones corporales, formación de cuadrillas o bandas de incitación a la violencia".

REDUCCION DE TIERRAS

La entidad nacional de los obispos "CNBB", también acusó al gobierno de "reducir en un 70 por ciento las tierras pertenecientes a los Yanomami y dividir el 30 por ciento restante en 19 áreas discontinuas, lo que significará la sentencia de

muerte para ese pueblo indígena".

"Para revertir ese cuadro -afirma la CNBB- solicita la revocación de esa resolución interministerial por ser inconstitucional, que destruye la integridad física y cultural de los Yanomami y la urgente demarcación de las tradicionales tierras ocupadas por ese pueblo indígena, comprendido en cerca de 9 millones de hectáreas, o sea 9 mil kilómetros cuadrados cercanos a los límites de Brasil con Perú, Bolivia, Colombia y Venezuela".

El documento reclama "la inmediata y definitiva retirada de todos los 'garimpeiros' y exige responsabilidad penal para aquellos que estimularon y respaldaron este genocidio o la omisión respecto a la adopción de providencias para evitarlo".

"Brasil -continúa- no puede pactar con la destitución de las poblaciones indígenas con el desarrollo y la seguridad de nuestro país, ni puede ser forjado sobre los cadáveres de los Yanomami".

88/12/14
LEA 7

LEA 17/12/88

01.01

8903851

98

Presidente da OAB ajuda acusação

F.S.S.
BRASÍLIA — O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, comunicou ao diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, que participará do julgamento do assassinato do líder sindical Chico Mendes, como auxiliar da promotoria. Bastos revelou que terá a colaboração de mais três advogados, nomeados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo o presidente da OAB, o grupo participará das investigações, que estão em andamento. "Recebi uma carta manuscrita da viúva de Chi-

co Mendes, pedindo ajuda, e um recado do bispo de Rio Branco, Moacir Grechi. Além disso, faço parte da Ação pela Cidadania, movimento criado semana passada, depois do naufrágio do *Bateau Mouche IV*, com a finalidade de manter a sociedade civil atenta e fiscalizar o Poder Público, para tentar pôr fim à impunidade", disse Márcio Bastos.

Ele vai sexta-feira a Campinas (SP), examinar os laudos elaborados pelos peritos da Unicamp que exumaram o cadáver de Chico Mendes. Quer ver o vídeo feito na ocasião e ouvir os técnicos, porque "eles estão com uma

visão muito precisa de tudo". Depois, viajará a Xapuri (AC).

Com Romeu Tuma, Márcio Bastos examinou o laudo pericial da reconstituição do crime. "Trata-se de uma peça simples mas importantes", disse o presidente da OAB. Segundo o advogado, o delegado Tuma não acrescentou novidades aos fatos já conhecidos. "Nós estamos lutando para que exista um julgamento de verdade, eficiente. Queremos que o direito penal passe a existir, ou seja, que não apenas o assassino seja punido, mas também todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente."

01.01

8903875

098

Brasil no admite gestión internacional en el Amazonas

Brasilia.

El gobierno de Brasil dijo que no admitirá una gestión internacional de su territorio amazónico, tras denunciar un aumento de las presiones desde el extranjero a raíz del asesinato de un activista ecológico.

La banca privada internacional, el Banco Mundial y el gobierno de Japón han retardado la concesión de créditos a Brasil por cuestiones ambientales.

"La cuestión ambiental se ha tornado prioritaria en nuestras relaciones externas", dijo el vicescanciller brasileño, Paulo Tarso Flecha de Lima.

"El presidente Sarney admitió que hay espacio para la cooperación internacional en la cuestión del medio ambiente y estamos tomando una serie de medidas pues no somos insensibles a esa preocupación internacional", dijo el embajador Flecha de Lima.

El vicescanciller dijo que Brasil será la sede de una conferencia internacional sobre los problemas del medio ambiente en 1992.

"Pero, de ahí a admitir una administración internacional de nuestros recursos, asunto que está directamente relacionado con nuestra soberanía, hay una gran distancia, eso es inadmisible", dijo el diplomático.

"Reconozco que hay una fuerte presión internacional al respecto aunque sería justo decir que el caso de Brasil es sensiblemente mejor que el caso de los propios países industrializados", señaló el diplomático, acusando a las naciones desarrolladas de haber causado mayores daños al medio ambiente.

F.S.S.
(Medio Ambiente)

LE REPUBLICA

27/12/88

01.01

8903887

094

Trabajadores y empresarios brasileños discuten el nuevo plan cruzado

F.S.S.

13/01/89

(52)

SAO PAULO (BRASIL) (EFE).- Dirigentes de las mayores centrales sindicales y asociaciones de empresarios de Brasil quieren discutir las medidas económicas que está elaborando el gobierno y advirtieron que no aceptarán una reducción del poder de compra de los trabajadores, informó ayer la prensa local.

Los presidentes de la Central Unica de Trabajadores (CUT), Jair Meneghelli, y de la Confederación Nacional de los Trabajadores Metalúrgicos, Lutz Antonio Medeiros, se reunieron el miércoles en Sao Paulo para analizar las noticias que han trascendido sobre el contenido del plan nuevo cruzado que prepara el gobierno.

PLAN DE RESISTENCIA

Al final del encuentro, los líderes de las dos principales corrientes del sindicalismo brasileño anunciaron que elaborarán un plan de resistencia contra cualquier tipo de medidas que impliquen una reducción de los salarios o una agudización de la recesión económica que vive el país.

"La convocatoria ayer de un paro general de 24 horas sería muy fácil, porque hay condiciones objetivas y subjetivas para ello, pero no queremos hablar más de paros para rechazar medidas, sino de un paro dentro de un plan para ser negociado con el gobierno", declaró Meneghelli.

El dirigente metalúrgico Lutz Antonio Medeiros, que venía participando, a diferencia de CUT, en las negociaciones del "Pacto Social", fue el primero en hablar de

un paro general si el gobierno suprime la Unidad de Referencia de Precios (URP) que determina los reajustes salariales.

Paralelamente, la Federación de las Industrias del Estado de Sao Paulo (FIESP), que agrupa a más del 50 por ciento del producto industrial brasileño, se reunió el miércoles con los economistas Mario Henrique Simonsen y Antonio Delfin Neto, ex Ministros durante el anterior régimen militar.

ESTABILIZACION ECONOMICA

"Cualquier propuesta de estabilización de la economía brasileña debe ser previamente discutida en el ámbito del pacto social", indica la declaración emitida al final de la reunión, en la que también se exige al gobierno una reducción drástica del déficit público.

El Consejo Superior de Economía de la FIESP afirma que "el gobierno debe cumplir la Constitución, que limita los gastos de personal al 65 por ciento de las recaudaciones", y añade que las decisiones de recortes presupuestarios deben ser acompañadas por una demostración inequívoca de que serán cumplidas.

Para el presidente de la FIESP, Mario Amato, una estabilización temporal de precios y salarios puede ser viable si el déficit público es reducido a cero, pero advirtió que el gobierno pierde el tiempo y frustra a la población si no demuestra que está decidido a reducir su endeudamiento.

El equipo económico del gobierno continuaba ayer discutiendo el plan nuevo cruzado con el Presidente José Sarney.

Fuentes de la Secretaría de Planeamiento, en Brasilia, señalaron que las nuevas medidas económicas podrían ser anunciadas a partir del próximo domingo.

Leo 13/01/89

01.01

8903896

Repudio sindical a nuevo plan económico brasileño

Campaña contra violación de las leyes

BRASILIA y SAN PABLO. (ANSA). — El gobierno brasileño definió ayer las principales líneas del nuevo programa económico, "Plan Verano", para cortar el proceso inflacionario (que registró el índice record del 28,6 por ciento en diciembre último) y desindefatizar la economía, fijando mensualmente precios y salarios y disponiendo la extinción de los reajustes mensuales de sueldos según la inflación, lo cual fue repudiado unánimemente por los gremios.

El ministro de Hacienda, Mailson da Nobrega, sostuvo hoy que el programa "deberá preservar, en principio, la corrección monetaria y cambiaria, con la aplicación de una rigida política fiscal y monetaria, tendiendo al control del déficit público" (fijado este año en el 2 por ciento del Producto Interno Bruto -PIB-) y que además prevé la restricción de la emisión de títulos públicos y una suba drástica de la tasa de interés "para evitar exacerbar el consumo".

"La disposición del gobierno es la de adoptar las medidas que fueran necesarias para el combate rápido y sustancial de la inflación, junto con un rigido control de precios y la aplicación de penalidades por el alza injustificada de los productos", anunció Mailson da Nobrega.

Añadió que "las medidas serán duras y deberán ser adoptadas en el menor lapso posible; el gradualismo llegó a su fin. La estrategia experimentada en los últimos 20 años —dijo— es mala ante una sociedad que reclama hoy medidas fuertes para revertir rápidamente el ritmo inflacionario".

En la próxima reunión del comité de nego-

ciaciones del "Pacto Social", fijada para el 18 de enero próximo, que reunirá a los representantes de empresarios, trabajadores y del gobierno, las autoridades económicas gubernamentales presentarán una propuesta para la extinción de la Unidad de Referencia de Precios (URP).

Este mecanismo permite el reajuste salarial mensual por el promedio de la inflación de los tres últimos meses, que sería ahora sustituido por la prefijación de precios y salarios y, entonces, la diferencia entre el índice prefijado y la inflación real sería sólo efectuada una vez al año.

Campaña contra impunidad

El clima de falta de respeto a las leyes imperante en Brasil llevó a eclesiásticos, abogados y políticos a lanzar una campaña nacional exigiendo que los delitos no queden impunes.

La campaña lanzada ayer aquí por destacadas personalidades de la vida pública del país se vio promovida por dos hechos salientes.

El asesinato de un respetado ecólogo en la Amazonia y el hundimiento de una nave repleta de turistas en la bahía de Rio de Janeiro atrajeron la atención sobre un problema al que muchos consideran como el más grave del país: la falta de acatamiento a las leyes.

Los brasileños resumen la situación en una sola palabra: "impunidad" y todos los habitantes saben lo que esto quiere decir en Brasil.

En un extremo de la escala significa que nadie presta la menor atención a los semáforos

F.S.S.
6/1/89
23

El Día 6/1/89

Metalúrgicos de Tubarão terminam greve sem reajuste

VITÓRIA — Depois de 22 dias de greve e sem conquistar a principal reivindicação — 9,6% relativo a perdas salariais durante o Plano Bresser — os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) decidiram retornar ao trabalho a partir de hoje. A decisão foi tomada no início da noite, em assembleia nos portões da usina. A empresa concordou em não demitir grevistas e formar uma comissão para estudar a reposição dos dias parados.

Depois de tentar — sem sucesso — reabrir as negociações, e preocupada com o nível de violência das últimas horas, a diretoria do sindicato defendeu o retorno ao trabalho como forma de reorganizar o movimento e aguardar o julgamento do dissídio da categoria no Tribunal Superior do Trabalho (TST), previsto para o início de março.

As cenas de violência da madrugada de quinta-feira, quando 16 pessoas saíram feridas, 34 ônibus foram danificados e até o carro do presidente da companhia, José Moraes, foi atingido por uma pedrada, não se repetiram ontem. Mas dos 88 ônibus que saíram da empresa em busca de funcionários, 15 ficaram pelos bairros com os pneus furados.

Por volta das 9 horas, um ônibus e uma Kombi de uma prestadora de serviço da CST, a Heilen's Refeições Industriais, foram atingidos por pedradas quando tentavam furar o piquete próximo ao portão central da companhia. Ninguém ficou machucado e a Polícia Militar não prendeu ninguém.

A violência contra os próprios operários, segundo o diretor do sindicato, Raimundo Kappel, pode ser entendida como consequência do cerco da polícia e também das 200 demissões anunciadas pela direção da empresa. "Como é que você vai controlar essa indignação? Os trabalhadores estão apenas reagindo", analisa.

Seja como for, as pedradas conseguiram reduzir a presença de trabalhadores que compareciam ao trabalho. Os dados são da própria CST. Pelas suas contas, ontem só chegaram à empresa 2 mil 800 operários, contra os 3 mil 700 da quinta-feira. "Nós esperávamos um número bem maior, mas é indiscutível que houve recuo", admitiu o assessor de imprensa da presidência, Deusdedit Azevedo Dias.

Os cinco Opalas dos diretores foram

estrategicamente substituídos por Monzas alugados. Uma secretária da diretoria dava bem o panorama da manhã. No seu ônibus geralmente viajam 40 pessoas. Mas ontem só 18 arriscaram a viagem. Aos passageiros dos ônibus, a CST distribuiu uma nota, ensinando regras de segurança.

O prejuízo que chega a US\$ 32,7 milhões vai aos poucos sendo recuperado, segundo a direção da empresa, mesmo com o funcionamento precário. Nas últimas 24 horas, a aciaria conseguiu fazer 15 "corridas" de aço, com uma produção de cinco toneladas em cada um dos três turnos. O comando de greve, no entanto, continua afirmando que boa parte do aço produzido não tem a menor qualidade e está apenas sendo estocado.

A direção da empresa também garante que o Porto de Tubarão está operando normalmente. Na verdade, o movimento de embarques é bastante pequeno, e o embarque de 30 toneladas de placas de aço para as Filipinas estava sendo feito com os guindastes do próprio navio. A agência do Banco do Brasil, que funciona no interior da empresa, simplesmente não abriu suas portas ontem.

038

Nova central

Uma nova central sindical poderá surgir para disputar espaço político com a CUT e a CGT. De 20 a 22 de janeiro, os sindicalistas que formam a corrente clássica progressista — articulada após o rompimento do PC do B e de líderes independentes com a CGT no dia 09 de abril passado — vão decidir se montam uma estrutura formal de organização ou se agitam uma autêntica independência das atuais estruturas sem nenhum acompanhamento jurídico.

Os principais membros da corrente clássica — os sindicalistas ligados ao PC do B — não sabem avaliar qual o grau de penetração que esta tem dentro do movimento sindical. De qualquer forma, suas conquistas ultrapassaram as da CGT do que a CUT. A medida da força da nova corrente será aferida no encontro de janeiro, a ser realizado na UFRJ.

10/4/83

J B. 0.11

5.20.0.10.11

238

Ruído do inseto revela estado de alerta ou sexo

Inseto ortóptero (com oito pernas) da subordem grylloidea, o grilo vive em todo o Brasil e tem várias espécies. Em Altião, segundo a pesquisadora Ângela Lyra, a espécie em questão deve ser a *gryllus assimilis*, que aparece com frequência nos campos brasileiros e vive de atacar hortas e raízes de outras plantas. Autora da tese *Biocologia e controle do gryllus assimilis*, Ângela diz que este inseto possui dois cantos que causam irritação

ao ser humano: o intermitente anuncia o ato sexual; o repetido, após pequenos intervalos é um sinal de alerta.

A pesquisadora acredita que em Altião devem estar ocorrendo as duas coisas. Os grilos vêm se reproduzindo muito e, por isso, cantam intermitentemente; por estarem com fome, usam o grilo de alerta. O grilo, explica Ângela, tem vida média de 50 a 70 dias, embora alguns cheguem a 100 dias. Segundo Ângela, eles são atraídos pela luz, sobretudo a amarela, comum nas cidades do interior. As luzes de outras cores não são de seu agrado. Como o grilo se esconde de dia e se alimenta à noite, ela acha que apagar as luzes pode ser uma providência eficaz.

J D O B 7/9/88

01.01

8903940

098

Fim do impasse. Índios voltam para a reserva

ZERO HORA — Sábado, 17.09.88 — PÁGINA 28

Desabrigados

A Coordenação de Defesa Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, em 15 de setembro, registrou o número de desabrigados diminuído bastante no Estado, registrando um total de 200 pessoas em apenas três cidades. A tendência é de que, durante o final de semana, a situação volte ao normal. Até ontem à tarde em Lajeado havia 100 desabrigados. Em Estrela, 120, e, em Montenegro, 100 pessoas.

De acordo com a Defesa Civil, o nível dos rios é o seguinte: Taquari, na altura de Lajeado, estava em 4,55 metros. O normal é 2,57 metros. Da mesma forma, o Rio Cai, em Montenegro, registrava 6,00 metros, quando o normal é 2,57 metros. Até o final da tarde de ontem, a Coordenação de Defesa Civil do Estado não havia recebido nenhum relatório das prefeituras gaúchas, apontando as próximas chuvas pelas enchentes. (Central de Interior/EMI)

Os 110 índios que estão acampados em Povoado Fundo, desde o dia 2 de dezembro, em virtude do conflito com o cacique Samuel Claudino, deverão retornar na próxima terça-feira para a reserva da Guarita, em Tenente Portela. A solução do impasse, segundo o delegado regional da Funai, Francisco Eugênio dos Santos, foi possível depois de uma conversa que o delegado da Polícia Federal de Santo Ângelo manteve com o cacique.

Nesta conversa, de acordo com o dirigente da Funai, o cacique Samuel Claudino assinou o compromisso, firmado em documento, de que os índios podem retornar para a reserva, sem sofrer qualquer represália, e que terão suas casas devolvidas. Ele não aceitou apenas o retorno de três índios, Francisco Ribeiro, Amândio Ribeiro e Francisco Alfinista, que teriam sido os causadores de todo o conflito. Ficou acertado também que as terras dos três índios serão divididas entre aquelas famílias que possuem menos terras.

Francisco Eugênio dos Santos acredita que,

com isso, o caminho está aberto para o entendimento dentro da reserva indígena. Apesar de se mostrar satisfeito com a solução do impasse, o delegado da Funai afirma que não se pode dizer que foi um final inteiramente feliz, porque mesmo os índios retornando para a reserva a situação vai continuar instável, enquanto não for erradicado inteiramente o problema que gerou todo o conflito e que vai continuar gerando, ou seja, o arrendamento ilegal de terras.

Quanto à questão dos arrendamentos, Francisco Eugênio dos Santos diz que virá uma comissão de técnicos da Funai, de Brasília, para fazer um levantamento geral da área, incluindo o número de arrendatários e a extensão das terras arrendadas. Após, será elaborado um projeto, visando conseguir recursos do governo federal, para que seja implantada uma nova opção de vida dentro desta área indígena. (Central de Interior/EMI)

01.01

8903941

43

43

278

dados divulgados ontem pelo MEC revelam também que a formação escolar deficiente resultou em 30 milhões de pessoas que não compreendem o que lêem e que 52% das crianças matriculadas na primeira série do 1º grau não chegam a segunda série.

MEC diz que País chegou a 50 milhões de analfabetos

Um levantamento recente do Ministério da Educação (MEC) revela que dos 30 milhões de brasileiros, 50 milhões — entre jovens e adultos — são analfabetos. Além disso, mais da metade — 52% — das crianças matriculadas na primeira série do 1º grau não chegam a segunda série e apenas 18% concluem o 1º grau. O MEC reconhece ainda que os poucos alunos que continuam os estudos não têm formação para uma participação de fato na sociedade, pois a parcela significativa das escolas tem turmas com apenas duas

horas diárias de aulas, insuficientes para o processo de aprendizagem.

O secretário de Ensino Básico do MEC, José Raimundo Carvalho, que dividiu os dados, explicou ainda que a formação deficiente proporcionada pela redução da carga horária, 3 milhões de brasileiros não comparecem em oitavo e outros 50 milhões não concluem o ensino fundamental. Segundo ele, com esses dados o Ministério da Educação vai comemorar amanhã o Dia Nacional da Alfabetização, e que servem para uma reflexão sobre a situação brasileira.

Pesquisas realizadas em 1985 demonstram que de 50 milhões de crianças matriculadas no 1º grau, naquele ano, 25 milhões eram repetentes. Para Carvalho, a repetência causa maior dispêndio em salas de aula e professores e representa um problema ao próprio aluno, porque o fracasso pode trazer outras consequências à criança, bem como à família e à sociedade. "Sem a eliminação do analfabetismo no Brasil, o desenvolvimento do País se tornará impossível", declarou Carvalho. (A1)

01.01

8903942

CSX

Pastoral lista 350 ameaçados de morte em vários estados

PORTO ALEGRE — — Cerca de 350 nomes de bispos, padres, pastores, agentes pastorais, sindicalistas e lavradores de todo o país que sofreram ameaças por quem apóiam a reforma agrária, entre eles, Dom Aloisio Lorscheider, cardeal de Fortaleza, e Dom Pedro Casaldáliga bispo de São Félix do Araguaia, constam de lista registrada nos computadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia. A informação foi dada ontem pelo vice-presidente da CNBB para a Região Sul, Dom Ivo Lorscheider.

Entre os religiosos, estão o gaúcho Dom Jacó Hilgert, bispo de Cruz Alta, Dom Moacir Grecchi, bispo de Rio Branco (que sofreu, recentemente, diversas ameaças por ocasião da morte do sindicalista e ecologista Chico Mendes), além do bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, por ter apoiado o movimento grevista daquele município e protestado contra a morte de três operários, durante a invasão na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), pelo exército.

Paróquia — — Pela primeira vez em todo o país, foi instalada, ontem, a Paróquia dos Assentados, em Cruz Alta (a 386 quilômetros desta capital), idealizada pelo bispo Dom Jacó Hilgert, de 69 anos, e um dos 31 religiosos brasileiros ameaçados de morte, pelo apoio à reforma agrária. Mais de dois mil pequenos agricultores, assentados numa área da localidade de Bon Vista do Icara assistiram à missa celebrada pelo bispo e, em seguida, realizaram um almoço comunitário, onde cada um trouxe o que tinha em casa para comer.

No decreto de instalação da paróquia, o bispo disse aos colonos assentados há quase 13 anos, que a "verdadeira promoção dos agricultores é que eles possam ser os verdadeiros e reais protagonistas de sua classe, de seu bem estar social, econômico e político". Ressaltou ainda "que a posse e o uso da pequena propriedade tem que ser um trabalho essencialmente familiar". Salientou que "a reforma agrária não é contra a propriedade particular, mas lhe confere e dá o verdadeiro sentido social, pois a pequena propriedade produz mais alimentos, diversificados, para o consumo do povo gerando mais riquezas e bem estar para todos". Nos do almoço, pequenos agricultores realizaram uma tribuna livre, com canto, trovas, poesias e discursos.

Proteção — O bispo de Cruz Alta apesar de ter recebido ameaças de morte durante a ocupação da fazenda São Juvenal, em 1987, dispensa qualquer proteção e afirma que não tem medo. Ele, porém, já pediu garantias de vida ao secretário estadual de segurança pública, Valdir Valter, e admite que "cada um tem que zelar por sua vida", reiterando que mesmo com as ameaças sofridas, o projeto da Paróquia dos Assentados irá continuar, tendo designado o frei Plínio Maldaner, e mais duas religiosas, para servir na nova paróquia que engloba 900 famílias e 18 núcleos de agricultores.

Sobre a tarefa que desenvolve com os sem-terra da região, o bispo afirmou que "é um luta de todos os brasileiros que querem ver o país desenvolver. Para dom Jacó Hilgert, a instalação da Paróquia dos Assentados será mais uma prova que os colonos darão para demonstrar que não são vagabundos, nem preguiçosos e que queriam a terra para produzir".

CSX
9/1/89
B

CSX
9/1/89

Trabalhador vai à greve protegido pela Constituição

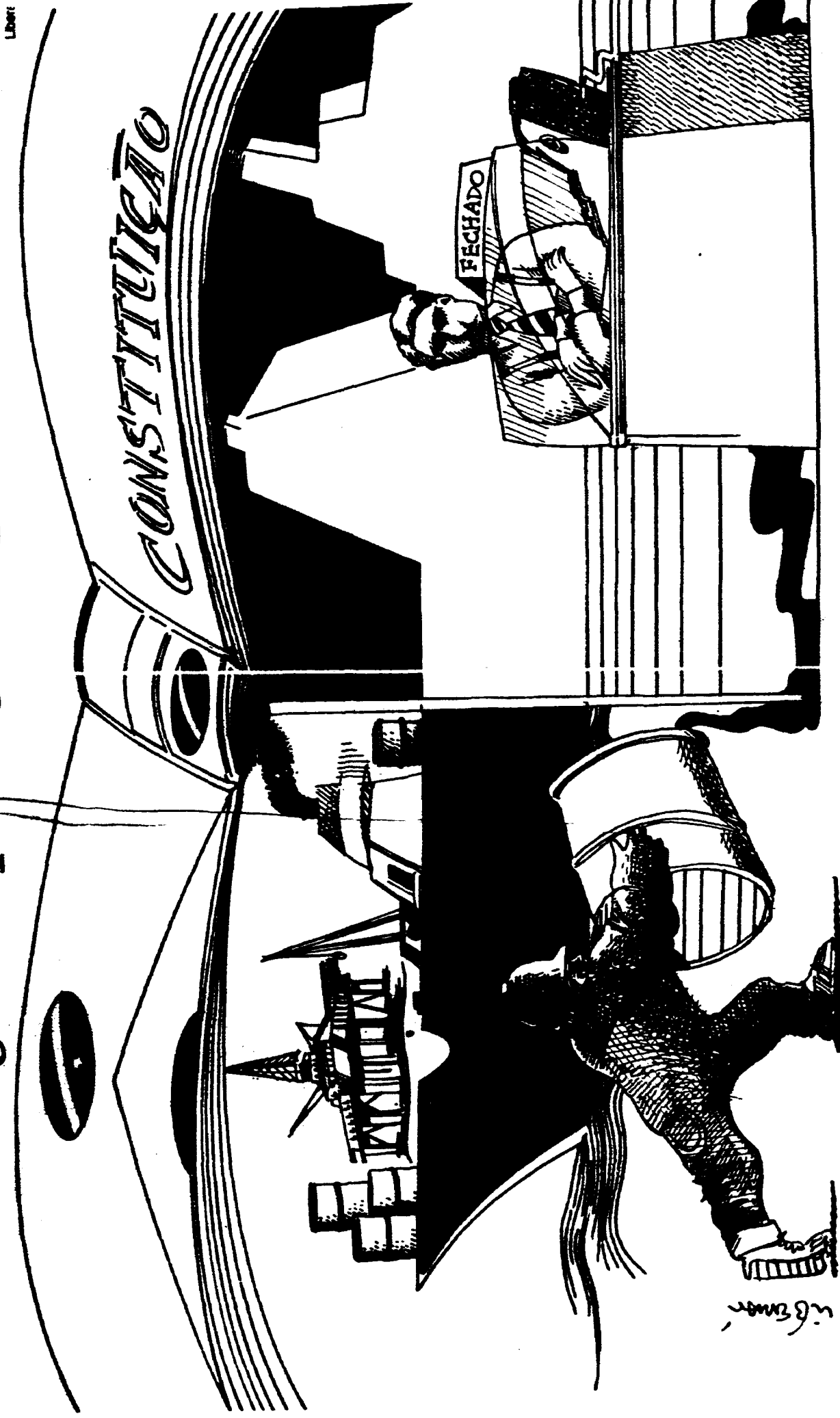
Marcelo Auler e
Tereza Cristina Lobo

As greves dos petroleiros — cerca de 60 mil em todo o país — e dos funcionários de bancos federais — aproximadamente 200 mil — marcam das respectivamente para os próximos dias 13 (terça-feira) e 14 (quarta-feira) poderão se transformar nos primeiros movimentos reivindicatórios de empregados de estatais respaldados pela nova Constituição.

Bancários e petroleiros, ao uruzarem os braços estarão conscientes de que suas empresas pouco poderão fazer além de sentarem para negociar. Qualquer punição que seja dada será automaticamente revogada a partir da promulgação da nova Constituição cujas Disposições Transitórias anistia todos os "servidores e empregados públicos que tenham sido punidos ou demitidos por atividades profissionais interrompidas em virtude de decisão de seus trabalhadores" (art. 9º parágrafo 5º).

Mesmo ainda estando em vigor o Decreto-Lei nº 1632, que o ex-presidente Geisel assinou em agosto de 1978 proibindo as greves nos serviços públicos e atividades essenciais de interesse da segurança nacional (nas quais se incluem os serviços de petróleo e bancos), os grevistas estarão respaldados. Afinal, a anistia prevista nas Disposições Transitórias prevê expressamente as punições em "decorrência do DL 1632".

Além disso o espírito da nova Constituição é nitidamente de não proibir paralisações. Seu artigo 9º do Capítulo II assegura "o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e os interesses que devam por meio dele defender". O parágrafo primeiro deste artigo diz que "a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade". Com esta redação, advogados especializados em direito trabalhista como Evaristo de Moraes Filho garantem que "nenhuma lei poderá restringir o direito de greve nas atividades essenciais, ela apenas irá criar condições para que estas atividades não sejam interrompidas".



01.04

8903979

Grevistas não seriam punidos

Este também é o entendimento do ex-deputado federal João Gilberto que dirige o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituição da Universidade de Brasília. "A lei não poderá restringir a greve", afirma. A questão, porém, vai suscitar muita discussão jurídica até que a nova lei seja votada. O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, por exemplo, entende que enquanto a nova lei não for aprovada a Justiça vai continuar se baseando no direito atual, o mesmo cujas punições previstas estão sendo anistiadas pelas Disposições Transitórias da Constituição. Foi o que ele relatou aos líderes sindicais dos petroleiros, em Brasília, segundo conta o presidente do sindicato de Belo Horizonte, Luis Fernando Maia.

Discussões e interpretações à parte, os sindicalistas, como admite Maia, utilizaram a anistia da nova Constituição na mobilização dos trabalhadores. O único risco é o de a greve estender-se e ultrapassar a promulgação da nova Carta. A anistia prevista termina no dia da promulgação. Mas se não puderem contar com a anistia os trabalhadores, segundo Maia, apontam que também não poderão ser punidos, já que a paralisação não mais será proibida.

O governo tem consciência de que estes fatores estão ajudando na mobilização tanto dos 60 mil petroleiros como dos funcionários do Banco do Brasil (120 mil), Caixa Econômica Federal (50 mil), Banco Mercantil (16 mil), Banco do Nordeste (10 mil), Banco da Amazônia (4 mil) e BNCC (3 mil). Pazzianotto admite em Brasília que estão sendo estudadas alternativas para enfrentar as greves, embora não as tenha revelado.

Tanto a Petrobrás — que já tentou de renunciar estoques de combustíveis retirando-os das refinarias — como o Banco do Brasil — que também andou estudando a transferência do sistema de compensação de cheques para um banco privado — preferiram levar a discussão sobre os reajustes para o judiciário. E a forma de levar as mãos não só perante os seus empregados, mas principalmente diante dos ministros da área econômica, Málfon da Nóbrega e João Batista de Abreu, caso sejam obrigadas a reconhecerem reajustes acima do previsto pela política salarial do governo. Os trabalhadores, porém, sabendo que estão respaldados, vão tentar de todas as formas conseguirem os reajustes reivindicados, incluindo o pagamento da URP de setembro, que a lei não prevê.

Colaborou Luiz Fonseca

Está tudo pronto. Se até a noite de terça-feira a Federação Nacional dos Bancos e a diretoria do Banco do Brasil e de outros bancos estatais não modificarem as propostas de reajuste que colocaram na mesa de negociação, os principais sindicatos de bancários do país irão comandar mais uma greve nacional por tempo indeterminado, a partir de zero hora do dia 14 — quarta-feira. A data-base dos bancários é 1º de setembro.

A paralisação poderá não atingir totalmente os cerca de 500 mil bancários espalhados pelo país, mas certamente será bastante forte nos dois mais importantes centros financeiros: os municípios do Rio, com 70 mil bancários, e de São Paulo, com quase 150 mil. E os reflexos se estenderão por todo o país.

O movimento parece forte. O maior sinal disto é o provável encontro entre bancários e autoridades bancárias à última hora, para a segunda-feira à tarde, quando a Fenaban tentará influenciar sua proposta procurando evitar a greve. Também o Banco do Brasil resolveu convocar junto ao TST, em Brasília, o julgamento do dissídio e conseguiu uma primeira audiência de conciliação na tarde da mesma segunda-feira. Enquanto isto, em cidades como o Rio, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza, os Tribunais Regionais do Trabalho estarão realizando também as primeiras audiências de conciliação entre os sindicatos locais de bancos e bancários.

Entre os bancários, porém, há poucas expectativas em torno destes encontros e reuniões. A diferença entre o que vem sendo reivindicado e o que está sendo oferecido é muito grande. Eles não têm um índice único de reajuste salarial. Em São Paulo pode-se 92%, que inclui a inflação do período (setembro de 1987 a agosto de 1988) mais 15% de produtividade. Em outros estados e no Distrito Federal este índice é de 88%, enquanto no Rio ele chega a 102%. Eles explicam estas diferenças de índices pelo fato de

terem trabalhado com a inflação estimada de agosto quando aprontaram a pauta de reivindicações.

Distância — A uni-los, porém, há reivindicações como o pagamento da URP de setembro (que a legislação não prevê) e a reposição dos 26,06% da inflação de junho de 1987 comida pelo Plano Bresser, duas exigências comuns a diversas outras categorias, como é o caso dos petroleiros. Há ainda os 15%, dados em março como antecipação, que eles não querem ver descontados. Por fim, é comum a todos também a reivindicação de piso salarial de Cz\$ 90 mil.

Os banqueiros, na última proposta apresentada no dia 30 de agosto, limitaram o reajuste a 46,85%. Este total compreende 41,2% que é a diferença entre a inflação do período menos as URPs pagas e o adiantamento de 15%; e 4% a título de produtividade. O piso deles é de Cz\$ 43.438,00 para portaria e escritório, ou seja, menos da metade do que reivindicam os sindicatos. Eles não admitiam falar no pagamento dos 26,06% nem tampouco no pagamento da URP de setembro que, entretanto, poderá ser colocada amanhã na negociação em São Paulo. Ainda assim, porém, a distância entre as reivindicações e a proposta é muito grande.

Banco do Brasil — Os 120 mil funcionários do Banco do Brasil em todo o país têm reivindicações diferenciadas dos demais bancários. Eles não receberam duas URPs (abril e maio), o que faz com que lutem por 125% de aumento a título de reposição da inflação calculada pelo Dieese, incluindo os 15% de produtividade. Pedem ainda a URP de setembro, os 26,06% da inflação de junho de 1987 e os 40% que faltam para que seus salários sejam equiparados aos dos funcionários do Banco Central. Acumulando, a reivindicação chega a quase 380%.

O banco só está oferecendo 120% relativos à inflação do período menos as

URPs já pagas e não fala nem em produtividade nem na URP de setembro, e muito menos na inflação que desapareceu com o Plano Bresser. Como os bancários ajuizaram o dissídio junto ao TST para não perderem a data base de 1º de setembro, terão amanhã a primeira audiência de conciliação, que a diretoria do BB tratou de antecipar para tentar evitar a paralisação que atingirá diretamente todo o sistema financeiro.

Banerj — Já os 15 692 funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro estão fazendo uma negociação à parte. O banco só ofereceu 63% de reposição, que corresponde à diferença entre a inflação e a URP. O percentual é maior do que o oferecido pelos bancos privados por conta da não antecipação dos 15% em março. Com isto, e como o banco estadual não oferece nada de produtividade, o índice é inferior ao oferecido pela Fenaban, levando a diretoria do sindicato a resistir a esta proposta.

Mas os sindicalistas sabem que os funcionários do Banerj não demonstram disposição de greve. Relacionam ainda algumas outras conquistas, como a estabilidade até 31 de janeiro, quando haverá nova discussão de aumento em cima do balanço do 2º semestre de 1988; a reintegração de líderes sindicais demitidos pela junta interventora e até mesmo a possível anistia dos dias de greve que foram descontados pela junta. A direção do banco acredita que poderá isolar os mais radicais, fazendo com que a maioria dos funcionários aceite a proposta. Mas entre os bancários e as lideranças sindicais há quem ache que a paralisação dos demais bancos e a anistia prevista na Constituição, ainda que só se aplique ao banco estadual por analogia, acabariam servindo como fatores de mobilização. Na segunda-feira os funcionários do Banerj vão fazer nova assembleia na frente da sede do banco. (M.A.)

Uma negociação salarial insólita

Funcionário do BC quer equiparação ao do BC e vice-versa

Maurício Corrêa

BRASÍLIA — Os assessores do ministro Mafson da Nóbrega encarregados do acompanhamento das negociações salariais com os funcionários do Banco do Brasil e do Banco Central descobriram uma situação insólita: enquanto os funcionários do BB exigem equiparação salarial com os do Banco Central, estes estão forçando o Cise (Conselho Interministerial de Salários das Estatais), a lhes conceder equiparação com o pessoal do Banco do Brasil. O assunto, inclusive, está dividindo a própria equipe técnica do ministro Mafson da Nóbrega, que, basicamente, recrutou os principais assessores nos quadros profissionais das duas instituições.

O assunto, na realidade, não é novo e já foi detectado pelo ministério no auge da crise salarial do ano passado, quando o Banco do Brasil e do Banco Central já estavam envolvidos naquilo que um especialista da Fazenda classificou como "jogo de empurra". Agora, entretanto, o assunto assumiu uma dimensão diferente, não só porque ambos os grupos passaram a exigir,

por escrito, equiparação ao outro, como também pelo pagamento de gratificações aos comissionados do Banco Central, que, na avaliação de seus colegas do Banco do Brasil, motivou o aprofundamento da distância salarial entre eles.

Difícil — No Governo, há o reconhecimento de que a situação é difícil de ser resolvida. O curioso é que tanto funcionários do BC quanto do BB têm uma mesma explicação para a continuidade desse círculo vicioso. Entendem que a situação é artificialmente tolerada pelo Governo Federal, para justificar os privilégios salariais concedidos ao pessoal do BC e do próprio BB, que, de longe, ultrapassam toda a escala salarial das demais categorias de serviços públicos civis e militares.

Hoje, cerca de 2 mil e 400 funcionários do Banco Central que exercem cargos comissionados receberão a quarta e última parte do ajuste de gratificação concedido pela instituição. Em alguns casos, os contracheques virão com créditos superiores a Cz\$ 1 milhão e 500 mil fora o salário normal, dependendo do tempo de casa e da função comissionada.

No caso específico de um funcionário — que não quis se identificar — em junho passado o BC lhe creditou Cz\$ 450 mil, Cz\$ 600 mil em julho, Cz\$ 800 mil em agosto e, hoje, o banco deverá depositar em

sua conta cerca de Cz\$ 1 milhão e 500 mil, o que totaliza um ajuste de Cz\$ 3 milhões e 350 mil em quatro meses.

Amparo — Especialistas graduados do BC explicaram que a instituição está totalmente amparada pelo apoio do próprio Cise, com base numa correspondência de 25 de abril passado, encaminhada pelo diretor de Administração do BC, Antenor Araken Caldas Farias, que justificou a concessão desses recursos para evitar litígios judiciais com os funcionários do BC.

A partir de outubro de 1986, houve uma crescente deterioração no relacionamento entre os dirigentes do BC e os funcionários comissionados, já que o exercício das funções gratificadas não era compensador, devido à baixa remuneração até então concedida à dedicação integral ao BC. Muitos funcionários decidiram, então, largar as funções comissionadas ou, então, ingressar com ação na Justiça, para reclamar direitos adquiridos.

Assessores da Presidência do Banco do Brasil, contudo, não abrem mão da reivindicação de equiparação ao BC e alegam que as últimas gratificações creditadas aos comissionados do Banco Central são "uma espécie de trem da alegria, contribuindo para aumentar a distância salarial entre o BB e o BC".

3903979

Petroleiros não desistem

Até amanhã à noite a Petrobrás e os petroleiros estarão mediando forças. A empresa, reconhecendo a forte mobilização dos empregados, que não desistiram da greve a partir da zero hora de terça-feira, vem tentando dividir a categoria, com a ajuda do Tribunal Superior do Trabalho, que marcou a primeira audiência de conciliação para as 14 horas do dia da greve. A direção da estatal aposta que a apreensão gerada por esta medida possa desmobilizar os petroleiros. Mas eles reagiram e argumentam que o pedido de dissolução coletivo é uma arma antiga usada para desmobilização e que não surte mais efeito. Por precaução, a Petrobrás remanejou os estoques de derivados para garantir o abastecimento, mas os postos continuam com volume suficiente apenas para atender o consumo de gasolina e álcool de cinco dias.

A mobilização dos petroleiros é a maior da história da Petrobrás como reconhecem não apenas os empregados mas a própria direção da empresa que, por isto mesmo, teme por um confronto de maiores proporções. Afinal, foi o governo que interveio logo no início das negociações, proibindo as discussões diretas entre a Petrobrás e os petroleiros e só permitindo a negociação da inflação, descontando as URPs, o que significa um reajuste de 63,27%, índice muito distante da revalorização dos empregados, de 25% (a diferença da inflação, mais a URP de setembro, os 26,86% de junho de 1967 e 30% de produtividade).

Sua posição — Sem uma margem mínima de negociação — a Petrobrás pretende conceder um reajuste 20% acima do índice oficial do governo — a política econômica passou a ser o pano de fundo da greve. A direção da estatal acreditava ainda que poderia dar um reajuste de 4% a título de produtividade, mas o governo limitou este índice a 0,8%. Para amenizar a situação e também desmobilizar a categoria, antecipará para amanhã o pagamento que só seria no dia 25 de setembro. Mas esta decisão também não afetou o ânimo dos petroleiros, que agora brigam afirmando que vão fazer greve com diâmetro no bolso.

Os petroleiros não temem mais as demissões porque sabem que a nova Constituição anula os demitidos por greve em empresas estatais. Além disso, os demitidos na greve de maio já começam a ser reintegrados por decisão da Justiça do Trabalho. E também não temem muito o TST, pois, conforme argumenta o presidente do sindicato de Minas Gerais, Luís Fernando Maia, "neste quadro de desgoverno, os ministros do TST têm mostrado sensibilidade significativa".

Resistência — No entanto, o governo promete endurecer para dar exemplo a outras categorias que possam estar pensando em reajustes salariais acima do índice oficial. E caberá à Petrobrás cumprir todas as determinações, o que significa manter as refinarias operando a qualquer custo, o que pode incluir a presença do Exército, relata um funcionário do alto escalão da empresa. Além disso, a estatal está montando um esquema operacional com funcionários que já se comprometeram a não aderir à greve.

Outras medidas de coação estão sendo adotadas. Em Minas, por exemplo, os líderes sindicais não podem mais entrar

nas bases desde sexta-feira, quando os funcionários que trabalhavam hoje foram informados para levar objetos de uso pessoal e até baralho para maior conforto, pois pode ser que não sejam liberados, revelou Luís Fernando Maia. Ou seja, a Petrobrás pretende manter dois turnos dentro da situação para operá-la durante a greve. Uma das táticas usadas pelos petroleiros é a não rendição dos turnos para levar os empregados à exaustão, forçando assim a própria empresa a interromper a operação.

Prevenção — No primeiro indício da greve, há três semanas, a Petrobrás começou a se preparar para manter o abastecimento de derivados de petróleo no país inteiro e iniciou a transferência de combustíveis para fora das refinarias, enquanto as enchias de petróleo, seguindo uma tática básica para épocas de greve. As informações sobre os estoques variam. Os petroleiros garantem que as refinarias contam apenas com cinco dias de estoques dos derivados, prazo que a Petrobrás desmente sem, no entanto, revelar o volume armazenado. O superintendente comercial da estatal, Arthur de Carvalho, diz apenas que os estoques "estão bons" e que as distribuidoras estão abastecidas pois tiveram um adiantamento das cotas. Todos concordam, no entanto, que foi grande a movimentação de transferência de produtos nestas últimas semanas. Desta vez, a direção da Petrobrás mudou de tática e, ao contrário da greve anterior, decidiu que não vai dar informações sobre os estoques estratégicos.

O produto mais crítico em termos de estoques é o gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha, que permite um armazenamento de apenas três dias junto às empresas distribuidoras devido às dificuldades de estocar o produto. No entanto, o estoque total, considerando-se o que se encontra na Petrobrás, atende ao consumo de dez dias. A maior parte deste volume, no entanto, está fora das refinarias, nos terminais de Santos, Baía de Guanabara e Madre de Deus (Bahia), permitindo assim um rápido rearmazenamento por cabotagem.

Petrolíneo diesel — Quanto ao óleo diesel, derivado de maior consumo (cerca de 400 mil barris diários) e usado no transporte coletivo, os estoques elevam-se a 6,3 milhões de barris, suficientes portanto para uma demanda de 15 dias, mas metade deste volume encontra-se dentro das refinarias. Quanto ao óleo combustível, a maior parte está nas refinarias.

Gasolina e álcool é que não faltam devido aos excedentes, mas os proprietários de postos alegam que, por estarem descapitalizados, não vêm operando com a plena capacidade de armazenagem. Atualmente os estoques atenderiam ao consumo de cinco dias, um prazo considerado médio dependendo do tamanho e da vendagem de cada posto. O presidente da Rede Itaipava, Richardson Valle, com 46 postos espalhados pelo Rio, São Paulo e Salvador, afirmou que se até amanhã as companhias distribuidoras não se sensibilizarem, enchendo os tanques com prazo de pagamento de uma semana, o abastecimento ficará ameaçado se a greve for bem-sucedida. O estoque médio de seus postos é de três dias. (T.C.L.)



Fernando Lemos

O 'Independence', na Baía: com armas nucleares desativadas

Navio americano será inspecionado

O comandante do porta-aviões da Marinha americana USS Independence, William R. Needham, que chegou na manhã de ontem ao Rio de Janeiro desmentiu que o cruzador USS Lake Champlain - equipado com o sistema antimísseis Aegis, capaz de detectar a presença de 200 objetos ao mesmo tempo e destruir 18 alvos simultaneamente - seja movido a propulsão nuclear. Ele admitiu entretanto que os dois navios são dotados de sofisticados sistemas de defesa, inclusive algumas armas nucleares, mas que estão desativadas. "É como ter um revólver sem balas guardado dentro de uma gaveta. Não oferece perigo algum", garantiu. O único dos três navios que não possui sistema de defesa é o Landfall, responsável pelo armazenamento dos combustíveis.

O deputado estadual Carlos Minc (PV), não ficou convencido com as explicações e pretende voltar amanhã o cruzador USS Lake Champlain em companhia do filho

nuclear Luis Pinguelli Rosa. Ele disse que mesmo sendo inverídica a denúncia de que o cruzador é movido a propulsão nuclear, o simples fato de navios com armamentos nucleares, mesmo desativados, estarem ancorados na Baía de Guanabara, infringe a lei 1.126 - que proíbe a atracação, trânsito e/ou ancoragem em águas contíguas ao município de quaisquer embarcações movidas a energia nuclear ou que transportem resíduos ou explosivos nucleares, seja qual for sua destinação.

William Needham explicou que o objetivo da viagem é mudar os navios da base leste dos Estados Unidos, na Filadélfia, Pensilvânia, para a oeste, em San Diego, na Califórnia. Como o porta-aviões Independence é muito grande e não passa pelo canal do Panamá, eles tiveram que optar por essa rota, no extremo sul da América. Ele disse ainda que o cruzador Lake Champlain, que

foi lançado ao mar no dia 12 de agosto, poderia passar pelo canal mas veio escoltado por o porta-aviões, que possui 37 aviões armados com mísseis, torpedos e bombas de curto e longo alcance, além dos sistemas Sparrow e Sea Wizz R2 D2 de defesa. O USS Lake Champlain está equipado com dois canhões, de cinco polegadas cada, com mísseis de longo alcance.

A chegada da força tarefa americana ao Rio de Janeiro tem por objetivo receber o Landfall com 2,1 milhões de galões de combustível. Os três navios, com 4 mil tripulantes, permanecerão ancorados terça-feira na Baía de Guanabara, para depois para San Diego, na Califórnia. O comandante explicou que como a viagem é longa, eles procuram fazer escalas para a acomodação em cidades bonitas e agradáveis. "O Rio de Janeiro foi escolhido por unanimidade pela tripulação", afirmou.

01.01

8904149

098

J P O B. 17 88

A Conferência Episcopal

Dom Eugênio de Araújo Sales

O grau de liberdade do indivíduo ou da instituição, no seio da sociedade, é também um problema que diz respeito ao ambiente eclesial. Entendida erroneamente, cresce a pressão sobre parcelas pela coletividade ou a erosão do todo por um pequeno grupo. Esses desvios geram o mal-estar, prejuízos. Nem a parte pode ser esmagada, nem destruídos os vínculos entre si que constituem a comunidade.

As dioceses são "Igrejas particulares, formadas à imagem da Igreja universal, nas quais e pelas quais subsiste a Igreja católica, una e única" (*Lumen Gentium*, nº 23). "Cada bispo exerce seu regime pastoral sobre a porção do povo de Deus a ele confiado e não sobre as outras Igrejas, nem sobre a Igreja universal" (idem). Cabe ao romano pontífice o "poder pleno, supremo e universal. E ele pode sempre, livremente, exercer o seu poder" (idem, nº 22).

Através da missão canônica, o sucessor de Pedro determina juridicamente aos sucessores dos demais apóstolos o exercício do poder de governo em cada Igreja particular. E esta se insere na união com as demais. Apresenta-se, portanto, claro, o estreito vínculo que une cada bispo, pessoalmente, como integrante do Colégio Episcopal, ao papa. Assim, tal concordância se origina no pontificado de Jesus Cristo e se manifesta pela solicitude com a Igreja universal.

Essas verdades mostram a importância da "cooperação dos bispos no bem comum de várias dioceses" (*Christus Dominus*, cap. III). O que ocorria "desde os primórdios da Igreja" (idem, nº 36) tomou uma nova dimensão nos tempos modernos, com a instituição das Conferências Episcopais, que possibilitam aos pastores "uma santa colaboração de esforços para o bem comum das Igrejas" (*Christus Dominus*, nº 37).

Trata-se de uma espécie de assembléia (*Christus Dominus*, nº 38) que favorece a seus membros o exercício comum de seu *munus* pastoral.

O fundamento teológico da colegialidade é a comunhão com Pedro e os sucessores dos apóstolos e uma das formas de expressar-se é a Conferência Episcopal como serviço, pois favorece os esforços para "promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente mediante formas e métodos de apostolado" (*Christus Dominus*, nº 38).

Elas nasceram como instituições onde os bispos de uma determinada nação se reuniam para tentar formular critérios de ação pastoral em favor da comunidade eclesial. Inicialmente, não possuíam uma adequada ordenação jurídica. O código de Direito Canônico de 1917 as ignorava; o Concílio Vaticano II lhes outorgou a base de uma regulamentação (*Christus Dominus*, nº 37 e ss.).

Como no começo não havia o caráter deliberativo, os próprios acordos, para lograr eficácia legal, necessitavam que cada membro promulgasse as decisões em sua circunscrição eclesial.

A partir do Vaticano II, especialmente do Decreto *Christus Dominus* nº 38, as conclusões podem ter um caráter obrigatório. Contudo, para que alcançassem esse efeito, foi

estabelecida uma série de condições. Goza desta situação a matéria que não conflite com o Direito comum eclesialístico nem com alguma disposição da Santa Sé e, além disso, tenha o sufrágio de dois terços da assembléia, ratificado pelo reconhecimento de Roma.

Na elaboração do novo Código, muitos assuntos haviam sido incluídos na competência ordinária das conferências. Entretanto, no texto final, o código deixou de lado inúmeros desses itens. A explicação é simples. Estava em jogo um organismo institucional, de cunho eclesialístico, humano, em confronto com a missão do bispo, de natureza divina. Por isso, o novo Direito Canônico traça limites bem claros à autoridade legislativa das Conferências Episcopais. Assim, de um lado, prevê a necessária aprovação da Santa Sé às linhas e opções adotadas em assembléias gerais. Por outro, pelo cânon 455, estabelece as limitações de competência. E no 447 temos bem claro sua definição: "A Conferência dos Bispos, organismo permanente, é a reunião dos Bispos de uma nação ou de determinado território, que exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito."

Nenhuma diocese é súdita da Conferência Episcopal. Segundo princípio dogmático, a instância superior ao bispo é o sucessor de Pedro, em pessoa, ou através dos Dicasterios pelos quais governa a Igreja. E ainda o Colégio dos Bispos com o papa.

O poder legislativo das assembléias gerais está bem delineado no cânon 455, quando se refere a decretos gerais. Desse modo, reza o parágrafo 4º "(...) a conferência, ou seu presidente, não pode agir em nome de todos os bispos, a não ser que todos e cada um deles tenham dado seu consentimento".

Cabe à Conferência Episcopal o eminente papel de cooperação pastoral e é o lugar por excelência onde se exerce o afeto colegial (cf. *"Lumen Gentium"*, nº 23, final).

O Cardeal Joseph Ratzinger lembra em sua importante obra, *"A Fé em crise? O Cardeal Ratzinger se interroga?"* (cap. 4º), que o equilíbrio entre a comunidade e a pessoa rege a vida da Igreja. Igualmente, a independência do Bispo na Conferência Episcopal. Esta "não possui uma base teológica nem faz parte da estrutura propriamente da Igreja, como Cristo a instituiu: tem somente uma função prática, concreta (...). O coletivo não substitui a pessoa do Bispo". O Cardeal Ratzinger ainda afirma que "a nenhuma Conferência Episcopal, como tal, é atribuída uma missão de ensino; seus documentos não se revestem de um valor específico, mas de consenso, na medida em que lhe é atribuído por cada Bispo".

Essas considerações em nada diminuem a importância das Conferências Episcopais. Elas, especialmente em nossos dias, gozam de um papel valioso e indispensável na vida religiosa de um país ou de uma região. Sua eficácia será valorizada pela clareza de suas atribuições e conhecimentos dos limites de natureza doutrinária e canônica.

Dom Eugênio de Araújo Sales é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro

pp. 9 28
J 20.3

098

Br

Sindicalistas não lêem teses que aprovam

BELO HORIZONTE — As 17

teses discutidas no 3º Concat (Congresso Nacional da CUT) não foram lidas por 88% ou mais dos participantes, na avaliação do professor Leôncio Martins Rodrigues, da Unicamp (Universidade de Campinas) e da USP (Universidade de São Paulo). Ele calcula também que 50% a 60% dos participantes não entendem nada, ou entendem muito pouco, do debate ideológico do congresso.

“É uma discussão política-ideológica muito sofisticada, o que não quer dizer que ela não seja importante. O número de teses em um congresso de intelectuais”, comentou Leôncio Rodrigues. Ele está em Belo Horizonte acompanhando o 3º Concat e fazendo uma pesquisa para definir o perfil dos delegados ao congresso, destinada a fornecer subsídios para atuação da direção nacional da CUT.

Até a tarde de ontem, a equipe coordenada por ele já havia recolhido 4 mil 300 questionários. Cada questionário tem 21 perguntas e vai revelar dados básicos sobre os participantes, mas, identificando a escolaridade, por exemplo, de forma detalhada, determinando até que ano o delegado estudou e não simplesmente se fez o 1º grau. A pesquisa revelará também renda, origem, linha ética e experiência sindical de cada um.

“O perfil da massa de militantes sindicais ainda é desconhecido”, revelou o professor, que, mesmo não dispondo de números, pôde identificar uma quantidade muito grande de analfabetos entre os participantes. “Os membros da equipe tiveram que preencher muitos formulários, principalmente de trabalhadores rurais do Norte e Nordeste”, revelou.

Ele observou também que o universo é “extremamente heterogêneo em termos de renda e escolaridade” e com um grau de participação muito variado. Há gente com 15 anos de militância e há os que estão começando. Há analfabetos e gente com mestrado; e pessoas muito pobres e de classe alta, mas não milionárias.

Ele reconhece que um congresso tão grande é indiscutivelmente um sinal da presença crescente do sindicalismo e da CUT na sociedade brasileira. Afirma também que a heterogeneidade não muda muito o resultado, porque, mesmo sem compreender perfeitamente a discussão e as teses, o humilde delegado escolhe aquela tradição com que se identifica mais.

f 88

O pesquisador disse ter observado também o contraste da participação nas próprias filiais de credenciamento, a medida em que os ônibus iam chegando das várias regiões do país. Ele destacou as diferenças: os pequenos proprietários do Sul, são “fortes”, bem estudados e pouco sujeitos às solicitações dos debates ideológicos; os do Nordeste e Norte, “muito pobres, fracos, mal estudados, com muita gente politizada pelo conflito de terras”. E identificou metalinguagens do ABC “esportos e politizados”.

Entre os 8.363 delegados inscritos no 3º Concat, 66% são da área urbana e 34% de regiões rurais. A maior delegação era de São Paulo, com 1.691 participantes (930 de áreas urbanas). O maior número de delegados rurais se inscreveu no Pará: 897.

De acordo com o professor Leôncio Martins Rodrigues, duas grandes concepções sobre o destino da CUT estão em choque, em virtude das divergências internas que apareceram no 3º Concat.

“Trata-se de saber se a CUT será uma grande central sindical, que terá um espaço de poder e de representação dos trabalhadores dentro de um sistema democrático e pluralista, ou se a CUT será um instrumento de transformação social para uma sociedade socialista.”

078

12-9-78

Petroleiros devem adiar o início da greve

de Marcelo Auler

O comando nacional da greve dos petroleiros anunciou hoje à tarde em Salvador a decisão de retardar o início da paralisação dos 68 mil petroleiros em todo o país. Marcada para a zero hora de quarta-feira, a greve dos petroleiros só vai começar no final da tarde de terça-feira, caso não haja avanço nas negociações. A audiência de conciliação no TST entre Petróleo e seus empregados que deve ocorrer para as 14h de amanhã. Em cada unidade da Petrobrás deverão ocorrer assembleias às 12h de amanhã. Os petroleiros reivindicam 252% de aumento e a empresa oferece 63,27%.

Já os 120 mil funcionários do Banco do Brasil poderão deixar a greve, marcada para quarta-feira, se o Tribunal Superior do Trabalho, na audiência de conciliação de hoje à tarde, obrigar o banco a pagar 40% a título de compensação aos salários do Banco Central. O Banco do Brasil oferece a seus funcionários 120% contra repositório da inflação, já descontados os 138% pagos. Os bancários pedem 123% a título de repositório, mais os 40% de compensação, 15% de produtividade e 26,66% de inflação de junho de 1967, consoante pelo Plano Dinamar. Um líder sindical garante, porém, que com os 40% de compensação não haverá greve. Hoje os funcionários do BB em Brasília vão fazer paralisação de uma hora.

Trabalhadores paralisados — Os líderes sindicais dos bancários consideram inevitável, porém, a paralisação dos bancários de instituições privadas — cerca de 300 mil em todo o país — marcada para a zero hora de quarta-feira. Nenhuma assembleia que a Federação Nacional dos Bancos (Fenabanc) ofereça alguma coisa a mais na reunião marcada para hoje à tarde, em São Paulo. Enquanto os sindicatos pedem um reajuste que varia de 85% a 102%, as instituições ofereciam apenas 46,65%.

Junto com os bancos privados deverão ir à greve, também na quarta-feira, os 30 mil funcionários da Caixa Econômica Federal e os 16 mil do Banco Mercantil. Se houver acordo entre o Banco do Brasil e seus funcionários, é quase certo, como lembra Ronaldo Barata, diretor do Sindicato dos Bancários no Município do Rio, que os bancos federais menores como o BNOC, Banco do Nordeste e Bana irão oferecer a seus empregados as mesmas vantagens, evitando a paralisação. Já os 15 600 funcio-

nários do Bancoj dificilmente irão à greve, apesar de o banco só oferecer 66% de reajuste.

Adiantamento — A decisão de adiar o início da paralisação dos petroleiros foi tomada ontem em Salvador por dirigentes dos 17 sindicatos de petroleiros existentes no país. Eles acharam melhor dar uma nova chance para que a empresa modifique sua oferta. Como a Petrobrás certamente vai alegar que não pode negociar, pois está impedida de conceder novos aumentos, os petroleiros deverão apresentar alguma contraproposta. Eles poderão, por exemplo, colocar na mesa a questão da reintegração dos colegas demitidos em greves anteriores, já que a nova Constituição garante apenas a reincorporação dos postos sem direito aos salários atrasados. A questão salarial ficará para ser resolvida pelo próprio TST, pois os petroleiros acreditam que o tribunal, sem nenhuma dificuldade, conceda os 26,66% de inflação de junho de 1967 e mais alguns outros fatores de produtividade. Contudo, o apelo das negociações, as assembleias que serão convocadas para as 14h de quarta-feira poderão suspender a greve.

☐ O presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e vice-presidente do Nacional, Flávio de Amorim Santos, garante que a greve dos empregados de bancos privados não é um campo de categoria, mas de dirigentes sindicais. Ele diz que os dirigentes e líderes se portar dos bancos não pagam e se pagam o capital e os salários para quem quer o salário no trabalho está todo. Segundo o mesmo dirigente, não há outras greves, Amador Santos garante que o movimento só começa no final desta semana. Ele diz que, "além de greve de todos os bancários de outras categorias". Segundo ele, as forças armadas estão se preparando para fazer pelo Sindicato dos Bancários do Rio, os bancos em greve não vão fazer de pagamento em até 200%: "Os líderes sindicais só fazem publicamente um caso dos dirigentes, mas eles todos juntos chegam aos 200%", afirma. Para provar que o movimento é político e não sindical, o presidente do sindicato petroleiro cita uma das câmeras do jornal O Baniário, editado pelo sindicato, que propõe a greve mesmo diante de uma decisão do TST favorável aos trabalhadores, alegando que os trabalhadores podem recorrer ao TST.

F. S. Lima

J. D. B. 11.9.88

Novas greves vão testar Mailson

Esta semana a política econômico-financeira do governo vai ser novamente posta à prova. Duas greves em empresas estatais estão programadas para ter início na terça e na quarta-feira. A Petrobrás e o Banco do Brasil voltam, por seus empregados, a desafiar os tetos estabelecidos pelo ministro da Fazenda, cujo poder de resistência será testado. Como se sabe, conflitos entre as duas grandes empresas estatais e o governo provocaram anteriormente a queda dos presidentes da Petrobrás, Osines Silva, e do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que haviam preferido identificar-se com as reivindicações dos seus empregados, embora seu atendimento contrariasse a política oficial.



Apesar de serem seus dirigentes nomeados pelo governo, a tendência deles frequentemente é solidarizar-se com seu pessoal e não com os que os colocaram nos postos de comando. O peso específico de empresas lucrativas e de grande porte sensibiliza seus dirigentes e os conquista para suas causas. Afinal elas pretendem destruir de liberdade empresarial para atender às necessidades e anseios dos seus empregados, cujo padrão de competência desejam preservar na disputa do mercado de mão-de-obra. Isso é verdade pelo menos em relação à Petrobrás.

Admito-se que o Sr. Armando Guedes, presidente da estatal do petróleo, acha justas ou razoáveis as reivindicações dos grevistas em potencial, mas não dispõe de meios de enfrentar a decisão de um ministro obstinado e em cujo desempenho o presidente parece depositar sua esperança de de ter afinal algum êxito no combate à inflação. A greve é o instrumento ao alcance da empresa como um todo, no caso representada por seus empregados, para tentar abalar a política restritiva do ministro Mailson da Nóbrega. Os indícios são de resistência total das autoridades. No caso do Banco do Brasil, aumentamentos salariais, já acertados, pretendiam evitar a greve.

Como se sabe, dentro do governo as grandes estatais contam com uma margem de compreensão e de simpatia. O próprio ministro das Minas e Energia, no caso da Petrobrás, seria sensível às razões da empresa e dos seus funcionários e trabalhadores. A eficiência e a tradição tanto do Banco do Brasil quanto da Petrobrás funcionam como estímulo a que se mobilizem empregados e dirigentes para defesa de padrões de trabalho e de remuneração competitivos com o mercado. Acusada antigamente de empreguismo a Petrobrás parece ter vencido as restrições com que, nos seus primórdios, era encarada.

Essas sem dúvida não são greves comuns, dada a importância das duas empresas e a atenção com que os movimentos serão acompanhados por tantos quanto desejam abalar a política do ministro da Fazenda.

F. 88

J. D. B. 20.9.88

Novas greves vão testar Mafson

Esta semana a política econômico-financeira do governo vai ser novamente posta à prova. Duas greves em empresas estatais estão programadas para ter início na terça e na quarta-feira. A Petrobrás e o Banco do Brasil voltam, por seus empregados, a desafiar os tetos estabelecidos pelo ministro da Fazenda, cujo poder de resistência será testado. Como se sabe, conflitos entre as duas grandes empresas estatais e o governo provocaram anteriormente a queda dos presidentes da Petrobrás, Osires Silva, e do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que haviam preferido identificar-se com as reivindicações dos seus empregados, embora seu atendimento contrariasse a política oficial.



Apesar de serem seus dirigentes nomeados pelo governo, a tendência deles frequentemente é solidarizar-se com seu pessoal e não com os que os colocaram nos postos de comando. O peso específico de empresas licitativas e de grande porte sensibiliza seus dirigentes e os conqista para suas causas. Afinal elas pretendem desfrutar de liberdade empresarial para atender às necessidades e aspirações dos seus empregados, cujo padrão de competência desejam preservar na disputa do mercado de mão-de-obra. Isso é verdade pelo menos em relação à Petrobrás.

Admite-se que o Sr. Armando Guedes, presidente da estatal do petróleo, acha justas ou razoáveis as reivindicações dos grevistas em potencial, mas não dispõe de meios de enfrentar a decisão de um ministro obstinado e em cujo desempenho o presidente parece depositar sua esperança de de ter afinal algum êxito no combate à inflação. A greve é o instrumento ao alcance da empresa como um todo, no caso representada por seus empregados, para tentar abalar a política restritiva do ministro Mafson da Nóbrega. Os indícios são de resistência total das autoridades. No caso do Banco do Brasil, adiantamentos salariais, já acertados, pretendiam evitar a greve.

Como se sabe, dentro do governo as grandes estatais contam com uma margem de compreensão e de simpatia. O próprio ministro das Minas e Energia, no caso da Petrobrás, seria sensível às razões da empresa e dos seus funcionários e trabalhadores. A eficiência e a tradição tanto do Banco do Brasil quanto da Petrobrás funcionam como estímulo a que se mobilizem empregados e dirigentes para defesa de padrões de trabalho e de remuneração compatíveis com o mercado. Acusada antigamente de empresarismo a Petrobrás parece ter vencido as restrições com que, nos seus primórdios, era encarada.

Essas sem dúvida não são greves comuns, dada a importância das duas empresas e a atenção com que os movimentos serão acompanhados por tantos quanto desejam abalar a política do ministro da Fazenda.

F. 28

058

Brasil J3. 14/10/88.

F 28.
(Ar. Amul)

Internacionalização da Amazônia é denunciada

BRASÍLIA — O maior empresário da colonização particular do Brasil, Ariosto da Riva, proprietário da Indeco S/A — Integração, Desenvolvimento e Colonização, pretende denunciar ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), nos próximos dias, a existência de um movimento, dentro e fora do país, em defesa da internacionalização da Amazônia. Segundo o empresário, a primeira vítima dos "internacionalistas" é o programa Nossa Natureza, lançado quarta-feira pelo presidente José Sarney, e que, no seu entender, "é nefasto ao desenvolvimento e integração do território brasileiro".

"O presidente Sarney foi fortemente pressionado por organismos internacionais para editar este pacote ecológico", afirma o empresário, responsável por projetos de colonização de mais de 600 mil hectares na Amazônia Legal. Segundo Ariosto da Riva, os organizadores dessa campanha internacional teriam apresentado ao governo brasileiro "números mentirosos e fotos de satélites pré-montadas", para sensibilizar o presidente da República e levá-lo a lançar o programa Nossa Natureza, um conjunto de medidas destinadas a reorientar a política ecológica governamental.

O proprietário da Indeco garante ainda que são irreais os números apresentados pelo presidente Sarney no discurso de lançamento do programa e que foram fornecidos à Presidência da República pelo Instituto de Pesquisas Espaciais, com base em fotos enviadas por satélites internacionais. No seu pronunciamento, o presidente declarou que num só dia foram registrados seis mil focos de incêndio em todo o país.

"Afirmando e pretendo provar ao Conselho de Segurança que essas fotografias são meras montagens. Também não é verdade, como afirmam alguns ecologistas internacionais, de que apenas este ano foram derrubados e queimados mais de 20 milhões de hectares de mata no Brasil. O número real é de apenas 20 mil hectares".

O empresário Ariosto da Riva, de 72 anos, foi o responsável pelos projetos de construção das cidades de Alta Floresta, Paranaíba e Apicás, no norte do Mato Grosso, onde hoje vivem mais de 200 mil pessoas. Na região foram implantados mais de 1.600 km de estradas, 210 escolas rurais e montada a infra-estrutura para que outras empresas colonizadoras fundassem mais cinco cidades. "Nestes últimos 15 anos, não desmatamos nem 20% da área, quando a legislação nos permitia ocupar até 50%. Isto é uma agressão à ecologia?", pergunta o colonizador.

Colômbia — "O pacote ecológico se constitui num boicote ao desenvolvimento brasileiro", afirma por sua vez o diretor-presidente da Confresa (Colonização e Empreendimentos Ltda.), José Carlos Carneiro. A empresa paulista implantou recentemente um projeto de colonização e assentamento no município de Santa Terezinha, responsável por grande produção de arroz, milho e soja, com um dos maiores índices de produtividade registrados no país. "Os grandes países produtores de grãos estão começando a temer a concorrência brasileira no mercado internacional de alimentos e a transformação de uma pequena parte da Amazônia em uma região agrícola não lhes interessa."

01.01

8904168

078

AIDS 12.9.88

O Brasil ocupa simultaneamente o segundo lugar em AIDS no mundo, com quatro mil casos, embora esse número possa ser duas ou três vezes maior, segundo o vice-presidente da União Brasileira Contra Doenças Venéreas, Humberto Abrão, autor do livro "doenças sexualmente transmissíveis", lançado recentemente no País. O dr. Humberto Abrão relaciona os seguintes fatores que contribuem para o aumento da incidência de doenças transmissíveis no Brasil: a situação político-econômica e social do País, que tem feito com que os jovens se casem mais tarde e contribuindo para o crescimento da prostituição, a campanha contra a AIDS, considerada "capanga", o êxodo rural e a falta de esclarecimento à população. (AE)

01.01

8904192

26/3/89

Florestan Fernandes

O noticiário da imprensa oferece retratos contrastantes a respeito da greve geral dos dias 14 e 15. Os cálculos dos empresários são fantásticos. Aparentemente a greve não existiu. Ocorreu na Argentina... Uns 10% ou 15% dos trabalhadores não compareceram ao trabalho, provavelmente por causa de uma onda de gripe. O governo, através de um de seus ministros, minimizou as proporções e o alcance prático da greve. Aliás, o ponto de vista oficial insiste na importância dos efeitos políticos na paralisação dos ônibus e nas dificuldades da jornada ao trabalho. Ora, o PT não ocupa todas as feições e um breve exercício comparativo demonstra que o fator não possui peso conclusivo. Quando a greve dos ônibus, ela rebentou como parte da greve. As declarações mais contundentes que ouvi partiram de um motorista, que disse francamente pela televisão: a política chegou à nossa cabeça e quando ela chega à cabeça da gente passamos a ver as coisas de modo diferente. Ora, a política não chegou à cabeça dele e dos seus colegas pela pressão dos piquetes ou pela permissão dos prefeitos. Ocorreu, antes, uma modificação qualitativa do horizonte intelectual dos operários, através da acumulação de experiências, frustrações e esperanças. Houve uma alteração subjetiva, produto de uma socialização política da qual não anda longe o que transcorreu em Volta Redonda e resultado da influência ideológica e política do movimento sindical e da participação de partidos proletários de esquerda. Tanto isso é verdade, que o governo atenua sua paralisação diante das reivindicações dos operários e dos sindicalistas. A sra. ministra do Trabalho revelou uma face inteligente e desviou-se da receita burocrática de pen-

durar os trabalhadores no fumeiro. O difícil é convencer cozinheiros, que preparam o "feijão com arroz" como se fosse um manjar. Só que não o servem aos empresários nem ao próprio governo...

Do lado oposto há euforia. Meneguelli e "Joãozinho" são só sorrisos. Percebem claramente que acertaram em cheio na escolha da estratégia da greve. "Segurando o movimento" até o primeiro pagamento de março exibiram aos companheiros um retrato ao vivo do Plano Verão. Um líder sindical contou-me as cenas de comício e de revolta que ocorreram nas fábricas. Alguns receberam quantias tão mesquinhas, que chegaram ao desespero e choravam. Queriam atirar o dinheiro no chão e dar o fora. Porém, não podiam. Ficariam sem nada e desempregados. A greve retirou sua força dessa situação psicológica e dos seus dividendos políticos. Havia inquietação social forte entre os trabalhadores e as frustrações transformaram-se em agressão voltada diretamente contra os patrões e o governo, encarado como o principal responsável por essa manifestação de egoísmo toco dos primeiros. O sr. Luiz Antônio de Medeiros também ostentou a sua alegria. Sem furar a greve, aproveitou-se dela. "Negociou" vários reajustes com os patrões e virou um herói dos empresários. A sangue-frio, colheu na hora, em pleno campo de lutas, os frutos que lhe interessavam, aumentando no setor operário que concorre para despolitizar que conta com um talento empresarial.

Todos aprenderam alguma coisa com a greve. Ela era uma greve de advertência, ela atingiu os seus objetivos com eficácia. A prova disso aparece nas avaliações dos empresários e do governo. O tom glacial é uma confissão de que esses personagens reconhecem tal fato. Esconder é mais revelador do que negar com veemência. Trata-se de

um sinal irretorquível de dissabor e de mal-estar, como se todos dissessem, em uníssono: não é que os "pobres diabos" conseguiram? Eles vergaram o arco e nos impõem a dura realidade de buscar outras saídas, menos cômodas e confortáveis.

Se estivesse em questão uma greve geral autêntica, provavelmente seria mais difícil alcançar essa vitória, que agora deverá desdobrar-se em negociações complicadas e perigosas para os de cima. Quase toda a classe operária tomará posição, os argumentos e o modo de negociar terão de assumir um caráter mais explícito, mais democrático e mais sério! A greve de advertência, formulada como uma "greve geral", desempenha uma função decisiva. Ela ajuda a afastar temores, aproxima os trabalhadores de sua utopia central. Aos poucos, quando surgir a necessidade e a oportunidade de uma greve geral, será mais fácil compor os trabalhadores, sindicatos e centrais sindicais à aceitação dessa arma de luta política crucial. A utopia vai sendo posta em seu lugar, ganhando espaço, convertendo-se em meio para realizar fins mais complexos.

Na esfera do dia-a-dia, do cotidiano da luta econômica entre empresários e trabalhadores, essa greve de advertência também contém uma importância pedagógica. Os trabalhadores aprenderam que devem criar as condições psicossociais, administrativas e políticas de uma negociação, na qual eles são sempre a parte fraca. Os empresários chegam à mesa de negociação com fórmulas e alternativas previamente ajustadas. Eles são favorecidos pela lei dos pequenos números e pelas equipes técnicas que estão à disposição, pertencentes às associações patronais ou cedidas pelo governo. O trabalhador conta com um assessoramento competente e aguerrido (o Dieese, as

equipes de técnicos do PT ou de alguns sindicatos mais poderosos), mas insuficientes. Precisam dilatar as reuniões, fazendo assim o jogo dos patrões, etc. A greve de advertência forçou condições desejáveis e vantajosas. Agora, além dos milhões de olhos operários, haverá uma opinião pública interessada e favorável, além de vários empresários, que sentem cada vez mais e melhor o quanto existe de atrasado e de arcaico nos "métodos duros" de seus colegas. Sabem que têm mais a ganhar com o desenvolvimento do mercado interno do que elevando os dividendos de uma exploração deplorável de trabalho ou de uma sobrecarga do consumidor, que não geram novos dinamismos econômicos. Por fim, os trabalhadores entram numa experiência na qual desempenharam papéis que envolvem algumas parcelas e facetas de seu poder real. No conjunto, a greve de advertência pôs à prova a faculdade do sindicato e da central sindical de escolher a hora e o lugar de uma contestação econômica pacífica. Os trabalhadores viram-se atuando, individual e coletivamente, na condição de cidadãos. Experimentaram o gosto de ter peso e voz da sociedade civil. Perceberam-se, hoje, menos excluídos e, embora desconheçam os limites do seu poder real, sabem intuitivamente que possuem algum. Portanto, a greve foi decisiva para eles e para o Brasil como um todo, ajudando a aproximar um pouco mais o Estado da nação, a partir de impulsões coletivas que partem desta última. No conjunto, isso indica que a democracia avançou um pouco mais na trilha dos de baixo e que eles começam a percorrer um caminho que antes lhes era vedado ou só se tolerava no interesse dos donos do poder.

Florestan Fernandes, sociólogo, é deputado federal (PT-SP)

PARTES ILLEGÍBIL

01-01

890421T

098.

F 58

Centrais querem reposição antes da saída do governo

As principais lideranças sindicais do país receberam bem a disposição manifestada pelo presidente José Sarney de retirar o governo das negociações salariais, mas antes querem que o governo assuma sua responsabilidade na reposição das perdas salariais provocadas pelo Plano Verão. É o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Mesquita, a aproveitar a oportunidade para mandar um recado aos representantes do governo e empresários que participam da reunião do Fórum Nacional de Negociação Salarial de amanhã, para que não apresentem um índice irrisório de reposição que poderá resultar na marcação de uma data para deflagração de nova greve geral na própria reunião.

Os sindicalistas também avisaram que não concordam em encerrar a inflação do março de câmbio de reposição.

O governo nunca deveria entrar na negociação salarial, mas a declaração do presidente

da república não é motivo para a inexistência de uma política salarial - afirmou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, que embora defenda a livre negociação acha necessário um período de transição de aproximadamente um ano, "pois o mais importante agora é uma lei salarial e a livre negociação nesse momento seria a lei da selva - acrescenta.

Para o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, a livre negociação salarial acordada pelo governo sem a indexação dos salários à inflação é uma faca de dois gumes:

- A livre negociação é válida para algumas categorias profissionais, mas não para todo o universo da classe trabalhadora - assinalou.

Antes da livre negociação o movimento sindical quer obter, porém, a reposição das perdas salariais para não estar disposto a negociar a existência. (AG)

2.H. 28/3/89

01.01

8904213

098

F 98.

As eternas guerras de Medeiros

As gritar "vamos para a guerra", numa reunião com cerca de 800 delegados sindicais, ontem pela manhã, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, ao mesmo tempo em que convoca seus companheiros a manterem a série de greves pelo cumprimento do acordo coletivo da categoria, iniciada há uma semana e meia, dava a senha para a deflagração de uma luta aberta contra os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dos quais é adversário inextinguível.

O acordo dos metalúrgicos de São Paulo - bem como das municipalidades de Guarulhos e Osasco, na grande São Paulo - prevê a reposição salarial parcial sempre que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) for pelo menos 10 por cento superior à Unidade de Referência de Preços (URP). No mês de janeiro, essa reposição deveria ser de 29,23%, mas o Plano Verão impediu a recomposição salarial com base na inflação passada. Os metalúrgicos tentaram negociar com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mas receberam resposta negativa, passando a realizar greves por empresa. Dessas greves têm resultado vários acordos que, como diz Medeiros, o mais conhecido representante do chamado "sindicalismo de resultados", significam "dinheiro no bolso do trabalhador".

Pelo menos duas outras categorias de São Paulo - a dos trabalhadores nas indústrias químicas e de plásticos - têm acordo coletivo com essa cláusula de correção, mas não estão fazendo greves para exigir seu cumprimento. Os sindicatos dessas categorias são filiados à CUT.

"Se eles entrassem nessa luta nos ajudariam muito e todos seriamos mais fortes", disse Medeiros, que acusa "a pelegada da CUT" de não fazer nada. Em seguida, prometeu que, se for procurado por trabalhadores dessas categorias, entrará na luta deles, que



Medeiros: partindo para "a guerra"

entende ser a mesma da dos metalúrgicos. "Com isso vamos derrubar essa pelegada vermelha, pois seus sindicatos são só de papel, não de ação", prometeu.

Já a eventual participação de "aventureros da CUT" nas lutas dos metalúrgicos foi repelida por Medeiros. "Metalúrgico só para junto com seu sindicato", garantiu, sob aplausos de seus companheiros.

O Sindicato dos Metalúrgicos pretende abrir hoje uma nova frente de luta. Ao meio-dia, Medeiros estará com o presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ao qual entregará a ação do Sindicato contra a FIESP exigindo cumprimento do acordo coletivo, que foi assinado em novembro do ano passado. "É uma jogada de risco, mas creio que o Tribunal vai nos dar ganho de causa", prevê.

Na área institucional, Medeiros prepara uma jogada que poderá lhe render dividendos políticos. Na quinta-feira ele vai a Brasília entregar ao presidente da Câmara dos Deputados e a todas as lideranças partidárias um projeto de lei de política salarial, que prevê, basicamente, a recomposição mensal dos salários. (AE)

24-6/81 RP

01.01

8904215

F 88.

Anistia avalia crescimento no País

A presidente do comitê executivo da Anistia Internacional, a advogada italiana Franca Schiavo, e o presidente da seção brasileira, Carlos Alberto Idesta, discutiram ontem, em São Paulo, durante reunião interna, o crescimento da entidade para as próximas anos. Até 1982, o número de membros no Brasil deverá atingir cerca de cinco mil pessoas em cem grupos de trabalho, distribuídos em vários Estados.

Sem revelar quais as audiências que manterá hoje em São Paulo, a advogada Franca Schiavo convocou este fim de semana para definir os encontros com autoridades com quem pretende discutir a questão dos recentes desrespeitos aos direitos humanos no País, como o caso da chacina ocorrida no 43º DP, no Parque São Lucas, na zona leste da capital paulista, no domingo de carnaval deste ano. Desses presos morreram asfixiados, ao serem colocados com diversos

outros detentos numa cela forte com capacidade para apenas cinco pessoas, como castigo por uma tentativa de fuga. Na época, o assunto teve ampla repercussão internacional.

Atualmente, a Anistia Internacional possui, no Brasil, 600 membros e 20 grupos de trabalho atuando nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e no Distrito Federal. (AG)

2H 6/3/82

01.01

8904256

F. 58
(M. Paul)

Reunidos em Quito, no Equador, as oito nações amazônicas da América do Sul pronunciaram-se ontem contrárias a qualquer interferência externa na região. Segundo eles, há interesse econômico na Amazônia e não uma simples defesa da ecologia

Amazônia: região deve ser melhor preservada

O presidente do Equador, Rodrigo Borja, fez ontem um apelo às nações amazônicas para que considerem o acordo que as une como uma nova dimensão da integração, desta vez destinada "a proteger a ecologia e as etnias, que correm risco devido a forças utilitárias do mercado no mundo". "Já destruíram grande parte da ecologia do planeta, a bacia do Mediterrâneo, o Mar Negro e, por isso, é dever dos países latino-americanos cuidarem da grande bacia da Amazônia, aproveitando racionalmente os recursos ali existentes", afirmou Borja, que reiterou que aquelas "forças estão preocupadas em maximizar seus lucros no menor período de tempo possível, o que vem destruindo a flora, a fauna, o meio ambiente".

O presidente equatoriano abriu ontem, em Quito, no Equador, a terceira reunião de chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, da qual participam os ministros e delegações da Bolívia, Brasil, Colômbia, Guiana, Equador, Peru, Suriname e Venezuela. Para Borja, "a defesa da ecologia não é um valor que interessa as grandes empresas que só se preocupam com o aspecto financeiro e suas utilidades", considerando que o Tratado de Cooperação Amazônica defende a ecologia, a preservação do meio ambiente e respeita as etnias existentes, "que estão na Amazônia há muitos séculos e formando verdadeiras nacionalidades indígenas".

O secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, presente à reunião afirmou que o Brasil recebeu críticas por estar supostamente destruindo a selva amazônica, mas acrescentou que "o governo responde dizendo que essas acusações



Paulo de Tarso cumprimenta o presidente equatoriano

são parte de uma campanha para impedir a exploração de seus recursos naturais e evitar que o país se transforme numa potência mundial".

Flecha de Lima está representando o ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na III Reunião de Chanceleres dos Países Signatários do Tratado de Cooperação Amazônica, instrumento criado há dez anos pelos governos da região. O diplomata brasileiro afirmou que o Brasil "não pode ceder sua soberania", declaração esta que foi interpretada como resposta às críticas formuladas por defensores da ecologia à exploração da Região Amazônica. (ANDA)

CUT e CGT vão enviar projeto salarial à Câmara

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) enviarão quinta ou sexta-feira um projeto de lei para a Câmara dos Deputados sugerindo uma política de correção dos salários. Neste, as duas centrais propõem um reajuste mensal dos salários, vencimentos, soldos, pensões, benefícios de aposentadoria e remunerações pela variação de um índice nacional do custo de vida, a ser medido por um órgão nacional escolhido de comum acordo entre os representantes dos trabalhadores, empresários e governo.

O que motivou a atitude da CUT e CGT foi a existência de seis projetos de política salarial junto a Comissão do Trabalho, sendo um deles de autoria do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), dos quais as centrais não tinham conhecimento. A primeira intenção era se arrecadar um mínimo de 720 mil assinaturas para se configurar uma emenda popular. Contudo, o prazo determinado até sexta-feira pela Comissão do Trabalho para apresentação do projeto obrigou a CUT e CGT, concomitantemente ao levantamento das assinaturas — que se inicia hoje em todos estados com prazo de uma semana para seu término —, procurar o respaldo parlamentar, onde uma única assinatura tem o poder de encaminhamento do projeto para a Câmara. "Embora estejamos apresentando tardiamente nosso projeto (devido à luta das perdas salariais), queremos a proteção automática do poder aquisitivo dos salários, cabendo à livre negociação a definição dos aumentos reais", explica Jair Meneguelli, presidente da CUT.

Fiesp — O índice de reajuste salarial de 7,17% sugerido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ontem à noite provocou a ira das duas centrais. Segundo Meneguelli, "os empresários acabam de decretar guerra e vão ter sua resposta, que pode ser até uma segunda

greve geral com muito mais força". A revolta de Meneguelli foi agravada ontem por dois telefonemas da ministra do Trabalho, Dorothea Werneck (um de manhã e outro às 15h30), onde ela afirmava que o governo vai baixar hoje a medida provisória que reajuste os salários em 7,17%. A ministra cancelou também a reunião do Fórum Nacional de Negociação Salarial, que aconteceria amanhã para decidir sobre esta questão, contradizendo suas declarações dadas na segunda-feira.

"O governo simplesmente se curva ao índice dos empresários. A própria ministra admite que o governo não tem estrutura para sustentar sozinho seu antigo índice de 22,06%", afirmou Meneguelli, que reunirá no dia 10 a executiva da CUT para decidir as providências a serem tomadas em relação a essa postura. Para as duas centrais, a reposição salarial deve ser de 41,49%.

68-7-50 715/10.00

F. 85

Brasil 5/11/82

01.01

8904258

F.D.
Chind. 1

ECONOMIA

35 milhões de trabalhadores pararam, dizem a CUT e a CGT

Produção caiu em NCz\$ 1,6 bi

O Comando Unificado da Greve avaliou ontem em 35 milhões o número de trabalhadores que participaram do segundo dia da greve geral convocada pela CUT e CGT e em 1,6 bilhão de dólares o total que a economia deixou de produzir nos dois dias de paralisação em protesto contra o Plano Verão. O percentual de trabalhadores parados ontem foi o mesmo do primeiro dia do movimento e corresponde a 70% da população economicamente ativa.

Pelo balanço divulgado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a greve ontem foi geral em 18 cidades: Manaus, Rio Branco, Rio de Janeiro, Vitória, Curitiba, Salvador, Cuiabá, São Luís, Teresina, Aracaju, Macaé, Recife e João Pessoa e parcial em Goiânia, Brasília, Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Belo Horizonte, Belém, Fortaleza e Natal.

Na avaliação do presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, o movimento ontem aumentou nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco e em Belo Horizonte, tendo refluído em São Paulo. O sindicalista refutou informações do governo e empresários de que a greve na cidade de São Paulo só aconteceu em função do apoio da prefeita Luiza Erundina, do PT, que não utilizou a PM para dirigir os ônibus da CMTC. Os dirigentes sindicais reafirmaram também que não discutirão uma nova política salarial sem antes verem resolvida a questão das perdas salariais.

Quanto aos 1,6 bilhão de dólares que, segundo cálculos da CUT, o país deixou de produzir em dois dias de greve, eles se referem aos 313 bilhões de dólares produzidos pela economia em 1987. Para chegar aos 1,6 bilhão de dólares a entidade desconsiderou os domingos. (AG)

2000 HORA

16/3/89

2 HORA
16/3/89

01 - 01

8904259

F. 18.
(Lind)

CUT e CGT sequer aceitam discutir as duas propostas

"Com essa proposta sequer será necessário consultar as bases". A declaração, do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli ao final da reunião reflete a posição dos líderes trabalhistas sobre as propostas de reposição salarial apresentadas pelo governo e empresários.

Nem os 7,17% dos empresários e o reajuste médio de 13% proposto pelo governo sequer se aproximam das reivindicações dos trabalhadores, que não abrem mão de pelo menos 41% para repor as perdas acumuladas desde o início de 1988 até o congelamento de salários, em janeiro deste ano. O presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade disse que o movimento sindical não aceita a fórmula dos representantes do governo e do empresariado de calcular as perdas sobre a média dos salários. Os trabalhadores querem, no mínimo, atingir o mesmo nível salarial do início do ano passado. "Os 41% que nós colocamos na mesa de negociações é apenas a defesa-gem no valor real dos salários e ainda está bem distante do percentual de reajustes que se pretende", disse Joaquim.

Os representantes das centrais sindicais foram unânimes na avaliação das propostas colocadas ontem: "São ridículas", afirmaram. Meneguelli disse que, caso a ministra Dorothea Werneck continue in-

os trabalhadores retiram-se das negociações e sequer comparecem à reunião da próxima quinta-feira. "Se os 15,78% que a ministra ofereceu como limite máximo de reposição para o salário mínimo forem mesmo o limite, de reposições não há porque se convocar uma nova reunião", disse o presidente da CUT.

Greve Geral

Os líderes trabalhistas já mostravam insatisfação quanto à proposta dos empresários antes mesmo de conhecer o índice de reajuste proposto pelo governo, que só divulgou os cálculos das perdas salariais no início da tarde. As 13 horas, quando as conversações foram interrompidas para o almoço, Jair Meneguelli ameaçava suspender as negociações com os outros dois setores (patrões e governo) e preparar uma nova greve geral no país. "Já que, pelo jeito, a última paralisação não foi suficiente como sinal de alerta".

Suspensas as negociações até a próxima semana, os sindicalistas querem agora fechar um acordo direto com a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck antes de se sentarem à mesa com os empresários. Enquanto aguardam a convocação da ministra, os trabalhadores reúnem-se, a partir de hoje, com líderes partidários, no Congresso Nacional. (Brasília/ZF)

40/19 30/3/89

01.01

8904260

F. D.
(Lind.)

-ZERO HORA- 10/3/89

O Brasil vai parar, avisa Meneguelli

Ao garantir que as centrais sindicais não discutirão hoje em Brasília uma nova política salarial já que isso só será debatido por elas após a reposição das perdas provocadas pelo Plano Verão, o presidente da CUT, Jair Meneguelli aconselhou ontem a população: "É bom se preparar, tirar dinheiro e comprar alimentos porque o Brasil vai parar nos dias da greve geral, 14 e 15. Por favor, não procurem ônibus, metrô, não mandem os filhos para a escola, porque tudo vai parar".

Jair Meneguelli esteve ontem em Porto Alegre, dentro do programa de mobilização dos sindicatos para a paralisação, distribuindo panfletos em portas de fábrica, concedendo entrevista coletiva, realizando reuniões com dirigentes sindicais, participando de um ato público e se reunindo com o prefeito Olívio Dutra, de quem obteve apoio a greve, mas sem definição sobre a questão do ponto dos funcionários que não trabalharem naqueles dois dias. A definição ocorrerá após a greve geral.

Inssustentável

Meneguelli prevê que a paralisação de dois dias será a maior greve geral, de todas as já realizadas,



Manifesto de Meneguelli em Porto Alegre começou de madrugada

porque pela primeira vez não existe um único líder sindical contrário à ela. "A situação é insustentável. A greve está muito bem organizada e vamos fazer um movimento pacífico, ordeiro. A população pode ficar tranqüila: Não queremos baderna e sim respeito e tranqüilidade, só queremos viver com dignidade neste país que é a oitava economia do mundo".

O presidente da CUT disse, em

relação à greve que os trabalhadores vão garantir plantões nos hospitais: "Ninguém vai morrer por falta de atendimento médico". Para Meneguelli só há uma maneira de a greve não sair: A reposição das perdas salariais devido ao Plano Verão. Antes disso, não haverá qualquer discussão com as autoridades sobre o estabelecimento de uma nova política salarial.

01.01

8904261

F. SP
(Junt)

CUT pensa em nova greve. E não discute mais as perdas

"ZERO HORA" 10/4/89

A Central Única dos Trabalhadores irá discutir, hoje e amanhã, na reunião de sua executiva nacional, a decretação de uma nova greve geral. Embora não haja definição de data, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, reconheceu a possibilidade da paralisação vir a ocorrer juntamente com as greves dos ferroviários e petroleiros, dia 18, e dos bancários e metalúrgicos, dia 28. "Estamos trabalhando no sentido de aglutinar essa luta", declarou Meneguelli.

Logo após sua chegada a Brasília, no final da manhã de ontem, onde foi participar do seminário "As Forças Armadas na América Latina", Meneguelli acusou as autoridades federais e o empresariado de não terem a mínima sensibilidade para as reivindicações salariais dos trabalhadores. Ele acusou os dois setores de não deixarem alternativa além da greve geral:

- A única expectativa é medir forças. Não tem outra alternativa.

Meneguelli anunciou também que não mais participará das negociações sobre reposição das perdas salariais com empresários e representantes do governo, caso a ministra de Trabalho, Dorothea Werneck, não



Meneguelli: a caminho de nova greve

apresente um novo índice de reposição superior aos 13 por cento. "Com este índice não tem acordo. O governo que assuma as consequências", advertiu Meneguelli. Ele esclareceu ainda que o retorno às negociações poderá acontecer, desde que os dirigentes sindicais compareçam às reuniões respaldados por mobilizações de trabalhadores, de tal forma que possam ter maior poder de pressão. Meneguelli se manifestou contra a livre negociação entre trabalhadores e empresários para discutir reposição de per-

das salariais e disse que este mecanismo só se justifica para casos de negociação sobre índices de aumento real de salários. (AG)

O sindicalista descartou a possibilidade de solucionar a questão da reposição no campo técnico. Em sua avaliação, os critérios utilizados são ruins e os números apresentados, péssimos. Ressaltou que o nível atual de insatisfação com as perdas salariais decorrentes do Plano Verão poderá levar outras categorias, que não tem luta específica, a se juntar àquelas que já optaram pela greve.

De acordo com Meneguelli, a proposta do governo - que sugere reposição escalonada de 7,17% a 19% das perdas salariais provocadas pelo Plano Verão - será rejeitada pelos trabalhadores. Embora não participe das negociações entre governo e trabalhadores sobre a reposição das perdas salariais, o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luis Antônio Madereros, é também contra o reajuste escalonado e argumenta que a fórmula sugerida é uma discriminação contra o trabalhador. "O líder sindical que assinar um acordo deste tipo estará se suicidando", sentenciou Madereros.

CUT rompe com prefeito do PT

PORTO ALEGRE — O presidente da executiva gaúcha da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Gilmar Pedruzzi, disse, ao criticar o reajuste das tarifas do transporte urbano em Porto Alegre — de NCz\$ 0,12 para NCz\$ 0,17, a partir do dia 19 — que, a partir de agora, a entidade "não apoiará nenhuma outra medida da prefeitura". O rompimento entre a CUT e o prefeito Olívio Dutra (PT) ocorre dois meses e seis dias depois de ele ter tomado posse.

Olívio não se abalou com as afirmações de Pedruzzi, e disse que a CUT tem toda autonomia e liberdade para criticar a administração popular". Resaltou o aumento, de 41,6%, enquanto os empresários queriam 50%, após um estudo das planilhas de custo". E completou: "Não vamos substituir a prefeitura por um sindicato, portanto, a CUT tem o direito de apoiar ou não a nossa decisão".

Responsabilidade — O prefeito Olívio Dutra disse ainda que, como os proprietários das empresas Sudeste, Sopal, Viação Teresópolis—Cavalhada e Trevo não reassumiram a direção dessas empresas, conforme acordo firmado no

último dia 27, a Prefeitura vai continuar a intervenção até que as planilhas de custo estejam concluídas e a regularização dos transportes na capital esteja normalizada.

Afirmou também que a Procuradoria-Geral do Município enquadrará por crime de responsabilidade todos os funcionários que estiverem "boicotando o bom andamento dos transportes urbanos". Olívio Dutra ressaltou que os boicotes, como a quebra de mais de 50 ônibus da empresa Sopal, que estão impedidos de trafegar devido a motores pifados, "serão seriamente investigados". A Sopal tem 290 ônibus, mas desde a intervenção, no último dia 14, cerca de 50 desses coletivos estão parados nas garagens. Segundo o prefeito, a Secretaria municipal de Transportes já está tomando também medidas para fortalecer mais as direções das seis empresas sob intervenção — Sudeste, Sopal, Nortran, Trevo, Viação Teresópolis—Cavalhada, Viação São João — por parte do poder público com a contratação de mecânicos, eletricitistas e auxiliares administrativos. Com isso, o prefeito espera "melhorar a qualidade do serviço".

Brasília — Moreira Mariz



Roberto diz que não foi ouvido

Sarney quer tirar Ciência e Tecnologia de 'Robertão'

BRASÍLIA — "O governador de Minas, como todo o cidadão, tem o direito de condicionar nomes para qualquer lugar", reagiu o ministro Roberto Cardoso Alves, ao saber que o governador Newton Cardoso almoçara ontem com o presidente Sarney, levando consigo o seu secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia, Flávio Penlagua Guimarães — candidato a ocupar o cargo de Robertão ou então a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia que poderá ser criada pelo governo, em atendimento aos históricos do PMDB.

Robertão disse que está desinformado sobre a possível perda da pasta de Ciência e Tecnologia. "Não fui ouvido nas medidas provisórias, pretendo não ser ouvido nesta negociação", disse o ministro. "O Presidente é o senhor das negociações. O que ele fizer terá a minha aprovação." O ministro também disse que está desinformado sobre como o governo deverá encaminhar as extinções do IBC e IAA, propostas por ele através de projetos de lei ou de medidas provisórias.

Quanto as denúncias de corrupção, principalmente na área da Sirdibrás, o ministro disse que vai investigar tudo, podendo até mesmo pedir uma auditoria externa. Vai cha-

mar também para dar explicações todas as pessoas envolvidas, desde que sejam apresentadas provas concretas contra elas.

O presidente José Sarney mandou o líder do PMDB no Senado Federal, que está realmente disposto a criar uma Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia na estrutura da Presidência da República, retirar do ministro Roberto Cardoso Alves todas as atribuições do setor, inclusive as relacionadas à informática. Com a remessa de uma medida provisória ao Congresso, antes do 17, ficaria restabelecido o Ministério da Indústria e Comércio na sua forma original, arquivada a medida provisória nº 39, promove a reformulação administrativa do governo.

O líder do partido, senador Ronan Tinoco (MG), mandou responder que a liderança é receptiva ao entendimento. Este reatamento de namoro entre o Executivo e o Legislativo foi conduzido ontem pelo ministro chefe do gabinete civil, Ronaldo Costa Couto, em dois encontros: com o senador Ronan Tinoco, o senador Severo Gomes (PMDB-SP) e com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibipinheiro.

01.017

8904263

Futuro dos sindicatos está em jogo

SÃO PAULO — A contradição entre a doutrina e a prática de uma parte dos sindicalistas é notável quando o imposto sindical entra em discussão. "Sempre fui contra o imposto sindical", diz Rubens Fandino, presidente da Federação dos Urbanitários de São Paulo. "Mas não aceito seu fim do modo como está sendo feito, justamente no mês de março, quando arrecadamos todas as nossas receitas, pois não temos como repor isso."

Nesse caso, questiona-se a época em que se extingue o imposto. Pode-se indagar também onde isso poderá ser feito. Sindicatos grandes, como os dos metalúrgicos de São Paulo e de São Bernardo do Campo, provavelmente não terão maiores dificuldades, se ficarem sem sua parcela do imposto sindical, observa Valmir Dantas, historiador com diversos cursos no exterior sobre sindicalismo e que hoje é assessor de Educação Sindical da CGT. Pa-

ra pequenos, porém, pode ser a morte. Valmir, que viaja muito pelo país, em missões da CGT, conta que esteve há alguns dias em Alêm-Paraíba, na divisa de Minas Gerais com o Rio, onde o sindicato local (dos empregados na indústria de papel) consegue arrecadar o equivalente a NCZ\$ 250 mensais do imposto sindical para manter sua sede: uma sala de 6m por 8m, uma mesa e três ventiladores que ajudam a enfrentar o calor. "Além Paraíba não é São Bernardo", diz. "É difícil imaginar uma fórmula mágica para todos."

Nem a CUT — cujo discurso costuma ser mais enfático que o da CGT nessa questão — consegue escapar desse dilema: a grande maioria das 1.300 entidades que participaram de seu 3º Congresso em setembro não poderiam comparecer ao 4º sem o imposto sindical, pois deixariam de existir.

É espantoso que uma criação de meio século atrás consiga produzir efeitos tão grandes no meio sindical. Desde 1939, o Brasil já viu a redemocratização de 1946, o golpe militar de 1964, o fim do regime militar, a Nova República e a nova Constituição, mas essa discussão persiste.

Nem mesmo do ponto constitucional a questão está inteiramente resolvida. O advogado Sebastião de Paula Coelho, consultor jurídico de diversos

sindicatos e federações e secretário paulista de Relações do Trabalho no governo de Paulo Maluf, conseguiu introduzir no texto constitucional sobre as contribuições que os trabalhadores podem aprovar para sustentar seu sindicato a expressão "independentemente da contribuição prevista em lei". Ele se refere especificamente ao Artigo 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, justamente o que cria o imposto sindical. "Ele não pode ser tocado. É legal, necessário, imprescindível", sustenta.

O sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, professor titular de Ciência Política da Unicamp e da USP e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) não acredita que, na ditadura do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas tivesse pretendido aumentar seu controle sobre os sindicatos. "Na verdade, nesse momento, o governo já tinha o total domínio das organizações sindicais." A intenção, diz, foi reforçar o lado assistencial. "Quando as verbas do imposto começaram a afluir para os cofres sindicais, as atividades propriamente assistenciais deram um salto enorme. Não se trata exatamente de uma forma de controle, mas de desviar os sindicatos de uma situação reivindicatória básica."

JORNAL DO BRASIL 26/3/89

DS 8

Dom Vicente alerta contra novo modo de ler a Bíblia

PORTO ALEGRE — O cardeal Vicente Scherer alertou ontem os católicos para que rejeitem e não difundam uma publicação denominada *Palavra-Vida*, da Confederação Latino-Americana dos Religiosos (Clar) que faz "uma interpretação da Bíblia com um novo modo de ler a Bíblia a partir do pobre" e prevê um projeto quinquenal, de 1989 a 1993, com programas anuais para divulgação nas comunidades religiosas e entre o povo católico.

A publicação, cujo número inicial o CLAR se comprometeu a recolher e modificar, após uma reação contrária do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celsam) e da Sagrada Congregação Romana para os Institutos da Vida Religiosa, da Santa Sé, "expõe uma interpretação da Bíblia total e diretamente divergente do uniforme e perene ensinamento da Igreja em 20 séculos de evangelização", reclamou Dom Vicente.

Efeitos Destruidores — *Palavra-Vida*, que pretende comemorar o quinto cente-

nário da evangelização da América, segundo Dom Vicente Scherer "abandona a verdade e o sentido expresso pelo hagiógrafo (nome que dá aos autores dos livros da Bíblia) e adota a significação que agora lhe atribuem os intérpretes segundo as próprias idéias políticas, ideológicas e sociais". E continua: "É uma releitura com chaves e critérios ideológicos e sócio-políticos que esvaziam as palavras inspiradas do seu conteúdo essencial objetivo e religioso".

Disse mais o antigo arcebispo de Porto Alegre:

— Todas as regras e exigências da hermenêutica e análise objetiva ficam abandonadas e são substituídas por conceitos subjetivos dos exegetas desorientados", criticou Dom Vicente. Reclama o cardeal que o documento da Clar recomenda a necessidade de reforma na estrutura econômica dos povos, esquecendo "a economia da salvação".

Q58

GERAL

F. L. (Filosofia)

A falsa interpretação da Bíblia

Uma nova interpretação da Bíblia, publicada com o título de Palavra-Vida, em circulação no Brasil e na América Latina está recebendo o protesto e a condenação veementes do clero e do Conselho Episcopal Latino Americano (Celam), sediado na Colômbia. Ontem, o cardeal Vicente Scherer alertou contra os efeitos destruidores da "falsa interpretação dos textos sagrados", de autoria atribuída à Confederação dos Religiosos da América Latina (CLAR), e que pretende, segundo o cardeal, levar aos religiosos do continente "um novo modo de ler a Bíblia a partir do pobre".

O texto, alerta dom Vicente, é uma releitura com chave e critérios ideológicos e sócio-políticos que esvaziam as palavras inspiradas de seu conteúdo essencial objetivo e religioso. "Nos livros da Bíblia não se recomenda a necessidade ou planos de reforma na estrutura econômica dos povos, mas nos diversos ensinamentos e acontecimentos se manifesta a economia da salvação, a sabedoria e a misericórdia de Deus na preparação da vinda de Cristo e de seu reinado messiânico para a libertação e redenção humana do pecado, realizada na cruz".



Dom Vicente: efeitos destruidores

O episcopado da Colômbia rejeitou o projeto do CLAR, que já vinha sendo distribuído sem essa aprovação. O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através de uma circular ao episcopado chamou a atenção sobre essa publicação, manifestando a esperança de que o texto seja modificado,

informes o cardeal. Dom Vicente destacou, porém, que a revisão recomendada pelo Celam, "pouco poderá aproveitar do texto original".

Ele informou que o texto, atualmente em estudo pela Comissão Bíblica Pontifícia em Roma, foi examinado em conjunto pelo secretário da Sagrada Congregação Romana para os Institutos de Vida Religiosa, o presidente e vice-presidente do Celam, e o presidente e vice do CLAR. Nesse encontro, concordou-se em reelaborar a publicação, "insistindo nos aspectos de oração, leituras, aprofundamento e conversão pessoal, de acordo com a tradição, a Escritura e o ensino da Igreja".

Apesar de desaprovado, porém, o texto ainda está sendo distribuído. Dom Vicente advertiu ontem que é carente de fundamento a informação divulgada pela revista *Anunciar*, editada pela Comissão Regional dos Religiosos do Rio Grande do Sul, segundo a qual a CNBB teria aprovado o projeto. A CNBB, segundo o cardeal, limitou-se, na reunião do episcopado em Itaipó, no fim do mês passado, a publicar uma síntese do documento, alertando que observações críticas seriam feitas em futuro próximo.

01.01

8904472

288



F 88

Pacto trata de tudo, menos de terror

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — A reunião convocada pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), destinada à formulação de um pacto antiterror, foi transformada, a contragosto de seus idealizadores, numa frustrada tentativa de ressuscitar o pacto social patrocinado pelo governo há seis meses. Em nenhum momento, os mais de vinte oradores que se revezaram na tribuna pronunciaram a palavra "bomba" ou se referiram a "terroristas". Em compensação, não faltaram oradores para falar de hiperinflação, crise econômica e inchamento da máquina estatal.

Entre esses, destacava-se o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, cuja presença num fórum de discussões sobre terrorismo não foi bem explicada. "Não sei quem convidou Mailson e Ronaldo Costa Couto (ministro-chefe do gabinete Civil). Pacto antiterror não é nada disso", protestou o deputado Roberto Freire, candidato do PCB à presidência da República e autor da ideia da reunião.

Durante três horas e meia, políticos, dirigentes sindicais e ministros do governo discutiram as mais variadas questões, sem que chegassem a qualquer conclusão; e ao final sequer foi produzido um texto com a síntese dos debates. O discurso do senador Nelson Carneiro, ao encerrar o encontro, não chegou a ser ouvido: todos se levantaram, deixando o presidente do Congresso falando sozinho.

O que divide — Mesmo se fosse seguida a ideia original, e se discutisse especificamente o terrorismo, a reunião correria sério risco de fracassar. De todos os presidentes de partidos convocados, apenas dois — Franco Montoro, do PSDB, e Parva Muniz, do PTB — apareceram. Os demais partidos preferiram se fazer representar por interinos ou substitutos. "O que nós tínhamos imaginado — criticou Roberto Freire — era apenas um pacto contra o terror. A questão econômica nos divide. A ideia é respeitar o calendá-



Mailson com Costa Couto e Medeiros (D): perdido na reunião

rio, a ordem constitucional, e só. Se ampliarmos demais essa discussão, não vamos conseguir nada."

Roberto Freire deixou representando o PCB na reunião o deputado Fernando Santana (BA), e nem ficou para os debates. "Não há unidade possível nessa discussão econômica. Esse pacto será feito na eleição", acrescentou Freire. O representante do PMDB, senador José Fogaça, manifestou opinião semelhante: "Não creio que esta reunião tenha sido convocada com este objetivo. Não há como analisar aqui um pacto social". O ex-governador Franco Montoro apresentou um programa de emergência para a transição política, enquanto o ministro Ronaldo Costa Couto, em

entrevista, chegou a declarar: "Não fui convidado para nenhum pacto antiterror. Aliás, tenho horror de terror".

Já o presidente da Câmara, Paes de Andrade, decidiu esquecer tanto o pacto social como o antiterror, preferindo ressaltar as vantagens da Constituição e falar dos regimentos internos da Câmara e do Senado. Outro que resolveu bombardear a ideia da reunião antiterror foi o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa. "Esta reunião não leva a nada. Todo mundo sabe que o terror neste país é a política econômica", justificou. Os líderes sindicais Luis Antônio de Medeiros e Antônio Rogério Magri participaram da reunião.

01.01

8904473

GERAL

Esquivel faz campanha para dom Evaristo Arns

Ele lançou ontem no Estado a candidatura do cardeal ao Nobel da Paz

Estive ontem em Porto Alegre o Prêmio Nobel da Paz - 1988, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, para o lançamento no Estado da candidatura do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, ao Prêmio Nobel da Paz deste ano. A vitória dele foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e o Serviço Nacional de Justiça e Não Violência. Como detentor do prêmio, explicou Esquivel, ele tem direito a indicar candidatos ao Nobel, tendo escolhido dom Paulo por sua longa militância em favor dos direitos humanos.

Na correspondência ao Comitê Nobel, em Oslo, salientou sobre dom Paulo que "graças à sua intervenção se conseguiu salvar vidas e recuperar crianças sequestradas e desaparecidas durante a ditadura na Argentina, através de um trabalho solidário com outros povos. Deu apoio a centenas de refugiados latino-americanos que tiveram que fugir de seus países devido a perseguições políticas, como também levou apoio e consolo aos presos e torturados".

Esquivel ressaltou o trabalho intenso do cardeal pelos direitos humanos durante os 21 anos de ditadura militar no Brasil e sua ação pastoral, em São Paulo, na defesa dos pobres e oprimidos. Segundo ele, a indicação de dom Paulo é fundamental, não só para o Brasil mas para a América Latina, porque é uma



Esquivel: "Ele conseguiu salvar vidas"

das poucas vozes "proféticas" do continente que defende a dignidade do ser humano acima de qualquer ideologia, "porque a dignidade humana transcende fronteiras".

Apoio internacional

Ele revelou que dom Paulo já tem apoio de inúmeras organizações sindicais, políticas, religiosas e populares na Suíça, Alemanha, França, Espanha, Estados Unidos e em dez países da América Latina. Adolfo Esquivel também já indi-

cou Lech Wałęsa, que acabou ganhando o prêmio anos atrás, e garante que dom Paulo é "candidato firme" ao Nobel, por ter sua obra conhecida em nível mundial, mas ainda não sabe quem são os demais concorrentes. O próprio Esquivel, presidente honorário do Serviço Justiça e Paz da América Latina, concorreu três anos seguidos até ser agraciado.

A respeito da situação dos direitos humanos no continente, observou que houve mudanças, com a passagem de ditaduras para governos constitucionais, menos sequestros, desaparecidos e torturas como uma política de Estado. Mas os camponeses sem terra, o aumento do número de favelados, a fome e a violência permanecem sem solução. A raiz do problema, acredita, está na dívida externa, que causa problemas econômicos capazes, até mesmo, de comprometer os avanços conseguidos na direção da democracia.

Ontem à noite, ele viajou ao Uruguai, onde acompanhará o plebiscito pela anulação ou não da anistia dos militares. A impunidade de torturadores e assassinos dos períodos de ditadura, no Uruguai e demais países, ressaltou, viola tratados internacionais, como a Convenção Contra a Tortura, os tratados de Viena e Genebra. "A impunidade afeta profundamente a vida dos povos e a continuidade das processos democráticos", advertiu.

098

Meneguelli discutirá salários com governo

Sergio Leo

BRASÍLIA — O Governo retoma nesta quarta-feira os contatos com a CUT para que a central sindical participe da negociação de uma nova política salarial. Convidado pela Ministra do Trabalho, Dorothea Wernick, o Presidente da CUT, Jair Meneguelli não encontrará em Brasília uma proposta oficial para a política de salários. O único ponto firmado pelos Ministros da Fazenda, Trabalho e Planejamento é de que é intocável o reajuste dos salários no primeiro dia do Plano Verão com base na média de seu poder de compra de 1988. O Governo deve insistir, porém, para que Meneguelli não se afaste da negociação.

Os Ministros da área econômica preferem esperar pelo resultado dos índices de inflação de janeiro para argumentar sobre as perdas provocadas pelos aumentos de preços à véspera da decretação do Plano Verão. Alguns técnicos já admitem como possível alguma reposição por aumentos em janeiro e fevereiro que não tenham sido compensados pela concessão da URP de 26,05% de janeiro. "A idéia é manter, no soma de todos os salários, a

média de 1988. Se houver queda na massa salarial após o Plano Verão é tecnicamente possível uma compensação" argumenta um desses assessores.

Prematuro — Os técnicos que elaboraram o Plano Verão — que só consideram como perda no salário as quedas do poder de compra abaixo da média do ano passado — ainda acham prematuro falar em perdas salariais provocadas pelos aumentos de preços às vésperas da decretação do congelamento. Alegam que a manutenção da URP de 26,05% de janeiro compensa parcialmente os aumentos de preços. E que a conversão dos salários pela média provocou um aumento na massa salarial.

Para medir as perdas dos salários em janeiro e fevereiro, argumentam estes técnicos, será necessário buscar algum indicador que não tenha as distorções estatísticas do IPC com vetor (inflação de janeiro artificialmente elevada e a de fevereiro artificialmente baixa), talvez o INPC. Esse tipo de indicador tem, porém, a desvantagem de ser conhecido com atraso, o que dificulta uma negociação com os sindicatos, que desejam reposição imediata.

JB. 22/1/89. F.L.

01.01

8904913

Maria Madalena nunca sabe qué están haciendo sus hijos. Ni dónde duermen. De todas maneras, aquí no hay sitio para albergarlos a todos juntos. Cuando aparece alguno de ellos, lo cuida, lo alimenta, acepta el dinero que le trae, asaltándolo con preguntas inquietas, a las cuales jamás contesta. Y vuelve a irse

RIO DE JANEIRO (L'Express). — En el Brasil, 36 millones de niños viven así: en la calle. Entre ellos, 1.500.000 están completamente abandonados. Maria Madalena vive en Duque de Caxias, en el corazón de la Baixada de Fluminense. Los habitantes de Río afirman que este arrabal de tres millones de habitantes, al norte de la ciudad, es uno de los lugares más peligrosos del mundo. Los traficantes de cocaína libran una guerra despiadada por el control de favelas miserables; todas las mañanas se recoge allí una decena de cadáveres acibillados a balazos u horribilmente torturados, y los escuadrones de la muerte — denominados aquí "grupos de exterminio" —, de los que forman parte policías, siembran el terror entre los pituleros errantes.

Todos esos niños a la deriva, que sobreviven solamente robando, haciendo contrabando o prostituyéndose, son abatidos como perros hidrófobos. En 18 meses, 306 han sido "ejecutados" aquí. Y esa cifra no comprende más que a los muertos de bala registrados en las morgues de Duque de Caxias y de Nova Iguaçu. Nadie sabe cuántos cadáveres han sido tirados en los vertederos de basura o han ido a parar a los cementerios clandestinos.

Sin patente

Hoy lo puede decir Maria Madalena: todo el mundo sabe que las muertes de Fernando y Aldenir — de 16 y 17 años — han sido un error. Sus hijos no habían hecho nunca nada malo. Por otra parte, ellos tenían un trabajo: "cuidaban" automóviles estacionados en la vía pública. Un pequeño "racket", muy extendido en el tercer mundo, que consiste en exigir una propina o de lo contrario el automovilista encontrará su vehículo con los vidrios rotos o los neumáticos desinflados.

Fernando y Aldenir ejercían su "oficio" cerca de la comisaría 59. Y los vecinos están convencidos de que eso los perdió: a fuerza de andar por allí, habrían visto cosas que no tendrían que ver. Policías o gangsters han "quemado los archivos": se han desembarazado de esos testigos molestos. Recientemente, la mitad del personal de la comisaría 59 ha sido trasladada a otros destinos. ¿No es ello la prueba?

Así que la noche anterior, Fernando y Aldenir habían venido. Como queda dicho. Sin dar explicaciones. "Dormían en el piso, delante del televisor encendido —relata con voz monocorde Maria Madalena—. Poco después de la medianoche, llamaron a la puerta diciendo: «Es la policía». Eran dos. Cuando me di cuenta de que no vestían uniforme, intenté cerrar de nuevo. Entonces me pusieron un revólver en la cabeza y entraron. Dijeron: «Los llevamos a la comisaría». Grité que no era verdad, pero ellos los arrastraron fuera de la casa donde otros dos individuos aguardaban en un coche. Yo grité con todas mis fuerzas, pero ellos metieron a mis hijos en el interior del automóvil. Cuando el vehículo arrancó advertí que no tenía chapa de matrícula."

Helio Saboya, director de la policía civil del Estado de Río, reconoce

RIO DE JANEIRO. — Todos los días aparecen cadáveres en la Baixada de Fluminense

que los policías no tienen siempre la formación deseada, que están mal pagados y que con frecuencia prestan "servicios" dudosos para redondear sus ingresos. Confiesa que pasan cosas raras en la Baixada. Pero no quiere hablar de ello, pues está en camino de arreglarse: ha nombrado en la 59 un nuevo jefe, en el que tiene confianza. Y tiene intención de abrir allí nuevas comisarías. "No es nada fácil luchar contra los grupos de exterminación —explica—. La policía no puede por sí sola resolver los problemas que son de origen económico. Elimine la miseria, y esto no será peor que cualquier otra parte."

Con la salvedad de que no hay que echar toda la culpa a la policía civil, que sólo es responsable de la pesquisa. Es la policía militar, de uniforme, la que está encargada de mantener el orden.

Los cow-boys de la 59

Durante la mitad de la noche, Maria Madalena, ayudada por sus vecinos, ha estado buscando a sus hijos. Fue a la comisaría 59. No estaban allí, por supuesto. Ha hecho la denuncia. "Al día siguiente —dice—, fui al almacén de al lado a comprar azúcar. Una anciana que yo conocía se puso a llorar. Salí precipitadamente. Alguien dijo en la calle: «Madalena, han encontrado a tus muchachos». Estaban en un terreno baldío, a 300 metros de la casa. Una bala en la cabeza. Cubiertos de quemaduras de cigarrillos. Y los huesos rotos."

Los cow-boys de la Comisaría 59 se apodan entre ellos el "escuadrón de las hienas". Dicen que "porque sólo comen carroña y todavía se rien". Hacen la ronda de cuatro, dos por automóvil. Antes de salir se arman con el revólver de servicio. Porque todos tienen otro, naturalmente. Un arma privada, ilegal, pero a la que nadie vendrá a contarle las balas. "Y aun tenemos dos colegas muertos el mes pasado. Ellos no avisan antes de disparar", se justifica un policía. ¿Quiénes son "ellos"? "Todo el mundo. Aquí tendría que haber un policía por persona."

El comisario Henrique había explicado enseguida que la gente cuenta cualquier cosa acerca de la Baixada. Que no había más muertos aquí que en otros sitios. Lo que pasa es que tiran ahí los cadáveres, simplemente. Traen los muertos de Copacabana o de otras partes... Las favelas de Río son más peligrosas.

En cuanto a los cementerios clandestinos, es pura leyenda. "Muéstreme uno solo!" Se ha irritado: "Son los comunistas del obispado los que hacen circular esas patrañas. Ese don Mauro Moreni, que siga haciendo el amor a sus devotas, pero que se guarde de hablar de más! Si no, va a tener problemas conmigo. Y puede escribir en su periódico cuanto le estoy diciendo: no le tengo miedo a ese condenado obispo."

Cementerios clandestinos

Mientras escuchaban los exabruptos de su jefe, los cow-boys no abrieron la boca. Luego, durante la ronda, ya nadie podía oírlos. "Así que le interesa eso de los cementerios clandestinos?" —pregunta uno de ellos, con una sonrisa—. De ordinario, nunca se va por allí, pero usted quiere visitar la Baixada, ¿no?" Y saca una metralleta de debajo del asiento.

Los dos automóviles aceleran por caminos deteriorados. Pulverizan, como en el cine, la barricada de tablas que obstruye una calle. Explicación: "Aquí no hay que detenerse nunca". Con los vidrios rotos, los licencias hacen ostentación de las armas, penetrando en las callejuelas seguidos por los insultos de la población que, sorprendida por la raza imprevista, no ha tenido tiempo para reaccionar.

Al pasar delante de la casa de Maria Madalena, uno de los policías explica: "Estamos en el territorio de Sacudo, traficante de estupefacientes. Si se ha de venir a interrogar a alguno, hace falta llegar con helicópteros y carros de asalto... ¿Maria Madalena? No me suena. No puede uno acordarse de todos los muertos. ¿Inocentes? Aquí todo el mundo es inocente. Sacudo ha matado ya más de veinte personas, pero es inocente."

Quince años, jefe de banda

En la cima de una colina invadida por las cabañas de una favela, un terreno baldío. Con una fosa de cinco metros de profundidad. "Ahí tiene. El cementerio de Morro de Mangueira. Se han llevado ya decenas de cadáveres. Los tiran ahí dentro y echan unas paladas de tierra encima. Habría que estar cavando continuamente. Han dejado que se desmorone." La radio llama: "Dos jamones en Villa Ideal". Los jamones son los cadáveres y Villa Ideal, el nombre de una favela. "Es nuestra

seccional, hay que ir para allá", suspira uno de los policías.

La morgue de Duque de Caxias está repleta. Dos cuerpos por cama. A veces tres, cuando no son muy gordos, como este pitulero de 12 años que trajeron ayer. Una bala en la cabeza, como siempre. "Reciben ustedes muchos niños?" "No sé. Mire los registros." En este país, de todas maneras, no hay niños", dice el guardia. "Son más peligrosos que los adultos", gruñe uno de los policías militares, que fuma un cigarrillo a la sombra de un árbol. Pone a sus colegas por testigos: "Brasileirinho, que fue muerto el año pasado, ¿a qué edad? A los 15 años! Y controlaba el tráfico de drogas de la favela Rocinha. Por eso para la prensa con una metralleta y decía que la policía le tenía miedo."

Volmer das Encarnação está indignado: "¿Pero quién los hace peligrosos? ¿Quién los explota, los obliga a robar para ellos, a prostituirse, a vender o vender la droga?" Volmer trabaja desinteresadamente en la Baixada de Río.

8905353

Niños, una obra del obispado que trata de salvar a algunos menores.

Y de encontrarles trabajo. Cinco de ellos, lustrabotas, han sido asesinados durante los dos últimos meses. "Son las gentes de la Asociación Comercial e Industrial de Caxias, que pagan a los -vigiles- para que maten a los muchachos más -nerviosos- -explica Volmer-. Los policías les hacen chantaje, exigen su parte en los robos y el narcotráfico. Cuando no los obligan a robar para ellos."

"Y los traficantes de drogas matan a los -aviazinhos- -avioncitos, como se llama a los pequeños intermediarios-, si éstos cometen el error de gastar algunos cruzados de las sumas, a veces considerables, que transportan. El otro día, han detenido a un niño de 5 años, con los bolsillos llenos de cocaína. Esos niños están amenazados de todas partes, no tienen escapatoria posible."

La marca del Escuadrón

Jorge Audi también está indignado. Retirado de la violencia, ha sido, hace cosa de 15 años, uno de los fundadores del Escuadrón de la Muerte. El "verdadero". Con Lecoq, el mejor detective que hemos tenido en el país. Cuando el general Kruel era jefe de la policía.

"En esa época, no se mataba a los chicos -explica Audi-. Solamente a los bandidos. El Escuadrón no era más que un medio de ser más eficaz. Una calavera sobre los cuerpos servía de identificación. Con el fin de que la policía no se molestara investigando. Desgraciadamente, -ciudadanos bien intencionados que querían ayudar a la policía- se han dedicado a lo mismo. Comenzaron los excesos. Tuvimos que cambiar el símbolo, y a utilizar un guante blanco. Los otros lo advirtieron enseguida, y han hecho algo parecido. Entonces, depositábamos una rosa sobre el cuerpo, a guisa de rúbrica. Había que cambiar continuamente. La policía no sabía ya quién era el autor de las ejecuciones..."

"A la muerte de Lecoq -prosigue Audi-, todo se desintegró. Hubo una última tentativa de resucitar el Escuadrón, con el grupo de los -siete hombres de oro-. Pero hoy todo eso pertenece al pasado. No quedan más que exterminadores. Miserables. Policías anodinos, gangsters y comerciantes." Y que matan a menores de edad.

"Lo peor del caso es que la policía piensa como los verdugos -dice Volmer-. Creen que asesinar adolescentes vagabundos es la única manera de imponer el orden. Hace algún tiempo habían detenido a Gil-

berto Girao, un muchacho de 17 años al que yo conocía. Temí por él, y me dirigí al Palacio de Justicia. La policía se vio obligada a entregarlo para su envío a la Fundación Nacional para el Bienestar de los Menores (Funabem). Le recomendé encarecidamente a Gilberto: -Por ningún motivo vayas a fugarte de la Funabem; sería peligroso para ti-. Tres días más tarde, se escapó. Y una semana después apareció su cadáver."

El reformatorio

En la ilha do Governador se encuentra uno de los grandes depósitos de la siniestra Funabem, donde se pudren hasta los 18 años los menores de edad delincuentes. Ladrones y asesinos mezclados. Los más fuertes someten a los más débiles. El SIDA hace estragos. La desesperación convierte en fieras a los más mansos. "Quiero salir de aquí -dice uno de ellos-. Para matar." Y su mirada no deja resquicio para la duda. Se amotinan regularmente. Se fugan gracias a la ayuda exterior de las favelas, que vienen al asalto de la prisión.

"Algunos, a los 16 años, controlan ya todo el tráfico de drogas de un barrio -explica Aderbal Saccoti, el director-. Ordenan a sus huestes, mejor armadas que la policía, que vayan a liberarlos. ¿Qué quiere usted que hagamos?"

Marina Bandeira, directora general de la Funabem, se manifiesta aterrada por el aumento del odio. "Es la herencia de los veinte años de gobierno autoritario durante los cuales la policía era entrenada para combatir la subversión. Para golpear antes de hacer una pregunta -dice ella-. Solamente el 4 por ciento de los niños son verdaderos delincuentes. Los demás son víctimas: si no obedecen perfectamente a los que los explotan, los matan."

Duermen en el shopping center de Duque de Caxias. Roban para comer, para vestirse, para todo. Ignoran dónde puedan estar sus padres. "He perdido a mi madre -dice uno de ellos-. No creo que esté muerta, pero no sé dónde está." Tienen miedo de todo. "Yo y mis compañeros... nos matan en cualquier momento. Los policías y los bandidos, van juntos. Y estamos solos", dice otro. Tiene 14 años. Su "colega" recibió un balazo en el corazón por haber intentado robar una camisa. "¿No puede usted hacer algo por nosotros? ¿Pedir al Gobierno que nos den una oportunidad? Usted sabe... con mis compañeros, ya no hay alternativa: no se acaba de morir."

(3) LA NACION

Congresso libera dinheiro para combater queimada na Amazônia

BRASÍLIA — Depois de dois meses na fila de espera para votação, finalmente o Congresso Nacional aprovou o crédito especial de NCz\$ 8 milhões para o Ministério do Interior usar no plano emergencial de combate a incêndios e queimadas na Amazônia Legal. Com esse dinheiro o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) fornecerá aos parques florestais e reservas ecológicas material para prevenção e combate ao fogo.

Além dessa verba, o Ibama conseguirá ainda outros NCz\$ 10 milhões do Banco Mundial para o plano emergencial. Esse plano vai se tornar item constante de um programa permanente de prevenção de queimadas já definido por uma comissão formada por técnicos e pesquisadores, presidida pelo professor Ronaldo Soares Viana, doutor em Proteção Ambiental pela Universidade Federal do Paraná.

Outros dois projetos de lei, a serem aprovados, vão permitir a liberação de recursos extras ao orçamento do Ibama para a prevenção de queimadas e, ainda, a criação do Fundo Nacional de Meio Ambiente. Apesar da morosidade do Congresso Nacional, os técnicos do Ibama acreditam que ainda é possível estabelecer uma estratégia para prevenção aos incêndios na Amazônia. "Por sorte nossa, ainda está chovendo bastante na re-

gião", comentou. A estação da seca — propícia às queimadas — começa agora em junho e se estende até dezembro.

Na opinião do secretário-geral do Ibama, José Carlos Carvalho, se não fosse a verba liberada pelo Banco Mundial, os NCz\$ 8 milhões liberados pelo Congresso seriam insuficientes para combater as queimadas na Amazônia. "Mas sabemos que não é possível a liberação de maiores verbas para a questão ambiental, num país que tem sete milhões de crianças fora dos bancos escolares. Temos que deixar os emocionalismos de lado. Existem outras prioridades nacionais".

Pontos estratégicos — O plano emergencial prevê o envolvimento de 20 equipes fixas em pontos estratégicos na Amazônia para servir de apoio a 50 equipes móveis que correrão os nove estados, mobilizando um total de 600 pessoas de julho a março do próximo ano. O treinamento do pessoal foi feito no início de maio e, quando os recursos forem liberados pela Secretaria de Planejamento (Seplan), serão comprados cobertores, extintores de incêndio e barracas para os pontos considerados críticos no mapa florestal brasileiro.

A comissão de prevenção e combate a incêndios florestais, em ação paralela, deve reunir, na próxima semana, os diretores dos parques na-

cionais de Caparaó (MG), Chapada dos Veadeiros e Emas (GO), Monte Pascoal (BA), Araguaia (GO), Chapada dos Guimarães (MT), Itatiaia (RJ), Iguaçu (PR) e das Florestas Nacionais do Araripe (CE) e Jamari (RO) para avaliar as carências de material ao combate ao fogo dessas unidades.

O kit básico para ação preventiva ao incêndio, que deverá ser fornecido a todas as unidades do Ibama, é composto por enxada, foice, machado, pá, rastelo, abafador, extintores, lanterna, megafone, caixa de primeiros socorros e cantil, além de uma motobomba com mangueira. O Brasil não tem nenhum avião para trabalho de fiscalização de queimadas — possivelmente, o Ibama terá que alugar um da Argentina, que possui cinco desses aparelhos.

O plano emergencial também envolverá Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e polícias militares e a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). Essas instituições devem auxiliar o Ibama com apoio logístico, como acampamentos, aviões, carros, barcos e até proteção policial. No momento, estão sendo distribuídas cartilhas e folhetos explicativos aos agricultores. Nas próximas semanas, será lançada pelos veículos de comunicação de massa uma campanha nacional de conscientização.

098

Papéis Trocados

Um bancário filiado à CUT, braço sindical do PT, acabou ferido pela explosão da bomba que levava para danificar um terminal bancário de uma agência em Recife. No dia seguinte, nova bomba explodiu em outro banco, também em Recife. No Rio, durante a greve dos bancários, um piqueteiro foi preso ao atirar um vidro de amônia para forçar o fechamento de uma agência de banco privado.

A similaridade dos episódios não está apenas nos métodos terroristas de seus autores, mas no fato de que os bancários integram a Convergência Socialista, um dos ramos políticos da CUT, de tendência trotskista. Ou seja, adepta da opção pela luta armada para a tomada do poder. No momento em que o país está às vésperas do reencontro com o processo democrático na eleição direta para a presidência da República, depois de 29 anos, é recomendável que o PT, um dos protagonistas da disputa eleitoral, explicitamente sua doutrina e seus aliados.

O Partido dos Trabalhadores nasceu da força do movimento sindical do ABC paulista, que se insurgiu contra a permanência da estrutura de negociação oficial montada no Estado Novo e partiu para a reivindicação direta. A corrente sindical que transformou o PT em partido está hoje no comando da Central Única dos Trabalhadores. A CUT abriga no seu bojo, entretanto, correntes políticas que não aceitam as regras do jogo democrático.

O radicalismo dessa corrente começa a assustar a opinião pública, como parece indicar a perda da preferência popular pelo deputado Luis Inácio Lula da Silva, do PT, em detrimento de lideranças não comprometidas com discursos e práticas tão radicais, como os ativistas da Convergência Socialista. O irônico é que líderes da Convergência dirigem sindicatos que são amparados pela contribuição salarial compulsória criada no Estado Novo, que, de resto, abas-tece todos os sindicatos.

O processo democrático e a representação dos partidos políticos que exprimem as diversas correntes da sociedade exigem uma manifestação do PT sobre a atuação desses simpatizantes. A rigor, a ação terrorista dos sindicalistas da CUT pode ser comparada à atuação do capitão Wilson Machado, do DOI-Codi, que saiu ferido gravemente pela bomba que explodiu no colo do sargento Rosário, dentro do Puma de Machado, estacionado no Riocentro em 1981, durante show musical promovido por organizações de esquerda.

O PT não pode repetir a farsa do inquérito do Riocentro, que acabou condecorando e promovendo o capitão Wilson Machado, considerando-o vítima e não agente de um atentado terrorista. Um partido político que aceita as regras do jogo democrático não pode carregar em seu bojo uma organização terrorista.

01.01

6305393

Meneguelli diz que não vai c

depor na Polícia Federal

BRASÍLIA — "Não vou depor na Polícia Federal." Foi o que afirmou taxativamente ontem o presidente da CUT, Jair Meneguelli, ao desembarcar na capital federal. Meneguelli referia-se à intimação que receberá hoje da Polícia Federal, a pedido do ministro da Justiça, Oscar Corrêa, para que explique suas declarações contrárias à Medida Provisória nº 50, que regulamenta o direito de greve e determina medidas punitivas contra aqueles que não a cumprirem. A Polícia Federal paulista já diz que deseja ouvir Meneguelli hoje, em São Paulo, pois amanhã o líder sindical viaja para os Estados Unidos.

Em relação à insistência do ministro do Exército, Leônidas Feres Gonçalves, na necessidade da sua intimação, Meneguelli limitou-se a dizer que "este assunto não é da alçada militar". Meneguelli considera injusto que apenas ele receba a intimação, quando o presidente da Fiesp, Mário Amato, já disse que não apóia as medidas provisórias do presidente José Sarney.

"O Amato foi aos jornais falando que era contra e não foi intimado. O general Newton Cruz disse que aplaudia o atentado contra o memorial em homenagem aos trabalhadores mortos em Volta Redonda, demonstrando seu total apoio a um ato terrorista, e nem o ministro da Justiça ou a Polícia Federal pretendem intimá-lo. Por que intimar só a mim?", indagou o líder sindical.

Inconstitucionalidade — Foi um dia cheio para Meneguelli. Às 15h30, ele reuniu-se com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Figueiro, além dos líderes do PDT, PT, PCB, PC do B, PSB e PSDB, mas não houve qualquer acordo. Ibsen disse a Meneguelli que "a rejeição pura e simples da Medida Provisória nº 50 é quase impossível" e defendeu "imitações democráticas" ao direito de greve que seriam definidas em um substitutivo à iniciativa governamental. "Não é possível tratar da mesma forma

uma greve de fabricantes de chinelos e uma greve de médicos", comparou Ibsen. Meneguelli deixou a reunião contrariado, argumentando com a inconstitucionalidade da medida do governo. "Esse Congresso está inerte", protestou Meneguelli, que disse que a proposta do substitutivo "não convence". Segundo ele, a melhor regulamentação para a greve seria uma política salarial justa.

No final da tarde, já na liderança do PT na Câmara, Meneguelli recebeu a notícia de um incêndio no painel de regeneração do alto-forno 3 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. "Ah, meu Deus, de novo, não!", desabafou.

Telefoneama — A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo vai convocar Meneguelli hoje para depor, embora até a noite de ontem o líder sindical afirmasse que permaneceria em Brasília até a viagem de uma semana

que fará amanhã aos Estados Unidos a convite de empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Na manhã de ontem, um telefonema da Polícia Federal para a sede nacional do PT em São Paulo já alertava informalmente da disposição de ouvir Meneguelli. Se naquele momento havia apenas uma instrução do ministro Oscar Corrêa para intimar o líder sindical, à noite o porta-voz da Polícia Federal, Paulo Marra, já confirmava a intimação.

Na última terça-feira, o ministro da Justiça, Oscar Corrêa, já havia anunciado que intimaria Meneguelli por pregar desobediência civil. Segundo o ministro, a declaração vai de encontro a dois artigos — 11 e 13 — da Medida Provisória, que torna seus contestadores sujeitos à incriminação penal. O ministro chegou a dizer que a atitude de Meneguelli vai contra o país e o regime.



Meneguelli pergunta: "Porque intimar?"

F. S. (Lind.)

JB 4/5/88

098

Metalúrgicos de Volta Redonda realizam ato pela democracia

VOLTA REDONDA, RJ — Sem qualquer policiamento ostensivo, o ato *SOS Democracia*, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, contou com a presença de cerca de 2 mil pessoas que se reuniram na Praça Prefeito Juarez Antunes, o Metalúrgico, para protestar contra o atentado à bomba ao memorial em homenagem aos três operários mortos pelo Exército no dia 9 de novembro. A manifestação foi aberta ao som da Internacional Socialista, encastada pela banda da prefeitura e cantada em português por um coral de operários.

O bispo de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, fez o discurso mais aplaudido. "Aquele bomba que explodiu nesta praça foi a gota d'água", afirmou o bispo. "A direita que ocupa este país tenta impedir de forma criminosa o caminho da democracia. Não vai conseguir. Eu me orgulho de ser bispo de Volta Redonda. Esta cidade não é triste. Alegrias maiores virão para o Brasil", destacou, "por causa de Volta Redonda."

O jornalista Fernando Gabeira, representante do Partido Verde, disse estar perplexo diante da ação de quem "não pode ver o Brasil digno com trabalhadores reivindicando melhores salários". Ele deu um codinome à cidade, dizendo que ela "se chama também volta por cima, porque é a partir daqui que vamos repensar o Brasil". O senador Jamil Haddad, presidente nacional do PSB, disse que o momento é de união das forças progressistas de esquerda para chegar ao poder. "Só com greves", disse o senador, "a direita reacionária vai se curvar às nossas reivindicações". O deputado Ronaldo César Coelho, presidente do PSDB-RJ, foi vaiado quando se referiu à



Ato contra terrorismo reuniu duas mil pessoas

candidatura Mário Covas. Mas em seguida foi aplaudido ao afirmar que é preciso acabar com a campanha pelo fechamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pregando a preservação da usina.

O único incidente registrado envolveu o ex-funcionário da empresa, José Carlos Germano, de 37 anos, desempregado desde o mês passado. Às 15h ele apareceu na praça com uma faca enrolada num pedaço de jornal. Chegou pegar a faca e foi visto pelo presidente do sindicato, Marcelo Felício que, ajudado pelo diretor sindical Wagner Barcelos, dominou José Carlos, tomou sua faca, levou-o para um lugar distante da praça e o tranquilizou.

Durante a manifestação se anunciou a criação de dois fóruns nacionais em defesa da democracia. O primeiro organizado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI); e o segundo pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

☐ Os restos mortais dos operários Jorge Luis Nunes e Antônio Bento de Araújo, que morreram quarta-feira em consequência da explosão do regenerador número um do alto-forno 3 da usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), foram enterrados na manhã de ontem. Jorge foi sepultado em Volta Redonda e Antônio Bento na localidade de Pinheiral, distrito de Pirai, a 15 quilômetros de Volta Redonda. Nos dois enterros foram feitas denúncias sobre as condições de segurança da siderúrgica. O dirigente sindical Wagner Barcelos afirmou no enterro de Jorge Luis que a CSN não tem Comissão Interna de Prevenção de Acidente (Cipa) há dois anos. Estavam presentes cerca de 200 pessoas, incluindo o bispo Dom Waldyr Calheiros. O enterro de Antônio Bento de Araújo foi às 9h, no Cemitério de Pinheiral, também com umas 200 pessoas, a maioria operários da CSN uniformizados, e o prefeito de Pirai, Aureliano Barbosa.

098

Ministro admite rever lei do 'Nossa Natureza'

BRASÍLIA — O ministro do Interior, João Alves, acatando decisão tomada na reunião extraordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), quinta-feira, pediu ao presidente José Sarney a retirada de dois dos sete projetos de lei do pacote de medidas do Programa Nossa Natureza enviados ao Congresso Nacional.

Com a aprovação dos projetos 2.008 e 2.114, as regiões florestais e todas as vegetações nativas das regiões metropolitanas do país seriam excluídas da condição de reservas ecológicas de preservação permanente, ficando sujeitas à exploração. O Conama pediu ainda a retirada do pedido de urgência de outros três projetos de lei do Nossa Natureza. "O Conama não está inviabilizando o Nossa Natureza, apenas reparando algumas impropriedades técnicas", justificou Ana Maria Cruz, coordenadora de apoio do Conselho.

O Conama pediu a retirada do projeto de lei 2.008 por ter sido considerado pela Câmara Técnica Especial do órgão "inadmissivelmente centralizador, com algumas impropriedades técnicas e jurídicas". Em um dos incisos do projeto, por exemplo, o Conama detecta uma "limitação em termos de técnica jurídica", quando apenas o mercúrio metálico é citado como metal pesado quanto ao controle de produção e comercialização. Além disso, o projeto altera o Artigo 2º do Código Florestal e o Artigo 18 da Lei 6.938, acabando com as reservas ecológicas dentro de regiões metropolitanas.

Outros três projetos de lei, tratando do uso de agrotóxicos, da lavra mineral e da política florestal para a Amazônia, foram considerados pelo Conama como de urgência dispensável, por exigirem ainda um estudo técnico mais demorado. O Conama manteve, no entanto, outros três projetos de lei do pacote do Nossa Natureza, entre eles o que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente, a Comissão Especial de Pesquisa para a Amazônia e pede a autorização para a criação de um crédito especial de NCZS 8 milhões para o Programa Nacional de Combate a Incêndios.

Na reunião do Conama, formado por 29 órgãos e presidida pelo ministro do Interior, João Alves, foram aprovadas as resoluções que serão agora encaminhadas ao presidente José Sarney, que pode aprová-las ou não. Na última quinta-feira, durante uma audiência, o ministro João Alves informou o presidente Sarney da decisão do órgão. A única voz discordante partiu da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), coordenadora do Programa Nossa Natureza, que não aceitou as críticas de centralizadora.

Lançado no dia 5 de outubro do ano passado, o Programa Nossa Natureza teve seus projetos de lei, além de dezenas de portarias, memorandos e decretos assinados no dia 6 de abril. Três dias antes, o Conama já se reunira sem poder discutir o programa simplesmente porque não conhecia o teor dos decretos.

6/5/89. F.D. (Arquivado)

73

SB

6/5/89

01.01

8905420

24 - 9/5/89

Banco do Brasil continua paralisado em todo o País

Contrariando as expectativas, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decretou ontem, por seis votos a cinco, a legalidade da greve dos funcionários do Banco do Brasil. Além de garantir a não punição dos grevistas, o Tribunal ainda condenou a empresa a pagar os 19 dias de paralisação, até ontem. O banco fica obrigado também a incorporar aos salários, retroativamente a setembro, os 11,1% de reajuste que vinham sendo pagos apenas a título de adiantamento. O resultado do julgamento surpreendeu até mesmo os grevistas, pois esperava-se em relação ao BB o mesmo tratamento dispensado às greves da Caixa Econômica Federal e Banco Central, julgadas ilegais pelo TST.

A orientação decidida ontem pelo comando de greve sediado em Brasília foi pela continuidade do movimento. A ordem do comando foi obedecida fielmente por todos os estados. Aqui em Porto Alegre, a assembleia dos funcionários do BB, que reúne cerca de 1.500 pessoas, foi bastante dividida, mas no final prevaleceu a decisão da categoria continuar parada. Conforme explicaram as lideranças, uma vez fortalecida pela legalidade, a paralisação deve prosseguir pelo menos até que o Banco do Brasil acene com a retomada das negociações e concessão de alguma reposição salarial.

O ex-diretor de recursos humanos Maurício Teixeira da Costa, um dos representantes do BB no julgamento, não quis prever a posição a ser tomada pela diretoria da instituição. Limitou-se a dizer que, por ele, não haveria mais negociação. Alguns líderes grevistas, por outro lado, apostam que, diante da obrigatoriedade de pagar os dias parados, o banco acabará cedendo.

Os bancários do BB pedem 11% de reposição salarial, item que sequer foi julgado ontem pelo TST. Dada a sua natureza econômica, o Tribunal considerou o pedido prejudicado, uma vez que o dissídio coletivo aprovado pelo próprio TST no final do ano passado ainda está em vigor.

Greve legal

Os argumentos usados pelos juízes para decretar a legalidade do movimento foram basicamente dois. Primeiro: como funcionários de uma empresa de economia mista que, em geral, não presta serviços essenciais, os bancários do BB não se enquadram na categoria de servidores públicos e, portanto, tam-



A assembleia dos funcionários do BB: decisão de continuar parados

pouco no artigo 37 da Constituição. Esse artigo diz que, no caso de serviços públicos e atividades essenciais, o direito de greve deve ainda ser regulamentado por lei complementar. Fora dessa situação, tal direito torna-se "amplo", como defendeu o ministro Almir Pazianotto, relator do processo.

Ex-ministro do Trabalho, Pazianotto havia defendido a legalidade da greve na Caixa e Banco Central. O Banco Central enquadra-se na definição de autarquia e, portanto, de serviço público. A Caixa, embora seja uma instituição pública e de direito privado, ao contrário do BB, não é de economia mista, uma vez que pertence só ao governo.

O segundo principal argumento, levantado pelo ex-presidente do Tribunal, ministro Marcelo Pimentel, considerou que o pessoal do BB tampouco infringiu a Medida Provisória 88, editada pelo presidente Sarney para regular o direito de greve, uma vez que a compensação de cheques e os serviços a ela ligados continuaram funcionando.

Até três dias depois do término da greve, poderão ser pagos empréstimos, títulos, cartões de crédito e outras prestações vencidas durante a paralisação, sem juros nem correção monetária. Com esta decisão, o Banco do Brasil está seguindo a mesma orientação adotada pela Caixa Econômica Federal. Ambas instituições remanejarão recursos para cobertura de fundos das contas correntes, que tiverem insuficiência de saldo. Também aceitarão até amanhã a transferência de recursos de depósitos em fundos de curto prazo, over, contas remuneradas para a poupança, com direito a remuneração retroativa à data de aniversário da poupança. A orientação não vale para quem tem poupança rural do BB, mas não é correntista: o depósito não terá remuneração retroativa.

F-55 (Sindicato)

028

Magri quer aviso prévio para greves

□ "A CUT perdeu o monopólio da renovação sindical." A afirmação é do novo presidente da CGT, Antônio Rogério Magri. Em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, Magri promete abrir uma nova senda no sindicalismo brasileiro. Escolhido para suceder o veterano Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão numa eleição marcada pela violência, o líder da CGT sustenta que as greves nos serviços essenciais são "um crime" quando a população não é avisada com antecedência. Argumenta porém que, se o serviço é essencial, o pagamento dos trabalhadores deve ser à altura. "Ai, não haveria greve", conclui. (Página 1)

□ Os funcionários do Banco do Brasil decidiram manter-se em greve. Já a Caixa Econômica Federal reabre hoje em todo o país. (Página 3)

□ O presidente da CUT, Jair Meneguelli, propôs — e o presidente da Fiesp, Mário Amato, aceitou — a realização, hoje, de uma reunião entre as duas entidades para discutir as greves no país e, em particular, na região do ABC paulista. (Página 3)

□ O presidente José Sarney declarou em Manaus — onde se encontrava para a reunião dos chefes de Estado dos países amazônicos — que não partirá do Planalto a iniciativa de uma legislação salarial. "Eles que se entendam", disse Sarney, referindo-se à necessidade de patrões e empregados chegarem a um consenso preliminar sobre o assunto. (Página 6)

Brasil 8/5/89

088

Meneguelli não cumprirá a Medida 50

SÃO PAULO — "Isso é um chato, deprimente e uma discriminação. Se eu fosse bandido tudo bem, mas só isto para melhorar os salários dos trabalhadores", reclamou ontem à tarde o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, ao deixar a sede da Polícia Federal, onde permaneceu por 2h30 para explicar a declaração de que não acatará a Medida Provisória 50. Meneguelli disse que se a assembleia marcada para o próximo dia 15 for favorável a uma nova greve ela será convocada, independentemente da interpretação do governo sobre o novo dispositivo, que condiciona paralisações à aprovação de um terço da categoria.

Durante o depoimento de 30 minutos, ao delegado Jaime Petra Filho no 2º andar do prédio da Polícia Federal — as outras duas horas foram consumidas no 18º andar em conversas e cafezinhos, quando se discutiu desde os problemas de entorpecentes até a saída clandestina de ouro do país para o exterior — o líder sindical negou-se a

responder às perguntas da forma que a polícia queria. "Você desobedece a Medida Provisória 50 ou não?", indagou-o delegado. Meneguelli discordou, afirmando que não se trata de desobedecer.

"Afirmo e afirmo que a medida provisória é inconstitucional porque, sob o pretexto de regulamentar, restringe, transformando um direito em delito." Esse trecho consta também de uma carta de duas laudas, com 55 linhas, que ele fez questão de anexar às declarações, que significam a fase preliminar para a instauração de um inquérito policial por desobediência — a base do inquérito é a Medida Provisória 50 e o Código de Processo Penal.

Meneguelli invocou o Artigo 9º da Constituição — que assegura o direito irrestrito de greve — para afirmar novamente que a medida do governo não vai ser acatada porque os conflitos sociais não se resolvem por decreto. Ele acha que a greve se torna impossível com a Medida Provisória 50. "Como

garantir, sempre, a reunião e a coleta de votos pessoais de um terço de categorias como os metalúrgicos do ABC ou de São Paulo, ou de milhares de bancários distribuídos pelo país? Como é, sobretudo, quem controlará o quorum?", indagou, observando que que redigiram as medidas não entendem ou não querem entender de movimento sindical.

O presidente da CUT frisou ainda que se a luta pela revogação da Medida Provisória 50 passar a ser um crime, inquéritos terão de se multiplicar. "Porque o povo brasileiro não é cego, luta muito pelo pouco de democracia que temos e não vai permitir tamanho retrocesso", disse no final da carta. Meneguelli afirmou que já começaram os entendimentos no Congresso Nacional para a revogação do decreto governamental. Ele disse que isso ficou acertado numa conversa com o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, (RS) com sindicalistas, onde o parlamentar teria dito que lutará pela revogação.

J. B. Rossi 6/5/89

CUT propõe nova forma de greve em oposição ao pacote

BRASIL — O GLOBO

BRASILIA — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) poderá entrar contra o Plano Verão uma nova forma de paralisação, batizada de greve de acumulação de forças, em contraposição à greve de 24 horas proposta pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros. A greve de acumulação prevê paralisação inicial de 48 horas, pausas para negociações, nova paralisação de 72 horas, outra rodada de negociação, e assim por diante, até chegar à paralisação por tempo indeterminado, caso não haja acordo. A informação foi confirmada pelo presidente da CUT do Distrito Federal, Francisco Domingos dos Santos, e Chico Vigilante, membro da direção nacional da entidade.

"Greve de 24 horas não resolve nada. Ela termina e o trabalhador volta para o trabalho como se tivesse saído de um baile de carnaval, sem nenhuma conquista". Ela só serve para desmoralizar o principal instrumento de luta do trabalhador", afirma o presidente da CUT-DF, que encaminhou à direção nacional da entidade a proposta de convocação urgente de uma plenária em Brasília, com a participação de representantes de diversos sindicatos, independente de filiação à CUT ou à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), para discutir formas de resistência ao pacote econômico.

"Ou os dirigentes sindicais organizam rapidamente uma mobilização, ou as bases vão passar por cima e fazer uma greve desordenada. As bases estão radicalizadas", afirma Chico Vigilante.

A CUT-DF, que reúne 14 sindicatos, designou o advogado Ulysses Riedel, diretor técnico do Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), para estudar medidas legais a serem adotadas contra o Plano Verão. A ação judicial deverá questionar principalmente a extinção da URP e o expurgo da inflação da primeira quinzena de janeiro para cálculo dos reajustes salariais.

"Vamos agir em duas frentes: a nível de Congresso, para impedir que o pacote seja aprovado e, ao mesmo tempo, arguir sua inconstitucionalidade junto ao Judiciário. O governo está equivocando quando pensa que pode continuar tomando medidas quanto a interesses do povo", afirma Riedel.

Paralelamente, a CUT-DF encaminhou na sexta-feira à direção nacional da entidade a proposta de uma manifestação, com a presença de sindicalistas de todo o país, em frente ao Congresso Nacional, no dia 15 de fevereiro, fim do recesso parlamentar. A ideia é convocar o Congresso a derrubar o Plano Verão e o veto presidencial ao salário mínimo e formular uma nova política salarial.

BRASIL 15/1/89

. 01 . 01

8905434

098



□ O presidente da CUT, Jair Meneguelli, negou-se ontem a participar do estabelecimento de uma espécie de pacto que interromperia a onda de greves em função de se preservar a realização das eleições presidenciais e garantir a democracia, segundo sugestão do presidente da Fiesp, Mário Amato. "Está descartada a trégua pois é a continuidade do movimento e a briga por salários que garantem a democracia", disse Meneguelli sobre a proposta de Amato para que trabalhadores e empresários encontrem, juntos, uma forma de se chegar sem transtornos à eleição de novembro. "Para viver melhor: mais salários e mais democracia" é o lema principal da campanha a ser desencadeada a partir de depois de amanhã pela CUT.

3 Brasil 16/5/82

01.01

8905464

CUT lançará campanha para esclarecer greves

José Antônio Rodrigues

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai desencadear, a partir de hoje, uma campanha de esclarecimento sobre o motivo das greves: o atual nível dos salários e as condições de trabalho. A campanha objetiva também opor-se à aprovação da Medida Provisória nº 50, pelo Congresso, atual Lei de Greve em vigor, que exige a presença de um terço dos filiados no sindicato nas assembleias para a decretação de uma greve e estabelece critérios para as paralisações nos setores essenciais.

A campanha da CUT prevê o lançamento de um manifesto e de peças publicitárias. Sua sustentação teórica será baseada na orientação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A CUT está tentando contato com a OIT para fazer uma consulta sobre como a greve em serviços essenciais deve ser tratada de acordo com as normas da Organização. Essa documentação é considerada "muito importante" pela alta direção da CUT, já que — apesar de o Brasil, "lamentavelmente", ainda não ser signatário da OIT, dizem os sindicalistas — a maioria dos países desenvolvidos, onde os trabalhadores são mais organizados, aceita essas determinações.

Ofensiva — O plano, a ser detonado a partir de hoje, está sendo considerado no QG da CUT nacional, em São Paulo, uma contra-ofensiva ao que a entidade considera uma orquestração nacional contra o direito de reivindicação dos trabalhadores, uma estratégia cuidadosamente montada e cujo ponto

de partida foi a edição do Plano Verão, que mais uma vez, acreditam seus analistas, jogou a média salarial para um ponto mais baixo do que já estava em anos anteriores.

"Não é possível" — critica Jair Meneguelli, presidente da CUT — "que já se tenham esquecido todos os escândalos desse país desde o Coroa-Brasileiros. Não é possível, que se finja que não existe o contrabando de ouro e a remessa ilegal de divisas, que sangram a economia do país. Não é possível que se passe uma borracha sobre as grandes denúncias de corrupção e se ataque o sindicato, o trabalhador — numa ofensiva nacional — como se eles fossem os responsáveis pela atual crise que vive o país". Ao longo de cada ano, o presidente da CUT acrescenta que a entidade iniciou uma investigação sobre as causas do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, no Acre, mas está com receio de prosseguir, porque teme defrontar-se com uma tela de corrupção que envolva o tráfico de drogas, "o que é muito, muito perigoso", cochicha Meneguelli.

Congresso — Enquanto tenta sair da defensiva em que se encontra, passando a respaldar com argumentos as atuais greves, a CUT também atua no Congresso Nacional, tentando impedir a aprovação da Medida Provisória nº 50. Por isso, Meneguelli já está com viagem marcada para Brasília, onde estará amanhã e quarta. A CUT prevê que a votação no Congresso será entre amanhã e depois e que só há um impedimento para que ela ainda não tenha ocorrido: a oposição do

Partido dos Trabalhadores ao aumento no salário dos deputados.

Hoje à tarde Meneguelli concede entrevista coletiva anunciando a campanha e defendendo que o Congresso aprove emenda na qual se estabeleça um prazo de 90 dias para que o movimento sindical auto-regule as greves nos setores essenciais. O prazo é necessário, sustenta a CUT, porque quem deve se manifestar sobre essa questão são os trabalhadores de cada atividade e é preciso instalar um amplo processo de consulta aos sindicatos e desses às suas bases. Mesmo assim, a CUT vem trabalhando, com seus assessores da área de política sindical e colaboradores jurídicos, um texto emblematário, que possa servir de base às consultas.

☐ **A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)** espera que a política salarial em gestação possa ser "atendida e aplicada". A entidade trabalha com a perspectiva de liberação de preços para que haja livre negociação dos salários. O diretor do Departamento Sindical da Fiesp, Roberto Della Manna, ensala o rumo que essas negociações podem tomar: reposição plena da inflação mês-a-mês e autocorreção das empresas sobre os preços. "Cada setor somente repassará o peso específico que o salário tiver sobre os custos, por isso não será um realimentador da inflação, sozinho", garante. Ele prega uma saída conjunta com o trabalhador por temor nova onda de greves.

4/6/89

Petrobrás pode mudar exploração na Colômbia

A partir do sequestro de três de seus funcionários pelos guerrilheiros colombianos do Exército de Libertação Nacional (ELN), a Petrobrás poderá reformular a política de exploração de petróleo e rever as medidas de segurança adotadas na Colômbia. Foi o que anunciou o presidente da empresa, Carlos Sant'Anna, que se disse "aliviado" com o desfecho do sequestro — os engenheiros Augusto Carneiro Moreira Júnior e Paulo César Palm de Oliveira e o técnico José Roberto Reis foram libertados antecorrem. Sant'Anna foi ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro esperar Augusto e José Roberto que chegaram ao Rio pela manhã no voo 879 da Varig. Eles deverão depor amanhã na Polícia

Federal. Paulo César ficou em Bogotá, onde vive com a família.

A pedido dos próprios funcionários, a Braspetro montou com a Polícia Federal e a Infraero um rigoroso esquema de segurança que impediu o contato dos dois com a imprensa no aeroporto. O avião da Varig parou longe do terminal e um ônibus foi buscar os passageiros. Reis pegou um táxi preto e seguiu para Varginha (MG), onde mora sua família. Augusto reencontrou a mulher, Maria Aparecida, as filhas Vanessa, de 6 anos, e Débora, de 1, e a mãe, Joana Mont'Alva, e saiu do aeroporto no carro de um amigo. Na casa da mãe, numa vila em Botafogo, tem humo-

rado, Augusto deu entrevista e participou de um churrasco.

Carta — No mesmo voo vieram três dirigentes da executiva nacional da CUT que mantiveram contato com os guerrilheiros do ELN. Osvaldo Bargas, secretário de relações internacionais, Wagner Lima e Lúcio Mirth Xavier, presidentes, respectivamente, dos sindicatos dos petroleiros de Campinas e do Rio de Janeiro, trouxeram uma carta em que o ELN denuncia o que entende por violação da soberania nacional pela Ecopetrol (a companhia estatal de petróleo da Colômbia), justificando o sequestro e a sabotagem no povo Lula Tabaco 1 e pede a solidariedade do povo brasileiro para sua luta.

"Chegamos à Colômbia na terça-feira e só mantivemos contato por telefone com os sequestradores que nos avisaram do local para onde os brasileiros seriam levados, a sede da União Sindical Obrera, na localidade de Barranca Vermeja", contou Bargas que fez questão de esclarecer a participação da CUT no episódio. "Só nos envolvemos nesse sequestro quando soube que a CUT colombiana queria negociar conosco a libertação dos três brasileiros." Para ele, o sequestro atingiu plenamente os objetivos do ELN que queria chamar a atenção da opinião pública mundial para a questão da exploração do petróleo na Colômbia.

01.01

890547

988

Sem-terra são acusados por delegado de matar fazendeiro e soldado

Índio denuncia confinamento de tribos e matança pelo Exército

VITÓRIA — O delegado Luis Fernando Faustine, da polícia civil em Linhares, afirmou ontem que os assassinos do fazendeiro José Machado Neto e do soldado PM Sérgio Narciso Lopes, em Pedro Canário, são Gilberto de Jesus Silva e Antônio Machado de Sousa, integrantes do Movimento dos Sem-Terra, que estão foragidos. O delegado afirma ainda que "dois outros lavradores sem-terra participaram indiretamente do crime, levando armas e munições para o acampamento". A polícia iniciou ontem verdadeira caçada aos foragidos, parando vários caminhões de boias-frias. Foram apreendidas dezenas de facões, foices, garruchas, espingardas e revólveres.

O presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Vinícius Alves, acusou ontem o governador Max Mauro de incentivar ocupações de terras no norte do estado. Alves mostrou um vídeo realizado em junho, junto às famílias de trabalhadores sem-terra que invadiram a Fazenda Santos Dumont, em Barra de São Francisco. Na fita gravada, os sem-terra falam ingenuamente que o governo do estado teria fornecido até combustível para transporte de 26 famílias. O governador negou categoricamente que tenha incentivado invasões, mas ficou de examinar a fita atentamente para se pronunciar a respeito.

O diretor da CUT regional, Ângelo Benetti, disse ontem que conhece os acusados pelo delegado Fernando Faustine, mas só poderá analisar o caso após a volta de uma comissão da Central Única dos Trabalhadores e do PT, que se dirigiu a Pedro Canário para "tomar pé da situação". A secretaria-geral do PT estadual, Irini Lopes, afirmou que "tanto a CUT como o PT dão total apoio à luta pela reforma agrária, mas são totalmente contra a violência".

No Espírito Santo existem hoje cerca de 25 mil trabalhadores sem-terra, segundo estatísticas da Secretaria de Agricultura, e aproximadamente 100 mil assalariados rurais — boias-frias —, a maioria deles concentrada no norte do estado.

PORTO ALEGRE — O presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, o índio Orlando Melguero Baré, denunciou ontem que "o Projeto Calha Norte está confinando os 30 mil índios de quase 100 tribos existentes na região amazônica em pequenos campos de concentração vigiados por militares, que tomaram conta da área ao longo da fronteira entre a Amazônia, Colômbia e Venezuela".

"As tribos estão sendo misturadas e criando conflitos entre os próprios índios que estão proibidos de deixar essas localidades, até mesmo para visitar parentes em outra área", ressaltou Orlando Baré. Ele denunciou, também, que os jovens estão sendo recrutados pelos militares que ocuparam a área para prestar serviço militar durante um ou dois anos, sem que falem qualquer palavra em português. "O que estão fazendo com os índios da região é um genocídio, um etnocídio", declarou Baré.

Assenturção — Orlando Baré veio ao Rio Grande do Sul a convite da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) para dar uma palestra sobre a Amazônia e o Projeto Calha Norte. Revelou que os índios estavam espalhados em tribos por mais de 600 mil hectares, mas com a implantação em 1986 do Projeto Calha Norte, "não têm mais liberdade de ir e vir, já que não possuem as fronteiras impostas agora pelo homem branco".



Baré: um "genocídio" na Amazônia

Orlando Baré contou que, desde que o projeto foi implantado, houve vários conflitos entre índios e soldados do Exército nas áreas de São Gabriel da Cachoeira, Aurieta, São Joaquim, Serra dos Porcos e Pari Cachoeira, e que já morreram mais de 10 indígenas. Baré disse que existem hoje "mais de três mil soldados do Exército vigiando toda a região e, com isso, trazendo doenças como tuberculose, difteria, sarampo e gripes, que já mataram muitos velhos e crianças".

Culpando a Funai pela assenturção e obra barata.

destruição da organização dos índios em todo o Brasil, Baré afirmou: "A Funai quer embranquecer o índio, prejudicando sua cultura e destruindo os últimos remanescentes ainda existentes no país em favor de empresas estrangeiras e nacionais que pretendem dominar a Amazônia para explorar o minério e a madeira da região." Essa assenturção, segundo Baré, favorece as empresas de mineração, "principalmente a Parapanema e a Taboca que, com isso, obtêm mão-de-obra barata".

087

Juristas da ONU investigam mortes de advogados no Brasil

11/1/79
H-2

BELÉM — A Comissão Internacional de Juristas, da Organização das Nações Unidas (ONU), enviada ao Brasil para verificar a segurança no exercício da profissão de advogado e conhecer a fase em que se encontram os processos relacionados aos assassinatos de advogados, vai preparar um relatório recomendando que a entidade pressione o governo brasileiro a criar mecanismos abolindo a violação de direitos humanos no país. Os três juristas que integram a comissão assistiram pela televisão, em João Pessoa, Paraíba, às cenas de espancamento praticado por três policiais civis e quatro militares contra o assaltante Agnaldo Gaia, quinta-feira passada, e ficaram perplexos com a atitude policial. A comissão também condenou, em Belém, a morosidade da Justiça brasileira para concluir os processos e punir os criminosos, a cumplicidade da polícia com os mandantes dos crimes contra advogados, sindicalistas e parlamentares e toda forma de tortura nas prisões e delegacias de polícia do país.

Fazem parte da comissão o juiz do Supremo Tribunal da Espanha, Enrique Bacigapo, o advogado Oleguer Torra Miro, membro da Comissão Internacional de Juristas Católicos e do Col·legi D'Advocats de Barcelona, e o presidente da Associação de Juristas Americanos, Beinusz Smuckler. Eles

mantiveram hoje uma longa reunião com 21 advogados que atuam na defesa dos menos favorecidos, tanto no campo como na cidade, e reuniram provas documentais de que os direitos humanos no Pará são tratados com indiferença pela Justiça.

Smuckler disse que a realidade do Pará não difere muito dos outros estados que visitaram — Bahia, Paraíba e Pernambuco —, mas observou que a violência aqui é mais intensa devido à luta pela posse da terra ser mais cruenta. Eles pretendiam uma audiência, quarta-feira, com o presidente José Sarney, para externar o sentimento da Comunidade Internacional de Juristas sobre os acontecimentos no Brasil. Mas Bacigapo informou que o Ministério das Relações Exteriores achou desnecessária a audiência, alegando que a questão dos direitos humanos no Brasil foi solucionada com a promulgação da nova Constituição. No entanto, a comissão constatou que as queixas contra a má distribuição de justiça e o funcionamento do Judiciário são generalizadas.

“Nossa missão não é interferir na soberania do Brasil, pois somos apenas um órgão consultivo da ONU. Não viemos armados e nem vamos determinar nenhuma medida punitiva ao Brasil. Queremos apenas conversar com as vítimas e com as autoridades porque o problema da violência no Brasil é co-

nhecido no mundo inteiro”, assinalou Miro. Nos últimos 10 anos foram assassinados 46 advogados no país, quatro dos quais no Pará. Os policiais que espancaram o assaltante Agnaldo Gaia estão foragidos, embora um deles ontem tenha sido também espancado por um grupo de assaltantes, vindo-se de surras aplicadas pelo policial anteriormente.

Nesta segunda-feira, completa dois anos que o ex-deputado e advogado de posseiros, Paulo Fonteles, foi assassinado na saída de Belém, e os processos estão emperrados na Justiça. Os juristas disseram que estavam suficientemente informados sobre todas as questões e fizeram uma visita ao túmulo do ex-deputado, cuja morte foi lembrada hoje num ato público na Assembleia Legislativa. “Estou convencido de que a tortura e a violação dos direitos humanos serão eliminadas no convívio da humanidade por um imperativo da ética social, mas é preciso que todos os países do mundo sejam signatários de tratados como o Pacto de São José, que criou a Corte Internacional de Direitos Humanos. Mas, infelizmente, apenas seis países firmaram o pacto e entre eles não se encontram o Brasil e os Estados Unidos”, disse Bacigapo, observando que a violência não é uma característica apenas dos países do Terceiro Mundo.

01.01

8905482

Bomba que feriu bancário foi fabricada no sindicato

RECIFE — Foi fabricada no próprio Sindicato dos Bancários de Pernambuco, durante a última greve da categoria, a bomba que explodiu nas mãos do funcionário do Banco do Brasil e filiado ao PT, Antônio José Bezerra dos Santos, dentro da Agência do Bradesco, no centro de Recife, no dia 25 de abril deste ano. Ali, além de bombas, também eram confeccionados *chetrois* — cordões envolvidos em enxofre e pólvora que, quando acossos, explodem mau cheiro — também utilizados durante a greve.

A revelação foi feita ontem pelo funcionário da secretaria do Sindicato dos Bancários, Auremar Espinola Filgueiras Júnior, em depoimento prestado ao delegado de Polícia Política e Social, José de Melo, que preside o inquérito sobre a bomba. Auremar contou que ele próprio comprou entre sete a oito tubos de pólvora preta na loja Capessa, por ordem do administrador do sindicato, Gilberto Azeredo, e prometeu levar a nota fiscal para entregar ao delegado.

Suspeitos — As declarações de Auremar, confirmadas pelos depoimentos de mais quatro funcionários do sindicato, mudam os rumos das investigações sobre o caso, que poderá ter agora outros culpados: José de Melo já anunciou que vai indicar em inquérito o presidente do Sindicato dos Bancários, Marcos Pereira, além dos funcionários Gilberto Azeredo e Maria Cleide Torres Carvalho, suspeitos de envolvimento com a fabricação das bombas.

Além de Auremar, mais nove funcionários do sindicato já foram ouvidos pela polícia, estando marcado para segunda-feira o depoimento de Marcos Pereira, o presidente dos bancários. A revelação de Auremar foi confirmada por vários dos seus colegas e Ana Maria Carvalho Matos, secretária do Departamento Jurídico do órgão, disse que poucos dias após a explosão da bomba do Bradesco foi chamada pela servente China, que lhe mostrou uma bomba que estava dentro de "um pilão", no banheiro da presidência do sindicato. A bomba foi vista pelos funcionários Ana Nogueira, Damilão, Vilma e Lindomar, con-



Recife — Nelson Guódes

Investigações levaram a polícia à sede do sindicato

do em seguida que a diretora do Sindicato, Jaqueline, ao saber da bomba do banheiro, resolveu jogá-la no vaso e dar descarga.

A funcionária Lindomar dos Santos Silva confirmou a história contada por Ana Maria, ressaltando que ouvia comentários sobre a fabricação de bombas no sindicato, inclusive a que explodiu no Bradesco e contou que viu quando Maria Cleide Torres Carvalho chamou o colega Sonivaldo Cavalcanti Sotero e pediu para ele ir comprar pólvora. Mas Sonivaldo não foi e Gilberto Azeredo mandou então Auremar Espinola Filgueiras Júnior fazer a compra.

Ameaças — O funcionário Sonivaldo Cavalcanti Sotero confirmou o depoimento de Lindomar, acrescentando que não foi comprar a pólvora encomendada por Maria Cleide, que lhe deu para isso NC\$ 10,00, porque o administrador Gilberto disse que ele não poderia sair naquele momento da sede do sindicato e mandou Auremar fazer a compra. Já o depoimento da telefonista Maria José da Silva incrimina Maria Cleide, pois ela contou que, um dia antes da explosão da bomba do Bradesco, Maria Cleide testou um "chetrois" no sindicato e muitas pessoas pas-

saram mal por conta do mau cheiro. Ela disse também que Antônio José, em cujas mãos a bomba explodiu, costumava frequentar o sindicato e no dia da explosão ele já saiu de lá com a bomba, acompanhado do secretário, Sonivaldo Fretas Alves.

Muito nervosa, dizendo que tinha medo de retornar ao sindicato, Maria José informou que no dia da explosão todos ficaram preocupados no sindicato e a diretora Eliane Bezerra mandou os grevistas recolherem todo o material para o sindicato e informou que a Polícia Federal estava visitando os bancos. Disse também que a polícia esteve no sindicato, mas não chegou a visitar o banheiro, onde havia uma bomba, e denunciou que os diretores ameaçaram de demissão os funcionários que contassem alguma coisa sobre as bombas à polícia.

Gilberto Azeredo, Marcos Pereira e Maria Cleide Torres Carvalho serão incurso nos artigos 251, parágrafo 1º (expor a vida de alguém) e 253 (fabricar, fornecer, possuir ou transportar sem licença engenho explosivo, gás tóxico ou asfixiante) e podem ser condenados a penas que variam de 1 a 4 anos de detenção.

Presidente nega versão policial

O presidente do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Marcos Antônio Pereira da Silva, 31 anos, filiado ao PT, negou, em entrevista à imprensa, que o sindicato estivesse fabricando bombas ou *chetrois* para usar em movimentos grevistas, e que o bancário Antônio José Bezerra dos Santos, em cujas mãos explodiu a bomba na agência do Bradesco, tenha saído com a bomba do sindicato. Ele taxou de "caluniosas" declarações dos funcionários à polícia e disse que tudo não passa de uma tentativa de alguns antigos funcionários, que estão fazendo o jogo da gestão anterior, para desestabilizar a direção do atual sindicato.

"Como poderia haver bomba no sindicato, se no dia em que a bomba explodiu nas mãos de Antônio José a Polícia Federal fez uma visita ao prédio?", perguntou, afirmando que, diante disso, só duas hipóteses poderiam ser levadas em conta: "Ou houve incompetência na pericia ou há, como imaginamos, pessoas interessadas em desestabilizar a atual gestão do sindicato para poder comprometê-la e, dessa forma, impedi-la de continuar a administração", disse.

O Sindicato dos Bancários é um dos mais atuantes em Pernambuco. Tem 50 mil associados, e a atual diretoria, ligada à CUT, assumiu em dezembro pa-

Dom Altamiro assumirá no Sul como coadjutor

Porto Alegre — Mauro Matos

PORTO ALEGRE — O futuro arcebispo de Porto Alegre, Dom Altamiro Rosato, 63 anos, assume amanhã o cargo de bispo coadjutor, em missa solene na Catedral Metropolitana, celebrada pelo atual arcebispo, Dom Cláudio Colling, ao qual deverá substituir como titular tão logo o Papa João Paulo II assine a resignação (que corresponde a uma aposentadoria, tornando Dom Cláudio bispo *emérito*). Há três anos bispo da Diocese de Marabá, no Pará (região de conflitos de terra e disputa pelo ouro no garimpo de Serra Pelada), Dom Altamiro, falando de política em entrevista de ontem, disse que, acima de tudo, o futuro presidente precisa ser "um homem honesto".

Favorável à reforma agrária, embora contrário às invasões de propriedades pelos sem-terra, Dom Altamiro acredita que os lavradores "devem pressionar as autoridades para a concretização da reforma agrária através de manifestações". Mesmo evitando comentar a recente greve de fome de 15 dias feita por quatro pequenos agricultores, um padre e um pastor em Porto Alegre, o bispo manifestou-se contra a greve de fome, que "representa risco de vida", mas concorda com "a participação de religiosos na conscientização dos cristãos de seu papel de cidadão".



Dom Altamiro falou do país

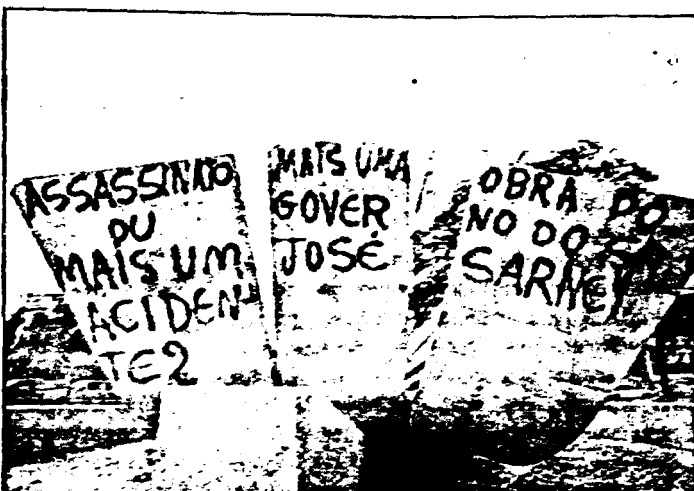
Considerado conservador por uns setores da Igreja e progressista por outros, Dom Altamiro considera "sociológicas" essas classificações e acredita que "a função do bispo é procurar refletir sobre a realidade, encontrar a verdade e agir numa visão teológica". Para ele, o papel da Igreja é conciliar as autoridades de que há pessoas que não vivem com dignidade.

01.01

8905508



Missa pelo soldado Fabiano: apurações emperradas



O monumento caído: crime sem suspeitos à vista

TERROR

Dedos em riste

Direitistas se acusam pela explosão da bomba em Volta Redonda e desviam as investigações

Há um mês a polícia do Rio de Janeiro vem fazendo incursões a Volta Redonda na tentativa de encontrar pistas que levem aos autores do atentado terrorista que, na madrugada de 2 de maio, destruiu com uma bomba o monumento em homenagem aos três operários mortos pelo Exército durante a greve da Companhia Siderúrgica Nacional em novembro passado. Na semana passada, as investigações foram afiançadas por informações que chamam atenção mais pelo que têm de patético do que de esclarecedor, num espetáculo inesperado no qual militantes de siglas exóticas de extrema direita trocaram acusações em torno da autoria da bomba. No melhor estilo dos que estão acostumados a se mover nas sombras, todos os direitosistas se acusaram sem nenhuma prova.

O primeiro a entrar em cena foi o advogado paulista Anésio Lara Campos Jr., 60 anos, um fascista folclórico, conhecido na extrema direita por circular em companhia de punks robustos e por registrar movimentos políticos em seu nome, como se fossem microempresas, como a Ação Integralista Brasileira e o Movimento Participação Nacionalista Social. Na manhã de segunda-feira passada, Lara Campos procurou a Polícia Federal em São Paulo para entregar uma carta, de sua autoria, afirmando que quem cometeu o atentado em Volta Redonda foi o administrador de empresas Ney Mohn, um carioca de 40 anos. Lara Campos não apre-

sentou nenhuma evidência para sua acusação, mas mesmo assim a PF a "levou" a sério. Mohn compareceu na PF em Brasília e negou ter esboçado o monumento. Mohn foi tenente da Marinha, de onde foi expulso por indisciplina, mas ainda mantém relações com o centro de informações da Arma, o Cenimar. Hoje ele se dedica a organizar mais um grupúsculo de ultradireita, o Partido Nacionalista Revolucionário. À polícia, Mohn disse que não sabia quem explodiu o monumento de Volta Redonda. Procurado por VEJA, ele se permitiu algumas especulações. "Foi gente do Exército que realizou o atentado, mas não posso provar nada", disse Mohn a Ednardo Oinegas, chefe da sucursal de Brasília da revista.

No meio dessa salada de acusações entre extremistas desconhecidos surgiu o nome de um peixe grande: o general-de-brigada Leone da Silveira Lee, chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sudeste. O general Lee é citado num documento que vem circulando nas fileiras da extrema direita há mais de um mês. O documento, escrito num estilo selvagem e repleto de in-

vectivas contra Satanás, acusa Ney Mohn de ter cometido o atentado a bomba na OAB carioca, em 1980, que matou a secretária Lyda Monteiro da Silva. O panfleto também diz que o advogado paulista Carlo Barbieri Filho, ex-presidente da Liga Anticomunista Internacional, é um "cavaleiro do apocalipse" e que mantém em sua mansão, em São Paulo, um quarto reservado para Lee. O documento é aloprado, mas o general Lee, de fato, já se hospedou na casa de Barbieri. O panfleto é assinado por Antonio Carlos Meirelles, bispo da Igreja Mórmon em São Paulo. Foi a vez então de o bispo mórmon procurar a PF — para negar que te-

CENÁRIO MANCHADO — Perguntado se a polícia se tinha idêntica de quem, de fato, escreveu o panfleto, o bispo apontou um suspeito: o paulista Alexandre Bonaldi, dono de uma pequena metalúrgica e militante do Comando de Caça aos Comunistas. Na quarta-feira passada, a PF telefonou para Bonaldi convidando-o a depor sobre o documento e — surpresa — a respeito do atentado em Volta Redonda. Na quinta-feira, constatando a confusão que o documento vinha provocando, Lara Campos voltou à

cena — para tentar ajudar o general Lee. Ele procurou o militar em seu gabinete e negou que tivesse algum envolvimento com o panfleto que colocava o general Lee num balaio em que estavam Ney Mohn e Bonaldi. Lara Campos e o general Lee passaram cinco horas juntos, discutindo como agir. No final da conversa, Lara Campos telefonou para o delegado



Mohn: sem provas

Paulo Paciello, da polícia fluminense, responsável pela apuração do atentado em Volta Redonda, e pediu que o general Lee não fosse convocado a prestar depoimento sobre o caso. "Excelência, o general não tem nada a ver com esse atentado", disse Lara Campos a Paciello, que aceitou as explicações.

Por trás desse embrulho direitista armado na semana passada, o que há de consistente é a inépcia da polícia, que até o momento não encontrou sequer uma pista segura que possa levar aos autores do atentado em Volta Redonda. A suspeita mais sólida, alimentada por um oficial que construiu sua carreira nos órgãos de informações, é a de que a bomba tenha sido colocada no monumento por militares que servem na região do atentado. Esses militares encarariam o monumento como uma capitulação das Forças Armadas diante da esquerda.

Na semana passada, o SNI, o CIE e a Polícia Federal, que até então acompanhavam as investigações em Volta Redonda aos bocejos, entraram de sola no caso. O combustível a alimentar a sibilada mudança de rumo do SNI e do CIE foi a morte do soldado Charles Fabiano da Silva, metralhado no dia 25, quando dava sentinela numa zona militar em Volta Redonda, por dois homens que lhe roubaram o fuzil. Como Fabiano seria convocado a depor sobre a explosão do monumento, suspeitou-se de que seu assassinato poderia ser a chamada "queima de arquivo", praticada pelos mesmos autores do atentado. Na quinta-feira, enquanto os comandantes do soldado lhe prestavam homenagem com sua Missa de Sétimo Dia realizada dentro do quartel, praticamente já se tinha como certo que o assassinato de Fabiano está mais para um crime comum do que para um crime político.

Na sexta-feira, num outro caso de bomba, a polícia pernambucana indiciou sete pessoas acusadas de fabricar um artefato que explodiu na mão do bancário Antônio José dos Santos, em abril, durante a greve da categoria. Entre os indiciados, estão três diretores do Sindicato dos Bancários, todos ligados à CUT. No Recife, pelo menos a polícia trabalhou rápido e já tem sete suspeitos acusados. Em Volta Redonda, a polícia e os órgãos de informação andam às tocas — com muito método.

ITAMARATY

Sem diplomacia

Ex-preso político denuncia embaixador dos EUA

Quando o Departamento de Estado dos Estados Unidos definiu o nome do diplomata Richard Melton como o novo embaixador no Brasil, há três semanas, a diplomacia brasileira iniciou uma discreta campanha para empenhar o credenciamento do representante de Washington em Brasília — há um ano, Melton foi expulso da Nicarágua sob as acusações de espionagem e de intervir na política daquele país. Na semana passada, o governo brasileiro foi encontrar um aliado em sua batalha de



Ricardo Zaratini sobre Melton (acima): "Ele não tocou em mim"



nado. No documento, Zaratini conta que Richard Melton, na época assessor político do consulado, o interrogou poucos dias depois de sua prisão, em companhia de outro americano. "A entrevista foi rápida e ele não tocou em mim", recorda Zaratini. "Melton queria apenas saber por que eu era contra os Estados Unidos", acrescenta. Segundo Zaratini, durante o período em que esteve preso, era comum a presença de estrangeiros nas salas de interrogatórios de presos políticos. "Eles nunca participavam das torturas, mas sempre apareciam depois para fazer perguntas", diz. O advogado e historiador Paulo Cavalcanti, autor de uma obra de quatro volumes sobre o regime de 64 — *O Caso em Conto como o Caso Foi* — e que defendeu cerca de 500 presos políticos em Pernambuco, concorda com Zaratini.

"Só no Recife, havia catorze vice-cônsules americanos", lembra Cavalcanti. "A maioria deles era agente da Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA." O advogado afirma ter recolhido o depoimento de várias testemunhas de situações semelhantes à descrita por Zaratini. "Os diplomatas participaram dos interrogatórios", afirma com base nesses depoimentos.

A outra parte da denúncia de Zaratini, a de que o diplomata americano que o interrogou nas dependências do Dops era Richard Melton, é mais complicada. Na quinta-feira, porém, um porta-voz do Departamento de Estado, em Washington, divulgou um desmentido categórico em nome de Melton. "Ele nunca participou de interrogatórios de presos políticos no Brasil", disse o funcionário do governo. "Tampouco conhece Ricardo Zaratini." O episódio, no entanto, serviu para reforçar a posição de resistência adotada pelo Palácio do Planalto ao nome de Richard Melton. O próximo lance contra a sua indicação já foi planejado — o presidente José Sarney determinou ao ministro interino das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, que demonstre à diplomacia americana a situação de desconforto do governo brasileiro em relação a Melton. Caso a indicação seja concretizada, a ideia é deixar o futuro embaixador à espera de credenciamento — durante meses. Dentro do governo, contudo, há dúvidas sobre a denúncia de Ricardo Zaratini. "Pelas primeiras informações, a história não é verdadeira", afirma um assessor do Itamaraty.

02-02

890550g

038

POLÍTICA

ACITL109
ZERO MORA — Terça-feira, 28.05.89 — PÁGINA 11

Bomba em Recife: inquérito incrimina sindicalistas

O delegado da Polícia Política e Social, José de Melo, terminou ontem o inquérito que apura a explosão de uma bomba na agência do Bradesco, em Recife, durante a greve dos bancários, e informou que a maioria dos depoimentos que tomou imputa responsabilidades aos componentes do sindicato da categoria pela aquisição de pólvora, confecção de bombas caseiras e até de *cheirosinhos* (cordões envoltos em pólvora e enxofre que, quando acesos, exalam um cheiro insuperável).

Ontem o policial tomou os dois últimos

depoimentos do inquérito, e eles apenas contribuíram para agravar, mais ainda, a situação dos membros do sindicato. Jaqueline Oliveira Lima, diretora suplente do Conselho Fiscal do órgão, e Eliane Silva Bezerra, diretora do Departamento Feminino, confirmaram terem visto no sindicato, no dia da explosão da bomba no Bradesco — 25 de abril deste ano — uma bomba de aproximadamente seis centímetros de comprimento.

A bomba foi jogada por Jaqueline na privada, sendo acionada a descarga do banheiro, tão logo a polícia chegou ao sindicato, pouco

após a explosão, na tarde do dia 25.

O delegado José de Melo pretende enviar o inquérito à 1ª Vara de Crime da Justiça pernambucana até amanhã à tarde. No relatório, ele pretende indiciar o presidente do Sindicato dos Bancários, Marcos Pereira, o administrador do sindicato, Gilberto Azevedo e ainda a funcionária Maria Cleide Torres Carvalho. Eles deverão ser inculcados nos artigos 281, parágrafo primeiro do Código Penal Brasileiro (expor a vida de alguém) e 288 (fabricar, fornecer, possuir ou trans-

portar, sem licença, engenho explosivo, ou gás tóxico ou asfixiante).

As penas para esses crimes variam de um a quatro anos de detenção.

Por enquanto, apenas o bancário Antônio José Benerra dos Santos vem sendo processado pela Justiça pernambucana, uma vez que a bomba do dia 25 de abril explodiu em suas mãos, no interior da agência do Bradesco. Com a conclusão do inquérito, provavelmente outros colegas de Trabalho, como é mais conhecido, também responderão a processos na Justiça. (AIB)

Alto Comando pode anunciar punições hoje

O Alto Comando do Exército deve decidir hoje, em Brasília, se aplica ou não punição ao general (da Reserva) Euclydes de Oliveira Figueiredo, que chamou de "covarde" o ministro Leônidas Feres Gonçalves, em entrevista publicada no jornal O Estado de S. Paulo, na semana passada. O anúncio da decisão deverá ser feito às 12h, quando termina a reunião de dois dias, do Alto Comando. Ontem, na pauta de discussões dos 15 generais que participam da reunião entraram apenas questões administrativas.

Além da punição ao general Euclydes, ex-comandante militar da Amazônia e da Escola Superior de Guerra (ESG), que poderá ser punido com até 30 dias de prisão, o Alto Comando do Exército deverá examinar também outros assuntos polêmicos. Entre eles, uma possível punição ao general Newton Cruz, que endossou as declarações do general Euclydes e chamou o ministro Leônidas Feres Gonçalves de "desleal e traiçoeiro".

Na reunião de hoje, o Alto Comando do Exército deverá analisar ainda a atual conjuntura nacional, em que se destacam os últimos acontecimentos em Volta Redonda (RJ), o atentado terrorista contra o Memorial Nove de Novembro e a morte do soldado Charles Fabiano. Na pauta de debates, deve entrar também a decisão do Comando Militar do Sul de reforçar a segurança dos quartéis, medida que poderá ser estendida a todas as unidades do País. Outro assunto que deverá ser discutido é a polêmica sobre a isonomia salarial com o Superior Tribunal Militar (STM).

01.01

8905510

Saída pelo diálogo

As lideranças políticas propõem um pacto até as eleições em defesa da democracia



O grito de alerta partiu do cientista político Herbert de Souza, num artigo publicado no *Jornal do Brasil* de domingo dia 7. "Estamos a seis meses

da primeira eleição direta para presidente da República depois de trinta anos de di-

tadura", lembrou o "Betinho", irmão do humorista Healfil, que morreu de Aids no ano passado.

"Não vale apostar no tudo ou nada justamente na véspera de um momento decisivo que alguns querem pôr a perder pelo caminho do desespero e da provocação." Com a autoridade de quem pensou durante os

anos de governo militar, de quem amargou o exílio por ser militante de esquerda, o cientista político lembrou o óbvio no seu artigo: se as greves enver-

darem definitivamente pela trilha da violência e da selvageria, num quadro domi-

nado pelo crescimento da inflação e pelo espocar de atentados terroristas, as

eleições correm o risco de não ocorrer. "Não es-

ta propondo a paralisia, mas a sabedoria", afirmou Betinho.

A advertência e a proposta do cientista político encontraram ressonância em diversos setores políticos ao longo da se-

mana. Do PCB à Fiesp, passando pelo PDT e por entidades da sociedade civil, se esboçaram movimentos no sentido de

tentar garantir um mínimo de estabilidade ao país até as eleições de novembro. O

candidato do Partido Comunista Brasileiro à Presidência, o deputado Roberto Freire, por exemplo, lançou a proposta

da formação de um pacto entre todos os partidos. Essa aliança, que contaria in-

clusive com a participação do governo, teria como objetivo respaldar a estabilidade democrática. Para coordenar esse

acordo, Freire convidou na terça-feira

passada o presidente do Senado, Nelson Carneiro, do PMDB fluminense. Num primeiro momento, o pacto teria como alvo barrar as atividades terroristas. O passo concreto dessa estratégia será dado no próximo dia 23, em Brasília, onde o presidente do Senado pretende reunir lideranças partidárias, representantes de

organizado pelo SOS Democracia, teve como palco a sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro. Contando com a presença do arquiteto Oscar Niemeyer e do próprio Herbert de Souza, o encontro começou com um debate sobre o atual momento político e terminou com uma passeata que seguiu pelo centro do Rio. O outro encontro ocorreu também no Rio, na Assembleia Legislativa, e reuniu vinte deputados, além de artistas, sindicalistas e profissionais liberais. Dessa vez, o tema discutido foram as consequências que as paralisações por aumentos salariais estavam trazendo para o momento político. O consenso, na ocasião, apontou na direção previsível: as greves devem continuar. "O grande mérito desse acontecimento é que, pela primeira vez, os trabalhadores usaram a tri-



Manifestação do SOS Democracia, no Rio: a favor do equilíbrio

entidades sindicais e empresários, para definir uma tática comum de defesa da legalidade. "A liberdade não pode sobreviver na desordem e não se fortalece no desrespeito à lei", diz Nelson Carneiro. "É preciso que a sociedade se una para evitar o risco de um retrocesso".

PASSEATA — Por "retrocesso" entenda-se golpe militar. Podem não existir, no momento, militares à vista com a intenção de virar a mesa. Mas não há dúvida que há gente sem o mínimo compromisso com as eleições e a democracia: os que explodiram a bomba em Volta Redonda, por exemplo. Na quinta-feira passada, dois atos realizados quase simultaneamente bateram novamente na tecla da defesa das instituições. O primeiro deles,

foi a Assembléia para expor suas críticas", diz o deputado estadual Milton Temer, do PT. "Os assalariados são apenas vítimas da degeneração da economia, não podem ser responsabilizados pelo terror e pela violência que ameaçam o país."

TENSÕES — Enquanto se procura algum caminho para reduzir as tensões brasileiras, dentro do governo desenha-se uma coreografia com toques de alarmismo. Na segunda-feira passada, o Palácio do Planalto deixou vaziar a informação de que uma sabotagem foi montada contra uma das turbinas da usina de Tucuruí, no Pará. De acordo com a versão oficial, divulgada através de uma nota redigida no Gabinete Civil da Presidência da República, uma barra de aço foi encontrada

entre a parte móvel e a base fixa do gerador número 9 da hidrelétrica que provocaria um corte de energia na Região Nordeste. De fato, a peça de metal foi encontrada no gerador, mas, por si só, ela não escureceria o Nordeste. "Nunca haveria uma interrupção no fornecimento", afirma o engenheiro Ricardo Rios, da Eletromorte. "Os testes com o gerador desligado mostrariam a presença do corpo estranho e não haveria corte de luz."

O esforço na área política para desmontar o quadro de crise conseguiu aproximar até mesmo interlocutores que costumam discordar em quase tudo. Na terça-feira, o ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT à sucessão presidencial, manteve um encontro de vinte minutos com o empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Na conversa, realizada na Fiesp, os dois chegaram à conclusão de que é preciso chegar a uma conciliação, realizando um pacto político para garantir a transição. A discordância entre Amato e Brizola só aflorou em um momento — quando se discutia a conveniência de o governo participar do pacto. De início, Brizola foi contra a idéia, ao contrário de Amato que a defendia. Ao final, porém, o candidato do PDT cedeu ao argumento do presidente da Fiesp, segundo o qual qualquer esforço de conciliação precisa incluir o governo, devido à forte presença do Estado na economia. Ao governo caberia, além de manter um mínimo de ordem na economia, combater toda a manifestação de ilegalidade e ameaça às eleições.

02.02

8905588

Meneguelli nega insuflar

BRASÍLIA — O governo não vai processar o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, por ter afirmado que a medida provisória nº 50, que trata da Lei de Greve, não vai ser acatada pelos trabalhadores. No depoimento que prestou no último dia 5, sexta-feira, na Superintendência da Polícia Federal em São Paulo, Jair Meneguelli explicou que suas declarações de não acatar e de não respeitar a medida provisória "foram deturpadas, em parte, pela imprensa" e que "não teve a intenção de incitar ou insuflar greve para promover desrespeito à medida provisória nº 50/89".

Ao analisar o depoimento do Meneguelli, a Polícia Federal concluiu que não era possível a abertura de inquérito policial. "As posições tomadas por Meneguelli não deixam de ser uma conduta reprovável, mas como em seu depoimento ele não confirmou as declarações publicadas e veiculadas pela imprensa não será possível a abertura de inquérito policial", explicou um delegado da Polícia Federal que analisou o depoimento do presidente da CUT.

Alerta — Esse mesmo delegado, no entanto, fez um alerta a Meneguelli de que as declarações que venha fazer daqui pra frente serão acompanhadas e, se por acaso entrar em contradição com o que afirmou em seu depoimento, será chamado a depor novamente e, nesse caso, a situação será outra.

Antes de ouvi-lo, a Polícia Federal reuniu declarações de Meneguelli publicadas em alguns dos principais jornais brasileiros sobre a medida provisória 50, onde o líder sindical diz "Não vamos acatar algo que impeça o trabalhador de lutar pelo seu salário". Em outra declaração ele afirma: "Não temos como respeitá-la e caso o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, me chame a Brasília para dizer isso a ele, eu irei."

A decisão final de processar ou não Jair

Meneguelli está agora com o próprio ministro da Justiça, que recebeu cópia do depoimento prestado na Superintendência da Polícia Federal. Mas, conforme informou um delegado da Polícia Federal que analisou o depoimento, pelo que está escrito no documento não caberá abertura de processo contra o presidente da CUT.

Oscar Dias Corrêa na verdade ficou satisfeito com as afirmações de Meneguelli de que não iria desacatar a medida provisória nº 50, embora discordasse dela e que iria lutar pela sua revogação. "Aqui fora, Meneguelli usou outro discurso sobre a medida, dizendo que iria desacatar, que iria desrespeitar, de modo que a Polícia Federal continuará a examinar quando fala a verdade o senhor Meneguelli: se é quando depõe na Polícia Federal e afirma que não vai desrespeitar ou quando está fora e dá uma de valente, dizendo que vai desrespeitar", afirmou o ministro Oscar Corrêa.

Depoimento — No depoimento que prestou à Superintendência da Polícia Federal de São Paulo, o presidente da CUT explicou que "não tem utilizado a expressão 'não respeitar', no que concerne à medida provisória nº 50" e que só usou a expressão "não acatar" para explicar "que pela sua impraticabilidade como foi feita, impedindo a realização de greves, pelo menos a nível nacional, a medida provisória 50 não poderia ser aceita pela CUT".

No final do seu depoimento, feito na presença do seu advogado, Marcio Thomaz Bastos, o presidente da CUT chegou a comentar que "lutará pelos direitos dos trabalhadores, inclusive com a esperança de revogar ou alterar a citada medida provisória, com o fim de permitir as realizações de greves dentro da legalidade", pois "pelo que está contido na medida provisória 50 as centrais sindicais ficam impedidas de agirem em convocações de greves gerais".



Meneguelli se explica

Onda atinge vários estados e setores

Categoria	Nº de grevistas	Consequências
Professores públicos em Teresina, João Pessoa e nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro	343.099	6.330 alunos sem aula 4.000 pacientes/dia sem atendimento nos hospitais universitários
Professores particulares em Brasília e Teresina	5.600	170.000 alunos sem aula
Metronômicos e ferroviários em João Pessoa, Porto Alegre, e nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco	85.000	493.800 pessoas/dia sem transporte, afetados os carregamentos de farinha de trigo, combustíveis, amônia, uréia, álcool e ferro-gusa
Servidores públicos das áreas de ensino, saneamento, água, eletricidade e telecomunicações em Fortaleza e nos estados de São Paulo e Santa Catarina	31.656	78.000 alunos sem aula 500.000 usuários sem água
Metalúrgicos no estado do Rio de Janeiro	8.000	prejuízo ainda não calculado

greve e escapa de processo

Leônidas diz que não pressionou

MANAUS — O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, negou ontem que os ministros militares tenham orientado o presidente José Sarney, em reunião no último dia 2, a agir com mais autoridade contra as greves. Presente à posse do general Antenor de Santa Cruz Abreu no Comando Militar da Amazônia (em substituição ao general Mário Orlando Sampaio Ribeiro, nomeado para a chefia do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército, em Brasília), o ministro foi rispido em suas respostas. Disse que o desejo de parar a onda de greves não é exclusiva do segmento militar mas de toda a sociedade, "que já não suporta mais o grevismo".

Quanto à Amazônia, o general Leônidas Pires Gonçalves disse que considera o termo internacionalização impróprio para classificar "a cobiça natural, nacional e internacional, gerada pelas riquezas grandiosas da região". Leônidas acredita que, desde que disciplinado, o interesse internacional na Amazônia é bem-vindo, contanto que se evite a destruição do meio ambiente.

Ao responder a perguntas sobre uma eventual interrupção do processo democrático, o ministro declarou: "Não perguntem essa bobagem. É claro que teremos eleições presidenciais este ano."

Paralisações prosseguem no país

Os 176 mil professores da rede estadual de ensino de São Paulo, em greve desde o dia 19 de abril, enviaram ontem ao secretário de Educação, Chopin Tavares de Lima, uma pilha de nove grandes envelopes, contendo o que denominaram *Dossiê da Escola Pública*. Há todo tipo de queixas: da simples falta de lâmpadas à crônica desqualificação dos profissionais. O dossiê foi lido em resposta ao desafio lançado pelo secretário no início do movimento, cobrando dos grevistas provas concretas da degradação da escola pública. Também em Teresina, João Pessoa e nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, os professores da rede oficial estão parados. Ao todo são 343.099 grevistas e 6.330.350 alunos sem aula.

A paralisação em São Paulo foi deflagrada pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do estado (Apeoesp), que reivindica piso de um salário mínimo por 20 horas semanais de trabalho, o que equivaleria a NCzS 550,00. Segundo Paulo César Pinheiro, diretor da Apeoesp, os professores públicos de São Paulo ganham hoje NCzS 140,00.

Na área de transportes, apesar da ameaça de aplicação de Medida Provisória 50, prosseguem as greves nos trens e metrô da Paraíba, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pernambuco. Os sindicatos dos metroviários e ferroviários estimam que 85 mil trabalhadores aderiram ao movimento, deixando 493.600 pessoas/dia sem transportes e afetando os carregamentos de alimentos, combustíveis, amônia, uréia e ferro-gusa. A categoria pede 126% de aumento, mas as empresas oferecem apenas 40%.

Em São Paulo, 500 mil usuários estão sem água, devido à greve dos servidores da Companhia de Saneamento Básico do estado (Sabesp) e Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), que coloca ainda em risco o atendimento nos hospitais da Paulista, Zona Sul da capital, e o abastecimento da Elevatória Teodoro Ramos, em Santo Amaro, bairro comercial também localizado na Zona Sul. Os funcionários reivindicam 86% de reajuste, contra os 41,5% propostos pelas empresas.

As labaredas nos arredores de Porto Velho, em Rondônia: 48 000 quilômetros quadrados devastados pelo fogo

F. S. S. (A. P. S.) Ambiente

Problemas no fogo

*As queimadas por todo o país
agridem o meio ambiente e, com sua fumaça,
encobrem um conflito social*

Todos os anos, no mês de setembro, quando a temporada de chuva está para começar, a lavradora gaúcha Santina Lapazini dos Santos, 47 anos, dona de um pequeno lote de 30 hectares a 80 quilômetros de Porto Velho, no Estado de Rondônia, provoca incêndio em sua propriedade. "Aqui não brota nada se a gente não queimar tudo", diz Santina, que sobrevive graças ao pouco que consegue colher de arroz, milho e mandioca em seu pedaço de terra. "O terreno em Rondônia é cheio de erva daninha, muito rasteira, impossível de se limpar com o arado. Se me proibirem de queimar, morro de fome."

O pequeno foco de incêndio da terra de Santina, que deixou o sul do país há quatro anos em troca de terra mais barata em Rondônia, é apenas um dos 5 000 pontos de fogo que se espalham na Amazô-

nia. Dos 240 000 quilômetros quadrados do Estado de Rondônia, 48 000 já foram consumidos pelo fogo — uma área um pouco maior que a do Estado do Rio de Janeiro. Trinta e cinco por cento das queimadas deste ano no Estado foram

provocadas em mata virgem, e o restante nas pastagens e capoeiras — regiões que já haviam sido utilizadas para a lavoura e voltaram a ser invadidas pela mata. Em todo o país, dez outros Estados já foram atingidos pelo fogo. Apenas na Amazônia, 200 000 quilômetros quadrados de terra queimaram. Só na região de Alta Floresta, ao norte de Mato Grosso, havia, na semana passada, quase 500 focos de incêndio. Juntos, eles correspondem a 460 quilômetros quadrados de fogo contínuo.

No Rio de Janeiro, 60 dos 300 quilômetros quadrados do Parque Nacional de Itatiaia, uma das mais ricas reservas florestais do país, arderam em chamas (veja quadro à

pág. 76). Em São Paulo, continuaram a arder as queimadas que precedem a colheita de cana-de-açúcar. O governador Orestes Quércia chegou a proibi-las no mês passado, mas voltou atrás pouco depois, pressionado pelos grandes usineiros paulistas. "A impressão que se tem é que o Brasil inteiro, de norte a sul, está queimando", diz o físico Marcos da Costa Pereira, do Instituto de Pesquisas Espaciais, o Inpe, órgão responsável pelo sensoramento, através de satélites, dos focos de incêndio no Brasil. De norte a sul do país, e também nos Estados Unidos e na Europa, subiu junto com as



Santina: "Se me proibirem de queimar, morro de fome"



A paisagem cinza no município de Redenção, no sul do Pará: 300 cabeças de gado devoradas pelo incêndio

labaredas a grita de ecologistas e políticos contra a devastação das florestas. E esqueceu-se, na grande maioria das vezes, que impedir as queimadas, para pessoas como Santana Lapazini, significa condená-las à fome.

GÁS CARBÔNICO — As queimadas são responsáveis por um quinto do gás carbônico lançado na atmosfera — que provoca o efeito estufa, o fenômeno em que há a formação de uma barreira gasosa, como um escudo, que impede o retorno dos raios infravermelhos ao espaço, gerando um aquecimento exagerado do planeta Terra. "As queimadas emitiram 44 milhões de toneladas de monóxido de carbono, o que equivale a 32 anos de gases lançados no ar em uma cidade como São Paulo", diz o engenheiro paulista Alberto Setzer, também do Inpe. Não restam dúvidas de que o fogo na cobertura verde do Brasil coloca em risco a preservação ecológica e é uma ferida na aquela parte do planeta que se convencionou chamar de "Pulmão da Terra", a Amazônia. Mais do que o gás carbônico, contudo, as queimadas têm lançado no ar um problema de ordem social.

Os pequenos agricultores, como a gaúcha Santana, queimam suas terras simplesmente porque precisam sobreviver. Sem o fogo das queimadas, o plantio não é possível. E, sem a colheita, não há o que comer.

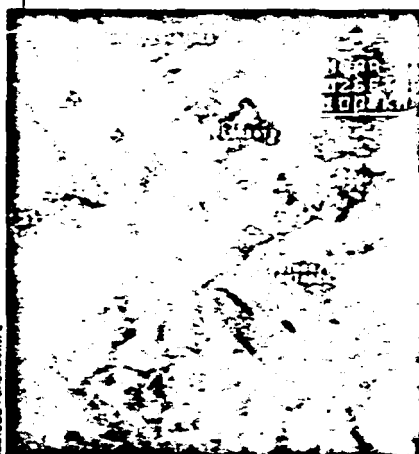
"A queimada, na verdade, é uma necessidade vital", diz Haroldo Franklin de Carvalho Augusto dos Santos, presidente do Instituto Estadual de Florestas de Rondônia. Nesta época do ano os incêndios são tão comuns que os moradores de Rondônia já convivem passivamente com o amarelo do fogo e a nuvem de fumaça que obriga os automóveis a circular em farol aceso em plena luz do dia. "Estou completamente cozido, mas não tenho outro jeito de plantar minha lavoura", dizia na semana passada Antônio Raimundo da Silva, 38 anos, um baiano de Itabuna que mora com a mulher às margens do quilômetro 621 da Rodovia BR-364, em Rondônia, numa casa de tábua. Hoje, ela está cercada de carvão — o que restou do mato em que o próprio Raimundo pôs fogo.

Depois de perambular durante oito anos pelo Estado inteiro, Raimundo recebeu de um amigo a proposta de utilizar gratuitamente toda a área que desejasse de uma fazenda de 100 hectares, o equivalente a 1 quilômetro quadrado. A primeira atitude de Raimundo foi queimar cerca de 10 hectares de capoeira ao redor da casa. O cenário, que antes era verde e denso, tornou-se cinza e calcinante. "Todo mundo aqui vive assim. Pelo menos a terra é boa e a gente pode plantar arroz, milho, banana e mandioca para comer", diz ele, com os olhos amarelados de malária e um cigarro entre os dentes, sentado na porta da casa escondida pela fumaça.

Para o pequeno agricultor sem recursos é mais barato derrubar a mata virgem e, depois de utilizá-la, deixá-la para trás. A falta

de recursos para a compra das moto-serras — usadas para derrubar árvores e arbustos — faz com que os lavradores optem pelo fogo. "Se a queimada for bem controlada, não prejudica a terra", afirma João Vitalino Neto, 53 anos, proprietário de uma fazenda de 20 quilômetros quadrados a 20 quilômetros de Porto Velho. "O que não pode acontecer é deixar o fogo se espalhar pela mata virgem e pelas terras dos vizinhos." Não foi o que aconteceu no município de Redenção, no sul do Pará. Ali, o fogo irrompeu acidentalmente num pasto de 25 quilômetros quadrados. Resultado: 300 cabeças de gado morreram quei-

Os focos ardentes



Na região de Alta Floresta, na Amazônia, há cerca de 490 locais de incêndio (pontos azuis). Juntos, eles correspondem a 460 quilômetros quadrados de fogo contínuo. Metade da região está coberta pela floresta (área em verde-claro).





O lavrador Antônio Raimundo da Silva em frente a sua casa: "Queimo para comer"

ria como as de Rondônia, visa apenas limpar a terra a ser cultivada. No interior do Estado de São Paulo, na região da lavoura de cana-de-açúcar, há uma terceira variante das queimadas. Nos 2 milhões de hectares plantados de cana, os usineiros dedicam-se à queimada com um objetivo simples: eliminar a palha cortante da cana e facilitar a colheita. Sem força para impor a proibição, o governo de São Paulo não voltou atrás na sua decisão de proibir as queimadas, recuando expor-se ao ridículo, mas atenuou-a, já que os usineiros simplesmente dizem que continuarão com as queimadas. "Exis-

te um verdadeiro acordo de cavalheiros", diz um técnico ligado à extração da cana-de-açúcar em São Paulo. "Ninguém incomoda ninguém."

Segundo Lamartine Navarro Junior, presidente da Sociedade Brasileira de Produtores de Açúcar e Alcool — que reúne 117 destilarias e nove usinas da Região Centro-Sul do país —, a indústria de cana-de-açúcar ainda não conseguiu desenvolver uma técnica alternativa às queimadas. "Na minha usina, não uso uma máquina seque", diz Navarro Junior. "Prático a queimada e vou continuar praticando, se não quebro.

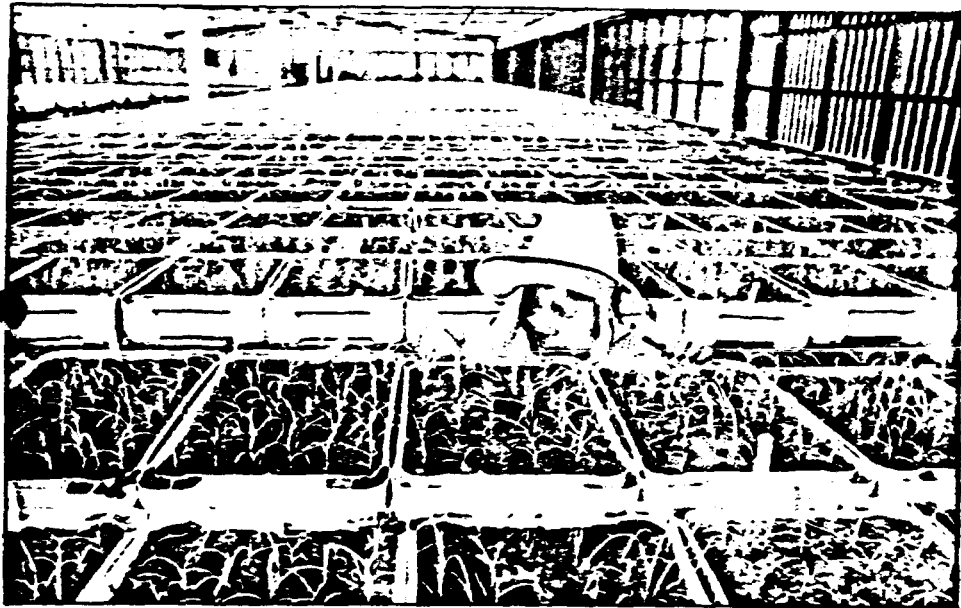
Comigo trabalham 2 000 bóias-frias, e se a mecanização da lavoura for imposta irei gerar um desemprego monumental." O que se teme, na verdade, são as perdas que os usineiros computarão com o fim das queimadas.

PLANEJAMENTO — Um trabalhador bóia-fria consegue colher cerca de 1,5 tonelada de cana queimada por hora. A cana crua, cortante, é mais difícil de ser colhida — e apenas meia tonelada por hora acaba sendo resgatada. Respalçados pelo Proálcool, que já consumiu mais de 6 bilhões de dólares desde sua implantação, os usineiros se recusam a dar fim nas queimadas, numa atitude fácil, confortável e subsidiada pelo Estado. "Agora, escolhemos horários menos visíveis, e as queimadas estão sendo feitas de madrugada", diz o usineiro Vergínio Brunelli, um dos donos das usinas Modelo e Santo Antônio, na cidade de Piracicaba, que juntas manipulam cerca de 6 000 toneladas de cana por dia. "Ainda não existem formas de substituir a queimada, e por isso continuamos a usá-la." Segundo Brunelli, uma possível mecanização da atividade de extração da cana apenas prejudicaria a lavoura. "Certamente as máquinas não conseguiriam fazer a colheita em terrenos acidentados", diz ele, que tão logo soube do decreto do governo Quêrcia apressou-se em instalar birutas para estudar a direção dos ventos, e com isso controlar o fogo.

lhas Negras, militares de alta patente e voluntários que abriram picadas e aceiros de 70 metros de largura na tentativa de barrar o fogo — foi premiado com a chegada das primeiras gotas de chuva, na noite de quarta-feira, até que as labaredas se acalmassem. Como tem acontecido em todo o país, o incêndio deixou um triste saldo para o meio ambiente da região. "O fogo pode ter dizimado algumas das espécies raras do parque, como o lobo-guará, a onça suçuarana, o cachorro-do-mato e o sabiá-laranjeira", diz Francisco Neves Carvalho, diretor do parque. "Isso sem falar nos estragos da vegetação. A mata rasteira acabou se transformando num mar de cinzas."



Quatro dias de incêndio e labaredas de até 10 metros de altura: como um rastilho de pólvora



Centro Tecnológico da Copersucar: em busca de variações genéticas da cana

"A queimada para nós é até ruim, já que diminui a sacarose da cana, mas não temos alternativa."

Alternativas é o que vem buscando o Centro Tecnológico da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Com investimentos anuais da ordem de 16 a 17 milhões de dólares, e com 150 funcionários de nível superior e outros 250 de nível médio, a Copersucar dedica-se a buscar soluções para acabar com as queimadas. "A curto prazo, a única solução é planejar a queima dos canaviais de acordo com as condições meteorológicas", diz Manuel Sobral Júnior, gerente-geral do Centro Tecnológico. Para isso, Sobral assinou um convênio com a Faculdade de Agronomia de Jaboticabal, no interior de São Paulo, para detectar, com a máxima precisão possível, a direção e a intensidade dos ventos. A idéia é permitir as queimadas, e organizá-las, apenas nos períodos em que a formação dos ventos não facilitar a propagação do fogo. Solução paliativa, pois não evita a poluição ambiental. Na Amazônia, ela é simplesmente impensável, dada a vastidão da região e dada, principalmente, à existência de colonizadores que precisam queimar a mata para plantar, colher e comer.

Outros dois projetos estão saindo das mesas e dos computadores do Centro. Um deles prevê a construção de um tipo de máquina colheitadeira que permita maior agilidade na extração da cana-de-açúcar. "Mesmo na Austrália, o único país do mundo onde a mecanização é praticada, a cana chega a ser queimada", diz Sobral Júnior. "Para conseguirmos o protótipo de

uma máquina eficiente, é preciso pelo menos mais seis anos." A longo prazo, os técnicos do Centro Tecnológico da Copersucar estudam variações genéticas da cana. O objetivo é o desenvolvimento de um tipo de cana que possa soltar sua palha naturalmente — sem a necessidade do fogo ou mesmo da mecanização. "No Havai já existe um tipo de cana que despalha naturalmente, mas não o suficiente para que a queimada seja dispensada", explica Sobral Júnior. Os trabalhos de cruzamento para a obtenção da cana autodesfolhável dependerão ainda alguns anos de pesquisa. "Estamos trabalhando com prazos reais", diz o engenheiro do Centro Tecnológico. "Por enquanto, a queimada continua a ser a prática mais produtiva."

MORTE — "Os próximos governos têm que assumir a questão ambiental como prioritária", diz o deputado federal Fábio Feldmann (PMDB-SP). Até mesmo na reforma agrária promovida pelo governo fe-



Sobral Júnior: "Prazos reais"

deral o fogo nas matas exibiu sua face violenta. Como a nova Constituição pressupõe como área não atingida pela reforma agrária apenas as terras produtivas, muitos proprietários de terra animaram-se a tacar fogo em seus limites de chão. Isso porque os terrenos queimados levam a entender que serão utilizados futuramente — e com isso enquadram-se na categoria de "terras produtivas". "Isso é um absurdo", diz Feldmann. Na segunda-feira da semana passada, no município de Engenheiro Belto, a 500 quilômetros de Curitiba, a prática das queimadas provocou a morte de duas irmãs, de 16 e 22 anos de idade, e queimaduras de terceiro grau num senhor de 61 anos. Os fortes ventos que sopravam na cidade espalharam rapidamente o fogo no canavial. Ali, a queimada não só devorou florestas mas também pessoas.

A onda de incêndios que se alastrou por todo o país teve ainda o dom de gerar duas reações significativas — uma delas, exemplar, foi a ameaça do Banco Interamericano de Desenvolvimento de cancelar seus investimentos no Brasil, numa represália ao descaso com a ecologia. A outra reação, assustadora, envolve o Conselho de Segurança Nacional — que durante muitos anos dedicou-se a vigiar os movimentos grevistas e manifestações tidas como subversivas e agora pretende garantir a eficácia dos órgãos de controle do meio ambiente. "Devemos baixar medidas para aumentar o pessoal e os investimentos no combate às queimadas", anuncia um alto funcionário do Conselho de Segurança Nacional. Resta ver, quem o Conselho combaterá: os grandes fazendeiros e usineiros ou os pequenos lavradores. ●



O americano Uhl: "Uma outra era da humanidade"

Movimento sindical ataca dívida externa

O movimento sindical brasileiro vai iniciar, nos próximos dias, uma campanha articulada e conjunta pela renegociação da dívida externa e que contará com o apoio das fortíssimas entidades sindicais européias, americana e japonesa. A informação é do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, que retornou da França na sexta-feira, onde esteve com outros dirigentes de entidades sindicais reunidos pela Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciois).

Durante quatro dias, os sindicalistas mantiveram encontros entre si e com autoridades francesas, entre elas o presidente François Mitterrand. Meneguelli retornou da viagem convencido da necessidade de ampla mobilização no Brasil e nos demais países da América Latina, que encontrará respaldos nos trabalhadores dos países credores. Ele entende que não haverá dificuldade de entendimentos com outros sindicalistas sobre esse tema, e irá procurar todos, começando pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Luiz Antônio de Medeiros, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Mitterrand

Durante os encontros sobre a crise da dívida, organizados pela Ciois (dos quais participaram também dirigentes sindicais da França, Alemanha Ocidental, Itália, Estados Unidos, Japão, México e Venezuela), os latino-americanos ouviram que as soluções partem, principalmente, de movimentos em seus países. Esse diagnóstico foi feito inclusive por Mitterrand, que demonstrou, segundo Meneguelli, um profundo conhecimento sobre a situação dos países latino-americanos em particular, e dos devedores em geral. Na análise de Mitterrand a maior parte da dívida é com credores privados e, sendo assim, os governos dos países credores, pouco podem fazer sem que haja decisões internas aos países devedores.

Meneguelli surpreendeu ao ouvir o presidente francês falar dos baixos preços das matérias-primas brasileiras no mercado internacional, da evasão de divisas e dos problemas políticos vividos pelos países latino-americanos. A entrega formal de documentos sobre a mortalidade infantil, a miséria, as doenças, o desemprego e nível salarial, apresentados por Meneguelli, Mitterrand respondeu dizendo que os levará à próxima reunião dos sete países mais desenvolvidos. A própria Ciois programará novos encontros com dirigentes de outros países credores, sobre o mesmo tema. Também o presidente da Câmara francesa, Laurent Fabius, concordou em tentar promover um encontro de um parlamento internacional para discutir o assunto.

Apoio internacional

"Essa questão da dívida externa começará a ser debatida em todas as mobilizações sindicais, tanto dos países desenvolvidos, como entre os da América Latina, devedores", observou Meneguelli. Desde já, o presidente da CUT conta com a promessa de uma ampla campanha de divulgação nos sindicatos europeus, americanos e japoneses, subscrita pelas principais centrais sindicais desses países. "Não somos pedir esmolas, pedimos solidariedade", comentou Meneguelli. Ao mesmo tempo, o presidente da CUT disse ter certeza de que não encontrará resistência interna no movimento sindical brasileiro: "Acho que acertaremos pontos de convergência, porque isso afeta a todos, nossos salários, condições de vida", diz Meneguelli. "É uma luta a ser empreendida pelo movimento sindical como um todo". (AJB)

038

(SS/Ind)

J. B. 5/6/61

Economia

com Congresso veto

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai pressionar o Congresso Nacional para derrubar o veto do presidente José Sarney à proposta de política salarial aprovada no Legislativo, bem como as mudanças contidas na nova medida provisória. A CUT considera o projeto dos parlamentares melhor do que a medida editada pelo governo, embora nenhuma das duas propostas contenha a sua principal reivindicação, que é a correção mensal de todos os salários pela inflação do próprio mês.

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, também não concorda com a política salarial editada pelo governo. A principal crítica da CGT é a diferenciação dos trabalhadores por faixa salarial, concedendo reposição plena da inflação apenas aos que recebem menores salários.

Antecipações — A diferença básica apontada pela CUT entre a proposta do Legislativo e a do Executivo é a autorização expressa na medida provisória para que os empregadores descontem as antecipações já concedidas na hora de pagar a reposição da inflação acumulada de fevereiro a maio. Por exemplo: os bancários de São Paulo já receberam uma antecipação de 15%, em abril, mais 23% após a greve do final do mesmo mês e mais 4,4%, em média. Somadas estas antecipações, pagas desde a última data-base em setembro do ano passado, eles receberiam um reajuste de 47%. Pela proposta do governo, eles têm direito a receber, em junho, uma reposição de 29,66% equivalente ao IPC de fevereiro a maio. Mas o mesmo projeto permite aos banqueiros não pagar os 29,66% com o argumento de que já concederam os 47%, em média. A fórmula do Congresso abre a possibilidade dos trabalhadores ficarem com os 47% e mais os 29,66%.

Defasagem — Além desta autorização aos empregadores para descontarem as antecipações salariais já concedidas, a CUT considera que a correção dos salários pelo IPC do mês anterior mantém a defasagem salarial. Isso porque os salários de junho, por exemplo, serão corrigidos pela inflação de junho. Esse salário, no entanto, será recebido entre 30 de julho e 10 de agosto, ou seja, mais de trinta dias depois. "Vamos continuar correndo atrás da inflação", argumenta Jair Meneguelli, presidente da CUT.

Para o economista Luiz Guilherme Fiva, do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Política da CUT de São Paulo,



Jair Meneguelli

Antonio Magri

existem duas saídas para evitar essa corrida: correção dos salários pelo ICV do Dieese ou pelo próprio BTN fiscal, "já que os todos os preços estão sendo corrigidos por este indicador".

As centrais também criticaram a redução no valor do salário mínimo. A proposta do Congresso fixava o salário de junho em NCz\$ 120 e o presidente José Sarney manteve os NCz\$ 81,40 de maio, "concedendo um ganho de 48% para o capital", reclama Meneguelli. Além disso, foi extinto o dispositivo que garante um aumento real de 3% a cada mês para o mínimo.

Estratégias — Para se contraporem a estas medidas da nova política salarial e de redução do valor do salário mínimo as centrais estão buscando caminhos diferentes. A CUT quer cobrar dos partidos políticos o apoio de liderança feito após a aprovação da proposta de política salarial no Congresso, segundo o qual as lideranças de todos os partidos se comprometeram a derrubar o veto presidencial, caso ele ocorresse. Além disso, a central já desencadeou uma campanha nacional para garantir que as antecipações salariais concedidas não sejam descontadas. Os bancários, por exemplo, analisam, neste sábado, a possibilidade de decretar uma nova greve nacional a partir do dia 11 de julho.

A CGT, através de Magri, concordou em participar do "entendimento nacional de combate à hiperinflação" depois de ter um aceno, dos empresários, de que haveria a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores. O aceno, segundo Magri, foi transmitido por Mário Amato, presidente da Fiesp, antecorrem, durante uma palestra dos dois aos alunos da Escola Superior de Guerra (ESG) no prédio da própria federação. As perdas salariais, segundo Magri, poderiam ser compensadas mais adiante, para não tumultuar o atual momento.

01.01

8905665

878

Economia

F. S. S. (guil)

Entrevista/ Antônio Rogério Magri

População deve ser avisada da greve

SÃO PAULO — Aos 48 anos, Antônio Rogério Magri acaba de ser eleito presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, derrotando Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinão, em uma tumultuada eleição na Praia Grande, Baixada Santista, marcada pela violência. Três dias depois da eleição, Magri envolveu-se em outro incidente com o mesmo Joaquinão quando enviou assessores à antiga sede da CGT, no Bairro da Liberdade na

capital, para arrombar a porta e retirar móveis e utensílios e expulsar os três funcionários que estavam no local. Ao veterano líder sindical, que deixara a Praia Grande chorando, restaram apenas a mesa de trabalho (presente do Sindicato dos Metalúrgicos da capital), uma geladeira, comprada com dinheiro de seu próprio bolso, e um telefone. Apesar desse início marcado pela truculência, Magri, que costuma cercar-se de seguranças,

pretende abrir uma nova senda no sindicalismo brasileiro e diz com todas as letras que "a CUT perdeu o monopólio da renovação". Rejeita os acordos com a Central Única dos Trabalhadores porque acha que o fato de ser "o departamento sindical do PT" a impede de manter uma linha coerente. "Se eu combinar alguma coisa com a CUT, será com muito cuidado, somente se tiver certeza de que aquilo vai valer", afirma.

Há 12 anos no sindicalismo, onde começou como vice-presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo em 1977 e no ano seguinte passou a presidência que ocupa até hoje, Magri, faixa preta de judô, só tem o curso primário, mas orgulha-se de dizer que fez "a faculdade da vida". Dos 30 anos que tem no sistema Light-Eletrópolis, trabalhou 18 como operário braçal, recolhendo lixo, lavando pratos e ligando caldeiras.

No confortável escritório no 11º andar do Sindicato dos Eletricitários, com ar condicionado e protegido por uma porta tranca e uma campainha, Magri recebeu o repórter José Antônio Rodrigues da Sucursal de São Paulo, quando expôs seu pensamento sobre as greves nos serviços essenciais como o que lidera: "Crime é não avisar a população; se ela estiver avisada, tudo bem."

01.02

8905666

— JB - Como foi montado seu esquema para vencer as eleições na CGT?

— Magri - Estou no movimento sindical desde 1978 e milito na Central desde o movimento da Conclat (Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras), depois pro-CUT e finalmente CGT desde 1981. Mantive nesse período contatos com todo o movimento sindical brasileiro e demonstrei na prática minha concepção do movimento sindical, contra a participação dos partidos políticos. Acho que é isso que levou os sindicatos e confederações a escolherem o meu nome.

— O Sr. era o preferido?

— Na verdade só havia um consenso entre os delegados ao congresso da CGT: Fora, Joazeiro. Eles não queriam mais aquele tipo de sindicalismo, que ficou atrelado às decisões da CUT na greve geral, tendo que pedir a presença de São Paulo, Luiza Erundina, que fizesse a greve por eles, parando os transportes coletivos.

— Qual sua diferença com a CUT?

— A prática da CUT está ligada ao partido político. PT e CUT estão umbilicalmente ligados. Para mim, os dois são uma coisa só. Discreto, frontalmente, de se vincular a ação do movimento sindical, do destino dos resultados dos trabalhadores à ação política, ao interesse partidário, que está muito mais ligado aos conchavos do poder. Defendo o sindicalismo de resultados, os interesses dos trabalhadores, no que diz respeito ao resgate desta imensa dívida social que o governo tem para com todos nós. Quero melhores salários, melhor atendimento médico, saúde própria para os trabalhadores e isso não me dá tempo de discutir questões ideológicas nem de aceitar a tutela de partidos políticos.

— O Sr. não vai apoiar nenhum partido político, nenhum candidato às eleições? O Luiz Antonio de Medeiros, seu aliado, já está falando na possibilidade de apoiar o ex-governador Leonel Brizola.

— Nós lutamos por eleições há muitos anos, para sair da ditadura. Não abro mão, como cidadão, de participar do processo eleitoral. Mas a CGT, como entidade, somente dará seu apoio se isso for decisão unânime de todo o colegiado, composto por 57 integrantes.

— Quem pode ser um candidato?

— Não me decidi ainda. Vejo o Perseu do Collor subindo nas pesquisas, o Mário Covas e o Leonel Brizola também são bons candidatos, mas não vou misturar as coisas. Os trabalhadores votam em quem quiser.

— O Sr. tem um racha na CGT, com a promessa do ex-presidente Joaquim dos Santos Andrade de formar uma nova central sindical?

— Não. Vamos fazer a primeira reunião da CGT em 3 de junho, em Minas Gerais, e iniciar uma nova CGT. Esses pontos somente serão definidos nesta reunião. Mas o principal, já sei: como vamos recuperar as perdas salariais. Quero evitar um pouco essa questão do Joazeiro, que foi um bom companheiro. Quero afirmar que estiveram presentes ao congresso que me elegu 984 sindicatos e 3.500 delegados e não ouvi ninguém dizendo que vai rachar. Também quero evitar as questões sobre os pequenos conflitos. Na verdade, um pequeno grupo começou e encorrou o conflito, dando pancadas neles mesmos. Claro que tínhamos agentes de segurança, uns poucos do nosso sindicato, mas todos os sindicatos enviaram alguns, até para controlar as identificações dos delegados.

— Mas houve um incidente com o Joazeiro, a retirada dos móveis da sede da CGT.

— Não fechei a porta para o Joazeiro. E também não provoqui esse incidente. Acontece que eu sou o locador daquelas salas e o Joazeiro é meu fiador. O aluguel está em meu nome, os móveis são do Sindicato dos Eletricitários e os três funcionários também. Venci as eleições e fui tomar posse. Qual não foi a minha surpresa quando vi que o Joazeiro tinha trocado a fechadura. Imagine, um homem de 62 anos, de tanta experiência, trocando a fechadura para impedir uma posse. Mandei buscar os móveis e instalá-los provisoriamente, a sede no prédio do sindicato, no quarto andar. Mas vou arrumar uma bela casa, à altura, para ser a sede central da CGT.

— Como será seu relacionamento com a CUT?

— Não vou sair atirando contra a CUT, mas é preciso entender que a CUT é o departamento sindical do PT, que tem o monopólio da renovação do movimento sindical, do velho movimento sindical, herança do getulismo. Vamos entrar para montar um sindicalismo partidário e também vamos para a renovação, já que a nova Constituição acabou com a tutela do Estado e deu todo poder às assembleias dos sindicatos. Vamos atuar com o sindicalismo de resultados e desde já posso dizer: a CUT perdeu o monopólio da renovação.

— Mas, qual será o relacionamento com a CUT?

— A dificuldade de lidar com a CUT está em que se pode amarrar uma coisa e depois, dependendo das conveniências do partido, eles abandonarem as negociações e deixarem a gente sozinho na parada. Hoje eles estão cheios de divergências internas e não conseguem

manter a unidade dentro da central. Quem pode garantir que o combinado hoje vale amanhã, se até o Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, está sendo chamado de pelego? Se eu combinar alguma coisa com a CUT será com muito cuidado, somente se tiver certeza de que aquilo vai valer.

— O Sr. é de direita? Como enfrenta essa qualificação que lhe dirigem?

— Eu, direita? Nos últimos dez acordos e greves no setor, o meu sindicato foi o que obteve os melhores resultados e desafiou a algum outro, de centro, de direita ou de esquerda a dizer que fez acordo melhor que o nosso. Eu não sou de direita, eu vou em frente.

— Quais são suas ligações com o sindicalismo americano, a AFL-CIO?

— As pessoas falam sobre isso e não sabem nada. As minhas ligações com eles são as mesmas que mantenho com os sindicatos italianos e espanhóis. Os americanos já foram melhores, hoje acho que têm a aprender com os brasileiros. Eu os conheci em 1979, mas hoje o sindicalismo alemão e o italiano são melhores.

— Mas o sindicalismo italiano não está vinculado a partidos políticos?

— Está, mas isso caminha para uma rápida mudança.

— O Sr. recebe ajuda de fora?

— Mais dos americanos. Mantemos com a ajuda deles, o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), nossa mini-Cajamar (o Instituto Cajamar, antigo hotel de estilo colonial, utilizado pela CUT e pelo PT para a formação de quadros de liderança e políticos), um antigo convento, muito confortável, no bairro dos Campos Elíseos, também para a formação de quadros e lideranças. A CUT recebe por baixo US\$ 2 milhões por ano, só para manter sua

mini-Cajamar de São Bernardo. Nós recebemos US\$ 200 mil por ano.

— A CUT atraiu de seu presidente, Jair Mesquita, já manifestou certas cuidados com as greves nos setores essenciais. O Sr. que preside desde 1978 o Sindicato dos Eletricitários, o que acha dessas greves?

— Acho que o crime é não avisar a população. Se a população estiver avisada, tudo bem, para que se evite que pessoas fiquem presas no elevador, no Metrô. A última greve que cortou energia, na França, teve a população ciente. Acho justo, mas é a sociedade que tem que determinar isso. Se o serviço é essencial, o pagamento por ele tem que corresponder a isso, a essa essencialidade. Ai não tem greve.

— O Sr. apóia a atual política social?

— Não. Ela foi ineficaz, na prática. Desagradou a todos, trabalhadores, empresários e até o Exército. E foi esse o caldo em que foram curtidas essas greves, a matéria-prima. O governo não cumpriu suas metas, o congelamento é ineficaz, só atinge os salários.

— E as medidas previdenciárias?

— Olha, no passado havia a Lei 1632 que proibia greves nos setores essenciais. Pois bem, só os eletricitários fizeram dez greves, os portuários e bancários outras, no total chegaram a centenas. A lei foi desmoralizada pelo arrocho salarial. Essa também, nasceu para ser desmoralizada, não assustou os bancários do Banco do Brasil. O governo não teve sensibilidade para pôr o tema em discussão e deveria ter deixado a solução para o Congresso, que ouviria os sindicatos. Da mesma forma, vem o ministro da Justiça à televisão e diz isso e aquilo, depois não acontece nada. A sociedade mesmo resolve essa questão da greve.

28

23 nos. 1 16/5/89

D. Cláudio na hora da despedida condena as rotulações na Igreja

PORTO ALEGRE — O arcebispo da capital gaúcha, Dom Cláudio Colling, condenou ontem em seu programa de rádio a persistência das rotulações dividindo a Igreja entre progressista e conservadora, afirmando que religiosos e leigos "devem ser apenas cristãos, imitadores de Cristo: o resto é consequência". Acrescentou que a Igreja deve "conservar o que o Evangelho manda conservar e inovar o que manda inovar".

Em tom desafiante, propôs que alguém tentasse rotular também a Jesus Cristo, que na sua passagem terrena chegou a ser rotulado de "beberrão, de amigo dos pecadores, de príncipe dos demônios, de inimigo de César, de desrespeitador do templo, de blasfemo e de subverter a ordem". Acrescentou que todas as adjetivações na verdade "foram produto da inveja de seus adversários irreverentes".

Tampouco aceita os conceitos modernos, que tentam definir Cristo de maneiras tão contraditórias como "progressista e conservador, esquerdista e direitista, socialista e capitalista, burguês e proletário." Dom Cláudio observou que nem Cristo nem a Igreja podem ser rotulados: "Estão acima e além dos rótulos".

O bispo gaúcho afirmou que tentar dividir a Igreja entre "progressista ou conservadora, capitalista ou socialista é desvirtuar a verdade ou então construir uma Igreja que não é aquela de Cristo". Sua manifestação ocorreu no programa radiofônico *A VOZ DO PASTOR*, transmitido todas as segundas-feiras pela Rádio Difusora. Indiretamente, revelava sua preocupação quanto à controvérsia suscitada na arquidiocese pela chegada, domingo próximo, do seu substituto, Dom Altamiro Rossato, tido como conservador por alguns segmentos do clero e como progressista por outros.

*

16/5/89

JB

F.D. (16/5/89)

098

23. 2/6/89

Conselho de Igrejas decide apoiar causa dos sem-terra

PORTO ALEGRE — Os 750 participantes da Conferência sobre Missão e Evangelização do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) decidiram ontem encaminhar proposta às suas 306 igrejas afiliadas (católicas, evangélicas, protestantes e ortodoxas) para que "se criem uma estratégia global por um programa genuíno de reforma agrária, controlada pelos beneficiários (os sem-terra), a começar pela distribuição de áreas das igrejas para os sem-terra".

Esse foi um dos "11 atos de fidelidade para com os oprimidos, pobres e marginalizados" aprovados na última sessão plenária do encontro, que se realizou até ontem na cidade de San Antonio, no Texas, Estados Unidos, e que reunia, pela primeira vez, todas as igrejas ligadas ao CMI. Na mesma reunião, participaram, como observadores, budistas, hindus, judeus e muçulmanos.

Do Senhor — Além do apoio aos sem-terra, inclusive com a distribuição de terras das Igrejas, houve debates sobre o subtema *A terra é do Senhor*, nos quais os participantes do encontro entenderam que a terra é de usufruto de todos, "contrariando todos os

conceitos e práticas de propriedade vigentes no mundo". Tais práticas, segundo conclusão do encontro, "têm reflexos na exploração da natureza e na concepção da terra como bem negociável".

Apesar da posição aprovada ontem no Texas pelo Conselho Mundial de Igrejas, a Igreja Católica no Brasil tem reiterado, através de diversos pronunciamentos de bispos e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a existência de grandes áreas em seu poder. Dados divulgados pelo falecido bispo-auxiliar de Porto Alegre D. Edmundo Kunz, por exemplo, indicam que a Igreja Católica tem no Brasil em imóveis rurais 179.399 hectares, divididos em pequenas áreas, que atendem a 100 mil pequenas comunidades.

No encontro nos Estados Unidos, também decidiu-se encomendar às Igrejas que "tomem como suas as lutas dos povos indígenas pela autodeterminação e devolvam as terras que deles foram tomadas", no caso de ocuparem áreas que pertenciam originalmente às nações indígenas.

88

Volta Redonda: o Planalto vai apurar

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, garantiu ontem, em Brasília, ao receber em seu gabinete o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício, além de oito parlamentares, que vai se empenhar para que sejam punidos os autores do atentado que destruiu na madrugada da última terça-feira, com uma bomba, o monumento aos metalúrgicos mortos durante a repressão militar à greve de novembro do ano passado na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). "Nós todos queremos apurar isso o mais depressa possível", disse Corrêa, que afirmou "não haver até o momento qualquer indício" que proveja o atentado a um ato de um grupo de direita ou esquerda.

"O Governo vai ter de fazer alguma coisa, porque como está não dá mais", desabafou o deputado Carlos Alberto Ode (PDT-RJ), presidente da comissão do trabalho da Câmara, acompanhado dos deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), Lúcio Alcântara (PDT-CE), Bocaluva Cunha (PDT-RJ), José Maurício (PDT-RJ), Paulo Palm (PT-RS), Chagas Duarte (PDT-RR) e Edmilson Valentim (PC do B-RJ).

Oscar Corrêa afirmou que três agentes da polícia federal (um delegado e dois peritos) já estão em Volta Redonda, auxiliando a polícia do Rio de Janeiro nas investigações.

"Estão utilizando Volta Redonda para ameaçar a sociedade brasileira e as eleições presidenciais", avaliou Marcelo Felício, que cobrou do ministro da Justiça a apuração das mortes dos três metalúrgicos durante a greve da CSN em novembro do ano passado.

Ao contrário do que afirmou, na última terça-feira, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que atribuiu a explosão em Volta Redonda a uma "reação da direita" tomada "em contrapartida a posições radicais", o ministro Oscar Corrêa garantiu ontem que "não há dados ainda para saber se o ato foi praticado pela direita, esquerda ou centro".

Os motivos do atentado

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

de Volta Redonda, Marcelo Felício, no entanto, afirmou não ter dúvida de que a bomba foi colocada por um grupo de direita inconformado com duas coisas: 1) a mudança do nome da praça principal de Volta Redonda, de general Macedo Soares para metalúrgico José Juarez Antunes (deputado federal, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e prefeito eleito de Volta Redonda, que morreu num mistério acidente, este ano); e 2) o próprio monumento projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, representando uma enorme balança trespassando a silhueta dos corpos dos três operários mortos durante a repressão militar à greve da CSN em novembro de 1968.

Pelo menos uma vez levantou-se em apoio ao grupo denominado Falange Patriótica, que assumiu a autoria do atentado. De acordo com o general da reserva Newton Cruz, ex-chefe da agência central do Serviço Nacional de Informações (SNI), quem colocou a bomba "faz muito bem" por que, segundo ele, "a obra ofende a dignidade das Forças Armadas".

Nazistas assumem culpa

Um grupo auto-denominado Falange Patriótica reivindicou, em telefonema dado às emissoras Globo de rádio e televisão, o atentado contra a obra de Oscar Niemeyer em Volta Redonda. "Sou do grupo 'Falange Patriótica', o responsável pela explosão do monumento em Volta Redonda. Não estou falando do Rio. Esse foi apenas o primeiro atentado. Acontecerão outros", disse um homem à jornalista Fátima Carvalho, do sistema Globo de rádio, no Rio de Janeiro, que atendeu ao telefone. Na TV Globo, a jornalista Vera Ferreira recebeu a ligação de um homem que disse basicamente o mesmo texto.

O ex-líder e fundador da 'Falange Patriótica', o oficial da marinha mercante licenciado Armando Zanine Júnior, que é também dirigente do ainda não legalizado Partido Nacional Socialista Brasileiro, de ideologia nazista. (AJB-AB)



Em Brasília: o líder operário de Volta Redonda, Marcelo Felício (à esquerda) conversa com o ministro Oscar Corrêa

01.02

8905670

Dom Valdir faz graves acusações

"Os responsáveis pelo atentado são participantes do mesmo grupo que matou o prefeito de Volta Redonda, Juarez Antunes (PDT), que colocou a bomba no Riocentro, matou os três metalúrgicos na greve de novembro da Companhia Siderúrgica Na-

cional (CSN), e agora estão ameaçando de morte", acusou Dom Valdir Calheiros, bispo da cidade de Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro).

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício,

relacionou os mesmos atos terroristas, mais o atentado contra a OAB do Rio de Janeiro (durante a ditadura militar) e o assassinato do ecologista e sindicalista rural Chico Mendes, em dezembro do ano passado, concluindo: "Eles tentam implantar o terror no coração do movimento sindical do Brasil, o que é um absurdo".

Os sindicalistas consideram que dois pequenos pedaços de papel amarelado, encontrados no local, fornecem evidências contra o Exército. Neles ainda podem-se ler as letras "Imbel" e "Presidente", o que, segundo eles, caracteriza o invólucro de uma das fábricas de explosivo da Imbel, Indústria de Material Bélico do Exército, da unidade de Presidente.

Já o perito policial Carlos Alberto Mangaz descartou a hipótese de a mocrusa encontrada com a bomba que não explodiu (e foi desativada a tempo) ser do Exército, por se tratar de um "modelo pouco resistente". O delegado Sérgio Valença, titular da 9ª DP, já iniciou as investigações interrogando as pessoas que trabalham ou moram próximas ao monumento, na Praça Juarez Antunes (nome com o qual havia sido rebatizada, nas comemorações da segunda-feira, Primeiro de Maio, a Praça General Macedo Soares) — o que poderia ser encarado igualmente como "motivo de retaliação". (AE)

CSN pára com explosão e incêndio

Uma explosão, no final da tarde de ontem, em um dos quatro regeneradores de alto-forno 3 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), seguido de um incêndio no sistema hidráulico da unidade, feriu seis operários (número ainda não oficial) e comprometeu seriamente

produção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, quando a cidade ainda tentava superar o forte impacto do atentado terrorista da madrugada desta terça-feira.

O alto-forno 3 é responsável por 80 por cento da produção de gusa (matéria-prima para fabricação de aço) da companhia, ou nove mil toneladas por dia. A explosão transformou o pátio próximo ao alto-forno, o segundo maior do País (o primeiro é o da siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo, com uma produção diária de 10 mil toneladas de gusa) —, numa verdadeira "praça de guerra", com fragmentos de tijolo refratário, usado no revestimento do regenerador, espalhados num raio de mais de cem metros.

O tijolo incandescente perfurou as paredes da sala de controle computadorizado, ferindo o engenheiro Keeti Katashi, que trabalhava no local, e uma mulher que fazia entregas na central térmica, ferindo seus dois ocupantes. Os tijolos, alguns com quase cinco quilos, perfuraram a parede da antiga aciaria — a mais de 100 metros de distância.

O barulho da explosão pôde ser ouvido a quilômetros de distância e a fumaça negra ocupou por completo o céu próximo à torre do alto-forno. O alto-forno número três é uma

estrutura de mais de 120 metros de altura, onde a combustão de coque e minério de ferro produz o gusa incandescente. O regenerador que fica ao lado da estrutura do alto-forno funciona a uma temperatura de 1.200 graus, e é responsável pelo aquecimento do ar que

O forte calor na estrutura metálica da unidade da CSN e a grande quantidade de óleo usada nos terminais hidráulicos dificultaram ontem à noite a ação dos bombeiros.

Comunicado do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Romeu Tuma, entregue ontem à noite ao ministro da Justiça, Oscar Corrêa, informa que o acidente ocorreu, às 17 horas de ontem, na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, "foi uma explosão acidental". O comunicado relata que a explosão ocorreu na câmara de combustão do regenerador de um dos alto-fornos da siderúrgica, e que, segundo dados preliminares, foi acidental, e "portanto, não tem nada a ver com os episódios de terça-feira", ou seja, com a explosão de uma bomba colocada no Memorial em homenagem aos três metalúrgicos mortos no final do ano passado. O ministro da Justiça confirmou que houve seis feridos no acidente de ontem no final da tarde, o que provocou, segundo ele, "um incêndio forte". O alto-forno número 3 é o mais moderno da usina, tendo sido inaugurado em 1974. Atualmente, era o único dos três da CSN a funcionar com capacidade plena. (AE-Rádiorio-AJB)

Comunista critica general Newton

O deputado Aldo Arantes (PC do B/Goias) entrou ontem, em Brasília, com um pedido de informações junto à mesa da Câmara dos Deputados — solicitando ao general Leônidas Pires Gonçalves, atual ministro do Exército, que informe quais medidas serão adotadas pelo seu ministério, em face das declarações feitas pelo general (na reserva) Newton Cruz, ex-comandante militar do Planalto, afirmando que "aplaude" os autores do atentado a bomba ao monumento aos operários mortos de Volta Redonda.

"Eu quero manifestar o meu repúdio ao ministro do Exército. Ele disse que não tem nenhuma providência a tomar, e afirmou que a responsabilidade da investigação não é sua", declarou Aldo Arantes, em discurso da tribuna da Câmara dos Deputados.

O deputado do PC do B considera "um absurdo" as declarações feitas pelo general Newton Cruz, que atualmente se encontra na reserva. "No momento em que ele declara que aplaude os autores do atentado, que o monumento jamais poderia ter sido erguido, porque foi construído para 'ofender' e 'desrespeitar' as Forças Armadas, está incentivando o terrorismo em nosso País", disse Aldo Arantes. "Se o ministro Leônidas não se pronunciar contra essas declarações, também estará incentivando o terrorismo", concluiu o deputado comunista.

Ex-chefe da agência central do SNI (Serviço Nacional de Informações) e ex-comandan-

te militar do Planalto, general Newton Cruz, justificou a destruição do monumento ao trabalhador, em Volta Redonda, por uma bomba.

"Fizeram muito bem em destruir", disse Newton Cruz, e acrescentou: "Aquele monumento jamais poderia ter sido construído, porque se tratava de uma exaltação, em praça pública, à ilegalidade e uma ofensa permanente às Forças Armadas". Instalado em sua casa, em Brasília, o general Cruz ressaltou: "Eu se ainda fosse autoridade não teria permitido a construção".

Cruz explicou que fazia tal ressalva porque já responde a processo — acusado de ter participado do sequestro e assassinato do jornalista e informante do SNI, Alexandre von Baumgarten, no Rio. "Sou inocente nesse caso, e há quem garanta que eu estava no Rio, quando não estava". Cruz acusa as autoridades do Governo Federal, inclusive as militares, de terem permitido a construção do monumento em Volta Redonda.

"Estão criando um clima favorável a esse tipo de coisa", observou Cruz. Ele disse "compreender" que a morte dos operários grevistas na CSN, em novembro do ano passado, foi "algo lamentável", segundo ele. A opinião dele, manifestada também na época, é de que o Exército "foi mal empregado" na repressão à greve na siderúrgica, "mas os soldados representavam as forças da legalidade", procurou justificar, em conclusão, o general Newton Cruz. (AJB-AE)

078

Secretaria de estado veta estrada na Mata Atlântica

SÃO PAULO — Um parecer da própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente jogou, ontem, mais um balde de água fria nos planos do governo Orestes Quêrcia de construir a polêmica Estrada do Sol, projetada para ligar o Vale do Paraíba, no interior do estado, ao litoral norte. A proposta da estrada tem sido motivo de grande mobilização dos ambientalistas de São Paulo, inconformados com o seu traçado, que cortaria 36 quilômetros do Parque Estadual da Serra do Mar, onde sobrevivem boa parte dos últimos 5% de mata atlântica, ainda intocados. O projeto já foi rejeitado por comunidades da região em três audiências públicas realizadas no mês de abril.

"Concordamos com a necessidade de uma melhoria considerável da ligação entre o interior e o litoral, mas consideramos que este traçado proposto corta de forma inconveniente a Serra do Mar", disse o secretário Jorge Wilhelm. Seu parecer baseou-se no trabalho dos técnicos da Secretaria com o apoio do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), órgão da Secretaria da Ciência e Tecnologia, do Instituto de Geologia e do Instituto de Biologia, ligados à Universidade de São Paulo, além do Instituto Florestal e da companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), ligadas ao governo estadual. Item por item, o parecer praticamente destrói toda a argumentação contida no Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) elaborado

para justificar a obra. Mas a palavra final só será dada na sexta-feira, pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA).

Segundo a análise da Secretaria, na forma como foi proposta, a estrada dividiria a Serra do Mar em dois compartimentos, impedindo o "fluxo gênico", ou seja, a mobilidade dos animais dentro da mata, que cria mais variadas possibilidades de cruzamento. Essa espécie de fronteira que seria imposta pela estrada poderia, portanto, aumentar os riscos de extinção. Além disso, foi avaliado que a destruição de mananciais seria grande demais. Para atender a necessidade do tráfego, a Secretaria propõe que seja duplicada a Rodovia dos Tamoios, que liga a cidade de São José dos Campos, a 97 quilômetros de São Paulo, ao litoral. O único inconveniente é que esta alternativa é bem mais cara. Custaria US\$ 693 milhões contra os US\$ 564 milhões da proposta anterior.

"Eu vejo nesse parecer um avanço significativo", animou-se o vereador Marco Antonio Mroz, eleito pelo Partido Verde de Ilhabela, a 230 quilômetros de São Paulo e 7 de São Sebastião, onde desembocaria a nova estrada. "Mas não pretendo aceitar esta nova alternativa sem a elaboração de um outro relatório de impacto bastante minucioso", avisa. Mroz é um dos 36 membros do Consema e ainda acredita na chance de aprovação de uma terceira proposta: a não construção de estrada alguma.

F. S. S.

(M. Anis)

01.01

8905671

278

JB

19/6/89

F. D. (M. Aulo)

Meio Ambiente/Ciência

Jornal londrino acusa empresa britânica de devastar Amazônia

João Bosco Jardim
Correspondente

LONDRES — O jornal londrino *The Sunday Times* denunciou a British Petroleum (BP), uma das maiores empresas da Grã-Bretanha, pelo desmatamento de uma área de 250 mil acres (equivalentes a 1011 quilômetros quadrados) de vegetação da Floresta Nacional de Jamari, uma unidade de conservação ecológica em Rondônia, onde a empresa extrai casiterita, mineral usado na fabricação de estanho.

É a primeira vez que uma empresa britânica é publicamente acusada de destruir a floresta amazônica. O jornal disse que a área está rapidamente se transformando numa "cratera lunar", enquanto a BP gasta grandes somas em atividades de proteção ambiental na América do Norte e na Europa, onde a legislação e a opinião pública "não permitiriam uma destruição na escala do seu projeto de mineração na Amazônia."

Outras empresas de capital britânico, como o banco Barclays, a Shell (anglo-holandesa) e as Indústrias BAT (originalmente British American Tobacco, proprietária da Souza Cruz) foram também acusadas pelo *The Sunday Times* — o principal jornal dominical da Grã-Bretanha — de investir em projetos que implicam no aterro e na queima de milhares de hectares de floresta tropical.

O jornal disse que uma investigação das empresas britânicas que operam em florestas tropicais de todo o mundo revelou que a BP atua na Amazônia através da Companhia de Mineração Jacundá, da qual é acionista majoritária. Sua área de atuação na Floresta Nacional do Jamari foi arrendada para mineração, segundo o jornal, em 1986 — dois anos depois de ter sido declarada "área de preservação" pelo governo brasileiro.

Guardas armados — Em sua edição de ontem, *The Sunday Times* disse que a área é fortemente protegida por guardas armados que impedem a aproximação até de agentes florestais do governo. Mas o jornal alega que há duas semanas um de seus repórteres conseguiu furar o esquema de segurança com uma história falsa e verificar *in loco* a extensão da destruição. "Toda a vegetação desapareceu. Toras de castanheira (árvore protegida pela legislação brasileira) estão empilhadas sobre a terra árida, onde nem mato cresce", afirma o repórter. Ele disse que a BP nada fez até agora para reflorestar a área devastada. "É uma ironia" — conclui — "que a devastação da floresta do Jamari esteja sendo feita em nome de uma empresa que, internamente, gasta milhões de libras esterlinas proclamando a necessidade de se alcançar o equilíbrio entre a preservação e o desenvolvimento econômico".

O *The Sunday Times* disse também que na fronteira entre Pará e Mato Grosso, junto ao Rio Araguaia, o banco britânico Barclays, em associação com o Banco de Crédito Nacional, brasileiro, desenvolve extensa atividade agropecuária numa região que, desde 1960, vem sendo queimada para dar lugar a pastagens. O jornal disse que o Barclays detém 50% das ações do Banco de Investimento S.A., que há 12 anos investe dinheiro em atividades agropecuárias na Amazônia.

No Pará, a Shell, em associação com a Alcoa, de Pittsburgh, investe, segundo o jornal, quase dois bilhões de dólares no projeto de uma empresa produtora de alumínio que destruiria 1.700 acres (6,8 quilômetros quadrados) de floresta. O *The Sunday Times* disse que a Shell extrai bauxita para a fabricação de alumínio no porto de Trombetas, onde 300 acres (1,2 quilômetros quadrados) de floresta virgem são devastados por ano.

No Espírito Santo, o jornal disse que para fabricar papel, as Indústrias BAT, acionistas da Aracruz Celulose, destruíram 148 mil acres (mais de 600 quilômetros quadrados) de floresta nos últimos 15 anos.

A reportagem foi a principal manchete e ocupou duas páginas internas da edição de ontem do *The Sunday Times*, jornal que tem tiragem de 1 milhão 200 mil exemplares.

01.01

8905672.

DS

FSS
#

SEQUESTRO

Fim da aventura

*Brasileiros são libertados
depois de 44 dias*

Foi a maior alegria do mundo", definiu na sexta-feira passada Paulo César Paim de Oliveira, pouco depois de chegar à casa do gerente da Braspetro em Bogotá, José Augusto Fernandes, onde uma pequena festa foi organizada para receber os três engenheiros da empresa sequestrados desde o dia 19 de abril por guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional, o ELN, um dos seis grupos extremistas que atuam no interior da Colômbia. A libertação dos en-

genheiros pegou de surpresa seus familiares no Brasil, mas já era esperada por José Augusto Fernandes. "Estava tudo acertado desde a semana passada", disse ele a VEJA na sexta-feira à tarde. Segundo o gerente, o ELN não recebeu nada em troca da libertação dos reféns, ajudada pelo intenso trabalho da embaixada brasileira em Bogotá, que agiu em conjunto com o governo colombiano e a direção da Petrobrás.

O empurrão final que permitiu que Paulo César, Augusto Moreira Júnior e José Roberto Reis saíssem

das montanhas de Santander na sexta-feira de volta para casa foi a participação nas negociações de sindicalistas brasileiros ligados à Central Única dos Trabalhadores. A única exigência imposta pelos guerrilheiros para libertar os engenheiros foi a presença de Osvaldo Bargas, Wagner Lima e Mirtes Xavier, sindicalistas brasileiros da CUT, para recepcionar os reféns na sede do Sindicato dos Petroleiros de Barrancabermeja. Inicialmente, os guerrilheiros disseram que só soltariam os brasileiros no dia em que o governo colombiano anunciasse um programa de nacionalização da exploração e exportação do petróleo — uma exigência evidentemente despropositada, que se acabou restringindo a um gesto político. Mesmo depois de 44 dias preso na selva, Paulo César de Oliveira não elimina a hipótese de permanecer na combatida Colômbia. "Afinal, a única coisa que sei fazer na vida é furar poço", brincou ele. ■

VEJA, 7 DE JUNHO, 1989

01.01

8905673

F-SS. (Jal) JB 12/4/69

D. Luciano acha melhor criança sem fome que igreja preservada

MARIANA, MG — Se no futuro existirem em Minas igrejas barrocas bem conservadas maravilhando turistas, ao lado delas crianças passando fome, teremos agido errado. Esta colocação foi feita pelo arcebispo desta Arquidiocese e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, durante a abertura, sábado, nesta cidade, do 1º Encontro de Prefeitos de Cidades Históricas de Minas, que debateu problemas de preservação das cidades coloniais mineiras. Participou o ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira.

Aplaudido repetidas vezes e apoiado por murmúrios de aprovação da plateia, D. Luciano falou depois do ministro da Cultura — que lembrou ser a preservação dos monumentos históricos, pelo Artigo 23 da nova Constituição, "uma responsabilidade que envolve governo federal, estadual e municipal". O presidente da CNBB cobrou do prefeito de Mariana, Cássio Brigolini Meme — um estudante de engenharia de 23 anos, que idealizou o encontro — água tratada, esgotos e assistência social para os moradores pobres da periferia da cidade, a mais antiga de Minas.

Dente de Ouro — "Não podemos gastar dinheiro, refazendo igrejas e chafarizes e deixar o povo passar fome. Não vamos colocar um dente de ouro numa dentadura

quebrada", pregou o arcebispo, que está à frente da Arquidiocese de Mariana, a mais antiga do Brasil. Há seis meses como sucessor de D. Oscar de Oliveira, D. Oscar se preocupava sobretudo com o lado cultural de sua Arquidiocese, tendo criado o maior museu de imaginária do país e o Museu de Música. No fim de seu arcebispado, construiu um luxuoso palácio para residência episcopal.

D. Luciano afirmou que o palácio — construído ao lado do jardim no centro de Mariana, onde foi realizado o encontro — foi erguido por D. Oscar para que o pastor pudesse ficar ao lado das crianças pobres que brincam na praça. "Agora, vou completar a obra dele e trazer as crianças de outras cidades para dentro desse palácio, para que elas usufruam também disso tudo. Estamos preocupados com elas mais do que com nossas igrejas barrocas", concluiu D. Luciano.

Além do próprio prefeito de Mariana, compareceram ao encontro prefeitos de cidades históricas como Diamantina, Sabará e Serro. O ex-prefeito de Conginhas, Gualter Monteiro — que em seu mandato teve desentendimentos com Dom Oscar, quando este levou para Mariana peças do acervo da basílica do Bom Jesus para uma exposição — não pôde fazer a palestra programada, porque membros de sua família sofreram acidente.

Corb

Meneguelli diz que as greves evitam o caos

BRASILIA — O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que a única forma de pressionar o governo para obter uma política salarial compatível com os interesses dos trabalhadores é continuar com os movimentos grevistas. Meneguelli critica as afirmações do presidente Sarney, de que as greves estão perturbando a ordem: "As greves estão impedindo o caos no país, na medida em que são o instrumento capaz de reaver um pouco o poder de compra e evitar o caos salarial."

A Executiva Nacional da CUT, com 15 representantes de sete estados, está reunida em Brasília para avaliar o momento nacional e armar uma estratégia para combater a Medida Provisória nº 50. Meneguelli acha difícil pressionar o Congresso Nacional para obter uma lei salarial e outra de greve compatível com os interesses da CUT, que não quer emendar a Medida Provisória 50, mas simplesmente revogá-la. Tampouco aceitam o substitutivo dos partidos de esquerda: "Não deveremos aceitar uma lei com tantos detalhes. O direito de greve está garantido pela Constituição, é preciso apenas regulamentá-lo", diz Meneguelli.

JB 10/5/89 -

FD

01.01

8905939

007

Com a palavra a geração nova

D. Lucas Moreira Neves

Eu fazia parte, com muito prazer, do grupo de vinte e poucos bispos que, logo após a assembleia-geral da CNBB, em Itaipu, foi procurado por um punhado de jovens, portadores de uma importante embaixada. Vinham, aqueles rapazes e moços, em nome de numerosos companheiros pertencentes, segundo informavam, a um movimento internacional cujos generosos e fascinantes objetivos transparecem no próprio nome: Movimento Juvenil pela Unidade.

Ora, aqueles jovens se revelaram, de saída, rijamente convencidos de que o mundo unido que almejam e pelo qual estão pelejando, não se constrói sem os meios de comunicação social — e, menos ainda, em contrastes com eles. Sem a mínima dívida com relação ao valor e ao poder da comunicação e dos seus meios e canais, bem conscientes de que os *mass-media* constituem uma peça importante da "modernidade" sobre a qual incidem decisivamente para o melhor e para o pior, o Movimento Juvenil pela Unidade e os que nele se reconhecem sentem o impulso e o dever de interpelar os responsáveis para que esses *mass-media* se convertam em fator positivo, e não empecilho, para o mundo unido.

Assinamos, convictos, e bem impressionados, o manifesto do grupo "aos responsáveis pelas emissoras de televisão do mundo inteiro". Nele, depois de se apresentarem como membros do Movimento Juvenil pela Unidade, de proclamarem tranquilamente sua esperança e certeza de que, malgrado tantos sinais negativos, existem outros tantos sinais da nostalgia da unidade; reconhecer sua própria responsabilidade de jovens na construção da sociedade do futuro, os jovens afirmam aceitar a tarefa a eles confiada, e, em contrapartida, dirigem-se aos responsáveis pelas TVs, "veículo poderoso que pode ajudar a acelerar a hora da unidade entre os homens", pedindo-lhes que ajudem a geração nova a realizar seus anseios. Eles o farão na medida em que — dizem os jovens — eles fizerem da TV um instrumento de formação das consciências e mentalidades jovens no sentido da paz e da unidade — e não da violência ou da inércia, da alienação e do descompromisso.

Fiquei sabendo que mais de 250 outras pessoas, jovens na esmagadora maioria, assinaram o documento, que será entregue aos donos de televisão no próximo dia 17. Creio colaborar com os nobres e relevantes objetivos do citado manifesto, emprestando este rodapé à moçada do Movimento Juvenil pela Unidade. Reproduzo, pois, as propostas e aspirações

que, com lucidez talvez superior à sua idade, com candura, mas ao mesmo tempo com vigor, eles apresentam aos grandes da televisão:

■ Que a televisão favoreça a comunhão entre os povos, a compreensão entre as raças, entre grupos de ideologias, religiões e culturas diferentes;

■ Que nos leve a medir as nossas necessidades comparando-as com as necessidades das pessoas e das regiões mais pobres, de modo que nos sensibilize para uma justa distribuição dos bens da terra;

■ Que a televisão nos apresente modelos de relacionamento autêntico entre gerações, entre homem e mulher, na família, na escola, no trabalho;

■ Que coloque em evidência os valores mais elevados, os quais aspiramos, como o amor universal, a paz, os valores do absoluto, da verdade, o valor intocável da vida; e que, por outro lado, elimine a violência, a permissividade e a superficialidade;

■ Que TV nos ajude a crescer livres dos condicionamentos, porque tornando-nos escravos de modas e comportamentos impostos, impedem-nos de desenvolver a nossa verdadeira personalidade;

■ Que nos faça admirar as belezas da terra e de todo o universo e que desperte em nós o respeito pela natureza e pelo ambiente em que vivemos;

Agradecemos aos srs. pelos documentários científicos e culturais e por todos os programas válidos e interessantes: eles nos ajudam a aumentar conhecimentos, aumentar a criatividade e nossas capacidades para sermos úteis aos outros e nos alicerçar para o futuro;

Pedimos que, em seus noticiários, a TV nos dê uma informação o mais objetiva e completa possível, falando não só do negativo mas focalizando o positivo; que tal um telejornal só para adolescentes?

Não vejo o que acrescentar a este acabado reclamo dos jovens. Se tivesse que dizer, por força, uma palavra mais, diria que os donos das TVs e dos *mass-media* em geral fariam bem em atender ao que lhe pedem. Pois nós, os adultos, temos sido cruéis com esses jovens ao negar-lhes a ajuda que imploram; ao fornecer-lhes instrumentos para a própria destruição; e ao acusá-los, depois, de todos os males e desgraças do mundo.

D. Lucas Moreira Neves é Arcebispo de Salvador e Cardeal Prímaz do Brasil.

FSB
(Lgl) JB 10/5/89

PARTES POCO LEGÍVEL

038

f. SS
Jund.

CUT faz contrato coletivo

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está ensaiando o seu primeiro contrato coletivo de trabalho do país — no caso, o de uma autarquia do governo Orestes Quercia em São Paulo. Desde dezembro, a Superin-

Douglas Braga

tendência, médicos e funcionários do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) estão negociando quinzenalmente diversas reivindicações dos trabalhadores propostas por comissão ao hospital para memorizar o atendimento ao usuário.

Em agosto, as partes devem assinar o primeiro acordo coletivo de trabalho realizado no âmbito do funcionalismo público a nível nacional. Ao contrário do que ocorre com as categorias do setor privado, os servidores não interveem por ocasião da data-base de cada ano um conjunto de propostas a ser cumprido pelos empregadores. "Essa proposta de negociação permanente é a forma que encontramos para modernizar e democratizar as relações de trabalho", comenta José Carlos Ramos de Oliveira, superintendente do IAMSPE. Afinal, ele tem bons motivos para festejar, já que removerá uma pedra no caminho da Secretaria Estadual de Saúde: as greves quase semestrais dos funcionários do hospital. Ramos assina durante uma greve, em fevereiro de 83, mas de lá para cá o atendimento não foi mais paralisado.

Segundo Ramos, o Instituto envolve a harmonização de três segmentos: a administração, os prestadores de serviço e o usuário. São seis mil funcionários para atender um conjunto de

500 mil servidores estaduais, além dos seus dependentes, em um complexo de mil leitos. "Sempre tivemos problemas na área de recursos humanos", relata, "mas quando deixamos de lado as formas autoritárias de tratamento, passamos a colher boas sugestões".

Quando as negociações começaram, conta Douglas Braga, assessor da CUT Nacional e colaborador na negociação, havia uma convergência de interesses entre a administração e os servidores do hospital, todos preocupados em melhorar o atendimento ao usuário. Com a diferença de que para os funcionários isso só seria obtido junto com melhores condições de trabalho, incluindo aumentos salariais. Estabeleceu-se uma negociação em cinco itens. O primeiro, onde os funcionários procuravam mudanças como a reclassificação de cargos; os problemas setoriais, como o atendimento de pronto-socorro; a jornada de trabalho, que os funcionários queriam reduzir de 35 para 30 horas semanais, o quadro de carreira e a liberdade sindical.

Desde dezembro já foram assinados diversos protocolos, entre eles, a garantia da licença-maternidade de 120 dias e de paternidade de 5 dias (nedita no funcionalismo público), racionalização das horas extras no plantão Médico, e um novo sistema de atendimento no pronto-socorro. "Trabalhamos nas duas mãos", explica Douglas Braga, referindo-se ao fato de serem negociadas tanto as reivindicações dos trabalhadores como as melhorias preconizadas pela direção do hospital.

"Estamos abrindo caminho para mais tarde chegarmos a um verdadeiro contrato coletivo", analisa Douvner Paiva Ferreira, presidente da Associação dos Funcionários do IAMSPE. "A diferença entre o contrato individual e um coletivo", explica ele, "é que o coletivo você discute e o outro é uma coisa imposta que você é obrigado a aceitar quando entra para uma empresa." (D.N.)

01.01

8906535

078

f. 58.

SINDICATO

O porão sindical

Com sete feridos, descobre-se um ninho de violência no interior das entidades trabalhistas

Ao longo dos últimos doze anos o sindicalista Luiz Antonio de Medeiros, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, construiu uma das mais bem-sucedidas carreiras entre o emaranhado de 7 000 sindicatos em atividade no país. Militante do PCB, na década de 70, que chegou a fazer um estágio em Moscou, em 1987 Medeiros alcançou a presidência do maior sindicato da América Latina — o dos metalúrgicos de São Paulo, dono de um orçamento anual de 12,7 milhões de cruzados novos. Negociador habilidoso e bem preparado, Medeiros chegou a ser um interlocutor frequente do presidente José Sarney e, em agosto do ano passado, teve seu nome lançado para ocupar o Ministério do Trabalho pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso — nos bastidores da campanha presidencial o candidato do PDT, Leonel Brizola, chegou a acenar com a proposta de lançá-lo candidato a vice-presidente. Hoje em dia, no entanto, Medeiros enfrenta o mais deprimente momento de sua carreira.

Na noite de sexta-feira 7, seu sindicato foi promover uma dessas corriqueiras atividades das entidades trabalhistas — um congresso da categoria, formada por 400 000 metalúrgicos. O que ocorreu, no entanto, foi uma cena selvagem. Aquele encontro, que seria, em tese, destinado a discutir proposições para melhorar os vencimentos dos assalariados, transformou-se numa sangrenta batalha política, na qual as várias facções que atuam no sindicato se enfrentaram com violência. No auge da confusão, funcionários do sindicato foram vistos sacando revólveres e dando tiros para o ar. Metalúrgicos interessados em proteger seus salários da inflação e militantes de organizações clandestinas bri-

garam com pedaços de pau e pedras na mão começaram até mesmo tiroladas. No final, o encontro terminou com sete trabalhadores feridos, e o sindicato no qual Medeiros construiu sua carreira transformou-se em assunto das páginas policiais dos jornais.



Waldir Pereira no congresso metalúrgico: revólver calibre 38

"GANGSTERISMO" — "Fracassei", admitiu o próprio Medeiros, aos prantos, ao deixar a entidade. "Somos uns idiotas, nossos adversários marcaram pontos", acrescentou, referindo-se à barulhenta oposição que a CUT promove no interior da entidade. Mais do que uma nova fase na guerra de siglas e lideranças para controlar a milionária máquina sindical brasileira, o que a barbárie do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo trouxe à luz foi um outro fenômeno, mais grave e

mais preocupante. Está em formação, no interior de boa parte das entidades trabalhistas do país, uma máquina de violência que produz diretores e funcionários que andam armados para defender seus pontos de vista, que massacram seus adversários com violência e que são capazes de defender seus postos à frente das organizações trabalhistas com qualquer recurso que tenham ao alcance da mão — um autêntico porão sindical. "O que ocorreu foi um ato de gangsterismo", afirma Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, um dos pulmões da CUT. Em abril de 1989, um bancário do PT foi preso, no Recife, com uma bomba caseira que explodiu em sua mão. Os acontecimentos de São

Paulo mostram, contudo, que também se produz violência com mais tecnologia — no outro campo do movimento sindical.

Em São Paulo, a confusão teve início quando 1 000 metalúrgicos ouviam uma palestra do economista Walter Barelli, presidente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, o Dieese, entidade financiada pelos próprios sindicatos para pesquisar números e dados capazes de alimentar suas negociações com os empresários. Nesse momento, um grupo de militantes da CUT ergueu uma faixa, protestando contra a política salarial do governo. Foi o que bastou para que dois funcionários do sindicato, que são mais conhecidos na entidade por apelidos bastante significativos — "Tarugo" e "Bate-Estaca" —, resolvessem entrar em ação. A faixa foi destruída, e os sindicalistas rivais foram arrancados do plenário com socos e pontapés. Numa operação rápida, auxiliados por outros empregados da entidade, Tarugo e Bate-Estaca investiram sobre outros presentes — até que Luiz Antônio de Medeiros resolveu intervir, interrompendo a palestra de Walter Barelli e tomando posse do microfone. O esforço foi inútil, porém.

"Parem com isso, eu estou mandando", ordenou Medeiros, o presidente da entidade, aos gritos. "Você não manda em nada", reagiu o funcionário Tarugo. A batalha prosseguiu pela rua — onde a

balbúrdia foi ainda maior. Ali, o metalúrgico Sérgio Amarante, 20 anos, eleitor de Medeiros, foi atingido por um tijolo que abriu um corte em sua cabeça. Ele ficou estatelado no chão, mas, mesmo assim, não parou de apanhar — estava sangrando mas continuou recebendo pancadas em várias partes do corpo, com tamanha violência que lhe quebraram a perna direita. "Nunca vi uma coisa dessas", afirma Amarante. O momento mais dramático do confronto, porém, iria ocorrer pouco depois.

Dois auxiliares de Medeiros, Marcos Wanderlei de Lima e Waldir Pereira sacaram seus revólveres e deram três tiros cada um — ninguém foi ferido à bala no conflito, mas uma ameaça ficou no ar. "Farei a mesma coisa se o pessoal da CUT atacar de novo", afirma Marcos Wanderlei. Com seus dois revólveres, ambos calibre 38, Waldir Pereira e Marcos Wanderlei são o retrato de um fenômeno particular. Marcos Wanderlei é um ex-metalúrgico que deixou o macacão para se transformar em funcionário de sindicato graças à ajuda de amigos. Waldir Pereira arrumou esse emprego por um caminho mais fácil — seu irmão, Paulo Pereira, é membro da diretoria da entidade e o contratou. Ambos têm licença para atirar, e até porte de arma conseguido na polícia paulista — mas são burocratas que nunca receberam um único voto metalúrgico para funcionar como leões-de-chácara de assembleias. "A arma se justifica porque nunca se sabe o que irão encontrar pela frente", afirma Paulo Pereira. Pode-se supor que a quantidade de imprevistos seja mesmo grande: apenas no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo circulam trinta pessoas armadas — entre diretores e funcionários.

"ELEITORES FANTASMAS" —

Houve uma época em que esse quadro de violência parecia ter proporções geográficas menores — como ocorre no Estado do Acre, por exemplo, onde foi assassinado o líder dos seringueiros Chico Mendes e onde, até hoje, assembleias e reuniões sindicais costumam ser dissolvidas a tiro. Sempre se soube, também, que numa fase bastante delicada da rotina dos sindicatos — as temporadas eleitorais — abria-se um quadro de conflito capaz de provocar cenas de grande tensão. "Cal-

culo que em 80% das eleições sindicais do país ocorre algum tipo de violência", afirma Joaquim dos Santos Andrade, o "Joquinzão", antecessor de Luiz Antônio de Medeiros no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O que se vê agora, no entanto, é uma situação bem diferente. Ocorrem conflitos na cidade que é considerada a mais moderna do país — e não é época eleitoral, pois, para todos os efeitos, a sucessão de Medeiros será disputada apenas em julho de 1990.

Não se conhece, é verdade, o tamanho do norão sindical no país — mas há sinais bem claros de que é um fenômeno que não pára de crescer. Há dois meses, um congresso da CGT realizado na Praia Grande, a 78 quilômetros de São Paulo, terminou com cinquenta pessoas feridas

mática 7.65. "Vamos partir para a briga com a CUT, inclusive no sentido físico", anunciou Magri, na semana passada.

Em vários pontos do país, de fato, há indícios de que a rivalidade entre as duas siglas que concorrem pelo controle dos sindicatos pode esquentar. Mesmo em entidades de porte modesto, como os comerciários de São Leopoldo, a 34 quilômetros de Porto Alegre, há uma situação incômoda. Ali, a comerciária Eulita Elise Kich resolveu lançar uma chapa de oposição para disputar o comando da entidade e, desde então, tem recebido ameaças de violência. A atuação de Eulita Kich tornou-se um incômodo para seus rivais a partir do momento em que ela passou a denunciar um dos pontos nevrálgicos do sindicalismo de fachada que impera em

boa parte das entidades do país — os eleitores fantasmas.

"Entre os eleitores, havia bancários, eletricitários e até operários da construção civil", afirma Eulita.

Toda vez que ocorre um conflito no interior dos sindicatos, circula a lenda de que esse tipo de dificuldade teria como origem apenas a competição de organizações políticas para controlar as entidades trabalhistas. Essa explicação tem fundamento, mas consiste numa meia verdade. Misturada às disputas político-partidárias, desenvolve-se, também, uma autêntica batalha fisiológica de ex-trabalhadores que procuram defender seus privilégios como burocratas sindicais, pessoas que ficaram livres de bater o cartão de ponto na empresa e não são obrigadas a prestar conta de seus serviços. Máquinas milionárias, sustentadas pelo imposto sindical, os sindicatos proporcionam a seus dirigentes viagens ao exterior com despesas pagas — e seus funcionários costumam ganhar salários que rondam os 1 000

cruzados novos por mês entre os metalúrgicos de São Paulo, enquanto o piso de um trabalhador não alcança os 300 cruzados novos. Existem sindicalistas que atrapalham os assalariados com seu grevismo inútil. Existem outros que impressionam pelo clima de anestesia geral que criaram no interior de suas entidades. Descobriu-se, na semana passada, que, para ficar onde estão, existem sindicalistas que fazem outra coisa — apontam um revólver calibre 38.



O operário Amarante: perna quebrada e tijolada na cabeça

— várias delas voltaram para casa com a camisa banhada de sangue. No congresso, estava em discussão a presidência da entidade — capturada, finalmente, por Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. O próprio Magri compareceu ao encontro em companhia de uma tropa de choque formada por oitenta pessoas. Já eleito, não saiu de casa sem colocar, em sua valise, um equipamento que considera indispensável para suas atividades — uma pistola auto-

078

SS
(M. Anil)

PAIS 2049 - W. 12.10. 1987 - 12.10. 1987 - 12.10. 1987

Cientista lança projeto que acaba crise ecológica

Direito Tributário Ecológico favoreceria o Terceiro Mundo

"Quanto mais desenvolvido for um país, maior sua participação e responsabilidade em nível de degradação ambiental, climática e sanitária". A declaração é do professor da Universidade do Amazonas e conselheiro do Instituto Superior de Estudos da Amazonia (ISEA), Samuel Benchimol. Cientista estudioso de assuntos referentes à Amazônia, Benchimol lançou um projeto de Direito Tributário Internacional Ambiental, com o objetivo de contribuir para a solução do problema criado pela crise ecológica e pelos efeitos globalizantes da atividade predatória e degradação dos recursos naturais e ambientais do planeta. Segundo ele, esse imposto seria um importante instrumento não só para minimizar a gravidade do problema como, também, para com esses recursos ajudar os países do Terceiro Mundo. Ele diz que segundo as normas do Direito Tributário seriam definidos quatro pressupostos básicos da imposição fiscal: fato gerador, base de cálculo, alíquota e sujeito passivo da obrigação. Ele explica que o fato gerador, no caso do efeito estufa, seria a emissão de dióxido de carbono (CO2) para a atmosfera terrestre, a base de cálculo seria a tonelagem desse elemento químico gerado e produzido.

Sujeitos

Os sujeitos passivos dessa imposição fiscal seriam os países poluidores e emissores de CO2, e a alíquota poderia ser fixada em torno de US\$ 100/toneladas/ano da emissão de CO2, responsável pelo efeito estufa. Faltaria apenas definir o sujeito ativo de direito encarregado de impor a tributação, arrecadar o

imposto e fazer a aplicação dos valores recebidos. Samuel acrescenta que ninguém melhor do que a ONU poderia desempenhar esse papel, devendo para tanto realizar uma grande convenção internacional para discutir e homologar essa nova espécie fiscal. Benchimol afirma que prevalecendo esse esquema, bem como a alíquota sugerida, os sete maiores países e continentes responsáveis pelo efeito-estufa, Estados Unidos, União Soviética, Europa Ocidental, China, Europa Oriental, Japão e Austrália - que são responsáveis pela emissão de 4.513 milhões/ton/ano de CO2 e 82,80% da emissão total de carbono, teriam que recolher nos cofres do Tesouro Internacional da ONU o montante de cerca de US\$ 451 bilhões. Segundo este raciocínio, ele diz que a dívida do Terceiro Mundo, na ordem de US\$ 1 trilhão, sofrendo um deságio de 70% no mercado internacional, ficaria reduzida a US\$ 300 bilhões, podendo ser encampada pela ONU com base no seu orçamento ecológico.

Dívida

Samuel prossegue afirmando que assim os países desenvolvidos, poderiam pagar facilmente à ONU os seus empréstimos internacionais, mediante juros mais suaves e prazos mais longos. Ele acredita que a dívida externa brasileira ficaria reduzida a US\$ 35 bilhões, que poderia ser paga à ONU num período de 5 a 10 anos, sem estrangular a economia e o desenvolvimento econômico e ajudar a montar uma política ambiental de alto nível, que considere tanto os interesses subregionais do país quanto os da necessária cooperação internacional e planetária.

098

F 88
(Lgl.)

CNBB pressiona Congresso para aprovar as leis complementares

Documento dos bispos foi entregue aos presidentes da Câmara e do Senado

Um apelo "insistente e fraterno", foi feito ontem pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para pressionar os presidentes do Senado, Nélson Carneiro (PMDB-RJ), e da Câmara, Paes de Andrade (PMDB-CE), a acelerarem a elaboração e aprovação da legislação complementar da Constituição.

O apelo foi feito em documento que o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, leu e entregou aos dois parlamentares, em audiências separadas, na quais se fez acompanhar de três padres secretários da CNBB e dos 11 bispos escolhidos pelo episcopado para acompanhar os trabalhos da Igreja.

A vasta comitiva, segundo explicou Dom Luciano, ressalta a importância que a Igreja confere a essa legislação. O documento foi endossado pelo Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil, tendo assim o apoio também

das Igrejas Cristã Reforma, Episcopal, Luterana e Presbiteriana Unida.

A aprovação da legislação complementar, para Dom Luciano, é indispensável à efetivação da nova ordem democrática, por permitir a realização do "notável" avanço democrático que a Igreja vê na nova Constituição.

Será a maneira mais eficaz, a seu ver, "de dar condições para o processo bem sucedido da eleição do novo presidente da República. Parece que um País caminha na paz quando tem boas leis".

No documento, a CNBB indicou as matérias que, no seu entender, devem merecer prioridade de regulamentação em quase todos os capítulos da Constituição. São mais de 40 itens, que vão desde a garantia de proteção aos locais de culto até o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo, passando pela proteção contra a despedida arbitrária do trabalhador e pela definição da "função social" da propriedade para fins de

reforma agrária.

Essa, segundo Nélson Carneiro, é uma contribuição oportuna porque ele acabou de determinar à assessoria do Senado o aproveitamento do recesso parlamentar de julho e elaborar o máximo possível de leis complementares para serem votadas a partir de agosto.

Inocêncio Oliveira, 1º vice-presidente da Câmara, informou, por sua vez, já terem sido relacionados, na Casa, 46 projetos de regulamentação que devem merecer prioridade no segundo semestre. A CNBB aceitou também convite de Nélson Carneiro para colaborar na elaboração do "plano de emergência" que vem sendo discutido há um mês pelos partidos políticos, sob a sua coordenação. "Sem que, primeiro, se combata a inflação e se recomponham as finanças públicas", advertiu o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso, "as boas intenções, por melhor que sejam, cairão no vazio". (AE)

A 76ª Assembleia Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, acusa o governo brasileiro de transferir tribos indígenas sem consulta a esses povos. Ela não aceitou intervir por clemência a líderes trabalhadores e estudantes chineses e criou uma nova convenção.

Assembleia da OIT critica o Brasil. Em defesa do índio

A 76ª Assembleia-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) terminou ontem em Genebra, com uma declaração que manifesta "preocupação" com a situação das comunidades indígenas do Brasil. O documento acusa o governo brasileiro e também os da Argentina e da Bolívia - de decidir transferir tribos sem consulta prévia a esses povos e de querer eliminar da Convenção Internacional do Trabalho qualquer referência à necessidade de concordância das comunidades indígenas, em caso de mudança de território.

A declaração final da Assembleia-Geral da OIT, que durou duas semanas e contou com a presença de ministros de quase 100 países, expressa também preocupação com a situação da Colômbia, São Domingos, Equador, Romênia, Turquia e República Centro-Africana, que não cumprem convenções de proteção social. O documento lamenta também que Paraguai, Jamaica, Uganda e São Tomé e Príncipe não apresentaram relatórios nos últimos cinco anos sobre as convenções da OIT.

A assembleia geral não aceitou o pedido da Conferência In-

ternacional de Sindicatos Livres (CISL) para debater a situação da China. A entidade desejava que o diretor geral da OIT, Michel Hansenne, interviesse junto às autoridades chinesas para obter a comutação das penas de morte de dirigentes sindicais e estudantes.

Convenções

Os debates trataram fundamentalmente da revisão dos pagamentos do trabalho noturno e a melhoria da segurança das pessoas expostas a substâncias químicas. Essas discussões levaram à adoção de uma nova convenção que aumenta a proteção para 300 milhões de pessoas. Diante do aumento do volume de matérias químicas perigosas empregadas na indústria, a OIT decidiu reforçar as normas de segurança e de controle para limitar os riscos de acidentes. As embalagens desses produtos terão que ser mais claras, com minuciosa descrição da natureza dos riscos, indicação das normas de segurança e conselhos sobre os primeiros socorros, em caso de acidente.

A futura convenção estabelece também que as pessoas expostas ou afetadas por esse tipo

de substância recebam tratamento médico.

Mulheres

As mulheres grávidas serão deslocadas para outras sessões, no caso da substância ser prejudicial a ela ou ao feto. A assembleia constatou que em muitos lugares, comunidades tribais não gozam dos direitos fundamentais no mesmo grau do restante da população. O documento aconselha: - Com a participação dos povos interessados, os Governos devem desenvolver uma ação coordenada e sistemática para proteger os seus direitos e garantir o respeito à sua integridade. Os governos devem também proteger e preservar o meio-ambiente dos territórios que habitam. A OIT assinala ainda que os povos indígenas devem ter o direito de conservar os seus costumes e instituições a partir do momento em que esses costumes e instituições não sejam incompatíveis com os direitos humanos reconhecidos a nível internacional. O documento defende também a preservação do direito de propriedade sobre as terras que ocupam tradicionalmente.

098

F. 58
J. 10/10/78

ZERO HORA — Sexta-feira, 14.04.78 — PÁGINA 1

O superintendente da Polícia federal, Romeu Tuma, depois no Congresso e fez acusações à Igreja, a organismos internacionais e à imprensa, a quem culpa por exageros na apreciação da situação agrária existente no País

Igreja ajuda a invadir terras, diz Romeu Tuma

A Igreja colabora com as invasões de terra, as organizações internacionais exageram a dimensão dos fatos e a imprensa, muitas vezes, distorce as informações sobre conflitos agrários no Brasil. Foi este o teor do depoimento do diretor do departamento da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, ao depor ontem perante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado, que apura as causas dos conflitos pela posse da terra no País.

Diante dos senadores que compõem a CPI, o delegado Romeu Tuma afirmou que a região conhecida como Rico do Papagaio, sul do Pará e norte do Tocantins, ainda é a área de maior incidência de conflitos, porque foi muito "politicizada pelo PC do B na década de 70, ficando conhecida como Guerrilha de Araguaia". De acordo com levantamento preparado pela Polícia Federal, e apresentado por Tuma, os conflitos se dão, principalmente, porque a CPT (Comissão Pastoral da Terra), organismo ligado à Igreja, é bem organizada na região e, também, devido à influência da CUT (Central Única dos Trabalhadores).



Tema: condições psicológicas

A região Sul do País, de acordo com Tuma, é a região onde ocorre o maior número de conflitos. Atualmente, é formada pelos municípios catarinenses de Chapecó, Faxinal do Soturno e Abelardo Luz, "ligadas à diocese do bispo Dom José Gomes", que está jurado de morte. Esta semana aconteceu mais um conflito na área, com a ocupação da Fazenda Cabrito, de 7.500 hectares, no município

de Palmar Sula, e que está sendo acompanhada por agentes da Polícia Federal, com a recomendação de não intervir.

Mortes

Apesar de não mencionar o número de mortos em conflitos agrários, Tuma afirmou que os números divulgados pela Anistia Internacional e demais entidades que atuam no estrangeiro "são exagerados e distorcem a imagem do Brasil, além de não estarem baseados em informações oficiais". Disse também que a forma utilizada pela imprensa para divulgar o noticiário sobre conflitos agrários "dá a entender que o Governo e a Justiça pactuam com criminosos". Perguntado pelo senador Laércio Chaves, sobre a situação agrária no Acre, disse não ter condições psicológicas de informar melhor, mas reconheceu a existência de grupos paramilitares na região, sob a fachada de agências de vigilância, e de pistolagem profissional. (A3B)

830

Tensão cresce no Acre, diz seringueiro

O coordenador do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, Gilson Pescador, líder dos seringueiros de Xapuri, no Estado do Acre, após o assassinato de Chico Mendes, informou ontem, em Belo Horizonte, que a tensão voltou a ser "muito grande" naquela região e que os conflitos entre fazendeiros com seus pistoleiros versus os seringueiros vão continuar. A partir desta semana, explicou ele, começa o inverno amazônico (período em que não chove) — época em que se fazem os desmatamentos que os seringueiros não estão dispostos a permitir. "Mesmo com toda a repercussão da morte de Chico, a situação está muito ruim. Os pistoleiros já voltaram a circular em Xapuri. Eu já escapei de três emboscadas. E creio que meus dias estão também contados", disse Gilson Pescador, lembrando que a polícia acreana até hoje não apurou os mandantes do assassinato de Chico Mendes.

Gilson Pescador, que anda sempre cercado por seus companheiros, já que não confia na segurança oficial, afirmou ontem que o Sindicato dos Seringueiros de Xapuri, que tem três mil filiados, tentará principalmente o embargo judicial. Mas, se não conse-

guir, mandará quantos homens forem necessários para "empatar" (bloquear, com seus próprios corpos) os desmatamentos.

O coordenador do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, que foi a Belo Horizonte para participar do seminário sobre extrativismo na Amazônia, cobrou uma posição oficial mais enérgica por parte do Governo do Acre e do Governo Federal, no sentido de proteger a floresta amazônica e os seringueiros. Quer também que sejam indicados pela polícia o ex-prefeito de Xapuri, Adalberto Aragão (PMDB) e o dono do jornal "O Rio Branco", João Branco, dirigente local da UDR (União Democrática Ruralista), suspeitos de serem os mandantes do assassinato de Chico Mendes.

Segundo Gilson Pescador, falta ao Governo "vontade política" para evitar os conflitos na Amazônia. O ponto principal, para ele, é a implantação das reservas extrativistas, que garantiriam a preservação da floresta e o trabalho dos seringueiros. Mas lembrou que as cinco reservas demarcadas, até agora, no Acre garantem as colocações de apenas 400 famílias. (AG)



Gilson Pescador: "meus dias estão contados"

13-5 89 Zelandia

01.01

8906834

028

F. S. S.
(Médio Sul)

GERAL

Os gatinhos participam da defesa da Amazônia

Seringueiro alerta para quebra da harmonia do clima

Por JUAREZ TOSI
Mídia Local/ZH

A harmonia do clima amazônico está ameaçada. Quem mora, trabalha e vive dentro da floresta sente que a cada dia a natureza está pior. Antigamente o clima era perfeito, hoje as chuvas não são mais regulares e a terra seca cada vez mais. Essa mudança foi feita pelos produtores de látex da região das Seringueiras, Jilho Barbosa de Aguiar, 34 anos, o fundador da Associação dos Seringueiros de Porto Alegre, que luta pela defesa da floresta amazônica, que está sendo destruída por várias atividades econômicas.

Os estudos sobre as mudanças por todo o Brasil, principalmente após o fim do Mito da Amazônia e o surgimento da Amazônia, em dezembro passado. O objetivo é divulgar a luta dos seringueiros, alertar a população e denunciar sempre que acontecerem mudanças de marcos. Vários estudos apontam para a "luta negra da Amazônia", segundo Jilho Barbosa de Aguiar. Além de sua luta, ele cita os de Osmarino Antônio Rodrigues, Genivaldo Cláudio Garcia Rodrigues, Raimundo Barros, Antônio Macedo, Chico Gama e Gilson Paschoal, apenas no Acre.

O principal inimigo dos seringueiros e mesmo dos trabalhadores rurais de toda a País, segundo ele, é a UBR. "O grande problema da UBR", afirma, "é levar as coisas com o sangue dos trabalhadores". A ideia, no seu entender, é que todos os explorados apóiem um candidato da esquerda para a presidência da República. Jilho Barbosa de Aguiar afirma que o candidato ideal no seu entender é Luís Inácio Lula da Silva.

Alerta para a Amazônia

O povo brasileiro deve se organizar com tudo para salvar a Amazônia, acredita o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros. A Amazônia, acrescenta ele, está mudando muito. "Temos medo que daqui um tempo das águas da região não comecem a desaparecer na entrada



Aqui é o fundador da Chico Mendes

de verão. Muitas vezes que não chove, a seca está surgindo, o que provoca um clima muito grande. Quem mora na Amazônia sente a diferença das chuvas de verão, que são mais abundantes e a diferença entre o inverno e o verão está nas chuvas. Já que a seca é relativamente estável, porém, a mudança da distribuição das chuvas é um problema muito grave.

Jilho Barbosa de Aguiar afirma que os seringueiros são simples, que não querem "lutar com os donos da floresta". É um simples trabalhador que luta pela defesa da floresta e da natureza, que sempre quer viver melhor. "A terra é nossa e não a dos donos", diz o seringueiro. "Aqui a terra é nossa para produzir e não para a gado. O capim plantado lá das áreas está morrendo. E os técnicos dizem que não pode plantar no Acre porque não vai dar mais de 15 anos. Por isso, eles estão destruindo a floresta e matando a terra. E não temos que salvar esse ecossistema", afirma.

O vereador e ecologista Cláudio Roberto aproveitou a oportunidade para divulgar a moção aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Porto Alegre, que após o lançamento do nome de Chico Mendes para prêmio Nobel da Paz de 1990, feito pela Liga pelo Meio Ambiente da Itália. Na moção, o vereador afirma que Chico Mendes é hoje um símbolo brasileiro e mundial na luta pela preservação do meio ambiente e, em particular, da Floresta Amazônica. A moção também foi enviada por 13 entidades ecológicas do Estado em reunião realizada em Curitiba do Sul.

01-01

8906835

098

F. 35
(Lel.)

Cardeal desmente que Frei Boff será punido novamente

O cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, desmentiu ontem que o teólogo brasileiro Leonardo Boff será novamente punido. Notícias procedentes do Brasil indicaram que o Vaticano poderia proibir o frade franciscano de lecionar Teologia, como faz atualmente em Petrópolis. Em uma entrevista à imprensa, Ratzinger criticou o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldàliga, que visitou a Nicarágua sem prévia autorização das autoridades eclesásticas. Porém, fez uma ressalva: "Trata-se de uma grande voz da fé, apesar de discordarmos de sua postura", afirmou Ratzinger, que faz palestras em um curso anual de Teologia, organizado todo o Verão na cidade de El Escorial, perto de Madrid. O prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé foi muito provocado na entrevista coletiva. Um jornalista perguntou se ele estava seguro de que Leonardo Boff não seria canonizado algum dia. Outro quis saber sobre a atitude de Jesus Cristo diante de Frei Boff, que foi punido em 1985 com 11 meses de "silêncio obsequioso". Ratzinger reconheceu que efetivamente algumas grandes figuras da história da Igreja, entre elas São João da Cruz e Santa Teresa de Ávila, que tiveram problemas com a Inquisição, terminaram canonizadas.

8-7-89 Zeco 4019

Colonos gaúchos podem ir para o Mato Grosso

O governo federal lavou as mãos na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), e reacendeu os conflitos agrários em todo o País. Para evitar o confronto entre fazendeiros e sem-terras, o governo do Estado começa a fazer uma reforma agrária à sua maneira, que é limitada pelo recurso. Uma saída para contornar a situação poderá ser a colonização de terras do Mato Grosso. Não é a melhor, porque irá trazer prejuízos econômicos para o Estado, mas é a única dentro do atual contexto político.

A inviabilização da feitura de uma reforma agrária trazida pela Constituição federal vai forçar o governo do Estado a financiar reassentamentos de semi-terras em outras unidades da União. A primeira oferta já foi feita: o governo do Mato Grosso está oferecendo 2 milhões de hectares no cerrado para assentamento de colonos. A saída desses camponeses do território gaúcho representará um enorme prejuízo à economia gaúcha, que estará financiando a exportação de mão-de-obra altamente qualificada, enquanto possui uma enorme área agrícola mal aproveitada, protegida pela Constituição da desapropriação para fins de reforma agrária.

Foi graças à "exportação de colonos" no passado que Santa Catarina e o Paraná tornaram-se grandes produtores agrícolas, colocando em risco a posição gaúcha neste setor. "Corremos o risco agora de nos tornarmos um estado de velhos, porque os jovens irão à procura de terras em outros lugares, uma vez inviabilizando o seu assentamento aqui", analisa o secretário da Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini, que participou em Brasília da criação do Fórum Nacional da Reforma Agrária. Esta entidade é formada por todos os secretários de agricultura do País, e tem como objetivo esclarecer e pressionar o governo federal para que apresse o passo na implantação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que repousa no fundo das gavetas do Ministério da Agricultura.



As invasões ocorrem devido à demora do governo federal em implementar o PNRA

O objetivo do PNRA era desmanchar a estrutura fundiária brasileira que é injusta, e traz prejuízos enormes para a economia do País, onde o grosso da produção de alimentos vem dos minifúndios. O PNRA não conseguiu mexer na estrutura fundiária, por falta de vontade política das autoridades, comentou Palombini.

Lucros & perdas

É esta falta de vontade política das autoridades de fazer uma reforma agrária que vem engordando a concentração de fundiária no País. Palombini diz que em 1980 as glebas com até 100 hectares somavam 90% dos imóveis rurais, ocupavam 21% da área total do País, enquanto as propriedades acima de 10 mil hectares representavam 0,05% dos imóveis e ocupavam 10% da área. Um quarto de século depois, as glebas com mais de 10 mil hectares somam 0,1% dos imóveis e ocupam 24% da área. Considerando que, explica Palombini, o índice de exploração agrícola nas propriedades com até 100 hectares é de 57,2% e existe uma pessoa trabalhando para cada oito hectares, e que nas glebas com mais de 10 mil hectares, o índice de aproveitamento agrícola é de 21,9%, e há uma trabalhador por cada 300 hectares, é fácil concluir que o País perdeu dinheiro com esta concentração de terras.

Além de perder dinheiro, o País

também assistiu ao crescimento da violência no campo. Palombini cita que em 1985 aconteceram 204 mortes violentas em consequência de conflitos agrários no Brasil. A violência no campo diminuiu em 1986, ocorreram 242 mortes. Palombini critica esta diminuição à aceleração do passo da implantação do PNRA naquele ano. Lembra que na época o governo tinha uma meta de desapropriar 25,1 milhões de hectares para assentamento de 1,4 milhão de camponeses.

A meta governamental não foi cumprida: foram desapropriados 25,1 milhões de hectares, que permitiram reassentar 21 mil famílias. Além disso, a União primeiro extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), depois o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MDRA), passando com isso a competência para o Ministério da Agricultura. Posteriormente, o Congresso Nacional ressuscitou o Incra. Mas a União não conseguiu superar o corte e o orçamento do Incra de R\$ 700 milhões para R\$ 400 milhões, deste total apenas R\$ 28 milhões para desapropriações. "Volume de dinheiro insuficiente para dar andamento a qualquer projeto", comentou Palombini. O resultado deste quadro: frustradas as esperanças dos camponeses no PNRA, há um recrudescimento da violência no campo em todo o País nos últimos dois anos.

Estado adquiriu 7 mil hectares em dois meses

A implementação do governo federal na implantação da FIERA em 1966 incentivou a que se desenvolvessem fazendas de terras por companhias em terras os direitos do País. No território gaúcho, aconteceram duas grandes operações, envolvendo mais de 2 mil pessoas. No Rio Grande, os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da União Democrática Ruralista (UDR) organizaram-se para um grande encontro.

Essas circunstâncias levaram o governo do Estado a entrar na questão agrícola, nomeando Manoel Palombini, secretário de Agricultura e Abastecimento. O Estado, através da Fundação — órgão que cuida das áreas fundiárias governamentais — começou a adquirir terras para reassentir em 1.500 famílias de camponeses acampados na Fazenda Assaí — São Paulo — e Rio de Janeiro — São Paulo. Nos últimos dois meses, o governo do Estado comprou e já possui 6.500 hectares, pelo preço de R\$ 25 milhões e 500 mil. E tem mais 2.500 hectares sendo documentados. Palombini acredita que uma parte de 5 mil hectares conseguirá assentar todas as famílias de São Paulo e Assaí.

O problema agrícola gaúcho não se restringe a estas 1.500 famílias, camponeses e assentados. Lembra que os camponeses acampados mais de 10 mil famílias esperando pela reforma agrícola. E que como a Constituição Federal estabelece prioritariamente a desapropriação de terras para fins de reforma agrícola, todos sabem que a saída para resolver o problema é a desapropriação de terras, que é limitada por dois fatores: a escassez de recursos no Estado e a presença que fazem, como a UDR, fazer nas propriedades para que não vendam suas glebas. Este problema Palombini levou para o Fórum Nacional de Reforma Agrária, e fez parte de um documento entregue ao ministro da Agricultura, Ivo Rocco, que se reuniu com os secretários de agricultura de todo o País, que compõem o Fórum. Mas apesar da falta de recursos para fazer a FIERA para dentro e reassentar a questão agrícola, que haja uma análise da responsabilidade das entidades.

Política e economia

A reunião do governo federal para não fazer a FIERA não tem nenhuma importância para os camponeses, afirma Palombini. Ele cita um líder do "O popular", de Colônia, dizendo que estaria sendo indicado para superintendente de Roraima Adilson Pereira, empresário de setor imobiliário e ex-presidente da Federação de Futebol do Brasil. "Não indagamos o Ivo Rocco a respeito desta indicação. Não se sabe, porém, a questão no ar". O secretário diz que no momento que houve o Fórum e secretário da Agricultura de Minas Gerais, José Mendonça de Moura, fez um discurso que ficou com as ideias da UDR, e foi aplaudido por vários funcionários da cidade de Inera.

Devido à essa realidade, os governos dos estados têm muito pouco a esperar de parte das autoridades federais, afirma Palombini. A FIERA, ao menos deveria continuar sendo mantida pelo Estado, até o final deste ano. E, passando isso, Palombini afirma que devido às limitações que o governo do Estado tem em adquirir terras aqui, é preciso olhar a possibilidade de reassentar gente em outras unidades de desapropriação. O governo do Mato Grosso adquiriu 2 milhões de hectares de terra. Segundo Palombini, no próximo mês, deverá ir uma comissão do Fatorra lá ver esta gleba de terra. "Não tem que ter uma visão de terra para manter a terra de terra de terra, e depois levar os gaúchos para lá". Esta opinião é uma forma de dizer pontos, afirma Palombini, dizendo que de um lado está a presença das camponeses, mas, de outro lado, está todo para outro estado uma agricultura altamente capitalizada. Palombini lembra que as companhias de São Paulo e de Assaí que estão sendo reassentadas, mesmo sem condições econômicas, já estão produzindo e exportando. "Imagino que eles terão se tiveram condições".

Inera desapropria Fazenda da Barra, em Santo Ângelo

Cento e vinte famílias gaúchas sem terras estão reassentadas nas 2.500 hectares da Fazenda da Barra, em Santo Ângelo. A Diretoria de Recursos Fundiários do Inera acaba de fechar acordo de desapropriação amigável com o proprietário da fazenda da Barra. O projeto de reassentamento deve ser definido num prazo de 30 dias.

O governo vai pagar R\$ 2,5 milhões pela Fazenda. Parte dessa dívida (R\$ 102,5 mil) será paga à vista e em espécie. O proprietário também receberá um total de 20.736 títulos da Dívida Agrária (TDAs), para resgate em até 10 anos, através da seguinte fórmula: 25% no primeiro ano, 25% no terceiro, 15% no quarto, 5% no quinto e 4% entre o sexto e o décimo ano. (Brasília/EMI)

Diez mil indios del Amazonas son víctimas de un genocidio silencioso

Brasilia
por Michel Galán

028

Ellevadidos por los buscadores de oro, envenenados por el alcohol que les regalan y el mercurio que contaminan sus ríos, olvidados por las autoridades, unos 10.000 indios Yanomami del estado amazónico de Roraima -en el norte de Brasil- son víctimas de un genocidio silencioso, denunció hoy en Brasilia el senador Severo Gomes.

"Nuestra acción, a veces, parece ser sólo el epitafio de una civilización que muere debido a un combate desigual", precisó el parlamentario, portavoz de la organización Acción por la Ciudadanía, dedicada a la defensa del indio.

"Los 'Garinheiros' (buscadores independientes de oro) eran apenas 2.000 en 1987, mientras que actualmente son entre 30.000 y 120.000 en la región, según las estimaciones", agregó.

Ess "terrible" comprobación fue realizada durante un viaje de estudios a la región, realizado a mediados de junio por una misión de parlamentarios, periodistas, abogados, antropólogos y sindicalistas brasileños.

El informe presentado hoy a la prensa traduce claramente -a pesar de su seco estilo administrativo- los sobresaltos de una civilización amazónica que muere como consecuencia de la demanda del oro que se apoderó del estado de Roraima.

El documento critica a los policías que aprovechan sus días de licencia para dedicarse a la búsqueda de oro en los riachuelos y que, cuando están de servicio, defienden sus intereses privados.

También denuncia el empleo de mercurio, necesario para separar el oro, pero que mata a los peces, así como la existencia de 80 pistas clandestinas de atezaje, donde el ruido de los aviones atezaja a la fauna, de esa manera, el indio -pescador y cazador- se ve obligado a recurrir a la mendicidad para sobrevivir.

"Todo parece suceder a un plan pre establecido, a un proyecto oculto para castigar los indios a los buscadores de oro. Se violan la integridad de la ley y la constitución, según uno de los puntos de la constitución de la región en zona

de frontera de desierto para la explotación agrícola, donde el indio es considerado como un obstáculo", explicó el senador Severo Gomes, vocero del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), mayoritario en el Parlamento.

Otro miembro de la comisión, el diputado Paulo Arruda Sampeio, del Partido de los Trabajadores (PT), de tendencia izquierda, afirmó: "incluso el gobernador de Roraima, Raimundo Juca, reconoció que era imposible contener a los 'garinheiros', demasiado numerosos".

Juca, nombrado por el presidente de la República y ex titular de La Funai (Fundación Nacional del Indio), estimó que el número de buscadores de oro aumentaba a medida que se desarrollaba la teoría de explotación del Amazonas, declararon los miembros de la comisión.

En una zona donde es imposible desarrollar actividades agrícolas sin apoyo aéreo, sería posible establecer una vigilancia a partir de los cuatro aeropuertos oficiales para paralizar las 80 pistas clandestinas.

El informe también denunció la indefensión de los indios silvícolas frente a los "garinheiros" armados, que solucionan sus divergencias a tiros, proyectan películas perseguidoras y difunden enfermedades parasitarias y venéreas entre los aborígenes inarmados y indefensos.

Igualmente reveló la subsistencia de la ideología de "bupreio" (cazador de indios) que subsiste en las instituciones brasileñas.

Como ejemplo, menciona las declaraciones del ministro del Ejército, Leonidas Pires Gonçalves, quien el mismo día del centenario del nacimiento de Adolfo Hitler no vaciló en afirmar que "la civilización indígena es despreciable".

Acción por la Ciudadanía pretende conseguir a salvar la civilización Yanomami. El colegio de abogados iniciará un proceso por no respeto de los artículos constitucionales sobre la protección de los indios. El informe de la comisión, por otra parte, será publicado y divulgado por la Iglesia católica, se movilizará a las universidades y se creará una red de apoyo de las mismas encabezadas por el centro popular Jóvenes Nacimientos.

"Sin embargo, tal vez será demasiado tarde", concluyó el senador Gomes.

F. S.S.
(Unión)

LA REPUBLICA

30/6/89

01.01

8906878

098

domingo, 25/6/89 □ 1º caderno □ 19

Melo Ambiente

BID e Brasil acertam plano de ocupação da Amazônia

Ricardo Arns

O acordo feito. O governo brasileiro, com a ajuda do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vai tentar dar a ocupação nacional de 252 mil km² de territórios em Rondônia, Acre e Amazonas — uma área do tamanho da Alemanha Ocidental. É a segunda iniciativa de planejamento nacional do desenvolvimento da Amazônia na história brasileira. Não é pouco. Ainda mais considerando-se que a primeira foi Polonoroeste, em Rondônia, em 1967 — não deu certo.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, e o gerente de Ope-

rações do BID, em 1988, a América do Sul, o chileno Carlos Ferdinand, resolveram, há dois anos de desenvolvimento na última terra-feira, em Brasília. O BID voltará a liberar recursos para a pavimentação da estrada BR-364, de Porto Velho a Rio Branco, garantindo-se, nos próximos 18 meses, a implementação das ações básicas do Pnaci — o Programa de Proteção ao Meio Ambiente e a Coexistência com as Populações Indígenas. Espera-se, ainda, que o Acre possa fazer um trabalho de terra, expulsão de populações nativas e desmatamento galopante registrado em Rondônia com a pavimentação da BR-364, de Cuiabá a Porto Velho.

O Pnaci foi definido como cláusula

contratual do financiamento da pavimentação da estrada em 1985. A obra foi orçada em US\$ 146 milhões, 60% do Brasil e 40% do BID, dos quais US\$ 10 milhões para o Pnaci. O atraso na implementação do programa e o avanço na pavimentação da estrada levou os seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, a suspender a obra. Em janeiro de 1988, o lobby do governo brasileiro, em conjunto com a Comissão de Apropriações do Senado (que controla 34,3% dos fundos do BID), forçou o banco a suspender o financiamento.

Com o acordo da última terça-feira, os US\$ 44 milhões retidos voltarão a ser desembolsados em parcelas, garan-

tando-se, ao mesmo tempo, o Pnaci. Da primeira parcela de US\$ 21 milhões, citada por cento (US\$ 16,8 milhões) deverão ser liberados na próxima semana. Os 20% retidos serão desembolsados à medida em que as ações do Pnaci forem implementadas. Todos os desembolsos futuros serão liberados sempre com 20% de retenção. O banco vai enviar um parecer exclusivo para acompanhar o andamento do programa.

O Pnaci ficou congelado dois anos. O governo, através da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), insistiu na implementação das contravindicações indígenas, criadas pela Funai através do Decreto-Lei 94.946,

que, na prática, reduzem territórios indígenas tradicionais. O lobby ambientalista induziu o banco a rejeitar o programa. Entretanto, durante a 2ª Reunião Consultiva sobre Meio Ambiente do BID, em Washington, no dia 25 de maio, ficou claro que o governo brasileiro não nega a existência do Pnaci. Para evitar o afastamento do BID — que além de comprometer o futuro do Pnaci, priva índios a seringueiros de um canal de participação na sua implementação — houve um recuo estratégico: o lobby ambientalista resolveu aceitar o plano, sem abrir mão das críticas contra as Colônias Indígenas.

O Pnaci é um programa de defesa ambiental amplo. Não é perfeito, mas

é o melhor que a incipiente discussão democrática na Amazônia conseguiu produzir. Efetivamente, dos 3 mil e 300 índios na área do programa, apenas um terço terão suas terras classificadas como Colônias Indígenas. O Pnaci prevê a criação de dez Reservas Indígenas, beneficiando 3.524 índios de seringueiros, uma Estação Ecológica e onze Florestas Nacionais. Pretende preservar 33% da sua área. Promoverá o ordenamento territorial e o desenvolvimento ecológico da região, determinando as vocações econômicas mais adequadas. Sobretudo, abrirá a fiscalização ambiental sobre madeiras, grãos e fazendas.

F. SS
(M. F. S.)

01.01

8906882

098

TERÇA-FEIRA - 14 de maio de 1964 - PÁGINA 14

A CNBB quer auditoria da dívida externa, salário mínimo justo, definição de propriedade produtiva e garantia de emprego. "Falta de lei gera ambiente conflitivo com consequências penosas à vida dos cidadãos", diz. E ontem, mais um trabalhador rural foi morto.

Reforma agrária e salário levam Igreja ao Congresso



A definição do que é propriedade produtiva no projeto de reforma agrária, a formação de uma comissão de auditoria da dívida externa, garantia de emprego e um salário mínimo "que atenda as reivindicações das famílias" são algumas das prioridades da Igreja católica que integram uma lista a ser apresentada ao Congresso Nacional pelo presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida. A Igreja quer a aprovação imediata das leis complementares e ordinárias relativas a esses temas e a vários outros considerados "urgentes e indispensáveis", para que elas tornem concretos os direitos e disposições básicas da nova Constituição.

Dom Luciano irá ao Congresso Nacional na quarta-feira entregar

pessoalmente aos presidentes da Câmara, Páas de Andrade, e do Senado, Nelson Carneiro, a lista de reivindicações prioritárias da Igreja. Ele irá acompanhado do vice-presidente da CNBB, Dom Paulo André de Pontes, bispo de São Luís (MA), e do secretário-geral da entidade, Dom Antônio Celso Queiroz, de São Paulo, além dos oito bispos que integram a Comissão Episcopal de Pastoral (CEB).

Para a CNBB, o retardamento de medidas legislativas "indispensáveis à implementação desses direitos" vem gerando "um ambiente conflitivo e inseguro, com consequências penosas sobre a vida dos cidadãos e para a ordem social", conforme nota divulgada pela entidade. (AG)

F. SS
(Tgl)

01 - 01

890689

098

Montevideo, jueves 20 de abril de 1989

EJA

Ola de huelgas azota a Brasil en demanda de aumentos en los salarios

RIO DE JANEIRO. (DPA y Reuter). — Más de 600.000 metalúrgicos y unos 200.000 maestros de escuelas públicas paralizaron ayer sus actividades en San Pablo, en demanda de aumentos salariales. Para hoy, es esperada la paralización de unos 800.000 bancarios en todo el país.

La huelga de metalúrgicos, en demanda de un aumento salarial del 84,18 por ciento, por concepto de reposición de las pérdidas de poder adquisitivo sufridas a lo largo de los últimos 12 meses, es más intensa en la región industrial del ABC, en donde se concentra la mayoría de las principales fábricas de vehículos del país, como la autolatina (Ford y Volkswagen) y la Mercedes Benz.

Los metalúrgicos rechazaron ayer la propuesta de reajuste del 29 por ciento hecha por el tribunal regional del trabajo. La categoría había rechazado anteriormente la oferta de los empresarios de un aumento del 15,18 por ciento.

El paro de los maestros de las escuelas públicas de San Pablo —quienes demandan un aumento del salario mínimo de la categoría de 130 a 455 dólares por 20 horas de clase por semana—, deja sin clases a alrededor de 5,5 millones de niños en el más rico estado federado brasileño.

Mecanismo de reajuste

El gobierno estableció ayer un mecanismo trimestral de reajustes de precios y salarios en el inicio de un proceso de gradual retorno a la economía de libre mercado, anunció el ministro de Hacienda, Malson Da Nóbrega.

Pero el ministro sostuvo que el congelamiento en ambos sectores decretado hace 90 días como parte de un denominado Plan de Verano, subsistirá "mientras sea necesario".

Las correcciones, que incluyeron la creación de un nuevo título público de actualización monetaria proporcional a la infla-



Malson Da Nóbrega.

ción oficial para el área financiera, forma parte de una "medida provisoria" enviada al Congreso Nacional.

El Poder Legislativo dispone de un plazo constitucional de 30 días para aprobar o rechazar las medidas que, según Nóbrega, conforman la segunda fase del Plan de Verano, aplicado el 15 de enero para combatir la amenaza de una hiperinflación en el país.

El ministro anunció simultáneamente la concesión de un bono salarial del 15,88 por ciento para todos los trabajadores del país en compensación por el negativo impacto del plan de enero.

El aumento concedido, sin embargo, fue notablemente inferior al 49 por ciento que exigen las principales centrales sindicales del país bajo amenaza de una nueva huelga para mayo.

F. S. (Hue ligas)

01.01

8906902

880

CUT articula greve geral e recomenda estado de alerta

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) está orientando suas regionais a permanecerem em estado de alerta em relação ao "plano de verão" que o governo deverá anunciar nos próximos dias, segundo informou o secretário geral da central, Gilmar Carneiro dos Santos, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Por sua vez, o presidente nacional da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, reafirmou a disposição manifestada ontem pelo presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luís Antônio de Medeiros, de greve geral caso a URP venha a ser extinta pelo governo.

A supressão da URP é inaceitável e as propostas ventiladas até agora são de arrocho e a resposta para isso é a greve, pois até agora o governo não deu mostras de que esteja disposto a reduzir gastos da máquina pública, nem mexer nos bancos e no overnight - enfatizou Joaquim.

O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Rogério Magri, um dos expoentes do sindicalismo de resultados também reafirma o sentimento generalizado dos trabalhadores de que a prefixação dos salários de forma como vem sendo aventada pelo governo é inaceitável, pois trará perda substancial aos assalariados. (AG)

240 RA 6/1/89

8906904

Juiz ameaça desligar Angra I

ANGRA DOS REIS, RJ — O juiz Sérgio Jerônimo Abreu da Silveira, da 2ª Vara Cível, anunciou que poderá pedir o desligamento da usina nuclear Angra I se o Tribunal Federal de Recursos não responder a ofício que encaminhou esta semana. No ofício, ele pergunta se ainda vigora determinação do presidente do TFR de suspender a liminar concedida em 1986 pela Justiça de Angra dos Reis impedindo o religamento a usina.

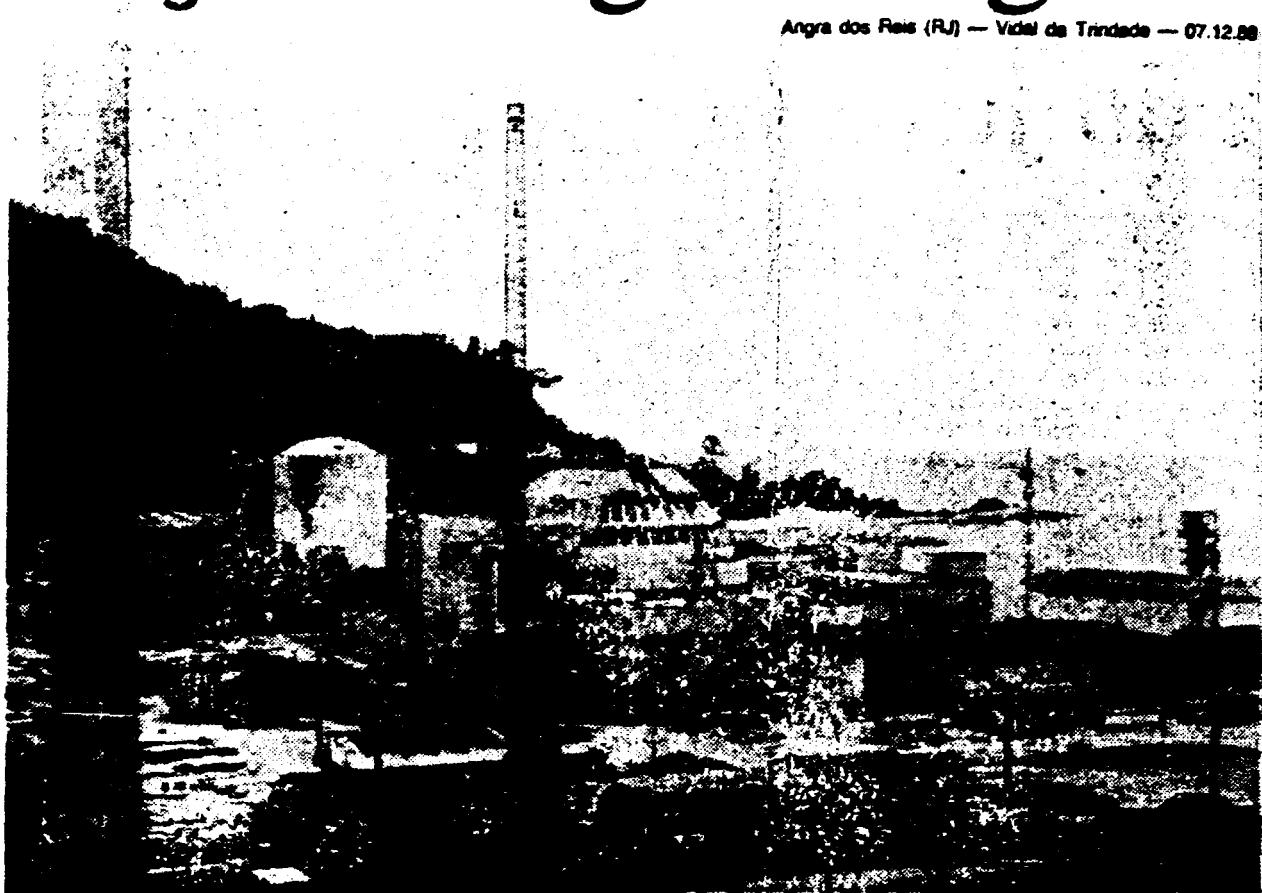
Se o TFR não responder com urgência, o juiz determinará o cumprimento da antiga liminar, desde que a Coordenação de Meio Ambiente da Procuradoria Geral do Estado decida levar adiante a ação civil pública que iniciou todo o processo. "Não vou aguardar indefinidamente pela resposta", disse o juiz em entrevista ontem à tarde. "Angra I deveria estar fechada", afirmou.

O juiz contou que o primeiro ofício ao TFR questionando a suspensão da liminar foi encaminhado em 86, cinco meses depois de o presidente do TFR, na época, ministro Otto Rocha, ter cassado a liminar. Sérgio Abreu da Silveira não conhece o processo em detalhes, porque o então titular da Vara Cível de Angra dos Reis, juiz Nicolau Casiano Neto, foi quem concedeu a liminar proibindo o religamento da usina. A Coordenação de Defesa do Meio Ambiente alega, no processo, falta de condições de Furnas para proteger o meio ambiente e a saúde da população de Angra dos Reis e de outras cidades próximas.

Sérgio Abreu mostrou ontem todo o processo, que já tem 1119 folhas, e explicou por que o TFR cassou a liminar da Justiça de Angra. Em junho de 86, o governo federal pediu ao TFR a suspensão da liminar até que pudesse encaminhar, num prazo máximo de 10 dias, um recurso de agravo. O juiz garantiu que o prazo expirou e o governo federal nunca encaminhou o recurso. O TFR não poderia, no seu entender, ter mantido a suspensão sem esse agravo.

Técnicos da Defesa Civil vão evacuar seis casas da Rua Expedicionário José Cordeiro, em Monsuaba, onde algumas pedras grandes ameaçam rolar. O chefe da Defesa Civil de Angra dos Reis, Hele Serafim, disse que as pedras estão soltas sobre as casas há muitos anos mas que agora as chances de que possam rolar aumentaram com os tremores de terra.

Uma das moradoras que assinaram termos de intimação foi Generosa Jordão, em cuja casa está instalado sismógrafo. Todos os moradores concordaram em deixar as casas e receberam prazo até amanhã, mas o coordenador de Defesa Civil admitiu que não tem onde alojá-los por enquanto.



O prédio do reator da usina nuclear Angra I pode resistir a tremor de até 5,6 graus na Escala Richter

Depósito não tem proteção antitremores

O depósito de rejeitos de baixa e média radioatividade da Usina Nuclear Angra 1, na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis, não tem qualquer proteção contra tremores de terra, apesar de alojar em 2.537 tambores um tipo de material que, em caso de rompimento dos barris, exporia a radiação os funcionários da usina. A radioatividade contida no galpão é de até 60 curies (unidade correspondente à radiação emitida por um grama de rádio, um dos radioisótopos mais perigosos), incomparavelmente maior do que a do césio 137 perdido em 85 no soterramento do Laboratório de Controle Radiocitológico de Angra 1, embora 23 vezes menor do que a emitida no acidente com o césio em Goiânia, ano passado.

A falta de proteção no depósito — um galpão convencional — foi lamentada pelo físico Luís Pinguelli Rosa, diretor da Coordenação de Programas de Pós-Graduação (Cope) da UFRJ, à juíza da 7ª Vara

Federal, Maria Teresa Lobo, no processo movido contra Furnas Centrais Elétricas e o governo federal pelo deputado estadual Carlos Minc (PV) e pelo jornalista Fernando Gabeira. Pinguelli Rosa ressaltou que, em comparação com o reator nuclear e o reservatório de rejeitos de alta radioatividade, o material guardado no galpão é menos perigoso, "embora mereça cuidados para não se espalhar no ambiente". Nos tambores estão roupas, peças e equipamentos contaminados pelo uso dentro de Angra 1.

Apesar da precariedade do depósito, o prédio do reator está preparado para resistir a tremores de terra de até 5,6 graus na Escala Richter (medidora da magnitude dos sismos), correspondentes a 7 graus da Escala Mercalli (medidora da intensidade). Os equipamentos de Angra 1 não registraram qualquer sinal dos abalos ocorridos desde o dia 4, no litoral de Angra dos Reis, como informou

ao diretor da Coppe o superintendente da usina, Pedro José Diniz Figueiredo. De acordo com Furnas, em caso de tremores até 4,9 graus Richter (ou 6 graus Mercalli), o reator seria desligado automaticamente, junto com a ativação do alarme.

Pinguelli Rosa, que encaminhou na segunda-feira as informações à Justiça, junto com seu segundo relatório na ação judicial, sugeriu à juíza Maria Teresa Lobo que convoque reunião com os técnicos de Angra 1, os geólogos que acompanham os tremores em Angra e as autoridades do município, para "discutir a evolução possível da situação" e verificar o sistema de registro de abalos sísmicos na usina. No relatório, ele enfatizou pontos críticos que havia apontado no primeiro trabalho: a indefinição quanto ao destino final do lixo atômico e a falta de um plano de evacuação para situação de acidente grave com o reator nuclear.

13/1/89

F.S.
(M.A.)

Governo quer a fusão das 4 entidades ligadas à ecologia

BRASÍLIA — O governo quer incluir na reforma administrativa, a ser anunciada em breve, a fusão das quatro entidades federais envolvidas na preservação do meio ambiente: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). O projeto é parte da estratégia governamental para responder às críticas da comunidade científica internacional e organismos de crédito — principalmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) —, que acusam o Brasil de não proteger o meio ambiente.

A fusão do IBDF, Sema, Sudepe e DNAEE numa única entidade, que por enquanto é chamada de Instituto Brasileiro de Florestas e Meio Ambiente está sendo decidida na Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), antigo Conselho de Segurança Nacional. Há duas semanas a Saden vem coordenando a preparação do Programa Nova Natureza, que definirá a nova orientação da política brasileira de meio ambiente e prevê a fusão dos órgãos do setor.

Em São Paulo, o deputado Fábio Feldman (PMDB) informou que entidades ecológicas de todo o país pretendem impetrar um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, pedindo o fim dos incenti-

vos e créditos fiscais aos investimentos na região da floresta amazônica, como forma de impedir o processo acelerado de destruição e devastação. O mandado de injunção é um mecanismo jurídico que qualquer cidadão pode usar, na ausência de lei que regulemente um direito garantido pela Constituição. Feldman participou ontem do primeiro debate do Projeto Brasil/Alerta Pantanal, uma maratona de atividades culturais organizada pela entidade Reserva Nacional, com o objetivo de discutir a devastação no Pantanal mato-grossense.

As entidades ecológicas alegam que a Amazônia é considerada patrimônio nacional pela nova Constituição, assim como o Pantanal. "O mandado de injunção pode ser movido contra todas as ações que desrespeitem o patrimônio nacional e os resultados dos incentivos financeiros estão desrespeitando esse patrimônio", explicou o deputado. Feldman adiantou que as entidades já estão coletando as informações necessárias para a sustentação de sua tese.

Durante o debate, que contou com a participação do senador e ex-governador de Mato Grosso José Fragelli, do geógrafo Aziz Ab'Saber e do coordenador das Coordenias do Meio Ambiente do Ministério Público de São Paulo, Edir Milani, Feldman defendeu a ocupação racional não só do Pantanal, mas de todas as regiões de grande importância ecológica para o país e para o mundo.

098

Generais acham greves prejudiciais

BRASÍLIA — Duzentas greves em fevereiro, 470 em março e mais de 170 somente na primeira semana de abril, o que eleva, em uma projeção considerada otimista, para 600 o número de paralisações nos diversos setores este mês. Esses números, detectados pelos órgãos de informação e apresentados ao presidente José Sarney, foram considerados por ele alarmantes e prejudiciais à economia brasileira.

A preocupação do governo, e em particular dos militares, não é só com o grande número de greves deslavradas, mas principalmente com a violência que vem com elas, através da ocupação de fábricas. "O terrorismo sindical tomou conta do país", afirmavam ontem diversos oficiais-gerais, referindo-se ao crescimento do número de greves e especificamente à pos-

sibilidade de paralisações nos setores bancário e metalúrgico.

"O excesso de greves deve preocupar a todos", declarou o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que esteve por duas vezes com o presidente Sarney. Uma pela manhã, quando apresentou os generais promovidos, e outra à tarde, em um despacho que durou mais de hora e meia. "Por enquanto esse negócio de greve não é problema meu, é do Ministério do Trabalho e das empresas que estão negociando", salientou ele, acrescentando que "os grevistas se esquecem que essas paralisações podem atingir não só a economia como prejudicar eles próprios. Se a economia piora, pior também para os trabalhadores, porque o prejuízo das greves poderá recair sobre eles".

O ministro do Exército respondeu ainda às denúncias de que agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) estavam infiltrados na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e no Partido dos Trabalhadores, de onde teriam retirado material de divulgação do partido. "Aqueles órgãos não são secretos e tenho certeza que as informações dos agentes foram obtidas por meios democráticos", disse.

68/1/19
F. 5.8. 19/4/89
(Pires)

01.01

8906911

Governador quer o ouvidor da natureza fora do Acre

RIO BRANCO — "É um idiota, que não conhece a realidade do Acre e quer aparecer", reagiu ontem o governador Flávio Melo, ao comentar a decisão do ouvidor-geral da Defesa da Natureza, Renato Torrano, de suspender um desmatamento de 1.500 hectares na Fazenda Paloma, a 100 quilômetros de Rio Branco, de propriedade de Edmar Sanches Cordeiro.



Flávio Melo

Irritado, o governador chegou a telefonar para o presidente José Sarney para pedir a saída de Torrano do estado. Como não encontrou o presidente, falou com o ministro da Casa Militar, Jayme Denys, o qual, segundo relato do governador, prometeu levar o assunto ao presidente, mas disse que, pessoalmente, nada poderia fazer, porque o problema não é de sua área. Denys aconselhou o governador a procurar o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBMA), Fernando César Mesquita, ao qual Torrano está subordinado.

O presidente do IBMA chega hoje a Rio Branco para participar de um encontro de empresários da Amazônia, e deverá discutir com o governador uma solução para o impasse criado em torno do desmatamento da Fazenda Paloma. Segundo Flávio Melo, quando surgir a denúncia do desmatamento, feita pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, foi de-

signada uma comissão com quatro técnicos do Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac), da Fundação de Tecnologia (Funtac), do extinto Ministério da Reforma Agrária e do IBMA.

Com base na vitória que fizeram durante quatro dias na Fazenda Paloma, os técnicos assinalaram no laudo que não há posiciros ou seringueiros na área, nem há concentração de castanheiras ou seringueiras, cuja derrubada é proibida por lei. O único problema é o Igarapé São João, afluente do Riozinho, que o proprietário Edmar Sanches Cordeiro, através de um termo, comprometeu-se a proteger, evitando retirar a vegetação de suas margens. Além disso, acrescentou o governador, quem começou o problema foi o próprio IBMA, que concedeu a licença para o desmate.

— Constituímos esta comissão para demonstrar exatamente que é possível se fazer alguma coisa dentro da lei. Agora, chega alguém que não conhece a realidade e prejudica um trabalho que estava sendo feito junto aos empresários para que respeitem a legislação", desabafou o governador.

A decisão do ouvidor-geral da Defesa da Natureza revoltou os pecuaristas. O presidente do Sindicato das Indústrias Madeiras protestou dizendo que "não somos bandidos", e o deputado estadual e pecuarista João Tezza ironizou a notícia de que o IBMA disporá de um helicóptero para fiscalizar as queimadas no Acre: "O alto nível dos decibéis do rotor do helicóptero vai deixar as borboletas atordoadas, as pacas, tatus e veados desorientados", disse Tezza.

J. DO BRASIL

(Média Quil.)

098

ECONOMIA

F 955 - (Indice -)

ZERO HORA — Quarta-feira, 19.04.79.

O lamento da CUT e CGT

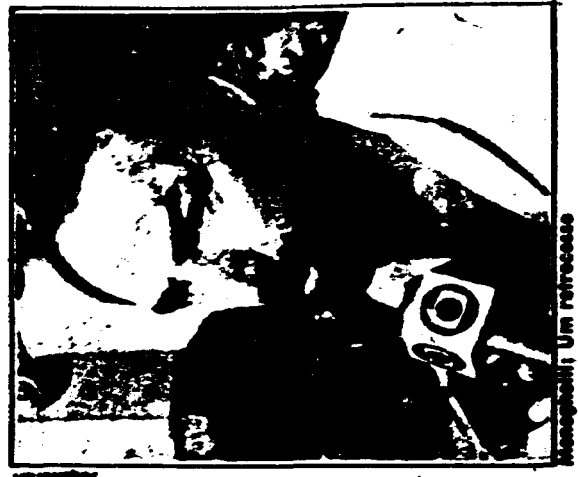
As duas maiores centrais sindicais condenam o reajuste trimestral de salários

Os presidentes das duas principais centrais de trabalhadores do país, Jair Meneguelli da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Joaquim dos Santos Andrade da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) consideram um retrocesso a possibilidade de o governo apoiar o projeto do deputado Osmundo Rebouças, que determina reajustes trimestrais automáticos com base no IPC acumulado dos últimos três meses, além de reajustes mensais sempre que a inflação ultrapassar 5%. Os sindicalistas também consideraram a provável elevação do salário mínimo para NCs\$ 84 muito abaixo das necessidades do trabalhador.

Qualquer reajuste sobre inflação passada significa defasagem e quanto

maior o intervalo do reajuste maior será a defasagem. Essa proposta do Rebouças é uma garantia de os preços dos produtos levarem vantagem de 15% sobre os salários, pois os trabalhadores só receberiam o reajuste mensal do percentual que ultrapasse os 5% da inflação. É um retrocesso, sentenciou o dirigente da CUT.

Meneguelli disse que voltará ao congresso para conversar com os parlamentares, mas acredita ser pouco provável convencer os deputados a votarem na proposta conjunta da CUT e CGT que determina reajuste mensal pela variação do Índice Nacional do Custo de Vida, medido por um órgão comum acordo entre representantes dos trabalhadores, empresários e go-



Meneguelli. Um retrocesso

01.01

8906913

Greve de servidor pune os seg

A greve dos servidores públicos federais completou sua quinta semana com menos fôlego que a do ano passado. Em 88 foram 54 dias de paralisação, entre setembro e novembro, contra os 34 de 89. O movimento deste ano também está perdendo em termos de repercussão. Não fossem algumas ruidosas passeatas e o noticiário dos jornais, a população, de um modo geral, pouco notaria a ausência de funcionários de órgãos como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOS) ou a Escola de Agricultura de Lavras (Esal). Tampouco sentiria falta das previsões nem sempre confiáveis dos serviços de meteorologia.

Como a corda sempre estoura do lado mais fraco, os maiores prejudicados são os aposentados e pensionistas. INPS, Inamps e Iapás deflagram a greve uma

semana antes da data oficialmente marcada pela Inter-sindical dos servidores — que seria 12 de junho — e desde então têm mantido a marca de 70% a 100% de adesão nas principais capitais brasileiras. O resultado é que os beneficiários da Previdência Social sofrem a cada dia com o atraso no andamento de seus processos, falta de pagamento e de assistência médica. Em Belo Horizonte, por exemplo, seis das sete agências do INPS estão fechadas, assim como 37 dos 77 postos do Inamps no interior de Minas. Oitenta por cento dos 3.200 previdenciários mineiros pararam. A situação só é um pouco melhor nos estados onde as secretarias de Saúde assumiram o atendimento médico, como é o caso de Pernambuco e do Paraná.

Lucro — Paradoxalmente, o Iapás está até se beneficiando do movimento, como explica o superintendente re-

pional do órgão em Pernambuco, Rubem Sizenando. Segundo ele, o instituto mantém a arrecadação normal através da rede bancária. Mas os 80% desse montante destinados ao pagamento de despesas com fornecedores e prestadores de serviço enchem os cofres do governo enquanto o Inamps não repassa as faturas por absoluta falta de pessoal disponível. "Como sempre a greve prejudica a terceiros", constata Sizenando.

Mais curiosa é a situação dos agricultores paranaenses que dependem das previsões do Instituto Nacional de Meteorologia (Inemet), ligado ao Ministério da Agricultura, para programar os plantios. Os 558 servidores do ministério no Paraná já voltaram ao trabalho, com exceção justamente dos seis únicos funcionários do Inemet, cujo trabalho depende de seus colegas do núcleo de São Paulo, onde a greve continua. "É importante para o agricultor saber sobre a ocorrência de chuvas e geadas e sobre a aproximação de frentes frias. Se sabe que vai chover, por exemplo, adia a aplicação de agrotóxicos", explica Milton Guedes, agrônomo do Inemet.

Entre as vítimas da greve dos servidores estão os estudantes de algumas universidades federais, onde o movimento é tão forte quanto na Previdência, como é o caso da Bahia. Sofrem também os setores usuários do Instituto Brasileiro do Café (IBC) (99% de adesão), da Escola de Agricultura de Mossoró (80%), no Rio Grande do Norte, e da Fundação Joaquim Nabuco (75%), em Pernambuco. Mas grande parte da população brasileira pode estar pagando caro a ausência ao trabalho dos fiscais da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, encarregados de controlar a qualidade dos produtos de origem animal.

Fracasso — Enquanto no ano passado, os grevistas conseguiram um abono de 25 mil cruzados e pagamento das URPs de maio e novembro (16,9% e 21,39% respectivamente), agora o governo não aceita sequer falar em reposição salarial. O comando nacional de greve garante que a adesão é de 65%, mas a Secretaria de Planejamento (Sepian) diz que o movimento é um fracasso e vem perdendo força após o 28º dia. Segundo um assessor do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, a adesão à greve é proporcional à condenância de cada ministro com seus grevistas. Ano passado, passeatas de até 15 mil servidores percorriam a Esplanada dos Ministérios colhendo adesões. Este ano os piqueteiros criaram o slogan "De camarote não, a luta é aqui no chão" para tentar sensibilizar os colegas que insistem em permanecer nos seus gabinetes. "A pressão de corte nos pontos e gratificações funcionou", justifica-se Dagmar Rabelo, agente administrativa do Ministério do Trabalho, que estreia agora no papel de fura-greve.

O governo afirma que a União não pode pagar os 71,64% referentes às perdas salariais de janeiro a maio deste ano, porque está no seu limite de caixa e, além disso, alega que é inconstitucional gastar acima de 65% de seu orçamento com despesas de pessoal. E mais: ano passado o governo descontou os dias parados, mas agora a proposta é compensar a paralisação com a prorrogação da jornada de trabalho.

Quantos são os grevistas

Órgãos	12 a 16/6	19 a 26/6	26 a 30/6
Autarquias			
Com. Exec. do Plano de Lavoura Cacaueira (Ceplac)	80%	80%	50%
Com. Nac. de Energia Nuclear (CNEEN)	50%	50%	-
Centro de Educação Tecnológica/BA (Cetec)	70%	-	-
Dep. Nac. de Produção Mineral (DNPM)	50%	50%	40%
Escola de Agricultura de Lavras (Esal)	50%	50%	-
Escola de Agricultura de Mossoró (Esam)	80%	80%	80%
Escola Técnica Federal/ES	80%	-	-
Instituto Brasileiro do Café (IBC)	99%	99%	99%
Inamps	30%	20%	15%
INPS	50%	50%	-
Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa)	30%	30%	30%
Serv. Nac. de Formação do Profissional Rural (Senar)	10%	-	-
Fundações			
Fund. Casa de Rui Barbosa	50%	-	-
Funtevé	60%	60%	-
Fund. Inst. Nac. de Artes Cênicas (Fundacen)	50%	-	-
Fundação J. Nabuco	20%	28%	25%
Fund. Nac. de Arte (Funarte)	85%	-	-
Fund. Serviços de Saúde Pública (FSESP)	50%	-	-
Ministérios			
Min. da Previdência	60%	65%	70%
Min. da Educação	70%	70%	70%
Min. da Justiça	07%	06%	05%
Min. da Saúde	15%	15%	-
Min. do Trabalho	25%	20%	15%
Min. dos Transportes	05%	05%	06%

Obs. Estes dados são da Secretaria de Planejamento (Sepian). O espaço em branco significa que a greve terminou naquela semana. Os órgãos não citados, segundo a Sepian, não aderiram à greve ou tiveram adesão pouco significativa.

Novo atentado abala o Acre. Funcionários são feridos

O delegado do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) do Acre (Thama), Paulo Benício, e o coordenador do Plano de Desenvolvimento do Acre, José Renato Nas- cimento, foram atacados e feridos por dois pa- relhotes, quarta-feira à noite, por dois pa- relhotes desconhecidos, perto da delegacia do IBAMA, em Rio Branco, a capital acreana.

Os três voltavam de uma reunião com ju- ris e se dirigiam à sede do IBAMA, quando o carro em que andavam foi interceptado por dois homens, armados de revólver e um pedaço de pau. Com os revólveres apontados para os três, fizeram-nos descer do carro e passaram a espancar com pauladas e coronhadas o coordenador do Finaci, José Renato Nas- cimento. Segundo contou o delegado do IBAMA, Paulo Benício, neste momento ele se ajeitou com um dos homens e também foi agredido a pauladas. E mesmo sendo ferido com o agrônomo Gervásio Callegari, os dois fugiram, os policiais disseram que "aquilo era um aviso para não se meterem onde não deviam". A Polícia Federal foi acio- nada e quarta à noite mesmo localizou o carro, um Fiat Uno placa AX 0083, que os

dois desconhecidos conseguiram escapar. Os dois foram detidos e levados para o Hospital "Mário de Almeida" de Rio Branco, onde estão sendo tratados. O delegado do IBAMA, Paulo Benício, e o coordenador do Plano de Desenvolvimento do Acre, José Renato Nascimento, foram atacados e feridos por dois pa- relhotes, quarta-feira à noite, por dois pa- relhotes desconhecidos, perto da delegacia do IBAMA, em Rio Branco, a capital acreana.

Abrem apelo a Oscar

O ministro do Planejamento (Seplan), João Batista de Albuquerque, converteu ontem, em Re- sília, o projeto de lei de criação do Conselho de Desenvolvimento do Acre, em lei. O projeto, que já tinha sido aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento do Acre, em 1987, prevê a criação de um órgão de assessoramento ao governador do Estado, com o objetivo de coordenar e controlar a execução das políticas públicas do Estado.

Durante oitivação coletiva convocada pa- ra, em Brasília, pelo secretário-geral da Seplan, Ricardo Bontag, o secretário para Assuntos Internacionais daquela pasta, Ca- rlos Henrique, informou que o Ministério do Planejamento já entrou em contato com a

Força Aérea Brasileira (FAB) para remover o comandante do programa, assim que for autorizado pelo ministro que o apelo. No momento, Nascimento está interessado no ho- stel Princesa Isabel, em Rio Branco, onde se- rá instalado o novo órgão. Segundo Na- scimento, a FAB já ofereceu o hotel, mas o Estado não quer pagar o aluguel.

O ministro para Assuntos Internacionais da Seplan ainda está em contato com o Governo Federal não deturva de atual naquela área, desenvolvendo a aplicação efetiva do progra- ma, em razão do atentado. O projeto, que já tinha sido aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento do Acre, em 1987, prevê a criação de um órgão de assessoramento ao governador do Estado, com o objetivo de coordenar e controlar a execução das políticas públicas do Estado.

Nascimento ia a Washington. Em sua divulgação, antes à noite, em Brasília, a Seplan disse que "José Renato Nascimento, secretário-geral da Seplan (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Seplan),

ao qual Finaci está subordinado, foi atingido, basicamente por não abrir mão de sua respon- sabilidade à frente do programa". A nota dá conta de que o engenheiro fiscal já havia sido ameaçado anteriormente. Mas, mesmo assim, continuava sua tarefa de fiscalizar as ações de desenvolvimento. No Rio Branco, onde mantinha contato com as comunidades lo- cais de desenvolvimento, o senhor Chico Mendes, nomeado há semanas do Nabal de 1989, em Tapaci (Acre) - o indígena. Deveria voltar a Brasília, nesta quarta-feira, de onde seguiria para Washington, a convite de Renato Inter- nacional de Desenvolvimento, para um se- minário sobre o projeto de programa, conside- rado "modelo" na área ambiental e ao rela- cionamento com populações indígenas. Segue- ria a nota, "o Governo brasileiro, abastecimento, não abriu mão do Finaci. Deveria convic- to de que a política de proteção ao ambiente e a comunidade indígena é uma tarefa im- portante e que as ações de desenvolvimento de- vem ser realizadas em harmonia com a comunidade indígena, que também tem a margem das leis em vigor". Nascimento, porém, não se desviou de sua tarefa. Ele continuou a fiscalizar as ações de desenvolvimento, mesmo após o atentado. A Seplan disse que "José Renato Nascimento, secretário-geral da Seplan (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da Seplan),

F.S. (Fud.)
(Fud.)

01.01

8906932

APEDIDO
ARTICULAI-VOS, BRASILEIROS APOLÍTICOS, PARA INTERVIR
ATIVAMENTE EM NOSSA VIDA PÚBLICA: ESTA É A ÚNICA SOLUÇÃO

Aviso da TFP aos indolentes

SUMÁRIO

Das recantos mais variados do País perguntam à TFP qual seria, na próxima eleição presidencial, o candidato mais desejável. Ou, antes, qual o menos indesejável.

Os nomes até agora surgidos são oriundos de quadros político-partidários notoriamente esquerdistas.

A TFP só vê uma saída para a situação: que todos os brasileiros conscientes da realidade dramática de nossos dias, se agrupem com urgência e se reúnam em amplas coligações em torno de um programa e de atividades categóricas. Nessas fileiras há de sobressair as figuras mais ilustres por seus predicados intelectuais e morais, de onde emergem candidaturas, entre as quais nos seja dado escolher a melhor.

Recusar-se a atuar por indolente amor à indefinição, e optar pelo candidato "menos mau", é entregar-se de mãos atadas ao comunismo e deixar-se devorar por ele.

Várias das mais diversas latitudes do país, chegam-me frequentemente repercussões sobre a tão querida (como por vezes tão odiada...) entidade a cujo CN presido, isto é, a TFP.

Com efeito, a TFP está continuamente em foco: ora em muitos meios de comunicação social, alívios de se referirem a ela para denegri-la no mesmo pretexto, ora na atenção do grande público, atraída por alguma ampla campanha ou publicação nova.

Desta recente atualidade do assunto TFP, dá-lhe um fato ainda recente. Em 1967, quando os trabalhos da Assembleia atingiram o seu clímax, a TFP lançou o livro "Projeto de Constituição Argentina e País" (Editora Vera Cruz, 380 pp.), de minha autoria. Em 10 dias, a venda pública da obra alcançou a quota de 1.663 exemplares diários. Não tenho notícia de ocorrência tão vertiginosa, na magnitude populacional, de obra desta natureza. O público do nosso país se mostrava, assim, ansioso de conhecer o pensamento da TFP sobre a futura Constituição. Quanto ao movimento global desse livro, em nosso país, foi ele de 73 mil volumes, em três edições.

Também no "interregno" político de agora, quando outra grande incógnita se levanta ante os olhos da nação, o afã de conhecer a opinião da TFP se manifesta. Das mais variadas lides se faz pergunta, com confiança tocante, qual será, na próxima eleição presidencial, o candidato mais desejável. Ou, antes, qual o menos indesejável. Por vezes, a mesma pergunta se volta contra nós, com certo cunho de intimidação: que candidato possível a TFP tem para propor? E, se não o tem, que solução ela encontra para tirar o país de perigosa situação em que parece ir se encaminhando?

A alvissadeira abertura de ontem nos conduziu à terrível abertura de hoje. O que fazer agora?

Uma análise que continua atual

Para responder, destaco desde logo alguns aspectos da presente situação.

Em "Projeto de Constituição Argentina e País", fiz notar (págs. 23 e 45) a profunda carência de representatividade nacional de nossos quadros políticos. Tal carência não fez senão potencializar-se ainda mais ao longo dos anos de 1967 e 1968, marcados pelos debates constitucionais. Destes resultou esta triste Constituição, em que quase tudo caminha angustia, pelo Brasil afora.

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA



Digo "quase", para exceptuar uma ou outra medida que deison satisfazer a grande maioria da nação. Exemplo disto foi a revogação da "cláusula pétrea", que desde a Constituição de 1961 proibia absolutamente a campanha pró-monarquia, enquanto franquistas toda a liberdade para a propaganda comunista. Tal revogação seguiu-se a uma carta emocionante dirigida aos senhores constituintes pelo chefe da Casa Imperial Brasileira, o príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança. Na mesma perspectiva, teve assinalada vitória a iniciativa do deputado Cunha Bueno em favor da convocação de um plebiscito que, no ano de 1980, dará ao país o esboço de optar por ou contra a monarquia, bem como o regime parlamentarista.

Em vista da próxima eleição presidencial, as três primeiras grandes candidaturas a surgir foram de políticos notórios e até chocantemente esquerdistas.

Isto explica que incofáveis brasileiros estejam fazendo "grise mine" ou até "faccia ferace" diante da perspectiva de os candidatos irem sendo escolhidos dentre líderes político-partidários, por equipes estritamente político-partidárias. Tudo sob o batido da esquerda.

Esta situação vem de há muito. Já foi ela descrita no livro que a TFP lançou em 1967 (págs. 23 e 45). E igualmente lá está previsto que, se dos setores apolíticos do país não surgirem lideranças extrapartidárias de coerção, que escolham figuras também apolíticas para ocupar considerável número das cargos de governança — das quais a Presidência da República é o ápice —, não haverá para o Brasil qualquer solução (op. cit., págs. 23-25).

Assim vem chegando o fatídico 15 de novembro, sem que o Brasil apolítico tenha aproveitado o tempo para se estruturar e entrar em luta, renovando e arejando a atmosfera rarefeita, de nossa vida cívica.

Soluções falsas — A solução verdadeira

Que solução apresenta então a TFP? Que o país recorra às cúpulas das grandes associações de classe? Tal proposta, a TFP não a fará. Pois, ao longo dos debates da Constituinte, as cúpulas profissionais que falaram o fizeram quase sempre no sentido de favorecer o esquerdismo do plano constitucional que tanto já se ia extremado neste sentido. Ou, então, se assinalaram na prática da ruína política do "ceder para não perder", isto é, de ceder muito, diante das esquerdas, para tentar não perder

tudo... E quando não agiram assim, foi porque se calaram completamente.

A TFP só vê uma saída para a situação. E que todos os brasileiros conscientes da realidade dramática de nossos dias se agrupem com urgência, inter-articulando elementos afins quanto às soluções que desejem dar a suas preocupações cívicas. E que, por sua vez, estes grupos se reúnam em amplas coligações em torno de um programa e de atividades categóricas. E de se esperar que nestas fileiras sobressaiam naturalmente as pessoas mais ilustres por seus predicados intelectuais e morais, e por sua influência sobre os que caminham coligados pelos mesmos rumos. E que, por fim, emergam de tais frentes amplas, robustas e equilibradas candidaturas, entre as quais nos seja dado escolher a melhor, em vez de votar ingloriamente no "menos mau".

Dizem alguns que o rumado apontado pela TFP é muito bom, mas que o país caiu em uma modorra invencível. De sorte que tal solução não passa de uma utopia.

A TFP recusa-se absolutamente a aceitar como utopia a única saída que vê para a situação. Pois qualificar isto de utopia importaria em recusar a que, na veragem da mais terrível crise econômica, política, social e ideológica de nossa história, fosse possível achar uma saída.

Em face da modorra, oferecimento da TFP

Mas — dirá alguém — e se o roteiro traçado pela TFP não despertar a atividade dos que em tese com ele concordam, e suscitar a oposição dos que dele discordam, como se tirará desta catástrofe o Brasil?

Como já foi dito, recusamo-nos a recusar a hipótese.

Mas, admitido ela não se "argumentandi gratia" — isto é, para o mero efeito de argumentar —, como salvará a TFP este Brasil?

A tal pergunta só cabe uma resposta. Caso a grande e querida população de um país de 100 milhões de habitantes, imerso numa crise terrível e evidente, se mantivesse indolente e muda, invencivelmente disposta a não fazer para salvar-se, quem neste mundo teria genialidade suficiente para salvar esta nação? Aos que não querem salvar-se, nem o próprio Deus salva, advertiu Santo Agostinho: "Qui creavit te sine te, non salvabit te sine te" (Quem te criou sem teu concurso, não te salvará se para isto não agires).

Desvio os olhos deste panorama sombrio para fazer aqui um oferecimento. Se a intermediação da TFP for útil em algo, para que se produza uma aglutinação de brasileiros apolíticos mas valentes, eis oferecido aqui seus préstimos para tal.

Se alguém nos objetar que não deseja usar nossos préstimos porque somos por demais categóricos em nossa linha de pensar e de agir, não lhe respondemos: neste caso, continua o dançar comovidamente, ou atira-te aos braços dos que têm como ideal a indefinição, e como hábito invencível a modorra. E na hora da eleição opta pelo "menos mau". Isto feito, teu candidato, se vencedor, acabará por te entregar às mãos do comunismo. E então deixa-te devorar por ele. Porém não acuses a TFP de não haver oferecido a sua dileta pátria uma saída serena, pacífica e altamente desejável.

Tu te perdeste apesar disto? A culpa, é indolente, só será tua...

PLÍNIO CORRÊA DE OLIVEIRA é fundador e primeiro chefe executivo da TFP, Presidente do Conselho Nacional da TFP, Impulsor da TFP em 10 países, ex-deputado federal e primeiro governador.

8906941

01.01

858

f. 55

GERAL

GERAL

MEIO AMBIENTE

Prefeituras agridem a zona costeira gaúcha

Ecologistas estão preocupados em manter ecossistema no Litoral Norte



Mata Atlântica, uma das áreas ameaçadas

Por JUANES TOSI
Especialista Local/ZH

As administrações municipais anteriores são as principais responsáveis pela destruição que a zona costeira sofreu até agora, principalmente na retirada de areia e invação de áreas de dunas. A afirmação feita pelo geólogo Nelson Augusto Flores Miranda, do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (Cecolmar), no fim de semana, durante o I Seminário Municipal de Ecologia do Litoral Norte, realizado em Porto Alegre, atraiu a atenção dos técnicos e ecologistas com a preocupação de conscientizar a região. Também foram debatidos aspectos sobre a destruição da mata atlântica, exploração das pedras de mata, poluição das pedreiras e esboços nos municípios, além da caça e venda ilegal de plantas e a poluição das águas do curso do litoral gaúcho.

O principal objetivo do encontro, segundo o presidente da Associação de Estudos Ecológicos do Litoral Norte, Sebastião

Fich da Rosa, foi o de fornecer subsídios para a formação das leis orgânicas dos municípios, visando o desenvolvimento integrado e harmônico, além de possibilitar que essas leis sejam homogêneas e não se entremecam. E, nesse sentido, o evento foi muito positivo. Entre os cerca de 150 participantes, havia representantes das administrações municipais de praticamente todos os 12 municípios que compõem a região, e, pessoalmente os prefeitos Remy Carmel, de Cidreira, Eliseu Padilha, de Tramandaí, e Cleo Carlos Simoni, de Osório.

Degradação

Na abertura do evento, o jornalista Edgar Silva apresentou uma projeção de cerca de 40 eslaides, sobre paisagens naturais de toda a região e da degradação que a mão humana vem causando. O professor de Direito Ambiental da Unisinos, Arnan de Cabral, abordou o tema "Legislação e Meio Ambiente". Segundo o especialista, o País não necessita mais de leis que visem a preservar o meio ambiente, mas de decisões

políticas para que elas sejam cumpridas. "O que falta", afirmou, "é o conhecimento das leis e coragem por parte das autoridades locais, que executam, enfrentando os poderes conglomerados e a ignorância de muita gente". Ele explicou que a Constituição Federal estabelece dois tipos de competência: a legislativa, que tem a possibilidade de fazer leis, e a administrativa, que trata os serviços de fiscalização.

No entender do geólogo Nelson Augusto Flores Miranda, do Cecolmar, o município tem o dever de zelar pelas áreas de preservação. "Mas o que se tem visto", continua, "é que o próprio município abre os caminhos da destruição, para que depois os particulares se instalem". E mostrando uma série de eslaides onde as dunas de areia foram destruídas e em seu lugar surgiram núcleos habitacionais ele chega a conclusão que as administrações municipais estão causando futuros problemas para elas próprias. O seminário foi promovido pela Associação de Estudos Ecológicos do Litoral Norte, Conselho para o Desenvolvimento Integrado do Litoral e Escola Estadual "Eduardo Souto Lopes".

01.0

89069 46

088

F. SS
(Léon)

24/02/13/5/34

Dom Luciano vai à PF

O presidente do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, e o bispo auxiliar de São Paulo, Dom Angélico Binaldo Barreto, foram convocados para depor na Polícia Federal, em São Paulo, sobre a morte do padre João de Deus, ocorrida em março de 1987 na zona leste de capital paulista, durante conflito entre soldados da guarda civil metropolitana e invasores de terra. A data dos depoimentos ainda não foi marcada. Mas a delegada das religiões, Maria Tereza Rocha de Araújo Moura, do Centro Santo Dias de Divulgação Humana da Arquidiocese de São Paulo, já recebeu um comunicado da Polícia Federal para convocar os bispos. A PF decidiu convocar os bispos, além de representantes da região leste paulista, para depor no inquérito sobre a morte do padre, em meio de denúncias — não comprovadas — que a Igreja Católica teria incitado os sem-teto a invadir terrenos e reagir à intervenção das autoridades. (AG)

F-SS
Sind.

Saída antecipada divide a CUT

A possibilidade de Sarney antecipar sua saída do governo foi recebida com simpatia pelo tesoureiro da Central Única dos Trabalhadores, Delúbio de Castro. A tese divide, no entanto, a CUT, com o seu secretário-geral, Gilmar Carneiro dos Santos (também presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), achando que "a saída de Sarney é uma atitude que já deveria ter sido tomada há muito tempo."

Delúbio adianta, em São Paulo, que a CUT não participará hoje da reunião convocada pelo presidente do Senado, Nilson Carneiro, para ouvir as sugestões dos sindicalistas sobre as medidas necessárias para controlar a economia do país e evitar a hiperinflação. Na semana passada, o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Messias, defendeu a saída imediata de Sarney, mas não soube explicar como se daria a transição até as eleições de 15 de novembro. Messias não foi localizado.

"O mais importante agora é garantir a realização democrática das eleições e a entrega do governo, em um prazo de quinze dias após o resultado final do pleito, ao presidente eleito diretamente pela população", afirmou o tesoureiro da CUT. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Cícero Araújo, tem o mesmo ponto de vista de Delúbio Castro:

"Uma renúncia, neste momento, é uma palhaçada, porque continuaremos a ter um presidente inepto governando o país até novembro."

Impugnabilidade — O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jacy Mendonça, não aprova a ideia do presidente José Sarney passar o cargo antes do final do mandato de cinco anos. "Preciso que o país se acostume com o cumprimento das normas legais. O presidente não precisa renunciar. Bastaria que tivesse coragem de executar medidas que são do executivo. Alguns tem de começar a fazer alguma coisa. Um exemplo do que poderia ser feito é o início do processo de privatização das empresas estatais."

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia), Edmundo Klotz, acha perigosa a saída antecipada do presidente. "Ninguém sabe o que poderia acontecer no longo prazo até o próximo presidente assumir. Não vejo como o presidente da Câmara, Fico de Andrade, estaria mais preparado do que Sarney para comandar o executivo."

Tanto Jacy Mendonça como Edmundo Klotz assinaram o documento que os empresários entregaram, na última quinta-feira, às lideranças partidárias, oferecendo sugestões para a constituinte.

JORNAL do BRASIL
26/6/89

098

F. 58
(M. A. 1)

Meio Ambiente

JORNAL DO BRASIL 14/6/89

CPI da Amazônia revela desmatamento bem maior

BRASÍLIA — O índice de desmatamento da Amazônia legal é de 7,01%, considerando-se as antigas e novas derrubadas de árvores. Esta é a principal conclusão do relatório apresentado pelo senador Jorbas Pasmirinho à Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia, que vota ontem o parecer final do relatório.

Para o senador, não se deve considerar o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE — pelo índice de desmatamento de 5,12% oferecido ao presidente José Sarney à época da divulgação do Programa Nova Natureza. O erro, segundo interpretação do senador, foi o presidente José Sarney mencionar que o desmatamento de 5,12% referia-se a um tempo que remonta a Pedro Álvares Cabral. "Ai, os números não conferem". O desmatamento de 48.576,50 quilômetros quadrados verificados pelo INPE em 1976/78 deve ser acrescido de outros

números, tanto para atingir a derrubada da floresta nos anos posteriores a 1970, como para entrar no desmatamento antigo. A CPI da Amazônia chegou ao seguinte resultado: o desmatamento recente, posterior a 1970 soma 251.429,55 quilômetros quadrados que, somados aos 92.546,43 de desmatamentos antigos registrados no Pará e no Maranhão, chegam a 343.975,98 quilômetros quadrados.

"Tem que haver uma homogeneidade de cálculo" — afirma o senador. A seu ver, não se confirmam as projeções do consultor Dennis Mahar, do Banco Mundial, que previa 12% de desmatamento, sem também considerar os 92 mil quilômetros quadrados antigos. "São também meramente especulativas, sem qualquer suporte científico as estimativas do deputado Fábio Feldman (10%) e do sr Thomas Lovejoy (entre 15 e 20%)".

01.01

8906 9 75

098

CUT propoe ação contra hiperinflação

SÃO PAULO. — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) reconhece que a possibilidade de ocorrer um processo hiperinflacionário, depois de uma reunião com representantes de vários setores da economia, a conclusão de que é necessário tomar algumas medidas preventivas imediatamente para evitar a ocorrência de uma inflação de primeira necessidade, a criação de um esquema alterado de abastecimento, redução nas taxas de juros e não pagamento dos juros da dívida externa. Para os dias 4, 5 e 6 de agosto, a CUT programou uma plenária nacional com a participação de todos os sindicatos de todo o Brasil. No encontro será discutido um programa mínimo de luta contra a hiperinflação.

Para a CUT, as medidas que têm sido propostas pelo governo e as negociações com o Congresso Nacional, através de uma série de reuniões promovidas no Brasil pelo ministro da

Fazenda, Milton de Nóbrega, apontam para a adoção de medidas econômicas de caráter recessivo. "Não adianta eles virem com propostas recessivas, que ataquem o poder de compra dos trabalhadores, porque a resposta a essas propostas pode ser o caos, os saques generalizados, como uma atitude espontânea de revolta da população", advertiu Carneiro dos Santos. "Ninguém poderá conter os trabalhadores se isto acontecer".

Do encontro dos dias 4, 5 e 6 de agosto participaram economistas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT-SP (Deasp), que estão realizando uma pesquisa histórica dos processos de hiperinflação vividos em outros países, preocupados em apontar, especificamente, as saídas que os trabalhadores encontraram para enfrentar esse momento. Também serão enviados técnicos para a Bolívia.

A CUT conta com as campanhas salariais deste segundo semestre (em setembro e outubro 27% dos trabalhadores do país têm data-base e renovam seus acordos salariais) para forçar o debate nacional com o governo, empresários e Congresso Nacional com o objetivo de encontrar uma saída não recessiva, ou seja, que garanta o

poder de compra dos salários. A entidade nacional da entidade já definiu três propostas, das quais não abre mão: 100% integral para o reajuste dos salários, recuperação das perdas dos últimos dois meses (incluindo a inflação de 70,2% do mês de janeiro deste ano) e recomposição do piso salarial das diferentes categorias que, hoje, não chegam, na maioria dos casos, a dois salários mínimos.

A CUT entende que esta negociação direta dos salários, dada a presença hiperinflacionária, não poderá ocorrer desligada das regras mais gerais de funcionamento da economia. A entidade defende um congelamento imediato dos preços dos produtos alimentícios de primeira necessidade e a baixa nas taxas de juros, conjugadas, entre outras coisas, com o não pagamento dos juros da dívida externa. O abastecimento, para a CUT, deve ser uma prioridade. Para isso ela está orientando as suas instituições estaduais para que discutam com as prefeituras de cada município a organização de um sistema alternativo de abastecimento da população.

Toda esta movimentação, que a entidade pretende desenvolver neste segundo semestre envolve, além do programa imediato de hiperinflação, um debate a nível nacional com todos os candidatos às eleições presidenciais.

Partes Iepibles

098

F 88 (M. A. A. S.)

Meio Ambiente

JB

12/7/89

Ibama já tem dinheiro para combater incêndio florestal

BRASILIA — Os NCz\$ 8 milhões destinados à compra de materiais e equipamentos básicos de combate aos incêndios florestais na Amazônia Legal finalmente estão à disposição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Foram três meses de espera para que o pedido fosse atendido — dois na fila de votação no Congresso e um mês para liberação dos recursos na Secretaria de Planejamento (Seplan) e Ministério da Fazenda.

"Papai do céu nos tem ajudado", brincou o coordenador do Plano Emergencial de Combate a Incêndio e Queimadas na Amazônia Legal, Domingos Freitas Ribeiro, lembrando as chuvas que ainda atingem a região, especialmente Norte de Mato Grosso e em Rondônia, que desde junho deveria estar vivendo a estação seca, a das queimadas. O Ibama, agora, está fazendo convênios com a Polícia Federal, Marinha, Aeronáutica e Exército, além de licitações para a compra de equipamentos, para garantir o apoio logístico necessário à vigilância contra tentativas de incêndios.

O plano emergencial original previa o treinamento de pessoal a partir de 16 de abril e a instalação 20 equipes fixas e 50 móveis — envolvendo cerca de 600 pessoas — em pontos estratégicos no início de julho. Com o atraso provocado pela máquina burocrática do governo, só no final do mês as equipes estarão atuando na prevenção.

Cada equipe móvel terá um jipe, rádio de comunicação, motocicleta trail 4T, veículo de cabine dupla,

trailer, motor de popa 25 hp, barco de alumínio de sete metros, máquina fotográfica, binóculo, gerador portátil de 1.800 watts, máquina de datilografia portátil e megafone. Além disso, a equipe terá quatro lanternas, dois botijões de gás, duas bússulas, dois escalímetros, duas lupas, duas calculadoras de bolso, um clinômetro, dois contadores de marcapasso e uma motobomba. Esse material será usado de acordo com o local em que a equipe se encontrar — em rios ou em terra.

Licença — Ribeiro explicou que as equipes devem atuar numa determinada área durante duas semanas. A fiscalização vai começar pelos locais em que fazendeiros, empresários e posseiros fizeram pedidos de licença de desmatamento. "Normalmente, eles fazem queimadas sem qualquer cuidado e assim o fogo vai se alastrando", explicou.

Além das equipes móveis, as unidades do Ibama nos parques nacionais devem receber um kit básico composto de enxada, foice, machado, pá, rastelo, abafador, extintor costal e pinga-fogo, lanterna, megafone, caixa de primeiros socorros, cantil e uma motobomba com mangueira.

As delegacias estaduais do Ibama também estão recebendo do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1º de junho, telex diário com as coordenadas das principais queimadas e um indicador da intensidade do fogo, graças ao monitoramento da região por satélite. A diferença entre a passagem do satélite e a chegada do telex na delegacia do Ibama é de quatro horas e deve diminuir para duas horas em 15 dias.

098

À Sombra do Medo

Volta Redonda amanhece hoje envolta em clima de medo e insegurança gerado pelo radicalismo da ação da CUT, empenhada por todas as formas em continuar à frente do poderoso Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia, cuja eleição — em seu último dia — está sob a ameaça de impugnação.

Mais do que uma eleição em que tendências pluralistas batem chapas, o pleito irá significar o virtual controle da Companhia Siderúrgica Nacional — maior empresa da região e do Estado do Rio — por uma corrente sindical. Trata-se de mais um vício causado pelo sindicalismo único, alimentado pela contribuição compulsória de trabalhadores e empresas, estabelecida pelo Estado Novo. O poder cartorial dos ricos sindicatos tem sido disputado sob o mais distorcido e intimidatório radicalismo.

No caso específico, o clima de pressão gerado pela CUT, atual controladora do sindicato, projeta-se sobre a CSN e a cidade de Volta Redonda. A CSN vive uma das mais sérias crises financeiras de sua história, em função do elevado endividamento e dos defasados preços do aço. Mas as dificuldades da siderúrgica foram ampliadas por um longo processo de ingerência política na sua

administração, que se mostrou incapaz de enfrentar a magnitude do problema.

Tudo isso terminou resultando num excessivo número de empregados (que gera baixíssima produtividade), no clientelismo desenfreado e na aplicação de práticas pouco recomendáveis na área de comercialização e na negociação do pagamento das faturas em atraso. Há deputados que vivem de explorar, política e comercialmente, a CSN.

Os problemas da usina são seriíssimos e vão exigir um plano de saneamento ortodoxo. Além do equacionamento das dívidas e da correção nos preços do aço, tornaram-se indispensáveis a completa reformulação administrativa e a demissão do excesso de pessoal. Só na atividade siderúrgica, a empresa conta com mais de 20 mil empregados, número que poderia ser reduzido drasticamente sem afetar a produção.

As correntes radicais mantêm um clima de medo e insegurança sobre a população de Volta Redonda, dependente da vida da usina, e procuram dificultar politicamente a inadiável obra de saneamento da CSN. A sobrevivência da empresa não será possível sem grandes sacrifícios. Fugir dessa realidade é tentar ludibriar os metalúrgicos e jogar a população novamente no radicalismo de amargas lembranças recentes.

JB

12/7/89

F 88
Jud.

01.01

8907119

098

fss

Um pacto antiviôlência

**CUT e Medeiros,
depois da briga,
assinam a paz**

Denise Neumann

SÃO PAULO — A CUT e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, firmaram, ontem, um pacto anti-violência no movimento sindical. O documento é simples, direto e foi redigido pelo próprio Medeiros, sendo assinado na versão original.

O encontro entre os dois grupos rivais do movimento sindical brasileiro aconteceu por iniciativa da CUT, cujo presidente da estadual de São Paulo, Arlindo Chinaglia, telefonou para Medeiros na noite de quarta-feira propondo um encontro ao meio-dia de ontem. A conversa aconteceu num restaurante, no intervalo entre as conversações de Medeiros com a Fiesp, visando reposição salarial.

A preocupação principal da CUT era que durante a assembleia marcada para hoje voltassem a se repetir as cenas de pancadaria e violência que marcaram a abertura do 9º Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, no qual a CUT foi impedida de participar por segmento da diretoria de Medeiros.

"Ninguém no movimento sindical quer que a população tenha uma imagem de gangues, de grupos vio-

lentos, de pancadarias", justificou Medeiros, completando que "as diferenças políticas e ideológicas têm que ser aprofundadas pelos canais democráticos e não na base da agressão física". Para ele, em situações como a de sexta-feira "quem perde é o movimento sindical".

Segundo Arlindo Chinaglia, da CUT, que assinou o curto documento — menos de 30 palavras — junto com Medeiros, este tem o objetivo de "defender a liberdade e a democracia no movimento sindical".

No encontro de ontem, a CUT, além de firmar o pacto antiviôlência com Medeiros, pediu-lhe que reformulasse a pauta da assembleia marcada para hoje, que tem o objetivo de aprovar os novos estatutos da entidade. Segundo a oposição, Medeiros não realizou um processo democrático de discussão com a base.

Medeiros informou, ontem, que está pessoalmente disposto a acatar o pedido da oposição, mas que sua decisão somente será tomada na manhã de hoje. "Eu não quero dar nenhum pretexto para eles, oposição, justificarem suas derrotas", afirmou, completando que o único confronto que quer com a CUT é do "voto contra voto nas próximas eleições".

A íntegra do pacto assinado pela CUT e por Medeiros: "Ninguém está interessado na violência, mas sim na disputa política, com unidade de ação. Ambos, Luiz Antônio e CUT, farão todos os esforços para evitar a violência."

JB 14/7/83

01.01

8907121

CUT vence a CGT por 11 mil votos em Volta Redonda

VOLTA REDONDA, RJ — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) venceu a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) na disputa pelo controle do Sindicato dos Metalúrgicos da Volta Redonda, que reúne operários da maior usina siderúrgica da América Latina, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e detém uma receita anual em torno de um milhão de cruzados novos.

Às seis horas da noite, o candidato da chapa 1, da situação e apoiado pela CUT, Wagner Barcelos, foi declarado vencedor do pleito, com 12.792 votos contra os 1.153 votos dados à chapa 2 (diferença de 11.639 votos), apoiada pela CGT. Ao todo votaram 14.796 metalúrgicos e as chapas 3 e 4 tiveram, respectivamente, 292 e 416 votos.

A apuração, que durou toda a madrugada, não registrou qualquer incidente e a ameaça da CGT de suspender a contagem dos votos urruves de mandado de segurança acabou não acontecendo. Quando tiveram certeza de que nenhuma decisão judicial seria impetrada, os representantes da chapa 2, liderados pelo candidato Eugênio Martins Araújo, o "Geminho", deixaram o Ginásio do Recreio do Trabalhador às 20h.30 de antontem e não fiscalizaram os trabalhos de apuração. Somente as chapas 1, 3 e 4 participaram da contagem dos votos, que foi documentada em vídeo por uma equipe concentrada pela diretoria do sindicato. Houve 157 votos nulos e 144 em branco. A diferença de 22 votos entre o total de votantes e o número de votos contabilizados corresponde, segundo a ata da eleição, às cédulas dos que votaram em separado e que não foram colocadas em envelopes lacrados, conforme determina o estatuto. Esses votos não foram considerados válidos.

Tensão — Durante toda a quarta-feira, a CGT tentou criar um clima de tensão na cidade, fazendo chegar até os jornalistas que cobriam o pleito a informação de que a apuração da eleição poderia ser suspensa pela Justiça. Mas nada de concreto aconteceu e a atitude irritou os metalúrgicos, que descarregaram os votos na chapa da situação e garantiram à CUT o controle do sindicato por mais três anos. "Não sei o que aconteceu. Não estou entendendo nada", desabafou o advogado Isaias Romero Bento, da chapa 2, que até o início da tarde de ontem não havia conseguido localizar seu colega João Kakimori, o qual tinha a missão de entrar com mandado de segurança — pronto desde o último domingo — no Tribunal de Justiça do Rio no final do expediente de quarta-feira.

Romero Bento chegou a trocar telefonemas com o pessoal da CGT em São

Paulo pela manhã mas nenhum diretor da entidade conhecia o paradeiro de Kakimori ou o motivo que o levava a não dar entrada no mandado de segurança. Além do desentendimento entre os dois advogados, os representantes da CGT no pleito também enfrentaram outras controvérsias. Não conseguiram, por exemplo, voluntários para fiscalizar a votação e a apuração da eleição. "Acho que o único jeito vai ser pagar pelo serviço", constatava, às 16h30 de quarta-feira no escritório de Romero Bento, o militante da chapa 2, Wilton Meira, que não conseguia esconder sua irritação pela desorganização de seu grupo.

A frágil estrutura com que a CGT pretendia montar uma base em Volta Redonda havia ruído de vez. Cerca de 15 dias antes do pleito a direção da central decidiu que iria disputar com a CUT o controle do sindicato e escolheu o ex-candidato a vereador pelo PDS nas últimas eleições, Eugênio Martins, como seu representante. Em seguida, contratou o advogado Isaias Romero Bento, que mora em Barra Mansa, para, junto com João Kakimori, tentar adiar a eleição por 30 dias e permitir a formação de uma chapa com chance de vitória. Mas não forneceu dois instrumentos que permitiriam ampla margem de manobra por parte dos dois advogados: um assessor de imprensa e um assessor político, conforme solicitou Bento na primeira reunião que teve com a CGT em São Paulo, no fim de junho.

Empresários — Os empresários de Volta Redonda, acusados pela chapa da situação de simpatizarem com a chapa da CGT, foram os primeiros a apoiar a iniciativa do presidente eleito Wagner Barcelos de lutar contra a privatização da CSN. "Ele é muito ponderado e estamos também nesta luta, porque a privatização vai significar um corte de pelo menos 50% dos funcionários da CSN", reagiu Célio Pivello, da Gráfica Gazetilha, dono do *Jornal do Vale*, ex-vice-presidente da União Democrática Ruralista local (UDR) e conselheiro da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Ele teme prejuízos no comércio com a privatização.

Já o presidente da Associação Comercial, Edir Maurício Moreira, dono da distribuidora de Balas e Doces Paraíso das Crianças, disse que a eleição correu dentro da legalidade e que Wagner mereceu todo o respeito por ser o escolhido dos metalúrgicos. "A luta contra a privatização é de todos nós, porque a CSN é um patrimônio dos brasileiros e deve ser tão eficiente quanto a Petrobrás e a Vale do Rio Doce, duas estatais nas quais o governo não tem 99% do controle", afirmou Moreira.

8907135

8907135

01.01

098

098

Disputa entre CUT e CGT resulta em cinco feridos

José Antônio Rodrigues

SÃO PAULO — A violência, sexta-feira, no 9º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — o maior da América Latina, que representava cerca de 370 mil trabalhadores — deixou um saldo de cinco feridos, uma demissão, confirmada ontem, e uma irremediável divisão política entre os componentes da atual diretoria do Sindicato e a oposição, liderada por militantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, lança dúvidas sobre a possibilidade de unificação das bases dos metalúrgicos do Estado de São Paulo. Houve, em bom português, grossa pancadaria, acompanhada de tiros, comandada por uma ala da diretoria atual, liderada por Paulo Pereira da Silva. Os dois homens que empunham revólveres, na foto estampada ontem pelo JORNAL DO BRASIL, seriam ligados a esse diretor, conhecido por Paulinho, e um deles seria seu irmão, Valdir Pereira da Silva. Paulinho, segundo informações prestadas ontem sigilosamente, é filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Dos cinco feridos, dois são do próprio sindicato dos Metalúrgicos, confirmou ontem o presidente Luiz Antônio de Medeiros. Adnaido Ferreira de Oliveira, ferido nas costas, possivelmente com um estilete, e Sérgio Amarante de Lima, atingido na cabeça por pedradas. Do lado da CUT, segundo depoimento, ontem de João Carlos Gonçalves, o Juruna, houve três feridos, todos com boletim de ocorrência registrado no 5º Distrito Policial, na Aclimação Zona Sul da cidade: Carlúcio Castanha, Sebastião Lopes Neto e o próprio Juruna. O demitido foi Edival Inocência Paiva, flagrado por Medeiros agredindo uma fotografia e inutilizando seu equipamento.

Incidentes — Os incidentes começaram na noite de sexta-feira, quando metalúrgicos vinculados à CUT abriram uma faixa dentro do recinto do congresso, que estava sendo aberto, na sede-escola do Sindicato, no bairro da

Liberdade, próximo ao Centro. Imediatamente, diretores do Sindicato exigiram a retirada da faixa — que reivindicava o fim da política de arrocho salarial — e impediram manifestações. Começou então a pancadaria, seguida de tiros, na rua. Ontem, Medeiros confessou que não teve como controlar o conflito. "Havia pre-disposição dos dois lados, gente com a cabeça quente", disse.

Medeiros identificou "profissionais da provocação" de ambos os lados. De um lado havia "um tal de Neto", que o presidente do Sindicato tem na conta de conhecido provocador. E de outro, um certo Tarugo, que parecia estar, segundo Medeiros, muito à vontade na turbulência toda. Medeiros acha que os militantes da CUT conseguiram seu objetivo: "Em minoria absoluta, eles não conseguiriam absolutamente nada no nosso congresso. A reação de parte da nossa diretoria deu a eles um ganho político, jogando nosso sindicato para as páginas policiais dos jornais", queixou-se ele. Dos mais de dois mil delegados inscritos, comentou Medeiros, a CUT tinha cerca de cem, "nada mais".

Resposta — Ontem, Juruna, indignado, dizia que a proposta da CUT era tentar unificar a luta dos trabalhadores metalúrgicos, exigindo 102,53% de reposição salarial e que os inscritos da oposição eram cerca de duzentos. "Devido à violência com que fomos recebidos, fizemos uma reunião na própria sexta-feira e decidimos não comparecer mais ao congresso", explicou.

Tiros — Todos ouviram tiros, menos Luiz Antônio de Medeiros — ele alega que estava dentro do recinto e os tiros foram na rua. Do lado da CUT, Juruna disse ter sido informado de um ferido à bala, mas não sabe dizer quem. Os levantamentos do Sindicato dos Metalúrgicos, por sua vez, não indicam nenhum episódio desse tipo. Hoje a CUT reúne a imprensa para apresentar um dossiê em que repudiam a falta de democracia no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, com um balanço da violência de sexta-feira.

CUT - CGT - 1977

Jdo Brasil 9/7/87

Medeiros poderá ^{FSS} perder espaço no sindicalismo

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) tentará arrebatar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo da atual corrente de trabalhadores que o dirige, liderada pelo sindicalista Luiz Antônio de Medeiros. "Medeiros está pedindo uma frente contra ele, e ele a terá" garantiu ontem o diretor do Departamento Nacional dos Metalúrgicos da CUT, Heiguberto Della Bella Navarro. O conflito ocorreu na sexta-feira, na sede-escola do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, no bairro da Liberdade, Zona Central, entre uma ala da diretoria e militantes da oposição cutista foi a manifestação pública de uma luta que já se desenvolve há tempos no movimento sindical.

A Constituição promulgada no ano passado estabeleceu novos parâmetros para o movimento sindical. Esses parâmetros permitiram, por exemplo, que Luiz Antonio Medeiros se tornasse presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, mas também possibilita a CUT a organizar um sindicato regional no ABC paulista, concentrando todos os trabalhadores metalúrgicos da região. Nessa luta estão a questão das contribuições sindicais tema polêmico que vem recebendo tratamento diferente pelas entidades representativas a ocupação de espaço político e a redefinição de todo o

movimento.

Neste final de semana, dois congressos, um da CUT estadual, outro dos metalúrgicos de São Paulo, definirão novos caminhos. A CUT, apesar de prosseguir na mesma retórica pela greve geral, já admite composições com outras correntes, inclusive conseguindo reduzir suas divergências internas. No congresso encerrado ontem, a Articulação, corrente majoritária, ficou com cerca de 60% dos cargos na executiva estadual, deixando perto de 30% para a corrente CUT pela Base, e o restante para a Convergência Trabalho. Além disso, conseguiu-se dentro do Congresso apoio para uma composição com o PC do B (corrente Classista) e outros segmentos do movimento sindical para a tomada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Com acordo recém-assinado pela Fiesp, que favorece também os metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, todos considerados sindicatos independentes e que defendem a corrente do sindicalismo de resultados, a CUT marcou um ponto importante. Mais que isso, a unificação das datas-base de todos os metalúrgicos do Estado, em novembro, praticamente deixará na mesma posição cutistas e adeptos de Medeiros, que poderá perder espaço

JB

10/7/89 -

098

Jornal do Brasil
9/7/89

CUT, CGT e partidos disputam poder em Volta Redonda

Marcelo Tognazzi

VOLTA REDONDA, RJ — As eleições que começam amanhã e terminam quarta-feira nesta cidade, mais do que indicam qual a nova direção do sindicato dos 27 mil metalúrgicos da região — a maioria empregada na combatida CSN —, a ser escolhida entre as quatro chapas inscritas, vão servir para disputas entre as duas maiores centrais sindicais do país — a CUT e a CGT — e também envolvem partidos políticos. Vagner Barcelos, da Chapa 1, da situação, tem o apoio do PT, do PCB, do PC do B, do PV e do bispo Dom Waldyr Calheiros. Eugênio Martins Azevedo, da Chapa 2 — a mais forte da oposição — é apoiado pela CGT e pelo ex-presidente da UDR local, Célio Pivello. A Chapa 1 é a favorita, mas seus integrantes estão divididos numa luta interna entre o PT e o PDT.

Os 27 mil metalúrgicos aptos a votar estão à margem do processo eleitoral. São eles que vão eleger o homem que terá, junto com o prefeito e a Justiça, parcela importante do

poder local, além de gerir um orçamento anual estimado hoje em NCZ\$ 1 milhão. Na última eleição, em 86, quando Juarez Antunes foi escolhido presidente do sindicato, sua chapa obteve 86,3% dos 19 mil 300 votos válidos. No mesmo ano, quando Antunes foi eleito Deputado federal pelo PDT, sua votação na cidade somou 33 mil votos — número igual à quantidade de metalúrgicos da região de Volta Redonda. No ano passado, o sindicato conseguiu eleger, além do prefeito, mais três metalúrgicos, dois do PDT e um do PT. O vereador mais votado de Volta Redonda, Paulo Baltazar (PSB), por exemplo, obteve 1 mil 300 votos. Se os metalúrgicos sindicalizados resolvessem votar em massa nos seus colegas candidatos, conseguiriam eleger pelo menos metade dos 21 vereadores que compõem a Câmara Municipal.

Prestígio — Além do poder de parar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a maior arrecadadora de ICMs do Estado do Rio, ter enorme trânsito entre os comerciantes da cidade — que normalmente apoiam

reivindicações por melhores salários de olho nas vendas —, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos é uma figura respeitada pela Justiça e pelos grandes empresários por sua capacidade de mobilização. Outra vantagem é o salário de cerca de NCZ\$ 900, que pode significar até o triplo do que um operário comum recebe trabalhando na CSN.

O adversário mais expressivo tem sido a Chapa 2, encabeçada por Eugênio Martins Azevedo, 51 anos, o *Gatinho*, funcionário da Superintendência de Perfis e Trilhos, que tem o apoio da CGT dos sindicalistas Rogério Magni e Luiz Antônio Medeiros. A CGT deseja adiar a eleição por mais 30 dias. Quer ganhar tempo a fim de conseguir que as três chapas de oposição se unam para somar, no mínimo, 25% dos votos válidos. A CGT enviou o advogado e especialista em eleições sindicais João Kakimori para assessorar juridicamente a Chapa 2. A gráfica que tem rodado o material de propaganda da chapa, A *Guzetilha*, pertence ao ex-presidente

da UDR de Volta Redonda, Célio Pivello, que também é dono do Jornal do Vale.

Na Chapa 1, que representa a situação, existe um racha. O cabeçade-chapa, Vagner Barcelos, 30 anos, é ligado à CUT e ao PT, tem o apoio do bispo Dom Waldyr Calheiros, mas só conseguiu indicar oito dos 24 membros da chapa. Marcelo Felício, atual presidente do Sindicato e membro do PDT, indicou seis nomes, e o diretor Luiz Antônio Vieira Albano, indicou dez. Albano, que tem maioria na chapa, é do PT e costuma dizer, nas reuniões, que "Vagner vai ser igual à rainha da Inglaterra. Vai reinar, mas não vai governar." Vagner é o alvo mais freqüente dos ataques das chapas de oposição, que o acusam de ter montado uma criação de porcos nos arredores de Barra Mansa, ter comprado dois carros zero quilômetros e viajado diversas vezes para a Europa — uma delas, para se casar com uma italiana — com dinheiro do sindicato. Outros "viajantes" também citados pela oposição são Marcelo Felício, que foi para a Fran-

ça, e Inaque Fonseca, que viajou para Cuba e teve seu livro ("Um operário brasileiro em Cuba") financiado pelo Sindicato.

Briga — Vagner foi indicado como cabeçade-chapa por uma assembleia, com cerca de 2 mil operários, realizada em abril, mas os outros componentes de sua chapa não querem fazer campanha para ele e até seu material de propaganda ele teve que pagar do próprio bolso (custou NCZ\$ 1 mil 668). A briga interna explica porque a campanha não está nas ruas da cidade, onde não há comícios nem discursos durante a troca de turno na CSN. Com apoio de Dom Waldyr Calheiros, o ex-seminarista Vagner Barcelos, que diz contar com a simpatia do PCB, PC do B, PV e PT, quer interferir na comercialização e produção de aço da CSN.

Vagner pretende conseguir o que seus correligionários chamam de "apropriação política e sindical da CSN", através da participação na direção e no processo de produção e comercialização dos produtos da em-

presa. As questões salariais não seriam o carro-chefe do movimento sindical, caso ele seja eleito. Vagner também quer impedir qualquer tentativa de privatização da CSN.

Como a própria CGT reconhece o movimento sindical de Volta Redonda representa, hoje, uma das perdas da vanguarda sindical brasileira, o que foi comprovado no dia 1º de maio, quando as principais lideranças da CUT e de diversos partidos políticos estiveram na cidade. Por isso a CGT tenta abrir espaço para apresentar suas propostas e neutralizar a ação da CUT, mesmo sabendo que candidato Eugênio Martins não tem peso no meio sindical e não é reconhecido como líder dos trabalhadores. Medeiros, que está apoiando o PDT de Brizola, não pode contar com o apoio do presidente do sindicato, Marcelo Felício, que é dirigente do PDT local. A CGT é apoiada cidade por conservadores, com o lado ligado a partidos como o PPS e a extinta ARENA.

01.01

8907149

OAB

OAB tem novo presidente: Ophir Cavalcante, do Pará

O novo presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é o paraense Ophir Filgueiras Cavalcante. Ele foi eleito e empossado ontem, em Brasília, ao receber 17 dos 28 votos dos representantes das seccionais da OAB. Concorreu com o gaúcho e ex-presidente da seccional do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Lopes Madeira, que somou nove votos. Ophir Filgueiras Cavalcante vai dirigir a OAB nos próximos dois anos (título 88/81).

Social-democrata, 51 anos e ex-presidente da seccional da OAB do Pará no período de 81/87, Ophir Cavalcante disse em entrevista, ontem, que vai se dedicar às questões de interesse profissional dos advogados, embora não aceite o rótulo de corporativista. Frisou que, apesar de dar mais atenção aos problemas profissionais, como a reforma do estatuto do advogado, a OAB vai continuar sendo a entidade nacional que sempre esteve à frente da sociedade em defesa da democracia e dos direitos humanos, entre as causas que a destacaram nos últimos anos.

Com a reforma dos estatutos, o novo presidente da OAB pretende introduzir a eleição direta. Considera o atual estatuto, criado em 1963, "velho e defasado". Ophir Cavalcante disse que sua militância política tem-se restringido aos limites da OAB e afirmou que não é filiado a nenhum partido político. Sem citar nomes, disse que na eleição presidencial deste ano, votará num "candidato progressista, seguramente não num destes que só tracam a camisa." (Brasília/ZH)

2 horas

8907155

098

Salvar la Amazonia

La Amazonia como muy bien se ha dicho es uno de los principales pulmones del planeta, incluso para muchos la más importante de las zonas productoras de oxígeno del mundo y una reserva genética extraordinaria. Con razón pues su posible —aunque no probable— desaparición o su parcial destrucción, constituye una preocupación fundamental para los habitantes de la tierra, por los fenomenales cambios climáticos que podrían derivarse, si la tala indiscriminada que la viene afectando no cesa o al menos reduce sensiblemente su acción, acompañándola a la renovación de sus especies vegetales.

Si bien no es fácil calcular con exactitud la superficie del mundo ocupada por los bosques "siempre verdes", situados en las regiones húmedas, los investigadores estiman en alrededor de 6 millones de kilómetros cuadrados el área ocupada por éstos en Sudamérica y América Central, de los cuales 3.700.000 corresponden a Brasil.

Se estima también que varias decenas de miles de kilómetros cuadrados son destruidos por año, de los que unos cuantos miles —se calcula entre 500.000 y 600.000 hectáreas, según cifras que hemos visto publicadas— corresponden a la Amazonia.

Basta para comprender cabalmente la importancia de

estas cifras, reflexionar que una superficie como la de Uruguay (aproximadamente 18 millones de hectáreas) podría ser devastada en menos de 9 años.

La producción de oxígeno mediante la fotosíntesis es indispensable para la existencia de la vida animal, ya que las plantas absorben el gas carbónico manteniendo la necesaria proporción de oxígeno en el aire en un equilibrio que viene sustentándose sin alteraciones desde hace millones de años. La tala de grandes extensiones y la quema de las especies vegetales, a los efectos de ganar esos terrenos para la agricultura, no constituyen en absoluto una solución para los campesinos pobres, que al poco tiempo verán que el rendimiento de los suelos fue apenas un espejismo de corta duración.

La producción mundial de gas carbónico se calcula actualmente en unos 20 millones de toneladas anuales, y continúa incrementándose, lo que podría desbordar en unos años la capacidad de absorción de las grandes masas arbóreas, especialmente si éstas siguen perdiendo terreno en la lucha contra la civilización (?).

Y si la concentración atmosférica del CO₂ aumenta paulatinamente, ello contribuiría a producir el calentamiento de las capas atmosféricas y un indeseable efecto de

invernadero sobre el planeta, no inmediato pero si inevitable al cabo de decenios y singularmente perjudicial para la vida humana.

Se impone entonces que el hombre en general, y los gobiernos de manera especial procedan juiciosamente. Las zonas que hayan sido liberadas por la destrucción de los bosques ancestrales, permitan casi siempre la "instalación" de un bosque "secundario" con lo que se compensaría el déficit de absorción del gas carbónico y se re-tornaría al equilibrio en el área.

De todas maneras la destrucción de las grandes masas vegetales de las zonas húmedas del planeta no es recomendable, salvo que se proceda con gran prudencia, basándose en fundadas razones de progreso (carreteras, represas, electrificación de regiones importantes, etc...)

Se trata también de un problema de educación. Es menester enseñar al campesino a vivir en armonía con la naturaleza y no a convertirse en su agresor.

En la década del 50, agricultores japoneses se instalaron en tierras de la Amazonia, y sus experiencias resultaron singularmente exitosas y por cierto fructíferas, mientras que los ensayos realizados por los campesinos provenientes de zonas pobres del Brasil, en particular del

Nordeste, terminaron en lamentable fracaso.

Además el bosque tropical es una reserva for de vida animal y vegetal, que aún hoy es poco conocido cuyo estudio implicaría planes racionalmente concebidos a la práctica con la prudencia que exige la ciencia.

En esencia ésta es además la opinión de los países amazónicos que contienen sectores importantes de su riqueza, y que por otra parte no aceptan las frecuentemente exageradas, de quienes predicen a sus ecológicos que, dada la actual realidad, no se can.

Por otra parte, nadie puede negar el derecho de los países amazónicos de explotar las riquezas que el vasto territorio les proporciona para beneficio de sus pueblos, por lo que sin duda son los más interesados en protegerla, de forma que esa estúpida región ubi el corazón de Sudamérica no sufra la destrucción minuciosa de sus especies, y continúe siendo uno de los pulmones oxigenantes del planeta.

Mario Re

8907183

4/7/89

F. SS
H. Gues

01.01

8907183

098.

CUT aprova greve geral para antes da eleição

Os dirigentes nacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiram ontem, em São Bernardo do Campo, trabalhar pela deflagração de nova greve geral, por tempo indeterminado, como forma de resistência ao custo de vida e para conquistar melhorias salariais. Ainda falta determinar a data, mas é quase certo que aconteça antes das eleições de 15 de novembro. Entretanto, se for decretado outro pacote econômico, a paralisação será imediata, informou o secretário geral da entidade, Gilmar Carneiro.

A greve faz parte do "Plano de Ação" aprovado pelos 200 delegados cutistas, que participaram da plenária nacional no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, cujo objetivo principal é garantir a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores com campanha salarial no segundo semestre, assim como combater a hiperinflação.

Os sindicatos filiados à CUT vão encami-

nhar pasta única de reivindicação às entidades nacionais. Os demais itens da pasta são: reajuste integral mensal, que segundo Gilmar Carneiro, já está sendo pago por várias empresas; piso salarial calculado pelo Departamento Interindustrial de Estudos Sócio-econômicos (Diere), assim como recuperação total das perdas sofridas durante o ano.

RECUVÁRIOS — Os 17 mil empregados das 36 empresas transportadoras do Rio de Janeiro entraram em greve ontem, depois de uma semana de negociações, sem êxito, com os patrões, que suspenderam há um mês o pagamento das diárias equivalentes a 12% sobre o salário mínimo e 30% de reajuste, que somados ao IPC do mês daria um aumento de 52,76%. A maioria das empresas transporta cerca de sete mil toneladas diárias de produtos siderúrgicos da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) (AG).

01.01

8907204

098

ZERO HORA — Domingo, 24.08.86 — PÁGINA 24

O presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes, disse em Brasília, que os membros da Igreja estão liberados para votar em qualquer candidato que siga os princípios de dignidade e solidariedade humana. Em Goiânia, acusou a União de omissão no assassinato, em 86, do padre Josino Tavares.

CNBB diz que liberdade de voto dos católicos será total

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes liberou os membros da Igreja para "que votem em qualquer candidato que siga os princípios de dignidade e solidariedade humana". "Dizem que os bispos estão apoiando Mário Covas e as bases da Igreja o Partido dos Trabalhadores. O que é maior. A liberdade de voto é total. A Igreja não tem nem terá um candidato. Cada um deverá votar naquele que na sua opinião está mais ligado às tezas da Igreja", disse Dom Luciano depois de um encontro na sede da CNBB em Brasília, com o candidato à Presidência pelo PFL, Aureliano Chaves.

Dom Luciano disse que a visita de Aureliano muito honrava a CNBB, sobretudo porque a Igreja tem um "pleito de gratidão com este grande homem". O arcebispo estava se referindo ao episódio ocorrido em 1988, quando Aureliano era vice-presidente da República e concedeu o direito de resposta aos padres franceses



Dom Luciano: dignidade

Aristides Canó e Francisco Goulart que estavam sendo acusados de incitarem conflitos de terra no sul do Estado do Pará.

BSBBB — Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acusa o Estado de Goiás e a União, de omissão na segurança do padre Josino

Tavares, assassinado em emboscada em maio de 1986. Dom Luciano esteve em Goiânia, prestando depoimento à Justiça Federal no processo em que a mãe de Josino, a viúva Olinda Tavares, requer dos governos federal e estadual uma pensão equivalente a dois salários mínimos, retroativa à data em que seu filho foi vítima do primeiro atentado, em abril daquele mesmo ano. Durante mais de uma hora em que foi submetido a perguntas do juiz e advogados que trabalham no caso, o bispo tinha em suas mãos dois livros: A Trágica e Planejada Morte de Josino e Violência no Campo. O depoimento de Dom Luciano era tido como um dos mais fortes do processo, já que foi ele quem, há menos de um mês da morte de Josino, como secretário-geral da CNBB, se entrevistou com o então ministro da Justiça, Paulo Brossard e ainda, com o presidente Sarney, pedindo proteção ao padre que já havia sofrido um primeiro atentado. (AJNAG)

PT e CUT propõem acordo

José Antônio Rodrigues

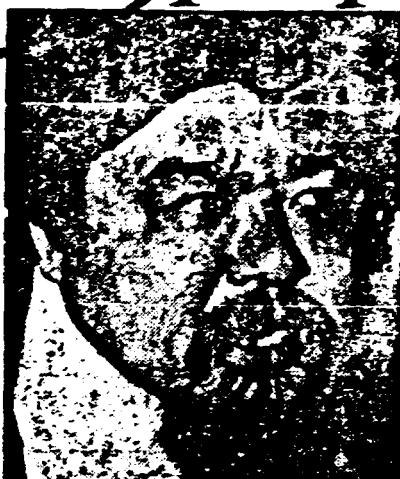
SÃO PAULO — Conscientes de que a hiperinflação representa o "maior perigo" para a classe trabalhadora e que poderá destruir todas as estruturas duramente construídas do movimento sindical brasileiro, dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) propõem programas de emergência que possam evitar o mal maior. "Se a hiperinflação acontecer não haverá cachorro para matar a fome dos que vão ser aliçados do mercado de trabalho", alerta o presidente do PT, Luiz Gushiken. "Quando há um processo hiperinflacionário ele dura de 10 a 12 meses e depois dele não sobra nada", adverte por sua vez o secretário-geral da CUT, Gilmário Carneiro dos Santos.

É por isso que tanto o braço político, quanto o sindical da organização básica dos trabalhadores hoje estão decididos a abrir espaço para negociações e dispostos a fazer propostas práticas que possam evitar o fenômeno. Há, por parte da CUT, estudos feitos, encomendados ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que concluem que a atual situação do país é crítica. Carneiro dos Santos, por exemplo, entende que a hiperinflação está reprimida na contenção dos preços públicos — insumos, tarifas e serviços. Além disso, ele estima que os preços estão totalmente desorganizados, artificialmente, e propõe algumas medidas para evitar o caos.

Dilema — O principal, sugere Gilmário Carneiro dos Santos, é garantir o abastecimento de produtos básicos, de alimentação à toda população. Por isso a CUT, em reunião da sua executiva ampliada, que inclui dirigentes de todos os estados, decidiu propor uma ampla campanha, que será desencadeada a partir do próximo dia 25, junto a todas as prefeituras e governos estaduais, para que esses poderes públicos garantam o abastecimento. Prefeituras e governos estaduais teriam a incumbência, segundo a proposta da CUT, de organizar estoques de alimentos e elaborar a melhor forma de distribuição dos produtos básicos, via varejos, sacolões, compras comunitárias e outros meios.

Mas não é só com o abastecimento que a central sindical está preocupada. O desalinhamento dos preços públicos representa um dilema a ser encarado de frente. Além disso, a suspensão do pagamento da dívida externa representaria um alívio para as contas públicas, suficiente para implementar uma política monetária mais branda, com juros mais baixos, e criar instrumentos de recuperação dos investimentos. "O governo não pode deixar o abastecimento somente nas mãos do setor privado", exige Carneiro dos Santos. Ao mesmo tempo, ele teme que qualquer estopim poderá servir para o início de saques, violência e a possibilidade de se generalizar o descontrole social. "A CUT quer evitar o pior, por isso apresenta propostas claras e objetivas", repete ele.

Carneiro dos Santos disse que a CUT irá procurar os empresários, discutindo alternativas que não sejam recessivas. Uma das fórmulas para se garantir o abastecimento é o tabelamento imediato de produtos básicos, ou os gêneros de primeira necessidade. O sindicalista vai além, ao propor que os empresários deixem de estimular o processo hiperinflacionário e sustentem o fornecimento.



Gushiken: clima crítico



Santos: garantir comida

Saques — O estudo do Dieese tem apontado, apesar de ainda não ter sido divulgado, que o pós-hiperinflação não deixa pedra sobre pedra. A estrutura sindical da Bolívia acabou-se, assim como a famosa organização trabalhista argentina desgastou-se enormemente no processo. "É certo que a hiperinflação enfraquece o movimento sindical", reconhece Carneiro dos Santos. Por isso mesmo repete ele, a CUT faz suas propostas, porque, "na hora em que começar o quebra-quebra", que ninguém acuse a central. Se isso ocorrer, por falta de cuidado dos agentes econômicos e do governo, alerta o sindicalista, a CUT não vai fazer o papel de impedir saques, porque não vai se "transformar em agente de segurança das empresas".

PT teme — Para se evitar choques e tensões, o PT apresenta, preliminarmente, duas propostas: a primeira coincide com a da CUT, uma política de abastecimento que garanta os produtos básicos para toda a população. A segunda é o alongamento do perfil da dívida interna, que possibilite ao governo girar sua dívida mais folgadoamente e com uma política de juros mais baixos. A essas duas medidas, o presidente do PT, Luiz Gushiken, acrescenta um fator já ponderado e assumido pelos empresários: a redução do mandato do presidente Sarney.

O PT vê no atual momento político uma estratégia neoliberal em curso, que parte das seguidas críticas ao estado. Para seus analistas, o que se pretende é denegrir a imagem do estado, a tal ponto que se obriga a uma privatização generalizada, com a transferência de bens públicos para o setor privado, a preço de banana. Por tudo isso, tanto o PT quanto a CUT pretendem desencadear uma campanha nacional, com as forças consideradas progressistas, para tentar impedir um processo recessivo.

01.01

8907316

098

Tortura Nunca Mais

O grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), ligado aos Direitos Humanos, promoveu ontem, no Centro Cultural de São Paulo, no bairro do Paraisópolis, na zona sul, um encontro nacional de familiares e amigos de presos desaparecidos. O principal objetivo do encontro, segundo Helena Pereira dos Santos, presidente da entidade, foi reivindicar o esclarecimento dos desaparecimentos políticos no País, de 20 anos para cá, e lutar para que leis que impeçam a tortura, sejam criadas. O encontro teve a participação de parentes e amigos de presos desaparecidos nas décadas de 60 e 70, durante a repressão do regime militar, bem como de representantes do Grupo Tortura Nunca Mais de vários estados. Serviu também como um preparativo para uma reunião que acontecerá no próximo dia 25 de agosto, em Caracas, na Venezuela, promovido pela Federação de Familiares de Desaparecidos na América Latina (Fedefam). Nesta reunião serão discutidos temas como a crise que atinge todos os setores no Brasil, o processo de redemocratização na América Latina, a questão dos direitos humanos e a impunidade. (AG)

01.01

8907344

Lideranças da CUT e da CGT aceitam jantar com o ministro da Fazenda

SÃO PAULO — O ministro da Fazenda, Mailson de Nóbrega, pode ficar tranqüilo: o convite para um jantar com as diversas lideranças sindicais, transmitido ontem pela ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, foi aceito. Tanto a Central Única dos Trabalhadores (CUT) quanto a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) concordaram em ouvir os dados do desempenho da economia no primeiro semestre e a posição defendida pelo ministro de que "não" há riscos de hiperinflação no curto prazo.

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, disse que se a CUT for procurada, ele irá até Brasília ouvir o que o ministro tem a dizer. "A CUT é parte da sociedade, não tem porque se esquivar", afirmou Meneguelli. O secretário geral da CUT nacional e presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, no entanto, ressaltou que o convite do ministro está chegando "muito tarde". "Depois de ter feito mil conchavos com empresários e economistas conservadores, ele resolve falar com os trabalhadores. Por que não nos chamam antes?", reivindicou Gilmar. O secretário-geral da CUT não sabe dizer o que a entidade pedirá ao ministro, mas acredita que, no encontro, serão colocadas algumas garantias básicas para que os assalariados sobrevivam diante de uma inflação de 30% ao mês (pagamento semanal, garantia de abastecimento etc).

O presidente da CGT, Antonio Rogério Magri, também confirmou presença. "Na conjuntura atual, é pior ignorar os fatos", frisou Magri. "Nós temos a obrigação de resgatarmos nossas perdas salariais." Magri adianta, no entanto, que não vai pedir nada ao ministro da Fazenda. "Não acredito mais em Papai Noel e, há muito tempo, aprendi a não esperar muito das pessoas para não me decepcionar depois", disse o presidente da CGT. Magri diz que ficou satisfeito ao saber que o ministro da Fazenda concorda com ele, no sentido de que não haverá hiperinflação.

O presidente interino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Antonio Flores, não disse se aceita ou se recusa. "Se formos convidados, faremos uma análise", afirmou Flores, mostrando as cicatrizes causadas pela participação de Luiz Antonio de Medeiros — o presidente do sindicato, na frustrada tentativa de edição de um pacto social no final do ano passado, na qual os representantes dos trabalhadores se sentiram traídos pela edição do Plano Verão.

28/7/89

JB

J. do Brasil
28/7/89~~CONFIDENCIAL~~

0918

JB

sábado, 20/7/89 1º caderno 7

Meio ambiente **P.S.S. M.A.** **Ibama multa empresas** **em NCz\$ 3,6 milhões**

Ricardo Miranda Filho

MARABÁ, Pará — Só nos últimos três dias — depois que uma equipe de 20 fiscais e sete homens da Polícia Federal chegou à região —, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) aplicou multas de NCz\$ 3,6 milhões, dos quais NCz\$ 3 milhões contra a Siderúrgica de Marabá S.A. (Simara), do projeto Grande Carajás, e apreendeu castanheiras cortadas ilegalmente. Os fiscais do Ibama, temendo a irritação dos empresários locais — estão sob constante ameaça de morte —, andam armados.

O presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, desembarcou ontem em Marabá para acompanhar de perto a Operação Carajás, uma ambiciosa fiscalização contra siderúrgicas e madeiras que devastam a Floresta Amazônica para usar madeira nativa na produção de ferro-gusa.

A operação acontece no momento em que o Brasil sofre pressões da Comunidade Econômica Europeia (CEE), que ameaça só comprar ferro-gusa se a região desmatada for recuperada. "Não podemos mais admitir essa devastação vinda de pessoas que se acostumaram com a impunidade", disse Fernando César Mesquita aos fiscais do Ibama em Marabá. Antes da operação, a sede do instituto na cidade tinha apenas seis pessoas (quatro agentes e dois engenheiros) e três carros velhos para fiscalizar uma área de cerca de 7 milhões de hectares, onde operam atualmente pelo menos 220 serrarias legalizadas e cinco guserias (Simara, Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipa), Siderúrgica Camargo Correa, Siderúrgica Vale do Pindaré e Viena Siderurgia).

"Minha preocupação é ficar sozinho depois dessa operação", admitiu o administrador do Ibama na cidade, o engenheiro florestal Norberto Neves de Souza, que lamenta a falta de material para combater as irregularidades. Os salários também são baixos: os fiscais ganham NCz\$ 200,00 e os engenheiros NCz\$ 400,00 por mês.

Fernando César Mesquita, que viajou acompanhado da diretora de con-

trole e fiscalização do Ibama, Sueli Monteiro Galvão, e do coordenador-geral do Plano Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios, Domingos de Freitas Ribeiro, já garantiu um helicóptero para a área na próxima semana. Além disso, será mantida uma equipe permanente em Marabá. Os fiscais que chegaram segunda-feira passada — estão instalados em dois postos fixos, dois postos volantes e um na região de Tucuruí — apreenderam 20 caminhões com cerca de 100 toneladas de carvão vegetal para os fornos das siderúrgicas. A carga foi liberada, mas cada caminhão pagou multa de até NCz\$ 10 mil.

Irregularidades — A siderúrgica Simara, do grupo Belauto — única locadora de veículos da região e cuja documentação foi estava irregular, foi multada em NCz\$ 18 milhões, valor reduzido em seguida para NCz\$ 3 milhões. "A multa fecharia a empresa. Nosso interesse é ver a lei sendo cumprida", explicou o engenheiro José Carlos de Menezes, coordenador da operação em Marabá. A empresa Simara não tinha o Plano Integrado de Floresta e Indústria (Pifi) nem dispunha das cotas de reflorestamento obrigatórias. Ainda assim, seus dirigentes recusaram-se a assinar a multa e vão recorrer à Justiça.

Embora tenha uma capacidade instalada para a produção de 55 mil toneladas de ferro-gusa por ano (de fevereiro até agora foram consumidos 69 mil metros cúbicos de carvão, que garantiram a produção de 8 mil toneladas de ferro-gusa), a Simara não pôde mostrar sequer o registro em ordem. No pátio da empresa foram encontrados 2 mil e 300 metros cúbicos de carvão, sem a cobertura da guia exigida por lei para a derrubada.

Outra empresa, a Cosipa, do grupo Itaminas, está sendo investigada, já que parte dos seus caminhões foi apreendida carregando madeira sem permissão do corte. As demais siderúrgicas também serão vistoriadas pelo Ibama. Mais 17 empresas esperam autorização para funcionar na região ao longo da Estrada de Ferro Grande Carajás.

Zero Hora
27/7/83

GERAL

Centrais sindicais lutam para garantir mais espaço

Nesta briga, a CUT está levando vantagem. Mas a CGT promete reagir

O tabuleiro sindical gaúcho teve muitas peças alteradas, nos últimos meses. Os dois principais enxadristas desse jogo político, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), proclamam vitória. A CUT talvez esteja ganhando — tem 83 sindicatos filiados e outros 75 em processo de filiação, contra os 82 filiados ou simpatizantes da CGT. Já conquistou boa parte dos "peões", entre os 500 sindicatos gaúchos, mas ainda está longe de aplicar o cheque-mate na CGT.

O presidente estadual da CUT, Gilmar Pedruzzi, diz que os 158 sindicatos filiados ou alinhados representam 1,5 milhão de trabalhadores. No Estado, haveria 2,8 milhões com carteira profissional. Pedruzzi ressalta que a CUT, neste ano, ganhou a presidência de inúmeros sindicatos. No Vale do Sinos, os sindicatos dos calçadistas de Ivoti, Estância Velha e Dois Irmãos, que estavam em poder, segundo Pedruzzi, de diretorias "acomodadas". Em Novo Hamburgo, foi o sindicato dos curtidores de couro. Em Triunfo, o Sindipólo, antes nas mãos da CGT. A maior vitória aconteceu em Porto Alegre, quando Jairo Carneiro (CUT) derrubou Glênio Costa (CGT) do Sindicato dos Metalúrgicos — o maior do Estado.

Pedruzzi afirma que, "realmente, está havendo uma renovação sindical", embora a metade dos mais de 500 sindicatos (há um de trabalhadores rurais em cada município) permaneça "independente". E garante que a CUT "está levando vantagem" sobre a CGT, porque tem o apoio dos sindicatos ou federações mais



Quadros: vitória com apoio inédito representativos — metalúrgicos, rodoviários e da indústria da alimentação.

Alternância

A direção da CGT deriva do suposto domínio da CUT. A tesoureira da entidade, Esther Machado, do Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre, lembra que a CGT influiu decisivamente na eleição das novas diretorias dos sindicatos dos rodoviários de Porto Alegre, tecelões de Guafra (antes simpatizante da CUT), calçadistas de Campo Bom, zeladores e municipais porto-alegrenses. Esther admite que a CGT perdeu uma peça valiosa, uma "torre" do seu feudo — o Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Mas assegura que a posição da CGT, de defesa dos

trabalhadores sem alinhamento político-partidário, está prevalecendo.

A CUT e a CGT raramente se entendem. No entanto, nas eleições para o Sindicato dos Rodoviários de Porto Alegre, elas apoiaram o candidato da chapa 4, João Luiz de Quadros, porque desejavam derrotar Oswaldo Rodrigues, o polemico Galo. Pedruzzi diz que o objetivo era derrotar Rodrigues, porque, nas suas duas gestões, fechou acordos salariais duvidosos e praticou o "gangsterismo" no sindicato. Esther acha que João Quadros, 49 anos, vai se alinhar à CGT. Mas ele já avisou que somente os 4.500 associados, em assembleia, vão decidir se querem se filiar ou não a uma das centrais. E que vai renovar, custe o que custar.

A CGT também acredita que conquistará o recém-criado Sindicato dos Municipais de Porto Alegre (Simpas). Dizendo-se "independente", Darwin Ribas, 56 anos, derrotou duas chapas, tidas como simpatizantes da CUT. Ribas antecipa que o Simpas não se filiará a nenhuma central. Mas a CGT conta a sua adesão como certa.

As categorias vão demonstrando a sua insatisfação, optando pela CUT, CGT ou chapas apartidárias. As posições se alteram. Mas duas peças de vulto parecem não ser removíveis. A CUT ataca com ímpeto, mas Ricardo Baldino (filado ao PDT e secretário nacional da CGT) e Luís Barbosa (vice-presidente regional da CGT) seguem dominando os sindicatos dos trabalhadores na indústria da construção civil e dos comerciantes.

F.S.S. NO.

JB

Quarta-feira, 2/8/89 □ 1º caderno □ 17

Pesquisa do Inpe limita a importância das queimadas

SÃO PAULO — Se os dados levantados pelo diretor de Ciências Espaciais e Atmosféricas do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Volker Kirchhoff, estiverem corretos, os países do Hemisfério Norte não têm tantos motivos para se importar com as queimadas da Amazônia. Na pesquisa, apresentada ontem no simpósio Amazônia: Fatos, Problemas e Soluções, em São Paulo, Kirchhoff destruiu a idéia tradicional de que a quantidade de monóxido de carbono produzida pelas queimadas é equivalente à resultante da queima de petróleo e outros combustíveis e estaria afetando a atmosfera do mundo todo.

Segundo as estimativas de pesquisadores estrangeiros, como Paul Crutzen ou J.P. Greenberg, o volume de monóxido de carbono produzido na Amazônia estaria na faixa de 800 milhões de toneladas por ano. De acordo com dados colhidos em três anos de pesquisa na Amazônia, no entanto, Kirchhoff garante que a produção do gás na floresta não ultrapassa sete milhões de toneladas anuais. "É uma diferença muito grande. Mesmo que eu tenha cometido algum erro, certamente há algo de estranho nessa disparidade", acredita.

Kirchhoff explica que nunca houve pesquisa de campo para detectar o volume de produção dos gases. "Eles só fazem estimativas com base no peso da biomassa queimada, um dado, aliás, muito difícil de calcular", alerta. O reitor da Universidade de São Paulo (USP), José Goldenberg, no entanto, relatou

em aceitar os dados apresentados pelo diretor do Inpe e disse que ainda são necessários maiores estudos. Kirchhoff, ao contrário, faz questão de realçar a importância de sua pesquisa. "Estamos supervalorizando as queimadas a nível global e subvalorizando os seus efeitos locais, que são muito mais graves", afirmou.

Observador — A pesquisa de Volker Kirchhoff foi o estudo mais polêmico apresentado no simpósio. Mais uma vez os técnicos se perderam em teimosas discussões sobre os dados do desmatamento total da Amazônia, avaliado em 5,12% do território legal pelo diretor da Sensoriamento Remoto do Inpe, Roberto Pereira da Cunha. Questionado sobre os métodos e critérios da pesquisa, Pereira deixou de esclarecer muitos pontos. Prometeu que brevemente será divulgado o relatório técnico do estudo, que concluirá em abril para o governo federal, e que então poderá esclarecer as dúvidas.

Discreto e por isso mesmo pouco notado, Mark Kent, um enviado especial do governo britânico, ouviu com atenção e fez anotações. Ele foi escalado para controlar, em Brasília, o andamento do acordo de cooperação assinado no início do mês passado por seu ministro do Desenvolvimento Exterior, Christopher Patten, com o governo brasileiro. Kent não quis dar detalhes sobre o andamento das negociações, disse apenas que estava ali para "coletar informações".

Ibama quer ajuda de outros países

O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, aproveitou a presença de jornalistas estrangeiros, ontem, no simpósio Amazônia: Fatos, Problemas e Soluções, na Universidade de São Paulo, para fazer um apelo. Pediu aos governos dos países que se interessam pelo destino da Amazônia que colaborem na fiscalização das queimadas e desmatamentos na região. Uma das formas sugeridas por Mesquita para a concretização da cooperação foi a doação de helicópteros para sobrevôos rotineiros nos estados mais afetados.

"Estamos fazendo um esforço enorme para alugar cinco helicópteros da empresa de taxi aéreo Lider", reclamou Mesquita. Apesar disso, ele garantia que na próxima semana cinco helicópteros belgas — dois grandes e três pequenos — estarão disponíveis para seu

programa de controle das queimadas. Também deverão ser usados um avião *leer jet*, que será cedido pela Força Aérea Brasileira, e um monomotor do Ibama.

Mesquita disse que pretende marcar para os próximos dias uma reunião com os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) para esclarecer as divergências entre os dados que ele diz ter recebido e a realidade que constatou em sobrevôo, no final de semana passado, por 6.595 quilômetros de florestas, quando detectou poucos focos de incêndio. Ele quer organizar outra expedição de vistoria das queimadas e dessa vez, promete, convidará os técnicos do Inpe. "Eu lixipi para o Setzer, mas ele estava de férias", desculpou-se Mesquita, referindo-se a Alberto Setzer, gerente do Programa Amazônia de sensoriamento remoto do Inpe.

098

CNBB critica artigo em que padre diz que o pobre pode roubar

PORTO ALEGRE — Monsenhor Augusto Dalví, assessor de Comunicação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criticou o artigo do padre Ivo Storniolo, publicado no boletim litúrgico *O Domingo*, um dos folhetos de maior tiragem do Brasil (1,6 milhão de exemplares) entre os distribuídos aos fiéis para acompanhar a missa dominical. No artigo, padre Ivo defende o roubo praticado pelos pobres. Para Dalví, a atitude dele foi "eskorregada" pretensamente na linha da teologia da libertação, mas no caso "estimulando a violência entre ricos e pobres". Acrescentou que a Igreja "é contra o ódio e a luta de classes".

Padre Ivo afirma no artigo que "Deus abençoa e legitima o roubo feito pelos pobres", salientando que o roubo dos pobres "é legítimo num sistema que tem sua base no lucro, que é roubo puro". O arcebispo de Porto Alegre, D. Cláudio Colling, está orientando as paróquias e capelas da arquidiocese para que passem a adotar agora, na missa, o folheto *O Dia do Senhor*, o qual "se enquadra nos princípios da fé e da verdade".

Em sua coluna no boletim *O Domingo*, da Pia Sociedade de São Paulo, comentando o sétimo dos 10 Mandamentos ("Não furtar"), padre Ivo Storniolo ressalta, entretanto, que as frases devem ser entendidas dentro de um contexto mais amplo na série de quatro artigos que está escrevendo sobre os Mandamentos. Salientou que justifica o roubo "num quadro de miséria e opressão, porque, num quadro como esse, ele é a busca da justiça".

JB 3/11/88

288

CUT quer derrotar Antônio Magri em sua base sindical

Denise Neumann

SÃO PAULO — Em setembro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) travam uma de suas maiores batalhas na disputa pela hegemonia do movimento sindical brasileiro. A CUT vai tentar derrubar o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, em sua própria casa, tirando-lhe a presidência do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, cargo que ele ocupa há

12 anos. Para isso a entidade, ligada ao PT, vem pacientemente organizando uma chapa de oposição para concorrer às eleições de renovação da diretoria marcadas para setembro.

O Sindicato dos Eletricistas tem uma base de 28 mil trabalhadores, dos quais 18 mil são filiados (mais de 60%). A CUT já fez oposição a Magri nas eleições de 1986 mas o presidente da CGT venceu com larga vantagem, obtendo 70% dos votos válidos. De lá para cá, no entanto, diversas discussões pare-

com ter afetado essa correlação de forças.

Magri está em dúvida quanto a concorrer como cabeça de chapa da situação. Ele admite que está pensando em "fazer a transição", procurando um outro dirigente para substituí-lo na presidência. "Esta tarefa não é fácil", comenta o sindicalista. Depois de 12 anos à frente da entidade, onde o carisma é uma de suas principais vantagens, fica difícil falar em substitutos, pois, afinal, "prestígio é uma coisa que

não se transfere", como ele próprio, sem falsa modestia, admite.

Para aumentar suas dificuldades, Magri está acumulando a presidência do Sindicato com a da CGT desde o último congresso da Central, realizado em abril deste ano. "Sei que dá para fazer as duas coisas ao mesmo tempo", reconhece ele, embora lembrando que para construir a CGT com que sonha, capaz de atuar em paralelo com a CUT e não à sua sombra, precisa

"trabalhar 18 horas por dia apenas na Central".

A Chapa dos Eletricistas — que ainda não está registrada sob número algum porque não foi aberto o período de inscrição eleitoral — é apoiada pela CUT e pela corrente Sindical Clássica (CSC), grupo dissidente da CGT. Dois membros do grupo pertencem à CSC e fizeram parte da atual diretoria de Magri, tendo sido expulsos seis meses após serem eleitos por discordarem da linha de ação desenvolvida

pelo presidente. Além desses grupos, a chapa reúne o que chama de independentes, ou trabalhadores não vinculados a partidos ou grupos políticos.

Além dessa "ampla composição", os opositoristas consideram o candidato à presidência um de trunfo porque ele é presidente do Conselho de Representantes Empregados da Eletropaulo, entidade representativa dos funcionários e de discussão com a direção da empresa.

F. 98
Junct

01.01

8807412

288

F. S.S.
M. Gued.

Jornal da Manhã
23/7/69

Estrangeiros fazem auditoria ambiental

BRASÍLIA — Desembarcam discretamente amanhã na capital federal os técnicos americanos John Redwood e Anthony Hall e o brasileiro Eneas Salati, integrantes de uma equipe especial de avaliação do Banco Mundial encarregados de investigar o desempenho do Brasil em uma área cada vez mais sensível aos interesses internacionais: a preservação do meio ambiente. São visitas constantes de técnicos e parlamentares alemães, ingleses, canadenses, americanos e até malaios, entre outros países, que revolvem-se entre minérios em florestas nacionais e áreas indígenas. "Estão fazendo média com a questão ambiental", lamenta o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita. Ele acha que "toda essa salvação deveria se transformar em recursos efetivos" para os projetos nacionais.

Os técnicos do Banco Mundial — entidade financiadora de projetos de desenvolvimento — são conhecidos frequentadores de áreas indígenas. Em janeiro deste ano uma delegação do Banco chefiada pelo executivo Shaban Bhatti chegou de helicóptero pelas áreas indígenas de Paracatu, Mãe Maria, Oitacé, Alta Terceira, Guajá e Apitacé — no Estado do Pará, Maranhão e Tocantins — para avaliar a situação dos índios

ao longo dos 760 quilômetros da estrada de ferro Carajás. A partir de amanhã e até o dia 11 de agosto, os técnicos do Banco Mundial visitarão áreas indígenas no Médio e Baixo São Francisco — nos municípios de Rodeias e Ibotirama, na Bahia — para averiguar, além do Projeto Grande Carajás, programas de irrigação e geração de Energia Elétrica.

A multiplicação das missões ambientalistas não escolhe nacionalidades. Em janeiro, por exemplo, um grupo de parlamentares americanos liderados pelo senador Timothy Wirth veio saber da situação da Amazônia e deixou o país praguejando contra o descaso das autoridades brasileiras. Poucos dias depois, uma missão do Ministério da Cooperação Econômica e do Instituto de Crédito para Reconstrução alemães veio discutir cooperação financeira na área de meio ambiente. Em maio, junho e no início deste mês missões conjuntas de peritos da Agência de Desenvolvimento Ultramarino do Reino Unido desembarcaram no país para, ao mesmo tempo que uma equipe do Ministério das Relações Exteriores do Japão.

Médicos — "Essas missões não estão preocupadas com o meio ambiente, tudo não passa de modismo, de turismo folclórico em terras brasileiras", avalia o ouvidor-geral da Defesa da Na-

tureza, o delegado Renato Torrano. De acordo com Torrano, amigo do presidente do Ibama, "o problema é que não se viu até agora nenhum dinheiro". Desta forma, não há maiores expectativas quanto à visita que deputados alemães farão ao país em setembro ou ao encontro de deputados alemães e cidadãos britânicos com autoridades brasileiras previsto para agosto.

As áreas indígenas, além das áreas de florestas e grandes projetos de desenvolvimento, são as mais visitadas nas visitas de delegações estrangeiras. Desta forma, a maior parte dos 1.051 pedidos de ingresso em terras indígenas recebidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde julho do ano passado são de estrangeiros, de missionários a técnicos de organismos internacionais, passando por equipes de jornalismo. Entre os pedidos concedidos só este ano estão os de figuras como o cantor inglês Sting — registrado pelo nome verdadeiro, Gordon Sumner — e o diretor de cinema argentino Hector Babenco, que foi autorizado a entrar nos territórios indígenas dos Uru-eu-wau-wau, mas teve seu pedido negado pelas lideranças indígenas dos Paracatu, no Pará, antes de sair inspiração para o roteiro de seu próximo filme, baseado no livro *Play in the Field of the Dead* sobre sua história em paraguai.

088

Volta Redonda, RJ — Gustavo Miranda



Wagner Barcelos, novo presidente, desafia Medeiros e enfrenta desafio interno

Wagner Barcelos

Alvo agora é impor derrota a Medeiros

O virginiano e torcedor do América Wagner Barcelos, 30 anos, a ser empossado dia 8 de setembro para um mandato de três anos à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, prometeu que em maio estará pessoalmente em São Paulo, para trabalhar pela derrota de Luiz Antônio de Medeiros na sucessão do Sindicato dos Metalúrgicos.

"Não quero intermediários. Vou levar pelo menos três ônibus com nossa gente e ajudar a oposição com dinheiro e material de campanha. Vamos derrotar Medeiros na sua base e desmoralizá-lo" — afirmou logo após ter sua vitória confirmada. Depois de tentar anular a

eleição de Volta Redonda através da Justiça, usando a CGT, Medeiros se tornou o inimigo número um da recém-eleita diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

Em São Paulo, Medeiros disse não se surpreender com as declarações de Barcelos. "Para eles (Barcelos, seu partido, a PT, e a CUT) sou o inimigo principal. Quanto a mim, não quero liquidar minha oposição. Prefiro enfrentá-la politicamente" — afirmou. Medeiros ressaltou não estar preocupado com os problemas de Volta Redonda: "Tenho muita coisa a resolver no meu sindicato".

O presidente — Casado, dois filhos (Bruno, de seis anos, e Alice, um ano e meio), o presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda quer continuar a luta pelo resgate da cidadania plena. "Vou lutar sempre pelo estado de direito, denunciando que o Exército não deve intervir aqui e buscando respostas para a sociedade", afirmou.

No próximo dia 5 de agosto, ele

pretende reinaugurar o Memorial 9 de Novembro — destruído por um atentado a bomba na madrugada do dia 2 de maio — e fixar ali uma placa com os dizeres: "Nem as bombas nem os atos da extrema direita conseguirão calar a luta pela liberdade e a justiça social". A ideia é erguer o memorial destruído, sem restaurá-lo, como quer seu criador, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Irmão do vereador Vanderlei Barcelos, do PT, e apoiado pelo Bispo de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, o técnico em alto forno Wagner, que durante 10 anos trabalhou na CSN, não acredita que a solução para a crise da siderúrgica seja conseguida ainda no Governo Sarney. Ele tem um projeto de saneamento para a companhia, elaborado com o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, e pretende enviá-lo ao governo.

Barcelos acha que o diálogo deve ser sempre estimulado. Sobre greve, diz: "Ela é a nossa última arma e deve ser bem utilizada. Não sou defensor da greve pela greve."

F. SS
(Ind.)

Cidade é cercada por um cinturão de miséria



A imagem da crise: 60% das habitações são precárias, há 15 mil pessoas e vilas como esta cercam a cidade

Muita coisa mudou em Pelotas. Há 29 anos, o pessoal tinha orgulho de dizer que era de lá. Era comum, mesmo para os mais simples, se vestirem de terno e gravata. Os finos hábitos eram uma marca do lugar. Hoje a cidade é pobre. Metade das crianças, conforme a Prefeitura, passam fome. Apesar de ser a terceira cidade do Estado em população, com 291.255 habitantes, conforme estimativa do IBGE (ou quase 400 mil habitantes, conforme estimativa dos pelotenses), e de estar em quarto lugar na arrecadação do ICMS, Pelotas hoje é considerada pelo próprio prefeito Anselmo Rodrigues um pólo de problemas.

Pelotas tem um cinturão de miséria, problemas de transporte coletivo, falta de leitos hospitalares e de escolas, menores abandonadas e sérias questões de segurança. "Há um empobrecimento global por aqui", lamenta o prefeito. Alguns números identificam a pobreza: 60% das habitações na cidade são precárias. Há mais de 15 mil pessoas — pessoas que invadiram terrenos da Prefeitura e estão em situação irregular. Todos os loteamentos da cidade, segundo o prefeito, são irregulares. Só de lotes urbanizados, seriam necessários, imediatamente, 15 mil.

Somente 20% da cidade são pavimentadas.

dos, e destes, vários trechos têm calçamento de péssima qualidade. Pelotas só tem 150 quilômetros de esgoto, e seriam necessários mais 400. O esgoto — 613 metros cúbicos por mês — é jogado sem nenhum tratamento no Canal São Gonçalo, constituindo a principal fonte de poluição da cidade. Outro problema de poluição é a queima de 140 mil toneladas de casca de arroz por ano em Pelotas. Lixo em breve não será mais problema: a Prefeitura está investindo numa usina para processar o lixo — 2.650 toneladas por mês —, que atualmente é jogado em banheiros. A rede de água data de 20 anos atrás, e é preciso trocá-la totalmente, pois foi feita com uma bitola estreita.

Indústria sazonal

O desemprego é grande por lá: por ter uma indústria ligada à agricultura, que

funciona conforme a época da safra, a maioria da população fica empregada alguns meses do ano e, nos demais, vive de subemprego e biscates. Os papuleiros formaram inúmeras vilas na cidade. Os ambulantes se multiplicam pelo centro. Luís Marques, presidente da Associação Pelotense de Associações Comunitárias e Associações de Bairros (Upacab) diz que 70% da população ganha até dois salários mínimos, em média, por mês. Há seis meses foi feito um levantamento e se concluiu que 25 a 30% da população ativa estava desempregada.

A miséria da grande parte da população resulta, como em demais localidades, em sérios problemas de criminalidade. "A cidade está perigosa e violenta. Aqui em Pelotas você pode ser enfiado na rua às quatro horas da tarde", exagera o prefeito. O delegado regional da Polícia Civil, José Rauli Sobrinho, diz que não é bem assim. A cidade sofre realmente os mesmos problemas das

demais centros de médio porte do Estado em termos de segurança, tanto que em apenas um mês (maio deste ano), ocorreram 1.223 assaltos no centro da cidade. Porém, a preocupação maior do delegado não é o aumento no número de crimes (de 3.944 de março a maio de 88 para 4.880 no mesmo período de 89), mas sua crueldade. O modo da população se expor nos registros de armas, que aumentaram 200% no mesmo período pesquisado acima.

A população, ao menos, está sensível ao problema. O delegado revela que o Conselho, nesta cidade, está dando excelentes resultados, permitindo várias melhorias nos equipamentos de uso da Polícia. Atualmente são arrecadados R\$ 8 mil mensais para o Conselho. O Clube dos Dirigentes Locais (CDL), por sua vez, doa viaturas e equipamentos de rádio à Brigada Militar para melhorar o sistema de segurança da área central da cidade.

Uma tradição de vínculo à produção de alimentos

O desenvolvimento de Pelotas sempre esteve ligado à produção de alimentos. Tanto que oficialmente é chamada a "Cidade dos Alimentos". Inicialmente, esta vocação estava expressa nas charqueadas. Mais tarde, a agroindústria salvou Pelotas da decadência total. Hoje a economia se baseia, além da agroindústria, que ocupa 63% da mão-de-obra local e representa 54% do valor bruto da produção, no setor terciário — comércio e serviços — que fica com 40%. O setor primário, da agropecuária, representa apenas 4%.

Hoje Pelotas é o maior centro de beneficiamento de arroz da América do Sul, apesar de não ser o maior produtor: é responsável por apenas 1,5% da produção do Estado, com 60 mil toneladas colhidas anualmente. Também é famosa por sua indústria de compotas, geléias, doces, e conservas em geral. É um dos maiores produtores nacionais de pêssegos (responsável por 80% da produção estadual), morangos (85% da produção do Estado) e aspargos (75%). Ultimamente, a antiga tradição de possuir boas docerias foi transformada em grande estratégia de marketing para a cidade, com a Feira Nacional do Doce (Fenadoce).

Hoje, talvez pela estagnação econômica, parece que Pelotas vive do passado. O major Angelo Pires Moreira, advogado que se apaixonou pela história de Pelotas e hoje a recupera, escrevendo a trilogia "Pelotas na Tarca do Tempo", lembra que quando a primeira charqueada foi estabelecida, Pelotas não era nem uma vila, mas um povoado ligado a Rio Grande. A criação do município se deu 50 anos depois, em 1830. A charqueada criou um novo mercado de trabalho. Surgiram graxeiros, matadores, tropeiros, capatazes.

Na cidade, o comércio se desenvolveu e se construíram portentosos prédios, hoje ameaçados pela falta de manutenção — dos cerca de 1.400 prédios de valor histórico ou arquitetônico, somente uma dúzia estão tombados. A indústria saladeril também incentivou o crescimento do comércio. No início do século, Pelotas se tornou a cidade mais rica do Estado. Hoje, o pelotense se orgulha porque sua cidade tem a indústria mais antiga do Rio Grande do Sul e o Teatro 7 de Abril, de

1834, o mais antigo do Brasil funcionando.

Pelotas foi a primeira cidade do Estado a ter energia elétrica e bonde. A moda francesa chegava antes ali e depois se espalhava pelo Estado. O francês era considerado tão chique que nos saraus mais finos só se falava essa língua. Era comum mandar os filhos estudarem na Europa, e eles voltavam de lá afinados nas suas maneiras e com requintados hábitos, o que trouxe à cidade a tradição de ter uma população de fino trato.

Ambiente de derrotismo

No entanto, quando os aparelhos de refrigeração se espalharam pelo País, as charqueadas tiveram seu fim. A cidade de Pelotas não soube se adaptar rapidamente à nova tecnologia. Outro fator de baque na economia pelotense é lembrado por José Luís Marasco Leite, advogado, sociólogo e candidato pelo PSDB à Prefeitura nas últimas eleições. O Banco Pelotense, fundado com o dinheiro dos charqueadores e o maior do Estado até a década de 20, quebrou. O presidente da Associação Comercial de Pelotas, Elmar Hadler, conta que a partir da quebra do banco criou-se o hábito de investir fora da cidade. Já o presidente da Associação Rural acredita que desde aquela época reina em Pelotas um certo ambiente de derrotismo.

Outro fator negativo, lembrado pelo jornalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, Luís Fernando Lessa Freitas, foi a Lei das Faixas de Fronteira, logo após a Segunda Guerra Mundial, que proibia investimentos de estrangeiros até 150 quilômetros da fronteira. Os italianos e alemães moradores de Pelotas não puderam ampliar suas empresas, justamente numa região estratégica do Estado, próximo ao único porto de mar gaúcho. A estrada para Pelotas, cuja falta causou outro entrave à economia, só foi asfaltada no começo da década de 80. Além disso, faltou energia elétrica até 1970. Mesmo salvando a economia local, até a indústria da alimentação perdeu terreno. Em 1980, a Região absorvia 29,8% da mão de obra da indústria alimentícia do Estado. Em 1986, este número caiu para 27,2%.

A esperança do município está na industrialização

A economia de Pelotas deverá se desenvolver solidamente assentada na agroindústria. No entanto, é preciso passar por outras etapas objetivando indústrias mais ricas, ou seja, que agreguem mais valor ao produto, com tecnologias sofisticadas. A infra-estrutura para novas indústrias existe: Pelotas é o entroncamento de cinco rodovias federais. Está a 40 quilômetros do superporto de Rio Grande. Tem mão-de-obra disponível, devido à indústria sazonal e ao desemprego local — como objeção de que é desqualificada, na sua grande maioria. Conforme dados da CEEE de janeiro de 1987, a disponibilidade de energia era de 47 mil quilowatts. A Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), independente da CRT e hoje ligada à Telebrás, instala em 48 horas tantos telefones quantos forem necessários, conforme promessa do prefeito. A cidade também tem serviço autônomo de água, com 95% da população abastecida.

"Seremos um grande pólo industrial em breve", festeja o prefeito Anselmo Rodrigues. Mas por enquanto ele não acena com incentivos como, por exemplo, área cedida para instalação de novas indústrias ou terraplenagem. Como incentivo, o prefeito promete dar até 100% de retorno do ICMS gerado pelas indústrias pioneiras que se instalarem lá, para a própria empresa, durante dois a três anos. Depois o retorno do imposto gerado pela indústria vai para a Prefeitura.

Vários estabelecimentos de pesquisa e ensino asseguram a Pelotas ajuda ao seu desenvolvimento. A cidade tem o Centro Nacional de Pesquisas de Fruteiras de Clima Temperado da Embrapa; o Centro de Pesquisas da Agroindústria; a Universidade Católica de Pelotas (Ucpel) com 26 cursos; a Escola Técnica Federal de Pelotas — que atualmente "exporta" 80% dos técnicos que forma —; a Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), hoje com 6.300 alunos, 25 cursos de graduação, 23 de pós-graduação, três de 2º grau e seis do fundamental; e o Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária de Terras Baixas de Clima Temperado (também

Amanhã: Santa Maria busca a industrialização



Rodrigues: "Seremos um pólo industrial em breve", festeja o prefeito Anselmo Rodrigues. Mas por enquanto ele não acena com incentivos como, por exemplo, área cedida para instalação de novas indústrias ou terraplenagem.

A localização de Pelotas poderá transformá-la num grande centro industrial orientado para os mercados da Argentina e Uruguai. O presidente da Associação Rural de Pelotas, Jorge Ivan da Costa Gertum, aposta no desenvolvimento industrial aliado ao setor primário. Apesar de não ser grande produtor na agricultura, o município beneficia produtos agrícolas de outros municípios da região, além de ser o maior centro de comercialização de gado no Rio Grande do Sul. Nos seis primeiros meses deste ano, foram vendidos ali mais de 21 mil animais, entre bovinos, ovinos e eqüinos. Os grandes projetos para o setor primário são nas áreas de vinhos e aves, cultura de laranja (hoje Pelotas produz somente 1/3 do que consome deste produto) e voltar a ser uma grande bacia leiteira. Gertum acredita que a parada no desenvolvimento de Pelotas se deve, em parte, à mentalidade do pecuarista e agricultor, normalmente homens isolados da campanha.

090



Agonia dos Rios



Rio Uruguai: 100 mil quilômetros quadrados de bacia amparados pela poluição insustentável

Nem o grande Uruguai está resistindo

Por CARLOS WAGNER
Enviado Especial/Z3

Não vai muito longe e as águas do Uruguai ficarão tingidas de vermelho, pela terra traidora das rochas. Este bom chão que dá de comer para os gaúchos vai decretar o desaparecimento do rei d'ário: o peixe dourado, junto com todas as outras formas de vida mais sensíveis. O aparecimento da palometa — um peixe aparentado da piranha — e da espuma branca nas águas do Uruguai são sinais de que o fim do rio está próximo.

É difícil acreditar, mas estão subindo o indomável Rio Uruguai, que forma uma das maiores bacias da América do Sul. Ele tem 100 mil quilômetros quadrados, banhando o norte e noroeste do Estado, o oeste catarinense e o nordeste da Argentina. Mais da metade da Bacia do Uruguai fica no Rio Grande do Sul. A destruição do Uruguai está acontecendo devido a uma poderosa aliança entre a terra rachada de perigosos produtos químicos, que ocorrem com as chuvas, as usinas industriais e domésticas despejadas às toneladas nos seus afluentes e a ganância das populações ribeirinhas, que pescam sem respeitar os períodos de desova. E o que é pior: as autoridades vêm fazendo vistas grossas para tudo isto há anos.

A proliferação de palometas — um peixe aparentado da piranha — graças ao desaparecimento de seu principal predador, o dourado, em trechos inteiros do rio, é sinal de que esta aliança pode alcançar o seu maior triunfo: a morte do rio, que tem uma ligação muito íntima com os gaúchos. Ele é a porta de entrada do Estado com os "barridos verdes", argentinos e parte dos uruguaios. Há ruínas de fortificações ao longo dos 600 quilômetros de extensão do rio, principalmente na fronteira com a Argentina, lembrando batalhas sangrentas.

Foi pelo Uruguai que entrou o padre jesuíta Roque Gonzales, em 1634, trazendo índios domesticados e uma tropa de gado. Ele queria colonizar a Província de São Pedro para a coroa espanhola. Não teve sucesso. Foi expulso pelos bandeirantes paulistas. Mas o gado ficou e foi o estalo da economia do Estado. Além de determinar o surgimento de uma personagem muito especial — o gaúcho, que jamais negou seu apego ao rio.

Espuma

É certo que o gaúcho não nega suas obrigações ao Uruguai. Mas poucos se levantaram em sua defesa, lamentou o colono Guerino Bedendo, de Duas Pontas, Campos Novos, oeste catarinense. O Uruguai surge ao norte do Estado. O seu principal afluente é o Rio Pelotas, que nasce em Santa Catarina, nas proximidades de Lages, entrando no Rio Grande do Sul pelo município de Bom Jesus, onde é alimentado com as águas do Arroio dos Leões. Daí, ele escorre para o oeste.

O Pelotas é chamado de "Rio Alvor", graças à limpeza das suas águas, comentou o agricultor Sebastião Silva, de Pinhal

da Serra — interior de Emeralda. Ao longo do caminho, ainda existe mata fechada, habitada por uma variedade e barulhenta fauna. Mas a limpeza é aparente. Em outros pontos, não há peixes, devido às sujeiras trazidas de cidades da região, como Vacaria.

O Rio Pelotas sofre mais ainda ao chegar em Espigão Alto — interior de Barracão. Ali, ele se junta com o Rio Camões, um dos mais poluídos de Santa Catarina. Nas margens do Camões, nos últimos 15 anos, instalaram-se dezenas de empresas que lidam com celulose. E existem muitas lavagens de soja ao redor dos seus afluentes, como o Rio Maracá. Ao entrar no território gaúcho, o Camões carrega uma espuma branca. As autoridades catarinenses disseram que a espuma surge das pequenas cachoeiras do rio, mas os colonos falaram em poluição química. O que existe de concreto é um forte odor e uma crosta na pele de quem se atreve a nadar no rio.

"O Uruguai já nasceu sujo", comentou a campesina Nell Bolodoro, de Espigão Alto. O barqueiro Vander Hamer, que faz a travessia do Uruguai entre Barracão e Campos Novos, disse que o rio, às vezes, sume sob o coberto de espuma. Para o agricultor Brumado Degardi, da Linha São Lourenço, Barracão, essa espuma mata o peixe dourado.

Carniça

De Barracão a Marcelino Ramos, o Uruguai corre por um canyon estreito, de paredes altíssimas e vegetação nativa. Em Marcelino Ramos, nas proximidades da ponte ferroviária, o Uruguai recebe as águas do Rio do Peixe, que vem de Santa Catarina, numa região onde se localizam os frigoríficos da Sadia e Perdigão e vários curtumes. As direções da Sadia e da Perdigão estariam implantando sistemas de tratamento de efluentes e as autoridades catarinenses prometem fiscalizar os curtumes. No entanto, o Peixe cheira mal.

A poluição do Peixe, somada à que o Uruguai recebe do Pelotas e do Camões, irrita o barqueiro aposentado Wladimir Dobrowolski, de Marcelino Ramos. Com um pontinho de nostalgia, ele lembrou que há 30 anos, quando a sua cidade era um importante centro ferroviário, dezenas de passageiros podiam almoçar os peixes do Uruguai. O barqueiro Antônio Edson Ribeiro acrescentou que, nos dias de sol quente, o Uruguai exala um cheiro podre. Ele acha que são "as carniças vindas dos catarinenses".

A poucos quilômetros de Marcelino Ramos, as águas do Uruguai entram na Grande Erechim — um conjunto de 15 municípios, habitados por 250 mil pessoas, que despejam a primeira grande carga de esgoto cloacal. Juan Yape Agredo, conselheiro técnico da Agapan em Erechim, observou que estão condenando o rio. Carlinda Farina, vereadora pelo PMDB, acredita que só um plano global de tratamento dos efluentes da Grande Erechim pode salvar a poluição.

Assim: Os rios da Serra

01.03

8907644

Polição ambiental

pelos do Uruguai, só restaram a
dos anúncios de venda de docinhos,
à sua bebez.

Customer Service

Abundância de ouro mesmo nos rios argentinos, que designam gual. Por enquanto, os rios da costa a sério limpos, talvez porque ainda há pouco mais de oito anos, ainda não extensas. Hoje, 20 mil colonos brs vivem lá clandestinamente, plantando citrônella -- uma espécie de capim u na fabricação de perfumes. No Alto U interior de Três Passos, o pecador Avila disse que, "quando quermos grande, o negócio é entrar nas terras castelhanas".

O campeão argentino Francisco Chaves, do El Poderío, disse que os colonos brasileiros podem consumir os seus "logos" à David Lemon, que planta quatro hectares de algodão em Chagala. A Argentina, concordou com Chagala. Ajudam o Uruguai a enfrentar a poluição que recebe dos ganchos e catanases. Mas a poucos quilômetros dali, na república de Santa Rosa, o rio é atingido por outra poderosa carga de resíduos. Só que, segundo o agrônomo Francisco Torres, do Conselho de Meio Ambiente da Argentina, despeja 40 toneladas de solo misturado dentro do Uruguai.

Abstract

89076

Quando passou por Uruguaiana, na fronteira com a Argentina, Passos de Los Libres pôde perceber que a situação se concentra em níveis insustentáveis. Os membros da Associação Comunitária Uruguaianense de Defesa do Ambiente (Acoedum), fundada em junho de 1986, registraram ali a presença de metais pesados. Em maio de 1988, uma análise encomendada ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (Dnaee) apontou que cada 100 mililitros de leite continham 0,6 miligramas de mercúrio — um metal pesado que causa danos e deformações genéticas. No mesmo ano, a Otopia, de São Paulo, confirmou a presença de 0,4/1000 de mercúrio. O índice tolerável é de 0,0008.

O secretário da Accudam, Juraci Jacques, disse que as análises são alarmantes. Em 1988, a própria Curran detectou a contaminação de mariscos (0,8) e de outros moluscos pesados — ostras (1,0) e chumbo (0,0).

"Nós queremos saber de onde vêm os metais pesados", disse Jacques. Ele não está investigando os despejos da Odebrecht. Las Vendas, Rapetos Assoures (da A. M.).

O presidente e vice da Acordam, Oton
Bellagamba, e o delegado Alirton Batista, tam
bém se preocupam com estes

O nome da personagem em questão.

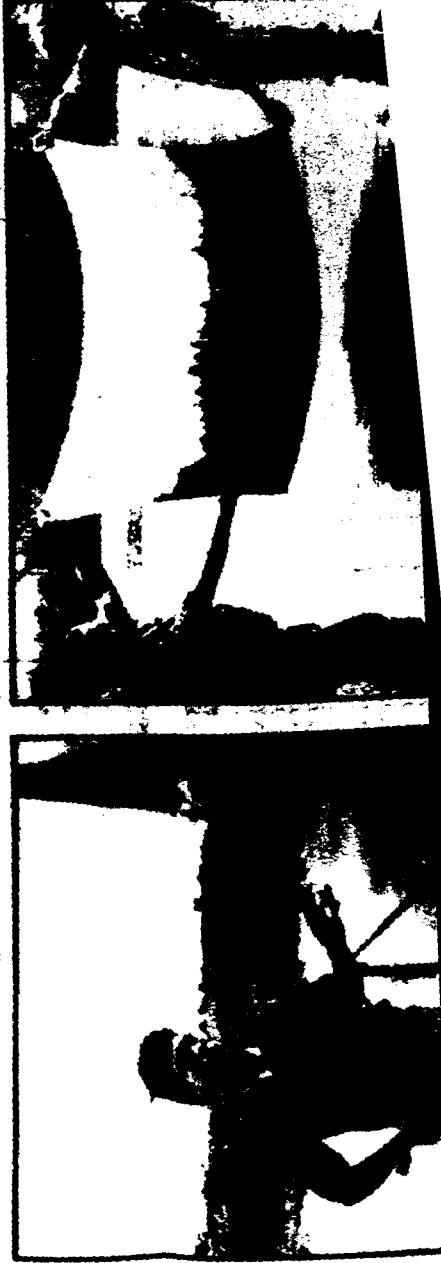
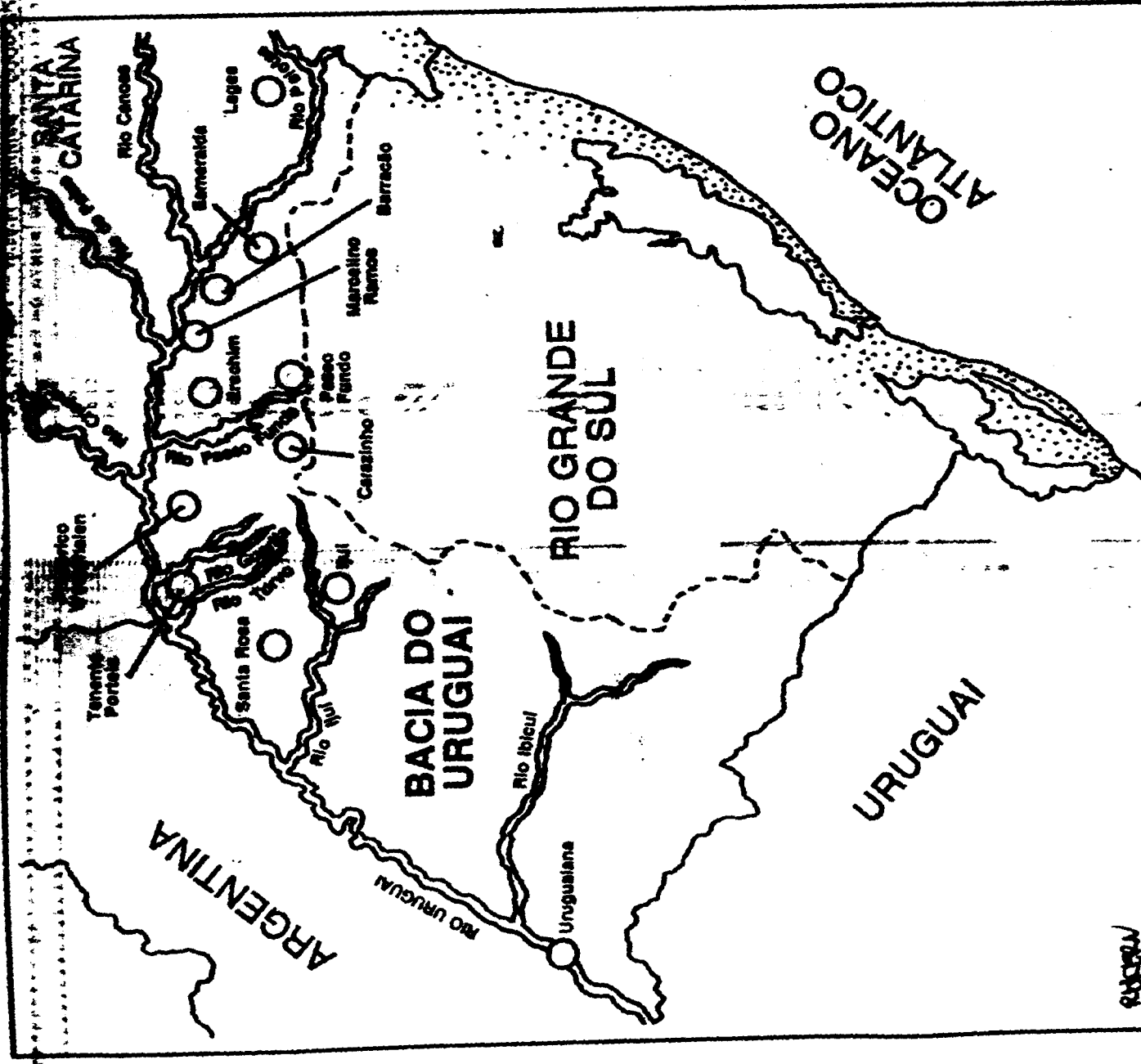
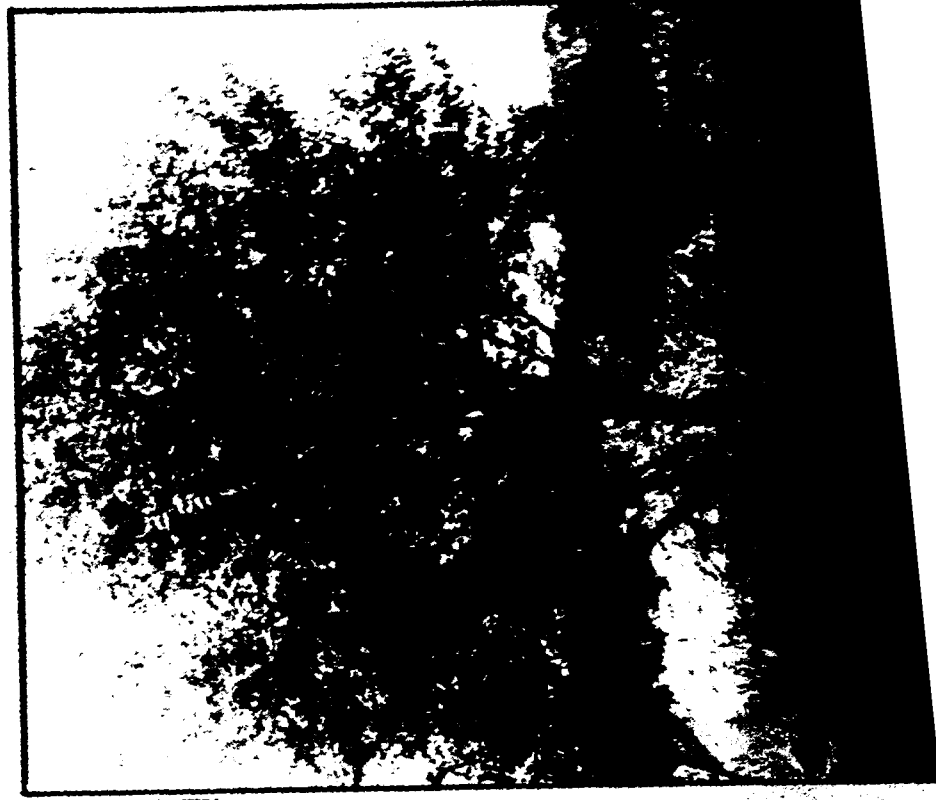
As águas do Uruguai que chegam na Grande Frederico Westphalen — formada por oito municípios — são turvas. Os produtores da região estão alarmados, porque há uma secagem incível de água. Os racionamentos são constantes. O prefeito de Frederico Westphalen, Einar Girardi (PDS), disse que as preocupações se justificam, porque o Uruguai recebe uma carga incômoda no seu município: milhares de toneladas de terra, misturadas a produtos químicos, que escorrem das lavouras com as chuvas.

O grosso da eresia que antolha o Uruguai vem do lado dos grêchos. Daqui, os alimentos Turvo, Quarta e algumas dezenas de arrobes e adereços despejam uma água avermelhada no Uruguai. Nos dias de chuva, o Uruguai fica tingido de vermelho. Catarina Soares, uma comerciante do município catariense de Mondai, lamentou que "esta barro que os outros rios estão jogando dentro do Uruguai está matando os peixes". Aloes José Flores, pequeno agricultor da Linha Rocha -- interior de Viesitas Dutra --, disse que a "água, aqui, não serve mais para os animais beberem". Lindomar Flores disse que, desde

A poluição também pode comprometer a construção de 26 usinas hidrelétricas no Rio Uruguai. Neste alerta foi dado pelos engenheiros da Eletrosul. O chefe da implantação de Reservatórios da Eletrosul, Pedro Paulo Volcinski, disse que o custo das obras da Hidrelétrica de Itá (entre os municípios de Aratiba e Itá) aumentaram de 8% a 14% — numa avaliação de 1 milhão e 100 mil dólares —, devido à poluição. Mais ainda: embora não haja cálculos, a vida útil da usina pode cair dos 50 anos.

A instalação dessas barragens tem gerado muitas discussões naquele canto do Estado. O pessoal contrário abriga-se na Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (Creab), com sede em Brejozini. Elton Stenplotzki, da direção da Creab, lembrou que as hidrelétricas irão diminuir a velocidade das rios na região, o que agravará a poluição.

Se as barragens degradarem ainda mais os rios, a Grande Eirechlin pode ficar sem água. Amílcar Bimlio Hall, comerciante de Itaipu, mostrou que a água do Uruguai já está saindo turva da torneira. Em Aradiba, Valéria Simen precisou mudar a sua casa das margens, porque o rio começou a subir muito com os desmatamentos. O seu filho Claudio contou que está nascendo o "peixe relógio".



14 □ 1º caderno □ domingo, 25/6/89

JORNAL DO BRASIL

F. S. Social

Ausência de governo cria um país a oeste de Roraima

João Sant'Anna

A ausência de governo criou um país a oeste do meridiano 62°, a uma hora de voo de Boa Vista, a capital do recém-nascido Estado de Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela, em plena floresta amazônica.

É um país muito rico: tem reservas de bilhões de dólares, só em ouro e cassiterita, a matéria-prima do estanho. E outros tantos bilhões em diamantes, cobre, prata, bismuto, zinco, nióbio, molibdênio e minerais radiativos.

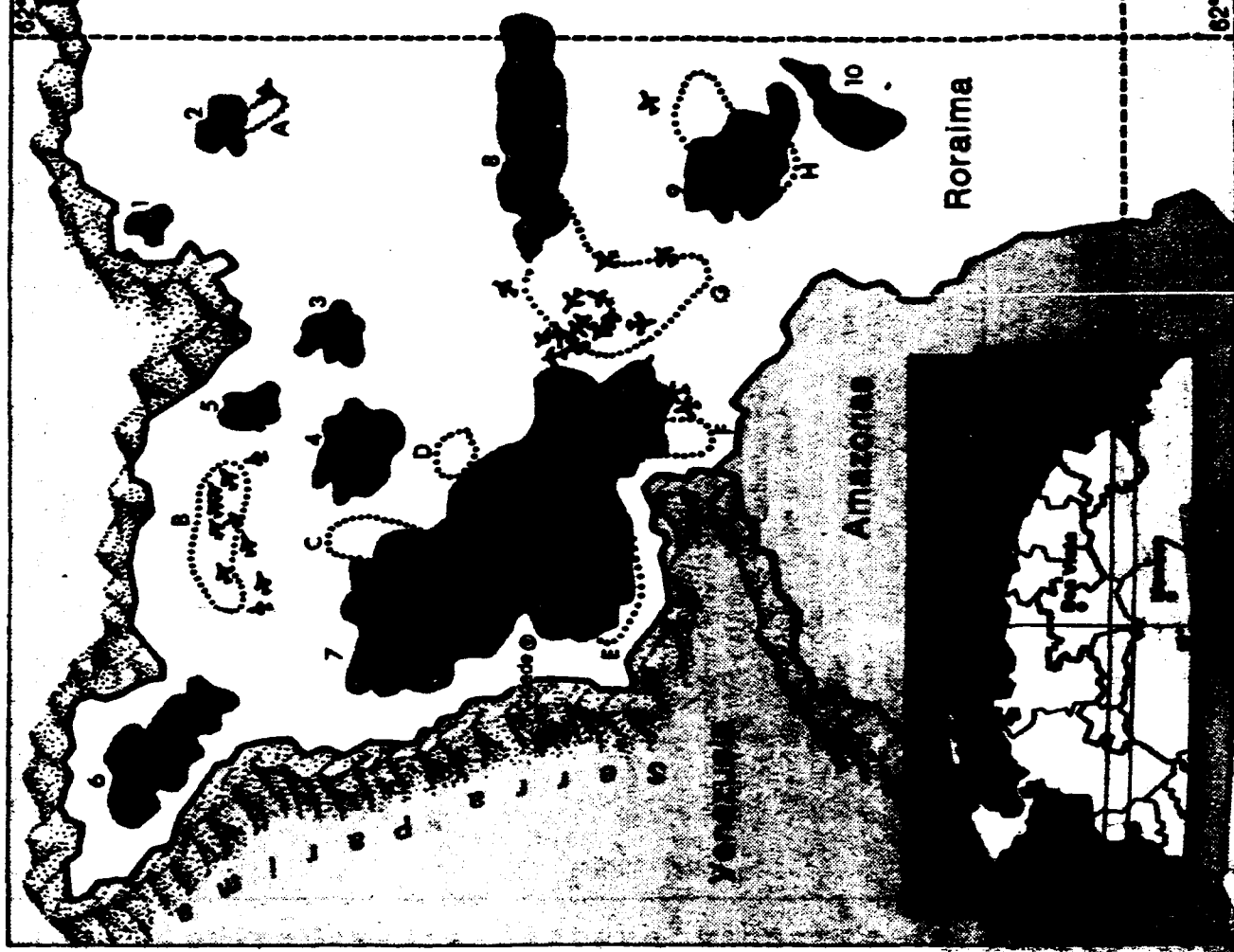
O direito de exploração de toda esta riqueza está requerido por 21 grupos, que reúnem das mais importantes empresas mundiais de mineração aos maiores pilantras brasileiros.

A população é pequena e primitiva: 7 mil índios e 45 mil garimpeiros, que invadiram a região nos últimos 20 anos, vindos dos mais diversos pontos do Brasil.

De agosto de 1987 até agora, este país produziu 25 toneladas de ouro, qualquer coisa em torno de 300 milhões de dólares, mais do que faturou no ano passado o grupo Votorantim, a 96ª maior empresa brasileira. Um PIB per capita de US\$ 5.769, sem contar a produção local de bens e serviços. O ouro é a moeda e, nas relações de troca com os países vizinhos, se vive aqui um período de deflação: as coisas custam cada vez menos.

Culturalmente, é um país muito estranho: convivem uma civilização comegina da idade da pedra e as últimas aventuras capitalistas do final do século 20, que empregam modernos sistemas de recuperação de

O eldorado do meridiano 62°



Área Indígena

1 Acapural

2 Ericó

3 Palimiu - there

4 Cutaliba

5 Uaiacás

6 Uauaris

7 Surucucu

8 Mucajai

9 Jundiá

10 Catrimani

Garimpo

A Serra da

B Urariquena

C Parima

D Alto Nunes

E Serra da Parima

F Chavimani

G Serra da Magalhães

184.07

Meio ambiente já dá bons lucros

Empresas ganham com a nova onda da preservação

Wanda Nestleher

SÃO PAULO — Os mais céticos classificam o fenômeno como uma simples onda de moda. Outros, mais esperançosos, preferem acreditar que se trata de conscientização ecológica. O fato é, porém, que a questão ambiental pegou. O novo, rentável e diversificado mercado aberto pelo ambientalismo cresce como massa sob efeito de fermento. Seus produtos variam de planejamento a multibenefícios reais.

Os que já se engajaram no negócio exalam satisfação: falam de lucros multiplicados e não têm dúvidas sobre os sorrisos que o futuro lhes promete.

Para gerar tamanho interesse comercial, o meio ambiente sai, com certeza, ganhando. Nem os mais ferrenhos defensores da natureza o negam. "Não vejo nada de mal em ganhar dinheiro com a questão ambiental, desde que haja seriedade", afirma João Meirelles Filho, diretor de desenvolvimento da Fundação SOS Mata Atlântica, uma das maiores entidades comerciais.

A própria SOS tem levantado consideráveis somas com o negócio da ecologia. No ano passado, licenciou a sua marca, para uma linha ecológica da malharia Hering, por US\$ 25 mil. Dentre as 36 estampas a Hering vendeu, só no ano de 1988, 350 mil camisetas. "É uma ótima maneira de divulgar a questão problema", acredita Meirelles. "Cada camiseta é um outdoor ambulante", exagera.

Mas esta é apenas uma face do grande mercado que se abre. A exigência de Relatórios de Impacto Ambiental (Rima), imposta pela Resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, em janeiro de 1986, incentivou o surgimento de uma outra indústria.

Falhas — A preocupação dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que analisam esses estudos, é a de que nem sempre há muita competência por parte dos seus autores. Certos trabalhos são devolvidos após uma simples passada de olhos, tão evidentes são as suas falhas. Dos 61 estudos já vistos pela Secretaria, 23 foram rejeitados em parecer e sete devolvidos para serem refeitos quase que na íntegra.

Algumas empresas, surpreendentemente, já começam a se destacar como "reformadoras" de Rimas. É o caso, por exemplo, da Engenharia de Controle da Fundação SOS, criada em setembro de 1987. "Tem muita picare-

tagem na área", reclama o dono da ECP, João Batista Galvão Filho, que coordenou, na Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), o programa de controle da poluição em Cubatão, cidade que já foi apontada como a mais poluída do mundo.

Além de trabalhar com Rimas, a ECP dá assessoria a 12 empresas sobre o controle da poluição da água, do solo e do ar. Seu faturamento mensal está na faixa dos US\$ 50 mil. "E ainda temos muito que crescer", entusiasma-se Galvão, que já investiu US\$ 200 mil no empreendimento. Dentre as virtudes de sua empresa está a de contar com um aparelho de medição de material particulado PM 10, de fabricação americana, que só a Cetesb possui igual no país.

Preço — Evidentemente, o trabalho realizado pela ECP não sai barato. "O mesmo Rima pode custar de NCz\$ 50,00 a NCz\$ 5 milhões", conta Galvão, para mostrar também a diversidade quanto à qualidade dos serviços. Esta proliferação de empresas, no entanto, não assusta a arquiteta Rosa Greca Klum, dona de uma das mais conhecidas firmas de planejamento ambiental de São Paulo, a KRAF. "É da quantidade que vai surgir a qualidade", diz ela, que já trabalhava com paisagismo antes do início da moda ambientalista. No currículo de Rosa constam trabalhos como o da parte paisagística do novo Vale do Anhangabaú — o coração urbano e cartão postal por excelência de São Paulo.

Assim como o trabalho da paisagista Rosa se ampliou nos últimos anos, também o do agrônomo José Mariano Marques mudou de característica. Ele montou em 1988 a Technoplanta, uma empresa dedicada a projetos paisagísticos, mas acabou se especializando em preservação. Só no projeto Panambi, da incorporadora Labeca, um complexo de 47 edifícios de apartamentos e escritórios, a ser construído num trecho da Zona Sul de São Paulo, onde existe uma grande área de mata natural preservada, ele já transplanteou 400 árvores, que tiveram de dar lugar a uma avenida. "Hoje todo mundo quer mostrar que gosta da natureza", afirma Marques, que tem recebido uma média de três propostas de trabalho por semana.

A grande demanda pelo trabalho desses profissionais pode ter um sentido animador: o de que o empresário brasileiro começa a levar em conta, em seu orçamento, o custo ambiental. "Isto é fruto da pressão da sociedade", acredita o engenheiro João Luis Barreiro de Araújo, sócio da JNS, outra empresa de planejamento ambiental de São Paulo.

GM cria coruja na fábrica

Muito antes do atual surto ambientalista, a General Motors do Brasil, 12ª maior empresa multinacional instalada no país, dava mostras de que se preocupava com o problema. Quando ampliou sua fábrica em São José dos Campos, a 97 quilômetros de São Paulo, no início da década de 70, a empresa enviou aos Estados Unidos um especialista para pesquisar um sistema de tratamento de água capaz de dar conta, não só da água residual dos processos industriais, como também do esgoto sanitário. O sistema acabou de ser implantado em 1978, e, até hoje, é um dos mais modernos do país, totalmente informatizado. Seu custo total chegou a 20 milhões de dólares.

A eficiência do tratamento de água da GM pode ser medida por um pequeno aquário, de 90 litros, onde vive uma dezena de peixinhos ornamentais, abastecido com o efluente que a GM joga no rio Paraíba. "Este é o nosso orgulho", lembra-se o engenheiro Luis Augusto Teixeira Telles, responsável pela estação. "Só precisamos acrescentar ao processo uma filtração extra, com carvão ativado, para tornar essa água potável" revela. Se isso fosse feito, a água tratada na GM poderia abastecer uma cidade de 10 mil habitantes.

A preocupação com o meio ambiente também acabou conquistando os funcionários. Um deles, o escrivão Antonio Dutra Ribeiro, já é famoso entre os colegas, que o consideram responsável pelo povoamento de toda a fábrica com corujas da região. Há 12 anos, Dutra encontrou o primeiro ninho de corujas e passou a alimentá-las e cuidar para que ninguém interferisse no seu bem-estar. Hoje, já há dezenas de ninhos espalhados por toda a área ocupada pela GM, e a corujinha transformou-se numa espécie de ave adotiva da empresa. Sempre que encontra um novo ninho, qualquer funcionário pode pedir à serralheria da GM que construa uma espécie de casinha com poleiro, para a nova família. As casinhas protegem as aves do sol e seus ninhos dos cortadores de grama. (W N.)

J. DO BRASIL 25/6/89

01.01

8907660

CUT tentará com Congresso veto da política salarial

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vai pressionar o Congresso Nacional para derrubar o veto do presidente José Sarney à proposta de política salarial aprovada no Legislativo, bem como as mudanças contidas na nova medida provisória. A CUT considera o projeto dos parlamentares melhor do que a medida editada pelo governo, embora nenhuma das duas propostas contenha a sua principal reivindicação, que é a correção mensal de todos os salários pela inflação do próprio mês.

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, também não concorda com a política salarial editada pelo governo. A principal crítica da CGT é a diferenciação dos trabalhadores por faixa salarial, concedendo repositição plena da inflação apenas aos que percebem menores salários.

Antecipações — A diferença básica apontada pela CUT entre a proposta do Legislativo e a do Executivo é a autorização expressa na medida provisória para que os empregadores descontem as antecipações já concedidas na hora de pagar a reposição da inflação acumulada de fevereiro a maio. Por exemplo: os bancários de São Paulo já receberam uma antecipação de 15%, em abril, mas 23% após a greve do final do mesmo mês e mais 4,4% em média. Somadas estas antecipações, pagas desde a última data-base em setembro do ano passado, eles receberam um reajuste de 47%. Pela proposta do governo, eles têm direito a receber, em junho, uma reposição de 29,66% equivalente ao IPC de fevereiro a maio. Mas o mesmo projeto permite aos banqueiros não pagar os 29,66% com o argumento de que já concederam os 47%, em média. A fórmula do Congresso abria a possibilidade dos trabalhadores ficarem com os 47% e mais os 29,66%.

Defasagem — Além desta autorização aos empregadores para descontarem as antecipações salariais já concedidas, a CUT considera que a correção dos salários pelo IPC do mês anterior mantém a defasagem salarial. Isso porque os salários de julho, por exemplo, serão corrigidos pela inflação de junho. Esse salário, no entanto, será recebido entre 30 de julho e 10 de agosto, ou seja, mais de trinta dias depois. "Vamos continuar correndo atrás da inflação", argumenta Jair Meneguelli, presidente da CUT.

Para o economista Luiz Guilherme Piva, do Departamento de Estudos Socio-Econômicos e Política da CUT de São Paulo,



Jair Meneguelli

Antonio Magri

existem duas saídas para evitar essa corrida: correção dos salários pelo ICV do Dieese ou pelo próprio BTN fiscal, "já que os todos os preços estão sendo corrigidos por este indexador".

As centrais também criticaram a redução no valor do salário mínimo. A proposta do Congresso fixava o salário de junho em NCz\$ 120 e o presidente José Sarney manteve os NCz\$ 81,40 de maio, "concedendo um ganho de 48% para o capital", reclamou Meneguelli. Além disso, foi extinto o dispositivo que garante um aumento real de 3% a cada mês para o mínimo.

Estratégias — Para se contrapor a estas medidas da nova política salarial e de redução do valor do salário mínimo as centrais estão buscando caminho diferentes. A CUT quer cobrar dos partidos políticos o acordo de liderança feito após a aprovação da proposta de política salarial no Congresso, segundo o qual as lideranças de todos os partidos se comprometeram a derrubar o veto presidencial, caso ele ocorresse. Além disso, a central já desencadeou uma campanha nacional para garantir que as antecipações salariais concedidas não sejam descon-tadas. Os bancários, por exemplo, analisam, neste sábado, a possibilidade de decretar uma nova greve nacional a partir do dia 11 de julho.

A CGT, através de Magri, concordou em participar do "entendimento nacional de combate à hiperinflação" depois de ter um aceno, dos empresários, de que haveria a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores. O aceno, segundo Magri, lhe foi transmitido por Mário Amato, presidente da Fiesp, anteriormente, durante uma palestra dos dois aos alunos da Escola Superior de Guerra (ESG) no prédio da própria federação. As perdas salariais, segundo Magri, poderiam ser compensadas mais adiante, para não tu-mular o atual momento.

8907666

01.01

282

F.S.S.(NA)

British Petroleum afirma que não destruiu floresta

João Bosco Jardim

LONDRES — A British Petroleum (BP) disse que são falsas as denúncias do jornal londrino *The Sunday Times* de que a empresa destruiu 100.000 hectares de floresta na Amazônia. A acusação de que a empresa "aterrou e queimou milhares de hectares de floresta tropical" foi considerada pelo seu presidente, Sir Walters, "uma afronta à BP e às autoridades brasileiras."

Walters negou que a empresa esteja atuando numa reserva florestal. Segundo ele, desde 1961 a BP participa de um projeto de mineração de estanho na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, numa mina que "opera há 20 anos sob licença do governo brasileiro." Referindo-se à legislação brasileira, o presidente da BP justificou as atividades da empresa ao resumo dizendo que Jamari não é um "Parque Nacional", mas uma "Floresta Nacional, onde a mineração é uma atividade econômica permitida."

O presidente disse que a área do projeto cobre 59.500 hectares "cerca de 28% da Floresta". Ele estima que atividades de mineração e a construção de vias de acesso, o

hospital, a escola e o alojamento para os mineiros provocaram o desmatamento de "1.850 hectares" e que, para a captação de água, foi necessário alagar uma área de "2.500 a 7.000 hectares", dependendo da estação do ano. Esses números, afirmou Walters, são apenas estimativas. Segundo a empresa, na semana passada, "foram confirmados pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis).

O presidente da BP negou também que agentes florestais do governo estejam sendo impedidos de fiscalizar a área de mineração. "O sistema de segurança foi plenamente autorizado pelas autoridades estaduais e federais", afirmou Walters. Os agentes florestais entram na área com os seus próprios cartões de identificação — um procedimento, segundo ele, "aprovado por escrito" pelo próprio Ibama.

Não é o que pensa o presidente do Instituto, Fernando César Mesquita, que está em Rondônia desde ontem para avaliar a extensão do desmatamento da Floresta Nacional do Jamari. Ele disse que, de qualquer maneira, com ou sem autorização, a BP será obrigada a recuperar a área atingida.

J. DO BRASIL 22/6/83

01.01

8907667

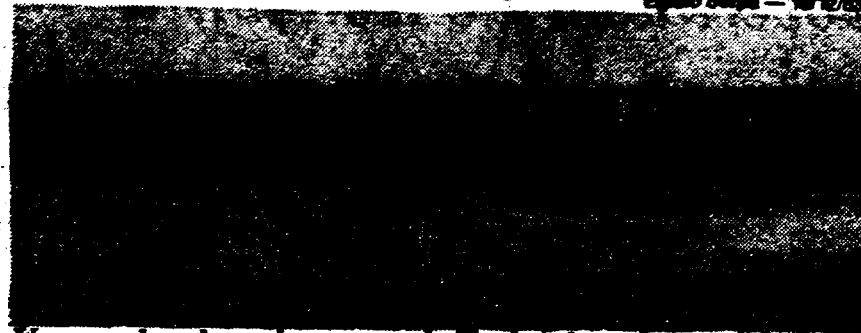
092

F.S.S. (M.A.)

JORNAL DO BRASIL

25-5-89

Epitáfio Sampa — 10/12/83



Um estudo sobre a barragem de Tucuruí resultou no plano

Um projeto para a Amazônia

Região pode ser cenário do mundo pós-industrial

Fernando Lacerda

BELO HORIZONTE — Autor de *Um projeto para a Amazônia*, João Pinheiro, órgão de planejamento do governo estadual, o engenheiro-ambientalista Vanilson Benjamin Araújo Lima, um maranhense de 31 anos, defende a tese de que a Amazônia é o cenário ideal para se pensar num planejamento global do mundo pós-industrial. "A forma de viver pós-industrial tem características semelhantes às do período pré-industrial — a produção para consumo próprio, autonomia, ecologia adequada e respeito pela cultura e tradição regionais. Contrasta, assim, com a visão da civilização industrial, na qual a eficiência está ligada ao tamanho, à ideia de que quanto maior, mais produtivo, o que explica, por exemplo, a construção das grandes hidrelétricas", argumenta.

Resultado de uma viagem à região do Baixo Tocantins, há dois anos, quando trabalhava no Departamento de Consultoria Ambiental da empresa Engenvix, o trabalho foi batizado por Vanilson de *As grandes barragens e o impacto social na Amazônia e faz parte de sua tese de mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Ele manteve contato com cerca de 1 mil pessoas, representando 40 comunidades, distribuídas em quatro municípios da região, com a colaboração da Igreja, através da paróquia da cidade de Cametá e de sindicatos de trabalhadores rurais da região.*

Depois de concluir que a implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, acarretou uma série de problemas para os moradores das áreas vizinhas à barragem, como precariedade de abastecimento de água potável, redução da oferta de alimentos e aumento no número de doenças, o engenheiro formulou soluções simples para resolver as questões sociais sem agravar os problemas ambientais na região.

Vanilson sonha com um financiamento da Fincp ou do CNPq, através da UnB, para aplicar os resultados da pesquisa num projeto-piloto numa das comunidades da região.

Segundo o pesquisador, antes da construção da barragem a população obtinha água de boa qualidade no agora poluído rio Tocantins. A poluição do rio também provocou, de acordo com Vanilson, falta de alimentos na região. "Houve grande mortalidade de peixes e camarões, resultando a dificuldade na pesca, base da alimentação da comunidade". Além disso, a produção de cacau foi afetada pela diminuição da fertilidade do solo. "Como consequência da fumaça, da inadequação no tratamento do lixo e do aumento de insetos observado após a construção dos peixes, foi inevitável o aparecimento de mais doenças", afirmou Vanilson.

Como soluções para estes problemas, dentro de uma visão pós-industrial — na qual o homem procura suprir suas necessidades sem destruir a natureza — Vanilson Lima aponta um conjunto de medidas que visam produzir um salto qualitativo sem o ônus provocado pela fase de desenvolvimento industrial.

Controle biológico — Para resolver o problema da fumaça, o autor do trabalho sugere o desenvolvimento de técnicas de piscicultura associadas à agricultura sub-aquática (tipo de cultura que utiliza a água como meio) e a técnicas de controle biológico, que utilizam comprimidos de onda específicos para atacar insetos a locais onde sirvam de alimento para os peixes. "Assim resolveremos o problema de reduzir o número de insetos e aumentar a população de peixes", explica.

Para a questão do tratamento do lixo e resíduos, Vanilson Lima, recomenda processos biológicos de tratamento, com implantação de biodigestores (câmaras fechadas de concreto, nas quais a parte orgânica dos resíduos entra em decomposição por ação das bactérias anaeróbicas). "O resultado desse processo é a produção de gás metano, que pode ser armazenado para uso como combustível, e de fertilizantes".

Quanto à saúde, um programa que associe medicina popular ao plano assistencial da Previdência Social poderia melhorar a saúde e trazer emprego para a população, acredita o engenheiro. Ele lembra que a Ordem dos Salesianos tem um programa de hortas comunitárias e treinamento de mão-de-obra local que ensina a fabricação de remédios caseiros. Poderia servir de base para um programa mais abrangente.

01.01

8907672

Extrativismo é a opção mais lucrativa para Amazônia

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — Se fosse vivo, o dublê de líder seringueiro e ecologista Chico Mendes, assassinado no Acre em dezembro do ano passado, deveria se sentir vingado ao descobrir que a ciência, finalmente, corroborou com dados numéricos uma velha tese pela qual ele brigou durante um bom tempo de sua curta vida. Chico achava que a melhor maneira para se preservar a floresta tropical amazônica era explorando, de maneira racional, os seus frutos naturais em reservas extrativas — evitando devastá-la para extrair madeira ou cultivar pasto para gado. Um artigo publicado no último número da respeitada revista científica *Nature*, não apenas endossa como avança as ideias do sindicalista brasileiro.

"Dados relativos ao inventário, produção e atual valor de mercado para todas as espécies de árvores que existem em um hectare da região amazônica, indicam que a floresta tropical vale muito mais do que se imaginava e que os benefícios financeiros da extração de madeira são, na verdade, negligenciáveis se comparados àqueles gerados pela extração de produtos naturais", afirmam os três autores do estudo — o biólogo Robert Mendelsohn, da Universidade de Yale, o botânico Alwyn Gentry, do Jardim Botânico de Missouri, e Charles Peters, botânico e economista do Jardim Botânico de Nova Iorque.

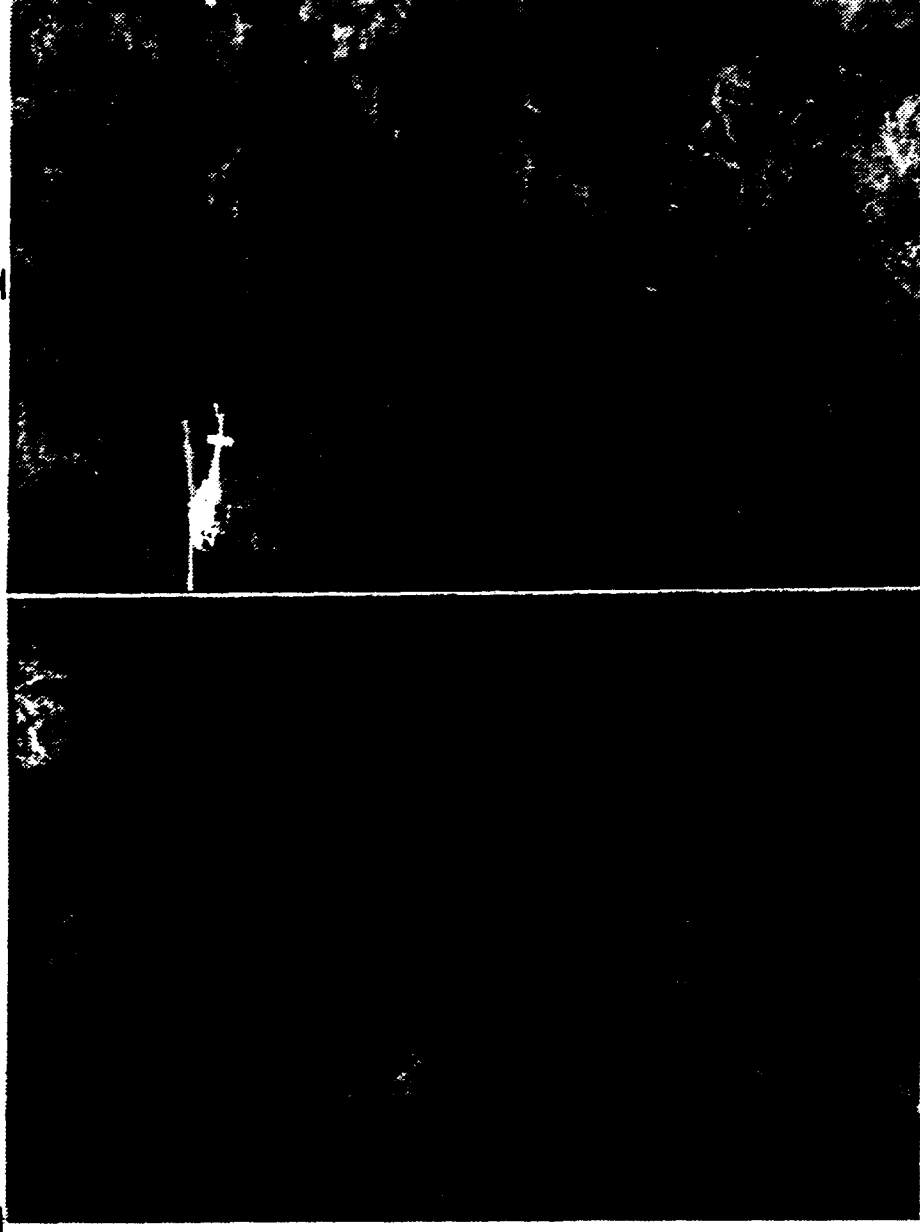
Cálculos — Os três passaram três anos levantando a fauna e a economia dos produtos encontrados em um hectare de floresta amazônica no Peru, numa região ribeirinha ao Rio Nanay, afluente do Amazonas, 30 quilômetros a sudoeste da cidade de Iquitos. O inventário da área, logo de cara, confirmou a riqueza e a diversidade ecológica que os cientistas já se acotumaram a observar na Amazônia. Os três pesquisadores catalogaram 275 espécies diferentes num universo de 842 árvores, das quais 74 geravam frutos — desde frutas comestíveis a óleos vegetais e cacau, passando pela borracha e ervas medicinais. Para descobrir o valor de mercado dessa riqueza, os autores contabilizaram a produtividade das mercadorias à disposição naquele hectare e calcularam seu preço no mercado de atacados de Iquitos.

Feito isto, reduziram da conta os custos com mão de obra — considerando o salário mínimo no Peru em 87 (US\$ 2,5) como base — e transporte, calculado, a partir de dados da Organi-

zação Mundial de Alimentos, em 40% do valor total, e chegaram à conclusão de que aquele pedaço de terra renderia ao longo de um ano cerca de US\$ 422. "Levando em conta que as frutas e o látex podem ser coletados ano a ano, o valor financeiro total destas fontes de riqueza é muito maior que o valor de apenas um ano de colheita", afirmam os autores do artigo. Eles admitem que a atividade madeireira, se fosse levada a cabo no mesmo hectare, renderia em seu primeiro ano cerca de US\$ 1000. "Mas muito em breve esse ganho se reduziria a zero, pelo simples fato de que a floresta e o solo não teriam condições de se regenerar a tempo suficiente de produzir novos lucros a curto prazo", escreveram os autores na *Nature*.

Valor da terra — Concluída essa etapa, os pesquisadores fizeram novos cálculos para descobrir o valor da terra — isto é, o preço de um hectare de floresta amazônica que, ao invés de devastado para extrair madeira ou implantar a pecuária, seja apenas explorado para a extração de produtos naturais. Os cálculos foram feitos a partir do valor de mercado da produção anual projetado para os próximos 50 anos, um método padrão para cálculo do valor da terra na Amazônia. Peters e os co-autores descobriram então que, ao contrário do que se reza a lenda, esse hectare está avaliado em US\$ 6.820, contra US\$ 3.184 para o hectare utilizado para extração pura e simples de madeira, e US\$ 2.960 para o hectare onde as árvores foram derrubadas para dar passagem ao gado. Os dois últimos preços foram encontrados em circunstâncias de cálculos idênticas ao do primeiro mas, ao contrário deste, os hectares-base utilizados ficam na Amazônia brasileira, cujo gado e madeira alcançam preços mais altos na cotação internacional.

A publicação do estudo de Peters, Mendelsohn e Gentry deu mais força política, entre os grupos ecológicos europeus e norte-americanos, à tese de que o sucesso da preservação da Amazônia não está ligado ao isolamento da floresta do resto do mundo, mas sim à execução de um programa econômico de exploração auto-sustentável de suas riquezas — de resto, uma ideia que eles aprenderam com Chico Mendes e seus seringueiros. "Parques nacionais no Terceiro Mundo só existem no papel, até porque os governos não têm dinheiro para cuidar deles", afirma um dos autores do artigo, o economista Charles Peters. "A floresta amazônica precisa ser utilizada economicamente para ser salva da destruição."



O extrativismo dá mais lucro do que a conversão da floresta em madeira ou pasto

Sorvetes dão sabor à luta ecológica

Os resultados do estudo da revista *Nature* deixam uma pergunta no ar. Se eles indicam claramente a viabilidade financeira e ecológica da exploração da floresta em reservas extrativas, por que, então, os países amazônicos insistem em devastá-la para vender sua madeira ou estender suas fronteiras pecuárias? Seus autores têm uma resposta na ponta da língua para explicar essa ordem de coisas. "Para começar, os governos da região não querem reconhecer a vitalidade econômica desse tipo de extração de produtos naturais não-madeireiros, porque em geral ele é feito por populações marginalizadas, que pouco ou nenhum relacionamento têm com os políticos que comandam esses países", diz Charles Peters.

"Depois, no momento, gado e madeira alcançam quase que imediatamente um valor de troca por dólares no mercado internacional, coisas que frutas como o cupuaçu e o açaí e as ervas medicinais amazônicas ainda não têm", continua ele, apontando para o fato de que

genuinamente brasileiras. Com o sorvete, o consumidor vai receber um panfleto explicando os perigos que rondam o futuro ecológico da Amazônia.

"Eu não quero lucrar nada com esse novo sabor", diz Ben. "Sonho apenas em conscientizar os americanos para a questão ecológica", afirma ele, que só este ano vai trazer 45 toneladas de castanhas do Brasil, ao preço total de US\$ 240 mil. Para levar adiante seu sonho, Ben, junto com Clay, fundou uma nova companhia, a Community Products Incorporated, que se responsabiliza pela importação de produtos amazônicos. "Quarenta por cento dos lucros da operação serão enviados de volta para as comunidades de quem compramos as castanhas, sem usar intermediários, e para grupos ecológicos não-governamentais do Brasil", conta o empresário-ecologista que, se obtiver sucesso na sua primeira empreitada amazônica, vai introduzir em suas lojas, ano que vem, sorvetes com o sabor de cupuaçu e açaí. (M.F.B.)

Revolução — Juntos, esses dois americanos prometem revolucionar um pedaço das relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos e modificar o gosto dos amantes de sorvete daqui. Ben, que nunca esteve no Brasil, mas que em anos de militância ecológica aprendeu a se preocupar com a Amazônia, vai passar a vender a partir de setembro, em suas 90 lojas espalhadas pelos países, um novo sabor de sorvete, o Rain Forest Crunch — uma mistura de castanhas

Sarney cria em Roraima novo parque nacional

BRASÍLIA — O presidente José Sarney assinou decreto criando o Parque Nacional do Monte Roraima, situado na fronteira entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela, com área total de 116 mil hectares. O novo parque vai abranger a área brasileira do Monte Roraima, de 2.875 metros, onde há uma série de relevos tubulares esculpidos em rochas sedimentares.

Pelo decreto, o Parque fica subordinado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e tem como objetivo proteger as amostras dos ecossistemas da Serra Pacaraima e assegurar a preservação de sua flora, fauna e demais recursos naturais. Além disso, essa nova unidade de preservação protegerá as áreas de floresta tropical densa e algumas amostras dos campos de Roraima.

Com solos pobres e rasos, a área do Parque Nacional de Monte Roraima é composta de terras devolutas da União, não havendo ocupações e posses. Com grande beleza cênica, o Parque poderá ser incluído em programas controlados de turismo, lazer e recreação, segundo admite o Ministério do Interior. O projeto Calha Norte possui recursos para executar ainda este ano a demarcação e regulamentação fundiária da área do Parque, que protegerá também as nascentes dos igarapés que formam os rios Cotingo e Uaiam, beneficiando especialmente as comunidades indígenas de Ingariço, que praticamente circundam toda a área do Parque. **B907816**

□ O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) vai abrir um núcleo regional em Porto Velho, em convênio com a Universidade Federal de Rondônia e a Assembleia Legislativa do estado. O diretor do Inpa, Herbert Schubart, explicou que o convênio visa atender as necessidades de pesquisa ambiental da região e do Inpa, que dispõe apenas de 200 pesquisadores para toda a Amazônia. O anúncio foi feito durante o encontro Rodóbio Deste Nona Natureza, que reuniu pesquisadores, estudantes e empresários.

B907816

01.01

C.S.S. (C Sind)

CUT propõe ação contra hiperinflação

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) reconhece que o país já está vivendo um processo hiperinflacionário e, depois de uma reunião interna na qual avaliou os riscos de tal processo, chegou à conclusão de que é preciso tomar algumas medidas preventivas: congelamento imediato de preços de produtos alimentícios de primeira necessidade, com a criação de um esquema alternativo de abastecimento, redução nas taxas de juros e não pagamento dos juros da dívida externa. Para os dias 4, 5 e 6 de agosto está programada uma plenária nacional reunindo 400 sindicalistas de todo o país ligados à Central. No encontro será definido um programa mínimo de curto prazo mínimo contra a hiperinflação.

Para a CUT, as medidas que têm sido discutidas até agora entre o governo e os empresários, através da série de reuniões promovidas em Brasília pelo ministro da

Fazenda, Mailson da Nóbrega, apontam para a adoção de medidas econômicas de caráter recessivo. "Não adianta eles virem com propostas recessivas, que ataquem o poder de compra dos trabalhadores, porque a resposta a essas propostas pode ser o caos, os saques generalizados, como uma atitude espontânea de revolta da população", advertiu Carneiro dos Santos. "Ninguém poderá conter os trabalhadores se isto acontecer".

Do encontro dos dias 4, 5 e 6 de agosto participarão economistas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT-SP (Desepe), que estão realizando uma pesquisa histórica dos processos de hiperinflação vividos em outros países, preocupados em apontar, especificamente, as saídas que os trabalhadores encontraram para enfrentar esse momento. Também serão enviados técnicos para a Bolívia.

A CUT conta com as campanhas salariais deste segundo semestre (em setembro e outubro 27% dos trabalhadores do país têm data-base e renovam seus acordos salariais) para forçar o debate nacional com o governo, empresários e Congresso Nacional com o objetivo de encontrar uma saída não recessiva, ou seja, que garanta o

poder de compra dos salários. A executiva nacional da entidade já definiu três propostas das quais não abre mão: IPC integral para o reajuste dos salários, recuperação das perdas dos últimos doze meses (incluindo a inflação de 70,28% do mês de janeiro deste ano) e recomposição do piso salarial das diferentes categorias que, hoje, não chegam, na maioria dos casos, a dois salários mínimos.

A CUT entende que esta negociação direta dos salários, dado o processo hiperinflacionário, não poderá ocorrer desligada das regras mais gerais de funcionamento da economia. A entidade defende um congelamento imediato dos preços dos produtos alimentícios de primeira necessidade e a baixa nas taxas de juros, conjugadas, entre outras coisas, com o não pagamento dos juros da dívida externa. O abastecimento, para a CUT, deve ser uma prioridade. Para isso ela está orientando as suas instâncias estaduais para que discutam com as prefeituras de cada município a organização de um sistema alternativo de abastecimento da população.

Toda essa movimentação que a entidade pretende desenvolver neste segundo semestre envolve, além do combate imediato da hiperinflação, um debate a nível nacional com todos os candidatos às eleições presidenciais.

01.01

8907827

098

F.S.S. C.M.A.2

12 □ 1º caderno □ quinta-feira, 27/4/89

Greenpeace denuncia despejo de resíduos tóxicos no Brasil

BRASÍLIA — O Brasil é o campeão da América do Sul em recebimento de lixo atômico e tóxico nos últimos dois anos. Na América Latina, perde apenas para o México. A constatação está no relatório divulgado pelo Greenpeace, entidade internacional de defesa do meio-ambiente, com sede nos Estados Unidos e escritórios na Europa, Oceania, Ásia, África e América Latina. O relatório de 73 páginas relaciona o movimento de cargas de resíduos tóxicos em 61 nações e territórios, mas especifica, em poucos casos, o tipo de carregamento, quantidade, procedência, destino e aceitação legal por representantes governamentais.

No Brasil, o documento aponta os estados do Ceará, como o local de depósito de dioxina (desfolhante), e São Paulo, onde foram desembarcados 2.500 toneladas cúbicas de chumbo, além de outros tipos de lixo não especificados no Paraná e Pernambuco. "É impossível saber com precisão a verdadeira extensão dos tipos e a quantidade de lixo tóxico depositados em várias regiões do mundo. Podemos estimar que este relatório publica apenas um quarto do total dos resíduos existentes nos países menos desenvolvidos" — resalta o documento do Greenpeace.

De acordo com a entidade, há países, como o Brasil, que recebem lixo atômico, além do tóxico, sem que seja possível detectar onde a carga está depositada. "Temos informações seguras de governos e companhias que cargas atômicas ou altamente tóxicas foram expedidas para nações pobres da América do Sul, mas não sabemos o destino final" — informa o relatório.

Presidência — Reinaldo Vasconcelos, do Departamento de Toxicologia do Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e Recursos Renováveis (IBMARN), afirma desmentir o relatório, mas assegura que o Brasil não permite o recebimento de lixo atômico ou resíduos altamente tóxicos no país, com exceção de chumbo. "Se há empresas que estão importando por meio dos países, nós não temos conhecimento" — admite o diretor do IBMARN.

Na listagem de seis cargas vindas para o Brasil, procedentes dos Estados Unidos, nos anos de 1987 e 1988, uma delas, catalogada com o código A88-006, chama a atenção por conter dioxina (desfolhante). O lixo, condenado dentro dos Estados Unidos, saiu de Nova Iorque e, depois de ter sido recusado pelo Marrocos, foi descarregado em Fortaleza (CE), em julho do ano passado. "Não demos autorização para o recebimento deste tipo de carga, que é altamente tóxica. Vamos procurar saber quem importou e como conseguiu licença para tal importação" — afirmou Vasconcelos.

O IBMARN enviou telex na última semana para a Cacer (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) convidando a entidade para uma reunião nos próximos dias. Os dois órgãos discutirão a implantação de uma guia de importação como pré-requisito para resíduos considerados tóxicos que passe pelo aval do Instituto. "Com isso saberemos quantas empresas solicitam guias mensalmente, quais são elas e o que fazem com a carga", diz Reinaldo Vasconcelos.

Apesar de o Brasil permitir a importação de sucata de chumbo para a fabricação de baterias e componentes, o governo brasileiro negou a permissão de compra pela Facos (Indústria e Comércio de Metais S.A.), de São Paulo, de carga procedente dos Estados Unidos, da Houston Scrap porque a empresa estava sendo processada por poluição. Mas segundo o relatório, a empresa desconheceu a condenação e fez duas importações. Outra companhia norte-americana, a Lion Metals, de Lusitânia exportou 2.500 toneladas métricas de chumbo para a Acumuladores Reifor Ltda., de Londrina (PR).

"O Brasil é insuficiente na produção de chumbo e firmas do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco importam o produto para a fabricação de baterias. A cada três meses recebemos um pedido de liberação para a importação do chumbo, que nos Estados Unidos é condenado porque pode condensar a água e o ar" — explica Vasconcelos.

A maioria dos casos relatados no documento da Greenpeace aponta a não especificação do carregamento e indaga se o governo brasileiro tinha conhecimento do lixo tóxico e qual o destino da carga.

27/4/89 500 BRASIL <

01 01

8907837

098

F.S.S. (N.A.)

J. DO BRASIL

Meio-Ambiente

22/4/89

Nossa Natureza só tem um terço da verba prevista no lançamento

BRASÍLIA — O programa Nossa Natureza, anunciado pelo presidente José Sarney no último dia 6 com uma verba prevista de NCzS 179 mil este ano, assegurou até o momento apenas NCzS 54 mil. A informação foi dada, ontem, pelo ministro-chefe da Casa Militar e secretário-geral da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), general Rubens Bayma Denys, durante um depoimento de quatro horas na CPI da Amazônia, na Câmara dos Deputados. Denys voltou a falar que o Fundo Nacional para o Meio Ambiente aceita doações, desde que não venham acompanhadas de imposições contra a soberania nacional.

Cobrado por parlamentares que lotaram o auditório Nereu Ramos, Denys lembrou que "a Saden já fez a sua parte"

e vai apenas acompanhar o trabalho dos ministérios envolvidos na questão. "Isso deve ser cobrado de cada ministro", disse. "Foi um discurso muito vago e burocrático", opinou o deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP), líder da Frente Verde do Congresso.

Denys afirmou que as declarações do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves que classificou as culturas indígenas de "muito baixas", não foram feitas em nome do governo, mas apenas "um ponto de vista pessoal". Segundo Denys, a política indígena deve ser assunto da Fundação Nacional do Índio (Funai): "Quando o índio descobre o facão não quer mais o arco e flecha" pois fica "animado com a civilização". O ministro disse, ainda, que "os índios não querem ficar num estágio menor" e por

isso "querem rádio, TV, saúde e bens mínimos da sociedade".

Sobre a demarcação das terras dos índios ianomami, Denys afirmou que "não são garimpeiros, mas invasores" que estão causando os conflitos de terra com os indígenas. "Cumpra ao Poder Executivo solucionar o problema", disse. Ao falar sobre o projeto Calha Norte, Denys lembrou que o programa contará este ano com uma verba de NCzS 6 milhões. O deputado Fábio Feldmann garantiu que vai requisitar um novo depoimento do general Denys ao Congresso como forma de proporcionar um debate mais detalhado sobre os projetos Nossa Natureza, Calha Norte e o Programa de Desenvolvimento da Fronteira da Amazônia Ocidental (Profao).

098

F.S.S. (N.M.A)

Meio Ambiente

24-5-89 JORNAL DO AMANHÃ

Garimpos contaminam Região Amazônica

BELÉM — A Amazônia está vivendo uma "tragédia silenciosa", na definição do químico Geraldo de Assis Guimarães, do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Pará (UFPA), em consequência da contaminação das águas garimpeiras pelo uso abusivo do mercúrio. Para o químico, a contaminação pelo chumbo da bauxita, professor Manoel Quaresma, e pelo geólogo Alberto Rogério B. Silva, do 5º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sediados em Belém. Eles estão consolidando os resultados de uma pesquisa ampla sobre o problema e já descobriram taxas de contaminação muito maiores do que as levantadas em pesquisas anteriores.

Foram analisadas 641 amostras de sangue, cabelo, urina, peixe, sedimento e solo, abrangendo uma área de 16.400 hectares, representada pela soma de todos os garimpos de Almagema. O governo, contudo, admite que os garimpos ocupam apenas 3.202,72 hectares, mas os limites oficiais nunca foram respeitados. Os técnicos chegaram também à conclusão de que não apenas os garimpos estão afetados pelo mercúrio, por trabalharem diretamente em contato com ele, mas também todos os habitantes dos rios e lagos das redondezas dos garimpos.

Os índios mundurucus e catepós, que vivem às margens do Rio Pissoc, são as comunidades de-

pois dos próprios garimpeiros, mais afetadas. Próximo de suas aldeias funciona o garimpo de Maria Bonita, no município de São Félix do Xingu, cujos rejeitos contaminados são despejados diretamente no rio. Os índios bebem água e pescam nesse manancial. Os pesquisadores ainda não consolidaram as informações sobre o grau de contaminação dos índios, mas sabem que é alto.

A pesquisa indica que hoje 600 mil garimpeiros estão em atividade na Amazônia Legal, 300 mil deles só no Pará. A região de Itaituba, no Rio Tapajós, apresenta a maior concentração, com 200 mil garimpeiros. Eles lançaram na região, segundo o relatório, 1.800 toneladas de mercúrio entre 1980 e 1988, período em que o Brasil produziu 295 toneladas de ouro, das quais 216 vieram dos garimpos e o restante da exploração industrial.

Contaminação — Nas amostras de solo e sedimentos colhidas em Serra Pelada, Gurupi (divisão com o Maranhão) e Cumaru (em Roraima), no Pará, o nível de contaminação chega a 100%. O professor Manoel Quaresma, por exemplo, encontrou nos cabelos de um garimpeiro do Gurupi a taxa de 100 por cento por milhão (100 ppm), quando a taxa tolerável pelo organismo humano é de 6 ppm.

O geólogo Alberto Rogério foi mais longe. Deu-se ter encontrado indícios de que a contaminação já atingiu de estar passando de pais para filhos. Cita como exemplo dois pescadores, pai e filho, que apresentavam índices muito parecidos no sangue (0,17 e 0,17 ppm) e na urina (0,05 e 0,02). A taxa tolerável de mercúrio no sangue é de 0,1 ppm. Na urina, é de 0,02 ppm.

A contaminação mala grave, no entanto, ocorre nas peixes, que não eliminam o mercúrio do organismo e são consumidos pela população da região. Em um processo que compromete o sistema nervoso das pessoas e causa a perda da coordenação motora e da visão, além de febre.

O mercúrio, usado para concentrar o ouro final, é ingerido pela população (de nutrição) de duas maneiras: quando da queima da liga ouro-mercúrio e na forma metálica, ao ser lançado com os rejeitos. Nesse primeiro caso, é inalado, na forma de vapor; no segundo, leva algum tempo para se transformar em iônico. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, as taxas toleráveis de mercúrio são: no sangue — 0,1 ppm; cabelo — 6 ppm; urina — 0,05 ppm; sedimentos e solos — 0,01; água — 0,2 e 0,5 ppm nos peixes.

01.01

8907861

098.

Exército diz que enfrentou uma "operação de guerrilha"

O Ministério do Exército divulgou ontem uma nota oficial, afirmando que as forças militares enfrentaram, na cidade de Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro), "uma verdadeira operação de guerrilha urbana" - e alerta que "o Brasil não pode deslizar pelo plano inclinado da desordem". Assinada pelo general de Brigada José Ary Lacombe, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, a nota diz, ainda, que o Exército cumprirá sua "missão constitucional de garantir a lei e a ordem, sempre que as circunstâncias exigirem, com ações adequadas e por mais duras que sejam".

Para os militares, a greve na Companhia Siderúrgica Nacional "não se ateve a um movimento trabalhista, mas extrapolou para a provocação do confronto e a quebra do princípio de autoridade". Atribui a ação das lideranças o ambiente de hostilidade criado e que, portanto, as vítimas que foram mortas são "em verdade vítimas dos arruaceiros profissionais", que teriam insuflado os trabalhadores para um choque - por eles desejado e planejado. Diz a nota do Exército que, para desocupar a usina e para defender-se da violência das agressões, as tropas "viram-se forçadas a enfrentar os agressores de modo também violento".

A nota diz também que o reforço dos efetivos militares foi o resultado da ocupação pela força das instalações da usina pelos trabalhadores e "da ação agressiva dos piquetes". Somete-se a isto o fato de a tropa ter sido recebida "com agressões verbais" e barrada quando tentava desocupar a usina, através de "ações hostis bem coordenadas". Nestas, segundo o Exército, incluíram-se: gradadas, golpes com barras de ferro, arremesso de "coquetéis Molotov" e disparos de armas de fogo. Tudo isto, afirma a nota militar, "caracteriza um clima de desordem, com sérios danos ao patrimônio e à economia nacionais".

A nota, segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, tem o objetivo de fazer com que "os deploráveis acontecimentos da usina de Volta Redonda sejam conhecidos e interpretados corretamente". Segundo os militares, "depois do choque, que somente poderia ter sido evitado pelas lideranças que o provocaram, a próxima fase seria a utilização do episódio com verbas insiduosas". Nestas verbas, conclui o Exército, "os provocadores vão se apresentar como líderes trabalhistas que não são, para denunciar as violências que desejaram, planejaram e promoveram". (Brasília/ZH)

CUT e CGT acertam greve contra a extinção da URP

SÃO PAULO — O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, e Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, representando a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), formalizaram, nesta terça-feira, um compromisso de organização de greve geral unificada contra a extinção da URP. Ao mesmo tempo em que fecharam o acordo (indulto), desde que Medeiros se tornou conhecido no país, defendendo idéias de reforma no capitalismo como alternativa de atuação sindical, CUT e CGT já iniciaram discussões para que a greve geral seja totalmente diferente das mobilizações anteriores: copiando o modelo europeu e representando apenas uma etapa de um plano global de defesa da URP.

O acordo foi selado durante almoço, ontem, no restaurante Depeto, localizado nas proximidades da sede nacional da CUT, na Vila Mariana, onde Jair Meneguelli recebeu, às 11h, comunicado telefônico de Medeiros convidando-o para o encontro. Como ações imediatas, Medeiros e Meneguelli acertaram uma reunião mais ampla, incluindo o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, nesta segunda-feira, às 14h, na sede da CUT.

A intenção dos sindicalistas é a de não forçar uma greve geral, mas uma paralisação cívica. Assim, em vez de causar alguma forma de prejuízo econômico aos empresários e ao governo, a intenção, agora, é firmar um protesto geral contra a extinção da URP e abrir portas para as negociações. As entidades vão programar formas de paralisação respeitando as especificidades de cada categoria profissional. Por exemplo: os petroleiros e eletricitários deverão paralisar seus trabalhos de forma a não prejudicar o fornecimento de energia, enquanto os metalúrgicos que trabalham em aciarias tomarão cuidado para não interromper o ciclo de produção.

O objetivo das entidades é o de paralisar os trabalhos em um dia e forçar a abertura de negociações. Caso o governo não se sensibilize, organizarão uma paralisação com maior abrangência, até que a reivindicação seja atendida. "Nosso objetivo é o de elaborarmos um plano de lutas sequencial, não basta realizarmos uma greve de contestação sem criar um clima de negociação", afirmou o presidente da CUT, Jair Meneguelli.

01.01

8907980

098

FS

CUT quer resistência a longo prazo em vez de greve

BELO HORIZONTE — O presidente da CUT Jair Meneguelli, anunciou em Belo Horizonte que o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinão, aceitou seu convite para um encontro segunda-feira, às 14h, para debater o plano de resistência cutista ao pacto. Ele insistiu que é contra uma greve de protesto de 24 horas e defenderá um movimento de resistência a longo prazo.

"A greve não está descartada. Não quero é um movimento de protesto, mas uma greve progressiva, que começa com 24 horas e se estende por 72 horas ou mais. Defendo é um plano de resistência ao governo, contra o arrocho salarial", disse Meneguelli, afirmando que a CUT não faz defesa da manutenção da URP, mas de uma medida de reposição de todas as perdas salariais, seguida de reajustes mensais de acordo com a variação da inflação. "Queremos que o governo não zere a defasagem salarial".

Essa proposta será levada pelo presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Luiz Antônio Medeiros, ligado à CUT, para a mesa de negociações do pacto social no dia 18. Um dos dirigentes da CUT e da CNM, Mas, Meneguelli não acredita que ela seja aceita pelo governo. "A URP é uma medida insulante que o governo

encontrou para arrochar salários. Ele criou a ilusão do reajuste mensal mas que no acúmulo de 12 meses fica sempre abaixo da inflação", argumentou.

Meneguelli admitiu que no encontro com Joaquinão não apresentará proposta de greve geral, mas um plano de ação de resistência contra as medidas do governo. Nesse plano está a decisão de não aceitar medidas que desestimulem o consumo, como forma de aumentar a disponibilidade de produtos para exportação. "O que o governo quer é reprimir o consumo para captar mais dólares com as exportações e com isso gerar mais recursos para o pagamento da dívida externa. Mas, nos da CUT, não aceitamos decisões que imponham ao país destinar 5% do PIB (Produto Interno Bruto) ou o superávit da balança comercial para o pagamento da dívida externa", disse.

Funcionalismo — O presidente da CUT, que viajou a Belo Horizonte para assistir a uma assembleia regional de filiação de novos sindicatos, reafirmou posição contrária a demissão de pessoal no Serviço Público, como forma de equilibrar o orçamento da União. Sem citar fontes, mas dizendo serem dados "disponíveis" no Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socio-Econômicos), afirmou que nos Estados

Unidos, Itália, México e Chile o poder público emprega em média 23% da população, enquanto o Brasil emprega 18%.

"Não acredito que a máquina administrativa esteja inchada. Acho, inclusive, que seja necessário a contratação de mais gente. O que não pode continuar existindo é o regulamento com três, cinco empregos e só aparecer no final do mês para receber. Ou o Franco Montoro com cinco aposentadorias e funcionários públicos de São Paulo trabalhando no Nordeste", protestou Meneguelli. Ele calculou que a URP representa um crescimento de 0,06% nas folhas mensais de pagamento para a iniciativa privada e de 20% para o governo. "É o governo que está sem caixa", concluiu.

Como resultado do encontro de ontem, as assessorias de Meneguelli e Medeiros fazem uma reunião hoje para acertar a estratégia a ser usada na próxima reunião do pacto social. O presidente da CUT diz que o fato de o governo (segundo tem sido anunciado) balizar o novo pacto econômico antes da próxima reunião do pacto não invalidará um movimento de resistência. "As medidas podem vir dia 15. Não importa que façamos uma greve depois, ao dia 30, por exemplo, desde que o movimento de ação esteja bem articulado", propôs.

01.01

8907982

GERAL

Igrejas Cristãs defendem profundas mudanças sociais

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) reuniu-se em Porto Alegre a 3ª Assembleia Geral priorizando a questão da dívida externa e suas consequências sociais, o problema dos alérgicos e doentes marginalizados, o desafio dos meninos e das meninas de rua, entre outros, como suas áreas de atuação. "A Igreja, na América Latina, proclama mudanças profundas e urgentes na linha da justiça e da paz social", afirmou o bispo da Igreja Católica dom Síndato Bohn, vice-presidente do Conic, que concedeu entrevista coletiva junto com o presidente da entidade, o pastor luterano Gottfried Brakemeier, e o secretário-geral, o bispo da Igreja Metodista Isaac Aço.

Dom Síndato disse que a injustiça social atingiu níveis insuportáveis e lembrou que a dívida externa não é apenas uma questão técnica e econômica, mas o fruto de uma hipocrisia deslavada, um instrumento do imperialismo que em vez de mandar exércitos manda banqueiros. "Se mantiver essa política que tira dinheiro dos pobres para dá-lo a um

dragão insaciável", criticou.

Entre as propostas que o Conic desenvolve em relação à dívida externa está a de manter contatos com autoridades e representantes de bancos credores estrangeiros. "Não temos uma proposta econômica, nem é essa nossa função, mas não devemos esquecer que a dívida externa envolve aspectos éticos e morais", acrescentou o bispo Isaac Aço, ao citar algumas sugestões do Conic para o problema, como uma auditoria da dívida feita por organismos internacionais não comprometidos.

AIDS

O Conic, que durante esta assembleia não elegeu uma nova diretoria mantendo a atual por mais dois anos, pela primeira vez abordou o problema da AIDS. O pastor Brakemeier referiu-se aos alérgicos como pessoas que carregam um triplo sofrimento, pois, além de condenadas à morte por uma doença incurável, são discriminadas por medo do contágio e lidas atribuídas a culpa de estarem contaminadas.

das. "As igrejas têm uma tarefa pastoral entre os que sofrem a doença. Não se pode negar ajuda a quem dela necessita", ponderou.

Brakemeier enfatizou a importância das campanhas de esclarecimento, mas posicionou-se contra a propaganda de preservativos para prevenção. "A camisinha não é 100% segura. Não existe uma solução perfeita, mas é certo que a informação para uma vida sexual responsável e o aconselhamento pastoral são armas eficazes para combater a doença", defendeu. As igrejas manifestaram a intenção de apoiar a criação de locais específicos onde possam permanecer pacientes com AIDS que não precisam de internação hospitalar, mas necessitem de abrigo e amparo, e de criticar a falta de controle do sangue.

O Conic, conforme seu presidente, não tratou de questões políticas durante a assembleia e omitiu-se de falar sobre aspectos partidários. "A Igreja não se alia a partidos ou ideologias. Nossa opinião sobre uma ideologia é somente de que é boa ou má na medida que promove a justiça e a paz", afirmou.



Foto: Tereza D'Almeida

Dividido, Congresso decide sobre o veto

O Congresso deve manter o veto do presidente José Sarney ao projeto de salário mínimo, consequentemente, aprovar o salário de NCx\$ 180,20 a partir de julho para os trabalhadores em atividade e NCx\$ 112,80 como referência para os aposentados e pensionistas de Previdência Social. O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, vai orientar a bancada para derrubar o veto, mas considera tarefa difícil. No PT, os deputados Flávio de Arruda Sampaio (SP) e José Genônio (SP) vão trabalhar contra o veto, mas ao mesmo tempo, procurar um acordo para que o congresso altere a medida provisória que criou o abono de NCx\$ 20.

O líder do PTB na Câmara dos Deputados, Gastão Righi (SP), admitiu que o governo conseguiu confundir o Congresso. Righi acredita que os parlamentares podem mudar a medida provisória, incluindo nela a vinculação do salário mínimo aos benefícios pagos pela Previdência. Nesse caso, a votação, da

medida provisória precederia a do veto presidencial. O PT também tem essa posição e PMDB, ao contrário, acredita que o lógico será votar primeiro o veto e depois a medida provisória. Se derubamos o veto, a medida provisória está automaticamente prejudicada, concluiu Ibsen Pinheiro. A mesma opinião tem o líder do governo, Luís Roberto Ponte. O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), já fechou questão pela manutenção do veto. A medida possível para dar um ganho ao salário mínimo é não quebrar a Previdência, argumenta. O problema de quórum não existe. Até o dia 20, antes do recesso parlamentar, o congresso vai entrar em regime de convocação direta para votar várias medidas provisórias, vetos, e a lei de diretrizes orçamentária. A dificuldade em derrubar o veto é ter 268 votos na Câmara dos Deputados e 85 no Senado, em votação secreta. Quando o PFL e o PMDB se dividem, não se derrota o Piazalho, observa Lourenço. (Brasília/EM)

Projeto estende a lei CUT: perdas atingem para civis e militares mais de 16 milhões

O Congresso Nacional aprovou, ontem à noite, um projeto de lei de conversão concedendo aos servidores públicos civis e militares que recebem até três salários mínimos reajuste mensal pelo IPC integral do mês anterior e trimestral, pelo IPC do trimestre anterior, para os que ganham acima de três mínimos. Essas regras salariais valem também para os senadores e deputados federais, e este foi o argumento usado pelos líderes do governo e do PFL para que o Congresso rejeitasse o projeto do relator, deputado José Tavares (PMDB-PR).

Esse substitutivo, que estabeleça para os servidores civis e militares a mesma política salarial aprovada para os trabalhadores do setor privado, substitui a Medida Provisória 98, que previa reajuste trimestral para todas as faixas salariais a partir de primeiro de outubro, sem gatilho, concedia reajuste em julho pelo IPC acumulado de maio e junho, bem como uma reposição de perdas salariais de 30%, que já foi incorporada ao pagamento de maio. Pelo projeto de conversão do Congresso, os servidores civis e militares recebem em junho reajuste pelo IPC de maio e em julho pelo IPC de junho. (AG)

Outro recurso ao Supremo

O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) apresentou ontem à Mesa do Senado requerimento para que ela argua, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a inconstitucionalidade do decreto editado pelo presidente José Sarney que fixa o piso nacional de salário do próximo mês em NCx\$ 112,80. A expectativa do senador é de que a Mesa do Senado redna-se hoje, aprove o requerimento, que é assinado por parlamentares de diversos partidos, e imediatamente ingresse com a ação.

O decreto que fixa o novo piso é inconstitucional por três motivos, segundo Chiarelli. Primeiro, porque conforme a nova Constituição, não existe mais o piso nacional de salários, mas salário mínimo, permanecendo apenas os pisos de categorias. Em segundo lugar, legislar sobre o salário mínimo é prerrogativa do Congresso Nacional e não do Executivo. O terceiro motivo é que o instrumento próprio para estabelecer o valor do salário mínimo é lei e não decreto, de acordo com o inciso quarto do artigo 150 do texto constitucional. (Brasília/EM)

O presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse ontem que está apostando que o Congresso Nacional derrube o veto do presidente Sarney à política salarial e ao novo salário mínimo, conforme promessa feita por lideranças partidárias. Caso isso não aconteça, Meneguelli afirmou estar disposto a orientar os trabalhadores para uma luta organizada ou até greve, se for preciso. A principal reclamação sobre o novo salário mínimo é que os trabalhadores perdem 49% de reajuste, porque o piso deveria ser de NCx\$ 120,00 e permanecerá em NCx\$ 81,40 em junho para cerca de 18 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo. Além disso, o novo salário continua longe do patamar reivindicado, de NCx\$ 853,85, conforme o valor calculado pelo Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Diseee).

Ele também disse que vai estudar a possibilidade de mostrar a inconstitucionalidade do novo salário, uma vez que a constituição determina que o piso deve ser suficiente para sustentar uma família e não ser que alguma juiz prove o contrário - explicou.

Com relação à nova política salarial, Meneguelli criticou a extinção dos 3% de aumento real, como previa a proposta anterior aprovada pelo Congresso. Outro problema grave apontado pelo líder sindical é a discriminação ao funcionalismo público, já que os critérios de reajustes salariais não se aplicam aos servidores públicos civis e militares da União, territórios, autarquias, fundações públicas, nem aos proventos, aposentadorias e pensões. A perspectiva de diminuição de greve em função da definição de uma política salarial não cabe, agora, ao funcionalismo - previu.

Outro ponto de divergência é a discriminação de reajustes, aplicados mensalmente apenas para os que ganham até três salários mínimos. Continuamos reivindicando a correção salarial para todas as faixas - explicou. Outro motivo de discordância são os descontos de todas as reposições e aumentos concedidos este ano. Inflação não se negocia, se repõe - sustentou Meneguelli. (AE)

A repercussão local está na página 26

2 HORA 21/6/89

Dom Luciano Mendes de Almeida, negou ontem acusações do chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, feitas em CPI do Senado. O bispo preconizou o desarmamento no campo e a necessidade de agilização da reforma agrária, como solução.

CNBB nega que a Igreja ajude a invadir terras

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes de Almeida, negou ontem que a Igreja esteja incentivando as invasões de terra no campo, conforme acusou o diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, quarta-feira, ao depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga os conflitos agrários no Brasil, matéria divulgada por Zero Hora em sua edição de ontem. Segundo Dom Luciano, a atuação dos movimentos dos sem-terra é desvinculada e independente da ação da Igreja, apesar da preocupação comum com uma reforma agrária no País.

- A Igreja não estimula invasões de terra nem ações violentas - disse o Presidente da CNBB.

Dom Luciano afirmou ter estranhado as declarações do diretor da Polícia Federal e disse estar pronto a prestar qualquer esclarecimento a Tuma, se ele quiser. O presidente da CNBB acrescentou que a Igreja gostaria de ver acelerado o processo de assentamento das populações sem



Dom Luciano: reivindicações agrárias são desvinculadas da Igreja

terra, tanto no campo e na cidade. O atraso no assentamento dessas populações - disse ainda Dom Luciano - dá margem a determinados grupos atuarem de forma violenta.

O presidente da CNBB lembra

que uma maneira de diminuir o número de conflitos agrários seria a promoção pelo governo do desarmamento de grupos de pistoleiros que atuam no campo, financiados por grandes proprietários rurais. (AG)

Araraquara é a campeã nacional de hipertensão

Araraquara, interior de São Paulo, 260 mil habitantes, uma das cidades mais ricas do País e maior arrecadadora de divisas no exterior, através da exportação do suco de laranja, amanheceu ontem suplantando um novo e preocupante recorde: campeã nacional da hipertensão, ultrapassando Volta Redonda, no Estado do Rio, que detinha a indesejável marca. Estudos com base numa mostra representativa da população da cidade, concluídos recentemente pelo Centro Brasileiro de Classificação de Doenças, órgão de referência nacional para a Organização Mundial de Saúde, revelam que pelo menos 24,3% da população adulta de Araraquara sofre de hipertensão. A estatística aponta que o número é quase três vezes maior que o obtido em 1988 na então recordista Volta Redonda, estimado em 10,17% da população, de acordo com levantamento feito pela Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro. Os resultados em Araraquara são ainda mais preocupantes, quando comparados aos índices de hipertensão levantados em 1978 no Rio Grande do Sul, que davam conta de que 11,3% da população gaúcha era hipertensa. A coordenação do trabalho estatístico foi da médica Cecília de Lollo, que afirmou conhecer a grande proporção da população idosa em Araraquara. No entanto, ela disse que "não dá para justificar o número tão alto de hipertensos na cidade, pois a doença atinge também os mais jovens," explica a médica.

Objetivo

Cecília escolheu Araraquara para realizar o trabalho porque ela apresenta características representativas das cidades médias dos demais municípios do interior paulista. Com 180 mil habitantes - isso na estatística oficial do IBGE, mas na realidade a cidade tem 260 mil - Araraquara teve o seu perfil econômico modificado ao longo deste século. Passou de

cidade tipicamente cafeeira para um potente centro agroindustrial. Sua população, por consequência, saiu do sistema de colonato nas fazendas de café para o esquema do boia-fria. O principal objetivo da pesquisa idealizada pela médica era aferir a demanda da população doente da cidade para justificar a elaboração de um moderno sistema de saúde para tratamento da hipertensão.

"Vamos avisar que a situação na cidade é preocupante", antecipa a médica. Doença tipicamente urbana, a hipertensão nada mais é do que a elevação crônica da pressão arterial. Esse fenômeno cujas causas conhecidas são o alto consumo de sal, a obesidade e o estresse, acaba provocando no organismo uma série de desarranjos bastante graves. Uma delas, por exemplo, é a sobrecarga sofrida pelo coração, que pode terminar num enfarte do miocárdio.

Brasil repudia o Apartheid

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, enviou mensagem ontem ao presidente do Comitê Especial Contra o Apartheid, Joseph Garba, por ocasião do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo da África do Sul. Em nome do Brasil, Sodré reitera "o nosso veemente repúdio à prática do racismo e ao regime do apartheid ainda vigente naquele país. Diz da convicção de que os objetivos democráticos dos africanos prevalecerão sobre o arbítrio e a intolerância. O Brasil, afirma, tem acompanhado com preocupação a situação da África do Sul e condena consistentemente a manutenção de um regime iníquo que, além de ferir a dignidade do ser humano, choca-se com a consciência da sociedade brasileira.

098

Resposta

Relatório

Relatório de Trabalho

Assunto

TEXTO

Planos para apressar a reforma

A criação de uma Subsecretaria para Assuntos Fundiários, ligada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, a coleta de 50 mil assinaturas para mudar a Constituição Federal no capítulo da Reforma Agrária, e a participação dos bispos gaúchos na indicação de terras para assentamento dos colonos, foram as principais conclusões do encontro de bispos gaúchos, realizado em Santa Maria, coordenado pelos deputados Eramil Müller (PMDB) e Adão Pretto (PT), integrantes da Comissão da Assembleia Legislativa Pró-Reforma Agrária.

Participaram do encontro, o presidente da Regional Sul da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNEB), dom Ivo Lorscheatter; bispo de Cruz Alta, dom Jacó Hilgert; secretário da Agricultura e Abastecimento, Marcos Palombini, e dois representantes do Movimento dos Sem-terra. Estes últimos apresentaram uma lista onde figuram 17.982 hectares de terras apropriadas para a reforma agrária. Em contrapartida, o secretário Palombini informou que, dos 25 mil hectares apresentados em reuniões anteriores pelo Movimento dos Sem-Terra, 15 mil foram inviabilizados por serem áreas alagadiças, com solo impróprio para cultivo e pela pre-

sença de posseiros.

Sobre a participação da Igreja no processo de novos assentamentos, o bispo de Santa Maria destacou que "a função maior da Igreja é desenvolver um trabalho de conscientização sobre a necessidade da reforma agrária para diminuir as tensões sociais. Além disso, devemos minimizar a especulação sobre as terras disponíveis no Estado". Ao mesmo tempo, dom Ivo Lorscheatter frisou que os párocos não devem ser vistos como corretores.

O secretário Palombini justificou a criação da subsecretaria, em função da Secretaria da Agricultura não ter por tarefa promover os assentamentos, mas tratar de fomento à produção agrícola gaúcha. Salientou, ainda, que o encontro foi o início de uma campanha para modificar a Constituição Federal, a começar pelo Rio Grande do Sul. "O Estado só tem competência para promover os assentamentos, porque a reforma agrária foi inviabilizada pela Constituição. A UDR hoje está numa posição cômoda, já que não existe uma definição precisa de propriedade produtiva, dando margem a exageros do tipo: 'uma terra com uma toca de tatu é produtiva'", brincou o secretário. (Central de Interior/28)

23/4/83

F. S. S. 23/4/83

098

F. S. (Sind.)

Polícia fere à bala 5 metalúrgicos em São Bern

SÃO PAULO — No mais grave confronto ocorrido em São Paulo desde que começou o atual surto de greves, uma concentração de cerca de 30 mil metalúrgicos em frente à indústria Arteb, em São Bernardo do Campo, na região do ABC, foi dispersada ontem a tiros e bombas de gás lacrimogêneo por soldados da Polícia Militar. O conflito, que começou às 13h, durou cerca de trinta minutos e dele resultaram, segundo levantamentos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e da polícia, cinco metalúrgicos atingidos à bala e 12 policiais militares atingidos por pedradas. Além disso, vinte e duas vítimas da polícia foram feridas.

Um operário, o operador de máquinas Eronides Francisco da Cruz, de 33 anos, empregado da Volkswagen, levou dois tiros no abdômen, foi submetido a uma cirurgia de quatro horas e meia e continua internado no Hospital São Bernardo. Seu estado é regular. Os outros quatro trabalhadores foram meditados e dispensados. Os soldados da PM, Edson Lobo Monteiro, do 6º BPM,

M (Batalhão de Polícia Militar da Região Metropolitana) teve uma perna quebrada por uma tijolada, de acordo com os Boletins de Ocorrências números 1084 e 1087 registrados no 3º Distrito Policial de São Bernardo do Campo.

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Heigberto Bella Navarro, o Guiba, conta que os policiais, comandados pelo capitão França Lima Junior, começaram a disparar seus revólveres e a lançar bombas de gás contra a massa de trabalhadores. Em resposta, os metalúrgicos passaram a jogar pedras. Um dos policiais foi ferido no braço por uma pedra. Apesar dos pedidos do presidente do sindicato, Vicente Paulo da Silva e de outros diretores, o comandante não determinou a suspensão do tiroteio imediatamente, diz Guiba.

Depois de uma assembleia que decidiu rejeitar o reajuste de 45% e manter a greve, os 30 mil trabalhadores saíram em operação -arrastão, atrás dos dois caminhões de som do sindicato, com o objetivo de paralisar algumas fábricas que não estavam acompanhando a greve. Eles foram a Carfuz (501 empregados) e depois à Forjaria São Bernardo (611 empregados) e conseguiram

ram que os trabalhadores saíssem da fábrica. A operação-arrastão seguiu pela Avenida Pirapitanga, já perto da divisa do município de Diadema, com o objetivo de paralisar a Toyota (555-empregados), fabricante de veículos utilitários. De acordo com relatos de trabalhadores, depois de realizarem uma assembleia dentro da fábrica, os metalúrgicos da Toyota decidiram aderir à greve, e começaram a sair para a avenida. O boletim de ocorrência, assinado pelo delegado assistente, José Deodoro Costa Filho, diz que os trabalhadores queriam invadir a Toyota, mas foram impedidos pela Polícia Militar, o que teria originado o conflito.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, que cancelou a viagem que faria ontem aos Estados Unidos, considera os incidentes de São Bernardo como retrato do governo do presidente José Sarney. "Nem mesmo nas greves de 1979 e 1980, sob a ditadura militar, houve trabalhador baleado aqui em São Bernardo", disse ele. "Mas um governo que não tem autoridade nem moral não pode governar com bala e baloneta. E o recado de um governo desmoralizado", acusa.

PARTES ILEGÍVEIS

01.01

8908006

098

D Luciano diz que Igreja não financia sigla

BELO HORIZONTE — "Um equívoco." Foi assim que o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Luciano Mendes de Almeida, entendeu a acusação do candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, de que entidades ligadas à Igreja Católica estariam recebendo colaborações estrangeiras para financiar militantes partidários profissionais no Brasil. "Não há ligação entre a Igreja e os partidos políticos, em particular. A Igreja está ligada a programas, a valores que dignificam a pessoa humana e aplaude quando os partidos se aproximam destas aspirações", disse Dom Luciano.

O presidente da CNBB disse que não há "nenhum repasse de verbas em benefício de partidos". Assegurou que existem associações e movimentos populares muito incentivados por comunidades do Brasil e fora do país, que buscam o bem dos marginalizados. "A Igreja se liga àqueles que seguem as propostas do Evangelho e está aberta para uma democracia a cada dia mais participativa, que deveria estar de acordo com os anseios do povo brasileiro."

Egoísmo — Ele afirmou que a Igreja Católica não apoiará candidatos específicos na sucessão presidencial, mas se envolverá no processo eleitoral, marcando presença com sua palavra, promovendo a formação cívica dos católicos e incentivando sua participação. "Os católicos não deverão estar ausentes na campanha presidencial e deverão dar sua colaboração pessoal, com uma atuação mais lícida nas comunidades."

D. Luciano confessou seu desajo de que as propostas para o pacto social converjam para um "programa claro e definido de promoção dos desfavorecidos". Disse que não é mais possível tolerar no Brasil a ascensão rápida da inflação, sem um corretivo adequado dos salários. Segundo Dom Luciano, a inflação acelerada traz risco para a democracia, porque discrimina cidadãos, reservando as camadas sócio-econômicas mais altas de seus benefícios e impedindo que as camadas populares ascendam a padrões dignos de existência.

O presidente da CNBB acha que os principais obstáculos à eficácia do pacto social são o egoísmo dos "que têm muito, e não sabem repartir", e a corrupção dos que se utilizam da difícil situação econômica "em proveito próprio ou de grupos".

— Não é preciso apontar estes fatores, pois isto é muito evidente e basta abrir os olhos para constatar —, disse Dom Luciano.

19/12/88

19/12/88

19/12/88

098

C.S.S. (N.A)

JORNAL
DO
BRASIL

sábado, 1º/7/89 □ 1º caderno □ 7

Mesquita denuncia que inglês abateu 100 km² de floresta amazônica

BRASÍLIA — O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, disse ontem que a British Petroleum (BP) desmatou cerca de dez mil hectares (100 km²) na Amazônia para atividades de mineração e a construção de estradas, barragens, escola, hospitais e uma vila. "Eles afirmam que foi pouco mais de oito mil hectares, mas não foi isto que eu vi quando sobrevoei a região nesta semana", assegura Mesquita.

A área total do projeto cobre 59 mil hectares de terras e a autorização para a exploração de estanho na Floresta Nacional de Jamari, em Rondônia, foi dada pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM). Fernando César informou que foi feita uma avaliação deste projeto mas ressaltou que não cabe ao Ibama manifestar-se sobre o documento. Ontem, ele telefonou para o presidente do DNPM, Elmo Serejo, para conversar sobre a situação da British Petroleum. "Ele estava viajando. Marquei um encontro para segunda-feira", informou Mesquita.

Segundo Mesquita, a legislação do DNPM estabelece que as empresas mineradoras são obrigadas a fazer recomposição da área degradada quando desativam uma mina por mais de um ano, como é o caso da BP na Floresta Nacional de Jamari. A companhia britânica, no entanto, alega continuar operando, embora reconheça ter interrompido suas atividades temporariamente. Segundo a BP, o preço do minério estava "baixo".

Outra irregularidade encontrada na área é o atraso na apresentação do relatório de impacto ambiental que toda a empresa exploradora deve apresentar à entidade governamental de preservação do meio ambiente, conforme a resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). "Eles deveriam ter encaminhado este documento em Rondônia, em 1982. Como não havia representação no estado, eles deveriam ter se dirigido a extinta Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), o que também não fizeram", explicou o presidente do Ibama.

Fernando César revelou ainda que a British Petroleum enviou um plano de apresentação ao extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que foi recusado pela entidade. "Agora nós queremos saber o que foi feito com esse plano e se foi apresentado um outro em substituição do primeiro", disse.

De acordo com o relatório realizado pela delegacia estadual do Ibama em Rondônia, o desmatamento pela BP atinge 5,3% da Floresta Nacional de Jamari - equivalente a 11.933 hectares - de um total de 225 mil hectares. O desmatamento provém de diferentes operações: lavras e rejeitos (restos de lava) - 1.144 hectares; áreas de estradas - 450 hectares; vila, oficina e escritório - 128 hectares; fazenda agropecuária - 130 hectares; construção de 12 barragens em igarapés e rios - 7.026 hectares; desmatamentos realizados até 1987 - 3 mil hectares; e desmatamentos novos - 55 hectares.

No local, há dois tipos de mineração: a céu aberto, que transformou um morro em cratera, provocando despediço de matéria orgânica, e em igarapés, que causa destruição e obstrução dos leitos dos rios.

Hoje Nro.

01.01

8908058

098

F. S. S (N.A.)

098
F. S. S (N.A.)
24-5-89

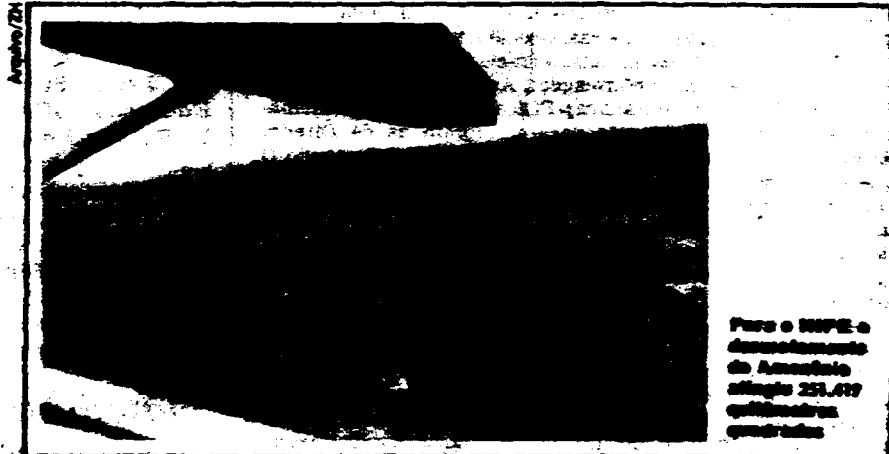
CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA INPE nega manipulação de dados sobre a Amazônia

Levantamento do Instituto provoca polêmica sobre a área devastada

Por NELCIRA NASCIMENTO
Especial

A acusação que pesa sobre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) - uma entidade com 30 anos de existência - de ter manipulado dados sobre o desmatamento da Amazônia, teve forte eco de parte do próprio INPE no XIV Congresso Brasileiro de Cartografia, que aconteceu em Gramado. O diretor do INPE, Márcio Nogueira Barbosa, assegurou que em nenhum momento o levantamento feito sobre a cobertura da Amazônia legal foi manipulado como chegou a ser denunciado.

No levantamento feito durante 30 dias por técnicos do Instituto, o que originou a polêmica, a conclusão foi de que o desmatamento da Amazônia atingiu uma área de 252 mil quilômetros quadrados, o que dá um índice de 6,13%. Pelas denúncias feitas nesta área de devastação seria de 344 mil quilômetros quadrados, um índice de 8,5%. Mas: a partir de dados enviados por um ex-chefe do Departamento de estatística chegou-se a um índice total de desmatamento de 9,3%, dados contestados pelo próprio INPE, e que tiveram como consequência um pronunciamento do presidente José Sarney reafirmando os dados dos técnicos do Instituto. O chefe do Gabinete do Instituto de Pesquisas Espaciais, Paulo Roberto Martins Serra, acha que as denúncias de manipulação da área devastada da Amazônia "podem ter tido outros interesses que não científicos". E que pelo menos criaram um sério constrangimento ao presidente Sarney que discutia uma política integrada da Amazônia legal com representantes do Pacto Amazônico. Foi uma situação delicada internacionalmente para o país, constantemente acusado de não respeitar sua soberania florestal e que procura financiar estrangeiros para projetos de



Para o INPE o desmatamento da Amazônia atingiu 252 mil quilômetros quadrados

urbanização da Amazônia.

Para Paulo Serra a discussão em torno da área real de devastação pode quando muito ter sido originada de interesses políticos contrariados. É que o próprio Banco Mundial realizou projeções a partir de dados do INPE, calculando uma área de devastação em torno de 13%, muito além dos dados encontrados pelo Instituto.

Luttenberger

A polêmica sobre a situação da Amazônia chegou ao XIV Congresso Brasileiro de Cartografia dividindo conservacionistas e a comunidade científica. O Congresso aprovou uma moção de apoio ao relatório do INPE, segundo Sérgio Gilberto Bottini, professor de Topografia da FUC, vice-presidente da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul, diretor da Sociedade Brasileira de Cartografia e conselheiro do CREA. Ele justifica que o relatório foi feito com seriedade e os técnicos da entidade não aceitariam a manipulação em suas pesquisas.

Sobre o fato de o Brasil ter ficado no banco dos réus com relação à Amazônia, do ponto de vista internacional, principalmente a partir das recentes denúncias, feitas pelo prêmio Nobel Alvarado José Luttenberger, Bottini vê com restrição os pronunciamentos de conservacionistas. "Com todo o respeito, o debate deveria ter sido feito aqui no País e não lá fora", diz Sérgio Bottini.

Para ele, Luttenberger é um ecologista, mas não um técnico em áreas cartográficas que possa dimensionar a devastação da Amazônia. "Quem é Luttenberger?", pergunta Bottini, deixando claro quanto opina contra a ecologia, mas que um debate que envolve denúncias dessa dimensão deve passar obrigatoriamente pela comunidade científica nacional. "Não somos terra de ninguém, mas a Amazônia é brinco de ouro que não pode ser tocada. Ela deve ser ocupada de forma bem planejada e Luttenberger deveria contribuir com a comunidade nacional debatendo aqui as questões ligadas à Amazônia", conclui o engenheiro Bottini. Luttenberger não foi convidado para este debate.

01.01

8908064

Custos ambientais reformulam critérios para obras

Wanda Nestleher

SAO PAULO — Quando se trata do meio ambiente, o barato pode, muitas vezes, custar caro. Na sexta-feira, o Conselho Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (Consema) rejeitou o traçado proposto pela Secretaria dos Transportes para a construção da Estrada do Sol, ligando o Vale do Paraíba ao litoral norte. A alternativa proposta, a duplicação da estrada dos Tamoiós, de São José dos Campos a Caraguatatuba, custa US\$ 129 milhões a mais do que os US\$ 564 milhões da Estrada do Sol. Mas basta a Secretaria de Transportes considerar o valor daquilo que a proposta degrada, que a relação custo-benefício se transfigura.

A Estrada do Sol implica o desmatamento de mais 600 hectares da heróica e combatida Mata Atlântica, contando, em 36 quilômetros, o Parque Estadual da Serra do Mar. A duplicação da Estrada dos Tamoiós desmatará 100 hectares, cortando o parque em 25 quilômetros, mas incide sobre uma área já impactada pela construção da própria Tamoiós, evitando uma nova compartimentação do parque — o que limitaria as possibilidades de cruzamentos e o trânsito das espécies que ali habitam, deixando-as mais suscetíveis à extinção. Além disso, a Estrada do Sol compromete, também, os mananciais utilizados no abastecimento de água da região metropolitana de São Paulo.

"É muito difícil quantificar estes prejuízos", observa Ivan Carlos Maglio, coordenador de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Mas que eles custam caro não há dúvida. Hoje, estes mananciais serão cerca de 1,5 milhão de pessoas, número que crescerá para 10 milhões em 2010", informa Maglio. Quantificáveis ou não, o sonho dos planejadores ambientais é integrar esses prejuízos, denominados *impacto ambiental*, às análises de viabilidade daqueles que assinam os projetos de quaisquer obras, desde as fases de inventário.

O país está longe dessa realidade, mas as coisas ambientais, de qualquer maneira, não podem ser deixadas para trás. Na semana passada, a Eletrobrás — cuja dívida com o meio ambiente atingiu proporções alarmantes no início da década — anunciou a disposição de construir em Boa Vista, em Roraima, a primeira usina solar do Brasil — um ítem da eucaliptização ecológica. Mas o melhor rendimento de uma usina solar, nos Estados Unidos, é de US\$ 114/kw, enquanto o das hidrelétricas, no Brasil, fica em torno de US\$ 40/kw. O quilowatt das termoeletricas, na região, é mais caro: US\$ 100 por kw.

Custos — A energia da usina solar visa complementar a energia produzida no futuro pela hidrelétrica do Paredão, situada no rio Mojuca, atualmente paralisada por falta de recursos financeiros do governo estadual. Paredão algará 5,6 quilômetros quadrados de florestas — muito pouco para os padrões amazônicos da Eletrobrás —, inundando terras habitadas por índios ianomâmi, wixarica e macuxi. A complementação da usina solar é necessária, explica Frank Avila, gerente do Departamento de Planejamento de Geração da Eletrobrás, por causa da escassez de água no período da seca, de julho a dezembro.

"Eu já sei que a usina solar é inviável economicamente diante das hidrelétricas, porém pode ocorrer de a sociedade escolher essa opção", afirma Avila. Para o técnico, as opções tecnológicas que não degradam o meio ambiente só começam a ser tomadas agora, graças à conscientização de setores da sociedade. As prioridades estão se invertendo. "Barragem e Tucuruí, planejadas no início de 70, foram feitas porque havia uma prioridade de produção de energia, sem que se considerasse relevante, o suficiente, os possíveis custos ambientais", explica Avila. Barragem e Tucuruí, 2.360 quilômetros quadrados de florestas virgens e Tucuruí, 2.430 quilômetros quadrados.

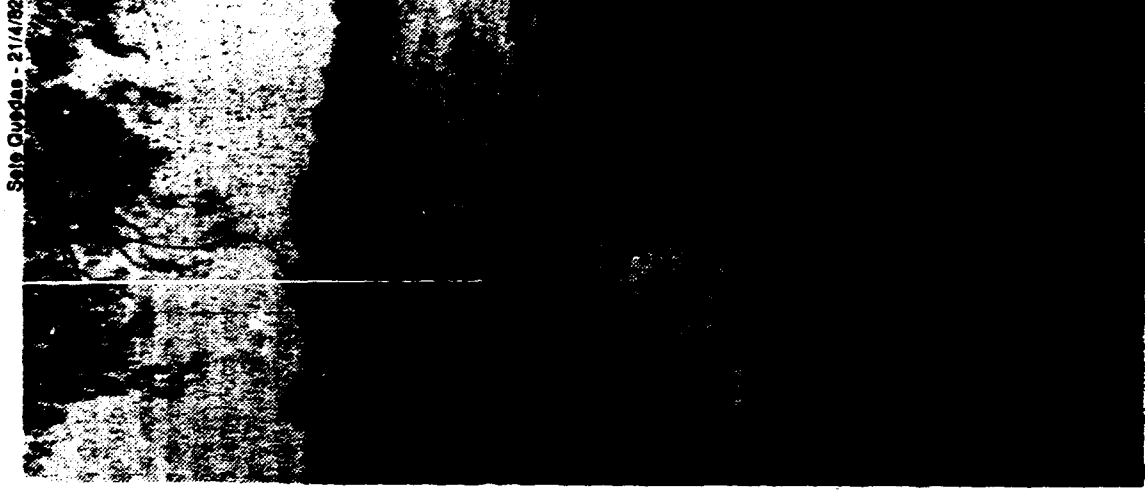
A introdução dos cálculos ambientais no

planejamento econômico no Brasil avança devagar. Começou com a obrigatoriedade de elaboração de Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente (Rima), criada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em janeiro de 1986. O Rima é um instrumento insuficiente, na medida em que sua elaboração não é feita nos estágios preliminares das obras, mas ainda serve para evitar alguns desastres. Foi analisando o Rima que os técnicos paulistas puderam evitar a construção da Estrada do Sol, tal como vinha sendo proposta. "Se houvesse um expediente deste tipo há mais tempo, nós poderíamos ter evitado o desastre de Cubatão", atesta o secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Jorge Wilhelm.

Desde o início de sua gestão, no início de 1987, Wilhelm já analisou 53 Rimas, dos quais 26 foram rejeitados. Entre os aprovados, muitos tiveram de se adaptar a exigências às vezes onerosas ao projeto. É o caso do gasoduto que a Petrobrás pretende instalar ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. O projeto terá de contemplar a instalação de válvulas de segurança para o controle do fluxo de gás, de dois em dois quilômetros, diferente da proposta inicial que queria implantá-las a cada 50 quilômetros.

A linha de transmissão que a Companhia Furnas Centrais Elétricas pretende instalar entre a hidrelétrica de Itaipu, na fronteira do Brasil com a Argentina, pelos estados do Paraná e São Paulo, também deverá ficar mais cara por exigências ambientais. Além de obrigada a fazer um desvio de 15 quilômetros, para evitar atravessar o Parque da Serra do Mar, a companhia terá de pagar à Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo uma taxa de 46 mil OTN (NCZ\$ 283.820,00), a título de compensação ambiental, pelos danos que não poderão ser evitados. "Vamos utilizar estes recursos para intensificar a proteção dos mananciais da bacia do Guarapiranga, na Zona Sul da cidade", informa Ivan Maglio.

Participaram: Verner Uhlmann e Ricardo Arni



Sete Quedas - 21/4/82

Qual o preço da paisagem de Sete Quedas que Itaipu afogou?

Cesp assumiu vanguarda ambiental há 11 anos

No panorama nacional da conscientização sobre a importância de se preservar o meio ambiente, merece destaque a Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Muito antes de o tema virar moda, há 11 anos, a Cesp criou o seu Departamento de Meio Ambiente e Recursos Naturais, destinado a avaliar e minimizar os danos provocados por suas obras. "Na Cesp a cabeça da turma de engenharia mudou muito, especialmente nos últimos quatro anos", garante o engenheiro florestal Luiz Fernando Galli, de 39 anos, atual gerente do departamento.

Foi graças aos esforços de sua equipe, composta por 364 funcionários, 84 deles com nível universitário, que, por exemplo, a área a ser inundada pela usina hidrelétrica de Canoas, proposta para o rio Paranapanema, que deveria alcançar 7 mil hectares, acabou sendo reduzida para 3.500 hectares. "Nós insistimos, e acabamos convencendo a todos de que era mais interessante construir duas usinas, uma em Itamaracá, no Paraná e outra em Cândido Mota", gaba-se Galli.

"O que é difícil para algumas pessoas entender é que os gastos feitos agora podem ser muito menores do que os que se precisaria fazer depois, para recuperar o ambiente", explica Galli. Ele gastou três anos de trabalho antes do início da implantação da usina de Rosana, também no Paranapanema, a 710 km de São Paulo, para salvar a fauna local. "Estudamos a biologia e os hábitos das espécies", conta. "Depois, foi feito o desmatamento da área para que os animais se deslocassem, por conta própria, para áreas que ficariam intactas. Todo este trabalho significou 3,7% do valor total da obra."

Além da equipe, uma grande arma do Departamento de Meio Ambiente da Cesp é o zoológico que a empresa mantém em Ilha Solteira, a 650 quilômetros de São Paulo. Ali, são realizadas pesquisas e criação de alguns animais já em perigo de extinção, como o jacaré-de-papo-amarelo e o cachorro-do-mato vinagre. "Confesso que nem sei ao certo quanto custam exatamente todos estes esforços, mas certamente é muito pouco, se comparado com os benefícios que trazem", diz Galli. "Alguém saberia dizer quanto, em dinheiro, valia a paisagem de Sete Quedas, inundada pela usina de Itaipu?" (W.N.)

038

F.S.S. (SIND)

Erro Histórico

J. D. Brasil
22/4/89

Pensávamos que já houvesse greves em número suficiente. Mas o presidente da CUT, Jair Meneguelli, acaba de informar em São Paulo que as greves ainda serão mais numerosas em maio, e que não há nada de errado nisso. A opinião pública tem bons motivos para discordar dele.

Não existe incompatibilidade entre a democracia e a greve. Mas o grevismo que se desenvolve aos nossos olhos não parece ter compromisso com coisa alguma. Pior, aposta definitivamente no impasse, ao exigir reposições salariais que estão fora do horizonte das empresas e do próprio governo.

Qual a razão de se pedir o impossível? Poderia ser o velhíssimo método da barganha — pedir muito para conseguir pelo menos um pouco.

Mas o clima que se vai instalando no país, à medida que as greves se aceleram, ameaça jogar por terra a idéia de barganha. Começa a transparecer, em vez disso, a imagem de um processo levado intencionalmente aos extremos, com perfeita indiferença quanto ao estágio político e econômico que atravessamos. A quem interessa esse ferver das águas?

No bojo dessa resaca sindicalista, o papel da CUT destaca-se como uma forma peculiar de anacronismo. O modo como a CUT atua é um meio seguro de roer o pedestal onde instalou-se a candidatura Lula à presidência. Mas também é uma demonstração do que pode haver de mais antiquado na realidade brasileira — o que contrasta violentamente com as pretensões da CUT de ser uma espécie de vanguarda sindical.

O sindicalismo de combate, no Brasil, ganhou ímpeto durante a ditadura militar. Uma outra ditadura — o Estado Novo — presenciou os estágios iniciais do movimento. Era uma situação de corporativismo explícito, apoiado sem disfarces no modelo do fascismo e da sua *Carta del Lavoro*.

No Brasil moderno, havia a promessa de algo diferente. No ABC paulista, o desenvolvimento industrial gerou uma classe trabalhadora com vistas mais largas que os seus antecessores — um tipo de trabalhismo capaz de discernir, por exemplo, onde é que as multinacionais ajudam e onde é que atrapalham.

As greves praticadas por esse novo sindicalismo, uma ou duas décadas atrás, podiam ter um sentido político saudável, na medida que alargavam o espaço de respiração de uma sociedade constrangida. Nada havia, naquele cenário, que cheirasse a passadismo ou conformismo.

De repente, muda o cenário; e, como que num passe de mágica, a CUT apresenta-se como representante do que há de mais velho no Brasil — que é justamente o corporativismo estatizante. Com a pretensão exagerada de ser o que o seu nome indica — um conceito que nada de bom pode trazer para a sociedade —, a CUT infiltrou-se por todo lado, e passou a considerar-se também representante do serviço público.

Com isto, cavou para si mesma uma contradição

fundamental. Pois ninguém ignora que a idéia de serviço público precisa ser revista no Brasil. Há, nesse terreno, quem ganhe muito trabalhando pouco ou nada; e quem esteja na situação contrária. Esses disparates do setor público é que tornam, para alguns, o salário tão mesquinho, e reduzem a produtividade a níveis esqueléticos.

O Brasil não muda de cara e de clima sem passar a limpo esta pesada máquina estatal. Mas é nesse momento que aparece a CUT com a sua pretensão de representar "todos os trabalhadores". Nesse monolitismo de massa, é evidente que qualquer melhoria será impossível, e que a Central Única dos Trabalhadores, por excesso de pretensão ou de ambição, passa a incorporar todos os vícios do velho corporativismo.

Na fila do INPS, por exemplo, onde pode estar retratada a ineficiência de uma determinada área do serviço público, a CUT ficará invariavelmente com os que estão do lado de dentro do guichê — pois é isso que manda a lógica do "sindicato único". E os que estão na fila, por acaso não são trabalhadores? Mas a CUT tornou-se pesada demais para fazer esse tipo de distinção. ~~Diferencia o movimento~~ ~~ou ele qual for,~~ trabalhando ou não, e a reivindicação salarial mais absurda, porque está mergulhando no conceito corporativo que ignora o interesse social.

Também faz parte desse gigantismo o rosto agressivo que o movimento já exhibe. Se não há distinções a serem feitas, se só vale o interesse classista, a tendência é que os métodos de pressão se tornem cada vez mais violentos. Ao lado do direito de greve, há o direito de não fazer greve, para os que não estiverem de acordo com uma greve. Mas o super-sindicato reage como nos tempos da ditadura: quem não concorda com a massa é *divisionista*, *traidor* ou qualquer outra coisa desabonadora. E daí se passa à perseguição dos *divisionistas*.

O que resta de democracia depois disso? E como impedir que, no meio do movimento sindical, não desempenhem papel relevante agrupamentos radicais como a Convergência Socialista — que atua sem nenhum disfarce como movimento de pretensões revolucionárias?

A natureza do sindicalismo brasileiro e a sua capacidade de modernização estão sendo traídas por uma deformação evidente. O grave com a CUT é que ela não percebe o quanto se tornou retrógrada, parte do que há de mais apodrecido no país. Um movimento sindical que começa a causar medo entre os seus membros ou entre a sociedade, entretanto, começou a cavar o seu próprio fim.

A sociedade tem meios de proteger a normalidade de que precisa para as tarefas mais simples do dia a dia. O Brasil atravessa um momento difícil. A convivência democrática deveria ser compromisso de todos. Mas há os que, obtusamente, só enxergam o passionalismo e as atitudes anacrônicas. Não tarda a rejeição generalizada a esse mau serviço prestado ao Brasil moderno. É só esperar um pouco mais.

090

F S S (IC)

26/08/89

CNBB dá o perfil do candidato ideal

O "retrato-falado" do candidato ideal à Presidência da República foi divulgado ontem, em Brasília, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Deve ser alguém cujo passado comprove competência, honestidade, prudência, coragem e comprometimento com causas populares e que seja capaz de executar profundas mudanças "em vista do bem comum". Segundo alguns bis-

pos, os dois candidatos que se enquadrariam nesse perfil: Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Mário Covas (PMDB).

O perfil foi definido pelo Conselho Permanente da CNBB e seus membros, incluindo as dioceses. São os mesmos critérios para "qual a pessoa não seja só a da situação atual", propõe ainda Frei João, secretário de CNBB, dom João Maria, bispo de São Paulo, Paulo, (AG) e

nesso documento que se trata de um retrato-falado. É só pegar um papel, desenhá-lo, colocar o nome e o sobrenome. Se não mais do que candidato, dependendo da capacidade do desenhista. Mas, certamente, não se bem todos os candidatos", afirmou o secretário-geral dos CBAs, Quirino. "O Brasil precisa de mudanças. Não qualquer mudança", enfatiza dom Paulo, bispo de São Paulo.

01.01

8908188

ZERO HORA

POLÍTICA

Quarta-feira, 30 de agosto de 1961

Igreja diz ^{FSS.} de novo que não indica candidato

"A Igreja não tem partido nem indica candidato", afirmou, ontem, em Passo Fundo, o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, ressaltando, porém, que a Igreja não pode deixar de lembrar quais são os critérios para essa escolha tão importante, como será a do

futuro presidente da República.

"Infelizmente nós vemos que há muita gente se deixando levar pela simpatia e pelos efeitos da propaganda", disse dom Luciano ser importante as comunidades se reunirem para refletir sobre os critérios que devem nortear a escolha. Para ele, o eleitor

deve estar atento "às qualidades pessoais do candidato, ou seja, idoneidade de vida pessoal, que não tenha seu nome ligado à corrupção, e principalmente que seja aberto a um governo de participação, sabendo respeitar as contribuições, mesmo daqueles que a outros partidos".

A segunda linha de critérios, diz

ele, liga-se à necessidade de medidas, incluindo área política, agrícola, que evite o êxodo rural e garanta a execução de uma reforma agrária justa e eficaz; o apoio à luta dos trabalhadores pela justiça social; e a solução da dívida externa. (Contraste do Interior/ZH)

F.S.S.(M.A)

Instrumento para salvar a Amazônia

O Tratado de Cooperação Amazônica, que engloba oito países da América do Sul limitrofes com a Amazônia, é o maior instrumento já assinado pelo Brasil em matéria de meio ambiente. O acordo estabelece regras científicas para a intervenção conjunta na região, com uma abordagem nova, que inclui a palavra ecodesenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento compatível com o meio ambiente.

A opinião é do coronel Altino Berthier Brasil, presidente da Sociedade de Amigos da Amazônia Brasileira, que realizou uma palestra na manhã de ontem no Cinema Universitário da UFRGS. O encontro faz parte do Seminário de Estudos sobre a Amazônia, promovido pela Associação dos Antigos Alunos da UFRGS e da Pró-Reitoria de Extensão da universidade.

O coronel, que viveu muitos anos na Amazônia, fez, inicialmente, um resumo da importância da região, não só para os brasileiros mas para o mundo. Para se ter uma idéia, a Amazônia tem alimentos para abastecer o mundo inteiro por 500 anos. A vazão de um

dia do Rio Amazonas no oceano, por exemplo, abasteceria São Paulo por 28 anos, enquanto a vazão de um minuto e meio daria para encher a Baía de Guanabara. "É o último resíduo mundial com águas potáveis puras", alertou Berthier aos participantes.

O tratado, com 88 artigos, foi assinado em 3 de julho de 1978 e fazem parte do acordo, além do Brasil, a Venezuela, a Colômbia, o Equador, o Peru, a Guiana, o Suriname e a Bolívia, que têm a mesma realidade, conforme o coronel. Unidos, esses países se propõem a proteger e a desenvolver a região, em áreas como a saúde, ecologia, educação e economia.

A cada ano, reúne-se o Conselho do Pacto Amazônico, com um representante de cada país, onde são tomadas as medidas necessárias apenas quando houver unanimidade. Até agora, entre outros itens, já foram reguladas a navegação dos rios, a interconexão do sistema de transportes, a troca de informações tecnológicas regionais e ações conjuntas nos problemas de Saúde.

BRUNO MORA 25/8/89

Começa em Manaus o congresso internacional sobre Amazônia

Cerca de 100 cientistas brasileiros e estrangeiros e autoridades convidadas participaram ontem, da inauguração do congresso Necessidade, Pesquisa e Estratégias para o Desenvolvimento Auto-sustentável da Amazônia, no Tropical Hotel de Manaus, numa promoção da Universidade Paulista (UNP). Ao longo de cinco dias, serão defendidas 30 teses, a cargo de técnicos brasileiros e estrangeiros, entre estes representantes do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), e da NASA. Ao fim, será elaborada e lançada a "Carta da Amazônia". "A Amazônia tornou-se um centro de informações contraditórias", diagnostica o reitor da UNP, João Car-

los Di Gênio, que vê a necessidade urgente de um documento que defina as estratégias para o desenvolvimento da região, em consonância com a preservação do meio ambiente.

Após a solenidade de abertura, às 18h30min, com a presença dos ministros Carlos Correia Santanna (Educação), José Aparecido de Oliveira (Cultura), Roberto de Abreu Sodré (Relações Exteriores), e do governador do Estado, Amazonino Mendes, entre outras autoridades. O professor Shelby Tilford, do Departamento de Ciências da Terra da Nasa, falou sobre o sistema de observação da terra (Programa do EOS), desenvolvido pela entidade. (AE)

2020 1-024 26108105

098

**CUT, CGT E CNBB
APOIAM A MORATÓRIA**

A proposta da comissão, designada para examinar as causas do envolvimento externo, de declarar moratória, através de lei, recebe hoje, o apoio das Centrais Única dos Trabalhadores (CUT) e Geral dos Trabalhadores (CGT), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de outras entidades organizadas da sociedade civil.

2 HORAS 23/8/89

01.01

8908244

Dom Mauro pede voto para Lula

**Bispo de Caxias
acha apoio ao PT
um dever cristão**

Com um discurso contundente, através do qual expôs suas "razões e esperanças" no PT e criticou os que se refugiam na neutralidade, o bispo de Caxias, Dom Mauro Morelli, foi a grande estrela do lançamento, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio, do Conselho Nacional da Frente Brasil Popular — entidade formada por pessoas notáveis de vários segmentos da sociedade para apoiar a candidatura do deputado Luis Inácio Lula da Silva a presidente da República.

Lula e cerca de 400 pessoas que lotaram o auditório da ABI aplaudiram de pé Dom Mauro Morelli, que defendeu, em discurso de duas páginas, o engajamento dos cristãos na política. "Os discípulos de Cristo, como cidadãos e cidadãos do mundo, devem participar da luta do povo por

uma vida livre, digna, justa, fraterna e solidária", disse.

"A base de minha opção está na Baixada Fluminense. Um mundo em preto e branco, sem a fantasia do colorido. Um mundo herdeiro da escravidão abolida sem compromisso com a cidadania do povo negro", afirmou Dom Mauro Morelli.

Também discursaram o candidato a vice-presidente na chapa do Lula, senador José Paulo Bisol; o presidente da Federação dos Indigenistas do Rio Negro, Ita Apuã Baré; o presidente da CUT, Jair Meneguelli; o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE); o jornalista Augusto Villas Boas; e Cordolima Fontele, 81 anos, mãe do deputado estadual Paulo Fontele, eleito pelo PSB do Pará e assassinado, segundo ela, "por essa maldita UDR".

Último orador da solenidade — iniciada às 13h e concluída às 14h30 —, o candidato disse que disputará e ganhará o segundo turno das eleições presidenciais, para promover a reforma agrária "não em terras devolutas,

como quer a UDR, mas no latifúndio".

Sobre comentário de Fernando Collor de Mello (PRN), candidato que lidera as pesquisas de opinião (42% no Ibope), de que a eleição deveria ser decidida no primeiro turno para evitar uma crise política no país, Lula disse: "Ele gostaria que não houvesse nem eleições. Ele gostaria de receber como dádiva o cargo de presidente, mas tenho certeza de que ele não vai para o segundo turno."

O Conselho Nacional da Frente Brasil Popular, que dará sugestões e, segundo o senador Jamil Haddad (PSB-RJ), funcionará "como um técnico observando o jogo fora do campo", é formado, entre outros, por Dom Mauro Morelli, Frei Beto, Luis Pinguelli Rosa, Cordolima Fonteles, Antônio Houaiss, José Gomes da Silva, Raymundo Faoro, Augusto Villas Boas, Sérgio Barroso, Jair Meneguelli, Zezé Mota, Ivanir dos Santos, Saturnino Braga, Carlos Henrique Escobar, Leandro Konder, Maria Vitória Benevides, Carlos Maurício, Joel Silveira e Orlando Valverde.

JORNAL DO BRASIL 23/8/89

098

ANO 1989
ZERO HORA

Joaquinzão sonha com Senado e já pensa em nova central sindical

Depois de 20 anos a frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, em cuja presidência chegou guiado pelas mãos do governo militar como interventor, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, luta desesperadamente para manter-se em cena no movimento sindical e sonha com uma cadeira no Senado Federal. "As dificuldades são muitas, mas é com satisfação que eu faço tudo isso", afirma, orgulhoso, Joaquinzão, aos 62 anos ainda disposto a organizar a quarta central sindical do país.

O mais duro golpe da carreira sindical de Joaquinzão foi desferido por Antônio Rogério Magri, que no II Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), realizado em fins de abril, derrubou Joaquinzão da presidência da Central, cargo ocupado desde a sua fundação, em 1986. Magri assumiu o comando da CGT em uma eleição até hoje não reconhecida pelos aliados do líder metalúrgico, dispostos a eleger a nova diretoria da CGT numa plenária convocada para os dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro em Belo Horizonte.

"Estamos chamando todos os sindicatos da CGT, não é um encontro de dissidentes, inclusive os que se auto-denominam diretores estão sendo convidados", informa Joaquinzão. Se a união da CGT não for mais possível, sua opção seria organizar a quarta central sindical do país (além da CGT e da CUT, existe a USI-União Sindical Independente). Ele até admite que Magri permaneça a frente da central, mas quer cargos no restante da direção para os seus aliados.

Senado — Ao longo dos anos, Joaquinzão centrou sua estratégia de atuação no Congresso Nacional, "um palco importante de luta dos trabalhadores". Essa proximidade do Legislativo está associada a possibilidade de ocupar uma cadeira no Senado. Segundo suplente do senador Mário Covas, Joaquinzão costa com a possibilidade de substituir o candidato do PSD à presidência da República nem que seja por alguns meses da campanha. O primeiro suplente é Marcos Mendonça, vereador em São Paulo, que se assumiu a vaga de Covas (que não é obrigado a se licenciar) perde o mandato na Câmara. "Me submeto a decisão do partido", afirma Joaquinzão, disfarçando sua vontade de assumir aquele que talvez seja seu último cargo de projeção nacional, 24 anos depois de ter assumido, pela primeira vez, a presidência da maior entidade sindical da América Latina. (D.N.)

01.01

8908267

3 do Brasil 13/8/89

Maioria das terras de estrangeiros é ilegal

JORNAL DO BRASIL 13-8-89

Reforma Agrária

F.S.S.

Mauren Rojahn

BRASÍLIA — Dos 851.196.500 hectares de terras brasileiras, cerca de 20 milhões pertencem a estrangeiros que, na maioria, as adquiriram por meios ilegais ou delas se apossaram. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) só tem registro de 815 mil hectares, porque começou a controlar a venda de terras a partir de 1975, quando foi regulamentada a Lei 5.709, a primeira a fixar critérios para a posse de áreas. A lei, no entanto, só foi criada porque a CPI instalada em 75 na Câmara dos Deputados para apurar diversas denúncias constatou que o país estava sendo vendido a estrangeiros sem critérios e em grandes proporções.

Nessa época, foram descobertos cerca de 30 grupos organizados, que agiam de diversas formas, usando documentos falsos e praticando atos de violência contra posseiros brasileiros, que iam de espancamentos a matança de gado e incêndio de casas. Atraídos pela facilidade de comprar terras no Brasil, estrangeiros de diversos países — como Estados Unidos, China, Bélgica e outros — conseguiram comprar áreas de bom tamanho. Só em Goiás, foram vendidos mais de 2 mil hectares, o equivalente a 45% do território do estado. Os estrangeiros também conseguiram terras no Pará (7 mil hectares), Mato Grosso (2 mil), Amazonas (1.800), Bahia (5.600), Maranhão (1.700), Amapá e Roraima. Apesar da CPI comprovar as irregularidades, ninguém, até hoje, foi punido e os estrangeiros continuam soberanos em suas áreas.

Poucos fiscais — Nove anos após a regulamentação da lei, o Incra ainda não conseguiu controlar totalmente a venda de terras aos estrangeiros. O instituto só é informado da situação através dos cartórios de registro de imóveis, cujos dados não são muito confiáveis. "A lei estabelece que os

cartórios devem enviar, trimestralmente, uma relação com o registro das vendas de imóveis a estrangeiros, mas não esclarece se também deveriam encaminhar um ofício comunicando que não houve negociações", explicou a chefe do Departamento de Alienação e Titulação do Incra, Lúcia Teixeira Diniz. Segundo ela, raramente, os cartórios enviam essas relações ao Incra e, além disso, o departamento não possui fiscais para controlar as vendas. O Artigo 16 da Lei 5.709 prevê o fechamento dos cartórios que deixarem de enviar os registros.

Para comprar terra no país, o estrangeiro precisa, em primeiro lugar, comprovar residência. Essa exigência serve apenas para os imóveis rurais, porque no perímetro urbano não existe regulamento oficial, possibilitando ao estrangeiro comprar a extensão que desejar. Se a pessoa não for proprietária de imóvel no país, a compra de até três módulos é livre, sendo que o tamanho do módulo varia conforme o município. Em São Paulo e Brasília, por exemplo, cada módulo equivale a cinco hectares.

Se o estrangeiro quiser comprar terras acima desse limite, deverá solicitar autorização do Incra e, no caso de extensões acima de 50 módulos, a permissão deverá ser concedida pelo presidente da República, que, antes de autorizar, ouvirá o Conselho de Segurança Nacional, agora chamado Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional. Além do limite dos módulos, a lei exige também que apenas um quarto de cada município poderá ser ocupado por estrangeiros e, desse total, 40% serão divididos entre cada nacionalidade. "Se o estrangeiro desejar adquirir imóvel em município onde a cota da sua nacionalidade já tiver sido preenchida, o Incra não concederá sua autorização", esclarece a chefe do Departamento de Alienação.

Ocupação a partir de 75

Estados	Extensão em ha
São Paulo	374.245
Mato Grosso do Sul	135.826
Minas Gerais	83.501
Mato Grosso	59.813
Bahia	31.820
Rondônia	22.637
Paraná	11.948
Piauí	10.000
Rio de Janeiro	9.793
Maranhão	6.018
Pará	6.000
Roraima	5.078
Rio Grande do Sul	4.624
Santa Catarina	3.045
Ceará	2.660
Goiás	1.503
Espírito Santo	709
Pernambuco	631
Distrito Federal	497
Rio Grande do Norte	450
Paraná	299
Sergipe	90
Total	818.202

Dados fornecidos pelo Incra 01.01

Ocupação anterior a 75

- **Pará** — 7.505.488 hectares (nos municípios de Altamira, São Félix, Viseu, Paragominas, Conceição do Araguaia, Almeirim, Tomé-Açu, Portel, Melgaço, Acará, Itaituba e Curralinho)
- **Bahia** — 5.600.000 hectares (em Cocos, Correntina, São Desidério, Bom Jesus da Lapa, Formosa do Rio Preto)
- **Mato Grosso** — 2 milhões de hectares (na CPI não constam os municípios)
- **Amazonas** — 1.839.500 hectares (em Barcelos, Ilha Grande, Nhamundá, Borba, Manaus, Nova Aripuanã, Maués e Itacoatiara)
- **Goiás** — 2.246.202 hectares (em São João da Aliança, Araguaína, Tocantinópolis, Filadélfia, Urucanga, Piçarra, Alto Paraíso, Patrocinópolis, Niquelândia, Paraná e Ponte Alta)
- **Maranhão** — 1.787.370 hectares (em Monção, Turiaçu e Caxupema)
- **Roraima** — 232.918 hectares (em Pico da Neblina e Ri Tuatatu)

Total — 18.965.273 hectares.

Dados fornecidos pela CPI da Câmara

8908269

098

S.S.S. (Sind.) Metalúrgicos pedem segurança para memorial da CSN

O presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos, de Volta Redonda, Vagner Barcelos, cobrou ontem da direção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um rigoroso esquema de segurança nas duas galerias subterrâneas que passam embaixo do Memorial Nove de Julho, reinaugurado no sábado à tarde, três meses e nove dias depois de ter sido derrubado por bombas colocadas pelo grupo terrorista Frente Patriótica Nacionalista (FPN).

Nas cartas enviadas até agora, o FPN ameaça implodir o monumento construído em homenagem aos três operários mortos em novembro, em confronto com o Exército, na greve da CSN. A única forma de implodir-lo é pelas galerias, que dão passagem para um homem em pé, disse Barcelos. A segurança especial da Polícia Militar foi suspensa às 14 horas de ontem, mas o Sindicato vai pedir ao governador Moreira Franco a sua transformação em guarda permanente.

Ontem, Dia dos Pais, Vagner Barcelos denunciou que a casa de sua sogra, Francisca Pereira, quase foi invadida por um homem na quinta-feira, às 23 horas, quando lá se encontravam a sua filha, Alice, de 18 meses, e sua mulher, Kelma. O homem chegou a entrar no quintal, fazendo questão de ser visto, numa forma de ameaça ostensiva. Elas haviam sido ameaçadas de morte, anteriormente. (AG)

cedido 14/1/75

01.01

8908373

098

**ZERO
HORA**

REDE BRASIL SUL

*O grau de desinformação da cidadania
é desafio à seriedade da campanha
e um desafio maior ao eleito.*

*F.S.
iluminado*

Democracia e educação

O levantamento efetuado pelo Tribunal Superior Eleitoral, a respeito do grau de instrução dos eleitores habilitados a participar do pleito presidencial deste ano, revela dados verdadeiramente inquietantes. Dos 82 milhões de brasileiros alistados como eleitores, 8,2 milhões são analfabetos, 24,6 milhões sabem apenas ler e escrever, 22,3 milhões têm o curso primário incompleto e 8,1 milhões não passaram do primeiro grau completo. Entre os 18,8 milhões que chegaram ao segundo grau, 4,1 milhões não concluíram o curso, e apenas 6,5 milhões chegaram ao ensino superior. Desse total, não mais de 4,1 milhões têm diploma universitário. Também se verificou que, da massa total de alistados, 63 milhões, ou seja 77%, não cultivam o hábito da leitura, sendo, portanto, eleitores apenas alcançados pela pregação direta ou pela comunicação audiovisual. E para agravar o quadro da penúria intelectual da cidadania, também se verificou que quase 80% do seu universo possuem renda inferior a três salários mínimos.

Seria lamentável se, diante desse quadro, fôssemos reeditar discussões que na Europa se desenvolveram em meados do século passado, quando se debatia a conveniência ou inconveniência do sufrágio universal. Os defensores do voto censitário (reservado aos possuidores de um mínimo de renda), ou do voto qualificado pelo nível de instrução, invariavelmente alegavam os riscos sociais e políticos de outorgar a cidadãos miseráveis e desinformados a gestão indireta da coisa pública. Mas a experiência histórica demonstrou que foi precisamente a generaliza-

ção do sufrágio universal que melhorou o nível de representatividade dos parlamentos, incrementou a gestão democrática dos governos e conduziu à elevação do nível de informação das massas e à melhoria do seu padrão de vida. Parece certo que as democracias devam correr o risco inerente à desqualificação do eleitorado. Só o exercício do voto, constante e repetido, poderá conduzir a Nação a melhores dias, depurando aos poucos a qualidade dos governantes eleitos e dos representantes elevados aos parlamentos. Não é o estratagema das eleições indiretas que se mostra capaz de produzir tal efeito, conforme se viu durante o recente ciclo autoritário.

Portém, as inquietantes revelações da pesquisa do TSE fazem subir de ponto as responsabilidades de quem deve orientar a opinião pública para o exercício consciente do voto. Claro está que uma grande massa de eleitores iletrados, conduzidos por apetites imediatistas, ou por sugestões emocionais, poderão transformar-se em dócil elemento de manobra de candidatos inescrupulosos e demagogos. E parece certo que aos eleitores de melhor nível intelectual tocará um importante papel de liderança dentro da sociedade, para afinal definir o voto daqueles que estão em grande parte alheios ao mundo da informação qualificada.

Importa, decisivamente, arrancar a campanha eleitoral, o quanto possível, dos domínios do passional. Os candidatos devem ser solicitados, e, mais do que solicitados, compelidos a apresentar idéias e programas concretos de governo, abandonando as retalia-

ções pessoais, as promessas demagógicas e por vezes manifestamente infundadas e impossíveis, bem como a exploração da imagem pessoal, física ou psicológica. É imperativo cercar o tom rasteiro das injúrias, das denúncias superficiais e irresponsáveis. A "produção" dos candidatos como mercadoria, a ser vendida a um grupo de incautos compradores, é procedimento que merece ser combatido. Os presidencialistas que desfilam e fazem promessas perante mais de 30 milhões de cidadãos seriamente desinformados, têm que ser coagidos, pela parcela esclarecida da cidadania, a expor seus planos com objetividade, abandonando a linguagem vaga e imprecisa, o tom messiânico dos "salvadores da Pátria", ou o estilo apocalíptico dos profetas.

Mas há um outro aspecto que emerge da pesquisa do Tribunal Eleitoral a respeito do nível cultural do eleitorado brasileiro. O baixo nível de educação de 70% da cidadania, que coincide, aliás, com os 70% de miserabilidade, é, por si mesmo, o desafio maior que se opõe aos pretendentes à presidência da República. Fica bem claro que o vencedor do pleito deverá encarar a educação como problema de altíssima prioridade, inseparável da própria retomada do desenvolvimento econômico e da conquista da justiça social. Um país povoado de iletrados e de semi-alfabetizados, e onde os que sabem ler não se aproximam dos livros, dificilmente poderá alcançar um satisfatório nível de desenvolvimento. Menos ainda, de um desenvolvimento coroado de justiça coletiva.

A educação do povo é o verdadeiro suporte da democracia.

01.01

8908376

Sindicatos americanos e europeus financiam o crescimento da CGT

Denise Neumann

SÃO PAULO — Desde que assumiu a presidência da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) no final de abril, Antônio Rogério Magri tem se dedicado a uma tarefa muito especial: ampliar os contatos internacionais da CGT e desta forma angariar recursos que permitam à entidade ter realmente porte de central sindical. Os planos de Magri são ambiciosos. Para começar, ele dispõe de US\$ 160 mil anuais oriundos da central americana AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho/Confederação das Organizações Sindicais) em nome do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), órgão de formação sindical da CGT.

"Não sou contra o financiamento de projetos de formação sindical por entidades de outros países; afinal, não se pode ser contrário à solidariedade entre os povos", afirma Magri, limpando terreno para explicar as verbas que certamente virão da Europa. Em 8 de junho, em Frenet Voltaire, no interior da França, Magri se reuniu com 14 entidades sindicais europeias representantes de diferentes categorias profissionais a convite da CIOLS (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), que reúne 124 organizações nacionais de 88 países e tem forte influência dos partidos sociais-democratas europeus. Na semana passada, ele teve um novo encontro, desta vez no Paraguai, com entidades latino-americanas ligadas à CIOLS.

Sede — Em poucos dias, Magri deve inaugurar oficialmente a nova sede da CGT, (a anterior está ainda ocupada pelo grupo do ex-presidente Joaquim dos Santos Andrade, o *Joaquimão*). O casarão, localizado a uma quadra da Avenida Paulista, coração financeiro da capital, foi alugado por NCz\$ 4.500 e, segundo Magri, vai ser pago "exclusivamente pelas entidades sindicais". Além dos US\$ 160.000 do ICT, dos quais Magri calcula que mensalmente apenas de NCz\$ 5.000 vão diretamente para a organização da CGT, ele conta com as contribuições dos próprios sindicatos e, especialmente, das confederações e federações de trabalhadores para pagar as despesas da central, que será equipada com microcomputador, telex e fax.

No entanto, quem quer contratar dez funcionários, entre economistas, jornalista, assessores, gráficos e secretários, com uma folha de pagamento estimada em NCz\$ 25.000 (valores de julho), sabe que é preciso mais do que os recursos dos próprios associados. "Não há nada de mais em que as entidades ricas que representam os trabalhadores de outros países e que já estão organizadas auxiliem a formação de um sindicalismo livre entre os trabalhadores mais pobres, como é o nosso caso", defende Magri. Ele lembra que a rival Central Única dos Trabalhadores (CUT) também recebe verbas da CIOLS, que ele garante ser de mais de US\$ 400.000 para apenas dois projetos.

Além da estrutura da sede central, Magri precisa garantir que os sindicalistas que estão organizando regionais nos estados também tenham recursos para este trabalho. A meta mínima é sede, alguns funcionários e pequenos cursos de formação em cada estado. Neste caso, o trabalho não está fácil. Em vários estados, a diretoria oficial da CGT ainda pertence ao grupo comandado por *Joaquimão*. Magri já conseguiu renovar a direção em cinco estados — Bahia, Maranhão, Pará, Rondônia e Sergipe.

RELIGIÃO

Retorno ao sagrado

Dom Beneditino
Kloppenburg, O. F. M.

O conceito do sagrado ou sacro é complexo e a sacralidade tem muitas manifestações. Já é clássica a oposição entre sacro e profano ou secular. O sacro indica uma força ou potência que estaria em certas coisas e delas se desprenderia ou nelas se manifestaria por ocasião de algum acontecimento que teria feito com que tais coisas entrassem em contato com algum ser transcendente, reservando-as a ele ou para seu serviço, de maneira que não poderia ser mais usada para fins profanos. Assim uma pedra pode ser sacra, isto é, portadora ou manifestadora de uma força particular, ou porque foi atingida por um raio, ou porque tem forma rara, ou porque foi consagrada para servir de mesa sacrificial, ou porque foi assinalada por um acontecimento particular. O mesmo se pode dizer de uma montanha, árvore, pássaro, animal, ou de um período particular de tempo, de uma função fisiológica, como a nutritiva ou a sexual; vale também para certos indivíduos, como o sacerdote, o rei, o guerreiro. Assim haverá tempos sacros, lugares sacros, pessoas sacras, línguas sacras reservadas exclusivamente para o culto, setores sacros da natureza, como rios, montes, vacas, águias, crocodilos, carvalhos, etc. O conceito que está na base de todas essas hierofanias (manifestações do sacro) é o da força ou potência. A sacralidade é uma força imaginada no objeto considerado sacro. Por isso toda hierofania é também cratofania (manifestação de força). Por-se em contato com o sacro significa apropriar-se da força misteriosa nele contida. Tal força pode ser benéfica ou maléfica. Daí a ambivalência do sacro. Por isso também certos objetos sacros são tabu, proibidos, e não podem ser tocados, ou ao menos não sem as devidas precauções. O respeito é tido como condição essencial do sacro. É o caráter da inviolabilidade. Tudo isso produz no homem que lida com o sacro uma mentalidade sacra, que vive num cosmo sacralizado, rodeado de forças que influem benéfica ou maléfica-mente sobre ele, e que se manifestam nas mais várias maneiras, mediante objetos, animais, pessoas, acontecimentos, tudo sacro. É o sacro mágico das religiões.

01.01

JB BRASIL
01/09/85

Este mundo sacro entrou em crise com o assim chamado processo de secularização. E é evidentemente bom e necessário que seja dessacralizado. Para o homem de hoje, o da ciência e da técnica, o de espírito crítico que perdeu a ingenuidade, o mundo deixou de ser sacro no sentido descrito: ele vive num mundo dessacralizado. Quanto mais avança a ciência no conhecimento da natureza e a técnica no domínio sobre a natureza, mais desaparecem os espíritos e os demônios, mais o cosmo se torna profano ou secular, aquilo que é, e nada mais. Vê-se que o resto, precisamente aquilo que fazia o sacro mágico, era ilusão, fantasia, projeção do homem.

Para a religião cristã o processo de secularização e dessacralização não se apresentava como problema insolúvel. A transcendência do Deus da revelação judaico-cristã possibilitou a secularização e o desengano da natureza. Na visão judaico-cristã se fez uma nítida distinção entre o Criador e sua criação. Contra toda forma de monismo heno-teico, e contra a ideia de que a natureza é deus, o cristão afirmou a dualidade entre o Deus da revelação (que é o Deus da natureza e o Deus da graça) e a natureza, que é apenas uma criação, e não um deus.

Com a secularização, que levou a muitos de nossos contemporâneos, ao abandono da Igreja, perdeu-se aquela noção da transcendência de Deus. Ao mesmo tempo, insensíveis com um certo materialismo, esqueceram a sentir o vazio religioso. Foi neste contexto cultural dominado pelo ateísmo prático ou até teórico que apareceu o *new age* com sua indefinida religiosidade. O deus do *new age* não é o Deus pessoal e transcendental da revelação judaico-cristã. Perdida a sólida base de um Deus transcendente, encontraram nas religiões não cristãs e nos movimentos esotéricos conceitos vagos de uma divindade impessoal que nasce das profundezas do próprio ser humano. E correram, eufóricos, de braços abertos, ao mundo sacral. Deu-se assim o retorno ao sagrado ou sacro.

O sentimento religioso está de tal maneira arraigado na natureza do ser humano que, se não foi devidamente orientado para seu verdadeiro fim, ou se for dele desviado por outros ou por própria pertinácia e obstinação, nem por isso deixará de existir, mas, extraviando-se, acabará na superstição e na credulidade. Quando o homem desdenha a religião, desliza invariavelmente pelas errôneas vias do vago misticismo. Quando abandona o mistério do Deus que se nos revelou, o homem inventa festas e liturgias que o mergulham em seu próprio mistério.

A crise do sacro pode levar à crise da religiosidade; a crise da religiosidade pode conduzir à crise da religião; e a crise da religião pode acabar na crise da fé. Por isso mesmo, quando desejamos acabar com o sacro, devemos proceder com cautela e respeito, para não provocar reações em cadeia. A legítima e boa dessacralização pode levar ao ateísmo. A morte de sacro, bem orientada e conduzida, é na verdade uma purificação da religiosidade e, por isso, não leva necessariamente à morte da religião. Num mundo dessacralizado os cristãos têm mais oportunidade de viver sua fé de modo mais autêntico e mais humano.

* Bispo de Nova Hamburgo, RS, doutor em Teologia e membro da Comissão Internacional de Teologia de Santa Sé.

PARTES POCO
LEGÍBIL

8908444

JORNAL DO BRASIL
4/9/89

Magri não vai disputar reeleição no sindicato

SÃO PAULO — O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Regiane Magri, não vai disputar a reeleição no Sindicato dos Eletrotécnicos de São Paulo, entidade que preside há 12 anos. Mesmo sabendo que a sua decisão abre espaço para que a chapa de oposição, encabeçada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), "tome o sindicato", Magri garante que não está preocupado.

As eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Eletrotécnicos de São Paulo estão marcadas para os dias 4 e 5 de outubro e está definida a participação de três chapas. A da situação, apenas apoiada por Magri, é presidida pelo atual segundo tesoureiro da entidade, Enir Severino da Silva, antigo amigo pessoal de Magri. A chapa 2, provavelmente será a da CUT, encabeçada por Denílvo Moraes, funcionário da Eletropaulo há 14 anos e presidente do Conselho de Representantes da maior base sindical dos eletricitários (21 mil trabalhadores, para os 28 mil que compõem a da categoria). Na chapa 3, deve concorrer uma dissidência da diretoria de Magri.

Sinuca — Muito mais do que o patrimônio do sindicato — orçamento de R\$ 1,5 milhão para 1989, 140 funcionários, um prédio de 12 andares no bairro da Liberdade, duas colônias de férias, e quatro sub-sedes — está em jogo nesta eleição a hegemonia no movimento sindical brasileiro. Para a CUT, derrotar Magri em sua própria casa, apesar dele não concorrer diretamente, é enterrar a CGT. "Ele ficou em uma sinuca", comentava o presidente da CUT, Jair Meneguelli, referindo-se ao fato de que seria "vergonhoso" para Magri perder em sua própria casa se fosse ele o candidato à presidência. Com a sua ausência, a chapa da situação fica com menores chances de vitória. A verdade é que, se Magri tornou as coisas mais fáceis não concorrendo, também tornou menos doce o gosto de uma eventual vitória.

Magri avalia diferente. Ele concorda que as chances de derrota são maiores com a sua ausência, mas não entende que a derrota no sindicato vá prejudicar seu trabalho à frente da CGT. "O máximo

que vai acontecer é que daqui há três anos a CGT estará fazendo oposição à CUT no Sindicato dos Eletrotécnicos", comenta, em tom de brincadeira.

O principal motivo para ele desistir do sindicato é a CGT, garante Magri. "É impossível continuar do jeito que está, quando eu dedico meio dia ao sindicato e meio dia à CGT", afirma. Segundo ele, a dedicação era inviável.

Dedicação — Ironicamente, nas eleições de 4 e 5 de outubro, estão em jogo duas disputas. A CUT quer o sindicato que é de Magri, e Magri, corre o risco de perder a entidade que preside há 12 anos, em troca de uma cartada muito maior: a liderança do movimento sindical brasileiro. "Sem dedicação integral, não vai dar para garantir isso", assegura ele.

Ao longo da gestão de Magri, os eletricitários conquistaram importantes vitórias antes de qualquer outra entidade sindical: a estabilidade no emprego, jornada de 40 horas desde 1982; adicional de periculosidade (30% a mais do salário) desde 1983 e delegados sindicais com direito a 30 dias de liberação por ano por conta da empresa para atividades do sindicato (hoje, existem 150 delegados).

Arquivo



Magri: CUT não preocupa

SINDICATOS

Bispo prefere ateu a católico corrupto

BELO HORIZONTE — O bispo de São Félix do Araguaia (MT), Dom Pedro Casaldáliga, afirmou que é "preferível um ateu como Roberto Freire (candidato do PCB) chegar à Presidência da República, do que um católico corrupto". Dom Pedro Casaldáliga manifestou seu respeito aos "ateus coerentes" e completou: "Todos queremos a libertação. Nós a partir da fé e eles a partir de uma causa".

"Freire merece muito respeito. Votou pelas propostas populares na Constituinte e não pode ser acusado de corrupção. E, infelizmente, há muito católico corrupto por aí", argumentou o bispo de São Félix do Araguaia, justificando que o respeito é merecido "muito mais agora, que vários marxistas e comunistas na América Latina aprenderam a dialogar com a Igreja".

Ele lamentou, em entrevista realizada ontem, que num momento decisivo como o atual, haja "bastante desmoramento" dos eleitores. "O povo está com dificulda-

des para distinguir as verdadeiras das falsas oposições, porque é fácil ser oposição ao presidente Sarney". Sugeriu que os cristãos rezem antes de votar e pensem "no Brasil da maioria" e não no país das minorias privilegiadas e concluiu que "os candidatos bons são poucos".

Recomendação — "Se a Igreja quer pregar o Evangelho, tem que interferir na política", disse Dom Pedro, para quem política é saúde, educação, moradia, terra e participação popular. A interferência da Igreja que ele prega "não é criando um partido", mas espalhando o perfil de um candidato. "Quem não é a favor da reforma agrária, não pode receber votos de pessoas honestas. Quem que continuar pagando a dívida externa, não pode ser votado", recomendou.

Não estar aliado à UDR (União Democrática Ruralista), nem a multinacionais foram outras características do perfil do candidato que pode ser votado, segundo Dom Pedro Casaldáli-

ga. Aconselhou também que o eleitor verifique as alianças anteriores e atuais dos candidatos e o compromisso deles com o povo. "Verdadeira oposição é só aquela que foi sempre oposição", analisou o bispo.

O candidato do FRN, Fernando Collor de Mello, não está incluído entre os indicados por Dom Pedro Casaldáliga, que não quis revelar qual o candidato que ele "carrega do lado esquerdo do peito". "Não é preciso caluniar ninguém. Há suficientes dados sobre a vida do Collor, sobre a administração em Alagoas e as alianças de antes e de agora", comentou.

Muitos acham que ele não é político. A eleição de Collor significaria uma nova, grande, terrível decepção para o povo. Continuaríamos tendo a democracia formal que temos agora e não uma democracia econômica e social", analisou o bispo, que queria que "o povo não se iludisse com cores muito bonitas e com a publicidade dos grandes meios de comunicação".

Jornal do Brasil 21/08/85

098

F53

domingo, 30/4/89 □ 1º caderno □

Pastores em crise querem tempo para trabalhar



Ruth e Carlos dividem o atendimento aos paroquianos

PORTO ALEGRE — As estruturas da Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IELCB), que congrega 800 mil fiéis em todo o país, já foram abaladas pela crise financeira. Indicações para a redução de salários, fixados atualmente em NCs 240,00, os 508 pastores da Igreja (entre eles 33 mulheres) reivindicam a redução de sua jornada de trabalho para meio-turno para que possam trabalhar em outras atividades. O próprio conselho-diretor da Igreja reconheceu o "archo" salarial e estuda alterações no regulamento do Ministério Pastoral.

Os pastores queixam-se também da emancipação feminina. Segundo eles, com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, não podem mais dividir as atividades pastorais com as esposas. Elas agora vão à luta para conquistar a "independência profissional" — ou complementar a baixa renda familiar — e reservam apenas os fins de semana para colaborar com os maridos. Através de debates nos 40 distritos da IELCB, o conselho-diretor recolherá sugestões de mudanças a serem discutidas em outubro de 1990, no concílio geral da Igreja, que será realizado no Rio Grande do Sul.

"Antigamente era até meio proibido a mulher do pastor trabalhar fora. Ela tinha que ajudar o marido no coral e dirigir o grupo de senhoras", conta a pastora Ruth Muskopf. "A ausência das mulheres dos pastores no dia-a-dia das paróquias abriu um vazio que está sendo progressivamente preenchido pelos voluntários leigos", confis-

PARTES ILEGÍVEIS

01.01

8908498

8908498

098

9 58 (124)

18-8-89

ZERQ HORA - 5:13 PM

O bispo da prelazia de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso Dom Pedro Casaldáliga, vem sendo ameaçado por fazendeiros e pistoleiros. Para ele, isso representa a continuidade da prepotência e violência que atingem a todos que lutam por reforma agrária e justiça social.

Dom Casaldáliga é ameaçado de morte

O bispo da prelazia de São Felix do Araguaia, no Mato Grosso, dom Pedro Casaldáliga, está sendo ameaçado de morte por fazendeiros e pistoleiros do município de Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, em telefonemas anônimos a sua casa, desde o último dia 4. A denúncia foi divulgada ontem, pela Agência Ecumênica de Notícias (AGEN), ligada à Igreja paulista.

O bispo, segundo a denúncia, recebeu três telefonemas de desconhecidos avisando-o de que o fazendeiro Raul Machado estaria reunido com uma outra pessoa na cidade de Peixoto Góme para tramar o seu assassinato. Casaldáliga, imediatamente, avisou as polícias Civil e Militar do Mato Grosso e também comunicou as ameaças à Conferência



DOM PEDRO: denúncias

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a outras entidades como o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, está acompanhando as investigações da Polícia sobre as ameaças ao Bispo. Para Casaldáliga, que já recebeu várias ameaças de morte nos últimos anos, esse novo fato significa "a continuidade da prepotência e violência que vêm atingindo índios, posseiros, operários, agentes de Pastoral, advogados e todos os que defendem a reforma agrária, os direitos humanos e a justiça social". Dom Pedro recorda as vítimas da violência e exige providências. (AG)

Igreja faz a defesa da preservação ambiental

F.S.S.

O problema da preservação ambiental e o posicionamento da Igreja através dos documentos pontificais foram os temas abordados ontem pelo bispo auxiliar dom Antonio do Carmo Cheviche na alocução semanal A Voz do Pastor. Ele rememorou os primeiros movimentos desde o manifesto Sagese, publicado em 1951, e que teve a participação de intelectuais como Jacques e Raissa.

Roma, em 1970. Neste documento, intitulado Os Limites do Crescimento, o mundo era alertado para três fenômenos que um desenvolvimento desavairado estava provocando ao ambiente natural: a ruptura do equilíbrio cósmico, o esgotamento dos recursos naturais não renováveis e a poluição ambiental.

Um ano após, em 1971, na carta apostólica Octobresima Advençus o

papa Paulo VI afirmava que o homem estava se conscientizando de que "a exploração irracional da natureza ameaça-a com a destruição e faz o próprio homem tornar-se a primeira vítima desta depredação". E o pontífice conclamava os cristãos a voltarem-se para assumir a defesa dos destinos da humanidade.

Dai para a frente, segundo dom Antonio, a posição da Igreja passou a

ser mais efetiva na defesa do meio ambiente com os dois documentos pontificais de João Paulo II. Replemior Hominis e Sollicitudo Rei Socialis - abordando a questão ecológica. Neles João Paulo II lembra "ser urgente ter consciência dos limites dos recursos naturais, ameaçados em sua disponibilidade para as futuras gerações, bem como do dever de promover a defesa da qualidade de vida".

01.01

8908746

098

2ETD - HCRU 10 105189 PSS- (IC)

Crise na Igreja leva CNBB ao Papa

O presidente da CNBB, dom Luciano Mendes vai a Roma para, em nome dos bispos nordestinos, pedir ao Papa João Paulo II que suspenda a ordem de fechamento do Seminário Regional do Nordeste (Serene) e do Instituto de Teologia do Recife (ITER), informou o professor do ITER, Luiz Carlos Araújo, que atuou como porta-voz do Instituto no II Encontro Regional de Religiosos Insíeridos nos Meios Populares, que reúne mais de 100 representantes de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba na cidade de Lagoa Seca, distante 129 quilômetros de Recife.

Já o bispo de Campina Grande, dom Luiz Fernandes informou que foi formado grupo de trabalho espontâneo, para tentar recolher idéias e alternativas para o fechamento do Serene e do ITER. Ele disse que ainda não sabe se deverá ser realizado um encontro regional para discussão da decisão da Santa

Sé, que deverá analisar o documento em elaboração.

Segundo dom Luiz Fernandes, o papel desse grupo é propor caminhos para o impasse surgido com a decisão do Papa. "A questão que colocamos é o que fazer com os alunos desses institutos", disse ele, comentando que três bispos estão engajados nesse projeto, entre eles dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, que sexta-feira esteve em Juazeiro e que durante a próxima semana deverá fazer outras visitas aos bispos do Nordeste, para discutir a questão. Dom Luiz Fernandes evitou falar sobre o agravamento das relações dos bispos do Regional Nordeste II com o arcebispo de Recife e Olinda, dom José Cardoso Sobrinho, que é apontado como um dos responsáveis pelo fechamento do Serene e do ITER. "Não há guerra nem perseguições. Essas palavras são muito fortes", afirmou o bispo

de Campina Grande, para quem o que existe não só na Igreja do Nordeste mas em toda a Igreja católica, em âmbito internacional, é um desencontro de modelos eclesiais e pastorais. "É preciso uma articulação a nível superior para pôr um fim a isso", defende ele.

Já o porta-voz do ITER não teve dúvidas ao responsabilizar dom José Cardoso Sobrinho pelo fechamento das duas instituições: "O Vaticano encontrou agora o respaldo local para realizar esse fechamento, há muito pretendido, não pelas intenções nem pelas palavras mas pelas atitudes, nós chegamos à conclusão que dom José Cardoso e seu bispo auxiliar, dom Terra, vieram para aqui para desestabilizar a Igreja dos Pobres. Isso fica muito claro nas suas últimas atitudes", acusou, lembrando a expulsão de vários padres da arquidiocese e a proibição de dom Heider falar sobre a decisão de fechamento do seminário. (AJB)

098

**VATICANO DECIDE A
CRIAÇÃO DE D. INDIAR**

O secretário geral da instituição de congregações católicas em Roma, Dom José Saraiva Martins, enviou uma carta à Arquidiocese de Olinda e Recife mandando extinguir o Instituto de Teologia do Recife e o Seminário Regional do Nordeste II (Serene 2).

Segundo a carta do Vaticano, o seminário "não corresponde à noção de seminário maior e não oferece as condições mínimas para a formação sacerdotal", enquanto o Instituto de Teologia "não oferece uma formação intelectual adequada aos futuros sacerdotes".

O Instituto de Teologia do Recife foi fundado há 21 anos, quando o arcebispo de Olinda e Recife era Dom

2408A 2/9/89

01.01

8908797

098

21.02.89 5/9/89

Crise na Igreja do Nordeste reúne bispos hoje

Cinco bispos da Igreja Católica do Nordeste — Dom José Maria Pires (João Pessoa), Dom Marcelo Cavaleira (Guarabira, Paraíba), Dom Luis Fernando Gonzaga (Campina Grande, Paraíba), Dom José Maria Freire (Mossoró, Rio Grande do Norte), e Dom Tiago Postman (Garanhuns, Pernambuco) — reúnem-se hoje, em Campina Grande, para analisar a decisão do Vaticano de fechar o Instituto de Teologia do Recife (Iter) e o Seminário Regional do Nordeste (Serene), fato este que resultou

na mais grave crise de que se tem conhecimento na Igreja daquela região do País. Será uma preparação para um novo encontro na próxima semana, em Recife, quando os bispos vão buscar uma solução para os seminaristas ligados a eles e que estudam nos dois órgãos. Os bispos também vão decidir a forma de pedir explicação ao Vaticano sobre os critérios adotados para decidir a questão.

O encontro servirá para se discutir a polêmica surgida ontem, após um

telefonema de um representante do bispo de Belém (Pará), Dom Vicente Zacco, que foi o "visitador" designado pelo Vaticano para levantar a situação do Iter e do Serene. No telefonema, dirigido ao coordenador da Conferência dos Religiosos do Recife (CRR), padre Humberto Plummer, Dom Zacco informava estar surpreso com a decisão. "Como visitador, ele deu um parecer altamente favorável às duas entidades. E agora está preocupado com tudo isto, já que sua impressão positiva foi trans-

mitida a bispos e padres, inclusive a mim", disse à AIB o padre Plummer, ex-diretor do Iter e um dos seus fundadores.

Ontem, Dom José Maria Pires informou que só soube no sábado do fechamento do Iter e do Serene: "Estava viajando e quando cheguei a João Pessoa encontrei a carta do Vaticano", afirmou o bispo de João Pessoa, que chegou a diagnosticar a um assessor a crise atual como a mais grave dos últimos tempos na Igreja do Nordeste. (A33)

Poco legible

01.01

8908798

Vocações extintas no Recife

A Santa Sé fecha dois seminários progressistas no Nordeste e desarticula o trabalho de dom Hélder na região

Foi mais um sinal de desagrado do Vaticano com o clero esquerdista brasileiro. Numa carta lacônica, endereçada ao arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, a Congregação para a Educação Católica da Santa Sé decretou o fechamento de dois seminários que formavam padres segundo os ensinamentos da Teologia da Libertação. Esses seminários — o Instituto Teológico do Recife, Iter, e o Seminário Regional Nordeste II —, criados pelo arcebispo, hoje resignatário da região, dom Hélder Câmara, resistiam à orientação conservadora de dom Cardoso Sobrinho, que substituiu dom Hélder desde 1985. O motivo principal do fechamento dos seminários era o regime aberto em que viviam os futuros sacerdotes. Em vez de estudarem teologia e filosofia no claustro, como é norma da Igreja, os seminaristas do Recife ficavam liberados para pregar na periferia da cidade. "As instituições não ofereciam condições mínimas para a formação sacerdotal", diz a carta assinada por dom José Saraiva Martins, secretário-geral da Congregação para a Educação Católica.

Somente a orientação teológica não seria suficiente para provocar o fechamento dos seminários. Em outros redutos do clero progressista, a formação dos sacerdotes também obedece a este modelo, sem que o Vaticano tenha decidido fechá-los até hoje. Os sete seminários da Arquidiocese de São Paulo também dispensam a clausura. "Os seminários paulistas não foram fechados até hoje porque dom Evaristo Arns já recebeu um golpe bastante duro do Vaticano com a divisão da arquidiocese,



Dom Cardoso com dom Hélder: fria convivência

Ofensivas do Vaticano

- Em 1985, o teólogo franciscano Leonardo Boff foi condenado a onze meses de silêncio por defender a tese de que a Igreja Católica, como instituição, é obra dos homens, não de Deus. Está sendo processado novamente.
- Há um ano, o bispo progressista dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, também foi proibido de falar.
- A poderosa Arquidiocese de São Paulo foi pulverizada em cinco, em março deste ano, limitando a ação progressista do cardeal Evaristo Arns à porção mais rica da cidade.
- No pontificado de Paulo VI, a constelação de arcebispos era nitidamente progressista. Hoje, o quadro mudou. Dos 36 arcebispos brasileiros, dezesseis são conservadores, doze são progressistas e oito, moderados.

em março passado", afirma o pastor presbiteriano Jaime Whright, interlocutor frequente de dom Arns há tantos anos.

Arcebispo Evaristo — O motor da decisão do Vaticano foi uma guerra particular que dom José Cardoso Sobrinho travava com os párocos remanescentes dos tempos de dom Hélder Câmara. Há um mês, dom Cardoso destituiu o padre irlandês Thiago Thorlby de suas funções na Comissão Pastoral da Terra de um engenho próximo a Recife. Os camponeses do engenho foram se queixar ao bispo, mas soldados da Polícia Militar evitaram o encontro. Este episódio minou a hierarquia da Arquidiocese de Olinda e Recife. Sua Comissão de Justiça e Paz, que deve obediência a dom Cardoso, insurgiu-se contra ele, divulgando uma nota de protesto. Como punição, o arcebispo extinguiu a comissão, desvinculando seus membros e suas atividades da Igreja Católica. Ao mesmo tempo, afastou o padre Antônio Maria da Comissão Pastoral da Juventude e do Meio Popular. Todos os punidos eram sacerdotes da confiança de dom Hélder Câmara, que, depois de aposentar-se, há quatro anos, mantém o título de arcebispo emérito, mas perdeu qualquer poder de decisão na arquidiocese. A carta do fechamento dos seminários foi divulgada enquanto dom Cardoso Sobrinho gozava suas férias de trinta dias no Vaticano.

As relações entre dom Hélder Câmara e seu sucessor azedaram de vez depois da extinção dos seminários. Dom Hélder sempre manteve um diálogo cordial com seu sucessor e jamais o censurou em público, apesar das enormes diferenças sacerdotais que os dividem. Na semana passada, dom Hélder rompeu este pacto. "Os seminários são instituições sérias, honestas e boas, e não existem motivos para fechá-los", respondeu dom Hélder. Na terça-feira passada, o bispo dom João Evangelista Terra, ligado a dom Cardoso, telefonou a dom Hélder para se queixar de suas ingerências nos assuntos da arquidiocese.

098

0

8 □ 1º caderno □ domingo, 22/1/89

Brasil

JORNAL DO BRASIL

F. J. S. (Rio)

Jurados de morte no campo vivem na clandestinidade

Hoje faz um mês que o sindicalista Chico Mendes foi assassinado com um tiro de espingarda, no quintal de sua casa, em Xapuri (AC), a 152 quilômetros de Rio Branco. Apesar de toda indignação que a morte do líder sindical, seringueiro e ecologista provocou na sociedade brasileira e de todas as promessas das autoridades policiais e judiciárias, o balanço da atuação da polícia não difere muito da norma naquela região.

Foram presos até agora os pistoleiros que bateram às portas da delegacia para se entregar ou aqueles que aguardaram a prisão em suas casas. Dos que resolveram resistir, apenas um foi preso, com a colaboração da atriz Lucélia Santos. Os outros fugiram, continuam soltos, zombando da capacidade das polícias — Civil, Militar e Federal —, que demonstraram mais uma vez sua incompetência, quando se trata de garantir os direitos dos destituídos de poder.

Por isso, em toda a região amazônica, os herdeiros do trabalho de Chico Mendes, que lutam pela preservação da floresta ou por um pedaço de terra, vivem atormentados com a possibilidade de não viver até o dia seguinte. Essas pessoas são obrigadas a viver praticamente na clandestinidade, sem dormir na mesma casa duas noites, recorrendo a artifícios para se proteger — como Chico Mendes vinha fazendo —, porque a Justiça não é capaz de lhes garantir a vida.

Chico Mendes, aliás, estava sob a guarda de dois PMs quando foi assassinado.

As ameaças de morte, por outro lado, se repetem e, infelizmente, transformam-se com grande facilidade em realidade. Dois dias após a passagem do repórter do JORNAL DO BRASIL pela localidade de Buriti, com 3 mil habitantes, na perigosa região do Bico do Papagaio, norte de Tocantins, o delegado sindical Luis Sobral, 42 anos, foi baleado com dois tiros, um na nuca e outro na

mão, e está hospitalizado. O repórter havia entrevistado outro lavrador, Luis Francisco Faria Moura, o Didi, que participou da fundação do mesmo sindicato, e há dois anos vive se escondendo de pistoleiros e fazendeiros.

Como Didi, outros líderes sindicais, militantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), advogados e deputados fazem parte das listas dos marcados para morrer. Sem a proteção da polícia, são obrigados a viver cercados de precauções, alguns numa verdadeira clandestinidade, enquanto fazendeiros conhecidos como mandantes de crimes, passeiam à larga, acompanhados por seus pistoleiros, sem incômodo de Justiça.

Reportagem:

Antônio José (Belém e Marabá)
Eraldo da Silveira (Imperatriz, Buriti e Santa
Luiza)

Márcia Tereza (Comissão de Araguaia, Gurupi e
Colinas de Goiás)
Colaboração: Carlos Corvelho



8908843

01.03

Marcados para morrer



Chico Mendes



Geraldo Barbosa



João Custódio



Luis Vile Nova



Ricardo Rezende



Manoel da Conceição



Felipe Alves



Lourdes Gó



Frei Henrique



Maria Aparecida



P. Ricardo Rezende



Unwella Alencar



Paulo Joani



Ademir Andrade



Luis Moura (Didi)

Burkhou - Tasso Marcelo

Apesar de 1978 ter sido o ano de maior violência política em São Paulo, a violência política não acabou. A violência política continuou a ser uma realidade em São Paulo, e a violência política continuou a ser uma realidade em São Paulo.

Dois dias depois do assassinato de Ricardo Rezende, o delegado de Conceição do Araguaia, José Maria Braga, foi assassinado em sua casa em São Paulo. O delegado de Conceição do Araguaia, José Maria Braga, foi assassinado em sua casa em São Paulo.

— Você está com medo? — Não, não estou. Você sabe quem é quem vai me matar? — Nem desconfio — respondeu o policial, rindo. E afastou-se.

Assustado, na verdade, com a ameaça, o padre voltou para casa, na Rua Dom Sebastião Thomas, 2.060, e registrou na sua agenda o estranho diálogo. Ao lado, anotou um trecho do poema Verbo, de Ferreira Gullar: "Residente como uma fera ferida./E essa esperança dócil/que é o próprio nome da vida."

Razões para temer as ameaças não lhe faltavam. Nos anos de 1978 e 79, pelo menos 50 pessoas foram assassinadas no município, por questões sindicais. Apesar do elevado número de crimes, ninguém foi para a cadeia — mesmo porque a cidade não tinha promotor nem juiz.

Des anos depois, o quadro praticamente não mudou. Das duas vagas de juiz criadas em Conceição, apenas uma foi preenchida, por Eronilze Souza Pinto, que está de férias. Promotor público não há, apesar dos assassinatos continuarem a acontecer. No ano passado, 94 pessoas morreram em Conceição do Araguaia e no Bico do Papagaio, 300 quilômetros ao norte, em luzes pela terra.

Ricardo Rezende, atualmente com 36 anos de idade, chegou a Conceição do

Ricardo Rezende Muitas ameaças e um acidente sem explicação

No dia 5 de dezembro de 1988, o padre Ricardo Rezende soube que estava jurado de morte. Na noite daquele dia, em Conceição do Araguaia, sul do Pará, ele ouviu a primeira ameaça.

— Você sabe que vai morrer? — perguntou um cabo da Polícia Militar, ao cruzar com o padre na Rua 13 de Maio, uma rua de barro, mal iluminada, com esgoto a céu aberto.

— Não sei de nada — respondeu Rezende.

— Você está com medo? — Não, não estou. Você sabe quem é quem vai me matar? — Nem desconfio — respondeu o policial, rindo. E afastou-se.

Assustado, na verdade, com a ameaça, o padre voltou para casa, na Rua Dom Sebastião Thomas, 2.060, e registrou na sua agenda o estranho diálogo. Ao lado, anotou um trecho do poema Verbo, de Ferreira Gullar: "Residente como uma fera ferida./E essa esperança dócil/que é o próprio nome da vida."

Razões para temer as ameaças não lhe faltavam. Nos anos de 1978 e 79, pelo menos 50 pessoas foram assassinadas no município, por questões sindicais. Apesar do elevado número de crimes, ninguém foi para a cadeia — mesmo porque a cidade não tinha promotor nem juiz.

Des anos depois, o quadro praticamente não mudou. Das duas vagas de juiz criadas em Conceição, apenas uma foi preenchida, por Eronilze Souza Pinto, que está de férias. Promotor público não há, apesar dos assassinatos continuarem a acontecer. No ano passado, 94 pessoas morreram em Conceição do Araguaia e no Bico do Papagaio, 300 quilômetros ao norte, em luzes pela terra.

Ricardo Rezende, atualmente com 36 anos de idade, chegou a Conceição do

908843

92

Partes Ilegais

**Pároco teve de
deixar diocese
de Marabá**

João decidiu passar uns tempos fora da Diocese de Marabá, depois que grupos de homens armados foram vistos rondando sua casa e seguindo-o em suas obrigações pastorais. Ele teme ter o mesmo fim do padre Josimo, pároco de São Sebastião do Tocantins, assassinado no dia 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz.

“Os pistoleiros ficaram rondando a minha casa, não sei precisar o número, porque pessoalmente nunca os vi, mas tive informações de que eram vários e, aparentemente, só queriam me intimidar. Tanto que me seguram por vários povoados e disseram às populações desses lugares que estavam a fim de me matar”, conta o padre.

O padre Joaquin lembra que Osvaldo Mutran Júnior, irmão do prefeito, é o novo da juíza de Marabá, Ezilda Pastana, 33 anos. Ela está licenciada de suas funções desde o Ano Novo e se recusou a falar ao JORNAL DO BRASIL, ressaltada com uma reportagem que revelava suas ligações sentimentais com a família Mutran.



Vila Nova liderou a ocupação da Fazenda Terra Bela, desapropriada em Buriticupu.

Primeiro nome nas listas dos matadores

Mas Villa Nova não acredita em superstições. Por isso, jamais anda sozinho ou fica mais de 10 minutos no mesmo local em lugares públicos. Quando viaja, nunca é de ônibus e não avisa para onde vai. Sua casa, construída de barro como quase todas em Buriticupu, povoada a 220 quilômetros de Imperatriz, é diferente das demais;

Apesar dos cuidados, Villa Nova, que foi candidato pelo PT, nas últimas eleições, a prefeito de Santa Luzia, garante que não tem medo de morrer. "A gente já está acostumado com a morte. É uma coisa comum aqui. Sobreviver por muito tempo é pura sorte", conta.

período, espalharam pelos botequins uma lista com os nomes de 36 trabalhadores marcados para morrer. Quatorze companheiros fugiram", conta. Villa Nova encabeçava a lista. O atentado planejado ocorreu em 3 de abril do ano passado. Havia uma manifestação dos trabalhadores que iam pela posse

Os autores destes atentados nunca foram presos, nem tampouco foram feitas investigações. "A polícia diz que eu inventei essa história", explica Villa Nova. No mesm o dia do terceiro atentado, foi morto o pistoleiro José Carlos Araújo, o Goleiro, num povoado próximo a Curitiba. Villa Nova foi acusado de autor intelectual do assassinato e responde processo criminal em Santa Luzia. Além desse processo, Villa Nova responde a uma ação cível de reintegração de posse, movida por Fernando Brasileiro. A fazenda cujaleia reintegração Brasileiro reivindica é a Terra Bela, já desapropriada pelo governo.

Luis Moura, Didi
Lavrador ficou
dois anos sem
poder plantar

Didi conta que em 1965, quando chegou à região onde hoje se localiza o recém-emancipado município de Buriti, só havia matas. "Era fácil fazer lavoura. Era só derrubar a mata e plantar", lembra. Até 1973 havia paz na região. A partir daí, seguindo as máquinas e tratores que rasgavam a floresta e abriam as primeiras estradas,

**Deputado acha
que autoridades
são coniventes**

A lista de que faz parte o nome de Ademir Andrade era, originalmente, mais extensa. Dois nomes, no entanto, já foram riscados: o do deputado estadual Paulo Fontelles (PC do B) e o do presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Rio Maria, João Cavato. Os dois foram assassinados.

Ademir garante que a lista foi

[illegible]

CONFIDENTIAL

...O governo não
depo de terra, não
do governo e não
Como é natural
surgeiros os cenários
solte-fa-velo a p
vezes com hom
número ligand
exemplo, há sp
que não raro est
meia dúzia de sol

Hoje Didi volta ameaça da morte de seus pais. Ele tem medo. Não anda sozinho para o trabalho. Nunca passa duas noites sem dormir no colchão. Mas, mais preocupado, há quem não vá ao trabalho. No dia 12 de agosto, foram 4 guincho estavando no 16. Por preocupação de serem muitos, padece, desarmado. "Bom, padeceiros frequentes durante três dias, polícia não chegou. Didi."

elaborada numa reunião de acadêmicos em meados de 1984, no âmbito do Rondon do Pará. Ela discute principalmente de reunião e também, secundariamente, Fausto e Rondon. Para os prefeitos Adilson Lima (Cidade de Marabá) e Orlando Martins (Cidade de Araguaia).

[illegible]

segurança do trabalhador, a Justiça se apóia no artigo 231 da Constituição, que garante ao presidente nacional do sindicato a representação legal dos trabalhadores. Mas, segundo o Conselho Nacional de Justiça, "a interpretação literal da Constituição não pode ser seguida, porque ela não se aplica a situações como a que se criou, quando o presidente nacional do sindicato não trabalha mais e não pode exercer suas funções".

11

098

O seringueiro Chico Mendes, assassinado no mês passado, será homenageado por entidades ambientalistas dos Estados Unidos com uma grande cerimônia ecumênica, que será realizada no final do mês, em Washington

F.S. (M.R.)

Ecologistas norte-americanos homenagearão Chico Mendes

As entidades ambientalistas norte-americanas vão realizar, no final do mês, em Washington, uma grande cerimônia ecumênica em homenagem ao seringueiro Chico Mendes. Depois do ato religioso haverá uma concentração pública nas escadarias do Capitólio, com a participação de representantes da Fundação e do Comitê Chico Mendes e da diretoria do Conselho Nacional dos Seringueiros, que viajarão aos EUA especialmente para participar do ato público.

As duas entidades que estão organizando a manifestação — Environmental Defense Fund e National Wildlife Federation — trabalhavam há longos anos com Chico Mendes e com o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA). A presidente do IEA, Mary Allegretti, que manteve contato com diferentes entidades internacionais e bancos, nos Estados Unidos, logo após o assassinato do seringueiro, disse que "a morte de Chico Mendes colocou na ordem do dia a discussão sobre a questão ambiental na Amazônia e, principalmente, sobre a relação dos

projetos de desenvolvimento, financiados com recursos públicos, com a população das áreas atingidas por tais projetos".

O debate sobre a questão já chegou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e ao Banco Mundial, que têm sido chamados, principalmente pelos movimentos ambientalistas norte-americanos, a definir sua posição diante do assassinato de Chico Mendes. Do mesmo modo, a carta apresentada em nome do Comitê e da Fundação a dirigentes e técnicos das duas instituições pede a suspensão dos desembolsos de recursos até que as investigações sobre o crime sejam concluídas. "Paz social e apuração dos responsáveis são requisitos básicos para novos financiamentos multilaterais", diz ela, lembrando que os projetos incluem a participação das comunidades "e nenhum seringueiro vai sentar à mesa com representantes do governo brasileiro, enquanto o crime não estiver elucidado".

Vestígios

Os seringueiros da região de Xapuri e Brasília estão também colaborando com a Polícia, servindo de matafios ou fornecendo pistas, na captura de Alvarino Alves da Silva e dos três irmãos pistoleiros, Amadeu, Sérgio e Jordão Pereira, acusados de envolvimento no assassinato de Chico Mendes.

Segundo o superintendente interno da Polícia Federal no Acre, Ildo Rami Grabner, o que se conseguiu até agora foram apenas vestígios dos quatro feragidos: restos de melancia e pegadas deixadas na mata por onde passaram. A Polícia espera para hoje a chegada de um helicóptero de Roraima, para sobrevoar a área em apoio às equipes de polícia que estão dentro da mata.

O superintendente da Polícia Federal explicou que o helicóptero será de grande ajuda para sobrevoar de perto a floresta e descer em clareiras, detendo agentes em pontos estratégicos. (AE/AJB)

01.01

8908846

Petroleiros em greve por melhor salário são 42 mil

BRASILIA — A greve dos petroleiros, até ontem, conforme informações prestadas pelo comando nacional de greve, reunido nesta capital, contou com a adesão de 42 mil funcionários, incluindo trabalhadores da área de refino, administração e exploração da Petrobrás, em todo o país. Existem ainda 3 mil 120 empregados da estatal que decidiram, em assembleias, não serem grevistas na segunda-feira, a adesão ao movimento. Apenas duas refinarias — de Manaus, com 444 funcionários, e a de Gabriel Passos, em Beja (MG), com 1.310 — continuaram funcionando parcialmente, porque a direção das unidades impedia que alguns grupos deixassem o local.

Até o final da tarde de ontem o comando de greve não tinha recebido nenhuma proposta da empresa que atendesse as reivindicações dos petroleiros. O chefe do Serviço de Relações Industriais da Petrobrás, Flávio Chaves, informou aos integrantes do comando de greve que deveria intensificar os contatos da empresa com o governo para encontrar uma alternativa que satisfizesse a petição. Apesar disso, afirmou que a estatal continuava tentando encontrar uma solução, comprometendo-se a informar assim que tivesse alguma novidade.

A situação de Manaus, segundo João Lima, do comando de greve do Sindicato dos Petroleiros de Manaus, é grave. Cerca de 30 funcionários trabalham ininterruptamente desde as 16 horas do dia 10, correndo risco de vida — pelo excesso — e colocando em perigo os principais equipamentos da empresa. Em situação semelhante, o petróleo é refinado a cada oito horas, pelo alto grau de segurança exigido, já que todas as máquinas funcionam com alta temperatura e pressão. Na refinaria de Beja, a situação é menos grave porque existem dois grupos de trabalhadores, o que permite revezamento.

Sem ter condições de saber exatamente o que ocorre com os 30 funcionários da Refinaria de Manaus, a direção do Sindicato dos Petroleiros locais, ontem, ao secretário estadual de Trabalho, Manoel Gomes Nogueira, para que ele intercedesse junto à direção da refinaria.

Este, no entanto, conforme informações recebidas a agir, dizendo que não trabalhava no final de semana, e que somente na segunda-feira tomaria alguma atitude. Diante disso, o comando de greve decidiu entrar, ontem, em greve no Ministério do Trabalho, Ronaldo Costa Costa, denunciando a situação.

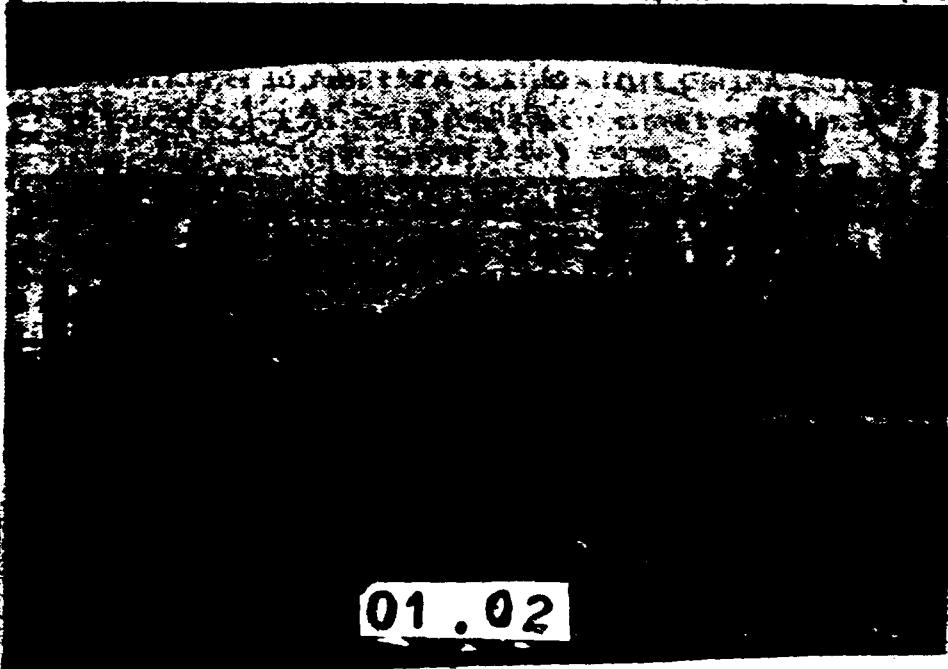
Estavam paralisadas ontem as seguintes refinarias: Duque de Caxias (Duque de Caxias, RJ), Parnaíba (Parnaíba, SP), Capuava (Capuava, SP), Presidente Bernardes (Cubatão, SP), Henrique Lage (São José dos Campos, SP), Paraná (Araucária, PR), Alberto Pasquini (Canoas, RS) e Landulpho Alves (Mataripe, BA).

O ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, ocupou uma sede nacional de televisão, às 19h30, para um breve pronunciamento, quando apelou para que os funcionários da Petrobrás voltassem ao trabalho. "Dos serviços essenciais depende a economia do país, pois eles respondem pelos produtos básicos", disse. "A Petrobrás supera do petrodólar e da luta de outra gente, os empregados não têm o direito de gozar com menos gente, cortando-lhes o gás, a gasolina, o álcool".

Segundo o ministro, a falta de manutenção dos equipamentos é responsável pela inflação e ineficiência da produtividade. O presidente José Sarney, disse o ministro, pede que todos cumpram sua parte no pacto social, considerada por João Batista de Abreu a única forma de superar a possibilidade de hiperinflação.

O presidente da Petrobrás, Armando Córdex, informou em Brasília, que em cinco dias há risco de escassez de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e gás diesel (combustível mais usado nos transportes coletivos). Pelo tempo falta ontem no campo de gás, pelo diretor de comercialização da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, não há risco de desabastecimento pelo menos no prazo de uma semana a 15 dias, exceto de gás e de gás diesel, cujas reservas são menores.

Duque de Caxias — João Cordeiro



8908856

01.02

Governo ficou surpreso com a organização

BRASILIA — A paralisação dos funcionários da Petrobrás, declarada logo em seguida à decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de conceder apenas o reajuste de 63 % mais 4 % de produtividade aos petroleiros, pegou de surpresa o governo, tamanha a organização do movimento. Desde o começo da tarde do dia 10, os petroleiros de todo o país estavam reunidos em seus sindicatos e nas empresas aguardando o julgamento do tribunal. Às 18h30, o TST deu a sentença que foi imediatamente comunicada aos estados pelo comando nacional de greve. Seis horas depois, grande parte dos 61 mil petroleiros já estava em greve.

Para o presidente do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina, membro do comando nacional de greve, Amadeu Fernandes Filho, o sucesso do movimento, que dispensou piquetes e confrontos com a polícia, demonstra o descontentamento dos funcionários com a empresa. A pauta de reivindicações foi entregue à direção da Petrobrás no dia 25 de julho e a empresa protelou uma resposta até o dia do julgamento, quatro meses depois, segundo Amadeu Fernandes.

Descontentamento à parte, a organização dos funcionários da Petrobrás para uma possível paralisação já vinha sendo articulada desde julho, quando foi definido o comando nacional de greve, em um encontro nacional dos petroleiros. Como as negociações com a empresa não avançaram, a categoria chegou a marcar uma greve para o dia 13 de setembro, mas concordou em abrir mão da paralisação em troca de que o dissídio fosse julgado apenas depois da promulgação da Constituição, no dia 5 de outubro, quando os funcionários públicos passariam a ter o direito de greve assegurado.

Novas expectativas — A demora do julgamento criou novas expectativas entre os petroleiros, em função das sentenças favoráveis concedidas pelo TST aos funcionários do Banco do Brasil e da Vale do Rio Doce, que viram atendidas todas as suas reivindicações. Os petroleiros esperavam o mesmo desfecho para suas propostas. Este otimismo, segundo Amadeu Fernandes Filho, também se apoiava na promessa feita pelo presidente do TST, Marcelo Pimentel, em setembro, quando os funcionários abriram mão da greve, de que o julgamento poderia ser favorável à categoria.

Não foi. O Tribunal não avançou em nada nas propostas de reajuste autorizadas pelo Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise), limitando-se apenas a conceder um índice de quanto por cento de produtividade.

— Foi uma decepção muito grande. A proposta do Tribunal não continha nenhum avanço e o resultado foi a greve — comentou Amadeu Fernandes Filho.

Momento delicado — A greve dos petroleiros ocorreu justamente em um momento delicado do país. No dia da paralisação, o governo se via às voltas em tentar explicar o episódio da Campanha Siderúrgica Nacional, que resultou na morte de três operários após o confronto entre Exército e grevistas. Mas, nem mesmo este clima de tensão dissuadiu os petroleiros. O comando nacional de greve, porém, encaminhou junto com a proposta de greve aos seus sindicatos a recomendação para que se evitasse qualquer confronto e concentrações em locais públicos.

Para ele, o nível de conscientização dos funcionários da Petrobrás era tão grande, e o movimento já vinha sendo articulado por tanto tempo, que não foi difícil manter a organização. Além disso, um outro fator tranquiliza os petroleiros. Ao contrário do que ocorreu na CSN, dificilmente o Exército irá invadir alguma refinaria por causa do alto risco de uma operação neste sentido. O ano passado, o Exército ensaiou uma invasão nas refinarias que poderia ter terminado em tragédia, colocando em risco todos os equipamentos da Petrobrás, na avaliação de Fernandes.

02.02

8908856

A cidade enterra os mortos. E protesta

A paz reina em Volta Redonda, mas é uma paz de superfície. A cidade, sob forte tensão, respira entre os olhos metálicos das máquinas e os corpos dos mortos. No meio da noite, os corpos dos mortos são levados para o cemitério, onde são enterrados. A cidade vive em um estado de tensão, com os olhos metálicos das máquinas e os corpos dos mortos.

O anúncio da retirada dos manifestantes da CSN foi o ponto de partida para a volta da normalidade. A cidade vive em um estado de tensão, com os olhos metálicos das máquinas e os corpos dos mortos.

Destruição

Nas greves, destruída há cinco dias, a cidade vive em um estado de tensão. A cidade vive em um estado de tensão, com os olhos metálicos das máquinas e os corpos dos mortos.



Cerca de 20 mil pessoas acompanharam o enterro dos metalúrgicos

Vários veículos pertencentes a sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) estavam parcialmente destruídos, portas metálicas de lojas apresentavam perfurações de balas de grosso calibre, disparadas pelas armas usadas no conflito - fuzis FAL, metralhadoras Taurus e de tipo HK, de fabricação alemã. Enquanto os corpos dos mortos são levados para o cemitério, a cidade vive em um estado de tensão.

Informações desconhecidas falavam também em vítimas feridas a bordo, mas não houve confirmação oficial. Nos hospitais, havia a notícia de pelo menos uma pessoa ferida no acidente por um

golpe de bala. Ao final da tarde, uma grande concentração popular na Praça Sérgio Gaspar, onde se localiza a sede da Prefeitura, protestou, de maneira pacífica, contra a morte dos metalúrgicos e pela violência empregada pelas forças militares para lidar com o movimento.

Milhares de pessoas participaram da manifestação, que não resultou em novas incidentes. O presidente nacional da CUT, Jair Meneghelli, esteve em Volta Redonda para dar apoio aos sindicatos locais, e revelou aos jornalistas que pediu ao governador do Estado, Moreira Franco, que fosse à cidade para assumir pessoalmente a situação. Meneghelli estava desapoiado, pois o governador não atendia sua apelo.

Na noite de sexta, um despacho da Agência AIB informava que o Governo reconhecia oficialmente a existência de apenas três mortos nos conflitos. (AIB-AIB)

Grevistas deixam a usina sob aplausos

Um dos momentos mais emocionantes da greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aconteceu ontem de manhã, quando os três mil trabalhadores que ocupavam desde segunda-feira a aciaria da usina resolveram deixar o local, para evitar novos choques com as tropas do Exército. Eles foram saudados por cerca de dez mil pessoas que os esperavam do lado de fora e seguiram juntos em passeata até a Prefeitura.

Os trabalhadores que ocupavam a aciaria atenderam aos apelos do deputado federal Juarez Antunes, candidato à Prefeitura de Volta Redonda pelo PDT e um dos líderes do movimento grevista. O parlamentar disse que eles haviam obtido "uma grande vitória".

Apesar do trajeto de mais de quatro quilômetros entre a CSN e a Prefeitura, os grevistas gritaram palavras de ordem contra o presidente da empresa, Juvenal Osório, e o Exército, a quem acusaram de covardia e violência exagerada.

Orlando Zamboti, 26 anos, contou que estava ao lado de um dos colegas baleado e morto. Ele negou a versão do general José Luís Lopes da Silva, que comandou a operação, de que os grevistas teriam armas de fogo.

Apesar de dobrar a Rua São João, a passeata foi saudada por uma chuva de papel picado que caía dos edifícios e pelos aplausos dos moradores, que, das janelas, gritavam estar do lado dos grevistas. Já em frente à Prefeitura, líderes do movimento e parlamentares que foram se solidarizar com os trabalhadores, entre eles Jandira Feghali (PC do B), Godofredo Pinto (PSE) e Wladimir Palmeira (PT), discursaram.

As manifestações, caminhões do Exército passaram em frente à Prefeitura e foram apedrejados. Para evitar novos choques, os trabalhadores organizaram rapidamente um cordão de isolamento, impedindo os mais enfiados. (AG)

Manifestantes fecham escritório da empresa

A primeira reação à morte dos operários em Volta Redonda ocorreu ontem no Rio logo pela manhã. O fechamento do escritório da CSN, no centro, e de um depósito da empresa localizado no bairro da Saúde, por militantes da CUT, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio e do Partido dos Trabalhadores, entre outras entidades. Após o fechamento, os cerca de 200 manifestantes permaneceram no local em vigília, usando tarjas pretas. O silêncio só foi interrompido pelos discursos inflamados dos presidentes nacional da CUT, Jair Meneghelli, e do candidato à prefeitura do Rio pelo PT, Jorge Hittar, que retornavam de uma reunião com o governador Moreira Franco. Meneghelli desafiou o governador a exigir satisfações do presidente Sarney e do chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e decretou luto de toda a classe trabalhadora. Os manifestantes eram vigiados por 20 policiais, reforçados próximo ao meio-dia. (AE)

Brasília

Representantes de 50 entidades políticas realizaram, no meio-dia de hoje, um ato público na Praça do Fórum, setor comercial de Brasília, um dos mais movimentados da capital, em protesto. A manifestação foi decidida em reunião extraordinária conjunta de entidades ligadas à área sindical, religiosa, cultural e estudantil de Brasília, durante a tarde de ontem, na sede da CUT.

Os deputados do PSDB Sigmaringa Setras e Geraldo Campos também participaram da reunião, convocada pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. O presidente da CUT no Distrito Federal, Francisco dos Santos, e Chico Vigilante, lidera junto com o presidente nacional da entidade, Jair Meneghelli, uma reunião nacional com diversas entidades sindicais e políticas, mais as lideranças dos partidos no Congresso, na tarde de hoje.

Telegramas de protesto pela ação do Governo, em conjunto com o Exército, estão sendo enviadas desde ontem pelas 50 entidades ao presidente José Sarney, aos ministros do Exército, Casa Civil, Casa Militar, Justiça e da Indústria e Comércio. No momento, os sindicalistas afirmam que "as condições democráticas do povo não podem ser retiradas com três de nós". (AIB)

01.01

8908860

Piquetes tentaram impedir o funcionamento da usina de Tubarão, em greve há 21 dias, jogando pedras nos ônibus que traziam operários. Houve 16 feridos e 35 veículos com os vidros quebrados

f. ss.

Violência na greve da usina siderúrgica no Espírito Santo

A violência marcou o 21º dia de greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). A decisão da empresa de manter a usina funcionando se contrapôs à dos operários de impedir a entrada dos colegas e gerou 16 feridos, 34 ônibus danificados e o carro do presidente da companhia, José Moraes, com o pára-brisa trincado por uma pedra.

O resumo das negociações, em Brasília, foi considerado "uma grande vitória do movimento", pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Raimundo Kappel, mas não tornou o ambiente menos tenso. Os trabalhadores reivindicam um reajuste de 9,9%, referente a uma parcela do Plano Bresser. A consequência econô-

mica da paralisação é um prejuízo de 21,5 milhões de dólares.

A decisão da Polícia Militar de impedir os piquetes na entrada da siderúrgica transferiu as barreiras para os bairros. Desde as primeiras horas da manhã os ônibus eram cercados pelos piqueteiros. Os que conseguiam escapar ao cerco eram atingidos por pedras que acabavam por ferir os próprios trabalhadores. Foi o caso de Luiz Carlos Valadarez, golpeado por um paralelepípedo que lhe atingiu as costas. E do agente de segurança Licínio Lodi Lopes, atingido por uma pedrada no quinto dedo da mão direita. O motorista da ambulância da CST, José Lubiano, teve o rosto cortado por outra pedra.

O presidente da CST, médico José Moraes, chegava à empresa às 8 horas quando seu Opala foi cercado pelos grevistas. Antes que a PM conseguisse dispersar os piqueteiros, uma violenta pedrada foi desferida contra o pára-brisa que trincou por inteiro. O carro ainda foi chutado e amassado em diversos pontos.

O resultado da chuva de pedras podia ser visto na garagem de manutenção da CST. Lá estavam 34 ônibus com boa parte dos seus vidros completamente estilhaçados, além de avarias na lataria e nas lanternas. O sindicato nega que a violência tenha partido dos trabalhadores. (AJB)

01.01

8908863

A cultura dos índios

(Nota para a reforma do Brasil)

No segundo artigo da série iniciada no domingo passado, uma reflexão sobre os impasses contidos no projeto de integração dos índios

Cláudio e Orlando Villas Boas

A Fundação das Florestas do Brasil cultiva árvores nativas e realismo. Sabe que a conservação por uso racional da Floresta Amazônica depende muito da descoberta da vacina contra a malária, principal obstáculo à aculturação dos emigrantes brasileiros na grande região tropical úmida. O mesmo obstáculo serve ao exame da integração dos índios.

Dr. Nuteia, médico da Expedição Xingu entre 1947 e 1950, o grande médico dos índios nos anos que se seguiram, dependendo na criação e na manutenção do Parque do Xingu, publicou com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde em 1958 um documento sobre a doença biológica que a civilização representa para os grupos indígenas. Compunha o quadro de doenças levantado pelo alemão Karl Ranko entre os índios xinguanos, em 1896 a um que ele próprio encontrou na segunda metade do século 20. As doenças presentes na cultura dos índios integraram-se muitas por contato dos ditos civilizados, reduzindo drasticamente as populações indígenas. Entre as causas desse declínio, as moléstias infecciosas — empregadas às vezes deliberadamente, como meio de extermínio, pelo chamado homem civilizado — têm sido talvez as mais eficientes", escreveu o Dr. Nuteia.

Em 1959, milhões de brasileiros pegaram pela mão os índios carregando doenças infecciosas, formando uma população de milhões maior do que as que tínhamos há dois séculos anteriores.

A solução apontada pelos que se dizem ou se julgam entendidos no assunto da integração do índio na sociedade civilizada. Entretanto, uma pergunta muito simples seria suficiente para causar embaraço aos que militam em favor dessa solução: — Integrar em quê? Nos pequenos e dispersos grupos de peões que, agrupados às fazendas, representam a sociedade nacional? Na "sandávia" comunal formada por Seringueiros, castigheiros, abridores de estradas ou empregados de companhias de mineração, que também representam a nossa sociedade? Ou então fazer com que o índio, abandonando sua unidade tribal, vá a transformar-se em mão-de-obra, empregando-se em empreendimentos surgidos nas terras que antes constituíam seus próprios domínios? Não há de ser esse o objetivo do nosso governo, quando fala na integração do silvícola na comunidade nacional? Soluções como essas — guardadas as diferenças de época — já foram tentadas no passado, e os resultados aí estão, e evidentes, no espantoso decréscimo da população indígena, ou ainda na pobreza e na marginalização dos que lograram sobreviver às "integrações" do passado.

Outros, mais dinâmicos, mais progressistas, mais atualizados, vêem no índio um sério obstáculo ao desenvolvimento nacional. Para esses, o nosso índio representa um empecilho, uma indesejável mancha nos luminosos caminhos do progresso, alguma coisa que devemos remover em nome da civilização. Nenhum desses homens propõe uma nova "Ordem dos Albigenses" ou uma invasão de "bogueiros" armados contra as aldeias. O que sugerem é uma providência que julgam adequada — a integração. Uma integração a curto prazo. Ai volta a perguntar — Integrar em quê?

Assim, de sociedades coesas, organizadas a sua maneira, e sustentadas por um complexo de tradições, traços e co-

tumes que as motivam, vão passando a uma condição de marginalidade, com a perda gradativa de sua própria identificação. É no limiar desse fatídico processo que, muitas vezes, tribos inteiras, ou parte delas, se rebelam, retraindo-se e acirrando suas defesas contra agentes exógenos e desintegradores da vida tribal.

Com relação aos índios aculturados, ou semi-integrados, apagada expressão do que foram, remanescentes das "integrações" promovidas no passado, cabe lembrar que não desfrutaram de nenhuma das decantadas vantagens da civilização, vivendo em áreas mais ou menos extensas, algumas inteiramente devastadas e exauridas, outras em via do mesmo destino, reclamam tão somente uma orientação que melhor atenda às suas necessidades. Não exigem uma nova filosofia, protecionismo, uma reformulação de conceitos, nem sequer uma alteração do seu relacionamento com o mundo civilizado que o rodeia, mas sim, apenas, um revigoramento das motivações indígenas, visíveis à sobrevivência de qualquer comunidade.

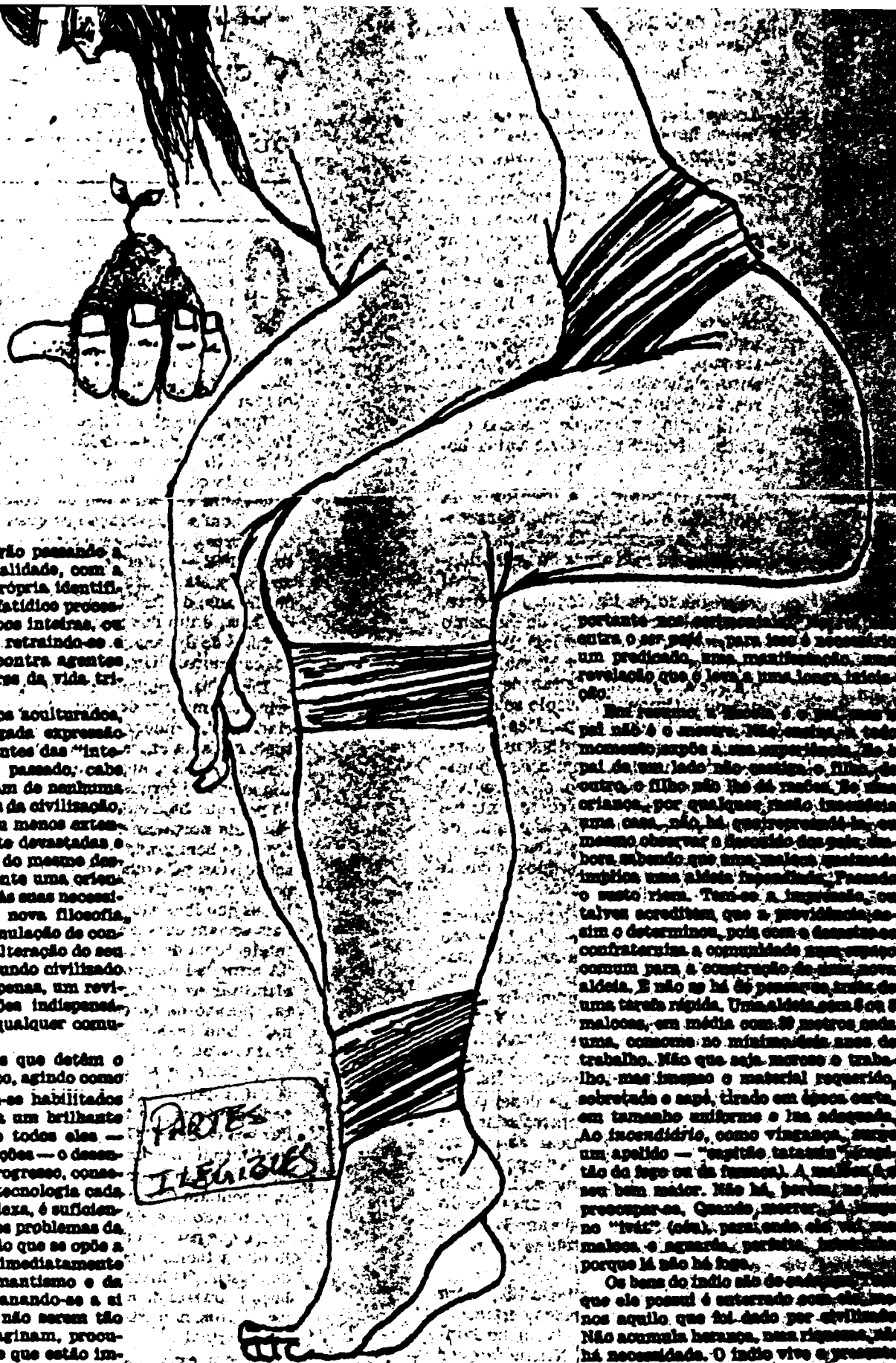
Nos tempos atuais, os que detêm o poder econômico e político, agindo como homens práticos, julgam-se habilitados a conduzir o mundo para um brilhante futuro. Na concepção de todos eles — remanescentes algumas exceções — o desenvolvimento material, o progresso, conseguidos por meio de uma tecnologia cada vez mais refinada e complexa, é suficiente para solucionar todos os problemas da humanidade. É tudo aquilo que se opõe a essa ordem de idéias é imediatamente incluído na faixa do romantismo e da utopia. Entretanto, enganando-se a si próprio e demonstrando não serem tão pragmáticos quanto imaginam, procuram não aceitar o fato de que estão impelindo o mundo para um destino sombrio.

Não pretendemos, evidentemente, que seja estancado o nosso desenvolvimento, ou que se regresse a posições já ultrapassadas, em resumo, não preocupamos um retorno ao cocho, ao lampião a gás, ao navio a vela. Continuemos o progresso, mas um progresso verdadeiro, suavizado, que não implique a desumanização do trabalho e do relacionamento entre os povos, as classes e as criaturas entre si.

Por que não amainar a fúria presente, essa corrida desenfreada para a conquista de novas riquezas e de poderes ilimitados? Se nesta altura já verificamos que simples ideologias políticas não encerram a solução para os grandes, profundos e antigos problemas do homem, usemos então o discernimento, os poderosos recursos da ciência e da moral, a fim de atingirmos o ideal aspirado por todos os homens livres: — um padrão de vida em consonância com a dignidade humana, logicamente, não seria apenas através de uma reformulação de relações entre as criaturas que se poderia alcançar essa estabilidade social. É necessário também — e mesmo imprescindível — que o meio ambiente seja preservado como espaço vital para as gerações que nos sucederão.

Cultura é a reunião dos valores que estão presentes em todas as sociedades, quaisquer que sejam suas condições e modos de vida, ou grau de evolução material e espiritual.

Equilibrado no seu ambiente, o comportamento do índio dentro da sua vida tribal é em sua essência o de pessoa completamente livre no seio de uma sociedade de que se dá o luxo de viver sem chefe, onde ninguém manda em ninguém. Não



Partes Ilegíveis

existe autoridade tribal. O chefe da aldeia é apenas um elo de ligação entre o cotidiano e o mundo sobrenatural.

Sua função é essencialmente de conselheiro. Não tem poder deliberativo ou de comando. Tem que ter, logo sim, qualidades: ser bem crente, ser altamente equilibrado, bom, compreensivo e tranquilo. Traços que refletem na sua postura e personalidade. Jamais grita, ou mesmo corre ou faz um gesto brusco.

Numa aldeia indígena são importantes os dons dos cerimoniais a quem cabe maior responsabilidade. Mas eles não se beneficiam do poder. O poder se dilui no interesse da comunidade. Há um grande respeito mútuo. O descontentamento não ameaça o equilíbrio tribal, porque este é regido pelo seu mundo mítico e mágico. Mundo esse, de presente e de passado, ritmo da vida, da natureza, da própria aldeia.

Os pontos mais altos da comunidade se assentam no velho e na criança. Aquele é o dono da história, da língua e das tradições, esta a criança, a dona do mundo. Uma criança não pede conselho. O pai conversa com o filho sem a preocupação de ensinar. A harmonia nasce de um relacionamento estreito entre o pai e o filho. A uma pergunta ao pai se ele ensina o filho, ele responderá: — Não. Eu não sei se ele quer. Para que ele saiba, então, o que é preciso fazer? Quando ele quiser saber, ele pergunta. Ai eu ensino.

O menino atinge a idade adulta muito cedo. Com 11 ou 12 anos tem o conhecimento de um adulto. Nessa idade, já sabe o que vai ser e segue a sua tendência: ou a flecheiro para a pesca, flecheiro de casa, tocador de flauta (personagem im-

portante nos cerimoniais), ou o ser pai. Para isso é necessário um predomínio, uma manifestação, uma revelação que o leva a uma longa iniciação.

Essa iniciação é feita e o pai ensina o pai não é o mestre. Não ensina, a todo momento aponta a uma experiência. De pai de um lado não ensina o filho, do outro o filho não lhe dá razão. Se o criador, por qualquer razão, insubordina uma casa, não há que repreendê-lo, ou mesmo observar a desobediência do pai, embora sabendo que isso vai trazer consequências. Implica uma atitude insubordinada. Passado o susto riam. Também a insubordinação, ou talvez acreditam que a providência assim o determinou, pois com a desobediência contrariaria a comunidade que sempre comum para a construção de uma nova aldeia. E não se há de pensar, então, de uma tarefa rápida. Uma aldeia com 8 ou 9 malocas, em média com 30 metros cada uma, constrói no mínimo de 40 dias de trabalho. Não que seja muito e trabalho, mas mesmo o material requerido, sobretudo a sapé, tirado em época certa, em tamanho uniforme e na adequada. Ao insubordinado, como vingança, surge um apelido — "sapé tatuado" (sapé, tido do fogo ou da fumaça). A maloca é ser bem maior. Não há, porém, no que preocupar-se. Quando morrer, já não se no "tatu" (sapé), para onde ele vai, mas maloca e aguarda, porque, porque não há fogo.

Os bens do índio não são de natureza material, que ele possui é enterrado com ele, mas aquilo que foi dado por civilização. Não acumula herança, nem riqueza, não há necessidade. O índio vive e presente, não tem perspectiva do futuro. Não vive preparar uma vida diferente para o seu filho. Tal como recebeu o mundo, das suas ancestrais, pretende transmitir ao filho. Dá a entender que receberá o fogo, o rio, a chuva, a mata e o também, se compõe como peças pertencentes a um mesmo mundo. Tudo que ele vai precisar pela vida afira, ele sabe fazer. Pode não ser um construtor, mas não viverá sem abrigo.

A distribuição do trabalho entre o homem e a mulher numa comunidade constitui, sem dúvida alguma, a responsável pela harmonia da família e da aldeia. Carregar água é função da mulher; acender fogo é do homem; cozinhar peixe é da mulher; assar é do homem; destruir, queimar, plantar, é função do homem; carregar a produção da roça é da mulher. A tarefa da mulher também é dividida, o feijão (comum) e o algodão (colher e carregar é função da mulher). O índio é observador, mas não é pesquisador. O arco que hoje ele faz, seus antepassados faziam com a mesma madeira, a mesma técnica. Não procurou melhorar o processo, variar a madeira, a corda e tudo o mais. No aspecto da cultura material, não se há de negar, para o tempo, mas por outro lado, nos dá lição de comportamento nas suas relações sociais.

O índio não é ambicioso. Não é egoísta. Não quer acumular mais que o necessário. Uma aparente simplicidade encerra uma sociedade extremamente complexa na sua organização. Ele é livre. Tão livre que, se quiser passar o dia gritando no meio da aldeia, ninguém poderá adverti-lo. No máximo se dirá: — "Ele gosta de gritar". Se e sol mado, cantava e se põe a pino, e o índio quer continuar na rede, ninguém chamará a sua atenção. Ninguém poderá supor que brava.

A cultura dos índios

(Nota para a reforma do Brasil)

No segundo artigo da série iniciada no domingo passado, uma reflexão sobre os impasses contidos no projeto de integração dos índios

Cláudio e Orlando Villas Boas

A Fundação das Florestas do Brasil cultiva árvores nativas e realismo. Sabe que a conservação por uso racional da Floresta Amazônica depende muito da descoberta da vacina contra a malária, principal obstáculo à dispersão dos emigrantes brasileiros na grande região tropical úmida. O mesmo realismo serve ao exame da integração dos índios.

Dr. Natal, médico da Expedição Expedição Xingu entre 1917 e 1918, o grande médico dos índios nos anos que se seguiram, despendidos na criação e na preservação do Parque do Xingu, publicou o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde em 1928 um documento sobre a doença biológica que a civilização representa para os grupos indígenas. Comparou o quadro de doenças levantado pelo alemão Karl Hanks entre os índios Xinguanos em 1898 a um que ele próprio encontrou na segunda metade do século 20. As mesmas doenças presentes na cultura dos índios integraram-se muitas por contato dos ditos civilizados, reduzindo drasticamente as populações indígenas. "Entre as causas desse declínio, as moléstias infecciosas — empregadas às vezes deliberadamente, como meio de extermínio, pelo chamado homem civilizado — têm sido talvez as mais eficientes", escreveu o Dr. Natal.

Em 1928, milhões de brasileiros peregrinaram pelo país carregando doenças infecciosas, formando uma população de doenças maior do que as que tínhamos nos dois séculos anteriores.

A poluição apontada pelos que se dizem os seus julgados entendidos no assunto da integração do índio na sociedade civilizada. Entretanto, uma pergunta muito simples seria suficiente para causar embaraço aos que militam em favor dessa poluição: integrar em quê? Nos pequenos e dispersos grupos de povos que, protegidos de fazendas, representam a sociedade nacional? Na "saúdável" comunidade formada por seringais, casta-queiros, abridores de estradas ou empresas de companhias de mineração, que também representam a nossa sociedade? Ou então fazer com que o índio, abandonando sua unidade tribal, venha a transformar-se em mão-de-obra para empreendimentos surgidos nas terras que antes constituíam seus próprios domínios? Não há de ser esse o objetivo do nosso governo, quando fala na integração do índio na comunidade nacional? Soluções como essas — guardadas as diferenças de época — já foram tentadas no passado, e os resultados aí estão, e evidentes, no espantoso decréscimo da população indígena, ou ainda na pobreza e na marginalização dos que lograram sobreviver. As "integrações" do passado.

Outros, mais dinâmicos, mais progressistas, mais atualizados, vêm no índio um sério obstáculo ao desenvolvimento nacional. Para esses, o nosso índio representa um empecilho, uma insuperável mancha nos luminosos caminhos do progresso, alguma coisa que deve ser removido em nome da civilização. Nenhum desses homens propõe uma nova "Grande Alibionese" ou uma invasão de "bugreiros" armados contra as aldeias. O que sugerem é uma providência que julgam adequada — a integração. Uma integração a curto prazo. Aí volta a perguntar — integrar em quê?

Assim, de sociedades ocidentais, organizadas a sua maneira, e sustentadas por um complexo de tradições, traços e coe-

tumes que as motivam, vão passando a uma condição de marginalidade, com a perda gradativa de sua própria identificação. É no limiar desse fatídico processo que, muitas vezes, tribos inteiras, ou parte delas, se rebelam, retraindo-se e acirrando suas defesas contra agentes exógenos e desintegradores da vida tribal.

Com relação aos índios aculturados, ou semi-integrados, apagada expressão do que foram, remanescentes das "integrações" promovidas no passado, cabe lembrar que não desfrutaram de nenhuma das decantadas vantagens da civilização, vivendo em áreas mais ou menos extensas, algumas inteiramente devastadas e escuras, outras em via do mesmo destino, reclamam tão somente uma orientação que melhor atenda às suas necessidades. Não exigem uma nova filosofia, proteção, uma reformulação de conceitos, nem sequer uma alteração do seu relacionamento com o mundo civilizado que o rodeia, mas sim, apenas, um revigoramento das motivações indispensáveis à sobrevivência de qualquer comunidade.

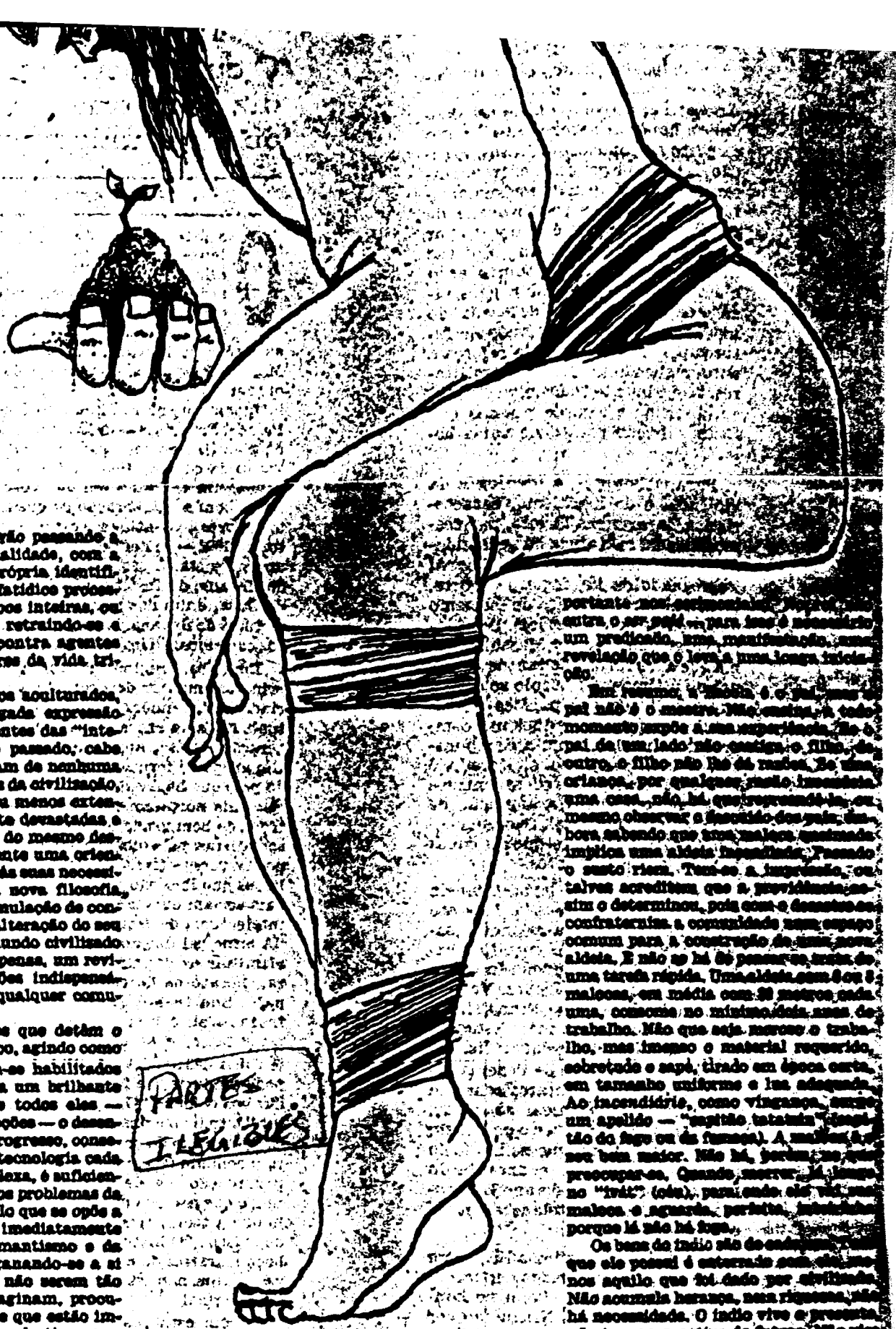
Nos tempos atuais, os que detêm o poder econômico e político, agindo como homens práticos, julgam-se habilitados a conduzir o mundo para um brilhante futuro. Na concepção de todos eles — ressalvadas algumas exceções — o desenvolvimento material, o progresso, conseguidos por meio de uma tecnologia cada vez mais refinada e complexa, é suficiente para solucionar todos os problemas da humanidade. E tudo aquilo que se opõe a essa ordem de idéias é imediatamente incluído na faixa do romantismo e da utopia. Entretanto, enganando-se a si próprio e demonstrando não serem tão pragmáticos quanto imaginam, procuram não aceitar o fato de que estão impelindo o mundo para um destino sombrio.

Não pretendemos, evidentemente, que seja estancado o nosso desenvolvimento, ou que se regresse a posições já ultrapassadas, em resumo, não preconizamos um retorno ao cocho, ao lampião a gás, ao navio a vela. Continuemos o progresso, mas um progresso verdadeiro, suavizado, que não implique a desumanização do trabalho e do relacionamento entre os povos, as classes e as criaturas entre si.

Por que não amainar a fúria presente, essa corrida desenfreada para a conquista de novas riquezas e de poderes ilimitados? Se nesta altura já verificamos que simples ideologias políticas não encerram a solução para os grandes, profundos e antigos problemas do homem, usemos então o discernimento, os poderosos recursos da ciência e da moral, a fim de atingirmos o ideal aspirado por todos os homens livres: — um padrão de vida em consonância com a dignidade humana, logicamente, não seria apenas através de uma reformulação de relações entre as criaturas que se poderia alcançar essa estabilidade social. É necessário também — e mesmo imprescindível — que o meio ambiente seja preservado como espaço vital para as gerações que nos sucederão.

Cultura é a reunião dos valores que estão presentes em todas as sociedades, quaisquer que sejam suas condições e modos de vida, ou grau de evolução material e espiritual.

Equilibrado no seu ambiente, o comportamento do índio dentro da sua vida tribal é em sua essência o de pessoa completamente livre no seio de uma sociedade de que se dá o luxo de viver com abundância, onde ninguém manda em ninguém. Não



portante nos momentos de crise, mas entre o ser e o não ser, para isso é necessário um predomínio, uma manifestação, uma revelação que o leva a uma longa iniciação.

Em resumo, a "cultura" é o que o pai não é o mestre. Não ensina, a todo momento impõe a sua experiência. Não é pai de um lado, não ensina, o filho, de outro, o filho não faz de nada. De uma criança, por qualquer razão, imediata ou não, não há que se desprender, ou mesmo observar a faculdade dos pais, embora sabendo que uma criança, quando implica uma atitude, representa, mesmo o susto ruim. Tem-se a impressão, ou talvez acreditem que a providência, assim o determinou, pois com a desobediência, contrariedade, a comunidade não se espanta comum para a construção de uma nova aldeia. E não se há de pensar, antes de uma tarefa rápida. Uma aldeia com 4 ou 5 malocas, em média com 30 metros cada uma, com uma no mínimo, de uma de trabalho. Não que seja muito o trabalho, mas mesmo o material requerido, sobretudo e até, tirado em época certa, em tamanho uniforme e em adequação. Ao incendiá-la, como vingança, sempre um apelo — "capitão tatá" (capitão do fogo ou da fumaça). A maloca, a ser bem maior. Não há, porém, no que preocupar-se. Quando morrer, já longe no "itá" (tá), para onde ele vai, maloca e aguarda, porém, maloca porque lá não há fogo.

Os bens do índio não são de natureza material, que ele possui é entendido sem ele, mas aquilo que foi dado por civilização. Não acumula herança, não rigidez, não há necessidade. O índio vive e presente, não tem perspectiva do futuro, não vive preparar uma vida diferente para o seu filho. Tal como recebeu o mundo dos seus ancestrais, pretende transmitir ao filho. Dá a entender que aquilo como o regato, o rio, a chuva, a mata e ele também, se compõe como peças pertencentes a um mesmo mundo. Tudo que ele vai precisar pela vida agora, ele sabe fazer. Pode não ser um construtor, mas não viverá sem abrigo.

A distribuição do trabalho entre o homem e a mulher numa comunidade constitui, sem dúvida alguma, a responsável pela harmonia da família e da aldeia. Carregar água é função da mulher; acender fogo é do homem; cozinhar peixe é da mulher; assar é do homem; cozinhar, cozinhar, plantar, a função do homem; carregar a produção da roça é da mulher. A tarefa da mulher também é dividida, o filho (comum) e o filho velho e carregar é função da mulher. O índio é observador, mas não é pesquisador. O arco que hoje ele faz, seus antepassados o faziam com a mesma madeira, a mesma técnica. Não procura melhorar o processo, variar a madeira, a corda e tudo o mais. No aspecto da cultura material, não se há de negar, para o tempo, uma por outro lado, nos dá lições de comportamento nas suas relações sociais.

O índio não é ambicioso. Não é egoísta. Não quer acumular mais que o necessário. Uma aparência simplificada segundo uma sociedade extremamente complexa na sua organização. Ele é livre. Não vive que, se quiser passar o dia gritando no meio da aldeia, ninguém poderá adverti-lo. No máximo se dirá: — "Ele gosta de gritar". Se e sol mesmo, cantando e se põe a pino, e o índio quer continuar na rede, ninguém chamará a sua atenção. Ninguém poderá impedir que brante.

25-106

074

Ciência e Tecnologia - O Brasil tem um potencial enorme de desenvolvimento científico e tecnológico, mas precisa superar obstáculos estruturais para se tornar uma potência mundial.

PAROES
ILEGIBLES.

8908879

"A greve deve atingir a empresa sem criar problemas para a população"

São Paulo — Zeca Felton

SÃO PAULO — O eletricitário Antônio Rogério Magri, ainda esquentando a cadeira na presidência da CGT, é um praticante ativo do sindicalismo de resultados. "Não fui eu quem inventou os pobres e os ricos nem pretendo acabar com a diferença entre eles", tem repetido a todo instante o sindicalista. "Acho que os sindicatos devem se empenhar sempre apenas para tirar o máximo das empresas, reduzindo essa diferença a níveis toleráveis", defende ele.

Magri sonha com a vida de classe média do trabalhador americano para o operário brasileiro e não vê o dia de filiar a CGT à central mundial CIOILS, que reúne sindicatos dos Estados Unidos e Europa e faz oposição à pregação socialista ou comunista das outras correntes. A seguir, suas ideias:

Sobre a possibilidade de as greves prejudicarem o processo eleitoral: Não que dependa dos trabalhadores, a eleição está garantida. Nos poucos casos em que há radicalização, ela tem sido provocada também por falta de habilidade das empresas, como ocorreu com a Volkswagen de São Bernardo, que incluiu numa lista de demitidos aquele operário que levou um tiro no estômago da Polícia.

Sobre a paralisação de serviços essenciais: O ideal é a greve que atinja o bolso da empresa, sem criar problemas para a população. Nas empresas de energia, pode-se paralisar o recebimento de contas por exemplo, mas não desligar o fornecimento. Médicos podem manter apenas plantões para os casos de urgência e metroviários poderiam liberar as catracas, deixando de cobrar as passagens. As greves nesses serviços devem ser comunicadas à população com 24 horas de antecedência.

Sobre a possibilidade de um pacto para garantir o processo democrático: Acho possível negociar em torno da proposta do deputado Roberto Freire (PCB), que prega mais ou menos isso. Mário Amato já me disse que gostaria de conversar sobre o assunto e o Meneguelli deu sinais de que topa conversar.

Sobre o que os trabalhadores têm a oferecer e as garantias que exigiriam nessa negociação: Eu seria maluco detalhando onde é possível ceder antes de sentar para conversar, mas acho que uma greve geral não é bom negócio antes das eleições, assim como não dá certo hostilizar as Forças Armadas ou atacar ainda mais o governo. Do lado das garantias, a discussão passa pela reposição das perdas salariais.

O que está errado com a Medida Provisória 88: Tudo, começando pelo momento em que foi inventada. A sociedade está fazendo as greves e o governo decide desafiar os trabalhadores criando uma ameaça.

A lei de greve ideal: A lei podia ser uma regrinha simples: qualquer categoria pode parar, mas não pode faltar água, luz, médicos nas UTIs etc.

Sobre a livre negociação: Do jeito que está a economia, não dá para ficar sem uma lei salarial. Quem está pagando a conta são as categorias pequenas ou desmobilizadas, que acumularam perdas.

Sobre a violência das greves: Eu condeno a invasão de empresas e a tomada de reféns. Não gostaria de chegar em casa e não poder entrar porque minha empregada exige aumento para abrir a porta.



Magri (com Hebe Camargo): no que depender dos trabalhadores, a eleição está garantida

Uma nova estrela na constelação sindical

SÃO PAULO — A bordo de uma confortável perua Caravan 1986 preta, modelo Diplomata, o mais luxuoso automóvel fabricado pela General Motors, com um motorista à disposição, e teoricamente mais de 900 sindicatos sob seu comando, o eletricitário Antônio Rogério Magri lembra às vezes seus congêneres americanos, que ele confessa não admirar. Seu poder de fogo, no entanto, não chega a um centésimo do que tem a poderosa federação de sindicatos americana AFL-CIO, uma das generosas fontes de recursos que impulsionaram o crescimento do atual presidente da CGT no meio sindical brasileiro.

Sincero diante da própria limitação, Magri admite que está tudo por fazer no plano material de legenda que arrebatou do calejado Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzinho. "Mas nós temos uma marca forte, uma proposta clara e a concordância de nossa linha com a maioria dos líderes sindicais do país", anuncia ele, disposto a pôr ordem na casa.

Ocupado em legitimar-se no posto recém-conquistado, trata da colocação de pontes fixas na boca para não perder um dente num programa de televisão e obter um bom acordo em seu próprio quintal — entre o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, do qual é presidente, e as companhias estaduais paulistas de energia elétrica —, Magri passou a semana atarefado demais para acompanhar em detalhes a sucessão de greves.

"Na maior parte dos casos, estou sabendo das paralisações pela leitura dos jornais", admite, meio desconsolado com a precária estrutura de

informações da CGT, mas feliz por reconhecer na estratégia das paralisações o método da greve pipoca, consagrada pelo sindicalismo de resultados do presidente da entidade dos metalúrgicos de São Paulo, seu aliado, Luiz Antônio Medeiros.

"Este é o caminho certo: parar depressa e obter os melhores acordos onde for possível. Nada de greve geral de cunho político", ensina Magri.

Aos 48 anos de idade, pai de um casal de filhos e avô de uma menina, com 33 anos de emprego na Eletropaulo e 30 de casamento, Magri está nas nuvens com o posto que alcançou. "Negocio sem propor índice nenhum", explica.

Apenas vou forçando a empresa a bolar um número na mesa para depois levar a proposta a uma assembleia onde fixamos o quanto pedir além daquilo", revela Magri.

"Ele não negocia coisa nenhuma", conta o ex-presidente da Federação dos Urbanitários, Hugo Perez, que em várias ocasiões foi a essas conversas com Magri. "Ele combina tudo por telefone com os diretores da empresa, apresenta uma proposta menor à assembleia, diz que é preciso exigir mais ameaçando greve e depois fatura o crédito por um bom acordo", acusa Perez. Polêmico, Magri também é acusado por Joaquinzinho de ter levado uma tropa de segurança ao último congresso da CGT e de comprar os votos entre os três mil delegados.

"Claro que levei gente para me proteger", afirma o presidente da CGT, um gigante de 1,90 m e 95 quilos, faixa preta de judô, 80 que eu tenho coragem de admitir isso em público e aqui

Como funciona a CGT

SÃO PAULO — Não fosse o prestígio da CGT, que levou 900 das 1.700 entidades inscritas na central a participarem do último congresso nacional, o eletricitário Antônio Rogério Magri, eleito por aclamação para a presidência da Confederação Geral dos Trabalhadores do último dia 30, seria considerado o herdeiro de um navio naufragado. Ao contrário da profilizada CUT, a CGT tem uma infra-estrutura pífia. Joaquinzinho dos Santos Andrade, Joaquinzinho o ex-presidente, tinha sete funcionários, um quivo, dois telefones e meia dúzia de metros quadrados nos 200 metros quadrados da alugada da entidade, na Liberdade, o bairrinho oriental vizinho ao Centro da capital.

Depois do congresso realizado na cidade de Praia Grande, a 80 quilômetros de São Paulo, qual Joaquinzinho saiu chorando e querendo outra central e em que Magri foi eleito uma distribuição de cadeiradas entre os dois, não sobrou nem isso. Como Joaquinzinho recusa a transmitir o cargo, o novo presidente da CGT mandou sequestrar o arquivo da sede, instalou-o no quarto andar do Sindicato dos Eletricitários, a duas quadras de distância, colocou três funcionários para começar a denunciação Nacional, que ainda está engatinhando.

Dólares — Magri tem pelo menos vantagem sobre seu antecessor, no aspecto organizacional da CGT. Com sua eleição, forçou-se de uma vez por todas a vinculação da entidade com o Instituto Cultural do Trabalhador (ICT), uma instituição de 26 anos de existência sob o patrocínio do Departamento de Estado norte-americano para a formação de líderes sindicais no Brasil. Para Magri, o ICT não se nos últimos anos o caminho de entrada dólares enviados por entidades americanas, mas a poderosa central sindical AFL-CIO, que admite receber colaborações de US\$ 200 anuais como contribuição à formação de sindicalistas. Seus adversários sustentam que ele recebeu US\$ 500 mil apenas para a organização do Congresso da Praia Grande.

Divisão — Até janeiro, eram bem poucas as divisões internas na CGT. O PC do B tinha chegado a controlar mais de 10% das ramagens mais agitadas da central, tinha presença na região Nordeste. O PCB, sem fúndia penetração em sindicatos de importância, garantia sua representação na executiva nacional graças à fidelidade a Joaquinzinho. O MR-8 barulhento quanto diminuiu, mantinha o seu não controlando cargos na diretoria do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, condomínio com o PTB, PDT, PMDB e outros.

O PC do B abandonou a entidade em janeiro para formar a sua Corrente Sindical Classista, orientação mais próxima à linha da CUT. Congresso, o MR-8 infernizou o plenário reféns exigindo Luiz Antônio de Medeiros, presidente da CGT — e naturalmente caiu desgraça com o eleito Antônio Rogério Magri. PCB ainda oscila entre Magri, Joaquinzinho e a porta de saída.

Antropóloga defende futuro do extrativismo na Amazônia

BELO HORIZONTE — Apesar de admitirem que "há uma tendência silenciosa de desaparecimento do extrativismo", conforme sustenta o economista Alfredo Homma, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vários pesquisadores que participaram do seminário Extrativismo na Amazônia, encerrado ontem, defenderam a criação de novas reservas como fundamento ao futuro da região. Para a antropóloga Mary Allegratti, do Instituto de Estudos da Amazônia, o seminário demonstrou que o extrativismo é viável tanto do ponto-de-vista econômico como social e ambiental.

"Há consenso entre os pesquisadores de que não se pode pensar o desenvolvimento da Amazônia apenas do ponto-de-vista econômico", disse Mary Allegratti, acrescentando que o extrativismo não é solução para toda a Amazônia, mas para o desenvolvimento de áreas onde existem castanhas, seringueiras, açai, sorvas e outros recursos extrativos, com concentração de população que sobrevive dessas atividades.

Para a antropóloga, ainda que a extração da borracha se torne superada economicamente no prazo de 20 anos, como sustenta Alfredo Homma, os trabalhadores da floresta substituirão essa atividade por outra. "Se transformássemos em reservas extrativistas todas as áreas habitadas por seringueiros, teríamos a garantia de preservação da Amazônia", argumentou Mary Allegratti.

Rede fará troca de informações

Os pesquisadores que participaram do seminário Extrativismo na Amazônia encerrado ontem nesta capital decidiram constituir uma rede de troca de informações sobre os trabalhos desenvolvidos capazes de racionalizar a captação e distribuição de recursos financeiros de entidades ambientalistas internacionais. A rede deverá ser formalizada num encontro nacional, provavelmente no segundo semestre deste ano, e cobrará também um posicionamento claro dos candidatos a presidente da República sobre suas propostas de conservação da Amazônia.

Segundo a presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), antropóloga Mary Allegratti, que participou do seminário, os candidatos a presidente vêm se manifestando sobre a necessidade de se defender a Amazônia, mas isso não basta. Mary Allegratti quer que se manifestem claramente sobre as formas através das quais pretendem

O assessor do Conselho Nacional de Seringueiros, Gilson Pescador, garantiu que o aumento de produtividade dos seringais pode ser obtido com o plantio de várias árvores entre as nativas, dispensando gastos como compra de terra, insumos e combate a pragas que os seringais "domésticos" do sul do país exigem. Para Pescador, as reservas extrativistas dão ainda garantia ao seringueiro de que ele não será expulso, "e só esse fato justifica sua criação".

Preservação — "Em Xapuri, o movimento criou 26 escolas em seis anos, oito postos de saúde e vai dobrar este número no segundo semestre. Criamos uma cooperativa agroextrativista, gerida pelos próprios seringueiros e eliminando o marreteiro (atravesador). A reserva extrativista preserva a floresta, mantém os seringueiros e contém o êxodo para as cidades", defendeu Gilson Pescador.

Ele disse ainda que o desenvolvimento de projetos como o de construção de pequenas usinas de borracha e a eliminação dos intermediários na comercialização do latex tornarão possível a concorrência da produção dos seringueiros do Acre com a produção de borracha domesticada do sul do país. Gilson Pescador revelou que alguns centros de pesquisa estudam plantas medicinais e frutas tropicais da Amazônia, além de subprodutos da madeira, que no futuro poderão substituir a produção de borracha.

conservar a Amazônia. Por isso, os pesquisadores pedirão o posicionamento público dos candidatos sobre uma pauta de reivindicações para a região que vão elaborar.

O seminário nacional dos pesquisadores deverá ainda discutir questões como o zoneamento da Amazônia entre áreas de floresta e agricultura e pecuária; e a reforma agrária como forma de evitar pressão populacional sobre as áreas de preservação. Para Mary Allegratti, os pesquisadores precisam demonstrar à opinião pública que a floresta amazônica deve ser preservada por causa da sua riqueza biológica.

"É inconcebível trocar a floresta por pasto", disse a antropóloga, justificando que muitas pesquisas vêm sendo feitas por órgãos como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) sobre frutas nativas da Amazônia, que poderão ser exploradas economicamente.

Governo cria programa de desenvolvimento na fronteira amazônica

O governo federal pretende implantar, a partir do próximo ano, em 60 municípios dos estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, o Proffao, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental, com a finalidade de dotar a região de uma infra-estrutura mais eficiente, especialmente no setor de educação.

A criação do Proffao, conta com a participação de vários órgãos federais, entre os quais o Mec, e vai tentar combater o isolamento geográfico, a extrema dependência econômica em relação ao restante do país e, as graves carências de recursos sociais básicos que submetem aquela região.

Os seis grupos de trabalho setoriais integrantes do "Proffao estiveram reunidos, recentemente, com representantes das administrações estaduais e municipais localizadas na faixa de fronteira, para levantar dados e ouvir as suas propostas. É com base nesses levantamentos, assim como em documentos existentes, que os subprogramas setoriais e os projetos a serem executados serão elaborados.

Essas reuniões deverão acontecer anualmente, pois o programa necessita de reajustes constantes em suas metas.

Após onze dias de reuniões com prefeitos, os técnicos responsáveis pelo grupo de educação, constituído por representantes do MEC, "Funabem e LBA", constataram que a situação educacional da região não é nada boa, com uma procura maior que a oferta, em todos os níveis de ensino. Um número significativo de professores atua na rede municipal sem habilitação. As escolas da rede municipal da zona rural geralmente só possuem uma sala e um professor para atender às várias séries.

Essas escolas, que atendem somente até à quarta série, quando não funcionam na própria casa do professor, estão instaladas em choupanas construídas com paredes cobertas de palha, utilizando uma espécie de jirau como carteira. Na época das chuvas torna-se praticamente impossível o funcionamento das mesmas.

Comunicação — A comunicação de alguns municípios com a capital do estado só é possível através de barcos, não havendo linha regular, demorando muitas vezes até quatro meses para aparecerem. Deve-se levar ainda em conta a duração do percurso. Para viajar de Ipixuna a Manaus, no Amazonas, por exemplo, gasta-se quase vinte dias de viagem. Por causa dessas e de outras dificuldades, como falta de veículos e grandes intransitáveis quando chove, os professores que lecionam nas escolas rurais, na maioria leigos, são pouco assistidos pelas autoridades.

Na sede do município, quase todos eles oferecem o 1º grau completo. O mesmo não acontece com o 2º grau, que existe apenas em alguns deles. Em ambos os casos, entretanto, a procura é maior do que a oferta. Em Amaturá, Amazonas, para continuar funcionando o 2º grau, a prefeitura teve que contratar professores na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, pagando-lhes, além do salário, passagem de avião, moradia e alimentação. É que os professores formados da região não aceitam trabalhar no interior.

Para tentar minimizar tal situação, os prefeitos propuseram, durante o encontro com os técnicos, a implantação do transporte escolar até a sede dos municípios, onde eles poderão concluir o 1º e 2º graus, sugerindo ainda a construção de uma casa do estudante. Tudo isso aliado a uma melhor qualificação dos professores que atuam na zona rural.

Sindicatismo e Greves

Medeiros

“É preciso isolar os grupelhos de ultra-esquerda e de ultradireita”

SÃO PAULO — No comando do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, Luis Antônio de Medeiros, 41 anos, casado e pai de dois filhos, fica encoberto ao confessar que seu ídolo é o general Charles de Gaulle. O primeiro sonho desse amazonense, filho de um getulista convicto, foi ser marinheiro. A Marinha rejeitou a miopia e o estigmatismo de Medeiros, mas os 370 mil metalúrgicos paulistanos — 130 mil sócios do sindicato em dia — apostam na visão do sindicalismo de resultados. “Toda greve por aumento salarial é justa, desde que seja no momento certo, tenha uma negociação antes e apresente uma pauta viável”, afirma ele. “O melhor momento para se fazer uma greve é quando os trabalhadores estão organizados e a empresa está bem das pernas, sem estoques”, ensina ele.

Recém-chegado de uma viagem aos Estados Unidos, a convite dos empresários do movimento Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), matriculado com a Trump Tower, de Nova Iorque — “uma sinfonia” —, Medeiros falou de suas idéias sobre o movimento grevista, neste anos de eleições presidenciais:

● **Sobre a violência das greves:** Não é a greve que ficou violenta, é o país que está violento. A grande violência mesmo foi deixar o país sem uma política salarial. Foi o jogo de esconde-esconde da Dorothéia.

● **Sobre a necessidade de uma política salarial:** O Brasil não precisa de uma política salarial, como também pode dispensar o imposto sindical. Só que para isso é necessário uma fase de transição. O problema é que sempre que as coisas dizem respeito aos trabalhadores, a ordem é sangrar por todos os lados.

● **Sobre a possibilidade de uma trégua para se evitar grandes confrontos sociais até as eleições:** Só se for com todo mundo metendo a mão na massa. Principalmente os políticos, esse bando de irresponsáveis que só querem saber de lucrar e ganhar eleições. Não vale

ficar apenas atirando pedras. Tem que chamar a igreja, o D. Paulo Arns para participar também. Isso só seria possível se todos sentarem à mesa com responsabilidade e não como aconteceu no pacto social, onde só houve deslealdade e falta de seriedade.

● **Sobre a livre negociação:** O que não dá para fazer é libertar o escravo do dia para noite, sem emprego, sem casa, sem nada. Dai, ou o cara parte para a submissão total ou para a ignorância. O que temos hoje não é livre negociação, é a lei da selva. Em qualquer país do mundo, a livre negociação é combinada com uma lei salarial ou com um acordo coletivo nacional, onde sempre é garantido um mínimo. A partir disso, cada sindicato batalha por um pouco mais.

● **Sobre a greve como último recurso:** A greve tem que ser sempre a última saída. O problema é que falta sensibilidade aos empresários. O patronato não é muito chegado a um diálogo. Eles não cumpriram o acordo que fizeram comigo em novembro do ano passado e nem chegaram para conversar e buscar uma saída. Os empresários não estão acostumados com a democracia. E os trabalhadores têm que resistir à intransigência dos patrões e segurar irresponsáveis, como o pessoal da Convergência Socialista e da Libelu. Eles ainda não tiraram a luta armada da cabeça, quando nós já estamos até saindo da era do computador.

● **Sobre a possibilidade de um golpe de força:** Tenho medo de um golpe militar, sim, mas não a curto prazo. Partir para o confronto total é chegar no terrorismo e aí o povo começa a pedir a força da ordem. É bom deixar claro que eu não acuso toda a CUT. É preciso isolar os grupelhos de ultra-esquerda e de ultra-direita. O clima de desordem favorece a ultra-direita, e a única instituição forte que restou são os militares. Mas não posso admitir a possibilidade de as eleições não se realizarem. Nem em pensamento.

● **Sobre greve em setores essenciais:** O setor essencial tem que receber um tratamento prioritário no sentido de garantir uma boa

São Paulo — José Carlos Brasil



Medeiros: “Não é a greve que ficou violenta, é o país que está violento”

remuneração. A greve tem que ser a última coisa. E quando ela acontece, a população tem que ser avisada. O maquinista tem que chegar e falar que é essencial, mas que não dá para conduzir o trem passando fome. Agora, jogar trabalhador contra trabalhador e perder de vez a noção de qualquer coisa.

● **Sobre a lei de greve:** Fazer uma lei que nem o governo cumpre é trágico e desmoralizante. A exigência de quorum é outra bobagem. Quem deve ditar as regras são os trabalhadores e o sindicato arca com suas responsabilidades. Se a greve é decretada pela maioria ou não é um problema interno do sindicato.

● **Sobre o excesso de greves:** Não há excesso de greves. O que acontece é a prática de excessos em algumas greves, como na dos maquinistas da Central do Brasil no Rio, que não visaram a população. A greve dos metalúrgicos do ABC foi normal. Não tenho nada contra a greve feita dentro das fábricas. Já a ocupação da fábrica é o confronto total, é a terceira e o desgaste total.

● **Sobre a greve de policiais do Rio:** Polícia no Brasil não pode entrar em greve. Não me juntaria com um bandido para fazer greve e considero que um homem que fala que seu ofício é matar é um bandido. Eu luto pela vida. Ficar do lado de um bandido é oportunismo e falta de princípios.

● **Sobre o movimento sindical:** O movimento sindical ganhou credibilidade, mas estamos correndo o risco de ficar isolados da sociedade. Se a gente não direcionar a coisa, vamos dar com os burros na água.

● **Sobre as eleições presidenciais:** A única saída para o país é o povo delegar o poder para alguém que tenha vontade política. O Brizola viveu vinte anos no exterior, tem experiência e vontade política. Tem que chegar e falar para o pessoal arregaçar as mangas e trabalhar. O Lula também tem vontade política, mas não tem experiência e suas idéias são atrasadas, terceiro-mundistas. Não é como o Gorbachev.

Sindicalistas mostram agora postura comum

SÃO PAULO — Desde 1978 o Brasil não colhia uma safra tão extravagante de greves como nos últimos meses. Da mesma forma, raras vezes foi tão difícil identificar as linhas divisorias que eram as diferentes correntes políticas instaladas dentro do movimento sindical. Se o discurso das lideranças tornou-se monótono, não foi porque as diferenças entre elas sumiram repentinamente, como num passe de mágica. O motivo real está no interior das fábricas, o terreno fértil em que germinou a insatisfação e a maré de reivindicações.

O sindicalista sabe que se não dançar conforme a música corre o risco de cair fora do jogo. Por isso, atualmente ninguém abre a boca para criticar uma greve por aumento salarial, por mais disparatado que seja o índice. Na mesma linha, virtualmente ninguém defende a elaboração de uma lei de greve. Todos falam no direito amplo e irrestrito, quando até um ano atrás havia quem propusesse uma legislação muito próxima à Medida Provisória 50 baixada pelo governo, inclusive com o estabelecimento de um quorum mínimo para a decretação de greve.

Construção — "Essa medida está calcada na ditadura e a exigência de quorum mínimo é puro autoritarismo", revolta-se Valter Souza, secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Porto Alegre, um dos baluartes da corrente sindical que recentemente tomou a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), tendo à frente Antônio Rogério Magri, e que sempre foi favorável ao estabelecimento de limites e regras para as greves.

O malabarismo sindical propicia, por exemplo, que práticas antes marcadamente "cutistas" — como a invasão dos locais de trabalho — ganhem os mais inusitados adeptos. Na semana passada, o próprio Souza protagonizou uma ação deste tipo. Invadiu o canteiro de obras de uma construtora para obrigar o empresário a negociar e acabou conseguindo um aumento de 40% para mais de 250 trabalhadores. "Há momentos

em que temos de buscar todos os meios possíveis, até aqueles que podem ser chamados de violência".

Protesto — Na verdade, a tática de ocupação de fábricas é um dos temas que tem despertado as discussões mais acaloradas no meio sindical — e as maiores surpresas também. "Se o trabalhador tem o direito de ir à fábrica todos os dias, tem também o direito de permanecer dentro dela, sem violência, como uma forma de protesto", apregoa o presidente do Departamento Interindustrial de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicas (Dicese), João Vaccari Neto. "A fábrica é do trabalhador que coloca a mão na massa", endossa Pedro Roberto da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas (SP), ligado à CUT e ao PT, revogando, a seu modo, o direito de propriedade.

"Essa arma só deve ser usada em caso de total intransigência do patrão", aconselha, em Curitiba, Roberto Pinto, presidente da Federação dos Bancários do Paraná, também ligado à CUT e ao PT. "A estratégia é duvidosa", pondera, cauteloso, Aluisio Nunes de Arruda, diretor do Sindicato dos Petrolíferos do Ceará, ligado à Corrente Sindical Classista e ao PC do B.

"Se o meu sindicato fizer uma coisa dessas, eu me desligo. Patrão é dono de fábrica. Trabalhador é dono de rua", diz, contundente, Eneas Paes Leme, membro do PDT e diretor do Sindicato dos Urbanitários do Rio, favorável à ação da polícia nesses casos. Outro brizolista fanático, Luis Maragon, secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos (SP), fica no meio termo sem invasão e sem polícia.

Negociação — Sempre se falou em greves de cunho político no Brasil. A CGT, por exemplo, com frequência bombardeava a sua arqui-inimiga CUT, acusando-a de promover o greveismo para desestabilizar o quadro institucional e atingir seus objetivos revolucionários. Tais acusações desapareceram. Pelo que dizem os sindicalistas, todas as greves que pipocam no país são por aumento de salários e melhores condições de trabalho — e por essa razão, justas.

Sem dúvida, a elevação da temperatura sindical está intimamente ligada a uma profunda deflagração salarial, como admitem os próprios empresários, embalsada ainda pelo clima pré-eleitoral. "Não vejo greves que não sejam por melhoria de salários ou de vida", afirma Roberto Pinto, dos bancários do Paraná. "Ninguém

aguenta tamanha corrosão salarial", diz Souza, da Construção Civil de Porto Alegre que, na última sexta-feira, negociava dois acordos, disposto a parar as mesmas empreiteiras daqui a uma semana se for necessário.

Muitas empresas recorreram a estratégias ultrapassadas para sufocar o fogo reivindicatório. Não respondem à pauta de reivindicações, demoram a iniciar as negociações, ficam à espera de alguma medida governamental que lhes dê amparo. Em média, entre a entrega da pauta ao sindicato patronal e a assinatura do acordo ou o desfecho da greve, transcorrem dois meses, no mínimo.

Os bancários, por exemplo, entregaram a minuta de pleitos à Federação Nacional dos Bancos no dia 1º de fevereiro e a greve dos estabelecimentos privados só estourou no dia 20 de abril. Todo o empresário sabe, desde o início, qual é sua margem para concessões. Os banqueiros — que começaram oferecendo um aumento de 18% — enfrentaram uma greve e acabaram reajustando o piso da categoria em 63%.

A pergunta que os sindicalistas fazem é se seria necessário ter chegado ao confronto para atingir tal índice. No Rio, os piquetes eram agressivos expondo à execração pública os que se dispunham a trabalhar, sem falar nas operações arrastão, feitas pelos grevistas para arrancar das agências quem discorda da paralisação.

Maturidade — Os setores mais moderados do movimento sindical pregam o estabelecimento de relações maduras com o patronato. Ao voltar de uma viagem de estudos à Europa, o sindicalista Luis Magangon chegou à conclusão de que a cabeça das empresas muda quando elas atravessam o Oceano Atlântico. "La patrão e empregados negociam e a greve é muito menos frequente". Opinião semelhante tem José Carlos Schulte, presidente da Federação dos Comerciantes do Rio Grande do Sul e militante do PSDB: "Empresário brasileiro é muito atrasado. Não quer negociar e tenta enrolar o trabalhador".

Há uma forte resistência à Medida Provisória 50 que começa pela exigência de quorum mínimo para a deflagração de greves. Com 110 mil trabalhadores na base, o presidente do Sindicato dos Rodoviários do Rio, Luiz Martins de Souza, lembra que seria obrigado a lotar o Maracanãzinho para juntar 35 mil pessoas (1/3) e aprovar uma greve. "Isso não existe", diz.

A Convergência que provoca divergências

A independência política, a unidade da classe trabalhadora e a democracia operária, segundo a qual as bases é que decidem, são alguns dos princípios que norteiam a atuação da Convergência Socialista, uma corrente que atua dentro do PT e da CUT e que segue orientação trotskista. Ela tem 15 anos de existência no país e é mais forte no Rio, através dos sindicatos dos bancários e dos professores da rede estadual. Depois, em termos de representação, vêm os sindicatos de metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Para Ciro Garcia, presidente do Sindicato dos Bancários do Rio, a Convergência foi uma das correntes fundadoras do Partido dos Trabalhadores. "Nós lançamos a ideia do PT, embora o impulso maior tenha se dado a partir da chegada do Lula". E por isso e pela "essência trotskista do partido" que, segundo ele, os seus companheiros se sentem "vão à vontade no PT".

Isso não quer dizer que a Convergência não tenha posições diferentes dentro do partido, no qual é uma facção minoritária. Ciro Garcia, mineiro de Manhumirim, 34 anos, um botafo-guense convicto que adora ir ao cinema, dançar e ouvir música de Milton Nascimento — comenta a se interessar pelos grupos de rock Legião Urbana e Titãs — reconhece que há grande resistência às propostas do seu grupo.

A corrente majoritária do partido (Articulação) quer um programa popular e democrático de reforma do capital. "Não queremos um programa anti-capitalista e antiimperialista que in-gua medidas como a estatização do sistema financeiro, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, entre outras".

Além disso, Ciro acha que o PT "deve atuar prioritariamente e de forma direta junto aos trabalhadores", enquanto a Articulação prefere segundo ele, "os caminhos institucionais, com pressão direta sobre o parlamentarismo". Dizer para Ciro que a corrente é radi-

cal significa ter da Convergência "uma visão irreal"; achar que a facção contribui para o clima de radicalização e violência não é como fez o JORNAL DO BRASIL, em editorial, significa, para ele, má-fé: "são ações levianas e irresponsáveis".

Ciro está convencido de que até agora os movimentos conduzidos pela Convergência foram vitoriosos do ponto de vista político-econômico. "A violência nunca parte da classe trabalhadora e quando acontece é porque utilizada como recurso extremo de defesa".

Mais ou menos o mesmo pensa José M de Almeida, 31 anos, secretário-geral da CUT em Minas e diretor de Relações do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Paulista de Santa Albertina, filho de um lavrador e de uma zeladora da Ger-molins, José Maria, que na década de 70 sou pelas celas do DOPS paulista, onde vive os primeiros contatos com a Liga Operária contra a guerrilha urbana e acha necessário "fazer uma revolução que garanta à população, por meios pacíficos, a conquista de vida digna".

Signalário em 1980 da ata de fundação do PT, José Maria foi o cérebro das greves marco passado dos metalúrgicos da região metropolitana de Belo Horizonte, colocando prática a tática de ocupação da Siderurgica go-Mineira, em Contagem, e da usina da Mann, em Belo Horizonte.

Autodenominando-se marxista, leninista, trotskista, José Maria estreou no movimento grevista em 1978, na Cofap, e no ano seguinte organizou a primeira paralisação na fábrica Scânia-Vabis. Em 1984, chegou a Contagem de lá para cá, tem participado ativamente da expansão da CUT, que até hoje não do nenhuma das 15 federações de trabalhadores Minas.

O feito de que mais se orgulha é a fundação da Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais à qual já ter mais de dez sindicatos, com uma representação de 133 mil trabalhadores.

Trabalhadores velam ecologista assassinado

Sélio Martinello

XAPURI — Sem saber ainda que atitude tomar, seringueiros e agricultores começaram a chegar ontem a esta cidade para velar até amanhã de manhã o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes Alves Filho, o Chico Mendes, assassinado quinta-feira à noite em sua casa com um tiro de escopeta. O corpo de Chico Mendes foi embalsamado para o enterro no domingo. O escritor Fernando Gabeira e a atriz Lucélia Santos chegaram ao Acre para participar do enterro.

Até ontem à tarde, a polícia só havia chegado à conclusão de que a morte de Chico Mendes "foi um trabalho de profissionais", como afirmou o delegado especial Nilson Alves de Oliveira, que tinha a decepção dos dois pistoleiros: um, alto, claro, magro, e o outro moreno forte. Segundo o delegado, os principais suspeitos são os fazendeiros Darly e Alvarino Alves, dois irmãos, filiados à UDR, que estão foragidos há um mês, depois que Chico Mendes os denunciou à Justiça por um assassinato que cometeram há 12 anos em Umuarama, no Paraná.

Tenso — "Só Chico Mendes conseguia controlá-los. Com sua morte, não sabemos o que vai acontecer."

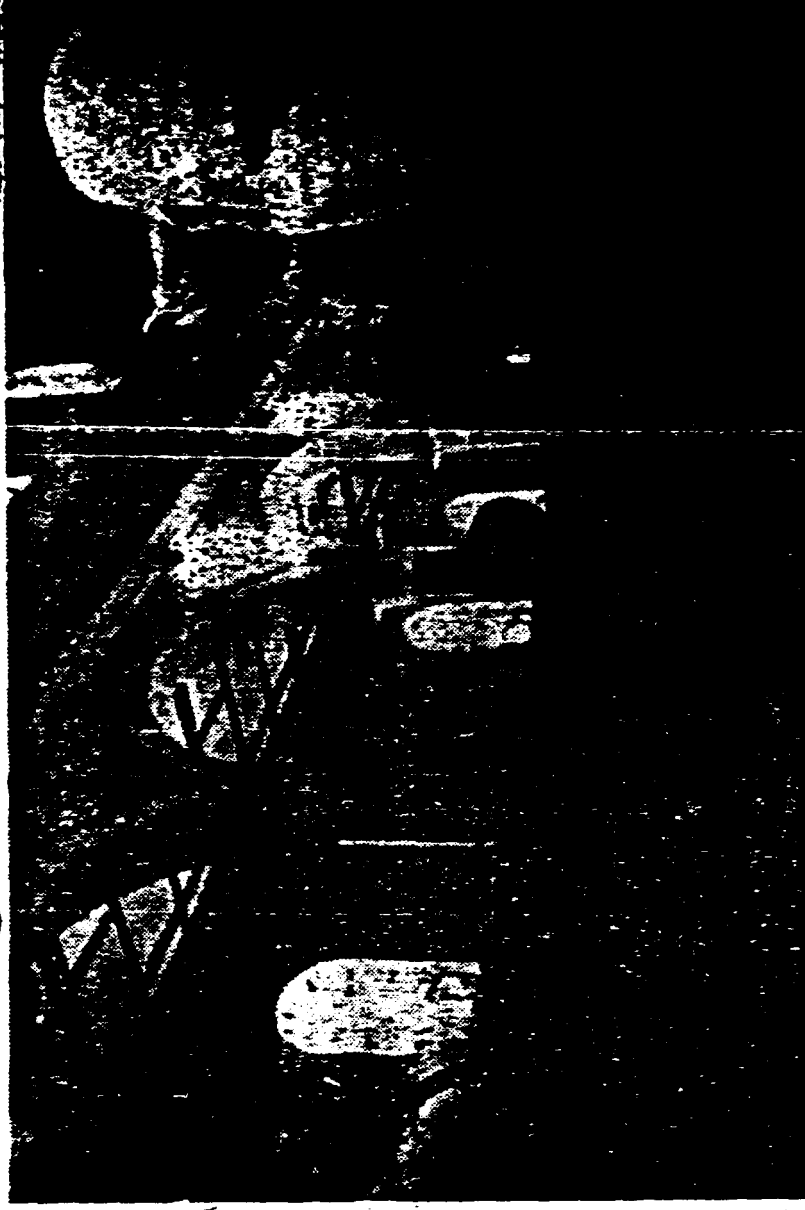
Essa declaração do secretário municipal do PT de Xapuri, Valdemir Nicácio, retrata bem o clima de tensão e incerteza no Município com a morte do líder sindical. Como o corpo de Chico Mendes teve que ir à capital, Rio Branco, à noite para ser autopsiado e embalsamado e ontem de manhã foi transportado de avião de volta para Xapuri, poucos seringueiros estavam na cidade. Eles devem chegar hoje aos milhares. O clima na cidade é muito tenso. O secretário de segurança, José Carlos Castello Branco, reforçou o contingente policial na cidade, enviando 40 soldados da Polícia Militar. Um irmão dos fazendeiros Darly e Alvarino Alves, Odilon, que é escrivão de polícia, foi retirado de avião do município ontem ao meio-dia. Temia-se que os seringueiros o linçassem. Dois filhos de Darly Alves, apontados também como mandantes do crime, junto com o pai, fugiram da cidade.

O candidato derrotado a prefeito do PT, Gilson Pescador, garantiu, entretanto, que os seringueiros não tome-

rio qualquer atitude, de início. Esperam, porém, por uma ação rápida da polícia na captura dos dois pistoleiros e seus mandantes. O bispo Dom Moacyr Grechi, que oficiou uma rápida cerimônia fúnebre em Rio Branco, antes de o corpo do sindicalista seguir de volta para Xapuri, pediu calma, mas também justiça por parte das autoridades para prender os pistoleiros.

Tegedões — A polícia ainda encontrou ontem de manhã as pedras dos dois jagunços que estavam acampados num matagal atrás da casa do sindicalista. Supõe-se que estariam lá há vários dias, porque foram encontradas no local cascas de chuva, dois garrafinhos com água e um saco de comida. Chico Mendes foi abalado com o tiro de escopeta quando abriu a porta da cozinha de sua casa. Com ele estavam dois soldados da Polícia Militar que o governador Flaviano Melo designou para lhe dar proteção, desde a fuga dos irmãos fazendeiros Darly e Alvarino Alves. A Chico e a sua mulher Izamar, ao filho Adilson, de 3 anos, e à filha Elenira, de 6. O governador Flaviano disse ontem que temia pela morte de Chico Mendes e por isso lhe ofereceu proteção duas vezes de um ano para el-

Arturo e Neri Produções



Chico Mendes, velado por seringueiros e agricultores, será sepultado em Xapuri.

01.03

8908938

Trabalhadores velam ecologista assassinado

Sélio Martinello

XAPURI — Sem saber ainda que atitude tomar, seringueiros e agricultores começaram a chegar ontem a esta cidade para velar até amanhã de manhã o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Francisco Mendes Alves Filho, o Chico Mendes, assassinado quinta-feira à noite em sua casa com um tiro de escopeta. O corpo de Chico Mendes foi embalsamado para o enterro no domingo. O escritor Fernando Gabeira e a atriz Lucélia Santos chegaram ao Acre para participar do enterro.

Até ontem à tarde, a polícia só havia chegado à conclusão de que a morte de Chico Mendes "foi um trabalho de profissional", como afirmou o delegado especial Nilson Alves de Oliveira, que tinha a descrição dos dois pistoleiros: um, alto, claro, magro, e o outro moreno forte. Segundo o delegado, os principais suspeitos são os fazendeiros Dary e Alvarino Alves, dois irmãos, filiados à UDR, que estão forçados há um mês, depois que Chico Mendes se denunciou à Justiça por um assassinato que cometeram há 12 anos em Umuarama, no Pará.

Tensão — "Só Chico Mendes conseguia controlá-los. Com sua morte, não sabemos o que vai acontecer."

Essa declaração do secretário municipal do PT de Xapuri, Valdemir Nicácio, retrata bem o clima de tensão e incerteza no Município com a morte do líder sindical. Como o corpo de Chico Mendes teve que ir à capital, Rio Branco, à noite para ser autopsiado e embalsamado e ontem de manhã foi transportado de avião de volta para Xapuri, poucos seringueiros estavam na cidade. Eles devem chegar hoje aos milhares. O clima na cidade é muito tenso. O secretário de segurança, José Carlos Castelo Branco, reforçou o contingente policial na cidade, enviando 40 soldados da Polícia Militar. Um irmão dos fazendeiros Dary e Alvarino Alves, Odilon, que é escravo de polícia, foi retirado de avião do município ontem ao meio-dia. Temia-se que os seringueiros o linchassem. Dois filhos de Dary Alves, apontados também como mandantes do crime, junto com o pai, fugiram da cidade.

O candidato derrotado a prefeito do PT, Gilson Pescador, garantiu, entretanto, que os seringueiros não toma-

rão qualquer atitude, de início. Esperam, porém, por uma ação rápida da polícia na captura dos dois pistoleiros e seus mandantes. O bispo Dom Mosci Grechi, que oficiou uma rápida cerimônia fúnebre em Rio Branco, antes de o corpo do indolente seguir de volta para Xapuri, pediu calma, mas também justiça por parte das autoridades para prender os pistoleiros.

Pegadas — A polícia ainda encontrou ontem de manhã as pegadas dos dois jagunços que estavam acampados num matagal atrás da casa do sindicalista. Supõe-se que estariam lá há vários dias, porque foram encontradas no local capoeira de chuva, dois garralhos com água e um saco de comida. Chico Mendes foi abatido com o tiro de escopeta quando abriu a porta da cozinha de sua casa. Com ele estavam dois soldados da Polícia Militar que o governador Flávio Melo designou para lhe dar proteção, desde a fuga dos irmãos fazendeiros Dary e Alvarino Alves. A Chico e a sua mulher Izamar, ao filho Audino, de 3 anos, e à filha Elenira, de 6. O governador Flávio disse ontem que temia pela morte de Chico Mendes e por isso lhe ofereceu proteção duas vezes de um ano para cá.

Paraná e Pará Produções



Chico Mendes, velado por seringueiros e agricultores, será sepultado em Xapuri.

01.03

8908938

O Brasil dos assassinos

Faroeste —Um dos mais famosos pistoleiros da região do Bico do Papagaio, o encontro dos estados do Pará, Maranhão e Goiás, *Sebastião da Trezona*, que foi preso em 1985, depois de uma chacina, onde oito pessoas foram assassinadas, não esconde de ninguém que trabalhava a mando dos fazendeiros da região, como Aziz Mutran, João Almeida e outros. A julga que atue em seu julgamento preferir, como de hábito, desconhecem as ligações de Sebastião.

A imensa maioria desses crimes não teve qualquer acompanhamento da Justiça, raramente os pistoleiros foram julgados e, em nenhum dos casos, os mandantes dos crimes, os verdadeiros responsáveis pela violência na região, estão atrás das grades. Ao contrário, na capital da violência, Marabá e Ximbuara, no sul do Pará, Imperatriz e

mente um atentado, e seu carro foi perfurado por cinco balas, calibre 7,65. AJ pediu garantia de vida à polícia e levou seu caso à CNBB, que pediu providências ao ministro da Justiça. Nada foi feito e o padre foi morto.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

Sebastião da Tereza

Antes disso, no dia 2 de novembro, o Serviço de Informação da PM colheu depoimento de moradores de Brasília, segundo os quais, Alvarino Alves, que se encontra foragido com o irmão Darli Alves, foi visto de madrugada na fazenda de Benedito Rossi.

Estava cansado de andar com guardacostas — disse ela. Os dois policiais militares que estavam com ele na hora do tiroteio, Roldão Rosendo e Roldão Luedemann, Roldão Rosendo e Roldão Luedemann.

Por esse trabalho, ganhou projeção nacional e internacional. Em 1987, recebeu, em Londres, o prêmio *Global 500*, da ONU. Mas fez também inimigos entre os fazendeiros, como os irmãos Darcy e Alverez Alves, que, no ano passado, tiveram um dos seus desmatamentos im-

Morte id ora asnerada atq "a dia 37"

den seus documentos in-
tuitivos que estavam com ele na noite do
disparo, Roldão Rosendo e Roldão Lu-
de Benedito Rosas.

Suspeitos fugiram de Minas

CURTIBA — Os irmãos Dary e Alvarino Alves da Silva, suspeitos de envolvimento com o assassinato, na quinta-feira, do sindicalista rural, ecologista e seringueiro Chico Mendes, são "pistoleros perigosos" segundo comunicado da Polícia Militar à Delegacia de Vigilância e Captura do Paraná, enviado este ano, e respondem a processos por homicídios cometidos no município de Ipanema em Minas Gerais. A 397 quilômetros da capital, e na cidade de Umuarama, no Paraná, a 600 quilômetros de Curitiba.

Os irmãos chegaram ao Paraná, foragidos da Justiça do estado de Minas Gerais, no início da década de 70, e aqui se envolveram em grilagem de terras no Noroeste do estado, onde cometeram novos homicídios. A dupla instalou-se no Acre em 1974 e é ligada à UDR.

O delegado Roberto Ferreira do Nascimento, da Vigilância e Captura do Paraná, consultou a ficha criminal dos irmãos e informou que, em 1968, a polícia mineira solicitou à paranaense a captura de Alvarino Alves da Silva, que estava foragido da Justiça de Umuarama (PR). Contra ele havia um mandado de prisão expedido pela Justiça mineira por homicídio doloso cometido na cidade de Ipanema (MG).

Consta ainda da ficha criminal de Alvarino que em 12 de abril de 74, ele foi transferido de Umuarama para Curitiba, "para cumprir pena na prisão estadual", e em 17 de julho do mesmo ano, voltou a Umuarama, onde "foi recolhido ao xadrez". Em 29 de setembro do mesmo ano, o pistoleiro foi transferido para Minas Gerais e, no dia 11 do mês seguinte, foi posto em liberdade, "conforme alvará judicial". Alvarino já estava livre quando o juiz de 1ª Vara Criminal de Umuarama expediu mandado de prisão preventiva por homicídio doloso cometido naquela cidade.

O histórico criminal de Dary Alves da Silva é praticamente o mesmo de seu irmão: homicídios dolosos cometidos em Ipanema (MG) e Umuarama (PR). A última informação da ficha de Dary é de 26 de outubro deste ano, um comunicado da Polícia Militar à paranaense informando que o criminoso havia fugido da cadeia pública de Minas Gerais.

A Superintendência da Polícia Federal do Paraná confirmou a informação de que o juiz da comarca de Umuarama (PR) Fernando Ferreira, enviou cópia de mandados de prisão contra os irmãos Dary e Alvarino, por crimes praticados no Paraná, à comarca da cidade de Xapuri, no Acre. Segundo o DPF, os irmãos foram condenados por homicídio doloso, pela Justiça do Paraná, em 19 de setembro de 1988. A Polícia Federal do Acre tinha conhecimento dos mandados de prisão contra os irmãos Dary e Alvarino.

DPF diz que vai apurar o crime

BRASÍLIA — Por iniciativa do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma, e a pedido do ministro da Justiça, Paulo Brossard, o delegado do DPF Luiz Gonzaga Netto segue hoje para Xapuri, no Acre, para acompanhar as investigações sobre o assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes. As diligências, até agora, estão a cargo da Polícia Civil do estado. A morte do líder sindical e o aumento da violência rural poderá determinar a realização de uma nova operação de desarmamento em Xapuri e em todas as regiões do estado onde existem conflitos de terra.

O secretário-geral do Ministério da Justiça, José Fernando Eichemberg, afirmou ontem que não houve qualquer omissão por parte de Polícia Federal ou do Ministério Justiça em relação ao pedido de garantia de vida feito por Chico Mendes, que se encontrava sob a proteção da Polícia Militar local. Eichemberg ressaltou que não há nenhuma razão para se relacionar o crime às "divergências pessoais" existentes entre Chico Mendes e o superintendente da Polícia Federal no Acre, Mauro Spolito. Ele anunciou que "tudo vai ser esclarecido da melhor forma possível e o objetivo é descobrir todos os responsáveis pelo assassinato". "A impunidade é que vem realimentando os crimes. Este círculo vicioso precisa ser interrompido e para isso não só a Polícia Federal como os governos estaduais estarão empenhados", acrescentou.

Sobre os suspeitos do assassinato, o secretário-geral do Ministério da Justiça disse ter informações de que o crime foi praticado por dois fazendeiros, mas não soube dizer o nome deles.

A herança de Chico Mendes

Ricardo Arnt

Morreu o homem, não a idéia. Desde a fundação do Conselho Nacional de Seringueiros, em outubro de 1985, os trabalhadores que vivem da extração dos produtos nativos da floresta lutam para a criação de áreas reservadas para a sua atividade — as reservas extrativistas. Em julho de 1987, depois de dois anos de mobilização nacional e internacional, o extinto Incra criou o Projeto de Assentamento Extrativista (Portaria nº 627), no Plano Nacional de Reforma Agrária. Em fevereiro de 1988, o governo do Acre criou a primeira reserva extrativista do Brasil, em São Luís de Remanso, a 80 quilômetros de Rio Branco. Hoje há quatro reservas no Acre, uma em Rondônia e outras sendo criadas no Amazonas e no Amapá.

É uma idéia simples. Regularizam-se áreas de exploração coletiva e introduzem-se técnicas essenciais para a melhoria da qualidade dos 23 produtos extrairidos da floresta (há mais de 100, estimam os especialistas), barateando a produção e a comercialização e incluindo o processamento industrial. A base de tudo é a preservação da floresta. Os seringueiros lutam contra o tempo. Querem evitar que se repita no Acre, com o assaltamento da estrada Porto Velho-Rio Branco, o que aconteceu em Rondônia, com o assaltamento da Cuiabá-Porto Velho: migração descontrolada (500 mil pessoas em cinco anos) e destruição de 20% das

Ministro e DPF foram alertados

BRASÍLIA — Desde o assassinato dos ministros da Justiça, Paulo Brossard, da Reforma Agrária, Luiz Besençon, e o diretor-geral da Polícia Federal, Ricardo Arnt, em Tuma, sabem que o presidente do sindicato rural de Xapuri (Acre) Chico Mendes estava marcado para morrer. Apesar disso, não foi possível que o Instituto de Pesquisas Amazônicas, com sede em São Paulo, enviou às três autoridades o alerta ma-aleia pedindo que fossem tomadas providências para o líder dos seringueiros. Chico Mendes tomava muito cuidado de escopeta no corpo e de metros de sua casa.

Muito antes de morrer, Chico Mendes, a superintendente da Polícia Federal do Acre, já havia enviado uma liminar expedida pelo juiz Umuarama (Paraná) para o preso dos fazendeiros, o fazendeiro rino Alves da Silva. O juiz sabia que tais propriedades eram as principais suspeitas do assassinato do candidato a governador PT Ivaldir Higino. Alvarino e Dary foram apontados como responsáveis pelo assassinato de Chico Mendes. Os irmãos moravam em Ipanema (MG) e foram presos em Ipanema pelo DPF e Alvarino em liberdade. E Chico morreu.

Chico Mendes era um daqueles que acreditavam que a floresta tem um destino mais inteligente do que virar pasto. A floresta, para ele, não era matéria simbólica, mas sobrevivência. Por contrapor-se à sua derrubada, sendo-se de frente com os interesses predatórios num canto remoto do Brasil, foi derrubado por um assassino a soldo do atraso e do latifúndio.

BRASÍLIA — "Não vou depor na Polícia Federal." Foi o que afirmou taxativamente ontem o presidente da CUT, Jair Meneguelli, ao desembarcar na capital federal. Meneguelli referia-se à intimação que receberá hoje da Polícia Federal, a pedido do ministro da Justiça, Oscar Correia, para que explique suas declarações contrárias à Medida Provisória nº 50, que regulamenta o direito de greve e determina medidas punitivas contra aqueles que não a cumprirem. A Polícia Federal paulista já disse que deseja ouvir Meneguelli hoje, em São Paulo, pois amanhã o líder sindical viaja para os Estados Unidos.

Em relação à insistência do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, na necessidade da sua intimidação, Meneguelli limitou-se a dizer que este assunto não é da alçada militar. Meneguelli considera injusto que apenas ele receba a intimação, quando o presidente da da Fiesp, Mário Amato, já disse que não apóia as medidas provisórias do presidente José Sarney.

"O Amato foi aos jornais falando que era contra e não foi intimado. O general Newton Cruz disse que aplaudia o atentado contra o memorial em homenagem aos trabalhadores mortos em Volta Redonda, demonstrando seu total apoio a um ato terrorista, e nem o ministro da Justiça ou a Polícia Federal pretendem intimá-lo. Por que intimar só a mim?", indagou o líder sindical.

Inconstitucionalidade — Foi um dia cheio para Meneguelli. Às 15h30, ele reuniu-se com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, além dos líderes do PDT, PT, PCB, PC do B, PSB e PSDB, mas não houve qualquer acordo. Ibsen disse a Meneguelli que "a seleção pura e simples da Medida Provisória nº 50 é quase impossível" e defendeu "limitações democráticas" ao direito de greve que seriam definidas em um substitutivo à iniciativa governamental. "Não é possível tratar da mesma forma

uma greve de fabricantes de chinêlos e uma greve de médicos", comparou Ibsen. Meneguelli deixou a reunião contrariado, argumentando com a inconstitucionalidade da medida do governo. "Esse Congresso está inerte", protestou Meneguelli, que disse que a proposta do substitutivo "não convence". Segundo ele, a melhor regulamentação para a greve seria uma política salarial justa.

No final da tarde, já na liderança do PT na Câmara, Meneguelli recebeu a notícia de um incêndio no painel de regeneração do alto-forno 3 da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. "Ah, meu Deus, de novo, não!", desabafou.

Telefoneia — A Superintendência da Polícia Federal em São Paulo vai convocar Meneguelli hoje para depor, embora até a noite de ontem o líder sindical afirmasse que permaneceria em Brasília até a viagem de uma semana que fará amanhã aos Estados Unidos a convite de empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Na manhã de ontem, um telefonema da Polícia Federal para a sede nacional do PT em São Paulo já alertava informalmente da disposição de ouvir Meneguelli. Se naquele momento havia apenas uma instrução do ministro Oscar Correia para intimar o líder sindical, à noite o porta-voz da Polícia Federal, Paulo Marra, já confirmava a intimação.

Na última terça-feira, o ministro da Justiça, Oscar Correia, já havia anunciado que intimaria Meneguelli por praticar desobediência civil. Segundo o ministro, a declaração vai de encontro a dois artigos — 11 e 13 — da Medida Provisória, que torna seus contestadores sujeitos à incriminação penal. O ministro chegou a dizer que a atitude de Meneguelli vai contra o país e o regime.



Brasília — Wilson Pedrosa

Meneguelli pergunta: "Porque intimar só a mim?"

F.D. (Sind.) 01.01

Oito mil param estaleiros de Niterói e Rio

A greve dos metalúrgicos de Niterói, iniciada terça-feira, mantém paralisados 8.000 trabalhadores de sete estaleiros — Mac Laren, Mauá, Enav, Renave, CEC Equipamentos e Sepal, mais o Caneco, no Rio. De acordo com Ari Gomes, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, os trabalhadores reivindicam reajuste de 70,28%, sendo 68% de reposição salarial — desde o Plano Cruzado — e o restante referente à diferença em relação ao ITC. Além disso, eles pedem piso mínimo para a categoria de NC25 320,00. "Os patrões não querem negociar, tanto que não apresentaram proposta. Mas dizem que não consideram reajuste acima de 15%", afirma Gomes.

Por isso mesmo, patrões e empregados de Niterói terão hoje uma reunião de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para tentar resolver o impasse. Segundo Gomes, a greve é por tempo indeterminado e já começa a afetar a produção de navios, principalmente no Estaleiro Mauá, que trabalha em dois navios encomendados pela Petrobras, com prazo de entrega para setembro.

O empregado do Estaleiro Caneco — localizado no Caju, no Rio — está em greve há uma semana sem que a empresa tenha acenado com qualquer proposta. O presidente do Caneco, Arthur João Donato, que também é presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), diz que só negociará com os empregados depois que eles retornarem ao trabalho. Assim, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro está tentando que a DRT marque uma reunião de conciliação, mas até agora ainda não conseguiu. Em assembleia realizada ontem os funcionários do Caneco decidiram permanecer em greve por tempo indeterminado.

Seis feridos em briga na Mercedes Benz

SÃO PAULO — Dois incidentes entre metalúrgicos grevistas e seguranças da montadora Mercedes Benz foram registrados ontem de manhã em São Bernardo do Campo. No primeiro confronto, os grevistas estavam realizando uma passeata diante do prédio 54, chamando os metalistas para aderirem ao movimento. Os seguranças da montadora impediram a entrada da Comissão de Fábria no prédio e os grevistas afirmaram que dois diretores do sindicato de São Bernardo do Campo foram agredidos. Nilton Bispo dos Santos e Hildo Soares de Souza. Os diretores registraram ocorrências e o sindicato abriu um inquérito para apurar os fatos.

O segundo incidente, na área de teste de motores deixou três metalúrgicos feridos. Ali, os grevistas foram recebidos com jatos de água suja. A Mercedes Benz está parada há 15 dias, até ontem, todas as passagens internas ocorreram de forma pacífica. A empresa informou que não apresentou queixa à polícia, mas que está se testando juridicamente. Um dos seguranças foi gravemente ferido.

☐ Os 7.500 metalúrgicos da usina da Aços Especiais Itabora S/A (Acesita), em Timbóes, no Vale do Aço, entram hoje no décimo dia de greve, exigindo uma reposição salarial de 84% e aumento real de 5%. A paralisação, segundo informaram ontem o diretor Financeiro e de Relações com Mercado da Acesita, José Rosalvo Fidéles, já representa um prejuízo de NC25 20 milhões, em termos de faturamento não realizado.

Assassinato de seringueiro

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — A notícia do assassinato do líder sindical Chico Mendes caiu como uma bomba entre os grupos ecológicos americanos que lutam contra a devastação da floresta amazônica e entre os setores dos organismos financeiros internacionais que financiam projetos naquela região. "A morte de Mendes é um alerta para o futuro da floresta e para a violência na Amazônia", afirma diretamente ligada à devastação dos recursos naturais", disse, com a voz embargada, Steve Schwartzman, diretor do Environmental Defense Fund, uma entidade privada de defesa ecológica com a qual Mendes manteve contatos constantes nos últimos três anos.

Schwartzman lembrou que o líder sindical desempenhou um papel importante junto à comunidade indígena, a partir de seu trabalho com grupos de seringueiros, tribos indígenas e órgãos do governo brasileiro, na criação de projetos que possibilitassem a exploração econômica da floresta de forma racional, socialmente justa e respeitando sua cadeia produtiva. "Mendes e seu grupo de seringueiros foram fundamentais na elaboração dos conceitos que hoje orientam os empréstimos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para projetos na Amazônia", afirmou Schwartzman.

Fontes do Banco Mundial e do BID confirmam que a morte de Mendes foi um acontecimento de importância fundamental para a comunidade internacional. Nestas duas instituições, que são excepcionalmente abertas à participação de jornalistas, a morte de Mendes foi recebida com entusiasmo, em alguns casos, até com um funeral. Mendes era um velho conhecido dos setores que examinam empréstimos para o Brasil e sempre foi respeitado por eles. Foi fundamental, por exemplo, o papel que ele desempenhou no acompanhamento das reuniões do Banco Mundial e do BID para o Pólo Noroeste, que incluem dinheiro para duas estradas que cruzam a região amazônica.

Uma delas, a BR-364, que liga Porto Velho a Rio Branco, teve os trabalhos de pavimentação suspensos devido à falta de dinheiro em 1987 porque o principal financiador da obra, o BID, exigiu que o governo brasileiro não cumprisse as obrigações contratuais de demarcar reservas indígenas e áreas de reserva florestal. Foi Chico Mendes que conseguiu, no primeiro mês do ano, reunir na mesa de negociações todas as partes interessadas e fazer rediscutir os pontos do projeto que não estavam sendo atendidos: órgãos do governo brasileiro, índios, seringueiros e funcionários do BID. Dessas discussões nasceu o Plano de Proteção ao Meio Ambiente e dos Índios (PMACI), que, se não serviu para liberar novos empréstimos do BID, pelo menos reacendeu as esperanças de que a obra venha a ser concluída sem causar danos à ecologia.

Enfrentamento — Chico Mendes, na

verdade, vinha fazendo pressões para que o PMACI começasse a ser implementado o mais rapidamente possível. Dos empréstimos do BID para a execução da obra, a instituição só liberou, até a suspensão do envio do dinheiro, 13 milhões dos 58 milhões de dólares acordados em 85 com o governo brasileiro. Do lado do Banco Mundial, a atuação de Chico Mendes não foi menos influente. Pessoas familiarizadas com os mecanismos de empréstimo daquela instituição a projetos de desenvolvimento da Amazônia confirmam que o Banco assimilou muitas das idéias do seringueiro brasileiro para aprovar a liberação de dinheiro.

Entre essas idéias, a que mais marcou foi a tese das reservas extrativistas, ou áreas previamente demarcadas e controladas pelos seringueiros, que cuidam pessoalmente de manter sua exploração econômica dentro de limites aceitáveis para seu ecossistema e para a manutenção da floresta amazônica. O conceito passou a ser considerado tão importante que em 1985 foi incluído como condição para a continuação do envio de 434 milhões de dólares do Banco Mundial em cinco projetos diferentes, aprovados em 1981 para a região amazônica. Todo esse dinheiro foi repassado ao governo brasileiro, mas o Banco tem pronta, também, a liberação de uma quantia ainda não especificada para um projeto em Rondônia montado a partir do conceito de reservas extrativistas.

Reconhecimento — "Essa tese de Mendes foi reconhecida pela comunidade internacional e no Brasil como economicamente viável e como primeira alternativa para a exploração da Amazônia por fazendas de gado e madeireiros", lembra Schwartzman. "Antes, não havia opção: todos os projetos redundavam na devastação da natureza". O diretor do Environmental Defense Fund acha que a morte de Mendes terá um impacto negativo na proteção ao meio ambiente da Amazônia e no interesse de grupos sociais menos favorecidos na região, mas acredita que as pessoas com quem ele trabalhou vão levar adiante as suas idéias.

O tom de Schwartzman mostra sua admiração por Chico Mendes: "Ele era uma doce figura, e um moderado, tanto em questões sociais quanto nas ecológicas. Sabia que era impossível manter a Amazônia fechada à penetração econômica e que a região poderia suportar uma convivência racional com o homem. Chico Mendes só queria evitar que o homem, nesse processo, devastasse a floresta e seus semelhantes."

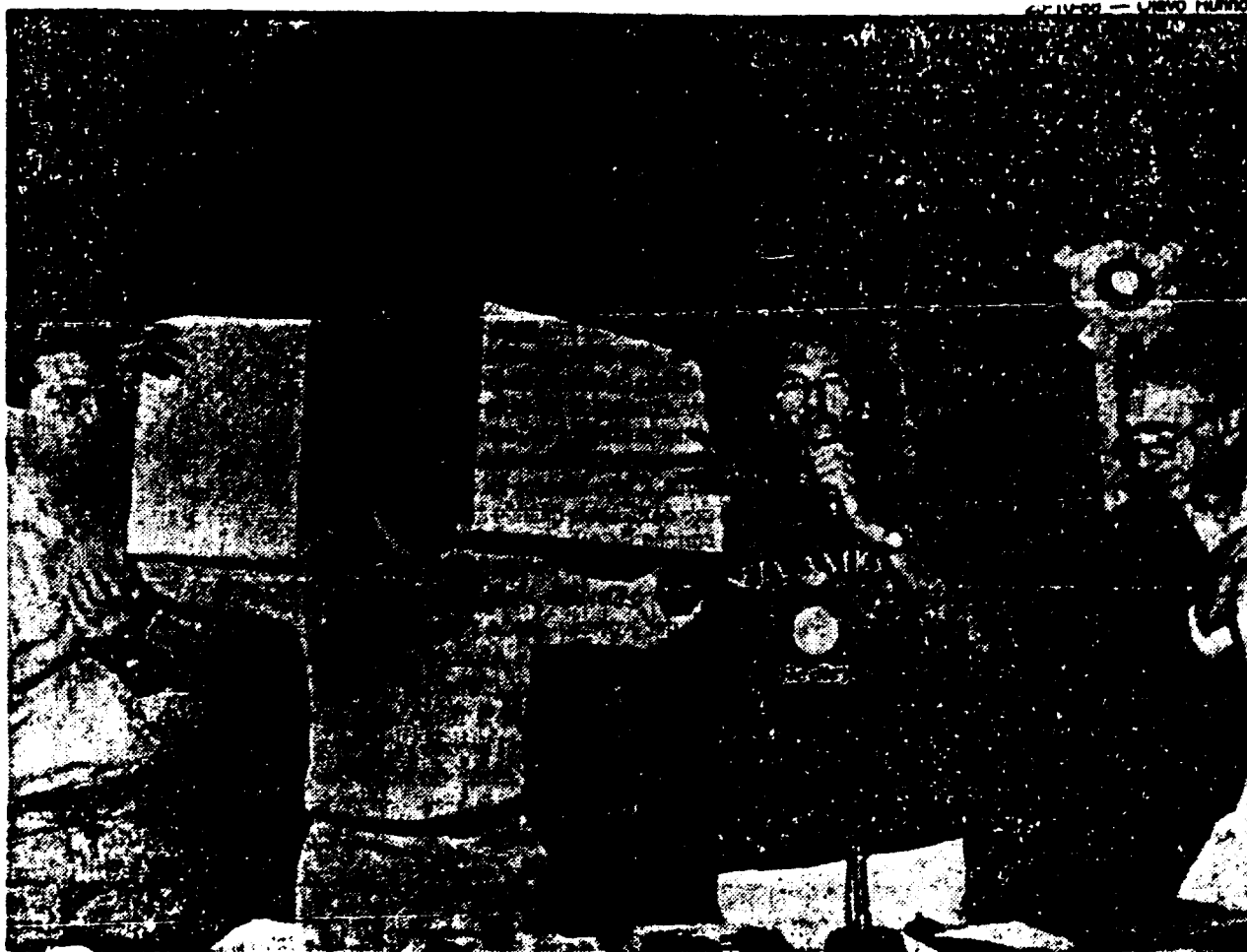
Mendes esteve diversas vezes nos Estados Unidos para brigar por suas idéias junto aos organismos internacionais. A última vez foi no ano passado, quando fez, diante do Comitê de Meio Ambiente do BID, uma exposição sobre os problemas que ameaçavam a ecologia na Amazônia. "Mendes teve o mérito de perceber o interesse internacional naquela região ainda em 1985, e a partir daí nunca mais negligenciou a ajuda externa para resolver conflitos e proteger a natureza", afirmou Schwartzman.

sll

provoca impacto nos EUA

Partes
Ilegais

8909028



Chico recebeu o título de Cidadão Honorário do Rio junto a Carlos Minc e Betinho

Acre já nasceu de conflito

Os conflitos pela posse da terra estão na própria origem do Acre. Primeiro, a questão envolve o direito sobre os seus 152.589 quilômetros quadrados, quase duas vezes a área da Austrália, disputados pela Bolívia e o Brasil, que chegaram até o confronto armado. Os direitos da Bolívia eram garantidos pelo Tratado de Ayacucho, de 1867, mas o único poder público presente na área era o brasileiro, representado por funcionários do fisco e da polícia do Amazonas. O Tratado de Petrópolis, de 1903, deu ao Brasil a posse definitiva do Acre, declarado território federal no ano seguinte.

Os seringueiros tornaram rica a região e pelas ruas de Sena Madureira, a primeira capital, já no início do século transitavam bondes elétricos e companhias francesas de teatro esticavam até o Acre suas temporadas na Amazônia. A riqueza, porém, foi efêmera como a república independente proclamada por Luiz Gálvez de Arias e os seringueiros cultivados da Malásia logo substituíram as árvores nativas como fonte de matéria-prima para a produção de borracha.

Em 1970, começou a grande ocupação do Acre, elevado a estado em 1962. A posse da terra — muito



A BR-3 é vital para o abastecimento do Acre

fértil, comparável à da Ucrânia, de acordo com levantamentos do Projeto Radam — continuou, porém, controversa. Para um mesmo pedaço de terra, há documentos expedidos pelos do Amazonas, do Acre quando território e do Acre já estado. A ocupação da década de 70 não alterou o perfil econômico do estado, que continua sendo extrativista, dependente basicamente da borracha e da castanha em causa. Em 1984, o estado tinha apenas 32 estabelecimentos estaduais, comprando no resto do Brasil quase tudo de que precisa.

De novembro à abril, o Acre só é acessível por avião, já que as chuvas dessa época deixam intransitável o trecho não asfaltado da BR-364, que liga sua capital, Rio Branco, à de Rondônia, Porto Velho. O exemplo do devastado estado de Rondônia, aliás, é um fantasma que assusta os acreanos preocupados com a preservação do meio ambiente. Entre estes,

destacam-se os seringueiros que, sob a liderança de Chico Mendes e Wilson Pinheiro bateram-se para salvar o Acre da moto-serra e do fogo, através da criação de reservas extrativistas. Aí, iniciou-se um outro ciclo de conflitos com 1981, Chico Mendes sentou no banco dos réus, "sem nunca ter roubado ou matado", acusado de incitar os seringueiros à violência e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Apesar de o meio ambiente do Acre ainda estar em boa parte preservado, o desmatamento já começa a cobrar seu preço e Rio Branco sofreu este ano suas piores enchentes. Nas cheias de 1950, 1955 e 1971 choveu mais, mas os prejuízos foram menores. A luta dos seringueiros, porém, tem razões mais imediatas que garantir a preservação do meio ambiente: para eles e outros grupos que vivem da extração de 23 produtos naturais do Acre, a sobrevivência depende da manutenção da floresta.

Entidades querem protesto geral

O Centro Ecuemênico de Documentação e Informação, o Instituto de Estudos Amazônicos, o Conselho Nacional de Seringueiros, a União das Nações Indígenas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, além de várias entidades que apóiam a luta dos povos da floresta, com o assassinato de Chico Mendes, que vêem como mais um capítulo da permanentemente história de brutalidade que, a seus olhos, envolve a vida e a morte dos seringueiros, pedem a todos que passem telegramas de protesto às autoridades brasileiras.

Entre os indicados na lista de destinatários selecionados pelas entidades estão o presidente da República, José Sarney (Palácio do Planalto — Brasília, DF); Leopoldo Bemone, ministro da Reforma Agrária (Mirad — Brasília, DF); Paulo Brossard, ministro da Justiça (Ministério da Justiça — Brasília, DF); João Alves, ministro do Interior (Ministério do Interior — Brasília, DF); Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal (Departamento de Polícia Federal — Brasília, DF); Mário Sposito, superintendente regional do Departamento de Polícia Federal no Acre (Rua Floriano Peixoto, 744 — Rio Branco, AC); general Baiana Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e titular da Sade (Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional — Brasília, DF).

Saturnino decreta três dias de luto

A morte do líder dos seringueiros do Acre, Chico Mendes, quinta-feira à noite, levou o prefeito Saturnino Braga a decretar luto oficial na cidade durante três dias. O sindicalista e seringueiro era Cidadão Honorário do Estado do Rio de Janeiro e, em consequência disso, também o presidente da Assembleia Legislativa, Gilberto Rodrigues, determinou luto na casa. Chico Mendes recebeu seu título em outubro deste ano na companhia do deputado federal Flávio Feldman (PSDB-SP), do deputado estadual Carlos Minc (PV) e do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

Um grande ato ecumênico na Catedral, na próxima quarta-feira, vai lembrar o líder dos seringueiros do Acre. A decisão foi tomada ontem por um grupo de ecologistas, sindicalistas e políticos reunidos na Assembleia Legislativa.

Na terça-feira, às 21h, será a vez da Universidade Livre promover no Paço Imperial, na Praça Quinze, uma "noite de reflexão" sobre o trabalho desenvolvido por Chico Mendes. Segundo o deputado, Carlos Minc, líder do PV na Assembleia, todas essas manifestações são importantes para que não se deixe cair no esquecimento o crime.

— Nós vamos recomendar ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, dos quais o Chico era consultor, que não libere nenhum outro empréstimo para o Brasil até que os assassinos sejam presos. — protestou Minc.

Para auxiliar a mulher e os dois filhos de Chico Mendes, o Conselho Nacional dos Seringueiros está colocando à disposição, para contribuições, sua conta no Banco do Brasil, de número 41.046-2, agência Rio Branco, Acre.

F.S.S.
Congresso aprova
convenção
da OIT para uso
do amianto

O Congresso Nacional acaba de aprovar a convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regulamenta o uso seguro do amianto no Brasil. Com isso, os trabalhadores das empresas do setor passam a contar com maior segurança nos seus locais de trabalho, já que as indústrias devem instalar equipamentos adequados para controle ambiental.

A convenção estabelece também que os trabalhadores devem ter um acompanhamento de saúde constante para um médico especializado, para prevenir doenças ocupacionais. O amianto, se manipulado em condições inadequadas, pode causar doenças pulmonares após longo período de exposição direta do trabalhador ao produto. Pela convenção da OIT, uma comissão irá fiscalizar o cumprimento das normas contidas no documento.

A convenção 162 contém 22 artigos, todos referentes a medidas de segurança no trabalho nas empresas que extraem e industrializam o amianto, mineral utilizado na fabricação de mais de mil produtos industriais, entre os quais fibrocimento, fios, cablagens etc. A convenção, que foi aprovada através do Decreto Legislativo nº 51, vinha tramitando no Congresso desde 1986, mas sofreu atraso devido ao trabalho da Constituinte e por causa de uma emenda equivocada de Câmara, já que a matéria não pode ser emendada.

O Brasil é o quarto país a adotar a convenção 162 da OIT, seguindo decisões do Canadá, Suécia e Finlândia.

O amianto tem um peso significativo na economia brasileira, sendo utilizado em mais de mil produtos industriais, desde pastilhas de freio a caixas d'água. Além disso, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial do minério, superado apenas pela União Soviética e Canadá. (Agência Brasileira de Comunicação)

2520 HORA 17/09/87

1 FICARDE SMO SOCIAL

01 01

8909092

098

2 HORA 20/9/89

CGT defende idéia de entendimento nacional

□Presidente da Central diz que não é o momento para apoiar uma greve geral dos trabalhadores

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Antônio Rogério Magri, defendeu ontem, em Porto Alegre, a necessidade de um grande entendimento nacional, conduzido pelo próximo presidente da República, como saída para as dificuldades sociais e econômicas do País. Magri foi o palestrante da reunião almanco do Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul, quando mais uma vez pregou o afastamento do Governo do caminho das relações entre capital e trabalho.

"A CGT vai privilegiar sempre a livre negociação", afirmou. Segundo Magri, os trabalhadores só não podem abandonar a reposição dos índices inflacionários. Ele descartou ainda qualquer hipótese de a CGT apoiar uma greve geral, especialmente neste momento. "Isso traria consequências im-



Antônio Magri

previsíveis para a sucessão presidencial", disse Magri, sem descartar, entretanto, a perspectiva da central defender greves localizadas.

Desde que assumiu a presidência da CGT, no início do ano, desbancando o antigo presidente Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzinho, Magri se transformou no principal porta-voz de uma linha do chamado sindicalismo de resultados, que defende o pragmatismo nas lutas por melhorias para os trabalhadores, em detrimento das ideologias. "O trabalhador não está interessado em ideologias, mas em ter dinheiro no

bolso", diz Magri, defendendo uma posição que lhe rendeu críticas de quase todos os flancos do movimento sindical brasileiro, principalmente da central rival, a CUT. Para Magri, o projeto da CUT, antes de qualquer outra coisa, é colocar Lula na presidência da República.

Segundo Magri, sob sua gestão a CGT se tornou uma entidade pluralista, com sindicalistas representando diversos partidos políticos. Por isto mesmo, a entidade não vai apoiar nenhum candidato à presidência da República — pelo menos no primeiro turno. "Vamos evitar precipitações e esperar que os partidos apresentem um trabalho mais claro", explicou. Ele definiu apenas que a tendência é apoiar um nome de centro-esquerda e que o único candidato descartado é Luís Inácio Lula da Silva, do PT. "A questão não é pessoal, mas em cima de idéias", justificou Magri, que considera as propostas estatizantes de Lula incompatíveis com o desenvolvimento do País. "Temos que nos arvelar com o Francisco Mundo e não com Cuba ou Nicarágua".

J. 30 P. 241 P.
F. S. S. (Cuid.)

domingo, 6/3/82 □ 1ª caderno □ 15

A guerra do memorial

Obra recomeça em Volta Redonda sob ameaça de bomba

Volta Redonda, RJ - Em aberto desafio à prefeitura, que decidiu não reerguer o memorial Nove de Novembro — destruído à bomba horas depois de inaugurado no dia 1º de maio — e apesar de todo o clima de terror criado por cartas assinadas pela Frente Patriótica Nacionalista (EPFEN) ameaçando novo atentado, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda iniciou ontem as obras para reerguer o monumento desenhado por Oscar Niemeyer em homenagem a três operários mortos pelo Exército durante a greve de novembro do ano passado. Pelas planas da entidade o memorial será reinaugurado no próximo sábado, dia 12.

As obras, entretanto, não puderam ser levadas à frente. A empreiteira contratada pelo sindicato — Danmontec — para fazer a demolição do que sobrou do monumento e a limpeza do local (a obra de reconstrução ficará a cargo do próprio sindicato a um custo de NC\$ 70 mil) paralisou seus serviços na noite de ontem

depois de receber, no seu escritório do bairro de Aterrado, três telefonemas anônimos aconselhando a suspender as suas atividades por falta de alvará da prefeitura. O estúdio, contudo, continuou a ser revistado por operários metalúrgicos com a ajuda de garraças pontadas a barra.

O próprio secretário municipal de obras, Sérgio Dal Bello, esteve por três vezes na praça avisando que embargava a obra. Tal fato fez com que o presidente do sindicato, Vagner Barcellos, decidisse procurar ontem mesmo o prefeito Wladimir de Carvalho, do PDT, para efetivar o pedido de licença que até ontem não havia sido providenciada. Barcellos, porém, acusa o prefeito de "maquiagem, desdobração da realidade e acumpliciado com a direita" por ceder às pressões. Ele garante que a CUT recolocará o memorial de pé a qualquer custo pois considera isto "uma questão de honra para cidadãos do povo de Volta Redonda". Nem mesmo a intervenção do bispo Waldyr Calheiros, pedindo para que acalmasse a obra, fez com que Carvalho mudasse de ideia.

O prefeito foi um dos que recebeu a carta de ameaça, junto com os seus secretários, empresários influentes da cidade, a Loja Máxima local, operários da CSN, moradores da vizinhança da praça e a direção do sindicato.

Volta Redonda, RJ - Sérgio Barcellos



Sem alvará, obra do memorial volta a parar

01.01

8909347

Fórum de mulheres defenderá direitos no Congresso

6-8-89

Nacional dos Direitos da Mulher, mas ela não dispensa alfinetadas: "Depois de tudo o que fez, esse ministro vai embora, mas longe de mim dizer que seu gesto foi clemente, visando a Presidência da República ou o governo de Minas em 90", ironiza.

A guerra empreendida por Oscar Corrêa contra o CNDM começou em 14 de fevereiro, quando Jacqueline foi chamada ao gabinete dele. "Surpresa, eu ouvi o ministro dizer que, já que nós tínhamos conseguido incluir na Constituição 80% das reivindicações das mulheres, não havia mais necessidade de o Conselho continuar funcionando nos mesmos moldes, e devia, por isso, ser reduzido na mesma proporção, de 80%, porque era preciso diminuir o déficit público".

A ex-presidente do CNDM relatou a Oscar Corrêa o trabalho desenvolvido pelo órgão desde a sua instalação, em setembro de 85, o fato de o Conselho ter para a execução de seus projetos, a nível nacional, 88 funcionários, todos cedidos (não houve nenhuma contratação), e de, além de ter orçamento próprio, este (cerca de NCZ\$ 770 mil para 89) representava 0,7% da verba destinada ao gabinete do ministro da Justiça. "E disse ainda que não era possível que o nosso sucesso fosse exatamente a arma que iria nos poder, afinal, o próprio governo e o Congresso só tiveram elogios para o nosso trabalho".

Corte — Em março, logo após um ato de apoio ao Conselho promovido no Palácio do Planalto com a participação de mulheres representantes de todos os partidos políticos e de vários grupos feministas, Oscar Corrêa reduziu o orçamento do CNDM em 50% e depois estendeu o corte a 72%.

A seguir, apesar de Jacqueline Pitanguy ter enviado ao presidente Sarney listas tríplices com nomes — de empresárias, negras, advogadas, empregadas domésticas, operárias, trabalhadoras rurais, acadêmicas e sindicalistas — indicados pelos movimentos de mulheres de todo o país para a renovação do Conselho, o ministro fez uma escolha pessoal. Nomeou para presidir o CNDM Sylvia Maria Von Atzingen, presidente da Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, e outras 11 conselheiras (oito das quais da mesma associação), entre elas a juíza Alvarina Miranda de Carvalho, casada com um primo de Corrêa. Apenas uma das indicações feitas pelos grupos de mulheres foi aceita.

Quando Jacqueline e todas as conselheiras — entre elas, a cineasta Tisuka Yamazaki, a socióloga Rose Marie Muraro e a escritora Marina Colasanti — entregaram sua carta de demissão, após uma passeata que reuniu perto de 100 lideranças feministas rumo ao Palácio do Planalto, o Conselho tinha em caixa NCZ\$ 35. Dias depois, o Ministério da Justiça liberou cerca de NCZ\$ 200 mil para o CNDM.

Paula Nolasco
Após o esvaziamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) imposto pelo ex-ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, a ex-presidente do Conselho, Jacqueline Pitanguy, continua acreditando que os movimentos de mulheres devem ter um espaço institucional no governo para atuar em defesa de seus interesses. Enquanto isso não acontece, ela está organizando o Fórum Nacional de Mulheres, entidade com as mesmas características do Conselho, para atuar especialmente junto ao Congresso Nacional na elaboração da legislação ordinária que regulamentará a Constituição.

Um dia antes de levar sua carta de demissão ao Palácio do Planalto, no dia 22 de julho, Jacqueline conseguiu durante o debate entre os candidatos à sucessão presidencial promovido pela Rede Manchete o compromisso de todos os nove participantes prestigiar o CNDM através de sua vinculação direta à Presidência da República. Agora, ela tem duas esperanças: que esse compromisso se efetive e que a história acabe por mostrar "a importância do Conselho na aplicação de uma política pública voltada para a mulher".

Como socióloga e feminista, Jacqueline Pitanguy se diz orgulhosa de ter realizado "um trabalho transparente" à frente do CNDM, nascido da pressão dos movimentos de mulheres à época da campanha de Tancredo Neves à presidência. "Vivemos o desafio de inaugurar uma nova forma de relacionamento entre o estado e a sociedade civil. E acho que conseguimos criar dois marcos: o reconhecimento de que existe de fato discriminação contra a mulher e a expressão da vontade política para lutar contra essa discriminação", avalia a ex-presidente do conselho.

Magda — Por ironia, a demissão de Jacqueline e das antigas conselheiras do CNDM, ao cabo de um processo de esvaziamento que durou cinco meses, ocorreu dez dias antes de o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, resolver sair do governo por não ter conseguido dar o seu gesto "pau na inflação". Mas, em sua gestão de 194 dias, Corrêa obteve uma vitória pessoal: após uma luta sem tréguas, havia imposto ao CNDM um violento corte orçamentário, afastado funcionários da confiança de Jacqueline e indicado 11 novas conselheiras sem qualquer consulta ao Conselho.

Jacqueline mostra-se magoada com o presidente José Sarney por ele ter permitido a inviabilização do CNDM como entidade representativa, pluripartidária e democrática dos segmentos organizados de mulheres. "Várias vezes tentei, sem sucesso, ser recebida para que o presidente me dissesse se era sua intenção esvaziar o Conselho", relembra.

A polêmica com Oscar Corrêa não ingressa à ex-presidente do Conselho

Clélio Rufino



Jacqueline espera que o futuro presidente prestigie o CNDM

As realizações do CNDM

Ao longo de quase quatro anos de existência, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido primeiramente por Ruth Escobar e a seguir por Jacqueline Pitanguy, atuou na execução de projetos voltados para a mulher nas áreas do trabalho, saúde, legislação, cultura, educação, comunicação social, e na solução dos problemas como a violência, discriminação racial e falta de creches. A seguir, as principais realizações apontadas pela ex-presidente do CNDM:

Educação — Convênio com a Comissão de Apoio à Pesquisa no Ensino Superior (Capes) para a concessão de bolsas de mestrado e doutorado para teses voltadas para a questão da mulher. Distribuição de folhetos em 250 mil escolas incentivando redações e artigos sobre o papel da mulher na sociedade.

Cultura — Realização do Festival de Vídeo Sobre a Mulher, lançamento dos prêmios literários Cora Coralina e Nisia Floresta para livros sobre a mulher.

Saúde — Trabalho junto ao Ministério da Saúde no Programa de Assistência à Saúde Integral da Mulher, na Comissão dos Direitos de Reprodução e na Comissão de Prevenção à Aids. Realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde e da 1ª Conferência Nacional da Saúde da Mulher.

Violência — Trabalho articulado com as delegacias especializadas de mulheres e apoio à expansão delas (hoje existem cerca de 70) no país. Apoio político às vítimas de violência e promoção de seminários sobre a questão. Elaboração do Guia de Defesa da Mulher. Elaboração de um trabalho de análise distribuído em bibliotecas forenses e debatido com advogados (através da OAB) e juizes sobre as sentenças judiciais em casos de estupro, espancamento e assassinato de mulheres.

Creches — Obtenção, junto ao BNDES, de que entre os requisitos para o financiamento de recursos para estabelecimento de empresas constasse a criação de creche.

Mulher negra — Realização do Tribunal Winnie Mandela para a discussão e denúncia da discriminação racial. Apoio político ao movimento negro.

Constituinte — Campanha "Constituinte para valer tem que ter direito de mulher" e realização do encontro Mulher e Constituinte, que resultou em mais de 100 emendas ao texto constitucional (80% aprovadas), entre elas as que garantiram os direitos das empregadas domésticas e das trabalhadoras no campo.

Trabalho — Autorização para que os títulos de posse de terra fossem dados às mulheres independentemente de seu estado civil; realização do encontro A Mulher e as Leis Trabalhistas com mais de 500 lideranças sindicais a fim de elaborar propostas para a legislação ordinária.

Comunicação — Mensagens veiculadas no horário gratuito do governo na televisão sobre vários temas: direito de família, direito de trabalho, luta contra a violência, contra a discriminação racial e, recentemente, a campanha contra o câncer de mama protagonizada pela atriz Cassia Kiss.

Documentação — Criação do Centro de Informação e Documentação, organismo para estudos apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher.

Q78

13/12/81
3/8/81

FSS

Cone Sul discute uma nova política social.

☐ Sociólogo defende o debate sobre medidas sociais a serem adotadas pelos países que irão eleger seus governantes este ano

"As pessoas têm que se dar conta que o Governo, dando melhores condições sociais à população, não está fazendo nenhum favor, mas sua obrigação". A declaração é do sociólogo Walter Tesch, que participa do 1º Seminário dos Países do Cone Sul Sobre Políticas Sociais/Propostas Verossimilares.

Sociólogos, advogados, professores, assistentes sociais e administradores de empresas de Chile, Bolívia,

Uruguai, Argentina e Brasil, num total de 250 participantes, discutem as propostas dos novos governos da América do Sul e o que pode ser feito, a nível social, nos países que irão eleger novos governantes neste ano.

"Todos esses países precisam enfrentar, com urgência, a situação social, que é de uma crise profunda", diz Walter. Ele conta que um dos debates do seminário foi a Lei de

Emergência econômica e social, da Argentina. O governo Menem criou o fundo de solidariedade de medicamentos, o de alimentos e o bônus emergencial. Para baixar o número de desempregados, que podem recorrer a estes fundos e ao bônus, o Governo tenta negociar uma flexibilidade trabalhista: negociar junto aos sindicatos menos instabilidade nos empregos em troca de um fundo de garantia. Isso baixaria os salários e aumentaria a rotatividade nos em-

pregos. Tesch afirma que não é possível, ainda, julgar se a lei é bem intencionada ou não, é uma lei de emergência.

Hoje é o último dia do seminário que está sendo realizado na Fierga. Os resultados tirados no encontro serão levados a um seminário no México, em outubro e a Conferência Mundial do Bem Estar Social que irá acontecer em Marrocos em junho de 1990.

01.01

10909538

Congresso decide imposto e organização sindicais

Denise Neumann

SÃO PAULO — O futuro do movimento sindical brasileiro vai esta semana das ruas e passa a depender do Congresso Nacional. Amanhã, a Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados vota uma lei complementar à Constituição disciplinando a organização sindical no país. Estão em jogo, principalmente, duas questões: quem vai ter o poder de autorizar ou negar o funcionamento de qualquer entidade sindical e quem vai ficar com os recursos do chamado imposto sindical. Em 1989, o imposto sindical, recolhido compulsoriamente de todo trabalhador no mês de março e que equivale à remuneração de um dia de trabalho, somou cerca de R\$ 150 milhões.

Desde outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, as duas principais facções do movimento sindical dos trabalhadores travam uma guerra na sordina pela vitória de sua posição. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) quer manter o recolhimento do imposto sindical e quer, também, manter a estrutura sindical atual, que organiza os trabalhadores corporativamente por categorias.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), por sua vez, quer extinguir o imposto sindical e, como não pode acabar com o sistema confederativo (porque ele foi mantido pela nova Constituição), quer enfraquecer estas entidades que são sustentadas, justamente, pelo imposto compulsório recolhido dos trabalhadores no mês de março.

Hoje, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) determina o recolhimento do imposto sindical, que é feito diretamente pelas empresas à Caixa Econômica Federal (CEF). Ele é dividido na seguinte proporção: 60% para os sindicatos, 15% para a respectiva Federação, 5% para a Confederação e 20% para o Ministério do Trabalho. Que o Ministério não deve receber mais a sua parte, todos concordam. As divergências começam na hora de discutir quem fica com esses 20%.

A CUT preferia que esse imposto nem fosse mais recolhido. Segundo ela, nenhum trabalhador pode ser obrigado, compulsoriamente, a sustentar uma entidade sindical com a qual ele não concorda. O artigo 8º da nova Constituição diz que "ninguém é obrigado a filiar-se ou manter-se filiado".

As Confederações e as Federações, apoiadas pela CGT, estão propondo uma nova redivisão dos recursos do imposto sindical: 70% para os sindicatos, 20% para a Federação e 10% para as Confederações, dos quais, "1% vai para a central sindical". O presidente da CGT, Antonio Rogério Magri, gostaria

que uma parte destes recursos fosse destinada ao Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Diece). Já o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, diz que não quer se preocupar com isso agora. "Os 20% poderiam ir para um projeto de habitação popular", pondera.

Carta Sindical - Depois da nova Constituição, milhares de sindicatos, tanto patronais como de trabalhadores, foram criados e registrados em cartório porque foi extinto o poder do Ministério do Trabalho de autorizar o funcionamento das entidades sindicais. A preocupação com esta situação fez a própria Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ameaçada pela intenção de pequenos e médios empresários de formar sindicatos patronais separados das grandes empresas, fazer lobby junto aos deputados e propor um substitutivo de enquadramento sindical. A intenção da Fiesp, de CGT, por exemplo, é a mesma, embora estejam apoiando projetos diferentes. Eles querem que seja criada uma comissão de enquadramento sindical formada pelas entidades hoje existentes e reconhecidas como oficiais (Confederações e Federações) para analisar todos os pedidos e decidir quem é que pode ou não fundar um sindicato.

A CUT, novamente, diverge. "Quem quer fundar um sindicato e registra em cartório. Se houver disputa com outra entidade, também registrada, vai para a Justiça comum e resolve", opina seu presidente, Jair Meneguelli, que descarta qualquer comissão formada pelas entidades do sistema confederativo.

□ O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, já decidiu como vai pressionar a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) a conceder a esta base aos 370 mil metalúrgicos de sua base sindical. Ele quer chegar em 1º de novembro, data-base da categoria, com as 50 maiores empresas da capital concedendo este benefício aos seus funcionários após um acordo direto com o sindicato. Para isso, ele está centrando logo atualmente na negociação com a Villares e a Monark. Hoje, 162 empresas já concedem este benefício, alcançando cerca de 50 mil metalúrgicos da capital. "A empresa do Mário Amato, presidente da Fiesp, a Holsteia Kappert, já está fornecendo a entrega na casa dos metalúrgicos", exultou Medeiros, que também revindicará a participação dos trabalhadores no lucro das companhias.

Poco legível.

01.01

8909621

Papa quer diálogo na crise de Recife

O papa João Paulo II recomenda o diálogo para resolver a crise na Igreja de Recife. O fechamento de seminários provocou o conflito

O papa João Paulo II recomendou há duas semanas à Cúria Romana, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e ao arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho, que sejam feitos todos os esforços para resolver através do diálogo a crise pastoral na arquidiocese recifense. O confronto entre d. José Cardoso e a maioria das paróquias da Igreja Católica de Recife chegou ao clímax há um mês com a decisão do

Vaticano de fechar, até o final deste ano, o Instituto de Teologia de Recife (Iter) e o Seminário Regional do Nordeste (Serene).

A pedido dos bispos nordestinos, o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, esteve em Roma, há três semanas. Foi recebido em audiência pelo papa João Paulo II e pelo secretário da congregação para a educação católica, monsenhor José Saraiva Martins. Nessas reuniões, d. Luciano apresentou esclarecimentos sobre as atividades e metodologia de ensino filosófico e teológico, desenvolvidas nos dois seminários fechados.

Uma comissão de bispos nordestinos coordenada pelo arcebispo de João Pessoa (Paraíba), d. José Maria Pires, está trabalhando em regime de

urgência para encontrar soluções alternativas para a crise de Recife. Os bispos tentam convencer o Vaticano de que o fechamento do Instituto de Teologia de Recife prejudicará, principalmente, a formação dos leigos católicos, mais do que a preparação dos futuros padres. Isto porque há mais leigos que seminaristas matriculados nos cursos teológicos.

IRRITADO — O arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, disse, sábado, ao retornar de uma viagem a Roma, onde se entrevistou com o papa João Paulo II, que a decisão de fechamento do Instituto de Teologia de Recife e do Seminário Regional Nordeste-2 são atitudes ir-

reversíveis porque foram tomadas de acordo com o Vaticano, não estando, por isso mesmo, sujeitas a contestação.

Dom Cardoso disse que sabe das manifestações de diversos segmentos da Igreja Católica, em Pernambuco, na sua ausência, e que ficou "profundamente irritado". Declarou que ao contrário de alguns não vai se pronunciar pela imprensa, mas vai interpelar um por um a todos os que participaram de manifestações contra as suas medidas. O arcebispo de Olinda e Recife disse que tratou com o papa João Paulo II do fechamento das entidades e dos problemas que está encontrando, e que o papa lhe foi "solidário e fraterno", razão pela qual vai prosseguir na sua linha de mudanças. (AG)

Iglesia de Brasil Entre la vida y el Vaticano por Hugo Machin

En mayo de este año los terratenientes brasileños anexionaron al sacerdote Josimo Moraes Tavares, que trabajaba en favor de los campesinos de los estados de Goiás y Maranhão.

Tres meses después, la Congregación Vaticana de Seminarios, con sede en Roma, ordenó el cierre de dos casas de formación sacerdotal en la ciudad de Recife, capital del departamento de Pernambuco, situado al noreste del territorio de Brasil.

El padre Josimo fue uno de esos extraordinarios apóstoles -boy mártir- de la iglesia de los pobres, que luchó por la justicia social en el campo, llevó una vida humilde sufriendo discriminación por ser negro. Era amado por los oprimidos pero se granjeó el odio de los poderosos. Integraba el grupo de valientes y esforzados sacerdotes ligados a la Pastoral de la Tierra.

Los trescientos cuarenta seminaristas que estudian tanto en el Seminario Regional del noreste (Serene) como en el Instituto de Teología de Recife (ITER) pasan algunos años de su formación viviendo en residencias autónomas, trabajando parte del tiempo en pastorales sociales, así como habitan en casas de la periferia, en compañía de un religioso.

"Esa es una manera de que los estudiantes tengan un contacto estrecho con el pueblo, conozcan los problemas de los pobres y tengan una formación de nivel superior" evaluó el obispo Francisco de Mesquita Filho de la localidad de Afogados da Ingazeira, en Pernambuco.

En el interior de Maranhão otros sacerdotes, como el padre Claudio y el padre Víctor, están amenazados de muerte por bandas armadas de los latifundistas de Tocantins y el sindicato de la muerte de Imperatriz, ciudad de la frontera norte de Brasil, convertida en centro de violencia.

Días antes del asesinato del padre Josimo, ocurrieron doce homicidios, entre los cuales el de un valeroso luchador social, Claudionor de Souza, candidato a diputado estadual.

La Congregación de Roma concluyó, después de "detenido análisis", que el seminario regional, Serene, "no corresponde a la noción de seminario mayor y no ofrece las condiciones mínimas para la formación sacerdotal y que el ITER no ofrece una formación intelectual adecuada a los futuros sacerdotes".

El martes doce de setiembre fue asesinado otro dirigente campesino Valdivio Barbosa dos Santos, de la Asoc-

ciación de Trabajadores Rurales, cuando retornaba de acompañar a su hija a la escuela. Dos Santos era miembro de la dirección municipal del Partido de los Trabajadores (PT).

Que se sepa, hasta el momento Roma no ha condenado los crímenes cometidos contra estos cristianos. El vicerrector del seminario Serene, Luis Well, ha dicho que el cierre de ambos seminarios "es un acto de persecución (...). Cuando los primeros cristianos fueron perseguidos se dispersaron y comenzaron a fundar pequeñas comunidades".

La disposición del cierre de los seminarios coincidió con la visita hecha a Roma por parte del arzobispo José Cardoso -jefe regional de la iglesia en el noreste- quien sucedió a Helder Câmara hace dos años y ha tenido papel activo en la estrategia vaticana que apunta a contrarrestar a la Teología de la Liberación en el Brasil.

La iglesia de los pobres defenderá la mantención de los dos seminarios a partir de una movilización por parte de las comunidades eclesiales de base (CEB) que suponga una vigilia con discusión de un documento y realización de ayuno frente a la iglesia de Carmo, centro de Recife, pa-

ra manifestar su desacato a la orden del Vaticano.

El propio presidente de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB), Luciano Méndez de Almeida, viajó a Roma para pedir al Papa que suspenda la orden de cierre.

"RETRATO HABLADO"

La CNBB recientemente dio un paso de enorme significado para el futuro de los cristianos. En su documento "Esperanza y Cambio" da a conocer días atrás, el máximo órgano de la iglesia católica brasileña, llamó a sus feligreses a votar por el candidato del PT, Luis Ignacio da Silva (Lula) y Mario Covas, del Partido de la socialdemocracia (PSDB), de centro izquierda.

La reacción episcopal asumió al cruce del fenómeno "encuestas" producido en el país norteamericano por parte de los grandes medios de difusión, que fabricaron la opción del candidato derechista Fernando Collor de Melo, del Partido de Reconstrucción Nacional (PRN) integrado por los mismos sectores que destruyeron el país desde el golpe de estado de 1964.

Collor de Melo, según las "encuestas" actualmente recibe más del 40 por ciento de las intenciones de voto a semitirre en noviembre (concretamente el 45%) superando siempre en las encuestas el

solo, a Lula, Corvas y Leonel Brizola juntos, quienes contarían el apoyo apenas del 24 por ciento del electorado (Lula el 5%, Corvas el 5% y Brizola el 14%).

Los obispos brasileños, conscientes del poder manipulador que posee el sistema publicitario del marketing político, ha hecho una seria advertencia a los casi 70 millones de fieles con que cuenta una de las más poderosas iglesias del mundo.

"En nuestro documento están los trazos de un retrato hablado. Basta tomar un papel, dibujar un perfil y colorear el nombre abajo" ha precisado el secretario general de la CNBB, obispo Celso de Queiroz.

El presidente de los obispos, Mendes de Almeida, manifestó la necesidad de que existan "criterios para que la opción no se haga sólo por simpatía o por la propaganda fácil". Esta afirmación fue interpretada como un rechazo a Collor de Melo.

"Las encuestas deben ser discutidas e interpretadas con criterio", porque sólo muestran una tendencia temporal, afirmó De Queiroz. Para la iglesia lo más importante es que "el elector no sea inducido al voto por las encuestas".

El obispo de Queiroz, dijo que "es necesario comparar las informaciones, y el pasado del candidato es muy importante. No se debe mirar el futuro para saber si el candidato sirve a su pasado".

EL PASADO LO CONDENA

En "Esperanza y Cambio" se sostiene que el candidato ideal para la presidencia

28/09/89

FSS (Jleap)

Em Alagoas, 30 bispos vêm crise de Recife

Os 30 bispos católicos do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas reúnem-se a partir de hoje em Arapiraca (AL) para tentarem encontrar saídas para o conflito entre o arcebispo de Olinda e Recife (PE), d. José Cardoso Sobrinho, e as pastores arqui-diocesanas. O tema principal da reunião será o fechamento do Instituto de Teologia de Recife e do seminário regional do Nordeste, decidido há um mês pelo Vaticano.

Uma das hipóteses a serem estudadas pelos bispos é a criação de seminários provinciais nos quatro Estados nordestinos vinculados ao secretariado regional Nordeste 2 da CNBB. Convidado para participar da reunião de Alagoas, o secretário da congregação vaticana para a educação católica, monsenhor José Saraiva Martins, decidiu não comparecer.

Uma comissão representativa dos professores, alunos e funcionários do Instituto de Teologia de Recife viajou ontem a Arapiraca. Eles pretendem ser ouvidos pelo episcopado nordestino. (AG)

8909698

F.S.S. (CICL) JORNAL DO BRASIL 01/05/69 Bispo afirma que fechamento de seminário é definitivo

RECIFE — Falando em nome do papa João Paulo II - com quem se encontrou na residência oficial de Castelgandolfo e de quem diz ter recebido apoio irrestrito - o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, disse, ontem, que o fechamento do seminário regional do Nordeste II (Serene) e do Instituto de Teologia do Recife (Iter) foi uma decisão do Vaticano e trata-se de um ato irreversível sobre o qual não cabe contestações. A afirmação foi feita durante uma coletiva, no Palácio dos Mangueiros. Dom José chegou ao Recife, vindo de Roma, às 3h15 de ontem e foi recebido por 40 padres, pelo bispo auxiliar, Dom Hilário Moser e por representantes de movimentos conservadores ligados à arquidiocese, como os Carimaticos e Folclorinos. Nenhum bispo da região foi ao aeroporto esperá-lo.

Dom José Cardoso aconselhou os que resistem ao fechamento das duas instituições a seguirem as ordens do papa. "É preciso entender que essa decisão não foi minha. Foi o Vaticano quem assim o quis, depois de constatar que a estrutura do Serene e

do Iter é inadequada à formação sacerdotal", afirmou. Ainda em Roma, ele determinou a divulgação dessa versão, através do boletim arquidiocesano que circula em todas as paróquias, na sexta-feira. Segundo o boletim, todos os bispos da regional Nordeste II da CNBB estão convidados para "gradual e prudentemente, transformar o Serene num seminário propriamente dito, conforme as prescrições do concílio Vaticano II".

Castigo - O tom da conversa mudou quando o assunto foi a posição dos setores considerados progressistas que, na sua ausência, promoveram vigílias e atos de protesto contra as medidas adotadas pelo arcebispo. "Não pude acompanhar tudo o que aconteceu, mas o que soube me deixou profundamente triste", comentou Dom Cardoso, garantindo que vai manter as sanções adotadas contra a Comissão de Justiça e Paz e contra os padres italianos Cláudio Dalbon e Mário Felipi, os franceses Bruno Bibolet, Felipe Mallet e Gil do Gelly e o pernambucano Reginaldo Veloso, a quem proibiu de se ma-

nifestar sobre os problemas da arquidiocese, sob ameaça de enquadramento no direito canônico.

"No caso da comissão, eles fizeram um acordo comigo de só se pronunciarem depois de me consultar. Não respeitaram o acordo e foram aos jornais me atacar pessoalmente", queixou-se Dom Cardoso. Ele disse que levará tudo à assembleia-geral dos bispos da Nordeste II, dias 5 e 6 deste mês, em Arapiraca, Alagoas, e, em seguida, ao Conselho presbiterial. "O próximo passo, será falar diretamente com os interessados, como sempre o fiz. Ao contrário de alguns, eu não sou de responder nada pelos jornais. Prefiro me dirigir pessoalmente", acrescentou. Dom Cardoso estava muito irritado com o padre francês Antônio Maria Guerin, a quem determinou, através de uma carta, o afastamento dos trabalhos da arquidiocese. A carta, considerada pelo arcebispo como um "documento pessoal e confidencial", foi divulgada, na íntegra, pelos jornais locais, na edição de ontem.



Dom José condena tentativa de contestar decisão

010

BRASIL
05/10/86

tentarem se entender. Caso isso não seja possível é que se deve partir para medidas radicais", argumentou o padre Humberto Plummer, coordenador no Recife da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e ex-diretor do Iler.

"Quem fecha?" — Houve também quem propusesse resistências contra a decisão do Vaticano. Foi o caso do padre Gabriel Hofstedt, provincial do Convento dos Redentoristas, que anunciou ter encaminhado uma carta à Congregação para a Educação Católica, em Roma, pedindo a revisão do fechamento do her e do Serene. Mesmo admitindo ser difícil vencer as intuições, de argumentou: "Fechar o liceu, depois de 20 anos de situação tão instável, seria o mesmo que abandonar um terreno de desenvolvimento e participação."

... e, em 1994, foi eleito deputado estadual pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral, e, em 1998, deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral. Em 2002, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral, e, em 2006, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral. Em 2010, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral, e, em 2014, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral. Em 2018, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral, e, em 2022, foi eleito deputado federal pelo Pso, pelo Colégio Eleitoral.

[illegible]

—One as interested as an experienced
 shape—swims a wide variety of her, swimming
 through the water, comes for the first time.

PARTES I LEGIBLES

8909698

Padres progressistas decidem dialogar

□ A crise na Igreja em Recife será mesmo resolvida pelo diálogo. A ala progressista vai procurar Dom José

Convenções de que o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (Iter) e do Seminário Regional do Nordeste (Sere) é uma decisão irreversível do Vaticano, os padres, seminaristas e provinciais da Igreja progressista de Pernambuco resolveram procurar o arcebispo dom José Cardoso Sobrinho para discutir o destino dos alunos das duas instituições, criadas pelo ex-arcebispo dom Helder Câmara, que estava ontem em Seul, Coreia do Sul, participando do 41º congresso eucarístico internacional, que está reunindo milhares de católicos romanos de mais de cem países.

A decisão foi tomada ontem, durante assembleia realizada no Iter, e a comissão deverá ir ao arcebispo tão logo ele retornar da reunião da Região Nordeste II da CNBB que terminou

na hoje, em Arapiraca, Alagoas. Entre as alternativas apresentadas na assembleia, a mais aceita é a abertura de um outro instituto, em João Pessoa, cuja diocese é comandada por dom José Maria Pires, da corrente progressista. Na assembleia também foram aprovadas propostas radicais, que serão postas em prática caso o diálogo com o arcebispo não prospere.

A primeira é uma greve de fome ou um "jejum permanente" como preferem chamar os seminaristas — que os alunos pretendem fazer em frente ao Palácio dos Mangueiros, sede da curia metropolitana. A segunda é uma campanha desenvolvida junto às comunidades eclesiais de base no sentido de pedir a saída de dom Cardoso da arquidiocese. Esta

movimento seria iniciado ontem à noite, durante uma vigília dos alunos do Iter em frente à igreja de Santo Antônio, no centro da cidade. mas, no final da assembleia, resolveu-se esperar pelo encontro com o arcebispo.

"O encontro será uma forma de, pela primeira vez, os interessados no problema tentarem se entender. Caso isto não seja possível é que se deve partir para medidas radicais", esclareceu o padre Humberto Plummer, coordenador no Recife da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e ex-diretor do Iter. Foi ele quem conseguiu conter os ânimos dos alunos do instituto, numa assembleia onde houve cânticos e circulou abaixo-assinado de solidariedade às "entidades e pessoas atingidas pelo arcebispo". (AJB)



Dom Helder: progressista em Seul

2210 HORA 07/10/89

Bispos do Nordeste acatam ordem do Papa

Terminou o conflito em torno dos dois seminários de Recife. Os 20 bispos da região procuram, agora, uma saída

Os 20 bispos que compõem a Regional Nordeste II, da CNBB, resolveram ontem, após três dias de muita discussão, acatar a decisão do Vaticano de fechar até o final do ano o Seminário Regional do Nordeste (Serene) e o Instituto de Teologia do Recife (Iter). A conclusão dos bispos, que tentaram há 10 dias um diálogo com o papa através do presidente da CNBB, dom Lu-

ciano Mendes, mas não tiveram êxito, encerra uma experiência de 22 anos da arquidiocese de Olinda e Recife com a formação de padres leigos de linha progressista e dentro das normas da Teologia da Libertação.

Os bispos se reuniram na cidade de Arapiraca, em Alagoas, a 142 quilômetros de Maceió, no centro de treinamento diocesano Dom Constantino. "Na Igreja é assim. Nós, padres e bispos, obedecemos a uma hierarquia", afirmou, por telefone, o secretário geral da Regional Nordeste II, Dom Francisco Austragésylo, explicando que foi o argumento hierárquico que acabou valendo na reunião. Ele afirmou que a maioria dos bispos não gosta-

ria que a questão terminasse assim, mas foi a conclusão possível.

"Tentamos um diálogo de forma que o Vaticano nos dissesse o que estava errado para corrigirmos as falhas e salvarmos as duas instituições", disse Dom Francisco, "mas isso não foi possível". Ele explicou que agora os bispos vão decidir o que fazer com os 180 seminaristas e 200 leigos que estão em formação no Serene e no Iter. Durante o encontro, porém, um bispo da linha progressista, Dom José Maria Pires, de João Pessoa, na Paraíba, anunciou que reabrirá o seminário paraibano — podendo receber parte dos alunos do Serene e do Iter. (AJB)

01.03

8909719

JORNAL DO BRASIL 07/10/89 F.S.S. (1A)

Dom Hélder fala no congresso de Seul denunciando a miséria

SEUL — O arcebispo brasileiro Dom Hélder Câmara abriu ontem, diante de 6 mil pessoas no Ginásio Olímpico de Seul, o segundo dia de 44º Congresso Eucarístico Internacional, com um discurso em que pediu a todos que assumissem o compromisso de lutar pela supressão da miséria no mundo. Falando como um dos 2.600 representantes da Igreja de todos os continentes no congresso, neste país, Coréia do Sul, em que mais cresce no mundo a comunidade católico-romana, Dom Hélder denunciou com duras palavras a miséria de que padece a humanidade.

O papa João Paulo II chega na tarde de hoje (madrugada no Brasil) a Seul, pousando numa base-aérea militar de acesso limitado, e terá seus aparecimentos públicos estritamente vigiados, para que não se repita desta vez o episódio de sua visita anterior a Seul, em 1984, quando um jovem (hoje com 27 anos) apontou-lhe uma pistola de brinquedo. O jovem foi recolhido a um hospital de doentes mentais. Desta vez o papa vai se servir na maioria das vezes de uma limusine ou desfilará no conhecido papamóvel.

“Sem ódio” — Dom Hélder Câmara iniciou sua fala de ontem no ginásio apelando para a solidariedade de todos: “Peregrinos aqui presentes, em troca do privilégio de poder tomar parte neste Congresso Eucarístico Internacional, sugiro que todos nós assumamos o compromisso de lutar, sem ódio nem violência, para colaborar com a supressão da miséria no mundo.”

O arcebispo brasileiro continuou com veemência: “A miséria é um insulto ao criador. É a redução dos seres humanos à condição de animais. Seria maravilhoso transformar essa situação de pobreza. O maior repto atual aos cristãos é comemorar o segundo milênio da chegada de Cristo à terra

acabando com a causas que criam a miséria. Firmemos com o coração o compromisso decidido pela abolição da miséria no mundo. Repartamos o que temos para que a miséria possa desaparecer totalmente da face da terra”, concluiu o arcebispo. Depois dele, falou o bispo Anton Schiembach, da Alemanha Ocidental.

Fala do alemão — Schiembach fez um pronunciamento eminentemente político. Começou por denunciar a corrida armamentista que ameaça destruir o planeta. “Não existe paz real entre os dois blocos”, disse, “mas simplesmente um armistício mantido pela semelhança de volume entre os dois arsenais. A situação, entretanto, continua ameaçando a paz do mundo e a própria existência da humanidade.”

Na sequência de sua oração, o bispo abordou o problema específico das duas Alemanhas, lamentando a existência de uma “fronteira de aço” separando os católicos que vivem de ambos os lados. “Essa fronteira”, continuou, “corta pela metade o território alemão de cercas em cujo redor minas e cabos elétricos formam uma armadilha mortal”, acrescentou o bispo alemão, terminando por denunciar os países de bloco socialista, que “pressionam a Igreja a reconhecer o estado socialista, a adaptar-se ao mesmo e a prestar serviços ao desenvolvimento do socialismo”. O discurso do bispo Anton Schiembach liga-se claramente ao movimento atual da passagem, aos milhares, de alemães do lado comunista para a Alemanha Ocidental.

JORNAL DO PASTOR 07/10/89

Bispos acatam Vaticano e fecham

SEMINÁRIOS DE RECIFE

Por A. Ribeiro 25.02.89

Notícia de Recife 01.10.89

Terezinha Nunes

RECIFE — Os 20 bispos que compõem a Regional Nordeste II, da CNBB, resolveram ontem, após três dias de muita discussão, aceitar a decisão do Vaticano de fechar até o final do ano o Seminário Regional do Nordeste (Serene) e o Instituto de Teologia do Recife (Iter). A conclusão dos bispos, que tentaram há 10 dias e sem êxito, um diálogo com o papa através do presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, encerra uma experiência de 23 anos da Arquidiocese de Olinda e Recife com a formação de padres e leigos de linha progressista e dentro das normas da chamada Teologia da Libertação.

Os bispos se reuniram na cidade de Arapiraca, em Alagoas, a 142 quilômetros de Maceió, no Centro de Treinamento Diocesano Dom Constantino. "Na Igreja é assim. Nós, padres e bispos, obedecemos a uma hierarquia", afirmou, por telefone, o secretário-geral da Regional Nordeste II, dom Francisco Austragesylo, explicando que foi o argumento hierárquico que acabou valendo na reunião. Ele afirmou que a maioria dos bispos não gostaria que a questão terminasse assim, mas foi a conclusão possível.

Acatamento — "Tentamos um diálogo de forma que o Vaticano nos dissesse o que estava errado para corrigirmos as falhas e salvarmos as duas instituições", disse dom Francisco. "Mas isso não foi possível". Ele explicou que agora os bispos vão decidir o que fazer com os 180 seminaristas e 200 leigos que estão em formação no Serene e no Iter. Durante o encontro, porém, um bispo da linha progressista, dom José Maria Pires, de João pessoa, na Paraíba, anunciou que reabrirá o Seminário Paraibano, podendo receber parte dos alunos do Serene e do Iter. O arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, da ala conservadora, que mantém um seminário em Olinda, na região metropolitana do Recife, informou que por enquanto não pode receber os alunos do Iter, embora isso possa vir a acontecer no futuro.

Quando os bispos decidiram colocar as questões do Iter e do Serene entre os principais problemas a serem discutidos na reunião de Arapiraca, imaginavam conseguir até a realização do encontro uma resposta do Vaticano aos apelos que fizeram ao próprio papa através de dom Luciano Mendes de Almeida, que



Dom Luciano viajou em vão



D. José: vítima de calúnia

chegou a ir a Roma com este objetivo. A esperança, porém, se desfez anteontem. A Congregação das Instituições Católicas, uma espécie de ministério ao qual estão subordinados os seminários católicos de todo o mundo, que havia remetido no dia 12 de agosto deste ano uma carta aos bispos nordestinos anunciando a decisão de fechar as duas instituições voltou a enviar uma carta para todos eles anteontem.

A carta, segundo um dos bispos, revelava que a Congregação não estava disposta a retroceder na sua decisão e, ao mesmo tempo que pedia a compreensão dos bispos, aconselhava-os a procurar abrir novos seminários, só que dentro do que preceitua o direito canônico, ou seja, com os alunos mantidos na clausura dos conventos. A Congregação informou também na carta que os bispos considerassem vencida a autorização que receberam há 23 anos para realizar a experiência de formação de padres em regime aberto. Para o Vaticano, segundo a carta, esta experiência não deu certo.

A carta da Congregação inibiu os bispos progressistas de defender com veemência, como pretendiam, a manutenção das duas instituições. Todos acabaram concordando que o fechamento era irreversível e que deveriam cuidar de abrir novos seminários. Muitos, porém, ainda não sabem para onde encaminharão seus alunos. É que o seminário de Olinda, com 10 seminaris-

tas, não pode receber mais ninguém, e o seminário da Paraíba ainda não pode definir o número de alunos.

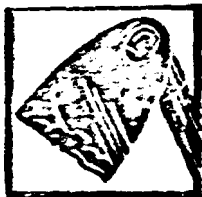
Clausura — No momento, estudam no Iter e no Serene 120 seminaristas. Como o Vaticano está recomendando a volta ao enclausuramento, os novos seminários não mais adotarão a linha aberta, mas dom Francisco Austragesylo explicou que isso não impede que a formação acadêmica dos sacerdotes inclua matérias não religiosas e ligadas às ciências sociais, como acontece com o Iter. "Dois homens podem vestir a mesma roupa, mas nunca ficarão iguais. Serão sempre diferentes", disse dom Francisco, que é responsável pela Diocese de Afogados da Ingazeira, no sertão de Pernambuco, e ainda não sabe para onde mandará seus nove seminaristas do Serene e do Iter.

A cúpula da linha progressista da Igreja no Nordeste não só se rendeu à decisão romana como acabou golpeada na redação de uma nota assinada pelos 20 bispos e distribuída no final do encontro. A nota encerra com um gesto de solidariedade ao arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, que vem sendo atacado pela ala progressista da Igreja no Recife, que o acusa de estar perseguindo padres e de ter aconselhado o fechamento dos dois seminários. Os bispos dizem no final que D. José "vem sofrendo por causa de uma campanha de calúnias".

ZERO HORA 09/10/89

F.S.S.

Fazendeiros pedem segurança



Encontro promovido pela UDR foi também um protesto dos produtores contra as seguidas invasões, exigindo mais seriedade do governo

CARLOS WAGNER
Enviado Especial ZH

Fazendeiros vindos de 49 municípios reuniram-se em Cruz Alta neste fim de semana para pedir mais segurança ao governo do Estado contra as invasões de suas propriedades por camponeses organizados pelo Movimento dos Sem Terras. A reunião foi promovida pela União Democrática Ruralista (UDR) e Sindicato Rural, fazendo parte de um ato público contra as ocupações de terra realizado no parque integrado da cidade.

Cruz Alta é hoje o principal foco de tensão agrária no Estado. A situação agravou-se no final do mês, quando foi instalado na região um acampamento com 10 mil sem-terras. A indignação dos fazendeiros com esta situação começou a ser mostrada nas primeiras horas da manhã de sábado. Na ocasião, o presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Ary Marinho, e o presidente do Sindicato Rural, Carlos Alberto Facchin, participaram de uma mesa-redonda, promovida pela Rádio Independente, com os deputados do PMDB César Schirmer,

Algir Lorenzon, Antônio Lorenzi e Nelson Jobim. Facchin e Marinho pediram mais seriedade das autoridades nas questões agrárias. Schirmer respondeu que o Governo está fazendo o que pode.

A tarde, durante o ato público, Marinho lembrou que a situação do produtor nunca foi tão delicada. Os altos juros tornam a sua produção uma das mais caras do mundo, e ainda corre o risco de ter a sua terra invadida. Facchin advertiu que estas invasões podem acabar desequilibrando o processo democrático brasileiro, pediu a união da classe rural para colocar um ponto final nas ocupações e condenou a participação dos padres nos movimentos populares.

COMPROMETIMENTO — "É preciso saber quem é quem entre os invasores", discursou o presidente local da UDR, Osvaldo Becker. "Mandamos um fardo material ao ministro da Justiça, Saulo Ramos, mostrando as armas e as bombas que os colonos usaram na invasão da Granja do Arvoredo, em Ronda Alta. E estamos pedindo providências no caso", informou o deputado estadual

Antônio Azevedo (PFL), presidente interino da UDR estadual.

A reunião refletia bem o clima eleitoral que vive o País. Por todos os lados circulavam pessoas usando camisas com propaganda de "Caído para presidente". Outro candidato bem contado era Afif Domingos. Do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, só havia propaganda contra. Foram distribuídos folhetins acusando o PT de buscar mártires para a sua campanha.

"Estas camisas com propaganda de candidatos à Presidência significam que os fazendeiros estão engajados nestas eleições como nunca estiveram antes. E isto é muito bom", comentou o produtor João Antônio Dias da Costa, lembrando que no próximo ano haverá eleições para a Assembleia Legislativa e o governo do Estado, e vai ser a hora do produtor eleger os seus representantes. Sugeriu que cada região eleja uma pessoa ligada ao seu principal produto de cultivo, porque assim terá um deputado que conhece a realidade. A sugestão foi muito aplaudida pelas cerca de 800 pessoas presentes.

Hoje a UDR e o Sindicato Rural concluem um documento com as principais reivindicações do encontro e encaminharam às autoridades. Ontem, a guarda de todas as fazendas foi reforçada para evitar supresas, porque estava prevista uma grande manifestação de fiéis na Romaria de Fátima, informou Alcides Echegoyen, vice-presidente da UDR de Cruz Alta.

01.03

8909776

Brasil tem 97 milhões de pessoas subnutridas

O Brasil tem 97 milhões de subnutridos, dos quais 40 milhões vivem em miséria absoluta e não há perspectiva de melhoria disso quando o Governo permitir com seu atual projeto de reforma agrária, que prevê o assentamento de apenas 7 milhões de pessoas, deixando todas as demais sem qualquer assistência. O diagnóstico foi feito ontem pela agrônoma Ana Maria Primavera, da Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que se encontra na Itália fazendo uma série de palestras para professores e alunos da escola de agronomia da universidade federal, na cidade de Cruz das Almas.

Segundo Ana Maria, que é formada pela universidade rural de Viena (Áustria), onde foi assistente de pesquisas em solos e nutrição vegetal, as dificuldades atuais só serão supera-

das quando o Governo adotar uma política agrícola que priorize o mercado interno em lugar da exportação, como é feito hoje.

A pesquisadora criticou também a utilização intensiva de adubos e defensivos agrícolas (que encarecem bastante o preço final dos produtos, levando o pequeno produtor à falência) e considerou "produtiva" a forma como vem sendo ocupada a região do Grande, no Oeste baiano. A cultura do soja, que vem sendo introduzida na região, segundo informou Ana Maria, será rapidamente absorvida nas próximas 30 horas, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde os produtores deixaram para trás um deserto de cerca de 260 quilômetros quadrados, onde a soja era cultivada. (A/P)

Arcebispo de Recife contesta grupo progressista da Igreja

RECIFE — Antes de decidir fechar o Seminário Regional do Nordeste (Serene) e o Instituto de Teologia do Recife (Iter), seguidores da chamada Teologia da Libertação, o Vaticano recebeu, em maio de 1986, carta dos bispos que compõem a Regional Nordeste II, da CNBB, onde têm assento progressistas e conservadores, afirmando que tinham "sérias dúvidas sobre a aptidão do Iter para formar padres". Posteriormente, em março de 1988, os mesmos bispos redigiram um documento enviado Roma, dizendo-se dispostos "A acatar qualquer decisão" sobre as duas instituições.

As revelações até agora mantidas em sigilo, como normalmente acontece com os assuntos da Igreja Católica são do arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, 56 anos, atualmente na berlinda do episcopado brasileiro. Diante a dar, como diz, "a versão verdadeira dos fatos", dom José, que está sendo acusado por dossiê e comunicados dos setores de base da arquidiocese de perseguidor da igreja progressista, resolveu fazer as revelações.

Afirma dom José que vem recebendo telefonemas ameaçadores, desde que regressou de Roma, há 10 dias, e diz que vive sob a tensão de uma iminente invasão do Palácio dos Mangueiros, no bairro das Graças, em Recife, por moradores do Engenho Pitanga II, que já estiveram na frente do prédio, por três vezes, para protestar contra o afastamento do padre Tiago Tolby, da paróquia de Ouro Preto, em Olinda. Para ele, os camponeses estão insuflados por invasores profissionais e afirma: "São atos de terrorismo para tentar me demolir psicologicamente. É uma guerra de nervos que estão fazendo comigo mas não vou me intimidar".

Calúnia — No comando de uma arquidiocese, mergulhada na mais profunda crise, há mais de dois meses, e rigidamente dividida em duas alas, dom José nega as acusações que lhe são feitas: "Sou vítima de uma campanha de calúnia e difamação". Diz, ainda que não tem tomado mais que medidas disciplinares contra padres e leigos que tenham em desobediência a orientação do bispo, cita com constância o direito canônico e revela que tem o apoio de não menos que 90% dos paroquianos: "Este é que o povo de Deus e essas pessoas têm me recebido com muito afeto nas igrejas. Nunca ouvi deles qualquer sinal de desaprovação". Exibindo documentos de apoio, incluindo a nota assinada pelos bispos nordestinos reunidos na semana passada em Alagoas, dom José diz que está com a consciência tranquila e disposto a dialogar com os diversos movimentos que contra ele se insurgem. Mas avisa: "Não vou falar com padres pelos jornais".

O cenário da conflituosa Arquidiocese do Recife, que já levou o arcebispo emérito dom Helder Câmara a temer um Cisma, está estampado com todas as letras no Palácio dos

Mangueiros, onde mora dom José. Os portões estão sempre fechados e um vigilante pede identificação a quem se aproxima. Por duas vezes a polícia já esteve nos seus portões a pedido do arcebispo: uma por ocasião dos protestos dos trabalhadores do Engenho Pitanga II, e a outra, há 10 dias, na volta de dom José de Roma.

"Muita gente estranhou que eu pedisse garantias à polícia — diz o arcebispo — mas não conhece as razões do meu gesto. No caso dos trabalhadores do Pitanga, ou eu tolerava o acampamento com todo o desgaste decorrente ou chamava a polícia. Há 10 dias pedi proteção temendo manifestações dos inconformados com o fechamento do Serene e do Iter.

Dom José não acha estranho que um palácio de bispo, em um país católico como o Brasil, venha a ser defendido pela polícia, mesmo esporadicamente: "A polícia existe para proteger os cidadãos, garantindo a incolumidade das pessoas e do patrimônio. O bispo é um cidadão."

Ninguém espere, porém, ouvir de dom José uma ode à igreja conservadora brasileira. Ele se diz fiel ao papa e à sua Igreja, faz pregação a favor de Jesus Cristo e "da libertação do homem dos males do pecado", mas confessa-se seguidor do Vaticano II e das conferências de Medellín e Puebla. Se diz também comprometido com os problemas sociais do Brasil.

"Defendo a realização de reformas radicais no Brasil. Há no país muita gente sem terra e muita terra sem gente e isto precisa mudar". E pondera: "É preciso explicar, porém, que nada disso é incompatível com a ortodoxia doutrinal. Não preciso mudar os dogmas da Igreja, mudar as normas da liturgia ou introduzir abusos na liturgia por causa disso."

E adianta: "O que eu não aceito é a análise marxista dentro da Igreja. Também não aceito a igreja popular da Nicarágua. A Igreja de Jesus Cristo também é hierárquica."

Disciplina — Desde que assumiu o arcebispo, dom José afastou agentes de pastoral ligados aos progressistas, considerou ilegal a Comissão Pastoral da Terra, proibiu a Comissão de Justiça e Paz de usar o nome da arquidiocese, afastou dois padres de suas paróquias e ameaçou punir com o direito canônico outros seis, sendo cinco estrangeiros. Ele nega que isto tenha ocorrido por problema ideológico: "Estes fatos foram apenas arbitrariamente transformados em ideológicos, mas não passaram de casos disciplinares de afronta aberta ao arcebispo."

Reconhece que não há, oficialmente, entre os padres, membros da ala conservadora, mas deixa um enigma no ar: "Talvez apenas isto não tenha sido tornado público".

JORNAL DO BRASIL 10/10/89

Igreja se

Márcia Turcato

BRASILEIROS não estão indo à missa só para rezar e cumprir preceito. A Igreja está distribuindo farto material sobre as eleições de 15 de novembro desde o encerramento da 27ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Itaiçuba, município de Indaiatuba (SP), em abril. Mesmo garantindo que "a Igreja não tem candidato", o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, não consegue impedir que alguns bispos tornem público seu voto. O que não acontece nas *Cartilhas de Orientação*, distribuídas durante a realização de missas, encontros religiosos e pastorais.

"Pois bem, o melhor candidato que eu julgo merecer meu voto para a presidência é o senador Mário Covas", afirmou o bispo de Bragança, no estado do Pará, Dom Miguel Maria Giambelli, em artigo assinado e publicado no jornal católico *Voz de Nazaré*, distribuído em milhares de lares católicos de todo o país.

No mesmo artigo, o bispo não poupa críticas ao candidato da Frente Brasil Popular, o petista Luis Inácio Lula da Silva. De acordo com o bispo, "Lula não tem preparo intelectual e técnico para dirigir o país e, além disso, seu partido está repleto de comunistas", afirmou. Dom Miguel Giambelli ainda reservou municação contra o candidato Leonel Brizola, do PDT, a quem acusa de "caudilho, populista e metinista". Freire, do PCB, é "um oportunista", para o bispo de Bragança, e Collor de Mello, do PRN, "não merece ser eleito porque não é um bom católico: é um divorciado".

Deus alas — O documento produzido pela CNBB, "Sociedade, Igreja e Democracia", em agosto, após o encontro de Itaiçuba, busca ser um instrumento de debate político, orientando a opinião do candidato a presidente em 15 de novembro.

divide entre quase todas as opções de voto

Foto de arquivo



Em Juazeiro (BA), Dom José Rodrigues também está com os peistas



Dom Boaventura Kloppenburg quer conhecer Caiado pessoalmente



Em Caxias (RJ), Dom Mauro Morelli não esconde seu apoio a Lula



Apesar da recomendação de Dom Luciano, bispos divulgam votos

trabalho, sugere que a democracia só pode ser alcançada através da multiplicação de grupos de gente pobre, de forma organizada. Trata-se de uma linha da chamada Igreja progressista, que no encontro de Puebla, no México, há 10 anos, confirmou a "opção preferencial pelos pobres", feita em 1968, em Medellín, Colômbia.

Há divergências, entretanto. A "opção" parece estar completamente descartada, por exemplo, pelo bispo Dom Boaventura Kloppenburg, de Novo Hamburgo (RS), que manifestou seu interesse em conhecer pessoalmente o candidato Ronaldo Caiado, acusado por lavradores sem terra de comandar a violência no campo através da União Democrática Ruralista (UDR). Dom Aldo Gerna, bispo de São Mateus, no Espírito Santo, declarou seu apoio a Collor de Mello, apesar do "divórcio".

Em Juazeiro, Dom José Rodrigues, que apoia publicamente a candidatura de Lula, afirma: "O maior problema da sociedade brasileira é a concentração de terras nas mãos de poucos. Lula, com o seu programa de governo, apresenta propostas claras para reverter isso", afirmou. Dom José Rodrigues no espaço eleitoral da Frente Brasil Popular, na TV, quarta-feira. O apoio criticado pela cúpula da CNBB. Assessor da entidade disseram que o bispo "ousou muito".

Esperança Durante a celebração das missas, está sendo lido um texto produzido pela CNBB orientando o católico a votar: "Participar com Esperança". O texto garante que "a Igreja não tem partido, nem recomenda candidatura". Nele, a CNBB indica as questões básicas que devem estar no plano de governo do candidato preferencial. Entre elas, a política agrícola que priorize o desenvolvimento do setor rural.

Dom José Rodrigues também afirmou que o candidato a presidente em 15 de novembro deve ter um plano de governo que priorize o desenvolvimento do setor rural.

no campo; apoio à luta dos trabalhadores; auditoria pública da dívida externa brasileira e incentivo à sindicalização dos trabalhadores".

Dom Cláudio Hummes, bispo de Santo André, no ABC paulista, apoiou e fez divulgar um texto preparado pela Pastoral Operária, pela Pastoral da Juventude e pelas Comunidades Eclesiais de Base. Esse texto atribui o "sofrimento da população brasileira à dívida externa, que leva o país a 13 bilhões de dólares por ano", e convida o eleitor a refletir sobre isso. Segue-lhe o exemplo o bispo de Goiás Velho, no estado de Goiás, Dom Tomás Balduino, que distribuiu em sua cidade uma "Carta Pastoral", na qual explica o significado político das expressões "esquerda" e "direita".

Dom Tomás Balduino também afirmou que o candidato a presidente em 15 de novembro deve ter um plano de governo que priorize o desenvolvimento do setor rural.

dos bens do país". No mesmo texto, Dom Tomás Balduino diz ainda que "o candidato a ser eleito deve promover a reforma agrária, resolver o problema do desemprego e do desemprego e não pagar a dívida externa, porque ela é imoral".

Seis entidades ligadas à Igreja, como o Movimento Popular de Saúde, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, redigiram uma cartilha que pretende "definir o perfil do melhor candidato". Um breve currículo de cada um deles os situa como "amigo ou inimigo do trabalhador". Alié Domingos, do PL, está entre os "inimigos", por ter votado na Constituinte contra as propostas apresentadas pelos trabalhadores de diversas categorias, assim como Aureliano Chaves, do PFL. Freire, do PCB, é acusado de "ser" amigo na última hora da campanha eleitoral. Entre os "inimigos" também estão o bispo de Lula, Cláudio Hummes, "procurador da justiça", e o bispo de Itaiçuba, Dom Luciano, "procurador da justiça".

Diocese orienta melhor escolha
Cartilhas de orientação para o eleitor foram distribuídas por entidades da Igreja em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, com o apoio dos bispos das respectivas dioceses. Um cartaz em preto e branco foi produzido pela Caritas, entidade internacional, e pelo Movimento de Educação de Base (MEB), também ligado à linha de trabalho social da Igreja, que pergunta "Votar em quem para Presidente da República".

A resposta vem logo abaixo, seguindo pontos definidos com clareza por algumas dioceses. A Caritas e o MEB recomendam que o eleitor dê seu voto para o candidato que assumir "a reforma agrária e urbana; a política agrícola que fixe o pequeno agricultor no campo; o não pagamento da dívida externa e a auditoria pública da mesma; a preservação e renovação do meio ambiente; a defesa dos direitos dos povos indígenas; a democratização dos meios de comunicação e educação gratuita para todos e em todos os níveis".

Os funcionários das entidades ligadas à Igreja, em Brasília, vão discutir de modo mais aprofundado a sucessão presidencial num debate marcado para sexta-feira, dia 27, no Centro Cultural Missionário. Alguns deles, como os da Caritas, já asseguraram a dispensa ao trabalho durante a semana da realização das eleições para "ajudar na campanha dos candidatos populares", revelou um dos assessores da entidade. Os demais, se não estão envolvidos com militância partidária, também dispõem de um ponto.

CGT vence eleições dos eletricitários de SP

SÃO PAULO — A chapa 1, de situação, apoiada pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), venceu ontem as eleições para o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, derrotando a chapa 2, apoiada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A vitória fortalece a liderança do presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, porque ele é o atual presidente dos eletricitários e também porque foi o seu apoio direto à chapa 1 que possibilitou a situação vencer as eleições no segundo turno da votação. No primeiro escrutínio, realizado nos dias 5 e 6 de outubro, a chapa 2 saiu vitoriosa.

As eleições aconteceram na quarta

e quinta-feiras e a apuração foi finalizada ontem, no quartel da Rota, em um quadrão de policiamento ostensivo. A chapa 1 fez 9.438 votos (54,2% do total), contra 7.410 votos da chapa 2 (42,5%) e 117 votos da chapa 3, de um total de 17.411 votos, com 287 nulos, 110 brancos e 42 impugnados. Deixaram de comparecer às eleições, 1.370 sócios do sindicato.

Magri considerou a vitória da chapa apoiada por ele (o presidente eleito, Enair Severino da Silva, é o atual tesoureiro da sua diretoria no sindicato) uma "vitória do sindicalismo de resultados sobre um sindicalismo contestatário e revolucionário".

J. Brasil 21/10/39

F. SS
Varios

EL SISTEMA EDUCATIVO BRASILEÑO SE ENCUENTRA EN ESTADO DE PENURIA.-

San Pablo,
por Yolanda Serrano

Un informe realizado por el Banco Mundial (BM) sobre el sistema educativo del Brasil, reflejó que su situación es semejante a la de países considerados económicamente pobres, como Egipto o Paraguay.

Elaborado por el Banco Mundial y por el Instituto de Pesquisas Educacionais (INEP) del Ministerio de Educación brasileño, el informe fue una más severa al diagnosticar un estado de calamidad.

Según los datos ofrecidos por esas entidades, el promedio de escolarización entre alumnos de primer curso de educación general básica (primer grado en Brasil) ascendió ya al 80 por ciento.

Se asegura que no sólo volvió a crecer el número de analfabetos (20 por ciento entre la población infantil), sino que disminuyó el aprovechamiento escolar en las instituciones públicas.

Los expertos recuerdan que una reciente encuesta mostró el bajo nivel de aprendizaje, al señalar que los mejores promedios conseguidos por los estudiantes no superaron el 40 por ciento de aciertos.

El estudio también dejó al descubierto las desigualdades regionales, al mostrar que 34 por ciento de los colegios localizados en el nordeste brasileño, carecen hasta de mesas para sus profesores. En promedio son hasta 15 por ciento de las regiones ubicadas al sur del país.

En relación a las escuelas del área rural, se indicó que 47 por ciento de las que pertenecen a la región del nordeste no tienen papetería para sus alumnos, y el déficit de las que están localizadas en el sur y sudeste del país es de 10 por ciento.

Un informe anterior del Ministerio de Educación y Ciencia, realizado en 1983, estimó que apenas un 27 por ciento de las oficinas escolares, tenían condiciones favorables para desempeñar la función a que están destinadas.

RESUMEN

El gobierno brasileño gasta 35 por ciento del presupuesto dedicado a educación en escuelas escolares, pero la mayor parte de los alumnos que frecuentan escuelas públicas pertenecen a familias de bajos ingresos, o viven en el colegio, o simplemente, no asisten.

La relación entre pobreza y decadencia del sistema educativo fue señalada por el Departamento Interministerial de Estadística y Estudios Socioeconómicos (DIEESE).

Según DIEESE la pérdida del poder adquisitivo de las familias, en los últimos ocho años, superó el 59 por ciento, en la capital económica del país. En las regiones más pobres el promedio fue menor.

El DIEESE también señaló el empobrecimiento de Brasil, al resaltar que el crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB), en 1983, fue de apenas 0,4 por ciento, cuando se precisaba de un mínimo de 2,1 por ciento para acompañar, al menos, el crecimiento vegetativo de la población.

Además de la crisis socioeconómica y su influencia sobre la educación, el informe del banco resaltó el desinterés del gobierno hacia los estudios de bachillerato (segundo grado en Brasil).

En 1985, el gobierno brasileño dirigió un 47 por ciento de su presupuesto hacia la educación de primer grado y tan sólo un ocho por ciento a la de segunda.

Sin embargo, las universidades públicas, a las que apenas acceden el uno por ciento de los estudiantes, recibieron, en 1985, un 30 por ciento de esos presupuestos y, aún más grave, en 1988 el Ministerio les dedicó un 59 por ciento de su receta para educación.

LA REPUBLICA 24/10/89 -

8909814

01.01

JORNAL 10
BRASIL 23/6/89 -

Dom José acusa dossiê do Iter de tendencioso

RECIFE — Em nota publicada no último Boletim Arquidiocesano — órgão oficial da Arquidiocese de Olinda e Recife — e encaminhada a todas as 71 paróquias para ser lida nas missas de ontem, a Cúria Metropolitana classifica de "faccioso e tendencioso" o dossiê "Faz escuro mas eu canto: riscos e esperança no caminho da Igreja no Nordeste", divulgado há duas semanas pela Comissão de Justiça e Paz e por alunos e diretores do Instituto de Teologia do Recife (Iter). No dossiê, o Iter e a CJP traçam um perfil da atuação do arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, criticam suas medidas contrárias à ala progressista da Igreja e protestam contra o fechamento do Instituto e do Seminário Regional Nordeste II (Sernor), que ocorrerá no fim do ano, por determinação de Roma.

A nota acusa a comissão e o Iter de forjarem mensagens de solidariedade à CJP, que está proibida por Dom Cardoso de se manifestar publicamente. "Entidades cujos nomes foram incluídos no mencionado fascículo e falsamente apresentadas como solidárias com a Comissão de Justiça e Paz já enviaram protestos aos responsáveis pela publicação e reafirmaram sua adesão ao arcebispo", diz a nota, que não aponta, porém, os nomes dessas entidades. A nota também acusa o presidente da CJP, Luiz Tenderini, de ter solicitado, através de cartas, mensagens de solidariedade a casas confiantes. "Algumas dessas cartas foram divulgadas a esta Cúria", garante o documento. Tenderini não foi localizado para comentar as acusações.

Conclusões — Além de afirmar que todos os artigos do arcebispo contêm uma espécie de "voto" do papa João Paulo II e do papa II, a nota da Cúria Metropolitana considera "falso" a alegação de que o dossiê faz o Dom José Cardoso, de ter chamado a polícia para expulgar manifestantes das Fátimas das Mangueiras, sede do seminário. A Cúria se refere aos pastores do Evangelho Segundo II que, em agosto deste ano, tentaram atingir o público para exigir de arcebispo a permanência do padre cecílio Hugo Toffy, afastado dos trabalhos pastoriais por Dom José Cardoso. Na época, Dom José solicitou um camburão da PM, que guarda vários dias mantendo guardado o local de polícia.

"Aqueles que, de qualquer, invadiram a residência episcopal, declararam sua firme proposta de ali estabelecer um acampamento por tempo indeterminado, com a finalidade — também declarada — de coagir o arcebispo a revogar uma decisão legítima de seu ministério", afirma o documento. "Não podem agora ser apresentados à opinião pública nacional e internacional como humildes e velhas que deservem apenas falarem o pastor".

F. 88

ZERO HORA
30/10/89

Brasileiros mudam a economia e os costumes no Uruguai

□ Pobres e ricos cruzam a fronteira. Compram, arrendam ou vão cortar cana. Alguns uruguaios até vão embora

CARLOS WAGNER

Divulgação Especial/ZH

Montados em seus tratores, ou simplesmente carregando uma marmita com comida, dezenas de agricultores e trabalhadores rurais brasileiros estão tirando o seu sustento das lavouras que estão fazendo no Uruguai, ou nas "terras do Prata", como chamam. Eles estão entrando no território uruguio deixando atrás de si uma extensão de 13 milhões de hectares de terra agrícola mal utilizados na região da pecuária gaúcha, segundo documentos do Governo do Estado.

Os agricultores e os trabalhadores rurais brasileiros estão mudando a economia e os costumes de uma boa parte da zona rural uruguia. Há cerca de cinco anos, sem muita cerimônia, eles começaram a comprar e a arrendar terras, e a trabalhar nos cultivos de cana-de-açúcar. Em qualquer botecho de beira de estrada, ao longo das 510 quilômetros da fronteira do Uruguai com o Brasil — no território gaúcho — é comum ouvir o botecheiro dizer: "Aqui solo hay brasileiros, los uruguayos están pariendo". Uma verdade que está despertando a curiosidade de lideranças camponesas e do governo castelhano.

A lei uruguia não proíbe a compra de terras na fronteira por estrangeiros. O país tem uma tradição de atrair investimentos de fora no campo. Isto de uma certa maneira poderá ter influência na estrutura agrária do país, que vem se modificando nos últimos 25 anos. Há um estudo denominado "Agricultura: estanciamiento y crisis", do professor Miguel Vassallo, que denuncia a estrutura agrária uruguia como um dos fatores do atraso econômico do país. Segundo este estudo, em 1956 existiam no país 89.130 propriedades rurais, em 1980 este número caiu para 68.362. Em média desapareceram por ano 880 estabelecimentos. Isto significou uma concentração de terras: apenas 6% destas propriedades ocupam 60% da superfície agrícola uruguia, calculada em 13 milhões de hectares — metade da gaúcha.

Entre os 68.362 proprietários rurais uruguaios, apenas 4.500 são donos de três quartos — em torno de 9 milhões de hectares — de toda a superfície agropecuária castelhana. Este grupo é conhecido como terratenientes, vêm de famílias tradicionais que vivem da exploração das estâncias com pecuária extensiva e,

nos últimos tempos, com arrendamentos. A maioria mora em Montevideo e está envolvida na política.

SACA — Na outra ponta destes números, revela o estudo, estão as pequenas propriedades, que representam 70% do número de estabelecimentos rurais e ocupam 7% da terra. As propriedades médias representam 24% do total das existentes no país. E são elas e as pequenas responsáveis por mais de 80% do número de empregos e produção agropecuária uruguia. Houve uma queda de 45% no número de trabalhadores rurais de 56 a 80 no Uruguai, segundo o Censo Agropecuario. Isto significou que 134 mil trabalhadores rurais mudaram de ofício, em média 5.500 ao ano.

Muitos destes trabalhadores eram pequenos proprietários que perderam suas terras e passaram a trabalhar de peões. Hoje, segundo o agrônomo Júlio Tarino, coordenador do Instituto Nacional de Colonização (INC), no Departamento de Artigas, existem 20 mil camponeses sem-terra no Uruguai. Já o Movimento pela Terra aponta a existência de 500 mil sem-terras. Esta realidade agrária uruguia teve uma participação importante no surgimento dos guerrilheiros Tupamaros, na década de 70. O principal líder, Raul Sendic, foi o fundador Sindicato União de Trabalhadores Açucareiros de Artigas — conhecido como Sindicato das Uta.

É este contexto uruguio, agravado por violenta crise econômica que o país está atravessando, e que os brasileiros estão se inserindo hoje. Na parte sul e sudeste do território uruguio os médios e grandes proprietários rurais brasileiros e multinacionais estão introduzindo a lavoura do arroz, citros e refloresta-

mento com pinus. No norte e nordestes os trabalhadores rurais estão de cortadores de cana—de—açúcar.

ARADO — De certa forma os arrozeiros estão mantendo o mesmo esquema dos antigos proprietários uruguaios: não moram nas glebas, vivem no Brasil. Mas a sua presença é denunciada pela mudança do tipo de exploração da terra: substituíram a pecuária pela agricultura. "Um negócio muito bom para nós", comenta o intendente de Rio Branco, Luiz Alberto Aierremendi. Ele aponta o dedo em direção ao horizonte mostrando os grandes silos de arroz como símbolo de progresso. "Estes negócios têm muitos riscos para o Uruguai", complementa Bernardo Quagliotti de Bellis, coordenador do Instituto de Geo—Política do Atlântico Sul, de Montevideo.

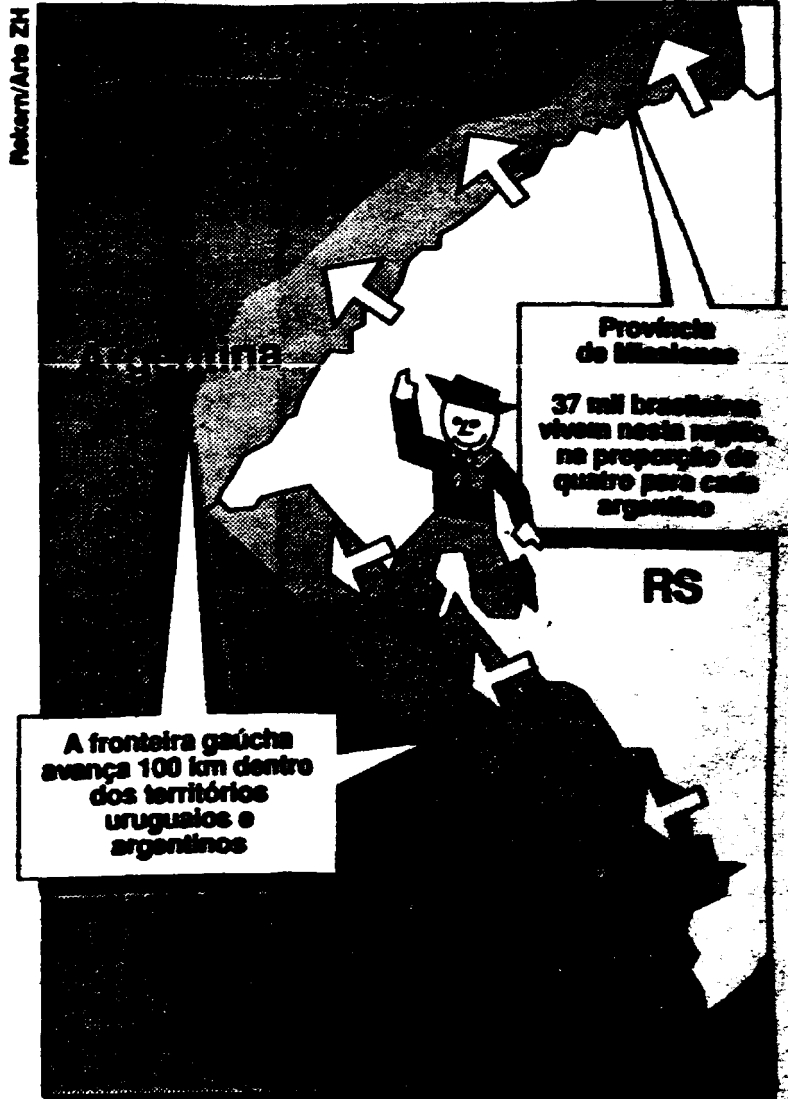
O risco para o Uruguai com a presença brasileira está nos que compraram terra simplesmente para especular preço, o que pode acirrar os ânimos dos camponeses, analisa Bellis. Nem todos que compraram terra no Uruguai, e não estão plantando, querem especular preço. Acontece que o negócio com arroz vem piorando muito nos últimos tempos, lembram Clóvis Teixeira, 54 anos, um estancieiro de Jaguarão que tem terras no Uruguai.

Bellis tem vários livros publicados a respeito de geo política, daí sua preocupação tem razão de ser. A posição dele é reforçada pela coordenadora do Movimento pela Terra, Marta Varvatulis. Ela revela que 13% — em torno de 1 milhão e 300 mil hectares — da área produtiva do país está em mãos de estrangeiros, 80% com brasileiros. A presença do



Lavoura: brasileiros plantam arroz e uruguaios acham um bom negócio

A FRONTEIRA AVANÇA



especulador pode ser usada contra os brasileiros por um político inescrupuloso e colocar em risco os grandes investimentos, analisou um empresário rural de Bagé, que pediu para ficar no anonimato. Na verdade este empresário está refletindo uma preocupação geral daqueles que investiram em terras de arroz, no sul e sudeste e continuam morando no Brasil.

ENSINO — A primeira preocupação das famílias dos peões brasileiros é com o ensino para o filho. Tanto assim que grandes empresas possuem escolas. Na estrada entre Rio Branco e Melo há a Escola 127, da Arrozal Rosales, uma agroindústria de São Jerônimo. Ali estudam crianças brasileiras e uruguias. Segundo a professora uruguia Yelsi Oliveira Ferrero os conteúdos escolares são uruguaios, e ela enfrenta dificuldade em ensiná-los aos brasileiros, porque no seu dia—a—dia eles vêem o programa da Xuxa, e os seus pais têm a Zero Hora. Além de escutar as emissoras de rádio "do outro lado", a aluna Raquel Lobato, por exemplo, uma garotinha de Novo Hamburgo, foi para o Uruguai acompanhando o pai que é pastor evangélico, e está lá trabalhando com os brasileiros. Ela diz que gosta dos seus coleguinhos castelhanos. Mas sente saudades da sua terra. Cláudia Barcelos, 11 anos, colega de Raquel, é uruguia e acha os seus colegas brasileiros simpáticos. Cláudia assiste todas as noites a novela "Que rei, sou eu", pela RBS TV Bagé.

Nesta região é difícil saber onde termina o Brasil e começa o Uruguai. O idioma falado é o português. Isto, segundo Mário Barbosa, capataz de uma estância tem facilitado aos brasileiros ensinar os peões uruguaios, que estavam acostumados a lidar só

com gado, a operar equipamentos agrícolas.

TRADIÇÃO — Esta mudança na vida da pecuária para agricultura preocupa a pecuária uruguia, como falou Gervásio Lima, peão de uma estância em Aceguá — um vilarejo no interior de Bagé — onde a população é metade é brasileira e outra castelhana. Ele diz que os peões têm uma boa proteção das leis locais. E que os brasileiros estão levando gozete de sua terra para lá, para não pagar os impostos. Elmar Gomes, um brasileiro que planta 100 hectares no interior de Melo, e fala com empolgação nas estâncias, diz que não é bem assim esta questão. Para o seu peão, José Luiz Rodrigues, ele paga imposto nos dois lados da fronteira.

Estes problemas gerados pela implantação da agricultura em região de pecuária já aconteciam na fronteira sul do território gaúcho, na década de 70, quando chegaram os lavoureiros de arroz, muitos dos quais estão agora no Uruguai. A única diferença é que todos esses brasileiros. E as mudanças trazidas pela agricultura não vão ficar por aí.

Hoje é tradição no Uruguai o estancieiro permitir que os camponeses vivam de agregados em um pedaço de campo. Como é o caso dos camponeses Adriana Telles e Sirlei Andrade, em Las Toscas. Os maridos trabalham na cidade e elas plantam meio hectare de batata doce em uma tira de terra pertencente a uma grande estância. Os arrozeiros estão terminando com esta prática, porque precisam de cada metro quadrado da propriedade. Para Luiz Pivetta, um arrozeiro brasileiro que planta 2 mil hectares em Artigas, a "agricultura é mais dinâmica que a pecuária".

8909875

Custo da terra sobe com a invasão

Os brasileiros também levaram para o Uruguai a valorização das terras. O preço do hectare — em média 200 dólares — dobrou nos últimos tempos. “E isto trouxe uma preocupação para os pequenos proprietários, porque não estamos conseguindo comprar terras para os nossos filhos”, comentou Roman Vicente Gomes, 52 anos, um filho. “Ao mesmo tempo, vemos os brasileiros sem tomando conta de tudo”, fala indignado o camponês Eldemiro Nobre, 74 anos. Ele ocupa um pedaço de terra em Rio Negro — região de Tacuarembó. Ladeira à sua gleba fica a Estância Madruga — 1.800 hectares — comprada pelo fazendeiro Valdemar Mendoza, de Bagé, e arrendada para outros brasileiros.

Joaquim Etchera, agregado de Nobre, disse que está conseguindo contrabalançar a situação econômica da família trabalhando no reflorestamento na região de Buena Unión. Esta região fica na parte nordeste do Uruguai, onde se concentra uma boa parte das pequenas propriedades uruguiaias e de trabalhadores rurais brasileiros, até trazidos de ônibus de São Gabriel e arredores para as plantações de pinus.

Até há alguns anos, quando a pecuária era o eixo econômico da região, as diferenças eram poucas. Mas isto acabou, porque os interes-



Corte da cana: mão-de-obra brasileira baixou o custo

ses econômicos brasileiros e multinacionais são imensos, analisa Marta Varvatruis, do Movimento pela Terra. Isto significa a movimentação de grandes contingentes de mão-de-obra. Este vai-e-vem de trabalhadores rurais nem

sempre é feito dentro dos acordos internacionais. E acaba baixando os ganhos dos uruguaios.

CANAVIEIS — “Todos são filhos de Deus e precisam trabalhar”, argumenta o peão, João Oliveira,

de Quarai. “O serviço é escasso na fronteira, se precisa pegar o que aparece”. Mais ao norte de Quarai, Bella Unión, região canavieira, o problema criado pela entrada de trabalhadores rurais brasileiros no Uruguai é bem mais sério. “Aqui eles usam os camponeses brasileiros para baixar o preço do corte da cana de açúcar”, denuncia Rubens Lopes, da direção do Sindicato das Uvas. Pelos seus cálculos, entre os 2.300 cortadores de cana da região, 900 são brasileiros.

Lopes disse que não há meios de evitar que os brasileiros trabalhem lá. Mas acredita que, se fosse feito um acordo com os sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil, o problema poderia ser sanado. Até porque há proprietários rurais que têm glebas dos dois lados, e usam também os trabalhadores uruguaios no Brasil, para baixar o custo da mão-de-obra. Dificilmente este acordo sairá, porque o Sindicato das Uvas é considerado um dos mais progressistas da América Latina e, do lado brasileiro, são mais conservadores. Segundo Reinaldo Alvarenga, 63 anos, um brasileiro que planta cana em Bella Unión, o que preocupa mais os plantadores ultimamente é a rentabilidade da cana.

INCRANTE — A rigor, hoje as marcas da presença brasileira no Uruguai estão bem visíveis. Se for-

se possível fazer um corte no território uruguio, poderia-se ver o sul, norte e nordeste, com milhares de brasileiros, a economia uruguia nada a ver com o resto do país, está em crise. Naquela zona há um crescimento econômico muito comentado. João Alberto Romão, filho de Jaguairito pelo PFL, diretor da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FAR), disse de produtor de arroz. Em termos de porte médio — nas pequenas glebas —, como há, por exemplo, um grupo do cabelo até o pescoço, não são traders do Brasil, produtores de arroz, de milho, de uma cultura nova, mas com interesse em conservar a tradição, com as cooperativas e a importação de tecnologia.

Os brasileiros também estão vendo problemas econômicos no Uruguai, como a política do Rio Negro, que já começou a perder o ritmo, com muitos produtores de tomate da região de Bagé. Em Uruguai, nos arredores de São Trigo, os agricultores estão vendendo o serviço, com os produtores que usam os brasileiros. Há notícias nos jornais de política em outros países. Se forem colheitas ruins, lança os brasileiros para o Uruguai, os juízos causados à cultura do país ao meio ambiente, o que é prejuízo aos castelhanos.

2000 400A 24/10/75
 CINE DE BENE
 FERNANDES
 Inaugurada com o
 cumprimento dos progre-
 ssistas, representantes de de
 conservadores da Igreja Cató-
 lica de Pernambuco promo-
 veram no mosteiro de São
 Bento, em Olinda (a dez quilô-
 metros de Recife), manifesta-
 ção de desagravo ao arce-
 bispo de Olinda e Recife,
 dom José Carlos Sebastião,
 com a celebração de uma
 missa em ação de graças. O
 ato de apoio ao arcebispo —
 do qual participaram bispos,
 padres de várias metrópoles
 e monges beneditinos —
 foi em resposta às críticas
 que vêm sendo feitas pelos
 progressistas, sobretudo de-
 pois da decisão do Vaticano
 de fechar o Instituto de Teo-
 logia de Recife (Itar) e San-
 ctuário Regional do Nordeste
 (Santuar). (A. B.)

03.03

8909875

Brasil 84

F.S.S.

IBGE vai dizer quantos somos

ZERO HORA 5/11/89

□ Censo será realizado no ano que vem, em busca do perfil do País. No último, em 70, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes

O IBGE se prepara para fazer, no próximo ano, o X Recenseamento Geral do Brasil, que tem por objetivo traçar o perfil estatístico do País e revelar, portanto, sua realidade social. Dos 90 milhões de brasileiros vitoriosos da Copa do Mundo do México em 1970, estima-se que houve um crescimento de 50 a 60 milhões de habitantes até o final da década de 80. Isto devido, por exemplo, à queda de taxa de fecundidade total (TFT) de 5,8 filhos por mulher em 70, para 4,4 em 1980, ou mesmo de um País predominantemente jovem há duas décadas, e se que tenham desenvolvido na segunda década de 90, alterando o perfil sócio-político-econômico do brasileiro. Para o X Recenseamento Geral, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contará com NC-17 milhões que serão aplicados na produção de mapas censitários, compra de equipamentos - principalmente na área operacional - e contratação, ainda em 89, de cerca de mil pessoas para dar início aos preparativos da pesquisa mais solenemente realizada pelo órgão, o Censo Nacional.

O Censo Demográfico é realizado a cada 10 anos, devido à sua complexidade e abrangência, já havendo sido até abandonado por diversos países europeus, que preferem realizar levantamentos anuais para apurar o perfil de seus cidadãos. Entre os objetivos do censo brasileiro estão: traçar o perfil estatístico do País; fundamentar o planejamento de ações dos governos federal, estaduais e municipais; estabelecer parâmetros para a fixação de vagas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios; dar elementos para subsidiar a criação de novos municípios e distritos; fornecer dados para fixar a composição do Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais; gerar dados básicos para as Contas Nacionais do Brasil e para que sejam projetadas outras pesquisas estatísticas; produzir informações que permitam estudos sobre a evolução do Brasil e a comparação da nossa situação com a de outros países; e revelar a realidade brasileira.

CONCLUSÃO — Este trabalho de fôlego



População: em 19 anos, crescimento de 50 a 60 milhões de habitantes

será realizado por cerca de 190 mil recenseadores que vão a mais de 35 milhões de domicílios, em todos os cantos do País, a partir de setembro próximo. Estes 190 mil, escolhidos em concurso público, terão a supervisão de 20 mil técnicos, aproximadamente, na realização de seus trabalhos, que incluem a utilização de 40 milhões de questionários a serem respondidos pelos entrevistados.

Entre os temas que serão perguntados aos cidadãos estão, por exemplo, as características individuais: sexo, idade, religião, raça e cor; as demográficas: migração, fecundidade, mortalidade e nupcialidade; as educacionais: alfabetização, nível de instrução; e as de meio-de-obra: pessoal ocupado, ramo de atividade, rendimento. Além disso serão colhidas informações sobre o tamanho dos domicílios dos entrevistados (número de quartos, de banheiros), se tem bens duráveis (fogão, geladeira, televisão, automóveis, freezer) e se contam com os serviços essenciais como água, esgoto, lixo e iluminação.

Para este Recenseamento Geral do Brasil o IBGE divide o País em 190 mil setores censitários, por meio de mapas municipais (4.500) e de cidades (25.500). Cada um dos setores censitários, no entanto, terá somente 250 domicílios aproximadamente, o que colabora para a definição da área de atuação dos recenseadores.

TESTE — O teste inicial do X Censo foi realizado no Censo Experimental de Li-

meira, em São Paulo, em outubro de 1988. Para o experimento foram incluídos todos os pontos importantes que fariam parte do Recenseamento Geral, como o planejamento, preparo da base geográfica, definição da extensão e profundidade da pesquisa, recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, até a coleta de informações e divulgação dos resultados.

Desta vez, em 1990, uma novidade constará do trabalho de apuração do Censo Demográfico: tem início no 15º dia das entrevistas. Isto porque já estão sendo instalados 21 centros de apuração em todo o País, descentralizando a atividade antes exclusiva da sede, no Rio de Janeiro. Com a adoção desta medida, o tempo gasto para a codificação e digitação de dados ficará reduzido à metade, e as regiões enviarão para a sede, via rede telefônica (ligada aos computadores), as informações já processadas, poupando o frete de transporte de milhões de questionários como era feito antes.

E o resultado logo será sentido, pois se o trabalho iniciar em setembro, logo ao final de dezembro já teremos o número exato de brasileiros no País, entre outros dados parciais que serão divulgados. Mas o resultado completo das características sócio-econômicas da população virá em 1992, também apostado pelo presidente do IBGE, Charles Curt Mueller, com razão, pois a divulgação de censos decenais leva, normalmente e no mínimo, três anos. (Brasil/22)

Religioso faz índio escolher a esquerda

FS S.
CIA)

28 nov 19/11/89

Ronald Brasiense

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM. — O candidato do PT, Luis Edson Collor, conseguiu ser o primeiro votado entre os índios do Alto Rio Negro, Amazonas. Lula teve naquela região da fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela, área de atuação do Exército, o apoio do M-19 e onde o Exército desenvolve o projeto Calha Norte, a maioria apóia o Cui (Conselho Indígena Missionário) e as missões da Igreja, que proliferam em todas as aldeias indígenas.

"O Lula contou com o apoio dos padres do Cui", reconheceu o juiz eleitoral Kid Mendes de Oliveira de 53 anos, que preside as eleições em São Gabriel da Cachoeira, a maior cidade da região, conhecida como Cabeça de Chama, onde funciona a 19ª Zona Eleitoral. O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, apoiado pelo governador do estado, Amazonas Mendes, obteve o primeiro lugar, com 2.060 votos. Lula conseguiu 300 votos.

A influência do Cui ficou patente em pelo menos dois distritos da 19ª Zona Eleitoral — a que funciona em Assunção do Içana, onde Lula teve 88 votos, contra apenas três de Collor e dois de Leonel Brizola (PDT); e a de Igaratê, na fronteira com a Colômbia, onde Lula teve 39 votos contra 12 de Collor.

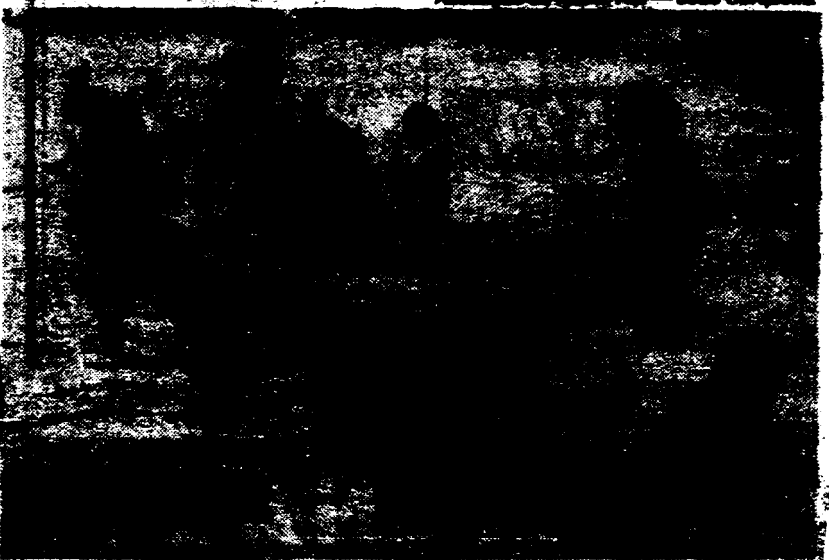
No Alto Rio Negro votaram 3.213 índios, mas o número poderia ter sido maior, se as seções eleitorais dos distritos de Taracá, Maracá, São Joaquim, Amacá e Içana fossem funcionando. "Vamos fazer todos os esforços para que, no segundo turno, estas seções funcionem e todos tenham o direito de

votar para presidente", prometeu o juiz Kid Mendes de Oliveira. Apesar dos esforços, não foi possível entregar as urnas em várias aldeias indígenas, entre as quais a dos índios que vivem no Vale da Neblina, próximo ao ponto culminante do Brasil. Lá, a pista não oferece condições de pouso.

Na aldeia de Assunção do Içana, dos índios Tucanos, o padre Afonso, do Cui, é apontado pelos políticos de São Gabriel como grande responsável pela vitória de Lula sobre Collor na seção daquele distrito. "O padre Afonso é paulista e faz campanha aberta pelo PT", acusou o ex-prefeito de São Gabriel, Raimundo Quirino. Instaladas na região há mais de um século, as missões religiosas do Alto Rio Negro exercem grande influência em toda a região fronteira do Brasil com Colômbia e Venezuela. O Exército mantém uma influência e atua para evitar que os padres e missionários tenham algum tipo de controle da região. Em Igaratê, por exemplo, o Exército vem construindo um moderno hospital, com recursos do projeto Calha Norte, embora o distrito já tenha um outro hospital, mantido por missionários seculares.

Na próxima quarta-feira, o presidente José Sarney, acompanhado do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Moreira Lima; do ministro do Exército, general Leônidas Feres Gonçalves; e do chefe do Gabinete Militar, general Bayma Dudge, estará em São Gabriel da Cachoeira, onde vai inaugurar a rodovia BR-307, unindo São Gabriel da Cachoeira a Cuiabá, construída pelo Exército; uma estrada asfáltica; e, em Içá Retê, uma pista de pouso asfaltada e o hospital construído pelas Forças Armadas.

Assunção do Içana, AM — João Carneiro



Índios aguardam Lula e derrotar candidato do governador.

JORNAL DO BRASIL 19/11/89

89100631

E.S.S. (CJA) JORNAL DO BRASIL 19/11/89. -
Igreja trabalha em silêncio

**Padre desvia para
Lula votos que
seriam de Collor**

Terezinha Nunes

CORTÊS, PE — Cercado de cana-de-açúcar, da qual dependem 80% de sua população, este município de 20 mil habitantes e 10.500 eleitores, a 115 quilômetros de Recife, não tem nem o apoio do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Não há, por toda cidade, um só cartaz de Lula, e quem chega lá de cara com dois grandes comitês do candidato do PRN, Fernando Collor, e inúmeras fotografias do candidato do PDT, Leonel Brizola. Apesar disso tudo, Lula venceu com folga a eleição em Cortês, com 30% dos votos, enquanto Collor teve 29% e Brizola 18%.

Quem teria operado o milagre de convencer a população, que há três meses era majoritariamente pró-Collor, a votar em Lula? Os dois maiores líderes políticos do município, o prefeito Manoel José da Silva, 60 anos, do PDT, e o ex-prefeito Mário Feitosa, 53 anos, do PFL, não pensam muito antes de responder. Atribuem o feito ao padre italiano Erminio Canova, vigário do Município, 40 anos, entusiasta da candidatura de Lula. Não é difícil comprovar o que eles dizem. Só há broches do PT em três lugares de Cortês: na casa do padre, na residência das irmãs do Sagrado Coração e entre os alunos da escola paroquial de 2º grau, da qual Canova é um dos dedicados professores.

"Cheguei a sentir um entalo na garganta várias vezes na igreja", conta o ex-prefeito Mário Feitosa, acusando o padre de ter feito companhia para Lula até nas missas. "Ele só não fazia dizer o nome, mas com palavras desenhava com clareza o retrato de Lula."

O padre Canova não nega sua influência: "Eu não disse abertamente para votar no PT, mas a quem me perguntou recomendei Lula, sim." Ele alega, porém, que não impôs o nome do candidato do PT. "Durante três meses, antes da eleição, organizei debates com mais de 200 jovens das pastorais e suas famílias para conscientização política. Mostrávamos o que era direita, esquerda, progressista, conservador e com o tempo eles próprios foram tirando suas conclusões."

Em silêncio — Esses debates fulminaram a candidatura Collor. O coordenador da campanha do PRN em Pernambuco, Eduardo Farias, dono da usina Pedrosa, com sede em Cortês, conta: "Os votos de Collor foram desaparecendo como por encanto."

O prefeito Manoel José da Silva também se queixa do padre.

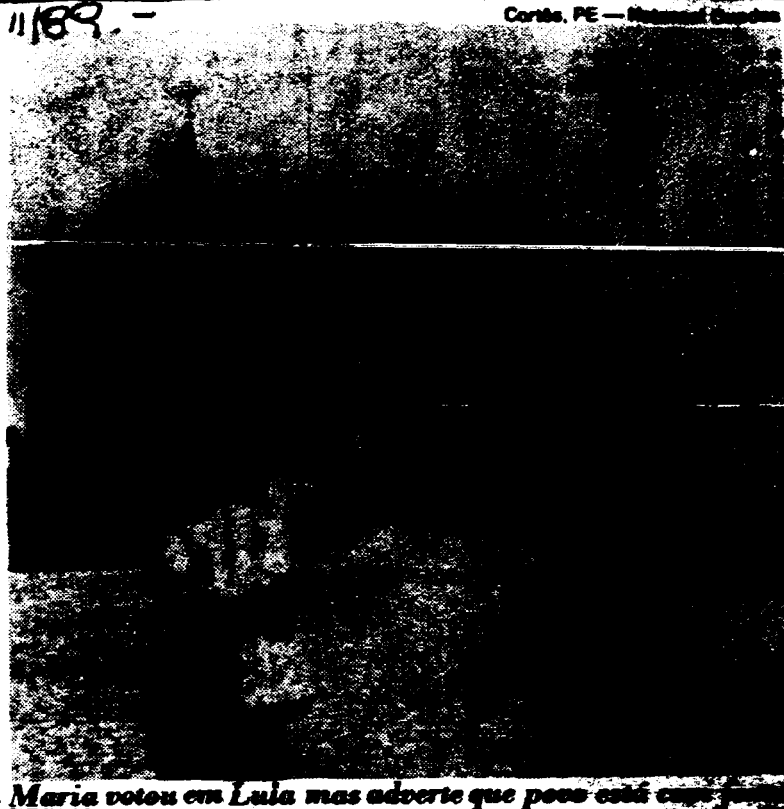
"O povo sabe que Brizola é progressista, mas a Igreja apoiou Lula, e quem anda pelos sítios e pelos morros é o padre." De uma só vez, a Igreja progressista ajudou a derrotar em Cortês o poder econômico da usina Pedrosa, posto a serviço de Collor, e o poder político, que se aliou a Brizola. Tudo foi feito silenciosamente, sem um comício sequer.

O padre Canova não esconde sua opção por Lula, mas nega que em algum ato religioso tenha feito política. "É mentira que tenha pedido votos durante a missa. Minha opção é pessoal", defende-se. Ele diz que não desobedeceu a orientação da CNBB. "A Igreja nos mostra que devemos refletir e aprofundar a nossa fé, que não é morta mas tem seu compromisso com a realidade." Ele acha que Lula foi o único candidato a respeitar a organização popular. "Ele também colocou em sua equipe de estados dois bispos e o frei Leonardo Boff", assinala.

Ministério — É fácil encontrar em Cortês quem confesse abertamente a opção por Lula como recomendação da Igreja, embora todos admitam que houve um campo fértil para a pregação pró-PT: a situação de miséria da maioria do povo do município, que vive do trabalho nos engenhos e na usina.

"Este povo vive com fome e só vai votar agora e daqui para frente em que tiver do lado dele" — diz Maria Marinho Ferreira, 61 anos, lavadeira, que votou por influência do padre Canova. Enquanto aguarda a eleição do segundo turno para votar em Lula — "Posso ficar com Brizola também" —, ela afirma que Lula só precisa ter cuidado com uma coisa: "a sede do povo". E diz, pensativa: "Não se pode dar muita asa ao povo, senão ele quer voar e vem confusão como em 64."

O trabalhador rural Antônio Machado, 45 anos, nem quer discutir a influência da Igreja: "Eu sou lá satanás, para não gostar de padre?" Explica que consultou o padre Canova para votar em Lula.



Maria votou em Lula mas adverte que povo está cansado

FSSCIG)

28/10/83 ZELO UOCA

CNBB divulga os critérios para votar

A Igreja Católica está divulgando junto a suas comunidades uma plataforma econômico-social aprovada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) com sete critérios para os católicos votarem no segundo turno das eleições presidenciais.

A Igreja reivindica, também, que os dois candidatos divulguem logo a provável composição de seus ministérios, com base na qual os vários setores eclesiais debatem o passado político de cada ministério e as alianças que o levaram a ser indicado.

De acordo com nota do bispo de Santana, regido norte de São Paulo, dom Joel Ivo Catapan, os presidentes que quiserem o voto católico devem assumir compromisso público com os pontos dessa plataforma: 1) O apoio a uma política agrícola que garanta a reforma agrária e a permanência do pequeno agricultor no campo. 2) A justa distribuição social do solo urbano. 3) A preservação do meio ambiente da exploração predatória e da poluição.

Função social — 4) "O apoio aos trabalhadores em sua luta pela justiça social" e a participação dos assalariados nos sindicatos, na gestão das empresas e nas decisões sobre os problemas da sociedade. 5) Adoção de medidas que garantam a função social da empresa, incluindo salário justo, livre organização sindical dos trabalhadores, condições dignas de trabalho, negociações permanentes, participação nos lucros e na política econômica das empresas.

6) Incluiu, no programa de governo, da submissão da dívida externa a uma auditoria pública, com a participação do

Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil. (AG)

2100 NORA

SUCESSÃO

Sábado, 25 de novembro de 1984

CNBB propõe união nacional em torno do eleito

"O senhor fica com o capital ou o trabalho?" Esta foi uma das inúmeras perguntas feitas ontem, na saída do Palácio do Alvorada, para saber a posição do presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes, para o segundo turno das eleições presidenciais. Cansado com a insistência dos repórteres, o religioso respondeu: "Fico com a Justiça Social".

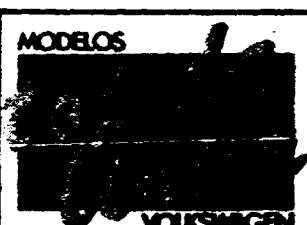
Destacou que o candidato eleito deverá ter o apoio das demais forças

políticas, mesmo as derrotadas, produzindo uma "grande união nacional" para enfrentar os problemas brasileiros. Disse ainda que a CNBB não irá se pronunciar oficialmente por nenhum candidato.

Dom Luciano explicou que com estas eleições não acabaram somente os caciques políticos, mas também com esta história de "candidatos da Igreja". Disse que a Igreja não tem candidato, pois a instituição não deve se posicionar, mas que isto não impede o alinhamento individual de religiosos, pois se trata de uma escolha pessoal. Esclareceu que a Igreja deve ter uma intensa participação política na campanha presidencial, mas não apresentar uma resposta aos eleitores, contribuindo com informações para que cada um forme a sua própria convicção do que é o melhor para o país.

INDÍGENAS — O presidente da CNBB esteve com o presidente Sarney, no Palácio do Alvorada, pedindo providências urgentes do governo para defender os índios Yanomamis da febre silvestre (semelhante a malária) e da ação dos garimpeiros (cerca de 40 mil), que ameaçam a sobrevivência da nação indígena. Acompanhado do bispo de Roraima, dom Aldo Magiano, Sarney disse já ter enviado para a área 50 funcionários da Sa-

MODELOS



VOLKSWAGEN

É ASSIM QUE SE VAI
PELO CAMINHO
DO SUCESSO.

Consórcio [Logo] Paranaíba

cam e que determinará ao Ministério da Saúde, Sérgio Tazuzaki, que desenvolva uma ação mais intensa na região a partir de segunda-feira.

Quanto ao problema dos garimpeiros, dom Luciano disse que se trata de um problema social complexo, demandando mais tempo para se encontrar uma solução. Mas lembrou que a manutenção daquela atividade na área indígena representa uma desobediência à Constituição e quer do governo um esforço maior para que isto não ocorra. Dom Luciano pediu também ao presidente Sarney que o Brasil desenvolva gestões para pôr fim à violência em El Salvador e no Líbano, solicitando que a Chancelaria desenvolva iniciativas para que estes conflitos possam ser resolvidos pela via do diálogo. (Brasília/ZF)



Dom Luciano Mendes

1988

25/11/85

ZERO-NOVA

PAÍS

F.S.S (Tg)

Salvem os índios, pede a CNBB

□ Epidemia de febre alvastre se espalha entre os Yanomami, no Estado de Roraima. A CNBB faz um apelo ao presidente Sarney

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, cobrou ontem, em Brasília, do presidente José Sarney, durante audiência no Palácio da Alvorada, providências urgentes do Governo Federal para conter a epidemia de febre alvastre (semelhante à malária), que vem atacando os índios Yanomami, em Roraima.

O bispo disse que a ajuda enviada recentemente pelo Ministério da Saúde não foi suficiente. Além disso, dom Luciano deixou no Alvorada um pedido formulado pelo conselho permanente dos bispos, reunido em Brasília, para que o Governo retire cerca de 40 mil garimpeiros instalados na área da reserva dos Yanomami.

A solução que a CNBB pede, de acordo com ele, não inclui a expulsão pura e simples dos garimpeiros, mas sua transferência para outros locais fora das reservas indígenas. O presidente Sarney, conforme relato do bispo, prometeu ajudar na solução do problema, embora não estabele-



Dom Luciano: um apelo
cer prazos. Apenas na questão da epidemia, Sarney disse que o reforço de ajuda seguirá na segunda-feira.

Já o bispo de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul, dom Sinésio Bohn, propôs que o conselho permanente da CNBB leve ao Tribunal Internacional de Haia, na Holanda, a denúncia de que o Governo brasileiro está cobocando em prática uma política de genocídio na área indígena Yanomami, em Roraima. Segundo dom Sinésio "a cada dia estão morrendo dois índios Yanomami, em surtos de malária e em confrontos com os garimpeiros".

De acordo com dom Sinésio, "a igreja foi expulsa da área indígena e os índios ficaram entregues à própria sorte". (AE)

FR (79)

Manifesto evangélico em favor de Lula

28/11/89

Quarenta pastores evangélicos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo e Pará divulgaram ontem, em São Paulo, um manifesto em apoio ao candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, deputado federal Luis Inácio Lula da Silva. Os pastores per-

teceram as Igrejas Metodista do Brasil, Congregacional, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Evangélica Luterana do Brasil, Metodista, Assembleia de Deus e Presbiteriana Unida.

A nota afirma que o apoio dos pastores é pessoal e que as Igrejas evangélicas "como in-

stituições oficiais" não têm e não podem ter candidato oficial, acrescentando que "a manipulação que se tem feito de que a família evangélica está comprometida organizadamente com qualquer candidato não corresponde à verdade".

Os evangélicos justificam sua opção por Lula com base "na

fidélidade ao evangelho de Cristo que nos alimenta e nos inspira na construção de um país de justiça e paz". Eles afirmam, ainda, que a candidatura de Lula "é a única capaz" de promover as "mudanças necessárias e urgentes que o Brasil exige".

(AG)

06

8910063

O voto dos sindicalistas

☐ A divisão dos
 sindicatos pode
 ficar mais acirrada
 se os candidatos das
 duas correntes forem
 para o segundo turno

Divididos na condução do movimento sindical, os principais dirigentes sindicais do País não fugiram a regra na eleição presidencial. A maioria dos votos deles ficou com os dois candidatos que deverão passar para o segundo turno: Fernando Collor de Mello do PRN e Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Se confirmados, a divisão no movimento sindical deverá ficar ainda mais acirrada.

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, que regressou ontem dos Estados Unidos, onde participou de um Congresso da AFL-CIO (principal central sindical norte-americana) votou no candidato do PRN. Ele acha que Brasil no segundo turno terá um lugar melhor para fazer acordos que o PT.

Único dos principais dirigentes sindicais a não declarar seu voto, foi o presidente do maior sindicato de trabalhadores de América Latina, os metalúrgicos de São Paulo, Luiz An-



Magri, presidente da CGT votou no candidato do PRN

tonio Medeiros. Acompanhado da mulher e da filha mais velha, Cida, de 18 anos, o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Mesquita, teve tapacalça, quando chegou a porta da seção onde votou e fez boca-de-urna em favor do candidato do PT.

Elcio de Mário Covas, de quem é segundo suplente no senado, o pre-

sidente da Central Geral dos Trabalhadores, uma dissidência da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, não quis revelar, porém, em quem votará no segundo turno.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, votou e fez boca-de-urna para o candidato do PT (AG)

CUT não rejeita Brizola ^{F.S.S.}

SÃO PAULO — O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, vai defender na reunião da direção nacional da entidade, nos dias 28 e 29 de novembro, o apoio formal da central sindical, que é ligada ao PT, ao candidato da esquerda que for para o segundo turno contra Fernando Collor de Mello, do PRN. A defesa deste apoio, esclareceu Meneguelli, é uma posição absolutamente pessoal e vale tanto para o candidato do PDT, Leonel Brizola, como para o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, e não significa um compromisso da entidade com o novo governo.

Na avaliação de Meneguelli, a relação do movimento sindical com o novo presidente só muda essencialmente se o eleito no segundo turno for o candidato do PT. Ele teme que Brizola no poder repita "o que o Menca está fazendo na Argentina", que ele classifica como um projeto neo-liberal, ou seja, privatista, e que não desconsidera a perda de direitos trabalhistas já adquiridos.

Transparência — Na hipótese de um governo petista "as greves podem diminuir, mas não vão acabar", ponderou Meneguelli. Essa redução das paralisações ocorreria por dois motivos. Primeiro, porque no caso das empresas estatais e dos serviços públicos haveria maior transparência do governo. "No caso de reivindicações salariais, os técnicos do Departamento Interministerial de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Diece) poderiam ser chamados pelos sindicatos para estudar as contas

do governo que seriam abertas para demonstrar a possibilidade ou impossibilidade de conceder o reajuste", exemplificou o presidente da CUT.

Nas empresas privadas que têm seus preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), as entidades sindicais teriam acesso às planilhas de custo que elas apresentam ao órgão na hora de pedir aumento de preços. "De posse desses dados poderemos contestar as eternas desculpas de que as empresas estão no vermelho", ponderou Meneguelli.

O segundo motivo apontado por Meneguelli para redução das greves é a postura do novo governo. "Quando você tem um governo confiável, nada mais natural do que sentar com as partes". Nessa conversa das partes, por exemplo, a CUT avalia que seria possível formalizar com o governo e com os empresários o contrato coletivo de trabalho que a entidade vem reivindicando desde 1987 e que se caracteriza pela concessão de um número mínimo de benefícios trabalhistas para um contingente expensivo de trabalhadores. Meneguelli defende o nome do atual prefeito de São Bernardo do Campo (SP), Maurício Soares, para o Ministério do Trabalho.

No caso de Lula na Presidência, a CUT espera a adoção de pelo menos três medidas imediatas: uma lei de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo; suspensão do pagamento da dívida externa e solução para os acampamentos de sem-terra existentes atualmente.

JORNAL DO BRASIL
17/11/89.

CUT foi arma importante ^{CS} na campanha

SÃO PAULO — Um exército formado por 30 mil dirigentes sindicais foi um dos privilegiados aliados com o qual o PT contou para conseguir o estatuto de partido político nas urnas nas eleições de 15 de novembro. A opinião de Jair Meneguelli, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dá a medida dessa situação: "Passei os últimos 50 dias viajando sem parar por todo o país, principalmente no interior, e não posso me queixar da participação ativa dos dirigentes sindicais brasileiros".

O papel desempenhado por Meneguelli é reconhecido pelos principais dirigentes da campanha eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva. "Ele foi o nosso grande cabo eleitoral", afirmava Vladimir Pomar, coordenador da candidatura petista, na última sexta-feira, em meio à tensão que cercava o comitê de Lula durante as apurações dos votos. Abraçado a Meneguelli, Vladimir elogiava: "Seu grande arma foi trabalhar na sordina, em todo o país, em favor do nosso candidato". A CUT, porém, não apoia formalmente qualquer candidato, para não se colocar como um braço do PT. Pelo menos 20% de seu quadro de dirigentes sindicais pertencem a outros partidos, como o PDT e o PCB.

Há 1.600 sindicatos filiados à CUT. Cada sindicato possui 24 diretores, o que resulta num total de 38.400 militantes em potencial da entidade. Descontando-se os 20% de sindicalistas pertencentes a outros partidos, ficam cerca de 30 mil dirigentes sindicais ligados diretamente ao PT. "Não liberamos os dirigentes para apoiar e trabalhar para quem quiserem", lembra Meneguelli. Mas, a partir do resultado do segundo turno, a CUT vai se posicionar claramente em apoio ao candidato de esquerda que disputar com Fernando Collor de Mello, seja Lula ou Buarque.

Na hipótese de Lula vencer a eleição, Meneguelli acha que o Brasil administrado por um governo popular terá menos greves e mais negociações. "Não quer dizer que não haverá greves. Haverá greves, mas seremos mais responsáveis", avalia.

A CUT está constituída em todas as regiões do país. Na região Norte, por exemplo, onde o PT contou com boa votação, a Central controla 127 sindicatos, a maioria deles da área rural. No Pará, a CUT domina 40 sindicatos rurais; no Amazonas, outras 12 entidades. No Nordeste, outra região de excelente desempenho do PT, a CUT controla 315 sindicatos, sendo que 115 deles pertencem à trabalhadores da campanha. Na região Centro-Oeste, a CUT possui 113 sindicatos; no Sudeste, mais 353 entidades; e, finalmente, outros 300 sindicatos no Sul do Brasil. No conjunto geral, os sindicatos da área rural representam 32% da representatividade da entidade.

JORNAL DO BRASIL
09 8/11/89.

8910063

PRN ganha braço sindical

BRASIL 21/11/89

O presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, anunciou ontem que na próxima reunião da central vai propor que o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, seja adotado como candidato oficial da entidade. Magri, que pretende levar Collor à reunião - que deverá ocorrer quinta ou sexta-feira, em Brasília -, adiantou que a CGT vai engrossar a militância do PRN para fazer frente à força de mobilização do PT, cujo braço sindical é a Central Única dos Trabalhadores (CUT), arqui-inimiga da CGT. "A CUT está rasgando nota de 200 cruzados e enfiando o dedo em tomada de 220 volts", disse Magri, para quem os filiados da entidade que apoiarem Lula devem ser expulsos da CGT.

Antônio Rogério Magri assumiu ontem com Collor o compromisso de facilitar os primeiros seis meses do governo do PRN, caso o candidato seja eleito. "Nesse período, não vamos fazer greves", prometeu, acrescentando que a trégua valerá também

para o caso de Luís Inácio Lula da Silva (PT) ser eleito. "Se o Lula ganhar, a CUT fica um ano sem fazer greve", comparou o sindicalista, para quem, com a vitória de Collor, a CUT vai tentar desestabilizar o governo nos dois primeiros meses, com sucessivas greves.

O presidente da CGT pediu a Collor a extinção do Ministério do Trabalho, que, na sua opinião, somente prejudica a classe trabalhadora. "Se eu quisesse ser ministro, queria ser da Fazenda", afirmou Magri, assegurando que prefere continuar como líder sindical. "Uma CGT organizada vale por seis ministros", disse, insistindo que a CGT terá papel importante ajudando Collor nos primeiros seis meses de governo.

A CGT vai intensificar a panfletagem nas portas de fábricas para tentar combater o poder sindical da CUT. "Não vos deixar a eleição polarizar entre direita e esquerda, porque não é verdade. A luta é entre o moderno e o sectário", prometeu Antônio Rogério Magri.

10.10

8910063

Moderno e pobre, Brasil vai hoje às urnas

Gráficos: Duos

O governo Sarney assumiu em 24, fez três cheques de congelamento na economia (teto) e a inflação caiu 10 pontos percentuais. O problema da dívida permaneceu, por duas vezes, o pagamento aos credores é suspenso. As vésperas do colapso, a inflação está chegando a 40% ao mês e o mercado é ameaçado de hiperinflação.

A custa do envolvimento externo e da maciça transferência de renda do setor público para o setor privado — via subsídios e incentivos fiscais —, o país cresce. É o período do milagre econômico, tendo Delfim Neto à frente da administração da economia.

O setembro negro de 1982 marcou o fim dos financiamentos externos. O país volta ao FMI e, em 1983, escreve sua primeira — de uma série de oito, só no governo Figueiredo — carta de intenções ao Fundo. O serviço da dívida adoece a acumulação de reservas cambiais e o Brasil dá a partida em seu modelo exportador para gerar saldos comerciais que possibilitem o pagamento da dívida. A inflexão ocorre.



• Ano 1994, o inflação oficial era medida pelo IGP. A partir daí, passaram a valer os índices do IBGE (IPC, INPC ou IPCA).

... Considerando apenas os meses de outubro, novembro e dezembro, já que a última eleição presidencial ocorreu em outubro de 1980, ...

Healthcare Crisis: A Warning

ção do campo — sem condições de sobrevivência — para o favorecimento das grandes cidades. O Brasil que escolhe apoiar seu presente tem convivido com inaceitáveis contradições: lança programas mas só em outubro des-

te ano tirou da legislação tra-
oumista o dispositivo que dava aos
-a- os proprietários o direito de de-
-a- a mulher no emprego,
-a- e o caso este conturbasse a paz do
-a-.

çais montou um comércio in-

Em 1960 existiam 328 habitantes por leito hospitalar e hoje esse número é de 301 habitantes. Considerando que os partos eram feitos em casa e que hoje a medicina dispõe de muito mais recursos científicos que em 60 — quando uma simples pneumonia matava sem que houvesse sequer a internação do doente —, o atendimento hospitalar atualmente é pior, embora mais sofisticado.

A dívida externa, que hoje chega a US\$ 116 bilhões, foi em grande parte contratada na década de 70 e utilizada em investimentos de infra-estrutura, como a geração de energia, extração do petróleo, modernização do sistema de telecomunicações e construção de estradas. Só que o fruto desses investimentos não poderá ser aproveitado pelo próximo presidente. Ao contrário, no cenário do futuro governo prevê-se uma crise energética, o absoluto colapso do programa do álcool, o fim do sonho da auto-suficiência de petróleo, a obsolescência do sistema de telefonia e milhares de quilômetros de estradas esburacadas.

Mesmo com todos esses problemas para enfrentar, o próximo governo que sair das urnas nestas eleições terá uma questão prioritária a enfrentar: reduzir a dívida social. O Brasil, que tem mais aparelhos de televisão por habitante que filtros, e que em dois meses conseguirá com computadores nacionais apurar uma eleição presidencial — a última demandou três meses — não conseguirá no século 21 se livrar pesadamente da eliminação da pobreza quase medieval em que vivem 50 milhões de brasileiros.

A amarga espera do voto

Inflação chegou a 13 bilhões por cento em 29 anos

Nos 29 anos que esperou para eleger um presidente, o brasileiro amargou uma monstruosa inflação de 13 bilhões por cento em 29 anos. Entre outubro de 1960 e novembro de 1989 a inflação oficial acumulou a astronômica variação de 13 bilhões 486 milhões 208 mil por cento. Para se ter uma dimensão do que esse número significa, uma inflação como essa nos próximos 29 anos faria com que o pãozinho francês, que hoje é vendido por NC\$ 0,35, passasse a custar NC\$ 47 milhões no ano de 2018. Ocorre que em 1960 a inflação era de 40% ao ano e hoje também ronda os 40%, só que ao mês.

No Brasil dos últimos anos, conviveu-se com muitas moedas e, enquanto o dólar até hoje carrega a effigie de Franklin Roosevelt, o numerário brasileiro há muito relegou ao museu as estampas de Cabral e da princesa Isabel. A moeda brasileira é cada vez mais efêmera e hoje carrega a imagem de figuras contemporâneas como Cecília Meireles, Portinari, Drummond e Augusto Ruschi. A manter-se o atual ritmo de inflação, também suas effigies estão condenadas ao desuso.

Desde 1960, a moeda brasileira já sofreu três reformas e perdeu nove zeros. Em 1967, o então ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões criou o cruzeiro novo, que vigorou até 1986, quando foi implementada a mais ousada reforma econômica que o país já viu. Trata-se do cruzado, que congelou por nove meses todos os preços da economia. Com a volta da inflação — que em 1987 superava o patamar de 20% ao mês —, foi criado o cruzado novo, em janeiro de 1989. Com menos de um ano de existência, a novíssima moeda já acumulava desvalorização de 1.102% (R.P.).



Anos dourados, a nostalgia do velho cruzeiro

Carliano Gatto

Os brasileiros que foram às urnas pela última vez tinham muito mais dinheiro no bolso e nas suas contas correntes. Nos anos dourados, a inflação era inferior aos 5% ao mês e não havia muitas razões para fazer complicadas operações financeiras com vistas a proteger no caso os cruzeiros da alta do custo de vida. Naquela época, era comum guardar dinheiro debaixo do colchão.

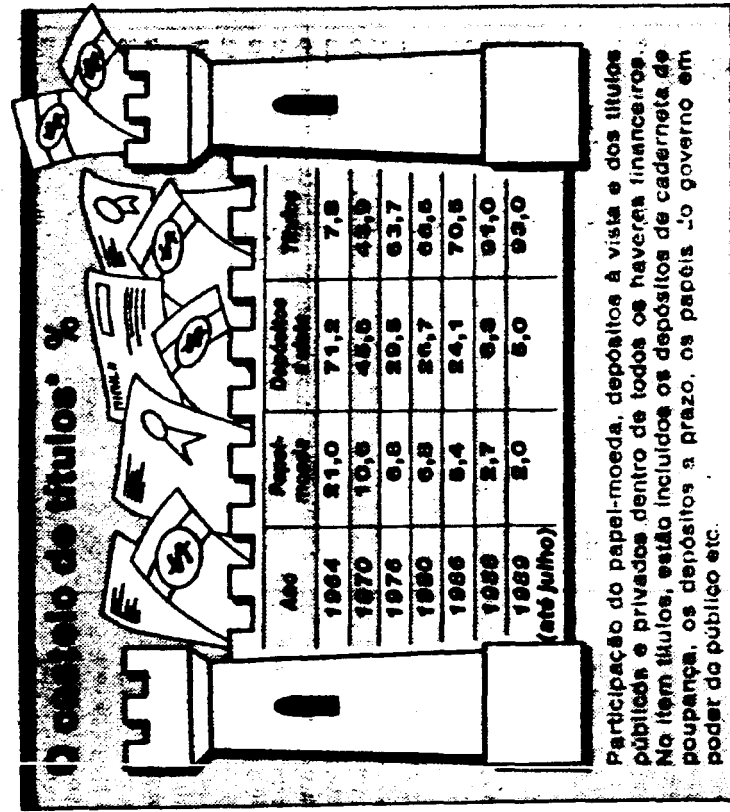
A Lei da Usura, de 1933, engavetada pelos governos militares, e que fixava a taxa de juros nominais em 12% ao ano — a atual Constituição determina como teto 12% acima da inflação — inibia grandes transações financeiras. Os investimentos mais usuais eram as letras de câmbio e a caderneta de poupança.

bem diferente da que existe hoje e que na média davam juros de 6% ao ano, inferior, portanto, à inflação, que chegou a 30,5% em 1960.

Concentração As contas correntes eram remuneradas até o início da década e aí vai uma coincidência com a realidade atual — mas a taxa era considerada ridícula: em torno dos 4% ao ano, segundo Denio Nogueira, primeiro presidente do Banco Central, instituição criada pelo presidente Castelo Branco em fins de 1964, ocupando o lugar da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Em 1960, existiam 323 bancos privados nacionais e um total de 3.990 agências, de acordo com um levantamento do sociólogo Ary Cesar Minella. Vinte anos depois, a concentração aumentou bastante — o número de bancos privados caiu para 67 e as agências praticamente pularam para 7.285.

Um bom termômetro para medir os investimentos naquela época reside na quantidade de moeda e dos títulos que



va. Certa vez, o deputado Amaral Neto, da UDN, ia viajar para o exterior e foi procurá-lo para comprar dólares. O próprio Denio aconselhou o parlamentar a ir no black, pois economizaria dinheiro.

Com a ascensão dos militares, em 64, foram criados a correção monetária e o open market, um mecanismo pelo qual o governo remuneraria os bancos e investidores que adquirissem os seus papéis. E foi elaborado um projeto por um funcionário aposentado do Federal Reserve Board (Fed, o banco central norte-americano) chamado Horace L. Sanford, com data de 30 de novembro de 1966.

Para garantir a segurança do investimento, a primeira gestão do BC tratou de resgatar títulos emitidos pelo Tesouro ainda na época do Império. Os papéis não tinham qualquer valor, mas o gesto foi interpretado como um sinal evidente de que o governo honraria sempre a sua dívida.

circulam na sociedade, os chamados haveres financeiros. Em 64, o papel-moeda respondia por uma fatia de 21% e os depósitos à vista abocanhavam outros 71,2%.

Agora, o país vive uma situação oposta: a moeda usada para fazer transação representa somente 2% e o dinheiro que adormece nas contas correntes alcança míngua 5%. Mais da metade do que está faltando fica na chamada ciranda financeira e engrossa uma fatia de 93%, que está sob a forma de papéis, o que os economistas chamam pelo complicado nome de *haveres não-monetários*. Apenas no over, circulam diariamente US\$ 60 bilhões.

Black Mas existia algo em comum com os dias de hoje: o mercado paralelo do dólar. O ágio — a diferença entre a cotação do black para o oficial — era muito reduzido e chegou até a ocorrer um fenômeno curioso. Denio Nogueira conta uma história bem ilustrati-

9/11/89

FSS

Infiltración brasileña en Misiones

Nuevamente en el corto período de dos semanas la Gendarmería Nacional debió actuar contra asentamientos ilegales de ciudadanos brasileños en el extremo nordeste de Misiones. Esta vez eran 40 los intrusos radicados en tierras del departamento San Pedro, la mayoría seguramente con sus familias, a quienes se secuestraron motosierras y otras maquinarias y hasta una trilladora y diversas herramientas que habrían utilizado para devastar recursos forestales del sector donde fueron encontrados. Su presencia suscita justificada alarma, tanto por la reiteración de estos episodios, como por el desaprensivo, intencionado y rápido accionar de estos contingentes migratorios que cruzan el límite con los mencionados y otros elementos para el desmonte de la selva, se internan impunemente en ella y construyen enseguida sus viviendas. Allí se quedan dedicados a actividades al margen de cualquier control oficial, especialmente el acopio de valiosas maderas. La densidad de la vegetación hace difícil su localización y cuando ello se logra el daño causado es irreparable y la aplicación de penalidades—como no sea la expulsión—se torna ilusoria por la calidad de extranjeros de los responsables, a menudo carentes de toda documentación.

Todavía permanecen arrestados en el departamento San Antonio de la Gendarmería más de cien habitantes del país vecino que se habían aposentado subrepticamente en proximidades de la pequeña localidad de Andresito y fueron detenidos el 21 de octubre último, tras un enfrentamiento armado con los gendarmes.

Las características de este casi cotidiano avance extranjero sobre nuestro territorio nacional da motivo en Posadas a comentarios que identifican a los indeseados visitantes con el movimiento denominado en su país "Sin tierra", cuyos integrantes están decididos, al parecer, a apropiarse de la ajena. Siempre existió a lo largo de esa frontera la entrada ilegal de inmigrantes tolerada en la casi deshabitada región oriental por constituir mano de obra más o menos barata para los obrajes o los pocos cultivos desarrollados en las últimas décadas. Frecuentemente esos

mismos trabajadores de origen muy humilde se quedaron definitivamente en nuestra tierra colorada y fueron punta de lanza para que compatriotas de mayores recursos económicos formaran establecimientos agropecuarios ajustándose—o no— a las normas legales vigentes. Lo cierto es que en la amplia zona misionera que enfrenta a la República Federativa es creciente la influencia foránea, bien perceptible en la penetración inevitable de sus estaciones de radiofonía y televisión, como así también en las escuelas argentinas donde el castellano, la historia y la geografía resultan difíciles de enseñar a los niños morenos que en sus hogares hablan el portugués.

Puede ser discutible si conviene o no a los altos intereses nacionales en estos momentos y con visión de futuro, una amplia e irrestricta integración económica - cultural entre ambos países en esa apartada región del territorio, tan alejada como las islas Malvinas pero mucho más accesible y con mayores riquezas potenciales. Pero lo que está fuera de toda duda es que debe evitarse la continua violación en masa de los límites establecidos que tienen carácter inamovible. El Iguazú, el Paraná y el Uruguay constituyen al oeste y al sur de la provincia barreras naturales cuyo cruce no puede pasar inadvertido con una adecuada vigilancia. Pero a partir del último río nombrado el deslinde corre por dos cauces menores, el Pepirí Guazú y el San Antonio, este último convertido a veces en apenas un zanjón cubierto de matorrales.

La tarea de la Gendarmería resultó ardua y difícil. Se ha anunciado la realización de "rastrillajes" para detectar otros asentamientos que se ubican en un amplio sector del interior de la selva. La tarea de repesca puede ser superior a sus actuales efectivos y medios de movilidad terrestres y aéreos, por lo que merece ser apoyada por otras fuerzas tanto a nivel provincial como nacional, como podrían ser el Ejército, la Prefectura Naval o las policías. La rapidez y decisión con que se proceda ahora pueden impedir previsibles enfrentamientos de mayor magnitud y enojosas cuestiones diplomáticas.

LA PRENSA 9/11/89.

SINDICATOS

Trunfo sindical

Pesquisa mostra CUT mais forte e CGT menor

Desde que foram criadas, as duas grandes federações de sindicatos de trabalhadores do Brasil optaram por nomes que as caracterizassem como as únicas representantes do sindicalismo nacional. Na semana passada, porém, um levantamento da Julio Lobos Consultores Associados, de São Paulo, revelou uma Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT, bem menos geral do que ela se pretende, enquanto a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, vai se tornando mais parecida com o próprio nome. Num universo de 157 indústrias das 500 maiores empresas do país, os pesquisadores descobriram que a CUT já aglutina 65,3% dos sindicatos que representam os trabalhadores dessa amostragem — enquanto a CGT, que já reuniu dois terços dos mais importantes sindicatos, reduziu-se a 16,3% nesse conjunto. “O mais preocupante, na opinião dos empresários, é que essa tendência deve ser mantida”, afirma o economista Julio Lobos, responsável pela pesquisa. Segundo os empresários, a CUT é de longe mais agressiva e mais grevista do que a CGT.

Além de ser mais forte em torno das maiores empresas do país, a CUT também ganha da CGT em número absoluto de sindicatos conquistados. Ela domina hoje 1.400 agremiações, contra as 1.340 da CGT. Dividida este ano em duas metades — uma liderada por seu atual presidente, Rogério Magri, e outra pelo veterano Joaquim dos Santos Andrade, o “Joaquinzão” —, a CGT ainda perdeu um pouco mais de vigor nesse fracionamento. Na análise de Julio Lobos, uma das explicações para o crescimento da CUT foram as intensas pressões feitas pelo governo no sentido de desarticulá-la. Essa operação, ao contrário do que esperavam seus articulados,

serviu para aumentar sua musculatura, através da solidariedade dos sindicalistas que se irritaram com as acusações contra seus colegas. “As denúncias uniram os sindicalistas pela solidariedade”, diz o pesquisador.

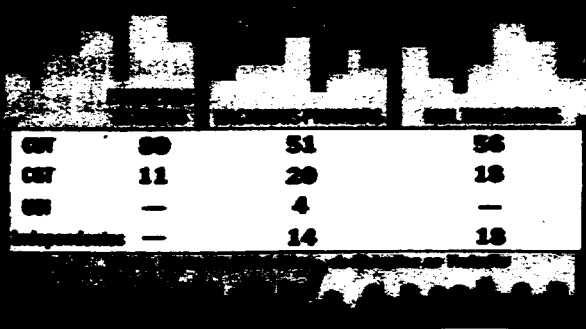
O Plus — O levantamento demonstra também que é no segmento estatal que a CUT mais tem avançado. Ali, a Central tem oito vezes o tamanho da CGT, controlando 89% dos

sindicatos representantes dos trabalhadores das empresas consultadas. Como a CUT é especialmente resistente às propostas de privatização das estatais, a conclusão a que se chega é a de que qualquer programa de desestatização terá de chocar-se cada vez mais com esse obstáculo. Fortalecidos pelos direitos trabalhistas consagrados na nova Constituição, os sindicatos terão um peso maior também nas negociações de futuros planos econômicos que pretendam degolar a inflação — prioridade para qualquer governo que queira colocar a economia brasileira nos eixos.

Realizada no mês de setembro, quando ainda não se falava da candidatura Silvio Santos à Presidência, a pesquisa apurou os nomes dos candidatos preferidos dos empresários. Diante de uma pergunta sobre quais dentre eles melhorariam ou piorariam as relações entre o capital e o trabalho caso fossem eleitos, os industriais foram quase unânimes ao apontar o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, como o maior obstáculo a um convívio pacífico no setor. Dos empresários ouvidos, 83,5% afirma-

ram que essas relações piorariam se Lula chegar ao Planalto. O vice-campeonato da rejeição ficou com o pedetista Leonel Brizola, seguido de Fernando Collor de Mello. A lista dos candidatos que, eleitos, poderiam melhorar a convivência trabalhista é encabeçada pelo senador Mário Covas, do PSDB, com 22,7% das indicações, seguido por Fernando Collor de Mello, que, na opinião de 13,5% dos industriais, facilitaria o encaminhamento na área.

A CUT domina



24/11/89

Poder sindical defendido pela Frente assusta o PSDB

Teodomiro Braga e
João Bosco Rabello

BRASILIA — O programa de 13 pontos da Frente Brasil Popular é o principal obstáculo encontrado pelos articuladores da adesão do PSDB à candidatura de Lula. O programa tem "divergências fundamentais" com as propostas do PSDB, aponta um documento para discussão interna elaborado pela corrente do partido do senador Mário Covas que é contrária à aliança com a Frente Brasil Popular. O documento acusa o programa da Frente de propor "um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública".

Intitulado "Pontos controversos do documento de 13 pontos da Frente", o texto representa a primeira análise do PSDB sobre o programa de governo da frente que apóia Lula. O programa de 13 pontos foi oficialmente entregue ao presidente do PSDB, Franco Montoro, na quarta-feira passada, por representantes do PT, PC do B e PSB, os três partidos que compõem a Frente Brasil Popular. As declarações de líderes da Frente de que não aceitam alterações no programa irritaram diversos dirigentes do PSDB, que só admitem apoiar Lula se for elaborado novo programa que represente a unidade do chamado "campo progressista".

Bloco — Essa exigência de mudança no programa da Frente foi referendada ontem pelo PSDB, PDT e PMDB, após vários encontros de seus dirigentes. Eles decidiram formar um bloco progressista com o objetivo de atrair Lula para a elaboração de um programa comum. A expectativa dos líderes desses partidos no início da noite de ontem era de que o candidato da Frente não conseguiria vencer os conflitos internos que vêm inviabilizando a concretização de um acordo amplo com vistas a uma coalizão da esquerda neste segundo turno.

O processo de debate interno no PSDB sobre o segundo turno prosseguirá ontem numa reunião da bancada federal do partido, em Brasília.

A reunião durou três horas e serviu apenas para ratificar a posição manifestada na terça-feira pela Comissão Executiva do partido de descartar qualquer possibilidade de apoio ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. O encontro também cristalizou a divisão em relação ao apoio a Lula.

O ex-senador Franco Montoro, o senador José Richa (PR), a deputada Moema São Thiago (CE), o deputado Euclides Scalco (PR) e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) alinharam-se à corrente que resiste ao apoio a Lula, defendendo a chamada posição de independência, que consiste na liberação das bases no segundo turno. A outra corrente defende um apoio crítico a Lula, reconhecendo que ele é o candidato do campo progressista, mas ressaltando as divergências programáticas entre a Frente Brasil Popular e o PSDB. Entre os tucanos favoráveis a essa posição, destacam-se os deputados Jorge Hage (BA), Wilson de Souza (RS), Egidio Ferreira Lima (PE) e Saulo Queiroz (MS).

"Não há condições de negociação em cima desse documento de 13 pontos", garantiu um dos principais dirigentes do PSDB em São Paulo. "Estes 13 pontos são uma loucura", atacou o deputado Saulo Queiroz. O documento de críticas ao programa já está sendo discutido entre lideranças do partido e deverá ser apresentado na reunião de hoje do diretório regional do PSDB em São Paulo. "Que melhor convite para incendiar o campo?" observa o documento ao abordar a proposta de "forma agrária da Frente Brasil Popular".

O documento dos 'tucanos'

O documento do PSDB analisando a programação da Frente Brasil Popular será discutido hoje. A seguir, a íntegra do documento:

O problema mais geral, e mais importante, é com a concepção de "democracia popular" manifestada no documento. Trata-se de uma concepção de organização da sociedade em que os trabalhadores organizados sobrepõem-se ao aparato estatal e aos poderes constituídos, condicionando e conduzindo sua ação. Assim, no capítulo da reforma agrária, se afirma que ela será feita "sob o comando dos trabalhadores e contará com amplo apoio do governo" (pág.9).

No capítulo de combate à corrupção, se diz que se "estimulará a multiplicação de alternativas de ação comunitária, desenvolvendo formas de controle social, popular, sobre o Estado" (pág.11). No capítulo sobre democratização do Estado, se afirma que a política de comunicação social será elaborada por um Conselho de Comunicação Social, "composto por trabalhadores da área e representantes das centrais sindicais" (pág.4).

Sobre direitos dos trabalhadores, diz o documento que se "reconhecerá o direito dos trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o Inamps". Outros exemplos poderiam ser citados, em que a linguagem é mais cuidadosa, mas o sentido é claro: trata-se de ter um poder sindical situado acima dos poderes legalmente constituídos para a representação política e a administração pública.

Que este ponto é básico, fica claro logo no primeiro item do documento, quando se diz que a Frente "incentivará a criação de mecanismos de controle social e de fiscalização social sobre o aparato administrativo do Estado e sobre a economia". Além dessa divergência fundamental, há uma série de pontos substantivos, em que a colocação das opções de política diferem radicalmente daquelas defendidas pelo PSDB.

Assim, em relação à dívida externa, a proposta é simplesmente a suspensão imediata dos pagamentos referentes a essa dívida, sem distinção entre amortizações ou juros, ou entre créditos comerciais e públicos, ou entre créditos comerciais e créditos de médio prazo. Também sem especificar que se trata de estratégia de negociação, mas de suspensão como um objetivo em si mesmo, na luta contra o FMI e o imperialismo. Ainda por cima, propõe-se o resgate de um bilhão sobre a dívida externa, para o pagamento

de "impulsionar um amplo movimento de massa contra seu pagamento" (pág.8).

A reforma agrária, além de estar sob o comando dos trabalhadores e não do Estado, é vista como um poderoso estímulo à organização e à luta dos trabalhadores rurais. Como se não bastasse essa provocação, entre os três casos listados em que se recomenda a desapropriação, encontra-se o fato de as terras estarem envolvidas em conflitos. Que melhor convite para incendiar o campo?

Na discussão do sistema financeiro, afirma-se que a Frente "aumentará controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção e até à estatização, se necessário" (pág.12). E mais adiante, o calote da dívida interna é pregado de maneira disfarçada, mas decidida, quando se diz que "para reduzir a dívida pública interna, o governo da Frente não permitirá que grandes empresas continuem lucrando na citanda financeira, e direcionará os investimentos para o setor público, favorecendo pequenas e médias empresas" (pág.12). Isto só pode dizer que o dinheiro assim economizado será emprestado para as pequenas e médias empresas.

Em outro capítulo, qualquer forma de privatização é repudiada, ao afirmar-se que a Frente "manterá o setor produtivo estatal em poder do Estado" (pág.11). A política em relação a capital estrangeiro (pág.7) é absolutamente restritiva: a política de comércio exterior, submetida a uma reorientação que só pode ser em direção aos países socialistas e ao Terceiro Mundo (pág.7); a política externa guiada por uma concepção exclusiva de "anti-imperialismo" (pág.13). Ou seja: o que se busca é um fechamento das relações econômicas externas do país em relação aos países ocidentais.

A concepção de política anti-inflacionária exclui qualquer consideração à política fiscal e monetária, somente se referindo a um "ativo" controle de preços ("sustentado na participação popular"), à suspensão dos pagamentos da dívida externa, e à "reversão" de citanda financeira (pág.6). Não há no documento qualquer preocupação com equilíbrio orçamentário ou em caracterizar de onde sairiam os recursos para a enorme extensão dos programas sociais que é contemplada no documento.

Em suma, não há a menor política de caráter econômico. A Frente, deve o PSDB ter a coragem de propor um programa alternativo de desenvolvimento econômico, mas não pode ser apenas um programa de "tucanos".

27/11/89

F.S.S. (JG)

ZERO HORA 27/11/89

Instituto de Teologia é fechado

O Instituto de Teologia de Recife, que por 21 anos respondeu pela formação de padres, leigos e religiosos com base na Teologia da Libertação, encerra suas atividades hoje, com uma missa concelebrada pelos padres Cláudio Sartori, diretor da instituição; Reginaldo Veloso, pároco do Morro da Conceição, no bairro de Casa Amarela; e José Paulo, vigário de Caxetés, na região metropolitana da capital pernambucana.

O ex-arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara, que fez a aula inaugural do instituto, em março de 1968, foi convidado a rezar a missa e tomar parte nas solenidades de encerramento da instituição, mas não aceitou sob a alegação de que "está aposentado".

O fechamento do Instituto de Teologia de Recife foi decretado em setembro. O Vaticano informou num comunicado que o fe-

chamento se dava em função de que o instituto "não vir oferecendo condições mínimas para a formação intelectual adequada aos futuros sacerdotes".

Foram feitos vários movimentos, alguns apelos ao Vaticano e até ao arcebispo da ala conservadora de Olinda e Recife, dom José Cardoso — mas este disse que a decisão da congregação do Vaticano era "irrevogável". (AG)

07.07

8910118

ASS. (SNAP.)

CGT decide apoiar candidatura do PRN

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que reúne 1,5 milhão de trabalhadores por todo o país, reuniram-se 19 dias em Brasília, por ocasião da reunião da comissão executiva, para decidir o candidato do PRN à Presidência da República.

O apoio a Collor encontrou rejeição também junto aos representantes de Pernambuco na Executiva Nacional, Pedro Silva e Abigail Soares.

Ambos, expressando o pensamento da CGT de Pernambuco, estão engajados na campanha do candidato do

PT, Luís Inácio Lula da Silva, para quem pretendem continuar trabalhando. Diante do choque de posições, os dois pediram o afastamento da CGT, mas como o pedido foi rejeitado, vão continuar ligados à entidade. Outros membros votaram contra o apoio a Collor, só que não vão votar em Lula.

Rogério Magri justificou seu apoio a Collor afirmando que o programa de governo do candidato do PRN é

mais confiável e propicia um maior desenvolvimento do país, por parte dos empresários. Já o programa do PT está acusado de marxista e autoritário.

Para Magri, disse que os trabalhadores têm que votar em Lula, pois ele também será um trabalhador, e não mandará das elites. Além do mais, explicou que nem o movimento sindical brasileiro, nem de qualquer outro país, ganha eleição. Apenas legitimou o candidato, completou.

CGT — O presidente da CGT assegurou que o apoio dele e da entidade a Collor não envolve qualquer compromisso ou cargo. Mas confirmou que o candidato do PRN já ganhou publicamente com a ideia de convidar um trabalhador para o Ministério do Trabalho.

— Você acha que eu, um peão, operário, que só tem o primário, não vou querer ser ministro do Trabalho? Eu queria até ser presidente. Se o Lula, que não tem um dedo, pode ser candidato a presidente, eu, que tenho um dedo torto, também posso afirmar o sindicalista. (Brasília/2H)

01-08

8910155

30/11/89 -

Líderes religiosos ^{f. 55} ⁽⁵⁹⁾ levam documento a Lula

Ontem, às 19 horas, o Comitê Nacional Interreligioso de Apoio a Lula, representado por frei Leonardo Boff e o professor Jethier Ramalho, entregou ao candidato da Frente Brasil Popular, no Aeroporto Santos Dumont, um documento de apoio à sua candidatura. O documento, assinado por personalidades católicas e protestantes, foi entregue a Lula mesmo antes do debate realizado no Rio de Janeiro. "Há uma onda de honesta e exploração da religião". Essas palavras de Gilberto de Carvalho, um dos coordenadores nacionais da campanha do PT, motivaram pessoas identificadas com ideais religiosos a formar o comitê de apoio a Lula.

Segundo o coordenador do comitê, o sacerdote católico Pedro Ribeiro de Oliveira, além de articular grupos religiosos em apoio a Lula, os participantes pretendem denunciar o abuso de símbolos religiosos (representado, por exemplo, pela participação do frei Danilo na missa que deu início à campanha do candidato do PRN), dar testemunho da fé cristã de Lula, e documentar todos os eventos ligados à religião na campanha eleitoral como um serviço à imprensa. Sediado na Ladeira da Glória, 98, Rio, o comitê aceita contribuições financeiras e trabalho voluntário, pois não tem recursos próprios. Pelo comitê nacional de apoio a Lula, assinam o

manifesto os bispos católicos dom José Gomes, dom José Rodrigues, dom Mauro Morelli e dom Pedro Casaldáliga.

TEXTO — "Uma opção ético-política que nós, cristãos, membros de diferentes igrejas, comprometidos com o Evangelho de Jesus Cristo e a construção do Reino de Deus, vimos de público manifestar. O segundo termo tem o caráter de plebiscito e não permite uma posição neutra. Estamos diante de dois projetos: um projeto faraônico que representa o continuísmo e o antigo, revestido de roupagem moderna. É um projeto de verdadeira mudança, que propõe novas relações sociais baseadas na igualdade e na justiça. Colôr de Michel é a continuidade daqueles que oprimiram o povo brasileiro nos últimos 25 anos, por estar comprometido com os grandes grupos econômicos e os latifundiários. É a esses grupos que ele serve. Ele não tem escrúpulos nem mesmo de se utilizar da religiosidade do povo para angariar votos. Assim, ofende ao segundo mandamento, usando o santo nome de Deus para encobrir um projeto que vem sustentado por aquilo que Deus mais abomina: a prepotência dos poderosos que acumulam dinheiro, terra e poder" (AE)

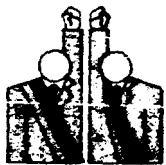


Collor de Mello com frei Damiano: busca de aliados no clero conservador

IGREJA

Com a mão esquerda

O clero progressista se engaja na campanha de Lula e deixa um rastro de confusão entre boa parte dos fiéis



Nesta estação de caça aos votos, existem duas campanhas políticas em curso. Numa delas, os dois candidatos que restaram do pleito de 15 de novembro último realizam comícios pelo país, fazem alianças com os partidos derrotados e apresentam suas propostas de governo no programa político na TV. Na outra, menos visível, existe uma guerra dentro da Igreja Católica, em que as diferentes alas do clero brasileiro travam uma disputa bastante azeda. O ponto da discórdia chama-se Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência, que se tornou dono de uma das vagas para o segundo turno graças ao auxílio, entre outros grupos, da ala esquerdista da Igreja, formada pelos religiosos que seguem a cartilha da Teologia da Libertação.

Na campanha do primeiro turno, estima-se que cerca de 100 dos 378 bispos e 4 000 dos 13 892 padres de todo o país tenham trabalhado pela candidatura Lula — de forma aberta ou não. Para o segundo

turno, pode-se falar num engajamento bem maior por parte do clero de esquerda, e é esse tipo de atuação que está na raiz de um pacote de confusões produzido na semana passada. "A Igreja deve se manter neutra", afirma dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro e um dos expoentes do setor conservador da Igreja no Brasil. "Devemos agir de acordo com o Evangelho e não com a luz das ideologias", acrescenta o cardeal. Seu conselho esteve longe de ser seguido. Em vários pontos do país, havia na semana passada sinais claros de que boa parte da máquina da Igreja encontra-se em campanha aberta pelo PT. Em Juazeiro, a 511 quilômetros de Salvador, o bispo José Rodrigues festejava a vitória de Lula realizando uma série de cerimônias nas paróquias de sua diocese, nas quais identificava o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, como o representante da parcela mais endinheirada da população — o que chega a ser uma inverdade estatística, pois a maioria dos votos do candidato do PRN no primeiro turno foi conseguida junto às camadas mais humil-

des do povo. Nos sermões, o bispo faz uma campanha menos direta por Lula — recomenda o voto no candidato do PT utilizando-se do método de comparar a biografia e a conta dos dois concorrentes. "Pobre deve votar em pobre", disse dom José Rodrigues, no último fim de semana, para cinquenta lavradores reunidos para ouvi-lo em Riacho Grande, na zona rural do município. Longe do altar, no entanto, a pregação de dom José Rodrigues, que até apareceu no horário político do PT pedindo votos para Lula, é feita sem maiores rodeios. "A proposta do PT é a que mais se identifica com a finalidade da nossa pastoral", diz o prelado.

LULA NO REINO DE DEUS —

No Recife, o padre Reginaldo Veloso, da Igreja do Morro da Conceição, chega a lembrar os fiéis do dia do Juízo Final, na tentativa de conseguir votos para Lula. Em seus sermões, ele diz que um dia todos terão de prestar contas de seus atos a Deus e que, entre os atos passíveis de julgamento, estará o voto na eleição presidencial. "Será que escolhemos a pessoa que mais vai contribuir para a implantação do Reino de Deus na Terra?", indaga o religioso, para a seguir responder. "Um operário disputar com chances de vitória a Presidência representa uma vitória do povo trabalhador e um sinal do Reino de Deus", assegura o padre do Recife. Em São Paulo, um dos mais atuantes representantes da facção esquerdista do clero, Antônio Macchioli, o padre "Ticão", da diocese de São Miguel Paulista, anuncia suas preferências para o segundo turno numa linguagem mais terra-a-terra. "Agora temos um confronto entre um candidato que representa os avanços sociais e outro que representa tudo o que está aí", afirma. A diferença entre a linguagem de Ticão e a do padre Veloso, do Recife, é extremamente relevante, mesmo que os dois defendam publicamente a mesma candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Ticão, líder de invasores de terrenos em São Paulo e um organizador de movimentos sociais mais empenhado do que a maioria dos ativistas leigos que se conhecem, acha que Lula é melhor e diz isso a seu rebanho miserável, em nome da justiça social. Veloso, no Recife, fala em nome de Deus — e induz seus fiéis a acreditar que serão pecadores se votarem em Fernando Collor de Mello, o que repre-

senta um abuso contra a credulidade dos católicos a quem se dirige.

Atuação Direta — Ao longo do primeiro turno, os padres em sua maioria não pediram abertamente votos para Lula, mas apenas sugeriram que ele seria o melhor candidato. O método mais comum foi o de distribuir cartilhas sobre cada um dos concorrentes, falando mal de Collor de Mello, Paulo Maluf e Afif Domingos, e bem de Lula, Mário Covas e Leonel Brizola. Foram poucos os que explicitamente pediram votos para o candidato do PT, e, quando o fizeram, muitas vezes não se deram bem. "Quando falei a uma comunidade que meu candidato era o Lula, algumas pessoas ficaram bravas e disseram que não queriam o comunismo para o Brasil", admite Irineu Costella, da Igreja de Santo Antônio, de Porto Alegre. A atuação de dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, foi bem mais direta. Como dom José Rodrigues, ele apareceu num programa do PT na televisão, subiu num palanque de Lula durante um comício na Praça da Sé, em São Paulo, e ainda escreveu um artigo apoiando o candidato que foi discutido nas igrejas da sua diocese. Apesar de todo esse esforço, dom Mauro Morelli não firmou reputação como cabo eleitoral: em Duque de Caxias, Lula ficou em terceiro lugar, com 10% dos votos — o primeiro colocado, Leonel Brizola, terminou com 63%. Mesmo assim, o bispo planeja manter sua campanha no segundo turno. "Os católicos precisam quebrar algumas barreiras que têm contra o PT", diz ele.

É certo que as queixas contra o engajamento do clero na campanha de Lula contém alguns exageros. Não é verdade, por exemplo, que os chamados padres progressistas tenham formado um bloco para apoiar o PT. No Rio Grande do Sul, boa parte do clero de esquerda apoiou Leonel Brizola. Em São Paulo, o bispo-auxiliar da arquidiocese, dom Angélico Sând-

lo Bernardino, declarou-se simpático ao candidato do PSDB — e os religiosos locais dividiram-se entre Lula e Covas. Em regiões onde o clero progressista votou unido em Lula, como em Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, o engajamento foi maior. Dos 800 padres que se encontram espalhados nesses quatro Estados, 250 apoiaram Lula — e desses, 150 chegaram a fazer campanha aberta, pregando adesivos nos automóveis, broches nas lapelas e cartazes nas paróquias. Na Bahia, o desempenho da Igreja a favor de Lula no primeiro turno foi surpreendente. Ele ganhou em todos os municípios onde os bis-

pos se engajaram na campanha do PT, como Juazeiro, Senhor do Bonfim, Paulo Afonso, Vitória da Conquista e Itabuna. Somente nessas cidades, Lula somou 450 000 votos, exatamente a margem que o separou de Leonel Brizola e lhe garantiu uma vaga no segundo turno.

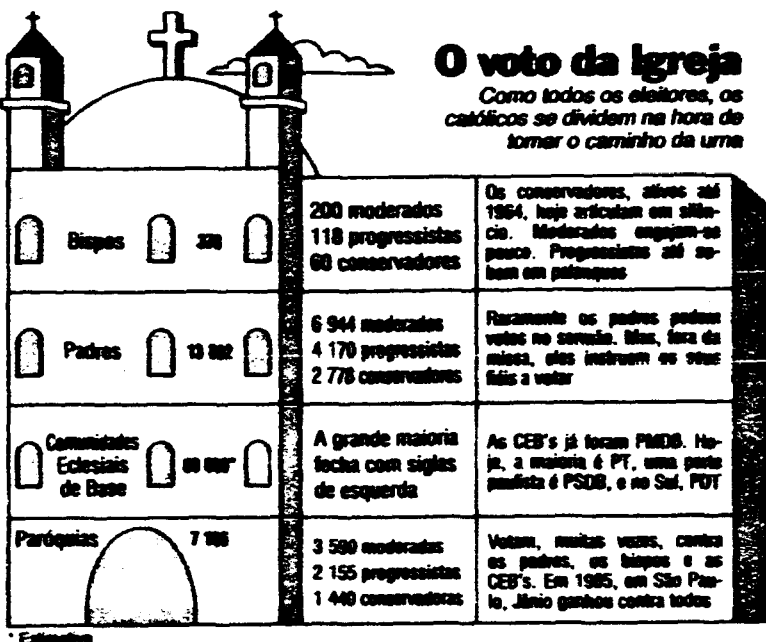
Cruz Torta — Na reta final da campanha, quando aumenta o nervosismo dos dias decisivos, a temperatura sobe em muitas paróquias. Em São Paulo, o empresário Romeu Trussardi, presidente da Associação Comercial, envolveu-se num bate-boca com o padre Benjamin Menegolla

durante uma missa na Igreja da Cruz Torta, no elegante bairro do Alto de Pinheiros. Durante o sermão, padre Benjamin se referia às eleições presidenciais como um momento de grandes mudanças, que na sua opinião teriam que ocorrer, mesmo que para isso o país venha a enfrentar graves lutas internas. No momento culminante do sermão, ele se referiu à guerra civil em El Salvador. "Lembrem-se dos mortos em San Salvador, porque eles serão os nossos mártires de amanhã", disse o religioso.

Após a missa, Trussardi procurou-o na sacristia para se queixar. "Não se deve divulgar mensagens políti-



Dom José Rodrigues, de Juazeiro: campanha por Lula junto às Comunidades de Base



cas dentro da igreja", disse o empresário. O padre não concordou com a opinião do fiel e as coisas pararam por aí. Na manhã do último domingo, no entanto, Trussardi enviou seu genro José Castro Rudge para assistir à missa na Igreja da Cruz Torta e vigiar o padre Benjamin. Durante o sermão, o celebrante disse que Jesus era o rei dos pobres e odiado pelos poderosos. Nesse momento, Rudge interrompeu-o aos gritos. "Basta, chega de discursos políticos", reagiu. "A igreja não é lugar de comícios, seu comunista", acusou, sob aplausos de parte dos 300 fiéis que assistiam à cena. Com a confusão, a missa terminou naquele momento.

A atuação da ala à esquerda do clero brasileiro também está tirando o sono de prelados no Vaticano. "É desconcertante a atuação de alguns bispos na campanha eleitoral", disse recentemente o cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício. "Um bispo não pode dar a impressão aos fiéis de uma Igreja dividida", acrescenta Ratzinger. Na Cúria Romana, as maiores queixas são contra a atuação dos bispos Mauro Monelli, de Duque de Caxias, e José Rodrigues, de Juazeiro. Espera-se para breve novidades nessa área. Ratzinger — que já puniu frei Leonardo Boff um ano por discordar de seus trabalhos escritos de teologia — está atento às declarações do frade brasileiro, que criticou recentemente o clero conservador no país, especialmente o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho. Ratzinger acaba de convocar o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, para ir o mais rapidamente possível a Roma se



"Os padres têm o dever de orientar o seu rebanho. Mas as pessoas que participam das CEBs não são cabras. Nessa eleição, elas acabam votando em quem desejam"

CARLOS ALBERTO LIBÂNIO,
o frei Betto

explicar. Em pauta, a atuação do clero progressista nas eleições presidenciais. No Brasil, frei Leonardo Boff tem uma explicação engatilhada sobre quem deve ser o candidato dos padres nesta eleição. "Collor foi procurado o clero conservador e Lula foi procurado pelos progressistas," diferencia ele.

Isma Falsa.— Para a maioria das pessoas, a Igreja Católica costuma ser formada pelos bispos, pelos padres e por um batalhão de fiéis que todos os domingos frequentam as missas. Nos últimos anos, contudo, a Igreja criou uma série de outros núcleos de atuação, como as Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, as Pastorais Operárias e as Pastorais da Terra — em sua maioria coordenados diretamente por leigos, adeptos da Teologia da Libertação. Calcula-se que existam hoje em todo o país perto de 80 000



Frei Betto Costa: "Quando falo que..."

dessas comunidades. As CEBs já atuaram nos movimentos urbanos contra a carestia, promoveram invasões de terras e, na Constituinte, recolheram 1,7 milhão de assinaturas para as emendas populares de interesse da Igreja, como uma pela reforma agrária. Na sucessão presidencial, a maior parte das CEBs e pastorais engajou-se na campanha do PT — e foi dentro desses núcleos, e não nos altares, que os padres atuaram a maior parte do tempo.

O potencial desses grupos é inegável. Nesta eleição, calcula-se que possam gerar até 4 milhões de votos. Contudo, a idéia de que o apoio das CEBs e da Igreja garante invariavelmente a vitória nas urnas é falsa. Nas eleições de 1986 e 1988, na Bahia,

Onde Lula é o demônio

Collor conquista o voto evangélico

Fernando Collor de Mello também conta com um clero fortemente engajado na sua campanha — os evangélicos, um grupo hoje estimado em cerca de 12 milhões de fiéis. Ali, o candidato do PRN já arrebanhou no primeiro turno a maior fatia desses votos, graças ao engajamento de uma leva de pastores dessa tradição que gostam de Collor pelo fato de ele ser um candidato conservador

e, também, porque o candidato arregaçou as mangas e disputou esses votos no corpo-a-corpo. Ele já visitou vários templos pentecostais desde que iniciou a sua campanha. "Collor fará um excelente governo", afirma o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, que possui mais de 700 templos em todo o país. Em muitos deles aproveitou-se o momento da oração durante o culto para pedir ajuda a Collor. Na

véspera da votação do primeiro turno, o próprio Macedo comandou uma vigília, vestindo uma camiseta com o nome do candidato, entoando cânticos e associando o nome de Lula ao demônio, enquanto seus fiéis o acompanhavam dançando com as mãos para o alto. Um desses versos dizia: *O diabo na corda bamba, vamos collorir, vamos collorir.*

O medo de ter um governo de esquerda no poder tem sido o principal argumento para a collorização da maioria dos pentecostais. "Se o Lula ganhar, ele vai querer fechar os nossos templos", diz o pastor



O bispo Edir Macedo e os fiéis:...



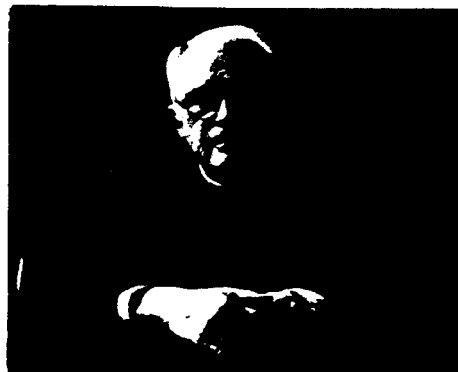
...em Lula, as pessoas ficaram braves"

centenas de CEBs se engajaram nas campanhas de candidatos petistas, e o partido só conseguiu eleger em todo o Estado um único deputado estadual, dois prefeitos e 24 vereadores. Na eleição para a prefeitura de São Paulo, em 1985, parte das CEBs estava com o senador Fernando Henrique Cardoso, a outra parte com o petista Eduardo Suplicy — e Jânio Quadros ganhou justamente nos bairros onde essas comunidades são mais atuantes. "Os padres têm o dever de orientar seus rebanhos", diz Carlos Alberto Libânio, o frei Betto, um dos mais conhecidos religiosos da esquerda



...vigília pró-Collor

PT, e, mesmo que isso acontecesse, certamente Lula teria problemas para fechar as igrejas pentecostais pelo fato de a Constituição Federal garantir a liberdade religiosa. Na bancada de políticos de credo evangélico da Câmara dos Deputados, há 31 cadeiras, número maior que as vagas de partidos como o PDT, o PRN e o próprio PT. Embora até



"A Igreja tem que ser imparcial, a menos que aconteça algo grave. Se houvesse a perspectiva de um candidato comunista tomar conta, eu diria aos fiéis para não votarem nele"

DOM BOAVENTURA KLOPPENBURG,
bispo de Novo Hamburgo

do país. "Mas as pessoas que fazem parte das CEBs não são cabresto, elas votam em quem desejarem", acrescenta frei Betto.

Misericórdia — As críticas feitas contra engajamento do clero progressista em candidatura de esquerda costumam vir carregadas de uma boa dose de hipocrisia. Em 1964, essas mesmas vozes não reclamavam das marchas das senhoras católicas contra o governo de João Goulart, que resultaram na implantação do regime militar no país. Também não se ouviu ninguém criticar o apoio que Pio Ciamotti, o frei Damiano, o religioso mais popular do Nordeste, deu no último dia 25 da semana passada a Fernando Collor de Mello. Frei Damiano celebrou em Maceió uma missa de ação de graças pela vitória do candidato do PRN no primeiro turno. Mesmo em outros países, o que se vê é esse tipo de atitude por parte das

pessoas que costumam reclamar do engajamento do clero — quando ele é de esquerda. Quando o cardeal polonês Josef Glemp, arcebispo de Varsóvia, pediu votos para os candidatos do Solidariedade nas eleições de cinco meses atrás, todos acharam natural. Da mesma forma, quando o cardeal Ugo Poletti, vigário-geral de Roma, pediu há poucas semanas que os romanos não votassem em comunistas, e sim em candidatos da Democracia Cristã, nenhum conservador reclamou em nome das boas maneiras eclesásticas.

Na semana passada, o bispo de Novo Hamburgo, dom Boaventura Kloppenburg, que tem sido implacável com os padres esquerdistas vinculados à sua diocese, admitiu que em determinadas circunstâncias ele também poderia se engajar na política partidária. "A Igreja tem que ser imparcial, a menos que aconteça algo de grave, como a iminente vitória de um candidato comunista", afirmou. "Se houvesse a perspectiva da eleição do Roberto Freire, eu não teria dúvidas de dizer aos fiéis para não votarem nele."

É óbvio que em certas circunstâncias, como a defesa dos direitos humanos ou de outros tipos de causas universais, o engajamento da Igreja não merece reparos. Em 1975, por exemplo, a arquidiocese de São Paulo emprestou as dependências da Catedral da Sé para um ato público de repúdio ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nos porões do DOI-Codi — o regime militar tentava em afirmar que ele havia cometido suicídio. Quando a Igreja engaja-se em política partidária, contudo, ocorre algo diferente. Primeiro divide seus próprios fiéis e acaba elegendo alguns como mais dignos da boa vontade divina que outros e isso está a quilômetros de distância do que deve ser uma religião.

Joaquim Santos, que atua em Paragominas, a 300 quilômetros de Belém, no Pará. A ameaça não consta do programa do

uma petista faça parte desse grupo, a deputada Benedita da Silva, ligada à Assembleia de Deus, a grande maioria da bancada gosta de tomar posições conservadoras. Durante a Constituinte, 80% dos evangélicos votaram com o Centro, e foi um deles, o deputado Matheus Iensen, do Paraná, o autor da emenda que garantiu cinco anos para Sarney. "Os evangélicos não podem apoiar o Lula porque ele quis até tirar o nome de Deus do preâmbulo da Constituição", diz o vereador Gilberto Nascimento, eleito pelo PMDB para a Câmara de São

Paulo e ligado à Assembleia de Deus.

Apesar de serem a maior fatia entre as igrejas protestantes, os pentecostais não têm influenciado os cultos mais tradicionais, como os presbiterianos, metodistas ou batistas, nos quais existe uma divisão maior entre os eleitores de Lula e Collor e o engajamento nas igrejas é pouco significativo. Nesta faixa do protestantismo, que abriga 4 milhões de fiéis, há inclusive movimentos pró-Lula em cidades como Belo Horizonte e Recife.

02/12/89

F.S.S.(SIND.)

CGT de 'Joaquinzão' se mantém neutra

Brasília. A executiva nacional da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), presidida pelo sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, decidiu, após cinco horas de reunião a portas fechadas na sede da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, não apoiar nenhum dos candidatos à Presidência da República no segundo turno e, ao mesmo tempo, liberar seus dirigentes para que, após ouvir suas bases regionais, decidam sobre qual dos dois candidatos, Fernando Collor de Mello e Luis Inácio Lula da Silva, é o mais adequado no atual momento político brasileiro.

"Rejeitamos e desautorizamos a utilização do nome da CGT no apoio a um candidato reacionário e sem compromissos com a classe trabalhadora", afirmou Joaquinzão ao criticar a decisão tomada pela Confederação Geral dos Trabalhadores, liderada por seu adversário Antônio Roberto Magri, que levou a sua facção da CGT a apoiar a candidatura de Collor de Mello.

Numa nota oficial de seis pontos, a executiva nacional da CGT de Joaquinzão reafirma que é uma entidade "independente, democrática, unitária e pluralista" e que a CGT não deverá ser um instrumento nem estará atrelada a "nenhuma das candidaturas à Presidência da República". "Será respeitada a autonomia das entidades de base que deverão se definir segundo as decisões dos trabalhadores de suas bases", explicou Joaquim dos Santos Andrade.

A CGT de Joaquinzão, que surgiu após um racha com Antônio Magri no congresso realizado em abril passado em Praia Grande, São Paulo, se compromete a cobrar do futuro presidente, de forma intransigente, a unidade sindical, a suspensão do pagamento da dívida externa, a recuperação das perdas salariais e o aumento real do salário, a limitação dos juros em 12%, com o adiamento do pagamento da dívida interna, a execução da reforma agrária e um controle rígido dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

02/12/89
884616
JORNAL DO BRASIL

02/12/89

F. 55. (IQL)

CNBB divulga posição oficial

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida esclareceu ontem, em nota oficial denominada "Igreja e Política", a posição da Igreja Católica diante do segundo turno das eleições presidenciais. "A atuação da Igreja situa-se além dos partidos e candidatos. As exigências éticas, explicitadas pela Igreja, devem ser patrimônio de todo partido e de cada candidato que se propõe a construir a sociedade justa e fraterna", afirmou dom Luciano.

No primeiro turno das eleições, segundo o presidente da CNBB, as comunidades da Igreja mostraram diversidade

de preferências partidárias, manifestando a liberdade de opção. "A posição da Igreja, reafirmada em seus documentos, é de não optar oficialmente por partidos e candidatos", garantiu dom Luciano. "As declarações de voto por parte de membros da hierarquia não implicam, portanto, no envolvimento da Igreja. São meramente pessoais e causam ambiguidades e reações", acrescentou.

Para o presidente da CNBB, é preciso ter presente que a unidade da Igreja não se expressa pela coincidência partidária, mas pela seriedade no esforço de cada um, em nome do bem comum, de modo livre e consciente, o próprio candidato. (AJB)

08-08

8910155

098

12/12/89

Arcebispo de Olinda e Recife afasta pároco que o criticou

FSS
(JA)

RECIFE O arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, através de decreto assinado na última quinta-feira, mas ainda não publicado no boletim diocesano, órgão oficial da Cúria Metropolitana, demitiu o pároco do Morro da Conceição, padre Reginaldo Veloso um dos principais líderes da ala progressista da Igreja pernambucana. Segundo o assessor especial do arcebispo, cônego Miguel Ângelo Cavalcanti, a decisão foi motivada pelos "atos de indisciplina e rebeldia contra os superiores" do padre Reginaldo. Para o cônego, o padre infringiu o Canon 1.373 Código de Direito Canônico. O atual vigário do bairro do Vau da Gama, padre Severino Gomes Santiago, conservador, já foi nomeado novo pároco do morro.

A destituição já estava decidida antes mesmo da festa de Nossa Senhora da Conceição, sexta-feira passada, à qual o arcebispo não compareceu nem mandou representante oficial. Segundo fontes da Igreja pernambucana, a divulgação da notícia antes da festa que leva 1 milhão de pessoas ao morro, todos os anos, poderia transformar o ato religioso em um protesto de consequências imprevisíveis. O padre Reginaldo estava ontem em Maceió e não foi localizado para comentar o fato.

O motivo oficial foi a série de críticas que o padre fez ao arcebispo, a quem agrediu verbalmente durante atos públicos e vigílias, justificou o cônego Miguel Cavalcanti. O fato de o padre Reginaldo ter colocado um outdoor político em frente à igreja, durante o primeiro turno das eleições presidenciais orientando o povo a "votar contra os patrões", não pesou na decisão, segundo o cônego. "O arcebispo desaconselhou o envolvimento partidário, mas não pediu ninguém por causa disso." Ainda conforme o cônego, o que causou a demissão foi o "comportamento rebelde" do pároco em episódios recentes, como o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (Iter) e do Seminário Regional Nordeste II (Serenac) ou as punições contra a Comissão de Justiça e Paz também destruída pelo arcebispo. "Foi ele quem mais

criticou Dom Cardoso", completou. Com mais cinco religiosos, o padre Reginaldo estava ameaçado de enquadramento no Código Canônico.

Luto A atuação do padre Reginaldo Veloso à frente da paróquia do Morro da Conceição foi marcada por suas posições em defesa da Teologia da Libertação. Em 1978, ele foi preso e enquadrado com base na Lei de Segurança Nacional, por ter chamado, através de versos, o Supremo Tribunal Federal de "costo venal". O STF havia expulsado do país o vigário de Ribeirão, o padre italiano Vito Miracapillo, que se negara a celebrar uma missa pelo 7 de setembro.

A notícia do afastamento do pároco pegou de surpresa os moradores do morro, e, ainda à tarde, membros dos conselhos paroquial e de moradores tratavam de avisar todos e convocar para um ato de protesto que se realizou à noite, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. "Não vamos aceitar o afastamento dele, muito menos a nomeação de um pároco conservador. Se Dom Cardoso queria confronto, acaba de conseguir", reage o presidente do Conselho Paroquial, Joséildo Sinesio. "Nem o padre Reginaldo sai daqui, nem o padre Severino Santiago sobe o morro", afirmou, exaltado, o presidente do Conselho de Moradores, Jairo Gomes.

Com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os moradores do Morro da Conceição pretendem iniciar, a partir de hoje, uma vigília de protesto contra a saída do padre Reginaldo Veloso. "Vamos cobrir a santa (uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, de 10 metros de altura, que fica em frente à igreja) com um manto preto e vamos passar a guardar fogo contra essa decisão autoritária e preconceituosa", avisou Joséildo Sinesio. Quando tiver apenas rumores de que seria destituído da paróquia, o padre Reginaldo garantiu que não deixaria o Morro da Conceição, ainda que ficasse apenas trabalhando como leigo.

JORNAL DO BRASIL 12/12/89. PÁG 18

01.01

8910364*

12/12/89
2 HORA

Bispos criticam intromissão da Igreja na campanha

■ Através de nota distribuída ontem, vários bispos gaúchos criticaram o apoio de membros do clero a candidatos

Vários bispos do Rio Grande do Sul, entre eles, o arcebispo de Porto Alegre, dom Cláudio Colling, o cardeal dom Vicente Scherer e o bispo diocesano de Novo Hamburgo, Boaventura Kloppenburg, distribuíram nota ontem posicionando-se sobre as eleições presidenciais do próximo dia 17 de dezembro, quando a população brasileira escolherá entre Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). A nota pastoral critica a intromissão da Igreja em atividades

políticas, "principalmente no momento em pronuncia-se em favor de um dos candidatos".

Para os bispos signatários da nota, "é atitude oficial da Igreja manter-se alheia às controvérsias de caráter meramente político-partidário", envolvendo-se nestas questões apenas "quando alguns dos candidatos se mostrar hostil à sua atuação apostólica".

A íntegra da nota pastoral é a seguinte:

"1 — A atual conjuntura democrática do Brasil nos coloca diante da opção exclusiva de escolher entre dois candidatos à suprema responsabilidade e missão da Presidência da República.

2 — Movimentos pastorais e entidades católicas se arrogam o direito de fazer e difun-

dir pronunciamentos em favor de um dos candidatos.

3 — É atitude oficial da Igreja manter-se alheia às controvérsias de caráter meramente político-partidário.

4 — A Igreja sente-se obrigada a intervir apenas quando algum candidato se mostra hostil à sua atuação apostólica.

5 — Os membros do clero e os agentes de pastoral que não procedem de acordo com esta orientação superior abusam da confiança que os fiéis neles depositam como ministros da Igreja, com o que não podemos concordar".

SIGNATÁRIOS — Assinam a nota pastoral o arcebispo de Porto Alegre, dom Cláudio Colling, o cardeal Vicente

Scherer, dom Altamiro Rosato, arcebispo condutor de Porto Alegre; dom Boaventura Kloppenburg, bispo diocesano de Novo Hamburgo; dom Antônio Chenuche, bispo auxiliar de Porto Alegre; dom Thadeu Gomes Cancellas, bispo auxiliar de Porto Alegre; dom Augusto Petró, bispo diocesano de Uruguaiana; dom Jacó Hilgert, bispo diocesano de Cruz Alta; dom João Hoffmann, bispo diocesano de Erechim; dom Geronimo Zanandrea, bispo condutor de Erechim; dom Bruno Maldaner, bispo diocesano de Frederico Westphalen; dom Paulo Moretto, bispo diocesano de Caxias do Sul; dom Urbano Allgayer, bispo de Passo Fundo e dom Laurindo Guizzardi, bispo de Bagé.

01.13

8910365

14/12/89.

Arcebispo de Recife pune progressista

O arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, não decretou apenas a destituição do padre Reginaldo Velloso das funções administrativas da paróquia do Morro da Conceição. Ele também o suspendeu das funções sacerdotais, impedindo o padre Reginaldo de poder realizar qualquer ato eclesialístico e exercer qualquer atividade dentro da sua arquidiocese, numa das mais duras punições já aplicadas a um padre nos últimos anos.

Acima dessa pena o arcebispo conservador de Olinda e Recife só poderia decretar o interdito e a excomunhão, algo sem precedentes na história recente de toda a Igreja Católica no Brasil, depois do concílio Vaticano II.

Para que o padre Reginaldo Velloso volte a poder exercer as funções sacerdotais só existe um caminho, segundo revelou ontem em Recife o vigário geral da arquidiocese, cônego Miguel Cavalcanti: ele deve pedir "perdão" ao arcebispo publicamente. Padre Reginaldo que, pela manhã, revelou à imprensa o teor de sua punição, não foi localizado durante o resto do dia na cidade. (AG)

19/12/89.

CNBB pede conciliação para que possa haver paz

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, lançou, em Brasília, um pedido de conciliação a todos os brasileiros, com o objetivo de garantir a estabilidade do futuro governo. Segundo o presidente da CNBB, há um dever imperioso, por parte da população brasileira, de impor uma trégua patriótica, para que se estabeleça um período de paz e justiça social no Brasil. Com a vantagem de Collor de Mello, o apelo de dom Luciano Mendes de Almeida se dirige de forma mais contundente às forças sindicais, principalmente à CUT. "Procuram fazer uma trégua no processo de reivindicação, no uso dos direitos de greve. Por parte do outro lado, as de maior poder aquisitivo, também colaborar nas medidas,

até então, de benefícios de grupos restritos, para um esforço em busca de novas oportunidades e trabalho digno para todos".

Para a CNBB, "o novo objetivo é criar condições para que a vitória do processo democrático não seja atropelada por fatores negativos". Dom Luciano Mendes de Almeida afirmou ainda que, fosse quem fosse o futuro presidente, ele encontraria o País em difícil situação econômica.

"Apesar desta situação, o novo chefe do País terá que responder às fortes aspirações de mudança social que permeia a maior parte da população, hoje empobrecida, alcançar níveis mais dignos de vida. Tal não se fará sem a união de forças, vinda de inenarráveis sacrifícios". (Brasília/ZH)

15/12/89

F. S. S. C. J. G.

CNBB pede união ao presidente

22/12/89 SUI²

São cinco as exigências éticas feitas pela CNBB a quem for eleito presidente da República e a primeira delas diz que "a democracia requer a valorização da liberdade da pessoa humana e a participação de todos nas decisões econômicas, políticas e culturais que dizem respeito a toda a sociedade". Mas o documento pede também que, após as eleições, "o novo presidente seja capaz de superar ressentimentos e radicalismos, unir forças e realizar a reconciliação nacional".

A CNBB diz que, para o País viver "um novo momento nacional — na justiça e na concordia — temos que, desde já, criar um ambiente de respeito recíproco,

evitando agressividade e todos os sinais de violência". A Igreja deseja também que o candidato eleito cumpra com fidelidade a Constituição e se empenhe em garantir saúde, acesso ao trabalho, moradia e terra. O terceiro item do documento ensina que "o direito fundamental à vida exclui o aborto, a tortura e a eutanásia".

As outras exigências do documento, que ainda não foi entregue a Collor, são: direitos das populações indígenas, escolas públicas e a promoção da criança e do jovem como prioridade absolutas. O documento informa que "a Igreja não tem partido, nem indica candidato". (A.B.)

2220 AOA 15/12/88

CAV

FSS:CG

A 'guerra' na Igreja envolve D. Helder

□ O arcebispo emérito de Recife, dom Helder Câmara, chorou ao saber da punição imposta a padre da linha progressista

A crise que está colocando frente a frente a ala progressista da Igreja Católica pernambucana e o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, da linha conservadora, envolveu, ontem, uma pessoa que até então estava afastada da polémica: o arcebispo emérito dom Helder Câmara. Mesmo alegando a sua condição de "aposentado", para não conter a punição imposta por dom Cardoso ao padre Reginaldo

Veloso (afastado da paróquia do Morro da Conceição, na zona norte de Recife, e destituído temporariamente das funções sacerdotais), dom Helder definiu o padre punido com um "sacerdote de verdade, ativo co-laborador e pessoa da minha absoluta confiança".

A notícia das punições contra o padre Reginaldo Veloso chegou a dom Helder no momento em que ele reatava amigos em uma missa de confraternização na Igreja das Fronteiras, junto da casa onde mora, em Recife. Surpreso, ele chorou muito ao saber do que acontecera ao amigo a quem chamou de "um homem de Deus e amigo dos pobres". Durante o período em que esteve à frente da arquidiocese, dom Helder teve no

padre Reginaldo um dos seus maiores aliados e um suporte da sua atuação religiosa junto aos setores do movimento popular.

ACUSAÇÕES — O assessor especial de dom José Cardoso, cónego Miguel Cavalcanti (o arcebispo não recebe os jornalistas há vários dias), acusou ontem dom Helder de ter sido "complacente" diante da atuação dos grupos leigos, como as pastorais ou a Comissão de Justiça e Paz, demitida por dom Cardoso.

Já o padre Reginaldo Veloso afirmou ontem (ue não pretende pedir desculpas: "é alguém tem que se retratar, não sou eu, mas o arcebispo que cometeu um ato de arbitrariedade", garantiu). (AJB)



Foto: Diário de Pernambuco/Zh

Padre Reginaldo: com os fides

.05

8910365

15/12/88

18/12/89

(F.S.S. (IG))

CNBB divulga nota oficial e pede união em torno do eleito

Entidade religiosa pensa que será preciso um clima de concórdia para que o processo democrático não venha a ser atropelado

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) pediu ontem, em nota oficial, que haja união nacional seja qual for o presidente eleito. "Vamos renovar a confiança no auxílio divino e encontrar na oração força para colocar acima de nossas preferências pessoais o bem do Brasil, que exige a contribuição de todos, presidente eleito e sociedade, para criar um ambiente de concórdia e fraternidade", diz a nota. A união nacional será necessária para que o processo democrático não seja atropelado por fatores negativos, acredita a CNBB.

O empate técnico entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello indica que qualquer um dos



Dom Luciano, presidente da CNBB

dois pode ser eleito presidente do País e isto pode, de acordo com a nota, provocar imprudência por parte de grupos exaltados. As recomendações da CNBB, assinadas pelo presidente da entidade, dom Luciano

Mendes de Almeida, prevê grandes dificuldades para o próximo presidente, "por causa do desenfreado processo inflacionário e da demasiada concentração de renda".

PERSONALISMO — Apesar destas dificuldades, o novo chefe do País não quer ignorar as justas aspirações de mudança social que permeiam a maior parte da população, hoje empobrecida, alcançar níveis mais dignos de vida, garante a CNBB. Os bispos apelam para que todos os brasileiros cooperem decididamente na conciliação nacional, base para um período de paz e justiça social. A nota da CNBB considera o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, personalista, e que terá de, se eleito, superar esta característica para conseguir realizar um governo com alianças. No caso da vitória de Lula, segundo a nota, o candidato terá que se empenhar para dissolver processos e medidas que, no mesmo tempo, assegurem as reformas anunciadas e as garantias constitucionais. (A/E)

19/12/89.

Vitória do PRN fortalece prefeito de Recife

Apesar de ter perdido a eleição em Recife, a liderança que mais foi fortalecida em Pernambuco com a vitória de Fernando Collor é o prefeito Joaquim Francisco. Ele é tido como o candidato natural das oposições ao governo do Estado, na eleição do próximo ano, e foi quem comandou a campanha "collorista" em Pernambuco, atraindo para o candidato o apoio do senador Márcio Maciel e do ex-governador Roberto Magalhães.

"Noventa eu só discuto em noventa", voltou a declarar ontem o prefeito, ao se recusar mais uma vez a assumir sua condição de candidato a governador na eleição do próximo ano. Ele garante que vai cumprir integralmente o mandato de prefeito que conquistou nas urnas, mas na verdade já está em campanha para suceder o governador Miguel Arraes há vários meses.

O pleito presidencial deu-lhe boas condições para fazer chegar seu nome ao interior, onde não é muito conhecido do eleitorado. Ele percorreu 57 cidades, fazendo comícios e caminhadas pela candidatura de Fernando Collor, mas, estranhamente, onde é mais conhecido e desfruta de grande popularidade, que é na capital, seu candidato obteve apenas um terço dos votos. Joaquim Francisco não assume, mas é um dos nomes cotados para integrar o ministério de Fernando Collor. (AG)

Pronunciamento à Nação para unidade nacional

Assim que for proclamado presidente eleito, o candidato Fernando Collor de Mello deverá fazer um pronunciamento à Nação propondo um governo de unidade nacional para superar a crise. Ele sugerirá o início de entendimentos para iniciar o novo governo.

Reduzir a interferência do Estado na área privada é uma das maiores preocupações da assessoria do candidato Fernando Collor de Mello. Segundo Zélia Cardoso de Mello, o programa de Collor contempla as principais dificuldades do País, principalmente a reforma do Estado. Esta medida prevê, além da redução da interferência do Estado na iniciativa privada, a reforma fiscal e a redução do número de ministérios dos atuais 26 para no máximo 12.

O ministério da Cultura volta para o da Educação. O ministério da Fazenda desaparece. Surge o ministério da Economia.

19/12/89
22h07
HORA
PAG 11

8910365

12/12/89

FSS (SIND)

CUT nega 'onda de greves' contra PRN

JORNAL DO BRASIL 12/12/89

CURITIBA — O presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, negou que a entidade pretenda desencadear uma "onda de greves" caso o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, seja eleito presidente. Meneguelli foi acusado pelo candidato do PRN no horário eleitoral gratuito de ser ameaçado incentivar greves após sua posse, enquanto para Lula seria dada uma trégua. "O que eu tenho dito é que a tendência é de que as greves diminuam no governo Lula porque pela primeira vez haverá um canal direto de negociação entre governo e trabalhador", disse Meneguelli. Ele acredita que em um governo de Fernando Collor de Mello as greves tendem a aumentar, como consequência da postura econômica decidida pelo PRN. "As propostas anunciadas por ele apontam para medidas semelhantes às adotadas pelo Menem na Argentina, de instaurar uma linha neoliberal que deve causar reação", explicou. Mas é claro que o trabalhador ao fazer greve se o que hoje é apenas um programa de intenções se tornar um fato real.

O sindicalista negou que a CUT — a maior central sindical do país, ligada ao PT e engajada na campanha de Lula — estabeleça uma trégua caso o candidato petista chegue ao Palácio do Planalto. "Trégua é consequência do atendimento das negociações, assim como a greve é consequência do maltrato da luta de empadamento. Não podemos simplesmente dar trégua para o presidente, seja quem for."

Também para afastar as acusações de Collor, Meneguelli afirmou que elas demonstraram que o candidato não conhece o movimento dos trabalhadores. "Greve não se faz em um estalar de dedos", disse. Ele lembrou que, antes da posse do general João Figueiredo na Presidência da República, também houve boatos sobre uma greve geral nos primeiros dias do novo governo. "Como daquela vez, os trabalhadores estarão esperando os primeiros atos do presidente para tomar posições. De Lula, a CUT cobrará uma primeira atitude que, segundo Meneguelli, será determinante para sua confiança no novo governo: a suspensão do pagamento da dívida externa."

19/12/89.

**SINDICALISTAS SÃO
PELA ANTECIPAÇÃO**

Os sindicalistas de diferentes correntes defendem a antecipação da posse do novo presidente, seja ele quem for. O presidente da CUT, Jair Meneguelli, que votou em Lula, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, ligado à CGT, e que votou em Collor, não se foveem desta antecipação, embora discordem, quanto à data da posse. Medeiros defende que ela deva ocorrer já no próximo dia 1º de janeiro; enquanto Meneguelli considera esta data muito próxima, afirmando que o melhor seria 15 de janeiro. Para o presidente dos metalúrgicos, se não houver a antecipação da posse, o País pode chegar de vez ao fundo do poço, atolar e não sair mais desta situação.

19/12/89

Magri, da CGT, defende o crescimento econômico

"Um bom homem e que possa facilitar uma possível coligação", são as características que Antônio Rogério Magri, líder da CGT, considera essenciais para um futuro ministro da Fazenda. Ele chegou a citar os nomes de José Serra (PSDB) e César Maia (PDT) e lembrou da passagem pelo Ministério da Fazenda de Milton Henrique Simoesen. "O Ministério da Fazenda vai ser a coisa mais importante que o Fernando Collor terá que decidir. Eu não tenho sentido que a Zélia Cardoso de Mello tenha apertado pelo Ministério, então acho provável que encargar um nome que possa juntar o útil com o agradável", explicou Magri.

Magri voltou a reiterar que "ideologia não cache berriga" e o que garante o dinheiro no bolso do trabalhador é o crescimento econômico. "Eu viajei por países da Europa e percebi que o movimento sindical de lá sabe que o seu verdadeiro inimigo é o Estado, que precisa diminuir os seus gastos", justificou ele ao defender que o programa de Collor tem mais alternativas para o empresário voltar a investir. "A partir de um crescimento econômico fica mais fácil o fazer as negociações, com melhores acordos e por conseguinte melhores resultados", analisa.

19/12/89.

Centrais sindicais ^{DES/END} procuram entendimento

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vê com preocupação a vitória de Fernando Collor de Mello na eleição presidencial, disse ontem Gilmar Pedruzi, presidente estatutário da entidade. "Ele tem dito que a CUT é inimiga e que vai intervir nos sindicatos. Mas ele só poderá fazer isso recorrendo à força, uma vez que a Constituição garante a liberdade de organização sindical", declarou o sindicalista. A CUT defende a posse do novo presidente em 15 de janeiro, "antes que a situação piore ainda mais".

Rogando Pedruzi, Collor sustenta uma posição muito radical em relação aos sindicatos. Mesmo assim, a CUT espera que o novo presidente esteja disposto a dialogar, e a encontrar uma saída para a crise que não envolva mais sacrifícios para a classe trabalhadora. "Não vamos ceder nem um décimo conquistado na Constituição e não abrimos mão de nenhuma reivindicação dos trabalhadores até que não o que exigir", observou.

É a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que espera que o presidente eleito promova o fortalecimento nacional, com empresários, trabalhadores e parlamentares, para achar, seguramente, a saída para a crise. "Se não fizer isso, ele vai ter de governar com pacotes conjunturais que, seguramente, não serão bons para os trabalhadores", disse o secretário-geral nacional da CGT, Ricardo Bittencourt.

Ele discorda da orientação nacional da entidade, que tem como principais dirigentes Ruy Mauro Marini e Luís Antônio de Mello, de quem Collor de Mello recebeu votos em Brasília no primeiro turno e, agora, perdeu seu voto, "porque não levou em consideração os sindicatos". Os dirigentes sindicais, no seu entendimento, devem trabalhar pela antecipação da posse do eleito e fazer o melhor uso das prerrogativas de resistência.

19/12/89
19/12/89
19/12/89

098

19/12/89.

Meneguelli muda de posição

CUT agora não luta mais para abreviar posse

SÃO PAULO — O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, afirmou que não vai fazer nenhum esforço para que seja antecipada a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República. Isso porque ele considera que o governo de Collor não será diferente do governo de José Sarney.

"É trocar o mais ruim pelo menos pior", comparou Meneguelli ontem, na sede nacional da CUT, justificando sua mudança de posição, pois até as eleições de domingo ele defendia a antecipação da posse do futuro presidente. Nos últimos 70 dias, o líder sindical "dormiu em casa menos de 10 dias", porque estava em campanha para levar o país em favor da candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular.

A CUT representa 1 mil e 600 entidades sindicais e cerca de 18 milhões de trabalhadores e tem hegemonia entre os funcionários públicos e de empresas estatais. Meneguelli garantiu que não torce pelo desastre do governo Fernando Collor de Mello, mas "pelo seu passado, por suas propostas e por sua arrogância", já perdeu "as ilusões". Ele espera um convite do novo governo para negociar. "Mas não vou participar de um pacto social", afirmou. "Temos um elenco de reivindicações que sempre tentamos discutir com o governo Sarney e vamos insistir na possibilidade de implementação destas propostas. O papel da CUT é de buscar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, sem tréguas".

Vieralmente abatido pela derrota de Lula, de quem é amigo pessoal e foi colega de diretoria no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Meneguelli diz que se Collor transformar Antônio Rogério Magri, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), "no único interlocutor da classe trabalhadora, vai cair do cavalo". Segundo ele, Collor "não pode ignorar a força real que a CUT representa. Ele tem que tratar o Magri como representante de uma parcela dos trabalhadores, sem desprezar as outras forças." Magri coordenou o apoio da CGT ao candidato do PRN. A estratégia da CUT

em relação ao novo governo vai ser decidida em uma reunião da direção nacional, composta por 83 membros, a ser realizada em janeiro, em dia ainda não definido.

Greves — As greves devem continuar, prevê Meneguelli. Ele não prega o aumento das paralisações, mas se reporta ao passado de Collor de Mello no governo de Alagoas para imaginar o que esperam as entidades sindicais. "No dia 16 de março deste ano, após a greve geral dos dias 14 e 15, dois jornalistas foram demitidos da TV Gazeta, em Alagoas, da família Collor de Mello", afirma o sindicalista para sustentar as suas projeções. Meneguelli apostava no passado de Lula e na trajetória do PT, do qual é membro do Diretório Nacional, para justificar a perspectiva de "uma maior transparência na relação com o movimento sindical".

O presidente da CUT não acha que a central perdesse por ter apoiado Lula e ter declarado campanha contra Collor de Mello. As primeiras informações da apuração indicam que Lula "ganhou onde o movimento sindical e popular está mais organizado e perdeu nas cidades pequenas, com menos de 50 mil habitantes, onde, em muitos casos, nem existe sindicato". Ele cita, como exemplo, a cidade de Barretos, no interior paulista, a 400 quilômetros da capital. "Somente este ano começou a ser organizada a associação dos funcionários municipais. Ainda não é sindicato", diz Meneguelli. "Temos muito trabalho pela frente", concluiu.

A CUT quer tirar uma grande lição das eleições presidenciais. Meneguelli está pedindo para sua assessoria que faça um mapeamento comparando os resultados da Frente Brasil Popular e o número de organizações sindicais filiadas ou simpáticas a ela em cada cidade. Desta forma ele espera avaliar o próprio desempenho dos sindicatos da CUT.

Arquivo — 144/89



Meneguelli

Jornal do Brasil 19/12/89.

8910365 *

12/12/89.
J do Brasil

F.S.S.

Eleição reduz número de mortes

em conflito por terra

BRASILIA — A eleição presidencial, mobilizando milhares de brasileiros em todas as unidades da Federação, fez com que o número de mortes no campo, em conflitos pela posse da terra, fosse reduzido em 60 %. A constatação é da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ecumênica integrada por representantes das Igrejas Católica, Metodista e de Confissão Luterana. Ano passado, a CPT registrou 104 assassinatos de lavradores, e este ano, de 34. "Em ano eleitoral há o número de mortes no campo", afirma o secretário executivo da CPT do Pará, Jerônimo Treccani, lembrando que em 1986 — quando foram eleitos governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais — ocorreu o mesmo fenômeno: houve poucos mortos no campo em relação ao ano anterior.

Segundo o levantamento nacional da CPT, o maior número de mortes em conflitos pela posse da terra ocorreu na Bahia, com oito casos, vindo a seguir o Rio de Janeiro (seis), Pará (cinco), Maranhão, Paraná e Espírito Santo (quatro), Mato Grosso e Amazonas (três), Goiás, Ceará e Paraíba (dois), Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina (um). "Não há motivos para festejar pois o ideal é que esse número de mortes diminua ainda mais", garante o bispo de Picos, no Piauí, Dom Augusto Rocha, presidente nacional da CPT. "Em ano eleitoral diminui o número de mortes pois os latifundiários sabem que os posseiros tem uma arma poderosa, que é o voto", acrescentou.

Dom Augusto Rocha asse-
gura ainda que em ano de
eleição "todo mundo fica
ocupado na campanha" e
talvez isso tenha servido pa-
ra reduzir o número de assas-
sinatos na luta pela terra.
Lavradores, porém, apor-
tamato do governo. Paulo
Alves da Silva, assessor em
Araguari, na comunidade
de São João do Rio Negro,
Nordeste Fluminense, Totan-
tina, em comunidade assada
por pistoleiros.

Se houve poucos mortos
de posseiros, este ano deve
registrar um incremento do
número de índios mortos,
principalmente em função
da invasão das áreas indige-
nas. Ianomâmis, em Rorai-
ma, por 45 mil garimpeiros.
O Conselho Indigenista
Brasileiro ainda não con-
cluiu seu levantamento na-
cional sobre o número de
mortes de índios no país,
mas já sabe que somente em
Roraima 59 ianomâmis
morreram de malária, devi-
do ao contato com o bran-
co, segundo dados oficiais
da Fundação Nacional do
Índio (Funai).

43.13

8910365

A libertação junto com os oprimidos

A opção preferencial pelos pobres está contida na leitura dos textos bíblicos

A Igreja nesta eleição está dividida entre duas correntes. Uma que prega o voto no candidato Luis Inácio Lula da Silva, do PT, o que lhe rendeu uma boa votação nos chamados grandes do país e uma outra tendência que considera que a autêntica posição da Igreja Católica é a de evitar a política partidária, considerada um campo próprio dos leigos. A Conferência de Puebla foi até mais longe, lembrando que os "leigos dirigentes da ação pastoral não devem exercer sua autoridade em função de partidos ou ideologias". Estas duas correntes vem travando, ao longo das eleições, um debate que está dividindo a Igreja. Lula conta com a participação das Comunidades Eclesiais de Base; Fernando Collor de Melo utiliza-se da figura do Frei Damião, um carismático líder religioso, muito popular no Nordeste. Aqui, dois religiosos debatem a presença da Igreja na hora do voto.

Frei Leonardo Boff



É verdadeira a constatação de que os setores progressistas das Igrejas especialmente ligados à teologia da libertação ajudaram na vitória de Lula para chegar ao segundo turno das eleições. É bom que assim seja. E há razões que mostram a co-naturalidade existente entre o projeto político da Frente Brasil Popular, hegemônica pelo PT, e as aspirações políticas suscitadas no seio da Igreja das bases. Esta Igreja é constituída pelas milhares de comunidades eclesiais de base (católicas e evangélicas) que se distribuem pelo tecido social de todo o país, bem como pelos muitos movimentos e pastorais sociais comprometidos com a transformação da sociedade. Vejamos algumas destas razões.

A teologia da libertação resulta da opção preferencial da Igreja pelos pobres e oprimidos, que constituem a grande maioria da nossa população. Optar pelos pobres e oprimidos significa lutar contra a pobreza e a marginalização em vista da justiça social. Até aqui, certamente, todos estarão de acordo desde Augusto Pinochet até Dom Pedro Casaldáliga. A separação ocorre quando decidimos a seguinte questão: quem vai realizar a justiça social, e assim concluir a libertação histórica, e como? A resposta tradicional na Igreja e na sociedade reza: os que têm vão ajudar os que não têm; as classes abastadas e o Estado vão

fazer para os pobres, atendendo-os em suas carências. Esta estratégia deu origem ao populismo e paternalismo social e ao assistencialismo eclesial. Nunca resolveu o problema dos pobres, porque eles ficaram dependentes das migalhas que caíram das mesas dos que têm e nunca foram envolvidos na superação de sua própria pobreza. Esta política acalma a má consciência dos ricos e deixa intocada a estrutura da sociedade, principal responsável pela marginalização da maioria da população. Nesta linha de resposta assistencialista e paternalista, situam-se os setores conservadores da Igreja e da sociedade. Podem até usar uma linguagem progressista e usar meios modernos de ajuda; mas o pobre sempre fica de fora, pois ele é visto apenas como aquele que não tem, que não sabe, que não pode; os que podem sabem e têm, devem fazer para os pobres, segundo a máxima do czar russo Pedro, o Grande, do despotismo iluminista e moderno: "Tudo para o povo mas nada com o povo."

A segunda resposta soa: a libertação só chegará se for feita a partir dos oprimidos, junto com os oprimidos, pelos oprimidos e com a participação de todos aqueles que, não sendo pobres, optaram pelos pobres, contra a sua pobreza e pela libertação de todos. Aqui o pobre é visto como aquele que tem poder, quando organizado, que sabe, quando se lhe dá oportunidade de falar, que é sujeito de sua própria libertação quando deixa de apenas receber ou reivindicar e se propõe a transformar as relações sociais e a realidade ao seu redor. No paternalismo o pobre é objeto; na perspectiva de libertação o pobre é sujeito; ele é central no processo de mudança que não significa apenas uma melhoria no quadro inalterado, mas uma alternativa ao próprio quadro social. Ora, os cristãos das comunidades de base e das pastorais sociais aprenderam a rejeitar a primeira opção e a construir a segunda. E aqui muitos são contra: todos os que não querem nenhuma transformação de fundo da sociedade e das Igrejas porque acabariam por perder os benefícios que esta ordem lhes propicia; os que vivem da especulação; os que detêm os grandes meios de produção como as fábricas, os latifúndios e grandes somas de dinheiro jogadas no mercado financeiro. A favor estão todos aqueles que, mesmo abastados, alimentam um sentido de humanidade e de justiça social, os oprimidos conscientizados de sua opressão e que se organizaram em associações, movimentos, sindicatos e partidos libertários. Neste campo se situa grande parte (nem todos) dos membros das comunidades eclesiais de base e das pastorais sociais (da terra, dos índios, do menor, dos direitos humanos, dos negros, da mulher marginalizada etc.). A dinâmica interna destas organizações fez com que eles se educassem a si mesmos para serem cristãos militantes, comprometidos com a justiça social e com a sorte de seus irmãos e irmãs oprimidos.

Como ocorre isso? Nas comunidades eclesiais de base lê-se a Bíblia, tida como depositária da Palavra histórica de Deus. Aí se aprende qual é o projeto de Deus, como Deus interfere na história, sempre do lado do oprimido contra o seu opressor, a favor do que gritam no Egito e contra o faraó que persegue e mata; apropriam-se da utopia de Jesus que é o Reino de Deus que começa a se realizar em nosso meio, como movimento a todos mas a partir dos pobres. A submissão do Reino é universal e concreta: implica

a superação da fome, do cerceamento da liberdade, implica a promoção da vida, o perdão do pecado, a ressurreição da carne e a vida eterna. Os cristãos das CEBs confrontam a página da vida com a página da Bíblia. Logo se dão conta da contradição entre o projeto de Deus e a iniquidade que padecem. Enchem-se de iracúndia sagrada. Deixam a acomodação. Não basta o protesto e a pura reivindicação. Mobilizam-se para buscar mudanças mais profundas, a começar pela própria cabeça: pensar diferentemente a sociedade, a prática humana que não pode ser de exploração mas de colaboração. E em seguida tratam de se organizar. Um fraco mais um fraco não são dois fracos. É um forte, pois a união faz a força. Quais são os instrumentos de transformação? A associação de moradores, o clube de mães, a própria comunidade eclesial de base, o sindicato, o grupo dos direitos humanos, o núcleo de união e consciência negra, da comissão de Pastoral da Terra, dos desabrigados, dos favelados, da mulher marginalizada e muitos outros movimentos de base. Estes organismos, por mais humildes que sejam, ajudam a pensar as contradições da realidade, significam um espaço de



Collor e Frei Damião: ênfase no misticismo

exercício de democracia, na medida em que as tarefas são divididas, exercidas e cobradas; os cargos são rotativos e o poder, praticado colegialmente, sempre controlado pela base; a partir dos movimentos surgem práticas sociais de reivindicação, de resistência e já de libertação, no sentido de se pensar e querer um outro tipo de sociedade, nova, democrática, que possibilite mais dignidade, pão e liberdade para todos, a começar pelos marginalizados. Por fim descobre-se a importância do partido. É um instrumento poderoso, pois visa o poder de estado (do município, do estado e país) e mediante o seu exercício transformar estruturas que oprimem em estruturas que produzam participação e justiça social. O professor de uma CEB se transforma num cidadão consciente, crítico e participante. Grupinhos mais articulados fundam núcleos de partidos que tenham raízes populares, que apresentem uma mensagem libertária, que mostrem uma pedagogia que venha de baixo para cima e que valorizem a religião. Multidões de membros de CEBs não entram no PT porque pertencem ao PT já na sua fundação. O PT é deles.

Fizeram o PT um instrumento, entre outros, para realizar bens do Reino de Deus, como se diz no dialeto destes cristãos. Por aqui se explica por que estes setores ajudaram na vitória do Lula e irão dar a sua parcela na construção e consolidação do PT como grande partido histórico das massas que não aceitam mais esta condição pois querem ser povo que se organiza para fazer a sua libertação e de todo o Brasil. Há uma mística que pervade a prática dos militantes cristãos, mística libertária, centrada de

consciência da grandeza do desafio presente e da resposta que deve ser dada e que eles estão dando coletivamente. Devemos superar a idéia anacrônica e velha do padre, coronel religioso, que mandava votar nos seus candidatos, daqueles que defendiam os interesses corporativos das Igrejas. A Igreja da base não quer defender privilégios mas tenta colocar todo o seu potencial moral e histórico a favor das causas coletivas, de todos, como comida, saúde, moradia, salário decente, educação e liberdade. Antigamente eram os padres e os bispos que faziam política partidária. Hoje são os leigos, autônomos, críticos e conscientes de que são eles também Igreja. E esse processo é irreversível. Mas não devemos desconhecer também outro tipo de cristão, dos setores clericais e conservadores da Igreja. Hoje eles estão se articulando como fizeram em 1964. Eles vêm dos estratos opulentos da sociedade, como aquelas mulheres de São Paulo que pretendem pressionar o Papa em Roma e entopem os canais telefônicos da Cúria da arquidiocese de S. Paulo contra manifestações a favor do PT. Elas suscitam o desgastado fantasma do comunismo (exatamente hoje em que o comunismo

candidato estabelece para com as Igrejas onde se revela o caráter de sua mudança. Collor se relaciona com os setores manifestamente conservadores e até alienados das Igrejas; sem escrúpulos, manipula a figura venerável de Frei Damiano para dar a impressão de que é amigo dos pobres e que seu projeto é sustentado por eles, o que efetivamente não é verdade. Ele não vem do meio dos pobres, nunca esteve articulado com a caminhada dos pobres em suas organizações. Ele pertence àqueles estratos da dominação que jamais foram apeados do poder. Ele representa o continuismo político-social do Brasil. Lula se articula com os setores progressistas das Igrejas, com aqueles que há mais de 30 anos se inserem no movimento popular, se articulam com o sindicalismo combativo e autônomo e criaram as CEBs, a partir das quais se gestou a teologia da libertação. Estes grupos elaboraram junto com tantos outros o sonho da autêntica mudança do país, com um sujeito histórico diferente (as classes populares organizadas) e com uma definição diversa da relação entre capital e trabalho. Na linha de João Paulo II em sua encíclica sobre o trabalho (1981), o

trabalho vem em primeiro lugar e somente a partir de sua dignificação vem o capital. Lula não foi buscar o apoio dos setores progressistas das Igrejas. Estes setores desde cedo se deram conta da co-naturalidade que vigora entre a proposta de Lula com a proposta ético-política que se desenvolveu nas comunidades cristãs ao se confrontar mensagem cristã com desafios da realidade social. O projeto religioso vai muito além da proposta política. Esta nunca pode incluir em seu programa a ressurreição da carne e a vida eterna, anseios da humanidade, tematizados pelo discurso cristão. Mas há uma aproximação e articulação natural no que se

refere à dimensão histórica e político-social. Por aí entendemos a importância que o fator eclesial ganhou neste segundo turno das eleições; ele ajuda a discernir o verdadeiro do fictício discurso de transformação da sociedade. A mudança real passa por Lula, não passa por Collor.

Vivemos uma situação excepcional que permite também uma posição política dos cristãos e da hierarquia das Igrejas, excepcional. Pela primeira vez, por um processo pacífico e democrático, pode ocorrer a troca de sujeito político. Até hoje, no Brasil, os que detêm o capital e sempre subjugaram o trabalho controlaram o poder social e ocuparam, como feudo, o poder estatal. Agora, abre-se a possibilidade real de um representante do mundo do trabalho, sustentado por uma ampla força social, articulada ao redor do trabalho, aceder ao poder de estado. A partir daí, podem-se estabelecer outras prioridades sociais e criar condições para transformações mais profundas nas estruturas sociais. É o que significa, para qualquer analista, a figura de Lula. Mais do que com dois atores, somos confrontados com dois projetos históricos: um continuista e outro transformador. Em razão disso, entende-se que vários bispos, sacerdotes, teólogos, homens e mulheres de Igreja se tenham pronunciado em favor de Lula. Não se trata de optar pelo PT. É muito mais. É uma opção ético-política, inspirada nas convicções cristãs vividas no campo político, em favor da causa das maiorias, de uma democracia mais plena, na qual se veja mais claramente o povo organizado como o autêntico portador do poder em vista do bem de todos.

A Igreja e a autonomia da política

A opção por partidos políticos é tarefa dos leigos enquanto cidadãos iluminados pelo Evangelho

Padre Fernando José Guimarães



Uma das conquistas do Concílio Vaticano II foi o reconhecimento da *justa autonomia* das realidades temporais. Dela derivam consequências importantes também no campo da política.

Por autonomia entende-se que "as coisas criadas e as próprias sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem". Contra uma visão sacralizada e vertical do mundo, que unia todas as coisas sob o signo religioso, o Concílio reconhece a existência de um campo autônomo, regido por leis naturais e próprias. Ele refere-se, no entanto, a uma *justa autonomia*, porque, evidentemente, nega o conceito de uma liberdade que pretendesse afirmar "que as coisas criadas não dependem de Deus, e os homens as podem usar sem referência ao Criador". Para concluir: "Na verdade, sem o Criador, a criatura esvai-se" (Const. Gaudium et Spes [GS], 36).

Aplicamos este princípio a um exemplo concreto no campo da medicina, na área dos transplantes: ela é absolutamente autônoma quanto a suas técnicas e realizações e seria absurdo pretender que a Igreja ditasse normas aos médicos católicos a esse respeito. Mas, ao mesmo tempo, eles devem ater-se à doutrina cristã em seus princípios gerais quando as técnicas autônomas puderem ser usadas em violação à Lei divina e em detrimento da pessoa humana, isto é, no campo dos princípios éticos e morais.

O termo Política tem, em sua linguagem, duas acepções diferentes. A primeira refere-se ao campo dos princípios fundamentais, reguladores da convivência social e que visam a realização do bem comum: a ordem político-social que deve assegurar os direitos de cada pessoa humana e garantir a todos os cidadãos, sem exceções ou injustiças, a participação dos bens sociais.



Lula e Frei Betto: ênfase na política

está passando por tão profundas transformações) e da ameaça de convulsão social. Devemos recordá-las a frase que o mártir Dom Oscar Arnulfo Romero disse ao Papa João Paulo II sobre a direita de El Salvador que há dias assassinou nossos colegas teólogos da libertação, os seis padres jesuítas: "Santo Padre, a direita abastada não é contra o comunismo por causa da fé cristã. É contra o comunismo porque quer defender seus privilégios à custa da miséria do povo".

As eleições do primeiro turno mostraram que o povo quer mudanças, votando em quem tinha propostas de mudança, em Lula e Collor. Ocorre que Lula e Collor representam dois projetos profundamente diferentes. Collor corporifica os interesses daqueles grupos que o apoiam publicamente: da FIESP, dos latifundiários e dos grandes grupos financeiros. Esses querem apenas uma modernização conservadora, vale dizer, mudanças que não atinjam as estruturas do poder e deixem o povo subalternizado às suas estratégias de acumulação. Lula condensa a vontade de libertação estrutural ao colocar um outro sujeito histórico na cena do poder: o povo organizado. Em seu programa, o social ocupará a centralidade e não o capital. Portanto, é nele que a retórica mudancista possui coerência e não em Collor, pois aqui é puro simulacro: a retórica esconde o caráter da mudança, que é superficial e conservadora, portanto, nenhuma mudança fundamental. Como ambos os candidatos utilizam a linguagem mudancista, é difícil, no nível político, discernir qual é a linguagem falsa e qual é a autêntica. Entretanto, é na relação que cada

O segundo conceito de Política refere-se ao exercício concreto de tais princípios gerais que, numa sociedade pluralista e democrática, acontece através do embate de idéias e programas representados por partidos políticos e assumidos pelos cidadãos através da livre manifestação de sua vontade pelo voto popular. Este manifesta a soberania do povo e determina a organização da convivência social mediante estruturas concretas de administração do poder e de distribuição das tarefas públicas.

Na primeira concepção de Política, encontramos-nos no terreno dos princípios éticos que regulam a vida dos homens e das sociedades. Na segunda, estamos no campo político-partidário. Ambos são dignos e necessários, mas devem ser distinguidos com clareza.

A Igreja não reduz o espaço da fé à vida privada, excluindo o social, nem pode aceitar os que a pretendem relegada às sacristias, ocupadas apenas com o transcendente. No cumprimento de sua missão religiosa, ela tem uma participação efetiva também na vida política. É o que afirmaram os Bispos na América Latina na sua assembléia geral de Puebla, em 1979: "A Igreja sente como seu dever e direito estar presente neste campo da realidade: porque o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana, inclusive a dimensão política" (Documento de Puebla, [DP], 515).

Definindo-se como "sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana" (GS, 76), para a Igreja, sua presença e participação no âmbito político é exigência que brota da própria fé.

Mas coerente com o princípio de autonomia das realidades temporais, a Igreja distingue claramente duas formas de presença e de participação.

Reafirmando sua missão essencialmente religiosa (DP, 519), ela afirma sua competência e participação no campo dos princípios éticos reguladores da Política. É parte integrante de sua atividade evangelizadora "iluminar as consciências e anunciar uma palavra transformadora da sociedade" (DP, 518). Nossos Bispos brasileiros, em sua assembléia do ano passado, assim explicitam tal tarefa: "cabe-lhe iluminar o horizonte da política pela 'verdade sobre o homem' que ela professa" (Doc. Igreja: Comunhão e Missão [ICM], n. 203). E indicam qual é seu campo de ação: "A consciência que tem da sua missão evangelizadora leva a Igreja a: — publicar documentos sobre a nossa situação política e suas exigências de justiça social e de consciência moral; — criar organismos de solidariedade em favor dos oprimidos e valorizar as organizações populares (...); — denunciar as violações dos direitos humanos (...); — encorajar a opção evangélica pelos pobres (...); — contribuir para a educação política (...); — acompanhar os cristãos engajados na política partidária" (ICM, 214). Trata-se, evidentemente, da

missão de "promover os valores que devem inspirar a política (...) mediante seu testemunho, sua doutrina e sua multiforme ação pastoral", como recomendava a assembléia de Puebla (DP, 522).

Quanto à política partidária, a Doutrina da Igreja é igualmente clara: trata-se de um campo autônomo da sociedade civil e, por isso mesmo é tarefa própria dos leigos enquanto cidadãos (GS, 43; DP, 524), iluminados pelos princípios fundamentais do Evangelho e guiados pela própria

que disseram os bispos brasileiros em sua assembléia do ano passado: "Frente à política de partido, no sentido estrito, a saber, em ordem à conquista ou manutenção do poder, a Igreja se situa diversamente segundo a função que seus membros desempenham no seu interior e segundo as circunstâncias históricas" (ICM, 212).

Esta diversidade é assim entendida pelos bispos brasileiros, em consonância com a doutrina do Magistério. "Para a Igreja, a política partidária é o campo próprio dos cristãos leigos, onde gozam de legítima autonomia. Compete a eles a obrigação da séria participação política até o nível partidário, sabendo que a política é uma mediação privilegiada da caridade e que a fé cristã a valoriza e a tem em alta estima" (ICM, 211).

Quanto à atuação da Hierarquia, isto é, dos pastores da Igreja, sejam eles bispos ou sacerdotes, a CNBB declara: "A hierarquia, que exerce a missão de alimentar, animar a união e a comunhão no interior da Igreja, não cabe tomar posições partidárias, já que com elas antes dividirá o corpo eclesial que promoverá sua coesão" (ICM, 216).

Este importante documento dos Bispos brasileiros aplica, desta forma, à realidade do Brasil o que o episcopado latino-americano tinha declarado explicitamente na assembléia de Puebla. Ali, com efeito, diziam os Bispos: "A política partidária é o campo próprio dos leigos. Corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequada para alcançar seus legítimos fins" (DP, 524). "Os pastores, pelo contrário, uma vez que devem preocupar-se com a unidade, se despojarão de toda ideologia político-partidária que possa condicionar seus critérios e atitudes" (DP, 526). "Os sacerdotes, também ministros da unidade e os diáconos, deverão submeter-se a idêntica renúncia pessoal. Se militassem em política partidária, correriam o risco de absolutizá-la e radicalizá-la, dada sua vocação a ser 'os homens do absoluto'" (DP, 527). "Os religiosos (...) deverão resistir, igualmente, à tentação de comprometer-se em política partidária, para não provocar a confusão dos valores evangélicos com uma ideologia determinada" (DP, 528). A Conferência de Puebla, preocupada ao mesmo tempo em distinguir a atividade evangelizadora da estrutura da Igreja e em respeitar a legítima autonomia civil, lembra até mesmo que: "Os leigos dirigentes da ação pastoral não devem empregar sua autoridade em função de partidos ou ideologias" (DP, 530).

Esta é a autêntica posição da Igreja Católica. Gostaria de concluir com palavras da CNBB em seu oportuno documento acima citado: "No mundo da política, marcado pelo pluralismo ideológico conflitivo, a Igreja, respeitando o legítimo pluralismo das opções partidárias e distinguindo o papel dos leigos e da hierarquia, procura ser um sinal daquela unidade e comunhão, que é vontade de Cristo e anseio último da humanidade" (ICM, 215) [8910374]



PT pernambucano pôs Cristo na campanha

consciência, que é "sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz" (GS, 16).

O princípio da autonomia requer, quanto à Política, algumas distinções:

A primeira é que na legítima luta partidária, característica da sociedade pluralista e democrática, nenhum partido, nenhum programa de governo pode ser absolutizado nem pretender representar a opção da Igreja, "por mais inspirado que esteja na doutrina da Igreja", recorda o Documento de Puebla, "já que seu programa concreto nunca poderá ter valor absoluto para todos" (DP, 523), envolvido, como está, no jogo político exigido pela organização social.

Em segundo lugar, uma sociedade pluralista será o bem comum, o princípio orientador do jogo político de situação e oposição. Ele deverá presidir o relacionamento entre as legítimas divergências político-partidárias, uma vez manifestada a vontade popular.

Quanto ao papel da Igreja, basta lembrar o

A Igreja não reduz o espaço da fé à vida privada, excluindo o social, nem pode aceitar que ela fique relegada às sacristias 03.

Punição de frade agrava a crise da Igreja em Recife

RECIFE — A crise envolvendo a ala esquerdista da Igreja em Pernambuco e a cúpula da Arquidiocese de Olinda e Recife, conservadora, aumentou ontem com duas medidas tomadas pelo arcebispo Dom José Cardoso. Na primeira, a comunidade franciscana recebeu prazo de três dias para afastar da cidade o frade Aloísio Fragoso, a quem proíbe, com base no Código de Direito Canônico, de exercer atividades sacerdotais. O frade é um dos signatários de documento considerado ofensivo ao arcebispo. Na segunda, mais grave, Dom José destituiu toda a diretoria da Comissão de Justiça e Paz, composta de advogados e leigos ligados ao movimento popular e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), nomeando para seu lugar pessoas vinculadas a grupos católicos conservadores. O arcebispo negou-se a comentar suas decisões.

A demissão da diretoria da comissão pegou de surpresa seus 13 integrantes, apesar de a entidade já haver sofrido outra punição, em agosto deste ano, quando ficou proibida de se expressar publicamente em nome da Arquidiocese. O atual presidente, o ex-metalúrgico italiano Luiz Tenderini, encontra-se em um congresso de leigos em Goiânia (GO) e não foi localizado para comentar a decisão da Arquidiocese. O novo presidente — cuja posse ainda está marcada — é o advogado João de Brito Alves e no grupo que integra a nova diretoria da entidade estão o cônego Miguel Cavalcanti, porta-voz do arcebispo, e a senhora Maria Luiza Campelo, uma das coordenadoras em Pernambuco da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que apoiou o golpe militar de 1964.

O afastamento do frei Aloísio Fragoso foi pedido por Dom José Cardoso através de carta enviada antecorrem ao provincial dos franciscanos em Pernambuco, frei Antonio Carlos, que não quis se pronunciar a respeito. Hoje, a ordem deve responder ao arcebispo e, segundo informações de frades que não quiseram se identificar, registrará as punições e manterá frei Aloísio no Recife. Ele já está afastado das duas comunidades — as favelas de Coque e Bola na Rede — onde exerceu até ontem trabalhos pastorais, já que o Direito Canônico dá este poder ao arcebispo.

— O ministério sacerdotal é a própria razão de viver de um padre e uma punição como esta ataca com qualquer um — disse frei Aloísio, que é paraibano, tem 49 anos e 23 de sacerdócio, 22 dos quais exercendo trabalhos pastorais em comunidades de Olinda e Recife. Comedido ao falar das punições, ele

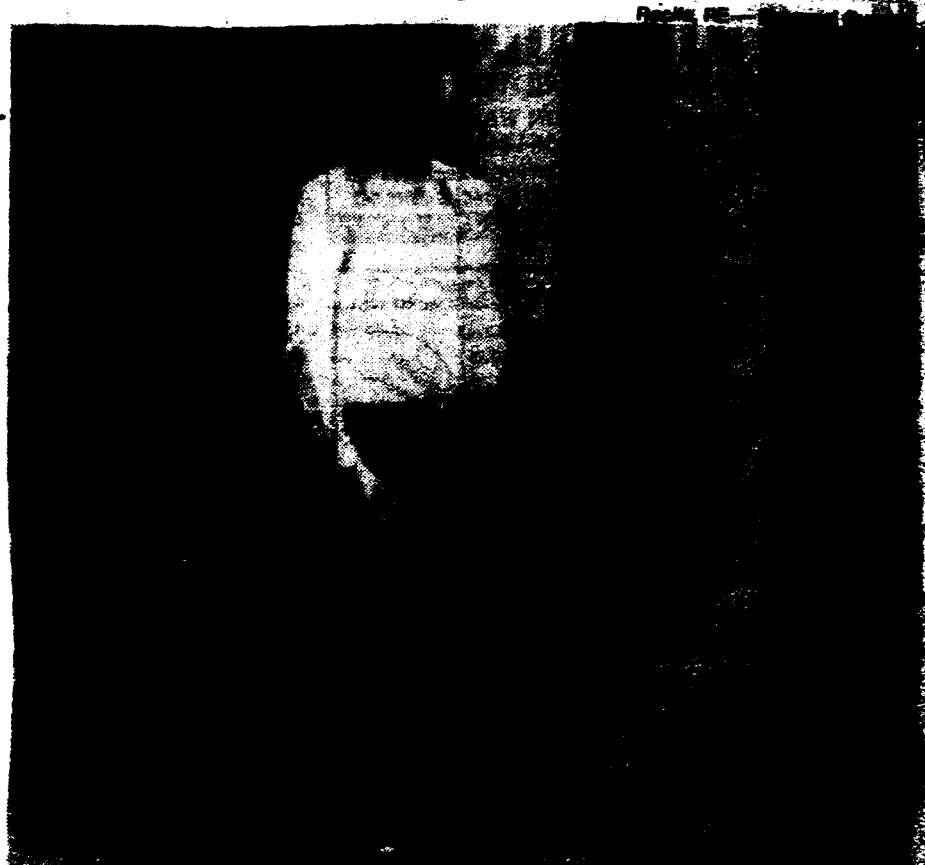
garantia, mesmo afastado do ministério, que continuará indo às comunidades e trabalhando "pela Igreja do povo de Deus": "Nada impede que eu atue, por exemplo, como animador cristão".

A punição contra frei Aloísio se deve ao fato de ter sido ele o único religioso que integrou uma comissão de quatro pessoas que, em outubro, redigiu documento contestando a política adotada por dom José Cardoso à frente da Arquidiocese e as medidas tomadas pelo arcebispo, como a demissão da diretoria da Pastoral Rural, a ameaça de enquadramento de seis padres no Código de Direito Canônico, a lei de silêncio imposta à Comissão de Justiça e Paz e, por fim, o fechamento do Instituto de Teologia do Recife (Iter) e do Seminário Regional do Nordeste II (Serene). O documento questionava, ainda, a postura dos bispos da CNBB Nordeste II que, em encontro realizado em Arapiraca (AL), emprestaram solidariedade ao arcebispo. A nota foi assinada por 18 entidades ligadas à Igreja e seus termos foram decididos em uma assembleia de 115 pessoas.

Desde que assumiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, em substituição a Dom Hélder Câmara, em 1986, o arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho vem mantendo uma relação complicada com as bases da Igreja, com as Comunidades Eclesiais de Base e com as entidades leigas. Em agosto do ano passado, ele demitiu a diretoria da Pastoral Rural, a quem acusou de desvio de verbas para financiar atividades do PT e da CUT. Este ano, o clima entre conservadores assumiu ares de uma verdadeira guerra santa.

Dom José Cardoso proibiu a Comissão de Justiça e Paz de utilizar até papel timbrado de Arquidiocese; ameaçou acionar o Código Canônico contra padres da ala esquerdista; afastou das atividades os padres Antonio Maria Guerra e Thiago Torlby; foi acusado de chamar a polícia para expulsar camponeses do Palácio dos Mangueiros, sede do Arcebispo. Por fim, é tido como mentor da decisão tomada pelo Vaticano de extinguir o Iter e o Serene. No documento intitulado "Faz escuro mas eu canto", as entidades acusaram o "desmonte" da Igreja de esquerda.

A demissão da Comissão de Justiça e Paz e o afastamento do frade Aloísio Fragoso aumentam a expectativa em torno da visita de Dom José Cardoso ao Morro da Conceição — bairro pobre da cidade —, onde preside, hoje, a festa da padroeira do Recife. O pároco do morro é o padre Reginaldo Veloso, um dos mais atuantes membros da ala esquerdista,



Frei Aloísio Fragoso, punido, não quer afastar-se do Recife

Seminaristas vão para a Paraíba

JOÃO PESSOA — O Seminário Imaculada Conceição, da Arquidiocese da Paraíba, será reaberto no dia 4 de março para receber os alunos do Seminário Regional do Nordeste-2 (Serene-2) e do Instituto de Teologia do Recife (Iter), ambos localizados na capital de Pernambuco e fechados pelo Vaticano sob a acusação de seguirem orientações em desacordo com as da Igreja. Fundado há 96 anos e desativado desde a abertura do Serene, o Imaculada Conceição já tem 48 reservas de vagas feitas por bispos da Paraíba e de outros estados do Nordeste.

O arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, disse que o seminário funcionará sob orientação do documento de estudos da Congregação da Educação Católica, de Roma, e do documento número 30 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Não é a continuação do Serene nem a orientação do Serene, embora coincida com a do Serene", observou o arcebispo.

"Será um seminário como o de Olinda, o de Natal, o de Salvador, com seu próprio regulamento. Os seminaristas serão admitidos à medida que forem indicados por seus bispos" — continuou — "e serão preparados para uma ação pastoral com as características da desenvolvida na Paraíba, que ba-

tem com a do Nordeste-2, que também sempre seguiu a da CNBB". Ele não quis dizer se o seminário que atraiu muitos alunos de pastoral da sua região e outros estados.

Mesmo tendo passado em 1987 por uma crise, o seminário continuou funcionando sob direção permanente de Dom José Maria Pires, que também é o reitor do Iter e do Iter Teológico de Recife. Dom José Pires, que não quis dizer se o seminário funcionará sob orientação do documento de estudos da Congregação da Educação Católica, de Roma, e do documento número 30 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Não é a continuação do Serene nem a orientação do Serene, embora coincida com a do Serene", observou o arcebispo.

Dos 48 padres de outras diócesis, 30 foram feitos por bispos pernambucanos (quatro de João Pessoa, seis de Caruaru, seis de Campina Grande e 14 de Recife) e os demais por bispos de outros estados do Nordeste.

098

13/12/89

423

F.S.S. (C19)

Recife: a 'guerra' na Igreja

Portando faixas e gritando palavras de ordem contra o arcebispo conservador de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, a quem chamavam de "bispo do ódio" e "bispo de Satanás", cerca de 300 moradores do Morro da Conceição — zona norte de Recife — foram ontem ao terminal rodoviário para receber o padre Reginaldo Veloso, afastado das funções de pároco do bairro por um decreto assinado pelo arcebispo na última quinta-feira.

O padre, que passou o final de semana em Macció, e soube de sua destituição através do telefonema de um amigo, acabou carregado nos ombros pelo povo. Muito emocionado, ele garantiu que, mesmo afastado,

do, vai continuar morando no morro, onde pretende desenvolver trabalhos pastorais junto à comunidade local.

Logo após o desembarque, o padre Reginaldo Veloso disse aos jornalistas que não aceita ser transferido para outra paróquia e que a sua permanência no bairro, independente do que deseja o arcebispo, é uma exigência da própria comunidade. "Seria impossível deixar o morro, onde tenho compromissos com a população, que não me perdoaria se eu não agisse dessa forma", afirmou, para, em seguida, desferir duras críticas a dom José Cardoso, por ele caracterizado como um "paranóico" e "desequilibrado". (AJB)

2 FRO MORA 13/12/89 PAG 18

29.

01.01

X

8910375

FACTOR

POLITICO

ENTRE LOS N^{os}

8900087-8910374

098

CPe.

É correto interpelar, diz Drestes Quêrcia

O governador do Estado de São Paulo, Drestes Quêrcia, disse, ao inaugurar a 22ª Feira Agropecuária e Industrial de Ourinhos, no gesto pacífico, que considera "legítima" a interpelação judicial dirigida ao presidente Sarney pela CPI da Corrupção. Para ele, como qualquer outra pessoa, Sarney também está submetido à lei. Lembrou, no entanto, que respeita também a atitude do presidente em não responder às acusações.

— Acho válida a sua atitude. Tanto é legítimo que os parlamentares interpelem o presidente como ele se defenda da mesma maneira, agora a interpretação da lei quem faz é o tribunal, — disse Drestes Quêrcia.

O governador Sarney foi interpelado judicialmente pelos 11 senadores que compõem a CPI da Corrupção e o pedido foi aceito na última sexta-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Néri da Silveira.

Sobre a questão da municipalização da saúde, o governador considerou antipatriótica a campanha feita por alguns setores do Governo Federal que, segundo ele, tem aspectos negativos. (AG)

23/5/88. 2.4.

Um cacique Caiapó ferido a bala, um hospital e seis carros depredados. É o saldo da revolta dos índios na cidade de Redenção, no Sul do Pará. Agentes da Polícia Federal, com reforços de Brasília e Belém, evitaram a invasão da cidade

Pará: tensão e tumulto na revolta dos índios

A cidade de Redenção, uma das mais importantes da Região Sul do Pará, e distante mais de 800 quilômetros de Belém, viveu entre terça-feira à tarde e ontem pela manhã um clima de muita tensão por causa da revolta dos índios Caiapós, que depredaram um hospital e seis carros e quase entraram em conflito sério com a população. O índio Kubey, um dos caciques dos Caiapós, ferido a bala no final da noite de terça-feira, foi transferido para Belém, mas seu caso não é grave. Foi preciso a ação da Polícia Federal, que solicitou reforço de Brasília e de Belém para impedir uma invasão dos índios em Redenção.

Tudo começou na terça-feira pela manhã, quando foi roubado um Passat pertencente a Kubey, que estava estacionado na frente do Hospital São Vicente. Era o terceiro veículo dos Caiapós da aldeia Gorotire roubado em menos de um ano. Além disso, haviam roubado também vários objetos da chácara que eles mantêm nas proximidades de Redenção. Com muita raiva, Kubey reuniu entre oito a dez índios, entre os cerca de 40 que se encontravam na cidade, e houve primeiro a depredação do hospital, que teve uma janela de vidro quebrada.

A revolta dos índios continuou pela noite, depois de terem bloqueado por alguns instantes a rodovia que passa no centro de Redenção. Eles depredaram também seis carros e ameaçaram alguns comerciantes. Pouco depois das 23 horas, quando deixavam um restaurante, houve nova confusão e Kubey acabou sendo baleado por um homem até ontem não-identificado, mas que, segundo a Polícia, seria um vigilante de um estabelecimento comercial que teria reagido à presença dos índios, que estavam armados de bordunas e arco e flecha e pintados para a guerra. (AE)

OLP não tem status diplomático

O Brasil não vai conceder, por enquanto, o status diplomático à OLP (Organização para a Libertação da Palestina), afirmou ontem, em Brasília, o porta-voz do Itamaraty, Rui Nogueira, contestando notícias neste sentido publicadas por alguns jornais brasileiros. "Nenhuma decisão sobre o assunto foi tomada pelo governo brasileiro, nem é iminente uma definição sobre o assunto", disse Nogueira. Ele admitiu, porém, que o vice-primeiro-ministro do Iraque, Tarik Aziz, apresentou pedido neste sentido, durante sua visita oficial ao País, concluída ontem.

O chanceler-geral, Paulo Tasso Fleury, afirmou apenas que "o tema está sendo estudado" pelo governo brasileiro. Enquanto isso, o governo brasileiro con-

nou o novo ataque de Israel contra o Líbano, em nota divulgada ontem à noite pelo Itamaraty, pouco tempo depois que o ministro do Iraque, Tarik Aziz, deixou Brasília, onde esteve para pedir mais apoio do Brasil à causa palestina.

O principal objetivo da visita de Tarik Aziz foi buscar o apoio do Brasil à paz no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, a missão do Iraque procurou, junto à área similar, mais informações sobre o avião de treinamento "Tucano", fabricado pela Embraer. Alguns especialistas do Exército do Iraque, que vieram com Aziz, ficaram no Brasil para agilizar a entrega de material bélico, que será empregado na guerra contra o Irã. (EBC-AG-ANDA)



Tarik Aziz: procurando apoio

Dias devolve dinheiro da setta Moon

O governador Alvaro Dias mandou devolver, ontem, os 500 mil cruzados doados na quinta-feira passada pela setta Moon ao Governo do Paraná para serem empregados "no combate à corrupção". O dinheiro foi recebido durante jantar no luxuoso Hotel Mabu, em Curitiba, pelo assessor do Palácio Iguaçu, Mário Celso Cunha, que representava o governador. Alvaro Dias chegou a receber em audiência os representantes da setta Moon e foi convidado para o jantar. Ontem, Dias afirmou que "desconhecia" que se tratava daquela entidade, caso contrário teria recusado a oferta em dinheiro e a audiência. Para Dias, a setta Moon tem conotações políticas e ideológicas de extrema-direita e "não condiz com o sistema democrático em vigor no País".

O jantar da setta Moon em Curitiba teve a participação de diversas pessoas, entre elas vários professores da Universidade Federal do Paraná e o comandante da Polícia Militar, coronel Vantuil Borges, e serviu para "comemorar" um mês de trabalho e doutrinação naquele Estado. (AE)

Oito morrem em show no Ceará

Um total de oito pessoas morreram eletrocutadas no final da tarde de ontem, na Praça José de Alencar, no centro comercial de Fortaleza, e mais uma dezena ficaram feridas durante um show promovido pelo Partido da Juventude-PJ. Com a chuva que caiu naquele instante, os presentes procuraram abrigo no palanque onde existiam fios desencapados e de alta tensão que caíram sobre eles. A confusão foi geral, necessitando

da intervenção policial, que interditou o local para evitar outros acidentes. As vítimas foram atendidas na assistência municipal de Fortaleza. O ato-show estava sendo realizado durante o lançamento do Partido da Juventude em Fortaleza. Na ocasião do acidente, fortes chuvas alagaram a cidade, apavorando os presentes que assistiam, no final do expediente, o show do conjunto "Black Banda". (EBCN)

Reaberto caso do padre Henrique

O caso do padre Henrique Pereira, trucidado em 27 de maio de 1968 num matagal da Cidade Universitária, em Recife, foi reaberto ontem. O sacerdote era auxiliar direto de Dom Helder Câmara, que liderava no Nordeste a campanha da "ala progressista" da Igreja Católica contra a ditadura militar. Padre Henrique era dirigente do movimento de jovens católicos e seu barbado assassinato é atribuído a integrantes dos órgãos de repressão, entre os quais foi incluído o então major PM José Ferreira dos Anjos, hoje condenado a 31 anos de prisão pelo assassinato do procurador da República Pedro Jorge Melo e Silva, que denunciou o chamado "escândalo de mandioca" em Pernambuco.

Para reabrir o processo, que acumulou ao longo dos últimos 19 anos um total de 6.500

folhas, foi designado o promotor Célio Avelino de Andrade, que já começou a leitura dos autos e diz "ter muita esperança" de esclarecer o caso. "A impunidade não deve continuar e o Estado tem o dever de apresentar os culpados à sociedade", disse Célio Andrade.

O padre Henrique foi encontrado morto num matagal da Cidade Universitária, em Recife, com as mãos amarradas, várias perfurações de tiros de revólver e marcas visíveis de tortura por todo o corpo. Antes de ser barbaramente assassinado, padre Henrique recebeu várias ameaças de morte através de ligações anônimas de pessoas que se identificavam como membros do chamado "Comando de Caça aos Comunistas". (AG-ANDA)

Alunas do Piauí são revistadas

As 1.500 alunas matriculadas no Instituto de Educação Antônio Freire, em Teresina, depa-se com o constrangimento diário de exibir suas peças íntimas, como o "soutien", na entrada da escola. O rigor no fardamento escolar, uma medida adotada no início desta semana, quando começaram as aulas naquela escola, causou indignação.

A direção do instituto, educandário da rede estadual de ensino do Piauí, responsável pela formação de professoras de nível médio, distribuiu às suas alunas um comunicado com as exigências indispensáveis para o acesso delas à sala de aula. As estudantes estão terminantemente proibidas de usarem balões, lenços coloridos e jóias.

Embora não tenha sido incluído no comunicado,

o uso do "soutien" é obrigatório. No portão principal do colégio, um dos maiores de Teresina, todas as alunas são submetidas a uma rigorosa revista. Quem não estiver como manda o figurino volta para casa sem assistir aula.

O sapato tem que ser preto. Se tiver pelo menos uma lista de outra cor, a aluna não entra na sala de aula", desabafou, revoltada, uma estudante do Instituto. Pelo comunicado, as futuras professoras não podem usar brincos, colares, pulseiras ou pedregulhos de cabelo.

Procurada ontem para explicar a medida considerada um abuso pelas suas alunas, a diretora do colégio, professora Maria das Graças Marreiros, negou-se a falar sobre o assunto pelo telefone. (AND-DA)

01.01

8900088

La Constitución brasileña

Por Miguel M. Padilla

(Final)

BRASIL
F. POL.

Luego de disponerse en el capítulo I del título III que la "organización político-administrativa de la República Federativa del Brasil comprende la Unión, los Estados, el Distrito Federal y los Municipios, todos autónomos en los términos de esta Constitución", el artículo 20 del capítulo II enuncia los bienes de la Unión.

La disposición siguiente enumera las competencias de la Unión, tales como la de explotar, directamente o mediante autorización, concesión o permiso, los servicios de radio, difusión sonora, de sonidos e imágenes y demás servicios de telecomunicaciones; el monopolio estatal para el ejercicio de cualquier actividad económica garantizado por el artículo 178. Le compete, asimismo, la explotación directa o por concesión o autorización de los servicios de energía eléctrica y el aprovechamiento energético de los cursos de agua, en forma coordinada con los Estados en cuyos territorios se encuentren las posibilidades hidroenergéticas; la de la navegación aérea, aeroespacial y la infraestructura aeroportuaria, etcétera.

El capítulo VI regula lo concerniente a la intervención de la Unión en los Estados en los siguientes aspectos: mantener la integridad nacional; repeler invasiones extranjeras o de un Estado hacia otro; por grave alteración del orden público; para garantizar el libre ejercicio de cualquiera de los poderes estatales; a fin de reorganizar las finanzas del Estado en ciertas hipótesis; para ejecutar leyes federales, órdenes o decisiones judiciales; para asegurar la observancia de los siguientes principios constitucionales: forma republicana, representativa y democrática; derechos de la persona humana; autonomía municipal y rendición de cuentas de la administración pública (art. 35).

Las disposiciones generales referentes a la Administración Pública se encuentran reunidas en el capítulo VII, cuya primera sección las contiene en dos largos artículos.

El mismo capítulo VIII aborda a continuación lo tocante a la organización de los poderes, comenzando por el Congreso Nacional (sección primera) compuesto por la Cámara de Diputados y por el Senado Federal.

La primera se integra con legisladores elegidos mediante el sistema proporcional en número que se fijará por ley con relación a la población de cada Estado o territorio y del Distrito Federal. Los senadores, en cambio, son designados según el principio mayoritario a razón de tres por cada Estado y por el Distrito Federal (arts. 45 y 47).

Los artículos 49 y 50 de la sección segunda fijan las competencias legislativas, que por lo general no salen de lo común, excepto la que asigna la potestad de crear, transformar o extinguir cargos, empleos o funciones públicas; cabe, asimismo, destacar que el Congreso puede suspender los actos normativos del Poder Ejecutivo que excedan de su competencia reglamentaria o de los límites de la delegación legislativa oportunamente concedida, y que le toca fiscalizar y controlar los actos del mismo.

Una competencia de gran importancia es la de suspender la ejecución, en todo o en parte, de una ley declarada inconstitucional por decisión definitiva del Supremo Tribunal Federal (art. 53, inciso X).

Merece destacarse que el inciso III del art. 38 dispone que cesará en su mandato el legislador que "dejare de asistir, en cada período legislativo, a la tercera parte de las sesiones ordinarias de la Cámara a la que pertenece, salvo licencia o misión autorizada por ella".

La sección sexta prescribe que el Congreso Nacional sesionará anualmente del 15 de febrero al 30 de junio y del 1º de

agosto al 15 de noviembre (art. 50); se indican los casos en que se reúne la Asamblea Legislativa y son contempladas las sesiones preparatorias a partir del 1º de febrero de cada año, y las sesiones extraordinarias convocadas por el presidente del Senado Federal para decretar el estado de defensa, la intervención federal o el estado de sitio; también por el presidente la república o de cualquiera de las Cámaras a pedido de la mayoría de sus integrantes en caso de urgencia o de relevante interés público (art. 50).

Las comisiones parlamentarias, permanentes o temporarias, son reguladas en la sección séptima. Uno de sus cometidos de mayor trascendencia consiste en que pueden debatir y votar proyectos de ley, salvo petición en contrario por parte de un diez por ciento de los miembros de cada Cámara. En cuanto a las comisiones investigadoras, se les acuerdan los poderes propios de los órganos judiciales.

El presidente de la república posee poder de veto si considera que una sanción legislativa es inconstitucional, en todo o en parte, o contraria al interés público. Para superar esta oposición, se requiere el voto de la mayoría absoluta en ambas Cámaras (art. 59).

El penúltimo artículo de esta sección octava, el 78, reglamenta lo relativo a la legislación delegada, que podrá disponer el presidente de la república solicitando luego la conformidad del Congreso.

A continuación, el capítulo II de este título III define las normas que gobiernan la institución ejecutiva a cargo del presidente de la república. Tanto el como el vicepresidente son elegidos 90 días antes del término de sus mandatos y votados conjuntamente, debiendo obtener la mayoría absoluta de los sufragios emitidos. De no alcanzarla, dentro de los 20 días de conocido el resultado de la votación deberá ella repetirse, pero circunscripta ahora a los dos candidatos más votados (art. 79).

El mandato presidencial es de 5 años, sin inmediata reelección (art. 83). Las atribuciones del cargo se enuncian en 27 incisos del art. 87 y, en general, son similares a las de nuestra Constitución.

Los ministros de Estado deben ser brasileños nativos, mayores de 21 años y en ejercicio de sus derechos políticos (art. 81).

Más adelante, el documento constitucional establece el Consejo de la República, órgano superior de consulta del presidente.

El Poder Judicial constituye el objeto del siguiente capítulo III, compuesto por siete secciones.

La primera de ellas enumera los órganos de la Administración Judicial —que describe en las restantes secciones— (art. 97), otorgando a los magistrados las garantías de permanencia en sus cargos —que en los niveles inferiores se adquiere después de dos años—, de inamovilidad y de la intangibilidad de sus remuneraciones (art. 100). El artículo 104 asigna al Poder Judicial autonomía administrativa y financiera.

La sección segunda determina lo concerniente al Supremo Tribunal Federal, compuesto por once ministros designados por el presidente de la república con la conformidad del Senado Federal (art. 107). Su competencia originaria es extensa, incluyéndose en ella el conocimiento y decisión de las acciones directas de inconstitucionalidad (que pueden ser promovidas por el presidente de la república y otras altas autoridades; por los partidos políticos con representación parlamentaria y por las confederaciones sindicales); mediante apelación ordinaria entiende en las acciones de hábeas corpus y otros recursos expeditivos de tutela de los dere-

chos humanos; finalmente, a través del recurso extraordinario, resuelve cuestiones de constitucionalidad o de validez de actos de los gobiernos locales que hubieren sido cuestionados frente a la Constitución.

El Superior Tribunal de Justicia está previsto en dos extensas cláusulas de la sección tercera; según su artículo 109, estará compuesto por 33 ministros como mínimo. Como el Tribunal Superior Constitucional, posee competencias originarias y por apelación ordinaria y extraordinaria.

Una materia de gran importancia es regulada en el título bajo la denominación de "La defensa del Estado y de las instituciones democráticas".

La sección primera de su capítulo I regula el "estado de defensa", que es dispuesto por el presidente de la república para preservar o restablecer el orden público y la paz social cuando se encuentren amenazados por "grave e inminente inestabilidad institucional" o afectadas por "calamidades naturales de grandes proporciones". La decisión finalmente debe fijar el plazo de duración de la medida (dentro de un máximo de 90 días) así como las restricciones que impliquen de ciertos derechos puedan adoptarse (art. 141).

En cuanto al estado de sitio es decretado por el presidente de la república con la conformidad del Congreso, ante situaciones de grave conmoción con carácter nacional, o de hechos que comprometan la insuficiencia de las medidas adoptadas durante el estado de defensa o cuando se produzca la declaración del estado de guerra (art. 142). Como es natural, las medidas autorizadas para estas circunstancias son de mayor amplitud que las justificadas por el estado de defensa (art. 144).

Dos disposiciones del capítulo II se refieren a las Fuerzas Armadas, expresando que su misión consiste en la defensa de la patria, las garantías de los poderes constitucionales y, por pedido de cualquiera de ellos, de la ley y del orden (art. 148).

El título VI —último que comienza— versa sobre la tributación y el presupuesto. El primer artículo de la sección primera de su capítulo I determina que la Unión, los Estados, el Distrito Federal y los Municipios podrán crear impuestos, tasas y contribuciones de mejoras, atendiendo a la capacidad económica de los contribuyentes.

La sección segunda contiene las limitaciones a la competencia tributaria, entre las cuales merecen mención la necesidad de ley que establezca los gravámenes e incrementalmente: la exigencia de igual tratamiento para los contribuyentes que encuentren en las mismas condiciones; la veda de la creación de impuestos relacionados a hechos sucedidos antes de la promulgación de la ley o confiscatorios, etcétera (art. 156).

La sección segunda trata de los presupuestos en dos extensas disposiciones (arts. 171 y 172) y la siguiente prohíbe la iniciación de proyectos y programas no incluidos en la ley presupuestaria hasta la realización de gastos o el asunción de obligaciones que supongan créditos suplementarios o créditos adicionales o créditos suplementarios o créditos adicionales, previa autorización legislativa y en la indicación de los correspondientes recursos; la utilización, sin una expresa autorización legislativa, de los recursos de los presupuestos fiscal y de seguridad social para suplir necesidades o cubrir los déficits de las empresas públicas, etcétera.

Concluyo de esta forma con un examen necesariamente sucinto de las normas constitucionales del Brasil, merecedoras de estudios más profundos que sin duda se irán llevando a cabo.

Governo trama para zerar Constituinte

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — O governo decidiu mobilizar esforços na arregimentação de 280 constituintes para tentar rejeitar em bloco o projeto de Constituição votado em primeiro turno. Na tarde de ontem, parlamentares governistas contabilizavam 277 votos fiéis, incluindo os do Centro e de setores do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB. A idéia é zerar a Constituinte para renegociar o texto a partir dos pontos polêmicos.

A decisão foi tomada depois que o presidente José Sarney, em conversa com líderes políticos, concluiu que seria impossível mudar o atual projeto através de emendas supressivas, que precisam, cada uma delas, de 280 votos para serem aprovadas. Na avaliação do Palácio do Planalto, é mais viável juntar a maioria uma única vez e rejeitar todo o projeto, e depois abrir espaço para uma ampla negociação.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, esperava aprovar o texto votado em primeiro turno, e aperfeiçoado pelo relator Bernardo Cabral, por acordo de lideranças. Em seguida, as alterações seriam feitas através das emendas supressivas, que têm ação limitada, pois retiram da Constituição apenas palavras e trechos, sem mudá-la na essência. Sarney centraliza suas preocupações no capítulo do Sistema Tributário, que subtrai recursos do governo federal para repassá-los aos estados e municípios. Este capítulo só poderá ser alterado em substância caso se discuta todo o projeto constitucional.

Juristas — O governo conta com apoio dos empresários, que querem mudar pelo menos 20 itens do projeto, mas também não dispõem de força para mobilizar 280 parlamentares. A idéia de rejeição do projeto em bloco foi identificada no governo a partir de artigo do jurista José Geníola da Silva Martins, publicado



Expedido: falta cacife

em jornais do Rio e São Paulo no último dia 13. O jurista prega a necessidade de se votar novamente em segundo turno todo o projeto, capítulo por capítulo, e não por emendas supressivas. Exame na Emenda Constitucional nº 36, feito pela Consultoria Jurídica do presidente da República, confirmou que o projeto poderia ser simplesmente rejeitado. Até então prevalecia a posição da Mesa, presidida por Ulysses, que passava ao largo desse dispositivo, optando pela aprovação simbólica do projeto, sob o argumento de que ele já havia passado por exaustivo processo de votação.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, verbalizando a insatisfação de constituintes conservadores, havia pregado o adiamento da votação para 69. Há dez dias, entretanto, foi chamado ao Palácio do Planalto, onde ouviu de um assessor de Sarney a recomendação: "Não é democrático dissolver a Constituinte, mas é legítimo dissolver o projeto, e temos meios legais para isso". A partir daí, o líder passou a articular o apoio dentro e fora do PFL. O deputado Amaral Netto, um dos procurados, lhe deu pronto apoio: "Eu disse ao deputado José Lourenço", lembrou ontem Amaral Netto, "que, de minha parte, ele tinha toda a simpatia. Acho esta Constituinte uma palhaçada, e a Constituição que está



Genóio: contra o caos

sendo elaborada vai levar o Brasil ao desastre final."

Negociação — Chegou a ser examinada também a alternativa de negar quórum para a aprovação do projeto, mas foi relegada a segundo plano porque não resolve o problema, apenas o adia. A falta de quórum, numa primeira votação, serviria apenas para ganhar tempo até a mobilização de parlamentares favoráveis à tese da rejeição e, eventualmente, para abrir novas frentes de negociação.

O deputado Expedito Machado, líder do Centro Democrático, grupo moderado, não acredita na possibilidade de o governo reunir 280 votos contra o projeto: "Ninguém tem cacife para impor nada, temos que negociar". O PT, que havia decidido rejeitar o projeto apenas para marcar posição política, ficou confuso depois da decisão do governo. "Não estamos satisfeitos com o projeto, mas também não queremos o caos", disse o deputado José Genóio.

Um cuidadoso exame do resultado das votações na Constituinte, feita por parlamentares governistas, mostrou que o Planalto pode contar, entre os 559 votos, com 277, contra 200 da oposição e 82 oscilantes. Caso se mantenha o quórum médio das últimas votações, o governo leva vantagem, com 236 votos a seu favor, 169 contra e 64 oscilantes.

Alvo maior são os artigos que tiram verbas da União

"É preferível dissolver isso que está aí, o eleger uma nova Constituinte, a aprovar uma Constituição tão ruim para o país". Esta declaração, feita em São Paulo na última quarta-feira pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, foi um dos mais fortes sinais emitidos pelas áreas próximas ao governo das novas manobras contra a Constituinte.

Lourenço chegou a dizer que o seu partido proporia o adiamento da votação em segundo turno para depois das eleições municipais de novembro ou pediria a dissolução da Constituinte com a convocação de novas eleições para deputado e senador, caso as negociações entre os partidos majoritários não retirassem pontos polêmicos dos Direitos Sociais e da Ordem Econômica do projeto constitucional. Embora advertido pelo Palácio do Planalto de que não é democrático dissolver a Constituinte, Lourenço preferia usar essa ameaça para chegar ao que o governo quer: mudar o texto do projeto constitucional.

Assessores governamentais confirmam que bem antes do recado contundente de José Lourenço já se tinha um objetivo claro para a nova ofensiva contra o texto aprovado em primeiro turno pela Constituinte: tentar recuperar para o governo federal um mínimo possível do grande volume de recursos perdidos com as decisões da Constituinte, como a reforma tributária, que repassa mais verbas para estados e municípios, a vinculação do orçamento do Fimocial e FISPasep a gastos específicos e as anistias de juros e moras de impostos em atraso e da correção monetária dos empréstimos contraídos por micro-empresários e pequenos produtores rurais, na época do Plano Cruzado.

A reforma tributária causou muita irritação no Palácio do Planalto. Mas esta é considerada uma batalha perdida: o governo não conta com o apoio dos governadores para tentar modificá-la. Para o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, é precisamente a reforma tributária a maior segurança de que serão infrutíferas as tentativas de inviabilizar a votação do segundo turno e o prosseguimento da Constituinte até a promulgação da nova Carta. Os maiores interessados na redivisão do bolo tributário, além dos governadores, são os candidatos a prefeito. Eles querem assumir prefeituras em 1º de janeiro de 1989 com orçamento mais gordo. Ou seja, os quase 140 parlamentares que são candidatos a prefeito e poderiam se ausentar das votações no plenário da Constituinte em função da campanha eleitoral são os mesmos que têm interesse de votar logo uma Constituição que lhes daria mais verbas para governar, na hipótese de serem eleitos em 15 de novembro.

8900549

038

O vice-presidencia

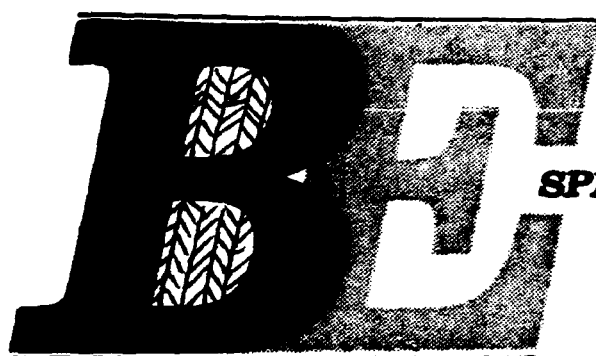
■ O melhor que se pode esperar do século XXI é que o Brasil finalmente ^{lismo} entre no século XXI

Luiz Felipe de Alencastro

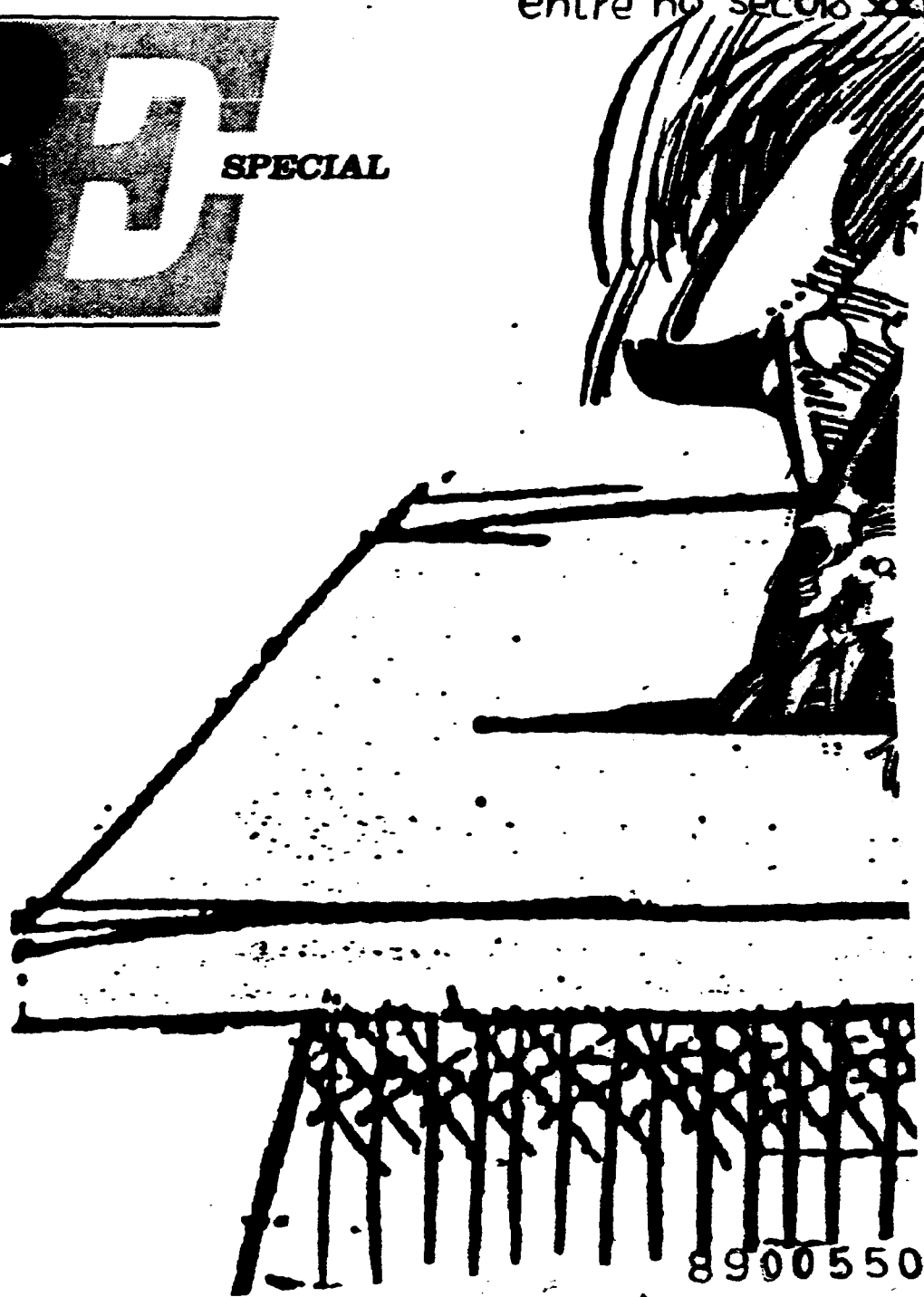
Uma das consequências nefastas do malogro parlamentarista na Constituinte foi o esvaziamento da discussão sobre a forma de governo e, mais especificamente, sobre as virtualidades próprias ao regime presidencialista. Mal pensada e pior executada, a campanha parlamentarista partia de um postulado alopátrio: só pode haver democracia no Brasil se tivermos um sistema de governo igual ao da França. Desde logo, o presidencialismo aparecia como um regime bárbaro, ultrapassado, irrecuperável. Ocorre que vamos lidar nas próximas eleições, e talvez durante muito tempo ainda, com esse regime vituperado. Os tucanos, parlamentaristas convictos, estão correndo para candidatar-se aos executivos municipais e estaduais. Não poderia ser de outro jeito, e o reforço do PSB pressupõe, paradoxalmente, o reforço da lógica presidencialista embutida no sistema político atual.

Por isso é preciso pôr em relevo uma inovação institucional decisiva para o aperfeiçoamento de nosso presidencialismo: a eleição em dois turnos. Parece óbvio que essa medida vai desempestear nossa vida política. O primeiro turno permitirá uma grande diversidade de candidaturas e de pontos de vista. O segundo turno dará lugar a um embate de idéias, de programas partidários, de alianças políticas claramente definidas. Assim, os candidatos derrotados no primeiro turno, que dispuserem de uma máquina partidária e da durável confiança de seus eleitores, pesarão fortemente sobre os dois candidatos que disputam o segundo turno. Os partidos e candidatos só terão cacife político, só poderão negociar alianças, se conseguirem fidelizar seus eleitores durante os dois turnos. Nossa vida partidária será reativada, será reforçada. Não é pouca coisa, a essa altura do campeonato, quando nos debatemos nas vascas do fisiologismo.

Cabe entretanto ponderar que a eleição em dois turnos, com um mês de intervalo entre o primeiro e o segundo turno, é um jogo complexo que nunca foi jogado no Brasil. Para agüentar a corrida de um turno ao outro, após semanas de pré-campanha, será preciso esquentar as máquinas partidárias, azeitar alianças, dosar corretamente os gastos eleitorais e a disposição dos militantes etc., mas existem ainda outros complicadores. Poucos países têm um sistema eleitoral de dois turnos e um número menor de países possui um posto de vice-presidente eleito. Salvo erro, o Brasil será o único país que terá as duas coisas juntas. A primeira con-



SPECIAL



8900550

seqüência disso é que os vice-prefeitos das cidades onde houver dois turnos, os vice-governadores e o vice-presidente, vão desaparecer do mapa político. Desde 1946, a escolha do vice constitui a etapa onde se concretizam as alianças e as opções partidárias potencializadoras das candidaturas a prefeito, governador e presidente da República. Isso tinha sentido na eleição com um turno só. Com os dois turnos o jogo é outro. A etapa decisiva da materialização das alianças políticas sempre ocorrerá após o primeiro turno. Os candidatos concorrendo no segundo turno da eleição presidencial estabelecerão suas alianças somente após avaliarem a posição política e o número de votos que os outros candidatos obtiveram no primeiro turno. Nessa al-

tura o vice será uma banana que já deu cacho, pois no primeiro turno já puxou todos os votos que podia ter puxado. Na campanha do segundo turno, sua atuação não ajudará mais o candidato. Poderá até mesmo atrapalhá-lo nas suas negociações com os candidatos derrotados no primeiro turno. Esse raciocínio aplica-se igualmente às eleições de dois turnos para prefeito e para governador. Tudo poderá entrar nos eixos se a legislação for modificada para que o vice possa ser escolhido entre os dois turnos. Todavia nem o defeito foi percebido, nem o conserto está a caminho.

Pasma então que a classe política continue a se comportar como dantes, disputando inadvertidamente o posto de vice-prefeito, vice-

governador, vice-qualquer coisa. Frequentemente aparecem na televisão candidatos que prometem a tal e tal companheiro o posto de vice. ~~Se o candidato aparece o indigitado vice, sorrindo, enrubescido, lisonjeado.~~ O espetáculo é meio ridículo: o indigitado mostra bíceps de senador, mas não sabe que a canoa está furada. Outro ponto que ilustra a incomprensão do mecanismo dos dois turnos, e o atraso de nossa vida política, são as repetidas sondagens eleitorais para a presidência da República que trabalham só com o primeiro turno. A ordem de chegada dos candidatos no primeiro turno conta pouco, o que vale é o confronto bipolar entre os dois candidatos que disputarão o segundo turno. Toda sonda-

gem com um mínimo de seriedade deveria levar em conta esse fator e incorporar nos questionários o esboço final: se Fulano enfrentasse Beltrano, como você votaria? E se fosse Beltrano contra Sicrano? E assim por diante.

O sistema eleitoral de dois turnos ajudará a corrigir os defeitos de nosso presidencialismo, de nossos partidos e introjetará maior maturidade na vida política nacional. Mas nada dará certo enquanto a atitude de nossos dirigentes nos fizer pensar que o melhor que se pode esperar do século XXI é que o Brasil finalmente entre no século XX.

Luiz Felipe de Alencastro é historiador, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Econômico e Social, e professor da Universidade de Campinas (Unicamp).

038

Rio de Janeiro — Domingo, 24 de julho de 1988

Ano XCVIII — Nº 107

Preço: Cr\$ 140,00

Fpa. 6008

Ulysses reage contra manobra

O deputado Ulysses Guimarães reagiu às manobras do governo para tentar rejeitar em bloco o projeto de Constituição aprovado até agora, afirmando que a "Constituinte não é um hospício" e "somentemente um louco" pode pensar em desestabilizá-la. "Nesse reencenamento de sandices, eu não acredito que haja 280 loucos para apoiar iniciativas dessa ordem", disse Ulysses.

A manobra do governo é

zear a Constituinte, reunindo 280 votos no plenário para vetar contra todo o texto aprovado no primeiro turno de decisões. A partir daí, o governo negociaria os pontos mais polêmicos, principalmente os que transferem recursos da União para os estados e municípios. O Palácio do Planalto chegou à conclusão de que será praticamente impossível mudar o projeto constitucional apenas através de emendas que suprimam trechos.

"Quero dizer que quem ficar contra a Constituinte estará contra o Brasil, contra a democracia, que custou tanto sangue, tanta luta, dificuldades e exílios", afirmou Ulysses. "Portanto", acrescentou, "quero dizer que estamos dando há 20 anos e muitos se afogaram, muitos foram mortos, e não vai ser agora, que estamos a 20 metros da praia, que vamos nos afogar. Nós não vamos nos afogar". (Págs. 2 e 3)

01.01

8900551

F.POL.

26/9/88 La Prensa

La nueva Constitución brasileña (1)

Por Miguel M. Padilla

La Asamblea Constituyente del vecino país, reunida en Brasilia, puso término el 3 del actual a la elaboración de una nueva Constitución que, según se informa, será promulgada el día 5 de octubre venidera.

Concluyó así un largo y accidentado proceso constituyente iniciado el 1° de febrero de 1987. A lo largo del mismo, los 500 miembros del cuerpo examinaron —primero en general y luego en particular— un anteproyecto de 436 artículos, debatieron 39.000 enmiendas al mismo y, finalmente, sancionaron un código de casi 250 disposiciones (la numeración de sus artículos no es definitiva y será corregida por una comisión especial, autorizada asimismo para introducir cambios de detalle en la versión definitiva) y más de 70 cláusulas transitorias.

Nuestros medios han informado en su oportunidad acerca de los aspectos más importantes y originales de las normas que han recibido aprobación, pero como es natural, se trataba de comentarios dispersos; por ello y ante la importancia de este acontecimiento, entre otras razones, por la influencia que pueda ejercer si durante el próximo año se encara una innecesaria reforma de nuestra Ley Fundamental, estimo de interés exponer la estructura y alguno de los rasgos más relevantes de la nueva Constitución.

El que sin duda resalta con más nitidez es su excesivo detallismo, serio defecto en que también han incurrido los órganos constituyentes de las nueve provincias que, a partir de 1986, introdujeron abundantes y a veces profundas reformas en sus respectivas cartas constitucionales.

Precidido de un preámbulo —en el cual se invoca la protección de Dios— los autores de esta Constitución han alterado la tradición brasileña de iniciarla con las disposiciones relativas a la organización estatal; en este texto, pues, se enuncian en primer término los derechos y garantías fundamentales y luego la estructura y competencias de los órganos estatales. He de advertir, sin embargo, que algunos capítulos de esa segunda parte encontrarían más lógica ubicación en la primera, puesto que contienen disposiciones acerca del régimen económico y financiero que se adopta, sobre el orden social, la educación, la cultura, el deporte, etcétera.

En el Título I se consignan los principios fundamentales del ordenamiento constitucional brasileño, entre los cuales se mencionan "los valores sociales del trabajo y de la libre iniciativa" y el "pluralismo político".

A continuación, el Título II define en cinco capítulos los derechos y garantías fundamentales, comenzando por los derechos y deberes individuales y colectivos, enunciados en un largo art. 5 con 78 incisos (incluyéndose aquí el derecho a réplica; la función social de la propiedad, reiterada luego en el art. 178; la condena del racismo; la tipificación como crimen imprescriptible de la acción de grupos armados, civiles o militares, contra el orden constitucional y el estado democrático; la abolición de la pena de muerte —excepto en caso de guerra— y de las condenas a perpetuidad, a trabajos forzados, y a exilio; las acciones de habeas corpus y de amparo —el "mandado de seguridad"— individual y colectivo; y la de "habeas-data", esta última para obtener las informaciones relativas a la propia persona contenidas en registros estatales y, en su caso, para rectificarlas; la asistencia jurídica gratuita, etcétera).

Los derechos sociales se enumeran en cuatro artículos del Capítulo II; en el artículo 6 son así resumidos: educación, salud, trabajo, descanso, seguridad, previsión social, protección a la maternidad y a la infancia, y asistencia a los desamparados.

La siguiente norma versa sobre los derechos de los trabajadores, indicados en 34 incisos. Figura aquí una disposición sobre la duración de la jornada de trabajo que tuvo en nuestro medio repercusión periodística y creo ha sido mal interpretada: puesto que el inciso respectivo (XIII) fija una duración del trabajo normal no superior a las 8 horas diarias o 44 semanales, autorizándose la compensación de horarios y la reducción de la jornada mediante acuerdo o convención colectiva de trabajo. Es en la norma siguiente (inciso XIV) donde se establece la jornada de 6 horas pero para el trabajo cumplido en turnos ininterrumpidos alternados, salvo negociación colectiva.

El artículo 8 se refiere a las asociacio-

nes profesionales de trabajadores, cuya creación es libre, sin perjuicio de guardarse la fundación de más de un sindicato "representativo de categorías profesionales o económica, con la misma base territorial, la que será definida por los trabajadores y empresarios interesados y no será menor al área de un municipio".

El Capítulo IV, "de la nacionalidad", comprende sólo dos disposiciones, una de las cuales exige la calidad de brasileño nativo para acceder a los cargos de presidente y vicepresidente de la Nación, presidentes de la Cámara de Diputados y del Senado Federal; ministros del Supremo Tribunal Federal; miembros de la carrera diplomática y oficiales de las Fuerzas Armadas.

Los derechos políticos son expuestos en el siguiente Capítulo V, con tres artículos, una de ellos —el artículo 14— de gran extensión, que prevén instituciones de democracia semidirecta: el voto obligatorio a partir de los 18 años y facultativo desde la edad de 16 años; la obligación de pertenecer a un partido político para optar a candidaturas de cargos electivos; la inelegibilidad de los senadores y de los no inscritos en el padrón, así como que una ley complementaria establecerá otros supuestos de inelegibilidad y los plazos de su cesación, "a fin de promover la normalidad y legitimidad de las elecciones contra la influencia del poder económico o el abuso del ejercicio de la función, cargo o empleo en la administración directa o indirecta".

Termina este Título II con un breve Capítulo VI, con única disposición, el artículo 17, que establece que "en todo la creación, fusión, incorporación y extinción de partidos políticos, preservándose la soberanía nacional, el régimen democrático, el pluripartidismo y los derechos fundamentales de la persona humana..."; en esta misma norma se establece que para poder funcionar, los partidos deben tener carácter nacional.

La nueva Constitución brasileña (III)

Por Miguel M. Padilla

En el artículo anterior describí sumariamente la primera parte del código constitucional brasileño, que se refiere a las declaraciones, derechos y garantías regulados en los distintos Capítulos de los Títulos I y II.

El Título VII, bajo la denominación "Del orden económico y financiero" abarca cuatro Capítulos, enunciándose en el I "los principios generales de la intervención del Estado, del régimen de propiedad del subsuelo y de la actividad económica". Su artículo 176 expresa que "el orden económico, fundado en la valorización del trabajo humano y la libre iniciativa, tiene por fin asegurar a todos una existencia digna, conforme a los dictados de la justicia social, observándose los siguientes principios: I) soberanía nacional; II) propiedad privada; III) función social de la propiedad; IV) libre concurrencia; V) defensa del consumidor; VI) defensa del medio ambiente; VII) reducción de las desigualdades regionales y sociales; VIII) búsqueda del pleno empleo; IX) tratamiento privilegiado para las empresas brasileñas de capital nacional de pequeño monto...

Una vez más aparece en un texto constitucional el concepto de la "función social de la propiedad", que es impreciso, confuso, inequitativo y, sobre todo, innecesario.

Queda así reconocido, pues, el fundamental principio de la libertad económica (propiedad, industria, profesión, etcétera) que es luego reiterado por el artículo 179: "Excepto en los casos previstos en esta Constitución, la explotación directa de la actividad económica por el Estado solamente será permitida cuando resulte necesaria por imperativos de seguridad nacional o por un relevante interés colectivo, conforme los defina la ley".

Sin embargo, la vaguedad y amplitud de las hipótesis así enunciadas abren la perspectiva de que, invocándolos en cualquier momento, el Poder Legislativo se halle habilitado para reducir en medida aun excesiva el campo de la actividad económica privada.

Parece asimismo limitar aquel principio de libertad económica lo prescrito en el artículo 180, según el cual el Estado, "como agente normativo y regulador de la actividad económica... ejercerá mediante ley las funciones de fiscalización, estímulo y planeamiento, siendo ello obligatorio para el sector público e indicativo para el sector privado". Por otro lado, la prestación de los servicios públicos corresponde sólo al Estado, ya directamente, ya a través de concesiones o permisos (artículo 181).

Una cuestión que entre nosotros ha sido largamente debatida, es la relativa a la propiedad de los yacimientos, minas y demás recursos minerales, así como las de las disponibilidades de energía hidráulica. Conforme al artículo 182, ese dominio es separable de la propiedad del suelo y su titularidad corresponde a la Unión (el Estado federal). Dichas riquezas solamente pueden ser explotadas, obteniendo autorización o concesión estatal, por "brasileños o por empresas brasileñas de capital nacional" domiciliados o residentes en Brasil o a entidades de derecho público interno.

Cierra este Capítulo su artículo 183, declarando monopolio del Estado federal la búsqueda y producción de petróleo, gas natural y otros hidrocarburos fluidos, la refinanciación del petróleo nacional o extranjero; la importación o explotación de los productos antes citados, el transporte por mar o tierra de gas o petróleo, la búsqueda y explotación de minerales nucleares, prohibiendo finalmente conceder cualquier tipo de "participación en especie, o en valor, en la explotación de yacimientos de petróleo o gas natural".

El siguiente Capítulo II "De la política urbana", regula lo tocante a la propiedad de esa naturaleza, declarando que "cumple su función social cuando atiende a las

exigencias fundamentales de ordenamiento de las ciudades previstas en el plano regulador (director) que es aprobado por las autoridades municipales. Prevé la expropiación de la propiedad urbana previo pago de una justa indemnización, aunque no se menciona la condición de resultar necesaria por motivos de bien común (artículo 187). A su vez el Capítulo III "De la política agraria e inmobiliaria y de la reforma agraria" autoriza la expropiación "por interés social, para fines de reforma agraria, de los inmuebles rurales que no están cumpliendo su función social" pagándose una "previa y justa indemnización" con títulos de la deuda agraria (artículo 188). Reviste mucho interés, por lo tanto, conocer de qué manera la propiedad rural cumple la referida función social, lo que es indicado por el artículo 191 en los siguientes términos: "La función social es cumplida cuando la propiedad rural cumple simultáneamente, según criterios y grados de exigencia establecidos en la ley, con los siguientes requisitos: I) aprovechamiento racional y adecuado; II) utilización adecuada de los recursos naturales disponibles y preservación del medio ambiente; III) observancia de las disposiciones que regulan las relaciones laborales; IV) explotación que propenda al bienestar de los propietarios y de los trabajadores". Fácilmente se advierte, como antes expuse, la ambigüedad e imprecisión de este concepto sobre la función social de la propiedad.

"Del sistema financiero nacional" trata la única norma, con ocho incisos, del Capítulo IV de este Título VII.

Su última regla ha sido objeto de comentarios de nuestros propios financieros por ser la que limita la tasa del interés real, incluidas "comisiones y cualquier otra remuneración directa o indirectamente vinculada al otorgamiento del crédito", a un 12 % anual "siendo el cobro por encima de este límite considerado crimen de usura, castigado, en todas sus modalidades, en los términos de la ley" (artículo 197-39). En realidad, si esta cláusula se refiere a la tasa del interés puro sobre un capital actualizable, no parece susceptible de reparos, salvo en cuanto a normas de esta índole corresponden en realidad al ámbito de la ley y no al de la Constitución.

El Título VIII "Del orden social" se inicia con un Capítulo sobre seguridad social integrado por 12 artículos, entre los cuales cabe destacar el que prescribe que "la salud es derecho de todos y deber del Estado" (artículo 201), contemplándose la actividad en este campo de instituciones privadas y prohibiéndose la "participación directa o indirecta de capitales extranjeros en la asistencia de la salud", salvo en los supuestos autorizados por ley (artículo 204).

Le sigue el Capítulo III, "De la educación, la cultura y el deporte", con una docena de disposiciones. Se inicia con una correcta definición: "La educación, derecho de todos y deber del Estado y de la familia, será promovida e incentivada con la colaboración de la sociedad, buscando el pleno desarrollo de la persona, su preparación para el ejercicio de la ciudadanía y su calificación para el trabajo" (artículo 210).

La enseñanza primaria es obligatoria y gratuita —en los establecimientos estatales—, condiciones que progresivamente se extenderán a la enseñanza secundaria o media (artículo 212). La enseñanza religiosa será optativa e impartida en las escuelas públicas dentro de los horarios normales (artículo 213).

Una novedad de mucha significación es que, conforme al artículo 216, la Unión debe aplicar anualmente nunca menos del 18 % (y los estados y municipios, del 25 %) de los ingresos provenientes de los impuestos al sostenimiento de la educación. Bajo ciertas condiciones, los institutos de enseñanza privada pueden recibir subsidios del Estado.

Sobre la cultura y el deporte versan los artículos 218 y 219, y 220, respectivamente; de la primera de estas reglas puede rescatarse la definición del patrimonio cultural brasileño, integrado "por los bienes de naturaleza material o inmaterial, considerados individualmente o en conjunto, portadores de referencias a la identidad, la acción, la memoria de los diferentes grupos generadores de la sociedad brasileña, incluidas: I) las formas de expresión; II) los modos de crear, hacer y vivir; III) las creaciones científicas, artísticas y técnicas; IV) las obras, objetos, documentos, edificios y demás espacios destinados a las manifestaciones artísticas; V) los conjuntos urbanos y sitios de valor histórico, paisajístico, artístico, arqueológico, paleológico, ecológico y científico".

"De la ciencia y la tecnología" son los temas objetos del Capítulo IV (artículos 221 y 222), asignando al Estado la misión de "promover y estimular el desarrollo científico, la investigación y la capacitación tecnológica" (artículo 221).

Una materia de tanta trascendencia como lo es la relativa a las comunicaciones aparece regulada en el Capítulo V, cuyo artículo 223 expresa: "La manifestación del pensamiento, de la creación y de la expresión, y la información, bajo cualquier forma, procedimiento o medio, no sufrirá restricción alguna, sujeto a lo dispuesto en esta Constitución. Ninguna ley contendrá previsiones que puedan constituir una traba a la plena libertad de información periodística en cualquier medio de comunicación social, respetando lo dispuesto en el artículo 5, IV, V, XI, XIV y XV" (prohibición del anonimato, derecho a réplica, derecho a la intimidad, protección del secreto de las fuentes de información).

Más adelante, el artículo 225 reserva la propiedad de las empresas periódicas de radiodifusión y de televisión a los brasileños nativos o naturalizados de más de diez años, prohíbe la participación de personas jurídicas en el capital social de empresas periódicas o de radiodifusión, excepto partidos políticos y sociedades cuyo capital pertenezca exclusiva y nominalmente a brasileños; esta participación carecerá de derecho a voto y no podrá exceder del 30 % del capital social. La siguiente disposición prevé que compete al Poder Ejecutivo —en algunos casos, con aprobación del Poder Legislativo—, otorgar o renovar las pertinentes concesiones, por un plazo de 10 años para las emisoras de radio y de 15 para las de televisión.

A continuación, el Capítulo VI contiene acertadas disposiciones acerca de la protección del medio ambiente y el siguiente Capítulo VII se refiere a la familia, la niñez, la adolescencia y la ancianidad. Su artículo 229, inciso 2º, resuelve un punto de gran importancia al establecer que el matrimonio religioso tendrá efectos civiles. Se dispone que los derechos y deberes referidos a la sociedad conyugal serán ejercidos igualmente por el hombre y la mujer; que según los principios de la dignidad humana y de la paternidad responsable, el planeamiento familiar constituye una libre decisión de los interesados; que es deber de la familia, de la sociedad y del Estado asegurar a la niñez y a la adolescencia ciertos derechos fundamentales, así como protegerlos contra toda forma de negligencia, violencia, discriminación, etcétera; que la edad mínima para la admisión al trabajo es de 14 años y que son penalmente inimputables los menores de 18 años; a la igualdad de derechos para todos los hijos, etcétera.

Concluye este Título VIII con el Capítulo VIII relativo a los indios, a quienes reconoce derechos originarios sobre las tierras que ocupan y a las riquezas de ellas. Dejan de ser considerados incapaces y son parte legítima para defender ante la justicia sus derechos e intereses (artículo 234).

8900657
El artículo III y último de la Constitución de 1988 se publicará el sábado próximo.

098

Brasil

TB 23/11/88

Dossiê de Antônio Carlos deverá ser divulgado hoje

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, após o embarque do presidente José Sarney, ontem, para a Argentina, na Base Aérea de Brasília, informou que deverá divulgar hoje um dos dossiês que possui contra os senadores integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, formada para apurar denúncias de irregularidades administrativas no governo Sarney. A divulgação ocorrerá no mesmo dia em que a CPI da Corrupção se reúne para aprovar o relatório final do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), denunciando, entre outros, o presidente José Sarney, o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Antônio Carlos Magalhães manteve o mistério em torno do conteúdo dos dossiês, mas

admitiu que o primeiro a ser divulgado poderá ser o do relator da CPI da Corrupção, senador Carlos Chiarelli. "Todos os senadores são muito importantes, mas como relator, ele (Chiarelli) tem um título muito melhor para ser o primeiro", insinuou o ministro das Comunicações, escondendo, porém, a forma que utilizará para divulgar o documento. "A técnica, eu não digo, mas vocês terão acesso imediato", prometeu aos jornalistas.

A CPI da Corrupção foi instalada a partir de denúncias de que o ex-ministro Aníbal Teixeira intermediava concessões irregulares de verbas para prefeituras do interior do país, utilizando recursos da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac). No decorrer dos depoimentos, a Comissão do Senado, formada por 12 integrantes, apurou também irregularidades nos fretes internacionais da Marinha Mercante.

f. por (e.p.)

01 .01

8900796

048

F. R. (Eccing)

INFORMACION INTERNACIONAL

BUSQUEDA ■ Jueves 17 de noviembre de 1988 ■ Pág. 29

Brizola lidera encuestas presidenciales

El 53 % de los brasileños considera pésimo el gobierno de Sarney

por Pablo Montalvo
Río de Janeiro. Una encuesta realizada en la última semana de octubre por el diario Folha de São Paulo, reveló que dos de cada tres brasileños que habitan en las diez mayores ciudades del país consideran pésimo (53%) o malo (12%) el gobierno del presidente José Sarney. El gobierno fue considerado regular por 24% de los entrevistados. Apenas 5% lo consideraron bueno y 2% lo consideraron óptimo.

Este es el peor índice de popularidad del gobierno desde que asumió en 1985. En mayo de 1987, 37% de la población de las mismas diez capitales consideraba pésimo el gobierno. En noviembre de ese año este índice subió para 40%, y en marzo de 1988 alcanzó 49%.

La población de Río de Janeiro es la que más desaprobó al gobierno: el índice de malo/pésimo es de 75%, mientras solamente 4% consideran el gobierno bueno u óptimo. La ciudad en la que Sarney registra el menor índice de desaprobación es Belén, con 10% de óptimo/bueno y 55% de malo/pésimo.

Entre los paulistas, siempre según Folha de São Paulo, el gobierno Sarney, que llegó a tener un índice de 82% de óptimo/bueno en marzo de 1986, después de implantar el Plan Cruzado, ahora este índice apenas llega a 9%.

La mayoría de los encuestados (71%) consideró que el peor desempeño del gobierno se encuentra en el área económica. El 28% consideró que el peor desempeño está en el área política, y 27% que está en el área social. Para 38% de los encuestados ninguna de esas tres áreas puede ser considerada como la de mejor desempeño.

■ Delantera para Brizola

En una de las preguntas de la misma encuesta, Folha de São Paulo requirió la opinión del público sobre las preferencias en materia de candidatos para la Presidencia de la República. Ante la pregunta: ¿Si hubiese elecciones para presidente hoy, a quién votaría?, Leonel Brizola obtuvo 20% de las preferencias. En segundo lugar, con 18% quedó ubicado Silvio Santos, animador y propietario de una red de televisiones. Brizola, ex gobernador de Río de Janeiro y presidente del Partido Democrático de los Trabajadores (PDT), subió en las preferencias con relación a una encuesta anterior realizada en setiembre, que le daba 17% del electorado.

En tercer lugar en la carrera presidencial se situó el senador Mario Covas, presidente del flamante Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), con 13% de las preferencias. El cuarto lugar le cupo al diputado Luis Inácio "Lula" da Silva, presidente del Partido de

los Trabajadores (PT), con 9% del electorado. El prefecto independiente de San Pablo y ex presidente, Janio Quadros, obtuvo 8% de las preferencias y el presidente del Congreso Nacional, Ulysses Guimarães, 7%. El 17% de los entrevistados manifestó que no votaría a ninguno de los candidatos propuestos, y el 4% se mostró indeciso.

A pesar de haber sido el candidato preferido, Leonel Brizola sólo vencería en dos de las capitales brasileñas: Porto Alegre y Río. En Porto Alegre Brizola tendría 54% del electorado y en Río 46%. En la encuesta anterior Brizola reunía 44% de las preferencias en Porto Alegre y 36% en Río de Janeiro. En San Pablo el liderazgo resultó ser del senador Mario Covas, ex prefecto de la ciudad, con 24% de las preferencias. En segundo lugar se ubicó el animador Silvio Santos, con 18%. Brizola quedó colocado en quinto lugar, con 7%.

En las otras siete ciudades la victoria sería de Silvio Santos. El mejor desempeño de Sarney sería en Belén, donde 34% de los entrevistados manifestó intención de votarlo para la presidencia.

Belén mostró ser la ciudad más conservadora de todas las incluidas en la encuesta. No solamente fue allí donde Sarney tuvo el menor índice de reprobación, sino también fue donde la preferencia presiden-

cial se inclinó más por candidatos conservadores. Silvio Sarney pertenece al Partido del Frente Liberal —centro-derecha— y el segundo candidato preferido fue Jarbas Passarinho, ex ministro del gobierno de facto y miembro del Partido Democrático Social, brazo político de los militares durante la última época del gobierno autoritario.

Cuando fue preguntado a los encuestados la preferencia partidaria, 49% respondieron que responderían por algún partido, la mayoría prefirió el gobierno. El segundo partido más aceptado fue el PT (13%) y el tercero el PDT de Leonel Brizola.

Los otros partidos no alcanzaron a 5% de las preferencias.

Los factores podrían explicar la indiferencia de los brasileños ante los partidos políticos. Todos los partidos, casi sin excepción, tienen una corta vida, con nacimiento posterior al golpe de estado de 1964. El sistema electoral brasileño tampoco favorece la vinculación de los electores con los partidos.

No se utiliza el sistema de voto de lista, en el momento de votar para cargos legislativos, escribe el nombre del candidato de su preferencia en la hoja de votación. Cuando la elección es también para un cargo ejecutivo —gobernador, prefecto y, en 1989, zonas para la apatía.

presidente— no es necesario que los votos sean otorgados al mismo partido. A estos factores habría que agregarle el bajo índice de politización de la ciudadanía brasileña.

La indiferencia por los partidos políticos deriva en parte también de la situación por la que está pasando el país.

El gobierno consiguió derrumbar las esperanzas que habían sido depositadas en la democracia, y ha perdido todo el apoyo del que gozó durante los primeros tiempos. Las mismas figuras que estaban en el escenario antes de 1964: Brizola, Covas, Guimarães, Quadros. 24 años pasaron y pocas novedades surgieron. Buenas razones para la apatía.

01 . 01

8900798

08

Maluf quer formar frente

O ex-governador Paulo Maluf, candidato derrotado do PDS nas eleições municipais na capital paulista, defendeu a formação de uma frente composta por vários partidos políticos para concorrer às eleições presidenciais de próximo ano. Maluf não descartou seu próprio nome como cabeça-de-frontera da frente partidária. "Se eu precisar recomençar uma campanha em agosto, farei tudo de novo, mantendo o mesmo estilo que deu certo nesta eleição". Apesar de ter ficado em segundo lugar, Maluf considera positivo o fato de ter obtido cerca de 1,3 milhão de votos.

"Temos que fazer uma frente com o PDS, PFL, PTB, PDC e uma ala do PMDB e outra do PSDB para disputar a Presidência da República", disse Maluf. "Nessa frente sai o nosso candidato. Sem lançar nomes, o ex-governador paulista deixou no ar a possibilidade de apoiar até mesmo o nome do senador Mário Covas, do PSDB, caso este venha a

surgir nas discussões dessa frente. "Nunca tive problemas com o Covas", admitiu Maluf. "O candidato pode até ser uma pessoa com quem tive problemas políticos no passado", complementou. Para Maluf, somente um político com perfil "semelhante ao de Juscelino Kubitschek" pode derrotar o esquadrão ganhar as eleições presidenciais.

Autocrítica

O presidente regional do PDS, Roberto Paulo Richter, comandante da campanha malufista à prefeitura da capital, interrompeu os comentários de Maluf ao almejar o terceiro ano e jornalistas para fazer uma autocrítica: "Considere-me responsável pela derrota do Paulo Maluf", iniciou Richter. "O marketing político da última campanha de Maluf é que o, se não houve vitória, o culpado sou eu". (A1B)

f. POL.

98

2010 Pds

POLÍTICA

Brizola diz que está pronto para o Governo

Líder do PDT falou como candidato a um jornal uruguaio

O presidente do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola, declarou, em entrevista publicada ontem pelo jornal uruguaio "La Mañana", que está pronto para vencer e governar o Brasil. Brizola admitiu ter mantido encontro com altos chefes militares depois dos anos de exílio no Uruguai, mas frisou que não divulgou esse resumo por razão ética. "A democracia tem a sua vigília, a sua vida, muito vinculada à situação econômica e social da Nação", afirmou o líder trabalhista, salientando que a "realidade" é que "o Brasil precisa sair da atual situação econômica, que não pode continuar como está".

Sobre o recente pleito municipal, Brizola considerou que houve uma reação indignada do povo brasileiro e que o voto foi basicamente de protesto. Disse ainda o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro que ele trabalha para avançar a democracia e que se prepara para vencer a eleição presidencial, cujo segundo turno está marcado para 15 de novembro.

Quanto à dívida externa do Brasil, entre 120 e 130 bilhões de dólares, Brizola lembrou que é a maior do mundo. Prometeu que, se eleito,



Brizola em entrevista ao jornal "La Mañana"

vai enfrentá-la em seu aspecto moral e ético. Enfatizou que a dívida não tem sentido por se tratar de uma irresponsabilidade de governantes que não tinham investimento para saná-la.

A entrevista de Brizola ao jornal "La Mañana" foi feita na cidade de Durango, 325 km ao norte de Montevideo e onde ele possui uma fazenda. (UPI)

C. Pts.

Magalhães apresenta seu dossiê sobre Chiarelli

Nele, aponta pedidos de verbas para municípios e faz várias denúncias contra o senador gaúcho

ANTÔNINHA SANTIAGO
Recôncavo/24

A reconstituição de empresas como a GAB (Grupo de Administração Empresarial Ltda.), o requerimento de Cr\$ 3 milhões da APJUB e título de "serviço técnico" em 1984; o recebimento de salários da Universidade de Pelotas sem ministério; e, além de outras denúncias contra o senador Carlos Chiarelli no dossiê divulgado, estão, pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Além disso, aponta os Cr\$ 3,3 bilhões de verbas a fundo perdido intermediados pelo senador gaúcho no ministério do Planejamento e Educação, nos últimos dois anos, e mais de quatro mil pedidos de empregos, concessões de rádio e TV e pedidos de nomeações de amigos em cargos públicos.

Não há mais de 400 páginas em que Antônio Carlos Magalhães anexou cópias de solicitações de verbas para municípios gaúchos, para obras "que não chegaram a ser executadas", segundo o ministro. Ontem à tarde, ACM enviou o dossiê contra Chiarelli aos membros da CPI da Corrupção, da qual o senador é relator, com uma carta ao senador Alexandre Costa, "arguindo a suspensão e impedimento" do senador gaúcho. Para o ministro, o objetivo maior do dossiê divulgado ontem é "mostrar que quem acusa a CPI da Corrupção e indica pessoas, na verdade, deveria ser acusado".

Antônio Carlos Magalhães

Além do texto com as denúncias e anexos dos pedidos de solicitação de verbas a fundo perdido, ACM anexava ainda com fitas de vídeo-cassete com gravações de noticiários sobre o caso de Chiarelli, em que Chiarelli estaria envolvido em

serviços de verbas. Para justificar a acusação de "ideologismo" do senador gaúcho, o ministro das Comunicações cita no dossiê as inúmeras indicações de amigos para cargos públicos e a criação de empregos da esposa do parlamentar, Arabela Chiarelli. Segundo ACM, ela é servidora da Funabem, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social e professora da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, sem comparecer a nenhum dos empregos por estar legalmente à disposição do Gabinete da Presidência da República.

Enfatizando a "ineficiência do senador", o dossiê de ACM reúne uma série de materiais usados na sua campanha a governador em 1980, "quando disputou ferrenhamente a Amílcar de Oliveira com o governador eleito, o senador Pedro Simon", explicou - distribuindo cópias de panfletos usados na ocasião com slogans "faça como Simon; copie em Chiarelli" e "onde tem Simon, copia em Chiarelli".

Desacreditando a possibilidade de ser processado por Chiarelli, o ministro se limitou a dizer que "tanta gente diz que vai me processar ou já amesquaram e nunca cumpriram que já não acredito mais nisso". Nesse aspecto, Magalhães sustentou ainda que "tanto provas reunidas, não estou fazendo perguntas ou acusações sem fundamento". Apesar disso, ele admite que não pretende entrar na Justiça contra Chiarelli, por "não saber sobre as condições atribuídas".

Imunidades

Com a divulgação do dossiê sobre Chiarelli e primeiro de uma lista de seis, todos de membros da CPI da Corrupção do Congresso Nacional, o ministro das Comunicações alega ainda que, caso seja chamado para justificar para responder sobre as acusações, ele não

tar muito, por ter a oportunidade de mostrar o conteúdo desse trabalho". Sustentando que qualquer pessoa "envolvida em corrupção, tanto do Governo como da CPI, deve ser punida", ACM lamenta a existência das "imunidades parlamentares, que intencionalmente não permitiram a punição em casos como o do senador".

Quando aos outros cinco dossiês já prontos contra outros membros da CPI, Antônio Carlos Magalhães afirma que pretende "divulgá-los na hora apropriada". Sem enumerar quais são os

parlamentares em questão, ele se limitou a garantir que "o único do qual não tenho dúvida é o senador Ilmar Franco, judeu e judeu, e não soube de seu nome de família". ACM também lamenta a existência de "imunidades parlamentares, que intencionalmente não permitiram a punição em casos como o do senador".

Quando aos outros cinco dossiês já prontos contra outros membros da CPI, Antônio Carlos Magalhães afirma que pretende "divulgá-los na hora apropriada". Sem enumerar quais são os

F.P.A.
(C.S.)

projetos regulamentando o direito de greve no serviço público e nas atividades essenciais. E comissão fará anteprojeto de normas sobre eleição presidencial

Urgência para projetos que regulam o direito de greve

Os líderes partidários na Câmara dos Deputados decidiram, por unanimidade, enviar requerimento ao presidente da Casa solicitando a criação de uma comissão interpartidária para a elaboração de anteprojeto de lei definindo as regras para as eleições presidenciais do ano que vem. A iniciativa tomada pelos líderes visa a agilizar o processo de votação, pois com a elaboração de um projeto por todos os partidos fica aprovada a urgência — prioridade de votação — para os projetos de lei referentes ao salário mínimo.

Na sessão marcada para hoje, começam a tramitar em regime de urgência os projetos de lei que versam sobre a regulamentação do direito de greve da nova Constituição. Até agora, somente o PT apresentou projeto de lei regulamentando o direito de greve. Seu autor, o deputado Paulo Palm (PT) define como serviço essencial apenas os indispensáveis à manutenção da vida, entendidos como os de assistência médica, hospitalar, primeiros socorros e enfermagem. Em caso de greve nesses serviços, a categoria deverá tomar providências para a assistência dos internos e prestação de socorro na emergência médica. Nas demais categorias, os

serviços que possam ser considerados essenciais, o projeto diz que cabe aos empregados manter os serviços indispensáveis à comunidade durante a paralisação, a exemplo do que aconteceu recentemente na Companhia Siderúrgica Nacional.

Embora já tenham assinado o requerimento de urgência — prioridade para votação em plenário — para a Lei de Greve, os partidos de esquerda defendem a criação de uma comissão interpartidária para estudar e assinar. Como o PFL e o PDS foram contra a criação dessa comissão, a discussão sobre a nova Lei de Greve caberá mesmo ao plenário. Durante a reunião dos líderes, ontem, o PFL e o PDS foram contra a inclusão na ordem-de-dia dos projetos que regulamentam o tabulamento dos juros em 12%. "Para acelerar o processo vamos dar tramitação aos projetos referentes ao salário mínimo e à Lei de Greve. Depois faremos uma nova reunião para tentar colocar em votação ainda este ano os projetos que não obtiveram consenso dos líderes, como o dos juros e a Lei de Inquilinato", explicou o líder do PMDB na Câmara, deputado Raul Pinheiro (AEB).

Questão do orçamento pode acabar no STF

O Supremo Tribunal Federal poderá ser chamado a resolver o novo impasse entre Executivo e Legislativo criado pela divergência em torno do tratamento a ser dado à mensagem orçamentária enviada ao Congresso Nacional na segunda-feira. O Governo entende que o novo texto substitui o original, enquanto a Comissão do Orçamento interpreta como uma proposta de modificação que poderá ser aceita ou não pelo Congresso.

A interpretação do Legislativo está respaldada por um parecer assinado pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-SP), especialista em Direito Constitucional. O parecer do parlamentar, baseado no parágrafo 5º do artigo 166 da Constituição — o mesmo do qual o Governo se vale para enviar a nova mensa-



Parecer de Nelson Jobim enviado ao STF

gem — afirma que em nenhuma hipótese está dito que a proposta orçamentária poderá ser substituída.

Antes mesmo da reunião da madrugada de ontem, quando os membros da comissão redigiram os termos do parecer de Nelson Jobim, o novo conflito já havia sido previsto. O vice-presidente da comissão, deputado César Maia (PDT-RJ), já sabia não apenas o argumento

que o Governo poderia usar para fazer valer seu ponto de vista. Segundo ele, o inciso II do artigo 166 da Constituição, que define a competência privativa do presidente da República, estabelece que cabe ao presidente "enviar ao Congresso Nacional as propostas de orçamento".

Para o Governo, qualquer mensagem de orçamento é proposta orçamentária (AEB).

Congresso não aceita manobra do Governo

A manobra tentada pelo Governo, para evitar que os parlamentares tivessem mais liberdade de mexer no projeto de lei orçamentária da União para 81, pode não ter funcionado. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, não considerou a terceira mensagem enviada automaticamente pelo presidente Sarney, um projeto que substitua as duas mensagens anteriores, mas sim uma proposta aditiva à primeira. A versão de Lucena, porém, não é a única. O presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Cid Carvalho, disse que essa interpretação ainda vai depender do plenário da comissão, que se reúne às 9 horas de hoje. O relatório do senador Almir Gabriel foi mais uma vez adiado. Ficou para a reunião de hoje, em função da nova proposta do Governo.

O Governo pretendia simplesmente retirar as duas mensagens anteriores. Mas, após entendimentos entre o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Costa e o presidente do Senado, senador Humberto Lucena, retirou apenas a segunda.

Lucena argumenta que, se a primeira mensagem fosse também retirada, sendo substituída por um novo projeto, o prazo de votação do orçamento, que termina em 15 de dezembro, ficaria comprometido. Isso porque, como as quase 2.500 emendas já apresentadas perderiam seu valor, obrigatoriamente teria de rediscutir o prazo de 20 dias para apresentação de novas emendas.

Se a votação não sair até dia 15, não está descartada uma convocação extraordinária do Congresso para apreciar o orçamento antes do final do ano. Se o Parlamento não conseguir isso até o final de dezembro, a proposta do Governo passará automaticamente. Caso a mensagem governamental seja rejeitada, simplesmente não haverá orçamento para o próximo ano, e o Governo terá que recorrer aos recursos de autorização pelo Congresso de

créditos especiais praticamente todo o mês.

Manobra

Segundo assessores do PMDB, o Governo estaria limitando de duas formas a ação dos parlamentares, caso conseguisse fazer de terceira mensagem um novo projeto. A primeira limitação de tempo para apresentação de novas emendas seria uma data. Mas a manobra principal, no entendimento dos mesmos assessores pmdbistas, estava na verba destinada à reserva de contingência.

Essa verba teria sido destinada da segunda para a terceira versão do orçamento. Isso diminuiria a possibilidade de mexer no percentual de redução da dívida externa dos estados. Como o Congresso não pode criar novas despesas sem gastar a fundo de caixa, ter o justamento da reserva de contingência que se poderia "gastar" com a despesa adicional resultante de uma redução maior de 75% para as dívidas dos estados. Como a mensagem foi considerada definitiva, fica muito mais difícil rejeitá-la ou parte dela, frustrando a manobra do Governo, explicaram ainda os assessores.

O líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Raul Pinheiro, disse que, independentemente de entendimentos entre senador Lucena e o ministro Costa Costa, o Governo não poderia mesmo retirar as duas mensagens anteriores e simplesmente trocá-las por uma nova. Na interpretação do deputado, o parágrafo 1º do artigo 166 da Nova Carta não permite. O Governo pode apenas "passar a limpo" o projeto já enviado, garantiu Raul Pinheiro (AEB).

028

Silvio concorre se PFL apoiar seu programa

Começa a se repetir entre o empresário Silvio Santos e o PFL o mesmo jogo de indecisões que resultaram no lançamento de sua candidatura a prefeito de São Paulo, no início do ano, seguida da desistência formal, com acusações mútuas de desrespeito e desinteresse. O conhecido animador vem confiando a amigos e assessores que deseja disputar, efetivamente, a Presidência da República, pelo PFL.

Mas pretende que a legenda manifeste, formal e definitivamente, por escrito, sua adesão ao programa de governo por ele idealizado. Silvio Santos prevê como prioridades para uma ação administrativa federal a concentração de esforços, pela ordem, na seguintes áreas: alimentação, saúde, educação e habitação.

Ele afirma que deseja dar ao povo comida e remédio a preços "reduzidíssimos", e neste ponto que as coisas se complicam porque a direção nacional do PFL vem se esforçando a atender à solicitação. Com isso, traz a mesma desconfiança da ocasião do lançamento de sua candidatura a prefeito. "Se não me dão por escrito, raciocina o animador, é porque eu não aceito um programa ou porque pretendem fazer algo diferente quando eu me eleger".

Na reunião com o presidente liberal, senador Marco Maciel, no início da semana, Silvio Santos cobrou a resposta a sua solicitação, há semanas. Maciel esquivou-se, afirmando que não havia necessidade de dar algo por escrito, uma vez que o programa partidário inclui os setores de alimentação, saúde, educação e habitação, consideradas prioridades pelo animador. E prometeu entregar a Silvio Santos uma cópia dos estatutos do PFL.

A conversa não evoluiu mais devido a esse impasse: o animador quer mesmo, por escrito, o atendimento a essas exigências, tendo incluído agora outra: que os liberais lhe deem liberdade para escolher os integrantes de seu governo, com preferência para o partido, mas sempre sob o signo da liberdade. Em conversa com um amigo, ontem, Silvio Santos demonstrou pensar que os políticos pretendem usá-lo e usá-lo em se tirar do corpo e almas numa empreitada para a qual se sente tentado cada vez mais, mas da qual poderá sair chacoalhado se as coisas não transcorrerem como deseja.

Quando decidiu de ser candidato a prefeito de São Paulo, no início do ano, pôs a culpa nos políticos porque não lhe teriam feito as concessões desejadas. Os dirigentes do PFL, por sua vez, afirmaram que só não foi candidato porque não quis: a decisão foi sua e não deles.

F. J. P.
(C. P. S.)

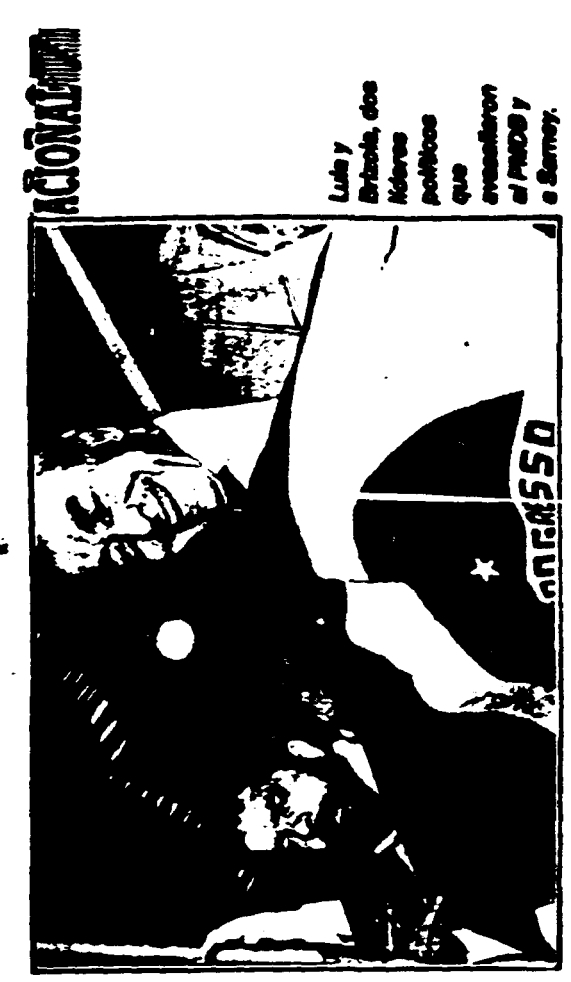
22/1/82
Hana

098

68.

BRASIL GIRA A LA IZQUIERDA

Por Nito Schwarz



Lula y Brizola, dos líderes políticos que avasallaron al PMDB y a Sarney.

el cuadro político. Rara vez se ha visto un cambio tan radical. Como en el verso de Guillén, "ya estará el de abajo arriba/ cuando el de arriba esté abajo".

Y vaya si el de arriba quedó abajo. En las elecciones de 1986, el PMDB arrastró con todo. Nada (o casi) quedó afuera: se llevó 22 de los 23 gobernadores de estados, y la mayoría absoluta del Congreso bicameral. Ahora, le quedó como premio consuelo la belleza de Bahía, la capital de Jorge Amado. Y poco más. Y quedó debilitado, además, por la escisión del PSDB de Mario Covas.

Voto castigo a Sarney, se ha dicho, y a los que extendieron su mandato a cinco años, frustrando las legítimas aspiraciones populares en favor de las "directas já", uno de los reclamos más extendidos en el inmenso país. Al PFL de Sarney le cayó la presidencia en las manos por azar; hizo un compromiso político con Tancredo Neves y se quedó con el Planalto al morir el veterano político mineiro sin asumir siquiera su mandato. Ahora el PFL se queda solo con Recife, en el calcinado nordeste, y desaparece virtualmente de la escena.

El gobierno paga sus culpas: su política económica que terminó en la postulación ante el FMI mientras la inflación sube a cuatro dígitos, su papel poco alroso de avanzada del Plan Beker con la entrega del rico patrimonio estatal; y la bestialidad repretiva a sangre y fuego, como en la gran ualuna siderúrgica de Volta Redonda, en Rio, contra los trabajadores.

Como un terremoto grado nueve, la elección brasileña puso patas arriba todo

el batcazo brasileño, el espectacular vuelco a la izquierda de decenas de millones de ciudadanos, ha conmovido a América Latina. Ha demostrado que para nuestro continente llegó el tiempo de la democracia y de la izquierda. El gigante brasileño se pone así en la ruta que marca la erradicación de las dictaduras fascistas en el Cono Sur, el pasaje del gobierno de Ecuador de la derecha (Florencio Cordero) a la izquierda (Borja), el nacimiento de una poderosa fuerza de la izquierda mexicana, que le disputa de igual a igual el poder al PRI.

La elección municipal brasileña ha revelado también otra cosa: y es que en Europa no se entiende a América Latina. La prueba está en el comentario que le mereció al diario francés "Le Monde". Las elecciones municipales brasileñas señalan, escribe el rotativo parisiense, que "la incredulidad frente a la política gana terreno, con los peligros de anarquía, hasta de nihilismo, que pueden producirse."

Este comentario se extiende a toda América Latina, lo que demuestra que "Le Monde" no entiende lo que aconteció en Brasil ni menos el momento político que vive el continente.

Como un terremoto grado nueve, la elección brasileña puso patas arriba todo

ladores que defienden con la huelga su salario y la soberanía nacional, del mismo modo que en Petrobras, de donde salió años atrás el lema señero: "O petróleo é nosso".

Brasil ya no está para esta política ni para estos partidos. Está para otra cosa.

El pueblo luchó más de 20 años para secudirse las dictaduras militar-fascistas entronizadas por el imperialismo luego del golpe de Lincoln Gordon del 31 de marzo de 1964, que derrocara el gobierno democrático de "Jango" Goulart. El año próximo completará, por fin, su anhelo de elección presidencial directa. En ese camino, las elecciones municipales del martes 15 señalan desde ya un rumbo cierto.

Ante todo, por la vigorosa irrupción de la izquierda. Esto es lo nuevo del panorama político. Mientras los partidos de centro-derecha se desploman, la izquierda gana la adhesión de decenas de millones de ciudadanos.

En primer lugar, por la gravitación de la clase obrera, de los asalariados, y de capas medias radicalizadas. Lo de São Paulo es definitivo por tratarse de la mayor concentración obrera de América Latina: allí el PT desbancó a Maluf (el hombre del "proceso") y liquidó sus

aspiraciones presidenciales, del mismo modo que han quedado muy "chumbadas" las de Ulysses Guimarães, representante del continuismo peemedebista. Y el PT arrasa en la mayor parte del cinturón paulista donde las fábricas están pegadas unas a otras, el célebre ABCD (São André, São Bernardo, São Caetano, Diadema). El propio PT gana Porto Alegre —la capital de nuestros vecinos, los "ganchos" de Rio Grande do Sul— en alianza con los comunistas y otros, mientras el PDT de Brizola reconquista Rio de Janeiro.

Las elecciones se efectuaron en la cresta de multitudinarias luchas de los trabajadores públicos y privados, de los educadores, por salarios, por democracia, por soberanía, que conmovieron (y conmueven) a todo Brasil. Esto también explica los resultados.

Lo que tampoco entiende "Le Monde", decíamos, es que esto representó el rumbo actual de América Latina. Democracia plena, con la máxima amplitud, desterrando el fascismo; y giro a la izquierda, en profundidad, hacia gobiernos avanzados y antimperialistas. Así vive esta jornada, con alegría, nuestra América Latina, y así la viven las fuerzas frenteamplistas en Uruguay.

028

Lula sai na frente

As urnas fazem de Lula o principal candidato da esquerda à sucessão de Sarney



As vitórias do PT na semana passada abalaram a posição dos astros da sucessão presidencial. Há perdas irremediáveis de brilho ao centro e à direita. Esmacem, por exemplo, as estrelas dos governadores Orestes Quércia, Newton Cardoso, Alvaro Dias e Miguel Arraes. O mesmo acontece com a do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, cujo partido saiu esfrangalhado das urnas. As mudanças mais notáveis, porém, ocorrem na constelação da esquerda. À frente de um partido que até o final da semana acreditava arrebanhar entre 7 e 8 milhões de votos em todo o país, o equivalente a mais de 10% do eleitorado brasileiro, o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, do PT, tornou-se, de imediato, a estrela de primeira grandeza nessa fatia do eleitorado. Até a véspera da eleição, esse lugar era ocupado pelo ex-governador Leonel Brizola, que acabou chamuscado pelo desempenho petista.

"O resultado desta eleição mudou tudo", diz o prefeito de Salvador, Mário Kertesz, um dos raros ganhadores dentro do PMDB. "É como num jogo: as cartas foram embaralhadas e agora começa tudo de novo", explica ele. Do centro para a esquerda já existe um jogo armado, mas algumas cartas mudaram de mãos. Ao vencer as eleições em grandes colégios eleitorais, como São Paulo, Vitória e Campinas, e derrotar Brizola em seu próprio terreno, Porto Alegre, Lula e o PT tornaram a dianteira na disputa. "Agora, Lula é o principal candidato da esquerda", avalia o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). "A candidatura do Lula virou um sério obstáculo na caminhada do Brizola", concorda o deputado Delfim Netto (PDS-SP).

Essa nova disposição das cartas no jogo sucessório levou o PDT a uma clássica operação política, que é participar da festa alheia sem estar devidamente credenciado para isso. Ao comentar a eleição de Luiza Erundina e outros candidatos do PT, Brizola usou sempre a primeira pessoa do plural. "A nossa vitória significa que o sistema econômico e os dirigentes estão sendo questionados", disse ele. "Somos membros de uma mesma família", acrescentou. Esse esforço para confundir os resultados esbarra numa verdade estatística. Quando o PDT aderiu à candidatura de Erundina, em São Paulo, o seu candidato, Ailton Soares, tinha pouco mais que zero nas preferências dos eleitores, segundo as pesquisas. O PDT é tão fraco em São Paulo que essa é a segunda eleição consecutiva que seus candidatos desistem antes de chegar às urnas.

Pelas regras da nova Constituição, a eleição para o sucessor do presidente Sarney será em dois turnos. Não é difícil imaginar, por-



Lula: "Não quero nem pensar nessa hipótese agora"



Brizola, comemorando: adesões até no PDS de Maluf

0.15

01.02

8900833



Jânio: "Se a democracia correr perigo, sou candidato"



Ulysses, com Quéricia: o PMDB esfrangalhado nas urnas

VEJA, 23 DE NOVEMBRO, 1988

tanto, que o PDT de Brizola e o PT de Lula tenham suas próprias candidaturas no primeiro turno e acabem se compondo no segundo, para enfrentar um candidato do centro para a direita. As afinidades entre os dois, porém, não são tão visíveis assim. A eleição em Porto Alegre foi um exemplo disso. "Aqui, eu fui vítima de uma campanha reacionária por parte do PDT", acusa o novo prefeito, o petista Olivio Dutra. "Quando comecei a desmontar nas pesquisas, usaram argumentos de direita contra mim, acusando o PT de querer a anarquia e estimular invasões de terra", lembra Dutra. A rigor, há uma grande divergência de estilo de fazer política entre os dois partidos. O PT e o PDT conseguiram expressivas vitórias na semana passada fazendo campanha contra "isso que está aí". A diferença é que o PT não faz negócio com "isso que está aí". Brizola, quando em dificuldades, faz. Seu aliado na Paraíba, vitorioso na eleição para a prefeitura de João Pessoa, é o ex-governador Wilson Braga, do PFL, que há quatro anos foi o único dos governadores do PDS a se manter fiel até o fim à candidatura de Paulo Maluf no colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves. Em Florianópolis, o novo prefeito Espíndio Amin, outro aliado brizolista, é do PDS. Há até casos extremos, como o do novo prefeito de Aparecida, interior de São Paulo, Cláudio Galvão, que assume a condição de neonazista. "Estou no PDT porque não encontrei legenda nos outros partidos", confessa Bueno.

As lideranças brizolistas passaram a semana dando como certa uma aliança PDT/PT na disputa da sucessão do presidente Sarney, mas não encontraram muito eco do outro lado. "Não quero pensar nisso nem como hipótese por enquanto", disse Lula. "Só espero que o Brizola faça alianças o mais à esquerda possível", acrescentou. O próprio Brizola não sabe se esse é o seu caminho natural até as eleições de novembro do ano que vem. "O que nos interessa é somar o número de consciências, tenha a procedência que tiver", disse ele, na semana passada. "O Brizola tem uma mercadoria a vender, que é sua própria candidatura", afirma o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado. "Como a clientela na esquerda ficou escassa depois da vitória do PT, ele vai procurar compradores na direita", prevê.

Com o jogo armado dessa forma à esquerda, a confusão na semana passada reinava do centro para a direita. Entre as muitas baixas registradas nesse campo, está a do senador Mário Covas, o candidato tucano do PSDB, que, no dia seguinte à eleição, tinha um rosário de fracassos em todo o país com a solitária exceção de Belo Horizonte. Em São Paulo, onde o PSDB imaginava possuir uma força eleitoral razoável, seu candidato José Serra amargou um modesto quarto lugar. Em Salvador, o PSDB de Covas naufragou junto com o governador Waldir Pires, que, mesmo sendo do PMDB, apoiou o candidato tucano Virgildásio de Senna.

O vigor das vitórias à esquerda na semana passada resultou num leilão de candidatos à direita. "Não vejo uma situação muito desfavorável para minha candidatura", arriscou, em pose de franco-atirador, o presidente nacional do PDS, Jarbas Passarinho. "Se a democracia correr perigo, sou candidato", admitiu o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros. Mais ao centro, a balbúrdia foi completa. Dois dos derrotados, o governador Orestes Quéricia e o deputado Ulysses Guimarães, reuniram-se em São Paulo, na quinta-feira, para discutir o que fazer. "Precisamos reavaliar as relações PMDB-governo Sarney", propôs Quéricia. "Todas as hipóteses serão examinadas", prometeu estudar Ulysses. Em Belo Horizonte, outro que queria romper com Sarney, depois de apoiá-lo incondicionalmente nos últimos tempos, era o governador Newton Cardoso, que perdeu as eleições até na cidade de Contagem, sua principal base eleitoral. "O Newton, para ser candidato a presidente, teria que receber o sinal verde da população", lembrou o deputado Roberto Brant, que está deixando o PMDB. "Recebeu um não e agora está liquidado."

02.02

8900833

47

Brasil

O soco nisso

que está aí
Os votos do PT mostram o repúdio do eleitor



que está aí

aos vícios do sistema político brasileiro



Poucas eleições foram tão úteis para o país como a de 15 de novembro de 1988. Entre as 8 da manhã e as 5 da tarde de terça-feira da semana passada, 70 milhões de eleitores foram às urnas para deixar uma mensagem amarga — como nunca se vira antes. Não era, apenas, que a população não gosta do governo — recado que, bem ou mal, já pode ser lido em quase todos os votos apurados no país desde 1974. Também não se pediu, na semana passada, que o partido que hoje está na situação seja devolvido às fileiras de um oposicionismo provisório, deixando seu lugar para legendas que, com o nome de PDS, PFL ou mesmo PSDB, administravam os negócios do governo até a véspera. As urnas de 1988 massacraram o PMDB nas grandes cidades, aleijaram o PDS em sua praça maior, que é São Paulo, e marcaram o fiasco das siglas conservadoras na disputa pela segunda cidade do país, o Rio de Janeiro.

Na semana passada, o eleitorado avisou que está cansado de políticos carcomidos, abriu uma rachadura num sistema eleitoral em que os partidos políticos se revezam como atores de uma mesma peça de teatro e disse ao país que está cansado dessa encenação que não leva a parte alguma. O nome dessa ruptura é Partido dos Trabalhadores, ou PT. Dono de uma bancada de apenas dezesseis cadeiras na Constituinte, o PT entrou no pleito com duas prefeituras na mão — a de uma cidade chamada Icapuí, a 250 quilômetros de Fortaleza, com 18 000 habitantes, e Vila Velha, a 13 quilômetros de Vitória. Quando as urnas foram abertas, na manhã de quarta-feira, descobriu-se a novidade. Com boa folga sobre o segundo colocado, o deputado Olívio Dutra ganhou a prefeitura de Porto Alegre. O PT também venceu em Campinas e em Santos, pendurou sua estrela na administração de três das quatro cidades que formam o ABCD paulista — e ainda emplacou em outra capital, Vitória. Quando faltam poucos meses para a abertura da campanha eleitoral na qual irá se resolver a sucessão do presidente José Sarney, coube ao PT, também, o mais espetacular tesouro político em disputa na semana passada — a prefeitura de São Paulo, que a partir de 1.º de janeiro será ocupada pela deputada Luiza Erundina, que venceu Paulo Maluf, do PDS, numa corrida apertada. Dedicada militante do movimento dos sem-terras, Erundina foi lançada candidata com o patrocínio daquela fatia do partido apelidada de xiita — na reta final, recebeu as

bênçãos da hierarquia católica e tornou-se o primeiro caso de candidatura do PT a se beneficiar do voto útil. Maluf entrou na disputa eleitoral com movimentos calcados na vitória de Jânio Quadros em 1985 — acabou sofrendo sua terceira derrota política desde que disputou a Presidência com Tancredo Neves, em 1985.

“O eleitorado reconheceu nossa postura oposicionista”, afirma o deputado Luis Ignácio Lula da Silva, fundador do PT. “Para a classe política, a eleição teve a força de um vendaval”, afirma o deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT paulista. Em 1982, quando disputou sua primeira eleição, o PT garimpou 1,4 milhão de votos. Na noite da última sexta-feira, quando os resultados das apuração haviam terminado, com contabilidade batia nos 8 milhões de eleitores. O PT sai das urnas de 15 de novembro como titular de 37 prefeituras e inicia o ano de 1989 na administração de cidades que, em seu conjunto, respondem por alguma coisa como 40% do Produto Nacional Bruto. Mesmo quando se recorda que a estrela petista ficou com perto de 12% dos votos disponíveis nas urnas da semana passada, é um crescimento que impressiona — pela matemática das vitórias, pela geografia eleitoral e pelo que está por baixo de tudo isso. Houve uma época em que o eleitorado entrava na cabine para protestar, como ocorreu em 1974, por exemplo. Em outras ocasiões, usava-se o voto para se afastar o PDS dos governos estaduais, como aconteceu em 1982. É verdade que, na semana passada, o PMDB pagou, nas mesmas urnas que o consagraram em 1986, a conta pelo abandono das promessas do Plano Cruzado, engavetado cinco dias depois do pleito. Contudo, a votação que empurrou a carravana do PT, na última terça-feira, é de outra natureza.

Não foi um voto contra quem está no governo e a favor de quem faz oposição — mesmo porque boa parte dos oposicionistas aparentemente mais equipados do que o PT para saírem vitoriosos, como o tucano Artur da Távola, no Rio de Janeiro, ou mesmo Paulo Maluf, em São Paulo, acabaram ficando bem atrás em matéria de desempenho eleitoral. O que se viu, nas eleições municipais, foi a emergência de um outro voto — o do eleitor contra tudo isso que sempre esteve aí. “Foi um voto de revolta, num partido coerente”, afirma um dos piores inimigos do PT, o médico Ronaldo Caiado, presidente da UDR. “O pleito mostrou que o eleitorado caminha para a esquerda”, afirma o deputado do PT Paulo Delgado. É óbvio que a maioria dos eleitores não se encontra numa situação de rebelião diante da ordem constituída, da mesma forma que são poucos



A eleição de 15 de novembro: uma penca de votos contra o governo e uma festa para o PT

VEJA, 23 DE NOVEMBRO, 1988

8900834

os brasileiros que comungam das idéias esquerdistas do PT. Só para se ter uma idéia disso, basta lembrar que Luiza Erundina ganhou a prefeitura de São Paulo com 30% dos votos. A margem foi suficiente para lhe garantir o primeiro lugar. No entanto, se tivesse disputado o pleito de 1985, Erundina seria a terceira colocada — naquela eleição, o senador Fernando Henrique Cardoso ficou com 35% do eleitorado.

O aspecto mais divertido da votação do PT é o de mostrar que, até a semana passada, o mundo político brasileiro ficaria muito bem retratado num dos capítulos da obra-prima *Em Busca do Tempo Perdido*, do escritor francês Marcel Proust. É um desses ambientes freqüentados por pessoas ricas, de sobrenomes tradicionais e uma árvore genealógica que possui uma linha direta com a nobreza — ou com as grandes fortunas. Os personagens de Proust têm suas rivalidades e mesquinhas, freqüentam bailes de máscaras e fazem muitos mexericos a respeito de si próprios — a diferença é que tapto os Guermantes, família nobre com raízes que chegam à Idade Média, como os Swann, família de burgueses



Sarney: "Derrota é dos governadores"

que eles têm seus problemas entre si, e há tantos mexericos dentro do PFL como entre o PFL e o PMDB — mas também é certo que, aos olhos do eleitor da última terça-feira, poderiam atender pelos sobrenomes Guermantes e Swann. O ângulo

enriquecidos há muitas gerações, nunca se misturam com boa parte das pessoas que os cercam, a chamada criadagem. Numa das cenas do livro, em que descreve um jantar num restaurante de luxo, todo envidraçado, Proust compara o ambiente a um aquário — e se pergunta o que aconteceria se, um dia, o vidro do aquário quebrasse e a população que fica do lado de fora, habituada a assistir às refeições de longe, acabasse por entrar ali. Na semana passada, não foi isso o que aconteceu nas apurações. Mas foi como se Francoise, empregada doméstica que percorre as festas de *Em Busca do Tempo Perdido*, chegasse a um baile com suas roupas de camareira e tirasse, por exemplo, o nobre Robert de Saint-Loup para dançar.

Na obra de Proust, Guermantes e Swann são os nomes disso que tá. No reino da política brasileira, eles são Ulysses Guimarães e Orestes Quêrcia, da linhagem do PMDB. Aureliano Chaves e Marco Maciel, da família PFL. É certo

O minueto rompido

A tradição eleitoral do país mostra que os brasileiros sempre foram as urnas para substituir isso que está aí por isso que esteve aí. Isso que está aí perde e sai, mas se transforma automaticamente em isso que estará aí. Nesse movimento, o voto oposicionista promove uma rotatividade em que as mesmas coisas se substituem mutuamente a cada virada. Num bom exemplo dessa alternância, o grupo do governador Miguel Arraes (isso que está aí) perdeu a prefeitura do Recife para Joa-

quim Francisco (isso que esteve aí), mas já pensa na próxima eleição na qualidade de isso que estará aí. Essa era a escrita, que foi quebrada na eleição da semana passada. Em São Paulo, o governador Orestes Quêrcia era sinônimo de isso que está aí e achou-se que seria derrotado na eleição da capital por isso que esteve aí, Paulo Maluf. Quando se abriram as urnas, a escolhida era Luiza Erundina, isso que nunca esteve aí. Abaixo, a dança das substituições e os novos dançarinos.

O governador baiano, Waldir Pires, esteve no centro de uma polêmica ao posicionar-se em política. Com o apoio do atual prefeito de Salvador, Mário Kartes, e sob o alívio do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, venceu a eleição e se tornou governador. No entanto, Pires, que apoiava a candidatura derrotada de Virgílio Salles, do PSDB, e perdeu com ele.

O governador paulista, Orestes Quêrcia, enfrentou uma sucessão de derrotas. Contribuiu para a cisão do PMDB, que deu origem ao PSD, enquanto impedia sua candidatura à prefeitura de São Paulo, João Geraldo Leite, lançado para disputar com Paulo Maluf, do PDS. Leite perdeu de Maluf, e que se previa no início da campanha, e também de Luiza Erundina, que bateu todos eles, o que não se esperava. E mais derrotas poderia sofrer Quêrcia se a campanha continuasse por mais um mês.

O governador pernambucano, Miguel Arraes, cedeu a vez para o minueto do PFL de Marco Maciel, que na eleição de 1986 tentou desviar a pista leve para o grupo de Arraes.

O governador mineiro, Moreira Franco, da Rio de Janeiro, entrou na campanha dando a impressão de que esperava pela derrota e pelo desaparecimento da pequena liderança do PMDB para, no fim, surgir como o grande chefe estadual do partido. Derrotado, emergiu ele próprio como uma liderança pequena.


Na disputa pela prefeitura de Belo Horizonte, o governador Newton Cardoso só contava com um adversário: Pimentão da Viçosa, do PSDB. No fim, Cardoso estava duplamente batido: seu candidato perdeu de Pimentão e também de PT, que não foi batido no baile.


O governador paranaense, Álvaro Dias (isso que tá), tinha certeza de que a prefeitura de Curitiba seria do PMDB, seu partido. Porém, para Jaime Lerner (isso que já esteve aí), que inscreveu-se a duas semanas da eleição pelo PDT.


mais complicado disso que tá, no Brasil, é o seu tamanho. Pois isso que tá quer dizer emprego público, salários milionários e jornais ocupados, regularmente, por manchetes sobre corrupção. Também pode ser traduzido por uma inflação mensal de 30%. Como os personagens de Proust, o PFL e o PMDB são capazes, vez por outra, de produzir gestos elegantes — como um acordo entre cavalheiros chamado de Pacto Social. A dificuldade, para quem só pode assistir a essas cortesias de longe, é a forma de cavalheirismo que, vez por outra, parece reservada a quem nunca esteve aí. Seis dias antes das eleições, por exemplo, três operários foram mortos por tropas do Exército na usina da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda.


O eleitor deu uma lição nos políticos tradicionais", afirma o novo prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, um dos grandes vitoriosos da legenda do ex-governador Leonel Brizola, o PDT — outro candidato bem-sucedido foi Jaime Lerner, que venceu em Curitiba com quase 50% dos votos. "O maior erro dessa gente foi subestimar o povo", acrescenta Alencar. As prefeituras capturadas pelo PT e pelo PDT marcaram um crescimento da votação das legendas de esquerda em vários pontos do país. A notícia foi assunto no *The New York Times* e, em Paris, virou editorial do *Le Monde*, que classificou a


votação de Luiza Erundina em São Paulo como um "terremoto". Em Brasília, contudo, o presidente José Sarney fez o possível para dar a impressão de que nem estava aí quando o pleito foi realizado. "A derrota é, nitidamente, dos governadores", disse Sarney, ao longo de uma conversa, na semana passada. Cabo eleitoral ao contrário, desses que os políticos utilizam para roubar votos dos adversários, Sarney fez o possível para manter-se, fisicamente, longe do pleito. Saboreou a derrota do PMDB de Ulysses Guimarães e batalhou, apenas, na campanha de Carlos Guterres à prefeitura de São Luís, que acompanhou, diariamente, pelo telefone. Desde sua posse, Sarney especializou-se na produção de pronunciamentos contra a classe política. Na semana passada, contudo, o presiden-


 Marcelo Alencar ganhou a eleição no Rio, mas o grande vencedor é Brizola. O pleito mostrou que a Zona Sul pode até votar no PT para ficar longe do ex-governador, mas deixou claro que o PDT possui uma fortaleza intransponível na Zona Oeste.


 A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, já foi líder grevista e também apoiou o movimento dos sem-terra. Nunca esteve aí — mas, no início de campanha, até os líderes do PT tentaram substituí-la como candidata, por quem já fez parte disso aí, o deputado Plínio de Arruda Sampaio, autor do plano de governo de Carvalho Pinto.


 Líder bancário cassado por intervenção no sindicato, Olívio Dutra é uma espécie de Lula gaúcho. Ganhou em Porto Alegre com 34% dos votos, bateu o jornalista Antonio Brito e o pedetista Carlos Araújo, que, na reta final, atacou o PT como espantado do anti-comunismo.


 O médico Vitor Buaiz, do PT, que nunca esteve aí, já tentou: foi candidato a prefeito de Vitória em 1985. Desta vez, ganhou, com folga: 37% dos votos.


 A CUT já era muito forte na região industrial do ABCD. Agora, o PT tem também três prefeituras — Santo André, Osasco e São Bernardo, onde Maurício Soares venceu com 36% dos votos.


 O ex-ministro Joaquim Francisco, prefeito do Recife, experimentou a camisa do PSDB, mas acabou ficando no PFL. Bateu Arraes pedindo reforma agrária e defendendo o direito de greve.

 Jaime Lerner foi duas vezes prefeito biônico de Curitiba pela Arena. Retornou ao mesmo posto com quase 50% dos votos, na legenda do PDT. Lerner é mesmo um político muito popular. Em 1988, foi apoiado por banqueiros e por Leonel Brizola.

 Em matéria de amizade com o governador Espirito Santo, em Florianópolis, foi um sucesso — a festa começou no PSD, seu partido, mas também anuiu as forças do PDT de Brizola.

 O empresário Sadi Xertan venceu em Belém com pouco mais de 60% dos votos. Foi o campeão nacional nestas eleições. Ex-prefeito nomeado do PMDB, Xertan já esteve aí. Volta com a camisa do PTB.

 Fernando José, de Salvador, é o único grande sucesso do PMDB, mas abre uma hemorrhagia na legenda. O atual prefeito, Manoel Kertz, apoiou o vencedor, enquanto o governador Waldir Pires foi para a oposição.

 O novo prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, do PSDB, já nasceu aí — sua cidade natal chama-se Pimenta da Veiga. Em Brasília, o PSDB é a esquerda do PMDB. Em Minas, alinhou-se ao PFL contra o PMDB.



Olívio Dutra, no corpo-a-corpo da batalha eleitoral: o PT cresce 400% nos bairros populares de Porto Alegre

te apareceu diante dos microfones do programa *Conversa ao Pé do Rádio* com um discurso diferente. "Eu não tenho nenhum preconceito", disse. "Converso, dialogo com qualquer partido, podendo pensar mesmo em uma união nacional com objetivos definidos para que o processo democrático seja concluído."

Como ocorre em toda eleição, as urnas de 1988 serviram para colocar em xeque um pacote de verdades aparentemente estabelecidas — e também produziram seu conjunto de lendas particulares. Um dos mitos que a campanha destruiu foi o de que basta ter um bom programa de televisão para cair nas graças do eleitorado. Na verdade, a maioria dos candidatos do PMDB dispôs de recursos e de equipes especializadas para produzir suas aparições no vídeo, bem mais prolongadas que as de seus rivais — nem por isso, no entanto, conseguiram salvar-se da derrota. A lenda que as eleições municipais trouxeram à tona é mais antiga e diz respeito à teoria de que o 15 de novembro de 1988 marcou os funerais do PMDB. Acreditar nessa possibilidade, em se tratando de uma lenda que dispõe da maioria dos governadores de Estado, todos eleitos, é

Marcello Alencar, mais uma vez prefeito do Rio de Janeiro: "O povo foi subestimado"

apostar numa miragem. Quem acredita que as urnas são capazes de matar os partidos se esquece de que elas têm o poder, igualmente, de ressuscitá-los. Basta lembrar do que era o PDS em 1986 e do que é hoje. Ou mesmo do PT, esfrangalhado na estreia eleitoral de 1982.

Na realidade, a grande novidade que saiu das urnas não se encontra no mundo de quem sempre esteve por aí — mas no comportamento das pessoas que quiseram colocar o PT aí. O

que mudou, no caso, não foi a publicidade que a legenda promoveu em torno de seus candidatos — como ocorre desde 1985, o PT é uma estrela de sindicalistas de esquerda e intelectuais marxistas, mas gosta de se apresentar, na TV, como uma nova marca de sabonete.

A grande mudança ocorreu nos milhões de brasileiros que, a 15 de novembro, saíram de casa com o título de eleitor na mão e uma ideia comum na cabeça. Num fenômeno que há muito tempo não se via, as grandes capitais se dividiram ao meio — conforme a lenda de cada candidato. Em São Paulo, por exemplo, Paulo Maluf foi campeão de votos nos bairros nobres, como Jardins e Indianópolis — cravou uma vantagem de 35% contra 27% para Luiza Erundina. Na periferia da cidade, no entanto, onde a quantidade de problemas é proporcional ao volume de eleitores disponíveis, ocorreu o contrário: a candidata do PT fez



VEJA, 23 DE NOVEMBRO, 1988

8900834

30% contra 20% em lugares como a Capela do Socorro e Guaianazes, por exemplo. Um fenômeno bastante parecido ocorreu, também, nas capitais onde o PT saiu na frente — e até mesmo naquelas onde ficou em segundo lugar. Concentração de trabalhadores que ganham pouco, pequenos comerciantes e famílias que residem em favelas, as urnas da Zonal 113, em Porto Alegre, onde votam 81 000 eleitores, cravaram quase 50% de seus votos em Olívio Dutra — três anos atrás, o mesmo PT conseguia, no mesmo lugar, pouco mais que 10% das preferências dos mesmos eleitores. No bairro do Barreiro, em Belo Horizonte, abrigo de operários que trabalham na cidade industrial de Contagem, o economista Virgílio Guimarães fez campanha para prefeito em duas ocasiões. Na primeira, em 1985, ficou com 8% dos votos do lugar. Em 1988, na arrancada que o deixou perto do novo prefeito da capital mineira, Pimenta da Veiga, do PSDB, Virgílio fez 43% dos votos.

Na semana passada, enquanto os votos do PT saíam da urna, havia quem achasse uma delícia a ideia de viver sob uma administração da legenda de Lula — e também não faltavam pessoas capazes de se horrorizar com essa realidade. A estrela petista realizou muitas proezas nas eleições municipais e, em São Paulo, por exemplo, a posse de Luiza Erundina irá consumir pelo menos um recorde. Com seus 11 milhões de habitantes, a capital paulista tornou-se, agora, a maior cidade do mundo entregue a um prefeito marxista — nem mesmo Moscou e Xangai, onde os prefeitos não são eleitos e nem sempre são marxistas, possuem tantos moradores.

"O PT vai conhecer agora uma experiência nova", afirma o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. "Vai ver como é difícil cuidar da vidraça. Até hoje, ele só ficou do outro lado", acrescenta o ministro. A novidade, anunciada pelos eleitores de 1988, é bem mais original do que o ministro do Exército imagina. O que diferencia os prefeitos do PT não é que eles sempre estiveram do outro lado da vidraça — é que esse partido foi construído por pessoas que sempre estiveram do outro lado das grades da cadeia. Pode-se temer, com certeza, pela competência dos novos prefeitos do PT para enfrentar as dificuldades que terão pela frente. Deve-se apostar, inclusive, que cometerão muitas asneiras — como fazem, invariavelmente, os políticos que governam o país. O que é certo, porém, é que o Brasil não vai acabar por causa disso. Afinal, por vontade exclusiva do eleitor, a partir de agora o PT também é isso aí.

A voz do cemitério

"Lamento as mortes, mas elas servirão de exemplo para os outros", disse o general José Luiz Lopes da Silva ao bispo de Volta Redonda, dom Waldyr Calheiros, para justificar a morte de três metalúrgicos durante a invasão da Companhia Siderúrgica Nacional por tropas do Exército, há quinze dias. Na semana passada, muitos dos candidatos do PMDB achavam que o exemplo das mortes serviu para ajudar os adversários que concorriam mais à esquerda e creditavam boa parte de sua derrota na corrida às prefeituras à tragédia de Volta Redonda.

"Acho que em todo o país as urnas responderam ao episódio", afirmou, por exemplo, o médico Nelson Gonçalves Filho, que disputou a prefeitura de Volta Redonda pela coligação PFL-PMDB-PSC. O seu concorrente, o deputado federal Juarez Antunes, do PDT, ganhou a eleição com o dobro dos votos dados ao candidato do PFL.

"Em visitas feitas a fábricas depois do massacre, pude perceber a hostilidade de alguns eleitores", queixa-se o deputado Maurício Fruct, que disputou a prefeitura de Curitiba pelo PMDB. "Pelo menos três operários me disseram, nessas visitas, que não votariam mais no PMDB porque o partido tinha mandado matar operários em Volta Redonda", conta Fruct. "Não tenho dúvidas de que o episódio da Companhia Siderúrgica Nacional nos ajudou", afirma o deputado José Genóino, do PT, que na semana passada comemorava a vitória de Luiza Erundina em São Paulo.

Na semana passada, o general Lopes, que comandou a ação em Volta Redonda, procurou desmentir o diálogo contado a VEJA pelo bispo da cidade. "Jamais disse a dom Waldyr Calheiros que a nossa operação serviria de exemplo", negou o general. "Disse apenas que lamentava o ocorrido, mas que fizemos tudo no cumprimento de uma missão", afirmou. "Ele pode até dizer que foi mal interpretado", contesta dom Waldyr. "Mas, que disse isso, disse", completa. Se de fato os três mortos serviram de exemplo, as urnas podem ter indicado que o general errou os tiros.

O general Lopes e a sua tropa em Volta Redonda: o alcance do exemplo



FOTOS OSCAR CARVAL



PRESIDENTE SARNEY INICIA CONTATOS

Negociações com a esquerda

Sarney planeja negociações com lideranças de esquerda e inclusive já manteve alguns contatos telefônicos nesse sentido; Ulysses Guimarães, sem conseguir esconder o desânimo que lhe foi imposto pelos números adversos, anuncia que o PMDB fará uma ampla análise da derrota numa convenção nacional (a data ainda não foi fixada); Leonel Brizola avalia resultados positivos para seu partido e confirma que é candidato à presidência da República; em São Paulo, Lula e o vitorioso presidente nacional do Partido, Olívio Dutra, promovem reunião neste fim de semana com um objetivo fundamental: preparar o partido para ser governo em algumas das mais importantes cidades do País, a partir de 1º de janeiro. Este é o Brasil pós-16 de novembro.

Passados os primeiros momentos de euforia da vitória da esquerda e de perplexidade das forças mais conservadoras, o que se assiste é o início de uma grande oscilação política da qual participam, de um lado, segmentos que estiveram juntos na campanha e, de outro, o próprio governo, este disposto a conseguir apoio para seus planos de redução do déficit público e da inflação. É o PT, com grau maior de responsabilidade, pois sustinhou ou liderando coligações, conquistou prefeituras de grandes cidades (São Paulo, Santos, Campinas, Vitória, Porto Alegre e Rio Grande, entre outras), quer definir logo uma linha de com-

portamento de seus prefeitos e fixar princípios gerais que norteiem a atividade das administrações petistas.

Preocupado no início, Sarney comentou com assessores, informalmente, que agora será mais fácil negociar com o PT porque o partido ampliou seu espaço no espectro político brasileiro. Mas seja com o PT ou com o PCa e o PDT, num primeiro momento o presidente adotará o caminho indireto da negociação. Antes de conversar com Lula Sarney quer ter um encontro com o deputado Flávio de Arruda Sampaio. A conversa com Brizola será precedida de encontro com Nel Moreira, também maranhense, amigo de Sarney e do ex-governador gaúcho. Com os comunistas já houve o primeiro contato, através de um telefonema de Sarney ao deputado pernambucano Roberto Freire.

É o PMDB de Ulysses Guimarães, como fica em toda essa costura? Parece cada vez mais distante. Não apenas por ter sido derrotado. É que se as relações dos peemedebistas com o presidente já eram ruins antes das eleições, elas agora caminham para o rompimento. Cautelosamente Ulysses evitou tocar no assunto nas breves entrevistas que concedeu depois do dia 16. Mas ele sabe que esse será o tema central da convenção nacional extraordinária do PMDB, cuja data poderá ser fixada na próxima semana.



01.01

8900837

98

F. B. C.

998

Jarbas Passarinho quer novo partido de centro

O resultado das eleições municipais, embora surpreendente, não vai alterar o quadro partidário do País, no entender do presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (Pará), porque não há condições de tempo para isso. O senador lembrou que pouco antes do término dos trabalhos da Constituinte, chegou-se a pensar, com base na experiência do Centrão, em se criar um novo partido que congregasse as forças moderadas e de centro.

Mas a idéia não pôde ser levada adiante devido à proximidade das eleições municipais. "Agora", disse, "uma iniciativa como essa é ainda mais difícil, pois não haveria tempo suficiente para se criar um novo partido, estruturá-lo em mais de quatro mil municípios em todo o País e vender sua sigla, como marketing, perante a opinião pública. Estamos já às vésperas do início da campanha presidencial".

Para o senador, é possível, no entanto, uma coligação de partidos que representem essas forças moderadas e de centro. "Seria uma obra de engenharia política muito difícil, mas possível", assinalou. Por sua vez, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, demonstrou estar pensando nisso também. Ele entende que uma das consequências do resultado das eleições "será a reaglutinação das forças de centro em torno de um ideário de um programa mínimo, capaz de unir os partidos liberais, social-democratas e trabalhistas na disputa pela Presidência da República". Para Maciel, as eleições marcaram o fim do PMDB como partido hegemônico no país, que deverá, agora, repartir o seu espaço político com outras agremiações. (AE)

2 Hora 20/11/88

f80c

01 . 01

8900840

Sarney amenazado con juicio por corrupción gubernamental

BRASILIA, (Reuter y BPP). — Una investigación parlamentaria sobre denuncias de corrupción gubernamental dejó ayer al presidente José Sarney ante la amenaza de un juicio de responsabilidades sin precedentes en la historia política brasileña.

Pero distintas fuentes consideraron "improbable" que el mandatario llegue hasta el banquillo de los acusados con el riesgo de perder el mandato que deberá ejercer hasta marzo de 1990.

Una comisión legislativa que investiga desde febrero múltiples denuncias sobre corrupción gubernamental aprobó anoche el informe de su relator, que recomendó encuadrar a Sarney y cuatro de sus ministros en un juicio de responsabilidades.

La investigación sindicó a otras 27 personas de distintos delitos administrativos y atribuyó al presidente y sus ministros de Hacienda, Planeamiento, Transportes y Comunicaciones presunta responsabilidad en autorizaciones irregulares para asigna-

ción de fondos públicos y pago de reajustes ilegales a empresas privadas que suministran servicios al Estado, entre otros cargos.

Voceros presidenciales mantuvieron ayer absoluto silencio ante consultas sobre la decisión de la comisión investigadora del Senado, de 12 miembros.

Anoche, el ministro jefe del Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, se limitó a declarar que el presidente "no merece" la amenaza de un juicio de responsabilidades debido a "los servicios que está prestando a la nación".

El pronunciamiento de la comisión del Senado, en tanto, tropezó ayer con primeras observaciones parlamentarias que anticipan un tortuoso trámite burocrático de debates y eventuales votaciones en otras comisiones internas y las dos cámaras del Congreso Nacional.

El presidente de la comisión investigadora, José Ignacio Ferreira, declaró que el informe con la recomendación del juicio pasará automáticamente a manos del procurador general de la República para la adopción de las medidas legales pertinentes.

Pero legisladores de distintos partidos dijeron que el informe deberá pasar previamente por una votación del plenario del Senado —de 72 miembros— para, en caso de ser aprobado por mayoría absoluta, recién avanzar a la instancia del ministerio público.

Covas candidato centrista

Desde San Pablo se informó que la candidatura a la presidencia de Brasil del senador Mario Covas es un paso que puede afirmar como hombre capaz de disputarle a la izquierda la elección presidencial de 1989, comentó ayer la prensa brasileña.

01.01

EL DIA 2/12/88

8900841

088

F. Soc.
(P. 1)

98

f. 8a.

23/11/68

Brasil

JORNAL DO BRASIL

Figueiredo e Newton Cruz felicitam Bolsonaro

João Cerqueira

General pede que capitão agora use outras armas

Florência Costa

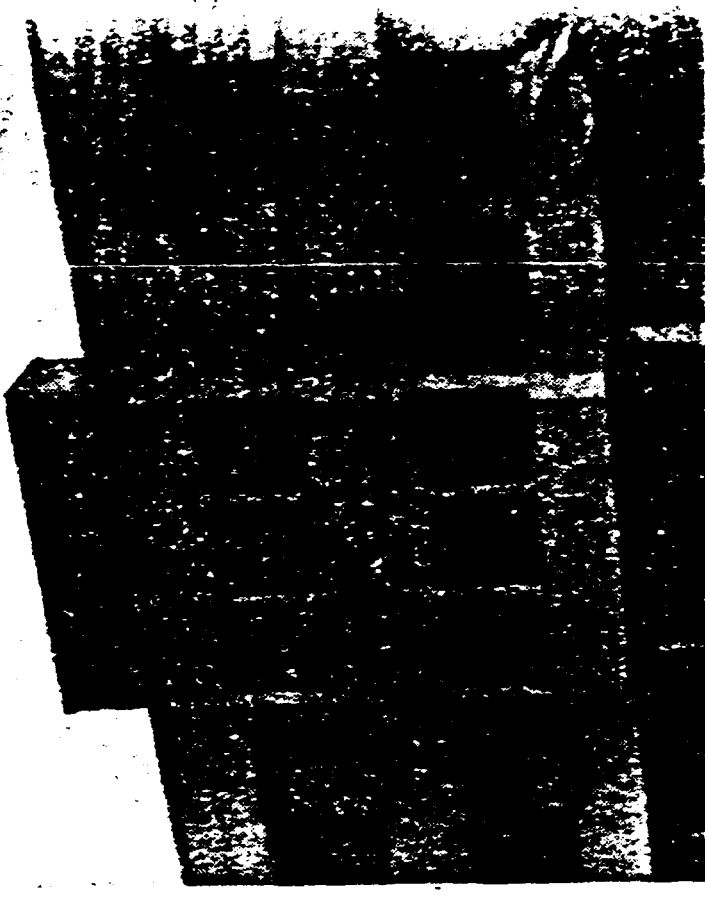
Pelo menos dois generais gostaram da eleição do capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro (PDC, 11.062 votos) para vereador do Rio: o general da reserva Newton Cruz e o ex-presidente João Baptista Figueiredo. O primeiro vai ser, inclusive, "padrinho" de Bolsonaro no dia da posse, 1º de janeiro. Figueiredo — que Bolsonaro conheceu depois de ter deixado a Presidência da República, e chegou até a visitá-lo no sítio do Dragão, em Petrópolis — mandou-lhe um recado, através de um amigo de Bolsonaro, parabenizando-o pela eleição.

Jair Bolsonaro — acusado de ter planejado, no ano passado, a operação Beco sem saída, um plano de explosão de bombas em quartéis do Rio, num protesto contra os baixos salários da tropa — recebeu ainda um telegrama do general Newton Cruz: "Felicitos prezado amigo brilhante eleição. Espeto vê-lo continuar mesma luta com outras armas. Abraços."

serviço de alguns setores do Exército". Sorridente, o capitão — que agora passará para a reserva remunerada do Exército, recebendo cerca de Cr\$ 300 mil por mês, aos quais acrescentará os vencimentos de vereador — curte o postinho da vitória: "Fui submetido ao julgamento das urnas e fui aprovado. Não gosto da idéia de sair do Exército, mas, pelo menos, estou ganhando liberdade para expressar o que eu penso. Esse foi o maior prêmio da minha eleição."

Disciplina — A moralidade da Câmara Municipal é uma das suas maiores preocupações. Revoltado com o empreguismo que caracteriza o Legislativo Municipal, Bolsonaro pretende unificar-se aos vereadores que estão dispostos a acabar com as mordomias e com os funcionários fantasmas: "Os novos vereadores têm que começar pelo próprio gabinete. Acho um absurdo que cada um tenha a seu dispor 18 assessores. Minha primeira atitude na Câmara será elaborar um projeto que diminua em 50% o número de assessores dos vereadores."

O futuro líder do PDC — o outro vereador eleito do partido é o militar da reserva Ivanir de Mello, com 5.639 votos — adianta que não pretende dificultar em nada a gestão do prefeito eleito Marcello Alencar, do PDT: "Marcello nem precisará me pedir



01.02

8900842

Prêmio — O capitão — que em junho deste ano foi julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar — é muito grato ao general Newton Cruz: "Em todos os momentos difíceis de minha vida, ele esteve ao meu lado." Quando Bolsonaro foi preso, no 8º GAC (Grupo de Artilharia de Campanha, onde serviu de 83 a 86), por ter publicado em setembro de 86 um artigo na revista *Veja*, no qual protestava contra os baixos salários dos militares, o general chegou até a mandar-lhe um telegrama:

"Na qualidade de general de reserva, cidadão e político, expresso meu acordo e minha tristeza com as dificuldades econômicas a que estão submetidos os militares relatados em seu artigo na *Veja*. A grandeza e os sacrifícios da vida do soldado exigem tratamento condigno. Espero que, neste caso, os chefes militares e o comandante supremo das Forças Armadas, sensibilizados para o problema, adotem urgentes providências administrativas que o caso requer".

A maioria dos 11.062 votos de Bolsonaro, segundo ele, foi de militares. Ele ficou na 16ª colocação geral, depois de uma campanha marcada, segundo conta, "por muitas perseguições", atribuídas por ele mesmo "à comunidade de informações do Exército", como são denominados os órgãos encarregados de investigar a vida dos cidadãos. A comunidade, diz Bolsonaro, "trabalhou a

apoio a seus projetos porque ele o fez, desde que sejam projetos do interesse da população do Rio." Na semana passada, Bolsonaro esteve na Câmara, fazendo um "reconhecimento do terreno", como disse. Não teve boa impressão: "Vi muita gente lotada nos gabinetes e muita sujeira também". Além do mais, saiu frustrado. Aconteceu a rígida disciplina militar e pouco familiarizado com a prática legislativa, Bolsonaro foi atrás de normas regimentais que pautassem sua atuação de vereador. Não achou nada e ficou decepcionado.

O grande sonho do capitão é tornar-se deputado federal, "para poder lutar por algumas reivindicações elementares da tropa". Segundo ele, a mais urgente medida seria a criação de uma lei de promoção de subtenentes e sargentos. "Eles ficam numa situação indefinida, o que prejudica o profissionalismo desses militares, que não podem fazer planos de suas carreiras, como acontece com os oficiais. A promoção desses militares fica subordinada aos conceitos de seus superiores. Conceitos subjetivos que, muitas vezes, não correspondem à verdade." Além disso, Bolsonaro defende maior liberdade de expressão para o militar, que hoje é proibido de se manifestar sem ordem de seu superior: "Vivemos numa democracia, onde os militares deveriam ter maior participação na política, já que estamos subordinados à política".



Bolsonaro: maior liberdade de expressão para o militar

02.02

8900842

El gobierno brasileño amenaza sancionar a empresarios que no cumplan el pacto social

BRASILIA, (DPA, Reuters). — El gobierno brasileño actuará "de forma más dura" contra los sectores empresariales que no respeten el acuerdo que fija el 25 por ciento como máximo de los reajustes de precios a lo largo del mes de diciembre, según anunció en Brasilia el jefe del Gabinete Civil de la Presidencia, ministro Ronaldo Costa Couto.

El acuerdo, firmado a comienzos de este mes entre representantes de empresarios, trabajadores y del gobierno, fijaba en un 26,5 por ciento el índice máximo para el reajuste de precios y tarifas públicas en noviembre y fue considerado exitoso por el gobierno.

Según Costa Couto, los límites de reajuste fijados por el pacto están siendo generalmente respetados, pero algunos sectores ligados a la Federación de Industrias del Estado de San Pablo (FIESP) se negaron a obedecer las metas del acuerdo.

"El gobierno podrá examinar para esos sectores la medida que se merecen, como la tabulación de precios y eventualmente la creación de una legislación para los crímenes contra la economía popular", dijo el ministro.

Primeros logros

Un pacto social tripartito logró en noviembre su objetivo de eludir la calamitosa amenaza de una hiperinflación en Brasil, dijeron ayer distintas fuentes.

Pero el gobierno advirtió simultáneamente que los riesgos subsisten por la existencia de "delincuentes económicos", que se propone combatir rigurosamente.

El Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) estableció anoche en 26,9 por ciento la inflación de noviembre, un índice apenas superior al 26,5 por ciento que prefijaron empresarios, trabajadores y gobierno al suscribir un pacto social a principios de mes.

Los tres sectores resolvieron controlar con alzas topes mensuales los precios y tarifas de 94 productos y servicios esenciales en un acuerdo antinflacionario sin precedentes en la historia económica brasileña.

La inflación habría alcanzado —sin el pacto— un 35 por ciento en noviembre, dijo ayer a una retransmisión el ministro jefe del gabinete civil, Ronaldo

Costa Couto, principal representante gubernamental ante el acuerdo.

La inflación brasileña acumuló en noviembre un alza anual de 816 por ciento y del 702,5 por ciento desde enero, según los datos de IBGE.

El pacto social prefijó para diciembre una inflación máxima del 25 por ciento y el gobierno lanzó hoy duras advertencias para hacer cumplir ese objetivo, anticipándose a la temporada de altas compras de fin de año y a las consiguientes subas especulativas de los precios.

El ministro Costa Couto dijo que el gobierno del presidente José Sarney combatirá drásticamente a "los enemigos del pacto" y anunció el estudio de un proyecto de ley para castigar ejemplarmente "la delincuencia económica".

Pero la supervivencia del pacto social estaba también amenazada por recientes normas constitucionales que transfirieron al Poder Legislativo la atribución de fijar para el país un salario mínimo "capaz de atender las necesidades vitales básicas del trabajador y su familia, con reajustes periódicos que preserven su poder adquisitivo".

EL DIA 1/12/88

01.01

8900843

Covas e Jânio

Os

A sucessão presidencial está valorizando os políticos paulistas, com a exceção do nome de Leonel Brizola, já candidato declarado. Mas entre os valores que estão gerando indagações se situam Mário Covas e Jânio Quadros, sobretudo depois dos resultados eleitorais de 15 de novembro. O primeiro porque pode beneficiar-se do enfraquecimento peemedebista, e Jânio por polêmicas que acabará travando com o PT paulista, além de articulações que em torno dele sempre existiram. Covas tem reconhecidas aspirações, desde que evitou, de todas as formas, participar da sucessão municipal com a renúncia de Franco Montoro. Jânio mantém o mistério da aceitação, ora insinuando que aceita, ora repelindo a hipótese, mas sempre se mantendo em evidência. A situação do senador Covas está ligada, segundo algumas fontes, às evoluções no PMDB, de onde saiu há pouco para formar o PSDB. Se os peemedebistas conseguirem dar a volta por cima e encontrar saídas internas, as chances de Covas ou mesmo de Franco Montoro ficam enfraquecidas. Uma reformulação programática e a esperada auto-crítica partidária, no entanto, podem aproximar peemedebistas históricos dos líderes do PSDB, afastando Ulysses Guimarães da disputa. O contrário exigirá uma estratégia muito forte dos liderados de Ulysses. Existe um grupo, ligado a Covas, que aposta numa revisão no PMDB e chega até a pensar numa aliança ou integração do tipo PP. Como no caso anterior, dizem, o candidato poderia sair da antiga dissidência.

Jânio

O caso de Jânio é diferente. Ele sabe que o centro e a centro-direita não têm candidatos prontos. Admite a candidatura, mas não proclama. Ao mesmo tempo, prefere ser buscado do que apresentar-se, e vai ganhando tempo. Jânio tem a noção exata do tempo, não esquece que, apesar de candidato natural em 1960, aguardou a rendição da UDN, que como grande e derrotado partido nacional, preferiu apostar nele, depois de três insucessos na caminhada rumo à Presidência. Agora, ele pode despontar novamente como uma solução e ganha tempo. Parece estar jogando com as forças políticas com as quais se identifica, esperando que elas venham a ele como a solução.

Vice

A síndrome da Vice-Presidência está nos exames de situação dos partidos políticos. Eles não esquecem Café Filho, Jango, Pedro Aleixo e muito menos José Sarney. Por isso a preocupação e o interesse na composição de uma chapa na qual o segundo nome esteja afinado politicamente e possa vir a ocupar, sem maiores problemas, o cargo. O candidato a Vice não preencherá um espaço em função apenas de composições políticas. Esta é uma posição que a maioria das lideranças partidárias começa a adotar nessas preliminares. A outra é a lição dos últimos pleitos, especialmente o de 1968. Os candidatos devem buscar fórmulas que não saquem, desgastem e nem se desacreditem. Afinal, o desencanto popular foi demonstrado nas urnas. Por isso, o momento de definição de candidaturas pode não ser tão exigente. Os meios de comunicação existentes, especialmente a televisão, serão capazes de projetar uma candidatura num tempo razoável. Nem demais e nem de menos. No encontro dessa dose pode estar um dos segredos de uma boa campanha. Além, é claro, de todos os ingredientes que incluem plataformas, compromissos e identificação com o eleitorado, entre outros.

Carlos Fehlbeg

8900845

As Propostas do Orçamento

Proposta original do governo apresentada no projeto de orçamento	Proposta da Comissão de Orçamento	Contra-proposta do governo
* Pagamento de 25% da dívida vencida e a vencer em 1989.	* Rolagem da dívida vencida e pagamento de percentuais diferenciados da dívida a vencer.	* Pagamento dos juros das dívidas vencidas e a vencer.
* Geração de uma receita para a União de Cr\$ 580 bilhões.	* Geração de uma receita para a União de Cr\$ 70 bilhões.	* Geração de uma receita para a União de Cr\$ 340 bilhões.
* Superávit previsto nas contas do governo de 0,07%.	* Pressão sobre o déficit de 0,8 a 1%.	* Pressão sobre o déficit de 0,4%.

Governo sugere que os Estados só paguem juros

BRASÍLIA — O governo federal apresentou, durante a reunião na noite de sábado com os membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, uma proposta para rolagem das dívidas externas dos estados, o que seria o desfecho das negociações. A sugestão é que sejam pagos apenas os juros dos débitos vencidos e a vencer no próximo ano, rolando-se o principal.

A proposta não é nova e já foi recusada pelos secretários de Fazenda de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará, em reunião com o ministro João Batista de Abreu, na última quarta-feira. Os governadores dos principais estados devedores — Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul — foram consultados durante a madrugada e, da parte de Orestes Quêrcia, pelo menos, havia resistência.

Pela proposta do projeto original do Orçamento Geral da União, que previa o pagamento pelos estados e municípios de 25% do principal e dos juros das dívidas vencidas e a vencer, a receita resultante para a União seria de Cr\$ 580 bilhões. Pela sugestão da comissão de orçamento — rolagem de toda a dívida vencida e pagamento de percentuais diferenciados da dívida a vencer, conforme o débito de cada estado e município — a receita cairia para Cr\$ 70 bilhões, aumentando o déficit em 0,8 a 1% do PIB. A contra-proposta do governo é intermediária e possibilitaria uma receita para a União de aproximadamente Cr\$ 340 bilhões, zerando uma pressão adicional sobre o déficit de 0,4%.

Madrugada — "Será uma reunião para enfiar gelo", definiu um membro da comissão. Outro, depois de um almoço na casa do presidente do PMDB, informava que a própria comissão, além do governador Quêrcia, não nutria simpatia pela contra-proposta do governo. A reunião de sábado à noite, na casa do ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, se estendeu até as 3h30 da madrugada e recomeçou às 16 horas de ontem, depois que o presidente da comissão, deputado Cid Carvalho, o relator, senador Almir Gabriel, e o deputado Genebaldo Corrêa, almoçaram na casa de Ulysses.

Quando os parlamentares chegaram à casa de Costa Couto, para a segunda etapa das discussões, encontraram lá o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. As 16h25 passaram pelo portão da casa de Costa Couto, em um táxi, os secretários da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, e do Rio de Janeiro, Antônio Cláudio Sochaczewsky.



Carvalho (dir.) Correa e Gabriel passaram o dia negociando

Vinte minutos depois saiu o ministro do Planejamento, que não tem um bom relacionamento com os secretários. Passou rápido e negou-se a dar entrevista.

Desindexação — Além da rolagem das dívidas estaduais e municipais, a reunião destinava-se a discutir outra fonte de pressão sobre o déficit público — as emendas parlamentares que, atendendo aos lobbies de vários ministérios, recompunham despesas que a Operação Desmonte eliminou ou reduziu, notadamente nas áreas de Transporte, Agricultura e Educação. Estas emendas, segundo o deputado Genebaldo Corrêa, representam 80% das 2.700 apresentadas, aproximadamente. "O governo teme o déficit e a hiperinflação", explicava Cid Carvalho.

O senador Almir Gabriel confirmou sua vontade e de boa parte dos membros da comissão de desindexar o orçamento. Com essa decisão, os parlamentares vão manter o direito do governo de pedir créditos suplementares, conforme prevê o projeto-de-lei orçamentário. O que eles estão discutindo é o percentual limite, definido pelo projeto do governo em 25% das operações de crédito orçamentadas. O novo percentual só será anunciado após a atualização dos preços do orçamento — de junho para dezembro — e a projeção da inflação para 1989.

João Batista 29/11/88

028



Freire acha fácil debater com Brizola na TV

PCB lança seu candidato

**Partidão disputa
Presidência com
Roberto Freire**

BRASÍLIA — Quarenta e quatro anos depois de ter disputado a sua única eleição presidencial, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) decidiu sair à procura do tempo perdido e vai ser a primeira legenda a lançar oficialmente um candidato à sucessão do presidente José Sarney. Há apenas três anos atuando na legalidade — o *partidão* foi declarado ilegal em 1947, no governo do presidente Dutra — os comunistas vão lançar no dia 7 de janeiro o seu líder na Câmara, deputado Roberto Freire, para enfrentar a campanha eleitoral.

"Vai ser uma candidatura de oposição, no campo da esquerda, e com o espírito da *glasnost*", define Freire, um veterano parlamentar que não teme enfrentar na eleição figuras como Ulysses Guimarães ou Leonel Brizola. Antecipando-se à oportunidade inédita que o PCB terá de se apresentar na televisão com um programa para o país confrontado com o dos outros partidos, Roberto Freire deixa escapar uma previsão: "Debater na televisão com estes candidatos vai ser uma barbada. Pode até não dar voto nenhum, mas vai ser fácil", diz o candidato comunista, considerado um político charmoso que costuma

causar suspiros ao eleitorado feminino.

O PCB não pretende aliar-se a qualquer outro partido no primeiro turno das eleições, deixando para o segundo turno, quando disputarão somente dois candidatos, a possibilidade de formar uma frente de esquerda. "A existência do primeiro turno justifica que quem tenha um programa e uma concepção política se apresente ao eleitorado. Isso ajuda o eleitor a definir as melhores opções, e praticamente define de antemão as alianças do segundo turno", diz Roberto Freire.

Na única eleição que o *partidão* enfrentou na legalidade, em 1946, o candidato do PCB, Yedo Fiúza, não conseguiu chegar aos 10% dos votos. É uma meta que os comunistas pretendem ultrapassar agora: nunca houve na história política brasileira, uma convivência tão estreita dos comunistas com setores a eles resistentes, como os militares, por exemplo. Além do próprio Roberto Freire, que viajou no avião do presidente da República na recente de Sarney viagem à Moscou, ontem houve um fato inédito que foi a ida de um líder comunista à Polícia Federal sem ser como preso político: o presidente do PCB de Brasília, Carlos Alberto Torres, foi, como convidado, fazer uma palestra para delegados da PF na capital.

2 de Janeiro de 1988

f. 102

097

A reação do Brasil

A nota divulgada pelo Itamaraty é a seguinte:

"O Brasil tomou conhecimento, com preocupação, da notícia que o governo dos Estados Unidos negou visto de entrada ao senhor Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina, que pretende dirigir-se à Assembleia Geral das Nações Unidas.

Como se sabe, pela resolução 3237, da 29ª Assembleia Geral (1974), a OLP tem o status de observador junto às Nações Unidas e goza dos direitos decorrentes. A colocação de obstáculos para que seu dirigente possa falar perante a Assembleia Geral atenta não somente contra os direitos dos observadores, mas contra a liberdade de expressão no foro máximo internacional, que é de sua essência.

O governo brasileiro não pode senão lamentar a decisão de negar visto ao líder palestino e expressar sua esperança de que essa decisão seja revista para adequar-se aos compromissos jurídicos assumidos pelo país-sede."

Europa, URSS e árabes condenam veto dos EUA

AMA — Diversos países manifestaram descontentamento e repulsa em relação a atitude americana de negar o visto de entrada ao líder da OLP, Yasser Arafat, que iria discursar na Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. A União Soviética afirmou que o gesto viola o pacto de 1947 que estabeleceu a sede da ONU nos Estados Unidos e qualificou a decisão como "um passo ilegal e não construtivo". O Egito disse que a decisão americana coloca em dúvida a disposição dos EUA de atingir a paz no Oriente Médio. Também a Holanda, França, Itália e Bélgica lamentaram a falta de compreensão e criticaram abertamente a posição americana.

Arafat saudou as manifestações de apoio do mundo árabe, da Comunidade Económica Europeia e de outros países europeus, declarando: "Apesar de termos levantado o ramo de oliva, eu tenho bastante coragem e habilidade para convocar uma outra sessão do CNP (Conselho Nacional Palestino - Parlamento no exílio).

A agência de notícias jordaniana Petra informou que o rei Hussein da Jordânia telefonou ao presidente egípcio, Hosni Mubarak, e ambos concordaram em tentar transferir a sessão da Assembleia Geral da ONU para Genebra, na Suíça. Um porta-voz do governo suíço informou que as autoridades não receberam até o momento qualquer solicitação de visto por parte de Arafat, mas disse que não haverá nenhuma objeção.

☐ Em Brasília, o representante da Organização para a Libertação da Palestina, Farid Sawan, reagiu energeticamente à decisão americana afirmando: "A postura dos Estados Unidos está alinhada à dos fanáticos religiosos de Israel. O secretário de Estado americano, George Shultz, coordena a política de radicalização e de conflito."

S. do Brasil 29/11/88

F. Por EXT.

Maluf não desiste. Agora quer unir direita contra PT e PDT

Ana Maria Tahan

SÃO PAULO — O PDS não chora mais a perda da maior prefeitura do país. A reação inicial de surpresa com a vitória do PT e o anúncio do reinado de Luiza Erundina na capital de São Paulo começa a ser substituídos por uma nova esperança: a conquista definitiva do eleitorado de centro, nas eleições presidenciais de 1989. O caminho já vem sendo delineado. O PDS vai adotar, desde agora, uma nova postura, repisando na ideologia, marcando a oposição de porta-voz do "centro progressista", bradando pela defesa da livre iniciativa. O partido se prepara reanimado para o embate do próximo ano disposto a se contrapor como a melhor alternativa para as bandeiras da esquerda, disputadas com avidez pelo PT do deputado Luis Ignácio Lula da Silva e o PDT do ex-governador Igonel Brizola.

"O PDS é o único partido de centro que vai ressurgir em São Paulo", consegue animar-se o derrotado Paulo Maluf, destruído sobre os números revelados pelas urnas abertas no estado. "Nós recebemos pouco mais de 6 milhões de votos no interior", contabiliza o presidente regional, empresário Roberto Paulo Richter. "Isto, somado com os da capital, dá 7 milhões e 500 mil votos para o PDS, ou seja, 15% da votação total do Brasil". O próprio Maluf completa o raciocínio: "Só os meus 1 milhão e 250 mil votos na capital representam o dobro do número de votos de qualquer outro prefeito vitorioso nas capitais brasileiras. É mais do que o Pimenta da Veiga terá em Belo Horizonte e o Marcello Alencar no Rio de Janeiro".

Arma do PDS — Tantos números não são jogados à toa sobre a mesa. Eles serão a arma que o PDS de São Paulo levará para a reunião da Executiva Nacional do partido, marcada para próxima quarta-feira em Brasília. Um encontro em que o PDS pretende debater o futuro, peneirar os resultados finais das eleições municipais e medir o potencial de sua municipalidade para a campanha de 1989. Maluf, Richter, o deputado Delfim Neto e o professor Heitor de Aquino, ex-secretário particular do presidente João Figueiredo, sonham em unir os vários partidos de centro para disputar a sucessão do presidente José Sarney.

"Eu me proponho", adianta-se Maluf, "a dar as mãos para antigos adversários pensando no interesse do Brasil. Afinal, a eleição municipal de 1988 foi um alerta. Ou cada um de nós, e não vou citar qualquer nome, abandona suas ambições ou corremos o risco de atrasarmos o Brasil 50 anos".

Maluf não cita nomes, mas vários de seus amigos mais próximos adiantam que ele se prepara para uma nova cruzada: procurar o PFL, o PL, o PTB, o PDC, outras legendas mais à direita e até a



Maluf pensa em chegar ao Planalto, apesar de três derrotas

UDR, União Democrática Ruralista, para propor uma coligação antecipada na disputa presidencial. Derrotado nas três últimas eleições que enfrentou - a Presidência da República, em 1985, o governo do Estado, em 1986, e agora a Prefeitura da capital - Maluf se convenceu que estes partidos precisam, desde agora, assumir uma nova linguagem, marcadamente ideológica, para ganhar espaços junto ao eleitorado, em 1989, torcendo pela manutenção da divisão entre o PT e o PDT.

Identificação — O presidente regional do PDS, um dos mais próximos amigos de Maluf, Roberto Paulo Richter, acredita que vários partidos de centro têm programas idênticos e não há sentido em se manter agora esta divisão, diante do crescimento da esquerda nas eleições municipais deste ano. "A maioria dos partidos de centro defende a livre iniciativa, com a diminuição do poder do Executivo. Esta deve ser uma bandeira comum, desfraldada por todos nós juntos. Por que não?"

Maluf vai começar a articular sua agenda de contatos partidários. Cuidadoso, em nenhum momento deixa escapar sua intenção de reunir todos em torno de uma candidatura única: a sua. Mas imagina um perfil para o candidato do centro, aliás um perfil bem parecido com o retrato que faz de si mesmo:

"Vamos encontrar um homem de centro, otimista, que pense como Juscelino Kubstich e tenha a autoridade de Margaret Thatcher".

Mesmo que sua proposta de coligação não vingue, Maluf espera conseguir sozinho convencer a Executiva Nacional e lideranças regionais a adotarem a postura que, imagina, o partido deve ter. "Temos que assumir a defesa de tudo aquilo que representa as aspirações do povo brasileiro: direito ao trabalho, ao emprego, o progresso por meios pacíficos e com segurança na rua, o direito a propriedade, à educação e à saúde pública. Este é o caminho que temos que assumir com veemência".

Assumir o poder em Brasília é o sonho do qual ele não desiste. A tal ponto que também já vem elaborando o discurso de campanha para o próximo ano. "Brizola foi o grande derrotado em São Paulo. Não elegeu sequer um vereador. O PT no poder será a desgraça deste país, com suas propostas estatizantes. A solução dos problemas brasileiros passa pela ampliação do mercado de trabalho, pela entrada de investimentos estrangeiros. O Brasil precisa de modernidade. Não pode se dar ao luxo de experimentar alguns anáforas que o levarão de volta à idade da Pedra e só depois verificar que o regime é ruim".

As derrotas de um candidato incansável

Eleição para presidente da República em 1985		
Candidato	Votos	Porcentagem
Tancredo Neves	480	69%
Paulo Maluf	180	28%
Eleição para governador em 1986		
Candidato	Votos	Porcentagem
Orestes Quêrcia	5.578.795	36.10%
Paulo Maluf	2.688.425	17.27%
Eleição para prefeito em 1988 *		
Candidato	Votos	Porcentagem
Luiza Erundina	1.600.000	30.00%
Paulo Maluf	1.350.800	24.99%
* (projeção)		

958

Os resultados no País

ARACAJU	Wilson Melo (PDT-PSD-PCB-PSD-PFL)	32.841
Luiz Melo (POC-PMG-PJ-Passant)	44.247	
Wellington Pádua (PSB-PSDB-PDT-PC do B)	78.684	
BELEM	Fernando Velasco (PMDB)	7.242
Sérgio Karian (PTB-PFL-PSD)	85.724	
BELO HORIZONTE	Virgílio Guimarães (PT)	188.177
Pimenta da Veiga (PSDB-PL-PDT-PCB-PC do B-PFL)	291.603	
BOA VISTA	Breno Santo (PFL)	8.373
Otonário de Sousa Pinho (PMDB-PC-PDT-PTB)	8.243	
BO DE JANEIRO	Marcos Alencar (PDT-Passant-PCN-PSC-PTN-PNAB)	885.741
Álvares Vello (PL)	310.357	
João Callegari (PMDB-PFL)	91.288	
Arthur de Távola (PSDB-PC do B)	121.785	
Jorge Bizar (PT)	310.387	
SÃO PAULO	Paulo Salim Mafud (PSD)	845.945
João Cavalcanti Leite (PMDB)	473.652	
Luiz Erundino (PT)	1.107.583	
SALVADOR	Fernando José (PMDB)	85.317
Manoel Castro (PFL-PSD-PTB-PL)	27.485	
Vergílio Sampaio (PSDB-PC do B-PMB-PSDB)	82.284	
MACAÉ	Renan Calheiros (PDT-PTB-PMDB-PMG-PSC-PC do B-PMB-PTB-PJ-PSDB)	35.922
Guthrie Patricio (PFL)	41.082	
MANAUS	Gilberto Martins (PMDB-PFL-PDC)	25.632
Artur Neto (PSB-PSDB)	32.087	
MACAPÁ	Mário Agostinho Pinheiro (PFL)	2.538
João Alberto Capistrano (PSB-PSDB)	4.288	
FORTALEZA	Ciro Faria Gomes (PMDB-PMG)	91.538
Edson Silva (PDT-PC do B)	88.744	
BOATÁ	Humberto Alves (PMDB-PTB-PC)	28.135
GOLÂNEA	Mon Albarves (PMDB-PCB)	87.251
Pedro Wilson (PT-PV-PH)	80.089	
CURUÁ	Roberto Franco (PTB)	19.180
Frederico Campos (PFL)	25.188	
CURITIBA	Maurício Frazat (PMDB-PCB-PC do B-PJ-PSB-PSD)	174.443
João Lemos (PDT)	261.536	
CAMPUS GRANDE	Pádua Barbosa Martins (PMDB-PSDB-PDT-PCB)	42.882
Luiz Coutinho (PTB-PFL-PSD-PMA-PMB)	188.471	
RECIFE	Marcos Cunha (PMDB-PMB-PTB)	88.657
João Francisco (PFL-PTB-PSD-PDC-PMG-PSC-Passant)	121.971	
FLORIANÓPOLIS	Esperidião Amin (PSD-PFL-PTB-PDC)	74.988
Sérgio Grande (PCB-PDT-PV-PSB-PSDB)	29.295	
TERESINA	Humberto Fortes (PMDB-PSB)	19.138
Myriam Perceira Nunes (PSD-PC do B-PCB-PDC)	9.481	
Adão Lira (PFL-PL)	15.991	
SÃO LUÍS	Jackson Lago (PDT-PCB-PC do B-PSB-PSDB-PMG)	14.054
Carlos Gutierrez (PMDB-PFL)	7.737	
VITÓRIA	Wilson Gomes (PFL-PSC-PMG)	22.282
Barrada de Moraes (PDT-PSD-PL)	7.785	
Vitor Buzar (PT-PC do B-PV-PSDB-PCB-PSB-PH)	29.724	
JOÃO PESSOA	Haroldo Lucena (PMDB-PCB)	16.338
Wilson Braga (PFL)	48.885	
João da Mata (POC-PL)	18.391	
PORTO VELHO	Chiquinho Eze (PTB-PFL-PSD)	13.748
Sérgio Carvalho (PMDB)	1.257	
João Guedes (PSDB-PJ-PC do B-PMB-PS-PCB)	9.877	
RIO BRANCO	Jorge Kaban (PSD)	19.182
Antônio Pires Miguéis (PMDB)	14.444	

311 18/11/88

F.P.C.

Brasil



Sarney: "Se ele pedir demissão, eu aceito"



Ivan Mendes, do SNI: o último adversário



O ministro Aureliano Chaves: após a movimentação...

O bolero de Aureliano

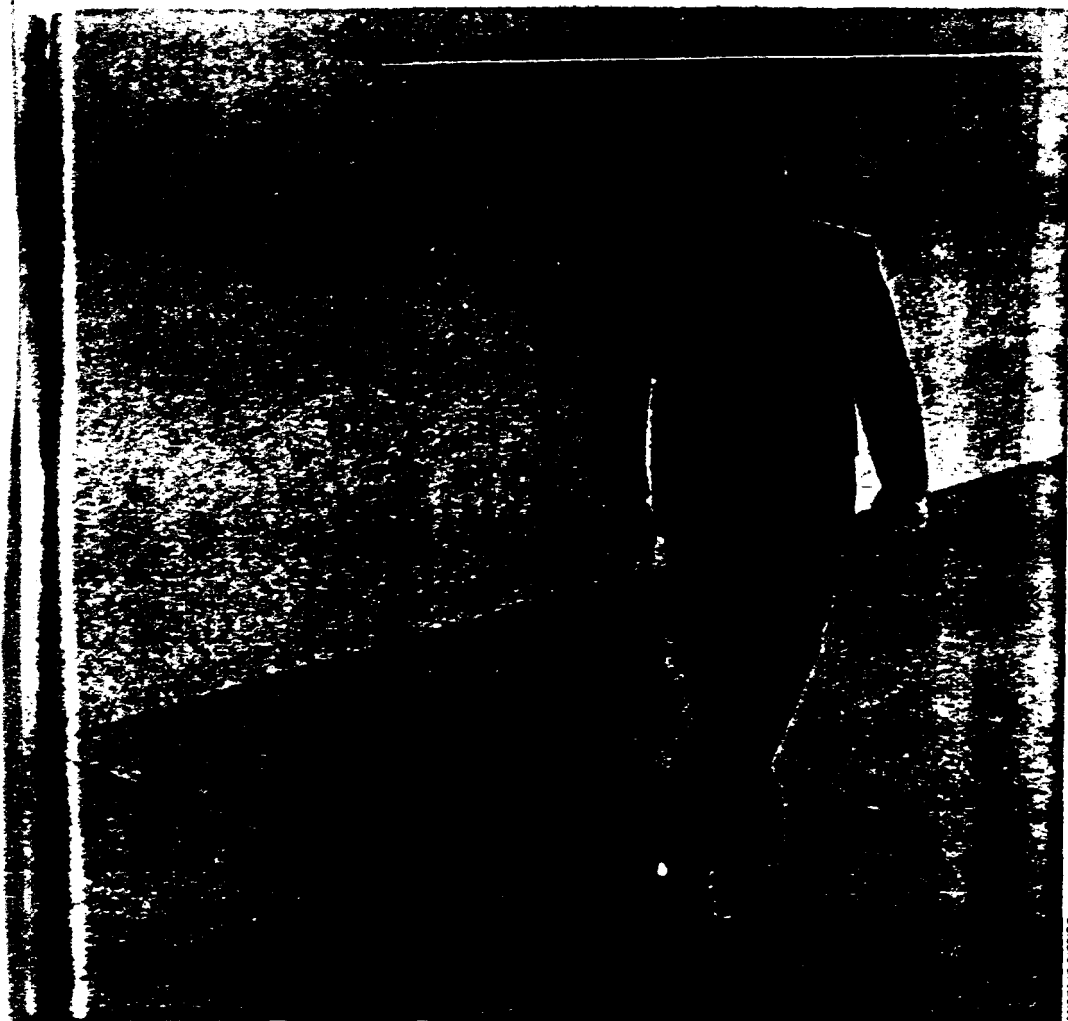
Depois de anunciar sua saída do governo em seis ocasiões, o ministro das Minas e Energia prepara sua demissão — a sério

Na semana passada, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, dava os últimos passos de uma conhecida dança dos bastidores políticos de Brasília — o bolero da sua demissão, que já foi executado em pelo menos seis ocasiões, desde o início do governo Sarney. Pela repetição desses passos, os inimigos de Aureliano já o apelidaram de "ministro Silvio Caldas" — o famoso se-resteiro carioca que se caracterizou pela quantidade de shows de despedida que já apresentou. Desta vez, contudo, o fim do espetáculo é apenas uma questão de dias — o tempo necessário para que o governo organize um teatro que permita ao PFL continuar no comando do Ministério das Minas e Energia e evite fechar as portas federais para os políticos da legenda de Aureliano.

"Deixar o governo agora, quando o presidente Sarney sofreu um desgaste incrível por causa da crise econômica, é puro oportunismo", critica o governador Antonio Carlos Valadares, de Sergipe, único representante do PFL num executivo estadual. "A renúncia de Aureliano não desencalha o barco do PFL", analisa a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Com seu porte de halterofilista e seu perfil de um caminhão FNM, o ministro Aureliano Chaves procura dar um significado óbvio a sua saída do governo — a partir de agora, ele pavimentará sua candidatura à Presidência da República. O lado mais discutível do passo final do seu bolero, contudo, refere-se ao tamanho de adesões que sua candidatura pode agrupar. Nas últimas eleições diretas que disputou, em 1970, Aureliano elegeu-se para a Câmara dos Deputados com 43 811 vo-

tos — o oitavo candidato da lista dos vitoriosos de Minas Gerais. Nas eleições de 15 de novembro, quando o PFL mineiro pegou carona no voo do tucano Pimenta da Veiga, do PSDB, à prefeitura de Belo Horizonte, o presidente de honra do PFL não subiu uma única vez no palanque, pois seus colegas de partido temiam que sua militância no governo Sarney retrasse votos do candidato que apoiava.

DERROTA TRIPLA — No resultado das eleições, o PFL ganhou a maioria das cidades de médio porte de Minas, mas Aureliano sofreu uma derrota tripla. Na sua cidade natal, Três Pontas, o ministro coligou-se com o candidato do governador Newton Cardoso, mas foi derrotado pelo PTB. Em Santana da Vargem, onde Aureliano tem sua fazenda, o PT ganhou a prefeitura. Fi-



...de sua demissão, o trabalho para pavimentar sua candidatura à Presidência

nalmente, em Itajubá, onde estudou Engenharia e deu aulas na faculdade local, venceu o candidato de Newton Cardoso. "Ele não ganha eleição porque não disputa", diz o deputado Maurício Pádua, do PMDB, que apoiou o candidato vitorioso em Três Pontas.

Na última segunda-feira, numa entrevista coletiva em Brasília, Aureliano anunciou que a sua "presença no governo já vai se esvaindo com naturalidade" e partiu para uma viagem por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por onde passou, o assunto era deixar o governo e o porquê. Na quarta-feira, durante o café da manhã, no Royal Palm Plaza Hotel, em Campinas, a 100 quilômetros de São Paulo, Aureliano explicou para amigos o motivo de sua saída. "Este governo não tem autoridade, como Figueiredo não teve", afirmou, com a tranquilidade de quem se lembra de João Figueiredo, de quem foi vice-presidente, para falar mal de Sarney, de quem era, ainda, ministro. "Quanto mais eu abreviar a minha saída, mais forte eu fico."

Em seu esforço para se tornar o candidato oficial do partido, Aureliano precisa ainda enfrentar várias batalhas. Uma delas se-

O presidente do PFL, Marco Maciel:
"Aureliano não é mais o candidato natural do partido"

rá contra o seu maior rival dentro da legenda, o presidente do PFL, Marco Maciel, que articula a candidatura do empresário Silvio Santos à Presidência da República, na esperança de ter encontrado nele a fórmula mágica para vencer as esquerdas no ano que vem. "Aureliano não é mais o candidato natural do partido", diz o senador Marco Maciel. "Ele perdeu a densidade eleitoral ao se apegar ao cargo", completa outro cacique do PFL, o senador Jor-



ge Bornhausen. Outra batalha foi criada pelo próprio ministro, que só aceita ser o candidato do partido depois de submeter o seu nome a uma prévia eleitoral entre os correligionários. "Se houvesse prévia hoje, Aureliano perderia para Silvio Santos", afirma o deputado Alceni Guerra, presidente do PFL paranaense. "Ele é um cheque sem fundos", definiu, certa ocasião, o governador Newton Cardoso.

Colorido por periódicos pedidos de demissão e acompanhado por brigas homéricas, o destino do ministro das Minas e Energia é o retrato de um governo esfrangalhado pelo pleito de 15 de novembro. Aureliano deixa o ministério porque quer ser presidente da República — já o deputado Ulysses Guimarães, que pode ser presidente sempre que Sarney viaja para o exterior, não quer assumir o cargo interinamente, pois tem medo de que isso possa machucar ainda mais suas movimentações eleitorais em 1989. Na semana passada, o governo completou 100 dias sem preencher a cadeira do ministro do Trabalho, não sabia quem iria para o Ministério das Minas e Energia e, quando se reuniu com os governadores do PMDB para debater a crise econômica, o resultado foi um desastre. Ao contrário do que ocorre nos tempos em que o PMDB ganhava as eleições, os governadores Orestes Quécia e Newton Cardoso saíram da reunião falando mal do presidente José Sarney, que também falou mal dos governadores do PMDB.

"FOI UM SOCO" — No governo Figueiredo, Aureliano Chaves era um vice-presidente que cultivava a fama de gostar mais de trabalhar que o titular, a tal ponto que sua pontualidade para dar audiências matinais no Planalto, quando Figueiredo se recuperava de uma operação de ponte de safena em Cleveland, chegou a irritar o ex-

presidente. No governo Sarney, contudo, o comportamento de Aureliano é outro. Dos últimos 72 dias, por exemplo, o ministro passou 49 em viagens longe de Brasília e apenas 23 na capital federal. No ano passado, sua folga de Carnaval durou vinte dias. Neste ano, o Carnaval de Aureliano foi de duas semanas. Recentemente, o presidente Sarney chegou a queixar-se de que Aureliano tomou-se um ministro problemático por uma razão acima de tudo física — dificilmente consegue encontrá-lo quando tem algum assunto para tratar com ele.

Ministro de 120 quilos, Aureliano tornou-se pesado demais para o governo e, como ele próprio definiu, sua presença foi-se esvaindo naturalmente. Do presidente José Sarney ele recebeu um golpe duro — a demissão de dois afilhados políticos: o presidente da Açominas, Manoel Braga, e o da Usiminas, Paulino Cicero. "Foi um soco no Aureliano", comentou, numa conversa com um grupo de deputados, o ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e do Comércio. Do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes, Aureliano ganhou, há quinze dias, outra tacada pesada. Enquanto o ministro das Minas e Energia negociava com sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores um reajuste salarial de 20% para os petroleiros em greve, o ministro Ivan de Souza Mendes fechava um acordo com Luiz Antônio de Medeiros, da Central Geral dos Trabalhadores, com um índice bem menor — 13%. Assim, a primeira fusão da CGT com o SNI resultou num fracasso para ambos, pois o governo, dias depois, entregou 15%

aos petroleiros. "Fui desrespeitado", queixou-se Aureliano, que enfrenta uma delicada convivência com outra fada do ministério, a área econômica. "Sempre tenho que me preparar psicologicamente quando trato de algum conflito com ele", revela o ministro da Fazenda, Maison da Nóbrega, adversário permanente de Aureliano em matéria de contenção de gastos — e de índices salariais: "O diálogo é sempre difícil", constata.

Dias atrás, quando foi informado por assessores que Aureliano ameaçava pedir de-

missão, o presidente José Sarney até gostou da ideia: "Se ele pedir demissão, eu aceito". No domingo 20, o ministro telefonou para o senador Guilherme Palmeira e deu o primeiro sinal de que, desta vez, sua saída deveria acontecer. "Amanhã estarei com Sarney no Palácio do Planalto", anunciou o ministro. "É possível que eu deixe o governo."

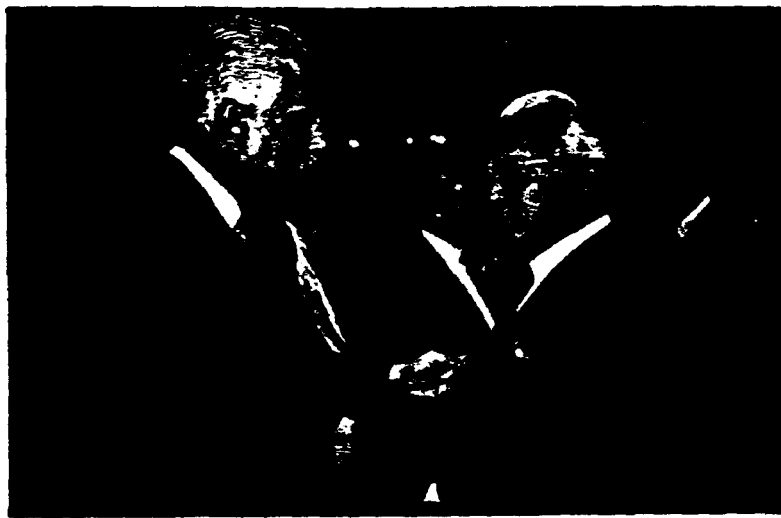
Na última segunda-feira, Aureliano chegou ao Palácio do Planalto ainda inseguro quanto a sua decisão de largar o cargo. Numa conversa que durou 45 minutos, ele dis-

Aureliano não sai do governo porque não consegue ficar 7 minutos fora do poder", diz o deputado Delfim Netto (PDS-SP). O ministro, na verdade, está no poder há 25 anos.

REFORMA MINISTERIAL — Na semana passada, havia uma suspeita capaz de dar nexo à lentidão com que Sarney resolve os problemas com ministros que demoram para sair, como Aureliano, ou que demoram para chegar, como o do Trabalho, por exemplo. E a possibilidade de que esteja em curso, na sua cabeça, uma reforma ministerial, pela qual o Planalto trataria de arrumar a casa para enfrentar a sucessão presidencial. Nessa reforma, não só o Trabalho e as Minas e Energia ganhariam um novo titular. É também possível que apareça um novo ministro da Justiça para o lugar de Paulo Brossard, e até se cogita, em Brasília, a extinção da Secretaria da Administração, medida que, se for posta em prática, indica a possibilidade de que Sarney leve seu amigo Aluizio Alves a um tribunal.

Nesse compasso, há peletistas que se movimentam como ministérios — é o caso de Ricardo Fuzza. Há outros que torcem para que Aureliano saia logo do governo, como José Lourenço, líder do partido na Câmara, para quem essa decisão ajudaria, pelo menos, a conter a revoada das fileiras do partido. "Com sua candidatura, poderíamos conter a migração para outras legendas", afirma José Lourenço, que assistiu, na semana passada, à dissidência de um bom trunfo do partido, o novo prefeito de João Pessoa, Wilson Braga, que se bandou para o PDT de Leonel Brizola. Quanto ao próprio Aureliano, deixar o ministé-

rio, agora, chega a ser uma novidade em sua carreira política. Em 1975, ele tornou-se governador de Minas Gerais — por via indireta. Quatro anos depois, virou vice-presidente de Figueiredo — graças ao Colégio Eleitoral dominado pelo PDS. Ganhou a pasta das Minas e Energia em 1985, no pacto que levou a chapa Tancredo-Sarney a derrotar Maluf. A ideia de disputar a Presidência indica que pelo menos um compasso de seu bolero pode ter acabado — o da vida política sem o respaldo das urnas. ●



Fuzza e Lourenço: preocupações com o cargo de Aureliano e o PFL



Ulysses Guimarães: sem tempo para ocupar a Presidência

se ao presidente José Sarney que não poderia mais ficar no governo, mas que também não poderia sair imediatamente, porque não gostaria de associar a sua demissão ao episódio dos petroleiros. No final da audiência, numa espécie de refrão do bolero da fisiologia, o ministro pediu ao presidente que devolvesse os cargos aos ex-presidentes da Açominas e da Usiminas. Ao longo da semana, quando Aureliano não havia anunciado oficialmente seu pedido de demissão, havia quem achasse que a dança vai continuar. "O

VOLTA REDONDA

A guerra estranha

Depois de enviar as tropas que mataram três operários, o governo recua na negociação com grevistas da CSN

Dentro de alguns anos, quando um pesquisador das lutas sociais no Brasil resolver se debruçar sobre os conflitos trabalhistas ocorridos no ano de 1988 irá deparar com uma greve bastante peculiar — a dos 22.000 metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda. A paralisação durou dezessete dias e foi marcada por uma tragédia — o assassinato de três operários por tropas do Exército, que ocuparam a usina logo depois que os operários cruzaram os braços. Na tarde da última quarta-feira, quando a greve terminou e os soldados foram embora em companhia de veículos blindados Urutu e Cascavel, descobriu-se que a paralisação alcançou um resultado surpreendente.

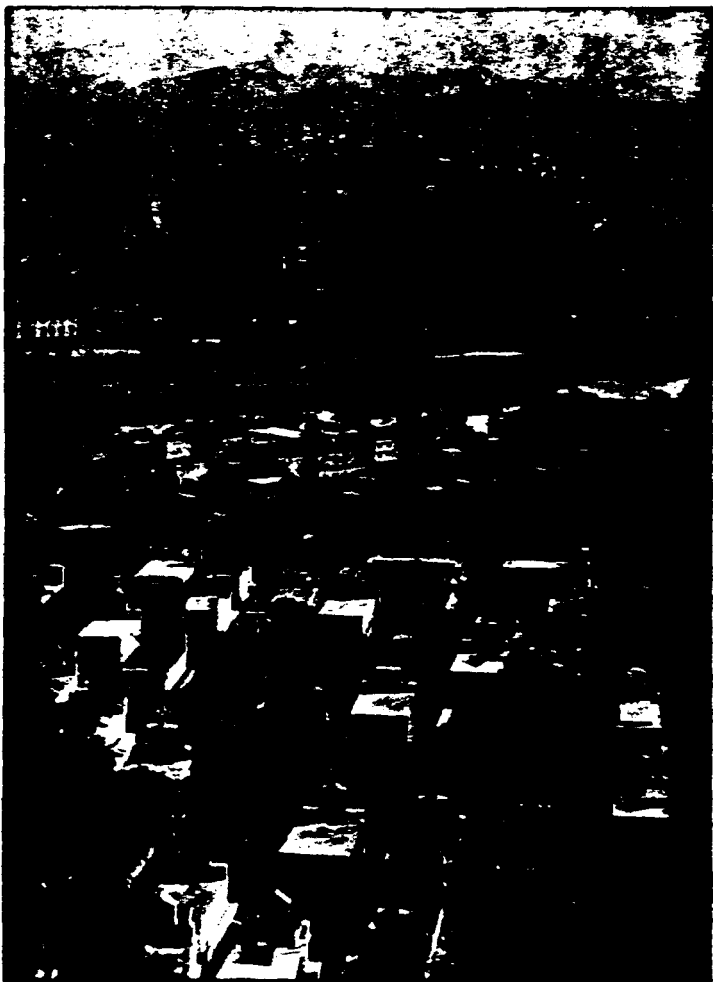
Dias depois de o Ministério do Exército divulgar uma nota oficial informando que os grevistas empregavam táticas de guerrilha urbana, os metalúrgicos voltaram ao trabalho com o bolso cheio de dinheiro. Em média, eles conseguiram aumentos de 85% em seus vencimentos — houve gente que até dobrou seu salário. Uma outra vitória foi a readmissão de 117 trabalhadores que haviam sido despedidos em greves anteriores. "A vitória foi grande e ninguém pode contestar isso", afirma Márcio Felício, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. O aspecto inédito da paralisação reside nesse ponto. O mesmo governo que endureceu com os grevistas a ponto de entrar na usina com tropas do Exército foi capaz de realizar um recuo espetacular no campo das negociações trabalhistas. O general José Luiz Lopes da Silva, que comandou a intervenção militar em Volta Redonda, chegou a dizer, numa conversa

privada, que a morte dos três operários poderia servir de exemplo. Continua cada vez mais difícil responder a duas perguntas: exemplo de quê? Para quem?

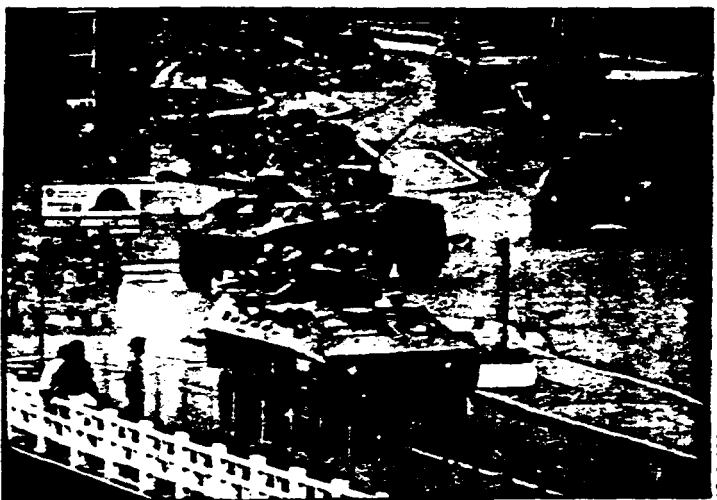
"RELAÇÃO FAMILIAR" — As tropas do Exército já ocuparam a usina de Volta Redonda em sete ocasiões diferentes, mas foi apenas desta última vez que a operação terminou em desastre. Nas outras oportunidades, os soldados e metalúrgicos se enfrentavam em situações de muita tensão — mas todos sabiam que o conflito não deixaria de ser pacífico. Para desalojar os grevistas, o Exército até possuía uma tecnologia particular. Os soldados entravam na CSN armados de baionetas e iam empurrando os grevistas para dentro de caminhões, e dali para o portão de saída — sempre ao som de estrondosas vaías. Antes da última greve, o maior incidente havia sido algumas pedras jogadas em cima dos soldados — que não reagiram.

No passado, as ações em Volta Redonda produziram o único oficial brasileiro que chegou a tomar uma mesma fortificação mais de uma vez — o coronel Orlando Ferreira da Mota, comandante do Batalhão de Infantaria Motorizada de Barra Mansa. Somente este ano, o coronel Mota comandou três invasões da siderúrgica. "Já estávamos acostumados a lidar com o Exército", afirma Wagner Barcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. "Era uma relação quase familiar, mas desta vez eles agiram diferente." Em seis ocasiões, a greve terminou no dia seguinte à intervenção do Exército porque vinha acompanhada de uma outra ação — a negociação. Desta vez, as autoridades do governo fizeram a opção pela violência. "Eu até agora não me conformo, nem consigo entender por que eles mataram três trabalhadores", diz Luciene, viúva com dois filhos do operário Walmar Freitas Monteiro, uma das vítimas da ação militar.

Nos últimos dias, a intervenção militar em Volta Redonda foi capaz de produzir lendas e notícias. A lenda, a do heroísmo proletário, decolou quando um grupo de operários colocou um dos altos-fornos da usina em



Volta Redonda: o cemitério dos operários e a siderúrgica



Fim da greve: soldados e blindados deixam a usina

funcionamento, salvando-o de uma ação supostamente desastrada dos engenheiros. Na verdade, os engenheiros não colocaram o forno em perigo, nem os operários fizeram uma ação milagrosa — apenas auxiliaram em serviços normais de reparação do equipamento da usina. A notícia que se produziu diz respeito às mortes dos três operários — sabe-se agora que elas foram bem mais violentas do que se imaginava. Walmir Monteiro, de 27 anos, por exemplo, levou um tiro de fuzil no peito quando andava para o refeitório e só chegou ao hospital 3 horas depois, vivo. Os médicos ainda tentaram salvá-lo, sem sucesso — mas há a suspeita de que poderia sobreviver do ferimento se tivesse sido socorrido com antecedência.

AÇÃO PREMEDITADA — Outro operário, William Fernandes Leite, de 22 anos, morreu quase instantaneamente, após levar um tiro no peito. No seu caso, há a possibilidade de que o tiro tenha sido disparado por um atirador, que estaria escondido numa torre em frente a um dos prédios da usina, a aciaria. "O tiro foi disparado por alguém que estava na mesma altura", diz o médico legista Claudio Cruz de Sá, que fez a sua necropsia. Se a suspeita for comprovada, a morte de William, sob o ponto de vista judicial, adquire uma gravidade maior — a de ação premeditada. O que se sabe da morte da terceira vítima, Carlos Augusto Barroso, é ainda mais doloroso. Ele desapareceu num pátio nas proximidades da aciaria e reapareceu numa maca do Exército, na porta da usina. Estava sem um dos ossos da cabeça e sem uma parte do cérebro. Sua massa encefálica foi depois encontrada no chão da usina, perto da aciaria. "Ele estava deitado de bruços quando levou a pancada", afirma o médico Laert Melo, presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, que examinou seu laudo. "Vamos provar judicialmente que foi o Exército que cometeu os crimes", diz Rita de Cássia, irmã de Barroso, que, assim como os pais, ainda não se conforma com o incidente.

A violência patrocinada pelos militares em Volta Redonda tem a assinatura do general José Luiz Lopes, que se responsabilizou pela ação, mas, para apurar os detalhes, já foram abertos dois inquéritos policiais — e também uma investigação privada, conduzida pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pela Ordem dos Advogados do Brasil. Nessa apuração paralela, já foram ouvidas cinquenta pessoas, e surgiram testemunhas valiosas, como o operário José Augusto, que



Luciene, viúva de Walmir: "Por quê?"



José Augusto: capaz de reconhecer um dos oficiais



Rita, irmã de Barroso, e os pais: "Justiça"

se diz capaz de reconhecer o oficial que comandou pessoalmente o cerco ao prédio da aciaria, onde morreram William e Barroso. "Ele era magro, esbelto e tinha mais ou menos 40 anos", descreve Augusto. Quanto aos inquéritos policiais, pouco se fez e quase nada de substancial se descobriu. O primeiro, conduzido pelo delegado Ronald Jopper, da Polícia Federal do Rio, pode naufragar por um vício de origem — em vez de investigar as mortes dos operários, sua finalidade é descobrir os sabotadores que se teriam infiltrado na usina. Na semana passada, o próprio diretor de operações da CSN, Ari Souto, tratava de desmentir a versão de sabotagem ao informar que a empresa não perdeu um único centavo com a destruição de equipamentos durante a greve pela ação dos operários. "O prejuízo foi com o que deixamos de vender", disse Souto, desmentindo, também, a tese do ministro Paulo Brossard, que acusou os metalúrgicos de terem "assaltado" a empresa.

Um outro inquérito, conduzido pela delegacia de polícia de Volta Redonda, peca pela controvérsia. O delegado encarregado das apurações, Renato Coelho, garante que já foram ouvidas oito pessoas e que tudo caminha muito bem. Seu chefe, no entanto, o delegado Arthur Cruz, disse a VEJA que as investigações ainda não saíram do lugar e que até agora não se obteve nenhum avanço visível. Para cada os inquéritos policiais serão conduzidos, ainda não se sabe. Em casos desse tipo, muitas vezes não se vai a parte alguma — como no inquérito sobre a morte do ex-deputado Rubens Paiva, morto no DOI do Rio de Janeiro, onde se concluiu que ele teria sido seqüestrado por uma organização de esquerda. Ao longo da semana passada, circularam em Brasília versões de que a ação militar em Volta Redonda teria sido criticada por dois generais numa reunião do Alto Comando. Eles teriam condenado a intervenção de soldados do Exército na greve, argumentando que o mais indicado seria uma ação da Polícia Militar, especialmente preparada para esse tipo de atividade. Na quarta-feira, o gabinete do ministro Leônidas Pires Gonçalves distribuiu nota classificando tal versão de "inverídica". No Rio, o general Jonas Correia Neto, comandante militar do Sudeste, foi mais incisivo ao explicar a posição dos militares quanto ao tratamento dos conflitos trabalhistas em Volta Redonda. "O ato foi certo, correto e bem-feito." De novo fica a questão sobre se tudo em Volta Redonda foi certo, correto e bem-feito — para que e para quem.

CPA

Itamaraty lamenta o veto a Arafat

O Governo brasileiro, através do Itamaraty, divulgou ontem em Brasília uma nota em que manifesta "preocupação" e lamenta o fato de o Governo dos Estados Unidos ter negado, sábado último, o visto de entrada ao líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, que tem discurso marcado nas Nações Unidas para o próximo dia primeiro de dezembro.

A seguir, a íntegra da nota: "O Brasil tomou conhecimento, com preocupação, da notícia que o Governo dos Estados Unidos negou visto de entrada ao senhor Yasser Arafat, líder da Organização para a Libertação da Palestina, que pretende dirigir-se à assembleia

geral das Nações Unidas. Como se sabe, pela resolução 237, da 29ª assembleia geral (1974), a OLP tem o status de observador junto às Nações Unidas e goza dos direitos decorrentes. A colocação de obstáculos para que seu dirigente não possa falar perante a assembleia geral atenta não somente contra os direitos dos observadores mas contra a liberdade de expressão no foro máximo internacional, que é de sua essência. O Governo brasileiro não pode senão lamentar a decisão de negar visto ao líder palestino e expressar sua esperança de que essa decisão seja revista para adequar-se aos compromissos jurídicos assumidos pelo país-sede". (Radiobrás)

29/11/88
H2

2 + 107A 24/11/88

F. Per EXT.

098

PDS analisado por deputados e Delfim Netto

A posição do PDS na eleição presidencial foi o principal assunto da reunião que os deputados estaduais pedessistas tiveram ontem pela manhã no Hotel Plaza São Rafael com o deputado federal Delfim Netto (PDS/SP). Os dirigentes pedessistas fizeram uma avaliação positiva dos resultados do partido nas eleições municipais e concluíram que é necessário agilizar imediatamente a definição sobre a candidatura presidencial. Por enquanto, o nome mais forte é o do senador Jarbas Passarinho, mas existem resistências de segmentos que o consideram identificado demais com o Governo Federal.

Na reunião com Delfim, a avaliação dos pedessistas foi que o partido saiu vencedor nas eleições municipais, mantendo e até mesmo ampliando sua base no País. Este crescimento fez com que os dirigentes concluíssem que o partido pode ser a opção contra as candidaturas de esquerda, representadas pelos nomes de Lula e Brizola. Outra ideia que ganhou força na reunião foi a formação de um "bloco liberal", que reunisse o PDS e outras igrejas, como PTB e PFL, em torno de uma candidatura única à Presidência da República. O acordo poderia ser feito no primeiro turno para evitar a possibilidade de o centro e a esquerda se aliarem no segundo turno.

24. 24/11/68.

01 - 01

8900864

Como 89 começa a evoluir

Os resultados de 15 de novembro estão repercutindo, desde logo, na sucessão presidencial, colocando algumas questões para os partidos. O PDT sai fortalecido pelas bases conquistadas, apesar da derrota em Porto Alegre; o PT cresceu; o centro e a direita estão buscando saídas, diante das recuperações em vários Estados, enquanto o PMDB trata de assumir rapidamente uma posição de independência crítica. Admitem alguns setores trabalhistas, numa especulação prévia, que o candidato do partido ficou numa situação mais confortável: pode tentar uma aliança com o PT, agora ou no segundo turno, aumentar a sua penetração em áreas preocupadas com o crescimento petista e até mesmo, na hipótese de um confronto com Lula na rodada final, surgir como uma alternativa menos radical. Tudo isso num exame realizado no primeiro momento, pois o próprio líder do PDT está no exterior, recuperando-se e fazendo um balanço da situação. A grande especulação envolve as fórmulas do PMDB e do centro-direita. Enfraquecido pelos dados eleitorais e identificação com o Governo Sarney, o partido dirigido pelo deputado Ulysses Guimarães tem dificuldades à vista. Uma delas, semelhante à vivida pelo PDS na fase de abertura política, diz respeito à manutenção de muitos nomes de expressão. A urgência com que o PMDB está tratando de reciclar-se e reavaliar suas posições também envolve a permanência de seus liderados e integrantes. Muitos buscam fugir ao desgaste enquanto há tempo. É mais um desafio para o partido.

Papel de Simon

Vinte anos após um intenso trabalho para superar as teses de autodissolução e renúncia coletiva, Pedro Simon, hoje governador, tem uma nova tarefa interna no sucedâneo do MDB: evitar que o revés complique o futuro da agremiação pelos temores de implosão. Desde as fases difíceis dos governos militares, Simon vive quadros alternativos, ora revertendo situações de inquietação, ora administrando a vitória eleitoral e até mesmo procurando manter a estrutura construída, recusando o projeto político de Leonel Brizola em 1980. Há muito trabalho desenvolvido nesse espaço de tempo e um novo desafio para a liderança peemedebista. Envolvido também na ação da cúpula nacional, ligado que é a Ulysses Guimarães e integrando o comando partidário, o governador Pedro Simon passa a retomar uma atividade que já desempenhou com experiência em outras oportunidades.

Aureliano

O ministro Aureliano Chaves continua com sua presença no Governo marcada por divergências internas. Seu afastamento, já anunciado por mais de uma vez, acaba tendo um peso político importante. É a liderança mais forte do PFL no Governo. Seu desligamento acabará precipitando uma posição, no momento dominante, de rompimento oficial. Como presidente de honra do PFL e liderança expressiva no partido, Aureliano tem evitado até agora manifestação oposicionista oficial do PFL. O compromisso com a Nova República e com a transição tem sido invocado pelo ex-vice-presidente. O mesmo, aliás, que o comando do PMDB e muitos governadores invocam.

PDS e PFL

O balanço das urnas mostra uma força eleitoral expressiva do PDS e PFL, que estiveram coligados em quase todos os municípios. É o resultado do entendimento costurado com muita paciência e empenho de seus líderes. E está aberto o caminho para a consolidação de um projeto político que mantenha esse acordo, com maior solidez.

Carlos Fehlbeg

8000868

Q98

Resultado final para prefeito do Rio

Nome do candidato	Votos	Percentual
Marcelo Alencar (PDT)	998.008	31,85%
Jorge Bittar (PT)	552.149	17,51%
Álvaro Valle (PL)	393.761	12,49%
Arthur da Távola (PSDB)	154.176	4,89%
José Colagrossi (PMDB)	127.766	4,05%
Roberto Jefferson (PTB)	68.156	2,16%
Paulo Ramos (PMN)	37.500	1,19%
Wagner Cavalcanti (PDC)	17.512	0,56%
Aurizete Menezes (PSD)	10.669	0,34%
Lincoln Sobral (PH)	9.822	0,31%
Antônio Viardo (PJ)	4.100	0,13%
Olindo Maia (PNA)	3.817	0,12%
Lutz Carlos de Oliveira (PMC)	3.546	0,11%
Antônio Bezerra (PSB)	2.959	0,09%
Votos brancos	469.543	14,88%
Votos nulos	300.012	
Total geral	3.153.498	

São Paulo
23/11/88

Fpa

01.01

8900869

098

Os 42 vereadores

PDT

Jorge Felipe	12.690
Nestor Rocha	12.085
Tito Ryff	11.937
Mauricio Azêdo	10.093
Fernando William	9.989
Regina Gordilho	9.639
Mário Dias	8.536
Roberto Cid	8.089
Paulo Emilio	7.973
Carlos Alberto Torres	7.939
Sami Jorge	7.429
Wilmar Pallas	7.414

PT

Chico Alencar	16.038
Adilson Pires	10.557
Eliomar Coelho	9.454
Guilherme Haeser	8.518

PTB

Celso Macedo	17.434
Waldir Abrão	10.597
Carlos de Carvalho	5.514

PMDB

Augusto Paz	10.990
Bambina Bucci	9.530

PDC

Jair Bolsonaro	11.062
Ivanir de Mello	5.639

PDS/PL

Wilson Leite Passos	34.527
Neuza Amaral	16.320
Ronaldo Gomlevsky	13.492
José Richard	9.274
Américo Camargo	5.639

PFL

Túlio Simões	14.189
Paulo César de Almeida	11.751

PTB

Ivo da Silva	6.050
Wagner Siqueira	5.973

Pasart

Aarão Steinbruch	40.126
Jorge Pereira	6.781

Frente Rio (PCB/PV/PSB)

Alfredo Sirkis	43.452
Francisco Milani	24.140
Ruça	18.091
Sérgio Cabral	11.913

Rio Amanhã Melhor (PSDB/PC do B)

Édson Santos	8.679
Laura Carneiro	7.837

Unidade Progressista (PS)

César Penna	3.242
Beto Gama	2.821

F 904

Estado Brasil 25/11/88

01 - 01

8900870

PCB e PC do B farão secretários de Olívio

098

PORTO ALEGRE — Os dirigentes gaúchos do PT, em reunião no fim-de-semana, confirmaram que o secretariado do prefeito eleito Olívio Dutra, presidente nacional do partido, será efetivamente constituído por representantes do PCB, que compõe a Frente Popular, e até do PC do B, que não participou da aliança, mas tem identificações ideológicas com os outros dois partidos. Já o PSDB, que integrou-se à Frente — é verdade que na última hora — deverá ficar fora da composição do novo governo municipal.

Para o secretário-geral do PT gaúcho, Clóvis Ilgenfritz da Silva, eleito vereador, a participação do PCB na futura administração "é uma consequência natural do acordo que firmamos no início da campanha e que foi um acordo político, mas agora temos que discuti-lo de forma prática". Já o PC do B, segundo ele, no final da campanha "deu apoio branco à candidatura de Olívio Dutra, ao não incentivar ataques, nem prejudicando o crescimento da candidatura junto ao eleitor". O mesmo, na sua opinião, fez o PSB.

O PSDB só aderiu à Frente Popular um mês antes da eleição e não elegeu nenhum vereador. Nas conclusões dos petistas, o partido não deverá ser contemplado com cargos na administração "porque sequer se admite como partido de esquerda", comenta Clóvis Ilgenfritz. Tampouco o PC do B conseguiu eleger bancada na Câmara da capital, embora a vereadora Jussara Cony, candidata à reeleição, tenha sido a mais votada do município, com quase 6 mil votos. Sua reeleição foi inviabilizada porque a legenda não conseguiu o coeficiente mínimo para assegurar a vaga.

É provável que ainda esta semana, pela primeira vez, dirigentes petistas e comunistas se reúnam para discutir cargos e atribuições na futura administração. Da mesma forma, deverão discutir o plano conjunto de governo, como ênfase para a imediata criação dos conselhos populares, que gerenciarão as iniciativas da Prefeitura. O candidato Olívio Dutra foi poupado das reuniões neste fim de semana, no primeiro descanso desde o início da campanha há cerca de três



Olívio Dutra

meses. "Ele tem que relaxar, dormir, repousar, senão não consegue assumir", disse um dirigente correligionário.

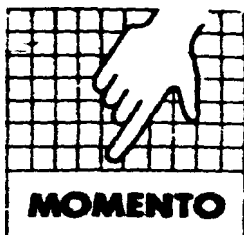
Amanhã, o Diretório Estadual do PT se reunirá para uma avaliação do desempenho do partido no estado, onde elegeu, além do prefeito da capital, prefeitos em Rio Grande, Ronda Alta e Severiano de Almeida e 92 vereadores em 54 municípios.

□ "Não somos virgens em administração". O comentário é do prefeito eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra (PT), assegurando que seu partido tire uma série de lições "altamente positivas" nas prefeituras que administrou ou ainda administra (Fortaleza e Diadema, São Paulo), atualmente sob controle do PSB; Icapuí, Ceará; e Vila Velha, Espírito Santo) para aplicá-las em Porto Alegre, São Paulo e outras cidades. "Já sabemos como é difícil governar com escassez de recursos, com graves problemas urbanos, mas que é possível administrar bem e para as maiorias, ferindo privilégios". Olívio informou que pretende instalar um setor regional da Central de Assessoria para Prefeitos Eleitos — em implantação pelo PT em São Paulo — visando a ajudar os outros prefeitos petistas do estado (Rio Grande, Ronda Alta e Severiano de Almeida).

F. Pac.

B. 3/11/66.

PACTO SOCIAL



Com quase um mês de vida, o Pacto Social pelo menos afastou a perspectiva de hiperinflação e a boataria dos congelamentos. Mas ainda não há como prever qual será seu resultado nos próximos meses, já que ainda há muitas discussões e questionamentos entre seus participantes.

Ainda sem consenso

Por ROSALVA NUNES DA ROSA
Brasília/ZH

“O pacto social está dando certo. Ele afastou a perspectiva de hiperinflação, principalmente, e as incertezas que rondavam a economia com os insistentes boatos sobre um novo congelamento”. A avaliação, feita recentemente pelo ministro Malson da Nóbrega a alguns assessores prova que, pelo menos deste ponto de vista, o acordo firmado há quase um mês entre governo, empresários e trabalhadores cumpriu seus objetivos. Já do ponto de vista puramente econômico, fica difícil prever o destino das negociações a partir do próximo mês e sua influência no próprio percentual da inflação. Porque, se a inflação de novembro ficar bem abaixo das previsões mais catastróficas, inclusive do Banco Central, que sinalizou no início do mês uma taxa de 35%, não terá sido propriamente resultado das medidas tomadas no Pacto, mas justamente de sua formalização.

As medidas tomadas no Pacto, na verdade, ainda não conseguiram um consenso entre as partes envolvidas, principalmente o empresariado. Vários setores, na última semana, encaminharam reivindicações ao comitê de acompanhamento do Pacto, alegando distorções nos preços e defasagem. No primeiro caso estão a carne bovina, as massas, o leite em pó, creme de leite, papel e celulose e óleo de soja, que experimentaram em novembro uma alta de preços acima dos 26,5% pré-fixados. No segundo caso, está a indústria de produtos farmacêuticos, que solicitou ao governo um aumento imediato de 36,7% para recompor os preços do setor. O aumento foi negado, mas o governo admitiu negociar uma recomposição gradual a partir do próximo mês. Já no dia seguinte à assinatura do acordo, o setor de cigarros solicitou ao ministro da Fazenda o seu afastamento do Pacto Social, alegando defasagem superior a 40%.

Listas e listas

O próprio governo já admite ainda ceder às pressões do empresariado para que os aumentos, a partir das próximas listas a serem divulgadas dia 3 de dezembro, sejam feitos com base na média de preços e não mais na frequência com que estes preços acontecem. Um ajuste pela média significa, na prática, que alguns preços poderão subir acima dos 25% pré-fixados no próximo mês, enquanto outros subirão abaixo deste índice. O ajuste pode ser feito da maneira como os comerciantes decidirem, desde que no final o reflexo no índice global seja de 25%.

Já os preços modais, utilizados nas listas de novembro, eram os encontrados com maior frequência nos supermercados pesquisados e

sobre eles deveria incidir o aumento linear de 26,5%. O reajuste pela média chegou a encontrar resistência por parte dos representantes dos trabalhadores no início das negociações, mas o próprio diretor do Dieese, Walter Barrelli, após algumas simulações, admitiu que o importante é o resultado final e o reflexo na inflação.

Mesmo com a inflação de novembro (que deve ser divulgada até quarta) ficando um pouco abaixo ou no mesmo índice pré-fixado, alguns integrantes do Pacto admitem que, de maneira geral, nenhum supermercado está cumprindo totalmente o limite de reajuste. Alguns, inclusive, fizeram listas paralelas, como aconteceu em Florianópolis.

Não há fiscal

Por outro lado, existe uma apatia compreensível por parte dos consumidores que, ao contrário do que aconteceu durante o Plano Cruzado, não foram às compras de listas na mão, não conferiram preços e nem fizeram denúncias. Mesmo que quisessem a tarefa seria quase impossível: o Pacto é um acordo de cavalheiros, a lista não é uma tabela e não existe qualquer punição para quem descumpri-la. O ministro Ronaldo Costa Couto, aliás, há quase um mês está ameaçando alguma punição a quem não cumprir o Pacto, mas nada foi formalizado.

As divergências, por enquanto, limitaram-se a trabalhadores e empresários, pois o governo ainda não saiu de seu papel de mediador para dar a sua “cota de sacrifícios”. Apresentou o ajuste fiscal que, na verdade, aumenta a receita propondo a criação de novos impostos, mas é modesto em relação aos cortes. Os subsídios fiscais, hoje, atingem 1,62% do Produto Interno Bruto e o orçamento cortou 0,42%, ou menos da metade. Da lista, ainda não definida, não devem fazer parte os programas fiscais para o Nordeste (Fimor) ou para o Norte (Finam). De privatização, um item importante dentro do Pacto Social firmado no México, por exemplo, onde o programa realmente reduziu a inflação a níveis baixíssimos, fala-se há quase dois anos, mas a lista das empresas a cada vez que ameaça surgir, torna a desaparecer e passa um bom tempo aposentada, esperando novas cobranças por parte dos setores interessados.

Como o acordo foi firmado de forma “emergencial”, sua duração é curta e dezembro é o último mês em que vigora. A partir de janeiro, com a negociação de novas regras para os salários, o impasse novamente voltará à cena, pois empresários, trabalhadores e o governo terão que decidir se entram em um pacto na verdadeira plenitude do termo ou se estenderão em infundáveis “programas de emergência” que, na verdade, receitam para a inflação apenas paliativos, mas não curam.

298

PT NA PREFEITURA

A Comissão que está elaborando o plano econômico para a gestão Olívio Dutra antecipou alguns de seus projetos e prioridades.



Sem privilégios e sem hostilidades

Por IVAN CARNEIRO GOMES
Edição de Economia/ZH

Romper abertamente com todo o tipo de tráfico de influência dentro da prefeitura e inverter as prioridades para melhor atender as populações mais carentes nas áreas de transporte, saúde, educação, habitação e saneamento básico é apenas uma parte do plano econômico que começa a ser esboçado pelo PT e a Frente Popular para a Prefeitura de Porto Alegre. Ciente de que terá que enfrentar um déficit no orçamento de 1989, considerado "quase uma peça de ficção", previsto em Cr\$ 13,6 bilhões, a Comissão que faz o diagnóstico econômico já concluiu que será preciso adotar uma postura totalmente nova de administração pública. Os economistas encontraram uma previsão de receita de Cr\$ 113 bilhões para uma despesa de Cr\$ 126,6 bilhões e alegam que a atual administração não incluiu, no orçamento, os ganhos de receitas previstas na nova Constituição.

O primeiro desafio da nova administração municipal será mostrar ser possível dar eficiência ao setor público, contra todos os prognósticos que defendem a iniciativa privada como a única saída para o capitalismo moderno. Na opinião do Coordenador do

Comitê Eleitoral da Frente Popular e um dos principais articuladores políticos do PT, Laerte Meliga, "a eficiência das empresas que hoje trabalham com a Prefeitura é a eficiência do jetinho, de como tirar mais recursos do poder público".

Prioridades

Duros no diagnóstico crítico, os economistas que vão elaborar o Plano de Governo do prefeito eleito Olívio Dutra têm ainda outras considerações sobre a nova administração que refletem suas intenções de agir com muita firmeza, sem conceder privilégios, mas também sem hostilizar a classe empresarial. Nessa inversão de prioridades há três aspectos que a Comissão considera essenciais: 1º) Fazer com que empresas que atuam junto à prefeitura não se beneficiem mais da máquina administrativa com favores e privilégios;

2º) Que todas as empresas recolham seus tributos devidos dentro de um redirecionamento da carga tributária;

3º) Enxugar a máquina administrativa.

Dentro deste quadro, há ainda outras questões:

1) O setor público não tem conseguido aumentar sua arrecadação na última década no mesmo nível da evolução

econômica. Por isso, é preciso cobrar mais impostos das empresas para atender as necessidades da população;

2) Será criado um imposto denominado "Contribuição de Melhoria" de todo o proprietário que se beneficie de uma infra-estrutura pública nos chamados "vazios urbanos".

3) Haverá uma mudança no IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), no sentido de inverter prioridades, pagando mais os proprietários de imóveis localizados em áreas residenciais nobres e, possivelmente, até isentando a pequena propriedade de uma vila popular.

4) Os Conselhos Populares definirão as linhas básicas dos programas e atuarão na fiscalização de toda a ação da prefeitura.

F. R. C.

24/11/88

CG8 FSO 311 27/11/88

A influência militar no Governo Sarney

Por ILMAR FRANCO
Rio de Janeiro/ZH

Com as greves no serviço público, nos ministérios, Petrobrás e Companhia Siderúrgica Nacional, a questão da influência militar na vida política brasileira foi novamente suscitada. Com o político a cada dia mais míngado e incerto, o presidente Sarney, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, tem nos militares sua única sustentação firme. Embora admita a importância dos militares na transição, o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL, nega que o País esteja passando por um processo de bordaberrização, numa referência ao que ocorreu no Uruguai.

Gadelha considera que não há ingerência militar no governo Sarney, mas sim uma participação e acompanhamento maior, uma vez que estas greves se localizam em setores essenciais da vida nacional. Desta forma, atingem os interesses da sociedade e da ordem interna, que são competência das Forças Armadas, sempre que convocados pelos poderes constitucionais. Por isso, destaca que não há exagero ao se insistir que os militares "tomaram as rédeas" do Governo. Mas no Palácio do Planalto, um assessor político do presidente, afirmou que a presença militar não é de se estranhar porque Sarney está executando uma "transição negociada", obedecendo fielmente à estratégia política armada pelo ex-presidente Tancredo Neves.

Limites legais

Nas recentes greves, disse este assessor, os militares pretendiam que o Governo adotasse uma posição mais firme, embora nunca tenham cogitado, pelo menos abertamente, de agir fora dos limites legais. Assim, o caminho da negociação, que afinal permitiu o término das greves na Petrobrás e na Companhia Siderúrgica Nacional, foi obtida resistindo a pressão da área militar. De acordo com este entendimento, o ministro Aureliano Chaves, apesar de isolado nas reuniões no Planalto e no Alvorada, naqueles dias, sustentou a posição conciliadora e de cautela com que o presidente Sarney tem se conduzido nos momentos mais agudos de seu governo.

Embora o presidente Sarney transmita uma imagem de fraqueza e de indecisão, considera-se que seu procedimento não poderia ser diferente diante das circunstâncias que o levaram ao cargo. A transição para a democracia já seria difícil com seu arquiteto, Tancredo Neves, que teria de administrar a frente que sorjou, para estabelecer no País um



Fernando Henrique Cardoso



Marcondes Gadelha

regime democrático. Assim, o presidente não poderia ter um comportamento diverso, que não fosse o da negociação e da complacência, até mesmo com algumas indisciplinas. Pelo contrário, se Sarney tentasse assumir uma postura mais impositiva, os conflitos seriam maiores e a turbulência política seria ainda mais intensa do que a vivida nos momentos mais agudos da Constituinte.

Alternativas

O Governo trabalha, para o final do mandato de Sarney, com duas alternativas, uma a do êxito da política do Pacto Social ou outra capaz de pôr um freio no processo inflacionário. Mas está atento a possibilidade da intensificação da crise, o que indicaria a necessidade de Sarney se conduzir ainda com mais equilíbrio, para que o País chegue sem traumas às eleições de 15 de novembro de 1989. Este assessor disse que a falta de uma hegemonia política e social no País, da qual os pulverizados resultados das eleições municipais são um reflexo, é o maior entrave a qualquer entendimento nacional. Disse que no atual momento não há uma hegemonia, como aconteceu na revolução de 38, em 64, no movimento de 64, ou mesmo no início da vigência do Plano Cruzado. Evidentemente, continua, isto provoca uma crise de autoridade, que pode levar a uma crise das instituições, fato que não é indiferente aos militares.

Sodré, entre Ulysses e Covas

Ricardo Noblat

O ministro Abreu Sodré, das Relações Exteriores, pode ser considerado um político realista e pragmático, a se levar em conta a franqueza com que examina o resultado das últimas eleições municipais. "A eleição mostrou que o Brasil mudou de paladar", constata o ministro, um dos mais próximos conselheiros do presidente José Sarney. "O que nos resta é ceder os anéis para não perdermos os dedos."



O novo gosto dos brasileiros está mais para uma proposta apolítica de centro-esquerda, observa Sodré. Ele pensa que isso ficou, absolutamente, claro com a expressiva votação colhida por toda parte pelos candidatos do PT e do PDT. "A vitória do PT foi a vitória da persistência e da coerência", interpreta o ministro. "Nem todos que votaram no PT compartilhavam suas posições, mas todos viram nele o melhor meio de protesto."

As eleições também serviram, segundo Sodré, para provar que está superado "aquele tipo de político matreiro, jeitoso, esperto, que evita assumir uma postura mais definida". O governador Orestes Quêrcia pode ser enquadrado nessa categoria de políticos, imagina o ministro. O elogio que faz ao PT não significa que Sodré o considere um modelo de partido — e, muito menos, que o admita como uma opção política sensata.

"O PT é um partido revolucionário, marxista, que escolheu o caminho do jogo democrático, mas que pode, de repente, preferir a via da luta armada", acusa. "O modelo de país do partido é a Nicarágua. Está na contramão da História porque até a União Soviética está fazendo, nesse momento, a revisão do seu regime." Sodré reconhece, de toda forma, que o PT se tornou um adversário político perigoso para a sucessão de Sarney.

E por isso que defende a escolha de um candidato com o perfil de centro-esquerda para vir a ser apoiado pela soma das forças do que chama de centro-liberal. "Se dependesse, apenas, de mim,

Ulysses poderia ser esse candidato", concede o ministro, embora concorde que o presidente do PMDB também perdeu com o resultado das eleições municipais. Não gostaria de apoiar o nome do prefeito Jânio Quadros, mas poderá fazê-lo.

Fala com muito interesse do nome do senador Mário Covas, do PSDB. "Conheço Covas há muitos anos. Ele não mudou em nada: é o mesmo político com as mesmas idéias, desde que começou sua carreira", testemunha. "É mais progressista do que liberal. Não deixa de ser um nome que terá de vir a ser examinado na hora oportuna." Ulysses é o único candidato capaz de unir o PMDB, mas Sodré tem dúvidas sobre as chances dele de se eleger.

Covas não uniria o PMDB mas poderia ganhar a eleição. Sodré não perde tempo em analisar uma possível candidatura do empresário Silvio Santos. "Ele não é nem pretende vir a ser candidato", assegura. "Está, apenas, se beneficiando e beneficiando as empresas que comanda com toda essa publicidade em torno do nome dele." O ministro entende que o ex-governador Leonel Brizola sairá ganhando com o crescimento do PT.

Antes da eleição, Brizola era o candidato da esquerda mais viável para suceder Sarney. Todos o temiam, do centro para a direita. Depois da eleição, o centro e a direita passaram a ter pesadelos diante da possibilidade de o deputado Luiz Inácio Lula da Silva ganhar a presidência da República. Melhor para Brizola, que ampliará seu espaço de alianças ao centro e à direita.

Em um momento de desânimo, o ministro chega mesmo a admitir que uma possível eleição de Brizola no próximo ano só servirá para adiar por mais um período presidencial a chegada do PT ao poder federal.

Disposto a voar — O deputado Bocaiuva Cunha (PDT-RJ) procurou o senador Jarbas Passarinho para dizer-lhe que o ex-governador Leonel Brizola só teme a concorrência de um único candidato à sucessão de Sarney: a dele, Passarinho. O senador está disposto a alçar voo como candidato. Aguarda, tão-somente, que se reünam em torno dele forças capazes de ajudá-lo a decolar.

Perplexidade — Do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP): "O PT está na situação daquele pequeno país que declarou guerra aos Estados Unidos e venceu."

24 25/1/68 -

Política

Crise de relacionamento

A decisão do presidente Sarney de enviar uma nova proposta orçamentária apanhou de surpresa as lideranças políticas e pode concorrer para o agravamento de relações importantes, mas sobretudo precipitar o choque entre o PMDB, cujo líder tentou fórmulas conciliatórias, e a área econômica. Na história da Nova República não são poucas as divergências entre a esfera política e os condutores da economia. A rigor, desde a primeira gestão, confiada a Francisco Dornelles, este quadro se desenhou. Ainda no primeiro ano ele foi trocado por Dilson Funaro que atuou mais ligado ao PMDB, gerando o Plano Cruzado e abrindo caminho, com ele, para enfrentar a inflação e triunfos eleitorais. Caindo em desgraça no Governo, após novembro de 1986, ainda permaneceu no cargo graças ao apoio partidário, transformando-se, segundo se dizia à época, no ministro do PMDB. O quadro mostrava cada vez mais a politização da economia a ponto do partido majoritário da Aliança Democrática vetar a indicação de um novo ministro, mesmo sendo de seus quadros, o governador Tasso Jereissatti, e mostrar a força do dr. Ulysses que participou decisivamente da escolha de Bresser Pereira. Foi a última influência do PMDB na Fazenda. A partir da queda de Bresser o Planalto definiu como entende os rumos econômicos, fixando-se na linha seguida ou atribuída ao secretário-geral de então e hoje ministro Malson da Nóbrega. E entre ele e o PMDB não houve mais um diálogo político, passando inclusive pelos temas debatidos durante a Assembleia Nacional Constituinte. O impasse da dívida não é novo, mas depois de alguns recuos mostra que o ministro, apesar de técnico, tem o seu jogo, além de ser fiel ao Governo

Efeitos

Além do divórcio entre área financeira e PMDB a maior consequência será o fortalecimento da tese de rompimento entre partido e Governo. Esta disposição já existia há algum tempo, ganhou ênfase após a eleição e praticamente se defir e com o inconformismo de governadores de destaque e que se consideram prejudicados. Qual será o clima numa convenção do PMDB, agora? E, antes, a postura no Congresso Nacional? O Governo, por seu turno, está avallando todos esses desdobramentos políticos, mas atento a uma realidade financeira, segundo as versões palacianas. Uma concessão política, dizem, não acrescentaria para o Planalto, pois o rompimento gradual está atingindo o seu momento culminante. Logo, sob o ponto de vista estratégico, o Governo teria concluído uma operação após um exame de situação bem desenvolvido. Para o PMDB tudo apressa a uma postura política, embora ela se tornasse inexorável com o seu sem rolagem. O problema, no fundo, confirmou a politização da economia.

Parlamentarismo

Dando um tom também político às questões econômicas o deputado Delfim Neto, em Porto Alegre, deu a sua receita: a saída é o Parlamentarismo. Em Brasília, um dos autores da emenda, o deputado Vitor Faccioni, logo reuniu-se para estudar a tramitação da emenda, que entra em vigor 60 dias depois de promulgada. Até lá o Congresso terá que se sensibilizar, ouvir, conseguir quorum e considerar o clima de confronto que poderá ser atribuído à mudança de sistema.

Carlos Fehiberg

0978

Centro político brasileño en busca de unidad

BRASILIA (EFE).- El Presidente de Brasil, José Sarney, y el Presidente del Congreso, Diputado Ulysses Guimarães, reclamaron ayer la unión de las fuerzas del centro para vencer a la izquierda en la elección presidencial de noviembre de 1989, que pondrá fin a la transición política brasileña.

"El país dejó de tener parámetros equilibrados para una cierta izquierda-anarquía que en el pasado, aquí y en otros lugares, generó dictaduras y frustraciones", afirmó Sarney ayer, en su intervención semanal de radio, en la que hizo un llamamiento a la unión de las fuerzas democráticas de centro para salvar al país.

En un ataque indirecto al líder socialista y candidato a la sucesión presidencial, Leonel Brizola, Sarney criticó también lo que calificó de "modismo populista", al que acusó de arrastrar al país hacia "bajos padrones políticos, en que todo es visto en tor-

no de personas".

Por su parte, el Presidente del Congreso y del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Ulysses Guimarães, advirtió que el dirigente de izquierda radical Luis "Lula" Da Silva será el sucesor de Sarney, si las fuerzas de centro y centro-izquierda no se unen.

"Si hay división, gana 'Lula'", dijo Guimarães durante una cena celebrada el jueves en Brasilia.

Agregó que, después de las últimas elecciones municipales, Lula tiene mayores posibilidades de ser elegido Presidente que Brizola, y defendió la independencia del PMDB con relación al actual gobierno.

La elección presidencial del año próximo deberá culminar el proceso de transición de la dictadura militar a un régimen democrático, pero las elecciones municipales del 15 de noviembre pasado mostraron un gran fortalecimiento de los sectores de iz-



quierda, desplazados por el Golpe de Estado de 1964.

Sarney y Guimarães coincidieron en afirmar que la inflación es la mayor enemiga de la democracia, que el pacto social logrado recientemente entre el gobierno, empresarios y sindicalistas es una "tabla de salvación" y que si este fracasa será "el caos", "la intervención militar".

LEA.

3/12/88.

F. Pol.

Novo regimento torna Câmara mais ágil e fortalece comissões

BRASÍLIA — As atuais 22 comissões técnicas da Câmara serão reduzidas para sete que, terão poderes para aprovar projetos de lei, sem necessidade de votação no plenário. Um colégio de líderes, com representantes de todos os partidos, assumirá funções até agora exclusivas da Mesa, como a fixação da ordem do dia e o acompanhamento da política administrativa da Casa.

Essas são as novidades que constam do anteprojeto de regimento interno da Câmara, preparado por uma comissão especial, cujo relator é o deputado Nelson Jobim. O anteprojeto moderniza e adapta o regimento interno da Câmara às disposições da nova Constituição.

As principais inovações são as seguintes:

Comissões técnicas — Serão apenas sete: Constituição e Justiça, Relações Exteriores, Finanças e Administração Pública, Economia, Defesa Nacional, Política Social e Política Urbana, Rural e Meio Ambiente. Essas sete comissões poderão se dividir em subcomissões especiais ou permanentes. Assim, a Comissão de Política Social pode se desmembrar em subcomissões de Educação, Saúde, Previdência Social e Família.

Poderes das Comissões — Ao plenário da Câmara cabe, com exclusividade, a votação e aprovação de leis complementares, projetos de códigos, projetos apresentados pelas comissões técnicas ou oriundos do Senado. Mas os projetos de leis ordinárias serão aprovados pelas comissões técnicas. Se algum parlamentar discordar da decisão, deverá conseguir a assinatura de 10% da Câmara (40 deputados) para que ele seja discutido e votado em plenário.

Colégio de líderes — Será composto pelos líderes da maioria, da minoria e de todos os partidos na Câmara. Tem três atribuições importantes: fixa com a Mesa o número de membros das comissões técnicas; programa a ordem-do-dia e pode substituir as comissões técnicas a aprovação em definitivo de determinadas atos do governo. Esse colégio de líderes também vai definir, junto com a Mesa, a política administrativa da Câmara.

Blocos parlamentares — Serão, na verdade, blocos de partidos e não de parlamentares. Assim, o PT, PCB, PC do B podem formar o "Bloco da Esquerda." Nesse caso, o bloco terá um líder próprio que substituirá os líderes daqueles partidos no colégio de líderes. Os líderes do PT, PCB e PC do B passarão a ser vice-líderes do bloco. Não serão permitidos blocos, por exemplo, como a Frente Parlamentar Nacionalista e o antigo Centro da Constituinte, que eram de parlamentares e não de partidos. Pelo anteprojeto, para a constituição de bloco, é exigido um mínimo de 5% dos membros da Câmara (25).

Comissão de Ética e Decoreo Parlamentar — Será nomeada pela Mesa da Câmara já que, como diz Jobim, é uma comissão política. Vai acompanhar a conduta dos parlamentares, podendo aplicar-lhes as penas de censura e suspensão do mandato. Os casos de perda do mandato, definidos na Constituição, como a falta a um terço das sessões, terão que ser aprovados pelo plenário.

Procedimento legislativo — Foi também apresentado um projeto de lei, ele é imediatamente publicado, abrindo-se o prazo de quinze dias para emendas. Depois, é enviado à Comissão de Constituição e Justiça que examinará sua constitucionalidade e remetido à comissão que vai examinar seu mérito. O colégio de líderes pode determinar prazos para a votação de um projeto de lei.

Fundo de Emendas — Uma descoberta feita na Constituinte. Quando diversos projetos ou emendas sobre determinado assunto não obtiverem um amplo consenso, os líderes poderão promover a fusão de projetos ou emendas. Grande parte da nova Constituição foi aprovada com base na fusão de emendas.

Uma reviravolta eleitoral

QF

A decisão do TSE, anulando decisão dos TREs do Rio Grande e São Paulo e restabelecendo o número de vereadores, é a grande sensação política da noite de ontem e com intensas repercussões. As representações nas câmaras de muitos municípios aumentam, trazendo novos ingredientes a uma disputa eleitoral que foi marcada por muitas surpresas e continua apresentando novidades mesmo depois de contados os votos. Se não bastassem os impactos e análises sobre o 15 de novembro, uma outra ganha espaço e destaque: vamos ter mais vereadores. A decisão do TSE, para algumas lideranças políticas, não teve o caráter de uma surpresa completa, mas dá ao pleito municipal maior ênfase ainda àquela que já tinha obtido.

Em Brasília

As conversações em torno da sucessão presidencial em Brasília nos últimos dias têm conduzido algumas lideranças a considerar como prioritária a superação de dificuldades conjunturais, especialmente na área sócio-econômica. O encontro entre expressões partidárias mais ligadas ao centro avaliou este quadro, em cima também dos últimos resultados eleitorais. Uma frente centrista poderia estar se formando, mas sem a imediata preocupação com a formação de uma chapa. Nesse sentido são feitas algumas colocações voltadas também para a eleição do próximo ano marcada por alguns elementos novos como a realização de um segundo turno e um eleitorado jovem.

Confronto

EPOL

O problema político maior se registra no exame do Orçamento Federal em torno do qual se trava um choque a ponto de gerar o cancelamento da viagem presidencial ao Peru. O relatório da Comissão Mista do Congresso preocupa o Planalto que tem, ao mesmo tempo, um comprometimento com o Pacto Social. A busca de soluções conciliatórias buscando propiciar condições para atender os Estados mais devedores está enfrentando reação do próprio presidente Sarney que ontem permaneceu a maior parte de seu tempo reunido com a área financeira e ainda vai permanecer atento ao problema, que considera muito delicado, neste final de semana. Ao esforço concentrado do Congresso se contrapõe, na questão do Orçamento, uma atenção de igual intensidade do Poder Executivo, a julgar pela posição adotada ontem. Pode estar surgindo o conflito político mais sério do Governo Sarney, depois das batalhas parlamentares desenvolvidas durante as votações na Assembleia Nacional Constituinte. E com uma diferença: o Governo não tem, agora, uma base política definida e ainda se vê diante da posição de bancadas estaduais importantes.

Desdobramento

Quem está muito atento ao problema é o PMDB e seus dirigentes, cujo relacionamento com o Governo está muito complicado, há muito tempo, antes inclusive dos resultados das urnas de 15 de novembro. Pode estar surgindo também um fator definitivo para situar o relacionamento entre o partido e o Executivo, que acabará estourando mesmo na Convenção Nacional marcada para janeiro.

Soluna do Castello

Jânio prepara sua candidatura

Ainda que de posse de atestado médico recomendando realização de exames para imediata reavaliação do estado de saúde de dona Eloá, o prefeito de São Paulo somente viajará para Boston no dia 2 de janeiro. No exterior fará também exames de saúde para verificar se são boas suas condições físicas para uma disputa eleitoral no próximo ano. Jânio Quadros admite estar propenso a candidatar-se diante dos apelos que lhe chegam de movimentos populares organizados em São Paulo, Paraná, Mato Grosso e um pouco por toda a parte. Se for liberado pelos exames médicos, dele e da esposa, o prefeito aceitará sua candidatura. Por enquanto não o preocupa a escolha de partidos. Tem amigos no PTB, no PMDB, no PFL e em outras organizações mas a preocupação partidária nunca foi dominante na sua ação política. Em 1960 saiu candidato pelo PTN, um pequeno partido, recebendo em seguida propostas de apoio da UDN, do PSD e do PTB, pelo qual se elegeu deputado federal no Paraná.



Coincidindo com a opinião de Ulysses Guimarães, Jânio acha também que o principal candidato a enfrentar na eleição de 89 é Luís Inácio da Silva. Observa que em poucos meses o PT não terá sequer tempo para desgastar-se no exercício do poder e continuará no curso da campanha como uma fronteira de esperança aberta à expectativa popular. A verificação da potencialidade do candidato da esquerda operária provavelmente pesou na sua decisão de concorrer, pois foi depois do anúncio da vitória de Luiza Erundina que ele passou a admitir a hipótese de disputar a eleição presidencial.

O prefeito de São Paulo deverá estar na espera de que os partidos e as forças eleitorais de centro confluam para sua candidatura, dada a instabilidade do PMDB, trabalhado por correntes que se contradizem e disputam o poder interno na agremiação. Os demais candidatos de centro e de direita careceriam de condições objetivas de situarem-se como propostas eleitoralmente válidas. Jânio, como se sabe, nunca fez proselitismo ideológico e, embora candidato apoiado pela direita em 1980, fez um governo tido como de esquerda sobretudo pela revolução que introduziu na política exterior do país. Ele chegou a ter o apoio ostensivo de Brizola e sua aproximação com João Goulart, promovida por seu secretário particular, José Aparecido, foi interrompida (mas não cancelada) pela divulgação dos trabalhos das comissões de assistência.

Tanto à direita como à esquerda não parece haver consideração maior pela viabilidade eleitoral da candidatura do senador Mário Covas, do PSDB. Com os espaços à esquerda ocupados sobretudo por Lula, o dirigente "tucano" não encontraria vez no PMDB não só por ter deixado esse partido como por estar esse espaço seguramente ocupado por Ulisses Guimarães, que não abandonará sua condição de candidato e considera simplesmente episódica a derrota eleitoral do seu partido em movimento último. Para ele, cada eleição é um fato novo, é uma eleição diferente.

Há uma esforço da esquerda para expulsar da área a candidatura de Leonel Brizola. O ex-governador, cujo partido não deitou raízes nos meios sindicais e operários, continuaria como uma entidade à parte na vida política, alimentando-se do seu próprio carisma e do capital populista da sua liderança. Sem outras alianças nos movimentos revolucionários além da de Luís Carlos Prestes, Brizola caracterizar-se-ia hoje como uma candidatura populista de inspiração caudilhesca à semelhança do precedente histórico das lideranças gaúchas do velho PTB. Brizola tornou-se, para a esquerda, um serviço de social-democracia europeia, segundo a maneira como o encaram políticos da linha de Miguel Arraes.

O levantamento desse quadro induziria Jânio Quadros a crer que sua candidatura terá o impulso natural da confluência de forças que iriam mobilizar a sociedade brasileira contra a expectativa de vitória de Lula, a mais autêntica liderança trabalhista já surgida no país.

998

F. 102

Coisas da Política

Corrupção ameaça o governo

Ricardo Noblas

O general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, sugeriu, antecorrem, ao presidente José Sarney o afastamento do general Albérico Barroso Alves do cargo de diretor industrial da Petrobrás. Barroso Alves e alguns de seus auxiliares de diretoria estão sob suspeita de se terem envolvido com a cobrança irregular de comissões para aplicações financeiras da empresa em determinados bancos.



Há uma comissão de sindicância instalada na Petrobrás que já começou a apurar o escândalo. O general Barroso Alves telefonou no meio desta semana para o presidente da República, seu amigo, e se disse vítima de um complot que visa a derrubá-lo do cargo. O chefe do SNI informou a Sarney que, de fato, ocorreram procedimentos criminosos no âmbito da diretoria comandada pelo general.

Pessoas nomeadas por Barroso Alves cobraram comissões de uma dezena de bancos para que a Petrobrás continuasse operando com eles no mercado financeiro. O banco que recusasse o pagamento perderia os depósitos da empresa, que seriam transferidos para outros. Além do chefe do SNI, também o ministro José Reinaldo, dos Transportes, procurou o presidente da República para falar sobre o escândalo da Petrobrás.

Disse a Sarney que o caso é grave, que terá desdobramentos, e sugeriu, também, o afastamento do general até que todas as responsabilidades estejam, oficialmente, estabelecidas. Até conversar com Souza Mendes e, depois, com José Reinaldo, o presidente se inclinava por acreditar no que ouvia de Barroso Alves. O atual diretor da Petrobrás deve o cargo que ocupa ao presidente, que interferiu, diretamente, a favor dele.

Barroso Alves foi uma espécie de ajudante-de-

ordens de Sarney à época da campanha que resultou na eleição de Tancredo Neves para presidente da República. Sarney ia nomeá-lo para a chefia de seu gabinete na vice-presidência. Barroso Alves quis chefiar o Gabinete Militar da presidência depois da morte de Tancredo Neves. Sarney preferiu tê-lo como assessor especial. Ele era, então, coronel.

Foi o presidente, contra a vontade do ministro do Exército, quem forçou a promoção de Barroso Alves para general-de-brigada, designando-o, mais tarde, para comandar a Vila Militar, no Rio de Janeiro. Amigo do senador Álvaro Pacheco (PFL-PI) e do advogado Jorge Serpa, Barroso Alves se empenhou para suceder Ozires da Silva na presidência da Petrobrás. Sarney comunicou ao ministro Arceliano Chaves que esse, também, era o seu desejo.

Aureliano atou para que o desejo de Barroso Alves e de Sarney fosse frustrado. Ajudaram-no na tarefa o ministro do Exército e o ex-presidente Ernesto Geisel. Como prêmio de consolação, o presidente da República acabou dando a Barroso Alves a diretoria industrial da empresa. Ele está, agora, ameaçado de perdê-la. Se tal coisa ocorrer, Sarney não o deixará de mão. O presidente é muito generoso com os amigos.

Sua generosidade em excesso aflije pessoas muito próximas dele que estão cada vez mais preocupadas com o acelerado processo de deterioração moral e administrativa do governo. O "mar de lama" da corrupção alcança, a essa altura, praticamente, todos, ou quase todos, os níveis do serviço público federal. Prevalece uma desvergonhada insensatez que oferece à luz do dia o que antes só se praticava no escurinho dos gabinetes.

O presidente da República atravessa um período de absoluta apatia, postado por gestos ou por desabaços que caracterizam um certo descontrole emocional. "Eu já perdi tudo o que tinha para perder", comentou Sarney, recentemente, com um deputado. "Só me resta, agora, passar a fazer presidencial." Alguns dos mais próximos auxiliares dele já desistiram de o aconselhar sobre qualquer coisa.

Aposta na eleição

Há um ponto claro, definido, para onde convergem os interesses de todos os partidos, independentemente das suas divergências, que não são apenas a preservação do calendário eleitoral. Entende-se, por isso, a garantia de que o país elegerá o sucessor do presidente José Sarney a partir de 15 de novembro próximo, conforme determina a Constituição que vigora desde o último dia 5 de outubro.



Salvo uma ou outra eventual derrapagem de sua estrela mais reluzente, a prefeitura Erundina, o PT está se comportando com ponderação desde que constatou, periplo, que tem chances reais de eleger o sucessor de Sarney. Recusou a idéia de brigar pela antecipação da data da eleição presidencial. Está elaborando a proposta de um novo pacto social para oferecer como alternativa ao pacto ora em curso. A CUT baixou o tom da voz.

Não se deve esperar da administração do PT, em São Paulo, nenhuma atitude radical que possa vir a comprometer o desenvolvimento normal, previsível e desejável do processo político. Pode-se esperar uma ou outra trapalhada. Outro dia, por exemplo, Erundina anunciou que iria formar um grupo de trabalho para estudar a situação da prefeitura. Em 48 horas, mil voluntários se ofereceram para integrar o grupo.

O PT da Zona Leste da capital aprovou uma resolução, a ser apresentada ao comando estadual, exigindo que a escolha dos secretários de Erundina fosse submetida a prévio exame de uma assembleia dos militantes do partido. A resolução já foi desconsiderada. O PT engatinha em matéria de governar qualquer coisa — mas engatinha com boa vontade, animado, disposto, movido pelo sincero ideal de melhorar o mundo.

Herdará, infelizmente, uma prefeitura falida. Erundina prestará um relevante auxílio aos biógrafos do prefeito Ildio Quadros se revelar a extensão dos estragos produzidos por ele no comando do terceiro maior orçamento do país. Os movimentos comunitários paulistas, dos invasores de terrenos à pastoral operária da Igreja, ou são controlados ou sofrem forte influência do PT alçado, agora, ao governo municipal.

Para colaborar com o sucesso dele, deverão mancar nas suas reivindicações. Enquanto partido, o PDT já mancou nas dele. O ex-governador Leonel Brizola está em estado de graça. Sua candidatura a presidente saiu das eleições municipais, duplamente, reforçada. Primeiro, porque saiu com o apoio de cinco prefeitos eleitos. Segundo, porque o crescimento do PT lhe tomou a incômoda posição de espantalho da sucessão.

É um Brizola manso, cordato, conciliador, que desfila, desde então, e que pode se dar o luxo, no primeiro turno da eleição presidencial, de se livrar da companhia das esquerdas para fazer composições ao centro e à direita. Se alcançar o segundo turno contra um candidato conservador, verá, prazeroso, a esquerda bater-lhe a porta. Tudo está a seu favor — pelo menos por enquanto. Quer, por isso, que nada se altere.

do Brizola
4/12/88

O recente episódio de Volta Redonda pode estar para a Nova República assim como o Riocentro esteve para a Velha — mas Brizola preferiu criticar os operários que tomaram as instalações da Companhia Siderúrgica Nacional. O deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara dos Deputados, anda, ultimamente, preocupado com o isolamento político em que se encontra o presidente da República.

Barbosa vai procurar o deputado Ulysses Guimarães para conversar a respeito disso. O deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara, foi procurado por Sarney para conversar — e saiu do encontro falando da necessidade de quebrar o isolamento do presidente. O PSDB, o PTB e o PFL sonham com a união em torno de um candidato à eleição presidencial mas tratam, por ora, de discutir um modo de ajudar o governo a chegar ao fim.

Somente o PMDB parece não ter sido tocado pelo espírito santo da boa vontade que pousou sobre os partidos. O PMDB está atônito com a derrota que colheu nas eleições municipais. Está sem um candidato viável à sucessão. Os governadores estão com medo de terem pouco dinheiro no próximo ano. Os progressistas do partido querem expurgar os moderados dos postos de direção. Os moderados querem ficar onde estão.

No momento, são dois os principais fatores da instabilidade do quadro institucional do país: a inflação e o presidente da República. Para exorcizar o primeiro, há terapias em abundância. O interesse dos partidos na preservação do calendário eleitoral poderá levá-los a reforçar o pacto social contra a inflação. Ulysses, finalmente, parece ter-se convertido ao pacto. Não sem atraso.

A ordem que se consiga imprimir à economia reforçaria, por tabela, o presidente Sarney — mas ele, sozinho, é capaz de desestabilizar qualquer coisa ou de pôr tudo a perder. É preciso monitorá-lo, como o FMI faz com as contas nacionais. As vésperas da decisão da Constituinte sobre o tamanho do seu mandato, Sarney avisou aos presidentes de partidos que renunciariam ao cargo se não ganhasse os cinco anos.

Ultimamente, temos a falar em renúncia.

Ricardo Noblat

JD- 4/12/88

8900912

Candidato faz aceno a militares

PORTO ALEGRE — Se for eleito presidente, o candidato do PDT, Leonel Brizola, fará "tudo o que se puder fazer para reconciliar as instituições militares e todas as suas práticas com a convivência democrática". Quando a possibilidade de mudar os currículos das escolas militares, excluindo o ensino da doutrina da segurança nacional, como fez o presidente Raul Alfonsín na Argentina, Brizola disse que "esse tipo de tarefa possivelmente nem venha a requerer interferência de outras autoridades senão os próprios chefes militares, na hora em que estão procurando readaptar as instituições militares à vida democrática".

"Agora um ou outro episódio deprimente e depiorável, como foi o caso de Volta Redonda, as instituições militares têm se envolvido na reconstrução democrática, de uma forma irrepreensível, até mais construtiva do que muitos setores civis, que insistem em permanecer agarrados ao governo, impedindo o povo de votar", acrescentou Brizola, em entrevista a Rádio Gaúcha de Porto Alegre.

Brizola não teme que a aproximação que vem tentando com os militares possa comprometer seu passado político. "Isso depende do tipo de aproximação. Se se

trata de um relacionamento normal, digno, e mutuamente respeitoso, prestigia qualquer político civil. Indecoroso é o político civil se deixar tutelar pelos militares. Assim como para os militares não seria honrosa qualquer dependência de grupos civis, que os uniassem para se manter no poder".

Para o candidato do PDT à Presidência, o relacionamento com os militares "deve ser institucional". Brizola disse que se coloca "de uma forma irrepreensível" e acentuou: "Não procuro nenhum outro tipo de relacionamento com os militares senão esse." Aproveitou para fazer uma alusão ao relacionamento da Igreja com o PT: "A Igreja não pode pertencer a um partido e discriminar os outros partidos. Um partido que se deixa tutelar pela Igreja está descumprindo sua função."

"Cultivamos as instituições militares", insistiu Leonel Brizola, "com a consideração de que elas correspondem aos interesses do povo, e instituições militares nada têm a ver com a guarda de Somoza. As instituições militares são o grande esqueleto no qual esse gigante, que é o Brasil, se mantém de pé. Mas cada um de nós nas suas funções devidas, sem intervencionismos indebitos, como ocorreu na recente ditadura militar."

J. DO BRASIL 4/12/88

01 - 01

8900913

Brizola defende Vargas contra Lula

O ex-Governador Leonel Brizola criticou ontem, em entrevista coletiva no prédio onde mora, em Copacabana, o "insulto à memória de Getúlio Vargas" que Luís Inácio Lula da Silva fez ao comparar o falecido presidente ao Presidente José Sarney, mas disse esperar "que nada inviabilize o processo social" que irá desaguar nas eleições presidenciais de 89.

Brizola afirmou que poderia "trucar casquinhos" com o PT, porque "agora eles não vão ficar falando sozinho", mas a princípio isso não deve inviabilizar uma aliança no segundo turno. Exemplificando com a união de François Mitterrand e George Marchais no segundo turno das eleições presidenciais da França, ele advertiu porém que "na hora do segundo turno é que vamos ver quem tem mais banha para gastar, quem tem propostas e pode sustentá-las para o maior bem do país".

O ex-governador admitiu que se sente "discriminado pela Igreja", que "em grandes contingentes organizou o PT nacionalmente". Brizola afirmou que não quer apoio para si, exclusivamente, mas que "a Igreja é mãe de todos" e não pode estar "patrocinando e tutelando" um só partido. Ele acha, como republicano, "que a separação entre Igreja e Estado é fundamental, uma questão de princípios" e que isso se estende à política partidária, que "sustenta o Estado".

Aliança — Em relação a uma possível aliança de centro contra as candidaturas de esquerda, Brizola afirmou que "o conservadorismo é arraigado" e portanto "vai ter muita dificuldade de construir uma frente única com propostas de mudança", como ocorre com os partidos "populares e democratas". E observou: "Acho difícil ver Maluf e Antônio Carlos Magalhães junto com Covas".

Ele voltou a insistir que a eleição presidencial de 89 não é uma questão "fundamentalmente ideológica, mas moral". Brizola acha que "o conservadorismo quer ideologizar" porque não tem propostas de mudança para oferecer ao povo brasileiro, mas pretende continuar "a cumplicidade que vem beneficiando alguns em detrimento da maioria", mantendo um "modelo econômico colonial".

Respondendo à crítica do presidente Sarney ao programa Convergência ao pé do rádio, que reclamou contra a "esquerda anárquica", a qual segundo ele estaria querendo conduzir o país "a um populismo que degenerou várias vezes em ditaduras", Brizola disse que Sarney "tem uma tendência a imitar o Alfonsín" desde o Plano Cruzado, "uma cópia do Plano Austral". Essa tendência, para ele, explica a acusação, uma vez que Alfonsín está agora atacando o populismo frente à população argentina, "que quer mudar e se posiciona a favor da candidatura Menem e do peronismo".

Imagem — Quanto ao episódio de Volta Redonda, em que três operários foram mortos pelo Exército, que tentava desocupar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Brizola concordou que se deve fazer uma investigação sobre o episódio, "mas por uma comissão isenta e independente". Ele voltou a acusar as autoridades de "precipitação e atuação incompatível com o processo democrático".

O ex-governador do Rio de Janeiro sugeriu que se convidasse para uma visita "Mrs. Thatcher, como ocorreu na Polónia" para que ela conversasse "com o nosso Juarez (o ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos e prefeito eleito de

Volta Redonda) como conversou com o Walesa". Ele afirmou que se o episódio de Volta Redonda tivesse acontecido em Gdansk, com invação do Exército e mortes de operários, "o presidente Reagan não só iria protestar como tomar providências e haveria uma grita mundial".

Continuando a comparação, Leonel Brizola lembrou ainda que a ocupação dos estaleiros de Gdansk pelos operários poloneses não provocou "nenhuma condenação internacional". Ele voltou a afirmar que "mesmo que houvesse ocorrido um desbordamento, fosse de quem fosse, jamais as autoridades poderiam proceder como procederam", e lembrou que o governo não tinha "nem mesmo ministro do Trabalho". O ex-governador declarou que duvida que "as forças de ordem fizessem uma intervenção sem autorização direta do presidente".

Na sua opinião, a responsabilidade principal é do presidente Sarney, e também da omissão do Governador Moreira Franco. Brizola lembrou que, quando estava no Governo do Estado, intermediou várias greves: "Tivemos um secretário do Trabalho eficaz como também o de Justiça, e nunca deixamos de prestar assistência aos operários, bem como aos dirigentes da CSN, além de outros movimentos, para a negociação".

Ele criticou a ideia de vender ou fechar a CSN dizendo que "do governo Sarney podemos esperar tudo, inclusive essa decisão estapafúrdia", e que "o processo de dissipação do patrimônio público tem que parar". Criticou ainda a transferência desse patrimônio para posse particular "através de uma resolução de dois ou três tecnocratas".

Brizola quer trazer

Brasil

JB

4/12/88

domingo, 4/12

US\$ 80 bilhões de volta

Rogério Coelho Neto

A assessoria econômica do ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT à Presidência da República, levantou que os recursos aplicados por brasileiros no exterior chegam a 80 bilhões de dólares, o equivalente a dois terços da dívida externa do país, que gira hoje em torno de 120 bilhões de dólares. Brizola, se eleito, tentará convencer os donos desse dinheiro a trazê-lo de volta.

A assessoria econômica e financeira do Movimento Nacional Leonel Brizola fez esse levantamento valendo-se de contatos diversos com funcionários graduados de bancos internacionais. O MNLB, presidido pelo deputado federal Brandão Monteiro, é o braço avançado da candidatura do ex-governador fluminense à Presidência da República. Está cabendo a esse movimento estudar os próprios hábitos políticos de Brizola, mesmo a plataforma de governo. Desta vez, como candidato à sucessão do presidente José Sarney, ele defenderá um programa de metas.

Transparência — Brizola, segundo Brandão Monteiro, dará muita importância ao retorno do capital aplicado por brasileiros no exterior, porque acredita que essa providência cessará seu governo de uma aura de credibilidade, representando na negociação da dívida externa, outro ponto de destaque do seu programa de metas.

O presidente do MNLB disse que as assessorias técnicas do movimento não pretendem "violentar os princípios de Brizola", que sempre fez suas campanhas políticas sem a preocupação de defender programas técnicos na praça pública. Desta vez, no entanto, revelou Brandão Monteiro, "torna-se necessário um ponto de partida para uma candidatura que tem tudo para ser vitoriosa".

Desta vez — contrastando com a sua campanha para o Governo do Estado do Rio, em 1982, quando afirmava nos debates de televisão e nos comícios que tinha um programa dentro da cabeça —, Brizola vai discutir a realidade nacional em cima de metas pré-definidas. Assim, o candidato do PDT poderá, por exemplo, ao debater a questão dos preços, se valer de levantamentos pormenorizados, a partir de 1980. Terá, ainda, em mãos, subsídios para mostrar conhecimentos minuciosos da área nacional de saúde, desde o número de hospitais, postos de saúde e de médicos, estado por estado.

Diagnóstico — Brandão Monteiro chama de diagnóstico o levantamento dos grupos de trabalho que, sob o seu comando, no Movimento Nacional Leonel Brizola, estão preparando o programa de metas de Brizola. O trabalho dará bastante importância, ainda, ao desenvolvimento tecnológico e à expansão energética e das telecomunicações.

"O importante para o PDT é levar às ruas uma candidatura que possa, pelo seu passado, firmar compromissos claros com a probidade e a moralidade pública. Uma candidatura, em tais condições, vai além dos próprios quadros partidários, porque acaba envolvendo os setores mais atuantes da sociedade", salientou o presidente do MNLB.

Em seu programa de metas, Brizola vai se comprometer, ainda, com uma reforma administrativa ampla e uma reforma agrária que tenha como ponto de partida o assentamento dos trabalhadores sem terra. Os Cieps serão o carro-chefe da educação e a geração de empregos, como define Brandão Monteiro, "a alavanca dos planos de desenvolvimento industrial e agropecuário".

Ibope faz pesquisa para explicar vitória de Erundina

SÃO PAULO — Os 277 mil 067 votos em a diferença da vitória da candidata do PT, Luiza Erundina, sobre o favorito Paulo Maluf, na eleição para a Prefeitura de São Paulo, saíram de fontes em que o Partido do Trabalhadores não costuma beber: eleitores da periferia que sempre ignoravam o programa esboçado do partido, e agora apoiaram Erundina por muitas razões, inclusive por se tratar de uma mulher. Além disso, também é possível atribuir a vitória da candidata do PT a uma fração da classe média deserdada — aquela que saiu do PMDB para o PSDB mas sentiu que se votasse no mesmo José Serra elegeria um arquimigo — Paulo Maluf.

Ainda hoje, no entanto, não se sabe com exatidão as razões pelas quais esses 277 mil 067 eleitores — diferença de 1.534.347 votos para Erundina e 1.257.480 para Maluf — resolveram surpreender a todos, mudando seu voto na semana da eleição. Nos últimos dias, por exemplo, o Ibope voltou a São Paulo em busca desses motivos. Afinal, nos dias 10 e 11 de novembro, os pesquisadores do Ibope, ao fecharem uma pesquisa de intenção de voto, entrevistaram Paulo Maluf na Prefeitura com uma vantagem de 3 pontos percentuais sobre Erundina. Na pesquisa de boca de urna, a diferença surpreendentemente se inverteu, o que foi confirmado com a abertura das urnas. Erundina venceu com 5 pontos na frente.

Os responsáveis pela surpresa foram as zonas nobres da cidade. 29 anos, dona de casa em Pinheiros, na Zona Norte da cidade, que votou na única mulher da lista de candidatas. "Achei que para mudar precisava colocar uma sala no poder", justificava Neusa. No lado contrário, a classe média, os bairros de classe média, o PSDB via seus votos migrarem para o PT. "Com certeza o Serra perdeu um terço de seus votos para Erundina", afirma Ana Maria da Silva Dias, gerente de Pesquisa de Opinião Pública e Política do Ibope, em São Paulo.

Voto difícil — Para barrar Maluf, os eleitores politizados do PSDB praticaram o voto útil em Erundina — fazendo Serra obter apenas 5,5% dos votos, enquanto, na véspera da eleição, 9% dos eleitores prometiam votar nele. "Até o Anjo Francini, que era coordenador da minha campanha na área empresarial, votou na Erundina", disse Serra na sexta-feira passada.

A esmagadora vitória na periferia da cidade, porém, surpreendeu até mesmo a quadra experiente do PT como o deputado estadual José Dirceu, secretário-geral do partido. Numa reunião como guerra, por exemplo, onde discussões de bombardeio costumam terminar em tiro-

Os eleitores mudaram de opinião depois do dia 11

Voto da classe alta (Bairros dos Jardins, Pinheiros, Lapa, Perdizes e Butantã)		Voto da classe média (Ipiranga, Indianópolis, Ibirapuera, Jabaquara, Saúde, Vila Mariana)	
Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)		Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)	
Erundina (PT)	20	21	27,8
Maluf (PSDB)	29	26	28,6
Leiva (PMDB)	9	15	11,2
Serra (PSDB)	12	12	7,6
Branco e nulos	12	6	7,3

Maluf ainda subiu três pontos em graças a seu desempenho no Jardim, os bairros mais ricos de São Paulo, onde bateu Erundina por 39% e 20%. Mas a candidatura do PT avançou sobre os votos do PSDB (queda de 4 pontos) e beliscou o PMDB.

Voto da classe alta (Bairros dos Jardins, Pinheiros, Lapa, Perdizes e Butantã)		Voto da classe média (Ipiranga, Indianópolis, Ibirapuera, Jabaquara, Saúde, Vila Mariana)	
Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)		Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)	
Erundina (PT)	20	21	27,8
Maluf (PSDB)	29	26	28,6
Leiva (PMDB)	9	15	11,2
Serra (PSDB)	12	12	7,6
Branco e nulos	12	6	7,3

Nesta região típica de classe média, com bolsões de riqueza no Ipiranga, Erundina seduziu pobreza no Ipiranga, Erundina seduziu eleitores de Serra e engordou suas urnas com quase 8 pontos. Maluf, que subiu 2, também abocanhou votos na reta final.

Voto da classe alta (Bairros dos Jardins, Pinheiros, Lapa, Perdizes e Butantã)		Voto da classe média (Ipiranga, Indianópolis, Ibirapuera, Jabaquara, Saúde, Vila Mariana)	
Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)		Ibope em 10-11 de novembro (%) Urnas (%)	
Erundina (PT)	20	21	27,8
Maluf (PSDB)	29	26	28,6
Leiva (PMDB)	9	15	11,2
Serra (PSDB)	12	12	7,6
Branco e nulos	12	6	7,3

Aqui na Zona Leste, símbolo da pobreza em São Paulo, Erundina levou todos os votos de todos os concorrentes — mas sua maior vítima foi o PMDB. Leiva perdeu 10 pontos percentuais em quatro dias. Maluf perdeu 7 e Serra, 8. Parte dos votos que eram deles podem ter sido abudados.

01-01

PARTES ILEGÍVEIS

8800916

Planalto tenta reagir

A manifestação do presidente Sarney pregando o entendimento entre as forças políticas de centro ou alinhadas contra o populismo, seguida de reunião com integrantes da Comissão Mista que examina o Orçamento Federal, interpretada como reabertura de negociações, foi vista como a primeira reação do Governo, diante de situações políticas desfavoráveis nos últimos tempos. Para o Palácio do Planalto o Pacto Social deve prevalecer como tentativa de superar a inflação e o déficit no Orçamento não pode ser admitido. Aí é que se insere o conflito político-parlamentar no qual ganha atenção o empenho dos governadores visando rolar sua dívida. A questão fica mais complexa na medida em que o equacionamento pode trazer reflexos para o acordo existente no Pacto. Sentindo essa dificuldade é que o Presidente teria proposto um acordo político, estimulado ou não pela reunião de lideranças, realizada esta semana em Brasília, e na qual questões dessa natureza foram abordadas. Ao retornar de sua viagem ao exterior, Sarney passou a concentrar suas atenções sobre o quadro político interno, voltado para um dado que considera fundamental: a decisão sobre a proposta orçamentária e a conquista de uma base política que lhe assegure retaguarda para o restante de seu mandato.

Partido

Apoio partidário foi o que mais faltou ao presidente Sarney durante os últimos anos. Sem ter conseguido empolgar PMDB e PFL vivendo as restrições de setores de ambos desde o início, mesmo na fase do Cruzado, o Governo lamenta, segundo alguns de seus integrantes, não ter aproveitado alguns momentos críticos para adotar uma nova base ou postura política. Em várias oportunidades ou por desentendimentos ou disputa de liderança, o presidente Sarney enfrentou crises internas que tiveram seus desfechos nas alterações ministeriais. Não evoluíram muito mais ou foram gradualmente sendo agravadas como foi o caso do PMDB. A partir da saída dos ministros Dilson Funaro e Bresser Pereira as relações com o partido dirigido pelo deputado Ulysses Guimarães não foram mais as mesmas. Saiu num primeiro momento, do ministério, um dos líderes mais próximos do presidente do PMDB, Rafael de Almeida Magalhães e, após, o outro, Renato Archer.

Vereadores

Uma das posturas estratégicas aconselhada pelo líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, na questão da redução do número de vereadores foi a de não estimular reações partidárias através de projetos de lei. Evitando represálias, além de oferecer subsídios para a análise do problema, foi a conduta aconselhada pelo deputado gaúcho que viu essa linha, afinal consagrada, pela decisão do TSE.

PSDB e lideranças

Duas das principais lideranças do PSDB, Mário Covas e Franco Montoro, estão em evidência para a sucessão presidencial, depois de contatos políticos e avaliações feitas na última semana. Covas ganha maior destaque a partir do próprio apoio que conquistou do ex-governador de São Paulo. E pode vir a ser um nome considerado de centro-esquerda para enfrentar os candidatos do PDT, Leonel Brizola e PT, Luiz Ignácio Lula da Silva.

Flac (R.ii)

Embaixador cubano acerta a compra de 60 ônibus

E abre também a possibilidade de adquirir máquinas agrícolas

Por OLIDES CANTON
Edição Local/ZH

O embaixador cubano Jorge Alberto Bolanos Suarez, que conclui hoje oficialmente a visita ao Estado, disse ontem, em entrevista à imprensa, que é preciso equilibrar a balança comercial entre os dois países, que desde 1967, quando foram restabelecidas as atividades comerciais, interrompidas em 1964, é favorável ao Brasil. Entre os produtos que Cuba pretende vender estão medicamentos (recentemente doou vacinas e outros remédios contra um surto de meningite no Brasil), inclusive o interferon, e outros produtos da Engenharia Genética, campo da ciência em que Cuba é considerado hoje o país mais avançado da América Latina.

Nesta visita ao Estado praticamente ficaram fechados contratos de venda a Cuba de 60 ônibus, ao preço unitário de 80 mil dólares (Cr\$ 36 milhões) para transporte de turismo, adquiridos da empresa Marcopolo, de Caxias do Sul. Estes veículos devem ser enviados para lá pela empresa de Caxias do Sul dentro de três meses.

O embaixador também visitou na quinta-feira última a fábrica Agrale, da mesma cidade, e, segundo ele, em janeiro devem voltar ao Estado representantes comerciais cubanos que poderão decidir também pela compra de tratores agrícolas. Hoje o país centro-americano importa tratores agrícolas principalmente dos países do Leste europeu.

Intercâmbio

O embaixador cubano reconheceu que o seu país tem que procurar equilibrar a balança com o Brasil. Em 1987, o país importou do Brasil um valor estimado em 10 milhões de dólares (Cr\$ 6 bilhões).

Este ano esta cifra poderá chegar a 32 milhões (Cr\$ 19,2 bilhões). Em contrapartida Cuba exportou em 87 apenas 3 milhões de dólares (Cr\$ 1,8 bilhão) e este ano não passará deste valor. Os principais produtos que Cuba comprou foram eletrodomésticos, calçados e comestíveis, principalmente frangos, e vendeu medicamentos para o Brasil.

O turismo brasileiro para Cuba é outro



Suarez: querendo equilibrar a balança

fator que poderá incrementar o intercâmbio uma vez que esta área vem apresentando um crescimento "fantástico". Tanto assim, que foi preciso construir, às pressas, 14 novos hotéis para abrigar turistas. O embaixador observou que o turismo brasileiro para Cuba tem aumentado muito nos últimos anos mas que mesmo assim permanece inferior ao de outros países latino-americanos, como a Argentina, por exemplo.

Cuba vai contabilizar este ano 400 mil turistas, vindos de todo o mundo. Em sua opinião, se houvesse infra-estrutura, seguramente este número fecharia em 600 mil. Com as melhorias previstas ele acredita que o país atinja em 1990 a cifra de 1 milhão de turistas. Há sete anos, quando seu país começou a abrir-se novamente para o turismo mundial, foi visitado por apenas 20 mil turistas.

O embaixador cubano almoçou ontem com o governador Pedro Simon quando confirmou o convite feito ao governador gaúcho para visitar aquele país. Simon, segundo o embaixador, aceitou de bom grado. Os dois ficaram de combinar agora a data para a ida. Na quinta-feira, quem almoçou com o embaixador cubano no Brasil, foi o ex-bancário Olívio Dutra, agora eleito prefeito de Porto Alegre. Segundo Suarez, os dois se conhecem do tempo em que militavam nas lutas dos bancários, porque em Cuba ele foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Bancos até 1963. O embaixador cubano negou que tenha dado qualquer tipo de "receita" para Olívio Dutra governar a cidade.

098

8806

GERAL

2º HO NOVA - Domingo, 04.12.88

PAGINA 54

“Futuro do Brasil está na monarquia”

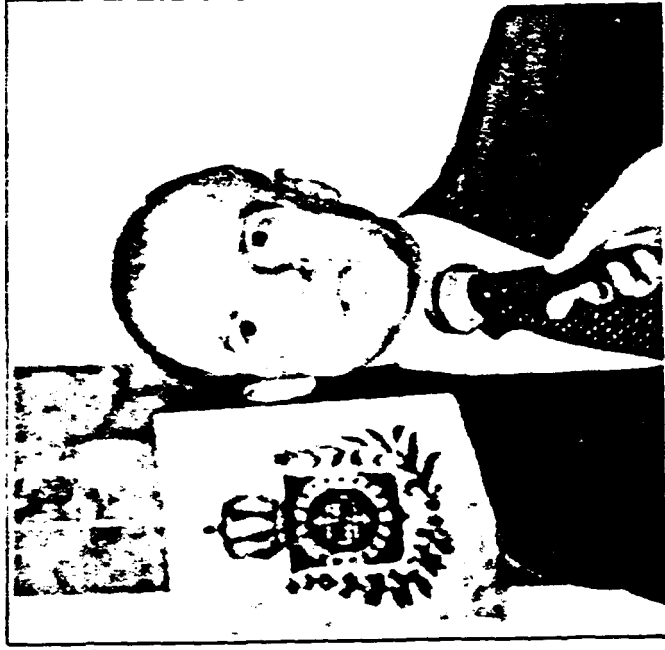
Príncipe visita Porto Alegre e defende um regime que tenha a força e o poder moderador do imperador

Por NÉDIO CECCHIN
Edição Local/21

“A restauração da monarquia, opção deixada em aberto pela atual Constituição através de plebiscito em 1993, representa uma grande esperança de um futuro melhor para o Brasil”. Ao manifestar esta convicção, o príncipe Dom Luiz de Orleans e Bragança afirmou que o País precisa urgentemente de um regime baseado em princípios e legitimidade, um “governo paterno, monarquista, com perspectiva de estabilidade, capaz de restabelecer o pleno estado de direito e harmonia nacional, com a autoridade do Imperador atuando como elemento moderador entre os três poderes, acima de partidos e facções”.

Trineto do Imperador Dom Pedro II e herdeiro dos direitos dinásticos da Princesa Isabel, sua bisavó, como o título de chefe da Casa Imperial do Brasil, o príncipe herdeiro Dom Luiz de Orleans e Bragança, em companhia do seu irmão, Dom Bertrand, visitou o Rio Grande do Sul pela primeira vez na sexta-feira. Sua vinda foi muito festejada pelos monarquistas gaúchos. À noite, foi homenageado com uma festa pela diretoria do Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército (GBOEX), por ser ele descendente direto do monarca Dom Pedro II, que assinou a carta patente na fundação daquela instituição beneficente em 1872.

O sistema de governo preconizado por Sua Alteza Imperial e Real, título que também ostenta o príncipe herdeiro do trono brasileiro, seria de características



Príncipe Dom Luiz: perspectiva de estabilidade

bem democráticas, com implantação do parlamentarismo, regime idêntico ao exercido no período em que Dom Pedro II esteve à frente dos destinos do País. Não poderia ser rotulado de direitista ou outra conotação política qualquer. Sua linha de atuação se pautaria pela histórica tradição de respeito aos princípios cris-

tais, moralidade e justiça, na estrita defesa dos interesses do País e postulados da família e da sociedade.

Admiração pela TFP

Se houver veredicto favorável no plebiscito, haveria condições de restauração imediata da monarquia, pois na família imperial, segundo o príncipe herdeiro, todos foram educados para a eventualidade de serem chamados a servir no interesse maior do País, não como um privilégio, mas como um dever. Na sua opinião, estaria ocorrendo também, no Brasil todo, uma grande mobilização para a restauração deste tipo modelar de governo. A própria homenagem que lhe foram prestadas ao seu irmão, em Porto Alegre, na sua opinião, são demonstrações de que uma parcela significativa da sociedade admira e deseja o retorno da monarquia.

O possível futuro imperador do Brasil não esconde sua admiração pela organização Tradição Família e Propriedade (TFP), que define como movimento cívico-cultural, que visa a preservação de postulados que sempre nortearam a sociedade brasileira, sem conotação política. Na sua opinião, apesar do silêncio dos meios de comunicação em torno de sua situação, a TFP tem grande aceitação popular, o que pode ser comprovado pela enorme tiragem de suas publicações, muito acima de outros veículos doutrinários. Por este motivo não acredita que a vinculação de membros da família imperial (como a dele próprio) prejudique a imagem monarquista. Pelo contrário, considera a sua doutrina como elemento favorável ao que se propõem os membros da Coroa no Brasil.

01 - 01

8900924

100

85



Grisea denuncia manobra de conservadores, em entrevista aos jornalistas na Rádio Gueche

Grizeta denuncia manobra de conservadores, em entrevista aos jornalistas na Rádio Guáchara

Quando se pede que o PDS seja PDS e PFL, em Florianópolis e no Paraná, e lá também que se continue fazendo uma única moção à esquerda, Brizola frizou que os comunistas não terão sucesso na tentativa de desalojá-lo "de uma esquerda corrente e democrática", mas admitiu que se tratando "de uma esquerda radical e instanti, sape de certos procedimentos que conhecemos, pode ser muito ruim à nossa esquerda". Em resposta a rosnar o apelo de pedecistas, como Imperador Amim, lembrou que em todas as áreas existem pessoas qualificadas que se contribuições de valem ser

Leonel Brizola rebelou com tremenda indignação sobre seu relacionamento com os militares. "Alguns querem entender que tenha grande relevância com esses setores, talvez buscando me incomodá-los com as pessoas que, como eu, não se conformam com o intervencionismo militar. Mas não conseguindo criar esse link, o certo é apontar tudo. Eu sempre fui convidado para comandar as forças armadas de guerra, o que eu não quero, eu diria o considerado". O governador considera normal, porém, a relação das forças armadas com o Ministério da Defesa, na medida em que isto corresponde aos interesses do País, dentro de um processo institucional, ele condena a qualquer forma de tutela, assim como acha que o militarismo não é tarefa para ser encarregada a eles.

Constatou o parlamentarismo em nosso. Artigo de hoje, porém, uma antecipação da eleição presidencial. Na sua entender, o atual presidente poderia ser o coordenador de uma saída menos traumática, convocando eleições, a despeito de seu mandato encerrar antes do tempo: "Mas isso não se acaba, pois ele não tem esse caráter público. Portanto, o mais provável é o eleitorado não ficar marcado".

Leonel Brizola rebelou Uruguai e vai golpear de que Lula agora é a figura central à esquerda. Para o ex-governador, isto é devido ao quem viu seu partido abundante nas eleições, perdendo em locais importantes como São Hierônimo, Rio de Janeiro e Rio de Janeiro.

Tranquilidade

Duque e sequestrado. Depois, escreva uma carta solicitando do País, concedendo privacidade ao acusado! "O País" que não tem governo (nem o ex-líder), não tem, tampouco, presidente, nem sequer um chefe de Estado. Mas, apesar disso, o País não quer ser governado por ninguém e nem ser dirigido por ninguém. O País não quer ser governado por ninguém e nem ser dirigido por ninguém. O País não quer ser governado por ninguém e nem ser dirigido por ninguém.

01-01

ORB

2/12/68
JORNAL DO BRASIL

Maciel utiliza Sílvia Santos como estratégia

RECIFE — O senador Marco Maciel não pensa em anular a candidatura do apresentador de TV Sílvia Santos a presidente da República. Quando Maciel fala no nome de Sílvia ou planeja encontros esta apenas usando uma estratégia: manter seu grupo unido e ganhar tempo para formar uma aliança de centro-esquerda ou liberal-progressista, reunindo políticos do PFL, PSDB, PTB, PC e PMDB, capaz de disputar a eleição presidencial com condições de derrotar o PDT e o PT. Ele acha que, até que essa frente seja formada, o PFL deve examinar seus próprios nomes.

A revelação sobre a estratégia de Maciel é do ex-governador Gustavo Krause, o vereador mais votado na eleição de 15 de novembro passado. Krause acha que as forças de centro estão perplexas com o resultado das urnas e é preciso encontrar saídas. Ele tomou a iniciativa, indo ao encontro do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, da esquerda do PMDB. Os dois conversaram durante 30 minutos e, no final, Jarbas disse que espera a definição do PMDB sobre o quadro presidencial. Krause defende a frente progressista e admite que o candidato a presidente pode ser o senador Mário Covas (PSDB-SP).

Na segunda-feira, Krause havia afirmado, em entrevista ao *Jornal do Comércio* de Recife, que o governador Miguel Arraes poderia ser o candidato de centro-esquerda em condições de atrair os liberais. Então, ele acrescentou: "Domador Arraes pode vir a ser o candidato do PMDB. Tem todas as condições para isso." No mesmo tom, o prefeito Jarbas Vasconcelos, disse que Arraes é o representante da esquerda perdedora, mas deixou claro que essa questão será definida pelo partido. Jarbas havia sugerido o nome de Arraes logo após a eleição. Depois disso, o governador de Pernambuco recebeu acenos encorajadores dos governadores Orestes Quércia (São Paulo), Moreira Franco (Rio de Janeiro) e Newton Cardoso (Minas).

Outro que também se inclina para um acordo com Arraes é o prefeito eleito da capital, Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL), que, na mesma linha de Krause, vem defendendo uma frente progressista social-democrata para disputar a eleição. Joaquim promete se entender bem com Arraes, que é amigo de seu pai, o ex-deputado José Francisco Cavalcanti, mas também aguarda uma definição do senador Mário Covas. O futuro prefeito namora o PSDB, mas tem recebido restrições da direção do partido em Pernambuco, principalmente da deputada federal Cristina Tavares. Joaquim conversou com Covas e com o senador José Richa (PSDB-PR), na tentativa de superar para apaziguar as arestas e as resistências do PSDB pernambucano.

F. Soc.

01 - 01

8900928

098-

Movimento entra onde PDT é fraco

BRASÍLIA — Leonel Brizola é muito maior do que o PDT. Esta constatação já foi feita pelas lideranças do próprio partido que decidiram, por isso, estruturar a campanha do ex-governador a Presidência da República em duas direções: de um lado o próprio PDT e, de outro, o Movimento Nacional Leonel Brizola (MNLB) que, em poucos meses, já superou o partido.

Formado há dez anos, o PDT está registrado atualmente em 2800 municípios brasileiros; o MNLB, com poucos meses, já tem presença em 3 mil e 300 municípios. Além disso, consegue cadastrar 100 mil pessoas que se dispõem a trabalhar pela candidatura de Brizola. No interior do Pará, por exemplo, não existe PDT — mas o movimento brizolista está lá.

Ao movimento já se agregaram o deputado Fernando Lyra e o ex-deputado Ayrton Soares — duas das maiores aquisições da campanha de Brizola e do próprio PDT. Ayrton chegou a se lançar candidato à sucessão de Hênio Quadros na Prefeitura de São Paulo, mas retirou seu nome, mas tarde, para apoiar a candidata do PT, Luiza Erundina. Os comitês do MNLB estão sendo constituídos sempre com 12 pessoas e isso tem uma explicação: este será o número de Brizola na campanha eleitoral e já se quer desde já popularizá-lo. Os candidatos a prefeito do partido, na eleição passada, já foram às urnas com esse número.

“O PDT não tem presença partidária em São Paulo, mas o Brizola tem presença política em São Paulo”, acredita Fernando Lyra. “Não há dúvida de que Brizola é maior do que o PDT”, acrescenta o ex-ministro da Justiça. Uma das tarefas do movimento é obter a adesão de parlamentares de outros partidos para a campanha de Brizola, junto com o apoio de intelectuais e artistas que se identifiquem com o ex-governador sem precisar, necessariamente, entrar para o PDT.

É através dos núcleos do MNLB que Brizola está conseguindo, também, chegar a Minas, inclusive em áreas onde a UDR se faz presente, há três anos, como as da região Sul. No Nordeste, o MNLB também pretende suprir a fragilidade da estrutura pedetista em uma grande maioria de estados. É expressiva, ainda, a presença do movimento em estados do Sul do país.

F. Soc.

3 do BRASIL
4/12/68

01.01

8900929

098

Montoro desiste de disputar candidatura

O ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, abriu mão de disputar com o senador Mário Covas (SP) a indicação de candidato a presidente da República pelo PSDB. Após reunião com a executiva do partido, Montoro divulgou nota afirmando que a "tendência majoritária dos quadros do PSDB" é pela indicação de Covas. "Pessoalmente me engajo nessa luta", disse Montoro. Ao antecipar o lançamento do nome de Covas, Montoro espera facilitar as negociações para uma "eventual união" de vários partidos em torno do tucano.

Montoro acredita que o processo sucessório será marcado por radicalizações a partir das candidaturas do prefeito Jânio Quadros e do deputado Luís Ignácio Lula da Silva (PT). Consequentemente, um entendimento para o lançamento de uma candidatura de centro-esquerda seria uma opção viável, segundo o ex-governador. Ontem mesmo, no plenário da Câmara dos Deputados, a idéia começou a ganhar corpo.

O deputado Gérson Peres (PDS-PA), que integrou o Centrão durante os trabalhos da Constituinte, não se cansou de repetir que a dobradinha Mário-Covas-Jarbas Passarinho (presidente nacional do PDS) seria imbatível. Nesse caso, a coligação seria de centro-direita. Na noite de terça-feira, Montoro iniciou um longo processo de conversas em busca desta possível união. Na casa do presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, que já manifestou total apoio ao nome de Covas, Montoro conversou com petebistas (senador Afonso Camargo e ex-governador Gonzaga Mota), pefelistas (Maciel e senador Jorge Bornhausen) e pedessistas (deputado Konder Reis e ex-deputado Nelson Marchezan).

Foi uma conversa preliminar, mas que terá continuidade. Um dos pré-requisitos para fazer parte deste grupo é ser oposição ao Governo Federal. Assim, o PMDS está automaticamente excluído. "Na verdade, não é uma condição. Mas é um fato", comentou Montoro, constrangido. O ex-governador disse que há espaço para todos nessas conversas, incluindo aí o PDS porque todos os partidos estão muito divididos. (A1B)

24 1/12/88 -

f. Pol (Caud.)

a sucessão

O Diretório Nacional do PDS reúne-se amanhã, em Brasília, e se prevalecer a posição de seu presidente, senador Jarbas Passarinho, decidirá o lançamento de um candidato do partido à Presidência da República. Não decidirá, porém, quem é o candidato — embora se saiba que é o próprio Passarinho. "Com a decisão de termos um candidato, estaremos em melhores condições para participar das conversas em torno de acordos e alianças", disse Passarinho.

Os acordos que o PDS tentará costurar não são tão amplos quanto os que o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, está articulando. Passarinho acredita em uma coligação com o PTB, o PDC e parte do PFL. Maciel aposta em um acordo mais amplo, unindo o PFL ao PSDB, passando pelo PTB, PDC e PL. Maciel não conta com o PDS, assim como Passarinho não conta com o PFL de Maciel. O problema de Maciel é que seu PFL não é o mesmo do ministro Antônio Carlos Magalhães.

Maciel quer o PFL desvinculado do Governo Sarney e Magalhães é um dos ministros mais próximos ao presidente. "O PFL vai da extrema direita ao centro liberal", diz o deputado Fernando Lyra, coordenador da campanha de Leonel Brizola. O perfil do PFL será definido na convenção nacional do partido, no início do ano. Difícilmente os dois grupos ficarão juntos no partido e muito menos na sucessão presidencial.

Pesquisa
Na quinta-feira da semana passada, Maciel conversou longamente com alguns jornalistas, em Brasília, e todos saíram certos de que ele tendia a aceitar a candidatura do senador Mário Covas, do PSDB, à Presidência da República, ficando o seu PFL com o candidato a vice. No mesmo dia, a noite, Maciel reuniu-se com 12 empresários do Rio de Janeiro, na casa do construtor João Ricardo Mendes, e decepcionou a todos pela insistente defesa que fez da candidatura de Sílvia Santos.

O argumento de Maciel, segundo um dos empresários, era uma pesquisa de opinião mostrando que o animador de televisão tem condições de derrotar Brizola e Lula. Sílvia Santos pode ser apenas um instrumento que Maciel está usando para aumentar o cativeiro de seu PFL nas negociações em torno de um candidato único do chamado centro. Ele certamente poderá se sentir mais confortavelmente na mesa apresentando um candidato com alto índice de popularidade.

O que as pesquisas não mostram, porém, é o alto índice de rejeição que Sílvia Santos tem entre os políticos — se Maciel pensa seriamente na candidatura do animador, será difícil emplacar o acordo com outros partidos. Se ele não sair candidato, ninguém está perdendo", justifica Maciel. Pragmaticamente, ele demonstra que o PFL e empresas de Sílvia Santos estão ganhando enquanto seu nome é apresentado como presidente.

vel (A5)

2. do Brasil
30/11/83

Passado o pleito municipal, os partidos se voltam para a eleição à Presidência da República do próximo ano. O PMDB é o partido que encontra maiores dificuldades para definir-se em torno de um nome que o represente na disputa

Sucessão presidencial já movimentou partidos

VALÉRIO BRITTO
Recife/ZH

Computados os resultados do pleito municipal em todo o País, uma outra eleição já movimentou os partidos: a presidencial do próximo ano. Em regra, todos os partidos, com exceção do PMDB, cresceram nas eleições municipais, depois da esmagadora vitória da agremiação dirigida por Ulysses Guimarães, em 1988. A partir dessa vitória, algumas candidaturas foram consolidadas e outras estão sendo viabilizadas, principalmente devido ao êxito das esquerdas.

Como o partido que mais cresceu, o PT trata de preparar as administrações das cidades onde venceu, para não sofrer desgaste e tê-las como ponto de lança da sucessão do presidente José Sarney. O deputado Luís Inácio Lula da Silva é o postulante do partido e deve ser um dos primeiros a se lançar. Como um dos mais fortes. O fato de possuir pouca formação cultural é um ponto que somará contra sua candidatura, principalmente entre a classe média. Apesar disso, o ex-metalúrgico usa chavões que o povo quer ouvir.

No PDT também não há disputa interna e o ex-governador Leonel Brizola vem se preparando para ocupar a Presidência há mais de 20 anos, na esperança de uma eleição direta, e de uma anistia que lhe propiciaria o retorno ao País. Ele enfrenta sérias resistências, mas está desenvolvendo um trabalho para derrubá-las, o que envolve contatos com militares. As propostas de Brizola são pouco conhecidas profundamente, mas seu discurso é dos melhores, com forte presença de vídeo. Numa disputa no segundo turno com Lula, o pedetista é a opção mais conservadora.

Crise

Quem enfrenta as maiores dificuldades



Liderança do PMDB defende que Ulysses tem chances reduzidas

des em definir-se em torno de um nome e o PMDB. O deputado Ulysses Guimarães é tido como o candidato natural, mas as principais lideranças do partido sabem que suas chances de êxito estão cada vez mais reduzidas, só não tendo coragem de expô-la à realidade. O PMDB procura outras alternativas a nível interno, mas não as têm encontrado, principalmente porque a derrota nas urnas enfraquece Alvaro Dias, Miguel Arraes, Waldir Pires e os demais governadores.

Emergido numa crise partidária das mais profundas, procurando sua própria identidade, setores do PMDB tentam outras alternativas, numa possível coligação com alguns partidos. As candida-

turas do empresário Antônio Ermírio de Moraes e do tucano Mário Covas, que saiu do PMDB para fundar o PSDB, estão sendo estudadas. A permanecer as classes internas e Ulysses não sendo o candidato, parte do partido pode apoiar um candidato e parte outra.

O possível apoio do PMDB a Antônio Ermírio de Moraes ou a Mário Covas insere-se dentro da proposta que foi defendida de forma pioneira pelo presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel (PE), de união das forças liberais e de centro. Só que a preferência de Maciel, bem como de outras lideranças da legenda consideradas modernas é pelo empresário e apresentador de televisão Sílvio Santos. Esse grupo não aceita a candidatura do ainda ministro Aureliano Chaves e ele próprio não está empenhado em ser candidato, podendo até abandonar a vida pública.

O ideal para o grupo moderno do PFL é a candidatura de Sílvio Santos com Maciel de vice. Apesar disso, no melhor estilo petetista, as conversas também estão sendo desenvolvidas com Covas e Antônio Ermírio. O PDS insiste em lançar seu presidente, o senador Ivo das Paes (PA), à Presidência, mas o partido pode se unir na candidatura de centro, sendo que o próprio Passarinho pode vir a ser o nome de consenso.

O grupo do PFL que apóia o Governo, ainda não está empenhado na candidatura consensual. Por um lado, diz que Aureliano seria seu candidato, mas podem optar pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, ou até por Jânio Quadros. O maior problema de Jânio, que já admitiu sua candidatura, é que não possui partido e, como regra, costuma passar por cima deles. Mas o quadro nacional, de crise e crescimento da esquerda, favorece Jânio, que tem bom discurso, inclusive na tevê, e demonstra autoridade. Contra ele, conta a idade, ou a síndrome Tancredo Neves, a mesma que prejudica Ulysses.

Covas pode representar candidatura de centro

Lançado como uma versão progressista do PMDB, o PSDB está sendo sondado para emprestar seu maior nome, Mário Covas, a uma candidatura liberal e centrada. Se Covas aceitar o papel, ganha o apoio de boa parte do empresariado, bem como da classe média. Dependendo da evolução do quadro, o senador tucano pode contar com a adesão do PFL, PDS, PTB e PMDB, ou, pelo menos, parte deles. Para compor a chapa de Covas, é cogitado o nome do ex-deputado e ex-líder do governo Figueiredo na Câmara, Nelson Marchezan. Inclusive, na última reunião do PSDB foi discutido o possível ingresso de Marchezan no partido, apesar dele poder disputar a vice pelo PDS, numa coligação.

Se Covas for o candidato liberal e centrado, como está sendo proposto, ele perde o apoio de boa parte de seu partido. Por isso, os tucanos estão estudando outros nomes. O senador Fernando Henrique Cardoso encaixa-se no perfil desejado pelos progressistas da sigla, mas o ex-governador Franco Montoro e até o senador José Richa (PR) são cogitados. Na semana que inicia, Covas deve retornar ao País e manter contatos com lideranças do PDS, PFL e PTB.

O senador Affonso Camargo (PR) já é considerado uma das opções para o PMDB na Câmara, deputado

Gastone Right (SP) prefere Antônio Ermírio de Moraes. Se o PTB lançar um candidato sem um acordo prévio com os demais partidos, a opção será por Camargo, mas se a legenda concorrer em coligação com outros, a preferência vai recair sobre o empresário paulista. Além disso, o PTB pode lançar a candidatura do general Leônidas Feres Gonçalves, ministro do Exército, que dificilmente aceitará entrar na disputa. Outra opção do PTB é Jânio Quadros, que está desligado do partido, mas foi eleito prefeito.

Outras candidaturas já foram lançadas e mais algumas serão definidas ao longo do próximo ano. Os objetivos dos lançamentos variam, para popularizar a proposta partidária ou para dar vazão a projetos pessoais, principalmente devido ao espaço na televisão. Num ou noutro contexto se inserem: Roberto Freire (PCB), Saturnino Braga (PSB), Maria Luiza Fontenelle (PH) e Fernando Collor de Mello (PJ), dentre outros. O importante a destacar é que estamos há quase um ano da eleição e nesse período o quadro político, que é muito dinâmico, vai alterar-se. Afinal, há alguns meses atrás ninguém diria que o PT iria eleger os prefeitos de Porto Alegre, São Paulo e Vitória. (Recife/ZH)



Mário Covas

PARTES ELEGÍVEIS

01.01

8900939

038

Coluna do Castelo

Candidatos e não partidos

Com seguro instinto, Leonel Brizola vem criticando a presença da Igreja Católica no debate político e a tomada de posição da sua ala dita progressista em favor do PT e do seu candidato a presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.



Para esses católicos de esquerda, o ex-governador do Rio não é suficientemente revolucionário para merecer a simpatia dessa Igreja militante, cuja visão espiritual está tão embebida da análise marxista da História que induz à inevitabilidade da luta de classes e a faz tomar posição por uma das partes em conflito.

Na verdade, Brizola aparentemente não ameaça a ordem econômica, não se propõe a ser presidente para comandar uma revolução nas estruturas da sociedade. Seu programa está desenhado na constância da sua atuação na vida pública e na fidelidade ao getulismo trabalhista, uma das vertentes do sistema comandado por Getúlio Vargas. Seus métodos de ação são populistas, favorecem o discurso direto e o apelo às massas. Em 1963-64 a curva do brizolismo atingiu seu ponto mais radical, quando o então deputado, desiludido da operação democrática que deveria desenrolar-se dentro do Congresso, pregou reformas *na marra* e constituiu os "grupos de onze" para uma pressão direta sobre a sociedade a fim de abrir caminho para sua ascensão ao poder.

A aventura, que no fundo o pôs em conflito com a liderança de João Goulart, cujo comportamento refletia de certo modo apreensões com o cunhado que ameaçava jogá-lo para segundo plano, iria prolongar-se ao período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Foi o momento em que, derrotado e exilado, cedeu ao impulso de tentar restaurar sua presença na política nacional pela via da luta armada. São conhecidas suas ligações com as primeiras etapas da guerrilha, logo porém abandonada pela verificação da sua impotência como meio de enfrentar o poder militar solidamente implantado no país.

Brizola ressurgiria mais tarde quando, por um erro dos comandos militares foi desalojado do Uruguai. Sem alternativa teve a inspiração de pedir asilo aos Estados Unidos, onde na plena convivência com instituições democráticas que lhe deram espaço para falar e discutir e para viver, iniciou sua aproximação com a social-democracia europeia, aprofundada em visitas a Portugal, Alemanha e França. Miguel Arraes, ainda no exílio, detectou a nova modalidade do brizolismo e tornou nítida sua desconfiança com as teses reformistas do antigo governador do Rio Grande do Sul, para ele a serviço ideológico do capitalismo europeu.

Tendo perdido a legenda do PTB num duelo com o general Golbery do Couto e Silva, Leonel Brizola fundou o PDT com o apoio de políticos oriundos do velho trabalhismo e alguns afirmados na luta contra o regime militar. Estigmatizado como um revolucionário pela sua ação nos primórdios do regime militar, o ex-governador tornou-se peça de fixação da resistência armada à liberalização das instituições. Hoje a tônica mais ortodoxa do brizolismo será a reminiscência do nacionalismo que o levou a desapropriar uma empresa americana que produzia e distribuía energia elétrica no Rio Grande, hoje um episódio remoto e menor da luta emancipacionista. Sua presença já não excita resistências na caserna e ele pode manter diálogos com militares como o general João Figueiredo e outros inseridos no sistema dominante e é vista, na atual correlação de forças, como o mal menor. O alvo principal passa a ser Lula e seu PT, cuja proposta democrática é iluminada pelo sonho da implantação do socialismo pela via não eleitoral.

Brizola tornou-se um candidato palatável para o sistema, na medida em que a periculosidade foi transferida para outra área. Isso ocorre no momento em que as decisões eleitorais passam a prescindir de partidos, escassamente representativos. A eleição do próximo presidente da República, num pleito singular, reduz mais ainda a perspectiva de serem os partidos políticos fator de decisão. Embora PDT e PT tenham crescido em novembro último e sobretudo o segundo tenha elevado grau de consistência na proposta e na organização dela resultante, a disputa será entre Brizola e Lula e, nessa perspectiva, abre-se lugar, à direita e ao centro, para Jânio Quadros e Mário Covas, enquanto se reduz o horizonte de candidaturas partidariamente estruturadas como a de Ulysses Guimarães. As alternativas para o centro e a direita são Sílvia Santos e Antônio Ermírio de Moraes, e não chefes de qualquer partido político.

À esquerda, já começaram, aliás, as escaramuças entre PT e PDT. Brizola já tem dado respostas a Lula e o deputado Fernando Lyra apontou o PT como uma federação de partidos de esquerda. Na realidade, o partido de Lula absorveu diversas legendas definidas ao longo da luta armada e dissidências comunistas. O *partidão* pensa manter identidade própria e lançará Roberto Freire como candidato. O mais famoso dissidente do PCB, Luís Carlos Prestes, situou-se ao lado de Leonel Brizola, com quem mantém ativa aliança.

Carlos Castello Branco

Conversa Fiada

O grande equívoco que está por aí é subproduto das eleições de 15 de novembro: a sucessão presidencial não merece a prioridade que os cavadores de prestígio lhe atribuem. O único problema continua a ser a inflação. Foi ela quem desviou o eleitor das suas tendências naturais e, se não for reduzida substancialmente, fará novos estragos.

A sucessão presidencial é matéria para competência especializada, e não amadorismo alvoroçado. A campanha só irá às ruas no segundo semestre de 89: portanto, há tempo de sobra. A atual improvisação mostra incapacidade de pensar politicamente. Não é possível obrigar o Brasil a ouvir uma conversa fiada em torno de nomes que sobraram do passado.

É brincadeira — e de mau gosto — uma sociedade com mais de 70 milhões de eleitores deixar-se abanar por um leque de pretendentes que perderam a sua oportunidade. Não existe qualquer compromisso com o passado, que tão bem (na verdade, tão mal) representam esses que freqüentem as especulações amadorísticas. São nomes residuais. O prefeito Jânio Quadros devia estar recolhido ao depósito de ex-presidentes. Continua a ser e não-ser pretendente. Não tem mais o que fazer, além de se retirar. O que fez na prefeitura de São Paulo é suficiente para aposentar-se por merecimento e antiguidade.

Outro pré-histórico da sucessão presidencial é Leonel Brizola, que outra coisa não fez na vida. É só candidato. As vezes em que governou o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro foi o descalabro. Jamais elegeu o sucessor. Precisa mais? Pior ainda é a absoluta ausência de idéias. São dois exemplares — Jânio Quadros e Leonel Brizola — de uma espécie política extinta, incapaz de montar um programa, de discuti-lo e deixar que o eleitor decida: eles são os programas. Dessa gente os brasileiros já estão fartos e não querem mais saber.

Outro tipo que está aparecendo agora é o dos que carregam o passado nas costas. Silvio Santos e Luís Inácio da Silva. São estivadores do atraso. Um animador de programa de auditório e outro animador de assembleias sindicais, barba hirsuta e voz grossa, mas idéias esqueléticas.

O Brasil merece melhor tratamento, e

gente mais habilitada. O mínimo que se pode dizer de todos eles é que formam a ala dos obsoletos. Nenhum tem a ver com a modernidade, pois são profundos desconhecedores das necessidades nacionais e repetidores de chavões que só abrem a porta do depósito das idéias mortas.

A sucessão não se fará com o amadorismo e o medo que tumultua as cabeças de empresários. O Brasil não está obrigado a escolher entre carcomidos por falta de imaginação dos coordenadores do medo eleitoral. A oportunidade da sucessão será excelente para se encontrar gente de melhor credencial. Não há pressa para a sucessão que pode esperar: os únicos interessados em deflagrar essa discussão de nomes são os carunchados sobreviventes do passado, sejam pretendentes ou fazedores de candidaturas.

São esses pressurosos mercadores de candidaturas que fazem oferta sem que haja procura para peças de museu. Nem ministros são poupados pelos especuladores da sucessão presidencial. Aureliano Chaves é cogitado por hipótese. Há quantos anos o ministro das Minas e Energia não disputa uma eleição pelo voto direto? O mínimo de antecedentes para alguém se habilitar a uma eleição direta é a familiaridade com o voto. Nem mesmo o ministro do Exército consegue se preservar das especulações porque os impacientes querem se garantir pelos dois lados: oferecem nomes civis sem esquecer militares. A hipótese com o nome do General Leônidas Pires Gonçalves é ditada pelo espírito da reserva de mercado. No fundo, nostalgia autoritária.

A corrida especulativa é o último espasmo do medo da democracia plena. O resultado da eleição municipal não foi analisado em termos políticos, mas engolido às pressas pelos que não entendem que derrota em eleição é absolutamente natural. Não aprenderam mas não têm o direito — esses corporativistas mal-acostumados — de arriscar o voto dos cidadãos em candidatos improvisados. A falta de idéias é o denominador comum desses agentes de candidaturas e pretendentes que não pretendem assumir compromissos e debater programas. O Brasil quer, desta vez, uma sucessão, e não mais uma embromação.

J Z

6/12/88 -

1

CH

Coluna do Castello

Maciel acredita na aliança do centro

O senador Marco Maciel acredita que possa dar certo a aliança de partidos que se dispõem a enfrentar no próximo ano as candidaturas já firmadas à esquerda, como as de Leonel Brizola, Luís Ignácio da Silva e já agora a de Roberto Freire. Interesses políticos superiores poderiam conduzir PFL, PDS, PL, PTB, PSDB e dissidência do PMDB a um acordo em torno de uma só candidatura a ser proposta como referência do centro na disputa pela presidência da República. O grupo que já tem se reunido — fato que por si só indicaria a praticabilidade da ideia — conta com um elenco de nomes da esquerda para a direita. Eles incluem o senador Mário Covas ao showman e empresário Sílvio Santos, passando por Aureliano Chaves, Jarnas Passarinho, Aílson Camargo, Antonio Ermirio de Moraes e o próprio senador de Pernambuco.



O pluripartidarismo que emergiu das urnas de novembro como uma realidade terá de ajustar-se à disputa majoritária, em dois turnos, prevista pela Constituição e a prevalecer a partir de 1989. Ao mesmo tempo a visível desintegração do partido majoritário, que saiu bastante ferido das urnas, impõe a composição de uma frente partidária que resista ao avanço dos radicais rumo ao poder. O PFL foi um dos vitoriosos no pleito municipal, diz Maciel, tendo eleito 1.500 prefeitos e milhares de vereadores no país. Ele hoje é o segundo, mas bastante próximo do primeiro. Os demais partidos que estão admitindo conversar também tiveram presença eleitoral importante. O PT e o PDT beneficiaram-se de resultados mais visíveis. Não seriam contudo mais importantes do que os obtidos pelos liberais.

Numa conjugação de partidos exclui-se a prioridade a nome de qualquer deles. Não há candidaturas imperativas. No caso do PFL o candidato habitualmente apontado como sendo da preferência do seu eleitorado, o ministro Aureliano Chaves, teria criado dificuldades entre seus correligionários com sua insistência em servir a um governo do qual o partido queria se afastar. Reconhece no entanto que o episódio da greve dos petroleiros deu a Aureliano oportunidade de recompor e fortalecer sua imagem junto à opinião pública. Maciel não fala no assunto, mas é claro que sua presença no caminho do partido e os resultados das urnas projetam novamente seu nome numa lista de candidatos.

F. Br. (Det. Ex.)

PARTES POCO LEGÍVEL

01.02

8900942

O senador Covas, que se define como alguém à direita de Lula mas à esquerda de Ulysses, poderia dar um certo ~~alarme~~ à coligação de centro, enrubescendo talvez a sua face. Já a de Passarinho criaria o efeito oposto. O empresário Antonio Ermino de Moraes, a exemplo de Jânio Quadros, sempre diz que não é candidato, mas o fato é que não resiste à tentação de checar sua popularidade em passeios pelas ruas de São Paulo seguindo o roteiro do seu amigo Roberto Gusmão. Sílvia Santos é um caso à parte. O empresário de televisão já se encontrou duas ou três vezes com o senador, que programava encontrá-lo novamente ainda esta semana, tal como pretendia fazer também com Aureliano, o qual, tendo torcido um pé, permaneceu em Belo Horizonte.

Santos não exclui a idéia de candidatar-se mas não se comprometeu ainda com ela. Homem arguto e precavido, segundo a avaliação de Maciel, conversa mas sem se comprometer. O presidente do PFL acha válida e justificada a aproximação do seu partido com o dono da TVS. No fundo ele pensa que se Ulysses e o PMDB cortejam Roberto Marinho nada impede que outros procurem o diretor de uma rede de televisão de extensa penetração nas camadas mais pobres da população. Se Sílvia Santos quiser ser candidato o partido examina a hipótese. Se não o quiser ficará a convivência com um poderoso comunicador de massas cuja influência não deve ser negligenciada. Afinal o eleitorado nem é todo ele de classe média nem de classe alta. A massa está nos escalões menos sofisticados socialmente.

É curioso observar como mesmo nas conversas mais soltas o senador Marco Maciel não alude à possibilidade de Jânio Quadros ser candidato por uma coligação de centro ou pelo seu partido. Aparentemente tal hipótese não existe.

F. C. (Lund)

ZERO HORA - Quinta-feira, 11.12.66 - PÁGINA 10

Brizola será lançado à sucessão em março

Até lá, o PDT vai trabalhar para estruturar a campanha

Os membros da comissão suprapartidária em favor da candidatura de Leonel Brizola decidiram que o nome do ex-governador do Rio será lançado à sucessão de Sarney somente em março. Até lá, o PDT vai trabalhar para estruturar a campanha. Ficou de ser decidido oportunamente se o lançamento da candidatura presidencial de Brizola será feito em São Paulo (maior colégio eleitoral do País) ou no Rio. Uma terceira corrente defende o lançamento no Acre, porque foi no extremo Norte do País que Getúlio Vargas lançou sua candidatura à Presidência em 1950.

A informação foi dada por dois membros da comissão, os deputados federais Brandão Monteiro (líder da bancada) e Fernando Lyra (de Pernambuco e apontado como eventual vice de Brizola), que foram para a reunião em São Paulo depois de participarem de encontro semelhante em Santa Catarina. Uma das preocupações da comissão é descobrir a melhor fórmula para que Brizola se projete em São Paulo: o ex-governador sabe que se concentra em São Paulo um quarto do eleitorado brasileiro. Atualmente, o Estado de São Paulo tem 17 milhões de eleitores de um total de 75 milhões em todo o Brasil.

General

O encontro, em março deste ano, de Leonel

Brizola com militares, entre eles o general de brigada Oswaldo Pereira Gomes, não foi secreto, até porque o general, como assessor jurídico e parlamentar do ministro do Exército, desde o início da Constituinte, estava autorizado a estabelecer contato com todas as áreas políticas relevantes. Esta explicação foi dada ontem pelo próprio general Oswaldo Pereira Gomes, ao falar sobre matéria divulgada pela "Folha de São Paulo", que noticiou um encontro "secreto" entre ele e Brizola.

O assessor jurídico e parlamentar do ministro Leônidas Pires Gonçalves explicou: "Não fui enviado ao encontro como delegado do ministro e sim por iniciativa própria." Disse que a reunião foi "na casa de um amigo maranhense, o deputado federal Brandão Monteiro, líder do PDT na Assembleia, com a presença de diversas pessoas, inclusive militares."

O encontro só não foi divulgado, segundo explicou o general, porque o Exército tem por praxe a discreção, "especialmente no campo político e todos os encontros de que participei com as várias correntes políticas tiveram essa característica." O objetivo destes encontros foi procurar esclarecer e informar aspectos de interesse da força terrestre na feitura da Constituição, segundo disse o general Pereira Gomes. (A/E/Brasília/2H)

01.01

8900943

CPI da Corrupção aprova relatório

BRASILIA — Após sessão de cinco horas e meia, sem intervalo, a CPI da Corrupção encerrou seus trabalhos e aprovou o relatório do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) que sugere o enquadramento, por crime de responsabilidade, do presidente José Sarney, dos ministros dos Transportes, José Reinado Tavares, da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, e do consultor-geral da República, Saulo Ramos. O mesmo relatório pede o indiciamento criminal de mais 27 pessoas, entre elas o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, por corrupção, falsidade ideológica, prevaricação e supressão de documentos.

O enquadramento do presidente José Sarney, dos ministros e do consultor-geral da República será pedido pelo presidente da CPI, senador José Inácio Ferreira (PMDB-ES), a Mesa da Câmara dos Deputados, na condição de cidadão comum, conforme determina o artigo 14 da Lei 1.079/50.

— Cabera ao Ministério Público abrir o processo contra aqueles que, segundo as provas colhidas pela Comissão, cometeram crimes — disse o senador.

A CPI da Corrupção foi instalada há um ano. Deveria apurar irregularidades praticadas pelo ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira. Dos 11 integrantes da CPI, apenas o senador Alexandre Costa (PFL-MA) procurou contestar o relatório de Carlos Chiarelli. Os outros 10 — o presidente José Inácio Ferreira não votou, mas dirigiu os trabalhos de maneira a beneficiar os favores ao relatório — iniciaram os trabalhos predispostos a aprovar o relatório, composto de mais de 400 páginas.

A disposição dos titulares em aprovar o relatório de Chiarelli era tamanha que nenhum deles faltou. Votaram Sim os senadores Jutai Magalhães (PMDB-BA), Mendes Canale (PMDB-MS), José Paulo Bisol (PSDB-RS), Severo Gomes (PMDB-SP), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Afonso Camargo (PTB-PR), Itamar Franco (PL-MG), Chagas Rodrigues (PSDB-PI) e Maurício Correia (PDT-DF).

Maciel responde — “O ministro Antônio Carlos Magalhães não deve considerar isso irregular, pois ele mesmo pediu várias autorizações”, afirmou ontem o presidente do PFL, senador Marco Maciel, acusado no dossiê preparado pelo ministro das Comunicações contra o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) de assinar pedidos de liberação de verbas feitas a Sepian sem autorização do presidente José Sarney. Maciel explicou que esse é “um procedimento rotineiro” na chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, cargo que ocupou no período das denúncias. Tal procedimento, assegura o ministro, é praticado até “no atual ministro Ronaldo Costa Couto”.

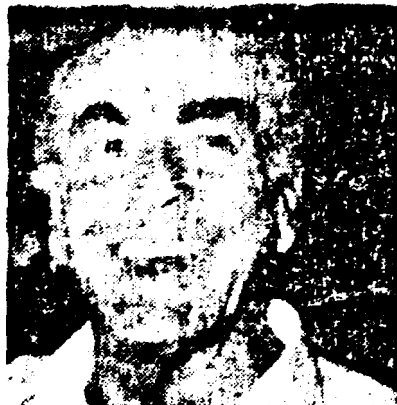
— Foi uma provocação política do ministro Antônio Carlos Magalhães, devido a nossa divergência em relação ao governo — afirmou Maciel, garantindo que o senador Chiarelli era dos que menos pediam sua assinatura na liberação de verbas pela Secretaria de Planejamento da Presidência. Maciel disse ainda que a Sepian tem dotação orçamentária especial para atender a pedidos de políticos e lideranças encaminhados pelo Gabinete Civil. O ministro acrescentou que já encontrou “isso implantado”.

Campanha de Brizola começa em março no Acre

SAO PAULO — A campanha presidencial do ex-governador Leonel Brizola começará oficialmente em março e o local do primeiro comício poderá ser Rio Branco, capital do Acre. Embora Rio e São Paulo sejam outras opções em exame, o deputado Brandão Monteiro (RJ), dirigente do Movimento Nacional Leonel Brizola — criado para atrair apoio de fora dos quadros do PDT —, justificou a inclusão de Rio Branco: "Lá, em 1950, Getúlio Vargas começou a vitoriosa campanha para a Presidência".

"O Brizola terá de ser um caminhante, porque não tem jornal nem televisão", disse o deputado Fernando Lyra (PDT-PE), coordenador da campanha. Caberá a Lyra fazer a lista de 400 municípios que Brizola não poderá deixar de visitar. Considerados "municípios-pólos", esses 400 pontos ficarão subordinados aos "centros de organização" da campanha, que serão instalados em sete capitais: Brasília, Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Curitiba.

A estratégia do PDT está montada no pressuposto de que Brizola tem



Leonel Brizola

votos para vencer a eleição de presidente da República já no primeiro turno. De acordo com a Constituição, só haverá segundo turno se nenhum candidato obtiver 51% dos votos válidos na eleição de 15 de novembro. Nesse caso, concorrerão a segunda eleição, em dezembro, somente o primeiro e o segundo colocados no primeiro turno.

"Vamos trabalhar para eleger Brizola no primeiro turno e jogar muito

com o número 51, que representa 51% dos votos", disse Brandão Monteiro. "O Nordeste será para Brizola o que foi a Baixada Fluminense em 1982", comparou. Os votos dos eleitores da Baixada decidiram em favor de Brizola a eleição para o governo do Rio de Janeiro, em 1982.

□ O Centro de Comunicação Social do Exército divulgou nota oficial em que afirma que "não se tratou de um encontro secreto" a conversa entre o ex-governador Leonel Brizola, presidente do PDT, e o general de brigada Oswaldo Pereira Gomes, assessor parlamentar do Ministério do Exército. A nota destaca, ainda, que o general compareceu ao encontro com Brizola por iniciativa própria e não como enviado do ministro Leonidas Pires Gonçalves. Brizola e o militar se encontraram em março, no apartamento do então líder do PDT na Câmara Federal, deputado Brandão Monteiro, estando presente ainda o deputado Noel de Carvalho, atual prefeito eleito de Recife. A conversa versou sobre temas políticos.

Pesquisa realizada em dez capitais brasileiras, com mais de 5.000 pessoas, indicou um empate técnico entre os dois presidentiáveis. Lula vem em terceiro lugar, seguido por Mário Covas, Jânio e Ulysses, bem abaixo

Brizola e Sílvio Santos favoritos à Presidência

A julgar pelos resultados de uma pesquisa da Datafolha, feita em dez capitais brasileiras em 23 e 24 de novembro, se o primeiro turno das eleições presidenciais fosse realizado agora, o presidente do PDT, Leonel Brizola, e o empresário e animador de TV Sílvio Santos disputariam o segundo turno dessas eleições — em que concorrerão apenas os dois mais votados no turno anterior. Os dados dessa pesquisa foram divulgados ontem pelo jornal Folha de S. Paulo, em matéria assinada por Clóvis Rossi.

Aos entrevistados foram apresentadas duas listas: uma com os presidentiáveis convencionais, que atuam sistematicamente na política partidária; outra incluía os nomes de dois empresários que podem surgir como candidatos por alguma legenda partidária — Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) e Sílvio Santos (Sistema Brasileiro de Televisão e Bani da Felicidade).

Brizola (39%) e Sílvio Santos (39%) estão tecnicamente empatados no primeiro lugar, segundo a pesquisa, quando esta incluiu os nomes dos dois empresários. Já o provável candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que em pesquisas anteriores atingiu 10% das intenções de voto para presidente, subiu para 14%, ficando em terceiro lugar. Quando a



Brizola: empate técnico

pesquisa não incluiu o nome dos dois empresários, Lula fica em segundo lugar, com 17%, sete pontos percentuais atrás de Brizola. Foram ouvidas 5.408 pessoas nas dez capitais pesquisadas.

Os outros

Mário Covas, que aparece em terceiro

lugar na primeira parte da pesquisa, com a inclusão dos dois empresários, baixa para o quinto lugar, com 7%, sendo superado também por Ermírio (11%). Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e Jânio Quadros, prefeito de São Paulo, empatam nas duas situações, com 7% das intenções de voto sem a participação de Sílvio Santos e Ermírio, e 6% com a inclusão destes. O penúltimo colocado é o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, e o último é Afonso Camargo Neto (PTB-PR).

Mas se a eleição for decidida pela preferência partidária, o PT dispara, com 27%, seguido pelo PMDB (11%), PDT (10%), PDS (5%) e PTB (2%). Na pesquisa estimulada por cartão com o nome dos candidatos, apenas 29% dos consultados não escolheram candidato. O índice é bem inferior ao que aparecia nas pesquisas até a reta final das eleições de 1984. Mas na pesquisa espontânea (sem apresentação de nomes) a indefinição sobe para 59%. Perguntados sobre quem acham que vencerá a eleição — independentemente de sua escolha pessoal — os entrevistados apontam Brizola (39%) e Lula (15%), seguidos de Ulysses Guimarães e Mário Covas (11%), empatados.

Líder do PDT acusa Igreja de favorecer PT

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, condenou, em entrevista concedida ao jornal O Globo, de ontem, a Igreja por "ter organizado nacionalmente o PT, "uma frente que veio de nós, com suas carrocinhas, e levou os escombros do PMDB". Brizola acha que, ao atuar na organização de uma agremiação política, o Clero discrimina os outros partidos e fere o princípio republicano que separa a Igreja do Estado:

"A Igreja é a mãe de todos. Eu gostaria que ela fosse de todos, que tratasse os partidos de forma igual, sem tutela — afirmou, acrescentando que historicamente a Igreja sempre foi contra a reforma agrária e que as formas de luta dos sem-terra usadas atualmente foram copiadas dos círculos operários que os seguidores de Getúlio Vargas ajudaram a organizar no Rio

Grande do Sul.

Brizola afirmou que, nas eleições, o PT foi beneficiado pela desagregação do PMDB e convocado pela História para dizer a que veio. "O PT está em lua-de-mel com o sucesso, pois quem nunca comeu mel quando come se lambura. O PT está andando as vertigens das alturas e nós ainda vamos trocar coturnos das. Mas isso não inviabiliza o processo social que colocará, de um lado, o conservadorismo arraigado e, de outro, as forças populares. Por isso não vejo possibilidade de uma polarização nas eleições presidenciais entre Lula e eu" — acrescentou Brizola, para quem as forças conservadoras terão dificuldades de formar uma frente única contra o que chamou de forças populares. (AG)

Lula não acredita em frente contra ele

O deputado Luís Inácio Lula da Silva disse ontem, durante reunião da direção executiva nacional do PT, que não acredita na formação de uma frente de centro para impedir o avanço político de seu partido. Para Lula, é inconcebível que o senador Mário Covas coabite com o deputado Paulo Mahuf em uma mesma frente política. Segundo ele, "isso não seria uma frente, seria um samba do crioulo doido".

Ele disse ainda que se sente satisfeito com o apoio que parcela da Igreja dá ao seu partido e salientou que o ex-governador Leonel Brizola erra ao criticar a Igreja, pois entende que é preferível vê-la ao lado da esquerda do que apoiando os militares, como em 1964.

— Há quem diga que o Covas é de

direita, de centro e até de esquerda, assim como dizem muita coisa a meu respeito. Politicamente, não vejo condições de se juntar numa mesma frente políticos como Covas, Mahuf, Quéricia e Ulysses Guimarães. O povo não daria crédito a uma coisa dessas — disse Lula.

Manifestando preocupação com os acontecimentos na Argentina, Lula salientou que não acredita que a tentativa de golpe naquele país possa se repetir no Brasil porque "seria imediatamente repudiada pela população".

— As declarações do presidente Sarney dizendo que vem um socialismo autoritário por aí tem o sentido de tumultuar o processo sucessório. Penso que qualquer governo que for comparado ao de Sarney será tido como

socialista, tal a mediocridade do governo que o presidente vem fazendo — disse Lula, acrescentando que não está preocupado com o que pensam os militares considerados duros e que o PT fará um governo onde todos terão os mesmos privilégios, "vistam o mesmo uma farda".

Lula afirmou que, desde já, o PT está prevenido para os problemas que enfrentará nas prefeituras onde foi eleito: "O prefeito de Porto Alegre anistiou milhares de devedores da Prefeitura e o prefeito Jânio Quadros não resolve a questão do IPTU e concedeu um aumento nas passagens de ônibus de 50%. Tudo isso são problemas que o PT terá que enfrentar logo que assumir", concluiu o deputado. (AG)

038



Maluf: oposição a Sarney

Maluf quer candidato anti-esquerda

Pregando o lançamento de uma candidatura de oposição ao presidente Sarney, para a Presidência da República, através da união do PDS e do PMDB, como forma de "barrar o crescimento da esquerda", o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, do PDS, disse ontem, em entrevista em Belo Horizonte, após se encontrar com o governador Newton Cardoso (PMDB), que Sarney "está errando demais".

Segundo Maluf, Sarney está descumprindo o compromisso que fez, ao assumir a Presidência da República, ao permitir a continuidade do déficit público, ao fazer caminhar o processo de privatização e por não restaurar sua autoridade. Ele conversou durante cerca de uma hora com o governador Newton Cardoso, no Palácio dos Despachos.

Somos contra a inflação de 30% ao mês, os muitos escândalos e a impunidade dos responsáveis. E achamos que o Gover-

no Federal está errando muito. Mas a solução para esta situação não é a esquerda rasgar a Constituição e pregar luta armada e a invasão de terras - disse Maluf.

Ele se recusou a comentar se o nome do senador Mário Covas, do PSDB, poderia receber o apoio dos articuladores da candidatura de centro, para impedir a vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola.

Disse que não propôs ao governador de Minas a formação de uma chapa com seu próprio nome e o de Newton Cardoso, e assegurou que não será candidato. Mas revelou que o PDS poderia apoiar o nome de Cardoso, além de outros, que não quis citar. Maluf disse também que percorrerá o País, a partir de janeiro, pregando o lançamento de uma candidatura de centro que garanta a continuidade da democracia no País. (AJB)

2. HORA 6/12/88

34 6/12/88
F. Por (Candidat.)

098

J. (ex. (Cual.))

24 5/12/88 -

Brizola leva Carrion à reunião socialista

Leonel Brizola embarcou ontem à noite para Paris, onde participa do Congresso da Internacional Socialista. Como convidado do líder nacional do PDT, também viajou para participar do congresso o deputado Carrion Júnior, recentemente filiado ao PDT, pois pertencia ao PMDB.

Brizola falará na abertura do congresso, amanhã, e deve retornar juntamente com Carrion e os demais membros da comitiva - Bocaluza Cunha e Roberto D'Ávila - no próximo fim de semana.

2 Hora 5/12/88

01 . 01

8900957

DS 8

6. 12. 88. (12/12/88)

Brasil-URSS

A União Soviética vai colaborar com o Governo brasileiro em projetos de irrigação e na aplicação de técnicas de dessalinização de águas. A informação é do ministro do Interior, João Alves, que recebeu ontem em Brasília uma delegação soviética que deverá visitar os projetos de recursos hídricos brasileiros. A visita já é um resultado da recente viagem do presidente Sarney à União Soviética, quando foram assinados diversos acordos de cooperação técnica e comercial. Segundo o ministro do Interior, a delegação soviética percorrerá os Estados de Pernambuco e Ceará, acrescentando que um novo encontro com a delegação já está marcado para esta sexta-feira, quando serão definidas as primeiras atividades a serem desenvolvidas. Ele acredita que os projetos brasileiros mais adequados ao aproveitamento da tecnologia soviética são o plano de adutoras para o Nordeste, dessalinização das águas do subsolo, bem como o projeto de irrigação para a Lagoa Mirim, no Rio Grande do Sul. A União Soviética possui larga experiência nesta área, tendo desenvolvido um programa para irrigar 32 milhões de hectares, já aproveitadas para a agricultura e aumento da produção de alimentos. (Radiobrás)

2HORA 1/12/88

PARTES POCO LEGÍVEL

F. P. C. (P. R. i.)

ZERO HORA — Quinta-feira, 1.º de maio — PÁGINA 8

Como resultado da aprovação do relatório do senador Carlos Chiarelli, da CPI da Corrupção, José Inácio Ferreira encaminha hoje, à Câmara, o pedido de impedimento do presidente da República, por crime de responsabilidade

Presidente da CPI pede à Câmara impeachment de Sarney

O presidente da CPI da Corrupção, José Inácio Ferreira (PMDB-ES), oferece hoje à Câmara dos Deputados um pedido de impeachment do presidente da República, José Sarney, por crime de responsabilidade. Estão sendo também acusados do mesmo crime os ministros Mafalon da Nóbrega (Fazenda), João Batista de Abreu (Planejamento) e José Reinaldo Tavares (Transportes). O relator da CPI, Carlos Chiarelli (PFL-RS), acredita que o consultor geral da República, Saulo Ramos, "por conação, também será julgado pela Câmara dos Deputados por crime idêntico".

A decisão dos senadores é respaldada na aprovação, por maioria absoluta, do relatório do senador Carlos Chiarelli, indiciando membros do Poder Executivo e o próprio presidente da República.

O pedido de impeachment a ser apresentado à Câmara dos Deputados, no entender do relator, seguirá tramitação normal.

Se os deputados aceitarem a denúncia, votando o impedimento do presidente, restará ao Senado deliberar apenas se o afastamento será permanente ou temporário.

Aprovação

A CPI da Corrupção aprovou ontem, em sessão que durou seis horas, com o voto contrário apenas do senador Ale-

xandre Costa (PFL-MA), o parecer do relator, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), que recomenda a instauração de processo contra o presidente da República, José Sarney; os ministros da Fazenda, Mafalon da Nóbrega; do Planejamento, João Batista de Abreu, e dos Transportes, José Reinaldo Tavares. E o consultor-geral da República, Saulo Ramos, por crime de responsabilidade. Chiarelli recomenda ainda em seu relatório que o Ministério Público instaure processo penal e civil contra o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira e mais 24 prefeitos e funcionários públicos.

Em votação preliminar, a CPI entendeu que é autônoma para encaminhar suas decisões, independentemente do plenário. Também com o voto contrário do senador Alexandre Costa. Esta decisão da CPI foi tomada antes mesmo que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado se pronunciasse sobre uma consulta do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), sobre o assunto.

A última sessão da CPI, que durou oito meses para concluir seus trabalhos, durou seis horas ininterruptas.

Autonomia da CPI

Desde o começo, os senadores Odair Soares (PFL-RO) e Marcondes Gadelha

(PFL-PB), líder do PFL, tentaram obstruir a reunião. Eles argumentavam que a CPI não poderia tomar decisões sem conhecer a resposta da Comissão de Constituição e Justiça à consulta de Lucena. Eles tentaram convencer os membros da CPI de que o encaminhamento das decisões da CPI dependeria da aprovação do plenário.

No entanto, para os membros da comissão, o artigo 55, parágrafo 5 da atual Constituição dá autonomia para que a comissão parlamentar de inquérito adote a providência que considerar necessária à apuração de responsabilidades. Durante a votação, os senadores deixaram claro que não estavam julgando ninguém, apenas apresentando denúncias e as encaminhando para que os órgãos competentes abram o inquérito, segundo interpretação do próprio presidente da CPI, José Inácio Ferreira (PMDB-ES).

O processo contra o presidente da República é recomendado no relatório por ele ter assinado decreto autorizando alocação de recursos para obras, quando não havia sido o orçamento para elas. No final da sessão, o senador Carlos Chiarelli comentou que "apesar das intrigas e ameaças fez-se justiça". Para ele, a aprovação do seu relatório, bem como todo o trabalho realizado pela CPI, era demonstração de que a "imagem do homem público e do político estava sendo restaurada". (AG)

ES 8

Chiarelli responde às acusações de Magalhães

Por SANDA CRESPO
Rio de Janeiro

"Ser acusado por quem não tem estôdo de dignidade passa a ser um elogio". Assim o relator da CPI da Corrupção, senador Carlos Chiarelli (PSL-RS), respondeu ontem aos ataques a ele dirigidos pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Durante o discurso de 40 minutos aos membros da Comissão, o parlamentar gaúcho colocou seu cargo (de relator) à disposição da presidência. "Não vou me retratar, não vou me ajoelhar. Não retifico nada e mantenho minhas posições", concluiu Chiarelli, ao comentar cada uma das acusações do dossê divulgado pelo ministro.

O relator da CPI frisou que sempre esteve consciente das dificuldades de sua tarefa. "mas nunca pensei que ela me levasse ao submundo do gangsterismo, dos negócios cínicos e dos apelos morais, mas apenas ao conflito de interesses". Segundo ele, o dossê de Antônio Carlos Magalhães "é uma coisa imunda, triste e lamentável".

Sobre a acusação de estar recebendo salário sem dar aulas na Universidade



Chiarelli rebate acusações

Católica e Faculdade de Pelotas, Carlos Chiarelli foi categórico: "Não recebi qualquer pagamento, pois me licenciava por qualquer ausência para as Faculdades, apesar de ter lecionado durante 11 anos de minha vida". Irônico, ele colocou à disposição de entidades filantrópicas todas as supostas remunerações recebidas como "professor-fantasma".

Cebolas

Em relação à venda de 70 mil toneladas de cebolas podres à Cobal — que, segundo o dossê, teve a participação de Chiarelli — ele destacou que o equívoco começa pelos números. "Na verdade, não passam de 60 toneladas; o dossê do ministro bateu o recorde de todas as safras de cebola do Rio Grande do Sul", esclareceu, frisando que, na ocasião, intercedeu em favor de pequenos agricultores, "como o fizeram políticos gaúchos de todos os partidos".

O relator da CPI também falou sobre as acusações de que recebia de entidades privadas para sua "reserva técnica". Segundo ele, o dinheiro recebido refere-se aos depósitos que fez ao longo de 11 anos em favor da Aplub, instituição de previdência privada de professores universitários.

Informando que processará Antônio Carlos Magalhães por calúnia, Chiarelli chamou-o de "ministro imundo, que sempre fugiu do debate e passou oito anos vasculhando a minha vida, gastando não sei quanto de verbas dos cofres públicos".

Sarney não merece, diz o ministro do Gabinete Civil

O indiciamento do presidente José Sarney por crime de responsabilidade, pela CPI da Corrupção, aprovado ontem, "é algo que ele não merece, por sua vida pública, pela seriedade que tem e pelo serviço que está prestando ao País", considerou ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil. O general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi informado da votação da CPI por Costa Couto, que ainda informou o presidente, antes de ele voltar ao Brasil.

Alertou que o Governo está examinando a moldura jurídica da CPI, destacando que a questão política diferencia-se do problema da justiça e da injustiça. "O País precisa de paz e união para a construção democrática, com muita calma e respeito. Independente das opções ideológicas ou dos projetos políticos, a hora é de ganhar da inflação e promover o desenvolvimento. Isso é o que o povo quer", afirmou Costa Couto, completando que existe uma divergência se o plenário do Senado precisa aprovar o parecer ou se a decisão da CPI vai direto para a Justiça. (Brasília/DF)

24. 11/2/88

098

F.R.

POLÍTICA

Dez senadores vão requerer o enquadramento de Sarney

A Câmara receberá hoje a denúncia contra o presidente

Os dez senadores que votaram a favor da aprovação do relatório do senador Carlos Chiarelli na CPI da Corrupção — e não apenas o presidente da comissão, senador José Ignacio Ferreira (PMDB-ES) — vão requerer à Câmara dos Deputados o enquadramento do presidente José Sarney e dos ministros da Fazenda, Mallico da Nobrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, e dos Transportes, José Rinaldo Tavares, por crime de responsabilidade.

“Nós — senadores Mendes Canale (PMDB-MG), Juracy Magalhães (PMDB-BA), Severo Gomes (PMDB-SP), José Paulo Buel (PMDB-RS), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Afonso Camargo (PTB-PR), Ilamar Franco (PL-MG), Chagas Rodrigues (PMDB-PI) e José Ignacio Ferreira — vamos requerer o enquadramento do presidente e seus ministros como cidadãos,

conforme estabelecido a Lei 1.079, de 1960”, disse o senador Maurício Correa (PDT-DF).

O senador José Ignacio adiou para hoje a apresentação da denúncia contra Sarney, segundo um funcionário do seu gabinete, ele já redigiu o documento que encaminhará ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e só não apresentou ontem porque precisou viajar às pressas para São Paulo.

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado adiou para quarta-feira a decisão sobre o encaminhamento do relatório da CPI da Corrupção ao Ministério Público. Ou seja, se essa data será definida se o documento — que incrimina Sarney, ministros e funcionários públicos — irá diretamente ao Ministério Público ou se deverá passar pelo crivo do plenário do Senado.

As opiniões se dividem na Câmara dos Deputados sobre a possibilidade de votar o documento da CPI, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Santana, disse que ele não passa “de uma tentativa de criar um clima de instabilidade no País”. O ex-líder do PMDB na Assembleia Constituinte, deputado Nelson Jobim, considera inevitável, se isso acontecer, a explosão de uma crise política institucional.

Os deputados estaduais do PFL, quando enviaram ontem telegramas ao presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, exigindo a expulsão do partido do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, por ele ter divulgado um “boato” com denúncias e críticas contra Chiarelli. (AJB/AR/SH/Brasília)

ZERO NOVA em São Paulo, 18.11.85, PÁGINA 2

Em fevereiro Janio se lança à sucessão

O prefeito Janio Quadros anunciará sua candidatura à Presidência da República nos primeiros dias de fevereiro, quando estiver regressando de viagem que fará aos Estados Unidos, a partir do dia dois de janeiro. Segundo amigos do prefeito, o seu afastamento do cenário nacional pelo prazo de um mês será proposital. Quando estiver de volta, acredita que as demais candidaturas estarão delineadas, permitindo-lhe assumir perante o eleitorado o compromisso de combater os concorrentes de esquerda, como Lula e Leonel Brizola.

O governador da Bahia, Waldir Pires, admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de ser candidato à Presidência da República, pelo PMDB, ao comentar o fato de o seu nome ser o preferido pela maioria da bancada gaúcha do partido. Na última segunda-feira, ele havia declarado não ver condições objetivas para a sua candidatura, principalmente em função da campanha eleitoral da Bahia e a limitada expressão econômica do Norte, em relação aos estados do Sul, mas mudou de idéia.

A quase um ano de sua realização, as eleições presidenciais já provocam debate no Congresso Nacional, sendo a divisão do tempo da propaganda gratuita no rádio e na televisão a questão que mais divide os partidos. Os pequenos detestam a divisão em tempos iguais entre todos os partidos, mas o PMDB e o PFL defendem uma fórmula mista: metade em partes iguais e metade de acordo com a representação no Congresso. (AQ/AJB)

01.01

8900964

Comunistas mudam sua orientação

Com o resultado das eleições, os comunistas tomaram uma decisão — a partir de agora abastecer preferencialmente à esquerda do processo político brasileiro. As coligações não mais serão feitas, como até então, com partidos de direita, como PFL e PDS. Mesmo o PDT de Leonel Brizola está excluído das preferências do PCB. Na tentativa de marcar um perfil ideológico mais denso, os comunistas iniciarão, ainda, longo caminho rumo à uma participação mais ativa dentro do movimento sindical, deixando de lado a CGT de Joãoquimão e Luiz Medeiros, para aliar-se definitivamente à CUT.

As urnas trouxeram um coeficiente "deficitário" aos PCs. Nenhum deles conseguiu fazer uma prefeitura sequer. O PCB fez apenas 11 vereadores nas capitais. Foi batido pelo PC do B, que diz ter feito 17. Os dados são ainda preliminares, mas suficientes para detectar uma preferência do eleitorado por outro partido socialista, o PT, que ganhou 828 cadeiras de vereador em todo o País, 47 delas nas capitais.

Apoio ao Cruzado

Foi o único, também, que saiu vitorioso na

disputa pelas prefeituras — fez 87. Os motivos da baixa expressividade dos PCs se amontoam. Vêm desde o apoio ao Plano Cruzado, passam pela participação ativa nos diversos pactos que não deram em nada, e chegam às composições para disputar as eleições do último dia 15. No Piauí, o PCB uniu-se ao PDS. No Rio Grande do Norte, ao PFL e PDE. No Tocantins, Aldo Arantes, do PC do B, subiu em palanques para defender a candidatura de Siqueira Campos, do PDC, que atuou ao lado da ditadura.

O PCB foi mais feliz onde uniu-se ao PT, como em São Paulo e Porto Alegre. Outros componentes são usados para explicar os poucos votos comunistas. O deputado Augusto Carvalho (DF) e Carlos Alberto Torres, derrotado em 86 quando pleiteou o Senado, explicam que o longo tempo de clandestinidade em que permaneceram, e, ainda, o estigma criado pela ditadura contra a sigla comunista, contribuíram para o resultado dessas eleições. Eles destacam também o pouco tempo de prática eleitoral dos dois partidos, que só chegaram a concorrer em 86, enquanto o PT está disputando desde 82. (ANDA)

2. HORA 5/12/88

5/12/88
F. L. (84. 24. 86.)

UDR terá candidato para enfrentar esquerda em 89

098

PORTO ALEGRE — O presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, disse que a entidade indicará um candidato à Presidência da República que possa, com carisma e um programa político, contrapor-se ao ex-governador Leonel Brizola (PDI) e ao deputado Luís Ignácio Lula da Silva (PT). A UDR tentará, ainda, convencer as principais lideranças políticas do país a lançar no máximo dois nomes a favor da livre iniciativa, para que não haja pulverização de votos, impedindo-se assim que Brizola e Lula cheguem juntos ao segundo turno da eleição.

Depois de percorrer oito cidades gaúchas, inclusive Porto Alegre, onde falou a empresários, Ronaldo Caiado prometeu uma intensa mobilização da UDR a partir de sua convenção nacional, antecipada de fevereiro de 89 para o próximo dia 6, em Brasília. "Elegemos mais de mil prefeitos", afirmou, "e, com o peso dos cinco milhões de ruralistas, a UDR vai apoiar, como força organizada, quem defender a livre iniciativa, contra essa tendência esquerdizante, de sabor marxista, das grandes cidades."

Com suas 300 regionais, além de 146 regionais de mulheres e 150 de jovens, a UDR pretende realizar uma grande assembleia de jovens ruralistas em Brasília, em 89, para mostrar aos jovens que não devem aceitar o patrulhamento ideológico nos colégios e universidades. "Hoje", continuou Caiado, "o moderno é a livre iniciativa, e o que está fora de moda é esse esquerdismo de butique que só sabe criticar e dividir o que é dos outros,

porque nunca teve competência para administrar e gerar riquezas para o país".

Convicção — Ao negar que suas viagens fazem parte de um projeto pessoal para apresentar-se como candidato a sucessão de Sarney, Ronaldo Caiado disse que o grande confronto na eleição presidencial será entre a estatização e a livre iniciativa. "Depois de Erundina (prefeita eleita de São Paulo), se viu que os esquerdistas são os que defendem a estatização, enquanto no outro lado estão os defensores da livre iniciativa. Mas as eleições municipais serviram para enterar o político fisiológico, o demagogo, a população votou a favor da convicção".

Para ele, é importante a mobilização da sociedade, para mostrar que o caminho socialista "está na contramão da História, pois até os regimes marxistas começam a aceitar a livre iniciativa". Caiado entende que o PT e o PDI estão "cantando vitória antes da hora", já que o verdadeiro peso desses partidos está no número exato de vereadores, e respectivas cotações.

"Não podemos deixar que o país corra o risco do imprevisível e da estatização, que haja confronto, que a esquerda, como diria Erundina, pegue em armas para implantar o regime socialista. Antes, a esquerda era confundida com a luta pelo social, mas Erundina tirou o manto de cordeiro e deixou bem claro à sociedade que a esquerda usará até as armas para alcançar seus objetivos, e que a estatização, hoje dos transportes, amanhã alcançará a saúde, a educação e todos os setores da livre iniciativa".

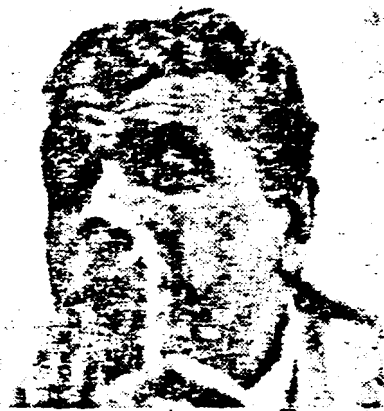
Erminio prega união contra PT e PDT

BRASILIA — Para conter o crescimento das esquerdas e impedir que o ex-governador Leonel Brizola (PDT) ou o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT) cheguem ao Palácio do Planalto, o empresário Antônio Erminio de Moraes propôs ao deputado Ulysses Guimarães a união de "todos os que se declararam presidenciais" — especialmente os que se lançaram por São Paulo — em torno de uma candidatura de consenso.

Ulysses e Antônio Erminio almoçaram no Palácio do Planalto e, no final do encontro, de mais de duas horas, o diretor-superintendente do Grupo Votorantim anunciou que procuraria pessoalmente os presidenciais para tentar convencê-los de que somente um nome forte poderá evitar a divisão de votos que fatalmente "só beneficiaria as esquerdas".

"Temos seis ou sete candidatos em São Paulo. Se isso ocorrer, haverá uma divisão de votos lamentável. Não iríamos conseguir eleger nenhum vereador, quanto mais um presidente da República", disse o empresário. Ele afirmou que o nome do senador Mano Covas "é respeitável" e, ao comparar a candidatura de Tucano com a do presidente do PMDB, sustentou que "Covas tem a seu favor a juventude, mas o doutor Ulysses tem a experiência".

Sem revelar a conclusão de seu encontro com Ulysses e o nome de seu



Antônio Erminio

candidato à Presidência da República, Antônio Erminio admitiu a possibilidade de o presidente do PMDB desistir de concorrer ao Palácio do Planalto em favor de Covas: "O doutor Ulysses já deu uma prova de grandeza ao desistir em favor da de Tancredo Neves. Ele é um homem suficientemente experimentado. Já passou por isso antes e tem nos seus ombros a gravíssima responsabilidade de escolher bem".

Vestibular — Para que seu escolhido um nome forte, que possa impedir a eleição de Brizola ou Lula, Antônio Erminio propôs que os candidatos se submetam ao "vestibular". A primeira prova seria a da honradez. O sueno precisa ser correto para aspirar à Presi-

dência da República", afirmou, fazendo questão de informar aos jornalistas que não é candidato a suceder o presidente José Sarney.

Ao sustentar que o vestibular de Covas está começando, e que Ulysses "continua fazendo o vestibular", disse o empresário: "É preciso conversar com cada um deles para verificar suas propostas e saber como cada um pretende administrar o Brasil. O senador Mano Covas é um bom nome, mas tem como desvantagem o fato de ser de um partido sem muita expressão. Ulysses é mais experiente politicamente, mas Covas tem a juventude. O nome deve ser escolhido rapidamente, no mais tardar até o final de janeiro."

Na opinião do diretor-superintendente do Grupo Votorantim, muitos candidatos declarados já estão "fora do jogo". É o caso dos governadores derrotados nas eleições municipais, como Orestes Quercia e Newton Cardoso. "Sobre Jânio, prefiro não responder. O Maluf? Quem teve 50% de rejeição para uma Prefeitura, não pode pensar nisso. Tiraram o peru da boca do Maluf. Ele bateu o nariz contra o muro, e isso dói muito."

Em caso de uma polarização entre Lula e Brizola, no segundo turno de votação, Erminio acha que "dá Lula porque o PT é mais organizado politicamente".

Sdo BRASIL 1/1/88

PARTES POCO LEGÍVEL

Portugal se afasta do Brasil

Ami Poncioni *

Há mais de 10 anos, desde março de 1977, quando depositou o seu pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, Portugal vem despertando a atenção dos investidores internacionais que, desde então, começaram a observar o desempenho de sua economia com vistas ao possível aproveitamento de oportunidades que o seu espaço económico ofereceria. Atualmente, empresas de todo o mundo, especialmente de outros países da CEE, dos Estados Unidos, do Japão, da Coreia etc., lá se estabeleceram, associadas ou não a empresas portuguesas, e a afluência prossegue incessantemente. No caso particular da Espanha, que mantinha com Portugal um diálogo difícil, transformou-se hoje num de seus principais parceiros económicos e, pelas declarações dos primeiros-ministros Cavaco e Silva e Felipe González, que recentemente se encontraram em Lisboa, as suas relações bilaterais terão nos próximos dois anos um impulso ainda maior.

Portugal se sente hoje um país verdadeiramente europeu. Respira Europa e está tomado de entusiasmo pelo futuro que lhe acena a CEE e, conforme opinião de pessoas influentes, considera o seu ingresso na CEE como um fato tão importante quanto os maiores de sua história. E não é para menos. Como os demais países comunitários, Portugal está hoje envolto na rede de irradiações e interesses crescentes e irresistíveis montados e administrados a partir de Bruxelas e que envolvem os parceiros da CEE em todas as atividades, especialmente nas áreas de tecnologia e economia. A euforia dos portugueses tem todo fundamento, pois a sua economia mostra hoje grande dinamismo.

Nestes três anos, Portugal já garantiu apoio económico e acesso à sociedade científica e tecnológica europeia, o que lhe permitiu virar o século como nação desenvolvida. O conjunto de programas de apoio financeiro ao desenvolvimento económico — alguns a fundo perdido, outros com contrapartida de 50% — parte deles orientado para a melhoria das condições de vida das regiões mais atrasadas do país, projetos de cooperação tecnológica notavelmente bem orientados, o projeto de apoio às PME europeias — envolvendo técnicas administrativas, financeiras e comerciais suportadas por avançado sistema de informações computadorizado que permite levar imediatamente ao conjunto de empresas as suas experiências bem-sucedidas — e outros mais, todos idealizados visando à participação conjunta de no mínimo dois países, espelham a concepção de uma forma de avanço progressivo de todo o conjunto comunitário, onde não podem caber grandes assimetrias económicas e sociais. Os

aeroportos e os grandes hotéis de Lisboa e do Porto estão lotados e não são os turistas que afluem nesta época do ano. Todo o país respira o progresso que está conquistando e deixa transparecer seu orgulho de pertencer ao maior e mais importante bloco económico da atualidade, "onde estão os irmãos de que estivemos afastados tanto tempo".

Neste cenário, o Brasil pode estar fadado a um papel muito secundário, pois a sua vontade de promover a associação entre empresas brasileiras e portuguesas ainda está no nível do discurso. Que espaço sobrá na economia portuguesa aos nossos empresários, em sua grande maioria inexperientes em investimentos internacionais, que, além de necessitarem superar esta desvantagem, ainda se defrontam com dificuldades extraordinárias impostas pelo governo? A resposta é simples: oportunidades pequenas e pouco vantajosas em setores secundários ou onde a necessidade de abastecimento regular de matérias-primas brasileiras represente fator relevante. Fora este caso, resta o interesse estratégico de operar em Portugal com vistas também aos mercados africanos e árabes. Com o passar do tempo, as oportunidades serão cada vez mais raras, pois a vantagem está com os empresários dos países que já se estabeleceram em solo português e de outros que estão prestes a fazê-lo. Agora mesmo, o empresário italiano Carlo de Benedetti acaba de fundar uma empresa de investimentos em Portugal associada a empresas portuguesas e a bancos espanhóis para aproveitar as oportunidades que surgirão com a privatização das estatais planejada pelo governo do primeiro-ministro Cavaco e Silva. Será que os nossos concorrentes deixarão escapar boas oportunidades ou os portugueses reservarão aos nossos empresários espaço em sua economia?

Em oportunidades anteriores, já fiz menção à necessidade de o governo reduzir ou eliminar as barreiras que impedem e desestimulam a ação dos nossos empresários e até mesmo de criar mecanismos que facilitem a ação destes últimos. Esanuncio agora, embora o governo já os conheça através de extratos do Projeto Brasil/Portugal, para cuja viabilização fornece recursos financeiros por iniciativa da própria Presidência da República.

Preliminarmente, e indispensável resolver já a situação de irritação criada com a resistência da Cacex em liberar guias de importação de produtos portugueses, que é cometida nos meios empresariais e diplomáticos portugueses, criando um clima de insatisfação e gerando má vontade em relação às nossas pretensões de estabelecer *joint-ventures* em Portugal. Se a liberação se refletir na balança comercial, tanto melhor, pois é necessário estabelecer e implementar um programa que tenha a finalidade de

dobrar, em dois anos, as nossas importações de produtos portugueses, passando nesse período dos históricos US\$ 23 milhões para US\$ 46 milhões anuais. Não se trata propriamente de reduzir o déficit português e, sim, de ampliar as nossas importações. Em seguida, acordar com as autoridades portuguesas a implementação das medidas que iremos mencionar. A primeira diz respeito à necessidade de dispensa de exigência de compensação cambial, atualmente vigente para os investimentos direcionados a Portugal, estabelecendo *plafonds* para cada um dos setores apontados pelo Projeto Brasil/Portugal como os de resultados mais promissores. (Esta providência já estaria sendo discutida pelo Banco Central e pelo Banco de Portugal, sem no entanto atender à indispensável necessidade do estabelecimento dos mencionados *plafonds*). A segunda seria a exportação sem cobertura cambial de máquinas e equipamentos, matérias-primas e produtos semi-elaborados, destinados à participação de empresas brasileiras em sociedades já organizadas ou a serem organizadas em Portugal. Essas duas medidas já colocariam rapidamente os nossos empresários em ação, fazendo-os voltar a Portugal para iniciarem ou reiniciarem as conversações com os seus companheiros portugueses. No entanto, outra providência que provocaria imediata reação dos empresários dos dois lados do Atlântico seria a criação de áreas de estoposto aduaneiro em Portugal, para onde as mercadorias seriam remetidas sob o regime especial da consignação a fim de permitir o rápido acesso de matérias-primas e de produtos semi-elaborados aos mercados comunitários, africano e árabe.

À medida que passa o tempo restringem-se nossas oportunidades. Na CEE pós-92, com a integração de seu espaço económico, a competitividade alcançará níveis até aqui desconhecidos. Só as empresas bem estabelecidas e eficientes lograrão o sucesso. A aproximação entre empresários portugueses e brasileiros precisa ser promovida agora. Até que frutifiquem os entendimentos e se viabilizem as *joint-ventures*, estaremos encostados em 1992.

A vontade do nosso Presidente e mesmo a sua euforia em estreitar as nossas relações com Portugal precisa se materializar. Até agora, esta vontade não chegou ao primeiro e aos demais escalões de sua administração.

A falta de ação objetiva das nossas autoridades está afastando Portugal do Brasil num processo irreversível. Será uma lamentável perda material e sentimental, um dano irreparável.

* Ami Poncioni é coordenador do Projeto Brasil/Portugal.

JB

5/12/88

PARTES POCO LECIBLE

01-01

8900971

PT propõe recomprar dívida e privatizar

José Antonio Rodrigues

SÃO PAULO — A recompra da dívida externa e um criterioso programa de privatização são pontos fundamentais do programa econômico de emergência que o Partido dos Trabalhadores (PT) levava ao governo Sarney, como sua proposta de pacto social O plano — que acabou de ser elaborado por um grupo de doze economistas do Rio e de São Paulo, ligados ao PT — prevê o combate à inflação, a retomada do crescimento econômico e a recuperação progressiva dos salários. Além de propostas para as divisões externa e interna, o projeto estabelece as premissas para uma política de rendas (preços e salários) negociada: políticas fiscal, monetária e cambial, além de ajustes para o déficit público operacional.

Aloisio Mercadante, assessor econômico do PT e coordenador do grupo que elaborou o programa de emergência, avisa: "Este não é o plano econômico do PT — que será divulgado durante a campanha do deputado Luis Inacio Lula da Silva à Presidência da República — e sim um projeto realista e firme, para aplicação imediata, pelo atual governo, até a posse do futuro presidente, a ser eleito no final do próximo ano".

Entusiasmo — Economistas das mais variadas tendências e de outros partidos foram consultados. O projeto, diz Mercadante, tem recebido apoio entusiástico de economistas que estão de acordo com a linha geral do programa. Além disso, ele explica, a proposta será lançada à discussão e poderá sofrer alterações.

Como o programa pretende atacar três objetivos básicos — combater a inflação, afastando o risco de hiperinflação imediata; retomar o crescimento econômico; recuperar progressivamente os salários —, será mantido em sigilo até a discussão interna no partido, quando poderá sofrer alterações propostas pela Executiva Nacional.

Progressista — É certo, porém, que, se aceito, o programa tende a ser apoiado pelas forças políticas e populares progressistas, dando respaldo à sua aplicação prática. A ideia é superar o imobilismo da política econômica e reorientar os principais objetivos, com a perspectiva de estabilizar a economia, tendo como perspectiva o desenvolvimento do país pela distribuição de renda, segundo Mercadante.

A proposta sustenta-se no fato de o Estado brasileiro, hoje, "ser refém da dívida externa e da dívida pública interna", raciocina Mercadante. Por isso, propõe um conjunto de "medidas articuladas". O objetivo é possibilitar a "reversão da transferência de recursos para o exterior e saneamento criterioso e profundo das finanças públicas, além do incentivo aos investimentos públicos e privados".

Apropriação — Depois de argumentar que há hoje, na Europa, um movimento popular inedito contra a transferência de recursos do Terceiro Mundo para os países desenvolvidos, Mercadante, que participou recentemente das manifestações contra o Fundo Monetário Internacional (FMI), em Berlim Ocidental, lembrou que 75% da população mundial dividem 1/4 da produção da humanidade. Ao mesmo tempo, esses mesmos 75% transferem recursos líquidos reais para 25% da população, que se apropriam de 3/4 da produção.

Os economistas do PT sabem, diz Mercadante, ao lado do presidente do Sindicato dos Economistas de São Paulo, Odilon Guedes Pinto e do professor da Unicamp, Jorge Levi Matoso, que é muito difícil compatibilizar combate à inflação com crescimento econômico, "mas não impossível". A questão da austeridade, para os economistas do PT, não é de aplicação emergencial, mas sim "fundamental nas relações entre a ética, a economia e a política". A aplicação de um programa de emergência, como o que o PT vai propor, dependerá, "de ampla adesão da sociedade".



Aloisio Mercadante: Nosso projeto é realista e firme

F. P. e.

5/12/88

B900972

038

Após tumultuadas sessões, na Câmara dos Deputados e no Senado, o Congresso aprovou projeto que fixa a remuneração dos parlamentares. Ante a obstrução dos que não concordavam, senhores foram buscados para dar quórum

Congressistas aprovam subsídios na madrugada

Até senhores tiveram de ser buscados em casa, no final da noite, para possibilitar a votação do projeto que fixou a nova remuneração dos congressistas, aprovado no início da madrugada de ontem, após tumultuadas sessões na Câmara dos Deputados e Senado Federal. Entre os que foram chamados de volta estão Alfredo Campos, Albano Franco e Mauro Benevides (PMDB), Álvaro Pacheco (PFL) e Afonso Camargo (PTB).

O projeto, em essência, mantém a remuneração que os parlamentares recebiam mensalmente em dinheiro, sob diversas formas, até a promulgação da nova Constituição, em cinco de outubro, com o acréscimo das URPs de outubro e novembro. São cerca de Cr\$ 4 milhões em dezembro, descontado o imposto de renda na fonte, em torno de Cr\$ 1,4 milhão este mês, para um parlamentar com dois dependentes.

Desde outubro os parlamentares não recebiam os subsídios. O projeto aprovado ontem era necessário para que a remuneração total prevista na Constituição passasse a vigorar.

Salário mínimo

Os novos subsídios dos deputados e senadores foram aprovados na noite em que encerrava o prazo para votação do novo salário mínimo. A nova remunera-



Afonso Camargo foi buscado em casa

ção dos parlamentares representa 188 vezes o salário mínimo fixado pelo Governo. A votação da noite de quinta-feira, que reuniu o maior número de presenças em todo o estorpo concentrado, foi a única que resultou na aprovação de uma matéria importante, pelo menos para eles. Em duas semanas de estorpo,

foram incapazes de regulamentar o direito de greve, o tabelamento dos juros e, principalmente, de fixar o novo salário mínimo.

Com a decisão, os partidos de esquerda perderam importante triunfo: eles ameaçavam não permitir a votação dos subsídios enquanto não fosse aprovado o novo mínimo. Mas não tiveram forças para impedir.

Imoralidade, indecência, irresponsabilidade, foram adjetivos usados por deputados progressistas a propósito da aprovação dos novos subsídios dos parlamentares. PDT, PT, PSB, PC e parte do PSDB e PMDB se retiraram do plenário por entenderem que o salário mínimo deveria ter sido votado antes dos subsídios dos parlamentares, por ser questão urgente e prioritária.

"Agora nós esperamos de alguns líderes que busquem seus correligionários em casa para a votação de salário mínimo, como fizeram hoje (ontem) para garantir a aprovação dos próprios vencimentos", ironizou o deputado Paulo Palm (PT-RS), ao observar que neste estorpo concentrado do Congresso, o quórum só foi possível para o exame dos subsídios parlamentares. Ele salientou que o Legislativo agiu irresponsavelmente, "pois permitiu que o Governo decretasse o salário mínimo de forma arbitrária, como que desconhecendo que a medida interessa diretamente a cerca de 22 milhões de trabalhadores".

PARTES ILEGÍVEL

A decisão unânime tomada ontem pelos ministros do TSE, revogando as resoluções dos TREs de São Paulo e Rio Grande do Sul, restabelece vagas nas câmaras municipais do interior dos dois estados. Os paulistas recuperam mais de 2.000 vereadores e os gaúchos 598. Assim, nos 889 municípios gaúchos passarão a atuar 3.684 vereadores. O TRE gaúcho acata a decisão superior, embora lamentando-a.

Quociente alterado trará modificações

Os 164 municípios que retornarão ao número anterior de cadeiras terão que fazer "tudo novo" em termos de resultado da apuração eleitoral. A consulta é do diretor-geral do TRE, Leonel Tossi, ao tomar conhecimento ontem à noite do posicionamento adotado pelo TSE. Segundo ele, em cada município os juizes que presidiram as juntas apuradoras deverão determinar um novo cálculo do quociente eleitoral e novo a final de apuração. E haverá modificação na composição das câmaras municipais.

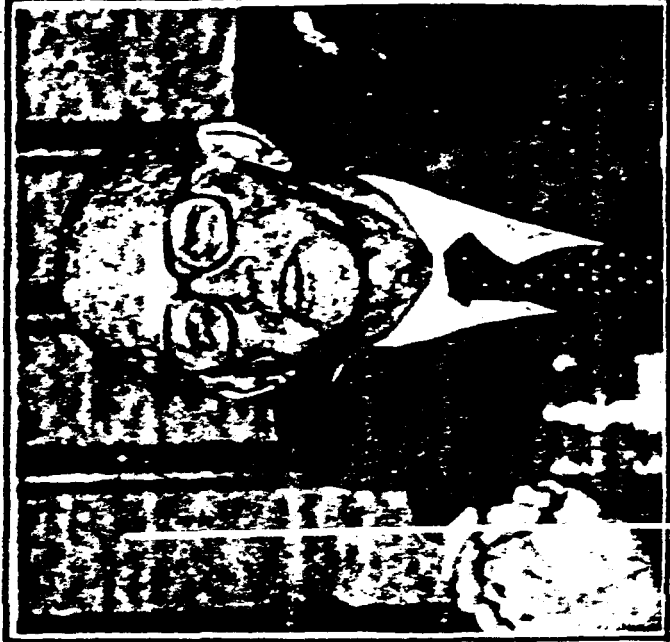
Isto porque o quociente eleitoral, explicou Tossi, vai baixar. O quociente é o número de votos válidos mais os brancos, dividido pelo número de cadeiras. Como vai aumentar esse número, o quociente baixará. Em muitos municípios, partidos que não tinham obtido nenhuma cadeira terão agora representantes nas câmaras municipais. Muitos suplentes serão aproveitados nas demais bancadas, mas, em função dos novos cálculos, não é automático o aproveitamento na ordem fixada pelo quociente eleitoral anterior.

TSE derruba redução de vagas para vereadores

As vagas para vereadores nas câmaras municipais voltam a ter o mínimo que havia sido definido no momento do registro das candidaturas. Reunido ontem à noite, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revogou a decisão tomada anteriormente pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Com isso, os municípios do interior gaúcho passam a ter entre nove e 21 vagas. No total, o Rio Grande ganha as 598 vagas que haviam sido suprimidas pelo TRE.

A decisão do TSE foi fundamentada no princípio de que a representação proporcional nas câmaras de vereadores devem ser com base na população dos municípios no momento em que for realizada a eleição. Como o IBGE informou ao Tribunal Superior que não possui dados atualizados sobre a população, em 16 de junho deste ano, dos municípios envolvidos, foi dado provimento aos recursos, reestabelecendo o número de vagas. Conforme o presidente do TSE, ministro Oscar Corrêa, o Tribunal entendeu que o princípio constitucional que fixa o número de vereadores entre nove e 21 e a Lei 1964, que determina que representação proporcional deve ser baseada na população da época da eleição, não são incompatíveis.

"Foi uma vitória da Justiça que as lideranças políticas ajudaram a construir", assinalou o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, a respeito da decisão do TSE que restituiu 598 vagas ao Estado. Observou que isso foi o que os políticos sempre defenderam, que fosse levado em conta o número de vereadores da época da eleição. Igualmente satisfeito com a decisão, o vice-líder do PDT, deputado Amaury Müller, que acompanhou o julgamento dos recursos gaúchos e paulistas no TSE, acrescenta que essa polêmica já estará solucionada até a próxima eleição municipal, em 1993, pois nesse período já estarão em vigor as leis orgânicas dos municípios, que irão definir o número de vagas para vereadores nas próximas legislaturas, conforme o texto constitucional em vigor.



Oscar Corrêa explicou decisão do TSE

Em Brasília, onde se encontrava para acompanhar a decisão do TSE, o presidente da União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERS), José Antonio L'Avila Júnior (PDS-Livramento), mostrou grande satisfação pelo recurso da entidade ter sido aprovado de forma unânime e destacou as mudanças a serem provocadas em várias cidades, citando como exemplo Livramento, onde o PDS ganha mais três vereadores; o PMDB mais dois; o PDT mais três; o PSDB passa a ter um representante; o PFL entra para a Câmara com dois vereadores; e o PT também passa a ter representação - um vereador. (Brasília/ZH).



Presidente do TRE lamenta, mas cumpre nova orientação

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) determinará o recálculo do quociente eleitoral em todas as câmaras de vereadores gaúchos que volta-
ráo ao número anterior de cadeiras, a partir da comunicação oficial do Tri-
bunal Superior Eleitoral (TSE), que deve ocorrer hoje. A informação é do presidente do TRE, desembargador Marco Aurélio de Oliveira, ao comen-
tar ontem a decisão tomada em Brasi-
lia, onde, por unanimidade, os minis-
tros do TSE modificaram a resolução dos TRTs riograndenses e paulista quanto ao número de cadeiras.

O desembargador explicou que a magistratura é constituída por instân-
cias. Se o TSE, uma instância superior ao TRE, modificou a decisão aqui adotada, é porque tinha outro critério. "A nós cabe cumprir o estabelecido, determinando o recálculo dos quocien-
tes eleitorais em todas as câmaras de vereadores gaúchos, com

a manutenção do antigo número de vereadores, anterior àquele que o TRE fixou de acordo com o artigo 29 da Constituição Federal", disse Marco Aurélio de Oliveira, evitando fazer uma avaliação sobre se o critério do TSE foi político, ao contrário do que esperava o TRE, que pretendia uma decisão jurídica com a manutenção dos números determinados regional-
mente.

Os desembargadores e juizes do TRE receberam a notícia no momento em que terminavam de jantar no gabi-
nete do diretor-geral, Leonel Tosti, e, depois de uma rápida avaliação reser-
vada, o presidente fez algumas con-
siderações para emissoras de rádio e jornalistas que aguardavam a decisão no TRE. Os demais juizes debateram o prédio depois da janta, comentando entre si o resultado que foi desfavorá-
vel ao TRE.

Cidades que têm mais cadeiras

O número mínimo de vereadores era sete. Com a nova Constituição, passou para nove. O TRE gabacho já havia fixado o mínimo de nove, mas cortara o máximo que era 21, baixando para 10 vagas. Com a decisão tomada ontem pelo TSE, o total de vereadores nos 223 municípios gaúchos passa para 2.064, um aumento de 608 vagas em relação aos 2.064 eleitos dia 15 de novembro.

A relação dos municípios gaúchos que recuperaram suas vagas, acima do mínimo de nove, é a seguinte:

Alegrete	21	Flores da Cunha	11
Alvorada	21	Frederico Westphalen	11
Arroio do Meio	11	Garibaldi	18
Arroio Grande	11	Getúlio Vargas	11
Bagé	21	Guará	11
Bagé Gonçalves	21	Gramado	11
Butiá	11	Gravataí	21
Capanga do Sul	16	Guaiíba	21
Cachoeira do Sul	21	Guaporé	11
Cachoeirinha	21	Horizontina	11
Campo Bom	17	Ibirubá	21
Candelária	18	Ijuí	21
Capela	11	Itaquí	18
Canguçu	19	Jaguarião	18
Canoas	21	Júlio de Castilhos	11
Capão da Canoa	11	Lagoa Vermelha	18
Carazinho	19	Lajeado	21
Caxias do Sul	21	Marau	11
Carro Largo	11	Montenegro	17
Charqueadas	11	Nonoai	11
Crissiumal	11	Nova Petrópolis	21
Crus Alta	21	Novo Hamburgo	21
Dom Pedrito	15	Odebre	18
Encantado	11	Palmeira das Missões	17
Encruzilhada do Sul	11	Parobá	11
Erechim	21	Paroti	11
Estância Velha	11	Passo Fundo	21
Estrela	21	Pelotas	21
Estrela	18	Piratiní	11
Farroupilha	15	Quaraí	11
		Rio Grande	21

Partes
I legíveis

02-02

B900978

0

0

098

1800 HORA - 1982 - 04.11.82 - PARANA 14

A visita do presidente José Sarney ao Peru foi cancelada à última hora. Segundo fontes diplomáticas, a votação do orçamento exige a presença do presidente no País. Enquanto isso, o Peru está enfrentando a pior crise de sua História.

F. P. A. (R. 11)

Sarney não vai mais ao Peru neste sábado

O presidente José Sarney cancelou ontem a viagem que faria neste sábado ao Peru — devido à votação do orçamento que, segundo fontes diplomáticas, "exige a presença integral do presidente". Esta, pelo menos, foi a explicação dada pelo chanceler Abreu Sodré ao seu colega peruano Juan Gonzalez durante uma conversa telefônica que ambos tiveram à tarde. O chanceler brasileiro comunicou ainda que, neste caso, ele irá representando Sarney na inauguração da hidrelétrica de Charcani 6, construída e financiada em parte pelo Brasil.

A mesma explicação foi transmi-

tida ontem, em Brasília, pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, ao embaixador do Peru, Hugo Palma Valderrama. Indagado se o cancelamento da viagem de Sarney não poderia ter implicações nas relações políticas entre os dois países, Flecha de Lima disse que Brasil e Peru "têm um grau de amizade tão grande que permite que um fato de última hora interfira numa programação de presidentes".

De acordo com a programação, Sarney e o presidente peruano Alan García inaugurariam juntos a usi-

na construída perto da cidade de Arequipa pela empresa brasileira Norberto Odebrecht a um custo de 846 milhões de dólares, dos quais 341 milhões de dólares financiados pelo Brasil. Fontes diplomáticas em Brasília estavam convencidas de que a presença do presidente Sarney na inauguração de Charcani 6 constituiria um gesto ao qual o governo do presidente Alan García não deixaria de dar "o merecido destaque interno", lembrando que, no momento, o Peru se encontra isolado no cenário internacional, passando pela pior crise econômica, política e social de sua História, (ANDA)

01.01

8900979

O que o PT traz de novo

Amir José Mirim Vieira

Diante da avalanche petista e da subita possibilidade de reorientação dos rumos da história, da economia e da política brasileira, saber o que o PT traz de novo é fundamental. Especialmente de modo endógeno, dentro do seu modo especial de ser, de sua personalidade coletiva.

Em primeiro lugar, a concepção de socialismo que lhe é muito peculiar. Quem é petista, interessa-se por teoria e vem acompanhando os debates internos através das publicações partidárias — como a revista *Teoria & Debate*, *Jornal do PT* e *Boletim Nacional* — sabe que esse socialismo é ao mesmo tempo enigmático e instigante.

Enigmático porque se recusa a uma definição fechada. É instigante porque fortemente convicto de si mesmo dentro dessa astuta recusa ao dogmatismo. Talvez o conceito principal seja o de "socialismo de baixo para cima", acompanhado de outro conceito auxiliar que é o de "construção do socialismo a partir das lutas do dia-a-dia". Ambos os conceitos remetem à exigência de um novo paradigma para a política social popular, diferente dos paradigmas clássicos, sobretudo do marxista-leninista. Essa exigência desenvolve-se dentro de uma postura "fundamentalista", isto é, que zera as doutrinas já elaboradas e concentra-se na recuperação dos "princípios" elementares do próprio ideal socialista. E como se se ignorasse todo o edifício que a história construiu sobre esse ideal, para preservar, dele, somente as fundações, com abertura à construção de um outro edifício, a partir do que, precariamente, poder-se-ia chamar de "especificidade" do processo social na classe trabalhadora aqui no Brasil e, mais amplamente, na América Latina.

É curioso observar que isso é assim porque seus formuladores são os próprios líderes sindicalistas, dotados de altíssimo senso prático e organizacional e de convicta submissão da teoria à prática. O senso prático e organizacional está provado pela estruturação simultânea e articulada de um partido de massas e de uma central sindical (PT e CUT) que, em apenas nove anos, organizou solidamente a massa trabalhadora nos grandes centros industriais. Quanto à argúcia teórica, ninguém se engane (principalmente os intelectuais). O próprio Lula, no discurso da I Convenção Nacional do PT, em 82, já dizia que "nós éramos socialistas bem antes de sequer termos a idéia de fundar um partido" (citado de memória), uma advertência bem-humorada a quem quer que viesse ou quisesse lhes ensinar teoria política.

Ou seja, não adianta querer fazê-los discípulos de qualquer teoria preconcebida. Convictos e nitidos quanto aos princípios do seu ideal social e político, não se deixam aprisionar por fórmulas, exigindo de quem apareça com elas que vá às assembleias sindicais e aos núcleos de base e, lá, consiga testar sua aplicabilidade.

Em segundo lugar, o fato de funcionar estritamente como órgão coletivo, onde o personalismo torna-se inviável. É isso que dá um dos segredos mais fecundos do PT, e que o faz digno de crédito como "instituição coletiva". Numa hipótese fantasiosa, e comparando PDT e PT, se Brizola desaparecesse, o PDT provavelmente desapareceria; porém, se Erundina, Olívio Dutra ou Lula desaparecessem, o PT continuaria da mesma ma-

neira, pois se estruturou de modo a ter uma "realimentação contínua" ao nível das lideranças. Tanto que, se se quiser saber por que os dois primeiros prefeitos petistas surgidos — em Fortaleza e em Diadema — saíram e foram expulsos do partido, a resposta é simples: porque quiseram sobrepor ao órgão coletivo sua marca personalista.

Em termos da história política brasileira, não podem restar dúvidas: o PT é um animal novo e sem precedentes. Se fôssemos compará-lo a alguma outra instituição sócio-política brasileira, não compará-lo-íamos aos demais partidos e sim às organizações eclesiais. Há uma fé quanto a certos princípios, uma exigência moral fortíssima, e estreita relação entre estratos dirigentes e a massa mais simples (massa da qual aqueles estratos são e se professam filhos conscientes).

Nesse sentido, velhas características da política tradicional brasileira são negadas pelo PT, não em termos conceituais, mas em termos da natureza genética da sua personalidade coletiva. A consigna "ganhar ou perder", por exemplo, e que tem sido a marca da política tradicional entre nós. Isto tem sido assim, porque os partidos sempre foram estruturados em função de um jogo de poder. Não parece que o PT funcione dessa maneira. Ganhar ou perder, aí, nunca é o principal: o principal é afirmar politicamente uma "verdade", a verdade política dos trabalhadores. E, se possível, trazer o país para dentro dessa verdade. Se há competição, esta competição desloca-se da esfera estrita do "poder" para a esfera mais ampla da "fundação de uma nova ordem", esvaziando o que a política tem de jogo para preenchê-la com um conteúdo de debate em torno de um destino coletivo.

Ou seja, o PT, estruturado como uma sociedade em si mesmo, discute com a sociedade brasileira enquanto forma global, e não apenas com a superestrutura, ou com o poder vigente nessa sociedade.

Assim, não é viável dialogar com o PT em termos pessoais ou individuais. Só é possível dialogar com o mesmo em termos organizacionais.

O que o PT traz de novo é, então, seu modo de ser.

Esse modo de ser rompe, pela sua própria novidade endógena, os padrões organizacionais vigentes na política brasileira. E isso até em relação aos partidos e organizações políticas que, filosoficamente, lhes seriam similares. Por exemplo, o PT não se considera "herdeiro" da política de esquerda até agora verificável na história brasileira. Esta é marcada pelo "vanguardismo", ou seja, pelo conceito de que a massa, despreparada, deve atingir o poder por meio de uma vanguarda conscientizadora. O conceito de "socialismo de baixo para cima" justamente nega, critica e até ridiculariza esse vanguardismo. Por outro lado, também rejeita a "social democracia", isto é, aquele modelo político que pressupõe um poder burguês progressista ou aberto à participação popular. Pelo seu próprio nome (partido de classe auto-assumido), a proposta social-democrata lhe é estranha.

É uma tal nova, altamente organizada e competente, e perfeitamente consciente da própria novidade, a qual, aliás, constitui a força de que tem mais orgulho e que, de modo nenhum, quer ver desvirtuada.

Amir José Mirim Vieira é sociólogo, com mestrado em andamento no

PSDB de Pernambuco admite Maciel

RECIFE — O PSDB de Pernambuco, fundado pela deputada federal Cristina Tavares e um grupo de políticos de esquerda que deixaram o PMDB, aceita uma composição entre o senador Mário Covas e o senador Marco Maciel, desde que o PFL apóie o programa do candidato dos tucanos à presidência da República.

A informação foi transmitida pelo presidente do PSDB pernambucano, ex-deputado estadual Sérgio Longman, após seminário de dois dias sobre o resultado das eleições municipais de 15 de novembro e a sucessão presidencial. Ele disse que a mesma posição em relação a Maciel vale para o prefeito eleito de Recife, Joaquim Francisco Cavalcanti, que também admite apoiar a candidatura de Covas.

Longman explicou que o PSDB não aceita formar com o PFL uma aliança nos moldes da que apoiou Tancredo Neves, em 1985. "O povo não quer mais alianças que pressuponham acordos de bastidores, como os realizados no tempo da Aliança Democrática", afirmou, "mas o



Marco Maciel

PSDB não se pode recusar a receber apoios. Seria uma atitude antipolítica".

O PSDB de Pernambuco não tem força política para impedir uma eventual composição da cúpula nacional com o PFL de Marco Maciel. O partido dos tucanos só elegeu um prefeito e dois vereadores no estado. Mas a posição da

seção pernambucana preocupou os senadores José Richa e Mário Covas, que vinham cobrando uma definição da deputada Cristina Tavares e de Sérgio Longman. Marco Maciel e Joaquim Francisco haviam ponderado que não poderiam fazer um acordo que viesse a ser repudiado pelos tucanos pernambucanos.

Sérgio Longman deu a posição do partido, pois Cristina Tavares está em tratamento nos Estados Unidos. Mas assegurou que a deputada aceita a posição da maioria. Ele reconheceu que enfrentou divergências na ala mais à esquerda do partido, como o movimento sindical, que era contra o acordo.

"Para evitar problemas", disse Longman, "resolvemos defender de agora por diante o lançamento imediato da candidatura de Covas e a definição do seu programa de governo. Depois que isso estiver determinado, os acordos podem começar a ser feitos. Em primeiro lugar, defendemos um entendimento com os partidos de esquerda, como PC do B e PSB. Depois, com os que estiverem mais à direita".

JB

6/12/88.

000

F. P. (603)

1B 6/12/88

Brasil

Parlamentar critica entrevista de Sarney

BRASÍLIA — Políticos de esquerda e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, lastimaram a avaliação que o presidente José Sarney fez do resultado das eleições municipais de 15 de novembro, em entrevista publicada domingo pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Para Sarney, a vitória do PT e do PDT em cidades importantes mostra que o "país caminha para o totalitarismo" e que "partiremos para a revolução socialista". "Foi uma precipitação", comentou Ulysses ao conversar com um deputado na tarde de ontem.

O vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP) criticou Sarney da tribuna da Câmara. O discurso foi contido, mas nas declarações aos jornalistas o tom foi outro. "Ou o presidente da República está perdido e é irresponsável, ou está apostando em medidas extraleais", disse Genoíno. Ele acha que o presidente Sarney usou o fantasma da esquerda para instigar a direita a tentar um golpe. "Esta fala, se não é uma senha, serve para isso", opinou.

Genoíno considerou "invenção" de Sarney a advertência de que o país caminha para o socialismo e o totalitarismo. "Temos consciência que ganhando prefeituras ou até mesmo a Presidência da República não estaremos rumando ao socialismo. O socialismo é um longo processo histórico. E socialismo não é totalitarismo", disse.

A mesma irritação de Genoíno foi manifestada pelo líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, que classificou como "mediocre" a avaliação política que Sarney fez das eleições municipais. Vivaldo consi-

derou as declarações do presidente "mesquinhas" e "infelizes".

"Não esperava que Sarney, como chefe de Estado, falasse nesse sentido. Esperaria que ele acolhesse simplesmente o resultado das eleições", afirmou o líder do PDT. Mesmo lastimando as opiniões de Sarney, Vivaldo não acredita em consequências: "Se Sarney fosse um líder nacional, poderia ter algum tipo de reação. Mas ninguém vê nele um condutor de nada."

☐ BELO HORIZONTE — Proferindo o lançamento de uma candidatura de oposição ao presidente José Sarney para a presidência da República, através da união do PDS e do PMDB, como forma de "barrar o crescimento da esquerda", o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf (PDS), disse ontem, após encontrar-se com o governador Newton Cardoso, que Sarney "está errando demais". Segundo Maluf, o presidente está descumprindo o compromisso que fez ao assumir o lugar de Tancredo Neves, permitindo a continuidade do déficit público, não deixando cambiar o projeto de privatização e não resguardando sua autoridade. Ele conversou durante cerca de uma hora com Newton no Palácio dos Despachos.

— Somos contra a inflação de 30% ao mês, os limites constitucionais e a impunidade dos responsáveis. E achamos que o governo federal está errando muito. Mas a solução para esta situação não é a esquerda rasgar a Constituição, nem preparar luta armada e a invasão de terras", disse Maluf.

Amargura e pessimismo

Na entrevista ao repórter Luciano Ornelas, do *O Estado de S. Paulo*, o presidente José Sarney se disse desencantado com a transição democrática, que na sua opinião pode conduzir o Brasil ao socialismo, e fez carga sobretudo contra o PT, partido que acusa de ter usado "o jogo eleitoral" apenas como instrumento para chegar ao poder. "O Brasil está hoje no plano inclinado da esquerda e não há no horizonte forças capazes de reverter esse quadro", declarou com pessimismo o presidente. Para ele, também a im-

pressão estaria "contaminada pelo modismo de esquerda".

Ainda amargurado com a morte de seu sobrinho, Augusto da Rocha Silva Macieira, de 22 anos, a quem disse considerar "um filho" (Augusto foi assassinado durante um assalto no Rio, na quinta-feira da semana passada) nas suas surpreendentes declarações Sarney não poupou nem os empresários, que segundo ele não estão colaborando com a política anti-inflacionária do governo.

020

Encuentran una velada amenaza de golpe en declaraciones de Sarney

EL PA 7/12/83

RIO DE JANEIRO, (DPA). — Políticos brasileños de todas las tendencias ideológicas fueron unánimes ayer en rechazar las declaraciones hechas por el presidente José Sarney, según las cuales la transición democrática condujo al país en el camino del socialismo y del totalitarismo, con la reciente victoria electoral obtenida por los partidos de izquierda en las principales capitales.

En la entrevista publicada el sábado por el diario "O Estado de São Paulo", Sarney "acusó" al izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), apuntado como el gran victorioso en los comicios municipales del 1º de no-

viembre pasado, de utilizar el juego electoral como forma de llegar al poder.

El diputado conservador Guilherme Afif Domingos calificó las declaraciones presidenciales de "un intento de golpe", y advirtió que, en caso que las elecciones presidenciales de 1989 resulten una derrota para las fuerzas de derecha, estas, "desesperadas", podrán perpetrar golpes para mantenerse en el poder, pero será un intento frustrado.

El líder del PT en la Cámara de Diputados, José de Góes, consideró las declaraciones de Sarney como "un chantaje de presidente, un pretexto para la utilización de medidas de fuerza".

A su vez, el candidato del PT a la presidencia, el ex sindicalista y diputado Luiz Inácio "Lula" Da Silva —uno de los favoritos a las elecciones de 1989— dijo que "cualquier gobierno, comparado al de Sarney, sería socialista".

Las declaraciones de Sarney provocaron críticas también, aunque de tono más moderado, en el sector empresarial. El presidente de la poderosa Federación de Industrias del Estado de São Paulo (FIESP), Mario Amato, atribuyó el tono negativo de las palabras del presidente al choque que sufrió en la semana pasada por el asesinato de su sobrino en Rio de Janeiro.

EL PA 7/12/83

EL PA 7/12/83

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

8900993

Sucessão e partidos

Para o ex-governador Leonel Brizola, o primeiro turno na eleição presidencial de 1989 deverá ser marcado por muitas candidaturas, confirmando a situação político-partidária do País. Não cre o presidente nacional do PDT numa disputa que caracterize um confronto ideológico, opondo-se a uma colocação desta ordem. As previsões nesse sentido começaram a surgir a partir dos resultados nas urnas, mas para Brizola o que ocorreu foi um voto de protesto contra o Governo Sarney, não um posicionamento ideológico. Segundo as lideranças do PDT, depois de uma ampla avaliação, o Partido saiu fortalecido e conquistando maior base política, aumentando sua penetração. Ontem, o ex-deputado Aldo Pinto, que concorreu ao Palácio Piratini em 1988, pelo PDT, manifestou a sua estranheza com o surgimento de um movimento parlamentarista, assinalando que a crise política nacional decorre de comprometimento de autoridade e da falta de credibilidade do Governo. Aldo Pinto, que hoje segue para São Borja, onde prestará, com outros líderes trabalhistas, homenagem à memória de João Goulart, cuja data de nascimento transcorre, acredita que poderá ocorrer no País um fenômeno semelhante ao registrado em 1950, quando o 'queremismo' provocou a candidatura de Getúlio Vargas. É o que vai acontecer agora, disse Aldo Pinto, certo de que a figura de Leonel Brizola deverá surgir como solução nacional. Partindo deste princípio, considera prejudicado e sem sentido insistir com a mudança de sistema de Governo, "quando o problema não se resolve desta forma", mas com um Presidente que desperte confiança no povo.

Conversações

Não há dúvida, porém, que se desenvolvem conversações entre lideranças de várias agremiações, atualmente, em busca de uma equação sucessória após os resultados das eleições de 15 de novembro. Não existe um caminho e nem um entendimento mais forte, até porque as análises são preliminares. Os episódios políticos que envolvem o Orçamento Federal e a disputa pela Presidência da Câmara, neste fim de ano, devem contribuir para inserir novos dados neste quadro. A candidatura do senador Mário Covas parece emergir, nos últimos dias, como uma das alternativas, ainda sem qualquer aprofundamento.

Pausa

O que realmente aconteceu na reunião realizada na semana passada na residência do senador Marco Maciel, em Brasília, foi uma troca de idéias entre políticos de vários partidos, mais de quatro com segurança, passando em revista o quadro nacional. Antes de qualquer evolução no rumo da sucessão, porém, uma questão preliminar foi posta visando à superação da crise econômica, e a discussão em torno do Orçamento ganhou evidência. Antes da sucessão, disse um dos participantes, precisamos assegurar plenas condições para debelar as dificuldades sócio-econômicas.

Carlos Fehlbeg

090

Parecer da CPI deve passar pelo plenário

Conclusão é do relator da Comissão de Constituição e Justiça

VALÉRIO BRITTOS
Brasília/ZH

Só depois de aprovado pelo plenário do Senado o parecer da CPI da Corrupção ganhará força legal e poderá ser encaminhado às autoridades competentes para que os indiciados possam ser processados. Essa é a conclusão do parecer do relator da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), a respeito da consulta encaminhada pelo presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), sobre a necessidade ou não dos pareceres das CPIs serem submetidos ao plenário.

Carvalho entrega seu parecer amanhã, quando será votado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça. Sua posição é de que esse tipo de questão deve ser resolvida de forma definitiva pelo regimento interno, mas, enquanto o novo não é aprovado, o atual regimento continuando valendo, quando não colide com o texto constitucional. Para o senador, não há colisão e, portanto, deve ser aplicado o atual regimento que diz que as conclusões de CPIs têm que ser submetidas ao plenário. O senador acredita que o presidente da CPI da Corrupção, senador José Ignacio Ferreira, ao remeter ofícios ao Ministério Público para processar indiciados pela comissão, está colocando em risco o próprio Senado.

Senador pede esclarecimento a Brossard

O presidente da CPI da Corrupção, senador José Ignacio Ferreira (PSDB-ES), enviou, ontem, ofício ao ministro Paulo Brossard, da Justiça, para saber se a Polícia Federal está a serviço do ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações. Isso porque Magalhães teria dito que iria colocar a PF para investigar a vida do senador Carlos Chiarelli (PFL), com o objetivo de comprovar as acusações que faz ao relator da CPI da Corrupção, em seu dossiê. Também ontem, começaram a ser encaminhados ao Ministério Público os ofícios para processar os indiciados na CPI.

É muito estranho que um órgão de um ministério esteja trabalhando para o titular de outro ministério, disse José Ignacio, observando que essa é a conclusão que pôde retirar das declarações de Antônio Carlos. O ofício enviado a Brossard foi encaminhado a pedido dos membros da CPI, segundo o senador, que pretende tomar as medidas ne-

cessárias, dependendo da resposta do ministro da Justiça. "O que não podemos com- ceber é que um órgão como a Polícia Federal seja deslocado para vasculhar a vida de um senador da República", comentou.

O senador José Ignacio terminou ontem de assinar os ofícios dirigidos ao Ministério Público de vários estados, para processar os indiciados pela CPI. Quando se trata de ex-ministros, os ofícios são dirigidos à Procuradoria Geral da República. Pessoas do gabinete do presidente da CPI da Corrupção seguiram ontem de avião para os esta- dos, a fim de entregar os ofícios pessoalmente. José Ignacio espera que hoje possam ser entregues os últimos ofícios. Os pedidos à Câmara de impeachment do presidente José Sarney e de ministros de Estado devem ser entregues assim que assinados por outros membros da comissão, o que o senador aguarda que seja o mais rápido possí- vel. (Brasília/ZH)

F. Pol. (C.F.I.)

PFL pede definição de Magalhães

Por VALÉRIO BRITTOS
Brasília/ZH

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), pretende encontrar-se esta semana com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, "para saber até onde ele vai". Só depois disso Lourenço falará sobre a proposta do PFL gaúcho de expulsão do ministro dos quadros do partido, mas adianta que "muitas pessoas têm dificuldade de relacionamento com ele, inclusive eu".

"Há pessoas que só querem briga", disse Lourenço, numa referência a Magalhães, acrescentando que é difícil o relacionamento com o ministro e admitindo que ele próprio tem essa dificuldade. Por isso, vai encon- trar-se com Antônio Carlos até o fim da semana — "Eu vou lá ou ele vem aqui" — com a finalidade de saber até onde o ministro é capaz de ir em suas acusações "que estão criando problemas dentro do partido".

O líder do PFL está preocupado com as acusações do ministro que, no seu entender

não somam, ao contrário, estão propiciando sérias divisões na legenda. "Justamente de- pois de vencermos as eleições". Para evitar um racha maior, Lourenço está propon- do a conciliação partidária, destacando que pode fazer esse tipo de proposta. "pois tenho um bom relacionamento com todos dentro do PFL".

Problema policial

O ministro Antônio Carlos Magalhães vê a questão do dossiê que apresentou contra o senador Carlos Chiarelli como um proble- ma policial e de posição contra a atuação do relator da CPI da Corrupção, não como um problema político. Segundo o ministro, Chia- relli não está sendo acusado por ele como senador do PFL, mas como uma pessoa que durante a vida praticou atos irregulares.

O pedido à Polícia Federal para averiguar se as verbas solicitadas por Chiarelli fo- ram aplicadas foi feito pelo ministro baseado na idéia de que quem pede é solidário.

01.01

8900996

098

Dia 18, com Brizola, reunião do PDT

A Executiva do PDT, reunida ontem à tarde em caráter extraordinário, suspendeu a reunião do Diretório Regional marcada para ontem à noite com a finalidade de fazer uma avaliação das eleições municipais. Agora será no dia 18 (domingo), no auditório da Assembleia, com a presença do presidente nacional, Leonel Brizola. A direção informou que a medida se deve à necessidade de acompanhar o adiamento ocorrido com a reunião nacional convocada com a mesma finalidade. O encontro marcado no Rio, para o dia 12, foi transferido para o dia 16 e se realizará em Brasília. Mas fontes trabalhistas asseguram que houve a preocupação de superar as seqüelas ainda latentes, envolvendo as correntes ligadas ao deputado Carlos Araújo (que concorreu à Prefeitura de Porto Alegre) e do atual prefeito Alceu Collares. A avaliação das eleições em Porto Alegre

será simultânea com a análise do pleito no Estado, juntamente com os novos prefeitos, vices e vereadores eleitos pelo partido. O presidente Matheus Schmidt, não confirma a versão de setores partidários que informaram que o motivo principal que levou ao adiamento da reunião foi o ambiente de confronto, criado com a perda da Prefeitura de Porto Alegre. Matheus alega que os deputados federais estarão retidos em Brasília até o próximo dia 14 votando o Orçamento da União e não poderiam viajar ao Rio de Janeiro no dia 12.

O PDT gaúcho também marcou para o dia 18, na Assembleia Legislativa, o trabalho de assessoramento aos novos prefeitos do partido. Nesse encontro, a transmissão de experiência aos novos prefeitos estará a cargo do prefeito Alceu Collares, seus secretários e a assessoria pedetista.

24. 6/12/88.
F. 700. (Rex. Pol.)

24/12/88

24/12/88

008.

Cuba não esclarece caso do jornalista preso e expulso

A Embaixada de Cuba em Brasília não quis ontem se pronunciar oficialmente sobre o caso do jornalista brasileiro Ilson de Almeida, que diz ter sido preso e depois expulso de Havana, alegando que não havia recebido informações do Governo cubano. Ilson de Almeida afirma que a razão alegada para a decisão das autoridades cubanas foi a de que ele estava trabalhando sem autorização, já que seu visto era de turista.

Provavelmente hoje ou quarta-feira, a Embaixada divulgará a versão do Governo cubano sobre o caso. Uma funcionária da Embaixada, no entanto, disse duvidar das afirmações do jornalista quando este declarou por exemplo que "foi alimentado com comida fria e muito ruim", enquanto esteve preso.

Ela afirma que alguns dos fatos narrados por Ilson de Almeida "não têm base na realidade". Mas prefere esperar por um pronunciamento do Governo de Cuba para poder "dar uma resposta coerente, oficial, objetiva e correta". (AG)

Rec ext. / Cuba

6/12/83

24

24/12/83 6/12/83

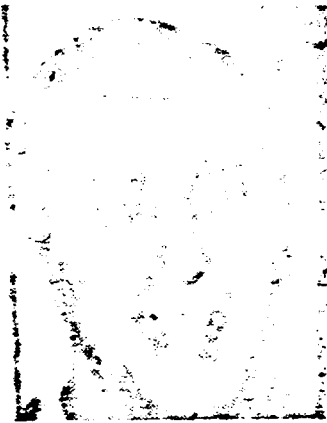
01 - 01

8900998

090.

Maciel já trata de candidato de centro

BRASIL — A participação do presidente do partido nas negociações com o partido de centro é uma possibilidade que o presidente do PSD já está tratando. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964.



Maciel Maciel

F. B. (Red. Pol.)

Embora o presidente do partido não tenha se comprometido a participar da eleição presidencial de 1964, o presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964.

Nas negociações, o presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964.

Pacto — Embora a questão da sucessão seja o ponto maior desse problema, ela tem sido resolvida pela maioria dos partidos. As duas partes restantes, o PSD e o PT, já estão tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964.

Em princípio, o PSD deve estar interessado em participar da eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964. O presidente do PSD, Maciel, já está tratando com o partido de centro, o PTB, e o partido de esquerda, o PT, para a formação de uma coalizão para a eleição presidencial de 1964.

JBrazil 1/12/66

PARTES ILEGÍBIL

01 01

8901003

098

Posse de petista será grande festa de Lula

BRASILIA — O PT vai transformar as posses de seus prefeitos, dia 1º de janeiro, numa grande festa para o candidato do partido a presidente da República, deputado Luiz Inácio Lula da Silva. "Precisamos acabar com esse pato de que o Lula é o virtuoso candidato do PT a presidente. Ele já é candidato há muito tempo e agora mais do que nunca", explica o coordenador nacional da campanha Vladimir Fomar. Esta



Luiz Inácio

sendo elaborado um roteiro que permita a Lula comparecer a posses de Olívio Dutra, em Porto Alegre; Victor Buaini, em Vitória; e Maurício Soares, em São Bernardo (SP), e encerrar a maratona em São Paulo, na posse de Luiza Erundina, com uma grande manifestação na capital paulista.

Na programação em preparo pelos petistas, fevereiro será um momento especial. Nessa época, quando poucos partidos estarão com seus candidatos definidos, o comitê do PT aproveitará o carnaval para promover festas de apoio à candidatura de Lula. O coordenador Vladimir Fomar disse que "se o carnaval é irreverência, nada melhor que o PT para transmitir isso". Quando o bloco dos petistas for a rua, lá estarão escolhidos o slogan, os jingles e o cartaz que serão difundidos por todo o país. Em janeiro haverá um concurso nacional para escolha das peças publicitárias e o lema da campanha — a frase "O Brasil precisa da gente, Lula presidente" — de próprio Lula, foi considerada pouco comunicativa.

Viagens — Fevereiro marcará também o início das viagens internacionais de Lula, que o levarão aos quatro cantos do mundo, iteratamente, para discutir os problemas externos do Brasil com lideranças de projeção internacional. Entre os dias 4 e 14 de fevereiro, o candidato do PT visitará Cuba, Nicarágua, Peru, Chile e Argentina. Em março, estará na Europa, percorrendo Itália, França, Espanha, Suécia e as duas Alemanha. Em maio, Estados Unidos, China e União Soviética.

No segundo semestre começa a reta final da campanha com viagens pelo Brasil para, nas capitais e grandes cidades de interior, debater os problemas nacionais. Serão escolhidas cidades e regiões definidas como "lugares temáticos". Angra dos Reis (RJ), por exemplo, servirá para discussão do programa nuclear. O Pantanal de Mato Grosso, será o cenário para debate da questão ecológica. No Nordeste, Lula falará sobre a seca. "Precisamos envolver a população das mais diversas formas na elaboração do nosso programa. Será um trabalho de intensa mobilização para nós", diz Vladimir Fomar.

"Ouro do PT" — A televisão e os comícios se entrarão na campanha de Lula bem perto da eleição, quando for necessário disputar o voto dos indecisos. A coordenação de campanha aponta as qualidades que Lula pretende explorar na vídeo: autenticidade, coerência, disposição para o trabalho árduo e capacidade de formular propostas concretas para os problemas do país. "Nossa meta é mostrar, através do Lula, que o PT tem condições de governar o Brasil", destaca o coordenador da campanha.

Uma das armas do PT para tentar convencer o eleitorado — e superar o preconceito de que um trabalhador não pode governar o país — será apresentar o "ouro do PT", um conjunto enorme, segundo Fomar, de técnicos e cientistas das mais diversas áreas, que são filiados ao partido. "O que há de mais expressivo na cultura e na técnica nacional está no PT. E essa é a equipe que temos para governar o Brasil", diz Vladimir Fomar.

1/12/88 -

1/12/88 -

JB

Ido 3. 1/12/88

PARTES POCO LEGÍBIL

01.01

8901004

090

PTB tem mais um nome à sucessão

BRASILIA — A Executiva Nacional do PTB decidiu ontem trabalhar pela candidatura do empresário Antônio Ermirio de Moraes à sucessão do presidente José Sarney. Os membros da comissão foram informados pelo líder do partido na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), da disposição do empresário de voltar a integrar os quadros do PTB.

"Para o partido eu volto, mas minha candidatura é outra coisa: precisa ser viabilizada", disse o empresário ao deputado na noite de segunda-feira, em São Paulo. "Se preciso de sua autorização para viabilizá-la", argumentou Gastone, que logo obteve sinal verde.

O senador Afonso Camargo (PR), membro da Executiva e oficialmente candidato do partido ao Planalto, tomou logo a iniciativa de saudar o retorno de Antônio Ermirio ao PTB e não se sentiu intimidado por ter colocado seu nome à sucessão presidencial. "Acho ótimo que Ermirio venha e considere importante o partido ter não apenas uma, mas várias candidaturas à Presidência", disse o senador, mantendo seu nome como postulante.

Gastone disse a Antônio Ermirio — e repetiu na reunião da Executiva — que o nome do empresário abrangia da centro esquerda à centro-direita, o que não acontecia com outros nomes, como o do prefeito Jânio Quadros — que pega mais do centro para a direita, do deputado Ulysses Guimarães e do senador Mário Covas, que ficariam mais do centro para a esquerda.

F. Pol. (Candid.)

Ido B. 1/12/88

1/12/88

JB

098.

f. 800 (Salário)

Qualquer mudança na política salarial só poderá ser admitida a partir de março de 89. Este foi o recado dado pelo presidente da CNTI, José Calixto Ramos, no Estado, ao condenar maior sacrifício ao trabalhador além dos já provocados pela URP

Trabalhadores não vão negociar o fim da URP

Por LUIZ GONZAGA GONÇALVES
Edição de Economia/ZH

A URP de 25,06% em dezembro, janeiro e fevereiro é uma conquista assegurada e de lá os trabalhadores não vão abrir mão. Qualquer mudança na política salarial só poderá ser admitida a partir de março do ano que vem e se a inflação cair a níveis que possibilitem uma alteração. A manifestação foi feita pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos, sábado à noite, quando participou, na Praia de Pinhal, da inauguração da Colônia de Férias José Fernandes da Rosa, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Rio Grande do Sul.

Calixto, um dos principais negociadores do Pacto Social, pelo lado dos trabalhadores, acrescentou que qualquer alteração na política de salários não poderá sacrificar o trabalhador mais do que a URP já prejudicou. "Agüentamos todo período em que a URP manteve-se defasada e abaixo da inflação. No momento em que se depara um ganho para o trabalhador de apenas 1% (se o IPC de dezembro ficar em 25%), os empresários já se mostram preocupados". Para ele, a sugestão feita por Roberto Della Manna, coordenador do Pacto pelo lado empresarial, de manter a URP mas de só pagar a parcela que se igualará à inflação, repondo o restante na data base de cada categoria, é razoável e pode ser até levada à mesa de negociações. Porém, isso só poderá ser aceito a partir de mês de março. Até lá, "nenhum trabalhador vai abrir mão dos 25,06% que estão assegurados pela lei".

Questão de hora

Calixto voltou a insistir que o acordo firmado por trabalhadores, empresários e o governo não tem força de lei. O seu



Calixto: Pacto depende da honra e caráter das partes

cumprimento está na dependência da honra e do caráter de cada um dos participantes. Disse que as negociações têm se desenvolvido num alto grau de entendimento, embora as posições antagônicas defendidas pelas partes nelas envolvidas. Até agora, as metas pactuadas, segundo ele, estão sendo atingidas. Foi acordado 25,5% para a elevação dos preços em novembro e o IPC foi de 26,82%. "Sem o acordo, certamente seria mais", ponderou.

Lembrou que nas discussões do fim da semana passada, para a fixação da cesta básica de dezembro - que não poderá sofrer aumentos superiores a 25% -, os empresários tentaram uma elevação maior para alguns produtos para os quais alegavam defasagem. Os trabalhadores e o governo não aceitaram. "Não podemos

abrir nenhum flanco para evitar que o barco afunde. Se há defasagem, dentro do Pacto ela não será compensada, pelo menos por enquanto, pois os salários dos trabalhadores estão muito defasados e os empresários têm afirmado insistentemente que não estão dispostos a dar ganhos reais para os seus empregados. Se há mesmo defasagem, alguns empresários terão que se conformar, pelo compromisso de honra que assumiram, a verem diminuídos um pouco os seus lucros, neste momento", disse.

Tabelamento

Dentro das negociações do Pacto Social, o governo não pode avançar e impor um tabelamento. Se não vier a acontecer para evitar aumentos superiores aos do acordo, o governo terá que recorrer às prerrogativas que tem como governo. O mais importante no momento é cada um cumprir o compromisso assumido, insistiu Calixto.

É essencial também a participação efetiva de toda a sociedade, como a situação dos movimentos das donas de casa, que em quase todo o País têm se organizado e denunciado os abusos de empresários que não têm honrado o compromisso assumido. Lembrou que as telefonias que o Ministério do Trabalho colocou à disposição para essas denúncias têm sido valiosas. As reclamações são enviadas diretamente aos líderes dos empresários que se encarregam de resolver o problema de um ou outro, com o que não está demonstrando o caráter que todos deviam de ter para que o Pacto se cumpra.

Sobre a denúncia do presidente José Sarney de que existem pessoas interessadas em sabotar o Pacto, José Calixto disse que, sinceramente, não devem ser as pessoas que têm sentado à mesa de negociações. Pelo menos eu não consigo identificar nenhum dos negociadores com esse objetivo, assegurou.

PARTES ILEGÍVEL

01.01

8901007

Ação política

As dificuldades econômicas estão levando a Brasília maior número de lideranças políticas, principalmente num momento em que o Congresso, como casa política, se vê às voltas com impasses e decisões importantes. Al resalta a grande preocupação do meio político, a de que Câmara, Senado e partidos estejam à altura e em condições de contribuir para superação dos problemas. Esta é uma colocação que passou a envolver setores políticos, alarmados com a soma de problemas e a perda da credibilidade de governantes. Quase que simultaneamente com o trabalho de deputados e senadores a avaliação pós-eleitoral, também atropelada pela sucessão presidencial, começa a envolver as atenções em Brasília, mas gerando divergências no que diz respeito às prioridades. A busca de soluções para o quadro sócio-econômico, cada vez mais agudo, ou a sequência da campanha com uma postura oposicionista bem clara e definida. Para alguns a melhor contribuição é a crítica sem atenuantes, capaz de alterar o desempenho do Governo, mas para outros deve existir um cronograma. Nele se inseriria o exame da situação nacional, sobretudo no que diz respeito aos seus aspectos econômicos que estariam a exigir um mínimo de entendimento.

Encontro

Em Brasília, aliás, registrou-se uma reunião destinada a avaliar a sucessão e o atual momento, quando as preocupações se voltaram mais para o equacionamento das questões econômicas como o Orçamento e o Pacto Social. Entre os presentes, lideranças como Franco Montoro, Afonso Camargo Neto, Konder Reis, Jorge Bornhausen, Marco Maciel, Nelson Marchezan. A sucessão, também comentada, cedeu lugar às preocupações com a conjuntura.

Sistema

Para os próprios adeptos do Parlamentarismo e que hoje insistem em proclamar a sua importância, apontando para o momento nacional, ganha relevo a participação da área política. Afinal, o Congresso conquistou na Assembleia Nacional Constituinte poderes e prerrogativas importantes e que devem ser usadas com maior intensidade até mesmo para demonstrar que essa conquista está sendo devidamente valorizada. O exame de todo esse quadro é que passou a dar significação para os contatos que se realizam em Brasília.

Integração

O Governo Estadual considerou uma vitória a presença na declaração conjunta dos Presidentes do Brasil e Argentina a confirmação de obras como o gasoduto e a ponte que liga os dois países, alvo de negociações e tratativas desenvolvidas nos últimos meses. Nesse trabalho o governador Pedro Simon teve o seu peso, assim como o apoio parlamentar gaúcho. Assistindo às últimas conversações estiveram presentes três secretários, Paulo Triches, Adão Faraco e Alcides Saidanha.

Ulysses

O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, ainda acredita que possa concorrer ao Palácio do Planalto, mas vai jogar quase tudo na Convenção Nacional do Partido, marcada para janeiro. Uma fonte política assinalou que "Ulysses já passou por momentos de alta e baixa" e conhece os avanços e recuos na política brasileira. E deu um exemplo: "Há menos de dois meses ele era a figura mais destacada no cenário político com a promulgação da nova Carta Constitucional."

O quadro eleitoral mudou muitas aspirações e projetos, segundo a mesma liderança, mas as avaliações e análises estão sendo feitas muito em cima dos acontecimentos. De qualquer maneira o quadro político está sendo atropelado pela sucessão presidencial como já aconteceu com o pleito municipal, que teve pouco de municipal.

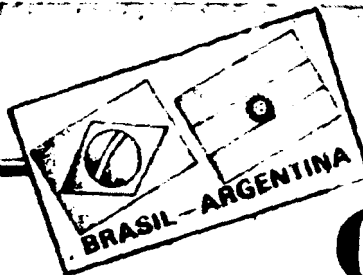
Carlos Fehlbeg

01.01

24

1/12/88

8901009



Um gasoduto que terá seu ponto final na capital do Rio Grande do Sul, além da confirmação da ponte entre São Borja e São Tomé. Esses são os novos acordos Brasil-Argentina.

Gasoduto vai ligar Argentina a Porto Alegre

Por ILMAR FRANCO

Enviado especial a Buenos Aires/2H

O presidente José Sarney revelou ontem, em Buenos Aires, que a ponte ligando a cidade gaúcha de São Borja a São Tomé, será construída. Trata-se de uma obra de extrema importância para a integração física dos dois países. Ao mesmo tempo, o presidente revelou que, embora ainda não exista uma data concreta, foi tomada a decisão política de construir um gasoduto, que ligará a Província de Santa Fé, Argentina, ao território brasileiro, terminando em Porto Alegre. Explicou que este projeto é de extrema importância para o desenvolvimento industrial dos Estados do Sul do Brasil e as Províncias fronteiriças da Argentina.

O secretário dos Transportes do Rio Grande do Sul, Adão Farago, disse que a decisão quanto à construção da ponte foi extremamente positiva, numa rápida evolução dos pontos considerados polêmicos por parte dos argentinos. Ele garantiu que nesta questão "foi decisivo" o encontro do governador Pedro Simon com Ricardo Guillermo Le Conte, governador da Província de Corrientes, assim como a recente reunião dos ministros dos Transportes e Obras Públicas, em Canela. Adiantou que a obra, que envolve 20 milhões de dólares, que entrará em concorrência pública, deverá iniciar já no próximo ano. Farago confirmou também a formação do comércio binacional Sulopacífico Americano. As empresas pretendem atrair recursos de seus investimentos com a cobrança de pedágio por 18 anos.



Em Buenos Aires, os presidentes Sarney, Alfonsín e Bordaberry (do Uruguai) integram

Quando ao gasoduto, cujos estudos serão iniciados em breve, o secretário gaúcho de Minas e Energia, Alcides Saldanha, discutiu o assunto com os ministros argentinos Enriquez Nougier, de Interior, e Rodolfo Terragno, de Obras e Serviços Públicos. Nesta área, o deputado do PFL gaúcho Arnaldo Prieto comentou que a Petrobrás, ao analisar a matéria, deverá levar em conta não apenas os aspectos técnicos e de viabilidade econômica, mas também a viabilidade política.

Explicou que há muitas questões envolvidas, além dos custos, como o volume

de produção (3 milhões de metros cúbicos de gás por ano), sua distribuição, seu consumo, seu trajeto até Porto Alegre e a possibilidade de se estabelecer ramais para as cidades do interior gaúcho. Outro aspecto é a questão do saldo comercial dos dois países, sendo que o superávit brasileiro deverá cair dos atuais 400 milhões de dólares para 250 milhões. Mas há um temor de parte dos argentinos: as proporções da matéria-prima para o Brasil, isto poderá resultar, logo depois, em compras de produtos petroquímicos brasileiros de maior valor agregado.

Comunicado final destaca as questões fronteiriças

No comunicado oficial após o encontro dos Presidentes do Brasil e Argentina, as questões fronteiriças foram destacadas. Os presidentes Sarney e Alfonsín reiteraram sua convicção de que a integração é a chave para superar os obstáculos atuais e vencer, com prudência e serenidade, os desafios da modernização e do crescimento impostos pelo século XXI. Os dois mandatários constatarem com satisfação os avanços realizados no trabalho conjunto nos campos das tecnologias de ponta, tais como a cooperação nuclear, a biotecnologia, a indústria aeronáutica e informática, e consideraram sua relevância para a paz na região e para o desenvolvimento dos dois países.

Entre os temas considerados, ressaltou-se a relevância de aprofundar o processo de integração através da realização de obras binacionais em áreas de importância prioritária para os dois países.

Nesse quadro, ambos Presidentes sublinharam o caráter significativo da decisão política de empreender a construção do gasoduto São Jerônimo Norte (Santa Fé) - Porto Alegre (RS), cuja concretização contribuirá para promover o desenvolvimento industrial conjunto dos Estados brasileiros e das Províncias argentinas fronteiriças.

Expressaram ainda sua satisfação pela constituição de um comércio binacional brasileiro-argentino, com o objetivo de desenvolver conjuntamente esse projeto.

Ambos presidentes instruíram os Ministros competentes para que impulsionem os trabalhos do grupo técnico responsável pelo estudo de viabilidade da obra, a fim de permitir o início desse empreendimento conjunto durante o ano de 1989.

Nesta oportunidade, os dois presidentes analisaram igualmente o projeto hidroelétrico de Pichi-Pichu-Loufi, destacando-se que foram dados os passos necessários que permitirão cumprir com o compromisso, assumido a nível presidencial, de dar início às obras durante 1989.

Os dois presidentes expressaram sua profunda satisfação pela assinatura, nesta oportunidade, do novo Protocolo Regional Fronteiriço, pelo qual se estabelece um campo de trabalho que servirá para canalizar iniciativas capazes de estimular o desenvolvimento integrado dos Estados brasileiros e das Províncias argentinas da região da fronteira, conforme os princípios federais.

Ambos presidentes destacaram que a ponte rodoviária entre as cidades de São Tomé (Corrientes) e São Borja (RS) constitui um projeto de grande importância para a integração. Concordearam quanto à necessidade de realizar, de forma prioritária, os estudos técnicos, econômicos e financeiros que permitam viabilizar esse projeto de vinculação fronteiriça entre ambos os países.

Brasil compra 326 aviões da Argentina

Com o objetivo de buscar um maior equilíbrio na balança comercial Brasil-Argentina, o presidente José Barney anunciou ontem em Buenos Aires que autorizou a importação de 200 aviões da Argentina. Esta negociação, que será feita diretamente pelo Ministério da Aeronáutica, deverá envolver um montante de 20 milhões de dólares. Em entrevista, ele destacou que a integração não será afetada pela futura mudança nos governos dos dois países, pois o tratado, ao ser aprovado pelos dois Congressos, passa a ser "uma obrigação" para o Brasil e a Argentina. Na parte brasileira, citou que este tratado se insere dentro da nova Constituição, pois esta proclama que a integração do Brasil com a América Latina é um dos objetivos fundamentais do País.

Barney reiterou que Brasil e Argentina "nunca estiveram tão longe das divergências", ao ser questionado sobre os problemas criados com o fechamento das comportas de Nijelsdrift de Valpi. Considera que a relação entre os dois países é tão estreita que serão

resolvidos todos os problemas que possam existir.

O presidente ressaltou que a relação dos dois países teve uma mudança fantástica a partir de 1985, quando Sarney e Alfonsín se encontraram pela primeira vez, em Foz do Iguaçu, e agora, numa prova de amadurecimento das relações bilaterais.

Transparência nuclear

Revelou também "a transparência e a confiabilidade" com que Brasil e Argentina estão trabalhando na área nuclear, recordando as visitas mútuas presidenciais às usinas atômicas de ambos países, e destacou a que tem agora ao centro atômico de Ezeiza. Sarney frisou que "estes fatos são inéditos no mundo e exemplo para todos os demais". Considera que se trata também de uma demonstração de que "não há qualquer corrida armamentista" entre os dois países. Referiu-se ainda, à Constituição brasileira, que submete ao Congresso a ação do Governo nesta área e que estabe-

lece o princípio da utilização da tecnologia nuclear "para fins pacíficos".

Diz-se que o presente tratado de integração representa o início do mercado comum e a inserção de ambos os países na chamada economia dos conjuntos. Defendeu a necessidade de criar forças internas para o desenvolvimento de economias auto-sustentadas. Para isso, salientou a necessidade de se intensificar o comércio inter-regional latino-americana, que representa somente 1% dos negócios de todos os países do Continente.

Samuel enfatizou que toda esta integração e cooperação entre Brasil e Argentina somente foi possível devido "à vontade política dos nossos países, à determinação do presidente Alfonsín e do presidente do Brasil e à paixão com que todos trabalharam neste projeto".

Os aviões que serão importados da Argentina vão ser utilizados, basicamente, em aeroclubes — sendo que seis desses aparelhos monomotoros já foram adquiridos pelo Brasil.

02.02

890,010

GR

Lula: "Socialismo não se implanta por decreto"

"Ninguém vai conseguir implantar o socialismo por decreto-lei". Essa afirmação foi feita ontem pelo candidato à Presidência da República pelo PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva, que criticou o receio já manifestado por vários setores de uma possível radicalização, caso chegue ao Governo.

Lula, que participou de uma palestra para os alunos da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, referiu-se especificamente aos empresários, produtores rurais, militares e especialmente ao presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, que declarou ser Lula "mais perigoso do que o Brizola", para justificar a criação de uma frente de vários partidos por um único candidato à Presidência. Aplaudido de pé pela platéia, que o próprio Lula definiu como "os futuros dirigentes da Fiesp", ele admitiu que, embora sonhe com uma sociedade socialista — que considera perfeita para a humanidade — se eleito, acredita que apenas abrirá o caminho para que ela se concretize no Brasil.

— Nós vamos ganhar esse governo e implantar uma política social correta, de geração de empregos, de melhor distribuição de rendas que possa garantir ao cidadão condições mínimas de sobrevivência. Não acredito nessa idéia de que cada vez mais menos gente tome conta de toda riqueza — afirmou Lula.

Militares

Ele disse ainda que não vai procurar os militares, como fez Brizola, porque não precisa da autorização deles para candidatar-se. A Constituição é clara quando diz que o presidente da república é o chefe supremo das Forças Armadas e, portanto, se candidato conversará com os militares como qualquer outro segmento social, sem preconceitos.

Divertido com o medo que o crescimento do PT ou de sua própria candidatura tem provocado, Lula contou uma história, retratando essa situação, sobre o empresário Carlos Villares — o mesmo que o despediu em 1981 —, frisando que ele tem mais medo do PT que o diabo da cruz.

— Eu disse a ele que todo esse receio é uma imbecilidade porque o pior que poderia acontecer no governo do PT é a Villares de São Bernardo voltar a ter três ou quatro mil empregados, em vez dos 600 de hoje. A empresa se especializou em produzir locomotivas e peças do metrô, mas o governo que seria o grande consumidor não dá atenção aos meios de transporte de massa, como é a intenção do PT — garantiu.

Ele acrescentou que o PMDB levou 28 anos para chegar ao governo e se desgastou muito rapidamente, porque fez um discurso antes das eleições e praticou coisas completamente diferentes depois delas. (AG)

24.4/12/88

FRL

01.01

8901012

978.

F. Pa.

Congresso fixa salário de deputado: Cz\$ 4,7 milhões

BRASÍLIA — Depois de 12 dias de sessões sem quórum — presença de no mínimo 244 deputados e 37 senadores em plenário — sem que fossem apreciadas matérias de interesse nacional, como é o caso da lei do salário mínimo, o Congresso Nacional, na primeira sessão onde houve quórum, preferiu legislar em causa própria. Aprovou na madrugada de ontem o projeto de decreto legislativo que fixa os salários dos deputados em Cz\$ 4 milhões 741 mil e 77 para dezembro (100 vezes o salário mínimo, que teve que ser baixado pelo Executivo diante da ausência do Congresso para analisar o assunto e que será de 40 mil e 425 cruzados agora em dezembro).



Amaral



Inocêncio



Brandão

Os partidos de esquerda — PDT, PT, PSB, PCB e PC do B — tentaram evitar a aprovação do decreto legislativo antes da apreciação dos projetos que tratam do salário mínimo. Mas todo esse esforço foi em vão, pois o projeto foi aprovado, por 242 votos sim contra 11 não da Câmara, e 36 sim contra apenas um não do Senado. Para serem promulgados, os decretos legislativos devem receber aprovação das duas Casas, com a presença, em plenário, de pelo menos 244 deputados e 37 senadores, sendo aprovado por maioria simples.

O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) pediu a inversão da pauta de votação e até apresentou uma emenda na tentativa de evitar que o projeto fosse colocado em votação. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, porém, negou os dois pedidos de Brandão alegando que o projeto já estava em votação e sendo assim esses requerimentos não tinham validade. Houve quem ironizasse a votação como o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) que disse que os que votassem contra deveriam ficar sem receber seus salários, atrasados há cerca de dois meses, pois era um sinal de que não estavam precisando de dinheiro.

Ao ocupar a tribuna para encaminhar contra a aprovação do projeto o deputado Brandão Monteiro afirmou que "era uma vergonha para a Casa aprovar os seus salários antes do salário mínimo, ainda mais quando o PFL tinha afirmado que não votaria o mínimo este ano". Irritado, o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, tomou o microfone e, aos berros, chamava Brandão de mentiroso. Depois de muita confusão, Lucena conseguiu controlar o tumulto, solicitando a taquigrafia que retirasse

as "expressões anti-regimentais" dos anais da Casa.

Iniciada a votação na Câmara, o líder do PDS, deputado Amaral Netto pediu à sua bancada que aprovasse a matéria. "Não sou milionário e nem tomo dinheiro dentro dessa Casa", explicou. Já o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) apresentou uma declaração de voto, pedindo aos que votassem não que não fizessem uma doação, que seria aceita de bom grado.

Encerrada a apuração dos votos da Câmara, às 22h52min de ontem, ficou evidente a falta de quórum no Senado para que se procedesse imediatamente a votação. Alguns senadores, por exemplo, Romanão, líder do PMDB no Senado, começaram a levantar sucessivas questões de ordem, a fim de ganhar tempo para que os senadores que já tinham ido para casa pudessem voltar ao prédio do Congresso Nacional. O presidente do Congresso, Humberto Lucena, concedeu a palavra a todos os líderes presentes que quiseram se manifestar na tribuna.

Somente aos 35 minutos da madrugada de ontem, depois de 1 hora e 40 minutos de negociações, entrou ao plenário o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da CNI, completando então o quórum para a votação (presença no plenário de 37 senadores). Nesse momento discursava na tribuna o senador Ney Maranhão, líder do PMB. Os outros senadores e alguns deputados presentes começaram a gritar e acenar com as mãos para que ele encerrasse o seu discurso, pois já havia quórum para a votação. Imediatamente, aos 38 minutos de ontem, o presidente Humberto Lucena ordenou que se procedesse a chamada e o projeto foi aprovado pelo número mínimo exigido.

Segundo o projeto, o salário agora em dezembro será de Cz\$ 4 milhões, 741 mil e 77. Sobre este valor incidirá 45% de imposto de renda, o que significa que os deputados receberão líquido cerca de Cz\$ 2 milhões e 200 mil. A única inovação desse projeto é a de que ele determina uma punição para os faltosos: aqueles que faltarem a uma sessão terão descontados de seu salário 1/30 (um trinta avos), o que representa um desconto de Cz\$ 158 mil por cada sessão que deixar de comparecer.

Erundina e PT se recusam a ter encontro com Sarney

Cássia Maria

BRASILIA — A prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina, se recusou a participar de um encontro com o presidente José Sarney, em audiência do Palácio do Planalto, numa decisão conjunta com a direção do PT. O encontro entre os dois começou a ser articulado por assessores do Planalto uma semana após as eleições municipais, diante da intenção de Sarney de tentar uma aproximação com as esquerdas.

Segundo assessores palacianos, antes mesmo da definição da vitória do PT em São Paulo e outras importantes cidades do país, Sarney chamou o líder do PCB, a Câmara, deputado Roberto Freire, para lhe pedir a intermediação nessa aproximação com os partidos de esquerda. "Me faça uma ponte com as esquerdas", pediu o presidente a Freire, que estreitou as relações com o Planalto depois de integrar a comitiva presidencial na viagem à União Soviética.

Luta armada — O PT deveria ser o primeiro partido de esquerda a passar pela ponte do Palácio do Planalto. Indicado pelo próprio presidente Sarney como o mediador do encontro pretendido, o deputado Roberto Freire procurou inicialmente o colega Plínio de Arruda Sampaio (PT SP), que levou diplomata-mente a questão à discussão interna no seu partido.

Um assessor do Palácio do Planalto informou, contudo, que foi "Sarney que decidiu de receber Erundina, porque ela trouxe a luta armada, numa recente entrevista" e que "o presidente acabou acrescentando as ponderações de alguns setores militares, que insistiram que as declarações da prefeita seriam os preceitos obrigatórios".

Numa entrevista a uma emissora paulista, a prefeita de São Paulo afirmou que a maioria dos trabalhadores brasileiros não deseja que a luta armada seja o principal instrumento de transformação da sociedade, o PT não teria como se opor a decisão.

Secretariado deve aumentar luta interna

Marco Damiani

SÃO PAULO — Até o anúncio integral do futuro secretariado da prefeita eleita Luiza Erundina, no máximo até o próximo dia 15, a luta interna que já se verifica no PT paulistano se acirrá. O convite feito por Erundina ao educador Paulo Freire, numa ligação telefônica feita em João Pessoa, quarta-feira, criou de surpresa muitos integrantes da tendência Articulação, liderada pelo deputado Luís Ignacio Lula da Silva e majoritária no Diretório Municipal do partido em São Paulo. A Articulação esperava submeter a prefeita eleita uma lista completa de nomes para o secretariado, a ser atualizada em uma reunião plenária do Diretório Municipal. Paulo Freire aceitou ser secretário de Educação.

"Preferimos nomes técnicos, pessoas que tenham conhecimento sobre os problemas concretos da cidade, do que intelectuais", ressaltou, antes do convite a Paulo Freire, o dirigente estadual do PT paulista Ricardo Azevedo, em nome da

Articulação. Agora, ninguém se atreve a criticar a escolha pessoal da prefeita, em função do prestígio pessoal do educador.

Em outra frente, no grupo de trabalho que trata do futuro programa municipal de Saúde de São Paulo, a Articulação está mais uma vez descontente. Coordenado pelo deputado federal Eduardo Jorge, ligado ao Poder Popular Socialista (PPS), a presença de militantes dessa facção de esquerda é quase unânime no grupo. Neste setor a Articulação esperava ser mais atuante mas não conseguiu se firmar.

Outro exemplo de luta interna, uma vez que o domínio de uma tendência política do PT sobre um grupo de trabalho desagrada as outras tendências e, principalmente, a Articulação de Lula, encontra-se no grupo que estuda a futura política de transportes. Este grupo é coordenado pela vereadora Tereza Lajolo, ex-militante do Partido Revolucionário Comunista (PRC), identificado com o deputado federal José Geníno Neto. Lajolo, agora na condição de intendente,

não pode impedir, porém, que muitos militantes do PRC tomassem posições de destaque neste grupo para definir uma política, ao menos no papel, que lhes parece mais acertada.

Numa reunião segunda-feira, de Erundina e dirigentes petistas com integrantes do PCB e do PC do B, que se coligaram ao PT na eleição, ficou acertado que não haverá secretarias para estes partidos. Aos comunistas caberá uma ínfima parte dos 5.200 cargos de confiança que a nova prefeita terá de preencher. As disputas nascentes agora, que nos próximos dias deverão ser tema de comitês públicos, têm raízes no apoio dado à candidatura da nova prefeita. Após ter sido derrotado na Convenção do PT que escolheu o candidato do partido, o Articulação, cujo apoio foi dado ao deputado Plínio de Arruda Sampaio, resolveu recuar-se e deixar os grupos à sua esquerda carregarem o andor da campanha de Erundina. Esses grupos fizeram isso e, agora, chamam para si a responsabilidade pela vitória

PARTES PLEGÍBLE

01.01

B901016

098

7B sexta-feira, 2/12/88 □ 1º caderno □ 5

Apoio de pemedebistas faz Waldir pensar no Planalto

SALVADOR — O governador da Bahia, Waldir Pires, admitiu pela primeira vez a possibilidade de se candidatar à Presidência da República, pelo PMDB, ao comentar o fato de o seu nome ser o preferido da maioria da bancada gaúcha do partido. Na última segunda-feira, ele havia declarado não ver condições objetivas para sua candidatura, principalmente por causa da densidade eleitoral da Bahia e da limitada expressão econômica do Nordeste.

"Pode ser que as condições objetivas venham a se modificar", disse o governador diante das manifestações de apoio ao seu nome. O primeiro pemedebista gaúcho a manifestar sua preferência por Waldir foi o senador José Fogaça. Na semana passada parlamentares do PMDB

de outros estados também se declararam favoráveis à indicação do governador baiano para concorrer à sucessão presidencial. O apoio ao seu nome veio até de outro partido, através do líder do PC do B na Câmara dos Deputados, Haroldo Lima.

Essas manifestações de apoio, de acordo com Waldir, o levaram a considerar a possibilidade de se candidatar, embora ressaltando que, no momento, sua principal preocupação é com a Bahia. "Mas ao mesmo tempo, evidentemente, estou muito preocupado com a nação, nesta hora tão severa de sua crise", comentou Waldir, acrescentando que vai aguardar a evolução dos acontecimentos para tomar uma posição definitiva em relação à sua candidatura.

F. Pol.

PARTES ILEGÍBIL

01 - 01

8901017

000

28

2/12/68.

F 102

Brasil

Collor vai se filiar ao PJ

Campanha para
sucessão de 89
já está pronta

Rogério Coelho Neto

O empresário de comunicação social Fernando Collor de Mello, desligado do PMDB, transfere o centro das suas atividades políticas, a partir do dia 14 de maio, do Palácio Marechal Floriano, sede do Governo de Alagoas, para um modesto conjunto de quatro salas, no setor comercial de Brasília, de onde pretende conduzir sua campanha à sucessão do presidente José Sarney. Para se decidir pela desincompatibilização do cargo de governador, Collor só precisava se fixar em um partido: escolheu o PJ (Partido da Juventude).

A transferência do poder em Alagoas começara a ser feita, de maneira gradativa, no início de janeiro, quando Collor iniciou o seu vice, Moseyr Andrade, na intimidade dos negócios do governo. Entre o governador alagoano e o seu substituto legal — um ex-deputado estadual que figurou em 1969 na lista dos cassados pela Revolução — não existem divergências. Andrade já avisou a amigos comuns que, no Governo, pretende ser uma continuação de Collor.

Marketing — Collor vai definir até fevereiro um esquema forte de marketing político capaz de associar a sua imagem, de político renovador, à do PJ, o pequeno Partido da Juventude que ele ajudou a criar e de cujo programa nacional, em cadeia de rádio e televisão, em meados deste ano, seria a estrela principal. O programa, é bom recordar, teve cerca de 40 dos seus 60 minutos regularmente cortados pela Justiça Eleitoral. Os cortes atingiram a fala do governador de Alagoas, que queria, na oportunidade, mostrar a extensão da crise econômica e denunciar o cerco federal que o Palácio do Planalto havia resolvido montar em torno do seu estado.

A eleição da deputada Luiza Erundina para a Prefeitura de São Paulo, pelo PT, permitiu grandes lições. A mais importante delas é a da necessidade que o eleitorado começou a sentir, acima de questões meramente cronológicas, de trocar o novo pelo velho. Erundina ganhou porque o paulista comum identificou nela, nas suas propostas, uma garantia de mudanças, jogando fora o velho, o arcabo, dentro de um



Collor tira lições da vitória de Erundina

universo que atingiu, ao mesmo tempo, o tradicionalismo de esquerda e de direita", observou Collor.

O governador de Alagoas acha que a campanha presidencial vai se centrar, prioritariamente, em torno de propostas de renovação. "Eu vou entrar, nisso, de cabeça, de rua em rua, onde for possível, pregando as mudanças e o fim dos convencionalismos que aí estão. A minha vantagem é que eu me preparei para ir a luta disposto a ganhar, mas sem uma fixação maior com resultados".

Pesquisas — O universo de apoio que o PJ pode oferecer a Collor é pequeno: o primeiro eleito de Juiz de Fora, Carlos Alberto Dejam, e o deputado federal Jayme Campos — do município fluminense de São Gonçalo — que assumirá, como primeiro suplente do PDT, mas se mudará para o Partido da Juventude, assumindo sua liderança na Câmara.

Para o candidato do PJ ao Palácio do Planalto, o ritmo de sua

campanha será dada pela divulgação do seu nome em localidades onde nunca esteve. Exemplo: o município de Pedro Teixeira, no Sul de Minas, que funciona ainda dentro de um esquema pelo qual o Collor e o PMDB não se consultam com meios do PFL e vice-versa. Lá em Pedro Teixeira (1 mil 200 eleitores), uma recente pesquisa de jornais mineiros situou Collor entre os políticos brasileiros mais conhecidos, por lá, ao lado de Leonel Brizola e Ulysses Guimarães.

Em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, Collor também aparece na última pesquisa que o Ibope promoveu para saber quais os candidatos a presidente mais cotados na cidade (340 mil eleitores). Brizola foi o grande favorito e Collor o segundo. No interior paulista, goiano, baiano e pernambucano, tem acontecido a mesma coisa com um detalhe que o próprio governador alagoano oferece: "É importante acreditar em pesquisa. Eu acredito".

PARTES ILEGÍVEL

01 - 01

8901019

Ulysses quer aliança contra Lula

Ricardo Noblat

"**S**em trair qualquer cinismo", observa o deputado Ulysses Guimarães, "um partido político deve refletir e se adaptar às circunstâncias". Ele lembra que o PMDB foi o partido das diretas-já, da transição democrática e da Constituinte. "A hora e a vez são de sua excelência, o eleitor", confere o deputado. "O partido oferecerá um novo programa à sociedade e com sua face de centro-esquerda irá à caça do voto para presidente."



Os brasileiros não foram justos com o PMDB nas eleições municipais, acredita Ulysses. "Não souberam ou não quiseram desvincular o partido da imagem do governo", lamenta. Quando confrontado com a informação de que o PMDB tem mais de uma dezena de ministros no atual governo, Ulysses retruca de imediato. "Nenhum avalizado por mim. Nenhum deles." Retoma, em seguida, seu raciocínio sobre a eleição presidencial de 1989.

"Cada eleição é uma eleição e o PMDB é o partido que reúne as melhores condições para fazer o sucessor do presidente José Sarney", decreta. Cita a importância da máquina partidária. "Se amanhã eu desembarcar no Acre, haverá uma pessoa me esperando no aeroporto, outra para segurar minha mala e, certamente, estará organizado um grande comício. Poucos candidatos gozaram das mesmas facilidades."

Não dá importância ao comentário de que a televisão terá um papel relevante na sucessão presidencial e de que ele não parece dominar bem a linguagem do veículo. "Televisão não é só imagem, é também áudio", ensina. "A imagem é importante, mas não menos importante é o que se diz. Fundamental é termos um programa que sensibilize a sociedade. Se tal coisa ocorre, ganha-se a eleição."

Também é fundamental que o partido estabeleça sólidas alianças para disputar o primeiro turno da eleição presidencial. "O espaço de centro-esquerda, que sempre foi ocupado pelo PMDB, está sendo partilhado, agora,

pelo PSDB, pelo PTB e por uma facção do PFL. Se todos nós não nos unirmos, sabemos, desde já, quem se beneficiará com isso", insinua. Para ele, mesmo com o PT de Lula, depois. "O beneficiado será o PT de Lula."

Ulysses não subestima a força da candidatura do ex-governador Leonel Brizola, mas parece temer mais o deputado Luiz Inácio Lula da Silva. "Até a eleição municipal, Lula era um filial do Brizola. Agora, criou a matriz", compara. Não se recusa a admitir que está propondo a reedição de uma espécie de Aliança Democrática, como aquela que serviu para eleger Tancredus Neves e José Sarney.

"Por que não?", devolve a pergunta. "Pode até se apresentar com um outro nome." Cede diante de lembrança de que o resultado da aliança está pendente no governo desastrado. Responde, contudo, de imediata referência de que mesmo adeptos leais e sinceros de sua candidatura a presidente não acreditam no sucesso dela. "As eleições de 1990, para os governos e o Congresso, passam pela eleição presidencial do próximo ano", desafia.

Quer dizer, com isso, que, se o candidato do PMDB à sucessão de Sarney for derrotado, os candidatos do partido aos governos estaduais e ao Congresso estarão enfraquecidos as eleições do ano seguinte. Antecipa que o PMDB sairá de sua próxima convenção nacional "com uma postura de independência em relação ao governo mais claramente definida". É contrário à sugestão de que devam ser expurgados os que discordam do novo PMDB.

"Expurgo é uma coisa odiosa, facista", acusa. "Deixemos de lado os que não se afinam com o programa que o partido aprovará. Eles ficarão, naturalmente, pelo meio do caminho." Um PMDB marcadamente independente do governo de Sarney não significa, avalia Ulysses, um PMDB hostil ao presidente da República. "Apoiaremos o que julgarmos certo e rejeitaremos o que estiver de acordo com o nosso programa."

Julga Ulysses que pode estar certo o partido vir a apoiar de forma decidida o pacto social era em campo. "Se eu fosse Sarney, me jogaria de corpo e alma para que o pacto desse certo", aconselha. Observa, porém, que as metas do pacto devem ser mais ambiciosas. "A inflação tem que baixar mais rapidamente", cobra. "Fora do pacto, haverá o caos e isso poderá significar risco de uma nova intervenção militar."

TB 2/12/88.

Partes ilegíveis

Vitória do PT ajuda brizolistas

Chance de Lula ser presidente torna PDT mais aceitável

Rodolfo Fernandes

BRASILIA — Três meses antes das eleições municipais que fizeram refulgir a estrela do PT, um importante empresário paulista foi convidado para alinhar com uma liderança do PDT e discutir um possível apoio à candidatura de Leonel Brizola a presidente da República. O empresário reagiu a todas as investidas, considerando Brizola radical demais para suas idéias. O máximo que concedeu, ao despedir-se do pedetista, de quem é amigo, foi comentar: "Pelo menos teremos você no lado de lá."

Abertas as urnas depois do dia 15 de novembro, o empresário e o líder brizolista voltaram a se falar. Na lembrança do pedetista ficou só uma frase do industrial: "O Lula, não". Esta história circula entre alguns parlamentares do PDT que apostam numa mudança de mentalidade por parte de setores moderados em relação à candidatura de Brizola.

Esperanto — "A opinião pública, especialmente a classe média, vai poder agora conhecer as idéias de Brizola sem preconceitos. Suas propostas vão aparecer mais", acredita o líder do PDT na Câmara Federal, deputado Valdo Barbosa, para quem setores retratados a Brizola — como os militares,

por exemplo — não o verão mais como um esperanto. Este papel, agora, estaria reservado ao PT de Lula, Erundina e Olívio Dutra.

Este é um dos fatos que o PDT comemora depois das eleições municipais. Outro, é a posição nacional que a legenda adquiriu, na visão dos líderes de Brizola. O deputado Brandão Monteiro acha que, apesar de desempenhos "abaixo do esperado" na Bahia, Mato Grosso, Pará e Goiás, o PDT "surpreendeu" em São Paulo. "Nós não tínhamos nada. Hoje temos 22 prefeitos", destaca Brandão.

Força consolidada no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, crescimento no Paraná (fez as prefeituras de Brusque e Camboriú) e o surgimento com importância no Nordeste garantem ao PDT um suporte razoável para a candidatura de Brizola. "Ele está muito forte no Nordeste. Para mim, o Nordeste será em 89 o que a Baixada Fluminense foi em 82 para Brizola", referindo-se à região do Estado do Rio que garantiu a vitória de Brizola na disputa pelo governo do Rio. A base fixada no Maranhão, terra do presidente José Sarney, foi a mais comemorada. "A vitória em São Luís teve um sabor especial", exclama o deputado Fernando Lyra.

Situar precisamente os aliados e os adversários na eleição presidencial, até março, quando começa a campanha de Brizola, parece ser a maior dificuldade do PDT. O PT é aliado ou adversário? E os dissidentes do PDS, como Esper-

R.T. Fasmello — 3/12/88



Brizola: fim da resistência
até entre os militares

dão Amin e Wilson Braga? A estas perguntas, o próprio Brizola costuma dizer o seguinte: "Um partido é como um caminhar de carga, que tem vários tipos de mercadoria. No caminho, as coisas vão caindo".

ESG — Segurar as hostilidades naturais entre o PDT e o PT é uma

tarefa a que vêm se dedicando desde antes da eleição municipal várias lideranças do PDT. Há poucos meses, o deputado Lysâneas Maciel, que já foi do PT, procurou Lula e deu um recado: "Vocês têm que parar com esta besteira de atacar o Brizola. O inimigo de vocês não é ele". Lysâneas acha que as bases dos dois partidos têm mais afinidades do que as cúpulas e vê com estranheza o destaque dado a Lula pelos meios de comunicação — uma forma de fazer, segundo ele, uma polarização entre direita e esquerda passando por cima de Brizola.

Lysâneas acha que isso é artificial. "O Brizola nunca foi convidado para ir à ESG (Escola Superior de Guerra)", apesar de ter se insinuado algumas vezes. Mas o Lula foi", destaca. Outro dado a dificultar a união dos dois partidos saiu da eleição municipal. "Em nenhum estado — lembra Fernando Lyra — o PT se colocou conosco. Nós é que nos coligamos a eles, em posição secundária na chapa". Em Porto Alegre, durante a campanha, o candidato petista Olívio Dutra — que é presidente nacional do partido — fez pesadas críticas a Brizola. Chegou a dizer que o ex-governador teria viajado à Austrália para comprar uma fazenda de pecuaristas.

Em Tijuca, tudo pode inviabilizar uma aliança que seria natural — diz o deputado Brandão Monteiro, que acrescenta: "Nós temos que ser humildes, e o PT ficou muito eufórico depois das eleições. A direita está tendo boas vitórias do PT, mas a cobrança vem em seis meses".

01.01

8901040

5/12/88

098

Moreira diz que Brizola não quis salvar CSN

"O ex-governador Leonel Brizola recusou-se a ajudar o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Juvenal Osoário, a vencer o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a lutar pela salvaguarda do alto forno nº 1, que esteve perto do esfriamento. Brizola preferiu, ele sim, o caminho da omissão, assumindo uma posição nada compatível com a de um político que aspira chegar à Presidência da República".

A revelação foi feita pelo governador do Estado do Rio, Moreira Franco, em resposta a críticas que Brizola lhe fez no último sábado, quando o acusou, em entrevista coletiva, de ter se omitido por ocasião da greve dos metalúrgicos de Volta Redonda; que redundou em um choque entre o Exército e grevistas, com a morte de três operários. Segundo Moreira, "se Brizola quer pisar no pescoço de alguém, que pise no de Lula e não no meu".

"No desespero, quando senti que o alto forno nº 1 encontrava-se à beira do colapso total, Juvenal Osoário me telefonou e pediu auxílio", conta Moreira. "Temia pelo fim da própria Companhia Siderúrgica Nacional. Eu lhe sugeri que procurasse o Brizola, que poderia, como presidente nacional do PDT, envolver com seu correligionário Juarez Antunes, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e candidato do seu partido (acabou eleito) à prefeitura da cidade. Eu mesmo dei os telefones do Brizola ao Osoário. O presidente da empresa fez a ligação, refez o contato comigo e me informou, estarecido, que o ex-governador havia se recusado a ajudá-lo".

Demagogia — Moreira disse que Brizola mentiu com relação à sua participação



Lula Moura — 22/11/87

Moreira: sem cumplicidade com o crime organizado

no problema de Volta Redonda e lembrou:

"Sei fantástico, porque não sou fanfarrão, participei desde o primeiro momento do lamentável episódio, sempre procurando evitar o pior. Reuni-me com o presidente da CUT, Jair Mesquita, e liderei as metalúrgicas e do PT, no Palácio Guanabara, buscando uma atuação de intermediação. Creio que dei alguma contribuição, afinal, para que um problema trabalhista não se transformasse em um problema institucional de consequências irreversíveis".

Em conversa com jornalistas, no Palácio Laranjeiras, Moreira advertiu o seu antecessor:

"Se ele pensa que vai me fazer alvo da sua

demagogia eleitoral está muito enganado. Estou preparado para reagir à altura. É preciso que o país saiba, por exemplo, que o candidato do PDT à Presidência da República, quando governador do Estado do Rio, quase acaba com o metrô. Os trens foram sucateados. A linha que ia para a Zona Norte e Baitada Fluminense foi desativada".

Para o governador, "o grande problema de Brizola é a busca da publicidade fácil", acrescentando que "por conta dessa obsessão, ele fica dizendo, entre outras coisas, que eu só quero levar o metrô para Copacabana, porque sou elitista. Como se o morador de Copacabana fosse um pára. Ele não diz, porém, por conveniência, que estamos levando o metrô

para Copacabana, sim, mas também para a Pavuna, com o intuito de integrar a Baixada Fluminense a Ipanema. Enquanto ele mente, nós estamos recuperando os trens do metrô que ele sucateou".

Indireta — Moreira irritou-se com a acusação de Brizola de que a polícia no Rio está matando adolescentes. "Deveria compor a denúncia, dando nome, hora e local. Ele sabe que o meu governo não vai tolerar a cumplicidade com o crime organizado, com o narcotráfico, como ocorreu no dele. O que meu governo não vai ter é a autoridade policial envolvida com a máfia francesa, com a máfia corsa, com o banditismo internacional (referência ao ex-secretário de Segurança de Brimla, Arnaldo Campana)".

"Não vou permitir também, e Brizola sabe disso, porque me conhece muito bem", prosseguiu o governador. "A cumplicidade do meu partido com o crime organizado. Aliás, o eleitorado do Rio acabou de recusar, dando-lhe menos de 100 votos, o mandato de vereador à sogra de um dos chefes do narcotráfico (referência a Eva Costarella, sogra do traficante Dennis, que foi candidata à Câmara carioca pelo PS)".

E concluiu:

"Se o Brizola está querendo percorrer o caminho da direita, atacando a Igreja e o PT, é um direito dele. Mas usar métodos fascistas, acusações levianas, para dar sustentação a essa cartilha da direita, que o faça sentir-me atingido. Eu não estou mais disposto a aceitar esse tipo de coisa e vou reagir à altura, porque ninguém vai fazer do Governo do Estado do Rio palanque eleitoral para sanha de irresponsáveis".

01.01

8901041

08x

Ulysses tem de se fazer ao mar

Na visão do governador do Estado do Rio, Moreira Franco, o candidato do PMDB à Presidência da República, no ano que vem, tem de sair do centro de um grande projeto de reformulação interna do partido, capaz de oferecer ao eleitorado uma proposta política realmente aceitável. A necessidade da



proposta, no caso, anularia, na visão de Moreira, a imposição da candidatura do deputado Ulysses Guimarães, tida como natural pela maioria dos setores de influência dentro do PMDB.

Moreira faz um exercício de recomposição histórica, lembra uma grande reunião de governadores realizada no Palácio Laranjeiras, no Rio, em meados de 1987, quando, ao lado de Waldir Pires (Bahia), Miguel Arraes (Pernambuco), Tasso Jereissati (Ceará), Pedro Simon (Rio Grande do Sul) e Fernando Collor de Mello (Alagoas), foi vencido na defesa da tese de que a transição do autoritarismo para a Nova República tinha de se efetivar em quatro anos, com a consequente fixação do mandato do presidente José Sarney em igual período. Naquela oportunidade, o erro da maioria dos governadores — entre eles, Orestes Quêrcia (São Paulo) e Newton Cardoso (Minas Gerais), hoje críticos de Sarney —, foi o de colocar a questão entre ser contra ou a favor do presidente da República. A maioria, para tirar vantagens, quis ser a favor.

Os rascunhos de uma nota oficial, divulgada à época pelos governadores, mostram que se dependesse de Moreira, Tasso, Waldir, Collor, Arraes e Simon, o PMDB, antes de ser contra ou a favor do mandato de cinco anos para Sarney, teria saído do Rio com uma nova concepção de partido moderno. Mudada várias vezes, a nota acabou ficando com a cara de Quêrcia e de Newton Cardoso, o primeiro deles acalentando o sonho de levar o trem-bala — uma espécie de supersônico sobre trilhos — do Japão para São Paulo. O governador de Minas, por sua vez, não conseguia disfarçar o olho grande diante das verbas fáceis com que o então ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, acenava para os que fossem fiéis ao Palácio do Planalto.

Mas o que desejavam os governadores do Rio, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Sul, à época? Ditar, simplesmente, além dos interesses fisiológicos — que por serem fisiológicos são circunstanciais —, uma proposta de governo para o partido que pudesse, em cima da votação de pontos polêmicos da Constituinte, sustentar uma candidatura à Presidência da República. Queriam, em suma, esses cinco governadores mais realistas, levar o PMDB a se conscientizar de que o próximo processo sucessório nacional obrigará os candidatos de todas as tendências a ajustar suas campanhas a programas partidários.

Collor não esperou para ver onde a crise interna do PMDB vai desembocar. Largou o partido pelo qual se elegeu, irritado com a passividade da cúpula pemedebista ante o cerco montado pelo governo federal em torno do seu estado. Com pretensões na sucessão de Sarney, que não poderiam ser satisfeitas se permanecesse no PMDB, o governador de Alagoas vai se fazer candidato, em maio do ano que vem, pelo PJ (Partido da Juventude). Moreira, Arraes, Simon, Tasso e Waldir, aguçando os solavancos — como pingentes de trem suburbanos nas madrugadas do Rio —, continuam, hoje, fiéis à mesma bete da reunião do Palácio Laranjeiras, quando os rumos pemedebistas poderiam ter sido mudados para melhor.

F. de

Moreira prevê para no máximo até fevereiro o início pelo PMDB início de um seguro e definitivo caminho de mudanças. Julga que uma pequena picada aberta indica como saída a social-democracia. "Não com o sentido europeu puro, mas com uma pitada de populismo", explica o governador fluminense.

Debruçado, nos últimos dias, em cima de mapas eleitorais dos estados do Rio, Minas, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, o governador fluminense é taxativo: "Esta foi a eleição em que eu mais aprendi". Moreira conclui que o PT foi o grande vencedor de 15 de novembro, independentemente de resultados, porque entendeu, antes de mais nada, que "a cabeça do povo mudou".

O PT, dentro da análise de Moreira — embora ele não se detenha em nomes —, ofereceu ao eleitorado, em todas as grandes praças políticas, como as de São Paulo, Rio, Minas, Rio Grande do Sul e Paraná, propostas calcadas no exercício da ética partidária e da moral popular, sem nenhum resquício de ambigüidades ou de espertezas.

Falta ao político brasileiro, lembra o governador do Estado do Rio, a necessária coragem para se mostrar como realmente é. Quem é de direita tem vergonha de revelar de direita. Quem é de esquerda fica forçando passagens pela direita. As urnas mostraram que daqui para a frente a esperteza acabou. O eleitorado começou a exigir compromissos bem nítidos do homem público com as instituições, das instituições com o cidadão e do cidadão com o homem público", constatou Moreira.

Um PMDB coerente como o PT é o que Moreira, enfim, preconiza. Mas, para isso, não basta o desembarque tantas vezes prometido da grande plataforma governista, na qual o partido ancorou dia 15 de março de 1983. O PMDB dos sonhos de Moreira, Arraes, Waldyr Pires, Lasso e Simon tem de se fazer outra vez ao mar, guiado, no entanto, por uma moderna carta de viagem, que aponte, entre alguns portos seguros, o que leva até o interior de uma sociedade efetivamente democrática e justa.

Quanto ao timoneiro para a grande travessia de um partido que esgotou, com a Constituinte, todas as suas grandes propostas de restauração da democracia, pode ser qualquer um. O importante é que esse homem se conscientize de que nunca foi tão importante adotar a máxima de que "navegar é preciso".

Aliás, essa máxima que Fernando Pessoa foi buscar com os argonautas portugueses, para imortalizá-la em uma de suas "notas soltas", tem no doutor Ulysses um de seus grandes cultores. Para o ex-comandante das oposições brasileiras nos duros tempos da exceção, desde o velho MDB, o horizonte distante exige, realmente, firmeza no rumo. Descortínio e ação, como preconiza Moreira, para que a sua própria candidatura nascente à sucessão de Sarney não sofra no turbilhão de incoerências que atinge o PMDB há três anos e nove meses.

Rogério Coelho Neto

JB 5/12/88

088

O Brasil pós-eleitoral

Florestan Fernandes

As eleições municipais mostram, de baixo para cima, que onde não impera o clientelismo, o mandonismo e o voto de cabresto, o Brasil está chegando à ruptura com os resíduos da ditadura e com a "nova" República de forma predominantemente espontânea, profunda e irreversível. Sob a tona um quadro de transformações descontínuas, mas contínuas, que se intensificam apesar do esforço contrário do governo e contra ele, o qual os analistas negligenciam. Por acreditarem no sistema de poder oficial e na hegemonia burguesa (nacional e imperialista), os analistas subestimaram a importância decisiva da reação popular, os efeitos construtivos do conflito (sob a forma específica das lutas de classes e incluindo várias categorias de oprimidos e espoliados, bem como setores insatisfeitos dos indignados da pequena burguesia e das classes médias tradicionais) (os antigos sociólogos empregavam a noção de controles sociais reativos. Coisas que ocorrem sem visibilidade, como a deterioração progressiva do sistema de poder, o aumento da corrupção nas "altas esferas", a erosão do prestígio de pessoas ou da eficácia de instituições vitais para a coletividade, a inobservância crescente de expectativas estereotipadas de comportamento eleitoral acabam encontrando freios em reações ou em punições exemplares inesperadas).

As etapas que assinalam o percurso das frustrações da ruptura (e, por conseguinte, o seu adensamento e inevitabilidade) são bem demarcadas: as promessas da Aliança Democrática pela boca e pela pena de Tancredino Neves; a alforça da "nova" República e dos partidos da ordem de simular o que não eram (e não pretendiam ser); o percurso do plano cruzado e da ascensão e das quedas meteóricas do PMDB, do infinito ao zero; o reformismo reitorio e o "tudo pelo social", cumpridos ao reverso; a inversão da política da dívida externa; o cerco externo e interno ostensivo, por autoridades governamentais e

os "grandes interesses", aos trabalhos do Congresso Constituinte; as sucessivas políticas de duro arrocho salarial, com plena liberdade de expansão dos lucros, da ciranda financeira e da corrupção encoberta ou descarada; e os abusos das Forças Armadas em atividades repressivas e exteriorização de que o vetor militar detém o poder político estatal, por cima do "outro" (o presidente), os demais ministros e poderes institucionais, os partidos da ordem, excetera, a brutalização da repressão, em escala espantosa, mesmo em cidades como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte; a catástrofe de Volta Redonda, uma mancha que jamais será apagada na história das Forças Armadas, das covardias da "nova" República e do terrorismo a partir de cima, inerente a governos fracos, que combinam ditadura com pseudodemocracia, catástrofe que reforçou o arco dos trabalhadores e da oposição pública contra a violência privada e estatal, no campo e nas cidades.

As eleições demonstraram, nas regiões mais ricas, desenvolvimento e cultas, que, sem um poder local estruturado, a democracia que sobe da terra, como a grama, e uma cultura cívica sólida, os municípios jamais serão a seiva e as veias do sistema de governo. O poder oficial ignora esta realidade. Consequência, ela lhe infligiu a sua pior derrota, talvez definitiva. A ruptura não foi lograda graças às grandes manifestações de massas (por exemplo, as diretas já), pela presença e influxo do Congresso Constituinte, pela ação curajosa dos partidos de oposição, debéis demais para isso e imobilizados pelos conservadores, articulados no topo dos quatro poderes (o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Militar) ou através das consequências imediatas da instituição de uma ordem constitucional nova. Não obstante, ela foi lograda por "eleições municipais solteiras", inicialmente vistas como desprezíveis pelo esquema de poder vigente, institucional e partidário, que acreditou em sua onipotência. Elas funcionaram como o tipo de catalisador: concentraram o pus e permitiram a lançada que desatou o tratamento. Note-se, aliás, os partidos de esquerda, que se

envolveram e fundo no pleito eleitoral, não o politizaram como seria do seu dever e necessidade. Os partidos da ordem isolaram a politização, como um mal em si. Para vencer, dependiam disso, garantia de uma consciência social opaca entre os de baixo e da impotência político-partidária da imensa maioria dos eleitores.

Ora, a politização revelou-se em toda a sua plenitude e vitalidade, como produto espontâneo de um solo fértil — o solo histórico que resultou da conjugação da antiga ditadura militar com a "nova" República e com a crise econômica, institucional e política que apodrecou o Estado e está deteriorando a sociedade civil. Uma politização variável, quanto à intensidade, mas limpa, pura e corajosa. A oposição ajudou a soprar o burralho e a acender o estopim da indignação. Mas ficou nisto, no empurrão, empenhada em resguardar a sua imagem "responsável" e em "conquistar posições", para desencadear, mais tarde, as mudanças democráticas estruturais a partir de cima, isto é, através do controle parcial da máquina do Estado a nível municipal. Naturalmente, falou-se em socialismo, em participação, em poder popular. Porém, a mensagem socialista ardosa ou ficou dentro do peito ou foi difundida em tons baixos. Perdeu-se a oportunidade histórica com referência ao fim maior. As verbalizações se tornaram mais firmes e pelo menos conceitual como socialismo e conjunção deixaram de ser palavras. O PT e o PDT abriram sulcos maiores nesse solo histórico fértil e, de fato, o PT finalmente apareceu como uma alternativa de poder, com tudo o que isso tem de bom e de ruim para um partido que carrega a bandeira do socialismo proletário. Luiz Inácio Lula da Silva não é mais a caricatura de um postulante à presidência da República. É um candidato que precisa ser levado a sério e que possui um caife político forte.

As perspectivas que se descontinam para o futuro próximo permitem colocar a democracia de participação ampliada em nosso código político. Como demonstram de diversas

maneiras o noticiário, os comentários e os artigos publicados pelo JORNAL DO BRASIL, com eloquente insistência e coragem, o governo dançou sobre o fio da navalha de um retrocesso militar. O teste de Volta Redonda, além do seu permanente que nos impõe, salienta que um golpe branco ou armado é muito difícil e complexo. Na política nada é improvável. Mas o teste foi desastroso tanto para os militares, quanto para a burguesia reacionária, nacional e estrangeira. Ronaldo Calado leu direito o que decorre do espantoso principal, as eleições municipais: como se estivesse a esquerda, os dilemas sociais terão de ser decididos no campo político, através das lutas de classes. Em poucos dias, a seção exibiu o que aprendeu através de uma aprendizagem prolongada e dolorosa, ou sumo de experiências seculares. Os partidos terão que se organizar — na direção, no centro e na esquerda, com as variantes inevitáveis — e que politizem-se com clareza ideológica e política. Os cidadãos decidirão e se quer social coletivo por essa mediação essencial, que acabará alcançando o Estado e a sociedade civil como um todo. Reforma capitalista do capitalismo, reforma social dentro da ordem ("democrática", como dizem os europeus que a perfilham), revolução contra a ordem? O solo histórico sobre muitas fendas, que seja possível recompor o tecido social de coisas, que saiu batido e condenado das eleições. A ruptura se desvenda como um processo macrossociológico, de natureza histórica, e sinaliza múltiplas ações, com um grau que parecia "sem saída", insuperavelmente destinada a perpetuação da miséria, ao imobilismo e à propagação dos deuses. Nesse sentido, as eleições marcam o fim da ditadura e de sua continuidade dissimulada. Ao mesmo tempo colocam as próximas eleições presidenciais em um contexto histórico que pressupõe o nascimento e a consolidação de uma República democrática como ponto de partida.

Florestan Fernandes, sociólogo, é deputado federal (PT-RJ)

F 82

5/12/68

VJB

PROES INVESTIGUES

01-01

8901043

038

BRALL
F. POC.

ELECCIONES MUNICIPALES

E - RIO GRANDE DEL SUR

23/11/88
3778

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
SECRETARÍA SUB DIRECCION
Fecha de Entrada
Fecha de Salida 25/11/88
Pasaje
Nº. de Identificación D2
01-04

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
SECRETARÍA SUB DIRECCION
Fecha de Entrada 25-11-88
Fecha de Salida 31-1-89
Pasaje Jefe/ab) Archivo
Nº. de Identificación 2027/88

8901068

Zona de influencia en frontera con Uruguay:

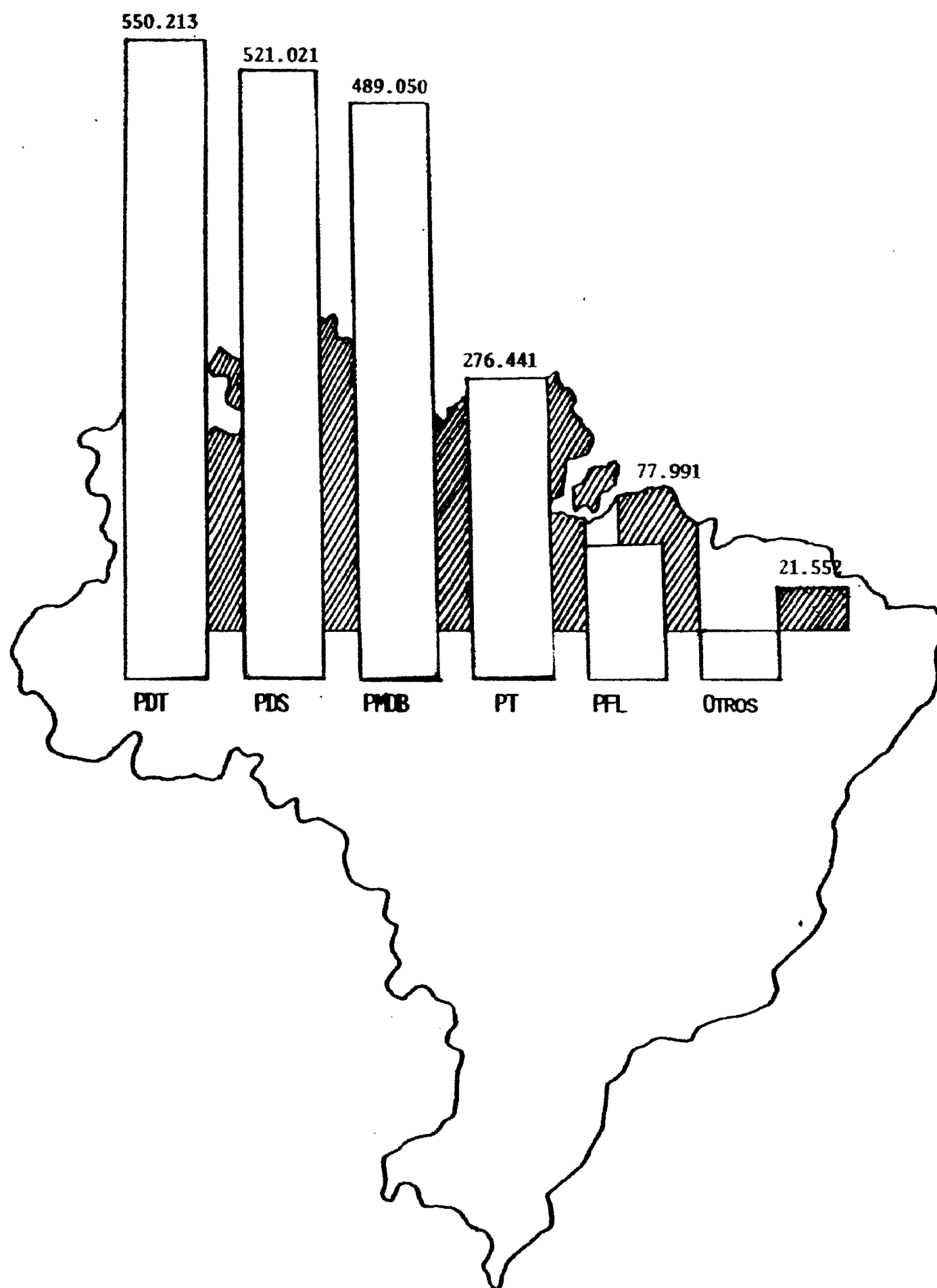


8901068

- LA FUERZA DE LOS PARTIDOS -

-ESCRUTADOS EL 80 % DE LOS VOTOS, EL PDS, EL PMDB Y EL PDT APARECEN COMO
LOS TRES MAYORES PARTIDOS DEL PAIS.-

-SE PREVEE CERCIMIENTO DEL PDT Y PT PUES SON LOS SECTORES QUE GANAN EN LOS
CENTROS MÁS IMPORTANTES.-



SITUACION DE LOS PARTIDOS EN EL ESTADO DE RIO GRANDE DO SUL

-PDT.....	550.213	votos.-
-PDS.....	521.021	"
-PMDB.....	489.050	"
-PT.....	276.441	"
-PFL.....	77.991	"
-PTB.....	12.797	"
-PSDB.....	4.669	"
-PL.....	4.086	"

MUNICIPIOS POR PARTIDO

-PMDB.....	135
-PDS.....	115
-PDT.....	57
-PFL.....	16
-PT.....	4
-PL.....	2
-PSDB.....	1
-PTB.....	1

04-04

8904068

890

ARCHIVAR EN:

Brazil (federal politics) (098).

TEMA:

"Nunca falta un voto, pero un
desusado".

PROCEDENCIA:

La Prensa 29/11/88.

ARCHIVADO EN:

Argentina (F. Pol.) (084)

01.01

8901115



Tanques e tropas do Exército, fortemente armados, continuam ocupando Volta Redonda

Exército diz que enfrentou uma operação de guerrilha

O Ministério do Exército divulgou ontem uma nota oficial, afirmando que as forças militares enfrentaram, na cidade de Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro), "uma verdadeira operação de guerrilha urbana" e alerta que "o Brasil não pode deslizar pelo plano inclinado da desordem". Assinada pelo general de Brigada José Ary Lacombe, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, a nota diz, ainda, que o Exército cumprirá sua "missão constitucional de garantir a lei e a ordem, sempre que as circunstâncias exigirem, com ações adequadas e por mais duras que sejam".

Para os militares, a greve na Companhia Siderúrgica Nacional "não se ateve a um movimento trabalhista, mas extrapolou para a provocação do confronto e a quebra do princípio de autoridade". Atribui à ação das lideranças o ambiente de hostilidade criado e que, portanto, as vítimas que foram mortas são "em verdade vítimas dos arruaceiros profissionais", que teriam insuflado os trabalhadores para um choque - por eles desejado e planejado. Diz a nota do Exército que, para desocupar a usina e para defender-se da violência das agressões, as tropas "viram-se obrigadas a enfrentar os agressores de modo também violento".

A nota diz também que o retorno dos efetivos militares foi o resultado da ocupação pela força das instalações da usina pelos trabalhadores e "da agressiva dos piquetes". Seme-se o fato de a tropa ter sido recebida "com agressões verbais" e barrada quando tentava desocupar a usina, através de "ações hostis bem coordenadas". Nestas, segundo o Exército, incluíam-se: drádas, golpes com barras de ferro, arremesso de coquetéis Molotov e disparos de armas de fogo. Tudo isso, afirma a nota militar, "caracteriza um clima de desordem, com sérios danos ao patrimônio e à economia nacional".

A nota, segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, tem o objetivo de fazer com que "os deploráveis acontecimentos da usina de Volta Redonda sejam conhecidos e interpretados corretamente". Segundo as militares, "após o choque, que somente poderia ter sido evitado pelas lideranças que se vocaram, a próxima fase seria a utilização do episódio com verbas tendenciosas". Nestas verbas, conclui o Exército, "os provocadores vão se apresentar como líderes trabalhistas que não são, para denunciar as violências que cometeram, planejaram e promoveram". (Brasília/ZH)

Brossard: complô para lançar o País 'nas trevas'

Ministro vê nas greves "um pipocar de abusos"

Por ILMAR FRANCO
Brasília/ZH

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, disse ontem, em cadeia nacional de rádio e televisão, que há um complô no País destinado "a lançar nas trevas o Brasil". Afirmando que nenhum direito é exercido de forma absoluta, pois o princípio ilimitado de um direito se chama abuso de direito, ressaltou que desde a promulgação da Carta "há um pipocar de abusos", particularmente no setor público.

Falando sobre os incidentes de Volta Redonda, o ministro ponderou que grevistas e pessoas estranhas à cidade assaltaram a Companhia Siderúrgica Nacional, fazendo com que os não-grevistas fossem violentados em seu direito de trabalhar. No pronunciamento, o ministro da Justiça assinalou também que o bem comum é a fronteira que limita o exercício de todos os direitos e que o direito de greve não pode ser exercido de maneira ilimitada contra a sociedade.

O ministro, que pela segunda vez fala

ao País em momentos graves da vida nacional (o primeiro foi em virtude do badernaço de Brasília, em novembro de 1963), disse que o resultado da abutida exacerbação da violência por parte dos grevistas, foi um lamentável passivo de mortes e feridos. Considera que isso foi uma decorrência da existência de "atores extremados que andam à cata de mortos para facilitar a sua ação antidemocrática", acrescentando que um cadáver é importante elemento de combustão psicológica e social.

Ao romper o silêncio do Palácio do Planalto sobre os incidentes de Volta Redonda, o ministro Paulo Brossard voltou a destacar que o governo Sarney tem tido extrema tolerância, mas que o Governo não tolerará mais que o abuso de "grupos enraivecidos" venha a prevalecer. E para isso, garantiu que o Governo defenderá a sociedade, dentro da lei e custe o que custar, enfatizando que não se permitirá a destruição da ordem constitucional reordenada. O ministro informou que a Polícia Federal já instaurou inquérito para apurar as responsabilidades individuais dos fatos ilícitos verificados em Volta Redonda.

Planalto decide ficar em silêncio

O Palácio do Planalto, seguindo a orientação dada de manhã pelo presidente José Sarney, após sucessivas reuniões com os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Paulo Brossard (Justiça) e general Ivan de Souza Mendes (EM), decidiu manter silêncio em relação ao confronto entre tropas do Exército e trabalhadores grevistas, na noite de quarta-feira, em Volta Redonda.

Costa Couto chegou a referir-se indiretamente ao assunto, na solenidade de "Operário Padroeiro 1964", mas o porta-voz do Planalto, Carlos Henrique, não foi encontrado durante toda a tarde, embora tenha conversado com Sarney durante 30 minutos.

Segundo informações de assessores, o presidente Sarney está "preocupado", mas "sereno" diante do episódio. Pelo enfoque do Governo Federal, a ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) por tropas do Exército é "um fato normal", que "acontece em todas as greves", sendo que o fato de ter sido a reação dos trabalhadores diante da ação do Exército. A partir daí, o Planalto considera que os acontecimentos "tomaram rumos imprevisíveis", que resultaram na morte de sete operários pela ação dos militares.

A tarde, um dos assessores de Sarney procurava negar as reuniões que teria tido pela manhã, chegando a garantir que "há alguma outra reunião acontecendo". Mas, após as 18 horas, Sarney esteve reunido em seu gabinete com os ministros Costa Couto, Paulo Brossard, general Bayma Dantas (Gabinete Militar), general Ivan de Souza Mendes e Roberto Cardoso Alves, da Inspeção e do Camarado.

O deputado Ulysses Guimarães, convidado, recusou-se a comparecer. O encontro serviu para a discussão sobre o pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão, a cargo do ministro Paulo Brossard.

Sobre a intervenção militar em Volta Redonda, ele teve a concordância do presidente Sarney, que, contudo, "não explicita com o resultado trágico" da operação planejada pelas tropas da Campanha Militar do Leste. Por esse motivo, para tentar preservar o Planalto de responder pelas consequências em Volta Redonda, forças e Centro de Comunicação Social do Exército a emitir uma nota, dando sua versão dos fatos. Incluiu porque o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, estava no Rio de Janeiro no dia dos incidentes. (Brasília/ZH)

Usina continua ocupada pelas tropas

Carra de mil homens continuam ocupando a Companhia Siderúrgica Nacional, afirmou ontem o general Ary Lacombe, porta-voz oficial do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que distribuiu nota à imprensa esclarecendo o episódio da CSN.

Segundo Lacombe, depois de um confronto com a tropa utilizando coquetéis molotov, barras de ferro e até armas de fogo, os operários foram evacuados da CSN.

O ministro Leônidas Pires, depois de avaliar o relatório do Comando Militar do Leste

sobre os acontecimentos, afirmou que "a situação tinha sido controlada em nome da lei e da ordem". A ação militar esteve a cargo da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada (agora sediada em Petrópolis), sob o comando do general José Luís Lopes da Silva, comandante da Unidade. O emprego de cerca de mil homens na missão foi decorrente da rápida brecha dos operários contra o primeiro efetivo, obrigando o emprego de outras unidades do Exército e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. (Brasília/ZH)

OAB condena prática autoritária

"Não se pode admitir a recalcada nas práticas autoritárias e passadas, onde a questão social era tratada com luta e patas de cavalo". A afirmação é do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, em nota oficial que lançou ontem a respeito das graves consequências que estão se passando no Brasil.

O documento não faz referência direta à ação repressiva do Exército na greve das metalúrgicas da Companhia Siderúrgica Nacional, mas faz um implícito ao trecho em que Thomaz Bastos diz que "o conceito de 'lei e ordem' não é de ser aplicado ao ponto de abarcar qualquer situação de tensão social, inerente à relação de classes numa democracia". O presidente da OAB pede a con-

cessante das autoridades para as formas como a sociedade civil, "agredida e angustada com os dramas da sobrevivência", possa reagir à atual situação. "O uso do direito de greve, no entanto, das próprias instituições, tem de ser avaliado à luz das circunstâncias sociais, familiares e individuais que são próprias", conclui Thomaz Bastos. (AB)

Polícia Federal abre inquérito sobre conflito

A Polícia Federal abriu inquérito ontem, destinado a apurar as responsabilidades pela violência que marcou o confronto entre soldados do Exército e trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. A informação é do coordenador de Comunicação Social da PF, Paulo Marra, explicando que o "inquérito vai apurar as responsabilidades pela extração do que era permitido".

Ele informou também que se-

nhar o inquérito, o diretor do Departamento de Ordem Política e Social, Amaurílio Galdino, e que o diretor-geral da PF, Romeu Tuma, está em contato direto com o superintendente da Polícia Federal no Rio, Fábio Calheiros. Segundo Marra, foi detectado que havia armas de fogo com os trabalhadores grevistas e que o inquérito também apurará as responsabilidades pela depredação do patrimônio público. (Radio, bras)

Quem ganha com reformas

O quadro sucessório presidencial será um se a inflação continuar crescendo, mas poderá apresentar alterações até mesmo nas tendências, favorecendo candidatos de centro, se as tentativas do Governo em detê-la oferecerem algum resultado. O projeto de reformulação na máquina administrativa e o projeto econômico prometido pelo Palácio do Planalto tanto quanto destinado a reverter a imagem do Governo também tem um outro objetivo, o de viabilizar soluções sucessórias que não sejam tragadas pelo voto de protesto, como ocorreu em 1988. Por isso as reformas anunciadas estarão envolvidas por componentes políticos, apesar de imperiosas, diante do fantasma da hiperinflação e da salvação do Pacto Social. A ligação com o encaminhamento do episódio sucessório, porém, será inevitável. As duas últimas eleições foram marcadas por fatores econômicos, a de 1986 tendo o Plano Cruzado como trunfo e a de 1988 mostrando a frustração com o custo de vida. Não será diferente em 1989.

Opções

Diante dessa realidade e dos exames preliminares em torno do quadro político, as lideranças partidárias situadas ao centro e à direita admitem que são dois os caminhos para tentar ainda um êxito nas urnas: uma aliança, a reversão da crise econômica ou ambos. Uma delas isoladamente como a coligação de forças partidárias não seria suficiente para conquistar a credibilidade perdida se o problema econômico não for enfrentado com muita força. Por isso o plano do Governo acaba se inserindo no contexto sucessório. Inevitavelmente.

Quem comanda

Se este é o diagnóstico existente a coordenação do projeto econômico passa a ser decisiva. Até agora ela não está plenamente definida. Existem propostas no enxugamento da máquina administrativa, que não são novas, além de sugestões no campo econômico, recolhidas através de observações de técnicos experientes. A soma de tudo isso constitui o elenco de medidas do Governo, mas cuja execução depende muito do comando. Até agora o que se sabe é que os dois ministros, João Baptista de Abreu e Mafison da Nóbrega, enfrentam dificuldades e restrições, mas seguem a orientação pessoal do Presidente da República. A tentativa para atrair um outro grupo para coordenar esta nova fase da economia brasileira existe, mas esbarra nas resistências dos consultados. Resta avaliar também as sequelas de consultas dessa natureza. Mas, afinal, o ministro Mafison da Nóbrega tem enfrentado crises internas, desgastes, quase demissão e resistido. Até quando ninguém ousa prever.

Um dilema

E se der certo? Se as propostas econômicas pela sua drasticidade mostrarem resultados que corrente política se beneficiaria? A resposta fica muito na dependência do futuro do PMDB, que discute sua posição diante do Palácio do Planalto e na sucessão. Não é por acaso o que o deputado Ulysses Guimarães trata de ganhar tempo, manter articulações, ouvir as bases, sentir os governadores e, se possível, jogar para frente a Convenção Nacional. Faltam alguns dados para uma decisão, embora o revés de novembro e a falta de sintonia com o Governo estejam carregando em direção ao rompimento. Que o presidente do partido trate de examinar com realismo. Ao menos uma postura que represente hostilidade.

01 . 01

8901214

Brizola acha que luta com Lula vai ser dura

PORTO ALEGRE — O ex-governador Leonel Brizola previu — em entrevistas telefônicas às rádios Gaúcha e Guaíba — que, na campanha presidencial, ele e o deputado Luís Ignácio Lula da Silva vão se questionar "duramente". "Teremos de mostrar", disse, "quem tem banha para gastar, quem tem propostas e idéias".

Certo de que a disputa será entre o PDT e o PT, Brizola também acha que se apenas um dos dois candidatos for para o segundo turno da eleição, o derrotado "não terá condições de deixar de apoiar o outro". Acrescentou: "Mesmo que os dirigentes do partido perdedor no primeiro turno façam cara feia, o povão vai se unir no segundo."

Ivete — Brizola repetiu que "Lula é a Ivete Vargas de barba", não como crítica aos petistas, "mas às elites, às classes conservadoras" (citou o jornal *O Globo* e a Rede Globo de Televisão), que "estão enchendo o

balão do PT, festejando o PT mais do que os petistas, procurando nos merecer, de forma deprimente".

"Essas classes dirigentes querem transformar a linda vitória do PT num papel a serviço das oligarquias", disse, lembrando que foi o falecido general Golbery do Couto e Silva (ministro-chefe da Casa Civil do Governo Figueiredo) quem manobrou para que Ivete Vargas ganhasse a sigla do PTB. Numa "campanha sustentada, financeiramente, por trás, pelo senhor Ermírio de Moraes".

Para Brizola, as desgraças do país são da responsabilidade de suas elites, por não darem condições mínimas de sobrevivência ao povo. Reiterou que uma das suas primeiras medidas, como presidente, será a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, acreditando inclusive que esses juros estão pagos, pela excessiva transferência de capital do Brasil para os credores.

Uma história de pouco amor e muita briga

Cristina Serra

A recente troca de acusações entre o presidente do PDT, Leonel Brizola, e o deputado federal e principal dirigente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, é mais um capítulo de uma acidentada convivência e um indicador seguro de que dificilmente conseguirão construir uma aliança eleitoral na campanha para presidente da República.

As dificuldades de relacionamento entre os dois começaram antes mesmo da volta de Brizola do exílio, em 1979. Quando Brizola articulava a reconstrução do PTB, em Lisboa, Lula, ainda dirigente sindical no ABC paulista, abriu suas baterias: "Brizola quer mandar na gente de longe. É muito fácil querer fundar um Partido Trabalhista em Lisboa, sem a presença dos trabalhadores na plateia".

De volta ao país, e depois de algumas tentativas de aproximação, Brizola passou a chamar Lula de "o barbudo" e, na greve de metroviários ocorrida durante seu governo no Rio, acusou o PT de provocar o movimento e estimular um confronto. No final de 85, quando os dois partidos tentavam uma aproximação a fim de encaminhar uma campanha popular por diretas para presidente em 86, Lula fez uma acusação a Brizola que os afastou por quase dois anos.

"Pescoco da mãe" — No dia 13 de dezembro de 85, numa reunião plenária de petistas no Rio, Lula disse que o PDT defendia as eleições diretas "porque o governador Leonel Brizola, para ser presidente, é capaz de pisar o pescoco da própria mãe". Brizola exigiu como condição para a reconciliação que Lula lhe fizesse um pedido público de desculpas e acusou o líder petista de usar "as armas da difamação".

O rompimento foi inevitável. Lula não pediu desculpas e Brizola passou a criticá-lo com frequência. Ao comentar uma entrevista em que Lula defendeu a luta armada como instrumento de chegada ao poder, Brizola

disse que as afirmações do líder petista eram "dignas do MR-S ou de algum grupelho trotskista com minúsculo". O clima hostil continuou até meados de 87, quando os dois partidos voltaram a se aproximar através de suas bancadas na Constituinte.

Em julho de 87, Lula teve a iniciativa de ir ao Congresso do Socialismo Democrático do PDT, em Brasília, onde fez um discurso que foi considerado um sutil pedido de desculpas. A reconciliação foi selada com um abraço emocionado entre os dois líderes e Lula fez o pedido formal de desculpas no ouvido de Brizola.

"Melado" — O namoro continuou sem abalos até as últimas eleições municipais, quando o PDT até apoiou candidatos do PT em algumas capitais, inclusive na mais importante delas, São Paulo, onde foi vitoriosa a petista Luiza Erundina. Mas, tão logo as urnas revelaram os vencedores, começou a troca de farpas de lado a lado. No dia 30 de novembro, Erundina afirmou, em João Pessoa, que Brizola "mantém uma prática política tradicional, centrada na sua figura", o que "não ajuda na construção da democracia".

A resposta não tardou. Brizola disse que depois das eleições o PT está se comportando como quem "nunca antes comeu melado", que Erundina só cresceu em São Paulo depois de ter recebido o apoio do candidato do PDT, Ailton Soares — que desistiu de concorrer a prefeitura paulista — e que o PT "é mais uma frente política do que um partido, pois reúne marxistas, leninistas, trotskistas, Convergência Socialista, a Igreja e a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)".

Os principais líderes petistas reagiram às acusações. O prefeito eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra, disse que Brizola "está fazendo o jogo do deputado Ulysses Guimarães, que quer formar uma frente para se contrapor ao PT no segundo presidencial". Lula desafiou Brizola a vencer as eleições no ano que vem: "O Brizola está conversando muito com militares e empresários, achando que já ganhou. Mas ele não ganhou e não vai ganhar".

Por trás das estocadas em Lula está o maior medo de Brizola no momento: quer desesperadamente evitar que a opinião pública o considere a direita de PT.

Violência, inflação e moral nas eleições

O efeito Volta Redonda na eleição de novembro último fez-se sentir sobretudo no Centro-Sul e no Extremo Sul. Fora dessas áreas prevaleceram os efeitos inflação e oposição generalizada a governos, de qualquer nível, de preferência os mais próximos e os mais simpáticos ao governo federal. Derrotado previamente em função do descontentamento com a inflação e com as práticas do governo José Sarney, o PMDB não foi poupado da incidência do efeito Volta Redonda mas não se pode localizar aí a causa dominante da sua derrota em escala nacional. O efeito Volta Redonda ameaçou candidatos do PDT (Porto Alegre), PSDB (Belo Horizonte e Campinas), PFL (Vitória), PTB (São Bernardo), e outros.



Em Manaus, registrou-se manifestação contra a liderança estadual do ex-governador Gilberto Mestrinho. Em Belém registrou-se o surgimento de liderança nova hostil às lideranças tradicionais da cidade e do estado. No Maranhão, o candidato vitorioso, do PDT, cresceu em resistência ao governador Epitácio Cafeteira e ao presidente Sarney. No Piauí, uma dissidência do PMDB derrotou o governador Alberto Silva. Em Fortaleza o PMDB derrotou o PDT, que regrediu nos últimos dias da campanha. Em Natal não havia luta entre partidos mas entre dois grupos oligárquicos. Em João Pessoa, razões puramente locais devolveram o poder aos antigos dirigentes do estado.

No Recife houve nítida rejeição da política federal sem contemporização com o governo do estado. Todos os candidatos lutaram contra o poder central mas prevaleceu a opção também contra o poder estadual, por ser menos representativo da resistência a Sarney. Em Maceió houve a retomada do poder pelas antigas lideranças de Guilherme Palmeira e Divaldo Suvary, sem atenção à luta anti-Sarney do governador Collor de Melo. Em Aracaju houve uma rebelião local de desagravo ao ex-prefeito Jackson Barreto. Na Bahia outra dissidência do PMDB derrotou o governador, no entanto amplamente vitorioso no estado.

Em Curitiba o desencanto com os políticos armou a espontânea mobilização eleitoral em favor de um ex-prefeito apolítico, de aprimorada mensagem tecnocrática. Em Florianópolis o velho PDS voltou ao poder com uma mensagem ambígua que faz do novo prefeito um pólo da campanha presidencial de Leonel Brizola. Em Cuiabá o PFL foi a legenda de restauração de uma política derrotada em 1986, o mesmo acontecendo em Campo Grande, Porto Velho e Rio Branco. Em 16 capitais, portanto, a rejeição do governo federal e dos políticos vitoriosos na eleição anterior foram a tônica das decisões eleitorais.

A reviravolta que elevou Luiza Erundina à Prefeitura de São Paulo, Jacó Bitrar à de Campinas, Vítor Buaiz à de Vitória, e Olívio Dutra à de Porto Alegre, bem como a que quase derrota em Belo Horizonte o candidato do PSDB e no Rio gerou a única competição válida contra o PDT brizolista, foram irrecusáveis consequências da infeliz operação militar na desocupação das instalações da Companhia Siderúrgica Nacional, com a morte de três operários. Sejam quais forem as causas dos erros ocorridos durante a intervenção militar o fato é que os cadáveres ali produzidos tiveram irrecusável influência no resultado das eleições em diversas cidades, algumas delas de grande importância.

8901708

A performance política do PT foi impulsionada por esse efeito inesperado, embora fosse esperado um bom desempenho dos seus candidatos que, além da marca oposicionista também registrada pelos candidatos do PFL no Recife e do PSDB em Belo Horizonte, apresentaram apelo eficaz ao eleitorado urbano. A proposta socialista, como se sabe, atinge hoje a universidade, professores e estudantes, a Igreja católica, comunidades de base e CNBB, antigos centros de elaboração da opinião conservadora, e as artes representadas por atores, cantores, artistas plásticos, toda a gama de um setor habitualmente receptivo a emoções e a apelos libertários.

A isso soma-se também o renascimento do discurso moralista, que havia sucumbido com a UDN. Esse partido, como se sabe, propôs contra a ditadura getulista e suas ramificações pós-ditatoriais uma tomada de consciência moral contra desmandos de governos cuja longa permanência do poder propiciou abusos e desconhecimento de compromissos éticos. Foi a UDN que contrapôs ao "pai dos pobres" da propaganda de Getúlio o crescimento de "e mãe dos ricos". A tônica moralista da propaganda udenista terminou por gerar uma certa rejeição das esquerdas a uma postura que fora identificada com a direita. Essa rejeição era no fundo estimulada por algum sentimento de culpa de pessedistas e trabalhistas herdeiros das benesses dos tempos da ditadura. O discurso de fundo ético ressurgiu agora como bandeira de esquerda, mas sintomaticamente no PT e não nos seus outros ramos.

Jânio e o Planalto

O Palácio do Planalto registrou denúncias relacionadas com a decisão do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, de elevar em 50% o preço das passagens dos transportes coletivos da sua cidade, atitude definida pelo ministro Costa Couto como uma "punhalada" no pacto. Essas denúncias mencionam números.

Carlos Castello Branco

02.02.

89.01.08

BRASIL
F. POL.

Coluna do Castello

Otimismo do PT e drama do PMDB

O PT, depois da eleição, tornou-se um partido confiante. Já aprovou um programa alternativo para resolver os problemas nacionais e já oficializou por seu Diretório Nacional a proposta de apresentar emenda constitucional reduzindo o mandato do presidente José Sarney para abreviar o tempo da crise. É verdade que o fez por 31 votos contra 29, o que indica que bastaria um dos votantes mudar de opinião para que o partido nada decidisse. Mas a proposta hoje é do PT e não mais do seu líder e todo o partido deverá lutar por ela.



Como se trata de uma agremiação ideológica pouco importa a viabilidade do que se propõe. Disposto de pequena (por enquanto) bancada no Congresso não é de se supor que o PT consiga mobilizar a maioria para alterar a ordem constitucional e realizar dentro de poucos meses uma eleição presidencial para a qual tem candidato que, acredita, poderá ganhar. Mas vale a idéia que se difundirá pelo país como um sinal de que o PT fez mais do que denunciar a crise, seus fatores e seus autores.

Idéia por idéia o partido poderia ter ficado na tese do impeachment, que pode ser tentado sem modificar a Constituição. É processo previsto e de rito conhecido e já há iniciativa de senadores que o propõem à Câmara dos Deputados. Para ficar dentro do permissivo constitucional, como dizem os advogados, seria esse o caminho a ser trilhado sem abalar os alicerces de uma Constituição que mal acaba de ser promulgada.

No PT há quem saiba dos riscos ou do caráter propagandístico da proposta de Luís Inácio da Silva. O partido tem suas correntes internas e, como bom sinal, não dizem amém às palavras de ordem que procedem da liderança. A vitória do partido em São Paulo pôs a nu a existência de alas petistas que divergem entre si. Isso é normal e acontece em todos os partidos que levam algum tempo para homogeneizar suas idéias, quando o tentam, e para reunir consenso em torno de algumas delas. O PT tem suas alas radicais como todos os outros as têm. O PMDB está aí com a exposição permanente de seus conflitos e da sua condição de frente política mais do que de partido.

O deputado Ulysses Guimarães, presidente e candidato a suceder Sarney no Palácio do Planalto, ainda ontem reuniu a Executiva Nacional composta quase que só de suplentes para convocar a convenção que irá pronunciar-se, com base em pesquisa prévia que dirá aos órgãos de comando se as bases acham que o partido piorou ou melhorou com suas ambigüidades sarneistas e se deve romper com o governo, ou não. Como se verificou, o eleito em novembro último confundiu o PMDB com o governo e deu aos seus candidatos o tratamento que gostaria de dar ao governo. Sua ala esquerdista e oposicionista não se conforma mais com isso e quer bater chapa, como diz o governador Waldir Pires, para que tudo fique líquido e certo. Quem ganhar ganhou, quem perder perdeu e até logo deixe o partido.

A sabedoria de Ulysses tem sobrenadado até aqui às impertinências definidoras. Ele precisa do partido como é para que aglutine bases eleitorais suficientes a vencer eleições e possa com ele ou com outro chegar à Presidência da República no próximo ano. Está difícil. Mesmo porque o PMDB perde não só votos como quadros e já não é uma referência que mobilize as elites. Basta ver os secretariados dos prefeitos do PT. Em São Paulo Erundina escolheu apenas um líder sindical, os demais são professores universitários, advogados, engenheiros, médicos, economistas, assistentes sociais. Em Campinas, a Unicamp e a PUC lotaram todo o secretariado de Jacó Bittar. A inteligência está mudando de partido.

8901711

A rápida visita do presidente José Sarney a Angola termina na noite de hoje, com chegada prevista para as 20h20min. Durante os dois dias de estada do presidente brasileiro em Luanda, Sarney assinou acordos e aproximou politicamente o Brasil e Angola

Visita a Angola termina com acordos de cooperação mútua

Por HUMBERTO DE CAMPOS
Enviado Especial

O presidente José Sarney encerra hoje a visita oficial a Angola. Antes de embarcar de volta a Brasília, o presidente Sarney assinará comunicado conjunto e acordos de cooperação técnica nas áreas da agricultura, transportes marítimos, cinematográfico e concessão de terrenos para ampliação da embaixada do Brasil em Luanda. No período da manhã, o presidente Sarney receberá, às 9 horas, no Futungo de Belas, residência e sede oficial do governo angolano, os cumprimentos dos oficiais brasileiros da Força de Paz da ONU.

Em seguida efetuará visitas a Vila de Camelo e manterá encontros com brasileiros que trabalham em Luanda. Ainda pela manhã, visitará o hipermercado Disco e, às 11h30m, irá a embaixada do Brasil, onde fará descerramento de placa. À tarde, no Futungo de Belas, o presidente Sarney, junto com o presidente angolano, terá uma reunião de trabalho, na qual participarão os membros das delegações dos dois países. Após a reunião será efetuada a assinatura das acordos e comunicado conjunto, em seguida, os presidentes Sarney e José Eduardo dos Santos darão uma coletiva à imprensa. O presidente Sarney deixará Luanda às 17h55min (14h55min em Brasília) devendo chegar à base aérea de Brasília, às 20h20min.

O dia de ontem foi de festa em Luanda. Centenas de pessoas nas ruas, uma agitação incomum num povo normalmente pacato e até lento. No aeroporto, grupos folclóricos agitavam bandeirinhas do Brasil e Angola, enquanto demonstra-



Presidente angolano cumprimenta Sarney na Assembleia de Fogo

vam seus números de canto e dança. Ambiente de festa e um calor muito forte, numa manhã de sol. Foi assim que o presidente José Sarney foi recebido ontem, às 9 horas (6 horas no Brasil), no seu primeiro dia de visita a Luanda, capital de Angola.

E não poderia haver oportunidade melhor para que o presidente brasileiro mostrasse que os seus problemas de saúde não passaram de um forte cansaço. Pelo menos ele se mostrava satisfeito e bem disposto — após quase sete horas de viagem — ao ser recebido ontem pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

Discursos

A disposição do presidente não foi quebrada, mesmo com a exaustiva programação a que se submeteu, com flores

no mausoléu do ex-presidente Agostinho Neto e com a longa reunião de abertura dos trabalhos entre as missões brasileira e angolana. José Eduardo dos Santos abriu os trabalhos com um longo discurso, respondido pelo presidente Sarney também com um grande pronunciamento, que acabou sendo de improviso, já que ele resolveu responder às questões colocadas pelo colega angolano.

Após o almoço o presidente Sarney fez duas visitas. Uma à Assembleia de Fogo, onde falou aos deputados e à União dos Escritores Angolanos. Mais tarde, visitou a biblioteca nacional, onde fez a doação de 2.000 volumes de autores brasileiros. O dia terminou com o jantar oferecido pelo presidente José Eduardo dos Santos na residência oficial, o Futungo de Belas.

Brasil vai receber mais petróleo angolano

A primeira reunião entre as delegações do Brasil e de Angola, ontem, em Luanda, durou mais de uma hora. No final da reunião, foi o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, o encarregado de resumir o tema do encontro. Segundo ele, foi um encontro onde "ficaram claras as identidades políticas e econômicas dos dois países". O ministro das Relações Exteriores informou ter ficado clara a necessidade de intensificar o comércio e o intercâmbio de tecnologia entre o Brasil e Angola. Do ponto de vista energético, o Brasil receberia mais petróleo e forneceria tecnologia para a exploração de petróleo em águas profundas do território angolano.

A única decisão tomada no primeiro encontro entre o presidente Sarney e seu colega angolano, José Eduardo dos Santos, foi o acordo para ser criada uma comissão com representantes dos dois países.

Abreu Sodré explicou que já existem comissões de trabalho, mas é necessário criar um fórum onde a situação possa ser mais agilizada, "para que mais rapidamente possamos ter essa colaboração mais densa com Angola".

Durante o dia de hoje será redigido um comunicado conjunto, abrindo o segundo dia de conversações entre o governo brasileiro e autoridades angolanas. Em seguida serão assinados quatro atos nas áreas da agricultura, co-produção cinematográfica, área diplomática e transporte marítimo.

Exportações

No comunicado conjunto os governos do Brasil e de Angola assumiram oficialmente as resoluções que já são conhecidas, de apoio e cooperação mútua. Logo depois serão assinados os atos de intercâmbio

tecnológico e científico na área da agricultura. Outro acordo prevê a co-produção cinematográfica de temas culturais comuns aos dois países. Como a residência do embaixador brasileiro, em Angola, Ivan Canabava é muito pequena, o governo angolano também assina um ato cedendo um terreno ao lado da atual residência, para que seja construído um prédio onde funcionará a chancelaria do Brasil em Luanda.

Finalmente o ministro Rui Nogueira destacou o acordo sobre transporte marítimo, que terminará com as barreiras existentes para as exportações brasileiras para Angola, através de navios. "O problema é que a legislação de Angola, hoje, só permite o pagamento de fretes com a moeda local, o Kwana, congelado aqui dentro", disse Rui Nogueira, garantindo que com esse acordo a situação estará resolvida.

Coluna do Castello

Aberto o caminho ao parlamentarismo

Meu esforço é para promover o entendimento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, sem necessidade de convocar o Judiciário para dirimir as divergências entre ambos. Os poderes devem se harmonizar" — disse o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, ao admitir que a sugestão do ex-líder do PMDB na Constituinte, deputado Nélson Jobim, pode prosperar. Ela não detém o exercício do governo e dá ao Congresso a plena possibilidade de, mediante projetos de lei, examinar alternativas e adotá-las no exercício normal das suas atribuições legislativas.



F. De. (602)

Estava portanto o ministro otimista com relação ao desfecho satisfatório das divergências que surgiram na Câmara e no Senado com o programa antiinflacionário definido no Plano de Verão do presidente José Sarney. Como se sabe, a fórmula Jobim prevê a aprovação pura e simples das medidas provisórias encaminhadas ao Congresso pelo chefe do governo e a transformação delas em projetos de lei que serão oportunamente examinados. Com isso, sem bloquear as práticas governamentais de combate à inflação e sem ameaçar de anular posteriormente seus efeitos, o Congresso se reservaria o direito de, a partir da sessão ordinária que se inicia a 15 de fevereiro, promover a tramitação dos projetos, votá-los e encaminhá-los à sanção ou ao veto do presidente da República. O processo se completaria com a apreciação dos vetos, o que daria tempo à experimentação da eficácia das medidas em vigor e popiciaria modificá-las sem efeitos retroativos.

A proposta do deputado do Rio Grande do Sul teve, como se sabe, boa acolhida no Congresso, onde as objeções foram secundárias, e, uma vez admitida como hipótese conciliatória pelo ministro da Justiça, hoje o principal negociador do governo, deverá assegurar ainda esta semana a aprovação das medidas provisórias, em número de 6, e o encerramento da reunião extraordinária. A partir de fevereiro os projetos entrarão na ordem do dia, provavelmente sob regime de urgência, reabrindo-se o exame de toda a política econômico-financeira do governo. No fundo admitiu-se a impropriedade de censuras tanto aditivas quanto supressivas a medidas baixadas pelo presidente da República para vigência imediata no prazo de 30 dias dentro do qual o Congresso as aceitará ou as recusará.

As emendas supressivas, encampadas por Ulysses Guimarães, também alteram a medida provisória, desnaturando-a sem que o governo pudesse se pronunciar sobre elas desde que o resultado da votação seria um ditado legislativo promulgado pela mesa do Congresso. Decisão parlamentar admitindo emendas de qualquer natureza geraria conflitos que levariam o caso inconvenientemente ao Poder Judiciário. A sugestão de Nelson Jobim atende à conveniência da administração, preservando a eficácia de suas medidas provisórias, e assegura a prerrogativa das câmaras de interferir em caráter final no processo legislativo.

Quanto à medida provisória nº 33, a que determina a demissão de funcionários não concursados e com menos de cinco anos de exercício do cargo, o Congresso, admitindo a devolução feita pelo vice-presidente José Ignácio, deixou claro que não deseja regular a matéria, o que aconteceria se a rejeitasse. Deputados e senadores lavam as mãos e insistem em deixar com o Executivo a prerrogativa de demitir seus servidores. A medida, aprovada pelo Congresso, poderia ter como resultado a extensão das demissões aos dois outros poderes da República, hipótese que arripa os parlamentares. O ministro Oscar Corrêa, que, como disse, não pretende envolver outro Poder na compatibilização das metas de Executivo e Legislativo, deverá encontrar com as lideranças parlamentares a solução satisfatória para o caso.

As medidas provisórias, como se sabe, são uma criação da Constituinte para não deixar o governo paralisado diante das emergências. A inflação descontrolada, em meio a um recesso regular do Congresso pode tipificar situação prevista na Constituição, legitimando a ação do governo sem agredir as prerrogativas parlamentares. Expediente vinculado ao estilo do sistema do governo parlamentarista, caracteriza-se aí mais uma face dos pressupostos constitucionais do regime sob o qual vivemos e que só por equívoco deixou de determinar o exercício do governo por uma comissão do Congresso. Esse deverá ser mais cedo ou mais tarde o desfecho do regime constitucional. A atual crise antecipa problemas que aconselhariam antecipar também a introdução final do parlamentarismo.

Politicamente isso desanuvriaria o ambiente. Elegia-se (pode ser por eleição direta para apaziguar escrúpulos) Ulysses Guimarães presidente da República e as novas forças que se armam nos partidos que estão a emergir organizariam no Congresso o governo que executaria a política triunfante.

Carlos Castello Branco

098

Brasil vai apoiar Angola

No seu primeiro encontro de trabalho com o presidente José Eduardo dos Santos, o presidente José Sarney garantiu que o Brasil dará apoio diplomático a Angola na ONU, para que os acordos de Brasaville e Nova Iorque, que tratam da paz com a África do Sul e da independência da Namíbia, sejam respeitados. Santos disse considerar o apoio brasileiro fundamental, "pois existem países, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, fazendo manobras para diminuir os efectivos de paz em território angolano".

Sarney desembarcou às 9h (6h de Brasília) no Aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, depois de uma viagem directa de seis horas e dez minutos. Durante todo o percurso e nos compromissos que cumpria em Luanda, ele demonstrou boa disposição. Participou de oito solenidades em 11 horas.

Aplausmos — À chegada, Sarney foi saudado por um grupo folclórico. No caminho do Aeroporto 4 de Fevereiro à residência oficial de Futungo de Belas, a comitiva presidencial foi aplaudida por populares, que portavam fotografias do presidente José Eduardo dos Santos, do líder Agostinho Neto e também do presidente brasileiro. O primeiro compromisso de Sarney foi depositar flores no monumento de Agostinho Neto, no Palácio do Povo.

Depois ele seguiu para a residência de Futungo de Belas, para sua primeira reunião de trabalho com Santos. Num encontro de mais de hora e meia, os dois presidentes discutiram as dificuldades de Angola para consolidar a paz acertada com a África do Sul, e debateram fórmulas de ajuda financeira do Brasil para a

Namíbia, que no dia 1º de abril se tornará independente. O presidente José Eduardo dos Santos pediu que o Brasil ajude a Namíbia a construir um novo porto marítimo, já que o porto de Walvis Bay ficará em território sul-africano após a independência, conforme o acordo de Nova Iorque.

Os angolanos estão encarando a visita de Sarney como um importante reforço político para o momento vivido pelo país. Sarney é o primeiro presidente brasileiro a visitar Angola e, também, o primeiro chefe de Estado do mundo a chegar aqui após a retirada das tropas sul-africanas.

Escritores — Depois do almoço, Sarney inaugurou o círculo diplomático e participou da solenidade de doação de 2.600 livros de autores brasileiros à Biblioteca Nacional de Angola, onde, ao entrar, foi novamente aplaudido por populares. A seguir, participou de uma sessão da Assembleia do Povo (parlamento), repetindo o tom do discurso que pronunciara no encontro de trabalho com José Eduardo dos Santos, em defesa da paz no território angolano.

Os dois últimos compromissos do presidente brasileiro foram um encontro com os integrantes da União dos Escritores de Angola e um banquete oferecido por Santos, no Futungo de Belas. O encontro com os escritores foi o momento da visita oficial, que termina hoje, em que Sarney ficou mais a vontade. "Uma nação se faz com três coisas: historiadores, para falar do passado; políticos, para falar do presente; e poetas, para sonhar com o futuro", disse Sarney, lembrando que a política e a poesia o unem ao ex-presidente angolano Agostinho Neto.

28-1-89

11-1-89

11-1-89

11-1-89

200 B 20/1/89

038

CI

CS

Fla (60B)

JORNAL DO BRASIL

Brasil

sexta-feira, 27/1/89 □ 1º caderno

Sarney cede a pressões e muda critério de demissão

Brasil - Noreite Mar

BRASÍLIA — O presidente José Sarney cedeu à pressão dos ministros e não vai mais demitir funcionários públicos apenas pelo critério estabelecido na Medida Provisória 33 — os não-concurados e com menos de cinco anos de serviço. Sarney determinou que cada ministério apresente estudos sobre suas necessidades de pessoal e forneça listas dos servidores desnecessários.

"Eu disse ao presidente que a situação da saúde no Brasil pioraria com as demissões", afirmou o ministro da Saúde, Sérgio Tuzuki, ontem à tarde, logo após despachar pela primeira vez com o presidente, no Palácio da Alvorada. O presidente ficou impressionado com um gráfico levado por Tuzuki, que apontava a perda de 13 mil funcionários da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam); 3 mil da Fundação do Serviço Público (Fesp); e 1.300 da Fundação Oswaldo Cruz. "Todo o setor de combate às endemias seria irremediavelmente aniquilado", afirmou Tuzuki.

Com a decisão, o presidente José Sarney procura também minimizar o episódio da devolução da Medida Provisória 33 ao Palácio do Planalto no último dia 20 pelo presidente em exercício do Congresso, senador José Ignacio Ferreira (PSDB). A medida determinava a demissão dos funcionários não-concurados e com menos de cinco anos de trabalho e está em estudos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, que foi encarregada de estudar a legalidade do ato de José Ignacio.

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, confirmou as informações de Sérgio Tuzuki. "Não vai haver demissão indiscriminada. O presidente vai analisar todos os estudos que receber dos ministérios. Estes estudos deverão vir acompanhados de uma lista dos desnecessários", afirmou.

A Oscar Corrêa garantiu que nenhum pesquisador será demitido. "Como vamos afastar os que cuidam dos estudos a respeito da Aids? Pelo que sei, a doença chegou ao domínio público há menos de cinco anos. Posso afirmar também que não haverá a desarticulação de qualquer órgão de pesquisa", disse o ministro.

01 - 01

B902413

038

BRASÍLIA — Na próxima segunda-feira, o apartamento do senador João Menezes (PFL-PA), na Superquadra Sul 309, em Brasília, abrigará um grupo de 12 parlamentares da região amazônica para uma conversa política com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves. João Menezes diz que o ministro ainda não lançou sua candidatura e que a conversa se concentrará na proteção da região amazônica.



General Leônidas

Conversar sobre a sucessão do presidente Sarney é o tema em que o parlamentar mais vem se exercitando nos últimos seis meses e, por isso, nesta sexta-feira ele viaja a Recife, a fim de encontrar-se com o governador Miguel Arraes, o vice-governador Carlos Wilson, o prefeito Joaquim Francisco e o ex-prefeito Jarbas Vasconcelos. O assunto será a candidatura de Leônidas, que João Menezes considera a única pessoa capaz de congregar todas as forças liberais do país.

Orgulho — Aos seus interlocutores, João Menezes tem dito que Leônidas é o único nome no país capaz de congregar os representantes da "livre empresa, da segurança, da garantia da família, da propriedade e do relacionamento com todos os países do mundo". Orgulhoso por ter lançado a candidatura do ministro do Exército há um ano, quando poucos acreditavam que ela prosperasse, o parlamentar diz que hoje há muitos adeptos de sua ideia no Congresso.

João Menezes ressalva também que o ministro do Exército jamais o autorizou a lançar sua candidatura. "Tive a ideia sozinho e hoje percebo que a maior preocupação do país é com a candidatura do Leônidas Pires Gonçalves", conta o parlamentar, sempre ressaltando que até agora o ministro não assumiu publicamente essa candidatura. "Se as forças do país crescerem e quiserem que ele se candidate, ele se candidatará. O importante é que a ideia de um candidato comum para as principais forças do país está tomando corpo".

O general Leônidas disse ao senador Carlos Alberto (PTB-RN), com quem conversou antecorrem durante cerca de 45 minutos sobre sucessão presidencial, que "não pretende se lançar em aventuras", embora considere que, se houver consenso das forças de centro sobre o seu nome, ele, como brasileiro, jamais se furtaria a esse dever.

Desmentido — Segundo o senador norte-riograndense, o general Leônidas mostrou-se muito preocupado com a desarticulação dos partidos de centro, que, por estarem individualizando seus candidatos, poderão ter seus votos transformados em "votos íteis" para as esquerdas, que já possuem candidatos definidos e trabalham com metas também definidas. Para o general, é preciso um entendimento urgente entre as forças de centro, que estão "muito fracas", disputando a mesma fatia e correndo o risco de ficar sem pedaço algum.

Sobre a escolha de um partido para se candidatar — o PDC — Partido Democrático Cristão — o ministro do Exército afirmou ao senador Carlos Alberto que não manteve contato com qualquer liderança partidária e que não está filiado a qualquer legenda. Para ele, isso só aconteceria se a classe política o indicasse para enfrentar as esquerdas.

O Centro de Comunicação Social do Exército desmentiu oficialmente a notícia publicada pela revista *Veja* de que o ministro estaria deixando o cargo em maio para se candidatar a presidente da República pelo PDC.

15/12/89
J DO BRASIL

F. Sol
(P.P.)

3 do 5 15/1/89

01.01

8902425

098

João Menezes

Ele sempre defende o presidente e acha que tem inteligência

15-2-89
"N ão dá para comparar a candidatura do ministro do Exército com a do Sylvio Frota. O Frota foi candidato de um movimento militar e o Leônidas é um candidato do povo." A opinião é do senador João Menezes, lançador da candidatura do general Leônidas Pires Gonçalves a presidente da República. "Quando Tancredo Neves quis fazer a transição democrática, foi procurar o Leônidas, porque sabia que ele é um democrata", acrescentou o senador.



E. Pol
(PP)

Com respostas prontas para tudo o que se refere a essa candidatura, João Menezes se notabilizou nesse primeiro mandato no Senado como um incansável defensor do presidente Sarney. "A exceção do João Menezes, ninguém toma as dores do presidente da República neste Senado", diz o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), comentando a indigência da bancada sarneyista na Casa. "Sempre defendi o presidente porque defendo sempre a estabilidade do poder", afirma João Menezes, que não gosta do apelido com que a ele se referem seus próprios colegas — "João Burro".

"Quem quiser tirar deduções sobre a minha inteligência está livre para fazê-lo", diz o parlamentar, que não gosta de revelar a idade (60 anos) e que se orgulha de ter ganho onze eleições. A última que ele contabiliza é a do seu filho Eduardo Menezes (27 anos), recentemente eleito vereador em Belém. Fundador do MDB em 1966, ele é advogado e já foi professor de Economia Política no Pará.

15/2/89

01.01

8902426

098

POLÍTICA 28-2-89

PT pode apoiar Brizola no 2º turno da eleição

Isso acontecerá se PDT enfrentar um candidato conservador

Se Leonel Brizola tiver que disputar o segundo turno das eleições presidenciais de 15 de novembro próximo com um candidato conservador, "a tendência do meu partido é a de votar nele, como candidato progressista", declarou ontem à tarde, em Roma (Itália), o candidato sindicalista a Presidência do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, Lula afirmou, polemizando com Brizola, que "eu não sou o dono do PT e não posso anunciar decisões pessoais, como fez Brizola há dias na televisão".

Lula afirmou que "o descrédito da direita e o vazio que há no 'centro' são tão grandes que não é impossível que os dois candidatos mais votados no primeiro turno das eleições de novembro sejam progressistas e que, portanto, sobre eles

se deva fazer a opção definitiva no segundo turno, em dezembro". Na entrevista à televisão mencionada por Lula, Brizola disse que os trabalhistas votariam em Lula, se ele for o candidato mais votado das esquerdas.

Respondendo a perguntas de parlamentares, jornalistas e dirigentes de organizações italianas, Lula disse ontem que "de todos os modos, não devemos especular sobre o segundo turno das eleições, quando o importante é ganhar o primeiro". As perspectivas eleitorais foram o "prato forte" da conferência, seguida de um debate, que Lula pronunciou na sala do cenáculo do Parlamento italiano, sobre a transição democrática no Brasil, ao encerrar a segunda jornada de sua visita de quatro dias à Itália. (ANSA)

F. POL.
(e. Ptes.)

01 - 01

8902427

Gaudêncio Torquato

A política é a arte do equilíbrio. A idéia, universalmente aceita, assume ênfase especial para os nossos presidencialistas, nestes dias pós-carnavalescos. Eles começarão a correr o país, em pré-campanha eleitoral, costurando acordos, abrindo portas e janelas com vistas à formação de pactos após as convenções partidárias, exibindo os primeiros tons de discursos e, sobretudo, dando asas à imaginação para equilibrar os contrários, isto é, suas forças e fraquezas.

Na arte da política, não existe traço perfeito, nem regras muito fixas. A menor distância entre dois pontos nem sempre é uma reta. Um compromisso requer curvas e rodadas de conversação. Quando Brizola ataca Lula e Lula fustiga Brizola, isso não significa que os dois estejam em pólos opostos. É mais provável que ambos queiram ganhar espaço na mídia com o objetivo de decolar suas candidaturas. A virulência de hoje poderá se transformar no afago de amanhã.

Há, certamente, uma ética política que impede, por exemplo, que os participantes do sistema político ultrapassem determinados limites e comportamentos. Mesmo assim, alguns políticos preferem guiar-se por códigos próprios, fundamentados em culturas localizadas e costumes forrados de fisiologismo e apadrinhamento. Em um país que só recentemente criou condições para uma participação mais ativa da sociedade no processo político, continua a imperar o consagração do princípio maquiavélico: os meios justificam os fins. Na campanha presidencial, este princípio estará muito presente, tendo em vista as perspectivas de luta renhida entre os diversos grupos partidários.

A arte política exige também criatividade e imaginação. Principalmente em momentos de campanha, quando se cobra do candidato, conceito e imagem que correspondam ao mapa de interesses da coletividade. Qualquer traço destoante poderá acarretar seqüelas e prejuízos eleitorais. Essa é a razão pela qual os presidencialistas começam a esculpir perfis que inspirem confiança e arregimentem apoios. Os retratos saíro das tintas de seus pontos fortes e fracos. Os meios de comunicação, em algum momento, medirão as forças e fraquezas de cada um, atenuando ângulos, enfatizando aspectos, estabelecendo comparações.

Uma rápida observação sobre a matéria-prima que forma o painel dos presumíveis candidatos aponta os seguintes traços:

Ulysses Guimarães — Candidato do PMDB, terá, como ponto positivo, a mobilização de uma extensa e equipada máquina partidária, solidificada na imensa maioria dos municípios brasileiros. Ulysses exibe vasto conhecimento sobre as realidades regionais e facilidade para compreender as circunstâncias e especificidades de ingerências localizadas. Poderá, assim, estabelecer uma sólida rede de compromissos em todas as regiões do país. Carrega a marca de herança histórica do PMDB e representa a síntese de uma vivência oposicionista, além de representar o espírito mais expressivo da Nova Constituição. Terá dificuldades em desbastar diversos aspectos negativos, que começam com uma confusão e discursiva posição situacionista e colaboracionista com o governo Sarney. Sua posição moderadora, se atrai contingentes, afasta parcelas consideráveis de grupos de esquerda, inseridos no âmbito do PMDB. Pesa sobre ele a síndrome de Tancredo, isto é, a idade proventa. Terá muita dificuldade em se apresentar como solução nova, diferente, original, para a sociedade brasileira.

Leonel Brizola — Com seu discurso crítico, regado de virulência e tiradas verbais de impacto, Brizola consegue reunir grandes parcelas de insatisfeitos. Sabe usar de maneira exemplar os meios de comunicação, estabelecendo um contato íntimo e emocional com as massas. Usa de engenhosidade para falar de temas do momento e faz do sarcasmo grande arma para sensibilizar as pessoas. Gesticula bem. E consegue disfarçar para a opinião pública suas incursões junto a grupos de direita. Como desafio, terá de lapidar as rebarbas que ainda sobressaem na imagem de incendiário e irresponsável. Não tem propostas ou programas nacionais. A proposta de Brizola para o Brasil é Brizola. Em tempos de transparência tal ausência de programa poderá ser perniciosa para a campanha.

Luis Inácio (Lula) — Consegue apresentar forte discurso oposicionista e ganhou muita visibilidade com as expressivas vitórias do PT, nas últimas eleições. É um bom intérprete do sentido de modernidade, aparece como principal antídoto pela coerência partidária e pelo forte espírito de corpo aglutinado em torno do PT. Exibe formidável vitalidade e capacidade de mobilização. Tem contra si a lacuna de uma

precária formação cultural, além de apreciável dificuldade na articulação fluente de frases. Porém sua maior deficiência consiste em reduzir todos os problemas brasileiros a uma parcial visão sindicalista. Cria o temor de que o Brasil seja transformado numa República gerida por sindicatos. Seus contatos internacionais, se têm o mérito de balizar conhecimentos e adquirir informações, também geram receios, porque alguns de seus interlocutores não despertam confiança junto a fortes segmentos do establishment. A estrutura do PT é precária em muitos estados.

Mário Covas — Trata-se de um candidato que poderá ganhar volume, durante a campanha, crescendo, a partir dos estratos médios para os segmentos de esquerda. Apresenta a imagem de político sério, obstinado, ético. Bom tribuna, usa com propriedade as palavras e conceitos, apesar de adotar linguagem pouco populista. É recordista de votos e domina bem a mídia. Preparado, coerente, profundamente lógico. Entre os pontos negativos, está o fato de ser desconhecido junto a segmentos populares de diversas regiões do país. A estrutura do PSDB é precária na maioria dos estados. Seu conceito de ética impede maior visibilidade pública, conferindo-lhe frequentemente posição de segundo plano. Agora mesmo, quando começa a aparecer a proposta do PSDB, outros interlocutores do partido assumem posição de maior destaque. Pouco ágil. Promove forte desconfiança junto a segmentos do setor produtivo por conta de sua atuação avançada na Constituinte.

Jânio Quadros — O mestre político exprime uma alentado conceito de moralidade, autoridade, disciplina e organização, valores bastante requisitados no momento. Sabe manobrar como ninguém os bastidores da política e é um mestre na arte do discurso político. Arregimentou expressivos filios da direita até contingentes de centro. Mas precisa comprovar que não entrou em estado muito ruim. Parece mais velho que é. Ademais, a visibilidade de certos comportamentos passa a impressão de que Jânio é um especialista em exageros. Sua política da fatalidade aponta propensão ao engraçado, mas dá medo. A questão é descobrir se Jânio enxerga as coisas em seu devido lugar. Ou se, simplesmente, está sendo um ator.

Guilherme Afif Domingos — Ostenta um perfil de político moderno, que sabe dizer coisas que interessam ao povo. Coloca um discurso adequado sobre diversos temas, consegue empolgar platéias mais sofisticadas com sua jovialidade e capacidade de expressão. Pode crescer, se dispor de espaço na mídia. Mas terá de trabalhar bastante para burlar a imagem de paulista-clitista, que imanta seu perfil. A estrutura do PL é pequena, apesar de contar com importantes apoios. Terá dificuldades para sobreviver no meio da polarização que energizará as campanhas dos candidatos das grandes estruturas.

Candidato do PFL — Se for Aureliano Chaves, o PFL disporá de um candidato enérgico, duro, de muita rigidez e pouco jogo de cintura. Trata-se de um político com visão técnica, que se desgastou consideravelmente. Desfila com a marca de indecisão. Agrupa segmentos de centro e direita. Se o candidato for Antônio Ermírio, há possibilidade da candidatura empolgar milhões de desencantados com os políticos, principalmente na região Sudeste do país. Contra Ermírio, pesam deficiências de comunicação e frágil capacidade de articulação política. Sívio Santos poderá atrair vastas massas periféricas, mas transformar-se-á na grande vitraça de uma campanha presidencial. Seu desconhecimento da realidade brasileira será denunciado com contundência.

Fernando Collor — Demonstra vigor, criatividade e sabe tirar proveito de situações. Mas, paradoxalmente, sua imagem positiva é percebida apenas no Sul e Sudeste. No Nordeste, poucos acreditam em sua ética administrativa. Deverá ser candidato por um pequeno partido e isso já constitui grande dificuldade.

Este cenário provavelmente será enriquecido com as circunstâncias das diversas fases da campanha. Como em política, o jogo que vale é o de soma zero, a força de um candidato será ampliada pela fraqueza de outros. Trata-se de um jogo em que, felizmente, os eleitores poderão embaralhar as cartas e distribuí-las de acordo com suas crenças. É claro que certos candidatos disporão de mais coringas que outros. Felizmente, também, o povo brasileiro já está começando a perceber que o jogo político não é ganho apenas com coringas. As eleições passadas que o digam.



Ulysses



Brizola



Lula



Covas



Jânio



Afif



Aureliano



Ermírio



Sívio



Collor

Gaudêncio Torquato é jornalista da UFP, especializado em marketing político.

098

A primeira visita de um presidente brasileiro ao Suriname e à Guiana Francesa terá início nesta quinta-feira, quando Sarney dá prosseguimento à sua política externa de integração com todos os países americanos com regimes democráticos em vigência

8.804
(ff.ii)

Sarney vai ao Suriname e à Guiana na quinta-feira

Cooperação

O presidente José Sarney, que chegou ontem do Japão, onde assistiu aos funerais do imperador Hirofita, inicia nova viagem nesta quinta-feira. Desta vez irá ao Suriname e à Guiana, onde pretende cumprir mais uma etapa de aproximação do Brasil com os países do continente. Obedecendo aos ditames de sua política externa, de integração de todos os países americanos, Sarney deverá ainda visitar o Equador, quando então completará um programa de visitas a todos os países. Apenas o Chile não será visitado por Sarney, pois este país não estaria de acordo com o ideário de sua política de integração, que pressupõe a vigência de regimes democráticos.

As relações entre o Brasil e estes dois países, que recentemente conquistaram sua independência, é muito tênue, sendo que a primeira visita de um presidente brasileiro é vista como uma forma de intensificar a cooperação. Os laços com o Suriname são um pouco maiores, sendo que o Brasil exportou armas no período de 1983 e 1985, e atualmente exporta peças de reposição de treinamento militar a nível administrativo.

O momento parece mesmo propício para a intensificação de relações entre o Brasil e o Suriname. Ontem o líder guerrilheiro do Suriname Ronny Brunswijk, anunciou que não pretende realizar ações militares durante a visita do presidente brasileiro, segundo a agência estatal de notícias SNA. Os guerrilheiros, que concentraram suas atividades ao longo da fronteira do país com a Guiana Francesa, têm reduzido seus ataques nos últimos meses enquanto buscam um acordo para pôr fim ao conflito que já levou a morte cerca de 500 pessoas, nos últimos três anos.

Há diversos acordos de cooperação técnica, como treinamento para a extinção da "mosca oriental", que ataca os produtos cítricos, e para transferência de tecnologia para a produção de soja. Em 1985, a Cacerx abriu uma linha de crédito de 20 milhões de dólares para a construção de pequenas indústrias de cerâmica, vidros e vasilhames. No ano seguinte, o Brasil concedeu uma nova ajuda, de 16,5 milhões de dólares, para expansão do sistema de telecomunicações.

Em sua visita, nos dias 2 e 3 de março, o presidente Sarney terá a oportunidade de inaugurar um sistema de ligação internacional feito com estes recursos pelo consórcio brasileiro Victori. Em 1987, novamente foi dada uma ajuda de 6 milhões de dólares, desta vez para a compra de alimentos e medicamentos.

Em virtude das suas dificuldades financeiras, o Suriname desde 1986 diminuiu o número de estudantes bolsistas no Brasil, que até então oscilavam entre dez e quinze. Também, quanto à cooperação técnica, diversos profissionais do Suriname recebem treinamento no Senai e no Senac. O presidente Sarney, além de emitir um comunicado conjunto com o presidente Ramseval Shankar, deverá celebrar um Programa de Trabalho e Cooperação Bilateral, que prevê um acordo de cooperação científica entre a Universidade do Suriname e a Embrapa e outros dois acordos que ainda estão em exame por parte dos diplomatas dos dois países. (Brasília/ZH-AFP)

01.01

8902431

098

F. POL.
(GOB.)

Governo não reativará ministérios

O governo não vai reativar os ministérios da Reforma Agrária e da Ciência e Tecnologia, extintos a 15 de janeiro. A garantia foi dada no fim da tarde de ontem pelo ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, ao sair do Palácio da Alvorada onde se reuniu por mais de duas horas com o presidente José Sarney.

"Reativar esses ministérios é um passo atrás e traria um problema de grande gravidade para o governo", afirmou Mafson. De acordo com o ministro, "o governo não pode abrir mão de enxugar a máquina administrativa e demitir os funcionários públicos ociosos, medida que

conta com amplo apoio da opinião pública".

Ele deixou claro que, caso o Congresso não vote favoravelmente o projeto de extinção dos ministérios, Sarney fará uso do veto. "O Congresso é soberano para decidir qualquer assunto, mas é preciso entender que não é através da criação de ministérios que se resolvem os problemas do país: para o Brasil funcionar é preciso um trabalho competente", disse Mafson.

Em relação ao congelamento de preços, o ministro da Fazenda foi enfático ao dizer que será mantido: "Não procedem

as informações sobre o fim do congelamento, que será mantido enquanto for necessário. Esperamos que seja pelo menos tempo possível."

O porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, informou que o governo não aceita negociar a exigência dos partidos de esquerda e do grupo histórico do PMDB de que os ministérios da Reforma Agrária e da Ciência e Tecnologia sejam recriados para que o Congresso vote as medidas provisórias que instituem o Plano Verão. "Se o governo quisesse recriar esses ministérios, não teria proposto sua extinção", disse o porta-voz.

T Do Brasil

11/2/89

098

F. 500
(C. 700)

ZERO HORA — 11 de maio de 1964 — PÁGINA 10

Brizola volta a criticar apoio da Igreja ao PT

Ele diz que o clero não pode favorecer apenas um partido

O ex-governador Leonel Brizola, presidente nacional do PDT, condenou ontem o envolvimento da Igreja no PT, afirmando que na próxima eleição presidencial "o PDT aceita competir com qualquer partido, mas não é justo ter de enfrentar a Igreja". Segundo ele, boa parte do clero, hoje, está militando em favor do PT e usando a estrutura da Igreja para beneficiar o partido. Brizola fez as declarações em entrevista ao programa "Atualidade", da Rádio Gaúcha.

— A Igreja é a mãe de todos e não pode favorecer apenas um — protestou. Acrescentou que a tática do PT de partidarização dos sindicatos e entidades de trabalhadores "é equivocada porque no passado o Partido Comunista tentou fazer isto e não deu certo e hoje o PC não é nada".

Dizendo-se alarmado com a situação da economia nacional, ele frisou que, em 40 anos de vida política, jamais viu "políticos tão ordinários como os que estão no poder". De acordo com o líder do PDT, o Brasil "está-se transformando numa nação triste, e povo anda triste". Da mesma forma entende que os senadores, deputados, prefeitos e outros "bons políticos que querem trabalhar seriamente pelo País, estão tristes e apreensivos com o futuro".

Críticas ao clero
Com duras críticas ao clero progressista, ele insistiu que "a Igreja atualmente é o PT".

Comentou que numa disputa eleitoral torna-se difícil argumentar politicamente com um partido "que tem o respaldo da Igreja e usa a palavra de Deus". Criticou a partidarização também da CUT "que todos nós ajudamos a criar".

Descrente do Plano Verão e das possibilidades de o Governo Federal reabilitar a economia do País, Leonel Brizola afirmou que o presidente José Sarney "deveria ter consciência de que não tem mais condições de governar e deixar a Presidência". Na sua opinião, o Plano Verão não atacou efetivamente as causas da inflação, "que tem origem nas perdas, na sangria internacional que sofre o nosso País, não nos salários do trabalhador, nem no consumo".

Para Leonel Brizola, apesar do novo plano ser mais sofisticado do que o Plano Cruzado, as remarcações de preços "prejudicaram desumanamente os consumidores assalariados, beneficiando mais uma vez os ricos e deixando os pobres mais pobres". Ele considera que o Governo Federal deveria oferecer uma compensação ao sacrifício do povo, através "de programas de apoio à criança, por exemplo, ou outras ações de cunho social". Lembrou que recentemente na Argentina foi adotado o Plano Primavera. "É a mesma coisa e lá a inflação já está em 10 ou 12%", disse.

01.02

8902438

Coluna do Castello

Brizola questiona a Igreja e a CUT

A Igreja progressista e a CUT estão alterando a natureza da disputa eleitoral pela presidência da República. Esta a idéia que se vai arraigando na cabeça de Leonel Brizola, que disse estar preparado para disputar com os partidos políticos, mas não com aquelas entidades, que constituiriam a retaguarda ativa do PT. Essa situação, disse, deve ser questionada, e apurada a origem dos recursos que estão financiando a extraordinária mobilização em favor da candidatura de Lula, cujo sinal mais recente é a exposição de grandes outdoors por todo o país. Brizola não exclui a hipótese de que tais recursos venham do exterior.



Disse o ex-governador do Rio que a Igreja progressista é também a dele, assim como seus amigos e correligionários colaboraram na organização e na direção da CUT. Não entende por que está sendo discriminado, a tal ponto que, se a situação persistir, terá de aconselhar "minha gente" a deixar a central sindical e a denunciar a presença ilegítima de entidades tecnicamente não políticas na campanha eleitoral. Acha que Lula e seu grupo cometeram o erro de cortar com uma tesoura o passado das lutas trabalhistas no país, agredindo até mesmo a figura de Getúlio Vargas, como se as greves tivessem se realizado pela primeira vez no ABC sob a liderança do atual deputado petista. Na década de 40 já se faziam greves no Rio Grande e, muito antes, em São Paulo e no Rio.

Alega Brizola que se têm frustrado suas tentativas de aproximação com a Igreja e com lideranças sindicais novas. O diálogo começa sempre bem, mas em dado momento haveria "uma força" que por trás bloqueia qualquer avanço. O clero progressista poderia ser essa base de contenção da unidade do movimento sindical por cima dos partidos e das lideranças políticas. Crítica também as viagens de Lula a Cuba e à Nicarágua, as quais teriam sentido puramente eleitoral. Ele é sindicalista, disse, mas será que viu algum sindicato em qualquer daqueles dois países? Acha significativo que o líder do PT tenha sido o portador da carta de Dom Paulo Evaristo Arns a Fidel Castro. O dirigente do PDT presagiu oportunamente atender a convites para visitar Havana, sem vincular a visita a sua condição de candidato.

Preocupado com o PT e seu estilo de campanha, que visa eliminar da história os vestígios do trabalhismo e da ação social de Vargas e seus seguidores, o ex-governador diz que soube que o programa do PT no horário oficial de difusão das propostas partidárias foi muito "produzido". Lá teria tudo, alguma coisa como os programas eleitorais de José Colagrossi, menos mensagem partidária. Os que o viram nada tiveram a assimilar, a não ser propaganda pura e simples. Por isto mesmo não atribui maior importância ao tempo de que disporão os candidatos nos horários oficiais para falar ao país. Acha que bastam alguns minutos para dar seu recado.

Brizola afirma que sua posição é a de questionador. "Eu gosto da polêmica, da discussão, do questionamento. E é isso o que vou fazer. Isso é mais importante do que ganhar." Cita o exemplo de Pasqualini que, em duas campanhas, fez mais pelo Rio Grande e pelo trabalhismo do que se tivesse sido governador. Ele quer questionar principalmente o modelo econômico, que teria levado o país ao impasse: "Sinto que esse modelo está no fim e que o Brasil espera que aconteça uma coisa nova." As elites que aí estão se parecem com as do ocaso do Império e praticam seus últimos movimentos em cena. Ele vai questionar os grupos dirigentes e anunciar mudança dos tempos. O país não poderia mais continuar prisioneiro de esquemas e idéias envelhecidos e ineptos.

Não vê dificuldades em afastar do caminho o caso da dívida externa. Seria fazer uma consolidação como fez Getúlio, a qual, no seu tempo, pôs de lado a dívida e iniciou novo relacionamento com os mercados mundiais. A dívida daquele tempo acabou de ser paga em setembro do ano passado. "Nós temos que fazer o mesmo. Pôr de lado essa dívida e dizer: 'Bem, vamos deixar isso aí. Vocês vendem e nós compramos, nós vendemos e vocês compram. Vamos começar do zero.'" Acha ele que uma decisão desse tipo é factível.

Eleitoralmente, São Paulo não o preocupa muito: "Tenho a impressão de que eles vão assimilar minha mensagem. Além disso, sou paulista de origem. Os Brizola foram de Sorocaba para o Rio Grande. Para mim, agora, é só dizer: 'Meus amigos, estou de volta.'" Minas seria mais problemática, mas o apoio de alguém com liderança local poderia mudar o quadro. Confirma ter conversado com Hélio Garcia, mas nada há de concreto firmado entre ambos. Acha que não devem ser subestimados os grupos influentes na vida do país, como empresários e militares. "Nosso problema situa-se na transição do regime democrático, a cuja dinâmica devem-se incorporar novas camadas sociais."

Carlos Castello Branco

098

APEDIDO



Leonel Brizola (VI)

2-4-
26-1-89

As mais recentes e insuspeitas pesquisas não deixam dúvidas: 70% da população não deposita a menor confiança no Governo Sarney; 84% vêm os salários contidos pelo novo "plano"; 63 rejeiam o fim da URP. Ai estão os frutos amargos da ambição, da infidelidade aos compromissos públicos e a traição ao povo brasileiro. É por isso que este Governo, rejeitado pela Nação, passou a ser danoso para a institucionalização democrática.

Os "salvadores da Pátria"

1. O povo brasileiro vem recebendo com amargura e descrença o recente pacote de medidas econômicas do Governo Sarney. A rigor, não poderia ser outra sua reação. A natureza deste Governo, seus antecedentes e sua incapacidade são por demais comprovados por todos. A população, ao longo destes anos, construiu seu julgamento sobre Sarney e seu Governo, de tal forma que, desta vez, não se deixará enganar. Da generalidade das pessoas de bem, os atuais governantes não podem esperar nada, a não ser desconfiança e repulsa.

2. Mas quanto ao chamado "Plano Verão", propriamente dito, o que acontecerá, quais suas conseqüências? Quem quiser saber o que, dentro de algum tempo, estará se verificando em nosso País, deve observar o que ocorre, neste momento, na Argentina. É que, assim como o Cruzado foi uma imitação do Plano Austral Argentino, também agora, com a mesma fidelidade a certos compromissos internacionais, o chamado "Plano Verão" é a versão brasileira do "Plano Primavera" lançado há poucos meses pelo Presidente da Argentina, Sr. Raul Alfonsín. Nos primeiros meses, naquele País, a inflação, como procuraram fazer aqui, foi reprimida à custa do confisco dos salários e das rendas da população. Mas, já agora em dezembro, terceiro mês da aplicação do Plano, ela volta à escalada anterior, atingindo cerca de 9% ao mês. Para janeiro, todos prevêem uma elevação ainda maior, com uma taxa de inflação que, em 12 meses, ultrapassará os 250%.

3. Mas se a inflação volta em tão pouco tempo, o que leva o Governo a banir medidas como as do Cruzado, ou, como agora, do "Plano Verão"? É que esses pacotes — como verdadeiros espasmos de um sistema econômico em crise — transferem dos danos do processo inflacionário para a massa da população. E, com isto, conseguem as oligarquias e classes dirigentes do nosso País e seus governos, por algum tempo, preservar este modelo econômico colonial, reprimindo os índices de inflação à custa do empobrecimento popular. Esses "planos de correção" da inflação são tanto mais freqüentes quanto mais se torna inviável o modelo econômico, como acontece, nestes tempos, em nosso País. E isto ocorre porque as causas profundas e reais da inflação permanecem intocadas.

4. Ora, as verdadeiras causas da inflação encontram-se nas perdas internacionais de nossa economia, seja através desta brutal dívida externa e de seus juros, cada dia mais exorbitantes, seja em conseqüência de relações econômicas injustas, num contexto de complicitades e de interesses privados inconfessáveis. Estamos fazendo, neste momento, um esforço sobre-humano de exportação. Atingimos saldos comerciais gigantescos. Vendemos, a qualquer preço, os frutos do trabalho do povo brasileiro, nossas riquezas naturais e até o que necessitamos para viver. Mesmo assim, submergimos num mar de inflação. E para que todo este sacrifício, tão somente para atirar tudo na voragem da dívida? Desse sacrifício, o que resulta para o Brasil e para a grande maioria de seu povo, serão mais pobreza, mais atraso e devastação, com a dívida crescendo ainda mais? O País alcançou um saldo de 19 bilhões de dólares com as exportações em 88, e agora não tem sequer meio bilhão para completar o pagamento deste ano dos juros da dívida! Positivamente, continuar nessa marcha é mais que uma insensatez, é uma iniquidade.

5. O que vem se verificando aqui, na verdade, são "políticas de Governo" que procuram a utilizar a inflação — agravada deliberadamente — como pretexto para banir pacotes de medidas e produzir "choques", resultando numa brutal transferência de renda, em prejuízo dos salários, das classes médias e dos produtores do interior. A população, angustiada pela escalada inflacionária — como se viu no Plano Cruzado e agora — é pressionada publicamente, mesmo com salários e rendas reduzidos, a fim de que aceite e tolere mais sacrifícios em nome do combate à inflação. "Das mãos o menor", dizem. O Governo se apresenta, então, como "Salvador da Pátria", inclusive se autoproclama, do par recuar atos que de próprio punho. Resumindo: uma política

ditatorial e pratica atos discrecionários. Manipula a inflação, utilizando-a como instrumento de poder, para manter-se e fazer eleitoralismo e, o que é pior, para aprofundar o modelo econômico e, com isto, preservar os privilégios das castas dominantes.

6. Desta vez, o arrocho salarial e o confisco das míseras rendas de nosso povo, atingiram níveis muito mais drásticos e corrosivos que os do Plano Cruzado. O Governo Sarney, de maneira cílica, estimulou, patrocinou e participou, de própria, desta desavergonhada remarcação de preços e tarifas, nos dias que antecederam ao "congelamento". Esta correria louca dos aumentos, esta especulação desenfreada, estima-se, irá produzir uma inflação real (não oficial, expurgada) de mais de 50% em janeiro, que os salários, estes sim de fato congelados, não vão poder recuperar. Trata-se de uma iniquidade, de um assalto aos já aviltados salários do povo trabalhador e, particularmente, atingindo aos mais fracos, os aposentados, que não podem sequer negociar aumentos ou mesmo reivindicar através de greves. O Governo, friamente, lava as mãos e abdica, até mesmo, de regular e intervir na política salarial, como se o trabalho humano, num País como o Brasil, fosse uma simples mercadoria, cujo preço deva ser fixado pelas práticas deste capitalismo selvagem.

7. O funcionalismo público e o elenco de empresas estatais que vêm sustentando o nosso desenvolvimento, até algum tempo tão exaltados e até mesmo parte do orgulho nacional, agora estão sendo enovilhados, apresentados como se fossem "os vilões da Pátria". Esse é o triste papel a que se entregam, neste momento, as classes dirigentes, a maioria de seus meios de comunicação, e principalmente, as altas autoridades da República, a começar pelo Presidente Sarney, de próprio uma espécie de cinza ingrata e espúria do setor público brasileiro. Enchem as folhas de pagamento de apaniguados e parentes e, depois, jogam nas costas do funcionalismo de carreira e nas empresas públicas as culpas das enormes despesas com pessoal e da ineficiência dos seus serviços.

8. Quanto as estatais, depois que ascenderam ao Poder os Roberto Campos, os Simonsen, os Delfin, os Figueiras e outros tantos ditadores da economia, altamente remunerados no setor privado, inimigos jurados do setor público, constitui-se num verdadeiro milagre que ainda algumas de nossas estatais estratégicas funcionem com um mínimo de eficiência. Há quase 30 anos procuram destruí-las, inclusive nivelando-as a "empresas" assumidas pelo Estado em função de falências fraudulentas e negociatas. Se estas instituições resistiram até agora é porque são verdadeiramente essenciais ao desenvolvimento autônomo de nossa economia. O que este País necessita é de um Governo responsável que promova a profissionalização e a democratização do setor público. Não se trata de estatizar, por estatizar. Só um interesse ou vendilhão de nosso País admite entregar um setor estratégico ao controle e domínio das multinacionais. Muito menos, é admissível privatizar por privatizar, dilapidando, transferindo a preço de banana, e com financiamentos favorecidos, o patrimônio público aos interesses privados, sem nem mesmo exigir a democratização do capital ou um mínimo de garantia contra o seu repasse a grupos estrangeiros.

9. O povo brasileiro assiste, estupefocado, a tudo isto. A Nação e o Congresso (este se ainda quiser redimir-se diante da opinião pública por ter dado, insensatamente, mais um ano a este Governo), precisam resistir a estas arbitrariedades e injustiças, acenatórias, muitas delas, à própria sobrevivência do povo brasileiro. Se a bancada do PDI não puder modificar o "Pacote Sarney", através de emendas repressivas, não poderá ter outra posição senão a de votar contra, globalmente.

Leonel Brizola
Presidente do PDI

Senado

Ano	Senadores	Aumento de cadeiras	Funcionários	Aumento de empregos	Servidor para cada senador
1954	60	—	355	—	6
1964	63	5%	945	165,2%	15
1988	72	14,3%	7.140	655,5%	99

A grande família legislativa

PMDB

Asdrúbal Bentes (PA)			
Agibal Nazareno Ferreira Bentes	filho	NCz\$ 900,00	
Mana de Lourdes Rego Cordero	mulher	NCz\$ 207,69	
Antônio Câmara (RN)			
Mano Andrade Alencar Câmara	mulher	NCz\$ 1.176,90	
Antônio Sérgio Severiano da Câmara	filho	NCz\$ 692,31	
Marjorie Andrade Alencar Câmara	filha	NCz\$ 969,24	
Antônio Mariz (PB)			
Mana Mabel Dantas Mariz	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Aloysio Teixeira (RJ)			
Carlos Eduardo Mana Teixeira	irmão	NCz\$ 969,24	
Agassiz Almeida (PB)			
Gizeuda Carne de Almeida	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Antônio Gaspar (MA)			
Acaiza Caminha Gaspar	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Arnaldo Moraes (PA)			
Doraice Rodrigues de Moraes	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Alarico Abib (PR)			
Marco Antônio	irmão	NCz\$ 207,69	
Aloisio Vasconcelos (MG)			
Nancy Nelo Vasconcelos Novais	mulher	NCz\$ 969,24	
Antônio de Jesus (GO)			
Neli da Silva Dias	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Amílcar Moreira (PA)			
Sônia Lucia da Silva Moreira	filha	NCz\$ 484,82	
Terezinha de Jesus da Silva Moreira	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Alvaro Antônio (MG)			
Vilma Pendo Dias	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Bernardo Cabral (AM)			
Antônio João Bernardo Cabral	filho	NCz\$ 1.246,16	
Bezerra de Melo (CE)			
Mana Coeli Bezerra de Melo	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Bosco França (SE)			
Silvana Mitden Cruz	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Carlos Benevides (CE)			
Agnes Aguiar Benevides	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Chagas Neto (RO)			
Benedicta Carneiro Portela	mulher	NCz\$ 761,54	
Cid Carvalho (MA)			
Cleia Mana Carneiro Rojas Carvalho	mulher	NCz\$ 692,31	
Sergio Rojas de Carvalho	filho	NCz\$ 1.176,93	
Celso Dourado (BA)			
Ricardo Reges Dourados	filho	NCz\$ 1.176,93	
Doreto Campanari (SP)			
Esther Penni Doreto	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Simone Doreto Campanari Romero	filha	NCz\$ 415,38	
Djenal Gonçalves (SE)			
Telma Mana Leite Soares	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Eduardo Moreira (SC)			
Isane Rita Fritta Moreira	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Ellei Rodrigues (PA)			
Aíla de Figueiredo Rodrigues	mulher	NCz\$ 415,38	
Ervin Bonkoski (PR)			
Edro Alessandro Bonkoski	—	NCz\$ 692,31	
Rita de Cássia Corbe Bonkoski	filha	NCz\$ 969,24	
Edivaldo Motta (PB)			
Elina Araújo Mota Wanderley	filha	NCz\$ 692,31	
Firmino de Castro (CE)			
Melissa Helena Assis de Castro	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Fausto Fernandes (PA)			
Lindinalva Santana Fernandes	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Fernando Velasco (PA)			
Raul Nilo Guimarães Velasco	filho	NCz\$ 1.176,93	
Felipe Chedde (SP)			
Renata Prado Chedde	irmã	NCz\$ 346,15	

Francisco Amaral (SP)			
Adriana Martorano Amaral	filha	NCz\$ 969,24	
Francisco Carneiro (DF)			
Mana Ivonide Mendes Carneiro	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Flávio Palmier da Veiga (RJ)			
Alexandre Silva Palmer da Veiga	filho	NCz\$ 1.176,93	
Fernando Gomes (BA)			
Gislene Monteiro Oliveira	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Genebaldo Correia (BA)			
Adriano de Araújo Correia	filho	NCz\$ 969,24	
Geraldo Bulhões (AL)			
Ana Waleska Vilar de Bulhões Barros	filha	NCz\$ 761,54	
Denilma Vilar de Bulhões Barros	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Geraldo Henrique de Bulhões Barros	filho	NCz\$ 761,54	
Geraldo Fleming (AC)			
Geraldo Reis Fleming Júnior	filho	NCz\$ 900,00	
Gerson Marcondes (SP)			
Genusa Caldas de Sá Barreto Melo	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Genésio Bernardino (MG)			
Terezinha Ceci Ursini	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Hélio Manhães (ES)			
Jeanne Moulin Manhães	filha	NCz\$ 1.073,08	
Harlan Gadelha (PE)			
Katya Marina da Silva Rego	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Hilário Braun (RS)			
Martice Braun	mulher	NCz\$ 1.176,93	
Henrique Eduardo Alves (RN)			
Mônica Infante de Azambuja Alves	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Ismael Wanderley (RN)			
Ana Catarina Alves Wanderley	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Ana Carla Alves Wanderley	filha	NCz\$ 415,38	
Ivo Vanderlinde (SC)			
Carlos Cesar Vanderlinde	filho	NCz\$ 1.176,93	
Roberto Rickan Vanderlinde	filho	NCz\$ 1.176,93	
Ivo Mainardi (RS)			
Elei Domeles	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Irajá Rodrigues (RS)			
Rogério dos Santos Rodrigues	filho	NCz\$ 1.246,16	
Wagner dos Santos Rodrigues	filho	NCz\$ 1.246,16	
João Natal (GO)			
Dahlia Rodrigues Oliveira Almeida	mulher	NCz\$ 1.176,93	
José Geraldo Ribeiro (MG)			
Deoni Cavalcante Ribeiro	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Júlio Costamilan (RS)			
Fernando Costamilan	filho	NCz\$ 1.176,93	
Ricardo Caetano Costamilan	filho	NCz\$ 969,24	
José Carlos Martinez (PR)			
Fleury de Castro Martinez	filho	NCz\$ 1.246,16	
José Costa (AL)			
Sandra Genusa Marques Figueira	mulher	NCz\$ 1.176,93	
José Carlos Vasconcelos (PE)			
Sônia Nader de Moraes Vasconcelos	mulher	NCz\$ 1.246,16	
Jorge Viana (BA)			
Carlos Augusto Farias Alves	filho	NCz\$ 1.246,16	
Rita Jadete de Freitas Farias	mulher	NCz\$ 553,85	
Rosa Viana Dias da Silva	filha	NCz\$ 436,15	
João Carlos Bacelar (BA)			
Katia Helena Silva Bacelar	filha	NCz\$ 1.176,93	
José Freire (GO)			
Lourdes de Castro Bahia Freire	mulher	NCz\$ 1.176,93	
José da Conceição (MG)			
Luciana Mendes Santos	filha	NCz\$ 346,15	
Ricardo Luis Mendes Santos	filho	NCz\$ 346,15	
José Viana (RO)			
Idália Viana de Oliveira	mulher	NCz\$ 969,24	
Luiz Soyer (GO)			
Darci Alves de Brito Soyer	mulher	NCz\$ 1.176,93	

Ano	Deputados	Aumento de cédulas	Funcionários	Aumento de empregos	Servidor para cada deputado
1954	305	—	325	—	1,08
1964	340	11,8%	1.198	286,2%	3,5
1968	457	43,2%	3.178	270,0%	18,8

Câmara

JOB. 19-2-89

Lido Sathier (ES)

Maria Helena Sathier mulher NCz\$ 969,24

Leiz Viana Neto (BA)

Mônica Contreiros Viana de Souza filha NCz\$ 969,24

Meguito Vilela (GO)

Sandra Regina Carvalho Vilela mulher NCz\$ 553,85

Manoel Moreira (SP)

Melaine Soares da Silva Araújo mulher NCz\$ 1.176,93

Marcelo Cordelro (BA)

Alta Maria Ferreira Meneses mulher NCz\$ 553,85

Marcos Lima (MG)

Andressa Garabona de C.Lima mulher NCz\$ 484,62

Mário Bouchardet (MG)

Suzane Bouchardet filha NCz\$ 1.176,93

Manoel Ribeiro (PA)

Ana Catarina Ribeiro Cunha filha NCz\$ 1.246,16

Elza Cecília Santos Ribeiro filha NCz\$ 1.246,16

Sandra Nazaré Santos-Ribeiro filha NCz\$ 900,00

Matheus Jensen (PR)

Paulo Felavinda Jensen filho NCz\$ 278,92

Matos Leão (PR)

Giselle de Matos Leão mulher NCz\$ 969,24

Melo Freire (MG)

Maria Helena Isaac Freire mulher NCz\$ 1.246,16

Paulo Roberto Isaac Freire filho NCz\$ 969,24

Alexandre Isaac Freire filho NCz\$ 1.254,16

Milton Barbosa (BA)

Udineia Santana Barbosa mulher NCz\$ 1.246,16

Milton Lima (MG)

Thais França de Lima filha NCz\$ 761,54

Michel Temer (SP)

Catiana Temer Giovanelli filha NCz\$ 207,69

Naphtali Alves (GO)

Adelle Rodrigues de Souza mulher NCz\$ 346,15

Lilene Rodrigues de Souza filha NCz\$ 969,24

Nestor Duarte (BA)

Verônica Viana Coelho D. Guimarães mulher NCz\$ 1.176,93

Nilton Gibson (PE)

Natália Lanocerie Rodrigues mulher NCz\$ 1.246,16

Nyler Barbosa (ES)

Eliandra Grassi de Menezes mulher NCz\$ 1.246,16

Orofre Corrêa (MA)

Lia de Souza Lima Corrêa mulher NCz\$ 623,08

Osmundo Rebouças (CE)

Maria Natal Teotera Santos NCz\$ 1.176,93

(mulher do deputado Benito Gama)

PFL-BA)

Ricardo Campos Rebouças filho NCz\$ 623,08

Paes de Andrade (CE)

Patrícia Paes de Andrade filha NCz\$ 1.246,16

Paulo Roberto (PA)

Onélia Maria Vieira Matos mulher NCz\$ 1.246,16

Raimundo Bezerra (CE)

Maria Silene A. Bezerra de Faria mulher NCz\$ 1.246,16

Paulo Israel Aguiar B. de Faria filha NCz\$ 761,54

Kátia Daniela Bezerra de Faria filha NCz\$ 969,24

Raimundo Rezende (MG)

Nádia de Oliveira Rezende mulher NCz\$ 1.246,16

Raul Ferraz (BA)

Maria Célia Mascarenhas Ferraz mulher NCz\$ 1.246,16

Valéria Mascarenhas Ferraz filha NCz\$ 969,24

Renato Johnsson (PR)

Léila Della Bianca Johnsson mulher NCz\$ 865,3

Liz Johnsson filha NCz\$ 969,24

Renato Vianna (SC)

Carmen Lúcia Rosa Vianna mulher NCz\$ 1.246,16

Roberto Vital (MG)

Vânia Márcia Silva Ferreira mulher NCz\$ 1.246,16

Ronaldo Carvalho (MG)

Raquel Valadares V. de Carvalho NCz\$ 761,54

Rosa Prata (MG)

Delia Maria Prata Ferreira filha NCz\$ 1.176,93

Rospide Netto (RS)

Rodolfo Rospide Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Rubem Branquinho (AC)

Silvana Porto de Deus V. Branquinho mulher NCz\$ 900,00

Ruy Nedel (RS)

Ione Borges Nedel mulher NCz\$ 900,00

Fúlvio Borges Nedel filho NCz\$ 346,15

Santinho Furtado (PR)

Ana Lúcia Carrazzoni V. dos Santos filha NCz\$ 1.246,16

Silvio Abreu (MG)

Maria do Carmo Dalpra de Abreu mulher NCz\$ 1.246,16

Theodoro Mendes (SP)

João Theodoro Mendes Júnior filho NCz\$ 1.246,93

Ubiratan Aguiar (CE)

Terezinha de Jesus B. de Aguiar mulher NCz\$ 1.176,93

Neyrla Maria Bezerra de Aguiar filha NCz\$ 553,85

Vingt Rosado (RN)

Caio Cesar da Escócia Rosado filho NCz\$ 1.246,16

Wagner Lago (MA)

Maria Marta Oliveira Lago mulher NCz\$ 1.176,93

Walmor de Luca (SC)

Giovana Faraco de Luca filha NCz\$ 207,69

Wilson Campos (PE)

George Wilson de Queiroz Campos filho NCz\$ 1.176,93

PFL

Antônio Ferreira (AL)

Antônio Ferreira de Andrade Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Sheyla Teresa Menezes Barbosa mulher NCz\$ 969,24

Alécio Dias (AC)

Edite Presse Dias mulher NCz\$ 1.176,93

Assis Canuto (RO)

Lenita Simões Borges Canuto mulher NCz\$ 1.176,93

Airton Cordeiro (PR)

Adriane Credicio Ravaglio Cordeiro filha NCz\$ 1.176,93

Alysson Paulinelli (MG)

Alexandre Barros Paulinelli filho NCz\$ 969,24

Daniela Barros Paulinelli filha NCz\$ 415,38

Rodrigo Barros Paulinelli filho NCz\$ 1.176,93

Ângelo Magalhães (BA)

Amália Augusto Paranhos de Magalhães mulher NCz\$ 1.246,16

Annibal Barcellos (AP)

Maria Cerqueira Barcellos mulher NCz\$ 1.246,16

Nepotismo vira tese

O nepotismo no Congresso Nacional será o tema da tese de pós-graduação em Ciência Política na Universidade de Brasília que vem sendo preparado há cinco meses pela pesquisadora Maria Aparecida de Oliveira, uma ex-jornalista de 36 anos, natural de Palmeiras dos Índios, Alagoas. Maria Aparecida é a autora da lista publicada abaixo, contendo os deputados que empregam parentes na Câmara, os respectivos graus de parentesco e os salários — todos dados extraídos do

Secretariado Parlamentar, organismo que abriga os assessores pessoais que os deputados podem contratar sem concurso.

A pesquisadora tem ainda em seu poder as listas completas de funcionários estatutários da Câmara e do Senado, a dos contratados da Gráfica do Senado, a do pessoal requisitado pela Câmara e a dos casos de acumulação de empregos. Com esse material na mão, a fase atual de seus trabalhos consiste em checar nomes e

cifras junto aos dirigentes do Senado e da Câmara e os diretores-gerais. Nem sempre a acolhida tem sido amistosa. Maria Aparecida conta que tem encontrado dificuldades crescentes, e que começa a ficar visada tanto por funcionários como pelos parlamentares.

Uma parte da tese já está redigida. A seguir, um trecho do trabalho de Maria Aparecida:

"Casos especiais na Câmara dos Deputados são os de Francisca Dantas e Dorvina. As duas têm pontos comuns e

Arnaldo Prieto (RS)

Paulo Cesar Daudt Prieto filho NCz\$ 415,38
Virginia Daudt Prieto filha NCz\$ 1.176,93

Benito Gama (BA)

Cleia Maria Campos Rebouças — NCz\$ 1.176,92
(mulher do deputado Osmundo Rebouças, PMDB-CE)

Costa Ferreira (MA)

Elise Nogueira Ferreira mulher NCz\$ 1.246,16

Cleonânio Fonseca (SE)

Maria Dolores Oliva Simões Fonseca mulher NCz\$ 1.176,93
Terezinha Oliva da Fonseca filha NCz\$ 865,39

Chagas Duarte (RR)

Yvone Magalhães Duarte filha NCz\$ 969,24
Yvone Sulamita Magalhães Duarte mulher NCz\$ 1.073,08

Edme Tavares (PB)

Maria Clotilde Tavares Albuquerque mulher NCz\$ 1.246,16

Eliezer Moreira (MA)

Maria de Lourdes Rapary Ribeiro mulher NCz\$ 1.176,93
Martha Cristina de M. Rego Moreira filha NCz\$ 969,24

Etevaldo Nogueira (CE)

Maria Marly Nogueira Lima mulher NCz\$ 992,31
Patrícia Nogueira de Melo filha NCz\$ 969,24

Eraldo Trindade (AP)

Masenera Sanchez da Silva mulher NCz\$ 761,54

Eraldo Gonçalves (PB)

Masenero Vilar Gonçalves Queiroz filho NCz\$ 346,15

Érico Pegoraro (RS)

Augusto Eugênio Camargo Pegoraro irmão NCz\$ 207,69
Dessi Bonat Pegoraro irmã NCz\$ 415,38
Martena Vereda Pegoraro mulher NCz\$ 207,69

Eunice Michiles (AM)

Darcy Augusto Michiles filho NCz\$ 969,24

Humberto Souto (MG)

Maria Feliciane Abreu Souto mulher NCz\$ 1.176,93

Iberê Ferreira de Souza (RN)

Celina Maria Maia Ferreira Souza mulher NCz\$ 969,24

Inocêncio Oliveira (PE)

Shely Nogueira Oliveira filha NCz\$ 1.246,16

José Tinoco (PE)

Fernanda Tinoco Branco Albuquerque mulher NCz\$ 1.176,93

José Camargo (SP)

Berata Freitas de Camargo filha NCz\$ 415,38

João Machado Rollemberg (SE)

Sélio Alves Rollemberg Mendonça filho NCz\$ 1.176,93

José Mendonça Bezerra (PE)

André Moura Bezerra de Menezes filha NCz\$ 1.246,16

José Moura (PE)

Maria Teresa Fernandes de Moura filha NCz\$ 415,38
Aminado Cardoso de Moura Neto filho NCz\$ 1.176,93
Eduardo Fernandes de Moura filho NCz\$ 761,54
José Roberto de Moura filho NCz\$ 969,24

Jairo Azi (BA)

Julietta Veloso Dantas Azi mulher NCz\$ 1.246,16
Luciana Veloso Dantas Azi filha NCz\$ 276,92
Ricardo Veloso Dantas Azi filho NCz\$ 623,08

José Thomaz Nonó (AL)

Lúcia de Fátima da Silva Nonó mulher NCz\$ 969,24

Jonas Pinheiro (MT)

Giani Antônio da Silva filha NCz\$ 969,24

José Lins (CE)

Hamano Student Lins de Albuquerque filho NCz\$ 276,92

João Alves (BA)

João Alves de Almeida Filho filho NCz\$ 1.176,93
Zildete Costa Almeida mulher NCz\$ 1.176,93

José Queiroz (SE)

José Queiroz da Costa Filho filho NCz\$ 1.246,16
Lana Costa Haroman filha NCz\$ 346,15
Norma Monteiro Costa Prata filha NCz\$ 346,15
Rui Monteiro Costa filho NCz\$ 207,64

Luiz Marques (CE)

Adriana Maria Pinho Marques filha NCz\$ 1.673,08

Levy Dias (MS)

Jefferson Levy Espindola Dias filho NCz\$ 553,85
Neide Espindola Dias mulher NCz\$ 1.246,16
Robson Levy Espindola Dias filho NCz\$ 553,85

Lúcia Braga (PB)

Marcelo Navarro Braga filho NCz\$ 1.176,93
Patrícia Navarro Braga — NCz\$ 969,24

Mário Assad (MG)

José Adolfo Vieira Assad filho NCz\$ 1.176,98

Maurício Campos (MG)

Selma Gonçalves Campos mulher NCz\$ 1.176,98
Marcos Gonçalves Campos filho NCz\$ 1.246,16

Messias Góis (SE)

Josefa Santos Góis mulher NCz\$ 1.246,16
Sérgio Eduardo Santos Góis filho NCz\$ 623,08

Mozarildo Cavalcanti (RR)

Genilda Monteiro Cavalcanti mulher NCz\$ 969,24
Mozarildo Monteiro Cavalcanti filho NCz\$ 415,38

Mussa Dames (PI)

Simpone Maria Dames Jereissati filha NCz\$ 900,09
Suzana Maria Castelo Branco Dames filha NCz\$ 969,24

Paulo Pimentel (PR)

Yvone Aparecida L. Pimentel mulher NCz\$ 969,24

Pedro Ceolin (ES)

Alair Amélia Nespól Ceolin mulher NCz\$ 969,24
Plácido Ceolin filho NCz\$ 623,08
Nelma Ceolin Santos filha NCz\$ 346,15

Ronaro Corrêa (MG)

Ronan Machado Corrêa irmão NCz\$ 1.673,08

Sadie Hauache (AM)

Khaled Ahmed Hauache Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Salatiel Carvalho (PE)

Noemi Costa Rodrigues de Carvalho mulher NCz\$ 1.246,16

Stelio Dias (ES)

Adriana de Razez Dias filha filha NCz\$ 415,38

Vinícius Cansanção (AL)

Ana Cristina Jotobá Cansanção filha NCz\$ 761,54

PT

Florestan Fernandes (SP)

Florestan Fernandes Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Irma Passoni (SP)

Arnaldo Passoni marido NCz\$ 1.176,93

Luiz Gushiken (SP)

Regina Gushiken irmã NCz\$ 761,54

PCB

Augusto Carvalho (DF)

José Eustáquio de Carvalho irmão NCz\$ 623,08

contraditórios. Francisca é técnico legislativo adjunto referência 17 e ponto 3.268, com salário de NCz\$ 1,5 mil. Há oito anos é funcionária da Câmara na classe estatutária, sem concurso. E tem registro como sendo de nível superior. Dorvina é datilógrafa, telefonista e está à disposição da Câmara há 19 anos. É funcionária da Loteria do Estado de Minas Gerais e recebe meio salário mínimo, menos que um salário-referência. O que é proibido pela Constituição.

"Como pontos comuns, as duas têm currículo comprovando que são só alfabe-

tizadas, já passaram por todos os setores da casa e há mais de seis meses encontram-se paradas nos mesmos lugares, sem perspectivas de remanejamento. Nos pontos contraditórios, Francisca Dantas, natural da Paraíba, trazida pelo então primeiro-secretário da Câmara, Wilson Braga, em 1980, não sabe datilografar, menos ainda, redigir. Operação matemática, só a soma, e sempre recorre aos colegas para preencher seus cheques. Seu trabalho se resume em vigiar o livro de ponto no Departamento de Pessoal. Fuma bastante e o telefone de sua mesa está

sempre ocupado. Está instalada na mesma sala do diretor Edson Furtado da Silva e vive em eterna ociosidade".

"Dorvina trabalha na taquigrafia da Câmara e está sempre ocupada. Há 10 anos vem fazendo reivindicações junto a todas as mesas, para regularizar sua situação profissional junto à Câmara. Na primeira tentativa, com listas de abastecimento assinados dos colegas que se encontravam irregulares como ela, o primeiro-secretário Wilson Braga regularizou todos. Dorvina ficou de fora. Mas ela continua lutando até hoje".

A grande família legislativa

Benedicto Monteiro (PA)

Wanda Marques Monteiro mulher NCz\$ 1.176,93

Fernando Santana (BA)

Pedro Goulart de Santana filho NCz\$ 346,15

PDT

Adhemar de Barros Filho (SP)

Maria Curiati de Barros mulher NCz\$ 1.246,16

Chico Humberto (MG)

Maria Inez Naves de Freitas Azevedo mulher NCz\$ 1.246,16

Carlos Cardinal (RS)

Rosa Clara Gaspari mulher NCz\$ 969,24

Fernando Lyra (PE)

Mércia Maria Teixeira Lyra mulher NCz\$ 1.246,16

Florêncio Paixão (RS)

Ana Maria Coutinho Paixão filha NCz\$ 1.176,93

João Cunha (SP)

André Rodrigues da Cunha filho NCz\$ 1.246,16

José Maurício (RJ)

José Maurício L. Barreto Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Lysânias Maciel (RJ)

André Maciel filha NCz\$ 415,38

Regina de Moura Canjô Maciel mulher NCz\$ 1.176,93

Tadeu França (PR)

Cláudia Badin França mulher NCz\$ 1.246,16

PC do B

Aldo Arantes (GO)

André Almeida Cunha Arantes filho NCz\$ 623,06

Eduardo Bonfim (AL)

Carlos Olímpio de Carvalho NCz\$ 1.246,16

(marido da deputada Lúcia da Mata, PC do B-BA)

PSDB

Antônio Perosa (SP)

Graziela Serroni Perosa filha NCz\$ 1.176,93

Beth Azize (AM)

Azize Dibo Neto irmão NCz\$ 1.246,16

Geraldo Campos (DF)

Vivian Almeida Campos filha NCz\$ 553,85

Jorge Hage (BA)

Maria Lúcia de Campos Carneiro Hage mulher NCz\$ 1.246,16

Saulo Queiroz (MS)

Saulo de Tarso Prado Queiroz filho NCz\$ 415,38

Ziza Valadares (MG)

Vânia Reis da Cunha P. Valadares mulher NCz\$ 969,24

PDS

Amaral Neto (RJ)

Ângela Maria Adnet Amaral mulher NCz\$ 1.176,93

Cristina Adnet Rache filha NCz\$ 969,24

Gisele Adnet Rache filha NCz\$ 969,24

Antônio Salim Curiatti (SP)

Antônio Ferreira de Andrade Júnior filho NCz\$ 1.176,93

Aécio de Borba (CE)

Maria Vitória Melo de Borba mulher NCz\$ 1.246,16

Silvia Helena de Borba Gondin filha NCz\$ 969,24

Artenir Werner (SC)

Martina Naschenwerg Werner mulher NCz\$ 1.176,93

Cesar Cala Neto (CE)

Inês Helena Cala de Oliveira mulher NCz\$ 1.246,16

Francisco Diógenes (AC)

Anderson de Souza Araújo filho NCz\$ 969,24

Carla Simone de Souza Araújo filha NCz\$ 1.176,93

Gérson Peres (PA)

Rosângela Cristina Dias Peres filha NCz\$ 276,92

Roselene Cristina Dias Peres Souza filha NCz\$ 969,24

Henrique Córdova (SC)

Ana Cristina Córdova Martorano irmã NCz\$ 207,69

Maria Stadler Córdova mulher NCz\$ 969,24

Jorge Arbage (PA)

Charles Michel Cacim Arbage irmão NCz\$ 969,24

Iracema Rodrigues Arbage mulher NCz\$ 1.176,93

José Luiz Mala (PI)

Alice Mendes Martins Maia filha NCz\$ 1.176,93

Giovanna Mendes Martins Maia filha NCz\$ 969,24

Ruberval Piloto (SC)

Maria Cristina Lapoli mulher NCz\$ 969,24

Victor Faccioni (RS)

Isle Zatti Faccioni mulher NCz\$ 969,24

Vieira da Silva (MA)

Maria do Rosário A. V. de Silva mulher NCz\$ 1.246,16

PSB

Ademir Andrade (PA)

Sandra Maria Coelho Andrade mulher NCz\$ 1.176,93

PTB

Jayme Pallarin (SP)

Nancy Augusta da Rocha Pallarin mulher NCz\$ 1.246,16

Cláudio Augusto Pallarin filho NCz\$ 207,69

Elana da Rocha Pallarin filha NCz\$ 969,24

Miriam da Rocha Pallarin Castelluci filha NCz\$ 207,69

Mendes Botelho (SP)

Diva Mariana de Araújo Botelho mulher NCz\$ 1.176,93

Morgana Araújo Botelho filha NCz\$ 623,06

Maisé Araújo Botelho filha NCz\$ 207,69

Liza Araújo Botelho filha NCz\$ 484,82

Roberto Augusto (RJ)

Geyza Maria Garcia Lopes mulher NCz\$ 1.246,16

Roberto Augusto Garcia Lopes filho NCz\$ 1.176,93

Rodrigues Palma (MT)

Maria Alice Garcia Palma mulher NCz\$ 1.176,93

Osvaldo Sobrinho (MT)

Ditza Ribeiro Roberto mulher NCz\$ 969,24

PTR

Messias Soares (RJ)

Edir Batista Santos Soares mulher NCz\$ 623,06

PL

Araújo Cortes Coutinho Neto

pai NCz\$ 207,69

Danielle Ferreira de Araújo Coutinho filha NCz\$ 415,38

PDC

José Maria Eymael (SP)

Isola Sebach Eymael mulher NCz\$ 969,24

Maria Teresa Eymael Lataes filha NCz\$ 900,00

098

F. P. de
(F. P. de - Cuba)

3/2/89 Jornal

Sarney almoça com Fidel

Caracas — Reuters

Um almoço com salmão e vitela, regado a vinho branco, temperou o primeiro encontro de um presidente brasileiro, José Sarney, com o dirigente cubano Fidel Castro. Os dois conversaram mais de uma hora na suite ocupada por Sarney no 22º andar do hotel Caracas Hilton. Fidel elogiou o menu e comentou, bem humorado, que o almoço salvou-lhe a vida porque estava há 24 horas sem comer. Sarney recebeu um novo convite para visitar Havana e prometeu fazê-lo este ano, em data a ser marcada pelas duas chancelarias.

Castro elogiou a nova Constituição brasileira e mostrou-se satisfeito pelo fato das Forças de Paz da ONU que fiscalizam o cumprimento do acordo entre a África do Sul, Cuba e Angola estarem sendo dirigidas por um general brasileiro. Além de abordarem temas relacionados à cooperação bilateral e à dívida externa, o presidente cubano enfatizou a importância da unidade latino-americana.

Os dois presidentes desconversaram quando, ao final do almoço, os jornalistas se mostraram interessados em saber sobre a possibilidade de Cuba ser reintegrada à OEA (Organização dos Estados Americanos), de onde foi afastada em 1961 por estar financiando movimentos de guerrilha no Continente. Em 1987, o Brasil tomou a iniciativa de levantar a questão do reingresso de Cuba na reunião de cúpula dos presidentes do Grupo dos Oito (Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Venezuela, México e Panamá), no México. O presidente Sarney repetiu ontem que, embora seja um desejo do Brasil, a decisão depende dos demais países-membros da organização.

Referindo-se à dívida externa, Sarney reafirmou a necessidade de uma



Sarney também se reuniu com Quayle, enviado dos EUA

solução política para o problema, através de um entendimento entre credores e devedores. Dirigindo-se a Fidel Castro, afirmou que a dívida atual, sem a redução do estoque, "é impagável", mas manifestou sua crença na reformulação dos mecanismos de pagamento e na redução dos débitos. Fidel, por sua vez, defendeu uma solução negociada também para os conflitos da América Central.

A questão da África Austral foi longamente abordada pelos dois presidentes. Fidel Castro manifestou a esperança de ver integralmente cumpridas as determinações da resolução 435, da ONU, referente à independência da Namíbia e à paz entre Angola e África do Sul. O presidente Sarney garantiu-lhe que o Brasil desenvolverá um trabalho intenso junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de assegurar a execução das medidas propostas.

Sarney também teve um encontro de meia hora com o vice-presidente americano, Dan Quayle, no qual manifestou o interesse brasileiro em manter com os Estados Unidos uma agenda positiva, recheada de projetos comuns, em lugar dos frequentes contenciosos comerciais, seguidos quase sempre de ameaças de retaliação. Este foi o primeiro encontro de Sarney com um representante do novo governo dos Estados Unidos (o presidente George Bush tomou posse dia 19 de janeiro).

Sarney fez a Quayle uma exposição da situação econômica brasileira, explicando-lhe os fundamentos do Plano Verão, e insistiu na colaboração dos credores internacionais para que o Brasil possa ter êxito na implementação da nova política econômica. Segundo um integrante da comitiva presidencial, a reação de Quayle, que ouviu mais do que falou, foi bastante positiva.

Poco LEGÍBLE

11 - 01

8902442

880

Journal do Brasil

2 1º caderno sábado, 17/12/88

Coluna do Castello

A candidatura do general Leônidas

Não se deve comprar a insistência do senador João Menezes em lançar a candidatura do general Leônidas Pires Gonçalves a presidente da República a igual atitude tomada em 1966 pelos antigos deputados Anísio Rocha e Bivar Olinto de pregar a inevitabilidade da candidatura do general Costa e Silva, então ministro da Guerra. Naquele ano remoto os dois deputados encaixavam sua ação numa operação militar que reivindicava a entrega do governo para seu chefe ainda que contrariando o notório desejo do presidente Castelo Branco de encontrar alhures seu sucessor. Desta vez, o senador pelo Par. não é porta-voz de reivindicações militares nem faz coincidir um diagnóstico pessoal com a avaliação dominante nas Forças Armadas. Pelo menos é isso o que transparece da liberdade com que oficiais superiores falam da hipótese da candidatura do ministro do Exército.



Não se põe em dúvida a capacitação do general Leônidas para exercer a presidência da República, mas apenas se identifica a inviabilidade da pretensão de tê-lo como candidato. Costa e Silva disputava uma indicação que se tornava no mesmo ato uma imposição, ao passo que Leônidas teria de submeter-se a um teste eleitoral pelo qual não passaram incólumes o brigadeiro Eduardo Gomes e os generais Juarez Távora e Henrique Lott apesar de postularem o mandato em condições politicamente bem melhores. Diz aliás um dos atuais ministros do Estado que Leônidas daria um bom presidente mas seria certamente um mau candidato.

O único general que chegou à Presidência pelas urnas depois da República Velha foi Eurico Dutra, por quase oito anos ministro da Guerra da ditadura. Mal saídos do Estado Novo, os políticos do PSD controlavam a máquina administrativa em todos os estados e o alistamento *ex officio* favoreceu seu projeto de continuar no poder. Mesmo assim sua vitória somente se tornou possível depois que Getúlio Vargas, do seu exílio, deitou o peso do seu tremendo prestígio pessoal em favor do seu ex-ministro, a quem assegurou a vitória quando nada no Rio e em São Paulo. Por duas vezes Eduardo Gomes, com a bandeira das liberdades públicas nas mãos, foi derrotado pelo voto popular. O general Juarez, o "tenete de cabelos brancos" amargou o mesmo fim das suas aspirações.

F. POC
(C. Pires.)

Politicamente mais viável, a candidatura do general Henrique Lott em 1960, apoiada pelo PSD, pelo PTB, pelo PRP e pelo PR e batejada pela popularidade de Juscelino Kubitschek, afundou nas urnas no embate contra Jânio Quadros, apoiado pelas mesmas forças que haviam sustentado os dois oficiais superiores desbaratados eleitoralmente. João Goulart, companheiro de chapa de Lott, salvou-se mediante a manobra realizada em São Paulo de uma aliança com o janismo (chapa Jan-Jan) e auxiliado pela dupla candidatura na área de Jânio.

As condições políticas e eleitorais neste momento não oferecem ao general Leônidas melhores perspectivas de disputa, ainda que se agrave o dilema da direita ameaçada de ser emparedada pela esquerda que poderia tornar-se avalanche eleitoral na continuidade do surto inflacionário. Não se esqueça que o país vem de mais de vinte anos de domínio do poder pelos militares com sacrifício das liberdades públicas e do poder de reivindicação do povo, principalmente das classes pobres. A candidatura do general ministro do Exército, não sendo uma colocação normal das forças políticas, como não é, não teria qualquer sustentação a não ser na ameaça que passaria a existir de levar o pleito a uma decisão fora das urnas. O general Leônidas deve ter bastante senso de responsabilidade para não permitir que se vá por aí.

01 - 01

8902444

Governador quer outro PMDB sem parecer oportunismo

BRASÍLIA — O governador Moreira Franco pediu que o PMDB ocupe o espaço do centro-esquerda, para conter o crescimento do ex-governador Leonel Brizola; o governador Orestes Quêrcia propôs que o partido retome a bandeira da revisão da dívida externa, para empolgar a Nação; os governadores Waldir Pires e Miguel Arraes disseram que o PMDB deve redefinir suas relações com o Palácio do Planalto, mas sem romper formalmente com o presidente José Sarney, porque o eleitor poderia achar isso oportunismo eleitoral.

Essas foram algumas das proposições apresentadas na reunião de quase quatro horas, dos governadores do PMDB com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, anteontem à noite, para avaliar a derrota pemedebista no último

dia 15. Sentados em círculo, servindo-se de cafézinhos e sanduíches, e cercados por assessores, os dez governadores — Moreira Franco (RJ), Orestes Quêrcia (SP), Miguel Arraes (PE), Newton Cardoso (MG), Geraldo Melo (RN), Waldir Pires (BA), Alberto Silva (PI), Carlos Bezerra (MT), Tasso Jereissati (CE) e Tarcísio Burty (PB) — chegaram a pelo menos uma conclusão: o PMDB continua grande, mas tem de mudar inteiramente para ter chances reais na sucessão presidencial.

Clara nova — A última parte da reunião, depois de longa discussão sobre o orçamento da União, foi aberta por Ulysses. Apesar do resultado adverso das urnas nos grandes centros urbanos, o PMDB continua um grande partido, com boa estrutura em mais de quatro mil

municípios e com força para disputar a sucessão presidencial com chances", disse ele, e em seguida propôs que o PMDB inicie imediatamente a elaboração de um novo programa mínimo e apresse a realização da sua convenção nacional. "O partido precisa de uma cara nova, de uma ficha nova, de idéias novas, para disputar a sucessão presidencial", continuou Ulysses. "O partido foi às eleições sem bandeiras", concluiu, lembrando que as bandeiras institucionais do partido já estavam cumpridas.

Sentado ao lado direito de Ulysses, Quêrcia iniciou as avaliações, sugeriu então que o PMDB faça da revisão da dívida externa sua principal fonte de luta, mobilizando a população. Ele foi um dos mais ácidos críticos do ministro da Fazenda, Mafonso da Nóbrega, a quem acusou

de conduzir a economia do país erradamente.

Brizola — Newton Cardoso falou em seguida. Lamentou ter sido derrotado nas principais cidades mineiras, mas garantiu que o PMDB ainda conseguiu 86% dos votos do estado, "o que se constitui em uma boa base eleitoral para a sucessão presidencial".

A ocupação da faixa do centro-esquerda junto ao eleitorado, que já fora tema timidamente tratado por Quêrcia e Newton, acabou sendo o forte do discurso de Moreira Franco. "Ou o PMDB ocupa o seu espaço de centro-esquerda, ou perde terreno para Brizola, que perdeu espaço na esquerda para o PT e tem agora como opção correr para o centro-esquerda", disse o governador do Rio. Autor de um dos mais contundentes

discursos contra a política econômica do governo, Miguel Arraes disse acreditar que o PMDB "perdeu porque não soube se diferenciar do governo Sarney". Acabou sobrando críticas até para o dono da casa. Para o governador de Pernambuco, o PMDB pagou nas urnas até "pelo envolvimento de Ulysses na gerência do governo." Arraes propôs que o PMDB redefina suas relações com o governo, mesmo sem rompimento, e aproveite para acertar já suas alianças eleitorais e sociais. "Se o PMDB não se expressar como opção progressista, pode ficar esmagado entre a direita e a esquerda", previu.

Deia gramaes — Waldir Pires, antigo defensor do rompimento com o Planalto, defendeu a revisão das relações entre o PMDB e o governo, mas disse que romper abertamente agora é fazer dois gumes. "O eleitorado pode entender que essa atitude é oportunista. O PMDB já pagou todo o ônus de sustentar um governo impopular, mas pode continuar a dar seu apoio institucional, em nome da garantia da democracia", analisou.

Ulysses só interrompeu os governadores uma única vez, quando falava Moreira Franco, para dizer que os incidentes de Volta Redonda influíram definitivamente na derrota do PMDB, especialmente em São Paulo. Moreira respondeu: "Discordo. Aquele foi apenas um fator a mais. A decisão do povo já estava tomada. O governo Sarney já tinha sido julgado. Nessa eleição, foram julgados o PMDB e os governadores."

F. Pol
(P. P.)

01-01

8902447

087

Governador acha Ulysses inviável

CANELA — RS — O governador do Paraná, Alvaro Dias, do PMDB, que participou ontem da XV Reunião dos Ministros dos Transportes e Obras Públicas dos Países do Cone Sul, disse que o deputado Ulysses Guimarães "seria uma candidatura inviável do partido à presidência da República hoje", avaliando o mau resultado das eleições municipais.

Alvaro Dias afirmou que a convenção nacional, em janeiro do próximo ano, "estabelecerá uma disputa interna dentro do PMDB, que definirá, além do nome do candidato, os próprios rumos do partido". O governador ainda salientou que o principal ponto a ser definido é o relacionamento com o governo federal.

Segundo ele, antes da convenção, as "frentes mais progressistas do PMDB" se reunirão em Brasília para avaliar o desempenho de seus candidatos nas eleições municipais e também estratégias para chegar e eleger o nome do candidato à presidência. Alvaro Dias entende que "uma regime pluripartidário os partidos devem buscar alianças", ao que cita o PSDB e não afasta a possibilidade de coligações com outras legendas. Prefere não especificar quais seriam. O governador negou, entretanto, que tenha levantado o nome do senador Mírio Covas como candidato à sucessão do presidente José Sarney.

Com a postura de definição interna, ele acha que o PMDB "deixará de ser uma frente", acrescentando que mesmo antes das eleições de 15 de novembro o chamado grupo dos moderados já reclamava por mudanças. No seu entender, o PMDB "acabará desta forma com seu caráter de duas faces, não ser governo e oposição ao mesmo tempo".

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, também durante a reunião ministerial, reconheceu que o PMDB "ficou num clima de perplexidade e interrogação depois das eleições municipais", que para ele demonstraram que "o povo quer transformações sociais, e não ficar cobrando o que o nosso partido deixou de fazer enquanto governo". Para ele, é neste sentido que o PMDB deve trabalhar agora. Simon evita falar em nomes de candidatos à presidência, justificando que "isto implicaria promover estes nomes". O governador prefere que as ações do partido sejam de "costuras nos bastidores".

F. PDL
(F. 8/2)

LOWE 10/11/88

Coluna do Castello

PT facilita a vida de Brizola

Fechando-se mais à esquerda, Luiza Erundina, prefeita eleita de São Paulo, abriu espaços para Leonel Brizola se articular mais ao centro como candidato à presidência da República. Tendo de disputar com Lula, do PT, a situação de um dos dois candidatos a alcançar o segundo turno de votação em 1989, o ex-governador do Rio alivia-se da pecha de revolucionário que lhe era colada à cauda pelas lideranças militares. Revolucionário, agora, pelo menos em tese, é o Partido dos Trabalhadores em cuja filosofia política está inscrita a verdade histórica de que não se chega ao socialismo por meio de eleições.



Não se pode supor que a prefeita paulistana tenha nos seus cálculos transformar a prefeitura de São Paulo em foco de guerrilha para tomada do poder. Todos perceberam que ela dispõe de equilíbrio e determinação para usar o poder local conquistado em pleito brilhante de maneira adequada, mas o fato é que sua formação marxista e sua fé revolucionária lhe inspiram a verificação de que os países nos quais existe hoje um regime socialista lá chegaram por uma revolução ou, no caso do leste europeu, pela ocupação do seu território pelo Exército Vermelho. Historicamente, não há na verdade alternativa. Brizola já cometeu erro mais grave que o de explicitar convicção doutrinária, quando pregou as reformas na marra ou quando recebeu, se é que isso aconteceu, ajuda de Cuba para operações guerrilheiras.

Hoje a proposta do revolucionário de 1964 é social-democrática, de estilo australiano, mal conhecido entre nós, mas ao que parece algo aproximado da social-democracia europeia, pela qual os partidos socialistas do Continente promoveram a introdução de normas de justiça social nos programas de desenvolvimento econômico que se efetivam sem agressão ao liberalismo e à ordem capitalista, pelo menos na fase atual. Essas social-democracias europeias estão muito distantes do modelo socialista e permanecem fiéis tanto à pregação da igualdade quanto a da liberdade.

O socialismo que emociona pessoas da formação de Luiza Erundina é mais ambicioso e seu modelo atual, em termos de América Latina, é Cuba e é a Nicarágua, embora tenham plena consciência de que ainda não há condições estratégicas, políticas e econômicas para se pensar em estugar o passo num país tão complexo como o Brasil. O velho Partido Comunista está no momento taticamente afastado do projeto revolucionário, atento aos interesses da composição de forças no cenário mundial. Os PCs europeus também engavetam por enquanto a revolução pois a prosperidade dos seus países, fecundada pelo modelo capitalista, torna aconselhável a preservação de valores que estão assegurando um bom padrão de vida até mesmo para a classe operária.

Os comunistas ortodoxos assinalam sua fidelidade ao partido mandando seus filhos estudar dança, música e ciência em Moscou assim como os rebentos da burguesia liberal vão buscar luzes nos Estados Unidos. Em Harvard como na Universidade Patricio Lumumba, arrumada para atender a clientela do Terceiro Mundo, eles complementam sua formação sem correrem riscos de contaminação ideológica. Ambas as proles se preservam para a defesa futura dos respectivos objetivos sociais e pessoais. Na América Latina o esquerdismo pré-revolucionário contenta-se com vilegiaturas a Havana e a Manágua e com preleções de Fidel Castro e Ortega. Nada, porém, de compromissos com uma revolução, ainda impossível. Os partidos socialistas estão na fase eleitoral esperando que a maioria desista do voto e aponte o caminho das armas.

Brizola aparentemente já não pensa nesse caminho e conforma-se com a via eleitoral e com a social-democracia que promova um mundo igualitário sem que isso importe numa liberticídio. Essa evolução agrada a camadas burguesas que aspiram a preservar seu estilo de vida. O ex-governador poderá compatibilizar seu projeto com o de capitalistas temerosos apenas da via revolucionária e jamais da social-democracia com a qual a Austrália parece conviver tão bem.

Esse o panorama que se abre à esquerda: uma operação fechada do PT e seus aliados, um punhado de siglas pouco legíveis, e o PDT com seu projeto australiano. Um dos dois deve chegar, em nome do esquerdismo, ao turno final da eleição no próximo ano. Dificilmente, os dois.

Comissão do centenário

Ulysses Guimarães recebeu ontem o ministro da Cultura, José Aparecido, acompanhado da diretora do Arquivo Nacional, Celina Moreira Franco, de um diretor do CNPq, José Arruda, e do assessor Virgílio Costa, da presidência da República, para tratar da comissão que promoverá as comemorações do centenário da República, no próximo ano, e do centenário da Constituição republicana de 1891. Pela Constituição, artigo 63 das Disposições Transitórias, cria-se comissão integrada por três membros de cada um dos três poderes para realizar as festividades.

Todos temos um PT

O presidente do PMDB estranha que esteja recebendo tanta gente que se apresenta como se fossem capitalistas. Eles choram sobre ruínas, disse Ulysses, esquecidos de que todos nós temos sempre um PT. Até em casa de vez em quando você vê que sua mulher está no PT.

Carlos Castello Branco

f. Pol.
(8. 11. 88)

Sarney já aceitou pedido de demissão de Aureliano

Cássia Maria

BRASÍLIA — O ministro Aureliano Chaves pediu demissão anteontem ao presidente José Sarney, durante audiência de 45 minutos, no Palácio do Planalto. Embora tenha aceito a demissão de Aureliano, Sarney pediu a ele que não formalizasse o seu afastamento da equipe ministerial, até a nomeação do novo titular das Minas e Energia.

Dois dias antes, o presidente já havia confiado a assessores que não contestaria uma possível decisão de Aureliano em deixar o ministério: "Se ele pedir demissão, eu aceito", disse a um interlocutor do Planalto.

Na segunda-feira, ao tranquilizar o presidente sobre a situação nas refinarias de petróleo, com o final da greve dos petroleiros, o ministro desabafou, admitindo o seu desprestígio dentro da equipe do governo. Um assessor do Planalto contou que Sarney ouviu calado o desabafo de seu ministro. Quando Aureliano comentou sobre a demissão dos presidentes da Aominas e Usiminas, ambos seus amigos, o presidente confirmou que pretendia nomeá-los para outros cargos públicos. Aureliano também queixou-se de alguns contratos fechados pela Petrobrás e pela Vale do Rio Doce, acertados diretamente com o Planalto, sem o seu aval.

— Como estou me sentindo muito desprestigiado dentro de sua equipe, acho que o meu pedido de demissão é uma decisão sã, neste momento — desabafou Aureliano, sem apresentar, entretanto, uma carta de demissão a Sarney.

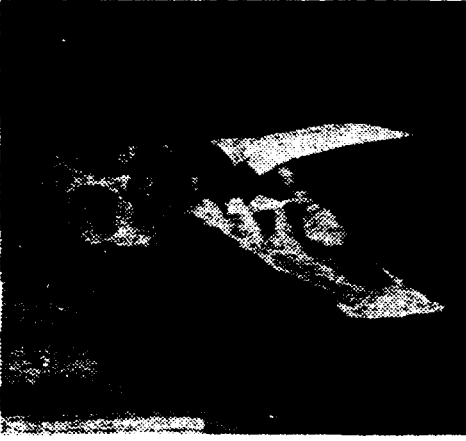
— Não seia imediatamente. Me dê um tempo para escolher o seu substituto — pediu o presidente.

— Fique certo de que, pessoalmente, nada tenho contra você — despediu-se o ministro.

A definição que o presidente José Sarney tem para o ministro demissionário das Minas e Energia, conforme revelaram alguns de seus assessores, é de que Aureliano era um "criador de casos" para seu governo. A situação do Ministério das Minas e Energia agravou-se, dentro do Palácio do Planalto, com a decisão de seu titular em conceder aumentos variando entre 95% e 120%, a título de gratificação para os seus funcionários. Desde outubro passado, quando autorizou os aumentos, Aureliano provocou a insatisfação dos ministros da área econômica, que, nos últimos dias, segundo contou um assessor do ministério, recusam-se até a atender suas ligações telefônicas.

Outras atitudes do titular da pasta das

Prévia — José Verdes



Aureliano aguarda substituto

Minas e Energia, que vinham contrariando o presidente Sarney, dizem respeito às audiências de Aureliano do gabinete ministerial. O ex-presidente da Petrobrás Orides Silva, por ocasião da suposta descoberta de petróleo na Ilha de Marajó, comunicou o fato por telex a Aureliano, e dez dias depois, não havia ainda conseguido falar com ele, que, na época, estava viajando. Os próprios assessores do ministério informaram desconhecer seu paradeiro.

Orides decidiu comunicar pessoalmente a "descoberta" a Sarney, que então ocupou uma cadeira de rádio e televisão para anunciá-la à nação. O presidente também contrariou-se nas inúmeras vezes em que tentou localizar Aureliano em vão. Os atrasos para as audiências previamente marcadas, segundo informou ainda uma fonte do Planalto, deixavam o presidente bastante irritado.

Por fim, na terça-feira, dia 15, durante reunião no Palácio da Alvorada, da qual participaram, além de Sarney e Aureliano, os ministros militares, o presidente não gostou da insistência com a qual Aureliano defendia um aumento de 20% para os petroleiros, considerado inviável pelo governo. Nessa reunião, o ministro informou que a Petrobrás havia comprovado em estudos que os 20% não permitiriam ser repassados ao consumidor, através dos aumentos dos combustíveis.

O futuro político de Aureliano Chaves, na opinião de assessores e do próprio presidente Sarney, é de que ele promoverá uma campanha nacionalista moderada, contra a desestatização das empresas, para tentar eleger-se à Presidência da República.

Aureliano já quis renunciar seis vezes desde 1985

Um dos traços mais marcantes da gestão do ministro Aureliano Chaves foi, sem dúvida, sua facilidade de colocar o cargo à disposição. Em três anos e oito meses o ministro ameaçou renunciar seis vezes. Em maio de 1985, o ministro viveu um de seus momentos de dúvidas, dividido entre o cargo e o partido. Embora afirmasse que preferia o partido, optou pela dureza do cargo. Em julho do mesmo ano, sua assessoria de comunicação desmentiu mais um boato de pedido de demissão.

Em dezembro de 1985, novamente Aureliano anunciou sua renúncia. Avisou que iria se desincompatibilizar para disputar as eleições de 1986. Mas isto não aconteceu. No dia 21 de novembro de 1986, mais uma vez, o ministro das Minas e Energia ameaçou renunciar. Desta vez preferiu ir acompanhado: colocou todos os cargos do PFL à disposição do presidente José Sarney.

Ministro sai amigo do presidente

BRASÍLIA — Ao contrário do que se esperava, o encontro de segunda-feira entre o presidente José Sarney e o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, no Palácio do Planalto, não foi tenso e transcorreu na base do entendimento entre um ministro que vinha incomodando o governo e o presidente da República que não quer tê-lo como inimigo fora do governo. O resultado do encontro foi a definição da saída do ministro Aureliano Chaves que deixará o governo amistosamente, atendido nas suas reivindicações.

Aureliano explicou ao presidente Sarney, nos 45 minutos de audiência, que não tinha mais motivos para ficar no governo, alegando que seus objetivos foram alcançados com a transição democrática, promulgação da nova Constituição e a realização das eleições. Sarney aceitou a demissão do ministro e recebeu um pedido: que seus dois amigos demitidos por terem concedido aumentos de

26,06% sem qualquer consulta ao governo, os ex-presidentes da Aominas, Manuel Braga, e da Usiminas, Paulino Cleto, fossem reintegrados a cargos públicos do governo em outras funções.

O presidente Sarney, depois de elogiar a atuação do ministro à frente de sua pasta, prometeu estudar o pedido. Aureliano justificou-o informando se sentir responsável direto pelos dois. Sarney, então, como contraproposta, solicitou ao ministro das Minas e Energia que a sua saída fosse amistosa, com um pedido formal de demissão a ser apresentado por carta ao chefe do governo. Sarney, em resposta, também por carta, agradecerá a sua contribuição ao governo.

— Tudo resolvido, a saída de Aureliano do governo, na prática, fica dependendo, agora, apenas da oportunidade melhor para divulgá-la — explicou um assessor direto do presidente José Sarney.

F.Sa
(203)

01.01

8902450

028

Lula vai abrir campanha com ida ao exterior

BRASÍLIA — O PT quer pôr logo na rua a campanha de Luís Ignácio Lula da Silva à Presidência da República. O ponto de partida será uma viagem de Lula ao exterior em janeiro, quando ele discutirá os problemas do país. O roteiro, que depende do interesse das autoridades estrangeiras, estará fechado até o fim do ano. J. do Brasil 23/1/82

F. Soc
(L. P. L. S.)

Além de países europeus e da América Latina, Lula pretende visitar os Estados Unidos para conversar, por exemplo, sobre a negociação da dívida externa. No momento, os coordenadores da campanha sondam embaixadas. O PT espera que Lula seja recebido com todas as honras e tenha reuniões com ministros de Estado e presidentes. Não será uma viagem para encontros com funcionários de segundo escalão.

Rio de Janeiro — Um grupo de publicitários estuda se é mais interessante uma longa peregrinação, com retorno triunfal, ou viagens curtas e espaçadas. Lula fará ainda oito viagens pelo Brasil, que estão sendo acertadas pela Executiva Nacional do PT. Numa delas, repetirá o roteiro de Guimarães Rosa no livro *Grande Sertão — Veredas*. Depois irá ao Pantanal Mato-grossense e ao Amazonas, junto com ecologistas. Haverá visitas a áreas de grande produção agrícola, de indústrias pesadas e, no Nordeste, onde se desenvolvem experiências com irrigação.

Serão viagens rápidas, nas quais o candidato conhecerá detalhes do diagnóstico que os intelectuais do PT fazem do país. Não se pretende transformá-las em comícios ou em reuniões partidárias. Uma equipe de TV gravará cada visita, e as imagens serão utilizadas nos programas gratuitos da campanha presidencial.

Segundo um integrante do comando petista, nunca como agora o partido viu tão de perto a possibilidade de chegar, com chances de vencer, ao segundo turno da eleição presidencial. Por isso as propostas de adesão — o partido está sendo enorme — passarão por um exame rigoroso. A ordem é não permitir adesões oportunistas.

028

Reunión Menem-Brizola 23-11-88 El Comercio

Los Presidenciables de Argentina y Brasil en Conversación Privada

El candidato a la presidencia argentina Dr. Carlos Saúl Menem, estuvo anoche en una residencia de Carrasco en una reunión privada con el candidato a la presidencia del Brasil, Leonel Brizola. Los representantes del peronismo y del Partido Democrático Laborista Brasileño, sostuvieron un diálogo informal —siempre no anunciado en el programa de protocolo—, declinando formular declaraciones a la prensa sobre lo que calificaron de "contacto social y amistoso", aunque EL PAÍS está en condiciones de afirmar que Brizola aceptó la invitación formulada por el Gobernador de La Rioja para visitar la provincia argentina, "muy posiblemente antes de fin de año".

En torno a un eventual diálogo sobre el futuro de sus potenciales presidencias, ambos desahogaron la especie, con sonrisas muy efímeras para los únicos dos medios de prensa presentes, uno de ellos argentino.

A la reunión, convocada en una fiesta particular, ingresaron también otros invitados entre los que se destacó la presencia del ministro del Interior Dr. Marchesano, el Senador Manuel Fraga Iribay y el Presidente del Directorio de AFE, Carlos Menem.

NOY MENEM

El Dr. Carlos Saúl Menem, cuya visita como delegado oficial de nuestro gobierno estaba prevista culminar en la víspera, recién partió esta mañana temprano a la hora 10, en un avión particular desde el Aeropuerto de Carrasco rumbo a Asunción.

En su última jornada en Uruguay el viajero cumplió una intensa agenda que abarcó una reunión con el Dr. Marchesano y con el Gral. Liber Seregni, en horas de la mañana. A mediodía fue agasajado en la residencia presidencial de Suárez y Reyes, con un almuerzo que le ofreció el Dr. Julio María Sanguinetti.

Por la tarde en el Palacio Legislativo se entrevistó sucesivamente con los senadores Dr. Alberto Zumarán, Prof. Carlos Julio Pereira, Dr. Luis Alberto Lacalle y Dr. Hugo Bossa.

A las 18.30 horas dio comienzo, finalmente, en el salón colonial del Hotel Victoria Plaza una conferencia de prensa, en donde se abordaron prácticamente la totalidad de los temas relativos tanto a su presidencia naciente, como a las características de su candidatura y las aspiraciones internas e internacionales para el gobierno que eventualmente presida. (Fuente: información en la página 6 de este periódico)

F. PDL
(C. 7/83)

01.01

8902454

22 Por ROSANE GARCIA
Brasília/228

O governo brasileiro viu com bons olhos o golpe militar no Paraguai, liderado pelo general Andrés Rodríguez, que resultou na deposição do presidente Alfredo Stroessner. O presidente José Sarney, ao desembarcar, ontem à tarde, na Base Aérea de Brasília, afirmou que "qualquer modificação no sentido de melhorar o sistema democrático na América Latina é saudado por todos nós como um avanço no continente". Sarney foi informado do golpe militar, às 18h, quando ainda estava em Caracas, capital da Venezuela, onde participou da cerimônia de posse do presidente eleito, Carlos Andrés Pérez.

Segundo o presidente, o governo brasileiro vai continuar acompanhando os acontecimentos no Paraguai. Sarney ressaltou que o Brasil tem sido um ativista no processo democrático da América do Sul. Ele recordou o discurso que fez na Organização das Nações Unidas, em 1965, afirmando que "o desenvolvimento passa, sem dúvida, pela democracia".

Para o presidente Sarney, a deposição de Stroessner não compromete o acordo bilateral Brasil-Paraguai, para a construção do complexo hidrelétrico de Itaipu. Sarney afirmou que "os governos quando fazem acordo não fazem com pessoas nem com governos transitórios, e sim com países". Ele assinalou que os acordos de Itaipu foram firmados entre o Paraguai e o Brasil.

Leonidas: "Andrés é nosso amigo"

"O general Andrés Rodríguez é amigo do Brasil", disse o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, em telefonema ao deputado Ulysses Guimarães, quando estava no exercício da presidência da república. Ulysses estava almoçando na fazenda do governador Newton Cardoso em Minas Gerais, e recebeu de Leonidas a informação de que não teria havido mortes no Paraguai.

Qual é a preocupação das Forças Armadas brasileiras? perguntou Ulysses a Leonidas, recebendo a resposta de que Rodrigues é amigo do Brasil. Quem contou a conversa foi o chefe do gabinete civil, ministro Ronaldo Costa Couto, que estava com Ulysses na fazenda do governador mineiro. Costa Couto disse que o governo brasileiro acompanha com expectativa os acontecimentos no Paraguai, mas ele acha que "os acontecimentos voltarão ao curso normal" e não prejudicarão a política de amizade entre os dois países, nem os acordos em vigor.

O golpe de estado no Paraguai provocou

O presidente do Uruguai, Mito María Sanguinetti, que desembarcou com Sarney na Base Aérea de Brasília, antes de retornar ao seu país em aeronave brasileira, também comentou o golpe militar no Paraguai. Ele disse que está acompanhando os acontecimentos com a expectativa de que o movimento desagrado avance rumo ao processo de democratização. Segundo Sanguinetti, não há certeza se será um processo de democratização e, por isso, prefere observar os acontecimentos.

O deputado Ulysses Guimarães, que pela última vez presidiu interinamente a República, lamentou que também ocorreu mortes durante o golpe militar no Paraguai. Mas afirmou que a maior preocupação é com a volta da democracia, "não importa quem seja o presidente". Segundo Ulysses, no Cone Sul estão faltando dois países - Chile e Paraguai - adotarem o sistema democrático. "Vamos ver se com a nova situação voltamos à democracia", disse o deputado.

Eleições

O ministro das Relações Exteriores, chanceler Abreu Sodré, disse esperar que o novo governo paraguaio convoque eleições diretas para presidente "para que aquela nação venha a gozar do sistema democrático". Ele reafirmou que nada mudará nos acordos assinados entre Brasil e Paraguai.

Abreu Sodré anunciou ainda que o representante paraguaio no acordo para construção de Itaipu, Alcides Bernardes, será o ministro da Fazenda do novo governo. Segundo Abreu, trata-se de um "gesto de negócios respeitáveis".

desacostumado de informações a respeito dos esquemas de segurança na hidrelétrica de Itaipu. Embora o general Ney Braga, diretor-geral brasileiro da binacional, e o coronel Casali, relações públicas da 8ª região militar em Curitiba, tenham informado que não houve qualquer ação militar para proteger a usina, uma fonte do governo do Paraná garantiu que já havia a presença de tropas do Exército brasileiro em Itaipu.

No tratado que originou Itaipu há uma cláusula que permite tanto ao Brasil quanto ao Paraguai a ocupação da usina, caso um dos dois países considere que há risco para seus interesses em decorrência de convulsão social. Em princípio, a preocupação maior é em relação a greves ou possíveis atentados terroristas. Até porque, quando Brasil e Paraguai decidiram construir Itaipu, não havia qualquer sinal de que nos dois países pudessem ocorrer significativas alterações políticas. (AG-AE)

F. Pol
(Rf...)
crizos con
PARAGUAY

21108A 4/02/89

01.01

8902455

BRASIL LOGRO UN "COMPROMISO SOCIAL" ENTRE GOBIERNO, SINDICATOS Y EMPRESAS

Tras una serie de interrupciones de deliberaciones, el gobierno brasileño logró concertar un programa de control de precios para "salvar al país" de la hiperinflación. Este pacto, calificado de histórico por el presidente Sarney, regirá durante dos meses y cuenta con el aval de las F.F.A.A. Una comisión investigadora del Senado concluyó sus trabajos sobre denuncias de ilícitos, con un informe que involucra al jefe del Estado y altos funcionarios en casos de corrupción.

Revelan corrupciones que implican a Sarney

RIO DE JANEIRO, 5 (Por Charles Vanhecke de Le Monde especial para Clarín). — Hace nueve meses, tras graves denuncias contra el Ministerio de Planeamiento, el Senado decidió crear una comisión investigadora sobre la corrupción estatal. Al principio, pocos creyeron en la eficacia de dicha comisión, pero esta trabajó y con tal eficacia que ahora afronta las amenazas y presiones del poder mismo.

Las conclusiones que acaba de publicar su vocero, Carlos Chiarelli, son bastante embarazosas para el jefe de Estado y sus allegados. El presidente José Sarney es acusado allí por sus "responsabilidades" en operaciones calificadas de fraudulentas y perjudiciales para las finanzas públicas.

El consejero jurídico presidencial, Souto Ramos, está acusado de "prevención" y el ex ministro de Planeamiento, Aníbal Teixeira, de "corrupción". Otros treinta están implicados, entre ellos algunos ministros y una decena de intendentes.

La comisión deberá pronunciarse ante la FN sobre el informe, y si ella lo adopta, el procurador general de la república intervendrá. Otro procedimiento tendría lugar en el Congreso, el cual podría provocar, si se lleva a cabo hasta sus últimas consecuencias, la destitución de Sarney. Nadie cree seriamente que se llegará a este punto, pero el presidente de la comisión investigadora, José Ignacio Ferreira, ha decidido presentar una petición a la Cámara

de Diputados sobre los hechos que figuran en el informe, primer paso necesario a fin de que la mecánica del Congreso se ponga en funcionamiento.

El "affaire" se originó en el Ministerio de Planeamiento. Contrariamente a lo que indica su nombre, se trata de un organismo que no planifica nada, sino que en realidad está destinado a distribuir subvenciones, atendiendo a la mayor parte de las veces a criterios políticos o motivos personales. El ex ministro recto, Sarney, no han innovado en esa mecánica.

Se observó que entre el ministerio y las sociedades beneficiarias se evaporaba una parte del dinero. En el caso concreto —una cuestión de colinas gruesas los culpables eran allegados a Teixeira, por lo cual los cargos de corrupción lo alcanzan a él y a numerosos miembros de su gabinete. Teixeira se defendió alegando que el presidente avalaba todo crédito importante que se solicitaba: así fue que el nombre de Sarney comenzó a filtrarse en el asunto.

Entre los funcionarios implicados figura el intendente de la ciudad natal del presidente, Pinheiro, Dálio Maranhão. La comuna recibió el año pasado subvenciones seis veces superiores a su presupuesto asignado, cuando solo la habitaban 80 mil personas.

Pero la principal imputación a Sarney es la adjudicación de créditos sin cobertura presupuestaria, y con reservas destinadas a otro fin.

Fue firmado un pacto considerado histórico

BRASILIA, 5 (AFP, Reuters y DPA). — El gobierno del Brasil, junto con empresarios y sindicatos, resolvió esta madrugada prefiar ajustes sobre 94 productos y servicios esenciales, tras acordar un "compromiso social" para paliar la amenaza de la hiperinflación.

El pacto, que tendrá una vigencia de 60 días y cuyo objetivo es lograr un aumento controlado y racional de esos productos, es el primero en tres décadas de turbulenta vida política en el país, y fue suscripto por 33 representantes de los tres sectores tras una sesión ininterrumpida de doce horas.

En virtud de este acuerdo, la inflación no deberá exceder el 26,5 % en noviembre y el 25 % en diciembre. Durante octubre la inflación había trepado al 27,25 por ciento.

El gobierno calificó hoy de "histórico" el pacto, por considerarlo "el inicio de un proceso de soluciones pactadas en el

Brasil", según dijo el principal negociador oficial, el jefe del gabinete civil, Ronaldo Costa Couto.

Por su parte el gobierno no se comprometió a aplicar, dentro de los próximos treinta días, un rígido plan de contención del gasto público. Según la mayoría de los economistas, el déficit presupuestario constituye una de las principales causas de la inflación. Cabe señalar que las proyecciones inflacionarias auguran para noviembre un índice superior al 32 % y otro aún mayor para diciembre, con lo cual el Brasil ingresaría en una espiral hiperinflacionaria de graves consecuencias para su ya débil economía, y, por ende, de derivaciones imprevisibles para el futuro institucional.

El actual curso inflacionario, el peor de la historia brasileña, acumuló un 714 % en los últimos doce meses.

La reunión, que comenzó el jueves a las 16, se realizó bajo el signo de

huelgas que paralizan a gran parte del país. Unos 800 mil trabajadores del Estado están en huelga por reclamos salariales, así como los conductores del subterráneo paulista y los técnicos de control aéreo de Río y San Pablo.

El presidente de la Asamblea, Ulysses Guimarães, convocó a los dirigentes de los partidos representados en la Cámara para organizar el calendario de aprobaciones que serán necesarias en las próximas semanas para aplicar al pacto social. Desde la promulgación de la nueva Constitución, el 5 de octubre, el gobierno debe hacer aprobar por el Congreso toda medida económica, y ya no puede, como antes, decretar su aplicación.

As estratégias finais

Nos últimos dias de propaganda e campanha, os partidos políticos estão cuidando com maior interesse da tónica a ser empregada. Algumas mudanças são notadas, incluindo o PMDB, que passou a uma linguagem crítica. Na realidade a estratégia das agremiações, durante quase toda a campanha, foi marcada por algumas indefinições, interpretada como um equívoco temporal. Alguns partidos se fixando na conjuntura atual, outros evitando a polémica ou se reciclando, mas gerando até mesmo certa perturbação no eleitorado, uma das razões do equilíbrio que as pesquisas revelaram. O PMDB, mais identificado com o Governo por sua participação na Nova República e por deter o Governo do Estado, buscou uma alternativa, a de concorrer com uma figura política que conquistou destaque na sua breve carreira, especialmente na Constituinte, nas não evitou a sucessão de críticas dos adversários. A presença de lideranças peemedebistas no vídeo, entre as quais o governador Pedro Simon, não reeditando a mesma linguagem, também influiu, incômoda que ficou a posição partidária em função da postura nacional. Na opinião de um analista, abordando as linhas seguidas até o momento, o PMDB estaria mais para 88, o PDT para 88/89, o PT para 88 e o PDS apostando numa recuperação. As bandeiras maiores do PMDB — a de ter concorrido para a elaboração de uma nova Carta Constitucional com avanços sociais, a de ter oferecido respaldo político para o Governo da Nova República, responsável pela transição, a ponto de seguir um cronograma eleitoral que começa em 88 e vai até 89 — não ganharam ênfase. O desgaste oficial, fundamentado na crise econômica e no Plano Cruzado, estão presentes, desafiando a estratégia e a argúcia das lideranças do PMDB. Há um quadro nacional que preocupa a Nova República, embora não se deva antecipar resultados e qualquer previsão seja precipitada.

Ministério 8.402A

Como em novembro de 1985, o presidente Sarney admitiu ontem que espera os resultados eleitorais para proceder a uma reforma (mini) no seu primeiro escalão. Na realidade, o Planalto vive às voltas com uma base política sólida desde os primeiros meses. Sarney conviveu com o PMDB tanto quanto foi possível, mas as crises se multiplicaram. Agora, o Presidente volta a falar em mudanças no ministério e que só podem ter um objetivo: preparar um esquema visando às eleições presidenciais. As alterações no ministério têm sido frequentes e em função exatamente da autoridade política do Governo.

Relatório

O que se sabe é que uma avaliação nacional envolvendo aspectos sociais, políticos e econômicos será preparado na área do Governo, que chega a novembro de 88 com problemas nas três áreas. A da base político-partidária é das mais acentuadas, especialmente porque as eleições municipais segue-se, sem intervalo, a sucessão presidencial. O Pacto Social resistiu às duas fortes e primeiras reuniões, mas ainda pende de apoio político expressivo. Na esfera partidária reside o maior desafio, diante dos desfalques sofridos e mudanças ocorridas. De posse de um completo balanço, o Governo partiria não apenas para modificações no ministério, mas na adoção de novas medidas. Enquanto considera válido influir no encaminhamento de sua sucessão.

01-01 Carlos Fehberg

8302457

088

Las elecciones municipales en el Brasil

Vertiginosa caída del oficialismo

RIO DE JANEIRO, 18 (ANSA) Per Muel Hernado Padellón. El resultado de las elecciones municipales del 15 de noviembre en Brasil, con el debilitamiento del oficialista "Partido del Movimiento Democrático Brasileño" (PMDB) y el sorpresivo crecimiento del "socialismo" que impulsó el "Partido de los Trabajadores" (PT) tendrá sin dudas importantes desdoblamientos respecto de las elecciones presidenciales del 15 de noviembre de 1989.

Los comunistas coinciden en atribuir a la actual crisis económico-financiera del país a las gigantescas deudas externas e internas y sus consecuencias sociales, con agudización de los conflictos laborales y la creciente dificultad de atención a las necesidades de salud, vivienda, educación y transporte, sumado a la reciente intervención militar con muertos, en una huelga de obreros de la Siderúrgica Nacional como causas de la vertiginosa caída del oficialismo.

Muchos analistas políticos consideran que la derrota del PMDB, el crecimiento del PT, la consolidación del "trabalhismo" (laborismo) del exgobernador Leonel Brizola en Río de Janeiro y otros capitales estatales y el retorno del Brasil al multipartidismo, llevará a una polarización izquierda-derecha en las elecciones presidenciales, simbolizadas la primera tendencia en las candidaturas de Brizola y del diputado Luiz Inácio "Lula" da Silva (PT) y la segunda en la del Ex presidente y actual Alcalde de San Pablo, Jostio Quadros.

SEGUNDA VUELTA

Todo esto, abocado por el esquema de "belle époque" o segunda vuelta adaptado por la nueva Carta Magna.

Los observadores consideran "muy débil" la eventual candidatura de Brizola.

Diputado Ulysses Guimarães, líder del PMDB y Presidente de la Asamblea Nacional Constituyente que elaboró la nueva Carta Magna brasileña.

Con todo, tales evaluaciones pecan por estar hechas bajo el prisma del panorama político de hoy, sin tener en cuenta los desdoblamientos que ocurrirán el año próximo, en especial en el campo económico.

No tienen en cuenta tampoco cómo el "petalismo" exhibirá la responsabilidad que el resultado de las urnas ha colocado en sus espaldas, nada menos que en el principal centro financiero y económico del Brasil como es la megapolis paulista, y en 5 de las 20 mayores ciudades del estado de San Pablo, además de una importante metrópolis del sur del país como es Porto Alegre, sin contar Vitória (capital del Estado de Espírito Santo).

La virtual nueva alcalde de San Pablo, la diputada Brizolista Luiza Erundina de Souza (53 años) de origen humilde y nacida en una ciudad pobre del nordeste del país, representa la nueva voluntad política brasileña, con el cierto sabor socialista del PT, que nació en 1980 en el cinturón industrial de San Pablo.

Con todo, el fundador del PT, Da Silva, ya aclaró que el suyo es un partido "socialista, democrático y pluralista" que "acepta el discurso empresarial" y se dispone a "modernizar sus propuestas, ya que el empresariado es importante en el proceso productivo."

APOYO EMPRESARIAL

A su vez, varios empresarios considerados "modernistas" han anticipado su apoyo al PT, porque creen que "no es posible viabilizar un capitalismo moderno sin la participación directa de la clase trabajadora".

Pero los empresarios paulistas, y en especial los vinculados a obras y transportes públicos, han quedado preocupados por las declaraciones de Erundina, de que antes del fin de su mandato deberían estar estatizados los transportes y que contarían para obras no prioritarias serían rescatados.

La virtual alcalde, que se ha transformado en la figura política más audaz y comentada en el Brasil de hoy, dijo que va a "llamar al pueblo para conversar" y procurar resolver el problema de los alta tierra, que no encuentran otra alternativa en estos momentos sino invadir terrenos.

Otros graves problemas, sanitarios, educacionales y de seguridad deberán ser encarados por la nueva administración "petista" a través de consejos populares y de la negociación con entidades representativas de los trabajadores y vecinales.

Es obvio que el resultado del primer año de trabajo del PT, en San Pablo principalmente, tendrá una influencia decisiva en la candidatura presidencial del Partido en noviembre de 1989, cuando podrá unirse el brizolismo, el cual también depende de la labor que deje en Río de Janeiro el alcalde Marcello Alencar, que ya fue alcalde anteriormente (designado directamente por Brizola) y su gestión no resultó muy exitosa.

Por su parte, el PMDB deberá trazar una nueva estrategia en su campaña presidencial, seguramente separándose lo más posible del actual Gobierno en la búsqueda de los poderosos de su imperio: en 1986, bajo la euforia del programa económico de congelamiento de precios y salarios, el PMDB conquistó 21 de las 22 gobernaciones, una quedó con el Partido menor de la actual coalición oficialista, el "Partido del Frente Liberal" (PFL), que también deberá pasar a la "oposición".

El presidente José Sarney, tal vez más solo que nunca, en el último año de su gestión procurará mover el hilo de la economía en una bodega casi desesperada de parar la inflación, que ya llega a casi 30 por ciento al mes, y un eventual éxito en este campo ayudaría a recomponer la influencia tanto del PMDB como del PFL.

De todas maneras, la política brasileña va evidenciando una metamorfosis, en que los 75 millones de electores (70 por ciento con edades inferiores a 45 años) confirman que quieren dejar atrás arcaísmos del pasado, útiles en otras épocas pero ya desgastados, y que al amparo de la nueva constitución desean transformaciones que actualicen al gigantesco país que las previsiones adjudican lugar prominente en el siglo XXI.

F. P. de
(Braziliensis)

098

Tranquilizan a los brasileños

SAN PABLO, 21 (ANSA) - El "Partido de los Trabajadores" (PT), que en las elecciones municipales del 15 de noviembre ganó la intendencia municipal de San Pablo y de varias otras ciudades vecinas -que forman juntas el mayor polo industrial de América Latina- está "tranquilizando" a los empresarios con relación a las intenciones de la administración de la nueva alcalde paulista, Luiza Erundina de Souza, y del propio partido.

El diputado nacional Flávio de Araújo Sampaio, uno de las figuras prominentes del "PT" mantuvo en las últimas horas un encuentro con los 18 altos dirigentes de empresas extranjeras con intereses en Brasil, 67 altos ejecutivos de empresas nacionales y diplomáticos de 24 países que se reunieron en el "encuentro nacional del foro mundial de economías", en Brasil, promovido en San Pablo por la "World Economic Forum" (con sede en Suiza y 600 afiliados en todo el mundo).

Sampaio aclaró que la victoria del PT en las últimas elecciones "no se debió a su ideología en sí, sino a una protesta contra el descalabro económico, la miseria y la inflación (que ya llega casi al 30 por ciento mensual) en el país".

"Estamos en un régimen capitalista, y lo que el "PT" hará en la alcaldía de la mayor ciudad del país será supervisar la administración, velando por la justicia social, para intentar incorporar al inmenso contingente humano que vive en la miseria absoluta a menos de 10 minutos de automóvil de este hotel (Sheraton) donde estamos reunidos", exclamó.

BRASIL ES PAÍS DIFERENTE

A una pregunta, el dirigente afirmó que "nuestros ideas vienen de Marx", pero agregó que "quienes han vivido en el extranjero podrán advertir que Brasil es un país diferente, y es necesario adaptarse a su peculiar realidad y no simplemente practicar las ideas marxistas".

Con relación a los "sin cruce" que a menudo han invadido tierras, el dirigente paulista dijo que "no vamos a mandar fuerzas militares ni apelar a los ejércitos de los caballos" pero estimó que "fueron confusas en que "a través de la negociación y del diálogo vamos a encontrar otras opciones".

Entretanto, el presidente del "PT", diputado nacional Luiz Inácio "Lula" da Silva, en declaraciones a la prensa buscó tranquilizar a la opinión pública respecto a políticas definidas a la alcaldía electa en el sentido de que "la conquista de San Pablo es el inicio del socialismo en Brasil".

"Lula" señaló que la "victoria del "PT" es solo el comienzo de un proceso de concienciación de la sociedad", que servirá para "demostrar que las medidas socializantes han de resultar positivas en las alcaldías de las ciudades donde existan".

El alcalde electo de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Olívio Dutra (también del PT) señaló que "el socialismo no es una cosa que se puede hacer solo porque se gana una elección municipal" y agregó que la declaración de Lula Erundina "no tiene nada de nuevo ni de alarmante".

MUCHA BRIBIA PAULISTA

Los observadores señalan que la alcaldía electa de San Pablo, que el 1 de enero asumirá en lugar de Juscelino Quadros, tendrá que enfrentar un desafío de por lo menos 1.000 millones de dólares y un déficit presupuestario de aproximadamente 25 por ciento.

En realidad uno de los principales problemas de la alcaldía será dar un destino cierto a las cinco grandes obras viarias iniciadas por Quadros y que están calculadas en más de 200 millones de dólares. Aunque no las considere prioritarias, la nueva administración, tendrá que negociar con los concesionarios su continuación porque están en etapas irreversibles.

PATRIA 22-11-88

01.01

8902461

Brasil, en busca de un pacto económico-social

BRASILIA, 3 (Reuter y UPI). — Gobierno, empresarios y trabajadores iniciaron hoy la negociación final de un pacto social que busca aminorar la amenaza de hiperinflación en el Brasil, considerada el peor riesgo para la estabilidad institucional.

Representantes de los tres sectores se reunieron esta tarde en el Ministerio de Trabajo en busca de consenso en torno de una lista de 180 productos y servicios básicos cuyos precios y tarifas proyectan dejar fijados, al menos, para los próximos treinta días.

Sobre ese punto el Gobierno aclaró que el pacto no busca ningún congelamiento de precios y salarios, sino un control donde la mayor responsabilidad quedará en manos "de la propia sociedad", dijo una fuente oficial a la agencia Reuter.

Los niveles inflacionarios han trepado hasta tal punto que distintas fuentes coinciden en que una negociación exitosa podría bajar entre 55 y 57 por ciento mensual para esos 180 rubros básicos.

Las alzas de los precios y tarifas alcanzó en octubre pasado el 27,55 por ciento, y acumuló un 714,45 por ciento para los últimos doce meses. Estimaciones extraoficiales calculaban para el corriente mes de

noviembre una inflación del orden del 35 por ciento, tendencia que de mantenerse podría llevar los índices a cifras superiores al 1.000 % anual.

Fuentes del gobierno del presidente José Sarney admitieron que el pacto con las fuerzas sociales resultaba "ineludible" frente a la magnitud del fenómeno, que además de sus estrictras repercusiones económicas y sociales podría afectar la estabilidad del sistema democrático, según han reconocido empresarios y hasta algunos gobernadores del oficialista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

A las negociaciones en este tramo decisivo asiste por el gobierno el ministro-jefe del gabinete de Sarney, Rolando Costa Castejo, y por el sector empresarial los titulares de la Confederación Nacional de Industrias y de la Confederación Brasileña de Industrias, Mario Amato y Albano Frasco.

El sector sindical está representado por el titular de la Confederación General de los Trabajadores (CGT), Joaquim Dos Santos Andrade. Finalmente la ley del sector de los trabajadores (CUT), decidió no participar de esta primera reunión en el Ministerio de Trabajo.

El presidente de la CUT,

Jair Meneguelli, había acordado en principio su adhesión a la iniciativa, y hasta llegó a mantener reuniones con los representantes del Comité Empresarial del Pacto Social, pero finalmente la central obrera —que se atribuye la representatividad de los millones de trabajadores sindicalizados— no concuerda a la citación.

"La reunión de hoy es histórica", señaló Maurício Vasconcelos, portavoz del gobierno en las tratativas.

Al tomarse conocimiento del proyecto oficial para un nuevo "paquete fiscal" los sectores empresariales tomaron rápida distancia, pero el gobierno aclaró inmediatamente que "mientras el pacto no saiga no se adoptarán" las medidas impositivas.

EN FOCO

Juego desarticulado

"Los militares defienden el pacto social como el primer paso para que el país supere la crisis en la que se encuentra", definió ayer el portavoz del ministro de Ejército brasileño, general José Ary Lacombe, al término de una reunión de los seis ministros uniformados que integran el gabinete del presidente José Sarney.

La declaración, realizada cuando resuenan todavía versiones de inquietud militar, llega a la vez como apoyo a la iniciativa y llamamiento para quienes —sin dejar de reclamar seguridades en torno de la institucionalidad democrática— no terminan de definir ningún entusiasmo por el pacto.

La "desaparición" del líder de la izquierda Confederación Unica de los Trabajadores, Jair Meneguelli, casi a última hora, es apenas lo más visible en torno de las posiciones que no abandonan cierta renuencia ante la convocatoria.

El llamamiento está dirigido también al conjunto de los partidos políticos, que hasta ahora se han resguarda-

do de pronunciamientos expresos y parecieran esperar la instancia en que los acuerdos pasen como deben hacerlo —por el Congreso.

El presidente Sarney ya insistió la semana pasada ante el titular de la Cámara de Diputados y líder del oficialista PMDB, Ulysses Guimarães, en que el pacto necesita de los partidos, sentados a una misma mesa con los sectores de la producción, pero hasta ahora las respuestas no han superado por mucho lo meramente declarativo.

El líder empresarial Mario Amato alertaba ayer mismo sobre un presunto "complot" contra el pacto, basado en rumores alarmistas. El titular de la influyente Federación de Industrias paulista se refería a noticias sobre condiciones impuestas por el sector empresarial para lograr nuevas flexibilizaciones oficiales para la capitalización de la deuda externa por un nuevo régimen de exportaciones.

Esas versiones amenazaron con desestabilizar la reunión decisaiva antes de que se concretara.

F.P.C. (Pacto)

01-01

8902462

Ulysses na ofensiva

Não temendo as articulações do chamado grupo moderado do PMDB, que começou a se articular, estimulado pelo Planalto, o deputado Ulysses Guimarães está falando na reformulação partidária, no novo discurso peemedebista e na sucessão presidencial. Precisamos acertar na mudança e no candidato, diz Ulysses, que fala no compromisso social da agremiação, lembra o desenvolvimento que marcou a era juscelinista e mostra otimismo no novo desafio que está abraçando. As reações moderadas ou de grupos ligados ao Governo podem até, segundo um seguidor de Ulysses, a propiciar a saída que o PMDB persegue, uma razão clara para afastar-se oficialmente do Executivo. O preço pode ser alto na medida em que atingir a unidade partidária, deslocando para o Governo um grupo peemedebista. E se isso ocorrer não só o PMDB poderá retomar a linguagem da purificação, mas o Planalto estará começando a atrair setores políticos para uma base que nunca teve. A Convenção Nacional do PMDB, precedida de disputas para a presidência da Câmara, entre outras, começa a abrir caminho para avaliações internas. É nesse sentido que a corrente governista começa a atuar e desenvolve reuniões.

Ambigüidade

O futuro do PMDB, porém, está muito ligado a uma tomada de posição de suas lideranças. É o que entendem, por exemplo, os governadores Miguel Arraes e Waldir Pires, cuja autoridade interna permanece. Ambos pregam um distanciamento do Governo e continuam fixados na figura de Ulysses Guimarães como candidato à Presidência, mas sem qualquer comprometimento com o presidente Sarney. Há uma história que credencia o dirigente peemedebista, cujo retrospecto é rico em matéria de participação na democratização. Desde a condição de anticandidato à Presidência até a promulgação da nova Carta Constitucional. Mas a ambigüidade tem prejudicado o partido, segundo constatação que ganhou maior força ainda com os resultados eleitorais. É fugir dessa ambigüidade que o PMDB tentará agora.

Câmara

Está ficando claro também que a disputa no PMDB que vai envolver, de saída, a escolha do novo presidente da Câmara Federal tem maiores desdobramentos. Ele será o substituto do deputado Ulysses Guimarães em, pelo menos, duas posições. Na Câmara e na Presidência da República, interinamente, como substituto de Sarney nos seus afastamentos, o novo escolhido terá a sua importância e projeção. Por isso a movimentação política no partido e que antecede ao próprio fim da sessão legislativa e não terá interrupções, a partir de agora.

Brizola

A recepção de que foi alvo o ex-governador Leonel Brizola, ontem em Brasília, foi considerada como expressiva e das mais festivas para o presidente nacional do PDT na capital federal. Brizola foi participar do encontro nacional de prefeitos e vereadores eleitos por sua agremiação e pretende visitar os Estados, com o mesmo objetivo, a partir de agora, numa atividade considerada como autêntico início ostensivo de sua campanha.

Carlos Fehlbberg

01-01
Zep Hox 12/12/88

8902463

Mailson admite: Governo pensa mesmo em mudanças

Ministro nega, no entanto, que um novo pacote esteja sendo preparado

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, confirmou ontem, após almoço com cerca de 180 empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que o Governo está fazendo estudos sobre a reforma administrativa e eliminação de ministérios e também sobre a desindexação da economia. O ministro desmentiu, no entanto, a informação de que o Planalto estaria para anunciar um "Pacote de Verão", e garantiu que todas as mudanças deverão ser adotadas dentro do Pacto Social, através de negociações com empresários e trabalhadores.

Mailson da Nóbrega não quis dar detalhes dos estudos relativos às mudanças econômicas. "Assim como um general não pode divulgar sua estratégia de guerra, para não alertar o inimigo, nós também não podemos dizer o que pretendemos fazer, pois as reformas só têm força se mantivermos segredo", comentou.

Também o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, assegurou ontem — durante uma cerimônia no Superior Tribunal Militar — que não existe nenhuma medida de choque para combater a inflação. O Governo, segundo o ministro, já vem há algum tempo tomando medidas importantes, inclusive através do Congresso Nacional. Abreu citou o próprio orçamento como instrumento para ajustes econômicos, rejeitando a possibilidade de um novo pacote.

Realinhamento

No encontro do ministro Mailson da Nóbrega com os empresários paulistas, o presidente da Fiesp, Mário Amato, fez um discurso criticando o pacote fiscal aprovado pelo



Mailson com Luiz Estêvão Vidigal (centro) e Mário Amato, na Fiesp

Congresso. E revelou que a proposta da classe empresarial é a de que até janeiro todos os preços relativos sejam equalizados. Isto, segundo Amato, já está sendo feito, através da Comissão de Acompanhamento de preços do Pacto, que foi criada esta semana e está sendo coordenada pelo economista José Milton Dallari, ex-titular da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços. "Não podemos permitir que o Pacto se transforme em ação policial, como o congelamento de preços do Plano Cruzado", disse Amato.

Para ele, a saída no momento seria um amplo realinhamento até janeiro, mesmo que a inflação continue subindo. Segundo o presidente da Fiesp, depois que os salários também estivessem alinhados aos preços, o País poderia começar a

trabalhar com a inflação profunde em índices descrentes.

Durante o almoço na Fiesp, Mailson também esteve em pauta a possibilidade de extinção da URV. "A URV vai ser extinta apenas no dia em que os trabalhadores estiverem convencidos de que é melhor eliminá-la", garantiu o ministro Mailson da Nóbrega. Segundo ele, após a desindexação dos preços e salários, as perdas salariais seriam repostas de forma gradativa, nas datas-base de cada categoria profissional.

Comentando declarações do sindicalista Luiz Antônio Medeiros, de que os trabalhadores pedem abandonar a mesa de negociação, caso o Governo não cumpra sua parte no acordo, o ministro da Fazenda disse que o Planalto não pode agir assim por manifestações deste tipo.

Sarney começa a falar em "soluções profundas"

O presidente José Sarney advertiu ontem que "teremos de tomar decisões mais profundas" no caso das medidas de ajustamento, graduais e consentâneas, não alcançarem o resultado desejado. Em seu programa semanal, *Conversas ao Pê de Rádio*, o presidente reafirmou que a economia do Brasil está sadia, restando apenas a inflação, que receberá "um combate com trêguas e eficácia". O Plano Cruzado foi elogiado pelo presidente Sarney, como uma das tentativas de seu Governo, a exemplo do Plano Brenner, do Fajão-com-Arroz e luta pelo Pacto Social para domar o processo inflacionário.

O presidente ressaltou que o Cruzado trouxe um período de felicidade para o povo, deturando grandes benefícios e exemplos de que se deve e de que não se deve fazer. Sobre os que amaldiçoaram aquela tentativa, Sarney os dividiu em dois tipos: "Os que aproveitaram e os que sabotaram o Cruzado". Os maiores elogios ficaram, no entanto, para a política de ministro Médici da Habrega, que segundo Sarney ajustou as contas públicas, reduziu o déficit público, diminuiu os gastos e disciplinou a arrecadação.

Ao complementar sua reflexão sobre este ano que chega ao fim, Sarney lembrou ter governado no período tumultuado da Assembleia Constituinte, quando convivia com duas ordens constitucionais. Mas, passada esta fase, considerou que a transição está implantada, a liberdade consolidada, as finanças públicas em ordem, a economia sadia e a estrutura econômica do país íntegra. Para justificar seu ponto de vista, mais uma vez, reportou-se às grandes safras agrícolas, aos saldos da balança comercial e ao baixo nível de desemprego. (Brasília/ZH)

Depois dos ajustes vem a desindexação

O plano de modernização e ajustamento que a equipe econômica espera executar a partir de janeiro será um primeiro passo para o Governo proper, em fevereiro, a desindexação da economia. Para isso, o plano deve viabilizar o controle efetivo do déficit e da inflação, através de um programa coerente, envolvendo as políticas monetária, fiscal e de abastecimento interno, além de trazer novas parâmetros para a dívida externa, de forma a reduzir as diversas pressões existentes sobre o processo inflacionário.

O plano traça um verdadeiro aperto fiscal e monetário. O governo deverá gastar exclusivamente o volume de recursos que arrecadar, dentro de uma programação orçamentária mensal. O orçamento aprovado pelo Congresso, com uma inflação mensal de 12%, será o principal instrumento de aperto fiscal, já que dificilmente a inflação ficará controlada neste nível. Na avaliação técnica, essa estratégia pode resultar em um superávit orçamentário, ao invés do déficit de 8,1% do PIB em 80.

Para a política monetária, o plano traça objetivos claros de zerar o crédito de novos títulos para financiar o déficit público e a emissão de moeda para aquisição de dólares. Os juros reais serão elevados, para evitar a formação de estoques especulativos, favorecida pela queda da inflação projetada para 80. (AE)

Haverá veto à rolagem da dívida dos Estados

Pelo menos um veto ao orçamento geral da União aprovado pelo Congresso nacional, na semana passada, já está definido pela área econômica. Segundo alta fonte do governo, já está acordado o veto à fórmula adotada para a rolagem da dívida externa dos estados e municípios que reduziu em US\$ 2,1 bilhões a estimativa inicial de receita da União. Os parlamentares não apontaram no orçamento os mecanismos compensatórios para essa redução, o que é classificado como inconstitu-

cional pelos ministros do Planejamento e Fazenda.

A proposta original encaminhada pelo executivo ao Congresso fixava uma arrecadação de US\$ 8,1 bilhões com a rolagem de 75% da dívida externa dos estados e municípios. Os parlamentares alteraram de modo significativo essa proposta. Com as mudanças feitas pelo Congresso, a União vai arrecadar apenas US\$ 1 bilhão.

No ministério do Planejamento, responsável pela elaboração da proposta do executivo, as alterações feitas pelos parlamentares repercutiram mal. Durante os últimos dois dias, depois do processamento no sistema de computação de dados da secretaria de orçamento e finanças, os técnicos conseguiram conhecer efetivamente o impacto das mudanças realizadas pelo Congresso. Novos vetos poderão ser definidos nos próximos dias.

As novas medidas

Estas são as medidas que o Governo federal deve adotar no plano econômico:

- 1 - Aperto fiscal - é intenção do governo só gastar aquilo que arrecadar, sem emitir títulos para financiar o déficit;
- 2 - Aperto monetário - o plano do governo é minimizar as emissões de moeda e de títulos públicos, enquanto se praticam juros reais positivos;
- 3 - Abastecimento - o governo planeja liberar importações e restringir exportações de alimentos, para evitar escassez no mercado interno;
- 4 - Dívida externa - o volume de divisas enviado ao exterior deve ser limitado, através da redução do estoque da dívida;
- 5 - Extinção da URP - em substituição à URP, o governo planeja substituir os reajustes salariais à prefixação existente para os preços;
- 6 - Preços - prefixação continua, mais apertada. O controle do governo passará a ser mais rígido;
- 7 - Câmbio - não está definido se o câmbio também será prefixado. A equipe econômica defende que não, mas a decisão será do Pacto;
- 8 - Correção monetária - sugere-se a prefixação da correção, mas não há decisão, pois a medida implica na prefixação também da correção dos salários das cadernetas de poupança, de difícil aceitação popular;
- 9 - Reposição - preços e salários que subirem abaixo da inflação serão recompostos em períodos a serem definidos pelo pacto.

Intenção é valorizar os estoques reguladores

No próximo ano deverão de existir os preços máximos e mínimos para a intervenção do governo no abastecimento do mercado interno, de forma a que os estoques reguladores passem a atuar, de fato, como mecanismo de defesa contra a especulação e a inflação.

A medida, que será homologada através do Conselho Monetário Nacional (CMN), está sendo concluída nos estudos técnicos da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) e vem a somar com o processo de informatização e de dotação de mão-de-obra na própria SEAP e na Sunab.

A política de abastecimento que está sendo traçada para o próximo ano dificilmente atenderá antiga reivindicação dos produtores de terem seus preços liberados. Para que isto

acontecesse, ponderam os técnicos, seria necessário o governo deter um estoque regulador capaz de garantir o abastecimento por seis meses, e não por três como acontece atualmente.

As normas de aperfeiçoamento do processo de intervenção no mercado põem fim aos problemas vividos durante este ano. Mesmo com estoques, para regular preço de mercado e pressões na inflação, o governo não pode intervir porque as regras de intervenção atuais são rigorosas. A colocação dos estoques reguladores dependia de se atingir determinado patamar de preço, os chamados preços de intervenção.

A concretização da medida está na dependência dos últimos resultados de pesquisa de intenção de plantio, pela Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

03.03

8902464

Acordo faz de privatização

BRASÍLIA — No início da noite de ontem, apenas três medidas provisórias que integram o Plano Verão do governo tinham sido submetidas a apreciação do plenário. A medida que autoriza a privatização de estatais foi rejeitada na Câmara por 350 votos contra e 77 a favor da proposta, e transformada em projeto de lei por uma iniciativa das lideranças dos partidos. Ontem mesmo, o projeto foi apresentado à Mesa do Congresso. A medida provisória que extingue órgãos da administração pública obteve aprovação na Câmara (283 votos sim e 150 não) e no Senado (39 votos sim e 29 não). Foi aprovada a medida nº 35, que estabelece o prazo — até hoje — para pagamento de cheques pré-datados em cruzados.

Com a transformação da medida provisória que trata da privatização das estatais em projeto de lei, os congressistas pretendem ampliar o debate e fazer os ajustes necessários, uma vez que as medidas provisórias só podem receber destaques supressivos, e o projeto de lei poderá sofrer todo os tipos de emenda previstos no regimento. Todos os destaques apresenta-

dos à medida provisória que extingue órgãos da administração pública foram rejeitados através de votação simbólica (não é feito o registro nominal dos votantes).

Os partidos de esquerda apresentaram à Mesa um requerimento pedindo a inconstitucionalidade para a medida que extingue órgãos da administração federal. O presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, ignorou o requerimento e encaminhou a questão para ser apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Com a aprovação da medida pelo Congresso, o recurso cai no vazio e a medida passa a vigorar agora com força de lei, seja ela inconstitucional ou não.

Confusão — “Acho que muitas medidas serão aprovadas na Câmara mas rejeitadas no Senado”. Esse comentário do deputado Delfim Netto (PDS-SP) revelou a confusão que se desenvolvia em plenário. Nem o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, tinha previsões seguras, limitando-se a confirmar a afirmação de Delfim: “Acho que a tendência do Senado é rejeitar a maioria das medidas.

Mas não posso assegurar nada. A bancada do PMDB vai votar contra a maioria das medidas”.

No clima de confusão, o remédio foi inverter a pauta para que a medida provisória nº 29, a mais polêmica de todas, que extingue os ministérios da Reforma Agrária e da Ciência e Tecnologia, fosse votada por último. A bancada do PMDB no Senado decidiu votar contra toda a medida enquanto os deputados pemedebistas queriam derrubar apenas a ampliação dos poderes da secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional, que passa a ser a secretaria executiva de todos os conselhos subordinados à Presidência da República.

Os senadores pemedebistas estavam dispostos a votar apenas a favor da medida provisória nº 31, que veda a acumulação de salários pelo servidores que ocupam cargos em conselhos nas empresas estatais, e da medida provisória nº 35, que dispõe sobre os cheques ainda grafados em cruzados velhos. O líder do PSDB na Câmara, deputado Nelson Friedrich (PR), também previa que caberia ao Senado derrubar a maioria das medidas provisórias.

Rejeição não preocupou governo

— “Sem a privatização, não tenho dívidas, o Plano Verão vai morrer”, disse ontem o secretário executivo do Conselho Federal de Desestatização, Paulo Galletta. A preocupação, no entanto, parece ter sido só do secretário. As autoridades econômicas do governo não tomaram qualquer iniciativa para fazer aprovar a medida provisória nº 26, que autoriza o Executivo a desestatizar e define o processo legal para tal fim. Partiram do relator da matéria, deputado João Agripino (PMDB-PB), todos os contatos com representantes do governo para discutir a medida provisória.

“Foi absoluta a falta de empenho do governo em fazer aprovar a matéria”, testemunha o deputado, atribuindo o fato à desarticulação política do Executivo. Foi Agripino que telefonou ao secretário da Receita Federal, José Reinaldo Mustafa, pedindo que enviasse alguém da área técnica para conversar com ele sobre a posição do governo. O deputado ligou também para o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, foi ao gabinete do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e esteve na noite de segunda-feira com o presidente José Sarney.

Reprovação — Do presidente, depois de comunicar que seu parecer pedia a reprovação da medida provisória, o deputado ouviu apenas: “Está bem, está bem”. Da conversa com Mailson, Agripino saiu com a firme convicção de que o ministro não tinha maior preocupação com a sorte da medida provisória 26. Mailson chegou a lhe comunicar que apresentaria ao presidente Sarney argumentos para que fosse retirada a medida. Com isso, ele esperava uma melhor discussão do assunto para que a medida provisória fosse então reapresentada.

Paulo Galletta foi o técnico que o secretário da Receita Federal encaminhou ao gabinete de João Agripino. Ao deputado Galletta informou que o projeto de privatização, em três meses de execução, geraria recursos da ordem de NCz\$ 900 milhões, além de transferir para a iniciativa privada a responsabilidade pelo pagamento de US\$ 4 bilhões em dívidas.

O secretário do Conselho Federal de Desestatização disse ao JORNAL DO BRASIL que a peça mais importante do Plano Verão é a medida provisória da privatização. Enquanto o congelamento de preços e salários e a elevação dos juros têm caráter momentâneo, destinados a evitar a hiperinflação, a desestatização tem por finalidade reduzir a dívida pública e fazer caixa para financiamento de investimentos, basicamente em petróleo e energia elétrica, evitando que a estagnação econômica prossiga.

Para exemplificar, Galletta informou que se o PIB crescer 5%, o setor elétrico terá que investir US\$ 6,4 bilhões ao ano até 1994 para que não falte energia. O governo não tem estes recursos e a carência num futuro próximo desta infraestrutura desestimula investimentos da iniciativa privada, argumenta o técnico. A privatização é o único caminho, segundo Galletta, já que a via do financiamento externo se esgota e também o endividamento público junto à iniciativa privada, por meio do lançamento de títulos no mercado.

A polêmica, no entanto, não tem origem numa oposição da maioria dos parlamentares ao projeto de privatização. Pelo contrário, o deputado João Agripino é um ferrenho defensor da desestatização. O deputado Ulysses Gui-

marães, presidente da Câmara Federal e do PMDB, pediu pessoalmente a Agripino que apresentasse um projeto de lei que substituisse a medida provisória nº 26 e evitasse que o Congresso Nacional ficasse com a imagem de que se opõe à privatização.

Polêmica — A resistência de Agripino, que se estende a grande número de parlamentares, reside na falta de detalhamento da medida provisória. O relator defende — e incluiu a proposta no projeto de lei — a necessidade de o governo apresentar ao Legislativo o programa de metas da privatização. Da forma que está, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) pode ser integralmente privatizada, a gosto do governo, apesar da forte polêmica que o assunto desperta no Congresso. Da mesma forma, a Petrobrás Distribuidora pode seguir o mesmo caminho.

“Por que o programa não pode ser transparente? O patrimônio público não pode ser reduzido por decisão de seis pessoas”, sustenta Agripino. Em seu projeto de lei, o deputado acrescentou ainda que toda vez que for usada a conversão da dívida de estatais em ações, como instrumento de privatização, o governo terá que submeter a medida ao Congresso. O objetivo é garantir que a conversão se dê com o deságio praticado pelo mercado, argumenta Agripino, já que a medida provisória não trata do assunto.

Galletta admitiu que a conversão é uma das alternativas com que conta o governo, dependendo do interesse das empresas compradoras. O técnico informou que a reação do governo vai depender do conteúdo do projeto de lei de Agripino.

buscar apoio do PMDB

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Moreira diz que Ulysses deve

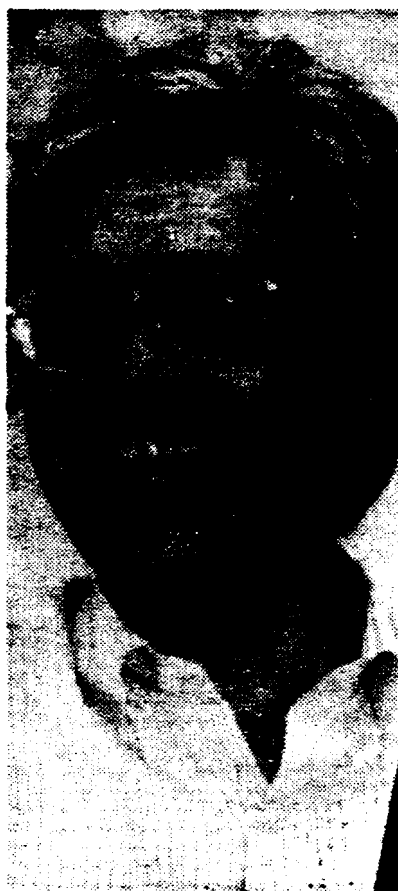
O governador do Rio, Moreira Franco, afirmou que o deputado Ulysses Guimarães "ainda é o candidato natural do PMDB a presidente da República na eleição de 1989, "mas para isso vai ter que buscar o respaldo do partido". Para que o PMDB o lance, segundo Moreira, "ele vai ter que ser o Ulysses da anticandidatura, aquele que conclama o partido com entusiasmo para o futuro, para as mudanças, para o sonho."

Campanha da anticandidatura foi a que Ulysses fez para presidente da República em 1973: não tinha a menor chance de ganhar no Colégio Eleitoral que acabou confirmando a indicação do general Ernesto Geisel para a Presidência, mas percorreu o Brasil inteiro denunciando o arbítrio do regime militar e pregando a volta da normalidade democrática. Os primeiros dividendos dessa mobilização foi a vitória do seu partido, o MDB, do qual se originaria mais tarde o PMDB, na eleição para senador em 16 estados, no ano seguinte.

Bém — Moreira disse que o problema no PMDB hoje "não é ter gente esperta para ganhar uma eleição presidencial, mas sobreviver como partido para disputá-la com chance de vitória." Para o governador, "quem comandar este processo de mudança, de busca de nitidez dentro do partido vai ser o candidato a presidente — e o doutor Ulysses pode fazer isso."

A partida para o que Moreira chama de busca de nitidez será dada hoje em Brasília, em reunião dos 22 governadores do PMDB — dos quais apenas dois, Tasso Jereissati (CE) e Henrique Santillo (GO) saíram vitoriosos nas eleições municipais do dia 15 — com o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães. Eles vão fazer a avaliação da derrota sofrida nas urnas do dia 15 o ponto-pé inicial do processo de escolha do candidato do PMDB à sucessão presidencial.

Moreira afirmou que concorda com a avaliação do Palácio do Planalto de que as eleições do dia 15 não julgaram o governo Sarney. "Este julgamento foi feito há muito tempo, e a história fará o julgamento final. O réu destas eleições foi o PMDB", disse. "O que o povo repeliu", acrescentou, "foi o comportamento do PMDB com relação ao presidente Sarney. Ou seja, o eleitor flagrou a bigamia política do PMDB.



Moreira Franco

O adultério do partido consistiu em querer manter na mesma cama a sustentação de uma política econômica antipopular e o respeito político do povo."

Morbidem — Para Moreira, "o povo viu que o PMDB estava barganhando sua combatividade, seduzido pelos carinhos administrativos e lan-tejoulas e pactos dos casarões da Península dos Ministros." Foi um não à ambiguidade do partido, segundo o governador. "E não adianta o doutor Ulysses e algumas outras lideranças tentarem dissimular a dimensão e a profundidade desta derrota. Temos que assumi-la. Primeiro, por um problema de integridade pessoal. Segundo, porque o comportamento do general Ludwig analisando o desempenho da Arena em 1978 já demonstrou que não se mistifica a vontade popular", disse Moreira. Em 1978, o general Rubem Ludwig tentou provar que a Arena, partido de sustentação do governo militar, saíra vitoriosa da eleição ao ganhá-la na maioria dos municípios — quando o partido de oposição da época, o MDB, vencera nas grandes cidades.

Na opinião de Moreira, "é mais do que um erro, é morbidez política" supor que se não tivesse ocorrido no

dia 10 o choque entre o Exército e grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional — no qual foram mortos três operários — o PMDB teria saído vitorioso das urnas. Ulysses Guimarães chegou a afirmar que a tragédia de Volta Redonda, onde se localiza a CSN, contribuiu para a ampla votação do PT nas eleições municipais.

Rompimento — "Nossa derrota", rebate Moreira, "estava sendo construída muito antes disso, e pela avaliação das atitudes do partido, principalmente pela sustentação omissa de uma política econômica antipopular. O deputado Ulysses Guimarães não pode dar credibilidade política aos que querem aceitar passivamente como se fosse um problema conjuntural o fato de o PMDB viver na escuridão dos grotões." Ao se referir aos grotões, Moreira lembra o fato de o PMDB estar repetindo agora a Arena de 1978, vencendo nos municípios mais distantes do interior e perdendo nos grandes centros.

"Somos um partido que se criou nos centros urbanos, nas lutas populares que se fortalecem nas esquinas, um partido sempre movido por seu compromisso com a luz, a clareza, e por isso somos o partido que tem compromissos históricos com a modernidade econômica, não com o atraso. Se o partido foge e os seus militantes temem o amargo da derrota, ele não muda, não se transforma e se deixa empurrar para os grotões e fenece. Temos que percorrer o caminho contrário, aceitar a derrota e buscar nela o caminho da mudança. O povo votou em quem mais tem nitidez política. O vitorioso da eleição foi o PT. O PT foi o MDB de 1974", afirmou Moreira.

Para ele, é oportunismo político querer encontrar no rompimento puro e simples com o governo Sarney o caminho da salvação do PMDB. "Mas temos que discutir as ambiguidades do partido. Se para voltarmos às cidades, à luz, à nossa história tivermos que romper, vamos dividir o partido e romper. O importante é que o partido deixe de ser turvo, vacilante, porque o povo não gosta disso", afirmou Moreira. Ele quer dizer que na hora em que o PMDB decidir romper com o governo a facção ligada ao presidente por amizade ou cargos no ministério e na máquina administrativa deixará o partido.

Congresso vai rejeitar medida

que privatiza estatais

BRASÍLIA — O Congresso Nacional vai rejeitar a medida provisória nº 26, que autoriza o governo a privatizar empresas estatais. Depois de intermináveis negociações, a maioria dos líderes partidários, incluindo o PMDB e o PFL, marcou a votação das cinco medidas provisórias que formam as reformas administrativa e econômica do presidente José Sarney para a próxima terça-feira. A rejeição da privatização das estatais é a garantia da votação, apesar de resistências do PT, PCB e PC do B.

"Esta proposta é muito generalizante. Deveria ser mais limitada", disse o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, traduzindo a opinião da maioria de seu partido. Embora não tenha a unanimidade de sua bancada, o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira, também apoia a rejeição da medida provisória. A partir deste compromisso, o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), prometeu que sua bancada não vai obstruir o processo de votação das outras medidas.

Ante a possibilidade da falta de quórum nas sessões das próximas segunda e terça-feira, o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), resolveu convocar para a noite de ontem uma rede nacional de rádio e TV, com base no Código Nacional de Telecomunicações, para apelar aos parlamentares que venham a Brasília. "Não podemos nos omitir. O prazo está se findando e o Congresso tem dar sua parcela de contribuição", afirmou Lucena. Na próxima terça-feira (dia 14), esgota-se o prazo para a votação das medidas provisórias que formam o Plano Verão.

Ministérios — Pela manhã, os líderes dos partidos de esquerda exigiram a reativação dos ministérios da Ciência e Tecnologia e da Reforma Agrária para aprovar as medidas do Plano e não obstruírem as sessões. Apesar da pressão do PT, PDT, PCB, PSB e PC do B, a liderança do PMDB não cedeu. Tanto Ulysses quanto o líder pemedebista, deputado Ibsen Pinheiro (RS), vêm com simpatia reativar o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas não se esforçavam para viabilizar a proposta. "Há muita sensibilidade para reabilitar o MCT, mas não vemos formas jurídicas para isso", ponderou Ibsen.

Além dos ministérios, os partidos de esquerda tinham mais uma exigência: queriam a rejeição de parte da medida provisória nº 29, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios. Em seu parágrafo primeiro, a medida lista a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, antigo Conselho de Segurança Nacional, como um dos órgãos atrelados à Presidência. Um pouco antes da promulgação da Constituição, em outubro do ano passado, o CSN foi transformado, por decreto presidencial, nesta Secretaria.

A esquerda exigiu a rejeição de um parágrafo único, que dava a esta Secretaria competência de atuar como secretaria executiva do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, criados pela Constituição. "Eles (o PMDB e PFL) toparam. Com isso, nós concordamos em votar na terça-feira. Só obstruímos por motivos relevantes", disse Vivaldo.

Governo — Por pouco, entretanto, esta declaração do líder do PDT

não foi questionada pelas outras lideranças. Logo no início da sessão da tarde, às 14h30, a deputada Márcia Viana (PDT-RJ) pediu verificação de quórum, provocando a suspensão da sessão. "Não foi uma atitude da bancada. Foi um gesto pessoal da parlamentar", retrucou Vivaldo.

Todos os líderes haviam concordado em terem uma sessão à tarde para discutirem três das cinco medidas provisórias. A medida nº 30 foi revogada pela nº 37. As outras seriam debatidas na próxima segunda. Ao chegar ao plenário, Márcia Viana ficou irritada com as cadeiras vazias — havia menos de 30 parlamentares. "Isso é uma indecência. Não vim aqui para me reeleger e sim para cumprir meu mandato", esbravejou, recebendo olhares atônitos de outros parlamentares. Em seguida, informou que recebeu NCz\$ 5 mil para comparecer às sessões extraordinárias do Congresso.

Depois das explicações do líder do PDT aos outros partidos, a tentativa de um acordo mais amplo foi retomada. Mesmo irritados, Ibsen e Inocêncio aceitaram as desculpas. No final da tarde, o líder do PMDB no Senado, Ronan Tão (MG), levou ao ministro da Justiça, Oscar Corrêa, que está intermediando a negociação entre o governo e o Congresso, a lista de reivindicações que foram discutidas entre os partidos, incluindo a reativação dos dois ministérios.

Apesar do pouco empenho de Ibsen, Ronan afirmou que a reativação do Ministério da Ciência e Tecnologia era fundamental para o PDB. Mesmo com o prazo apertado, Ronan só receberia uma resposta do governo na próxima segunda-feira.

F. PDL
(Privatiza-
ções).

028

Jornal

2 □ 1º caderno □ quinta-feira, 22/12/88

Coluna do Castelo

Ações paralelas de Tancredo e Covas

Já têm sido apontados nos jornais como fatos paralelos o afastamento de Tancredo Neves do PMDB em 1980 e o do senador Mário Covas em 1988. Paralelos e semelhantes, observa-se. Paralelos, sim, mas semelhantes até que ponto? Tancredo Neves, associado a Magalhães Pinto, realizou naquele ano uma operação política destinada a viabilizar uma transição pacífica do regime militar para o regime democrático. Sob pretexto de que seu partido não poderia ser o mesmo de Miguel Arraes, o governador de Minas, notoriamente entendido com o estrategista da transição, general Golbery do Couto e Silva, comandou a criação do Partido Popular, o PP, que poderia ter como alternativa na futura sucessão presidencial a candidatura de Petrônio Portela, então intimamente associado ao projeto.

A manobra de envergadura estratégica foi a pique em 1981 — morto Petrônio, Golbery autoexcluído do governo ainda não posto sob controle de Leão de Abreu — com a intervenção do general Medeiros, que fazia a cabeça do presidente, recolhido a um hospital em Cleveland, Estados Unidos, para que adotasse a vinculação geral de votos. Isso inviabilizaria o PP, como logo viu Tancredo Neves, que providenciou a reincorporação ao PMDB, ainda que perdendo a parceria de Magalhães Pinto, que lhe parecia então essencial para seus planos mineiros. A transição só voltaria a articular-se na base da composição entre forças oposicionistas e governistas depois de frustrada a campanha das diretas-já e à sombra da candidatura Tancredo Neves, então governador de Minas e que persistia como alternativa confiável para os militares.



Já a saída de Mário Covas do PMDB para formar o PSDB, com Fernando Henrique, Franco Montoro e Pimenta da Veiga, obedeceu ao propósito de desvincular-se da política de Ulysses Guimarães, que não assimilou a idéia de afastar do governo o partido para projetar a sucessão presidencial em função de uma posição de luta contra o novo sistema presidido por José Sarney. Inicialmente, o mesmo impulso de deixar o PMDB, mas sob inspiração diversa, a de isolar-se na oposição e descontaminar-se, distanciando-se de Sarney. O partido de Covas não podia ser o mesmo de Robertão. A proposta pareceu inicialmente frágil, e assim continuaria depois da eleição, na qual o PSDB elegeu apenas o prefeito de Belo Horizonte, não fosse o desgaste sofrido pelo PMDB e principalmente por seu comando central. Deteriorou-se, politicamente, a candidatura natural de Ulysses e as forças à esquerda, no esquema partidário, passaram a olhar para Covas como um polo irresistível de atração para sua própria sobrevivência. Covas não sentiu, como Tancredo sentiu, a inviabilidade da sua proposta partidária. Antes, pelo contrário, está estimulado a mantê-la ou, se for para voltar, apenas na condição de atendidas as preliminares de desativar a vocação governista e as tendências de centro-direita que convivem no PMDB. Situações paralelas, mas com diferenças de conteúdo.

esta saber se, absorvendo a esquerda do PMDB. Mário Covas conseguirá crescer com candidato, numa disputa na qual já se firmaram duas outras candidaturas esquerdistas, as de Leonel Brizola e de Luis Inácio Lula da Silva, ou se consentirá em armar-se como uma proposta de centro para preservar apoios de forças próximas ao governo, contradizendo as inspirações que o levaram a fundar o PMDB.

Quanto a Ulysses, que foi sacrificado em 1984 em nome do realismo da solução transacionada, corre o risco de um novo sacrifício, em nome da unidade de uma frente que abriga esquerda, centro e direita, contra uma proposta que radicaliza sua vertente política.

01.01

8902474

Sarney e Ulysses perderam

Ricardo Noblat

Qualquer partido político tem que produzir esperanças. Nós perdemos essa capacidade. Temos que resgatá-la", admitiu, anteontem à noite, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, ao final da reunião que juntou boa parte dos governadores que desembarcaram em Brasília para negociar com o governo o orçamento da União do próximo ano. Houve dois momentos distintos no encontro de Ulysses com os governadores.



O primeiro, o mais longo, que tomou quase o dia todo, foi ocupado na busca de uma fórmula que conciliasse as posições da administração federal e dos governadores quanto ao pagamento dos juros da dívida externa dos Estados. Os ministros da Fazenda e do Planejamento elaboraram o orçamento da União para 1989 com a previsão de que os Estados pagariam 25% dos juros de suas dívidas.

"Não abriremos mão disso, de jeito nenhum", prometeu o ministro Máilson da Nóbrega, da Fazenda, durante a última reunião com os parceiros do pacto social. O presidente José Sarney atropelou a fórmula sugerida por seus ministros e propôs outra, mais amena, que só era dura em relação aos maiores Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Os governadores aceitaram parte da fórmula e a acoplaram em outra.

O Congresso alterará o orçamento despachado pelo governo para evitar "a ingovernabilidade dos grandes Estados", como observou o governador Orestes Quércia, de São Paulo. O governo federal perderá uma determinada soma de recursos que aplicaria em programas no Norte e Nordeste para que o Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul sejam melhor atendidos. Não ficará, portanto, nem como Máilson quis, nem como Sarney ofereceu.

Ficará como os governadores combinaram que ficasse, e como o Congresso deverá aprovar. A administração federal saiu perdendo durante o primeiro momento do encontro de Ulysses com os governadores. No segundo momento, quem perdeu foi Ulysses. Durante duas horas e

meia, os governadores examinaram as causas da recente derrota eleitoral do PMDB. Coincidiram no principal e divergiram no secundário.

Concordaram que a eleição municipal foi o julgamento da conduta do PMDB na Nova República — não da conduta do governo. "A derrota foi nossa, não do Sarney", comentou o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais. Concordaram, também, que o PMDB perdeu porque não conseguiu se diferenciar do governo federal. "Nosso discurso e nosso comportamento são ambíguos, confusos", decretou o governador Tasso Jereissati, do Ceará.

Por fim, concordaram em apressar a realização de uma convenção nacional do partido para que o PMDB ofereça um novo programa à sociedade e para que assuma, a partir de então, uma nova face. "Devemos sair da convenção com uma ficha nova", aconselhou o próprio Ulysses. Não conseguiu disfarçar o incômodo de sua situação. Os governadores não o criticaram, distanciam-se. Mas não pouparam os "erros cometidos pela direção do partido".


"Se o senhor quiser atuar de acordo com a face que o PMDB deverá assumir, terá que se preparar para enfrentar, de novo, as tempestades e os cachorros", provocou o governador Moreira Franco, dirigindo-se ao presidente do seu partido. "Voltarei, novamente, ao velho banco porque navegar, mais uma vez, é preciso", declarou Ulysses. A convenção do PMDB deverá ocorrer no final de janeiro.

"O que ali for decidido, será respeitado. E quem não gostar, que deixe o partido", decretou Ulysses. Os governadores concluíram que soaria a oportunismo político o PMDB sempre, agora, com o presidente. "O resgate se dará mas como consequência das posições que o novo PMDB tomará em sua convenção", imagina o governador do Rio. O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, imagina a mesma coisa.

Ulysses entrou na reunião como candidato natural do PMDB à sucessão de Sarney. Saindo como aspirante a candidato. "Ele terá que se viabilizar, novamente como candidato", acredita o governador Waldyr Fries.

Satélites — O ministro Antônio Carlos Magalhães desmente, com veemência, que esteja fazendo críticas ao presidente Sarney e ao seu governo. "Ninguém, mais que eu, tem defendido o presidente e o governo", assegura o ministro. Adianta que ficará no governo até o último dia do mandato do presidente. "O resto, é intriga", observa.

098



"Merens". Esta é a...
nome de um movimento
que começa a ser
implantado por Mel Ortiz
Berges depois do
encontro por ele mantido
no Rio com Leonel
Brizola. O "Merens" não
é o "socialismo merens",
mas Movimento de
Redenção Nacional de
Leonel Brizola e visa a
atrair apoios à
candidatura do PDT de
líderes que não queiram
se filiar ao PDT. Os
telefones para adesões
são: 24-4441 ou 24-5387.

01/02/89

2 HORA 29/1/89

01.01

B902748.

Os pesos da sucessão presidencial

O fortalecimento político da capital econômica do País pode ser medido pela posição dos representantes de São Paulo no processo sucessório. Dentro do PMDB, os candidatos mais fortes são Ulysses Guimarães e Orestes Quércia. Pela esquerda, os candidatos também são paulistas. É o caso do tucano Mário Covas, o campeão de votos em 1988, e o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, enquanto na linha de centro-direita aparecem o ex-prefeito Jânio Quadros e o empresário Guilherme Afif Domingos. Essa hegemonia paulista já está movimentando os ministros para que pelo menos, se o quadro for irreversível, haja uma política café-com-leite na sucessão, unindo, de novo, os interesses dos dois estados.

Fora o universo paulista, no processo sucessório, o nome mais forte que aparece é o de ex-governador Leonel Brizola que, sozinho, representa a maior expressão nacional para disputar o Palácio do Planalto. Brizola terá o forte apoio do Rio de Janeiro, onde

elegeu o prefeito Marcello Alencar, e do Rio Grande do Sul, onde ampliou não só o número de prefeituras mas também consolidou o partido. Nacionalmente, o PDT é ainda incipiente, embora tenha conseguido importantes conquistas nas últimas eleições, especialmente no Nordeste, um colégio eleitoral de peso.

Nesta semana, o ex-governador deverá ter uma conversa com o prestigioso governador do Paraná, Álvaro Dias. Naquele Estado, Brizola conseguiu uma ponte importante para a candidatura com a eleição de Jayme Lerner para a Prefeitura de Curitiba, numa campanha de poucas semanas. O encontro pode não ser decisivo, mas abre uma porta para negociação. No Sul, Brizola sempre contou com o apoio do ex-governador Expedito Amim, a quem admira e que, pela vitória obtida nas últimas eleições, não detra nenhuma dívida quanto à sua força política em Santa Catarina.

ANA AMÉLIA LEMOS

01.01

8902749

Caminho progressista é retomado pelo PMDB

098

O presidente regional do PMDB, deputado Cezar Schirmer, na abertura da convenção regional extraordinária do partido afirmou a sua confiança de que o PMDB "inicia novamente pelo Rio Grande do Sul, a sua luta histórica, para retomar os seus caminhos progressistas. "Haverá de recuperar-se e voltar a ser a esperança do País e do povo brasileiro". Assegurou que os peemedebistas gaúchos entendiam as relações com o Governo Federal como "circunstanciais" e admitiu a disposição de devolverem os eventuais cargos que couberam ao PMDB gaúcho na administração Sarney.

Recordou que o partido, no Rio Grande do Sul, "que tantas vezes serviu de modelo para o PMDB nacional", agora saía novamente na frente para discutir o futuro partidário. "Nós estamos aqui para reafirmar o nosso propósito de ficar no partido e de que não nos abalamos com o revés eleitoral de 15 de novembro".

Demonstrou a disposição dos convencionais de contribuir para a redefinição da legenda: "todos queremos um PMDB popular, democrático e capaz de colocar por terra as estruturas sociais desiguais da sociedade brasileira. Haveremos de lutar para mudar o processo de distribuição de renda, derrotar a inflação que destrói o nosso salário e acabar com a entrega da nossa renda aos bancos internacionais".

Schirmer considera que o governo do PMDB no Estado, "sem sombra de dúvida, é o melhor que já teve o Rio Grande". No entendimento do deputado, "Simão, agindo com austeridade e probidade administrativa, soube definir com clareza os seus objetivos e reverteu uma herança de déficit e dívidas deixadas pelas administrações combaladas do período autoritário".

Mas também admitiu que o Governo tem problemas. "A eleição municipal nos deu um claro sinal de que temos, na administração, gente que age no sentido oposto. Depois, ainda tentaram responsabilizar o Governo pela derrota em Porto Alegre e muitas outras grandes cidades do Estado". Schirmer apontou ao Governador que existem pessoas no segundo e terceiro escalões interessadas em evitar que o PMDB cumpra os compromissos políticos assumidos com o povo.

Partido deve criticar Governo com seriedade

"O PMDB deve partir para a crítica democrática e independente em relação ao Governo Federal, sem atitudes demagógicas das posturas negativistas ou do finologismo inconsequente e intransigente. Mas, defender os seus princípios com clareza, de forma sincera, com uma postura de quem está preocupado com a transformação positiva da sociedade". Esta é a visão do secretário da Agricultura Odacir Klein, que não vê a necessidade de um rompimento formal com o Governo Sarney, ao falar na convenção de ontem sobre o futuro do seu partido.

Como ex-líder do PMDB na Câmara Federal, em oposição aos governos da Revolução, e ex-presidente regional, também entende que "se trata de uma injustiça histórica pensar que se pode tentar alijar o deputado Ulysses Guimarães do esforço que envolve o controle do PMDB pelo grupo progressista". Klein confia na capacidade do seu partido de realizar uma convenção nacional democrática e aberta "e sair fortalecido como das vezes anteriores, pronto para novas conquistas".

Lembrou que já foram superadas crises internas maiores. "Os peemedebistas sempre souberam se conduzir. Desta vez também haveremos de nos sair bem. O grupo mais consequente haverá de ficar com o controle do partido, tanto de forma pacífica, através do entendimento, como disputando voto a voto. Só não deve cometer o erro de jogar Ulysses Guimarães para o lado mais conservador, com atitudes hostis".

2409A
29/1/89

038

O presidente José Sarney, que retornou na noite de ontem ao Brasil, depois de uma visita de caráter político a Angola, já está de malas prontas para deixar o país novamente. Em apenas 40 dias, Sarney programou quatro novas viagens ao exterior

f. 506
(eff. 11)

Sarney fará novas viagens ao exterior em fevereiro

Apesar da intenção manifestada pelo governo de reduzir drasticamente as despesas dos cofres públicos, o presidente Sarney programou quatro novas viagens internacionais num período inferior a 40 dias. Sarney chega hoje de Angola, e viaja no dia 1º para a Venezuela, para a posse do presidente Carlos Andrés Pérez. Ele pretende assistir, com dona Marly, aos funerais do imperador Hiroito, no Japão, no dia 24 e, entre os dias 2 e 4 de março, visitará o Suriname e a Guiana.

Um dos grandes segredos da chamada Nova República é o preço dessas viagens. São sempre precedidas pela ida de dois grupos ao país a ser visitado: o "escalão precursor", e o "escalão avançado". Diplomatas, funcionários da Presidência, e outros interessados disputam um lugar nesses grupos, onde além da passagem e da estadia, o governo paga uma diária em dólares a cada participante. Outro mistério que tem cercado as viagens de Sarney é o número exato de pessoas a acompanhá-lo. A lista da comitiva oficial, publicada no "Diário Oficial", com nomes de diplomatas, políticos, empresários e amigos, não é representativa.

O chanceler Abreu Sodré justifica o que todos consideram um exagero, argumentando que além de médicos, segurança, especialistas em comunicação, etc., é necessário alguém que arrume as malas do presidente e de dona Marly. "Vocês não vão querer que o presidente arrume sua própria mala, não é?", perguntou Sodré uma vez, quando indagado a esse respeito. Mas na reunião dos presidentes do Grupo dos Oito, em Punta del Este, no ano passado, por exemplo, Sarney levou 188 pessoas em sua comitiva, enquanto o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, levou apenas 13.

Agora, o presidente Sarney visitará, entre os dias 2 e 4 de março, o Suriname e a Guiana. O objetivo das visitas é acentuar o diálogo político e estreitar as relações de amizade com os dois países. Com apenas 400 mil e 300 mil habitantes, respectivamente, tanto o Suriname quanto a Guiana vivem uma situação econômica extremamente delicada. Sua privilegiada posição geográfica, entre o Caribe e a América do Sul, faz com que sejam acompanhados com interesse pelos Estados Unidos, França e Cuba.

O fato de serem países fronteiriços com o Brasil já os torna



Viagens já fazem parte da rotina do presidente

estrategicamente importantes. Essa proximidade torna também premente para o Brasil auxiliá-los a superar problemas que, se não combatidos, poderão atravessar as fronteiras. É o caso da malária forte, com grande incidência nos dois países, e da chamada mosca do oriente, a *diacus dorsalis*, que ataca as plantações de frutas cítricas.

Ajuda

Ex-colônias europeias, a Guiana tornou-se independente da Inglaterra em 1966, e o Suriname da Holanda, em 1975. Até 1962, o Suriname detinha a maior renda per capita da América Latina. Pelo tratado de independência, a Holanda se comprometeu a fornecer ao país, ao longo de 12 anos, o equivalente a dois bilhões de dólares, o que representava mais de 400 mil dólares anuais por habitante. Em 1962 essa ajuda foi suspensa, depois do assassinato de 15 adversários do general Desiré Bouterse, e do clima de violência instalado no país.

O Brasil é hoje o principal aliado do Suriname, a quem fornece ajuda militar, econômica e financeira. A situação interna da Guiana é mais instável, embora atravesse também uma grave crise econômica. (AJB)

01 - 01

8902751

098

• Brasileños irán a ver a Mandela

BRASILIA. (EFE). — Un grupo de parlamentarios brasileños visitará el mes próximo cuatro países del sur de África y pedirá una entrevista con el líder negro Nelson Mandela, se informó ayer en esta capital.

Durante doce días, a partir del 15 de enero, el grupo formado por cuatro diputados y tres senadores visitará Mozambique, Angola, Namibia y Sudáfrica, donde se entrevistarán con autoridades y representantes locales.

En Sudáfrica los parlamentarios brasileños pretenden entrevistarse con el líder del Consejo Nacional Africano (ANC) Nelson Mandela, el preso político más antiguo del régimen del "apartheid" sudafricano.

Según lo dispuesto por el presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimarães, la delegación brasileña estará formada por los diputados Carlos Alberto Cao de Oliveira, Benedita Silva, Ednilson Silva y Paulo Paim.



EL DIA 20/2/88

01 . 01

8902789

Duelo para presidir a Câmara

Planalto ainda não achou nome que lhe convém

BRASILIA — Encerrada a convocação extraordinária para a votação do Plano Verão, a Câmara dos Deputados e o Senado só voltarão a se reunir dia 14 de fevereiro, para eleger as novas mesas diretoras das duas casas. No dia 15, o Congresso fará a primeira sessão do ano legislativo e receberá do Executivo a mensagem sobre a situação da União, na qual o presidente José Sarney fará um balanço do ano de 1988.

A grande disputa será a sucessão do deputado Ulysses Guimarães na presidência da Câmara. Além de pôr em jogo um cargo importante — o presidente da Câmara é o sucessor imediato de Sarney na Presidência da República, pois não há vice-presidente desde a morte de Tancredo Neves — a escolha do novo presidente da Câmara encerra o longo consulado de Ulysses, que chegou a acumular com a presidência do PMDB as presidências da Câmara e da Constituinte.

Três deputados disputam o cargo: Bernardo Cabral (PMDB-AM), Paulo Mincarone (PMDB-RS) e Paes de Andrade (PMDB-CE). Desde dezembro do ano passado, o Palácio do Planalto procura um candidato mais a seu gosto. Aparentemente desistiu, já que o desgaste do presidente Sarney entre os deputados é muito grande. Mas o ministro do Desenvolvimento Industrial, Roberto Cardoso Alves, quando estava no exercício do mandato era um dos articuladores do bloco governista e prometeu apoio a Mincarone.

Candidato próprio — A disputa na Câmara poderá complicar, se a esquerda e setores independentes decidirem lançar candidato próprio. Segundo o deputado José Genoíno (PT-SP), esse candidato poderá ser o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). O primeiro sondado foi o deputado Konder Reis (PDS-SC), que recusou o convite porque apóia a candidatura do deputado Bernardo Cabral. A esquerda quer um presidente da Câmara desvinculado do Planalto e comprometido com a regulamentação da Constituição.

Pela praxe parlamentar, todos os postos da Mesa (presidência, 1ª e 2ª vice-presidências, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª secretarias e mais quatro suplências) são divididos proporcionalmente pelo tamanho das bancadas. Nos dois primeiros anos dessa legislatura, o PMDB ficou com a presidência, a 2ª vice-presidência, a 1ª secretaria e a 3ª secretaria, ocupadas, respectivamente por Ulysses, Paulo Mincarone, Paes de Andrade e Heráclito Fortes. Ao PFL, restaram a 1ª vice-presidência (Homero Santos



Paulo Mincarone



Bernardo Cabral



Paes de Andrade

e agora Maurício Campos) e a 2ª secretaria (Alberico Cordeiro). O PDS ficou com a 4ª secretaria (Cunha Bueno) e as quatro suplências foram divididas entre os pequenos partidos.

Outro complicador será, agora, a existência do PSDB, a terceira bancada da Câmara, com 40 representantes. Os tucanos deverão reclamar um cargo na Mesa.

No Senado, a disputa será mais tranquila. Só dois senadores, Alfredo Campos (PMDB-MG) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ), disputam a presidência. Pela praxe, o atual presidente Humberto Lucena deverá presidir a Comissão de Relações Exteriores, mas alguns pemedebistas juram que o representante da Paraíba está de olho na liderança do partido, ocupada agora por Romanão Tão (PMDB-MG).

8902790

Brasil e Angola assinam acordos comerciais

Cumprimentos

Imediatamente o presidente da Radiobrás, Antônio Martins, iniciou os contatos com o Brasil para saber as condições de saúde do presidente. Por volta do meio-dia (8 horas em Brasília), Martins confirmava que o presidente acabara de deixar o Palácio da Alvorada e seguiria para trabalhar normalmente no Palácio.

Com esta informação, a calma voltou à comitiva e a programação foi confirmada integralmente. Pela agenda divulgada em Luanda, na tarde de hoje acontecerá a primeira reunião de trabalho, quando serão assinados acordos de cooperação econômica entre Brasil e Angola. Os representantes angolanos, até então, não haviam divulgado o teor dos cinco acordos que serão assinados. Mas fontes asseguram que dizem respeito ao fornecimento de tecnologia para incremento da exploração de petróleo pela Sonangol — a estatal correspondente a Petrobrás em Angola — e ao fornecimento de veículos militares de transporte.

Por HUMBERTO DE CAMPOS
Serviço especial

Uma visita política, que servirá para estreitar os laços de amizade e cooperação entre Brasil e Angola. Esta é o objetivo principal da visita que o presidente José Sarney iniciou na noite de ontem à Luanda, capital de Angola. A programação do presidente brasileiro prevê solenidades e muitas rodadas de conversações para acordos comerciais de cooperação.

A notícia de que o presidente teria tido um pré-ataque atingiu — ontem pela manhã — como uma bomba, a comitiva que preparava os encontros do presidente Sarney em Angola com o seu colega José Eduardo dos Santos. Os jornalistas ficaram sabendo da notícia por volta das 11 horas (8 horas em Brasília), quando a Radiobrás recebeu a sinopse dos principais jornais, através de um aparelho de fax-símile utilizado para transmitir ao Brasil.

A programação oficial do presidente Sarney no albedo prevê uma solenidade, pela manhã, onde oficiais brasileiros baseados em Luanda vão cumprimentá-lo. Depois o presidente faz uma visita à Vila da Gamela (Gabinete de Aproveitamento do Médio Kuansar) onde funciona toda a infra-estrutura da construtora Odebrecht, que está construindo a barragem hidroelétrica do Rio Kuansar — o canteiro de obras fica no meio da selva e é nessa vila que moram angolanos e brasileiros empregados nos trabalhos. O presidente encontrará brasileiros e vai fazer uma visita ao Supermercado Dioco, outra empresa do Brasil que está em Luanda e abastece a vila dos brasileiros.

Logo após o presidente faz uma visita oficial ao embaixador brasileiro em Angola, Ivan Canabarro. Na embaixada será decorada uma placa, marcando a visita do presidente a Angola.

Um país aberto a investimentos externos

A abertura da economia angolana para os investimentos estrangeiros é uma realidade que está sendo colocada em prática há dois anos. E nesse clima de abertura econômica representado pelo Plano de Desenvolvimento Econômico e Financeiro (SEF) que o presidente José Sarney chega hoje pela manhã a Luanda. A Perestroika angolana, retratada pela sigla SEF, é um projeto usado para uma economia socialista. O SEF vem dotando Angola de leis que aproximam as necessidades do país às economias abertas e mais desenvolvidas do mundo inteiro.

Por isso, estão sendo criadas novas leis econômicas, como a que regulamenta os investimentos estrangeiros e que garante incentivos às empresas de fora — especialmente na área industrial — que pretendam se instalar no país. "A lei Cambial" regulamenta a entrada e saída de divisas de Angola. Mesmo facilitando o câmbio, o governo continua fazendo um controle rígido para evitar a evasão de dólares, importantes para um país que precisa manter seu exército equipado. Uma

das leis consideradas mais importantes é a da "Estrutura Empresarial", que incentiva a iniciativa privada.

Quem quiser, pode se instalar no comércio e indústria, desde que se comprometa a cumprir a política de preços do governo. As restrições são grandes porque o governo teme que a liberalização total gere a exploração e, consequentemente, a inflação. Por isso, o incentivo maior para levar o governo do ônus de controlar toda a economia é para a formação de empresas mistas, com gerência da iniciativa privada, mas com o controle do governo. Além disso, está sendo promovida uma profunda reforma fiscal e financeira.

Fontes ligadas ao governo revelam que a restrição às empresas privadas não é grande, porém ninguém quer se arriscar ao rígido controle governamental. Esse controle continuará, mas a política de incentivo deve abrir, nos próximos anos, o caminho para diminuir a ingerência estatal.

27-1-89 F. Ser (L.L.V.)

01-01

8902791

Volta a crescer como candidato Ulysses

098

C omo era de esperar, o deputado Ulysses Guimarães enriqueceu seu currículo de candidato ao conduzir nos termos de expectativa geral a acordo satisfatório as diferenças entre Executivo e Legislativo. Com autoridade e senso político, ele soube levar os contendores ao ponto desejado desde que já não era admissível negar ao governo apoio às medidas antiinflacionárias nem seria possível fazê-lo sem dar a deputados e senadores a satisfação de ter derrubado e modificado propostas do governo, principalmente, para atender reivindicações dos trabalhadores. Maílson da Nóbrega também fez o seu papel levando sua resistência ao limite sem jamais comprometer seu programa e sua viabilidade. Quanto ao presidente Sarney, é claro que viajou para Angola na certeza de que se chegaria a desfecho razoável dada a geral consciência dos riscos a enfrentar.



C. P. 12/1

Ulysses costuma ganhar politicamente nas crises, como se verificou ao longo da história recente da Assembleia Nacional Constituinte. Intuição e experiência, ajudadas pela capacidade de expressar sentimentos dominantes, são guias certos desse velho militante. Tendo sido derrubado aparentemente pelos resultados eleitorais de novembro último, ele reaparece reforçado na véspera da convenção do PMDB, na qual dará seguimento à sua batalha pela conquista da Presidência da República. Cauteloso, ele conseguiu evitar a convenção concomitante para eleição do diretório e escolha do candidato. Sabe Ulysses que a primeira fase, o diretório, lhe dá a oportunidade de esgrimir com as armas da sua predileção. Somente ele terá condições de preservar a precária unidade do seu partido e levá-lo, ainda que com dissidências inevitáveis, à eleição presidencial de novembro próximo.

Ele já evita escolhos, poupando-se da disputa pela presidência da Câmara e abstendo-se de ter candidato ostensivamente, apesar da sua simpatia pelo relator da Constituinte, Bernardo Cabral. Na medida em que se aproximar o dia 12 de março, ele terá tido meios de manter as aparências de um PMDB inconformado, atraído pelas posições de esquerda mas ao mesmo tempo ciente de que deve manter imprecisos os limites das suas relações de amor e ódio com o governo. O PMDB perceberá que não pode ganhar eleição com Arrais ou Waldir Pires, mas que pode tentar a vitória acomodando-se em torno de Ulysses. O episódio da votação das medidas provisórias permitiu-lhe homenagear o senador Severo Gomes e o economista Luciano Coutinho e ao mesmo tempo não tornar a situação irrespirável para os ministros Cardoso Alves e Iris Resende.

A performance melhorou sua condição como aspirante a candidato. Quanto a governadores, como Orestes Quércia, que vêm sendo estimulados a colocar a própria candidatura sob o argumento da inviabilidade eleitoral de Ulysses, o presidente do partido já advertiu que quem renunciar ao seu mandato governamental para disputar a indicação de candidato terá com quem se bater na convenção que ele decidiu marcar para o mês de maio. Quem quiser que venha, pois encontrará no ringue o presidente do PMDB. Lealmente os contendores estão advertidos de modo a poder avaliar com antecedência o risco a correr no caso de desincompatibilização.

Eleitoralmente, a situação ainda não é clara. Ulysses ajudou a melhorar as condições de disputa para um candidato do seu estilo ao assegurar no Congresso, em troca de pouco, as medidas provisórias de Sarney. Manter a inflação em patamares mais baixos, como se admite que acontecerá a partir de fevereiro, é retirar expectativa de votos dos candidatos radicais de oposição ou de esquerda, notadamente de Luís Ignácio Lula da Silva, cujo potencial está na razão inversa da impopularidade do governo da República e das suas réplicas regionais. Brizola também se beneficia da desgraça de Sarney e seus parceiros, mas na realidade tem empuxo próprio, apresentando-se como candidato favorito do Rio, do Rio Grande do Sul e com projeção em Santa Catarina e Paraná. O Nordeste é campo aberto à disputa, nele valendo o sinal do "já ganhou", como aconteceu em 1960 com Jânio.

A candidatura do senador Mário Covas ainda não se adensou e a do presidente que renunciou em 1961 continua mera hipótese. A direita terá também seus candidatos, Maluf, Domingos, Camargo. O lugar de candidato do centro liberal, no qual bem se situaria Ulysses com seu séquito de economistas sonhadores, ainda não está formalmente preenchido. O PMDB dirá se quer ocupá-lo, o que por enquanto só ocorreria com Ulysses ou Quércia.

Carlos Castello Branco

Decisão foi política

O presidente José Sarney não tinha outro caminho, diante da crise econômica, de que propor um plano de emergência, mas não poderia ignorar, como ex-congressista, que o Parlamento acabaria tomando uma posição considerando as repercussões políticas inevitáveis, sobretudo num ano de sucessão presidencial. Não foi outra a estratégia adotada pela maioria das bancadas, cujos integrantes esperavam uma saída para dar seu voto ao Plano Verão. E ela surgiu em cima da questão mais polêmica que é a salarial. Se o Planalto tinha dificuldades para negociar com o Congresso e o presidente José Sarney não pretendia cancelar sua viagem ao exterior não restaria outra alternativa senão esperar uma intervenção do presidente em exercício, Ulysses Guimarães. Lembrando o papel reservado a um Primeiro-Ministro no sistema parlamentarista, Ulysses dialogou o dia inteiro, reuniu ministros, negociou com lideranças e foi pessoalmente ao Congresso levar uma nova medida provisória, capaz de retirar os constrangimentos políticos de deputados e senadores. Aprovar, sem acréscimos, a proposta do presidente da República, seria difícil para um Congresso que tem restrições à linha seguida pelo Governo. Daí a importância assumida pela coordenação de Ulysses que manobrou em torno das medidas previstas pela nova Constituição, que conferem especial poder ao Congresso, inspiradas pelo modelo parlamentarista. A muitos a ação desenvolvida pelo presidente da Câmara demonstrou a carência de coordenação política do Planalto, agravada pela ausência de liderança própria no Congresso, a falta de credibilidade e o desgaste que enfrenta, além de uma equipe sem uma ação persuasiva suficiente para mudar posturas. O episódio de sexta-feira é rico para interpretações políticas. Ele mostra que o Governo não tem base, mas que a responsabilidade do PMDB e do seu presidente com a Nova República permanecem.

Estratégia

Deu certo o esquema de ação política traçado pelo Governo? Será difícil responder porque a aguda situação econômica do país preocupa a todos. E ao poder político, que cuida desde os últimos anos, com muito interesse da transição, muito mais. O Governo pode ter cumprido parte de sua missão, ainda que com atraso e debates sobre suas propostas, mas o Congresso agiu com habilidade na medida em que sentiu a crise e viu na figura do deputado Ulysses Guimarães um porta-voz agindo com rapidez e seriedade. As seqüelas da votação permanecem, pois nas áreas sindicais existem protestos e ressentimentos, assim como no PT e PDT. As posições estão se definindo, nas últimas semanas, também em direção à sucessão presidencial. A partir de agora será muito difícil imaginar equações econômicas sem o componente político. Mesmo sensibilizados com o quadro crítico, demonstrado pelos números, as decisões e posições foram políticas, assumidas numa casa política como o Congresso e sob o comando final de uma liderança que se identifica com algumas decisões importantes na última década. Não há como prever ligações permanentes entre a busca de soluções para a economia nacional e a participação do poder político, representado no Congresso Nacional, cujas prerrogativas atribuídas pela nova carta começam ser exercitadas. Depois do anúncio do Plano Verão o momento mais forte no campo político foi a sua própria votação, precedida de uma nova medida provisória. As questões suscitadas durante a discussão que se travou nesse período, porém, não estão superadas. Podem ser não atenuadas, mas ainda exigem uma administração muito competente e atenta.

Carlos Fehlbeg

Congresso reuniu-se por mais de 18 horas com alguns intervalos. Houve tumulto antes de votar a inversão da pauta para aprovar primeiro a medida número 32 e as esquerdas tentaram obstruir a todo momento. Chegada de Ulysses com o acordo marcou a sessão

Horas de tensão até a aprovação do pacote

Por MÔNICA IZAGUIRRE
Brasília/2H

Numa de suas mais longas e tumultuadas sessões, o Congresso Nacional aprovou, na madrugada de ontem, a mais importante das nove medidas provisórias que compõem o Plano Verão: a de nº 32, que cria o cruzado novo, congela preços, realinha salários e destindexa a economia. Aberta por volta das 11 horas da manhã de sexta-feira e suspensa por duas vezes, a sessão encerrou às 5h34min de sábado. Os partidos de esquerda tentaram até o fim obstruir as votações. Mas, graças a um acordo entre Governo e seis partidos, em torno da reposição de perdas salariais, a medida acabou passando sem qualquer modificação.

Fora de acordo, embora não totalmente contra a medida, o PTB chegou a se aliar à esquerda na tentativa de adiar ao máximo a inevitável aprovação. A estratégia era ganhar tempo, de forma a permitir um avanço nas negociações e obter uma fórmula melhor para os salários. Afinal, quanto mais adiado pela premissa do tempo, mais pressionado o poder estaria o Governo, pois o prazo de validade desta medida era até 15 de fevereiro.

Depois de um dia inteiro de negociações que não satisfizeram a todos, a sessão foi reaberta, rumo à votação, às 2h15min de sexta-feira. Entre outros líderes sindicais, o presidente da CUT, Jair Meneghelli, e o líder metalúrgico Luiz Antônio Medeiros zanzavam insatisfeitos e impacientes com o acordo firmado entre Governo, PDS, PMDB, PSDB, PL, PDC e PFL. Do outro lado da trincheira, que tinha o tempo como objeto de disputa, estavam as esquerdas e o PTB.

Inversão de pauta

Muita polêmica e até ensaios de pancadaria rolaram antes que o senador Humberto Lucena desse por aprovado o pedido de inversão de pauta, para que a medida número 32 fosse votada na frente de outras seis. As esquerdas, como durante todo o resto da sessão, usaram e abusaram dos comunicados urgentes a que têm direito as lideranças.

Em meio a entoados discursos, pelo menos um momento chamou a atenção de todos. Na condição de presidente interino da República, Ulysses Guimarães foi pessoalmente à sessão do Congresso entregar o resultado do acordo que garante a aprovação da medida 32: a nova medida provisória batizada por ele, na sexta-feira, garantindo a reposição de eventuais perdas provocadas pela fórmula do Plano Verão em relação ao INPC de janeiro.

Após esse primeiro "round", vencido pelos moderados, a tentativa de



Ulysses, Meneghelli e Medeiros marcaram as decisões no Congresso

deputado petista José Genoino, de registrar no microfone o voto contrário da bancada, quase acabou em pancadaria. O senador Roman Tio (PMDB/MG) atravessou-se, tomou-lhe o microfone, tendo isso com o aval do presidente da Casa, senador Humberto Lucena. O também petista Florestan Fernandes saiu em defesa do colega, o que quase lhe rendeu uma soca de Roman Tio. O deputado Ademir de Andrade (PSB/PA) tentou se meter, mas também levou empurrões do senador psmedebista.

Empenhado em ajudar na batalha dos moderados, Humberto Lucena não hesitou em ganhar tempo para que chegasse o quorum necessário de 265 deputados e de 38 senadores. Teve até parlamentar que foi buscado em casa, contaram alguns deputados. Durante as mais de quatro horas e meia que separariam o incidente do início da votação, poucos tiveram disposição de alutar discursos. A maioria, se espalhou por gabinetes e outros cantos do Congresso, mas nem por isso deixaram de voltar na hora necessária.

Destaque

Quando 67 requerimentos de destaques foram lidos, às 3h55min da madrugada, já se previa que a sessão não se encerraria muito antes das 6 horas: Apresentados majoritariamente pelas esquerdas, os destaques tentariam, sem sucesso, suprimir do texto a parte relativa a salários, o ponto mais polêmico da medida.

A pedido de José Genoino, que outras vezes pedira verificação de quorum, a votação que se seguiu foi nominal: 265 deputados votaram a favor, 46 contra e três se absteram de apreciar a medida provisória 32, rejeitando os destaques. "Voltem os fujões", gritava um parlamentar no meio do plenário antes de confirmados os números, ainda preocupado com o "quorum". Enquanto isso, a deputada Beth Azis (PSDB/AM) provocou gargalhadas aos colegas quando recorreu ao microfone para pedir a Lucena: "Por favor, presidente gostaria

que o ar condicionado fosse desligado, porque estou morrendo de frio". Os condicionadores de ar continuaram ligados. Contrariada, Beth Azis enrolou-se toda num jornal, sentou-se encolada sem dar atenção às pândas.

Iniciada às 4h15min, a votação da Câmara foi rápida. As discussões já se dava a do Senado apesar da contagem nominal que durou cinco minutos. Mais uma vez a esquerda havia pedido verificação de quorum. Resultado: 46 votos sim, 6 votos não e uma abstenção apenas na votação da medida.

O ritmo continuou acelerado. Pelo menos o tempo suficiente para que fossem rejeitados quatro destaques, todos pedindo supressão do artigo 5º, que estabelece a fórmula do Plano Verão para os salários. Até aí, a rejeição dos destaques se deu por votação simbólica, sem contagem nominal. Mas, as esquerdas logo, dessa vez através do PDT, resolveram atrapalhar de novo. A sucessão de indicados de líderes, falando 20 minutos cada um, recomençaria. Sem timidas vaias, a deputada Abigail Feltona (PSB/BA) aproveitou o espaço destinado a comunicações "urgentes", até para reclamar das estradas de seu Estado.

Logo, porém, um acordo retomou o ritmo. Em troca da votação nominal do destaque, que pedía a supressão do artigo 7º da medida provisória 32, a esquerda concordou em votar em bloco e de forma simbólica todos os demais. O PTB, que votou inteiro a favor da medida provisória, trocou de nove de lado, para votar a favor do destaque, apresentado por seu líder na Câmara, deputado Gastão Rigbi. O artigo 7º, foi um dos pontos das negociações, por proibir, até na Justiça, a reposição de perdas baseadas em índices anteriores a fevereiro de 88.

A tentativa de supressão do artigo acabou rejeitada na Câmara por 146 votos a 130, e duas abstenções, às 5h15min, garantindo a íntegra do texto original do Governo. Sem aprovação, na Câmara dos Deputados, o destaque de Gastão Rigbi sequer foi submetido aos senadores.

C

098

782 (Elec.)

ZERO HORA - Morte de Paulo

Leônidas reafirma que haverá eleição

"Minha missão constitucional é Lula e Brizola como simplesmente manter a lei e a ordem, e a eleição presidencial é um fato que a lei e a ordem têm que assegurar", foi a resposta do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ontem, em Barueri (SP), ao ser indagado se garantia o pleito para a sucessão de José Sarney este ano e como analisava as candidaturas chamadas de esquerda.

Preferiu considerar os nomes de

da esquerda. Negou ser candidato, dizendo: "Sou um soldado..."

A Constituição, sempre mencionada pelo ministro do Exército na entrevista, será utilizada no que diz respeito ao cumprimento da lei e da ordem no caso de o Plano Verão vir a ser um fracasso:

— Antes de mais nada eu não gosto dessa hipótese, bastante negativa, e quem a divulga coloca na cabeça e consciência de muitos maus brasileiros.

ros que o fracasso é possível. Isso não vai acontecer, mas, em caso contrário, o Exército cumprirá suas missões — ressaltou Leônidas, destacando, no entanto, que acredita no êxito do Plano.

Desmentido

Por diversas vezes o general Leônidas teve de desmentir que estaria cogitando da sua candidatura à Presidência da República, em novembro próximo.

"Não, não sou candidato", mas afirmou, diante de outras perguntas do mesmo teor:

— Qualquer cidadão brasileiro tem a mesma possibilidade de ser candidato. Olha, o doutor Eirunirto está aqui — disse, apontando o empresário Antônio Eirunirto de Moraes, que estava ao seu lado.

O general Leônidas qualificou de cogitação totalmente sem fundamento o noticiário de um jornal paulista ("Folha de S. Paulo") de que estariam sendo treinados brasileiros na Líbia para tática de guerrilha, o que estaria preocupando não só o Exército Brasileiro, como o da Argentina.

O ministro Leônidas Pires Gonçalves inaugurou ontem, no quartel do 3º Grupo de Artilharia, em Barueri, o Museu e Monumento do Expedicionário Brasileiro, construídos sob o patrocínio dos embaixadores Antônio Eirunirto de Moraes, Gláucio de Moraes e Mário Amato. (AG)

01-01

B903040

098

Posse

O ministro do Interior, João Alves, assinou ontem o termo de posse de Fernando Cesar Mesquita como presidente do recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. A nomeação de Fernando Mesquita para o cargo havia sido feita pelo presidente Sarney na quarta-feira. Na mesma ocasião, designou o secretário de Instrumentos Fiscais do Ministério do Interior, Antônio Carlos do Prado, para ocupar, em caráter interino, a Diretoria dos Recursos Naturais Renováveis do Instituto. Segundo Fernando Mesquita, os secretários estaduais do Meio Ambiente, que reivindicam ao ministro do Interior uma discussão mais ampla da política de preservação ambiental, fazem parte da comunidade científica e administrativa de importância fundamental nesta área e podem fornecer bons subsídios para a formulação dessa política. Ele acredita que o Instituto será estruturado dentro do prazo previsto pela medida provisória que criou, com a unificação das atividades antes desempenhadas pela Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e Sudepe, atendendo as sugestões dos grupos de trabalho do programa Nossa Natureza. (ANDA)

Zero Hora

27/1/82

27/1/82

01 - 01

8903066

Montevideo, jueves 22 de diciembre de 1988

C E A

0

Sarney promueve reunión cumbre

Sanguinetti apoyó iniciativa

098

BRASIL (REUTER). El Presidente brasileño José Sarney concluyó ayer consultas para definir la convocatoria de una cumbre entre mandatarios de los principales países deudores latinoamericanos y los líderes de los "selecciones grandes" del mundo occidental, dijeron aquí voceros oficiales.

Sarney aguardaba las respuestas de sus colegas de Colombia, Virgilio Barco, y México, Carlos Salinas de Gortari, para formular la propuesta en nombre del Grupo latinoamericano de los Ocho, agregaron.

El mandatario recibió, desde el lunes, pronunciamientos favorables a la iniciativa, que le transmitieron los Presidentes de Argentina, Raúl Alfonsín; Perú, Alan García; Uruguay, Julio María Sanguinetti; y Jaime Lusinchi de Venezuela, dijo el portavoz oficial, Carlos Henrique Santos.

Ministros financieros de los siete países concluyeron el 12 de diciembre la elaboración en Río de Janeiro de una "propaganda para la reducción de la deuda externa y el financiamiento del desarrollo", que someterán a inmediata consideración de sus Presidentes.

El programa fue trazado después de que los Presidentes del Grupo declararon en octubre, durante una cumbre en Uruguay, "la necesidad de crear un marco general para la reducción de la deuda".

Reunidos en el balneario uruguayo de Punta del Este, dijeron haber constatado que "la corresponsabilidad de las partes involucradas (en la deuda) no se ha traducido en medidas efectivas" y que "se sigue perdiendo de vista su efecto sobre los procesos democráticos de los países del área".

Los miembros del Grupo de los Ocho adeudan al exterior en conjunto, 335.000 millones de los 420.000 millones de dólares que totaliza la deuda latinoamericana y sus Presidentes afirmaron que no podría continuar la "masiva traslación neta de recursos" en su servicio.

El vocero presidencial brasileño dijo que el tema de la deuda sería el tema central de la cumbre a ser propuesta a los Jefes de Estado de los Estados Unidos, Gran Bretaña, Japón, Canadá, Alemania Federal, Francia e Italia.

Agregó que Sarney, una vez que concluya sus consultas con sus pares colombiano y mexicano -previstas para hoy-, difundirá los anuncios con los planteamientos del Grupo.

El portavoz se refirió a las "implicaciones políticas" de la deuda y mencionó recientes manifestaciones del Presidente electo de los Estados Unidos, George Bush, y del Presidente y líder soviético, Mijail Gorbachov, "sobre la necesidad de dar un tratamiento político a las negociaciones entre deudores y acreedores", dijo.

El Ministro brasileño de Hacienda, Malteon Nobrega, declaró ayer que Bush dio señales de que "comprende perfectamente la gravedad del problema de la deuda" al manifestarse el lunes en Washington partidario de una profunda revisión de las estrategias estadounidenses sobre la materia.

Las consultas entre los Presidentes latinoamericanos para la definición de una propuesta conjunta en torno a la deuda, que consideran como el peor obstáculo para el desarrollo de la región, se produjeron en medio de crecientes presiones políticas en Brasil, para un endurecimiento de posiciones ante los acreedores.

El Partido de Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el más vigoroso del país y de mayoría en la representación parlamentaria, difundió hoy un documento en el que exigió "la inmediata e integral revisión" de los acuerdos a que llegó el gobierno de Sarney con los acreedores bancarios de la deuda brasileña, de 113.000 millones de dólares.

"Los encargos derivados de la deuda externa se tornaron insostenibles... el acuerdo firmado por el gobierno beneficia sobre todo a los acreedores, protege su patrimonio y garantiza elevados ingresos al sistema bancario internacional", dijo.

El PMDB se pronunció por la conveniencia de "una acción conjunta con los demás países latinoamericanos... para la adopción de fórmulas que viabilicen la reducción del total de la deuda".

Similares planteamientos, aunque más radicales por

la exigencia de una "inmediata suspensión" de pago de los intereses de la deuda, empujaron recientemente al Partido de los Trabajadores (PT) y el Democrático Laborista (PDT), que lograron importantes victorias durante una elección municipal en noviembre.

Los candidatos de ambos -el sindicalista Ignacio Lula da Silva y el socialista Leonel Brizola- se perfilan como serios aspirantes a la presidencia en elecciones directas previstas para noviembre de 1989.



José Sarney.

F.R.C.
(R.ii).

01.01

8903168

038

POLITICA

Ulysses viaja ao Exterior para manter contatos

O presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, embarcou ontem à noite para Nova Iorque, onde pretende descansar ao seu modo, ou seja, conversando com políticos e empresários. Na verdade, Ulysses ficará vinte dias fora do País, seguindo dia 10 de janeiro para a Europa.

Ulysses e a mulher seguiram para os Estados Unidos no voo 860 da Varig, às 22 horas. Ficarão hospedados na embaixada brasileira, quando chegarem hoje cedo a Nova Iorque. Como presidente da Câmara e do PMDB, o deputado pretende manter uma série de encontros tanto nos Estados Unidos como na França e Portugal. Seu primeiro contato em solo americano será com o embaixador do Brasil na ONU, Paulo Nogueira Batista.

Somente no dia 10, Ulysses viajará para Paris, onde obedecerá uma agenda bastante concorrida, envolvendo políticos, autoridades e empresários. Já no dia 15 seguirá para Lisboa, onde será homenageado por uma comissão de parlamentares por seu desempenho à frente da Constituinte. Antes do retorno, previsto para 19 de janeiro, Ulysses manterá encontros com o presidente Mário Soares e com o primeiro-ministro Cavaco e Silva. (AG)

Z H. 29/12/88

F. Sa
e 85
creyaz

01.01

8903193

038

ZERO HORA — Quinta-feira 29.12.88 — PÁGINA 9

Pires, Garcia ou Severo podem ser vice de Brizola

Líder do PDT tem preferência pelo governador da Bahia

Os peemedebistas Waldir Pires, Hélio Garcia e Severo Gomes são os nomes mais cogitados para compor a chapa do PDT para as eleições presidenciais. Brizola deverá protelar a escolha de seu vice até meados do próximo ano, buscando atrair um número maior de aliados insatisfeitos com suas siglas de origem, mas seu líder na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), adiantou que só existem três caminhos: o

vice será do Nordeste, "onde o brizolismo está em plena ascensão", de São Paulo ou Minas Gerais, os dois maiores colégios eleitorais do País.

Dos nomes citados, o líder do PDT não escondeu sua preferência pelo governador da Bahia que, segundo Vivaldo, "tem uma aproximação histórica com Brizola". Ex-PTB, Waldir Pires foi consultor do governo João Goulart e um dos auxiliares de Brizola na tentativa de

refazer o PTB, sigla que, depois de uma disputa judicial, acabou nas mãos da deputada Ivete Vargas. A escolha de Waldir Pires poderia atrair um colégio precioso de eleitores nordestinos que, somados, representam mais de 20 milhões de votos. Mas Vivaldo garante que as conversas nesse sentido são informais e que Brizola só deverá decidir sobre a composição da chapa em junho de 1989. (AG)

F-902-
(P. PP.)

01.01

8903196

098

Planalto baixa instruções para demitir

O Palácio do Planalto já está expedindo instruções a todos os ministérios para que sejam demitidos os funcionários contratados há menos de cinco anos sem concurso público, informou ontem o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Santos. O presidente José Sarney não espera mais que o Congresso Nacional se torne co-responsável pelo corte na folha de pagamento do Governo Federal, mas ainda examina as condições necessárias à extinção dos cargos que venham a ser desocupados.

Sarney conversou ontem com o consultor geral da República, Saulo Ramos, que deverá definir, num parecer encomendado pelo presidente, a estabilidade dos servidores públicos. Pela Constituição, não estáveis os funcionários que tenham sido admitidos há, no mínimo, cinco anos, ou contratados após aprovação em concurso público há pelo menos dois anos.

O parecer, no entanto, não deverá mencionar as demissões previstas na medida provisória nº 22 — devida pela

Legislativo ao Executivo. O texto deverá apenas procurar esclarecer, com base nas disposições constitucionais, quais os critérios que tornam um servidor imune à perda de seu emprego.

Horas extras

Os funcionários públicos só poderão trabalhar hora extra se autorizados por seu chefe imediato que, por sua vez, consultará seu superior. Esta foi a fórmula encontrada pelo Governo para reduzir a folha de pagamento, uma vez que a Constituição prevê o pagamento adicional de 50% por hora extra de trabalho. Desde o lançamento do Plano Verão, o presidente Sarney vem adotando medidas com vistas a reduzir as despesas públicas e o decreto, que visa a limitar os gastos, foi assinado ontem. (AG/Brasília-2H)

Governo vê forma de eliminar cargos

Por ROSANE GARCIA
Brasília/2H

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, deverá entregar, amanhã, ao presidente José Sarney, antes do seu embarque para Caracas, capital da Venezuela, um estudo contendo a fórmula jurídica que permitirá ao Governo extinguir os cargos de funcionários demitidos. Segundo o consultor, o Governo não enfrenta qualquer tipo de obstáculo para demitir funcionários não-concurados e com menos de cinco anos de serviço. Entretanto, a extinção de cargos e funções é uma atribuição exclusiva do Congresso Nacional, como prevê o artigo 44, inciso II, da nova Carta.

Saulo Ramos passou toda a tarde de ontem envolvido com a questão. Ele não quis adiantar a possível saída do Governo. Mas assessores do Palácio do Planalto acreditam que a alternativa do Governo será o Decreto-Lei nº 208/67, no seu capítulo II, que trata "Das Medidas de Aplicação Imediata".

Segundo o parágrafo 4º, alínea "a" deste dispositivo legal, é possível a extinção "dos cargos considerados desnecessários, ficando seus ocupantes exonerados ou em disponibilidade, conforme gozem ou não de estabilidade quando se tratar de pessoal regido pela legislação do funcionalismo público".

Através deste instrumento, ainda em vigor, acreditam os assessores do Palácio do Planalto que o presidente Sarney poderá enxugar a máquina administrativa, atendendo ao propósito da reforma anunciada no último dia 15. Assim, o presidente colocaria também um ponto final na polêmica em torno da Medida Provisória nº 22, que parte do Congresso rejeita. Segundo o consultor-geral Saulo Ramos, o presidente vem demitindo funcionários desde o anúncio do Plano Verão. Mas até agora não extinguiu os cargos ocupados por estes ex-servidores.

Saulo Ramos disse que o presidente teme que, apesar desta decisão, as pressões políticas sejam fortes o suficiente para que estes cargos voltem a ser preenchidos. Desta forma, de nada teria adiantado o esforço e desgasto político para, de fato, reformar a administração.

2H. 31/07/89

F 904
(67B)

01.01

8903197

098

O presidente Sarney confirmou ontem, em entrevista, que pretende anunciar na segunda quinzena de janeiro "uma ampla e profunda reforma administrativa". Mas evitou falar em reforma ministerial, confirmada por Antônio Carlos Magalhães

Sarney confirma que fará "reforma profunda"

O presidente José Sarney confirmou ontem — pela primeira vez — que pretende anunciar, na segunda quinzena de janeiro, "uma ampla e profunda reforma administrativa", durante entrevista coletiva que concedeu à imprensa, após a cerimônia de cumprimentos de fim de ano dos funcionários do Palácio do Planalto e dos repórteres credenciados no setor. "Durante este fim de ano espero ter definido as linhas mestras desta reformulação que espero que seja de grande profundidade. Acho que podemos anunciá-la na segunda semana de janeiro", declarou o presidente.

O que ele não sabe ainda é quantos serão os ministérios que extinguirá. "Não sei exatamente o número de ministérios a serem extintos. O que sei é que vamos fazer uma reformulação de grande profundidade, que estamos estudando detalhadamente. Esses estudos estão sendo feitos há bastante tempo e acho que agora eles amadureceram a nível de decisão", adiantou o presidente. Durante a entrevista, Sarney esquivou-se de falar em nomea, em quais ministros permanecerão e quais serão substituídos.

Evitou, inclusive, usar o termo reforma ministerial, apesar de confirmar que extinguirá ministérios e anunciar sua intenção de promover uma ampla reforma estrutural na máquina administrati-

va do Governo. Mas disse que o substituto do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves — que entregou sua carta de demissão na terça-feira — "sairá no bojo da reforma administrativa".

Sucessão

Sucessão presidencial foi outro tema que o presidente evitou comentar. Ele acha, inclusive, que não existem, ainda, candidatos à sucessão e admitiu, até, a possibilidade de votar em branco: "Acho que, no momento, não existem ainda nem os candidatos à sucessão. De maneira que não posso dizer se terei ou não candidato. Como eleitor, posso ter um candidato ou talvez nem votar. Posso até votar em branco", disse o presidente.

— Presidente, na sua opinião o PMDB deve lançar candidato próprio à sucessão presidencial? — perguntou um jornalista.

— Neste instante não quero, de maneira alguma, sair na coordenação da sucessão presidencial. Eu acho que nós temos um problema muito mais sério que é o de enfrentar a inflação — respondeu Sarney.

Segundo ele, "nenhum país do mundo vai agüentar fazer uma eleição presidencial tranqüila, com uma inflação de 30%, num processo de fim de transição democrática". Por isso, disse que todos

nós — os políticos e o povo brasileiro — devemos ter a consciência de que temos de resolver, primeiro, o problema inflacionário, "sob pena de termos problemas de inevitavelmente desmoronar num ano com inflação nesse nível e ainda com a sucessão presidencial. Com os partidos desorganizados, desestruturados, saindo de uma eleição. Com todo mundo procurando quem é culpado, quem é inocente".

Indagado se a disputa sucessória terminaria entre Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, ou Leonel Brizola, do PDT, saiu com esta resposta: "Você deve ter mais informações do que eu".

— Presidente, o senhor prevê riscos para a realização das eleições?

— Não. Nenhum risco em relação às eleições. O que eu digo é que temos problemas. Podemos ter maiores ou menores problemas. Mas é nossa obstinação a conclusão do processo de transição democrática. Não tem sido uma tarefa fácil. Nesses quatro anos tivemos, praticamente, eleições todos os anos. Em três. Mantivemos o processo democrático e acreditamos que quem tem recebido mais paucidade tem sido o presidente. Mas temos essa obstinação de cumprir com o dever de terminar o processo de transição democrática. Entregar o País institucionalizado, com as contas em ordem e voltar para casa de cabeça erguida — concluiu o presidente Sarney. (ANDA)

F.POL
(60B)

098

ZERO HORA — São Paulo, 22.12.88 — FOLHA 8

No despacho com o ministro do Planejamento, ontem, na ilha de Curupu, o presidente Sarney aceitou vetar todo o artigo da lei orçamentária que trata da rolagem da dívida dos estados. Mas a sanção do Orçamento, com os vetos, foi adiada

Sarney vetará rolagem da dívida externa dos estados

Apesar de ter aprovado todas as recomendações do ministro do Planejamento, o presidente José Sarney resolveu adiar a sanção do Orçamento Geral da União para o próximo ano com os vetos sugeridos por João Batista de Abreu. O presidente aceitou vetar todo o artigo quinto da lei orçamentária que prevê a rolagem das dívidas externas de estados e municípios contraídas com o aval da União. A fórmula apresentada pelo Congresso não será alterada.

O ministro João Batista de Abreu ofereceu ao presidente Sarney duas alternativas para contemplar estados e municípios. A primeira, considerada mais eficiente pela área econômica do Governo, viria através de créditos especiais do Governo Federal para que os estados e municípios devedores pudessem arcar com o volume de pagamento previsto no projeto original do Executivo. Dessa maneira, eles só pagariam o montante aprovado pelo Congresso Nacional e saldariam a diferença através dessa linha de crédito. O ministro do Planejamento não descartou, entretanto, a possibilidade de a União avaliar operações de relending (reempréstimo de recursos depositados no Banco Central) na parcela cujo pagamento foi subtraído do orçamento na lei aprovada pelo Legislativo.

- Nossa idéia é evitar vícios de constitucionalidade. Vamos manter o mesmo nível de pagamento previsto pelo Congresso Nacional - disse o ministro, durante entrevista no aeroporto do Tiririca, em São Luís.

Atraso

A lei orçamentária só não foi assinada ontem, durante despacho de duas horas do ministro do Planejamento com o presidente na ilha de Curupu, litoral do Maranhão, porque o Congresso adiou a publicação do documento em virtude de



Presidente Sarney examina os vetos propostos por Abreu e faz correções

pequenas correções de última hora que foram feitas no arredondamento das colunas de receitas e despesas da peça orçamentária.

A decisão final sobre o orçamento será na próxima segunda-feira. Abreu disse não ver problemas em iniciar o ano sem orçamento definido. Ele garantiu que tão logo Sarney volte a Brasília o projeto será devolvido ao Congresso com as alterações propostas. O ministro explicou que o prazo para manifestação do Executivo acaba no dia cinco próximo.

Os vetos presidenciais atingem cerca de 5% do total do orçamento (Cz\$ 8 trilhões a preços de junho). Serão alcançadas as despesas colocadas pelo Congresso através da receita do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento). Segundo Abreu, o regulamento para a aplicação desse fundo não permite o uso aprovado pelo Congresso. A apropriação de recursos originários das receitas do Banco Central e Banco do Brasil tam-

bém serão vetadas. Segundo Abreu, a medida traria uma irregularidade administrativa ao orçamento.

O ministro do Planejamento disse ao presidente Sarney que dois tipos de vetos terão que ser aplicados: Os que atendem a aspectos inconstitucionais e aqueles que são de interesse público. De acordo com Abreu, o presidente Sarney fez pequenas alterações de forma no documento levado a sua apreciação.

Durante o despacho, o ministro apresentou ao presidente o resultado parcial do PIB em 1988. Documento do IBGE mostra que o PIB cresceu, de janeiro a outubro deste ano, 0,04%, em relação a igual período de 1987. O crescimento foi considerado marginal pela equipe de João Batista de Abreu. Em cruzados, o PIB de dez meses apresentou resultado geral de Cz\$ 181 trilhões.

João Batista de Abreu almoçou com o presidente Sarney na ilha de Curupu. Foram oferecidos pratos típicos do Maranhão, como peixe pedra e sarapatel. (AG)

F. 100

01.01

8903199

098

200 Hrs 17/12/88

As pressões sobre o Presidente

Uma das áreas mais sensíveis à crise de autoridade do Governo é a militar. Na cúpula, os problemas econômicos têm sido examinados à luz da transição democrática, que marca o todo o respeito dos militares. O próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, esteve no centro da decisão, quando foi confirmada a posse de vice, José Sarney, no dia 14 de março de 1985 pelo impedimento do titular, Tancredo Neves. Mas o reconhecimento da inflação e a falta de perspectiva para estancar o grave problema, têm levado as autoridades militares a examinar a situação sob ângulo mais amplo, como ocorreu na última reunião do alto comando, em Brasília. O interesse das Forças Armadas e seus líderes é que o processo de transição seja concluído sem traumas, permitindo a consolidação da democracia no País. Mas a gravidade do quadro econômico aliado à falta de legislação complementar e ordinária ao texto global da Constituição em vigor estão levando o País

à instabilidade institucional.

As Forças Armadas, pelo que se tem ouvido nos últimos dias, continuam comprometidas em proteger a transição democrática. As declarações equilibradas feitas pelos ministros da Aeronáutica e Marinha sobre o resultado das eleições municipais, quando as esquerdas tiveram ampliado o seu espaço, deixaram muito claro que não existe de parte dos militares qualquer interesse em intervenção, exceto para garantir o dispositivo constitucional.

Se dependesse da vontade dos militares, a reforma administrativa já teria ocorrido e um programa estratégico de controle à inflação já estaria em curso. Como já existem na área militar sinais de impaciência por conta da crise de autoridade, não resta aos militares senão tentar influenciar para que as reformas econômica e administrativa sejam aprovadas.

ANA AMÉLIA LEMOS

F. Sar
(GOB)

01 - 01

890320f

098

Elder do PDT diz como quer governar

Ainda sem assumir sua candidatura, pelo PDT, às eleições presidenciais de 88, o ex-governador Leonel Brizola afirmou ontem que o próximo governo vai contar com a participação ativa de todos — "inclusive dos militares", enfatizou. Brizola, classe que está se "preparando espiritualmente" para ser o candidato do PDT à sucessão, vencer as eleições e governar, sendo, já como presidente da República, generoso, "mas firme e enérgico para tirar o País do atollito em que está hoje".

O ex-governador do Rio, que está em Brasília participando do 12º Encontro Nacional do PDT (que termina hoje), não se preocupa com os militares, que apresentam resistência histórica ao seu nome para a Presidência da República. Brizola não acredita em novo golpe militar: "Eles (militares) podem assumir o poder, pois têm as armas. Mas não convém". Quanto a uma possível candidatura de ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, à sucessão de José Sarney, o ex-governador preferiu optar pela ironia: "Ele tem todo o direito. Se tiver eleitores..."

Brizola anunciou ontem que "será honroso" encontrar-se com o ex-ministro do EMFA,

Paulo Roberto Coutinho Camarinho, ao comentar as declarações do militar, publicadas quinta-feira, no jornal "Estado de S. Paulo", quando este revelou sua "vontade de conversar com o presidente nacional do PDT". "Estas situações devem ser encaradas, agora, com naturalidade", antecipou o ex-governador, que vem "acompanhando de longe" as posições "de ministro Camarinho", mas que também tem vontade de com ele montar "uma troca de idéias", na qual a preocupação maior "será o interesse público".

Leonel Brizola negou que o encontro com o ex-ministro do Estado-Maior das Forças Armadas já tenha data marcada. Camarinho, conforme declarou, está "à disposição" do ex-governador para a conversa, na qual pretende dar continuidade às suas reivindicações para as Forças Armadas, motivo de sua exoneração em junho, após entrevista à imprensa Brasileira de Notícias (EBN), criticando a política salarial do Governo.

Brizola reforçou que, por ser presidente de partido, não devem ser vistos como "estranhos" encontros "com os chefes de qualquer ramo das Forças Armadas". (AE)

2. Hora 17/12/88

F 80a
P 88
(Brizola)

01-01

8903202

098

Lula: aumento de subsídios é imoral

O deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em São Paulo, que a bancada do PT na Câmara não pode aceitar receber o aumento de 60% concedido ao funcionalismo público da União, que elevará os subsídios de deputados e senadores de Cr\$ 4,7 milhões para Cr\$ 7,6 milhões em janeiro. Lula chegou a sugerir aos colegas uma maneira para acabar com o que considera "imoralidade": "Eles devem preencher um cheque no valor equivalente a esse aumento e devolvê-lo à mesa da casa".

Segundo Lula, os salários dos deputados deverão aguardar ainda mais no mês de janeiro, quando terão direito também a uma ajuda de custo que aumentará sua quantia para cerca de Cr\$ 15 milhões. Apesar de o PT ainda não ter opinião formada sobre o assunto, o deputado acredita que o atual presidente nacional do partido, deputado Luiz Gushiken, e o líder da bancada, Flávio de Arruda Sam-paio, encontrarão rapidamente uma solução para o problema.

- Quero gritar em alto e bom tom que esse aumento é uma indecência. Num país onde o salário mínimo é de Cr\$ 40 mil não é possível estabelecer-se uma política de salários para deputados que os privilegiem diante da sociedade - disse Lula, que acha normal, no entanto, que os parlamentares tenham direito à URP, como qualquer cidadão brasileiro.

O senador Humberto Lucena disse ontem, em Brasília, que a aprovação de um decreto legislativo, quinta-feira à noite, impedindo a extensão do benefício dos servidores aos parlamentares só vai entrar em vigor se for aprovado pela Câmara, mantendo assim o reajuste. A Câmara só examinará a questão em fevereiro e até lá o aumento já estará creditado nos contracheques. E o deputado César Maia, do PDT do Rio, informou que o aumento de 60% não poderá ser aplicado aos subsídios: ele fez um estudo do projeto presidencial aprovado quinta-feira e informou que o percentual dependerá de decisão das mesas diretores das duas casas.

Arrecadação

O aumento da arrecadação tributária e o ajuste das contas públicas é que permitirão ao Governo conceder um aumento de 60% ao funcionalismo público e incorporar abono de Cr\$ 25 mil concedido em outubro e agora elevado para Cr\$ 40 mil, afirmou ontem o presidente Sarney, em entrevista à Radiobrás.

Segundo o presidente, a incorporação do abono no mês de janeiro trará benefícios adicionais aos servidores porque, em fevereiro, "sofrerá a correção pela URP". (AG/AJE/AE)

Arro-Hon sumi 17/12/88

F. POC
C. P. G.
H. L. G.

01.01

8903205

098

22/10/88 30/11/88

Quem ganha com reformas

O quadro sucessório presidencial será um se a inflação continuar crescendo, mas poderá apresentar alterações até mesmo nas tendências, favorecendo candidatos de centro, se as tentativas do Governo em detê-la oferecerem algum resultado. O projeto de reformulação na máquina administrativa e o projeto econômico prometido pelo Palácio do Planalto tanto quanto destinado a reverter a imagem do Governo também tem um outro objetivo, o de viabilizar soluções sucessórias que não sejam tragadas pelo voto de protesto, como ocorreu em 1968. Por isso as reformas anunciadas estarão envolvidas por componentes políticos, apesar de imperiosas, diante do fantasma da hiperinflação e da salvação do Pacto Social. Alienação com o encaminhamento do episódio sucessório, porém, será inevitável. As duas últimas eleições foram marcadas por fatores econômicos, a de 1966 tendo o Plano Cruzado como trunfo e a de 1968 mostrando a frustração com o custo de vida. Não será diferente em 1988.

Opções

Diante dessa realidade e dos exames preliminares em torno do quadro político, as lideranças partidárias situadas ao centro e à direita admitem que são dois os caminhos para tentar ainda um êxito nas urnas: uma aliança, a reversão da crise econômica ou ambos. Uma delas isoladamente como a coligação de forças partidárias não seria suficiente para conquistar a credibilidade perdida se o problema econômico não for enfrentado com muita força. Por isso o plano do Governo acaba se inserindo no contexto sucessório. Inevitavelmente.

Quem comanda

Se este é o diagnóstico existente a coordenação do projeto econômico passa a ser decisiva. Até agora ela não está plenamente definida. Existem propostas no enxugamento da máquina administrativa, que não são novas, além de sugestões no campo econômico, recolhidas através de observações de técnicos experientes. A soma de tudo isso constitui o elenco de medidas do Governo, mas cuja execução depende muito do comando. Até agora o que se sabe é que os dois ministros, João Baptista de Abreu e Mafleon da Nóbrega, enfrentam dificuldades e restrições, mas seguem a orientação pessoal do Presidente da República. A tentativa para atrair um outro grupo para coordenar esta nova fase da economia brasileira existe, mas esbarra nas resistências dos consultados. Resta avaliar também as sequelas de consultas de mesma natureza. Mas, afinal, o ministro Mafleon da Nóbrega tem enfrentado crises internas, desgastes, quase demissão e resistido. Até quando ninguém ousa prever.

Um dilema

E se der certo? Se as propostas econômicas pela sua drasticidade mostrarem resultados que corrente política se beneficiaria? A resposta fica muito na dependência do futuro do PMDB, que discute sua posição diante do Palácio do Planalto e na sucessão. Não é por acaso o que o deputado Ulysses Guimarães trata de ganhar tempo, manter articulações, ouvir as bases, sentir os governadores e, se possível, jogar para frente a Convenção Nacional. Faltam alguns dados para uma decisão, embora o revés de novembro e a falta de sintonia com o Governo estejam carregando em direção ao rompimento. Que o presidente do partido trata de examinar com realismo. Ao menos uma postura que represente hostilidade.

2 Horn 30/11/88

Carlos Fehiberg

F. ROL

DS 8

ZERO HORA — Santa-Feira, 14.12.88

Assim

Madureira não vê futuro no PMDB

Deputado admite, como "saída honrosa", apoiar Mário Covas na eleição presidencial

O deputado Mário Madureira disse ontem, durante reunião da bancada do PMDB, que o partido não tem futuro, mesmo com a vitória dos progressistas na Convenção de março. Para ele a saída mais honrosa é apoiar Mário Covas, do PSDB, com quem pretende conversar amanhã em Porto Alegre, a pedido do senador, e assim melhor começar a pensar na estruturação de um novo partido, "com o perfil que deveria ter o PMDB: progressista, de centro-esquerda e com um conceito definido de tipo de poder público que desejamos para o Brasil. O PMDB está politicamente liquidado e a sua sigla completamente desacreditada. Não vejo possibilidades de reerguê-la novamente. Temos de agir com objetividade e evitar perder mais um ano com discussões estérteis".

Esta proposta ele levou ontem ao governador Pedro Simon, durante análise do quadro político nacional com a bancada. Na segunda-feira à noite, pretende levar a mesma sugestão ao Diretório, pois deseja que ocorra um posicionamento do PMDB do Rio Grande do Sul, a ser levado à convenção nacional. Nesta proposta incluiu também o rompimento com o governo Sarney.

Na argumentação apresentada aos deputados e depois a Simon, Madureira foi claro: "Mesmo que os progressistas vençam a convenção, o que vai ser difícil, ou praticamente impossível com as articulações que estão sendo feitas pelo Planalto; mesmo que consigam romper com o Governo Federal; e ainda que o partido

consiga o melhor candidato à Presidência da República, continua correndo o risco de chegar em quarto lugar na eleição presidencial. Vai repetir o pleito municipal em Porto Alegre, onde perdeu por pouco todas as possibilidades de recuperação e também a credibilidade popular, que é o mais importante".

Reação da bancada

Os deputados psmedobistas reagiram às colocações de seu companheiro Mário Madureira. Tentaram convencê-lo a não tornar público o seu pensamento. O secretário-geral, Antônio Lorenzi, foi claro: "Não podemos sair por aí admitindo a derrota antecipada. Temos de lutar. Acho que temos possibilidades e vamos fazer força. Depois disso, poderemos discutir uma saída em conjunto".

A vice-líder Edda Souza, que se situa no grupo mais à esquerda do bloco partidário, também tentou desmistificar o plano de Madureira. "Temos de esperar a convenção nacional. Acredito que o futuro da sigla é difícil, mas não podemos precipitar os fatos", enfatizou.

Para Krasi Miller, que foi o primeiro a sugerir o rompimento do partido com o presidente Sarney, "o importante é que tenhamos uma postura unitária no Diretório. Temos de evitar soluções que levem a abandonar o partido antes do tempo".

f. 104
(10.10.88)

01.01

8903212

098

Brasil centro y derecha en busca de su candidato

RIO DE JANEIRO, (EFE). -- Sectores de centro y derecha de Brasil buscan un candidato capaz de vencer a la izquierda en las elecciones presidenciales de 1989, tras celebrarse los comicios municipales con la victoria de la izquierda.

Fuerzas económicas y políticas, a las que se sumaron en los últimos días el presidente de la República, José Sarney, y el presidente del Congreso, Ulysses Guimarães, advirtieron sobre los riesgos de un triunfo de la izquierda en la próxima elección presidencial.

"El país dejó de tener parámetros equilibrados para una cierta izquierda-anarquía que en el pasado generó dictaduras y frustraciones", afirmó Sarney recientemente en su programa semanal de radio, donde llamó a la unión de las fuerzas democráticas de centro "para salvar al país".

El presidente del Congreso y del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), diputado Ulysses Guimarães, advirtió que el dirigente de izquierda radical Luis "Lula" da Silva será el sucesor de Sarney si las fuerzas de "centro y centro-izquierda" no se unen.

"Si hay división, gana Lula", dijo Guimarães, durante una cena con políticos y periodistas, en donde sostuvo que Lula tiene mayores posibilidades de ser elegido presidente, y que Brizola defendió una mayor "independencia" del PMDB con relación al presidente Sarney.

El presidente del Partido de la Social De-

mocracia Brasileña (PSDB) y ex gobernador de San Pablo por el PMDB, Franco Montoro, lanzó la candidatura del senador Mario Covas y dijo que quería facilitar así las negociaciones para la unión eventual de otros partidos en torno de su nombre.

Definido por Montoro como "el único nombre capaz de evitar la polarización entre la izquierda y la derecha extrema en la elección de 1989", Covas puede capitalizar tanto el descontento de la población con el gobierno, como la confianza de los sectores que buscan un político moderado.

De forma coincidente se realizó una reunión de representantes del PSDB, del Partido del Frente Liberal (PFL), del Partido del Trabajo Brasileño (PTB) y del Partido Democrático Social (PDS), que discute desde hace dos meses la posibilidad de un candidato común a la Presidencia.

Estos partidos temían que la elección presidencial se polarizara entre el ex presidente Jaime Quadros, por la derecha, y Leonel Brizola, por la izquierda, y esa preocupación fue reforzada por las recientes elecciones municipales, lo que evidenció el crecimiento de Brizola y, más a la izquierda, de Lula.

"El retrato del candidato de unión -- declaró el senador Marco Maciel, presidente del PFL -- es el de alguien que sea moderno, reformista, comprometido con la transición, que tenga experiencia administrativa y que busque redefinir la política de desarrollo del país."

El día 20-12 88

F102

01-01

8903213

098

POLÍTICA 3.11.82 18-12-82

Passarinho critica o imobilismo do Governo

O presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA), defendeu ontem, na sessão de encerramento do Senado, a desregulamentação da economia, a redução do poder da burocracia e a restauração dos investimentos estrangeiros. "Precisamos de nossa perestroika, de que a liberalização política seja paralela à liberação na economia" afirmou. O líder pedemista se disse muito impressionado com a troca de ofensas entre ministros e de acusações entre diretores da Petrobrás e de outros órgãos "sem que ninguém seja despedido, sem que nada se modifique, sem que se faça alguma coisa", quando é criada a "cláusula dentro do Governo". Passarinho fez seu pronunciamento frisando que fora aos cumprimentos de fim de ano ao presidente da República por dever de cortesia, mas insistiu em impedi-lo, como líder de uma oposição que não deseja radicalizar, mas contribuir para o bem público, fazer as críticas devidas. Disse ser amigo pessoal do presidente Sarney, mas está como seu partido, o PDS, na oposição. "O governo Sarney teve, pelo menos em declarações - afirmou Passarinho - quatro políticas econômicas, entre as quais o Plano Cruzado, do ex-ministro Delfim Netto, de funestas consequências. A última é a do feijão com arroz, do ministro Edmar de Nóbrega, que começa a reconhecer seu fracasso e a defender medidas mais fortes. O País está, sem dúvida, ameaçado de uma hiper-inflação, que pode atingir os quatro dígitos no ano" - disse.

Sem credibilidade

A esperança, segundo o senador, seria o Pacto Social, de qual todos deveriam participar, "mas na última reunião a que o PDS compareceu predominaram as amaldiçoções e não houve resoluções. Os trabalhadores estão prometendo abandonar o job a acusação de que os empresários não se sacrificam e o Pacto começa a deixar de ser uma possibilidade. É preciso combater a inflação, porém o Governo necessita de credibilidade, o que não tem. Como diz o senador Roberto Campos (PDS-MT), o Governo não tem credibilidade sequer para manter seus títulos".

É escandaloso, para Passarinho, que um ministro de estado chame o outro de ladrão e nada aconteça. "O ministro da Fazenda tem atritos constantes com o presidente do Banco Central e nada acontece. O presidente e um diretor da Petrobrás trocam acusações e processos, sem que haja uma decisão, prejudicando a imagem da empresa. O Ministério do Trabalho, apesar das greves sucessivas e cada vez mais frequentes, está sem titular efetivo, ocupado pelo chefe do Gabinete Civil, que talvez não seja necessário" - conclui Passarinho. (ANDA)

F. Pol
(P. P.)

01.01

8903220

2200 MORA 3-11-88

Política e Economia

098

A presença do ex-governador Leonel Brizola hoje em Porto Alegre constitui um forte momento para a campanha do PDT à Prefeitura. E confirma o interesse das expressões nacionais no pleito marcado para o próximo dia 15 de novembro. Além de Brizola, aqui estarão Lula, neste fim de semana, e o deputado Ulysses Guimarães. Aqui também estiveram Espíridio Amin e o senador Camargo Neto. As vésperas de decisões no campo econômico, uma disputa eleitoral vai acabar ganhando o seu espaço até há pouco dividido com a Assembléia Nacional Constituinte. As atenções não são exclusivas na medida em que negociações também se desenvolvem envolvendo a viabilização de um Pacto Social, que poderá ter reflexo imediato em termos de repercussão, mas enfrenta problemas políticos, inserido que está num contexto ainda em debate. Se o Pacto tiver, como se discute em Brasília, necessidade de respaldo partidário também, a fase pré-eleitoral poderá gerar um aprofundamento maior. Sobre a sua urgência ninguém duvida, caracterizada que está a dificuldade do Governo com a sua base. Ela é precária, a partir de uma série de crises internas e que levaram a reformas ministeriais. As votações na Assembléia Constituinte, incluindo um longo exame do sistema de governo e da duração do mandato do presidente Sarney, contribuíram para comprometer essa base. A guerra à inflação e a adoção de medidas fortes no campo econômico não podem prescindir de cobertura na área política.

Antecedentes

F-POL

O componente econômico esteve presente em diferentes momentos no Governo Sarney. Ainda no primeiro ano, o Presidente trocou o ministro da Fazenda, mas continuou em busca de saídas mais agudas. Foi o que aconteceu em 28 de fevereiro de 1966, quando foi decretado o Plano Cruzado. Foi a fase mais tranqüila da Nova República, não apenas na esfera administrativa, mas também no desdobramento político-eleitoral. A avaliação do quadro econômico, no entanto, levaria ao Cruzado II e à moratória logo após, além da primeira tentativa de selar um Pacto Social, ainda no primeiro semestre de 1967. Desta feita, porém, comandado diretamente pelo Presidente da República. Atuando abertamente, coordenando reuniões com empresários e sindicalistas, abrindo mão em algumas delas do ministro Dilson Fuzaro, o presidente Sarney admitia a necessidade de mudar a política econômica, mas enfrentou dificuldades políticas para substituir os titulares da área econômica. O Plano Bresser, concebido pelo novo ministro, acabou retocado e absorvido pela política "feijão com arroz" do novo titular. E, a partir do agravamento da situação, houve um reacerço com os credores, a suspensão da moratória e a retomada do Pacto Social, agora por iniciativa de lideranças empresariais e sindicais. Nessa trajetória, o Governo travou uma batalha paralela, na Constituinte, onde trocou a Aliança Democrática pelo Centrão, numa demonstração da instabilidade de seu bloco parlamentar.

Definições

É justamente no momento de reacerçar sua política econômica — cujo maior indicador é o índice de inflação, um recorde histórico — que a base política, não só para dar sustentação ao Planalto, mas avalizar o Pacto, coincide com uma fase pré-eleitoral. Aí reside um fator complicador a desafiar os articuladores do Planalto. Superar esse contratempo, dissociar o fator econômico das implicações políticas imediatas, é um dado a mais a pesar na concretização do grande acordo nacional perseguido pelo Governo e vários segmentos importantes da sociedade brasileira.

Carlos Fehlborg

01-01

8903221

838

Brasil

S-11-88

JORNAL DO BRASIL

PDT se une ao PT pensando na eleição de 89

São Paulo — Antonio Sarno

SÃO PAULO — Com a união do PDT e do PT, na disputa eleitoral pelas duas maiores Prefeituras paulistas - a de São Paulo e a de Campinas - o ex-governador Leonel Brizola e o deputado Luís Ignez da Silva já iniciaram negociações prévias para um futuro acordo, durante o segundo turno das eleições presidenciais, em 1989.

"A união das forças progressistas em torno de um candidato que as represente no segundo turno da disputa pela Presidência da República, em 1989, é natural", afirmou o ex-deputado Aírton Soares. Na segunda-feira, ele desistirá oficialmente de disputar a Prefeitura da capital pelo PDT, para apoiar a candidatura da deputada Luíza Erundina, do PT.

Possibilidade — Durante uma passagem meteórica por São Paulo, ontem à tarde, Brizola não negou, mas também não confirmou, a possibilidade de união com o PT, e até com o PSDB para o segundo turno do pleito presidencial. Mas o líder do PDT na Câmara dos Deputados, Brandão Monteiro (RJ), considera viável e "lógica" esta soma, até porque foi através dele, há uma semana, que Luíza desencadeou as conversas com o partido de Brizola. Com este passo, o

candidato petista à sucessão do presidente José Sarney entrou de uma vez o constrangimento provocado por sua declaração, em 1986, durante uma palestra da Uerj, quando disse que Brizola, "para chegar à Presidência da República, é capaz de pisar no pécoço da própria mãe".

As conversas iniciadas entre Luíza, Brandão Monteiro e o deputado José Genécio Neto (PT-SP), iniciadas em Brasília, em torno de um "entendimento" do PDT e do PT na atual campanha eleitoral, onde fosse possível, evoluíram para um contato telefônico entre Luíza e Brizola. O ex-governador apoiou a ideia, e Luíza então procurou Aírton Soares em São Paulo.

Acordo — Antontem, o primeiro fruto desse acordo ficou maduro: o PDT anunciou seu apoio à candidatura do ex-líder metalúrgico Jacé Bittar à Prefeitura de Campinas. Bittar é o segundo colocado nas pesquisas de opinião pública, atrás do candidato do PSDB, francamente favorito, o atual vice-prefeito Wanderley Simiccoato. Brizola, aliás, atrasou em uma hora e meia o passeio programado ontem à tarde no Viaduto do Chá - formigueiro humano do Centro de São Paulo, por onde passam diariamente 1,5 milhão de pessoas - para gravar uma

mensagem de apoio a Bittar, a ser utilizada pelo PT no horário eleitoral gratuito de Campinas.

Além disso, já antes da formalização do acordo entre os dois partidos na capital, o ex-governador deixara pronta sua gravação. Nela ele pede votos para Aírton Soares e os vereadores do partido, mas no final, é claro: "Se você não quer votar no Aírton, vote então na Luíza Erundina, do PT. Ela é uma candidata digna".

O fim de sua candidatura não retirará Aírton Soares do ar. O candidato irá para a televisão pedir votos para Erundina e para os candidatos do PDT a uma vaga na Câmara Municipal. O partido de Brizola centrará baterias, na última semana do horário gratuito, para fortalecer os 90 nomes que concorrem a vereador, na tentativa de eleger pelo menos dois.

O acordo só não foi oficializado ontem mesmo, na presença de Brizola, porque o PDT paulista - integrado principalmente pelos remanescentes do antigo PSP do ex-governador Adhemar de Barros - ainda tem alas de filiação que resistem à união do PT. O partido de Luíza ainda é encarado como "muito radical" por alguns petetistas. Nesta fim de semana, Aírton trabalhará duro para quebrar as resistências.

F. Cor
(PP. PP.)

01-01

8903223

Lula começa bem na Itália 'vestibular' de estadista

Araújo Netto
Correspondente

ROMA — Não podia ter tido melhor começo a intensa e movimentada excursão que Luís Ignacio Lula da Silva está fazendo pela Europa para projetar e consolidar internacionalmente sua imagem de candidato do PT à presidência da República do Brasil. Desde que desembarcou em Roma, domingo, Lula mal teve tempo para repousar — e pôde constatar que em oito anos, desde que veio pela primeira vez a Roma, em janeiro de 1981, sua importância aumentou consideravelmente para os líderes políticos, sindicais, intelectuais e meios de comunicação da Itália. Na conferência-debate que manteve ontem na *Sala del Cenacolo*, histórico e bonito auditório que a Câmara dos Deputados italiana oferece aos seus convidados mais ilustres, Lula teve uma demonstração do maior interesse que passou a despertar neste país.

Se o mesmo acontecer na França, Alemanha Ocidental e Suécia, próximas etapas da sua *tournee* européia, Lula pode se considerar aprovado e consagrado no vestibular para estadista que está fazendo no Velho Mundo a convite de diversas organizações e institutos interessados em problemas do terceiro mundo, particularmente da América Latina. Entidades que representam elites políticas sofisticadas, muitas das quais vêem em Lula uma reencarnação mais civilizada de revolucionários mexicanos de outros tempos, tipo Emiliano Zapata ou Pancho Villa.

Papa — Para acomodar todo o extraordinário público interessado em ver e ouvir o

líder do PT, os organizadores do encontro viram-se obrigados a abrir uma outra sala, onde instalaram monitores de televisão para mais de 100 pessoas que não encontraram lugares no salão principal, ocupado por mais de 300 convidados. Toda gente representativa da Itália que conta e decide politicamente. Entre hoje e amanhã, além do novo secretário da Democracia Cristã, Arnaldo Forlani, e do ministro do exterior, Giulio Andreotti, do secretário do Partido Socialista, Bettino Craxi, Lula deverá ter um novo e breve encontro com João Paulo II (o primeiro foi em janeiro de 81), ao término da audiência pública que o Papa dará amanhã. No domingo, poucas horas depois de seu desembarque, Lula foi recebido pelo secretário do Partido Comunista, Achille Occhetto, que viajou para Moscou horas depois do encontro com o líder do PT.

Desde as primeiras horas de ontem, Lula cumpriu uma agenda de encontros que começou na casa do mais famoso escritor italiano vivo, Alberto Moravia, prosseguiu com um colóquio com Bruno Trentin, secretário da maior confederação sindical do país e com uma longa e cordial visita ao gabinete da presidenta da Câmara dos Deputados, a comunista Nilde Iotti, que fez uma revelação emocionante para Lula — ao dizer que o português que ele falava tinha sempre o sabor da língua da liberdade, porque em 1945 foram os portugueses brasileiros os soldados dos exércitos aliados que libertaram sua cidade, na região da Emilia Romagna.

Preocupação é com a Amazônia

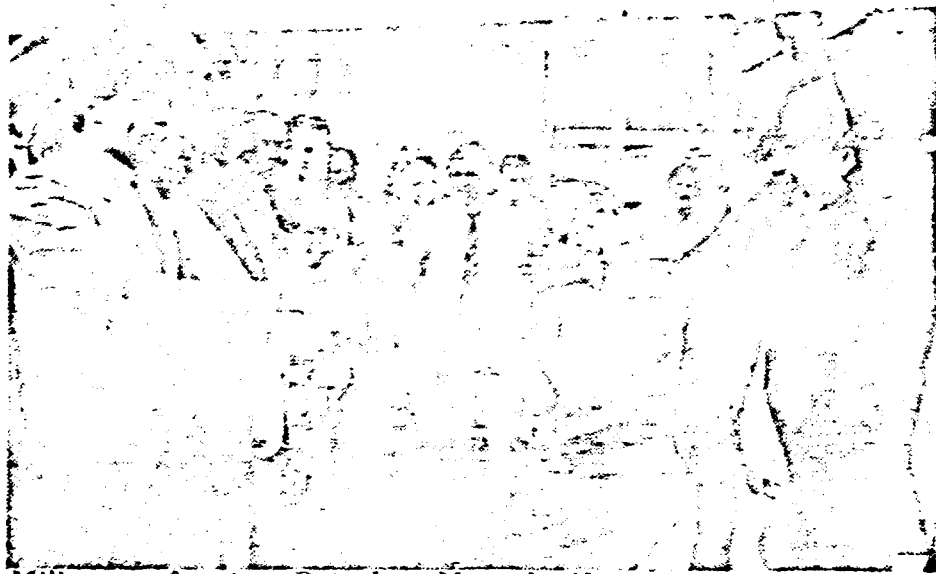
Tanto nos colóquios com líderes partidários, sindicalistas, como nas entrevistas que vem concedendo à TV e à imprensa e durante o autêntico comício de duas horas e meia que realizou no fim da tarde de ontem na *Sala del Cenacolo* de Roma, Lula percebeu que entre tantos problemas e temas brasileiros, os da Amazônia, o do comportamento dos militares e o das perspectivas de uma afirmação das forças de esquerda nas próximas eleições presidenciais de novembro, são os que maior interesse despertam neste momento entre os italianos.

Para todos seus ouvintes, Lula vem falando a mesma linguagem, praticamente se repetindo. Sobre a questão da preservação da Amazônia, ele pretende aprofundar ainda a explicação de suas idéias no encontro que terá hoje com o ministro do Exterior, Giulio Andreotti, que resolveu tomar uma iniciativa para convocar uma reunião de homens de governo e cientistas de todo o mundo, para definir numa conferência internacional de alto nível a possibilidade de se cancelar a dívida externa do Brasil em troca do compromisso que o governo brasileiro assumiria de impedir novas devastações da Amazônia.

Militares — Ontem, Lula explicou várias vezes sua posição. Disse que, a seu ver, a dívida externa do Brasil e da América Latina há muito deixou de ser uma questão do exclusivo interesse dos países devedores e credores. Mas de interesse para toda a comunidade internacional. Em princípio, acha que se pode e se deve fazer uma negociação realmente séria que vincule uma solução para a dívida externa do Brasil à outra, de preservação da Amazônia. Nada porém se poderia concretizar sem que o resultado de qualquer acordo, fosse submetido ao Congresso brasileiro. E sempre que começando e respeitando o direito do Brasil de exercer o controle político de qualquer programa de defesa da Amazônia. O que Lula diz não aceitar é a posição que muitos hoje estão assumindo no Brasil, de recusar qualquer discussão sobre a Amazônia, alegando que ela é nossa e ninguém pode tocá-la. Na sua opinião, é com esse tipo de argumento e slogans falsamente patrióticos que a direita mais reacionária do Brasil pretende manter seu direito de destruir ou vender a Amazônia.

Sobre os militares, Lula disse que não se preocupa tanto com eles. Embora toda vez que afirma isso, escandalize muitos de seus interlocutores, que, como ele, sabem que na América Latina ninguém pode deixar de se preocupar com os militares. Mais do que uma esperança, sua convicção é de que durante a campanha eleitoral poderá discutir e propor aos próprios chefes e oficiais militares sua definitiva integração num programa de democratização das Forças Armadas. Um programa que deverá substituir a tradicional doutrina da segurança nacional, que até hoje só afetou os militares das esferas civis democráticas no Brasil. Sobre a perspectiva das eleições, Lula diz que o PT está fazendo o possível para promover uma frente de todas as forças de esquerda, com o PCB, PC do B, PSB, PSDB, com quem mais quiser aderir.

098



Militantes festejam Brizola e Marcelo Alencar no aeroporto

Brizola diz que Lula está envolvido por oligarquias

BRASÍLIA — "O PT transformou-se no novo charme da burguesia brasileira", ironizou o ex-governador Leonel Brizola, ao afirmar que a candidatura de Luis Inácio Lula da Silva, presidente do PT, à Presidência da República está "envolvida por um jogo das oligarquias". Em várias oportunidades, Brizola voltou a criticar a conduta do PT de achar que "o movimento social brasileiro começou no ABC" — região da Grande São Paulo onde nasceu o PT — e disse que "Lula só pode ser o que é graças à presença de Getúlio Vargas nesse país".

Além de criticar novamente a opção da Igreja progressista pelo PT, Brizola disse que, na campanha, vai "bater as orelhas" com a CUT (Central Única dos Trabalhadores), braço sindical do PT: "Não se pode usar a CUT e as suas verbas contra nós. Não queremos os sindicatos utilizados como correia de transmissão de partidos políticos."

Num discurso de mais de uma hora no 22º encontro nacional do PDT, em entrevistas e numa conversa com os correspondentes estrangeiros, Brizola mencionou sempre a relação do PDT com o PT durante a campanha, e comparou-a com a que existiu, na última eleição presidencial francesa, entre François Mitterrand, do Partido Socialista, e George Marchais (candidato do Partido Comunista Francês), que se atacaram no primeiro turno e fizeram coligação no segundo. "É melhor falarmos agora do que deixarmos isso por aí nos envenenando. Vamos falar enquanto é tempo", disse Brizola.

Tesoura — Ele criticou, sobretudo, o que chamou de uma tentativa petista de "cortar a história com a tesoura" e omitir a importância do trabalhismo no movimento social brasileiro. Lembrou

que o primeiro acampamento de trabalhadores rurais sem-terra surgiu "aqui nessa cabeça" (apontando para a sua), no Rio Grande do Sul e disse que "se o Lula estudasse mais a história brasileira veria a importância de Getúlio Vargas no país."

— Fiquei chocado quando vi na televisão o nosso amigo Lula fazendo declarações agressivas contra Getúlio, chamando-o de fascista. Mas o que é isso? Só pode ser desinformação, não pode ser má fé. Aquele núcleo do ABC fez uma lavagem cerebral na história — afirmou Brizola, referindo-se ao berço do PT.

Depois de destacar que "não há dúvida de que haverá uma grande competição na área popular durante a campanha eleitoral", Brizola acusou as "forças da oligarquia" de estarem trabalhando para criar situações "irreparáveis e incontornáveis" entre PT e PDT.

— Por que os grandes órgãos de comunicação — perguntou Brizola —, a TV-Globo, estão aí enchendo o balão do PT? Por quê? Nós somos apresentados por estas forças do dinheiro e da comunicação como se fôssemos o passado, os portadores de todos os defeitos, enquanto no PT tudo é moderninho. Não vamos nos deixar enganar por esta grande impostura. Por isso, essa polêmica entre nós vai ser muito importante para o esclarecimento do povo brasileiro.

O ex-governador do Rio explicou que, quando se referiu à Igreja progressista, não teve a intenção de condenar essa nova postura assumida por ela no país. "Quem pode ter dúvida de que estamos ao lado da chamada Igreja progressista? Como poderíamos estar ao lado da Igreja conservadora? Nós achamos, apenas, que a Igreja é a mãe de todos, e não podemos aceitar que ela nos discrimine".

F. P. de
(PP. PP.)

530 E. 17/1/88

01 - 01

8903229

078

Waldir acha que o PMDB tem que ter candidato

RECIFE — O PMDB deve lançar candidato próprio a presidente, pois não se justifica um partido ter mais de dois mil prefeitos e não ter candidato. Quem desejar ter o apoio do PMDB para sua candidatura, como o senador Mário Covas, deve ingressar no partido e disputar sua convenção. Esta é, pelo menos, a opinião dos governadores da Bahia e do Rio Grande do Norte, Waldir Pires e Geraldo Melo, que ontem conversaram com o governador Miguel Arraes em Recife. Os dois foram à casa do governador pernambucano pois Arraes ainda está descansando para se recuperar da cirurgia no intestino feita no dia 3 deste mês.

No encontro, Pires e Melo, que antes almoçaram em palácio com o vice-governador Carlos Wilson Campos, governador em exercício, concluíram que se o presidente do PMDB Ulysses Guimarães desejar ser o candidato partidário terá que conquistar voto a voto o posto. Eles acham que se Ulysses se apresentar como "candidato natural" pode ganhar a convenção, mas fracionará o partido, obrigando muita gente a apoiar outros candidatos. Concordam ainda que o candidato do PMDB deve ter um perfil progressista. Arraes concordou com estas teses e deixou claro isso durante a conversa.

Ao deixarem a residência do governador Arraes, Waldir Pires e Geraldo Melo — que vieram ao Recife participar da reunião mensal do conselho deliberativo da Sudene — não quiseram contudo adiantar qualquer conclusão sobre o encontro com o governador de Pernambuco. "Vim visitar Arraes, que se recupera de uma cirurgia, e estou feliz por vê-lo

novo, pronto para enfrentar qualquer desafio político", disse Geraldo Melo, negando que durante a conversa os três tenham conversado sobre nomes no PMDB que possam ser candidatos a presidente. "Claro que falamos de política, mas conversamos sobre a necessidade de encontrar uma solução que restitua a esperança ao povo brasileiro", disse. Já Waldir Pires, que mais uma vez pregou o afastamento do PMDB do governo federal, disse que a convenção do partido é a ocasião para definir os rumos do PMDB: "É chegada a hora de se tomar uma posição clara, porque o partido foi punido nas últimas eleições por sua ambiguidade", afirmou.

Quanto à possibilidade de o deputado Ulysses Guimarães vir a ser o candidato a Presidência da República, Melo disse que pode ser ele, mas não obrigatoriamente. Já Waldir Pires classificou Ulysses Guimarães como "candidato natural do partido", ressaltando contudo que a sua candidatura só será possível se ele seguir os novos rumos a serem traçados pelo PMDB.

☐ O PMDB do Estado do Rio convocou para o dia 29 de janeiro a convenção que vai receber os pedidos de renúncia dos atuais integrantes do seu diretório regional e eleger, a seguir, os seus substitutos. Dos 71 membros do diretório regional do partido cerca de 40 deverão ser reconduzidos. As vagas restantes serão destinadas à renovação dos quadros pemedebistas, que inclui a atração de políticos que pertencem a outros partidos e que foram, em grande maioria, vitoriosos nas eleições municipais de 15 de novembro.

Souza, 17 jul 88

ASOC

desiste da extinção de ministério

BRASÍLIA — O presidente José Sarney reuniu ontem pela manhã, no Palácio da Alvorada, seis ministros para avaliar a decisão do Congresso Nacional de deixar de apreciar a medida provisória nº 29, que extinguiu ministérios e órgãos públicos, e a rejeição da medida provisória nº 26, que dava amplos poderes ao presidente da República para privatizar estatais. No final do encontro, o governo decidiu reeditar a medida provisória nº 29 ao interpretar que o Congresso, ao não votá-la, deixou de tomar uma decisão.

A reunião de avaliação reuniu em torno de Sarney os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, do Planejamento, João Batista de Abreu, da Justiça, Oscar Dias Corrêa, das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do SNI, general Ivan de Souza Mendes. O encontro durou aproximadamente uma hora e, ao final, apenas o ministro Oscar Corrêa deu entrevista à imprensa.

Modificações — Durante a reunião, Sarney e seus ministros resolveram fazer alterações na nova versão da medida provisória nº 29 que foi encaminhada ontem mesmo ao Congresso. O Planalto, no entanto, não aceitou desistir da extinção do ministério da Ciência e Tecnologia, como exigia o Congresso Nacional. "É inacreditável que não se entenda que o ministério se chama Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, como se fosse possível distinguir desenvolvimento de ciência e

tecnologia", desabafou o ministro Oscar Corrêa.

Com a reedição da medida provisória que extingue ministérios e órgãos públicos, o ministro da Justiça acredita que haverá tempo para que o governo e o Congresso cheguem a um entendimento. "O que o governo quer é que o Congresso assuma a sua responsabilidade no plano. Democracia é regime de responsabilidades. O governo assumiu as suas e as está cumprindo. Agora, quer que o Congresso assuma também as suas", advertiu Oscar Corrêa.

O ministro da Justiça garantiu que com a reedição da medida provisória há margem de negociação entre governo e Congresso. "O governo pode, inclusive, convencer o Congresso de que a medida é correta", ponderou. Oscar Corrêa assegurou que o Governo pretende atender algumas das reivindicações do Congresso, mas não especificou quais.

No momento em que Sarney se reunia com seis de seus ministros no Palácio da Alvorada, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Rafael Mayer, chegou à residência oficial do presidente da República, mas, segundo Oscar Corrêa, não participou da conversa. "Não há interferência de nenhum ministro de nenhuma corte nessa matéria. Se está aí dentro é porque tem audiência com o presidente da República. Não admito que essa matéria seja contestada", disse o ministro da Justiça, negando que o Governo estude recorrer ao Supremo para questionar alguma das decisões do Congresso.

F 102
(CAB)

01 - 01

B903234

OS8

Sarney defende volta de Cuba à OEA

O presidente José Sarney voltou a defender ontem, em Caracas, o reingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA) para que "o processo de integração da América Latina seja completado sem a exclusão de ninguém". O governo cubano está suspenso da OEA desde o começo da década de 60 e, na opinião do presidente Sarney, deve reintegrar-se ao sistema inter-americano.

As afirmações do presidente foram feitas em entrevista à imprensa logo após um encontro de uma hora e 20 minutos com o presidente de Cuba, Fidel Castro, na qual os dois presidentes trataram de assuntos bilaterais, regionais, e multilaterais. Fidel reiterou o convite para Sarney visitar Cuba e o presidente brasileiro admitiu que poderá ir a Havana ainda este ano.

Sobre a dívida externa, o presidente brasileiro lembrou que o problema necessita de uma solução política, através do entendimento entre os credores e devedores. Fez questão de frisar a Fidel Castro que a dívida atual, sem a redução é "impagável", mas que o Brasil acredita na reformulação dos mecanismos de pagamento e na redução dos débitos.

O encontro foi realizado na suíte presidencial do 22º andar do Cara-



Fidel Castro no encontro com Sarney

cas Hilton, na qual o presidente Sarney está hospedado. Fidel, que chegou a Caracas às 4h30min da madrugada, subiu à suíte pelas escadas desde o 18º andar, onde funciona um escritório do governo cubano.

Quando se reuniu com Sarney, bastante informal, reclamou com o presidente do barulho das sirenas em Caracas, da quantidade de policiais, e brincou com Sarney, em tom humorado, se o presidente havia visitado alguma tropa cubana. O dirigente cubano também comentou com Sarney, quando as portas da suíte

foram abertas por minutos à imprensa brasileira, que estava espantado com o número de jornalistas em Caracas. "pois aqui parece ter mais jornalistas que médicos". Ele perguntou a Sarney quantos jornalistas brasileiros estão em Caracas, e, ao saber que são 30, comentou: "Todos são muito jovens e determinados". Ao final do encontro, Fidel Castro disse que tinha gostado muito do menu. "pois estava há 24 horas sem comer". Foram servidos aos dois presidentes salmão, vitela, virho branco e de sobremesa composta de doces e frutas. (IC)

Z. Hora 3/02/89

F. Pou
R. ii
(Cuba)

01 - 01

8903237

098

Itamaraty adverte Embaixada do Irã

O embaixador do Irã em Brasília, Mahmoud Novaedi, receberá hoje no Itamaraty, uma repreensão oficial do governo brasileiro por ter distribuído em suas redações dos jornais uma cópia da mensagem em que o aiatolá Imam Khomeini convoca os muçulmanos do mundo inteiro a matarem o escritor iraniano, naturalizado inglês, Salman Rushdie, autor do romance "Versos Satânicos". Em sua mensagem, Khomeini condena à morte não só o autor do livro, como também os donos das empresas de publicação e distribuição do livro.

O Itamaraty considerou que o embaixador iraniano teve um "comportamento político inaceitável" e acusou-o de estar praticando "indução ao crime". A chancelaria brasileira distribuiu uma nota oficial repudiando a atitude do líder muçulmano. Sobre a repreensão que o embaixador receberá hoje, uma alta fonte do Itamaraty comentou: "Estamos apenas respondendo a uma ação diplomática que consideramos inaceitável. Se isto provocar alguma reação do Irã, lamentamos".

A nota do Itamaraty é a seguinte:

"O governo brasileiro tomou conhecimento de nota distribuída à imprensa pela Embaixada da República Islâmica do Irã sobre a "condenação à morte" do autor de um livro.

O teor da nota, que revela cabal e claro sentido intervencionistas e desprezo pelos mais elementares direitos humanos, não pode ser aceita por qualquer estado de direito nem pela comunidade internacional. O governo brasileiro manifesta seu pleno repúdio pela atitude".

data: 24/02/89

24/02/89

*F. P. C.
(R. 11)*

Convergência Democrática

Sérgio F. Quintella

A dimensão da crise brasileira — crise moral, econômica, social e política — parece que vai atingindo os limites extremos do absurdo. Nada, nem ninguém, fica imune. Só isso explica a relativa condescendência com que se vê serem afrontados os nossos valores mais caros, desrespeitados as tradições e os costumes e agredidas a honra e a família. Talvez a crise e todos os seus perversos desdobramentos expliquem também por que, no Rio de Janeiro, durante o último carnaval, o sempre belo espetáculo popular do desfile das escolas de samba degenerou, num certo momento, para o grotesco e o profano. De fato, a pretexto de mostrar os profundos e inaceitáveis contrastes da sociedade brasileira, fez-se desfilar o luxo e o lixo, as fantasias dos sonhos de Orfeu lado a lado com uma multidão de mendigos junto a ratos e urubus e, no centro, o Cristo andrajoso cercado de bailarinas seminuas. Com a crise, parece que vale tudo!

Não se deveria, assim nesse contexto, estranhar que o candidato do PT à presidência da República tenha se permitido comentar — como o fez em recente artigo assinado publicado esta semana —, de forma grosseira e insultuosa, o manifesto de lançamento da Convergência Democrática. Subscrito inicialmente por 62 brasileiros no pleno exercício da cidadania, o documento vem sendo atacado pela esquerda marxista em sucessivos e orquestrados artigos de jornal. O manifesto seria "mais uma ameaça à democracia" e os seus signatários nada mais nada menos do que "os responsáveis pelo sistema que matou Chico Mendes, afundou o *Batem Mouche* e condenou à morte 18 reclusos na cela sem ar de uma delegacia" (sic). As afirmações entre aspas são, pasmem os leitores, do próprio candidato do PT ao mais alto cargo da República. E se dirigem a homens públicos da convergência moral e intelectual de Octávio Bulhões, Miguel Reale, Osires Silva, Ives Gandra, Ernane Galvêas, Afonso Pastore, Simões Lopes, Bulhões Pedreira, Ulhoa Canto, João Havelange, para citar apenas uns poucos na extensa e representativa lista dos 62 brasileiros que subscreveram o manifesto.

Que documento é este e que pretendem esses homens e mulheres que clara, aberta e democraticamente propõem-se a reunir todos aqueles que se preocupam com o futuro da nação e que, no embate das urnas, desejam ver vitoriosas as verdadeiras teses das reformas e da modernização? Julguem os leitores, por si mesmos, o texto que "ofende e agride a Nação" (sic).

"Nunca, em toda a História da República, cujo primeiro século se encerra neste 1989, o povo viu começar um ano sob expectativas tão paradoxais e preocupantes.

Após longo e sofrido período de transição para a democracia, iremos eleger, pelo voto direto, o presidente da República de um novo tempo, e, no entanto, se aprofunda nossa mais grave crise política, econômica, jurídica e social. O dramático da crise que atravessamos é que o sentimento de ingovernabilidade do país e o desencanto pela falta de oportunidades e de perspectivas consolidam, principalmente entre os jovens, mentalidade hostil à classe política e à liberdade de iniciativa, que poderá levar a população a expressar-se em favor de opções eleitorais de protesto, e não de compromisso com o desenvolvimento e a modernidade.

Busca-se ressuscitar o mito dos homens providenciais. Apela-se para o radicalismo, sob a forma das

velhas e ultrapassadas idéias do socialismo estatizante do século XIX, e, no entanto, a agenda do futuro em todo o mundo registra a liberdade econômica, o desenvolvimento científico e tecnológico, a desregulamentação, a desestatização e a prevalência do consumidor como os melhores caminhos para a prosperidade, a valorização do trabalho humano, a elevação dos padrões de vida e a correção dos desequilíbrios pessoais e regionais de renda.

Convencidos de que a solução dessa imensa crise não virá de um só homem, mas da sociedade como um todo, fazemos um chamamento para que se mobilize a vontade nacional. Impõe-se a união, e não a dispersão, de vontades e esforços. Daí a oportunidade da Convergência Democrática, Movimento que, sem pretender substituir os partidos políticos, propõe-se a reunir e unir todos aqueles que desejam assumir suas responsabilidades perante a Nação, a fim de que a sociedade se aglutine para construir a verdadeira democracia — política, econômica e social.

O Movimento de Convergência Democrática espera crescer e fortalecer-se, ao longo do ano que se inicia, a tempo de influir na escolha do futuro presidente da República, apoiando o candidato que, por suas idéias, sua honradez, sua coragem, sua firmeza, sua transparência, se credencie a ser própria projeção da vontade nacional de construir a "sociedade livre, justa e solidária" que a nova Constituição definiu como o primeiro de todos os objetivos fundamentais da República.

Com uma grande confiança na capacidade de aglutinação de nossa gente e com o pensamento voltado principalmente para os jovens, fazemos esta convocação para a Convergência Democrática.

Impõe-se convergir para que a liberdade e a democracia sejam estáveis, fecundas e duradouras. Convergir para que se transforme em verdadeira obsessão nacional a prioridade para a Saúde e a Educação, como o investimento de maior retorno. Convergir para erradicar a pobreza e realizar a justiça social. Convergir para que, afinal, acima das paixões, dos ressentimentos e das ambições, todos os brasileiros se unam para a imensa tarefa de construir a Nação realmente democrática e progressista.

É claro que o Movimento da Convergência Democrática perturba e preocupa os inimigos da verdadeira democracia. Ele surge para fortalecer o centro democrático, evitar a dispersão de forças e apoiar o candidato que seja capaz de representar a "projeção da vontade nacional". Esta vontade se expressa pela inequívoca demonstração de uma nova postura ética, capaz de mostrar à sociedade que a política pode e deve ser feita com profundo respeito ao cidadão e contribuinte; esta vontade representa o desejo de ver o Estado redefinido, livre do fisiologismo e do clientelismo e capaz, por isto mesmo, de cumprir as suas insubstituíveis funções no campo da saúde, da educação, da segurança e da administração da justiça. Esta vontade, por fim, se expressa pelo esforço na direção e no sentido de um desenvolvimento econômico modernizante, daí resultando a redução das disparidades de renda, num sistema verdadeiramente incentivador da iniciativa privada, sem excessos de regulamentação e intervencionismo.

Esta é a verdadeira Convergência Democrática. Estas são as propostas, não insultos.

Sérgio F. Quintella é empresário e signatário do manifesto da Convergência Democrática

F. Pol

01-01

8903243

098

A direita abandona Sarney

7/12/80 JdbB

Ricardo Noblat

O relatório da CPI da Corrupção, que incrimina o ex-ministro Aníbal Teixeira e o presidente José Sarney, não será votado, tão cedo, pelo Congresso. Se for, não passará pelo Senado, que o derrubará. Se passar, será arquivado quando for votado na Câmara dos Deputados. "Só se pede a queda do presidente da República quando se tem, contra ele, provas robustas", ensina o deputado Ulysses Guimarães.



Falta robustez no que foi arrolado contra o presidente na CPI da Corrupção. Os líderes do PT e do PC do B na Câmara, os deputados José Genoíno e Aldo Arantes, admitem que as esquerdas se comportarão com prudência quando o relatório da CPI começar a ser examinado. "Não adotaremos a posição fácil e inconsequente de aprovarmos o relatório só porque fazemos oposição ao governo", adianta Genoíno.

Os políticos têm-se aplicado em dar incontáveis provas de amadurecimento desde que a nova Constituição foi promulgada — ou mesmo antes disso. O realismo político tem prevalecido entre eles. Os deputados estaduais de Pernambuco, por exemplo, reajustaram, escandalosamente, os seus salários, mas em seguida voltaram atrás. A opinião pública os obrigou a agir assim. Ponto para a democracia.

A prefeita Luiza Erundina bateu às portas do prefeito Jânio Quadros, se entendeu com ele e, juntos, despacharam à Câmara Municipal o projeto de reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano. O projeto não passa — mas isso não importa. A radical do PT soube compor-se com o conservador que sonha em retornar à presidência da República. O senador Mário Covas não quer mais ouvir falar em abreviar o mandato de Sarney.

No momento em que a distensão emoldura o quadro político nacional, o presidente da República sai dos seus afazeres administrativos para denunciar o risco de uma revolução totalitária no país, de uma esquerdização

inevitável. É cômodo imaginar que Sarney formulou sua denúncia sob o impacto do assassinato de um sobrinho no Rio de Janeiro. Ele tinha razão para se sentir impactado — mas não para dizer o que disse.

A natureza das declarações do presidente está de acordo com a natureza de outras declarações que ele produziu nos últimos meses, sempre que se viu acossado pela Constituinte ou em apuros pelo agravamento da situação econômica. A posição de Sarney diante dos militares tem sido servil. De vez em quando, ameaça o país com sinais de fim de mundo e logo em seguida apela para os fardados.

Os conservadores, e mesmo os poucos, entre eles, que assumem sua condição de direita, deixaram Sarney falando sozinho da revolução totalitária que antevê. Até aqui, o processo político subtraiu ao presidente todos os pretextos que ele poderia ter para ajudar a abortar a experiência de redemocratização do país. A inflação, com todas as suas consequências, será seu próximo e sólido pretexto. É só esperarmos para conferir.

Fala Mailson — Recebi do ministro Mailson da Nóbrega a carta que segue: "Li, surpreso, em sua coluna, supostas informações por mim dadas em ocasiões distintas, inclusive no âmbito do pacto social. Pelo menos no que se refere ao pacto social, tenho dezenas de testemunhas que poderão, facilmente, desmentir as informações a mim atribuídas. Certamente o mesmo não ocorre em relação a outros de seus informantes.

Jamais formulei a qualquer interlocutor opinião desabonadora sobre as atitudes do presidente José Sarney, nem me referi a assédio de militares para a minha permanência no cargo. Ao contrário: tenho manifestado o apoio recebido do presidente para medidas impopulares, mas necessárias. Tenho, igualmente, recebido compreensão e estímulo dos militares, como de outros membros do governo.

Somente o desejo de fomentar intrigas poderia justificar a maledicência contida nas informações passadas à sua prestigiosa coluna."

Feito o registro, a pedido do ministro, admita-se que é compreensível que ele se sinta obrigado a desmentir de público declarações que emitiu em caráter particular. Nada há a ser retirado no que aqui se publicou e se atribuiu a Mailson na última quinta-feira.

F. (Cov)
(PP. PP)

01 - 01

8903248

058

PDT e PT fazem trégua entre Brizola e Lula

Rodolfo Fernandes

BRASÍLIA — Um cessar-fogo entre os candidatos a presidente da República pelo PT, Luís Ignácio Lula da Silva, e pelo PDT, Leonel Brizola, foi acertado entre os deputados José Genoíno (PT-SP) e Vivaldo Barbosa, líder pedetista na Câmara. Os dois conversaram a tarde, durante a sessão da Câmara, e concordaram, a princípio, que a escalada de críticas trocadas por Lula e Brizola "é prejudicial aos dois", segundo Vivaldo. A noite, Genoíno e Vivaldo combinaram uma conversa mais detalhada, que pode levar a um encontro dos presidentes do PT e do PDT para formalização do armistício.

A trégua de conversações entre Lula e Brizola está prevista para as eleições do PT e do PDT, que os dois partidos disputam no segundo turno da eleição presidencial. "Estou na linha do cessar-fogo porque nós somos aliados agora. Se depois o Brizola for, fazer aliança com a direita, nós voltamos a escuihambiar. Mas agora, não. Quero que a gente suspenda a troca de *unabulidades*", propõe Genoíno.

"Foi o PT que começou", acusa Vivaldo Barbosa. Ele concorda com o fim das acusações entre os dois líderes e diz que apóia "integralmente" a proposta que lhe fez Genoíno. Nas conversas reservadas que vêm mantendo após as eleições municipais, Brizola considera "artificial" o crescimento do PT, e acha que faltou suficiente humildade aos seus dirigentes para receber os resultados. Brizola diz que suas críticas ao PT são respostas às agressões que recebeu.

"Eu não vou apanhar calado do PT. Nem do meu pai eu apanho calado", reage o deputado Fernando Lyra, coordenador da campanha de Brizola à Presidência. Mas, enquanto responde aos petistas, Lyra tem uma opinião otimista quanto ao futuro das relações de Lula e Brizola. "Isso o processo resolve naturalmente. Se ganharmos o primeiro turno, o

PT se aliará a nós no segundo. Se eles ganharem no primeiro, seremos nós a nos aliarmos. Não vai ter problema", garante Lyra.

Situar as críticas, que alguns setores dos dois partidos consideram inevitáveis, num tom civilizado é uma preocupação tanto da assessoria do PDT quanto do PT. "O pau vai comer, mas vamos chegar lá", prevê o deputado Luís Alfredo Salomão (PDT-RJ). Um pedetista que já foi petista, o deputado Lysânias Maciel, acha que o PT deve "baixar a bola" mas considera algumas críticas feitas por Lula até procedentes.

"O Lula tem alguma razão quando diz que o PDT não ajuda a organizar as bases populares e eu também acho saudável o apoio da Igreja aos setores populares. Não podemos cair em intrigas e nem no bate-boca pessoal", diz Lysânias, um pedetista pouco ortodoxo. Ele acha que, no final das contas, a polémica entre Lula e Brizola "é saudável para o movimento popular".

□ O ex-governador Leonel Brizola respondeu ontem, em Paris, à acusação feita pelo governador Moreira Franco de que ele se recusou a ajudar o presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Juvenal Osório, na negociação com o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, presidido pelo deputado Juarez Antunes, do mesmo partido de Brizola. O ex-governador disse que antes mesmo de Juvenal Osório procurá-lo, ele já tinha feito contatos com os dirigentes sindicais de Volta Redonda, mas se recusou a tomar as providências pedidas pelo presidente da CSN por não ser do governo. "O presidente da CSN disse-me que o Estado do Rio de Janeiro não tinha governador e que o país não tinha presidente nem ministro do Trabalho. Aconselhei-o a procurar o doutor Roberto Marinho que é o homem mais poderoso desse país", contou Brizola.

F. (ex)
(PP-PP.)

PARTES POCO LEGÍVEL

01.01

8903250

048

Presidente não aceita negociar a Amazônia

O presidente José Sarney, antes de embarcar ontem para Tóquio, rechaçou com veemência a proposta de diminuição da dívida externa brasileira em troca da preservação da Amazônia. "Esta é uma proposta que jamais, no Brasil, alguém levaria a sério. Não há dinheiro no mundo e nem compensação que possa ser negociada por um milésimo do território brasileiro", afirmou o presidente.

Sobre sua participação nos funerais do Imperador Hirofumi, destacou-se tratar de um gesto humano e lembrou que o Brasil possui a maior colônia de japoneses do mundo. Ressaltou ainda, que como lá estarão chefes de Estado de todo o mundo, para homenagear o Japão, será uma boa oportunidade também para a troca de idéias de temas bilaterais e multilaterais. O encontro com o presidente Bush, marcado para sábado, se insere dentro deste contexto, de aproveitar a presença de ambos nas cerimônias fúnebres para conversar sobre o problema da dívida externa.

O encontro dos presidentes José Sarney e George Bush, terá uma agenda aberta, mas a dívida externa será o principal tema da conversa, reafirmou ontem o ministro Abreu Sodré. O ministro das Relações Exteriores frisou que o presidente tentará sensibilizar Bush de que o Brasil não pode continuar sendo um exportador de capitais para o primeiro mundo. A dívida externa será também o principal item do encontro do presidente Sarney com o primeiro ministro japonês, Naohiro Takeshita, onde será debatido a realização de novas investimentos japoneses no país.

O governo brasileiro pleiteará também, ao governo japonês, um empréstimo para pagar o serviço da dívida, mas a proposta não precisa ser montante desta operação. (Brasília/ZH) (1) 24/11

200 9/12/03

F 704 (603)

01.01

8903255

048

C

MUNDO

ZERO HORA — Quinta-feira, 21 de maio de 1979 — PÁGINA 17

Sarney em Caracas. Com Quayle

Encontro com vice-presidente dos EUA será ponto principal da ida à posse na Venezuela

Por VONE CASSOL
Enviado especial ZH/Caracas

Pela primeira vez, um chefe de estado brasileiro comparece à posse de um presidente venezuelano. Esta é uma das razões da presença do presidente José Sarney em Caracas, onde desembarca hoje às 16h30min (17h30min de Brasília). O encontro com mandatários de outros países, como o vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, e o debate sobre a dívida externa do Terceiro Mundo são os demais objetivos desta visita de três dias à Venezuela. Logo após a chegada, hoje, o presidente Sarney vai receber os presidentes da Nicarágua, Daniel Ortega, e do Equador, Rodrigo Borja. Amanhã, quinta-feira, estará com Dan Quayle, quando certamente vai solicitar o apoio para a liberação de um novo empréstimo ao país.

Embora os atos de posse de Carlos Andres Perez estejam marcados para

amanhã, quinta-feira, Caracas já está, em clima de festa, com um grande movimento concentrado em torno do hotel Caracas Hilton, local onde se hospedam os 26 chefes de estado esperados. Ontem, chegaram os presidentes Daniel Ortega, da Nicarágua, e o primeiro-ministro Felipe Gonzalez, da Espanha.

A grande expectativa é em torno do comparecimento do presidente cubano, Fidel Castro, cuja presença não havia sido confirmada até o final do dia de ontem. Apesar de a delegação cubana ser uma das maiores nos hotéis de Caracas — são mais de 160 cubanos — Fidel Castro pode não comparecer à posse do novo presidente venezuelano, Andres Perez, que chega pela segunda vez ao posto, sendo saudado como uma das figuras mais importantes para o processo democrático da América Latina. Já está confirmada a ausência do presidente da Argentina, Raul Alfonsín, que cancelou a viagem devido aos pro-

blemas internos.

Acomodações

Há mais pessoas fora do que dentro. É com essa comparação que os venezuelanos se referem ao forte esquema de segurança que cerca todo o quartelão do hotel Caracas Hilton, que está com uma lotação de aproximadamente mil hóspedes. Seguranças, policiais, soldados, inclusive do Disip, a polícia especial, armaram um grande esquema de segurança que cria mais dificuldades ao já tumultuado trânsito da cidade. O número de seguranças é tão grande — cada delegação tem sua equipe — que a gerência do hotel solicitou que se organizassem, para evitar atritos entre si.

Desde outubro a gerência do hotel começou a se preparar para esse evento, mas o número de convidados que confirmou presença já superou a previsão inicial, conforme disse ontem Thomas Potter, assistente da gerência. As 18

suites do hotel estão ocupadas e praticamente cada delegação toma conta de um dos 26 andares do hotel. Além da delegação cubana, a segunda maior é a comitiva do vice-presidente dos Estados Unidos. Só no Caracas Hilton está instalada em 54 apartamentos. Embora não fosse fornecido o número de apartamentos destinados à comitiva do presidente Sarney, Thomas Potter informou que a delegação brasileira também está entre as mais numerosas.

Além do presidente Sarney, chegam hoje praticamente todos os chefes de estado que confirmaram presença. São apresentadas as credenciais ao presidente atual, Jaime Lusinchi, e os presidentes promovem reuniões entre si. Como é o caso do presidente Sarney, que recebe Daniel Ortega e Rodrigo Borja em sua suíte. Enquanto isso, prosseguem os preparativos, com o credenciamento dos 800 jornalistas que já estão em Caracas.

01.01

8903258

f. Per
(P.11)

Confronto político

O mais sério confronto na PMDB, vivido pelo deputado Ulysses Guimarães, está começando com o registro de duas chapas que vão disputar o comando partidário. A maioria pode ser progressista e ulysista, colocando o partido na oposição e mais à esquerda, numa definição que se registra depois de muitos anos, sobretudo no bipartidarismo, quando o MDB foi a legenda de combate ao regime. Procurando aglutinar e somar, usando o seu tom conciliador, herdado do PSD, do qual foi ministro no gabinete parlamentarista chefiado por Tancredo Neves, o deputado Ulysses Guimarães procurou sempre evitar cisões, rachaduras e a esperada implosão. Conviveu, muito tempo, com autênticos e moderados, conservou a estrutura do MDB, na reforma partidária, organizando seu sucedâneo, o PMDB, e acolheu na nova legenda, nos últimos anos, políticos oriundos de várias agremiações. A Nova República e a posse do ex-presidente nacional do PDS, José Sarney, complicaram a situação, deixando o partido constrangido e tentando, sem êxito, adotar uma linha de ação. A dissidência aberta com o PSDB só não foi maior porque a nova Constituição continuava a ser votada, mas também pelo ano eleitoral. Mas se o pleito de novembro foi uma das causas para segurar peemedebistas, acabaria, diante dos resultados das urnas, se constituindo na razão maior de uma saída. A executiva que acompanha o deputado Ulysses Guimarães está sendo escolhida com muito cuidado. Nela estão Bernardo Cabral, José Fogaça, Renato Archer, Jarbas Vasconcelos, Bete Mendes, Dante de Oliveira e Francisco Pinto, entre outros. O último era secretário-geral da agremiação em 1983, quando em convenção, foi substituído pelo senador Afonso Camargo Neto, já integrado na campanha de Tancredo Neves.

Moderados

O confronto pode propiciar a viabilização de um antigo projeto do presidente José Sarney, a conquista de uma base parlamentar. O grupo que se estrutura e deve combater Ulysses não terá condições de convivência, salvo mudança muito radical no encaminhamento da disputa. Ela acabará abrindo caminho para o PMDB transformar-se em nova proposta, mas também permitirá ao governo consolidar um núcleo. Ao comando partidário interessa mais, num momento político de definições, liberar-se do desgaste que assumiu a partir de 1985. Foram muitas as análises, constatações e exames que demonstram que o partido está sendo comprometido com a imagem de situacionista. A linguagem vai mudar, e se a corrente liderada por Ulysses vencer como se prevê, o partido perderá adeptos, mas terá unidade no discurso. É o preço que estará pago, mas representará investimento ou, como dizem outros, uma saída até atrasada.

Afastados

A última forte intervenção do deputado Ulysses Guimarães, possibilitando a aprovação do Plano Verão, mediante apresentação de medida provisória sobre perdas salariais, ainda foi recebida como apoio ao Governo. Agora, porém, o confronto na convenção vai separar, formalmente, o presidente Sarney do presidente do PMDB, Ulysses, que assumem novas posturas entre eles. É uma fórmula clara e pública que os líderes peemedebistas pretendem colocar, demonstrando desengajamento da máquina administrativa e discordância filosófica.

Carlos Fehlbeg

21/2/89

038

Aborrecido com o veto dos 'progressistas' do PMDB à presença dos ministros 'moderados' na direção que será escolhida para liderar o partido, o presidente Sarney decidiu reagir. Ele vai articular apoio aos 'moderados'.

Sarney apóia chapa 'moderada' do PMDB

O presidente José Sarney está "indignado" com o aval do deputado Ulysses Guimarães ao veto do grupo chamado "Nove PMDB" à participação de ministros de seu governo filiados ao partido na chapa para renovar o diretório nacional, na convenção do próximo dia 12 de março. "O veto foi ao presidente", disse ontem à noite um dos ministros. Da indignação, o presidente Sarney passou à ação e desde ontem está articulando apoio à chapa dos "moderados" — que contará com os ministros Roberto Cardoso Alves, Jader Barbalho, Íris Resende, Carlos Santana, Ronaldo Costa Couto e, até agora, dos governadores Eptácio Cafeteira (Maranhão), Alberto Silva (Piauí) e Joaquim Boriz (Distrito Federal).



Cardoso Alves: irritado

Na reunião de Sarney com os líderes do grupo "moderado" do PMDB, ontem em Brasília, foi anunciado o apoio "de cerca de 100 parlamentares do partido" à chapa que disputará o diretório nacional contra a chapa articulada por Ulysses Guimarães e os governadores Miguel Arraes (Pernambuco), Waldir Pires (Bahia), Orestes Quércia (São Paulo), Moreira Franco (Rio de Janeiro), Max Maupo (Espírito Santo) e Carlos Bezerra (Mato Grosso), entre outros. O registro de chapas terminará nesta segunda-feira.

Um dos ministros de Sarney garantiu que no encontro não foi examinada a candidatura de Íris Resende à presidência nacional do PMDB. Lembrou que pela legislação partidária o cargo de ministro de Estado é incompatível com a de membro da comissão executiva de partido político. O movimento, por enquanto, é em torno da renovação do diretório nacional de 121 membros. O diretório eleito na convenção do PMDB terá cinco dias para eleger a nova comissão executiva nacional — de 15 membros.

Os ministros de Sarney que integrarão a chapa dos "moderados" poderão deixar de apoiar a reeleição de Ulysses Guimarães a presidente do partido. Um deles comentou: "Como convidar a moça para o baile de sábado, se na sexta ela foi colhida em flagrante adultério?". A imagem serviu para mostrar que, após as ofensas, desaforos e vetos dos "históricos" aos ministros de Sarney e aos "moderados", será "muito difícil o acordo pela reeleição de Ulysses", desabafou um dos líderes dos "moderados".

A irritação dos ministros

Cardoso Alves confirmou, após a reunião de ontem com Sarney, que seu grupo defendeu o acordo, o "chapão", em nome da "unidade partidária". Mas recebeu, em troca, críticas e vetos. Também o ministro Jader Barbalho ficou irritado pelo veto aos ministros. Lembrou que ele e o ministro Íris Resende, quando governadores, foram "os primeiros" a promover os comícios pró-diretas já, em Goiânia e em Belém do Pará. "Em 1983, o atual governador Moreira Franco fazia comícios no Rio, como candidato a governador pelo PDS, ao lado da viúva do marechal Costa e Silva", desabafou Barbalho.

Exaltado, o atual ministro da Previdência também disse que Miguel Arraes, em Pernambuco, e Waldir Pires, na Bahia, se elegeram em 1985 "graças a acordos com arevistas e pedemontas descontentes", que se transferiram para o PMDB. "Para eles, o acordo valla, sem quaisquer implicações ideológicas. Será que o Sultre governador da Bahia já se esqueceu que ofereceu três ou quatro cargos importantes a arevistas, para consolidar a "frente" baiana em 85?", acrescentou Barbalho.

Os ministros Jader Barbalho e Cardoso Alves afirmaram ontem à noite que Ulysses Guimarães "está irreconhecível", ao aceitar o acordo com o chamado "Nove PMDB" para alijar do diretório nacional do partido os ministros e governadores que apóiam Sarney. "Qual o documento do PMDB que anuncia o rompimento do partido com o Governo? Não existe", concluiu o ministro da Previdência Social. (AE)

F 102
(PP. PP)

restituição do IR

Sarney faz planos para seus últimos doze meses

Lançar as bases para a retomada do crescimento econômico sustentado. É este o objetivo principal do Plano de Governo para 1989, que, pródigo em metas mas carente de bases para sua sustentação, tenta estabelecer diretrizes econômicas para os últimos 12 meses da administração Sarney, estabelecendo como ponto fundamental e condição para isso o Plano Verão.

Um ponto de destaque do Plano é que as poucas formas de sustentação de seus objetivos que foram apresentadas estão prejudicadas. É o caso da recusa, pelo Congresso, de extinguir certos ministérios. A isso o governo contrapõe uma outra iniciativa, que ninguém garante possa vir a ser apoiada, de reedição de medidas provisórias. Também toma como ponto de apoio o pacto social, no qual hoje muito poucas pessoas acreditam.

Paradoxo — O outro grande defeito do Plano, no entanto, é persistir na atitude paradoxal de tentar buscar formas de financiar um incremento dos investimentos públicos quando declara ter o governo optado pelo setor privado como motor da retomada do crescimento que pretende conseguir.

Na área fiscal o governo estabeleceu alguns números como metas neste seu Plano: 4% de déficit operacional consolidado do PIB; adequação das despesas com pessoal a 65% das despesas correntes; privatização de empresas estatais e limitação da emissão dos títulos de dívida pública.

Entretanto, no que se refere a pelo menos duas dessas metas, ainda não deu mostras à sociedade de sua disposição em realizá-las: a demissão de funcionários públicos e a alienação do patrimônio acionário de empresas estatais.

Ajuste monetário — No que se refere ao ajuste monetário, o Plano pretende manter altas as taxas de juros reais de curto prazo, controlar o crédito do setor privado e reduzir o ritmo de acumulação de reservas. A forma como pretende pôr em prática estas metas, entretanto, é algo que se coloca mais no terreno das hipóteses que das possibilidades concretas.

No início do programa, a política monetária, via mercado aberto, apresentará caráter restritivo. A taxa de juros resultante, elevada, inibirá, assim, a for-

mação de estocagem especulativa e conterá o consumo. A medida que as expectativas do setor privado forem se revertendo, a expansão monetária, sempre via mercado aberto, poderá começar a graduar pelas metas da política de rendas, ditadas pelo pacto. Quanto mais ousadas forem essas metas, maior espaço haverá para a política monetária e menores serão os custos de estabilização.

O Plano, portanto, busca suporte em hipóteses ou em teses de difícil consecução, como é o caso do pacto social. Baseado nesse tipo de premissas, especialmente nas restrições ao crédito e juros altos, o governo supõe que o país possa voltar a crescer a taxas de 7%, no sentido de oferecer empregos com um incremento de 3,5% ao ano.

Estado — O Plano conclui acertadamente que a crise das finanças públicas enfraquece o papel do Estado, tanto como dinamizador do processo de desenvolvimento, como estabilizador do nível das atividades econômicas. E considera, assim, que "cumpre ser repensado o papel do Estado, abrindo-se à iniciativa privada espaços em áreas atualmente sob responsabilidade pública".

O governo tenta confirmar, no Plano, sua opção pelo desenvolvimento do setor privado, com a informação de que o BNDES disporá, para financiá-lo, de NCz\$ 5,3 bilhões este ano — 20% a mais que no ano passado. Entretanto, continua tentando garantir ao setor público possibilidades de expandir seus investimentos e isto a uma taxa 15% maior que em 1988 para as empresas estatais.

O Plano se permite a alguns reconhecimentos importantes, como de que a hiperinflação é incompatível com a estabilidade social, de que o país tem esgotado suas possibilidades de financiar seu desenvolvimento com recursos externos ou obtidos via mercado financeiro e de que o relançamento do processo de crescimento do país deve estar sob a liderança da iniciativa privada. Para um governo que tem pouco menos de um ano de vida, entretanto, pode faltar tempo para pôr em prática todos os seus objetivos.

FLOV
(60B)

PARTES ILEGÍVEL

098

Sarney falará 30 minutos com Bush em Tóquio

BRASÍLIA — O chanceler Abreu Sodré confirmou ontem que o presidente Sarney irá a Tóquio para os funerais do imperador Hiroito e terá audiência de meia hora com o presidente George Bush, dos Estados Unidos, e de uma hora com o primeiro-ministro japonês, Noburo Takeshita. Sarney discutirá com Bush o problema da dívida externa, e defenderá junto a Takeshita a liberação de financiamentos japoneses para o Brasil.

O encontro com Bush foi pedido no final de janeiro, pelo Itamaraty, e o sinal verde foi dado por Washington na última sexta-feira. Informações vindas de Washington falavam sobre uma possível recusa de Bush, devido ao grande número de pedidos de audiência por parte de chefes de Estado que estarão presentes à cerimônia. A recusa do governo americano quase provocou o cancelamento da viagem de Sarney, mas segundo um auxiliar do ministro Abreu Sodré "esse problema já foi contornado". Sodré disse que o encontro com Bush já foi agendado pelo Departamento de Estado, embora não tenha sido fixado o dia nem a hora. Segundo Sodré, o encontro vai ser curto, de apenas 15 minutos. Um assessor o corrigiu, afirmando que será mais longo: deverá durar 30 minutos.

Embora os dois presidentes tenham uma agenda aberta, que permite a abordagem de qualquer tema, o prato principal da conversa será, sem dúvida, a dívida externa. Sarney mostrará que não é possível continuar com essa sangria na economia do país e que só uma solução política para o problema do endividamento do país poderá garantir a estabilidade política a longo prazo. Ele vai confiar de que os EUA, por serem o maior investidor estrangeiro no país, são também, o maior interessado em que o Brasil desfrute dessa estabilidade.

F. Soc.
R211
(EE-VV)



Chiarelli (à esq.) e os membros da CPI: uma saravada de denúncias imprecisas

CORRUPÇÃO

Denúncia vazia

CPI indícia Sarney e três ministros

Ao anunciar a conclusão dos trabalhos da CPI da corrupção, na semana passada, o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) causou assombro. Depois de trabalhar nove meses, ouvir 56 depoimentos e colecionar mais de 12 000 papéis, a CPI bateu um recorde em matéria de mar de lama. O relatório de Chiarelli incrimina catorze prefeitos, um ex-ministro e três atuais, quatro empreiteiros, cinco representantes de escritórios de intermediação de verbas em Brasília e, finalmente, o próprio presidente da República. No documento, o presidente José Sarney foi indiciado em nada menos que nove diferentes crimes, numa saravada de acusações que, pelo menos em teoria, podem resultar na sua cassação, desde que o Congresso decida processá-lo e condená-lo. "Temos conclusões claras e um acervo de provas respeitável", anunciou Chiarelli.

Seria um fato extraordinário se o relatório tivesse apontado uma única das provas prometidas pelo senador — seja no caso do presidente Sarney ou de seus atuais ministros acusados, numa lista em que se encontram Mailson da Nóbrega, da Fazenda, João Batista de Abreu, do Planejamento, e José Reinaldo Tavares, dos Transportes. Como as provas não foram apresentadas, o documento é, na realidade, uma coleção de denúncias imprecisas. A única prova irrefutável de irregularidade exibida pelo rela-

tório é sobre a intermediação de verbas da Seplan para a prefeitura de Valença, no Rio de Janeiro, durante a gestão do ex-ministro Aníbal Teixeira. Nesse caso, a CPI choveu no molhado. Seis meses antes, a Polícia Federal já havia indiciado Aníbal Teixeira e mais sete pessoas pelo mesmo motivo. O processo está agora para ser julgado no Supremo Tribunal Federal.

PROVA DE REVEZAMENTO — O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que ganhou notoriedade no atual governo por anular uma concorrência fraudulenta para as obras da Norte-Sul sem nunca ter apostado um só culpado, também foi indiciado pela CPI, mas por um motivo bem mais antigo: o escândalo da Superintendência Nacional da Marinha Mercante, a Sunamam, uma falcatura de 550 milhões de dólares, envolvendo donos de estaleiros e autoridades do governo João Figueiredo. O atual ministro é acusado de nunca ter tomado qualquer providência para que os culpados ressarcissem os prejuízos do Tesouro Nacional — cobrança que de resto pode ser feita a qualquer cidadão brasileiro, inclusive os membros da CPI, que nunca se preocuparam em entrar com uma ação popular na Justiça para resolver o caso. Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de

Abreu, responsáveis pela política do feijão-com-arroz do governo Sarney, são indiciados pela CPI por um crime intrigante — o de gastar dinheiro público sem a devida autorização do Congresso Nacional e aumentar impostos. Crime semelhante poderia ser atribuído, por exemplo, ao ex-ministro Dilson Funaro, que torrou as reservas nacionais no forno do Plano Cruzado e inventou o depósito compulsório.

No caso do presidente Sarney, a CPI não encontrou uma única assinatura ou documento que provasse que ele tivesse cometido um crime no exercício do cargo. Para indiciá-lo, os senadores partiram do pressuposto de que um governo funciona como uma prova de revezamento 4 por 4 numa Olimpíada. O ex-ministro Aníbal Teixeira foi indiciado em crime de corrupção passiva no caso de Valença e passou o bastão ao presidente Sarney, que, por sua vez, também é indi-

ciado no mesmo crime. Mailson e João Batista de Abreu foram indiciados por adoção de política financeira temerária por aumentar impostos em 1987 e, por consequência, Sarney teria cometido o mesmo delito. Dessa forma, o presidente é indiciado em nove penalidades, ou seja, em todas as denúncias apuradas pela CPI. No futebol, o equivalente seria punir o presidente de um clube cada vez que um de seus jogadores cometesse uma falta em campo. O problema aqui não está na falta de provas, mas no mérito das conclusões do relatório: a CPI ressuscitou o macarthismo, que é o hábito de levantar suspeitas de crimes e irregularidades não comprovadas contra inimigos políticos com o objetivo de prejudicá-los perante a opinião pública. Na década de 50, o senador Joseph McCarthy liderou uma campanha contra comunistas nos Estados

Unidos. Havia comunistas no país. O problema do senador é que sua campanha era tão demagógica, ele apontou o dedo em direção a tantas pessoas e fez tamanha quantidade de vítimas, que seu processo transformou-se num embuste político. "Que devo fazer?", perguntou o presidente Sarney a um amigo, ao tomar conhecimento do relatório. Ouviu o conselho do bom senso: "Nada".



Sarney: "Que devo fazer?"

O gigante treme

O PMDB enfrenta um difícil teste nas urnas, ameaçado de perder na maioria das capitais

O PMDB atravessou a última semana na situação de alguém que espera péssimas notícias e quase nada pode fazer para evitá-las. O partido que nas eleições de 1986 fez 22 governadores e só perdeu em um Estado, Sergipe, se preparava para enfrentar um novo julgamento nas urnas, no qual corria o risco de ser surrado em dezoito das 23 capitais do país. Conforme indicavam as pesquisas divulgadas ao longo da semana passada, a derrota do PMDB estava praticamente garantida em centros vitais como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Curitiba. Em São Paulo, que reúne quase 10% do eleitorado brasileiro, Paulo Maluf, candidato a prefeito pelo PDS, corria com uma dianteira folgada sobre os concorrentes, enquanto o candidato do PMDB, João Oswaldo Leiva, batalhava um segundo lugar para a representante do PT, Luiza Erundina.

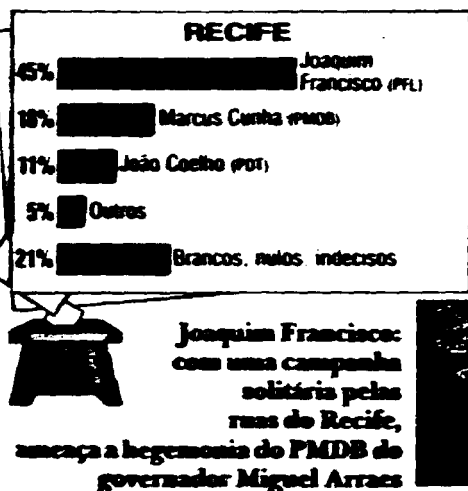
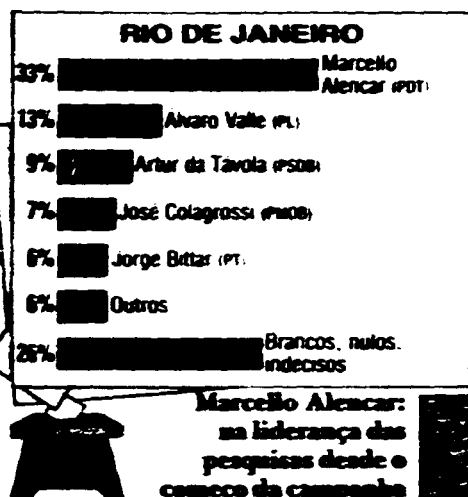
"Estou muito preocupado", admitiu a um amigo na quarta-feira o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB. A se confirmarem as previsões, o PMDB deverá sair das urnas de 15 de novembro com as pernas trêpidas, enquanto alguns de seus caciques, como o próprio Ulysses Guimarães, terão de reavaliar suas chances na corrida presidencial do ano que vem. "O resultado dessa eleição será importante na sucessão do presidente Sarney", prevê o deputado Francisco Donelles (PFL-RJ). Esse o alto comando ulysista, atribuiu-se o mau desempenho do partido nas capitais ao insucesso do governo Sarney, raciocínio que também circulava pelo Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, onde dá plantão o governador Orestes Quércia. A ser verdadeira essa tese, Quércia terá de admitir que sua eleição, em 1986, deveu-se unicamente ao

bom momento do governo Sarney, àquela altura envolvido até o pescoço na aventura do Plano Cruzado e na caça ao boi gordo pelos pastos.

ATO DE DESESPERO — Os sinais do fracasso estão no ar até em capitais onde o PMDB parecia destinado a colocar seu representante na cadeira do prefeito, como Porto Alegre. Ali, o jornalista Antonio Brito, durante muito tempo o preferido dos eleitores, enfrentava na semana passada a situação de quarto colocado, numa disputa cujo resultado era impossível de prever, mas que tinha na sua liderança o petista Otávio Dutra, que pode levar a estrela do PT para enfeitar a sala do prefeito de Porto Alegre. Em Curitiba, o ex-prefeito Jaime Ler-

ner, do PDT, que entrou na disputa há apenas duas semanas, só precisou desse tempo para colocar uma imponente diferença sobre o concorrente do PMDB, Maurício Fruct, que antes esbanjava sorrisos como líder incontestável da campanha (veja quadro à página 52).

Em Belém, finalmente, o PMDB vive um clima no qual o ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, peemedebista e um dos chefes da política local, encontrou condições para um ato de desespero. Há dez dias, Barbalho lotou o Teatro São Cristóvão, no centro de Belém, para anunciar publicamente ter aliciado 141 candidatos a vereador de diferentes partidos para apoiar o candidato do PMDB, Fernando Velasco. Barbalho deu 400 000 cruzados a cada um, gastando, ao total, 56 milhões de cruzados. "O PMDB atua com muita competência", elogiou o ministro, ao explicar a manobra. Estava enganado: nas últimas duas semanas, Velasco, como um paciente terminal, não demonstrou qualquer reação. Continuou amargando um modesto segundo lugar. Pelos números da última pesquisa da DataFolha, que levantou as tendências eleitorais nas nove maiores capitais do país, ele estava com 11% das intenções de voto, en-



quanto o candidato do PTB, Sahid Xerfan, disparava com 66% das preferências do eleitorado — a maior diferença visível nessas cidades.

PISTA ESCORREGADIA — O ônibus abarrotado do PMDB tem como passageiros mais ilustres uma penca de governadores à beira de uma derrota eleitoral, incômoda para suas biografias e prejudicial para seus projetos políticos. Álvaro Dias, do Paraná, recebeu o golpe mais inesperado com a ascensão de Lerner, mas a pancada mais dolorida foi a reservada para Orestes Quêrcia nas últimas pesquisas eleitorais. Se Mahuf realmente bater o candidato do governador, como se previa pelos números da semana passada, Quêrcia terá de patinar numa pista escorregadia para retornar à lista dos presidentiáveis, de onde tem se distanciado pouco a pouco através de uma série de embargos em seu governo, como o caso Banespa, o escândalo da Raspadinha e o espancamento de manifestantes numa recente inauguração de estação do metrô.

Entre os caciques do PMDB, o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, é um caso de grande derrota que vai passar praticamente despercebida. Com seu estilo

dúbio de fazer política, através do qual nunca parece tomar posição bem definida sobre coisa alguma, Moreira Franco não se deu ao trabalho de associar sua imagem ao candidato José Colagrossi e não participou de um só programa do horário gratuito do partido na televisão. "O Moreira dispersou todo mundo", diz o deputado peemedebista Gustavo de Faria. "A campanha foi na base do salve-se quem puder." Ou seja, o eleitor médio nunca saberá se a vitória de Marcello Alencar será uma derrota ou não para Moreira Franco. Talvez nem ele próprio saiba. Na semana passada, enquanto o Exército matava três grevistas na Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, o governador se recolheu ao palácio, de onde disparou uma cascata de telefonemas para várias autoridades, sem qualquer resultado visível.

BONDE ERRADO — Em Minas Gerais, perde o governador Newton Cardoso, em companhia de seu candidato a prefeito, Álvaro Antônio, batido pela caminhada bem-sucedida do único representante do PSDB com reais chances de vitória nas grandes capitais, o deputado Pimenta da Veiga. "Aqui, o voto a favor do PSDB é também

um voto oposicionista, contra o PMDB acomodado de Ulysses Guimarães e do governador Newton Cardoso", interpreta o deputado Roberto Brant, aliado de Pimenta da Veiga. Perde também, em Pernambuco, o governador Miguel Arraes, cujo candidato, Marcos Cunha, parece fadado a levar uma surra eleitoral — a sua frente, navega Joaquim Francisco, que abandonou o Ministério do Interior em agosto do ano passado fazendo críticas ao governo Sarney e nas pesquisas de sexta-feira era sustentado pela preferência de 45% dos eleitores do Recife. O governador Waldir Pires, da Bahia, poderia livrar-se dessa má sina geral que perseguiu seus colegas do PMDB nesta campanha eleitoral se tivesse — simplesmente — aderido ao candidato do seu partido à prefeitura de Salvador, Fernando José, radialista de sucesso na Bahia e líder nas pesquisas eleitorais. Pires preferiu, contudo, dar apoio ao candidato do PSDB, Virgildásio de Senna. "Fernando José está no PMDB, mas não é peemedebista", critica o governador, referindo-se ao fato de que o candidato só assinou a ficha de filiação ao partido pouco antes de ser lançado pela convenção, em junho passado. "O governador Waldir Pires é honrado, mas está cercado de incompetentes", vinga-se o radialista.

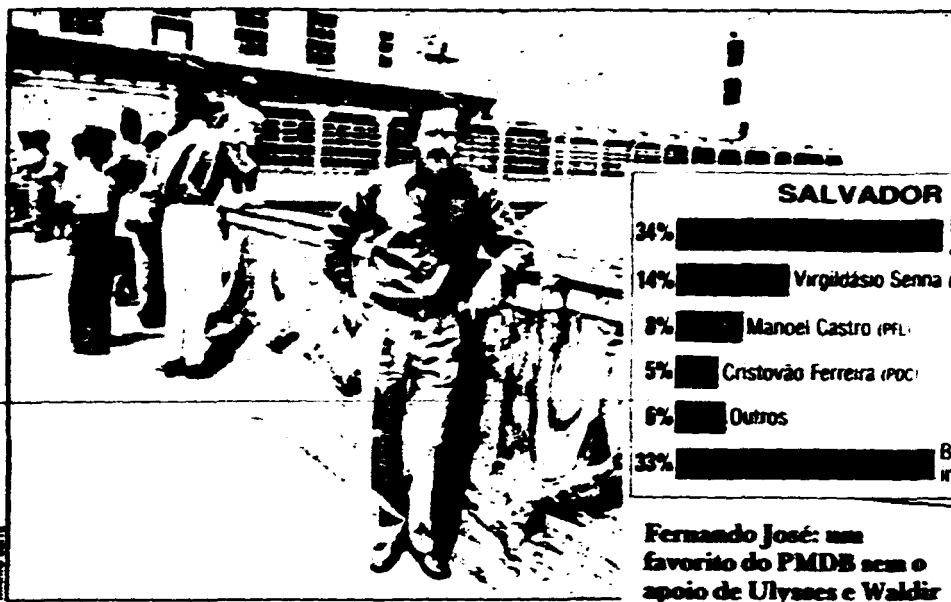
O FENÔMENO PT — Paralelamente ao recuo do PMDB, partido que evoluiu primeiro nos grandes centros, entre as massas mais politizadas, e chega a estas eleições com a perspectiva de ganhar prefeituras pelo interior enquanto as perde nas capitais, desponta um fenômeno chamado PT, o Partido dos Trabalhadores, que, segundo cálculos da sua direção nacional, deve saltar das atuais duas prefeituras que detém no país — em Vila Velha, no Espírito Santo, e em Icapuí, no Ceará — para no mínimo quarenta. "Até hoje, o PT era um partido essencialmente urbano", analisa o deputado federal Paulo Delgado (PT-MG). "Este ano, vamos conquistar muitas prefeituras nas zonas rurais, e isso muda a face da legenda", acrescenta. De fato, entre as muitas localidades em que o partido tinha reais chances de vitória estavam as cidades de Santarém, no baixo Amazo-



Paulo Mahuf: um obstáculo nos sonhos presidenciais do governador Orestes Quêrcia



Pimenta da Veiga: o PSDB planta em Belo Horizonte a sua ilha eleitoral entre as grandes capitais do país



vernaram, como ocorreu com Maria Luiza Fontenelle, eleita para a prefeitura de Fortaleza em 1985, os próprios petistas se encarregam de livrar-se do antigo aliado. Em meio a uma administração ruinosa, Maria Luiza transferiu-se do PT para o PSB.

"O PMDB está pagando o preço por ter anestesiado a consciência nacional com a farsa do Cruzado", diz o presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho, cujo partido, depois de ameaçar desaparecer do quadro eleitoral do país em 1986, começa a dar sinais de vida este ano. Seus candidatos têm boas chances de conquistar as prefeituras de São Paulo, Florianópolis, Rio Branco e talvez até de Porto

Alegre. No PMDB, um dos grandes atingidos pelos números da semana passada, o deputado Ulysses Guimarães, encontrava-se às vésperas de uma nova fase em sua campanha pela Presidência da República. Durante várias semanas ele circulou pelo país — sem passar, contudo, pelos palanques de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador — tendo como insígnia a Constituição que aprovou há quase dois meses. A partir de agora, terá de carregar na outra lapela o distintivo de um PMDB encolhido.

nas, Gurupá, no Rio Xingu, e Quixeramobim, no sertão cearense.

É ainda nos grandes centros urbanos, no entanto, que o fenômeno petista demonstra maior vigor. Em São Paulo, o PT lançou uma candidata, a deputada estadual Luiza Erundina, que tinha tudo para dar errado, a começar pelo fato de não ter sido deglutida inicialmente pela própria cúpula da legenda — o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, por exemplo, só entrou na campanha de Erundina nos últimos dias. Além disso,

Erundina consegue assustar uma boa parcela de eleitores ao se declarar marxista e afasta outra fatia pelo fato de ser mulher. Por fim, nem de São Paulo ela é: nasceu em Uiraúna, no interior da Paraíba. Apesar disso tudo, na semana passada ela já estava em segundo lugar nas pesquisas, ameaçando o candidato do governador Orestes Quércia. A vantagem para os eleitores do PT é que eles votam em candidatos que nunca governaram e nos quais se podem atarraxar as esperanças mais descabeladas. Quando go-

Arrancada fulminante

Há duas semanas, o arquiteto paranaense Jaime Lerner não era candidato a cargo algum. Sexta-feira passada, depois de protagonizar o mais surpreendente fenômeno desta campanha eleitoral, Lerner despontava como favorito absoluto na disputa pela prefeitura de Curitiba, com 53% das preferências dos eleitores, enquanto o até então líder nas pesquisas, o deputado Maurício Fruet, do PMDB, despencava para o segundo lugar, com 22% das intenções de voto.

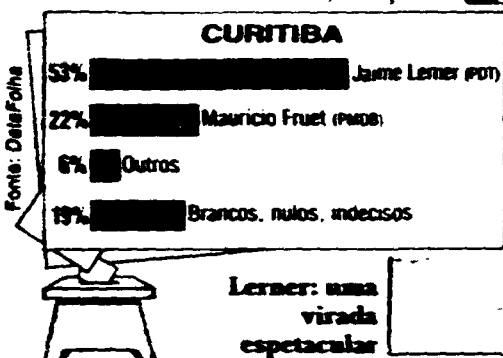
A história dessa surpresa eleitoral começou com a boa reputação de Lerner entre os curitibanos e passou por uma briga na Justiça. Ele já fora duas vezes prefeito da cidade sem nunca passar pelo voto di-

reto e já perdera uma eleição para a prefeitura, em 1985, apesar da fama de ter melhorado Curitiba com planos modernos e obras úteis, com as quais imprimiu sua marca na fisionomia da capital paranaense. Lerner, no entanto, transferira seu título de eleitor para o Rio de Janeiro e só voltara a cadastrar o documento em Curitiba em julho passado, quando faltavam

quatro meses para as eleições. Pela Constituição em vigor na época, o prazo mínimo de domicílio eleitoral para qualquer

candidato teria que ser de um ano. Mesmo assim, ele recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral, que lhe deu parecer contrário. No dia 29 de outubro, porém, o caso foi julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral e a sentença foi diferente. Ocorre que, pela nova Constituição em vigor, o prazo mínimo de domicílio eleitoral é de apenas quatro meses, tempo exato necessário para Lerner se candidatar.

Com a sentença favorável do TSE, a candidatura, lançada pelo PDT, virou uma maratona: ele tinha apenas doze dias de campanha pela frente, mas, para ajudar, todos os demais candidatos que disputavam com Fruet renunciaram em favor de Lerner. Na semana passada, um clima de pânico espalhava-se pelo PMDB paranaense.



f. 102

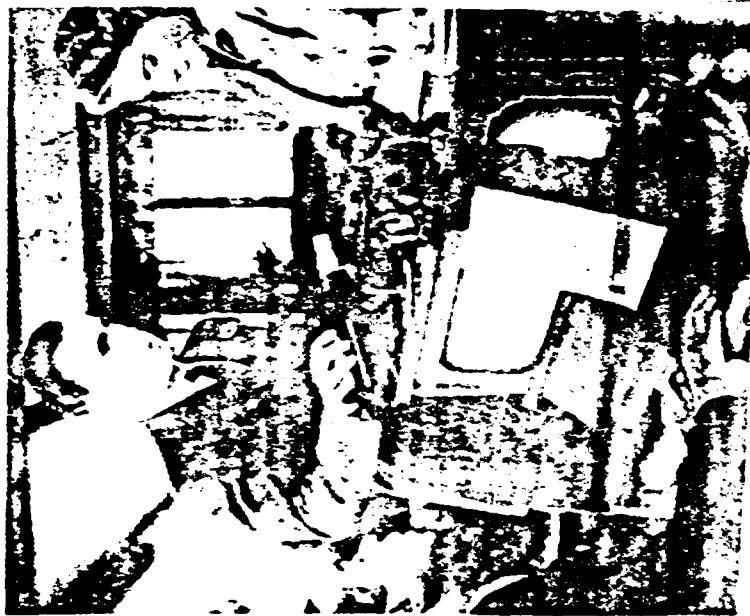
034

GOVERNO ANALISA OS RESULTADOS

Planalto vê com surpresa o crescimento das esquerdas

Para o presidente Sarney, voto nas esquerdas foi de protesto contra a inflação. Na sua visão, os principais derrotados foram os governadores

PRA VER ESTA CENA EM PRETO E BRANCO, BASTA ABRIR O JORNAL.



Por ILMAR FRANCO
Brasília/ZH

O presidente José Sarney está surpreso com o resultado das eleições e o crescimento acima do esperado do PT e do PDT, revelando uma guinada à esquerda do eleitorado nos grandes centros urbanos do País. Mas o presidente continua achando que seu governo não foi o maior derrotado, e sim os governadores estaduais, que não conseguiram eleger os prefeitos de suas capitais, e o PMDB, que perdeu expressão. E acredita que o novo esquema de forças que surge das urnas pode favorecer a viabilização do Pacto Social.

A derrota do partido do Dr. Ulysses — em São Paulo principalmente — já era vista, antes mesmo do pleito, como "um tiro no coração do PMDB", puxando o tapete de toda a presidenciável — o próprio Ulysses e o governador Orestes Quércia. Mas tem consciência de que a vitória de candidatas de esquerda em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outras capitais, representou um protesto da população contra os altos índices de inflação.

Embora os resultados eleitorais e as greves, o presidente Sarney vem aparentando tranquilidade. Acontece que a redistribuição de forças entre os

partidos políticos obrigará a uma negociação. Assessor do Planalto consideram o rompimento apregoado pelo governador Newton Cardoso apenas "uma bravata emocional" de quem perdeu cacife político.

Os assessores consideram ainda que, não tendo um partido só galvanizado o descontentamento com o Governo Federal, governos estaduais e PMDB, isso obrigará a uma maior necessidade de negociação. Sarney sabe que os governadores continuarão a criticá-lo, mas tem de procurá-lo para conversar, pois seu poder de pressão diminuiu.

Há, também, esperança de que, após a "catastrófica" (segundo os assessores) administração de Maria Luíza Fontenelle, em Fortaleza, e a falência do Rio de Janeiro, governado por Saturnino Braga, PT e PDT modernem seu discurso e suas ações para viabilizarem as preferências conquistadas. Índices dessas tendências estão sendo detectados pelo Planalto, que assim interpreta o pedido de audiência com o ministro Roberto Cardoso Alves (Indústria e Comércio), feito pelo deputado federal Juarez Antunes (PDT), presidente do Sindicato dos Metalúrgicos licenciado e prefeito eleito de Volta Redonda. Ontem foi a vez de Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT na Câmara, ligar para o ministro Aureliano Chaves (Minas e Energia),



Resultado pode viabilizar Pacto Social, diz Sarney

propondo ajudar nas negociações com os petroleiros em greve. Isso é interpretado pelo Governo como demonstração de que a esquerda, no poder, "penderá para posições mais moderadas". Um ministro opinou que a vitória do PT e do PDT poderá ter reflexos positivos até nas negociações do Pacto Social, nas quais os empresários "assustados com o avanço das esquerdas", para evitar maiores conturbações sociais, devem aceitar com mais facilidade as medidas de ajuste fiscal propostas pelo Governo que os atingem diretamente, como o corte de subsídios e de incentivos.

Erundina faz festa e plano para 100 dias

SÃO PAULO — A julgar pelas primeiras providências tomadas após a confirmação da vitória de Luiza Erundina em São Paulo, a administração do PT na maior cidade da América do Sul será marcada por muita festa e muito trabalho. O PT agendou para a noite de sexta-feira, em plena Avenida Paulista, o maior centro financeiro do país, a sua grande festa da vitória com a participação de prefeitos eleitos pelo partido em outras cidades, e vai anunciar no mesmo dia as primeiras medidas de um "plano de emergência" a ser adotado nos primeiros cem dias de governo.

"Em dez dias, o povo de São Paulo já vai perceber que está sendo administrado de forma diferente", garantiu Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, que se reuniu ontem à tarde com Erundina e a cúpula do partido na casa do advogado Luis Eduardo Greenhalg, o vice da prefeita eleita. Nesta reunião, foram definidas tarefas para um grupo técnico formado pelo partido fazer um levantamento da situação financeira da Prefeitura e da máquina administrativa para

definir os principais pontos do "plano de emergência".

Diagnóstico — Erundina anunciou que só pretende montar seu secretariado depois de ter um diagnóstico global da situação, mas já é certo que convidará pessoas de fora do partido para compor sua equipe. Várias vezes durante o dia de ontem, Erundina afirmou que pretende governar com a ajuda da sociedade civil. "Vamos inverter as atuais prioridades para reduzir a dívida social e reestudar junto com a sociedade civil tanto o orçamento para o próximo ano como o Plano Diretor", disse ela, que pretende dar poder deliberativo aos conselhos populares a serem criados. "Nós vamos fazer a primeira administração efetivamente popular e democrática da cidade de São Paulo. Vamos ter o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Popular".

Erundina deu nota zero à administração Jânio Quadros, afirmando que "ele foi eleito com os votos dos pobres, mas só governou para os ricos". Assim que for oficialmente anunciada a sua vitória, a nova prefeita pretende pedir

uma audiência a Jânio para que ele facilite o acesso do PT aos órgãos municipais e forneça os dados necessários para a elaboração do plano de ação da nova administração.

Transporte coletivo, creches, escolas e moradias populares são as quatro áreas que deverão ser contempladas pelo "plano de emergência". "O governo vai se antecipar às demandas, dialogando com os movimentos populares e o funcionalismo para responder rapidamente às suas necessidades", adiantou Erundina ao falar sobre possíveis ocupações de terra e greves na administração pública municipal. De toda forma, garante que seu governo "jamais mandará reprimir grevistas ou o pessoal do movimento dos sem-terra".

"Nós vamos mostrar ao povo brasileiro que estamos altamente preparados para administrar a maior cidade do continente", disse Lula ao final da reunião, convicto de que São Paulo será "um cartão postal importante" para a sua candidatura à Presidência da República.

Os homens não dão ordens à prefeita

Quem quiser encontrar "os homens que fazem a cabeça de Erundina" vai perder seu tempo. Com Luiza Erundina, sempre aconteceu o contrário: é ela quem faz a cabeça da meia dúzia de assessores, todos homens, que a acompanharam nesta campanha eleitoral. Firme e decidida, mas afável no trato, ela comanda esse exército brancalhão como uma pacata dona de casa, distribuindo tarefas depois de ouvir a opinião de cada um.

"Tenho até vergonha de contar, mas fizemos essa campanha com uns Cr\$ 50 milhões de cruzados para tudo", revelou Amir Khair, 48 anos, engenheiro eletrônico que começou a trabalhar com Erundina há cinco anos, quando ela ainda era vereadora. Khair foi secretário de Planejamento no início da administração petista na cidade de Diadema e coordenou a campanha de Erundina nas prévias promovidas pelo PT, quando ela arrastou toda a cúpula do partido que apoiava outro candidato, o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio. Khair também fez a "ponte política" entre a candidata e a equipe de produção dos míseros 3 minutos e 39 segundos a que tinha direito no horário eleitoral da TV.

Chefeado pelo jornalista Francisco Malfitano, sócio de uma loja de alta costura masculina, a equipe de TV montou um programa que mostrava Erundina séria e bralhão ao mesmo tempo. Ivan Neves, sociólogo e chefe do gabinete de Erundina na Assembleia Legislativa, e o médico Carlos Neder, membro do diretório municipal do PT, encarregavam-se da agenda da candidata.

Num dia agitado e tenso, o candidato do PUS a prefeito de São Paulo, o ex-governador Paulo Maluf, reconheceu a derrota sofrida para o PT nas eleições de ontem. Mas no final da tarde, em seguidas declarações, num tom menos afetuoso e carregado de moderação, afirmou: "Sou derrotado quem não disputa. Estou feliz, alegre porque ajudei a democracia. Qualquer que seja o resultado, agora, vou continuar sendo um homem público, vou continuar a preparar, se não puder administrar". Se Maluf tentava manter-se alerta, preocupado com as apurações, a ponto de ter alugado 14 táxis para conduzir seguidos pedidos de impugnações de contagem de votos da sede do PUS para as 24 juntas apuradoras, o ambiente na sede do partido, no Jardim Europa, era desanimador.



Erundina (C) ao lado de Lula e cercada de assessores que poderá levar para a prefeitura paulista

Ela deu entrevista até no banheiro

Ricardo Kotscho

"Vocês estão vendo agora por que eu ganhei", disparou uma eufórica paraibana de 53 anos, baixinha e gordinha, ao conseguir sair do prédio onde mora e ser cercada por vizinhos de todas as idades, que a abraçavam e a carregavam pela calçada de uma rua típica de classe média no bairro da Saúde, zona Sudeste da cidade. Eram mais de 11 horas da manhã e ela, que tinha ido dormir às quatro, já estava de pé desde as seis encurralada no seu apartamento de 74 metros quadrados e dois quartos, comprado com financiamento do BNH, onde mora sozinha desde que a mãe morreu no ano passado.

Erundina acabou dando entrevistas à TV Globo até dentro do banheiro do apartamento, e se desdobrava para atender o telefone e a campainha, que não paravam de tocar. Ganhou muitas flores e telegramas, mas um presente a deixou particularmente emocionada. Roberto Frugoli, um bancário desempregado de 19 anos, deu-lhe "a única coisa de valor que tinha em casa" — uma caneta *Shaeffer's* que ganhou ao se formar no ginásio. "Para Luiza, com sacrifício e carinho. Te adoro" — estava escrito dentro do estojo da caneta que ela pretende usar no dia da posse.

Emoções — Foi um dia de muitas emoções para esta mulher criada no sertão de Uirauna, a 500 quilômetros de João Pessoa, que veio em 1971 para São Paulo, triste por ter que deixar sua terra em razão de perseguições políticas na Universidade Federal da Paraíba, onde pretendia lecionar depois de fazer o mestrado na Escola de Sociologia e Política

de São Paulo. Assistente social contratada por concurso pela Prefeitura paulistana, foi encontrar seus conterrâneos nas periferias da cidade grande e, presidente da sua entidade de classe, acabou se tornando, em 1979, fundadora do PT, partido pelo qual se elegeu vereadora e deputada estadual.

Ontem, ajudada por Lurdinha, a irmã que mora em Cuiabá e sempre vem em seu socorro nas campanhas, Erundina fez uma viagem ao passado procurando velhas fotos da família. Em uma caixa, ela guardou as centenas de cartas que recebeu durante a campanha. Ao contrário do que costuma acontecer com candidatos em campanha, essas cartas nada pediam. Apenas traziam sugestões e procuravam animá-la, principalmente quando, em outubro, caminhou para terceiro lugar nas pesquisas.

Repórteres de TV, depois de fuçarem sua estante, queriam saber se ela acreditava em Deus e era comunista. "Sou católica, devota de Maria, mãe de Deus, e sou socialista. Comunista é um rótulo idiota porque eu luto por uma sociedade mais justa e fraterna como prega o Evangelho", respondeu Erundina antes de sair de casa para acompanhar as apurações a bordo da sua Brasília 1978, seguida por um comboio de jornalistas. "Vou preparar arroz com lentilha para você", prometeu uma vizinha, que conhece seu prato favorito, preocupada em saber se agora, como prefeita eleita, iria morar em outro lugar. "Vou ficar morando aqui mesmo, mas vocês vão ter que aguentar essa confusão", garantiu. E puxou o carro para saborear a vitória, festejada por onde passou durante todo o dia.

02.02

8903306

APURAÇÃO CONFIRMA A VITÓRIA

Erundina já anuncia os seus planos de governo

Com a confirmação das previsões de boca de urna, já no primeiro dia de apuração, a candidata do PT já fala como prefeita. E Jânio Quadros decide abrir a prefeitura ao PT

A medida que o andamento das apurações confirma os resultados das pesquisas e dá a vitória à candidata do PT, Luíza Erundina, em São Paulo, a própria candidata deixa de lado as precauções iniciais e começa a falar dos seus planos para o governo da maior cidade do país, hoje com uma população superior a 11 milhões de habitantes. Erundina continuava liderando as apurações ontem com uma vantagem de 29,5% dos votos contra os 24,2% dados a Paulo Maluf, do PDS.

Emocionada, Erundina fala dos seus planos para a administração de São Paulo. Antes mesmo de pensar no secretariado ela adianta que precisa elaborar um plano de emergência para a cidade. Esse plano deverá ser a resposta mais rápida possível aos problemas mais urgentes de São Paulo e será implantado já no início das primeiras semanas do seu governo. Para até o final da sua gestão pretende estatizar todo o sistema de transporte coletivo.

Luíza é nordestina nascida na cidade de Uirama, no Sertão Paraibano, e viveu sua infância em João Pessoa de onde partiu a 17 anos para viver em São Paulo e, como milhares de nordestinos que migram para o sul, ele partiu disposta a conquistar a capital paulista. Emocionada, diz que ao deixar sua terra, pensou estar se separando do seu povo. Em São Paulo, porém, foi muito diferente. Encontrou seus irmãos nordestinos espalhados pelas favelas e cortiços. Filha de Antônio Evangelista e dona Enediana, Luíza sente-se hoje completamente integrada a São Paulo que diz amar tanto quanto a sua terra natal.

Assim como fez no dia da eleição, ontem Luíza Erundina fez uma maratona por dezenas de locais de apuração. Logo cedo, ao levantar-se, disse que já acreditava que a vitória era muito mais do que um sonho bom. "Embora muitas urnas ainda estejam por ser apuradas, acho que não há mais dúvidas de que o povo de São Paulo, este ano, escolheu uma proposta que é aquela de efetiva oposição a tudo o que há de errado no país e em São Paulo."

Os empresários paulistas, especialmente os ligados aos setores de obras e transportes públicos, estão perturbados e temerosos com a confirmação da eleição da deputada Luíza Erundina, do PT, para a Prefeitura de São Paulo. "Fico amedrontado com as declarações da dona Erundina de que pretende estatizar os transportes. Acho que ela quer fazer uma grande CMTC e isso está errado. Basta ver o número de empregados por ônibus na CMTC e nas empresas privadas para se ver que essa é uma posição equivocada", queixou-se Mário Amato, presidente da Fieop, ao resumir a posição do empresariado paulista.

O nível de pânico dos empresários pode ser medido entre os proprietários de empresas de ônibus, que promoveram ontem à tarde uma reunião extraordinária na sede da Transurb - Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de São Paulo - para avaliação do quadro da eleição e suas repercussões no setor, uma vez que a candidata do PT, já eleita, adiantou que tem como meta de governo a estatização dos serviços de transportes públicos.

Os proprietários de empresas de ônibus temem um processo mais forte do que a intervenção praticada em 13 companhias durante a administração Mário Covas, no período de 1984, quando a Prefeitura conseguiu provar que os lucros dos empresários era superior ao que estava sendo contabilizado. No setor de obras públicas, a preocupação também é significativa, segundo informação do presidente da Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas (Apeop), Carlos Zveibel.

Dívidas

"Nossa expectativa é saber como serão concretizados os projetos da nova prefeita e saber se ela manterá uma

postura serena em face dos problemas do setor", disse ele, garantindo que os empresários do setor serão os primeiros a buscar o diálogo com os petistas na Prefeitura. Zveibel disse também que pretende continuar cobrando da Prefeitura as dívidas em atraso, que somam 260 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 200 bilhões), referentes às obras do túnel da avenida Juscelino Kubitschek, passando sob o Rio Pinheiros; o túnel ligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes e a reurbanização do Vale do Anhangabaú.

Para o presidente da Apeop, todas essas obras, iniciadas na administração Jânio Quadros, deverão ser completadas. "No caso do túnel sob o Rio Pinheiros, já estão feitos dois terços dos serviços. O Vale do Anhangabaú deve ficar pronto ainda em dezembro deste ano. Parar as obras significaria provocar um prejuízo muito grande para a cidade", afirmou (ANDA)

098

F. Coe.

Brasil

17-11-88

JORNAL DO BRASIL

PT lidera nas cidades mais ricas de São Paulo

SÃO PAULO — Além da vitória em São Paulo, a estrela do PT brilhava, até as 18h de ontem, em cinco das dez maiores cidades paulista. Seus candidatos lideravam as apurações em Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema (na região industrial do ABC), Campinas e Santos, e também em Piracicaba, 12º maior colégio eleitoral do estado, cujos orçamentos somam a cifra fabulosa de Cr\$ 564 bilhões 900 milhões. Cr\$ 150 bilhões mais que o orçamento da cidade do Rio.

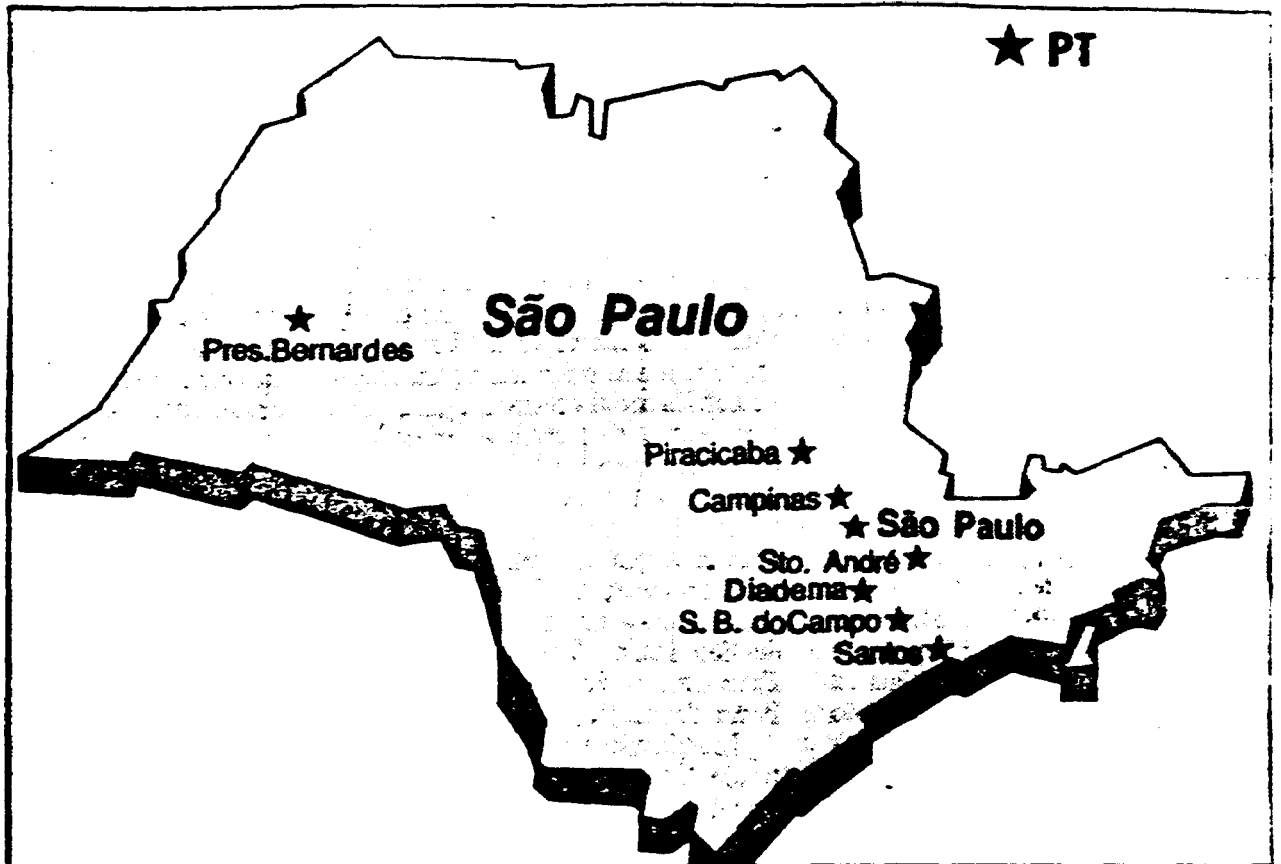
"Com Porto Alegre e Vitória, e agora com essas vitórias no interior de São Paulo, o PT vai cuidar de boa parte do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil", comemorou o deputado federal Luís Ignácio Lula da Silva, o presidencialista que mais se beneficiou com as eleições. Os resultados do interior chegavam à sede do Diretório Regional do PT, em São Paulo, mas seus dirigentes esforçavam-se para não antecipar qualquer comemoração. Afinal, o partido realmente venceu, mas em Santos e Campinas a vantagem era apertada.

Vantagens — Em Santos, por exemplo, o maior porto do país e maior orçamento do interior de São Paulo (Cr\$ 170 bilhões), Telma de Souza, deputada estadual do PT, liderava em 178 urnas com 20 mil 567 votos contra Del Bosco Amaral (PMDB), que tinha 19 mil 638. Localizada a 65 quilômetros da capital, com quase 500 mil habitantes, Santos sempre teve forte presença da esquerda (nos anos 50 e 60, era apelidada de *Cidade Vermelha*). Nas eleições de 1985, o PT já lançou Telma de Souza, que obteve o terceiro lugar.

Em Campinas (1,1 milhão de habitantes; 444 mil 039 eleitores e um orçamento de Cr\$ 104 bilhões, o quarto do interior do estado), o ex-petrolero e ex-dirigente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Jacó Bittar, estava à frente com 19 mil 678 votos, numa apertadíssima vantagem contra Wanderlei Simonato (PSDB), 19 mil 009 votos. Os resultados abrangem 61 mil 133 votos. A cidade, a 100 quilômetros da capital, é um importante pólo industrial, tem centros de pesquisas e sedia uma das maiores universidades do estado (a Unicamp). Campinas foi o berço político do governador Orestes Quércia (da qual foi prefeito nos anos 70), e sempre votou na oposição.

Cinturão — Em Piracicaba, outra importante cidade paulista (orçamento de Cr\$ 25 bilhões, 145 mil 14 eleitores), o PT surpreendeu o favorito (o ex-prefeito e deputado federal João Hermann Neto, atualmente no PSB). O petista José Machado largou com vantagem: em 86 urnas, de um total de 307, ele abocanhara 13 mil 75 votos (33,6%), enquanto Hermann conseguiu 10 mil 792 (28,3%).

Na região industrial do ABC, cujo movimento sindical a partir de 1978 desaguou na formação do PT em 1980, o partido venceu em Santo André (orçamento anual de Cr\$ 93 bilhões 900 milhões; 370 mil 478 eleitores), São Bernardo do Campo (orçamento de Cr\$ 152 bilhões; 313 mil e 806 eleitores) e Diadema (orçamento de Cr\$ 45 bilhões; 163 mil eleitores). "Com Campinas, Santos e o ABC, vamos ter um cinturão petista ao redor da capital, que será administrada por Luiza Erundina", comentou Rogério Burat, da coordenação do Diretório Regional do partido. As 19 horas, novos resultados parciais punham o PT na liderança em duas pequenas cidades (Cosmópolis, na região de Campinas, e Presidente Bernardes, a 500 quilômetros de São Paulo).



Lula propõe antecipar diretas

SÃO PAULO — O deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT a Presidência da República, pediu em entrevista coletiva a antecipação das eleições presidenciais, marcadas para 15 de novembro de 1989. "O presidente da República deve tomar a iniciativa de convocar eleições o mais rapidamente possível. Acreditamos que a situação no país está descontrolada e que a vitória do PT nas eleições municipais mostrou que 99% da população brasileira não aceita mais Sarney".

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) disse na sede nacional do partido, longe de onde estava Lula, que os dirigentes petistas estão preocupados com a série de reuniões que Sarney vem mantendo com ministros militares. "Esperamos que o presidente não queira, com isso, dar um recado ao PT, pois no dia 15 foi a população que deu um recado ao governo, numa eleição de caráter plebiscitário".

Segundo Delgado, a Executiva do partido, que se tem reunido com Lula para avaliar o novo quadro político, considera um "gesto de provocação" do governo a negativa em relação às reivindicações dos grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional e das refinarias da Petrobrás. "Não negociar com os trabalhadores neste momento é mostrar insensibilidade e aversão à manifestação popular nas urnas", disse Delgado.

Apesar das críticas e receios, o PT acha que as eleições transcorreram normalmente. O partido, com advogados espalhados por todo o país, já encaminhou quase dez reclamações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), inclusive com o pedido de anulação da eleição em alguns municípios, devido a pequenos problemas. Em Santa Luzia, no Maranhão, por exemplo, o candidato do PT, Luís Vilanova, favorito na disputa, teve seu nome modificado na cédula eleitoral.

01.01

8903308

988

Sarney acha que vitória do PT é uma ameaça à harmonia social

f. 102

BRASÍLIA — O presidente José Sarney foi apanhado de surpresa com a extensão da vitória do PT nessas eleições e acha que, junto com o PDT, esse partido constitui uma ameaça à harmonia social e à convivência política pacífica. "O governo recebeu uma sacudida e ainda não conseguiu se recuperar", disse ontem um assessor do governo.

A preocupação de Sarney com a radicalização, apoiada pelos ministros Bayma Derys e Leônidas Pires Gonçalves, não é a mesma de Ronaldo Costa Couto e Abreu Sodré. Um amigo que conversou com o presidente após a abertura das primeiras urnas, disse que o governo está dividido entre esses dois pontos de vista.

Radicais — Sarney está temendo a radicalização política e entende que, na Assembleia Constituinte, toda vez que os partidos de esquerda radicalizaram, as instituições se viram ameaçadas. Para ele, partidários do PT e do PDT são pessoas de formação radical, que não hesitarão em pôr em risco as instituições para realizar seus propósitos. A corrente palaciana que não partilha dos receios do presidente acha, ao contrário, que exatamente por se verem com chances de assumir o poder, PT e PDT partirão para atitudes moderadas.

"Diante da possibilidade de serem os donos da mesa, esses partidos não vão querer agora virar a mesa", argumentava ontem um parlamentar amigo do presidente, considerando inevitável uma chapa Brizola-Lula nas eleições presidenciais do ano que vem. Ele admitiu também que, diante dessa chapa, o governo não

terá outra alternativa, a não ser apoiar a candidatura de Jânio Quadros. E disse a Sarney que, apesar de o ambiente político se mostrar turvo agora, isso tudo é muito mutável.

"Há dez dias, Maluf era garantidamente o prefeito de São Paulo e Maurício Fruet praticamente eleito em Curitiba. Assim como esse quadro mudou, o quadro atual pode mudar até a sucessão presidencial, no ano que vem", afirma esse parlamentar. Sarney disse a ele que, apesar de ver os resultados eleitorais com preocupação, tem dois assuntos mais prementes agora: o pacto fiscal que está embutido no orçamento a ser enviado hoje ao Congresso e a greve dos petroleiros, que ameaçam o país com a falta de derivados de petróleo daqui a três dias.

Confronto — Com as 90 páginas da proposta orçamentária nas mãos, o presidente passou o dia de ontem dividido entre três alternativas: um orçamento super-radical: um muito drástico, reduzindo o déficit público a zero; e um atenuado, reduzindo-o a dois por cento do PIB. Diante dessas três alternativas e da preocupação com a greve dos petroleiros, o próprio presidente admitiu que não podia deter-se muito tempo no exame das eleições.

Ele está convencido de que PT e PDT utilizarão essa vitória para um confronto com o governo, mas entende que a atuação desses prefeitos eleitos só começará a atemorizar o sistema em janeiro, quando eles tomarem posse. "O governo vai conviver outra vez com pombas e gaviões", declarou um interlocutor do

presidente, minutos depois de deixar a Palácio do Planalto. Ele aludia à divisão política dos Estados Unidos, entre os que eram favoráveis ou desfavoráveis a um confronto com a Rússia.

"Muito mais que a vitória da esquerda, o problema mais imediato do país hoje é a Petrobrás", declarou ontem o presidente, sempre lembrando que a eleição do seu sucessor só ocorrerá daqui a um ano. Ele estava tenso sobretudo com o fato de que, com a falta de combustíveis, até os aviões vão parar em todo o país, sem contar com a tensão social que decorrerá da falta de gás de cozinha.

☐ "Quem ganhou, ganhou, agora vai governar. Mas é bom que se saiba que governo desgasta", afirmou ontem o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, comentando os resultados das eleições municipais, que demonstraram um crescimento do PT em todo o país. Moreira Lima ressaltou ainda que as eleições municipais foram discutidas durante a reunião do presidente José Sarney com seus auxiliares na manhã de ontem "muito ligeiramente". Para o ministro da Aeronáutica, não há o que discutir em relação aos resultados. "É a vontade do povo e avaliação política quem faz são os políticos". Segundo ele, não há qualquer dúvida de que "quem for eleito tomará posse naturalmente".

J DO BRASIL 17-11-88

01.01

8903310

João Bual 17-11-88

888

Olívio vai criar conselhos populares



Olívio comemora com cachaça

PORTO ALEGRE — O prefeito virtualmente eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra, vai propor na reunião da executiva nacional do PT, no fim de semana em São Paulo, a criação de uma assessoria nacional para as prefeituras conquistadas pelo partido em todo o país, para orientação técnica, política e uniformização da prática administrativa, numa "especie de Diálogo das prefeituras".

Essa idéia, que ele ainda não pôs em discussão, surge da necessidade de o PT "ponderar, de forma responsável e consequente, ao desafio imposto pelas urnas". Junto com uma assessoria nacional, Olívio defende um intercâmbio e troca de experiências com prefeituras comunistas e socialistas da Europa e da América Latina, sobre a aplicação prática do poder popular. "Não podemos vender a ilusão de prefeituras socialistas em países capitalistas, mas há condições de reverter a relação governo-sociedade, com uma efetiva participação e controle popular".

Um dos mecanismos de participação da sociedade na gestão de Olívio Dutra serão os conselhos populares eleitos pelas comunidades e bairros, com participação efetiva na administração da cidade. Olívio não teme que sua criação gere problemas com os vereadores e no relacionamento do Executivo — Legislativo — com o povo. "Temos de combinar a democracia representativa (prefeitos e vereadores) com a participação democrática e direta do povo. Temos de trabalhar para a Câmara se afirmar como elo de ligação entre Executivo e conselhos populares".

Onibus — "Ou troceta ou sai da estrada." Repetindo um ditado de sua terra, Brósroca, Olívio Dutra advertiu que os empresários das empresas de transporte coletivo terão de devolver as concessões à Prefeitura, na progressiva estatização do setor, se não cumprirem todas as exigências da lei. O ritmo

da encampação dependerá da resposta dos empresários ao atendimento das necessidades dos usuários, mas a estatização ocorrerá de qualquer maneira.

Olívio promete recuperar "a alegria do povo", buscando atender direitos e reivindicações básicas: "O PT vai acabar com o caos atual. Cans são os governos federal, estadual e municipal. O governo federal, como no caso de Volta Redonda, não sabe tratar questões como greves, não tem capacidade de negociação, como ocorreu na greve dos municipais na gestão Alceu Collares".

Ele fez questão de dizer que sempre teve bom relacionamento com o governador Pedro Simon, "uma pessoa digna como todos os meus adversários nessas eleições", acrescentando: "Mas a questão não é pessoal, vamos procurar o governo federal e o governador Simon quando for para atender as legítimas reivindicações da população." O presidente nacional do PT pretende, também, tirar as licenças, boas e más, das administrações petistas em Diadema (SP) e Fortaleza.

Prefeito eleito promete limpar ruas e sanear as finanças

Tapar buracos, limpar as ruas, abrir as escolas e sanear as finanças do município são as prioridades anunciadas pelo prefeito eleito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, para os seus primeiros dias de governo. Apesar de ainda não reconhecer publicamente a vitória, Marcello reuniu a imprensa ontem à tarde em seu escritório para a primeira entrevista coletiva depois da eleição e quis adiantar estas medidas "dada a gravidade da situação da cidade".

Ele ressaltou que não aprova a saída do prefeito Saturnino Braga do Palácio da Cidade antes do dia 31 de dezembro. "Não vejo fórmula jurídica nem conveniência política para antecipar a saída de Saturnino", disse. Ao reconhecer as dificuldades que vai enfrentar na prefeitura, Marcello fez um apelo à população do Rio durante a entrevista: "Me ajudem".

Ele disse que vai convocar todos os setores da sociedade para ajudá-lo na tarefa de recuperação da cidade e quer o apoio dos empresários "para a reativação econômica do Rio" numa espécie de "pacto". "Vou pedir até o apoio dos meus adversários", disse. Marcello revelou que propôs aos empresários da construção civil, num encontro durante a campanha, que o setor capte US\$ 50 milhões de dólares por mês para a cidade em troca de uma contrapartida da prefeitura em termos de recursos humanos e infraestrutura.

Os empresários lhe apresentaram há três dias um documento com as condições para o "pacto". Marcello disse ainda que pretende reduzir a interferência do município "em questões que podem ser resolvidas pelo mercado imobiliário" e "acabar com a burocracia dos licenciamentos para obras", tudo isso no sentido de contribuir para o aquecimento da atividade econômica no Rio.



Paulo Nicollia

O buraco na Gávea é um dos muitos da cidade

Marcello vai reabrir as escolas

Marcello adiantou também outras prioridades. Pretende dialogar com os professores tão logo assuma o cargo para negociar a volta às aulas. "Eu preciso imediatamente abrir as escolas e dar merenda às crianças", avisou. Não existe ainda uma proposta a oferecer aos professores, mas o futuro prefeito garantiu que vai negociar "uma forma de pagar a dívida da prefeitura com os servidores".

Pessoal — Marcello prometeu austeridade. Disse que vai "bloquear as admissões" no seu governo, mas adiantou que vai precisar fazer um concurso para fiscais de postura "para melhorar a receita". "A média de idade desses profissionais é muito alta", justificou. Quanto às demissões, disse que "o PDT nunca define política de demissões", mas vai examinar "contratações feitas em período proibido da legislação eleitoral, com datas retroativas".

Dívidas — Apesar de evitar entrar em detalhes sobre as medidas que aplicará para sanear o caos financeiro

da prefeitura, Marcello disse que uma equipe de economistas do PDT está estudando um plano de emergência a ser implantado tão logo mude o governo. O fundamental do plano, porém, é a renegociação dos prazos das dívidas com os bancos, empreiteiras e fornecedores. A dívida externa da prefeitura, por exemplo, é da ordem de CZ\$ 170 milhões de dólares.

"Os credores terão que compreender as necessidades do município. A rede privada de bancos detém volumosos interesses na cidade. Mas devo oferecer aos banqueiros credores, fornecedores e empreiteiros uma declaração de compromisso de algumas medidas de saneamento e austeridade. O Rio tem patrimônio e potencialidade para pagar suas dívidas, mas as condições de pagamento têm que ser negociadas", declarou Marcello.

Impostos — Marcello acha que a reforma tributária aprovada na nova Constituição vai ajudar os novos prefeitos a resolver seus problemas de caixa e reafirmar sua ideia de fazer a correção monetária do IPTU. "É impossível conviver com a inflação sem fazer correção de receita. Mas vou ter a cautela de fixar a correção com base em critérios de justiça social e fiscal. Uma das nossas ideias é fazer a correção vinculada aos aumentos salariais", adiantou.

01.01

8903313

Cóluna do Castelo

Posições críticas de Quêrcia e Arraes

A insatisfação de governadores com o pacto social foi comunicada pelos Srs. Orestes Quêrcia e Moreira Franco ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Eles temem que, à sombra do pacto, o governo federal agrave a cobrança dos 25% da dívida externa dos estados, para eles "uma apropriação indebita". Também o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, faz críticas à negociação de Brasília mas sob outro enfoque. Para ele o pacto é mero paliativo, pois o que seria preciso fazer é o "pacto externo" (relativo à dívida) e não este, interno, negociado sob os auspícios do governo federal.

Visitando a Pernambuco e São Paulo no final da semana passada o ministro da Cultura, José Aparecido, colheu informações diretas dos governadores dos dois estados e impressões de com o tom pessimista com que ambos encaram a situação do país. Os dois ainda esperam reverter o quadro eleitoral das suas capitais, mas não se sentem estimulados pelo quadro político nacional. O pacto, segundo Quêrcia, interessa muito ao governo federal, que não tem caminho, mas se, atrás dele, se tentar fortalecer a decisão de cobrar dos estados o que estes não podem pagar, então o governador paulista diz que não hesitaria em sair de São Paulo à frente do seu povo. Pensaria num novo 1932?

O governador paulista acha que do jeito que vão as coisas não é possível ir adiante. Os estados não aceitam. As finanças públicas estariam sendo conduzidas por "dois contadores" e o problema brasileiro, acentua, "não é de contabilidade". Isso que se passa agora não teria ocorrido na ditadura, quando os estados eram ouvidos sobre decisões do seu interesse. As decisões de hoje são inaceitáveis. Mais moderado, Miguel Arraes não chega a colocar as coisas nos mesmos termos em que o faz Quêrcia, mas também não esconde seu descontentamento e suas preocupações. No fundo Pernambuco dá prioridade a uma visão global, de inspiração ideológica, no confronto de problemas e suas origens. Arraes vê no caminho sobretudo a dívida externa. Quêrcia vê a ameaça ao seu programa de obras, indispensável para projetar seu destino político.



O Sr. Miguel Arraes, que teve sua candidatura à presidência rejeitada pelo partido, segundo José Amado, dá ênfase, na sua conversa, ao problema nacional da sucessão presidencial. Os governadores ficam com restrições, por enquanto, o movimento em favor da candidatura do Sr. Ulysses Guimarães. Em nível partidário, eles se sentem relegados pela cúpula do PMDB, que não os consultou sobre a oportunidade do lançamento de candidatos e muito menos sobre a adequação de dar como certa a candidatura do presidente do partido ainda pendente de negociações e decisões. A eleição do dia 15 próximo oferecerá resultados que terão inevitavelmente repercussões na situação geral não só dos partidos como dos aspirantes à sucessão.

Há indicações de que os resultados eleitorais deste ano não favoreçam o PMDB, embora Quêrcia e Arraes esperem registrar sucessos nos seus estados com a vitória dos seus candidatos na maioria dos municípios. Sobre a propriedade das escolhas que se preveem, o governador de Pernambuco não esconde sua preocupação com o desinteresse de Ulysses no debate de problemas nacionais. Ele não quer ou não sabe examinar questões econômicas e sociais, preferindo formas evasivas e genéricas e jamais se detendo no exame de preferências por soluções indicadas pelas correntes empenhadas no estudo dos temas e na definição de soluções. Isso seria uma falha preocupante do candidato.

O ministro da Cultura trouxe para Brasília essas e outras informações da sua incursão por Pernambuco e São Paulo e, ao seu balanço, elas não tranquilizam quanto ao desfecho do processo político brasileiro.

098

Quinta-feira, 17 de novembro de 1988 41

8801

O deputado Luiz Inácio Lula da Silva pediu ontem que o presidente Sarney antecipe as eleições presidenciais, pois a vitória de seu partido mostraria que o povo quer mudar

LULA VÊ PAÍS DESCONTROLADO E PEDE

“Sarney deve antecipar as eleições presidenciais”

O deputado Lula Inácio Lula da Silva (PT-SP), candidato do partido à Presidência da República, pediu ontem a antecipação das eleições presidenciais, marcadas para três de outubro do próximo ano. “O presidente da República deve tomar a iniciativa de convocar eleições o mais rapidamente possível”, disse, em entrevista coletiva. “Acha-se que a situação no País está descontrolada e

que a vitória do PT nas eleições municipais mostrou que 99% da população brasileira não aceita mais Sarney”.

O deputado Paulo Delgado (MG), na sede nacional do partido, distante do local em que Lula concedeu sua entrevista, disse que os dirigentes do PT estão preocupados com a série de reuniões que o presidente Sarney vem mantendo com ministros mi-

litares. “Esperamos que o presidente não queira, com isso, dar um recado ao PT, pois no dia 15 foi a população que deu um recado ao Governo numa eleição de caráter plebiscitário”.

Para Delgado, a Executiva do partido, que todas as noites tem-se reunido com Lula para avaliar o novo quadro político, considera como “gesto de provocação” do Governo a negativa em

relação às reivindicações dos grevistas da CSN e das refinarias da Petrobrás pois não negociar com os trabalhadores nesse momento é mostrar insensibilidade e aversão a manifestação popular nas urnas”, disse Delgado.

Apesar das críticas e recelos, o PT considera que as eleições transcorrerem normalmente. O partido, com advogados espalhados por todo o País, já encaminhava

quase dez reclamações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), inclusive com o pedido de anulação de algumas eleições a respeito de pequenos problemas. No Município de Santa Luzia, no Maranhão, por exemplo, o candidato do PT, Luis Vilanova, favorito na disputa, teve seu nome modificado na cédula eleitoral. O partido, por causa disso, quer anular o pleito. (AJB)

01.03

8903319

PMDB analisa amanhã o rompimento com Governo

O rompimento do PMDB com o Governo Federal é uma das questões que será analisada amanhã pelo presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, em encontro à tarde com o governador Orestes Quércia, no Palácio dos Indeletrantes. Quércia, que não se considera diretamente atingido pela vitória do PT na sucessão paulistana, reconheceu, entretanto, que os resultados das urnas exigem uma reavaliação da condução política de seu partido e, em especial, do deputado Ulysses Guimarães, como candidato natural do PMDB à Presidência da República.

É hora de o PMDB fazer uma avaliação da situação política do País e avaliar sua presença no Governo Federal. O que não pode é continuar oniloso, pois entendendo que o partido sofreu algumas derrotas em função mesmo dessa omissão. Ele não é responsável pela crise econômica que aí está, mas não mostrou isso à população. Esse foi o maior erro - declarou o governador, que pretende expor hoje ao deputado Ulysses Guimarães as ideias que tem sobre os novos rumos que o PMDB deverá seguir de imediato.



Quercia propõe reavaliação

diato. Naturalmente, não quis revelar o seu teor, argumentando que seria uma indelicadeza para com o presidente do partido.

Marcelo Miranda acusa o presidente

O governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, acusou o presidente José Sarney pela derrota do PMDB, não só em Campo Grande, como praticamente em todo o país. Marcelo que, até pouco tempo enaltecia a defesa Sarney, hoje, culpou-o por desestabilizar o partido, que reconquistou a democracia para o Brasil, e de não ter autoridade para governar.

O PMDB, na opinião de Marcelo, não merecia ser jogado de lado pelo povo brasileiro, porque foi o único partido de coragem em lutar pela redemocratização do país, enfrentando todo e qualquer tipo de obstáculo, inclusive, "para elaboração da nova Constituição". A falta de autoridade do presidente Sarney em governar o país e, sobretudo, de conduzir o plano econômico, "acabou sacrificando o PMDB".

O povo, acentuou Marcelo, em nível municipal, "deveria fazer seu julgamento levando em conta o desempenho dos atuais prefeitos e não ao desfecho do Presidente da República". O estado de ingovernabilidade, salientou o governador sul-matogrossense, chegou

a tal ponto que "o povo já não tem mais correspondido nem mesmo às próprias solicitações do presidente José Sarney".

Marcelo disse que é viável a falta de crença do povo na competência e eficiência do Governo Federal em contornar dois principais problemas do país: inflação e dívida externa. Os apelos do presidente para que o povo some junto na execução das medidas econômicas, segundo Marcelo, tem, também, influido negativamente na campanha dos candidatos peemedebistas. (ANIDA)

No Planalto, uma avaliação do pleito

A vitória do PT e do PDT nas principais cidades do País nas últimas eleições municipais foi abordada ontem na reunião que o presidente José Sarney manteve com os ministros militares, pela manhã, no Palácio da Alvorada. A vitória das esquerdas, segundo informou o ministro da Aeronáutica, foi abordada "muito ligeiramente".

Exlate, porém, a convicção, dentro do Governo, conforme disse Moreira Lima, de que a responsabilidade de governar cidades com problemas como o Rio de Janeiro ou São Paulo é inevitável na imagem da população.

O ministro da Aeronáutica descartou a possibilidade de os resultados serem desprezados:

Quem ganhou, ganhou. Quem foi eleito será empossado - declarou o ministro Moreira Lima. (AG)



Moreira Lima: "Eleitos assumem"

PARTE ILEGÍVEL

Com quem ficam as capitais

Em função da larga vantagem obtida ao final do primeiro dia de apuração, já estão definidas nas principais capitais as vitórias de Pimenta da Veiga, do PSDB, em Belo Horizonte; Marcelo Alencar, do PDT, no Rio de Janeiro; Jaime Lerner, do PDT, em Curitiba; Esperidião Amin, do PDS, em Florianópolis; de Olívio Dutra, do PT, em Porto Alegre; e de Luíza Erundina, do PT, em São Paulo.

Pelas projeções feitas até o final da noite de ontem, o PT deve ficar com três importantes capitais: Porto Alegre, São Paulo e Vitória; O PDT com quatro: Curitiba, Rio de Janeiro, São Luiz e Natal; o PMDB também com quatro capitais: Fortaleza, Goiânia, Teresina e Salvador; o PFL com Maceló, Recife, João Pessoa e Cuiabá; o PSB com Aracaju e Manaus; o PSDB com Belo Horizonte e o PDS com Florianópolis.

PT deve conquistar 20 municípios paulistas

A abertura das urnas em São Paulo superou todas as expectativas do PT, que deve vencer em 20 municípios paulistas. Antes mesmo da contagem final dos votos, o partido já comemorava, na manhã de ontem, as vitórias em São Paulo, Santos, Santo André, São Bernardo, Diadema, Campinas e Piracicaba e dava quase como certa a conquista de outras dez prefeituras e possibilidade de vitória em mais três.

Esse quadro de imprecisão e surpresa deve-se ao fato de que nas pequenas cidades não foi possível saber o desempenho do candidato do partido em razão da ausência de pesquisas sistemáticas durante a campanha eleitoral. Os primeiros votos apurados ontem indicavam que o PT deverá eleger também os prefeitos de Sorocaba, Oriente, Gália, Conchas, Cosmópolis, Americana, São Joaquim da Barra, Guaratinguetá, Cardoso e Cubatão.

A se confirmar os prognósticos do PT para essa eleição, mais três prefeituras deverão ser conquistadas: Iporanga, Presidente Bernardes e Barra do Turvo. (AG)

C C

720

For

Sexta-feira, 18 de novembro de 1988 - 40

Jornal da Eleição

PMDB AVALIA A DERROTA NAS URNAS

Ulysses admite romper com o governo Sarney

O presidente do PMDB disse que o partido poderá optar pelo rompimento com o Planalto. Ulysses afirmou que o partido não tem responsabilidade pelos desacertos do governo

"Todas as hipóteses serão examinadas", disse ontem o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, ao ser indagado se, na reunião de avaliação dos resultados das eleições, o partido poderá optar pelo rompimento com o governo. Ulysses acabou antecipando que o PMDB caminha para essa decisão, ao revelar que o partido, além de não ter nenhuma responsabilidade pelos desacertos do governo, discorda frontalmente de sua política econômica, para ele um dos fatores que levaram o povo a protestar nas urnas.

Criou-se uma versão hábil, mas não honesta, de que o PMDB é responsável. Mas não somos independentes. Não estamos dando nenhuma orientação à política financeira e disordem frontalmente da orientação e da política econômica do governo", disse Ulysses, em entrevista no Palácio dos Bandeirantes, ao lado do governador Orestes Quércia. Depois de um silêncio de mais de três dias, o deputado Ulysses Guimarães assumiu a derrota, que ele o tempo todo chamou

de "insucesso". Mesmo aceitando a derrota, o presidente do PMDB tentou justificar o fraco desempenho do seu partido nas eleições. Ele disse que, "até aí, as eleições eram bipolarizadas e agora, mais do que o bipartidarismo, existe um multipartidarismo que, às vezes, deixa perplexos não só os políticos, mas principalmente o eleitorado".

Bom humor

Com muita tranquilidade e excelente humor, o presidente do PMDB, durante a entrevista, foi atencioso e algumas vezes, até galante com os repórteres. Foi ironias e citações em latim e francês. Ao admitir a hipótese do rompimento, mas ressaltando a preocupação do PMDB com a estabilidade política do País, Ulysses foi indagado por um repórter qual, em caso de permanecer no governo, qual era a proposta do partido para mudar a política econômica.

O senhor está excluindo o presidente José Sarney da Nova República? Indagou um repórter.

O presidente Sarney participou da campanha de Tancredino, enviou a mensagem de convocação da Constituição e está também inserido na Nova República. Mas, se existem desacertos no governo, não somos responsáveis por eles porque não somos o presidente da República. Isso foi usado como esperteza dos adversários. A opinião pública sabe que há um ano ele (Sarney) disse que queria governar com independência e é o que tem feito.

O presidente do PMDB deve reunir-se hoje, em São Paulo, com alguns integrantes do comando do PMDB para fazer uma avaliação preliminar dos resultados das eleições.

Avaliação

O governador Orestes Quércia insistiu ontem, em São Paulo, na necessidade de uma reavaliação das relações

mento do PMDB com o governo Federal, tendo em vista as derrotas eleitorais impostas ao partido em diferentes pontos do País. Após encontro de uma hora com o presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, no Palácio dos Bandeirantes, o governador defendeu uma nova estratégia para o PMDB, assinalando, entretanto, que ela não implicará a criação de novos problemas para o País. Quércia voltou a negar que os resultados das eleições do último dia 15 tenham caráter ideológico. Segundo ele, prevaleceu o voto de protesto contra a política do governo.

Tanto não foi uma questão ideológica que muitos votos de Maluf (PDB) foram dados na última hora para a Brundina (PT) - argumentou o governador, que mais uma vez resposabilizou o próprio PMDB pelo mau desempenho dos candidatos peemedebistas nas urnas.

O governador reafirmou sua tese de que o PMDB errou e perdeu por ter sido omisso. Essa omissão, na sua opinião, foi de informação. (AG)



Ulysses Guimarães

01.01

B903320

048

O NAUFRÁGIO DAS LIDÊRANÇAS

PMDB afunda e liquida sonhos presidenciais

O naufrágio quase que total do PMDB trará várias consequências. A primeira é o fim dos sonhos de chegar ao Planalto de vários governadores daquele partido - derrotados nas urnas do dia 15



Ulysses Guimarães, o maior transatlântico da história política brasileira, afundou terça-feira última nas maiores capitais, arrastando para as profundezas os passageiros mais ilustres de sua interminável travessia presidencial: os governadores de Estados. O velho comandante, Ulysses Guimarães, tenta se manter à tona, rodeado de destroços, sem tripulação, sem bôia, sem bússola, sem terra à vista. E parece que vai chover ainda mais.

Dois anos após o vendaval de votos que o Plano Cruzado despeçou sobre ele, o PMDB vive a ressaca eleitoral de uma derrota esmagadora nos centros mais importantes e politizados do País, varado pelo peso da inflação, da fiescintia e do desgaste do Governo. De Porto Alegre a Recife, o barco do doutor Ulysses encharcou-se de impopularidade e hastiou a envergadura bandeira que o timoneiro Tancredino Neves um dia entregou ao velho PMDB do regime militar: "o partido dos pobres", os recantos mais pobres e atrasados do Brasil, sempre sensíveis

ao canto de sirena da máquina governamental.

Iceberg

O novo PMDB renasce em Florianópolis, com Esperidião Amin, ao lado das duas siglas que mais assustam o Palácio do Planalto: o PDT de Leonel Brizola e o PT de Lula. O brizolismo volta por cima no Rio, às custas de Moreira Franco, e ganha em Curitiba por conta do carisma de Jaime Lerner, soterrando as ambições do governador Alvaro Dias. Miguel Arraes tombou, em Recife, com a pontaguda votação do ex-pedestista Joãoquin Francisco, do PT. O governador Waldir Pires, na Bahia, mergulhou no vórtice do candidato tucano, Virgílio Gêa, e deixou de beber na fonte da única vitória peemedebista nas grandes capitais.

E o Iceberg petista resgou o casco duro do PMDB com as vitórias cruciais de Porto Alegre e de São Paulo, gre.

maior viveiro de presidencialistas do mar territorial brasileiro. Orestes Quêrcia e seu contra-mestre, Jânio Quadros, afundaram abraçados com a candidatura de Chumbinho de João Leiva, levando junto seus sonhos presidenciais. O naufrágio coletivo das grandes lideranças nos grandes Estados e nas capitais faz desaparecer, num único pé-de-vento, o centro político nacional.

Já que ninguém nunca empunha a bandeira da direita, a lista de desaparecidos traz contristas ou moderados que vão de Quêrcia e Arraes a Maluf e Jânio, passando por Newton Cardoso, Moreira Franco e Alvaro Dias. O farol de Palácio do Planalto, no meio da borrasca, já divisa no horizonte de 89 o barco da esquerda tripulado por Lula e Brizola, marca dos pelo vento a vitória e exibindo cores menos radicais. O tom mais moderado nos discursos de Lula Brundina e Olívio Dutra ajuda a explicar porque tanta gente embarcou no PT, em São Paulo e em Porto Alegre.

PT, voto de consciência

Com a ascensão do PT e o esfacelamento do PMDB - "um partido fantasma, de muitos políticos e poucos votos" - ganhará as eleições presidenciais do próximo ano quem tiver uma posição de centro e defender propostas novas. A opinião é do sociólogo Hélio Jaguaribe, para quem o PT "não terá condições de assumir as lideranças perdidas pelo PMDB". As pretensões do PMDB de eleger o sucessor do presidente Sarney "estão debilitadas" após as eleições municipais, mas "certamente o deputado

Ulysses Guimarães não vai desistir". - Ao mesmo tempo, o deputado Lula Inácio da Silva vai crescer muito e seu poder de arbitrar nas eleições presidenciais passará de 10% para 18% - o que é extraordinário - analisa Jaguaribe.

Segundo ele, as "forças sociais sentem que o PT tem envergadura e é um partido de base, genuíno". Por isso, o crescimento do PT representa o "voto da consciência de classe, que contrasta com o voto militificado do PDT". (AF)

Falta de definição foi fatal, diz líder do PMDB

Oliverdo PMDB no Senado, senador Ronan Tito (MG), admitiu ontem, após conversar por telefone com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que o PMDB perdeu as eleições nas principais cidades por falta de definição. Segundo ele, o povo quer ver um partido com suas posições definidas "claramente e expressas num nítido programa. Ronan Tito disse que, embora seu partido tenha sido derrotado nas principais cidades do País, nas eleições do dia 15 conseguirá eleger mais prefeitos do que já elegeu em todas as épocas. Para ele, o resultado das eleições será uma boa lição para o seu partido, que tem que assumir, a partir de

agora, a sua cara, sua verdadeira face. O senador mineiro defendeu a necessidade de o presidente José Sarney ouvir as forças vitoriosas nestas eleições, para governar junto com elas, para o bem do País. Ele ressaltou, ainda, que o resultado dessas eleições não inviabiliza o partido, na sucessão presidencial do próximo ano, lembrando que, até lá, "muita água vai rolar". Preocupado com a falta de uma clara e expressa definição do partido, o senador Ronan Tito informou que irá propor à Executiva Nacional a realização da convenção nacional do PMDB já no próximo mês de dezembro. (Radiobrás)

Desafio

"Apesar da tragédia, o centro fluminense, que engole desde os moderados até a direita civilizada, existe. O desafio imediato é juntar as sobras e remontar a equipe capaz de canalizar esta grande parcela do penoso leito político nacional. O presidente José Sarney, batido impiedosamente em todas as eleições recentes, não tem o que lamentar: os governadores mais poderosos e arrogantes, todos eles do PMDB, sumiram do mapa eleitoral. O vácuo criado pelo "triângulo das Bermudas" - São Paulo, Rio e Minas - abre espaço para o ressurgimento da figura institucional do presidente da República, sufocada nos últimos dias pela marcha batida de Volto Redonda e o cerco de ferro da espiral inflacionária.

O presidente vai tentar juntar os cacos do PMDB, embaldado pela idéia de que ele e os sobreviventes têm uma ameaça ainda pior pela frente: a duplicação da convenção nacional do PMDB em Lula-Brizola. (Lula Cláudio Cunha AF)

Tras los comicios municipales en el Brasil

Revés electoral del partido de Sarney

La izquierda consolidó su avance sobre el PMDB y ganaba en las principales comunas; se disgregaría el oficialismo

Por Jorge Emilio Gallardo

(Especial para LA NACION)

RIO DE JANEIRO.- La izquierda avanzaba hacia la victoria en algunas claves de este país al escrutarse los votos de las elecciones municipales, mientras que el otrora dominante partido gobernante, que dio sustento a José Sarney, sufría una derrota aplastante.

Sin embargo, los candidatos de la derecha que se oponían al presidente también hicieron una buena elección, lo que en la opinión de los analistas políticos refleja una insatisfacción general con el actual gobierno por su incapacidad para disminuir la hiperinflación, la corrupción política, la caída del poder adquisitivo del salario y los huelgas casi constantes.

Desde hace varios días, los medios políticos especulaban sobre la inminente disgregación de las fuerzas que sustentaron, desde 1964, al partido del gobierno. El Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) había nacido con todo vigor para restablecer el sistema democrático tras veinte años de gobiernos militares, y su composición era naturalmente heterogénea. La prisa de la aparición del presidente Tancredo Neves, un moderado oriundo de Minas Gerais en quien se cifraron las esperanzas de las mayorías, instaló en la presidencia al vicepresidente José Sarney, un político nacido en el Estado nordestino de Maranhão, y a quien no todos los brasileños con-



Luiz Erundino, alcalde electo de San Pablo, festeja

La supuesta alianza del PMDB para conseguir, pero perdió el apoyo de los votos más que lechó en el seno de la Asamblea Nacional Constituyente. Las polarizaciones, motivadas por intereses contrapuestos, demostraron

en las votaciones de las bases electorales donde se encontraba cada cual.

Un elevado costo

Más concretamente, la oposición a Sarney creció considerablemente en

los medios políticos dentro mismo del PMDB y, desde luego, en las bases populares y en la propia clase media. En las elecciones municipales de la izquierda registró un elevado costo político. (Continúa en la página 2, Col. 4)

Poco Legible

01.02

8903322

Revés del oficialismo en el Brasil

(Continuación de la página 1, Col. 6)
tico. La discutible sinonimia entre Sarney y el PMDB arrastró la impopularidad de ambos. Votar por el PMDB hubiese parecido a muchos votantes, premiar los desaciertos oficiales, aceptar la carestía, garantizar el infortunio. Al destacar el avance de las candidaturas de izquierda, las encuestas en las últimas semanas no hicieron más que ratificar la coherencia de un electorado que años atrás entronizó al PMDB antes de que éste demostrase sus falencias.

La izquierda y la derecha coexistentes dentro del partido tuvieron momentos de fricción en las tareas de la constituyente. Hubo acusaciones cruzadas entre los xenóforos y los que auspiciaban el ingreso irrestricto del capital extranjero. Las conquistas sociales más visibles no fueron "regaladas por la derecha, sino resultado de una dura lucha".

Sea como fuere el PMDB ha representado el papel de un gran partido de centro provisto de dos alas. Sus candidatos seguramente triunfaron

en muchas ciudades del Brasil, pero han perdido en las dos mayores, San Pablo y Río de Janeiro. Dos gobernadores del Nordeste identificables con la izquierda permanecen en el seno del partido: Valdir Pires, de Bahía, y Miguel Arraes, de Pernambuco.

Las fuerzas del centro se han debilitado en beneficio de una polarización de la derecha y de la izquierda. El triunfo de los dos principales partidos de izquierda —el Partido de los Trabajadores en San Pablo y el Partido Democrático Laborista, en Río de Janeiro— es un hecho que se proyecta sobre las elecciones presidenciales del año próximo.

Cuando la convención del PMDB resuelva quién será su candidato a presidente —hasta ahora, parecía que lo sería Ulysses Guimarães— nadie estará pendiente de esas circunstancias, y no es improbable que las fuerzas del centro derecha busquen alianzas.

Futuro prefecto de Río, el carioca Marcello Alencar, de 63 años, ocupó ya la intendencia de 1983 a 1985,

cuando era gobernador de ese Estado el jefe del Partido Demócrata Laborista, Lionel Brizola. Alencar es un veterano, un "duro" que conoce su oficio. El actual prefecto, Saturnino Braga, obtuvo ese cargo gracias al mismo partido, pero lo abandonó hace dos años, originando una breve crisis.

La futura prefecta de San Pablo Luiza Erundina, es una persona plácida, de 53 años, oriunda de Paraíba y ha alternado la política con la asistencia social. El jefe de su agrupación, el Partido de los Trabajadores, es Luis Ignacio "Lula" Da Silva, conocido como Lula, un batallador fiel al socialismo conocido por su barba y su peculiar forma de pronunciar las eses. También Brizola ha comenzado a pesar en los Estados del Sur.

Ambas agrupaciones, sumadas a algunas denominaciones socialistas y a los dos partidos comunistas en actividad, podrán formar un frente muy considerable para las elecciones presidenciales del año que viene.

(C) LA NACION

492

EL PAIS Viernes 18 de Noviembre de 1988

EL VUELCO A LA IZQUIERDA CAMBIA BRUSCAMENTE POLITICA BRASILEÑA

BRASILIA, 17 (Nota sobre fuentes AP y EFE). — El vuelco a la izquierda del electorado brasileño en las elecciones municipales recientes se interpretó por politólogos, analistas y diplomáticos como una censura a los políticos, incapaces de solucionar los graves problemas del país, pero los resultados de las elecciones municipales del martes también reflejaban cambios en el panorama partidario y la aparición de nuevas figuras con posibilidades de éxito en la sucesión presidencial y, a veces, un alerta.

Los resultados no sólo indicaron una derrota aplastante del PMDB, partido de centroderecha que ha sido el principal sostén del gobierno del presidente José Sarney, sino un vuelco hacia la izquierda de la opinión política en Brasil, país tradicionalmente dominado por grupos conservadores.

Por primera vez en la historia política del país las fuerzas conservadoras reciben una bofetada en pleno rostro, dijo a la AP el politólogo René Armand Dreifus, profesor de Ciencias Políticas de la Universidad Federal Fluminense de Río de Janeiro.

En una entrevista telefónica dijo que el electorado, cansado del discurso político de los partidos tradicionales manifestó su protesta a través del voto a los candidatos que representan el mensaje más radical en la actualidad brasileña.

La futura alcaldesa del PT en São Paulo, Luiza Erundina, ha declarado ser marxista.

A nivel nacional el líder y fundador del partido es el ex dirigente metalúrgico y actual diputado Luiz Inácio Lula Da Silva, una de las principales figuras de la oposición sindical al régimen militar que culminó hace tres años.

El Río de Janeiro será Marcello Alencar, perteneciente a un partido que encabeza el ex gobernador de esa ciudad Leonel Brito, definido como un populista enemigo político acérrimo de Sarney, los militares y de un gran sector del empresariado.

Fuentes diplomáticas consultadas dijeron estar observando atentamente la situación para definir si el vuelco forma parte de una tendencia general o se centra en São Paulo, donde nació el PT hace diez años.

Entre los dirigentes del PT el triunfo los sorprendió de tal forma que hasta difieron en la explicación.



Lula dijo a la prensa que fue una revolución silenciosa. El pueblo entiende ahora que no somos más un voto de protesta, sino una nueva opción de gobierno.

Sin embargo, el jefe de la bancada petista en la Cámara de Diputados, José Genoino, declaró a la AP que la votación recibida por su partido superó los límites partidarios.

Lo mismo opinó Brandão Monteiro, jefe de la bancada del PDT en la Cámara de Diputados, para quien el pueblo reprobó en las urnas el mandato de cinco años que la Asamblea Constituyente dio a Sarney.

La izquierda reiteró el reclamo de que se adelanten las

Marcello Alencar festeja en Río. Ganó y es 'brizolista'.

elecciones para superar la situación de vacío político existente en el país, pues en su opinión el resultado de las elecciones confirmó que el pueblo responsabiliza a Sarney y al PMDB por la grave crisis que enfrenta el país, con una inflación de 1 000 por ciento anual.

A pesar de la derrota a nivel municipal, el PMDB tiene 22 gobernadores y mayoría en el Congreso Bicameral de 559 escaños.

El líder del Partido en el Senado, Humberto Lucena, dijo hoy que los electores nos castigaron equivocadamente. La gente espera milagros, pero la crisis no es culpa nuestra, sino de irresponsabilidades anteriores.

El segundo día de recuento de votos de las elecciones municipales, confirmaron la victoria de los partidos de izquierda en las ciudades más importantes del país.

El escrutinio fue más lento en las capitales de los Estados y en las ciudades más populosas, mientras que la mayoría de los pequeños municipios ya conocen sus autoridades y representantes municipales.

Después de escrutarse a 71 por ciento de las urnas de São Paulo, Luiza Erundina, del Partido de los Trabajadores (PT), vence por una diferencia de cerca de 200 000 votos a Paulo Maluf, del conservador Partido Democrático y Social (PDS).

El marxista "PT" garantizó también su victoria en Porto Alegre, capital del Estado de Río Grande do Sul, y en Vitória, de Espírito Santo.

Este partido encabeza también el recuento en ciudades industriales cercanas a São Paulo, como Santos, el mayor puerto de América Latina, Santo André, São Bernardo do Campo y Diadema.

Marcelo Alencar, del socialista Partido Democrático Laborista (PDT), tiene el 29 por ciento de los votos en Río de Janeiro, con el 73 por ciento de las urnas abiertas, seguido de Jorge Bittar, del "PT", con el 19 por ciento de los sufragios.

Proyecciones de la televisión "Globo" confirman también la victoria del "PDT" en Curitiba, capital de Paraná, Natal (Río Grande do Norte) y São Luís (Maranhão), así como en las ciudades más importantes del Estado de Río de Janeiro.

850

FOR 24 18/11/88

Enquanto os prefeitos
eleitos do Rio e de
São Paulo acertam
uma ação comum
contra a direita, o
líder do PDT, Leonel
Brizola, já fala em
aliança para o
pleito presidencial

APROXIMAÇÃO ENTRE O PT E O PDT

Erundina e Alencar fazem aliança contra a direita

Em ligação telefônica direta ao helicóptero onde a prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina, sobrevoava ontem a capital paulista, o prefeito eleito do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, firmou uma aliança política com a estrela do PT que subiu mais alto nas eleições. Alencar pregou "um projeto novo para o Brasil" e Erundina destacou a "articulação e composição de forças de esquerda, progressistas e democráticas para derrotar a direita e inviabilizar a volta do passado e do reacionarismo em São Paulo".

Os dois dialogaram por cinco minutos, responderam a perguntas dos repórteres da emissora, festejaram suas vitórias, mas deixaram claro que a aliança política não alcança a eleição presidencial do próximo ano: "Esse assunto é para mais tarde", observou Erundina, que agradeceu ao apoio do PDT de Leonel Brizola na reta final de sua campanha para a prefeitura de São Paulo. O candidato do PDT, Ayrton Soares, desistiu em favor do PT.

"Nota zero"

O helicóptero freiado pela rádio decolou às 14h40min e a prefeita eleita não ocultou sua emoção. Diante de uma vista aérea da gigan-

tesca cidade que vai administrar, tratou-se por alguns segundos: parecia uma adolescente em seu primeiro voo, lembrou o ano de 1971, quando chegou a São Paulo para trabalhar vinda da Paraíba, mas uma nordestina na massa anônima de migrantes. Mas, em seguida voltou a ser a política de posições firmes. O aparelho passou acima do parque Ibirapuera, onde está o gabinete do prefeito Jânio Quadros, quando ela voltou a dar "nota zero" para sua administração. "O parque é do povo, é para o lazer. Vou estudar a mudança da sede da prefeitura", prometeu ela.

A medida que o voo prosseguia, a rádio promovia quase um debate nos céus: empresários como Abrâm Szajman (presidente da Federação

do Comércio do Estado de São Paulo) e Lincoln Lancelotti (presidente do Sindicato dos empreiteiros de obras públicas) questionaram a prefeita sobre seus planos. "Não faremos obras faraônicas, mas contrataremos a construção de escolas, creches, hospitais, posto e centros de saúde", prometeu ela.

Luiza Erundina sobrevoou ainda o Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), favelas, as regiões mais pobres, os complexos viários e também dialogou por telefone com a prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontanelle, que se elegera pelo PT, do qual se desligou depois. "Quero aprender contigo, com os erros e os acertos de sua administração, companheira", afirmou Erundina. (AJB)

01.01

8903324

Coluna do Castello

Nome de Leônidas levado a governadores

O senador João Menezes está levando sua conhecida proposta de unir os "partidários da livre iniciativa e das liberdades políticas" em torno de um só candidato, o general Leônidas Pires Gonçalves. Diz o senador que não está sugerindo o nome de um chefe militar mas de uma personalidade em cuja capacidade de coordenação do sistema militar confiou Tancredo Neves, que o selecionou para ser ministro do Exército e avalista da política de transição para a democracia. Menezes já levou formalmente sua proposta ao presidente do PFL, Marco Maciel, ao governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, e está de entrevista marcada com os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, e Orestes Quêrcia, de São Paulo, para ouvi-los sobre o mesmo tema. "É preciso", diz o senador, "evitar a *criminação* do Brasil". Interrogado sobre se o ministro do Exército estava a par da sua articulação respondeu que não é um político ingênuo ou inexperiente mas que não está autorizado por Leônidas a encaminhar sua candidatura, embora ele saiba de tudo pelos jornais e pela televisão. Suas relações com o ministro são pessoais mas não políticas.



Menezes informa que vai suprimindo lentamente resistências e já conta com o apoio de 18 parlamentares, entre os quais inclui o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS. O senador Marco Maciel concordou com a tese da candidatura unitária da liberal democracia, elogiou a pessoa do general Leônidas mas advertiu que, como presidente do partido, não pode propor nomes fora da sua agremiação, embora se disponha a examinar as sugestões que lhe forem levadas. O governador Moreira Franco também aceitou a conversa sobre a conveniência de um candidato de unidade democrática e igualmente elogiou o general Leônidas, porém com menos entusiasmo do que o senador Maciel. Menezes pretende conversar francamente com Arraes e Quêrcia, certo de que encontrará receptividade para a mobilização nacional que se sobreponha às candidaturas de Brizola e Lula, as únicas que existem.

O senador do Pará, que foi fundador do MDB e do PMDB, do qual se retirou em protesto contra o domínio do partido em seu Estado pelo ministro Jader Barbalho, enaltece a pessoa de Ulysses Guimarães mas acha que o partido a que preside está irremediavelmente dividido e inviabilizado como instrumento para conduzir a sucessão presidencial. O PFL, em cujos quadros se inscreve, também teria perdido a vez desde que o senador Marco Maciel, conforme lhe disse pessoalmente, se incumbiu de destruir por dentro, "como um cupim", a candidatura de Aureliano Chaves. A solução portanto estaria agora fora dos partidos e o general Leônidas Pires Gonçalves, selecionado por Tancredo Neves e antigo assessor do governo Jânio Quadros, teria condições de atrair apoios políticos e coordenar uma frente de salvação da democracia, tal como a concebe.

F. P. P.
L. P.

038

4 □ 1º caderno □ sábado, 18/2/89

Sarney diz que privatização é problema "angustiante"

BRASÍLIA — Na presença do novo presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB), que assistiu ontem de manhã à solenidade de lançamento da concorrência pública para a construção da Ferrovia Leste-Oeste, o presidente José Sarney fez uma advertência ao Congresso Nacional, ao pedir aos parlamentares uma tramitação rápida para o projeto de lei do deputado João Agripino (PMDB-PB) que trata das privatizações. Sarney classificou de "angustiante" a questão, "porque não é mais um problema ideológico, é sim um fato".

Segundo o presidente, com a distribuição de renda feita pela reforma tributária determinada pela Constituição, a União ficou com 35% da renda nacional. "Com isso, nós temos que sustentar todo o Estado brasileiro, todas as atividades que cabem ao Estado, que devem se concentrar, sobretudo, em educação e saúde", observou o presidente, lembrando que as despesas com estatais deficitárias obrigam o governo a fechar hospitais e a deixar de construir escolas.

"O Estado não tem recursos para aguentar as companhias deficitárias, nem os setores que ela não pode carregar", desabafou Sarney, sob o olhar atento do presidente da Câmara dos Deputados. O presidente afirmou existem companhias que custam ao governo US\$ 500 milhões anuais em função do prejuízo que acarretam.

No início da semana, o Congresso Nacional rejeitou uma medida provisória que dava amplos poderes ao presidente da República para privatizar estatais. Logo após a rejeição, o deputado João Agripino apresentou um projeto de lei para regular as privatizações. Ao mesmo tempo em que aguarda a tramita-

São Paulo — Zeca Feitosa



Paes de Andrade e Sarney

ção da proposta de Agripino, o governo estuda a possibilidade de adiantar o processo sem a necessidade de autorização do Congresso.

A ideia é aproveitar o Artigo 178 do Decreto-lei 200, que dá ao presidente liberdade para alterar a estrutura das empresas estatais. A dúvida dos juristas do governo é se a abrangência do decreto-lei permite ao governo entrar na área das privatizações.

F. Sel

01.01

8903365

OSF

Lula diz em Roma que governo brasileiro está contra Amazônia

ROMA — O deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, repetiu ontem - após ter conversado com o presidente do Partido Comunista Italiano (PCI), Achille Occhetto, sobre a Amazônia e a dívida externa, entre outros assuntos — que “o Brasil não pode continuar enviando para o exterior 5% de seu Produto Interno Bruto”. Disse também que o governo brasileiro “tem adotado uma atitude passiva e cúmplice em relação à destruição da Amazônia”.

“Está na hora”, continuou, “de nosso governo tomar uma atitude política, consultando outros países para se conseguir desenvolver a região, sem lhe destruir a fauna, a flora e as riquezas minerais, e também sem ferir os direitos das minorias étnicas. Não se pode perder a oportunidade, salvaguardada, é claro, a soberania nacional. Neste momento de nada vale um nacionalismo de palavras, quando na verdade a Amazônia é vítima da ação das multinacionais.”

Paralelo — Voltando à dívida externa, Lula disse que os países devedores devem encarar a questão em bloco. “De imediato”, acrescentou, “o PT acredita que o Brasil deveria congelar as remessas de pagamento do capital. Esse dinheiro seria empregado no desenvolvimento agrícola e industrial, e ainda não criação de um fundo que favorecesse o progresso tecnológico.”

Hoje e amanhã, Lula se encontrará com o ministro das Relações Exteriores da Itália, Giulio Andreotti; com os líderes dos partidos Socialista (Bettino Craxi) e Democrata Cristão (Arnaldo Forlani), e das três centrais operárias do país, além do escritor Alberto Moravia. Na quarta, o candidato do PT será recebido por João Paulo II.

Peixes e frutas para atrair eleitor jovem

PT no céu, na terra e no mar. É com esta imagem metafórica que o PT vai lançar no Rio de Janeiro, em março, uma campanha de filiação e cadastramento de seus militantes, com o objetivo de pelo menos dobrar o número dos atuais 45 mil filiados do partido no estado. O projeto faz parte da preparação da campanha do candidato à Presidência, Luís Ignácio Lula da Silva.

As peças principais da campanha são três cartazes, que serão reproduzidos e colados aos milhares em postes e muros da cidade, com três slogans básicos: “PT até debaixo d’água”, “No PT, estaca é voto” e “Esta árvore dá frutos”. O cartaz da água mostrará uma estrela-do-mar vermelha, com as iniciais do partido, *pequeno* um peixinho no fundo do mar; outro mostrará o céu coalhado de estrelinhas do PT e o terceiro mostrará uma árvore com a forma do mapa do Brasil, cujos frutos são também estrelas vermelhas.

Perfil — Idealizada pelo publicitário Paulo Rodrigues, junto com os fotógrafos Estefan Radovitz, Carlos Carvalho e João Ripper, a campanha vai ser dirigida, principalmente, para o eleitorado jovem — este ano poderão votar os jovens que completarem 16 anos até o dia 6 de agosto — e rural. “Há uma grande preocupação com os estudantes secundaristas e universitários que compõem o eleitorado jovem. Por isso, o programa do PT vai contemplar questões de interesse da juventude, como ecologia e cultura”, diz o engenheiro Jorge Bittar, candidato a prefeito nas últimas eleições. Com metade dos seus 45 mil filiados concentrados na capital, o PT quer aumentar sua organização no interior, daí a preocupação com o homem do campo.

Paralelo à filiação, o PT quer cadastrar seus militantes “para ter um perfil do partido”, segundo explica Sérgio Murilo, do diretório regional. Quem se cadastrar terá que preencher fichas com seus dados pessoais e profissionais completos. “Isso vai permitir a nossa organização de forma mais racional, através de núcleos por local de moradia ou trabalho e por categoria profissional. Será muito mais fácil desenvolver campanhas por temas específicos”, prevê Murilo.

O esforço de organização do partido está diretamente vinculado à campanha de Lula. Instalado num conjunto de duas salas num prédio na Avenida 13 de Maio, Candelária, com apenas seis funcionários, “o PT está vivendo a crise do crescimento”. “Nossos recursos materiais são insuficientes para enfrentar a expansão do partido”, avalia Bittar. Por isso, os petistas estão procurando há algumas semanas um novo local para o comando da campanha de Lula no Rio, “de preferência um sobrado bem amplo e de fácil acesso, no Centro da cidade”.

FSC
PP
PT

J. do BRASIL 27/2/89

01.01

8903370

098

J.B. 16/1/88

Governo fecha ministérios que abrim

"Na área administrativa, fizemos o que nunca foi feito na história brasileira."

Assim o presidente José Sarney abriu a parte de seu discurso em que anunciou alterações na estrutura da administração federal. Na verdade, a reforma administrativa profunda que era anunciada há 20 dias terminou por resumir-se à extinção de cinco peque-

nos ministérios — todos eles criados pelo atual governo: os da Habitação, Reforma Agrária, Irrigação, Ciência e Tecnologia e Administração. O presidente desistiu à última hora de fundir as pastas da Previdência e da Saúde e de retirar do Estado-Maior das Forças Armadas a condição de ministério.

Com as mudanças, saem do governo os ministros Prisco Viana,

Ralph Biasi, Aluizio Alves, Vicente Fialho, Leopoldo Bessone, Paulo Brossard e Borges da Silveira. Brossard será substituído por Oscar Dias Correa, que assumirá a Justiça. O médico Vicente Amato ainda não confirmou se aceitará a pasta da Saúde. Em quatro anos de governo, Sarney bateu o recorde republicano em matéria de mudanças ministeriais: já teve 68 mi-

nistros. Serão extintos também 42 órgãos públicos, entre autarquias e fundações. Apesar da tendência de alguns setores, não se abriu o decreto moralizador que demite, a partir de 1º de maio, 50 mil servidores da administração federal que entraram em concurso público e não compareceram cinco anos em está-

F. Poc
(62B)

01.01

8903374

098

La izquierda brasileña emerge con fuerza por el descontento obrero

San Pablo.

■ El izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), atrayendo el descontento de millones de brasileños por la difícil situación económica del país, avanzó en las preferencias electorales y podría ganar hoy incluso en la mayor y más importante ciudad de Brasil, San Pablo, dijeron analistas.

Las últimas encuestas concedieron en otorgar uno de los dos primeros lugares en casi todos los municipios del industrializado estado de San Pablo, responsable por más del 50 por ciento del Producto Bruto Interno de Brasil.

En otras centenas de ciudades del país, el PT, que controla la Central Unica de Trabajadores (CUT), y cuenta con el apoyo del sector de la Iglesia Católica vinculado a la Teología de la Liberación, ostenta los primeros lugares de los sondeos, reflejando un abrupto crecimiento sin precedentes. El PT, encabezado por el dirigente sindical Luiz Inacio Da Silva, conocido popularmente como "Lula", anunció que movilizó sólo en San Pablo unos 18.000 militantes para atraer indecisos y garantizar el resultado de los comicios municipales.

Erundina, actual diputada estadual, propugna la urbanización de las 4.000 favelas con las que cuenta San Pablo, la quinta ciudad más populosa del mundo, mientras que Malik ofrece un plan que contenga el crecimiento desordenado de la metrópolis.

Hasta ahora, el PT, que propugna el socialismo marxista y cristiano y cuenta con una pequeña representación de cinco parlamentarios, ostentaba una sola alcaldía de una ciudad importante, Fortaleza, capital del estado de Ceará,

en el nordeste del país, conquistada en las elecciones municipales de 1983.

El PT, rival encarnizado del Partido Comunista del Brasil, ya lanzó la candidatura de "Lula" a la Presidencia de la República, para los comicios directos nacionales que se realizarán después de 29 años en noviembre de 1989.

Una encuesta, divulgada por el diario Folha de São Paulo, adjudicó el tercer lugar de las preferencias "Lula" con 10 por ciento de las preferencias. En el primer lugar se ubicó el senador Mario Covas, disidente del oficialista Partido Movimento Democrático Brasileiro, con 26 por ciento, y el popular animador de televisión, Silvio Santos, con 19 por ciento.

El otro candidato a la Presidencia de la República lanzado oficialmente, el ex gobernador de Rio de Janeiro, Leonel Brizola, obtuvo apenas seis por ciento y se colocó en el quinto lugar de las preferencias, detrás del actual alcalde de San Pablo y ex presidente de Brasil, Juscelino Kubitschek.

Analistas estiman que las elecciones municipales serán un termómetro para medir las preferencias del electorado frente a los próximos comicios nacionales, en momentos en que una inflación de 1.700 por ciento al año agobia a los 143 millones de brasileños.

En las elecciones de hoy se elegirán las autoridades y concejales de 4.307 ciudades con la excepción del Distrito Federal de Brasilia, que ya tiene a su frente un gobernador designado por el Presidente de la República.

El censo electoral es de 75.823.938 ciudadanos mayores de 18 años, el 9 por ciento de los cuales no saben leer ni escribir.

La República 15/11/88

La República
15/11/88

FSC
(G&B)

078

(F. S. de R. (E. W.))

Secretário de Defesa dos Estados Unidos, que manteve contato com autoridades militares e civis, em Brasília, tratou do desenvolvimento espacial brasileiro e de outros temas de cooperação bilateral

Carlucci: "Há restrições na cessão de tecnologia"

O secretário da Defesa dos Estados Unidos, Frank Carlucci, informou ontem que o Governo de seu país não faz "nenhuma objeção" ao desenvolvimento do Brasil na área espacial, mas apontou dificuldades na cessão de tecnologia norte-americana para este setor. Segundo ele, o principal problema é que o acordo assinado entre os EUA e outros seis países impõe restrições à cessão de tecnologia que envolva principalmente lançamento de foguetes, já que pode ser usada com fins militares.

Ele ressaltou que o Brasil é "bastante prudente e responsável" na fabricação e venda de armamentos, porém frisou que as restrições de seu país têm de ser obedecidas tendo em vista que a proliferação de tecnologia de mísseis constitui-se num dos principais problemas mundiais. Carlucci, que encerrou ontem dois dias de visita a Brasília, disse que o assunto foi tratado com os ministros da Marinha, Aeronáutica, Exército e EM-FA.

Trataram também de meios de incrementar a cooperação na área espacial. O secretário da Defesa disse, em entrevista coletiva à imprensa concedida na Embaixada norte-americana, que o Governo norte-americano tende a fortalecer a cooperação militar. Acrescentou que cada área de interesse deve ser detidamente analisada, independentemente de haver ou não um documento firmado entre os dois governos, como o memorando assinado em 1984 para cooperação na área militar, o qual ainda não foi implementado. Ele explicou que o



Encontro no Alvorada: Shlaudemann, Carlucci, presidente Sarney e Abreu Sodré

objetivo de sua visita a Brasília foi analisar os problemas bilaterais, regionais e multilaterais. Isso ele fez nos encontros que manteve com os ministros militares e no café-da-manhã oferecido a ele, ontem, pelo presidente José Sarney. Nesse encontro, participaram o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré, o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, o assessor internacional da Presidência da República, embaixador Seixas Correa, e o embaixador norte-americano Harry Shlaudemann.

No encontro, realizado no Palácio da

Alvorada, o presidente José Sarney apontou a necessidade de os dois governos criarem uma "pauta positiva" de cooperação bilateral, uma vez que a agenda dos dois países tem sido marcada, nos últimos anos, por problemas negativos como o narcotráfico, retaliações comerciais e dificuldades de venda de tecnologia. Segundo relato do porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira, o presidente da República reclamou do fato de os Estados Unidos terem acordo de cooperação tecnológica com a Índia, por exemplo, e não o manterem com o Brasil. (Radiobrás)

01.01

8903378

PT monta estratégia para as prefeituras

a cúpula do PT deu uma série de orientações aos prefeitos do partido eleitos no dia 15. A intenção é seguir uma linha de ação comum em todo o País

Por GUSTAVO KRIEGER
Estado Especial/ZH

"Agora vem a parte mais difícil. Governar". A declaração é da prefeita eleita de São Paulo, Luiza Erundina, e reflete o espírito com que o PT vem encarando sua chegada ao poder em várias das cidades mais importantes do país. Passada a fase de comemorar as vitórias, os petistas começam a avaliar o desafio que vão enfrentar, agora que "passam de pedra à vidraça", ou seja, deixam de ser exclusivamente oposição para ganhar a responsabilidade do poder.

Na reunião que a Executiva Nacional do partido realizou neste final de semana em São Paulo, a avaliação dos resultados eleitorais e da estratégia a utilizar a partir de agora se tornou o ponto mais importante da pauta e revelou visões diferenciadas sobre o que deve ser a posição dos petistas no governo. A principal interrogação dos petistas é como ser fiel ao programa partidário, que é revolucionário e transformador, dentro dos limites impostos por uma administração municipal, e sem cometer atropelos. A ideia dominante foi de que as reformas devam ser realizadas, mas "com os pés no chão", como diz o presidente nacional do partido e prefeito eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra.

Oficialmente a direção do PT garante que ter chegado ao poder não mudará nada no comportamento no partido. Mas no interior da reunião todos reconheceram que a realidade mudou e que o partido terá que se adaptar a ela. Algumas bandeiras de campanha, como a estatização do transporte coletivo, são muito difíceis de executar, ao menos a curto prazo, o que vai impor a busca de soluções alternativas. Por outro lado, todos sabem que a vitória em 15 de novembro foi uma conquista política importante, mas não representa o início de uma revolução socialista ou coisa parecida.

A amplitude da vitória do PT surpreendeu até mesmo seus dirigentes, já que a cúpula partidária tinha uma avaliação bem menos otimista, que não previa nem mesmo a vitória em São Paulo. Isto aumentou muito a força do partido, tornando o nome de Lula uma alternativa real para a Presidência da República. Todos sabem que o sucesso dos prefeitos eleitos este ano é decisivo para as pretensões do partido na eleição presidencial. Se forem bem sucedidos, os prefeitos como Olívio e Erundina podem se transformar nos maiores cabos eleitorais de Lula. Se fracassarem, vão reforçar a afirmação de que o PT não sabe governar, construída especialmente a partir da experiência mal-sucedida do partido em Fortaleza, e podem enterrar a candidatura do líder petista.

Homogeneidade

Justamente por entender a importância política dos prefeitos que elegeu, o PT quer apoiar suas administrações e garantir que elas si-

gam uma linha coerente em todo o país. Para isto foi criada uma Comissão de Assessoramento de Alto Nível, coordenada pelo secretário-geral do partido, José Dirceu, e integrada por intelectuais como Francisco Weffort, Aluísio Mercadante e Plínio de Arruda Sampaio. Eles vão tentar definir qual deve ser o espírito de uma prefeitura petista e propor uma série de medidas de impacto, que poderiam ser tomadas nos primeiros seis meses de administração. Estas medidas atrairiam a simpatia da população para o novo prefeito e de quebra podem garantir mais votos para Lula.

Entretanto, a ideia de uma interferência do partido na linha das administrações não agrada a todos os prefeitos eleitos, a começar pela mais importante delas, Luiza Erundina, diz que tem mandato popular para administrar São Paulo e garante que vai ser "prefeita de São Paulo e não prefeita do PT". Ela admite que a comissão é positiva, "mas apenas para dar as linhas gerais ou auxiliar aqueles municípios que não tenham recursos pessoais ou técnicos suficientes". No seu caso, ela é enfática ao garantir que "em São Paulo, o comando político é da prefeita".

Nas duas administrações mais conhecidas do PT, em Fortaleza e Diadema, o principal problema enfrentado foi exatamente o relacionamento entre prefeito e partido, tanto que os dois chefes de Executivos acabaram trocando de sigla antes do fim de seus mandatos. Desta vez, todos garantem que isto não vai acontecer, mas este continua a ser um dos problemas mais delicados a ser enfrentado pelo PT.

Conselhos Populares vão existir em todo o País

Os prefeitos eleitos pelo PT garantem que não vão demorar muito para que a população sinta a mudança na maneira de administrar a cidade. Segundo o prefeito eleito de Piracicaba, José Machado, "esta é uma mudança que não depende de grandes obras e que será sentida já na atitude do governo, marcada por muita mais honestidade e transparência". Honestidade também é a palavra-chave para o deputado estadual Djalma Bom, vice-presidente nacional do PT e eleito vice-prefeito de São Bernardo do Campo. Ele define com dureza a política brasileira, dizendo que "a marca em tudo é a corrupção. Não existe uma prefeitura que não tenha se transformado em um balcão de negócios".

Mas Djalma Bom diz que honestidade e competência administrativas "são a obrigação" dos prefeitos do PT. Ele afirma que é necessário adicionar a isto uma proposta política marcada pela participação popular e cuja principal característica deverá ser a criação de Conselhos Populares em bairros e vilas. Estes conselhos têm como atribuições estabelecer obras e progra-



Olívio vai dar prioridade às questões populares



Erundina: vai ser prefeita de São Paulo e não do PT

mas prioritários em cada região e fiscalizar sua execução.

Pela primeira vez o PT "vai ser patrão", ou pelo menos terá de comandar as máquinas administrativas municipais. Segundo os prefeitos eleitos, a conduta do partido não vai mudar, como explica José Machado. Ele diz que em Piracicaba vai tentar evitar as greves resolvendo os problemas antecipadamente pela negociação, mas que os servidores públicos têm direito de greve. Djalma Bom vai mais longe e define a greve como "o tempero da democracia". Segundo ele, se os municipais de São Bernardo fizerem uma greve justa "ela terá todo o apoio" da prefeitura. Olívio Dutra já disse que "se uma greve é decidida democraticamente, quem se recusa a fazê-la é pelego".

Os prefeitos petistas sabem que vão enfrentar pressões de grupos empresariais contra suas propostas de reforma. A receita para vencer estas pressões, segundo Djalma Bom, é a mobilização popular e a organização da comunidade para pressionar a favor de suas reivindicações.

F.P.C.
(PP-PP)
PT.

Ofensiva del gobierno de Sarney para impedir paros de estatales

Partido de Brizola y "Lula" son fuerzas decisivas en comicios presidenciales

BRASILIA, (DPA). — El gobierno conservador del presidente brasileño José Sarney inició ayer una ofensiva contra las huelgas de funcionarios de las estatales Petróbras y Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), utilizando para ello la legislación heredada del régimen militar que gobernó el país de 1964 a 1985.

Pese a que la nueva Constitución brasileña otorga a los trabajadores el derecho irrestricto a la huelga, el gobierno pidió a la Suprema Corte Laboral que decretara la ilegalidad de la huelga de los 60.000 petroleros, bajo la alegación de que se trata de un servicio esencial al país.

El gobierno argumenta con que el Congreso todavía no aprobó una ley complementaria para reglamentar el derecho de huelga en sectores esenciales. Por ello, Sarney deberá dictar próximamente un decreto prohibiendo la paralización en esos sectores, que tendrá vigencia inmediata, aunque será automáticamente anulado después de 30 días, si no es ratificado por el Parlamento.

Al mismo tiempo, a ejemplo del reciente anuncio del gobierno polaco sobre el cierre del astillero de Gdansk, las autoridades brasileñas amenazaron con

cerrar la CSN, que emplea a 20.000 funcionarios y fabrica el 20 por ciento del acero producido en el país. El paro en la CSN, que ingresó ayer en su décimo día, fue marcado en la última semana por una brutal represión por tropas del Ejército, con numerosos muertos y heridos entre los huelguistas que ocupaban la siderúrgica.

"Revolución silenciosa"

"Fue una revolución silenciosa", comentó el presidente y fundador del Izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), apunado como el gran victorioso de las elecciones municipales brasileñas del martes último.

El PT conquistó las intendencias de tres capitales importantes —San Pablo, Porto Alegre y Victoria—. Llegó segundo en otras dos y, en el segundo día de los escrutinios, es líder en diez de las 20 mayores ciudades del próspero interior del estado de San Pablo.

Con la victoria de su candidato a alcalde de San Pablo, la asistente social Luiza Erundina, de 33 años,

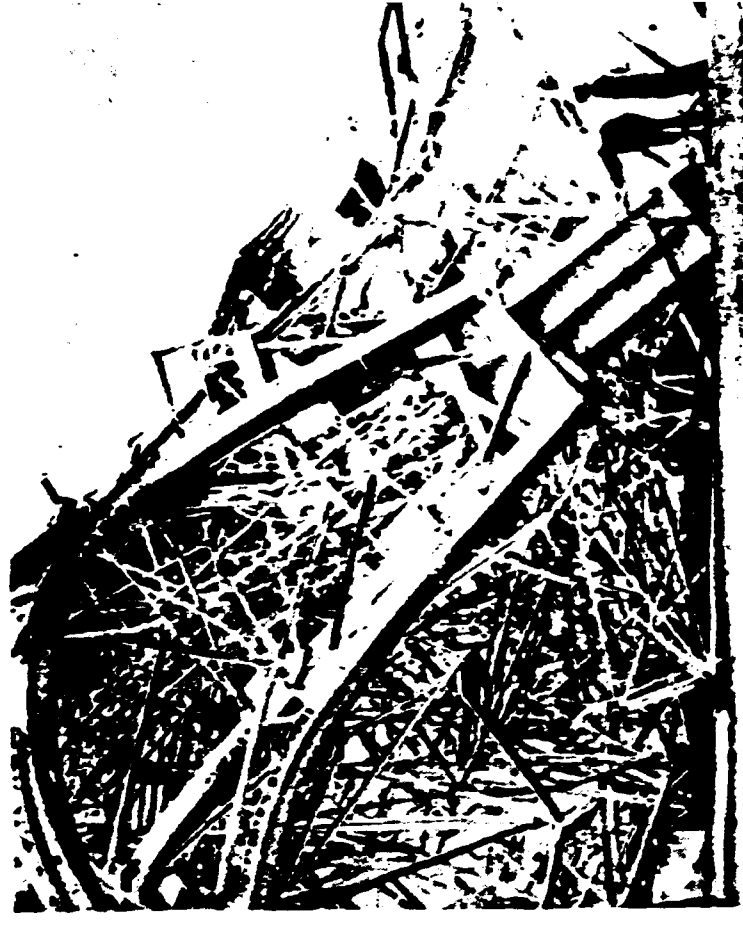
el PT se ha vuelto fuerza decisiva —junto a los socialistas de Brizola— para la definición de las elecciones presidenciales de 1989, en la que los brasileños escogerán el sucesor del conservador José Sarney por voto directo, por primera vez en 29 años.

Izquierda independiente

El éxito de Erundina en San Pablo representó al mismo tiempo la derrota de los partidos de centro (PMDB, de Mario Covas), y de derecha (PDS, de Paulo Maluf), precisamente en su principal reducto.

Creado como expresión de la izquierda independiente, entre el escepticismo generalizado de políticos y analistas, en ocho años el PT saltó de la sombra al gobierno de algunas de las más importantes ciudades brasileñas.

El expresivo crecimiento del PT en las últimas elecciones coloca al partido al lado del socialista Leonel Brizola como principal fuerza de la izquierda en la sucesión presidencial, y no se descarta la posibilidad de una coalición entre ambos.



Se desplomó telescopio gigante

VIRGINIA DEL OESTE, EE.UU. — Dos hombres examinan los restos de un gigantesco telescopio que se derrumbó en Green Bank. Medía alrededor de 100 metros de diámetro. (Foto Reuter).

01.01

8903381

Elecciones municipales en Brasil con fondo de huelgas

por Hugo Coya
Rio de Janeiro.

■ Los brasileños, agobiados por una inflación de 1.700 por ciento al año, concurren hoy a las urnas para elegir entre un millón de candidatos a unos 50.000 alcaldes y concejales, en medio de una ola de huelgas y pronósticos de un amplio triunfo de la oposición.

Las Fuerzas Armadas fueron declaradas en "estado de alerta" y asumieron el control de más de la mitad del país, buscando contener la violencia electoral que había causado hasta el domingo la muerte de por lo menos 14 personas.

La policía requisó, en varios puntos del país, armas y municiones, así como detuvo a numerosas personas, cuyas acciones "puedan comprometer la tranquilidad del proceso electoral", informó la agencia oficial de noticias brasileña Radlebras.

Los candidatos de los 32 partidos inscritos concluyeron sus campañas en la madrugada del domingo, pidiendo a los 76 millones de electores que concurren a las urnas para fortalecer la democracia, reinstalada en marzo de 1985, después de un gobierno militar de 21 años, y que desechen una campaña en pro de votos nulos.

Fuentes gubernamentales dijeron que el presidente Sarney se proponía dirigir al país un mensaje por cadena de radio y televisión,

para pedir a los desalentados electores que no anulen sus votos.

El Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBOPE) dijo que en las diez ciudades más importantes del Brasil, los márgenes de votos blancos y nulos oscilarán entre el 10 y el 15 por ciento. Otros sondeos hablaron de hasta el 25 por ciento.

Las últimas encuestas, incluyendo la de IBOPE, coincidieron en pronosticar que el Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), de gobierno, perderá en casi todo el país y sólo ganará en seis ciudades de las regiones norte y nordeste.

El PMDB, que en las últimas elecciones de 1986 para gobernadores ganó en 23 de los 24 estados brasileños, se perfila como favorito para ganar sólo en una ciudad medianamente importante del país, Salvador, capital del estado de Bahía, en la región nordeste.

En San Pablo, el Partido de los Trabajadores, de izquierda, encabezado por la candidata Luisa Erundina, se colocó con un 23 por ciento en un ascendente segundo lugar en las encuestas, amenazando al hasta ahora favorito candidato a la Alcaldía de la mayor ciudad de Brasil, Paulo Maluf, del Partido Democrático y Social, conservador, que tiene un 26 por ciento.

En Rio de Janeiro, el candidato Marcelo Alencar, del Partido Democrático Laborista (PDL), social demócrata, del ex gobernador

Leonel Brizola, tiene un 42 por ciento en las encuestas, por sólo 13 por ciento de Alvaro Valle, del Partido Liberal, de tendencia conservadora. En Brasilia no habrá elecciones por tratarse de la Capital Federal, donde el gobernador es designado por el Poder Ejecutivo, pero se realizarán por primera vez comicios generales en el nuevo estado de Tocantins, en el centroeste del país, donde se elegirá gobernador, senadores, diputados, alcaldes y concejales.

Según los analistas políticos, la oposición al gobierno de Sarney será la gran beneficiada en los comicios municipales, alzándose con el triunfo en casi todo el país, debido al descontento de la población por la difícil situación económica, las denuncias de corrupción y el descrédito en algunos políticos.

Los comicios ocurren en momentos que más de 600.000 trabajadores de los estratégicos sectores del petróleo, electricidad, siderúrgica, tren metropolitano de San Pablo, trabajadores municipales de Rio de Janeiro, controladores civiles de aeropuertos y amplios sectores de la administración pública, se encuentran en huelga por demandas salariales. El gobierno hizo un ferviente llamado a los huelguistas a que depusieran su actitud y alertó sobre faltas de combustible y electricidad en zonas neurálgicas del país, pero los sindicatos en conflicto rechazaron las propuestas.

Coluna do Castello

Balanço de um fim de campanha

Encerra-se hoje a campanha eleitoral em meio a emoções geradas por conflitos sociais registrados com maior dramaticidade no Rio e em Minas Gerais. O surto de greves que afetou principalmente o setor público e de empresas públicas



— o setor privado não apresenta erupções graves — envolve, junto com o questionamento social, problemas políticos e a intervenção militar, produzindo três cadáveres, dá indicações de riscos institucionais definidos. Como o interesse na desarticulação do regime é ainda limitado deve-se esperar que governo e trabalhadores encontrem um termo razoável de convivência até que superem as causas da confrontação.

Ainda há tempo de usar a oportunidade das apresentações pela televisão, o instrumento cada vez mais dominador de todo o processo de mobilização eleitoral, para sugerir o reexame da legislação que permitiu o espetáculo, penoso para a população e para o próprio sistema partidário, do monótono, inexpressivo e depressivo processo de comunicação dos candidatos com o eleitorado. A lei que instituiu o horário de propaganda oficial fiscalizada pela Justiça Eleitoral teve como objetivo dar igualdade de acesso aos veículos de comunicação de massa para nivelar a influência econômica nas eleições.

Como costuma acontecer nessas armadilhas de falso igualitarismo o nivelamento se deu por baixo, com o afluxo às telas de aventureiros e mercadores que se utilizam das facilidades da legislação partidária e eleitoral para demonstrações de exibicionismo e de bloqueio do fluxo normal das instituições políticas. Há de evitar-se o acesso indiscriminado à propaganda gratuita de candidatos que não exprimem outra coisa senão a intenção de ocupar espaços nobres para descaracterizar a atividade política. A televisão deve ser o *habitat* natural dos debates e das confrontações de programas e de idéias e não o palco de demonstrações de vaidades frustradas e de interesses escusos.

Quanto à qualidade da campanha produzida no Rio de Janeiro, sob os auspícios do TRE, o menos que se pode dizer é que ela mais comprometeu o prestígio dos partidos e dos políticos do que o promoveu perante seu juiz que é a opinião pública. Deixando de lado a borra das infiltrações consentidas pela lei, destacam-se as apresentações de cinco candidatos, os do PDT, do PL, do PMDB, do PSDB e do PT. São esses os partidos eleitoralmente válidos na disputa que uma ordenação adequada poderia sumariar em duas ou três propostas. Mas temos que tomar o panorama tal como ele se apresenta. Da sua inadequação poderão decorrer avaliações políticas para a reforma institucional prevista para o ano de 1993.

O candidato do PDT, Marcelo Alencar, apresenta-se como o favorito das pesquisas eleitorais. A televisão mostra um personagem sem luz própria, apegado aos "slogans" da liderança que deverá alçá-lo à Prefeitura do Rio. Seu programa é pobre de inspiração e de movimentação. Talvez ele rendesse mais, dada sua experiência, numa confrontação com outros candidatos, no estilo a que exatamente se opõe a lei da propaganda gratuita. O Rio não vai propriamente elegê-lo mas quer dar espaço ao sr. Leonel Brizola no seu projeto de chegar à presidência da República em oposição ao PMDB.

O candidato que se situa em segundo lugar, Alvaro Valle, tem seus méritos pessoais mas usa um discurso armado no pressuposto de que o povo não sabe o que está se passando. Ora, todos sabem que ele já perdeu a eleição e Vale continua a falar para vender a idéia de que vai ganhar. Ao menos se ele partisse da verdade... Seu partido não tem estrutura ainda para levá-lo aonde ele deseja. A oportunidade deveria ser utilizada talvez para expor planos que excitassem a opinião pública e influíssem na futura administração da cidade. Tal como estão as coisas, ele trabalha para eleger vereadores e armar — o que pode ser um propósito legítimo — o PL para futuras andanças.

Artur da Távola, que cometeu o erro de trocar seu verdadeiro nome por um pseudônimo de ocasião, fala como quem ouve o rumor das ilusões perdidas. Távola é um personagem da cidade e imaginou que isso seria suficiente para atrair o voto da maioria desencantada com seu antigo partido, o PMDB, e seduzida pela aventureira proposta de um partido que tornasse realidade o sonho de intelectuais semi-seduzidos pela esquerda.

A melhor apresentação na televisão é a do candidato José Colagrossi. Infelizmente para ele a mensagem do seu partido empobreceu-se, como se vê da própria pobreza do seu discurso. Trocar de legenda, como antes fizera o governador Moreira Franco, pode dar certo, desde que feita oportunamente. Enfim, o candidato do PT, Jorge Bittar, tem a autenticidade do seu partido e a limitação da sua mensagem.

É isso aí o que a televisão deixou à vista nos 45 dias de propaganda oficial gratuita.

Carlos Castello Branco

A SITUAÇÃO NOS ESTADOS

Mais de 75 milhões votam em 4.316 cidades do País

O Brasil vai às urnas nesta terça-feira para escolher prefeitos e vereadores em 4.316 municípios e também o governador e deputados estaduais de Tocantins, a mais nova unidade da Federação. Ao norte da Orde, criada pela atual Constituição, há um contingente de votos que chega a 76.838.965, distribuídos em 240.000 seções eleitorais em todo o País e que representa um crescimento de 9,6% em relação ao número de pessoas cadastradas pelo Tribunal Superior Eleitoral em 1960.

Nestas eleições têm pelo menos dois aspectos importantes que devem ser destacados. Se o censo preliminar daquela outra tão esperada pelo povo brasileiro nos últimos 30 anos: a que elegerá, pelo voto direto, em 1968, o sucessor do presidente José Sarney. E traz, como primeira consequência prática para os futuros prefeitos e vereadores, um novo mecanismo de arrecadação tributária que, bem utilizado, vai revitalizar e reordenar o crescimento

um corpo-e-corpo adirada na casa aos votos.

Com maior ou menor intensidade, dependendo do município, o nível da disputa exigiu frequentes intervenções dos juizes eleitorais e, não raras vezes, da Polícia. Sobram de denúncias de aliciamento de eleitores, de corrupção, fraude e alguns tombaram mortos durante a campanha. E a expectativa de que o clima poderá subir a níveis preocupantes levou o TSE a autorizar o deslocamento de tropas federais para garantir as eleições em 245 municípios do País, em atendimento às petições de tribunais regionais eleitorais de 14 estados.

Seis capitais estão entre os municípios que terão tropas do Exército: Rio Branco, Belém, São Luís, Fortaleza, Curitiba e Natal. No Rio Grande do Norte, 50% dos seus 105 municípios terão tropas federais. E, até o dia da eleição, os tribunais regionais eleitorais poderão pedir garantia caso a situação se agrave em algumas localidades.

dos municípios, minimizando a histórica dependência que sempre tiveram os governos estaduais e federal.

Diante desta possibilidade de redução de seus municípios, os novos prefeitos e vereadores - cerca de dois milhões e meio em todo o País - terão responsabilidades diretas com o povo. A nova Constituição criou a expectativa de muitos candidatos a vereador ao diminuir o número de cadeiras da Câmara Municipal na maioria das cidades do País. E isto fez com que a campanha nos municípios em que o número de vereadores foi reduzido, se transformasse em

Os brasileiros vão às urnas nesta terça para escolher os prefeitos e vereadores de mais de 4 mil cidades. Nas as eleições do País, voltam para São Paulo, onde Maluf ameaça os estados presidenciais.

Sarney discute a crise com os governadores

Esta semana promete ser decisiva para dois assuntos em que o governo está profundamente empenhado: o pacto social e o ajuste fiscal. Na quarta-feira, o presidente José Sarney reúne todos os governadores no Palácio da Alvorada, para angariar apoio ao pacto social e para anunciar as fortes medidas de ajuste na economia que os ministérios da Fazenda e do Planejamento estão preparando para divulgar ainda antes do final deste mês.

Dois temas deverão dominar a reunião, na avaliação do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto: o pacto social e um exame aprofundado da questão do déficit público. Sarney tentará também encontrar uma solução em conjunto com os governadores sobre a rolagem da dívida externa dos estados, embutida no Orçamento Geral da União para o próximo ano, e que vem sendo alvo de fortes críticas dos governadores, principalmente Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais.

Lembra o ministro Costa Couto que esta não é a primeira vez que o presidente reúne os governadores às vésperas de tomar decisões importantes na área econômica. O governo não quer entrar em confronto com os governadores na questão da rolagem das dívidas estaduais e deverá apresentar uma solução conciliatória que atenda aos interesses dos dois lados, sem inviabilizar a execução do orçamento mas também sem deixar os estados sufocados.

"A posição do governo é a do entendimento. Vamos conversar objetivamente sobre estas questões e chegar a uma solução conciliatória, porque o que está em jogo é o país", diz Costa Couto. "Na medida em que as administrações estaduais tenham sucesso no campo do desenvolvimento terá bom para o conjunto da sociedade", observa.

Na mesma quarta-feira em que Sarney se sentará com os governadores para discutir a crise, Costa Couto, como ministro interino do Trabalho, liderará mais uma rodada de reuniões do pacto social, que vem surpreendendo o governo pela velocidade de decisões objetivas que está tomando, como a lista de preços mínimos que os supermercados podem praticar, dentro do acordo de cavalheiros que foi firmado para tentar deturbar a inflação. Só que agora o pacto entra numa etapa decisiva porque começa-se a discutir as medidas do ajuste fiscal.

Os ministros da Fazenda, Malson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, não escondem que querem promover um forte ajuste nas contas públicas pois estão convencidos de que esta é a única forma de controlar a inflação. O estilo hesitante do presidente Sarney, que no passado já deturba diversas tentativas de conter o déficit, leva Malson e Abreu a proporem o máximo para tentar salvar, pelo menos, alguma coisa.

A intenção do governo, segundo Costa Couto, é levar à mesa do pacto todas medidas que não sendo preparadas pela equipe econômica para obter a opinião dos governadores, que o governo não quer ignorar, especialmente, como quando os ministros da Fazenda e do Planejamento discutem as medidas de ajuste.

Na reunião de sábado, o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, manifestou muita preocupação com as greves em setores essenciais pois acredita que o movimento dos petroleiros e dos eletricitários tem uma forte potencial de comprometimento do funcionamento da economia e interfere dramaticamente na vida dos cidadãos, como diz Costa Couto. "Não são greves comuns. Não se tratam de greves que só preocupam patrões e empregados", afirma.

Camarinha e Volta Redonda

Em abril deste ano, quando a área econômica do governo resolveu congelar, por dois meses, o pagamento da URP ao funcionalismo público o então ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha, fez circular uma notícia que criava duramente a medida. Na nota, entregue ao presidente Sarney e aos ministros Malson da Nóbrega e João Batista de Abreu, Camarinha falava dos "efeitos políticos imprevisíveis" e dos "resultados econômicos improváveis" da aplicação da medida. O tempo, infelizmente, parece dar razão ao brigadeiro. Os gravíssimos acontecimentos de Volta Redonda e a disparada da inflação são prova disso.

O governo, para barrar a greve do funcionalismo público que agitou Brasília nos últimos 40 dias, decidiu antecipar o pagamento da URP congelada de maio. Quando ocorreu o congelamento da URP o governo alegou que a folha de pagamento dos funcionários federais já estava consumindo mais de 100% da receita da União. Em novembro, a folha de pagamento consumia 48% da receita total. E foi só por isto que o governo paga.

TST surpreende

As decisões da Tribunal Superior do Trabalho (TST) em relação aos pedidos de trabalhadores em empresas estatais têm surpreendido cada vez mais o governo. Um ministro da área econômica lembra que o TST prejudica o governo duas vezes em curto espaço de tempo. A primeira foi quando deu a inflação de junho do ano passado — sumida com o Plano Bresser — aos funcionários do Banco do Brasil. A segunda, quando negou o mesmo pedido feito pelos petroleiros. A intenção do governo era pagar a inflação de 26,06% aos empregados da Petrobrás para evitar a greve num setor essencial e que vem preocupando cada vez mais as autoridades.

Severino Goss

PARTES
ILEGÍBES.

01.01

8903427

Nacionalismo entusiasmo PMDB paulista

São Paulo — Pedro Menon

SÃO PAULO — Além dos gritos de "Quêrcia para presidente", a convenção extraordinária do PMDB serviu para o diretório paulista encerrar algumas palavras-de-ordem e indicar o caminho que São Paulo pretende impor ao partido para caminhar até as eleições. Os americanos e europeus, que criticam os descuidos com a Amazônia, por exemplo, o governador paulista, Orestes Quêrcia, mandou-os para "o diabo que os carregue", enquanto o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, classificou os pedidos para a não-construção da estrada ligando a Amazônia ao Peru, como mera "demonologia".

Se o nacionalismo poderá ser uma tônica na campanha, o conservadorismo também será atacado. O ministro do Desenvolvimento Industrial, Cícero e Tecnologia Roberto Cardoso Alves, único delegado considerado "de peso" que não compareceu à convenção, foi uma das vítimas. A ele foram destinados boa dose de gritos — "Fora Roberto, Fora Roberto, fora Roberto".

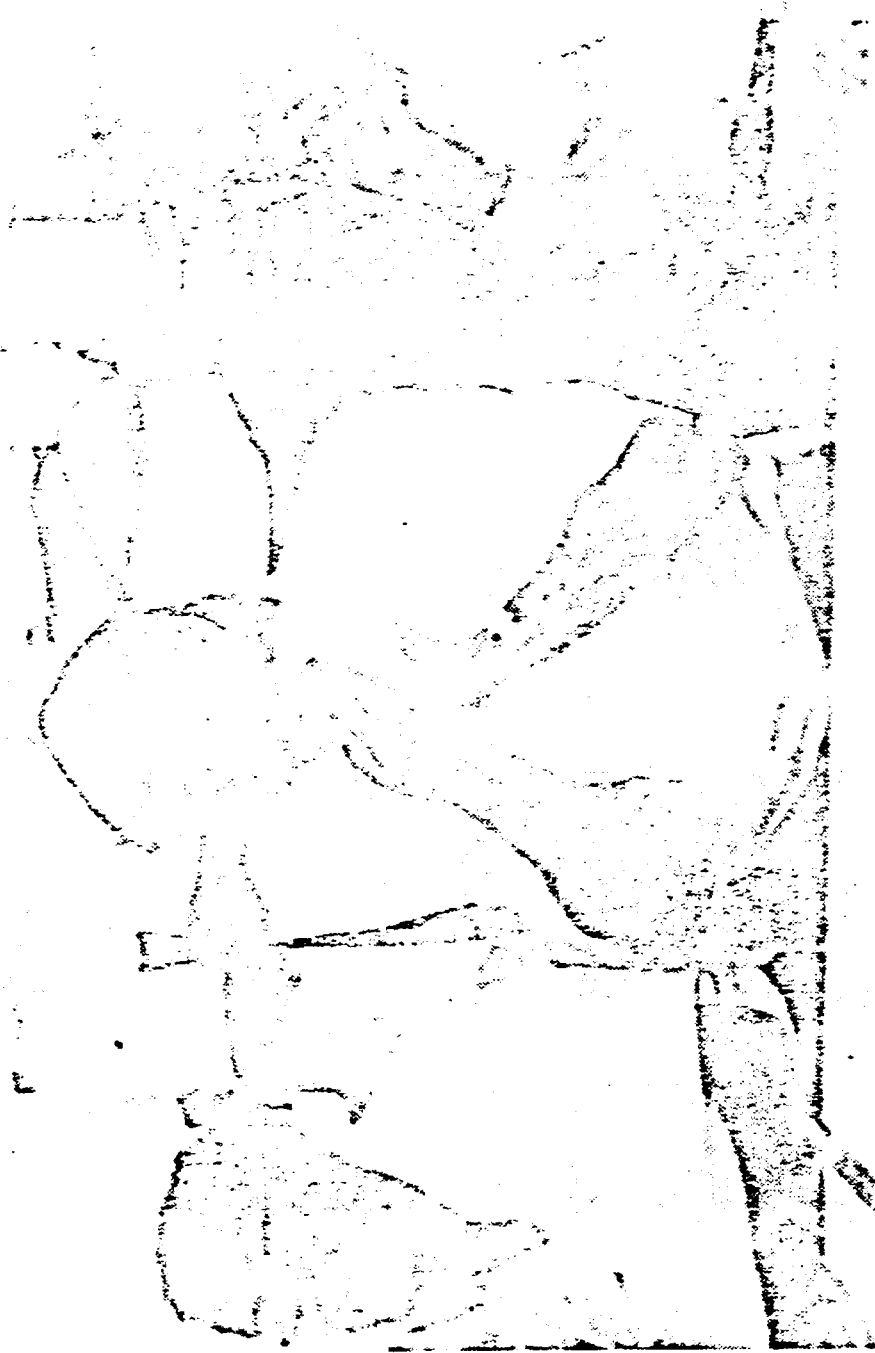
Moratória — Em seu discurso, o governador pediu que o PMDB, doravante, marche "sozinho, separando-se da antiga Arena", segundo ele, uma coligação que serviu durante algum tempo, mas que não interessa mais ao partido.

O governador abordou também a questão da dívida externa, "construída pela irresponsabilidade do governo autoritário do Brasil e dos banqueiros internacionais". Criticou duramente o fato de tentarem ligar o problema da dívida externa à questão ambiental, que classificou de "demonologia barata", e ouviu do plenário, demoradamente, os gritos de "moratória já".

Ulysses não foi tão aplaudido, a não ser quando se referiu a Quêrcia, mas também analisou a questão da dívida externa. Segundo ele, "não é verdade que a construção da estrada ligando a Amazônia ao Peru seja um atentado à tecnologia". E não é verdade, na explicação de Ulysses, porque a "estrada já existe", inclusive já concluída e asfaltada do lado peruano.

O presidente regional do PMDB paulista, deputado federal Ayrton Sandoval, avaliou, após a convenção, seus resultados. Para ele, "o PMDB deixa de ser uma frente de partidos" e parte para exigir uma reforma institucional, com a retomada do desenvolvimento econômico assentada no fortalecimento das finanças públicas. O partido deverá propor na convenção nacional do dia 12 de março, explicou ele, ampla reforma financeira, acompanhada de reformulação das políticas industrial e agrícola.

JORNAL DO BRASIL 24-2-89



Almino, Quêrcia e Ulysses: o calor da disputa na convenção do PMDB de São Paulo

Ulysses enfrenta pressões e vexame

Se a candidatura do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República resistir à pressão e ao vexame a que foi exposta ontem, este será o único trunfo colhido pelo presidente do PMDB durante a convenção extraordinária paulista, feita, decorada e montada para lançar o nome do governador paulista, Orestes Quêrcia, ao mesmo cargo. Ulysses Guimarães foi obrigado a ouvir toda a paratralha quercista, de bandinha furiosa a câmbio de som, passando pelos gritos seguidos pedindo "Quêrcia presidente", assim como a ver faixas produzidas em série e até adesivos.

— A esperança brasileira, Quêrcia presidente. Apesar de tudo, o governador paulista, mais uma vez, agradeceu as manifestações de apoio, reafirmou sua disposição de permanecer no governo de São Paulo e defendeu a

com o governo Sarney, mas muita disposição de independência, rumo à redução da inflação

Para Ulysses Guimarães, a aclamação de Quêrcia foi considerada, mais uma vez, "natural". Assimilando o golpe, o deputado comentou apenas que "aclamação nunca foi motivo de tristeza". Fora essa observação, Ulysses foi obrigado a ouvir as manifestações pró-Quêrcia, com assessores do Palácio dos Bandeirantes, e o próprio secretário de governo de Quêrcia Roberto Rollemberg comandando vivamente algumas dessas ovações. É possível que o governador não tenha pedido estas manifestações a ninguém, comentou um cohe-tante interlocutor de Quêrcia —, mas é absolutamente certo que ele não proibiu ninguém de faz-las.

F. Pex
PPPP (PMDB)
27/2/89

8903449

91, 91

Quércia disputa

A Convenção Regional do PMDB de São Paulo projetou o nome do governador Orestes Quércia como candidato à Presidência, mesmo com a presença do deputado Ulysses Guimarães. Ambos conversaram, mais de uma vez, sem fechar acordo definitivo, pelo que o fim de semana mostrou. Ulysses é o candidato natural, tem apoio interno, apresenta um retrospecto partidário e político, mas Quércia é visto, em setores peemedebistas, como uma alternativa para o atual quadro e vem se preparando para assumir essa condição. Todo o trabalho desenvolvido por seu vice-governador, Almino Afonso, não foi em vão. Ele vem atuando há algum tempo para viabilizar a candidatura de Quércia e inclusive aqui, no Rio Grande, ele esteve, nos últimos meses. A grande indagação envolve a unidade desse grupo, que se opõe à chapa moderada, antes da convenção nacional marcada para o dia 12 de março. Se a questão sucessória precipitar-se e ganhar maior importância do que se pensa, nesse período que antecede a convenção, a situação se altera? Já existe alertamento a respeito, separando os dois momentos. Um envolvendo a mudança no comando partidário e outro a escolha para a sucessão. Impugna-se um acerto nos dois episódios, até porque ela fortaleceria o presidente do partido. A convenção paulista, no entanto, prega uma antecipação da data da escolha do candidato ao Planalto, atentando para uma razão, a desincompatibilização do governador, se vingar o seu esquema político.

Reação

O fortalecimento da candidatura Orestes Quércia pode ter surpreendido, mas só em parte ao deputado Ulysses Guimarães. O governador paulista é candidato há muito tempo, preocupou-se em alterar o secretariado logo após o pleito, colocando-o mais à esquerda, fez um roteiro internacional e passou a usar uma linguagem mais oposicionista. No confronto, envolvendo o comando partidário, colocou-se ao lado de Ulysses Guimarães, mas não só por ele. Seu próprio futuro estava em jogo e uma outra companhia seria desastrosa às suas aspirações. A rigor o quadro criado e seus desdobramentos propiciaram essa união. Superado o episódio do dia 12 de março, definido o controle da legenda, o panorama será outro, mas uma condição preliminar será a viabilidade legal da candidatura Quércia, daí a busca de espaço.

Requisitos

A tônica presente na disputa em torno da direção, a caracterização governista da chapa, entre outros elementos, conduzem desde logo a uma prioridade, a postura do candidato será oposicionista, de crítica ao governo. Nessa linha, o comprometimento histórico do deputado Ulysses Guimarães é maior e Quércia seria a cara nova, além de representar um estado influente e poderoso. O trabalho de bastidores e articulação que o grupo quercista desenvolveu é muito maior do que Ulysses imaginava. As manifestações em São Paulo, com sua presença, devem ter concorrido para abalar suas convicções de que é o candidato, também apoiado pelo governador. A dúvida instalou-se no estado-maior ulyssista, que deve jogar toda sua experiência e base política, agora. Enquanto há tempo. Ou admitir um acordo honroso.

01 - 01 Carlos Fehlbeg

8903450

240 HORA. 27-2-89.

240 HORA
27/02/89

F. P. C.
P. P. P.
(P. P. P.)

Brasil: riesgo de una crisis institucional

RIO DE JANEIRO. (ANSA, EFE y UPI).- El candidato presidencial del Partido Comunista Brasileño (PCB), diputado federal Roberto Freire, advirtió que si las nuevas medidas económicas anunciadas días atrás por el Presidente José Sarney "no dan buenos resultados, el país corre el riesgo de una crisis institucional".

En declaraciones recogidas ayer por la prensa local, Freire dijo que "si bien la proporción entre causa y efecto no funciona en la política con la misma precisión que en la física, se puede predecir una crisis institucional en Brasil si se grave la situación económica, pues el actual gobierno está sin credibilidad y la derecha aprovechará el caos económico para dar un golpe".

A juicio del candidato del "PCB" el objetivo de la derecha sería impedir la realización de las elecciones presidenciales previstas para el 15 de noviembre próximo, en que, según los sondeos de opinión pública,

las corrientes de izquierda tienen amplias posibilidades de victoria.

Freire consideró que, frente a la perspectiva de una hiperinflación, el gobierno de Sarney actuó correctamente al adoptar el nuevo programa económico, denominado "Plan Verano".

Resaltó, sin embargo, que "mucha gente ve ese programa como un golpe del gobierno para garantizar a un candidato de derecha condiciones para disputar las próximas elecciones presidenciales".

"Me parece natural que haya ocurrido eso, pues sería una ingenuidad pensar que la sucesión presidencial podría ser disputada exclusivamente por los partidos de izquierda", acotó.

Freire formuló tales declaraciones luego de lanzar oficialmente su candidatura a la primera magistratura de Brasil en una ceremonia realizada en la sede del Sindicato de Periodistas Profesionales de Recife, capital del estado de Pernambuco, en el Nordeste de Brasil.

F. fox
e. pte.

078

8903458

098

Vitória de Maluf implodirá PMDB paulista

O maior colégio eleitoral do País poderá ser também o detentor da implosão daquele que tem sido o principal partido político do Brasil nas últimas anos, o PMDB. Na capital paulista, onde estão cadastrados 5.333.694 eleitores, o ex-governador Paulo Maluf, candidato do PSD, outrora "omni-partido do Ocidente", segundo seu ex-protetor, Francisco Perceira, liderou de primeira mão a última pesquisa dos institutos especializados em de jornais, rádios e televisão.

A derrota do candidato do PMDB

na capital, engenheiro João Leira, poderá abalar profundamente o prestígio do governador Orestes Quércia e arrastar as pretensões de sua não tão disfarçada candidatura à sucessão de Sarney em 1989. Além do próprio Maluf, virtual chefe, o resultado eleitoral deverá beneficiar o PT e seu candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Indiretamente, o prefeito João Quadros também poderá sair ganhando: embora tendo dado seu apoio oficial ao candidato do PMDB, seus adeptos poderão

ficar com Maluf.

De esquerda na cena política na capital, o ex-governador Leonel Brizola, também presidencialista, criou seu candidato, Ailton Soares, e, nas últimas dias da campanha, tentou da melhor maneira com Lula para apoiar Lula Brandão, do PT. Manobra inteligente: afinal, Brizola se manteve em evidência mesmo tendo desistido da candidatura do PSD. Quanto ao senador Mário Covas e seu futuro como presidencialista, tudo dependerá de

desempenho do PSD, que ainda está edificando suas bases em São Paulo e outras cidades. Se melhor vencer em melhor, o que não tem sido regra, as possibilidades de candidatura do PT na capital paulista serão mais palpáveis. Afinal, o colégio eleitoral em São Paulo é maior do que o nacional, com 2.773.694 eleitores contra 2.773.694 eleitores em todo o Brasil. Em São Paulo, de fato, a capital e o PT pagam o preço, o colégio eleitoral é de 2.773.694. Assim, no interior, com um voto 11.333.694 eleitores.

Partes Ilegíveis

f. por

098

A síndrome da guerrilha urbana

Samuel exagera na avaliação dos conflitos sociais

Franklin Martins

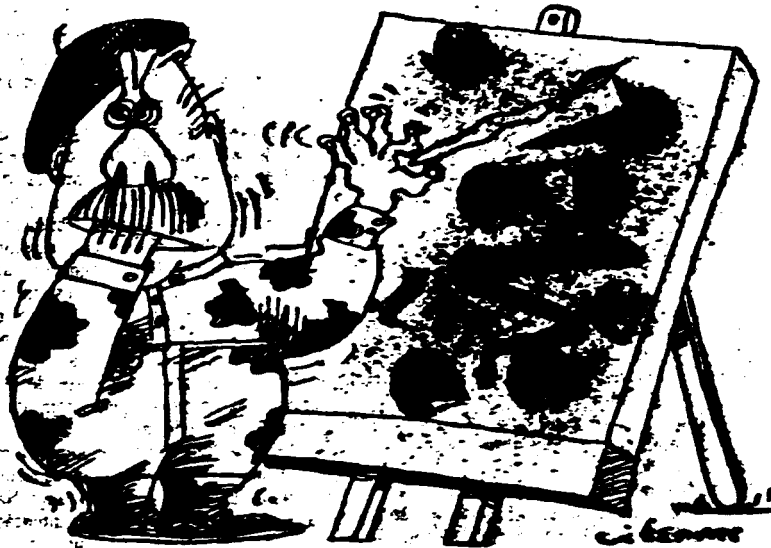
BRASÍLIA — No final de tarde de quarta-feira, poucas horas antes do início do CSN por tropas de Exército, quando morreram três grevistas, o presidente José Sarney revelou, pelo telefone, ao ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Campos Alves, a oposição dos seus tenores com a situação da mina tomada pelas oposições.

— Está tudo preparado para o caso de a fúria da guerrilha urbana em Volta Redonda — disse o presidente.

No dia seguinte, desalojados os trabalhadores da mina, a crônica dos embates entre os mineiros e as forças de segurança que o presidente chegou ao fim para o dia seguinte. Das milhares de pessoas que foram deslocadas para os campos de guerrilha urbana, os operários do CSN pediram auxílio e compreensão do governo. Justamente aqueles que não são conhecidos de luta militar: um pequeno conhecimento de história e o apoio ativo ou passivo da população local. Afinal, eles trabalhavam há anos na mina, moravam em Volta Redonda, e têm a obrigação de conhecê-la melhor do que ninguém — é impossível que tenham muitos amigos no local.

As outras regras de ouro da guerrilha urbana são: não ficar e não poder ser obedecido pelas autoridades: surpresa, mobilidade e grande superioridade de homens e armamentos no local de enfrentamento. A primeira delas, por motivo evidente: todo o país sabe que a mina estava tomada há vários dias, e que, inclusive, deu tempo suficiente para que o Exército concentrasse os efetivos que julgou suficientes para controlar a situação.

Quanto à mobilidade, os acontecimentos demonstraram que as operações podiam se fazer com tanta liberdade dentro da mina como caminhar dentro de uma cidade. Até para deixar o local, tirando do negócio com o oficial no comando das tropas. Por fim, armadas de peso, poder, e, acima de tudo, improvisação, os 2 mil trabalhadores que resistiram no interior não tiveram evidenciado uma posição de força superior aos 2 mil soldados da FPM e da 1ª Brigada de



Infanteria Motorizada, com metralhadoras, fuzis FAL, bombas de gás e de efeito moral, apoiada por carros de combate e com meios modernos de comunicação e transporte à sua disposição.

Não é a primeira vez que o presidente José Sarney exagera movimentos de guerrilha urbana em situações de choque e desequilíbrio de um. Há dois anos, após o bombardeio em Brasília — manifestação convocada por sindicatos contra o pacote econômico editado dois dias depois das eleições de 15 de novembro de 1986, suplantando o congelamento dos preços, que degenerou em quebra-quebra — o presidente da República acusou os "guerrilheiros urbanos" de CSN por ocasião.

Bombardeiros — Mas tudo, de cabeça baixa, o governo chegou à conclusão de que a absoluta incompetência da polícia, retirando seus homens da rodoviária, havia sido a principal responsável pela criação dos tumultos e saques de lojas. Um dos "bombardeiros" — apontado numa foto pela direção de segurança, como perigoso terrorista que tinha uma bomba na mão — foi, mais tarde, identificado pela imprensa. Era um homem de escritório, com uma lista de cheques em pé na mão, surrupiada de uma loja. Passou a história como o guerrilheiro Noronha.

Sarney já viu ações de guerrilha rural nos assaltos de tropas ocorridos no Rio Grande do Sul e do Paraná, em 85 e 86, quando Brasília de agri-

cultores imediatos fazendas tentando fugir a milhares de quilômetros. Também considerou um "ataque ao presidente da República", no qual ele teria sido quase assassinado por golpes dados com uma picareta de alpinista, o grave incidente ocorrido no Rio, em junho de 87, na Estrada Quilom, quando ele e sua comitiva foram atacados com pedras por manifestantes que, inexplicavelmente, não foram apedrejados a distância sem serem feridos pela polícia.

Esses episódios não foram banais e é compreensível que o presidente reagisse. Mas, em todos eles, Sarney dramatizou ainda mais a situação com palavras fixas e exageradas. Durante os trabalhos da Constituinte, revelou a mesma tendência. Diagnosticou com muitos dias de atraso tomadas pelo mesmo plano que lhe deu cinco meses de mandato, Sarney inventou contra a Constituição que, assim, acusando-a de tornar o país "impossível" e de levá-lo ao "caos". Com isso, contribuiu para criar o clima de cultura que permitiu que alguns de seus ministros dessem a Constituição como controlada por uma "maquina conspiratória".

As decisões finais deram ao país uma Carta avançada e moderna, mas sem nada de revolucionária, que Sarney já não queria e respeitava, menos depois, na elaboração da sua personalidade. Com inflexível emoção, como ele próprio reconheceu ao explicar por que sua mão havia tremido no instante do juramento.

f. Por

PAGE 5

ILEGÍBLES 53

01.01

8903465

Sarney vê movimento para modificar as instituições

O presidente José Sarney reafirmou ontem, pela quarta vez em menos de um mês, que "ninguém vai virar a mesa", destacando ser seu dever assegurar a ordem, a paz pública e o cumprimento da Constituição e das leis. Referindo-se aos incidentes acontecidos em Volta Redonda, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", o presidente denunciou que desde o início de seu governo, há, "sem sombra de dúvida", um movimento permanente que deseja, pela intimidação e pela força, modificar as instituições, o regime e o caminho da democracia.

Sobre os incidentes na Companhia Siderúrgica Nacional, disse que o Governo jamais desejou o confronto e que tem seguido e dado um exemplo de negociação. Entretanto, tem a obrigação de defender os bens públicos e garantir o respeito do País de viver em paz. Ressaltou, que embora os sacrifícios e obstáculos, proseguirá na estrada que escolheu, prosseguirá na estrada que escolheu, prosseguirá na estrada que escolheu, prosseguirá na estrada que escolheu.

lheu, de levar a transição democrática a sua conclusão. Isto, a despeito, da existência de segmentos interessados na desestabilização do País, com a utilização das franquias conferidas pela nova Constituição como uma janela aberta para o conflito.

Sarney lembrou que, há muito tempo vem alertando de que os maiores inimigos da liberdade são os que a utilizam para malá-la. Considera que a violência gera violência e que quem acaba pagando o mais caro, até mesmo com a própria vida, são os inocentes. Estes são utilizados como massa de manobra para objetivos políticos inconfessáveis. Dizendo-se consternado com o grau de insensates que gerou o episódio de Volta Redonda, afirmou que a democracia se consolida e funciona pelas soluções pacíficas dos conflitos, pelo diálogo e sem recorrer à violência.

Ao lamentar a confrontação e seus resultados, o presidente conclamou para que se superem as paixões e o País vença as dificuldades. Enfatizou que o Brasil democrático tem que resolver seus problemas sem confundir o abusivo uso dos direitos com o crime de destruição das bases da convivência nacional. "Os trabalhadores devem ajudar a construir a moderna democracia brasileira", continuou Sarney, destacando que a Justiça do Trabalho existe e que os direitos trabalhistas serão respeitados sem violência. Por isso, questionou: "Por que buscar o caminho da violência?" Ao finalizar, lembrou que o País se prepara para cumprir mais uma etapa da transição, com a realização das eleições municipais, e desejou que elas se realizem com paídes amadas, com a escolha dos candidatos sendo feita em clima de paz e de liberdade. (Brasília/24)

Pacto Social não está em perigo, diz Couto

Em nenhum momento, em virtude dos acontecimentos de Volta Redonda, o Pacto Social esteve em cheque, disse ontem o ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, após encontro com o presidente José Sarney. O negociador do Governo considera que o pacto de combate à inflação e de retomada do desenvolvimento é uma unanimidade nacional, representando os objetivos maiores de todos os brasileiros, independente de ideologia ou projeto político.

Para o ministro, o País está sendo vítima de um "movimento competentemente desencadeado", por forças que têm projetos alternativos, mas que estas turbulências não colocam em risco o processo democrático. Ressaltou que a violência não é solução e que, se todos quiserem ganhar e se todos forem tomados pelo imediatismo, ninguém vai ganhar e o Brasil vai perder. Costa Couto, comentando a ação do Exército, disse que estavam querendo "jogar lenha na fogueira e aumentar o tamanho das labaredas", sendo que as Forças Armadas estão cumprindo com seus deveres constitucionais.

"As Forças Armadas são escravas da Constituição", sentenciou o ministro ao ser questionado, sem dar resposta, sobre se o Governo pretendia determinar a ocupação de refinarias e hidrelétricas. Lembrou apenas que o direito de greve não está regulamentado e que há uma questão jurídica indicando que a legislação anterior ainda está em vigor e assim, o direito de greve não é limitado. (Brasília/24)

01.01

B903467

098

Brasil estuda ampliação do seu mar territorial

Objetivo do Governo é passar limite de 200 para 350 milhas

O Brasil vai ampliar seu mar territorial de 200 para 350 milhas. O Ministério da Marinha, através da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, deverá concluir os estudos nesse sentido dentro de dois anos. Mas, para que essa expansão se concretize é necessário que o Governo brasileiro prove a presença de bacias sedimentares no litoral. Até agora, elas foram encontradas na desembocadura do Rio Amazonas e nos estados do Sul, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

De acordo com resolução do Acordo Internacional de Direito do Mar, firmado em 88, o Brasil tem um prazo de cinco anos para proceder à essa alteração. Caso o prazo não seja cumprido, qualquer país poderá explorar os recursos de mineração oceânica depois das 200 milhas. A intenção do Governo é incorporar ao território brasileiro uma área rica em petróleo e em minerais nobres, como o manganês, porque as grandes potências mundiais estão investindo na pesquisa da mineração oceânica e já detectaram, nesta área, a presença de grandes nós de metais.

Embora não possua tecnologia para exploração destes minerais, a Sudepe está realizando estudos da riqueza do fundo do mar no setor da pesca. O órgão já vislumbrou o desenvolvimento que a ampliação para 350 milhas trará para o País, detendo de lado a pesca artesanal para investir na pesca de profundidade. Mesmo antes de a Marinha concluir os estudos que possibilitarão ao Brasil au-

mentar seu mar territorial, o que ainda vai demorar dois anos, a Sudepe no segundo semestre de 89, estará pescando em águas profundas, podendo atingir este novo limite, através do sistema de joint venture com a Espanha, Japão, Canadá, Coreia e nos estados do Sul do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul.

Falta de recursos

Segundo o superintendente do órgão, Aécio Moura da Silva, atualmente o Brasil só explora de 50 a 60 milhas da zona econômica exclusiva, por falta de tecnologia e recursos. Para contornar o problema da falta de verbas, Moura está em contato permanente com os países interessados em se estabelecerem no Brasil, inclusive construindo portos. A idéia é absorver a alta tecnologia do setor e conhecer os navios especiais usados na pesca de profundidade. Estes países terão que deixar 35% da pesca do Brasil, que será distribuída no mercado interno, principalmente para os estados do Nordeste.

"Vários países praticam pesca pirata em nosso mar territorial. Como não ocupamos totalmente o nosso espaço, não temos como exercer uma fiscalização permanente", afirmou o superintendente, assegurando que a qualidade do pescado brasileiro é de primeira qualidade, porque recentemente foi apreendido um barco da Coreia, nas águas da

Bahia, carregado de atum.

A preferência pelas águas do Sul se deve à grande presença de anchova, não explorada no Brasil. Já a Espanha, Japão, Canadá e Coreia têm interesse em explorar este pescado para fabricação de farinha de peixe e enlatados. Esta preferência dos estrangeiros recalada sobre o atum e o cação, presenças constantes no mar brasileiro entre outubro e março, seguindo o círculo da corrente migratória que se forma em Pernambuco, passa pela Bahia e Espírito Santo, vai até à África e retorna ao Brasil.

Atualmente, muitos países estão com os setores de pesca quase parados pela limitação do mar territorial. Por isso, o interesse em investir no Brasil. A produção de pescado em 1987 atingiu 850 mil toneladas. Em 88, se espera uma média de 950 toneladas. Desse total, 100 mil foram resultado da pesca industrial, 150 mil toneladas da artesanal e 250 mil da aquicultura.

Quanto à questão da fiscalização das fronteiras marítimas, Aécio Moura da Silva assegurou que funcionará no momento em que o País sair do atual estágio da pesca artesanal e investir na atividade industrial, ocupando todo o seu limite com a atividade de grande porte. Segundo ele, este sistema é usado em todo o mundo e os próprios pescadores que comunicam a presença de barcos estrangeiros a seus governos. "Se uma intensa atividade no mar acaba com este problema", alerta o superintendente. (Brasília/ZH)

24. 11/11/88.

F. Soc
(G. B.)

01.01

8903468

058

Históricos juntos com ulyssistas na disputa

Mas os dois grupos têm interesses diferentes no confronto

Por VALÉRIO BRITTO

Brasília/ZH

Os históricos, que formam o Novo PMDB, e os ulyssistas, que se alinham com o deputado Ulysses Guimarães, estão juntos na disputa pelo diretório contra os moderados. Entretanto, os dois grupos aliados possuem interesses diferentes no confronto. Ambos querem, com o choque, retornar as velhas bandeiras de MDB e do PMDB, mas, enquanto os históricos apostam no afastamento definitivo dos moderados do partido, os ulyssistas pretendem, passada a fase de luta pelo controle partidário, obter a unidade entre todos os grupos, como forma de viabilizar a legenda na sucessão presidencial.

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, considera a disputa apenas circunstancial, raciocinando que os perdedores da convenção não devem deixar o partido, pois vê a candidatura poemedebista a presidente da República aglutinadora. O deputado Luís Henrique (SC), ligado a Ulysses, também não quer a expulsão dos moderados, entendendo que a divisão definitiva do partido é como uma verdadeira "bomba atômica" sobre as ambições do partido na sucessão do presidente José Sarney. A missão de Ulysses será manter a unidade e, sem perder o apoio dos históricos, nem dos moderados.

Perfil

"Importante é que o partido tenha um perfil claro e uma diretriz definida", pondera o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), para quem o partido deve permanecer unido para disputar a eleição presidencial. Essa posição não é a mesma dos integrantes do Novo PMDB, a começar pelo líder do grupo, deputado Hélio Duque (PR). De



Hélio Duque quer moderados fora do PMDB

forma radical, ele espera que os moderados deixem o partido, comentando que de nada adiantaria a disputa se os governistas permanecessem no PMDB. O líder do partido no Senado, senador Rômulo Tite (MG), quer até tirar o presidente José Sarney da presidência do Brasil do PMDB.

"Se os conservadores saírem do PMDB seria bom e até". Esse é o entendimento do senador José Fogaça (RS), integrante do Novo PMDB e virtual secretário-geral do partido na nova executiva. Apesar de pregar que os moderados devem deixar o partido para fundar uma legenda conservadora, juntamente com o PFL e o PSD, Fogaça acha que o PMDB não vai se inviabilizar para disputar a sucessão presidencial. Ao contrário, acredita que o partido ganhará força a partir de sua purificação, "pois vai tomar sua linha social reformista". Se os moderados permanecerem no PMDB, Fogaça acha que eles devem ser minoritários, segundo a direção de centro-esquerda do partido.

F. Por
PR. PR.
(PMDB)

01.01

8903471

078

Ulysses e Valadão, pela primeira vez, pelo PMDB

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, foi vaiado ontem, em São Paulo, pela primeira vez, em uma convenção do seu próprio partido. Para evitar constrangimentos em uma convenção convocada para dar sustentação política à postulação do governador paulista Orestes Quércia, estava previsto que Ulysses e o governador chegassem juntos à sede estadual do PMDB de São Paulo, no bairro do Cambuci.

Mas não foi o que aconteceu. O governador Quércia chegou às 12h15min e entrou pelo acesso principal, na Rua Lavapés, sendo recebido por centenas de militantes que o aplaudiam e gritavam seu nome. Minutos depois, Ulysses entrou pela porta lateral da Rua Justo Azambuja e recebeu uma estrondosa vaia dos militantes, ao se dirigir à mesa. Em silêncio e com ar constrangido, Ulysses ouviu os discursos de Almino Afonso e Orestes Quércia. Se de fato Quércia não fosse postulante à Presidência da República, na eleição direta do dia 15 de novembro, Almino teria proclamado a candidatura de Ulysses. Mas o vice-governador paulista limitou-se a dizer — motivando novas manifestações pró-Quércia — que “o futuro presidente sairá do PMDB, sairá de São Paulo, sairá desta mesa”.

Diante de uma platéia francamente ‘quercista’, o experimentado orador Ulysses Guimarães atrapalhou-se no começo do seu discurso. E admitiu que o PMDB deixou de ser o que era, ao atribuir aos militantes “esse processo de contemporaneidade, de modernidade, de volta às fontes, que constitui o grande milagre: a ressurreição do partido”.



Ulysses e Quércia: um sorriso, antes da vaia

Em nenhum momento, como fez Quércia, Ulysses pregou o rompimento do PMDB com o Governo Sarney. Limitou-se a preconizar a criação de um “amplo mercado de consumo interno”, através da melhoria do poder aquisitivo “das grandes massas” e do sistema educacional, além do fortalecimento da agricultura. E elogiou Quércia, a quem chamou de “grande líder com repercussão nacional”. Acrescentou que “as pesquisas demonstram que ele é o primeiro governador na opinião pública. E quem tem Orestes Quércia no PMDB pode dizer que este partido vai ganhar a eleição presidencial”, concluiu Ulysses Guimarães. (AE)

2 HORA 27/2/89

F. Pa
PP. SP.
(PMDB)

038

Brizola faz campanha à sucessão, em São Paulo

Ele esteve sábado em Sorocaba, fazendo críticas ao Governo

Em busca de sua identidade paulista, o ex-governador do Rio, Leonel Brizola, desembarcou sábado último, às 10h50min. em Sorocaba, para iniciar a campanha presidencial no Estado de São Paulo, com críticas ao Governo e sugerindo a aposentadoria da classe política, que dirige o País. "O Brasil está indo para o brejo por culpa dessa classe dirigente que precisa ser aposentada. A sociedade brasileira está cansada de políticos tão ordinários", disparou ao descer do jatinho, fretado de uma empresa de táxi aéreo.

Brizola deixou claro, já na primeira entrevista, que adotará uma linha de ataque generalizado ao Governo durante a campanha. O País, segundo ele, está sem governo e o "Plano Verão" terá o mesmo destino do "Plano Primavera", da Argentina, do qual foi copiado. Pior do que a inflação e a crise, ele considera o cinismo que toma conta da classe política. Cinismo como o de Quêrcia, exemplificou - que se lança candidato depois de ter dito que apoiaria Ulysses.

"Tudo soa falso neste país, a começar pelo presidente quando diz que a inflação está morta". Para Brizola, o PT perdeu sua identidade com as bases porque saiu arrogante das eleições e é hoje um movimento radical de gente raivosa que não transmite segurança. Ao mesmo tempo, Brizola nega que seja candidato "pois o partido ainda não fez sua convenção".

Raízes

A visita a Sorocaba, segundo ele, teve como objetivo conhecer parentes e se aproximar de suas raízes. "pois os Brizola tiveram origem aqui". Ele disse que está procurando

conhecer o Brasil para fazer a última avaliação sobre sua candidatura, por isso ainda não cogitou quem pode ser o vice. Brizola considerou "uma ameaça" o apoio de José Sarney Filho, que teria manifestado simpatia pela sua candidatura. E sugeriu que o filho do presidente apoiasse Lula, "já que tem entendimentos com a CUT".

O ex-governador disse que se considera mais paulista que os outros candidatos, para justificar o início da sua campanha política em Sorocaba. Ele foi abraçado no aeroporto pelo deputado federal governista, Teodoro Mendes, do PMDB. Seus assessores admitiram que a escolha de Sorocaba, no interior, ao invés de São Paulo para o início da campanha, tem também questões estratégicas. Segundo Ademar de Barros Filho, presidente regional do PDT, o partido está estruturado em 370 municípios do interior e 25 da região de Sorocaba.

Ademar considerou mais interessante abrir a campanha fora de São Paulo porque na capital, o PT de Erundina tem bases mais fortes. Consultado sobre isso, Brizola repetiu um velho ditado: "Mingau quente se come pelas bordas". O encontro de Brizola com os parentes de Sorocaba foi uma festa com rojões, abraços e cerveja.

Já no aeroporto, ele era esperado por Olímpio Batista Brizola, funcionário público de 60 anos, sua esposa Zenóbia, filhos e netos. "Meu bisavô, João Batista Brizola, era tropeiro do Sul, mas ainda não sei se somos parentes", dizia Olímpio. O clima de reencontro preparado pelo PDT de Sorocaba funcionou. Velhos gaúchos da região também foram ao aeroporto vestidos a caráter para receber o ex-governador. Depois foi a vez da visita a Vila Brizola, um núcleo de casas pobres na periferia. (AE)

FBC
C. 35

Brizola ataca PT, Jânio e Quéricia

São Paulo — Pedro Monag

SÃO PAULO — O candidato do PDT a presidente da República, Leonel Brizola, voltou a atacar o PT, na manhã de ontem, diante de cerca de 250 simpatizantes de sua candidatura, procedentes de vários pontos do estado, que o ouviram atentamente por duas horas no Centro das Convenções Rebouças, Zona Sul da capital. "Não podemos deixar de ver os defeitos da ilha de Fidel, cujo regime não nos serve", afirmou Brizola, entre aplausos, lembrando que em sua última viagem a Miami encontrou a burguesia cubana. "Mas lá não cabe a nossa burguesia", disse, antes de disparar: "O que o PT foi fazer em Cuba? Foi tirar retrato. Cuidado que já tivemos outro candidato com o mesmo fim: Jânio Quadros."

De acordo com Brizola, "o radicalismo do PT só serve para encobrir outras coisas". E continuou: "Mas a nossa arma é a verdade. O PT vai visitar o Papa só para dizer que é católico, quando todo mundo sabe que a Erundina (Luiza Erundina, Prefeita de São Paulo pelo PT) é...". e terminou a frase com o gesto de quem usa uma metralhadora, querendo dizer que ela encara a luta armada como o caminho mais curto para o socialismo. De novo muito aplaudido, o ex-governador explicou que seu distanciamento do partido de Lula se deve, desta vez, ao fato de o PT ter criticado Getúlio Vargas. "O PT disse que Vargas atropelou os trabalhadores com as patas de seus cavalos", afirmou.

Elitismo — O ex-governador não se sente tão ameaçado por outras candidaturas, como a possível dobradinha Jânio Quadros-Jarbas Passarinho, conhecida como Ja-Já. "O povo sabe onde fica o perigo e está consciente de que, se Jânio ganhar, ele renuncia para que o Passarinho continue o regime militar", justificou. Quanto à candidatura do governador de São Paulo, Orestes Quéricia, Brizola comentou: "Até agora ele apoiou Ulysses Guimarães. Se sair, não terá coerência alguma com o que vem afirmando."

Brizola está satisfeito com sua primeira grande incursão em São Paulo, interior e capital, como postulante a Presidência da República. O candidato do PDT ressaltou que será preciso ter muita disposição e organização para que o partido alcance a meta de 20% dos votos do colégio paulista (no total de 19 milhões de eleitores) e soltou farpas contra o PT do deputado Luis Inácio Lula da Silva.

"Vamos precisar do nosso partido muito bem organizado para enfrentar as próximas eleições. Essa competição será entre nós e o PT", afirmou. Para organizar o PDT, que em novembro elegeu apenas um vereador para a Câmara de São Paulo (o professor Júlio César Caliguri), Brizola alertou para a urgência de se formarem núcleos inteiramente afinados com o programa partidário. "Teremos de deixar bem claro quem somos e de onde viemos, para conquistarmos a força da unidade popular", acentuou o ex-governador, que havia acabado de chegar de Sorocaba, a 100 quilômetros de São Paulo, onde buscara suas raízes junto a 90 pessoas que têm sobrenomes parecidos com o dele (Brizola e Brizolla).

Brizola: "O que o PT foi fazer em Cuba? Tirar retrato"

Investimento — O ex-governador Leonel Brizola está investindo no Piauí em busca de apoios a sua candidatura à Presidência da República. Os deputados federais do PFL e lideranças do PMDB no interior têm sido procurados por emissários do Movimento Nacional Leonel Brizola, que já contactaram os deputados Jesualdo Cavalcante e Mussa Demeas, do PFL. Sábado, o

coordenador do movimento, deputado Brandão Monteiro (RJ), participou de um encontro para a criação da seccional piauiense do PFL, e obteve de Jesualdo a promessa de defender o apoio a Brizola no primeiro turno da eleição. E, segundo Brandão Monteiro, alguns pemedebistas já estão conversando com o prefeito de Teresina, Heráclito Fortes (PMDB), com o mesmo intuito.

098

f Sa
c. 86

27/2/89

JORNAL DO BRASIL

Lula começa bem na Itália 'vestibular' de estadista

Araújo Netto

Correspondente

ROMA — Não podia ter tido melhor começo a intensa e movimentada excursão que Luís Ignacio Lula da Silva está fazendo pela Europa para projetar e consolidar internacionalmente sua imagem de candidato do PT à presidência da República do Brasil. Desde que desembarcou em Roma, domingo, Lula mal teve tempo para repousar — e pôde constatar que em oito anos, desde que veio pela primeira vez a Roma, em janeiro de 1981, sua importância aumentou consideravelmente para os líderes políticos, sindicais, intelectuais e meios de comunicação da Itália. Na conferência-debate que manteve ontem na *Sala del Cenacolo*, histórico e bonito auditório que a Câmara dos Deputados italiana oferece aos seus convidados mais ilustres, Lula teve uma demonstração do maior interesse que passou a despertar neste país.

Se o mesmo acontecer na França, Alemanha Ocidental e Suécia, próximas etapas da sua *tournee* européia, Lula pode se considerar aprovado e consagrado no *vestibular* para estadista que está fazendo no Velho Mundo a convite de diversas organizações e institutos interessados em problemas do terceiro mundo, particularmente da América Latina. Entidades que representam elites políticas sofisticadas, muitas das quais vêem em Lula uma reencarnação mais civilizada de revolucionários mexicanos de outros tempos, tipo Emiliano Zapata ou Pancho Villa.

Papa — Para acomodar todo o extraordinário público interessado em ver e ouvir o

líder do PT, os organizadores do encontro viram-se obrigados a abrir uma outra sala, onde instalaram monitores de televisão para mais de 100 pessoas que não encontraram lugares no salão principal, ocupado por mais de 300 convidados. Toda gente representativa da Itália que conta e decide politicamente. Entre hoje e amanhã, além do novo secretário da Democracia Cristã, Arnaldo Forlani, e do ministro do exterior, Giulio Andreotti, do secretário do Partido Socialista, Bettino Craxi, Lula deverá ter um novo e breve encontro com João Paulo II (o primeiro foi em janeiro de 81), ao término da audiência pública que o Papa dará amanhã. No domingo, poucas horas depois de seu desembarque, Lula foi recebido pelo secretário do Partido Comunista, Achille Occhetto, que viajou para Moscou horas depois do encontro com o líder do PT.

Desde as primeiras horas de ontem, Lula cumpriu uma agenda de encontros que começou na casa do mais famoso escritor italiano vivo, Alberto Moravia, prosseguiu com um colóquio com Bruno Trentin, secretário da maior confederação sindical do país e com uma longa e cordial visita ao gabinete da presidenta da Câmara dos Deputados, a comunista Nilde Iotti, que fez uma revelação emocionante para Lula — ao dizer que o português que ele falava tinha sempre o sabor da língua da liberdade, porque em 1945 foram os *pracinhas* brasileiros os soldados dos exércitos aliados que libertaram sua cidade, na região da Emilia Romagna.

01.02

8903478

com a Amazônia

Tanto nos colóquios com líderes partidários, sindicalistas, como nas entrevistas que vem concedendo à TV e à imprensa e durante o autêntico comício de duas horas e meia que realizou no fim da tarde de ontem na *Sala del Cenacolo* de Roma, Lula percebeu que entre tantos problemas e temas brasileiros, os da Amazônia, o do comportamento dos militares e o das perspectivas de uma afirmação das forças de esquerdas nas próximas eleições presidenciais de novembro, são os que maior interesse despertam neste momento entre os italianos.

Para todos seus ouvintes, Lula vem falando a mesma linguagem, praticamente se repetindo. Sobre a questão da preservação da Amazônia, ele pretende ~~apresentar ainda a criação de uma ilha no estuário~~ ~~que terá hoje o ministro do Exterior, Giulio Andreotti, que resolveu tomar~~ uma iniciativa para convocar uma reunião de homens de governo e cientistas de todo o mundo, para definir numa conferência internacional de alto nível a possibilidade de se cancelar a dívida externa do Brasil em troca do compromisso que o governo brasileiro assumiria de impedir novas devastações da Amazônia.

Militares — Ontem, Lula explicou várias vezes sua posição. Disse que, a seu ver, a dívida externa do Brasil e da América Latina há muito deixou de ser uma questão do exclusivo interesse dos países devedores e credores. Mas de interesse para toda a comunidade internacional. Em princípio, acha que se pode e se deve fazer uma negociação realmente séria que vincule uma solução para a dívida externa do Brasil à outra, de preservação da Amazônia. Nada porém se poderia concretizar sem que o resultado de qualquer acordo fosse submetido ao Congresso brasileiro. E sempre que consagrando e respeitando o direito do Brasil de exercer o controle político de qualquer programa de defesa da Amazônia. O que Lula diz não aceitar é a posição que muitos hoje estão assumindo ao Brasil, de recusar qualquer discussão sobre a Amazônia, alegando que ela é nossa e ninguém pode tocá-la. Na sua opinião, é com esse tipo de argumento e slogans falsamente patrióticos que a direita mais reacionária do Brasil pretende manter seu direito de destruir ou vender a Amazônia.

Sobre os militares, Lula disse que não se preocupa tanto com eles. Embora toda vez que afirme isso, escandalize muitos de seus interlocutores, que, como ele, sabem que na América Latina ninguém pode deixar de se preocupar com os militares. Mais do que uma esperança, sua convicção é de que durante a campanha eleitoral poderá discutir e propor aos próprios chefes e oficiais militares sua definitiva integração num programa de democratização das Forças Armadas. Um programa que deverá substituir a centenária doutrina da segurança nacional, que até hoje só afastou os militares das experiências democráticas no Brasil. Sobre a perspectiva das esquerdas, Lula diz que o PT está fazendo o possível para promover uma frente de todas as forças de esquerda, com o PCB, PC do B, PSB, PSDB, e com outras mais, omer aduiz.

02-02

8903478

Lula diz em Roma que governo brasileiro está contra Amazônia

ROMA — O deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, repetiu ontem - após ter conversado com o presidente do Partido Comunista Italiano (PCI), Achille Occhetto, sobre a Amazônia e a dívida externa, entre outros assuntos — que “o Brasil não pode continuar enviando para o exterior 5% de seu Produto Interno Bruto”. Disse também que o governo brasileiro “tem adotado uma atitude passiva e cúmplice em relação à destruição da Amazônia”.

“Está na hora”, continuou, “de nosso governo tomar uma atitude política, consultando outros países para se conseguir desenvolver a região, sem lhe destruir a fauna, a flora e as riquezas minerais, e também sem ferir os direitos das minorias étnicas. Não se pode perder a oportunidade, salvaguardada, é claro, a soberania nacional. Neste momento de nada vale um nacionalismo de palavras, quando na verdade a Amazônia é vítima da ação das multinacionais.”

Fundo — Voltando à dívida externa, Lula disse que os países devedores devem encarar a questão em bloco. “De imediato”, acrescentou, “o PT acredita que o Brasil deveria congelar as remessas de pagamento do capital. Esse dinheiro seria empregado no desenvolvimento agrícola e industrial, e ainda não criação de um fundo que favorecesse o progresso tecnológico.”

Hoje e amanhã, Lula se encontrará com o ministro das Relações Exteriores da Itália, Giulio Andreotti; com os líderes dos partidos Socialista (Bettino Craxi) e Democrata Cristão (Arnaldo Forlani), e das três centrais operárias do país, além do escritor Alberto Moravia. Na quarta, o candidato do PT será recebido por João Paulo II.

Peixes e frutas para atrair eleitor jovem

PT no céu, na terra e no mar. É com esta imagem metafórica que o PT vai lançar no Rio de Janeiro, em março, uma campanha de filiações e recadastramento de seus militantes, com o objetivo de pelo menos dobrar o número dos atuais 45 mil filiados do partido no estado. O projeto faz parte da preparação da campanha do candidato à Presidência, Luís Ignácio Lula da Silva.

As peças principais da campanha são três cartazes, que serão reproduzidos e colados aos milhares em postes e muros da cidade, com três slogans básicos: “PT até debaixo d'água”, “No PT, estrela é voô” e “Esta árvore dá frutos”. O cartaz de água mostrará uma estrela-do-mar vermelha, com as iniciais do partido, *paquerando* um peixinho no fundo do mar; outro mostrará o céu coalhado de estrelinhas do PT e o terceiro mostrará uma árvore com a forma do mapa do Brasil, cujos frutos são também estrelas vermelhas.

Perfil — Idealizada pelo publicitário Paulo Rodrigues, junto com os fotógrafos Estefan Radovitz, Carlos Carvalho e João Ripper, a campanha vai ser dirigida, principalmente, para o eleitorado jovem — este ano poderão votar os jovens que completarem 16 anos até o dia 6 de agosto — e rural. “Há uma grande preocupação com os estudantes secundaristas e universitários que compõem o eleitorado jovem. Por isso, o programa do PT vai contemplar questões de interesse da juventude, como ecologia e cultura”, diz o engenheiro Jorge Bittar, candidato a prefeito nas últimas eleições. Com metade dos seus 45 mil filiados concentrados na capital, o PT quer aumentar sua organização no interior, daí a preocupação com o homem do campo.

Paralelo à filiação, o PT quer recadastrar seus militantes “para ter um perfil do partido”, segundo explica Sérgio Munilo, do diretório regional. Quem se recadastrar terá que preencher fichas com seus dados pessoais e profissionais completos. “Isso vai permitir a nossa organização de forma mais racional, através de núcleos por local de moradia ou trabalho e por categoria profissional. Será muito mais fácil desenvolver campanhas por temas específicos”, prevê Munilo.

O esforço de organização do partido está diretamente vinculado a campanha de Lula. Instalado num conjunto de duas salas num prédio na Avenida 13 de Maio, Cinelândia, com apenas seis funcionários, “o PT está vivendo a crise do crescimento”. “Nossos recursos materiais são insuficientes para enfrentar a expansão do partido”, avalia Bittar. Por isso, os petistas estão procurando há algumas semanas um novo local para o comando da campanha de Lula no Rio, “de preferência um sobrado bem amplo e de fácil acesso, no Centro da cidade”.

278

POLÍTICA

28/2/89 Zero Hora

PT pode apoiar Brizola no 2º turno da eleição

Isso acontecerá se PDT enfrentar um candidato conservador

Se Leonel Brizola tiver que disputar o segundo turno das eleições presidenciais de 15 de novembro próximo com um candidato conservador, "a tendência do meu partido é a de votar nele, como candidato progressista", declarou ontem à tarde, em Roma (Itália), o candidato sindicalista a Presidência do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, Lula afirmou, polemizando com Brizola, que "eu não sou o dono do PT e não posso anunciar decisões pessoais, como fez Brizola há dias na televisão".

Lula afirmou que "o descrédito da direita e o vazio que há no 'centro' são tão grandes que não é impossível que os dois candidatos mais votados no primeiro turno das eleições de novembro sejam progressistas e que, portanto, sobre eles

se deva fazer a opção definitiva no segundo turno, em dezembro". Na entrevista à televisão mencionada por Lula, Brizola disse que os trabalhistas votariam em Lula, se ele for o candidato mais votado das esquerdas.

Respondendo a perguntas de parlamentares, jornalistas e dirigentes de organizações italianas, Lula disse ontem que "de todos os modos, não devemos especular sobre o segundo turno das eleições, quando o importante é ganhar o primeiro". As perspectivas eleitorais foram o "prato forte" da conferência, seguida de um debate, que Lula pronunciou na sala do cenáculo do Parlamento italiano, sobre a transição democrática no Brasil, ao encerrar a segunda jornada de sua visita de quatro dias à Itália. (ANSA)

F. Cal
88 PP.

01.01

8903480

098

Eleições repercutem também no exterior

Os resultados das eleições municipais do dia 15, no Brasil, repercutiram no exterior. Na França, por exemplo, o pleito municipal brasileiro somente não ganhou maior destaque por causa das eleições gerais no Paquistão, as primeiras depois de onze anos de ditadura militar. Foi só por esse motivo que os noticiários de televisão na França ocuparam-se mais do Paquistão do que do Brasil, segundo o jornalista Caio Túlio Costa, correspondente do jornal "Folha de São Paulo" em Paris.

De qualquer forma, as rádios francesas abriram espaço para a eleição municipal, destacando o avanço do Partido dos Trabalhadores - para as emissoras "o movimento mais à esquerda" no atual panorama político brasileiro. As rádios leram telegramas da agência France Presse, que apontavam a vitória de Luiz Erundina, do PT, e de Otávio Dutra, em Porto Alegre.

Todas as análises concordam que estas eleições são um sério desastre para "a grande formação centrista no poder, o PMDB, o partido do presidente Sarney". Dizem, ainda, que as eleições se desenvolveram no Brasil num clima de profunda crise econômica, com uma

inflação de 800% ao ano.

Numa nota curta, o jornal parisiense Libération foi o único dos grandes diários a noticiar as eleições brasileiras, relatando o avanço das esquerdas em "cidades importantes", como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro. O mesmo jornal deslocou seu correspondente no Brasil, Jean Jacques Sevilla, para Fortaleza, no Ceará. De lá, o jornalista francês enviou uma reportagem que ganhou a seguinte manchete de página: "Os pistoleiros em campanha eleitoral", afirmando na matéria que "a utilização de assassinos profissionais quando se aproximam as eleições municipais é uma velha tradição no Brasil, em particular nas regiões pobres do Nordeste".

"Giro à esquerda"

Em Moscou, a vitória do PT em São Paulo, Porto Alegre e Vitória (Espírito Santo) está sendo interpretada como um "giro à esquerda", que seria "muito mais radical do que o esperado". Um alto funcionário, que não quis se identificar, declarou, na capital soviética, que "é sem dúvida um voto contra o atual

governo, a um nível que surpreende todo mundo aqui".

Esse "giro" não interessa aos atuais planos da política externa da União Soviética. O presidente Mikhail Gorbachev está mais interessado em soluções negociadas para as crises, sem grandes saltos ou transtornos que possam ameaçar a ruptura dos sistemas. A nova política externa soviética tem seu símbolo máximo na futura retirada das tropas da URSS do Afeganistão, dando lugar a "um governo de unidade nacional". Gorbachev e os Estados Unidos desejam "soluções equilibradas" para todas as crises, a nível mundial.

Sarney esteve em Moscou em meados de outubro último. Naquela ocasião, funcionários do governo soviético foram bem claros: interessa a Moscou que Sarney conclua a chamada "transição democrática" com prestígio. Assim, Moscou apoiaria soluções menos "radicais" do que as apresentadas pelo PT. Em função disso, a agência soviética de notícias Tass não enviou nenhuma notícia sobre as eleições brasileiras até a noite de quarta-feira, refletindo a cautela que Moscou pretende manter em sua política para o Brasil. (ZH)

2 HORA 18/11/88

F. Sar
(GDP)

01.07

8903481

Lula, em campanha, busca contatos no exterior

SÃO PAULO — O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu temperar sua campanha em 1989 com dois roteiros de viagem de envergadura: em janeiro, visitará cinco países da América Latina e, a partir de março, os Estados Unidos, Canadá, China, União Soviética e os principais países da Europa. Ele pretende solicitar audiências com governantes e manter encontros com lideranças de partidos políticos.

"Quero expor idéias e me aprofundar sobre a situação da dívida externa brasileira. Vou como candidato à Presidência e com um programa de quem deseja realmente governar o Brasil", afirmou Lula, após dois dias de reunião da Executiva Nacional do PT, em São Paulo. As viagens estão em fase de planejamento e são consideradas "fundamentais" em sua estratégia nas eleições do primeiro turno. Ainda nesta semana, o roteiro completo deverá estar pronto. Na América Latina, o candidato do PT deve incluir Cuba, Nicarágua, Peru, Chile e Argentina. Neste último país, aliás, espera ser recebido pelo presidente Raúl Alfonsín.

Em São Paulo, a Executiva Nacional do PT encerrou sua reunião no Hotel Nóbilis, um três estrelas encravado numa rua do centro velho da cidade. Com um almoço quase esportivo (lagarto ao molho madeira e tallarim a quatro queijos), os petistas analisaram os resultados das eleições, as diretrizes de suas futuras administrações e a campanha presidencial de 1989. O presidente nacional do partido e prefeito eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra, coordenou o encontro. "O centro da crise", afirmou ele, "é o governo Sarney, e por isso não pode articular uma saída para ela."

"Vamos desencadear a campanha presidencial com nosso candidato e um programa de governo sob o ponto de vista do povo. Somos pela suspensão da dívida externa, consideramos que a questão fundiária não foi solucionada pela Constituinte e também que as Forças Armadas não devem ser a guarda pretoriana dos setores privilegiados da sociedade", acrescentou Olívio Dutra. Ele sustenta que é decisivo para o PT um fator: fazer uma boa administração nas prefeituras em que venceu.

Revolução "Não perderão por esperar a paciência revolucionária do PT no sentido de transformação solidária da sociedade", argumentou Olívio Dutra. O candidato à sucessão de Sarney, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, reafirmou que o PT fez uma "revolução silenciosa" pelas urnas. Ambos deram declarações no mesmo tom conciliador: o prefeito eleito de Porto Alegre, Olívio Dutra, por exemplo, lembrou que conversará com empresários de grandes grupos econômicos, frisando que vai "respeitá-los para que seja respeitado".

Além do prefeito eleito de Porto Alegre, participaram da reunião outros prefeitos petistas, como o de Campinas, o petroleiro Jacó Bittar, que tinha um trunfo à mão para se destacar. Antes do dia 15, ele já escolhera seu secretariado, apostando numa vitória, que afinal veio e de forma apertada. Hoje à tarde, em Campinas, a maior cidade do interior paulista, Bittar reunirá seus secretários pela primeira vez. Seus principais nomes incluem professores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), como o economista Paulo Davidoff (secretário das Finanças) e o médico e professor Gastão de Souza Campos (Saúde).

☐ O PMDB de Santos — o maior porto do país, a 65 quilômetros de São Paulo — recorreu à Justiça Eleitoral pedindo a recontagem dos votos em urnas de três zonas eleitorais. A candidata do PT, Telma de Souza, venceu para o candidato pemedebista, Del Bosco Amaral, que ficou em segundo lugar, as eleições para a Prefeitura local. No mesmo recurso, o PMDB solicita a suspensão da proclamação dos eleitos tanto para a Prefeitura como para a Câmara Municipal.

Erundina votou em geólogo

Diogo, ex-assessor, teve preferência entre 50 candidatos

O geólogo Adriano Diogo, 39 anos, pode considerar-se um privilegiado. Foi ele, entre 50 candidatos do PT a uma vaga na Câmara Municipal da capital paulista, o abençoado pelo voto da prefeita eleita Luiza Erundina, dona da preferência de 1,5 milhão de eleitores paulistanos.

"Eu soube que ela votou em mim pelos jornais", conta Diogo, que vem recebendo das urnas a agradável notícia de que será um dos vereadores mais votados de seu partido. "Fiquei surpreso e emocionado", confessa.

Casado há 18 anos, morador de uma confortável casa de três quartos no bairro de classe média do Alto da Moóca, na área da Zona Leste, mais próxima do centro da cidade, Diogo conhece a nova prefeita desde 1982, quando se engajou na campanha de Erundina à vereança. Em seguida, foi assessor da então vereadora durante dois anos, 1983 e 1984.

"Nós tínhamos uma boa interação", lembra Diogo. "Luiza Erundina sintetiza a politização e uma visão mais específica dos problemas sociais". Apesar da convivência na Câmara, Diogo nega que tenha muita proximidade com a prefeita. "Ela é uma pessoa muito reservada", esclarece.

Diogo milita na esquerda desde 1966. No ano seguinte à decretação do AI-5, 1969, Diogo ingressou na Universidade de São Paulo (USP), onde fez seu curso de Geologia. Trabalhou na tentativa de reconstrução do movimento estudantil e ligou-se a um racha do Partido Comunista



Diogo soube pelo jornal

Brasileiro, a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que optou pela luta armada contra o regime, sob a liderança do ex-deputado Carlos Marighela.

Essa atividade custou-lhe quase um ano de prisão, em 1973, quando foi torturado pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. No PT, Diogo ligou-se ao grupo Poder Popular Socialista — do qual é a mais nova expressão. "A principal diferença entre o majoritário Articulação (formado por sindicalistas e independentes) e o PPS é nossa maior valorização do trabalho de base", avalia Diogo. "Nós acreditamos que o movimento popular é politizado em si".

ATENÇÃO FUTURO
PREFEITO ELEITO
HOJE 15/11/88
FASSO UM PEDIDO PARA
O PREFEITO ELEITO
QUERO QUE FASA UM
GRANDE FAZOR DE
PASSA ASFALTO NA
MINHA RUA RUA
GREGORIO DOS REIS
MELLO J. NAHAMURA
SANTO AMARO SAO PAULO
BU FASSO UIMA PABUNIA
PORQUE NA RUA PAGAMOS
IMPOSTO MAS NAO TBM
ASFALTO I NAS FANGELAS
TEM ASFALTO. POR QUE
US TERRONO 6 DA
PREFEITURA

POSSO POR FAVOR
OLHA PARA NISSO
BAIRRO PORQUE ELE
ESTA MUITO BAIXO
ESQUECIDO POR
OS PREFEITO
ESTOU VOTANDO
SERTO MAIS
QUERO RETORNO
COM ASFALTO
NA MINHA RUA
GREGORIO DOS
REIS MELLO NA J.
NAHAMURA OBRIGADO
E BOA ADMISTRACAO
FUTURO PREFEITO DE
SAO PAULO 15/11/88
DESCULPE POR OS
ERRO

☐ Um eleitor da 9ª Zona Eleitoral da capital paulista cumpriu literalmente a missão de mandar o seu recado nas urnas. Junto com o voto, destinado à petista Luiza Erundina, ele enfiou na urna um bilhete endereçado ao "futuro prefeito eleito". Rascado num pedaço de

folha de caderno e recheado de erros de português (confessados, pois vem escrito "desculpe por os erro") o bilhete pede alfinho para a rua do eleitor, a Gregório dos Reis Mello, e termina com um apelo patético: "Cuidado prefeito. Fassa alguma coisa por nós."

Partidos não têm uma linha definida nas coligações

Na disputa pelo poder, as alianças proliferam

O quadro, já definido, para as eleições municipais, demonstra que, nas diversas coligações formadas, os partidos revelaram não ter preocupações em escolher seus parceiros. Os bakanos do PSDB, por exemplo, coligam-se com os seus antigos companheiros do PMDB em Macaé, Carmo Grande e

Recife e o PSD com o PDT em Manaus e Natal e com os partidos comunistas em Teresina. A única capital em que não haverá nenhum tipo de coligação é Vitória (ES). Aqui publicamos a lista dos candidatos a prefeito nas várias capitais brasileiras e as respectivas coligações.

CANDIDATOS A PREFEITO DAS CAPITAIS

Partidos	Candidatos
REO DE JANEIRO	
PDT	José Calograndi (PMDB)
PL	Alvaro Valle
Coligação PMDB-PVL	Marcosílio Alencar
PMDB	Arthur do Távola
Coligação PSB-PT	Jô Rosendo (PSB)
PT	Jorge Elthar
PMB	Paulo Ramos

SALVADOR	
PMDB	Fernando José
Coligação PFL-PDS-PTB-PL	Manoel Castro (PFL)
Coligação PMDB-PC do B-PCD-PMB	Virgíliato Sampaio (PMDB)
PT	José Eduardo Ribeiro
PDT	Elaplanus Soares
PSB	Abelino Fátima

NACHOS
 Coligação PEOB-PMOB-PTB-PC do B..... Renato Calheiros (PEOB)
 PTB-PMB-PM-PE-PMBC-PV..... Guilherme Palmeira (PTB)
 Coligação PFL-PL..... Delfino Simões (PFL)
 Coligação PSB-PT-PC do B..... Medeiros Neto
 PMD..... José Mangabeira
 PFL..... Neta Figueiredo

Colégio Vinte e Nove de Abril - Gilberto Martins (PMDB)
FT _____ José Oliveira Barreiros
FL _____ Renato Oliveira
Colégio FDT-PDS _____ José Fernandes (FDT)
Colégio PEB-PRB _____ Arber Nelo (PRB)

MACAPA	
FVL	Maria Agostinho Pinheiro
PMER	Araceli Soares
PDC	Antônio Carlos de Freitas
PL	Oslen Pinheiro Borges
PT	Antônio Curran Neto
Coligação PTB-PDS-PL	João Pinheiro
Coligação PSD-PMDB	João Alberto Costa

PORTALEZA

Coligação PMDB-PMR	Ciro Ferreira Gomes (PMDB)
PTB	José Renato Ferreira Turrone
Coligação PDC-PFL	Gláucio Damásio de Queirós (PDC)
Coligação PDS-PMR	Francisco Torres de Melo (PDS)
Coligação PT-PDS-PCB-PV	Mário Mamede (PT)
PH	Dalton Rando
PDT-PC de R.	Edson Silva (PDT)
PL	Paulo Garção
PJ	Aguiar Júnior
PSC	Osvaldo Costa
PSD	Marcos Costa

POWERS ALBONE	
PMSR	Arturo Brito
POT	Carlos Arango
Collegio PDS-PFL-PTB-Gaullismo-Socialista (PDS)	
Collegio PT-PCR	Osvaldo Dutra (PT)
PMSR	Edio Fernandes
PBR	Fabio Patrocinio
FL	Sergio Jackmann
PC do B	Raul Correia

BELO HORIZONTE	
PMER	Álvaro Antônio
PT	Virgílio Guimarães
Coligação PMDB-PL-PDT	Pinheiro de Veiga (PMDB)
PCB-PC do B	André Teixeira
PME	Milton Franco
PDS	José Elias Murad
PTB	Tito Guimarães
P3	Arthur Vianna
PSC	Sélio Antônio José
PJ	Nelson Gonçalves
PH	João Espachet
PNAR	João Vargas
P8D	Edna Araújo Vilela

NATAL
 Coligação PMDB-PTB-PDC..... Henrique Alves (PMDB)
 Coligação PDT-PDS-PCB-PED-PFL..... Wilson Maia (PDT)
 Coligação PL-PTB-PH..... Marcos Fernando (PL)
 Coligação PT-PDS-PV-PL-PC & R. Waldemir Pinheiro (PT)

GOIÂNIA	
Coligação PMDS-PCB	Nelson Albuquerque (PMDS)
Coligação PDS-PDC	Mário Valadão (PDS)
Coligação PT-FV-PH	Pedro Wilson (PT)
PC do B	Alde Azeite
PSE	Ivan Ornelas

BOA VISTA
FFL.....Barão Bento
Coligação PMDB-PDC-POT-PTB...Othmar de Souza Pinto
(PMDB)
PL.....Miguel Vazquez

Partidos	Candidatos
OUVARÁ	
Coligação PMDB-PCB	José Melchioris (PMDB)
PTB	Roberto Fraga
Coligação PV-PT-PRB-PC do B.	Serys Maranhão (PV)
PFL	Frederico Campos

QUESTERA

Coligação PMDB-PCB-PC do B	
PJ-PSE-PSE	Maurício Frazz (PMDB)
Coligação PTB-PTB	Emílio Faria (PTB)
PFL	Alfredo Cavalcante
Coligação PT-PV	Cláudio Góes (PT)
PDT	Alcides Toledo
PL	Emílio Faria
PMEC	Teodoro Montenegro de Faria
PH	Elisário Teodoro
PSC	Antônio Mendes
PTB	Osvaldo Santos

CAMP'S GRANDE
 Colgate PMDB-PMDB-PDT.....Pinto Martins (PMDB)
 Colgate PTB-PFL-PDS-PNA-PEN.....Lima Cunha (PTB)
 FL.....Bernardo Elias Leão
 FT.....Adalberto Faria
 FBC.....Wilson Clemente

PRB	Fernando Volante
Colégio PRB-PFL-PDS	Sérgio Martins (PRB)
PL	Carlos Levy
PT	Simão de Castro
Colégio PRB-PCB-PCdoB	José Marques (PRB)
PRB	Agostinho Ladeira
PDC	Guilherme Silveira

RECIFE
Coligação PMB-PMB-PCB-PC de B
PMB-PTB..... Marcos Cunha (PMB)
Coligação PFL-PTB-PDS
PDC-PMB-PC-Paraná..... Joaquim Francisco Cavalcanti
(PFL)
Coligação PDT-PL-PMB
PD-PJ..... João Osório (PDT)
PT..... Humberto Costa
PM..... José Augusto Lima e Silva

FLORIANÓPOLIS
 Colégio PINUS-PC de R. _____ Anís Pires (PINUS)
 Colégio FDS-PFL-PES-PDC. Espírito Santo (FDS)
 Colégio PCB-PDF-PV-PES-PDR. Sérgio Grande (PCB)
 FI. _____ Flávia Volante
 FI. _____ Rodolfo Pinto da Luz
 FSP. _____ Elson Pires

TERCEIRA

Colégio FINE-PNE	Haricleto Fortes (FINE)
Colégio FNE-PC do B	
PCB-PDC	Myrian Portela (PDC)
Colégio PFL-PL	Aida Lara (PFL)
PT	Antônio Rodrigues Neto
Colégio PDT-PS	Desclécio Dantas

SÃO LUÍS
 Colégio POT-PCB-PC de B _____
 PCB-PMB-PMC _____ Jackson Lago (POT)
 Colégio PMEB-PVL _____ Carlos Gutierrez (PMEB)
 Colégio PT-PS _____ Elzamar Halsey (PT)
 Colégio PL-PDC _____ Eduardo Haiman (PL)
 Colégio PCB-PMB-PTB _____ Jair de Sá (PCB)
 PCD _____ Sebastião Sousa

VITÓRIA	
PFL	Nilton Gomes
PDT	Barrado de Menezes
PMDB	João Luis Kluge
PT	Vitor Gomes
PSDB	Stefano Katsina
PC do B	João Martins
PCB	Fernando Hopfenhoff
PSE	Romão Soares

ARACAJU
PT. _____ Marcelo Dedin Cingus
PCB _____ Jorge Carvalho
Coligação PFL-PMDB-PL
PDC-PMSC-PJ-Posart

Coligação PSD-PSDB
PDT-PC do B. Wellington Faria (PSB)

JOÃO PESSOA
Coligação PMDB-PCB Haroldo Lemos (PMDB)

PTB	Hermes Alencar
Coligação PDC-PL	João de Melo (PDC)
Coligação PDT-PC do B	
PSDB	Antônio Augusto Arrozinho (PDT)
Coligação PT-PM	Carlos Alberto Damasceno (PM)
PV	Indaiana Cavalcanti (PV)

O presidente Sarney voltará hoje a Brasília, após sua visita de quatro dias à Bolívia. Após longas e duríssimas negociações, o Brasil decidiu comprar o gás natural boliviano — um assunto que se arrastava há 30 anos.



BRASIL • BOLÍVIA

Por ANA AMÉLIA LEMOS
Enviado especial a La Paz/ZH

Sarney conversa com candidatos Bánzer e Zamora

Os dois candidatos que estão liderando as pesquisas de opinião pública como os mais fortes concorrentes à Presidência da Bolívia, em maio de 1989, o sociólogo Jaime Paz Zamora e o general e ex-presidente Hugo Bánzer foram recebidos ontem, em audiência, pelo presidente José Sarney, no Hotel La Paz Sheraton — onde está hospedado. Neste momento, o candidato do MIR (Movimento da Esquerda Revolucionária), Jaime Paz Zamora, lidera a pesquisa. Ele tem 49 anos, é formado na Bélgica e seu partido, em 1986, junto com o PDT de Leonel Brizola se filiou à Internacional Socialista. O MIR, que nasceu em 1978, conseguiu nas eleições municipais de dezembro passado fazer 26 % dos votos. O candidato da ADN (Ação Democrática Nacional), general Hugo Bánzer, 78 anos, é de tendência conservadora. Ele chegou à Presidência em 1971 através de um golpe militar e ficou no poder até 1978. Tanto a ADN quanto o MIR, de formas diferentes, apóiam a política de estabilização econômica adotada pelo atual governo de Victor Paz Estenssoro, 80 anos, que ocupa a Presidência, pelo voto direto, pela quarta vez e que continua sendo um líder político de grande prestígio e força no seu país. Dito de seus ministros, e do Planejamento, Gonzalo Sánchez Lozada, e o de Relações Exteriores, Guillermo Bodrogi, também disputam a convenção pelo partido de atual presidente, o MIR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Sánchez Lozada é o responsável pela aplicação do plano econômico e o chanceler Guillermo Bodrogi tem se destacado na área da política externa.

Os dois candidatos Hugo Bánzer e Paz Zamora (que é um sobrinho de Paz Estenssoro) consideraram "positivos" os acordos firmados entre os dois países. Nesta visita do presidente José Sarney à Bolívia, Bánzer foi mais incisivo na crítica — ao avaliar os termos do acordo sobre o gás natural. Segundo ele, o acordo, que prevê a compra pelo Brasil de energia térmica, matérias-primas para fertilizantes e polímeros, não



Em La Paz: Sarney arruma tempo para ir a uma reunião

vai satisfazer as expectativas criadas na Bolívia. De qualquer forma, Bánzer acredita que não se pode perder a esperança de ampliar esse acordo, com a venda futura de gás natural, caso é o grande desejo dos bolivianos.

Também Paz Zamora considerou o acordo "positivo", mas numa linguagem de candidato com grandes chances de vitória preferiu considerar "muito positivo" o resultado do acordo comercial. Disse que na questão do gás, as possibilidades são imensas e podem envolver até mesmo um acordo tripartite com a Argentina. Mas isso, seguramente, ele prefere encaminhar, quando estiver no governo, trouxe Paz Zamora com os jornalistas. Ainda este ano, o candidato do MIR estará visitando o Brasil, já em campanha eleitoral, na luta para suceder, pelo voto direto nos colégios, o presidente Victor Paz Estenssoro.

Após 30 anos, sai o acordo sobre o gás

Finalmente, depois de 30 anos de promessas e impasses, os governos do Brasil e da Bolívia chegaram ontem, em La Paz, a um acordo para a negociação de gás natural boliviano. O Brasil vai comprar três milhões de metros cúbicos de gás natural, mas 2.300 milhões serão transformados em energia elétrica — através de uma usina hidrelétrica que será construída em território boliviano, na fronteira com Mato Grosso do Sul.

"Este tipo de negócio bom para ambas as partes", declarou o atual ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves

(PFL-MG), ao anunciar, oficialmente, o acordo que faz parte dos acordos assinados pelos presidentes José Sarney e Victor Paz Estenssoro.

Todos os acordos foram assinados, no final da tarde de ontem, em La Paz. Depois, Sarney falou aos jornalistas bolivianos — destacando a importância do entendimento entre Brasil e Bolívia. Sarney e sua grande comitiva voltam hoje para o Brasil, deixando desembarcar na Base Aérea de Brasília por volta das 11h.

Nesta terça-feira, Sarney cumprirá um extenso programa, recebendo homenagens e cumprindo sua pauta oficial —

com uma exceção: encontrará tempo para ir a uma reunião para adquirir algumas obras de seu interesse.

Ontem à noite, em La Paz, a Secretária de Imprensa do Palácio do Planalto, em nota oficial, destacou que "o presidente José Sarney é o primeiro presidente brasileiro a visitar oficialmente La Paz. Tal fato, sem dúvida, sublinha a importância de atual momento para as relações bilaterais, marcado pela conclusão de entendimentos que o Governo brasileiro, e certamente também o Governo boliviano, consideram como transcedentes".

Sodré quer a reativação das fronteiras

O chanceler Aloísio Sodré declarou, ontem, em La Paz, que "como era de se esperar o principal acordo assinado relativo ao gás natural boliviano. Outro ponto assinalado é o problema que nos tem preocupado muito — que é o da reativação das fronteiras Brasil e Bolívia. Os contratos comerciais entre Brasil e Bolívia serão muito densos. Vai se fazer, na verdade, muita coisa em termos de comércio, além de uma desburocratização no trato das coisas, nas fronteiras das duas nações, que, muitas vezes, prejudicava, de uma forma muito profunda, o trabalho entre um país e o outro".

Sodré destacou entre pontos: é a construção da usina Bessa Espazana, que "é um dos grandes desejos do Brasil e da Bolívia. Outro aspecto é o estudo de um aeroporto, que já estava programado", acrescentou o chanceler brasileiro, que concluiu: "É uma visita muito densa e muito cheia de projetos e atos, que estruturam as relações de amizade entre Brasil e Bolívia".

Sarney no Congresso

"O Brasil tem a firme convicção de

desenvolver os atos de unidade da América Latina, e ideal da integração continental, sem nenhuma vocação para hegemonias, sem condicionabilidade — para assim criar as condições que permitam fluxos concretos de nossas nações", declarou ontem, em La Paz, o presidente José Sarney, no terceiro dia de sua visita oficial à Bolívia. Na homenagem do Congresso Nacional boliviano, ao presidente, João Garret Ayllon, enfatizou "a convicção democrática de chefe de Estado brasileiro, e sua tradição parlamentar".

078

Governadores

O presidente José Sarney encaminhou ontem mensagem ao Senado, indicando Romero Jucá Filho para governador de Roraima e Jorge Nova da Costa para o Amapá. Jucá, pernambucano, 33 anos, foi presidente do Projeto Rondon e da Fundação Nacional do Índio (Funai), cargos que ocupou por indicação do senador Marco Maciel. Nova da Costa é governador do Amapá desde 1985.

A mensagem presidencial atende à nova Constituição, e os dois terão mandato-tampão até 1991, quando serão substituídos por governadores eleitos diretamente em 1990. Amapá e Roraima foram transformados de Territórios Federais em Estados por decisão da Assembleia Nacional Constituinte.

F. Jucá
(GOB)

01.01

8903486

098

ZERÓ HORA — Domingo, 29.11.88 — PÁGINA 14

Presidentes do Brasil e Argentina reúnem-se em Buenos Aires, dia 28, para analisar os acordos bilaterais, de modo a levantar os entraves que retardam a formação do Mercado Comum Latino-Americano

Sarney e Alfonsín querem consolidar acordos

Os presidentes da Argentina e do Brasil, Raul Alfonsín e José Sarney, vão se reunir em 28 de novembro em Buenos Aires para analisar uma vez mais a marcha dos acordos econômicos e comerciais bilaterais, uma integração oficializada há dois anos, mas que encontra muitas dificuldades, especialmente no que diz respeito à Argentina.

A profunda crise econômico-social em ambas as nações, certos protecionismos industriais nativos e produções complementares, que não conseguem alinhar-se, são algumas das principais travas que impedem saída do papel do projeto embrião do Mercado Comum Latino-Americano, segundo a opinião dos meios oficiais e empresariais argentinos.

O Uruguai, terceiro sócio convidado, continua enfrentando as dificuldades de sua condição de país pequeno com capacidades econômicas e de mercado reduzidas. De concreto para o lado de Buenos Aires em 1988 é um déficit de quase 400 milhões de dólares, um aumento sobre o do ano passado e com notável defasagem sobre os superávits anteriores aos acordos firmados em julho de 1986. Na reunião de Alfonsín e Sarney "se tentará avançar na institucionalização do acordo integrador para que vá além dos governos", assinalou o secretário de Relações Econômicas Internacionais da Chancelaria, Carlos Bruno.

Para isso, adiantou o funcionário, os mandatários assinarão protocolos sobre os automóveis e a siderurgia, ainda que as expectativas sejam espartas. A expectativa positiva recai sobre a siderurgia com um projeto de instalar, na Patagônia argentina, um laboratório de processamento de mineral de ferro em um prazo de três anos, com investimento privado de 150 milhões de dólares. Espera-se que sejam exportados anualmente para o mercado internacional 70 milhões de dólares.

Vantagens e restrições

Carlos Bruno enfatizou como vantagens a "riqueza do Brasil em minério de ferro e a abundância de reservas argentinas de gás". Em contrapartida, os automotores apresentam



Sarney e Alfonsín: novo encontro este mês

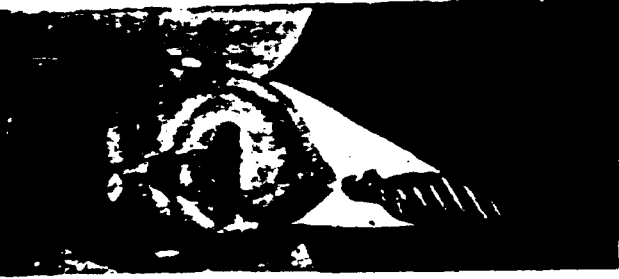
algumas restrições, apesar de existir um acordo para repartir um terço das 5 mil unidades que serão exportadas para o Brasil a partir de 1º de janeiro de 1989 pelas indústrias argentinas de Sevel, Renault e Autolatina.

As fábricas argentinas, ao que parece, ainda não concretizaram as modificações requeridas pelo mercado brasileiro para motores que utilizam álcool e sistema contra poluição. Os veículos brasileiros, dessa forma, poderão ingressar no mercado argentino, afetado atualmente por uma profunda recessão, o que causa uma certa ameaça. "Se não se exportar, não se importa. Vamos assegurar a simetria do acordo", advertiu Carlos Bruno. (AFP)

01.01

8903487.

Elecciones municipales hoy en Brasil



José Sarney



Leonel Brizola

Encuestas señalan pérdidas del PMDB bajo la sombra del fracaso del "Plan Cruzado"

RIO DE JANEIRO, (EFE). — Los brasileños elegirán hoy martes a los alcaldes y concejales de 4.300 municipios, en una jornada en la que las encuestas prevén la derrota del Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) y la escalada del Partido de los Trabajadores (PT), de izquierda.

Para 70 millones de brasileños ayer fue un día de reflexión y para los candidatos la última ocasión para mejorar su imagen ante la opinión pública y cautivar a los millones de indecisos que, si el voto no fuera obligatorio, posiblemente preferirían abstenerse, según los observadores.

Lo que no podrán hacer los indecisos será variar la actual situación, que desfavorece al PMDB, de Ulysses Guimarães, que está pagando el fracaso del "Plan Cruzado". Impuesto por el gobierno del presidente José Sarney, que el grupo apoyó sin condiciones.

El plan, que congeló precios y salarios, mejoró durante varios meses la vida de los

brasileños que, en ese marco eligieron, el 22 de noviembre de 1986, a 22 gobernadores del PMDB y sólo dejaron uno, el de Sergipe, que ganó el también oficialista Partido del Frente Liberal (PEL) aunque pocos días después fracasó.

Por su parte, el Partido de los Trabajadores, que preside el sindicalista Luiz Ignacio "Lula" da Silva, parece estar escalando posiciones en el ámbito político nacional y, por primera vez, comienza a tener aspiraciones de ganar en al menos una de las principales capitales.

Según los últimos sondeos, el PMDB sólo disputa con posibilidad de victoria alcaldías del norte y nordeste del país.

Sin embargo, en Salvador, donde las encuestas favorecen al candidato del PMDB, Francisco José, el gobernador del estado y correligionario suyo, Waldir Pires, no quitó apoyo y optó por respaldar al candidato del Partido Democrático Social Brasileño (PSDB) escindiendo del PMDB.

El PMDB ni siquiera conseguirá elegir al alcalde de San Luis de Maranhao, ciudad de nacimiento de Sarney, donde un candidato del socialista Partido Democrático Laborista (PDL), Jackson Lago, lidera las encuestas.

En las regiones sur y sudeste el PMDB disputará con pocas posibilidades de victoria en Porto Alegre (Rio Grande do Sul) y en San Pablo.

En San Pablo se da un empate entre el Partido Democrático Social (PDS), que sustentó el pasado régimen militar, y el PT, que tiene suficiente ventaja en Porto Alegre, con Olívio Dutra, el último candidato a presentarse, hace apenas doce días.

En Rio el candidato del PMDB, José Colagrosi, se encuentra entre el cuarto y el quinto lugar, distante del favorito Marcelo Allençar, del PDT, mientras que en Belo Horizonte el ganador deberá ser Pimenta da Vega, del PSDB, agregan las encuestas.

Sólo el recientemente instituido estado de Tocantins elegirá a su gobernador y representantes municipales y federales.

En Brasilia no se votará porque el distrito federal no tiene autoridades locales y su gobernador es designado por el presidente.

Las elecciones de mañana, las primeras después de promulgada la nueva Constitución brasileña, abrirán el camino para la sucesión de Sarney.

Aspiraciones presidenciales

La elección municipal será una suerte de prueba preliminar para varios aspirantes a los comicios presidenciales que en noviembre de 1989 marcarán la consolidación de la democracia, tras el gobierno civil que sucedió a los 21 años de régimen militar.

Los resultados del comicio serán decisivos para las aspiraciones presidenciales del socialista Leonel Brizola (PDT), del pemedebista Ulysses Guimarães, del sindicalista Ignacio "Lula" da Silva (PT) o del senador socialdemócrata Mario Covas (PSDB), todos ellos oficial o extraoficialmente lanzados como candidatos a la elección de 1989.

01.01

8903488

098

Miércoles 16 de
noviembre de 1988

La República

Gana la izquierda en todo el país

Comicios municipales en Brasil agudizan caída del presidente

Río de Janeiro.

■ En forma disciplinada y masiva, 76 millones de electores brasileños acudieron ayer a las urnas para elegir alcaldes y concejales en 4.307 municipios del país en una votación que, según los últimos sondeos, penalizará al gobierno y al partido mayoritario PMDB (Centro).

Esta elección, tras la promulgación de la nueva Constitución el 5 de octubre pasado, consolida el proceso de democratización emprendido en 1985, antes de las elecciones directas de presidente de la República previstas para noviembre de 1989.

Según las últimas encuestas, los comicios de ayer registrarán un fortalecimiento de la izquierda (Partido de los Trabajadores y Partido Democrático Trabalhista) en las ciudades industriales del sueste y sur, así como un resurgimiento de la derecha (Partido Democrático Social y Partido Trabalhista Brasileiro) en algunas ciudades del país.

Debilitado y dividido, el gobierno se aprestaba ayer mismo, por su parte, a hacer frente al desafío lanzado por los trabajadores de la empresa petrolera estatal Petrobrás que, al paralizar las principales refinerías del país, amenazan con provocar un desabastecimiento de combustible para los próximos días.

El ejército, que con su violento desalojo con un saldo de cinco obreros muertos la semana pasada de la compañía siderúrgica nacional de Volta Redonda, estado de Río de Janeiro, contribuyó a la radicalización de izquierda del electorado, parecía llamado a convertirse cada vez más en el único sostén del gobierno del presidente José Sarney.

El poderoso ministro de Ejército, Leonidas Pires Gonçalves, se reunió en Brasilia con Sarney y otros miembros de su gabinete para discutir la huelga petrolera.

El diario Estado de São Paulo reveló que los cinco comandos militares donde se encuentran las refinerías



Sindicalistas y simpatizantes del PT que encabeza el dirigente Lula, triunfante en las elecciones municipales festejan en San Pablo. (Telefoto de AFP)

en huelga, ya están en estado de previsión, primera fase del estado militar extraordinario necesario para una eventual intervención, aún no pedida oficialmente.

Mientras tanto, los 30.000 empleados de las acerías estatales de Volta Redonda, que continúa ocupada por el ejército, cumplieron su primera semana de huelga por mejoras salariales.

La radicalización en el plano social, combinado con el voto sanción de las municipales, hacía por otra parte aún más precaria la concreción de un esbozo de pacto social para luchar contra la inflación galopante, concluido hace un par de semanas entre empresarios, trabajadores y gobierno sin la participación de la segunda fuerza sindical del país, la Central Única de Trabajadores (CUT), próxima al Partido de los Trabajadores (PT - izquierda radical).

Los sondeos de los últimos días, así como los realizados al pie de las urnas, daban al PT de los trabajadores una mayoría en muchas ciudades.

De confirmarse estos sondeos, la principal ciudad del país, São Paulo, de 11 millones de habitantes, será admi-

nistrada por la asistente social Luiza Erundina, del ala más radical del PT, y la ciudad de Porto Alegre por Olívio Dutra, bancario del PT.

Varias ciudades industriales satélites de São Paulo también serán gobernadas por el PT, que pasó a ser la segunda fuerza en Río de Janeiro, segunda ciudad del Brasil con 6 millones de habitantes, y en Belo Horizonte, tercera ciudad del país con 3 millones de habitantes.

Río será administrada por Marcelo Alencar, del PDT.

La derecha tiene aseguradas, según los sondeos, las ciudades de Florianópolis, estado de Santa Catarina, y de Recife, estado de Pernambuco.

El gran perdedor de estos comicios, según los sondeos, es el PMDB, centro y hasta hoy mayoritario, con 10 ministros en el gobierno Sarney, que de las grandes ciudades sólo conservará Salvador de Bahía, en el nordeste del país.

El recuento de votos comenzará el miércoles por la mañana y los resultados oficiales serán conocidos recién el sábado.

01.01

8903489

098

f. 202
(G03)

Los militares brasileños restaron importancia al triunfo izquierdista

RIO DE JANEIRO, 20 (AFP, ANSA, AP, EFE y UPI). — Los ministros brasileños de Ejército y de Marina, Leonidas Pires Gonçalves y Henrique Sabota, minimizaron la victoria de los partidos de izquierda en las principales ciudades del país en las elecciones municipales del martes pasado.

En su primera declaración pública sobre el comicio de General Pires negó que exista alguna relación entre el triunfo izquierdista y la represión que tropas del Ejército ejercieron la anterior semana en la acera de Volta Redonda, donde por lo menos tres obreros resultaron muertos.

"Eso es forzar la interpretación en provecho de algún interés", contestó Pires a un periodista que lo había consultado al respecto.

Acercas de la elección de Luiza Erundina, para la alcaldía de San Pablo, postulada por el Partido de los Trabajadores (PT), el ministro de Ejército dijo que "es necesario ver sus programas" de gobierno municipal, y agregó que podía producirse un proce-

so de desgasto a raíz de su gestión futura.

"El poder desgasta. Estoy seguro de que la población va a presentar a la alcaldesa Luiza Erundina, en San Pablo, muchas más reivindicaciones de las que ella será capaz de atender", señaló Pires.

Por su parte el almirante Sabota consideró que "los resultados no fueron tan dramáticos como están diciéndolo", y después de recalcar su convencimiento de que el PT "actuará dentro de la ley" en todas las alcaldías que gobernará a partir del 1° de enero próximo, subrayó la importancia de que "se instaló el pluripartidismo en el país".

Las prioridades hasta ahora definidas por Erundina son una reforma administrativa municipal, fortalecimiento de las delegaciones regionales (barriales), creación de consejos populares, urbanización de las "favelas" y estatización de las empresas de ómnibus.

Los huelgas

El comienzo de esta semana laboral puede traer consigo una solución al problema suscitado por la

huelga de los trabajadores petroleros, que hoy cumplió su décimo día de casi total acatamiento y cuyas consecuencias se empezaron a advertir entre la población a raíz de la falta de gasolina y otros combustibles.

El gobierno hizo ayer una nueva propuesta a los trabajadores de la compañía estatal Petróleo para terminar la peor huelga en la historia de esa industria, y se espera que en la mañana del lunes los operarios respondan con su aceptación.

Los trabajadores petroleros convocaron para mañana a asambleas para discutir la posibilidad de suspender las medidas de fuerza, reveló el director del sindicato de Río de Janeiro, Vladimir Vasconcellos. "Es un clamor nacional que volvamos al trabajo, ya que el gobierno no consiguió poner a la población contra los petroleros", dijo el gremialista.

La posibilidad del levantamiento de la huelga surgió también después que el Tribunal Superior del Trabajo rechazó el pedido sindical de un reajuste salarial del 28,5 % y, en cam-

bio, aceptó una actualización del orden del 15 por ciento.

"Hemos recomendado a los trabajadores del petróleo que vuelvan a sus tareas después de las 7 del lunes (9 GMT). Esperamos que los huelguistas votarán en favor de volver al trabajo", señaló por su

parte otro dirigente gremial, Carlos Gomes.

Numerosas estaciones de gasolina paralizaron o limitaron sus ventas en Río de Janeiro, San Pablo, Belo Horizonte, Porto Alegre y otras grandes ciudades, debido a los problemas de abastecimiento de ese combustible.

Cleru 3/11/88

098

ZERO HORA 22-11-88

Sarney adia sua viagem para o Peru

O presidente José Sarney decidiu adiar a viagem que seria no dia três de dezembro ao Peru. A onda de greves no País — principalmente a das metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional —, as negociações do "pacto social" e o novo quadro político nacional depois das eleições municipais foram os argumentos utilizados por Sarney para suspender a viagem.

Mas, segundo fontes do Governo, foi considerado "inconveniente", tanto no Palácio do Planalto como no Itamaraty, o presidente realizar duas viagens internacionais na mesma semana. No próximo dia 28, ele irá para a Argentina, voltando no dia 30. No Peru, o presidente Sarney ficaria apenas um dia, para visitar as instalações da hidrelétrica Charchane II, construída pela empresa brasileira Norberto Odebrecht.

Apesar de ser uma visita rápida, seria apenas dois dias depois do seu retorno da Argentina, onde ficará por três dias. Principalmente por este motivo o cerimonial do Planalto e do Itamaraty consideram "mais adequado" que a viagem seja realizada em outra data. (A3)

F. Pex
Rf. 11
Peru

24 22/11/88 -

01.01

8903491

098

ZERO HORA 22-11-88

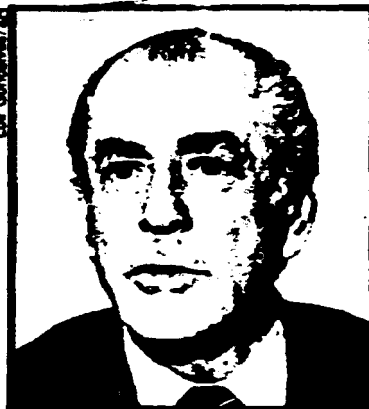
Brizola começa campanha em março

O deputado federal Fernando Lyra (PDT-PE) disse que a campanha do ex-governador Leonel Brizola a presidente da República chegará às ruas em março, quando o candidato visitará todo o País: "Antes disso — afirmou — vamos analisar o resultado das eleições, que foi muito favorável ao PDT, e estruturar a campanha por meio dos comitês em todos os estados, através do Movimento Nacional Leonel Brizola".

Segundo Lyra, é inevitável uma aliança Lula-Brizola no segundo turno: "Está claro — disse — que se os dois relutarem em fazer esta aliança o povo a fará". Isto ficou claro para o deputado no resultado das eleições deste ano nos principais estados: "Onde o PT ganhou, o PDT foi o segundo — afirmou — e onde o PDT foi vitorioso o PT ficou em segundo".

Lyra ressaltou ainda o fato de o PDT ter se coligado com o PT em São Paulo para argumentar que até alianças foram feitas entre os dois partidos para dar vitória a um deles:

— É bom lembrar também — afirmou — que o PT não é nosso adversário. Nosso adversário é o continuísmo configurado em partidos como o



Leonel Brizola

PMDB e o PFL, que sustentam o governo Sarney e foram responsabilizados pela atual crise econômica.

Lyra, que estava em Recife, seguiu ontem para Brasília, onde afirma que iniciará contatos com vistas à avaliação do resultado eleitoral e a estruturação do Movimento Nacional Leonel Brizola. "Nesse objetivo — concluiu — é nos preparar para vencer a semi-final, mas com o olho na final a ser disputada no segundo turno". (AJB)

F. 30x
@ 1/2
Brizola -

24 22/11/88 -

01.01

8903493

098

73. 22/1/68.

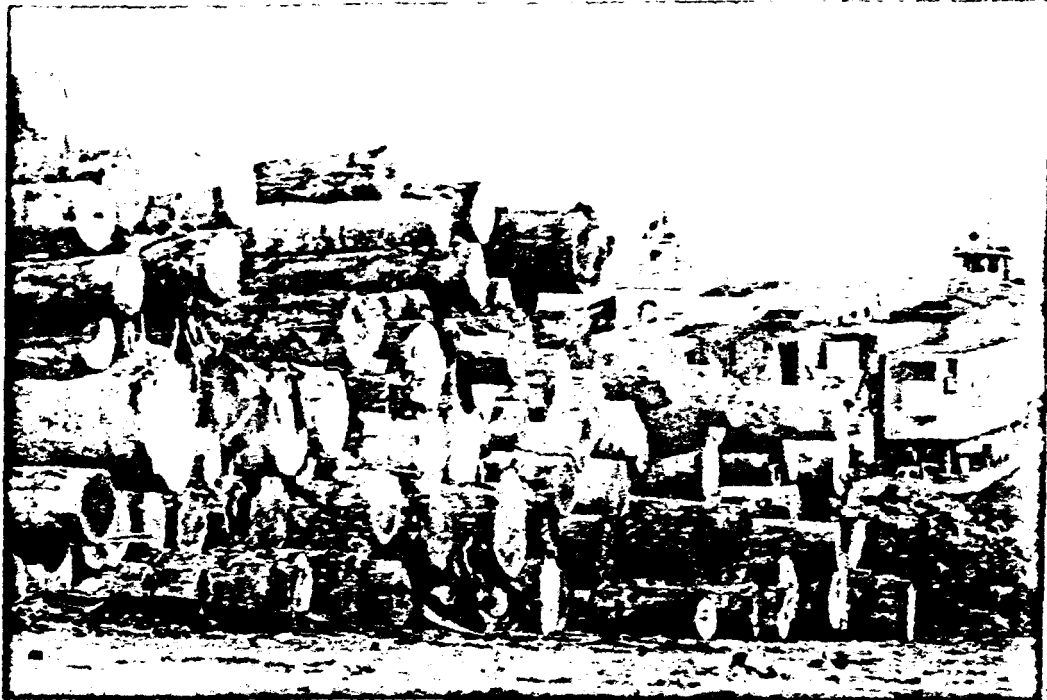
F. 302
(GOB).

Os prefeitos do interior

Angra dos Reis	Neirobes Nagael (PT)
Araruama	Aldevir Pinto Barreto (PMDB)
Arraial do Cabo	Hermes Barcellos (PDT)
Barra Mansa	Imanol Alves de Souza (PDC)
Barra do Piraí	Mário Sérgio Nascimento (PSB)
Bom Jardim	Alvaro Guimarães (PL)
Itabapoana	Carlos Garcia (PDS)
Cabo Frio	Ivo Saldaña (PFL)
Cachoeiras de Macacu	Ubirajara Muniz (PDT)
Camboi	Agualdo Peres (PTR)
Campos	Anthony Garotinho (PDT)
Castelo	Geraldo Guimarães (PMDB)
Carmo	José Carlos Soares (PFL)
Casimiro de Abreu	Célio Surzedeu (PDT)
Conceição de Macabu	Leopoldo César da Silva (PDT)
Cordoba	Leonardo Caldas Vicentini (PMDB)
Duas Barras	Jorge Araújo (PFL)
Duque de Caxias	Hidélkel Freitas (PFL)
Itaboraí	Sérgio Soares (PMDB)
Itaguaí	Abelard Goulart (PFL)
Itauna	Elie Almeida (PDT)
Itaocara	Roberto da Silva (PL)
Itaperuna	Petrício Oliveira (PMDB)
Leite de Marfim	Eliezer Pinto (PFL)
Macat	Silvio Lopes (PL)
Magé	José Barbosa Porto (PDT)
Mangaratiba	Emil de Castro (PDT)
Maricá	Odeir de Almeida (PDT)
Mendes	Waldir Mexias (PTB)
Miguel Pereira	Roberto de Almeida (PFL)
Miracema	João Tostes (PMDB)
Niterói	Jorge Roberto Silveira (PDT)
Nova Iguaçu	Alcino Gama (PDT)
Nilópolis	Jorge David (PFL)
Nova Friburgo	Paulo Azevedo (PMDB)
Natividade	Márcio Ribeiro (PMDB)
Parati	Alcino de Castro (PDT)
Parati do Alferes	Eurico Júnior (PMDB)
Paulo de Frontin	Jurandir Paixão (PTR)
Petrópolis	Paulo Graciosa (PSB)
Paraisópolis	Ronaldo Santos (PTB)
Pinheiral	Antônio Jogaib (PMDB)
Porciuncula	Aureliano Barbosa (PTB)
Porto Real	Evaristo Sandemberg (PMDB)
Porto Velho	Noel de Carvalho (PDT)
Rio Bonito	Ayres Abdala (PMDB)
Rio das Flores	Elias Retum (PMDB)
Rio Claro	Raul Machado (PFL)
São Gonçalo	Edson Esquivel (PDT)
São João da Barra	Geneci Mendonça (PMDB)
S. José do Rio Preto	Bismar Estevão (PL)
São Pedro de Aldeia	Idônio Barbosa (PMDB)
São Sebastião do Alto	Antônio Segalotti (PMDB)
S. Antônio de Pádua	Renato Padilha (PMDB)
Silva Jardim	Antônio Carlos Lacerda (PFL)
Somido	Manoel José Araújo (PMDB)
Sapucaia	Carlos Campos (PMDB)
São João de Meriti	José de Amorim (PDC)
Sapucaia	Omar Vieira (PFL)
Santa Maria	Gerdan Signorelli (PDT)
São Fidélis	Benedicto Pomeroy (PDT)
Tribuna	Alberto Lavinas (PDT)
Tombópolis	Mário Tricani (PSB)
Trajano de Moraes	Eduardo Gail (PMDB)
Valeparaíso	Fernando Graça (PMDB)
Valeparaíso	Severino Dias (PFL)
Valeparaíso	João Antonio (PDT)



Sarney e João Alves: impacto



A exportação de toras de madeira em Porto Velho, em Rondônia: vetada

Ambiente

Um decreto real

Governo corta investimentos de agropecuária na Amazônia e proíbe a exportação de toras de madeira

O Brasil é dono de uma floresta de decretos que impõem a proteção ao meio ambiente — decretos que raramente saem do papel. Na semana passada, o presidente José Sarney plantou mais uma árvore nessa floresta — com a diferença de que desta vez ela parece ter força suficiente para impedir a devastação desenfreada da vegetação. Ao lançar o programa Nossa Natureza, uma espécie de pacote ecológico, o presidente tomou duas decisões de impacto, que já estão em vigor: a suspensão dos incentivos fiscais e créditos oficiais para os projetos agropecuários da Amazônia e da região da Mata Atlântica e a proibição de exportação de madeira em tora durante três meses. "O meio ambiente finalmente adquiriu uma dimensão política", diz o deputado federal e líder ambientalista Fábio Feldmann (PSDB-SP). "O pacote não é perfeito, mas mostrou uma grande disposição do Poder Executivo em resolver os problemas ambientais, o que já é um avanço respeitável para quem já considerou a defesa da ecologia coisa de subversivo."

O corte dos financiamentos de projetos na Região Amazônica é inédito — e desfe-

re um golpe duro num sugador de verbas monumental. De 1975 a 1985, o Fundo de Investimento da Amazônia, o Finam, recebeu 1,1 milhão de dólares — metade dos quais foi desviada para o setor agropecuário. Dos projetos que receberam dinheiro, apenas 3% tiveram alguma rentabilidade. Além do mais, dos 621 planos de extrativismo na Amazônia aprovados ao longo dos últimos vinte anos, noventa deles foram cancelados — resultando num prejuízo para a União de 63 milhões de dólares. "Certamente o governo sofreu pressões dos grupos econômicos que fazem a exploração da Amazônia e outras regiões, mas mesmo assim o programa saiu", diz João Paulo Capobianco, superintendente-geral do SOS Mata Atlântica. "Agora é fundamental a participação da sociedade."

CHAMAS — Apenas em 1987, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais, a área da Amazônia legal viu arder em chamas 20 milhões de seus 500 milhões de hectares — dos quais 8 milhões de florestas virgens. No Estado de Rondônia, cerca de 20% de sua área total está queimada — e a extração de madeira tem sido apontada

como um dos principais responsáveis pela situação dramática. Uma situação que tem levado o Banco Mundial, o Bird, a cortar investimentos no Brasil. O decreto da semana passada atira exatamente na extração de madeira — e desde a quarta-feira passada, e durante noventa dias, a madeira em tora não poderá deixar os portos. "A madeira é um recurso natural que se esgota", diz Agnelo Souza Rodrigues, administrador do porto da cidade de Porto Velho, em Rondônia, de onde saíram, no ano passado, um total de 60 000 toneladas de madeira — 35 000 na forma de toras. "A exportação de madeira em tora é ruim", explica Souza Rodrigues. "A madeira beneficiada traz mais divisas para o país, uma vez que gera mais empregos e pode ser vendida a preços mais altos."

Ao lado do corte do financiamento e da proibição à exportação de toras de madeira, o programa Nossa Natureza decidiu formar também um conselho de seis grupos interministeriais de trabalho cuja missão é definir, a médio prazo, as regras de ocupação e exploração da Amazônia. Essa parte do decreto tem a mesma aparência frágil daqueles que foram criados apenas para ficar num pedaço de papel. "Todos os temas que vão ser discutidos por esses grupos interministeriais já foram estudados pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, criado na época do governo Figueiredo", diz Roberto Messias, ex-secretário especial de Meio Ambiente. "Mas a verdade é que até hoje pouco se avançou, devido à burocracia." Os críticos do Nossa Natureza apontam ainda outra falha em seu texto, que

omite uma questão grave. O artigo 16 do Código Florestal, criado em 1965 — hoje letra morta na Amazônia —, limitava em 50% a área permitida para desmatamento em cada pedaço de terra, mas o IBDF nunca teve condições de controlar esta lei. Atualmente, ela é burlada de uma forma simples: o fazendeiro queima metade de sua terra e vende o restante para uma outra pessoa — que passa a ter o direito de também ela queimar metade do que comprou. "Assim, vai se queimando tudo", diz Paulo Koury, diretor estadual do IBDF em Rondônia. "E nessa questão o governo não tocou."

VÍCIO — Para o ecologista americano Philip Fearnside, do Instituto Nacional de

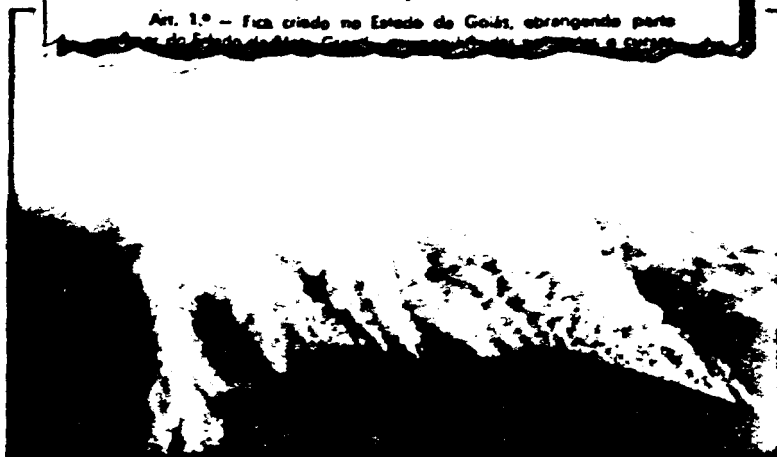
Pesquisas Amazônicas, o governo tem a obrigação de modificar também a atuação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, que considera como benfeitoria a derrubada da floresta para fins de legalização de uma propriedade rural. "Para obter o título de posse definitiva, o pro-

Decreto n.º 49.874 — de 11 de janeiro de 1961

Cria o Parque Nacional das Emas, no Estado de Goiás, abrangendo parte menor do Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica criado no Estado de Goiás, abrangendo parte



O Parque das Emas em chamas e seu decreto de criação: papel

dutor simplesmente queima um pedaço de sua terra", diz Fearnside. "É um vício que faz mal à ecologia." Entre prós e contras, o programa Nossa Natureza foi um passo acertado de Sarney e, ao que parece, pode ter um destino diferente dos outros decretos.

O Parque Nacional das Emas, em Goiás, criado por Juscelino Kubitschek em 1961, através de um decreto, por exemplo, até hoje só existe no papel — um incêndio em agosto deste ano destruiu mais da metade de sua área. Como dezenas de outros parques em todo o país, o das Emas é hoje apenas um parque de papel. O programa Nossa Natureza pode transformar papel em árvore. Nesta questão, contudo, Sarney passou ao largo: os pequenos agricultores, que dependem das queimadas para plantar e garantir sua alimentação, não foram sequer citados — e para eles não há outra alternativa a não ser o fogo no solo. "Não tenho respos-

tas ainda para a situação desses pequenos agricultores, sobretudo os de Rondônia", reconhece o ministro do Interior, João Alves. "O fato é que a ocupação de Rondônia foi feita de forma desordenada, e esperamos que isso não se repita."

Publicação legal

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Por determinação do excelentíssimo senhor doutor juiz federal da 2.ª Vara de São Paulo, atendendo à iniciativa do CRM-SP e amparada por decisão do juiz da 3.ª Turma do Tribunal Federal de Recursos, ainda pendente de reapreciação pelo egrégio Supremo Tribunal Federal, estamos publicando nesta edição de VEJA o texto abaixo:

"O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CRM-SP) expressa sua indignação pela matéria 'Um voto de classe', publicada na edição 913 de VEJA, e esclarece:

1. A frase inicial da reportagem ofende e agride a categoria médica e o sistema de assistência à saúde do Distrito Federal.

2. O relator revelou total desconhecimento sobre as atividades do CRM-SP. Ignora todo o histórico de lutas da entidade na defesa intransigente de um sistema de saúde condigno à população. Só no ano de 1985, foram instaurados 87 processos ético-disciplinares e aplicadas quinze penas a médicos. A pena mais severa, cassação do exercício profissional, foi aplicada a quatro médicos.

3. O subtítulo, conjugado a frases subsequentes ao intertítulo 'Máfia de branco', transmite a idéia de que, após análise dos mesmos dados, os dois conselhos chegaram a conclusões opostas. Isso não é verdade. Por determinação legal, cada um dos conselhos só pôde investigar, por meio de duas comissões de sindicância distintas e independentes, os fatos e atos relativos ao atendimento prestado ao doutor Tancredo de Almeida Neves que ocorreram em sua área de jurisdição. Assim, as conclusões da sindicância instaurada pelo CRM-DF referem-se, exclusivamente, ao atendimento ocorrido em Brasília. Por outro lado, cumpre esclarecer que é falsa a assertiva de que o CRM-DF entrevistou médicos de São Paulo.

4. O autor questiona as conclusões da sindicância do CRM-SP. Ora, a comissão de sindicância trabalhou ao longo de nove meses, analisando o prontuário médico referente à internação do paciente no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, tomando o depoimento de 26 médicos e de dois familiares e coletando boletins médicos e outros documentos pertinentes, tudo isso resultando num dos-

siê de cerca de 1 700 páginas, num relatório aprovado pela Reunião Plenária do CRM-SP e num comunicado à imprensa e ao povo brasileiro em que dá a público suas conclusões. A isenção, a seriedade e o rigor na investigação de cada uma das dúvidas levantadas, através dos meios de comunicação ou não, durante a permanência do paciente em São Paulo, foram demonstrados durante a entrevista coletiva concedida à imprensa nacional e estrangeira dia 26 de fevereiro passado, à qual a revista VEJA não enviou representantes. Naquela ocasião, diversos repórteres afirmaram que as dúvidas existentes referiam-se ao atendimento ocorrido em Brasília, e não em São Paulo. Ressalte-se que, como regra, o noticiário transmitido pelos mais significativos órgãos de imprensa também não contestou as conclusões da sindicância do CRM-SP. Deve-se adicionar, ainda, que o presidente do CRM-SP e três membros da comissão de sindicância não se furtaram a conceder entrevista exclusiva à revista VEJA na noite de 27 de fevereiro. Nessa ocasião, o repórter teve toda a liberdade de fazer as perguntas que julgou necessárias e em momento algum deixou de receber esclarecimentos. Existe a referência, no final da reportagem, de um médico que, a par de contestar a competência do doutor Henrique W. Pinotti e da equipe que atendeu o paciente, sena identificado erros nas condutas cirúrgicas que não foram assinalados pela sindicância. Esse médico tem o direito e, mais que isso, o dever ético de oferecer denúncia circunstanciada para que o CRM-SP proceda às investigações necessárias e tome seu depoimento. Da mesma forma, a revista VEJA tem a obrigação histórica de dar ciência formal ao CRM-SP dos fatos de que tenha conhecimento e que possam configurar falhas médicas, pois a reabertura da sindicância é perfeitamente cabível na medida em que novos dados sejam apresentados".

Em Teresina, Leonel Brizola acusou o governo de estar armando um "golpe de esperteza" com a intenção de adiar as eleições presidenciais marcadas para 1989. Segundo ele, o agravamento da crise é proposital.

Brizola denuncia um "golpe de esperteza"

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, acusou ontem, em Teresina (Piauí), o governo do presidente Sarney de estar armando "um golpe de esperteza" para adiar as eleições presidenciais marcadas para o ano que vem. Para Brizola, as eleições deveriam acontecer dentro de 60 dias, através de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. Brizola foi a Teresina participar do comício do candidato do PDT, Deoclécio Dantas, à prefeitura da capital piauiense, sábado à noite. Ontem de manhã ele viajou para Natal.

Para Brizola, o único golpe em andamento no País é o que ele chamou de "golpe de esperteza". Entre esses golpes, ele incluiu a seguinte manobra: o governo Sarney deixa a crise se agravar propositalmente até que surjam problemas nas ruas, daí surgem os conflitos que os militares podem considerar como desordem. De acordo com o presidente do PDT, o presidente Sarney não tem interesse nas eleições porque não tem candidato.

"Sarney deixou de ser uma presença construtiva na democracia do



Brizola: "Eleições em 60 dias"

Brasil", disse. Para ele, as eleições serão "um julgamento drástico para o presidente". Brizola reconhece que as palavras do presidente Sarney, falando sobre inimigos do passado que agora querem tumultuar novamente, podem ser dirigidas a ele, "é possível que ele esteja se referindo a mim", disse.

Críticas

Pouco mais de mil pessoas com-

pareceram ao comício, na praça Pedro II, no bairro Bela Vista, mas o número é bem maior do que o que freqüenta normalmente os comícios dos candidatos do PDT. No comício, Brizola foi lançado como candidato à Presidência pelo deputado Fernando Lyra, que acompanha o ex-governador na viagem pelo Nordeste. Apesar de o PDT ter poucas chances de fazer prefeitos nas capitais, Brizola acredita que o partido sairá fortalecido e que isso será muito bom para sua candidatura.

O ex-governador Leonel Brizola fez críticas a seus adversários políticos, em entrevista no aeroporto de Teresina. Para ele, as opiniões do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, sobre a possibilidade de não realização de eleições presidenciais por causa da crise econômica são prejudicadas "pelo seu desejo de aparecer". Na opinião de Brizola, Newton está "apenas procurando espaço", por isso suas opiniões não têm força. Brizola respondeu também as declarações do governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que disse ser Brizola uma pessoa não grata em Cuba. "Eu sei que o Pedro Simon não tem uma boa opinião de mim e eu tenho péssima dele", disse Brizola. "O governador Pedro Simon", continuou, "é um desses políticos cínicos que a ditadura criou". (AJB)

Admitida uma possível aliança com Covas

Cerca de quatro mil pessoas assistiram ao comício de Leonel Brizola na madrugada de domingo, em Aracaju. Mais de três horas de espera não cansaram o público que aplaudiu o ex-governador fluminense durante seu discurso de 30 minutos, iniciado à 1h da manhã de ontem. Brizola aproveitou sua participação na campanha do candidato a prefeito Wellington Paixão (PDT-PSDB-PSB-PC do B) para reforçar seu prestígio na capital de Sergipe com vistas à sucessão presidencial.

Ele não descartou a hipótese de uma aliança com o senador Mário Covas para disputar a Presidência da República. "Na verdade estamos ainda muito distantes desse assunto, disse Brizola. Assessores do ex-governador que articularam a coligação do PDT para disputar prefeitura de Aracaju acreditam na formação da chapa Brizola-Covas para concorrer ao segundo turno da eleição presidencial. Para tanto, segundo esses assessores, é preciso superar dois obstáculos: a defesa do parlamentarismo, feita pelo partido do senador Mário Co-

vas e as divergências entre Brizola e outro membro do PSDB, Fernando Henrique Cardoso.

O ex-governador do Rio dividiu o palanque da praça do bairro Siqueira Campos com o líder do PDT na Câmara dos Deputados, Brandão Monteiro, e com o deputado federal (do PC do B) Haroldo Lima, com quem ele trocou tapas num comício no ano passado, em Recife. Ontem, Brizola disse que as divergências com Lima estão superadas. Entretanto, ele afirmou que "nem tinha dado conta da presença do deputado do PC do B no palanque. O deputado Fernando Lyra, que assessora Brizola na campanha para a Presidência, não esteve em Aracaju por motivos de saúde.

Coligações

As coligações com diferentes partidos, feitas pelo PDT para disputar as eleições municipais, foram justificadas por Brizola: "Há os grupos que criticam essa diversidade de alianças, mas um partido tem de deixar as lideranças locais à

vontade para cuidar de eleições regionais", disse, abraçando duas militantes do PC do B. No palanque, Brandão Monteiro fez um discurso para ligar a campanha à prefeitura de Aracaju com a disputa pela sucessão do presidente José Sarney: "Esta é uma preliminar. A partida principal será em 1989, quando elegeremos Brizola para presidente da República", afirmou.

O presidente do PDT não perdeu a chance e reiterou, em seu pronunciamento, as críticas ao presidente Sarney e a proposta de antecipar a sucessão presidencial. "Ele pode até compreender que existe a possibilidade de renunciar para resolver a crise", havia dito Brizola ao desembarcar em Aracaju. No palanque, ele afirmou: "Temos o direito de desconfiar que o governo Sarney está agravando deliberadamente a crise para dar chance aos verões de aparecerem".

Ao final do discurso, Brizola fez sua própria apologia: "Não vejo ninguém mais jovem que eu e confiável para ser presidente da República. Se houvesse, eu daria todo o meu voto". (AE)

098

As quatro maiores empresas estatais brasileiras com interesse em negócios na URSS reuniram-se ontem com o BNDEs para definir as alternativas concretas com relação ao intercâmbio entre os dois países. Nova missão já está sendo organizada para ir à URSS

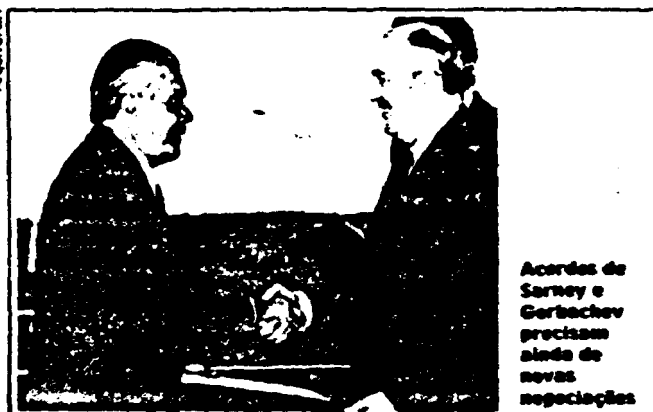
F. P. de
(F. P. II)

Nova missão brasileira vai à União Soviética este mês

O Brasil vai enviar uma missão à União Soviética no final do mês, ou no mais tardar no início de dezembro, para negociar a viabilização dos acordos firmados entre os dois países durante a recente viagem do presidente José Sarney a Moscou. Para subsidiar as negociações, reuniram-se ontem no Rio de Janeiro, na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDEs), os presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, Elmo Camões e Mário Herard, com as quatro maiores estatais que terão negócios com os soviéticos: Petrobrás, Eletrobrás, Siderbrás e Companhia Vale do Rio Doce, além do presidente do BNDEs, Márcio Fortes, e do representante do Itamaraty, embaixador Luiz Felipe Lampra.

No encontro, que teve a participação do representante comercial da URSS, Valeri Volnov, foi criada uma comissão formada pelos representantes das quatro estatais para aprofundar os estudos para a viabilização dos projetos e fazer um levantamento das dificuldades que poderão acontecer. A comissão fornecerá alternativas concretas para a missão brasileira que vai negociar com os soviéticos, e tentará facilitar o entrosamento entre as quatro estatais brasileiras, com o objetivo de aumentar o intercâmbio entre os dois países.

Serão estudadas questões como a formação de joint-ventures no Brasil e na União Soviética, financiamentos e dividas. Uma das questões mais complexas é quanto ao rublo, moeda



Acordos de Sarney e Gorbachev precisam ainda de novas negociações

soviética, que não é conversível. A comissão irá também selecionar as propostas de negócios já suficientemente amadurecidas e colocá-las em ordem de prioridade. A participação do BNDEs terá o objetivo de levar as empresas privadas à União Soviética. Segundo a assessoria da presidência do BNDEs, "mais cedo ou mais tarde, os empresários do setor privado brasileiro irão participar de projetos na União Soviética". (AE)

01.01

8903507

UNA ENCUESTA CUESTIONA AL GOBIERNO

Los brasileños no confían en Sarney

De acuerdo con una encuesta publicada ayer por el diario "Folha de São Paulo", el ex gobernador de Río de Janeiro y presidente del opositor Partido Democrático Trabalhista (socialista), Leonel Brizola, encabeza, con un 20 por ciento, las preferencias para ser electo presidente del Brasil en las elecciones directas del año próximo. La consulta del diario paulista demuestra, por otra parte, un sustantivo descenso del nivel de aceptación de la administración de Sarney: un 53 por ciento de los encuestados calificó como "pésima" la gestión del actual gobierno.

SAN PABLO, 30 (AP, UPI y EFE). — Un 53 por ciento de los brasileños considera que el gobierno encabezado por el presidente José Sarney es "pésimo" y un 71 por ciento repudia la política económica del país, de acuerdo con los resultados de una encuesta difundidos hoy.

La consulta, efectuada entre 5.400 brasileños en las diez capitales de los estados más importantes del país por el diario Folha de São Paulo, muestra asimismo que si las elecciones para presidente del Brasil fuesen hoy, el líder socialista Leonel Brizola sería el vencedor, con un 20 por ciento de los votos. La encuesta del diario paulista revela un crecimiento de Brizola, que vence nitidamente en dos de las diez capitales —Río de Janeiro, con 46 por ciento de los votos, y Porto Alegre, con 54 por ciento— mientras en la encuesta anterior registró 36 y 44 por ciento, respectivamente.

Brizola reiteró ayer, en un acto político en Teresina, capital del estado de Piauí, su propuesta de adelantar las elecciones presidenciales para dentro de 60 días y sugirió la aprobación de una enmienda a la actual Constitución, que fijó la elección para el 15 de noviembre de 1989.

"Sarney deja que se agrave la crisis a propósito, para que surjan problemas en las calles, conflictos que los militares pue-

dan considerar desorden", afirmó el líder socialista al sostener que el gobierno estaría maniobrando para postergar las elecciones del año próximo.

La encuesta

El sondeo marca el nivel más bajo de aceptación alcanzado por el gobierno de Sarney en sus 42 meses de gestión, desde que asumió el mando en marzo de 1985 como el primer presidente civil luego de un régimen militar de 21 años. La encuesta realizada por la prestigiosa empresa Datafolha —que pertenece al influyente diario Folha de São Paulo— aseveró que el 53 por ciento de los encuestados calificó como pésimo al gobierno, 12 por ciento de ruin, 24 por ciento de regular, 5 por ciento de bueno y tan solo 2 por ciento piensan que es óptimo.

En mayo de este año un 37 por ciento de los entrevistados en una consulta similar del diario reveló que Sarney era muy malo; en noviembre la cifra en cuestión aumentó a un 40 por ciento y en marzo de este año al 49 por ciento.

De acuerdo con la consulta, un 38 por ciento de los entrevistados no pudo hallar nada positivo en el gobierno, que fue seleccionado para dirigir los destinos del país después de 21 años de gobierno militar.

El desempleo en Brasil oscila en torno al 25 por ciento y los grupos sindicales consideran que el poder adquisitivo de los obreros ha bajado un 40 por

cientos en los últimos dos años debido a la inflación, que sobrepasará —según se anticipa— el 2.000 por ciento anual. Unos 300.000 empleados públicos de todo el país fueron al paro la semana pasada, incluso médicos, maestros, profesores universitarios y trabajadores en 17 de los 26 ministerios.

Prominentes dirigentes del comercio, analistas políticos y economistas ad-



virtieron recientemente en contra de una toma de poder por los militares en Brasil, que según dijeron se acerca al caos económico y político.

"Brasil avanza hacia un golpe militar", dijo el analista político Alexandre

Barros al diario Estado de São Paulo en una entrevista publicada hoy. "Estamos viviendo en un estado de confusión económica y política que podría nos desmoronar en la destrucción de la estructura de la sociedad".

Moreira e Brizola, a guerra final

Rogério Coelho Neto

O governador Moreira Franco começou a mobilizar os seus principais assessores políticos para uma chamada batalha final com o ex-governador Leonel Brizola, na presente campanha municipal, visando a reduzir, nas cidades com mais de 50 mil eleitores, o impacto da vitória que o PDT vai obter na capital fluminense. Marcello Alencar, um ex-senador cassado, advogado de presos políticos na fase mais dura do regime militar, está conquistando, efetivamente, para o brizolismo, segundo as últimas pesquisas, um triunfo consagrado.



Como o Rio que Brizola vai retomando com Marcello — a média das pesquisas conhecidas garante hoje ao candidato do PDT mais de 40% das intenções de voto dos cariocas — detém 3 milhões 436 mil 802 eleitores. Moreira quer ganhar, com o PMDB ou candidatos de partidos que integraram, em 1986, a Aliança Popular Trabalhista que o levou ao poder, a maior parte das prefeituras de 17 cidades de grande e médio portes, que somam 3 milhões 117 mil votos.

Há um grande bolo de municípios de importância política estratégica e, entre eles, estão os de Nova Iguaçu (638 mil 777 eleitores), Duque de Caxias (399 mil 092 eleitores), São João de Meriti (240 mil 194 eleitores) e Nilópolis (103 mil 226 eleitores), que formam na Baixada Fluminense uma espécie de território continuado do Rio. É lá a Baixada, a propósito, que são esperadas, daqui para a frente, verdadeiras batalhas campos entre brizolistas e moreiristas.

Em Nova Iguaçu, Moreira joga com dois candidatos: Ernani Boldrin, do PMDB, e José Távora, de uma coligação que vai do PTB ao PSDB. Távora encontra-se na liderança de pesquisas encomendadas ao Ibope por uma grande rede de emissoras de televisão e de rádio. Acredita-se que esse empresário, de muita garra na campanha, a ponto de panfletar no interior de trens, pela madrugada, venha a criar uma liderança nova em toda a Baixada, vencendo a eleição. O deputado Aluizio Gama, candidato do PDT, reclama, para crescer, mais de uma visita de Brizola ao município. Já em Duque de Caxias, no enfrentamento do candidato do PDT, Jardanes de Oliveira, Moreira também tem dois candidatos: Hidekel Freitas (PFL-PMDB-PTB-PCB-PC do B-PS) e Messias Soares (PTR-PDC e pequenos partidos). No município de Nilópolis, a vitória do deputado Jorge David, candidato por quem o governador torce, está praticamente assegurada. David representa uma forte coligação encabeçada por PFL-PMDB-Escola de Samba Beija-Flor e enfrenta o mais fraco dos candidatos brizolistas na região: o ex-deputado e ex-secretário de Promoção Social, Gouveia Filho. Em São João de Meriti, o candidato de Brizola, Carlos Corrêa, enfrenta o moreirista José Amorim (PDC-PMDB), bem posicionado nas pesquisas. Há, no município, ainda, uma terceira força, independente, representada pelo professor Alair Moreira (PL).

No município de São Gonçalo (392 mil 220 eleitores), Moreira joga com um candidato da aliança PTB-PFL: o médico Antônio Maia, que tem o apoio, ainda, do atual prefeito, Hairson Monteiro, do deputado federal Osmar Leite e do deputado estadual Josias Ávila. O candidato do PDT, deputado Edson Ezequiel, um engenheiro da Petrobras, vem subindo nas pesquisas e polariza a eleição com Maia.

Brizola leva nitida vantagem em Niterói (291 mil 177 eleitores), com o deputado estadual Jorge Roberto Silveira. Em Volta Redonda (135 mil 297 eleitores), o deputado federal Juarez Antunes também coloca o brizolismo bem perto da vitória. A eleição em Niterói destaca o vice-prefeito Adilson Lopes, candidato do PTB, como segunda força, revelando, ainda, uma liderança nova e acreditada: a do empresário Luís Paulino Moreira Leite, candidato do PL, que vem fazendo da ética a sua grande arma. O candidato do PMDB, Francisco Lomelino, ainda na ex-capital fluminense, demonstra uma garra fora do comum, ao lutar contra a adversidade representada por um partido rebelde, sem comando, com maioria de quadros fisiológicos. Em Volta Redonda, acima dos resultados das urnas, a eleição vai mostrar o nascimento de uma jovem liderança: a do médico Nelson Gonçalves Filho, candidato do PFL e do PMDB.

As composições municipais, ditadas por questões de espaço imediato, passam por cima das próprias razões ideológicas. Assim, em Barra Mansa, o candidato que interessa a Moreira, Helinho Ribeiro, que o eleitor comum identifica como *Helinho Pé de Couve* — um apelido que vem dos bancos escolares —, é candidato por uma aliança encabeçada pelo PDT e completada pelo PTB, PFL, PDS e PMN. Helinho retine, em apoio ao seu nome, o prefeito Luiz Amaral, o deputado federal Feres Nader e o deputado estadual José Nader. Não há propriamente, em Barra Mansa, um confronto Moreira X Brizola. O ex-prefeito Marcelo Dable, do PL e PMDB, também tem um bom trânsito com o governador.

O brizolismo leva fácil, com o deputado federal Noel de Carvalho, a eleição em Resende (59 mil 130 eleitores). Em Petrópolis (142 mil 625 eleitores), se o candidato Adilson Beck, do PMDB-PSDB e pequenos partidos, perder, será para o ex-prefeito Paulo Gratacrós, do PSB, que não é nem Brizola nem Moreira. Gratacrós, que tem o apoio do ex-deputado Leônidas Sampaio, quer criar uma liderança independente. Em Magé (99 mil 744 eleitores), o PMDB perde com o ex-prefeito Renato Cozolino, mas Moreira pode se compor com o líder das pesquisas, Ibiracy Pereira, o Bira, candidato do PL, PTR e PSB e do prefeito Ademir Ulmann.

Nova Friburgo (82 mil 957 eleitores) e Teresópolis (69 mil 736 eleitores) são dois municípios onde qualquer resultado favorece mais a Moreira do que a Brizola, em termos de composições futuras. Em Friburgo, qualquer nova aliança do governador terá de passar pelo prefeito Heródoto Bento de Melo, sendo ele, como se supõe, com o candidato Olavo Leite, o vencedor do pleito. Em Itaboraí (73 mil 637 eleitores) ganha Moreira. Em Macaé (68 mil 469 eleitores) a disputa é dura entre o candidato Silvio Lopes Teixeira, simpático ao governador, e o brizolista Carlos Emir Mussi.

Campos, como pólo de atração do Norte fluminense, também oferece uma luta dura entre moreiristas e brizolistas. Antony Garotinho, um destemido deputado estadual, é, depois de Marcello Alencar (Rio), o candidato do PDT que mais apoio vem recebendo de Brizola na presente campanha. Garotinho está na frente das pesquisas, mas o candidato do PMDB, Jorge Renato Pereira Pinto, o terceiro colocado, começou a subir e a ameaçar a vice-liderança de Rockfleier de Lima, candidato do PFL e da UDR. Em Campos, Moreira torce por Jorge Renato e Rockfleier e tudo pode ainda acontecer.

Moreira montou, também, esquemas sólidos nas cidades com menos de 50 mil eleitores. Para manter seu domínio político, enfim, sobre um conjunto de 35 a 40 cidades, que formam um bolo de mais de 1 milhão 200 mil votos.

898

POLÍTICA

ZERO HORA - Terça-feira, 01.11.89 - PÁGINA 13

PT quer antecipar sucessão de Sarney

Raul Pont recomenda aos peemedebistas que façam autocrítica e crítica "seu conservadorismo"



Los Gonsalves/Agência/27

O presidente regional do Partido dos Trabalhadores, Raul Pont, recomendou ontem ao líder do PMDB na Câmara Federal, Ibsen Pinheiro, e ao seu partido, "a fazerem autocrítica e antecipar as eleições presidenciais". Acusou o PMDB de ser "responsável pela transição conservadora e não pela transição democrática, como afirmou, o deputado Ibsen". Entende ser chegada a hora de "deixar de fazer o jogo do conservadorismo e da tutela militar".

Responsabilizou os peemedebistas de terem gerido as negociações com os militares que culminaram no colégio eleitoral, "o que facilitou a colocação de Sarney na Presidência. Também contribuíram com o voto da bancada majoritária pelo mandato de cinco anos para o

mesmo José Sarney, quando a maioria esmagadora da população desejava os quatro anos".

Raul Pont, que também lidera a bancada do seu partido na Assembleia Legislativa, reafirmou que "não há nenhuma precipitação por parte do PT e outras forças políticas, em levantar a proposta de antecipar as eleições presidenciais e o fim do mandato do atual Presidente da República". Considera que "esta é uma medida plenamente legítima dentro da Constituição e uma tendência previsível quando a maioria conservadora votou pelos cinco anos".

Pont também classificou de "ridículas" as comparações feitas por Ibsen com o pacto social firmado na Espanha. "Aqui não tem pacto nem compromisso algum deste governo marcado pela cor-

rupção e a subordinação ao FMI. Não se preocupa em garantir salários dignos, nem as mínimas condições de vida à maioria da população. E esta responsabilidade é do PMDB".

Lula

A coordenação da campanha da Frente Popular à Prefeitura anunciou ontem que, sexta-feira, haverá nova caminhada com a presença do líder nacional do Partido dos Trabalhadores e candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva. Os organizadores esperam reunir 5 mil pessoas. A passeata sairá da sede municipal do PT, na Avenida João Pessoa e percorrerá as ruas centrais, terminando no Largo da Prefeitura.

01.01

8903524

098

CPI da corrupção pede indiciamento de cinco pessoas

BRASÍLIA — O relator da CPI da Corrupção, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), pedirá hoje o indiciamento de 29 pessoas por crime contra o patrimônio público. Chiarelli não quis antecipar os nomes relacionados no relatório que será votado pelos onze membros da CPI, mas adiantou que, entre eles, encontram-se cinco integrantes ou ex-integrantes do primeiro escalão do governo.

O ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, já indiciado pela Procuradoria Geral da República por falsidade ideológica e supressão de documentos, terá um novo indiciamento pedido, desta vez, por corrupção passiva. O senador adiantou ainda, que até a votação do relatório, prevista para ocorrer entre os dias 7 e 23 de novembro, mais quatro nomes poderão vir a integrar a lista de indiciados. "São pessoas que estarão prontas para serem indiciadas, tão logo o Executivo cumpra a nova norma constitucional que o obriga a prestar esclarecimentos e remeter documentos pedidos pelo Legislativo", disse Chiarelli.

de BRASIL

1/11/88

Relator da CPI pede ação contra Sarney

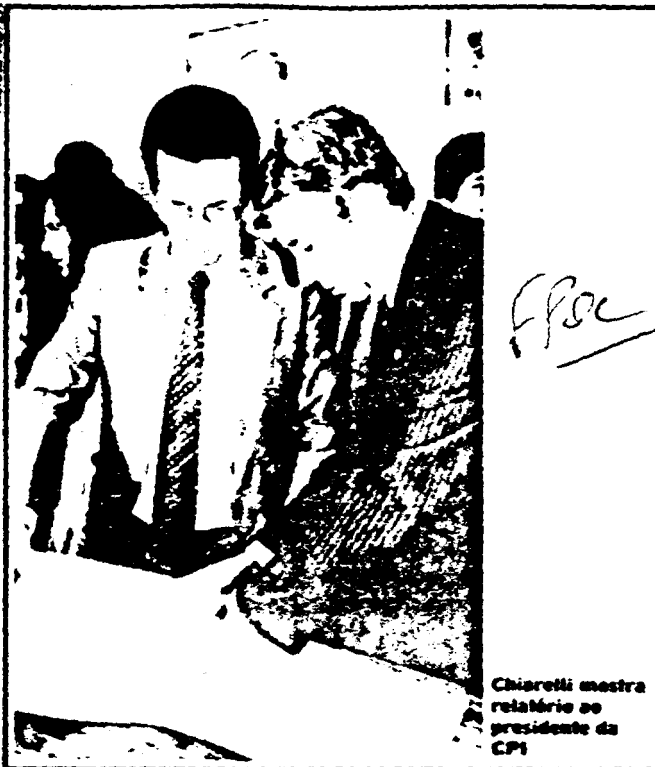
O relator da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades na administração pública, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), pediu o enquadramento, por crime de responsabilidade, do presidente da República, José Sarney; dos ministros da Fazenda, Malison da Nóbrega; do Planejamento, João Batista de Abreu; e dos Transportes, José Reinaldo Tavares, além do consultor geral da República, Saulo Ramos. No total, o relatório apresentado ontem à CPI denuncia 29 envolvidos em crimes de intermediação de verbas e corrupção. Um pedido de vistas dos senadores Alexandre Costa (PFL-MA) e Itamar Franco (sem partido-MG), adiou a votação do relatório para o dia 18.

Em mais de 200 páginas, divididas em 19 capítulos, Chiarelli acusa o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira de ter participado do recebimento indireto de comissão de 50% sobre Cr\$ 16 milhões liberados a fundo perdido ao município de Valença (RJ), sem projeto técnico, que se constituiu em crime de corrupção ativa, de acordo com o Código Penal. Teixeira é incluído ainda no crime de extravio de documentos. A acusação de corrupção ativa também é feita a Sérgio Menes Teixeira de Sousa, Alencar Guimarães, Lúcio Veríssimo de Sousa e Mário Cicarelli Pinheiro.

Prefeitos

Também foram indiciados no relatório de Chiarelli o prefeito de Pinheiros (MA), Pedro de Souza Lobato, e seus auxiliares José Arimatéia Nunes e Filadelfo Mendes Neto, por apropriação indevida de verbas públicas. Pelos mesmos motivos, outros 12 prefeitos de municípios do interior paulista e o prefeito de Betim, Tarciso Braga, são indiciados.

O senador, com base nos depoimentos colhidos em nove meses de trabalho da CPI, solicita que o Tribunal de Contas da União promova auditorias nos municípios beneficiados ilícitamente por recursos a fundo perdido, na Sunamam e no Lloyd Bras-



Chiarelli mostra relatório ao presidente da CPI

leiro. Nos dois últimos casos, relativos a irregularidades na Marinha Mercante, Chiarelli requer que o TCU investigue ainda a atuação do ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares.

Depois de citar interpretações de juristas de renome sobre o "crime de responsabilidade", Chiarelli enquadrou, em seu relatório, o presidente José Sarney e três ministros de Estado.

As acusações vão desde a omissão do presidente nos casos de intermediação de verbas constatados no período em que Aníbal Teixeira era titular da Sepian, até os benefícios ao estado natal do presidente, o Maranhão, que, junto com Minas Gerais, recebeu 44,6% dos recursos do fundo de auxílio aos municípios destinados a todo o País. Sarney é acusado ainda de concordar com alocação de recursos sem cobertura orçamentária.

Omissões

Os ministros da Fazenda e do Planejamento estão denun-

ciados no relatório por omissão de informações à CPI, enquanto José Reinaldo Tavares é apontado por envolvimento nas irregularidades constatadas na Marinha Mercante e na Sunamam. O consultor geral, Saulo Ramos, é acusado de crime de prevaricação, por promover defesa de direito privado contra o interesse público, no parecer referente aos critérios de correção monetária dos títulos da dívida agrária, que teria acarretado um prejuízo de Cr\$ 9 bilhões aos cofres públicos.

Se o relatório Chiarelli for aprovado, os crimes de responsabilidade penal passam para o âmbito do Ministério Público, que pode apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal, que julgará os acusados. Já os crimes de responsabilidade onde são citados o presidente Sarney, os ministros de Estado e o consultor geral, dependem da aprovação da Câmara dos Deputados e de julgamento do Senado Federal. (AG)

Governo vê ato de "paixão política"

O Governo recebeu como "um ato de paixão política", que "ofende as melhores tradições do Senado", o relatório em que o senador Carlos Chiarelli - relator da CPI da Corrupção - considera o presidente Sarney responsável por atos irregulares praticados por integrantes do segundo escalão. A reação oficial ao relatório foi comunicada à imprensa pelo ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil.

Costa Couto qualificou de lamentável o relatório de Chiarelli. Uma cópia do documento foi levada ao Palácio do Planalto às pressas, no final da tarde de ontem, pelo sub-chefe do Gabinete Civil para assuntos parlamentares, Henrique Hargreaves.

O chefe do Gabinete Civil anunciou que o documento, lido pelo presidente Sarney pouco antes de deixar o Palácio do Planalto, será examinado pela assessoria jurídica do Governo para eventuais providências de natureza legal. O consultor-geral da República, Saulo Ramos, que estava em São Paulo, voltou ontem a Brasília e vai examinar o relatório da CPI da Corrupção.

A tentativa de indiciamento de membros do Governo, pelo relator da CPI, causou irritação mas não produziu surpresa no Palácio do Planalto, segundo assessores do presidente Sarney. O Governo esperava da CPI, majoritariamente oposicionista, e particularmente do relator Chiarelli - um dos primeiros petelistas a engrossar a oposição ao Governo - conclusões que pretendessem atingir o presidente Sarney e auxiliares.

O consultor Saulo Ramos, um dos indiciados, não quis se manifestar ontem sobre o relatório de Chiarelli.

"A pergunta deve ser feita ao presidente Sarney", disse o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, negando-se a comentar o relatório apresentado à CPI da Corrupção. Mais adiante, disse que o assunto não estava sendo tratado pelo Gabinete Civil e recomendou que os repórteres buscassem informações com o ministro da Justiça. Mas o ministro Paulo Brossard também afirmou que não poderia falar a respeito porque não lhe havia chegado às mãos o relatório da CPI e só conhecendo seu conteúdo - disse Brossard - o Governo decidirá o que deve fazer. (Brasília/ZH-AJB)

01.01

8903526

Base política ao Pacto

098

O Presidente Sarney enfrenta, nas negociações para viabilizar o Pacto Social, o mesmo problema detectado no início de sua gestão: o apelo político à área econômica. Foi por isso que Francisco Dornelles, Dilson Funaro e Bresser Pereira deixaram o Governo. E também Tasso Jereissati não foi nomeado para a Fazenda. A fixação de Mafson da Nóbrega, secretário-geral de Bresser Pereira, decorreu das mesmas causas. Sem condições políticas para buscar um substituto, o que envolveria consultas às lideranças partidárias, o Governo preferiu apostar no ministro interino, promovendo-o, passando a contar com o seu primeiro titular. Essa condição liberou em parte a área econômica de compromettimentos políticos, mas também deixou-a inteiramente na dependência da confiança e aval da Presidência. É nesta situação que, às vésperas de um grande acordo nacional, visando debelar a crise econômica, o Governo tenta contornar problemas internos. As posições dos ministros Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu são conhecidas, mas o Presidente prefere ampliar as responsabilidades em torno do Pacto. Nesse sentido foi que conversou com o deputado Ulysses Guimarães, ontem. O dirigente do PMDB pretende realizar uma reunião com as demais lideranças partidárias sexta-feira, ainda que já tenha conversado com algumas. O encaminhamento passa a ser político e as reuniões, previstas para amanhã e sexta, deverão consolidar ou não o acordo perseguido. Até lá, o Planalto procura evitar confrontos internos que possam não só agravar um quadro desfavorável, mas impossibilitar uma saída política que seria o Pacto Social. Para as lideranças políticas ele deveria ter ocorrido via Assembleia Constituinte, mas agora poderá concretizar-se via Congresso Nacional, isto é, através do mesmo plenário, que examinaria as propostas aceitas pelas partes que estão negociando. Aparentemente a fase do Pacto avançou nas últimas 24 horas, mas o quadro interno, no Governo, ainda existe. A postura técnica do ministro da Fazenda se choca com as necessidades políticas para um entendimento maior. O Planalto sabe disso e trata de conciliar posições, partindo do princípio de que o ministro é de sua confiança e flexível, desde que foi escolhido.

Arquivo 2H

F.P.

Sem novidade

Se alguma dúvida existisse sobre a vinculação da atual campanha política com a sucessão presidencial, as últimas movimentações permitem, desde logo, algumas conclusões. A de que o ex-governador Leonel Brizola percorre o País para fixar bases partidárias com vistas ao futuro é uma delas, a que mais se evidencia nos últimos dias. Leonel Brizola penetra no Nordeste, apoiando os candidatos do PDT, mas não perde de vista a importância de São Paulo, que está contribuindo com o maior número de candidatos ao Planalto, nesta fase preliminar de articulações. A aproximação com o senador Mário Covas, também candidato, é apenas um dado revelador do interesse em voltar-se para São Paulo, um caso especial segundo o líder trabalhista, que nunca deixa de assinalar que Getúlio Vargas lá venceu, apesar do PTB não contar com uma estrutura expressiva.

O fato é que, à margem das sucessões municipais, importantes para definir o quadro político, a campanha presidencial está ganhando seus espaços. A própria articulação que alguns setores de centro já buscam desenvolver, pensando na realização de um segundo turno, é também reveladora. Um possível obstáculo serão as seqüelas dos confrontos municipais, que ainda estarão vivas, quando a sucessão presidencial ganhar força.

01.01

Carlos Fehlbeg

8903527

2/1 11/88

058

Chiarelli entrega o parecer final à CPI

Por VALÉRIO BRITTOS
Brasília/DF

O relator da CPI da Corrupção, senador Carlos Chiarelli (PFL), entrega hoje, às 10h30min, ao presidente da comissão, senador José Inácio Ferreira (PSDB-ES), seu parecer final, que indicia 29 pessoas. Depois de votado pelos membros da CPI, o que talvez ocorra só a partir do dia sete, pois algum integrante pode pedir vistas, o parecer será encaminhado ao procurador geral da República e outros membros do Ministério Público, bem como ao Tribunal de Contas da União e à Secretaria da Receita Federal, para as medidas cabíveis. Pela nova Constituição, o parecer é votado só pela CPI, não passando pelo plenário do Senado.

Nos quase nove meses de trabalho (a comissão foi instalada no dia oito de fevereiro), a CPI realizou 65 sessões, ouviu 56 depoentes e fez quatro acareações, num total de 240 horas de sessões. Entre os 29 indicados, estão o ex-ministro do Planejamento Aníbal Teixeira, por corrupção passiva e falsidade ideológica, e cinco atuais ou ex-integrantes do primeiro escalão do Governo. A CPI, nesse período, ouviu 11 ministros ou ex-ministros: Mafra da Nóbrega, Cloraldino Severo, José Reinaldo Tavares, Saulo Ramos, Sepúlveda Pertence, Aníbal Teixeira, Marco Maciel, Dilson Funaro, Bresser Pereira, João Sayad e Jader Barbalho.

Os motivos dos indiciamentos são: liberação de verbas da Sepian sem cobertura orçamentária, em favor de estados e municípios; participação de intermediários na autorização de recursos; o decreto que estabeleceu reajuste retroativo a empreiteiros, causando prejuízo que pode chegar a 600 milhões de dólares; o adicional de frete da Marinha Mercante e outras implicações do setor; problemas com títulos da dívida agrária; o decreto que otimizou o orçamento; os decretos que alteraram e revogaram a alteração do Sistema Financeiro. O prazo da votação do parecer de Chiarelli encerra no próximo dia 24, mas antes disso a comissão deve aprová-lo. Ele esclarece que a CPI "não põe ninguém na cadeia, mas o Ministério Público terá que oferecer denúncia e os indicados serão responsabilizados na Justiça".

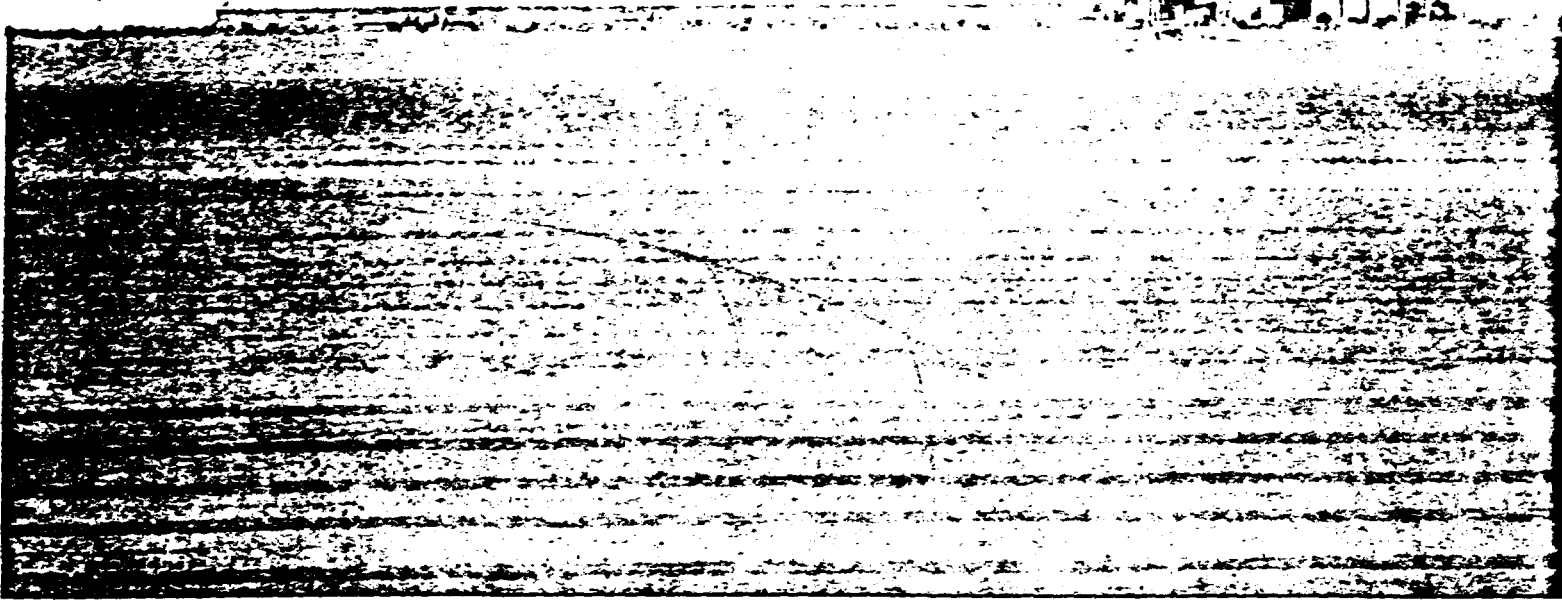
2 Hora 1/11/88

01.01

8903528

098

OURO VERDE



Plantação de soja em Goiás: a quinta maior produção do país, num Estado onde a terra é fértil...

Estados

Menor e melhor

O velho Estado de Goiás é dividido ao meio, perde Tocantins e livra-se de muitos problemas

No dia 5 de outubro de 1988, quando a atual Constituição foi promulgada, anunciou-se, entre suas novidades, a criação de um novo Estado, o de Tocantins. Na semana passada, quando Tocantins passou a existir de fato, com a posse do seu primeiro governador, José Wilson Siqueira Campos, descobriu-se que os grandes beneficiários dessa cirurgia geográfica foram os habitantes de outro lugar — do próprio Estado de Goiás, de onde Tocantins foi amputado. Na divisão geográfica, Goiás saiu perdendo. Seu território, antes equivalente a dois Estados do Maranhão, foi cortado ao meio e ficou reduzido a um Mato Grosso do Sul. Em termos econômicos, entretanto, Goiás saiu ganhando e até se livrou de uma pesada carga de problemas sociais — 95% de toda a riqueza do antigo

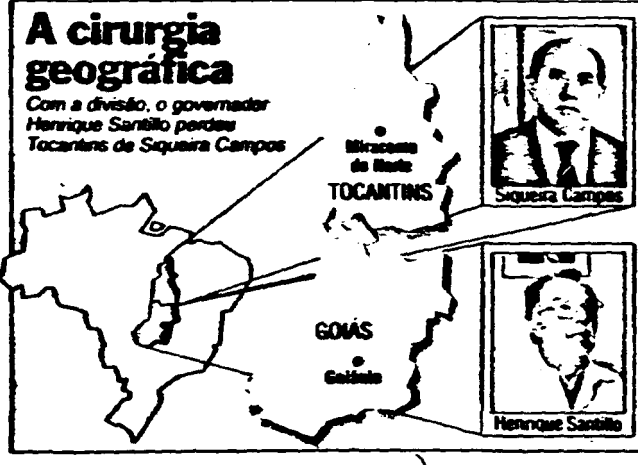
Estado ficou do lado goiano, enquanto o Bico do Papagaio, a região campeã de mortes em conflitos de terra no Brasil, pertence agora a Tocantins. "Nós nos transformamos num Estado mais harmônico e mais fácil de administrar", afirma

o governador de Goiás, Henrique Santillo, que manteve em seus cofres 13,6 bilhões de cruzados dos 14,3 bilhões arrecadados pelo antigo Estado em 1987 — para cuidar de uma população que ficou menor.

Para Goiás, as vantagens da separação são até óbvias quando medidas pelos números das economias estabelecidas entre os dois lados do paralelo 13, a linha imaginária que separou os dois Estados. Dos 20 milhões de cabeças de gado do antigo Estado, 80% permanecem nos pastos de Goiás — e dos quase 2,5 milhões de toneladas de milho da safra passada, 2,3 milhões vieram das terras hoje goianas. Nos campos de soja, onde se planta boa parte da riqueza do lugar, a diferença é ainda maior: 96% de todas as áreas cultivadas ficam em Goiás.

Um mesmo fenômeno ocorre com a indústria: Tocantins nasce com pouco mais de 700 estabelecimentos industriais — contra 8 600 formados em Goiás. "Ficamos com o filé mignon", afirma Paulo Roberto Cunha, prefeito de Rio Verde, cidade de 130 000 habitantes a 241 quilômetros de Goiânia. "A nata do Estado ficou em Goiás", acrescenta o pecuarista Rubens Oliveira da Cunha, dono de 13 000 cabeças de gado.

As populações dos dois Estados também sentem em sua vida cotidiana as diferenças que as separam — os goianos vivem melhor, habi-

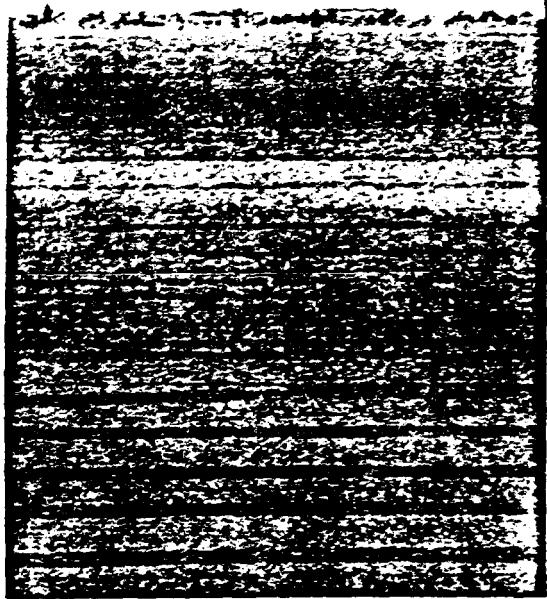


f-loc (vernos)

VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

01.04

8903604



...e o clima só auxilia a lavoura

tam residências mais confortáveis e até dispõem de um padrão de vida bem melhor que seus vizinhos. Em todo o antigo Estado, havia 2,2 milhões de pessoas atendidas por rede de água — delas, 2 milhões vivem abaixo do paralelo 13. Quando se toma um índice como o referente à rede de esgotos, a situação é mais cruel ainda para Tocantins: simplesmente não há, nos registros oficiais, nenhuma cidade atendida por esse serviço em seu território. Os 8 000 quilômetros de estradas asfaltadas do velho Goiás também estão concentrados no sul do Estado — coube a Tocantins apenas 1 000 quilômetros. "Só temos a ganhar com a divisão territorial", reconhece o presidente da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Goiás, Antônio Xavágia.

Nos últimos tempos, Goiás frequentou as manchetes de jornal por causa de uma tragédia na qual foi destruído, em Goiânia, um equipamento médico composto de césio-137, o que provocou quatro mortes e reabriu a discussão sobre a falta de controle oficial do material radioativo em uso no Brasil. Esse acidente carregou Goiás para as salas de milhões de brasileiros através da televisão, mas a descoberta verdadeira do Estado deu-se no final da década de 50, com a construção de Brasília.

Riquezas do Estado: milho (acima) armazenado para comercialização e a industrialização do leite

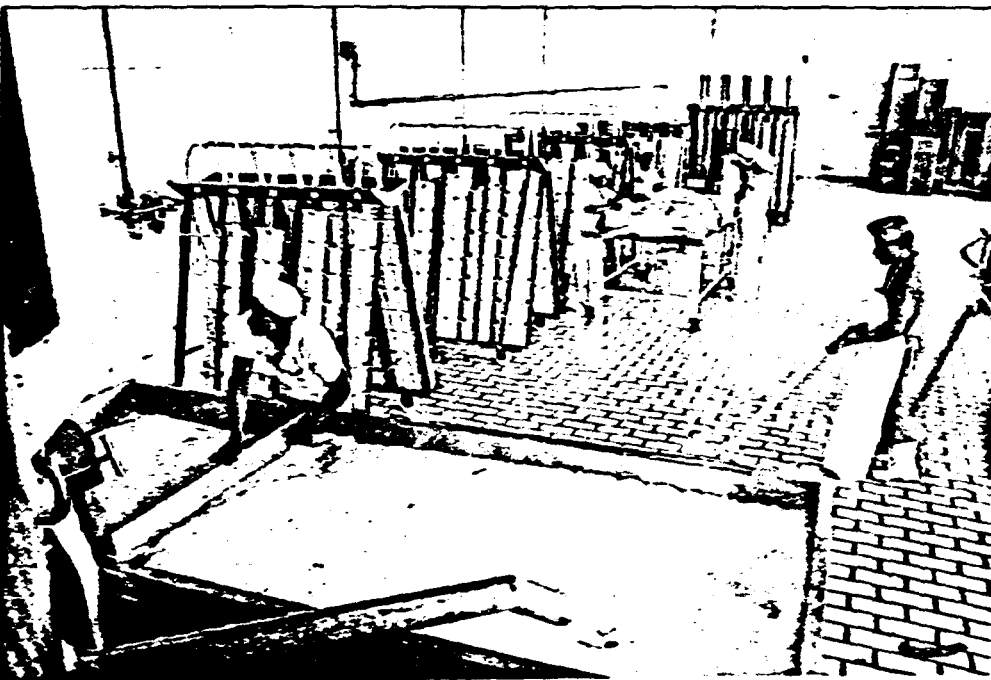
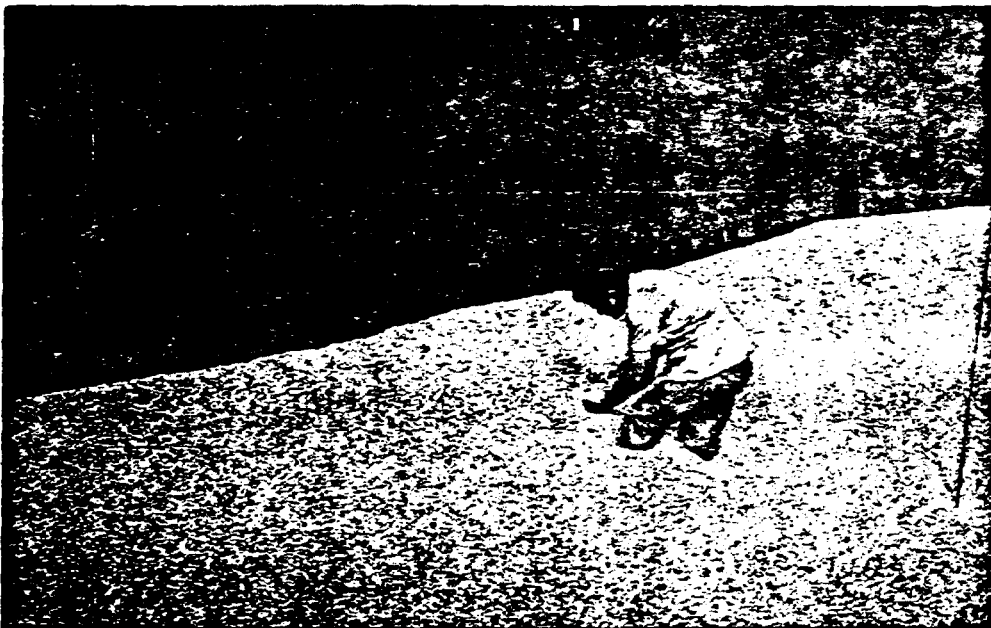
VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

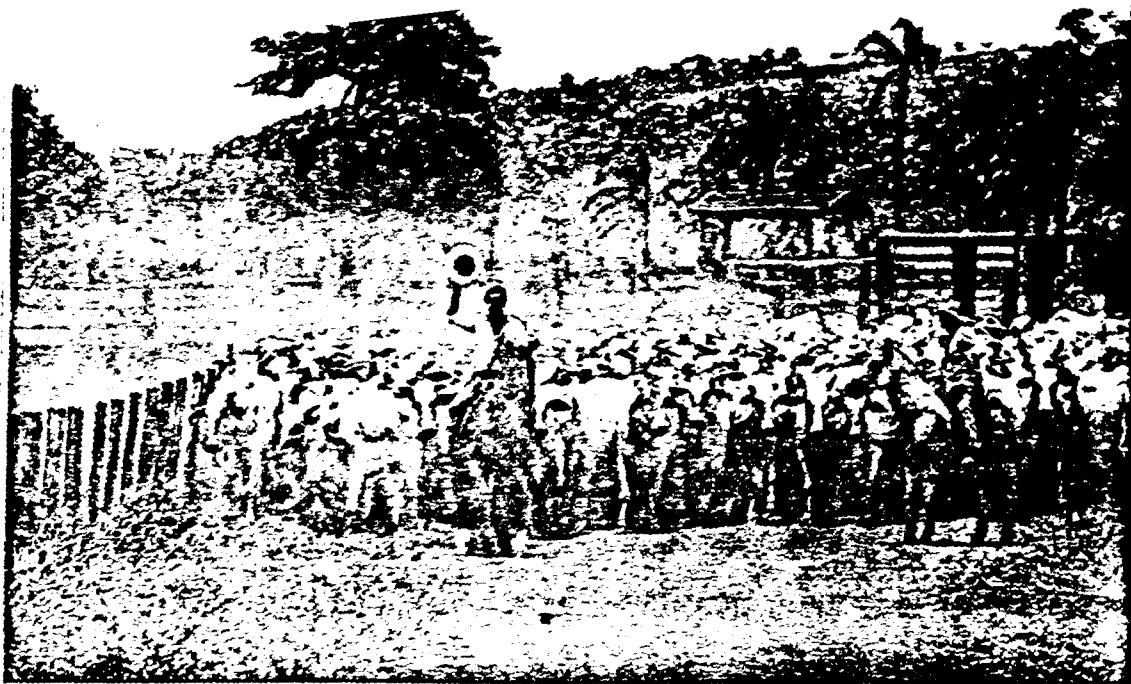
ORIGEM PECULIAR — A partir dessa época, Goiás cresceu muito. Tem hoje o segundo maior rebanho de bois do país — só perde para Mato Grosso — e é o quinto produtor de soja, com uma safra prevista de 1,5 milhão de toneladas este ano. Seu setor industrial, embora ainda pequeno para a capacidade de produção do Estado, tem crescido uma média anual de 13%. O produto interno bruto (PIB), o somatório de toda a riqueza gerada no Estado, chegou a crescer 9% ao ano entre 1972 e 1976 — no mesmo período, o PIB nacional só avançou 6% em média. "Não somos o Estado atrasado que os paulistas imaginam", garante o governador Henrique Santillo, ele próprio um paulista de Ribeirão Preto.

O desenvolvimento do Estado de Goiás a partir de 1960 deve-se em grande parte ao solo fértil e ao regime de chuvas

da região, favorável à lavoura. Outro fator que explica um pedaço desse crescimento é a origem peculiar dos migrantes que para lá se dirigiram. Não eram pessoas sem qualificação profissional, à procura de empregos, como costuma acontecer nesses movimentos, e sim fazendeiros de outros Estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, gente equipada com dinheiro suficiente para colocar a agricultura local em andamento, ou então pessoas sem capital mas movidas pela vontade de dar duro e enriquecer o quanto antes.

Um desses forasteiros é o paulista John Lee Fergusson, que chegou a Rio Verde, sudoeste do Estado, em 1971, para tocar uma fazenda deixada como herança pela família. Fazenda é força de expressão — John Lee encontrou só mato num local com poucas e precárias estradas. "Foi aqui





O pecuarista Rubens Oliveira da Cunha: "Ficamos com a nata do Estado"

que eu construí a minha vida", diz ele. Hoje, John Lee é dono de propriedades que somam 2 400 hectares e é um grande produtor de soja e milho. "Não voltamos mais para São Paulo", afirma sua mulher, Maria Cândida. Seu vizinho Ielvo Alves Pimenta viveu uma experiência semelhante ao chegar à cidade, em 1974, vindo de Minas Gerais. Hoje, Ielvo é um dos produtores com maior extensão de terra, cultivada através de um sistema que começa a proliferar na área — o arrendamento. Ele reina sobre 6 000 hectares, dos quais apenas 1 000 pertencem a sua família. "Só consegui chegar a essa situação depois de muito trabalho", diz Ielvo, repetindo um lema dos forasteiros de Goiás.

DISTRITO INDUSTRIAL — A locomotiva da economia do Estado de Goiás é a agropecuária, mas em torno dessa ativi-

dade outras vão se desenvolvendo. Na região é fácil encontrar personagens como Waldomiro Dall'Agnol, que chegou a Goiânia há vinte anos, vindo de uma cidadezinha do Rio Grande do Sul, apenas com o dinheiro do FGTS de doze anos de trabalho, além do sonho de montar seu próprio negócio. Waldomiro Dall'Agnol aproveitou sua experiência de vendedor adquirida no sul, abriu uma loja de móveis de escritório numa garagem e virou empresário. Hoje, tem duas filiais em Brasília. "Virei goiano", afirma Waldomiro Dall'Agnol. A ação desses forasteiros, com técnica trazida do sul do país, criou pólos de desenvolvimento em Goiás, como o próprio Rio Verde e Anápolis, na região de Goiânia. Ao redor de Rio Verde estão os dezesseis municípios agrícolas mais produtivos do Estado de Goiás —

e esta região, no conjunto, é a mais rica do Estado.

Em Rio Verde, uma cidade de 130 000 habitantes, com ruas tranquilas e todo aquele aspecto atraente dos centros que crescem mas ainda oferecem o melhor do interior, fica a maior cooperativa agrícola do Estado, a Comigo, que reúne 4 000 associados. Seu presidente, Antônio Xavágia, também forasteiro de São Paulo, é daquelas pessoas sem capital, mas disposta a vencer na vida. Quando chegou a Rio Verde, Xavágia tinha dinheiro apenas para arrendar um pedaço de terra para plantar algodão. Morou em casebres durante algum tempo, mas venceu: tem hoje cinco fazendas e ocupa um

cargo de grande influência política — o atual prefeito de Rio Verde, Paulo Roberto Cunha, foi antes presidente da Comigo. A cooperativa comercializa quase toda a safra agrícola da região e industrializa boa parte da soja — transforma-a em farelo, óleo comestível e sabão. A incursão pelo terreno industrial tem estimulado os produtores agrícolas a encontrarem outras saídas para o destino de sua safra além da venda do grão. Essa idéia está vingando também em Itumbiara, na mesma região de Rio Verde, que aos poucos vai vendo o surgimento dos primeiros grupos empresariais. Em Anápolis, o governo do Estado implantou um distrito industrial em cuja construção se gastaram 500 milhões de dólares. Segundo as contas do administrador do distrito industrial, o engenheiro Gassan Youssef Simaan,



Ielvo: "Só consegui o que tenho com muito trabalho"



John Lee: um filho de americanos investe em Rio Verde

VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

que dão emprego a 4 000 pessoas. Apesar de iniciativas como essa, a indústria ainda está em desvantagem diante da agropecuária: sua participação na arrecadação do ICM no Estado deverá atingir 27% neste ano.

PROBLEMAS SOCIAIS — Apesar dessa faceta desenvolvida, Goiás tem seus problemas — agrícolas e sociais. O Estado ainda se ressentia da falta de uma tecnologia mais moderna no cultivo de grãos e na criação de gado. São poucas as propriedades que usam o sistema de irrigação, capaz de duplicar a rentabilidade da terra, ou o confinamento do gado. "Estamos muito atrasados em termos de tecnologia agrícola", reconhece o presidente da Federação da

A difícil vida própria

Tocantins inicia a vida com problemas

Inaugurado na semana passada, quando o governador Siqueira Campos tomou posse, o Estado de Tocantins é um desses lugares onde falta quase tudo. Por falta de sede própria, duas secretarias de governo estão instaladas num colégio público onde ocupam as salas de aula destinadas a 850 alunos — quando terminar o período de férias, os estudantes terão de procurar vagas nos poucos colégios existentes na cidade de Miracema do Norte, a capital de Tocantins. Na Assembléia Legislativa, as sessões em plenário são realizadas num ambiente

zados pelo novo Estado. Foi assim que sumiram, por exemplo, nove tratores que pertenciam à antiga Companhia Agrícola do Estado de Goiás, a Caesgo, instalada em Araguaína, que fica na área do atual Estado de Tocantins. "Depois que saí de férias, esses tratores nunca mais foram vistos", denuncia Denisson Luiz de Oliveira, diretor da Caesgo. Um outro episódio teve um desfecho violento. No dia 30 de dezembro, quando faltavam apenas 48 horas para a separação dos dois Estados, o 3.º Batalhão da PM de Araguaína recebeu uma or-



agricultura de Goiás, Aroldo Rastoldo. problemas sociais, por sua vez, concentram-se em torno de Brasília, onde se formaram bolsões de pobreza — são dezesseis municípios que se transformaram em cidades-dormitórios para trabalhadores do Distrito Federal.

O saldo dessa balança de vantagens e problemas goianos é um Estado integrante do pelotão intermediário nacional. Não pode ser comparado à situação miserável em que está o Piauí, por exemplo, mas ainda está muito longe de ser igualado ao Paraná — o modelo dos sonhos dos fazendeiros e empresários locais. Com a divisão territorial, entretanto, a distância entre os dois Estados ficou um pouco menor.

ARLETE SALVADOR, de Rio Verde

Tocantins: belas praias fluviais e violência na região do Bico do Papagaio

apertado. Ali, embora o Legislativo seja formado por 24 deputados, só há lugar para 23 cadeiras. Despachando num velho prédio reformado, o governador Siqueira Campos enfrenta uma dificuldade grave — uma ligação interurbana pode levar a uma espera de muitas horas. "Está apertado, mas dá para os primeiros meses de governo", consola-se Siqueira Campos.

Meses antes da criação do novo Estado, ocorreu uma situação curiosa — que só veio aumentar as carências de Tocantins. Prevendo a separação, funcionários do governo de Goiás passaram a retirar, de Tocantins, bens e equipamentos que seriam utili-

dem esquisita — a de levar para Goiânia um microônibus, uma ambulância e uma caminhonete D-20. Suspeitando que os veículos passariam o 1.º de janeiro na capital de Goiás, ficando impedidos de retornar a Tocantins, oficiais e soldados da PM se rebelaram. Para impedir que o microônibus pegasse a estrada, um soldado furou seus pneus — a bala. Pobre e desajeitado, o 24.º Estado brasileiro dispõe de belas praias às margens do Rio Araguaia, com as quais pretende atrair turistas, que só conhecem da região aquilo que ela tem de pior — a violência dos conflitos de terra no Bico do Papagaio.

VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

04 . 04

8903604

Novos atores

Como os prefeitos estrearam no cargo

Em política, há um hábito tão comum como as promessas de palanque — é o coro de reclamações dos eleitos no momento em que começam a governar. Na semana passada, quando 4 200 novos prefeitos assumiram seus postos, verificou-se em todo o país a confirmação dessa regra. "Recebemos uma prefeitura em dívida com funcionários, empreiteiros, fornecedores, sem crédito e isolada politicamente", queixou-se o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, do PDT. "As finanças da prefeitura estão na UTI", comentou o prefeito de Salvador, Fernando José, do PMDB. Em cada cidade, o novo prefeito reclamou a seu modo. Em Belo Horizonte, o que se verificou foi um gesto teatral do prefeito Pimenta da Veiga, do PSDB. Ao assumir, ele descobriu que alguns dos telefones da prefeitura haviam sido cortados por falta de pagamento. Depois, Pimenta da Veiga teve que passar um telegrama de pêsames pela morte da avó de um prefeito amigo do PSDB e gastou 600 cruzados. "Paguei do meu próprio bolso", anunciou.

O problema da falta de verbas é crônico e os novos prefeitos já sabiam de todas as dificuldades de caixa no momento em que decidiram se candidatar ao cargo. O que diferencia a reclamação desta vez é que os novos prefeitos vão receber a partir de março um bom reforço financeiro, proveniente da reforma tributária aprovada pela Constituinte. Já em 1989, as prefeituras vão arrecadar quase 20% a mais de recursos do que nos anos anteriores — e a falta de dinheiro dos municípios vai aumentar progressivamente durante cinco anos. Em Salvador, por exemplo, o prefeito Fernando José imaginava administrar a cidade em 1989 com 130 bilhões de cruzados e foi presenteado pela Constituinte com uma bolada extra de 25 bilhões de cruzados.

O ANTECESSOR — É natural que ao assumirem os prefeitos reclamem da situação financeira do município e anunciem o pior. Caso consigam realizar uma administração razoável, esses prefeitos terminarão a gestão com a imagem de bons administradores. No Recife, por exemplo, Joaquim Francisco, do PFL, assumiu a prefeitura anunciando em tom de denúncia que está recebendo uma dívida de 12 bilhões de cruzados de seu antecessor, Jarbas Vasconcelos, do PMDB. "Estamos até ameaçados de atrasar o pagamento dos funcionários em janeiro", diz. A verdade é que dinheiro não é tudo para se



Pimenta da Veiga (esq.) com colegas prefeitos*: telegrama de pêsames

fazer uma boa administração. Mesmo sem grandes verbas, Jarbas Vasconcelos deixou o cargo gozando de um dos maiores índices de popularidade entre os políticos brasileiros, e Joaquim Francisco, por sua vez, assumiu uma prefeitura com as finanças ligeiramente mais amarradas do que o ex-prefeito a recebeu de seu antecessor. O antecessor de Jarbas era justamente Joaquim Francisco.

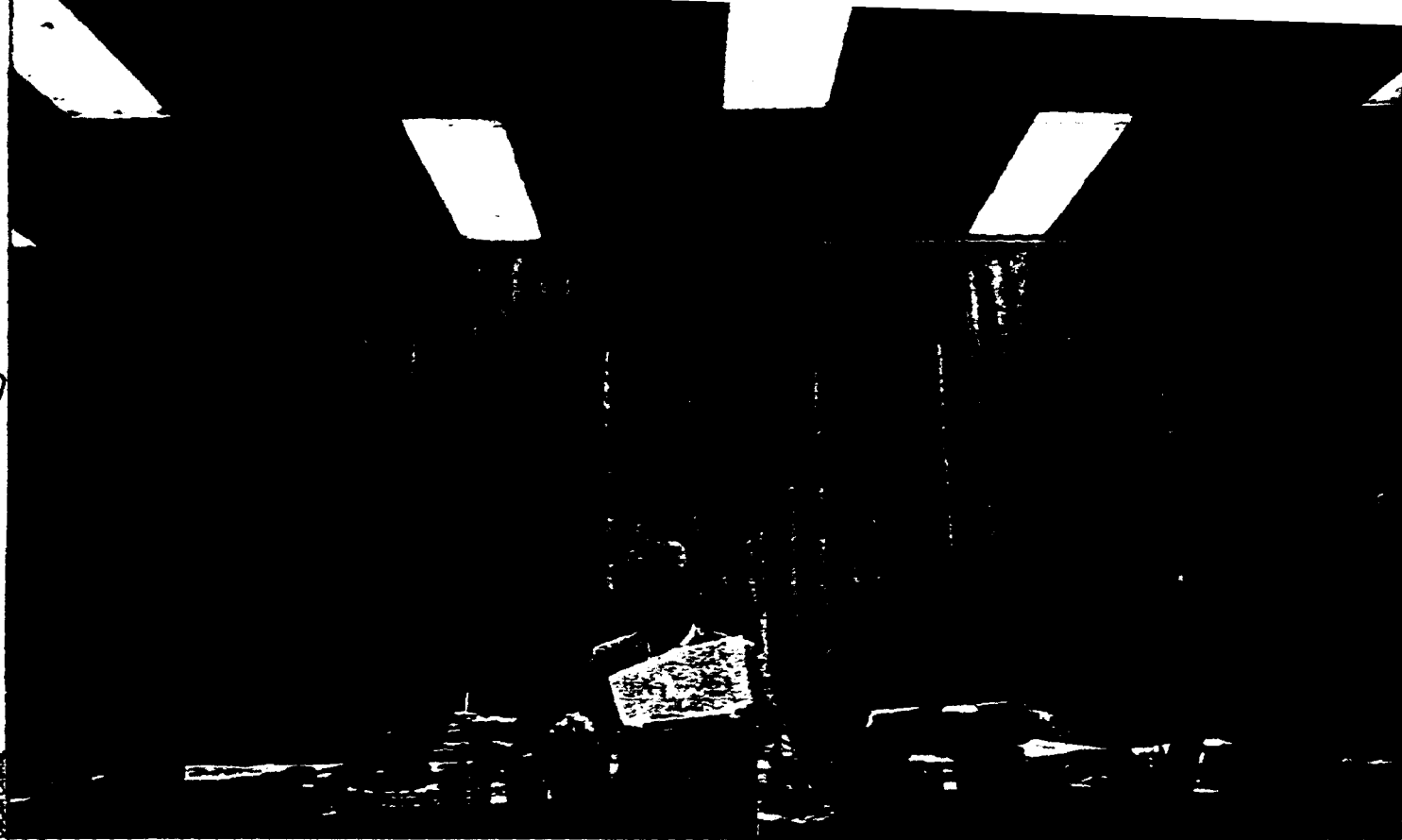
A posse dos novos prefeitos foi marcada por momentos solenes, outros hilariantes e alguns até deselegantes. Em Porto Alegre, o prefeito Olívio Dutra, do PT, empossou alguns auxiliares ao som do hino da Internacional Socialista, cantado em russo. Em Florianópolis, o prefeito Esperidião Amin, do PDS, preparou-se para iniciar sua gestão com uma grande operação limpeza na cidade. Ele chegou a desencadear-la, mas nada

aconteceu — os funcionários estavam em greve. Em São Paulo, a nova prefeita Luiza Erundina, do PT, enfrentou situações diversas. Foi recebida com cortesia pelo governador Orestes Quércia. Ela também enfrentou uma atitude de deselegância do ex-prefeito Jânio Quadros, que não compareceu à cerimônia de transmissão do cargo. Pode-se comparar o gesto de Jânio a inúmeras outras de suas atitudes surpreendentes, que os janistas tanto apreciavam. Esse gesto, porém, assemelha-se mais à decisão do ex-presidente João Figueiredo de sair pela porta dos fundos do Palácio do Planalto para não transmitir o cargo a José Sarney, em 1985.

* Da esquerda para a direita: Pimenta da Veiga (Belo Horizonte); Marcello Alencar (Rio de Janeiro); Lúlio Coelho (Campo Grande); Jaime Lerner (Curitiba); Fernando José (Salvador); Esperidião Amin (Florianópolis).



Luiza Erundina, com o governador Quércia: cortesia e gesto deselegante



O presidente da Petrobrás, Armando Guedes: comissão de sindicância para apurar as denúncias na BR Distribuidora

Brasil

Problema de amigo

Sarney emprega o amigo Barroso, que dá cargos de confiança para os amigos Magela e Nóbrega, e surge um novo caso de corrupção no governo

Em agosto de 1988, o presidente José Sarney resolveu dar um emprego a um amigo — o general Albérico Barroso Alves, 57 anos, a quem nomeou presidente da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobrás que movimenta uma bolada de 200 bilhões de cruzados por mês. Na semana passada, ambos pagavam o preço dessa amizade. O último escândalo financeiro do governo explodiu dentro da BR Distribuidora e envolve assessores diretos do general Barroso, acusados de percorrer a rede bancária do país à caça de propinas que seriam depositadas numa conta no exterior. A denúncia incomoda Sarney, que nomeou um amigo para um cargo rico em dinheiro e em problemas. E também machuca Barroso, que só chegou ao posto por causa de sua amizade presidencial — sua intimidade com o mundo dos combustíveis é igual à de qual-

quer motorista que pára no posto de serviço para encher o tanque de seu automóvel.

"No meu governo, Barroso já estaria demitido", afirma um ministro bastante ligado a Sarney. Hoje, uma comissão de sindicância investiga a construção de um milionário propinado aos escândalos da BR Distribuidora, por onde circula 40% dos bilhões de cruzados que o consumidor brasileiro gasta na compra de álcool para seu automóvel e de óleo diesel para caminhões. Pelo que se descobriu, até agora, a negociata funcionaria de forma até banal. De um lado, há uma empresa, a BR, que movimenta, por ano, uma contabilidade superior

a 2,4 trilhões de cruzados. Na outra ponta, estariam quase trinta bancos, privados e estatais, batalhando para que uma fatia desse dinheiro seja depositada em seus cofres, o que lhes permitiria aumentar seu faturamento no mercado financeiro — tudo dentro da mais perfeita legalidade. Entre a BR e os bancos, no entanto, aparece uma figura que frequenta a maioria das lendas de corrupção nos órgãos públicos do país, tanto as verdadeiras como as imaginárias — o funcionário que pode uma comissão para beneficiar um banco em prejuízo de outro.

Pelo que se diz, o negócio traria um rendimento bi-



Comde: "Último a saber"

VEJA, 7 DE DEZEMBRO, 1988

01.04

8903606

alguma coisa como 2 milhões de dólares. Já se sabe, também, o nome desse funcionário. Seria Geraldo Magela de Oliveira, um antigo executivo do Banco Real. Ele também instalou-se na BR Distribuidora pelos caminhos da amizade. Logo depois de sua posse, o general Barroso lhe entregou o posto de assistente-chefe de seu gabinete. Quando a denúncia explodiu, Magela foi ouvido — e negou, com veemência, todas as acusações.

SEM PROTOCOLO — O general Barroso ainda enfrentou outros constrangimentos. Durante vários dias, seus assessores fizeram circular a teoria de que o presidente da BR é quem estaria numa batalha contra a corrupção no interior da companhia e que, nessa empreitada, caíra vítima de uma conspiração de funcionários interessados em colocar sua cabeça na guilhotina dos



O general Barroso: um incômodo para o amigo Sarney

postos públicos. Não há provas de que essa teoria seja falsa ou verdadeira — o problema é que, até agora, ela encontra pouco amparo nos fatos. Uma das provas de que Barroso estaria ocupado em promover uma limpeza nos maus costumes descobertos na casa seria um telex com data de 28 de setembro deste ano, no qual determinava a transferência do dinheiro da empresa para os cofres de grandes estabelecimentos bancários oficiais, especialmente do Banco do Brasil — onde a verba estaria livre da mordida das comissões.

Esse documento, que chegou a ser distribuído aos jornais, acabou transformando-se numa nova dor de cabeça. É que faltava um número que consta, obrigatoriamente, de todos os papéis que circulam oficialmente no interior da empresa — o protocolo, pelo qual pode se checar, sem margem de erro, a data exata em que uma determinação foi expedida. Pela hipótese boa, o telex não tinha protocolo por um descuido — para azar de Barroso, justo naquele dia seus auxiliares esqueceram-se de dar cu-

Sede da Petrobrás, no Rio: contas milionárias

nho oficial a sua orientação. Há, porém, uma hipótese ruim: a de que, na verdade, o documento tenha sido confeccionado bem mais tarde, com uma data falsa — apenas para dar a impressão de que Barroso vinha, há vários meses, empenhando-se na transferência de dinheiro da BR para os cofres dos bancos do governo.

Nessa guerra de papel, também se descobriu que no dia 22 de novembro, isto é, dias antes de o escândalo explodir, um outro diretor da BR Distribuidora assinou um telex dando uma instrução esquisita. No documento, comunicava-se que a empresa resolvera fechar uma

conta num grande banco estatal, o Banespa, do governo de São Paulo. Ao mesmo tempo, anunciava-se a abertura de duas novas contas-movimento em estabelecimentos privados, de porte bastante inferior — no Banco Industrial e Comercial e no Banco Mercantil de Descontos. Não há nada de errado nessas medidas. O problema desse telex, que tem protocolo, está em sua instrução — que contraria o que seria a opção preferencial de Barroso pelos bancos oficiais. Outro problema está na autoria — é de Geraldo Nóbrega, outro auxiliar da equipe de amigos de Barroso.

GOSTO LITERÁRIO — Na última terça-feira, quando as investigações estavam apenas em seu início, o presidente da BR foi chamado a ajudar no que pudesse num depoimento informal aos diretores da Petrobrás. "Ora, senhores, eu não posso ser culpado pelos atos desonestos de gente que eu indiquei para cargos de confiança", disse Barroso. "Mas o senhor conhecia bem este Magela?", perguntaram ainda ao general. "Claro, desde 1985", respondeu.

O aspecto didático do propinoduto, porém, reside em sua fase final e na inicial — a das amizades. Sarney e o general Barroso são amigos que até comungam nas preocupações literárias semelhantes. Vez por outra, Sarney publica um livro de poesias. O general Barroso é autor de uma obra de ficção chamada *O Romance da Revolução*, cujo tema é o movimento militar de 1964. Quando os dois se conheceram, Barroso usava as insígnias de coronel e Sarney também possuía uma patente mais baixa entre os políticos civis — era senador pelo PDS. Na semana passada, a amizade tornou-se um problema óbvio para Sarney, que pode livrar-se de um escândalo sob o risco de perder um amigo.

Há uma questão parecida entre Barroso e Geraldo Magela. O problema é que foi o



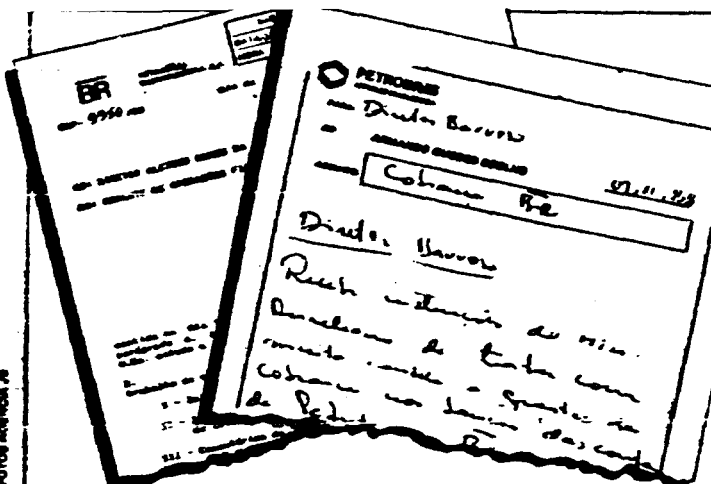
OGAN CARVAL

Coelho, presidente da Petrobrás, quem lhe contou que havia acusações de falsas contas contra seu amigo. Numa audiência, Guedes disse-lhe que fora visitado por funcionários de sete bancos que operam as contas da companhia, e que eles haviam denunciado toda a trama. Conforme seu relato, os bancos que aceitavam participar da manobra teriam de pagar uma taxa de juros um pouco acima da que estavam habitados — a diferença, que seria apurada das contas da empresa, acabaria no bolso dos beneficiários da manobra.

"PASSAR POR DROTA" — Pelos antecedentes de corrupção no mundo das grandes empresas estatais, no entanto, o esquema do propiciatário aparece como uma armadilha grosseira demais — uma técnica de apanha própria do fiscal da prefeitura que investe sobre um feirante, por exemplo, e fora da técnica convencional utilizada por altos funcionários de empresas públicas para receber quantias milionárias de clientes do governo. Da



Magela: na mira da sindicância



Guerra de papel na Petrobrás Distribuidora...

mesma forma, a hipótese de que a corrupção tenha sido denunciada por banqueiros indignados também soa como uma música um pouco estranha. Não que eles não soubessem da trama, ou que não sejam capazes de ficar indignados. O problema é que, habituados a fazer negócios com a máquina do governo, em que, nem sempre, é possível detectar com precisão as intenções de seu interlocutor, os empresários da área financeira costumam manter outro comportamento.

A suspeita, partilhada por dois ministros do governo Sarney, é de que a direção da Petro-

brás tenha descoberto a operação que se armava nos gabinetes da BR Distribuidora — e convidado algumas testemunhas a dar seu depoimento com a finalidade de ratificar uma denúncia já conhecida. Ao contrário do que ocorre em Brasília, na sede da empresa, no Rio, Barroso tem muitos amigos em seu gabinete — e uma massa de inimigos entre os milhares de empregados da companhia. "Fui o último a saber", diz Pedro Conde, diretor-presidente do Banco de Crédito Nacional. Naquela fatia do país habitada por altos funcionários de carreira, funciona uma máquina consa-

A novela dos postos no Cebolão

O negócio em que a Petrobrás perdeu da Shell

Um negócio fechado há pouco mais de dois meses entre o governo do Estado do Rio e uma grande empresa distribuidora de petróleo mostra como são incômodas as decisões que envolvem, de um lado, o interesse público e, de outro, questões aparentemente tão simples como a instalação de postos de gasolina. No dia 16 de setembro, o governador Wellington Moreira Franco assinou um documento em que o Estado se compromete a ceder à Shell o direito de uso de uma área conhecida pelos cariocas como "Cebolão". Trata-se de um terreno de 235 000 metros quadrados que, mesmo transformado em posto de desova de cadáveres nas montes causadas pela guerra entre quadrilhas nos últimos anos, tem a vocação de ser um dos

postos nobres do sistema viário do Rio. Pelo acordo, a Shell compromete-se a urbanizar a área, instalar um centro de lazer para a população e construir cinco postos de saúde em outros locais. Em troca, ganha o direito de explorar postos de gasolina no local por no mínimo dez anos.

A primeira vista parece ser um bom negócio para o governo do Rio, mas alguns detalhes da negociação permanecem obscuros. "Deve haver uma questão política atrás disso", afirma o ex-presidente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) Fernando MacDowell, que participou dos

entendimentos, mas foi afastado do cargo antes da assinatura do acordo. Até agosto, tudo indicava que a área seria cedida à Petrobrás Distribuidora. As conversa-

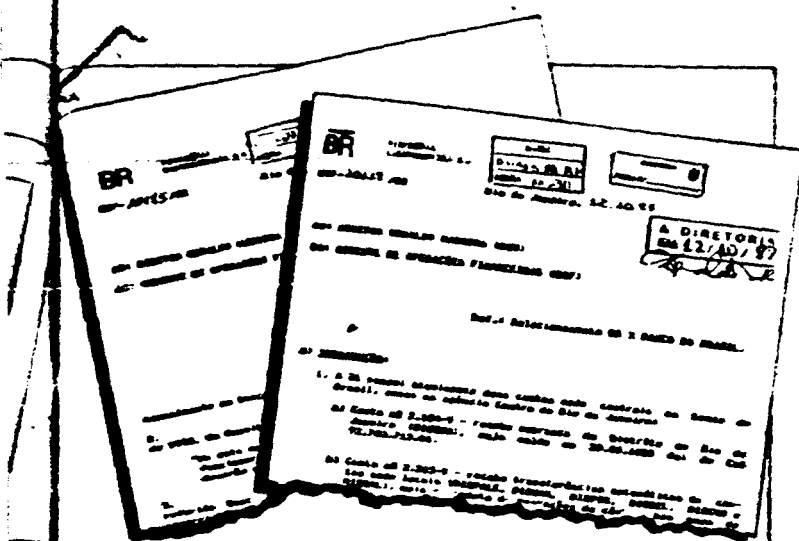
ções com a empresa estatal visavam sendo feitas desde o final do ano passado pelo DER, que detém a posse da área em nome do governo do Estado. A Petrobrás chegou a apresentar um projeto que previa a urbanização do Cebolão e instalação de infraestrutura de lazer e cultura. No co-



Rosenzweig: "O Estado dá a concessão a quem quiser"



Cebolão: no futuro...



esferas, quem não rouba passa por idiota", diz o deputado Chico Pinto (PMDB-BA).

Em Brasília, a ideia de instalar o general Barroso na cúpula da Petrobrás, de onde comanda a BR Distribuidora, é bem antiga. Sua candidatura ao cargo foi empurrada pelo advogado Jorge Serpa, que viu em sua amizade com Sarney a mais poderosa alavanca para convencer o presidente a lhe dar o posto. Numa empresa dominada por uma burocracia que controla os cargos de decisão há mais de duas décadas, Barroso foi recebido como um corpo estranho — e

...telex com determinações contraditórias Nóbrega: ordens estranhas

grada por um dos grandes sucessos de Roberto Carlos, que propagava a necessidade de uma pessoa ter um milhão de amigos. A maioria dos acertos não é feita em dinheiro, mas em espécie — e nunca tem a aparência de uma negociação comercial ou de golpe sujo.

Por exemplo, o alto funcionário quer mandar o filho estudar no exterior, ideia que custa perto de 150 000 dólares por ano — aparece um amigo que provê esse dinheiro. Um burocrata possui um sítio no meio do mato — aparece um amigo que manda asfaltar, um outro lá um jeito de construir uma piscina. O fato

concreto que demonstra as facilidades que lubrificam a máquina estatal brasileira é que jamais se teve notícia, nos últimos vinte anos, de um diretor ou presidente dessas empresas que vivesse, no exercício do cargo, num apartamento de três quartos no Leblon, em companhia da mulher, da filha, do sogro e da sogra — numa residência com um único banheiro. É verdade que o general Ernesto Geisel presidiu a Petrobrás nessas condições. Hoje em dia, no entanto, é provável que tal postura fosse tratada como um caso de demência pelo conselho administrativo da empresa. "Nessas

tem sido tratado como tal desde a posse. Aquilo que há de realmente estranho em Barroso — e de ainda mais estranho em seus auxiliares de confiança — é um mistério que só uma sindicância poderá desvendar. O que se sabe, com certeza, é que na semana passada um círculo de amizades se transformara em velório. Em Brasília, o presidente José Sarney não sabe o que fazer com o amigo Barroso. No Rio, Barroso não sabe o que fazer com Geraldo Nóbrega nem com Geraldo Magela. Nessa dança de amigos e Geraldos, aparece o novo buraco do governo Sarney.

meço de setembro, porém, de forma totalmente inesperada, o governador Moreira Franco mudou o rumo do negócio e fechou o acordo com a Shell.

ORDENS DO GOVERNADOR
— Os motivos da mudança ainda não foram claramente

explicados. Na versão de Fernando MacDowell, foi o próprio governador Wellington Moreira Franco quem o avisou do fato. Irritado porque a informação já fora publicada pelos jornais, Moreira Franco teria lhe dito: "O governador sou eu. A área não vai ser ce-

dida à Petrobrás, mas à Shell". Aos diretores da empresa, que o procuraram alguns dias depois, MacDowell pediu um projeto semelhante ao da Petrobrás para que o governador escolhesse entre os dois, mas foi transferido do DER antes disso. "A cessão de direito de uso é uma decisão unilateral, e o Estado a dá para quem ele quiser", afirma o atual presidente do DER, Mário Rozencwajg. Na versão dele, a Shell foi escolhida porque apresentou um projeto melhor. O Estado tem o direito de escolher o beneficiário da cessão de uso de seus terrenos, já que a lei não exige concorrência pública para esses casos. A novidade no Rio

é a forma abrupta pela qual o governador mudou os rumos de um negócio já praticamente acertado entre a Petrobrás e o DER.

Por trás dessa decisão, há uma acirrada disputa entre a Shell e a Petrobrás por áreas nobres do Rio, onde possam ser instalados novos postos de gasolina. "Ganhar o Cebolão é uma questão de honra para a Shell", garante o diretor comercial da empresa, Carlos Roberto Maluf. A Petrobrás também não parece disposta a sair do páreo. "Não alimentamos nenhuma dívida quanto ao fato de que o projeto Cebolão será da Petrobrás", afirma a empresa em nota oficial. O governador Moreira Franco, que poderia esclarecer o caso, disse a VEJA, através do seu assessor de comunicação, Chico Júnior, que não falaria sobre o assunto.



...área nobre do Rio



Maluf, da Shell:
"É uma questão de honra"

VEJA, 7 DE DEZEMBRO, 1982

49

04-04

8903606

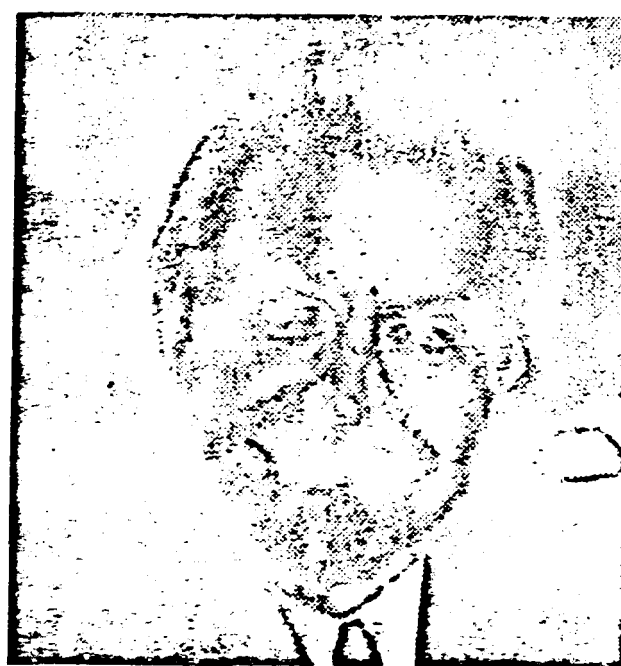
038

Sarney recibirá a Ortega y a Carlos Andrés Pérez

MANAGUA (ANSA).- El Presidente de Nicaragua, Daniel Ortega, visitará oficialmente Brasil del 23 al 25 de enero próximo, para exponer, al Presidente José Sarney, sus puntos de vista sobre la situación de América Central y las posibilidades de su país en alcanzar una solución pacífica para los conflictos de la región, a propósito de la asunción del Presidente electo de los Estados Unidos, George Bush. El vocero de la cancillería brasileña, Ruy Nogueira, reveló ayer, que en diciembre pasado el mandatario nicaragüense hizo conocer su interés de exponer a su colega brasileño, José Sarney, sus opiniones sobre la crisis centroamericana y también discutir el futuro de las relaciones entre Nicaragua y Brasil.

Ortega -según trascendió- es probable que extienda su visita también a otro país sudamericano (tal vez Argentina), antes de proseguir viaje a Venezuela, donde el próximo día 2 de febrero, asistirá a la posesión del mando del Presidente electo, Carlos An-

LEA 1/1/89.



José Sarney, Presidente brasileño, recibirá en el corriente mes la visita de sus colegas, el nicaragüense Daniel Ortega y el venezolano Carlos Andrés Pérez.

drés Pérez. Sarney decidió recibir al Presidente Ortega, inmediatamente después de la visita que efectuara a Venezuela (días 21 y 22 de enero) y antes del viaje que el mandatario brasileño realizará a Angola (días 27 y 28 de enero próximo).

El Presidente nicaragüense que visitará por segunda vez el país, participó en 1985, de las ceremonias de asunción del mando del Presidente José Sarney, donde se registró un pequeño incidente diplomático, cuando después de saludar Ortega al entonces Vicepresidente de los Estados Unidos, George Bush, fueron vanos los esfuerzos del mandatario nicaragüense en la tentativa de esta-

blecer un diálogo respecto a la situación en Centroamérica.

No obstante, y de acuerdo a versiones diplomáticas, Ortega deberá mostrar a Sarney, que Nicaragua tiene confianza en que los Estados Unidos, bajo la presidencia de George Bush, será sensible a un diálogo para la solución de la crisis en América Central.

CON PEREZ EL FIN DE SEMANA

BRASILIA (EFE).- El Presidente de Brasil, José Sarney, recibe el próximo fin de semana en Brasilia al Presidente electo de Venezuela, Carlos Andrés Pérez, según información de la cancillería brasileña que publicó ayer "O'Globo"

f. Pa (R.ii)

038

Telescopio

O presidente da República encaminha hoje ao Congresso mensagem com a justificativa dos vetos do Governo a partes do orçamento aprovado pelo Legislativo. Mas preserva o nível de rolagem da dívida dos estados

f. loc.

Vetos ao Orçamento não vão atingir dívida dos estados

Por ROSANE GARCIA
Brasília/ZH

O presidente José Sarney encaminha hoje ao Congresso Nacional a justificativa dos vetos ao Orçamento Geral da União aprovado pelos parlamentares. O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse ontem, à saída do Palácio da Alvorada, que os vetos atingem vários projetos e atividades previstas na lei orçamentária, mas preserva o nível de 82% de rolagem das dívidas dos Estados.

O ministro não quis detalhar os vetos do presidente. Disse que hoje reunirá a imprensa para fazer uma exposição didática da decisão do Governo. Mas afirmou que os vetos propostos e aceitos pelo presidente atingem pontos que eram "claramente inconstitucionais ou onde havia algum vício no remanejamento de despesas". Abreu afirmou que o Governo teve a preocupação de respeitar da melhor maneira possível as decisões do Congresso.

Segundo o ministro, o presidente aceitou a sugestão de o Governo encaminhar ao Congresso, antes da apreciação dos vetos, propostas de créditos especiais para reparar alguns projetos que



João Batista de Abreu

ficaram prejudicados, "corrigindo eventuais deformações em função dos vetos colocados". Abreu não quis revelar o nível de valores que os vetos representam.

Reforma administrativa

O ministro João Batista de Abreu

garantiu que a tarde de ontem foi dedicada à análise dos vetos ao orçamento, negando que tenha tratado com o presidente da reforma administrativa. Participaram da reunião o ministro da Fazenda, Malleson da Nóbrega, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Já o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique de Almeida Santos, disse que foram realizadas duas reuniões no Palácio da Alvorada. Uma para tratar de orçamento e outra para discutir a reforma administrativa e as novas medidas econômicas. Segundo ele, o presidente Sarney quer anunciar essas duas medidas na segunda quinzena deste mês.

Na reunião, o presidente reafirmou sua disposição de pôr em prática uma reforma administrativa e de adotar medidas austeras de combate à inflação. Segundo o porta-voz, o Governo está procurando uma forma legal de encasinhá-las todas as medidas e, para isso, examina diferentes alternativas.

O porta-voz negou que o presidente cogite de afastar o ministro Malleson da Nóbrega e criar um "superministério" da economia. Carlos Henrique disse que tudo que for falado sobre este assunto não passa de especulação. (Brasília/ZH)

01.01

8803608

098

2/1/88 Joo. B

Uma Vaga ao Centro

F. (P.P.)

Antes de entrar na batalha da sucessão presidencial, o PMDB trava uma guerrilha interna para ver qual dos seus pretendentes consegue chegar vivo à convenção que escolherá o seu candidato. O pretendente natural é o primeiro alvo das pedradas: começou a lapidação do deputado Ulysses Guimarães pelos aspirantes que não ousam disputar-lhe a indicação de peito aberto. A iniciativa de abater a candidatura histórica de Ulysses Guimarães é a confirmação de que o PMDB não se refaz do resultado das eleições de 15 de novembro — e continua atônito. Não era por aí a saída.

No atordoado partido majoritário reflete-se a perplexidade que imobiliza os níveis dirigentes, público e privado, da vida brasileira. O PMDB não sabe que rumo deve seguir, por efeito do desnorteamento gerado nas urnas municipais. O eleitorado votou de maneira surpreendente para um estilo político que operava com a retórica e conseguia êxitos anacrônicos, sem se sentir obrigado a cumprir o que propunha. Nada significava compromisso. O esgotamento desse modelo vagamente liberal e disfarçadamente estatizante esvaziou toda a concepção política com a qual o PMDB se fez maioria no Congresso, elegeu 22 entre 23 governadores e montou bancadas fortes na maioria dos estados. Mas não soube corresponder.

Não está isolado o PMDB na sociedade que se sente em orfandade no começo da sucessão presidencial. O PDS e o PFL, bem como os demais sobreviventes do passado político brasileiro, também não sabem o que fazer neste momento. Em torno de candidaturas armou-se um leilão que considera apenas os temores dos leiloeiros, sem consultar a preferência dos eleitores. A desordenada oferta de nomes não trouxe ordem à seleção. A tentativa de queimar a etapa com um passe de mágica vai incinerando o estoque de possíveis candidatos.

Com o apedrejamento da candidatura Ulysses Guimarães, o PMDB atinou o conflito interno das suas

ambivalências ideológicas. Até aqui foi possível ao PMDB conciliar a sua fatia do eleitorado com um programa bifronte: sonoridades liberais e fisiologismo de esquerda, que não montaram uma base eleitoral consistente. Ao invés de optar, os homens fortes do PMDB — membros do colégio de governadores —, embora enfraquecidos pela derrota nas eleições municipais, falam e escolhem candidato como se fossem vencedores. Nada aprenderam e continuam a avaliar a sucessão de um ponto de vista subjetivo e anacrônico.

O PMDB — como sintoma majoritário — está partindo de uma premissa equivocada, qual seja, a de que o eleitorado está à espera de um candidato de esquerda, para competir com outros do mesmo lado do espectro político. Com a disposição de radicalizar, não será difícil encontrar um nome competitivo, mas resta saber se é o que a sociedade quer. Nada indica que seja de esquerda a aspiração média dos brasileiros apenas porque o PT venceu em algumas grandes cidades com votos que emigraram do PMDB e correlatos para os eleitos. Pelo contrário: o repúdio foi aos candidatos que não quiseram ser reconhecidos em propostas claras. Os do PMDB, refletindo a ambivalência do partido, pretenderam misturar conceitos liberais e teorias de esquerda, mas não conseguiram convencer nem enganar.

O que sobrou das eleições municipais, em números, foi que os candidatos ditos de esquerda tiveram 40% dos votos e os que se apresentaram ao centro somaram 60%. Se há a disposição de centro nessa proporção majoritária, o PMDB deveria, antes de mais nada, levá-la em consideração ao traçar o perfil de uma candidatura com possibilidade de vitória — e só depois procurar um nome capaz de obter a confiança da maioria e honrar os compromissos assumidos em campanha. Fora daí, é fantasia eleitoral. Ulysses Guimarães não é o único em risco de perder eleição.

01.01

8903609

098

ZH Brasília/Semanal RBS

F. 001. 2-1189

À espera de medidas decisivas

A reforma administrativa que está sendo planejada pelo Governo parece mais uma maquiagem do que uma reforma profunda na estrutura pesada e envelhecida da administração pública federal. Sone-se a isso sua ineficiência e seu preço, que exigiriam um corte sensível nas despesas com o custeio desse autêntico elefante branco. Um assessor próximo do presidente Sarney chegou mesmo a qualificar a reforma administrativa como "de efeito psicológico". Isso se a opinião pública não tivesse o discernimento para saber que estará sendo enganada, mais uma vez. Não adianta o Governo pretender causar impacto, quando as medidas não têm força. Mesmo que elimine alguns ministérios e deixe de preencher as vagas dos titulares, a tecnoburocracia que está encastelada nos gabinetes com seus DAS (para os cargos comissionados) apenas muda de endereço, porque sabe o caminho para preservar esses privilégios.

O problema é que o Governo promete

parir um elefante e pelo jeito acabará parindo um rato. A tese de extinção da URP como instrumento para reajuste de salários é explosiva e já tem a resistência do líder sindicalista Luís Antônio Medeiros. O Governo, de novo, vai ao assalariado, como se esta fosse o vilão da inflação incontrolável. O bandido, na história, é o próprio Governo que até agora fez só promessas. O corte das mordomias e das mansões da Península dos Ministros aconteceu, por acaso? Que tipo de esforço fez o Governo para conter os gastos públicos na administração direta e indireta? Todas as respostas são negativas. E nesse período, o Governo tirou mais dinheiro do contribuinte por conta do trileão e fez antecipação de receita, recolhendo impostos em datas antecipadas. Enquanto não ocorrer uma reforma verdadeira, a sociedade não acreditará nas intenções do Governo.

ANA AMÉLIA LEMOS

01.01

8903610

038

A última carta da

Por IVONE CASSOL
Brasília/2H

O Governo não pode gastar mais do que tem em caixa". Essa regra primária que qualquer dona de casa conhece deverá ser adotada como norma geral da economia em 89. Essa será uma das diretrizes do Plano de Verão que está em preparação e que movimentou a última semana de 88: sete dias que não foram diferentes de demais, apesar do recesso nas repartições públicas federais e do clima de festa de final de ano. As especulações sobre as futuras medidas econômicas para baixar a inflação e reduzir o déficit público tomaram conta da semana, repetindo o que ocorreu durante todo o ano.

Deixar de emitir títulos da dívida pública e reduzir a emissão de dinheiro em circulação deverão ser algumas das medidas adotadas, entre outras em estudo, passando inclusive pela reforma administrativa e ministerial, com a extinção de seis a sete ministérios. A meta é baixar a inflação para 6 a 8% em 60 a 90 dias, conforme informou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Para deter a inflação que fecha o ano em 88,6%, o Governo elabora o Plano de Verão, onde deverão constar estratégias sugeridas pelos experientes economistas e ex-ministros da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões e Mário Henrique Simonsen, dois "experts" com que o presidente Sarney tem se aconselhado ultimamente.

Se seguir as propostas dos dois ex-ministros, o governo apresentará, em janeiro,

Em clima de fim de festa, o Governo prepara uma nova arma contra o monstro da inflação: o Plano de Verão, que prevê novos cortes nos gastos públicos, inclusive com a extinção de ministérios. Pode ser a última chance de Sarney acertar, pressionado pela maior inflação de todos os tempos

medidas tais como: a substituição da URPF por um mecanismo de prefixação de preços e salários, cortes drásticos de empregos e multativos no setor público, redução da máquina administrativa, extinguindo seis a sete ministérios, eliminando e privatizando empresas públicas; desindexação da economia com a redução e, mais tarde, o fim da correção monetária; cortes nos investimentos públicos; punições rigorosas para quem descumprir o Pacto Social; cobrança dos inadimplentes com os bancos oficiais e a alteração nas áreas de câmbio e no sistema financeiro.

O Pacto Social ajuda a controlar a inflação, tendo evitado, até agora, a hiperinflação, mas não é suficiente para determinar a queda do índice. Essa é a visão crítica da área econômica sobre o Pacto, tendo o Governo se convencido de que esse instrumento sozinho é incapaz de fazer a inflação cair. Por isso, é preciso medidas mais duras, conforme ficou claro com os 28,75% deste mês, recorde do ano.

Corte nos gastos

Controlar os gastos do setor público será a

nova lei para todo o governo. Desta vez, tendo apenas mais um ano de administração pela frente, o presidente deverá exigir que isso, de fato, aconteça. A reforma administrativa — reduzindo o número de ministérios e de empresas públicas — é uma das formas que o presidente encontrou para colocar em prática essa diretiva e até controlar melhor o seu cumprimento. Acontece que 27 ministérios são difíceis de ser rigorosamente controlados e exigem uma grande máquina burocrática em funcionamento. Além disso, os gastos do Governo precisam ser adequados à nova realidade ditada pelo orçamento geral da União, que foi definido pelo Congresso e cuja distribuição dos recursos nas rubricas ainda não foi detalhadamente estudada pelo governo.

Um choque ortodoxo ou heterodoxo é outra alternativa que o governo dispõe para reduzir a inflação. Mas, são medidas que exigem um contexto nada parecido com o quadro de descrédito atual que envolve o governo Sarney. Dentro do quadro de probabilidades calculado na conjuntura econômica e política, faz mais sentido a adoção de medidas duras que poderão ter algum componente heterodoxo. Pouco pro-

vável é o congelamento de preços e salários porque esbarraria no mesmo fator que colocou por terra o Plano Cruzado: seria uma medida artificial, de corte imediato da inflação, mas de des controle posterior. Além disso, há uma grande oposição ao congelamento por parte do empresariado, que descartaria a hipótese nas reuniões do Pacto.

Sejam quais forem as propostas incluídas no Plano de Verão, elas terão necessariamente que passar por duas mesas de decisões, além da do presidente Sarney. Terão que ser submetidas ao comitê de dirigentes do Pacto que se reúne no próximo dia 11 e também pelo Congresso Nacional. Portanto, não será mais um pacote com força de lei, mas medidas que terão a aprovação de representantes do empresariado, dos trabalhadores e de toda a sociedade, representada pelo Congresso. Além disso, o Plano de Verão é a última tentativa do presidente José Sarney entrar para a história como estadista que derrubou a inflação e o déficit público ou figurar apenas como mais um presidente medíocre.

Está em jogo o nome do presidente e o seu futuro político. Por isso, mais uma vez tem que dar certo. Mas, isso ainda não é tudo. Antes de colocar em execução as idéias e opiniões que recolheu nestes dias de descanso no Maranhão, o presidente Sarney terá que conduzir muito bem a apresentação deste plano para ter o apoio dos dirigentes do Pacto Social e do Congresso Nacional. Será, sem dúvida, uma negociação difícil para o Governo que, até hoje, teve pouco êxito em se tratando de negociações com deputados e senadores.

ZERO HORA 31/12/88

01.01

8903612

038

Brasileiro em Angola

Chega hoje a Luanda, capital de Angola, o general brasileiro Péricles Ferreira Gomes, que vai comandar a missão da Organização das Nações Unidas encarregada da verificação da retirada das tropas cubanas desse país. Retirada essa estabelecida no âmbito dos acordos entre Angola, Cuba e África do Sul, sob a mediação dos Estados Unidos, e que estabelecem igualmente a independência da Namíbia, que, em poder dos sul-africanos, é a última colônia na África. Antes de viajar, ontem, o general Ferreira Gomes fez visitas de cortesia aos embaixadores de Cuba e de Angola em Brasília, tendo os dois manifestado sua satisfação pelo fato de a missão da ONU ser chefiada por um militar brasileiro. A missão da ONU em Angola será formada por dez países, com um total de 70 integrantes. Pelo Brasil, além do general Ferreira Gomes, participarão também o tenente coronel Raimundo Nonato de Serqueira e os majores Vitor Eduardo Alves e Márcio Tadeu Bettiga. Os demais participantes serão Congo, Argélia, Noruega, Espanha, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Argentina, Canadá e Jordânia. O comandante brasileiro se reportará diretamente ao secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuellar, a quem passará todas as informações. (Brasília/ZH)

3/01/89 ZH/ORA

Sarney põe Moreira contra Waldir

Governadores não chegam a acordo sobre rompimento

SALVADOR — O encontro de mais de duas horas no Palácio de Ondina não foi suficiente para que os governadores do Rio, Moreira Franco, e da Bahia, Waldir Pires, chegassem a uma posição de consenso em relação ao governo do presidente José Sarney. Waldir insiste no rompimento do PMDB com o governo, posição que Moreira considera "de um oportunismo intolerável".

Para Moreira Franco, o rompimento agora seria um forma de o PMDB tentar transferir para o governo a culpa pela derrota nas eleições de 15 de novembro. Bronzeado pelo sol da Ilha de Itaparica, onde está hospedado na casa do empresário Paulo Roberto Oliveira, o governador do Rio vai participar amanhã da procissão marítima de Nosso Senhor dos Navegantes, ponto alto da festa da Boa Viagem.

A convenção nacional do PMDB e a sucessão presidencial, conforme já haviam anunciado, foram os temas da conversa entre os dois governadores. Só discordando de Waldir na questão do rompimento, Moreira disse que o nome do governador da Bahia assim como o do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e do deputado Ulysses Guimarães "são bons" para concorrer à sucessão do presidente Sarney. Indagado se seria o coordenador da candidatura de Arraes, Moreira desconversou, dizendo que não tratou do assunto quando esteve em Pernambuco, no começo da semana.

Para o governador do Rio, o PMDB já resgatou a dívida política que tinha com o povo, ao realizar a transição democrática, mas resta, ainda, a dívida social. "Mas isso só será possível depois das eleições presidenciais", disse.

Sobre a convenção do PMDB, Moreira Franco mostrou-se otimista quanto à vitória dos progressistas sobre os conservadores, no dia 12 de março. Acha que até lá o partido terá muito tempo para debater as alterações previstas para o programa e o estatuto.



Moreira e Waldir conversaram sobre a sucessão

Governador espera ações

A propósito de notícia publicada na imprensa dia 28 último — de que várias ações deram entrada na justiça baiana contra repartições do governo do estado, que teriam usado Cr\$ 15 bilhões de recursos públicos para fins eleitorais — o assessor do governador da Bahia, Fernando Escariz, diz que, ao contrário do que foi noticiado, essas ações não chegaram à justiça e que Waldir Pires, as continua aguardando "com absoluta tranquilidade".

"Aliás, o governador lembra que a própria comunidade, que participou das obras e as fiscalizou, é que melhor pode dizer sobre a forma honesta e eficiente com que foram feitas, com recursos modestos, mas resolvendo questões básicas e de interesse da população mais carente", diz Escariz, em telex enviado à redação do JORNAL DO BRASIL.

O assessor garante que Waldir Pires continua fiel ao que disse nas praças

públicas na época da sua campanha: "Cumprindo os seus compromissos e, principalmente, a sua proposta de mudar os métodos na administração pública, democratizando o poder, através da participação popular organizada, no sentido de efetivamente reverter esse injusto e indigno quadro social". Segundo o telex "o governo de participação, através das comunidades organizadas, é a maneira mais simples, eficiente, honesta e rápida de se administrar democraticamente, na luta por uma sociedade que seja mais abrangente e justa para todos".

Sobre a notícia das supostas ações contra seu governo, disse o governador, através de seu assessor, que "o povo baiano já conhece bem essa técnica da difamação, da calúnia, da mentira e da intimidação, e os seus autores, contra os quais reagiu nas urnas nas eleições de novembro último".

078

Arquivo

AP — Havana, 1968



Castelo Branco rompen com Fidel Castro em 1964

As trocas com Cuba após o reatamento

BRASÍLIA — As relações diplomáticas entre Brasil e Cuba foram cortadas em maio de 1964 pelo presidente Castelo Branco e restabelecidas em junho de 1966 pelo presidente José Sarney. As trocas comerciais só foram interrompidas em 1966. Mas desde o reatamento a balança comercial tem pesado muito mais do lado das exportações brasileiras, que cresceram de US\$ 1,3 milhão para US\$ 16,8 milhões, enquanto as importações passavam apenas de US\$ 3,1 milhões para US\$ 6,1 milhões.

Segundo fontes do Itamaraty, os maiores problemas no comércio bilateral têm sido as crises financeiras vividas pelos dois países e a ausência de linhas de crédito para operações bilaterais de comércio. Além disso, segundo uma fonte, "é preciso que haja ainda um amadurecimento e um maior conhecimento mútuo entre Brasil e Cuba", além de "maior agressividade dos empresários".

Até novembro de 1987, a pauta de exportações constava de 50 itens,

contra apenas três vendidos em 1986. Entre os produtos embarcados para Cuba em 1987 estavam polietileno de baixa densidade, fios de ferro e aço, peças para peças esmagadoras para fabricação de vinho, discos magnéticos para computador eletrônico, aparelhos eletrodomésticos, farmácias, lincoitos e massas alimentícias, soja em grão e automóveis.

Nos primeiros nove meses de 1987, o Brasil adquiriu no mercado cubano peixes congelados, livros e aparelhos de ortopedia — basicamente os mesmos produtos importados nos anos anteriores.

No campo cultural, as trocas limitam-se à assinatura de alguns protocolos e acordos. Em novembro de 1986, Ricardo Cabrisas, ministro do Comércio Exterior de Cuba, veio ao Brasil, e no início do ano passado o ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães inaugurou em Cuba o sistema de discagem direta internacional (DDI) entre os dois países. Em janeiro deste ano foi a vez de o chanceler cubano, Isidoro Maluierca, visitar o Brasil. Em setembro, o ministro da Saúde, Borges da Silveira, foi a Havana e assinou um protocolo de cooperação nas áreas de biomedicina e saúde. Já foi ratificado um acordo, firmado em março de 1987, de cooperação científica e tecnológica.

4/1/89 J DOP

FPOE (FR. II)

Assembléia aprova os supersalários

Decisão vai beneficiar integrantes dos três Poderes

Por GUSTAVO KRIEGER
Edição Política/ZH

Em uma sessão a que compareceram quase todos os parlamentares, a Assembléia Legislativa aprovou ontem os aumentos salariais para os próprios deputados estaduais, o Governador e vice, os secretários de Estado, desembargadores, juizes, promotores públicos, conselheiros do Tribunal de Contas e procuradores do Estado. Além da recuperação da inflação dos últimos meses, todas estas categorias tiveram seus próximos reajustes vinculados "às mesmas datas e índices" que o funcionalismo estadual, o que lhes garante um novo aumento generalizado de 120% a partir de 1º de janeiro. Esta fórmula provocou protestos de alguns parlamentares que a consideraram uma "manobra" para dar aumentos reais aos políticos e magistrados, mas a maioria dos deputados apoiou a iniciativa, que foi aprovada por grande maioria.

Ao alegar a necessidade de se equipararem salarialmente aos desembargadores, "para manter o equilíbrio entre os poderes", os deputados aprovaram para si próprios um reajuste de 45%, retroativo a 1º de dezembro, com o qual passaram de 1,8 para 2,7 milhões de cruzados mensais. Ao mesmo tempo, garantiram a vinculação com o funcionalismo estadual, o que lhes proporcionará um reajuste real de 120% a partir de 1º de janeiro. Com isto, daqui a uma semana os parlamentares gaúchos estarão rece-

bendo um salário de 5,9 milhões de cruzados mensais.

Pelo projeto, o presidente da Assembléia tem direito a uma gratificação suplementar que eleva seu salário a 3,15 milhões em dezembro e 4,9 milhões em janeiro. Este será também o salário do governador Pedro Simon, que passou a ser equiparado salarialmente ao presidente do Legislativo. O vice-governador Sinval Guazzelli vai receber salário igual ao de um deputado estadual.

Poderes equilibrados

Os magistrados também receberam dois aumentos com a lei aprovada ontem. O primeiro, de 80%, foi retroativo a

outubro e o segundo são os 120% a partir de 1º de janeiro com a vinculação ao funcionalismo público. Dados fornecidos aos deputados estaduais pela assessoria técnica da Assembléia indicam que um desembargador com 35 anos de serviço vai ganhar em janeiro um salário de cerca de 5,4 milhões de cruzados.

O aumento da magistratura vai provocar um efeito cascata com o qual serão beneficiadas outras categorias. Inicialmente ganham os promotores públicos e procuradores do Estado, que pela nova Constituição têm salário igual ao dos juizes. Até mesmo os delegados de polícia podem receber salários milionários se alcançarem na Justiça a equiparação salarial com o Ministério Público.



Aprovação dos novos salários ampliou querem na Assembléia

Sucessão ocupa espaço

098

Não são apenas os partidos que se consideram de centro que estão conversando, sem maiores compromissos no momento, em torno do episódio sucessório presidencial. A partir do governador Valdir Pires estão sendo abertos novos canais de entendimento entre as esquerdas, passando pelo que alguns denominam de centro-esquerda. O governador da Bahia quase saiu do PMDB, está incompatibilizado com ministros do Governo Sarney e não mantém um bom relacionamento com o Planalto. No PMDB defende posições mais à esquerda e menos comprometidas com o Poder. Em plena fase de articulação está empenhado na tentativa de viabilizar um acordo entre os progressistas do PMDB e outras correntes esquerdistas. Por isso não interrompeu o bom convívio com lideranças que eram do PMDB e passaram para o PSD e até conversa com outras tendências. Ligado aos governadores Miguel Arraes e Pedro Simon, não se afastou do presidente do partido, Ulysses Guimarães, mas não deixa de alertá-lo sobre o papel do PMDB, agora que algumas bandeiras partidárias como a Constituinte, a eleição direta e as prerrogativas parlamentares foram viabilizadas. O PMDB deverá reformular-se e, ao mesmo tempo, adotar uma linha mais atuante. A Convenção Nacional prevista para março deverá definir essa linha, mas que segundo muitos líderes, deveria ser antecipada.

Jarbas

F. B. C.

Uma demonstração de que a inquietação está presente, e ganhando terreno no PMDB, é também a posição que o prefeito Jarbas Vasconcelos, de Recife, vem assumindo. Ele não nega os assédios que vem sofrendo por parte dos adeptos de Leonel Brizola e de Lúcia. Seria uma alternativa para vice-presidência, embora o PDT possua outro líder político pernambucano, o deputado e ex-ministro Fernando Lyra. A sua posição política e ideológica, aliás, sempre gerou reações internas no PMDB, inclusive na última sucessão.

Influir

As mudanças no Governo Sarney estão confirmadas. Um ministro confirmou ontem que o projeto do Governo não é novo e deverá produzir resultados administrativos surpreendentes: "Será melhor governar com um número menor de ministérios. A idéia não é nova."

Hoje, o Presidente recebe o ministro João Baptista de Abreu, mesmo fora de Brasília, com o objetivo de acelerar as decisões que envolvem o chamado enxugamento da máquina além da montagem de uma nova equipe. A questão econômica dependerá de alguns arranjos, em função dos dados da inflação, mas na realidade as três mudanças - ministerial, administrativa e econômica - estão decididas na segunda quinzena de novembro, sobretudo após os resultados das urnas e que acentuaram o desgaste oficial. O mês de dezembro acabou ficando curto para promovê-las, mas foi favorecido pela esperada saída de Aureliano Chaves. No fundo, o que o Presidente pretende fazer é sair do sufoco, tentar dar a volta por cima e influir na sucessão. Meta muito forte para pouco tempo, sobretudo com o atraso com que se lança às reformas. A decisão, no entanto, está tomada.

Como sempre

O ex-presidente Jânio Quadros está saindo temporariamente de cena. Está? A rigor, que ele planeja com sua viagem e a não transmissão do cargo para Lúcia Erundina no domingo é marcar uma posição de antagonismo. E que robustece a informação de que tem projetos políticos. Do contrário, como explicar a busca de holofotes e atenções? Depois de um espaço de tempo afastado ele pretende retornar à evidência e suprir, mais uma vez, que será buscado para o Poder.

Carlos Fehliberg

098

PDS busca nome ideal para Presidência

Pesquisa dará o perfil que mais agrada eleitorado

SÃO PAULO — Por meio de 20 mil entrevistas, a serem realizadas nos próximos dois meses em todo o país, o PDS paulista quer descobrir a opinião da população sobre o perfil e o nome ideais de um candidato à Presidência da República com "densidade eleitoral suficiente para concorrer e aperturar as forças progressistas", segundo interpretação do presidente regional do partido, empresário Roberto Richter. As conclusões da pesquisa serão levadas à reunião do Diretório Nacional do PDS, que definirá o candidato do partido, em março.

Um instituto de pesquisas ainda não escolhido será contratado para realizar a pesquisa política, em três etapas. Na primeira, os entrevistados responderão espontaneamente em quem pretendem votar para presidente. Em seguida, dias depois, o PDS pretende apresentar um questionário de várias perguntas para encontrar a definição, na opinião da população, do candidato.

Este deverá ser um nome "comprometido com a livre iniciativa e com a democracia participativa", segundo Richter, o autor da proposta pela realização da pesquisa nacional aprovada ontem durante almoço entre os integrantes do Diretório Regional do PDS. Por fim, o partido vai elaborar uma lista de nomes de políticos e empresários que julga alinhados ao perfil encontrado na segunda etapa da pesquisa, para submetê-la aos entrevistados.

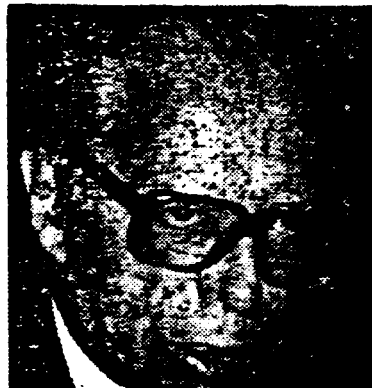
Nomes — Como se já previasse a definição do perfil ideológico e político a ser encontrado na pesquisa, Roberto Richter adiantou que nomes



Silvio Santos?



Paulo Maluf?



Roberto Campos?



Jarbas Passarinho?

como os dos senadores Jarbas Passarinho (PA) e Roberto Campos (MT), do deputado Delfim Netto (SP), do prefeito eleito de Florianópolis, Espiridiano Amin, ou de políticos como Paulo Maluf e Nelson Marchezan, e de empresários como Silvio Santos e Mário Amato fazem parte da relação de nomes que será submetida aos entrevistados na última etapa de pesquisa do PDS.

A comissão executiva do PDS paulista vai formar um grupo de trabalho para redigir uma proposta com vistas a um novo programa para o partido. Saído das eleições de 15 de

novembro com 85 prefeitos em todo o estado e cerca de 6 milhões de votos, o PDS paulista esforça-se para tomar a dianteira no processo de escolha de um candidato presidencial dentro das fileiras o partido.

Em São Paulo, nos setores mais à esquerda do partido, o nome de Jarbas Passarinho é visto com reservas. O senador, porém, conta com pelo menos um cabo eleitoral de argumentos fortes — o deputado estadual Erasmo Dias. Para ele, Passarinho "é, no momento, o nome mais expressivo, o general da guerra que vamos enfrentar".

23 26/2/88

098

44-11

ZERO HORA — Terça-feira, 27.12.88 — PÁGINA 9

PDT lançará Brizola em Brasília

O lançamento oficial da candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República está previsto para o dia 17 de abril, em Brasília. Nessa data, o PDT realizará sua convenção nacional, indicando Brizola candidato do partido, e uma grande festa popular, para marcar o início da campanha.

Antes de decidir-se pelo lançamento em Brasília, Brizola examinou outras opções. Uma delas era sentimental: começar a campanha no Acre, como fez Getúlio Vargas. Outra alternativa era escolher como ponto de partida o Rio, maior reduto eleitoral do brisolismo. Brasília prevaleceu por ser o centro de irradiação nacional a nível político, e porque não há disputas internas no PDT local que possam comprometer a organização do evento.

Nos três primeiros meses do ano, Brizola correrá o País, num trabalho de estímulo à organização do PDT. O ex-governador não visa apenas ao fortalecimento do partido para servir de suporte à campanha, mas também garantir que o PDT tenha pelo menos um fiscal credenciado pela Justiça Eleitoral em cada município do País. Atualmente, o PDT tem diretórios em quase três mil dos 4.200 municípios em que se divide o território nacional.

Voto jovem

Oito milhões de votos dos eleitores de 18 a 17 anos na eleição para presidente da República serão disputados a fundo pelo candidato do PDT, Leonel Brizola. Sua campanha dará atenção especial a esta faixa de idade, com a incorporação de temas como o ensino público, o desemprego das universidades e o problema do desemprego, enfrentado pela grande maioria que chega hoje ao mercado de trabalho.

Segundo o coordenador da campanha, deputado Fernando Lyra (PDT), Leonel Brizola tem tudo para ser o "candidato da juventude". Basta lembrar para os que não acompa-

nharam sua trajetória "a coerência" de toda sua vida pública. "Ele é audacioso, corajoso, uma guerreira, um nome condizente com quem olha para o futuro", afirmou Lyra, acha que esses adjetivos, "devidamente evidenciados", serão capazes de atrair a escolha da massa eleitoral abaixo dos 25 anos.

Reserva, porém, que essa orientação não desviará a preocupação com os demais eleitores. Cuidados com as crianças, os idosos, alimentação, moradia, equilíbrio financeiro do País continuarão igualmente em pauta. Na avaliação do coordenador, os resultados das eleições municipais mostraram que Brizola e os jovens estão "muito próximos" pela enorme quantidade de votos obtidos desse segmento nas capitais onde foram eleitos prefeitos do PDT. Ele considera "temporários" os resultados que apontam a preferência dessa faixa pelo PT, o que levou este partido a ser um dos maiores defensores do voto aos 18 anos no plenário da Constituinte.

Maior exigência

Prevê, ainda, que as mudanças entre as eleições municipal e presidencial afetarão o Partido dos Trabalhadores, agora em evidência, graças a seu discurso. A nível nacional — acredita — o eleitor será mais exigente, buscando credibilidade nas propostas e coerência com a história do País e não apenas discursos. O PDT pretende igualmente disputar com o PT em sua mais importante linha de ataques: o estado de São Paulo e seus 12 milhões de votos, onde, até agora, vem tendo um desempenho inexpressivo. O coordenador informou que no planejamento da campanha serão definidos esquemas capazes de fazer que o candidato Brizola supere as atuais "questões provinciais".

— Brizola é uma força histórica com condições de entrar em São Paulo, não através de apóiamentos, mas sim por meio de sua própria mensagem — previu o deputado. (AG/ANDA)

F. Ex (C. Ps)

01.01

8903629

098

O Governo pretende implantar a reforma administrativa através de medidas provisórias e sem levar o assunto a discussão prévia no Congresso. As alternativas serão estudadas este fim de ano, pelo presidente.

f. 80

Reforma virá através de medidas provisórias

O presidente José Sarney deverá promover a reforma administrativa do Governo através do envio ao Congresso Nacional de um elenco de medidas provisórias até meados de janeiro. Por este instrumento, o presidente vai propor a fusão de diversos órgãos e ministérios que desenvolvem atividades afins com o objetivo de simplificar a administração federal e conter os gastos públicos.

As medidas provisórias constituem um instrumento constitucional de uso exclusivo do presidente da República e substituíram o antigo decreto-lei. A opção de Sarney pelas medidas provisórias, ao invés de encaminhar ao Congresso um projeto de lei propondo as mudanças no Governo, deve-se a sua característica de implantação imediata pelo prazo de 90 dias, quando então terá que ser examinado pelo Legislativo.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Santana (PMDB/BA), disse que o presidente levou para o Maranhão um verdadeiro "cardápio" de possibilidades de reforma na administração pública. Muitas das alternativas são antigas e já foram pensadas pelo presidente por ocasião da última reforma ministerial, em meados do ano passado, mas não foram adotadas devido aos compromissos que mantinha com o PMDB e PFL, que formavam a Aliança Democrática.

Sem demissões

Com o fim da Aliança e da Constituinte e diante da possibilidade de um afastamento formal do PMDB de seu governo, Sarney sentiu-se à vontade para prome-



Carlos Santana explica a reforma

ver as mudanças que deseja para diminuir a expectativa de déficit público, no âmbito do Pacto Social. Santana afirma, porém, que todas as fusões e extinções de órgãos e ministérios não virão necessariamente acompanhadas de demissões de funcionários. Segundo o líder, os servidores que têm mais de cinco anos de serviço são estáveis, por força da Constituição. Os que têm menos, também não devem ser atingidos pela demissão, pois esta não é a tese que norteia a reforma administrativa de Sarney.

— Em tese, lógico. Tudo vai depender do comportamento da economia — disse Santana.

Entre os órgãos que poderão vir a serem fundidos a outros estão aqueles que o Governo já havia, praticamente, desativado na Operação Desmonte. Ocorre que o Legislativo realocou recursos para todos eles, contrariando uma

primeira estratégia do Governo na linha do enxugamento da máquina, e poderão vir a ser extintos ou fundidos com outros, como por exemplo, o Instituto Brasileiro de Café, a Embrater e a Seac, entre outros.

Possibilidades

Entre as alternativas para a fusão de ministérios, o presidente Sarney estuda diferentes formas de composição. O Ministério da Cultura pode voltar à Educação, mesmo com toda a força política de seu criador e atual titular, José Aparecido. Outra possibilidade é a fusão da Cultura, Educação e Ciências, com o desdobramento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Este projeto prevê que tudo aquilo referente à tecnologia seja incorporado ao Ministério da Indústria e Comércio. Mas há também uma proposta de juntar toda a Ciência e Tecnologia ao MEC, como já ocorre a nível estadual, onde as secretarias englobam as três áreas.

O destino de alguns ministérios está praticamente definido. É o caso da pasta da Reforma Agrária, que será incorporada à Agricultura, e o Ministério da Irrigação, que será absorvido pelo do Interior. Para a área da Previdência há diversas alternativas: O Inamps pode ir para o Ministério da Saúde; o Iapaz, para a Fazenda e o INPS para o Trabalho. Os então o Iapaz para a Fazenda e os demais órgãos para o novo Ministério da Saúde e Previdência Social.

Entre todas essas possibilidades, outro ministério também já tem os dias contados: a atual Secretaria de Administração será incorporada à Secretaria de Planejamento. (AG)

058

Reformas confirmadas

As reformas que o Presidente Sarney vai fazer já estavam previstas há algum tempo, mas aguardavam o momento ideal. Sofreram atrasos por várias razões, em parte pela Constituinte, também pelo momento eleitoral, mas agora vão sair. E terão uma forte abrangência. Envolvem preenchimento de ministérios, como é o caso de Minas e Energia e Trabalho, possíveis deslocamentos e substituições, mas ganham importância no enxugamento da máquina administrativa com reduções de várias órgãos além de partir para um planejamento econômico destinado a repercutir na realidade elas se tornaram imperativas. Os novos nomes em função das demissões e busca de uma base política, a redução em decorrência de operacionalidade e contenção de gastos, a econômica porque medidas serão necessárias em função da inflação histórica e tentativa de salvar o Pacto Social. A audiência com o ministro João Baptista de Abreu, hoje, tem este objetivo e o Presidente está convencido de que o quadro pode melhorar. E a tal ponto que acredita em reunir condições para influir, ainda, no episódio sucessório.

Tardou

Um integrante do ministério confirmou ontem a existência, em fase final, desses estudos e admitindo que a administração, assim racionalizada, vai ganhar em eficiência. E confessou: — Essas alterações estavam previstas há algum tempo.

Na realidade, propostas deste tipo estão sendo feitas desde a extinção da Aliança Democrática, quando PMDB e PFL divergiram fortemente com acusações de um ministro que saía, Jorge Bornhausen, contra um que ficou pouco tempo mais, Rafael de Almeida Magalhães. As condições para recompor a estrutura administrativa, com repercussões políticas, passaram a ser estudadas e defendidas nessa oportunidade. Por mais de uma semana falou-se em nova base política, que incluía setores de vários partidos, inclusive do PMDB. A votação na Assembleia Constituinte e as preocupações com o término da transição impediram que as reformas se registrassem naquela oportunidade. A idéia foi aproveitada a nível parlamentar. E com ela surgiu o Centrão, formado em cima das dissidências admitidas para o novo ministério. Ele funcionou na Constituinte, deu o apoio possível ao Governo, mas acabou por não ter correspondência no Executivo. A idéia, que surgiu em fins de 87, era mais abrangente: previa a nova base política, mas com presenças no Governo e prolongamento no Congresso Nacional como consequência. A nomeação do deputado Roberto Cardoso Alves para o ministério da Indústria e Comércio, um dos parlamentares identificados com o Centrão, acabou sendo pouco, além de prejudicar a articulação do grupo na Constituinte. Não foi posto em prática o esquema sugerido por algumas lideranças.

24h 26/12/88

01.01

8903631

038

No retorno a Brasília, no próximo dia dois, o presidente da República convocará os ministros para expor o alcance da reforma administrativa. Estas mudanças, segundo o chefe do Gabinete Civil, não ficam só no primeiro escalão

Reforma atingirá também a administração indireta

A primeira providência do presidente José Sarney ao retornar, no próximo dia dois, de Maranhão, onde passa as festas de fim de ano, será convocar os ministros, sobretudo os que terão suas pastas extintas, para expor os motivos da decisão de promover uma profunda reforma administrativa. O presidente espera chegar a Brasília com as diretrizes da reforma definidas, faltando apenas a montagem política e a formula jurídica para concretizar as medidas.

Hoje, o presidente Sarney recebe, na Ilha de Coruja, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, para discutir o Orçamento Geral da União e os possíveis vetos presidenciais. Também serão examinadas algumas propostas da reforma administrativa a ser implantada.

O ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Costa, disse ontem que as mudanças não ficarão restritas ao primeiro escalão do Governo. Sarney já lhe comunicou que não pretende apenas reduzir substancialmente o número de pastas, como também promover alterações na administração indireta (autarquias, empresas estatais e fundações) com a extinção ou fusão de órgãos, a fim de enxugar a máquina. Segundo Costa Costa, Sarney tratará cuidadosamente da parte jurídica e comandará pessoalmente a engenharia política que envolverá as mudanças no Governo.



Costa Costa: reforma no segundo e terceiro escalões

O ministro não descartou a possibilidade de o Governo promover a reforma através de medidas provisórias (o que levará o Congresso a ser convocado em cinco dias para examiná-las), ou, eventualmente, por meio de projetos de lei e decretos administrativos.

Extinção de órgãos

Os assessores do Palácio do Planalto cogitam a hipótese de o presidente propor a extinção de até sete ministérios. Das 27 pastas existentes, duas — Traba-

lho e Minas e Energia — estão sendo conduzidas por interinos que acumulam a função com outros ministérios.

Os estudos feitos na Sepian aconselham a extinção dos seguintes órgãos da administração indireta: Coplac (Comissão Executiva do Cacau), Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), Cibrazem (Companhia de Armazenagem), CFP (Comissão de Financiamento da Produção), Sudape (Superintendência da Pesca), IEDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Geipot (Grupo de Planejamento de Transportes), EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos), INAM (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), IBC (Instituto Brasileiro de Café), Sudheven (Superintendência da Borracha), Embatur (Empresa Brasileira de Turismo), IPEA (Instituto de Planejamento Econômico e Social), CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), Sudéco (Superintendência do Centro-Oeste). O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) está também incluído na lista dos técnicos da Sepian. Mas, sua extinção não deverá ocorrer, segundo Costa Costa, em função do pedágio a ser cobrado, que, devido a vetos, ainda depende de aprovação do Legislativo. (AG)

A voz da urna altera o coro do poder

Depois das eleições, Sarney investe contra o PMDB, e Ulysses busca um acordo com o PSDB



Ulysses Guimarães e Sarney...

Na semana passada, a inflação bateu um novo recorde, o ministério do presidente José Sarney deu novos sinais de desagregação — e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, voltou a ameaçar o Planalto com a promessa de fazer oposição a um governo em que sua legenda possui treze ministros. Em meio ao naufrágio do Pacto Social, o ministro Ronaldo Costa Couto informa que o governo tem preparativos para lançar uma política de choque para conter a inflação — no Planalto, o governo aceita os detalhes para promover uma reforma no ministério. Em Porto Alegre, o empresário César Valente, líder da Associação Comercial do Rio Grande do Sul e admirador do médico Ronaldo Caiado, fundador da UDR, lança uma nova palavra de ordem — a opção, agora, é engrossar as fileiras do PDT do ex-governador Leonel Brizola.

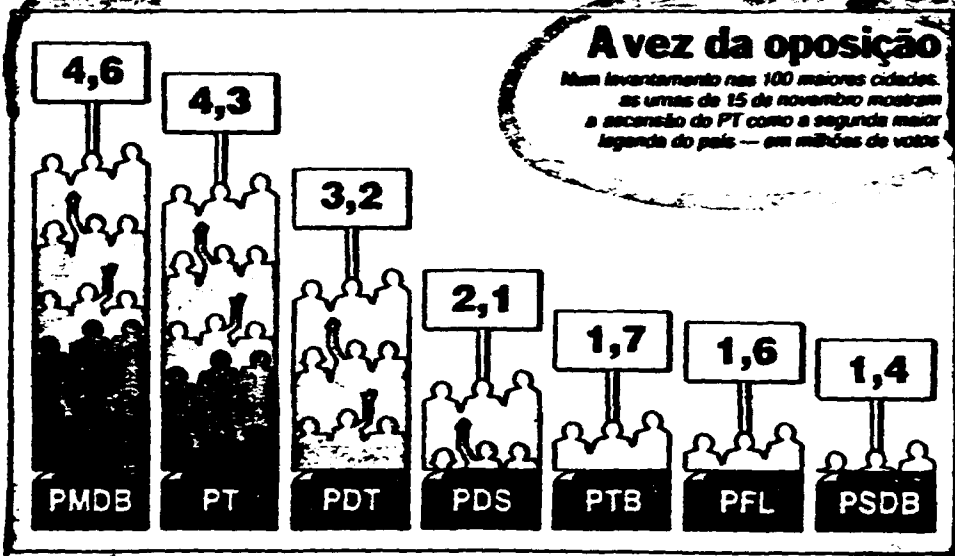
Para se compreender melhor o que se passa com a crise do governo e aquilo que irá acontecer nos bastidores da política brasileira daqui para a frente, basta examinar as duas tabelas publicadas ao lado — nas quais VEJA divulga um levantamento realizado junto ao TRE das eleições nas 100 maiores cidades brasileiras, onde vivem 40% de todos os eleitores que foram às urnas de 15 de novembro e que, dentro de onze meses, apenas, tomarão o caminho da cabine eleitoral para escolher o sucessor do presidente José Sarney. Em sua frieza, esses números demonstram um fenômeno simples como uma equação de 1.º grau. A grande novidade reside no PMDB, em que o levantamento anota uma notícia boa e outra péssima. A boa — evidentemente do ponto de vista peemedebista — é que a legenda de

Ulysses Guimarães, que a missão comercial apresentava como tendo sido massacrada pelas urnas, saiu da prova de 15 de novembro como titular do maior bati de votos das 100 maiores cidades brasileiras — no total, ficou com 4,6 milhões de eleitores. A notícia má, sempre do ponto de vista peemedebista, é que em apenas dois anos a legenda de Ulysses Guimarães foi abandonada por quase 7 milhões de eleitores. O resultado final dessa equação é bastante claro: de cada dez votos que ganhou no Plano Cruzado, o PMDB perdeu seis — em 1988, o partido é menor do que em 1982.

"IRRADIADORES DE OPINIÃO" — O levantamento também indica uma outra novidade — o surgimento do PT como o maior partido de oposição ao governo, que cravou 4,2 milhões de votos entre o eleitorado das

100 maiores cidades e cresceu mais de 100% em apenas dois anos. As legendas conservadoras ficaram estagnadas, como o PFL, ou até emagreceram, como o PDS. O PDT do ex-governador Leonel Brizola cresceu — possuía 2,6 milhões de votos em 1986, saiu das urnas com mais de 3 milhões. "Creio que hoje nenhum partido tenha uma força igual à do PT", afirma o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato da legenda à sucessão do presidente Sarney. "Por tradição, essas 100 cidades são multiplicadoras de votos", afirma o cientista político Marcus Figueiredo, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, de São Paulo. "É nelas que está o centro irradiador de opinião do país", acrescenta.

O professor tem razão. Houve uma época em que os políticos disputavam cargos e adquiriam força com base em seus conheci-





... (com Humberto Lucena): bate-boca



Lula (com Brizola): "Não há nenhuma força igual à do PT"

mentos acadêmicos, suas qualidades pessoais, suas amizades com o governo — e até mesmo suas ligações com os quartéis. No Brasil que seguiu as eleições de 1982, no entanto, a força de um político depende, cada vez mais, de um outro recurso — sua capacidade de conquistar votos e ganhar a preferência da maioria do eleitorado. Pode-se gostar, ou não, desse sistema — mas o fato é que é dessa forma que o país irá funcionar, ao menos enquanto os cargos públicos estiverem nas mãos do eleitor. "A pior coisa que um homem público pode fazer é afrontar o povo", afirma o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Para ele, quando uma eleição apresenta resultados adversos, a primeira providência é tentar aprender o que a população quis dizer com o seu voto — e tirar lições disso. "Nas eleições, o eleitor reprovou tudo o que era governo, aí

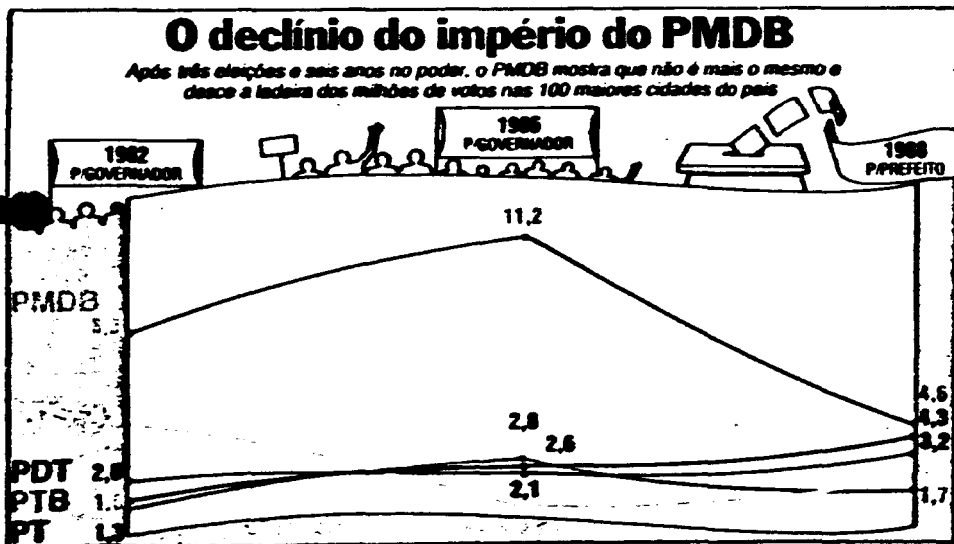
incluindo-se o PMDB. Quem está errado é o PMDB e quem está certo é o eleitor. Resultado de eleição, aliás, nunca está errado", acrescenta Quércia, que, com os dois olhos voltados para a mensagem das urnas, providenciou uma reforma de urgência em seu secretariado de governo (veja quadro à página 30).

Em sua geografia, o levantamento das 100 maiores cidades chega a ser precioso — além das capitais, inclui tanto eleitores que moram em Santarém, a 1 369 quilômetros de Belém, como a população de Rio Grande, a 330 quilômetros de Porto Alegre, e também lugares miseráveis, como Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, e cidades prósperas, como Americana, no interior de São Paulo. A grande utilidade desses números, no entanto, diz respeito à quantidade de mitos que ajudam a desfazer, tanto à direita

como à esquerda do espectro político do país. Logo depois que as urnas foram abertas, o presidente José Sarney disse, numa entrevista, que o Brasil estaria às vésperas de uma "revolução socialista". Os números do TRE das 100 maiores cidades, no entanto, mostram que essa avaliação está longe da realidade.

PRUDÊNCIA TOTAL — Mesmo quando se soma a votação de siglas que possuem uma química tão diversa como o PT e o PDT, e se supõe que os dois eleitorados poderão somar-se numa frente comum sem provocar perdas à direita e à esquerda, verifica-se que esses dois partidos conseguiram faturar 35% dos votos. É óbvio que essa porcentagem faz da esquerda a grande vencedora em 15 de novembro — pois nem o bloco das siglas moderadas, como o PMDB e o PSDB, ou de legendas que comungam no conservadorismo, como o PDS e o PFL, por exemplo, saiu das urnas com um respaldo do mesmo tamanho. Mas também é óbvio que o eleitorado do PT e do PDT está muito longe de constituir a maioria dos eleitores brasileiros — representa, pela radiografia do 15 de novembro, pouco mais de um terço. Isso quer dizer que os políticos que não gostam dessas siglas dispõem, ao menos em tese, de um amplo terreno para tentar vencê-las na sucessão presidencial, que será disputada pelo sistema de dois turnos — numa primeira rodada, apresentam-se todos os candidatos, e caso nenhum deles faça a maioria dos votos, ocorre um segundo pleito, 45 dias mais tarde, com participação dos dois primeiros classificados na etapa anterior.

Outra novidade que o levantamento apresenta diz respeito ao eleitorado das legendas



VEJA, 21 DE DEZEMBRO, 1988

29

conservadoras. Desde o colapso do Plano Cruzado que entrou em circulação nos meios políticos do país um raciocínio segundo o qual o eleitor, desiludido com o PMDB e irritado com as sucessivas trapalhadas do governo Sarney, estaria disposto a ressuscitar, nas urnas, aquelas siglas que haviam sido governadas pelo regime do AI-5. O que se verifica, contudo, é o contrário. Entre 1982 e 1988, por exemplo, o Brasil trocou um presidente militar por um civil, passou pelo Plano Cruzado e pela Assembleia Constituinte, enfrenta a maior inflação de sua História, e os jornais estão recheados de manchetes a respeito de corrupção em Brasília — mesmo assim, o eleitorado conservador não sai do lugar. Em 1982, o PDS e o PTB conseguiram o apoio de 6,4 milhões de eleitores nas urnas das 100 maiores cidades. Seis anos mais tarde, o conservadorismo até produziu novos descendentes, como o PFL e o PL, mas seus votos caíram no mesmo armário de 1982 — chegaram a 6,5 milhões. Trata-se, para os conservadores, de uma notícia mais sombria do que parece. É que, de lá para cá, o eleitorado em seu conjunto teve um crescimento de 30%.

Em Brasília, a mensagem saída das urnas provocou um choque de comportamentos. Uma fatia do PMDB alinhada com o deputado Ulysses Guimarães deu início a uma manobra para aprender o vocabulário que o eleitor utilizou na hora em que deu seu voto



Quêrcia: "Quem está certo é o eleitor"

— por essa razão, prepara uma reconversão de sua legenda às fileiras do oposicionismo. No Planalto, contudo, teve início uma operação em direção oposta.

Num comportamento idêntico ao que exibiu antes das eleições, o governo voltou a remexer nos arquivos de seu aparato de informações em busca de documentos intitulados de ultra-secretos a respeito das organizações de esquerda. Desta vez, foi o jornal

O Estado de S. Paulo que divulgou trechos de um dossiê a respeito de nove grupos clandestinos partidários da luta armada — conforme o documento, sete deles estariam abrigados no PT. Nos últimos tempos, a papela dos espões do governo trazia uma assinatura conhecida, a do Serviço Nacional de Informações, o SNI. A grande novidade, naquilo que se pôde ler na semana passada, é que se inaugurou uma fase de denúncia anônima — o relatório é tão secreto que não informa sequer qual foi a repartição, entre os onze órgãos oficiais dedicados à xeretagem, responsável pela confecção do dossiê.

"COVAS É MESMO CANDIDATO?"

— Numa outra investida dura, o presidente José Sarney reuniu nove ministros do PMDB, no Palácio da Alvorada, para organizar uma investida em outra direção — avançar sobre a legenda de Ulysses Guimarães com a finalidade de assumir o controle do partido, que, bem ou mal, ficou com 4,6 milhões de votos em 15 de novembro. Embora interessado no eleitorado peemedebista, Sarney aproveitou a ocasião para falar mal do partido. "O PMDB foi responsável pela política econômica até o início deste ano e não conseguiu resolver o problema econômico", disse Sarney. O argumento do presidente, de fato, tem procedência. Quando Bresser Pereira, sucessor de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, os dois ministros indicados pelo PMDB

para o comando da economia, entregou o cargo, a inflação peemedebista alcançava a taxa de 366% ao ano. A dificuldade, no caso, é que a inflação pós-PMDB também é um desastre. Em 18 de dezembro de 1988, quando Mailson da Nóbrega completou seu primeiro aniversário na Fazenda, a alta dos preços estava na marca dos 700%. "Não temos responsabilidade sobre os últimos ministros da área econômica", rebateu Ulysses Guimarães. "Eles poderiam ter atuado para corrigir e resolver problemas."

Por trás desse conflito entre Ulysses e Sarney, o que se esconde é um presente desastroso para ambos — mas também se verifica uma atitude diferente dos dois na hora de se examinar o futuro. Com sua postura de dureza que lembra o deprimente período em que pretendia assustar a Constituinte nos debates sobre o mandato de cinco anos, o Planalto dá a impressão de que nada tem a ver com o resultado do último pleito — continua trabalhando na mesma rotina de sempre, como se os milhões de eleitores que votaram contra o governo não passassem de um bando de gatos pingados. Na mesma semana em que investiu contra o PMDB, o presidente José Sarney repetiu seus costumeiros elogios às Forças Armadas — no almoço de fim de ano, no Clube do Exército, voltou a dizer que os militares foram os únicos que não causaram nenhum problema a seu governo. O que há de ruim, no mais recente oposicionismo de Ulysses



O senador Mário Covas: "Não somos o PP"

Guimarães, é o seu caráter tardio. O que há de bom, contudo, é sua postura — de quem já saiu à luta para tentar resolver o próximo pleito pelo caminho eleitoral. Na semana passada, procurando articular uma frente contra o PT e o PDT, Ulysses teve uma conversa de 1 hora com o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

"O Mário Covas é mesmo candidato?", quis saber Ulysses. "É evidente", rebateu

Fernando Henrique. "Há alguma possibilidade de aliança com o PMDB", insinuou Ulysses, convencido de que ficará muito difícil enfrentar a esquerda de Lula e Brizola sem um pacto com a antiga fatia de esquerda do velho PMDB — marcada pelos tucanos de hoje. "Isso é muito difícil", respondeu Fernando Henrique. "Não somos o PP", rebateu Mário Covas, ao saber da oferta de Ulysses, referindo-se à dissidência criada em 1980 que, meses mais tarde, retornou ao PMDB.

Amargo, para o governo, o levantamento do voto nas 100 maiores cidades do país é um desses mapas que guardam uma surpresa em cada uma de suas planícies. O PFL mantém uma força pequena nas grandes cidades — mas ficou com 1 500 prefeituras espalhadas pelo país inteiro, num desempenho que só é menor que o do PMDB. A esquerda cresceu no PT e no PDT, mas saiu esfrangalhada quando outras legiões de famílias vizinhas saíram em busca do eleitorado — a soma dos votos do PCB e do PC do B fica abaixo dos 50 000 eleitores nas eleições majoritárias desses lugares. A eleição de 1988 lançou um pacote de interrogações para a maioria dos políticos e, desde já, uma boa parte deles procura se adaptar para enfrentar a corrida de 1989. O bom de uma democracia é isso — nada como um pleito depois do outro.

chefe da assessoria do ex-ministro Dilton Fumero e um dos expoentes do pensamento econômico mais à esquerda no PMDB, tradicionalmente representado pela Universidade de Campinas. "É notório que sou uma pessoa de esquerda", afirma Belluzzo.

"Não se pode pensar no país sem pensar em São Paulo e não se pode pensar em São Paulo sem pensar no país", disse Quérzia, na cerimônia de posse dos novos secretários, associando, num mesmo raciocínio, o eleitorado de São Paulo e a estrada que leva ao Palácio do Planalto. Nessa sua nova investida, o governador também prepara um golpe duro naquele

O escritor Fernando Morais: um amigo de Fidel Castro no governo de São Paulo

ponto que mais irrita o eleitor — o da reforma de uma máquina oficial cara, enferrujada e associada com ineficiência, desperdício e empreguismo. Na semana passada, depois de estudar um relatório de 45 000 páginas sobre a máquina pública do Estado, elaborado por um conjunto de treze empresas par-

ticulares de auditoria, Quérzia decidiu extinguir nove secretarias e planeja suprimir mais de cinquenta diretorias de empresas estatais. Outro esforço seu é eliminar as vice-presidências das estatais, sob um argumento irrefutável — numa estatal, só se precisa do vice-presidente quando o titular sofre um impe-

dimento definitivo e, neste caso, basta nomear um outro presidente. No centro de toda a reforma na administração de São Paulo está um Estado que gasta 5 bilhões de dólares por ano com 700 000 funcionários públicos — o que, no papel, dá uma renda per capita de 7 000 dólares anuais para os servidores paulistas, cifra equivalente à de países como Israel e Itália e ao dobro da média nacional. A reforma administrativa em São Paulo é um plano para ser concluído dentro de quatro anos, quando Quérzia já terá entregue o governo a seu sucessor. Se for levada até o final, pode promover uma economia de 1,5 bilhão de dólares dos contribuintes paulistas.



038

PC do B reclama de não ter sido convocado por Erundina

SÃO PAULO — A nomeação de vinte petistas para as administrações regionais da cidade, órgãos do município que funcionam como mini-prefeituras espalhadas pela cidade e têm importante papel a cumprir no governo do PT — incentivar a organização dos "conselhos populares" que vier a implantar — causou os primeiros problemas dentro da coligação que elega a prefeita Luiza Erundina, formado pelo PT, PCB e PC do B. "Se a unidade foi importante para vencer, deveria ser importante para governar", reclamou o vereador Aldo Rebelo, eleito pelo PC do B e membro da direção nacional do partido.

O PC do B esperava receber duas administrações regionais que já havia ocupado antes e ontem enviou um telegrama à prefeita eleita onde faz uma queixa formal ao PT. "Estranhamos tal monolitismo", afirma o PC do B em seu telegrama. "O PT só tinha a ganhar se incorporasse outras forças políticas ao governo", avalia Olival Freire, presidente do diretório regional do PC do B em São Paulo e membro do diretório nacional do partido. "Os cargos de Administrador regional têm conotação política e outros partidos só fortaleceriam o governo", opinou.

25/11/68 — Arivaldo Santos



Erundina fica surpresa

O protesto do PC do B não significa uma ruptura com a prefeita. "Nós vamos apoiá-la politicamente e manter a nossa independência", afirmou Freire. No entanto, os comunistas desse partido não pretendem ocupar qualquer cargo no governo de Luiza Erundina. "Como as posições políticas importantes estão sendo preenchidas exclusivamente por petistas, o partido declina de sua participação em qualquer nível de governo", afirmou Freire.

re. "Se não fosse assim, pareceria que o PC do B está somente preocupado com empregos", explicou. Os comunistas do PCB, o conhecido *partidão*, ainda não tem uma posição sobre o assunto. "O diretório vai se reunir segunda-feira para discutir essa questão", informou Alberto Negrin, do Diretório Municipal.

"Os PCs vão fazer parte de outras composições", avaliou Adriano Diogo, vereador eleito pelo PT. "Tivemos um excelente relacionamento com esses companheiros na campanha e queremos sua contribuição na administração", afirmou Diogo, referindo-se ao PC do B. "As administrações vão ter o mesmo status que o secretariado", explicou, ao justificar a ausência dos PCs. Diogo, cuja corrente Poder Popular e Socialismo tem quatro militantes entre os administradores, considera que não houve loteamento de cargos. "A nomeação dos regionais é uma radiografia do partido na cidade", avaliou. "É natural que várias correntes, pela sua inserção nos movimentos populares de cada região, indiquem e apoiem nomes para esses cargos", afirmou Diogo, lembrando que a competência de cada administrador foi um dos critérios básicos de escolha.

078

El presidente de Brasil defiende el modelo neoliberal

PARIS. - El modelo liberal es el más conforme a las aspiraciones profundas de los brasileños, declara el Presidente de Brasil, José Sarney, en una entrevista que publicó ayer el diario francés "Le Figaro".

El Presidente Sarney, que llegará mañana a Francia en visita privada, estima en sus declaraciones que "el Estado, en Brasil, ha adquirido una dimensión excesiva. Se ha convertido en algo que no se puede administrar".

"He actuado con firmeza para intentar reducir el sector público y los primeros resultados en ese campo son más que alentadores; con-

seguimos concluir el primer semestre con un déficit público de menos de un 1 por ciento del PIB (Producto Interno Bruto), lo cual sobrepasa nuestras esperanzas", indica el Jefe de Estado brasileño.

Refiriéndose a la reforma agraria, el Presidente Sarney comenta que "lo fundamental es que nuestra reforma agraria ha dejado de ser objeto de controversias ideológicas, de confrontación entre partidos, para convertirse en un problema gubernamental como los demás".

Para José Sarney, las únicas dificultades por resolver son ahora de "orden mo-

nico" y agrega: "trataremos de todo esto al término, como dice el filósofo la voluntad del querer".

Respecto al problema de la deuda, el Presidente de Brasil estima que esta cuestión "presenta dos aspectos: un aspecto económico-financiero y un aspecto político".

"El aspecto económico-financiero contempla las transacciones entre los países deudores y sus acreedores, especialmente los bancos pero el aspecto político sobrepasa la cuestión puramente financiera para destacar la corresponsabilidad de los países deudores y de los acreedores".

"La deuda no puede, no debe, seguir siendo un instrumento de cobro para los Estados del Tercer Mundo que se han convertido hoy en día en exportadores de capital", añade.

Asimismo, subraya que "Brasil es un gran país que cumplirá sus compromisos pero tampoco dejará por ello de ser solidario con los países de Latinoamérica y del Tercer Mundo que nunca podrán pagar su deuda".

"No se puede desear que la democracia se desarrolle con armonía en Latinoamérica y al mismo tiempo imponer a los Estados latinoamericanos convertirse en exportadores de capital".

LEL

17/10/88 FRC

01 - 01

8903682

O novo desafio do PT

Uma conclusão já pode ser extraída das eleições municipais realizadas ontem em todo o País: o PT desponta como uma força política nacional e vai ter peso para influir. Além de Porto Alegre, onde a pesquisa de boca-de-urna indica um triunfo de Olívio Dutra, o prognóstico envolvendo Luiz Erundina em São Paulo, o crescimento e as perspectivas em Vitória, Belo Horizonte, Rio e outras capitais, sem falar de municípios importantes, demonstra que os petistas surgem como o partido que conseguiu captar o protesto e recolhe os dividendos de um trabalho intenso, de crítica continuada, nos últimos anos. Com uma proposta bem definida, marcada ideologicamente, o PT ingressa numa nova e importante etapa na sua trajetória. Desde que a vitória de Olívio Dutra se definiu, após presença constante e crescente nas últimas pesquisas, a grande indagação passou a ser a administração da vitória pela agremiação petista, que aumenta de dimensões na medida em que o êxito eleitoral não se limita, como em 85, a uma localidade. O fortalecimento do PT é expressivo, daí os questionamentos e expectativas existentes. O partido liderado por Lula tem aspirações, desenvolve sua atividade em vários setores simultaneamente e, ao mesmo tempo, penetra nas áreas operária, intelectual, jovem, rural e clerical, pelo menos. Ainda vivendo as emoções do crescimento, as lideranças petistas têm as atenções voltadas para os passos seguintes, numa seqüência que tem sido marcada pela demência, coerência e crítica. É um novo momento o que os petistas começam a viver, e nele está presente, fortemente, a preocupação em mostrar viabilidade administrativa, tantas têm sido as observações sobre o caso de Fortaleza. Desde ontem, ao conhecer o prognóstico da pesquisa, as lideranças petistas estão avaliando a responsabilidade que o eleitorado atribuiu ao partido. Reflexões necessárias, na medida que, em outras oportunidades, na euforia da vitória, faltou o exame de conjuntura. No episódio de 1986, quando a popularidade do Cruzado esteve presente, o partido vencedor não teve tempo e nem condições, pelos conflitos na área governista, para usar a força política, recolhida do apoio popular num momento muito especial. A rigor, ocorreu o contrário com a edição do Cruzado II e a interrupção das razões que geraram a euforia. O resultado de tudo isso pode ter sido uma das causas da resposta popular ontem.

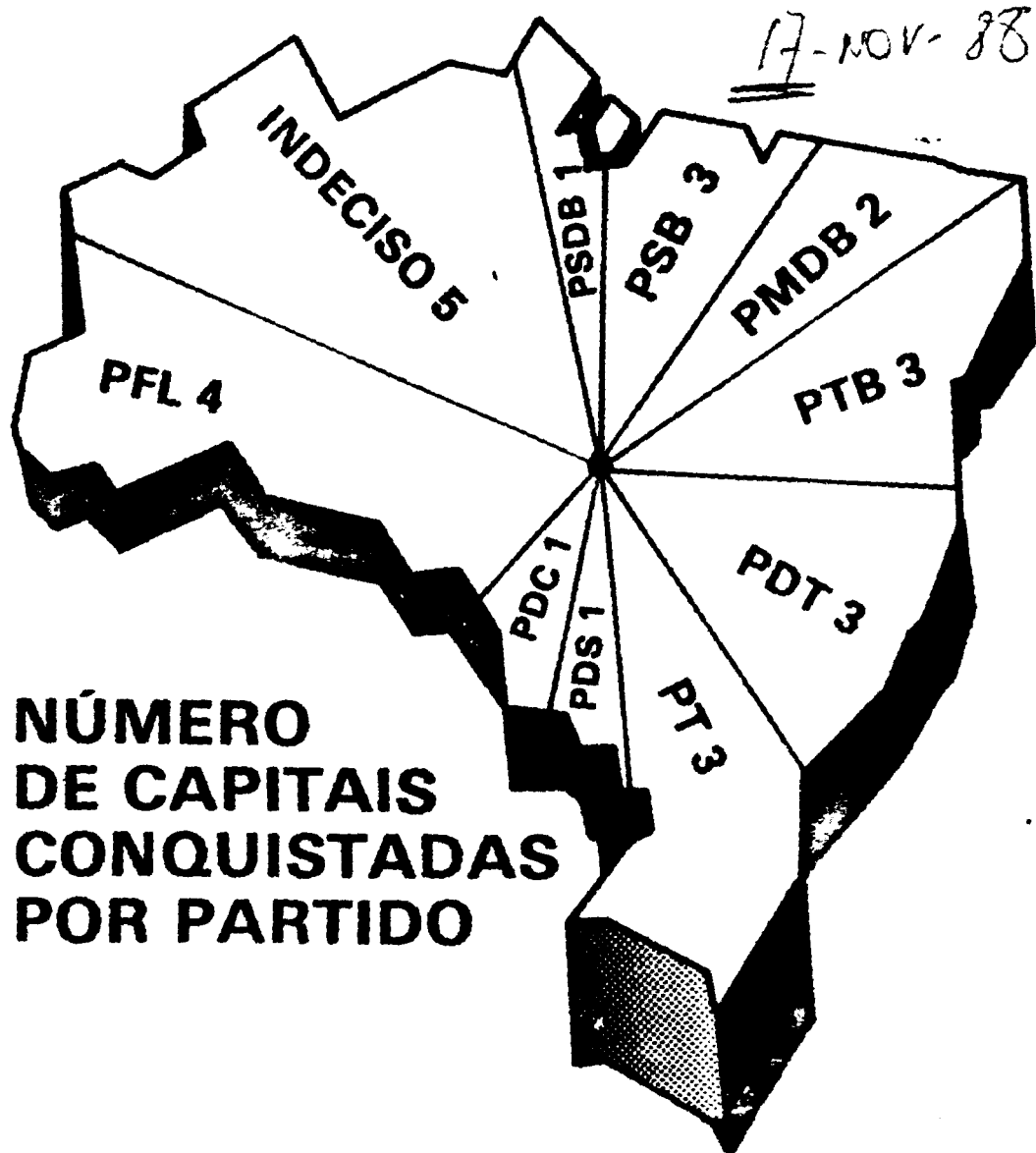
PMDB cai

A outra forte consequência das previsões das pesquisas é a queda do PMDB, em parte pelo desgaste nacional, na medida em que se tornou identificado com o Governo e sua crise econômica. Apesar de deter os executivos estaduais, menos um, o PMDB sente confirmar-se a tendência adversa, pela primeira vez, num momento eleitoral dessa natureza. Em 1974 e 1986, acabou liderando as avalanches eleitorais no plano parlamentar e executivo, respectivamente. Na realidade o desgaste partidário é um fenômeno, que deve gerar uma reavaliação, capaz de fixar suas relações com o Governo Federal. A ambigüidade foi considerada decisiva para o desempenho nas urnas. Dela livrou-se o grupo que deslocou-se para o PSDB, uma alternativa que pode ganhar novos espaços ou novas adesões. O discurso peemedebista, apesar do esforço de suas lideranças, acabou desgastado.

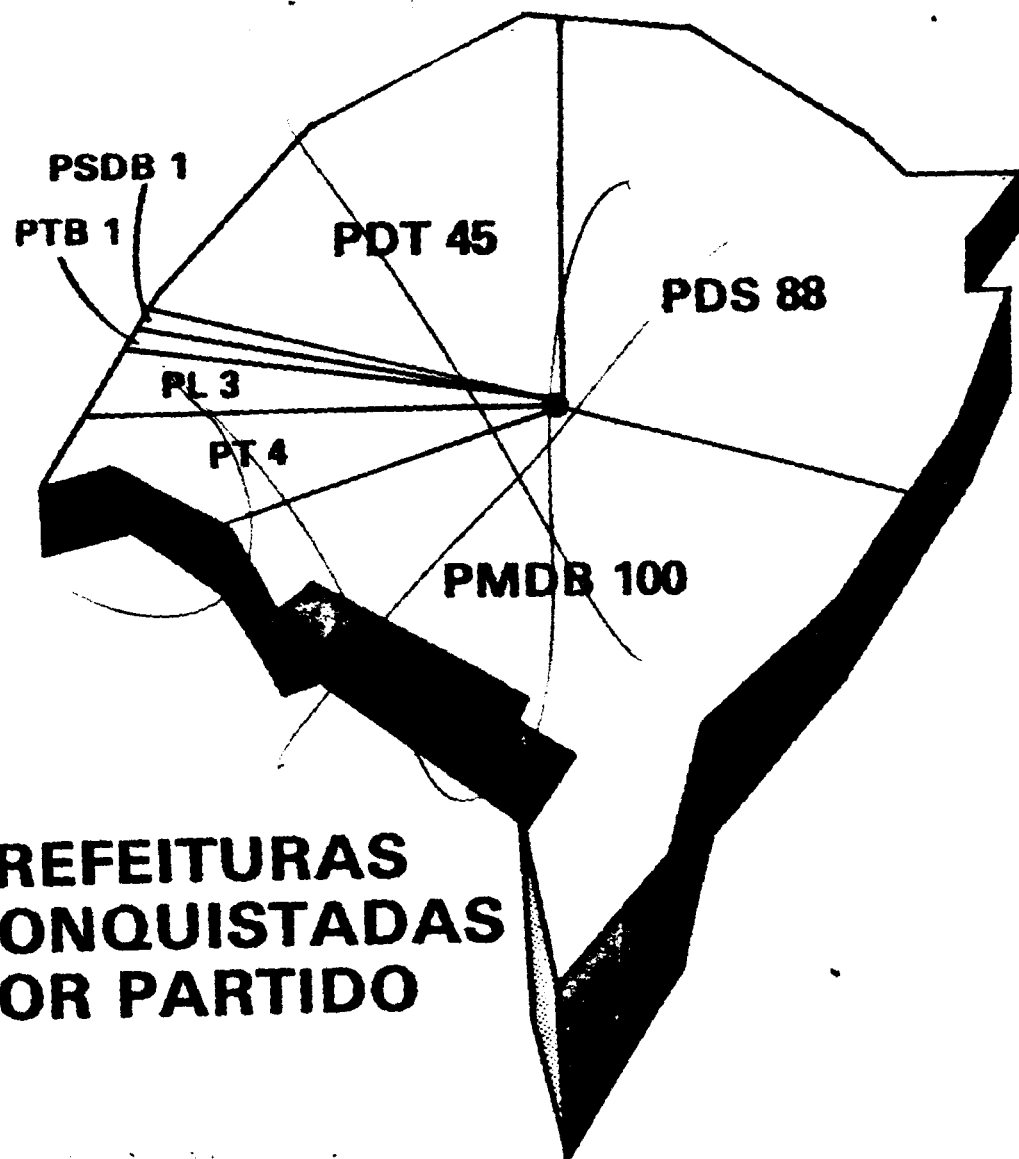
01 - 01 Carlos Fehlbeg

OSG

F. Bo
(P.P.)



● NÚMERO
DE CAPITAIS
CONQUISTADAS
POR PARTIDO



● PREFEITURAS
CONQUISTADAS
POR PARTIDO

Eleitor alterou mapa político

O mapa político do País está sendo profundamente alterado. A partir de 1º de janeiro, quando assumirão os novos prefeitos, principalmente das capitais, a correlação de forças será bem diferente daquela que emergiu das eleições de 28 quando o PMDB, prestigiado pela onda de esperança do Pão de Cruzado, elegeu a quase totalidade dos governadores e a maioria dos constituintes.

Nas 21 capitais onde o Ibope realizou pesquisas no curso da campanha, os últimos resultados apresentavam o seguinte quadro de vitórias parciais: PMDB: Goiânia e Salvador; PDT: Curitiba, Rio de Janeiro e Natal; PFL: Cuiabá, Macaé, Recife e João Pessoa; PT: Porto Alegre, São Paulo e Vitória; PSB: Manaus, Aracaju e Macapá; PTB: Campo Grande, Belém e Porto Velho; PDS: Florianópolis; PSDB: Belo Horizonte; PDC: capital do novo estado de Tocantins (o nome ainda não foi definido). A disputa era equilibrada, confirmando-se o empate técnico das pesquisas (era impossível, ontem, fazer um prognóstico seguro de vitória de qualquer um dos dois primeiros colocados), em São Luís do Maranhão,

Terceira e Fortaleza.

Pelos números apurados até agora o PMDB vai perdendo não apenas em colégios eleitorais de maior importância, como São Paulo - a prefeitura que pensava conquistar depois da vitória de Quirino para o Governo do Estado e de João Cabral, depois PDS, a prefeitura de mais votos da história da República. Segundo os Ibope, em Goiânia, perde com Curitiba, Rio e Natal para o PDT; na capital paulista, Porto Alegre e Vitória para o PT; em Florianópolis para o PDT; em Belém, Campo Grande e Porto Velho para o PTB; em Cuiabá, Macaé, Recife e João Pessoa para o PFL; em Belo Horizonte para o PSDB que apresentou como candidato o ex-líder pscomunistas na Câmara, Plácido da Veiga. Este quadro, no entanto, apresenta apenas dois tipos distintos de oposição: entre as oposições, euforia; no PMDB, propostas de uma avaliação imediata dos resultados negativos tendo em conta, sobretudo, que o País está a um ano das eleições presidenciais e que as prefeituras constituem pontos de apoio importantes para qualquer campanha reeleitoral.

Liderança em número de prefeituras no Estado

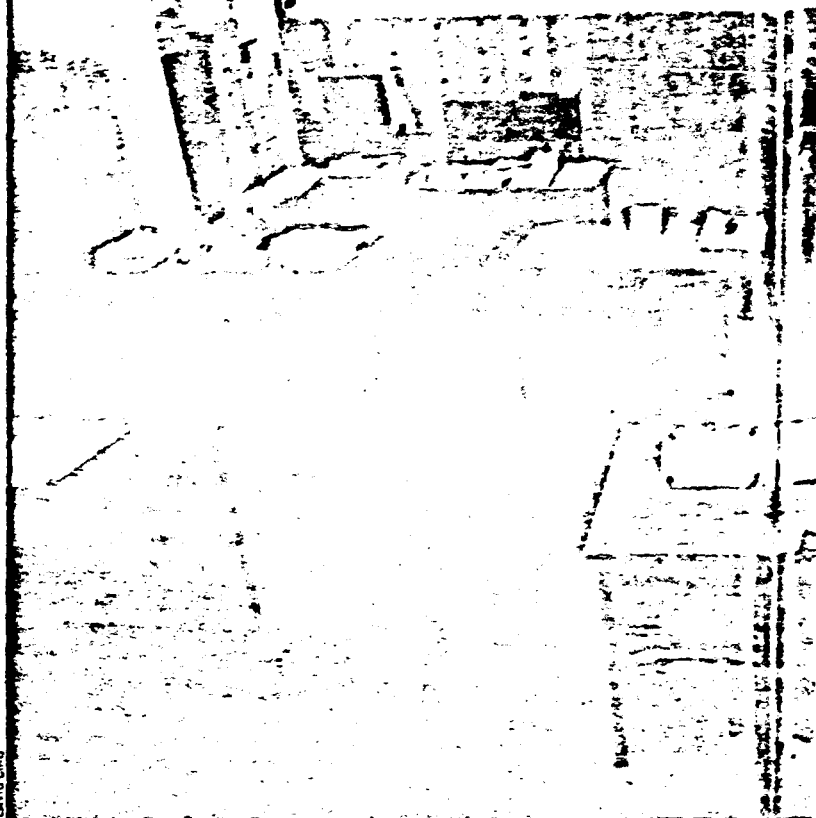
De 332 prefeituras do Rio Grande do Sul, o PMDB conquistava, até o final das apurações de ontem à noite, um total de 100; o PDS estava em segundo lugar com 88; o PDT tinha 45; o PT quatro; o PFL três; o PTB uma e o PSDB uma. Mas embora vitorioso quanto ao número de administrações municipais, quer disputando sozinho, quer em coligações, o partido perdeu nos principais centros urbanos do Estado.

O partido já se considera derrotado em Pelotas, onde jogou o prestígio do ex-prefeito e atual deputado federal Irajá Andara Rodrigues. Lá, o

próprio PDS, que concorreu com Adolfo Fetter Junior e vinha bem nas pesquisas, foi surpreendido com o volume de votos conquistados pelo candidato do PDT, José Anselmo Rodrigues. Em Canoas o vitorioso está sendo o pedetista Hugo Lagranha, que concorrerá contra o deputado federal Ivo Lech; em Caxias o líder da bancada do PMDB na Assembleia, Germano Rigotto, perde para o representante do PFL, Manoel Serafini Filho e, em Rio Grande, a disputa se dá entre Paulo Vidal, do PT, e Valdomiro Lima, do PDT, com vantagem para o petista.



REGINA GORDILHO descobriu um mar de lama na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a qual preside, e demitiu 388 funcionários contratados através de documentos falsificados. Recebeu até ameaça de morte por telefone, mas diz que está disposta a ir até o fim: "Os responsáveis agora terão de explicar as contratações".



Repartição pública, no Rio de Janeiro: mesas...

Brasil

f. 902. (608)

A caça aos fantasmas

O país reage ao empreguismo no serviço público e exige o fim de abusos como a tolerância com os que ganham sem trabalhar

Poucas coisas são tão saborosas para um político brasileiro quanto empoleirar parentes e eleitores no serviço público. Nada lhe custa e muito lhe rende — votos da parte dos eleitores e satisfação garantida dentro da família. Desde que Tomé de Souza desembarcou no Brasil como primeiro governador-geral, em companhia de sua comitiva de escrivães, contadores e jesuítas, há mais de quatro séculos, os governantes têm usado a caneta com paixão para aumentar seus quadros de servidores, necessários ou não, numa prática que levou a abusos grosseiros, mas que jamais esbarrou numa reação mais pronunciada da opinião pública. A situação, agora, é outra. Na semana passada, depois de acostumar-se a um novo debate em torno da gordura excessiva acumulada na administração federal e nos quadros estaduais e municipais, os bra-

sileiros mostravam sinais de que se inicia uma guerra contra os políticos compulsivos do empreguismo.

No Rio de Janeiro, a vereadora Regina Gordilho, do PDT, 54 anos, presidente da Câmara Municipal em seu primeiro mandato, era aplaudida por ter posto no olho da rua 388 funcionários fantasmas contratados através de expedientes criminosos, até com falsificação de documentos. Regina foi boicotada por colegas, recebeu pressão dos funcionários que comanda e até ouviu ameaças de morte pelo telefone de sua casa — mas vai em frente. "Os responsáveis pelas contratações também vão ter de se explicar", promete ela para um grupo encorpado de vereadores e funcionários atolados até o pescoço na irregularidade. Em Brasília, a meca dos barabés nacionais, de onde o presidente José Sarney geriu a contratação de aproximadamente 100 000 pessoas

em seus quatro anos de governo, o palco do combate transferiu-se momentaneamente do Executivo para o Congresso. Ali, a estudante Maria Aparecida de Oliveira, em pesquisa para escrever uma tese de ciência política na Universidade de Brasília, desvendou um escândalo familiar. Guiada por funcionários insatisfeitos com o protecionismo reinante no Legislativo, ela passou seis meses escarafunhando a intimidade dos gabinetes para descobrir que 197 dos 495 deputados e 22 dos 75 senadores empregam um total de 325 parentes com salários que chegam a 3 000 cruzados novos, enquanto o trabalhador brasileiro recebe em média 90 cruzados novos. "O pior é que muitos nem trabalham", diz Aparecida.

MATERIALIZAÇÃO — Nada disso é novo na essência, já que o clientelismo e o nepotismo se infiltraram nos hábitos nacionais



HUMBERTO LUCENA, senador, é um dos que têm mais parentes no Legislativo: um filho, um irmão e três sobrinhos. Ainda assim se queixa: "É injustiça acusarem-me por nomear parentes". Em 1987, quando presidiu o Senado, ocupou ao mesmo tempo uma mansão e um amplo apartamento em Brasília, à custa da União.

...vagas na hora do expediente

antes da invenção do samba e da importação do futebol. A novidade nesse terreno está no fato de que denúncias como a de Aparecida e campanhas como a de Regina Gordilho parecem prosperar no Brasil atualmente, com ampla aprovação da opinião pública. Na Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, o presidente recém-eleito, vereador Eduardo Suplicy, do PT, conseguiu apalpar dois funcionários fantasmas que na semana passada se materializaram na sua frente 2 horas depois que ele fez uma chamada pelos alto-falantes, com a lista de servidores na mão. Feita a identificação dos fantasmas, o vereador Suplicy cumprimentou-os pelo comparecimento ao local de trabalho — e deu-lhes serviço imediatamente, diante de uma massa atenta de repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. Uma outra presa de Suplicy é Renato Tuma, irmão do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que está há 35 anos na Câmara e atualmente exercia suas funções num certo Conselho Consultivo Metropolitano. O problema é que esse órgão deixou de funcionar há mais de três anos.

O caráter inovador desses números teatrais que arregimentam audiência certa está numa mudança óbvia. Durante muito tempo, os políticos brasileiros só tiveram a ganhar com as contratações de amigos e parentes, com a concessão de um cargo de fiscal do Inamps ao eleitor de sua região ou ainda com a tolerância diante de auxiliares que nunca compareciam ao gabinete para

trabalhar. Pouco a pouco, vão descobrindo que essas práticas voltam-se contra eles com uma força insuspeitada. Examine-se o constrangimento de um político veterano como Humberto Lucena (PMDB-PB), ex-presidente do Senado, ao tentar uma explicação plausível para a presença de cinco parentes seus no quadro de pessoas remuneradas pelo Poder Legislativo — um irmão, um filho e três sobrinhos, sem contar um ex-genro que o Senado já sustentou e que hoje dá plantão como professor na Universidade de Brasília.

"É injustiça acusarem-me por nomear parentes", queixava-se Lucena na semana passada, depois de ter sido retratado na imprensa como um dos campeões do nepotismo no Legislativo. Não é sua primeira experiência como alvo de críticas desse teor. Em 1987, presidente do Senado, Humberto Lucena tomou posse de uma mansão no Lago Sul, que lhe cabia pelo exercício da presidência, sem abandonar um apartamento de 300 metros quadrados a que tinha direito como senador. Num país com um déficit de 8 milhões de residências, ele preferiu a mordomia em dose dupla. Em termos numéricos, no entanto, o senador Odacir Soares (PFL-RO) apresentava-se em situação mais incômoda: tem oito parentes no Senado e na Câmara, com salários que totalizam 13 907 cruzados novos — sem contar o seu, de 7 000 cruzados novos. Constrangido, o senador passou a semana imerso em seu gabinete.

NINHOS DE PROTEGIDOS — No Brasil de Tomé de Souza praticamente todo o mundo que não usasse pena na cabeça era servidor da Coroa. No Brasil de hoje, com 140 milhões de habitantes e 8 milhões de funcionários federais, estaduais e municipais, apenas 6% da população exerce cargo público. Os outros 94% que estão na iniciativa privada, do grande empresário ao camelô, sejam eles patrões ou empregados, chegam cada vez mais perto da conclusão inevitável. Sustentam um monstro estatal ineficiente nas funções que deveria exercer bem, como a administração dos serviços de saúde e educação, que é guloso nas áreas nas quais não deveria estar, como no controle da produção de café e açúcar, e que, para completar, alimenta ninhos de funcionários fantasmas e de parentes protegidos. Com essa mudança de foco no exame do problema, os políticos começaram a perceber que a popularidade, hoje, pode resultar mais da assinatura de demissões do que do carrossel das contratações.

É nesse vento que desliza atualmente a jangada do governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas, que abriu espertamente sua administração com uma caça aos marajás de sua terra e agora está em plena estação de combate aos servidores pouco frequentes nas repartições. Não se sabe exatamente quantos funcionários Collor demitiu. O simples fato de que ganhou fama como demitidor, no entanto, bastou para dar-lhe projeção nacional e o primeiro lugar entre



Paes de Andrade, no Planalto: imitação delirante de estadista em Mombaca

os governadores do Nordeste em matéria de popularidade (veja quadro à pág. 24). No ministério do presidente Sarney, olha-se hoje com mais interesse para as manobras de um demitido ranzinza, como o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, do que antes se acompanhava a ação permissiva de um contratador recorrente como o ex-ministro Aluizio Alves, que lotou a Pasta da Administração com dezoito amigos e parentes às vésperas de deixá-la. Abreu, por enquanto, demitiu pouca gente, mas a impressão que transmite é a de alguém à espera de uma oportunidade para puxar a faca e fazer os cortes. É curioso, mas no Brasil de hoje há uma torcida generalizada

para que o governo faça mesmo aquilo que promete: tomar de volta os cheques mensais de 60 000 funcionários.

Até a esquerda, sempre pronta a defender empregos primeiro e só começar a discutir depois, está descobrindo que a direita saboreou a fase das contratações e agora deixou solto na arena o elefante obeso da máquina estatal, já completamente criado. É verdade que, na relação de parlamentares que contratam parentes, figuravam há pouco tempo deputados petistas como Luiz Gushiken, presidente do partido, que levou para a Câmara sua irmã, Regina, no cargo de assessora parla-

mentar. "Ela pediu demissão por sentir-se constrangida pela maneira com que essa questão do parentesco vem sendo tratada", conta Gushiken. Também está na relação um político como o deputado Augusto Carvalho, do Partido Comunista Brasileiro, que empregou o irmão José Eustáquio na função de motorista de seu gabinete. "Ele era caminhoneiro e é uma pessoa da minha confiança, além de trabalhar muito", justifica-se Carvalho. A esquerda, porém, aparece com timidez num animado cenário de con-

tratações no qual deputados e senadores com dois, três ou mais parentes no gabinete encontram sempre uma justificativa para a situação — menos a de que convocaram os familiares porque quiseram e ponto final.

"Querem colocar o Legislativo numa posição difícil", argumenta o senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF), que tem um filho, um genro e uma nora no seu gabinete. "Existe um lobby de interesses contrários aos do povo", afirma o senador. Seu colega Jarbas Passarinho, líder do PDS, atribui os comentários a respeito de seus quatro filhos lotados no Senado à perfídia dos adversários, interessados em torpedear seus projetos presidenciais. "Querem destruir minha candidatura", queixa-se. A avaliação é pretensiosa. É preciso menos do que isso para derrubar a candidatura do senador pedessista. Na Câmara, o deputado Bernardo Cabral, que foi relator na Constituinte, também recebe ajuda de um parente, o filho Antônio Julio Bernardo Cabral. "Faço de tudo", informa Julio. "Às vezes, sou até motorista."

TRABALHO TELEPÁTICO — O problema dos parentes no Congresso não está no aspecto formal de suas relações de trabalho com a instituição, já que cada parlamentar tem direito a algumas poucas contratações de pessoas de confiança — que podem ser seus familiares e que deveriam deixar o quadro do Legislativo assim que o político perdesse o seu posto. A dúvida aparece quando se observa que um grande número desses

Empreguismo eleitoral

Servidores pagos para buscar votos

A folha de servidores da Prefeitura de Osasco — cidade com 800 000 habitantes, a 20 quilômetros de São Paulo — é um espelho da baderna que o empreguismo político produz no país. Ali, encontram-se pessoas contratadas com a única função de trabalhar como cabos eleitorais nas eleições do ano passado. Lá está também o nome de uma funcionária encarregada de facilitar aos servidores fantasmas a assinatura das folhas de frequência. O caso mais curioso é o de um vereador que, para livrar-se da pensão que devia à ex-mulher, conseguiu arrumar-lhe um emprego público e transferir o ônus da pensão para a prefeitura.

Dar emprego para cabos eleitorais não é novidade no país. A diferença é que, em Osasco, já se pode ter uma idéia da dimensão dessa prática. Apenas um candidato a vereador, José Eustáquio Beraldo, do PSB, conseguiu instalar doze cabos eleitorais na prefeitura. Nem assim conseguiu os votos necessários para se eleger. "Eu tinha doze servidores na minha campanha, mas outros candidatos tiveram muito mais", defende-se Beraldo.

Ao serem contratadas, boa parte dessas pessoas acreditava estar arrumando uma fonte de renda para toda a vida. Não sabiam que, entre os papéis que assinavam ao serem admitidas, estava também uma carta de

demissão. Quando foi despedida pela prefeitura no dia 13 de janeiro, Ivone Marques Correa Gonçalves, uma das doze fantasmas da campanha de Beral-



protegidos não comparece ao trabalho nem deixa Senado ou Câmara quando o protetor se afasta. Através de efetivações promovidas de tempos em tempos, tornam-se eternos nos postos que deveriam ocupar em caráter apenas transitório. Há, ainda, o fenômeno do trabalho telepático — feito a distâncias muitas vezes superiores a 1 000 quilômetros. Thais, filha do senador Humberto Lucena, por exemplo, está lotada no gabinete do senador Saldanha Derzi, do PMDB do Mato Grosso do Sul, mas mora no Rio de Janeiro e só vai a Brasília para visitar o pai. Não é uma situação incomum nos escaninhos mais prestigiados da República. Em 1984, quando embarcou 780 pessoas num trem da alegria que passou pela gráfica do Senado e outras 600 nos gabinetes da Casa, o senador Moacyr Dalla também transportou no comboio a filha do presidente José Sarney, Roseana. Anualmente com um salário de 4 000 cruzados novos por mês, lotada no Palácio do Planalto, ela também mora no Rio de Janeiro.

Na tentativa de identificar fantasmas — e sem saber exatamente quantos funcionários trabalham e quantos engabelam a vigilância —, o deputado Luiz Henrique (PMDB-SC) fez um esforço para instituir o relógio de ponto perto dos gabinetes da Câmara. Não conseguiu. Se a providência vingasse, serviria ao menos para que alguns chefes conhecessem os subordinados. Na semana passada, a Mesa da Câmara decidiu exigir a assinatura de uma lista de presença quatro vezes por dia, enquanto no Senado o pri-



Suplicy, na Câmara Municipal: com dois fantasmas em carne e osso

meiro-secretário, Mendes Canalle, conseguiu impor a ideia de se promover um cadastramento de todos os funcionários. O objetivo, por incrível que pareça, é saber onde trabalha e o que faz cada um dos 7 140 servidores que ali deveriam comparecer diariamente.

Hoje, a Câmara gasta 72% do seu orçamento com a folha de pagamentos, e o Senado torra 71% — fato intrigante para um Congresso que, ao votar a nova Constituição, proibiu o poder público de investir

mais de 65% de sua receita no pagamento do funcionalismo. Mesmo sem constituir ato ilegal, a contratação de parentes no Legislativo cria tantas situações delicadas e tantas oportunidades de burla que o melhor seria evitar esse tipo de relação trabalhista. "A tarefa de moralizar o Legislativo é complexa, mas ela é necessária porque a sociedade está exigindo uma satisfação dos parlamentares", diz o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), que tem a fórmula curta e simples para solucionar o caso. Na

semana passada, Fernando Henrique preparava o esboço de um projeto de resolução que proíbe que os parlamentares contratem parentes. Só isso acabaria com todos os problemas.

do, descobriu que não tinha nada a receber desde o dia 16 de dezembro, data que constava na sua carta de demissão. "Sabia que seria dispensada, mas espe-

rava receber meu salário até o último dia", lamenta Ivone.

Para tomar conta dos servidores que teoricamente deveriam estar na prefeitura mas estavam espalhados por vários comitês eleitorais — um total de 1 648 pessoas —, a administração municipal encarregou uma funcionária de centralizar as folhas de frequência dos fantasmas. Uma vez por mês, eles se apresentavam para assinar as folhas e receber os holleriths. Desde que denunciou o caso à nova administração, no início de janeiro, a funcionária prefere esconder sua identidade. "Tenho medo de que alguns políticos queiram agredir a mim e a minha família", justifica-se.

Ivone: trabalho na campanha eleitoral e salário na prefeitura de Osasco

O exemplo mais claro de utilização da máquina pública para resolver dificuldades de cunho pessoal foi protagonizado pelo vereador Luis Carlos Camarotto (PMDB). Após divorciar-se de Solange Maria Pinho de Carvalho, em abril de 1987, deveria pagar-lhe uma pensão hoje equivalente a 650 cruzados novos. Inconformado com o prejuízo, Camarotto decidiu providenciar um emprego público para a ex-mulher. Ela foi admitida em maio de 1987 com o cargo de relações-públicas nível I na Secretaria de Governo da prefeitura. O salário — cerca de 400 cruzados novos em valores atuais — era então abatido por Camarotto da pensão que deveria pagar. "Sempre fui fantasma, mas quem lucrava era ele", afirma Solange, demitida pela nova administração em janeiro deste ano.

PASSEIO NO SERTÃO — Fica mais fácil entender os abusos no Legislativo quando se observa seu maior representante atualmente, o presidente da Câmara, deputado Antônio Paes de Andrade (PMDB-CE). Na semana passada, no exercício interino da Presidência da República, Paes de Andrade resolveu lotar um Boeing 707 presidencial e levar 63 pessoas para uma visita de pompa a Fortaleza e, depois, uma esticada até Mombaca, a sua cidade natal. Nessa empreitada, o deputado cam-sou funcionários da Casa Militar, que lhe haviam reservado um avião um pouco



menor e tiveram de providenciar o 707 para a enorme comitiva de gala que se formou. Está aí um exemplo assombroso de como se pode abusar da máquina pública para satisfazer um delírio pessoal.

A Câmara já teve na presidência um parlamentar que sofreu uma crise de psicose maniaco-depressiva, o deputado Ulysses Guimarães. Com Paes de Andrade, ganhou um presidente sobre cujo equilíbrio mental pairavam dúvidas na semana passada. O espetáculo constrangedor de um presidente interino da República que imita estadistas em viagem, num périplo pelo sertão cearense com um séquito de figurantes engalanados, mostra o

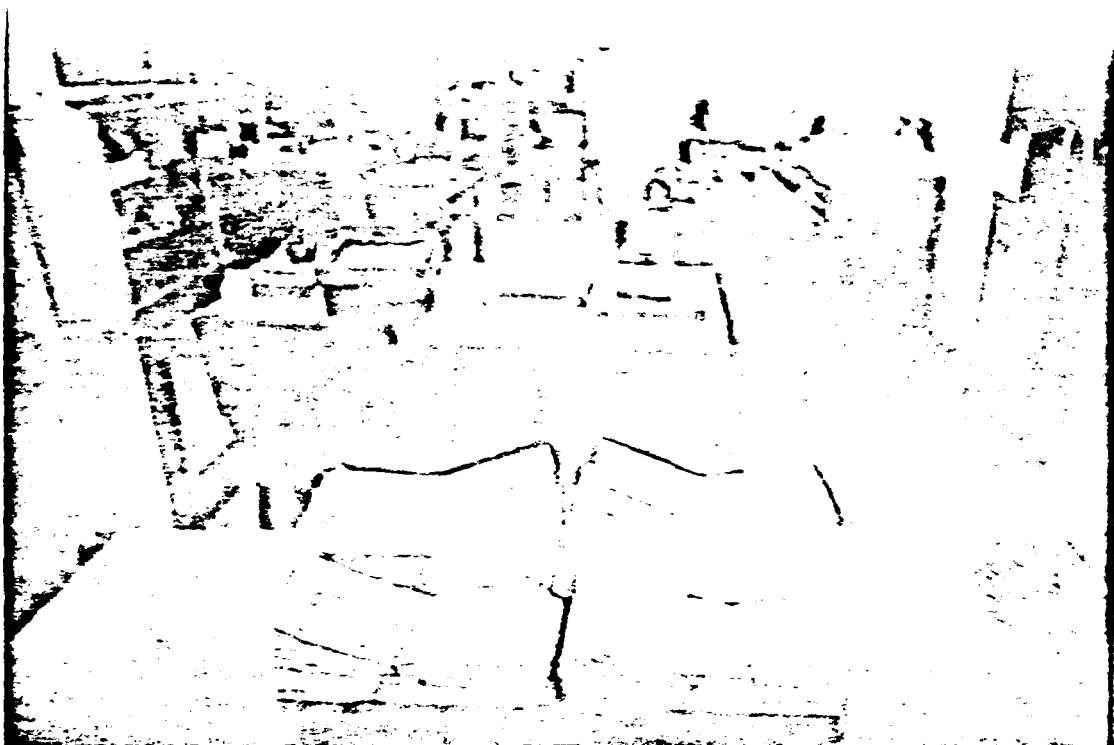
tamanho do fosso existente entre as estruturas arcaicas que vicejam em Brasília e o resto produtivo e real do país. Sobre o nepotismo no Congresso, Paes de Andrade revelou sua visão em uma frase: "Quando o parente é competente, o parlamentar sai ganhando. Mas quando o parente não é um bom profissional, o deputado é quem perde".

MINORIA PRIVILEGIADA — Os funcionários públicos formam um pelotão de trabalhadores que, em geral, trabalham corretamente e ganham mal, justamente porque o quadro está inchado e existe uma tolerância excessiva para com os desmandos da minoria de privilegiados que o habita. A bandeira da demissão pode ser totalmente equivocada quando se procura abater trabalhadores a esmo nessa estrutura, que espelha sobretudo os defeitos de seus manipuladores. O atual governo poderia ter emagrecido bastante, se tivesse demitido lenta e gradualmente du-

rante os quatro anos desde sua posse. "Não se pode esquecer que foi este mesmo governo que contratou boa parte do que hoje é considerado como excesso na administração", diz João Geraldo Piquet Carneiro, diretor do grupo Ipiranga, professor de Direito Econômico na Fundação Getúlio Vargas e encarregado, no governo Figueiredo, de um programa nacional de desburocratização. Segundo Piquet Carneiro, as pessoas revelam um certo cansaço diante da imobilidade geral e de abusos observados por toda parte. É provavelmente nesse terreno da frustração que cai com eficácia uma mensagem moralista como a do atual ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, interessado neste momento em ressuscitar a censura, entre outras lembranças do passado (veja reportagem à pág. 78).

O cenário desanima. Na Fundação Nacional do Índio, Funai, há nove aviões e cinquenta pilotos. No Serviço Nacional de

Informações, SNI, que empregou Edine Souza Correa, a mulher que acusa o ex-presidente João Figueiredo de ter mantido um relacionamento amoroso com ela numa época em que não tinha atingido a maioria de legal, os remédios e a alimentação são bens que os seus funcionários têm por preços subsidiados, o que seria ótimo, não fosse um privilégio negado à maioria absoluta da população. O SNI ainda fornece apartamentos mobiliados e dotados de eletrodomésticos a seus servidores mais graduados. No Instituto Brasileiro do Café, autarquia cuja dissolução foi acertada há três anos, quando Roberto Gusmão ocupava o Ministério da Indústria e do Comércio, há hoje 1 800 funcionários praticamente ociosos. Afinal, não existe um Instituto Brasileiro da Soja, e o Brasil bate recordes seguidos com essa cultura. Na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene, órgão que tem sede num prédio de treze andares, no Reci-



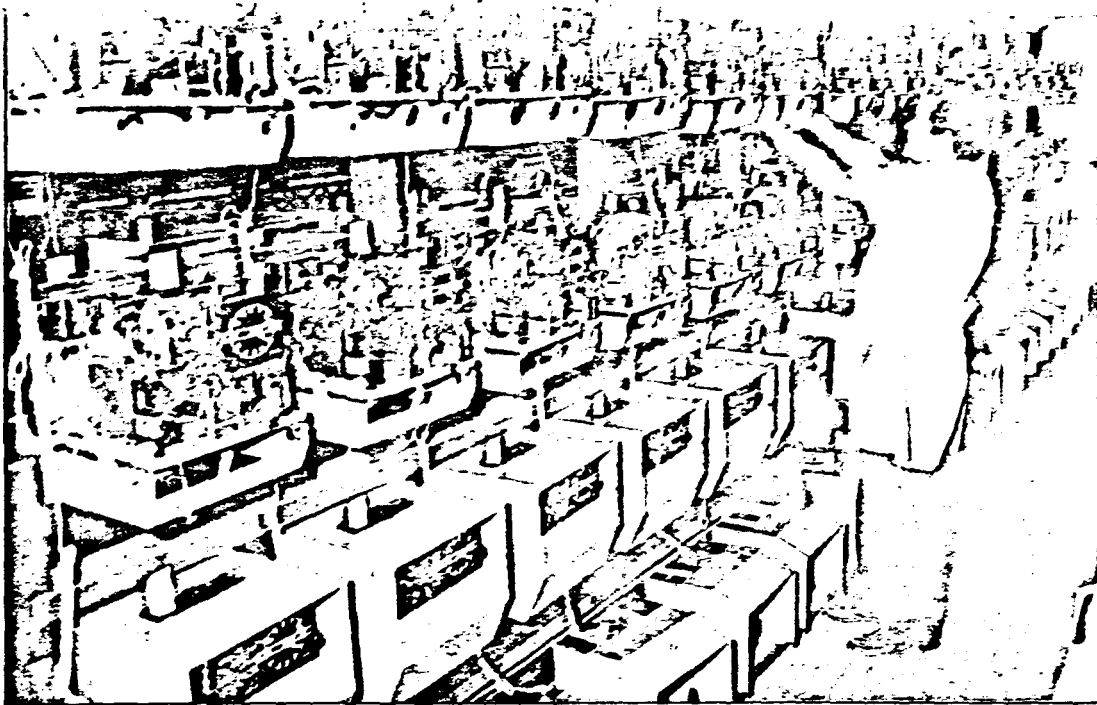
Contracheques de garis em Porto Alegre: emprego para diplomados em cursos superiores



Marcia, nora de Pompeu de Souza: "Ataque ao Congresso"



Carvalho (esq.), sobre o irmão Eustáquio: "Ele trabalha muito"



Fábrica da Dinsep em São Paulo: aumento das vendas de relógios de ponto para as prefeituras

fe, trabalham 2 900 funcionários. Isso segundo a folha de pagamento. Na última terça-feira, às 10 horas da manhã, dois terços das salas do prédio estavam vazias. No Conselho Nacional do Petróleo, órgão encarregado de traçar a política de abastecimento de combustíveis e fiscalizar o fornecimento através dos postos, 150 dos 170 fiscais são coronéis reformados do Exército, quando a nova Constituição proíbe a reconstrução de aposentados pela própria administração federal.

Foi em Porto Alegre que se descobriu uma das distorções mais curiosas — pelo menos 45 pessoas foram contratadas pela prefeitura, na função de garis, e depois requisitadas para trabalhar em órgãos públicos menos insalubres, como a Câmara dos Vereadores, onde o salário pode duplicar com o acúmulo de horas extras. O negócio é tão vantajoso que a direção do Departamento de Limpeza Urbana, que acaba de mudar com

a eleição do PT para a prefeitura, encontrou entre seus lixeiros diversos profissionais diplomados, como médicos e engenheiros. "Vamos demitir os que não voltarem a suas verdadeiras funções", promete o diretor do departamento, Darcy Campani.

MAR DE LAMA — Nos registros recentes de escândalos dentro do funcionalismo, nada se igualaria, porém, à novela dos fantasmas da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Ali, a criminalidade entrou em cena com sua face mais deslavada e grotesca. O golpe se desenvolvia de forma tão rudimentar e exigia a participação de tanta gente que é difícil acreditar que tenha realmente ocorrido. O ataque ao cofre municipal começava com a falsificação de um documento supostamente preparado numa prefeitura do interior do Estado, no qual se colocava à disposição da Câmara determinado personagem. O carimbo da prefeitura era

falso, a assinatura do prefeito também e, muitas vezes, até o nome do beneficiado.

Bastava, então, que um vereador encaminhasse o portador a um funcionário de sua confiança no departamento de pessoal para que mais uma contratação fosse celebrada na surdina. Papéis em ordem, o beneficiado não aparecia para trabalhar, mas descontava seu cheque mensalmente. "Nós convivíamos com falsários aqui dentro", acusa a presidente da Câmara, Regina Gordilho, que fartejou o mar de lama e acabou conseguindo apoio para fazer as demissões dos 388 fantasmas que nele se escondiam — num quadro de 2 500 funcionários.

Entre os cinco vereadores acusados por Regina de participar da falcatura, apenas um, Carlos de Carvalho, do PTB, retruca com uma acusação de injúria contra Regina. "Vou provar que ela é uma charlatana", afirma Carvalho. "Botaram na cabeça dessa mulher que ela pode se eleger governadora através do barulho e, então, acabar com a Polícia Militar", acrescenta. Refere-se a um drama passado que trouxe Regina ao noticiário da imprensa e cujo desenvolvimento acabou por render votos suficientes para sua eleição em novembro passado.

Regina é aquela senhora agitada e colérica que, em 1987, perseguia policiais militares aos gritos em reportagens mostradas na TV, acusando-os de terem assassinado seu filho Marcellus. O rapaz, estudante de Educação Física e professor de natação, foi espancado até a morte por cinco PMs, após ter se recusado a entrar num camburão policial, na Cidade de Deus, Zona Oeste da cidade.



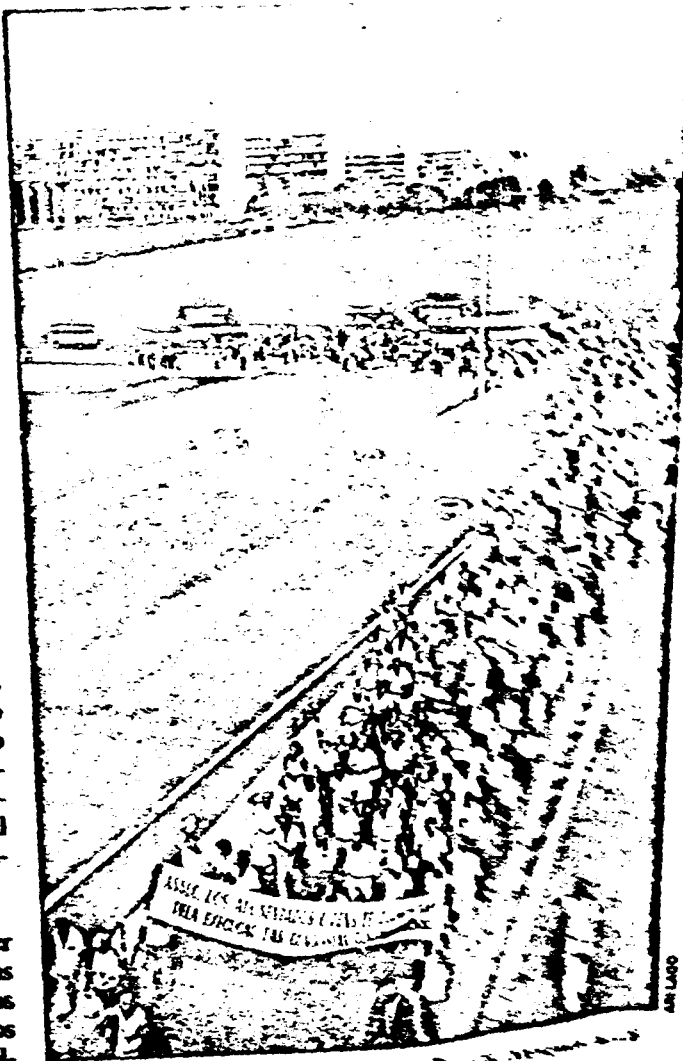
Eleonora, filha de Passarinho: contratada pelo pai



Bernardo Cabral com Bernardo Cabral: ajuda familiar

A partir daí, Regina Gordilho foi à luta numa campanha sem tréguas contra a polícia — e mais tarde foi aos votos, para apresentar-se na Câmara como uma espécie de guardiã da moralidade. Nesse papel, levantou o episódio das falsificações e manteve-se inflexível até a semana passada, quando já havia conseguido a demissão dos 388 acusados de envolvimento, a partir de uma investigação realizada por funcionários de sua confiança no departamento de pessoal da Casa. O caso ainda rola no limite do Legislativo carioca, mas a Polícia Civil começará a ouvir os envolvidos nos próximos dias, num inquérito presidido pelo subsecretário Heckel Raposo. "Vamos fundo nesse caso", anuncia Raposo, que promete apoio total de sua repartição ao caso levantado por Regina.

BILHETE AZUL. — Qualquer que seja a solução dada a todas essas denúncias levantadas nos últimos dias contra abusos nos quadros do serviço público, alguma coisa sempre se lucrará. No curso desses casos barulhentos, ficará muito difícil para o Senado, por exemplo, fingir que está tudo bem e continuar de olhos fechados para a ação entre amigos que se desenvolveu dentro de suas fronteiras. Não se espera, é claro, que os senadores diminuam o quadro de pessoal, que



Manifestação de aposentados, em São Paulo.

tem mais de noventa funcionários dos parlamentares, resolvam pelo menos os transgressores. Um deles, há 135 jornalistas trabalhando nos quais apenas 34

funções. Os outros 131? Bem, nem a presidência sabe dizer onde trabalham ou mesmo se trabalham.

O relógio de ponto pode ser uma solução — por sinal, repartições mais sensíveis aos alertas da opinião pública estão instalando cada vez mais esses aparelhos. "Mais de 100 prefeituras nos encomendaram relógios desse tipo", conta Dimas de Melo Pimenta, dono, em São Paulo, da fábrica Dimep. A Câmara também terá a lucrar se deixar de atribuir qualquer denúncia contra abusos cometidos por seus membros a campanhas insidiosas contra o Poder Legislativo. Essa retórica lembra os apelos do governo autoritário ao fantasma da segurança nacional. Não convencia naquela época na boca dos militares e não convence hoje no discurso dos parlamentares. Finalmente, pode-se ainda dizer que o Brasil é um país único em suas excentricidades. Maria Aparecida de Oliveira, a jornalista que fez a pesquisa sobre as relações de parentesco e a fantasmagoria existentes no Congresso, foi

em abril de 1987 do serviço público. Trabalhava para o governo alagoano em Brasília. O governador Collor examinou o caso, tirou a carteira caneta e despachou um bilhete azul.

PARTES ILEGÍBLES A força das demissões

Com seu combate aos marajás e as providências que tomou para enxugar a máquina administrativa do Estado, o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, é um exemplo acabado de político que ganha Rhope com a austeridade — uma nova moeda em circulação no país. Gerente de uma dos menores e menos expressivos Estados da Federação, detestado pelos funcionários públicos locais, Collor transformou-se no governador nordestino de maior popularidade nacional — até mesmo batendo, nesse terreno, uma figura histó-

rica como a do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Desde o início de sua gestão, Collor teve sensibilidade para atacar o ponto certo: de saída, declarou guerra aos marajás, utilizando-se de todos os expedientes legais para reduzir seus vencimentos. Num caso recente, o consultor jurídico da Assembleia Legislativa do Estado, Lauro Gonzaga Mendes de Barros, passou a receber 1 300 cruzeiros por mês. Se o seu salário tivesse crescido naturalmente, estaria ganhando hoje 15 000 cruzeiros por mês. O corte foi possível graças à eliminação de gratificações e à aplicação



lor é a da demissão de funcionários públicos. Desde o dia 20 de janeiro deste ano foram afastados cerca de 8 000 dos 70 000 servidores estaduais de Alagoas, segundo as contas apresentadas pelo governo. Opositores de Collor contestam esse número, mas admitem que pelo menos 4 000 funcionários foram efetivamente mandados para casa. O critério utilizado pelo governador para dispensar servidores tem origem num levantamento concluído no final do ano passado, segundo o qual cerca de 7 000 funcionários apareciam no máximo três vezes por semana na repartição onde deveriam estar todos os dias.

PARTES
ILEGÍBLES

PARTES ILEGÍBLES

VEJA, 1.º DE MARÇO, 1988
8903707

07-07

SUCESSÃO

O senhor candidato

*Quércia sai da disputa e
Ulysses fortalece sua candidatura
em meio às brigas no PMDB*

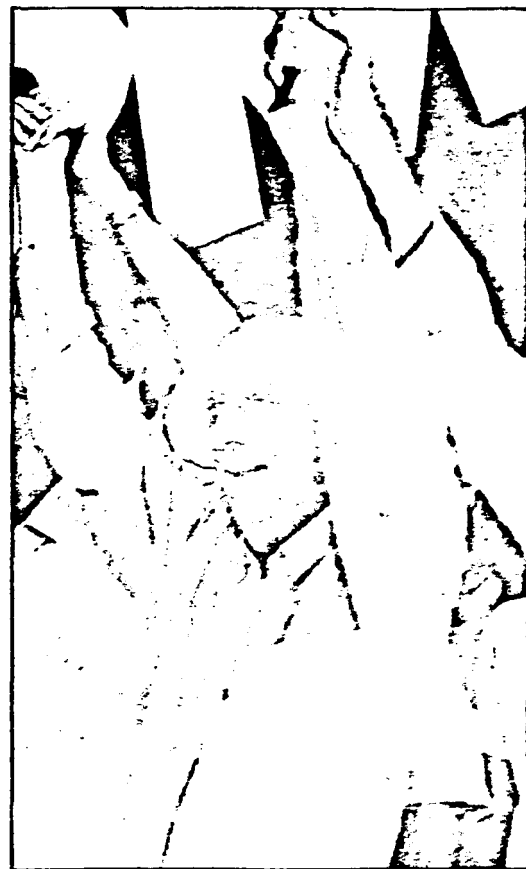


O deputado Ulysses Guimarães, comandante do PMDB, atravessou na semana passada uma dessas situações difíceis que só os políticos mais tarimbados são capazes de enfrentar sem derrapagens fatais. Na manhã do último domingo, dia 26, o governador Orestes Quércia, de São Paulo, passou com seu carro na casa de Ulysses, que é candidato declarado do PMDB à sucessão do presidente José Sarney, e carregou-o para uma convenção estadual do partido. No caminho, Quércia aproveitou para garantir a Ulysses que não será candidato à Presidência da República. Quando chegou à convenção, Ulysses descobriu que seria melhor não ter ido. Ali, uma multidão de militantes lançou Quércia candidato e chegou a ensaiar uma vaia contra o presidente do PMDB.

As reações não se fizeram esperar. No dia seguinte, preocupado em manter intacto seu projeto presidencial, Ulysses convocou jornalistas a sua residência em Brasília para tentar convencê-los de que não fora vaiado — e ainda cunhou uma frase de efeito. "Querem me fazer de bobo, e ao Quércia de hipócrita", queixou-se o deputado. Dentro do partido, mesmo os adversários de sua

candidatura saíram em seu auxílio. "Ele ficou numa situação constrangedora", reprovou Miguel Arraes, governador de Pernambuco. "Não se pode jogar no chão a pessoa física ou jurídica do doutor Ulysses", declarou em Fortaleza o governador Tasso Jereissati, do Ceará.

CHUTEIRAS PENDURADAS — Instalado no Palácio dos Bandeirantes, onde ainda tem dois anos de mandato pela frente, o governador Quércia tratou de desautorizar as especulações de que tentara abater Ulysses através do meio mais enfático que tem à disposição — a reafirmação de que não é candidato. Desta vez, Quércia usou de uma veemência que praticamente inviabiliza um retorno. "Até admito que seria um bom candidato, mas minha missão é ser governador pelos quatro anos para os quais fui eleito", disse o governador a VEJA (leia a entrevista nas páginas amarelas). "Meu candidato é o doutor Ulysses, eu o apoio e acho que ele tem chances de se eleger", acrescentou Quércia. Jânio Quadros passou quatro anos na prefeitura de São Paulo afirmando que tinha



Ulysses: dificuldades com os governadores

pendurado as chuteiras e, agora, voltou ao campo mais animado do que nunca pelo sonho de retornar ao Planalto. Na semana passada, porém, a decisão do governador paulista parecia definitivamente sacramentada.

Quércia, aos 50 anos, tem tempo de sobra pela frente para disputar a Presidência. Fora do próximo pleito, livra-se de uma campanha difícil, na qual figuram um candidato de fôlego como Leonel Brizola e um concorrente imprevisível como o próprio Jânio. Além disso, há fortes dúvidas de que seu vice, Almino Affonso, viesse a pôr a força da máquina do Estado em benefício de sua candidatura. Com tudo isso, abre-se mais a avenida de Ulysses Guimarães dentro do PMDB — e também a de desafiantes explícitos de sua candidatura, como o ministro Íris Rezende, da Agricultura, que está disposto a concorrer com ele na convenção do PMDB, ainda sem data, que escolherá o candidato do partido à Presidência.

No episódio das vaia, reafirmou-se um paradoxo que tem acompanhado a candidatura do presidente do PMDB. Cada vez que Ulysses recebe um golpe dentro do partido, tem conseguido sair mais forte. Por outro lado, quanto mais sua candidatura se consolida, mais tem provocado abalos dentro e fora do partido. No PMDB, os políticos não escondem o temor de que Ulysses Guimarães, 73 anos, corre sérios riscos de não chegar ao segundo turno.

Fora do PMDB, cada vez que a candidatura de Ulysses se fortalece, surgem novos po-



Convenção do PMDB paulista: lançamento da candidatura Quércia e vaia a Ulysses

01.03

VEJA, 8 DE MARÇO, 1989

8903709

líticos animados para lançar seus próprios nomes na campanha eleitoral. É nessa situação embaraçosa que Ulysses tem navegado na atual temporada sucessória. Seu próximo teste será a 12 março, numa convenção nacional do PMDB, quando duas chapas disputarão a direção do partido. Ulysses deve desembarcar na convenção apoiado por 13 dos governadores mais fortes do partido, entre eles Quérzia e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, e disposto a alijar os políticos identificados com o governo do comando do partido para ganhar pontos junto ao eleitorado. O que se espera na direção do partido, como resultado dessa convenção, é uma rachadura no PMDB. O que não está claro é o que poderá acontecer com a candidatura do deputado Ulysses Guimarães a partir de então.

ELEIÇÃO PRÉVIA — Na semana passada, Ulysses trabalhava duro e com a disposição de um homem convencido de que está travando a última grande batalha de sua vida política, iniciada mais de quarenta anos atrás. O deputado pegou o telefone e marcou conversas pessoais com governadores em busca de sustentação — quatro de uma só vez. Já na sexta-feira, foi a Salvador encontrar-se com Waldir Pires, da Bahia, e logo depois embarcou para Recife, atrás de Miguel Arraes. No sábado, procurou o cearense Tasso Jereissati, com quem teve seguidos entevistos, e no dia seguinte, o mineiro Newton Cardoso. O resultado prático dessas visitas é, por enquanto, duvidoso, mesmo porque Ulysses caminha em terreno minado a maior parte do tempo. Há, por exemplo, o jogo de gentilezas que os governadores Arraes e Waldir Pires têm interpretado, no qual um admite apoiar o outro na convenção do partido — contra Ulysses. Na intimidade, Arraes tem avaliado que suas chances são pequenas. Waldir, por outro lado, tem se preparado para disputar com Ulysses a convenção.

No Paraná, o governador Álvaro Dias continua propondo, como faz há meses, a realização de uma eleição prévia entre os filiados do PMDB para a escolha do candidato do partido, ao mesmo tempo que inicia um flerte com o ex-governador Leonel Brizola. Por fim, a candidatura de Ulysses também enfrenta desafios no campo financeiro. Como o candidato ainda é encarado como uma zebra das urnas, os empresários relutam em contribuir para a campanha. Na última sexta-feira, o deputado Fernando Gasparian, de São Paulo, que é o tesoureiro da campanha ulyssista, começou a correr uma lista entre os parlamentares do partido para que cada um desembolsasse uma contribuição de 500 cruzados novos. Muitos reclamaram. "A falta de dinheiro pode até dar um maior charme à candidatura de Ulysses", afirma Gasparian. A ironia, numa hora dessas, pode não ser um bom consolo.

Visita frustrada

Lula vai a Roma e só vê o papa



No início da semana passada, quando chegou a Roma, primeira etapa de uma série de visitas a dez cidades da Europa, o candidato do PT à Presidência da República, Luís Ignácio Lula da Silva, foi recebido com honras de praxe. Em apenas três dias na cidade, foi homenageado com quatro jantares e cinco almoços e recebido por mais de vinte personalidades políticas, co-

— e ficou só nisso. O contato foi tão rápido que o fotógrafo do PT que acompanhava o casal só teve tempo de bater uma única foto, em que Lula aparece de costas. "Acho que ele não sabia que sou candidato a presidente", comentou Lula.

CANAL ERRADO — O candidato petista estava tão ansioso pela conversa reservada que na véspera chegou a ensaiar o que dizer. Ele pretendia falar das eleições presidenciais, da dívida externa e dos índios. No Vaticano, um religioso explicou a um dirigente sindical italiano, amigo de Lula, que o papa não costuma receber candidatos à Presidência para evitar visitas eleitoreiras. Na verdade, essa regra só é lembrada quando o Vati-



João Paulo II com Lula e sua mulher, Marisa: um rápido aperto de mão

mo os ex-primeiros-ministros Giulio Andreotti e Bettino Craxi. A viagem do candidato Lula, contudo, acabou sendo frustrante.

Lula, que se diz um católico fervoroso, tornou-se um dos poucos políticos brasileiros de prestígio que foram a Roma e não conseguiram falar com o papa, como já fizeram o ex-deputado Paulo Maluf, em duas ocasiões, e até mesmo personalidades mais modestas, como o senador Odacir Soares, de Rondônia. O máximo que Lula conseguiu foi um convite para participar, junto com sua mulher, Marisa, que o acompanha na viagem, de uma audiência pública que o papa João Paulo II costuma conceder nas manhãs de quarta-feira. É verdade que Lula e Marisa sentaram-se na primeira fila — mas eles esperavam mais do que isso. Ao final da cerimônia, João Paulo II costuma cumprimentar os que estão na frente, e alguns são convidados para uma conversa reservada. O papa, que conhece Lula desde que visitou o Brasil, em 1980, apertou-lhe a mão

cano quer livrar-se de alguns candidatos incômodos. Recentemente, João Paulo II recebeu em audiência privada dois candidatos rivais à Presidência da Argentina, Carlos Menem e Eduardo Angeloz.

Quanto a Lula, houve um motivo mais simples para que sua conversa com o papa se limitasse a uma troca de cumprimentos — ele solicitou a audiência através do canal errado. Primeiro fez seu pedido por intermédio de uma central sindical controlada pelos democratas-cristãos. Depois, apelou para outra, controlada pelos comunistas — e foi um desastre. Bastaria a Lula ter solicitado a conversa à Nunciatura Apostólica, em Brasília, e poderia ter dado certo. Em sua atual temporada internacional, o candidato do PT iniciou a viagem encontrando-se com os presidentes da Nicarágua, Daniel Ortega, e de Cuba, Fidel Castro. O ponto alto do giro pela Europa seria o encontro com o papa. Na próxima etapa, Lula planeja ir aos Estados Unidos, onde quer manter uma conversa com o presidente George Bush.

Saída natural

PFL lança Aureliano para a Presidência



O quadro de candidatos declarados à sucessão do presidente José Sarney, que até agora se limitava aos nomes apresentados pelos partidos da esquerda, ganhou um representante conservador na semana passada — o ex-ministro das Minas e Energia, o mineiro Aureliano Chaves, do PFL. Reunião na última quinta-feira em Brasília, a comissão executiva do partido decidiu que já era hora de ter o seu candidato na corrida sucessória — e escolheu aquele que já há muito tempo estava à mão. Aureliano Chaves, de 60 anos, é uma espécie de eterno presidenciável do PFL. Candidato natural do partido desde sua fundação, é sempre lembrado como um político respeitável, mas de pouca familiaridade com as urnas. Disputou quatro eleições, mas só ganhou três — numa delas, em 1966, teve 37 000 votos ao conquistar o primeiro mandato para a Câmara dos Deputados. A última foi há quase vinte anos, quando ele obteve apenas 44 000 votos. Essa situação faz dele um candidato de peso eleitoral reduzido, um nome difícil de carregar. O PFL, entretanto, chegou à conclusão de que o ex-ministro, que também é ex-governador de Minas Gerais e ex-vice-presidente da República, é a única opção viável num momento em que a sucessão começa a esquentar, já que a outra alternativa examinada pelo partido, o animador de televisão Silvio Santos, vai se distanciando cada vez mais da pista que pode conduzir ao Palácio do Planalto (veja quadro abaixo). “O tempo joga contra



Aureliano e Marco Maciel: a candidatura está acertada

nós”, explicava na semana passada o deputado José Lourenço, da Bahia, líder do PFL na Câmara.

O lançamento de Aureliano Chaves foi praticamente acertado há duas semanas, durante reunião anterior da executiva do partido. Nesse dia, José Lourenço, que sempre formou na ala favorável a Aureliano, deu um ultimato aos colegas do PFL. “Nós estamos perdendo tempo”, disse ele. “Os outros partidos já têm candidato trabalhando nas ruas e não podemos esperar mais”, insistiu. O alvo verdadeiro do deputado era o senador pernambucano Marco Maciel, presidente do PFL e um dos mais resistentes ao nome de Aureliano. José Lourenço chegou a ameaçar o senador de destituí-lo da presidência. Na quinta-feira passada, a decisão de colocar Aureliano oficialmente no páreo presidencial foi unânime na executiva do PFL.

ESPAÇO NOVO — Nesta semana, um grupo de parlamentares do partido irá a Belo Horizonte comunicar oficialmente ao ex-ministro que é ele o ungido. “Vamos trazê-lo a Brasília para uma cerimônia com todo o PFL”, anima-se José Lourenço. No partido, entretanto, há poucos parlamentares tão entusiasmados como o líder. “A decisão de lançar Aureliano é apenas um passo no longo caminho”, afirmava em São Paulo, na semana passada, o deputado Eraldo Tinoco, da Bahia. No fim das contas, o que o PFL quer mesmo é que sua legenda tremule na disputa presidencial sem fazer um fiasco. Com isso, o partido mantém-se à tona e pode até mesmo conquistar algum espaço novo. Em Minas Gerais, por exemplo, espera-se que alguns peemedebistas, descontentes com as chances de seu próprio partido, pulem o muro e caiam dentro do quintal do PFL.

Conflito no divã

Quando os candidatos ainda aquecem os músculos para a largada da sucessão, o animador de televisão Silvio Santos, que andou muito cotado nas pesquisas de opinião, optou por uma desistência patética. Na semana passada, depois de manter por vários meses um jogo dubio com alguns políticos do PFL que viam nele uma boa aposta, Silvio Santos declarou que estava em crise existencial e não sabia se queria ou

não ser presidente da República. Conforme afirmou, ele chegou a procurar o consultório de um psiquiatra para livrar-se da angústia que o acompanhava.



Silvio Santos: crise existencial

Dois dias depois, o PFL indicou o ex-ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves como seu candidato à Presidência da República. Mesmo que essa indicação não tivesse sido feita, Silvio estaria fora do páreo, já que até os políticos de roça sabem que as urnas são alérgicas a candidatos com problemas mentais.

Nos anais políticos dos últimos tempos, o episódio protagonizado por Silvio Santos só encontra paralelo numa história vivida por Eduardo Matarazzo Suplicy, candidato a governador pelo PT em 1986. Na

ocasião, Suplicy disse que tinha “perdido o eixo” durante a campanha. A diferença entre os dois é que Suplicy deu a volta por cima e hoje é presidente da Câmara dos Vereadores de São Paulo. Cortejado por uma ala do PFL em razão de sua alta popularidade, Silvio Santos confirmaria na semana passada a suspeita dos seus opositores: a de que sua candidatura à Presidência sempre foi um saco vazio, fruto do desespero de políticos que não tinham um bom candidato e resolveram se valer de uma estrela da TV.

O mais novo suspeito

*Envolvido em denúncias de irregularidades,
o ministro Roberto Cardoso Alves transforma-se na
mais recente crise do governo*

Na manhã de quinta-feira da semana passada, o *Diário Oficial* da União publicou uma portaria de cinco linhas, escondida em sua página número 949 e escrita no seco burocratês que serve de idioma corrente no serviço público. À primeira vista, as cinco linhas não significam nada. À segunda vista, porém, quando se compulsa a *nomenclatura* da máquina federal, elas revelam todo o seu teor explosivo, mexem com o destino de um vistoso ministro de Estado e deixam uma ferida a mais na castigada imagem do governo do presidente José Sarney.

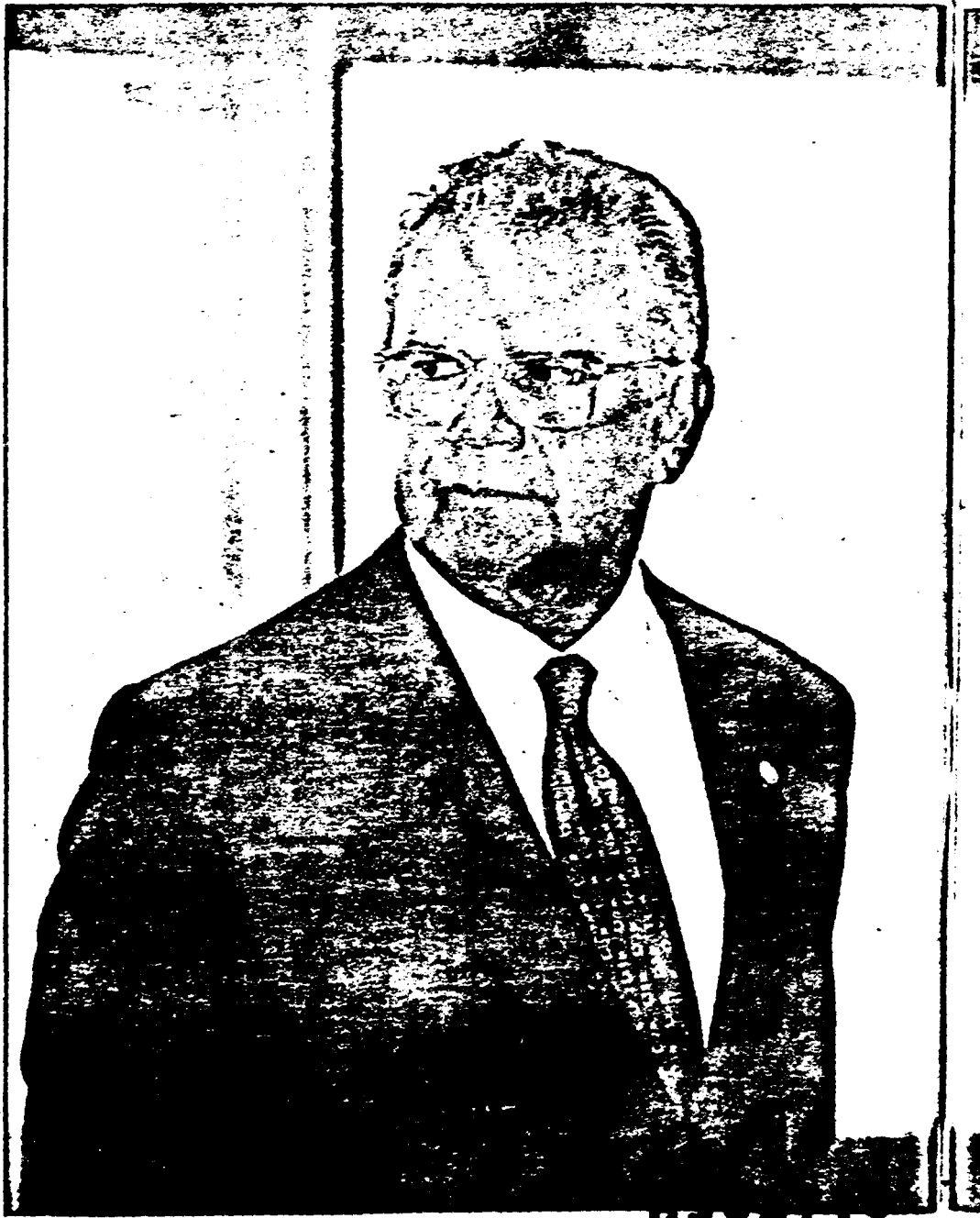
Ali, o advogado Leonel de Castro, chefe da Secretaria de Patrimônio da União, uma espécie de repartição pública encarregada de cuidar dos terrenos, edifícios e outros bens que pertencem ao governo, anunciava a dispensa de um funcionário anônimo — um certo Antonio Riccitelli, administrador de empresas e chefe da Delegacia do Patrimônio da União no Estado de São Paulo. Assim, a seco, a Portaria n.º 74 do advogado Leonel de Castro é um documento incompreensível para o cidadão comum. Entende-se melhor o que quer dizer, no entanto, quando se descobre a biografia de Antonio Riccitelli, o funcionário que perdeu o emprego. Aos 35 anos, dois filhos, ele é o marido de Angela, uma das filhas do ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, e veterano cacique do PMDB em São Paulo. Riccitelli estava em seu emprego desde 1985 quando, na fase inicial daquilo que se chamou Nova República, Cardoso Alves recomendou seu nome ao futuro presidente Tancredo Neves. Entende-se melhor ainda a portaria da SPU, enfim, quando vai se checar por que o genro foi demitido.

"Fui obrigado a dispensar o delegado de São Paulo porque foram muitas as denúncias recebidas contra ele", afirma Leonel de Castro, numa manifestação de franqueza, e sobretudo de clareza, rara de se ver nesse tipo de episódio. "Algumas denúncias permitem suspeitar tentativas de extorsão". Na vida do ministro Roberto Cardo-

so Alves, o célebre "Robertão", uma das grandes estrelas do conservadorismo brasileiro, formado no áspero jogo da política de São Paulo e, até ser ministro, uma das figuras centrais do Congresso, a demissão do genro teve o efeito de um golpe humi-

lhante. A realidade, contudo, é que se assiste, hoje, em Brasília, a uma chuva ácida de denúncias pingando por todos os lados de sua administração.

Há quinze dias, o empresário Renato Ticoulat, antigo diretor de exportação do Ins-



tituto Brasileiro de Café, o IBC, órgão subordinado ao ministério de Cardoso Alves, o acusou de programar uma venda de 10 000 toneladas para a União Soviética, beneficiando os exportadores com uma remuneração extra de 11 milhões de dólares. Conforme o empresário, Roberto Cardoso Alves pretendia ficar com uma parte desse dinheiro para formar o caixa de suas próximas campanhas eleitorais. Outro órgão subordinado a seu ministério, o Instituto do Açúcar e do Alcool, IAA, fechou uma exportação de 300 000 toneladas de açúcar para um grupo de companhias estatais de Portugal, da Bulgária e da Checoslováquia. Pelo contrato, cada tonelada iria ser vendida pelo preço de 262 dólares, embora seu valor, no mercado internacional, seja de 284 dólares. Na segunda-feira da semana passada, o governo suspendeu o acordo.

Para tornar as coisas ainda mais compli-

çadas, o Serviço Nacional de Informações, o SNI, investiga a possibilidade de que, por trás desse prejuízo, tenha ocorrido alguma espécie de irregularidade envolvendo altos funcionários do governo e grandes empresas de exportação, interessadas em ganhar com a diferença. Enfim, no chamado caso Siderbrás, estatal subordinada a seu ministério, há a suspeita de que auxiliares de Cardoso Alves teriam pedido propinas para liberar o pagamento de dívidas contraídas com empresários do setor privado. Um graduado auxiliar do presidente José Sarney acredita que esse escândalo envolve somas bem maiores que as falcaturas denunciadas no IBC e no IAA.

Fustigado por um conjunto de forças poderosas, situadas dentro e fora do governo, o ministro Cardoso Alves passou a semana com sua cabeça a prêmio — e está envolvido, de corpo inteiro, numa luta mortal para

manter-se no posto. Na quinta-feira, quando compareceu à Base Aérea de Brasília para assistir ao embarque do presidente José Sarney rumo à Guiana, Cardoso Alves fez o possível para demonstrar que as denúncias a seu respeito, publicadas diariamente nas páginas dos grandes jornais do país, não o incomodavam — e circulou com desenvoltura pela pista, parando para conversar em todas as rodinhas formadas pelos ministros. "Essas acusações não têm o menor fundamento", afirma Cardoso Alves. "Além disso, meu ministério é muito grande, e eu não posso ser responsabilizado por qualquer coisa que aconteça, em qualquer nível de decisão", acrescenta. Dono de uma pasta antiga, a da Indústria e Comércio, que no início do ano acabou recebendo um enxerto, o do Ministério da Ciência e Tecnologia, Cardoso Alves tem, sob sua guarda, um orçamento de 2,5 bilhões de cruzados novos — e, desde a semana passada, colocou-se no centro do mais recente terremoto moral do governo Sarney.

PESSOAS FÍSICAS — Houve uma época, no governo de João Figueiredo, em que os escândalos usavam nomes de pessoas jurídicas — como o caso Capemi e Coroa-Brasileira, por exemplo. Na gestão de Sarney, a grande novidade é que os escândalos são pessoas físicas — e se repetem com uma frequência que vai, caso após caso, devastando cada vez mais a confiança pública no governo. Há um ano, sob uma tempestade de acusações, Aníbal Teixeira deixava a Secretaria do Planejamento — após um inquérito da Polícia Federal, acabou indiciado no artigo 317 do Código Penal, que pune o crime de corrupção passiva. Nesse ambiente empestado por denúncias de irregularidades, em que os escândalos são tantos, e tão volumosos, que é difícil saber de cor o nome dos mais graves, o governo Sarney consumou dois recordes. Um deles foi batido por um antigo ministro, Prisco Viana — foi chamado publicamente de "ladrão" por um colega de governo, e tudo ficou por isso mesmo. O outro é o caso do general Albérico Barroso, um amigo do presidente desde os tempos em que Sarney era senador pelo PDS, e que acabou instalado na presidência de uma subsidiária da Petrobrás, a BR Distribuidora, onde se descobriu a formação de um propinoduto de milhões de dólares. Na semana passada, em depoimento à polícia, um dos auxiliares de Barroso afirmou que participou de todas as operações por determinação de seu chefe (leia quadro à pág. 22).

Cardoso Alves: "As acusações contra mim não têm o menor fundamento"

O que há contra o ministro

1. Um antigo diretor do IBC acusa Roberto Cardoso Alves de ter montado uma operação milionária para exportar café solúvel para a União Soviética com a finalidade de montar uma caixinha para sustentar suas campanhas eleitorais.
2. O Serviço Nacional de Informações, o SNI, apura suspeitas de irregularidades num projeto de exportação de 300 000 toneladas de açúcar por um preço abaixo do mercado internacional.
3. Chegou ao governo a acusação de que auxiliares de Roberto Cardoso Alves estariam cobrando propinas para liberar dinheiro que uma estatal subordinada a seu ministério, a Siderbrás, estaria devendo a empresas do setor privado.
4. No meio de uma sindicância que apura denúncias de extorsão, um genro de Roberto Cardoso Alves, Antonio Riccitelli, foi demitido de seu emprego na Delegacia do Patrimônio da União, em São Paulo.
5. Na quarta-feira, o Tribunal de Contas da União decide realizar uma auditoria geral no Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia.

02

8903710¹⁹



O SNI do general Ivan de Souza Mendes apura denúncias de comissões na Siderbrás e os negócios com açúcar



Por uma proposição do ministro Carlos Átila, o Tribunal de Contas da União resolveu investigar a contabilidade do ministério



Numa portaria de cinco linhas, Leonel de Castro, do Patrimônio da União, demitiu um genro do ministro suspeito de extorsões

Recém-saído do forno de sua última reforma, quando foi apresentado ao país em companhia do Plano Verão, o novo ministério do governo Sarney enfrentava na semana passada seu pior momento. Internado na Unidade de Terapia Intensiva do Instituto do Coração, em São Paulo, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, dono da única bússola capaz de dar coerência, autoridade e firmeza aos movimentos do Planalto, trava uma dramática luta pela vida após sofrer um enfarte do miocárdio (leia reportagem à pág. 26). Numa outra fatia do ministério, aquela freqüentada por personalidades como Cardoso Alves, no entanto, o golpe é mais cruel e atinge o governo numa ferida mal-dita — aquele tipo de conduta que transmite ao contribuinte a impressão de que o presidente governa um país em crise e submete a maioria da população a sacrifícios cada vez mais pesados, enquanto seus auxiliares mais próximos só estão preocupados em tirar proveito da situação.

"FICOU DOIDO" — "Até parece que o Roberto ficou doído", afirma um antigo ministro da Fazenda. "Ninguém pode envolver-se em tantas trapalhadas num tempo tão curto." Contra o ministro Roberto

Cardoso Alves, é verdade, existem poucas acusações com assinatura embaixo. Também é verdade que boa parte dessas suspeitas é produto daquilo que se chama de politicalha, produzida, no caso, pelo gordo time de inimigos que Cardoso Alves arranjou ao longo de sua vida pública — como os deputados de esquerda, com quem se chocou na Constituinte, ou como os militares que protegem a Lei de

Reserva de Mercado na área da Informática, com os quais passou a brigar depois que se tornou ministro.

O fato, contudo, é que as acusações envolvem somas calculadas em milhões de dólares, dinheiro que seria arrancado, ilegalmente, de boa parte das pessoas que são obrigadas, em seu dia-a-dia, a fazer algum tipo de negócio através de um guichê do governo — população que inclui desde grandes exportadores de café até despachantes interessados na obtenção de documentos para estrangeiros fazer turismo no Brasil. No ano de 1989, quando será resolvida a sucessão do presidente José Sarney, o episódio Roberto é aquele tipo de confusão que só ocorre numa fase específica do calendário político brasileiro — o que marca o ocaso de um governo.

"O governo precisa esclarecer esses casos até o último detalhe", afirma o deputado Roberto Brant (PSDB-MG). "Produzindo um escândalo a cada mês, o governo deixa a população com a sensação generalizada de perversão", acrescenta. De todas as denúncias que, na semana passada, formavam uma nuvem de suspeitas sobre a

O genro Riccitelli e sua demissão: "Nunca pedi nada. Só documentos"

VEJA, 8 DE MARÇO, 1989



QUINTA-FEIRA, 2 MAR 1989

DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 74, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1989

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 413, de 9 de dezembro de 1988, do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, resolve:

Dispensar ANTONIO RICCITELLI da Função de Confiança, código LT-DAF-101.3, de Delegado do Patrimônio da União no Estado de São Paulo.

LEONEL CARVALHO DE CASTRO

03

8903710

conduta do ministro, aquela que teve como desfecho a demissão de seu genro marca o caso mais intrigante — pelo volume de dinheiro envolvido e pela variedade das personalidades incluídas na acusação. A frente do escritório paulista da Secretaria do Patrimônio da União, Antonio Riccitelli era a pessoa encarregada de chefiar uma equipe de 35 funcionários pagos pelos cofres públicos para dar conta de duas tarefas. Uma delas consiste em cobrar tributos de pessoas que ocupam terrenos do governo para fins particulares. A segunda consiste em cobrar um outro imposto de nome arcaico, o *laudêmio*, que é pago no momento em que se consuma a transferência da propriedade — do governo para uma pessoa.

Como qualquer contribuinte habituado a freqüentar os labirintos enferrujados da máquina do governo pode imaginar, era justamente na hora de cobrar esse obscuro *laudêmio* e regularizar a nova propriedade que os problemas começavam. Em torno de intermináveis pedidos de papéis, carimbos e atestados, faziam-se, também, cobranças de um outro tipo de papel — o chamado *papel-moeda*, às vezes na cor verde do dólar americano. O que mais espanta na sindicância aberta sobre Antonio Riccitelli, contudo, não é apenas seu aspecto monetário — mas sociológico. Conforme as denúncias em mãos da Secretaria do Patrimônio da União, constantes da sindicância que resultou no fuzilamento do genro de Robertão, pedia-se dinheiro para quem o tinha — e também para pessoas que mal dispunham de verba para cobrir as contas do fim do mês. Outra novidade é que, segundo a sindicância, havia até mesmo uma pessoa especializada para esse tipo de atividade. Não se conhece, ainda, o nome desse sujeito. As investigações já conseguiram, no entanto, identificar como ele se apresentava a suas vítimas — pelo apelido caseiro de "Vavá".

Foi esse Vavá, por exemplo, quem pediu a Elba Perez Sainz, dona de casa que mora em São Vicente, a 78 quilômetros de São Paulo, uma quantia de 15 000 cruzados antigos para autorizar a venda de uma garagem. Para reforçar seus argumentos, Vavá explicou que era "homem de confiança" de Riccitelli. Não se sabe, até agora, se isso é verdade. O que é certo, de qualquer modo, é que ao menos uma parte do que Vavá dizia acabava ba-

Confusões entre o campo e a mesa

Como o IAA e o IBC atrapalham o país

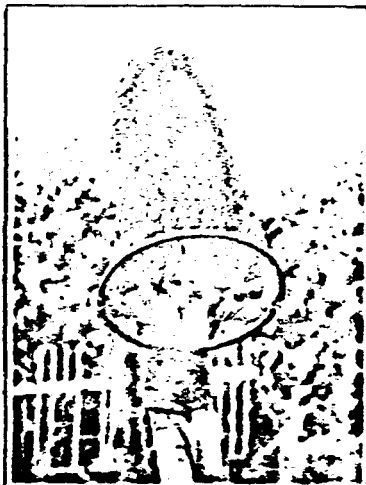
Entre uma plantação de café e outra de cana e o tradicional cafezinho com açúcar, existem no Brasil dois organismos oficiais tão dispensáveis quanto ruinosos — o Instituto Brasileiro do Café, o IBC, e o Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA. O IBC não produz café nem o IAA produz açúcar. Ambos são o que se chama de intermediários, controlam o tamanho dos estoques no país e os preços dos dois produtos no mercado internacional. Além disso, estão enquadrados naquela deliciosa categoria de órgãos públicos onde há funcionários demais, mordomias e brechas pelas quais se torra boa parte das reservas financeiras do país — negócios malfeitos, acor-

Bolsa de Londres 630 000 sacas de café, através de dezoito empresas privadas brasileiras, como forma de forçar a alta de preços. Os preços caíram, em vez de subirem, e o Brasil teve um prejuízo de 80 milhões de dólares. A operação, encerrada sob a suspeita de ter sido uma grande fraude, chamou-se *Patrícia*, numa referência à filha de um dos envolvidos no caso, nascida no dia em que o negócio foi acertado.

NEGÓCIO DEFICITÁRIO — Outra das funções do IBC — esta bem esquisita — é emitir dólares. O instituto não imprime a moeda americana, o que poderia levar seus diretores à prisão por um simples telex do FBI dirigido à polícia brasileira, mas distribui um documento chamado "aviso de garantia", que é cotado em dólares. Como é o IBC que controla as exportações, ele se compromete com o produtor a manter um preço mínimo por saca de café. Para honrar seu compromisso, o órgão emite um "aviso de garantia" de que o produtor receberá, em dólares, o mesmo valor acertado para toda a sua produção. Se o preço baixar no mercado internacional, o IBC arca com o prejuízo. De 1965 a

1968, o governo brasileiro desembolsou 80 milhões de dólares nesse negócio.

No IAA, um organismo que existe desde 1933, a situação é semelhante. Até a semana passada, o instituto era o responsável direto por toda a exportação de açúcar do país — e, como no caso do IBC, acabava sempre pagando pelo prejuízo. A partir do dia 1.º, o IAA ficou excluído dos negócios para a venda de açúcar — uma decisão semelhante a trancar a casa depois que os ladrões se foram, uma vez que foi consequência das denúncias de irregularidades envolvendo o ministro Roberto Cardoso Alves. Os escândalos no IBC e no IAA não são novidade para o governo Sarney. Em 1985, o então ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, encomendou uma auditoria nos dois órgãos e na Embratur. As falcatruas encontradas eram tantas que ele pediu a extinção pura de todos eles.



Cana e café: o governo no meio do caminho

dos obscuros e concessão de privilégios políticos. O IBC tem 2 100 funcionários que consumirão, este ano, praticamente a metade do orçamento do órgão, que deverá ficar em 50 milhões de cruzados novos. O IAA tem 2 864 servidores distribuídos por cinco superintendências espalhadas pelo país.

O Instituto Brasileiro do Café foi criado em 1952 e sua função básica restringe-se ao papel de mero especulador para as exportações brasileiras. O IBC é quem diz quanto e quando cada produtor deve exportar — há um limite máximo estipulado para o Brasil pela Organização Internacional do Café e a produção brasileira é sempre superior. Há pouco mais de dois anos, o IBC envolveu-se numa desastrosa operação quando tentou interferir diretamente na cotação internacional do produto. O então presidente do instituto, Paulo Graciano, comprou na

tendo, por coincidência ou não — sem dinheiro em sua mão, a papelada do Patrimônio não saía. Outra pessoa que deixou uma denúncia contra o órgão de Riccitelli foi Paulo Minervino Luciano, presidente de uma entidade de cultura negra instalada no bairro de Guaianazes, em São Paulo. Ele chegou a temer que sua entidade fosse despejada — caso Vavá não fosse atendido.

PROPINA SUPERIOR — Na parte da propina sociologicamente superior, a grande trapalhada da Delegacia do Patrimônio foi promovida numa das fatias mais ricas de São Paulo, a da Fazenda Tamboré, formada por 33 milhões de metros quadrados, a 20 quilômetros da capital — um filé mignon imobiliário onde, nos últimos anos, surgiram ricos condomínios fechados. Entre os proprietários de terrenos nessa área, encontram-se empresários como Antonio Ermírio de Moraes, dono do grupo Votorantim, o banqueiro Pedro Conde, do BCN, além de outras potências econômicas, como o Bradesco, por exemplo. Até o início do ano, com pequenos atropelos aqui e ali, tudo parecia funcionar direito — as chamadas certidões de posse, que garantiam a transferência da propriedade, até custavam para ser aprovadas, mas acabavam saindo.

No final de 1988, ocorreu um fenômeno esquisito: 85 certidões que estavam encalhadas há bastante tempo acabaram liberadas de uma só vez, num único dia, 28 de dezembro. Em janeiro de 1989, contudo, ocorreu um outro fenômeno esquisito. Através de uma portaria, Riccitelli anunciou que as novas certidões estavam proibidas — porque boa parte dos terrenos encontrava-se em situação irregular. "Comecei a reparar em coisas estranhas", afirma Arthur Castilho de Ulhoa Rodrigues, presidente da Tamboré S.A., dona de 60% da área, que chegou a pedir auxílio direto ao chefe de Riccitelli, Leonel de Castro, para tentar desfazer o mistério das certidões instantâneas e das certidões eternas.

Até onde andou a esquisi-

tice burocrática plantada nos 33 milhões de metros quadrados da fazenda, não se sabe. O que se sabe, desde a semana passada, é que a sindicância da Secretaria do Patrimônio dispõe de uma boa denúncia para ser investigada — a de que, num único caso de propina, um advogado funcionário de um grande banco do país recebeu a proposta de lubrificar a papelada em troca de uma quantia equivalente a 100 000 cruzados novos. "Essas denúncias me surpreendem, pois eu nunca pedi nada a ninguém", afirma Riccitelli. "A não ser os documentos exigidos por lei", acrescenta. Para o genro de Roberto Cardoso Alves, de qualquer modo, a semana terminou com um sabor amargo. Na

quinta-feira, perdeu seu cargo na Delegacia do Patrimônio. Na sexta-feira, ao descobrir que Riccitelli era empregado de uma estatal da prefeitura de São Paulo, a Prodan, deslocado para dar expediente como gerente das propriedades do governo federal, a prefeita Luiza Erundina assinou um despacho colocando-o no olho da rua — e cortando seu salário de 2 300 cruzados novos. "Nessa guerra, vencem os mais fortes, e eu caí porque estou entre os fracos", afirma Riccitelli, modesto.

"Tenho certeza de que todos os podres sairão à superfície", disse Leonel de Castro a um grupo de funcionários do Patrimônio, na semana passada. "Confio na sindi-



Luiz Henrique: "Roberto não cai porque tem a proteção do grupo palaciano"

O penúltimo suspeito

Barroso se complica no caso BR

Durante as últimas semanas, desvendou-se na BR-Distribuidora, subsidiária da Petrobrás, um processo escandaloso de cobrança de propinas no qual os acusados, gente que pertenceu à cúpula da empresa, eram apontados por pessoas de fora da organização e também por inimigos encastelados dentro da própria Petrobrás. Na semana passada, o quadro mudou quando um destacado personagem da história, o general Albérico

Barroso, transferido recentemente da presidência da BR-Distribuidora para uma outra subsidiária da organização, a Petrofértil, foi atacado por um de seus próprios amigos, Geraldo Magela de Oliveira, que na empresa exercia a função de chefe de gabinete de Barroso.

"Alertei o general para as concentrações excessivas de títulos em bancos de pequeno porte", disse Magela na última quinta-feira, durante seu depoimento de quatro horas

na Delegacia de Defraudações, no Rio de Janeiro. Para os policiais que investigam o caso BR, a informação é valiosa. A novela começou em novembro último, quando alguns banqueiros revelaram à direção da Petrobrás que estavam sendo pressionados por funcionários da empresa para o pagamento de propinas. A transação seria simples: a Petrobrás Distribuidora multiplicaria o volume de depósitos em determinados bancos, aumentando o lucro dos banqueiros, e alguns funcionários ganhariam uma comissão sobre o negócio, em dólares.

cância, mesmo sabendo que muitos denunciantes, ameaçados, acharão melhor ficar calados." Os estudiosos da bibliografia da corrupção no Brasil gostam de separá-la em duas categorias. Uma delas, que é a maior, consiste naquele tipo de roubalheira que se faz todo dia — e da qual ninguém toma conhecimento publicamente. A outra, que é bem menor, reside naquelas irregularidades que vêm a público. O que diferencia uma família da outra não é seu aspecto moral — mas um problema de natureza prática. Rouba-se sossegadamente quando as duas partes dispõem de uma fórmula para passar a conta de sua falcatura para um parceiro que não tem meios para dar qualquer palpite no

negócio — o Erário. É por esse caminho que se torna possível, por exemplo, a um alto tecnocrata contratar uma obra pública de uma empreiteira e embolsar o chamado "por fora" — a diferença entre o preço real e o preço roubado acaba sendo incluída na conta final do investimento, e quem toma o prejuízo é o contribuinte.

A roubalheira se complica, contudo, quando uma das partes quer ficar com o bolo inteiro — deixando a outra sem ninguém para transferir seu prejuízo. Esse tipo de acerto, movido por uma ganância exagerada mesmo para os padrões do mar de lama, é que tem produzido a maior parte da enxurrada de escândalos recentes e torna as de-

núncias contra Cardoso Alves bastante parecidas, por exemplo, com o inquérito que apura as irregularidades cometidas na BR Distribuidora. No caso da BR, auxiliares do presidente da empresa queriam embolsar, sozinhos, os rendimentos de um dinheiro que adormecia nas agências bancárias — sem ser contabilizado, oficialmente, como verba da empresa. No episódio Robertão, há situações bastante parecidas — também.

COMISSÃO DESCONGELADA — Um dos casos mais inquietantes refere-se ao Sistema Siderbrás, onde há a suspeita de que o ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia manipule verbas públicas em troca de um auxílio privado — destinado a engordar seus cofres de campanha. Um empresário relata que chegou a consumir um acordo desse tipo para garantir o pagamento de uma dívida milionária que não conseguia receber da Cosipa, a estatal paulista administrada pela pasta de Cardoso Alves. Cansado de esperar pelo dinheiro que não saía, o empresário foi convidado para fazer um acerto clandestino. Pela proposta, abria mão de 10% de tudo aquilo que tinha a receber — e sua verba lhe seria entregue em menos de trinta dias. Caso contrário, seu destino seria enfrentar uma nova temporada na fila de espera. O empresário concordou. Foi, então, chamado a comparecer a um escritório no bairro do Itaim, em São Paulo. Ali, um funcionário, com dedos ágeis de pianista, puxou uma lista de nomes do computador, na qual constava seu nome e a verba que tinha a receber. O acerto foi consumado, e, vinte dias depois, o pagamento — com desconto de 10% — entrava em sua conta bancária, exatamente como fora combinado. Atrás de episódios desse tipo, o Serviço Nacional de Informações investiga um conjunto de reuniões que Mário Masagão Filho, chefe de gabinete de Cardoso Alves no ministério, teria realizado com empresários da área siderúrgica. Existe a denúncia de que as comissões pedidas



Ticomlat (gesticulando): depois da denúncia, uma conversa

No curso das investigações, chegou-se logo a dois suspeitos, Geraldo Magela e Geraldo Nóbrega, o ex-diretor financeiro da empresa. Até agora, o único indício que pesava contra o general Barroso era o fato de que os dois suspeitos eram justamente os seus auxiliares de maior confiança. Com o depoimento de Magela, a situação do general Barroso tornou-se delicada. Barroso vinha sustentando em sua defesa que seus antecessores na direção da empresa adotaram uma política de concentrar depósitos em pequenos bancos, e ele apenas tea-

tu corrigir a distorção. Ou seja, que os suspeitos seriam os diretores da Petrobrás que o colocavam sob suspeita.

Na semana passada, Geraldo Magela disse à polícia que as coisas não eram bem assim. Contou que as distorções bancárias existiam e revelou que, mesmo sendo alertado, o general Albérico Barroso não se preocupou em resolvê-las. O exemplo mais dramático da omissão do general Barroso, segundo Magela, foi manter 80% do dinheiro da Petrobrás Distribuidora, em apenas dois bancos de pequeno porte, o Industrial e Comercial e o Banco

Mercantil de Descontos. Desde que estourou o escândalo, esperava-se a demissão de todos os envolvidos — e, até o momento, apenas os dois Geraldo foram afastados da Petrobrás. O general Barroso, que já foi chefe-de-gabinete do presidente Sarney no Palácio do Planalto e é um de seus amigos antigos, permanecia na semana passada ocupando a cadeira de presidente da Petrofértil — e jurando inocência no caso. Nesta semana, a polícia deverá concluir o inquérito e indiciar os principais suspeitos. Ainda não se sabe a sorte do general.

mercado de des-
contos. Desde
que estourou
o escândalo,
esperava-se a
demissão de
todos os envol-
vidos — e, até
o momento, a-
penas os dois
Geraldo foram
afastados da
Petrobrás. O
general Barroso,
que já foi chefe-
de-gabinete do
presidente Sarney
no Palácio do
Planalto e é um
de seus amigos
antigos, perman-
ecia na semana
passada ocupan-
do a cadeira de
presidente da
Petrofértil — e
jurando inocên-
cia no caso. Nes-
ta semana, a po-
licia deverá con-
cluir o inquérito
e indiciar os prin-
cipais suspeitos.
Ainda não se sa-
be a sorte do ge-
neral.

As aventuras de Robertão

Em trinta anos de vida pública, o ministro Roberto Cardoso Alves tornou-se um dos raros conservadores assumidos da política brasileira. Fez fama de bom articulador ao criar o Centrão e tornou-se uma celebridade com a frase em que dizia "é dando que se recebe"



Em 1968: na Arena, cassado pelo AI-5



Começam os debates na Constituinte: Robertão rasga votos numa discussão sobre reforma agrária

nem sempre eram tabeladas em 10% — conforme os rumores, poderiam ser rebaixasadas para 8% em alguns casos e até alcançar a marca dos 15% em outros, numa demonstração de que, na área doente do governo federal, já não se respeita nem mesmo o congelamento de preços que o Plano Verão impôs ao país inteiro. "Essas acusações não procedem", afirma o ministro Cardoso Alves. "Em primeiro lugar, porque as contas da Siderbrás nunca passaram pelo ministério, mas sempre ficaram aos cuidados da própria empresa e de seus clientes", explica.

PACOTE DE FELICIDADES — Um dos ângulos mais curiosos das acusações que molham o ministro encontra-se em sua diversidade — um caso inédito de metralhadora giratória de confusões. Nem sempre Cardoso Alves ou seus auxiliares mais próximos estão envolvidos numa situação suspeita. Ocorre com frequência, no entanto, que acabam sendo descobertos em situações que não funcionam como um elogio à conduta de um homem público — tampouco contribuem para que se forme uma boa imagem dos cuidados do ministério com as verbas públicas. Um desses casos é o da empresa distribuidora de petróleo Hudson, onde o ministro, recém-empossado, entrou numa batalha de bastidores para convencer o governo a abater a maior parte de uma multa aplicada depois de um flagrante de irregularidades milionárias. Nesse episódio, como em outros, fica uma dúvida teimosa. Robertão ganhou fama em todo o país, ao longo da

Constituinte, quando pediu auxílio a Francisco de Assis para montar sua própria teoria a respeito da fisiologia — a visão do "é dando que se recebe". O que se gostaria de descobrir, na semana passada, é o que deram a Robertão — e o que foi que receberam.

Aos 62 anos, titular de uma carreira que teve início em 1958, quando se elegeu deputado estadual pelo PDC, Roberto Cardoso Alves é um desses homens públicos que nunca deixam de surpreender — adversários ou aliados. Em matéria de franqueza, por exemplo, o ministro é um caso raro de disposição para assumir abertamente suas próprias idéias. No mundo fictício da política brasileira, onde se vive com a impressão de que só existem políticos de esquerda, centro esquerda e de centro, Robertão é um dos poucos conservadores com capacidade de dizer claramente o que pensa — detesta

as legendas de esquerda. É contra a reforma agrária e não gosta de nada que lembre mobilização sindical. Com frequência, o ministro chega a ser truculento na defesa de suas proposições — como ocorreu logo no início da Constituinte, quando rasgou os votos finais de uma votação em torno da reforma agrária. O contato pessoal com ele, no entanto, revela uma pessoa que se esforça para manter uma convivência civilizada com os adversários. Na última campanha eleitoral, Robertão auxiliou a eleição de pelo menos um parlamentar de esquerda com uma oferta preciosa — um boi inteiro, para ser churrasqueado numa dessas promoções utilizadas pelos políticos menos abonados para juntar dinheiro. Competente, na Constituinte, o ministro foi um dos articuladores do Centrão que garantiram cinco anos de mandato para o presidente Sarney. "Ele pertence àquele ramo da direita civil competente", afirma o deputado

João Herrmann Neto, do PMDB paulista.

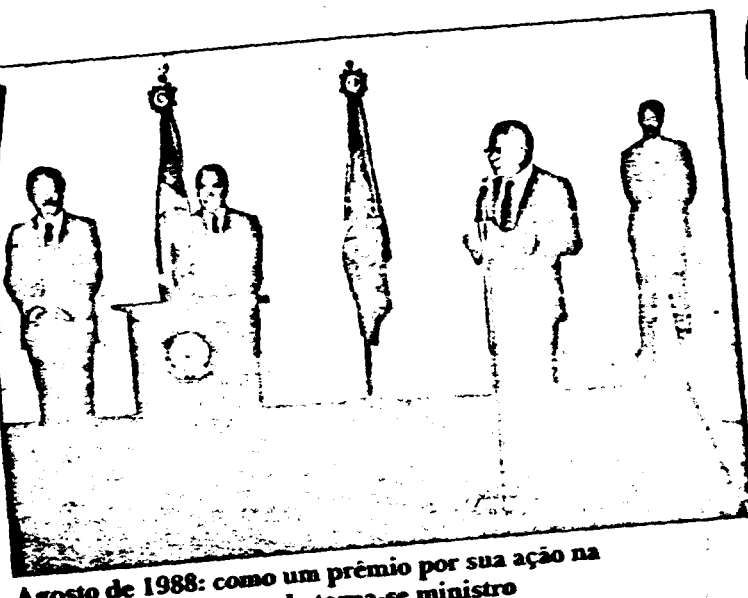
Na semana passada, sete meses depois de ser levado ao ministério pelo presidente José Sarney, Roberto Cardoso Alves trocava o apogeu de sua carreira política pelo seu momento mais dramático. Trabalham contra ele forças poderosas e sobrenomes de peso, que têm tantas portas abertas em Brasília quanto o próprio ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. A dificuldade, nessa investida, encontra-se num problema conhecido — que é o de saber onde estão as provas, se é que elas existem, e onde residem as



Fernando Gasparian: convocação para depoimento na Câmara



Na cadeira de rodas: no centro da articulação que criou o Centrão e garantiu cinco anos para Sarney



Agosto de 1988: como um prêmio por sua ação na Constituinte, o deputado torna-se ministro

testemunhas, se é que elas têm mesmo algo para relatar. "Não podemos prejudicar o ministro", afirma o deputado Borges da Silveira (PMDB-PR), companheiro do Centrão de Cardoso Alves.

RACHAR 10 MILHÕES DE DÓLARES — "Ele só não cai porque tem a proteção do grupo palaciano", afirma o deputado Lui Henrique, do PMDB de Santa Catarina. Na semana passada, o empresário Renato Ticoulat, o ex-diretor do IBC que detonou a tempestade de denúncias sobre o ministro Roberto Cardoso Alves, relatou a pelo menos duas pessoas de sua intimidade que chegou a manter uma conversa bastante delicada com seu antigo superior hierárquico. Segundo seu relato, na passagem do ano Roberto teria ido até sua casa no Jardim América, em São Paulo, para falar, entre outros assuntos, da venda das 10 000 toneladas de café solúvel para a União Soviética. Esses dois amigos ouviram Ticoulat dizer que, a certa altura do encontro, o ministro contou que ambos poderiam promover vários negócios de exportação que iriam propiciar um ganho próximo de 11 milhões de dólares, que seriam evaporados de qualquer contabilidade oficial — o empresário ainda teria escutado uma proposição escandalosa. Conforme disse, Cardoso Alves lhe ofereceu a chance de participar da trama — embolsando a metade desses 11 milhões de dólares. A essas mesmas pessoas, no entanto, Ticoulat pediu segredo e informou que, por enquanto, não pretende narrar o episódio

em público. Na semana passada, os cafeicultores da diretoria da Sociedade Rural Brasileira foram visitar Ticoulat em seu escritório — num ato de solidariedade.

"É muito difícil saber o que há de consistente em todas essas denúncias", afirma o deputado Hélio Duque, do PMDB do Paraná. "O que eu acho estranho, no entanto, é que até agora o ministro não tenha interpelado ninguém na Justiça", acrescenta. Na semana passada, havia sinais, aqui e ali, de que será possível saber, em breve, o que há de fundamento nas suspeitas lançadas sobre Cardoso Alves — e o que não passa de rumores lançados por seus inimigos. No Tribunal de Contas da União, o ministro Carlos Átila entrou com um pedido, já aprovado, para que se promova uma investigação geral na contabilidade do ministério. Na Câmara dos Deputados, o deputado Fernando

Gasparian, presidente da Comissão de Fiscalização, resolveu convocar Cardoso Alves para prestar esclarecimentos. "Sou o primeiro interessado nessas apurações", disse o ministro, na semana passada, com serenidade. Político experimentado, o ministro mostra uma rara disposição para colaborar. Ou porque está mesmo convencido de sua inocência, como tem repetido a amigos, ou porque sabe que, fora as inovações pirotécnicas, boa parte dessas atividades não costuma levar a lugar nenhum — a não ser à submissão de seus envolvidos num espetáculo de execração pública.

O problema do episódio Robertão, no entanto, está em outra geografia. Desde sua posse, o presidente José Sarney já promoveu quatro reformas em seu ministério e já possuiu 63 ministros diferentes em seu governo. Nesse carrossel de auxiliares, o destino de Robertão é uma questão que incomoda o próprio ministro,

abre uma crise no governo, mas está longe de ser uma questão que, por si só, incomoda a maioria dos contribuintes. Na realidade, o que há por trás dessas denúncias é a confirmação da pior desgraça que persegue o governo. A gestão de Sarney é um fracasso em matéria econômica, também é um desastre em matéria política. O que se descobre, agora, é que o governo é uma ruína em matéria de ministros. Na semana passada, o caso Roberto Cardoso Alves explodiu com a força de um golpe de misericórdia num governo afogado na desconfiança da população.



O empresário Castilho, da Tamboré: "Coisas estranhas"

Vitória dos derrotados

Os moderados surpreendem na convenção do PMDB e ganham mais força dentro do partido



O PMDB enfrentou na semana passada uma equação política que apresentou duas resoluções distintas — uma delas esperada por todo o mundo e a outra, uma surpresa até mesmo para suas mais experimentadas raposas. No último domingo, dia 12, o partido realizou em Brasília uma convenção para a escolha de sua nova direção nacional — último ato antes da convenção que em abril ou maio próximo escolherá o candidato do partido à sucessão do presidente José Sarney. Aliado à esquerda do PMDB e aos governadores dos Estados mais poderosos, como Orestes Quércia, de São Paulo, e Wellington Moreira Franco, do Rio de Janeiro, o deputado Ulysses Guimarães venceu a convenção com 62% dos votos e foi novamente ungido como o cacique da legenda. Esse era o fato esperado.

O aspecto surpreendente dessa convenção, que reuniu cerca de 900 delegados, está no resultado obtido pela chapa adversária, a moderada, que juntou a ala mais conservadora do partido e os aliados do Palácio do Planalto. Liderada pelo ministro da Agricultura, Íris Rezende, a chapa obteve 38% dos votos, quando todos os prognósticos disponíveis às vésperas da reunião davam-lhe apenas 20%. Além disso, os moderados têm uma bateria inteira de adeptos camuflados dentro da chapa ulyssista — políticos como Expedito Machado, articulador do Centrão, e Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Não se sabe qual é o exato tamanho desse bloco de infiltrados, mas pode-se afirmar com segurança que o PMDB refletido nos votos de sua convenção está mais para o meio do que para o governador Waldir Pires, da Bahia, ou seu colega Miguel Arraes, de Pernambuco, dois exemplares da ala esquerda da legenda.

ALIADO INCONDICIONAL — “Quem perdeu ganhou — e quem ganhou perdeu”, resume com ironia o ministro José Aparecido, da Cultura. O avanço dos moderados ganha

mais relevo ainda a partir do desânimo que eles próprios mostravam às vésperas da votação. Um de seus líderes, o ministro Jader Barbalho, da Previdência, fora internado, três dias antes da reunião, no Instituto do Coração, em São Paulo, com problemas renais. Outro de seus articuladores, o ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, enfrentava um tiroteio cerrado de denúncias de corrupção em sua pasta. “Conseguimos uma vitória significativa”, afirma o ministro Íris Rezende, que seria pelos números frios o perdedor da convenção.



Ulysses: fustigado por todos os lados

Sob a aparência de esfaquear-se numa convulsão intestinal, o PMDB atravessa apenas uma dessas fases em que a magia da política se exibe em seu estado mais puro. O partido com membros de várias indicações, como qualquer outra legenda, debate-se em busca de um candidato à Presidência que reúna as mentes e os corações da maioria de seus políticos — e sofre o trauma natural do partido. Na semana passada, o deputado Ulysses Guimarães trafegava na convenção aparentemente vitorioso, enquanto nos bastidores sua estátua era roída aqui e ali. Com o braço esquerdo, o governador da Bahia, Waldir Pires, fustigava Ulysses na tentativa de empinar sua própria candidatura — um projeto semi-abortado pela votação obtida

Íris Rezende, na convenção do PMDB...

pelos moderados. Do outro lado, num avanço mais consistente, os moderados roíam outro pedaço de Ulysses. Rodeou-se outro tanto nos dias seguintes. Na terça-feira, convidado pelo presidente José Sarney, o ministro Íris Rezende foi tomar o café da manhã no Palácio da Alvorada ainda animado com os resultados da convenção. “Quem conseguiu 38% pode conseguir mais”, animou Sarney. “Use o governo”, completou o presidente. No dia seguinte, seria a vez de Sarney telefonar para o governador Orestes Quércia — de quem anda politicamente afastado, mas não a ponto de considerá-lo pior que Leonel Brizola e Luís Inácio Lula, seus reais inimigos. “Quércia, você é o candidato do partido. Tem que sair agora, não pode esperar”, convidou. Segundo reproduziu uma testemunha da conversa, Quércia, que tem sido aconselhado a moderar seus ataques ao governo, pediu a Sarney quinze dias para se definir. “Com o resultado da convenção, estou apostando numa chapa com Quércia para presidente e Íris de vice”, especula o governador Joaquim Roriz, do Distrito Federal, um aliado incondicional tanto de Sarney como de Íris — que, embora disposto a desafiar Ulysses, tem deixado claro que daria todo o apoio à candidatura de Quércia.

CANDIDATO OFICIAL — No campo estritamente partidário, a candidatura do deputado Ulysses Guimarães enfrenta dificuldades



... 38% dos votos para a ala dos moderados

entre os inimigos do Palácio do Planalto e também entre aqueles amigos que ele tinha na conta de aliados. Em Waldir Pires, por exemplo, Ulysses esperava encontrar um apoio sólido, mas o governador da Bahia preferiu tratar da própria candidatura. "Waldir é um ingrato", queixou-se Ulysses a um amigo. "Ele esqueceu-se de que, quando estava sem mandato, fui eu quem apoiou sua indicação para o ministério", acrescentou, referindo-se ao período em que Waldir Pires foi ministro da Previdência no governo Sarney. Na convenção, a festa co-

meçou de fato com Waldir Pires, mas terminou na mão do bloco moderado. A convenção foi, porém, apenas um ensaio para a grande festa da escolha oficial do peemedebista que vai concorrer à cadeira de Sarney.

Neste momento, o governador Orestes Quércia é o nome que tem mais força para sair candidato do PMDB. Se quiser, será o escolhido — o que lhe conferirá automaticamente uma condição de relevo na corrida pelo Planalto, como opção contra as candidaturas à esquerda de Brizola e de Lula. Ulysses sabe disso e debate-se contra essa possibilidade. Um pouco antes da convenção da semana passada, ele chamou Quércia a seu apartamento, em Brasília, e ofereceu: "Se você for candidato, eu apoio", disse Ulysses.

Mais uma vez, Quércia afirmou que não é candidato. "Então eu quero que você coordene a minha candidatura", pediu Ulysses. Na hora, Quércia concordou. Mais tarde, confidenciou a amigos que Ulysses não estava fazendo um convite, mas apenas sondando sua fidelidade. A esses amigos Quércia já avisou que não se movimentará efetivamente por Ulysses enquanto ele não se tornar o candidato oficial do partido. Até lá, continuará dizendo que Ulysses tem o seu apoio — e esperando.

Nas últimas semanas, tudo tem parecido

incerto nas fileiras do PMDB, o que deixa seus políticos um pouco apreensivos e, às vezes, ansiosos. Na semana passada, o governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, perdeu repentinamente a calma numa das inúmeras conversas que manteve com o colega Orestes Quércia. "Eu quero saber qual é o seu jogo. Você é ou não candidato?", indagou o mineiro ao paulista. Mais uma vez, como tem feito a cada hora do dia, Quércia negou. Em outra ocasião, foi o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, quem avisou aos colegas. "O Quércia é meu amigo e disse que não é candidato", comentou Moreira. "Agora, se ele for, é porque quer bater minha carteira, e por isso não terá meu apoio."

TROCA DE GENTILEZAS — No último sábado, dia 18, uma dúzia de governadores do PMDB tinha um encontro marcado em São Paulo, onde tentaria encaminhar uma definição um pouco mais precisa a respeito das candidaturas do partido à Presidência. Ulysses esperava que essa definição saísse a seu favor, mas nada indica que se chegou aos últimos estágios do processo de escolha. Nessa reunião, o PMDB poderia até mesmo proclamar seus candidatos a presidente e a vice. Na noite de sexta-feira, Ulysses e Quércia passaram algumas horas a sós conversando sobre o assunto e, ao final, trocaram gentilezas em público. "Basta o Quércia abrir a boca, dizer duas palavras, e terá meu apoio entusiasmado." Quércia, por seu lado, continuava a repetir que seu candidato é Ulysses. Na atual fase da sucessão dentro do PMDB, qualquer que seja o nome aclamado hoje, a cena poderá ser outra amanhã.

Outro de fora

A campanha para a sucessão do presidente José Sarney apresenta um fenômeno curioso e didático: enquanto raposas da política, como o deputado Ulysses Guimarães, resistem bravamente a tropeções, os que não são do ramo descolam-se da disputa diante das primeiras dificuldades. O primeiro a sair foi o apresentador de TV Sílvia Santos, que entusiasmou a ala do PFL e aqueceu as pesquisas de opinião para desistir há três semanas com uma confissão patética — a de que estaria perseguido por dívidas existenciais. Na semana passada, chegou a vez do

empresário Antonio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim. Ermírio jamais declarou oficialmente que era candidato, mas as pessoas de sua intimidade davam como certo que entraria na disputa, além de ostentar em público um comportamento de candidato aberto. Na última quarta-feira, em carta dirigida aos principais jornais do país, Ermírio formalizou a desistência e, no dia seguinte, explicou os verdadeiros motivos, em entrevista a *O Estado de S. Paulo*. "Não dá para fazer acordo com esses canalhas. Se é para ser político igual aos outros, prefiro ficar em casa", afirmou. Ermírio não disse quem seriam esses "canalhas", um insulto

que apenas deixou clara, outra vez, sua incapacidade de conviver na vida pública com pessoas que julga ser diferentes dele próprio.

A saída de Ermírio favorece, em primeiro lugar, Jânio Quadros, já que ambos corriam na mesma raia — a dos conservadores. Também ajuda o futuro candidato do PMDB, qualquer que seja ele, mas especialmente se vier a ser o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Com a saída de Ermírio, ficam órfãos o PTB, que o desejava como representante, e uma ala significativa do PFL, que procura um nome com maiores chances eleitorais que seu atual candidato, o ex-ministro Aureliano Chaves.



Ermírio: órfãos no PTB

Sarney passa mal do coração

Perícia de 'Buenos' aponta peso excessivo

Governo aceita conversar sobre perdas salariais

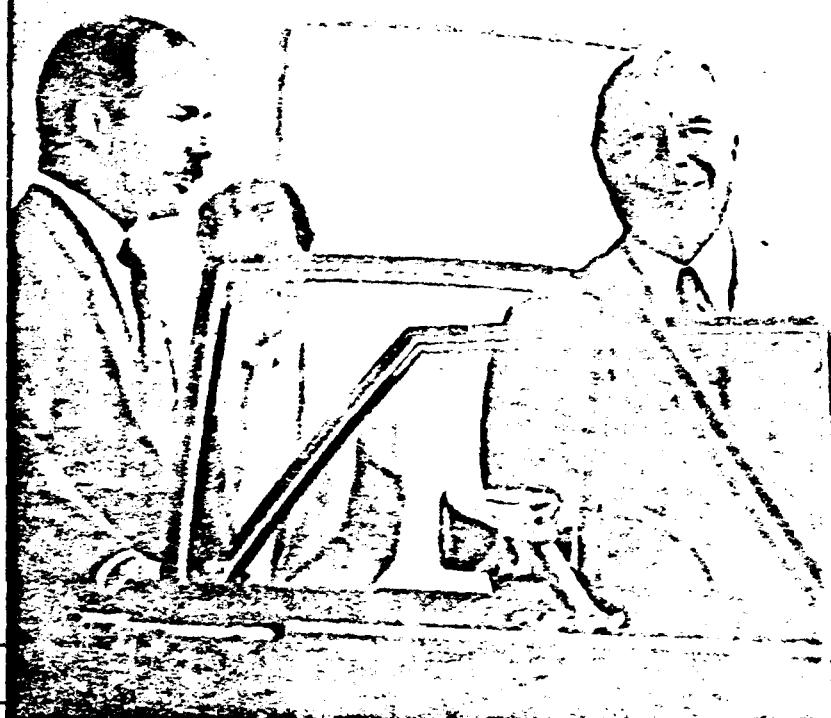


Congeladas as prestações da casa própria com base em janeiro

Relatores vão mudar texto das Medidas Provisórias

A notícia em *O Globo* e o presidente depois da noite em que sentiu dores no peito: "Eu estou bem", garantiu Sarney, que posou para fotografias para provar o que dizia

Brasil



O susto de Sarney

Tenso e estafado, o presidente Sarney passa mal no Palácio da Alvorada e gera apreensões no país sobre o seu estado de saúde

Na última quinta-feira, quando embarcou para uma visita de dois dias a Angola, o presidente José Sarney desfez uma suspeita que percorre o país durante um dia inteiro: a de que ele tivera um ataque do coração ou algo perto disso. Na noite de terça-feira, cercado de preocupações, muito tenso, estafado, em meio a problemas com a aplicação do seu Plano Verão e a denúncias que envolviam alguns de seus auxiliares recém-desligados do governo (veja reportagem à pág. 22), o presidente sofreu uma crise nervosa e apresentou sintomas preocupantes. Durante mais de 10 minutos, Sarney sentiu fortes dores no peito, à altura do coração, e precisou de cuidados médicos no Palácio da Alvorada, sua residência oficial, onde se preparava para dormir.

Imediatamente, o médico particular do presidente, o coronel Messias Araújo, providenciou um eletrocardiograma, que nada acusou. O coração de Sarney vai

bem, mas seu estado geral apresenta sinais de problemas. "O presidente tem estafa", explicou o médico. A angina que experimentou na noite de terça-feira seria, portanto, uma afecção de fundo emocional, e não físico, segundo a interpretação de Messias Araújo. O problema é que Sarney tem sido assediado por um extenso batalhão de males na Presidência. Nos últimos tempos, tem se queixado cada vez com mais frequência de uma dor na perna esquerda. Recentemente, sofreu uma crise de labirintite, tem uma gastrite crônica, uma hérnia de hiato e uma dermatite alérgica que deixa parte de sua face irritada em momentos de maior tensão. Durante o governo Figueiredo, o então senador José Sarney teve uma isquemia cerebral no Maranhão, ficou por algumas horas sem o controle de parte de um dos lados do corpo e hoje teme terminar como seu pai, que faleceu por causa de um problema no cérebro aos 54 anos. "O Sarney tem saúde boa e sempre cui-

dou muito dela", afirma o senador Marco Maciel, do PFL pernambucano, numa referência ao hábito do presidente de tomar vitaminas diariamente pela manhã e remédios diante de qualquer sintoma de doença. "O problema de Sarney é paco-tice aguda", ironiza o deputado Jayme Santana, adversário do presidente na política maranhense.

"EU ESTOU BEM" — Na semana passada, o presidente passou mal, mas o país só ficou sabendo da notícia dois dias depois, na manhã de quinta-feira, quando o jornal *O Globo* estampou na primeira página a informação obtida pela jornalista Tereza Cruvinel com o próprio filho do presidente, o deputado Sarney Filho. Em Brasília, a notícia do jornal carioca causou surpresa nos gabinetes oficiais. "Que diabo é isso?", espantou-se o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, mostrando um exemplar do jornal ao chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes. Na



O deputado Sarney Filho: a confirmação das dores do pai e uma briga de bar com um deputado do Maranhão

véspera, ao ser comunicado da notícia, o dono do jornal, o empresário Roberto Marinho, despachou um único sinal para a redação — a informação poderia ser publicada, desde que fosse exata. Era, mas apenas em parte. Segundo *O Globo*, Sarney havia passado mal do coração, tivera a sua mais séria crise de saúde e apresentara sintomas de pré-ênfarte.

A manchete do jornal irritou o presidente e sua família. "Mas como é que se faz uma coisa dessas?", indagava a primeira-dama, Marly Sarney. "Vejam com seus olhos. Eu estou bem", disse, na manhã de quinta-feira, o próprio presidente — numa atitude pouco comum, ele abriu os portões do Palácio da Alvorada para mostrar aos jornalistas e fotógrafos que não tinha nenhum problema de saúde. Mais tarde, no Palácio do Planalto, ao receber um telefonema de um amigo, Sarney foi mais enfático. "Querem me matar, mas não vou dar esse prazer aos meus adversários", afirmou.

DOR NO PEITO — À frente de um governo que vê minguar a cada dia a sua reduzida base de apoio parlamentar e sentindo-se traído até por alguns dos seus mais íntimos amigos, o presidente tem estado cada vez mais tenso e isso tem só refletido na sua saúde. Na semana passada, as dores no peito de Sarney surgiram após uma jornada particularmente tensa. Durante o dia, ele demonstrou sua irritação com o ex-ministro da Administração

Aluizio Alves, que nomeou 39 parentes e amigos na véspera de deixar o cargo, num momento em que o presidente discute com o Congresso uma forma de dispensar mais de 60 000 funcionários públicos. "Não sabia que o Aluizio era capaz de fazer uma coisa dessas", chegou a reclamar Sarney. Quando era ministro, Alves costumava frequentar a missa das 6 horas da tarde de domingo, na capela do Palácio da Alvorada, e na sua residência oficial havia um retrato do presidente, ao lado da mesa de refeições. No final da



O médico Messias: problema de estafa

tarde, contudo, o presidente acusou um golpe mais duro.

Por volta das 19 horas, Sarney recebeu no Palácio da Alvorada o ex-presidente da BR Distribuidora e atual presidente da Petrofertil, general Albérico Barroso Alves, e a sua tensão alcançou um ponto extremo. Barroso, como é chamado o general, tornou-se presidente da Petrofertil como prêmio de consolação após ser demitido da Distribuidora, onde explodiu no final do ano passado um dos maiores escândalos do atual governo. No Alvorada, Sarney abriu a conversa afirmando que o Barroso traiu a sua confiança. "Desse jeito eu não posso contar com o senhor mais", completou o presidente, irritado.

Durante 30 minutos, Sarney queixou-se da falta de lealdade do amigo, que procurou desfazer qualquer responsabilidade no episódio do propinoduto da BR Distribuidora. O presidente, contudo, tinha em mãos os dados do inquérito policial que apura o caso — e ele indica que os amigos que o general nomeou para a sua assessoria tentaram, efetivamente, extorquir dinheiro de bancos privados. Agora, o governo pretende aproveitar a mudança no comando da Petrobrás, onde tomou posse na semana passada o novo presidente, Orlando Galvão, para tirar Barroso e outros diretores da empresa.

Dez minutos após a saída de Barroso, Sarney reclamou: "Estou sentindo um mal-estar, umas dores no peito", disse ele ao general Messias. O médico tirou a pressão do presidente e segundo ele nada se registrou de anormal. Como as dores no peito foram intensas, o médico do presidente desceu à enfermaria do palácio e preparou a sala para realizar um eletrocardiograma. Às 23 horas, depois de jantar, o presidente submeteu-se ao exame, que nada apontou, e 1 hora depois, sob efeito de um sedativo, foi dormir. Na manhã seguinte os exames foram repetidos e, novamente, nada de anormal.

PLANO BRASÍLIA — Em comparação com outros presidentes, Sarney demonstra uma preocupação especial com sua saúde. João Goulart ignorou o tratamento recomendado para uma isquemia, que o atingiu quando era presidente, e acabou morrendo de enfarte anos depois, enquanto João Figueiredo só cuidou de sua cardiopatia quando se viu obrigado a implantar uma ponte de safena nos Estados Unidos. Sarney dispõe no Palácio do Planalto do Plano Brasília, que prevê sua remoção para o aeroporto, com destino a São Paulo, em menos de meia hora, diante de algum problema grave de saúde. Após as dores da semana passada, o presidente também decidiu antecipar para o próximo mês uma bateria de exames que deveria fazer dentro de

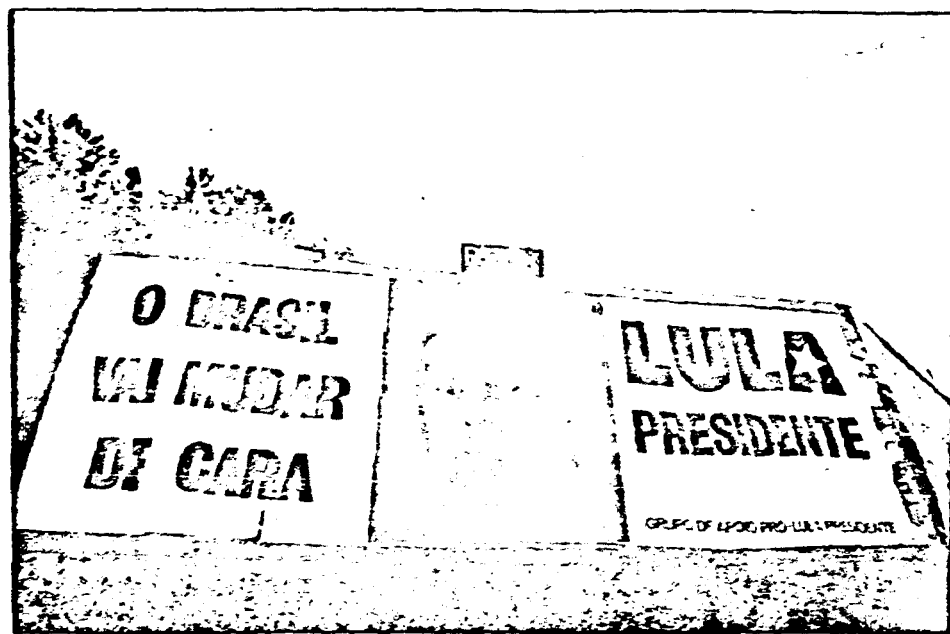
SUCESSÃO

Namoro fugaz

Brizola afasta-se do PT
e critica Lula

Na semana passada, os dois principais partidos de esquerda do país — PT e PDT — encerraram a política de boa vizinhança que haviam estabelecido desde novembro do ano passado, quando dividiram os lucros das vitórias conquistadas nas eleições municipais. O rompimento partiu do ex-governador Leonel Brizola, que se fez sócio do PT na eleição de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, mas não admite sociedade na sucessão presidencial. Há duas semanas, ele iniciou uma bateria de ataques ao PT e ao seu concorrente petista na corrida sucessória, o deputado Luís Ignácio Lula da Silva. "Vamos dar uns cascudos no Lula", disse ele. Na semana passada, o cascudo mais forte foi a acusação de que o PT estaria gastando 27 000 dólares com os outdoors da campanha presidencial de Lula. No PT, que havia adotado a estratégia de deixar Brizola pregando no deserto, a provocação surtiu efeito — e o rompimento se consumou dos dois lados. "Se o Brizola vender só um dos seus bois, ele coloca oitenta outdoors no país", respondeu um dos coordenadores da campanha petista, Vladimir Pomar.

Lula e Brizola não são o que se poderia chamar de companheiros. Nunca foram muito próximos, mas o que acabou com qualquer possibilidade de entendimento profundo entre eles foi uma declaração de Lula, feita em 1985 — ele disse que Brizola seria capaz de "pisar no pescoço da mãe" para chegar à Presidência da República. Ambos só voltaram a se falar dois anos de-



O outdoor da campanha presidencial do PT: cascudo de Brizola

pois e pareciam estar convivendo bem até duas semanas atrás. Nas eleições de novembro, por exemplo, Brizola considerou-se um dos responsáveis pela vitória de Luiza Erundina em São Paulo — seu candidato, Ailton Soares, renunciou para apoiá-la, mas era um dos últimos colocados nas listas de intenção de votos. Na semana passada, quando Erundina começava a enfrentar os primeiros problemas na administração, Brizola reassumiu o papel de opositor: "É só eles riscarem fora da caixa que estaremos lá para criticar".

ROUPA SUJA — No último dia 19, foi a vez do próprio Lula criticar a prefeita. Num entrevista ao jornalista Boris Casoy, do Sistema Brasileiro de Televisão, ele discorreu radicalmente de duas medidas que

Erundina tomara recentemente — a nomeação de um sobrinho para um cargo de confiança e um reajuste nas tarifas de ônibus às vésperas do anúncio do Plano Verão. Na prefeitura, as críticas soaram como uma lavagem de roupa suja em público — antes de ir para a emissora, Lula havia conversado com a prefeita por quase 1 hora e não reclamou das medidas. O episódio abalou as já frágeis relações entre o deputado e os grupos políticos que apoiaram a candidatura de Erundina — Lula preferia seu colega Plínio de Arruda Sampaio. No final da semana passada, a crise parecia contornada, mas estava longe de ser encerrada. Com a campanha presidencial nas ruas, falta um nome para ocupar a candidatura de vice-presidente na chefia do PT — e os grupos em disputa dentro do partido prepararam-se para medir forças novamente. ●

Apuro trabalhista



Gianini: "Vou pagar"

"Ele é um dos piores patrões do Estado." A acusação feita pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco, Marcos Pereira, filiado ao PT, poderia ser igual a tantas outras que se vêem no mundo sindical se não tivesse como alvo outro membro do PT — Adhemar Gianini, colocado pela prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, no posto de secretário de Abastecimento. Adhemar Gianini, que também é dono de uma empresa metalúrgica, a Volnor, no Recife, deixou de re-

colher o FGTS de seus 963 empregados desde 1985 — em 1988, quando demitiu 860 trabalhadores, deixou boa parte deles sem indenização. O Sindicato dos Metalúrgicos, ligado à CUT, acumula 237 processos trabalhistas contra Gianini.

Outra dificuldade do empresário diz respeito a seus papagaios junto a bancos e fornecedores, que somam 8,4 milhões de cruzados novos. Além disso, uma empresa da qual é sócio, a Aço Geral, com sede em São Paulo, está

em concordata. "Gianini é ladrão", acusa Frederico Martorelli, que vende a ele a metalúrgica Elmec — e dos 551 milhões de cruzeiros estipulados pelo contrato recebeu apenas 357 milhões. Na próxima semana, vai entrar na Justiça para reaver o restante do dinheiro. Gianini desmentiu as acusações e garantiu que tem boas relações com o sindicato. "Se a Luiza Erundina não tivesse me convocado, ninguém me acusaria", diz. "Esses problemas são empresariais e vou pagar o que devo."

Leônidas deve se candidatar em maio

Durante o feriado de Carnaval, que passou em Angra dos Reis, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, deu a entender, conversando com amigos, sua intenção de afastar-se do cargo em maio próximo para se candidatar à Presidência da República. O Partido Democrata Cristão aceitou acolher em suas fileiras o candidato a candidato. Trata-se de uma legenda de penetração escassa, mas surpreendentemente disputada. É pelo PDC que o ex-presidente Jânio Quadros gostaria de concorrer ao Planalto. Com a disposição de Leônidas, abre-se a questão da sucessão ministerial, com dois nomes em cartaz: o primeiro, bastante cotado, é o do general Wilberto Lima, comandante militar do Leste. Segue, também com boas chances, o do general Waldir Eduardo Martins, chefe do Estado-Maior do Exército. Sem chances mesmo fica o próprio Leônidas, se perder seu lugar no ministério em troca de um sonho presidencial cuja concretização é inviável tanto do ponto de vista político quanto do militar. Politicamente, Leônidas é inviável como aspirante a presidente porque não tem voto. No aspecto militar, o problema é que a maioria dos integrantes das três Armas não quer ver um colega de farda envolvido com a disputa pela sucessão de José Sarney.



Leônidas: quase candidato

Cartão de ponto elimina excessos

Em Navegantes, cidade de 30 000 moradores localizada a 111 quilômetros de Florianópolis, o prefeito Adherbal Ramos Cabral adotou o método mais simples para acabar com funcionários fantasmas: ressuscitou o relógio de ponto na entrada e saída dos seus 350 funcionários. O resultado da tática aparece logo no primeiro mês de sua gestão, com setenta empregados da prefeitura sendo demitidos. Segundo Adherbal Cabral, esse é um caminho que poderia ser facilmente seguido pelo governo federal. "Com o controle rigoroso do cartão de ponto, poderia se eliminar cerca de 30% do quadro de funcionários da estrutura federal", garante o prefeito. "É melhor do que as 90 000 demissões anunciadas e ainda não efetivadas, que representam muito pouco e podem trazer injustiças", afirma.

Curió contará segredos da guerrilha

O tenente-coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o "major Curió", ex-deputado federal, está dando os retoques finais em seu livro de memórias, que será lançado ainda neste semestre. No livro, Curió contará sua participação, como agente do Serviço Nacional de Informações, no combate à guerrilha do Araguaia, no qual teve participação importante, e o papel do SNI na administração do garimpo de Serra Pelada, chefiada por ele durante três anos. Curió, que deu nome ao município de Curionópolis, no sul do Pará, garante que dará "nome aos bois" sobre o confronto entre o Exército e a guerrilha do PC do B no Araguaia, na década de 70.

VEJA, 15 DE FEVEREIRO, 1989

01.01

RECORTE INCOMPLETO

Sudene informará melhor em

Cerca de 180 empresas do Nordeste deixam mente dos cofres do governo o equivalente a 1 zados novos. Isso porque os empresários não nos benefícios de reinvestimentos de que a Sudene, do artigo 23 da Lei n.º 5508. Para ter direito o empresário, ao declarar o imposto de renda, pelo incentivo e em seguida enviar à Sudene a demização ou ampliação da empresa. Já que e procuram os benefícios, a Sudene vai à caça março, com uma campanha de divulgação que falta de informação dos empresários da região.

Extinção do IBDF pode ter sid

Embutida no Plano Verão, a projetada extinção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF, zer um centavo de economia para os cofres plantou uma enorme dor de cabeça nos respso jurídica do governo. O IBDF mantinha na 10 000 processos contra empresas ou pessoas tar contra o meio ambiente. Com o fim do órgs perderão momentaneamente sua validade. terá de trocar o nome do titular dessas ações p sileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Nat que absorveu o IBDF.

Corrêa insiste no afastamento



Corrêa: empenho pessoal

O ministro e Dias Corrêa, do na necessid afastar o empr niz, do grupo do Conselho N nal, devido a como acusado de soja em sen Na próxima pretende levar soalmente ao ney. Já o min Nóbrega acha

deveria aguardar o pronunciamento final da Ju sobre o afastamento do empresário do conselh son, uma decisão agora seria precipitada e por der que o governo estaria fazendo um prejuígar

Fazendeiro pede ajuda contra

O governador Hélio Gueiros, do Pará, recusou-se a colocar a Polícia Militar do Est. de Joaquim Fonseca, fazendeiro da região. F força policial para conseguir retirar 326 vaca das Iracema e Miramonte, invadidas por poss vilhas que estão na fazenda Poliana, em São má, propriedade do ministro da Previdência Barbalho. Hélio Gueiros recusou o auxílio ação proposta não se coaduna com a missã definida para as PMs.

ALESSANDRO PORRO e GILBERTO DIMENSTE

8903721



Quércia (com sua mulher, Alaide, no Sambódromo): "Chegou a hora de dividir"

SUCESSÃO

A hora da briga

A campanha esquenta a disputa no PMDB

Ao longo desta semana, quando será escolhido o novo presidente da Câmara dos Deputados e eventual substituto do presidente José Sarney no Palácio do Planalto, os eleitores brasileiros terão a oportunidade de acompanhar os primeiros passos de um baile anunciado há bastante tempo — a dança do PMDB na sucessão presidencial. O primeiro movimento será um teste de forças. Na disputa pelo lugar que hoje pertence ao também presidente do partido, Ulysses Guimarães, existe uma tradição — a de que a presidência da Câmara dos Deputados é reservada ao maior partido na Casa. Dono de 202 cadeiras, o PMDB tem um candidato forte, o cearense Paes de Andrade, que tem recebido o discreto apoio do Palácio do Planalto e, uma vez eleito, não deverá ter problemas para compor a mesa com o PFL — o que, para o governo, está de bom tamanho. A disputa, contudo, pode azedar, caso as facções mais antigovernistas do partido sintam que Paes de Andrade tem menos força do que aparenta. Nesse caso, tentação empalar o gaúcho Nelson Jobim, um advogado que incomodou o Palácio do Planalto durante a Constituinte e que tem o apoio de legendas da esquerda.

Por trás do conflito em torno

da presidência da Câmara, porém, o que há é uma prévia da disputa em torno daquilo que realmente vale — o controle de uma facção do partido sobre outra na convenção do PMDB, marcada para 12 de março. É nesta convenção que cada possível candidato peemedebista mostrará, na prática, qual o exato tamanho de sua força e de seu prestígio dentro do partido. Não se trata, ainda, de escolher quem será o candidato. Mas está em jogo a composição do diretório nacional — um conjunto de políticos que, no futuro, será decisivo para a definição da candidatura do PMDB à sucessão do presidente José Sarney. Até agora, a única certeza que existe no PMDB em relação a sua convenção é a de que, quando ela se encerrar, o partido não ficará do mesmo tamanho, nem com a mesma face de hoje — um pedaço certamente abandonará o governo ou o partido. Na semana passada, quem achava que tinha a maioria da convenção queria rachar logo o



Ulysses: "O exercício do poder para mim é um orgasmo"

PMDB. "Chegou a hora de dividir", anunciava o governador Orestes Quércia, de São Paulo. "O partido não pode mais ser ambíguo." Quem se sentia em minoria, no entanto, pedia a conciliação. "Divididos não ganhamos nada", protestava o ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial.

"ORGASMO" — Faltando nove meses para as eleições presidenciais, o PMDB ainda permanece como uma das grandes incógnitas da equação e tem na convenção do dia 12 a data marcada para acelerar a corrida. Na véspera do Carnaval, o deputado Ulysses Guimarães desfilou por vários Estados para levar aos governadores o estandarte da ruptura formal e definitiva com o governo — e encontrou o terreno aberto. Ulysses quer formar uma chapa na convenção capaz de excluir o lado governista da legenda, com exceção dos ministros Jader Barbalho, da Previdência, que no momento gera o maior orçamento do governo, e Íris Resende, da Agricultura, o peemedebista mais bem-sucedido do ministério de Sarney.

Ulysses fez esta sugestão, por exemplo, a Quércia, que quer ver o PMDB o mais longe possível do governo — e concordou com a aliança, deixando para depois a questão de sua própria candidatura, vista por setores crescentes do partido como a única com viabilidade real. Há menos de um ano, Ulysses formava na comissão de frente dos defensores do mandato de cinco anos para Sarney — isso depois de ter participado ativamente do governo, escolhido ministro, vetado outros e patrocinado o apoio do partido a dois catastróficos planos econômicos da atual administração. Agora, ao fazer o caminho de volta, Ulysses pede apoio dos governadores e imagina que não restará outra alternativa ao partido a não ser o seu nome.

Os governadores, no entanto, até fortalecem Ulysses hoje, mas fazem uma aposta diferente. No momento a prioridade é tentar livrar-se do governismo. Como a maioria dos peemedebistas, porém, eles acreditam que a idade avançada, as variações de comportamento, a cardiopatia, as frases inoportunas e, mais do que qualquer outra coisa, a falta de apelo eleitoral do presidente do partido vão inviabilizar a candidatura de Ulysses. Nesta hora, então, o apoio de agora seria cobrado de volta. Na semana passada, Ulysses deu um motivo para quem faz esta aposta. Ao se despedir da função de vice de Sarney, o deputado definiu o que sente pelo poder. "O exercício do poder", afirmou, "é um verdadeiro orgasmo." ●

VEJA, 15 DE FEVEREIRO, 1989

8903722

PARTIDOS

Viagem perigosa

O PT prepara a expulsão de um professor que organizou uma viagem aos acampamentos militares de Kadafi

Nos próximos dias a direção do PT vai se reunir no município de Cajamar, a 40 quilômetros de São Paulo, para tomar uma decisão drástica — expulsar dos quadros do partido o professor José Alberto Saloos do Nascimento, o Beto Saloos, de 38 anos, um dos fundadores do PT. O argumento para essa medida é de cunho disciplinar. Saloos é acusado de não obedecer às determinações da direção do PT, atitude que, em determinados casos, pode levar um militante a ser excluído de suas fileiras. Por trás dessa decisão, contudo, esconde-se um dos mais bem guardados segredos dos bastidores do PT — e uma fofoca na qual já se envolveram o SNI, a CIA e o Mossad, serviço secreto do governo de Israel.

Em outubro de 1987, Saloos, que nos anos 70 foi militante de uma organização clandestina chamada Política Operária, a Polop, organizou uma excursão de quinze brasileiros à Líbia, o país da ditadura do coronel Muamar Kadafi, que patrocina organizações terroristas como a ETA, da Espanha, o IRA, da Irlanda do Norte, e o Exército Vermelho, da Alemanha Ocidental. Ali, esses brasileiros frequentaram festas folclóricas e presenciaram cerimônias políticas nas quais o próprio coronel Kadafi fez discursos. Uma parte do grupo de viajantes também se dedicou a outra atividade — participou de treinamentos militares inexplicáveis numa viagem desse tipo. O chamado aspecto disciplinar da excursão petista a Trípoli reside num fato muito simples. Quando a direção do PT descobriu o que havia ocorrido na viagem à Líbia, convocou José Alberto Saloos para prestar esclarecimentos. Ele se recusou, no entanto, a dizer o nome das pessoas que haviam feito a excursão — também não forneceu maiores detalhes sobre o tipo de atividade que desenvolveram naquele país. A respeito dessa visita à Líbia, contudo, sabe-se quem pagou a conta. Foi uma entidade chamada Conferência Árabe Brasileira, que funciona num pequeno

apartamento em Nova Iguaçu, a 34 quilômetros do Rio de Janeiro, e onde Saloos desenvolve a maior parte de suas atividades políticas. Essa entidade, que funciona graças ao auxílio que recebe de vários países árabes, entre os quais a Líbia, é que forneceu as passagens para os viajantes — e assegurou uma estada de graça para todos por quase um mês.

DUAS EXCURSÕES — “Não queremos promover escândalos nem fazer afirmações exageradas”, afirma Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à sucessão do presidente José Sarney. “Mas estamos acompanhando esse caso com muito cuidado”, acrescenta. Em seu plano original, Beto Saloos preparou duas excursões à Líbia — mas só uma delas acabou sendo realizada. Da primeira, a que ocorreu em outubro de 1987, em que embarcaram quinze pessoas, ele se encarregou de todos os detalhes, inclusive da lista de convidados, mas acabou não viajando. A segunda viagem, que seria feita por um grupo menor, de oito pessoas, estava marcada para um pouco mais tarde — mas acabou cancelada. Beto Saloos, que embarcaria nessa segunda turma, acabou ficando no Rio de Janeiro.



Ramadan, da entidade patrocinadora: “Somente...”

“As pessoas que foram à Líbia voltaram traumatizadas, um sinal evidente de que houve muito mais do que uma simples atividade cultural igual a tantas outras”, afirma o deputado José Dirceu de Oliveira, secretário-geral do PT. Não se conhece todos os detalhes dessa militância na Líbia, mas já se sabe o suficiente para concluir que a excursão teve aspectos de uma caravana do Exército de Brancalione, o célebre destacamento militar medieval comandado pelo ator Vittorio Gassman. Um dos problemas mais simples dizia respeito à hospedagem. Uma parte dos viajantes conseguiu se abrigar em alojamentos universitários. Outra parte, no entanto, recebeu um tratamento bem mais suspeito — foi direto para um acampamento



Lula: “Apuração cuidadosa e sem exageros”



Magalhães: ténis de lembrança



...atividades culturais" Beto Saloes e o retrato de Kadafi: "intercâmbio"

nos arredores de Trípoli, onde ficou abrigada em barracas de lona, apropriada para militares em campanha. Outra dificuldade dizia respeito à língua na qual eram feitas as palestras políticas. Em alguns casos, havia o conforto das traduções simultâneas. Às vezes, no entanto, os debates eram em castelhano — língua que nem todos conseguiam acompanhar direito.

No passado, as organizações extremistas brasileiras foram inundadas por jovens de formação universitária dispostos a levar uma vida clandestina — e que, bem ou mal, tinham alguma idéia do que pretendiam fazer. Na caravana de Trípoli, participaram pessoas que não sabiam direito qual era o programa da viagem. Muitas delas foram convidadas para o que seria uma excursão turística — uma espécie de mordomia pelo Oriente sustentada pelos cofres de Kadafi. Outra parte do grupo, no entanto, sabia o que iria fazer. Enquanto o cotidiano do acampamento de Trípoli ficou concentrado no palavrório radical de Kadafi, tudo correu bem. Mais tarde, no entanto, quando começou a segunda fase da viagem, a do turismo militar, propriamente dito, ocorreram novas dificuldades. Uma parte dos viajantes, onde havia pessoas que portavam até máquinas fotográficas a tiracolo, não gostou da idéia e quis antecipar seu retorno ao Brasil.

COMIDA APIMENTADA — Ao final da excursão, no entanto, ficou mesmo evidenciado que o treinamento militar não incluía o uso de armas de fogo ou explosivos. Os depoimentos disponíveis informam que alguns viajantes participaram de extenuantes mar-

chas na região e compareceram a exercícios de ordem unida. Outros, nem dessas atividades tomaram parte, como o técnico agrícola Luís Antonio Gomes Magalhães, de 28 anos, funcionário do IAA na cidade de Campos, a 280 quilômetros do Rio, que reclamou somente da comida apimentada servida pelo alojamento universitário onde ficou hospedado. Como recordação, Magalhães trouxe um par de tênis líbios e boas impressões dos trinta dias vividos em Trípoli. "A viagem à Líbia abriu minha cabeça", confessa. "Fiquei impressionado com a organização, principalmente dos transportes coletivos." A volta ao Brasil também não obedeceu à disciplina que se espera de um grupo guerrilheiro — parte dos passageiros



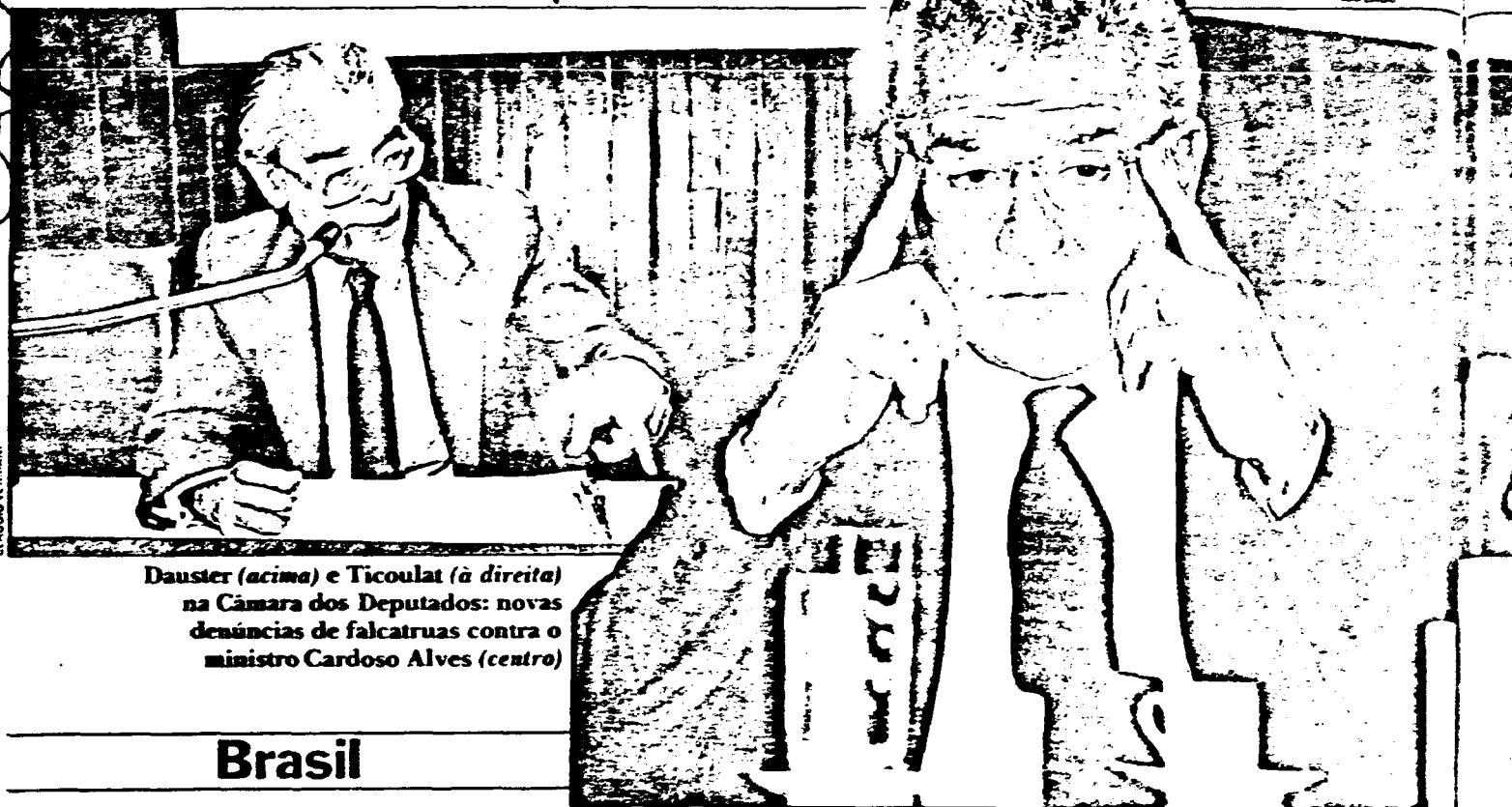
Kadafi: patrocínio do terrorismo

se desgastou da excursão para dez ou mais dias de passeio em países que não constavam do pacote oferecido pela Conferência Árabe Brasileira.

"VIAGEM CULTURAL" — O episódio envolvendo a viagem desses brasileiros ressalta a figura de seu organizador — o ex-jornalista Beto Saloes. Ele não nega admiração pelo líder líbio — e até mantém um retrato de Kadafi na sala de sua casa, no bairro da Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. Mas ao mesmo tempo garante ser um apologista da não violência e inteiramente contrário às ações armadas. Saloes, fundador de uma das dezenas de correntes que se engalfinham dentro do PT carioca — o PT-PT, que teria não mais que trinta seguidores —, acusa as lideranças do Partido dos Trabalhadores de divulgar uma versão falsa do caráter da excursão. "Ninguém foi à Líbia para aprender a fazer guerrilha", protesta. "A viagem foi estritamente cultural. Sou contra a luta armada."

O embaixador da Líbia no Brasil, Ali Suleiman, procurado por VEJA, também garantiu que os objetivos da viagem eram culturais e acusou a CIA de estar empenhada em prejudicar as relações entre o seu país e o Brasil. "Os Estados Unidos não gostam da Líbia e, lamentavelmente, isso os leva a adotar atitudes cegas contra nosso país", disse. "A Líbia é um país aberto e qualquer pessoa pode visitá-lo." Suleiman, entretanto, confirmou que, em abril do ano passado, o vice-prefeito de São Paulo, Luis Eduardo Greenhalgh, então presidente da Comissão de Relações Exteriores do PT, numa audiência oficial em seu gabinete, pediu que futuras viagens de petistas à Líbia não fossem mais permitidas. "Eles não tinham o direito de realizar atividades daquele tipo com nossos militantes", reclama, ainda hoje, Greenhalgh. "O estatuto do PT proíbe relacionamentos nesse nível com países estrangeiros." "Queremos apenas mostrar nossa cultura a outros povos", defende-se Ahmed Ramadan, presidente da Conferência Árabe Brasileira.

Nas contas finais desse episódio restaram duas questões importantes. A primeira ao próprio PT, que carrega a responsabilidade de administrar 36 municípios brasileiros e novamente se vê pilhado pela ação dos grupos radicais que abriga. A segunda lição cabe ao governo. Desde o ano passado o SNI dispõe de informações a respeito da viagem patrocinada pelo governo líbio. Resta saber, agora, como ficarão as relações entre o Brasil e a Líbia, pois não chega a ser um exemplo de cordialidade oferecer treinamento militar aos opositores do governo de um país com o qual se mantém relações amigas. ●



Dauster (acima) e Ticoulat (à direita)
na Câmara dos Deputados: novas
denúncias de falcaturas contra o
ministro Cardoso Alves (centro)

Brasil

Robertão da confusão

*Numa enxurrada de denúncias de corrupção,
o ministro Roberto Cardoso Alves perde quatro auxiliares
e luta para permanecer no governo*

Quinze dias depois de ser colocado no centro do último terremoto moral do governo do presidente José Sarney, o ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, foi atacado por uma doença inédita — a hemorragia de assessores. Num único dia, a terça-feira da semana passada, Cardoso Alves despediu-se de três amigos que levou para o governo logo depois de ser empossado — todos envolvidos no pacote de escândalos produzidos em seu ministério. Dois deles, o chefe de gabinete, Mário Masagão Filho, e o secretário particular, Roberto Lago, foram despedidos através de uma nota oficial que impressiona pelo que contém de elegância e até constringe pelo que revela em matéria de ambigüidade. "Em face das denúncias amplamente divulgadas na imprensa nos últimos dias", diz o despacho assinado pelo ministro Cardoso Alves, "decidi atender aos pedidos de exoneração apresentados pelos dois." Fica, pa-

ra o contribuinte, a missão de decifrar se Masagão e Lago foram demitidos "em face das denúncias amplamente divulgadas pela imprensa", ou se foi porque eles próprios apresentaram seus "pedidos de exoneração". O terceiro desempregado, Araripe Serpa, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, o IAA, foi despedido num golpe seco — por um decreto assinado pelo presidente José Sarney.

"Fui sacrificado no altar ao deus das aparências", afirma Araripe Serpa, que soube de sua demissão através dos jornais. Para o governo, a corrida de auxiliares de Robertão para fora de Brasília marca um momento de alívio. Entre outras coisas, Roberto Lago e Araripe Serpa estão envolvidos num escândalo milionário, através do qual o IAA pretendia vender açúcar abaixo do preço no mercado internacional, abrindo um rombo de 7 milhões de dólares nos cofres do governo. No currículo de Mário Masagão Filho reside a suspeita de que tenha servido como

intermediário no pagamento de dívidas que a Siderbrás, holding que controla as estatais da siderurgia no Brasil, mantinha com o setor privado — para tirar da máquina do governo o dinheiro devido aos empresários, estaria cobrando comissões que variavam entre 8% e 15% sobre o valor a ser pago. Quando esses três auxiliares são somados ao administrador de empresas Antonio Riccitelli, genro de Cardoso Alves, despachado da chefia da delegacia paulista do Patrimônio da União ao longo de uma sindicância que apura casos de extorsão, descobre-se que o ministro está em desfalque daqueles assessores classificados como homens de confiança — perdeu quatro em apenas quinze dias.

PONTO MAIS NEGRO — Para Cardoso Alves, a sangria de seus auxiliares mais íntimos marca, também, o ponto mais negro de sua situação dentro do governo. Desde a semana passada, o seu ministério se encontra numa deprimente situação



de intervenção branca. Para o cargo de chefe de gabinete, por exemplo, foi nomeado o professor José Carlos Azevedo, um antigo reitor da Universidade de Brasília, que mantém uma relação de boa educação com o titular da pasta e costuma ter conversas bem mais descontraídas com outro ministro, o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, que há um mês se dedica a apurar as denúncias de falcatruas nessa área do governo. O Planalto também estuda um projeto de reformas no Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia — e não parece muito preocupado em levar em conta aquilo que o principal interessado, o próprio Cardoso Alves, teria a dizer a respeito. Uma das propostas em debate, por exemplo, diz respeito a esquarterá-lo em dois pedaços, criando uma espécie de secretaria encarregada da Ciência e da Tecnologia, que estaria alojada no Planalto, sem passar pelas mãos de Cardoso Alves — o ministro chegou a dizer que não gostava do projeto, o governo fez que não ouviu e ele achou melhor ficar calado. Por fim, como é natural quando um ministro perde três auxiliares e um genro no meio de uma enxurrada de denúncias de corrupção, também se discute o que fazer com o próprio Cardoso Alves.

“CARINHO” — Na quarta-feira da semana passada, quando o presidente José Sarney foi até o Instituto do Coração, em São Paulo, para visitar o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, que se recupera de um enfarte, Cardoso Alves conseguiu um lugar no Boeing 737 da FAB. “Durante a viagem, o presidente reafirmou o carinho que tem para com a minha pessoa”, disse Cardoso Alves ao

desembarcar. Na quinta-feira, o ministro almoçou, no Rio, com o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo. Os dois encontros deixaram o ministro bastante otimista — especialmente o primeiro. Há uma dificuldade, porém. Até por uma questão de temperamento, o presidente José Sarney é uma pessoa educada mesmo quando é obrigado a lidar com interlocutores de quem não gosta — raramente eleva o tom de voz ou comete uma indelicadeza capaz de estragar uma conversa entre amigos. Em 1987, por exemplo, Sarney já resolvera despachar o ex-ministro João Sayad, do Planejamento — mesmo assim, costumava tratá-lo como “meu ministro predileto”. Há um ano, quando demitiu Aníbal Teixeira, Sarney cobriu-o de elogios carinhosos até na despedida, quando o ex-ministro já estava malhado pelas denúncias de roubo de dinheiro — disse que ele prestara “importantes serviços a seu governo”.

Na semana passada, golpeado, Roberto Cardoso Alves sangrava na porta de seu ministério — e a questão se resumia em saber quando o governo irá livrar-se de sua companhia. Há quem aposte numa agonia lenta, como a do general Alberico Barroso, que perdeu dois auxiliares íntimos no escândalo das propinas na BR Distribuidora — mas até agora continua com um cargo na Petrobrás. No círculo mais íntimo do Planalto, no entanto, a conversa é outra. “Robertão pode sair esta semana”, afirma um parlamentar que caminha bastante à vontade por todas as dependências do Palácio. O certo, contudo, é que já circulam, em Brasília, candidatos ao cargo. Um deles é Luís André Rico, um técnico da área que costuma frequentar uma dessas listas permanentes de ministériáveis sempre que ocorre uma grande confusão numa das pastas de Brasília.

O certo, do ponto de vista puramente policial do problema Roberto Cardoso Alves, no entanto, é que a situação ficou um pouco mais complicada na semana passada. Até agora, dois organismos de Brasília dedicavam-se a realizar, oficialmente, apurações a respeito das denúncias. Um deles é o Tribunal de Contas da União, que investiga, com atenção especial, as denúncias de corrupção na Siderbrás. O outro é uma comissão da Câmara

Amigos na rua

Entre a quinta-feira 2 e a quarta-feira da semana passada, o ministro Roberto Cardoso Alves perdeu quatro auxiliares íntimos — um recorde. Entre os despedidos, estão um amigo de há 38 anos, um genro e um auxiliar demitido, antes, por irregularidades cometidas no Inamps em São Paulo.



LIQUIDADO
Mário Masagão Filho, chefe de gabinete de Robertão, é o principal acusado de exigir dinheiro de empresas credoras da Siderbrás em

troca da liberação de pagamentos de dívidas. As comissões seriam de 8% a 15%. Também foi demitido do cargo na quarta-feira.



LIQUIDADO
Roberto Lago, secretário especial do Ministério, é suspeito de estar envolvido no escândalo do Instituto do Açúcar e do Alcool. Há dois

anos, foi afastado da superintendência do Inamps em São Paulo por autorizar o funcionamento de hospitais em situação irregular. Demitido na última quarta-feira.



LIQUIDADO
Araripe Serpa é amigo de Robertão há 38 anos. Deixa a presidência do IAA acusado de favorecer a exportação de 300 000 toneladas de açúcar — uma operação que, se concretizada, provocaria um

rombo de 7 milhões de dólares nos cofres da União. Demitido pelo presidente José Sarney na última quarta-feira.



LIQUIDADO
Antônio Riccitelli é genro de Roberto Cardoso Alves. Como delegado do Patrimônio da União em São Paulo, é

acusado, em sindicância federal, de exigir propinas para liberar documentos de regularização de propriedades e loteamentos no Estado. Despedido no dia 2.

de Deputados, a de Fiscalização, que começou a convocar as personalidades envolvidas para prestar depoimento. Sabe-se também que o SNI faz uma investigação — na semana passada, numa situação humilhante para um ministro de Estado, Robertão foi chamado para uma audiência de 40 minutos com o general Ivan de Souza Mendes, ao longo da qual foi obrigado a prestar satisfações do que estava ocorrendo. Como Ivan e Robertão são ministros de Estado e dispõem, em tese, da mesma autoridade dentro do governo, o fato de um deles convocar o outro para dar explicações, e ser atendido, mostra que, em Brasília, há ministros mais ministros do que outros ministros. Na quarta-feira, o próprio Cardoso Alves anunciou a abertura de uma comissão de inquérito para apurar as irregularidades em seu ministério. Trata-se, à primeira vista, de um exagero de investigações. A verdade, no entanto, é que há mesmo muito a ser apurado — como se comprovou na semana passada.

"SOU PERSEGUIDO"

Até a semana passada, de fato, havia quatro grandes escândalos na nuvem de poeira formada em torno do ministro — o da Siderbrás, o do IAA, o da sindicância que apura extorsões que teriam sido cometidas por seu genro e o caso da exportação de café solúvel para a União Soviética, que envolveria uma operação destinada a arrancar 11 milhões de dólares em subsídios. Agora, descobriam-se mais dois episódios, ambos envolvendo a área do café. Um deles é o de uma empresa chamada Keide, de Marília, a 440 quilômetros de São Paulo, que em dezembro do ano passado tentou convencer o governo a fechar um negócio de 15 milhões de dólares, envolvendo a classificação e a embalagem de 1,5 milhão de sacas de café. O outro envolveria um benefício a ser entregue à empresa Cocam, do grupo Matarazzo, a única firma brasileira especializada na exportação de café descafeinado. A soma, no caso, também era gorda — alguma coisa como 5 milhões de dólares anuais. As duas denúncias surgiram na terça-feira, quando duas personalidades com postos estratégicos no Instituto Brasileiro do Café, o IBC, foram prestar depoimento na Câmara de Deputados — o presidente do órgão, Jório Dauster, e seu antigo diretor de exportações, Renato Ticoulat.

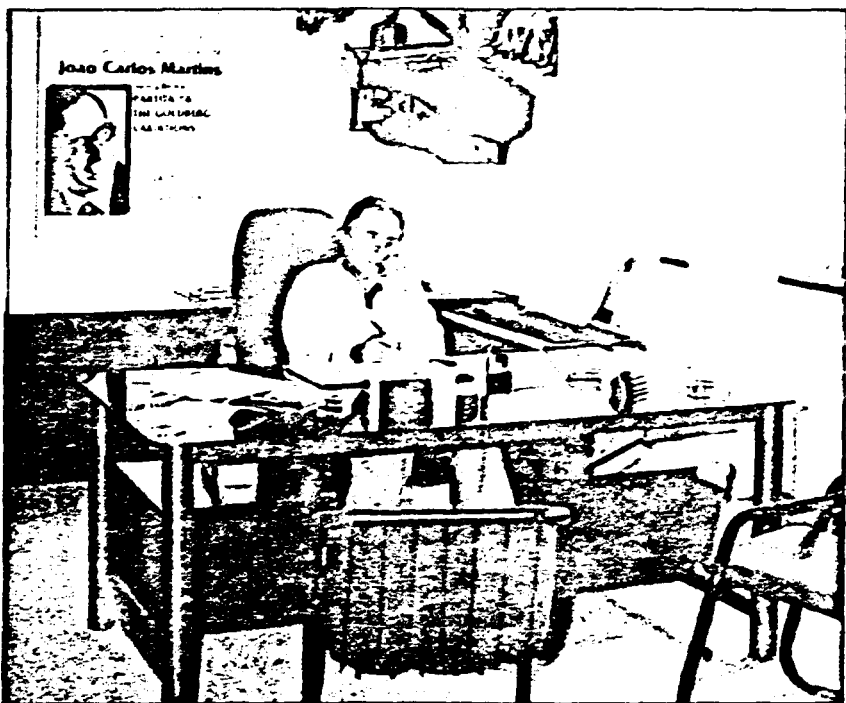
Um outro aspecto do escândalo Robertão diz respeito às denúncias mais conhecidas. Na semana passada, foi possível localizar duas personalidades envolvidas em denúncias de cobrança de comissões de pessoas que, por qualquer motivo, tinham alguma conta a acertar com o governo — e essa conta passava, de alguma forma, por alguma repartição próxima do ministro Cardoso Alves. Uma delas é o ex-policia Edivaldo de Oliveira Moraes, o Vavá, citado numa sindicância da Secretaria do Patrimônio da União como uma pessoa que pedia

comissões a qualquer cidadão interessado em legalizar seu certificado de propriedade em terras públicas. Sabe-se, hoje, que Vavá não tinha qualquer vínculo com a Secretaria do Patrimônio da União — onde não recebia sequer um salário. Segundo depoimentos registrados na sindicância, ele pedia dinheiro a quem queria resolver suas pendências com o órgão. Segundo o próprio Vavá, não era nada disso o que acontecia — ele não se importava em realizar um trabalho duro, sem qualquer remuneração. "Gosto de me envolver em questões sociais e auxiliar populações carentes", assegura, dando a entender que toda a sua ação se devia a um atávico amor às pessoas mais pobres de São Paulo. "Nunca recebi nada pelo meu trabalho com o Toni".

acrescenta, referindo-se ao genro do ministro Cardoso Alves.

Uma outra novidade marca uma reviravolta barroca no prestígio de um dos mais consagrados artistas brasileiros — o pianista João Carlos Martins, 48 anos, um dos grandes intérpretes internacionais da obra de Bach. Contra João Carlos Martins não existem acusações assinadas nem denúncias públicas. Acumulam-se, no entanto, algumas coincidências. Martins é um velho amigo de Mário Masagão, um dos auxiliares mais próximos de Robertão, e também é proprietário de uma firma de construção chamada Pau Brasil Engenharia, especializada em prestar serviços a uma das minas de ouro da Siderbrás, a Cosipa. Existe a suspeita de que Martins, acumulando amizades e os negócios da Pau Brasil, teria descoberto um caminho para chegar aos cofres da Siderbrás — em sociedade com o pedágio de Masagão. O pianista empresário nega. Até admite que tentou valer-se de sua amizade para cobrar uma dívida de 300 000 cruzados de sua empresa — assegura, no entanto, que foi aconselhado a aguardar pelos trâmites formais. Também reconhece que tentou colocar um amigo na direção da Cosipa — sem sucesso. "Sou perseguido porque sou malufista", diz João Carlos Martins.

Há, de fato, uma irritação muito grande com o que se passa no Ministério do Desenvolvimento Industrial — símbolo de tudo aquilo que o contribuinte se cansou de ver na paisagem cotidiana do país. Nada é tão anacrônico como a promoção de caça às bruxas — com fogueiras que utilizam combustível do presente ou do passado. O mais desagradável, contudo, reside em uma constatação muito simples. Na semana passada, o ministro Roberto Cardoso Alves perdeu quatro auxiliares diretos — todos levados pelas águas das acusações de corrupção. O ministro ficou em seu lugar. Resta saber se o ministro não sabia o que seus auxiliares faziam — ou se, sabendo e confiando neles, foi capaz de entregá-los à própria sorte. Resta, também, aguardar que as investigações levem a algum lugar.



O pianista Martins: negócios na Cosipa e amigos no ministério

comissões a qualquer cidadão interessado em legalizar seu certificado de propriedade em terras públicas. Sabe-se, hoje, que Vavá não tinha qualquer vínculo com a Secretaria do Patrimônio da União — onde não recebia sequer um salário. Segundo depoimentos registrados na sindicância, ele pedia dinheiro a quem queria resolver suas pendências com o órgão. Segundo o próprio Vavá, não era nada disso o que acontecia — ele não se importava em realizar um trabalho duro, sem qualquer remuneração. "Gosto de me envolver em questões sociais e auxiliar populações carentes", assegura, dando a entender que toda a sua ação se devia a um atávico amor às pessoas mais pobres de São Paulo. "Nunca recebi nada pelo meu trabalho com o Toni".

comissões a qualquer cidadão interessado em legalizar seu certificado de propriedade em terras públicas. Sabe-se, hoje, que Vavá não tinha qualquer vínculo com a Secretaria do Patrimônio da União — onde não recebia sequer um salário. Segundo depoimentos registrados na sindicância, ele pedia dinheiro a quem queria resolver suas pendências com o órgão. Segundo o próprio Vavá, não era nada disso o que acontecia — ele não se importava em realizar um trabalho duro, sem qualquer remuneração. "Gosto de me envolver em questões sociais e auxiliar populações carentes", assegura, dando a entender que toda a sua ação se devia a um atávico amor às pessoas mais pobres de São Paulo. "Nunca recebi nada pelo meu trabalho com o Toni".

comissões a qualquer cidadão interessado em legalizar seu certificado de propriedade em terras públicas. Sabe-se, hoje, que Vavá não tinha qualquer vínculo com a Secretaria do Patrimônio da União — onde não recebia sequer um salário. Segundo depoimentos registrados na sindicância, ele pedia dinheiro a quem queria resolver suas pendências com o órgão. Segundo o próprio Vavá, não era nada disso o que acontecia — ele não se importava em realizar um trabalho duro, sem qualquer remuneração. "Gosto de me envolver em questões sociais e auxiliar populações carentes", assegura, dando a entender que toda a sua ação se devia a um atávico amor às pessoas mais pobres de São Paulo. "Nunca recebi nada pelo meu trabalho com o Toni".

1058

SUCESSÃO

O cacife de Íris

No meio da guerra interna do PMDB, o ministro da Agricultura luta para lançar sua candidatura

No caminho de sua convenção nacional no começo de março, que funcionará como uma espécie de ensaio geral para o encontro em que irá escolher seu candidato a presidente da República, o PMDB acabou se transformando numa passarela de candidatos. O mais forte deles, hoje em dia, é o deputado Ulysses Guimarães — que quer ser candidato, já possui um comitê de campanha e até procura montar um escritório em Brasília. Outro possível candidato é o governador Orestes Quécia, de São Paulo — ele só não sabe se vale a pena renunciar ao Palácio dos Bandeirantes, onde sua cadeira está garantida até o início de 1991, abandonando dois anos inteiros de mandato no governo estadual mais poderoso do país, para enfrentar uma parada eleitoral duríssima. Outros governadores, como Miguel Arraes, de Pernambuco, e Waldir Pires, da Bahia, também apalparam o terreno para medir suas chances. Na semana passada, descobriu-se que o PMDB pode ter uma outra opção, da qual pouco se falou até agora mas que, discretamente, começa a ser mencionada — o ministro da Agricultura, Íris Rezende. “Se der confusão, ele se lança”, afirma o deputado Maguito Vilela, do PMDB de Goiás, o Estado-base do ministro.

Até a semana passada, o deputado Ulysses Guimarães cogitava em formar uma dobradinha de sua conveniência — lançar sua candidatura a presidente da República e contar com Íris Rezende no posto de candidato a vice. Na última sexta-feira, contudo, ao final de uma dessas tradicionais brigas que tomam conta do PMDB toda vez que a legenda parte para uma convenção, ocorreu uma situação inesperada. Para assumir o controle do partido e definir as regras da convenção na qual o candidato será escolhido, Ulysses Guimarães montou uma chapa com o apoio de governadores de peso, como Orestes Quécia e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, e também fechou um acordo com aquela facção mais à esquerda da legenda.

O próprio Íris Rezende acabou ficando

de fora, pois as forças pró-Ulysses não admitiam a presença na chapa de nenhum ministro atual do governo José Sarney — com exceção do próprio Íris e de Jader Barbalho, ministro da Previdência. Sem condições de abandonar os colegas peemedebistas que estão no governo, o ministro da Agricultura ficou numa outra chapa, em companhia de governadores como Henrique Santillo, de Goiás, e Eptácio Cafeteira, do Maranhão, e dos outros três ministros que o PMDB mantém no governo — além de Barbalho, Carlos Sant’Anna, da Educação, e Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Pa-



O ministro Íris Rezende: nas safras...



Arraes e Waldir Pires: em aliança com Ulysses

ra Ulysses Guimarães, a ruptura marca uma derrota: é o mais luminoso sinal de suas dificuldades para unir a legenda atrás de si depois que o governador do Ceará, Tasso Jereissati, resolveu atrelar seus movimentos à campanha do tucano Mário Covas.

“NÃO SOU VICE” — Para o ministro da Agricultura, ao contrário, o confronto é uma dessas viradas que vêm a calhar. “Não vou ser vice de ninguém”, afirma Íris Rezende. “A menos que Orestes Quécia aceite ser o candidato a presidente.” O projeto presidencial do ministro da Agricultura está amarrado nesse ponto. Se Quécia sair candidato, ele fica de fora. Se

Quécia não sair, vai à luta contra Ulysses.

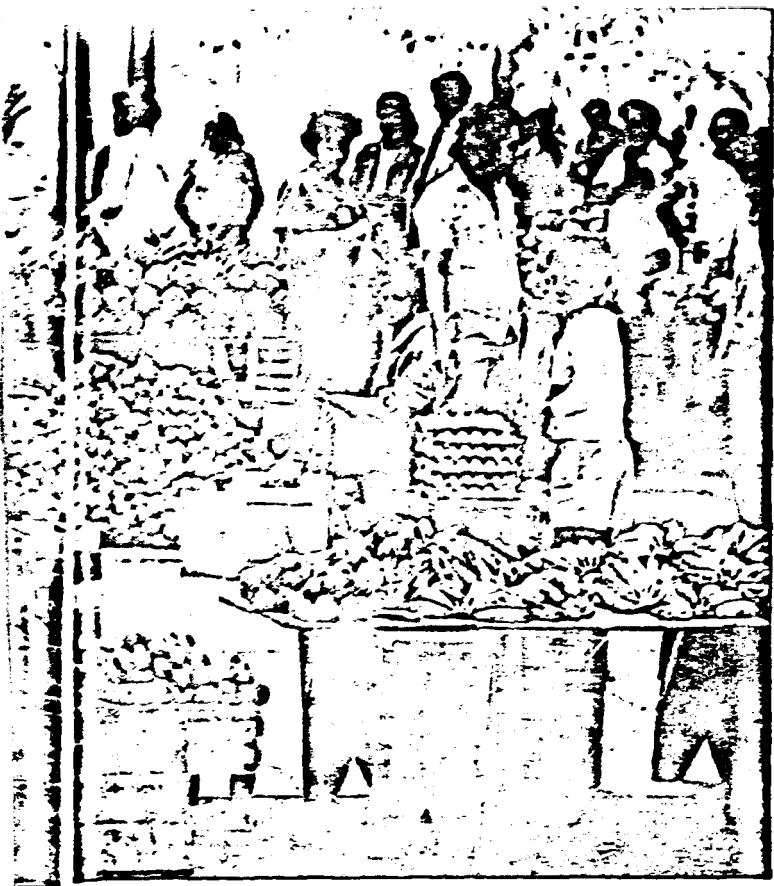
Numa época em que o governo do presidente José Sarney dispõe de índices de popularidade tão amargos que prefere guardá-los para si, chega a ser intrigante que um de seus ministros se aventure a pavimentar uma candidatura presidencial. A seu favor, Íris Rezende dispõe de uma situação particular. O governo Sarney já teve 33 ministros do PMDB desde sua posse, e, um após outro, todos foram dando errado, seja no governo, seja no partido — com exceção do ministro da Agricultura. A maioria dos auxiliares de Sarney, de qualquer partido, sempre se especializou em anunciar, periodicamente, notícias muito ruins a respeito do governo. Na Fazenda, por exemplo, Sarney já teve quatro ministros que, periodicamente, lhe contavam que a inflação havia subido — coube ao atual, Mailson da Nóbrega, fechar o ano com a marca dos 1.200%.

Nesse quadro de infortúnios, Íris Rezende é o único entre os atuais 22 ministros de Sarney que, todos os anos, só tem boas notícias a dar. Em 1987, ao completar seu primeiro ano de gestão, Rezende anunciou que a safra brasileira de grãos atingira a marca dos 65 milhões de toneladas — um

01.02

VEJA, 22 DE FEVEREIRO, 1989

8903728



...recordistas, o único sucesso indiscutível do governo

recorde histórico. Em 1988, também apresentou um número melhor — a produção subiu para 66 milhões de toneladas. Para 1989, por fim, há outra notícia ainda melhor: no terceiro recorde sucessivo, a safra deve chegar, pelo menos, à marca de 68 milhões. É óbvio que se podem fazer muitas observações a respeito dessa contabilidade. Pode-se dizer, por exemplo, que choveu e fez sol nas horas certas. Também se pode argumentar que boa parte desse progresso ocorreu por obra exclusiva de agricultores. Ainda se pode lembrar que Íris Rezende, ao assumir a administração do único sucesso indiscutível do governo Sarney, é um político de sorte. A única acusação que não pode ser feita, contudo, é a de ser aquele tipo de ministro que dá a impressão de atrapalhar a vida das pessoas envolvidas na área em que atua.

FRONTEIRA NA SUCESSÃO — Para fertilizar sua candidatura, Íris Rezende, 55 anos de idade, dispõe de um punhado de boas sementes. Uma delas é seu passado de político bom de voto, desde que se candidatou pela primeira vez a vereador, em 1958. Foi o mais votado na eleição, desempenho que repetiria em todas as outras disputas de que participou — sendo que tanto em sua

eleição para prefeito de Goiânia, em 1965, como para governador de Goiás, em 1982, ficou com nada menos que 70% dos votos. Fundador do PMDB, cassado em 1969 pelo AI-5, Íris foi patrono de duas manifestações históricas no país — o primeiro comício por diretas foi organizado em Goiânia, onde também ocorreu o primeiro ato público em apoio à candidatura de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. “Hoje, eu me sinto bastante injustificado pelos chamados deputados de esquerda do PMDB”, afirma o ministro. “Eles nunca hesitaram em pedir minha ajuda quando nos esforçávamos para sacudir a ditadura.” Um outro trunfo de Íris Rezende reside numa fatia do eleitorado religioso. De família protestante, sem-

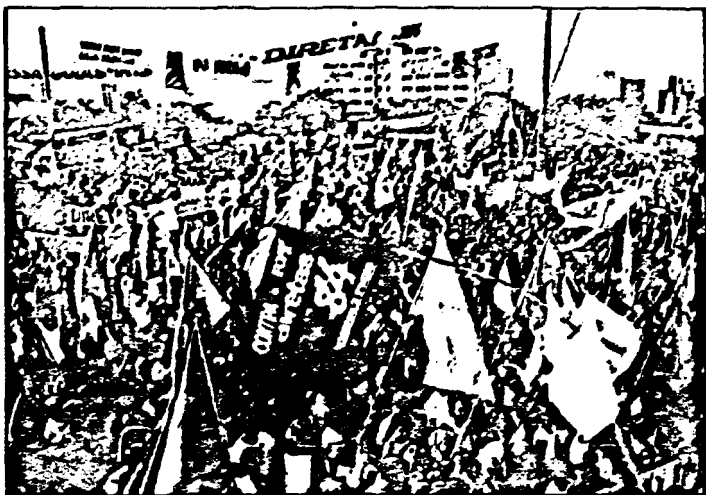
res, num total de 80 milhões — e só as 100 maiores cidades concentram 40% do total. A respeito dessa dificuldade, o próprio Íris não tem muito o que fazer — confia, no entanto, num elemento político que anda bastante esquecido, hoje em dia, e que é a máquina eleitoral do PMDB. Ele acredita que o partido entra na campanha com chances de ficar com alguma coisa como 25% dos votos — e que a tarefa do candidato, no caso, será fazer força para conseguir vencer o primeiro turno, que será disputado por uma dúzia de candidatos, e passar à segunda fase da disputa, na qual estarão em campo apenas os mais votados.

Político profissional que cultiva amizades com qualquer pessoa que possa lhe ajudar a conseguir votos, Íris Rezende, casado, pai de três filhos e protestante, tem uma boa convivência nas áreas mais altas da legenda. Em 1985, por exemplo, quando o então vice-governador Orestes Quércia casou-se, ele foi um dos poucos governadores do PMDB a comparecer à cerimônia. Em 1986, no início da campanha eleitoral, a parte mais lustrosa do PMDB de São Paulo se bandeava, abertamente, para uma traição a Quércia, em favor do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do PTB. Enquanto isso, Íris Rezende batia

perna, pelo interior de São Paulo, pedindo votos para Quércia.

Marcada para um domingo, 12 de março, a convenção do PMDB irá funcionar como uma espécie de fronteira da sucessão presidencial — quando ela terminar, nada será igual ao que é hoje. Pelos acordos que efetuou, Ulysses pode vencer a convenção com uma folga razoável — pela quantidade de adversários que arrumou, no entanto, dificilmente será capaz de esmagar a oposição do ministro da Agricultura, terminando por estabelecer um pacto de conveniência mútua. Dentro do governo, há um coro de simpatia por Íris Rezende — mas também há a suspeita de que, no

final, o PMDB acabe ficando com Ulysses. O que se estima, dentro e fora da legenda, é que a candidatura de Ulysses irá enfrentar tantas dificuldades para sair como para decolar. Os amigos e seus adversários duvidam que o presidente do PMDB seja capaz de atravessar seis meses de campanha sem que o assunto de sua psicose venha à tona — não por vontade do próprio candidato, mas por obra de seus rivais eleitorais. Em consequência disso, o temor pela candidatura de Ulysses tende a crescer dentro do PMDB. Investindo nessa possibilidade, e com a fartura dos milhões de toneladas de grãos, o ministro Íris Rezende iniciou sua mais ousada investida na vida pública, na semana passada.



Goiânia, 1984: primeiro comício da campanha pró-Tancredo

pre cultivou boas relações com as Igrejas Evangélicas, que possuem 18 milhões de adeptos no país — e 11 milhões de eleitores. Ministro da Agricultura, também fincou uma boa estaca entre as cooperativas que se espalham pelo país inteiro — no total, elas reúnem 5 milhões de pessoas.

Nessa empreitada rumo à definição do candidato do PMDB à Presidência, Íris enfrenta um obstáculo de porte — mas conta com um auxílio de peso. A dificuldade reside em sua condição de político anônimo no sul do país e em sua presença bastante reduzida junto ao eleitorado das maiores cidades brasileiras. Todo o eleitorado rural do Brasil, em 1988, somava 19 milhões de eleito-

Candidatos preocupados com indiferença de eleitores

Eles reconhecem que a classe política está desgastada junto à população

Por GUSTAVO KRIEGER
Edição Política/ZH

Todos os políticos concordam sobre a causa da indefinição e da apatia demonstradas por grande parte dos eleitores em relação às eleições municipais: para eles, a culpa é dos outros políticos. Os políticos de esquerda culpam os de direita; os mais jovens acusam os mais velhos; os que não estão no poder dizem que a responsabilidade é do Governo e os governistas apontam a irresponsabilidade de quem ainda não foi poder. O certo é que todos reconhecem o desgaste da atividade política junto à população e têm adaptado suas estratégias de campanha para capitalizar este desgaste e tentar ganhar o voto dos indecisos.

Nenhum dos candidatos à Prefeitura de Porto Alegre nega o desgaste vivido pela política entre a população, mas as avaliações de cada um sobre as causas do problema variam muito. Para Guilherme Villela (ADP) e Carlos Araújo (PDT), a maior parte da responsabilidade é do Governo Sarney e do PMDB pela reversão de expectativas geradas pelo Plano Cruzado. Villela não hesita em classificar o Plano Cruzado como "um estalonnato eleitoral" e diz que o ressurgimento da inflação e o fracasso dos economistas do PMDB foram "um golpe contra a credibilidade popular da política. O povo foi usado e agora se rebela contra isto". Araújo vai mais longe em sua análise e atribui parte da culpa "ao PDS de Villela", a quem acusa de ter sufocado a atividade política no Brasil durante o regime militar.

Os candidatos dos partidos de esquerda, como Raul Carrion (PCdoB), Olívio Dutra (PT) e Fúlvio Petracco (PSB), dizem que a culpa pelo desânimo da população em rela-

ção às eleições é dos partidos "burgueses" ou "tradicionais", categoria na qual incluem PMDB, PDS e até o PDT. Olívio diz que "a população cansou de ser usada" e que os trabalhadores não aceitam mais a mensagem utilizada pelos políticos tradicionais "que não transformam em realidade suas promessas eleitorais".

Antonio Britto é o candidato do PMDB, um dos partidos mais criticados nesta eleição e cuja atuação no governo é apontada pelos adversários como uma das grandes causas do descrédito popular da política. Ele não concorda com isto e diz que o problema são "os políticos tradicionais, que passam a campanha fazendo promessas que depois não cumprem". Segundo ele, o PMDB vem tentando construir a democracia no país, coordenando sua reinstitucionalização.

As críticas mais fortes aos políticos na campanha de Porto Alegre vêm sendo feitas pelo candidato do PL, Sérgio Jockymann. Ele não é um político de carreira, tendo se dedicado sempre ao seu trabalho como jornalista e diz que concorre à Prefeitura justamente para oferecer uma opção não política à população. Em todos os seus

espaços, Jockymann não perde oportunidade para criticar os políticos, a quem frequentemente acusa até de corrupção. Embora diga que sua eleição será "um milagre", o candidato do PL acredita numa surpresa, justamente porque "80% da população diz que não tem candidato nem partido definidos".

Táticas

Se Jockymann é o candidato que mais ostensivamente tenta capitalizar o descrédito dos políticos, está longe de ser o único a usar esta tática. Na verdade, todos os candidatos sentiram o problema e estão orientando suas campanhas a partir dessa constatação. A ordem é "não prometer", e falar apenas de obras realizáveis. Esta linha aparece claramente no discurso de Britto, que tem se proposto a fazer uma campanha "capaz de recuperar a confiança da população nos políticos". Para isto tem evitado as acusações políticas e garantido que não fará promessas eleitorais.

"Não faça experiência, vote na competência". No slogan da campanha de Villela está a identificação de sua proposta. Ele se apresenta como um político que também é

técnico e cuja capacidade de trabalho no Executivo diz estar demonstrada.

"A população vai recusar os partidos tradicionais e buscar uma alternativa completamente nova". A esperança é do candidato do PCdoB, Raul Carrion, acreditando que os comunistas podem se beneficiar ao menos de parte do voto de protesto da população. Voto de protesto é uma arma que Fúlvio Petracco conhece bem. Afinal foi esta tática que lhe rendeu o apoio de quase trezentos mil eleitores quando concorreu a governador em 1986. Agora ele vem repetindo a tática daquela eleição, com um discurso forte e cheio de críticas aos outros partidos.

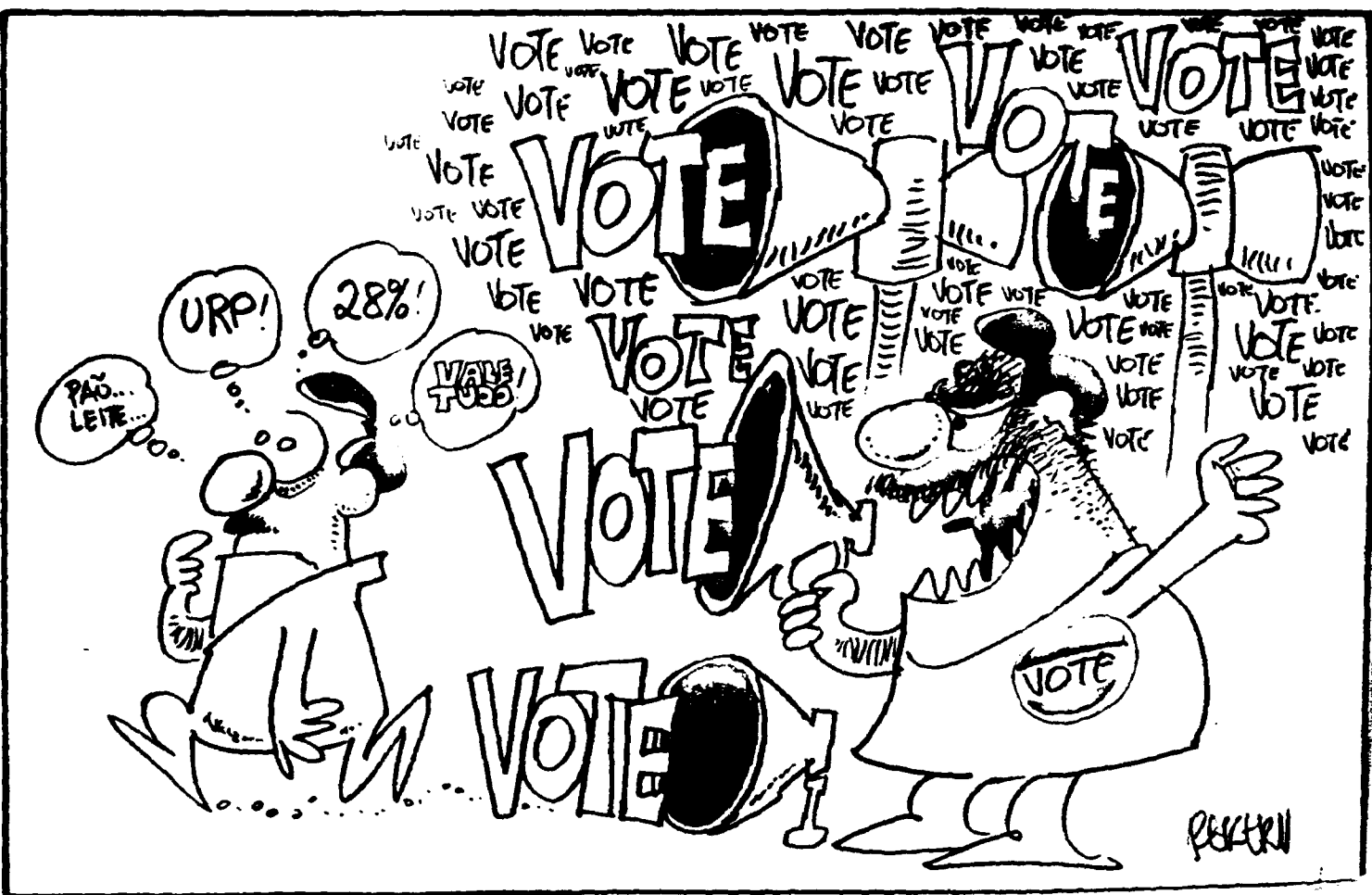
Entre os políticos existe a convicção que temas nacionais, como a inflação ou os baixos salários preocupam a população tanto ou mais que as eleições municipais. Por isto, as eleições presidenciais já fazem parte desta campanha, especialmente no discurso dos candidatos do PDT. "Carlos Araújo vem na frente. Depois é o Brizola presidente", diz o refrão do jingle pedetista, vinculando claramente as candidaturas de Araújo em Porto Alegre e de Leonel Brizola a presidente no ano que vem.

Campanha deixa poucos sinais pela cidade

A menos de três semanas das eleições municipais, o clima da campanha em Porto Alegre lembra muito pouco o que se esperaria de uma cidade que está prestes a escolher entre sete candidatos o seu novo prefeito. As restrições da legislação eleitoral à propaganda política e a própria falta de entusiasmo da população em relação ao pleito reforçam esta impressão, que só é quebrada pelos próprios candidatos e partidos, com suas caminhadas, passeatas e atos públicos pelos bairros e vilas da cidade.

Visualmente, Porto Alegre lembra muito pouco a cidade cheia de cartazes, placas e papéis espalhados pelo chão que as eleições passadas apresentavam. Diante das restrições a certos tipos de propaganda, os partidos buscam outras alternativas e as mais usadas, especialmente pelo PMDB, PDT e ADP, são a instalação de barracas nas praças e parques da cidade, cercadas por todos os lados de faixas e cartazes de propaganda.

Mesmo a distribuição de santinhos no centro da cidade é bem menor que em outras eleições. O motivo, segundo o coordenador da campanha de um candidato a prefeito, é que "ninguém quer jogar papel fora, porque a população não presta atenção mesmo". A apatia é em parte quebrada no final de semana, quando os candidatos reúnem seus partidários em passeatas ou passeios de carro pelos bairros da cidade. Outra alternativa que tem sido muito usada são os veículos com alto-falantes que rodam a cidade tocando músicas populares e repetindo os slogans dos candidatos.



Em Erval Seco, propaganda é debate na Igreja

Como fazer propaganda eleitoral em uma cidade onde não há jornais, nem emissoras de rádio ou televisão? Na cidade de Erval Seco a solução foi dada pelo padre Sílvio Dal'Agnol, que levou os quatro candidatos à Prefeitura do município para debaterem suas propostas dentro da Igreja. A iniciativa que pretendia compensar a falta de meios de comunicação locais foi bem acolhida e em cada uma das

quatro noites de debate apareceram na igreja cerca de mil dos sete mil eleitores do município. Um índice de audiência bem maior que a maioria dos programas eleitorais transmitidos no rádio e televisão.

O padre Sílvio promoveu seus debates aproveitando a festa de Santa Terezinha, padroeira do município, que aconteceu no dia 2 de outubro e tomou os mesmos

cuidados que cercam os debates na televisão. Ele sorteou a ordem de comparecimento dos candidatos e definiu que cada um deles teria meia hora para expor suas propostas e mais meia hora para responder perguntas dos eleitores. O primeiro a participar foi Geraldo Santos, do PT. Depois vieram Getúlio Oliveira do PDS, Osmar Borella da coligação PMDB/PFL e Talcanti Rizzo do PDT.

Segundo o padre, a acolhida de sua iniciativa foi ótima e ela já começa a ser repetida na região. Ele diz que todos consideraram "a melhor coisa que já foi feita na paróquia" e garante que não há problema em levar a política para dentro da igreja, lembrando o Papa Pio XII, que definiu a política como "a forma mais perfeita de realizar a caridade cristã".

01.01

8903736

Interesse pelo habeas-data é grande

J DO Brasil 6/10/79

em todo o país

Em vários estados, houve muito interesse pelo habeas-data, o instrumento que permite agora a qualquer cidadão ter acesso à sua ficha nos órgãos de informação do governo. O primeiro a requerer o habeas-data foi o advogado e teatrólogo paulista Idibál Piveta, 57 anos, que protocolou o recurso na Justiça Federal, em São Paulo. Ele é veterano defensor de presos políticos, teve cerca de 3 mil clientes, foi preso três vezes e recebeu dez intimações para depor.

A costureira pernambucana He-

lena Pereira dos Santos, 69 anos, organizou uma campanha entre as famílias de pessoas desaparecidas nos anos da repressão e recolheu 20 pedidos de habeas-data, que serão encaminhados hoje à Justiça em Brasília, pelo advogado Luiz Eduardo Greenhalg. Em Brasília, o ministro Ivan de Souza Mendes deu uma orientação aos funcionários do Serviço Nacional de Informações para franquear os arquivos do órgão aos interessados, o que dispensaria o uso do habeas-data.

Desaparecidos têm defensora

SÃO PAULO — A costureira pernambucana, Helena Pereira dos Santos, 69 anos, viveu 21 anos de agonia em busca de seu filho Miguel, um dos 368 ativistas políticos desaparecidos durante o regime militar. Agora, ela espera por um fim em seu sofrimento através do habeas-data, novo recurso jurídico que permite a qualquer cidadão o acesso à sua ficha arquivada nos órgãos de informação do governo. Como presidente do Grupo Tortura Nunca Mais — mantido por familiares de presos políticos desaparecidos —, em São Paulo, Helena organizou uma campanha e recolheu 20 pedidos de procedimento de habeas-data, assinados por pessoas afetas em saber o destino de seus parentes, encontrar seus corpos e dar-lhes um enterro decente.

Encaminhados por procuração ao advogado paulista Luis Eduardo Greenhalg, os pedidos terão entrada hoje na Justiça em Brasília. "Essa tristeza precisa terminar", diz a advogada Michael Mary Nolan, sócia de Greenhalg. "Por isso temos pressa." A última vez que Helena viu seu filho foi numa madrugada de julho de 1964. "Ele sabia que eu tinha sido operada e agenciava de repente", conta, lembrando-se que o encontro durou menos do que 15 minutos. Em sua memória, Miguel, que militava no PC do B, estava adido e sofrido. "Era como se estivesse sendo perseguido dia e noite."

Ainda sem ter tirado os pontos da cirurgia, Helena foi intimada a depor na Polícia Federal. "Foi o delegado que me contou que Miguel estava na guerrilha do Araguaia", diz. "Falou que se eu não o entregasse, eles me devolveriam Miguel morto." Helena não sabia onde seu filho estava — e ainda não sabe. "Como posso ter certeza de que ele morreu se nunca mais o vi?", pergunta em nome de todas as pessoas que não sabem onde estão seus parentes.

A primeira esperança de Helena veio com a Lei da Anistia, em 1979. Dos amigos de Miguel que ainda viviam na clandestinidade, ela ouvia que seu filho talvez estivesse no exterior. "Fui esperar a chegada de cada avião", afirma. "Mas ele não veio." Desesperada com a falta de notícias, integrou uma caravana que foi para o Araguaia, percorrendo seu trecho entre Goiás e Sul do Pará. Com as fotos de Miguel nas mãos, Helena queria ao menos saber se seu filho tinha mesmo vivido naquela região, como fora informado pela Polícia Federal. "Muitas pessoas o reconheceram", garante. "E gostavam dele." Sua maior prova foi o amor que Miguel tinha pelas plantas desde criança, confirmado nos dois anos que cursou Agronomia. "No Araguaia, me disseram que ele abria caminho nas matas sem machucar uma folha", comenta orgulhosa.

Católica fervorosa, Helena abriu mão de seus princípios religiosos e recorreu ao espiritismo. "Precisava saber onde estava meu filho", explica. Só depois de ouvir o médium Chico Xavier dizer que Miguel, como tantos outros, estava morto mas feliz, que Helena parou de chorar. "Apreendi que o choro atrasa a evolução dos espíritos, e me conformei", afirma, sem, no entanto, desistir de encontrar o corpo do filho. "Quem sabe com o habeas-data Deus e os homens me deem esta graça", espera.

A mesma esperança incentivou os seguintes familiares a entrar com pedidos de habeas-data em busca do paradeiro de seus parentes:

Procurações encaminhadas pelo Rio de Janeiro — Jana Moroni (filha de Ciríaco Moroni Barros), Guilherme Lund (filho de Jélio Lund), Luiz René Silveira e Silva (filho de Lúcia Silveira), Pedro Alexandrino Oliveira (filho de Diana Piló Oliveira). Procurações encaminhadas por

São Paulo — Miguel Pereira dos Santos (filho de Helena Pereira dos Santos), Aylton Adalberto Mortate (filho de Carmem Sobrinho Martins), Maurício e André (marido e filho de Alzira Grabois), David Capistrano da Costa (marido de Maria Augusta de Oliveira), José Alberto Bronca (filho de Ermelinda Massaferrro Bronca), Exemias Delisnicow (filho de Jorge Delisnicow), Iziz Oliveira Royo (filha de Felícia Oliveira), Maria, Lúcio e Jaime Petit (filhos de Julieta Petit da Silva), Antônio Carlos Monteiro Teixeira (filho de Lúcia Monteiro Teixeira), Virgílio Gomes da Silva (irmão de Francisco Gomes da Silva), Sidney Marques (irmão de Leida Tronca) e Edgar Aquino Duarte (cunhado de Maria das Neves Deaar). Procurações encaminhadas pelo Chile — Têlio Roberto Quintiliano (filho de Nairza Saraya Cardoso).



Idibál Piveta (D) protocolou às 16h37min o pedido

O recurso pioneiro

Justiça paulista recebe o pedido de um teatrólogo

SÃO PAULO — O advogado paulista Idibál Piveta, 57 anos, veterano defensor de presos políticos e teatrólogo conhecido pelo pseudônimo de César Vieira, foi o primeiro cidadão a procurar a Justiça Federal em São Paulo para dar entrada em seu pedido de habeas-data, o novo recurso jurídico previsto pela nova Constituição que permite a qualquer pessoa o acesso a sua ficha arquivada nos órgãos de informação do governo.

Exatamente às 16h 37min de ontem seu pedido foi protocolado, recebendo o número 880037967 — 2. Ao meio-dia de hoje, o processo será encaminhado a um dos juizes federais em São Paulo, a fim de ser analisado e enviado ao delegado Marco Antônio Veronezzi, superintendente da Polícia Federal no estado. Com isso, Idibál Piveta espera ter nas mãos, em alguns dias, os registros sobre ele acumulados pelo extinto Departamento de Ordem Política e Social, o temido Dops da polícia paulista, cujo arquivo foi passado para a Polícia Federal logo após a eleição de Franco Montoro para o governo do estado, há seis anos.

— Não dever ser pouca coisa — calcula o advogado.

Formado em Direito pela Universidade Católica de São Paulo, em 1957, Idibál já defendeu cerca de 3 mil clientes de causas políticas, entre eles a maioria dos estudantes presos durante o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Ibúna, há 20 anos.

— Meu saldo é de três prisões e 10 intimações para depor perante órgãos policiais — conta. Como ativista

estudantil, na época em que foi vice-presidente da UNE, em 1964, foi mais cinco vezes. Além disso, todas as peças de César Vieira passaram por censura prévia. E uma delas deu nas gavetas da censura até hoje.

Foi para escapar da vigilância da censura que Idibál Piveta resolveu assinar seus trabalhos artísticos com o pseudônimo de César Vieira, disfarce com que conseguiu driblar os censuradores por seis meses.

— Mas depois eles descobriram e as peças voltaram a ser censuradas — diz. Premiado em vários países, entre eles os Estados Unidos, Cuba e a Venezuela, seu trabalho ainda proibido é *O rei morre, vive o rei*, peça escrita em 1972. É a história de um general que, prestes a assumir o poder em seu país imaginário, teve que fazer um transplante de sexo.

O general da peça é campeão de hipismo e, na opinião do teatrólogo, esse detalhe não é motivo de segunda interdição do texto, há três anos, sob o governo de João Batista Figueiredo, quando seu grupo União e Olho Vivo voltou a pedir a liberação. Depois dessa tentativa, Idibál não voltou a insistir.

— Mas agora, com a nova Constituição, não tem mais censura — comenta. — A qualquer momento poderemos preparar a estréia da peça.

Depois de atuar em três frentes — como estudante, advogado e teatrólogo —, Idibál Piveta acredita que sua ficha na Polícia Federal seja extensa. Curioso para saber o que ela contém, pediu a seu sócio e advogado Joaquim Portes de Cerqueira César que elaborasse seu pedido de habeas-data.

— Se alguma coisa estiver errada na ficha, farei questão de corrigir, como permite a lei — garante Idibál. — Do que estiver correto, eu só posso me orgulhar, porque sempre trabalhei na defesa dos direitos humanos — afirma.

8903753

Miguel, o filho de Terezinha

PARTES ILEGÍVEIS

Jânio anistia 1.500 e torna greves ilegais

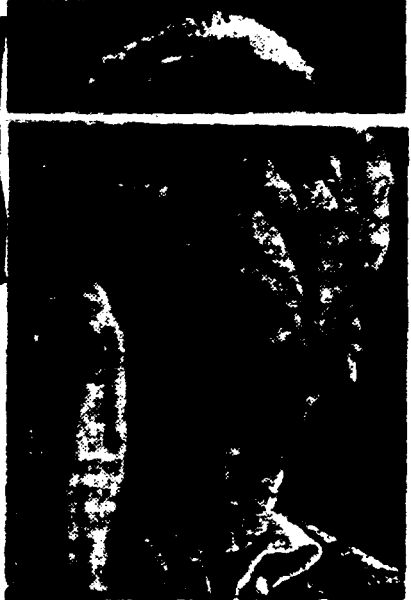
SÃO PAULO — O prefeito Jânio Quadros assinou ontem nada menos que quinze documentos, entre decretos, ordens internas e memorandos, adaptando a legislação municipal da maior cidade do Brasil à nova Constituição. Mil e quinhentos funcionários municipais que enfrentam processos disciplinares estão anistiados. Em outro decreto, porém, Jânio estabeleceu que todos os serviços executados pelo município são essenciais e, por isso, a greve está proibida até que uma lei ordinária aprovada pelo Congresso regulamentar a paralisação das atividades nos setores essenciais da economia. Os grevistas do funcionalismo paulistano, assim, continuam sujeitos a suspensões e demissão caso cruzem os braços.

Num dos últimos memorandos do dia, assinado às 18 horas, o prefeito foi irônico ao mandar o *Diário Oficial* do município circular com um decreto que retira seu nome e o símbolo de sua administração, uma vassoura, de todas as peças de propaganda oficial. "Certamente não gostam da limpeza", escreve Jânio. "Retiro-a vassoura." Anteriormente, o prefeito já havia comunicado à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos que os advogados do município não poderiam permitir que os juros para o pagamento de imóveis desapropriados ultrapassem a 12% ao ano. "Essa iniciativa vai gerar um debate poderoso nos meios jurídicos", entende o secretário

Claudio Lembo. Hoje em dia a Justiça de São Paulo continua estabelecer juros de até 18% no pagamento de desapropriações.

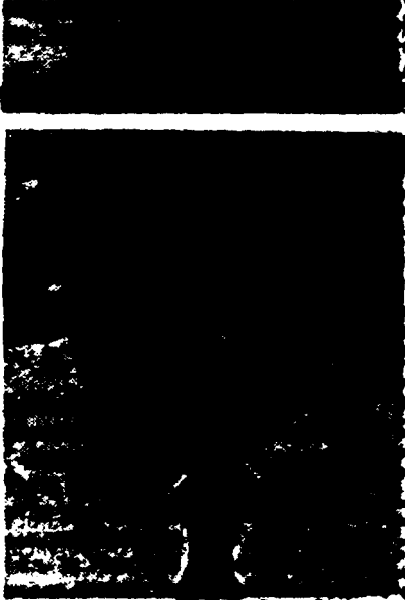
Antes a todas as partes da nova Constituição, Jânio já recebeu das duas secretarias penitenciárias um plano de bom trabalho na cidade para a construção e instalação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos. Jânio notou que, em seus princípios gerais, a nova Constituição afirma que "O Brasil propagará pela criação de um tribunal de direitos humanos". Antes que o plano não estiver concluído, Jânio enviou o deputado Ulysses Guimarães, sugerindo o início das obras. "Neste momento, no Brasil, ninguém sabe o que fazer para adaptar-se à Constituição", diz Claudio Lembo. "Em São Paulo já estamos, todas as medidas mais urgentes". Jânio não esqueceu de criar uma "comissão para a transição", formada por três procuradores municipais e encarregada de acompanhar a adaptação da legislação municipal à nova Constituição. Nessa comunicação à sua assessoria técnica legislativa, Jânio afirmou que a Constituição não acabou com o instituto do desuso de prazo, em sua avaliação, e que por isso vai estudar mandando projetos à Câmara Municipal para aprovação transiçória, caso não sejam votados em 45 dias e das sessões ordinárias após sua chegada ao Legislativo.

11-03-64 — José Carlos Brasil



Jânio faz adaptações

20-01-64 — Fátima Batista



Arraes está gratificado

De volta à ilha perdida

RECIFE — O governador Miguel Arraes disse que voltará à ilha de Fernando de Noronha, hoje, 24 anos após ter chegado preso ao território, "sob a égide de uma Constituição que traz esperanças à reconstrução democrática do país." Em carta aberta aos habitantes de Fernando de Noronha, devolvida a Pernambuco com a nova Carta, Arraes comunica que o administrador do território será seu secretário de Planejamento, Cláudio Maranhão, que acumulará o cargo até que a Assembleia Legislativa defina que forma de governo o território terá. O atual governador da ilha, Fernando César Mesquita, já decidiu que não comparecerá à posse de Maranhão. A transferência de cargo será feita por uma comissão do Ministério do Interior.

Arraes dará posse ao novo administrador de Fernando de Noronha com toda pompa possível, pois considera, como consta na carta aos noronhanenses, que ganhou a condição histórica de assumir um território "apartado arbitrariamente de Pernambuco pelo Estado Novo em

1938". O governador convidei para a posse do novo administrador os presidentes dos poderes Legislativo e Judiciário e todos os líderes dos partidos com representação na Assembleia Legislativa.

Para mostrar que não queria atingir os militares, o governador pediu o envio da Assembleia para votar em um jato H3 da FAB, o que reduziu de duas horas para 45 minutos o percurso até Fernando de Noronha. Arraes também conseguiu da Aeronáutica e da Marinha o compromisso de continuar fazendo o transporte de passageiros e de mantimentos para o arquipélago.

Segundo o governador, a decisão do presidente José Sarney de transferir bens móveis e imóveis do território para a União não obsta sua disposição de "negociar uma solução de transição que seja a mais conveniente para o arquipélago". Outrem, porém, o Palácio dos Príncipes, que gastará Cr\$ 100 milhões mensais para administrar Fernando de Noronha, tem o conhecimento de que o Planalto não pretende negociar.

PARTES
ILEGÍVEIS

8903753

Arquivos do SNI serão franqueados

BRASILIA — A partir de hoje, está aberta a possibilidade do brasileiro ter acesso à sua ficha no Serviço Nacional de Informações. Com a nova Constituição está criado o instrumento chamado *habeas data*, que dá ao cidadão o direito de conhecer informações relativas à sua pessoa, contidas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Poucos cidadãos, entretanto, a prevalecer orientação do ministro Ivan de Souza Mendes, poderão recorrer ao *habeas data* para obter sua ficha. A intenção do chefe do SNI é franquear o arquivo aos interessados e recusar apenas pedidos de quem tenha em sua ficha informações que ponham em risco a segurança do país ou de outra pessoa.

O *habeas data* está inserido no Artigo 5º da nova Constituição, que estabelece os direitos e deveres individuais e coletivos dos cidadãos, e é detalhado no inciso 72, letras a e b. O primeiro item diz que será concedido o *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. O segundo item permite o uso do *habeas data* "para a retificação de dados, quando não se pretenda fraudar o processo judicial ou administrativo".

Para o consultor-geral da República, Sulo Rangel, o *habeas data* funciona como um mandado de segu-

rança para garantir o direito do cidadão à informação. Nesse sentido, o cidadão não precisa recorrer de imediato ao *habeas data*; pode requerer a informação que deseja junto ao órgão público e, caso ela seja negada, aí, sim, deve apelar à Justiça.

Embora seja imediatamente acessado ao arquivo do SNI, o *habeas data* tem uma extensão mais ampla. Pode-se usá-lo para obter informações pessoais guardadas, por exemplo, no Banco Central, na Secretaria da Receita Federal ou no Centro de Informações do Exército. É claro que a autoridade pode negá-lo ou, simplesmente, dizer que não há informação sobre a pessoa. Mas será um risco que poucos funcionários públicos terão coragem de correr, porque segurar informação, contra decisão judicial baseada em preceito constitucional, pode levar a autoridade para a cadeia, caso a burla seja descoberta no futuro.

Como usar. — O *habeas data* deve ser solicitado junto à autoridade judicial competente. No caso de ministros, por exemplo, o cidadão recorrerá ao Supremo Tribunal Federal, até que seja criado o Superior Tribunal de Justiça. O requerimento dispensa advogado: basta que o cidadão envie carta ou telegrame ao Supremo Tribunal Federal, Praça dos Três Poderes, Brasília, DF.

No pedido, o cidadão deverá reunir sua pretensão, informar que não obteve a informação diretamente ao órgão público e citar o nome completo e o da autoridade responsável. É necessário que a pessoa se identifique na correspondência com todos os dados pessoais e endereço completo. A carta será encaminhada ao protocolo do Supremo, que será designado um ministro relator e depois irá a julgamento. A decisão poderá demonstrar alguns meses, porque o Supremo ainda está congestionado.

Casos pipocam nos estados

PORTO ALEGRE — Com o objetivo de prover suas sequelas de perseguição e conseguir terminar o curso de arquitetura, o estudante Jílio César Guichard ingressou ontem com *habeas data* para obrigar o delegado regional do MEC e o reitor da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) a lhe fornecerem cópia de uma ata de reunião do departamento de arquitetura em que seu problema foi debatido. O documento, segundo Jílio, prova suas sequelas contra a faculdade, onde não consegue estudar há mais de um ano. E servirá para fundamentar ação de indenização que move contra a União (Conselho Federal de Educação) pelos dois anos de estudo perdidos. Jílio César já requereu cópia da ata da reunião. Agora contraiu a advogada Wanda Silveira e vai tentar de novo.

Jílio César alega que vem sendo perseguido desde que se insurtiu contra a direção da faculdade, quando esta recusou atestado assinado por dois médicos comprovando que estava doente no dia em que teria de apresentar um trabalho. Atestados de outros colegas, segundo ele, foram esconidos. Em seguida, no dia 10 de julho do ano passado, o estudante recebeu um comunicado estranho: deveria ter entregue o trabalho no dia 8, ou seja, dois dias antes. Aproveitou-se e conseguiu apresentar a prova no dia 11, mas foi reprovado. Pediu então revisão da prova, mas não conseguiu e iniciou-se assim a luta contra a universidade.

Em Aracaju, o petroleiro Milton Coelho de Carvalho, 46 anos, vai solicitar "imediatamente" o *habeas data*, embora não acredite que o governo libere as informações que quer. "A esta altura, eles já aprontaram um calze-40s contendo apenas os dados preliminares da vítima para dizer que estão cumprindo a Constituição", disse.

Milton Coelho foi sequestrado em sua residência em 1976. Ficou incomunicável e foi torturado durante sete dias no 2º Batalhão de Caçadores. "Depois me mandaram para Salvador onde fiquei ou-

Reclamo — O estudante Toste Pasutabro, 17 anos, será o primeiro brasileiro a se utilizar da nova Constituição para exigir a punição de um crime de racismo. Ele protestou contra a atitude de policiais que se recusaram a registrar uma queixa de agressão de que foi vítima, por conduta racista e queixo "coisa de negro". Revoltado com o protesto, os policiais passaram a espancá-lo com violência, e o prenderam por várias horas numa cela com marginalia. A vítima, devido à violência das agressões, está ameaçada de perder um dos rins. A agressão foi na semana passada, mas o Movimento Negro Unificado da Bahia decidiu esperar pela nova Constituição.

Divórcio — Os juizes das sete Varas de Família do Fórum de Belo Horizonte esperam para hoje as primeiras ações de divórcio, com base nos novos prazos de separação judicial e de separação de fato fixados na nova Constituição. Tem gente com a petição pronta, só esperando a publicação do texto, no Diário Oficial de amanhã (hoje) para dar entrada. Até por questão de validade, muitos querem ser os primeiros a se valerem da nova lei, afirmou o juiz da 4ª Vara de Família, Antônio Marcos Alvim Soares. Na previsão do juiz da 2ª Vara de Família, Urquiza Antônio de Paula Alvim, o movimento nas sete Varas, que tem hoje cerca de 25 mil processos em andamento, deverá quadruplicar.

Prisão — Os detidos de política da Mangueira e Valmor, membros do noroeste de Minas, vivem com ameaças de prisão se a nova Constituição prevê a prisão sem flagrante delito ou mandado de prisão, mas se duas semanas, sem o juiz, não se desentendem. "Terá de valer 110 quilômetros até a saída para cumprir mandado de prisão com um juiz", reclamou o delegado da Mangueira, Felipe Correia Proença, que falasse não gritou prender ninguém então. O delegado lamenta também que não poderá mais determinar buscas judiciais. Paralisação que aguarda o término da discussão da legislação sobre o novo procedimento.

Casamentos — Os cartórios de Porto Alegre tiveram terça-feira muito trabalho na realização de dezenas de casamentos de pessoas interessadas em retirar o PIS no último dia em vigor da antiga Constituição. O novo texto proíbe os casques por ocasião do casamento civil e só permite em caso de morte ou aposentadoria. A corrida aos cartórios começou sobre o novo procedimento.

PORES ILUSTRAR

Ulysses Guimarães é aplaudido 59 vezes

Dois de fevereiro de 1987: "Ecoam nesta sala as reivindicações duras. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar". São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição a Nação mudou.

A Constituição mudou na sua elaboração, mudou na definição dos Poderes, mudou restaurando a Federação, mudou quando quer mudar o homem em cidadão e só é cidadão quem ganha justo e suficiente salário, lê e escreve, mora, tem hospital e remédio, fazer quando descansar.

Não País de 30.401.000 analfabetos, afrontoso 28% da população, cabe advertir: a cidadania começa com o alfabeto.

Chagamos! Esperamos e Constituição como o vigia espere a aurora.

Bem-aventurados os que chegam. Não nos desanimamos na longa marcha, não nos desmoralizamos capitulando ante pressões alheias e comprometedoras, não desertamos, não calamos no caminho. Alguns a fatalidade derubou: Virgílio Távora, Alair Ferreira, Fábio Lucena, Antonio Farias e Norberto Schwantes. Pronunciemos seus nomes queridos com saudade e orgulho: cumpriram com o seu dever.

A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fazemos com amor, aplicação e sem medo.

A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa, ao admitir a reforma.

Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afrontá-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o comitério.

A perseguição da Constituição é a sobrevivência da Democracia.

Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia brindamos por imposição de sua honra: temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgraça homens e nações, principalmente na América Latina.

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação.

A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela não haveria a cruz nem os evangelhos.

A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. Suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotações com o ouro de seus privilégios e especulações.

Foi de audácia inovadora a arquitetura da Constituinte, recusando anteprojetos forçados ou de elaboração interna.

BRASÍLIA — Interrupção 59 vezes pelas palmas do plenário, que, em cinco oportunidades, levantou-se e o aplaudiu de pé, o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, falou durante 33 minutos, num discurso em que aliou a defesa intransigente da nova Constituição à retomada do slogan da campanha do presidente Tancredino Neves — "Muda Brasil".

Ulysses Guimarães disse que a Constituinte "suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotações com o ouro de seus privilégios e especulações".

"Quando, após tantos anos de lutas e sacrifícios promulgamos o Estatuto do Homem, da Liberdade e da Democracia",

disse Ulysses. Ao lado de Ulysses, o presidente José Sarney ouviu impassível o deputado Ulysses Guimarães dizer que a Constituinte "suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotações com o ouro de seus privilégios e especulações".

Ulysses Guimarães disse que a Constituinte "suportou a ira e perigosa campanha mercenária dos que se atreveram na tentativa de aviltar legisladores em guardas de suas burras abarrotações com o ouro de seus privilégios e especulações".



Brasília — Wilson Peres

Ulysses falou 33 minutos e lembrou Tancredino Neves: "Muda Brasil"

A vida pública brasileira será também fiscalizada pelos cidadãos. Do Presidente da República ao Prefeito, do Senador ao Vereador.

A moral é o cerne da Pátria.

A corrupção é o cupim da República. República suja pela corrupção impune tomba nas mãos de demagogos, que a pretexto de salvá-la, a tiranizam.

Não roubar, não deixar roubar, pôr na cadeia quem roube, eis o primeiro mandamento da moral pública.

ram os rios e marcharam para o oeste e para a História, na conquista de um continente.

Foi também indomita vocação federalista que inspirou o gênio do presidente Juscelino Kubitschek, que plantou Brasília longe do mar, no coração do sertão, como a capital de interiorização e da integração.

A Federação é a unidade na diversidade, é a coesão pela autonomia das Províncias. Comprimento das pelo centralismo, há o perigo de serem empurradas para a recessão.

É a irmandade entre as regiões. Para que não se rompa o elo, as mais próximas devem colaborar com as menos desenvolvidas. Enquanto houver Norte e Nordeste tristes, não haverá na União Estado forte, pois fraco é o Brasil.

Senhor Ministro Rafael Mayer, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Sábido e Poder Judiciário na pessoa austera e modesta de Vossa Excelência.

O imperativo de "Muda Brasil", desde a nossa geração, não se proferirá sem o equívoco "Muda Justiça", que se instrumentalizou na Carta Magna com a valiosa contribuição do Poder chefiado por Vossa Excelência.

Registro a homogeneidade e o descompasso admirável e solidário de seus altos deveres, por parte dos dignos membros da Mesa Diretora, condôminos imprescindíveis de minha Residência.

O Relator Bernardo Cabral foi o espasmo, o beirado para o entendimento, mas imprescindível ao polígrafo de defesa dos interesses do País. O leitor da Nação aplaudirá sua vida pública.

Os Relatores Adjuntos, José Fogaça, Konder Reis e Adolfo Oliveira, prestaram colaboração unanimemente enaltecida.

O Brasil agradece pela minha voz a honrosa presença dos prestigiosos dignitários do Poder Legislativo do Continente Americano, de Portugal, da Espanha, de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Príncipe e Cabo Verde — as nossas saudações.

Os Senhores Governadores do Estado e Presidentes das Assembleias Legislativas dão realce singular a esta solenidade histórica.

Os líderes foram o vestibular da Constituição. Suas reuniões pela manhã e pela madrugada, com autores de emendas e interessados, disciplinaram, agilizaram e qualificaram as decisões do Plenário. Os Anais guardarão seus nomes e sua benevolência.

Cumprimento às autoridades civis, eclesásticas e militares, integrados estes com seus chefes na missão, que cumprem com decisão, de prestigiar a estabilidade democrática.

Nossas congratulações à imprensa, ao rádio e à televisão. Viram tudo, ouviram o que queriam, tiveram acesso desimpedido às dependências e documentos da Constituinte. Nosso reconhecimento tanto pela divulgação como pelas críticas, que documentam a absoluta liberdade de imprensa neste País.

Testemunho a coadjuvação diuturna e esmerada dos funcionários e assessores, abrangendo-as nas pessoas de seus excepcionais chefes, Paulo Afonso Martins de Oliveira e Ademar Sabino. Agora convertemos pela última vez, companheiras e companheiros Constituintes.

A atuação das mulheres nesta Casa foi de tal teor que, pela edificante força do exemplo, aumentará a representação feminina nas futuras eleições.

Agradeço aos Constituintes a eleição como seu Presidente e agradeço o carinho, a elegância, a civilização e o motivador. Quanto a mim, comprei o magistério do filósofo: o segredo da felicidade é fazer do seu dever o seu prazer.

Desprezada
"Democracia é a vontade da lei, que é plural e igual para todos, e não, a do príncipe, que é unipessoal e desigual para os favorecidos e os privilegiados".

Rubens Paiva, seqüestrado para a morte

No dia 20 de janeiro de 1971 o ex-deputado paulista Rubens Beyrodt Paiva foi levado de sua casa no Leblon por homens armados que, afirmando ter ordens para conduzi-lo à 3ª Zona Aérea, no Galeão, desapareceram com ele. Casado em abril de 1964 pelo A-1, Rubens nunca respondeu a processo. A única acusação que pesava contra o empresário era o fato de exilados brasileiros no Chile endereçarem-lhe cartas.

O Exército registrou apenas que "um ex-deputado, de nome Rubens Settas, fora resgatado por subversivos no Alto da Boa Vista". O processo de Rubens Paiva

foi reaberto em 1986 com o depoimento do médico Amílcar Lobo — que o viu a morte no Quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita —, mas hoje está arquivado, sem vestígios do corpo.

Eunice Paiva, mulher de Rubens, ficou muito emocionada com a referência de Ulysses Guimarães a seu marido, no discurso de encerramento da Constituição, ontem, no Congresso Nacional. "É uma homenagem a todas as pessoas que lutaram contra a ditadura militar e não puderam estar presentes na festa da democratização do país", concluiu.



Rubens Paiva

Teotônio foi a consciência moral do país

A consciência moral do país. "Este seria o epíteto pelo qual seria conhecido Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas na música de Milton Nascimento e Fernando Brant, que o imortalizou como "quem espalha a esperança e transforma o sal em mel". Filho de usineiro, deputado pela antiga UDN, ele confiara na Revolução de 1964. Depois, arrependido e consciente, assinou o documento de parlamentares da Arena ao presidente Costa e Silva contra o AI-5.

"Vou viajar por esse país todo para me redimir do erro de ter apoiado o movimento de 1964", prometeu a si mes-

mo, antes de sair em peregrinação, qual um "saltimbanco falando em rebelião", penetrando em prisões e empreendendo uma cruzada em favor da anistia e dos presos políticos.

Presidente da Comissão Mista que apreciou o projeto de anistia enviado ao Congresso pelo presidente Figueiredo, Teotônio rompeu com a Arena e passou para a Oposição. Foi ele quem iniciou a pregação de eleições diretas para presidente da República. Vítima de câncer aos 66 anos, o senador teve que abandonar o parlamentarismo, mas não interrompeu sua tarefa até morrer, em novembro de 1983.



Teotônio Vilela

Campo aberto

Conservadores entram na sucessão presidencial

Na tarde da última sexta-feira, foi disparado o primeiro tiro de canhão de um dos vários núcleos do pensamento conservador brasileiro — o lançamento de uma articulação de empresários e intelectuais chamada "Movimento de Convergência Democrática". Arquitetado logo depois das eleições de 15 de novembro, quando as legendas de esquerda ganharam a prefeitura de algumas das grandes capitais do país, o movimento nasce com uma finalidade precisa — arrumar um espaço próprio na campanha eleitoral deste ano. "A Convergência Democrática veio chamar a atenção dos eleitores para a necessidade de se preservar a livre iniciativa", afirma o professor Octávio Gouvêa de Bulhões, que lançou o movimento numa entrevista coletiva na Livraria José Olympio, no Rio de Janeiro.

Num manifesto de 36 linhas, a Convergência Democrática entra em campo com uma estratégia bastante definida em matéria eleitoral — e um diagnóstico sombrio do cotidiano do país, dizendo que "se aprofunda nossa mais grave crise política, econômica, jurídica e social". Em matéria de candidaturas, a Convergência sabe, com mais clareza, aquilo que não quer, como o petista Lula ou o ex-governador Leonel Brizola, do que aquilo que quer — ou, pelo menos, do que

quer com mais precisão. "Temos simpatias por nomes identificados com a modernização brasileira, como Ulysses Guimarães, Antonio Ermírio, Orestes Quércia, Aureliano Chaves ou um outro candidato desse naipe", afirma o empresário Sérgio Quintella, do Rio. Em seu manifesto, a Convergência Democrática alinha as assinaturas de algumas das mais privilegiadas cabeças do país, como os economistas Mário Henrique Simonsen e Affonso Pastore, e armazena idéias indiscutivelmente corretas, como a crítica ao socialismo estatizante. Também reafirma princípios presentes na maioria das plataformas políticas de todos os partidos do mundo civilizado, como a defesa dos consumidores e a melhoria na distribuição de renda.

Como ocorre com a maioria do eleitorado

brasileiro, quando faltam nove meses para a eleição presidencial, boa parte dos integrantes da Convergência Democrática não definiu o candidato de sua preferência. É possível que acabe por se definir, mais tarde. Não fica claro, porém, o que irá ocorrer com o movimento, caso não surja, até lá, o candidato que seja capaz de personificar suas idéias. A Convergência Democrática possui intelectuais muito competentes, homens de sucesso nos negócios e até um general da reserva, Euclides Figueiredo, irmão do ex-presidente João Figueiredo. Em matéria de experiência eleitoral, no entanto, o quadro mais habilitado para caçar votos, aparentemente, é o empresário João Havelange, cinco vezes presidente da Confederação Brasileira de Desportos e quatro vezes presidente da Fifa.



Bulhões (sentado) no lançamento da Convergência*: "Pela livre iniciativa"

* Da esq. para dir.: João Pedro Góes, Vitor, Henrique Gregori, Oziros Silva, Ives Gandra Martins e Casimiro Ribeiro



Brizola: buscando apoios

Na ronda dos empresários

Na fase atual de sua campanha, o ex-governador Leonel Brizola tem se dedicado a fazer a ronda dos empresários. Em Porto Alegre, Brizola já conquistou apoios importantes, entre os quais o de Alcécio Ughini, proprietário da rede de lojas Ughini, e o de Gerhard Theisen, presidente do Sindicato das Indústrias Químicas do Rio Grande do Sul e dono da indústria de tintas Renner. "Ele é um dos políticos mais experientes do Brasil", afirma Theisen. Do

Paraná vem o mais novo exemplo da militância de Brizola com os empresários. O presidente regional da Associação Brasileira das Indústrias Gráficas, Werner Egon Schrappe, dono da Imprensa Paranaense — a maior do Estado no setor, que faturou 40 milhões de dólares no ano passado —, conseguiu convencer o Grupo de Empresários de Curitiba, entidade dedicada à defesa da livre iniciativa, a convidar Brizola para uma palestra, com direito a

jatinho fretado e hospedagem gratuita. No final do ano passado, Brizola esteve em Curitiba durante 4 horas, falou para uma platéia atenta, que se mostrou, em grande parte, receptiva às suas propostas. "Não podemos pensar apenas no lucro fácil e imediato, mas também no país que nossos filhos herdarão", defende Schrappe, para quem Brizola poderá ser a melhor opção para o empresariado, "desde que ele modifique alguns exageros de sua retórica estatizante".

SUCESSÃO

Troca de tapas

Polícia do Rio envolve dois filhos de Brizola numa rede de consumidores de cocaína



A primeira troca de tiros realmente feita na campanha pela sucessão do presidente José Sarney, uma espécie de *avant-première* do que vem por aí, ocorreu na semana passada, no Rio de Janeiro, num confronto que envolveu dois assuntos explosivos em matéria eleitoral — o consumo de drogas e as relações familiares. Ao final de mais uma ação policial que pretendia tirar de circulação uma rede de traficantes de cocaína, batizada de "Operação Bandeja", a polícia fluminense divulgou uma relação de dez nomes, pinçados de uma lista de 112 pessoas mantidas sob a suspeita de que sejam consumidoras de drogas. Tudo não teria passado de uma revelação rotineira, destinada a entrar para o folclore de uma cidade onde periodicamente são divulgados nomes de novos adeptos da cocaína na alta sociedade, se na relação não tivesse aparecido duas vezes um sobrenome especialmente significativo: Brizola. Estavam na lista José Vicente Brizola e Neuza Brizola, filhos do ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT à Presidência da República.

Situado em primeiro lugar nas pesquisas de opinião para a sucessão presidencial, Leonel Brizola acusou ter recebido o golpe naquela que, para boa parte do eleitorado, pode se transformar na área mais delicada de sua candidatura — a vida familiar. Ao tomar conhecimento da divulgação da lista com o nome de dois de seus três filhos, Brizola explodiu. Lançou-se a um ataque direto ao governador do Rio, Moreira Franco, autoridade a quem está subordinado o delegado Elir Clarindo dos Santos, que divulgou a lista ao longo de uma entrevista coletiva. "O que ele merecia era uns tapas. Uns tapas! Merecia apanhar por sua perversidade", disse Brizola. Para o candidato do PDT, a divulgação de que seus filhos aparecem

na lista de pessoas suspeitas de serem clientes regulares de um traficante de cocaína só poderia ser um ato deliberado de Moreira — nunca um mero deslize individual de um delegado de polícia, que teria a obrigação de manter os nomes em sigilo até o final das investigações. Informado da reação de Brizola, Moreira Franco respondeu com a mesma moeda. "No Piauí, aprendi desde cedo a responder à violência com violência", afirmou o governador do Rio. "Eu não afino — se ele vier, leva."

MIRAGENS — É verdade que o ex-governador do Rio de Janeiro tem o costume de enxergar as mais espantosas conspirações contra sua pessoa toda vez que depara com alguma dificuldade política em seu caminho. Pôde-se obter um novo exemplo desse comportamento na semana passada, quando um dos auxiliares do ex-governador, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) denunciou no Congresso, em Brasília, um complô em torno da



Leonel Brizola: acusação de um complô de Moreira...

lista da cocaína — seria uma delirante operação de "1 bilhão de dólares", financiada por uma recém-fundada organização de empresários, a Convergência Democrática, com a finalidade de quebrar a candidatura de Brizola. "É um complô da extrema direita", disse Barbosa.

Descontando-se as miragens do deputado Vivaldo Barbosa, existem, ainda, ou-

Bandeja do fracasso

O nome dado pela polícia do Rio para o que seria uma das maiores apreensões de droga na cidade era sugestivo — Operação Bandeja, numa alusão aos hábitos de consumidores sofisticados que costumam servir cocaína em bandejas. Na prática, entretanto, a Operação Bandeja revelou-se uma das ações policiais mais desastrosas de que se tem notícia no país. Desencadeada na madrugada de sexta-feira 3, a operação co-

locou 300 policiais civis nas ruas à caça de traficantes, consumidores e drogas. No bolso, esse esquadrão levava o nome e endereço de 112 pessoas que, supostamente, compravam cocaína através do BIP 3420 — o disque-coca. Durante várias horas, os policiais bateram de porta em porta até descobrirem que estavam diante de um blefe. Naquela lista, havia vários endereços errados, nomes de pessoas desconhecidas e indi-

cações de casas noturnas fechadas há meses. O resultado desse desastre foi a apreensão de 200 gramas de cocaína — estima-se que o consumo da droga no Rio chegue a 20 quilos por dia — e uma quantidade de maconha suficiente para apenas cinco cigarros.

A Operação Bandeja começou a ser preparada no início do ano, quando a polícia recebeu uma série de denúncias de que havia um sistema de distribuição de coca através do BIP 3420. O delegado titular da

01.02

VEJA, 15 DE MARÇO, 1989

8903820

VI

**Que o Moreira merecia
outra coisa, merecia.
Se ele não fosse
presidente do partido,
se não tivesse sido
governador, se ele não
estivesse na função
de governador, o que
ele merecia era uns
tapas. Um tapas!
Merecia ganhar
por sua personalidade.**

**Leonel Brizola, quando se ao
governador Moreira Franco,
quinta-feira 7**

— Franco contra sua candidatura

tros fatos que podem ser apresentados pelo governador Moreira Franco como demonstração de que não participou de nenhuma trama. O mais importante foi a decisão de afastar de suas funções o delegado Elir Clarindo — menos de 24 horas depois de ele ter divulgado, orgulhosamente, a lista de suspeitos, fazendo questão de citar os nomes de Neuzinha e José Vicente em pri-

meiro lugar. Brizola, contudo, alinha do seu lado um conjunto de fatos esquisitos mas reais que ocorreram ao longo da Operação Bandeja.

Desde o início de janeiro a polícia carioca já tinha em mãos a lista dos suspeitos, relacionada a partir das chamadas telefônicas ao BIP de um traficante de cocaína. Brizola e seus amigos acham duro acreditar que uma relação dessas, com sobrenomes como Brizola e até mesmo nomes de pessoas próximas do governador Moreira Franco, como a assessora Belisa Ribeiro, não chegasse com rapidez aos escalões superiores da polícia ou ao Palácio da Guanabara.

Há também um segundo indício: na tarde de quinta-feira dia 2, véspera da deflagração da Operação Bandeja, o secretário de Segurança do Rio, Hélio Saboya, revelou ao desembargador Paulo Ribeiro, presidente do Tribunal de Contas do Estado, que José Vicente e Neuzinha Brizola estavam entre os suspeitos de consumo de drogas. Ribeiro, que é amigo pessoal de Brizola, telefonou imediatamente para o ex-governador a fim de avisá-lo sobre o que estava ocorrendo. De acordo com Brizola, Ribeiro teria ainda lhe dito que estava transmitindo as informações a respeito da Operação Bandeja a pedido do próprio secretário Saboya. O secretário confirma que se encontrou casualmente com o desembargador — mas nega que tenha lhe pedido para transmitir qualquer mensagem a Brizola.

SENTIMENTO DE CULPA — Nessa fase inicial da campanha presidencial, quando boa parte dos holofotes está voltada para tudo o que ocorre em torno de Leonel Brizola, o episódio da lista da cocaína trouxe à luz um dos assuntos que poderão se tornar permanentes ao longo da disputa. Pelo seu próprio estilo de fazer política, o candidato do PDT concentra toda a batalha elei-

toral em torno de si próprio — e é natural, assim, que as pessoas que privam de sua intimidade acabem despertando muita curiosidade. Nesse campo, sabe-se que Brizola convive com uma situação difícil. A um amigo, revelou, numa ocasião, que tem um sentimento de responsabilidade, ou até de culpa, muito grande em relação aos filhos — especialmente Neuzinha, a mais nova. Nessa conversa, Brizola, emocionado, disse que se esforçava para compreender o comportamento das novas gerações, que sabia que boa parte das dificuldades de seus filhos foi provocada pela vida no exílio — mesmo assim, ele não deixava de sentir-se responsável por muitas das atitudes de José Vicente e Neuzinha. José Vicente, um músico de 38 anos, nunca havia lhe provocado constrangimentos públicos até a semana passada. Quanto ao outro filho, João Otávio, um arquiteto de 35 anos, não se conhece nenhuma confusão em que tenha se metido.

Desde que Brizola voltou do exílio, em 1979, periodicamente sua única filha, Neuzinha, de 34 anos, roqueira e mãe de dois filhos, tem lhe provocado maus momentos. Em 1983, ela chegou a promover uma festa punk num edifício público para divulgar o seu disco *Mintchura* e oficializar o seu terceiro casamento. No dia seguinte, a festa provocaria a demissão sumária do então secretário de Transportes, José Colagrossi, que havia emprestado o edifício para as travessuras de Neuzinha. Há dois anos, ela posou nua para a revista *Playboy* e Brizola comprou uma briga judicial para impedir que as fotos fossem publicadas — foi vitorioso, embora sua filha, maior de idade, tenha posado de livre e espontânea vontade e recebido o pagamento por isso. Desde o final do ano passado, Neuzinha mora em Amsterdã, Holanda, com seu quanto marido. Recentemente, Brizola confidenciou a um amigo que se sentia aliviado por ela estar longe do Brasil durante este ano eleitoral.

Além do aspecto familiar, a droga perturba a candidatura de Brizola também sob o aspecto político. Foi durante o seu governo que os traficantes se organizaram em grupos poderosos, saborearam uma situação de relativa impunidade e conseguiram o comando político de boa parte das favelas do Rio. Num dos lances mais espetaculares do crime no Brasil, em 1985 o traficante José Carlos Encina, o Escadinha, fugiu do presídio da Ilha Grande a bordo de um helicóptero.

Delegacia de Entorpecentes, Elir Clarindo dos Santos, conseguiu obter da empresa que aluga os bips o número do usuário do número 3420 e todos os recados recebidos por ele entre dezembro e janeiro. Com esses dados na mão montou uma lista de 112 endereços a serem procurados pelos policiais. O problema é que essa lista já era pública antes mesmo que a Justiça emitisse os mandados de busca e apreensão. Quando o delegado Elir reuniu os policiais para iniciar a operação, havia

um batalhão de repórteres e cinegrafistas registrando o acontecimento. Os resultados, como era de se esperar, foram um fiasco total. Durante a ação, os policiais passaram por situações cômicas. Foram atrás, por exemplo, de um certo Armando Falcão, que nada tinha a ver com o caso — seu telefone e apartamento estavam alugados para outras pessoas. Nessa operação, a polícia não conseguiu prender sequer um traficante — deteve apenas pequenos consumidores de droga.



O delegado Elir: afastado

098

For 3/14/88 JB

BPM II

Parlamentares do PSDB acham que aliança com direita 'queima' Covas

BRASÍLIA — A súbita atração provocada em setores da direita — até bem pouco adversários declarados — pela candidatura do senador Mário Covas (PSDB-SP) à sucessão do presidente José Sarney assustou o PSDB. "Essa preferência declarada da direita pelo nome de Covas pode ser um ato de queimação, um ato político orquestrado para inviabilizar seu nome", suspeita o deputado Virgílio de Souza (PSDB-BA).

"Esta história toda é muito perigosa", avalia o deputado Arthur da Távola, que acredita ter pago injustamente, na eleição para a Prefeitura do Rio, pelo estigma de ser visto como um candidato da direita, pelos apoios — que jura não terem sido concretos — da deputada Sandra Cavalcanti (PFL) e Amaral Netto (PDS).

Implorante — As preocupações não param por aí. O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) vê até risco de implusão do partido, que perderia pelo menos dez parlamentares se Mário Covas aceitasse aliança com a direita, seja através do senador Marco Maciel, do PFL, seja através do senador Jarbas Passarinho, do PDS.

A deputada Cristina Tavares (PSDB-PE), em telefonema de Houston (EUA), onde se submete a tratamento médico, disse autocrítica que seu partido "tem juízo" e que "um acordo de conservadores como Marco Maciel com os liberais só pode passar pela mente doentia de quem perdeu eleição e não sabe conquistar votos". Ela afirmou que, como integrante da Executiva Nacional do PSDB, nunca ouviu "qualquer proposta de acordo desse gênero e que Mário Covas vai rechaçá-lo". Cristina disse que os liberais não teriam "saído do PMDB para fazer um partido pior do que o que tínhamos, com mais conchavos do que os que condenávamos".

Indescoláveis — Não é só Cristina Tavares que está apreensiva com a movimentação da direita em torno de Covas. Na semana passada, vários membros da Executiva condenaram atitude de seu presidente, ex-governador Franco Montoro, ao ir junto na casa de Marco Maciel no momento em que o presidente do PFL começava a dar sinais de pretender uma aliança com Covas.

098

Sarney confirma Barroso nos cargos

BRASILIA — Uma demonstração de conversão com o presidente José Sarney, na noite de segunda-feira, tranquilizou o general-de-brigada Albérico Barroso: Sarney não pretende demiti-lo da presidência da BR Distribuidora nem do cargo de diretor Industrial da Petrobrás. Segundo garantiram ontem antigos íntimos de Sarney e de Barroso, o presidente só demitirá o general se a Comissão de Sindicância da Petrobrás responsabilizá-lo pela prática de atos ilegais.

A Comissão de Sindicância da Petrobrás, que na segunda-feira receberá representantes da Comissão de Fiscalização Financeira do Senado, está apurando denúncias de que funcionários da BR Distribuidora praticaram tentativas de extorsão junto a bancos do Rio de Janeiro. O principal suspeito, Geraldo Magela, assistente da Presidência, foi nomeado pelo general Barroso e exoneração na segunda-feira pelo próprio general, de acordo com informação prestada ontem por assessores do presidente da República.

Na conversa com Sarney, no Palácio da Alvorada, o general Albérico Barroso informou que não há na Comissão de Sindicância acusação formal contra os funcionários da BR Distribuidora. E observou que, embora tenha nomeado Magela, o conhecia há apenas dois anos, quando ocupava a assessoria especial da Presidência da República e recebeu da bancada do PMDB de Minas Gerais pedido para que Magela fosse indicado para um cargo na Cibraem. Magela acabou nomeado para a Sadepe, de onde o general Albérico o retirou, dando-lhe um dos cargos de assistente da presidência da BR Distribuidora.

Durante a manhã e uma parte da tarde de ontem, assessores de Sarney no Palácio do Planalto, que desconheciam o encontro entre o presidente e o general, continuavam a prever o imediato afastamento de Albérico Barroso da BR Distribuidora e da Petrobrás. De acordo com aquelas fontes, há uma semana o presidente e seus principais assessores militares procuraram uma

justificação para o general Barroso, nomeado para a Petrobrás contra a vontade do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, e do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, entre outras altas-potências do Exército. Leonidas e Ivan argumentavam junto a Sarney que não convinha mais nomear militares da ativa para cargos em empresas estatais.

Segundo disseram ontem dois assessores de Sarney, a nomeação do general Barroso atendeu a gestões do senador Álvaro Pacheco e do advogado Jorge Serra, vinculado ao empresário Roberto Marinho. A época, recém-promovido a general-de-brigada, Barroso ocupava a assessoria especial da Presidência da República. Antes, conhecido de Sarney e padrinho de casamento de um dos filhos do presidente, deputado José Sarney Filho, Barroso foi chefe do gabinete da Vice-Presidência da República, cargo extinto após a morte do presidente eleito Tancredo Neves.

J. Barroso 8/12/89

130114

Documento contraria

Tereza Cristina Lobo

Um dia depois que o presidente da Petrobrás Distribuidora, general Albérico Barroso Alves, garantiu em entrevista exclusiva à TV Globo que ele próprio dera ordens para que todas as contas da empresa fossem transferidas para o Banco do Brasil e grandes bancos públicos, veio a público um documento em que fica provado exatamente o contrário. O documento sófia ainda mais ambígua a participação do general Barroso no escândalo em que membros da diretoria da Distribuidora, alçados por ele, propuseram aos bancos o pagamento de comissão como forma de garantir os depósitos em sua agência.

No dia 4 de novembro o então gerente financeiro da Distribuidora, Volmer Toledo, enviou ofício ao diretor Geraldo Nóbrega informando que "atendendo a orientações de sr. Presidente" (general Barroso), estava transferindo cobranças para os Bancos Comercial e Industrial (BIC), do Ceará, e Mercantil de Descontos no valor de Cr\$ 10 bilhões para cada um. O mesmo documento informou que estava cancelada a conta do Banespa no Distrito de São Paulo. Esta determinação vai exatamente contra a argumentação do general Barroso, de que estava remanejando depósitos bancários porque eles estavam "irregularmente" concentrados em pequenas bancas.

Outra, o presidente da Petrobrás, Armando Guedes, denuncia que havia irregularidades na época em que era presidente da B&B Distribuidora. A acusação leva-se feita diretamente pelo general Albérico, seu subordinado. "As decisões eram tomadas a nível de colegiado por distintos funcionários pelo conselho administrativo da companhia", explicou. Ele disse que essas pessoas estão há muito tempo na empresa, lembrando, indirectamente, a participação recente do general Albérico na Petrobrás: "São pessoas sérias, honestas e voltadas para o interesse da companhia". Segundo Guedes esta é a primeira vez que existe uma denúncia "desta convergência contra a empresa".

Guedes rebateu outra declaração do general Barroso de que ia solicitar ao Tribunal de Contas da União que averigue as contas de toda a Petrobrás. Armando Guedes afirmou que o TCU já analisa normalmente as contas da empresa, sempre requisitando informações adicionais para enriquecer seus dados.

No dia 6 de agosto, antes mesmo da posse do general Barroso, a diretoria da Petrobrás Distribuidora estabeleceu normas sobre a abertura e movimento de contas bancárias. Determinou que, "independentemente das formalidades legais, somente seja aberta conta bancária mediante prévia autorização da diretoria que, em cada caso, julgará a conveniência da abertura em função das reciprocidades oferecidas, bem como sejam vedados no âmbito de toda a companhia, a abertura e a implementação de novas reciprocidades com os bancos sem autorização prévia do colegiado".

No entanto, o diretor financeiro da equipe de Barroso, Geraldo Nóbrega, sem autorização da diretoria, determinou nos primeiros dias de novembro a abertura de contas no BIC e no Mercantil de Descontos, nos estados de São Paulo e Rio, áreas que concentram cerca de 70% do faturamento da empresa, além de mandar reativar a conta no Banco Cidade, que estava paralisada, e propor a abertura de conta do BMD. Estas determinações ocorreram quando o vice-presidente da empresa, Marcos Tâlio de Melo, estava de férias, sendo substituído pelo próprio Geraldo Nóbrega, conforme indicação do general Barroso. Ao assumir a vice-presidência, Geraldo Nóbrega contrariou uma antiga prática da empresa pela qual a substituição do vice-presidente cabe ao diretor mais antigo na casa, o que não é o caso de Nóbrega, o mais recente.

No dia 22 de novembro, o gerente financeiro, Artur Resende Lopes, que substituiu Volmer Toledo, enviou um comunicado a Geraldo Nóbrega, informando que havia providenciado a abertura de contas no BIC e Mercantil de Descontos no Rio, São Paulo e Campinas, cancelando a do Banespa. Solicitava a Nóbrega que fosse encaminhado à diretoria pedido de cobertura para tais operações proibidas pela Lei 2.538, de 6 de agosto. A diretoria recusou dar cobertura a tais medidas.

01.01

8903850

038

*

O filho do ministro das Minas e Energia levou ontem ao presidente José Sarney o pedido de demissão do pai, logo aceito. E, nas despedidas de fim de ano dos ministros, confirmaram-se as mudanças em janeiro

fpa

Aureliano apresenta o pedido de demissão

Em carta entregue ontem ao presidente José Sarney por seu filho Antônio Aureliano Sanches de Mendonça, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, formalizou sua demissão do cargo. Eram 13h55min quando o empresário Antônio Aureliano, de 30 anos, deixou, em um táxi, o Palácio do Planalto, após conversar 15 minutos com Sarney.

É uma carta de amigo para amigo - disse Antônio Aureliano, após entregar pessoalmente a carta ao presidente que, segundo disse, mandou "um grande abraço" ao ministro, desejando-lhe também rápida recuperação. O ministro

Aureliano Chaves está em Belo Horizonte convalescendo de uma cirurgia para extrair uma unha no pé direito. Por recomendação dos médicos, ele não pôde se deslocar até Brasília para entregar pessoalmente a carta de demissão, uma vez que teve problemas de cicatrização devido à elevação da taxa de açúcar no sangue. Segundo Antônio Aureliano, o ministro está bem e passará as festas de fim de ano em sua fazenda, onde vai comemorar também seu aniversário no dia 13 de janeiro.

Mesmo fora de Brasília, Aureliano Chaves tem conversado muito com Sar-

ney por telefone. A última vez que o ministro esteve no Palácio do Planalto foi no fim de novembro, quando conseguiu contornar a greve dos petroleiros, que culminou na mais grave crise de seu ministério e demonstrou seu distanciamento com a política de contenção de salários do setor público que vem sendo praticada pela área econômica. Na sua última audiência com Sarney, que durou quase uma hora, Aureliano encerrou sua saída do ministério e, depois, em entrevista coletiva, declarou-se o juiz de sua permanência no Governo, e que continuaria no cargo por pouco tempo (AG)

01.01

8903856

098

F. 62 (603)

16/12/88. 2H.

POLÍTICA

Planalto não tem mais apoio dos governadores

Os mais importantes se aliarão aos progressistas do PMDB.

Dos 26 governadores do PMDB, o único que ainda tem bom relacionamento com o governo Sarney é o de Goiás, Henrique Santillo. Todos os demais estão rompidos ou afastados do Palácio do Planalto, apontados como grandes aliados da corrente progressista na tarefa de apresentar chapa de confronto na convenção nacional do dia 12 de março.

Os governadores mais importantes, como Orestes Quércia, de São Paulo; Waldir Pires, da Bahia; Álvaro Dias, do Paraná; Miguel Arraes, de Pernambuco; e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, estão sendo apontados como aliados naturais do grupo histórico, que vem defendendo o confronto para testar o domínio absoluto do partido. Não parece haver dúvida de que, desta vez, o Palácio do Planalto não tem o apoio maciço dos governadores, como quando venceu na Constituinte a batalha pelo presidencialismo e o mandato de

cinco anos.

O presidente conta com Eptácio Cafeteira, do Maranhão; Alberto Silva, do Piauí; Hélio Gueiros, do Pará; Henrique Santillo, de Goiás; e Marcelo Miranda, de Mato Grosso do Sul. Alguns governadores estão ostensivamente engajados na formação da chapa própria dos progressistas, como Waldir Pires (Bahia), Miguel Arraes (Pernambuco), Carlos Bezerra (Mato Grosso), Álvaro Dias (Paraná), Pedro Simon (Rio Grande do Sul), e Wellington Moreira Franco (Rio de Janeiro).

Não se acredita que Sarney venha a conquistar número expressivo de governadores, pois o Governo não tem muito o que oferecer. Amigos e assessores diretos do presidente Sarney não escondem o receio de que o Governo sofra uma derrota, seja na disputa pelo Diretório na convenção nacional do PMDB, seja pela presidência da Câmara. (AN-DA)

098

f. 1a (600)

ZERO HORA — Segunda-feira, 19.12.88 — PÁGINA 10

Senador Carlos Chiarelli acusa o presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, de se omitir no encaminhamento da denúncia apresentada por membros da CPI da Corrupção contra o presidente da República

Denúncia contra Sarney: Chiarelli acusa Ulysses

O relator da CPI da Corrupção, senador Carlos Alberto Chiarelli (PFL/RS), acusou ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, de ter se omitido no encaminhamento da denúncia por crime de responsabilidade que a comissão apresentou contra o presidente José Sarney. Chiarelli disse estranhar a atitude de Ulysses, que não determinou a tramitação regimental da denúncia contra Sarney e quatro ministros, transferindo o assunto para os primeiros meses da legislatura ordinária de ano que vem.

Chiarelli diz que a denúncia da CPI foi

entregue há mais de dez dias a Ulysses e que neste período já ocorreram duas sessões ordinárias, mas que o presidente "preferiu o silêncio e a omissão, impedindo a tramitação normal do caso". O senador gaúcho diz que a atitude de Ulysses "é um descumprimento vergonhoso da Lei n° 1.078, que determina o prazo de 24 horas para tramitação de enquadramento de autoridades públicas por crime de responsabilidade". Dizendo que o fato é muito grave, ele prometeu estudar medidas jurídicas contra a omissão de Ulysses já na próxima semana.



Foto: Acervo da Câmara

01.01

8903863

OS 8

O pagamento da dívida externa dos países latino-americanos deve ser condicionado ao crescimento econômico, segundo proposta do presidente eleito da Venezuela, que esteve em Brasília conversando com Sarney

FOL EXT
(Venezuela)

Perez propõe negociar a dívida em conjunto

O presidente eleito da Venezuela, Carlos Andres Perez, disse em entrevista coletiva, sábado, em Brasília, que o pagamento da dívida externa dos países da América Latina tem que ser condicionado ao crescimento econômico e à economia real desses países.

Ele defendeu uma negociação política conjunta dos países devedores e citou três condições para que o pagamento se viabilize: a redução da dívida nos termos do mercado secundário, o fim das barreiras protecionistas que dificultam a exportação e novos fluxos de crédito para a América Latina. Lembrou, como exemplo, que o Brasil e a Venezuela têm sido prejudicados pelo protecionismo praticado, principalmente, pelos Estados Unidos.

Andres Perez disse, ainda, estar convencido da disposição do presidente José Sarney de participar de todas as iniciativas dos países devedores da América Latina para a solução do problema da dívida. Para ele, a dívida externa é o problema maior da região e é urgente a renegociação, já que os países devedores não têm mais condições de continuar pagando nas condições fixadas até aqui pelos credores internacionais.



Presidente Sarney recebe Andres Perez no aeroporto

Moratória

Essa negociação, pela avaliação de Andres Perez, não deve iniciar por uma moratória. Mas o presidente não descartou esta possibilidade, lembrando o esgotamento econômico cada vez maior dos países devedores.

Andres Perez disse que o mundo vive, desde a II Guerra Mundial, o melhor momento para que os países endividados obtenham boas condições para o pagamento de suas dívidas. Ele acredita que o discurso do presidente da União Soviética, Mikhail Gorbachev, em novembro, na ONU, abriu uma possibilidade de

distensão favorável aos países do Terceiro Mundo.

Carlos Andres Perez manifestou desejo de reunir no dia de sua posse os presidentes dos países integrantes do Grupo dos Otto - Brasil, Argentina, México, Uruguai, Peru, Colômbia e a própria Venezuela (o Panamá foi expulso do grupo) - para uma reunião informal sobre os rumos que devem ser tomados na negociação com os países credores.

Na opinião de Andres Perez, os países credores devem pensar a amortizar de principal da dívida as parcelas que vêm sendo pagas pelas nações endividadadas.

O presidente José Sarney foi receber pessoalmente o presidente eleito da Venezuela, Carlos Andres Perez, em sua chegada a Brasília. A quebra no protocolo pode significar um avanço nas relações comerciais entre os dois países, sobretudo se que diz respeito ao Pacto Amazônico, com a queda das fronteiras. Perez e sua comitiva, formada por dois de seus futuros ministros, estavam sendo esperados no Palácio da Alvorada para um encontro e jantar com Sarney. A lista de convidados venezuelanos contemplava o futuro ministro da Presidência venezuelana (correspondente ao cargo de chefe de Gabinete Civil no Brasil), Reinaldo Figueredo. E o economista especialista em dívida externa Miguel Rodriguez, que ocupará o Ministério da Fazenda. A visita de Perez foi considerada "pessoal". (AG/AJB/ANDA)

Plano da França para reduzir dívida entusiasma Sarney

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — No encontro de uma hora com François Mitterrand, na sede do governo francês, o presidente José Sarney manifestou seu entusiasmo com a proposta do presidente da França para a redução da dívida dos países do Terceiro Mundo. "Disse-lhe que meu governo apoiaria irrestritamente esta proposta, já que sempre sustentamos que a questão da dívida deveria ser tratada também sob o aspecto político, e não meramente financeiro", declarou aos jornalistas. O presidente brasileiro manifestou a Mitterrand seu desejo de aprofundar as conversações sobre o tema na visita oficial que fará à França em fevereiro próximo.

A proposta francesa feita por Mitterrand em seu recente discurso nas Nações Unidas, prevê que os países industrializados subscrevam cerca de US\$ 29 bilhões em cotas do Fundo Monetário Internacional, para que este organismo seja capaz de bancar a conversão da dívida dos bancos credores com os governos devedores. A proposta teve boa receptividade no governo japonês, mas ainda encontra firme resistência dos governos americano, inglês e alemão.

Ao falar aos jornalistas no saguão do prédio onde reside o escritor José Mello, atual embaixador do Brasil no Unesco, Sarney repetiu o que afirmou a Mitterrand: "A questão da dívida só ter a solução com a sua redução, e não com a eterna renegociação." O presidente brasileiro lembrou também ter sido o pioneiro nesta proposta, por

"por isso mesmo não apenas aprovamos a iniciativa do presidente Mitterrand, como a louvamos."

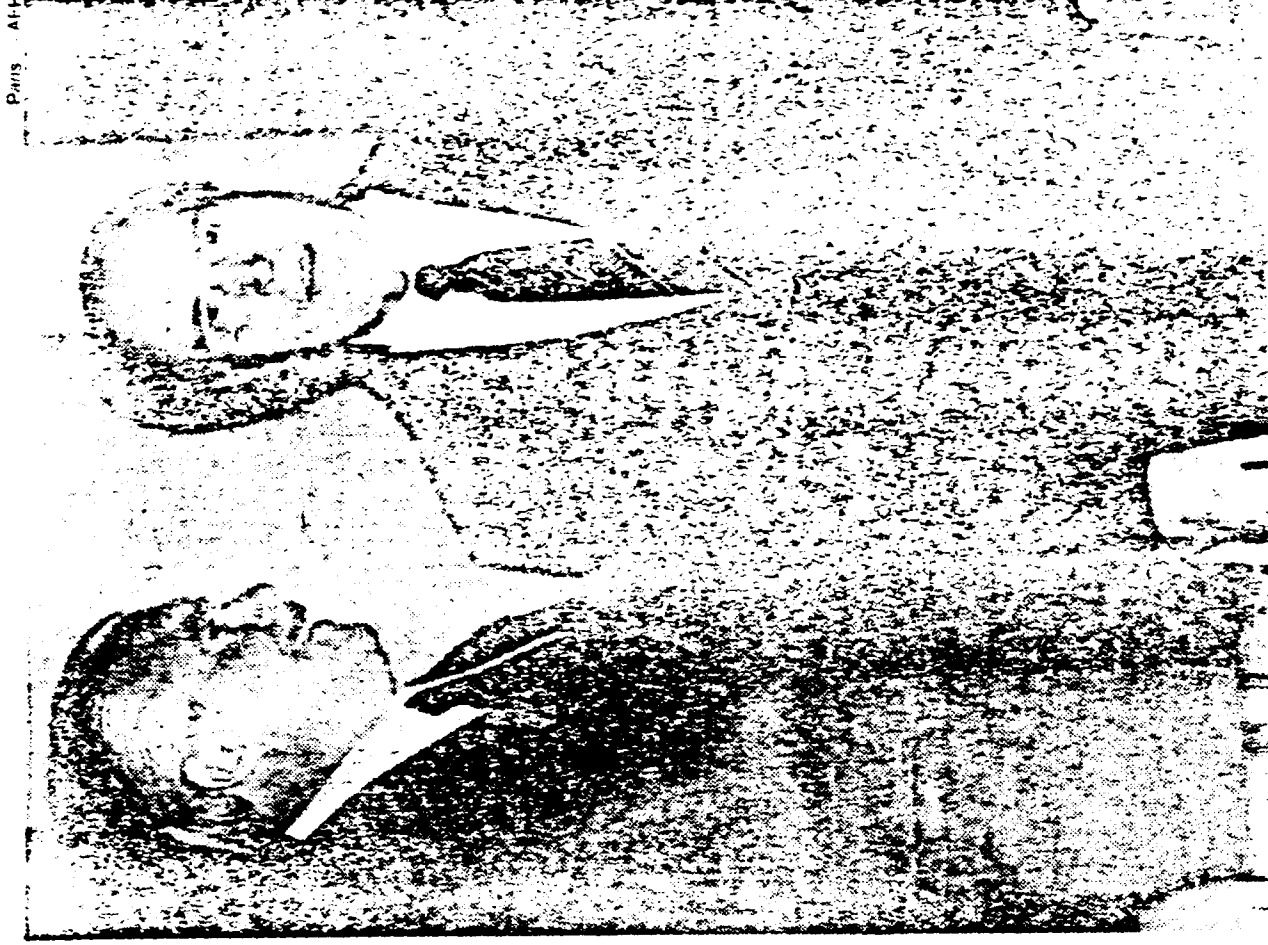
O encontro entre Sarney e Mitterrand tirou o presidente francês de seu repouso semanal, mas ele será recompensado se o governo brasileiro, como espera o francês, tomar a iniciativa de coordenar uma ação diplomática entre os países devedores, para apoio à proposta francesa.

O presidente Sarney acordou ontem às 8h, depois da movimentada festa oferecida pelo industrial Jean-Luc Lagardère no restaurante Pré-Catalan, e se preparou para a entrevista com o jornalista Bernard Pivot para o programa *Apostrophes*, um dos de maiores índices de audiência da televisão francesa e que aborda temas da atualidade, sobretudo literatura.

Ditador — Numa gravação no estúdio, a que não teve acesso a imprensa, Sarney, respondendo a Pivot sobre sua vocação, disse ser a literatura, acrescentando: "Mas meu destino é a política." Disse também ser a política uma sala só com porta de entrada — "dele ninguém sai" —, deixando plantada a semente de sua participação futura no cenário político brasileiro.

Sarney disse ser o escritor um ditador, enquanto o político é um limitado, pois é obrigado a trabalhar com a verdade dos fatos.

À tarde, na residência do embaixador João Hermes, o presidente recebeu o presidente do Partido Republicano, André Léotard. Raymond Barre, um dos políticos de maior expressão no cenário francês, telefonou, na véspera,



01.02

8903680

ocasio de seu discurso nas Nações Unidas em 1986. "Temos que diminuir o estoque da dívida", afirmou Sarney.

do Canadá para o presidente brasileiro, lamentando não poder chegar a tempo do encontro.

Presidente se hospeda no Kremlin

Ruth de Aquino

MOSCÚ — O presidente José Sarney, primeiro governante brasileiro a visitar a União Soviética, será recebido hoje, às 16h45 (11h45 em Brasília), no aeroporto de Moscou, pelo chanceler soviético Eduard Shevardnadze, e irá diretamente para o Kremlin, onde será recebido pelo casal Mikhail e Raisa Gorbachev. Sarney se hospedará no Kremlin, em companhia do ministro Abreu Sodré, dos três ministros militares — Leônidas Pires, Bayma Denis, e Henrique Saboya — e de aproximadamente 10 guardas de segurança.

A comitiva do governo reúne mais de 150 pessoas, entre elas seis ministros, quatro parlamentares, 60 militares e 20 funcionários encarregados da segurança pessoal do presidente. Fora a comitiva oficial, estão chegando a Moscou 100 empresários brasileiros, para participar da Expo-Brasil, a quarta feira do gênero realizada desde 1985, onde estão sendo expostos produtos que vão de café a computadores. Tanto o resto da comitiva presidencial quanto os empresários estarão hospedados no hotel Rossya, um gigantesco complexo de 3 mil quartos, próximo à Praça Vermelha.

Hoje à noite, às 19h30, o balé do Teatro Bolshoi se apresentará especialmente para o presidente brasileiro, no Palácio dos Congressos (Kremlin). O espetáculo, por uma mudança de última hora no programa, ocorrerá no mesmo momento em que o pianista Arthur Moreira Lima estará dando um concerto na Sala das Colunas.

Na visita, que assume um caráter sobretudo político para os dois países, por coroar um esforço de aproximação, atribui-se importância simbólica à declaração de paz e pelo desarmamento, único documento a ser assinado por Sarney e Gorbachev durante a viagem.

Com Mikhail Gorbachev como chefe de Estado, após o afastamento de Andrei Gromyko no início do mês, o programa da

visita oficial do presidente brasileiro sofreu várias modificações, entre elas o número de encontros com Gorbachev nos quatro dias em que Sarney ficará em Moscou. Serão ao todo cinco encontros: hoje, na chegada ao Kremlin, amanhã, às 10h, para tratar de assuntos de interesse comum, e à noite, no jantar que será oferecido por Gorbachev e Raisa a Sarney e dona Marly. Na quarta-feira, haverá uma reunião de trabalho presidida pelos dois chefes de Estado, e na quinta-feira, a despedida no aeroporto Vnukovo rumo a Leningrado, onde Sarney ficará apenas um dia, para depois partir para Lisboa, sua última escala.

InteroAmbio — Dos acordos que deverão ser concretizados, o espacial — tanto na ciência pura quanto na parte aplicada — tem uma importância particular, por garantir ao Brasil o intercâmbio com uma potência espacial que abre possibilidades cada vez mais promissoras de um relacionamento de igual para igual. Há outros acordos em vista, como a venda de jeans brasileiros, um produto que continua fascinando os soviéticos, ansiosos por se vestirem melhor e mais na moda ocidental. E também os sucos de laranja do Brasil. Mas nenhum deles supera a importância política desta visita de Sarney a URSS.

Na quarta-feira, o presidente almoçará com empresários brasileiros, visitará o Centro Yuri Gagarin (Cidade das Estrelas) e dará entrevista coletiva.

Dos itens do programa, um cria expectativa entre os brasileiros: como será o encontro entre dona Marly e Raisa. Tal-vez já apreensiva com desentendimentos anteriores da primeira-dama soviética — que costuma ofuscar a primeira-dama dos EUA, Nancy Reagan, nos encontros de cúpula, com suas declarações políticas e seu desembaraço frente aos jornalistas — dona Marly não fez por menos: antes de sair do Brasil, estudou a situação da URSS e se preparou para não fazer feio ante os moscovitas.

Sarney já prepara visita oficial a Mitterrand em fevereiro

Novo modo de pensar, após altos e baixos

A visita do presidente Sarney a URSS se insere no "novo modo de pensar" dos dois países. A expressão, cunhada pela testroika de Mikhail Gorbachev para representar o novo pragmatismo soviético nas relações com os regimes políticos e os sistemas econômicos de outros países, também se aplica ao Brasil.

Sob pressão dos blocos comerciais que se organizam no mundo — EUA, Canadá e México, a bacia do Pacífico, liderada pelo Japão, e a Europa sem fronteiras prometida para 1992 — o Brasil repensa a URSS e abre uma fase construtiva num relacionamento bilateral tradicionalmente caracterizado por altos e baixos.

A visita de Sarney não aconteceu de repente: o convite foi feito pela primeira vez por uma missão soviética no dia de sua posse, em março de 1985, depois de uma longa história de relações difíceis e nem sempre amistosas.

Antes da independência brasileira, já havia no Brasil, em 1808, um agente consular russo. Em 1917, essas relações foram suspensas, e em 1945, nas últimas semanas da Segunda Guerra Mundial, foram restauradas. Mas só por pouco mais de um ano. O pretexto para o rompimento foi uma briga no Hotel Nacional, em Moscou, em 1947, na qual um dos protagonistas era o diplomata brasileiro Raul Pina. Pina foi declarado persona non grata, e as relações foram rompidas por iniciativa brasileira.

Em 1961, o Brasil, sob a presidência de João Goulart — que tinha como chefe de governo Tancredo Neves —, reatou com a URSS. Em 1964, logo após o golpe militar, esfriaram-se as relações, tornando-se quase que meramente declaratórias. E o aspecto econômico passou a ser o mais importante no relacionamento entre os dois países. Mas, mesmo nessa área, houve um haque: u

comércio Brasil-URSS, que chegou a envolver US\$ 800 milhões em 1982 (com um superavit brasileiro de US\$ 400 milhões), caiu para US\$ 500 milhões após 1983. Os dois países, cada um por suas razões — o Brasil por dificuldades com sua política externa, e a URSS devido à queda nos preços do petróleo —, pararam de importar.

Mas isto, apregoam diplomatas brasileiros, faz parte do passado. Uma série de primeiras visitas — a de Olavo Setúbal como ministro do Exterior brasileiro à URSS em dezembro de 1985 e a do chanceler soviético Eduard Shevardnadze ao Brasil, em 1987, para citar as duas mais importantes — quebrau tabus de aproximação entre esses dois países tão distantes geograficamente e ideologicamente.

No rastro do degelo, vieram à URSS nesses últimos anos quatro ministros, uma missão parlamentar, dois governadores, padres e, este ano, um militar, o brigadeiro Rosa Filho, segundo homem na Aeronáutica.

Abertura — A URSS, já está claro, quer e precisa abrir para se desenvolver e evitar que Gorbachev e sua testroika naufraguem na insatisfação popular com as filas, a falta de produtos de consumo, a falta de lazer. Um nível de vida que, o próprio Gorbachev está cansado de saber e dizer, é incompatível com a posição da URSS como potência mundial. Tanto que, só neste mês, estão visitando a URSS o chanceler austríaco Franz Vranitzky, o primeiro-ministro italiano Ciriaco De Mita e o chanceler alemão ocidental Helmut Kohl. E a ofensiva de Gorbachev na Europa, antes que ela o deixe de fora.

Resta saber agora até que ponto o Brasil poderá ter um relacionamento estável com uma potência socialista. Um relacionamento que guarda um valor de ineditismo por não incluir qualquer ranço de assistencialismo, embora de um lado da mesa esteja uma potência e, do outro lado, um país do Terceiro Mundo em desenvolvimento. Nenhum dos dois lados se propõe a ajudar o outro. O que está em jogo é uma relação totalmente nova entre dois países soberanos e independentes com enormes diferenças entre si. (R. A.)

098

JB

10/12/88

Congresso dá mais recursos à Norte-Sul

O projeto da Ferrovia Norte-Sul foi o mais contemplado na votação do Orçamento Fiscal da União, ontem, pelo Congresso. Das obras governamentais previstas no programa de investimentos para 1989, a Norte-Sul foi a única que conseguiu mais recursos do que a dotação pedida pelo Executivo. A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional ampliou a dotação para a ferrovia em Cr\$ 5 bilhões, elevando-a para Cr\$ 19,2 bilhões no próximo ano.

O relator geral adjunto da Comissão, deputado José Serra (PSDB-SP) tentou anular o investimento, apresentando destaques para votar a menos em um ano.

tanto no plenário da Comissão, como no plenário do Congresso Nacional. Na primeira oportunidade, o destaque caiu pelo voto contrário de uma maioria de parlamentares nordestinos componentes da Comissão, entre eles o seu presidente, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Na votação do Congresso, ontem à tarde, o destaque solitário caiu pela manobra regimental patrocinada pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que encaminhou uma votação suficientemente rápida, para evitar, inclusive, que o deputado Serra chegasse ao plenário.

Carneiro garante que não manobrou a favor da Norte-Sul. O senador lembrou sua atuação contra o projeto, quando integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as irregularidades em torno do investimento. A bancada nordestina, porém, festejou a atitude do senador. "Ele fez o que devia fazer. Encaminhou a votação e o destaque na hora certa e quem não estava aqui é porque dormiu no posto", disse Cid Carvalho.

F. Pol.

PARTES ILEGÍVEL

01.01

8903883

OFX

J. do BRASIL 5/1/89

Itamarati terá Divisão de Ecologia

BRASÍLIA

— As constantes pressões que a comunidade internacional vem fazendo sobre o Brasil, por conta das acusações de destruição do meio ambiente e violação dos direitos humanos, levaram o governo brasileiro a adotar uma medida concreta na área do Itamarati. Até o final da próxima semana, o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, deverá assinar a portaria que cria a Divisão para Assuntos de Ecologia e Direitos Humanos do Itamarati. A minuta da portaria, "um documento extenso e circunstanciado, mostrando a conveniência de se criar uma divisão com essas atribuições", como define o Itamarati, foi encomendada por Sodré, que deverá assiná-la tão logo regressar de Paris.



Abreu Sodré

— É uma necessidade óbvia, em função das reiteradas manifestações contrárias que temos recebido de entidades internacionais governamentais e

privadas — afirma o porta-voz do Itamarati, Rui Nogueira.

O Itamarati não esconde que, apesar do termo direitos humanos estar presente no título da futura divisão, foi a questão do meio ambiente que verdadeiramente motivou a sua criação. Ao que parece, denúncias como a da Anistia Internacional, que em setembro divulgou um dossiê acusando o governo brasileiro de conivência com a matança de trabalhadores rurais, incomodam, mas não causam tantos estragos quanto as que dizem respeito à devastação da floresta amazônica. Denúncias desse tipo podem, até mesmo, atrapalhar o acordo de renegociação da dívida externa.

Em agosto de 1987, o governo brasileiro firmou acordo de renegociação da dívida externa com os bancos privados, reescalando em 20 anos o pagamento de US\$ 68 bilhões da dívida e obtendo US\$ 1,2 bilhão, a título de novos recursos. A liberação desse empréstimo, porém, foi condicionada à concessão de financiamentos ao país pelo Banco Mundial. Com base nessa vinculação, os bancos suspenderam o desembolso da primeira parcela de US\$ 600 milhões do "dinheiro novo", previsto para dezembro, em razão do atraso verificado na aprovação pelo Banco Mundial de um empréstimo de US\$ 500 milhões à Eletrobrás, por causa do pedido de vistas do processo, feito no final de novembro, pelo governo alemão.

Atomo — A decisão da Alemanha foi tomada por dois motivos: pelas denúncias do Partido Verde de que a construção de hidrelétricas na Amazônia provocaria a inundação de extensas áreas de floresta e pela suspeita de que parte dos recursos liberados pelo Banco Mundial poderiam acabar financiando a construção de usinas nucleares — o que contraria os princípios do organismo —, já que o governo brasileiro fundiu a Nuclebrás à Eletrobrás.

Desde outubro, o Itamarati sabia que a Alemanha preparava o pedido de vistas do empréstimo do Banco Mundial. Nessa época, o ministro Abreu Sodré encomendou aos órgãos técnicos do Itamarati a elaboração da portaria criando a Divisão de Assuntos de Ecologia e Direitos Humanos, numa tentativa de aplacar a ira da comunidade internacional.

Paralelamente, nas vésperas do Natal, o secretário-geral do Itamarati, Paulo Tasso Flecha de Lima, entregou ao chanceler alemão Hans Genscher, em Bonn, uma carta de Abreu Sodré, chamando atenção para o significado da liberação do empréstimo do Banco Mundial à Eletrobrás, já que sem ela a renegociação da dívida externa estaria prejudicada.

Além disso, o Brasil se apresentou como voluntário e conseguiu tornar-se sede da Conferência das Nações Unidas sobre a Ecologia, a ser realizada em 1992.

F. S. S. (Mário Pinheiro)

01.01

8903889

098

F.P.O.L.

J.B.

sábado, 7/1/89 □ 1º caderno □ 3

Costa Couto diz que presidente extinguirá poucos ministérios

BRASÍLIA — O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que a redução do número de ministérios não será tão grande quanto vem sendo noticiado. Explicou que a idéia é fazer "uma reforma séria e profunda", mas deixar as fusões e extinções principalmente para órgãos e empresas da administração indireta, em vez de ministérios. "Não esperem uma reforma sensacional, miraculosa, a panacéia de todos os problemas administrativos", afirmou Costa Couto. O presidente Sarney adiou para os primeiros dez dias de fevereiro o anúncio das medidas.

O adiamento, de acordo com informações do Palácio do Planalto, teria dois motivos: a urgência de definir as medidas econômicas contra a inflação antes da reunião do Pacto Social, marcada inicialmente para 11 de janeiro e agora transferida para 18; e a necessidade de evitar a convocação extraordinária do Congresso, que deveria ser feita caso o pacote econômico saísse este mês por medida provisória.

Segundo Costa Couto, há "muita especulação e fantasia" na imprensa. "Já foi criado um ministério da economia que nunca foi cogitado, já convidaram ministros, já criaram um ministério da infra-estrutura sem que o presidente pense nisso." Reconheceu, porém, que o presidente Sarney vem sofrendo pressões dentro do governo para limitar a extensão das modificações.

De acordo com o chefe do Gabinete civil, essas pressões fazem parte de uma característica da cultura brasileira: "Todos querem fazer reforma na área dos outros, nunca na sua própria". Costa Couto contou que o presidente Sarney já recebeu estudos de diversas áreas que justificam a manutenção de todos os órgãos. O

silêncio do presidente em torno das alterações no primeiro escalão, de acordo com Costa Couto, é justamente para evitar lobbies, pois, acredita, que "na medida em que se começa a tornar públicas as decisões, a reforma se inviabiliza".

"Houve até uma empresa que esteve cotada para ser extinta, e ainda está, que conseguia fazer chegar ao presidente até pressões internacionais para sua manutenção", revelou Costa Couto, referindo-se ao Instituto Brasileiro do Café, que obteve apoio da Organização Internacional do Café para sua manutenção.

De qualquer forma, as mudanças no ministério estão momentaneamente relegadas a segundo plano, porque o governo terá menos de duas semanas para decidir que medidas econômicas vai propor dia 18, na reunião do Pacto Social. A preocupação do presidente Sarney é evitar que o Pacto se inviabilize por causa das medidas econômicas que estão sendo preparadas.

As gestões dos ministros da Fazenda, Malbaire de Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, junto aos sindicalistas Luís Antônio Medeiros e Antônio Rogério Magri, principais avalistas do pacto na área social, estão sendo acompanhadas de perto por Sarney, por causa da reação negativa à proposta de substituição da URP pela correção pré-fixada de preços e salários.

Ao mesmo tempo, o Planalto pretende, como disse Costa Couto a um assessor, "fazer o Congresso cúmplice" do novo plano de combate à inflação. Como o recesso parlamentar termina em 15 de fevereiro, o presidente Sarney acredita que o melhor caminho será esperar o início do mês que vem, para baixar o pacote em forma de medidas provisórias.

01.01

8903891

A última cartada

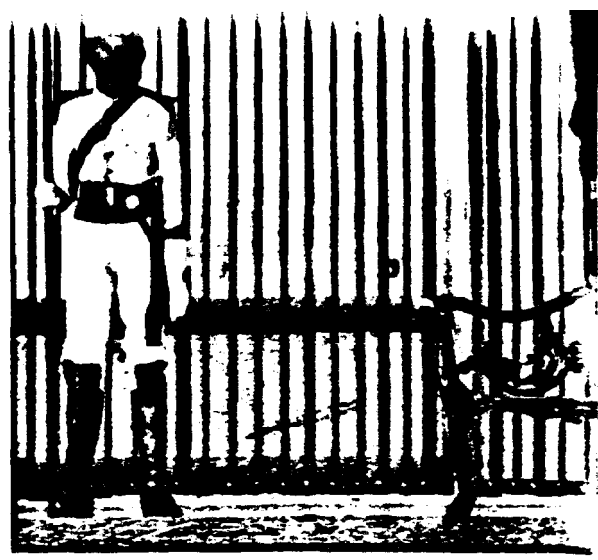
O jogo está na mesa: quem fica, quem sai e como muda o novo ministério do governo Sarney

O presidente José Sarney, que administra um governo formado por 27 ministérios, defrontava-se, na semana passada, com estudos em torno da sua quinta reforma do gabinete, em três anos e dez meses de poder. Pelo ministério de Sarney já passaram 35 pessoas, e da equipe inicial do governo, montada há quatro anos por Tancredo Neves, restam apenas oito ministros. Em mudanças anteriores, o presidente extinguiu pastas inócuas, como a da Desburocratização, e criou outras exóticas, como a da Irrigação, sem alterar grande coisa na eficiência geral da máquina que comanda. Na semana passada, urdia-se nova reforma no topo da administração Sarney — e uma sucessão de decisões começou a tomar forma para oficialização provável entre os dias 16 e 20 próximos. Entre elas está a extinção de vários ministérios. Enquanto prepara a sua reforma, o presidente depura com um dos maiores índices de impopularidade da sua administração — segundo uma pesquisa do Ibope, apenas 2% dos eleitores acham que Sarney faz um bom governo (veja quadro abaixo).

Um dos capítulos mais intrigantes da reforma anunciada se deu na última segunda-feira à noite, durante uma conversa de 2 ho-

ras e meia entre o empresário paulista Antonio Ermírio de Moraes, dono do grupo Votorantim, e o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. Ao final do encontro, articulado pelo ex-ministro da Previdência Social Raphael de Almeida Magalhães, que participou da reunião, Antonio Ermírio deixou o Palácio da Alvorada com a impressão de ter sido convidado para ser um superministro da economia na equipe de Sarney, enquanto no Alvorada ficou a impressão de que Ermírio recebera um convite para o Ministério das Minas e Energia, vago há vinte dias.

BELO — A versão do Planalto se apóia pelo menos num fato concreto: o empresário não poderia ser convidado para um cargo que não existe e, segundo a intenção do governo, não existirá. Para tornar realidade o superministério, Sarney teria que fundir nele as pastas da Fazenda e do Planejamento e desempregar seus titulares, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que deverão ficar



O presidente Sarney: "Estou recebendo..."



A reunião dos ministros do PMDB...

O Brasil que mostra sua cara

Pesquisa aponta esperanças nos recém-eleitos

Nos dez primeiros dias de dezembro passado, o Ibope entrevistou 5 000 eleitores em 249 municípios do país, sondando a opinião dos brasileiros sobre o Pacto Social, a credibilidade do presidente José Sarney, os partidos políticos e a tragédia de Volta Redonda. Da pesquisa, salta um país que não crê nos políticos — mas tem esperanças nos recém-eleitos —, não confia no presidente, aprova a ideia do Pacto Social, mas não acha que ele vá conseguir resolver o problema número 1

do Brasil: a inflação. A maioria dos entrevistados condenou a invasão da Usina de Volta Redonda pelo Exército, que resultou na morte de três operários. Para 46% dos entrevistados pelo Ibope, a inflação é o principal problema do país — o que não é exatamente uma novidade, mas apenas um reflexo dos 933% de inflação que o Brasil acumulou ao longo do ano passado. O desemprego (42%) e os baixos salários (39%) vêm a seguir na lista das piores dificuldades do Brasil. A precariedade do sistema de saúde (32%) e da educação (30%)

também aparece com destaque na lista das mazelas. Das pessoas entrevistadas, contudo, 98% não demonstraram a mínima preocupação com as obras para evitar enchentes no sul do país ou a seca no Nordeste, ocorrências comuns.

Por conta deste caldeirão de dificuldades e das trapalhadas em que se meteu ao longo de seu mandato, o presidente Sarney aparece na pesquisa com uma popularidade que está no fundo do poço. Dos entrevistados, 72% não demonstraram a menor confiança no presidente. A parcela maior de descrédito fica entre

os jovens de 18 a 29 anos (77%) e aqueles que recebem mais de 10 salários mínimos por mês (83%). Entre os que recebem até 2,5 salários mínimos mensais, a rejeição é menor: 59%. Para 56% das pessoas flagradas pela pesquisa, o governo de Sarney oscila entre o péssimo e o ruim. Apenas 2% acham que o presidente faz um ótimo trabalho.

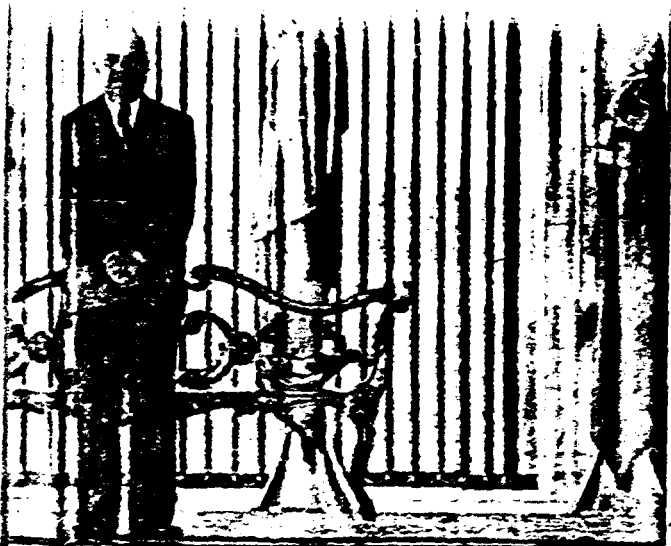
CORRUPÇÃO — A pesquisa dá a noção exata do que os brasileiros esperam do Pacto Social. Ele é bem visto por 63% dos eleitores entrevistados, mas quase a metade das pessoas (42%) acha que um acordo entre governo, empresários e sindicatos não será capaz de resolver só, reduzir a inflação. Dos de-

VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

PARTES ILEGÍBIL

01.03

8803892



...muitas pressões de ministros



...tentativa de segurar os cargos

no comando da economia. Além disso, se há alguém que poderia ser definido como superministro, pode-se dizer que ele se chama José Sarney. O certo é que o presidente fez um convite a Ermírio, que, como em outras ocasiões, o recusou. Toda a cena, no entanto, acabou sendo mais um agrado ao empresariado paulista e uma tentativa do Planalto de mostrar que anda à caça de nomes com prestígio para compor sua equipe.

Outro episódio curioso nesse encontro foi uma intervenção do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, que saiu do governo indignado com acusações em torno da compra irregular de apartamentos feita durante a sua gestão, há um ano e meio. Em período de aproximação com Sarney, que o tem ouvido com frequência nos últimos dois meses, Raphael despediu-se do presidente com um beijo. De um comportamento efusivo, o ex-ministro já havia beijado anteriormente outros amigos, Ulysses Guimarães e Renato Archer, seus companheiros na turma do poiré, nos tempos do ministério. Nesses dias que antecedem a reforma, Sarney tem recebido também pedidos em profusão, vindos de todos os lados.

"Estou recebendo muita pressão de ministros e governadores que requisitam audiências urgentes", queixou-se, na quinta-feira, o presidente que embarcou, no dia seguinte, para o Sítio São José do Pericumã. Até o

final da semana passada, já se sabia, contudo, o que não deverá mudar na administração pública. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, por exemplo, fica. Ele se manteve tranqüilo até mesmo diante do embaixador brasileiro em Washington, Marclio Marques Moreira, tido como um substituto eterno de ministros da Fazenda, que pousou em Brasília na última quinta-feira. Marclio veio falar de dívida externa com Sarney e Mailson — mas, diante de sua visita, o público externo falou mesmo de um golpe de tapete na Pasta da Fazenda. "O único problema de sua viagem é que vai levantar uma boataria de que estou saindo e o senhor entrando", comentou Mailson da Nóbrega com o visitante, que em nada o ameaçava.

O ministro da Fazenda, no entanto, esteve com a cabeça em discussão. Dentro do governo, houve conselhos para que Sarney chamasse o senador Roberto Campos para o seu lugar, mas a manobra não andou. Pensou-se ainda em outros nomes, mas, finalmente, até por interferência dos economistas Mário Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões, que têm sido consultados pelo presidente sobre a reforma econômica, decidiu-se que Mailson fica.

Ficam ainda no ministério os cinco ministros militares que, com exceção do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o Emfa, são os mesmos desde o início do governo. Devem permanecer ainda Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, João Batista de Abreu, do Planejamento, Abreu Sodré, das Relações Exteriores, e Íris Rezende, da Agricultura. O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que

poimentos, 57% indicaram uma certeza: os grandes beneficiados com o Pacto Social serão os empresários. Segundo os números colhidos pelo Ibope, a população brasileira acha que apenas os trabalhadores cumprirão sua parte no Pacto (77%). Para 42% dos entrevistados, o governo não cumprirá sua parte no acordo — enquanto outros 44% acreditam que serão os empresários que desrespeitarão o Pacto. Como o Pacto Social não é a solução, os eleitores indicaram outro caminho: o combate feroz à corrupção e ao empreguismo.

Uma das perguntas da pesquisa indagava a tarefa prioritária dos prefeitos que tomarão posse na semana passada.

Segundo 32% dos entrevistados, o combate à corrupção e ao empreguismo no funcionalismo público deve nortear a ação dos novos prefeitos. Para 31% das pessoas, a realização de obras — assim como a continuação de obras iniciadas (21%) na gestão anterior — também conta pontos na bolsa de cotações dos prefeitos. O resultado das urnas aparece com clareza na pesquisa. Para 37% dos entrevistados, o grande vencedor nas eleições municipais foi o PT — embora 76% achem que "existem muitos políticos honestos, mas a população não sabe escolher". Escolhas à parte, 48% acreditam que a vitória do PT será "boa" para o país. O maior derrotado, di-

zem 43% dos entrevistados, foi mesmo o PMDB de Ulysses Guimarães. A descrença nos políticos continua em baixa — 74% dos depoimentos indicam um desprezo em relação a eles. Em contrapartida, 51% das pessoas concordam que "os novos políticos são melhores que os antigos".

O resultado da pesquisa joga luz também sobre um outro momento explosivo na História recente do Brasil — a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda. Mais da metade dos entrevistados (58%) acha que os trabalhadores não deveriam ter montado piquetes na porta da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas 72% dos eleitores consultados condenam a invasão da usina pelo Exército.

O prestígio de cada um

Em ordem decrescente, o grau de confiança dos brasileiros nas instituições e seus representantes em %

Igreja	80
Associação de moradores	69
Sindicato de trabalhadores	67
Justiça	57
Militares	53
Jornais	51
Polícia	46
Televisão	45
Empresários	36
Banqueiros	36
Congresso Nacional	34
UDR	34
Presidente José Sarney	23
Políticos	18

embala a menina dos olhos do presidente, a Ferrovia Norte-Sul, também está seguro. Outro ministro, Hugo Napoleão, amigo de Sarney, conta ainda com um outro trunfo — se deixá-lo sem cargo, Sarney o obriga a retornar ao Senado, de onde desalojaria o seu suplente, Alvaro Pacheco, editor de livros do presidente. José Aparecido, ministro da Cultura, fez tanta força para ficar, que pode acabar no mesmo lugar, com o acréscimo de pedaços de outros ministérios a serem desmembrados.

GALHO SECO — Outro que deve permanecer é Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil. Chamado em rodas do Planalto de "ministro beija-flor", pela versatilidade com que pode pousar em lugares tão distintos, como a Pasta do Interior, onde começou em 1985, o governo de Brasília, que ocupou interinamente durante trinta dias, ou o Ministério do Trabalho, uma função que tem acumulado desde que Almir Pazzianotto deixou o cargo no final de setembro, Costa Couto descansa agora sobre o galho seco do Pacto Social, entregue a seus cuidados pelo presidente.

Na semana passada via-se em Brasília uma caravana de ministros empenhados na manutenção de seus cargos, como ocorre sempre que o vento da mudança começa a soprar. Na quinta-feira, Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, Leopoldo Bessone, da Reforma Agrária, Ralph Bia-



Antonio Ermírio: convite recusado para o ministério

si, da Ciência e Tecnologia, Jader Barbalho, da Previdência Social, Borges da Silveira, da Saúde, e Prisco Viana, da Habitação e Bem-Estar Social, todos do PMDB, reuniram-se na Câmara dos Deputados sob um clima de desalento. "Se esta reforma ficar só na aparência, devemos chegar ao presidente e aconselhá-lo a suspendê-la", afirmou Cardoso Alves. Ralph Biasi teria expedido um convite para uma cerimônia marcada para o

dia 30 de janeiro. "E se até lá eu não for mais ministro?", indagava ele. Provavelmente não será.

Na lista dos ministérios a serem extintos estão o da Ciência e Tecnologia, de Biasi, os da Reforma Agrária, Irrigação, Administração e Habitação. Em comum, eles têm sintomas de inoperância e o fato de terem sido inventados pela Nova República ou pelo próprio Sarney. A Reforma Agrária não reformou coisa alguma, da mesma forma que a Irrigação nada irrigou. O ministro da Administração, Aluízio Alves, ingressou no governo com a promessa de acabar com os abusos no uso de carros oficiais e de evitar a nomeação de pessoas sem concurso. Há quinze dias, Alves nomeou, pela janela, sem concurso público, dezoito pessoas, entre elas um filho e um neto. Sem ter reduzido o número de funcionários públicos e sem ter regulado o uso dos carros oficiais, o ministro da Administração caminha agora para um tribunal — Sarney pode nomeá-lo ministro do Superior Tribunal Militar.

Pelo estardalhaço que faz, pelos boatos que gera e pelas pessoas que atinge, tem-se a impressão de que, com a reforma, o presidente Sarney está fazendo e acontecendo. Na verdade, se as mudanças se restringirem a agregar uma repartição à outra, em meras trocas de tabuletas nos nomes dos órgãos públicos, a reforma não passará de uma manobra política destinada a impressionar a opinião pública.

O bom brasileiro

Na última quinta-feira, no Recife, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, definiu, numa entrevista coletiva, o perfil do candidato ideal à Presidência da República, na sua visão. "Um bom brasileiro, que se preocupe com os interesses da nação e de todos os seus escalões", disse o ministro, ao responder a primeira pergunta dos repórteres. Mais tarde, numa segunda rodada de perguntas, Leônidas foi mais além. "Temos que acabar com essa história de que um homem de farda não pode ser um bom brasileiro", afir-

mou ele, numa sugestão direta de que um homem de farda que se preocupe com os interesses da nação e de todos os seus escalões é o candidato ideal à Presidência da República. O ministro do Exército costuma ser apontado como um homem interessado em sentar-se no lugar de Sarney pelo voto. É improvável que seja eleito, caso algum dia venha a se candidatar, mas Leônidas parece estar mais disposto a declarar suas pretensões. No Recife, disse que não deseja ser candidato — mas admitiu que, se algum partido o indicar, atenderá à convocação.

O ministro foi ao Recife para dar posse ao novo comandante

militar do Nordeste, general Luiz Pires Unurahy Netto. Desembarcou sorridente e solícito e, durante a cerimônia de posse, conversou longamente com cinco governadores da região: o anfitrião, Miguel Arraes, Waldir



Pires, da Bahia, Tasso Jereissati, do Ceará, Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, e Alberto Silva, do Piauí. No final do dia, Arraes deu uma leve contribuição à idéia do bom brasileiro. "Não faço qualquer objeção se o ministro Leônidas Pires Gonçalves resolver disputar a Presidência", afirmou o governador. Pelo menos, Leônidas tem garantida sua vaga no ministério por mais um ano — o que não se pode dizer de um terço dos atuais auxiliares diretos de Sarney.

O ministro Leônidas: candidatura admitida no Recife

VEJA, 11 DE JANEIRO, 1989

Ulysses e Sarney

Até o seu retorno dos Estados Unidos, o deputado Ulysses Guimarães terá dúvida sobre a penetração de um esquema político para assegurar a unidade partidária na Convenção Nacional em março e no encaminhamento da sucessão presidencial. Ao deixar o País, o presidente nacional do PMDB estava tranqüilo sobre a estratégia adotada, adiando a Convenção e colocando seu grupo em ação. A candidatura Miguel Arraes surgiu depois e vem crescendo como uma forte alternativa. No entender de muitas lideranças emprestando à chapa partidária uma tônica mais à esquerda, além de fugir ao desgaste do deputado Ulysses Guimarães que viveu um momento de forte apelo à Nova República, apesar das crises ministeriais. Nas avaliações feitas por setores peemedebistas o nome do governador de Pernambuco reapareceu como capaz, ao lado de outro governador, Valdir Pires, da Bahia, de atribuir uma nova linha partidária, mesmo sem grandes reformulações programáticas.

Choque

O temor maior no PMDB é pelo surgimento de um choque interno em plena Convenção, o bate-chapa, sistematicamente adiado pelos dirigentes partidários, às voltas com o fantasma da implosão, prevista mas ainda não confirmada, nos últimos anos. Na realidade o momento decisivo para o futuro partidário estará sendo enfrentado nessa disputa. Um racha terá consequências internas e desdobramento sucessório. Depois de muitos desafios, o deputado Ulysses vai ter pela frente o maior deles, o que consolida ou divide a agremiação que dirige desde o início da década de 70.

Ermírio e Simonsen

A lembrança do nome de Antônio Ermírio de Moraes para um ministério, que poderia ser o de Economia, revela o interesse do Planalto em buscar o apoio de novos setores, prejudicado que está partidariamente. Ao mesmo tempo chama a atenção para o quadro interno vivido pela área que conduz a economia e que estaria preparando, mesmo com assessoramento de fora do Governo (o ministro Mailson da Nóbrega esteve longamente com o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, também lembrado, ouvindo seu depoimento sobre o combate à inflação) ,onovo pacote. As dificuldades para o preenchimento de cargos na nova equipe, aliás, constituem uma das razões do ritmo em que se processam as consultas. Mesmo com a base da mudança praticamente definida, o Planalto trata agora de recrutar nomes, compor politicamente tanto quanto for possível. Sem esquecer, ao menos ostensivamente, a recuperação de credibilidade que influirá na sua posição no episódio sucessório.

Tempo

O adiamento da reunião do Pacto Social é o primeiro sinal de que o Governo precisa um pouco mais de tempo para montar seu esquema, anunciando juntamente a reforma administrativa, que reduz em cerca de 30% a máquina existente, e o elenco de medidas econômicas. Será a derradeira tentativa, depois dos índices inflacionários, em viabilizar o Pacto, carente de demonstrações concretas do Executivo. O grande debate deverá envolver a questão salarial, que já tem no líder sindical, Luiz Antônio Medeiros, um forte opositor à extinção da URP. Ao mesmo tempo, como vê, os dois maiores líderes políticos da Nova República, José Sarney e Ulysses Guimarães, enfrentam momentos decisivos para seu futuro político.

Carlos Fehlbeg

01 - 01

8903893

098

Coisas da política

F. Pa

Economia de palitos de fósforo

Ricardo Noblat

Uma coisa é a reforma do ministério, com a substituição de nomes que trocariam de lugar ou que sairiam para entrar outros. Coisa distinta é a reforma administrativa, que implicaria a fusão e a desativação de ministérios e de empresas públicas e no remanejamento de órgãos. As duas coisas, naturalmente, poderão andar juntas mas, a essa altura, parece inegável que o presidente da República tem dificuldade para operá-las.



Para operá-las, pelo menos, de acordo com a concepção abrangente que seus confidentes dizem que era a que ele desejava, e que ainda persegue. Por que trocar, por exemplo, o ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, por um outro parlamentar qualquer, ou por um nome de segundo time pinçado entre os empresários? Cardoso Alves está no cargo há pouco tempo. Serviu ao governo no Congresso com muito denodo.

Faz sentido substituí-lo por um nome de expressão política ou técnica reconhecida — mas, ora, por que esse nome não foi encontrado quando a morte de José Hugo Castelo Branco abriu a vaga que Cardoso Alves preencheu? Também faz sentido substituí-lo, agora, porque o presidente estaria disposto a extinguir o ministério ou a incorporá-lo a outro. O gestor de um ministério reforçado terá que ser, obrigatoriamente, um grande nome.

O mundo gira, a Lusitana roda, e retorna-se ao ponto inicial — a disponibilidade de nomes, inegavelmente, ilustres que possam ajudar um governo em apuros e no fim do mandato. Sarney e seus emissários têm colecionado recusas. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen não aceitou o convite para voltar ao governo, o empresário Antônio Ermírio também não, nem o ex-ministro Eliseu Resende.

No episódio da sucessão do ministro José Hugo Castelo Branco, o presidente sondou para a vaga o empresário Mário Amato e convidou, pessoalmente, o coronel Ozires Silva, que acabara de ser demitido da presidência da Petrobrás. O governador Orestes

Quêrcia disse a Sarney que Amato não aceitaria o convite. Depois informou a Amato que dissera a Sarney que ele declinava de ser ministro. Amato concordou.

Se não há tantos nomes de peso susceptíveis a aceitarem o convite para integrar o governo, como promover a ambiciosa reforma da máquina administrativa que poderia reduzir o atual número de ministérios à metade, segundo uma das propostas que Sarney examina? Não fazer nada, agora, seria impensável — reforçaria a acusação de que desse governo não se deve esperar mais nada. Deve-se torcer para que consiga chegar ao fim.

Alguma coisa, portanto, há de ser feita, e o presidente ainda alimenta a esperança de fazê-la grande e boa. Os gastos do governo com pessoal, somente na administração direta, engolirão neste mês quase a metade da receita da União. Para que não se patrocine uma "economia de palitos de fósforo", como a designou o ministro Roberto Cardoso Alves, um verdadeiro enxugamento na máquina do Estado terá que implicar demissões.

"Sem isso, reforma alguma valerá nada", entende o deputado Gilson Machado (PFL-PE). A Constituição em vigor assegura estabilidade ao servidor públicos com cinco ou mais anos de emprego. O presidente poderia mandar embora boa parte dos que têm menos de cinco anos de serviço. Seu governo foi generoso na contratação de milhares de servidores. Os que poderia dispensar foram empregados por ele.

Sarney estaria, de repente, possuído pela determinação férrea de desempregar quem empregou? Poderia começar demitindo os que contratou às vésperas da promulgação da nova Constituição para driblar a exigência do concurso público. Uma reforma ministerial e administrativa de porte desagradará os atingidos, seus dependentes e seus padrinhos, e repercutirá em um Congresso fisiológico ao qual será submetido o pacote econômico.

O que o presidente diz que deseja fazer é coisa para ser feita por um governo forte e acreditado e não é coisa para ser feita no ocaso de um governo. Mesmo assim, se conseguir realizá-la, o país ganhará — e, com ele, o próprio governo. É possível que a reforma seja adiada.

Sem apoio — Se o candidato do PMDB à sucessão presidencial for o deputado Ulysses Guimarães, o governador Tasso Jereissati não o apoiará.

JB 7/1/89

038

POLÍTICA

24 7/1/89

ZH Brasília

Questão de credibilidade

O encontro de ontem entre o ministro da Fazenda e dois líderes sindicais deu a medida das dificuldades do Governo em conseguir adesão dos trabalhadores para o plano de ajuste que prevê a substituição da URP por outro mecanismo (pré-fixação de índice) nos reajustes de salários, já a partir de fevereiro. Luís Antonio Medeiros, que ocupou um grande espaço na mídia nacional, por ter ousado participar do esforço do Pacto Social, está agora com um pé atrás. Não aceita a extinção da URP porque, simplesmente, não acredita mais nos efeitos do Pacto e, especialmente, nas promessas do Governo.

O pragmatismo de Medeiros está sendo alimentado por energias novas, mais radicais que prevêem inclusive uma paralisação nacional, caso venha a ser confirmada a extinção da URP. A mudança na estratégia de Medeiros é política. Tenta, agora, recuperar-se do desgaste de ter aderido a um esforço que teve o Governo como partner. O Pacto Social foi festejado por vários

segmentos da sociedade como um esforço necessário e oportuno no combate à inflação e, enquanto não mostrou seu fracasso, esteve apoiado por lideranças políticas, empresariais e dos próprios sindicalistas.

Tanto Medeiros quanto Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricitários, saíram da reunião com Maílson como entraram. Continuam resistindo à idéia de extinção da URP, mesmo com a promessa feita de que se o índice pré-fixado para a correção de salário e preço em fevereiro for superior a 15%, haverá o retorno do atual sistema. Medeiros voltou a manifestar ceticismo em relação ao Pacto e chegou mesmo a admitir que, no dia 15, pode nada acontecer. Os dois líderes vão esperar as reações da comunidade sindical para depois tomarem uma posição sobre a consulta feita, ontem, pelo ministro da Fazenda. Mas a questão é exatamente a falta de credibilidade do Governo.

ANA AMÉLIA LEMOS

98

POLÍTICA ... 24 ... 8/1/89

ZH Brasília

A divisão das responsabilidades

O presidente da República decidiu fazer consultas a autoridades econômicas (a maioria ex-ministros) para colher sugestões ao plano de ajustes a ser apresentado à cúpula dirigente do Pacto Social, no dia 18 próximo, em Brasília. Sarney ouviu os ex-ministros Octávio Gouveia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen, João Sayad, Reis Velloso e Raphael de Almeida Magalhães. Ficou particularmente impressionado com as lições do mestre Bulhões, que este mês completa 83 anos.

Se essa atitude do presidente da República é para caracterizar uma decisão "democratizada", pois submetida a consultas prévias a renomados economistas, seu resultado até pode ser positivo. Mas se com esse gesto pretende dividir a responsabilidade pela decisão, está totalmente equivocado. Somente a ele cabe o ônus de decidir. É a sua competência. Foi assim com o Plano Cruzado, foi assim com o Plano Bresser

e será assim com o "pacote de Verão". Qualquer que seja a fórmula do plano de ajuste, ele será decidido pela sua assinatura, com a assessoria dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista Abreu. Ao fazer as consultas o presidente da República não só está desmascarando os dois ministros responsáveis pela política econômica, mas dando uma demonstração pública da incompetência do Governo, como um todo, para elaborar um programa mínimo e eficiente de controle da inflação.

Nenhum dos conselheiros ouvidos por Sarney terá a responsabilidade e muito menos o desgasto, caso o plano não tenha êxito. Eles não são governo. Apenas têm consciência da gravidade da situação, e querem contribuir para colocar o País nos trilhos. Nada mais do que isso. Quem decide é José Sarney

ANA AMÉLIA LEMOS

F. Paz

058

f 902 - (P.F.)

JB

Brasil

26/12/88

Sociólogo defende a divisão do PMDB

Abranches diz que eleitor não crê mais em unidade

Em análise do quadro político para 1989, o sociólogo e cientista político Sérgio de Abranches, 39 — secretário do Grupo de Análises e Programas Públicos (GAPP) do governo estadual do Rio de Janeiro, considerado um superassessor do governador Moreira Franco — só vê uma solução para que o PMDB se recupere da derrota nas eleições municipais e dispute com chances de vitória a sucessão: a divisão do partido na convenção nacional de março, com a escolha de um candidato da ala progressista e apresentação de um programa "capaz de eliminar propostas ultrapassadas e figuras tradicionalmente fisiológicas, que não podem mais ocupar posição de destaque na cúpula do partido".

Doutor pela universidade americana de Cornell e professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), Abranches acha que as lideranças pemedebistas ainda não tiveram consciência desse diagnóstico e "persistem em defender a unidade do partido, que hoje é incapaz de convencer a opinião pública em um processo eleitoral". Baseado na tendência do eleitorado para apoiar propostas políticas alternativas, o sociólogo acredita que o segundo turno da eleições presidenciais possa polarizar as candidaturas da direita e esquerda modernas.

"Não me assustaria com uma disputa acirrada entre o PL e o PT", diz, argumentando que o eleitorado não deverá votar necessariamente na esquerda em crescimento após as eleições municipais. "Assim como a esquerda moderna está refletida no PT, a nova direita tem se destacado princi-



Abranches quer 'racha'

palmente na figura do candidato do PL, deputado Afif Domingos, com o novo liberalismo sustentado pelo empresariado em defesa da economia de mercado e da propriedade privada", ressalta.

Pessimismo — O secretário de Moreira Franco — ex-assessor do Ministério do Planejamento na gestão de João Sayad — vê com pessimismo o reerguimento do PMDB, mas acha que a divisão poderá reanimar o partido, se provocar a separação, "amigável ou não", entre setores tradicionais e modernos. Para Abranches, é hora de "parar com o raciocínio de que o partido tenha que ser numericamente a maior bancada no Congresso Nacional".

Levando em conta que os prazos do calendário eleitoral de 1989 são curtos — o partido só fará a convenção nacional em março e terá menos de oito meses para trabalhar o candidato que for escolhido —, Abranches prevê que o PMDB encontrará muito mais dificuldades para se apresentar ao eleitor com um novo perfil progressista, se não sair para o primeiro turno com um nome próprio. "Os partidos não podem pagar o preço de formar alianças, a não ser no segundo turno", adverte.

"O PMDB é hoje um partido morto, que cresce demais e perde sua identidade na montagem de um regime democrático por causa da heterogeneidade da legenda, além de seu mal desempenho como partido de sustentação do governo", observou Sérgio de Abranches, militante do PMDB desde o tempo do MDB, enfatizando que a divisão que propõe não se assemelha à composição do PSDB, "porque foi produto de um racha incompleto", com a dissidência do PMDB de grupos basicamente de São Paulo e Minas Gerais. O resultado, para ele, está apontado no desempenho aquém que teve nas eleições municipais, exceto com a vitória de Fimela da Veiga na prefeitura de Belo Horizonte.

Centro-esquerda — O espaço de centro-esquerda será o mais cobiçado pelos partidos, acredita Sérgio de Abranches, em consequência da inclinação da opinião pública por propostas contrárias às velhas práticas políticas de clientelismo e distribuição de favores pela União. Observa que o PT, depois de um "salto" na capacidade de articulação política durante as eleições municipais, deverá agora investir em uma estratégia eleitoral sem a perda de sua lógica sindicalista, evitando sofrer desgastes na administração das capitais onde foi vitorioso — São Paulo e Porto Alegre.

Ao contrário do PDT, o PT "consolidou com clareza a composição do pólo de esquerda, obrigando o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a inserir componentes conservadores em seu discurso", lembrou Abranches, considerando Brizola atualmente como uma solução de centro. Ele aposta em uma aproximação do PDT com o PFL ou o PDS, através de alianças formadas no segundo turno da sucessão presidencial.

J. Pol.

Poderoso empresario brasileño admite postulación presidencial

RIO DE JANEIRO.- El empresario Antonio Ermirio de Moraes, principal accionista y presidente del poderoso grupo "Votorantim", constituido por más de cincuenta grandes empresas, admitió la posibilidad de postularse a la primera magistratura de Brasil en los comicios presidenciales del 15 de noviembre próximo.

"SERIAS MEDIDAS"

"Hay necesidad de serias medidas para evitar que el país entre en quiebra, y ello incluye un amplio apoyo a la iniciativa privada y la supresión de las empresas estatales deficitarias", declaró el empresario en una entrevista publicada ayer por el diario "O

Globo".

Añadió que "no es aconsejable recurrir a la moratoria para resolver el problema de la deuda externa", y destacó que "hay necesidad de producir más para derribar la inflación, así como promover el crecimiento del Producto Bruto Interno (PBI), estimular la planificación familiar y modificar en la nueva Constitución el artículo que dispone sobre la Ley de Huelga".

"HOMBRE DE CENTRO"

Ermirio de Moraes, de 54 años, se definió como un "hombre de centro", y aclaró que si disputa la Presidencia de la República, lo hará por una "amplia alianza partidaria".

Al analizar a sus post-

bles adversarios, calificó como "superado" el discurso del ex Gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, líder del Partido Demócrata Trabalhista (Laborista) (PDT), y garantizó que el sindicalista Luis Inácio Da Silva ("Lula"), candidato del Partido de los Trabajadores (PT), "sólo resultará elegido si los electores no tienen juicio".

Para el empresario, el próximo Presidente de Brasil "no puede ser político, sino un estadista, un hombre que piense en la próxima generación y no en la próxima elección".

"Veo con mucha tristeza que nuestros políticos solo piensan en las próximas elecciones, olvidando las próximas generaciones", subrayó.

LEA 9/1/89

01.01

8903910

CS 8

JB 2/1/89

Tocantins já tem governador

**Siqueira Campos
promete investigar
ação de pistoleiro**

MIRACEMA DO NORTE — Acabar com a impunidade dos pistoleiros e grileiros é a promessa mais enfática da plataforma de trabalho do governador Siqueira Campos, empossado ontem para governar por dois anos o estado de Tocantins, a mais nova unidade da Federação, desmembrada de Goiás por decisão da Assembleia Nacional Constituinte. Siqueira Campos, eleito pelo PDC, reconheceu que o conflito pela posse da terra na região decorre da omissão dos governadores goianos. Em seu discurso de posse, disse que o modelo de Karl Marx, voltado para a estatização da economia falhou e que a teoria do inglês Adam Smith ressurgiu "com toda a sua força transformadora". "Faremos um estado inteiramente voltado para a livre iniciativa" anunciou.

Anistia — Apoiado por lideranças regionais da UDR na campanha para o governo do estado, Siqueira Campos — que na Constituinte votou com os produtores rurais — prometeu anistia fiscal plena para os pequenos fazendeiros envolvidos com a produção de leite. Quanto à promessa de punição para os crimes cometidos por pistoleiros, que fizeram do extremo Norte do estado — o Bico do Papagaio, uma região conhecida mundialmente pela ação dos matadores profissionais — o governador despertou de pronto a expectativa do bispo da Diocese de Miracema, Dom James Collins, que há três semanas tenta, inutilmente, levar a polícia a investigar a morte de dois posseiros na fazenda Xixaca, a 100 quilômetros de Miracema.

Com 1 milhão e 100 mil habitantes, o estado de Tocantins ocupa uma área de 286 mil 706 quilômetros quadrados. O forte de sua economia é a

pecuária de corte, com um rebanho de 6 milhões de cabeças de gado. A região produz ainda arroz, soja e milho. O novo estado será administrado provisoriamente do município de Miracema do Norte — ontem rebatizado de Miracema do Tocantins —, pequena cidade às margens do rio Tocantins, a 1050 quilômetros de Brasília. Até o dia 30, a Assembleia constituinte estadual definirá o local para a construção da capital definitiva.

O Poder Executivo do novo estado é formado pelo governador e oito secretários de estado, além do presidente da Companhia de Desenvolvimento do Tocantins, carro-chefe do projeto do governo de fazer o estado "crescer 20 anos em dois".

Projeto — O bispo Dom James, teme que o projeto de crescimento desenfreado provoque "o esmagamento da população mais pobre, que poderá ter seus anseios prejudicados". Entre os "mais pobres", Dom James coloca os 4 mil índios que vivem no Tocantins, com suas reservas frequentemente invadidas por grileiros. Procurando tranquilizar a igreja, Siqueira Campos garante "que as comunidades indígenas serão mais do que respeitadas".

A administração do estado começa a trabalhar hoje sem saber do orçamento de que dispõe para o ano de 1989. A Secretaria de Fazenda de Goiás não comunicou ao governo que receita caberá a Tocantins na partilha da arrecadação do antigo estado. Siqueira Campos acha que contará com recursos da ordem de Cr\$ 130 bilhões, acrescidos de Cr\$ 5 bilhões (a preços de junho), do Orçamento Geral da União.

O Poder Legislativo do novo estado conta com 24 parlamentares, sendo 14 ligados à União Tocantins (PDC-PDT-PFL-PSDB-PC DO B e PCB), que apoiou o governador Siqueira Campos. Tocantins tem uma bancada de oito deputados federais e três senadores.

K. PDC

01.01

8903912

098

Nuevas Medidas Económicas del Presidente José Sarney

BRASILIA, 2 (AP, ANSA y EFE) — La primera actividad del año del presidente brasileño José Sarney fue efectuar un análisis de las medidas en preparación en el área económica que el gobierno lanzara en los próximos días en carácter de "provisionales", hasta su definitiva aprobación por el Congreso Nacional. Sarney, que regresó anoche de Sao Luiz de Maranhao, al nordeste del país, donde pasó 10 días de descanso y las fiestas de fin de año, recibió hoy al ministro de Planificación Económica, Jose Batista de Abreu, con quien consideró aspectos del proyecto del presupuesto general de la Nación para 1988. El documento prevé para 1988 una reducción gradual del

déficit público equivalente al 2 por ciento del Producto Bruto Interno (PBI), inferior al registrado en 1986, que fue de 3,8 por ciento del PBI.

El documento señala como política fundamentales para el país el combate a la inflación, el apoyo al programa económico, la reforma administrativa y la reestructuración del Gabinete presidencial, con la desaparición o fusión de varios ministerios y organismos estatales descentralizados.

El programa económico que será presentado el día 11 de enero próximo en la reunión del Comité del "Pacto Social" (negociaciones de la que participan representantes de empresarios, trabajadores y del gobierno, prevé un período de cuatro a seis meses que, según asesores presidenciales, servirá para profundizar el proceso de desindexación de la economía, el cese de la corrección monetaria y modificaciones a los eventuales desvíos del citado programa.

En la primera etapa, se anticipó, habrá un rígido control en el cumplimiento del presupuesto público, además de introducir la fijación de índices futuros de la inflación, con una nueva política de reajuste salarial, cuyos términos serán negociados en el marco del pacto social.

ASESINATO DEL ECOLOGO

El asesino confesó del ecólogo Francisco Mendes será sometido a un detector de mentiras para despejar las dudas que tiene la policía sobre sus declaraciones, dijeron hoy autoridades.

El viceministro de Justicia, Luis Fernando Eichenberg, dijo a The Associated Press que los investigadores aún tienen dudas sobre cómo ocurrió el crimen registrado el 22 de diciembre en Xapuri, poblado en el estado de Acre, en la región de la selva amazónica a 3.000 kilómetros al oeste de esta capital.

Según el viceministro, Darcy Alves Pereira Da Silva, de 21 años, ha reiterado a la policía su confesión, según la cual fue el autor del disparo de escopeta que mató a Mendes, que también era dirigente del Sindicato de Caucheros.

Pero Eichenberg señaló que si fue él no estuvo solo, y el detector de mentiras podría colaborar en despejar las dudas.

Junto con Darcy continúa detenido su hermano Otoci, de 22 años, mientras se hallan prófugos el padre de ambos, el hacendado Dary Alves Da Silva, y su hermano Alvarino, y según versiones de prensa podrían haber llegado a Bolivia.

EL PAJ 3/1/89
F. Pol.

088

26 9/1/89

POLÍTICA

Planalto deverá apoiar Afif Domingos à sucessão

É considerado jovem e capaz de enfrentar Lula e Brizola

Por ROSANE GARCIA
Rio de Janeiro/ZH

O Governo deverá investir os seus poucos trunfos políticos na candidatura do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) à Presidência da República, como alternativa capaz de ameaçar as pretensões de Leonel Brizola (PDT) e do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) de subirem a rampa do Palácio do Planalto. Relato feito, na semana passada, ao presidente José Sarney aponta Afif Domingos como a opção das forças centristas contra um avanço maior da esquerda, rumo ao poder.

Afif Domingos, na avaliação dos analistas do Governo, além de jovem, tem bom trânsito no meio empresarial, dispensa o radicalismo em seus discursos e tem competência para, através da mídia eletrônica, enfrentar Lula ou Brizola num debate. O apoio do Planalto, entretanto, não poderá ser explícito. Os analistas de Sarney têm a convicção de que uma manifestação pública de apoio do Governo ao candidato do PL seria nefasta à sua candidatura. O presidente e seus assessores têm consciência de que a rejeição popular ao atual governo alcançou índices históricos. Além disso, uma derrota do candidato de centro apoiado pelo Governo comprometeria definitivamente a carreira política de Sarney.

Avaliação

Mas o relato entregue a Sarney faz também uma avaliação preliminar dos outros candidatos envolvidos na guerra da sucessão presidencial. O deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB, é considerado "carta fora do baralho". Ulysses tem contra si o peso dos seus 72 anos e o descrédito político do partido. A fragorosa derrota do PMDB nas últimas eleições e o claro desejo popular por mudanças na estrutura do poder são componentes, que segundo o Planalto, ameaçam a candidatura de Ulysses Guimarães já no primeiro turno de votação.

O Governo faz uma avaliação tímida sobre a possibilidade de o senador Jarbas Passarinho vir a ser confirmado como candidato do PDS. Apesar de o Planalto considerar Passarinho "um peso pesado da política" e um nome respeitável, acredita que a sua candidatura se deslancharia se contasse com o apoio do PFL e do PMDB. Esta hipótese, porém, o Governo considera muito remota. Tanto o PFL quanto o PMDB pretendem lançar candidatos próprios e não iriam querer participar da sucessão presidencial apenas como pano de fundo de um candidato do PDS.

O lançamento do nome do governador Miguel Arraes, como representante da facção dos históricos do PMDB, contrapondo-se ao de Ulysses Guimarães, não é levado a sério pelo Governo. Na visão dos analistas palacianos, uma possível candidatura de Arraes não passaria dos canais de Pernambuco, apesar do apoio que recebeu do governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco e de outros governadores do Nordeste.

Polarização

Análise semelhante é feita em relação ao



Afif tem bom trânsito no meio empresarial

senador Mário Covas, líder dos tucanos. Segundo o Governo, o PSDB não tem chance para ser considerado ainda um partido político. A eleição de Pimenta da Veiga para a prefeitura de Belo Horizonte, pela legenda PSDB, não significa, para o Planalto, a afirmação do partido no cenário político. Segundo a avaliação dos assessores do presidente, a vitória de Pimenta deveu-se muito mais ao apoio que recebeu da família do ex-presidente Tancredo Neves do que à proposta política do PMDB.

Assim, o prefeito mineiro teria muito pouco para assinar a candidatura Covas. Também não asseguraria adesões significativas a tática de escolher o governador de Ceará, Tasso Jereissati, como vice na chapa de Covas. No seu reduto político, Mário Covas teria que dividir os oito milhões de votos que e elegeram em 1986 senador por São Paulo com Lula, Brizola, Afif Domingos e possivelmente com o ex-prefeito Jânio Quadros. Todas estas dificuldades aliadas à falta de capilaridade do PMDB reforçam a ideia do Governo de que Covas verá frustrada a sua intenção de governar o país em 1990.

Na avaliação do Governo, a sucessão será polarizada, no primeiro turno, por Lula e Brizola, representando as forças de esquerda. Na outra ponta estará Afif Domingos; o governo acha que Brizola perderá para Lula.

Isto porque, o discurso de Brizola, segundo os assessores do presidente, já está cansativo e o povo "está pagando pra ver" e o PT surge como uma nova alternativa contra os velhos caciques da política brasileira. Mas no debate na tevê, segundo o Planalto, nem Lula e muito menos Brizola conseguiria fugir dos seus discursos fundamentados em críticas ao Governo Sarney ou de troca de acusações, o que não lhes garantiria a audiência pretendida. Já Afif, aposta o Governo, lançaria propostas novas que agradariam à classe média brasileira que mais diretamente sente os efeitos da desastrosa política econômica do governo Sarney.

Ex- (P. P.)

Q98

f-Pol (EXT)

Posición de Bush Despertó en el Brasil una Expectativa Favorable

BRASILIA, 20 (Por Jorge Mederos de AP). - Brasil, país que procura coordinar una posición conjunta de siete países latinoamericanos sobre la mejor forma de reducir el endeudamiento externo, recibió con expectativa favorable el pronunciamiento del Presidente electo de los Estados

Unidos, George Bush, sobre la necesidad de revisar la estrategia de negociación de la deuda de los países en desarrollo.

El vocero del Ministerio de Hacienda, Geraldo Moura, dijo hoy a AP que las autoridades económicas brasilenas aguardaban más información sobre la anunciada disposición de

Bush de encontrar una alternativa más versátil que el simple perdón de la deuda, pero adelantó que ya existía mucho interés y una expectativa favorable.

Brasil, con 121 000 millones de dólares, se encuentra al frente de las 10 mayores deudas del continente, que totalizan unos 400 000 millones de dólares.

Bush dijo ayer en conferencia de prensa en Washington que el magro desempeño reciente de las economías de algunos países en desarrollo preocupaba a los Estados Unidos y prometió revisar la estrategia aplicada hasta ahora en torno de la deuda externa.

La revisión será encargada a los Departamentos de Estado y del Tesoro y al Consejo de Seguridad Nacional, dijo.

El vocero de Hacienda reiteró una declaración del ministro Mailson Da Nobrega publicada hoy por el diario financiero *Gazeta Mercantil*, según la cual las palabras de Bush demuestran sensibilidad sobre el momento por el cual atraviesan las economías de América Latina y que es necesario hacer algo para evitar amenazas a la supervivencia de la democracia en la región.

Aunque fue la primera vez que el Presidente electo admitió oficialmente la existencia de una nueva iniciativa, la noticia no es nueva para los países latinoamericanos miembros del llamado Grupo de los Ocho que integran Argentina, Brasil, Colombia, México, Perú, Uruguay y Venezuela. Panamá sigue siendo miembro del grupo pero su participación fue sus-

pendida temporalmente en febrero tras la destitución del presidente Eric del Valle.

Durante una reunión reciente de los ministros de Economía y Finanzas de esos países realizada en Río de Janeiro fue aprobada una propuesta para reducir el endeudamiento externo mediante medidas no convencionales, que según se dijo Ahra Tania el propósito de señalar una posición conjunta y evitar que surgiese una nueva iniciativa norteamericana sin participación de los deudores latinoamericanos en su discusión.

La propuesta de Río se mantiene en reserva pero se informó que el presidente brasileño José Sarney concluyó ayer una ronda de consultas telefónicas

con sus colegas y la respuesta recogida fue positiva.

Brasil, como país anfitrión de la reunión de creación del grupo de los ocho, ha sido el encargado de coordinar las respuestas de los Presidentes al documento que entre otras fórmulas propone la garantía, o sea el canje de deuda antigua por títulos nuevos con el pago de capital e intereses garantizado por instituciones multilaterales o por gobiernos de países ricos.

Otras opciones serían convertir deuda en inversiones, canje de títulos por exportaciones o creación de una entidad internacional que comprara los títulos con descuento a Bancos Comerciales y los vendería luego a los países deudores.

Sarney não encontra mais quem o apóie

098

Cairam aparentemente em ponto morto as negociações para implantar a reforma econômica-financeira, visando a dar tratamento de choque à inflação, e a reforma administrativa, destinada a mudar a imagem do go-



verno compatibilizando-a com os ideais de eficiência e operacionalidade de que está carente. Embora o presidente tenha hoje uma idéia do que pode ser feito não está aparentemente encontrando apoio para enfrentar grupos de interesses políticos, econômicos e sociais. Sabe Sarney que a reabilitação do seu governo e a recuperação da credibilidade são dados essenciais para preservar o sistema democrático. Mas ainda não encontrou o ponto de condensação das diversas sugestões com que trabalha de modo a impor seus critérios de mudança na política financeira e na organização política da sua administração.

F. P.

O chefe do governo como que ainda oscila entre os conselhos do professor Gouvêa de Bulhões e a indignação de Luís Antônio Medeiros com a ameaça de supressão da URP. Indício disso é o convite feito a Celso Furtado para discutir o projeto considerado excelente pelo embaixador Marcílio Marques Moreira, um dos conselheiros habituais do presidente na matéria. Furtado, que se coloca doutrinariamente no pólo oposto dos economistas ortodoxos ou conservadores, não poderia endossar propostas que contrariam sua análise crítica e suas posições históricas. Quando o chamou, Sarney sabia aproximadamente o que iria ouvir. Se o fez, portanto, é que não está seguro de que o caminho a ele indicado seja efetivamente o melhor.

5 do Brasil
8/1/89

Parece ter igualmente arrefecido o entusiasmo do presidente a recusa de Antônio Ermírio de Moraes de pôr sua experiência empresarial a serviço da recuperação das finanças e da economia do país. Tenha se emocionado ou não com o convite, o certo é que responder negativamente a Sarney equivale a dizer que, no alto do sistema empresarial, o governo continua carente de fé na sua capacidade de decidir e de transferir poder a auxiliares de alto nível. A partir de Ermírio, imaginava-se, nos conselhos da reforma, que poderia o governo mobilizar quadros da mais alta qualificação para constituir uma equipe de impacto para gerir o choque na inflação e a arrumação da casa para propiciar dias tranquilos na sucessão presidencial da República. Sarney parece condenado a continuar no nível do seu atual governo, executando seus projetos na base da escassa credibilidade dos homens que o acompanham. Os quase quatro anos de governo estrangulados nos últimos meses por uma "inflação insuportável" tornariam irremediável a não colaboração com um presidente que já está na contagem regressiva.

Há indicações, no entanto, de que Sarney ainda não desistiu e continuará a tentar um recrutamento pelo alto para evitar ter de ficar por baixo. Caso não o consiga seria sensato, conforme um de seus interlocutores, dirigir-se à nação para informar dos seus esforços e da recusa de colaboração para que possa enfrentar adequadamente os problemas que afligem a nação. Tal conselho não deverá ser ouvido por não se coadunar com a natureza do presidente de conciliar e compor, fazendo o que lhe parece possível se não conseguir estímulos para seguir os conselhos de fazer o que seria melhor para o país. Embora projeto financeiro seja uma coisa e projeto político-administrativo seja outra, ambos têm a imagem irremediavelmente associada.

8903922

Pressões na Reforma

A existência de dificuldades e pressões no surgimento da reforma administrativa, com a redução do número de pastas, existe há muito tempo e o próprio Presidente da República admitiu-as ontem, através de declarações formais e informais. Elas sofreram vários adiamentos e eram esperadas desde 1967, quando ocorreram alterações ministeriais e as primeiras propostas nesse sentido, o Governo cedeu. Não fez as mudanças estruturais prometidas, em troca do que chamava de nova base política, limitando-se à troca de nomes, convencido que foi por lideranças políticas além de interessado em não perder influência na Constituinte. O estudo que se divulga como grande fato novo já existe, desde há algum tempo, há quase um ano e meio. A diferença reside no quadro econômico. Ele é muito mais grave, batendo índices históricos e o Pacto Social evitou uma elevação maior, mas sem conseguir debelá-la. A vantagem que aparentemente o Planalto possui se fundamenta no afastamento oficial dos partidos que integravam a Aliança Democrática, além do clima criado para lançar medidas de impacto. Um recuo, agora, seria extremamente comprometedor, com reflexos na sucessão e na imagem final do Governo.

Nomes

A alteração agora prevista também estaria colocando o Presidente mais à vontade, na medida em que boa parte dos integrantes do ministério é formada por figuras do seu círculo de amizade, mesmo os que pertencem a uma daquelas legendas que constituíram a Aliança. Em matéria de repercussão política as dimensões são menores, mas o momento é derradeiro para a tentativa de recuperação do Governo. Elas surgem quase que ao mesmo tempo em que o maior partido com representação no Executivo, o PMDB, começa a viver suas crises internas, em função da questão sucessória presidencial e diretrizes para o futuro. Serão decisivos, os próximos 30 dias, para o Planalto e para o PMDB. E mais particularmente para o deputado Ulysses Guimarães.

Pacto

Também decisiva será a segunda quinzena de janeiro para a sobrevivência do Pacto Social. A reunião do dia 18, quando integrantes de vários segmentos estarão presentes já em meio a um grande debate nacional, provocado pela reação do líder sindicalista, Luiz Antônio Medeiros, à mudança da política salarial. A conversa que ele manteve, ontem, com o ministro Mafonso da Nóbrega precipitou a tomada de decisões e antecipou a discussão em torno da extinção da URP. A questão salarial ganha o seu espaço ao lado de todas as demais modificações previstas. E terá reflexos políticos, de imediato, antes mesmo do Congresso voltar a reunir-se, por decisão própria ou convocado extraordinariamente.

Opções

No fundo o Palácio do Planalto estará fazendo a sua grande opção, ao decretar as reformas. Sem sustentação política e desgastado o Governo trata de recuperar-se publicamente através da única forma de reabilitação possível, baixando a inflação. O maior problema para a edição do pacote, no momento, envolve a política salarial e a posição da liderança sindical que dialogava com o poder, Luiz Antônio Medeiros. Desde ontem o Governo tenta colher uma situação favorável no meio sindical, mas entendendo também a difícil posição daquele dirigente sindical. Ao admitir o retorno à URP, se fracassar o novo mecanismo projetado, mediante a pré-fixação, a área econômica do Governo pretende demonstrar que não está fechando as portas, mas coloca as lideranças sindicais com participação no Pacto diante de alguns fatos consumados e inevitáveis, entre os quais a mudança de política salarial.

01.01

Carlos Fehlbeg

8903932

Convocação do Congresso

Está desencadeada a discussão sobre a melhor oportunidade para o Congresso Nacional voltar a reunir-se, ainda em janeiro: por iniciativa própria, mediante a autoconvocação ou aguardar uma decisão do Executivo? Como fator deflagrador estão as medidas provisórias a serem lançadas pelo Governo no campo econômico e a possibilidade da pauta, no caso da reunião ocorrer, ser ou não acrescida. Mais do que isso, porém, existem outros fatores concorrendo para uma presença política. A começar pelo momento sócio-econômico e a visível e declarada intenção do Planalto lançar um elenco de medidas. O debate é nacional e muitos são consultados na área técnica, mas com as atenções voltadas para a reunião do Pacto Social, adiada de 11 para 18 de janeiro exatamente com este objetivo. Sem uma base política expressiva, até comprometida pelas divisões partidárias, o Governo deixa para o momento oportuno a mobilização do Parlamento, pois sua convocação será automática, a partir do pacote. A grande indagação passa a ser o comportamento do Congresso, onde existem posições divergentes. Uns esperando o mês de fevereiro, quando também haverá eleição para a mesa e outros advogando a participação direta nas mudanças. Afinal, desde a Assembléia Nacional Constituinte, quando ficaram ainda estabelecidos poderes maiores para o Congresso, as atenções estão muito voltadas para a ação parlamentar.

Tempo

Segundo uma versão, os dois lados, Executivo e Legislativo, estão ganhando tempo. O primeiro porque ainda costura entendimentos políticos antes de definir as reformas - econômica e administrativa - junto a vários segmentos e o segundo na expectativa do desenvolvimento desses acordos e sobrearregado com as vinculações políticas do momento. Em parte pelo resultado das urnas, em novembro, mas também pelas conversações preliminares que envolvem a sucessão presidencial. Qualquer posicionamento político, em 1969, passa a ser identificado com o desdobramento da campanha, especialmente medidas no campo econômico, cujo reflexo é fundamental.

Nomes

A manifestação do senador Jorge Bornhausen, admitindo apoiar um candidato fora dos quadros partidários, incluindo Antônio Ermírio de Moraes e Mário Covas, foi interpretada como uma abertura de uma corrente partidária em favor da discussão de nomes, além do ex-ministro Aureliano Chaves. A mesma corrente não descarta soluções do tipo Sílvia Santos, mas a única posição definida é a de não sustentar politicamente o Governo.

E Jânio?

O afastamento do ex-presidente Jânio Quadros da cena política, a ponto de não transmitir a Prefeitura de São Paulo a Luíza Erundina, ainda está ligado para círculos partidários à sucessão. Jânio estaria apostando, como já aconteceu em outras oportunidades, no assédio de lideranças para concorrer. Há ainda outra hipótese, segundo as mesmas fontes: a de manter-se durante algum tempo à margem das discussões, evitando expor-se publicamente. Há um consenso entre adeptos de Jânio no sentido de que a participação muito antecipada poderá desgastar a candidatura.

Carlos Fehlbeg

038

Brasil centro y derecha en busca de su candidato

RIO DE JANEIRO, (EFE). — Sectores de centro y derecha de Brasil buscan un candidato capaz de vencer a la izquierda en las elecciones presidenciales de 1989, tras celebrarse los comicios municipales con la victoria de la izquierda.

Fuerzas económicas y políticas, a las que se sumaron en los últimos días el presidente de la República, José Sarney, y el presidente del Congreso, Ulysses Guimarães, advirtieron sobre los riesgos de un triunfo de la izquierda en la próxima elección presidencial.

"El país dejó de tener parámetros equilibrados para una cierta izquierda-amarilla que en el pasado generó dictaduras y frustraciones", afirmó Sarney recientemente en su programa semanal de radio, donde llamó a la unión de las fuerzas democráticas de centro "para salvar al país".

El presidente del Congreso y del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), diputado Ulysses Guimarães, advirtió que el dirigente de izquierda radical Luis "Lula" da Silva será el sucesor de Sarney si las fuerzas de "centro y centro-izquierda" no se unen.

"Si hay división, gana Lula", dijo Guimarães, durante una cena con políticos y periodistas, en donde sostuvo que Lula tiene mayores posibilidades de ser elegido presidente, y que Brizola defendió una mayor "independencia" del PMDB con relación al presidente Sarney.

El presidente del Partido de la Social De-

mocracia Brasileña (PSDB) y ex gobernador de San Pablo por el PMDB, Franco Montoro, lanzó la candidatura del senador Mario Covas y dijo que quería facilitar así las negociaciones para la unión eventual de otros partidos en torno de su nombre.

Definido por Montoro como "el único nombre capaz de evitar la polarización entre la izquierda y la derecha extrema en la elección de 1989", Covas puede capitalizar tanto el descontento de la población con el gobierno, como la confianza de los sectores que buscan un político moderado.

De forma coincidente se realizó una reunión de representantes del PSDB, del Partido del Frente Liberal (PFL), del Partido del Trabajo Brasileño (PTB) y del Partido Democrático Social (PDS), que discute desde hace dos meses la posibilidad de un candidato común a la Presidencia.

Estos partidos temían que la elección presidencial se polarizara entre el ex presidente Janio Quadros, por la derecha, y Leonel Brizola, por la izquierda, y esa preocupación fue reforzada por las recientes elecciones municipales, lo que evidenció el crecimiento de Brizola y, más a la izquierda, de Lula.

"El retrato del candidato de unión — declaró el senador Marco Maciel, presidente del PFL — es el de alguien que sea moderno, reformista, comprometido con la transición, que tenga experiencia administrativa y que busque redefinir la política de desarrollo del país."

EL DIA 20/12/88

098

Senador petelista articula o lançamento da candidatura do ministro do Exército, por uma coligação de pequenos partidos. Mas o general afirma que não ambiciona o cargo, considerando que há apenas "especulação"

f. 100

Articulação para lançar Leônidas à Presidência

O senador João Meneses (PFL-PA), principal articulador no Congresso da candidatura do general Leônidas Pires Gonçalves, informou ontem, em Brasília, que o ministro do Exército deverá ter seu nome lançado à sucessão do presidente José Sarney, por uma coligação de pequenos partidos, aos quais deverão se somar mais tarde "políticos ilustres" do PMDB e do PFL.

João Meneses não quis revelar os nomes dos 16 senadores que, segundo ele, participam do movimento pró-candidatura do ministro do Exército. Ele faz questão de dizer que o general deverá disputar a Presidência na condição de "cidadão brasileiro, com grandes serviços prestados ao País e não na de chefe militar". O senador informou também que tem reunido em almoços, em sua residência em Brasília, deputados e líderes de diversos partidos, cujos nomes também faz questão de manter em sigilo.

— As esquerdas já começam a temer essa candidatura. Mas acho que chegou a hora da radicalização democrática. Os que defendem a livre iniciativa e a manutenção da ordem democrática devem ficar de um lado e os que forem a favor da anarquia, da invasão de terras, do desrespeito às liberdades democráticas, devem ficar do outro — disse o senador.

Sarney se definirá

Contrariando o que o presidente José Sarney garantiu em dezembro, quando declarou que não apoiaria candidato algum à sua sucessão e que, portanto, votaria em branco, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem, no Rio, acreditar que o chefe da Nação, "como tradicionalmente ocorre em todos os países, em determinada oportunidade deverá se manifestar por alguém".

Leônidas Pires Gonçalves esteve no Rio para participar da cerimônia de posse do novo secretário de Ciência e Tecnologia do Exército, general Hélio Pacheco. Em rápida entrevista à imprensa, o ministro negou qualquer pretensão de se candida-



General Leônidas: "Especulação da imprensa."

tar à sucessão do presidente Sarney, informando já ter realizado todas as suas ambições pessoais e profissionais quando chegou ao topo da carreira no Exército. Questionado, porém, se um convite especial alteraria esta decisão, o ministro limitou-se a dizer que nesta oportunidade, então, responderá: "Não sou candidato, os senhores é que fazem esta especulação", enfatizou o ministro aos jornalistas.

O general Leônidas evitou comentar as medidas que o Governo deverá adotar, como a extinção da URP e a demissão de 80 mil funcionários. "Sobre a URP, deve-se perguntar ao Malson. Provavelmente ele vai substituir por alguma coisa que julgar melhor". No caso dos funcionários, se realmente não tem tarefa a realizar e se não forem concursados, talvez o Governo tenha razão, lembra. (AG/AE)

01.01

8903943

098

4. 8. 88
JORNAL DO BRASIL

Covas admite ser candidato à Presidência

SÃO PAULO — No primeiro fim de semana após o término dos trabalhos da Constituinte, o senador Mário Covas (PSDB-SP), ainda cercado de cautelas, mas num tom suficientemente firme para não deixar dúvidas sobre a decisão, anunciou que acatará "como missão" a indicação de seu nome para concorrer à presidência da República.

Em meio à intensa vibração dos entusiasmados correligionários que participavam do primeiro comício da campanha eleitoral do partido à prefeitura, Covas repetiu não ser postulante à presidência, mas reconheceu que terá de "examinar, se acontecer" a indicação de seu nome pelas eleições primárias que o PSDB realiza no próximo ano, para escolher o candidato do partido ao Palácio do Planalto.

Na inauguração, no bairro de Pinheiros, do primeiro comitê de campanha dos candidatos tucanos a prefeito, deputado José Serra, e a vice, deputada Guiomar Namo de Mello, o senador manifestou a confiança de que não perderá espaço e votos como postulante à presidência, por ter se recusado a disputar este ano a sucessão do prefeito Ildio Quadros.

A inauguração do primeiro comitê de campanha reuniu centenas de "tucanos" que ouviram a animadora promessa do deputado José Serra de "ocupar os espaços vazios, sair para a rua, dizer a verdade aos eleitores e não fazer propostas irreais". À tarde o comando do PSDB paulista se reuniu para traçar a estratégia de campanha, quando ficou decidido que o partido concentrará todo o poder de fogo nos poucos mais de 10 minutos que dispõe no horário gratuito de rádio e televisão.

F. Pol

01 . 01

8904150

098

Sarney faz viagem histórica à URSS

Muda a qualidade das relações entre os países

Maria Luiza Jacobson

BRASÍLIA — A viagem do presidente José Sarney a Moscou, em outubro, tem um significado histórico para o Itamarati, já que ele será o primeiro chefe de Estado brasileiro a visitar a União Soviética. Preparando essa viagem, duas missões brasileiras reúnem-se esta semana em Moscou para uma série de entendimentos na área econômica, que poderão transformar-se em acordos a serem assinados durante a viagem presidencial. Serão reexaminados também todos os acordos assinados até agora com a URSS.

O principal recado que os negociadores brasileiros dão aos soviéticos é que estão dispostos a desenvolver o comércio com a URSS em base de mercado e não mais trocando equipamentos pesados por produtos primários. "É preciso que os soviéticos aproveitem o discurso externo para se engajarem diretamente com o setor privado", disse uma fonte do Itamarati.

Importância — Por esse motivo, representantes de 18 empresas privadas participarão, como observadores, das reuniões da 11ª Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica Brasil-URSS, chefiada pelo embaixador Luís Felipe Lampreia, subsecretário de Assuntos Políticos Bilaterais do Itamarati. O número de delegados a esta reunião é uma demonstração da importância que o governo brasileiro está dando ao encontro: integram a missão representantes dos ministérios da Indústria e do Comércio, Irrigação, Transportes, Ciência e Tecnologia, além da Cacex, Vale do Rio Doce, BNDES e Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial).

Entre as 18 empresas do setor privado, encontram-se a Andrade Góes (ligada a projetos de irriga-

ção), Norberto Odebrecht (interessada em obter financiamento para a construção da ferrovia Transnordestina, ligando o interior de Pernambuco ao Ceará), café solúvel Cacique e sacos de laranja Cutrale, responsáveis pelas duas primeiras joint ventures entre Brasil e URSS, e a Staromp, preparando também uma joint venture para confecção de jeans na União Soviética.

O Banco do Comércio Exterior da URSS propôs ao governo brasileiro um acordo interbancário do tipo *clearing* (de crédito recíproco, com as contas liquidadas em moeda local pelo próprio governo, até um determinado limite, após o qual o pagamento deve ser feito em moeda forte, geralmente o dólar). O Banco Central e a Cacex concordaram. A Cacex está propondo aos soviéticos a abertura de linhas de financiamento com diferentes prazos para diferentes categorias de produtos. Esses financiamentos eram até agora analisados caso a caso.

As negociadores brasileiros sabem que é necessário um esforço para aumentar as importações brasileiras da URSS, já que a balança comercial é fortemente favorável ao Brasil. O comércio entre os dois países, que em 1983 chegou perto de US\$ 1 bilhão, caiu para apenas US\$ 450 milhões em 1987, sendo que o Brasil vendeu US\$ 380 milhões e comprou apenas US\$ 70 milhões.

Interesses — A Braspetro quer pesquisar com os soviéticos novas zonas de prospecção de petróleo na URSS e em países onde os soviéticos atuam. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) e a Cobrac (Comissão Brasileira de Atividades Espaciais) querem desenvolver pesquisas conjuntas com os soviéticos na área espacial. Quanto ao interesse da Aeroflot em estabelecer uma linha regular de vôos para o Brasil, o Itamarati informou que é preciso uma avaliação dos benefícios que esta concessão geraria, uma vez que há uma resistência da Varig em "repartir de mão beijada" uma rota do mercado europeu onde opera praticamente sozinha. Segundo o Itama-

rati, empresas aéreas da Flota Soviética de Moscou aguardam uma concessão semelhante há mais de 20 anos.

O presidente interino da Ceti (Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda), José Rodolfo Hulse, chefiará a delegação brasileira à 2ª rodada de negociações sobre o acordo para evitar a dupla tributação entre os dois países. Embora Brasil e URSS não tenham problemas de dupla tributação, o acordo antecipa a intensificação no relacionamento econômico entre ambos, disciplinando, desde já, as normas que o regerão.

Misturilhado — Há três acordos assinados entre o governo brasileiro e o soviético, aguardando aprovação do Congresso. O primeiro deles, assinado pelo ex-chanceler Otávio Setúbal, em Moscou, em 1985, de cooperação econômica e técnica, poderá ser ratificado na visita de Sarney. Os outros dois, assinados por ocasião da visita do chanceler soviético, Eduard Shevardnadze, a Brasília, no ano passado, referem-se à cooperação cultural e à cooperação econômica, científica e tecnológica. Segundo o Itamarati, a ida de Sarney neste momento, corresponde a um processo de maturação política do país. Embora os presidentes da Argentina e do Uruguai já tenham ido a Moscou, ainda não era o momento do Brasil. Durante o regime militar, o Brasil manteve com a União Soviética e com os países do Leste Europeu uma relação considerada correta, centrada apenas no aspecto econômico e comercial.

O processo de abertura foi gradual e lento. A visita de Setúbal à URSS, seguiram-se as dos ministros Renato Archer, da Ciência e Tecnologia; Denis Schwartz, da Habitação e Urbanismo; José Reinaldo Tavares, dos Transportes, que irá, esta semana, negociar o acordo de construção da ferrovia Transnordestina; e o comandante-do-ar Querubim Rosa Filho, que chegou recentemente de Moscou, onde visitou a base aérea de Kubinka, um segredo até agora indevidado para os militares brasileiros.

Fpae

01.01

8904159

098

Alternativas para driblar a legislação

As consequências do tabelamento nos diversos segmentos: Financiera independente talvez seja a área mais afetada do mercado. Como não estão ligadas a nenhum conglomerado financeiro a quantidade de produtos que elas têm a oferecer ao cliente é muito pequena. Por isso fica mais difícil exigir reciprocidade. A saída deverá ser comprar com o comerciante que pode repassar custos para os preços. Cartão de crédito - estes não deverão sofrer muitas perdas com o tabelamento. Embora a taxa real praticada por eles esteja muito acima dos 12% estabelecidos pela lei (há cartões cobrando quase 100% de taxa real), há diversas formas de compensação. Uma das saídas é passar a cobrar juros sobre os 40 dias máximos do vencimento. O aumento da anuidade e da comissão engada das lojas são outras opções. Cheque especial - há casos abusivos no mercado, com taxas de juros muito elevadas. Para burlar os 12% a saída deverá ser a exigência do já tão conhecido "saldo médio". Desconto de duplicata - é uma incógnita. Como são descontados antecipadamente (taxa prefixada) não se sabe exatamente como a taxa real cobrada do empresário será medida. Atualmente, há banco cobrando de pequenos empresários juros de até 110% além da inflação.

Empréstimos para pessoas físicas
Essa taxa está rondando os 40% ao ano. Além da reciprocidade o cliente poderá ter que se submeter a algumas regras específicas de operação como por exemplo, deixar o dinheiro do empréstimo em conta

corrente por uma semana a fim de que o banco aplique e compense as perdas. Se nada disso acontecer a tendência é que a oferta de crédito seja reduzida porque a taxa poderá não compensar o risco dos bancos. Se nada disso acontecer, ótimo para o tomador que vai ver sua taxa cair para algo abaixo de 13 do que é pago atualmente.

Empréstimo para capital de giro - Segmento que mais preocupa os bancos. Como o dinheiro usado para essas operações é comprado do investidor, através da venda de CDBs, os bancos estão temendo que os spreads (ganho) fiquem menores. A venda de vários produtos para as empresas, como seguros e planos de saúde deverão ser alguns dos recursos a serem utilizados pela indústria bancária.

Investidor - será certamente o que vai ter a maior perda: continuará pagando caro pelo dinheiro (mesmo que por formas indiretas) e seu dinheiro vai ser remunerado com uma taxa mais baixa. A saída será ativar de raso, fora da legislação governamental.

Política monetária - O Banco Central e, sem dúvida, um dos que mais vai sofrer com o tabelamento. Sem ter como criar subterfúgos para fugir da lei, o governo perde um instrumento que ajuda a controlar a inflação, através do controle de liquidez do mercado. Embora o financiamento da dívida possa ficar mais barato é provável que haja menos investidores interessados em aplicar no governo (principalmente se as taxas ficarem muito baixas para não atraírem todo o dinheiro do setor privado).

Financiamento de imóveis - talvez seja o único segmento que não será afetado. A fonte de recursos para esse mercado (as cadernetas) já está enquadrada na lei, porque paga juros de 6% ao ano. F as taxas para o tomador de dinheiro estão variando entre 8,5% e 11% ao ano. Portanto dentro dos limites permitidos pela nova Constituição (11).

1200 14/9/85

F. Pa

Ulysses vai começar campanha por Goiânia

Deputado considera PMDB maior que o desgaste de Sarney

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães pretende começar com um comício em Goiânia sua campanha de candidato à Presidência da República pelo PMDB. "Por iniciativa minha, a campanha das diretas de 1984 e a de Tancredino Neves começaram por lá. Goiânia tem sido uma espécie de termômetro para nós", afirmou.

Ulysses disse que sua candidatura "não é mais novidade" e acrescentou: "Eu tenho surgido na manifestação de oradores, por aclamação por parte da assistência. Mas por um caráter inteiramente espontâneo, não por aliciamentos, não por coordenação, não por insinuações. Isso vem da base, por generosidade, por simpatia dos eleitores."

Sarney — Queimado de sol, após dez dias de descanso no interior da Bahia, na casa do ex-ministro da Previdência Social Renato Archer, que o acompanhava, Ulysses negou que esteja colocando sua candidatura como carro-chefe do PMDB nas eleições municipais de 15 de novembro. Negou também que o apoio

dado ao presidente José Sarney tenha desgastado o partido.

"O PMDB tem fisionomia própria, transcendendo a mim, a outros políticos. Seus horizontes e perspectivas são maiores que as pessoas, inclusive em relação ao presidente da República", disse.

Informou que está preocupado, no momento, com três assuntos: conclusão dos trabalhos da Comissão de Redação da Constituição, promulgação da nova Constituição e elaboração de um calendário para participar da campanha municipal, em apoio aos candidatos pemedebistas.

Homenagem — Ulysses ressaltou que a nova Constituição, "embora não seja obra exclusiva do PMDB", será a principal bandeira de seus correligionários nas eleições municipais, porque "o partido teve uma participação decisiva" nas conquistas sociais incluídas no texto.

Indagado sobre a declaração do presidente Sarney, que o considerou um bom candidato ao Palácio do Planalto, Ulysses foi sucinto: "Eu acho que foi uma declaração que distingue qualquer brasileiro, mas, como ele mesmo disse, é prematuro tratar agora de candidaturas à Presidência da República". Lembrou que a convenção do PMDB para escolha do novo diretório nacional, prevista para fevereiro ou abril de 1989, é que escolherá o nome do candidato.

Ulysses anunciou que estará no próximo dia 26 em Porto Alegre, onde, será homenageado pelo governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, por sua atuação na presidência da Constituinte. Tanto ele quanto Renato Archer fizeram questão de frisar que a festa não terá caráter partidário, porque a homenagem será extensiva aos constituintes gaúchos de todos os partidos.

Sem comentário — Antes da entrevista de Ulysses, Renato Archer informou que os dois terão uma conversa hoje, "para organizar o que foi costurado", durante os dez dias que passaram em Curitiba, distrito do município balneário de Prado. O ex-ministro da Previdência negou que esteja decidido o remanejamento de Raphael de Almeida Magalhães da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro para a coordenação da campanha de Ulysses.

Archer não admitiu sequer comentar a possibilidade de desgaste eleitoral do PMDB por causa das ligações com o governo de Sarney: "Para que falar do governo? O governo está acabando. Temos que ter visão do futuro, falar do futuro." O ex-ministro disse que a campanha de Ulysses começaria pelo sul do país e encerraria em São Paulo. Depois, ressaltou: "É a campanha para a eleição municipal."



Ulysses quer voltar a 1984

01.01

8904161

podará causar convulsão

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Sarney adverte que pobreza

PETROLÂNDIA, PE — Sem se referir uma única vez à Constituição, o presidente José Sarney advertiu para os riscos de convulsão social a que o país estará sujeito no futuro, caso o governo federal não consiga realizar as obras que os estados pobres não terão condições de executar. "Se os estados pobres não tiverem condições de participar do bolo da riqueza nacional, não sei se o povo vai aceitar de olhos fechados e cabeça baixa esta injustiça", disse Sarney ao final de um longo discurso pronunciado na inauguração da hidrelétrica de Itaparica, neste município pernambucano da margem do São Francisco, a 450 quilômetros de Recife.

O presidente Sarney lembrou que a crise de recursos que o Estado enfrenta tornou muito difícil a conclusão de Itaparica, obra que custou US\$ 1,7 bilhão. "Mas não sei se no futuro teremos condições de dar continuidade a obras como esta", disse.

Reconhecimento — Na inauguração da usina de Itaparica, Sarney fez um discurso de defesa do seu governo, que, segundo disse "fez mais pelo povo pobre do que qualquer outro". Lembrou "as milhares de creches espalhadas pelos lugares mais escondidos do país, onde as reportagens da imprensa não chegam" e citou os 6 milhões de litros de leite distribuídos às crianças pobres. Falou também no seguro-desemprego.

Sarney admitiu que nem tudo foi feito. "Coube a mim governar o Brasil num período de graves dificuldades econômicas", disse Sarney. Admitiu que a inflação está alta e continua crescendo, mas alegou que quando assumiu o governo ela já existia.

"A diferença da inflação de agora com a de antes é que os salários dos trabalhadores eram reajustados semestralmente e hoje temos o reajuste mensal para corrigir a consequência mais cruel da inflação", disse o presidente Sarney. No palácio estavam o governador de Pernambuco, Miguel Arraes e os ministros João Alves (Interior), Prisco Viana (Habitação), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Amílcaro Chaves (Minas e Energia). Cerca de 1 mil pessoas, a maioria operários da obra, formavam a assistência.

Eleição — "O processo sucessório ainda não foi delineado", disse o presidente Sarney em rápido contato com os brasileiros, depois de inaugurar a hidrelétrica de Itaparica. Afirmou, porém, que o presidente do PMDB e da Constituição, deputado Ulysses Guimarães, tem todas as condições para aspirar a sucedê-lo. "Trata-se de um grande patriota, um grande brasileiro", disse Sarney.

Também o governador Miguel Arraes recusou-se a considerar a candidatura de Ulysses fato consumado. "Nós estamos prontos para apoiar o candidato do PMDB, mas não está definido que será o doutor Ulysses", ressaltou. "Ainda temos as eleições municipais e muita coisa pode acontecer. O próprio Ulysses não vê as coisas como sendo obrigatórias".

078

As candidaturas de Ulysses e de Covas

As candidaturas de Ulysses Guimarães e de Mário Covas para a Assembleia Nacional Constituinte. A do primeiro presidente, deputado Ulysses Guimarães, e a do seu ex-líder, senador Mário Covas. Cada uma delas seguirá sua rota própria. A procura de visibilidade, mas ambas são condicionadas pela determinação dos pretendentes de chegar à disputa da Presidência da República.



O deputado Ulysses Guimarães defronta-se com sua segunda oportunidade de alçar-se da condição de candidato natural à de candidato de fato do PMDB. Em 1985, depois da derrota das diretas-já, ele considerava-se a confluência do movimento que mobilizou massas populares em todo o país. Os políticos, no entanto, não pensavam do mesmo jeito. Os seus sagazes jamais acreditavam na possibilidade de vitória do movimento popular e condicionavam que a escolha do presidente estivesse condicionada a alianças pelas quais o PMDB não estava credenciado. Hoje sabem que o candidato natural, na realidade de meios políticos, era o governador Fernando Neves.

A desagregação do PSD, dilacerado entre duas correntes constituintes, indicava a votação decisiva para o entendimento, já que tempos antes pelo general Golbery do Couto e Silva, que estimulava a fundação do partido que, sob a liderança de Tancredo Neves, era o estuário da conspiração das forças democráticas na redemocratização das instituições previstas pelo espírito da constituinte. Tancredo Neves, quando ao PMDB em meados de 1986, não pôde ser eleito de fato natural das instituições brasileiras.

Ulysses Guimarães, com a nova oportunidade criada pelo movimento de redemocratização, não o considerava indispensável para a formação de um partido e não se candidatou. Ele preferiu continuar seu governo até 1991. O governador Quercia, por sua vez, não deixou o governo de São Paulo, mas assumiu a presidência, para uma disputa na qual o governador de São Paulo seria derrotado por Ulysses Guimarães. Ele preferiu continuar seu governo até 1991.

O governador de Minas, Sr. Newton Cavalcanti, vem apresentando sintomas de persistência das aspirações mineiras a ter acesso à Presidência da República, frustradas com a morte de Tancredo Neves. O governador é um político agido e trabalhador e está jogando tudo na eleição municipal da qual espera sair com uma liderança contrastável no seu estado. O obstáculo principal que está tendo à efetivação desta demonstração de força é a candidatura do deputado Pinheiro da Veiga, até aqui da preferência do eleitorado de Belo Horizonte.

Admitindo que o Sr. Ulysses Guimarães sua candidatura do PMDB ele terá de enfrentar problemas eleitorais em seu estado, com a líquida decisão do senador Mário Covas, que rejeitou dramaticamente a hipótese de concorrer à eleição de prefeito da capital, tornando nítida sua preferência pela disputa presidencial, a grande obsessão do partido que ajudou a fundar. Ele se diz apenas candidato a governador em 1990. Embora os lucanos procurem minimizar possíveis derrotas no pleito municipal, a verdade é que a posição do seu candidato muito dependerá do estado de ânimo das suas correntes constituintes.

O senador Mário Covas perdeu a oportunidade de compartilhar com o Sr. Ulysses Guimarães o triunfo da Assembleia Nacional Constituinte. Sua situação como líder durante parte substancial dos trabalhos deu-lhe dimensão nacional à liderança e o indicava para ser um dos heróis da jornada, mas sua opção partidária, instigada pelo senador Fernando Henrique Cardoso, o excluiu do primeiro plano do processo constitucional. Ele foi bem substituído pelo deputado Wilson Faria, do PMDB, enquanto se dilui o papel dos constituintes da nova sigla partidária.

f. pa.

8904170

098

Moreira Lima diz que novo texto satisfaz

fla

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, considerou "plenamente satisfatório" os resultados da Constituinte. "Foi uma oportunidade muito boa de se promover um estreitamento de relação entre as Forças Armadas e o Legislativo" — afirmou, acrescentando que a maior parte dos parlamentares conhecia apenas superficialmente as missões dos militares e esses contatos serviram para que eles se atualizassem com os instrumentos legais que regem a vida do homem da caserna.

Para ele, o mais difícil nas negociações com os deputados e senadores foi a questão da anistia dos militares. "Eles queriam ampliar esses direitos quando tudo que era possível, já havia sido dado pelo presidente Figueiredo" — ressaltou o ministro Moreira Lima.

Na sua opinião, um dos pontos que acarretará em novas dificuldades para as empresas que trabalham em sistema de revezamento e que atingirá a Aeronáutica, foi a aprovação do turno de seis horas. "Vamos ter que promover alterações, por exemplo, no serviço de proteção ao voo", disse.

0098

F. Bc

Presidente dá mais poder trocando sigla de Prisco

BRASÍLIA — O presidente Sarney criou um novo ministério, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e criou para seu lugar o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, que recebeu a sigla de MBES. O novo ministério, que terá a função de coordenar a política de urbanização do país, será integrado pela Caixa Econômica Federal, Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e a Coordenadoria da Pessoa Deficiente (CPD). O seu titular será o ministro Prisco Viana, que dirigia o extinto MHU e não mudou de gabinete.

Do ministério enfraquecido pelo corte de US\$ 39 bilhões promovido pelo orçamento aprovado no último dia 30, como determinava a Constituição, o ministro Prisco Viana passa agora a dirigir um "órgão poderoso, que atuará como um ministério forte", segundo

o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Dentro dos moldes da nova Constituição, o novo ministério foi criado por um simples decreto assinado pelo presidente, o que significa que o Congresso poderá alterar a sua decisão.

Como parte das modificações provocadas pela criação do novo ministério, o presidente Sarney transferiu de volta para o Ministério do Interior a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Urbanismo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente e a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que estavam vinculados ao extinto MHU. O Ministério dos Transportes ganhou a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), que também pertencia ao MHU, enquanto o Ministério da Saúde teve sua estrutura confirmada mas ganhou uma nova função: executar a política de saneamento básico do governo, que igualmente estava a cargo do MHU.

JDO BRAS 2 3 19. 80

278

f. 80

CNBB vê três pontos negativos na Carta

"A nova Constituição brasileira tem três pontos negativos: a legislação referente à posse da terra, que dificulta ainda mais a reforma agrária, a lei sobre o aborto, que não é muito clara, e a lei sobre a divórcio, que facilita o procedimento da separação", declarou o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Luciano Mendes. Ele está em Bruxelas participando de um seminário promovido pela Organização Internacional para o Desenvolvimento e a Solidariedade (Cidse).

Sob a presidência dos bispos brasileiros, Dom Luciano Mendes, o seminário tem como tema principal a situação da Igreja Católica no Brasil.

porque a distribuição da terra no Brasil é muito desigual. Um por cento dos proprietários de terra possuem 49% das terras cultiváveis". E acrescentou que "para os bispos, este assunto é vital porque mostra a situação social do Brasil". Segundo ele, o "nosso trabalho é conscientizar a população e denunciar as quatro grandes injustiças nas zonas rurais: a divisão da terra, que não é feita como manda a lei; a violência no campo, onde os crimes cometidos ficam impunes; e a atitude das autoridades, que não fazem nada para combater estes crimes".

Dom Luciano Mendes disse ainda, referindo-se ao crucial problema da dívida externa brasileira, que "os bispos pensam que há muita injustiça nesta dívida, porque os governos a contraíram sem consultar o povo brasileiro, porque não se sabe onde foram parar as verbas emprestadas e porque os países credores fixaram unilateralmente os juros, sem consultar os devedores". O presidente da CNBB desmentiu categoricamente a acusação feita aos sacerdotes Etienne Lemaire e Gerard Olivier, de praticarem simonismo e tráfico de influência.

01.01

8904179

Em reunião de quatro horas, ontem, os ministros militares definiram que vão encaminhar ao Executivo sua posição em relação a mais de 20 leis complementares. E têm pressa de uma solução

Militares querem leis complementares logo

Os ministros militares estiveram reunidos durante quatro horas, ontem, discutindo especificamente o tratamento a ser dado à elaboração das leis complementares que lhes interessam. São mais de 20 leis e, segundo o ministro Leônidas Pires Gonçalves, "o Exército tem pressa em resolver o assunto. Acho que quanto mais rápido saírem as leis complementares, melhor será porque este país precisa ser submetido a um sistema legal em todos os aspectos", disse o general.

Segundo o ministro, os militares estão em condições de colaborar no que for necessário, como ocorreu durante a elaboração da nova Constituição. "Vamos sugerir os projetos de lei ao Executivo e voltaremos ao Congresso para trabalhar pela sua aprovação", disse ele. Com relação ao artigo que trata do papel constitucional das Forças Armadas, o ministro acha que não cabem leis complementares. Para ele, "está claro" que as três forças podem intervir na manutenção da ordem interna, desde que solicitadas por um dos três poderes.

Esta é a primeira vez que os ministros se reúnem neste almoço de trabalho depois de pronta a nova Constituição. Mesmo assim, o ministro do Exército não quis fazer maiores comentários sobre o texto. "Eu diria", disse ele, "que o contrato de casamento está feito. Vamos ver agora como vai ser a vida conjugal."



General Leônidas Pires Gonçalves: "contrato de casamento está feito"

A extensão de alguns direitos trabalhistas do funcionalismo aos militares, como salário-família e direito-paternidade, foi defendida pelo ministro do Exército. "Acho que equidade é uma coisa muito saudável, porque dá um senso de justiça e não determina revoltas", disse ele.

Queimadas

Embora as queimadas em florestas brasileiras não tenham feito parte da pauta da reunião, o ministro lembrou que o Exército está colaborando para que "o fogo não dilapide nossas riquezas naturais". Ele comentou ainda notícia divulga-

da quarta-feira, pela TV Manchete, de que um fogareiro do Exército foi encontrado numa área queimada do Parque Nacional de Itatiaia. "O comportamento de nossas tropas é muito disciplinado. Tenho certeza de que este incêndio não é de nossa responsabilidade. Mesmo porque não estamos interessados em botar fogo em coisa alguma", garantiu ele.

Participaram do almoço os ministros da Marinha, Henrique Sabóia, da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, o anfitrião Valbert Liseux, e os chefes do Gabinete Militar, Bayna Denis, e do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes. (AE/Rádiorrás)

"Brasil só sai da crise pelo trabalho"

"O Brasil só sairá da crise pela força do trabalho e não pelo incentivo ao ócio e à preguiça". É o que pensa o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, a respeito de algumas das conquistas sociais aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte, como a licença de 120 dias para a trabalhadora gestante. Em longa conversa em seu gabinete com o senador Carlos Alberto (PTB-RN), o ministro do Exército manifestou-se também sobre a sucessão presidencial, observando que a campanha eleitoral para escolha do sucessor do presidente José Sarney será a única dos últimos tempos que se decidirá exclusivamente pelo conteúdo ideológico dos candidatos.

"A sociedade terá a oportunidade de escolher entre um candidato de esquerda, de idéias socialistas, e um outro de centro, que terá apoio de

forças liberais, conservadoras e até da direita". Na análise informal sobre a situação política do País, o ministro Leônidas Gonçalves observou que este será o divisor de águas da população brasileira e, partindo desse pressuposto, o general considera lamentável que as discussões sobre a realidade nacional ainda sejam conduzidas por personagens das décadas de 45 a 60. Segundo ele, não houve nenhuma renovação no quadro político brasileiro e isso não permitiu o surgimento de novos líderes com mensagens diferentes.

Novas lideranças

"O Brasil cresceu, prosperou, mas continua vivendo sem lideranças novas", lamentou o ministro. Ressaltando que a Constituição tem muitos pontos positivos, o ministro do Exército observou, entretanto,

que a Constituinte teve com a sociedade um namoro, um noivado e um casamento mal feito. Mas chegará o dia, disse, que a própria sociedade se decepcionará, se frustrará, por conta de alguns pontos que são irracionais, como o que reduz o tempo de aposentadoria para diversas categorias profissionais, e a licença de 120 dias para a mulher gestante. "Mas poderá haver o divórcio", advertiu. Para ele, existe grande diferença entre o Brasil real e o concebido pelos constituintes no texto da nova Constituição.

Algumas dessas conquistas sociais se refletirão em prejuízo do próprio País", afirmou o ministro, garantindo, entretanto, que as Forças Armadas, por sua formação democrática, cumprirão e farão cumprir o que foi decidido pela Assembleia Nacional Constituinte. (ANDA)

A comissão técnica será integrada por três representantes dos trabalhadores e três empresários. Decisão foi tomada em Brasília onde também foram lançadas as bases para a assinatura do pacto: retomada dos investimentos sem diminuição de salários

Pacto tem comissão para ajustar preços e salários

Retornaram praticamente à estaca zero todos os avanços anunciados até o fim da semana passada pelo senador Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, nas negociações entre empresários e trabalhadores em torno de um pacto social para combate à inflação. A proposta de entendimento preliminar consolidada por Albano Franco e Luís Antônio Medeiros, presidente da Confederação dos Metalúrgicos, foi reduzida ontem, após três horas de reuniões entre lideranças empresariais e de trabalhadores na sede da CNI, em Brasília, a uma lacônica nota oficial de 15 linhas. A criação de uma comissão técnica que deverá estudar fórmulas para o reajuste de preços e salários foi a principal decisão da reunião. A comissão será composta por três técnicos representando os empresários e três representando os trabalhadores.

A nota divulgada define a necessidade de consultas às bases de cada um dos dirigentes, com vistas à agilização das negociações já iniciadas, e estabelece que o entendimento pretendido somente será obtido através do suporte público e da participação e contribuição ativa de todas as entidades representativas dos vários agentes econômicos e sociais, incluídos os poderes Executivo e Judiciário, os partidos políticos e o Congresso Nacional.

O maior mérito da reunião de ontem, segundo a unanimidade dos participantes, foi ter elevado o número de adesões à tese de que um amplo entendimento é necessário para promover o reajustamento interno, a retomada do desenvolvimento e a estabilidade econômica, política e social, nas palavras da nota oficial, outro mérito do acordo de ontem foi alterar as rotas de colisão em que



Lideranças empresariais e de trabalhadores assinam acordo em Brasília

alguns dirigentes se encontravam.

Garantia

A base do pacto social, segundo informaram o senador Albano Franco e o dirigente sindical Luís Antônio Medeiros, é a garantia de que os empresários voltarão a investir e não haverá perda salarial para os trabalhadores. No documento, inclusive, o grupo expõe que "de todos se espera o indispensável apoio à iniciativa de obterem um entendimento que levará em conta não apenas as contribuições já apresentadas, mas

também aquelas que surgirão da adesão consciente de todos os segmentos da sociedade civil ainda não participantes". Assinaram a nota o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, Orlando Coutinho, Confederação dos Metalúrgicos, Luís Antônio Medeiros. Por parte dos empresários assinaram Alysson Paulinelli, Luís Roberto Ponte, Victor Martins, Camilo Cola, Luís Carlos Mandelli, Mário Amato e Roberto Della Manna. (AE-Brasília/ZH-AG)

Planalto estimula negociação sem interferir

Qualquer intervenção do governo, neste momento, das negociações do pacto seria perturbadora ao processo, disse ontem, o porta voz do governo, Carlos Henrique. Afirmou que o posicionamento do governo sobre o pacto, que vem sendo produzido por empresários e trabalhadores, sempre esteve condicionado a um consenso prévio entre as partes e que as sugestões apontadas não viessem contestar a política do governo de equilibrar as finanças públicas.

Destacou que o presidente estimula os entendimentos e que o governo já vem cumprindo com sua parte, contendo os gastos públicos, "cujos esforços vem sendo reconhecidos pelas partes que

negociam o pacto de combate à inflação". Ao fazer esta afirmação, Carlos Henrique ressaltou que isto não significa que se esgote aí a contribuição do governo. Esclareceu que o governo pode aceitar sugestões, que lhe acarretarão novas atribuições e tarefas.

Reafirmando que o governo não tinha como interferir antes que o consenso se fizesse, pois isto implicaria em um juízo de valor do governo, que funcionaria como "um elemento perturbador, acrescentou que a luta contra a inflação alcançou um novo patamar. Lembrou que há uma mudança de qualidade no enfrentamento d inflação, onde além do

governo, atuarão com responsabilidade trabalhadores e empresários.

Ao referir-se a tentativas anteriores de Pacto, que fracassaram, Carlos Henrique frisou que a situação de crise vivida pelo país levou a que as forças sociais caminhassem "por pactuar uma solução solidária". Por isso mesmo, continuou, não há sentido em especulações afirmando que o governo poderá se adiantar ao Pacto, anunciando novas medidas contra a inflação. Ao comentar o aumento da inflação, em setembro, responsabilizou pela alta, os especuladores e a falta de patriotismo daqueles que patrocinam boatos e que "acabam contaminando a sociedade". (Brasília/ZH)

DS

P 75

JORNAL DO BRASIL

S-9

Opini.

Moreira X Brizola

Rogério Coelho Neto

Em 1982, o confronto entre ambos foi direto. Quebrou-se, no caso, o elo de uma cadeia que parecia encaminhar a eleição governamental daquele ano para uma polarização irreversível entre Miro Teixeira (PMDB) e Sandra Cavalcanti (PTB). Leonel Brizola ganhou por cerca de 200 mil votos de frente, consolidando o seu PDT, mas Moreira Franco, então no PDS, partido que adotou para fugir ao jogo chaguista do PMDB, fez da derrota o ponto de partida para uma caminhada que o levaria, em 1986, ao Palácio Guanabara.



O confronto de 1986 não foi, contudo, direto. Moreira enfrentou o professor Darcy Ribeiro, que era o vice de Brizola. O ex-governador, já candidato declarado à Presidência da República, foi impedido de aparecer na televisão, mas Darcy se encarregou de mostrar, em todos os eventos — sobretudo nos programas gratuitos do rádio e TV —, que ele e Brizola eram uma só pessoa. Moreira ganhou por uma frente de quase 900 mil votos.

A terceira guerra entre Moreira e Brizola não estava prevista para já. O choque entre os dois só deveria ocorrer em dezembro, quando as sete cidades fluminenses com mais de 200 mil habitantes estariam realizando eleições em segundo turno para eleger seus prefeitos. Como não vai haver segundo turno, este ano, o choque entre o governador e o ex-governador no Rio, Niterói, São Gonçalo, Campos, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias não vai tardar. Pela posse da maioria dessas importantes plataformas de lançamento político, Moreira e Brizola já estão se colocando em posição de guarda.

Brizola representa, como imagem de político carismático — ele e Miro Quadros são os últimos remanescentes da espécie —, uma esperança de vitória para os candidatos do PDT no Rio (Marcello Alencar), em Niterói (Jorge Roberto Silva), em São João de Meriti (Carlos Corrêa), em São Gonçalo (Edson Enquist), em Duque de Caxias (Jardanes de Oliveira), em Nova Iguaçu (Aloísio Gama) e em Campos (Antony Garotinho). Como o ex-governador terá de participar da campanha pedetista em todo o país, não poderá aparecer, com a frequência que os candidatos do seu partido esperam, nos palanques fluminenses.

Hoje, dos candidatos pedetistas lançados às prefeituras das

grandes cidades fluminenses, Marcello, Jorge Roberto e Garotinho são os únicos que podem em condições de caminhar sozinhos, sem a tutela absoluta de Brizola. Os demais vão precisar — e muito — da presença constante do ex-governador em seus principais eventos eleitorais. O deputado Carlos Corrêa, candidato em São João de Meriti, já decidiu fazer, por exemplo, da sua campanha "um hino de exaltação" à candidatura de Brizola à Presidência da República.

Moreira vem dando a impressão de que não tem grande interesse pelas eleições municipais e que tanto faz ganhar ou perder no Rio. O governador, manda a verdade que se diga, está, no entanto, se armando para a luta com Brizola — a terceira nos seus 14 vitoriosos anos de carreira política. Tanto na campanha de José Colagrosso, que disputa a sucessão carioca pela Aliança Popular e Progressista (PMDB-PFL-PTR-PDC), como na de alguns candidatos de partidos que integraram, há dois anos, a Aliança Popular Democrática, que o elegu, Moreira já ensaia passos decisivos para participar das eleições.

Em alguns municípios, a participação do governador será intensiva. Niterói é um deles. Moreira iniciou sua carreira pela ex-capital fluminense, onde foi o deputado federal mais votado da história da cidade, antes de se eleger prefeito. O candidato que o governador avaliza é o ex-deputado Francisco Lomelino, que tem uma história ligada a sortilégios: todas as vezes em que disputa uma eleição sob a proteção de Moreira acaba vencedor. Assim, Lomelino conquistou dois mandatos estaduais e perdeu dois.

Em Duque de Caxias, Moreira joga com duas alternativas: Hidekel Freitas (PFL-PMDB-PCB-PTB e pequenos partidos) e Messias Soares (PTR-PDC e pequenos partidos). A situação de Caxias repete-se em Campos: o governador sairá vitorioso se o prefeito for Jorge Renato Pereira Pinto (PMDB) ou Rockefeller de Lima (PFL). Em São João de Meriti, o candidato de Moreira é José Amorim (PDC-PMDB e pequenos partidos), enquanto em São Gonçalo ele jogará todas as suas fichas no candidato do PFL, Antônio Maia.

Brizola e Moreira, embora armados até os dentes para o terceiro confronto que travarão, desde a abertura política, não acham que a perda das eleições, agora, aqui ou ali, invalide uma boa participação, de um ou de outro, na campanha presidencial do ano que vem ou nos movimentos que marcarão as sucessões governamentais de 1990. Exemplos dessa convicção de ambos até que existem: Franco Montoro perdeu a prefeitura paulista, em 1985, com Fernando Henrique, mas levou Orestes Quécia a sucedê-lo, um ano depois, enfrentando, com o candidato (hoje governador), uma grande campanha de descrédito.

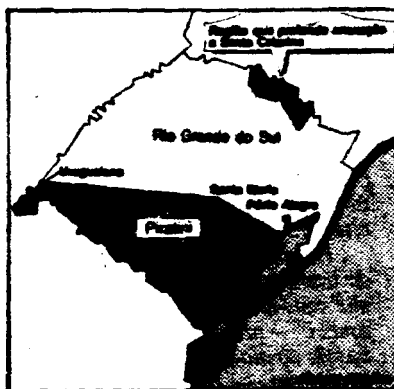
Cresce movimento para separar região sul do território gaúcho

PORTO ALEGRE — Está crescendo a campanha separatista dos municípios do sul do Rio Grande do Sul, visando à criação de mais um estado na federação. Prefeitos, empresários e dirigentes de entidades de 42 municípios se reuniram na Fundação Universitária de Bagé para discutir a proposta que está sendo encabeçada pelo prefeito de Pelotas, José Maria Carvalho da Silva (PMDB) e pelo candidato do partido à sua sucessão, deputado Irajá Andara Rodrigues.

— Só há vantagens na separação porque deixamos de ser um peso para as administrações estaduais e saberíamos administrar melhor nossas necessidades e problemas — comentou o prefeito José Maria Carvalho da Silva. Ele se queixa que “há quase 30 anos a região sul do estado está abandonada, não recebe nenhuma obra de vulto, nem pavimentação das estradas”. Oito municípios do extremo norte do Rio Grande do Sul também querem a separação, reclamando da marginalização pelas autoridades estaduais. Eles são Cacique Doble, São José do Ouro, Esmeralda, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, Barrachão, Machadinho e Marcelino Ramos.

Segundo o prefeito de Pelotas, em reunião promovida semana passada com representantes de vários municípios do sul, houve consenso sobre a necessidade de disseminar entre a população a idéia de uma divisão do Rio Grande do Sul, por uma linha imaginária que atravessaria o estado à altura de Santa Maria, Uruguaiana e Tapes.

“Não estamos brincando, embora pa-



ra muitos esta campanha possa parecer absurda e motivo de riso. Estamos pensando com toda a seriedade na possibilidade de um movimento que culmine na separação”, afirmou o deputado Irajá Andara Rodrigues, que já foi prefeito e novamente concorre à prefeitura de Pelotas pelo PMDB.

Quilômetros de estrada — Irajá observou que enquanto o noroeste, a serra e o centro-oeste do estado — regiões de minifúndios produtoras de trigo, soja, feijão, uva, milho, etc — tiveram nos últimos 10 anos cerca de 1.000 quilômetros de estradas pavimentadas e deverão receber mais 600 quilômetros até o final da administração Pedro Simon, a parte sul ganhou apenas 63 quilômetros de estradas. “Parece até brincadeira”, reclama Irajá. Os separatistas protestam também contra a morosidade na expansão da telefonia rural, eletrificação e instalação de serviços de saúde nos municípios (muitos deles na fronteira com o Uruguai).

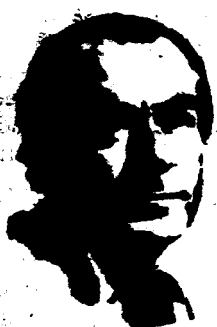
“Em muitos aspectos o Uruguai está mais desenvolvido do que nós, principalmente no que se refere a rodovias”.

Ainda este mês, eles pretendem promover um amplo encontro de lideranças municipalistas do extremo sul para lançamento do manifesto separatista. O movimento já foi oficialmente comunicado ao governador Pedro Simon, que pediu calma aos líderes, prometendo resolver os problemas mais urgentes da região. Um tanto incrédulo no êxito da mobilização, o governador batizou em tom de brincadeira, de “estado de Piratini”, a pretensa nova unidade da federação. Piratini é o nome do município da região, no qual a Revolução Farroupilha (1835/45) implantou o governo revolucionário separatista na guerra contra o Império. Atualmente, Piratini tem uma reduzida expressão econômica no estado, e continua sem estradas asfaltadas como no século passado.

As principais cidades do território separatista são: Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santa Maria, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento e São Gabriel, com uma população em torno de 2,8 milhões de habitantes e economia basicamente centrada nas culturas de arroz e soja e na pecuária.

Oito municípios do norte e nordeste do estado também estão empenhados numa campanha para se separar do Rio Grande anexar seus territórios ao vizinho estado de Santa Catarina. Semana passada, os prefeitos estiveram reunidos com o governador Pedro Simon, expondo os motivos do movimento separatista, mas não tiveram garantias de solução aos seus problemas.

Ao povo brasileiro (II)



As funções de controle e fiscalização do Congresso estão suspensas há dois anos, em função da Constituinte. É necessário que a Câmara e o Senado voltem a funcionar e ponham um freio às irresponsabilidades do Governo Sarney, a esta privatização e conversão da dívida improvisadas e obscuras.

Leonel Brizola

Travessia Perigosa

Depois de tantos meses de indefinições, finalmente, chegou a Constituinte ao fim de sua missão. Foi um período rico de experiências e ensinamentos, assinalado por alguns avanços mas também com penosas frustrações para o povo brasileiro. A maior destas, sem dúvida, foi a injustificável concessão de mais um ano para o Governo Sarney, à custa de envolvimento e pressões, de favores e benesses. Uma verdadeira mancha, sobretudo um gravíssimo erro.

De outra parte, alguns avanços importantes foram incorporados ao novo texto constitucional. A rigor, ainda não é possível avaliar a projeção prática dessas conquistas.

O que se pode afirmar, é que se abrem perspectivas de reais transformações na vida brasileira, com a fixação da data para as eleições presidenciais. Um Governo legítimo e acatado, unido pelo voto popular, é, efetivamente, uma perspectiva coerente para a urgente mudança de rumos da vida brasileira e, inclusive, para o encaminhamento de propostas que venham a sanar eventuais incongruências de uma Constituição marcadamente analítica e complexa.

Chegar até às eleições passa a ser, agora, o grande desafio para esta Nação. A própria sobrevivência da nova Carta depende, indissoluvelmente, da realização de eleições no próximo ano.

Até lá, a integridade da Constituição recém votada, estará submetida a uma única, mas, grave e permanente ameaça: a existência do Governo Sarney, por tratar-se de um governo comprovavelmente incapaz diante da crise e não eleito, que vem em seu seio, bem no núcleo do Poder, a partir do próprio Presidente, figuras que apoiaram e foram grandes beneficiárias do regime de arbítrio, como os srs. Roberto Marinho, Antônio Carlos Magalhães e outros tantos. Em suma, do governo Sarney e somente dele é que podem surgir obstáculos e dificuldades para a plena vigência da nova Constituição e os horizontes que ela abre para o povo brasileiro, com a fixação da data das eleições.

A crise do magistério

Em qualquer País que se preze, em qualquer Nação que se preocupe com sua existência e sua soberania, a educação é sempre a prioridade máxima. E aqui no Brasil? Em que pretendem transformar o nosso povo? O que desejam como destino para o País?

O ensino público é cada vez mais deficiente. Vem sendo sistematicamente degradado: além de deixar milhões de crianças fora da escola, suas estruturas estão se reduzindo a níveis deploráveis. Agora, no Governo Sarney, chegou a vez do próprio ensino particular ser desestruturado.

Há um estado generalizado de revolta no magistério em todo o País. Não se pense que se trata apenas de inconformismo diante de vencimentos injustos. Mais que uma reivindicação salarial, é uma atitude de indignação frente a um sistema educacional que está condenando o povo brasileiro ao atraso e à submissão. Transformam-no, assim, em presa fácil deste modelo econômico colonial que vem tornando insustentável a vida neste País.

O PDT, que tem a criança como prioridade maior, coloca-se junto ao professorado brasileiro em seus reclamos e inquietações. Nenhum partido tem maior experiência e autoridade que o nosso em matéria de educação. E é esta experiência que nos persuadiu de que não há como fazer da educação o grande instrumento das transformações nacionais sem que, ao mesmo tempo, se eleve a padrões compatíveis e dignos o nível de vida do magistério. É a grande revolução que, urgentemente, precisa ocorrer neste País. Para salvar as novas gerações — o presente e o futuro desta Nação — será necessário exigir tanto do professorado brasileiro, que tudo aquilo que em seu benefício puder ser feito, será bem merecido, diante das suas incansáveis tarefas e responsabilidades.

Descartáveis — Para as elites brasileiras, os partidos são descartáveis. Vejam como inventam, criam, guardam nas prateleiras, extinguem ou juntam siglas em alianças conforme as conveniências do momento. O importante é confundir a população. Historicamente, as elites se mantêm no poder através de uma espécie de partido único. É o partido das elites, de todos os pretensões que ditam normas e receitas para o povo, um "frentão" que vai da auto-proclamada esquerda — capaz de servir, p.ex., aos srs. Sarney e Roberto Marinho — até a direita mais despuída. Quando estão ameaçados os interesses das oligarquias e classes dirigentes, o partido único entra em ação. Recordem o que se viu durante o Plano Cruzado e observem certas movimentações eleitorais e verifiquem se não é assim.

Incrível — Não posso entender como tantos fatos venham se passando neste País, sem que não aconteça. O Governo Sarney (a título de ajuda pessoal "danos" do Plano Cruzado!), beneficiou com um empréstimo de cem milhões de dólares (!) o Sr. Mathias Machine, um montador de TVs (Grupo Sharp) do paraíso fiscal da Zona Franca de Manaus. Trata-se de um amigo pessoal do Presidente. Agora, concede ainda a Machine um canal de televisão em São Paulo (JB, 31/8). O que ocorreria neste País se eu, Leonel Brizola, no Governo, cometesse a ousadia de permitir decisões como estas?

Mérito — O PDT orgulha-se de sua bancada na Constituinte. Sob a liderança do Deputado Brandão Monteiro, nossa representação conquistou, ali e junto à opinião pública, a mais alta credibilidade por sua coerência, lucidez, autenticidade e espírito público, mesmo sofrendo discriminações de importantes órgãos de comunicação que, muitas vezes, atribuíam a outros suas propostas e iniciativas.

Leon Brizola

Leonel Brizola
Presidente do PDT

Empresário perdeu quase tudo

Nem no segundo turno 'lobby' funcionou bem

Inácio Muxxi

BRASÍLIA — No dia 26 de julho, 200 líderes empresariais de todo o país reuniram-se em Brasília para deliberação sobre a proposta de emenda supressiva no segundo turno da Constituinte. Na madrugada de sexta-feira, quando finalmente terminou o segundo turno de votação do texto constitucional, era flagrante a derrota do empresário: apenas uma das 24 emendas havia sido aprovada.

"Trata-se de uma luta pela sobrevivência na qual não há possibilidade de rendição". Essa frase pronunciada pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Arthur João Donato, uma das pronunciamentos daquela tarde de julho, não fazia mais sentido nos momentos derradeiros do segundo turno da Constituinte. Nós fraquejamos no nosso trabalho de base", clamava na tarde de quinta-feira o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), senador Albano Franco (PMDB-SE). "Faltou o contato, o diálogo, a identificação de cada empresário ao constituinte de sua região", desabafou Franco.

Os empresários, que no primeiro turno tiveram conquistas importantes, como o voto à estabilidade no emprego e a manutenção da legislação sindical — que não pôde ser alterada —, na segunda etapa da Constituinte perderam até mesmo nas supressivas cuja aprovação era considerada "uma barbada", conforme entendimento de um lobbyista da União Brasileira de Empresários (UB). A entidade tinha, por exemplo, a certeza de que o tabelamento dos juros em 12% seria suprimido. No momento da conferência dos votos favoráveis à emenda supressiva apresentada pelo deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), um empresário da cons-

trução civil, descobriu-se que a matéria necessitava do entusiasmo de mais 39 constituintes.

Na relação de derrotas dos empresários, somam-se mais 22 pontos expostos num caderno preparado em julho pela UB, para orientar a categoria no que o presidente do grupo Gestas, Jorge Gestas Johansen, do setor metalúrgico, definiu como "uma luta para não perdarmos o bonde da história". Neste bonde, porém, a classe só embarcou uma vez, quando conseguiu a aprovação da emenda que cassava o direito dos Tribunais Regionais do Trabalho interferirem na esfera de atuação do Tribunal Superior do Trabalho.

O coordenador da UB, Antônio de Oliveira Santos, acha que os empresários venceram também na limitação dos prazos para a prescrição dos contratos de trabalho. No entanto, como admite o deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), "esta foi uma luta que ficou praticamente a cargo do setor rural", ou seja, da UDR.

Na noite de quinta-feira, pouco depois de anotar a derrota na luta contra o tabelamento de juros, Albano Franco lamentou que as multinacionais tenham "trabalhado tão mal na Constituinte", contribuindo para ampliar o elenco de derrotas do empresariado. "Eles não ganharam nada porque investiram errado na estratégia do golpe-a-corpo, que só fez irritar a opinião pública, a imprensa e os constituintes", afirmou o senador.

A tese de Franco é compartilhada por assessores da CNI, da UB e da Fiepe que trabalharam na Constituinte e que atribuem as derrotas do capital estrangeiro à preferência "pelo jogo de abafa" e à entrega de seus interesses à escritórios de lobby. "Estes escritórios além de não terem uma identidade real com os interesses da empresa contratante, também não viam com bons olhos um fim tranquilo da Constituinte, que lhes roubaria os clientes. De jeito que ficou, pelo menos as empresas precisariam dos escritórios para fazer o lobby da legislação ordinária", depõe um assessor de uma entidade de empresas nacionais.

Onde a luta foi perdida

Além do tabelamento dos juros, os empresários tentaram, em vão, alterar outros 22 dispositivos do projeto de Constituição.

Mandato de injunção — Os empresários queriam suprimir este dispositivo que garante o direito do cidadão de exigir o cumprimento das normas constitucionais. A UB acha que o mandato é "uma muleta destinada a garantir, aos absurdos definidos como hipótese, pernas para chegar ao concreto".

Relação de emprego protegida — Os empresários concordavam com a relação do emprego protegida contra despedida arbitrária, prevendo-se indenização compensatória. Mas desejavam a supressão do termo "dentre outros direitos".

Turnos ininterruptos de revezamento — A UB queria a supressão total do dispositivo que assegurava a jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. A Constituinte suprimiu a palavra "máxima". A UB acha que assim está bem.

Férias — Os empresários resistiram inutilmente à obrigação de pagar a seus empregados um terço a mais do que o salário normal no período de férias.

Aviso prévio — Os empresários não queriam que o pagamento do aviso prévio fosse relacionado ao tempo de serviço, com um prazo mínimo de 30 dias.

Prescrição — Aos empresários interessava que o prazo de prescrição para os contratos de trabalho fosse regulado apenas para o trabalhador urbano, no limite de cinco anos.

Greve — A UB queria que fosse mantida apenas a frase: "É assegurado o direito de greve", suprimindo-se a competência do trabalhador para decidir sobre a oportunidade da paralisação e os interesses a defender.

Adicional de Imposto de Renda — Os empresários

recomendavam a supressão total do dispositivo que dá aos estados competência para cobrar o adicional de até 5% do Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital.

Conceito de empresa nacional — A UB lutou pela supressão total dos incisos que distinguem e criam privilégios para a empresa de capital nacional. Para eles bastava a definição de que "a empresa brasileira é aquela constituída por leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país".

Nacionalização da pesquisa e lavra — As empresas de mineração como um todo e as multinacionais em particular, levaram a UB a lutar contra a nacionalização da pesquisa e da lavra de recursos minerais.

Contrato de risco — Em vão a UB recomendou também a manutenção dos contratos de risco para a prospecção de petróleo.

Assistência à saúde — A preservação do veto à participação do capital estrangeiro na assistência à saúde, foi mais um insucesso da luta dos empresários na Constituinte.

Os empresários colheram derrotas ainda na tentativa de impedir a estatização no setor de telecomunicações, de reduzir a competência da União para legislar sobre trânsito e transportes, e de ceder ao Estado a incumbência de organizar o abastecimento. A estatização dos serviços de gás canalizado foi igualmente condenada pelos empresários, assim como a competência dada aos municípios para suplementar a legislação federal e estadual.

A UB não conseguiu ainda impedir a competência normativa concedida à Justiça do Trabalho, o papel de agente regulador da economia atribuído ao estado e a caracterização do mercado interno como patrimônio nacional. Em vão a entidade tentou também suprimir o imposto sobre grandes fortunas.

098

1902

J. 05 B. 3-5-86

Governo não poderá usar decreto-lei

Desde a zero hora de hoje o governo está proibido de editar decretos-leis e, se o presidente Sarney um dia ainda quiser fazer um Plano Cruzado, deverá assinar não um decreto, mas uma medida provisória, a ser submetida à deliberação do Congresso. Se no prazo de 30 dias, o Legislativo não transformar essa medida provisória em lei, ela perderá totalmente sua eficácia. "Isso ainda completamente a força do Executivo e as consequências de um plano cruzado", dizia ontem o deputado Paes Landim (PFL-

PI), ao ler esse capítulo da Constituição. Com a nova Constituição, o cidadão brasileiro passa a dispor de um instrumento judicial chamado mandado de injunção, que obrigará o governo a cumprir o que a lei manda, possibilitando a qualquer pessoa exigir na Justiça, por exemplo, o pagamento de juros não superiores a 12% ao ano na contratação de um empréstimo. O advogado e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Pedro Gordilho diz que o Artigo 197, que disciplina esses juros, é auto-aplicável. "Esse artigo está sujeito ao mandado de injunção para que se obedeça a regra que ele sufraga. Qualquer tentativa de embaraçar a aplicação desse preceito constituirá um inaceitável contorcionismo", afirma ele. Gordilho se refere ao fato de que o ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, sustenta que, só

depois de regulamentado, o tabelamento de juros poderá ser aplicado. "O que as autoridades econômicas estão querendo é adiar a aplicação da regra, com essa discussão a respeito da concessão de juros reais. Mas isso é um intolerável contorcionismo", diz ainda Gordilho. Ele ressalva que os contratos já existentes não se favorecem desse tabelamento porque o princípio de que a lei retroage para beneficiar só se aplica na esfera penal. Os decretos-leis que já estão tramitando no Congresso Nacional serão regulados da seguinte forma: se editados até ontem, serão apreciados em 180 dias a contar da promulgação da Constituição; se não foram apreciados serão considerados rejeitados. Os decretos-leis editados entre 3 de setembro e a promulgação do texto constitucional serão convertidos em medidas provisórias.

Contratações provocam crise entre ministros

Sérgio Leo

BRASÍLIA — As contratações de funcionários públicos sem concurso, na véspera da promulgação da Constituição, estão se tornando um problema provocando uma crise ministerial. O ministro da Administração, Admar de Oliveira, obteve na semana passada a aprovação do presidente José Sarney para 1.252 contratações em 29 repartições do governo — e não apenas 525, em cerca de 20 repartições, como antes do governo haviam informado inicialmente ao JORNAL DO BRASIL. Mas a divulgação desses funcionários, ainda não publicados no Diário Oficial, encontrou resistência nos ministros da área econômica.

Uma lista inicial encaminhada ao Conselho Interministerial de Planejamento e Investimentos (Cipi), com 893 pedidos de contratação, foi aprovada no dia 22. A lista enviada à Administração, porém, chegou a 1.252. O Conselho Interministerial de Planejamento e Investimentos, mais oito para a Universidade de Brasília e Escola Técnica de Brasília. O ministro considera que os pedidos, segundo ele, já aprovados pelo presidente Sarney, não devem ser questionados de outros ministérios e foram aprovados regularmente — embora não tenham aprovação anterior do Cipi, que não poderia aceitar o questionamento e o cancelamento de promulgações de nome. Contudo, outros ministros, liderados por Admar, reagiram. "O presidente determinou que, se for necessário ouvir antes a área econômica, ela será ouvida e as contratações seguirão em ajuste" disse então uma fonte do Palácio do Planalto.

A decisão tomada com apoio presidencial golpeia as intenções do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu — que há duas semanas anunciou para o JORNAL DO BRASIL sua intenção de só contratar novos funcionários remanejando empregados através de concurso interno. Abreu é um dos maiores opositores da contratação, que, segundo se argumenta no Ministério da Administração, atende apenas a pedidos de outros ministérios, como o das Comunicações e o da Cultura além do Serviço Nacional de Informações.

A intenção do Palácio do Planalto, segundo assessoros do governo, era liberar gradualmente, no Diário Oficial, as contratações — entre elas 83 para a Fundação Pró-Leitura, do Ministério da Cultura, 162 para a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucas), 49 para a Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (Funteve). O argumento dos



Ministro encaminhou a lista de

assessores dos ministros da Economia, do Trabalho e do Planejamento, de que os pedidos de contratações não foram acompanhados de justificativas ou informações sobre qual a utilidade e função dos funcionários a serem contratados.

Se ainda até 5 de outubro o governo não puder fazer coisa alguma, não a Constituição, a ser promulgada, não há como fazer concurso público. O Ministério da Administração aprovou o Decreto 96.600, que determina a reposição de 75% das vagas surgidas na administração pública, desde que haja parecer favorável da Secretaria de Organização e Finanças (SOF), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério do Planejamento e, no caso das Funções e autarquias do Governo, do Cipi, que é presidido pelo ministro da Administração e coordenado ainda pelos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Trabalho. O Cipi não votou, até ontem, aprovado as contratações, 391 no nível superior e 861 de nível médio.

O Arquivo Nacional foi o primeiro encaminhado com 134 contratações; a Sucam, com 162, vem a seguir, e, logo após está o Departamento de Imprensa Nacional, com 141 vagas preenchidas. A Fundação Nacional de Pró-Leitura, do Ministério da Cultura (cujas contratações chegaram a ser cogitadas) teve 83 nomeações; e a Suppan, outro órgão que estava em listas de extinção do governo, obteve mais 25 funcionários.

Sarney se despede da URSS e vai hoje para Portugal

Ruth de Aquino

LENINGRADO — Depois de se despedir do presidente soviético Mikhail Gorbachev no Kremlin, o presidente José Sarney viajou para Leningrado, onde visitou o cemitério de Piskarvskoe, local em que estão enterrados os mortos nos 900 dias do cerco nazista à cidade, durante a Segunda Guerra Mundial.

Hoje de manhã Sarney conhecerá uma fábrica de motores e visitará o museu Hermitage. As 17 horas, o avião presidencial deixa Leningrado rumo a Portugal para uma visita particular de dois dias.

No cemitério de Piskarvskoe, um descampado, estão enterradas 480 mil pessoas, civis e militares, mortas durante o cerco das tropas alemãs em 1941. Muitas morreram de fome por que a ração diária dos leningradenses

era de 150 gramas de pão. Quando os cemitérios da cidade lotaram, os corpos passaram a ser enterrados em valcas comuns e foi ali que surgiu o cemitério de Piskarvskoe.

O presidente Sarney também visitou um pequeno museu, onde assistiu a um filme com cenas da Segunda Guerra Mundial, mostrando a cidade mobilizada no tremendo esforço de resistir ao cerco das tropas de Hitler. Ele também foi à deslumbrante catedral de Santo Isaac, onde todas as colunas são feitas de pedras semipreciosas. A noite, o presidente brasileiro e sua mulher, dona Marly, assistiram ao balé Giselle, da Escola de coreografia do teatro Kirov.

A agência soviética Novosti entrevistou vários visitantes russos na Expo Brasil, a feira de produtos brasileiros que estará aberta até amanhã em Moscou. O diretor da companhia telefônica

de Moscou, Igor Lobovski, afirmou que a visita de Sarney abriu caminho para a formação de uma *joint venture* com a Telebrás. Representantes de cooperativas da Geórgia se interessaram em produzir jeans com a empresa brasileira Siaroup, enquanto estudantes de arquitetura do Instituto de Moscou manifestavam desejo de conhecer as praias e o carnaval do Brasil.

☐ As reformas introduzidas na URSS pela perestroika do presidente Mikhail Gorbachev superaram 1 milhão de empregos na área industrial nos primeiros nove meses de 1988. O vice-presidente da Comissão Estatal de Estatística, Nikolai Belov, disse que as despesas obedecem a um plano de re-
manejamento de pessoal e não provocam desemprego.

01.02

8904190

Visita foi repleta de simbolismos

Ao despedir-se ontem de manhã do líder soviético Mikhail Gorbachev à porta do Kremlin, em Moscou, o presidente José Sarney concluiu uma visita pontilhada de gestos simbólicos do lado soviético. Segundo fontes diplomáticas brasileiras, a visita demonstrou que existe um interesse real da URSS em se aproximar do Brasil. E vice-versa.

Um diplomata brasileiro já há alguns anos na URSS apontou alguns exemplos de gestos que não estavam previstos e que provam essa deferência especial: em primeiro lugar, o passeio no pátio do Kremlin, no primeiro dia da visita.

"Até agora, esse passeio íntimo, entre casais, só tinha sido feito com o presidente Ronald Reagan. Foi uma iniciativa deles, dos soviéticos, o passeio com Sarney", afirmou o diplomata.

Para quem não conhece os soviéticos, pode não parecer nada. Mas este é um povo que dá valor à coreografia e à simbologia nas relações pessoais ou com o seu passado, disse o diplomata.

O presidente Sarney conversou seis horas com Gorbachev. E isso a princípio não era esperado. Nada da assinatura dos atos, quarta-feira, o líder soviético poderia ter limitado esse encontro a meia-hora, mas fez questão de ficar três horas com Sarney. Além disso, no jantar do Kremlin, terça-feira, os brasileiros eram 40% dos convidados, quando o usual, nesses jantares diplomáticos, é que os estrangeiros não passem de 20% dos convidados.

No jantar, estavam também a primeira bailarina do Bolshoi e o capitão da seleção soviética de futebol. Mais um gesto que demonstra o interesse em relações abrangentes e não meramente cordiais.

Ainda outro exemplo de simbolismo: O jantar foi realizado numa sala especial do Kremlin. A Câmara das



Na despedida, no Kremlin, dona Marly ganhou flores

Facetas é o lugar onde os czares recebiam as visitas de delegações estrangeiras. É uma sala toda pintada de temas sacros, bíblicos, na cor dourada, e conhecida como o coração do Kremlin.

Diante dessa recepção, a viagem do presidente Sarney está sendo considerada um êxito pelos diplomatas, que consideram imprescindível agora concretizar os acordos assinados. "Seria politicamente irresponsável deixar passar esta oportunidade histórica de se aproximar, em termos políticos, tecnológicos, culturais e econômicos, do segundo país do mundo", afirmou um deles.

Até porque o consenso é de que o Brasil está chegando tarde à URSS. O mercado soviético não é passivo: ao lado da Expo-Brasil, a feira de produtos brasileiros, havia uma feira inglesa, outra australiana e outra italiana. Está aí, às claras, a disputa pelo mercado de 285 milhões de pessoas.

Ou o Brasil entra nessa ou perde o bonde. É dentro deste contexto que a visita de Sarney contribui para acelerar o processo e fornecer uma imagem mais clara do Brasil aos soviéticos. Teleespectadores na URSS já estão sofrendo com

as desventuras da escrava Isaura (funcionárias do hotel Rossia abordavam brasileiros outro dia para saber o final da novela).

Por falta de marketing, a URSS comprou agora da Espanha centrais telefônicas que poderiam ter sido importadas do Brasil.

Para ajudar a implementar os acordos, já existem dois convites feitos nessa visita: Guri Marchuk, da Academia de Ciências Soviética, deverá ir ao Brasil no próximo semestre. E o chanceler Adren Sodré poderá visitar a URSS novamente no ano que vem, se aceitar o convite feito pelo chanceler soviético Edouard Shevardnadze ao longo desta semana.

De qualquer forma, os resultados não podem ser imediatos. Como lembra um diplomata brasileiro, "as relações militares entre URSS e Brasil começaram há 45 dias, com a chegada do navio-escola da Marinha brasileira a Leningrado". Mas, a julgar pelas declarações dos ministros militares brasileiros, pela primeira vez em Moscou e Leningrado, comunistas deixaram definitivamente de ser antônimos de porcos. (R.A.)

Viagem a Lisboa promete surpresas

Norma Couri

LISBOA — A partir do final da noite de hoje o presidente José Sarney dedica a Lisboa 46 horas que prometem ser salpicadas de pequenas surpresas — distintas, entretanto, daquelas que o assaltaram quando cumpria, há dois anos e meio, oito dias de roteiro sentimental entre Portugal e Cabo Verde.

Desta vez o presidente virá inaugurar a nova sede da embaixada do Brasil, que até ontem mantinha seus telefones desconectados, vários pintores dependurados nos tetos e muito por fazer antes de estar pronta para o batismo na manhã de sábado.

Entre as surpresas positivas se inclui a belíssima fachada desta Quinta das mil flores, adquirida no ano passado por mais de US\$ 1,5 milhão (cerca de Cr\$ 620 milhões) e restaurada por US\$ 400 mil (Cr\$ 165 milhões) para abrigar a chancelaria com toda a elegância da casa setecentista, com imensos jardins, instalada em 5 mil e 500 metros quadrados. Tem azulejos pintados nos muros e paredes, auditório com capacidade para 150 pessoas e dedicado a estados brasileiros, biblioteca, cinemateca, capela, fonte de águas medicinais e até a marca histórica a

cargo do terremoto que a destruiu parcialmente em 1755.

Para arrematar o aconchego, o adido cultural João Condé espalhou pelas paredes 20 quadros de sua coleção particular, incluindo desde a versão morena e urbana de Di Cavalcanti ao paisagismo marinho dos literais de Guignard — passando pelas figuras chagallianas de Cícero Dias e as paisagens mineiras de Marciel. Recolheu em Lisboa mesmo mais 12 quadros das coleções do embaixador Alberto Costa e Silva (Aldemir Martins, Milton Daco), da jornalista Elsie Lessa (Bianco e Teruz), e dos conselheiros e secretários Paulo Renato, Rubem Barbosa e José Taunay (Carlos Schar, Volpi, Ianelli) para fechar a exposição *Alguns pintores brasileiros*. O melhor é que, no caso de Condé, autor lendário dos Arquivos implacáveis da revista *O Cruzeiro*, todos os quadros foram presenteados pelos autores — no caso de Di Cavalcanti, adquiridos em intermináveis partidas de biriba, que o pintor perdia sempre. "Faço isso com prazer para o amigo José Sarney, contista, poeta e pintor aos domingos", diz Condé.

Investimentos — Não está livre de imprevistos a visita particular de fim de semana em Lisboa, dividida entre dois alojamentos — um na residência oficial

do embaixador, às 13 horas de sábado, outro no Grémio Literário — e duas noites na suíte presidencial do Hotel Ritz.

Nem o Brasil que o presidente Sarney deixa novamente nas mãos de Ulysses Guimarães é o mesmo do Plano Cruzado de maio de 1986, nem Portugal permanece o Eldorado para novos empresários como anunciava o presidente há dois anos e meio: de lá para cá o Brasil só ocupou a fatia de 1% dos investimentos estrangeiros em Portugal, deixando a liderança do mercado para a Espanha. Isso, apesar de o presidente do conselho deliberativo da Federação das Associações do comércio Luso-Brasileiro, Rodrigo Leal Rodrigues, garantir que o investimento brasileiro hoje é da ordem de US\$ 20 bilhões (cerca de Cr\$ 8 trilhões).

Não é também de todo impossível que, durante uma entrevista coletiva, o presidente José Sarney seja bombardeado com perguntas sobre a compra da *Quinta dos Lagos*, na região de Sintra, por US\$ 1 milhão, conforme anunciou há alguns meses o jornal *Semanário*. O bonito permanece vivo apesar de a *Quinta* ter sido adquirida em cartório por uma misteriosa companhia de seguros panamenha, Almond, e a notícia negada pelo presidente brasileiro.

Prévia, Invernal

Muita cautela na avaliação sobre o pacto social

Empresários e trabalhadores céticos com proposta

Cautelosos. Assim, trabalhadores e empresários do Rio Grande do Sul têm demonstrado suas posições sobre as discussões que vêm sendo feitas em torno da idéia de um pacto social. É a proposta a ser assinada no início da próxima semana entre empresários e trabalhadores "não tem o sentido ríngico de fazer a inflação cair". Esta é a opinião do vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), empresário Luis Octávio Vieira. A idéia é vista pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Luis Carlos Mandelli, com reserva por não querer ser sócio de mais uma conversa fraca. Já que esta é a quarta vez que se volta a falar no assunto sem nenhum desdobramento prático.

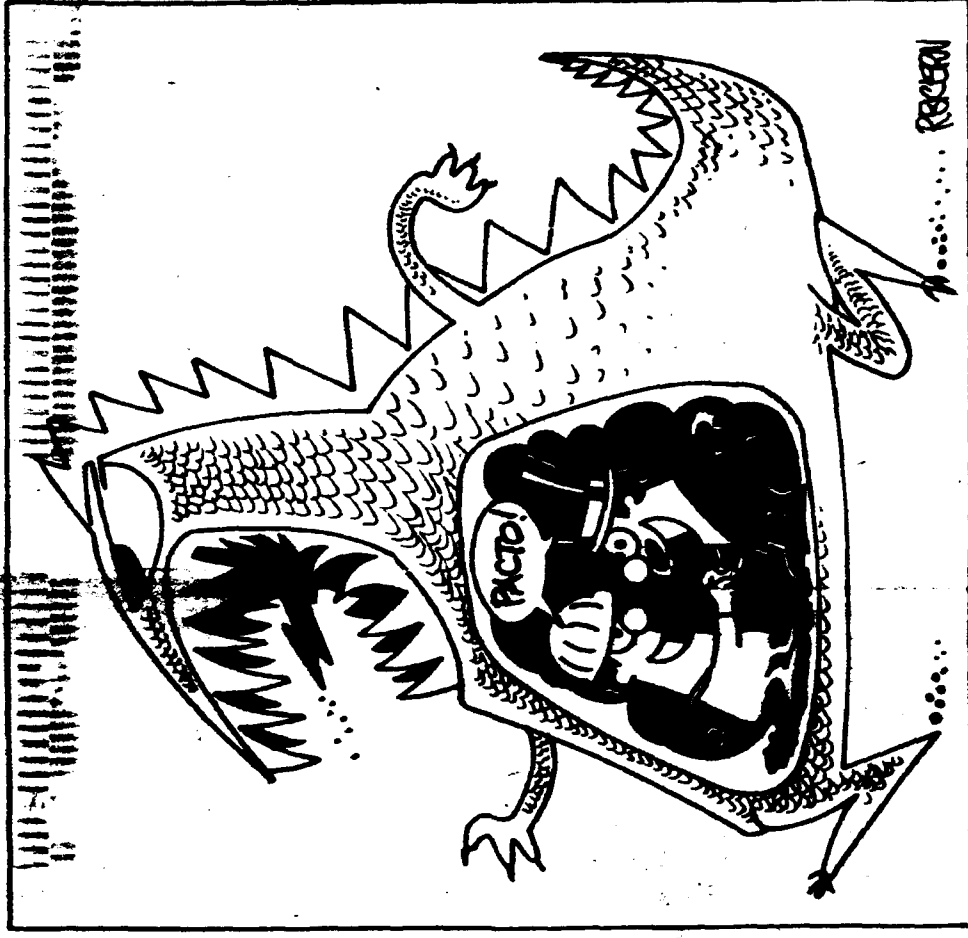
As lideranças dos trabalhadores, tanto da CUT como da CGT, manifestam-se contra o pacto social, principalmente porque consideram que qualquer acordo entre empresários e trabalhadores implicará em perdas salariais. Conforme o secretário de política sindical da CUT, Eduardo Weber, os trabalhadores não têm mais o que ceder, apontando medidas econômicas urgentes como a moratória da dívida externa para concentrar no país os recursos necessários, por exemplo, à construção de moradias populares.

A posição de Mandelli se deve à insuficiente representatividade do empresariado na mesa de negociações. Para ele, ao invés das federações de empresários assinarem individualmente um acordo com os trabalhadores, a signatária natural deveria ser a União Brasileira de Empresários (UBE) por reunir, numa só entidade, a posição do comércio e da indústria brasileiras.

Aos trabalhadores, se for realmente alinhavado desta vez o pacto social, não há disposição em cumprir as regras acordadas, confirma o presidente regional da CGT, José Carlos Schulte. Principalmente, porque os trabalhadores não estão sendo ouvidos e sequer têm informação sobre o que está sendo discutido do seu interesse no centro do país por lideranças que não consideram representativas.

Viabilidade

Valente afirma que as possibilidades de sucesso de um novo pacto social dependem da participação ativa de todos os segmentos envolvidos no assunto. "Em um dos elementos importantes é o Governo. Se ele não concordar em seguir determinado comportamento, de nada adiantará empresários e trabalhadores



fizerem acertos entre si", complementa o dirigente.

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Paulo Vellinho, acha que a formalização do pacto poderá desmistificar o relacionamento entre empregador/empregado. A união entre capital e trabalho poderá, na sua opinião, servir para que o Governo passe a respeitar os interesses da população, inclusive no tocante à correta administração dos recursos da sociedade.

As propostas de um novo pacto social, que objetivam o controle da inflação

brasileira, serão discutidas nesta segunda-feira, às 9h, no Palácio do Comércio, pelos dirigentes das principais entidades do setor terciário. A iniciativa é da Associação Comercial de Porto Alegre e da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federsul).

"Esse encontro servirá para avaliar todos os aspectos do problema e também para mostrar a determinação do empresário em estabelecer coordenadas para o desenvolvimento econômico a médio prazo", diz César Rogério Valente, presidente da entidade.

098

Cresce apoio a Brizola no PFL

Uma reunião segunda-feira à noite entre o ex-governador Jair Soares, deputados e vereadores do PFL consolidou a tendência de que um grupo importante dos petelistas gaúchos apóie a candidatura de Leonel Brizola à Presidência da República. A primeira decisão do encontro foi de levar à convenção nacional de dia 9 de abril a proposta de que o candidato à Presidência da República da Frente Liberal seja escolhido através de uma prévia entre todos os filiados do partido. Caso a ideia não seja aprovada, como parece ser a tendência, este grupo tomará uma "decisão em conjunto" que deve ser o apoio a Brizola.

A possibilidade de apoiar Brizola vem crescendo entre os membros da corrente liderada

pelo senador Carlos Chiarelli e pode englobar a maior parte da bancada estadual, além de Jair Soares. O deputado Nestor Fips Schneider foi o único a "brisar" abertamente. Os outros estão examinando a mesma possibilidade. A diferença é que eles pretendem tomar uma opção em comum, para fortalecer sua posição.

O que já está definido é que o grupo dissidente vai participar da convenção nacional, propondo a realização de prévias e o rompimento com o Governo Federal. Este grupo também não aceita a candidatura de Aureliano Chaves, que considera muito ligado ao Governo e com pouca força eleitoral. O apoio a outra candidatura só será definido após a convenção.

F. P.

01.01

8804202

078

J. DO BRASIL 04-4-89

Governador rompe com esquerdas

O endurecimento do governador Miguel Arraes com o movimento dos funcionários públicos quebra a sustentação do governo nos setores mais à esquerda da sociedade pernambucana, segundo denunciaram ontem o presidente estadual da CUT, Paulo Valença, e a presidente do Sindicato dos Médicos, Léa Corrêa, que até 1986 rezava pela cartilha do governador e trabalhou para elegê-lo. "É com grande decepção que reconhecemos isso, mas acho que na lista dos partidos políticos o governo Arraes só terá daqui para frente o apoio do PMDB e do PMB, um braço direito de sua administração", afirma Léa.

O governador, que vinha sendo condescendente com as greves e as vencia pelo cansaço, demonstrou que tem perdido a paciência desde sábado, quando declarou em entrevista numa emissora de rádio que havia grupos de funcionários "querendo avançar mais do que o povo deseja". E revelou que reagiria na mesma medida: "Ninguém vai arranhar a autoridade que recebi do povo pernambucano. Nem os mili-

tares fizeram isso em 1964. Precisaram me prender para poder me depor".

Foi a senha para que o braço esquerdo do governo — capitaneado pelos secretários da Fazenda, Tânia Bacelar, e do Trabalho, Romeu da Fonte, dois tradicionais quadros da esquerda independente do PMDB favoráveis à greve — acompanhasse o governador: os dois declararam que o movimento dos grevistas é político e deixaram implícita nas declarações a afirmação de que a greve pretendia ferir um governo "legítimo e democrático".

"O governo está agindo igualzinho aos governos da ditadura", reagiu a presidente do Sindicato dos Médicos, que hoje começa a enfrentar demissões em sua área, como promete o governo. Segundo ela, "um governo de esquerda não procede assim" e Arraes "não corresponde ao que se esperava dele, está desgastado e tenta culpar os servidores".

"O ex-governador Roberto Magalhães agia como Arraes, mas parecia dar mais satisfação

ao povo, evitando apodamentos e dando aumentos até superiores aos atuais", disse Léa. "Arraes sente-se como um Deus, como se a gente devesse obedecê-lo sem contestação", completou.

O que teria motivado Arraes a romper com a esquerda sindical? O secretário de Imprensa, Ricardo Leitão, diz que o governo não pode tolerar "a falta de atendimento médico à população pobre, a mais atingida pela greve, pois só há hospitais públicos para assisti-la". Disse que chegaram ao palácio informações seguras de que a Convergência Socialista, um grupo ligado à CUT e ao PT, infiltrara-se no movimento, em busca de confrontação. "Quem quer confrontação é o governo", reagiu Paulo Valença. A vice-presidente do Sindicato dos Médicos, Bernadete Antunes, afirmou que "o governo perde a moral quando fala em Convergência Socialista. Ele sabe que a convergência é um movimento pequeno, isolado até dentro do PT, e não tem expressão para paralisar todos os servidores públicos pernambucanos".

01.01

8904203

078

J. DO BRASIL 04-4-89

82

Governador rompe com esquerdas

O endurecimento do governador Miguel Arraes com o movimento dos funcionários públicos quebra a sustentação do governo nos setores mais à esquerda da sociedade pernambucana, segundo denunciaram ontem o presidente estadual da CUT, Paulo Valença, e a presidente do Sindicato dos Médicos, Léa Corrêa, que até 1986 rezava pela cartilha do governador e trabalhou para elegê-lo. "É com grande decepção que reconhecemos isso, mas acho que na lista dos partidos políticos o governo Arraes só terá daqui para frente o apoio do PMDB e do PMB, um braço direito de sua administração", afirma Léa.

O governador, que vinha sendo condescendente com as greves e as vencia pelo cansaço, demonstrou que tem perdido a paciência desde sábado, quando declarou em entrevista numa emissora de rádio que havia grupos de funcionários "querendo avançar mais do que o povo deseja". E revelou que reagiria na mesma medida: "Ninguém vai arranhar a autoridade que recebi do povo pernambucano. Nem os mili-

tares fizeram isso em 1964. Precisaram me prender para poder me depor".

Foi a senha para que o braço esquerdo do governo — capitaneado pelos secretários da Fazenda, Tânia Bacelar, e do Trabalho, Romeu da Fonte, dois tradicionais quadros da esquerda independente do PMDB favoráveis à greve — acompanhasse o governador: os dois declararam que o movimento dos grevistas é político e deixaram implícita nas declarações a afirmação de que a greve pretendia ferir um governo "legítimo e democrático".

"O governo está agido igualzinho aos governos da ditadura", reagiu a presidente do Sindicato dos Médicos, que hoje começa a enfrentar demissões em sua área, como promete o governo. Segundo ela, "um governo de esquerda não procede assim" e Arraes "não corresponde ao que se esperava dele, está desgastado e tenta culpar os servidores".

"O ex-governador Roberto Magalhães agia como Arraes, mas parecia dar mais satisfação

ao povo, evitando acodamentos e dando aumentos até superiores aos atuais", disse Léa. "Arraes sente-se como um Deus, como se a gente devesse obedecê-lo sem contestação", completou.

O que teria motivado Arraes a romper com a esquerda sindical? O secretário de Imprensa, Ricardo Leitão, diz que o governo não pode tolerar "a falta de atendimento médico à população pobre, a mais atingida pela greve, pois só há hospitais públicos para assisti-la". Disse que chegaram ao palácio informações seguras de que a Convergência Socialista, um grupo ligado à CUT e ao PT, infiltrara-se no movimento, em busca de confrontação. "Quem quer confrontação é o governo", reagiu Paulo Valença. A vice-presidente do Sindicato dos Médicos, Bernadete Antunes, afirmou que "o governo perde a moral quando fala em Convergência Socialista. Ele sabe que a convergência é um movimento pequeno, isolado até dentro do PT, e não tem expressão para paralisar todos os servidores públicos pernambucanos".

01.01

8904203

088

Da esquerda ao centro, candidatos disputam Hélio Garcia para vice

Rogério Coelho Neto

088
Emissários de Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Fernando Collor (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB) rodam, desde o início deste ano, na largada da sucessão do presidente José Sarney, o apartamento 201 do edifício 208 da Avenida Vieira Souto, em Ipanema. Trata-se do refúgio do ex-governador de Minas, Hélio Garcia, que vem sendo considerado, da esquerda para o centro, o vice ideal para os postulantes à Presidência da República que desejam plantar uma canha política no segundo maior colégio eleitoral do país.

Dentro do mais puro estilo mineiro, Hélio Garcia desconversa quando indagado quantas vezes encontrou-se, este ano, com os acusados Franco Montoro (ex-governador de São Paulo) e Figueira de Veiga (governador de Belo Horizonte) ou com o presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que chegou a deixar Brasília, meio na sardinha, em uma sexta-feira de fevereiro, para jantar no Rio com o ex-governador mineiro. Não fala, ainda, do cresço que o deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça, agora coordenador-geral da campanha de Leonel Brizola, lhe move. Desconversa, ainda, sobre um convite direto que recebeu de Collor.

Desabafo — No seu apartamento do Rio, Hélio Garcia deixa escapar, apenas, no curso de avaliações políticas mais longas, que a união mineira em torno de um candidato à sucessão do presidente José Sarney não é possível, porque os interesses dos grandes partidos são conflitantes e impedem que um só nome aglutine os interesses gerais do estado.

Ao ex-ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, o ex-governador garante somente o seu voto pessoal. E explica: "Outra não poderia ser a minha atitude. Eu fui autor da frase de que mineiro vota em mineiro. Como o doutor Aureliano é mineiro e eu também, o meu voto pessoal é dele".

Citado nas conversas do governador Newton Cardoso, em diferentes áreas do PMDB, como o nome de Minas para compor a chapa do candidato que o partido vier a indicar na disputa da sucessão do presidente José Sarney, Hélio Garcia não se entusiasma muito com a lembrança do seu sucessor no Palácio da Liberdade. Prefere soltar um desabafo: "O PMDB me esqueceu. Fizemos um novo Diretório Nacional, recentemente, e eu não vi representado nesse Diretório Nacional muitos políticos que têm votos. Nada mais justo que eu venha também a esquecer o PMDB."

Uma vez, por semana, pelo menos, Lyra telefona para Hélio Garcia e pergunta se ele está pronto a fazer a travessia (mudar do PMDB para o PDT e abraçar a candidatura de Brizola). "Eu costumo dizer ao Lyra que o Brizola é um nome e que dificilmente deixará de passar ao segundo turno. Mas não escondo que esse não é o momento de fazer a minha vez e a minha hora", diz Garcia.

Sobre 1990, quando se realizará a eleição do novo governador de Minas, Hélio Garcia explica que muita coisa ainda poderá acontecer. Mas não deixa de manter viva a expectativa quanto à possibilidade de voltar a disputar o cargo. Aos que perguntam se é esse o seu projeto futuro, sorri e responde com uma frase curta: "Pode ser. Quem sabe?"

J. do Brasil 4/1/89

28

ZERO HORA — Terça-feira, 04.04.89 — 1.ª PAG.

Acreditando que a vitória de um dos candidatos de esquerda possa representar uma ameaça às instituições democráticas, o presidente da República iniciou, com as lideranças do PFL, articulação para unir as forças de centro-direita

ZERO HORA
04/04/89

SUCESSÃO

FBC

Planalto articula uma candidatura de centro

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

O presidente José Sarney iniciou ontem, com os líderes do PFL, Marcondes Gadelha e José Lourenço, uma série de encontros que pretende desenvolver nos próximos dias, para tratar da sucessão presidencial. A ideia do presidente é viabilizar o lançamento de um candidato forte das forças de centro, unificando ao máximo os segmentos políticos centristas. De acordo com um importante assessor político do Planalto, há crescente temor da vitória de um candidato de esquerda.

O Governo, segundo este assessor, acredita que as instituições democráticas poderão ficar ameaçadas no caso da vitória de um candidato de esquerda. Com o agravante de que o vencedor terá minoria parlamentar, como nos casos dos candidatos do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola. Assim, o presidente Sarney pretende mostrar que o caminho da estabilidade política passa pela vitória de um candidato de centro.

Sarney sabe que não poderá participar extensivamente da campanha, pois seria condenado à derrota o candidato que apoiasse, segundo destacou o assessor. Mas isto não impede o presidente de discutir estas questões com todas aquelas forças

que se julgam de centro e que, segundo o entender do Governo, aglutinam o pensamento e os anseios da maioria da população do País.

Contraponto

Ao fazer mais este apelo à união do centro, o presidente Sarney sabe que serão muitos os obstáculos, pois dificilmente o PMDB abrirá mão da cabeça da chapa. Por outro lado, desde a aliança do deputado Ulysses Guimarães com os progressistas do PMDB, ele perdeu credenciais para unir os demais partidos de centro. Mas o Planalto está convencido de que ainda é possível unir os moderados do PMDB com o PFL, PDS, PTB, PDC e PL e, por isso, não quer discutir nomes, o que poderia levar a uma irremediável divisão destas forças.

Outro problema a ser enfrentado pelo Planalto, além da polarização entre Governo e oposição, será a falta de um contraponto, um candidato de direita, que não colocasse em luta aberta a esquerda contra o centro. Por isso, o Planalto, revelou o assessor, vê com bons olhos a emergência política do líder da UDEB, Ronaldo Calado, e considera positivo que ele crie um partido nitidamente de direita. Esta alternativa daria maior viabilidade à candidatura de centro, além de equilibrar o quadro político do País.

Quem tem culpa

A pressão militar por um reajuste salarial de até 30% obrigou o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, a antecipar seu retorno de Washington, onde participou de mais uma reunião do Fundo Monetário Internacional.



Originalmente, a viagem do ministro deveria se estender até amanhã. Os militares exigem o respeito ao decreto-lei 2380, do final de 1987, que vinculou seus salários aos dos ministros do Superior Tribunal Militar.

O decreto foi revogado pelo presidente José Sarney no início deste ano. Ocorre que, ao fazê-lo, o presidente aumentou o soldo dos militares incorporados à tropa em 64% e o dos militares que servem no tribunal em mais de 260%. Os militares da tropa querem fazer jus à diferença. Têm amparo legal para o que pedem. O governo acabou se metendo em mais uma enrascada. Se ceder, implodirá de vez o que resta do Plano Verão.

Se não ceder, poderá ter que enfrentar o que já assume contornos de uma provável crise militar. Uma vez já ceder — foi no final de 1987, quando ainda estava em vigor o chamado Plano Bresser, a segunda tentativa do governo de fazer baixar a inflação. O plano foi para o espaço. Depois de amanhã, governo, empresários e trabalhadores se reúnem para a segunda rodada de negociações do Fórum Nacional de Salários.

As lideranças sindicais querem recompor o poder de compra dos salários com uma proposta de reajuste de mais de 40%. O governo poderá oferecer 25%. Os empresários participarão do encontro com a disposição de sair dele sem firmar nenhum tipo de acordo. Desejam que o governo decida sozinho que reajuste dará. Assim, nada terão a ver com os efeitos do reajuste na sorte do Plano Verão.

Também assim continuarão livres para seguir pressionando o governo pelo fim do congelamento de preços. Na semana passada, o ministro da Fazenda reconheceu que a parte mais difícil de um plano de combate à inflação é a mobilização "dos mais amplos segmentos da sociedade" para que dêem ao governo o apoio necessário. O presidente da República foi mais direto: culpou a sociedade pelo possível fracasso do Plano Verão.

O ministro apontou uma verdade elementar. Sem a adesão da sociedade, plano algum dará certo. O presidente praticou seu esporte favorito: debitar a terceiros a culpa que, em grande parte, pertence ao governo. Para que uma proposta contra a inflação possa dar certo, aqui ou em qualquer outro lugar, ela deverá respeitar, pelo menos, três condições. Haverá de ser consistente, bem planejada e crível.

Economistas de todas as escolas elogiaram a consistência do Plano Verão. Tecnicamente, ele pareceu mais competente que os anteriores. Ofereceu uma política monetária mais apertada e se preocupou em atingir fundo o déficit público. Os primeiros 60 dias do plano serviram para demonstrar que ele era falho quanto à segunda condição indispensável para seu êxito. Faltou planejamento ao plano.

seguir pressionando o governo pelo fim do congelamento de preços. Na semana passada, o ministro da Fazenda reconheceu que a parte mais difícil de um plano de combate à inflação é a mobilização "dos mais amplos segmentos da sociedade" para que dêem ao governo o apoio necessário. O presidente da República foi mais direto: culpou a sociedade pelo possível fracasso do Plano Verão.

O ministro apontou uma verdade elementar. Sem a adesão da sociedade, plano algum dará certo. O presidente praticou seu esporte favorito: debitar a terceiros a culpa que, em grande parte, pertence ao governo. Para que uma proposta contra a inflação possa dar certo, aqui ou em qualquer outro lugar, ela deverá respeitar, pelo menos, três condições. Haverá de ser consistente, bem planejada e crível.

Economistas de todas as escolas elogiaram a consistência do Plano Verão. Tecnicamente, ele pareceu mais competente que os anteriores. Ofereceu uma política monetária mais apertada e se preocupou em atingir fundo o déficit público. Os primeiros 60 dias do plano serviram para demonstrar que ele era falho quanto à segunda condição indispensável para seu êxito. Faltou planejamento ao plano.

Ao se render, por exemplo, aos falsos encantos do congelamento de preços e de salários, o governo deveria dispor de soluções para os problemas que, inevitavelmente, seriam criados. Como sair do congelamento? Como resolver uma provável crise de desabastecimento? A política de juros altos deveria esfriar o consumo. Caso viesse a produzir o inverso, o que fazer? O governo não tinha e não tem respostas prontas para nada disso.

Meteu-se na aventura de um novo plano contra a inflação sem dispor da credibilidade requerida para isso — mas outro caminho não lhe restava. À medida que o plano desse certo, a credibilidade, aos poucos, seria resgatada. No primeiro momento, o governo quis apressar o resgate da credibilidade perdida com o anúncio da demissão em massa de funcionários públicos. Mandaria para casa mais de cem mil.

Não mandou mil, sequer. O sinal sugerido de que o plano seria para valer passou a significar que o governo, mais uma vez, falharia no cumprimento de sua parte. Alguns ministérios e poucas empresas foram extintas. O Congresso restabeleceu algumas delas. Nada justifica a defesa de um gesto perdulário. Mas o que se pretendeu extinguir foi muito pouco, e pouco representava em termos de redução do déficit público.

De Washington, o ministro da Fazenda mandou dizer que o Congresso é responsável pelas dificuldades que tem o governo para implementar "políticas fiscais adequadas". Mailson não gostaria de ter dito o que disse. Foi instruído para dizê-lo. O atual Congresso está longe de poder ostentar a condição de fiscal severo da administração dos recursos públicos. Mas ele não é responsável, por exemplo, pela emissão de dinheiro.

E poucas vezes o governo emitiu tanto como nos últimos três meses.

Ricardo Noblat

Journal do Brasil

8904209

058

Entre hoje e domingo, o PMDB realiza sua mais importante convenção nacional dos últimos anos. Nela, terá de decidir a nova feição ideológica do partido, seu novo comando e evitar a divisão irremediável

PMDB inicia convenção que define seu futuro

VALÉRIO BRITTOS
São Paulo/ZH

Começa hoje, às 13 horas, com o credenciamento de convencionais, a convenção nacional do PMDB. O confronto entre as duas chapas, entretanto, ocorrerá domingo, com a eleição do novo Diretório Nacional, entre 9 e 17 horas, e com a escolha da Executiva, logo após. De um lado, a chapa Compromisso, encabeçada pelo deputado Ulysses Guimarães, formada por progressistas e ulyssistas tenta obter o controle partidário, mesmo objetivo perseguido pela chapa Unidade, liderada pelo ministro Jader Barbalho e composta por moderados e governistas.

As divergências entre progressistas e moderados no partido, o primeiro grupo pregando uma economia mais estabilizante e o segundo defendendo a livre iniciativa, vem desde os tempos do MDB. Contudo, essa é a primeira disputa pela direção do partido nos últimos 10 anos. Enquanto os progressistas, que criaram o Novo PMDB, estimularam a disputa, "como forma de purificar o partido", levando com eles o grupo de Ulysses, os moderados, que são identificados com o Governo, aceitaram o confronto somente para não serem expurgados sem rea-



Ulysses: tentando manter o controle

ção. Numa previsão otimista, o deputado Luiz Henrique (SC), que é ligado a Ulysses, aposta que sua chapa fará mais de 70% dos votos, número contestado por alguns colegas de chapa, que prevêm entre 60 e 70%. Esse número aproxima-se dos dados divulgados pelos moderados. O ministro Carlos Santana, um dos líderes da chapa Unidade, acha que seu grupo fará 40% dos votos, o que é consi-

derado muito bom por seu companheiro, raciocinando que muitos moderados estão infiltrados na chapa dos progressistas e ulyssistas. A vitória da chapa Compromisso, portanto, é tida como certa, tanto que a dúvida é somente sobre os votos que cada grupo obterá.

Negociações

A Executiva é escolhida pelo Diretório. Dessa forma, a rigor, quem fizer a maioria do Diretório poderá formar a Executiva somente com seu grupo, sem negociar. Esse é o objetivo dos progressistas e ulyssistas que, inclusive, já acertaram a composição da Executiva. Eles não estão dispostos a mudar de posição, como atestam Luiz Henrique e o deputado Hélio Duque (PR).

Para os moderados, a Executiva deve ser negociada, de forma a ser composta de forma proporcional entre as duas chapas. Essa é a intenção de Santana e de Barbalho, que falam em nome dos moderados. Eles ponderam ainda que, caso contrário, poderão formar a Executiva somente com seus aliados, somando seus votos aos dos moderados que compõem a chapa de Ulysses. Além, a unidade partidária e a necessidade do PMDB continuarem sendo formados por várias correntes de pensamento vai ser a tônica do ministro Carlos Santana, que vai fazer a defesa de sua chapa na convenção.

01.01

8904212

098

F. Per.

Progressistas buscam apoio a Waldir Pires

Está deflagrada, a partir de hoje, a sucessão presidencial dentro do PMDB: um grupo de parlamentares progressistas, liderados pelo deputado Joacir Góes (BA), se divide em caravanas pelos estados em busca de apoio dos governadores à candidatura do governador Waldir Pires e o presidente do partido, segundo o deputado Cld Carvalho (MA), "entra na arena" e desembarca amanhã em São Paulo para se colocar à disposição do governador Orestes Quêrcia como candidato preferencial do partido à Presidência da República.

Os progressistas que apóiam Waldir querem chegar na frente de Ulysses junto aos governadores Newton Cardoso, Miguel Arraes e Moreira Franco, que devem se reunir no sábado com o presidente do PMDB. Destes, Arraes é o primeiro a admitir apoio a Ulysses contra os demais postulantes, inclusive Quêrcia. Newton Cardoso pretende não só apoiar, mas coordenar as articulações em favor de Waldir. E Moreira Franco continua acreditando que o governador da Bahia é a melhor alternativa do PMDB.

Nessa corrida pelos votos, Ulysses Guimarães viveu ontem dois momentos curiosos: antes da reunião da Executiva, que formalizou a independência do partido com o Governo e deixou órfãos os ministros filiados a legenda, ele recebeu recados de apoio dos moderados, dispostos a negociar o cargo de vice de sua chapa para o ministro Iris Rezende. Depois essa proposta foi retirada por causa da decisão da Executiva. (AG)

2402 16/3/89

01.01

8904214

098

F. Pol

- ZERO HORA - 10-03-89
**Amazônia: Lula denuncia
'hipocrisia' de Sarney**

O candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) às eleições presidenciais de novembro próximo, Luís Inácio Lula da Silva, denunciou ontem à imprensa alemã ocidental o que ele considera "hipocrisia" do governo de José Sarney em sua política amazônica. Lula acusou o atual presidente de restringir o sério debate sobre a proteção da selva tropical a uma "questão nacionalista-reacionária", quando aponta como principal perigo "um suposto projeto de internacionalização" da selva.

"O PT deseja ligar a solução do problema da dívida externa do Brasil à ajuda dos países desenvolvidos para projetos de proteção do meio ambiente", afirmou Lula, destacando que a soberania do País continua sendo, paralelamente, uma prioridade para ele. "Faz falta uma política de desenvolvimento da região amazônica que leve em conta as particularidades ecológicas daquela região essencial para o clima mundial", acrescentou o candidato do PT.

Lula está desde o domingo passado na Alemanha Ocidental, a convite da Fundação Friedrich-Ebert, ligada ao Partido Social Democrata alemão-ocidental. O candidato do PT já visitou a Itália e a França, neste seu giro europeu. (AFP)

01.01

8904216

Coisas da Política

Moreira Franco
estimula Waldyr

Era assim que o governador Moreira Franco, do Rio de Janeiro, planejara receber ontem pela manhã o deputado Ulysses Guimarães em encontro marcado para o Palácio da Guanabara. Depois dos cumprimentos de praxe e da pose para os fotógrafos, o governador se reuniria a sós com o deputado e daria início à conversa perguntando: "O senhor quer que eu lhe fale como costumava falar com o senador Amaral Peixoto?"



Quando estava em jogo a adoção de importantes decisões políticas, Moreira escutava as ponderações de Amaral, seu sogro, e em seguida perguntava: "O senhor quer que eu seja sincero e lhe diga o que penso? Ou prefere que eu lhe diga o que possa lhe agradar?" A poucas horas do encontro com Ulysses, o governador estava disposto a dizer o que realmente pensa da candidatura dele à presidência da República.

Dependeria só da resposta de Ulysses à pergunta, rotineiramente, oferecida ao senador Amaral. Moreira pensa que Ulysses poderá até vir a ganhar a indicação do PMDB para candidato à sucessão do presidente José Sarney, mas que, dificilmente, ganhará a eleição de novembro próximo. É muito elevado o índice de rejeição ao nome de Ulysses registrado em todas as pesquisas feitas até aqui. O povo identifica Ulysses com Sarney.

Um líder político sensato preserva os aliados de riscos e os anima com a perspectiva de uma vitória possível, às vezes até provável. Os eventuais aliados de Ulysses correm o sério risco de embarcar em um projeto condenado, por antecipação, ao naufrágio. Como o *Bateau Mouche*, o governador do Rio recepcionaria Ulysses mais interessado em saber o resultado de outro encontro marcado para ocorrer a milhares de quilômetros dali.

Em Salvador, depois de ser visitado, na véspera, por um grupo de deputados mineiros, o governador Waldyr Pires se reuniu ontem com um grupo de deputados do PMDB de diversos estados que se solidarizariam com a aspiração dele de disputar a sucessão presidencial. Moreira estava informado de que Waldyr aproveitaria a ocasião para, finalmente, se declarar candidato a presidente da República. Waldyr quer ser candidato.

Todos os dias, ele acorda e vai dormir pensando em ser candidato. Mas, até ontem, pelo menos, evitava, publicamente, assumir esta condição. Preferia dizer que examinava o quadro político, sondava a opinião dos amigos e avaliava suas chances. Foi com este tipo de conversa que ele procurou o governador do Rio, recentemente. Ouviu dele que ou assumia a própria candidatura para valer ou não poderia obter o apoio de ninguém.

Na posição em que estava, Waldyr se preservava ao se recusar a admitir a sua candidatura, e transferia os riscos políticos para os que decidissem apoiá-lo mesmo assim. "É muito bonito, é muito ético você dizer que não irá à convenção para disputar a indicação contra o dr. Ulysses", argumentou Moreira quando recebeu Waldyr. "Mas se você diz isto, ninguém se comprometerá com você." Waldyr foi embora em dúvida.

Ulysses deve ter ido embora para Brasília com a certeza de que Moreira deseja outro, ao invés dele como candidato, mas que apoiará na convenção do PMDB o nome que puder reunir a maioria do partido. Os íntimos do deputado juram que ele não está abalado com as resistências que encontra à sua indicação para concorrer à sucessão de Sarney. O barulhento MR-8 pode fazer das suas, como fez, mais uma vez, anteontem em São Paulo.

Mas Ulysses está certo de que o governador Orestes Quércia não é e não virá a ser candidato. Tancredo Neves negou que disputaria a sucessão do presidente João Figueiredo até o último momento — até se cercar de todas as condições de que seria escolhido pelo Colégio Eleitoral. Tancredo fez isto ao mesmo tempo em que articulava nos bastidores a sua própria candidatura. Operou, com discrição, contra as "diretas, já".

Quércia, não. Nega que deixará o governo de São Paulo para ser candidato. E nas conversas reservadas com governadores e até amigos dele, nega a mesma coisa. Não é difícil compreender por que ele se comporta assim. Quércia, simplesmente, não acredita nas chances de vitória de um candidato do PMDB — qualquer um, inclusive ele. É realista o suficiente para não se impressionar com episódios que parecem maiores do que são na verdade.

O governador Álvaro Dias proclamou que desistirá de sua candidatura a presidente, se seu colega paulista aceitar ser candidato. A candidatura de Álvaro não conseguiu vencer os limites do Paraná. Ele não ofereceu a retirada do que não existe — ofereceu seu apoio a Quércia. Por sinal, foi o único governador, até aqui, que disse que apoiará Quércia, apesar da recusa dele em sair candidato. Os demais se fixaram na recusa para não apoiar.

Hoje à noite, em Brasília, o PMDB renova o estado de perplexidade em que se encontra, durante reuniões de governadores e parlamentares.

Ricardo Noblat

Os planos e os sonhos de Ulysses

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, falou ontem, por mais de meia hora, sobre seu plano de governo, caso seja eleito presidente da República, ignorando a movimentação de governadores como Orestes Quércia, Miguel Arraes e Waldir Pires, que também podem lançar suas candidaturas. Falando como candidato do PMDB à sucessão do presidente José Sarney, Ulysses disse, renovando as palavras do ex-presidente Tancredo Neves, que, "se eu for eleito presidente da República deste país, não vou pagar a dívida externa com mortes e cadáveres". Para ele, a forma como a dívida externa está sendo tratada leva a episódios de violência como o da Venezuela, onde mais de 300 pessoas morreram, semana passada, na revolta contra o plano econômico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ulysses defendeu a negociação da dívida externa a partir de seu valor de mercado.

Ulysses reconheceu que, se não fosse a imposição legal, a convenção deste domingo, para a renovação do diretório peemedebista, talvez não fosse realizada. "Mas é bom que ela seja feita, pois sua realização está na rota do sucesso, com muitas reuniões sendo promovidas e motivando o partido", comentou.

Voltando a assumir a postura de candidato à Presidência, Ulysses procurou mostrar sua

preocupação entre os que têm tudo e os que não têm nada. "Precisamos de desenvolvimento com justiça social, para o País ter o seu mercado. Isso só é possível com o aumento do poder de compra, o que somente pode ser viabilizado através da distribuição de renda e de melhores salários", disse.

Miséria e meio ambiente

Usando a mesma linguagem do velho PMDB, Ulysses defendeu a intervenção do Estado para promover a justiça social. Ele também procura o apoio dos jovens, considerando o voto aos 16 anos como "uma universidade cívica e uma universidade popular", segundo disse.

Outro ponto levantado pelo presidente do PMDB foi o meio ambiente: "Temas que compatibilizar o meio ambiente com o desenvolvimento e um não pode impedir o outro. O maior adversário do meio ambiente é a miséria, a fome, não ter água encanada e energia elétrica", declarou. Finalmente, Ulysses Guimarães não descartou a possibilidade de ser reeleito a "Aliança Democrática" — que levou Tancredo Neves e José Sarney ao poder, em 1985 —, através de uma chapa onde o ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves (do PFL), concorreria a vice-presidente. (Brasília/ZH)

f Pa
(CPG)

Zero Hora 7/3/89

FPe
@ Pts,
2-H-
8-3-89

Brizola acusa Moreira de prejudicar sua candidatura

"A família Brizola irá à Justiça contra o governador Moreira Franco" — garantia ontem o ex-governador Leonel Brizola, que já autorizou os advogados Nilo Batista e Arthur Lavigne a cuidarem do caso. A irritação de Brizola com Moreira Franco e com o secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, deve-se à inclusão — e divulgação — dos nomes de seus filhos, José Vicente e Nausinha Brizola, na lista de compradores de cocaína, divulgada pela Operação Bandeja.

— Esta operação vergonhosa e deprimente reforçou minha ideia de ser presidente da República, pois garanto que livrarei a polícia de bandidos, corruptos e grupos de extermínio — declarou.

A Operação Bandeja, na opinião de Brizola, foi uma simulação do governador Moreira Franco para tentar derrubar sua campanha presidencial: "Só a mente perversa e enferma de Moreira poderia inventar uma história como essa", atacou o líder do PDT. Ele acredita que o disque-drogas e o Bipe são invenções de Moreira: "Um governador que não tem nada a fazer é capaz de tudo", disse Brizola.



Brizola: muito irritado

Muito nervoso e suado, ele argumentou que, mesmo se a história a respeito de seus filhos fosse verdadeira, a polícia nunca poderia ter agido como agiu: "A nossa polícia é manipulada facilmente e essa operação foi um grande fracasso" — argumentou o ex-governador, que recebeu a imprensa no prédio onde mora, em Copacabana. Contou que na quinta-feira, véspera da Operação Bandeja, o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Paulo Ribeiro, procurou-o para informá-lo, a pedido de Hélio Saboya, segundo Brizola, de alguns detalhes da operação. "Fiquei sabendo antes que a polícia iria à casa de meus filhos e quase procurei o juiz, que

expediu os mandados, para lhe oferecer as chaves de seus apartamentos", ironizou. "Se a operação era secreta, eles não deveriam me informar sobre nada. Tentaram me intimidar com esse plano pré-fabricado e político, mas não conseguiram", acusou.

Moreira apanhar

A carga de Leonel Brizola contra o governador Moreira Franco continuou: "Se eu não fosse candidato a presidente e o Moreira não fosse governador, eu bem que lhe dava uns tapas", ameaçou. "O governador está desesperado, totalmente frustrado. Moreira está com seu destino destruído e depois dessa operação idiota nunca mais acertará o passo", continuou. "Ele merecia apanhar", resumiu.

A lista do Bipe foi comparada com as "agendas da ditadura" por Leonel Brizola, que também comparou a operação com procedimentos dos nazistas contra os judeus, na Segunda Guerra: "O povo deve estar se sentindo desprotegido com essa polícia e, principalmente, com esse governador. É preciso limparmos a vida pública desses governantes perversos", advertiu. (AJB)

Entre Íris e Quércia 22/4/89

Ricardo Noblat

O deputado Ulysses Guimarães poderá não mais disputar a indicação do PMDB para candidato a presidente da República. Foi mortal para a pretensão dele a decisão da Executiva do partido determinando que a convenção escolha o candidato em dois turnos. Para o primeiro, se apresentariam os atuais aspirantes a candidato —



o próprio Ulysses, o ministro Íris Resende e os governadores Waldir Pires, da Bahia, e Álvaro Dias, do Paraná.

Os dois nomes mais votados no primeiro turno concorreriam, sozinhos, ao segundo. Ulysses passou o dia de ontem reunido com amigos e conselheiros e examinou a idéia de se afastar da disputa e de distribuir um documento alertando o PMDB para o risco da implosão definitiva. O sistema de dois turnos beneficiará a candidatura de Íris, apoiada pelos moderados do partido e pelo presidente José Sarney.

Os moderados provaram, na convenção recente onde foi eleito o novo Diretório Nacional do PMDB, que controlam, pelo menos, de 38% a 40% dos votos do partido. Formam um bloco homogêneo, pouco sujeito a defeições. Com apenas 30% dos votos que detêm, por exemplo, levarão Íris a disputar o segundo turno na condição de o candidato mais votado no primeiro. Poderão até ajudar com votos a escolha do adversário de Íris no segundo turno.

Não há garantia alguma de que os eleitores de Ulysses, Waldir e Álvaro, apoiarão em bloco qualquer um deles que venha a enfrentar a candidatura de Íris no segundo turno. O voto é secreto. Poderá haver traições. Entre os adeptos do nome de Waldir, existem os que admitiram votar em Íris no segundo turno para ter, assim, o pretexto que os liberaria para apoiar, mais tarde, o candidato a presidente de outro partido.

Existem adeptos da candidatura do governador Orestes Quércia que enxergam na vitória de Íris a melhor forma de viabilizá-la. Sonham com uma renúncia posterior de Íris em nome da unidade do PMDB,

abrindo caminho para a candidatura de Quércia. Íris começa a deixar a entrever que poderá fazer isso. Não fará. Quer atrair o voto dos que desejam Quércia como candidato. Indicado pela convenção, irá como candidato até o fim.

As seções regionais do PMDB de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul criarão uma dissidência dentro do partido caso Íris ganhe a indicação para candidato. Assim, o PMDB ficará, irremediavelmente, dividido. Ulysses quer impedir que isso ocorra — daí o alerta que fará ao partido. E quer, também, se preservar do desgaste pessoal de concorrer a uma indicação em dois turnos.

Há a séria ameaça de ele não passar do primeiro. O veto dos governadores à candidatura dele está de pé. Eles não se entenderam em torno de outro nome para derrotar Íris mas continuam achando que Ulysses perderá a eleição presidencial de novembro próximo. Alegam que os militantes do partido rejeitam a candidatura de Ulysses e que as pesquisas de opinião pública mostram que o eleitorado não a quer.

Para sofrer a humilhação de ser batido no primeiro turno da eleição interna do PMDB, Ulysses não irá. Também não pensa em ir bater às portas do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo de São Paulo, para de lá trazer a candidatura de Quércia em um desesperado esforço de impedir a escolha de Íris e o racha do partido. Poderá ficar em casa, assistindo, de longe, ao naufrágio do partido que preside há mais de 15 anos.

A retirada da candidatura dele, se de fato vier a acontecer, removeria o mais sério obstáculo que existe para que o governador de São Paulo possa disputar a sucessão do presidente Sarney. Quércia tem negado com insistência que seja ou que possa vir a ser candidato. O espetáculo de divergências e de vetos múltiplos, montado pelo PMDB em Brasília nos últimos dois dias, deve ter reforçado a convicção dele de ficar onde está.

Mas que condições políticas teria para não sair candidato se todo, ou quase todo o partido, de repente, o forçasse a dar o dito pelo não dito? Waldir e o governador Miguel Arraes têm atuado para bloquear a candidatura de Quércia. Mas alguns dos que obedecem à liderança deles começam a se indagar qual das alternativas seria a menos ruim: Íris ou Quércia? Arraes, pelo menos, preferiria Quércia. Waldir iria para Covas.

As propostas de Ulysses

Dívida externa: "Se for presidente deste país não vou pagar a dívida com cadáveres, com mortos, como a Venezuela. A proposta mínima aceitável para o desenvolvimento do país é um crescimento de 5% ao ano para o PIB. A questão da dívida também deve estar ligada às divisas nacionais: considero que US\$ 5 bilhões é o mínimo para garantia da soberania nacional. Entendo que a dívida externa vale o que está no mercado, este deve ser o referencial para o pagamento (a dívida brasileira está sendo cotada a 35 centavos de dólar por cada dólar devido, ou seja, quem quiser comprar um título da dívida brasileira pagará um deságio de 65%). Os juros devem ser fixos, pois é intolerável chegar à taxas de 20 a 25% como já vimos".

Meio-Ambiente: "Foi com voto decisivo do PMDB que se aprovou o conceito de que as Florestas amazônica e atlântica e o Pantanal são patrimônio nacional e não de empresas. Foi impertinente, indevida e infeliz a interferência de um presidente da responsabilidade do dos Estados Unidos na estrada da Selva. Pode-se vislumbrar nisso um desejo de se capturar o mercado brasileiro. Se chegarmos a presidência da República, essa estrada vai ser feita. É um compromisso do PMDB. Ela não vai atingir a natureza, pois a estrada praticamente já existe".

Posição do PMDB: "Somos bombardeados constantemente com a pergunta para saber onde está o PMDB, se na esquerda, direita, centro. Só não perguntaram até hoje se o PMDB está em cima ou em baixo... A plateia que procuramos, sem dúvida, é aquela que comumente se diz que é de esquerda. São os analfabetos, os miseráveis, os destituídos. Essa é a minha história e a história do PMDB. Este é o público a quem prometemos e por quem fazemos muitas coisas. Este papel ninguém nos tira. Somos veteranos quanto a isso, fomos cassados, punidos por causa desta luta".



Ulysses Guimarães

Salários: O compromisso do partido é com o social. O PMDB defende que é preciso o desenvolvimento e para isso é importante criar um mercado interno com 140 milhões de habitantes. E para isso é preciso haver poder de compra e para isso é preciso haver salário para poder comprar".

José Sarney: "Em vez de gravitar em torno de nomes, o PMDB deve fazê-lo em torno de idéias, devemos traçar uma rota independente do governo. O poder, para o PMDB, é um instrumento para ajudar os necessitados. Não podemos nos perder no atalho. Queremos pegar a estrada principal".

Voto aos 16 anos: "Será uma universidade cívica e popular. O Brasil é um dos dois únicos países do mundo com o voto para menores de 18 anos".

Prévia no PMDB: "Não sou contra a prévia para escolher o candidato do partido. Mas, se vamos fazê-la para o candidato a Presidência, devemos estudar a sua extensão para a escolha dos candidatos aos governos dos Estados, na próxima eleição".

Convenção: "Se depender de minha vontade, a convenção para escolher os candidatos do PMDB será feita antes de 15 de maio, para permitir a desincompatibilização dos governadores que sejam candidatos a presidente, que podemos fazer no dia 13 de maio, se o partido não foi supersticioso".

F Pa
(PR RP)

POLÍTICA

ZERO HORA — Segunda-feira, 24.02.87 — PÁGINA 12

PFL tem projeto para escolher seu candidato

Partido pode realizar prévia até 25 de maio e eleito teria respaldo de 400 mil filiados no País

O senador Carlos Alberto Chiarelli, presidente do PFL gaúcho, revelou ontem o projeto sobre a prévia nacional que o grupo liberal-progressista pretende submeter à convenção nacional no dia 9 de abril. "Os fundamentos figuram no artigo 39 dos estatutos. Mantém as disposições comuns às convenções, fixadas pela Resolução 10.738, de 1989 do Tribunal Superior Eleitoral. Queremos evitar a política do prato fêto, para que o filiado seja o sujeito deste processo de definição e o candidato o resultado". A previsão de Chiarelli é que a prévia se realize entre 25 de abril e 25 de maio, sem prejuízo à

campanha eleitoral.

"Esta idéia tem o apoio antecipado do senador Marco Maciel e de 70% dos convenционаis. Inclui o candidato a candidato Aureliano Chaves, lançado por um pequeno segmento da Executiva nacional, mas deseja se submeter à vontade das bases". No entendimento do presidente do PFL gaúcho, o vencedor da prévia sairá fortalecido, com respaldo dos 400 mil filiados ao PFL no Brasil e uma estrutura partidária com 3.500 prefeitos".

A regulamentação

Chiarelli lamenta que o dispositivo da prévia, consagrado pelo estatuto partidário, tenha agora a primeira tentativa para a sua regulamentação. "O desejável seria a sua utilização constante nas consultas onde o interesse maior do partido estivesse em jogo".

Pelo regulamento sugerido pelo grupo liberal-progressista, a prévia poderá ser proposta por comissão executiva ou provisória, além de qualquer membro do Diretório - municipal, regional ou nacional, cabendo a decisão por maioria absoluta.

A proposta de coligação e de pretendentes à candidatura poderá ser feita nas seguintes bases: no mínimo, por 10% dos membros do Diretório nacional; 10% dos membros da bancada

federal, em cada Casa do Congresso nacional; de um terço das diretorias regionais, desde que se manifestem, cada um delas, através de 10% dos seus membros; de um terço das bancadas estaduais, representada por 20% de cada uma delas.

A convocação para a prévia em municípios com mais de 1 milhão de habitantes será feita pelo presidente do Diretório Regional. Nos demais, a convocação caberá ao presidente do diretório municipal ou presidente da comissão diretora municipal provisória. A participação à prévia na condição de candidato fica assegurada aos filiados que ingressaram no partido até 30 dias antes do encerramento das inscrições para o pleito.

A proposta permite o voto cumulativo aos eleitores credenciados com mais de um título: os membros do diretórios municipais que forem também vereador ou deputado estadual, federal ou senador, terão direito a dois votos. Se for ainda delegado à convenção regional terá três votos. O vereador que for líder da Câmara, terá dois votos e, se for delegado à convenção, terá três.

Os candidatos que tiverem maioria de votos serão os escolhidos. Em caso de empate, o mais idoso terá a preferência. Ocorrendo morte, renúncia ou ineligibilidade do escolhido, será convocado o segundo da maior votação.

01.01

8904235

F. Poe
(P. P.)

Freire diz que não há coligação de esquerda

Candidato do PCB está em campanha no Rio Grande

O candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à Presidência da República, deputado federal Roberto Freire, declarou ontem em Caxias que não existe tentativa de coligação dos partidos de esquerda, para as eleições presidenciais. No seu entendimento, o que está ocorrendo é que alguns partidos de esquerda estão se propondo a seguir à reboque da candidatura de Luís Ignácio Lula da Silva, do PT.

Segundo Roberto Freire, não há proposta de unidade das forças progressistas, até porque todos os partidos de esquerda teriam sido convidados para discutir um programa. Acrescentou que o PCB não foi chamado para esta discussão. O candidato comunista desmente a possibilidade de vir a retirar sua candidatura, pelo menos para apoiar Lula, como propõem o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Verde (PV). Lembrou que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) está dividido quanto ao apoio à candidatura de Lula, pois, no PSB, há lideranças que querem aderir à candidatura de Leonel Brizola. Entretanto, Freire se diz favorável à unidade das esquerdas e, caso o PCB for chamado para discutir a questão, estará aberto ao diálogo. Deixa claro, no entanto, que as conversações devem girar em torno de um programa comum.

No final da tarde de ontem, Freire manteve contatos com lideranças sindicais e com o prefeito Mansueto Serafini Filho (PFL) e, à noite, deu uma palestra aos estudantes da Universidade de Caxias do Sul. (Central de Interior/ZH)



Roberto Freire

F. Poc
(PP. PP.)

POLÍTICA

SEBRO HORA - 30/3/89

SEBRO HORA 30/3/89

Partidos de centro-direita articulam candidato único

Começam nesta semana conversações entre líderes do PDS, PFL, PTB, PDC e PL

Os presidentes do PDS, PFL, PTB, PDC e PL, mais os candidatos à Presidência da República destes partidos, devem iniciar esta semana uma série de conversações com o objetivo de lançar um candidato único à sucessão presidencial. A iniciativa de promover esta aproximação foi adotada ontem, em Brasília, durante encontro do movimento SOS Brasil, acatando proposta feita pelo senador Jorge Bornhausen. Ainda esta semana os presidentes dos partidos devem se encontrar novamente, a convite do senador Afonso Camargo (PTB-PR), que coordena o movimento SOS Brasil.

A reunião de ontem concluiu que era preciso partir para uma ação prática. Seguindo raciocínio do senador Bornhausen, acertou-se que a afinidade de soluções para o País, alcançada por integrantes do PFL, PDS e PTB, necessita ser materializada no apoio a um único candidato à sucessão do presidente Sarney. Com

esta tentativa, as forças de centro estariam dando um passo na tentativa de promover uma coligação que "impeça uma polarização indesejável na eleição presidencial".

O prefeito de Florianópolis, Espiridião Amin, um dos candidatos do PDS à Presidência, destacou no encontro que o maior problema a ser enfrentado nas eleições é a credibilidade. Por isso, considera que além de um programa é preciso demonstrar na campanha eleitoral que o programa é viável e de que forma ele será executado, com a dívida externa dominando as preocupações do partido.

Participaram do encontro de ontem, realizado no Senado, o ex-ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, os senadores Afonso Camargo, Jorge Bornhausen, Ilamar Franco, Carlos Chiarelli, João Agripino, os deputados Konder Reis e Benedito Monteiro, o ex-governador do Ceará Gonzaga Mota e o ex-deputado Nelson Marchezan.



Jorge Bornhausen

01 - 01

8904237

F 100
(PP.P.)

Covas admite coligação com PMDB

O candidato do PSDB à Presidência da República, senador Mário Covas (SP), afirmou ontem em Fortaleza, onde permanece até hoje em contato com o governador Tasso Jereissati e com bases políticas do seu partido, que poderá fazer uma coligação com o PMDB, mas somente no segundo turno. Ele insistiu que o seu partido terá candidato próprio à sucessão do presidente Sarney.

Na sua opinião, os grandes partidos, como o PFL, PDS e PTB, além do PMDB, PDT e PT, devem indicar candidatas próprias a presidente, sob

pena de serem extintos e perderem suas bases políticas. Mário Covas, que foi ao Ceará acompanhando o senador José Richa (PR), em campanha presidencial, tentou convencer o governador Tasso Jereissati a ser o seu companheiro de chapa. Mas Jereissati já confidenciou a amigos e assessores que não está interessado em se afastar do governo estadual, onde pretende executar o seu programa de mudanças até o fim do seu mandato. Mário Covas confessou que desejaria ver filiado ao PSDB o governador

Jereissati, mas admitiu que ele, no momento, está envolvido com a escolha do candidato do PMDB à Presidência da República.

Covas acha que disputará a sucessão do presidente Sarney com oito candidatos, pelo menos, no primeiro turno. Sobre o seu concorrente do PMDB, ele admitiu que o governador Orestes Quércia tem mais votos em São Paulo do que o deputado Ulysses Guimarães. Mas, em compensação, segundo covas, Ulysses tem mais votos no Nordeste do que Orestes Quércia. (ANDA)

2402A 28/3/89

2402A 28/3/89

Os ministros "moderados" do PMDB, após reunião com o presidente José Sarney, fazem uma avaliação otimista de suas possibilidades na convenção do partido, neste domingo. Eles dizem que contam com até 40% dos votos

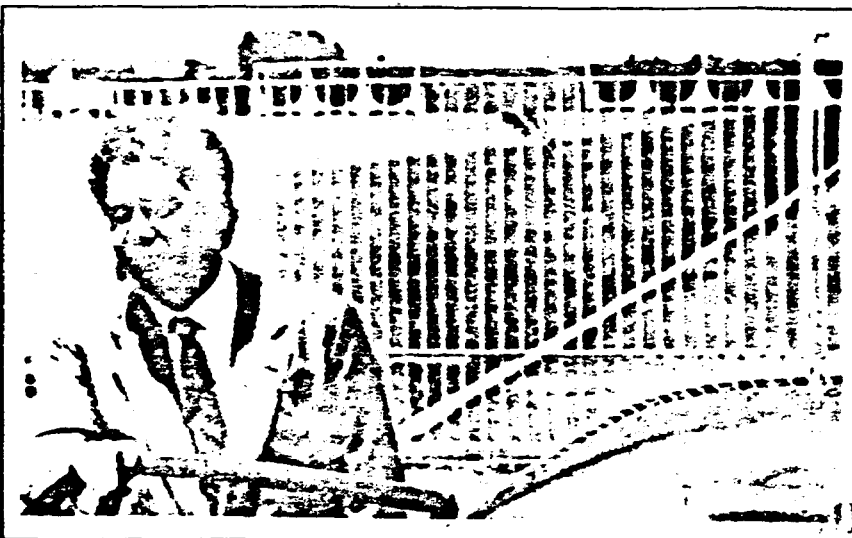
'Moderados' já acreditam em vitória na convenção

Os ministros "moderados" do PMDB estão certos de que terão de 30 a 40 por cento dos votos dos convencionais na eleição do novo diretório nacional do partido, neste domingo, o que daria condições ao grupo de apresentar uma chapa própria para a escolha da comissão executiva nacional, figurando como cabeça de chapa o atual presidente, deputado Ulysses Guimarães — que será também o primeiro nome da chapa dos "históricos" e "progressistas". A avaliação das perspectivas da convenção deste domingo, feita ontem, em Brasília, no Palácio da Alvorada, deixou o presidente José Sarney "confiante" no "bom desempenho" do grupo que apóia o Governo.

Os ministros Cardoso Alves, Carlos Santana, Íris Resende e Jader Barbalho, principalmente, mostraram que possuem "fortes e influentes" aliados na chapa adversária. "Se nossa chapa conseguir 33 por cento, no mínimo, seremos vitoriosos", disse um dos ministros a Sarney. O presidente da República, lembrando sua condição de ex-dirigente partidário (presidiu o PDS durante o regime militar) e de experiente participante de convenções, ficou satisfeito com as informações recebidas de Santana, de Barbalho e de Cardoso Alves, todos com experiência político-partidária. Os ministros disseram a Sarney que as previsões dos "moderados" estão se confirmando antes da convenção, a começar pela situação de "desconforto" de Ulysses Guimarães. Comentaram que o presidente do PMDB está sendo pressionado, a cada dia, a aceitar não mais vetos, mas "expurgos" de antigos companheiros, que "sempre" lhe foram fiéis.

"O dr. Ulysses parece que está se esquecendo — disse um dos ministros, com a concordância de Sarney — que só terá chances de sair candidato à Presidência da República com a nossa participação, nosso apoio e nossa luta. Os chamados 'progressistas' preferem outros candidatos, até mesmo as outras legendas".

Foto: Agência Brasil/ZX



Jader Barbalho: o otimismo dos "moderados" do PMDB

"Ulysses na cabeça"

No exame da convenção deste domingo, os ministros "moderados" do PMDB comentaram com o presidente da República que o interesse maior de ganhar a disputa pelo diretório nacional é da chapa adversária, a dos "progressistas". Para os "moderados", será uma "vitória" conseguir 33 por cento do diretório, o que possibilitaria, inclusive, lançar chapa própria para a comissão executiva, "com Ulysses na cabeça". Os ministros disseram ainda ao presidente da República que o Planalto "difícilmente" ficará desamparado na nova direção do PMDB.

O que menos interessa aos "moderados" — foi dito na reunião no Alvorada — é a divisão do PMDB. "O figurino popular do PMDB nos interessa muito, principalmente nas próximas campanhas eleitorais", disse um dos líderes do grupo dos "moderados". Sarney concordou e garantiu que não pensa em sair do PMDB, onde ocupa o título de "presidente de honra". "Nem nós", acrescentaram os ministros "moderados" — confiantes na recondução de Ulysses à pre-

sidência do partido e no apoio do partido à sua indicação oficial, em meados de maio, para disputar a sucessão de Sarney, na eleição direta do próximo dia 15 de novembro.

O grupo garantiu apoio a Ulysses, descartando a possibilidade de aceitar o governador paulista Orestes Quércia. Disseram, também, que os governadores-presenciáveis ainda não se definiram, em termos concretos, em favor da candidatura Ulysses. "Estão no muro, pensando neles mesmos, no Mário Covas, ou no Brizola", observou um dos ministros. Outro ministro "moderado" insistiu: "Nosso apoio ao dr. Ulysses sabe que tem. Da outra chapa, nem todos o apóiam".

Íris candidato

Uma das decisões a que se chegou na reunião foi a de lançar o nome do ministro da Agricultura, Íris Resende, como candidato a presidente da República caso Ulysses Guimarães faça a opção pela ala que denominam de "radicais do partido", após a convenção de domingo. (AE-AJB)

PMDB se declara independente do governo Sarney

BRASÍLIA — O PMDB precisou de exatos quatro anos, completados ontem, para definir a sua relação com o governo Sarney e em apenas nove linhas de uma nota de sua comissão executiva declarou-se independente do Palácio do Planalto. A situação dos ministros do partido que estão no governo é agora curiosa: foram eleitos no domingo para integrar um órgão (o diretório nacional) que é superior hierarquicamente à executiva mas, por decisão desta, devem optar entre ficar no governo ou no PMDB.

A nota diz que "o PMDB declara-se politicamente independente em relação ao governo federal e nele não se sente representado pelos seus filiados que integram o ministério pela escolha pessoal

do Sr. presidente da República". Acrescenta a declaração que o PMDB "reafirma os seus compromissos com a transição democrática que se completará com a eleição, pelo voto livre do povo brasileiro, do novo presidente da República, a 15 de novembro próximo".

Segundo o presidente Ulysses Guimarães, a decisão da comissão executiva representa "a ratificação da decisão de suas bases aprovada na convenção de domingo". A rigor, a convenção nada decidia a este respeito, mas uma série de questionários preenchidos pelos filiados, em todo o país, definiu, por 76%, que o PMDB deveria afastar-se do Palácio do Planalto.

"O próprio presidente Sarney", destacou Ulysses, "já disse que quer ter independência para governar. As medidas acertadas do governo terão o nosso apoio". Ulysses acha que o diretório não precisa se reunir para referendar a decisão da executiva, que apenas deu assentimento a uma outra decisão anterior.

Ulysses resumiu a situação dos ministros do PMDB que estão no governo: "O PMDB não tem ministros no governo. O governo é que tem ministros que são do PMDB. O PMDB não foi consultado a este respeito. Quando é consultado, indica", disse Ulysses.

01.01

8904240

Mayor partido brasileño no logra definir su candidatura

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI). La crisis del PMDB surgió en los últimos meses, después que los sondeos de opinión revelaron la inviabilidad de la candidatura del presidente del partido, el diputado Ulysses Guimarães, de larga trayectoria como dirigente de la oposición durante la dictadura militar.

En las elecciones estatales, realizadas en 1986, durante la euforia que caracterizó la fase inicial del Plan Cruzado, el PMDB venció en 22 de los 23 estados brasileños y logró más del 60 por ciento de los escaños del Congreso y de la Asamblea Nacional Constituyente.

Posteriormente, la opinión pública asoció el nombre de este partido al fracaso de la política económica practicada por

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), el mayor de Brasil, atraviesa la crisis más grave de su historia y, según analistas políticos locales, no estará en condiciones de desempeñar un buen papel en las elecciones presidenciales del próximo mes de noviembre.

el presidente José Sarney, que llevó a una inflación del 1.000 por ciento anual a comienzos de este año.

En los sondeos de opinión de los últimos días, Guimarães aparece con un modesto seis por ciento en la preferencia de los electores, mientras continúan en la punta el joven gobernador del estado de Alagoas, el conservador Fernando Collor de Melo, el populista Leonel Brizola y el izquierdista Luis Ignacio Lula da Silva.

El viernes pasado, once gobernadores electos por el PMDB en 1988 se reunieron con Guimarães para intentar convencerlo de la inviabilidad de su candidatura, pero el anciano dirigente anunció que someterá su postulación a la Convención del partido, que se reunirá el próximo fin de semana para definir un candidato.

En la Convención, las aspiraciones de Guimarães deberán cotejarse con las candidaturas disidentes del ministro de Agricultura, Iris

Rezende, vinculado a Sarney del gobernador del estado de Bahía, el izquierdista Waldyr Pires y el rabernador del estado de Paraná, el liberal Alvaro Dias.

El gobernador de Sao Paulo, Orestes Quercia, admitió su preocupación ante la posibilidad de que triunfe el ministro Rezende, lo que, dijo, agravaría las dificultades, ya que la mayoría quiere desvincularse del Gobierno.

Lula: no pediremos un "aval militar"

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI). El gremialista Luis Inacio Da Silva ("Lula"), candidato del Partido de los Trabajadores (PT) a la presidencia de Brasil, afirmó que su partido "no va a pedir licencia a las fuerzas armadas para gobernar el país, porque acabó la época en que los militares tomaban todas las grandes decisiones".

En declaraciones formuladas en Porto Alegre, capital del estado de Rio Grande do Sul, y publicadas por la prensa local, "Lula" añadió: "A lo largo de la historia republicana se pensó que los presidentes civiles en Brasil tenían que ser tutelados por los militares, pero esa idea será sepultada por el Partido de los Trabajadores".

El gremialista señaló luego que proyecta discutir su programa de gobierno con los militares de la misma manera que lo hace

con el resto de la sociedad.

En ese contexto, puntualizó: "no tenemos necesidad de un vale militar y tampoco pensamos en la posibilidad de una reacción violenta, porque estamos garantizados por un inmenso movimiento de masas".

Según "Lula", la alianza con el Partido Verde (PV), el Partido Comunista de Brasil (PC de B) y el Partido Socialista Brasileño (PSB) asegura a su partido "más del ochenta por ciento de la militancia organizada del país".

"Creo que esa militancia va a inaugurar una nueva fase política, construyendo una victoria en forma independiente de las fórmulas ortodoxas empleadas en las campañas presidenciales" manifestó.

Acoló que "un militante ideológico vale por diez de aquellos que trabajan por dinero".

PMDB: um veto quase unânime a Ulysses

O antes poderoso e prestigiado líder nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, teve a mais fria recepção do PMDB gaúcho no domingo, que superou em desencanto a visita que fez para tentar aprovar a coligação com o PDS em 88, onde chegou sob vaias porque queria o acordo, mas saiu com aplausos porque voltou atrás.

Apenas nove deputados estaduais prestigiaram a visita, além de quatro federais. Menos de 20 prefeitos estavam presentes e, dentre os 33 delegados à convenção, estavam

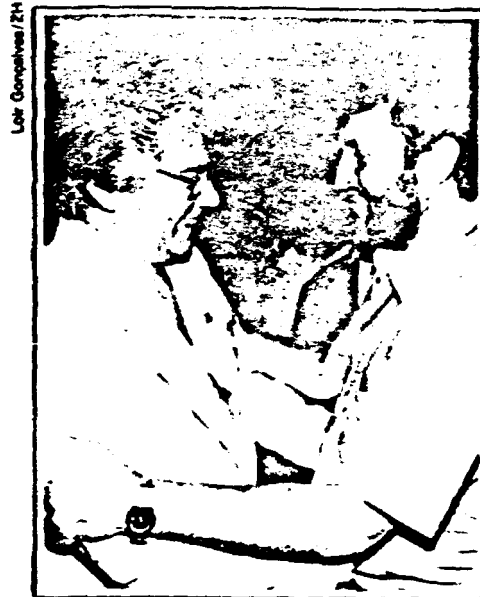
só dez. Ulysses tentou à meia-luz a platéia e começou a produzir um discurso com frases de efeito, envolvendo a figura do Governador. Porém, e pela primeira vez em suas vindas ao Rio Grande, seu discurso não foi interrompido por palmas.

Em consumo interno, até altos dirigentes do partido sentiram que sua candidatura não tem respaldo, daí porque a cúpula esclarecia que sua vinda era só para tratar da convenção de renovação do diretório e não da candidatura à Presidência.

Covas levou dividendos

O candidato do PSDB veio ao Rio Grande onde seu partido não decolou até por total falta de estrutura. Porém sua penetração dentro de setores mais à esquerda do PMDB encarregou-se de dar a ele um bom dividendo na visita: encontrou-se com o deputado Mário Madureira e ouviu deste a garantia de que, caso o PMDB não o apoie, terá a adesão do deputado, que se encarregará de arregimentar mais simpatias no partido.

Há mais deputados do PMDB pensando seriamente em seguir o caminho de Madureira até porque vários deles confessavam que Covas saiu-se melhor no debate. O senador deixou a direção do PSDB incumbida de ampliar os entendimentos dentro do PMDB e de outros segmentos, contando com a participação de Madureira que, nos próximos dias, terá reuniões isoladas com colegas de sua bancada, até porque ele fica no PMDB e, neste partido, tenta abrir espaço para a candidatura do PSDB.



Covas voltou satisfeito com apoio de Madureira

Brizola tenta apoio fora do seu partido

Para Leonel Brizola, sua primeira incursão no Estado como candidato declarado à Presidência da República apresentou um resultado acima do esperado. Encontrou-se, na noite de sábado, com um grupo dos principais empresários do Rio Grande, com os quais juntou e falou dos seus planos. Os empresários, pelo que se sabe, saíram satisfeitos da reunião com o único gaúcho candidato à sucessão de Sarney, circunstância que soma muito a seu favor no Estado.

Brizola também manteve um novo encontro, quando retornou de Caxias à tardinha de

sábado, com o prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin, que o esperava no Salgado Filho, tendo até retardado seu retorno a Florianópolis depois de ter participado do encontro de urbanismo.

O ex-governador gaúcho conversou pouco mais de 20 minutos com Amin e ouviu deste, mais uma vez, a disposição declarada de apoio à sua candidatura o que deixou Brizola entusiasmado, até porque ele sabe que pode acabar recebendo apoios alheios ao PDT no Rio Grande do Sul.

Passarinho perde as esperanças

O candidato a candidato do PDS, senador Jarbas Passarinho, foi recebido formalmente pelo PDS regional, embora saiba que muitos setores do partido não apostam em sua candidatura. Revelou, nos encontros mantidos com deputados, que só será candidato se concorrer sozinho na convenção. Como Paulo Maluf decidiu concorrer, ele não autorizará seu nome.

A propósito do PDS, o presidente regional Romeo Ramos revelou a Rubens Ardenghi que o partido fará uma pré-convenção nos dias

27 e 28 para discutir a sucessão. Ardenghi anunciou que, para esta pré-convenção, Maluf virá, a fim de revelar seus planos e confirmar que é candidato. Os defensores da candidatura Maluf, entre eles Ardenghi, dizem que não apóiam Passarinho, porque elegeu-se senador em coligação com o PMDB e apoiado por Jader Barbalho. Passarinho ouviu esta posição aqui e voltou preocupado com um alerta: caso Maluf seja o candidato, boa parte do partido se desligará e passará a apoiar candidato de outra sigla.

Collor: o que vier acaba vindo bem

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, também esteve em Porto Alegre, mas na semana que antecedeu a visita dos demais. Collor de Mello conversou com alguns políticos e com o governador Pedro Simon e, embora não tenha recebido nenhum apoio formal, deve, nos próximos dias, montar uma estrutura de sua candidatura em Porto Alegre. O conhecido "caçador de marajás" conta mais com a penetração do seu nome junto ao eleitorado do que com a adesão

de líderes partidários à sua candidatura. Em princípio, um deputado do PDS, João Augusto Nardes, chegou a acenar com um elogio a Collor de Mello que até poderia ser um apoio. Nardes, porém, destacou que tem simpatias por Collor em razão dele ser, como o deputado, um dos jovens na política. Porém, em termos de apoio à Presidência da República, o deputado confirmou que seguirá a candidatura ou o esquema que seu partido escolher.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE PORTO ALEGRE CAMPANHA SALARIAL DE 1989 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital estamos convocando todos os associados deste Sindicato para a sessão de Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 10 de março de 1989 (sexta-feira), em 1ª convocação às 19 horas e, em 2ª convocação, às 20 horas, tendo como local nossa sede social, à Rua Victor Porto, 241 - Bairro Santana - com o seguinte Ordem do Dia:

1 - Conveniência ou não de se proceder a reunião do Conselho Deliberativo no mesmo dia e hora.

Jardine

01.01

8904242

Ulysses dependeria agora do governo

O governo entrou para valer na disputa de votos na convenção do PMDB, na expectativa de que, fazendo 30% do diretório nacional, passe a ser a força de sustentação da candidatura de Ulysses Guimarães contra os governadores, aparentemente mobilizados para fazer a candidatura de Waldir Pires. A divisão do partido entre essas duas candidaturas não estimula o movimento de unidade cuja preservação é o intuito do seu presidente. A atuação da esquerda é equivocada, pois se o nome do governador da Bahia mobiliza o sentimento do grupo, muitos de seus integrantes percebem que se trata de uma candidatura que divide o movimento que se preparava para posterior aglutinação em torno de Mário Covas. Waldir divide, embora haja a esperança de que o líder do PSDB abra mão da candidatura para reunir-se aos antigos companheiros do PMDB e marcharem juntos com o governador da Bahia. Políticos experientes entendem muito que, dividido o partido, tanto Ulysses quanto Waldir perdem condições eleitorais de disputa.



Como por trás da mobilização de governadores contra a candidatura do presidente do partido estão pessoas que não são propriamente seduzidas pelo discurso de esquerda, mas políticos realistas que armam um jogo de poder, atribui-se aos mesmos a intenção primeira de eliminar a candidatura de Ulysses Guimarães para tentar em seguida compor o PMDB em torno de Orestes Quêrcia, que seria a alternativa de mobilizar a esquerda do partido para apoiar um candidato de centro, condição inafastável de êxito eleitoral de qualquer candidato. Caso essa manobra se frustrasse, até mesmo por inibição ética do governador de São Paulo, o PMDB se situaria fora da sucessão, abrindo caminho para hipóteses alheias ao partido.

Segundo estrategistas palacianos, o bloqueio do principal partido político abriria caminho para a consolidação da candidatura Jânio Quadros, tanto mais quando há informações de que Antônio Ermirio não se lançará candidato, consolidando-se em consequência o nome de Aureliano Chaves como proposta do PFL. São Paulo ficaria aberto à ascensão do janismo que passaria à confrontação direta com Lula, que deveria prevalecer no estado como a principal proposta da esquerda. No âmbito maior do país, Jânio Quadros passaria a disputar a Presidência com Leonel Brizola, que supera o candidato do PT fora de São Paulo. Esses desdobramentos do quadro sucessório estão nas conjecturas do governo, mobilizado pelo presidente José Sarney a atuar na convenção. A doença de Jader Barbalho prejudica em parte esse trabalho, mas o Planalto pensa superá-la com a presença na luta de todos os ministros de origem pemedebista. José Aparecido, da Cultura, já obteve votos de próceres municipais e do deputado Raul Belém. Thales Ramalho conta com muitas dedicações nessa área.

O deputado Ulysses Guimarães continua a trabalhar como se sua candidatura fosse inarredável, pois se dispõe a disputar na convenção seja qual for seu opositor, criando constrangimento que imagina decisivo. Acha também que o PMDB elegerá o futuro presidente. Para a convenção, ele fez até mesmo convites a personalidades do Rio e de São Paulo para acompanhar os trabalhos da reunião de Brasília.

S do Brasil

01 - 01

8904243

Congresso derruba 6 vetos de Sarney sobre gratificações

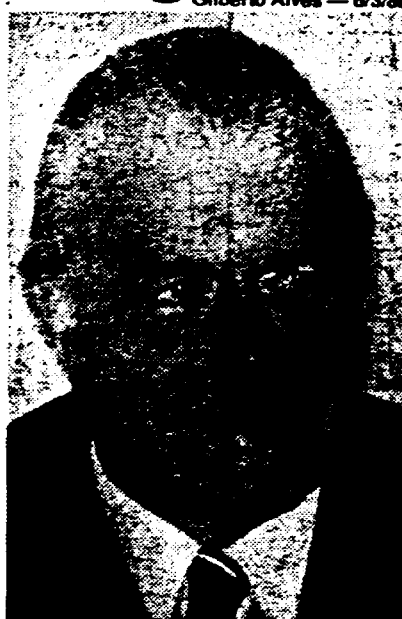
Gilberto Alves — 6/3/89

BRASÍLIA — O Congresso Nacional, repetindo o que fez em benefício dos servidores do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou outros seis vetos do presidente José Sarney a projetos que concedem gratificações extraordinárias a funcionários do Poder Judiciário, em sessão conjunta do Senado e da Câmara. O comportamento do plenário obedeceu a um acordo de lideranças que reuniu todos os partidos com representação no Legislativo, da direita à esquerda.

Passaram a ter direito à gratificação de 107% os servidores do Tribunal Federal de Recursos (TFR) e da Justiça Federal de primeira instância, do Tribunal da Justiça e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios, do Supremo Tribunal Militar e das auditorias da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral. Os funcionários de nível superior do Ministério Público da União também vão receber os 107% e os de nível médio terão 285%.

O presidente Sarney havia vetado os projetos sob o argumento de que a gratificação elevaria os vencimentos dos funcionários do Judiciário a patamares superiores aos percebidos pelos servidores de cargos equivalentes do Executivo, ferindo o princípio de isonomia estabelecido pela Constituição. A justificativa foi contestada de pronto pelo vice-líder do PMDB, Lysineas Maciel, entre outros motivos, pela ausência de um quadro demonstrativo que ilustrasse o descumprimento do princípio de isonomia.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, informou que havia conversado com Sarney sobre a decisão do Congresso de derrubar os vetos, mostrando ao presidente que a gratificação, também de 107%, concedida aos servi-



Sarney: contra aumentos

dores do STF teria que ser estendida aos outros tribunais por uma questão de igualdade de direitos. Segundo Lourenço, o presidente catenêa. O líder do PFL tinha ainda o trunfo de ter sido solicitado a derrubar o veto ao projeto de gratificação dos servidores do STF pelo ministro da Justiça e articulador político do governo, Oscar Corrêa, que já pertencera a este Tribunal.

Ao orientar sua bancada na votação de ontem, o vice-líder do PMDB, Genivaldo Corrêa, lembrou o pedido do ministro da Justiça e os esclarecimentos prestados pelo procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, na mesma direção, em reunião com as lideranças partidárias, na primeira quinzena de dezembro. Pertence, à época,

afirmou que as gratificações seriam justamente o instrumento para dar aos funcionários do Judiciário a isonomia em relação aos servidores dos outros poderes, lembrou o vice-líder do PMDB.

Segundo José Lourenço, o procurador disse ainda, à época, que técnicos "altamente qualificados" dos tribunais estavam indo para a iniciativa privada em função de seus baixos salários. Entre os assessores do presidente Sarney que se pronunciaram a respeito, somente o consultor geral da República, Saulo Ramos, criticou o Congresso pela derrubada do veto relativo ao STF.

Lobby — Se os argumentos dos líderes no encaminhamento da votação de ontem não fossem suficientes, restaria ainda o grande lobby armado pelos servidores dos tribunais nas três entradas do plenário da Câmara, onde se deu a sessão conjunta. Eles formaram um "corredor polonês" próximo ao plenário e a cada parlamentar que passava entregavam panfletos pedindo a derrubada dos vetos. Junto às portas de entrada do local de votação, grandes grupos tentavam impedir que deputados e senadores saíssem antes de terminar a sessão.

Nas galerias, cada veto derrubado era saudado com entusiasmadas ovações. Alguns parlamentares se serviam ao microfone de apertes pedindo ao presidente da mesa, Nelson Carneiro, que registrasse sua presença, já que a votação era secreta.

Ao fim da apuração, o mesmo corredor polonês que antes pressionava, saudou com palmas e gritos de agradecimento os vários parlamentares que saíram do plenário. Com os braços levantados e muitos sorrisos, deputados e senadores retribuíram as saudações.

Mailson fica irritado com o Congresso

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — A decisão do Congresso de derrubar os vetos do presidente José Sarney irritou Mailson da Nóbrega, que tem criticado a facilidade com que os congressistas apro-

vam leis que elevam gastos públicos. "É mais uma constatação de que não há cooperação do Congresso com o esforço do governo em reduzir os gastos públicos. Ninguém coopera", disse Mailson da Nóbrega a um assessor, pouco depois de tomar conhecimento da decisão do Congresso.

O consultor da República, Saulo Ramos, está preparando um parecer para impedir que, por isonomia, os aumentos concedidos ao Judiciário se estendam ao Executivo. A Constituição, em seu artigo 37, item 12, determina que funcionários do Legislativo e do Judiciário não podem ganhar mais que os do Executivo e com a derrubada dos

vetos presidenciais o Judiciário passará à frente do Executivo. Saulo Ramos descobriu um acórdão do ministro Djaci Falcão, anulando, em 1965, um aumento similar concedido pelo Judiciário. O consultor acha que a decisão do Congresso é inconstitucional e aguardará a publicação da Lei para decidir se irá apelar ao Supremo para tentar anulá-la.

Saulo crê também que o Judiciário terá dificuldades para conceder o aumento aos seus funcionários com o atual orçamento, e afastou a possibilidade do governo socorrê-los com novos recursos. "Não se pode aumentar o déficit público para atender a um aumento salarial inconstitucional", disse.

F. P. C.

2. Hora 6/3/89

Governo diz que não vai usar violência na greve

O ministro da Justiça, Oscar Dias Correa, disse ontem que o governo não pretende usar violência para reprimir a greve geral marcada para os dias 14 e 15 e que sua única atitude será apoiar aos grevistas para que avaliem os "reflexos que isto trará para a situação nacional".

- Não é hora de pensarmos em coisas pequenas, quando temos coisas tão importantes como a estabilidade do plano cruzado novo e a normalização da situação do país para resolver.

Rebatendo as declarações do presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneghelli, de que o governo pretenda empregar força policial para reprimir os grevistas, o mi-

nistro disse que a violência talvez surja do lado dos manifestantes.

- A não ser que o Meneghelli saiba mais do que o ministro da Justiça, ninguém está pensando em violência. Ele deve ter sido informado por fontes que não são do governo. Ao contrário do que ele falou, a violência pode vir é do lado de lá.

O ministro ressaltou que se, apesar dos apelos, os trabalhadores insistirem na realização da greve, nada pode ser feito, já que ela é assegurada pela constituição. Contudo, disse Dias Correa, o governo está acompanhando e observando todos os seus desdobramentos. (AG)



Ministro Oscar: negando repressão à greve

O panorama das adesões

O comando nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou um quadro parcial de mobilização para a greve geral prevista para os dias 14 e 15, de acordo com as assembleias feitas pelas principais categorias a nível estadual. Os primeiros resultados indicam, segundo coleta realizada nos sindicatos, que professores e motoristas de ônibus encabeçam a lista dos que já decidiram paralisar as atividades nos dias marcados para a greve em cinco estados. Segundo a pesquisa, o Paraná é o estado mais mobilizado até agora para a greve, seguido do Maranhão. Os professores já decidiram pela greve em São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Distrito Federal e Paraná.

Já os motoristas param, nesta primeira lista de adesão ao

movimento, em Pernambuco, Maranhão, Piauí, Ceará e Paraná. A greve mobiliza os previdenciários de Alagoas, Maranhão, Espírito Santo e Paraná, os urbanistas cruzam os braços no Maranhão e no Ceará, e os funcionários do setor da saúde fazem greve nos estados do Espírito Santo e Paraná. Os metalúrgicos param, até agora, em sete cidades. São elas: São Bernardo do Campo, Campinas e Limeira, em São Paulo, e Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Param também em Cascavel, Medianeira, Foz do Iguaçu e Toledo, no Paraná. Os petroleiros já decidiram parar em Campinas e São José dos Campos, e no dia 08 realizam assembleias em todos os sindicatos do país para decidir sobre a adesão. (AE)

PMDB vive a sua hora

A Convenção Nacional do PMDB, ontem instalada, constitui-se no primeiro grande fato político de um ano marcante que prevê a eleição direta para a Presidência da República. Da Convenção não sairão apenas os novos dirigentes da agremiação, mas um rumo em direção à sucessão. O deputado Ulysses Guimarães deverá ser reeleito para comandar a agremiação, ele que lidera a chapa progressista e até já apresentou uma plataforma, mas não empolga tanto os convencionais e as bases partidárias. Ulysses é respeitado pelo partido, mas muitas lideranças já se preocupam com sua imagem. Figura política que já deixou seu nome na história do país, deve ser preservado dizem muitos de seus correligionários, alguns até há pouco tempo adeptos de sua indicação. O motivo? O desgaste da Nova República e a vinculação de seu nome a ela. Mesmo discordando em vários momentos, polemizando no ar, em rede nacional com o presidente Sarney, o deputado Ulysses Guimarães não desvinculou-se de seu comprometimento, como avalista do governo instalado em 1985. Se alguma dúvida existia as urnas se encarregaram de demonstrar que será muito difícil dissociar Ulysses do Governo.

Teste

O encontro nacional do PMDB pode conduzir a uma conclusão nesse sentido, de forma mais objetiva. Ulysses seria reeleito para presidir o partido, mas aconselhado a não enfatizar sua candidatura. Isso é possível, mas só um grupo tem condições para convencer o dirigente peemedebista, o grupo a que ele recorreu como sustentação política para superar dificuldades internas: os governadores. Deles pode partir uma ação nesse sentido, na medida em que o deputado Ulysses Guimarães considera natural sua indicação. Afinal, ele como anticandidato em 1973 consolidou o MDB, manteve sua unidade apesar das correntes divergentes no Congresso, organizou seu sucedâneo, o PMDB e o levou às ruas pregando as diretas já, articulando a conquista do poder com a Aliança Democrática. A morte de Tancredo Neves deu-lhe maiores responsabilidades e, a partir desse momento, a linha de ação política passou a pesar-lhe muito. Avalizando um primeiro inesperado ano do governo Sarney, aliviando-se com o plano cruzado, mas passando a enfrentar sucessivas crises ministeriais, Ulysses ainda se manteve forte politicamente durante a Assembleia Nacional Constituinte, mas foi o seu último momento expressivo. Da campanha municipal pouco participou e, ao viajar para o exterior, começou a sentir articulações entre alguns governadores e parlamentares visando uma outra equação sucessória, excluindo-o. Miguel Arraes, Orestes Quêrcia e Valdir Pires foram sugeridos.

A decisão

Ulysses ainda deu um lance, quando levou pessoalmente ao Congresso Nacional, medida provisória que possibilitou a aprovação do Plano Verão. Depois enfrentou dificuldades, viu o partido dividir-se em duas correntes para disputar o Diretório Nacional, passou a considerar inevitável a cisão, mas chega à uma histórica convenção ainda com autoridade política interna.

Agora, como estrategista, joga tudo: fica com o comando partidário e recua na sucessão ou tenta tudo, apostando no cacife e biografia que construiu.

Carlos Fehlbörg

24/07/88

01.01

8904246

F. Pa

Sarney: "Sucessor terá economia equilibrada"

O presidente José Sarney disse ontem que seu sucessor encontrará o País com a economia "equilibrada, em condições de dar seu grande salto no século 21". Ele fez uma rápida avaliação de seu governo — que ontem completou quatro anos — ao deixar o consultório de seu dentista, no Palácio do Planalto. Perguntado se ia comemorar a data, apesar da greve geral no País, respondeu apenas: "Não estou comemorando nada; aliás, eu não gosto de comemorar aniversário."

O presidente queixou-se de cansaço por ter subido a escada, na volta do dentista, quando foi novamente solicitado a comentar o protesto dos trabalhadores, que ontem completou seu segundo dia. Frisou que tem a consciência tranquila de que fez "o melhor para o País". "Nesses quatro anos" — prosseguiu — "pudemos consolidar a democracia, ter um clima de liberdade e, assegurada a transição, o Brasil vai poder realizar suas escolhas."

Em relação às perspectivas desse último ano de seu governo, Sarney afirmou que pretende "consolidar tudo o que foi feito nesses quatro anos". Segundo ele, esse foi um período difícil, "em que o Brasil viveu sob uma pressão muito grande, momentos de grandes contradições e lutas, mas ao mesmo tempo de grandes vitórias, que são do povo brasileiro".

Consciência tranquila

O presidente da República acrescentou que está em paz com sua consciência e com o Criador, e que tem uma fé muito grande "que nunca me abandonou ao longo de toda a minha vida", frisando em seguida que quem governa, governa com circunstâncias "e a gente faz o que é possível dentro das circunstâncias". Indagado se chegou a sentir-se incompreendido em algum momento, respondeu: "Quem vive a política sabe perfeitamente que não podemos ter unanimidade e que o que se busca é ter sempre a unidade dentro da diversidade." O



Sarney fala sobre seus quatro anos de governo

presidente acrescentou que não guarda mágoa de ninguém: "Nunca na minha vida tive ressentimento. O ressentimento é a pior coisa que se pode ter, pois ele destrói as pessoas."

O presidente José Sarney iniciou ontem um check-up de saúde, que será concluído na primeira quinzena de abril com exames no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo. A primeira etapa da bateria anual de exames a que o presidente é submetido foi uma revisão odontológica, feita pelo doutor Ozeas de Almeida Araújo, dentista da Presidência da República. A decisão de submeter o presidente José Sarney a um check-up foi tomada no dia 26 de janeiro pelo médico da Presidência. (Brasília-ZH/AJB)

01.01

8904247

F. Pae

Inflação condiciona a eleição, diz o governo

BRASÍLIA — A eleição direta para escolha do futuro presidente da República depende do controle da inflação. Em outras palavras, foi isto que disse ontem o porta-voz do presidente José Sarney, jornalista Carlos Henrique Santos, logo após receber autorização presidencial para fazer um pronunciamento político a respeito do índice inflacionário previsto para março: "Vivendo a antessala do processo sucessório, é preciso que os democratas que desejam a eleição direta para presidente tenham consciência de que a estabilidade econômica é parte importante da transição democrática".

"Os democratas" — emendou o porta-voz — "devem ter como requisito, para que essas coisas aconteçam, a própria existência da democracia". A seu ver, a "estabilidade de economia é uma rede de segurança importante para que se complete o processo de transição democrática". Em nome do presidente José Sarney, Carlos Henrique fez um apelo à sociedade: "Devemos lutar de todas as maneiras para enfrentar a inflação e vamos continuar nessa luta quaisquer que sejam as dificuldades; se a hiperinflação nos vencer, as instituições serão as primeiras vítimas."

Responsabilidade — O presidente José Sarney fez comentários políticos a respeito do desempenho do Plano Verão no mês de março diante da forma como os resultados estão sendo tratados em alguns setores políticos e empresariais, segundo justificativas do porta-voz. Ele informou que o governo espera a solidariedade dos trabalhadores

e dos empresários, "pois a tarefa de enfrentar a inflação não é solitária". Mais incisivo, completou: "A inflação não é problema do governo, é da sociedade".

Um acidente de percurso que não chega a caracterizar uma tendência — foi como o porta-voz definiu a inflação de março. O equívoco cometido pelo presidente da República, que chegou a comentar no programa *Cameras ao Ar de Rádio* a queda da inflação a níveis mais baixos que os de fevereiro, não foi explicado. "O ministro da fazenda, Malhada Nobrega, fez uma análise técnica dos componentes do resultado de março. É a pessoa autorizada a dar explicações técnicas" — esquivou-se Carlos Henrique.

☐ O líder do governo no Senado, Marcondes Gadelha (PFL-PB),

procurou minimizar as declarações do porta-voz Carlos Henrique e disse que elas não devem ser vistas como uma ameaça à democracia. O calendário eleitoral, segundo o líder do Palácio do Planalto, será seguido à risca. "A interpretação que eu dou — destacou Gadelha — é que o porta-voz quer dizer que a inflação não deve ser um problema só do governo federal, mas de toda a sociedade." Para o senador, não se pode levar adiante uma política de controle de preços "se a sociedade se distrair". É neste contexto, segundo ele, que devem ser entendidas as palavras do porta-voz do Palácio do Planalto.

S. do Brasil 28/3/89



Lula: "quero os sindicalistas nas ruas, para garantirem posse e governo"

Sindicalista dá apoio a Lula

Cerca de 1.000 vão à ABI e ouvem crítica a Brizola

O candidato do PT à Presidência da República, Luis Inácio (Lula) da Silva, recebeu ontem à tarde, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o apoio de alguns dos sindicatos mais importantes do Rio. Compareceram cerca de 1.000 sindicalistas de todo o estado, representando ferroviários, metalúrgicos, metroviários, bancários, aeronautas, professores, funcionários públicos e de estatais e médicos. Empregadas domésticas mandaram a presidente de sua associação, Nair Jane, para se solidarizar com a campanha petista.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, destacou o papel que esses sindicatos tiveram na última greve geral, dias 14 e 15 de março. "O Estado do Rio de Janeiro foi o que mais parou", disse Meneguelli, sob aplausos. No clima de euforia em que se realizou a manifestação, Meneguelli não poupou críticas ao candidato do PDT à Presidência, Leonel Brizola, que disputa com Lula a influência no movimento sindical e tem acusado a CUT de ter se transformado em "corrente de transmissão do PT". "Vou pedir audiência a Brizola, para dizer que ele eleja outros adversários, que comece a atacar o PDS e a UDR; para dizer que, por mais que se

esforce para criticar, ele não vai conseguir neutralizar o apoio dos trabalhadores ao trabalhador Luis Inácio da Silva", disse Meneguelli.

Lula, que tem evitado responder às críticas de Brizola, completou as declarações de Meneguelli. "Não posso aceitar que Brizola ataque preferencialmente a Igreja Progressista, a CUT e o PT. Ele que critique a Igreja reacionária, que divida a Arquidiocese de dom Paulo Evaristo, em São Paulo; os sindicalistas inoperantes, o PDS e o PFL", disse Lula, sob aplausos e o coro de "Brasil urgente, Lula presidente". Lula convocou os sindicatos para se engajarem na sua campanha — "vou querer dividir o peso

dessa responsabilidade com vocês" — e cobrou a realização de "uma campanha massiva, nas ruas, nas portas de fábricas e bancos, para garantir a posse e o governo".

A manifestação terminou com o samba *Vai passar*, de Chico Buarque, e a *Internacional*, hino de comunistas e socialistas. Depois, Lula se encontrou com o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, seu conterrâneo de Pernambuco, e foi ao restaurante da associação, onde recebeu um buquê de rosas das funcionárias. Não contentes com os apertos de mão, as funcionárias aproveitaram para tirar fotos e pedir beijos a Lula.

A defesa dos ferroviários

Em entrevista na ABI, antes de encontro com sindicalistas, Lula justificou a paralisação dos ferroviários, na terça-feira, quando houve depredações em frente à Central do Brasil e 33 feridos. Ele ressaltou que os ferroviários são vítimas da mesma especulação e da mesma intriga que os metalúrgicos sofreram em São Paulo, "quando foram acusados de tentar desestabilizar o processo democrático".

Lula assegurou que, se fosse realizada pesquisa entre a população, todos — mesmo com as dificuldades que tiveram para chegar a casa — apoiariam a paralisação. "A população está cansada, desesperada e não consegue ver nenhuma saída. Mas o movimento sindi-

cal brasileiro está assumindo de fato as lutas das classes trabalhadoras e conduzindo a população nas suas reivindicações", afirmou.

Ele não vê perigo de retrocesso por causa do movimento grevista e considera que o processo reivindicatório é o único meio de se garantir a democracia e as eleições para presidente. "Considero injusta a forma como estão analisando a greve dos ferroviários. Vejo o mesmo discurso de 1980, em São Paulo, quando a classe dominante quis jogar a sociedade contra os trabalhadores, afirmando que eles estavam tumultuando o processo democrático. Agora está ocorrendo a mesma coisa, pois a classe dominante é a mesma", acrescentou.

8904249

Vazamento de sessão secreta leva STM a recorrer ao SNI

Tânia Monteiro

BRASÍLIA — O vazamento de detalhes discutidos durante as sessões secretas do Superior Tribunal Militar levou o presidente da Casa, almirante Raphael de Azevedo Branco a telefonar para o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, pedindo auxílio para solucionar o caso. O general Ivan ofereceu os préstimos do SNI e aconselhou que fosse feita, inclusive, uma varredura no plenário para que se constate se há alguma escuta ali instalada.

A consulta ao general Ivan foi levada à plenário na sessão aberta da última quinta-feira quando o almirante Branco informou aos demais ministros que estava preocupado com problema que queria ver resolvido logo, para que não se repetisse. Durante a discussão da questão, o plenário se dividiu. Alguns ministros, entre eles Aldo Fagundes e Everaldo de Oliveira, que foram favoráveis à posse de Aluizio Alves, reclamaram que tiveram os seus votos descobertos. Outros que votaram contra, também não gostaram do vazamento. Mas a maior parte deles ponderou que isso ia acontecer sempre porque não havia como se evitar o fato.

O presidente Raphael Branco levantou, também, a questão da acústica do plenário do Tribunal, que é muito ruim e permite que até mesmo nos andares superiores e inferiores, quando não da própria porta, se ouça o que está sendo discutido ali dentro. Mas a fixação de alguns ministros era de que realmente alguma coisa andava errado e permitindo o vazamento de informações.

Segredo — Os seguranças foram indagados se têm revistado devidamente a sala antes de

fechar a porta, certificando-se de que não havia nenhuma bolsa "esquecida" lá dentro que permitisse a gravação da sessão. Diante da negativa, ficou a dúvida quanto à escuta.

O plenário não decidiu pela realização da varredura, que muitos ministros acreditam que não acontecerá, embora a decisão, neste caso, possa ser tomada pelo presidente, isoladamente. Falou-se ainda em escuta de conversas telefônicas mas sem maiores desdobramentos.

Hoje o STM realizará nova sessão secreta, mais uma vez para decidir se os documentos apresentados pelo ex-ministro da Administração, Aluizio Alves, serão ou não considerados suficientes pelo Tribunal, para comprovar o efetivo exercício profissional. Todos os ministros estarão atentos ao que se passará após a sessão, pois a ideia é de se noticiar apenas a decisão final, sem deixar que se torne de conhecimento público cada passo da discussão, sob o argumento de que isso deixará o tribunal a descoberto.

O presidente do STM, almirante Raphael Branco, confirmou ontem o pedido de auxílio feito na semana passada ao general Ivan, mas não quis informar se irá ou não solicitar a realização da varredura ou implantação de qualquer sistema capaz de preservar as discussões realizadas em plenário. "Assuntos referentes a sessões secretas são secretos e eu não vou dar qualquer informação", respondeu o ministro, após mostrar-se constrangido também com o fato desse assunto ter chegado aos ouvidos da imprensa. Tranquilizou-se um pouco logo depois, quando foi lembrado de que seu comunicado fora feito em sessão aberta ao público.

Recife — Natalino Guedes

APOL

- ZERO HORA -

06/04/89

Brossard toma posse como ministro do STF

O ex-ministro da Justiça e ex-senador Paulo Brossard tomou posse ontem, em Brasília, no Supremo Tribunal Federal (STF), em cerimônia simples, presidida pelo presidente da Casa, o gaúcho José Néri da Silveira. O novo ministro assumiu a vaga deixada por Djaci Alves Faício, que se aposentou compulsoriamente ao atingir a idade limite de 70 anos. O auditório do STF ficou lotado de ministros, autoridades e parlamentares que se reuniram para cumprimentar o mais novo ministro da Suprema. A cerimônia de posse começou pontualmente às 18 horas. Conforme determina o protocolo, não houve discursos. O presidente do STF apenas encaminhou Paulo Brossard à sua cadeira no plenário.

Encerrada a sessão, o ex-senador gaúcho e sua mulher, dona Lúcia, receberam os cumprimentos de seis ministros do Governo Sarney: Oscar Corrêa, da Justiça; brigadeiro Moreira Lima, da Aeronáutica; general Ivan de Souza Mendes, do SNI; João Batista de Abreu, do Planejamento; Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial; e João Alves, do Interior.

Também estavam presentes o vice-governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli; o ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazianotto; e o presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Oscar Gomes Nunes. E ainda: o presidente da comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, Nelson Jobim; e o líder do PMDB na Câmara, deputado

Ibsen Pinheiro; o deputado Carlos Azambuja — que representou a Assembleia do Rio Grande do Sul —, além do deputado Lúcio Roberto Ponte.

Presentes ainda à breve cerimônia o prefeito de Bagé, Luís Kall; o corregedor-geral Cristóvão Dalcio Moreira; o juiz Flávio Sirângelo; o presidente do Banco Meridional, Carlos Tadeu Vianna; a presidente da OAB-RS, Cléia Carpi da Rocha; e mais: Ênio Vilanova Castilhos, Léa Portugal, Oly Pachia, Antero Amoral Simões, empresário Érico Ribeiro, Jorge Escobar Pereira, Sérgio Porto, Glaci Costa, o secretário estadual José Fernando Cirne Lima Elchemberg, Mário Lima, e os filhos do ministro e a irmã, Renê Souza Pinto. (Brasília/ZH)

01 - 01

8904251

JORNAL DO
BRASIL

Moderados admitem aceitar a vice

16/3/89

BRASÍLIA — Sair com o ministro da Agricultura, Iris Rezende, que coordenou os aliados do Palácio do Planalto na última convenção do PMDB, como candidato a vice-presidente numa chapa encabeçada pelo governador paulista Orestes Quéricia, ou mantê-lo como candidato à sucessão presidencial, eram questões que continuavam a dividir ontem o grupo moderado do partido. Para resolver o problema, os líderes do grupo vão iniciar consultas imediatas aos governadores que participaram da chapa Unidade e às bases regionais do PMDB.

Para alguns moderados, como o deputado Luis Roberto Ponte, do Rio Grande do Sul, o resultado da convenção demonstra que o processo de escolha do candidato a presidente dentro do PMDB passa forçosamente pelo grupo, que deverá ser ouvido e consultado. A prova disso, segundo alguns parlamentares, foi a decisão do próprio ministro da Agricultura, Iris Rezende, de evitar o lançamento de sua candidatura à Presidência sem antes ouvir governadores e os diretórios regionais. Ao final da reunião, Iris confirmou que poderá abrir mão de sua candidatura à se os moderados entrarem em acordo com um "nome confiável" do grupo progressista. Reforçando as palavras do ministro, o deputado Maguito Vilela, de Goiás, admitiu que

"o governador Orestes Quéricia é um nome que pode unir o partido".

Estratégia — Um parlamentar do Espírito Santo, explicando a insistência de alguns moderados em jurarem que Iris é mesmo candidato ao Planalto, afirmou que seria uma péssima jogada para o grupo admitir que o ministro não está no páreo para valer. Segundo ele, os moderados perderiam, então, grande margem de negociação.

Preocupado em manter unido o grupo e em iniciar imediatamente as consultas, Iris cancelou até uma viagem oficial que faria a Argentina e Nova Zelândia, sendo substituído, por ato do presidente Sarney, pelo embaixador Rabens Ricipero. A pressa do ministro é explicável: a convenção do PMDB que irá escolher os candidatos está marcada para 23 de abril. Resta pouco mais de um mês para os entendimentos.

Os acordos poderão ser difíceis. Afinal, se os deputados Maguito Vilela e Denisar Arneiro (PMDB-RJ) vêm com simpatia uma dobradinha Quéricia e Iris, o deputado Luis Roberto Ponte, ainda sonha com um entendimento com o deputado Ulysses Guimarães, posição com a qual não concorda, por exemplo, Nyder Barbosa, do Espírito Santo, e Albérico Filho, do Maranhão, este último primo do presidente Sarney. Ponte, defendendo sua posição, diz que Ulysses

como candidato, terá apoio muito mais amplo da esquerda do que se o escolhido for o governador paulista.

Denisar Arneiro chega a ser entusiasta na defesa de Quéricia: "No nosso grupo, a chapa Quéricia-Iris dá 95% de consenso. O governador é o único nome dos progressistas com quem podemos conversar".

Numa posição mais radical, Albérico simplesmente diz que os moderados devem chegar à convenção com o nome do ministro da Agricultura. Para ele, acordo só para a escolha do companheiro de Iris como candidato a vice-presidente.

Protesto — Os moderados também lançaram ontem nota de protesto contra sua exclusão da Comissão Executiva Nacional do partido. Acusam os progressistas de ignorarem as tradições do PMDB, de violar os direitos das minorias e afirma: "Aos que assim se conduziram parece que não bastaram o silêncio dos túmulos, a dor dos exílios, a cassação de toda uma geração política. A minoria radical pretende tomar a legítima, por um golpe de mão, para assegurar a voz exclusiva e estéril de uma aventura política, de inspiração paternalista".

No final, a nota adverte: "Não é dividindo e discriminando que se constrói um partido. Não será assim que o PMDB continuará ganhando eleições".

Sarney debate convenção com ministros do PMDB

BRASÍLIA — A disputa entre moderados e a esquerda do PMDB chega hoje ao Presidente José Sarney, que reúne no Palácio do Planalto os Ministros do PMDB e o Governador de Brasília, Joaquim Roriz. A reunião, feita a pedido dos Ministros da Agricultura, Iria Resende, e da Previdência, Jader Barbalho, terá o objetivo de discutir "o momento político e as perspectivas da sucessão presidencial", segundo um integrante do governo que vai participar da reunião.

Apesar da pauta estar direcionada para os interesses do Planalto e da chapa moderada, encabeçada por Iria Resende, em relação à disputa do Diretório Nacional do PMDB, fontes do Governo acreditam que a discussão pode tocar num ponto delicado, tanto para o Presidente quanto para os governistas do PMDB: esta será a primeira

reunião do Presidente, este mês, com o Ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, Roberto Cardoso Alves, alvo durante toda a semana passada, de denúncias de corrupção em sua pasta.

Robertão, além de Ministro, faz parte da chapa com que os moderados pretendem confrontar-se com os progressistas do partido, cuja chapa é encabeçada por Ulysses Guimarães. As denúncias de corrupção, que abrangem as mais diversas áreas do Ministério, estão sendo compiladas pelo Ministro Chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, mas, segundo esse participante da reunião de hoje, não há qualquer opinião formada no partido ou do governo se essas denúncias ameaçam a manutenção de Roberto Cardoso Alves na cúpula governista.

Quércia não sai, assegura Moreira

O governador do Rio, Moreira Franco, reafirmou ontem que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, não vai ser o candidato do PMDB à Presidência da República. Moreira Franco teve a certeza de que o nome do governador paulista não vai ser lançado na convenção nacional, no dia 12, domingo, depois do encontro de sábado entre ele, Newton Cardoso e Orestes Quércia, em Minas Gerais. Nessa reunião, ficou definitivamente afastada a hipótese de o governador de São Paulo vir a lançar sua candidatura à Presidência da República. O governador deu entrevista na sede do Jôquei Clube Brasileiro, no Rio.

"Eu mesmo perguntei ao Quércia se ele estava interessado em lutar pela sua candidatura à Presidência pelo partido e ele descartou totalmente essa possibilidade. Sendo assim, ficamos reduzidos a três nomes: os governadores Waldir Pires e Miguel Arraes e o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães", afirmou Moreira.

Porto Alegre - Mauro Mattos

Covas não recusa voto da direita e não pede 'atestado ideológico'

SÃO PAULO — O senador Mário Covas, do PSDB, utilizou-se de uma frase comum do ideário do candidato do PT à Presidência da República, deputado Luis Inácio da Silva, para mostrar o que pensa sobre o anúncio de apoio à sua candidatura à sucessão do presidente José Sarney feito pela ultraconservadora Aliança Social Nacionalista Democrática Popular (ASNDP), entidade que agrupa 150 organizações de direita no país: "Não vou pedir atestado ideológico para quem quiser votar em mim", afirmou.

Covas participou, na tarde de ontem, de um encontro dos filiados do PSDB da capital paulista, na sede da Câmara municipal, para discutir o esboço do plano de governo com o qual espera atrair o eleitorado na corrida sucessória. Participaram da reunião, algumas das principais lideranças do partido, como o senador Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador Franco Montoro. A redação final do programa de governo, depois de discutida pelos militantes tucanos de todo o país, deverá ser apresentada no Congresso Nacional do partido programado para o início de Abril.

Durante o encontro de ontem Covas evitou analisar se a possível candidatura do empresário Antonio Ermírio poderá roubar votos do PSDB. "A eleição será em dois turnos, o que permitirá o surgimento de uma nova modalidade de comportamento do eleitor", afirmou. "Desta vez acho que não vai surgir a tese do voto útil", acrescentou. O senador deixou transparecer no entanto, a sua insatisfação com a possibilidade de que Antonio Ermírio se lance candidato. "Eu esperava que ele me apoiasse", lamentou.

Sobre a possibilidade de indicação do nome do governador da Bahia, Waldir Pires, como seu companheiro de chapa, o senador paulista foi discreto: "É um bom nome. Mas por enquanto ele está filiado ao PMDB. Só podemos pensar nesse assunto se ele demonstrar interesse em ingressar em nosso partido".



PMDB gaúcho apoiará Ulysses Guimarães para presidente do partido no dia 13

Executiva do PMDB rompe com o Governo

A nova Executiva Nacional do PMDB reuniu-se pela primeira vez ontem para marcar o rompimento do partido com o Governo. Em nota elaborada por seus integrantes, tendo à frente o presidente Ulysses Guimarães, a Executiva declarou que o partido é "politicamente independente em relação ao Governo Federal" e não se sente representado pelos peemedebistas que integram o ministério, em razão de escolha pessoal do presidente Sarney.

— Sendo independente, o PMDB não tem ministros no Governo porque não foi consultado — afirmou Ulysses Guimarães ao sair da reunião.

Ulysses evitou maiores comentários sobre a posição dos seis ministros peemedebistas hoje no Governo — Carlos Santana, Jader Barbalho, Iris Rezende, José Aparecido e Vicente Fialho — afirmando não saber se a posição da Executiva implicará sua saída do partido. Já o secretário-geral do partido, Tarcísio Delgado, acha que os ministros "devem largar o Governo e voltar para o PMDB".

Ao tomar conhecimento da nota também divulgada ontem pelo grupo moderado, acusando a direção do partido de oportunismo, Ulysses fez questão de deixar claro que a posição oficial do partido é a que foi tomada pela Executiva, afirmando que "a nota do PMDB é esta aqui".

Diretrizes

Ulysses disse ainda que a decisão de ontem não tem nada a ver com a questão sucessória, sem especificar se o grupo moderado será aliado ou não deste processo dentro do partido. Deixou claro, porém, que só vão participar das discussões para definição do nome do candidato do PMDB aqueles que aceitarem o programa e as diretrizes do partido.

Já Tarcísio Delgado acha que o processo político vai definir em pouco tempo quem continua no PMDB para a sucessão presidencial, ressaltando também a necessidade de que todos se submetam agora à nova linha adotada pelo partido após a conven-

ção.

A reunião de ontem da Executiva foi a primeira desde que ela foi eleita, na madrugada de segunda, e somente dois membros não compareceram: a deputada Beta Mendes (SP) e o líder do partido no Senado, senador Ronan Tito (MG). O próximo encontro da Executiva será no dia 29 deste mês, quando será definida a data da convenção nacional extraordinária do PMDB, que escolherá o candidato do partido à sucessão presidencial, possivelmente no dia 30 de abril.

O deputado Ulysses Guimarães disse que a declaração de independência veio atender às manifestações dos peemedebistas, expressas na convenção do partido, no último domingo e que a postura do partido já era essa. Para o 2º vice-presidente do PMDB, senador José Fogaça (RS), essa decisão impõe um insuportável constrangimento moral aos ministros, que, para ele, devem fazer uma opção entre o Governo e o partido, de preferência pelo segundo. (AG — Brasília/ZH)

Coluna do Castello

A Presidência é coisa para São Paulo

Confirma o deputado Ulysses Guimarães que o governador Newton Cardoso condiciona seu apoio a candidatos presidenciais a que seu estado dê pelo menos o vice-presidente. A dificuldade está na seleção de nomes mineiros pois o PMDB dispõe de apenas um político conhecido nacionalmente, o ex-governador Hélio Garcia, em notória divergência com seu sucessor no Palácio da Liberdade. O senador Iliamar Franco não reingressou no seu partido e conversa com Brizola. O ministro José Aparecido está indissolúvelmente ligado a Jânio Quadros. Fora daí o vice mineiro teria de ser garimpado fora do quadro partidário, numa tarefa que não será fácil para Cardoso, não muito conceituado na praça. O principal nome da política mineira continua a ser Aureliano Chaves, indicado candidato a presidente pela Executiva Nacional do PFL, partido no qual enfrenta oposição de figuras representativas.



O ex-ministro das Minas e Energia tem prestígio no seu estado mas não parece fácil fazer com que a política mineira tenha seu nome como ponto de convergência. Se ele ali se apresentasse como uma proposta que viesse forte de fora para dentro meio caminho estaria andado. Fora, porém, sua situação não é boa, o que se reflete em naturais reservas do comando de Minas com relação às suas possibilidades. O PFL de Pernambuco, de Alagoas, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul o rejeitam por sua fidelidade a Sarney, transformando em dado negativo uma das características dessa forte personalidade de nitido compromisso ético. Cabe, aliás, observar que fora de São Paulo somente a política de Minas e a do Rio de Janeiro têm ainda condições de propor candidatos a presidente da República. Os demais caem na vala da vice-presidência.

Sintomático a esse respeito o que aconteceu com as aspirações presidenciais dos governadores de Pernambuco e da Bahia, que não conseguiram ser examinados no seu partido a não ser na condição vice-presidencial, fato que a ambos desgostou. Arraes e Waldir não dispõem de bases para enfrentar a partir delas os candidatos paulistas e sua filiação a correntes ideológicas não lhes dá instrumentos para compor e comandar o PMDB, cuja destinação está pendente do destino político de Ulysses Guimarães. Ou o partido se une em torno do seu presidente, hipótese que vai se distanciando cada vez mais, ou se esfacela em três ou quatro correntes. Candidatos que expressem suas facções estão destinados ao malogro, como cedo virificou Waldir Pires. Agora é a hora de Iris Resende chegar à mesma conclusão. Mal se lança em campo o ministro da Agricultura e já pode ler entrevista de Jânio Quadros incitando-o a ser seu companheiro de chapa.

Esse é o destino dos políticos que fora do centro de convergência nacional têm veleidades de comando nacional. A exceção é Brizola, proposta do Rio com fortes raízes no Sul do país e tradição que se deita no populismo de Getúlio Vargas e João Goulart. Aureliano tenta ser a segunda exceção. Mas o Norte (Passarinho quebrou a cara com Maluf), o Nordeste e o Oeste são propostas remotas no quadro atual da política brasileira. Diz-se que o governador do Paraná se queixa de que seu estado sequer é admitido ao círculo de decisão no seu próprio partido. O comando nacional do PMDB, além dos governadores de São Paulo e Minas, ainda admite os do Rio, da Bahia, de Pernambuco, e — olhe lá! — do Rio Grande do Sul. Paraná, apesar da riqueza do estado e da sua força eleitoral, ainda não transpôs a periferia na direção do centro. Munhoz da Rocha e Nei Braga, antes de Alvaro Dias, tentaram sem êxito essa operação e continuaram num sólido segundo plano.

A desagregação dos dois principais partidos, sobretudo do PMDB, contribui para retirar a sucessão do âmbito dos partidos políticos, situando-a definitivamente na faixa dos grandes centros eleitorais. A opinião pública, apesar do apreço revelado pelo PT, não é mobilizável por nenhum partido, o que explica que o terceiro proferido do eleitorado nas pesquisas seja o governador Fernando Collor de Mello, cuja audácia o situou na vanguarda do repúdio aos políticos que fazem do uso e o fruto do bem público a grande meta das suas carreiras. A nação está mais sensível a quem se proponha a corrigir erros e defeitos das suas classes dirigentes do que inclinada a examinar programas partidários que valem tanto quanto o rápido passar de olhos que lhe dedicam os políticos.

A Executiva Nacional do PMDB no próximo dia 28 volta a reunir-se para acertos internos e marcar a data da convenção nacional que indicará seus candidatos. Ulysses espera que até lá já haja uma palavra de confiança na sua candidatura. Se ela não vier, ele se manterá em campo, pois está careca de saber que seu partido não tem vez nem destino fora da sua candidatura, seja natural ou não. Como no conto antigo, Deus antes de perder o PMDB parece ter ensandecido os seus donos.

Carlos Castello Branco

PRN lança um Movimento de Reconstrução

A coordenação de campanha do ex-governador Fernando Collor de Mello, candidato do PRN à Presidência, lança, na próxima quarta-feira, o Movimento Popular da Reconstrução Nacional (MPRN) para viabilizar o apoio dos políticos que não desejam abandonar os respectivos partidos. Junto com o MPRN, Fernando Collor de Mello divulga um miniprograma econômico, elaborado pela professora Zélia Cardoso de Melo, encarregada de montar o seu

programa de governo.

Os 13 membros da coordenação nacional da campanha de Fernando Collor se reuniram ontem, em Brasília, para avaliar os resultados dos dois primeiros comícios, realizados em Manaus e Boa Vista. A avaliação de todos foi de que o contato direto de Collor com o povo nas ruas foi tão produtivo que novos comícios deveriam ser programados. Depois da experiência no Amazonas e Roraima, a próxima visita será a três estados do

Nordeste — Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte — entre os dias 11 e 13 de junho.

Da reunião com os coordenadores, realizada no escritório do empresário de construção civil, Paulo Octávio de Oliveira, o candidato Fernando Collor seguiu para um almoço com mais de dez embaladores, marcado pelo embaixador da República Federal da Alemanha, Helmut Dittmann, em sua residência oficial. (AG)

L.OL

6.- Partido Político

24 3/4/83

01.01

8904468

098

Exce.
GOBIERNO.

ZERO HORA — Sábado, 27.05.89 — PÁGINA 45

Sarney reedita medida provisória sobre greve

Ela terá validade por mais 30 dias, informou Costa Couto

O presidente José Sarney decidiu reeditar a medida provisória sobre o exercício do direito de greve e que ainda não foi votada pelo Congresso Nacional. O anúncio foi feito, ontem, pelo ministro Costa Couto, depois de despachar com o presidente, no Palácio da Alvorada. Segundo informou, a nova medida, que terá validade por mais 30 dias, chegará ao Congresso na segunda-feira.

O ministro Costa Couto admitiu que a proposta do Governo tem recebido muitas críticas. Mas achou razoável reeditá-la diante da falta de consenso entre as lideranças dos partidos.

Sobre o salário mínimo, disse que, se não se chegar a uma proposta que concilie os interes-

ses do Executivo e do Legislativo, o Governo deverá fixar o salário mínimo de junho por decreto. Observou que, ao se fixar o valor do salário mínimo, é preciso levar em conta questões como o nível de emprego, a inflação e a Previdência.

"O Governo reconhece que o salário tem um valor baixo e precisa crescer em termos reais, mas isso precisa ser feito de forma a não prejudicar os trabalhadores", comentou. Sobre as negociações no Congresso, revelou que o Governo está examinando as alternativas em debate, inclusive a de fixar o mínimo em NCz\$ 90,00 com a concessão de um abono de NCz\$ 20,00. (Brasília/RE)

31.01

8904468

Maciel aceita derrota mas Aureliano não une o PFL

BRASÍLIA — O senador Marco Maciel reconhece, hoje à tarde, a sua derrota para o ex-ministro Aureliano Chaves nas prévias do PFL realizadas domingo passado, mas isso não significará a unificação do partido. O senador José Agripino (RN) e o vice-prefeito de Natal, Ney Lopes de Sousa, já anunciaram que não sobem de nenhum no palanque de Aureliano. Dois outros dissidentes, o senador Jorge Bornhausen (SC) e o deputado Alceni Guerra (PR) reúnem-se com suas bases no início do próximo mês para decidir a quem apoiarão na sucessão presidencial. Depois que também disser que vai consultar os pefelistas gaúchos, o senador Carlos Chiarelli disse que, antes, quer ter acesso a todos os mapas de votação: "Fomos derrotados pelas estatísticas".

Maciel chegou segunda-feira à noite a Brasília e, já de manhã, reuniu-se em seu apartamento com Agripino, Bornhausen, Chiarelli e outros dissidentes. Uma primeira decisão já foi tomada: ninguém vai apoiar Aureliano e o grupo continuará unido tentando controlar a debandada que ameaça as bases pefelistas no interior, que querem apoiar agora o ex-governador Collor de Mello, do PRN.

Também dificilmente Aureliano terá o apoio da outra candidata derrotada, a deputada Sandra Cavalcanti (RJ). Reconhecendo que disputou as prévias para ser campanha pelo parlamentarismo, ela disse que só apoiará o ex-ministro de Minas e Energia se este se apresentar como um candidato descompromissado no Palácio do Planalto.

Resultado parcial

Aureliano Chaves	96.357
Marco Maciel	54.633
Sandra Cavalcante	7.491

Palanque: — De todos os dissidentes, o mais cauteloso, mas também um dos mais irônicos, é Bornhausen. O senador disse que, antes de mais nada, tinha que perguntar a Aureliano se ele é candidato para valer. Para tanto, revelou que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, lhe confessou há dias que Aureliano tinha assumido o compromisso de que, se sua candidatura não decolasse em dois meses, se retiraria da disputa. Depois, denunciando as pressões do governo sobre os pefelistas, Bornhausen disse que a diretoria administrativa da Eletrosul foi oferecida, ao mesmo tempo, a dois convencionais: ao presidente do Diretório de Brusque, Luis Hamilton Martins, e a um pefelista de Florianópolis, Miguel Cedrez.

Já o deputado José Thomaz Nonó (AL) preferiu dizer que Aureliano nem palanque vai ter para a campanha. "O Aureliano não é uma candidatura. É uma promissória de 60 ou 90 dias que vai ser logo cobrada pelo grupo de Antônio Carlos Magalhães. Eles querem ir para o Jânio e, se este também não for viável, vão se desintegrar" — afirmou. Segundo o deputado, o PFL vive agora a maldição que o PDS enfrentou, em 1984, quando lançou Maluf como seu candidato.

PARTES ILEGÍBIL

Sarney inaugura ferrovia simplificada

Nairo Alméri

BELO HORIZONTE — O presidente José Sarney irá amanhã a Jeceaba, município do Quadrilátero Ferrífero de Minas, inaugurar uma Ferrovia do Aço bem mais modesta que aquela concebida pelos técnicos do "milagre brasileiro", no início da década de 70, e que teve suas obras iniciadas a 30 de abril de 1975. Quatorze anos depois, o projeto tem apenas 334 quilômetros ligando Jeceaba (MG) a Barra Mansa (RJ), em vez dos 834 quilômetros originais que ligariam Belo Horizonte-Rio-São Paulo. Os trens correrão a 50 km/h, e não mais a 100 km/h. E, por sua malha esboçada, no máximo, 25 milhões t/ano de carga contra 100 milhões t/ano imaginadas pelos técnicos que a criaram.

Mas a presença de Sarney em Jeceaba não colocará um ponto final nos trilhos do mais polêmico e caro projeto ferroviário brasileiro. Simplesmente dará finalidade à parte dos US\$ 2,5 bilhões empastados nas montanhas das serras do Mar, Mantiqueira e do Espinhaço. Para romper a fita inaugural, o presidente da República dará as costas a um conjunto de 14 pilares que sustentariam um viaduto da ferrovia, mas que servem apenas como marco do ponto inicial de 106 quilômetros em obras de infra-estrutura (dezenas de pilares para viadutos e pontes, túneis com até 2.173 metros de comprimento, cortes de montanhas e rampas onde seriam assentados os trilhos) em direção a Belo Horizonte — e que custaram, a preços de 1978, US\$ 300 milhões.

Tunelão — Da megalomania que dominava o Brasil na época do "milagre" (ou "Brasil grande"), quando foram concebidos outros projetos faraônicos — Transamazônica, Açominas e Hidrelétrica de Itaipu —, a Ferrovia do Aço preservou para Sarney o privilégio de inaugurar a linha ferroviária com o maior túnel da América Latina: o túnel da Mantiqueira, ou tunelão, no município de Bom Jardim de Minas, com 8.546 metros de comprimento. O presidente não chegará até lá, pois percorrerá somente pouco mais de 80 quilômetros, indo somente até São João del-Rei. Mas terá percorrido outro recorde brasileiro: o mais caro quilômetro ferroviário do mundo — US\$ 6 milhões e 287 mil.

Responsável pelas obras da Ferrovia do Aço no trecho a ser inaugurado (que foi tratado, de 1979 a 1983, como "trecho prioritário" e, a partir de 1987, por "trecho simplificado"), o diretor de Operações da Rede Ferroviária Federal S/A, Vicente Nardelli, declarou semana passada que, na atual administração, o trecho de 106 quilômetros abandonados quando o ex-presidente João Figueiredo, em abril de 1979, retomou as obras do projeto, não será tocado. A RFFSA prefere investir na eletrificação do percurso Jeceaba-Barra Mansa.

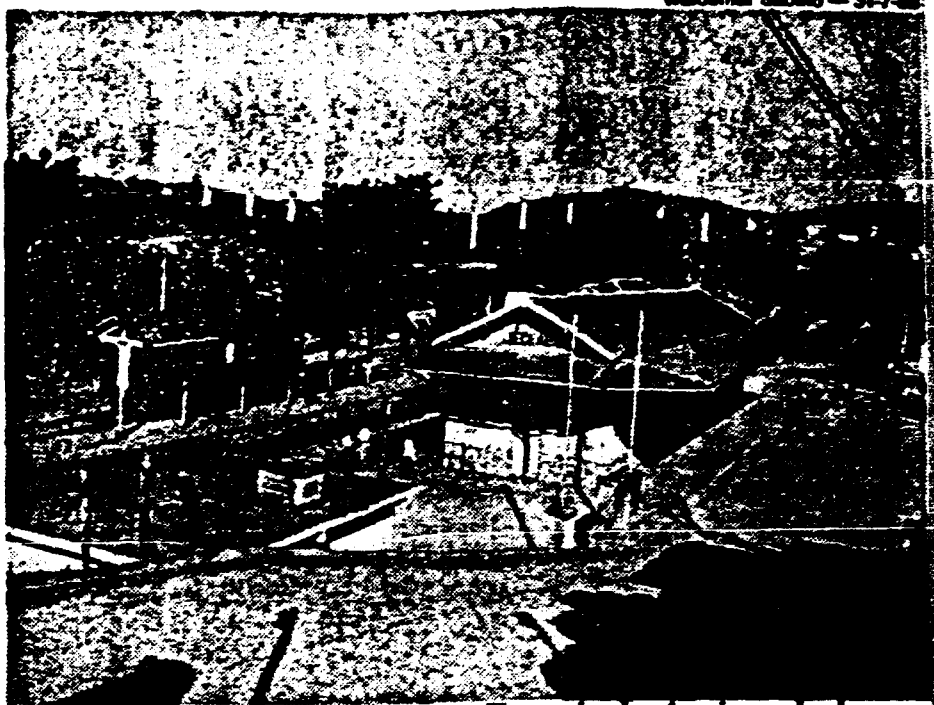
Dinheiro à toa — Quando a Ferrovia do Aço sofreu a sua terceira paralisação, em 1984, havia uma visão dentro do Ministério dos Transportes de que o projeto só serviria mesmo para simbolizar a imprevidência dos administradores públicos de um certo período de nossa história, ao expor fantasmagóricos pilares e túneis desde um dos trechos mais nobres da paisagem mineira — próximo à ex-Vila Rica dos Inconfidentes, atual Ouro Preto — a outras regiões de Minas.

"Achamos que somente no final desta década, quando a economia tiver sido retomada, a ferrovia deverá ser reprogramada", declarou o ex-ministro dos Transportes, Clorakino Severo, em 28 de novembro de 1984, ao final do regime militar. No primeiro semestre da Nova República (8 de agosto de 1985), o ex-presidente da RFFSA, Osiris Stenghel Guimarães, selou: "Nós não temos interesse nenhum em gastar dinheiro à toa".

O projeto da Ferrovia do Aço fazia parte do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e foi entregue na primeira semana de julho de 1973 ao ex-ministro Mário Andreazza pelo diretor do extinto Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), engenheiro Horácio Madureira. Pensando diferente dos técnicos que conceberam este projeto e dos que celebravam o seu sepultamento — o enterro de US\$ 2,3 bilhões —, o presidente do Grupo Caemi, Azevedo Antunes, através de uma das coligadas, a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), decidiu viabilizar o projeto em 1985.

Casteio — Maior cliente da RFFSA no ramal da Linha Centro (ligação da Região Metalúrgica de Belo Horizonte com o Estado do Rio), por onde escoam anualmente cerca de 40 milhões t/ano, a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) decidiu aportar recursos na retomada das obras, em troca de crédito futuro de fretes. A mineradora, a segunda maior do país, depois da Companhia Vale do Rio Doce (estatal), aportou US\$ 70 milhões dos US\$ 136 milhões estimados pelo governo para completar o projeto entre Jeceaba e Barra Mansa.

Na primeira fase, segundo Vicente Nardelli, circulará no trecho apenas um trem por dia, com tração a diesel, de 86 vagões (na Linha Centro são 46 trens/dia nos dois sentidos), passando, numa fase ainda não prevista, para 12 composições. Atualmente, a MBR tem à sua disposição na Linha Centro 20 trens, transportando diariamente 45 mil toneladas de ferro.



Pilares em Jeceaba simbolizam a Ferrovia do Aço inacabada

Recordes na demora e no custo

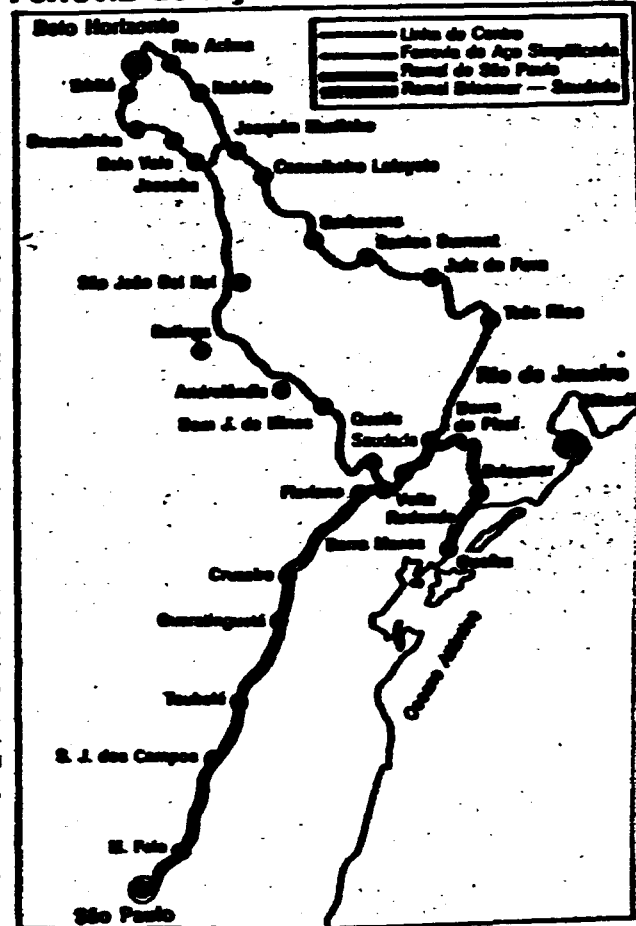
BELO HORIZONTE — Os recordes da Ferrovia do Aço não estão limitados ao tempo de execução do seu projeto (5.140 dias) nem ao seu custo (6,287 milhões de dólares por quilômetro). O projeto envolveu quatro presidentes da República — generais Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo e o civil José Sarney —, e seis ministros dos Transportes — coronel Mário Andreazza, general Dirceu Nogueira, engenheiros Eliseu Resende, Clorakino Severo e Reinaldo Tavares e o senador Afonso Camargo.

Maior fiasco dos arautos do "milagre brasileiro", a Ferrovia do Aço seria uma obra dos "mil dias", como anunciava Dirceu Nogueira, ao fixar, assim que foi chamado por Geisel para assumir a pasta dos Transportes, a sua inauguração para 1978. Mas o seu cronograma ficaria comprometido porque no planejamento havia a mais elementar falha de engenharia: faltava o projeto final. "Inovação" e "pioneirismo" foram desculpas que o ministro de Geisel usou para justificar a falha.

Em setembro de 1976, o projeto ainda mantendo o sonho da ligação ferroviária Belo Horizonte-Rio-São Paulo através de 834 quilômetros, toda eletrificada, rampa máxima de 1% e curva de 900 metros, capaz de permitir velocidades de 120 km/h para trens de passageiros e de 100 km/h para os de carga — "minério mais veloz do mundo" —, Dirceu Nogueira aceitava o seu cronograma, para "mil dias úteis". Só que as 25 empreiteiras encarregadas, no projeto original, pela escavação de 197 túneis (total de 97,4 quilômetros) e 129 pontes e viadutos (41,9 quilômetros) e terraplenagem com movimentação de 59 milhões de metros cúbicos de terra, não davam folgas, nem aos domingos e feriados, aos mais de 40 mil operários que chegaram a empregar.

Para tocar a obra a Rede Ferroviária Federal (RFF) chegou a criar uma subsidiária, a Engenharia Ferroviária (Engfer), empresa que não teve mãos a medir nas mordomias

Ferrovia do Aço



Trecho até Jeceaba ficou na promessa

concedidas a seus engenheiros. Em Rio Acima, na região metropolitana de Belo Horizonte, os engenheiros exigiram — e foram atendidos — uma residência no topo de uma serra cerca de mil metros acima do nível do mar, de onde se avista uma linda paisagem (exatamente no trecho que foi abandonado, entre Jeceaba e Belo Horizonte). As casas estão lá, em ruínas, como, talvez, o marco maior das extravagâncias já feitas neste país com o dinheiro público.

Em 1981, Eliseu Resende, pensando chegar a governador de Minas (foi derrotado por Tancredo Neves, em novembro de 1982), garantia uma Ferrovia do Aço pronta em 1983, mas com apenas 334 quilômetros, 71 túneis (50,9 quilômetros) e 93 pontes e viadutos (27,5 quilômetros).

8904473

Banhado do Colégio, em Camaquã, o candidato prometeu estimular a reforma agrária, utilizando as terras dos bancos, das indústrias e dos estrangeiros para isso

Brizola expõe seu plano para a reforma agrária

Por SILVIO ALFONSIN
Editoria Política/ZH

"A reforma agrária não é uma questão de ideologia, mas desenvolvimento econômico e social. Desejo estimular por este Brasil milhares de outros banhados do colégio como fonte de paz e trabalho a semear a prosperidade, a vida familiar e comunitária", disse Leonel Brizola, que falou, emocionado, em comício eleitoral a cerca de 5 mil pessoas no início da noite de sábado diante do CTG local. Antecipou que "terra e educação vai ser o nosso grande lema". Apresentou-se como o continuador da história dos governos trabalhistas de Getúlio, Jango e do seu. Sinto-me um jovem aos 67 anos e só desejo a coerência política de Arlindo Pasqualini. Tenho confiança cega na capacidade de julgamento do povo".

Para Brizola, "o Banhado do Colégio é algo sobrenatural; é um lugar abençoado pela lágrima divina; uma das jóias da vida brasileira; uma bandeira a desafiar a incúria, a irracionalidade e a incompreensão das elites".

Reveleu que o seu plano, caso chegue à Presidência da República, é instituir a propriedade como um direito de cada cidadão. "É o mínimo de dignidade humana que se pode dar a alguém, um lote no campo ou na cidade; o direito a um pedaço de chão para viver, trabalhar e educar os filhos. O Brasil precisa criar 25 milhões de novas propriedades, pequenas e médias, para a família brasileira".



Brizola recebe homenagem de agricultores no Banhado do Colégio

No discurso de Brizola, "a renda da terra precisa chegar aos operários rurais, cobertos de pó e barro; esta gente merece ao menos um lote na cidade para terem a sua horta e alimentar os filhos com dignidade, com direito à assistência médica e sindical, como justo pagamento por terem feito a riqueza dos grandes proprietários rurais".

Propriedades dos bancos

"Vou questionar as propriedades dos

bancos. Estas organizações existem para financiar o desenvolvimento e não especular com terras. Espero direcioná-las para a sua vocação original", disse Brizola. O mesmo o candidato do PDT quer fazer com as indústrias: "Devem produzir bens para alimentar o progresso. A propriedade agrícola tem outro sentido". As propriedades dos estrangeiros também estão na mira de Brizola, "para evitar que transformem o País todo num novo Maranhão".

Maioria prosperou no Banhado do Colégio

O arquiteto Paulo Alberto Schmidt, que dirigiu o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado por Brizola em 1962, e implantou o projeto do Banhado do Colégio, em junho de 1968, garante que 80% dos agricultores que foram assentados originalmente permaneceram e prosperaram. Atribui muitas das dificuldades, "às perseguições e ao modo gerado nos governos Ildo Meneghetti e Peracchi Barcelos, que desativaram o projeto e tornaram sem efeito a parte que não havia sido implantada, com a entrega da terra aos fazendeiros da região".

Schmidt estima que foram assentados 196 agricultores. Hoje são 240 em função de desdobramentos e ocupações de posseiros que mais tarde regularizaram a sua situação na Justiça. Mas, lembra que os acampados, na época, chegaram a quase 7 mil pessoas, que aguardaram a solução de forma pacífica por mais de 70 dias, até que ocorresse a decisão judicial negociada.

Foto da Air France

O ex-presidente do IGRA, explica que as propriedades do Banhado do Colégio surgiram de terras devolutas resultantes da drenagem do banhado pela canalização do Arroio Duro, que se espalhava no local. Este projeto foi desenvolvido pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento a partir de 1961, no Governo Getúlio Vargas.

"Em consequência, o banhado secou e, em seu lugar, surgiu uma extensão de terra de 48 mil hectares. Nós desapropriamos 18 mil hectares, inicialmente, mas o plano previa o assentamento efetivo de 5 mil famílias que haviam se inscrito em associações de sem-terras, alguns antigos posseiros da região, outros operários rurais de Camaquã e municípios vizinhos", relata Paulo Schmidt.

Recorda que a desapropriação foi necessária devido à resistência dos fazendeiros locais, que tinham as suas terras limitadas pelo antigo banhado. A questão judicial, com a manifestação favorável ao Governo, foi possível com uma fotografia fornecida por um francês, que conhecia o local através de sucessivas viagens aéreas sobre a região, através

da Air France, quando esta empresa fazia rotas pelo Sul do Brasil. Esta foto, tirada de média altura, mostrava claramente os limites do antigo banhado e foi entregue a Brizola por este cidadão por cortesia da empresa aérea francesa.

"Para evitar conflitos, enquanto agíamos, exigimos que provassem com documentação cartorial as terras que haviam tirado com o avanço das cercas sobre a área do banhado que pertencia à sociedade e a sua gestão cabia ao Poder Público, que, na época, por ignorância dos princípios básicos da ecologia, acabou com o ecossistema do banhado com a drenagem do Arroio Duro".

Hoje, Paulo Schmidt, que acompanhou Brizola em outras experiências de reforma agrária no Governo do Rio de Janeiro e aqui no Estado na época do Banhado do Colégio, se diz gratificado: "Lembro que a primeira safra foi de 150 mil sacas de milho, cerca de 9 mil toneladas. A preços de hoje, os colonos teriam uma renda para seis meses de trabalho equivalente a NCr\$7,5 mil. Na safra atual, produziram 20 mil toneladas de soja e arroz".

Soja x erva-mate

O antigo diretor do IGRA também defende a pequena e média propriedade como meio de produzir fartura. "Na época, dividimos os módulos em extensões médias que variavam de 17 a 35 hectares, como forma de estimular um meio de vida socialmente econômico". Justificou a opção pela agrovila como forma de permitir o entrosamento comunitário, a cooperação, a educação das crianças, o desenvolvimento da industrialização e comércio dos bens produzidos na terra e ainda assistência médica e sindical.

Paulo Schmidt só não gostou dos colonos terem se direcionado para a soja no Banhado do Colégio. "É uma cultura que acaba com a fartura e dificulta o trabalho em pequenas e médias propriedades, pois estimula as grandes extensões". Lembra que, se houvesse ao menos a opção pela erva-mate, a rentabilidade dos colonos seria maior, porque produz 17 vezes mais que a soja, na mesma área plantada.

Na reunião da Executiva Nacional, ontem, Ulysses Guimarães licenciou-se da presidência do PMDB. E decidiu-se que no dia 19 os governadores, presidentes dos diretórios regionais e a Executiva definem o candidato

SUCESSÃO

Cúpula do PMDB definirá o candidato progressista dia 19

Por VALÉRIO BRITTO
Rio de Janeiro/ZH

O deputado Ulysses Guimarães licenciou-se ontem da presidência do PMDB, passando o cargo ao 1º vice, Jarbas Vasconcelos. Após a saída de Ulysses, que permaneceu só cinco minutos na reunião, a Executiva peemedebista decidiu que o candidato dos progressistas e ulyssistas será decidido na próxima quarta-feira, num encontro dos presidentes dos diretórios regionais do partido, com os governadores, os presidentes da Câmara e do Senado e a própria Executiva. No encontro, que durará todo o dia, em Brasília, eles terão de escolher entre Ulysses e os governadores Waldir Pires ou Álvaro Dias para disputar a convenção do partido, no próximo dia 30 de abril, contra o ministro Irls Rezende.

Com seu afastamento da presidência do partido, Ulysses procurou deixar à vontade a direção peemedebista para coordenar o processo de escolha do candidato à sucessão presidencial. Ele também alegou que desta forma sua candidatura terá a partir de agora a necessária afirmação e desenvolvimento. "Postule ser o candidato do PMDB à convenção nacional", disse Ulysses, lembrando que em 1973 ele foi o antecan-

didato à Presidência da República, pelo MDB. "Espero que nossos dirigentes, correligionários e militantes, mais uma vez, me ponham à frente de nossa marcha rumo ao Palácio do Planalto", completou, conclamando o partido a não se dividir demonstrando que o PMDB tem tudo para ganhar: história, compromissos unidos e quadros.

Candidato único

O novo presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos, está convicto de que, na próxima quarta-feira, o grupo que venceu a disputa pelo diretório, através da chapa Compromisso, chegará a um único nome para enfrentar o ministro Irls Rezende na convenção. Até lá, conforme o secretário-geral, Tarcísio Delgado, serão consultados todos os peemedebistas que integraram a chapa Compromisso. Para Vasconcelos, que defendia que Ulysses deixasse a presidência do partido às vésperas da convenção, não deve haver composição com os moderados. O objetivo de Jarbas Vasconcelos é obter de Waldir, Ulysses e Álvaro o compromisso de que os perdedores apóiam o vencedor. Eles querem que a consulta aos moderados e ulyssistas seja a mais ampla possível, tanto que Dante de Oliveira, membro da Executiva, vai come-

çar a ouvir todos os coordenadores de bancadas peemedebistas.

"É como fita de cinema, tudo vai acabar em happy end", comentou Ulysses, demonstrando não estar magoado com o governador Waldir Pires. Mas Ulysses não gostou quando o senador Humberto Lucena (PB), em nome dos presidentes dos diretórios regionais do PMDB, disse que no momento é muito difícil lavar sua candidatura à Nação, diante das resistências que enfrenta. Mas gostou do resultado do jantar realizado terça-feira no apartamento do senador Mauro Benevides (CE), quando 13 senadores concluíram que Ulysses é o único capaz de unir o PMDB, embora isso não signifique apoio a sua candidatura.

A decisão da Executiva, de escolher o candidato dos progressistas e ulyssistas, através de fórum ampliado, não agrada a todos. O senador Márcio Lacerda (MA) considera que a decisão do fórum não será necessariamente acatada por todos que integraram a chapa Compromisso porque será restrita à cúpula. Já o deputado Irajá Rodrigues (RS), que defende a candidatura do governador Orestes Quércia, promete ir à convenção, caso o nome do governador Quércia não seja examinado pelo fórum. "Querência será analisado pelo fórum porque ele não é candidato" — observou Jarbas Vasconcelos.

01.01

8904777

Medeiros espera Quércia para se definir.

Por BRIZOLA

São Paulo — José Carlos Brasil

SÃO PAULO e RECIFE — O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, pode ganhar o apoio do líder sindical Luis Antônio Medeiros se o governador Orestes Quércia não sair candidato pelo PMDB. Em compensação Brizola perdeu, em Recife, um importante aliado: o prefeito Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL), cujo engajamento na campanha pedetista era considerado como certo por seu coordenador, deputado federal Fernando Lyra (PE).

Luis Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, disse ontem, momentos antes de receber o candidato na sede do sindicato para uma palestra do ex-governador, que "a cada dia que passa estou mais próximo da candidatura Brizola". Mas deixou no ar uma ressalva: "O fato de o governador Orestes Quércia sair candidato ou não vai pesar na minha decisão de apoio".

A aproximação com Brizola, segundo o próprio Medeiros, tem sua origem na indefinição do PMDB para a escolha de seu candidato à sucessão do presidente Jânio Sarney. "Os governadores estão dando um espetáculo como se o Brasil fosse um país feudal" — criticou, dizendo-se cansado de "esperar pelo PMDB". De qualquer maneira, o líder sindical diz que "formalmente", só vai anunciar "qualquer coisa depois do dia 30", quando se realiza a convenção nacional do PMDB. Medeiros lembra que se dá "muito bem" com Quércia.

Perda — No Nordeste, Brizola perdeu o apoio de Joaquim Francisco, que já mantivera conversas com o ex-governador e vinha negociando seu apoio ao PDT através de Fernando Lyra. O prefeito começou a refluir de sua posição há pouco mais de uma semana, quando cancelou um encontro com Brizola no Rio, e ontem anunciou, em Recife, que decidia ficar no PFL e apoiar o vencedor das prévias a serem realizadas no partido.

A opção de Joaquim Francisco é pelo senador Mauro Múcio, lançado pelo grupo *maioria da maioria*, a qual, na opinião do prefeito de Recife, "tem chance de empolgar não só o PFL como o país". "Maciel tem como patrimônio político a credibilidade, e é um homem que, apesar de ter ocupado vários cargos públicos, não é rico e se dedica exclusivamente à causa pública".

Antes de definir-se por Maciel, o prefeito oscilou entre três nomes. O primeiro foi o do empresário paulista Antônio Espirito de Moraes, que recusou a candidatura pelo PFL. Depois de um breve apelo ao candidato do PSDB, senador Mário Covas (SP), Joaquim Francisco abriu negociações com o PDT. Ontem, ele justificou sua decisão final dizendo que, depois de ter comparecido à convenção nacional do PFL e de ter aceito a tese de realização de prévias, "não poderia ter tomado outra atitude".



A aproximação de Medeiros da candidatura Brizola tem origem na indefinição do PMDB

098

EL DIA 23-4-89

Denuncia de periodista evita fraude en Brasil

RIO DE JANEIRO. (EFE). — Una nueva denuncia de fraude hecha por el periodista Janio de Freitas, del diario "Folha de São Paulo", llevó al gobierno del estado de Río de Janeiro a anular la concesión a empresas privadas de una obra de abastecimiento de agua, evaluada en mil millones de dólares.

Tras la comprobación de la existencia de irregularidades graves en el procedimiento, el gobernador Moreira Franco decidió la anulación de la licitación para la construcción del Sistema Marajoara y la realización de una nueva convocatoria en 60 días, sin la participación de la constructora Camargo Correa.

La revelación del fraude fue realizada por el periodista Janio de Freitas, uno de los columnistas más destacados de la prensa brasileña, que en 1987 recibió los premios Rey de España y "Esso" de periodismo, por otra denuncia similar sobre la adjudicación de la vía férrea Norte-Sur por el gobierno federal.

Para dar a conocer el fraude, De Freitas publicó anticipadamente, a través de un anuncio en las páginas de avisos clasificados de "Folha de São Paulo", el nombre de las empresas que resultarían favorecidas con el fallo de la licitación.

La construcción de la vía férrea Norte-Sur, una inversión de 2.400 millones de dólares, fue impulsada por el presidente José Sarney y su ministro de Transportes, que serían los principales beneficiados por el proyecto, al atender los intereses del estado de Maranhão, de donde proceden ambos políticos.

La demostración por la prensa de que las empresas estaban seleccionadas antes de ser abiertos los pliegos de la licitación, provocó un escándalo público y paralizó la obra, de la que el presidente Sarney acaba de inaugurar 160 kilómetros, una décima parte de lo previsto en el proyecto original.

F. 102

01.01

8904779

058

Jânio não muda

O estilo de Jânio é o mesmo de anos atrás. Gera uma indecisão estratégica, mantém sua candidatura sempre de forma instável, insistindo que pode abandoná-la, não dando segurança aos dirigentes partidários, coloca-se acima dos staffs, mas faz tudo isso por uma razão: crê na potencialidade de sua candidatura e, como mais de uma vez, foi buscado como a solução para concorrer com chance de vitória, mantém-se retraído e na expectativa. É o que deve estar aguardando que ocorra. A situação que existe, agora, atuando do exterior como se estivesse em plena campanha, lembra o ocorrido com a UDN, em 1960, quando sua imprevisibilidade deixou o partido preocupado, mas sem alternativa. Para vencer uma forte coligação PSD-PTB, depois de três sucessivas derrotas presidenciais, o partido do brigadeiro Eduardo Gomes rendeu-se a Jânio, temendo todos os desdobramentos que viriam e que surpreenderiam com a renúncia. Como em oportunidades anteriores, Jânio sabe que existe espaço para disputar a eleição, resguarda-se e espera que o momento adequado possa surgir. Na eleição direta anterior, não foi muito tranqüila a escolha convencional, na medida em que Juracy Magalhães e Magalhães Pinto tinham aspirações. A situação atual é ainda mais complicada. Não existe, ao contrário da vez anterior, um grande partido com estrutura nacional, pronto para lançá-lo, depois de superar suas questões internas. A eleição de Jânio para a Prefeitura de São Paulo aproximou-o de alguns líderes partidários, a começar pelos petelistas, mas o convívio não foi muito duradouro em função do temperamento do candidato.

Ação própria

Ninguém tem dúvida de que o ex-prefeito Jânio Quadros prometerá seguir uma programação ou um ideário partidário. Ele é independente, tem suas concepções, mas a conjugação de interesses que existe entre ele e os partidos reside na vantagem recíproca. O candidato passa a ter legenda e estrutura, enquanto o partido dispõe de um nome polêmico, mas com carisma, para disputar uma campanha, onde o símbolo da vassoura de 60, marcando a denúncia e mudanças radicais devem marcar novamente a sua linguagem. Em 66, ele falou contra tudo.

Reuniões

Para Brasília estão voltadas as atenções peemedebistas que vão realizar uma série de reuniões com governadores e parlamentares tendo por objetivo da maior importância: passar em revista as chances partidárias para a sucessão, articulando soluções que evitem choques na convenção. As opções continuam sendo as mesmas, Ulysses Guimarães, Waldir Pires e Orestes Quércia. Nessas reuniões a questão irá a fundo, pois muitos dos que estarão presentes se opõem a Ulysses, querem tirar a limpo o intenso trabalho de Quércia em favor do dirigente partidário e sentir até que ponto Waldir Pires tem chance. E mais do que isso: os peemedebistas não querem perder de vista a preocupação principal, que ficou parcialmente atenuada nos últimos dias, a linha de independência crítica em relação ao governo.

Pesquisa

Em alguns setores do PMDB circula a informação de que existe uma pesquisa, em andamento, sobre a penetração e chances dos principais nomes partidários. Um referencial a ser usado nas avaliações previstas para os encontros antes da convenção. É capaz de influir nas opções.

Carlos Fehilberg

24/4/69

24

(P. Per)

F. Per

ZHORA

3/4/89

01.01

8904908

028

Y. 100-10. 100

ZERO HORA — Sábado, 17.04.89 — PÁGINA 15

A SUCESSÃO

Fogaça tem confiança em progressista para o PMDB

Na sua opinião, povo não quer Brizola nem Lula, que tiveram índices fracos na pesquisa

O senador José Fogaça, vice-presidente nacional do PMDB, tem como certa a vitória da corrente progressista na convenção de 30 de abril, que definirá o candidato do partido à Presidência da República. "Representamos o grupo social-reformista, que defende a reforma agrária e a linha nacionalista da política de ciência e tecnologia". Acha que Ulysses Guimarães "não entusiasma as bases" e imagina que os conservadores "só terão ao seu lado, 20% dos convencionais, menos da metade da força que conseguiram reunir para fazer 35% do Diretório Nacional". Evitou comentar uma possível vitória da corrente governista: "Não saberia dizer, mas seria o pior não só para o PMDB, mas também para o Brasil".

Para Fogaça, "o povo brasileiro não quer eleger nem Brizola (PDT) nem Lula (PT)". Na sua análise, os dois estão em campanha aberta há mais de um ano e conseguiram 17% e 15% da preferência. "Tanto Lula como Brizola estão muito débeis neste páreo, 80% do eleitorado ainda não sabe em quem vai votar".

Quanto ao PMDB, julga que "ainda está no meio do caminho na questão sucessória". Acha que a saída na questão da escolha do candidato "é continuar exaustivamente debatendo e discutindo até a convenção de 30 de abril soluções capazes de chegar ao consenso e manter a unidade partidária com um nome identificado com os princípios reformistas perseguidos pelo partido". Este prazo, para o senador, termina à meia-noite do dia 29 de abril, última oportunidade para a inscrição de chapas.

Fogaça ainda tem esperança em Waldir Pires ser candidato do PMDB. Os governadores de

Pernambuco, Miguel Arraes, e do Paraná, Alvaro Dias, na ótica do senador, "não têm projeção além dos seus estados". Sobre Ulysses Guimarães, Fogaça pensa que não contribuirá para rachar o partido, "mas também não irá estimulá-los os poeirasistas para a campanha, devido às suas alegadas dificuldades eleitorais". No entanto, estaria disposto "a se dedicar à sua campanha de corpo e alma, porque sei que seria o melhor Presidente para o País".

Fogaça insiste na previsão de que, se não for possível o consenso, a convenção irá decidir entre Ulysses Guimarães, Waldir Pires e o ministro Íris Rezende. Reafirma que a candidatura de governador de São Paulo, Orestes Quércia, "é absolutamente improvável, salvo renúncia prévia de Ulysses".



Senador José Fogaça

Presidente e Vice devem ter afinidade

A possibilidade da lei, que vai regulamentar a eleição presidencial, liberar os partidos para a formação de chapa aberta, apresentando ao mesmo tempo o candidato à Presidência da República, sem o nome do vice, é vista com "sérias restrições" pelo senador José Fogaça (PMDB gaúcho). Ele já foi indicado relator da matéria no Senado e está disposto "a evitar que venha a se trocar novamente o lebre por gata, como aconteceu com Tancredo e Sarney".

Fogaça trabalha para que o vice seja um nome

identificado com o partido, para que tenha maior afinidade com o presidente. Entende que a chapa aberta, permite composições "andrúmpulas, historicamente traumáticas", tanto nas negociações dos partidos, como na acolha do eleitorado. No primeiro caso lembrou o vice-presidente Pedro Aleixo que foi impedido de assumir após o impedimento do presidente Costa e Silva. Antes, a posse de João Goulart, vice de Jânio Quadros, que renunciou, foi dificultada, gerando uma sucessão de crises. Já no caso da chapa do general Lott, que não se alega.

01.01

8904909

282

As novas jogadas da sucessão

O governador Orestes Quêrcia está mudando a sua estratégia ou decidiu apoiar para valer o deputado Ulysses Guimarães? Esta é uma indagação que existe nos setores peemedebistas, desde a convenção nacional que renovou o diretório. Pode ser que Quêrcia identifique no dirigente partidário o melhor nome, mas também pode ser o temor de uma cisão na corrente progressista ou até a expectativa de um apoio recíproco. Na verdade Quêrcia não desenvolve o mesmo tipo de ação que marcou sua presença no quadro sucessório, de dezembro até há poucas semanas. A reformulação no secretariado, logo após o pleito, colocando-o mais à esquerda, as articulações desenvolvidas pelo vice-governador em exercício Almino Afonso, durante sua viagem ao exterior e o clima em que foi realizada a convenção regional, com vaia a Ulysses, mostram que ocorreu uma mudança. Um dos fatores que contribuiu deve ter sido a candidatura do governador Waldir Pires, precipitada em plena convenção partidária, mas a atuação do governador paulista tem sido a de alinhamento com o deputado Ulysses Guimarães. Não houvesse uma referência mais forte o encontro de governadores em São Paulo, há 15 dias, vale como tal. Nele o posicionamento de parte das lideranças, inclusive alguns governadores presentes, não era mais de confronto, mas de uma solução que não levasse a novas cisões. Nesse ponto a linguagem do próprio governador Waldir Pires mostra alterações, evitando desafios públicos. Sua discordância é com o governo. A ação do governador paulista, Orestes Quêrcia, passou a ser aglutinadora, desencorajando outros governadores, entre os quais Newton Cardoso. A reciprocidade ou osmose política poderia estar nos seus planos? Não deve ser afastada esta hipótese tantas são as incidências políticas. O próprio ex-prefeito, Jânio Quadros, já revela sua preocupação com a Constituição. Não fala em poderes, em sua carta ontem divulgada, mas demonstra sua inconformidade com a existência de conteúdo parlamentarista num regime presidencialista. O quadro sucessório tem definidos, mesmo, os nomes do PDT e PT já lançados há algum tempo. O senador Mário Covas também está proposto, mas aguarda com muito interesse a convenção nacional do PMDB. Ela é que deverá oferecer os mais fortes subsídios para uma definição. É para ela que se voltam as atenções maiores. Do seu resultado poderá resultar uma nova equação, dependendo do peso conquistado pelas correntes.

Antecedente

As precauções envolvendo a convenção nacional do PMDB são naturais, depois das surpresas da última, que mostrou divisões tendo como pivô o governo, mas também aspirações em relação à sucessão presidencial. Se o partido tem força, estrutura nacional e possibilidades de êxito, um dos grandes desafios passa a ser sua unidade. E aí cresce o trabalho em busca de entendimento, ao lado de uma postura independente ou crítica diante do Poder Executivo. A lição da última convenção está influenciando nas decisões e articulações que precedem a decisão nacional. E num grau de influência expressivo estão os governadores peemedebistas, entre os quais o de São Paulo. Afinal, lembram lideranças do próprio PMDB, a sucessão não pode ignorar o maior colégio eleitoral do país.

Medeiros

No PDT é considerado significativo o apoio do sindicalista Luiz Antônio Medeiros à candidatura Leonel Brizola. Mas as possibilidades de uma definição em torno da vice-presidência ainda dependem de muitas gestões, que serão definidas no seu momento certo, segundo o ex-governador e presidente nacional do PDT.

Carlos Fehberg

8904910

32

J.B.

PMDB já não esconde prefer

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — Na próxima terça-feira, às 21 horas, dez governadores e pelo menos 60 parlamentares estarão reunidos no apartamento do deputado Márcio Braga (PMDB-RJ) com um objetivo: encontrar uma fórmula de convencer o dr. Ulysses Guimarães de retirar sua candidatura em benefício de um nome eleitoralmente viável. Não deverá sair desta reunião o nome para substituí-lo mas, como confidenciam líderes do PMDB, cresce a ideia de que o governador Orestes Quêrcia torna-se a única alternativa para o partido.

A ideia da reunião nasceu de um encontro realizado na madrugada de quarta para quinta-feira entre parlamentares do grupo Novo PMDB, mas surpreendentemente cresceu durante toda a noite de ontem, com adesão dos governadores. Na noite de ontem pelo menos os governadores Max Mauro, do Espírito Santo; Tasso Jereissati, do Ceará; Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte; Pedro Ivo, de Santa Catarina; e até Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, apesar de sua proximidade com dr. Ulysses Guimarães, estavam simpáticos ao movimento. Neste momento, como constataam vários líderes do PMDB, há um consenso entre os moderados, progressistas e até os próprios ulyssistas que o partido dificilmente conseguirá ir até o segundo turno com a candidatura de Ulysses Guimarães.

Apoio necessário — Parlamentares simpáticos a candidatura dos governadores Waldir Pires e Quêrcia, concordam que nenhum deles poderá obter êxito se não sair com uma candidatura que seja "abençoada" por Ulysses Guimarães. Quêrcia na avaliação de um dos líderes do PMDB, não pode sair com uma candidatura contrapondo a de Ulysses Guimarães, sob o risco de ser taxado de direita, não obter o apoio da ala esquerda do partido, que debandaria para outras candidaturas, inviabilizando a própria. "A única chance de Quêrcia — disse um destes líderes — é trabalhar duro pelo dr. Ulysses até que ele se convença que não dá para ser candidato e opte pelo próprio Quêrcia".

O risco desta trajetória é que, na avaliação deste parlamentar, resta pouco tempo até 30 de abril, data da convenção do PMDB que escolherá o candidato, para que haja o desgaste de Ulysses e o convencimento de todo partido que Quêrcia é a solução. Neste sentido, a iniciativa do grupo Novo PMDB, embora nele resida um forte núcleo que apóia Waldir Pires, caiu em terreno fértil. "Esta reunião serviu como motivo para verbalizar o que todo o PMDB sabe, que não dá para levar o dr. Ulysses", disse o parlamentar.

Arivaldo Santos — 3/3/89



Quêrcia: solução do PMDB

Ulysses Guimarães vem recebendo sinais de seus amigos mais próximos de que sua candidatura não tem fôlego, mas tem resistido a todas investidas. O governador Pedro Simon, um dos mais próximos de Ulysses, disse-lhe há pouco tempo que via muita dificuldade em levar seu nome até o final. Ulysses fez que não ouviu e mais tarde comentou com um amigo comum: "O que há com o Pedro, ele anda tão pessimista". Um outro parlamentar ressumiu o estado de espírito do dr. Ulysses com uma frase: "Ele está inconvertível, só ouve o que lhe interessa". E sua candidatura se mantém pela inércia do partido. "Não é fácil dizer a um homem como dr. Ulysses que ele tem dignidade e respeito da nação, mas não tem os votos. Não há quem o convença disto".

Golpe final — Na tarde de hoje, Ulysses Guimarães será homenageado no interior de São Paulo e na segunda-feira o governador Orestes Quêrcia pessoalmente fará sua festa para Ulysses, reunindo o PMDB de São Paulo na sede do partido. Na quarta-feira, em Brasília, pela manhã haverá reunião dos presidentes regionais do PMDB para discutir fórmulas de ajudar Ulysses, e à tarde o próprio diretório se reuniria para este fim.

A proximidade destes eventos que levariam a candidatura de Ulysses a se concretizar pela inércia do partido, apressaram as articulações para dar o golpe final. Na noite de terça-feira, governadores e parlamentares reunidos esperam ter força para encontrar a fórmula que levará Ulysses Guimarães a desistir da candidatura em benefício de outro nome, como fez em 1984 por Tancredo Neves. O deputado Hélio Duque, ligado à candidatura de Álvaro Dias, confidenciou ao final da reunião da última madrugada: "Se Quêrcia for escolhido deixarei o partido, mas reconheço que ele aparece como um nome forte neste momento para salvar o partido".

F. C. (a P.)

098

As medidas que o Congresso vota

São nove as seguintes providências referentes ao Plano Verão e à reforma administrativa que o Congresso deve aprovar até 15 de fevereiro. A nona medida provisória (de nº 33), baixada no dia 16, determina a demissão dos funcionários federais com menos de cinco anos de serviço, não concursados, e a extinção dos cargos correspondentes.

Medida provisória nº 28 — Autoriza o governo federal a assumir responsabilidades nos casos de extinção de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, ou empresas sob seu controle direto.

Medida provisória nº 29 — Autoriza a privatização de empresas estatais.

Medida provisória nº 27 — Extingue as seguintes órgãos: Conselho Nacional da Borracha, Conselho de Desenvolvimento Comercial, Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Secretaria de Apoio à Difusão Cultural, Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural, Secretaria de Atividades Sócio-Culturais, Conselho Federal da Mão-de-Obra, Secretaria da Promoção Social, Serviço Especial de Bolsas de Estado, Conselho Superior de Trabalho Marítimo e suas delegacias, Secretaria Especial da Região Sudeste, Centro de Desenvolvimento e

Apoio Técnico à Educação, Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativistas e Superintendência Nacional da Marinha Mercante. Ficam também extintos os cargos em comissão ou função de confiança de Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e do Grupo Direção e Assistência Intermediária (DAI).

Medida provisória nº 28 — Extingue a Superintendência da Borracha (Sudbrava), a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudensul), a Fundação Projeto Rondon, a Fundação Potência Potência e o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Medida provisória nº 29 — Reorganiza a Presidência da República, subordinando-lhe os gabinetes Civil e Militar, a Secretaria de Defesa Nacional, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Alto Comando das Forças Armadas, o Estado Maior das Forças Armadas (EMA), o Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Conselho de Desenvolvimento Social e a Secretaria de Planejamento e Coordenação.

Na mesma edição das reformas, o Planalto se engajou e foi obrigado a publicar uma retificação: a Secretaria de Defesa Nacional volta a se chamar Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, que é o novo nome do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela nova Constituição. De qualquer modo, essa Secretaria (Saden), ganha mais

poderes ao se transformar também em secretaria executiva de todos os conselhos da Presidência da República.

Ainda por esta medida, passam para o Ministério da Fazenda as atividades referentes ao Sistema Financeiro da Habitação e da administração financeira da Previdência Social (Iapex). Passa para o Ministério da Agricultura a execução da reforma agrária e do Programa Nacional de Irrigação. São extintos os ministérios da Indústria e Comércio e da Ciência e Tecnologia, e é criado o Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia.

Medida provisória nº 30 — Determina que todas as medidas do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social passem a ser emitidas ao Tesouro Nacional.

Medida provisória nº 31 — Proíbe a remuneração de servidores públicos pelo exercício de mandato como membros colegiados de empresas estatais.

Medida provisória nº 32 — Institui o Conselho Novo, determina o congelamento de preços e regras para a desinvenção da economia.

Medida provisória nº 33 — Demite funcionários civis da administração federal e dos extintos Territórios federais, e extingue os cargos correspondentes.

Os decretos baixados pelo Executivo

Os decretos assinados pelo presidente José Sarney, dentro do pacote econômico, que não vão passar pelo Congresso, são os seguintes:

Decreto nº 97.452 — Determina aos ministros do Gabinete Civil, da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho que promovam ampla consulta junto a empresários e trabalhadores para a elaboração de projeto de lei, dentro de 90 dias, sobre critérios e periodicidade dos reajustes dos salários.

Decreto nº 97.453 — Determina que, a partir de 1º de fevereiro próximo, seja de NCs 63,98.

Decreto nº 97.454 — Fixa o valor do Salário Mínimo de Referência, a partir de 1º de fevereiro, em NCs 36,74.

Decreto nº 97.455 — Dissolve a Empresa Brasileira de Assistência técnica

Extensão Rural (Embrater), a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot), a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar), afilia total ou parcialmente as ações da União na Empresa de Navegação da Amazônia (Enasa), na Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), no Serviço de Navegação da Baía do Prata (SNBP), na Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbras), na Companhia Siderúrgica da Amazônia (Siderama), e na Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (Caeeb).

Decreto nº 97.456 — Estabelece normas para programação e execução orçamentária e financeira do Tesouro Nacional para o exercício financeiro de 1988.

Decreto nº 97.457 — Dis-

põe servidores não-concursados com menos de cinco anos de serviço, e extingue cargos (Sarney o substitui pela medida provisória nº 33).

Decreto nº 97.458 — Regulamenta a concessão de adicional de insalubridade e periculosidade para os servidores da administração federal.

Decreto nº 97.459 — Vota a criação ou aquisição de servidores pertencentes a órgãos ou entidades da administração pública federal.

Decreto nº 97.460 — Dá 30 dias de prazo para as empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fazerem assembleia geral para reduzir o número de titulares dos seus conselhos de administração e fiscal, para o máximo de seis e três membros.

JB

18/1/89

FRC (60B)

01-01

8904912

Orlando Galvão é o novo presidente da Petrobrás

BRASÍLIA — Um economista de 48 anos de idade, que não tem qualquer relação pessoal com o presidente José Sarney e com o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, é o novo presidente da Petrobrás. Orlando Galvão Filho, funcionário da empresa há 15 anos, aceitou ontem à tarde o convite que lhe foi feito pelo presidente da República no sítio São José do Picumã, onde Sarney passa o fim de semana.

Galvão é ligado ao diretor financeiro da empresa, Paulo Belotti, integrante por sua vez do grupo de influência do ex-presidente Celso. Ele chefiou o Serviço Financeiro da Petrobrás durante sete anos, até junho de 1988, quando foi deslocado para a chefia do escritório da empresa em Nova Iorque, de onde foi chamado na quinta-feira para o encontro que ontem manteve com Sarney. Segundo o ministro Vicente Fialho, que acompanhou Orlando Galvão Filho à audiência com Sarney, o presidente da Petrobrás foi indicado a partir dos critérios de competência, probidade e espírito público. Galvão foi escolhido, explicou Fialho, em meio a vários nomes que integravam uma lista de funcionários destacados ao quadro técnico da Petrobrás.

Numa entrevista em que economizou palavras e opiniões, o novo presidente da Petrobrás disse ter recebido orientação de Sarney

para reduzir os investimentos de empresa no exterior e ampliar os investimentos no Brasil. Não significa que a Petrobrás deixará de operar no exterior — como faz no Mar do Norte e no Golfo do México, por exemplo — mas que redirecionará seus investimentos para a área interna, mantendo fora do país o mínimo indispensável.

Galvão acha que há necessidade de aumentar os recursos à disposição da Petrobrás, para que a empresa possa dar conta de suas metas para os próximos anos, como a produção de um milhão de barris de petróleo por dia até o final do quinquênio 1994. Os investimentos anuais da Petrobrás, estima o novo presidente, devem ser elevados dos atuais US\$ 2,5 bilhões para US\$ 3,6 e até US\$ 3,8 bilhões. Essa estimativa, segundo Orlando Galvão Filho, torna prioritária a necessidade de alocação de recursos para investimentos.

Crítico do Prolicof, que continua "gerando distorções e prejudicando" a Petrobrás, o novo presidente da estatal anunciou ontem que o programa do álcool será reexaminado dentro da empresa. E se manifestou cauteloso ao falar sobre o escândalo da BR Distribuidora, que teve funcionários acusados de praticarem extorsão contra instituições financeiras. Galvão disse que procurará se informar melhor, já que trabalha no exterior, mas classificou como "triste" e "lamentável" o episódio.

058

ZERO HORA

POLÍTICA

ESOL

(2000)

24 17/4/89

Movimento Negro indica Benedita

O Movimento Negro do PT lançou ontem em Porto Alegre o nome da deputada federal Benedita da Silva (PT/SP) como possível candidata à Vice-presidência da República na chapa de Luís Inácio Lula da Silva. Como o PT definiu, desde o ano passado a candidatura de Lula a Presidente, o grande debate no partido é sobre o seu vice. Até agora, foram lembrados os nomes de Fernando Gabeira (PV), Saturnino Braga (PSB) e do prefeito Olívio Dutra (PT). Agora, o Movimento Negro quer levar ao debate o nome de "Bené".

Benedita afirmou que não tomou nem vai tomar iniciativa de propor uma discussão sobre esta possibilidade. Explicou que as últimas eleições mostraram que a população definiu qual o perfil do partido e do candidato que deseja para governar o País.

Na sua opinião, as características se contrapõem ao perfil ortodoxo do executivo tradicional, citando como exemplo a Prefeita de São Paulo, Luiza Erundina - "uma baixinha, paraitana". Benedita disse que as últimas eleições indicaram que as escolhas não são resultado de decisões emocionais.

Enfatizou que o nome do candidato a vice irá surgir da discussão e da correlação de forças que integram a frente encabeçada pela candidatura de Lula, que inclui o PCdoB, o PV e o PSB. Lembrou que seu nome não é o único proposto, insistindo que a escolha será pelo que melhor aspirar o apoio à candidatura de Lula.



Benedita da Silva

01 01

8905218

048

* JB 9/5/89 F. SOL EXT

Exército venezuelano começa a expulsar brasileiros invasores

BOA VISTA — Terminou ontem às 18 horas (de Brasília) o prazo dado pelas Forças Armadas da Venezuela para a retirada de três mil garimpeiros brasileiros que invadiram a fronteira do país vizinho em busca de ouro nas cabeceiras do Rio Orinoco. O clima na região é de tensão permanente e até o final da tarde os helicópteros de empresas mineradoras não haviam transportado 10% dos 70 invasores, entre homens, mulheres e crianças.

Para demonstrar que não permite a presença de brasileiros na área, o exército venezuelano — que ocupou toda a linha de fronteira e mantém soldados armados nos acampamentos —, fincou a bandeira de seu país bem no centro da pista denominada *Constituinte*, que servia de base para os garimpeiros, e proibiu o pouso de aviões. Somente helicópteros operavam até ontem, e depois das 18 horas qualquer aeronave a cruzar a área poderia ser abatida por estar invadindo espaço aéreo da Venezuela.

Briões — Os garimpos abertos em solo venezuelano só foram descobertos no mês passado por rastreadores da Guarda Nacional que notaram e detectaram agentes poluentes no principal rio do país, o Orinoco. Além do mais, a área desbravada por brasileiros é parte de uma reserva nacional cuja ocupação fere o brio nacionalista do povo venezuelano que passou a cobrar a expulsão dos garimpeiros depois que a notícia foi divulgada por jornais de Caracas no final de abril.

Segundo o maranhense Jonas Matias Alvarez, que ocupa um pequeno pedaço de terra do lado brasileiro, a menos de 50 metros da fronteira, ouviam-se todos os dias nas rádios de Caracas os alaridos da imprensa sobre a invasão. "Sabíamos que a coisa ia acabar estourando", diz Alvarez. Os prejuízos causados pela proibição do Exército da Venezuela para que se transporte equipamentos e mantimentos (eles permitiram apenas a remoção de gente, especialmente mulheres e crianças) é incalculável. Somente a catarinense Paula (não quis dizer o sobrenome), deixou lá NCZS 100 mil em máquinas. "Nós estamos perdidos", lamenta ela. "É como se fosse uma família com pai e mãe separados e filhos desgarrados."

Paula conseguiu trazer apenas objetos de uso pessoal e se diz envergonhada com o governo brasileiro que não lhes deu apoio nenhum. Ela deixou em lado venezuelano três motores e todo o equipamento adicional. Segundo a catarinense, o general que comanda a tropa de soldados mostrou um comunicado do governo brasileiro que sugere a medida que lhes convier na retirada dos garimpeiros brasileiros. "Isso é desumano. Por mais que estejamos errados é obrigação do governo brasileiro nos proteger".

A revolta de brasileiros expulsos é generalizada. Na pista do Paapiá, a 230 quilômetros de Boa Vista e a menos de

50 da fronteira, onde os garimpeiros estão sendo deixados, houve muito protesto. "Eu perdi tudo, tudo mesmo", dizem em prantos o acreano Pedro Silva Neto que com o sócio abandonou uma cantina repleta de produtos de alimentação, "Vale mais é proteger a vida".

"Graças a Deus estou de volta ao Brasil. Aquilo lá virou um inferno", gritava a cozinheira Maria da Costa Nunes, que habitava a região invadida há três meses. Como ela, todos os brasileiros que desembarcavam em Paapiá, ontem à tarde, mais pareciam ter chegado de uma guerra. A sensação era de alívio, embora tendo que engolir a seco os prejuízos deixados para trás. "Vivos nós construímos tudo de novo", bradava Agamenon da Silva Filho.

Guerra — De fato, a região virou palco de guerra, embora o governo brasileiro não esteja admitindo ainda a possibilidade de conflitos diplomáticos, os soldados da Guarda Nacional estão armados para atacar e repelir à bala os intrusos que insistam em ficar lá. Enquanto um helicóptero Hughes 500-Delta fazia um sobrevôo no local, conduzindo a bordo o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Fernando César Mesquita, o piloto carioca Sérgio Carvalho se viu na obrigação de arremeter e secar para o lado brasileiro.

Meia hora antes, contudo, Sérgio havia decolado da pista Constituinte conduzindo cinco brasileiros, mas no segundo vôo observou uma estranha movimentação de soldados venezuelanos e não arriscou. Tive que voltar. Ele acha que os venezuelanos descobriram o fotógrafo a bordo do aparelho (o primeiro jornalista aliás a chegar lá) e se posicionaram para evitar o pouso. O piloto teve que fazer outras manobras para se livrar de helicópteros da Força Aérea da Venezuela que o seguiam. Eles estão patrulhando toda a área com aeronaves do tipo Bel-142, esquilo e Hughes 500-Delta e já avisaram que a partir de hoje o espaço aéreo venezuelano está proibido de receber aeronaves brasileiras.

Índios — Como os mais de dois mil brasileiros vão conseguir deixar o acampamento nem eles mesmo sabem. E terão que enfrentar outro perigo que identificaram na selva: a presença de índios que se pintaram de vermelho à espera do combate. Os garimpeiros terão que caminhar em mata nunca pisada antes pelo homem branco e tentar chegar ao campo de pouso do Paapiá. Os que conseguiram chegar acusam a Guarda Nacional de incitarem os índios.

O fundador da União dos Sindicatos Garimpeiros da Amazônia, José Altino Machado, acompanhou toda a movimentação e prometeu pedir providências. Foi com a sua insistência que Fernando César Mesquita aceitou o desafio de tentar dialogar com o Exército venezuelano. Mas foi tudo em vão.

8905237

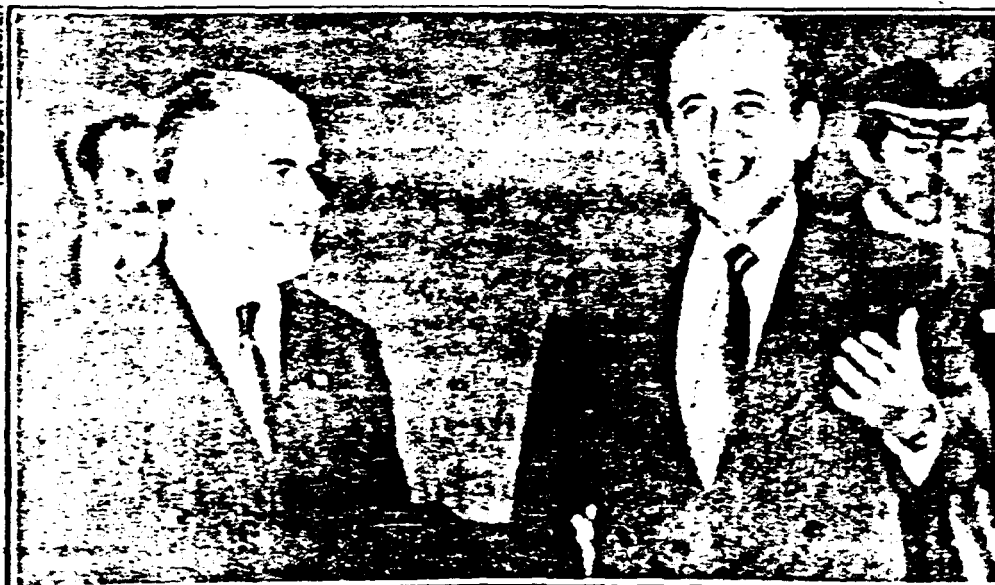
038

Milhares de garimpeiros brasileiros, no correr do ouro, já
 provocou a tensão na fronteira. Na recente reunião de cúpula
 dos presidentes do Pacto Amazônico, os presidentes Sarney e
 Andrés Pérez acertaram uma solução. Itamaraty envia diplomatas.

Invasão de garimpeiros: missão vai à Venezuela

O Ministério das Relações Exteriores divulgou ontem à noite, em Brasília, nota à imprensa informando que partirá hoje para Caracas, em avião da FAB, uma missão diplomática especial — para tratar com o governo da Venezuela sobre o problema da invasão territorial daquele país por garimpeiros brasileiros. A missão será liderada pelo chefe do departamento consular e jurídico do Itamaraty, ministro Márcio de Oliveira Dias. A invasão — estima-se um total de três mil garimpeiros — aconteceu na fronteira do Brasil e Venezuela, nas cabeceiras do Rio Orinoco, onde foi encontrado ouro.

O problema tem provocado tensão naquela região e motivou uma reunião, ontem, no Palácio do Planalto, entre o presidente José Sarney e sete ministros de Estado: Abreu Sodré, das Relações Exteriores; Oscar Dias Corrêa, da Justiça; João Alvea, do Interior; general Leônidas Pires Gonçalves, do Exército; brigadeiro Moreira Lima, da Aeronáutica; general Bayma Denys, do Gabinete Militar; general Ivan de Souza Mendes, do SNI — além do embaixador brasileiro na



José Sarney e Andrés Pérez: procurando evitar a tensão na fronteira

Venezuela, Renato Guimarães.

A nota do Itamaraty informa ainda que a presença dos garimpeiros brasileiros na Venezuela tem motivado constantes conversações entre os dois governos e, como resultado dos entendimentos de "alto nível" mantidos no último fim de semana em Manaus (AM), durante reunião dos presidentes integrantes do Tratado de Cooperação Amazônica, a missão diplomática será enviada hoje a Caracas. (Radiobrás)

8905238

098

F.Pac. (C. 868)

EL PAIS 14/5/69

RIVERA

Brizola: "Pagar la Deuda sí, Pero Renegociando Todos sus Intereses"

RIVERA (Por Zafiro Antúnez).— Impactantes declaraciones hizo en esta frontera recientemente el Presidente del Partido Democrático Trabalhador (PDT), Leonel Brizola, candidato a la presidencia de la República Federativa del Brasil, en el marco de una gira política por Rio Grande del Sur.

En una entrevista colectiva con la prensa desarrollada en la Prefectura de Livramento luego de su arribo al aeropuerto "Carro Chapeu" de Rivera, Brizola abordó puntos como los de la deuda externa de su país, el papel de las Fuerzas Armadas, la plataforma electoral de su grupo, las encuestas de opinión y sobre el espectro político actual en el Brasil.

DEUDA EXTERNA: "PRACTICAS COLONIALISTAS"

Refiriéndose a la deuda externa, Brizola dijo que el PDT pretende pagar el total de la deuda, no obstante "se van a negociar cuidadosamente los intereses. Consideramos que la cuestión de la deuda encierra una trampa de naturaleza colonial en la que cayeron nuestras clases gobernantes. Nosotros necesitamos comenzar por una auditoría para saber como fue hecha esa deuda, cómo está montada y para qué fines fue utilizada realmente".

Aclaradas las irregularidades debemos asumir el compromiso para que no ubicarnos en la posición de "caloteiros" (ladrones) internacionales. Pero vamos a pagar el capital en 40 o 50 años, como es tradición hacerlo entre los países y los bancos acreedores. En Brasil, hasta Don Pedro II hizo préstamos a 50 años. La Vieja República, que no le pagaba a nadie, también los hizo. Getulio Vargas consolidó la deuda que Brasil no podía pagar, y lo consiguió a 50 años.

Ahora, la cuestión de los intereses es otra. Son intereses extorsivos, propios de prácticas colonialistas, inconcebibles entre naciones que se respetan, un proceso de usura internacional inconcebibles entre naciones que se respetan, un proceso de usura internacional incompatible con la dignidad de nuestros pueblos. Los intereses deben ser recalculados; estamos convencidos de que nuestros países pagaron intereses de más por muchos años, que son incompatibles, opresivos y de naturaleza colonial que no podemos aceptar de ninguna manera.

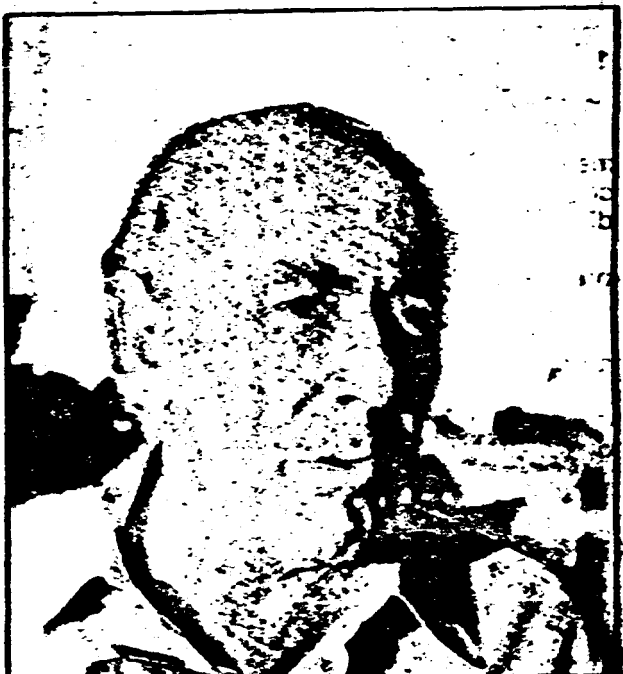
Si llegó al Palacio del Planalto puede asegurarnos que finalizará la aceptación de esas cláusulas que nos imponen esos intereses. Brasil no los puede seguir pagando".

Sobre la posibilidad de una negociación colectiva de la deuda, Brizola aseguró estar convencido de que las naciones desarrolladas saben que los países deudores no pueden pagar esos montos.

FF.AA.: "NO TEMO SU INFILTRACION EN EL PDT"

En relación con el papel de las Fuerzas Armadas en el panorama político brasileño, Brizola aseguró no temer su infiltración en las filas del PDT: "Las FF.AA. deben decidirse de una vez por todas a cumplir con sus funciones específicas".

Ante una pregunta efectuada con base en un despacho internacional por el que se señalaba la infiltración de la inteligencia del ejército brasileño en la CUT (Confederación Unica de Trabajadores) y en el PT (Partido de los Trabajadores), y si no tenía temores de que eso ocurriera en el PDT, el político visitante dijo: "Precisamos consolidar nuestros espacios democráticos que pertenecen a la sociedad civil, y las FF.AA. deben ser



Otrota Gobernador de Rio de Janeiro, Leonel Brizola se perfila como posible Presidente del Brasil

ubicadas en sus actividades específicas. Es reñido con la democracia que las Fuerzas Armadas controlen los distintos sectores de la vida civil. Si esto viene ocurriendo en Brasil en cualquiera de nuestras actividades políticas, se constituye sin ninguna duda en una situación anormal e insólita que precisamos denunciar porque no se corresponde con las prácticas democráticas".

OTROS SECTORES POLITICOS: "OPORTUNISTAS"

Posteriormente, Brizola fustigó duramente a los restantes sectores políticos del Brasil, a los que llamó de "oportunistas", señalando que el PDT no busca acuerdos, sino que quienes se sientan identificados con su esfuerzo y se alineen con su programa, sean de derecha o de izquierda, pueden acceder a trabajar juntos.

PLATAFORMA ELECTORAL: PRIORIZAR EDUCACION

Preguntado sobre los principales puntos de su plataforma electoral, Brizola afirmó que el PDT pretende consolidar soluciones para la problemática educacional, "la que debe ubicarse por encima de presupuestos y materias económicas ya que es una especie de deber que nos obliga con el propio pueblo brasileño".

PAISES AMAZONICOS POR DIALOGO ECOLOGICO RESPETANDO SOBERANIA

MANAUS (Brasil), 6 (ANSA).— Los países amazónicos hicieron saber hoy a las naciones industrializadas que están dispuestos a sostener un diálogo sobre el manejo ecológico del más grande pulmón del mundo y a recibir su ayuda sólo a cambio del respeto irrestricto de su soberanía y sin condicionamiento alguno, pero advirtieron sobre la "conjura internacional" de la deuda externa que hace cada vez más difícil sus posibilidades de desarrollo.

Los Jefes de Estado de siete naciones y el representante de una octava con territorios en el Amazonas suscribieron hoy la "declaración del Amazonas", en momentos, dicen, en que se incrementa la amenaza de intervención en los asuntos internos de la región por parte de un grupo de países desarrollados.

Los presidentes José Sarney de Brasil, Virgilio Barco de Colombia, Rodrigo Borja de Ecuador, Alan García Pérez de Perú, Carlos Andrés Pérez de Venezuela, Hugh Desmond de Guyana, Ramsewak Shankar de Surinam y el canciller de Bolivia Valentín Abecio Baldivieso, acordaron también reunirse anualmente para estudiar el desarrollo de los programas de defensa de la región amazónica.

"Reiteramos que el patrimonio amazónico debe ser conservado por medio de la utilización de los recursos de la región

para que las generaciones actuales y futuras puedan usufructuar los beneficios de los legados de la naturaleza", dice la declaración.

MEDIO AMBIENTE E INDIGENAS

Los Jefes de Estado acordaron la creación de una comisión especial del medio ambiente y de los asuntos indígenas, destinada a fomentar el desarrollo, conservar los recursos naturales, el medio ambiente y las respectivas poblaciones amazónicas.

También reiteraron "el pleno respeto al derecho que asiste a las poblaciones indígenas de los territorios amazónicos para que sean adoptadas todas las medidas conducentes a mantener y preservar la integridad de los grupos humanos, sus culturas y su hábitat ecológico".

La declaración expresa textualmente que "reafirmamos el derecho soberano de cada país de administrar libremente sus recursos naturales teniendo presente la necesidad de promover el desarrollo económico y social de sus pueblos y una adecuada conservación del medio ambiente".

Igualmente reiteraron el derecho a "ejercer la responsabilidad soberana de definir las formas más adecuadas de aprovechar y conservar esas riquezas", mediante una complementación de esfuerzos nacionales. Sin embargo, las naciones amazónicas dicen tener "la dispo-

sición de acoger la cooperación de países de otras regiones del mundo y de organizaciones internacionales que deseen dar su contribución" para implementar los proyectos y programas nacionales.

Los presidentes y el canciller boliviano sostuvieron que la protección y conservación del medio ambiente en la región del Amazonas son dos objetivos esenciales del tratado de cooperación amazónica que cada uno de los países está decidido a alcanzar, pero indicaron que esas metas no podrán ser logradas "en medio de las angustiosas condiciones sociales y económicas que afligen a nuestros pueblos y que son agravadas por una conjura internacional cada vez más adversa".

"Denunciamos las graves características de la deuda externa y de su servicio, que nos convierten en exportadores de capital para los países acreedores a costa del sacrificio intolerable para nuestros pueblos. Reiteramos que la deuda no se puede pagar bajo las actuales circunstancias y condiciones y que su tratamiento se debe fundamentar en el principio de la corresponsabilidad, en términos que permitan retomar el proceso de crecimiento económico y desarrollo en cada uno de nuestros países, condición esencial para la protección, conservación, aprovechamiento y utilización racional de nuestro patrimonio natural", dice la declaración.

Cumbre de ocho países amazónicos en Manaus

MANAUS (Brasil) (REUTER).— Un riguroso aparato de seguridad se anticipó a una cumbre de ocho países amazónicos en este puerto fluvial del norte brasileño, ante temores por eventuales incursiones guerrilleras desde las fronteras de Colombia y Perú, dijeron fuentes militares.

El jefe de estado mayor del Comando Militar de la Amazonia, General Taumaturgo Vaz, dijo que las extremas medidas tendían a ofrecer "el máximo de protección" a los mandatarios que se reunirán hoy aquí en la primera cumbre del Pacto Amazónico firmado en 1978.

Agregó que las autoridades militares brasileñas no pretendían "alarmar" a los importantes visitantes, pero prefirieron "no descartar" eventuales acciones de grupos guerrilleros que operan especialmente en Colombia y Perú.

El General Vaz manifestó particular aprehensión por las actividades del maoísta Movimiento Sendero Luminoso, que se opone de manera sangrienta al poder constitucional ejercido por el Presidente peruano Alan García, uno de los protagonistas del encuentro en esta tropical capital amazónica.

"Vamos a ofrecer la

máxima seguridad a los Presidentes, sus Ministros y asesores", agregó el jefe militar.

Los Mandatarios de Brasil, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela, y el Canciller de Bolivia, eran aguardados en este antiguo emporio brasileño del caucho para una reunión de exclusivo objetivo político en torno a la preservación ambiental y uso racional de los recursos naturales de la vasta Amazonia, cuyos territorios comparte sus países.

Unos 500 efectivos militares fueron movilizados para custodiar a las comitivas oficiales.

01-01

8905357

088

F. Col (C. P. B.)

Sábado 3 de
junio de 1989

La República

Collor de Mello, el fenómeno político de Brasil, va a la cabeza de las encuestas

Río de Janeiro

■ Fernando Collor de Mello, el nuevo fenómeno político brasileño, tiene la preferencia de 37,7 por ciento del electorado como candidato a la presidencia del país, ampliado su ventaja sobre los demás postulantes, según una encuesta divulgada ayer.

El segundo lugar lo ocupa el candidato Leonel Brizola, que obtuvo sólo el 13 por ciento de las intenciones de voto en la encuesta hecha por el Instituto Gallup en las principales ciudades del país durante la primera quincena de mayo.

Algunos diarios adelantaron los datos que serán divulgados completos el domingo por la revista Isto É Semhor.

En un sondeo anterior, divulgado hace diez días y hecho por otro instituto especializado, Collor de Mello, candidato presidencial del minúsculo Partido de Reconstrucción Nacional (PRN) y ex gobernador del estado de Alagoas, nordeste brasileño, tenía 32 por ciento de la preferencia popular, mientras Brizola registraba 15 por ciento.

En tercer lugar se mantiene el disputado y ex líder sindical metalúrgico, Luis Inácio Lula Da Silva, del Partido de los Trabajadores (PT), con 8,1 por ciento. Su descenso en la preferencia de los votantes se acentuó, ya que tenía 11 por ciento en la penúltima encuesta y había sobrepasado el 15 por ciento en febrero/marzo.

El candidato del Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), Ulysses Guimarães, registró sólo 5,4 por ciento de intenciones de voto, pese a que su agrupación es considerada como la más importante del país.

Collor de Mello, hijo de una familia tradicional de la política brasileña, es dueño de una emisora de televisión y varias radios en el estado que gobernó hasta el mes pasado.



El ex gobernador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, es amplio favorito en las encuestas de opinión a seis meses de las elecciones presidenciales brasileñas (Telefoto de AFP)

Su gran popularidad se debe a seguidas presentaciones en programas de televisión y al combate que promovió en Alagoas contra los "marajás", funcionarios públicos que reciben abusivos sueldos, favorecidos por maniobras jurídicas.

Joven, con 39 años de edad, hizo carrera política en el pequeño estado de Alagoas, de economía basada en la producción azucarera.

En la segunda quincena de este mes piensa hacer una gira internacional como candidato presidencial "favori-

to", visitando Portugal, España, Gran Bretaña, Francia, Italia y Alemania.

Su sorprendente ascensión en las encuestas de opinión provocó una ola de adhesiones de políticos al PRN, la mayoría procedente de corrientes conservadoras.

Es probable que la consolidación de su candidatura promueva, durante la campaña electoral, una reorganización de las fuerzas derechistas en Brasil, dispersas en varios partidos desde el fin del régimen militar en marzo de 1985.

DS

FBA (Rit)

Viernes 12 de mayo de 1989

La Nación

LA N

Pichi Picún Leufú: autorizan la contratación de las obras civiles

Consorcio argentino brasileño para construir una represa

Un enviado de Alfonsín se lo informó al presidente Sarney

BRASILIA, (Especial).- El presidente del Brasil, José Sarney, recibió en el Palacio del Planalto a un enviado especial del presidente argentino, Raúl Alfonsín.

Durante el encuentro, el secretario de Relaciones Económicas Internacionales de la cancillería argentina, embajador Carlos Bruno, hizo entrega al primer mandatario brasileño de una carta del presidente Alfonsín, en la cual se anuncia la firma del decreto que autoriza la contratación de las obras civiles para el proyecto hidroeléctrico de Pichi Picún Leufú, provincia del Neuquén.

Esta obra se realizará con la participación de un consorcio de empresas argentinas y brasileñas.

Hito de integración

Medios diplomáticos de la capital brasileña expresaron que la concreción del proyecto hidroeléctrico constituye "un hito de profunda significación dentro del proceso de inte-

gración entre ambos países". Las obras civiles del proyecto ascienden a 150 millones de dólares, que serán financiados en su totalidad por el Brasil.

Asimismo, esas fuentes observaron que esta represa será de singular importancia para incrementar la disponibilidad energética argentina.

Durante la reunión, que duró 45 minutos, también participó el vicescanciller brasileño, embajador Sebastián Rege Barros.

Por otro lado, el mensaje del presidente argentino expresa su preocupación por el déficit registrado en el comercio bilateral, estimado en aproximadamente 600 millones de dólares. En la ocasión, el mandatario brasileño manifestó al enviado argentino que compartía la preocupación por dicho desequilibrio, y comunicó su decisión de autorizar la contratación de obras llave en mano en las áreas de salud, transporte y ener-

gía, ofrecidas por empresas argentinas a distintos Estados brasileños.

Disminuir el déficit

Una alta fuente gubernamental apuntó que la contratación de esas obras en el Brasil, por parte de empresas argentinas, contribuirá en forma significativa a disminuir el actual desequilibrio de la balanza comercial bilateral que afecta a Argentina.

Al respecto, pudo constatarse que los anuncios concretos sobre la participación de grupos empresariales argentinos en emprendimientos civiles en diversos Estados del Brasil serán formalizados en ocasión de la colocación de la piedra fundamental de la represa hidroeléctrica de Pichi Picún Leufú. La ceremonia tendrá lugar en las próximas semanas y en el acontecimiento el presidente Sarney será representado por un alto miembro de la conducción de la política exterior brasileña.

Pao legible

01 - 01

8905359

PT não aceita ser excluído da escolha do vice de Lula

SÃO PAULO — O PT divulgou, no começo da tarde de ontem, nota oficial em que considera "inaceitável" ser excluído da escolha do vice de seu candidato à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva. Esta deliberação foi tomada na convenção do PSB, que apóia Lula, junto com o PV e o PC do B, na Frente Brasil Popular. O PSB quer excluir o PT da escolha para facilitar a indicação de seu candidato a vice, o escritor Antônio Houaiss, que conta com o apoio do PC do B. O PV e a maioria do PT apóiam o escritor Fernando Gabeira.

Tal resolução do PSB fere as normas da Frente Brasil Popular, diz a nota, assinada pelo presidente nacional do PT, o deputado Luís Gushiken. "O PT tem o direito de opinar sobre a escolha do vice. Nós já abrimos mão da indicação de um nome do nosso próprio partido", afirmou Gushiken. O candidato a vice-presidente na chapa de Lula, Antônio Houaiss, reagiu, admitindo a possibilidade de o PSB abandonar a coligação Frente Brasil Popular, caso seu nome não venha a ser escolhido para compor a chapa. "Isso ainda não foi definido pelo PSB, mas existe a possibilidade de que o partido saia da Frente", afirmou Houaiss.

Diante do quadro de crise que ameaça a sobrevivência da Frente, o secretário-geral nacional do PT, deputado estadual José Dirceu, atacou a ameaça do PSB de abandonar a coligação. "É muita pretensão do PSB querer impor alguma coisa. Primeiro, o partido precisa mostrar sua unidade em torno da candidatura de Lula", desafiou Dirceu, referindo-se ao apoio que o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, do PSB, dá à candidatura do senador Mário Covas, do PSDB. "Estamos preocupados e queremos que o PSB coloque a questão da manutenção da Frente em primeiro lugar", afirmou Vladimir Pomar, coordenador da campanha de Lula.

A comissão executiva nacional do PT recebeu oficialmente, na manhã de ontem, das mãos de Antônio Houaiss, as resoluções do Congresso Nacional do PSB, realizado no último final de semana em Brasília, nas quais o partido condiciona a sua permanência na Frente a duas condições: que o candidato a vice de Lula seja escolhido apenas pelos outros três partidos da coligação e que o companheiro na chapa petista não comprometa "a atual amplitude da Frente Brasil Popular", o que, em termos práticos, significa uma censura ao nome de Fernando Gabeira.

Quatro nomes vão à disputa

O PT vai ao seu 6º Encontro Nacional, no próximo fim de semana, no Colégio Caetano de Campos, em São Paulo, dividido entre quatro candidaturas a vice na chapa do seu candidato a presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. Os candidatos expostos à avaliação dos cerca de 600 delegados são os escritores Fernando Gabeira e Antônio Houaiss, a deputada federal Benedita da Silva, a Bené, e o ex-assessor do ecologista Chico Mendes (assassinado em dezembro do ano passado), Júlio Barbosa.

Fernando Gabeira — apoiado pelo Partido Verde e pelo grupo do PT ao qual pertence Lula, o Articulação — é quem tem mais chances, com cerca de 65% dos votos dos delegados. Antônio Houaiss, lançado pelo PSB e PC do B — que, com o PV e o PT formam a Frente Brasil para dar suporte à candidatura Lula —, tem o apoio de 10% a 15% dos convencionais. Os votos restantes se dividem entre Bené, Júlio Barbosa — apoiado pela Convergência Socialista e por ecologistas do PT — e indecisos. Estas contas foram feitas na porta do lípis pelo deputado estadual José Dirceu e o presidente nacional do PT, Luís Gushiken, que querem Gabeira para compor a chapa com Lula.

O nome que for escolhido no encontro do PT será submetido posteriormente à avaliação dos demais partidos que compõem a Frente Brasil. PSB e PC do B estão dispostos a não abrir mão do nome de Antônio Houaiss e o PSB, particularmente, ameaça se retirar da Frente Brasil, caso ele não seja o vice. O grupo de Lula, contudo, trabalha intensamente pelo nome de Gabeira e está disposto, até agora, a bancar o seu nome, correndo o risco de perder o apoio do PSB. Esse grupo avalia que se os socialistas deixarem a Frente, o PT não sofrerá nenhum prejuízo quanto ao seu tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e TV. Continuará com seus 10 minutos diários (cinco seus e cinco do PC do B).

A direção do PT acha também que o PSB é um partido totalmente dividido, já que algumas de suas principais lideranças estão comprometidas com outros candidatos a presidente. Além disso, o grupo de Lula acha que as bases do PSB o apoiarão independente da posição da cúpula socialista. Exemplo disso é o caso do deputado federal do PSB João Carlos Sabóia, que fez um encontro de suas bases no Maranhão, para tentar obter o seu apoio a Covas, mas 75% delas se manifestaram favoráveis a Lula.

098

18/12/89 - F80 R4.11)
Brasil

Garimpeiros pretendem se armar para retomar máquinas na Venezuela

BOA VISTA — Os garimpeiros expulsos de território venezuelano na semana passada estão dispostos a voltar à cabeceira do Rio Orinoco e recuperar os 600 pares de máquinas apreendidas pela Guarda Nacional da Venezuela, avaliados em US\$ 30 milhões. "A bandeira deles continua fincada lá, mas nós vamos reaver o que ficou mesmo que seja à força", disse Alceu de Souza, um dos garimpeiros, acrescentando que o grupo pretende voltar armado e enfrentar os soldados: "No garimpo não tem lei e nós não podemos afundar de graça."

Por toda a região os garimpeiros aguardando uma chance de retornar ao local invadido e ontem dois grupos chegaram a fretar aviões e helicópteros para tentar uma negociação com os soldados venezuelanos. Um deles é Tércio Mascarenhas, dono de metade da pista Constituinte — construída pelos brasileiros em território venezuelano —, que perdeu tudo com a expulsão. Tércio não teve sucesso nas tentativas: foi avisado pela Guarda Nacional da Venezuela de que deveria sair da área e conseguiu levar apenas um pouco de comida, um rádio, antena e bateria.

No Paapiá, a 230 quilômetros de Boa Vista, onde fica a base para a exploração de ouro em Roraima, as laterais da pista estão tomadas por cerca de 500 garimpeiros expulsos da Venezuela. Entre eles muitos não têm como pagar um prato de comida ou uma passagem para Boa Vista. E o desespero aumenta com a chegada do inverno.

Aeronáutica pede apoio para sistema de controle aéreo

BRÁSILIA — O Ministério da Aeronáutica está sem verbas para concluir o programa de Sistema de Controle de Espaço Aéreo (SISCEA) que cuida da segurança dos vãos no país. Para sensibilizar o Legislativo a apoiar financeiramente o projeto, o titular da Diretoria de Eletrônica e Proteção de Voo (DEPV), major-brigadeiro-do-ar Ivan Moacyr da Frota, fez uma palestra ontem na Comissão de Defesa da Câmara dos Deputados, onde afirmou que são necessários pouco mais de US\$ 250 mil para finalizar a quarta e última parte do programa, iniciado em 1981 e com término previsto para 1992. "Estamos sobrevivendo só Deus sabe como", resumiu Frota ao explicar a atual situação do SISCEA.

O programa, que tem um custo total orçado em pouco mais de US\$ 1,5 milhão, inicialmente tinha a sua conclusão prevista para este ano. Mas os cortes de verbas determinados no início do governo Sarney, em 1985, atrasaram o andamento do projeto. Além disso, o Plano Verão deixou o SISCEA sem recursos. O projeto SISCEA prevê a implantação de cobertura de radares em rotas e áreas terminais (fronteiras) e ações complementares nos campos das telecomunicações e meteorologia com a finalidade de cobrir todo o espaço aéreo nacional.

098

Evangélicos fazem festa para Íris

Brasília — Moreira Mariz

BRASÍLIA — Seis mil pessoas gritaram "Aleluia!" na homenagem que os evangélicos prestaram ao ministro da Agricultura, Íris Resende, candidato do setor conservador do PMDB à presidência da República. De joelhos no altar da Igreja Assembléia de Deus de Taguatinga, cidade-satélite do Distrito Federal, Íris foi abençoado por ter sido o instrumento utilizado por Deus para o país colher 70 milhões de toneladas de grãos este ano.

"Aleluia irmão!", louvaram os três mil e quinhentos fiéis que conseguiram entrar no templo inaugurado ontem, enquanto mais de três mil acotovelavam-se no pátio. Além da agricultura, Deus também está preocupado com as eleições de 15 de novembro e "revelou" ao pastor Manoel Ferreira, líder da Assembléia de Deus no Brasil, que o próximo presidente do país será um evangélico e, portanto, Íris Resende. "Louvado seja", repetiram em coro os fiéis.

Depois de almoçar com os simpatizantes da Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno, na semana passada, o ministro Íris Resende não hesita em gastar munição com os segmentos mais populares da Igreja. Afinal, os evangélicos somam hoje 13 milhões no país e o ministro pertence à Igreja Batista, um ramo do tronco evangélico internacional. Os evangélicos também têm assento no Congresso Nacional e representam um voto decisivo a favor do ministro na convenção do PMDB no próximo dia 30.

Alguns deles, mostrando claramente sua opção por Íris Resende, o acompanharam na festa de inauguração da Igreja. Estavam presentes os deputados federais Milton Barbosa, do PDC baiano, Costa Ferreira, do PFL do Maranhão, João de Deus, do PTB gaúcho, Eliel Rodrigues, do PMDB do Pará — estado onde surgiu a Assembléia de Deus, Antonio de Jesus, do PMDB goiano, e Rótero Cunha, do PDC do Rio de Janeiro. O governador de Brasília,



Seis mil pessoas gritaram "aleluia!" para Íris

Joaquim Roriz, também aderiu à comitiva.

— O distanciamento de Deus tem sido a fonte de todos os males que assolam o país, profetizou Íris Resende ao agradecer as bênçãos recebidas. O ministro pregou a oração como forma do Brasil colher 200 milhões de toneladas de grãos na próxima safra. "Quero alimentar o povo", gritou entusiasmado.

Ao deixar a igreja, o ministro admi-

tiu à imprensa que acredita realmente ter contato "com a ajuda divina para fazer uma boa administração". Confiante, contabilizou que 51% dos 800 convencionais do PMDB vão escolhê-lo como candidato do partido à sucessão presidencial.

— Já estou trabalhando com uma equipe exclusiva para a elaboração do programa de governo, afirmou enquanto um admirador lhe estendia a Bíblia para ser autografada.

058

Três presidenciáveis expuseram ontem, a 300 prefeitos gaúchos, seus planos de governo. Entre eles, muitos pontos comuns, como a questão da dívida

SUCESSÃO



FEDERAÇÃO
DAS ASSOCIAÇÕES
DE MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL



Encontro de prefeitos trouxe presidenciáveis para debate aqui

Prefeitos ouvem planos de Ulysses, Covas e Afif

Por NÚBIA SILVEIRA
Edição Política/ZH

Os quase 300 prefeitos municipais presentes ao IX Congresso Estadual de Municípios, ouviram ontem as palestras de três presidenciáveis paulistas, parlamentares e ex-constituintes. Ulysses Guimarães, Mário Covas e Afif Domingos, candidatos pelo PMDB, PSDB e PL, enfrentaram o mesmo auditório, na sua maioria prefeitos do PMDB. Isto não impediu que os maiores aplausos fossem para o último orador, Afif Domingos.

Os presidenciáveis apresentaram pontos comuns em seus programas, como a preocupação com o binômio saúde-educação e com o meio ambiente, se mostraram dispostos a negociar a dívida externa (Ulysses chegou a afirmar que a proposta do líder soviético Mikhail Gorbachev de não pagamento da dívida não passa de um calote), criticaram o centralismo do Estado e não se cansaram de citar o texto constitucional, que ajudaram a redigir.

Didático

Ulysses chegou com o maior séquito, atrasado quase três horas, devido à falta de teto no Aeroporto Salgado Filho, acompanhado pelo vice, o ex-governador

Waldyr Pires; o deputado Luís Henriques, o senador José Fogaça e o presidente do PMDB, Jarbas Vasconcelos. O professor Ulysses foi didático em sua explanação. Falou aos prefeitos como falaria a seus alunos, explicando as diferenças entre Estado, País e Nação. Reafirmou sua posição de grande orador, grande professor e grande político. Não esqueceu de citar cada um dos que o acompanhavam e de dar oportunidade a seu vice de falar, respondendo a uma pergunta sobre a Previdência Social, da qual Waldyr Pires foi ministro.

Mas Ulysses não foi objetivo em suas respostas. Deixou claro que seu programa está sendo montado. Lembrou que o secretário de Educação gaúcho, Ruy Carlos Ostermann, foi convidado a opinar sobre o programa de educação. Só foi firme e objetivo ao negar que pense em se eleito - formar um ministério pluripartidário. O engenheiro Covas, ex-prefeito de São Paulo, como Ulysses, não entusiasmou o auditório. Nem a sua identificação como ex-prefeito, que teve os problemas vividos pelos assistentes, ajudou na relação. Se Ulysses se nega a fazer promessas - "Não estou mais em idade de prometer o que não posso cumprir" - Covas resvalou em uma delas pelo menos: acabar com a romaria dos prefeitos a Brasília. Mas, se o professor Ulysses ficou devendo a resposta sobre

seu programa na área da educação, o engenheiro - talvez por influência do deputado Hermes Zanetti - se estendeu na questão.

O mais agressivo, objetivo e claro em suas posições, no entanto, foi o jovem empresário Afif Domingos. Ele falou da tribuna, ao contrário de seus adversários, que falaram sentados à mesa, e foi aplaudido várias vezes, por um auditório que já começava a esvaziar, mas que se mantinha atento às análises feitas pelo candidato liberal. Ele não poupou críticas ao atual governo e ao de Jânio Quadros, que acusa de haver sido um governo de slogans que levou ao autoritarismo de Estado. E não poupou elogios a Juscelino Kubitschek, o homem que, segundo ele, criou Brasília para ser "a porta de Canaã, a terra prometida, e não o império da burocracia." Afif sonha em concluir o projeto de J.K.: transformar o país no grande produtor e exportador de alimentos. Com seu sotaque que lembra o calpina, o empresário Domingos defende uma saída para o Pacífico e pede a ajuda de Deus para que a frase de Vitor Hugo se torne realidade em relação ao PL: "Nada, nem o maior exército do mundo é capaz de conter a força de uma idéia, quando chega a sua hora." Ontem, a grande performance ficou por conta de Afif. Hoje, os prefeitos vão ouvir Leonel Brizola (PDT), Roberto Freire (PCB) e Paulo Mahf (PDS).

098

f-ba

ZERO HORA - Terça-feira, 22.11.88



Escolha do vice leva a Frente Brasil a novo impasse

Decisão do encontro do PT agravou a crise entre partidos

As lideranças dos partidos que compõem a Frente Brasil Popular (PSB, PC do B e PV) vão tentar encontrar um terceiro nome para superar o impasse provocado pela escolha do candidato a vice na chapa do presidencialista do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva. As dificuldades que já ameaçavam o sucesso da Frente foram agravadas pela indicação do escritor jornalista Fernando Gabeira para o cargo no final do VI Encontro Nacional do PT.

A notícia de que o PT prefere Gabeira como vice colocou em risco a coligação formada para apoiar Lula. O PSB mantém a disposição de deixar a Frente caso o vice não saia dos seus quadros e ontem o PC do B manifestou, pela primeira vez, seu desagrado e ameaçou sair da coligação e lançar a candidatura do presidente do partido, João Amazonas.

Na reunião de hoje os líderes dos quatro partidos vão tentar buscar outra alternativa para o vice na chapa petista. Os nomes mais cogitados são os do ex-reitor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque e o do jurista Evaristo de Moraes Filho.

Demora compromete

"A única forma de manter a Frente é escolher uma alternativa a Antônio Houaiss e que não seja do PT", afirmou líder do PC do B, Haroldo Lima (BA).

Embora a direção do PT tenha afirmado que a indicação de Gabeira não é oficial e deve ser negociada com os outros três partidos da Frente, Lima acha que a demora na solução do problema do vice está comprometendo os objetivos da coligação.

Segundo o líder do PC do B, a Frente foi formada para fazer frente ao candidato da direita "que for disputar o segundo turno e Gabeira não tem densidade política suficiente para enfrentar este desafio".

Ontem, no entanto, a candidatura do deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência foi homologada em convenção na Câmara Municipal de São Paulo, que já votou também a indicação do nome do escritor Fernando Gabeira (PV) para vice. Compareceram 81 dos 125 delegados com direito a voto, que aprovaram por unanimidade a chapa Lula-Gabeira e a formação da Frente Brasil Popular (PT, PV, PSB e PC do B).

Mas mesmo com a homologação, o PC do B já tomou duas decisões concretas preparando o caminho para deixar a Frente: suspender a convenção nacional que no domingo homologaria a candidatura de Lula e marcar uma reunião extraordinária da Executiva do partido para sexta-feira. A hipótese de lançamento de uma candidatura única, que o partido nunca tomou pública, passou a ser discutida pelo partido como uma opção na corrida sucessória. (A2)

078

F. Pol.

BRASIL - APOH 0823

BRASIL - APOH 0823

Brizola é um dos vices da Internacional Socialista

Presidente do PDT poderá vir ao Estado no lançamento da campanha dia 6

O presidente do PDT, Leonel Brizola, foi eleito ontem um dos integrantes do corpo de vice-presidentes da Internacional Socialista, que colaborará com o presidente eleito, o ex-chanceler da Alemanha, Willy Brandt, nos próximos três anos. Junto com Brizola, foram eleitos o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez; seu colega sueco, Ingmar Karlson; o presidente da Venezuela, Carlos Andres Perez; o ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi; o secretário-geral do Partido Socialista Francês, Pierre Morris; o líder do Partido Trabalhista Inglês, Neil Kinnock; o líder do Partido de Libertação Nacional da Costa Rica, Daniel Oduber e Guillermo Ungo, de El Salvador.

Brizola discursou por 30 minutos perante os 700 políticos presentes ao Congresso da Internacional Socialista, abordando a questão da Amazônia. Concordou com as razões para a preocupação da opinião pública mundial quanto à devastação da área, mas destacou que sua defesa depende fundamentalmente dos brasileiros, através do seu governo, partidos políticos e instituições nacionais. Concluiu

que é um grande equívoco a idéia de colocá-la sob tutela internacional, citando a mesma opinião do ex-geral Jacques Cousteau, com quem conversou há três dias em Paris.

O Congresso termina hoje, mas Brizola já deixou Estocolmo e hoje à tarde manterá seus últimos contatos com os dirigentes do Partido Socialista Francês, em Paris. À noite, embarca para o Brasil, onde chega amanhã pela manhã.

Início da campanha

O presidente regional do PDT, Matheus Schmidt, anunciou ontem que o seu partido vai lançar a campanha de Leonel Brizola no Estado dia 6 de julho em ato público que marcará a inauguração do comitê central na Rua Sete de Setembro, em Porto Alegre, que poderá contar com a presença do candidato. No dia 7, quatro caravanas saíram para o interior do Rio Grande. O PDT, segundo Schmidt, espera formar uma frente política como em 1980, 1980 e na Legalidade, onde o

povo fechou com Getúlio, no passado e depois com Jango e Brizola".

Caravanas ao interior

No dia 7 de julho, mais de 1.000 militantes estarão fazendo o pedágio do adesivo em troca de pequeno auxílio financeiro para a campanha. Também estarão vendendo 250 mil bônus da vitória, a partir da próxima segunda-feira, além de botões, chavetas e distribuição de 6 milhões de santinhos e 800 mil cartazes.

As quatro caravanas que irão ao interior sairão no dia 7. Esperam visitar todos os municípios do Estado, com Alceu Collares, Aldo Pinto, Sereno Chagas e Matheus, no comando.

Matheus prevê que a campanha, no Rio Grande do Sul, vai se polarizar entre o PDT e o PMDB. Considera o PSD e o PFL "em processo de desagregação eleitoral, devido às dificuldades com as bases em aceitar as candidaturas oficiais.



Brizola no Congresso Socialista em Estocolmo

01 - 01

8905396

098



Antecipar o plebiscito sobre o sistema de governo, previsto na Constituição para o ano de 1993, é a proposta do deputado Gastone Righi (PTB/SP), apresentada ontem ao Congresso, sob a forma de emenda

SUCESSÃO

Parlamentarismo: emenda quer plebiscito este ano

A proposta do ex-presidente Jânio Quadros de juntamente com a eleição presidencial de 15 de novembro realizar um plebiscito para que o povo se pronuncie se prefere manter o presidencialismo ou substituí-lo pelo sistema parlamentarista, teve seu primeiro resultado prático. Ontem, o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), e o deputado Roberto Jefferson (PRB-RJ), ligados a Jânio, apresentaram uma emenda constitucional que prevê um plebiscito a ser realizado na mesma data do primeiro turno do pleito presidencial. Por essa proposta, no plebiscito, a sociedade vai optar pela forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que deverá vigorar no País.

A ideia de Jânio, externada ontem através de artigo publicado no jornal O Globo, considerando impossível a governabilidade com uma Constituição que assegura o presidencialismo mas dá exagerados poderes ao Legislativo, foi o principal assunto, ontem, no Congresso. Até a política salarial editada pelo Executivo ficou em plano inferior diante do artigo de Jânio. Muitos parlamentaristas começaram a articular reuniões para a aprovação desse sistema de governo imediatamente, sem plebiscito. Uma outra emenda, propondo um plebiscito coincidente com a eleição presidencial



Righi: "Plebiscito junto com eleições"

foi proposta anteriormente pelo deputado Adonilo Streck (sem partido/RS), mas sua ideia é uma consulta apenas sobre o sistema de governo.

Seis emendas

Com as emendas de Gastone e Streck, são seis as propostas de alteração do texto constitucional visando à implantação do parlamentarismo. A primeira emenda foi apresentada pelo deputado Victor Facchini (PDS-RS), sem prever detalhes, que seriam definidos por lei

complementar. Outra é de autoria do deputado César Cals (PSD-MG), propondo o parlamentarismo clássico com eleição direta para presidente da República. A emenda dos deputados Jorge Arbage (PDS-PA) e Delfim Netto (PDS-SP) estipula o sistema parlamentar sem eleição direta para presidente. Por fim, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) vai apresentar uma proposta que prevê a implantação do parlamentarismo somente a partir de 15 de fevereiro de 1991.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que na Constituição foi contra o parlamentarismo, agora é a favor desse sistema de governo, mas sem consulta popular. "Sou adepto de uma solução que propicie a governabilidade do País e que evite o caos que a hiperinflação pode trazer", observou, explicando sua mudança de posição. O presidente do PDS, deputado Delfim Netto (SP), um parlamentarista histórico, prevê que o regime de gabinete será implantado "como uma medida de emergência, porque é consenso que a hiperinflação vem em setembro". Ele quer a mudança do sistema de governo através de votação no Congresso, sem plebiscito. "Ou o parlamentarismo evita o golpe ou vem o golpe e depois vem a abertura com parlamentarismo", projeta Victor Facchini. (Brasília/ZH)

028

10/11 Y. K. C.

TRE quer que Lula explique uso de recursos estrangeiros

Tribunal paulista deferiu pedido de deputado e mandou intimar o candidato



Luís Inácio Lula da Silva

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo deferiu pedido feito pelo deputado Campos Machado (PTB) para que o candidato Luís Inácio Lula da Silva e o responsável pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema expliquem o uso, pelo PT, de recursos recebidos de outros países. Segundo o parlamentar, ainda hoje o oficial de Justiça vai intimá-los.

Em sua representação, feita há dois meses, Campos Machado destacou: "O Partido dos Trabalhadores vem fazendo uso de recursos provenientes do sindicato, que, por sua vez, vem recebendo auxílio monetário de outros países e entidades estrangeiras, tendo por finalidade financiar a campanha do deputado federal Luís Inácio Lula da Silva". Ele fundamentou sua representação com artigos de jornais, mos-

trando que a TV do Trabalhador, pertencente àquele sindicato, é usada pelo PT na campanha eleitoral. Também anexou à representação denúncia do candidato Leonel Brizola, para quem a campanha de Lula é financiada por entidades do Exterior, através de convênios aparentemente inocentes.

O parlamentar argumenta ainda que uma entidade italiana chamada Crocevia (organização de orientação democrata-cristã) fez uma doação de 1,5 bilhão de liras (quase NCz\$ 1 milhão à época) para a compra do equipamento de televisão. Campos Machado destaca também que a CISL, central sindical que reúne socialistas e democrata-cristãos na Itália, destinou à TV do Trabalhador 4,3 bilhões de liras, equivalentes, à época, a NCz\$ 3 milhões. (AE)

01 - 01

8905407

098

f la.

Brasil

Brizola ganha luta por prestígio externo do candidato do PRN

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — O ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, sairá perdendo na corrida de prestígio que disputa com o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, na capital francesa. Enquanto Brizola foi recebido pelo presidente François Mitterrand, em um encontro de uma hora, sendo ainda homenageado com um almoço no Ministério das Relações Exteriores, Collor será recebido pelo primeiro-ministro Michel Rocard. Confirmando seu prestígio no exterior, Brizola foi eleito ontem vice-presidente da Internacional Socialista. Ele discursou durante 20 minutos para uma platéia de 700 representantes dos 46 partidos que integram a Internacional.

Collor, ontem, avistou-se com o ex-presidente Valéry Giscard d'Estaing, na Assembleia Nacional. O candidato do PRN disse que a sua principal preocupação, neste período europeu, é mostrar o seu pensamento político aos principais governantes e ouvi-los para orientar sua ação futura, caso saia vitorioso nas urnas. "Tenho que mostrar que estamos atravessando uma década terrível, durante a qual o Brasil passou à condição de maior exportador de capitais, simultaneamente com o crescimento negativo e praticamente nenhum investimento."

Em sua conversa com Rocard, o ex-governador Fernando Collor pretende dar ênfase à questão da dívida externa. "Mário Soares e Cavaco e Silva, em Lisboa, disseram-me para não deixar de explorar esse campo nas minhas conversas com o governo francês, pois espera-se uma proposta ousada de Mitterrand, dia 14 de julho, na reunião dos sete grandes", disse Collor.

Collor não janta com empresário português

Norma Couri

LISBOA — Talvez para escapar do estigma de pertencer à *nova direita*, conforme o ex-governador Leonel Brizola anda espalhando pela Europa, Fernando Collor de Mello fugiu do jantar oferecido pelo poderoso Grupo Espírito Santo, vinculado no Brasil aos Monteiro Aranha, portanto, da família de sua ex-mulher, Libeth Monteiro de Carvalho. O jantar seria no próprio hotel onde está hospedada, o Ritz. Mas Collor alegou mal-estar físico, sendo visto, no entanto, logo mais à noite no restaurante *Vicente da Luz* — o que está causando alguma ressonância no meio empresarial português: "Ele teve complexo de ser visto com empresários logo na noite de sua chegada", dizem.

No primeiro dia depois da partida de Collor para Paris, correm cochichos sobre seu último almoço em Lisboa — com o presidente Mário Soares — no qual o candidato do PRN interessou-se por saber: "Como o senhor conquistou o eleitorado de esquerda?". Ao que Mário Soares respondeu: "Curiosamente, apanhando de eleitores do Partido Comunista durante um comício que foi veiculado pela televisão e, a partir daí, a campanha virou, fui eleito."

Collor concordou com Soares: "A televisão é mesmo um grande eleitor". Na primeira entrevista a um jornal europeu, o *Diário de Notícias*, português, publicada hoje em página dupla, Collor, aliás, exprime o pensamento do presidente da Rede Globo, Roberto Marinho: "Uma eleição, muda-se em 24 horas."

Hoje, conta-se que o *gostinho de novela* de Collor assustou os tradicionalistas políticos portugueses, apesar de o presidente ter deixado boa impressão no gabinete do primeiro-ministro Cavaco Silva ("Conjuga porte de estadista com humildade", disse um funcionário). Outros, no entanto, preferem reproduzir o julgamento atribuído ao presidente Mário Soares no Palácio de Belém: "É bastante jovem, falta muito tempo — talvez ele não chegue lá."

Partes
Poco
legíveis



...em Lisboa com Cavaco Silva...



...enquanto Brizola conversava com Mitterrand em Paris

Collor brigam por espaço na Europa

Norma Couri
Correspondente

LISBOA — Como se não bastasse ser este o pior período do ano para iniciar sua viagem internacional — já que as eleições europeias, que escolherão os 24 representantes portugueses para o Parlamento Europeu, transformaram Portugal numa espécie de país-fantasma e candidatos brasileiros não estão despertando muito interesse por aqui — Fernando Collor de Mello ainda enfrentará o resultado das urnas, favorável aos socialistas portugueses. Assim, os bons ventos sopram mais na rota europeia de Brizola e menos na direção do candidato do PRN, mais identificado com as tendências de centro-direita.

Por isso tudo, Collor, na sua visita a Portugal, teve que retificar suas posições no painel ideológico, procurando ganhar tempo contra o adversário pedetista, que chegou a Paris antes dele. Leonel Brizola se encontrou ontem com o presidente francês François Mitterrand. A estratégia de Brizola, aproveitando-se da imagem que tem e de suas boas relações com os socialistas europeus, é *queimar* o candidato do PRN antes que ele desembarque nos países que vai visitar.

"Collor, quem?" — "O socialismo europeu é perfeitamente compatível com as minhas idéias", avisou Collor logo na chegada a Portugal e, numa demonstração de extrema maleabilidade, elogiou tanto a *glasnost* de Gorbachev quanto o socialismo de François Mitterrand e o comunismo italiano. "Hoje, no Brasil, o que conta não é tanto a consciência ideológica e sim o espírito de sobrevivência", disse.

JB 20/6/89

F. Per.

"Tanto que tenho mais cielos do PT e do PMDB que os seus próprios candidatos."

- Depois de um domingo tranquilo, cujo maior acontecimento foi a lagosta que comia no jantar, na orla da Praia de Cascais, o encontro ontem, de uma hora, com o primeiro-ministro Cavaco Silva marcou o começo de uma peregrinação política na qual Collor parece estar, para a Europa de 1989, como esteve em 1976, para os Estados Unidos, o então candidato à presidência do país Jimmy Carter. Era o Jimmy, não? (Jimmy, quem?), conforme ele intitulou seu livro de campanha.

"Collor, quem?", perguntavam os poucos jornalistas portugueses sobre o candidato, que, de terno de linho claro, sapatos marrons, camisa branca e gravata de seda verde e rosa, cruzava os gomos portões do Palácio de São Bento, onde Cavaco Silva o esperava. Bem verdade que Collor conseguiu arrancar da recepcionista Lúcia um comentário favorável. "Este sim, é muito bonito", disse ela.

Carta feita — Em compensação, Lula reuniu os líderes das duas centrais sindicais — Torres Costa, da UGT, e Carvalho Silva, da CGTP. Para Collor, só o último esteve disponível para o almoço que se seguiu, na casa do embaixador do Brasil — o mesmo programa que Brizola recusa há três meses.

Fumando um charuto, depois de ter saboreado a entrada de salmão e o arroz de tamboril, Collor deu um toque humano à conversa, lembrando que seus pais se casaram em Portugal, e que esta parte da Europa lhe inspirava algumas medidas românticas, como a recuperação dos bondinhos — "Ao menos em Santa Teresa" — ou importantes, como o desenvolvimento do transporte ferroviário.

Hoje, depois de um almoço no Palácio de Belém com Mário Soares, que um assessor informou ser privado, a exceção do jantar que o presidente português compartilhou com Brizola há três dias, Fernando Collor rumou para Paris com a certeza de encontrar as lideranças socialistas de campo largo pelo ex-governador do Rio

098

"ZERO HORA" 22/06/89

Esquerda vê a antecipação como um golpe

A proposta de antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo foi compreendida pelos partidos de esquerda como uma forma de coarctar a candidatura do presidente da PFM, Fernando Collor de Mello. Lideranças do PT, PDT, PC de B e PCB afirmaram que a sugestão do ex-presidente João Quadros tem características de golpe, pois vai contra a Constituição, que marca o plebiscito para 1994.

O candidato do PCB à Presidência da República e parlamentarista convicto, Roberto Freire, repudia a ideia da antecipação. Na sua opinião, a proposta de João, "além de chetar a um golpe contra Collor", colhe para o fortalecimento do parlamentarismo, pois dá margem para que o futuro presidente

convoque novo plebiscito assim que assumir.

Freire também acha um risco muito grande o Congresso aprovar uma emenda que contraria um dispositivo constitucional, pois abriria um precedente para a alteração de toda a nova Carta, que não cumpriu ainda um ano de vigência. Para o candidato, a única forma de garantir a instalação do parlamentarismo sem tramas para a democracia é respeitando a Constituição. Qualquer outra manobra camuflada, segundo ele, pode acarretar sérios riscos à estabilidade política.

Constituinte

O coordenador da campanha do candidato do PDT, Lúcio Almeida, deputado Fernando

Lyra, também vê na proposta de João o início de um movimento contra a candidatura de Collor. Da mesma forma, o vice-presidente da partido, deputado Doutei de Andrade, acha a proposta camuflada e diz que João foi obrigado a se afirmar que as razões da sua renúncia em 1981 estariam ligadas ao relacionamento precário entre Executivo e Legislativo.

As lideranças do PC de B e PT também manifestaram-se contrárias a sugestão de João. O líder em exercício do PT, Virgílio Guimarães, afirmou que mais importante do que elaborar formas para atrapalhar o avanço de candidaturas indesejáveis as lideranças políticas devem estar preocupadas em assegurar a realização das eleições presidenciais.

f. la 11

01 - 01

8905410

988

JB 20/6/88

explica Rômulo Lacerda Júnior, diretor da escola, que não esconde o orgulho pelo fato

atender às necessidades do mercado", afirma o professor Hamilton Rodrigues.

Ministro da Índia discute acordo técnico no Brasil

O ministro de Tecnologia da Índia, Vasan Gowarker, iniciou ontem uma visita de três dias ao Brasil para implementar o acordo de cooperação científica firmado em 1985. Os indianos têm especial interesse na utilização de álcool como combustível, tecnologia que desejam obter no Brasil que, por sua vez, tem interesse na utilização industrial do álcool (alcoquímica), bastante desenvolvida na Índia.

Por causa da Constituinte, o acordo ainda não foi votado pelo Congresso Nacional. Mas, segundo o ministro indiano, "nada impede que os programas científicos se definam antes da aprovação do Legislativo". Ontem, Gowarker conheceu os laboratórios de pesquisa da Fiocruz, no Rio. Hoje, o ministro visitará o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Centro de Tecnologia Espacial (CTA). Amanhã, último dia da visita ao Brasil, ele irá a Copenhaga.

O acordo, assinado em julho de 1985, em Nova Delhi, estabelece como áreas de intercâmbio, entre outras, as de ciências espaciais, informática, ciências agrícolas, alcoquímica, bioinformática, plantio de frutas tropicais e tabaco, produção de biogás e germoplasmas (espermatozoides vegetais).



Vasan: pesquisas conjuntas

F. Br. (p. 11)

01.01

8905411

082

Fol 4/5/89

JORNAL DO BRASIL

Brasil

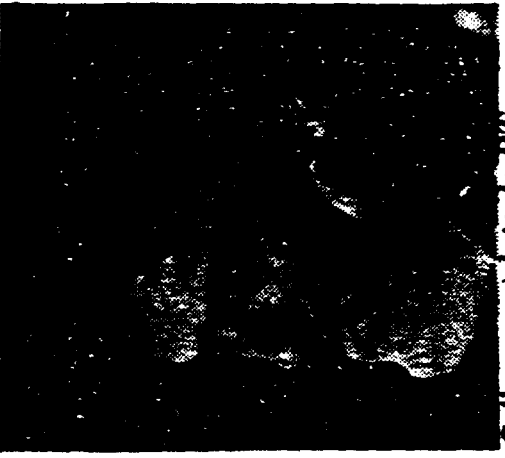
PRN supera PT em Diadema com adesões a Collor

Luiz Lanzetta

BRASÍLIA — Dentro dos próximos dias, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), sigla que dá sustentação legal à candidatura de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, terá a maior bancada na Câmara Municipal de Diadema, reduto histórico do PT em São Paulo. Os seis vereadores, do PMDB e PTB, que já negociaram a mudança de partido com o deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP) são apenas a ponta do iceberg político que o fenômeno Collor está formando no interior de São Paulo: cerca de 200 vereadores pediram para entrar na campanha aderindo à nova agremiação.

"Isto já está virando praga", brinca Arnaldo Faria de Sá, que recebe 20 pessoas e 50 telefonemas em média por dia. Como primeiro deputado a ingressar no partido de Collor de Mello, Faria de Sá está constituindo a bancada do PRN na Câmara. Ontem, assinaram ficha os deputados alagoanos Renan Calheiros e Geraldo Bulhões, que eram do PMDB progressista. Nos próximos dias, será a vez de José Carlos Martinez, do Paraná, ex-companheiro do Centão durante a Consti-

Arquivo



Collor: no reduto do PT

tuintia. João Cunha (SP) e Jaime Campos (RJ), que eram do PDT, estão no partido.

Adesões — Deputados do Pará, São Paulo, Maranhão, Amapá, Rondônia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro estão mantendo conversações para a troca de sigla. Nos cálculos de Arnaldo Faria de Sá, a

bancada federal de Collor de Mello poderá ser superior a 20 deputados até o início do horário de propaganda gratuita. O candidato do PRN passaria, então, a ter 10 minutos diários no rádio e televisão.

Esta torrente de adesões é vista com cautela pelos organizadores da campanha e uma certa triagem é feita pessoalmente por Collor de Mello, que analisa todos os nomes. "O critério é evitar o político velho e garantir o total confronto ao governo Sarney", destaca Faria de Sá.

Ontem foram enviadas para Maciô 20 fichas de políticos que querem aderir à campanha. Elas saíram dos 8 mil telefonemas que um dos escritórios de Collor em Brasília recebeu, depois que foi divulgado o número do telefone no programa de televisão, quinta-feira da semana passada, que o PTR emprestou a Collor de Mello.

"São telefonemas do Acre ao Rio Grande do Sul. Do PCB ao PDS", disse Alvaro Lima, que cuida do sistema de telefones e informatiza a campanha do governador de Alagoas. A maioria deles é de pessoas que querem participar da campanha pedindo material de divulgação e oferecendo locais para servir de comitês eleitorais.

"Pequeno-burguês" — A mistura ideológica, porém, não assusta a Faria de Sá. "O Collor não é de direita nem de esquerda. É reformista", Faria de Sá participou da criação do Partido da Juventude, que depois foi transformado no PNR. Ano passado, foi candidato na chapa de Paulo Maluf à Prefeitura de São Paulo. Esta sua ligação recente que é a mesma de Collor de Mello no colégio eleitoral, não está atrapalhando a campanha. "O malufismo não pega. Estamos cuidando de fazer a campanha com político novos", disse o deputado. "As pessoas não estão preocupadas com isto. É o importante é que estamos ganhando as bases".

Para o deputado Delfim Neto (PDS-SP) a ascensão de Collor de Mello demonstra que a sociedade brasileira não tem partidos. "Tem o moralismo pequeno-burguês", observa. Ele localiza o fenômeno Collor diretamente nas massas, passando por cima dos políticos. "Se for precisar deles, ele cai nas pesquisas", completou o ex-ministro. Delfim Neto, que acha João Quadros mais candidato do que nunca, correndo no mesmo espectro político-ideológico de Collor, fez uma brincadeira: "Mande dizer ao Jânio que tem uma raposa no galinheiro dele."

01-01

890541

028

ZERO HORA — Domingo, 27.01.89 — Alavente 18

PDT divide País em seis regiões para a campanha

Leonel Brizola irá mais a São Paulo e Minas Gerais

O PDT vai dividir o País em seis regiões, para incrementar a campanha de Leonel Brizola, que será lançada na convenção nacional de dia 28 em Brasília, na presença de pelo menos 20 mil militantes e simpatizantes da sua candidatura. É o que diz o secretário-geral do partido Alceu Collares, que acaba de retornar de roteiro pela Bahia, Minas Gerais e São Paulo, onde preparou o lançamento da campanha brizolista.

As regiões pedetistas, conforme explica Collares, diferem um pouco das que figuram no mapa brasileiro. Segue a divisão política no Norte, Nordeste e Sul. Mas terá particularidades no Rio de Janeiro, que englobará o estado do Espírito Santo. Minas e São Paulo serão consideradas regiões independentes. "Nestes dois Estados, Brizola irá com mais frequência, onde intensificará o corpo-a-corpo para suprir a falta de quadros partidários".

Nesta segunda-feira, no Rio, a Executiva terá reunião em horário intensivo para definir todo o programa da campanha que será lançada na convenção nacional em Brasília. As orientações serão repassadas aos trabalhistas no sábado, em Brasília, durante seminário do partido, com lideranças regionais de todo o País. "Temos preparadas mais de 60 peças de material de propaganda, além do manual de mobilização da campanha e do manual de fiscalização".

Sobre o desempenho do governador de Alagoas nas pesquisas eleitorais, que tirou 12 pontos de diferença de Brizola, na última prévia divulgada pelo IBOPE, o secretário-geral do PDT, assegura que "se trata de uma nave em passeio". Com base na sua experiência eleitoral, julga o pleito presidencial "uma prova de resistência e não de velocidade".

F. B.

01.01

8905417



Dissidências no PMDB serão poucas

Partido tenta ir unido para a eleição, mas ainda não confirmou o candidato à vice-presidência

Por VALÉRIO BRITTO
Bella/2H

O quadro sucessório começou a ser definido depois que o deputado Ulysses Guimarães foi escolhido candidato oficial do PMDB à Presidência da República. Figura que se confunde com a própria história do MDB e do PMDB, Ulysses ainda não conseguiu unir todo o partido em torno de sua candidatura. Apesar disso, as esperanças dissidências peemedebistas, que apoiariam candidatos de outros partidos, se acontecerem, não serão tão grandes quanto previsto.

Ulysses Guimarães para presidente, com o governador Waldir Pires para vice, é considerada a chapa ideal para unir os liberais e progressistas do partido. A mesma coesão deve ocorrer se o companheiro de chapa de Ulysses for outro progressista, como o presidente em exercício do PMDB, Juracy Vasconcelos. Como Waldir deve aceitar ser o vice e os moderados estão sendo aliados do processo, a corrente majoritária do partido, que formou a chapa Compromisso, deve seguir unida.

"Se a convenção tivesse escolhido o ministro Iria Resende ou se Ulysses fosse aprovado como candidato sem assumir os compromissos progressistas, agora estaríamos abrindo dissidências a favor de Mário Covas (PMDB)", afirmou o deputado Antônio Brito (PMDB-PA), assegurado que waldiristas e ulysseistas vão marchar unidos na corrida sucessória. "O PMDB está unido em torno de Ulysses e de um programa progressista de governo", completa o líder do partido na Câmara, deputado Ivoen Pinheiro (PA).

Além de Covas, deixam de receber adesões

peemedebistas os candidatos do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e do PDT, Leonel Brizola. Até o deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que permanece em seu partido mas apóia Lula, acha que não conseguirá novos peemedebistas para aderir à campanha do PT. Com o tempo, também os governadores que ainda não se dispuseram a entrar firme na campanha de Ulysses devem apoiar o candidato do PMDB.

Sobrevivência

O acerto dentro do partido se fará até por uma questão de sobrevivência, pois todos já pensam na sua própria eleição em 1990. O PMDB ainda tem esperança de receber a adesão dos governadores Henrique Santillo (GO), Geraldo Mallo (RN), Tasso Jereissati (CE), Max Mauro (ES) e Carlos Bezerra (MT), para fazer de um deles o vice de Mário Covas, como anunciou o deputado Wilson Sousa (PMDB-SC). Entretanto está difícil de se concretizar, pelo menos em sua totalidade.

O governador de Paraná, Alvaro Dias, que disputou a indicação de candidato do PMDB à sucessão e perdeu, já esteve para brisolar, mas deve permanecer no partido. Por enquanto, ele não está pedindo votos a Ulysses, mas tudo é uma questão de tempo, até porque Alvaro tem dificuldades com o PDT em seu estado. O governador Newton Cardoso, de Minas Gerais, igualmente deve trabalhar por Ulysses, principalmente se Waldir for vice. Desta forma, progressistas e liberais do PMDB devem, em sua maioria, permanecer unidos.



Ulysses e Waldir: a sobrevivência ideal?

01.01

8905418

088



Waldir já aceita ser o vice de Ulysses

Ele acertou detalhes com Archer e deve se desincompatibilizar na sexta

O governador da Bahia, Waldir Pires, aceita ser candidato a vice do deputado Ulysses Guimarães à Presidência da República. Num telefonema para casa do deputado federal Fernando Gasparian, sábado à tarde, Waldir, de Salvador, acertou, em uma conversa de 15 minutos, os detalhes com o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, que se encontrava na casa do deputado. Provavelmente na sexta-feira, o governador anuncia publicamente sua desincompatibilização.

"O Waldir é a coloração progressista que está faltando para a campanha de Ulysses", disse o deputado federal Fernando Gasparian, que revelou a conversa mantida entre o governador baiano e o ex-ministro Renato Archer. O candidato do PMDB, que voltava de Juréia, de uma inauguração de um posto de fiscalização da polícia florestal na Serra da Juréia, em Peruiçu, litoral sul de São Paulo, não chegou a conversar com Waldir Pires.

Reunido

Reunido com um grupo peemedebista, na casa de Gasparian, ele começou sábado à tarde a traçar os pontos básicos de sua campanha à Presidência, já com a certeza de que a questão do candidato a vice está definida. "O Waldir só precisa dar uma



Waldir Pires será o vice

saatificação ao povo baiano" disse Gasparian.

Após encontro na casa do deputado, na rua Costa Rica, Jardim Europa, Zona Sul da capital, compareceu um grupo de cerca de 30 peemedebistas. Ficou estabelecido que a estratégia principal da campanha será coibir do governo Sarney o cumprimento da nova Constituição, uma sugestão de Ulysses Guimarães, que acha que o PMDB foi o autor de uma Carta, cujos princípios não estão sendo obedecidos. A campanha de Ulysses e Waldir Pires, segundo Gasparian, deverá ser montada basicamente num confronto com o Governo Federal.

"Nós achamos que o Governo está mais preocupado com os banqueiros internacionais e nacionais. O País parou de funcionar. Está parado e não consegue segurar a infla-

ção ou impedir a exportação de capital nacional para o exterior".

Na opinião do deputado, "ninguém mais investe na economia nacional". "O senador Severo Gomes chegou a dizer que se uma esposa descobrir que o marido está investindo numa plantação de batatas briga com ele. Ela vai querer que ele aplique o dinheiro na poupança", relatou o deputado Gasparian. Também por sugestão de Ulysses Guimarães, o PMDB vai levantar a bandeira dos salários que, segundo ele, "estão hoje num patamar ridículo". (AJB/AG)

Fla
24 8/5/89

Sarney nos festejos da posse de Rodriguez

Por FERNANDO LADERA
Buenos Aires

O presidente José Sarney viaja, hoje pela manhã, a Assunção, para assistir à posse do novo presidente do Paraguai, general Andrés Rodríguez - substituto do ex-ditador Alfredo Stroessner - comandante do golpe de início de fevereiro e confirmado nas eleições diretas de 1º de maio. Sarney e comitiva terão oportunidade, ainda, de sentir as ânsias das autoridades paraguaitas em relação à manutenção da boa relacionamento diplomático existente à época do general Stroessner. Isto porque o grupo que está no poder, atualmente e historicamente, sempre manteve melhores relações com os argentinos, especialmente com os peronistas.

Sarney chega a Assunção às 18h30min, após passar dois dias na fazenda Boas do Sul, de Matias Machi, em Campinas. Após as honras mili-

tares no aeroporto internacional, o presidente brasileiro e comitiva se deslocarão para o Congresso Nacional recém-eleito e empossado na última sexta-feira - onde o general Andrés Rodríguez será empossado oficialmente pelo presidente da Suprema Corte de Justiça (equivalente ao Supremo Tribunal Federal), José Alberto Correa. Para a posse do dirigente máximo paraguaio estarão presentes, além do presidente brasileiro, os presidentes do Uruguai, Julio Sanguinetti, e da Argentina, Raúl Alfonsín. Dorothy Bush, filha do presidente norte-americano George Bush, representará o pai chefiando a comissão diplomática. Outros países latino-americanos, europeus ou asiáticos mandarão representantes à cerimônia.

Corimônia

Após a sessão solene no Congresso Nacional, será realizado o Te Deum (cerimônia solene para a ocasião) na

catedral da capital paraguaia, às 18h15min. Em seguida, os convidados e autoridades dirigem-se ao palácio do governo, onde assistirão ao desfile militar (o general Rodríguez continua, ainda, na ativa, apesar de ser presidente do país) e após a parada haverá o almoço em comemoração da posse do novo presidente.

José Sarney volta a Brasília após o almoço, partindo de Assunção às 18h e chega à capital federal às 18h30min, na base aérea. Fazem parte de sua comitiva os ministros de Minas e Energia e Gabinete Militar, respectivamente, Vicente Fialho e Rubens Rayma Dany, o governador de Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, o senador Saldanha Derzi, o presidente da Eletrobrás, Mário Belring, e o diretor-geral da Itaipu Binacional, Ney Braga. O chanceler Abreu Sodré não poderá viajar, devido a problemas nas cordas vocais, e será substituído pelo chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, José Nogueira Filho.

24/11/83. Fax (22.11)

01.01

8905428

087

Moderados decidem hoje não apoiar candidatos do partido

O grupo moderado do PMDB reúne-se hoje, em Brasília, para aprovar um manifesto declarando-se independente em relação a candidatura de seu partido à Presidência da República, representada pela chapa Ulysses Guimarães e Waldir Pires. Apesar de alguns dos integrantes do grupo defenderem o apoio a candidaturas como as de Fernando Collor ou Jânio Quadros, os moderados não deverão, contudo, apresentar apoio a nenhum outro candidato nesse documento, preferindo aguardar até o fim de mês para qualquer definição.

O manifesto do grupo, que estava sendo elaborado ontem à tarde por um grupo de deputados e que será discutido hoje na reunião, afirma ainda que os moderados não devem tomar nenhuma decisão precipitada e nem cair na "estagnação política".

A declaração de independência em relação a candidatura Ulysses é inevitável, segundo explicaram participantes do grupo, em razão da rejeição do governador Waldir Pires ao apoio deste segmento do partido. Mas os moderados preferem aguardar mais notícias no quadro necessário para fazer sua opção e alguns, como o candidato derrotado na convenção do PMDB, ministro da Agricultura, Irls Rezende, ainda defendem o apoio a Ulysses por obediência a compromissos partidários. (AG)

F. J. O. C.

24-16/5/89

SUCESSÃO

União nacional? O PMDB não admite

Por GUSTAVO KRIEGER e CARLOS SAYO
Edição Política/ZH

O PMDB pode fazer alianças com outros partidos ainda no primeiro turno das eleições. A informação foi dada ontem, em Porto Alegre, pelo próprio candidato do partido à Presidência da República, Ulysses Guimarães, que admitiu "um namoro" entre seu partido e o PTB, mas não informou "se vai haver casamento", alegando que as negociações ainda estão em fase preliminar. Apesar da vontade de fazer alianças, Ulysses negou qualquer possibilidade de formar um governo "de união nacional", se for eleito, argumentando que este tipo de governo dilui os programas partidários e não é capaz de implementar as reformas necessárias.

Otimista, Ulysses chegou a prever uma vitória no primeiro turno, dizendo que "se o empolgamento popular que estamos sentindo com nossa candidatura continuar, isto será possível, embora difícil". Ele diz não se preocupar com a candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN), afirmando que "esta febre já passou". Para ele, a ascensão de Collor se devia a uma conjuntura especial, que se agitou com a definição das outras candidaturas.

Em uma referência velada ao crescimento vertiginoso de seu adversário nas primeiras pesquisas, advertiu que "em política não existem saltos" e disse preferir uma trajetória mais lenta e segura, lembrando o velho ditado segundo o qual "devagar se vai ao longe".

Ulysses se preocupou muito em garantir que sua candidatura já decolou e que o PMDB está fechado em torno de seu nome. Ele lembrou

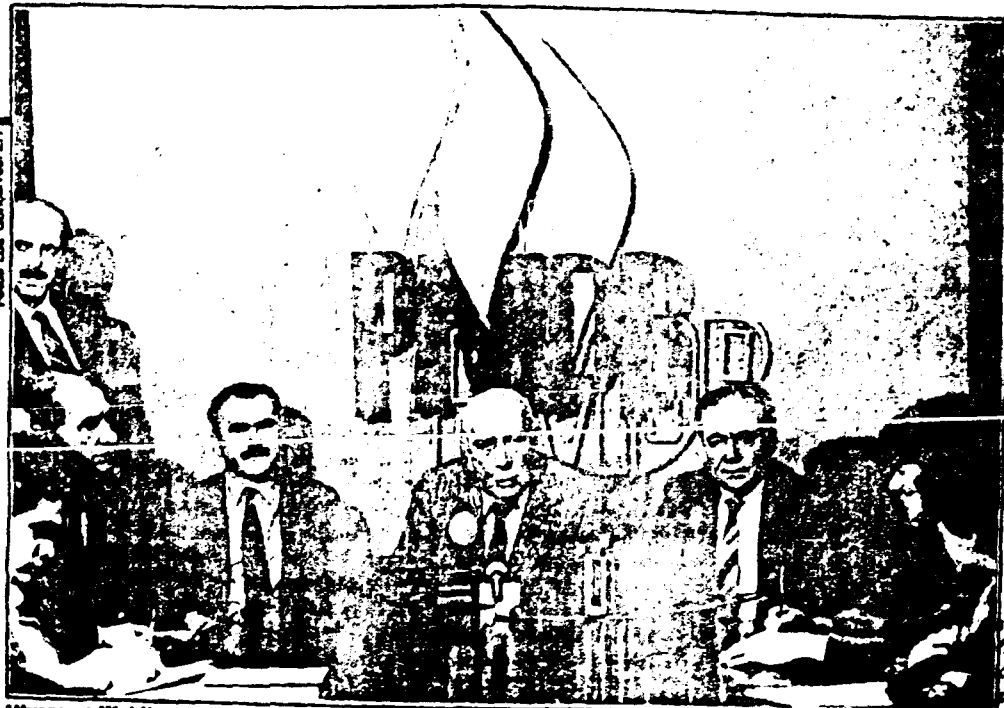
Ulysses aceita aliança com outros partidos. Mas não pretende fazer governo de união nacional, se eleito

o início do final de semana no interior da Bahia, onde participou mais de 40 mil pessoas e a recepção que teve ao chegar em Porto Alegre, dizendo que os dois atos mostram que o apoio popular à sua candidatura está crescendo. "Se estas demonstrações de apoio não são uma decolagem, não sei o que são então", desabafou o deputado.

Durante a entrevista, Ulysses se preocupou em separar as imagens do PMDB e do Governo Federal, dizendo que a responsabilidade do PMDB com o Governo se encerrou em março de 1988, quando o presidente José Sarney deixou o ministério formado por Tancredino Neves. Ele admitiu a existência de "filiação ao PMDB" ocupando ministérios, mas garantiu que não se tratam de nomes referendados pelo partido. O candidato chegou a se irritar com as perguntas sobre o assunto, dizendo que "eu não me chamo José Sarney e fui apenas presidente da Câmara Federal".

Apoio Parlamentar

"Se o próximo presidente da República não tiver uma sólida base parlamentar, corre o risco de ver o seu governo perder a estabilidade, como aconteceu com o Governo Sarney", advertiu Ulysses Guimarães, dizendo que o maior erro do atual presidente foi exatamente a perda de diálogo com o Congresso Nacional. Além de enfatizar a necessidade de um entrosamento entre o Governo e o parlamento, Ulysses aproveitou para lembrar que o PMDB é o partido com maior número de parlamentares e "o único que poderia dar ao presidente a sustentação política necessária".



Ulysses e Waldir na entrevista coletiva: "União nacional difere o programa das partidas"

Entusiasmado, Ulysses já prevê vitória no 1º turno

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, ficou entusiasmado com a recepção que teve no aeroporto Salgado Filho, ao chegar a Porto Alegre, ontem, pouco antes do meio-dia. Desde o início da manhã, centenas de peemedebistas de todo o Estado esperavam o candidato com faixas e cartazes lembrando a atuação de Ulysses como líder da resistência ao regime militar. Empolgado com a recepção, o candidato chegou a falar na possibilidade de vencer as eleições ainda no primeiro turno, "se as coisas continuarem melhorando".

Mas o clima festivo da recepção não evitou alguns constrangimentos. O maior deles ocorreu quando o candidato atravessava o saguão do aeroporto em direção à Sala VIP, onde seria recepcionado pelas autoridades estaduais e direção do PMDB: os alguns gritos

pelos ulyssistas não conseguiram encobrir uma vaia das pessoas que esperavam seus aviões. Ulysses evitou outro possível constrangimento, quando chegava ao Palácio Piratini para almoçar com o vice-governador Sivaldo Guazzelli. Algumas centenas de professores estaduais em greve o esperavam para um sinetapa, mas ele entrou pela porta lateral, evitando o confronto.

A chegada de Ulysses a Porto Alegre, prevista para as 9 horas, teve atraso de quase três horas, por falta de teto no aeroporto Salgado Filho. A espera por condições de pouso obrigou o candidato peemedebista a fazer uma escala em Curitiba, onde ele mais uma vez deu provas de sua expertise política. Aproveitou a parada para uma reunião com o governador paranaense Alvaro Dias, um dos que têm mostrado resistência à sua candidatura. Depois da conversa, Ulysses afirmou que Dias não apenas o apoiava como vai organizar uma grande concentração a seu favor, ainda este mês.

Concentração

O atraso de Ulysses não prejudicou a recepção que os peemedebistas prepararam no aeroporto. O saguão lotou com a presença de representantes de diretórios de várias regiões do Estado. A maioria dos deputados estaduais esteve presente, assim como a cúpula do governo estadual, representada pelo vice-governador Sivaldo Guazzelli, vários secretários e dirigentes de diversas empresas estatais. A recepção em Porto Alegre foi a continuação da estratégia que o comando da campanha do PMDB vem empregando, de fazer o partido fechar em torno de sua candidatura antes de começar a campanha de rua. E o PMDB gaúcho fez o que pôde para mostrar unidade em torno de Ulysses, levando todos os segmentos do partido para receber o candidato.

Comando está mais animado

Ulysses Guimarães almoçou, ontem, na ala residencial do Palácio Piratini com o vice-governador Sivaldo Guazzelli, que representou Pedro Simon, recolhido em casa devido a uma gripe muito forte. O alto comando peemedebista nacional e regional esteve reunido e fez uma avaliação deste início de campanha, constatando que a militância partidária começa a engajar-se na campanha de Ulysses.

Para os peemedebistas, o partido superou a fase crítica surgida logo depois que foi oficializada a escolha de Ulysses e Waldir Pires. Em algumas semanas, depois de uma avaliação mais profunda dos rumos que a campanha pode tomar, e levando em conta até mesmo análises surgidas em outros partidos, os peemedebistas chegaram à conclusão de que seu candidato "tem condições de chegar ao segundo turno". Poucos acreditam que a candidatura Collor tenha condições de se sustentar com os atuais índices até o final da campanha. Ulysses deverá, dentro desse contexto, tornar-se uma alternativa cada vez mais viável, com apoios obtidos em áreas onde é possível aumentar a penetração da candidatura, sem comprometer sua credibilidade.

Estiveram no Piratini José Fogaça, Iben Pinheiro, Nelson Jobim, Jarbas Vasconcelos, Luís Henrique, César Schirmer, Léllo Souza, Antônio Lorenzi, Constantino Picarello, Glênio Scherer e Roberto Kunzel. Ulysses e Waldir reuniram-se a portas fechadas com Schirmer e Guazzelli.

Visita

Os dois candidatos e demais lideranças partidárias saíram diretamente para a casa do governador Pedro Simon, que lamentou não estar em condições de participar da programação, manifestando a convicção de que Ulysses tem tudo para chegar à vitória. Daí, a comitiva seguiu para a Assembleia Legislativa e, com o presidente Gláucio Scheffer, Ulysses conversou sobre política e disse ter sentido que a mobilização partidária vem aumentando, já que diversos deputados da bancada estadual fizeram questão de tirar fotos com ele, para preparar material de campanha a ser distribuído em suas regiões.



Candidato não escapa do tradicional churrasco

Candidato fala aos prefeitos

A defesa do municipalismo foi o principal ponto do discurso de Ulysses Guimarães aos prefeitos gaúchos ontem, no Congresso Estadual de Municípios, quando ressaltou a descentralização política e financeira determinada pela Constituinte que presidiu, mas advertiu os prefeitos de que "não será possível resolver os problemas dos municípios sem encontrar soluções para a crise econômica do País". Durante uma hora, Ulysses detalhou suas propostas de governo para várias áreas, conseguindo aplausos dos prefeitos presentes, em vários momentos.

Em tom didático, lembrou aos prefeitos que a Constituinte favoreceu bastante as ações e municípios através da descentralização política e tributária. Ele disse que o Governo Federal pressionou muito contra a aprovação destas reformas, recordando a afirmação do presidente José Sarney de que o País se tornaria "jagotopre" com a sua Carta

"O País estava se tornando inviável era por culpa do Governo", respondeu ele.

O candidato peemedebista advertiu que não será possível resolver os problemas dos municípios sem propostas para a crise econômica global do País e destacou a dívida externa como um dos principais problemas nesta área. Ele também colocou como meta a retomada do crescimento a níveis anuais de 5% do PIB, dando ênfase ao fortalecimento do mercado interno.

Ao responder a perguntas dos prefeitos, ao final de sua palestra, Ulysses preferiu não abordar uma questão específica sobre educação, dizendo que o assunto está sendo discutido por seu grupo de apoio e ainda não há uma posição fechada a respeito. Em outra questão, quando o assunto era a Previdência Social, preferiu deixar a resposta ao seu companheiro de chapa, Waldir Pires, que foi ministro desta área.

Azar, único vínculo com Sarney, diz Pires

"Sarney não tem nada a ver com o PMDB, nem nunca teve." A afirmação é do candidato do PMDB à Vice-Presidência, Waldir Pires, para quem o envolvimento entre o seu partido e o presidente da República se limita "ao azar que tivemos quando faleceu o doutor Tancredino Neves e ele assumiu em seu lugar". O ex-governador baiano, que acompanha Ulysses Guimarães na visita ao Rio Grande do Sul, voltou a insistir na necessidade do PMDB se desvincular do Governo Federal na campanha para as eleições deste ano.

A possibilidade de que o PMDB faça acordos com outros partidos políticos ainda no primeiro turno não chega a entusiasmar Waldir, para quem estes acordos devem acontecer somente no segundo turno. Mesmo admitindo a vantagem de iniciar imediatamente conversações a este respeito com partidos "que tenham os mesmos objetivos" da chapa peemedebista, ele considerou extremamente difícil qualquer composição ainda no primeiro turno "porque qualquer partido que tenha possibilidades não vai retirar sua candidatura antes de testar suas chances".

Waldir Pires não revelou quais partidos poderiam se compor com o PMDB, preferindo dizer que a necessidade é de "busca de afinidades políticas, antes de discutir nomes ou siglas". Mas admitiu a possibilidade de buscar o apoio de dissidências de outros partidos que não estejam satisfeitos com seus candidatos.

PSB ameaça romper com Lula

O PSB não aceita a indicação pelo PT do vice-presidente na chapa de Luís Inácio Lula da Silva e pode até lançar candidatura própria e romper com a Frente Brasil. A decisão foi tomada ontem no encerramento do II Congresso Nacional do PSB no plenário lotado da Câmara Federal. Em nota aprovada pela Comissão Executiva do partido, o PSB afirma que "a manutenção da Frente Brasil Popular formada por PT, PSB, PC do B e PV implica em uma chapa de candidatos a presidente de partidos diferentes". Para o presidente do PSB, Senador Jamil Haddad (RJ), o partido "tem de defender seu direito de indicar o vice".

"Nós damos ao PT até o direito de veto, mas não de decisão. Não aceitamos que as bases do PT indiquem o vice, pois isso inviabiliza a Frente", disse o deputado Ademir Andrade (PA). Enquanto do lado de fora do plenário, militantes vendiam camisetas e "bottons", dentro do plenário, cercados por taboas, pe-

dindo o filólogo Antônio Houaiss para vice de Lula, delegados de diversos estados aprovaram uma moção ameaçando romper a frente. Segundo a proposta aprovada, a formação da Frente Brasil, "uma iniciativa do PSB", depende de que a escolha do vice seja tomada por um colegiado dos três partidos (PSB, PCdoB e PV) que não indicaram o candidato a presidente.

Se a decisão não alcançar o consenso, segundo a moção, a Frente Brasil, excluído o PT, escolherá o vice por maioria simples. Uma emenda do deputado João Hermann (SP) estabeleceu que, na impossibilidade de se manter a Frente Brasil, o PSB realizará um Congresso extraordinário, em data a ser fixada pela Executiva do partido, para lançar candidato próprio ou mesmo discutir uma aliança com outros partidos. O Congresso decidiu manter em Brasília sua convenção do dia 25, rejeitando a proposta de que a reunião fosse em São Paulo. (AJB)

PT interessado no apoio de Arraes

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, mostrou-se, no sábado, interessado em conversar com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para obter apoio a sua candidatura. Arraes vem emitindo sinais ao PT de que pode embarcar na campanha de Lula e, inclusive, reuniu-se durante a semana, em Brasília, com o deputado Luiz Gushiken, presidente do Diretório Nacional petista. Lula, que participou sábado de um encontro com sindicalistas em apoio a sua campanha, no palácio das convenções do Anhembi, em São Paulo, considera difícil o rompimento de Arraes com o PMDB, mas não descarta totalmente essa hipótese e considera o possível apoio "muito bem vindo".

Ao lado de Lula, o deputado Gushiken disse que Arraes não tomou ainda qualquer decisão, mas mostrou interesse em "continuar conversando". Lula, da mesma forma, demonstrou o desejo de levar adiante as negociações nesse sentido, mas ainda não há qualquer encontro entre os dois políticos programado para os próximos dias, assegurou.

Pesquisas

Lula comentou a contínua ascensão de Fernando Collor de Mello nas pesquisas, lembrando aos repórteres que já previra esse crescimento na primeira fase da campanha. No entanto, previu a queda de Collor nas próximas semanas "porque sua candidatura foi construída em cima de bases falsas, não tem sustentação teórica e nem conteúdo político". O candidato petista assegurou que esse avanço do ex-governador de Alagoas não o preocupa e considerou impossível alguém ser vitorioso em qualquer campanha "agindo como uma camaleão, pois de dia fala uma coisa dos empresários e dos militares, por exemplo, e à noite faz outra diferente".

Irritado, Lula evitou comentar a visita de sua ex-noiva, Miriam Cordeiro Rosas, ao comitê de Collor em São Paulo, na sexta-feira. Disse que perguntas nesse sentido deveriam ser dirigidas a ela, "pois é simplesmente uma eleitora, como outros 80 milhões de brasileiros". O candidato petista afirmou ainda que "nenhum brasileiro" acredita no discurso de Ulysses Guimarães, do PMDB, "ao tentar parecer um oposicionista". (AG)

028

01. AMIGOS - JARI - 1984 - 1985
POLÍTICA

Bases do PDT querem apressar a campanha

Crescimento contínuo do candidato do PRN está preocupando

24/12/85
S.

A Executiva nacional do PDT irá avaliar hoje no Rio, na reunião semanal, a vantagem que Fernando Collor de Mello conseguiu em relação à candidatura do ex-governador Leonel Brizola. Há pressão de alguns integrantes da Executiva para que Leonel Brizola inicie o mais rapidamente sua campanha, viagens e comícios. O deputado federal, César Maia (PDT-RJ), analista de pesquisas do partido, reconhece ontem que as bases partidárias estão alarmadas com a vantagem de Collor e cobrando dos coordenadores da campanha uma reação e uma estratégia contra o crescimento do PRN.

"Não podemos e não vamos fazer uma campanha eleitoral voltada contra um candidato", esclareceu César Maia. Ele acredita que o fenômeno Collor de Mello poderá ser desfeito pela maneira co-

mo surgiu: através da opinião pública. "Devemos dar ao eleitor informações sobre quem é Collor de Mello e deixar que a opinião geral seja revista", disse. Maia admitiu que o eleitor não está tendo atitude passiva diante da candidatura Collor, mas assumindo-a em plásticos e camisetas.

Aureliano se irrita

Embora reconhecendo que segmentos do eleitorado tendem a votar influenciados pelas pesquisas de opinião, o ex-ministro Aureliano Chaves, candidato do PFL, recorreu ontem, em Belo Horizonte, aos resultados das urnas para eleição em Pernambuco, em 1988, quando o ex-governador Roberto Magalhães detinha 64% das preferências e não foi eleito de prefeito de Recife, mais recentemente,

de São Paulo, para garantir que a pesquisa do Ibope publicada por O Globo, registrando liderança absoluta para Collor, não projeta o resultado da sucessão presidencial.

Irritado, Aureliano Chaves ironizou: "Se continuar assim não precisaremos mais da Justiça Eleitoral porque os candidatos serão diplomados pelos institutos de opinião". Ele disse que se está procurando transformar o resultado das pesquisas em uma equação matemática, uma "exponencial pura", como se fosse definitiva.

Apesar das críticas, o ex-ministro garantiu que não está preocupado com a pesquisa do Ibope que lhe dá modestos 2% nas preferências dos eleitores. Ele assegurou que o quadro sucessório ainda não está definido, com as campanhas dos candidatos ainda em compasso de espera de acertos finais. (AE-AG)

Vetos de Sarney podem dar vantagem a Collor

Líderes partidários traçam estratégia para tentar impedir

Os cinco vetos do presidente da República à lei eleitoral que regulamentará a sucessão presidencial permitirão ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, recrutar quantas siglas de ocasião quiser para reforçar seu apoio partidário rumo ao Palácio do Planalto e eleger-se com maior elenco de partidos que um candidato jamais apresentou. Receando isso, os líderes partidários com representação no Congresso se reúnem segunda-feira para estudar a derrubada dos vetos de Sarney, e sexta o primeiro vice-presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, anunciou que será fácil reunir a maioria absoluta para anular a decisão do presidente. "Esses vetos são inexplicáveis, sobretudo o que permite o registro de candidato de partido provisório e sem um só representante no Congresso."

É o que acaba com o limite de tempo para filiação partidária. Isso vai permitir uma infundável dança partidária", disse Inocêncio Oliveira. "Isso vai propiciar é a balbúrdia". comentou o deputado Ulysses Guimarães, candidato do PMDB. Os vetos de Sarney pegaram de surpresa os congressistas, porque a maioria esperava que ele interferisse na lei apenas para permitir que as pesquisas de opinião fossem divulgadas até o dia 15 de novembro, e não impedidas 30 dias antes, como determina a lei, flagrantemente inconstitucional nesse ponto, na opinião do presidente do Tribunal Superior eleitoral. Outro veto considerado inexplicável pelo deputado Inocêncio Oliveira foi o que acabou com a possibilidade de os brasileiros praticarem o voto em trânsito. O presidente vetou o artigo por entender que ele facilitaria a fraude.

Inocêncio Oliveira diz que, na era do computador, é impossível que o serviço de informática do TSE esteja inabilitado para computar os votos sufragados em trânsito no Brasil e nas embaixadas brasileiras no exterior. Seu entendimento é de que todos os vetos serão derrubados ampara-se no fato de que a Lei Eleitoral foi fruto de um amplo acordo entre as lideranças partidárias. Sua estimativa é a de que até o dia 15 de junho os vetos estarão derrubados. Para que isso aconteça, a maioria absoluta dos deputados e a maioria absoluta dos senadores terão que deliberar nesse sentido numa sessão do Congresso Nacional.

O primeiro vice-presidente da Câmara, apesar de espantado com os vetos de Sarney, não os atribuiu a uma provação. "O presidente tem um apoio tão fraco no Congresso que não ousaria provocar os parlamentares", disse Inocêncio. Também sem entender a razão dos vetos, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) disse que, em parte, eles se explicam pela disposição de Sarney em ajudar os moderados do PMDB - os parlamentares que apoiavam a candidatura de Íris Resende e que foram derrotados por Ulysses. Com a liberdade do registro de candidaturas e a possibilidade de filiar-se a qualquer partido, os moderados estarão à vontade agora para lançar novos candidatos e até inventarem novas siglas.

Outro veto de Sarney, o que permite ao candidato derrotado numa convenção popular de partido para tentar outra, beneficiando candidatos como Ronaldo Caiado e Antonio Ermírio de Morais. Caiado está na iminência de perder a convenção do seu partido - o PDC - e na ocorrência dessa previsão poderia tranquilamente pular para uma legenda de aluguel, a fim de ter êxito. Antonio Ermírio de Morais poderá fazer a mesma coisa, e era hoje o nome mais lembrado no Congresso, principalmente para ser recrutado como vice-presidente em alguma chapa.

O deputado Egidio Ferreira Lima (PSDB-PE) gostou particularmente do veto de Sarney ao artigo 8º da Lei - o que limitava em 15 de maio as filiações partidárias. "Todo candidato que ainda não escolheu o seu vice se beneficia rá desse veto porque ganhará mais tempo e mais alternativas. "Antonio Ermírio, por exemplo, poderá agora ser vice", comentou Egidio. Na liderança do PDT, a possibilidade de proliferação de novas siglas partidárias deixou contentes os seguidores de Brizola. "Agora, o Fernando Collor de Mello ganha uma imagem mais nitidamente de direita e polariza melhor com o Brizola, que é o único candidato realmente de esquerda", disse o deputado Amaury Muller. "Se esses vetos não forem derrubados, o candidato a ser eleito no dia 15 de novembro terá dezenas de partidos em sua retaguarda, mas está órfão de pai e mãe. Vamos voltar à crise de 64", alertou o deputado Jorge Arbage. (AJB).

098

POLÍTICA

ZERO HORA — Sexta-feira, 27.04.67 — PÁGINA 171

Sancionada a lei que regula o pleito

O presidente José Sarney sancionou, ontem, com cinco vetos, a lei que vai regular o pleito presidencial. A proibição de divulgação de pesquisas, 30 dias antes do primeiro turno e dez dias antes do segundo, foi mantida. Esta posição foi justificada pelo presidente, como um desejo de não arbitrar uma pendência entre os poderes Judiciário, que tem decisão favorável às pesquisas, e o Legislativo, contrário. Entretanto, a palavra final sobre a questão ficará com o Judiciário, pois o Presidente vetou o artigo 30º e que permitia aos partidos políticos o direito de recurso às decisões do TSE. Sem o veto, o Tribunal Superior Eleitoral decidirá sobre a divulgação das pesquisas. O presidente envia hoje ao Congresso Nacional a lei sancionada.

Os vetos são os seguintes: o artigo 4º, que limitava o direito de lançamento de candidatos aos partidos com registro provisório, desde que tivessem representação parlamentar; o artigo 8º, que fixava em 15 de maio a data limite para o candidato estar filiado em um partido político; o parágrafo 3º do artigo 17º, retirando a competência das direções nacionais dos partidos delegarem as direções regionais a distribuição dos horários de propaganda gratuita; o artigo 20º, que permitia ao eleitor votar mesmo que não se encontrasse em seu domicílio eleitoral; o artigo 30º, que assegurava aos partidos o direito de recursos contra as decisões do TSE.

O Presidente explicou os vetos para os jornalistas, em seu gabinete, destacando que sua apreciação não envolveu aspectos políticos, mas questões jurídicas e restrições constitucionais. Esclareceu que este ponto de vista prevaleceu, quando não acolheu sugestões de veto às convenções realizadas antes da aprovação da lei, como a do PMDB, e que, segundo o ministro da Justiça, Oscar Corrêa, deveria ser convalidada por nova convenção. A mesma postura foi adotada quanto à prorrogação do prazo para a apresentação de programas nacionais dos partidos, de duração de uma hora.

01.01

8905437

98

Coisas da Política

O que une Sarney a Collor

Ricardo Noblat

Um amigo sincero do presidente José Sarney aconselhou-o no início do ano: "Se não puder ganhar a eleição de novembro, não a perca". Ganhar a eleição significaria Sarney eleger ou ajudar a eleger o sucessor. Perder a eleição seria, por exemplo, o presidente apostar em um candidato e dar outro. Ou se opor à eleição de um determinado nome e vê-lo eleito mais tarde. Não seria boa coisa para ele.



A 15 de janeiro último, ao desembulhar o Plano Verão contra a inflação, Sarney imaginou que ele poderia vir a dar certo — e, dando, restabelecer a capacidade do governo de influir na escolha do próximo presidente da República. Operou-se a mágica de, subvertendo o calendário gregoriano, espichar o mês de janeiro, para efeito do cálculo da inflação, e diminuir o já reduzido mês de fevereiro.

A inflação de janeiro foi gigantesca. Alegou-se que ela incorporara aumentos de preços autorizados antes e depois da divulgação do plano. A inflação de fevereiro foi magra. Nada se alegou. As vozes oficiais declararam que ela era uma prova evidente de que o governo conseguira deter o processo de descontrolado dos preços. De imediato, Sarney animou-se a interferir no processo de indicação do candidato do PMDB a presidente.

Inspirou os moderados a baterem chapa com Ulysses e a esquerda para a eleição do novo Diretório Nacional do partido. Deu corda, mais tarde, à aspiração do ministro Iris Resende, da Agricultura, de disputar contra Ulysses a indicação para candidato à sucessão. Na última hora, ao constatar que Iris seria derrotado, tentou atrair o governador Orestes Quêrcia para sair candidato contra Ulysses ou com o apoio dele.

Não desistiu de querer influir na eleição do seu sucessor nem depois que todas essas coisas deram erradas: cogitou de montar uma chapa com o ex-prefeito Jânio Quadros na cabeça e Iris na vice. Iris escapou. O Plano Verão fez água — como fizeram antes o Plano Cruzado, o Plano Bresser Pereira e o

"feijão-com-arroz" do ministro Mailson da Nóbrega, que por não ser nada, não teve nome de plano.

Jânio enxergou mal o quadro político do país e acabou, precocemente, afastado do páreo presidencial. Uma pena. Ele poderia tornar tudo muito mais divertido. Sarney ficou sem candidato, sem plano contra a inflação, sem nada que possa vir a lembrar, mesmo que vagamente, uma política econômica coerente — e ainda teve de assistir à ascensão nas pesquisas sobre intenção de voto da candidatura do ex-governador Collor de Mello.

Por enquanto, não descobriu ainda o que fazer. Quando descobrir, pode estar certo de que o que fizer dará errado. Enquanto não descobre, abre uma brecha na legislação por onde poderá vir a passar, mais adiante, um novo candidato à sucessão que ele não tem a mínima idéia, no momento, de quem poderá ser — e declara, repete e torna a declarar que adotará a postura de magistrado em relação à eleição de novembro.

Com discrição, alguns dos seus auxiliares e amigos mais próximos começaram a "collorir". O ministro Antônio Carlos Magalhães considera um desrespeito perguntarem se ele está ou poderá vir a "collorir". Digamos que ele não está — aderem à candidatura de Collor de Mello as bases políticas do ministro na Bahia, à frente o filho dele, o deputado Luiz Eduardo Magalhães, que jura por todos os santos que não irá "collorir".

Empresários do eixo Rio-São Paulo com amplo trânsito no Sítio do Pericumã ou no Palácio da Alvorada já defendem com entusiasmo a candidatura do ex-governador de Alagoas. O advogado Saulo Ramos, consultor-geral da República, argumenta que a possível eleição de Collor não poderá ser tomada como uma derrota de Sarney. Collor se oferece como um fenômeno eleitoral — e um fenômeno não derrota, preferencialmente, ninguém.

Derrota todos. Um fenômeno é fenômeno. Na campanha presidencial de 60, Jânio bateu duro em Juscelino, que fingiu apoiar o marechal Lott. Jânio e Juscelino se reuniram várias vezes às escondidas durante a campanha. Juscelino preferia ver Jânio eleito porque queria sucedê-lo em 65. Sarney é um político pragmático: As forças que o apoiam, apoiarão Collor, que não o desagrade tanto assim. Veremos.

JB 11/6/89

Dorothea toma posse fazendo defesa do Pacto Social

BRASILIA — Sorridente, tímida, vestida de branco, mas negando que fosse por medo de assumir o cargo numa sexta-feira 13 — "É uma coincidência, pode ser que me ajude" —, a economista Dorothea Fonseca Werneck, 40 anos, foi empossada pelo presidente José Sarney como ministra do Trabalho. Se economizou palavras no discurso de posse, que durou menos de um minuto, Dorothea, em entrevista após a solenidade, demonstrou firmeza ao eleger sua linha de trabalho: respeito ao Pacto Social. Indagada se sairia do Pacto, se as medidas econômicas a serem adotadas pelo governo não beneficiariam os trabalhadores, a nova ministra não vacilou: "Mas é claro. Hoje mais do que nunca o Pacto é de suma importância. Já entrou para a nossa história."

Ecolhida por sua atuação como coordenadora das discussões do Pacto Social, numa articulação que uniu os ministros da Fazenda, Mailson da Nobrega; do Planejamento, João Batista de Abreu; e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, além do filho do presidente Sarney, Fernando Sarney, pelo menos ontem Dorothea não chamou a atenção dos convidados pela sua competência profissional, mas pela simpatia e beleza. "Acho que já temos a musa do Plano Verão", brincou um assessor do Palácio do Planalto, enquanto a longa fila de cumprimentos se dividia entre mulheres orgulhosas por terem uma representante no primeiro escalão do governo e homens ansiosos por dois beijos.

Sacrisfícios — No discurso de saudação à nova ministra, o presidente Sarney pediu que "o Brasil saiba compreender" as medidas que o governo vai anunciar no fim de semana e afirmou: "Vamos atravessar um período decisivo, de decisões importantes e graves que necessitam compreensão, sacrifício e determinação." Enquanto isso, Dorothea defendia a necessidade de discutir com os trabalhadores, no âmbito do Pacto Social, as alterações nas regras da política salarial. Só

abriu exceção para o caso dos servidores públicos: "Eles tem uma regra constitucional que estabelece que não se pode ultrapassar a 65% da receita com gastos de pessoal."

A ministra do Trabalho assegurou que URP de janeiro será paga, mas adiantou que a o reajuste de fevereiro será definido no conjunto de medidas que serão adotadas. Lamentou que estejam ocorrendo remarcações de preços provocadas pelas especulações em torno do Plano de Verão. "Tínhamos uma regra pactuada de limitação de preços. Agora temos um fato concreto, que é, a partir da remarcação de preços, a aceleração da inflação", disse.

As escuras — A cerimônia de transmissão do cargo para Dorothea começou com o auditório do Ministério do Trabalho às escuras. A luz faltou em todo o prédio do ministério, quando o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, que vinha exercendo interinamente a pasta, abriu a cerimônia. A ministra fez um comentário bem humorado: "Espero que a luz que se apagou seja só uma lembrança de que hoje (ontem) é sexta-feira 13."

No mesmo tom, Costa Couto começou a discursar: "Melhor que amaldiçoar a escuridão é acender uma vela. Desconfio que algum machão apagou a luz." Depois, deu boas vindas a Dorothea e contou que a conheceu "adolescente linda", quando foi seu professor de economia na faculdade de economia, em Belo Horizonte. Com a luz restabelecida, Costa Couto saudou a ministra: "Dorothea, o Brasil te ama. Sucesso."

Dorothea disse em seu discurso que trabalhará "com as metas possíveis e não com as ideais". Agradeceu ao presidente Sarney "por ter tido a coragem de nomear para o Ministério do Trabalho uma mulher". Depois dos cumprimentos de amigos e autoridades, Dorothea subiu para o 8º andar, onde sua presença torna obsoleta a placa com letras douradas que diz "Gabinete do Ministro do Trabalho".



Sarney disse que Dorothea assume numa hora que exige sacrifícios



Brossard ficou junto de Sabóia

01.01 890 5445

280

Brasil

6/1/83

f. 102

JORNAL DO BRASIL

Sarney prepara extinção de ministérios

BRASÍLIA — O presidente José Sarney já definiu o arcabouço das alterações administrativas que promoverá em janeiro: extinguirá os Ministérios da Reforma Agrária, Irrigação, Ciência e Tecnologia, Administração e Planejamento; não criará o Ministério da Economia, como desejavam gestores do Pacto Social, à frente o presidente da CNI, Albano Franco; fará a fusão dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social; e devolverá a Caixa Econômica Federal, hoje vinculada ao Ministério da Habitação, à área do Ministério da Fazenda.

A busca de um substituto para Aurilino Chaves no Ministério das Minas e Energia prossegue. Sarney convidou o empresário Antônio Ermírio de Moraes para o lugar do presidente de honra do PFL, mas ele recusou. O presidente da República, garante um de seus assessores, não pensou em atrair Ermírio para o Ministério da Economia, em momento algum, até porque essa pasta não saiu do terreno das hipóteses. Para o Ministério de Minas, agora, Sarney insiste com Eliezer Batista, que já ocupou o cargo. Elie-



Antônio Ermírio

zer preside, no momento, a Companhia Vale do Rio Doce Internacional, gastando a maior parte do seu tempo com viagens ao exterior.

Acertos — O Ministério da Cultura, entregue ao ex-governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, vai absorver a parte de Ciências do Ministério da Ciência e Tecnologia e ganhará,

com isso, mais força. A parte de Tecnologia dessa pasta com extinção acertada será integrada ao Ministério de Indústria e Comércio. O presidente, revelam seus últimos interlocutores, tem manifestado problemas de consciência para retardar o anúncio das mudanças que fará na máquina administrativa. Os problemas dizem respeito a seus amigos, que ocupam ministérios que devem ser extintos, como o da Irrigação, criado à feição do técnico Vicente Fialho.

O presidente não deixará desempregado o ministro da Administração, Aluízio Alves, derrotado na eleição para a Prefeitura de Natal, quando bancou a candidatura do seu próprio filho, Henrique Eduardo Alves. Aluízio será ministro togado (ministro civil) do Superior Tribunal Militar. O presidente ainda tem dúvidas sobre a localização das repartições dos Ministérios da Reforma Agrária e da Irrigação, que desaparecerão. O espólio de ambos acabará dividido entre os Ministérios da Agricultura ou do Interior.

— Presidente, meu ministério vai ser extinto? — perguntou Roberto Cardoso

Alves a Sarney, pela manhã, em despacho extra-agenda no Palácio do Planalto.

— Não, esse ministério é grande, importante, está bem e será mantido — respondeu o presidente.

Mantida — Sarney manterá o Gabinete Civil da Presidência com o status de ministério e com o ministro que exerce o cargo atualmente, desistindo, assim, de transferir o mineiro Ronaldo Costa Couto para o Ministério do Trabalho. Falta definir quem será o novo ministro do Trabalho, cargo que Costa Couto acumula com o Gabinete Civil, desde a ida de Almyr Pazzianotto para o Tribunal Superior do Trabalho.

Para o Ministério da Justiça, de onde será afastado Paulo Brossard, o presidente pretende nomear uma personalidade nacionalmente reconhecida como grande jurista, que seja também, cultor dos direitos humanos. Quer desfazer a imagem polêmica que o ministério adquiriu com Brossard.

Brossard também ganhará uma vaga num dos tribunais superiores em Brasília. Outro ministro com a sorte definida é Borges da Silveira: perderá o cargo e voltará ao Congresso.

01-01

8905449

Coluna do Castello

Ministério da Economia
não está em pauta

O empresário Antonio Ermírio de Moraes não foi convidado para ministro da Economia ou para chefiar qualquer super Ministério econômico. O presidente convidou-o para ministro das Minas e Energia em substituição a Aureliano Chaves que se demite na véspera do Natal. Segundo fonte oficial, sequer figura na pauta dos estudos da reforma ministerial a criação da pasta única da Economia, abrangendo Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio, etc., razão pela qual também carece de fundamento a especulação que vincula a chamada a Brasília do embaixador em Washington, Márcio Marques Moreira, a possível convite para o lugar inexistente. O embaixador vem informar o presidente José Sarney sobre outro tema, a dimensão da mudança de atitude do futuro governo norte-americano em relação à dívida dos países da América Latina, tema que o chefe do governo terá de versar amanhã, sábado, no seu encontro com o futuro presidente da Venezuela, Andrés Pérez. Daí a urgência do chamado.



A reforma administrativa com repercussão na composição do Ministério continua em estudos e pretende ser mais abrangente e ambiciosa do que o que se tem dito. Além da redução do número de Ministérios a reforma afetará também a administração indireta, inclusive o comando das empresas estatais, ainda não mencionado até aqui. As conversas são feitas com cuidado, pois, como observa o ministro Ronaldo Costa Couto, questões éticas têm de ser levadas em conta quando se examina a situação atual e futura de membros do governo. Sarney estaria preocupado em não afetar o prestígio dos seus auxiliares.

Sabe-se que um dos interlocutores do Presidente na matéria de reforma administrativa é o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, a quem se atribui a autoria de projeto divulgado por alguns jornais de esquematização mais rigorosa da futura cúpula administrativa. Para Raphael quem está no governo não deve continuar e quem dele já saiu não deve voltar, excluindo-se portanto da lista de novos titulares. O Presidente teria pedido ao seu ex-ministro a elaboração de minuta de projeto de lei relativo à eventual adoção do seu esquema. No círculo palaciano comenta-se apenas que Sarney é bom político, habilidoso, e sabe homenagear as pessoas que colaboram com seu governo.

Com relação às dificuldades para aprovação no Congresso do esquema de reforma administrativa não vê o Palácio problema maior. A organizada máquina administrativa, do Poder Executivo é habitualmente tarefa a ser equacionada e resolvida nessa esfera, sem desconhecimento das limitações constitucionais. De outro lado, o clamor público e a ansiedade geral pela racionalização da administração é de tal ordem que aconselharia a que se examine com objetividade proposta emanada do poder competente para atender a opinião. O governo está certo de que as modificações dependentes de aprovação do poder Legislativo encontrarão receptividade na Câmara e no Senado. O tema empolga o país.

B905451

01.0

087

Futuro do PMDB está em pauta a partir de amanhã

A Executiva do PMDB tem reunião amanhã à tarde para definir a pauta e as comissões da convenção regional e do Seminário Nacional de Porto Alegre, no final do mês (28 e 29 de janeiro). Esses dois encontros vão servir para definir a postura dos peemedebistas gaúchos em relação ao futuro do partido e que serão levadas à convenção nacional de 12 de março. O presidente Cezar Schirmer espera confirmar em breve a presença, no Seminário Nacional, de lideranças afinadas com a corrente progressista, entre essas os governadores Miguel Arraes (PE) e Waldir Pires (BA), além de deputados e senadores.

A tendência dos peemedebistas gaúchos é propor ao resto do partido no País a realização de uma prévia para escolha do candidato à Presidência da República. A outra questão crítica, segundo algumas lideranças estaduais, envolve uma postura mais clara em relação ao Governo Federal. As bases, pelas sondagens até agora realizadas, querem o rompimento, mas os dirigentes falam em deixar de lado a ambigüidade. Aham melhor administrar o problema.

Situação do partido

Cezar Schirmer disse ontem que o ano de 1968 foi "extremamente difícil" para o seu partido. "Ficamos sem rumo, devido à ambigüidade diante do Governo Federal. Mas ainda temos condições de ganhar a Presidência da República. As chances são boas, basta um bom candidato e uma boa proposta. Porque as que já estão lançadas não servem. Uma é sectária e radical (PT); a outra é anacrônica e tem a Austrália como paradigma (PDT); e, do outro lado, a velha e carcomida direita (PDS e PFL)", acentua. O presidente do PMDB gaúcho vê Ulysses Guimarães "desgastado" para representar o partido. Mas acredita que Mário Covas e o PSDS vão voltar ao PMDB.

Na sua ótica, "o primeiro traumatismo vivido em 68 foi antes das eleições que nós perdemos: vimos acentuada a crise das relações do partido com o Governo Sarney que geraram um quadro de convivência crítica, complicado pela posição ambígua de não ser nem oposição nem situação". Mas espera uma redefinição para 1969, "cabe conseguir um bom candidato e dar ao PMDB depois disso uma postura clara, simples, progressista que sempre foi a nossa razão de ser".



Cezar Schirmer

A ambigüidade do PMDB em relação ao Governo Sarney foi o elemento detonador da derrota, na avaliação de Schirmer: "Mais grave que a derrota eleitoral, foi a perda de espaço político, porque além de havermos perdido o pleito municipal, ficamos sem perspectivas. O PMDB já perdeu as eleições em 1962, em 72 e em 76, só que na época tinha um rumo definido, uma linha a seguir, sabia o que fazer". Agora em 88, mesmo vendo alguns caminhos à frente, o líder peemedebista admite sentir o futuro pouco nítido. "Foi um ano duro, mesmo assim ainda conseguimos eleger o maior número de prefeitos nos 100 maiores municípios do País. Tivemos resultado semelhante na maioria dos 4 mil municípios brasileiros, o que mostra a força do PMDB", garante.

Em função da capacidade de mobilização dos peemedebistas, ele confia no resultado da convenção nacional de 12 de março e, antes disso, na força de aglutinação dos progressistas que as convenções regionais irão desencadear a partir de 28 de janeiro próximo. "Haveremos de buscar os rumos que desejamos. Temos no Rio Grande do Sul um partido identificado com as raízes populares, nitidamente progressista e democrático. Esperamos reformular o partido para que aponte na trilha política de centro-esquerda, capaz de comandar as mudanças estruturais profundas necessárias pela sociedade brasileira. Desejamos fazer do PMDB um guia para uma nova sociedade de justiça e solidariedade, sem as agruras da inflação descontrolada e das desigualdades", conclui.

1/1/89
27
P. 101

A mensagem do Governo, enviada ontem ao presidente do Congresso, veta a rolagem de 92% da dívida dos estados e municípios este ano e atinge também programas como o da merenda escolar e financiamento do setor agropecuário

f.poc

Os vetos ao Orçamento chegam a Cz\$ 22,5 trilhões

Por MÔNICA IZAGUIRRE
Brasília/ZH

Os vetos apresentados ontem, pelo Governo, à lei orçamentária aprovada pelo Congresso chegaram a Cz\$ 22,5 trilhões, de um orçamento total em torno de Cz\$ 185 trilhões, a preços atuais. A mensagem recebida por volta das 17 horas pelo presidente do Legislativo, senador Humberto Lucena, veta integralmente o artigo 5º, que garantia aos estados e municípios rolagem de 92% de suas dívidas esse ano. O Governo promete manter o percentual de rolagem, mas não há no Orçamento mais nada que o obrigue a isso. Os vetos também atingiram integralmente programas como o da merenda escolar, o financiamento de custeio ao setor agropecuário e recuperação da malha rodoviária federal, entre outros, para os quais não mais existe dotação prevista. Assim como a rolagem da dívida dos estados e municípios, a recomposição parcial desses programas agora dependem de pedido de créditos especiais e suplementares que o Governo promete fazer ao Congresso.

Enquanto não houver definição do Legislativo, no entanto, não há como gastar com qualquer um dos itens atingidos pelos vetos do presidente Sarney. O Congresso tem 30 dias para se pronunciar, a partir de 15 de fevereiro, quando termina o recesso. Caso os vetos não sejam derrubados, o que exige maioria absoluta, o Executivo vai, então, enviar pedidos de crédito especial.

Dívida externa

A definição da rolagem da dívida externa de estados e municípios "não se trata de matéria orçamentária", justificou o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Ribas Neto. A previsão de que o Governo gastaria para refinarçar dívidas externas avaliadas pela União - Cz\$ 1,6 tri só com a dos estados e municípios -

compõe Cz\$ 6,3 trilhões do total de despesas vetadas.

A maior parte dos vetos ficou por conta do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito (OOC), onde o corte foi de Cz\$ 12,2 trilhões. De um total de Cz\$ 13 trilhões destinados pelo Congresso ao OOC, só sobrou verba para alguns projetos no Norte e Nordeste. Dinheiro previsto para custeios agrícolas e pecuários - basicamente o que compõe o OOC - não mais existe.

Segundo justificou José Ribas Neto, contrariando a Constituição, o Congresso havia aumentado a previsão de receitas próprias do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, superestimando o retorno de empréstimos. Aumentando essas receitas próprias, o Legislativo liberou para outros projetos as receitas do Tesouro que seriam aplicadas no OOC. Com isso, explicou José Ribas Neto, o Governo se viu "obrigado" a vetar os projetos do OOC que tiveram receita superestimada, e projetos fora desse orçamento específico que receberam maior dotação com esse deslocamento de recursos - em torno de mais Cz\$ 3,2 trilhões em cortes.

O veto ao gasto de outros Cz\$ 483 bilhões em projetos resultaram, conforme o Governo, de outra inconstitucionalidade cometida pelo Congresso. Para aumentar a dotação desses projetos, o Legislativo havia deslocado verbas do MFC inicialmente reservadas para que a Siderbrás honrasse o serviço de suas dívidas esse ano. "Só que a Constituição não permite mexer em recursos destinados ao serviço da dívida", contestou o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento.

Além do artigo 5º, foram vetados o parágrafo único do artigo 3º e os incisos VII e IX e parágrafo único do artigo 6º. Entre os pontos rejeitados pelo presidente Sarney, estava a possibilidade de suplementação de verbas destinadas a projetos comunitários ou de prefeituras, em caso de excesso de arrecadação. Os artigos 7º e 8º, também vetados, dizem respeito à publicação periódica e obrigatória de dados sobre a execução do Orçamento e o fluxo de caixa do Governo. (Brasília ZH)

Medida atinge mais de cem projetos

O veto do Executivo à lei orçamentária aprovada pelo Congresso deixou sem previsão de recursos mais de uma centena de projetos. Conforme o secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, José Ribas Neto, embora não pretendesse, o Governo foi obrigado a vetá-los integralmente. Isso porque, explicou, não foi possível discriminar de onde sair o montante acrescentado pelo Congresso à dotação de tais projetos: se do corte de outras despesas ou se do aumento das receitas próprias do orçamento das operações oficiais de crédito. O Governo pretende recompô-los parcialmente através de pedidos de crédito especial.

Os principais projetos de interesse nacional e do Estado atingidos pelo veto são os seguintes:

- Financiamentos de investimento e custeio em agropecuária; de investimentos em irrigação e industriais e das exportações;
- Financiamentos da comercialização de produtos agroindustriais;
- aproveitamento hidrográfico do Arroto Duro, em Camaquã;

- merenda escolar;
- recuperação das malhas rodoviária e ferroviária federais;
- reestruturação do sistema penitenciário;
- contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Extensão Rural;
- cooperativismo e associativismo rural;
- obras da BR-392, entre Cerro Largo e Porto Xavier;
- extensão do metrô de superfície da Grande Porto Alegre até São Leopoldo;
- obras de macrodrenagem e saneamento ambiental em áreas urbanas do Estado;
- saneamento ambiental das cidades de Guaíba e Taguari;
- controle de enchentes do Arroto José Joaquim e do Rio Cai, além dos arrotes Cambará e Preto (Brasília ZH)

Miguel Arraes reuniu-se ontem por quase seis horas com os governadores do Nordeste. No Rio, Moreira Franco liberou Márcio Moreira Alves para articular a campanha de Arraes. E o general Leônidas Pires Gonçalves já não descarta que vá concorrer

Arraes já costura a sua candidatura

O governador Miguel Arraes começou ontem a costurar sua candidatura à Presidência da República junto aos governadores do Nordeste, ao se reunir durante quase seis horas com Waldir Pires (BA), Tasso Jereissati (CE) e Geraldo Melo (RN). Ele aproveitou a passagem dos colegas por Recife para assistirem à posse do novo comandante militar da região e os convidou para uma conversa reservada no Palácio do Campo das Princesas.

Depois do encontro, intercalado pelo almoço, os quatro governadores deram entrevistas coletivamente. O primeiro a falar foi Arraes, que, na qualidade de anfitrião, foi encarregado pelos demais para fazer um balanço das conversações. Ele negou que tivessem conversado sobre sua candidatura, afirmando

que a maior parte da conversa girou em torno do futuro do PMDB e as grandes questões nacionais:

— Antes de falarmos em candidaturas temos que pensar primeiramente nas questões que são anteriores a ela, como, por exemplo a reformulação do PMDB e a reafirmação dos princípios que o partido sempre defendeu — disse o governador de Pernambuco. Segundo ele, o partido tem que se unir em torno de um programa onde esteja muito clara a oposição à política econômica em vigor.

Articulação

O governador Moreira Franco deu ontem outro passo em direção à candi-

datura de Miguel Arraes à Presidência da República: liberou o subsecretário para Assuntos Internacionais, Márcio Moreira Alves, para o trabalho de articulação da campanha do governador de Pernambuco. A partir de março, Márcio deixará a subsecretaria para prestar consultoria aos governos do Rio e de Pernambuco.

Em conversa telefônica ontem, o ex-deputado Márcio Moreira Alves acertou com Arraes uma visita ao Rio no fim do mês. O governador de Pernambuco terá dois encontros: com os editores de jornais e revistas do Rio e São Paulo e com um grupo de economistas da PUC, entre os quais André Lara Resende e Francisco Lopes. Arraes pretende discutir com estes economistas, em especial, a questão da dívida externa. (AG)

Leônidas não descarta que vá concorrer

Depois de uma solenidade militar à qual compareceram cinco governadores nordestinos, inclusive os presidentiáveis Miguel Arraes e Waldir Pires, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, usou ontem de um jogo de palavras para deixar uma porta aberta à possibilidade de também se candidatar à Presidência da República. Se não chegou a admitir a candidatura, em nenhum momento a descartou.

Já empossado e novo comandante militar do Nordeste, general Luiz Pires Ururahy Netto, na sede do comando, no Bairro do Curado, o ministro foi abordado por repórteres sobre sua candidatura presidencial. "Isso não faz parte do meu projeto" — respondeu. "E se forem criadas condições para o senhor se candidatar?" — insistiram os repórteres. "Então, na hora eu respondo" — disse o ministro, num dia de especial bom humor. No segundo andar do comando, logo depois, o ministro voltou a conversar com jornalistas, ensinando que "as candidaturas são feitas através dos partidos e não das Forças Armadas". Mas seus interlocutores não desistiram: "E se algum partido quiser lançar o seu nome?" — Ele, mais uma vez ambíguo, reagiu: "Essa probabilidade é pequena".

Estavam presentes à posse do novo comandante os governadores Miguel Arraes (Pernambuco); Waldir Pires (Bahia); Tasso Jereissati (Ceará); Geraldo Melo (Rio Grande do Norte) e Alberto Silva (Piauí). No coquetel, todos conversavam com o ministro do Exército, que insistia, sem sucesso, em puxar o assunto para a política.

Desconversando

Primeiro, o ministro tentou falar sobre assuntos mais técnicos da sucessão, como os prazos de desincompatibilização para os governadores que foram candidatos. Todos desconversaram. Depois, falou sobre a responsabilidade do futuro presidente da República num momento de dificuldades econômicas e diante da grande expectativa popular por mudanças. Sem constrangimento, Arraes olhou em volta e comentou o calor: "Deve ser o efeito estufa" — concluiu. E foi aí que o ministro, enfim, desistiu:

— Puxa, já chutei a bola duas vezes e ninguém pegou; quando governador desconverso, é sinal de que está escondendo alguma coisa — disse o ministro, sob risadas gerais.

À posse, compareceram desde Miguel Arraes, à esquerda, até o general da Reserva Antônio Bandeira, um dos expoentes da linha dura militar, que divide seu tempo entre a residência em Recife e a fazenda na Paraíba. Segundo o deputado federal Gilson Machado (PFL/PE), "há uns quatro anos não se via uma posse militar tão concorrida". Do Comando Militar do Nordeste, quatro governadores rumaram para a sede do governo local, o Palácio do Campo das Princesas, onde almoçaram. Ali sim, longe do ministro do Exército, falaram longa e abertamente sobre política e sucessão presidencial. Eram eles: Arraes, Waldir, Tasso e Geraldo Melo. O quinto governador, o ex-arenista e moderado Alberto Silva, voltou ao Piauí. (AE)

Sarney submeterá reformas ao comitê do Pacto

Antes de anunciar a reforma administrativa e o conjunto de medidas econômicas, o presidente José Sarney submeterá as alterações ao comitê de dirigentes do Pacto Social. A informação é do porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Santos, e significa que elas só serão anunciadas após o dia 18. O porta-voz explicou que todas essas medidas — tanto as administrativas quanto as econômicas — em gestação atendem reivindicação dos membros do Pacto Social. Ou seja, dos trabalhadores, dos empresários e do próprio Governo.

E reproduziu, durante a entrevista, uma frase do presidente que, segundo disse, expressa a importância que ele vem dando ao Pacto

Social: "O Pacto Social e o Congresso Nacional são instâncias obrigatórias para o êxito dessas medidas. As duas pernas que vão fazer esse processo caminhar".

Segundo Carlos Henrique, o presidente já concluiu toda a estrutura das reformas que pretende nas áreas administrativa e econômica. Daqui para frente, disse o porta-voz, "o presidente inicia um processo de consultas para trocar idéias sobre as medidas que pretende adotar visando aperfeiçoá-las". Além dos ex-ministros Mário Henrique Simonsen, Octávio Bulhões e João Sayad, Sarney vai conversar com outros, como João Paulo dos Reis Velloso e Celso Furtado.

Ontem, o ministro da Indústria e

do Comércio, Roberto Cardoso Alves, solicitou audiência ao presidente Sarney, na tentativa de informar-se sobre o destino de seu ministério. Saiu desapontado do encontro — pois nenhum detalhe da reforma lhe foi revelado —, mas com a garantia de que sua pasta não será extinta. À imprensa, Cardoso Alves tentou disfarçar sua decepção, dizendo: "Não quis saber nada da reforma e nem perguntei nada ao presidente, a não ser se meu ministério iria continuar. Estou e estarei totalmente solidário com ele e acatarei todas as suas decisões. Na véspera, ele havia se queixado ao ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, da "total falta de informações". (AN-DA)

038

ZERO HORA — Quinta-feira, 05.01.89 — PÁGINA 8

O empresário... rio de Moraes confirmou ontem a
notícia de que... ra convidado para ser o
superministro da Economia. Mas diz que recusou o convite
do presidente José Sarney

Ermírio confirma convite para ser o superministro

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim, confirmou ontem ter recusado o convite para ser o superministro da área econômica do atual governo, salientando que não poderia falar mais nada por uma questão ética e que ficou surpreso com a divulgação da informação a respeito da reunião que manteve com o presidente José Sarney, na última segunda-feira, em Brasília.

Ermírio observou que ficou satisfeito com o convite, mas que realmente não poderia aceitá-lo, dizendo que hoje há no País muita gente capacitada para exercer o cargo de um superministro na área econômica, como deseja o presidente da República. E afirmou:

— Como brasileiro fiquei orgulhoso com o convite, honrado mesmo, mas sei que não teria condições de aceitá-lo porque tenho compromissos inadiáveis no Grupo Votorantim — explicou o empresário, evitando falar mais.

Sua função como superministro da área econômica seria coordenar algumas áreas atualmente espalhadas por várias pastas, incluindo setores da economia e da administração, com o esvaziamento e a extinção dos



Antônio Ermírio: convite recusado

Ministérios da Fazenda e do Planejamento, entre outros órgãos. Em Brasília, assessores dos ministros da área econômica sequer sabiam do convite.

Convidado há pouco mais de uma semana, Antônio Ermírio recusou a proposta somente na noite da última segunda-feira, durante uma longa conversa — das 19h30min às 22h — com o presidente, no Palácio da Alvorada. O empresário foi a Brasília com o ex-ministro da

Providência, Raphael de Almeida Magalhães, que, embora afastado do Governo, é um dos principais articuladores da reforma administrativa e, junto com Sarney, tentou convencê-lo a aceitar o cargo.

O ex-ministro da Previdência participou da elaboração do plano de reforma administrativa que deve ser executado pelo presidente quando ainda integrava o ministério. Sarney já esteve para aceitá-lo mais de uma vez, recusando, até agora, por pressões políticas.

Ontem, um interlocutor do Presidente revelou que muitos nomes estão sendo examinados por Sarney e destacou entre eles o "rei da soja", Odeir Moraes, os executivos Paulo Cunha, do Grupo Ultra, e Eliomar Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce. Também aparecem como candidatos a ministro os economistas Augusto Jefferson, muito ligado a Mário Henrique Simonsen, e Thompson Costa, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo. Também são cogitados Geraldo Piquet Carneiro, ex-coordenador do programa de desburocratização, Ouzires Silva, ex-presidente da Petrobrás, e o atual embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcellino Marques Moreira. (AG)

01 . 01

8905457

098

ZERO HORA — Segunda-feira, 15.05.89

Gabeira, o mais cotado para ser vice na chapa de Lula

Chances do presidente do PV cresceram no fim de semana

O presidente nacional do Partido Verde (PV), Fernando Gabeira, é o nome mais cotado para ser o candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva, do PT. A postulação de Gabeira cresceu no fim de semana, durante o ato de lançamento da campanha nacional de Lula, pela Frente Brasil Popular (PT, PV, PEB e PC do B), em São Bernardo do Campo, de onde participaram cerca de 50 mil pessoas. O próprio Lula apresentou um discurso novo, dando mais ênfase a questões ecológicas e raciais, principais pontos de luta do PV, sem no entanto deixar de lado a classe trabalhadora, sempre o ponto alto de seu discurso.

Após falar, sábado, no paço municipal de São Bernardo, Gabeira defendeu a ecologia, falas das mulheres, dos negros e dos homossexuais, para uma política que seria extremamente o o espírito com entusiasmo. Ao fim de seu pronunciamento, o deputado federal José Genesio Neto, declarou: "Já defini quem será meu candidato a vice", referindo-se a Gabeira.

O próprio Lula, que discursou depois de Gabeira, reafirmou as propostas do presidente do PV e citou seu nome diversas vezes, mais do que os de Jamil Haddad, presidente do PEB, e João Amazonas, presidente do PC do B, que também estavam a seu lado no palanque e, a

exemplo de Gabeira, discursaram defendendo sua candidatura.

O nome do deputado federal Benedito da Silva (PT) foi descartado no momento em que o PT decidiu ceder a vice-presidência nas demais partidas da frente. O PC do B abriu mão de indicar o companheiro de chapa de Lula e escolheu apenas o apresentado pelo PEB, tornando-se mais público, não entusiasmaram.

Bomba

O bancário Antônio José dos Santos, acusado de ter colocado uma bomba no interior da agência de Bradesco, na Rua do Imperador, em Recife, dia 25 de abril último, durante a greve dos bancários, não vai ser expulso do PT. A decisão de apenas adverti-lo foi anunciada no sábado à tarde, em nota distribuída pelo partido, em Recife, após uma reunião dos 20 principais membros do Diretório Regional.

A comissão de ética do PT entendeu que a bomba de fabricação caseira que explodiu na mão do bancário, mutilando dois de seus dedos, era na realidade apenas um artefato conhecido como "bomba de mão". (AG)

01.01

8905465

088

V. J. BRASIL fsc.
4 □ 1º caderno □ quarta-feira, 17/5/89

Lula recusa pacto e afirma que terror vem do Planalto

BRASÍLIA — O PT recusa-se a participar do pacto antiterror proposto pelo candidato do PCB a presidente da República, deputado Roberto Freire (PE). "O clima de terrorismo parte do Palácio do Planalto. Parece que é a estratégia de Sarney para ficar no poder até 1990. Ele fica gritando: me ajudem, senão eu caio", disse o candidato a presidente pela Frente Brasil Popular (formada pelo PT, PSB, PC do B e PV), deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP).

Lula disse que o PT vai inundar o país de panfletos defendendo o direito de greve, para tentar neutralizar as "ações da direita", e que, a partir de agora, só vai frequentar o Congresso quando seu líder o convocar para alguma votação importante. "Não é possível ficar aqui o tempo todo só para coçar o saco. O tempo é muito precioso e é preciso aproveitá-lo bem, na campanha", afirmou.

A escolha do vice de Lula continua provocando discussões dentro da Frente Brasil Popular. O PSB e o PC do B rejeitam ostensivamente o nome do jornalista Fernando Gabeira, aventado para a compor a chapa com Lula, e o PSB ameaça inclusive deixar a Frente, caso o vice não saia de seus quadros. "Gabeira não acrescenta votos", disse o deputado Aldo Arantes, do PC do B de Goiás. O PC do B considera o filólogo Antônio Houaiss (PSB) como o melhor parceiro para Lula. Ao mesmo tempo, petistas tentam entronizar o físico Luis Pinguelli Rosa, da UFRJ, como candidato a vice do partido. Integrantes do grupo *Articulação*, ao qual pertence Lula, reunidos em São Paulo, citaram várias vezes a opção Pinguelli, já que o jurista Raimundo Faoro não aceitou o convite feito por Lula para disputar a vice-presidência.

088

15/5/89 Brasil floc

Lula promete em comício no ABC 'mudar a cara do país'

SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP —

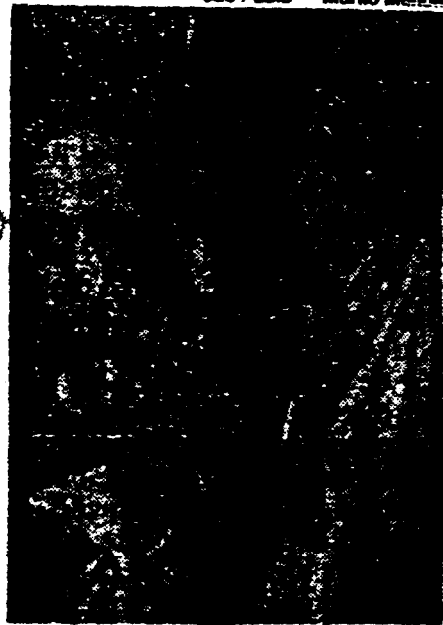
Foi preciso um certo esforço para que o característico voarinho soasse mais forte do que os gritos das cerca de 50 mil pessoas que na tarde de sábado se concentraram no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, para assistir ao lançamento oficial da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República pela Frente Brasil Popular, composta pelo PT, PSB, PV, e PC do B.

"A burguesia tem medo de que a classe trabalhadora pule o governo e consiga provar, em cinco anos, que o Brasil pode ser um país livre", enfatizou Lula no começo de seu discurso, o mais esperado de todos e também o menos agressivo. Ao contrário do de Fernando Gabeira, presidente do PV e o mais cotado para ser o vice na chapa, que fez referências aos candidatos Fernando Collor de Mello, do PRN ("cara bonitinha de cabeça vazia"); Ulysses Guimarães, do PMDB, e João Quadros ("múmia que se recusa a voltar para o sarcófago"); além de Leonel Brizola, do PDT ("pessoa que fugiu pelo Uruguai na primeira oportunidade").

Programa — Lula esteve mais preocupado em costurar os pontos do programa do partido. Começou pregando a "coragem de suspender o pagamento da dívida externa", sob a justificativa de "não encher a barriga dos banqueiros em detrimento da barriga das crianças brasileiras". Conhecedor da linguagem e das aspirações dos metalúrgicos do ABC paulista, Lula garantiu que irá "mudar a cara do país", prometeu condições para que a "classe operária chegue às universidades" e que assegure "uma distribuição de renda mais justa".

Em pé desde as 10h da manhã, sob o sol quente, e expostos ao vento frio, antigos companheiros de Lula durante as greves do ABC, na época em que ainda era dirigente sindical, não deixavam o candidato do PT terminar sua fala. Espreguiçados em frente ao palanque e reconhecidos por Lula, acenavam afoitos à

São Paulo — Murilo Menon



Com Erundina, cochichos

espera de um cumprimento, em número muito maior do que os que se atreviam a pedir autógrafos aos artistas presentes, entre eles Paulo Betti, Lucília Santos e Betty Faria.

Cochichos — Se depois do almoço, na Churrascaria Leão de Ouro (próxima à filial da Volkswagen), Lula não começou a entrevista antes que Gabeira estivesse sentado ao seu lado, durante o comício o candidato do PT fez questão de permanecer, o tempo todo, ao lado da precisa Luiza Erundina, de São Paulo. Com os dois, Lula teve um comportamento que certamente aprendeu em sua passagem pelo Congresso: cochichos ao pé do ouvido. Com Gabeira, os sussurros pareciam comprovar a preferência de Lula na escolha de seu vice. Com Erundina, uma demonstração de que a contratação de um parente feita pela precista — atitude que Lula criticou publicamente — não foi suficiente para abalar o relacionamento dos dois.

01.05

8905468

08j

Delfim assume PDS

Sem saber o que fazer

Passarinho e quatro membros da Executiva renunciam aos cargos

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, e mais quatro membros da Executiva do partido, renunciaram ontem, em Brasília, a seus cargos por discordarem da candidatura à Presidência da República do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf. Em tenso reunião no gabinete de Passarinho no Senado, o deputado Delfim Netto recebeu as cartas de renúncia e assumiu a presidência do partido sem saber como fazer para administrar a crise do PDS. "Não tenho a menor idéia de como é que vou administrar esse partido", disse Delfim, desolado, depois da reunião.

A renúncia de Passarinho foi acompanhada pelo 2º vice, senador João Castelo (MA), pelo secretário-geral, deputado Victor Faccioni (RS), e pelo 1º tesoureiro, senador Afonso Sancho (CE). Esta postura deverá ser adotada também, pelo deputado Artur Werner (SC), 3º vice, que aguarda uma decisão do Diretório Regional catarinense, dia 22, para se posicionar.

A renúncia coletiva foi precipitada pela posição despidida pelo deputado Delfim Netto, que assume a presidência do partido com o afastamento do senador Jarbas Passarinho. Este disse que aceitaria a licença de Passarinho da presidência do partido, mas que contestaria a licença dos demais integrantes da Executiva, que adotassem esta postura. Desta forma, o deputado Victor Faccioni se somou ao senador João Castelo, que desde o início da reunião manifestou sua disposição de renunciar a Executiva do partido.



Passarinho e Delfim Netto: frente a frente

Críticas a Delfim

Com a postura de Delfim Netto, qualificada por Passarinho como "radical", o senador anunciou que também renunciaria, pois se a licença de qualquer integrante da Executiva pudesse ser questionada, o mesmo poderia ocorrer com a sua. O senador Jarbas Passarinho, ao mesmo tempo em que anunciou sua decisão, criticou o deputado Delfim Netto, por sua disposição de trabalhar isolado, na presidência, que é a de comandar uma luta interna.

No entanto, o senador Passarinho, como líder do partido no Senado, continuará a integrar a Executiva Nacional do PDS. A nova Executiva do partido terá, agora, os malufistas Salim Curiani (SP), como primeiro tesoureiro, e Francisco Dógenes (AC), como secretário-geral, pois é dada como certa também, a saída de José Luis Mala (PI), que ocupa a primeira secretaria. Para as próximas horas, é aguardada também a renúncia do ex-ministro Eurico Rangel. (República/2H)

Marchezan: "Maluf só provoca desunião"

O ex-líder do Governo, Nelson Marchezan, disse ontem, antes de viajar para São Paulo, que a renúncia da Executiva Nacional do PDS "serve como confirmação da posição da esmagadora maioria do nosso partido de que o senhor Paulo Maluf desune o PDS. Temos que atentar para o fato de que ele não é aceito pela base partidária e não podemos ignorar este dado fundamental. Por isso, a nossa proposta é a de preservar a unidade partidária e a preservação da unidade partidária; é respeitar a decisão da base que não aceita Paulo Maluf, como igualmente não aceitamos".

Marchezan foi a São Paulo participar de uma reunião do Conselho de Desenvolvi-

mento da Fiesp, do qual é membro. O líder do PDS gaúcho deverá encontrar-se em São Paulo com Luiz Fernando Cirne Lima e Roberto Magalhães, podendo manter contatos políticos também com outras lideranças, mas devendo retornar ainda hoje a Porto Alegre para participar, amanhã, de reuniões com o senador Jarbas Passarinho.

O senador Jarbas Passarinho, que chega a Porto Alegre às 18h de hoje, terá um encontro amanhã com a bancada estadual do PDS e com integrantes do Diretório Regional. A presença em São Paulo, hoje, pode levar setores janistas a assediá-lo, tal a movimentação que o grupo do ex-presidente desenvolve desde que retornou.



Nelson Marchezan

O senador Jarbas Passarinho formaliza hoje, em nota à Executiva Nacional, sua renúncia à presidência do PDS. E deve também deixar a liderança no Senado, mostrando sua inconformidade com a escolha de Maluf.

Renúncia de Passarinho agrava a crise do PDS

Por ROSANE GARCIA
Basilio/ZH

O senador Jarbas Passarinho (PA) formaliza hoje, às 18 horas, através de nota à Executiva Nacional do PDS, sua renúncia ao cargo de presidente do partido. Ele será substituído pelo deputado Delfim Neto (SP), afinado com o candidato à sucessão presidencial, Paulo Maluf, escolhido na convenção realizada domingo. Passarinho decidiu também deixar o cargo de líder do partido no Senado à disposição. Afirmou que não apoiará a candidatura de Paulo Maluf por "serem conflitantes os estilos de fazer política".

Passarinho reconheceu que o resultado da convenção poderia ter sido outro se tivesse entrado "de corpo aberto" na campanha. Passarinho atribuiu a vitória de Maluf aos votos dos suplentes. Convinco das reduzidíssimas chances de Maluf chegar ao segundo turno da eleição presidencial, Passarinho disse que se manterá distante do processo nesta fase. Se confirmada a sua previsão, Passarinho poderá dar apoio político ao candidato dos tucanos, senador Mário Covas (PSDB-SP). Mas ressalvou que só se definirá no segundo turno "com o PDS fora".

O afastamento de Passarinho poderá forçar o Diretório Nacional do PDS a eleger nova Executiva Nacional, pois o senador acredita que outros membros da Executiva se afastarão. Apurou-se que,



Passarinho: "Estilos conflitantes"

dos oito integrantes restantes, seis (75%) estão inclinados a seguir Passarinho. Entre eles, o deputado Victor Faccioni (RS) que ontem mesmo começou a consultar as lideranças pedessistas no Estado para saber a decisão tomar. Seguindo a mesma linha, o deputado Darcy Pozza iniciou contatos com os líderes municipais. Na próxima segunda-feira, a Executiva do PDS em Santa Catarina deverá se reunir para avaliar o

resultado da convenção. A decisão dos catarinenses poderá influenciar os gaúchos.

Faccioni disse que, no momento, a preocupação é evitar que o PDS se disperse, já que 45% das bases do partido rejeitam a candidatura Paulo Maluf, como ficou explícito com o resultado da convenção. Segundo ele, há grupos diferentes pensando em apoiar vários candidatos como Leonel Brizola, Fernando Collor de Mello, Jânio Quadros e Mário Covas.

"Nada muda"

O deputado Delfim Neto, que assumirá a presidência do partido, afirmou que nada mudará no PDS. O resultado da convenção, favorável a Paulo Maluf, segundo ele, não provocará um íchha no partido e muito menos defecções. "O PDS vai continuar como estão todos os partidos", garante Delfim, acrescentando que "não haverá nenhuma dissidência explícita".

Delfim Neto afirmou que toda a discordância interna do partido tem como causa "meia eleição", referindo-se ao primeiro turno de votação para Presidente da República. Disse que esta não é a primeira crise do partido e nem será última. Delfim foi veemente ao contestar a afirmação de que Paulo Maluf seja o responsável por qualquer tragédia. "Quem produziu esta tragédia que está aí foi quem votou no Tancredo Neves. Maluf não tocou numa alavanca".



Maluf vence e racha o PDS. De novo

Por 132 votos contra 101 dados a Amin, Maluf é o escolhido. Mas a divisão é irreversível

Por ROSANE GARCIA
Basiléia/21

Por 132 votos contra 101, o ex-deputado federal Paulo Maluf (SP) foi indicado ontem, por um total de 187 convencionais, candidato do PDS à sucessão presidencial, derrotando o prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin. A vitória de Maluf deflagra o racha definitivo do partido que, há cinco anos, ostentava o título de "maior partido do Ocidente". A repercussão imediata será o anúncio do afastamento do senador Jarbas Passarinho do cargo de presidente nacional do PDS. Em seguida, o desamparo que terá a candidatura Paulo Maluf na Região Sul.

Com a abstenção de 5% dos convencionais, a 6ª Convenção do PDS se caracterizou por um corpo-a-corpo dos adversários Paulo Maluf e Esperidião Amin sobre os pedesistas que lotaram o plenário do Senado Federal (menor audiência do Congresso Nacional). "É evidente que aqui se travou uma luta democrática", concluiu o senador Jarbas Passarinho.

Amin, visivelmente perturbado pela derrota, deixou o plenário, após a divulgação do resultado, reafirmando o apoio



Maluf com Amin: a votação da vitória

ao adversário. "A minha palavra está de pé", afirmou, anunciando o retorno à Prefeitura de Florianópolis para "cuidar da minha cidade".

Esperidião Amin afirmou que "acima da circunstância de perder, o importante é participar da construção democrática". Enquanto isso, nas galerias, os catarinenses, inconformados com a der-

rota, gritavam: "Brisola, Brisola". Era o primeiro indicio de não apoio dos pedesistas do Sul às pretensões de Maluf. Era também uma demonstração inequívoca de que o PDS saiu da sua convenção traturado, com a rejeição de Paulo Maluf por 45% das bases do partido. O clima de desânimo parecia confirmar a previsão do líder do PDS na

Câmara, Amarel Neto, de que haveria 80% de desfeições se a convenção desse graças Maluf candidato do partido.

Candidato de centro
A postura humilde guardada por Maluf na semana que antecedeu a convenção cedeu lugar ao orgulho. A vitória fez ecoar seu sentimento de obstinação pelo poder. Imediatamente após a promulgação do resultado, Maluf se dirigiu à mesa diretora dos trabalhos, onde cumprimentou o prefeito Esperidião Amin e sua mulher. Um sorriso largo transformava a face de Maluf e de sua mulher, Sílvia.

Em seu discurso, Maluf criticou PMDB e PDT. Ao mesmo tempo, se apresentou como "candidato de centro, progressista e democrático", com a pretensão de reunir todas as forças centristas na luta contra "os demagogos, contra a impunidade e contra a falta de autoridade".

Paulo Maluf manifestou confiança de que terá o apoio de Esperidião Amin, a quem reputa "um homem de partido e de palavra". Longe de admitir a possibilidade de desagregação do partido, Maluf afirmou que o PDS "vai para a vitória" no próximo dia 15 de novembro.

* Nominación de Maluf causa crisis partidaria



Antonio Dellim Netto

El Presidente del opositor Partido Democrático Social (PDS), Senador Jarbas Passarinho, y otros cinco miembros del Ejecutivo Nacional de esa agrupación política, renunciaron ayer a sus cargos por no estar de acuerdo con la candidatura a la presidencia de la República del ex gobernador de Sao Paulo, Paulo Selim Maluf.

RIO DE JANEIRO (ANSA).- El ex Ministro de Planificación Económica, que era Primer Vicepresidente del Ejecutivo Nacional, asumió la dirección del PDS, partido que apoyaba al pasado régimen militar.

Mientras Dellim Netto dejó entrefuer que no está muy inclinado a dar su respaldo a Maluf, el Diputado Bonifácio de Andrada anunció que va a apoyar a un candidato de otra agrupación política, posiblemente a Fernando Collor de Mello, del Partido de Reconstrucción Nacional (PRN), que encabeza las últimas encuestas como favorito del electorado brasileño.

Maluf fue escogido como candidato oficial de PDS en la Convención

Nacional que el partido realizó el pasado domingo en Brasilia.

Al anunciar su programa de gobierno, Maluf prometió ejercer la presidencia de la República "en toda su plenitud, con mano firme para solucionar todos los problemas nacionales".

Aseguró que obtendrá recursos financieros de los Estados Unidos, de Europa y principalmente de los países árabes para resolver el problema de la deuda externa brasileña.

Evitando referirse a la crisis interna en que quedó sumergido el PDS, prometió una campaña electoral de "alto nivel", porque "el pueblo brasileño está cansado de insultos peronales y de demagogia".

01.01

* Victoria de Menem estimuló a Brizola

RIO DE JANEIRO (ANSA).- El candidato del "trabalhismo" (laborismo) a la presidencia del Brasil en los comicios del 15 de noviembre, el ex gobernador Leonel Brizola, está convencido de que la victoria de Carlos Menem en Argentina le será favorable para su campaña y, en caso de un eventual triunfo, para el entendimiento entre ambos gobiernos.

En una reunión del Ejecutivo Nacional del Partido Democrático Trabalhista (PDT) los dirigentes llegaron a la conclusión de que la vuelta del peronismo representa "el fortalecimiento de los liderazgos comúnmente llamados populistas en América latina" y recordaron que en Brasil la herencia del "trabalhismo" de Getulio Vargas tiene una estrecha relación con la herencia que dejó en Argentina Juan Domingo Perón.

Por eso estiman dirigentes del PDT que, por semejanzas entre los papeles de Brizola y Menem como "cultores de las respectivas herencias", Brasil podrá dar una nueva oportunidad al "trabalhismo".

Luego de la Convención Nacional del PDT, prevista para junio, Brizola irá a Argentina para felicitar personalmente al virtual Presidente electo argentino y, a la vez, crear un hecho político de proyección en América latina.

El Diputado nacional Doulet de Andrade (del PDT de Rio de Janeiro) ve muchas semejanzas entre los procesos de Brasil y Argentina: "La victoria de Menem dijo muestra que el peronismo, pese a toda la represión a que fue sometido, da continuidad a la historia argentina, y nosotros, los 'trabalhistas' y varguistas, tenemos también ese papel en Brasil, donde existe un sentimiento getulista latente en el electorado".

8905474

098

898

U

JORNAL DO BRASIL

6/10/83

Brasil

terça-feira,

Gabeira volta ao PT à espera de ser vice

São Paulo — Murilo Menon

O escritor e jornalista Fernando Gabeira — que era o presidente do Partido Verde — filiou-se ao Partido dos Trabalhadores na sexta-feira passada para ter condições legais de disputar o lugar de vice de Lula. Como o PV não conseguiu sequer seu registro provisório, não tem representante no Congresso e o calendário eleitoral estipulava um prazo até outubro para a filiação de candidatos às próximas eleições, Gabeira voltou ao PT, partido pelo qual concorreu ao governo do Rio, em 1986.

Em São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva saiu de uma reunião do Diretório Nacional alegando ter feito convite a Gabeira. "Eu sou candidato de uma coligação (a Frente Brasil) formada pelo PT e mais três partidos: PSB, PC do B e PV. A decisão sobre o vice será deles", disse Lula, explicando que a filiação de Gabeira foi apenas uma providência legal — que ele cumpriu para poder cogitar ser o vice.

Nos bastidores da Frente Brasil, trava-se uma verdadeira guerra para ver quem vai indicar o integrante da chapa do PT. Enquanto o PV soma com os 529.603 votos do jornalista Fernando Gabeira nas últimas eleições para governador — quando ele ficou em

terceiro lugar, atrás de Darcy Ribeiro (PDT) e de Moreira Franco (PMDB) — o PSB apresenta seus 40 prefeitos, 300 vereadores e uma bancada federal de sete integrantes.

"O PSB exige o lugar de vice", afirmou o presidente do partido, senador Jamil Haddad, ontem, em Brasília. Ele foi apontado como o companheiro de chapa de Lula, em escolha interna do PSB. Há 10 dias, os muros de Brasília começaram a ser picados com a inscrição "Lula e Jamil". O PC do B abriu mão da indicação.

Amanhã, em Brasília, a Frente Brasil fará uma reunião para conversar sobre o vice de Lula. "A conjuntura evoluiu e nos colocou numa posição mais restrita ao nosso campo político", reconhece o vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalg, lembrando que o PT desistiu de encontrar um nome suprapartidário para a chapa. O escolhido desde o primeiro momento era o advogado Raimundo Faoro, mas ele se recusou. Lula e Gabeira têm divergências antigas, desde que o jornalista saiu do PT para fundar o PV; o metalúrgico entende que ele deveria ser apenas um bloco político dentro do Partido dos Trabalhadores.



Lula não confirma escolha de Gabeira, garantida por dirigentes do PT

01.01

8905475

987

Mas no PDT terá funções importantes

Diante da dificuldade da formação da aliança com o PTB, e que resultaria na Unidade Trabalhista, o PDT deve escolher o vice do ex-governador Leonel Brizola no âmbito do próprio partido. E aí o mais cotado é o deputado Fernando Lyra (PE), que já coordena a campanha presidencial petebista, informa o líder do partido na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ). O vice de Brizola deveria ser do PTB — os ex-governadores Gonzaga Motta e Roberto Magalhães, bem como o líder sindical Luís Antônio Medeiros eram os mais cotados. Mas essa aliança está difícil porque a convenção do PDT será antes da do PTB. Portanto, o PDT não pode escolher um vice do PTB sem saber se esse partido vai coligar-se com ele.

Assim mesmo, o líder do PTB na Câmara, deputado Gastão Right (SP), acredita que a convenção de seu partido vai definir a coligação com o PDT. Nesse caso, entende que o PDT poderá fazer uma nova convenção, trocando o vice — provavelmente Fernando Lyra — por um petebista. O PTB está sendo assediado também pelo PRN de Collor, pelo PMDB de Ulysses e pelo PFL de Aureliano Chaves, só que nenhuma desses três promete o cargo de vice ao partido. Além das quatro propostas de coligação, os petebistas podem definir por concorrer com candidato própria, sendo o senador Afonso Camargo (PR) o único postulante, por enquanto. Camargo (PR) é único postu-

lante, por enquanto. Camargo não fala no nome de seu vice, pois sua candidatura permanece incerta.

Seja do PDT ou PTB, o vice de Leonel Brizola terá uma figura ativa dentro do Governo. "Vice com Brizola trabalha, não tem essa história de ficar esperando uma viagem para assumir", comenta Vivaldo Barbosa, lembrando a última experiência de candidato no Executivo. Quando governador do Rio, Brizola deu atribuições a seu vice, Darcy Ribeiro: ele foi secretário da Cultura e responsável pelo programa dos CIEPs. "O vice do PDT certamente ocupará um Ministério", adianta o líder do PDT, que aposta na divisão de responsabilidades no Governo.

Indecisão

O PSDB estuda três opções para vice do senador Mário Covas (SP): o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, e senador Teotônio Villela Filho e a deputada Moema São Thiago (CE). O líder do partido na Câmara acredita que o vice não deve ter nenhuma função além da que determina a Constituição, de assumir na ausência do titular. (Brasília/ ZH)

24 11/6/89. r. Pa.

PSDB, PDT e PT sem dissidentes

As bancadas do PSDB, PDT e PT estão fechadas com os candidatos de seus partidos, respectivamente, o senador Mário Covas, o ex-governador Leonel Brizola e o deputado Luís Inácio Lula da Silva. O deputado Vicente Bogo, que integra a ala mais radical do PSDB, mesmo com as divergências com a direção dos fucanos, está de mãos arregaçadas na candidatura Covas e organizando o PSDB no Estado. A ordem agora é trabalhar para o crescimento da candidatura do partido.

Entre os pedetistas há uma inabalável convicção da esmagadora vitória de Brizola e não se assustam com o crescimento de Collor, que se diz, estaria tirando votos do candidato pedetista. Amoury Miller conta que, em sua região, até mesmo prefetos do PDS estão aderindo ao candidato e espera que Brizola colha, em 15 de novembro, 60% dos votos válidos. Considera que Ulysses, graças a estrutura partidária, deverá crescer e, com isso, tira votos de Collor, que por enquanto é o candidato que encarna o sentimento anti-esquerda.

Fiel ao apoio a Aureliano Chaves, os deputados Érico Pegoraro e Arnaldo Prietto, acreditam no fortalecimento de sua candidatura. Prietto lembra que Aureliano tem um folha de serviços prestados ao Rio Grande do Sul, com seu nome vinculado a ampliação do Pólo Petroquímico e a duplicação da Refinaria Alberto

Pasqualini. Destacou ainda que Aureliano, quando ministro das Minas e Energia, apoiou as reivindicações energéticas do Estado, com a decisão de construir usinas no rio Uruguai e de abastecer o Estado com a energia de Itaipu.

Fidelidade

Em alguns casos, a fidelidade ao partido pode custar caro. Al se enquadram os deputados Darcy Pozza e Adyson Motta, que se decidiram por apoiar o candidato do partido, Paulo Maluf. Mesmo que isto lhes custe a pecha de "malufistas", optaram pelo voto partidário, mas consideram que esta questão não é importante ao ponto de dividir os pedetistas, que dizem estarão unidos na sucessão estadual, em 88.

Mas esta opção não se faz com tranquilidade, tal o estigma que marca o candidato do partido, como no caso de Adyson Motta, que faz questão de explicar que "lutei, até o último momento contra a candidatura Maluf", que tinha restrições ao seu nome, mas que achou mais correto seguir a decisão do partido. Aliás, este é o mesmo argumento que Collor de Mello tem dado para justificar seu voto em Maluf, no Colégio Eleitoral, quando Tancredo Neves foi eleito Presidente da República. (Brasília/ZH)

088

F. A.

Prefeitos lançam frente para garantir o repasse de verbas

Luíza Erundina, de São Paulo, e Artur Virgílio, de Manaus, lideram movimento

Na presença dos prefeitos de São Paulo, Luíza Erundina, e de Manaus, Artur Virgílio Netto, foi lançado ontem, no Senado, mais um movimento que pretende acabar com a velha prática dos municípios virem a Brasília pedir verbas ao Governo Federal, de péssima mão. O movimento, denominado Frente Nacional de Prefeitos, é encabeçado também por Marcello Alencar, do Rio de Janeiro, e Pimenta da Veiga, de Belo Horizonte. A Frente quer uma solução para a grave crise financeira por que passam os municípios brasileiros, a maior parte altamente endividados e com graves problemas sociais a resolver.

A Frente Nacional de Prefeitos nasce no momento em que a Câmara Federal discute a Lei de Diretrizes Orçamentá-

rias, que pode impor um rígido e inédito controle às contas do governo. Um dos pontos questionados pelos prefeitos é o artigo do projeto de lei do deputado José Serra (PSDB/SP), que obriga os municípios a pagarem, no ano que vem, pelo menos 20% das suas dívidas externas. Este artigo, segundo a prefeita Luíza Erundina, se aprovado, pode significar a inviabilização dos orçamentos municipais para 1968.

Reforma tributária

No documento de constituição, a Frente Nacional de Prefeitos exige a rápida regulamentação da reforma tributária, introduzida pela Constituição; a liberação pela Caixa Econômica Federal e

pelo BNDES dos recursos aprovados para projetos de interesse social; o financiamento pela União de moradias para as camadas de baixa renda e a participação e representação dos municípios brasileiros nos órgãos federais que administram a política tributária e a liberação de recursos às prefeituras.

O movimento lançado ontem, apesar de engrossado em sua maioria por prefeitos eleitos pelo PT, pretende ser suprapartidário. O manifesto de constituição da Frente Nacional de Prefeitos vai ser lido no dia 20 em Salvador, na reunião dos prefeitos de todo o País. Outro passo, segundo Artur Virgílio Netto, será a formação de uma assessoria parlamentar para pressionar deputados e senadores, quando estes forem votar a lei de diretrizes orçamentárias. (AG)

01.01

8905484

Collor pode ter reforço de cinco nomes gaúchos

A força do candidato do PRN no Estado está surpreendendo

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

Num Estado de conhecida tradição política e do reconhecido favoritismo de Brizola, não deixa de ser surpreendente a força de Collor de Mello. Antônio Britto, do PMDB, diz que o candidato está muito bem pois "sem ter nada, conseguiu 20% nas pesquisas". Mas a campanha do candidato do PRN pode ganhar importantes reforços nos próximos dias. Podem aderir a sua candidatura o senador Carlos Chiarelli, do PFL, e os deputados Osvaldo Bender, Telmo Kirst e Victor Faccioni, do PDS, e João de Deus, do PTB.

Depois de ter jogado todas as fichas nas prévias do PFL, apoiando o senador Marco Maciel, Chiarelli ainda não se definiu por apoiar Aureliano Chaves. O senador gaúcho já esteve algumas vezes reunido com Collor de Mello, com seu nome sendo ventilado para ocupar a vice, que terminou ficando com o senador Ilamar Franco, com quem Chiarelli tem grande afinidade desde a atuação que ambos tiveram na CPI da Corrupção. Mas, por enquanto, prefere se colocar como indefinido, dizendo que é muito cedo e aguardando o desdobramento de novos fatos políticos.

Dividido desde a escolha de Maluf, como candidato à Presidência, o PDS desistiu de se unificar para o pleito de novembro, liberando a bancada para posições individuais. Faccioni, Kirst e Bender definiram que não votam em Maluf, mas não abrem o jogo sobre qual candidatura apoiar. Eles têm sido aconselhados a esperar para ver se Collor se mantém no topo das pesquisas e depois para melhor

auscultar as bases, evitando problemas como os enfrentados por Bender, que está arrependido de ter manifestado simpatia por Collor. Mas Kirst, afirma, que a tendência da base é *collorir*.

Decisões

Aguardando a definição da Convenção do PTB, João de Deus está disposto a apoiar quem o partido escolher, até mesmo Brizola, com quem brigou antes de deixar o PDT. Bastante tranquilo, evoluiu em sua posição, desistindo de apoiar a candidatura do senador Afonso Camargo e de não acompanhar o partido caso este se coligasse com o PDT.

João de Deus deve ficar sem uma posição até que seu partido se defina, sendo que além da candidatura própria, os petebistas estão sendo disputados por Brizola, Collor de Mello e, a partir de agora, por Ulysses Guimarães. A situação de indefinição é outra no caso do deputado Adroaldo Streck, que está sem partido desde que saiu do PDT, após divergências que se acumularam na Constituinte e que chegaram em seu ponto alto nas eleições para a prefeitura de Porto Alegre.

Indeciso entre apoiar Covas, do PSDB e Brizola, do PDT, Streck só vai definir seu partido no ano que vem, quando será redefinido o quadro partidário. Cauteloso, explica sua posição contando que quase entrou numa fria, pois esteve para se filiar no PDC e caso isto tivesse ocorrido, teria saído do partido, quando este aceitou em suas fileiras o líder da UDR, Ronaldo Calçada. (Brasília/ZH)

TRE vai apurar o pleito até o Natal

O diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Leonel Tosti, retornou de Brasília trazendo para análise da Justiça Eleitoral gaúcha a nova estrutura de realização e apuração do pleito, definida em suas linhas mestras pelo Tribunal Superior Eleitoral. O cronograma prevê que até o dia 25 de novembro estejam apurados os votos do 1º turno, e até 24 de dezembro, possa ser anunciado o resultado final da eleição.

Uma das novidades exigirá muita adaptação por parte da Justiça Eleitoral nos estados: cada TRE enviará através de computador os totais de votos de cada município para uma central em Brasília, sem considerar os recursos apresentados durante a apuração. Atualmente, cada juiz só libera o mapa eleitoral depois de julgados as impugnações e validadas as urnas. Pelo novo sistema, primeiro haverá a soma total dos votos, para posterior subtração ou acréscimo de sufrágios em função do julgamento dos recursos.

Pelo novo esquema, os TREs perdem a autonomia na apuração, pois deverão encaminhar eletronicamente os resultados de cada município a Brasília, enviando depois os boletins por via aérea. Não haverá o envio de boletim de apuração do Estado, pois este resultado não interessa

ao TSE, que trabalhará diretamente com os levantamentos nos 4.700 municípios brasileiros. A informatização do sistema será ampla, e além de enviar dados, os TREs poderão receber de volta os resultados parciais nacionais, minuto a minuto, para serem projetados em telão os terminal de vídeo.

Via computador

O resultado do julgamento dos recursos será encaminhado também via computador, modificando as totalizações por município, se for o caso, com nova digitação de resultados. Mesmo as urnas anisadas constarão da apuração inicial, para posterior exame. Para que o sistema funcione, o TSE enviará ao Tribunal Regional mais dois computadores, e possivelmente outros dez para o interior.

O TRE não terá despesas com confecção de boletins, mapas, atas ou cédulas, pois tudo será enviado pelo TSE. A cédula terá o tamanho de uma folha de ofício, havendo dúvida sobre a colocação de fotos dos candidatos. O aumento no tamanho foi justificado pela previsão de 15 a 22 candidatos no primeiro turno.

027

J.R.
24.10.63
Fla.

Uma rápida passagem por aqui

Foi uma das mais apressadas e meteóricas passagens de Leonel Brizola por Porto Alegre, nos últimos tempos. O candidato do PDT à Presidência, que deveria chegar por volta das 8h30min, acabou desembarcando no aeroporto Salgado Filho às 18h20min. Neste meio tempo, assessores do PDT trocavam telefonemas e informações desconexas, até que finalmente foi definido o desembarque para as 18h. Brizola chegou quase duas horas e meia mais tarde, deixando à espera pelo menos metade dos quadros de direção do partido no Estado.

Com as marchas e contramarchas em relação à vinda de Brizola, o PDT não teve chance de organizar uma festa de recepção capaz de rebater à altura a que Ulysses Guimarães teve direito na sua chegada a Porto Alegre, na quinta-feira. A demonstração de força oferecida ao candidato do PMDB foi reconhecida até pelo presidente regional do PDT, Matheus Schmidt: "O PMDB é um partido forte no Rio Grande do Sul. Elegeu o governador e não vamos menosprezá-lo", admitiu ele, com a ressalva, contudo, de que o PDT espera pelo menos 50% dos votos do Estado — onde há 130 mil filiados ao partido — em Leonel Brizola.

Alegando que havia enfrentado, desde a manhã, problemas para conseguir um táxi aéreo que o trouxesse do Rio de Janeiro, Brizola frustrou muitos pedetistas que, apesar das confusões de horários, foram aguardá-lo no Salgado Filho. Sem tempo para cumprimentos ou conversas, ele embarcou direto na Veraneio do partido e seguiu, quase todo o tempo com o carro acima de 100 km/h, até o Centro de Eventos do Plaza São Rafael. Reconhecido ao de-

sembarcar do carro, Brizola ganhou o direito de ter a rua Alberto Bins bloqueada por dois soldados da Brigada Militar para que pudesse atravessá-la na hora do rush e provocou frisson num grupo de moças que passavam pela rua e se penduraram em seu pescoço. "Finalmente consegui ser fotografada dando um beijo nele", exultou uma delas, enquanto Brizola, sorridente e um tanto embaraçado, se dirigia para a entrada do Centro de Eventos.

Comissão dos 11

O candidato do PDT, que só permaneceu em Porto Alegre o tempo suficiente para participar do Congresso da Famurs e de dois programas de televisão, retornou à noite mesmo para o Rio de Janeiro. Por enquanto, nada de roteiros pelo interior. Isto só deverá ocorrer depois do dia 25, quando o nome de Brizola for homologado oficialmente, em convenção nacional, como candidato do PDT. A partir desta data, segundo informou ontem Alceu Collares, atual secretário nacional do partido e coordenador da campanha na Região Sul, é que Brizola fará comícios e será distribuído o material de propaganda.

No momento, a campanha vem sendo idealizada no Rio Grande do Sul por uma "Comissão dos 11" que, de acordo com Matheus Schmidt, é apenas "mera coincidência" com os famosos "Grupos dos 11" de antes do regime militar, pelos quais Brizola pretendia ver multiplicado geometricamente o apoio a sua pregação pelas reformas de base. Coincidência ou não, o fato é que o número está pegando: a Zonal 111 já elegeu também uma "Comissão dos 11" para trabalhar na campanha.

098

@ Pts (F. P. R.)

JORNAL DO BRASIL

Brasil

Brizola terá encontro com Mitterrand

PTB quer dar o vice ao PDT

O candidato do PDT a presidente da República, Leonel Brizola, será recebido às 16h30 do próximo dia 19 pelo presidente da França, François Mitterrand, no Palácio Champs Elysées. De lá, no mesmo dia, Brizola irá a Estocolmo, onde jantará com o ex-chanceler alemão Willy Brandt, o ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi, o presidente de Portugal, Mário Soares, e o primeiro-ministro da Suécia, Ingemar Carlsson. No dia seguinte, em reunião de todos esses líderes políticos, a Internacional Socialista, entidade que reúne partidos de tendência social-democrata, admitirá o PDT como *full-member*, categoria mais elevada de sócios da entidade.

No encontro com Mitterrand, Brizola discutirá o plano que o presidente francês preparou sobre a dívida externa do terceiro mundo, e que será apresentado no dia 14 de julho, na reunião dos sete grandes países, em Paris. Brizola conhece Mitterrand desde 1978. Estava no exílio e Mitterrand era secretário-geral do Partido Socialista francês. Na época, assinaram um protocolo de ajuda mútua.

Antes da audiência com o presidente francês, o candidato do PDT participará de um almoço com várias personalidades, organizado pelo ministro da Cultura Internacional, Thierry de Beauregard, amigo íntimo de Mitterrand.

BRASÍLIA — Sessenta e cinco dos 143 convençãois do PTB já assinaram a moção que será apresentada à convenção nacional do próximo dia 11, propondo a coligação com o PDT na disputa pela sucessão presidencial e o apoio à candidatura Leonel Brizola. A informação foi divulgada em Brasília pelo ex-governador do Ceará Gonzaga Motta, vice-presidente nacional do partido.

Caso seja aprovada a coligação com o PDT, sob o nome de *Unidade Trabalhista*, o PTB indicará o candidato a vice-presidente. O nome mais forte para vice é o do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antônio Medeiros, mas Gonzaga Motta, o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães e o ex-ministro Roberto Gusmão também pretendem disputar a indicação.

Com Brizola — A formação da *Unidade Trabalhista* deverá ser o ponto central da reunião que a bancada petebista na Câmara fará hoje. Após o encontro, Gonzaga Motta e o líder do PTB, deputado Gastone Righi, viajarão para o Rio, onde se avistarão com o candidato Leonel Brizola. Motta foi discreto ontem, ao comentar sua pretensão de entrar na chapa de coligação. Segundo ele, o importante agora é a formalização do acordo com o PDT. O nome do vice pode ficar para depois.

Assessores do senador Affonso Camargo (PR), que pretende disputar o Planalto como candidato do PTB, confirmaram as informações do ex-governador do Ceará. Embora tenham contabilizado 50 assinaturas, e não 65, eles reconheceram que a prioridade para discussão da aliança com os petetistas na convenção

do dia 11 está garantida, pois o número mínimo de 37 assinaturas foi ultrapassado. No entanto, levantamento feito pelo gabinete de Camargo indica que 40% dos convençãois defendem a coligação, 40% exigem candidato próprio e 20% estão indecisos ou tendentes a correr para o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.

No trabalho de recolhimento de assinaturas estão empenhados, além de Gonzaga Motta, Roberto Magalhães, os deputados Benedito Monteiro (PA) e Carrel Benevides (AM) e o deputado estadual Barros Munhoz, de São Paulo.

De olho em 1990 — Defensor do apoio a Brizola, o deputado Gastone Righi disse que a coligação com o PDT, nestas eleições, permitirá o surgimento de um grande partido trabalhista de massas com a fusão das duas legendas. "Será", previu, "uma alternativa democrática para a classe trabalhadora."

No entanto, Righi parece estar de olho é nas eleições de 1990, quando serão escolhidos os novos governadores. Resaltou que a fusão PTB-PDT permitiria o crescimento de candidaturas a governador e citou nomes: o senador Carlos de Carvalho, no Amazonas; o prefeito de Belém, Said Xerfan, no Pará; Gonzaga Motta, no Ceará; Roberto Magalhães, em Pernambuco; o senador Lourenberg Nunes Rocha, em Mato Grosso; e o senador Olavo Pires, em Rondônia.

Para reforçar sua defesa da fusão PTB-PDT, o deputado Gastone Righi arrematou: "Nesses estados, o PTB é forte e o PDT é fraco. Juntos, seriam invencíveis."



Moderados criam bloco independente

Querem reviver o Centrão, com parlamentares de outras siglas, e até formar novo partido

O grupo moderado do PMDB vai atuar sob a forma de um bloco independente. A idéia é a formação de um bloco interpartidário, reunindo aos parlamentares moderados de outros partidos, como o PTB, a exemplo do Centrão, que funcionou durante a Constituinte. A decisão foi tomada ontem de manhã, em reunião na liderança do Governo na Câmara, quando foi constituída uma comissão que vai tratar da formação do bloco, integrada pelos deputados Nilson Gibson (PMDB-PE), Basílio Villani (PTB), José Dutra (PMDB-AM) e Luis Boyer (PMDB-GO).

Conforme o ministro Roberto Cardoso Alves, o bloco terá mais de 100 integrantes e servirá para mostrar a força dos moderados. O grupo moderado decidiu também que não vai procurar o candidato do PMDB à sucessão presidencial, deputado Ulysses Guimarães, em busca de uma composição. "Não queremos indicar o vice. A nossa posição é não tomar iniciativa para nada, mas aguardar que o doutor Ulysses nos procure", explicou o ministro Carlos Santana, para quem o bloco interpartidário pode ser o embrião de um novo partido.

A espera de Ulysses

Já o ministro Jader Barbalho entende que Ulysses deve promover a unidade do partido e o vice deve representar esta unidade. Os moderados vão esperar uma aproximação por parte de Ulysses até maio, segundo Santana, para depois estudar uma nova opção partidária. Além disso, o grupo promoverá uma reunião semanal, às quartas-feiras. O bloco interpartidário está respaldado no texto constitucional, impedindo que sua formação seja prejudicada, informou o ministro Carlos Santana, que não aceita votos dos progressistas do PMDB.

Como os objetivos do PMDB e dos moderados são coincidentes, o grupo deve permanecer no partido, no entendimento do líder do Governo na Câmara, deputado Luís Roberto Pontes (PMDB). "O que pode ser desvirtuado entre nós e os progressistas é o caminho para chegar a esses objetivos, já que os meios antigos estão sendo repetidos", ponderou. Pontes disse ainda que os



Santana: esperando por Ulysses e Guimarães

moderados não pretendem cabalar votos, mas ele preferia outro candidato a vice pelo PMDB que não fosse o governador Waldir Pires, pois vê seu discurso como "político". — Se este bloco deixa o partido, o PMDB perde a eleição — disse o ministro Jader Barbalho, após a reunião, lembrando que o partido deve estar unido e manter a integridade para chegar ao segundo turno das eleições.

Tempo na TV

O principal argumento dos moderados para a formação desse bloco é a necessidade de manter unido o grupo até uma decisão sobre seu destino. Além disso, jogam com a possibilidade de que a ameaça de saída de mais de 60 parlamentares, trazendo a possibilidade de diminuição do tempo do partido na propaganda gratuita de rádio e televisão, leve Ulysses a procurar seu apoio.

A decisão de criação desse bloco — que, segundo alguns parlamentares, futuramente poderá ser transformado em novo partido — não foi, contudo, muito simples. Durante a reunião a portas fechadas, houve muitas reclamações de parlamentares que apóiam o Governo mas se sentem rejeitados pelo Palácio de Planalto e não vêm tendo seus pleitos regionais atendidos.

— Não conseguimos nem falar com o presidente. Somos sempre barrados pela secretária do Costa Couto — afirmou o deputado José Freire (GO), seguido por diversos companheiros que se queixaram de que suas indicações para ocupação de cargos estavam sendo ignoradas. (Brasília-SE/AG)

Progressistas avisam: não cedem às pressões

Os progressistas do PMDB asseguraram que não vão ceder às pressões dos moderados, que não querem aceitar a indicação do governador Waldir Pires para vice na chapa do PMDB às eleições presidenciais, encabeçada pelo deputado Ulysses Guimarães. "O apoio dos moderados é importante para o primeiro turno das eleições, mas não o suficiente para que aceitemos imposições que modifiquem a posição de afastamento do Governo que os progressistas adotaram", assegurou então o deputado Irajá Rodrigues, que defendeu a candidatura de Orestes Quêrela na convenção do PMDB.

O deputado Tarcísio Delgado, secretário-geral da Executiva do PMDB, também assegurou que os progressistas não abrirão mão de Waldir Pires para vice. Ele considera que os moderados não conseguirão manter unidos os parlamentares em uma posição de rigidez contra esta candidatura, apesar de ontem terem formado o bloco parlamentar de apoio ao presidente José Sarney.

— Muitos deles acabaram vindo para o nosso lado, mesmo com o Waldir na chapa — garantiu Delgado, seguro da receptividade do governador da Bahia, devido à necessidade do PMDB reunir os votos de São Paulo e do Nordeste, e de a chapa de Ulysses incluir um nome que lhe imprima um perfil mais à esquerda. (AG)

01.01

8905601

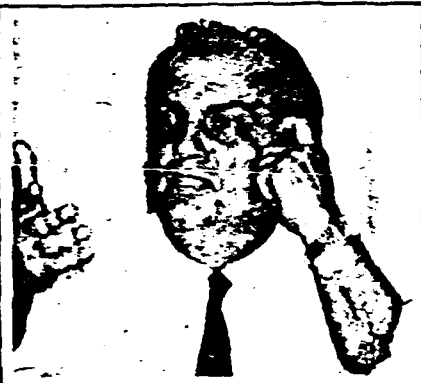


O candidato do Partido Comunista Brasileiro à Presidência está mantendo contato com os demais partidos, líderes sindicais e da sociedade civil para debaterem com o Governo um pacto que garanta o processo democrático

PCB quer pacto para garantir a democracia

O candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, está entrando em contato com os partidos políticos, lideranças sindicais e da sociedade civil, visando à realização de uma reunião com o Governo, em Brasília, na semana que vem, para formalizar um pacto de garantia do processo democrático. A idéia surgiu diante da inquietação causada nos meios políticos pelo ressurgimento do terrorismo.

— Não podemos permitir que atos terroristas, cometidos por grupos irresponsáveis, coloquem em risco a Constituição e o processo democrático brasileiro — afirmou Freire.



Roberto Freire: preocupação

possibilidade de "supressão das liberdades democráticas, principalmente o direito de greve", como informou ontem um de seus dirigentes.

Para tentar reverter esse clima, a direção do partido deve propor, na reunião extraordinária, a adoção de medidas, em conjunto com outros partidos e representantes da sociedade civil, "para garantir as conquistas obtidas nos últi-

mos anos", segundo revelou o ex-deputado Luiz Dulci, secretário de Assuntos Institucionais do Diretório Nacional do PT.

Ameaças

Onze pessoas, entre parlamentares, lideranças políticas do PT e do PC do B e sindicalistas, receberam, nos últimos dias, em Curitiba, cartas de ameaça do Comando de Caça aos Comunistas, Corruptos e Clero Progressista (C&P). As cartas, postadas em São Paulo, consideram "descartáveis" as vidas dos que as receberam e orienta para que os destinatários "sigam o caminho da lei e da ordem, caso contrário serão molestados".

Hoje, o secretário de Segurança Pública do Paraná, Antônio Lopes de Noreña, receberá em audiência uma comissão de integrantes dos diretórios regionais do PT e do PC do B, além dos vereadores Florivaldo Vitor e Ângelo Vassini, do PT, que também receberam as ameaças. (AG)

PT avança

A Comissão Executiva do Diretório Nacional do PT convocou ontem, em São Paulo, uma reunião extraordinária para amanhã, durante todo o dia, na sede do Instituto Pio XI, para examinar o quadro político do País e o atestado ocorrido em Volta Redonda. Tem-se no PT o clima de instabilidade política no País e a

Ministro da Aeronáutica não vê ameaça

O ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-de-ar Octávio Moreira Lima, afirmou ontem, em Porto Alegre, que as incidentes violentos ocorridos em Recife e Volta Redonda não causam qualquer ameaça à democracia brasileira. "A única saída para o Brasil é a consolidação da democracia com a manutenção das instituições", declarou. Moreira Lima lembrou que episódios violentos são comuns em países com larga tradição democrática "e eles seguem firmes na

suas caminhadas". No entanto, o ministro da Aeronáutica considerou indispensável a rápida apuração dos fatos, com a identificação dos responsáveis:

— É preciso uma apuração rigorosa para evitar a impunidade, que é o mal maior — destacou Moreira Lima.

O ministro, que chegou ontem ao Rio Grande do Sul para participar da inauguração de uma fábrica de equipamentos de aviação, disse que não tinha

recebido qualquer informação a respeito das explosões na Siderúrgica de Volta Redonda, mas entendeu que o ato, se for criminoso, é obra de "destinados".

Para o ministro, a sucessão de episódios violentos será superada pela mobilização da sociedade, que "é contra esses grupos radicais interessados em perturbar a ordem". Por isso, ele entende que a apuração dos fatos é uma obrigação dos órgãos policiais e uma exigência da sociedade. (AG)

PMDB protesta contra a explosão de bomba

Em nota oficial divulgada ontem, em Brasília, a Executiva Nacional do PMDB manifestou inconformismo com a "barbárie praticada por inimigos da democracia" contra o memorial construído em homenagem aos trabalhadores mortos em novembro, em Volta Redonda. O PMDB solidarizou-se também com o governo do Estado do Rio na abertura de inquérito para identificar e punir os responsáveis.

Na nota, o PMDB expressa seu "mais veemente repúdio a todo tipo de terrorismo" e deixa claro que deseja contribuir, de modo decisivo, para a consolidação da democracia e para que as eleições presidenciais sejam realizadas livremente.

"O PMDB está convencido da vocação democrática do povo brasileiro e quer contribuir no enfrentamento de todas as dificuldades para a consolidação da democracia com eleições diretas, limpas e livres para presidente da República em 15 de novembro próximo", enfatizou a direção partidária, salientando, ainda, que qualquer ato que possa comprometer esse processo recebe o repúdio do PMDB.

Moreira Franco

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, afirmou ontem que as bombas colocadas por terroristas no monumento aos três trabalhadores mortos em Volta Redonda não ameaçam a eleição para presidente da República este ano.

— Nós não vamos permitir que o terrorismo interrompa o processo de abertura e de consolidação da democracia brasileira. Enganam-se os terroristas, sejam eles de direita, de esquerda, do centro, do cima, do baixo, do lado. Eles não têm força política, não têm força moral para interromper o processo democrático — acrescentou Moreira, depois de assinar, no Palácio Guanabara, decretos de desapropriação de áreas rurais e urbanas. (AG)

CONGRESSO

Reprovados por falta

*Nuna atitude corajosa,
a Câmara cassa o mandato de dois
deputados fantasmas*

Desde o início do ano, o Congresso Nacional vinha patrocinando um conjunto de medidas que só atrapalhavam a vida do contribuinte e colaboravam para abalar o seu prestígio junto aos eleitores. Os congressistas impediram o governo de fechar estatais ociosas, engrossaram a lista de parentes empregados na Casa e se deram sucessivos aumentos que elevaram seus salários a 10 120 cruzados novos. Na semana passada, entretanto, a Câmara surpreendeu o país com uma boa notícia. A mesa diretora, um organismo formado por sete deputados eleitos por seus colegas que dirige os trabalhos da Casa em seu dia-a-dia, decidiu, por unanimidade, acabar com uma das mais irritantes mazelas da vida parlamentar — os deputados que não comparecem ao serviço.

"Trabalhador que não comparece ao emprego é demitido por justa causa", afirma o deputado Alceni Guerra, do PFL do Paraná. "Deputado que não comparece à sessão tem que voltar para casa", acrescenta ele. Numa só tacada, a Câmara cassou o mandato de dois campeões na categoria dos fantasmas do plenário, ambos do PMDB. O número 1 é o mineiro Mário Bouchardet, de 51 anos, que este ano ainda não apareceu uma única vez em plenário. O vice-campeão é Felipe Cheidde, de São Paulo, que só participou de três sessões este ano. Os dois foram punidos com base na Constituição, que prevê a perda do mandato como pena para os parlamentares que não comparecerem a pelo menos um terço das sessões por ano. Bouchardet e Cheidde poderiam faltar 61 vezes este ano, já que a previsão é de que a Câmara realize 183 sessões este ano — mas já superaram esse índice. Bouchardet tem 65 faltas até agora, e Cheidde, 62. Além disso, os dois poderão ser obrigados a restituir os 200 000 dólares que receberam desde que assumiram o mandato, em 1987. A mesa da Câmara estuda uma forma legal de pedir o ressarcimento. "Vou recorrer à Justiça", diz Cheidde. "Fizem de mim um bode expiatório", acrescenta.

Político Desencantado — Eleitos por 100 000 pessoas, nenhum dos dois deputados assinou o texto da nova Constituição. No dia da promulgação da Carta, numa so-

lenidade transmitida ao vivo pelas rádios e televisões, Bouchardet preferiu ficar em Visconde do Rio Branco, cidade de 35 000 habitantes, a 275 quilômetros de Belo Horizonte. Dono de 34 fazendas que, juntas, somam 20 000 hectares, Bouchardet é o maior usineiro de açúcar e álcool de Minas Gerais. "Tenho coisas mais importantes a tratar do que ficar ouvindo bobagens",

disse várias vezes quando lhe cobravam sua presença em Brasília. "Bouchardet deixou claro desde o início que se desencantou com a política", explicou um de seus melhores amigos, o deputado estadual Felipe Neri, do PMDB. Apadrinhado do ex-governador Hélio Garcia, Bouchardet só compareceu às votações do Congresso arrastado pelos colegas do Centro. "O dever de Bouchardet era comparecer às sessões e honrar os votos que recebeu", lamentou Hélio Garcia.

O outro gazeteiro da Câmara, Felipe Cheidde, é empresário da construção civil e estava no seu segundo mandato de deputado federal. A atividade mais conhecida de Cheidde, porém, não está relacionada com os problemas políticos brasileiros — mas com as mesas de jogo. O ex-deputado é um jogador inveterado e costuma frequentar os cassinos de Porto Rico, na América Central,



Felipe Cheidde estava no exercício de seu segundo mandato como deputado federal. Empresário, ele sempre gostou de jogar — e, por isso, deve 1,5 milhão de dólares a diversos cassinos espalhados pelo mundo. Está arriscado a ter de devolver aos cofres da Câmara os 200 000 dólares que recebeu desde que assumiu sua vaga como parlamentar, em 1987.



O deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara: decisão unânime.

01.02

8905604
VEJA, 7 DE JUNHO, 1989

e Atlantic City, nos Estados Unidos, onde acumula dívidas que chegam a 1,5 milhão de dólares. "Vou morrer jogando", diz ele. Não há nada de errado numa pessoa gostar de jogar e fazer suas apostas em países onde essa atividade é legal. Errado é um deputado de um país como o Brasil faturar uma bolada de dinheiro por mês e não arcar com suas responsabilidades políticas para com o eleitor.

Cheidde e Bouchardet não são os únicos faltosos, embora tenham ultrapassado os limites da tolerância. A Câmara tem feito, desde o início da Constituinte, um controle eletrônico da presença em plenário — antes, o controle era manual, e funcionava num sistema que, como nos maus colégios, permitia o abono de falta sem justificações. O



Barreto: folclore

novo sistema permite à mesa saber exatamente quem está na marca para sofrer uma punição severa, como a cassação, por exemplo. "Estamos moralizando o Congresso", afirma o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade.

As medidas para colocar ordem na Casa não param por aí. Na semana passada, uma boa parcela dos deputados circulava pelos corredores do Congresso com um contracheque mais magro no bolso. A mesa da Câmara descontou dos salários as ausências em plenário. O deputado Hermes Zaneti (PSDB-RS), por exemplo, recebeu um contracheque no qual foram descontados 3 990 cruzados novos — ele faltou a quinze sessões em maio. Nem o depu-

tado Paes de Andrade escapou da malha fina: perdeu 1 300 cruzados novos por ter faltado a cinco sessões no mês passado.

CASSAÇÕES MILITARES — A decisão da semana passada é rara na história do Congresso Nacional. O Brasil já tinha assistido a uma cassação em 1949, quando o deputado Edmundo Barreto Pinto, do PTB, posou de cuecas para a revista *O Cruzeiro*, num caso que acabou virando folclore político. No período de governo militar, outros 110 deputados federais foram cassados só com base no Ato Institucional n.º 5. A diferença é que, nesse período, cassavam-se políticos com mandato para deixá-los à margem da vida do país. No caso dos deputados fantasmas do PMDB, só lhes foi retirado um cargo que eles não se preocupavam em respeitar. "Foi um ato de justiça", acha o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro.

Depois da cassação dos dois mandatos, resta saber como o Congresso vai tratar, daqui para a frente, outras histórias desagradáveis que pairam sobre a Casa. A mais recente envolve o deputado Gustavo de Faria, acusado de ter participado de irregularidades no Instituto de Previdência do Congresso. Outra, mais antiga, diz respeito ao deputado Agassiz Almeida, do PMDB. Ele teria falsificado a assinatura do ex-presidente do Senado Humberto Lucena para colocar dois protegidos em cargos públicos na Paraíba, seu Estado natal. A dúvida sobre como o Congresso vai resolver esses problemas se justifica. Em 1975, por exemplo, a Casa arquivou uma denúncia de corrupção contra o então senador Wilson Campos — o senador acabou sendo cassado com base no AI-5 e o Congresso perdeu uma chance de fazer bem a si próprio.

A maneira como os congressistas se comportam diante de casos como esse é que dá ao Congresso maior ou menor prestígio. Muitos parlamentares costumam atribuir a atual impopularidade da Casa, que chega a ser maior que a do presidente José Sarney, a uma mera questão de marketing e a um complot da imprensa contra o Congresso. Essa idéia sugere soluções ingênuas, como a criação de uma TV Congresso, que chegou a ser defendida pelo próprio presidente da Câmara. Na verdade, o que recupera a imagem e a credibilidade do Congresso diante da opinião pública é uma resposta clara a um problema concreto — como aconteceu na semana passada, quando os deputados fantasmas foram punidos conforme manda a lei. "O que a Câmara fez foi dar os anéis para não perder os dedos", afirma o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).



Na condição de maior usineiro de Minas Gerais, Mário Bouchardet não compareceu sequer a uma única sessão da Câmara dos Deputados, desde o início dos trabalhos este ano. Eleito com pouco mais de 40 000 votos, em 1986, Bouchardet preferiu cuidar de suas 34 fazendas, que, juntas, somam cerca de 20 000 hectares, a assinar o texto da nova Constituição.



U. BETHMAN



JOÃO MAMBO

...e controle rigoroso das presenças em plenário

UDR na pista

Em Brasília, Caiado lança sua candidatura



Na sucessão presidencial, aquela faixa de candidatos que disputa a maioria dos votos de esquerda já está bastante amarrada — Leonel Brizola e Luís Ignácio Lula da Silva. À direita, no entanto, a produção de candidaturas é mais lenta, e também mais prolífica. O último nome a aparecer foi o do médico e fazendeiro Ronaldo Caiado, presidente da União Democrática Ruralista, UDR. Na terça-feira da semana passada, ele aproveitou uma assembleia da entidade, em Brasília, para se lançar candidato. "Esta é a hora de parar ou de vestir a camisa da garra, da luta e do confronto", disse Caiado, que entra na corrida presidencial com uma marca bastante conhecida — o palavreado estridente.

Pavimentada junto a produtores rurais, que liderou em grandes manifestações contra a reforma agrária, a candidatura de Caiado pode se transformar numa das grandes atrações da sucessão — pela dureza de seu discurso como pela sua penetração junto ao eleitorado feminino. O líder da UDR, contudo, entra no campo eleitoral atrapalhado por um conjunto de dificuldades. Para começar, Caiado não tem uma legenda pela qual concorrer. Ele concentrava suas esperanças no Partido Democrata Cristão, o PDC — mas recebeu uma raspadeira. Na quinta-feira passada, Caiado apareceu sem ser convidado numa convenção do PDC, tentou fazer um discurso e foi impedido pelo deputado paulista José Maria Eymael. Restou ao líder rural assistir à reunião do fundo do auditório, sem direito a usar a palavra.

SEM AVENTURAS — Para ganhar força como candidato, Caiado terá de resolver muitas pendências entre antigos aliados. No ano passado, por exemplo, ele brigou com o empresário José Eduardo Vieira, dono do Banco Bamerindus, porque decidiu apoiar a anistia às dívidas das microempresas na Constituinte. Desde então, a entidade vem sofrendo o boicote financeiro de alguns empresários, especialmente os do sul do país. "Os banqueiros venderam a imagem de que a UDR é ligada aos calotes", queixa-se Caiado. A oposição da UDR ao Plano Verão também foi motivo



Caiado: idéia de prévia e semente para candidatura a vice

para que Caiado brigasse com outros amigos, como o deputado Alysson Paulinelli, presidente da Confederação Nacional da Agricultura, CNA. Enfim, no seu próprio Estado natal, Goiás, o líder da UDR enfrenta a oposição do ministro da Agricultura, o também goiano Íris Rezende, do PMDB. Na semana passada, o lançamento da candidatura de Caiado foi recebido com frieza por boa parte dos conservadores. "A hora não é de aventuras", afirma o deputado Alysson Paulinelli.

Nessa fase inicial, a UDR de Caiado também enfrenta problemas comuns aos partidos políticos — as brigas internas. Há um ano, quando contou aos amigos mais próxi-

mos seus planos de se lançar candidato, metade da diretoria da UDR pediu demissão. A entidade, que já possuiu 400 000 filiados, perdeu 50 000 de um ano para cá. Nas últimas eleições, os candidatos da UDR ganharam um punhado de prefeituras no interior — otimista, Caiado conta com o apoio dos prefeitos para azeitar sua campanha. Em seu lançamento, ele apresentou a proposta de realizar em setembro uma prévia entre os candidatos conservadores. Se a idéia vai colar, é bem cedo para saber. Com o projeto, no entanto, o líder da UDR plantou a semente de uma vaga de vice-presidente na chapa de algum outro candidato.

Uma briga de morte no PFL

Como o PMDB, o PFL enfrenta sua fratura

Sócio do PMDB na partilha de ministérios, o PFL também é sócio da legenda de Ulysses Guimarães em matéria de problemas para empinar sua candidatura à sucessão presidencial. Como o PMDB, o partido está rachado entre um bloco governista e outro que preferiu fazer oposição a Sarney desde que a popularidade do governo começou a cair. Na fase atual da campanha para presidente, em que qualquer cidadão pode reunir um grupo de amigos e anunciar que também é candidato ao Planalto, sem que isso quei-

ra dizer muita coisa, o PFL cozinha três possibilidades. A primeira, e histórica, é a do ex-ministro Aureliano Chaves, que, na semana passada, caminhou alguns passos na calçada em frente ao prédio onde mora, em Belo Horizonte, para mostrar à imprensa que já está bem recuperado de uma pequena cirurgia feita tempos atrás no pé direito. Outra opção é a da fórmula mágica — a do lançamento do empresário Silvio Santos, dono do SBT. Por fim, há pefelistas interessados em fechar um acordo com o empresário Antonio Ermírio de Moraes. Por vários meses, An-

tonio Ermírio descartou essa possibilidade em conversas com amigos. Nos últimos dias, contudo, a idéia de entrar na campanha voltou a animar o empresário.

Rachado entre seus dois caciques mais conhecidos, o senador Marco Maciel e Aureliano Chaves, o PFL tem fraturas em vários pontos de seu organismo. Quem está no bloco de Aureliano, por exemplo, não quer nem ouvir falar em outra possibilidade — ao menos por enquanto. "Entre Silvio Santos e Antonio Ermírio, meu voto é pela Xuxa", ironiza o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara dos Deputados. Movimentando-se pela outra facção do partido, na semana passada

Jogo paulista

Quércia movimenta-se dentro do PMDB



O maior adversário que possivelmente o deputado Ulysses Guimarães teria de enfrentar dentro do PMDB para o lançamento de sua candidatura à sucessão do presidente José Sarney viu, na semana passada, seu nome receber novas doses de vitamina política. Instalado dentro do Palácio dos Bandeirantes, onde tem um mandato garantido até o início de 1991, o governador Orestes Quércia, de São Paulo, passou os últimos dias fazendo negativas públicas de sua candidatura e, em encontros privados com políticos, pedindo que não lançassem seu nome. Os deputados quercistas, que têm como linha de conduta seguir o chefe, insistem na candidatura — e o resultado é uma dessas típicas situações em que os políticos se encontram quando ainda não decidiram aonde pretendem chegar mas já descobriram que não podem ficar parados.

No último final de semana, um dos mais próximos auxiliares de Quércia, o deputado Roberto Rollemberg, organizou uma convenção do PMDB no Estado para o lançamento do nome do governador à Presidência da República. Na semana passada, uma caravana de deputados do PMDB paulista procurou Quércia com a finalidade de convencê-lo a disputar a Presidência. Logo depois, o próprio Quércia rebateria publicamente o convite com uma resposta que pode ser lida de duas formas. "O candidato que eu prefiro é o doutor



Quércia: caravana de deputados e negativas públicas sobre a candidatura

Ulysses", disse. "Agora, se houver uma manifestação no sentido de outro candidato, tudo bem", acrescentou o governador. Esse "tudo bem" pode significar que Quércia apoiaria, mesmo, um outro candidato — ou que esse outro candidato seria ele mesmo.

"VAMOS PARA O PAU" — Dentro do PMDB, Quércia e Ulysses mantêm uma relação gentil, que lhes permite conversas bastante frequentes. Na última delas, em Brasília, Ulysses tentou obter o apoio explícito de Quércia, por uma via transversal. "Se você é candidato, eu abro mão", disse o presidente do PMDB. "Eu não sou", garantiu Quércia.

"Já que você não é, tomo então a liberdade de comunicar que eu sou", finalizou Ulysses. Nessa conversa, em que é sempre difícil compreender as reais intenções de cada um dos interlocutores, ficou a impressão de que Quércia aplana sua candidatura com a esperança de que o nome de Ulysses acabe detendo de forma natural. Entre os parlamentares mais fiéis ao governador de São Paulo, contudo, já se ouvem vozes que pregam o confronto aberto com o líder do PMDB. "Se Ulysses não desistir, vamos para o pau", afirma o deputado estadual paulista Néfi Tales.

As brigas no PMDB provocaram, na semana passada, momentos de mal-estar no Palácio do Planalto. Transtornado porque Ulysses se juntou à ala mais à esquerda do PMDB para tentar deixar os aliados do governo fora da direção do partido, o presidente José Sarney comentou com um ministro que pretende em breve renunciar à presidência de honra da legenda. Na verdade, poucas pessoas se lembram de que Sarney ainda pertence aos quadros do PMDB — mas ninguém se esquece de que o partido ainda faz parte do governo. "Não há uma diferença real entre as correntes que disputam o PMDB", dispara o ministro Läder Barbalho, da Previdência. "O que há é um segmento que acha mais conveniente afastar-se agora do governo, por oportunismo eleitoral", acrescenta. Do ponto de vista prático, a saída de Sarney do PMDB pode até auxiliar Ulysses a desvincular sua imagem do governo. Mas não é Sarney, e talvez nem seja Quércia, o maior obstáculo atual à candidatura de Ulysses. O problema é que Ulysses, dentro do PMDB, tem muito mais apoio entre os adversários de hoje do que entre aliados de esquerda — que já caíam conversas com o tucano Mário Covas e com Leonel Brizola.

Marco Maciel foi a Belo Horizonte para um encontro de paz de 3 horas com Aureliano — mas a conversa não prosperou. Hoje em dia, Maciel lidera a fração mais enigmática do PFL — aquela que é contra Aureliano Chaves, só namora políticos que estão fora do partido e pode se tornar uma das grandes surpresas da sucessão presidencial. Maciel não tem candidatura para o primeiro turno, mas, no segundo, pode até atrelar-se à campanha de Leonel Brizola. "Podemos fazer acordos desde que não firam nosso programa", esquivava-se o magérrimo senador.

Maciel: na chefia da facção mais enigmática



ONILANDIO BRITO

Compasso de Brizola

Abençoado pelas pesquisas, o candidato do PDT conversa com empresários e quer mais espaço na TV



No dia 19 de abril de 1950, em Rio Branco, no Acre, o ex-ditador Getúlio Vargas, deposto cinco anos antes, lançou sua candidatura a presidente da República, que se tornaria vitoriosa naquele mesmo ano. Trinta e nove anos depois, um candidato à sucessão do presidente José Sarney irá lançar, oficialmente, sua campanha no mesmo dia e no mesmo lugar — o ex-governador Leonel Brizola, 67 anos, formado na linhagem política de Vargas e que há um quarto de século luta para chegar à cadeira um dia ocupada por seu antigo inspirador. Abençoado pelas pesquisas de opinião, que neste início de ano o colocam em primeiro lugar na linha de chegada, Brizola constrói uma campanha que é um edifício de peculiaridades. A principal delas diz respeito a sua própria carreira política: pela primeira vez em sua vida de homem público Leonel Brizola enfrenta uma eleição na qual possui um poderoso rival a sua esquerda — Luís Ignácio Lula da Silva, o candidato a presidente pelo PT. Outra diferença reside no comportamento de seus antigos adversários. Hoje em dia, até o deputado José Sarney Filho, o filho do presidente José Sarney, admite fazer campanha em palanque para ajudar Brizola a chegar ao Planalto. "Sou candidato porque há uma exigência do povo brasileiro, que quer e precisa retomar seu destino histórico", diz o ex-governador, que começa a cunhar uma série de expressões características a serem utilizadas em campanha (veja quadro na página ao lado).

Em termos práticos, a

candidatura de Brizola está naquele estágio que os atletas classificam como aquecimento. Brizola já tem um plano de campanha, e até um esboço de um plano de governo. Na campanha, ele planeja gastar cerca de 200 milhões de dólares. "A nossa pode ser classificada como uma campanha pobre", afirma, coberto de modéstia financeira, o deputado Brandão Monteiro, do PDT do Rio de Janeiro. Para divulgar o nome do candidato, começam a ser distribuídos, em vários pontos do país, aqueles tradicionais instrumentos de propaganda, como camise-

tas, isqueiros e sandálias com a marca Brizola. Em sua corrida eleitoral, contudo, o candidato pretende ir direto ao assunto quando o problema for tentar conseguir apoio da parcela mais carente do eleitorado — faminto de votos, Brizola planeja ganhar eleitores pela distribuição de comida. O plano, de fato, é original: é o Ticket Brizola. O projeto consiste em dar uma carteirinha de eleitor brizolista a toda pessoa que assinar uma ficha de inscrição nos comitês de apoio ao candidato — a esperança de Brizola é arregimentar diversos restaurantes dispostos a fazer um desconto na conta dos clientes que apresentarem a carteirinha.

BRIGA NA TV — A maior preocupação de Brizola, contudo, diz respeito ao tempo que terá para fazer sua campanha na televisão. O ponto é importante: quando está em boa forma, Brizola não tem rivais em matéria de eficiência nas suas aparições na TV. Em seus contatos políticos, ele trava uma luta diária para atrair mais deputados para sua legenda, o PDT. Hoje, a sigla tem uma banca minguada de apenas 28 deputados federais e dois senadores — o que lhe daria direito a apenas 5 minutos diários na TV, caso sejam mantidas as regras atuais de propaganda eleitoral. Seu projeto é chegar a setenta parlamentares até maio, inflando sua sigla em quase 150% em três meses, uma explosão que, se confirmada pelos fatos, transformará o PDT na terceira maior legenda do país. Para tanto, Brizola batalha para ficar com um pedaço do PMDB, outro do PFL e até uma ala do PDS.

Longe das câmaras na fase atual da campanha, a bússola eleitoral de Brizola já assinalou onde está seu maior adversário e onde reside sua maior dificuldade. Seu adversário é o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT, com quem Brizola disputa os votos do eleitorado de esquerda. Na semana passada, durante o enterro do sindicalista Juarez Antunes, prefeito de Volta Redonda e ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos



Brizola em Volta Redonda: em briga eleitoral com o PT

daquela cidade, e que morreu num desastre de automóvel em Minas Gerais, Lula e Brizola armaram uma cena deprimente, que mostrou com clareza a que ponto chegou a briga eleitoreira entre os dois. Em vida, Juarez Antunes era um político filiado ao PDT de Brizola e, ao mesmo tempo, um sindicalista integrado à CUT, a central sindical controlada pelo PT. No final da cerimônia, os sindicalistas da CUT cobriram o caixão de Juarez com a bandeira da entidade. Em seguida, no entanto, o mesmo caixão foi coerto por outra bandeira, a do PDT de Brizola.



Medeiros: elogios e insinuações para ser vice no PDT

“O QUE VOU FAZER COMO VICE?” — Descontando-se o mau gosto, o que há de verdadeiro, numa disputa como esta, é uma autêntica guerra eleitoral no interior das siglas de esquerda. O PT é forte exatamente naquele Estado onde a sigla de Brizola, o PDT, é raquítica — em São Paulo, onde vivem quase 25% de todos os eleitores. Em sua corrida presidencial, Brizola golpeia o PT com a mesma intensidade com que acaricia o maior rival dos petistas no movimento sindical — o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos.

Na segunda-feira da semana passada, Brizola telefonou para Medeiros e convidou-o para uma conversa — no dia seguinte, os dois se encontraram no Rio. Ao longo de 5 horas, Brizola e Medeiros trocaram idéias sobre a dívida externa, falaram mal de Lula e da prefeita Luiza Erundina, de

São Paulo, e concordaram nas críticas ao governo do presidente José Sarney. O assunto principal, no entanto, foi a eleição presidencial. Brizola deixou no ar a proposta de convidar Medeiros para sair como candidato a vice-presidente em sua chapa. “O que vou fazer como vice?”, indagou o sindicalista. “Quero ser interlocutor dos metalúrgicos com qualquer presidente de plantão”, acrescentou Medeiros, que também tem um pé na articulação que pode lançar o governador Orestes Quércia, de São Paulo, na corrida rumo ao Planalto.

JATINHO À DISPOSIÇÃO — Na busca de novos aliados, Brizola tem investido muito nas conversas com empresários. O sucesso dessa investida, contudo, tem sido desigual — o apoio tem sido maior entre o empresário do Rio de Janeiro e nos Estados do Sul. “Ele é o melhor entre os candidatos

apresentados”, elogia o empresário catarinense Realdo Guglielmi, que já ajudou o PDS e agora colocou seu jatinho particular à disposição do candidato do PDT. No início desta semana, Brizola desembarcou em São Paulo para um encontro promovido por Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo. Em campanha, o principal projeto de Brizola consiste em propagandar uma fórmula que aplicou no Rio de Janeiro na construção de escolas de tempo integral, os Cieps. “Nossa proposta é espalhar Cieps pelo Brasil inteiro”, afirma. A idéia de Brizola, em si, é bastante ambiciosa.

O seu problema maior, contudo, consiste em uma questão aritmética — para construir todos os 225 000 Cieps que seriam necessários para um país como o Brasil, onde há 38 milhões de crianças em idade escolar, Brizola precisaria permanecer na Presidência até o ano 2102, caso ele mantenha o mesmo ritmo de obras de seu governo, no Rio de Janeiro. Como se verifica até por esses números, que não fecham, o grande trunfo de Brizola na campanha atual não se encontra na contabilidade — mas em outro lugar. Ao contrário do que ocorre com os outros candidatos que têm a sua idade política, não se pode negar que o ex-governador é o único que não pode ser acusado de ter feito parte daquilo que se chama de Nova República nem do governo Sarney. Num ano eleitoral como o de 1989, esse é um trunfo que vale ouro.

Frases de campanha

Na fase atual de sua campanha, Leonel Brizola já revela uma de suas especialidades mais conhecidas — a de falar de si próprio na terceira pessoa. Abaixo, algumas de suas opiniões a respeito do Brasil, do governo José Sarney — e de sua candidatura.

■ Não tenho ambição de ser presidente da República. Sou candidato porque há uma exigência do povo brasileiro, que quer e precisa retomar seu destino histórico. O povo

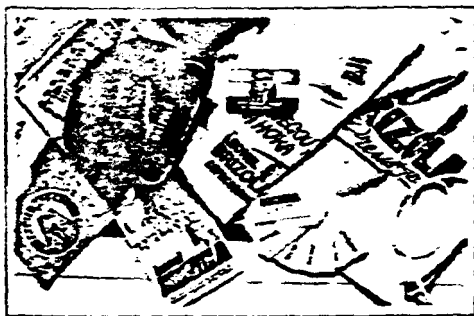
quer Leonel Brizola. Eu sou o Brasil.

■ Eu e os militares precisamos dissolver velhas incompreensões. Se eu tive erros, os deles foram maiores. Pelo menos não criei, com meus possíveis desacertos, uma ditadura que durou mais de vinte anos.

■ Um governinho como o atual não tem condições de negociar a dívida externa com ninguém. Nessa estrutura, se a dívida fosse perdoada, em pouco

tempo a teríamos de novo e em condições muito piores.

■ Vamos defender o empresariado brasileiro. Até dele mesmo, se necessário for. A indústria nacional deve ser estimulada e protegida.



Utensílios eleitorais: em distribuição

■ Pior do que a crise econômica é o cinismo da vida política brasileira. Tudo neste país está impregnado de hipocrisia. Com Leonel Brizola na Presidência, um homem que não tem compromissos com as oligarquias, será fácil desmontar esse sistema que só atrapalha o nosso desenvolvimento e empobrece o nosso povo.

■ Eu sou o Brasil. Eu vou devolver a essa gente seu sentimento de nacionalidade.

Itamaraty nega pressão dos EUA sobre mísseis

BRASÍLIA — O secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Ferra de Lima, afirmou ontem que o Brasil é um país pacífico, que não está se dedicando à produção de mísseis de alta tecnologia, visando à sua exportação, até por que existam regras que impedem o país de ter acesso às matérias-primas necessárias à fabricação deste tipo de armamento. O Itamaraty desmentiu notícias veiculadas na imprensa sobre a existência de documento confidencial elaborado pelo Congresso americano com o objetivo de boicotar a exportação de mísseis brasileiros. "O que existe é um estudo de pesquisas elaborado em outubro do ano passado por serviços da Biblioteca do Congresso americano", disse Paulo Tarso.

Com muita tranquilidade, Paulo Tarso afirmou que essas notícias e o próprio documento "são um assunto superado". O documento não é confidencial, foi publicado e divulgado nos Estados Unidos e imediatamente o governo brasileiro tomou conhecimento de seu conteúdo. O relatório de 167 páginas não trata se-



Paulo Tarso

mente do Brasil. Ele aborda o problema da fabricação de armamentos em mais 150 países e foi elaborado para a consulta de congressistas americanos.

Segundo Paulo Tarso, a política brasileira de comercialização de armas para o exterior sempre leva em conta as consequências políticas que a venda desses armamentos poderá ter. Existem três fatores — aos quais o Brasil está submetido — que tornam impossível a fabricação de mísseis de alta tecnologia.

O primeiro é o fato do Brasil não ser signatário do tratado TNP (Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares). O segundo é não ser membro do Cocom II (Comitê de Controle das Exportações dos Países do Leste Europeu). O terceiro e mais relevante é o fato dos países mais desenvolvidos, que compõem o grupo dos sete, terem emitido, há anos, em suas diretrizes sobre a não proliferação de mísseis, notificação ao Brasil cercando o acesso brasileiro à aquisição de bens de alta tecnologia.

Isso significa que o Brasil está impedido de fabricar mísseis de alta potência, com fins militares. Paulo Tarso acrescentou que "nós não estamos engajados em pesquisas para fins militares sobretudo na área atômica. Vale ressaltar que a nova Constituição impede a fabricação de armamentos atômicos".

F. Por. (P. 11)

20/6/89

Brasil se nega a conversar com E

O Brasil vai comunicar hoje, em Genebra, durante reunião do Conselho Regular do Gatt que não aceitará manter consultas bilaterais com os Estados Unidos para discussão das ameaças de retaliação comercial feitas recentemente. O embaixador brasileiro em Genebra, Rúbens Ricupero, dirá que o Brasil não aceita consultas, que deveriam ser feitas de acordo com a lei americana de comércio.

Os Estados Unidos acusaram o Brasil de ser "parceiro desleal" juntamente com outros dois países, Japão e Índia. O Brasil foi incluído nesta lista porque mantém mecanismos de controle de importação que ferem, segundo o governo dos Estados Unidos, os interesses dos exportadores americanos.

"Mas certamente não os interesses dos banqueiros americanos", diz o embaixador Ricupero. Hoje ele vai lembrar exatamente este dilema brasileiro: precisa fazer saldo para pagar a dívida, mas estava exposto às ameaças de retaliações dos Estados Unidos. Ricupero preparou um dado para a reunião que não deixará dúvidas: de 83 a 86, o Brasil foi obrigado a gerar um saldo de US\$ 41 bilhões. E mesmo assim não foi o suficiente porque a conta a pagar foi de US\$ 45 bilhões. Só no ano passado o Brasil fez um saldo de US\$ 19 bilhões e serviu mais de US\$ 17 bilhões para pagamento de juros.

Para mostrar como os Estados Unidos acabam se prejudicando com esta questão da dívida externa, o embaixador mostrará que, segundo dados divulgados por Clayton Yentler, secretário americano de Agricultura, os Estados Unidos desde 1981 estão tendo uma queda anual de 10% nas suas exportações de produtos agrícolas para países em desenvolvimento.

C.F. de (R.C. 11)

Ale onericou echom que. Melton é indicação infeliz.

Arquivo — 14.7.88

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — A possível nomeação de Richard H. Melton para a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília sofreu ontem um duro ataque de uma organização privada de Washington, que normalmente reflete as opiniões sobre assuntos latino-americanos dos setores mais liberais do partido Democrata, de igrejas e de sindicatos americanos. O Conselho de Assuntos Hemisféricos (COHA) considera a indicação de Melton uma ameaça às boas relações entre os dois países e adverte que, se confirmada, "poderia certamente ser traduzida numa ampliação das atividades de informações (secretas) dos Estados Unidos" no Brasil.

Segundo amigos de Melton, ele acompanha de longe as críticas que vem recebendo na imprensa brasileira, mas não se defende abertamente para não entrar em polémica e nem dar, com isso, uma confirmação da tentativa de nomeá-lo. O que mais magoou o embaixador em toda essa história foi a acusação do ex-guerrilheiro Ricardo Zaratini de que ele teria participado de um interrogatório com tortura na polícia, no Recife. Segundo uma fonte, a única vez que Melton se envolveu com a polícia pernambucana, na época em que era vice-cônsul no Recife (1967-69), foi para liberar dois padres americanos que tinham sido presos.

Recuo difícil — Fontes diplomáticas informam que o governo americano está observando a reação extremamente negativa do Brasil ante a possível nomeação de Melton, mas não toma uma decisão definitiva a respeito. E a polémica certamente não contribui para um recuo dos EUA.

A indicação de Melton seria o mais novo exemplo da preferência do Secretário de Estado de nomear para postos na América Latina especialistas da era Reagan que se inclinam pela área de informações e por operações clandestinas, e de sua determinação de preparar os funcionários de carreira ideólogos (seguidores estritos de uma ideologia) que levariam adiante o programa dos contras", afirma a declaração da COHA, publicada ontem em seu boletim semanal *News and Analysis*.

Os outros exemplos citados são as nomeações de John Negroponte, para o cargo de embaixador em Honduras, e de Bernard Aronson, para a chefia da seção de América Latina do Departamento de Estado. Negroponte foi embaixador em Honduras de 1981 a 85 e lá, segundo a COHA, "atuava quase como um pró-cônsul", destacando-se como um dos principais articuladores do programa de ajuda aos contras — os rebeldes nicaraguenses organizados, armados e financiados pelos Estados Unidos para tentar derrubar os sandinistas. Aronson era lobista de Reagan no Congresso para conseguir aprovação de pacotes de ajuda aos contras.

Linha-dura — O boletim da COHA ressalta também as ligações diretas de Richard Melton com a política — a certa altura ilegal — de apoio aos contras, pois ele foi diretor da seção do Departamento de Estado



Liberais desconfiam de Melton

para assuntos centro-americanos, tornando-se homem de confiança e principal colaborador do linha-dura Elliot Abrams. "A indicação de Melton (para a embaixada em Brasília) seria inteiramente inapropriada e improdutiva, num posto tão importante quanto o do Brasil, e poderia tornar ainda mais difíceis as relações entre os dois países", diz o boletim.

A declaração do Conselho de Assuntos Hemisféricos diz que, segundo uma "fonte confiável", a notícia de que Melton estava na cabeça da lista de candidatos à embaixada em Brasília foi dada pelo próprio secretário James Baker ao secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, no dia 17 de mês passado, numa das reuniões paralelas à conferência da OEA sobre o Panamá. "Numa inusitada resposta franca, Lima disse que o Brasil não ficaria feliz se Melton fosse o escolhido" pelo governo americano, acrescenta o boletim.

O boletim faz uma ampla descrição das atividades que o embaixador exerceu em seus poucos meses em Manágua, resumida no chamado "plano Melton", denunciado pelos sandinistas. "Em essência", diz a COHA, "o plano Melton era tratar a oposição como se ela fosse o governo e agir como se o governo fosse uma força subversiva sem legitimidade. As táticas empregadas seguem de perto técnicas recomendadas no notório manual de operações psicológicas preparado pela CIA para ser usado pelos contras. O manual só deixou de ser seguido quando a (agência de notícias) Associated Press revelou que ele pregava o assassinato de funcionários sandinistas".

Itamarati não comenta críticas

BRASÍLIA — O pedido foi feito e o Itamarati está apreciando. Esse foi o único comentário transmitido por um assessor direto do ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, sobre o pedido de concessão de *agrément* a Richard Melton formulado pelos Estados Unidos ao governo brasileiro. Além das críticas que sofre em seu país, Melton foi apontado pelo engenheiro Ricardo Zaratini, assessor parlamentar no Congresso, como uma das pessoas que o interrogou quando esteve preso no Dops (Departamento de Ordem Política e Social) em Recife, em dezembro de 1968.

O Itamarati está apreciando o pedido e logo após essa apreciação o nome irá ao

presidente José Sarney para uma avaliação final —, voltou a explicar o assessor do ministro Paulo Tarso, sem adiantar o dia em que será dada a resposta ao governo norte-americano.

Enquanto Richard Melton não tem o seu nome confirmado pelo governo brasileiro, as reações contrárias a sua indicação continuam. Agora foi a vez do presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que encaminhou uma carta ao Ministério das Relações Exteriores pedindo o exame do nome com bastante atenção. Lucena espera que, se comprovadas as denúncias contra Melton, o governo brasileiro não lhe conceda o *agrément*.

01.01

8905616

MUNDO

24 16/5/89 - 10a (12.11)

* Sarney e Alfonsín contra uma intervenção no Panamá

Brasil e Argentina levam esta posição a reunião especial da OEA



Sarney e Alfonsín, em Assunção

Por FERNANDO LADEIRA
Serviço Especial ZH/Assunção

Os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, do Brasil e Argentina, reuniram-se, ontem, em uma sala do Iate Clube de Assunção, por 25 minutos, e decidiram que deve haver uma posição comum entre os países latino-americanos contra uma eventual intervenção norte-americana no Panamá. Esta posiçãoamento será apresentado amanhã, em Washington, na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os Estados Unidos já teriam conseguido o apoio da Venezuela para uma intervenção no Panamá e a Argentina já estaria seguindo o mesmo caminho, até o encontro de Alfonsín com Sarney. No encontro, os dois presidentes definiram que "nunca poderemos achar que países podem usar qualquer tipo de intervenção em outro país, sob pena de um retrocesso", disse Sarney. Acrescentou que "deve-se respeitar a vontade do povo do Panamá apresentada nas últimas eleições no país".

Segundo Sarney, este posicionamento será levado para a reunião dos chanceleres amanhã e quinta-feira, para mostrar o infortúnio dos países latino-americanos com a deformação do processo democrático havida no Panamá. Mas intervenção, para o presidente brasileiro, seria um retrocesso, voltar a política do "big stick" (grande porrete), na qual fatos contrários às políticas de alguns países são resolvidos por outros através da força, da intervenção, da intromissão.

01.01

8905617

Sarney discute crise do Panamá em Assunção

Martha Feldman

ASSUNÇÃO — Os presidentes José Sarney, do Brasil, e Raúl Alfonsín, da Argentina, tiveram ontem, em Assunção, onde foram assistir à posse do general Rodriguez, um encontro reservado em que conversaram sobre a situação no Panamá e condenaram a intervenção militar norte-americana. Sarney admitiu, depois do encontro, que durou cerca de meia hora na suíte de Alfonsín, no hotel late Golfe Clube de Assunção, que tanto ele como o presidente argentino estão de acordo sobre a necessidade de uma posição comum "para assegurar a continuidade do processo democrático, qualquer que seja sua deformação, e consolidar a democracia no continente". Esta posição deverá ser apresentada na reunião da OEA, na quarta-feira, em Washington.

Washington.

Sarney acha que os outros países devem fazer o que o Brasil e a Argentina estão fazendo: demonstrar sua inconformação com as deformações do processo, mas jamais aceitar a intervenção. "Isto seria um retrocesso, voltar à política do *big-stick* coisa que nem os Estados Unidos desejam nem nós desejamos. Deve-se respeitar a vontade do povo do Panamá, representada na votação", disse.

Segundo o cerimonial da Presidência da República, foi o próprio presidente Sarney que solicitou o encontro, ainda na semana passada, e foi também ele que decidiu conversar a sós com Alfonsín, sem a presença de qualquer assessor.

Rodriguez: posse concorrida

ASSUNÇÃO — A cerimônia de posse do general Rodriguez, derrotado do Partido Liberal Rad-

f. 102 (RR. 11)

Hitler provoca discussão entre Brizola e Collor

O candidato do PRN a presidente da República, Fernando Collor de Mello, afirmou que foi "uma irresponsabilidade, própria aliás de pessoas decedentes", a denúncia feita pelo candidato do PDT, Leonel Brizola, anteontem, na TV Manchete, de que o jornal *Gazeta de Alagoas*, pertencente à família Collor, estaria fazendo propaganda nazista com a publicação da vida de Hitler em capítulos. "O desprezo de Brizola chegou ao ponto de ele exercer fantasias despropositadas", disse Collor. Para o candidato do PRN, a tentativa de ligá-lo a Hitler ou ao nazismo "foi para agradar aos donos da TV Manchete, uma vez que são judeus".

Brizola apresentou os recortes sobre Hitler publicados no jornal da família Collor durante o programa *Debate em Manchete*, levado ao ar às 23h30 de segunda-feira. Aproveitando uma pergunta do apresentador Arnaldo Niskier sobre Fernando Collor, Brizola leu alguns trechos e disse que tinha recebido cópia dos recortes das mãos do advogado Paulo Goldrajch, ex-presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro, pouco antes de chegar à TV Manchete. Em tom de ironia, Brizola se disse convencido de que o fato mostra as ligações de Collor com setores ideológicos conservadores.



Brasília — Wilson Pedrosa



Arquivo — Sines

Brizola procurou na TV empurrar Collor para a direita

Collor disse que a denúncia do PDT é própria de "pessoas decedentes"

As notas de um

blicadas no dia 20 de abril. A primeira delas, sob o título Cem anos de Hitler, trazia dados

01.02

8905619

No rádio — Goldrajch soube das notas sobre Hitler através de um amigo, que lhe enviou, no final de maio, 25 recortes de notas da coluna *Registro*, publicada no jornal *Gazeta de Alagoas*. As notas começaram a ser publicadas no dia 20 de abril, data do centenário de nascimento de Hitler. A coluna não é assinada, mas é publicada na página mais nobre do jornal, ao lado do editorial e da *Coberta do Castelo*.

Ex-integrante da executiva PSB e atualmente sem partido, Goldrajch resolveu fazer a denúncia através do programa da radialista Cidinha Campos, na Rádio Tupi do Rio, do qual participa como convidado todas as quintas-feiras e sábados. No programa de anteontem de manhã, Cidinha tratou o assunto sem meias palavras, dirigindo-se ao rádio, ao dono do SBT, Silvio Santos, ao dono da TV Manchete, Adolpho Bloch, e ao escritor Arnaldo Niskier, todos os três judeus. "Silvio Santos, Adolpho Bloch e Arnaldo Niskier, vocês que estão dando tanto tempo ao Fernando Collor (candidato do PRN) na televisão, ouçam o que está sendo publicado no jornal da mãe dele, em Alagoas". O jornal tem como presidente dona Leda Collor de Mello, mãe do candidato do PRN, e como diretor-superintendente Pedro A. Collor de Mello, irmão dele.

Campo de concentração — Em seguida, ele fez trechos de algumas notas, que se referem a Hitler como um "gênio", e completou: "Se o Collor construir um campo de concentração, vocês todos vão para lá". Depois do programa, a própria Cidinha esteve na casa do candidato do PDT, Leonel Brizola, para mostrar as notas. À noite, pouco antes do programa *Debate em Manchete*, Goldrajch esteve com Brizola para lhe entregar pessoalmente as cópias das notas, com um apelo por escrito para que fizesse a denúncia na TV. "Achei importante que ele fizesse a denúncia, porque teria mais repercussão", explica Goldrajch, que começou sua carreira como advogado de presos políticos.

Goldrajch acha importante denunciar a publicação das notas porque "elas são uma tentativa de reabilitar a imagem de Hitler". O advogado ressalta que, por não ser assinada, a coluna é de responsabilidade do jornal. Mesmo assim, Goldrajch acha que a denúncia "revela as ligações do candidato Fernando Collor com a direita, coisa que ele está querendo esconder". "Afinal, o jornal é da família dele", diz o advogado.

Goldrajch vai encaminhar os recortes à Confederação Israelita do Brasil, para que a denúncia seja feita mais amplamente. Disse que dificilmente, num caso desses, caberia uma ação judicial contra o jornal porque, apesar de as notas serem elogiosas a Hitler, o autor dos textos "não faz incitação contra o povo judeu". Se assim fosse, seria possível uma ação, argumentando-se que o jornal estaria incitando a prática de racismo.

editorialista anticomunista

As notas em que Leonel Brizola viu elogios a Hitler são redigidas pelo editorialista do jornal *Gazeta de Alagoas*, Wladimir Calheiros, que não as assina. São publicadas sob o título *Hitler*, na coluna *Registro*, e abordam aspectos gerais da atuação do líder nazifascista na Europa. Calheiros disse que, com frequência, usa trechos de conhecidos livros sobre Hitler, principalmente *Ascensão e queda do terceiro Reich*, de William Shirer.

Conhecido na imprensa alagoana por suas ferrenhas posições anticomunistas e pela simpatia que dedica aos militares, Calheiros é sócio da Usina Bititinga, uma das devedoras do Banco do Estado de Alagoas (Produban), e participou da assessoria da campanha de Collor para governador do Estado, em 1986.

Nesse mesmo ano, Calheiros organizou o *Jornal do Trabalho*, uma publicação de campanha que colaborou para a eleição de Collor para governador e do usineiro João Lyra para o Senado. João Lyra ocupa hoje a vaga de senador aberta pela eleição de Guilherme Palmeira (PFL) para a Prefeitura de Maceió e cede seu *jatinho* para as viagens de Collor.

Na coluna *Registro*, o editorialista tem publicado também trechos do livro *Memórias de Adriano*, de Marguerite Yourcenar, em homenagem ao seu filho Adriano, que morreu no ano passado em acidente de automóvel.

As notas sobre Hitler começaram a ser pu-

biográficos e adiantava que nos dias seguintes a coluna estaria abrindo espaço para abordagem da vida do chefe nazista "e das tormentas que ele desencadeou, provocando a morte de milhões de pessoas e alterando o destino de numerosas nações". Desde então, as notas passaram a ser publicadas praticamente todos os dias.

Na nota do dia 27, por exemplo, Calheiros deixou escapar um elogio a Hitler, que foi muito explorado por Leonel Brizola no programa de segunda-feira na televisão: "Os primeiros ensaios políticos desse gênio..." — dizia o texto. Outro trecho que Brizola destacou foi o que saiu no dia 29, dizendo que Hitler "foi condecorado duas vezes por bravura" com "medalhas raramente entregues a subalternos".

No entanto, na coleção de recortes que Brizola tinha à mão na hora do programa na televisão há trechos que ele não leu e que podem ser considerados absolutamente isentos, por citarem dados históricos reconhecidos por estudiosos de Hitler. No dia 30 de abril, por exemplo, o jornal publica números sobre as filiações do Partido Nazista e sobre as eleições de 1932. Ao dizer que a tendência dos alemães à época era para o totalitarismo, a nota faz mais uma constatação histórica do que um elogio a Hitler.

Há até uma outra nota, publicada no dia 19 de maio e que também não foi lida por Brizola, que poderia ser classificada como contrária e não favorável a Hitler. Diz, por exemplo, que "Hitler e sua Alemanha Nazista foram liquidadas em 1945 e as nações oprimidas pela suástica libertadas (...)".

A história recontada

A seguir, algumas das notas sobre Hitler que provocaram discussão entre Leonel Brizola e Fernando Collor:

■ "Hitler lia, lia, lia. A arte da leitura, segundo ele, consiste em 'reter o essencial e esquecer o não essencial'. Os primeiros ensaios políticos desse gênio começaram em meio à decadência do Império Austro-Húngaro, ferido externamente pela rebelião das nacionalidades que o integravam e internamente pelas crescentes reivindicações das massas populares. Já aos 21 anos, Hitler aprendeu alguns mandamentos políticos dos quais jamais se afastou. Aprendeu que um partido que quer tomar o poder não se choca com a religião e procura se aproximar do Exército, dos que controlam o Estado e das classes economicamente poderosas." (27/4/89)

■ "Na primavera de 1913, Hitler deixou Viena e foi viver na Alemanha, o que era seu velho sonho. A primeira participação de Hitler na vida alemã foi fazer uma petição ao rei Ludwig III, da Baviera, pedindo permissão para entrar, como voluntário, num regimento bávaro que integrava as forças alemãs na guerra de 1914 contra a Inglaterra e a França. Na noite de 13 de outubro de 1918, foi

vítimado por um violento ataque a gás dos britânicos, em Werwick, durante a última batalha de Yprés, e ficou provisoriamente cego. Foi condecorado duas vezes por bravura, com a Cruz de Ferro de Segunda Classe e, posteriormente, com a Cruz de Ferro de Primeira Classe, medalhas raramente entregues a subalternos." (29/4/89)

■ "As coisas caminhavam vagarosamente, mas todo ano um certo progresso", lembra William Shirer no seu *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. Em 1926, o Partido Nazista tinha 49 mil membros; 72 mil em 1927; 108 mil em 1928 e 178 mil em 1929. Nas eleições presidenciais de 1932, segunda votação, em 10 de abril, Hindenburg, que se reelegeu presidente, teve 19.359.983 votos (53% da votação), Hitler teve 13.418.547 votos (36,8%) e o comunista Ernest Thaelman 3.759.000 votos. O fracasso dos sucessivos gabinetes, a ambição da minoria privilegiada que tinha todos os recursos do país e que não queria abrir mão de nenhum deles, a corrupção, aliados à tendência dos alemães, à época, para o totalitarismo, entregaram as rédeas do poder ao antigo soldado, ao jovem desocupado de Viena, ao pintor frustrado que fora reprovado ao tentar aperfeiçoar os seus dotes artísticos." (30/4/89)

f. Poe (P.P.P.)

ZERO HORA — Segunda-feira, 23 de julho de 1964

Collor quer a Igreja distante da política

Sj

○ Candidato disse que o clero deve evangelizar e amparar necessitados

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, disse no sábado, em São Paulo, que é religioso praticante, mas não tem o apoio da Igreja Católica em sua campanha. Para ele, a tarefa da Igreja é de evangelização e não de envolvimento em questões políticas.

A Igreja deve pastorear almas e não pastorear política partidária. Portanto, não conto esse apoio, pois a minha Igreja, a católica apostólica romana, não deve fazer política partidária, mas sim assistir os mais necessitados — explicou Collor de Mello.

Ele acrescentou que chegou à posição em que se encontra na campanha pela

sucessão sem ter apoio de parlamentares, militares ou empresários:

— Cheguei aonde estou porque a sociedade civil assim o deseja. Comecei em último nas pesquisas e agora estou em primeiro. Quero manter essa independência e não pretendo assumir compromissos que possam comprometer essa decisão — afirmou.

O candidato do PRN esteve ontem em São Paulo especialmente para gravar uma entrevista no show de calouros do programa Silvio Santos, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT). Segundo o assessor de Silvio Santos, jornalista Ademir Dutra, a entrevista irá ao ar no dia 9 de julho e terá cerca de 15 minutos de duração. Já que será

editada, pela sua participação no programa Silvio Santos durou quase mais hora.

Fernando Collor de Mello saiu do programa Silvio Santos dizendo que espera contar com o apoio do empresário e animador de televisão, com quem conversou ontem por dez minutos, a portas fechadas, antes de entrar no estúdio para gravar.

Collor de Mello disse que apesar de estar em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de votos, com 37,7%, ainda não canta vitória. "A posição é realmente gratificante. Só mais próximo do dia 15 de novembro nós vamos poder ter uma visão mais clara e saber se nossa candidatura se consolidou" disse (AG)

f. 102 (PTP)
7/6/89 J. B. Bra

Lula acha que povo irá à rua exigir mudança

FORTALEZA — O candidato à Presidência da República pela Frente Brasil (PT/PSB-PC do B/PV), Luis Inácio Lula da Silva, disse que "o povo brasileiro tem todo o direito de agir como o povo argentino e fazer o que o povo venezuelano fez". Diante do atual quadro de vida da população, Lula acredita que os brasileiros irão às ruas exigir mudanças, caso o presidente eleito não apresente de imediato um programa de governo que mude a situação atual. Lula, porém, ponderou: "Acho que as eleições ainda são uma esperança para a população".

Ao conceder coletiva no plenário da Assembleia Legislativa, Lula demonstrava otimismo e euforia com a recepção que teve, diante da presença de lideranças políticas da capital e do interior do estado e sob os aplausos das galerias. O candidato petista garantiu que sua candidatura conta hoje com 80% das forças organizadas deste país e, por isso, tem as maiores chances de ser eleito.

Lula disse não temer a candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN), tendo como única arma para enfrentá-la o "jogo da verdade". "Ninguém vai conseguir governar este país só com slogans", disse, observando que, mesmo que a candidatura de Collor esteja na liderança das pesquisas eleitorais, "não chegará ao segundo turno, pois a própria população vai observar que ele não tem programa, e que está enganando o povo".

Lula apontou como pontos principais do plano de governo do PT a suspensão unilateral do pagamento da dívida externa e a concretização da reforma agrária — programa que ele promete fazer junto com o partido, "doar a quem doer". Afirmou ainda que, se eleito, vai tratar os integrantes das Forças Armadas como "cidadãos comuns e não como de primeira classe".

Além de ter participado de várias entrevistas desde que chegou a Fortaleza, à meia-noite de segunda-feira, o ponto alto da visita foi o lançamento da Frente Brasil num encontro com sindicalistas realizado na sede da Escola Técnica Federal. Em toda a sua programação, o candidato do PT estava acompanhado de grande número de adeptos. A ausência sentida foi a da ex-prefeita Maria Luiza Fontenele.

J.B. 21/6/89 F. 80.

Cabral é opção para vice do PDT

Relator da Carta pode ajudar Brizola no Norte do país

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que foi o relator do projeto da nova Constituição, é o nome que passou a mobilizar, nas últimas horas, as atenções da corrente ortodoxa do PDT, que busca um vice para o candidato do partido à Presidência da República, Leonel Brizola, capaz de ampliar as bases de aliança do ex-governador fluminense, sobretudo na região Norte do país, onde os quadros pedetistas são bem pobres.

Depois de um telefonema para Estocolmo, onde Brizola participa de um congresso da Internacional Socialista, o presidente em exercício do PDT, Doutel de Andrade, começou, em Brasília, a conversar com Bernardo Cabral em torno da candidatura partidária a vice-presidente. Um assessor de Doutel disse, no Rio, que se os contatos com o relator da nova Constituição

avancarem, o próprio candidato pedetista à sucessão do presidente José Sarney, na volta da Europa, tomará a iniciativa de concluí-los.

Motivos — A candidatura de Bernardo Cabral a vice de Brizola só se torna possível em razão do veto do presidente José Sarney a um dispositivo da lei de regulamentação das eleições deste ano, que considerava encerrado, no dia 15 de maio, o prazo de filiação partidária das pessoas interessadas em participar da eleição deste ano. Como a derrubada do veto é difícil, pelas dificuldades de quem quer persegue o Congresso neste ano eleitoral, o relator do projeto da nova Constituição poderá trocar o PMDB pelo PDT e ganhar, conseqüentemente, condições de elegibilidade em um novo partido.

Além de representar uma cunha importante do *brizolismo* dentro do PMDB, a candidatura de Bernardo Cabral a vice-presidente daria ao cabeça de chapa do PDT um interlocutor confiável entre os militares. Bernardo Cabral, um ex-cassado como Brizola, manteve muitos contatos com o ex-go-

vernador fluminense, quando presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o que poderá facilitar, segundo revelações feitas por Doutel a parlamentares pedetistas, a aliança entre ambos.

O grupo ortodoxo do PDT, que condena a candidatura a vice do deputado pernambucano Fernando Lyra, a quem nega qualquer ação no sentido de aumentar os espaços eleitorais de Brizola no Nordeste, já pensou em fazer candidato o professor Darcy Ribeiro. Com algumas subdivisões, esse grupo de fundadores do partido joga, através de políticos mais renovadores, como o deputado federal Pereira Faria, com o nome do deputado federal César Maia, ex-secretário de Fazenda de Brizola.

Na convenção nacional do PDT, nos próximos sábado e domingo, os ortodoxos vão tentar levar o partido a lançar Brizola para presidente, deixando em aberto a escolha do vice. Essa providência é necessária, por exemplo, para que os contatos com Bernardo Cabral possam prosseguir.

Collor vai a Paris mas Mitterrand não o recebe

Norma Couri
Correspondente

J.S. 21/6/89
LISBOA — O supersticiosíssimo Fernando Collor de Mello se levanta hoje com o pé direito, já em Paris, para um encontro com o primeiro-ministro Michel Rocard, pois, às vésperas das comemorações para o bicentenário da Revolução Francesa, não foi possível arrumar espaço na agenda do presidente François Mitterrand. Collor reage irritado às insinuações de que Leonel Brizola — com seu veloz jatinho antecedendo o adversário na Europa onde quer que vá — teria boicotado o encontro. "Seria injusto com o governo francês julgá-lo tão pouco sério a ponto de submeter-se a interferências externas", diz.

F. Pol.
Ele chega, no entanto, com as baterias aquecidas da estada de três dias em Lisboa, onde só reclamou de não ter tomado nem um cafezinho durante uma hora e 15 minutos, tempo em que durou a audiência com o primeiro-ministro Cavaco Silva. De resto, saboreou ontem torta de camarão, carne estufada com legumes, sonhos, morangos e muito vinho no almoço para 10 pessoas oferecido pelo presidente Mário Soares que, sem ter com Collor os vínculos literários partilhados com o presidente José Sarney, nem as sólidas alianças socialistas vividas no exílio com Leonel Brizola, brindou com ele "pela democracia do Brasil".

Camêda azal — "Vin aqui para aprender", respondeu Collor a Soares. "O senhor é a figura mais respeitada do Brasil." Em seguida afirmou, como se buscasse aliança: "É preciso não permitir que a crise leve o povo brasileiro a ter saudades da ditadura." Se, imagina-se, Collor foi o prato principal de Leonel Brizola no jantar privado do restaurante Bachus com Mário Soares, há quatro dias, o governador alagoano garantiu não ter tocado em "política interna" durante

seu almoço com o presidente português.

Collor não usou as camisas azuis da sorte nos três dias de Portugal, o que deixa claro sua determinação de não fazer campanha na Europa e nem tentou explicar sua rápida ascensão na política brasileira. "Fenômeno não se explica", disse, ajeitando o jaquetão cujo corte ele mesmo chamou, brincando, de "modelo Sarney". Nega, por outro lado, que esteja aprumando seu guarda-roupa europeu em função do voto feminino. "As pesquisas mostram que ele vai para Ulysses Guimarães. Desisti de entender as mulheres." Ainda que mal agendado — coincidiu em Portugal com o dia das eleições para o parlamento europeu, na França com as comemorações do bicentenário francês e na Itália com o feriado do Dia de São Pedro — o passeio pela Europa não parece tão mau para Collor. Primeiro, ele já encontrou-se com Mário Soares, e só faltam dois primeiros-ministros, em socialista, outra conservadora, para fechar o capítulo dos políticos que mais desejaria conhecer na Europa: o espanhol Felipe Gonzalez e a inglesa Margaret Thatcher, ambos com audiências marcadas para o início de julho. Depois, ele retorna um mês antes do dia 12 de agosto, quando fará 40 anos e garante, assim, uma *tournee* europeia ainda jovem — quer dizer, ainda na casa dos 30, além de fugir daquele período que antecede o aniversário, tido como o pior do ano para os adeptos da astrologia.

"Volto antes do meu *inferno astral*", disse Collor antes de embarcar para Paris, levando com cuidado na bagagem os documentos enviados a seu Hotel Lisboa pelo médium Ivan Telha — que reza atualmente por Cazuza numa pirâmide em Quito — nos quais garante em Portugal ao presidente de maior preferência eleitoral, até agora a certeza de vencer a eleição.

Dívida externa negociada em bloco

Esta, segundo Fogaça, a proposta de Ulysses no seu programa econômico para governar o Brasil

Negociação em bloco para a dívida externa da América Latina, com tratamento soberano da questão, sem imposições que resultem no agravamento da recessão e no recrudescimento do processo inflacionário é a proposta que o candidato do PMDB à Presidência da República, Ulysses Guimarães, vai desenvolver na campanha. A revelação foi feita ontem pelo senador José Fogaça, vice-presidente nacional do partido, ao antecipar alguns pontos do plano básico da campanha ulyssista. O documento que está sendo elaborado terá a denominação final de Plano dos Devedores e deverá resultar de uma articulação entre 26 países membros do Sistema Econômico Latino-Americano.

Segundo Fogaça, a equipe que

traça as primeiras linhas do plano de governo, onde figura este documento, conforme diretrizes de Ulysses e Waldir, trabalha no sentido de apresentar uma contraposta aos países credores. Ulysses discorde das tentativas de solução de forma unilateral que vêm sendo impostas. "Entende a questão como de interesse global da região, que vive hoje um estado de crise insuperável", diz o senador, ao lembrar que os países latino-americanos endividados transferiram ao exterior 180 bilhões de dólares sob a forma de juros e amortizações: "Isto equivale a uma transferência anual de 8% do PIB (Produto Interno Bruto) de toda a região".

Soluções viáveis

Na análise dos planos mais em

evidência hoje no exterior - Plano Brady e Plano Mitterand - Ulysses, segundo Fogaça, estranha a falta até agora de uma ação contrária do bloco de países devedores. Deseja inverter o pólo das conversações e criar um novo equilíbrio de força nas negociações.

Na avaliação do senador, "o Brasil, com Ulysses Guimarães à frente, terá papel decisivo no debate da questão e para aprovar e encaminhar uma proposta que se traduza em soluções viáveis para os devedores. Hoje, no País, só Ulysses tem autoridade moral e liderança política para dar prosseguimento a uma iniciativa desta magnitude, sem que signifique impasse ou um simples desafio irresponsável".



Fogaça mostra planos ao economista

01.01.

8905624

098

PT defende moratória

Além de Fernando Collor de Mello, os únicos candidatos à Presidência da República que têm propostas mais elaboradas para a solução do problema da dívida externa são Lula e Mário Covas. A decretação imediata de nova moratória é defendida apenas pelos candidatos do PT e do PCB. Com exceção de Collor, porém, ninguém apresentou idéias originais sobre a questão.

Mais completo de todos os planos de governo já apresentados, o programa do candidato do PSDB, Mário Covas, propõe uma redução dos pagamentos da dívida em mais de 50% em relação aos dispêndios atuais. As alternativas do PSDB para conseguir essa redução vão desde uma eventual moratória até as várias formas de securitização da dívida, isto é, troca de dívidas por bônus de longo prazo. Admite-se também apoiar as "soluções globais" que impliquem utilização de fundos internacionais para alívio do débito, como recomenda o Plano Brady proposto pelos Estados Unidos.

Radical — A proposta do PT é a mais radical de todas: suspensão dos pagamentos da dívida e realização de uma rigorosa auditoria para determinar a legitimidade dos empréstimos e identificar responsabilidades. Simultaneamente seria articulado com os demais devedores uma estratégia conjunta para enfrentamento dos credores. A decretação da moratória também consta da plataforma eleitoral do candidato do PCB, Roberto Freire, que defende uma negociação global da dívida dos países do Terceiro Mundo com intermediação da ONU.

Ulysses Guimarães, do PMDB, e Guilherme Afif Domingos, do PL, admitem recorrer à suspensão dos pagamentos na hipótese de fracasso da tentativa de renegociação da dívida com os credores. O candidato do PMDB ainda não expôs o plano que pretende apresentar aos credores, enquanto o candidato do PL aponta como saída a securitização da dívida e a conversão de débitos em investimentos. Paulo Maluf, do PDS, prega uma postura mais firme nas negociações com os credores, mas também não apresentou idéias mais concretas para solucionar o problema.

O candidato do PDT, Leonel Brizola, que durante algum tempo propagou a idéia da moratória, já admite pagar a dívida em condições mais favoráveis, que incluam o desconto da elevação dos juros provocada pelas políticas monetárias dos países credores. A proposta de Brizola prevê a fixação em 15% do valor das exportações o limite das remessas ao exterior em pagamento da dívida. Como quase todos os outros candidatos, ele também não avança além dessa definição geral sobre a questão.

098

Quem dá mais pelo PTB

Ricardo Noblat

Ainda não chegou ao fim o leilão do PTB que atrai a atenção dos candidatos à sucessão do presidente José Sarney. Na semana passada, a convenção do partido foi transferida do início deste mês para o início do próximo. Alegou-se que ainda não foi sancionada pelo presidente da República a lei aprovada pelo Congresso que regulará a eleição de novembro. A transferência de data tem mais a ver com a confusão instalada dentro do partido.



Até recentemente, o apoio do PTB estava sendo disputado pelo senador Afonso Camargo, o ex-prefeito Jânio Quadros e o ex-governador Leonel Brizola. Jânio abandonou a sucessão presidencial e, por tabela, o leilão do PTB. Na vaga dele, entrou o ex-governador Fernando Collor de Mello, que não quer o apoio formal da legenda mas que se empenha em obter a adesão de deputados que se abrigam nela. Collor de Mello é um jovem esperto.

O ex-ministro Aureliano Chaves, candidato do PFL à Presidência da República, decidiu, também, dar seu lance para garantir um naco do PTB. Entrou no leilão via o deputado paulista José Egreja. Via o ministro Carlos Sant'Anna, da Educação e do chamado PMDB moderado, Aureliano entrou em outro leilão — o que gira em torno do passe dos correligionários do deputado Ulysses Guimarães que não querem votar nele.

Os movimentos produzidos, internamente, pelo PTB, indicam que Brizola começou a perder a chance de atrair o partido para uma coligação formal com o PDT. O ex-deputado Paiva Muniz, atual presidente do PTB, endureceu sua posição contrária à coligação. Rejeitou a idéia de oferecer uma lista de nomes a Brizola para que ele escolhesse um que o acompanharia como candidato a vice-presidente da República.

Brizola não renunciou ao direito de apontar seu companheiro de chapa. Concordeu em dar ao PTB participação em um eventual futuro governo dele mas não abriu mão de selecionar seus possíveis auxiliares. Paiva Muniz queria um pretexto para resistir à pressão da banda do PTB que sonha em se compor com

Brizola. Conseguiu. Com isso, animou o senador Camargo, que aspira a sair candidato do partido a presidente.

Camargo poderá ganhar a indicação para candidato, primeiro, porque lidera, de fato, um pedaço do partido, segundo porque contará com a ajuda de Collor, Aureliano e até mesmo do afastado Jânio para impedir que o PTB se coligue com o PDT. Ocorre ou não a união de Camargo, o destino do partido parece que será o da divisão irremediável. A coligação com o PTB daria a Brizola mais três minutos no horário gratuito de propaganda.

A propaganda eleitoral começará a ir ao ar no próximo dia 15 de setembro, se estendendo até 12 de novembro. Sem os 3 minutos a mais, o ex-governador do Rio de Janeiro terá, de todo o modo, o apoio do PTB que quer brizolar. Políticos como os ex-governadores Roberto Magalhães, de Pernambuco, e Luiz Gonzaga da Mota, do Ceará, consideram Brizola a melhor opção eleitoral — e seguirão com ele, com ou sem coligação.

Tal coisa deverá se repetir com o PTB que quer "collorir". A indicação de Camargo para candidato não evitará que dê certo a incursão do ex-governador de Alagoas aos quadros do PTB. Aureliano tem esperança de vir a ser bem-sucedido na dele. A candidatura do ex-ministro das Minas e Energia poderá receber o reforço da adesão do ex-governador Hélio Garcia, de Minas Gerais. Hélio está oscilando entre Aureliano e Brizola.

Já esteve mais próximo de Brizola. Inclina-se, no momento, na direção de Aureliano. Não apoiará Ulysses porque o governador Newton Cardoso diz que o apoia. Espera para ver se Aureliano, de fato, ganhará viabilidade eleitoral. "Posso ir apoiá-lo. Mas que ele não me peça para acompanhá-lo ao inferno", observou um dia desses. Hélio aspira ao céu de tornar a governar o Estado dele.

Justiça — Foi o deputado Paulo Delgado, do PT mineiro, quem primeiro se insurgiu, dentro do Congresso, contra o hábito regular de muitos de seus colegas de não comparecerem ao trabalho. Fez isso ainda na época da Constituinte, quando elaborou a primeira lista dos gazeteiros. Foi discriminado por alguns deputados e censurado pela maioria deles. Na semana passada, viu a cassação de 2 gazeteiros ser aplaudida de pé na Câmara.

J.B. 4/6/89

01.01

8905626

Vuelve desde hoy la indexación a la economía brasileña tras el fracaso de la lucha contra la inflación

Desbordado por las huelgas, Sarney busca una salida para el plan verano

Brasilia (AFP, Renter, UPI, DPA) — Acosado por una nueva oleada de huelgas que pretende llegar a paralizar el Brasil, el gobierno del presidente Sarney anunció ayer una serie de reformas en el fracasado plan verano entre las que se incluye la creación de un nuevo mecanismo indexatorio de la economía y la concesión de un incremento salarial de 15,88% como medida para frenar la agitación sindical.

Alrededor de 700.000 metalúrgicos y 200.000 maestros paralizaron ayer sus actividades por tiempo indefinido en reclamo de un ajuste de salarios que supera varias veces la cifra concedida por el gobierno. Hoy, los 800.000 empleados bancarios del país esperan paralizar el sistema financiero brasileño siguiendo las indicaciones de los dos sindicatos mayoritarios. La medida de fuerza coincidirá con el final del paro de 72 horas que mantienen los trabajadores portuarios y que han sembrado el caos en los principales puertos

brasileños.

Pero el conflictivo panorama sindical no es el único tema que preocupa al gabinete de Sarney, cuyo ministro de Hacienda, Máilson de Nóbrega, anunció ayer —tres meses y cuatro días después del lanzamiento del plan verano— la creación de un nuevo mecanismo indexatorio, denominado *Índice del Tesoro Nacional* (ITN) que en la práctica supone la resurrección de las anteriores *Obligaciones del Tesoro Nacional* (OTN) suprimidas en enero. Su objetivo es doble, por un lado aportar financiamiento al Tesoro y por el otro facilitar el retorno a la indexación tras el parcial fracaso obtenido en la batalla antiinflacionaria.

Los ITN serán papeles a 25 años de plazo, que pagarán un interés anual máximo de 12% (el tope



José Sarney

fijado por la Constitución). Su valor nominal es de un cruzado nuevo y se indexará mensualmente por el índice de precios al consumidor.

El gobierno anunció también el regreso a las "minidevaluaciones" que comenzó el viernes disminuyendo la paridad frente a la moneda norteamericana en 3,2%. El cruzado nuevo que desde su na-

cimiento mantenía fijo su valor (un cruzado nuevo equivalía a un dólar) pasó a cotizar 1,032 unidades por dólar. La brecha entre el dólar oficial y el libre cedió tras la leve caída registrada por las cotizaciones libres. De Nóbrega aseguró que las devaluaciones no serán diarias y tampoco responderán a una periodicidad prefijada.

• Medidas

Las nuevas medidas, que el gobierno ha bautizado como Fase II del plan verano, deberán ser aprobadas por el Congreso en un plazo de 30 días o perderán su vigencia. La definición de la política salarial fue también enviada a los parlamentarios, quienes deberán asumir el costo político de la solución que decidan. La agitación laboral ha

traron en el país más de 170 huelgas y el tema preocupa ya hondamente a la cúpula militar que afirma que el Brasil se encuentra "dominado por el terrorismo sindical". Obviamente estas inquietudes de las Fuerzas Armadas han sido ampliamente divulgadas entre las oficinas públicas de Brasilia.

280

S. B. F. P. C. domingo, 14/5/89 □ 1º caderno □ 5

PSD com PTB — O ex-prefeito de São Paulo Jânio Quadros tem deixado seus correligionários cada mais animados com sua disposição de concorrer à Presidência da República. Ontem, após conversar por duas horas com o deputado estadual paulista Fauze Carlos, do PTB, e o coordenador do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), Wilson Pe-

reira, em sua casa, Jânio reafirmou sua disposição de se candidatar pelo PSD — partido ao qual filiou-se quinta-feira — e solicitou a continuidade das articulações, especialmente com o PTB, que visam à formação de uma coligação de partidos capaz de proporcionar-lhe 15 minutos no horário eleitoral gratuito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com início em setembro.

01.01

8305528

Ulysses tenta aliança com PSDB, PTB e PCB

Objetivo é unir forças já para primeiro turno

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, está articulando uma grande aliança de centro com PTB, PSDB, PCB e, possivelmente, o PFL para que apoiem sua candidatura e, com isso, possa enfrentar Leonel Brizola e Fernando Collor. As informações de assessores do deputado praticamente foram confirmadas por Ulysses quando disse, ontem, que é necessário "bom senso" na sucessão e que vai se empenhar pessoalmente numa aliança com o PTB.

A união dos quatro partidos, já para o primeiro turno da eleição presidencial, como defende Ulysses, confirma que ele acredita que chegará ao segundo turno junto com Brizola, como têm adiantado alguns políticos chegados a ele. Sua declaração sobre a aliança com o PTB surpreendeu líderes e dirigentes do PMDB, à exceção do candidato a vice, Waldir Pires; do presidente em exercício, Jânio Vasconcelos, e o coordenador-geral da campanha, Renato Archer, numa demonstração de que conheciam o assunto. O líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, levou um susto ao ouvir a declaração do candidato favorável à aliança com o PTB. Ao seu lado, alguém comentou: "Será com ou sem o Gastão Right?"

O candidato do PTB a presidente, senador Afonso Camargo (PR) almoçou há dias com Ulysses e o coordenador Renato Archer. Ontem, o senador paranaense confirmou "entendimentos iniciais" com o propósito de aliança com o PMDB, "mas no segundo turno". E acrescentou: "Se o doutor Ulysses

falou em aliança agora, já para o primeiro turno, é ilusão dele".

Outras alianças

A informação de Ulysses Guimarães sobre negociações com o PTB foi dada a diversos jornalistas, ontem, no QG da campanha, ao apresentar oficialmente seu assessor de imprensa, Jorge Bastos Moreno. Parlamentares e assessores do candidato peemedebista contaram, em seguida, que nos planos do partido constam alianças também com PCB, PSDB, PFL, "em princípio para o primeiro turno". O líder do PCB na Câmara, deputado Fernando Santana (BA), velho amigo de Ulysses, Waldir Pires e Renato Archer, tem conversado a respeito. Santana chegou a visitar Archer em sua residência no Lago Sul e, do lado de fora, em voz alta, chegou o coordenador da campanha ulyssista, dizendo que precisavam conversar sobre a campanha presidencial.

No PSDB, as conversas dos coordenadores da candidatura Ulysses têm sido com o líder dos lucanos, senador Fernando Henrique Cardoso. Dirigentes do PMDB acham que o assunto precisa ser conduzido "com muita cautela", pois o PSDB, o PTB, o PFL e o PCB possuem candidatos próprios e nenhuma candidatura deve ser atropelada. Assessores de Ulysses reconhecem que alianças para o primeiro turno serão difíceis, já que cada agremiação quer desenvolver sua campanha e promover a respectiva legenda "pelo menos até o primeiro turno". "O ideal, disse um deles, seria o acordo para o primeiro turno, já para setembro, por exemplo". (AE)

Conservadores definem seus candidatos

A Convergência Democrática, criada por um grupo de intelectuais e empresários de tendência conservadora para influir na sucessão presidencial, decidiu apoiar as candidaturas de Fernando Collor de Mello (PRN), Aureliano Chaves (PFL) e Afif Domingos (PL). O anúncio formal dos nomes dos presidenciais escolhidos pela Convergência será feito no dia 18, na sede da entidade, no Rio de Janeiro.

Apesar da situação privilegiada de Collor nas pesquisas de opinião, os integrantes do movimento preferiram investir em outros dois candidatos para prevenir uma eventual mudança no favoritismo do presidencial de PRN. Afif Domingos e Aureliano Chaves sempre estiveram entre os candidatos simpáticos aos idealizadores da Convergência, que acreditam no crescimento dos dois nos próximos meses.

De acordo com o esquema imaginado pelos líderes da Convergência, o empresário carioca Sérgio Quintella será o patrono da candidatura de Collor. Aureliano Chaves terá como padrinho um antigo auxiliar e amigo, o ex-presidente da Petrobrás, Oduvaldo Silva. O candidato do PL, Afif Domingos, terá sua candidatura defendida pelo economista Otávio Gouveia de Bulhões e pelos juristas Ives Gandra da Silva Martins e Sobral Pinto. (AG)

Parlamentares ligados ao candidato do PFL à Presidência da República acreditam que ele pode desistir da disputa nesta sexta-feira, por não ter conseguido unir o partido nem mesmo em sua terra, Minas Gerais

SUCESSÃO

Aureliano pode desistir da candidatura na sexta

O ex-ministro Aureliano Chaves pode renunciar a sua candidatura à Presidência, pelo PFL, na reunião marcada por ele próprio com a Executiva Nacional do partido, sexta-feira próxima. A certeza é de muitos parlamentares ligados a Aureliano, que sentem essa disposição de candidato, principalmente porque não ele conseguiu unir o partido em seu estado, Minas Gerais.

"Vamos conversar com Aureliano para que o partido mantenha sua unidade. Se seu desejo for mesmo de desistir de concorrer, vamos buscar a unidade através do apoio a Fernando Collor de Mello ou outro candidato", desabafa o vice-líder do PFL, deputado José Lima (CE), admitindo que o partido encontra dificuldade em fazer deslanchar a campanha do ex-ministro do Governo Sarney.

Outro vice-líder do partido, deputado José Teófilo (MA), espera que a Executiva demova Aureliano da renúncia, mas reconhece que o ex-ministro deve apresentar essa proposta na reunião de sexta-feira. "Tenho sentido que ele está desanimado e, por isso, pensa em desistir de concorrer, devido a problemas dentro do partido e por não unir Minas", relata.



Aureliano Chaves

Já o deputado Ezevaldo Nogueira (PFL-CE) está convicto de que o partido acabou e que só seus dirigentes ainda não sabem. "É melhor que o PFL termine oficialmente mesmo", repugna-se. Nesse ponto, José Lima concorda e vai mais longe: "Todos os partidos deve-

riam ser extintos, pois nenhum conseguiu obter unidade sobre qualquer ponto importante".

Modernos

As principais lideranças do grupo moderno do PFL, que não apóia Aureliano, preferem não comentar a provável renúncia do ex-ministro, que já haviam previsto há mais tempo. "Não quero dizer que Aureliano e seu grupo nos culpem por sua desistência. Sua renúncia tem outro motivo, é que ele não decide de jeito nenhum junto ao eleitorado. É que a culpa não é nossa", comenta um líder do grupo.

Aureliano Chaves teria ficado mais desiludido com sua candidatura a partir de uma pesquisa que mostra que nem em Minas ele é o candidato preferido dos eleitores. Uma derrota fragorosa em Minas derrubaria todas as chances de ele ser candidato ao Governo do Estado no ano que vem. Além do mais, o ex-ministro não tem temperamento para negociar os votos que recebe dentro do seu próprio partido. (Brasília/21)

01.01

8905630



Presidente do PFL no Rio sai e apóia Collor

Deputado Rubem Medina coordenará campanha do PRN

O deputado federal Rubem Medina comunicou ontem no Rio, em reunião com a Executiva Regional do PFL, sua renúncia à presidência do partido no Estado e, em almoço amanhã, em sua residência, na Zona Sul da cidade, receberá o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, com quem acertará a coordenação política da campanha presidencial do ex-governador alagoano no Rio de Janeiro. Rubem Medina disse que há um mês estava amadurecendo a idéia de abandonar o PFL, mas decidiu esperar pela realização das prévias que indicaram Aureliano Chaves como candidato do partido à Presidência da República. Ele revelou ainda que o PFL está desmotivado, exemplificando com o escasso comparecimento às urnas das prévias eleitorais. "É evidente a indisposição das bases partidárias, mas agora, depois da missão cumprida, quero ter a liberdade de escolher meu caminho político", afirmou Medina, que confirmou sua adesão à candidatura presidencial de Fernando Collor de Mello. "É o candidato que encarna o futuro, o diferente, a juventude", comple-

tu.

Com a renúncia de Rubem Medina, o PFL do Rio inicia um processo de esfacelamento, pois vários outros deputados, prefeitos e vereadores que seguem sua liderança deverão também abandonar o partido. O primeiro deles é Hildekel de Freitas, prefeito de Duque de Caxias, genro e herdeiro político do ex-deputado Tenório Cavalcanti. Nas últimas eleições, Hildekel conquistou 63% dos 408 mil votos válidos em sua cidade. Outros que deverão seguir Rubem Medina são os prefeitos de Nilópolis, Jorge David, e de Cabo Frio, Ivo Saldanha, e mais os deputados Simão Serin, Alexandre Cardoso e Dayal Lucidi. De acordo com previsões que a Executiva Regional do PFL realizou ontem, o partido pode perder ainda cerca de 80 vereadores e mais da metade de seus 28 diretórios zonais e 68 diretórios municipais. "O PFL não está bem, a candidatura Aureliano Chaves não empolga e as atitudes fortes de Collor de Mello fazem dele o melhor presidente", justificou o prefeito de Duque de Caxias, Hildekel de Freitas. (AE)

Newton Cardoso quer descollorir Minas Gerais

Despreocupado com a adesão de 14 prefeitos e 516 vereadores de Minas, nas últimas semanas, ao PRN do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o governador Newton Cardoso garante ontem que esse processo será revertido, principalmente a partir de agosto, com a deflagração da campanha do PMDB no Estado. "Vamos passar uma espora em tudo isso. Em Minas, a ordem é descollorir", ironizou, comparando o crescimento de Collor nas pesquisas a uma febre, "como qualquer doença patológica, mas passageira".

Apesar das restrições que a vice-governadora Júnia Marise e um grupo de deputados do PMDB vem fazendo à candidatura Ulysses Guimarães, Newton Cardoso acredita que o partido seguirá unido em Minas para a sucessão presidencial. Para ele, é "muito natural" as conversas que Júnia Marise tem mantido com outros presidentes, como Aureliano Chaves e Leonel Brizola, mas sustenta que, no final, ela ficará com o candidato do PMDB a quem dedicou, inclusive, a vitória do partido nas eleições de Ouro Preto, domingo.

Candidato se diz aliviado com as críticas do ministro

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, declarou ontem, em São Paulo, estar aliviado com as críticas feitas à sua candidatura pelo ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, para quem essa candidatura é demagógica e literária:

— Ele é um ministro de Sarney. Um ministro de um governo corrupto que levou o País a essa situação. É um alívio perceber que ele não gosta da minha candidatura. Ficaria preocupado caso tivesse feito elogios — disse Fernando Collor de Mello.

O ex-governador de Alagoas acusou o ministro de ser um "antipoda", desejando que ele continue no "remanescente do gosto a que pertence" e o deixe com a sociedade civil e a população. Collor reafirmou que não pretende conquistar o apoio de pessoas ligadas ao governo Sarney, grandes empresários ou partidos que não se identificam com sua campanha. No entanto, ele não descartou a possibilidade de alianças no decorrer da campanha presidencial, o que inclui o apoio do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

— Até agora não recebi nenhum comunicado de assessores do ex-prefeito de São Paulo informando sobre seu apoio à minha candidatura. Mas estou disposto, quando isso acontecer, a sentar-se e discutir com ele — disse Collor.

Fernando Collor de Mello afirmou que a desistência de Juscelino Kubitschek em disputar a Presidência não irá favorecer a sua candidatura, ressaltando que o ex-presidente nos últimos meses obteve apenas 3% das intenções de voto, o que, na sua opinião, favorece o tucano Mário Covas (PSDB) e o empresário Guilherme Afif Domingos, que receberam 3% e 1% dos votos, respectivamente, nas pesquisas eleitorais. Ele também não economizou críticas ao PT:

— Eu tenho que agradecer ao PT porque os simpatizantes do partido estão migrando em massa para a minha candidatura. Posição que considero respeitável e digna — ironizou sem entrar em detalhes.

O próximo passo do ex-governador de Alagoas, segundo ele, será conquistar os votos dos eleitores de 16 anos. Ele afirmou que 85% dos eleitores estão na faixa de 16 a 47 anos, comentando que é da mesma geração, e que representa hoje uma força expressiva na sucessão presidencial. (AG)

Candidato do PCB é recebido por Dom Eugênio

Pela primeira vez na história brasileira, um dirigente comunista foi oficialmente recebido por um alto dignatário da Igreja Católica. O encontro foi ontem na sede da Arquidiocese do Rio de Janeiro e reuniu o candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, e o cardeal arcebispo Dom Eugênio Sales. Eles conversaram a portas fechadas por cerca de meia hora gabinete do 6º andar do Edifício João Paulo II, e Roberto Freire, depois de definir o diálogo como "muito cordial", disse que a visita se deve ao seu reconhecimento, como marxista, "do papel que a Igreja pode representar na redemocratização do país e na transformação da sociedade e do papel que representou na luta contra a ditadura".

O dirigente comunista se fez acompanhar da mãe, dona Lourdes Freire, de 76 anos, e da esposa, Leticia — ambas católicas —, que, segundo ele, manifestaram o desejo de conhecer Dom Eugênio. Depois de reafirmar que não crê em Deus, Roberto Freire disse que a filosofia marxista não o impediu de conciliar com a religião cristã da mulher durante os 22 anos de seu casamento, e Leticia citou até o fato de os cinco filhos do casal terem sido batizados e feito a primeira comunhão. O candidato levou ainda ao encontro um ex-presos político, Sebastião Paixão, que fazia parte de um grupo de prisioneiros comunistas em 76, no Rio, cuja incommunicabilidade foi quebrada graças à atuação de Dom Eugênio.

Essas reminiscências do passado, quando os comunistas se encontravam com os representantes da Igreja apenas na prisão ou clandestinamente, levaram o candidato do PCB a recordar a Dom Eugênio outra visita a uma prisão, durante o período da ditadura, ao dirigente do PCB Luis Maranhão, depois dado como desaparecido.

Pacto — Autor da iniciativa do pacto anti-terror, Roberto Freire aproveitou para entregar ao cardeal arcebispo um documento onde destaca a participação da Igreja como "um dos fatores básicos ao êxito na iniciativa", reitera "a firme convicção pluralista" que orienta sua campanha e diz que "o respeito às regras da Constituição é a única via adequada para que esses problemas e o desafio de um novo modelo de desenvolvimento com justiça social possam ter respostas legítimas através do pluralismo de idéias políticas e crenças religiosas e dos debates de interesses e conflitos sociais, próprios da convivência democrática moderna".

Mas o encontro de Freire com Dom Eugênio estava agendado há um mês, antes da ocorrência do atentado terrorista em Volta Redonda. Um dos articuladores foi o vereador carioca do PCB Francisco Milani, que à época, como presidente da Rioarte, estabeleceu ligações com a Arquidiocese. A única condição — a mesma colocada ao ministro Aurélio Chaves, na disputa pela indicação do PFL — imposta por Dom Eugênio foi que o encontro não fosse registrado pela imprensa.

Coerência — Indagado sobre a coerência de um dirigente comunista encontrar-se com um alto representante da Igreja, Roberto Freire não titubeou ao dizer que a coerência está em "lutar pela transformação da sociedade democrática". O candidato afirmou que o encontro é prova de que começam a ser derrubados antigos preconceitos, "dos comunistas que, durante muito tempo, viram a Igreja como o ópio do povo e defensora dos privilegiados" e da Igreja, "que começou a entender que no socialismo há famílias até mais cristãs que em outro regime".

Freire garantiu que não pretende fazer distinções ao procurar representantes de segmentos da sociedade que possam participar da defesa da democracia. "Se eu tiver que ir ao gabinete de um ministro militar vou, sem nenhum problema". O deputado, que já esteve com o presidente José Sarney, com o empresário Roberto Marinho, e até da sede da Federação das Indústrias de São Paulo — na ocasião, para debater o programa econômico do PCB —, criticou o candidato do PT à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, por se recusar a integrar o pacto anti-terror. "É um grave erro", disse, "não vamos poder defender os direitos dos trabalhadores".



Freire: mãe e mulher cristãs

Freire quer descriminar maconha

Antes de encontrar-se com o cardeal arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, o deputado Roberto Freire, anunciou para uma platéia de 300 alunos do Colégio Gay Lussac, em Niterói, que vai promover a descriminação da maconha (tornar o consumo do tóxico não passível de pena), se vencer a eleição. Freire disse, sob aplausos de uma assistência interessada ainda em saber o que ele pensava do aborto e da situação atual da esquerda no país, que a fórmula que defende é a única capaz "de reduzir o consumo de drogas a índices insignificantes".

Adepto do modelo inglês, que coloca o viciado na órbita da saúde pública e não dos organismos ligados à polícia e à justiça, Freire salientou que a ideia da descriminação da maconha "não deve ser traduzida como sinônimo de impunidade para o traficante". Garante, ao contrário, "um combate sistemático ao vendedor de tóxico, se chegar ao governo".

Pacto — Para o candidato do PCB, o simples fato de ser chamado para um debate com os estudantes, no Gay Lussac, justificava a importância do pacto antiterror que propôs aos demais presidenciais, aos dirigentes de partidos e setores da sociedade. Freire fez

a seguir, uma comparação entre o período de 1980 a 1981 e o atual, lembrando que se a sociedade civil e os políticos, acima de ideologias, não se unissem depois das bombas da Câmara de Vereadores do Rio, da OAB e do Riocentro, "a abertura de pós-anistia teria sido interrompida".

"Agora, se a sociedade civil assistir, de maneira passiva, o estouro de mais bombas, além daquela de Volta Redonda, a democracia poderá correr riscos", disse o candidato comunista.

Freire quer também a descriminação do aborto, "com o direito da mulher dispor do seu corpo como bem lhe aprouver". No momento, por considerar a tese "um casuísmo", é contra a adoção do parlamentarismo. Não aceita a crítica de que o lançamento de sua candidatura representou a divisão das esquerdas, afirmando:

"Eu não aceito essa basófia de que alguém tem ou deve ter a hegemonia das esquerdas. Eu não pretendo essa hegemonia, mas não abdicar do direito de expor as idéias do PCB. Essa é a primeira vez, nos 67 anos de vida do partido, que alguém, dos seus quadros, pode ocupar espaços como esse para falar à nação."

01.01

8905815

Dorothea acha que país precisa

BRASÍLIA — A ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, considera que o país não está preparado para conviver com a falta de regras no que diz respeito à política salarial e que a livre negociação dos salários parece não corresponder à realidade brasileira. Ao fazer essa afirmação, durante o Fórum Nacional Ideias para a Modernização do Brasil, realizado ontem no Senado Federal, a ministra comparou a necessidade de uma política salarial com o vazio criado pela falta de um indexador oficial, o que levou à recente instituição do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Depois do encontro, em conversa com jornalistas, Dorothea anunciou que deverá reunir-se com os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, possivelmente hoje, para debater a questão dos reajustes salariais. Ela insistiu, no entanto, em que ainda não há qualquer nova posição tomada pelo governo quanto à questão. Falando dos parlamentares, pouco antes, a ministra garantiu: "Respeita-se" que a última instância, a voz final a ser ouvida sobre esse assunto, é a do Congresso Nacional.

Política salarial — Dorothea afirma que nas últimas semanas tem ouvido de empresários e trabalhadores de vários setores que é necessária a definição de uma política salarial. "Ouvi isso ontem de 40 representantes de trabalhadores do setor elétrico que estiveram comigo", disse.

Sua avaliação é de que é preciso que empresários, trabalhadores, governo e Congresso Nacional se debracem sobre essa questão de maneira racional, sem que haja preocupação em "procurar o culpado" pelos problemas existentes. Ela entende que o país precisa atravessar este momento de transição e preparar-se para a década de 90, "que também vai ser muito difícil", prevê. O mecanismo de regulação dos salários, segundo ela, tende a surgir naturalmente. "O peso está caindo sobre a cabeça de todos", alertou.

A ministra concordou com a opinião do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), no sentido de que num regime de livre negociação os sindicatos mais fortes saem privilegiados e as categorias de trabalhadores menos organizados ficam prejudicadas.

Política salarial tem votação em regime de urgência no Congresso

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência para tramitação dos projetos de lei existentes na Casa sobre política salarial e salário mínimo, conforme acordo de liderança fechado na semana passada. O deputado Carlos Alberto Caó, presidente da Comissão Permanente do Trabalho, indicou para relatores os parlamentares Júlio Costamilan (PMDB-RS) para política salarial e Célio de Castro (PSDB-MG) para salário mínimo. Eles têm até hoje para apresentar seus pareceres que, certamente, ratificarão o que já foi aprovado pela Comissão do Trabalho.

Quanto à política salarial, a proposta é de reajuste mensal de acordo com a inflação e reposição das perdas salariais contabilizadas desde o Plano Cruzado, o que eleva os percentuais até 99%, aproximadamente. O salário mínimo — o projeto elimina o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência — passaria a NCz\$ 160,65 a partir de 1º de maio, sendo corrigido mensalmente pela inflação, mais 5% reais, também mensalmente, até abril do próximo ano.

Lei de greve — A Comissão Mista que analisará a Medida Provisória nº 50, a Lei de Greve, já tomou sua primeira decisão. Aprovou, por 10 votos contra dois, as condições de urgência e relevância da medida.

O deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) anunciou que já tem 54 assinaturas — são necessárias 57 — para requerer a votação desta decisão em plenário.

Ensaio de campanha

Antonio Ermírio arma sua candidatura na disputa pela sucessão do presidente Sarney



Dono de um patrimônio superior a 1 bilhão de dólares, pelo menos, o empresário paulista Antonio Ermírio de Moraes possui uma personalidade com duas características bem conhecidas.

Poucos brasileiros têm tanta vontade de chegar à Presidência da República como Antonio Ermírio de Moraes. Poucas pessoas, no entanto, têm tão pouco jeito para trabalhar nas inevitáveis manobras políticas pelas quais se consegue empinar uma candidatura presidencial como ele. Na semana passada, depois de passar seis meses sendo cortejado por boa parte das legendas conservadoras do país, Ermírio dava sinais de que pretende adaptar sua ambição presidencial às necessi-

dades práticas de uma eleição. Com seus amigos mais íntimos, Ermírio tem realizado conversas, nos últimos dias, nas quais deixa clara sua disposição para entrar na disputa, e revela que possui até um esquema ideal de campanha — ele sairia candidato pelo PTB, com apoio do PFL e do PDS.

Em seus encontros formais, Ermírio apresenta aquele comportamento característico dos políticos que, embora já tenham tomado uma decisão, preferem pedir tempo para pensar. "Eu não posso declinar de um convite desse tipo, mas só dentro de oito ou dez dias terei uma resposta definitiva", disse o empresário ao deputado federal Gastone Righi, que o convidara a sair candidato pelo PTB. No PDS, Ermírio conta com um insistentíssimo cabo eleitoral, o deputado Antonio Delfim Netto. Nas fileiras do PFL, enfim, onde a candidatura do ex-ministro Aureliano Chaves acaba de sair do forno, enquanto a do empresário Silvio Santos acaba de ser enviada para o arquivo morto, o coro favorável a Antonio Ermírio já é grande.

Entre suas vozes mais afinadas encontram-se as dos senadores Marco Maciel, de Pernambuco, e Jorge Bornhausen, de Santa Catarina. "Nós precisamos de um nome que tenha viabilidade eleitoral", diz Maciel. "Se Aureliano não a tiver, poderemos buscar outro nome", acrescenta. "A candidatura de Antonio Ermírio pode transformar-se num consenso do centro e ainda conseguir muitos votos à esquerda", aposta Righi. O raciocínio tem fundamento. Caso decida entrar na corrida, Ermírio provavelmente esmagará a candidatura do senador Mario Covas, do PSDB, na faixa onde se imagina estar a esquerda mais moderada — possibilidade reconhecida por figuras do próprio PSDB, partido povoado por políticos que há anos tentam ficar do lado de Ermírio.

Na verdade, como ocorre com a maioria absoluta dos presidencialistas, com exceção de Lula e Brizola, que brigam pelo eleitorado de esquerda, a candidatura de Antonio Ermírio será cozinhada em banho-maria até o início de maio, mês em que o PMDB escolherá seu candidato. Se ele for mesmo o deputado Ulysses Guimarães, haverá uma festa nas fileiras de Ermírio — onde o presidente do PMDB é visto como um candidato incapaz de manter-se de pé ao longo de toda a campanha. Neste fim de semana, na convenção do PMDB para a escolha do direto-

rio nacional, Ulysses será devidamente homenageado e sua chapa sairá devidamente vitoriosa. A partir daí, porém, dissidências diversas passarão a trabalhar por outros nomes e a minar a candidatura do presidente peemedebista, visto em seu partido como homem de grande prestígio e pouco voto.

A coisa se complica para Ermírio se o PMDB, nesse processo, acabar optando pelo governador Orestes Quércia, de São Paulo. Quércia não perde a oportunidade de repetir que não é candidato e que o partido deve ficar com Ulysses. Mas o fato é que se o nome de Ulysses for a pique ao longo dos próximos dois meses e o próprio Ulysses renunciar em favor do governador, o quadro pode se alterar. O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, por exemplo, anda trabalhando com esse cenário. No último fim de semana, Quércia e o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, visitaram Newton Cardoso em sua Fazenda Rio Rancho, a 20 minutos de helicóptero de Belo Horizonte. Ali, Newton pediu a Quércia que assinasse um compromisso, que ele manteria secreto, de não se candidatar. Quércia não quis colocar sua assinatura nesse papel.

SEMELHANÇAS — Outro obstáculo para a candidatura do empresário Antonio Ermírio de Moraes é o ex-prefeito Jânio Quadros. Se Ermírio sair candidato e emplacar, Jânio arquivará seu sonho de voltar a Brasília. A recíproca também é verdadeira. Ermírio não pode concorrer com Jânio porque convive com ele num quadrado de semelhanças em que um exclui o outro. Disputariam a mesma fatia do eleitorado mais conservador.

Mais um vai para o hospital

Mais uma peça do governo do presidente José Sarney, o ministro Jader Barbalho, da Previdência, baixou ao hospital. Na quinta-feira da semana passada, Barbalho foi internado no Instituto do Coração, em São Paulo, com suspeita de hepatite de origem virótica, diagnosticada por médicos de Brasília. No Incor, Barbalho descobriu que não está com hepatite, mas sofre de dois males combinados. Um deles, cujo diagnóstico não foi determinado, reside no fígado — que está muito debilitado, com um tamanho maior que o normal. O outro é uma infecção nos rins, que já o havia incomodado em outras ocasiões. Com isso, não só o ministério sofre mais um desfalque tempo-

tão seu quintal eleitoral no mesmo Estado, São Paulo, não têm partido e querem devorar um eleitorado comum — os desgostosos do PMDB que não gostam das siglas de esquerda. Ao ser testado pela primeira e única vez nas urnas — nas eleições para o governo de São Paulo, em 1986 —, Antonio Ermírio conseguiu uma votação expressiva, terminou em segundo lugar e com a sensação de ter feito um péssimo negócio. Gastou cerca de 50 milhões de dólares em sua campanha, meteu-se num desgastante bate-boca com o ex-deputado Paulo Maluf, também candidato, e baixou duas vezes ao hospital, com problemas cardíacos. Em compensação nenhum dos 3,6 milhões de paulistas que votaram nele — 24% do eleitorado do Estado — têm motivos para se arrepender, mesmo porque o empresário ainda não foi visto no papel de governo. Na semana passada ensaiou-se o primeiro confronto entre Ermírio e seu rival na disputa pelos votos conservadores. Ermírio lamentou que, depois de trinta anos, as pessoas ainda tenham que votar em Jânio Quadros ou Leonel Brizola. "Só de ouvir o nome desses dois me dá calafrio", afirmou. De Istambul — nova escala de uma viagem que começou em dezembro do ano passado —, Jânio deu o troco. Mandou o empresário "cuidar do que entende — cimento".

rário — as doenças afastaram Barbalho da política na boca da convenção do PMDB, onde encabeçaria a chapa que se apresenta contra Ulysses Guimarães. A situação do ministro não é grave, mas ele ficará trinta dias no hospital, no quarto ao lado onde está o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães — que há duas semanas se recupera de um enfarte.



Barbalho: fora da convenção

8905947

VEJA, 15 DE MARÇO, 1989

097

~~SECRET~~
7/5/83
F. P. C.
EXT.

Sarney no Paraguai

O presidente José Sarney decidiu comparecer pessoalmente à posse do general Andrés Rodríguez na presidência do Paraguai, no próximo dia 15, "para prestigiar o processo de redemocratização daquele país, que culminou com eleições livres depois de 36 anos", segundo informou ontem o Itamaraty. Na decisão de Sarney - que não é praxe, o único precedente de um presidente brasileiro comparecer a uma posse foi ele próprio, na de Carlos Andrés Pérez, em fevereiro, na Venezuela - pesou também o fato de que dois de seus colegas, Julio Sanguinetti, do Uruguai, e Raúl Alfonsín, da Argentina, também deverão estar presentes. O Palácio do Planalto e o Itamaraty passaram a semana examinando as alternativas para representar Sarney na posse, mas depois de examinar a possibilidade dos presidentes do Senado, da Câmara e do ministro das Relações Exteriores, Alceu Sotelo, Sarney decidiu ir ele próprio.

Demissão na CEF provoca saída de Jorge Murad

BRASÍLIA — Fernando, o filho mais velho do presidente José Sarney, deverá substituir Jorge Murad, seu ex-cunhado, na secretaria particular da Presidência da República. Murad formalizou sua demissão na última segunda-feira, dizendo-se alijado por Sarney do centro de decisões do governo, por ter se aborrecido com a participação do ex-ministro Rafael de Almeida Magalhães na elaboração da reforma administrativa, e por discordar do pacote econômico que está sendo preparado.

Murad prometeu a Sarney apenas continuar administrando o sítio São José do Pericumã, em Luzitânia (GO), nas imediações de Brasília. Os problemas de Murad no governo tornaram-se insuperáveis com a demissão, na tarde de anteontem, do presidente da Caixa Econômica Federal e seu amigo particular, Maurício Viotti. Um último esboço pela permanência do ex-secretário ainda será feito hoje pelo consultor geral da República, Saulo Ramos.

Irritação — Ao saber que Murad entregara seu pedido de demissão, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, ainda fez uma última proposta:

— Não, então, você fica com a presidência da Caixa.

— De jeito nenhum, retrucou Murad.

Na noite de anteontem, os amigos Saulo Ramos, Antônio Carlos e o ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, insistiram mais um pouco, sentados a uma mesa do restaurante Florentino. Um pouco antes, Murad tentara mostrar sua irreducibilidade ao tentar deixar Brasília a bordo de um avião para São Paulo, mas atrasou-se e perdeu o voo.

Durante o jantar, Antônio Carlos e Saulo concordaram com a irritação do ex-secretário motivada pela demissão de Viotti. "O presidente não deveria ter atendido o pedido do Prisco (Viotti, ministro da Habitação e Bem-Estar Social) porque o Viotti era um ótimo funcionário", comentou um dos interlocutores.

"Você é nossa ponta-de-lança no Planalto", insistiu ainda um dos ministros, tentando convencer Murad a ficar. Apesar dos elogios — "Você é nosso mais leal amigo" —, a decisão estava tomada. Para amigos, Roberto deixou claro, na tarde de ontem, o tanto que sentia a saída do ex-secretário: "Foi ele que me fez ministro junto ao presidente. Tenho certeza disso".

Encomenda — Antes, outro episódio já levava Murad a demonstrar seu descontentamento ao presidente. Ele não engolia a participação do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães, que saíra do governo fazendo duras críticas a Sarney, na elaboração da reforma administrativa. Disse isso pessoalmente ao presidente e qualificou de "ridícula" a proposta de Raphael de reduzir de 28 para nove o número de ministérios. "Só em cinco anos isso seria possível", criticava.

Se na época do Plano Cruzado, Murad era o homem forte do governo, chegando mesmo a comandar as discussões das medidas a serem adotadas, agora, no Plano Verão, ficou de escanteio. Apesar do entusiasmo que nutria pela proposta do ex-ministro Octávio Gouveia de Bulhões — só gastar o que arrecadar — o ex-secretário não se conformava de estar excluído dos novos debates.

☐ O ex-secretário particular do presidente José Sarney, Jorge Murad, desembarcou na capital paulista pela manhã e hospedou-se, às 12h59, no Caesar Park Hotel, na região da Avenida Paulista. Depois de dar alguns telefonemas, às 15h Murad deixou o hotel, pagando Cr\$ 163.900 pela diária do apartamento simples que ocupou no Caesar Park. É possível que Murad tenha saído da cidade para permanecer em um hotel-fazenda onde está hospedado o empresário Miguel Ethel, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, proprietário da empresa de engenharia Expansão e amigo pessoal de Murad. A secretaria de Ethel comunicou ter recebido a orientação de não divulgar o nome do hotel-fazenda, onde o empresário deve permanecer até a próxima segunda-feira.

Jorge Murad

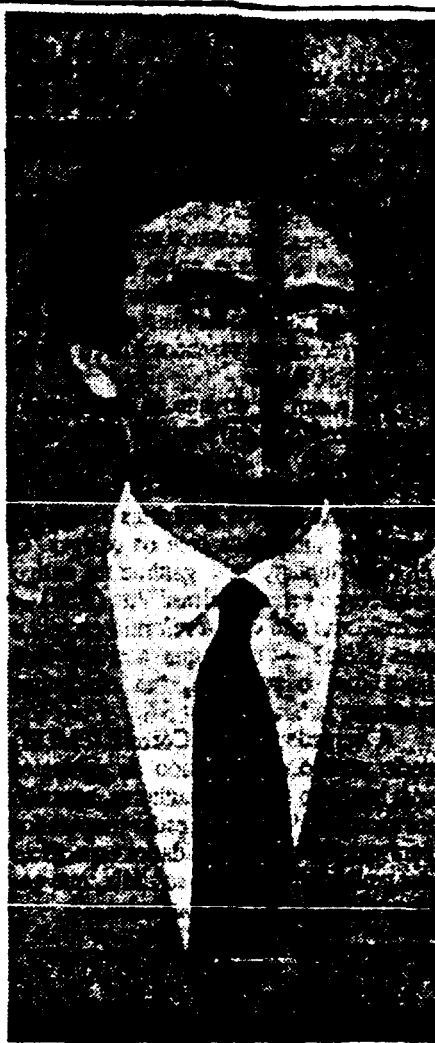
Entre a política e a economia, o poder em família

● até ontem secretário particular do presidente José Sarney, Jorge Murad, não gostava da presença de Francisco Dornelles no Ministério da Fazenda. Dornelles ficou seis meses no governo. Dilson Funaro, que o sucedeu, teve o apoio de Murad no início do Plano Cruzado. Saiu ao final de um processo de *fritura* que o secretário ajudou a conduzir. Bresser Pereira praticamente não tinha relações com Jorge Murad. Durou pouco. Nos últimos meses, o secretário particular andava calmo em relação ao ministro da Fazenda.

Instalado no terceiro andar do Palácio do Planalto, ao lado do gabinete presidencial, Murad chegou ao governo com o privilégio de morar na residência oficial da Presidência da República. Então genro de Sarney, ocupava com sua mulher Roseana uma das alas do Palácio da Alvorada. Casamento desfeito, saiu do Alvorada há aproximadamente um ano, mas continuou a trabalhar no Palácio do Planalto e a recolher-se, esporadicamente, ao Sítio São José do Pericumã.

Murad voltava de São Paulo, onde passara quatro meses recuperando-se de uma cirurgia, e pretendia ter um período de readaptação às questões governamentais. Por acaso, ele reassumia no momento em que amigos e colaboradores mais íntimos de Sarney se dispunham a articular um movimento em favor de ampla reforma ministerial. Ele foi procurado mas não se mostrou sensível à idéia de participar do movimento. Aos amigos, que são poucos em Brasília, revelou com toda clareza seu desinteresse pelos destinos do governo.

De saída — Há aproximadamente um ano, Jorge Murad ofereceu os primeiros sinais de desinteresse. "Estou saindo", costumava repetir. Não deixou Sarney desassistido no último ano em que ocupou o cargo de secretário particular. Comandou, por exemplo,



uma operação destinada a conter o então governador do Distrito Federal, José Aparecido, que queria voltar ao Ministério. Murad fez chegar à imprensa uma queixa atribuída ao presidente Sarney, de que o governador não trabalhava. Aparecido exigiu um desmentido do Palácio, mas se dedicou mais ao governo. Murad considerou vitoriosa a operação, que foi apenas uma entre as muitas em que se envolveu.

No gabinete de Murad ocorreu de tudo um pouco. Por lá passaram os pais do cruzado e suas animadoras idéias, assim como passaram os principais críticos do plano. Murad foi um dos primeiros a dizer a Sarney que o cruzado virara um fracasso. E a partir dessa conclusão, nascida no círculo empresarial que frequentava em São Paulo, ele não parou de perseguir a exoneração do Ministro Dilson Funaro, sem resistência do presidente Sarney.

A rigor, nada de importante aconteceu ou deixou de acontecer na área econômica sem que tenha passado pelo gabinete de Jorge Murad, um economista de 35 anos de idade formado na mesma escola em que se formou o ministro Malson da Nóbrega — O-7 Ceub, de Brasília.

Canadões — O interesse pelas questões econômicas tem, na definição do perfil do ex-secretário particular do presidente, peso semelhante à sua aversão e desprezo pela grande maioria dos políticos. Ele evitava receber parlamentares, e costumava isolar-se dos políticos nas viagens internacionais. Mais do que isso: era um dos poucos funcionários do governo a dizer ao presidente que não devia se fazer acompanhar por grandes comitivas, nas viagens ao exterior.

Sem vínculos com o Congresso, Murad foi obrigado a prestar depoimento à Comissão de Inquérito do Senado que investigava denúncias de corrupção no governo. Acusado de autorizar a liberação irregular de verbas pela Sepplan — onde trabalhava seu amigo Michal Gartenkraut — Murad se limitou a dizer à CPI que tudo que fazia era determinado pelo presidente Sarney. "Eu e o Murad somos casados", já anunciara Sarney, quando a CPI fez as primeiras perguntas de que convocaria o secretário particular a depor.

Antes do final desse segundo casamento, na terça-feira, Murad estava trabalhando pouco, praticamente sem exercer influência na elaboração do plano econômico e das reformas administrativa e ministerial. Era a primeira vez que ficava de fora. E seu círculo no Palácio estreitava-se cada vez mais. Os mais assíduos interlocutores de Murad, no governo, há alguns meses, eram o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que ele procurava diariamente.

Para todos que conheciam Murad, era improvável que a demissão de seu amigo e afilhado Maurício Viotti, da presidência da Caixa Econômica Federal, fosse razão suficientemente forte para afastá-lo do governo. Foi apenas a pá de cal para sua desencanto com o governo do ex-sogro.

Fernando, o filho que Sarney mais ouve

Foi um fim de conversa muito duro na sala em que estava reunida a família Sarney, alguns dias antes do Natal.

— É isso que você está pensando de mim? — perguntou José Sarney, o presidente da República.

— Não, senhor. Isso é o que o país está dizendo — respondeu Fernando, o filho mais velho de José.

Por longos e tensos minutos, Fernando Sarney expusera ao chefe do governo um imenso elenco de opiniões que tem ouvido sobre a administração federal. E nenhuma favorecia o presidente que, um dia depois de

escutar Fernando, garantiu à família e aos amigos — e, afinal, anunciou ao país — que faria mudanças profundas na economia, na estrutura e na equipe do governo. E começou a fazer consultas nessa direção.

O episódio indica com clareza a influência de Fernando sobre o pai.

Fernando mora em São Luís, preside a Companhia de Energia Elétrica do Maranhão, e administra os negócios da família — TVs Mirante e Imperatriz, Rádio FM Mirante e o jornal *Estado do Maranhão*. Desde segunda-feira, ele está instalado num gabinete do 4º andar do Palácio do Planalto, no início do governo ocupado por sua irmã, Roseana.

Ele é o filho mais ouvido pelo presidente em momentos difíceis. Na família, comenta-se, que Fernando não tem inimigos. Dos filhos de Sarney, ele é o que mais conversa com o empresário Roberto Marinho e com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. É também bastante celebrado entre os seguradores do Palácio da Alvorada, com quem joga futebol de salão sempre que está em Brasília.

Fernando também gosta de cantar e tocar violão. É casado com Maria Teresa, a quem chama de Tetê. Ela é irmã de Jorge Murad, o ex-secretário de Roseana.

01.01

8906188

Handwritten signature or initials.

Cayó en Brasil Terrorista Argentino

RIO DE JANEIRO, 10 (AP). — La policía federal arrestó a un miembro de un grupo terrorista que atacó un cuartel en Buenos Aires en enero, dijo hoy un vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil.

Fernando Carlos Falco, de 19 años, acusado por el gobierno argentino de participar en un ataque al cuartel del Regimiento 3 de Infantería motorizada de la Tablada, en las afueras de Buenos Aires, fue llevado anoche en un reactor de la Fuerza Aérea a Brasilia, donde permanece detenido por la Policía Federal, dijo a The Associated Press el vocero del Ministerio, Ruy Nogueira. Falco había sido detenido a principios de semana por la Policía Federal y confinado hasta que la Corte Suprema de Brasil autorizara su arresto formal, añadió Nogueira.

Según dijo Nogueira, el arresto se produjo como consecuencia de un pedido del gobierno argentino a la rama brasileña de la Policía Internacional Interpol, para que la policía brasileña detuviera a varios presuntos participantes en el ataque al cuartel.

Argentina ha solicitado la extradición de Falco y la detención de otros 17 miembros del mencionado grupo que se hallan ocultos en Brasil, añadió el vocero.

El ataque de dos días contra el Cuartel de La Tablada comenzó el 23 de enero y dejó un saldo de 39 muertos, entre ellos 11 soldados y policías y 28 atacantes, y 60 heridos. Veinte personas fueron arrestadas.

Entre los muertos figuró el abogado Jorge Banos, miembro de una organización local de Defensa de los Derechos Humanos.

EL PAÍS 11/6/89

Duelo de titãs: PV contra PV do V

Verdes 'siloistas' desafinam coro de amigos do Gabeira

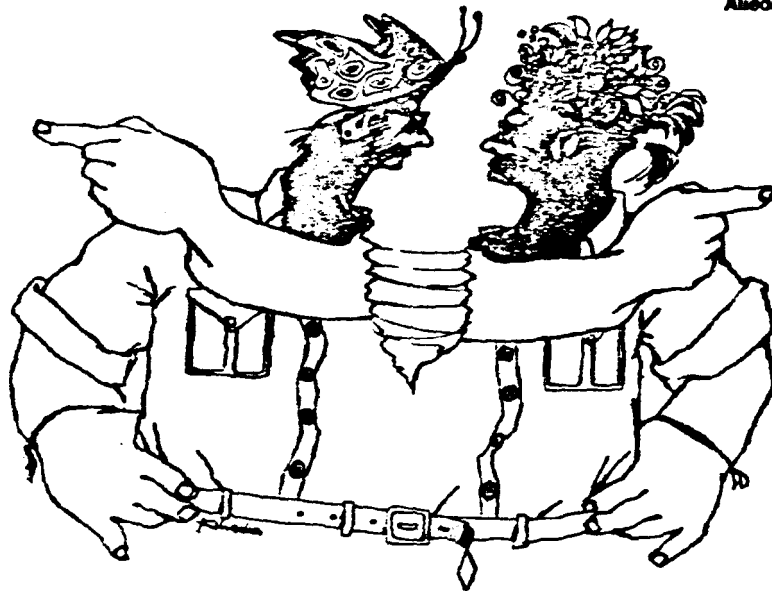
Ricardo Arns

Os verdes andam azedos. Amãhã, no Pavilhão de Congressos do Riocentro, será realizada a Primeira Assembleia Internacional Verde, com ecologistas e representantes de partidos verdes de mais de 20 países, cujo objetivo é "formalizar a Internacional Verde como organismo de alcance mundial". Mas o Partido Verde — de Fernando Gabeira, Carlos Minc e Alfredo Sirkis — não foi convidado. No lugar do PV, despon-ta o PVEP — Partido Verde Ecologista Pacifista —, um autêntico PV do V, sem registro na Justiça Eleitoral. Os verdes da Alemanha Federal e da Califórnia também não vão.

Rachou geral. Em nota oficial, o Partido Verde ortodoxo define a as-sembleia do Riocentro como "iniciativa do chamado movimento siloista, do magnata argentino Mario Cobo — cujo pseudônimo é Silo — chefe da seita *Comunidad*, que anima e fi-nancia diferentes partidos, como o Partido Humanista (PH) e o Futuro Verde, que, em 1987, realizou uma fracassada manobra cartorialista pa- ra se apoderar da sigla do PV, reve-lando sua falta de ética política". O PV quer distância dessa Internacio-nal Verde. Prefere a companhia de gente como Jürgen Maier, secretário de Relações Internacionais do Comi-tê Executivo Nacional do *Die Grünen* alemão, e o argentino Miguel Grin-berg, editor da revista *Mutancia*, que classifica os neo-verdes de "divisio-nistas, sectários e conspirativos".

O PVEP chegou para confundir. Os internacionalistas têm "uma nova proposta verde, que não consiste apenas na proteção e conservação da natureza, mas volta-se para a cons-trução de uma ecologia social, uma ecologia da mente e uma ecologia humana", diz o manifesto da Assem-bléia. "Nosso trabalho está voltado para o ser humano. Não nos concen-tramos em focas e baleias. Não gos-tamos de culto à personalidade e li-deranças carismáticas", explicita o secretário de Relações Exteriores do PVEP, o analista de sistemas Cristian Abanos, 29 anos. Os neo-verdes pro-clamam-se "interessados em gente" e acusam os verdes de serem "jardineiros".

Doutrina — Entre as presenças já confirmadas na reunião de sábado estão: Nestor Tato, presidente do Partido Verde do Chile; Andrés Co-rizma, presidente do Partido Verde



da Argentina; Felix Herrera, porta-voz da Asociación Ecológica Los Verdes, da Espanha; Ariane Wein-derger, secretária de Relações Inter-nacionais do Partido Verde francês; Antonio Elegido, presidente do Par-tido Humanista espanhol e Martin Brugger, presidente do Partido Verde da Basileia, na Suíça. Além desses, virão ecologistas e representantes de partidos verdes de vários países.

A nota do PV ressalta que "não temos nada contra o surgimento de outras propostas ecológicas, mas é preciso que elas tenham uma clara transparência de propósito, métodos e fontes financiadoras e não usem da impostura e da manipulação que vem caracterizando os siloistas". Em vá-rios países, diz a nota, a ação desse grupo "vem provocando divisões e confusões entre os ecologistas com suas práticas de cunho sectário e conspirativo". Na Catalunha, na Es-panha, Los Verdes Alternativos sur-giram esse ano disputando o voto ecologista com a tradicional Alterna-tiva Verde, há 12 anos em ação. O Partido Verde da Califórnia também entrou em choque com o pessoal da Green Future.

O bom da ideologia é que cada um puxa para o seu lado. Mário Espósito, paulista, comerciante, 20 anos, ilustre e desconhecido presi-dente do PVEP — a face brasileira da Internacional Verde — confirma, sem mistérios, que tanto o Partido Humanista quanto o Partido Futuro Verde e o Partido Verde Ecologista Pacifista foram fundados na Secreta-ria de Assuntos Sociais da Associa-ção Comunidade, filial brasileira do movimento siloista internacional. Fundado em Córdoba, na Argentina, em 1966, o siloismo é "um novo hu-manismo", a "filosofia da nova era", inspirada nos ensinamentos do guru

Mario Cobo — um tempero a mais no caldo de cultura espiritualista contra-cultural dos anos 60, onde borbulham a Trilogia Analítica, a Aurora Espiritual, a Ciência Intuiti-va, o Terceiro Milênio, os Jovens Teosofistas, a Antroposofia e a Psi-cotrônica.

Picaretagem — Para o verca-dor Alfredo Sirkis, do PV do Rio, o partido siloista-humanista-verde é "um negócio muito estranho". Se-gundo Sirkis, a indecisão de ecologis-tas tradicionais permitiu que os neo-verdes se apossassem da sigla e fun-dassem partidos verdes na Argentina, no Chile e na Espanha, "para horror de muita gente". Na Argentina, os siloistas registraram para si as varia-ções de palavras-chaves como *verde*, *ecologista* e *alternativo*, impedindo o surgimento de agremiações concor-rentes. No Brasil, em maio de 1987, o PVEP tentou obter o registro eleito-ral mas o TST indeferiu. "O juiz percebeu a picaretagem", diz Sirkis.

Mário Espósito rechaça a acusa-ção de oportunismo. Ressalta que o o PV argentino foi o primeiro parti-do verde legalizado na América Lati-na e anuncia que vai buscar o regis-tro eleitoral e disputar votos. O PVEP não teme a concorrência: "Te-mos diferenças inconciliáveis com o PV, a respeito da forma de atuação. Oportunistas são aqueles que se utili-zam da ecologia para fazer política de promoção pessoal e negociatas com outros partidos". Nosso traba-lho é de base, coletivo e de equipe, sem líderes e sem monopólios inter-nos. Somos uma resposta à decadên-cia dos partidos tradicionais", pro-clama.

238

Livro desmente obras realizadas em Alagoas

7

O grande sucesso editorial do Congresso Nacional, no ano passado, foi o texto da nova Constituição. O deste ano é um folheto de 37 páginas intitulado "A grande farsa". Seu autor, o senador Divaldo Suruagy (PFL-AL), calcula que mais de cem mil exemplares já foram impressos por terceiros e estão sendo distribuídos pelo País.

A publicação não é uma obra de ficção. Ao contrário, na opinião de seu autor, tem por objetivo exatamente "combater uma ficção", que, segundo o senador, é a candidatura do seu conterrâneo Fernando Collor de Mello. Ele quer demonstrar que "são falsas" as principais bandeiras do candidato, justamente as que mais popularidade lhe dão.

O folheto traz a íntegra de um discurso que o senador pronunciou, no Senado, no dia 1º de junho. Inclui um "Manifesto à Nação" sobre "a farsa Fernando Collor", assinado, segundo Suruagy, por quase todas as entidades representativas de trabalhadores e de profissionais liberais ou autônomos e ainda por seis partidos políticos de Alagoas, para mostrar que "não se trata de uma posição partidária". E inclui até um aparte do senador Itamar Franco (MG), o candidato a vice na chapa de Collor.

O livro registra não ser verdadeira a informação de que Collor fez reforma agrária em Alagoas tomando terra de usineiros. "Se ele apresentar um palmo de terra que tenha tirado de usineiros para dar aos pobres, votarei nele", afirmou, desmentido também a caça aos marajás. "O funcionalismo de Alagoas é um dos mais mal pagos do País", finaliza. (AE)

F. Rev.

24 2/7/89

01.01

8906521

A ameaça de que o país mergulhe em estado de hiperinflação até novembro, quando se realizará a primeira eleição direta de presidente da República dos últimos 29 anos, passou a ser uma preocupação tão presente na campanha eleitoral quanto a discussão sobre o desempenho dos candidatos nas pesquisas de opinião pública. Da mesma maneira, o não se tem dúvida de que a colocação atual dos candidatos pode ser alterada à medida em que as urnas se aproximam, não há hoje, no Congresso Nacional e nos comitês eleitorais, quem acredite que a campanha para presidente da República está longe dos sobressaltos de um descontrole completo da economia, com todos os requintes de perversidade social exibidos pelo exemplo ainda atual da Argentina.

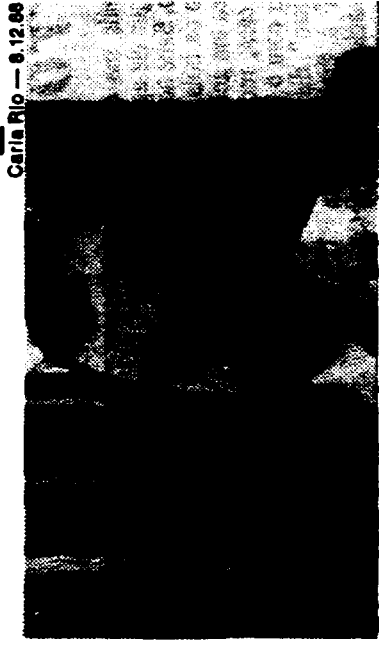
O melhor retrato da angústia com a expectativa de uma eleição em ambiente de hiperinflação é o drama vivido por um dos coordenadores da campanha do senador Mário Covas, candidato do PSDB, o deputado Jayme Santana (PSDB-MA). Jayme participa, em seu partido, de reuniões de um chamado "grupo da conjuntura", em que é desenhado o cenário provável da eleição presidencial, e sempre sai delas com o temor de estar vivendo uma farsa: "A grande farsa é a gente não poder alarmar ninguém, estando alarmado".

Missões — O líder do PT na Câmara, deputado Plínio Arruda Sampaio (SP), conta a história da crise dos mísseis que envolveu Cuba, Estados Unidos e União Soviética, em 1961, para mostrar como também convive com a mesma ansiedade. Os EUA redigiam uma mensagem de negociação, já com navios russos em suas águas, quando receberam uma segunda mensagem que significava a guerra, o caos. Depois de muito meditar, o presidente Kennedy concluiu por uma saída brilhante: decidiu ignorar o segundo comunicado e respondeu apenas ao primeiro, acreditando em uma alternativa negociada para a crise dos mísseis. "No Brasil" — diz Plínio Sampaio — "todos os estudos, análises e estatísticas apontam para a segunda mensagem, a do caos, com possibilidade de hiperinflação em setembro ou outubro, mas o PT trabalha com a primeira, bem mais otimista".

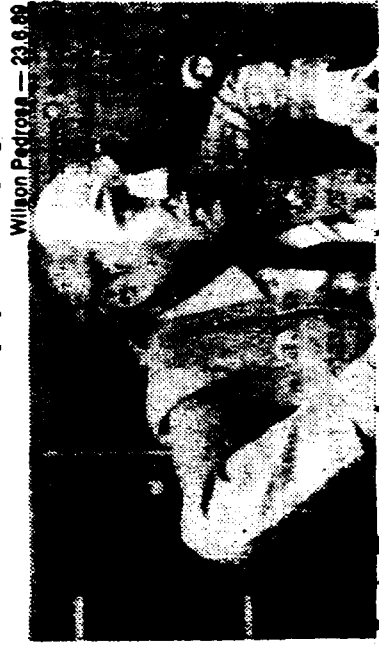
Ninguém trabalha para alarmar ou para encurtar o caminho para o caos, mas as previsões que os partidos estão fazendo causam preocupações. Economista de competência reconhecida, o deputado César Maia (PDT-RJ) acha que o país já está no processo de hiperinflação. Em sua opinião, uma inflação de 25% a 30% ao mês já caracteriza a hiperinflação, porque não está mais sob controle.

César Maia lembra que com hiperinflação haverá escassez de alimentos e, nesse caso, ninguém sabe o que aconte-

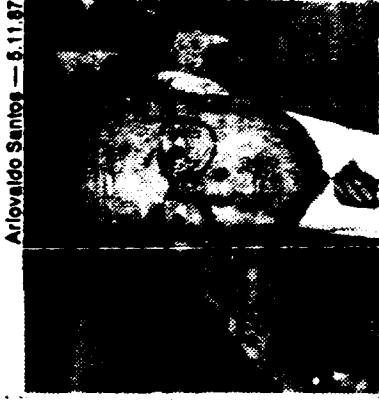
Políticos temem hiperinflação às vésperas da eleição



César Maia: revolta popular ou golpe



Wilson Pedrosa — 23.8.89



Arivaldo Santos — 8.11.87



José Roberto Serra — 14.12.87



José Roberto Serra — 14.12.87



José Roberto Serra — 14.12.87

Luís Ponte: nada será pior do que hoje

rá nos dois barris de pólvora de 25 milhões de habitantes, que são Rio e São Paulo".

O deputado José Serra (PSDB-SP), economista e um dos principais formuladores do programa econômico do candidato Mário Covas, não se arrisca a teorizar em público se a hiperinflação virá ou não, mas considera que em 15 de novembro o quadro econômico estará mais grave. "Em 15 de novembro, teremos saudades de 15 de junho", prevê, delineando um quadro em que a inflação estará mais alta, a economia mais desorganizada e o corporativismo ainda mais selvagem.

Jeitinho — O efeito da hiperinflação é devastador principalmente sobre os salários. Por isso, em São Paulo, os empresários, embora não tenham esquentado a emergência já preparado para a hipótese de hiperinflação, pelo menos já admitem discutir a antecipação dos pagamentos de salários a cada 15 dias. E também começam a pensar em deixar de fora o galitinho de 5% da reposição aprovada pelo Congresso, pagando reajustes de acordo com o índice integral da inflação.

"Vamos manter uma política independente e já estamos discutindo isso com os trabalhadores", disse o presidente da Arteb S. A., uma das maiores empresas do setor de autopeças, Pedro Eberhardt. Com base nos indicadores do sistema financeiro, os empresários paulistas estimam uma inflação de 35% a 38% para julho.

O medo de caos na economia, agora ou mais adiante, num período decisivo

para a consolidação da democracia, desperta até fórmula inédita de engenharia: o senador e professor de sociologia Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

O que fazer — A fórmula de empurrar com a barriga é simples, como ajuda a explicar outro professor, este com a autoridade de quem passou uma década mandando e desmandando na economia do país — o ex-ministro da Fazenda, do Planejamento e da Agricultura e deputado Delfim Netto (PSD-SP): "Chegaremos ao dia 15 de novembro se o Executivo executar, o Legislativo legislar e o empresariado o empurrar". Para Delfim, "se o governo adotar duas ou três medidas simples e recolher-se em seguida, se possível tirando um recasso, poderemos viver com este quadro por mais oito ou nove meses".

Entre essas iniciativas simples, Delfim cita a criação de um BTN cambial (Bônus do Tesouro Nacional) e medidas que não aumentem o déficit público. "O governo tem que jurar que vai manter o déficit nos 8% em que está agora", recomenda Delfim. Ele pede que o governo não tente baixar o déficit, bastando mantê-lo. Há uma política salarial e o país, em sua opinião, tem condições de caminhar sem descontrolar o déficit, com uma inflação de 25 a 30% ao mês. Para Delfim, a hiperinflação não é um fato econômico, mas um fato político, de psicologia social. "Se o governo fizer um novo choque, agora, o país sairá dele pior do que quando entrou" — diz o ex-ozar da economia.

Meneguelli: bases decidem

Delfim se permite alguns exercícios de futurologia: em julho, a inflação não deverá ser muito mais alta do que em junho. E diz em que se baseia: "A aceleração deste mês provocou um fantástico corte no salário real, e tudo leva a crer numa queda de demanda. Haverá espaço também para o governo aumentar as tarifas públicas". Em agosto, o quadro já será diferente, pois haverá uma lei salarial em funcionamento pleno. Mesmo assim, Delfim não vislumbra razões para o índice passar de 30%, 32%.

Fantasma — "Estamos rezando para ter uma inflação alta, evitando a hiper", diz o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), presidente da Comissão de Economia da Câmara, adotando o jargão com que os políticos já tratam o monstro com intimidação. A crise, a seu ver, se define à medida em que o Congresso não se conscientiza da necessidade de unir-se ao Executivo. "Assim, vamos para hiperinflação, e só um psicopata pode imaginar que haverá eleição com hiperinflação. O caos será tão grande que o povo vai para a rua pedir intervenção militar".

É, naturalmente, uma visão catastrófica da qual sequer os militares compartilham. O ministro da Marinha, Almirante Henrique Saboia, por exemplo, responde a esse agouro: "Não vejo o fantasma da crise. O brasileiro está muito pessimista e, embora o país esteja enfrentando sérias dificuldades, temos meios de superar todos esses problemas".

Por mais negro que seja o horizonte,

Saboia: não existe o fantasma da crise

é inexpressivo o número dos que põem em dúvida a realização da eleição. Com exceção de Ricardo Fiúza, a direita que, em tese, teria interesse em aproveitar-se da situação para boicotá-la não abre mão dela. Delfim Netto, que foi imperador da economia num regime político sem voto, é contundente: "A eleição será realizada, haja o que houver, pois ela reduz a tensão e não a aumenta".

Otimismo — A esquerda confia desconfiando. Partindo do pressuposto de que a acentuação da crise econômica e social tem repercussão institucional, o líder do PT, Plínio Sampaio, está procurando contatos com setores progressistas e de esquerda dentro e fora do Congresso, para garantir uma rápida mobilização na hipótese de hiperinflação. É uma espécie de prontidão civil para uma para- noia típica de pais do Terceiro Mundo: a de que ao menor sinal de crise mais grave poderia haver ruptura constitucional.

No mar de dúvidas que o momento político e econômico propicia, há uma voz de otimismo, a do líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS). Na pior das hipóteses que imagina, a de não haver um pacto nacional para facilitar a transição deste para o próximo governo, o país estará enfrentando as mesmas dificuldades de hoje. "Se tivermos competência razoável para garantir o que a racionalidade manda — um entendimento entre Congresso, partidos e Executivo — teremos um Brasil com inflação decedente e um conserto estrutural da economia que aplanará o terreno para o futuro presidente", diz Ponte.

18906524

01.01

502

288

FPA

Zero Hora 3-7-89

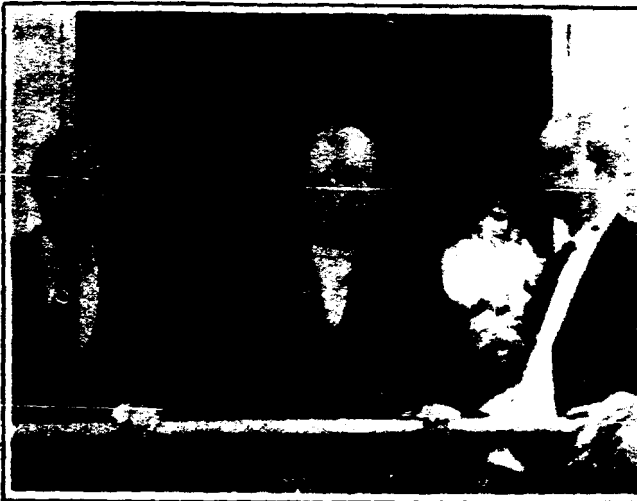
Jânio quer atrair dissidentes

O ex-presidente Jânio Quadros ingressou no PFL "prá valer". Além de indicar seu ex-secretário, Cláudio Lombo, para companheiro de chapa de Aureliano Chaves, pretende o apoio dos chamados independentes à chapa partidária. Já pediu a Lombo para entrar em contato com os senadores Jorge Bornhausen (SC), José Agripino Maia (RN) e Carlos Chiarelli (RS), principais líderes do grupo, para marcar encontros com cada um.

Jânio vai dizer a Chiarelli, por exemplo, que sua participação será importante para os candidatos para o partido e para sua própria candidatura ao governo gaúcho, em 90. "Se o Chiarelli não quiser, estou certo de que Nelson Marchesan vai querer", referindo-se ao ex-deputado e ex-líder do Governo Figueiredo.

Ainda nesta semana está sendo esperado pronunciamento público do ex-governador mineiro Hélio Garcia, do PMDB, de apoio a Aureliano. No sábado estava prevista entrevista coletiva de Hélio Garcia em Belo Horizonte, para comunicar que está com o candidato do PFL. A entrevista foi adiada, provavelmente para esta quarta-feira.

Antes de ingressar no plenário da convenção nacional, ontem, na Câmara, o candidato conversou com Antônio Carlos Magalhães, rapidamente, no gabinete do líder José Lourenço, que nem sempre convive bem com o ministro das Comunicações. "Precisamos conversar muito", disse Aureliano ao ministro, que confirmou com gestos de cabeça. Perto deles, curiosos, os ex-governadores Alacid Nunes (PA), Lomanto Júnior (BA),



Aureliano com Jânio e Lombo, no sábado

Amaral de Souza (RS). Ao contrário de alguns dias antes, Aureliano apresentou-se à convenção descontraído, sorridente, distribuído abraços aos convencionais. Chamando quase todos pelo nome. "Vamos à luta para ganhar", dizia o candidato, abandonando o tom pessimista de "pouco provável", que tanto irritou líderes e dirigentes do PFL.

Além do ministro das Comunicações, participou o chanceler Abreu Sodré. O terceiro ministro do PFL, João Alves, telegrafou de Roma, cumprimentando os candidatos. Ausência notada foi a do prefeito de Recife, Joaquim Francisco. Presenças destacadas dos ex-governadores Ney Braga (PR), Francisco Pereira (MG), Jair Soares (RS), e dos ex-ministros Eliseu Resende e Oliveira Brito, ex-senador Josué Marinho, e do refeto de Maceió, Guilherme Palmeira. Aureliano compareceu com a mulher, Vivi; filhos, genros, nora, a mãe, irmãos, netos e outros familiares. (AE)

01.01

8906525

078

f-pa



Com 33 votos além do mínimo legal, o candidato do PFL, Aureliano Chaves, e seu vice, Cláudio Lembo, foram confirmados pela convenção nacional do partido. E o ex-ministro já se diz "afastado e independente do Governo Sarney"

LUCESSÃO

Por escassa margem, o PFL escolhe Aureliano

Por LEMAR FRANCO
Belo Horizonte

Quatro dias depois de ter dito, em encontro na Confederação Nacional da Indústria, de que não tinha chances nas eleições presidenciais, o candidato do PFL, Aureliano Chaves, ao chegar ontem à convenção do partido, afirmou que está "de marcha batida para o Planalto". A convenção teve a presença do senador Marco Maciel, derrotado nas prévias do partido, que manifestou seu apoio a Aureliano, destacando não abdicar, em nenhum momento, de defender o "afastamento e a independência do partido diante do Governo Sarney".

A ausência de importantes expressões do partido, como os senadores Jorge Bornhausen e Carlos Chiarelli, foi minimizada pelo candidato, afirmando que a "grande figura da disputa, o senador Marco Maciel, está presente". O trata-

mento aos dissidentes, em seu discurso na convenção, foi modificado na última hora, numa tentativa de não aumentar as divergências internas. Assim, foi substituída no início de seu pronunciamento uma frase que dizia: "Em nosso partido não há mais lugar para lideranças que não respeitam as decisões das bases". Em seu lugar, o candidato disse: "Em nosso partido, respeita-se a manifestação das bases".

A oficialização das candidaturas de Aureliano Chaves e Cláudio Lembo foi por escassos 33 votos de vantagem, já que de um total de 567 votos possíveis, apenas 287 (50%) foram dados na convenção, sendo dois brancos e um nulo. O candidato do PFL, que não disputa uma eleição popular desde 1970, obteve 284 votos e seu vice, Cláudio Lembo, 270.

Austeridade

Mas este fato não serviu para tirar o

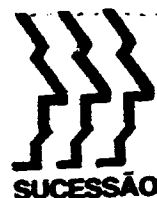
otimismo dos pefelistas, como o ministro Antônio Carlos Magalhães que, ao abraçar Aureliano, disse que tinha vindo à convenção "para desfazer os boatos" e vaticinou que "ao contrário de Ulysses, após a convenção, a candidatura da Frente Liberal vai deslanchar".

Em seu discurso, Aureliano Chaves prometeu um governo de austeridade e moralidade, reduzindo a participação do Estado e garantindo a retomada do desenvolvimento com uma distribuição mais justa de renda. Enfatizou que em sua caminhada conta com o apoio de Jânio Quadros e que, além disso, sua candidatura oferecia ao Brasil "a modernidade e a audácia de Juscelino Kubitschek e a conciliação e a visão política de Tancredo Neves". Buscando desfazer o sentimento de derrota no partido, encerrou sua fala afirmando que "vamos à luta, sem esmorecimento, até a vitória".

078

Zero Hora 3.7.87

fba



Lula não quer militares ocupando cargos civis

E promete reduzir o déficit público e a sonegação de impostos

O candidato do PT à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, disse sábado no Rio de Janeiro que, se for eleito, retirará todos os militares de cargos administrativos do Governo, criará o Ministério da Defesa e reduzirá o déficit público, estabelecendo um critério de fiscalização rigorosa em grupos de empresas que sonegam impostos.

Segundo Lula, com a sonegação, o Governo deixa de arrecadar 10% do Produto Interno Bruto (PIB), correspondente a 33 bilhões de dólares, verba que poderia ser aplicada na saúde e na educação do povo. Lula esteve no Rio, participando de um debate no programa Haroldo de Andrade, da Rádio Globo, no qual explorou mais a questão do déficit público. O candidato petista afirmou que é preciso moralizar os incentivos fiscais e os subsídios, porque é o povo que paga. Sobre as novas medidas econômicas do Governo Sarney, disse, de forma irônica, que "estão querendo inventar um modelo econômico, mas a medida não dará certo, como as outras".

Lula rejeitou ontem a proposta do sindicalista Luiz Antônio Medeiros de que os partidos políticos devam se unir urgentemente e propor ao Governo um plano econômico mínimo que evite a hiperinflação que, no seu entender, colocaria em risco o processo eleitoral. Lula disse que aposta na inflação alta para garantir a sucessão presidencial:

— Não acredito que o processo eleitoral correrá riscos por causa da inflação, pois ele é o único meio de tirar o Brasil do sufoco em que

se encontra. Eu entendo que quanto mais, do ponto de vista econômico, o Brasil estiver deteriorado, mais as pessoas vão compreender que as eleições são uma necessidade. Quanto a Luiz Antônio Medeiros, é bom lembrar que ele apoiou o Plano Cruzado Novo, quando todos nós dizíamos que não iria acabar com a inflação e provocaria mais arrocho salarial — disse Lula.

Simpatia

Embora Lula tenha dito que cabe à Frente Brasil Popular, composta pelo PT, PV, PC de B e PSB, decidir quem será o vice de sua chapa, ele não escondeu sua simpatia pelo nome do senador tucano José Paulo Bisol (PSDB-RS). "O senador Bisol é um grande nome. Um jornalista, um jurista e um político de muito respeito nacional. É muito capaz e um ótimo nome para compor a chapa", disse Lula, frisando, entretanto, que os elogios não influenciarão na escolha de vice, que está sendo disputado também pelo escritor Fernando Gabeira, do PV. Lula também não deixou de atacar o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, afirmando que ele faz parte da direita e sua candidatura é uma invenção. Garantiu que Collor aparecerá nas próximas pesquisas com um percentual bastante inferior à última realizada, esclarecendo: "Isso significa que a máscara do fascista está sendo arrancada. O senhor Collor de Mello é o candidato identificado com a direita, com o fascismo. É uma invenção", concluiu Lula. (AE)

01.01

8906527

098

F 8a

Zero Hora 3-7-89

Danielle: "Eleição define rumos"

A primeira-dama da França, Danielle Mitterrand, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que as próximas eleições presidenciais brasileiras "são importantes, pois, através delas, o povo terá condições de se exprimir a respeito dos rumos que mais considera adequados para forjar o seu destino".

Em entrevista no Palácio das Artes, onde compareceu para participar das solenidades de comemoração dos 200 anos da Revolução Francesa e da Inconfidência Mineira, ela disse também que a fundação que preside, a "France Livre", realiza diversos trabalhos assistenciais no Brasil, destacando-se, dentre eles, "a ajuda a grupos de camponeses sem-terra e estudos sobre a necessidade de implantação da reforma agrária".

Danielle Mitterrand declarou, sempre acompanhada pelo cantor Milton Nascimento, que a Fundação France Livre está implantando no Brasil diversos projetos na área da educação, especialmente os de caráter pré-escolar, "mas sempre atendendo a pedidos dos educadores brasileiros, pois são eles que sabem as melhores soluções a adotar". Sobre a questão da reforma agrária, disse que está sendo avaliada "por especialistas de uma região da França", o que constitui, em sua opinião, um dos aspectos mais interessantes da cooperação entre brasileiros e a fundação. "Este projeto já dura 3 anos e está dando bons resultados, apesar de ser difícil ser solidário à distância". Após a entrevista à imprensa, participou do debate "Igualdade, Liberdade e Fraternidade", no Palácio das Artes.

01.01

8906528

Enfim, candidato

Aureliano Chaves é candidato à Presidência da República pelo PFL e chega a essa posição depois de muita insistência e articulação. Sua trajetória política mostra presença em vários momentos, nos últimos anos, a partir de sua indicação para o Governo de Minas Gerais em 1974. A aproximação com o presidente Ernesto Geisel, aliás, começa antes, quando dirigiu-lhe saudação oficial em nome da Arena, Partido do Planalto, na homologação política protocolar. Como Governador, Aureliano manteve uma permanente troca de idéias com outros Governadores, Paulo Egidio, de São Paulo e Sinval Guazzelli, do Rio Grande. Não foram poucas as reuniões entre eles, tendo como tónica uma influência em busca da distensão e influência civil no processo. O pacote de abril em 1977, que representou um confronto com o Congresso, reduziu esses encontros, mas Aureliano continuou atuando politicamente, a ponto de ser escolhido para compor a chapa com o general João Baptista Figueiredo, quando uma liderança mineira, Magalhães Pinto, se lançava como candidato numa frente política ampla, em oposição ao Sistema. Sua indicação passava a ter também um componente regional, visando a neutralizar a mobilização proposta por Magalhães.

A primeira chance

Aureliano foi eleito, acabou sendo o vice civil que mais presença teve nos governos militares, especialmente quando o Presidente Figueiredo sofreu um enfarte e, mais tarde, foi operado. Seria um candidato natural à sucessão, dentro do processo de abertura, não fossem os desentendimentos internos, a resistência de Figueiredo em coordenar o processo e a ação desenvolvida pelo deputado Paulo Mahf. Complicando-se a sucessão, Aureliano Chaves, Marco Maciel, José Sarney, Jorge Bornhausen e outros deixaram o PDS e organizaram a Frente Liberal que evoluiu para a estruturação do PFL. Com número de votos capazes de definir a sucessão no Colégio Eleitoral, depois que foi derrubada a emenda das diretas, o PFL acertou-se com o PMDB em torno de um nome mineiro. Surgiu a Aliança Democrática, graças ao histórico Acordo de Minas, responsável pela vitória da chapa Tancredo Neves-José Sarney. Na Nova República, Aureliano integrou o ministério, ocupando a Pasta de Minas e Energia, área ligada ao ex-presidente Geisel e divergiu de uma corrente partidária, liderada por Marco Maciel, que deixou um ano e meio antes o Governo. Ambos acabariam se confrontando, em eleições primárias internas, com vitória do ex-ministro. Quase afastado da disputa, a perseverança de Aureliano, no entanto, está muito ligada aos projetos de Jânio Quadros.

Reforços

Se o ex-presidente Jânio Quadros é um reforço ou espera oportunidade, com base na lei eleitoral, para concorrer, o ex-ministro Aureliano Chaves não pretende discutir agora. Sua preocupação era aceitá-lo, prestigiá-lo com a candidatura Cláudio Lembo e reduzir as tensões internas. Outra área a ser disputada, depois do janiismo, é a dos moderados do PMDB, onde também existem ministros e políticos ligados ao ex-prefeito de São Paulo. Um deles, José Aparecido, está decidido a fazer essa ponte. O grupo peemedebista rejeitado pela Convenção que indicou Ulysses Guimarães e Waldir Pires passou a ser cortejado e, curiosamente, num momento em que o PMDB cessou as restrições e hostilidades.

Carlos Fehlb...

01.01

8906529

Sociólogo Hélio Jaguaribe afirma que há sério risco de hiperinflação e que o único meio de evitá-la é empresários moderarem lucros, Governo limitar gastos e sindicatos reivindicarem menos. Se não, diz ele, a economia descamba, vem o caos e a ditadura

Sociólogo receia caos e a volta da ditadura

O sociólogo Hélio Jaguaribe disse ontem, em Curitiba, que o Brasil corre sério risco de chegar à hiperinflação nos próximos três meses e que o único caminho para evitá-la é a moderação de lucros pelos empresários; de reivindicações salariais pelas lideranças sindicais, e de gastos, pelo Governo. Do contrário, disse Jaguaribe, "o País mergulhará no caos social e não realizará eleições presidenciais, voltando fatalmente à ditadura". Hélio Jaguaribe, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro e autor do livro "Brasil, Reforma ou Caos", foi a Curitiba a convite do Banco do Estado do Paraná e da Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças do Estado.

Falando a uma platéia de empresários, economistas e jornalistas, Jaguaribe traçou um quadro preocupante da realidade brasileira. Disse que, na situação atual, "qualquer pequeno descuido pode levar à hiperinflação", que teria, no seu

entender, "consequências incomparavelmente mais sérias do que as registradas na Argentina". A Argentina, segundo Jaguaribe, tem uma taxa de pobreza equivalente a 20% da população e reservas que permitem conviver durante certo tempo com a hiperinflação, de forma não catastrófica. No Brasil, diz ele, com 65% da população ganhando um salário mínimo ou menos por mês, poucos dias de hiperinflação seriam suficientes para "levar de ruína todas as instituições democráticas". Jaguaribe disse que no momento é "irracional" cada segmento social defender vantagens próprias porque "estamos todos no mesmo barco e se não houver moderação vamos afundar juntos".

Intervenção militar

Além da ameaça da hiperinflação, Hélio Jaguaribe citou como questão urgente a necessidade de eleger, em novembro, um

"governo representativo, sério e competente". Ele acredita que "um governo sem capacidade para equacionar a enorme massa de problemas que herdará não emplaca o ano de 1989". O caos decorrente da hiperinflação, disse ele, poderá levar a uma intervenção militar temporária, "mas o caos decorrente da ingovernabilidade de um governo recém-eleito convencerá a classe média de que não há, no Brasil, condições para a democracia, e o País optará pelo fascismo".

Superada a ameaça da hiperinflação, Jaguaribe acredita que um novo governo terá condições de, em cinco anos, reverter o atraso do País no aspecto social. Hoje, disse Jaguaribe, os serviços sociais consomem 9% do PIB nacional e têm eficiência de 50%, sendo o resto engolido pela corrupção e pelo parasitismo. Além da eliminação desses vícios, ele defende que se destinem aos programas sociais mais 5% do PIB. (AE)

O ministro do Desenvolvimento Ultramarino do Reino Unido, Christopher Patten, em visita ao Brasil, assinou ontem, com o ministro Abreu Sodré, acordo de cooperação ambiental e assegurou o respeito de seu país à soberania brasileira. Após, foi recebido pelo presidente Sarney

Reino Unido respeita a soberania brasileira

O ministro do Desenvolvimento Ultramarino do Reino Unido, Christopher Patten, ora em visita ao Brasil, assegurou ontem que o seu país tem todo o respeito pela soberania brasileira. Ele assim se manifestou a propósito de denúncia do jornal londrino *The Sunday Times*, de que a *British Petroleum* teria promovido um desmatamento gigantesco na Floresta Nacional de Jamari (RO), e que, foi um dos assuntos tratados ontem entre ele e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Abreu Sodré.

O britânico não fez maiores comentários, apenas anotou. A conversa reservada ocorreu minutos antes dos dois países firmarem um memorando de entendimento para o Desenvolvimento de Ações de Cooperação Técnica na Área Ambiental. Na cerimônia, Abreu Sodré lembrou que a comunidade internacional deve corrigir os desvios que têm impedido a interrelação entre a conservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico e social.

O ministro das Relações Exteriores classificou o "entendimento como uma prova da credibilidade que o Brasil tem junto a esta nação amiga". E atenuou o tom da denúncia: "O problema não é da BP, mas também de empresas brasileiras", disse, condenando os erros de implantação de projetos incentivados. A partir deste memorando, feito sob os termos do acordo sobre cooperação técnica celebrado entre os dois governos em janeiro de 88, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty e a Administração Britânica de Desenvolvimento Ultramarino pre-



Sodré: corrigir desvios

tendem realizar projetos e programas racionais para problemas ambientais.

Os campos de maior interesse são os de gestão de meio ambiente e recursos naturais, equalização de problemas do meio ambiente urbano e industrial, controle da poluição marinha, manejo florestal, conservação de recursos genéticos e avaliação de impacto ambiental. À tarde, Christopher Patten reuniu-se, separadamente, com o presidente José Sarney, o ministro do Interior, João Alves, e o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Fernando César Mesquita.

Indigenistas presos e soltos recorrem à OAB

Cinco membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foram presos e expulsos da região do Yauareto, no município de São Gabriel da Cachoeira, a 1.500 quilômetros de Manaus, por soldados do 5º Batalhão de Fronteira. São eles os advogados Felzberto Damascena e Judith Moreira, o jornalista José Rocha, o cinegrafista João Ascarate, este de nacionalidade espanhola, e mais um não identificado. Ontem, o CIMI entrou com uma representação na OAB, contra os militares. Os indigenistas estavam na área, para prestar assessoria jurídica às comunidades indígenas, reunidas em assembleias, para discutir a demarcação de terras propostas pelo governo federal. Os militares alegaram que a equipe do CIMI não tinha autorização da Funai (Fundação Nacional do Índio) para permanecer em terras indígenas. Acompanhados até a sede do município por oito soldados e um sargento, fortemente armados, os indigenistas tiveram suas bagagens revistas e documentos apreendidos, inclusive um dossiê sobre o Projeto Calha Norte. Somente com a intervenção do bispo da região, Dom Walter, é que os militares devolveram alguns documentos.

Sérgio Henrique Hudson de Abranches

A crise brasileira não é apenas econômica ou política. É principalmente institucional. O país vive sem regras definidas, sem compasso coletivo. As organizações, públicas e privadas, estão em nítido descompasso com as profundas mudanças ocorridas no ambiente socioeconômico e político nacional nos últimos anos. Nenhuma instituição parece ser capaz de cumprir seu papel. O governo não governa. O parlamento não legisla. O mercado não compete. Regras e instituições claras são indispensáveis, sem elas não bolinha de gude se pode jogar. E, não havendo jogo, é cada um por si.

Mas a economia política tem um padrão, uma espécie de juiz irrevocável que, quando tudo vai mal, culpa a política e, na política, condena o governo como responsável principal e o Parlamento, como acessório. O corporativismo dos principais agentes sociais, o cartorialismo disfarçado do mercado, a manipulação especulativa das expectativas e das dificuldades, a autodefesa hiperindividualista são absorvidos como efeitos circunstanciais da inércia política.

Autoridade — Existe algum fundamento para esta sentença. Falta autoridade governamental. A política, que é gestora das regras e das instituições, não regula, nem institucionaliza. É mais fácil fazer política administrando a fisiologia do que faz-la com grandeza, distribuindo sacrifícios com critério e justiça razoáveis. Político, no Brasil, atende, não desagrada.

Porque a política é fundamental na democracia, ela é a primeira a ser punida quando foge à rota de suas responsabilidades. Diante disto, parece secundário que não exista mercado no Brasil, porque a maioria dos agentes econômicos, dos empresários mais poderosos, não quer se expor às intempéries da concorrência; não admite viver sem os favores do Estado e se opõe a qualquer medida que faça do mercado, mercado de verdade, com sua lógica e suas regras próprias e não parte da rede burocrática nacional. É, aparentemente, menos importante que nenhum grupo esteja disposto a qualquer sacrifício ou que os segmentos mais poderosos do sindicalismo e os atóis corporativos abrigados no setor público não abram mão de qualquer prerrogativa.

O resultado é uma grande coalizão nacional pela inflação. Com indexação adequada, ela é, ainda, a solução em que todos perdem menos. Até porque parte das perdas torna-se irrevocável na vertigem monetária. O Estado é forçado a absorver a maior parcela dos custos, privados e coletivos, decorrentes desta grande cumplicidade, na qual também participam o governo, o Parlamento, o Judiciário, tanto no plano federal, quanto no estadual, enfim, todo esse Brasil que esconde a sua cara no anonimato da irracionalidade coletiva.

Mandeville, no Brasil, aprenderia uma lição inesquecível. Ele dizia que vícios privados tornavam-se virtudes públicas. Aqui, vícios privados e públicos só produzem mais vício, nenhuma virtude.

A opinião pública desconfia de todos os jogadores da subvertida economia política brasileira. Políticos, empresários, partidos e instituições são objeto de altos índices de rejeição. A dissolução da autoridade pública promove a delinquência geral e cria um véu de ignorância que impede todos de ver que, na situação atual, qualquer vantagem isolada, pessoal ou grupal, apenas contribui para o desastre coletivo.

Paralisia — O Legislativo está praticamente paralisado. Gasta cada vez mais tempo em discussões e negociações, para decidir cada vez menos. Sua agenda decisória está nitidamente sobrecarregada. Aconsoado por interesses regionais múltiplos e contraditórios, por demandas corporativas e de setores econômicos e sociais não menos conflitivos, fragmenta-se em facções heterogêneas, as quais funcionam como grupos de veto e impedem a formação de maiorias suficientes para desbloquear o caminho das decisões de interesse nacional.

As bancadas partidárias fracionam-se, seja porque precisam atender a promessas regionais ou a interesses de clientes, seja porque já estão influenciadas pelo processo eleitoral, que transgride as fronteiras dos partidos e fixa-se, cada vez mais, numa disputa de personalidades.

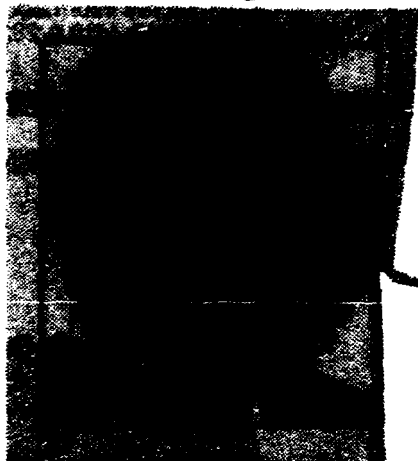
Os partidos são pressionados por forças contrárias e quase todas de natureza centrífuga. Conflitos internos, de natureza regional, político-ideológica, eleitoral ou puramente pessoal, sobretudo nas maiores agremiações, retiram-lhes a identidade e os tornam inoperantes como instrumentos de decisão.

Todo regime federativo caracteriza-se por partidos regionais e ideologicamente heterogêneos e internamente divididos. Suas linhas programáticas tendem a ser mais genéricas. A fidelidade partidária é condicionada pela pluralidade de interesses e correntes que eles abrigam. Mas existem mecanismos e procedimentos capazes de promover certa coerência na ação partidária, principalmente naquelas questões em que está em jogo o interesse coletivo.

O parlamento brasileiro aproxima-se perigosamente, porém, da regra "uma cabeça, um voto", que é desagregadora e paralisante no Legislativo, só funciona em eleições gerais. Um mínimo de agregação e fidelidade de orientação é indispensável ao funcionamento do parlamento através dos partidos.

Diante dessas dificuldades, o poder de decisão concentra-se, cada vez mais, nas mãos das lideranças e cristaliza-se o hábito de formar consenso antes de deliberar, tamanha a incerteza do que

É grave a crise



pode ocorrer na votação em plenário. Mas é infrutífera a busca de unanimidade ou maiorias prévias, em um quadro de tantas divergências. Ela só leva à postergação das decisões e acaba contribuindo para cimentar o bloqueio decisório.

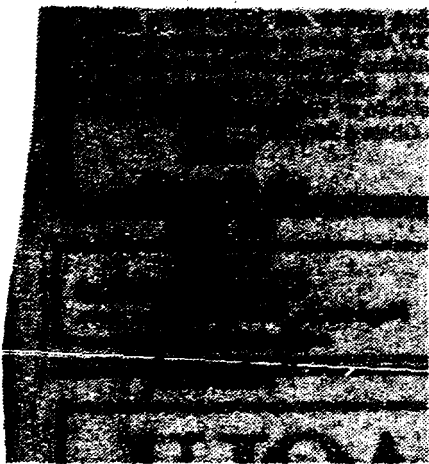
Conflito — O Executivo há muito deixou de ter qualquer base parlamentar sólida. Seu apoio no Congresso sempre foi precário. Desde o início da Nova República prenunciava-se a ruptura entre Legislativo e Executivo, a qual foi adiada pela edição do Plano Cruzado e, em seguida, pelas eleições para governadores e para a Assembleia Constituinte. Mas a reconciliação durou pouco. O Plano Cruzado falhou, embalhado nas necessidades eleitorais e, em seguida, nas vacilações, contradições e nos erros do próprio Executivo. Parlamento e governo hoje vivem às turras.

No seu relacionamento com a Assembleia Constituinte, o governo omitiu-se na discussão séria de questões centrais e foi pequeno quando interferiu em suas decisões. Pior ainda, contribuiu ativamente para estabelecer confusão sistemática entre o trabalho constitucional, excepcional por definição, e a rotina da política e da conjuntura, necessariamente episódicos.

A Constituinte também cedeu às pressões das circunstâncias, abrigando no texto constitucional demandas ordinárias de mais variada natureza e, por causa de sucessivos impasses, inúmeras decisões foram emperradas para fase futura de regulamentação. A Constituição, votada já na undécima promulgação, ficou a meio caminho, parte Constituição, parte lei ordinária.

Minimização — Paralelamente, o agravamento da crise econômico-social e as dissensões internas nos partidos determinaram dificuldades políticas para vários governadores e os colocaram em rota de colisão com o governo federal. Esta, cada vez mais desacreditada em sua autoridade e nos seus propósitos, buscou, sistematicamente, recompor sua base de sustenta-

a crise



ção através da manipulação de cargos, benefícios e penalidades.

Faltaram-lhe sabedoria e desprendimento para perseguir a repectação da transição, liderar a negociação das dificuldades, assumir o papel, natural e legítimo, de governo de transição. Todas as circunstâncias da cena nacional indicavam ser esta a missão que o acaso e a história lhe haviam reservado. Escolheu o rumo contrário, quis ser governo regulamentar, embora constituído pelas regras precariamente negociadas da transição, sem a legitimação do voto e marcado, na origem, por ser do vice e não do titular.

As eleições municipais, nesse quadro, já constituíram uma prévia para a eleição maior, teste de lideranças, no qual saíram mal as principais delas. O descontentamento fez o eleitorado distribuir penalidades com extraordinária equanimidade. Machucou os partidos, arguiu a ilegitimidade dos governos, deu indicações claras de que, se as mudanças não se materializassem pela via mediada da representação e do poder delegado, far-se-iam pela rota direta e ímpera do voto.

As lideranças político-partidárias desgastaram-se em confusas articulações pré-eleitorais, aprofundando o conflito como o governo federal, aumentando as contradições intrapartidárias, queimando quadros imprescindíveis, dissipando perdulamente e patrimonializando e já desvalorizado.

Hiperinflação — O governo, em isolamento e vacilação crescentes, jogou suas últimas fichas no Plano Verão. Agora, com as perplexidades resultantes de um início inesperado da campanha eleitoral e com o desmoronamento do programa de estabilização, todos voltam a falar da crise. Libera-se o fantasma da hiperinflação, afirma-se a inacreditável relação de causa e efeito entre os ingleses argentinos e os nossos, chega-se, mesmo, em delírio ético, a inventar um novo processo macroeconômico: o efeito Orloff. Não bastassem o efeito Tanzi e outros tantos.

Mas a consciência da gravidade e

da natureza complexa da crise brasileira ainda é baixa. O Executivo usa a crise para tentar obter apoio no Legislativo ou para depositar nele a culpa de seus próprios erros e omissões. Os mais ponderados do governo não encontram nele, nem no Parlamento e nem na sociedade, respaldo político para medidas mínimas de racionalidades e ajustamento econômico.

No Legislativo, as lideranças mais lúcidas já perceberam a gravidade dos riscos que enfrentamos, mas pouco podem fazer. O grau de concordância sobre o que fazer é menor do que aparenta — não escapa à análise do primeiro detalhe. Não conseguem formar uma coalizão decisória suficientemente forte e coerente para romper o impasse. Sofrem e sofrerão bloqueios internos, regionais e de poderosos grupos de pressão. Por outro lado, são pouquíssimos os que se dispõem a adotar a paternidade de medidas amargas, em pleno período eleitoral.

O governo, já condenado, que o faça. Mas com que autoridade? Com que base política? Tivemos a vontade para fazê-lo, ainda assim encontraria pelo caminho mais sabotadores do que aliados. E não só no Congresso Nacional, mas nas organizações empresariais, nos sindicatos, no setor público — inclusive entre seus próprios ministros —, nos estados.

Acordo — O fato político fundamental é que qualquer solução só é viável através de um amplo acordo, quando se enfrenta uma crise dessa magnitude e complexidade. Acordos, pactos, compromissos são necessários somente quando se trata de distribuir sacrifícios. Benefícios podem ser concedidos automaticamente, sem negociação.

Mas não existem, ainda, condições objetivas para qualquer acordo. Primeiro, porque as sanções imediatas e diretas impostas pela crise são menores do que seria de se esperar dada a sua magnitude. Por um lado, ainda são poucos os mecanismos de autodefesa, exceto para os setores mais fracos e desorganizados da sociedade. Por outro, o setor público continua a absorver enorme volume dos custos. Segundo, porque, diante das incertezas eleitorais, nenhum segmento importante mostra-se disposto a fazer sacrifícios no curto prazo, em nome de benefícios futuros que podem não se concretizar. Finalmente, porque não existem canais institucionais para promover o pacto, nem autoridade arbitral para garantir sua observância. O governo não tem condições para fazê-lo. Ao Congresso faltam os instrumentos e, sobretudo, o interesse, com partidos e lideranças envolvidos na disputa presidencial.

Degrada-se o Estado e dissolve-se a autoridade pública. As elites políticas, empresariais e sindicais imobilizam-se na mais absoluta intransigência. As referências populares varrem as comportas partidárias e recusam, com forte carga emocional, a mediação das

organizações políticas, optando pela identificação imediata com aquelas personalidades que parecem capazes de dizer o que todos sentem.

Condição — Monta-se o cenário verdadeiro da crise: iminente paralisia decisória no Legislativo, com alta probabilidade de confronto polarizando entre as forças parlamentares. O governo, em franca decomposição, emite sinais de abdicação de qualquer responsabilidade no enfrentamento da crise. Agravam-se os conflitos entre um Legislativo paralisado e um Executivo inerte e deslegitimado. É evidente a ausência de regras e instituições para resolução dos múltiplos impasses. O clima eleitoral torna particularmente fácil capitalizar o descontentamento geral, mobilizar emocionalmente a opinião pública e radicalizar organizações de base.

Retrospecto — Os sinais de instabilidade já começam a aparecer. Em Brasília não se fala em outra coisa senão em renúncia do presidente, "parlamentarismo já" e outras manobras típicas, que apontam na mesma direção: melar o jogo. Jogo sem regras claras, ameaçado pela possibilidade de que das urnas transborda uma onda avassaladora de votos descontentes. Poderá vir a ser o voto contra a conveniência geral, que explode nas taxas de inflação, nas alianças de conveniência e nas manobras de ocasião. Se assim for, qualquer governo que caia na crista desta onda eleitoral enfrentará as mesmas dificuldades políticas, oriundas de um delicado dilema institucional que permanecerá sem solução. Eleição eloge, mas não firma regras institucionais, nem estabelece as condições de governabilidade. Define o presidente, mas não viabiliza o Governo.

Até agora já perdemos uma década de progresso econômico, tecnológico e social. Não fomos capazes de eliminar as debilidades institucionais de nossa tradição republicana, expressas no "presidencialismo de coalizão". Nada fazemos para reformar o Estado e redefinir suas relações com o mercado. Não abolimos as barreiras cartais e institucionais à formulação de uma nova política de crescimento. O Brasil de hoje já não comporta mais as soluções genéricas e o paternalismo da velha política de industrialização, nem a manutenção de distorções distributivas que anulam o mercado, inflam o Estado e aviltam a vida da nação. Resta saber se perderemos, também, o rumo da democracia, última condição que nos falta para marcharmos aceleradamente para o coração do Terceiro Mundo, na antevéspera do Século XXI. É grave a crise: podemos estar escrevendo, coletivamente, a história ao contrário, fazendo do país do futuro apenas a república do passado.

J. DO BRASIL 2/7/83
Sérgio Henrique Hudson de Abranches é cientista político, pesquisador do IUPERJ, doutor pela Universidade Cornell (EUA) e assessor especial do governador Moreira Franco.

098

f. 102

Thatcher diz a Collor que FMI é necessário aos brasileiros

J. do Brasil 5/1/85

João Bosco Jardim

LONDRES — A primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, foi dura e franca quando tocou no tema da dívida externa com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, no encontro de 34 minutos que manteve-se oculto, na sede do governo, em Londres. "Tem que pagar, tem que ajustar a economia, tem que recorrer ao FMI" — foi, em síntese, o que o ex-governador de Alagoas ouviu da Dama de Ferro. "Infelizmente, este é o único ponto em que eu não concordo com Collor."

Thatcher mostrou-se crítica quanto à criação de um imposto internacional de poluição ambiental — proposta defendida por Collor para tirar o Brasil do que chama de "banco do réus" dos países poluidores do meio ambiente. Depois do encontro com a primeira-ministra — segundo ele, "muito solidária com os problemas brasileiros" —, o candidato foi homenageado com um almoço por 200 banqueiros e empresários e, à tarde, gravou uma entrevista de 40 minutos no Serviço Brasileiro da BBC.

A ortodoxia de Thatcher na questão da dívida externa não impediu

que Collor qualificasse de "excepcional" o seu encontro com a primeira-ministra. "Nós discordamos porque minha posição prioriza o crescimento econômico e, portanto, novas formas de entendimento com o sistema financeiro internacional", afirmou. Nesta última etapa de sua viagem por seis países da Europa, ele tratou de reforçar a imagem de austeridade e eficiência que procura forjar no Brasil.

Thatcher contou a Collor as dificuldades que teve para implementar sua política de privatização de empresas — um trabalho "lento, segundo ele, e "impopular" — em sua campanha. "Neste ponto nós concordamos integralmente", disse Collor. No almoço, promovido pela Câmara Brasileira de Comércio em Londres, ele afirmou que uma de suas metas é alcançar maior eficiência dos setores público e privado, através do favorecimento da competição e da livre iniciativa. "A privatização de novos investimentos, em suas diversas formas — bem conhecidas de vocês —, terão lugar importante em nossas propostas de governo."

Collor retomou na Inglaterra o tema da compatibilidade entre o de-

seenvolvimento econômico e o que chama de "dívida social". Muito aplaudido, defendeu também a possibilidade de conciliação do desenvolvimento com uma política de preservação ambiental, dizendo que falta ao governo brasileiro "disposição política" para enfrentar as pressões internacionais na questão do meio ambiente.

"Tenho boas razões para ficar satisfeito com os resultados que estou obtendo nesta minha viagem à Europa", disse o candidato. Ele seguiu, porém, a comparar sua viagem com a de Leonel Brizola. "Não há tempo de desperdiçar. Eu vim travar confronto com as lideranças corruptas, debater a dívida externa e buscar a integração do Brasil com a Comunidade Econômica Europeia."

Depois de uma recepção no caso do embaixador Celso Antonio de Souza e Silva, Collor e sua comitiva foram assistir à peça O fantasma da ópera, cujo ingresso custa US\$ 80. Hoje ele será recebido pelo ministro do Exterior, Geoffrey Howe e, à tarde, participa de uma mesa redonda sobre meio ambiente na Sociedade Geográfica Real. À noite, retorna ao Brasil.

01.01

8906533

A Via Crucis de Ulysses

3-7-89

5 de Agosto

Rogério Coelho Neto

O candidato
do

PMDB à Presidência da República, Ulysses Guimarães, impôs-se um prazo, que vai de agora até o final de agosto, para alinhar na sua campanha um mínimo de dez governadores do partido, incluindo-se, entre eles, os do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul. Com uma ligeira subida na próxima pesquisa do Ibope, que será divulgada domingo que vem, e a adesão desses governadores, com maior peso político, Ulysses acha possível superar as adversidades e recuperar, entre as bases pemedebistas, alguma credibilidade.



Até aqui, Ulysses segue uma espécie de Via Crucis política, com uma incrível capacidade de resignação. Vejam, por exemplo, os seus eventos de campanha. Todos eles têm se realizado em redutos isolados do interior do país, marcando um incrível contraste com as épocas faustosas em que o povo, nos grandes centros urbanos, estava sempre à mão do então chefe das oposições brasileiras para exaltá-lo e aplaudi-lo. Mas o que mudou? Mudou o povo ou mudou Ulysses?

O povo, ao que parece, continua no mesmo lugar. Mas o antigo chefe das oposições brasileiras, depois de navegar pelos mares tortuosos da Nova República, comandando a grande nau pemedebista, não encontrou um discurso capaz de atrair, na campanha eleitoral deste ano, as mesmas multidões que o aplaudiram em 1973 — época da anticandidatura — e, mais recentemente, em 1984, quando enchia praças públicas do Rio e São Paulo na defesa das diretas para presidente.

Pemedebistas mais ortodoxos — e por que não dizer radicais — chegam a manifestar forte ira contra o povo pelo tratamento que ele vem dando a Ulysses. É certo que o grande comandante das oposições, que foi cognominado de *Sr. Eleição Direta* pela defesa intransigente que fazia da escolha do presidente da República pelo voto direto, merecia um outro final de carreira. Ulysses, realmente, marcou uma época na política brasileira. Talvez não tenha percebido, no entanto, a hora certa de parar, que pode ter sido a da tarde-noite memorável — como costumam afirmar os locutores esportivos em dias de grandes clássicos de futebol — de 5 de outubro de 1988, quando, vencendo descrenças e superando pressões, promulgou a nova Constituição.

Mas isso tudo não vem ao caso. Hoje, a candidatura de Ulysses está posta e ele entende, no que deve ser respeitado, que esta é a sua hora e a sua vez. Os governadores, mais realistas, não têm essa mesma visão da situação política do candidato do PMDB. Agora mesmo, o governador do Paraná, Alvaro Dias, dono de uma popularidade crescente desde a posse em 15 de março de 1987, reuniu os prefeitos pemedebistas com Ulysses, em Foz do Iguaçu. Alvaro cumpriu, partidário que é, um papel simplesmente protocolar. Sabe que a eleição presidencial, em terras paranaenses, está perdida.

Como Alvaro Dias, outros governadores de peso, incluindo-se, entre eles, o próprio Orestes Quécia, não encontraram, por conveniência, o passo certo para entrar na campanha de Ulysses. Quécia, para o seu público interno, defendeu, afirmando que as bases do PMDB estão rebeldes e não aceitam, por isso mesmo, pressões de cima. No

Rio, o secretário de Assuntos Especiais do governador Moreira Franco, Paulo Rattes, vem se empenhando na reorganização das bases do PMDB, sem conseguir, no entanto, motivá-las para a campanha eleitoral deste ano. Sem uma subida considerável nas pesquisas eleitorais que serão divulgadas esta semana, sobretudo a do Ibope, será realmente difícil a assimilação da candidatura de Ulysses em praças políticas do porte da cidade do Rio de Janeiro e dos municípios da Baixada Fluminense, onde Moreira e seus aliados trabalham para melhorar a imagem do partido.

Se os quadros do Rio e São Paulo mostram-se difíceis para o candidato pemedebista, em Minas a sua campanha praticamente inexistente. O ex-governador Hêlio Garcia "está vendo a banda passar", na opinião de um de seus mais fiéis seguidores, enquanto a vice-governadora Júnia Marise Collor e o governador Newton Cardoso vai se perdendo em um labirinto de erros políticos primários. Para melhorar sua situação em Minas, Ulysses contava com a legenda do nome da família Kubitschek. Dona Sara, em um primeiro momento, impediu que a filha Márcia, deputada federal pelo PMDB de Brasília, aderisse a Fernando Collor, que pensou até em fazê-la sua companheira de chapa. Agora, a pressão da mãe sobre a filha arrefeceu e Márcia vai *collorir* em alto estilo: no meio de uma serenata em Diamantina, que terá naturalmente, como seu carro-chefe, a lendária canção *Peixe Vivo*, que o próprio Juscelino, feito seu personagem, gostava de cantar.

Em Minas, os líderes municipais do PMDB que sempre seguiram, sem discutir, as ordens dos chefes partidários, sobretudo as dos governadores do estado (Tancredo Neves, Hêlio Garcia e Newton Cardoso), estão se recusando a apoiar Ulysses. O ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, que acabaria ficando com o candidato pemedebista, encerrada a participação de Jânio no presente processo sucessório, conta para amigos que seus liderados, em Concoção do Mato Dentro, o procuraram para pedir férias políticas. O ministro estranhou o pedido, quis saber a razão das estranhas férias e foi informado, com surpresa, que seus fiéis liderados prometiam, em 1990, votar em quem ele mandasse, mas na eleição deste ano exigiam liberdade de ação para votar em Collor. Em quase todo o interior mineiro, revelam outras lideranças importantes do PMDB, o cenário de abandono da candidatura partidária é idêntico ao da cidade de Aparecido.

Até na Bahia, terra do vice de Ulysses, o ex-governador Waldir Pires, o PMDB está encontrando dificuldade para assimilar o seu candidato. O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, amigo pessoal de Ulysses, também enfrenta problemas para nortear os passos dos pemedebistas gaúchos na sucessão presidencial. Sem garantias de que o candidato poderá, realmente, disputar a eleição com chances de vitória, as bases do PMDB estão engrossando o fenômeno Collor ou se deixando imobilizar na perplexidade dos números revelados pelas pesquisas de opinião até aqui divulgadas.

Por enquanto, os boatos de que as novas pesquisas vão mostrar que a sorte de Ulysses está mudando não bastam para motivar um PMDB cansado do governo e saudosos dos tempos em que podia exercer uma oposição meio irresponsável. Para botar os pemedebistas nas ruas, com os governadores à frente, dentro do seu processo mais imediato, Ulysses precisa de números exatos. De um salto claro, um visível para o público, assim na base do tudo ou nada.

8906534

098

POLÍTICA

F. 100



Frente Brasil lança Lula e mostra programa de governo

Candidato não muda discurso favorável à greve

A candidatura a presidente da República do deputado Lula Inácio Lula da Silva, do PT, foi lançada oficialmente no final da tarde de ontem, no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, em um ato com participação de milhares de militantes petistas e com a apresentação do programa mínimo de governo da Frente Brasil Popular, composta pelo PT, PSB, PV e PC do B. O lançamento ocorre em um momento delicado para a candidatura de Lula, em que os integrantes da Frente que lhe dá sustentação ainda procuram unificar o discurso do seu candidato e apagar o constrangimento provocado pelas críticas do deputado estadual do PV do Rio, Carlos Minc, ao comportamento de Lula em defesa das últimas greves.

"O meu discurso não vai mudar", garante Lula, que apresentou em seu lançamento o programa de 15 itens da Frente Brasil, elaborado em um encontro de cinco horas na Assembleia Legislativa paulista, do qual participaram, entre outros, o presidente do PV, Fernando Gabreira; do PC do B, João Amasas; do PSB, Jamil Haddad; e do PT, Luís Guáltero.

Propostas

Do programa fazem parte as propostas de suspensão do pagamento da dívida externa, limitações ao capital estrangeiro e subordina-

ção do poder militar ao poder civil. Na reunião de quinta-feira, os dirigentes do PV se apresentaram em tentar diminuir o impacto das declarações de Minc publicadas pelo Jornal do Brasil, em que questionava o fato de o candidato do PT "agir como líder sindical nas portas de fábricas criticando, por exemplo a Fiesp" (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

"Foram declarações pessoais e não em nome do PV", afirmou o vereador do partido no Rio, Alfredo Sirkis. Minc, inclusive, já distribuiu uma nota à imprensa em que caracteriza suas opiniões como de natureza "individual". Dirigentes petistas avaliavam nos últimos dias que o incidente poderia enfraquecer a cotação do presidente nacional do PV, Fernando Gabreira, na disputa para obter o lugar de vice na chapa de Lula.

Gabreira está atento à possibilidade de, caso o PV perca o seu registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral, voltar a se filiar ao PT, partido pelo qual concorreu à Prefeitura do Rio em 1988. O ato público de hoje terá a participação dos presidentes nacionais dos partidos que apóiam Lula, da prefeta de São Paulo, Luiza Erundina, e de atores como Lucélia Santos, Betty Faria e José Wilker. Os integrantes da Frente decidiram também criar uma coordenação nacional ampliada da campanha eleitoral a ser formada por personalidades, lideranças sindicais e intelectuais.

088

Flora

22/11/82

Itamar Franco será o vice de Collor

Senador mineiro confirma participação na chapa do PRN

O senador Itamar Franco (MG) confirmou ontem que será o companheiro de chapa do ex-governador Fernando Collor de Mello (PRN) na campanha à sucessão presidencial. Além de Itamar, Collor convidou para vice dois outros políticos mineiros: o ex-governador Hélio Garcia e a deputada Márcia Kubitschek, do PMDB. Garcia respondeu que prefere disputar o Governo de Minas Gerais em 1990 e a deputada cedeu aos pedidos do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, para que apoiasse a sua candidatura.

— Foi uma decisão difícil, eu queria abandonar a vida pública ao término do meu

mandato (1991), mas acabei respondendo afirmativamente — disse Itamar, enquadrando-se no discurso do PRN de sacrifício pela causa pública e moralidade. (AE)

Sarney

Falhou a primeira tentativa do Governo de conter a candidatura de Fernando Collor de Mello. O vice-procurador geral eleitoral, Francisco Teixeira de Oliveira, não conseguiu encontrar nada nos textos dos programas do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e do Partido Trabalhista Renovador (PTR) que pudessem comprometer o ex-governador de Alagoas

por ofensa à pessoa do presidente José Sarney. (AE)

Depois de passar quase duas horas assistindo pacientemente aos dois programas, o vice-procurador disse não ter encontrado "nada demais" em nenhuma das duas fitas que pudessem justificar um processo ou a apresentação de denúncia contra o candidato do PRN. "É apenas um discurso de candidato, apresentado por um candidato", simplificou o procurador.

As fitas com as gravações dos dois programas foram requisitadas na semana passada, a pedido do procurador-geral, Sepúlveda Pertence. (AE)

01.01

8906538

078

F. Pol.

ABRIL 1988

NOTA: Este documento é de propriedade da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e não deve ser reproduzido sem a autorização da mesma.

SEMPRE FIDELIDADE

SEMPRE NOVA - Tempo-letra, 22.04.88 - PÁGINA 9

PFL oficializa vitória de Aureliano Chaves

A Executiva Nacional do PFL oficializou, nesta sexta-feira, o resultado das prévias realizadas pelo partido no dia 21 para escolher seu candidato à Presidência da República, que deu vitória ao ex-ministro Aureliano Chaves. O presidente do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), comunicou a Aureliano, às 18h30min da noite, sua vitória nas prévias, com 128.420 votos, o que corresponde a 39%. O segundo lugar ficou com o senador Marco Maciel (PE), que so-

cou 62.900 votos, equivalente a 19%. A deputada Sandra Cavalcanti (RJ) foi a última colocada, com 10.200 votos, significando 3%.

Des 200 mil filiados ao PFL, 207.000 votaram, representando cerca de 40%, o que foi considerado por Napoleão um bom índice de comparecimento. Aureliano estava no Rio de Janeiro quando ficou sabendo do resultado e acertou que amanhã estará em Brasília para reunir-se com a Executiva do partido. Na

quinta, a Executiva, além de homenagear Aureliano como candidato oficial do PFL à sucessão, vai marcar a data da convenção que vai homologá-lo e escolher seu vice. O partido divide-se entre duas datas para a realização da convenção, 11 ou 15 de junho.

O senador Hugo Napoleão transmitiu o resultado oficial também aos senadores Carlos Chirac (RS), Jorge Bornhausen (SC) e José Agripino (RN), que integram o grupo moderno do PFL, que

apoiou, nas prévias, o senador Marco Maciel. Os três disseram a Napoleão que vão reunir-se com seus bases, nos estados, para decidirem se apóiam Aureliano ou um candidato de outro partido. A questão do vice de Aureliano ainda não está definida. Segundo Hugo Napoleão, o vice poderá ser de outro partido que se coligar com o PFL, mas qualquer entendimento terá que ser articulado pelo candidato a presidente. (Brasília/REI)

01.01

8906539

As razões de Bisol para aderir à Frente Popular

Atrelamento do PSDB a setores conservadores desagradou

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

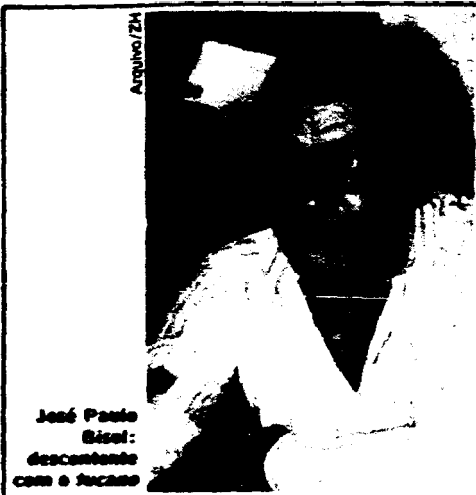
A decisão do senador José Paulo Bisol de abandonar o PSDB para ser o vice de Lula, na chapa da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PC do B e PV), não surpreende. O senador já há algum tempo demonstrava descontentamento com os rumos que tomava a candidatura do senador Mário Covas, que considera estar se atrelando perigosamente a segmentos conservadores. Ao mesmo tempo, em conversas reservadas, mesmo após ter deixado o PMDB, nunca poupou elogios à conduta do PT, que considera um partido coerente e verdadeiramente comprometido com as bandeiras populares e de esquerda.

Bisol, em mais de uma oportunidade, cogitou de trocar os tucanos pelo PT, mas nunca levou este projeto adiante para que sua atitude não fosse considerada pusilânime. Mas, no contexto atual, em que sua indicação contribui para resolver o problema do vice da Frente Brasil Popular e ampliar sua sustentação política, Bisol concluiu que era o momento de abandonar a nave dos tucanos. A esquerda do PSDB, identificada pelos parlamentares que integram o antigo MUP, ficou perplexa com sua decisão, mas em nenhum momento a condenou. O deputado Sigmaringa Seixas chegou a reclamar que "o partido não tem nada a reclamar, pois nunca deu o espaço merecido pelo senador".

Resistências

A direção do PSDB tentou fazer com que Bisol voltasse atrás, mas não conseguiu. Chegou a pedir que o deputado Vicente Hugo pressionasse Bisol, mas Hugo se negou, mesmo tendo reiterado que não pretende acompanhar sua decisão. O deputado, principal organizador do PSDB no Estado, também não está muito satisfeito com a postura política do candidato e a condução da campanha de Covas, mas em nome da estrutura que já montou, aponta numa maior influência da esquerda do partido nos rumos da campanha.

Apostado como um dos intelectuais do Congresso, de ter conquistado respeito dos movimen-



tos feministas e das minorias, como relator da Comissão de Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, onde foi defensor intransigente contra a discriminação "por orientação sexual", Bisol pode ter alguns problemas de aceitação dentro do PT. Um integrante da direção nacional chegou a dizer que havia resistências a seu nome pelos petistas gaúchos, mas que não eram de natureza política e ideológica, mas sim eleitoral. Ocorre, que com sua candidatura a vice, Bisol passa a ter grande peso na sucessão estadual, podendo, inclusive, ser o candidato natural de uma frente das esquerdas para a sucessão de Simon.

Entretanto, há muitos pontos em seu favor, mesmo entre os petistas gaúchos. Afinal de contas, seu nome chegou a ser ventilado como alternativa para unir os partidos de esquerda na eleição para a Prefeitura de Porto Alegre. Bisol foi contra o lançamento da candidatura da deputada Ecléia Fernandes e principal responsável por sua desistência em favor de Olívio Dutra. Além do mais, no ano passado, durante a Constituinte, a Executiva Nacional do PT, em uma de suas reuniões, apontou uma série de nomes a serem convidados a ingressar em suas fileiras, entre estes nomes estava o de Bisol.

Congresso faz recesso de um mês

O Congresso Nacional deve retomar suas atividades no dia 1º de agosto — uma terça-feira — com muito trabalho a ser executado em apenas 45 dias. Segundo o vice-presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), o Regimento Interno da Câmara deverá ser a primeira matéria a ser votada. Pelo novo regimento, a partir de 15 de setembro, o Congresso terá apenas sessões de debates (não há votação de matérias), para que os parlamentares possam participar da campanha eleitoral à Presidência da República.

O projeto de Regimento Interno poderia ter sido votado desde a segunda quinzena de maio, não fosse a impossibilidade de acordo de lideranças observada após dezenas de reuniões. Sem acordo é necessário o quórum de maioria absoluta (metade mais um dos

deputados), o que não foi registrado nas duas vezes em que houve tentativa de votação. Depois, os parlamentares deram prioridade a uma série de medidas provisórias baixadas pelo presidente José Sarney, cujos prazos para votação se extinguiriam durante o recesso de julho.

Nos 45 dias de trabalho do Legislativo — antes do chamado recesso branco, que começa em 15 de setembro — o Congresso deve ainda aprovar pelo menos 15 das 46 leis complementares a dispositivos da Constituição, consideradas mais urgentes. A Constituição promulgada em 5 de outubro do ano passado precisa de 155 leis para ficar completa. Esse trabalho deveria ser concluído no fim de abril último, mas apenas cinco leis complementares foram aprovadas. (AG)

088

f Pa

2 - Hora 3-7-89

ZH Brasília

Agora a campanha vai esquentar

O recesso parlamentar, iniciado sábado, vai dar um grande impulso na campanha eleitoral. Ainda assim, a partir do dia 15, quando as convenções partidárias devem dar a última palavra para a escolha dos vices, é que o processo sucessório ganhará empenho total dos parlamentares. A rigor, as definições mais importantes ficam por conta do PSDB, que tem Mário Covas na cabeça de chapa, e do PT, onde as opções para escolha de um vice para Lula passam de Fernando Gabeira a Paulo Bisol e Bendita da Silva, além de outros notáveis fora do partido. A escolha do vice de Lula vai ser um parto muito complicado dentro da Frente Brasil Popular, que já dá sinais de divisão interna.

Os dois candidatos, que continuam liderando as pesquisas, Fernando Collor de Mello e Leonel Brizola, já têm seus vices escolhidos: o senador Itamar Franco e o deputado Fernando Lyra. Ontem foi a vez da definição do vice do PFL e o PMDB já homologou a chapa Ulysses-Waldir, numa das mais

movimentadas e disputadas convenções de sua história.

As novidades no processo sucessório, na semana passada, ficaram por conta do pronunciamento de Mário Covas, apresentando um programa muito pragmático de governo, que teve uma repercussão altamente favorável em todos os setores da sociedade, particularmente na área econômica. Outro fato foi a movimentação de Ulysses Guimarães no Paraná, em encontros que ficaram aquém da expectativa, mas que já começam a garantir ao candidato posição um pouco melhor nas futuras pesquisas. Houve também a homologação da chapa Mahuf-Andrada, pelo PDS, e as duras críticas do candidato do PDT, Leonel Brizola, à imprensa. O líder das pesquisas, Collor de Mello, não capitalizou a viagem à Europa. Pelo contrário, seus aliados acham que sua ausência do Brasil prejudicou a campanha.

ANA AMÉLIA LEMOS

01.01

8906542

038

fpa

ZERO HORA — Terça-feira, 14/7/84 — 1ª Edição

Pediram registro provisório no TSE os partidos Liberal Progressista (PLP) e o da Reedificação da Ordem Nacional (Prona). Com estes, sobe a 47 o número de partidos no País. E todos podem lançar candidatos

Dois novos partidos. Agora eles já são 47

Mais dois partidos entraram com pedido de registro provisório no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estando ambos habilitados a lançar candidatos próprios à sucessão presidencial. São eles: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), cujo presidente é Enéas Ferreira Carneiro, e Partido Liberal Progressista (PLP), tendo como presidente Tuffik Mattar.

Desta forma, chega a 47 o número de partidos brasileiros, todos podendo lançar candidato para a próxima eleição, segundo informou o diretor da Coordenação Eleitoral do TSE, Enir Barbosa. Ele disse que os partidos que ingressarem a partir de agora com pedido de registro não mais poderão lançar candidatos porque o prazo de convenções, que acaba no dia 15 deste mês, é muito curto para convocar uma convenção.

Todos esses partidos terão direito à propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Os que não têm representação no Congresso Nacional terão 30 segundos diários. Como o Partido da Re-

construção Nacional (PRN), que tem como candidato Fernando Collor de Mello, fez sua convenção nacional domingo, para escolha do Diretório, esta semana ele deve ingressar com pedido de registro definitivo.

Programas

Este ano só irão ao ar mais três programas de partidos políticos. Quinta-feira, às 20h30min, será apresentado o programa do PTB; no próximo dia 13, outra quinta-feira, o programa do PMDB e, no dia 18, uma terça-feira, o programa do PDS. Embora alguns partidos tenham tentado exibir programas após o dia 18, o TSE indeferiu o pedido, justificando que a data-limite está estipulada em lei e não pode ser contrariada.

Movimento maçom

O Partido Liberal Progressista (PLP) teve seu registro provisório deferido pela Justiça Eleitoral e vai lançar candidato à

Presidência da República, segundo informou ontem um de seus idealizadores, o médico geriatra Tuffik Mattar, de São Paulo. O PLP surgiu de um movimento maçom e teve como inspiradores os ex-deputados federais Abigail Bastos e José Joffily, o primeiro de São Paulo e o segundo de Santa Catarina.

De acordo com Tuffik Mattar, estão em curso diversas articulações destinadas a lançar uma candidatura presidencial. Ele tem esperanças de que a deputada federal Sandra Cavalcanti, que está descontente no PFL e deseja de concorrer, aceite inscrever-se na legenda e concorde em disputar. O PLP aparecerá apenas durante um minuto na propaganda eleitoral gratuita e, por isso, não terá condições de concorrer com as chamadas legendas grandes. Mas, como aparecerá no total de uma hora, porque serão 60 dias de propaganda, seus idealizadores acham que será possível consolidar o partido e lançar candidatos aos governos dos estados no próximo ano. (Brasília-ZH/AE)

01.01

8906543

f. 202

Covas aumenta ritmo

O senador Mário Covas está aumentando o ritmo de sua campanha e, após o pronunciamento que fez de sua tribuna, passou a imprimir maior movimentação, buscando a conquista de novos espaços. Sua proposta se insere nesse contexto, assim como a escolha do seu companheiro de chapa, que pode ser o senador José Richa ou o ex-governador Roberto Magalhães. O primeiro como solução interna, em função de sua projeção nacional, mas o segundo dentro da tentativa de penetrar no Nordeste, atraindo parte do PTB, que não é expressiva, mas que o ex-governador de Pernambuco conquistou. A primeira idéia dos tucanos foi a de incluir o prefeito Pimenta da Veiga na chapa, hipótese descartada de saída, na medida em que Belo Horizonte é a capital onde o partido melhor desempenho demonstrou nas eleições de novembro, além de constituir-se num reduto partidário de importância, razão pela qual a Convenção será lá realizada. O ex-governador Roberto Magalhães é quem deve ser convidado. O PSDB pensa em ampliar suas bases e algumas lideranças políticas regionais, incluindo o Rio Grande do Sul, estão sendo contatadas. Algumas que estavam sensíveis ao ex-governador Fernando Collor, inclusive.

Relações

Com o PMDB o senador Mário Covas continua mantendo um bom relacionamento, a partir da perspectiva de que poderá penetrar em seu eleitorado, dependendo do desempenho do deputado Ulysses Guimarães. Oriundo da agremiação, por ele presidida e da qual foi líder na Assembleia Constituinte, Covas chegou a ser sondado para retornar ao partido, há dois meses, quando se definiu a candidatura de Ulysses em oposição ao Governo e um novo discurso passou a ser feito pelos psdbistas. A presença do ex-governador Waldir Pires na chapa contribuiu para que se acentuassem as conversações nesse sentido. E um exemplo, o de Tancredo Neves, que organizou o PP (Partido Popular), mas voltou ao PMDB, foi invocado em várias sondagens. Covas resistiu, pelo visto, e foi além. Hoje ele melhorou sua imagem, definiu uma filosofia de Governo e está partindo com maior decisão para a campanha.

Televisão

Em sua opinião, a eleição presidencial vai se definir a partir do aproveitamento que os candidatos fizerem dos espaços eleitorais gratuitos no rádio e televisão. Este também é o entendimento da maioria dos candidatos que começam a decolar suas campanhas, a partir de agora. Na realidade, a posição privilegiada do ex-governador Collor de Mello nas pesquisas é vista com alguma preocupação pelos demais, mas apostando num crescimento que poderá ocorrer nos últimos 60 dias. Entre eles está o candidato do PSDB, que é um bom orador, e já provou, quando se elegeu para a liderança na Constituinte, que inclui através de seu discurso.

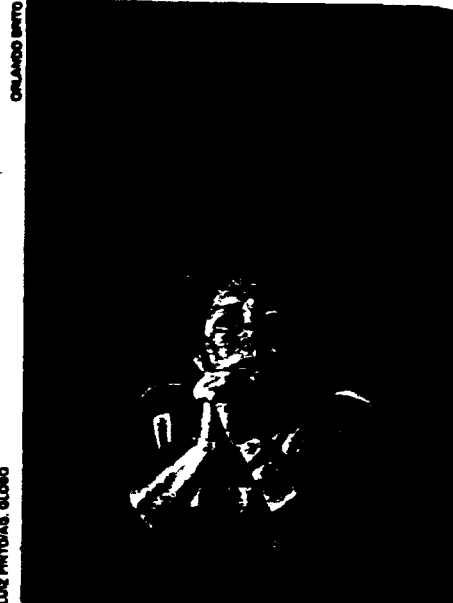
Reação

A avaliação do crescimento de Mário Covas já foi sentida no PMDB, onde o seu candidato foi mal sucedido num dos últimos roteiros. O encontro Ulysses Guimarães-Orestes Quêrcia, ontem, em São Paulo, é um indicativo dessas preocupações.

Carlos Fehlbeg



Covas e Richa: asséda a Magalhães (à dir.), o candidato a vice mais cobiçado do país



A deputada Cristina Tavares: "Roberto Magalhães é oportunista e guru da direita"

PSDB

Com a chapa pronta

*Depois de muitas reviravoltas,
Mário Covas faz acordo com o mais disputado
candidato a vice — Roberto Magalhães*



Desde que se lançou candidato à Presidência da República, o senador Mário Covas, do PSDB, iniciou a busca de um companheiro de chapa seguindo uma trilha política que teve início na chamada esquerda do PMDB, atravessou várias fatias do mundo político do país, para terminar fechando negócio com uma estrela que habita uma constelação que gravita no campo oposto, o PTB. O primeiro nome cogitado foi o do ex-governador da Bahia, Waldir Pires, que acabou candidato a vice-presidente em seu próprio partido, o PMDB. Depois, Covas tentou arebatar, sem sucesso, o governador cearense, Tasso Jereissati, e ainda ensaiou um namoro com o ex-presidente do Banco do Brasil Camillo Calazans. Na semana passada, após intensas negociações de bastidores e um azedo bate-boca público com a ala esquerda de seu partido, Covas finalmente fechou a chapa do PSDB — o seu vice é o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães, um político que já esteve na Arena e no PDS, mas que firmou sua imagem como um administrador público competente e austero.

Com a escolha de Roberto Magalhães, Covas dá um novo passo no sentido de definir o deslinde de sua candidatura — inaugurada, para todos os efeitos práticos, com seu discurso no Senado há duas semanas, quando abandonou uma retórica nacionalista para anunciar a disposição de tirar o Brasil da crise através de um "choque de capitalismo". Com a presença de Magalhães em sua chapa, é certo que o PSDB se tornará, voluntariamente, uma viadução eleitoral para as pedras dos concorrentes de esquerda. É certo, porém, que o ex-governador, membro do Conselho de Orientação Política da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, é o novo sinal de Covas em direção a uma fatia específica do eleitorado — os empresários. Muitas pessoas conversaram com Roberto Magalhães nos últimos dias para convencê-lo a entrar na caravana de Covas. Entre elas, dois dos maiores empresários de São Paulo — um deles com um faturamento anual superior a 1,5 bilhão de dólares. "É um político que pode facilitar as articulações com o empresariado", afirma o vice-presidente da Fiesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Magalhães não chega de mãos abanando ao PSDB. Junto com ele podem entrar no partido alguns de seus ex-compe-

nheiros do PTB e até lideranças do PFL pernambucano, como o prefeito do Recife, Joaquim Francisco, e o próprio presidente regional do partido, Joel de Holanda. Parte da facção moderada do PMDB, marginalizada na campanha de Ulysses Guimarães, pode tomar o mesmo caminho.

A idéia de uma chapa Covas-Magalhães começou a ganhar contornos de realidade há três semanas, durante uma reunião da cúpula do PSDB em São Paulo. A conversa teve início em torno do nome de Camillo Calazans e terminou com um telefonema do senador José Richa para a casa de Magalhães, no Recife. Sem meias palavras, Richa ofereceu-lhe uma vaga na chapa dos tucanos — o recém-convidado deixou claro que gostava da idéia, abrindo a mais novelada de todas as negociações travadas ao longo da sucessão presidencial, na qual, num período de 48 horas, aceitou a proposta, mais tarde renunciou a ela numa carta divulgada pelos jornais, para enfim mudar de idéia outra vez e aceitar o cargo. Na segunda-feira da semana passada, após um encontro de três horas com o ex-deputado Thales Ramalho, o ex-governador enfim decidiu-se e anunciou sua disposição de juntar-se a Covas. "Escolhi o caminho da modernidade", afirma Magalhães.

Para descobrir que a modernidade estava no PSDB, Magalhães acumulou vinte horas de conversas. Além de boa parte do comando tucano, teve como interlocutores políticos como o ex-ministro da Indústria e do Comércio Roberto Gusmão, do PTB. A decisão até que foi demorada, mas garante ao PSDB o vice mais disputado da campanha — entre propostas diretas e sugestões deixadas no ar, ele foi procurado por outros três

VEJA, 12 DE JULHO, 1989

concorrentes. O mais dissimulado, Aureliano Chaves, do PFL, limitou-se a uma sondagem. Paulo Maluf, do PDS, foi direto ao assunto — anunciou a disposição de convocá-lo até mesmo em entrevistas pelos jornais. Já Leonel Brizola enviou emissários com a função de lhe dizer que o cargo de vice estava garantido. Mais tarde, quando a garantia expirou e o vice do PDT se tornou Fernando Lyra, rival de Magalhães no arrial pernambucano, Brizola mandou outro recado — a oferta de um ministério.

A caminhada de Roberto Magalhães rumo ao PSDB foi atropelada, porém, pelo setor que ele mais temia — a esquerda dos tucanos em Pernambuco. A deputada Cristina Tavares resolveu levar a público sua oposição à escolha do ex-governador e, na manhã da quarta-feira, durante os dez minutos do programa *Bom Dia Nordeste*, da TV Globo, descarregou uma bateria de adjetivos contra Magalhães, chamando-o de "oportunista" e "guru da direita". O ex-governador nem chegou a tomar o café da manhã naquele dia, de tão irritado. Seguiu para seu escritório, onde anunciou que não era mais candidato.

Esse, contudo, não seria o último lance da caçada dos tucanos sobre Magalhães. Na noite de quarta-feira da semana passada, o ex-governador desembarcou no Rio de Janeiro para uma reunião com os dissidentes do PTB. Deste encontro poderia sair o apoio à candidatura de Leonel Brizola, que mandou um carro com um assessor e um motorista para esperar o ex-governador no Aeroporto do Galeão. Ocorre que, no aeroporto, também estava um emissário de Covas — o deputado carioca Ronaldo Cezar Coelho, que conseguiu entrar na sala de desembarque e, quando avistou Roberto Magalhães, antes de qualquer cumprimento, refez o convite: "Governador, estou aqui em nome do senador Mário Covas e do PSDB para reafirmar nosso convite de ter o senhor como nosso candidato a vice-presidente". Magalhães se dispôs a conversar no dia seguinte, numa reunião de três horas, na casa do senador Afonso Arinos. Na verdade, quando chegou ao encontro, o ex-governador já havia decidido aceitar o convite. Ele fez questão, inclusive, de contar com a presença das principais lideranças do partido, trazidas ao Rio, ainda de madrugada, no jatinho do deputado Cezar Coelho — ou embarcadas, às pressas, de São Paulo. De Brasília, quando soube que Magalhães era mesmo candidato, a deputada Cristina Tavares anunciou que não mais votaria em Covas. "Nessa reunião só faltou o Naji Nahas", afirmou a deputada. Inconformada, na semana passada Cristina Tavares abriu negociações em outras frentes — o PDT de Brizola e o PT de Lula.

EJA, 12 DE JULHO, 1989

PT

Lula-Bisol

Lula desiste de Gabeira e garante o tempo na TV



A candidatura do jornalista verde Fernando Gabeira à Vice-Presidência da República na chapa do petista Luís Ignácio Lula da Silva durou apenas vinte dias. Aclamado companheiro de Lula nas eleições durante um encontro nacional do PT, há três semanas, Gabeira foi corrodido rapidamente pelas articulações para garantir a Lula um tempo de televisão de dez minutos no horário eleitoral gratuito. Sustentado por uma coligação de quatro siglas, a chamada Frente Brasil Popular, a candidatura de Lula estava prestes a perder metade do tempo de TV a que tem direito ca-

Covas. Agora, transformou-se num militante do PSB. Aos 60 anos, casado, dois filhos, Bisol é um jurista competente que chegou a desembargador e que construiu sua carreira política a partir de um emprego curioso — foi o apresentador em Porto Alegre do programa *TV Mulher*, da Rede Globo. Eleito senador em 1986, na Constituinte sempre votou com a parcela mais à esquerda do plenário e foi o relator da Comissão de Direitos Individuais, responsável por alguns dos artigos mais liberais da nova Constituição.

Com a escolha de Bisol, o comando da campanha de Lula planeja colocar um ponto final nas disputas internas que anestesiaram o partido nos últimos três meses. As brigas chegaram ao apogeu quando dois graduados integrantes da cúpula do PT, o deputado estadual José Dirceu e o professor universitário Francisco Weffort, ambos proprietários do título de coordenadores políticos da campanha, passaram a trocar acusações em público, através de uma se-



O candidato do PT: problemas no partido e um novo companheiro de chapa

so Gabeira fosse o vice. Isso porque duas das legendas, o PCdoB e o PSB, não o aceitavam e ameaçavam fazer as malas em direção a outro candidato. Na última sexta-feira, Gabeira foi imolado dentro do PT e substituído por outro vice, o senador gaúcho José Paulo Bisol, escolhido pelo diretório nacional do partido numa reunião em São Paulo. "Gabeira é muito moderno, até para o PT", justifica-se Lula.

Chegou-se a pensar em vários nomes para o lugar do jornalista verde, e o intelectual Antônio Houaiss, do PSB, quase conquistou a posição. Mas, como seria muito complicado explicar ao eleitor a sua profissão, a de filólogo, acabou-se optando por Bisol. Até a semana passada, Bisol pertencia às fileiras do PSDB, do senador Mário

quência de artigos no jornal *Folha de S. Paulo*. Em seu artigo, Weffort atacou a candidatura de Gabeira à Vice-Presidência, argumentando que o jornalista alcançou notoriedade por defender temas como as "condutas sexuais alternativas", e que isso tiraria votos de Lula. "O artigo de Weffort, além de expor o partido, é uma afronta aos militantes e à democracia interna do PT", replicou Dirceu. Ao ser aclamado candidato do PT a presidente, Lula chegou a apelar ao partido para que fizesse uma trégua em sua guerra interna até o dia 15 de novembro — deixando no ar a dúvida sobre o que aconteceria com seu partido caso saísse vitorioso das urnas. "A campanha agora vai ganhar as ruas", dizia Lula, na semana passada.

Um alegre retorno

Depois do giro europeu de dezenove dias,
Collor continua à frente das pesquisas
e ganha novas adesões à campanha



Qualquer pessoa sabe que as viagens internacionais de chefe de Estado são extravagantes, não dispensam hotéis caros, comitivas imensas, restaurantes luxuosos e raramente produzem efeitos imediatos. Quando a viagem é de um candidato à Presidência da República, é natural que os resultados sejam ainda mais magros — mesmo porque precisa de votos, mercadoria que não se encontra no estrangeiro. Ao desembarcar no Aeroporto do Galeão, na quinta-feira da semana passada, Fernando Collor de Mello retornava com poucos benefícios visíveis: 3 quilos mais gordo, uma coleção de disc laser, uma gravata de seda francesa e um par de sapatos italianos. A caravana europeia do candidato do PRN até que foi um tanto atrapalhada, e Collor, em boa parte do trajeto, não encontrou vagas na sua categoria predileta para viagens aéreas, a primeira classe, chegando a ser embarcado em apertadas poltronas da classe turística. O fato, contudo, é que Collor conseguiu fechar sua agenda de candidato com um pacote de autoridades que o presidente José Sarney jamais conseguiria reunir em qualquer uma de suas excursões internacionais. "Volto fortalecido", afirma Collor.

Na Europa, as 25 audiências de Collor tiveram momentos de glória, como a conversa com o rei Juan Carlos, da Espanha, que fala português. No encontro com o primeiro-ministro Felipe González, eles até discutiram sobre política. "Só medidas fortes e um grande entendimento nacional superam as crises", disse-lhe González, referindo-se ao pacto social celebrado na Espanha logo após a queda de Franco. No célebre encontro com o papa, o candidato do PRN esboçou um comentário sobre a Polónia e ensaiou uma alfinetada na facção esquerdista do clero brasileiro — mas Sua Santidade mudou de assunto fazendo comentários sobre o grande quadro de mazetas sociais do Brasil e do Terceiro Mundo. Tanto para Collor como para a fatia mais ilustre de seu

eleitorado, o encontro de 35 minutos com a primeira-ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra, a madrinha mundial do liberalismo, foi o momento alto da viagem. "Eu havia sido prevenido para encontrar uma mulher rude, mas deparei com uma pessoa gentil e muito inteligente", diz o candidato. Apesar disso, Collor pôde sentir, em pessoa, por que Margaret Thatcher ganhou o apelido de "Dama de Ferro". Ele tentou explicar sua proposta para a dívida externa,



Collor e Margaret Thatcher: mão de ferro na dívida externa

que prevê formas imaginosas para aplicar o calote em alguns credores, mas acabou ouvindo uma resposta de aço. "Quem deve tem que pagar", disparou a primeira-ministra inglesa.

Escuta Telerônica — De volta ao Brasil, Collor de Mello retornou à agradável rotina de líder das pesquisas e aos golpes de seu principal adversário, Leonel Brizola, que faz o possível para importuná-lo. Ao longo da semana passada, assessores do candidato do PDT fizeram circular a lenda de que teriam tido acesso, clandestinamente, a uma pesquisa da empresa Vox Populi, de Belo Horizonte, que faz levantamentos eleitorais para o próprio Collor, na qual se anunciaria a queda do candidato do PRN e o crescimento do ex-governador do Rio de Janeiro. Mais tarde, quando os números da Vox Po-

poli vieram a público, descobriu-se que Collor continua em primeiro lugar, com 42,8% das preferências. Brizola mantém-se em segundo lugar, com 12,8%, e Lula fica em terceiro, com 7%.

Na quinta-feira passada, Brizola ensaiou uma outra manobra e tentou promover o primeiro encontro físico com seu adversário desde o início da campanha. Os dois iam chegar à capital federal a bordo de jatinhos particulares. O pouso do avião de Brizola estava marcado para as 10 horas, mas, ao descobrir que Collor aterrissaria trinta minutos depois, o candidato do PDT atrasou seu pouso, de propósito, em meia hora. O plano de Brizola era encontrar-se no corpo-a-corpo com Collor e tirar todo o proveito possível da situação — numa típica encenação para as câmaras de TV e máquinas fotográficas dos jornais. Pelo rádio, os assessores do candidato do PRN o informaram do infortúnio que o aguardava em terra firme — prudente, Collor determinou que o avião estacionasse em outro hangar e saiu do aeroporto driblando Brizola e os jornalistas.

Com sua gravata francesa e os sapatos italianos, Collor comemorou um reforço à musculatura de sua campanha. Com a adesão de dezenove parlamentares à coligação de três siglas que o apóiam, PRN, PSC e PTR, o candidato já assegurou um bom tempo no horário gratuito da TV — dez minutos diários, o mesmo tempo que o PT de Lula. Na semana passada ele foi a Diamantina, terra do presidente Juscelino Kubitschek, fazer um comício no qual comemorou o apoio de sua filha, a deputada Márcia

Kubitschek, à sua candidatura, e onde começou a dar o novo tom de sua campanha — onde puder, tentará apresentar-se como um novo JK, o presidente que fez cinquenta anos em cinco.

Apesar do conforto atual de sua campanha, Collor passou por um mau momento na semana passada. Desconfiado de que os telefones de seu comitê de campanha estivessem sob escuta, contratou uma empresa especializada na matéria, de São Paulo, para fazer um rastreamento. A suspeita se confirmou, e, agora, todos os telefones usados por Collor para conversar com seus aliados, inimigos e até mesmo com sua família dispõem de um equipamento especial — têm uma luz vermelha permanentemente acesa. Se ela pisca é porque tem alguém gravando. "Só pode ser coisa do SNI", diz Collor.

098

F. P. L.
S. P. P.
(P. C. B.)

Freire propõe reunião de sindicatos

BRASÍLIA — O candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, propôs à CUT e à CGT que as duas centrais de trabalhadores pudessem criar uma "constituinte sindical", para elaboração de um estatuto único para os sindicatos e discussão dos rumos do sindicalismo. "Com a nova Constituição os sindicatos passarão a ser livres e autônomos. Mas como as normas antes eram todas baixadas pelo Ministério do Trabalho, agora não há uma regra que diga, por exemplo, como será a eleição em que categoria devem ser escolhidas as centrais", justificou Freire.

De acordo com a proposta do candidato do PCB, seriam eleitos delegados por estados proporcionalmente ao número de associados de cada sindicato, garantida a representação de um delegado por entidade e um novo representante a cada grupo

de 1 mil sindicalizados. O deputado Paulo Paim, vice-presidente da CUT, apoiou a sugestão de Freire.

Politicização — O candidato comunista acha que a proposta do estatuto único para os sindicatos vai propiciar uma discussão política que, segundo ele, é "urgente e necessária". Advertiu que o movimento sindical está "tomando o perigoso rumo do apoliticismo" e que, tanto a CGT como a CUT, estão praticando o "sindicalismo de resultados". "Eles estão preocupados só com a questão econômica e perderam de vista a questão política mais geral", analisou.

Um exemplo disso, segundo Freire, é quando os professores, que na maioria são favoráveis ao ensino público, organizam uma greve cujo resultado pode ser justamente a falência da escola pública. "Eles prejudicam o filho do trabalhador,

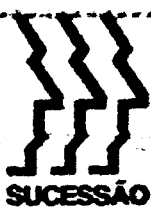
porque depois de 90 dias de greve quem tem um mínimo de recursos põe seus filhos na escola particular", observou. Para ele, está faltando a clareza "de que é preciso criar o confronto com quem se deseja confrontar, com quem paga os salários e não com a sociedade".

Freire defendeu a elaboração do estatuto único por iniciativa do movimento sindical, "para evitar que os políticos queiram regulamentar o assunto o que, outra vez, afretaria os sindicatos". Segundo ele, CUT e CGT "não têm legitimidade suficiente" para elaborar o estatuto, o que torna necessário convocar uma "constituinte sindical". Além disso, o candidato do PCB acredita que se o debate for aberto a todo movimento sindical, "ajudará muito a unidade do trabalhador" e deixará a questão longe das disputas políticas entre CUT e CGT.

570 BRASIL 11/5/89

98

F.P.
R.P.
(PDS)



SUCESSÃO

Vice de Maluf será o deputado Bonifácio de Andrada

E já acertou sua participação no programa do PDS na TV

O deputado federal Bonifácio de Andrada (PDS-MG) decidiu ontem aceitar convite que lhe foi feito pelo presidente Paulo Maluf para concorrer à Vice-Presidência da República em sua chapa. Andrada acertou com Maluf, em contato telefônico, sua participação no programa nacional de rádio e TV que o PDS levará ao ar nos próximos dias, quando defenderá a implantação do parlamentarismo.

Um dos principais articuladores e líderes do Centro — grupo conservador que se formou na Constituinte, sob patrocínio do empresariado e do Palácio do Planalto — o deputado Bonifácio de Andrada é filho do ex-deputado federal José Bonifácio, um dos mais atuantes líderes de Governo que o regime militar teve na Câmara Federal. Convidado por Maluf para companheiro de chapa, Andrada fez questão de assegurar espaço na campanha para defender o sistema parlamentarista.

No programa do PDS na TV, o discurso parlamentarista vai figurar ao lado da defesa da implantação da pena de morte. Em favor

desta prática falará o líder na Câmara, Amiral Neto. Bonifácio de Andrada é um dos três ministros que disputarão a eleição presidencial como candidato a vice-presidente. Os outros dois são o senador Itamar Franco, que compõe chapa com o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), e o ex-ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, companheiro de chapa de Guilherme Afif Domingos (PL).

Dívida externa

Paulo Maluf não poupou elogios a si mesmo durante sua visita, ontem, a Campo Grande (MS). Ele garantiu que pode resolver a questão da dívida externa em 90 dias e que faria um grande plano agrícola, se eleito, afirmando que é o melhor candidato e que só vota nele mesmo. "Se não fosse candidato, afirmou o pedessista, talvez votasse em branco". Na Câmara de Campo Grande, Maluf afirmou que queria um vice ministro, considerando a importância do colégio eleitoral daquele estado, pois acredita que a população vota nele mesmo. (AE)

098

F. P. A.
PP. PP.

POLÍTICA 2º EDIÇÃO HORA 23-6-89

OJ Brasília/Sacurati R. 25

Não há soluções mágicas

Plebiscito sobre o sistema de governo, junto com a escolha do futuro presidente da República é uma proposta tentadora, mas das mais polêmicas. Assim colocada, não há como fugir da vinculação óbvia de que se procura limitar os poderes do sucessor do presidente Sarney. A reação dos presidentes foi com essa interpretação. O candidato do PL, Afif Domingos, afirmou que qualquer proposta envolvendo a adoção do parlamentarismo para o próximo governo é golpe. Fernando Collor de Mello teve a mesma reação, dizendo que se for aceita a proposta, agora, a própria eleição presidencial estará ameaçada.

Embora não tivessem falado em golpe, Ulysses Guimarães e Luis Inácio Lula da Silva também criticaram a proposta do ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, afirmando que este não é momento para uma sugestão milagrosa e para mudança nas regras do jogo. No período da Constituinte, a adoção do parlamentarismo foi rejeitada pela maioria dos constituintes, porque se considerava que era uma manifestação contra o presidente Sarney. Se, naquele que era o momento

adequado para se definir o sistema de governo do País, prevaleceu a posição de não trocar o presidencialismo pelo parlamentarismo, para prestigiar o presidente Sarney, agora fica difícil não considerar oportunista a tentativa.

As desconfianças com a proposta ficam mais fortes à medida que as pesquisas continuam indicando a preferência do eleitorado por candidatos que sempre estiveram em oposição ao atual Governo. A crise político-econômica do País é muito grave e, sem dúvida, o parlamentarismo é um sistema de governo mais adequado (e estável) para estes períodos. Embora se acredite na seriedade e na boa vontade de quem propõe soluções deste tipo, não dá para tapar o sol com a peneira. O parlamentarismo não é uma solução mágica para a Nação, assim como não será o novo presidente da República. Como se diz na linguagem popular, o buraco é mais em baixo. A crise é mais profunda e não será resolvida por truques mágicos.

IVONE CASSOL (Interina)

01.01

8906647

098

F. Pa
PP. PP.
(PFL)

Jânio decide ingressar no PFL. E pode ser candidato

O ex-prefeito Jânio Quadros decidiu ontem que ingressará no PFL na próxima semana, deixando claro que não ficará fora da vida política e da sucessão presidencial, como se pensava, depois de ter retirado sua candidatura à Presidência da República pelo PSD. O ingresso de Jânio no PFL foi confirmado ontem à tarde pelo membro do Diretório Regional paulista do partido, advogado Cláudio Lembo, após reunião, pela manhã, com o ex-prefeito.

Lembo disse que a grande repercussão do artigo de Jânio Quadros, publicado ontem em O Globo, colaborou muito para que ele aceitasse o convite do PFL. No artigo, Jânio alerta que é preciso se convocar um plebiscito este ano para saber se a população quer mudar o sistema de governo para parlamentarista, como forma de tentar contornar a crise.

Pressa

— Jânio está ansioso para manter-se na vida política. Tanto que pediu para lhe trazer as fichas de filiação ao PFL o mais rápido possível, já que abrimos as portas do partido para seu ingresso — disse Cláudio Lembo, secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura

de São Paulo na gestão de Jânio.

O ingresso de Jânio Quadros no PFL foi interpretado ontem como indicativo de que o ex-prefeito continua querendo candidatar-se à Presidência da República, já que a lei voltou a permitir novas candidaturas, depois que o presidente José Sarney vetou o projeto de lei que estabelecia a data-limite para as filiações com fins eleitorais em 15 de maio. Lembo disse que essa é uma possibilidade não declarada por Jânio. Mas assegurou que Jânio seria uma alternativa para unir o partido, já que muitos segmentos estão descontentes com o desempenho do candidato Aureliano Chaves.

O coordenador do Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), Wilson Pereira, reforçou a possibilidade de Jânio sair candidato, ao confirmar, ontem à tarde, que o ex-prefeito lhe manifestou disposição de não se aposentar tão cedo da política.

Balançar o coreto

Claudio Lembo deverá acertar hoje, com o presidente do PFL paulista, Inocêncio Erbeira, uma solenidade especial para a próxima semana para marcar a filiação de Jânio.

O prefeito de Recife, Joaquim Francisco, do PFL, admitiu ontem que se o ex-presidente Jânio Quadros se filiar ao partido e substituir, como candidato, o ex-ministro Aureliano Chaves, "pode dar uma grande balançada no coreto".

— Só não faço é concordar com essa candidatura porque há menos de um mês ele divulgou uma carta à Nação dizendo que estava cego. Como seria agora candidato à Presidência da República? — perguntou.

Joaquim Francisco não vai apoiar a candidatura de Aureliano e já teve oportunidade de comunicar pessoalmente a ele sua decisão. Disse que tem grandes dificuldades para apoiá-lo por causa da rejeição do nome dele nas bases. O próprio Aureliano, segundo o prefeito, reconhece que tem dificuldades no partido. "pois me disse em Belo Horizonte que está semeando num terreno que é pequeno e onde as sementes são poucas".

— Então, não posso acreditar num candidato que não tem vice, não tem programa, não tem comitê nem tem voto na sua principal base eleitoral, que é Minas Gerais — acrescentou o prefeito, que está indeciso entre as candidaturas de Fernando Collor e Leonel Brizola. (AE/AG)

01 . 01

8906648

Congresso mantém vetos à Lei Eleitoral

Decisão permite surgimento de novas candidaturas

O Congresso Nacional manteve, ontem à noite, os vetos do presidente Sarney a cinco dispositivos da lei que regulamenta a eleição presidencial. Com isto fica aberta a possibilidade de alterações no quadro sucessório, como a candidatura Jânio Quadros e outras. Para lançar candidatos um partido não precisará ter representação no Congresso e continua aberto o prazo para a filiação partidária dos candidatos.

Dos cinco vetos, apenas dois tinham maior significado político: os que se referiam aos partidos habilitados a participar de eleição e ao prazo de 15 de maio para a filiação. Votaram contra o primeiro 228 deputados. A favor foram 131 votos, com duas abstenções, mas eram necessários 248 votos para a rejeição. Além do PFL, contribuíram para manter o veto o PT, o PCB e o PC do B. O segundo veto obteve apenas 133 votos contra. Mantidos os vetos pela Câmara, o Senado não precisou votar.

Com a manutenção do artigo 4º, fica aberta a possibilidade de surgimento de novas candidaturas, lançadas por partidos políticos inexpressivos ou desconhecidos. O número de partidos em condições de disputar a eleição

presidencial pode ir a mais de 20.

Propaganda eleitoral

Além da porta aberta para alguma eventual candidatura resultante de dissidências partidárias, abriu-se também o caminho para que os candidatos apareçam nos programas de propaganda eleitoral gratuita, a partir de 15 de setembro, ainda que pelos estritos 20 segundos diários que a lei reserva para os partidos sem representação parlamentar. A principal implicação da manutenção do veto ao artigo 8º é que deixa de haver qualquer obstáculo legal para o surgimento de novas candidaturas, como a de Jânio Quadros, pelo PFL ou outro partido.

O artigo 8º fixava em 15 de maio o prazo-limite para a filiação do candidato ao partido pelo qual concorreria à Presidência da República. Eliminado o artigo, considerado inconstitucional, deixou de existir prazo. O único prazo agora existente é o estabelecido para o registro das candidaturas junto à Justiça Eleitoral: 17 de agosto. Um partido só terá de realizar sua convenção nacional para escolha do candidato a tempo de registrá-la. (AE)

Jânio filia-se hoje ao PFL

Em meio a boatos de que vai concorrer à sucessão presidencial, o ex-presidente Jânio Quadros filia-se hoje, em São Paulo, ao PFL, durante almoço com o presidente nacional do partido, senador Hugo Napoleão (PI). O candidato petista à Presidência da República, ex-ministro Aureliano Chaves, telefonou ontem a Jânio e recebeu dele garantia de apoio.

Aureliano reafirmou que não é homem de renunciar e, assim, pretende ser homologado como candidato na convenção que o partido realiza domingo, em Brasília. Embora a disposição da Executiva do PFL fosse escolher ontem o nome do candidato a vice-presidente, essa definição ainda não foi possível. Hoje à tarde, a Executiva se reúne novamente com Aureliano, analisando os nomes mais cotados. Até amanhã eles esperam definir o vice, para não haver disputa.

O mais forte candidato a vice de Aureliano, no momento, é Cláudio Lembo que, por sua ligação com Jânio, amarra, por enquanto, o ex-presidente à

candidatura do ex-ministro. O nome do ex-governador Roberto Magalhães está cada vez mais afastado, por pertencer ao PTB e a coligação entre os dois partidos estar quase inviabilizada. Ele teria de se filiar ao PFL até amanhã.

Aureliano disse que recebe Jânio com satisfação no PFL: "Prefiro acreditar na palavra do ex-presidente do que em boatos. Portanto, é perda de tempo falar em renúncia. Não acredito que Jânio queira prejudicar-me", observou.

Apesar dos desmentidos, é forte a versão de que Jânio estaria se filiando ao PFL para se candidatar a presidente da República novamente. Segundo um político ligado a Aureliano, consultados vieriam a levar Aureliano a renunciar "off-camera", para Jânio ser escolhido domingo. Contudo, que o ex-ministro renuncie ao longo da campanha, sendo substituído pelo ex-presidente. Mas esse político garante que Aureliano não renunciará de forma alguma. (Brasília/ZH)

Arraes e Lula ainda negociam

Embora tenha viajado ontem à tarde a Brasília para se reunir com o deputado Ulysses Guimarães, o governador Miguel Arraes conversou longamente na véspera, pela quinta vez este mês, com dirigentes estaduais da campanha de Lula, em Recife.

— Tivemos um verdadeiro encontro de trabalho — disse, à saída do gabinete, o ex-deputado Luciano Siqueira, que tem feito a ponte entre o governador e a Frente Brasil.

Segundo ele, Arraes está se integrando aos poucos ao movimento de apoio a Lula, pelas semelhanças de pontos de vista entre ambos. Por isso, ninguém da Frente está preocupado

com o anúncio formal de apoio dele a Lula, "e sim que ele continue conversando conosco sobre o desenrolar do processo, porque mais cedo ou mais tarde nós iremos nos encontrar".

Luciano disse também que Arraes definiu como "falta de capacidade" os 20 mandamentos da campanha de Ulysses, lançados sexta-feira passada em Brasília. O comando estadual da Frente Brasil considerou o documento "tão medíocre e sem conteúdo" que tirou milhares de cópias e as remeteu para militantes da esquerda do PMDB, tentando atraí-los para a Frente Brasil. (AG)

098

Medeiros se anima com idéia de ser vice de Brizola

Marco Damiani

SÃO PAULO — Segunda-feira pela manhã, ainda na cama, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luis Antonio de Medeiros, atendeu em sua casa a um telefonema que mudou sua vida. "Você é filiado ao PTB?", perguntou do outro lado da linha o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola. "Acho que sim, uma vez assinei uma ficha", respondeu Medeiros. "Se não estiver filiado, filie-se hoje. Você vai ser o meu vice".

Com outro telefonema, na mesma manhã, Medeiros, já da sede do seu sindicato, mas ainda tentando entender a dimensão do que ouvira sonolento, confirmou suas suspeitas. No dia 12 de maio de 1986, quando ainda era um pouco conhecido sindicalista que vivia à sombra do então poderoso presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, o *Joaquinzão*, e pensando em candidatar-se a deputado estadual, ele assinara a ficha de filiação no PTB. E a ficha ainda hoje está registrada sob o número 53 no cartório eleitoral do bairro de India-

nópolis. "É muita sorte nossa", exclamou Brizola, que na tarde do mesmo dia ligou de novo para Medeiros para saber as novidades. "O processo social é irreversível", complementou o ex-governador.

Agora, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo não se fala em outro assunto. "Nós vamos chegar ao Palácio do Jaburu, você está sentindo?", perguntava ontem a um interlocutor telefônico o secretário de Medeiros, Décio Cardoso, o *Faixa*. "Olha, cara, se der certo a unidade trabalhista, eu arrego as mangas e vou em frente na campanha", entusiasma-se o próprio Medeiros, pronto a completar a chapa de Brizola, caso se concretize a coligação do PTB com o PDT na convenção do partido, em Brasília, no dia 4 de junho.

Jânio — O próprio Brizola trabalha nos últimos dias com a informação de que o PTB está, no momento, mais propenso a fazer a coligação com o PDT do que rumar para a candidatura Jânio Quadros ou confirmar a postulação do senador Afonso Camargo (PR) de ser o candidato a presidente pelo partido. Bri-



Joné Carlos Brasil — 19/01/89

Brizola para Medeiros: "Você vai ser o meu vice"

zola, de olho nesta chance, que lhe acrescentaria 10 minutos no horário eleitoral gratuito, centenas de deputados estaduais, prefeitos e vereadores em todo o país e viabilizaria a candidatura de Medeiros a vice, já cogita, inclusive, de marcar a convenção para outra como a grande

esperança de vitória. "Se a unidade passa por mim, não posso inviabilizá-la", justifica Medeiros.

Ao menos em São Paulo, Medeiros une. Na noite de quarta-feira, três deputados estaduais do PTB disseram a Brizola que apoiam Medeiros como vice. "Eu sou janista, mas Jânio Quadros chegou tarde demais e perdeu espaço para o ex-governador Fernando Collor", disse a Brizola, na reunião, o deputado Barros Munhoz. "Antes de ser janista, porém, sou trabalhista", complementou, detonando a senha de que vai trabalhar por Brizola na convenção do partido.

Avenida aberta — Também o assessor sindical Aloyzio Azevedo, integrante da direção nacional do PTB, que trabalha diretamente com Antonio Rogério Magri, novo presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e tem ascendência sobre Medeiros, está de mãos arregaçadas, preparando no PTB a unidade com o PDT. Até mesmo o janista histórico Gastone Righi, deputado federal do PTB paulista, deixou esta semana uma reunião com Jânio, na casa deste, falando não em

apoiá-lo, mas em levar seu partido para Brizola.

Nascido há 41 anos na cidade de Eirunepé, às margens do Rio Juruá, no Amazonas, Luis Antonio de Medeiros venceu as três eleições que disputou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Numa trajetória cheia de contornos feitos pelo destino, desembarcou em São Paulo aos 14 anos e viveu de pequenos serviços. Comunista com militância no PCB, foi exilado no Chile e de lá, com o golpe de estado de 1973, seguiu para a Alemanha Oriental.

Da Alemanha foi para a União Soviética estudar na escola de quadros do Partido Comunista e, com a anistia de 1979, voltou ao país. Como metalúrgico, elegeu-se diretor do sindicato em 1981, reeleitou-se em 1984, na condição de 1º secretário e, em 1987, alcançou a presidência. Medeiros está afastado do PCB há mais de cinco anos, e este ano elegeu-se também presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que ele próprio criou. "A avenida está aberta para mim", diz ele.

F.P.
P.P.
(PDT)
8908658

01.01

098

F. P. A.
P. P. P.
(Lula)



Lula vai ouvir do PV, PC do B e PSB que deve abandonar discurso radical

Candidato lança desafio a empresário

BRASÍLIA — Irritado diante das acusações de que o PT seria o principal responsável pela onda de greves que atinge o país, o deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP) lançou um desafio aos empresários no sentido de que eles permitam seja feita uma análise comparativa entre orçamentos e folhas de pagamento, provando que o lucro obtido pelas suas empresas não é suficiente para o pagamento de salários dignos a seus empregados.

"Já que eles acham que quem está radicalizando é a classe trabalhadora, eu proponho que seja formada uma comissão, composta por membros da comunidade civil e liderada por economistas de renome nacional. Se ficar provado que o lucro percebido não é suficiente para pagar salários melhores, nós seremos os primeiros a nos manifestar contra as greves", disse Lula.

Luis Inácio Lula da Silva afirma que os empresários estão tendo lucros absurdos em seus orçamentos e não ne-

gociam com os trabalhadores porque estão apostando na teoria "de que quanto pior for a situação é melhor para eles". Na visão de Lula, os empresários evitam negociações antecipadas, que poderiam evitar a maioria das greves, porque preferem sofrer um prejuízo de dez dias de paralisação do que se sentar a uma mesa de negociações.

Violência — O candidato a Presidência da República pelo PT afirma que a violência das últimas greves não partiu de trabalhadores. "Eu tenho certeza de que a depredação feita na Volkswagen foi de autoria da própria empresa, pois há mais de dez anos os funcionários fazem greve e até hoje nunca houve registro de qualquer tipo de violência por parte dos trabalhadores". Na opinião dele, a maior violência que aconteceu durante estas greves foi o fato do presidente Sarney ir para a televisão dizer que a greve é uma espécie de terrorismo.

Para Lula, as greves não terão a menor interferência no processo da sucessão presidencial. "A única coisa que

poderá colocar em risco as eleições presidenciais é o desgoverno e o descaso do presidente Sarney diante da crise do país. O governo dele está com cara de fim de feira em Caruaru, onde só tem lixo na rua e ninguém se entende mais". Lula afirma que não pode engolir a ideia de que as greves estão prejudicando a campanha do PT na sucessão e que preferir deixar de ser candidato se isto ocorrer, pois sempre apoiará movimentos que busquem melhores condições de trabalho e salário.

Quanto às notícias veiculadas de que o ministro da Fazenda, Mailson da Nobrega, teria confidenciado a alguns empresários paulistas ter perdido o controle da economia brasileira, Lula declarou, em tom irônico: "Se fosse só ele que tivesse perdido o controle estava bom. O PT contratava um detetive e tratava logo de achar a nossa economia, mas é o governo todo que perdeu este controle e nós vamos precisar de muitos detetives para estabilizá-la novamente", afirmou.

3 00 BRASIL 11/5/89

FPA
(Pp. 11)
Bote 1

ECONOMIA

15/6/89

ZERO

Como conquistar a Europa?

Basta começar em Portugal

Este foi o conselho do consultor do Banco de Portugal para empresários gaúchos

read

O consultor econômico do Banco de Portugal, Hernani Rodrigues Lopes, aconselha, então, os empresários brasileiros a não se preocuparem apenas em exportar e sim em investir. Durante almoço com um grupo de empresários da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Lopes defendeu a tese de que o processo de internacionalização da economia brasileira ainda não está realmente a salientou a importância de correr contra o tempo, antes que não se consiga mais entrar num importante mercado como o europeu.

Nessa espécie de apelo à realidade, Lopes enfatiza que a Comunidade Econômica Europeia (CEE) "é o maior mercado comercial do mundo" e que o Brasil "precisa melhorar a sua posição

com o exterior", para não ficar dependente, por exemplo, de um grande país, como os Estados Unidos. E para fazer negócios em termos duradouros com a CEE, Lopes afirmou que há necessidade de empresas brasileiras investir lá: "A única forma de ter acesso seguro àquele mercado é estar presente", observou, destacando a importância da associação com uma empresa local.

Ele propõe a presença física das empresas brasileiras em Portugal por entender que o seu país oferece uma opção mais barata. E lamentou que as empresas portuguesas não possam, nesse momento, obter investimentos no Brasil. A explicação foi simples: "A força de mão, agora, é para que empresas brasileiras marquem presença na CEE". Recomendou também aos em-

presários, para evitar frustrações e citou exemplos - sem especificar nomes - de empresas brasileiras que viram seu sonho ir por água abaixo em Portugal, porque simplesmente quiseram fazer tudo sozinhos, prescindindo da colaboração portuguesa.

Respondendo a uma indagação do empresário Adair Schiaven, da Unifertil, sobre os setores prioritários para investimento em Portugal, Lopes não foi muito específico. Disse que há dificuldades para os setores têxtil e alimentos e que o segmento calçados exige "cuidado". O restante "vai bem", analisou. Houve questões quanto à burocracia portuguesa, mas Lopes não se embaraçou: "Ela é bastante sólida. Existe e vai continuar assim".

Brizola se alia ao PTB por mais 10 minutos na T

Rogério Coelho Neto

Os deputados federais Doulet de Andrade e Vivaldo Barbosa, pelo PDT, e o deputado federal Gastone Righi e o ex-governador do Ceará, Gonzaga Motta, pelo PTB, começam a redigir, na próxima terça-feira, protocolo de intenções para uma possível aliança dos dois partidos em torno da candidatura do ex-governador Leonel Brizola a presidente da República.

Fechada a coligação, que encontra fortes resistências em áreas petebistas do Rio e do Paraná, lideradas pelo senador Afonso Camargo, pelo deputado federal Fábio Raunheiti e pelo ex-deputado Paiva Muniz, Brizola poderá partir, em final de setembro, quando começa a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, para programas que ocuparão, todos os dias, o tempo excepcional de 20 minutos.

Idéia — A idéia da aliança entre o PTB e o PDT foi discutida, pela primeira vez, em um hotel de Nova Iorque, no final de 1988, pelos deputados Brandão Monteiro e Gastone Righi, que eram, respectivamente, os líderes das bancadas petebista e petebista na Câmara. Os dois deputados participavam, à época, como observadores, de uma reunião da ONU, integrando missão parlamentar do Congresso.

Entre janeiro e abril deste ano, o próprio Brizola aprofundou alguns contatos. Buscou, inicialmente, o apoio de

Evandro Teixeira — 22/3/1988



Brizola ganhará tempo

um grupo que pretende renovar o PTB, à frente os ex-governadores Gonzaga Motta (Ceará) e Roberto Magalhães (Paraná). Havia uma idéia inicial de fusão dos dois partidos de história e origens trabalhistas, com o pretexto de que a nova legenda não se organizaria, pela exiguidade dos prazos legais, a tempo de participar da eleição deste ano.

Força — Juntos, segundo os dados referentes nos dois partidos, que foram repassados, ontem, em um encontro de duas horas entre Brizola e Gonzaga Motta, o PTB e o PDT reforçaram, na campanha presidencial, em mais de 3 mil e 500 dos 4 mil e 200 municípios brasileiros, as bases eleitorais do ex-governador fluminense.

Tanto o PTB como o PDT dispõem de 30 parlamentares, cada um. Isolada-

mente, cada um deles teria direito a 10 minutos diários no rádio e na televisão, nos 45 dias anteriores à eleição de 15 de novembro, no tempo destinado à Justiça Eleitoral. Feita a coligação, Brizola poderia dispor, então, de 20 minutos diários.

O protocolo de intenções, estabelecendo condições funcionais e programáticas para a aliança entre o PTB e o PDT, terá de ser aprovado pelas convenções dos dois partidos: 4 de junho a petebista e sete dias depois a petebista.

A coligação entre o PTB e o PDT representa, desde que aprovada, o alinhamento do senador Afonso Camargo da sucessão presidencial. Camargo lançou-se postulante à indicação como candidato trabalhista, há seis meses, com o apoio dos diretórios regionais do Paraná e do Estado do Rio. Hoje, o ex-deputado federal Paiva Muniz, presidente nacional do PTB, e o deputado federal Fábio Raunheiti, presidente da Executiva Regional petebista do Estado do Rio, continuam sustentando o nome do senador paranaense.

“É um absurdo alijarmos, assim sem mais nem menos, um companheiro, como o Afonso Camargo. Ele aceitou ser candidato, em uma hora difícil, evitando que os janistas continuassem a fazer do PTB uma legenda de aluguel. O Rio vai continuar, por isso mesmo, com a tese do candidato próprio”, disse Fábio Raunheiti.

Brizola, aclamado, pede ao

BRASILIA — Exatamente às 17h30, o vice-presidente do PDT, deputado Doutel de Andrade, anunciou para o plenário da Convenção Nacional do partido, na Câmara dos Deputados, o que todo mundo já esperava: o ex-governador Leonel Brizola foi consagrado candidato a presidente da República com 211 dos 213 votos apurados. Igualmente sem surpresa, o deputado federal Fernando Lyra (PE), coordenador-geral de sua campanha, recebeu 206 votos sagrando-se candidato a vice-presidente. Apenas dois convencionais votaram em branco, enquanto cinco anularam seus votos para a vaga de vice.

No seu discurso de mais de uma hora e meia para o plenário lotado da Convenção, Brizola deu um recado muito claro para o seu público interno: "Muito cuidado com a história do oba-oba, do já ganhou", disse, revelando a sua maior preocupação neste momento, que é com a falta de organização do PDT no país. Brizola chamou a atenção para o fato de o PDT não existir em "milhares" de cidades e que daqui até as eleições será preciso criar comissões provisórias para suprir essa carência. "Em milhares de municípios, dois mil talvez, não temos nem gente para fiscalizar as eleições. Temos que sair por aí organizando comissões provisórias. É chegar e peitar. Temos que tecer essa malha nestes próximos meses em todo o território nacional", pediu ele aos seus militantes.

Brizola também revelou preocupação com a situação do PDT em alguns estados, onde o partido está "cristalizado, engessado". Sem citar nominalmente, ele estava referindo-se a Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do país e onde o PDT é inexpressivo. O candidato avisou que nos estados onde as direções regionais não realizarem suas tarefas os militantes devem propor a renúncia dos dirigentes e a instalação de uma comissão de campanha. "Precisamos somar. Façam isso que vocês estarão me representando", disse aos militantes que o ouviam em silêncio.

Fiscalização — A formação dessas comissões vai cumprir outra função. "Precisamos nos preparar para a fiscalização das eleições", disse Brizola, revelando mais um de seus temores. "Por trás dessas pesquisas está uma Proconsult gigantesca a nível nacional", afirmou, referindo-se à tentativa de fraude na sua eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1982.

Seu último pedido aos militantes foi para que durante a campanha o partido faça uma seleção para identificação e preparação de quadros para o governo. "Só assim o partido controlará o governo. Como candidato, vou andar como lançadeira por aí", prometeu Brizola, reconhecendo uma antiga deficiência do PDT.

Quando terminou de falar, o candidato ouviu o Hino Nacional cantado pelos cerca de três mil convencionais que lotavam o plenário e galerias da Câmara. Emocionado, foi o próprio Brizola quem puxou o refrão do Hino da Independência: "Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil". Ao seu lado, ele teve o tempo todo sua mulher, dona Neuza e os filhos João Otávio e José Vicente, além dos irmãos Paraguassu, de 73 anos, que mora em Passo Fundo (RS), e Francisca, 82 anos, moradora de Porto Alegre. Há seis anos Brizola não encontrava os irmãos.

Durante todo o tempo ele fez questão de prestigiar seu vice, Fernando Lyra. Assim que chegou, sob aplausos e uma chuva de mil balões nas cores azul, vermelho e branco, um militante lhe jogou um lenço vermelho, que imediatamente Brizola amarrrou ao pescoço, no estilo dos maragatos gaúchos. Na mesma hora pediu outro lenço vermelho e entregou a Lyra para que repetisse o gesto. Depois de ouvir seu vice, Brizola ressaltou ao microfone que o discurso de Lyra "infunde confiança".

Acordo — Apesar de não ter dito explicitamente que renunciaria na hipótese de um acordo do PDT com alguém de fora dos quadros do partido, Lyra disse que Brizola "dispõe" de sua candidatura a vice. Lyra não fez por menos em matéria de parentes. Ao seu lado estava a mulher Márcia e no plenário as três filhas, o pai, três irmãos e uma irmã. Brizola posou demoradamente para os fotógrafos apertando a mão de Lyra e abraçados fizeram o V da vitória várias vezes.

Durante a cerimônia de encerramento da Convenção, Brizola recebeu o apoio do ex-governador do Ceará, Luiz Gonzaga da Motta, do deputado Benedito Moreira (PTB-PA), do senador Mauro Borges (PDC-GO) e do deputado Paulo Ramos (RJ), que deixou o PMN, por onde concorreu à Prefeitura do Rio, e voltou para o PDT. O líder comunista Luís Carlos Prestes também levou seu apoio a Brizola, falando com a voz embargada "em nome de todos os comunistas revolucionários do Brasil". Prestes justificou seu apoio a Brizola dizendo que já não é viável uma revolução socialista agora. "Precisamos preparar o povo para a luta dando democracia ao povo", frisou.

Os organizadores da Convenção do PDT não souberam precisar quantas pessoas vieram para o encontro, mas o deputado Fernando Lyra disse que a Polícia Rodoviária registrou a chegada de 340 ônibus de outros estados. Se cada ônibus trouxe 40 pessoas, pelo menos 13.600 pedetistas viajaram a Brasília para aclamar seu candidato.

Como primeiro passo da campanha, depois da oficialização da candidatura, será divulgado a partir de amanhã um catálogo de peças de propaganda sobre Brizola. Do kit de propaganda, preparado pela agência MMS, de Pernambuco, constam peças como escova de dentes, protetor de sol para carros, lameira de caminhão, pochetes, mochilas e material escolar, com logotipo da *Turma do Brizolinha*.

F. P. O. C.
PP. PP.
(P. D. T.)

Consolidação do vice exigiu a capitulação do grupo trabalhista

A chegada de Leonel Brizola a Brasília, no final da tarde de sábado, sufocou as tentativas do chamado grupo trabalhista do PDT de enfraquecer a candidatura a vice do deputado Fernando Lyra (PE), considerado um "corpo estranho" no partido. Brizola, que já do Rio de Janeiro dava declarações a favor de Lyra, mudou, na capital federal, numa reunião do Movimento Negro do PDT, a única resistência, que era a candidatura do deputado Carlos Alberto Caó (RJ).

Na madrugada de domingo, Brizola reuniu, no Hotel Nacional, a Executiva Nacional do partido para realinhar que seu candidato era Fernando Lyra. No encontro, que começou à 1h hora e terminou às 2h15, o único integrante da Executiva que discordou de Brizola foi o jornalista Neiva Moreira, defendendo o direito de outros candidatos levarem seus nomes à apreciação dos convencionais.

Foi desarmado por Brizola, que usou o mesmo argumento que utilizara na noite de sábado, durante o encontro do Movimento Negro, para dissuadir Caó. O ex-governador sustentou que as candidaturas alternativas haviam sido lançadas tardiamente, o que favoreceu Fernando Lyra a consolidar seu nome como uma candidatura natural.

Terminada a reunião da Executiva, Lyra, que aguardava o resultado do encontro jantando na Churrascaria Tabu, anexa ao hotel, foi chamado pelo deputado Brandão Monteiro (RJ) à sala de reuniões e recebido com efusivos cumprimentos.

"Congratulations", saudou o piloto Silvio Lima, que acompanha Brizola desde o Rio Grande do Sul, sendo repreendido em tom de brincadeira pelo candidato, que desejava esconder da imprensa o resultado da reunião: "Você é um fogueteiro".

Exigência — Em seguida, Brizola e Lyra conversaram à beira da piscina do Hotel Nacional por 30 minutos. O candidato pediu a Lyra que se compromettesse publicamente a renunciar à condição de vice se até o dia 15 de julho surgisse uma opção externa, exigência feita pelos trabalhistas do PDT. O partido ainda aguarda a adesão do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, e do sindicalista Luís Antônio Medeiros, ambos do PTB. Lyra se comprometeu, inclusive, a continuar articulando as adesões.

Mesmo com a decisão tomada pela Executiva, o deputado Carlos Alberto Caó ainda relutou em abrir mão de sua postulação. Era sustentado pelos deputados César Maia, Bocayuva Cunha, José Mauricio e Chico Humberto, além dos integrantes da Executiva Cibelis Vianna e Neiva Moreira. Somente às 13h45 de ontem, depois de conversar por telefone com Brizola, Caó retirou sua candidatura, diante das pressões e de uma promessa de que será incluído na lista de nomes para o Ministério.

O primeiro telefonema foi às 10h45. Caó, informado por Brandão Monteiro de que Brizola desejava conversar com ele, telefonou, do plenário da Câmara dos Deputados para o Hotel Nacional. Novamente ouviu o apelo para renunciar à candidatura. Pediu um tempo ao ex-governador para avaliar com seu grupo a situação. Numa das salas das Comissões da Câmara, Caó se reuniu com César Maia, Bocayuva Cunha e com o deputado estadual de Pernambuco, João Coelho, e então decidiu abrir mão da disputa, comunicando sua decisão a Brizola, por telefone.

Ulysses tem máquina do PMDB mas centraliza campanha

Rodolfo Fernandes

BRASILIA — Apesar de ter à sua disposição uma máquina que envolve 18 governadores, 34 senadores, 199 deputados federais, 433 estaduais, dois mil prefeitos e 17 mil vereadores, o deputado Ulysses Guimarães é um candidato só. Apesar de não ser o candidato oficial, ele é o candidato oficial. Lançado oficialmente pelo PMDB à presidência há quase dois meses, ele utiliza apenas o telefone, com dois ramais, como instrumento de campanha eleitoral, e conta com a ajuda de seu secretário particular, Osvaldo Manicardi.

Computadores, máquinas de fac-símile, telex, adesivos, plásticos, nada disso existe na campanha do maior partido do país. A irradiação dos políticos do PMDB com o que chamam de auto-suficiência de Ulysses é total. "Se com 5% dos votos ele está assim, imagine se chegar a 20%", reclama o deputado Francisco Pinto (BA), fazendo eco à uma queixa generalizada entre os membros da Comissão Nacional Executiva do partido — sempre a última a saber na campanha de Ulysses.

Dificuldades — Não é novidade para ninguém no PMDB que Ulysses é um político centralizador, pessedista e "auto-suficiente". Mas a soma de decisões que ele assumiu nas próprias mãos contradiz toda a imagem que se tem de um candidato em campanha, teoricamente sempre disponível. A irritação já chegou até mesmo ao seu companheiro de chapa, o candidato a vice Waldir Pires, que pouco ou nada sabe da campanha a que empresta o nome.

Recentemente, Waldir — a exemplo de outros companheiros — procurou Ulysses para cobrar dele mais abertura nas decisões. "Mas Waldir — ponderou Ulysses — eu já fiz tantas campanhas eleitorais". O ex-governador baiano respondeu secamente: "Eu sei disso, doutor Ulysses. Só que esta é uma campanha de presidente da República e o senhor e o Osvaldo (secretário) não vão dar conta dela sozinhos".

Ulysses reclamou, na quarta-feira, com um amigo: "Esse pessoal está querendo atrapalhar a minha campanha". Referiu-se à Executiva, cujas reuniões tornaram-se muro das lamentações sobre o candidato. "Para mim, está ficando 'inadministrável', reconhece o presidente do PMDB, Jarbas

Wilson Pedrosa — 26/3/89



Ulysses primeiro toma decisões, e só depois avisa a Executiva pemedebista

Vasconcelos. Na verdade, a Executiva cobra de Jarbas uma atitude que nem ele pode ter.

Na quinta-feira, Ulysses reuniu 30 parlamentares do partido para almoçar em seu apartamento com a finalidade específica de ouvir abertamente as queixas à condução da campanha. Por mais de três horas todos falaram e Ulysses ouviu, sempre concordando. Encerrada a reunião, o candidato

não sabia e nada", espantou-se também o deputado Luis Henrique (SC), ao chegar à sala da presidência do PMDB na hora do lançamento da cartilha.

Só uma pessoa soube desse lançamento antecipadamente: o secretário Osvaldo Manicardi, a quem Ulysses solicita tudo, desde um simples telefonema, às mais complicadas tarefas. "Acho que ele pronuncia o meu nome pelo menos mil vezes por dia", diz Manicardi, que há mais de 20 anos trabalha com Ulysses. No meio da semana passada, os assessores do candidato souberam, por acaso, que ele pretendia publicar um anúncio nos principais jornais do país divulgando a sua entrevista no programa *Jô Soares Onze e Meio*. A publicidade foi sustada na última hora, depois de tudo pronto.

Rui Barbosa — Se há uma pessoa com razoável influência na campanha de Ulysses hoje é o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que centraliza toda a parte de propaganda e informação da campanha e cuida da importantíssima área financeira. Ulysses não se mostra abalado com as críticas feitas na Executiva quanto a isso, e demonstra a intenção de não mudar. Na verdade, há uma dose de auto-suficiência no comportamento do candidato, que ele já deixou sair duas vezes em comentários idênticos: "Eu sou o futuro presidente da República", disse com uma confiança que ainda não contagiou a sua assessoria. Por isso, Ulysses acha que não pode perder o controle de nada, nem assumir compromissos antecipados.

Nos comentários reservados que faz sobre o principal adversário, Fernando Collor — ele nunca o atacou em público —, Ulysses revela o porquê de sua exagerada autoconfiança: "É o melhor adversário que eu poderia ter". Por quê, doutor Ulysses?, perguntou o interlocutor de uma destas conversas. "Ele é um lambor, só faz barulho", respondeu o candidato do PMDB. Nas suas avaliações internas, Ulysses vem acreditando mais no crescimento de Leonel Brizola do que na manutenção da primazia do candidato do PRN. "Esse Collor por acaso é algum tratadista, algum Rui Barbosa para ser citado tanto?", ironizou Ulysses recentemente.

8906670

01.01

F.Sa
P.P.P.
(P.P.P.B)

098

F. P. O. L.
P. P.
(P. D. T.)

ZERO HORA — Domingo, 25.06.67 — PÁGINA 1



Reúnem-se hoje, em Brasília, os 251 convencionais do PDT para homologar a candidatura de Leonel Brizola à Presidência. A dúvida está na confirmação ou não de Fernando Lyra como seu vice

TOBIA

SUCESSÃO

PDT confirma Brizola hoje e define o candidato a vice

Por VALÉRIO BRITTO
Brasília/2H

O PDT homologa hoje, em convenção nacional, o nome do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República. Reunidos a partir das 9 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília, os 251 convencionais pedetistas escolhem também o candidato a vice-presidente na chapa do partido. Diante da quase impossibilidade de ser celebrada uma coligação oficial com o PTB, o que restringe a escolha do vice a nível interno do próprio PDT, o nome mais cotado para o cargo é o do deputado Fernando Lyra (PE), que já exerce a função de coordenador da campanha de Brizola, juntamente com o deputado Brandão Monteiro (RJ).

Brizola chegou ontem a Brasília e será aclamado hoje candidato do partido à sucessão presidencial com caráter internacional, depois de ter sido eleito, durante o 15º Congresso da Internacional Socialista, vice-presidente da organização para a América Latina. A escolha de Lyra é praticamente certa, até porque ele é o preferido de Brizola. Hábil negociador, foi o responsável por muitos dos apoios que garantiram a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O líder do PDT na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ) e o presidente nacional do partido, deputado Douteil de Andrade (RJ), garantem a escolha de Lyra.



Candidatura Brizola será confirmada hoje

A força de Brizola dentro do partido é inegável, tanto que é certo que será ele próprio quem vai definir seu vice. Por isso, o mais provável é que apenas um nome concorra — o de Fernando Lyra. Outra candidatura, contudo, está lançada dentro do partido; do deputado Carlos Alberto Caó (RJ), que diz ter apoio de 30% dos pedetistas. Lyra adota uma posição diferente e raramente se manifestou sobre o caso, entregando a questão para Brizola resolver. A candidatura do sociólogo Darcy Ribeiro, que já foi vice de

Brizola no governo do Rio, foi esboçada e descartada por ele próprio. Outros nomes também estão fadados ao fracasso. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) negou que tenha sido convidado para disputar.

Estrutura

Fundado em 1961, o PDT está hoje organizado em 2.600 diretórios municipais. Na última eleição, o partido elegeu 235 prefeitos e 2.361 vereadores, recebendo seis milhões 200 mil votos. Sua bancada no Congresso é composta de 27 deputados e dois Senadores, o que garante ao partido 10 minutos diários de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir de 15 de setembro. Na dependência de novas adesões de parlamentares ou de firmar coligações com o PDC ou PTB, o PDT espera aumentar seu tempo nos meios de comunicação para 13 minutos.

O nome de Brizola, que era o presidencialista mais forte nas pesquisas pré-eleitorais, até a ascensão de Fernando Collor de Mello, o PDT preparou uma grande festa para hoje. Desde ontem, começaram a chegar adeptos do partido de todos o país e a expectativa é de que o número de brizolistas, hoje chegue a seis mil pessoas, trazidos por 150 ônibus. Paralelamente à aclamação de Brizola e escolha de seu vice, ocorreram vários eventos do partido: de mulheres, de negros de índios e de jovens.

01.01

8906671

098

ZERO HORA 25/6/89

F. Pac
PP PP

Partido concentra esforços contra o PRN

Em vez de iniciar sua campanha presidencial por Rio Branco (AC), como planejou inicialmente, para reproduzir um feito de Getúlio Vargas, Leonel Brizola fará seu primeiro comício em Macaé, numa tentativa de começar a desmoronar a imagem do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. O projeto de abrir guerra contra o candidato alagoano está em prática desde sexta-feira, quando as reuniões preliminares da convenção nacional destinada à escolha de Brizola foram marcadas pela distribuição de folhetos contra Collor.

"A face oculta do collorismo" e "Quem é Collor de Mello" foram panfletos distribuídos fartamente aos que participaram da reunião do Movimento Nacional Leonel Brizola, na Câmara dos Deputados. Pilhas de impressos sobre o assunto foram distribuídos no Encontro Nacional das Mulheres. Certo de que já venceu os preconceitos militares contra a sua eleição e de

que já tranqüilizou os empresários quanto aos riscos da especialização do País, Brizola acha que seu maior inimigo agora é a imagem construída por Collor.

O candidato do PDT está convencido de que se o horário gratuito na televisão lhe dará armas para um combate decisivo com o candidato do PRN. Mas a partir de julho sairá esbravejando pelo País um rol de acusações que uma equipe organizada pelo seu partido recolhe diariamente em Macaé.

Em três dias que ficou naquela cidade, o presidente do Movimento Leonel Brizola, Brandão Monteiro, armazenou 15 rolos de filme que ele diz provarão a miséria em que ficou Alagoas depois do governo de Fernando Collor de Mello. (AJB)

Petebistas vão aderir à campanha do PDT

Quando o PTB não decidiu se coligar com o PDT para a eleição presidencial, muitos petebistas irão aderir à campanha de Leonel Brizola, abrindo uma dissidência formal dentro do partido. A garantia é do ex-governador do Ceará, Gonzaga Mota, que deu início à liderança da proposta de aliança entre o PDT e o PTB. A dissidência vai começar por ele: "Eu, que venho defendendo a Unidade Trabalhista de forma precursora, não posso ser incoerente e não apoiar Brizola".

Gonzaga Mota tem muitos seguidores, como o deputado Carrel Benevides (PTB-AM). O líder do partido na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), outro defensor da Unidade Trabalhista, não pode ir tão longe em dizer que vai engrossar a fileira dos dissidentes. Por sua posição de líder, Gastone toma cuidado com as palavras, mas ainda luta pela coligação dos dois partidos. "O problema é que têm muitos petebistas ainda indefinidos", comenta.

Na visão de Gonzaga Mota, a direção do PTB até agora não

entendeu no que consiste a Unidade Trabalhista, por isso, continua afastando o partido de Brizola. Existe na candidatura do senador Afonso Camargo (PTB-PR). "A nossa proposta não é para uma eleição isolada. É um processo que culmina na união dos dois partidos, formando a verdadeira unidade dos trabalhadores no Brasil", explica o ex-governador cearense, anteriormente apontado como virtual vice de Brizola.

O cargo de vice e o PDT, entretanto, não deve mais ser destinado a um petebista, porque a coligação dos dois partidos está quase inviabilizada. Se a convenção do PTB, que acontece no próximo mês, aprovar uma aliança com o PDT, a decisão de hoje dos petebistas sobre o vice de Brizola poderá ainda ser revista, mas essa hipótese é difícil. Gonzaga Mota, Roberto Magalhães, Luiz Antonio Medeiros e Roberto Guarnão sempre foram os petebistas mais cotados para o cargo. (Brasil/ZH)

PTB paulista propõe candidatura a Medeiros

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros, será convidado pela PTB paulista a lançar seu nome como pré-candidato à Presidência da República. O convite será feito a Medeiros, membro do PTB paulista, depois que o sindicalista retornar de Estocolmo, Suécia, onde foi participar de encontro da Internacional Socialista, que elegeu Leonel Brizola vice-presidente.

A sugestão de convidar Medeiros a disputar a convenção do PTB, marcada para nove de julho, foi anunciada na sexta-feira, pelo deputado estadual Barros Munhoz, que ganhou a simpatia de outros segmentos do partido, menos os janistas. Munhoz disse que essa também é a forma que o PTB de São Paulo encontrou para tentar inviabilizar a candidatura do senador Afonso Camargo (PR), que insiste em levar seu nome à convenção.

Na sexta-feira, Afonso Camargo reuniu-se em São Paulo com os 13 membros da Executiva Regional do PTB, numa tentativa de conseguir o apoio dos delegados na convenção. Mas Camargo obteve uma unanimidade: nenhum petebista concordou em apoiar a sua candidatura.

Aos jornalistas, Camargo disse que insiste em sua candidatura, pois o PTB, que é o terceiro maior partido no Brasil, não pode chegar nas eleições sem candidato próprio. (AG)

098

ZERO HORA

25/6/89

Collor, Brizola e Jânio

F. 20
PP. PP.

Prestigiado pela eleição para vice-presidência da Internacional Socialista, o ex-governador Leonel Brizola lidera a convenção nacional, em Brasília, neste fim de semana, conhece o seu companheiro de chapa e pretende iniciar, sem perda de tempo, uma ofensiva contra o candidato do PRN, Collor de Mello. A partir de dezembro, conhecidos os resultados eleitorais, Brizola identificará no candidato do PT, Luis Ignácio Lula da Silva o seu concorrente mais sério. As urnas apontavam a força do PT e Brizola partiu para a crítica e polémica. O deputado Ulysses Guimarães e o PMDB ficaram em segundo plano no seu bombardeio. Ele passa agora a centralizar suas atenções para o candidato que lidera as pesquisas. Se for o caso, segundo admitiu para seus assessores, irá a Macaé, não poupando energias para desmascarar o candidato do PRN, ao qual passou a dirigir boa parte de seu tempo em seus pronunciamentos e entrevistas. Se Jânio Quadros emplacar também entra na pauta de críticas, mas Collor vem antes. O candidato do PDT está caracterizando a convenção nacional em Brasília como um ponto de partida para uma nova arrancada eleitoral, agora com força total.

Os vetos

Se o reaparecimento de Jânio Quadros como candidato se tornou viável pelos vetos do Planalto a dispositivos da lei eleitoral ele ainda corre o risco de ter suas aspirações brechadas pelo Congresso. Bastará rejeitar os vetos e os prazos ampliados para apresentação de novos candidatos e Jânio Quadros vira "conselheiro" e não candidato do PFL.

Confronto

Se as críticas maiores do ex-presidente se dirigem ao Congresso, pedindo uma revisão do texto constitucional, tornando governável o país, tais os dispositivos parlamentaristas que permaneceram, criando distorções, a réplica poderá vir realmente mais cedo do que imagina o ex-presidente Jânio Quadros. Depende do Congresso, no exame dos vetos, a sua manutenção ou queda possibilitando sua indicação, e a maioria parlamentar, hoje engajada em outras candidaturas, pode ser estimulada nesse sentido. A base janista na Câmara e Senado é muito reduzida, a não ser que um grupo parlamentar, do tipo centrão, possa ser restaurado com esse objetivo. O comprometimento de correntes parlamentares com candidaturas definidas ou quase definidas é um componente que pode prejudicar articulações nesse sentido, a esta altura da campanha.

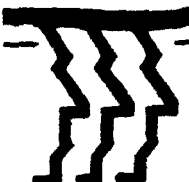
Dados

Collor de Mello procurando atrair contingentes eleitorais favoráveis a Jânio Quadros, evitou durante a sua campanha opinar sobre o ex-presidente. Fazia parte de sua estratégia. Afinal de contas, ele estava sendo apontado como o Jânio jovem. O reingresso do ex-presidente na cena política cria uma dificuldade para Collor. Se Jânio regressou do exterior sem falar em Collor, a recíproca será difícil agora para o ex-governador de Alagoas, que cumpre programa em vários países em busca de status.

Carlos Fehberg

01.01

8906673

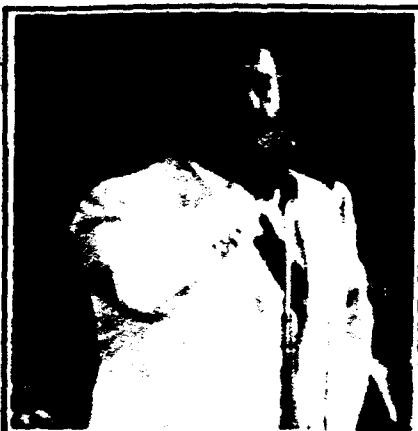


Antecipar o plebiscito sobre o sistema de governo, previsto na Constituição para o ano de 1993, é a proposta do deputado Gastone Righi (PTB/SP), apresentada ontem ao Congresso, sob a forma de emenda

Parlamentarismo: emenda quer plebiscito este ano

A proposta do ex-presidente Jânio Quadros de juntamente com a eleição presidencial de 15 de novembro realizar um plebiscito para que o povo se pronuncie se prefere manter o presidencialismo ou substituí-lo pelo sistema parlamentarista, teve seu primeiro resultado prático. Ontem, o líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), e o deputado Roberto Jefferson (PRB-RJ), ligados a Jânio, apresentaram uma emenda constitucional que prevê um plebiscito a ser realizado na mesma data do primeiro turno do pleito presidencial. Por essa proposta, no plebiscito, a sociedade vai optar pela forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que deverá vigorar no País.

A ideia de Jânio, externada ontem através de artigo publicado no jornal O Globo, considerando impossível a governabilidade com uma Constituição que assegure o presidencialismo mas dê exagerados poderes ao Legislativo, foi o principal assunto, ontem, no Congresso. Até a política salarial editada pelo Executivo flutuou em plano inferior diante do artigo de Jânio. Muitos parlamentaristas começaram a articular reuniões para a aprovação desse sistema de governo imediatamente, sem plebiscito. Uma outra emenda, propondo um plebiscito coincidente com a eleição presidencial



Righi: "Plebiscito junto com eleições"

foi proposto anteriormente pelo deputado Adroaldo Streck (sem partido/RS), mas sua ideia é uma consulta apenas sobre o sistema de governo.

Seis emendas

Com as emendas de Gastone e Streck, são seis as propostas de alteração do texto constitucional visando à implantação do parlamentarismo. A primeira emenda foi apresentada pelo deputado Victor Facchini (PDS-RS), sem prever detalhes, que seriam definidos por lei

complementar. Outra é de autoria do deputado César Cals (PSD-MG), propondo o parlamentarismo clássico com eleição direta para presidente da República. A emenda dos deputados Jorge Arbage (PDS-PA) e Delfim Netto (PDS-SP) estipula o sistema parlamentar sem eleição direta para presidente. Por fim, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) vai apresentar uma proposta que prevê a implantação do parlamentarismo somente a partir de 15 de fevereiro de 1991.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), que na Constituinte foi contra o parlamentarismo, agora é a favor desse sistema de governo, mas sem consulta popular. "Sou adepto de uma solução que propicie a governabilidade do País e que evite o caos que a hiperinflação pode trazer", observou, explicando sua mudança de posição. O presidente do PDS, deputado Delfim Netto (SP), um parlamentarista histórico, prevê que o regime de gabinete será implantado "numa madrugada de agosto, porque é consenso que a hiperinflação vem em setembro". Ele quer a mudança do sistema de governo através de votação no Congresso, sem plebiscito. "Ou o parlamentarismo evita o golpe ou vem o golpe e depois vem a abertura com parlamentarismo", projeta Victor Facchini. (Brasília/ZH)

Ministro do Exército acha que proposta "não é uma coisa boa"

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, repeliu ontem a proposta feita pelo ex-presidente Jânio Quadros de antecipar para novembro o plebiscito que definirá o sistema de governo brasileiro. "Eu, pessoalmente, não acho uma coisa boa", comentou Leônidas, ao sair de um almoço com todos os ministros militares no Ministério da Aeronáutica. "Acredito que a adoção do parlamentarismo agora talvez tenha problemas do ponto de vista eleitoral, pois parece que a maioria dos candidatos não deseja ser mais uma rainha da Inglaterra", afirmou Leônidas.

Os ministros militares estiveram reunidos ontem, em Brasília, e outros assuntos avaliaram a ideia da antecipação do plebiscito. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, presente ao encontro, disse que o assunto foge à competência das Forças Armadas. "Caberá ao Congresso decidir sobre o regime de governo. Isso é assunto exclusivo do Legislativo", afirmou o brigadeiro.

O presidente José Sarney não apóia qualquer resistência a uma decisão do Congresso no sentido de adotar o parlamentarismo como sistema de governo. A informação foi prestada ontem pelo porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique de Almeida Santos. Sarney, segundo o porta-voz, continuará se guiando pelas regras constitucionais vigentes, que prevêm o sistema presidencialista até o plebiscito de 7 de setembro de 1993. Mas, se essas normas forem alteradas, o presidente estará pronto a acatar as mudanças, mesmo que elas impliquem a antecipação da posse do seu sucessor.

Sarney considera, no entanto, casuística qualquer alteração nas regras do jogo até a posse do novo presidente, que será eleito para exercer as prerrogativas atualmente estabelecidas no texto constitucional. Mas, ao mesmo tempo, não poupa críticas a dualidade de poder estabelecida pelos constituintes, que, na sua interpretação, dificultam a administração do País. (AE/Rádiorádica)

Medida ganhou adeptos em todos os partidos

O presidente do PDS, deputado Delfim Netto (SP), defendeu ontem a imediata implantação do parlamentarismo sem eleições gerais, o que significaria a indicação de um primeiro-ministro do PMDB, por ser o partido majoritário no Congresso. "Se não der certo, dissolve-se o Congresso. Aí, fica tudo coerente", disse Delfim, que afirmou que o Governo Federal "está se demitindo de suas tarefas" ao esperar que o Legislativo elabore uma proposta para a crise econômica em pleno sistema presidencialista.

Também o governador de São Paulo, Orestes Quércia, manifestou o seu apoio à proposta do ex-presidente Jânio Quadros, de antecipar para 15 de novembro o plebiscito que definirá o sistema de governo do País. Quércia se encontrou ontem com o governador do Espírito Santo, Max Mauro, e disse que ele também defende a antecipação. "Se nós temos que resolver esse assunto através do plebiscito, quanto mais rápido for, melhor", afirmou o governador paulista.

Ano que vem

O candidato do PMDB a vice na chapa de Ulysses Guimarães, Waldir Pires, no entanto, apesar de concordar com a proposta de Jânio, só concorda que esse plebiscito seja convocado no ano que vem, após a posse do presidente da República, sugestão que levará a seu partido, apesar de reconhecer que enfrentará resistências no PMDB: "Sou parlamentarista, mas acho que as regras do jogo não poderiam ser mudadas agora", disse.

O presidente nacional do PSDR, ex-governador de São Paulo, André Franco Montoro, concordou com a proposta do ex-presidente Jânio Quadros. Franco Montoro fez questão de lembrar que a mesma proposta do plebiscito antecipado já tinha sido feita, há alguns meses, pelo próprio PSDR e tem sido defendida publicamente pelo candidato tucano à Presidência da República, senador Mário Covas. (AG)

Esquerda vê a antecipação como um golpe

A proposta de antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo foi compreendida pelos partidos de esquerda como uma forma de esvaziar a candidatura do presidente da República, Fernando Collor de Mello. Lideranças do PT, PDT, PC do B e PCB afirmaram que a sugestão do ex-presidente Jânio Quadros tem características de golpe, pois vai contra a Constituição, que marcou o plebiscito para 1993.

O candidato do PCB à Presidência da República e parlamentarista convicto, Roberto Freire, repeliu a ideia da antecipação. Na sua opinião, a proposta de Jânio, "além de cheirar a golpe, é uma tentativa de desmontar o fortalecimento do parlamentarismo, pois o futuro presidente

convocará novo plebiscito assim que assumir.

Freire também acha um risco muito grande o Congresso aprovar uma emenda que contraria um dispositivo constitucional, pois abriria um precedente para a alteração de toda a nova Carta, que não completou ainda um ano de vigência. Para o candidato, a única forma de garantir a instalação do parlamentarismo sem traumas para a democracia é respeitando a Constituição. Qualquer outra manobra casuística, segundo ele, pode acarretar sérios riscos à estabilidade política.

Casuísmo

O coordenador da campanha do candidato do PDT, Leonel Brizola, deputado Fernando

Lyra, também vê na proposta de Jânio o início de um movimento contra a candidatura de Collor. Da mesma forma, o vice-presidente do partido, deputado Doutei de Andrade, acha a proposta casuística e diz que Jânio foi simplista ao afirmar que as rasas da sua renúncia em 1961 estariam ligadas ao relacionamento precário entre Executivo e Legislativo.

As lideranças do PC do B e PT também manifestaram-se contrárias à sugestão de Jânio. O líder em exercício do PT, Virgílio Guimarães, afirmou que mais importante do que elaborar formas para atrapalhar o avanço de candidaturas indesejáveis as lideranças políticas devem estar preocupadas em assegurar a realização das eleições presidenciais. (AG)

Collor garante que só manterá dez Ministérios

O candidato do PRN (Partido da Reconstrução Nacional) a presidente da República, Fernando Collor de Mello, com 43%, informou que se for eleito governará com apenas dez Ministérios e ordenará nas primeiras horas de sua gestão a venda das mansões de ministros à margem do Lago Paranoá, em Brasília.

A decisão de enxugar a máquina do governo, como ato de forte impacto psicológico, significará a extinção de 12 dos 22 Ministérios atuais. Além da conclusão de que não precisará de mais do que dez Ministérios, Collor pensa, por exemplo, em acabar com os Ministérios da Fazenda, Planejamento, Indústria e Comércio e Minas e Energia e criar o Ministério da Economia, sem que isso signifique que o titular dessa nova pasta tenha poderes de superministro.

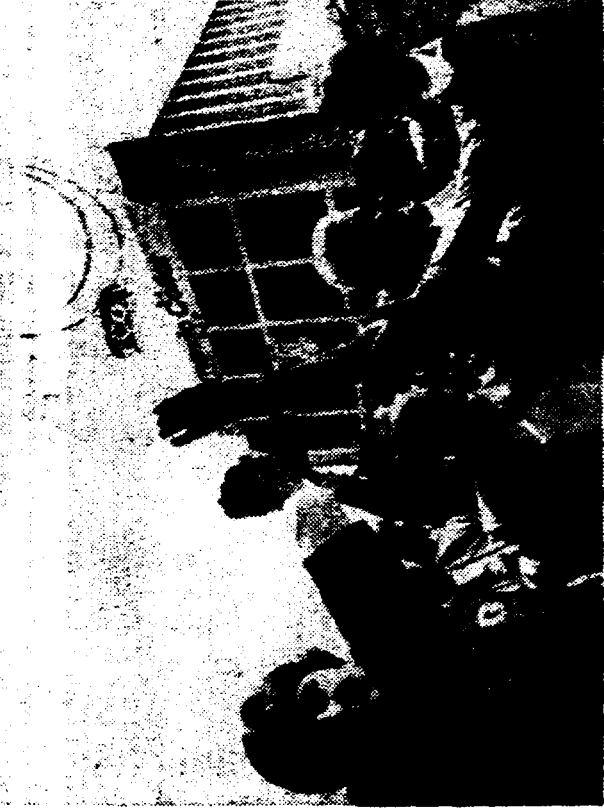
E em relação aos seis Ministérios militares que Collor tem posições mais definidas. Está firmemente convencido de que deve extinguir o Serviço Nacional de Informações (SNI), e com isso eliminará um desses seis Ministérios. Não admite, como diz, "a existência de um órgão para bisbilhotar a vida das pessoas".

Collor acha desnecessária a existência do EMFA — Estado Maior das Forças Armadas, com status de Ministério. Pretende extingui-lo, da mesma maneira como quer abolir a condição de ministro dada hoje ao chefe do Gabinete Militar. Pelas informações que já obteve, o Exército é favorável à extinção do EMFA. A Marinha e a Aeronáutica fazem restrições à ideia.

O candidato do PRN pensa em reunir os Ministérios militares em um Ministério da Defesa, comandado por um civil — "porque o poder é civil", lembra ele. Este assunto foi levantado durante a Constituinte (1/2/87 a 5/10/88), mas pressão dos militares impediu que prosperasse.

Collor, aliás, é favorável a uma imediata revisão da Constituição de 1988. Aponta dois temas que, em sua opinião, exigem revisão: a reserva de mercado (mecanismo que, sob alegação de proteger a empresa nacional, principalmente na área de informática, impede investimentos estrangeiros e importação de tecnologia) e o inócuo tabelamento dos juros reais em 12% ao ano. Collor é favorável, no máximo, a uma reserva de mercado negociada, na informática: dá-se proteção durante dois anos a uma empresa, mas ao final desse prazo essa empresa tem que se tornar competitiva para enfrentar o mercado.

Brasília — Moreira Mariz



Collor é saudado por fãs depois de inaugurar comitê

Movimento inaugura comitê

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações e o diretor da Polícia Federal no governo João Figueiredo — Haroldo Corrêa de Matos e coronel Moacir Coelho — collieram. Os dois estavam espremidos entre cerca de 500 pessoas presentes à inauguração da sede do Movimento Popular de Reconstrução Nacional da Candidatura de Fernando Collor, que será presidido pelo senador Ilamar Franco, candidato a vice-presidente na chapa do ex-governador de Alagoas.

Na inauguração do prédio de três andares e 300 metros quadrados, Collor, que foi do PDS e tinha a seu lado o senador João Castello, líder do governo do general Garrastazu Médici no Senado, citou o regime militar, "que todos nós combatemos", e voltou a prometer salvação para "os deserdados, os pés descalços e os deserdados pela sorte" e cadeia para os corruptos. Depois da bênção do comitê pelo padre Roque Villati, o ex-ministro Haroldo de Matos, ostentando o adesivo do candidato do PRN na lapela do paletó, não se conteve: "Recebi uma lição de juventude. É disso que estamos precisando para sacudir o País." Ele não soube informar se outros ex-integrantes da equipe do general Figueiredo vão aderir a Collor. Entre os populares, discretamente, estava Flávio Sapha, que foi auxiliar do ex-porta-voz Carlos Atílio.

O prédio onde funcionará o Movimento Popular Fernando Collor, estava presente também uma das maiores filiais de Collor, a segunda-secreta da Embaixada dos Estados Unidos, Ferguson-Augustus. Há mais de um mês ele frequenta o gabinete do deputado Arnaldo Faria de Sá, em busca de material e notícias do candidato. Mas ontem ele não entendia como o Movimento Popular Fernando Collor conseguia reunir tantos políticos de filiação diferentes em torno do mesmo candidato.

O prédio onde funcionará o Movimento Popular Fernando Collor, estava presente também uma das maiores filiais de Collor, a segunda-secreta da Embaixada dos Estados Unidos, Ferguson-Augustus. Há mais de um mês ele frequenta o gabinete do deputado Arnaldo Faria de Sá, em busca de material e notícias do candidato. Mas ontem ele não entendia como o Movimento Popular Fernando Collor conseguia reunir tantos políticos de filiação diferentes em torno do mesmo candidato.

O candidato de Collor

Insultador de caratê

Em uma das poucas de suas aparições públicas, o candidato a presidente da República, Fernando Collor de Mello, foi insultado por um grupo de jovens, cobertos por lençóis, que se apresentaram como "Forças Armadas Populares de Libertação de Brasil". O insulto ficou bem mais do que uma simples demonstração de apoio dele a Collor, pois, em uma das poucas vezes que ele se apresentou publicamente, Collor foi insultado por um grupo de jovens, cobertos por lençóis, que se apresentaram como "Forças Armadas Populares de Libertação de Brasil". O insulto ficou bem mais do que uma simples demonstração de apoio dele a Collor, pois, em uma das poucas vezes que ele se apresentou publicamente, Collor foi insultado por um grupo de jovens, cobertos por lençóis, que se apresentaram como "Forças Armadas Populares de Libertação de Brasil".

Candidato quer ver como a

Itália controla estatais

Fernando Collor fecha hoje, em Brasília, o roteiro de sua primeira viagem ao exterior como candidato a presidente da República — fará uma outra, em setembro, ao Japão, Canadá e Estados Unidos —, que começa em Portugal, no próximo sábado, e termina na Espanha, dia 3 de julho. O líder das pesquisas de opinião, na corrida pelo Palácio do Planalto, visitará também França, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Itália e Bélgica.

O candidato do PRN levará apenas dois assessores: Cláudio Humberto Rosa e Silva (Comunicação Social) e Zélia Cardoso de Mello (economia e finanças). É na Itália que Collor vai encontrar, da série de países que visitará, a matéria-prima para uma dos seus primeiros objetivos de governo, caso vença as eleições deste ano: um instrumento de controle efetivo das estatais, com redução de empresas e, principalmente, de cargos de diretores. Ele fará uma reunião em Roma com os diretores do IRI, a holding que modernizou e disciplinou as estatais italianas.

Lisboa — O ex-governador de Alagoas terá audiências dias 18 e 19, em Lisboa, com o presidente de Portugal, Mário Soares, e com o primeiro ministro Cavaco e Silva. Hoje, ainda, Collor tentará fechar, pessoalmente, encontros com a primeira ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher; o primeiro ministro da França, Michel Rocard; o primeiro ministro da Itália, Bettino Craxi; e o primeiro ministro da Alemanha, Helmut Kohl.

Collor, por todos os países que passará terá encontros, também, com presidentes de partidos políticos. Na Itália, ele vai buscar, segundo seu assessor de Comunicação, Cláudio Humberto, conhecer os projetos de defesa ecológica do Partido Verde.

098

F. POC

FL AMÉRICA - 15.05.85 - 15.05.85

GENIAL 92.6.85 Zeno

Sarney manda punir os funcionários grevistas

O presidente José Sarney determinou, ontem, a todos os ministros, cortar o posto dos funcionários inábeis e demitir os que estejam em funções de confiança e que tenham aderido à greve. A determinação do presidente foi comunicada, através de circular, ao ministro da Justiça, Oscar Chazja, que notificará os demais ministros, para uniformizar o comportamento do governo diante da greve dos servidores que se arrasta por quase duas semanas.

A circular pede que cada ministério controle com o maior rigor a presença dos funcionários, inclusive, com a abertura de inspeções administrativas para apurar fraudes de servidores a respeito da assinatura de ponto. Discreta, que devem ser enumeradas todas as

funções de confiança ou chefia de repartição, tanto por aderirem à greve quanto por não terem capacidade de fazer com que seus subordinados voltem ao trabalho.

Tentando acabar com o movimento grevista, o presidente determinou ainda que todos os ministros façam refúgio político, para impedir aglomerações de milhares diante dos ministérios, tentando desta forma assegurar o acesso às repartições de polícia e delegacias que queiram voltar ao trabalho. Fica proibida também a realização de qualquer reunião de grevistas nas dependências de qualquer delegacia, inclusive em auditórios e salas de reuniões. (Brasília, 15/5)

01.01

8906680

Sarney reúne Conselho da República pela 1ª vez

3.000 vezes

BRASILIA — Pela primeira vez desde que foi criado pela Constituição, o Conselho da República, órgão superior de consulta pelo presidente da República, foi convocado pelo presidente José Sarney para uma análise do quadro econômico do país. Sarney pediu colaboração do Congresso nacional para evitar que a crise econômica leve o país à hiperinflação e se repita o quadro institucional da Argentina.

A reunião do Conselho da República durou 2h30 (das 11h30 às 14h), com a participação do presidente José Sarney, dos presidentes do Senado Federal, Nelson Carneiro, da Câmara dos Deputados, Páez de Andrade, dos líderes do PMDB no Senado, Ronan Tito, e na Câmara, Ibsen Pinheiro, dos líderes do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, e na Câmara, José Mourão, do líder do governo, além dos ministros Luís Roberto Pontes, João Batista de Abreu, Oscar Dias Corrêa, Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes.

Medidas — De acordo com o presidente do Senado, a reunião começou com uma exposição do presidente José Sarney demonstrando os noticiários dos jornais de que o país estaria caminhando para o caos econômico. "Chegou-se à conclusão de que o país passa por dificuldades, que podem ser superadas sem levar ao caos e à hiperinflação", contou Nelson, acrescentando que o presidente considera necessária a colaboração do Congresso para evitar a quebra da normalidade, que prejudica a todos os partidos e a estabilidade institucional.

Após a exposição de Sarney, o ministro Malson da Nobrega enumerou uma série de medidas na área econômica que o governo pretende adotar, segundo Nelson Carneiro, para conduzir o país dentro da normalidade até o dia 15 de março, quando assume o presidente do Senado negou que o pacto político de transição, "Nada de acordo", descurtasse o caráter de estabilidade do país. "Nada de transição", afirmou. "Nada de acordo", descurtasse o caráter de estabilidade do país. "Nada de transição", afirmou.

O Conselho da República, segundo o artigo 90 da Constituição, tem competência para pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio, além de questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. O presidente do Senado informou que a convocação se baseou na segunda hipótese, já que o agravamento do quadro econômico poderia levar o país à instabilidade institucional.

Criado para ser o órgão máximo de consulta do presidente da República, o Conselho da República ainda não foi regulamentado por lei, fator que transformou a convocação de ontem numa reunião informal. Foram dois membros do Conselho o presidente da Câmara dos Deputados, o presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria no Senado e na Câmara, o ministro da Justiça e seis cidadãos brasileiros natos.

01.01

8906681

098

F. Pa
15 PP
Collor

ZERO HORA — Domingo, 25.06.89 — PÁGINA 7

Atuação de Collor de Mello na Câmara não deixou marcas

Dos 11 projetos de lei que apresentou, dez foram arquivados

Por VALÉRIO BRITTOS
Brasília/ZH

Hoje conhecido nacionalmente como caçador de marajás e líder das pesquisas pré-eleitorais, o candidato do PRN à sucessão presidencial, Fernando Collor de Mello, até cinco anos atrás não passava de um deputado obscuro. Nos quatro anos que passou na Câmara, Collor não deixou quase nenhuma marca, a não ser como um dos coordenadores da campanha do ex-deputado Paulo Maluf à Presidência da República para o Nordeste, na última eleição, realizada em janeiro de 1986, através do Colégio Eleitoral. Sua função era arrecadar verbas para a candidatura do PDS, contra a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE).

Nesses cinco anos, entretanto, o quadro mudou. De inimigo número um dos marajás, Collor foi promovido a inimigo de todos os demais candidatos, que procuraram no passado dele caminhos para desmistificá-lo. "Medíocre", assim define a vida parlamentar de Collor o deputado José Lourenço (BA), líder do PFL na Câmara, que, na época, pertencia ao mesmo partido do candidato do PRN, o PDS. Conforme Lourenço, Collor praticamente não vinha ao Congresso quando era deputado. "Ele faltava muito. Por isso, não tínhamos quase contato com ele. Collor não era homem de presença, de apresentar projeto ou de negociar. Não era de nada", dispara.

Atuação na Câmara

Como deputado, Collor apresentou 11 projetos de lei, sendo que nenhum foi aprovado; 10 foram arquivados e um foi

Luz Gonçalves/ZH



Collor de Mello: atuação discreta na Câmara, consagração como caçador de marajás em Alagoas

prejudicado. Além disso, também apresentou uma indicação, de criação de uma subcomissão do Distrito Federal, que também foi arquivada. Suas propostas não chegaram a despertar maior atenção do Congresso. Uma delas propunha a exclusão da incidência de juros e correção monetária sobre os débitos com a Previdência Social. "Devido a iniciativas de anistia como essa que a Previdência vive deficitária e acaba penalizando os aposentados e pensionistas", comentou o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Em quatro anos de mandato parlamentar, Collor ocupou a tribuna da Câmara 29 vezes, 10 pedindo liberação de recursos para os usineiros, que ele tanto combateu como governador, e as demais com outros temas regionais ou elogiando o presidente da época, João Figueiredo. "Ele era absolutamente apagado e inexpressivo", resume o coordenador da

campanha do PDT à sucessão, deputado Brandão Monteiro (RJ). O virtual vice de Leonel Brizola, deputado Fernando Lyra (PE), completa: "Ele quase não vinha. Só me lembro dele votando contra as diretas e a favor de Maluf, no Colégio Eleitoral".

Quando o assunto é criticar Collor, todas as vozes se unem. "Esse menino quase não vinha ao Congresso", recorda o deputado Fernando Santana (PCB-BA). O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibaen Pinheiro (RS), limita-se a dizer que Collor era obscuro e muito ausente. O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), lembra que Collor não era dos mais assíduos, mas os dois mantinham bom relacionamento, que foi rompido quando o hoje candidato a presidente, então governador de Alagoas, combateu o Centrão. Por uma ironia do destino, muitos membros do Centrão hoje estão colloristas.

01.01

B906682

098

F. P. P.
Collor

Os planos de Collor para enfrentar a dívida externa

Candidato diz que não pretende recorrer à moratória porque não quer confronto

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, disse ontem, que não pretende usar o recurso da moratória para solucionar o problema da dívida externa. "Eu não desejo a moratória, não desejo calote e não desejo confronto", disse o candidato, em entrevista coletiva na cidade de Ribeirão Preto (SP).

A proposta do ex-governador de Alagoas para a questão da dívida externa prevê a retirada do aval da União aos empréstimos feitos no Exterior. Dessa forma, cada entidade brasileira com débitos em outros países deveria discutir a questão diretamente com os seus credores. Segundo Collor, a retirada do aval da União ajudaria também uma diminuição da dívida interna, já que o Governo teria mais disponibilidade de caixa, diminuindo o déficit público.

Teste

Fernando Collor de Mello passou bem por seu primeiro teste de rua ontem, em Ribeirão Preto (SP). Após desfilar em carro aberto, ele andou pelo centro, cumprimentou eleitores e bebeu chope no Restaurante Pinguim, na esquina mais movimentada da cidade. Sem apresentar qualquer reação negativa de populares, seus colaboradores confessaram-se aliviados no final da tarde. Essa



Collor: sem moratória sem confronto

satisfação foi expressa pelo próprio presidente do PRN, durante o almoço oferecido por cerca de 2.500 políticos e empresários da região, no Clube Palestra Itália.

— Estou muito satisfeito e emocionado com o carinho com que estou sendo recebido em pleno dia de trabalho — disse ele. O sucesso da primeira prova de popularidade no contato direto com o eleitorado mu-

ma cidade da região Centro-Sul do País só deu certo, porém, por causa da mudança de estratégia na última hora, já que a primeira parte do seu programa, em trajeto de cinco quilômetros do aeroporto até o centro da cidade, na carroceria de uma camionete, ele foi recebido com frieza pela população.

Déficit público

Collor decidiu, então, ir a pé até o escritório do deputado federal João Cunha (sem partido), onde concedeu entrevista coletiva à imprensa e, entusiasmado com o resultado, andou mais três quarteirões até o Pinguim.

— As pesquisas demonstram que estamos trilhando no caminho certo, e manteremos a mesma mensagem e o mesmo discurso — afirmou, admitindo trabalhar com a possibilidade de aumentar os atuais índices e até liquidar a disputa no primeiro turno. Fernando Collor voltou a rebater as críticas dos adversários, defendeu um novo tratamento para o problema da dívida externa e repetiu sua receita para combater a inflação: reduzir o déficit público. Embora tenha insistido que não aceitará qualquer tipo de acordo político para consolidar sua posição, Collor incluiu em sua agenda de ontem algumas reuniões e encontros com empresários e políticos conservadores. (AG/AE)

ZERO HORA 16/6/89

Coluna do Castello

O PMDB passa a ter um líder duro

O governador Waldir Pires, que está assumindo a condição de candidato a vice-presidente da República pelo PMDB, surpreendeu o partido e a nação com um novo estilo de liderança, determinado, objetivo e com propostas claras. Supera ele uma linha de políticos indefinidos, oportunistas que, no controle da agremiação, a descaracterizaram, desviando-a das suas raízes históricas e mantendo-a como uma frente de postulantes a cargos e posições na vida pública. Ele, desde o princípio, dizia o que queria, mas seus companheiros de legenda não lhe davam crédito, além das homenagens a que fazia jus pelo seu passado de lealdade democrática, que o levou ao exílio e à exclusão do exercício de direitos políticos, determinada pelo regime militar. Sua atuação dentro do partido passou a distinguir-se desde a penúltima convenção, quando cobrou de Ulysses uma definição entre a esquerda oposicionista e incomfortada com o governo de Sarney e os que permaneciam à sombra do Planalto, como ministros ou beneficiários dos favores federais. Hoje, suas posições se tornaram vitoriosas e ele ascende no PMDB como um líder duro, que sabe para onde quer levar o partido.



Ulysses, que se distinguia na presidência pemedebista pela capacidade de compor suas alas, preservando sua unidade e assegurando relativa prevalência das metas de uma frente que se responsabilizou pela restauração do regime democrático, alcançou o reconhecimento pela última convenção partidária de sua condição de candidato natural a presidente da República, mas para chegar até aí teve de identificar e reconhecer a nova liderança que se afirmou no seu partido e render-lhe a homenagem indispensável, depois de ter sofrido dela constrangimentos e condicionamentos aos quais vai se ajustando com alguma dificuldade. A verdade, porém, é que Waldir é seu companheiro de chapa, não por decisão dele, Ulysses, mas por conformidade com o pensamento dominante no grupo que passou a controlar o partido. Os governadores, quase todos aspirantes à candidatura presidencial, uniram-se contra o presidente do PMDB e submeteram-se todos ao único deles que tinha objetivos definidos e visão clara do processo: Waldir Pires.

Sem essa liderança, a esquerda dificilmente se aglutinaria em torno de alguém e continuaria a permitir que Ulysses prosseguisse no seu jogo clássico e habilidoso de compor para comandar. Investindo-se na candidatura presidencial, o velho cacique perdeu a liderança do partido, que abandonou o seu característico *frentismo* para definir-se como uma proposta de centro-esquerda, determinada a fixar a imagem de força que se contrapõe a Sarney, e pretende apagar até sua lembrança da história recente do país. É possível que com isso o PMDB não ganhe a eleição, mas certamente ganhou uma cara. A cara do seu novo líder, que, oriundo de um estado de importância média eleitoral e econômica, passou a ter a seu serviço os governadores dos demais estados, exceção de Orestes Quêrcia, de São Paulo, que tem aspirações próprias e opção ideológica estranha à do governador da Bahia. Quêrcia é hoje a base remanescente de Ulysses.

F-Pol
VP PP
(PMDB)

8906686

A partir da formalização da candidatura de Waldir Pires a vice-presidente, o candidato a presidente torna-se prisioneiro de uma liderança que já lhe impôs limites na aceitação de alianças e colaborações políticas e lhe traçou rumos irretratáveis da campanha eleitoral. Ulysses é hoje um candidato de meia-esquerda, só não se identificando de todo com a esquerda pela impossibilidade de descartar-se do seu passado de político conservador, oriundo do PSD (partido formado em 1945 com a máquina do Estado Novo getulista), e da sua aceitação inicial do movimento militar de 1964. Quando Ulysses optou por Renato Archer contra Raphael Magalhães, por Waldir e o Novo PMDB contra a parceria tradicional com os moderados, deve ter previsto a consequência dessa escolha e a admitir o que disso viria como decorrência. Daqui por diante, se ele se desentender com Waldir, pode até deixar de ser candidato mas não pode mais levar consigo o partido. As tenazes da nova liderança, dura e irreversível, o compelirão a uma marcha batida pela esquerda e pela guerra ao Planalto, seja para ganhar ou para perder. Se Ulysses rejeitar essa realidade partidária, Waldir Pires aí está, na sua retaguarda, para assumir a candidatura.

02.02

8906686

O PDS de amanhã

Villas-Bôas Corrêa

Está ficando cada vez mais difícil entender o esquema tático da desconhecida direção da campanha do doutor Ulysses Guimarães para recuperar a legenda do calamitoso desastre popular e pinçar o candidato do fundo dos índices de tendência de voto de todas as pesquisas das mais diversas empresas.



Para começar o roteiro do quebra-cabeça é preciso tentar decifrar se os estrategistas dos sobejos do PMDB miram os votos dos eleitores à esquerda, segundo o imaginoso perfil do candidato retocado pela convenção nacional que oficializou a chapa completada pelo ex-governador da Bahia, Waldir Pires — ou se o alvo é o ponteiro das pesquisas, Fernando Collor de Mello, recortado em modelo que ajusta o jovem de modesta biografia centrada no manequim do oposicionista radical, que esconjura o governo e repele apoio de sarnayistas com a repugnância cívica de um cruzado da moralidade, disponível para sacudir aos ventos dos comícios as teses da conveniência.

Há uma terceira alternativa, que é a mais sensata: catar votos de um lado e do outro. Mas o diabo é que o PMDB, presidido pelo mesmo doutor Ulysses, perdeu-se nos descaminhos do oportunismo, das omissões e transigências. Foi a sigla da duplicidade, jogando lá e cá, nos dois times e, pior, solto, à vontade, cada um por si, como bando que se dispersa para a pilhagem das vantagens, mordomias e empregos.

Como é que, de repente, o PMDB muda da água para o pó e pretende que o povo embarque na sua canoa para a rota das sinuosidades?

Vamos a alguns exemplos. O PMDB, ardendo na febre da indignação, surpreendido pelo horror da bagunça que desmoraliza o Congresso e atinge os políticos com os salpicos da lama da repulsa da sociedade, convocou os brios arquivados, arregaçou as mangas e anunciou a determinação de proceder a faxina em regra.

Sejam os justos: comecem bem. Adotou medidas que, embora tardias, só merecem aplausos. A Mesa Diretora da Câmara declarou a perda dos mandatos de dois recordistas em faltas e passou a exigir presença, sob ameaça de corte nos jetons.

Mas, por que só agora, em plena campanha e depois que a legenda caiu em desgraça? Por que não antes, desde quando o PMDB assumiu o comando do Congresso, na maré dos votos do cruzado de 86? O doutor Ulysses acumulou presidências, resguardou-se na sua inatacável respeitabilidade. À sua volta, com sua complacente omissão, as irregularidades campearam, no desembaraço da impunidade garantida pela tradição.

Pianistas deram seus concertos, foram fotografados em flagrante, reconhecidos e não deu em nada, além de censura formal, em nota de redação frouxa. Manteve-se a prática desonesta do pagamento dos jetons aos gazeteiros continuados. Não, mais grave e preocupante: a Mesa presidida pelo doutor Ulysses e o Conselho por

maioria do PMDB, aumentou o número de pretensos assessores particulares dos deputados, pagos pelas verbas da Câmara e nisto onde chocam os ovos do escândalo do nepotismo mais descarado. Escândalo impune e conservado em formol para que a podridão não espalhe a catina pelos espaços do voto.

O ímpeto moralizador da Câmara, com mais cautelosa participação do Senado, não convenceu ninguém. A expectativa é cautelosa e embrulhada em desconfianças.

O que se fez é alguma coisa. Pouca e não basta. A nova determinação que impõe presença às sessões dedicadas às votações, — às terças, quartas e quintas, com ponto facultativo às segundas e sextas, encadeando na semana inglesa que engole os sábados, — francamente não emociona o eleitorado que enfrenta duro batente, dobrando expediente, saturando migalhas por horas-extra ou se vira como pode para obter os buracos do orçamento deficitário.

A reabilitação do Congresso exige muito mais. Reclama o que está acima das forças do partido majoritário, com a autoridade vulnerada pelo envolvimento e cumplicidade com abusos degradantes.

Começar a limpar o PMDB com vassourada no Congresso, levanta poeira mas não altera a baixa cotação da legenda na estima popular.

O PMDB, pelo visto, desembestou pela reta da oposição. Tomou horror ao governo, a ponto do candidato à vice-presidência, Waldir Pires, enxotar dos palanques correligionários que continuam ministros de Sarney.

Que diabo de oposição é essa, de dois pesos e duas medidas? Permite-se que o ministro continue ministro e no PMDB. Os votos que puder tanger para a chapa tão necessitada de transfusão de sufrágios, serão bem-vindos. Só se exige que acerte a exigência humilhante da dissimulação. A convivência do PMDB com o governo baixou a indesejável. O mesmo governo que cumulo o PMDB de votos em 86 agora é amaldiçoado como praga eleitoral.

É por essas e outras que o PMDB patina em contradições e monta a espantosa estratégia de iniciar a campanha apalpado o terreno, tremendo de medo de vaia. Fingido das capitais e dos grandes municípios. Traçando mapa de comícios nas brenhas do interior, nos pequenos municípios, nos burgos ainda controlados pela máquina da prefeitura, pela identificação partidária, o domínio cadente dos cabos-eleitorais. Onde ainda predominar liderança local capaz de arrebanhar gente, conduzida em caminhões e povo sensível à atração de artistas contratados a peso de ouro.

Por aí o PMDB busca infiltrar-se no eleitorado indeciso, furando a polarização que se antevê entre Collor e Brizola, como favoritos, no momento, para a classificação para o segundo turno. Se uma surpresa de cair o queixo não emplacar o futuro presidente com maioria absoluta no primeiro turno.

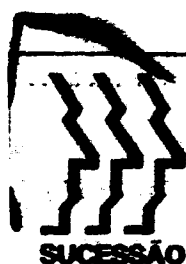
Um acabrunhante destino para legenda com passado tão respeitável e que vai ficando cada vez mais parecida com o PDS do ex-presidente João Figueiredo. O inesquecível esquecido, o de um candidato, o tímido Paulo Maluf, garoto propaganda de conhecido

F. PDS
PP
PMDB

8906687

01.01

098

F. R. P.
P. P.

TSE divulga o calendário das eleições

ZERO HORA — Sábado, 17.02.89 — PÁGINA 11

Haverá 12 dias para apurar os votos do primeiro turno

Por FERNANDO LADERA
Bastia/ZH

A apuração dos votos das eleições presidenciais de 15 de novembro ou 17 de dezembro, se houver segundo turno, será centralizada nas juntas eleitorais de todo o País, para facilitar a fiscalização e manter a transparência do processo das primeiras eleições para presidente desde Jânio Quadros, em 1960. A intenção foi exposta ontem pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Francisco Resak, ao apresentar o calendário eleitoral de 88. Está previsto que a apuração do primeiro turno será feita em até 12 dias, de 15 a 27 de novembro, espaço de tempo devido a dificuldades de transportes que existem em algumas regiões do País. Mas a divulgação oficial e proclamação do candidato eleito se dará somente no dia 27, após a totalização dos votos.

Caso haja o segundo turno, o processo de votação terá início no dia 17 de dezembro, no mesmo horário do primeiro turno, às 8 horas. Fechadas as urnas às 21 horas, uma hora depois terá início a apuração dos votos dos candidatos que disputam a Presidência da República. O prazo para divulgação e proclamação do futuro presidente brasileiro será 20 de dezembro.

Segundo Francisco Resak, três ou quatro dias seriam suficientes para se conhecer o resultado parcial majoritário das eleições, acompanhando-se as parciais dos estados com maior número de eleitores, mas o TSE prefere optar pela segurança na apuração dos votos. Não haverá diretrizes muito fechadas para o processo, já que o Tribunal pretende respeitar as diferenças locais. Mas o processo será centralizado para que os votos

sejam apurados em presença de fiscais de partidos, juízes eleitorais e imprensa.

SEM ERROS

Como a instalação física do TSE é em um prédio sem condições de suportar a maciça presença de fiscais e imprensa, será utilizado o prédio do Centro de Convenções de Brasília, com mais de 20 mil metros quadrados. Haverão aí locais para computadores, telas e outros meios visuais ou escritos, para facilitar o acesso às informações sem a comunicação oral, e, portanto, evitar a possibilidade de transmissão de erros.

O tribunal recebeu ontem as sugestões de proibição de publicação de pesquisas de opinião sobre preferência de candidatos às eleições. Isto porque, de acordo com o presidente do TSE, nas eleições municipais de 88 o tribunal deliberou por sua permanência. A última palavra, no entanto, segundo o ministro, será a do Supremo Tribunal Federal, se for interpelado, mas o TSE considera coerente com seu posicionamento anterior e com a Constituição promulgada em outubro passado.

Quanto à possibilidade de as cédulas eleitorais virem com as fotografias dos candidatos a presidente, Resak afirmou que não há decisão unânime sobre o assunto no tribunal. Considera que é possível haver cédulas diferenciadas para analistas, mas diz que estes não são alienados e podem identificar números ou mesmo sinais gráficos. A previsão de gastos para todo o processo eleitoral, que inicia a 15 de julho — último prazo para realização de convenções nacionais — é de R\$ 50 bilhões, mas poderá ser até mais dependendo do processo inflacionário. A Imprensa Oficial imprimirá as cédulas do segundo turno.

01.01

8906689

Os presidenciais no Paraná

SUCESSÃO

Sete candidatos à Presidência da República participaram ontem, em Curitiba, do primeiro dia do Fórum de Debates Paranaense. O encontro reuniu mais de 700 empresários, que ouviram algumas declarações surpreendentes, como a de Aureliano Chaves, que não acredita na própria candidatura e a de Brizola, que acredita que Sarney renunciará antes do fim do seu mandato.

Brizola: "A crise vai levar Sarney à renúncia"

O presidente José Sarney será levado a renunciar, como está acontecendo com o presidente argentino, Raul Alfonsín, em função da crise econômica brasileira. A opinião é do candidato do PDT à Presidência, Leonel Brizola, segundo a falar ontem, em Curitiba, no Fórum Paranaense de Debates.

— Sarney não tem as mínimas condições de continuar seu Governo pois acabará sendo desacatado até pelo próprio — disse o candidato pedetista, para quem a discussão em torno da antecipação da posse do presidente eleito em novembro "não tem relevância neste momento".

Leonel Brizola disse também que ainda não tem um

programa de governo pronto, por considerar a campanha eleitoral o momento ideal para a discussão de idéias. Revelou que vai promover uma série de debates sobre as questões relativas a um futuro programa de governo. Disse também que não é "um candidato acabado", por isso está aberto ao diálogo com todos. O candidato adiantou, porém, alguns pontos essenciais de sua plataforma: a liberdade de iniciativa também foi uma expressão muito usada por Brizola, apesar de destacar que seu partido é filiado à Internacional Socialista.

O pedetista garantiu que, se eleito, dará prioridade à educação.

— De que adianta cuidar da inflação se deixamos nossas crianças de lado? — indagou.

Ele também prometeu democratizar a propriedade, advertindo, contudo, que os avanços nessa área serão criteriosos, pois "o socialismo que pretende abolir o direito de propriedade é incabível no Brasil". A reforma agrária é outra preocupação do candidato. Mas ele prefere, em vez da expressão "reforma agrária", usar a palavra colonizar, "para tirar toda e qualquer conotação ideológica do tema", disse. Assumiu, ainda, o compromisso de, se eleito, dialogar muito com a sociedade e "não me fechar em quatro paredes e ficar batizando pacotes".

Nazistas

Antes de embarcar para Curitiba, ontem, ainda no Rio de Janeiro, Brizola disse que desistiu de processar judicialmente a revista Veja pela publicação, na edição desta semana, de uma reportagem de capa sobre sua trajetória política. Sem esclarecer os motivos que o levaram a mudar de atitude —



Brizola quer debater programa com a sociedade

antes, no Rio, ele anunciara a disposição de processar a revista — Brizola optou por acusar os proprietários da Editora Abril, responsável por Veja, Victor e Roberto Chaves. "Paraná não tem a mesma categoria documental dos campos de concentração. Eles gostam de carne humana", disse ele. (AE/AJB)



Candidatura preocupa Aureliano

Aureliano admite que tem poucas chances

O candidato do PFL, Aureliano Chaves, disse ontem a um grupo de empresários, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que acha muito pouco provável que consiga eleger-se presidente. Ele participou de um debate no fórum dos presidenciais organizado pela CNI com o objetivo de conhecer as propostas dos diversos candidatos.

Os empresários não disfarçaram a perplexidade quando Aureliano reconheceu suas poucas chances na disputa. O candidato dizia que, caso eleito, sua primeira preocupação seria o combate à inflação, quando observou: "Isso se eu for eleito, o que é muito pouco provável. O presidente da CNI, senador Albano Franco (PMDB/SE), comentou que a declaração de Aureliano impressionou pela coragem e sinceridade do candidato, ainda em início de campanha. Mas, parlamentares do PFL que acompanha-

ram Aureliano à CNI ficaram irritados com o candidato. O deputado Oscar Correia Filho (MG) passou um bilhete ao deputado Lael Varella: "Ele não devia ter falado o que falou".

O candidato do PFL explicou, após seu pronunciamento, que tinha dito aquilo "para testar a reação da platéia". O ex-ministro teria conseguido assim três apoios expressivos. "Foram pessoas que vieram me garantir que eu tinha chance sim, porque tinha o apoio deles", disse Aureliano, animado. Entretanto, o "teste" pode ter sido um tiro pela culatra. "O pessoal gostou das teses, mas o problema é que o empresariado brasileiro é pragmático", admitiu Albano Franco. "Nunca o empresário brasileiro vai apoiar alguém que afirma de público que tem poucas chances".

Aureliano criticou o Governo e a situação política ao afirmar que o Brasil está sendo prejudicado pela incoerência dos atos de governantes e pela desmoralização dos congressistas. Na sua opinião, está havendo um desmoronamento do governo na economia e um profundo desrespeito às hierarquias.

Ao responder sobre o que fará para combater a corrupção no País, quando candidato do PFL, que, se eleito, tomará medidas repressivas imediatas e instituirá, a médio prazo, a comissão de ética da sociedade: "Os administradores são corruptos porque a sociedade é corrupta", afirmou. O presidente da CNI, ao fim do debate, que Aureliano fez uma boa impressão entre os empresários, mas que alguns presidentes de empresas do sul e sudeste ainda o consideram estatizante demais. (AG-AB)

Lula diz não ser contra Covas adotar a moratória, se necessário o capital estrangeiro

O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, terceiro a falar, ontem, no Fórum Paranaense de Debates, em Curitiba, fez um discurso interrompido algumas vezes por aplausos da platéia. De início, disse que não estava ali "para dizer coisas que agradassem ou desagrassem aos empresários, mas para expressar suas idéias". Começou dizendo ser contra o pagamento da dívida externa e fazendo uma pregação ostensivamente socializante a uma platéia que, até então, só tinha ouvido o contrário.

Mas deixou claro que não é contra a entrada de capital externo no País, dizendo não desconhecer a interdependência da economia de todos os países. Frisou que caberá ao Governo estabelecer regras para a entrada de investimentos estrangeiros. Também tranquilizou os empresários ao dizer que não há na Frente que o apóia qualquer idéia restritiva à entrada de capital externo.

O candidato petista disse que não pretende privatizar as empresas estatais: "As estatais têm que ser democratizadas", destacou. Prometeu investir muito em pesquisa para atingir a independência tecnológica do Brasil e defendeu também um incremento do comércio exterior brasileiro nos principais mercados internacionais. Lula prometeu divulgar seu programa de governo também em 15 dias, depois de submetê-lo à Frente Brasil Popular (PT, PV, PC do B e PSB). (AE)

Prioridades de Caiado são saúde e educação

A palavra "privatizar" foi citada várias vezes, ontem, pelo pré-candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado, na abertura do seminário "Os Presidênciaáveis". Ele prometeu divulgar, dentro de 15 dias, seu programa de governo intitulado "Projeto Celeiro", composto por 28 itens. Caiado adiantou que, se eleito, atacará imediatamente três áreas: saúde, alimentação e educação.

Num discurso otimista, prometeu fazer da retórica a prática diária de governo. Entre as prioridades que destacou, disse que está a atração de capital externo para investimentos no País. Afirmou ser contra a suspensão do pagamento da dívida externa e propôs uma internação da dívida. Para cada bilhão de dólares a ser pago, os credores terão direito a 700 milhões para investir aqui. Disse também que criará pólos de desenvolvimentos regionais por todo o País para evitar o inchaço dos grandes centros.

Em relação às empresas estatais, anunciou que vai privatizar algumas e extinguir outras. Dedicará atenção especial à educação, aplicando 80% da verba no ensino de 1º e 2º graus. O candidato também prometeu reformar o sistema penitenciário, transferindo as cadeias para a zona rural, onde os presos serão obrigados a trabalhar. (AE)

O senador Mário Covas, candidato do PSDB à Presidência da República, disse ontem aos empresários reunidos no Fórum Paranaense de Debates, que o seu governo negociará a dívida externa pelo valor do mercado secundário onde o deságio atual é de 70%. "Mas nós reservaremos o direito de tomar medidas unilaterais, como a moratória, se necessário", enfatizou.

A despeito dos desacertos da organização, que impuseram ao candidato do PSDB uma espera de quase uma hora na ante-sala do auditório que sediava o fórum, o senador agradeceu ao empresário local. Ao lado do ex-governador José Richa, que tem sólido apoio do setor, Covas resumiu o pronunciamento que fez da tribuna do Senado, quarta-feira, imputando ao empresariado a responsabilidade de aplicação de capital de risco. Explicou detalhadamente o programa da social democracia, mas foi forçado a se desculpar ao público. As respostas muito longas às questões que lhe foram formuladas impediram o andamento do debate.

Só respondeu a três perguntas. Surpreendentemente, anunciou sua primeira ação, caso chegue à Presidência: "Vou acabar com as filas do INPS", afirmou, completando que um ministro de seu governo terá que cumprir esta missão em dois meses. Da audiência, um comentário provocou risos: "Assim, o senhor terá muita rotatividade no ministério".

Vice

Ele também está preocupado com o nome do vice-presidente em sua chapa, que será definido ao longo da próxima semana, já que a convenção oficial do



Covas atende à dívida externa

partido está prevista para o dia 8 de julho. Segundo ele, os tucanos estão buscando consenso dentro do partido e não existe disputa. Embora reconhecendo que várias possibilidades estão sendo discutidas — "como um representante de Minas Gerais, do Nordeste ou uma mulher" —, Covas citou nominalmente, e por duas vezes, apenas o senador Teotônio Vilela Júnior (PSDB-AL).

O senador Mário Covas não aceitou comentar as notícias de queda do candidato Fernando Collor de Mello nas pesquisas, mas reafirmou sua convicção de que o eleitorado definirá o voto apenas depois de conhecer candidatos e programas através do horário de propaganda eleitoral gratuito. (AG/AE)

Agenda

Hoje, o senador Mário Covas estará em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Pela manhã, em Belo Horizonte, será entrevistado no programa "Boa Dia Minas Gerais", da Tv Glória. Depois participará de "jantão" com a liderança do PSDB, na avenida Ademar Pente, em frente à rodoviária. E, às 21 horas, faz palestra sobre "os desafios do desenvolvimento", no Salão de Desenvolvimento de Minas Gerais.

À tarde, participa de "jantão" no Rio de Janeiro (av. Rio Branco, esquina com rua São José), às 18h30min, em São Paulo (av. Conselheiro Antônio Municipal Viçoso de Chá), às 18h30min.

Affonso Camargo quer vida digna para todos

O senador paranaense Affonso Camargo, virtual candidato do PTB à Presidência, não apresentou aos empresários de seu estado propostas concretas, mas os princípios de seu programa de governo. Para ele, seria impossível esperar que, a mais de quatro meses das eleições, "os candidatos desembarcassem em Curitiba com programas

prontos". Segundo ele, sua principal meta é garantir o compromisso constitucional de dar "vida digna a todos os brasileiros". Para isso, o senador aponta um só caminho: "o empenhamento total da máquina pública federal". Adiantou como fórmula a descentralização de decisões, encargos e rendas públicas". Affonso Camargo defendeu menor participação do Governo na eco-

nomia. Na sua opinião, "o Governo deveria ser promotor e incentivador apenas da produção de bens vitais básicos, como casa própria, alimentação, educação e assistência médica", explicou. Quanto à dívida externa, o senador do PTB admitiu ser "totalmente contra a moratória" e a favor de "uma negociação inteligente". (AE)

098

Collor em Bonn

O candidato à Presidência do Brasil pelo PMN, Fernando Collor de Mello foi recebido ontem, em Bonn, pelo chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl. Segundo a Agência de Imprensa do governo alemão ocidental, Collor apresentou a Kohl seu "Programa de Governo para Promover a Renovação Econômica e Política do Brasil". O chanceler sublinhou o interesse da Alemanha Ocidental em intensificar as "relações tradicionalmente estreitas e amistosas com o povo brasileiro" e manifestou desejo de que a situação brasileira se estabilize e de que os problemas relativos à dívida externa se resolvam rapidamente.

Kohl também se referiu à questão da preservação das selvas tropicais e defendeu a cooperação entre países industrializados e em vias de desenvolvimento para a utilização ecológica das selvas. Collor esteve também com os ministros Hans-Dietrich Genscher, das Relações Exteriores, Ursula Lehr, da Saúde, e Klaus Töpfer, do Meio Ambiente.

29.6.89 7-H

E por
PP. PP.
Collor.

01.01

8906691

098

F. P. P.
P. P. P.
Collor

Contradições na rota de Maceió ao Planalto

Desde quando deixou a Prefeitura de Maceió, acusado de ter nomeado 4.200 pessoas, e coordenou a campanha de Paulo Maluf para o Nordeste, até hoje, Fernando Collor de Mello percorreu uma longa caminhada, repleta de ironias e contradições. Nesse intervalo de tempo, foi prefeito nomeado, deputado eleito pelo PDS, governador do PMDB, aliado do PSDB, incentivador do PJ, criador do PRN e, finalmente, líder das pesquisas pré-eleitorais como candidato à Presidência da República, derrubando lideranças tradicionais.

Collor deixou o PDS e aderiu ao PMDB em julho de 1985. Na época, apontou "os acertos do presidente José Sarney na área política e o desejo de acertar no campo econômico", o que não impediu de, dois anos mais tarde, já desempenhando seu mandato de governador de Alagoas, pelo PMDB, pensar a stacar duramente o governo. Isso lhe valeu, por parte do governo, a ameaça de liberação de um dossiê, contando fatos pouco louváveis de sua vida. O dossiê não saiu, mas em 19 de fevereiro de 1988 ele tentou interpelar diretamente o Palácio do Planalto.

Nessa ocasião, foi ao encontro do ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes, quando recebeu. Daí veio a briga entre ambos, resultado, recentemente, na promessa de Collor de fechar o SNI. Ele chamou Souza Mendes de "generaleco". Em abril de 1987, ele não pensava em ser candidato, pois defendia a candidatura do senador Mário Covas (SP), que pertencia ao PMDB e hoje postula o mesmo cargo de Collor, pelo PSDB. "Covas é quem agita as esperanças da maioria. É o meu candidato", dizia Collor.

Meses depois, em dezembro do mesmo ano, Collor ainda dizia que seu candidato à sucessão era Covas, mas já admitia que sentia vontade de se candidatar. Um mês mais tarde, em janeiro de 1988, ele procurou o empresário Antonio Ermírio de Moraes, propondo sua candidatura à Presidência. A idéia era que Collor fosse o candidato a vice de Ermírio, mas o mega-empresário não aceitou. Dias após, o governador de Alagoas anunciou que seria candidato. E, quando a Constituição aprovou cinco anos para Sarney, deixou o PMDB.

Sem partido, Collor esboçou um ingresso no PSDB, que foi fundado em junho de 1988. Entretanto, foi barrado pela esquerda dos tucanos. Sua saída foi procurar um pequeno partido que aceitasse lançá-lo candidato: a solução foi encontrada em dezembro do mesmo ano e se chamava Partido da Juventude (PJ). No começo deste ano, convencido de que precisava de um partido que tivesse pelo menos um nome mais abrangente, tratou de trocar o PJ pelo PRN, numa sucessão oficial de partidos. Agora, por esse mesmo PRN, Collor é um candidato à sucessão tendo 24.256 votos.

01.01

8906692

F. Soc. P.P.P.
(Buzolobu)

PORTAL 1974-1980 - ARON GRIE

1974-1980 - ARON GRIE

Brizola é um dos vices da Internacional Socialista



Brizola no Congresso Socialista em Estocolmo

Presidente do PDT poderá vir ao Estado no lançamento da campanha dia 6

O presidente do PDT, Leonel Brizola, foi eleito ontem um dos integrantes do corpo de vice-presidentes da Internacional Socialista, que colaborará com o presidente eleito, o ex-chanceler da Alemanha, Willy Brandt, nos próximos três anos. Junto com Brizola, foram eleitos o primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez; seu colega sueco, Ingmar Karlson; o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez; o ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi; o secretário-geral do Partido Socialista Francês, Pierre Morille; o líder do Partido Trabalhista Inglês, Neil Kinnock; o líder do Partido de Libertação Nacional da China Rica, Daniel Ojiver e Guillermo Ungo, da El Salvador.

Brizola discursou por 20 minutos perante os 700 políticos presentes ao Congresso da Internacional Socialista, abordando a questão da preocupação da opinião pública mundial quanto à devastação da área, mas destacou que sua defesa depende fundamentalmente dos brasileiros, através do seu governo, partidos políticos e instituições nacionais. Concluiu

que é um grande equívoco a idéia de colocá-la sob tutela internacional, citando a mesma opinião do oceanógrafo Jacques Cousteau, com quem conversou há três dias em Paris.

O Congresso termina hoje, mas Brizola já deixou Estocolmo e hoje à tarde manterá seus últimos contatos com os dirigentes do Partido Socialista Francês, em Paris. À noite, embarca para o Brasil, onde chega amanhã pela manhã.

Início da campanha

O presidente regional do PDT, Matheus Schmidt, anunciou ontem que o seu partido vai lançar a campanha de Leonel Brizola no Estado dia 6 de julho em ato público que marcará a inauguração do comitê central na Rua Sete de Setembro, em Porto Alegre, que poderá contar com a presença do candidato. No dia 7, quatro caravanas saíram para o interior do Rio Grande. O PDT, segundo Schmidt, espera formar uma frente política como em 1990, 1990 e na Legalidade, onde o

povo fechou com Getúlio, no passado e depois com Jango e Brizola".

Caravanas ao interior

No dia 7 de julho, mais de 1.000 militantes estarão fazendo o pedágio do adepto em troca de pequeno auxílio financeiro para a campanha. Também estarão vendendo 200 mil bonês da vitória, a partir da próxima segunda-feira, além de bottons, chaveiros e distribuição de 5 milhões de santinhos e 800 mil cartazes.

As quatro caravanas que irão ao interior saíram no dia 7. Esperam visitar todos os municípios do Estado, com Alois Collares, Aldo Pinto, Serezo Chagas e Matheus, no comando.

Matheus prevê que a campanha, no Rio Grande do Sul, vai se polarizar entre o PDT e o PMDB. Considera o PSD e o PFL "em processo de desagregação eleitoral, devido à dificuldade com as bases em aceitar os candidatos oficiais.

01.01

8906693

098

AIMOIA

Reação contra retaliações

A delegação brasileira no Conselho de Comércio e Tarifas (GATT) condenou enfaticamente, durante encontro em Genebra, a seção 301 da lei comercial dos Estados Unidos, que autoriza represálias contra países cuja prática comercial seja considerada desleal pelos norte-americanos. Países como o Brasil, Japão e a Índia, foram colocados numa lista negra pelas autoridades americanas por restrições em seu mercado.

O embaixador brasileiro no Conselho, Rubens Ricupero, acha que isto pode comprometer as negociações de reorganização do comércio mundial, e considera os Estados Unidos como detentor de um poder unilateral de represálias. "A ameaça não é hipotética, mas sim real", definiu, lembrando as medidas discriminatórias tomadas em outubro contra o Brasil.

Além de Ricupero, outros delegados criticaram a atual situação de poder dos Estados Unidos. Naércio de Gatti, chefe do sistema comercial multilateral, chamou a atenção para algumas das denúncias apresentadas. Apesar disso, ninguém sugeriu uma resposta concreta às represálias, nem mesmo o representante da Índia, Bal Krishna Baheti, cujos colegas vindos de Nova Délhi tinham previsto reunião depois das negociações de reorganização do comércio.

Já o embaixador da Comunidade Econômica Europeia (CEE), Tran Van-Thinh, advertiu a reunião sobre a possibilidade de "afundamento do GATT devido a um erro dos Estados Unidos" e disse que o congresso norte-americano "deve dar-se por inteirado que estão sendo violadas as leis internacionais do Gatt". (AFP)

F. Pol
(RR.!!)
EE.UU

01.01

8906694

098

21070 3/6/89

F. P. R.
P. P. R.**Base**

Os reveses sofridos pelo Governo no Congresso estão demonstrando, mais uma vez, a precariedade de sua base política. Desde que assumiu o Presidente Sarney enfrentou dificuldades para obter maioria parlamentar. Um ano após ter assumido Sarney recompôs o ministério e teria vivido uma crise política mais séria, após a eleição municipal, se não houvesse o Plano Cruzado e a perspectiva de uma vitória eleitoral nas eleições de 1988. As sucessivas crises ministeriais afastando, aos poucos, o PMDB do Governo só não ficaram mais visíveis e profundas pela ampla discussão nacional em torno da Assembleia Constituinte. Nela, em determinados momentos, os propósitos do Planalto foram reforçados e sustentados politicamente pela coincidência de interesses. Logo depois da promulgação, porém, o desgaste ficou evidenciado. Os partidos que eram identificados com a Nova República não colheram bons resultados. Eles, pelo contrário, tornaram inexorável o afastamento do PMDB. Com essa decisão foi que o Partido terminou o ano de 88. As convenções partidárias foram uma decorrência.

ZERO HORA

3-6-8

098

f Pa
P.P. (PDS)

PDS confirma o seu vice

O PDS elege hoje, em convenção nacional, o deputado Bonifácio de Andrada (MG) seu candidato a vice-presidente, na chapa encabeçada pelo ex-deputado Paulo Maluf. Embora os candidatos possam ser inscritos até às 18h30min, quando começa a convenção, o secretário-geral do PDS, ex-senador Octávio Cardoso, está convicto de que Andrada será o único pretendente a vice de Maluf.

Des 120 convencioneiros pedemistas, que somam 238 votos, Octávio Cardoso tem a garantia da presença de 120, o que afasta a possibilidade de a convenção não reunir o quórum necessário. A convenção vai até às 18h30min, no auditório de Anas IV da Câmara dos Deputados.

O presidente Paulo Maluf apresentou ontem a jornalistas, em São Paulo, seu candidato a vice, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), e revelou que a campanha do PDS será intensificada no eixo São Paulo-Minas, porque os dois estados concentram quase 40% do total de votos no

País. Para 15 de dezembro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) catalogou cerca de 50 milhões de pessoas aptas ao voto. Desse total, 30 milhões moram em São Paulo e Minas, sendo 20 milhões apenadamente em São Paulo e 10 milhões em Minas.

Maluf e Bonifácio Andrada se reuniram em São Paulo pela primeira vez, desde que o deputado mineiro aceitou ser o vice na chapa do PDS. O deputado invocou a "tradição democrática" do seu estado, ao ressaltar a importância de um mineiro na chapa. Ontem mesmo, à noite, os dois viajaram para Brasília, onde participam hoje da convenção do PDS que homologará a chapa completa do partido.

Ao falar ontem à imprensa Maluf disse que se o PT chegar à Presidência, o Brasil corre o risco de assistir "representações semelhantes às da China, pois acha o PT "um partido maquiavélico e fascista". (Brasília-28/AE) 28-12-85

Itamar aceita ser o vice de Collor

Senador achou melhor "colorir" do que "tucanar"

BRASÍLIA — O senador Itamar Franco (sem partido-MG) viaja hoje a Belo Horizonte a fim de fechar entendimentos com correligionários e segunda-feira anuncia ao plenário do Senado que é candidato a vice-presidente da República na chapa de Fernando Collor de Melo. Com ele, ingressa no PRN o deputado Hélio Costa (PMDB-MG) e o ex-governador Leonel Brizola perde a esperança de ter os dois no PDT. Há um ano, o senador Maurício Correa (PDT-DF) trabalha para convencer Itamar Franco e Hélio Costa a apoiarem Brizola. Até ontem de manhã ele estava certo de que teria êxito.

Às 10h30, no entanto, Itamar Franco chegou ao gabinete de Maurício Correa para anunciar sua decisão. "Vim comunicar a você que pretendo tucanar mas acho que vou colorir", disse. "Olha, Itamar, pode ser perigoso você ir para essa chapa do Fernando Collor de Melo. Esse rapaz pode ser apenas um fenômeno episódico. Pensa nisso", aconselhou Maurício Correa. Itamar argumentou no entanto que a hora de tomar uma decisão é agora, quando faltam cinco dias para terminar o prazo fatal de filiação partidária dos que desejam disputar a Presidência ou a vice-presidência da República.

Um dia antes, o senador mineiro e



Itamar Franco: no PRN

o deputado Hélio Costa tiveram uma conversa de duas horas no escritório de Representação de Alagoas com o governador Fernando Collor de Mello e este lhes mostrou, com números de pesquisas favoráveis, as chances de chegar à Presidência da República. Ontem à tarde, no plenário do Congresso, enquanto Itamar era vivamente cumprimentado por parlamentares, Maurício ironizava: "Olha, Itamar, na hora que o Collor despencar nessas pesquisas, você vai descer aqui para a superfície e eu vou rir muito da sua cara."

Cumprimentos — Mas o que Itamar mais ouviu foram cumprimen-

tos. "Minas Gerais são na frente. Como é que eu te cumprimento, Itamar? Como vice-presidente da República?", dizia o senador Alfredo Campos, ao abraçá-lo e prometer uma visita quando o presumido eleito estiver morando no Palácio do Jaburu, residência oficial dos vice-presidentes da República. O deputado Ismael Vanderley (PMDB-RN) cumprimentou Itamar Franco dizendo que, querendo, Fernando Collor consegue facilmente uma bancada ponderável na Câmara e o consequente aumento do seu horário na propaganda eleitoral.

"É só querer e, fácil, fácil, uns 20 deputados aderem aqui ao PRN, e o partido pode conseguir dez minutos diários de televisão", disse ele. Mas Itamar minimizou a ideia: "O prefeito de Juiz de Fora, Alberto Bejani, abriu a eleição tendo apenas um minuto por dia na televisão. Esse negócio de tempo não quer dizer nada". O prefeito de Juiz de Fora, atualmente sem partido, também segue com Itamar Franco para o PRN de Fernando Collor.

Outro parlamentar que cumprimentou Itamar Franco, Mauro Vilela (PMDB-GO) foi um dos dedicados defensores da candidatura de Resende no Congresso Nacional, como todos os moderados perderam a convenção para Ulysses Guimarães, ele disse a Itamar que agora a chapa de Fernando Collor de Mello ganha uma dimensão imprevista. "Enquanto o Fernando estava só, havia muitas desconfianças quanto à performance dele. Agora, com você, a chapa fica excelente."

Candidato já sonha com a vitória

BELO HORIZONTE — O governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, disse ontem que não aceita ajuda de grandes empresários na campanha presidencial, para ter "a independência necessária para questionar suas atividades". Collor, que afirmou já "acalentar a possibilidade de vencer as eleições no primeiro turno", aguarda para hoje a resposta formal do senador mineiro Itamar Franco, até agora sem partido, sobre seu ingresso no PRN, para tornar-se candidato a vice na chapa.

O governador alagoano classificou sua performance nas pesquisas de "um fenômeno", por não dispor de apoio de "governadores, senadores, empresários, militares ou banqueiros". Identificou a existência de um "fenômeno inverso", no qual a população estaria "imprensando as lideranças" em direção à sua candidatura.

Collor esteve ainda ontem em Recife com o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, do PMDB,



Collor: Minas é o alvo

com quem tem conversado "para trocar ideias e avaliar a situação". O governador alagoano revelou que tem convidado para ingressar no seu partido homens como os senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), Carlos Chiarelli (PFL-RS), os deputados federais Hélio Costa (PMDB-MG), Ber-

nardo Cabral (PMDB-AM) e o governador Hélio Garcia, com quem chegou a conversar sobre participação na chapa como vice, já descartada. "O Hélio tem opção de apoiar Aureliano" disse Collor.

"Não me cerco de áulicos, eunucos ou desmiolados, mas de pessoas animadas pelos mesmos ideais que os meus. Minha campanha será do tamanho de minhas possibilidades de gastar. Uma estrutura pequena mas competente", garantiu o presidente. Ele qualificou as denúncias de eventuais irregularidades em sua administração em Alagoas, como "ataque ao poder econômico, UDR, mas funcionários que recebiam salários altos".

O governador afirmou que já não tem mais medo de seu adversário no segundo turno, o senador Inácio Lula da Silva, do PT, como ele previra anteriormente. "Lula está dando votos para mim. Meu momento está se dando em análise."

PARTES ILEGÍBIL

01.01

8906698

Lyra, um político experiente e ousado

Vice-roi do PMDB,
flertou com PSDB
e acabou no PDT

Brasília — Gilberto Alves

BRASILIA — Ousado, intuitivo, folclórico, brincalhão, vaidoso, supersticioso, às vezes contraditório e esperto, o companheiro de chapa que o PDT escolheu para Leonel Brizola é um dos políticos mais experientes em atuação no país. Há dezesseis anos em Brasília como deputado federal, Lyra esteve à frente de todos os movimentos importantes deste período: do Grupo Antético do PMDB (do qual foi um dos fundadores) à Nova República de Tancredo Neves, que o teve entre os seus criadores. Participou da antecandidatura de Ulysses Guimarães à Presidência, em 1974, e acabou no Ministério da Justiça com Sarney, onde ficou de março de 1985 a fevereiro de 1986.

Lyra chegou a flertar com os tucanos do PSDB, estimulou-os a sair do PMDB — e numa incrível gincina de corpo acabou no PDT de Brizola. Foi um feroz crítico de Tancredo Neves e depois o seu principal colaborador; o-fuscou-se para condenar a candidatura do governador Miguel Arraes à Presidência da República, este ano, depois de ter feito oferta semelhante, no ano passado, ao senador Mário Covas. Já cobria de elogios públicos o deputado Ulysses Guimarães e com a mesma intensidade depois o criticou.

Sufocamento — Aos 58 anos, carregando seis postes de safena no peito, o deputado Fernando Lyra foi a maior adesão obtida por Brizola na geração de políticos pós-64. Considerado pelo Diap, instituto que congrega todos os sindicatos do país, um parlamentar "nacionalista e atuante", obteve a nota 7,25 nos trabalhos da Constituinte. Votou contra os cinco anos para Sarney, pelo voto aos 16 anos, a favor da proteção da empresa nacional, da nacionalização do sub-solo brasileiro e do tabelamento dos juros.

A ousadia de Lyra ele a demonstrou em toda a sua carreira no Grupo Antético, ora em alianças, ora em confrontação com o presidente do MDB, Ulysses Guimarães. Certa vez, em 1982, Ulysses reuniu todos os candidatos do partido a governador para um jantar no restaurante Piantella. Embaixador, o cantor Cauby Peixoto, que estava em Brasília a convite de dona Dulce Figueiredo, reuniu amigos em uma mesa. Convidado por Lyra, Cauby subiu ao covil da então oposição e os dois estrecharam uma apresentação única de Conceição, sucesso do cantor. Na emoção do momento, Lyra fez um discurso saudando Ulysses: "Cauby Peixoto é o Ulysses Guimarães da Música Popular Brasileira", comparou. Em outra ocasião, no afã de elogiar Ulysses, Fernando Lyra espantou um copo de vidro na mão do presidente de seu partido. A caminho do banheiro do Piantella, para um curativo, Ulysses fez apenas um comentário: "Prefiro o Lyra como adversário. Dois meninos".

No dia 15 de março de 1982, quando foram empossados os primeiros governadores eleitos diretamente no regime militar, as grandes vedetes eram Brizola, no Rio, e Franco Montoro, em São Paulo. Tancredo Neves era, então, considerado um político conservador por toda a esquerda. Neste dia, entretanto, enquanto todo mundo se dividia entre Rio e São Paulo, Lyra desembarcou para a posse de Tancredo em Minas. Já havia começado a sua aproximação com Tancredo — ficava para trás, por exemplo, o discurso que fizera em março de 1977, durante a votação da reforma do Judiciário no Diretório Nacional do MDB, chamando-o de medroso e covarde.

Estilo — Frasista dos melhores, é capaz de trocar suas máximas por um amigo — e até por uma candidatura. No ano passado, era o candidato natural a prefeito do Recife. Disposto a indicar-se para a casa da prefeitura, Jarbas Vasconcelos queria apenas uma garantia de que, eleito, não testaria depois de se candidato a governador de



Lyra (E), com a desistência de Cabé, chegou a vice

Pernambuco. "O futuro a Deus pertence", limitou-se a dizer Lyra. Jarbas vetou seu nome depois disso.

Por causa de uma frase tomada de empréstimo a um amigo, chamando o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL) de "inocente inútil" quase levou um tiro na Câmara, mês passado. Foi ainda por causa de uma frase que começou a se afastar do presidente José Sarney. No dia em que anunciou o fim da censura no Teatro Casa Grande, no Rio, usou uma imagem que desmoralizou o presidente. "Sarney é a vanguarda do atraso", comparou.

Lyra confia mais na sua intuição do que em dez pareceres de juristas. Como ministro da Justiça, pediu um estudo a seus assessores, para saber se poderia liberar a gravação da cantora Fafá de Belém interpretando o Hino Nacional. Todos os pareceres diziam que não era permitido. "O meu feeling diz que pode", escreveu Lyra a discussão. E pôde. Fafá depois brigaria com ele.

É pelo faro que Lyra, sem maior bagagem cultural, se guia. Quando foi indicado ministro da Justiça, o sociólogo pernambucano Gilberto Freire torceu o nariz: "Dizem que ele é de Caruaru, mas de lá ele só conheço o Vitalino". Lyra é formado em Direito pela faculdade de Caruaru. O seu faro só falhou uma vez: foi quando aceitou o parecer de sua assessoria no ministério e decidiu vetar o filme *Je Vous Salue, Marie*. Lyra iria largar o ministério daí a quinze dias e achou que seria oportunismo não vetar o filme — a marca de censor ele se arrepende de carregar até hoje.

Mania — Fernando Lyra gasta de seu dia pelo menos quatro a cinco horas no telefone. É tão obcecado que liga para as pessoas às vezes sem ter nada a dizer ou a perguntar. As seis safenas o obrigam a fazer coxer diariamente, ou então a nadar na esculhinha Tia Bibia, no Lago Norte de Brasília.

A ousadia de Lyra revelou-se quando demitiu sumariamente o Diretor da Polícia Federal, coronel Moacir Coelho, indicado pela comunidade de informações, sem sequer consultar o presidente Sarney. Ou então quando decidiu disputar a presidência da Câmara contra Ulysses Guimarães — estimulado por Sarney, que depois tirou seu tapete.

As missões sigilosas são o seu forte — é considerado um articulador notável. Tancredo lhe deu muitas missões deste tipo e às vezes Lyra conseguia ir além do que permitia a minoridade. "Se não der certo, você

assume o erro", dizia Tancredo. Lyra fez Waldir Pires ministro da Previdência, inventou o ministério da Administração para alojar Aluísio Alves, mas só foi saber que seria ministro da Justiça dez minutos antes de Tancredo divulgar a lista dos escolhidos. Ele e Francisco Dornelles se ajudaram mutuamente a serem ministros.

Certa vez, estava no ministério da Justiça quando recebeu um telex enviado pelas autoridades policiais norte-americanas solicitando que fosse ouvido no Brasil o depoimento do empresário Roberto Marinho num inquérito sobre drogas. Lyra pegou um avião e foi ao Rio conversar com o diretor das Organizações Globo — juntos os dois administraram o problema. Uma secretária de Marinho estava utilizando o malote da Globo para enviar cocaína ao namorado nos EUA, à revelia naturalmente da direção da empresa. O jornal O Globo publicaria a história depois. Do episódio, Lyra saiu com uma boa amizade com Roberto Marinho e é hoje a ponte existente entre o empresário e Leonel Brizola.

Quando saiu do governo criticando a Nova República, Lyra não poderia imaginar que, logo depois, o presidente Sarney fosse se recuperar com o Plano Cruzado. Ficou momentaneamente no ostracismo mas escorreu-se no senador Fernando Henrique Cardoso, que fizera críticas muito atenuadas, do que as suas: "Eu pisei no tomate, mas o meu consolo é que o Fernando Henrique pisou no tomateiro inteiro"... Quando chegou eleito pela primeira vez deputado federal, limitava-se a falar em apêndices de outros deputados, "roubando" o discurso do orador. Uma vez, irritado, seu colega Alceu Collares, hoje companheiro do PDT, lhe perguntou: "Lyra, porque você não publica um livro intitulado 'Os meus apêndices'..."

Fernando Lyra começou a se aproximar de Brizola — só ele — através do presidente José Sarney. "Nunca conversei com Brizola que não fosse por missão de Sarney". Se for eleito vice-presidente da República, Lyra vai querer acumular o cargo com outro, de coordenador político do palácio. Disputar o governo de Pernambuco, neste caso, não será mais prioridade sua. Lyra tem razões para ser supersticioso. Quando o presidente Tancredo Neves agonizava no Incor, em São Paulo, levou uma vidente à Granja do Riacho Fundo, através de dois assessores, e no palácio que Tancredo estava morando encontrados "despachos em dezenas de locais".

098

F. Pol

ZERO HORA - Última hora, 24.12.67 - PÁGINA 20

Deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, na próxima semana, projeto que implanta o sistema único de saúde criado pela nova Constituição, que prevê a organização dos serviços de saúde regionalizados

Planalto encaminha a Lei Orgânica da Saúde

O Projeto de Lei Orgânica da Saúde, encaminhado ao Congresso Nacional, trata do sistema único de saúde criado pela Constituição, dos recursos destinados a este setor, além de incluir a participação complementar dos serviços privados de saúde. Com o encaminhamento desta lei, resta a elaboração do projeto de lei sobre a assistência social, para que o capítulo da assistência social esteja totalmente regulamentado.

O projeto de lei da Previdência, que completa este tripé, está no Congresso desde tempo atrás. Os relatórios finais do anteprojeto de lei foram dados ontem pela manhã, ao Gabinete Civil da Presidência, onde estiveram reunidos os secretários-gerais da Suplen, Ricardo Santiago, da Saúde, Edmar Fátima Pastorelli além de diversas técnicas de setor. A Mesa do Governo é remeter a proposta, se possível, segunda-feira.

Segundo o projeto, as ações e serviços de saúde, concebidos diretamente pelo serviço único ou através da participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada. Os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver um conjunto de ações e serviços de saúde. Na organização administrativa federal, a direção nacional do sistema único de saúde será exercida pelo Ministério da Saúde. Todos os escritórios regionais de Inamps serão extintos e seu pessoal e imóveis serão transferidos para o sistema único. Os serviços de saúde universitários também serão integrados.

Em tempo de paz, os serviços de saúde das Forças Armadas poderão ser absorvidos. Em relação à participação complementar no sistema de saúde, o anteprojeto de lei estabelece a possibilidade de se recorrer aos serviços ofertados pela iniciativa privada. (AJB)

No Congresso, Sting pede ajuda à Amazônia

Repetidas, dezenas de funcionários da Câmara repetiam, ontem, em Brasília, a mesma pergunta uns aos outros: "Cadeo Sting?", enquanto corriam para o gabinete do presidente da Casa, deputado Paes de Andrade, onde o roqueiro inglês estaria minutos depois, acompanhado pelo cacique Raoni, e também Jean Pierre e o deputado verde Fábio Feldman (PMDB-RP). Com a sala repleta de fãs, Paes curtiu de Sting e levantou um pedido para que o Congresso se integre na luta pela preservação da Amazônia.

Paes de Andrade não fala inglês, mas Feldman traduziu a explicação de Sting para sua presença ali: "O Raoni pediu a minha ajuda, vim porque estou preocupado com o Brasil, um País que amo muito". O músico previu que se os políticos não se interessarem pelos movimentos preservacionistas, "um dia não vai dar mais para respirar". Sem assumir compromissos, o presidente da Câmara apenas agradeceu e disse que estava "muito honrado" com a visita. (AJB)

Brasil dá agreement a embaixador americano

O Governo brasileiro concedeu agreement ao novo embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos da América, Richard Huntington Melton. Concedeu também agreement ao novo embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Paraguai, Aguirre Martinez.

Melton é diplomata de carreira, desde 1962. Serviu em Manágua, São Domingos e no Conselho Americano de Recife. Em 1966, atuou no Departamento de Estado, onde chefiou a Divisão da América Central. Depois, foi embaixador na Nicarágua e, desde então, é secretário de Estado substituto para Assuntos Interamericanos.

Juan Estaban Aguirre Martinez é egreço da Organização das Nações Unidas, onde foi funcionário do Fundo da População das Nações Unidas no Paraguai. É membro ativo do Partido Colorado desde maio de 1966. (Radiorád)

01.01

8906700

Ulysses tenta aliança com PSDB, PTB e PCB

Objetivo é unir forças já para primeiro turno

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, está articulando uma grande aliança de centro com PTB, PSDB, PCB e, possivelmente, o PFL para que apóiem sua candidatura e, com isso, possa enfrentar Leonel Brizola e Fernando Collor. As informações de assessores do deputado praticamente foram confirmadas por Ulysses quando disse, ontem, que é necessário "bom senso" na sucessão e que vai se ocupar pessoalmente numa aliança com o PTB.

A união dos quatro partidos, já para o primeiro turno da eleição presidencial, como defende Ulysses, confirma que ele acredita que chegará ao segundo turno junto com Brizola, como têm adiantado alguns políticos chegados a ele. Sua declaração sobre a aliança com o PTB surpreendeu líderes e dirigentes do PMDB, à exceção do candidato a vice, Waldir Pires; do presidente em exercício, Jarbas Vasconcelos, e o coordenador-geral da campanha, Renato Archer, numa demonstração de que conheciam o assunto. O líder do partido na Câmara, deputado Ilean Pinheiro, levou um susto ao ouvir a declaração do candidato favorável à aliança com o PTB. Ao seu lado, alguns comentam: "Será com ou sem o Gastão Righi?"

O candidato do PTB a presidente, senador Afonso Camargo (PR) almoçou há dias com Ulysses e o coordenador Renato Archer. Ontem, o senador paraense confirmou "entendimentos iniciais" com o propósito de aliança com o PMDB, "mas no segundo turno". E acrescentou: "Se o doutor Ulysses

falou em aliança agora, já para o primeiro turno, é sinal dele".

Outras alianças

A informação de Ulysses Guimarães sobre negociações com o PTB foi dada a diversos jornalistas, ontem, no QG da campanha, ao apresentar oficialmente seu assessor de imprensa, Jorge Bastos Moreira. Parlamentares e assessores do candidato possivelmente contaram, em seguida, que nos planos de partido constam alianças também com PCB, PSDB, PFL, "em princípio para o primeiro turno". O líder do PCB na Câmara, deputado Fernando Santana (BA), velho amigo de Ulysses, Waldir Pires e Renato Archer, tem conversado a respeito. Santana chegou a visitar Archer em sua residência no Lago Sul e, do lado de fora, em voz alta, chegou o coordenador da campanha ulyssista, dizendo que precisavam conversar sobre a campanha presidencial.

No PSDB, as conversas dos coordenadores da candidatura Ulysses têm sido com o líder dos tucanos, senador Fernando Henrique Cardoso. Dirigentes do PMDB acham que o assunto precisa ser conduzido "com muito cuidado", pois o PSDB, o PTB, o PFL e o PCB possuem candidatos próprios e nenhuma candidatura deve ser atropelada. Assessores de Ulysses reconhecem que alianças para o primeiro turno serão difíceis, já que cada agremiação quer desenvolver sua campanha e promover a respectiva legenda "pelo menos até o primeiro turno". "O ideal, disse um deles, seria o acordo para o primeiro turno, lá para setembro, por exemplo". (AE)

Conservadores definem seus candidatos

A Convergência Democrática, criada por um grupo de intelectuais e empresários de tendência conservadora para influir na sucessão presidencial, decidiu apoiar as candidaturas de Fernando Collor de Mello (PRN), Aureliano Chaves (PFL) e Afif Domingos (PL). O anúncio formal dos nomes dos presidenciais escolhidos pela Convergência será feito no dia 18, na sede da entidade, no Rio de Janeiro.

Apesar da atenção privilegiada de Collor nas pesquisas de opinião, os integrantes do movimento preferiram investir em outros dois candidatos para prevenir uma eventual mudança no favoritismo do presidencialista do PRN. Afif Domingos e Aureliano Chaves sempre estiveram entre os candidatos simpáticos aos idealizadores da Convergência, que acreditam no crescimento dos dois nos próximos meses.

De acordo com o esquema imaginado pelos líderes da Convergência, o empresário carioca Sérgio Quintella será o patrono da candidatura de Collor. Aureliano Chaves terá como padrinho um antigo auxiliar e amigo, o ex-presidente da Petrobrás, Osiro Silva. O candidato do PL, Afif Domingos, terá sua candidatura defendida pelo economista Otávio Gouveia de Bulhões e pelos juristas Ives Gandra da Silva Martins e Sobral Pinto. (AG)

F.Pa
P.P.
(PMDB)

298

F 904
(PP PP.)

A saída é antecipar o fim

Ricardo Noblet

N o início do ano, o objetivo do governo do presidente José Sarney era o de chegar, politicamente, forte às vésperas da eleição de novembro próximo para influir na escolha do seu sucessor. Nos primeiros dias de maio último, o objetivo passou a ser o de chegar lá, pelo menos, em uma situação tal que o presidente não viesse a se sentir obrigado, como se sentiu o general João Figueiredo, a deixar o palácio pela porta dos fundos.



Um poderoso ministro de Estado, em telefonema, na semana passada, para um amigo, revelou o que deveria vir a ser o objetivo, a partir de agora, do governo que integra: chegar ao fim do seu mandato de qualquer jeito. Qualquer que seja a situação, conseguir chegar ao fim. Dar-se por satisfeito se puder ceder o lugar ao governo que o sucederá na data marcada pela Constituição em vigor. Ou um pouco antes dela, se for o caso.

Poderá vir a ser o caso. Em condições normais de temperatura e pressão, seria o ideal que o próximo presidente só viesse a tomar posse em 15 de março de 1990, como determina a Constituição. O primeiro turno da eleição será realizado em 15 de novembro. Se nenhum dos candidatos obtiver, ali, metade mais um dos votos válidos, haverá um segundo turno a ser disputado pelos dois nomes mais votados.

O calendário eleitoral confeccionado pela Justiça prevê a proclamação do candidato eleito no segundo turno ali pelos últimos dias de dezembro. O futuro presidente haverá de ter um prazo para organizar sua equipe de governo e para reunir informações mais precisas sobre a situação que irá herdar. O prazo de três meses é razoável — seria razoável, se razoável fosse ou estivesse o estado do governo prestes a ser substituído.

O presidente Raul Alfonsín se rendeu à evidência de que deveria antecipar o fim do governo dele para apressar a posse do seu sucessor. Foi o fracasso da administração dele, que resultou na hiperinflação que atingiu a Argentina, que o obrigou a agir assim. Com

hiperinflação ou sem ela, a administração do presidente Sarney já adquiriu a irremovível marca do fracasso que poderá obrigá-la a antecipar seu desfecho.

A reindexação total da economia, promovida na última semana, foi a admissão oficial do que já se sabia: deu errado o mais recente choque aplicado pelo governo na economia para controlar a inflação. O próprio ministro da Fazenda o confessou em um programa de televisão. Houve quem imaginasse, ao vê-lo confirmar que o Plano Verão terminara, que aproveitaria a ocasião para anunciar que pedira ou que iria pedir demissão.

Mas não. O ministro viajou na sexta-feira para discutir a dívida externa do país em uma reunião em Caracas. Como se os credores da dívida, e os organismos internacionais de financiamento, ainda se mostressem dispostos a conceder qualquer crédito de confiança ao governo a que serve o ministro. O episódio do presidente do Banco Central, empenhado em salvar uma distribuidora de títulos do filho e dele mesmo, também prova o que se sabia.

Sabia-se que a deterioração moral da administração pública estava chegando ao seu ponto mais baixo. Chegou. Ou parece ter chegado. Nunca se sabe — afinal, ainda restam, oficialmente, quase 9 meses de vida ao atual governo. O caso da autoridade monetária que tem interesses particulares no mercado financeiro, provocaria a queda do governo em qualquer país civilizado onde o regime fosse parlamentarista.

Entre nós, se muito, produzirá o pedido de demissão da autoridade envolvida no caso. E a responsabilidade de quem a nomeou e a manteve até aqui? Adotar o parlamentarismo, em meio ao processo desatado de sucessão presidencial, no mínimo é um casuísmo reprovável — quando nada um golpe. Contra os eleitores que irão às urnas em novembro. Resignar-se a ver o governo se arrastar até março, no mínimo é uma insensatez.

Sarney e o Congresso podem se entender em torno de uma emenda à Constituição que antecipe a posse do próximo presidente para 15 de janeiro. Resta torcer para que o governo consiga chegar até lá.

Distante — O ministro Antônio Carlos Magalhães garantiu ao jornalista Roberto Marinho que não irá aderir à candidatura de Collor de Melo à presidência da República.

098

F. P.
P. P.
(PDT)

J. DO BRASIL 18-6-89
Candidato do PDT acha que repete 82

Silvio Ferraz
 Correspondente

PARIS — O candidato do PDT, Leonel Brizola, afirmou ontem na capital francesa ser Collor o novo visual das oligarquias brasileiras. "É um produto da ditadura, é a nova cara da ditadura", frisa. Para ele, no entanto, isso não assusta. "Basta recordar a minha campanha para governador do Rio de Janeiro em 1982: seis meses antes de eu ser eleito, a Sandra Cavalcanti tinha 62% nas pesquisas e eu apenas 6%". Brizola estabelece um paralelo entre aquele momento e a atual campanha presidencial e profetiza: "A candidatura Collor começará a despenhar depois de sua viagem à Europa".

Perguntado sobre quais indicadores o levam a esta conclusão, foi lacônico: "Palpite, intuição".

O candidato do PDT mostra-se inconformado com o fato de a TV Globo "invadir os lares sem pedir licença, divulgando pesquisas com resultados forjados. A TV Globo é o maior partido político do Brasil e deveria pedir o seu registro como PRG - Partido Rede Globo", diz.

Otimista — Brizola afirma, pela primeira vez no exterior, que acredita na sua vitória. "E, nesse caso, já no primeiro dia, na primeira manhã, tratarei de ocupar-me com a Rede Globo, pois considero o Brasil um país ingovernável com o seu monopólio".

O candidato exibe sua convicção de que Collor é um produto pronto e acaba-

do da máquina dirigida por Roberto Marinho. "Eles não poderiam sair com um Geisel ou um Armando Falcão como candidatos, e foram buscar uma cara nova", disse referindo-se à direita. "Devo reconhecer ser Roberto Marinho um homem inteligente e muito capaz, mas cresceu na estufa da ditadura", frisa.

Brizola admite o crescimento da popularidade de Collor mas, ressalva: "Não no nível que se propaga". Para ele, a voz abalada em pesquisa é a do Ibope. "Esta Vox Populi está a serviço de Collor", garante. Índices à parte, o ex-governador do Rio de Janeiro, a cada momento, reafirma sua convicção "intuitiva" de que a campanha de seu oponente se desmanchará em pouco tempo.

Quando a entrevista passa para o campo econômico, Brizola fica triste com o repórter que não conhece seu tão propagado "modelo australiano". Acaba condescendendo ao pedido de explicações, mas não consegue ultrapassar o terreno das boas intenções e atola em lugares comuns. "O modelo australiano deu ao seu povo uma renda per capita de 12 mil dólares", entusiasma-se. "Mas, quando coloco o modelo australiano sobre a mesa estou pensando em discutir, em questionar o atual modelo brasileiro", observa.

Dívida — Na questão da dívida, o ex-governador acredita ser impossível levar ao conhecimento da opinião pública internacional a situação calamitosa dos países endividados. "É preciso divulgar a convivência dos banqueiros neste endividamento desonesto", afirmou.

Ainda no campo econômico, o candidato do PDT afirma ser falso dilema o debate Estatização x Privatização. "A regra é a livre iniciativa, a exceção é a participação estatal, mesmo assim em nome do interesse público".

Reserva de mercado? "Claro que sou favorável. É como uma plantinha no jardim. Temos que cercá-la, protegê-la para que cresça. Mas, não podemos criar cartórios", adverte. E a informática? "Já está na hora de cogitarmos de levantar a reserva de mercado", anuncia. Para Brizola, no entanto, o importante é questionar a reserva de mercado da indústria automobilística. E justifica: "Nossos carros são caros, obsoletos e isso não é possível continuar". "Este modelo econômico está exaurido. Não dá mais nada. Assim como na época da monarquia, a ordem econômica baseada no trabalho escravo foi obrigada a mudar radicalmente", observa.

Brizola descarta a apresentação esquemática do programa de seu governo. "Isso seria uma prepotência. Seria fácil mandar uma equipe preparar um programa, encaderná-lo e distribuir. Mas, isso não é do meu feitio. Quero viver o processo democrático. Temos que ver o que quer o povo", explica.

O candidato terá amanhã um almoço no Ministério das Relações Exteriores da França e às 16h30 será recebido pelo presidente François Mitterrand. Na agenda: a posição do presidente francês sobre a dívida. "Ele é um vanguardista nesta questão. É preciso ouvir o que ele tem a dizer", afirma o ex-governador.

01.01

8906705

SNI diz que não acompanha Collor

É falso o agente que deu proteção em Ribeirão Preto

BRASÍLIA - O Serviço Nacional de Informações (SNI) está investigando a aparição de um homem que, se identificando como agente do órgão, deu proteção ao candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, na última quinta-feira, em Ribeirão Preto (SP). Assessores do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, desmentem que o Serviço esteja preocupado em dar proteção pessoal a Collor e acreditam que o surgimento repentino de um "agente" do SNI em Ribeirão Preto faz parte de uma "estratégia ingênua e infantil" do candidato de se reaproximar do "serviço", órgão que já ameaçou extinguir se for eleito.

O comportamento de Collor diante da presença de um "agente" do SNI é o que mais vem intrigando a direção do órgão. Para uma pessoa que considera desnecessário o SNI, Collor absorveu com muita tranquilidade a proteção que os supostos quatro agentes estavam empalhados em garantir-lhe. Não é a única coisa estranha: os assessores do SNI não

conseguiram digerir que um de seus agentes pudesse ter trabalhado com tanto estardalhaço, mostrando "carteirinha" e dando entrevistas. Além disso, o suposto agente se apresentou como integrante do escritório do SNI em Ribeirão Preto. O SNI, por sua vez, assegura que só mantém escritórios nas capitais dos estados.

Illegal — Os assessores do general Ivan de Souza Mendes argumentam, ainda, que se o SNI admitisse abertamente estar dando segurança pessoal a algum candidato estaria confessando um crime. Pela lei que criou o órgão, a competência do SNI é de prestar informações ao presidente da República. Não está entre as atribuições do "serviço" dar proteção pessoal a ninguém, tarefa que pertence à Polícia Federal e às polícias militares dos estados.

No SNI, o próprio general Ivan já admitiu, entretanto, que o Serviço pode acompanhar o desempenho dos candidatos para informar o presidente da República. Mas acredita que essa é uma de suas atribuições, centradas em acompanhar os problemas políticos, econômicos e sociais do país, através de agências nas capitais brasileiras.

Além da desconfiança de uma estratégia do próprio Collor na apari-

ção do "agente", o SNI está preocupado com a repetição do surgimento de falsos agentes em vários locais do país. Durante a semana passada, por exemplo, um homem que se apresentou ao prefeito de Campo Grande (MS) como agente do SNI foi preso depois de tentar tirar vantagens pessoais através do suposto cargo que ocupava.

A investigação do SNI sobre o episódio de Ribeirão Preto está mais direcionada para saber o motivo da aparição do homem que classificam de falso agente, já que quem está por trás da estratégia parece não ser dúvida para o órgão.

Collor — O candidato Fernando Collor de Mello afirmou ontem que não sabia da presença de agentes do SNI fazendo parte do esquema de segurança em Ribeirão Preto. De acordo com ele, se soubesse, teria dispensado o serviço. "Se houve participação do SNI, o fato mostra que ele extrapola de suas funções e ainda age de forma incompetente", afirmou o candidato do PRN.

Collor reafirmou sua intenção de extinguir o SNI. "Acho que ao invés de o SNI manter seus agentes bisbilhotando a vida dos adversários do governo, deveria mantê-los arrumando as gavetas para procurar outro emprego. O SNI vai ser extinto", afirmou.

Ele tem nome, profissão e história

O senhor de terno escuro, que durante toda a visita de Fernando Collor de Mello a Ribeirão Preto o acompanhou como "agente do SNI", já foi identificado. Trata-se de José Armando Cavalcanti, jornalista com uma coluna assinada na página 2 do jornal *Diário de Manhã*. Enquanto acompanhava Collor, Cavalcanti trazia sempre na lapela do terno uma credencial de imprensa.

Durante anos, exerceu atividade jornalística em São Paulo, capital, integrando a equipe dos jornais *Diário de S. Paulo* e *Diário da Noite*. Durante algum tempo manteve um programa de entrevistas na extinta TV Tupi. Os jornais, de propriedade dos Diários Associados, também já fecharam. José Armando foi para Ribeirão Preto depois de servir ao SNI em Santos e ter integrado a equipe de segurança do então candidato a presidente da República, Tancredo Neves.

Em Ribeirão Preto, sua principal função é a de investigar o tráfico de drogas. Na cidade, jornalistas locais nunca ouviram dizer que Cavalcanti pudesse integrar o SNI, mas a informação não os surpreende, porque o conhecem como uma pessoa "de direita". Alguns afirmam já tê-lo visto fazendo campanha para Collor de Mello. Na quinta-feira da semana passada, quando Collor chegou a Ribeirão, foi a única pessoa a ter acesso à pista onde acabara de pousar o avião do candidato e a primeira a se aproximar dele.

Carteirinha — Cavalcanti entrou na pista mostrando uma carteirinha aos seguranças, que imediatamente abriram caminho para ele. Depois de cumprimentar o candidato, caminhou junto a ele cerca de 50 metros, da pista até o saguão do aeroporto, e durante este trajeto teria colocado no bolso de Collor o



Cavalcanti não se separou um minuto de Collor

de transmissão que dava ao candidato contato com os agentes (mais três) que estariam trabalhando com ele. Durante o resto do dia, Cavalcanti não desgrudou do candidato, ficando sempre muito exposto, como se fosse um segurança, apesar da credencial de imprensa na lapela. Quatro pessoas apenas partilharam do chope que Collor tomou no Restaurante Pinguim, no meio de sua caminhada pela cidade. Uma delas foi Cavalcanti.

Bem informado sobre os passos do candidato, sabia até mesmo com

quem Collor iria se encontrar no dia seguinte no Rio: o presidente da Organização Globo, Roberto Marinho. Esta informação foi negada aos jornalistas durante todo o dia pelos assessores de Collor. Bem informado também sobre os métodos de trabalho do SNI, Cavalcanti sabia, antes de ser publicado nos jornais, que o Serviço estava fazendo pesquisa eleitoral por regiões, para abastecer o Palácio do Planalto, levando em consideração apenas os candidatos Fernando Collor, Brizola e Lula.

Murilo Menon — 10/6/89

01.01

0906706

Proposta revelada por Mário Amato envolve trabalhadores, governo e os candidatos à presidência e inclui uma política salarial que recomponha o poder de compra e evite perdas futuras. Propõe ainda a reindexação e liberação dos preços

Fiesp articula união nacional contra crise

A Federação das Indústrias do São Paulo (Fiesp) quer a realização de um encontro nacional, e não rígido passível, para que o país atravessasse o período pré-eleitoral com tranqüilidade. A proposta foi feita ontem pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, e inclui a elaboração de um programa mínimo que estabeleça, entre outras coisas, uma política salarial que recomponha as perdas dos trabalhadores e garanta que não haverá perdas futuras. Para Amato, é a falta desta política que está causando o que ele classificou como desordem, anormalias e greves constantes.

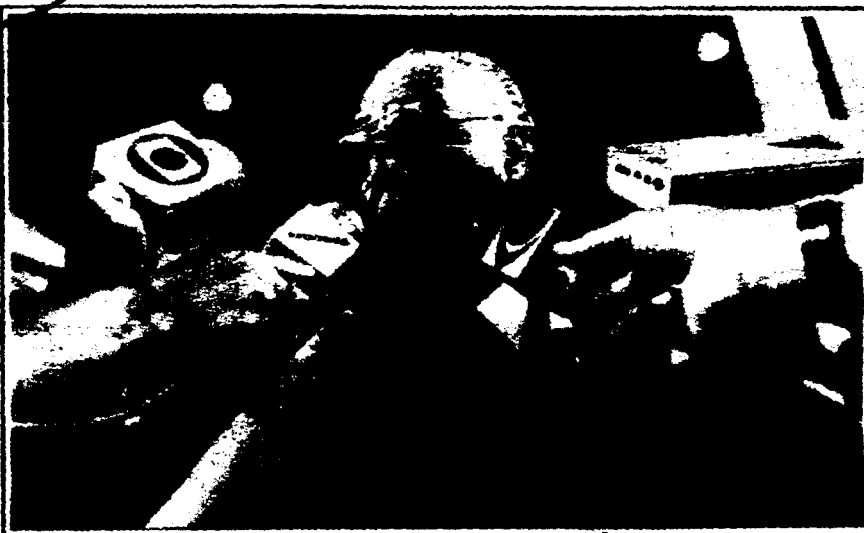
Depois de esclarecer que não se trata da realização do Pacto Social, Amato explicou o que a Fiesp pretende. "Nós vamos dizer, que representamos a maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) e queremos fazer um acordo com o trabalho. Para isto é necessário uma política salarial que recomponha as perdas e evite perdas futuras e reajustes momentâneos de acordo com a inflação".

A proposta da Fiesp inclui também a redução da economia e uma maior eficiência fiscal, ou seja, controle do déficit público. Essa maior eficiência, segundo Amato, precisa ser obtida mesmo com a necessidade de uma maior contribuição (impostos) para que o governo consiga de fato a redução do déficit.

CUT e CGT

Ontem mesmo, Amato chegou em contato com a CUT, mas o presidente da entidade, Jair Mesquita, estava em Brasília. Amato conversou, também por telefone, com o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, e procurou o presidente do Sindicato das Metalúrgicas do São Paulo, João Antônio Medeiros, que está no exterior, desta forma, os primeiros passos para a concretização da união nacional.

Os candidatos à presidência da república,



Não é a realização do Pacto Social, afirma Amato

segundo Amato, também devem se envolver nesse processo, que é global, ou seja, inclui tanto a economia quanto a política. O presidente da Fiesp defendeu maior harmonia entre o Executivo e o Legislativo, para evitar que um vote o que outro não.

Ordem na casa

Existe uma desarmonia entre o Executivo e o Legislativo, que, em consequência, afeta o capital e o trabalho. Precisamos voltar ordem na casa. Acha-se que é necessário reindexar a economia para que haja um patamar mínimo, pois há muita declaração de investimentos em bens para fugir da inflação. Precisamos de uma política salarial que possa fim as greves. A união nacional, segundo Amato, é uma maneira de garantir a realização das eleições presidenciais dentro da lei. Não temos

dúvida de que a saída para o país é a realização de eleições para a presidência da república em novembro. Por isso, nos propomos para que os candidatos também apresentem um programa mínimo.

Albano Franco

No Rio, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o senador Albano Franco, também defendeu a imediata união do governo com todos os segmentos da sociedade, em torno de um programa mínimo, que possibilite ao país sair da grave crise atual. É hora de unidade nacional, de entendimento entre governo, empresário, trabalhador, poder Legislativo, Judiciário e até a igreja, afirmou o senador, ao se reunir na sede da CNI com os presidentes de 23 federações estaduais de indústrias. (AE)

098

F. (p. 11)

TERÇA-FEIRA — 11 de maio — PÁGINA 2

O chanceler da Venezuela garantiu, em Caracas, que o 'febre do ouro' não estaria afetando as relações entre os governos dos dois países. Mas, de fato, os garimpeiros que invadiram território do vizinho país já estão sendo removidos pela Guarda Nacional.

Garimpeiros brasileiros expulsos da Venezuela

O governo da Venezuela anunciou ontem, em Caracas, a remoção de cerca de três mil garimpeiros brasileiros, que se encontram ilegalmente naquele país vizinho, extraindo ouro nas cabeceiras do Rio Orinoco. O general Luis Ramón Contreras Laguarda informou que a Guarda Nacional foi encarregada de desalojar os mineradores clandestinos.

O chanceler da Venezuela, Enrique Tejera Páez, explicou ontem à tarde que o problema da febre do ouro "não afeta as excelentes relações entre Brasil e Caracas, segundo ele. Na recente reunião em Manaus dos presidentes de Paulo Amambal-oa, Sarney e Andrés Bóveda decidiram resolver a questão, com o envio a Caracas de uma comissão a cargo de Rameraty, especializada na área de problemas de fronteira.

No mês passado, a Guarda Nacional foi alertada sobre a existência de acampamentos de garimpeiros no Território Federal Amazonas, uma extensa região no Sul da Venezuela, na fronteira com o Brasil. Além de destruir amplos áreas de

florestas, os brasileiros, na corrida ao ouro, ergueram acampamentos e construíram pilas para pouso de pequenos aviões.

"Atitude normal"

Já o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Monquilha, garantiu ontem, em Brasília, que a expulsão dos dois mil garimpeiros brasileiros que invadiram a fronteira da Venezuela em busca de ouro nas cabeceiras do Rio Orinoco foi "uma atitude normal" de um país que teve suas fronteiras invadidas ilegalmente. "Não houve agressão ou abuso. Mas apenas um problema fronteiriço que se resolve diplomaticamente", afirmou.

A mesma posição foi defendida pelo Departamento de Polícia Federal, que acredita que o governo venezuelano tinha todo o direito de defender sua soberania territorial. Já no último sábado, durante o encontro dos oito países amazônicos, o presidente José Sarney e o

presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, tentaram diminuir a importância do assunto.

"Estamos tomando providências para retirar os garimpeiros da área, e muitos deles já saíram", garantiu Sarney. "Nosso objetivo é encontrar soluções integracionistas, sem criar problemas", concordou Pérez. O chefe do governo venezuelano informou, inclusive, que já havia pedido ao presidente Sarney para enviar delegados brasileiros para discutir os problemas com delegados venezuelanos.

"Não partiu nenhuma ordem de retirada do governo brasileiro, apenas do governo venezuelano", disse Monquilha, que na última segunda-feira, durante o encontro de líderes venezuelanos da fronteira, foi obrigado a retornar com medo de ser abordado por um helicóptero das Forças Armadas da Venezuela. Monquilha disse, ainda, que "estamos trabalhando para evitar conflitos" causados à região do garimpo, localizada dentro da reserva dos índios Yanomami, "podendo trazer normas regulando o comércio na área", segundo ele. (UOL-AJG)

01.87

8906708

098

F. (C)
PP (P)
1 (PMDB)



Emocionado, Pires aceita ser o vice na chapa do PMDB

Toda a Executiva e mais seis governadores foram a Salvador para ouvir o sim

Por CARLOS ADAMATTI
Edição Política/28

Salvador viveu um dia de festa, ontem, com a aceitação e confirmação do governador da Bahia, Waldir Pires, como candidato à vice-presidência da República na chapa do PMDB, ao lado do deputado Ulysses Guimarães. Toda a Executiva Nacional do PMDB, os líderes do partido no Senado e na Câmara, Romanillo e Ibsen Pinheiro, seis governadores, entre eles Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e mais o apoio de Orestes Quirica e Newton Cardoso, que mandaram telegramas em razão de viagens ao exterior, presenciaram o governador Waldir Pires dizer, emocionado, entre lágrimas, que aceitava concorrer.

Os governadores, correligionários e toda a Executiva Nacional do PMDB foi à residência de Waldir Pires formalizar a aceitação do governador como candidato à vice-presidência da República. Houve discursos e pronunciamentos emocionados, entre eles do presidente regional do partido, Luís Lúcio, e do presidente em exercício do PMDB, Joazeiro Vasconcelos, que passou a entrega de um ofício da Executiva do partido a Waldir Pires, pedindo que aceitasse concorrer à vice-presidência, ao lado do deputado Ulysses Guimarães. O senador Nelson Wedekin, autor do documento, leu-o em seguida e o passou às mãos do governador da Bahia.

Waldir Pires falou a seguir, dizendo que aceitava a indicação. Seu pronun-



Governadores foram prestigiar Pires

ciamento foi compassado, incisivo e com um início de muita emoção. Chegou até chorar ao afirmar que este era o instante mais difícil de sua vida. Ele disse que tomava a decisão depois de ter consultado durante as representações políticas e sociais da Bahia, principalmente sua mulher, dona Yolanda e seus familiares.

Ontem à noite, através de um rede estadual de rádio e televisão, o governador Waldir Pires fez sua despedida do povo baiano, ao deixar o cargo.

Críticos duramente a política econômica do Governo Federal, especialmente as constantes mudanças na moeda. Disse que "no Brasil de hoje, começamos a não ter sequer moeda, símbolo da soberania de cada Nação, para a compra das mercadorias e pagamento ao esforço do trabalho, tantas têm sido as trocas feitas, em tão pouco tempo, de Cruzeiro a Cruzado, e Cruzado novo, e CRNTN, OTN, BTN, no perigoso processo da simplificação universal do dólar".

082

F. Pol
PP. PP.
(Lula)

Lula quer ignorar a dívida

SÃO PAULO — Caso seja eleito presidente da República, o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, vai suspender o pagamento da dívida externa brasileira, extinguir o Serviço Nacional de Informações (SNI) e controlar a atividade das multinacionais instaladas no país. Estes são alguns dos itens do Plano de Ação de Governo (PAG), aprovado ontem no 6º Encontro Nacional do PT, no Colégio Cactano de Campos, zona central da capital paulista. A reunião petista pouco alterou a proposta apresentada pela direção do partido. A maior parte das emendas sugeridas partia das tendências Convergência Socialista, Democracia Socialista e O Trabalho, mas a maioria não obteve aprovação no plenário.

Houve quem quisesse que o programa de governo do PT incluisse a estatização das multinacionais, do sistema financeiro e do comércio exterior, mas a plenária julgou que a alternativa fixada no PAG, de instaurar apenas um controle estatal maior sobre essas atividades, deveria ser mantida. Outra proposta derubada foi a de implementar a organização de comitês de auto-defesa no campo, enquanto não são resolvidos os conflitos

pela terra em algumas áreas do país. O PT vai, uma vez no governo, fazer a reforma agrária, mas, para tanto, deve aproveitar os mecanismos permitidos pela atual legislação e lutar para obter algumas reformas constitucionais, como a modificação da parte que declara livres de desapropriação as propriedades produtivas.

— Este encontro mostrou que o PT não é só um partido de críticas. Temos propostas concretas para solucionar os principais problemas do país — afirmou o secretário-geral do PT paulista, José Américo.

O físico Luis Pinguelli Rosa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que coordena os trabalhos da parte do programa que trata da questão da energia nuclear, estava satisfeito com o resultado da parte que lhe coube, que inclui a desmilitarização da pesquisa nuclear e extinção da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Quanto à área militar, o encontro nacional acrescentou à proposta original a criação de um órgão de informação, no lugar do SNI, que seria ligado ao Ministério da Defesa, mas com atividades exclusivamente voltadas para a defesa militar do território nacional.

TRAB.

3.00 pensão
19/6/85

098

f la

2820 4020 217/89

PREVIDÊNCIA

Sarney sanciona projeto do Congresso. Sem vetos

O presidente José Sarney sancionou sexta-feira à noite, sem vetos, o projeto-de-lei aprovado pelo Congresso, que vincula o salário mínimo aos benefícios que a Previdência Social paga aos aposentados e pensionistas. Depois de reunir-se com os ministros da fazenda, Mailson da Nóbrega, do planejamento, João Batista de Abreu, e do gabinete militar, Ivan de Souza Mendes, e com um representante do consultor geral da República, para estudar outras alternativas para a previdência - foi levantada a hipótese de se editar nova medida provisória nos termos da de número 63, derrubada pelos parlamentares - o presidente decidiu aprovar definitivamente a matéria.

A princípio, Sarney só sancionaria o projeto-de-lei do deputado Raimundo Bezerra (PMDB-CE) na segunda-feira. Dado ao alcance da matéria, que beneficia cerca de 70 milhões de aposentados e

pensionistas, o presidente decidiu não esperar as 48 horas previstas na lei para decidir de vez a questão. Isso apesar de ter sofrido uma derrota com a derrubada da medida provisória no 63, que desvincularia o salário mínimo dos benefícios.

O projeto sancionado reduziu de 8,5% (como queria o governo) para 8 % a alíquota de contribuição para quem ganha até três salários mínimos, de 9,5% para 9% para quem recebe de três a cinco mínimos e de 11 para 10% para quem percebe de cinco a 10 mínimos. Criou, também, outras fontes de receita para a Previdência tais como: aumento do Finsocial, tributação do 13º salário, autorização para a venda dos 17 mil imóveis da Previdência e aumento da taxa da gasolina azul de aviação de 0,6 para 6%, entre outras medidas. (AJB)

01.01

8906839



O fenômeno Collor

Crescimento nas pesquisas preocupa outros candidatos e atrai adesões e ataques de todo lado

Por VALÉRIO BRITTO
Brasília/ZH

O fenômeno Fernando Collor de Mello, que lidera todas as pesquisas de intenção de voto à Presidência da República, já não é mais o candidato isolado, que não tinha o apoio de ninguém, nem de político, nem de empresário, nem de militar, como ele próprio se orgulhava de ser. Seus adversários garantem que ele nunca foi independente e que, por trás de sua candidatura, sempre estiveram os detentores do poder. Mas hoje, possivelmente pelos 33% da prefe-

rência popular, que obteve na última pesquisa pré-eleitoral, ele recebe manifestações explícitas de voto, de segmentos diferentes da sociedade.

Logo que ingressou no Partido da Juventude (PJ), para disputar a sucessão presidencial, Collor possuía o apoio de apenas um deputado federal, Arnaldo Faria de Sá (SP), que no ano passado foi candidato a vice-prefeito de São Paulo, na chapa encabeçada pelo ex-deputado Paulo Maluf (PDS). Hoje, o sucessor de PJ, Partido de Reconstrução Nacional (PRN), já conta com sete deputados

federais — além de Faria de Sá, Hélio Costa (MG), Geraldo Bulhões (AL), Roman Calheiros (AL), João Cunha (SP), José Carlos Martinez (PR) e Flávio Rocha (RN) — e três senadores — Ilamar Franco (MG), o candidato a vice de Collor, Ney Maranhão (PE) e João Castelo (AM).

Sua proposta de caça aos marajás deve receber novas adesões, em breve, muito mais pela perspectiva de vitória eleitoral do que pelo programa de governo, que é praticamente desconhecido. Pedestristas descontentes com a candidatura de

Maluf e petelistas que não aceitam o ex-ministro Aureliano Chaves como candidato estão dispostos a coligar ou coligar — dois novos verbos com o mesmo significado. É esperada a adesão à candidatura de Fernando Collor de Mello do prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin; do presidente do PDS catarinense, deputado Antônio Carlos Konder Reis, e do presidente do PFL gaúcho, senador Carlos Chiarelli, dentre outras lideranças.

Diante de tantos apoios e de tão significativo desempenho nas pesquisas, Collor agora quer vencer a eleição presidencial já no primeiro turno.

Do zero a líder absoluto nas pesquisas

Nem curto intervalo de tempo — 15 meses — Collor passou de apenas 1% nas pesquisas para 33%. Nesse período, ele passou de 1% para 2,4%, 3,5%, 4,3%, 5,4%, 6,5%, 7%, 9%, 10,3%, 12,5%, 17%, 20%, chegando a 32%. O entusiasmo com Collor não é apenas dos políticos. O general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (ASIS), e o coronel Joaquim Portella, diretor do jornal *Letras em Marcha*, também se sensibilizaram com o candidato.

Os empresários igualmente começaram a se apressar de Collor. Se, no segundo turno, o ex-governador de Alagoas enfrentar um candidato da esquerda, como Leonel Brizola, o apoio de políticos contristas e conservadores, bem como de empresários e militares, a sua candidatura, será inevitável.

Ele espera crescer ainda mais nas pesquisas — e ganhar já no primeiro turno — com o voto das eleitoras entre 16 e 25 anos, segmento em que ainda não é preferido. O fenômeno Collor é comparado à candidatura da deputada Sandra Cavalcanti, no governo do Rio de Janeiro, em 1982, que saltou disparada nas pesquisas e depois caiu estrondosamente. Collor, no entanto, diz que seu caso é o inverso: ele começou com 1% e só 15 meses após conseguiu chegar aos 33%. (Brasília/ZH)

Agora, o alvo predileto dos adversários

Desde que começou a liderar as pesquisas, Fernando Collor de Mello passou a ser o principal alvo dos demais candidatos à Presidência da República e seus seguidores. O primeiro a atacá-lo foi o ex-governador Leonel Brizola, que o chamou de "filho da ditadura" e usou outras expressões pouco elegantes. Collor, por sua vez, desmontou falta de jogo de cintura, ao responder às acusações, pois logo partiu para o terreno da campanha pessoal, quando a discussão era política. O ex-governador de Alagoas é considerado um candidato vulnerável por seus adversários, por seu passado malufista e por não ter proposta política, além da caça aos marajás, com os quais não conseguiu acabar.

O líder do PRN na Câmara, deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), acha que os ataques de nada servirão para modificar sua possível vitória: "Ele é um ídolo, quantos mais batem, mais ele cresce". Seu desempenho despertou a ira até do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que raramente se envolve em assuntos partidários. "Collor é um fascista", exclamou Ibsen, enquanto o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), qualificou-o como "um belo frasco com um perfume que cheira mal". Tudo isso será usado e abusado no horário de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

Apostando no desgaste de Collor em Alagoas, o deputado ulyssista Ubiratan Aguiar (CE) está propondo que o primeiro debate entre os candidatos seja feito em Maceió. A expectativa é de que o vencedor da disputa seja Collor, caso seja esse o



Calcado na fama de caçador de marajás, Collor de Mello surpreende os políticos e talvez a si próprio, ao crescer vertiginosamente nas pesquisas. Agora, luta para se manter no topo, enquanto os demais querem derrubá-lo

Entusiasmando as bases do PDS

A candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN) é a que mais entusiasma os dissidentes do PDS, a nível nacional. "Há uma grande pressão das bases a favor de Collor", reconhece o vice-líder do partido na Câmara, deputado Gérson Peres (PA), que ainda não se definiu no quadro sucessório, mas está sendo tentado por Collor. Assim como ele, muitos outros pedestristas estão dispostos a cair nos braços de ex-governador de Alagoas, embora alguns prefiram o ex-presidente Jânio Quadros (PSD) e outros o ex-governador Leonel Brizola (PDT).

O senador Jarbas Passarinho (PA), que até a vitória de Maluf na convenção era o presidente nacional do partido, tendo renunciado ao cargo, promete que, no primeiro turno, vai manter-se ao largo da disputa. O barco pedestrista está a cargo do deputado Delfim Neto (SP) que, embora apóie Maluf, a amigos mostra-se entusiasmado com o fenômeno Collor, considerando-o virtual vencedor. A debandada pró-Collor já começou com a saída do senador João Castelo (MA) do PDS para o PRN. Até o líder do partido na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), que é malufista, conta que já poderá votar em Collor, caso seja esse o

caminho para barrar o avanço das esquerdas.

Ofensiva de Jânio

Enquanto isso, Jânio tenta uma ofensiva sobre os pedestristas, assim como Brizola também quer um pedaço do que ainda sobra do PDS. A própria candidatura de Maluf será revista, entre julho e agosto. Se até lá ele não decolar junto ao eleitorado, poderá ser trocado pelo apoio a um candidato de outro partido. Além, a proposta inicial era justamente essa: o PDS não lançar candidato próprio e apoiar um nome de outra sigla.

Entre os pedestristas que apóiam o candidato do partido, Paulo Maluf, não é aceita a posição de Esperidião Amin, que disputou a convenção, prometeu acatar o resultado e vai acabar deixando o PDS, nem a de seus seguidores. "Ele esteve aqui no meu gabinete e jurou que, se Maluf ganhasse a convenção, iria apoiá-lo. Mas eu sabia que o prefeito Esperidião Amin não ia cumprir essa promessa e, por isso, não tive como votar nele", comenta Amaral Neto. "Essa democracia é estranha, pois quem perde sai do partido, quando deveria acatar a decisão da maioria", lamenta o deputado Delfim Neto.

"É hora das lideranças do PDS fazerem uma reciclagem de suas posições, com vistas ao futuro, já que não foi possível reciclar o partido", afirma o deputado Victor Faccioni (RS), simbolizando um desejo de mudar de sigla, embora não confirme. Faccioni, que esta semana esteve com Collor, também já foi procurado por lideranças ligadas a Jânio, Brizola, Afif Domingos (PL) e Ulysses Guimarães (PMDB). O futuro do PDS gaúcho estará em discussão amanhã, novamente. O ex-deputado Nelson Marchezan também tem sido muito procurado e o grupo pode aderir ao PTB.

O PDS catarinense vive situação quase idêntica. Esperidião Amin está certo que abandona o partido, enquanto o presidente regional, deputado Antonio Carlos Konder Reis, prefere esperar até o dia 9 de junho. Nessa data os dissidentes catarinenses devem decidir se apóiam um candidato de outra sigla, permanecendo no PDS, ou se mudam de barco. O certo é que, em sua maioria esmagadora, o PDS gaúcho e catarinense não vai malufar. Como Faccioni, as bases, com exceção de alguns nomes, rejeitam a Colômbia de Collor. A adesão de Collor ao PTB, no entanto, não é definitiva. (Brasília/ZH)

Um político com mensagens contraditórias

Fernando Collor de Mello mostra-se contraditório, muitas vezes. Apresenta-se como um político pouco tradicional, mas, na verdade, está na política desde 1978, quando chegou ao posto de Maceió, pela Arena. Depois, foi eleito deputado federal, em 1982, pelo PDS e, em 1986, venceu a eleição para governador de Alagoas pelo PMDB. Além disso, também é filho de político: seu pai, Arnão de Mello, foi deputado, senador e governador de Alagoas.

O candidato do PRN é sucessor mostra-se preocupado com a pouca representatividade dos partidos políticos e com o fato de a questão ideológica não ser o centro das discussões. Já que ele próprio contribui para isso: criou um partido para sua candidatura e afirma que a divisão ideológica entre esquerda e direita está superada. Da mesma forma, condena o liberalismo econômico, mas quer um Estado que não seja estatizante e que não sequele onde sua presença seja indispensável.

Além disso, Collor nunca pensou que teria a Presidência da República tão perto dele. Ele mesmo que já foi procurado por políticos ligados aos candidatos Jânio Quadros (PSD), Ulysses Guimarães (PMDB) e Leonel Brizola (PDT), para ser vice, mas, pelo mesmo motivo, não tem motivo para aceitar o cargo, já que lidera as pesquisas. Seus dez representantes no Congresso não lhe proporcionam cinco minutos diários de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV, mas, com os novos apoios que deve receber, seu tempo deverá passar para dez minutos.

Corridão de mato

Entretanto, salienta que tem tempo igual aos demais candidatos, através de uma ação judicial. E garante que não quer ganhar que quer apóie-lo não quer ganhar. Visto como candidato de Jânio Quadros, com o mesmo discurso malufista e apóie os partidos, Collor defende o papel de intermediário da história: "Eu era muito jovem quando Jânio foi eleito", afirma. 8906873

Criado pelo PDS em Brasília, Fernando Collor de Mello chegou a ser repórter do sucursal do jornal de Brasília na Capital Federal, depois de ter estudado Economia e antes de dirigir a Organização Armas de Mello que, em Alagoas, possui uma emissora de televisão, afiliada à Rede Globo, três emissoras de rádio e um jornal, do qual ele é um dos acionistas. Conhecido no Congresso, entre seus ex-colegas, como "um deputado inexpressivo", Collor é lembrado em Brasília mais como um ex-colega que disputava corridas de cavalo. (Brasília/ZH)

Lula: PT cai na realidade



Logo depois das eleições municipais, o grupo do Partido dos Trabalhadores (PT) rapidamente se desmoronou em Porto Alegre e em alguns municípios do interior, das subidas rasas aos seus dirigentes de estradas na campanha presidencial tendo Luis Inácio Lula da Silva como o franco favorito, inclusive no Rio Grande, que tem um eleitorado mais para conservador do que para as esquerdas.

Tudo não passou de um legítimo sonho de verão que começou a camarecer ainda no outono. O próprio PT sabe das dificuldades que sua candidatura passou a enfrentar como consequência de alguns fatos novos que surgiram e um deles o fato de ter o eleitorado jovem encontrado em Collier de Mello um candidato mais adido do que o do PT.

Embora para a campanha eleitoral o partido esteja unido, o PT de Lula apresenta grandes rachaduras internas, além de enfrentar a dura concorrência do candidato do PRN em cima da juventude. Há igualmente o rendimento ainda não convincente da administração municipal aliada ao fato do PT ter chegado ao poder via voto de protesto e até agora não ter inovado em muito a forma de governo que Porto Alegre estava rejeitando.

A estrutura da campanha de Lula no Rio Grande igualmente esbarra na opção que vários líderes sindicais estão fazendo em favor de outros candidatos, roubando do PT a hegemonia junto às classes trabalhadoras. Nas pesquisas já feitas e no resultado das avaliações internas concluídas pela própria PT, emerge a nova situação, nada favorável ao clima que ajudava Lula até o começo do ano e que reverteu.

O PT tenta agora consolidar apoios na área sindical e buscar adesões junto aos movimentos dos sem terra, além de preparar uma forte campanha em cima da área estudantil. Neste tripé é que será centralizada a atuação, mais no sentido de evitar um rumo maior do que aquele esperado pelo próprio partido, ou seja, o de Lula não baixar de um terceiro lugar.

Aureliano: PFL em dissidência



Independente do resultado da prévia, haveria problema para a unidade do PFL gaúcho. Porém, com a vitória de Aureliano Chaves, a dissidência será bem mais expressiva do que aconteceria com Marco Maciel. Na realidade, os próprios articuladores da candidatura Maciel torciam para o sucesso de Aureliano, por entenderem que assim teriam a desculpa pronta para apoiar outra candidatura, já que não acreditavam no rendimento eleitoral do

senador pernambucano.

Aureliano contará, na campanha, com o apoio de menos de 20 diretores municipais do PFL e ainda com o respaldo do ex-governador Amaral do Souza e dos deputados Erico Pegoraro e Arnaldo Prieto. Não vai ter o apoio de nenhum integrante da bancada estadual e igualmente não terá do senador Carlos Chiarelli. É claro que vai ficar muito difícil para levar a campanha adiante no Estado.

Assim mesmo, os articuladores da campanha de Aureliano pretendem levá-lo até onde podem e isto se o candidato efetivamente vier a manter-se na condição de postulante ao Planalto após julho, quando termina o período de aferição do seu rendimento.

Sem hipótese que os façam apoiar Aureliano, os liberais gaúchos já examinam outras alternativas que possam prioritariamente por Collier de Mello e, num segundo plano, por Leonel Brizola, que inclusive tem apoio de alguns municípios, se bem que bem inferior ao do ex-governador gaúcho.

No fundo e em consumo interno, a prévia deu aquilo que os defensores da linha de Maciel queriam no Rio Grande: encontrar uma saída para apoiar candidato de outro partido que tenha maiores chances de ganhar. E esta saída era torcer mesmo para que Aureliano ganhasse.

Maluf: o consenso do não



Quando decidiu disputar com Mário Andreazza a condição de candidato do PDS à Presidência da República, em 84, Paulo Maluf racheu o PDS do Rio Grande (e do País). Ganhou a convenção, mas perdeu no Colégio Eleitoral onde raras foram as vozes gaúchas que receberam.

Agora, cinco anos depois, o mesmo Maluf volta à cena e desta vez não consegue rachar o PDS, mas sim algo inusitado: 80% do partido está contra a

sua candidatura, com o que os pedetistas acabam ficando numa situação muito incômoda no Estado.

Não há como defender o candidato do partido, mas também não há ainda uma alternativa de apoio a outra candidatura. O Diretório se reúne amanhã para decidir sobre dissidência contra Paulo Maluf, mas não tem ainda e que fazer em termos de consenso. Não tem a quem apoiar, pelo menos de momento.

O impasse criado por Paulo Maluf pode determinar a questão aberta, onde cada qual apoiará o candidato que entender melhor. Mas esta estratégia nada mais é do que a única alternativa que o partido tem para preservar sua unidade ante a eleição ao Governo do Estado no ano que vem. Os pedetistas têm em Nelson Marchezan a sua mais expressiva liderança e esta liderança é que pretendem conduzir ao Governo. Para buscar o apoio de outros setores, inclusive partidários, e tentar transformar Marchezan num candidato suprapartidário, o partido não se comprometerá com nenhum presidencialista, respeitaria a opção de cada um dos seus dirigentes e líderes e mesmo que viesse a não contar com o apoio dos malufistas em 88 isto pouco representaria, pela falta de expressão daquela corrente junto ao PDS do Rio Grande.

Diante disso, o PDS pode enfrentar a campanha presidencial sem candidato preferencial no Rio Grande, o que acabaria favorecendo as candidaturas de Collier de Mello, Leonel Brizola e João Quadros. Para o segundo turno, todo o PDS votaria no candidato que represente a linha de centro-esquerda.

Caiado: pecuaristas recuam



O líder das pecuaristas brasileiras, Ronaldo Caiado, lançou-se candidato pelo PDC, mas ainda precisa ganhar a convenção do partido para chegar a ser candidato. Esta será apenas o primeiro desafio do presidencialista, que em seguida terá que superar o outro, ou seja, conquistar a adesão dos pecuaristas gaúchos ao seu projeto.

Pelas indicações existentes, parece que nem mesmo a categoria do presidente da UDR está inclinada a apoiá-lo e com

isso já se pode incluir o candidato do PDC no clube dos intermediários da eleição presidencial no Rio Grande do Sul.

É claro que só o apoio dos pecuaristas não bastará a ele, mas nem o apoio destes a verdade é que ele ficará em situação extremamente difícil. Esta candidatura, na realidade, não existe em termos de apoio no Rio Grande, apesar de Caiado ter o aval de um deputado estadual do PFL (Antonio Carlos Azevedo). A partir daí, não tem mais nada, pelo menos por enquanto.

Covas: o tucano não decola



Criado de uma dissidência do PMDB e que no Rio Grande do Sul, desde o início, apresentava uma alternativa ramada para o que não mais se sentiam confortavelmente instalados dentro do partido, o PMDB ganhou algumas adesões logo que foi fundada. Porém, até agora não ganhou.

Com uma única preferência (Fagundes) e um número muito reduzido de vereadores, o PMDB simplesmente não tem estrutura alguma para empreen-

tar uma campanha eleitoral, não porque não tenham um nível de cúpula estadual que conta com trabalhos feitos na criação de diretórios em municípios provinciais. O PMDB, que tem como candidato Mário Covas, vai participar no Rio Grande do Sul uma campanha de um tipo diferente do candidato, que por si só não é capaz de fazer a diferença, especialmente depois que saiu do PMDB.

Quando Ulysses Guimarães ganhou a eleição do PMDB, eram esperadas grandes adesões a Mário Covas. Mas nenhuma delas foi confirmada e uma série de outros três perfis que poderiam ter sido considerados não se fizeram. A situação de Mário Covas é tão ruim no Estado, que nem mesmo há esperança que a situação de Ulysses possa mudar em favor de Covas.

Ele enfrenta a concorrência direta de Ulysses, Leonel Brizola e Lula. Isto não faz com que Fagundes, mas, curador do Rio Grande, Covas tenha como maiores adversários Ulysses, PFL e PT. Mesmo pelo menos até o momento, nenhuma esperança é projetada pelo PMDB para consolidar a situação. Esta dificuldade existe também em Porto Alegre, onde praticamente todos os candidatos do Interior, na área de penetração eleitoral do deputado federal Bago (Alto Uruguai), onde também falta alguma coisa preparativo à campanha de Covas, que, portanto, não consegue contar com uma base importante de apoio de eleitorado gaúcho, apesar das esperanças de não.

Freire: Partido sem votos



O Partido Comunista do Brasil (PCB) é um dos poucos partidos que não tem uma base eleitoral no Rio Grande do Sul. Embora tenha uma presença significativa em alguns municípios, não consegue obter votos suficientes para se tornar uma força política relevante no Estado.

Além disso, o partido enfrenta dificuldades internas, com disputas de poder e falta de unidade entre seus membros. Isso dificulta ainda mais sua atuação política.

Comunista do Brasil (PC do B) é o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva.

Se a estrutura dos dois partidos que disputam o Rio Grande do Sul e ainda não tem votos, imaginem a sorte de Roberto Freire, o candidato comunista a Lula. O maior prejuízo é o fato de o PCB, à medida que o apoiado pelo PFL, não consegue votos do PFL e PSB. Roberto Freire é considerado um dos últimos colocados na eleição, no Rio Grande do Sul.

8906873

Lula: PT cai na realidade



Logo depois das eleições municipais, o grupo do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente em Porto Alegre e em alguns municípios do interior, deu estradas rasas aos seus dirigentes de entrar na campanha presidencial tendo Luis Inácio Lula da Silva como o franco favorito, inclusive no Rio Grande, que tem um eleitorado mais para conservador do que para as esquerdas.

Tudo não passou de um legítimo sonho de verão que começou a esmorecer ainda no outono. O próprio PT sabe das dificuldades que sua candidatura passou a enfrentar como consequência de alguns fatos novos que surgiram e um deles o fato de ter o eleitorado jovem encontrado em Collier de Mello um candidato mais adido do que o do PT.

Embora para a campanha eleitoral o partido esteja unido, o PT de Lula apresenta grandes rachaduras internas, além de enfrentar a dura concorrência do candidato do PEN em cima da juventude. Há igualmente o rendimento ainda não convincente da administração municipal aliada ao fato do PT ter chegado ao poder via voto de protesto e até agora não ter inovado em muito a forma de governo que Porto Alegre estava rejeitando.

A estrutura da campanha de Lula no Rio Grande igualmente esbarra na opção que vários líderes sindicais estão fazendo em favor de outros candidatos, rejeitando do PT a hegemonia junto às classes trabalhadoras. Nas pesquisas já feitas e no resultado das avaliações internas concluídas pelo próprio PT, emerge a nova situação, nada favorável ao clima que ajudava Lula até o começo do ano e que reverteu.

O PT tenta agora consolidar apoios na área sindical e buscar adesões junto aos movimentos dos sem terra, além de preparar uma forte campanha em cima da área estudantil. Neste tripé é que será centralizada a atuação, mais no sentido de evitar um rumo maior do que aquele esperado pelo próprio partido, ou seja, o de Lula não baixar de um terceiro lugar.

Aureliano: PFL em dissidência



Independente do resultado da prévia, haveria problema para a unidade do PFL gaúcho. Porém, com a vitória de Aureliano Chaves, a dissidência será bem mais expressiva do que aconteceria com Marco Maciel. Na realidade, os próprios articuladores da candidatura Maciel torciam para o sucesso de Aureliano, por entenderem que assim teriam a desculpa pronta para apoiar outra candidatura, já que não acreditavam no rendimento eleitoral do senador pernambucano.

Aureliano costará, na campanha, com o apoio de menos de 20 diretórios municipais do PFL e ainda com o respaldo do ex-governador Amaral de Souza e dos deputados Erico Pegoraro e Arnaldo Prieto. Não vai ter o apoio de nenhum integrante da bancada estadual e igualmente não terá do senador Carlos Chiarelli. E é claro que vai ficar muito difícil para levar a campanha adiante no Estado.

Assim mesmo, os articuladores da campanha de Aureliano pretendem levá-la até onde podem e isto se o candidato efetivamente vier a manter-se na condição de postulante ao Planalto após julho, quando termina o período de aferição do seu rendimento.

Sem hipótese que os façam apoiar Aureliano, os liberais gaúchos já examinam outras alternativas que passem prioritariamente por Collier de Mello e, num segundo plano, por Leonel Brizola, que inclusive tem apoio de alguns municípios, se bem que bem inferior ao de ex-governador gaúcho.

No fundo e em consumo interno, a prévia deu naquilo que os defensores da linha de Maciel queriam no Rio Grande: encontrar uma saída para apoiar candidato de outro partido que tenha maiores chances de ganhar. E esta saída era torcer mesmo para que Aureliano ganhasse.

Maluf: o consenso do não



Quando decidiu disputar com Mário Andreazza a condição de candidato do PDS à Presidência da República, em 84, Paulo Maluf recheou o PDS do Rio Grande (e o do País). Ganhou a convenção, mas perdeu no Colégio Eleitoral onde raras foram as vozes gaúchas que reconheceram.

Agora, cinco anos depois, o mesmo Maluf volta à cena e desta vez não consegue rachar o PDS, mas sim algo semelhante: 80% do partido está contra a sua candidatura, com o que os pedesistas acabam ficando numa situação muito incômoda no Estado.

Não há como defender o candidato do partido, mas também não há ainda uma alternativa de apoio a outra candidatura. O Diretório se reúne amanhã para decidir sobre dissidência contra Paulo Maluf, mas não tem ainda o que fazer em termos de movimento. Não tem a quem apoiar, pelo menos de momento.

O impasse criado por Paulo Maluf pode determinar a questão aberta, onde cada qual apoiará o candidato que entender melhor. Mas esta estratégia nada mais é do que a única alternativa que o partido tem para preservar sua unidade ante a eleição ao Governo do Estado no ano que vem. Os pedesistas têm em Nelson Marchezan a sua mais expressiva liderança e esta liderança é que pretendem sustentar ao Governo. Para buscar o apoio de outros setores, inclusive partidários, e tentar transformar Marchezan num candidato suprapartidário, o partido não se comprometeria com nenhum presidencialista, respeitaria a opção de cada um dos seus dirigentes e líderes e mesmo que viesse a não contar com o apoio dos malufistas em 89 isto pouco representaria, pela falta de expressão daquela corrente junto ao PDS do Rio Grande.

Diante disso, o PDS pode enfrentar a campanha presidencial sem candidato preferencial no Rio Grande, o que acabaria favorecendo as candidaturas de Collier de Mello, Leonel Brizola e João Quadros. Para o segundo turno, todo o PDS votaria no candidato que represente a linha de centro-esquerda.

Caiado: pecuaristas recuam



O líder das pecuaristas brasileiras, Ronaldo Caiado, lançou-se candidato pelo PDC, mas ainda precisa ganhar a convenção do partido para chegar a ser candidato. Esta será apenas o primeiro desafio do presidencialista, que em seguida terá que superar o outro, ou seja, conquistar a adesão dos pecuaristas gaúchos ao seu projeto.

Pelas indicações existentes, parece que nem mesmo a categoria do presidente da UDR está inclinada a apoiá-lo e com

isso já se pode incluir o candidato do PDC no clube dos intermediários da eleição presidencial no Rio Grande do Sul.

É claro que só o apoio das pecuaristas não bastará a ele, mas sem o apoio destas a verdade é que ele ficará em situação extremamente difícil. Esta candidatura, na realidade, independe em termos de apoio no Rio Grande, apesar de Caiado ter o aval de um deputado estadual do PFL (Antonio Carlos Azevedo). A partir daí, não tem mais nada, pelo menos por enquanto.

Covas: o tucano não decola



Criado de uma dissidência do PMDB e que no Rio Grande do Sul, desde o início, passou como uma alternativa razoável para os que não mais se sentiam confortavelmente instalados dentro do partido, o PMDB ganhou algumas adesões logo que foi fundado. Porém, estamos no que ganhou.

Com uma única profetisa (Tequari) e um número muito reduzido de vereadores, o PMDB simplesmente não tem estrutura alguma para susten-

tar uma campanha eleitoral, até porque nem mesmo em nível de cúpula estadual apresenta um trabalho sério de criação de diretórios ou comitês provisórios. Com isso, o partido, que tem como candidato Mário Covas, vai enfrentar no Rio Grande do Sul uma campanha só na base dos membros do candidato, que por sinal também não chega a impressionar, especialmente depois que saiu do PMDB.

Quando Ulysses Guimarães ganhou a convenção do PMDB, eram esperadas grandes adesões a Mário Covas. Mas nenhuma delas foi confirmada e nem mesmo de dois ou três profetas que poderiam ter levado o partido a vitória. A situação de Mário Covas é tão desoladora no Estado, que nem mesmo hoje o mesmo que a candidatura Ulysses pode causar no PMDB irá favorecer o PMDB.

Ele enfrenta a concorrência direta de Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Lula. Isto sem falar em Roberto Freire. Mas, em nível do Rio Grande, Covas tem mesmo como maiores adversários o PMDB, PDT e PT coaligados, pelo menos até o momento, nenhum desses partidos projetado pelo PMDB para encaminhar a abertura de trânsito em favor de seu candidato no Rio Grande do Sul. Esta dificuldade existe também em Porto Alegre e em praticamente todos os municípios do interior, restando áreas de penetração eleitoral do deputado federal Wilson Bogo (Alto Uruguai), onde tem sido feita alguma campanha preparativa à campanha de Covas, que, pela via, vai ter que se contentar com o rendimento da campanha, ou seja, de eleitorado bastante, através das capangas de lá.

Freire: Partido sem votos



O Partido Comunista do Brasil (PC do B) é um partido sem votos. O Partido não tem uma estrutura adequada para disputar eleições, nem mesmo em nível estadual. No Rio Grande do Sul, o PC do B é considerado um partido sem votos, mesmo que tenha uma base de apoio em algumas áreas.

Além disso, o partido não tem uma estrutura adequada para disputar eleições, nem mesmo em nível estadual. No Rio Grande do Sul, o PC do B é considerado um partido sem votos, mesmo que tenha uma base de apoio em algumas áreas.

Comunista do Brasil (PC do B) é considerado um partido sem votos, mesmo que tenha uma base de apoio em algumas áreas.

Se a estrutura dos dois partidos que se apresentam como candidatos no Rio Grande do Sul e ainda se dão conta de não ter votos, imaginem a sorte de Roberto Freire e do grupo comunista de Lula. O maior prejuízo é a perda de votos do PC do B e do PEB. Roberto Freire é presença constante nos últimos colocados na eleição, no Rio Grande do Sul.

092

F. R. C.

Politóloga señaló inestabilidad de sistema brasileño de partidos

La inestabilidad del sistema partidario brasileño, "que no significa fragilidad de la democracia", fue señalada ayer por la politóloga "patcha" Eli Diniz, durante el seminario "Los partidos políticos de cara al '90", organizado por el Instituto de Ciencia Política.

Por su parte, la cientista carioca Celi Pinto, que analizó el espectro político partidario de su país y las perspectivas de las próximas elecciones presidenciales brasileñas en noviembre de 1990, anotó que "la presencia y popularidad de Fernando Collor de Mello, gobernador de Alagoas, en el actual cuadro de posibles sucesores, refuerza la peculiaridad de la relación partido-sociedad civil en Brasil que permite al mismo tiempo la sobrevivencia de los partidos y simultáneamente, de un gran contingente de electores no partidizados, que votan de forma absolutamente coyuntural".

Diniz y Pinto abordaron ayer el tema "Política y partidos en Brasil", en la segunda jornada del seminario que se inició en la sala de sesiones del Edificio "19 de Junio" del Banco República.

Anteriormente se habían considerado los temas "Los partidos políticos ante la modernización del Estado", "La reorganización partidaria tras los realineamientos de 1969" y "La izquierda en la encrucijada actual".

En la sesión de hoy se deliberará sobre "Oferta electoral y Marketing político", "El discurso modernizador y el emergente populismo", "El tratamiento de la historia y la recuperación del liberalismo en el discurso del tercer bastión" y "El sistema de partidos".

Participan del seminario científicos políticos, periodistas y estudiantes, entre los que se encuentra el director del Instituto de Ciencia Política Jorge Luis Lazzaro, Julio Barreiro, Rafael Bayce, Francisco Paziza, Juan Rial, Romeo Pérez, César Aguiar, Horacio Martorelli, Pablo Micres, Germán Rama, Carlos Filgueira, Washington Ghisla, José Luis Castagnola, Jorge Otero Mendez.

La inestabilidad

Diniz afirmó que "desde el imperio (en el siglo pasado) hasta nuestros días" "se sucedieron en Brasil seis sistemas de partidos políticos cuya gestación tuvo origen elitista", claramente artificial.

La inestabilidad partidaria en Brasil no se produjo por reali-

nismos electorales, sino de "la intervención de los gobiernos para cambiar los partidos políticos y crear nuevos partidos", según Diniz.

Así "el desarrollo de la clase política actual tiene datos históricos, no es sólo un fenómeno coyuntural" y "el comportamiento de los políticos no está fuera de esta visión".

En el futuro, añadió, aún embargo, que "hubo un papel relevante de los partidos durante la transición del autoritarismo a la democracia". Sin ellos tal vez no hubieran sido posibles, prosiguió.

Añadió que en estos momentos el sistema se caracteriza por "un profundo grado de fragmentación, un alto grado de heterogeneidad en los grandes partidos (con continuos conflictos entre sus facciones), el intenso reclutamiento parlamentario (por sucesión de legisladores o por pases incorporatorios), la gran dificultad para definir perfiles claros y programáticos, la inconsistencia de la lealtad de los electores en cada elección y un deterioro de la organización nacional de los partidos con un fortalecimiento simultáneo a nivel de los estados".

Perspectivas

Finalmente, Pinto, que expuso un largo análisis sobre todo el espectro político brasileño y las posibilidades electorales, opinó que "las elecciones presidenciales no cambiarán el cuadro político partidario, ni la historia de los partidos políticos en Brasil, como por arte de magia, pero, sin duda, el futuro de los partidos depende mucho del resultado, en la medida que puede quebrar estructuras partidarias viciadas por el autoritarismo del Estado, por el clientelismo, aumentando las posibilidades del crecimiento de partidos más obligados a responder demandas de la población electoral".

EL DIA 30/6/89

01.01

8906876

Congresso recebe projetos contra a crise

BRASÍLIA — O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, articulador de um pacto político que visa a superar a crise econômica e a ameaça de hiperinflação, recebeu ontem três propostas diferentes — de autoria dos deputados César Maia (PDT-RJ) e Ricardo Fiúza (PFL-PE) e de um grupo de empresários da Federação das Indústrias de São Paulo, Fiesp — que têm por objetivo final garantir a eleição de governo e a entrega, num clima de estabilidade política, de um país governável ao sucessor do presidente Sarney.

Apesar da posição de seu partido, que se recusa a participar do pacto, César Maia apresentou ao senador o seu programa para a estabilização da economia, propondo a adoção de uma política fiscal de emergência. Segundo o deputado, com essa medida o governo produziria um superávit fiscal de cerca de NCz\$ 23,6 bilhões. No conjunto de medidas políticas e econômicas propostas por Ricardo Fiúza estão a troca da suspensão das greves pela estabilidade no emprego a todos os trabalhadores, até maio de 1990. A proposta de Fiúza, que é presidente da Comissão de Economia da Câmara, tem alguns pontos em comum com a dos empresários da Fiesp, como, por exemplo, ao que sugere a venda de todos os imóveis da União que não sejam diretamente utilizados para os serviços do Estado.

Sacrifícios — O documento levado ao gabinete de Nelson Carneiro pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, foi assinado por 84 empresários de todo o país, numa reunião promovida por Amato e realizada no último dia 14, em São Paulo. Ao seu lado, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Menezes, acrescentou que a maior quota de sacrifícios deve partir do

aparelho de Estado, que "precisa reduzir o seu tamanho".

Menezes, sem revelar muito otimismo em relação ao pacto patrocinado pelo Congresso, acredita que a gravidade da situação econômica será capaz de empurrar os políticos para um entendimento com a sociedade. "Quando está pegando fogo numa floresta, a onça e o veado correm para a mesma toca. Somos todos passageiros do mesmo barco. Como não dá para fazer o pacto da inteligência, vamos fazer o pacto da crise", disse ele. O presidente da Federação Brasileira de Bancos, Léo Cochrane, era um dos poucos a mostrar-se otimista com a possibilidade desse entendimento em estudo no Congresso. "A inflação está beirando os 20 %, e isso pressiona as pessoas, cria a necessidade de um acordo. Por isso o momento é tão propício ao entendimento", disse ele.

Acontece que os próprios presidentes de partidos que, há um mês, vêm se sentando a uma mesa de negociações com Nelson Carneiro, não estão muito seguros do que desejam para constituir um acordo. O deputado Delmir Neto (PDS-SP), que tem participado de todas as reuniões, define ironicamente o que tem sido feito até agora: "Temos conversado sobre generalidades".

Na última reunião de Nelson Carneiro com os presidentes dos partidos políticos, o que mais se discutiu foi a necessidade de que a sociedade indique até o próximo dia 30, ao presidente Sarney, um superministro extraordinário da economia, que teria a função de executar o que viene a ser proposto pelo pacto, com o que não concorda o deputado Ricardo Fiúza. "Isso é bobagem", disse. "Os ministros da Fazenda e do Planejamento não permaneceriam, o presidente Sarney teria de renunciar e estaria implantado de fato o parlamentarismo."



Amato marca distanciamento do governo

Com a desistência do deputado Carlos Alberto Caó (RJ) de disputar a candidatura a vice-presidente, o pernambucano Fernando Lyra, preferido de Brizola, foi indicado companheiro de chapa do líder pedetista

Convenção do PDT confirma Brizola. Lyra será o vice

Como esperado, as candidaturas de Leonel Brizola e Fernando Lyra a presidente e vice-presidente foram homologadas ontem na convenção do PDT, em Brasília. Dos 238 convençãoistas, 213 votaram e 211 confirmaram a candidatura do líder pedetista e dois votaram em branco. Para vice, dois votaram em branco e cinco anularam o voto. A pedido do ex-governador, o deputado Carlos Alberto de Oliveira Caó desistiu de disputar a indicação à Vice-Presidência. O senador Mauro Borges, presidente do PDC, e o ex-governador do Ceará, Gonçaga Mota (PTB) participaram da mesa como visitantes de outros partidos.

Em seu discurso, de uma hora e 10 minutos, Brizola advertiu a militância para os problemas que o clima de "já ganhou" pode trazer para a campanha e mandou seu recado às lideranças que disputam espaço e prestígio político nas unidades regionais do partido, prejudicando a campanha. Destacou que será duro mas prudente no tratamento desses casos e advertiu que poderá até dissolver os diretórios e substituí-los por comissões de campanha. O discurso teve um tom de orientação aos militantes de como conduzir os trabalhos de campanha e ressaltou a necessidade de formar comissões provisórias municipais para, sobretudo, fiscalizar e garantir os votos dados ao PDT.

Ao discursar já como candidato a vice-presidente, às 17h15min de ontem, Fernando Lyra disse que a ditadura vai acabar somente com a posse de Brizola. "Minha candidatura é um serviço a favor de Brizola e da unidade do PDT", comentou, ao mesmo tempo que agradeceu a Caó por sua compreensão ao retirar a pré-candidatura.

Problema

A escolha de Lyra, que vinha coorde-



Brizola discursa. Lyra e Marcelo Alencar acompanham

nando a campanha, para candidato à Vice-Presidência, criou mais um problema para o partido. As principais lideranças do PDT se dividiram entre mantê-lo na função e substituí-lo. A dificuldade, no entanto, está sendo encontrar um nome para assumir a função. Os que defendem a sua saída acham que, como candidato, ele não pode acumular mais essa posição de destaque na campanha presidencial. Na verdade, é um desdobramento da disputa interna de poder que se iniciou com o processo de escolha do vice.

O líder na Câmara, deputado Brandão Monteiro, informou que o deputado Fernando Lyra vai continuar na coordenação da campanha do PDT, sobretudo agora que está em posição de destaque

como candidato a vice de Brizola. Segundo ele, as questões de setores do partido estão ocorrendo por pura chance.

Na madrugada de domingo, Brizola reuniu a Executiva Nacional do partido para discutir a escolha do candidato que comporia com ele a chapa do PDT. O primeiro secretário do partido, Nelva Moreira, defendeu a candidatura de Caó para fazer frente a Lyra, preferido do candidato. A Executiva, entretanto, acabou a posição de Brizola e só Nelva continuou contra a indicação de Lyra. Os quadros mais antigos do partido, principalmente os que acompanham Brizola desde 1964, não se conformavam com a escolha de Lyra, que está há pouco mais de um ano no PDT. (AG/Brasília-ZH)

Candidato critica as divisões internas

Por VALÉRIO BRITTO
Brasília/ZH

O ex-governador Leonel Brizola, no início da noite de ontem, ao ser aclamado candidato do PDT à sucessão presidencial, fez uma crítica à forma como sua campanha vem sendo conduzida e pediu que as divisões internas dentro do partido dêem espaço a uma maior abertura da atividade partidária. "A campanha deve ganhar as ruas, o clima de já ganhou de nada adianta, nem fará com que o nosso partido seja o vencedor", desabafou Brizola, assim mesmo arrancando palmas efusivas de uma platéia que lotava as galerias e o plenário da Câmara.

Brizola falou por quase duas horas,

sendo interrompido frequentemente não só por palmas, mas também por uma série de palavras de ordem, como "já ganhou" e "um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos o Brizola presidente do Brasil". Além de aclamado pelos convençãoistas pedetistas, o candidato recebeu uma série de mensagens de apoio, como a do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães (PTB). A deputada Beth Azize, eleita pelo PSB do Amazonas, hoje no PSDB, declarou seu apoio a Brizola da tribuna.

Numa crítica ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, Brizola condenou "esse moderninho" e convidou seus correligionários e simpatizantes para que partam para o corpo-a-corpo, num trabalho de convencimento de todos os segmentos da sociedade de que ele é a

melhor solução para o País. "Essa é a forma de chegarmos à Presidência. De contrário, depois de terminada a eleição, vamos ficar reclamando ao nos esquecermos de que eles vão continuar no poder", prosseguiu o ex-governador, com a concordância da assistência.

Para Brizola, o PDT não pode ser um partido fechado, mas que receba os que desejarem caminhar junto na corrida sucessória. Ao final de seu longo discurso, todos cantaram o Hino Nacional e o Hino da Independência, de mãos dadas sob o olhar emocionado de muitos. Encerrando a convenção, os pedetistas deram prosseguimento a um verdadeiro carnaval dentro do Congresso Nacional, ao som de músicas que faziam alusão a Brizola e à vitória na eleição presidencial. (Brasília/ZH).

022

Fiúza pede medidas duras 24/8/89

A proposta do presidente da Comissão de Economia da Câmara, Ricardo Fiúza (PFL-PE), será apresentada em forma de projeto de lei e é resultado de uma série de consultas a empresários, economistas, deputados e senadores, que Fiúza começou a articular em maio. O deputado pretende que o Executivo tenha a responsabilidade de implantar as medidas, sem que elas interfiram nas prioridades do governo, mas nem nos planos do futuro presidente. Entretanto, pela proposta, a vigência das medidas terminaria 45 dias após a posse do novo presidente.

O projeto de lei contém medidas que atingem os setores da economia e exigem a participação de empresários, trabalhadores, governo e Legislativo. Entre as propostas que atingem os empresários estão a elevação em 30% da contribuição à Previdência, a volta do imposto sobre Operações Financeiras e criação de um conselho para acompanhamento de preços.

Aos trabalhadores seria imposta a suspensão da devolução do Imposto de Renda, a correção monetária da tabela do imposto na fonte e o aumento da contribuição previdenciária em 2%. O Executivo teria que regular os preços das tarifas públicas. Embora, segundo Fiúza, isso aumente a inflação, evita a hiperinflação porque garante recursos ao go-

verno para a rolagem da dívida interna e evita a emissão de moeda. Medidas — Em 60 dias, o governo teria de vender todos os imóveis não utilizados e ficaria proibido de contratar, requisitar, preencher vagas ou conceder vantagens (que não sejam os reajustes normais) salariais ao funcionalismo. O governo ficaria impedido também de realizar novas obras e iniciar programas, enquanto mantiver os que estão em andamento dentro dos orçamentos previstos. A parte que caberia ao governo cumprir inclui a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, depositando os juros como reserva em instituições multilaterais para serem usados pelo próximo governo.

Além de fiscalizar a execução do plano, caberia ao Congresso: fixar por lei a forma de calcular a inflação e proibir qualquer aumento global de despesas. Há duas medidas neste projeto de lei que o presidente da Comissão de Economia considera fundamentais: um acordo para a suspensão das greves até 31 de maio de 1990, com a estabilidade no emprego para todos os trabalhadores durante igual período e a garantia jurídica aos poupadores e detentores de títulos públicos e privados de que não haverá confisco, congelamento, troca compulsória ou qualquer outra forma de pagamento que não seja em dinheiro.

f. 80a

Fiesp exige muito do governo

O presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, entregou, em nome de um grupo de 88 empresários paulistas, ao presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, um documento com propostas para um programa mínimo de governo "que assegure a estabilidade institucional e garanta a evolução normal do processo sucessório". No projeto, os empresários exigem muito pouco de si mesmos, nada dos trabalhadores e muito do governo.

De acordo com assessores da Confederação Nacional das Indústrias, o gesto dos empresários foi para marcar posição de apoio ao Congresso, e demonstrar um distanciamento do governo, a quem se voltam a procurar quando houver mudanças na equipe econômica. Ou seja, querem a demissão dos ministros da Fazenda e do Planejamento. Algumas medidas que prevaleceram no documento já constavam do trabalho que haviam elaborado em conjunto com o deputado Ricardo Fiúza.

Sugestões — As sugestões dos empresários não aproveitadas no projeto de Fiúza são: reduzir os salários de pessoal até o máximo constitucional de gastos no limite de 65% da arrecadação; garantir a confiabilidade e a independência dos órgãos que aferem o indicador da economia; assegurar à nação

que títulos públicos serão honrados nos seus prazos de vencimentos e que a moeda não será emitida, mediante rigorosa observância da capacidade monetária.

E ainda: garantir gestão profissional para as empresas estatais produtivas, sem determinação explícita para que sejam administrados seus déficits sem apelo a recursos por parte do poder público. Criar a política cambial para ser um aliado do industrial. E, por fim, garantir que os salários sejam pagos e que os serviços sejam prestados para os quais foram criados.

As sugestões de outros empresários: fiscalização independente das metas de austeridade; compromisso de não propor ou aprovar qualquer aumento de déficit global além do que já consta no orçamento de 1989; garantia para os salientes das classes trabalhadoras, nos casos de menor renda, de fonte e garantir seu poder aquisitivo. Aos empresários, cabe continuar investindo, com recursos próprios, nas suas atividades econômicas; apoiar uma política de formação profissional das indústrias através da redução das barreiras que impedem o acesso de técnicos e engenheiros de nível médio secundário. E, finalmente, apoiar a política de apoio de subsídios e incentivos dentro do limite constitucional.

Maia quer um superávit fiscal

O deputado César Maia propõe que o governo produza um superávit fiscal de cerca de NCz\$ 23,6 bilhões, com uma política fiscal de emergência, que prevê que os recursos excedentes de empresas e pessoas físicas sejam aplicados compulsoriamente em títulos públicos com prazo de dois anos.

Existem setores da economia que utilizaram recursos financeiros significativos e que não serão investidos no processo produtivo, na avaliação do deputado e, por isso, poderiam ser utilizados pelo governo para acuar o déficit público operacional que inclui as despesas financeiras, mas desconta as correções monetária e cambial da dívida. Esses recursos seriam aplicados em títulos públicos com correção monetária pelo IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado Financeiro) e juros, com garantias reais, como o poder de pagar impostos com esses papéis ao final de dois anos. O mesmo mecanismo seria utilizado para os títulos públicos em poder do mercado atualmente, a fim de aumentar os prazos de aplicação para dois anos e com a limitação de que cerca de 50% a 70% não poderiam ser renegociados no overnight.

O deputado propõe também a suspensão da concessão de incentivos fiscais e subsídios por um ano, a centralização de todos os caixa do setor público, inclusive das instituições financeiras oficiais sob um único comando e que os desembolsos só sejam efetuados na medida em que entrem recursos. Essas medidas visam a produzir um superávit primário que exclui as despesas financeiras, capaz de cobrir justamente os gastos do governo com juros e rolagem da dívida pública.

A política cambial do programa prevê desvalorizações do cruzado novo para recuperar defasagens, igualar a taxa de câmbio para



César Maia

remessas de lucros e dividendos à praticada no câmbio turismo, redução das tarifas de importação e maior facilidade para importações. Com essa última medida, o deputado prevê que a inflação poderá cair, já que o mercado interno estaria exposto à concorrência dos produtos importados. O programa de César Maia propõe ainda a correção de preços e tarifas públicas acima da inflação para corrigir defasagens e uma redução programada da liquidez — excesso de dinheiro em circulação — para que os agentes econômicos possam discutir uma política de rendas. Ao final do programa de estabilização haveria nova troca de "moeda", e a criação da correção monetária para o período.

8906881

98

Lei de greve que Congresso aprova contraria governo

José Roberto Serra — 21.10.89



Posta no debate a proposta de lei de greve

BRASÍLIA — O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto de lei que regulamentará o direito de greve. A regulamentação contraria em pontos fundamentais a Medida Provisória 59 encaminhada pelo governo ao Legislativo, como a derrubada da exigência de quórum em assembleia, equivalente a "um terço dos sindicalizados". Se o presidente José Sarney sancionar a lei, a possibilidade de quórum para a declaração de uma paralisação será definida pelo estatuto do sindicato.

O texto considera como atividades essenciais, nas quais deverão ser mantidos os serviços considerados indispensáveis para a comunidade, o tratamento e abastecimento de água, produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustível, assistência médica e hospitalar, distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos, serviços funerários, transporte coletivo, captação

e tratamento de esgoto e lixo, telecomunicações, guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares, processamento de dados ligados a serviços essenciais, controle de tráfego aéreo e compensação bancária.

Da lista apresentada na medida provisória foram retirados os serviços de carga e descarga portuária e aeroportuária, os serviços postais, de processamento de dados ligados à administração pública, de guarda, uso e controle de informações tecnológicas relevantes, e os serviços prestados pelo Banco Central. Pelo projeto do Congresso, o sindicato, em negociação como empregador, deverá também garantir os serviços indispensáveis para manutenção de bens e equipamentos das empresas. Os trabalhadores deverão comunicar a realização da greve com 72 horas de antecipa-

dência, nas atividades essenciais, e com 48 horas naquelas não incluídas na lista.

Foi eliminada também a convocação civil, prevista na medida provisória, para garantir os serviços em atividades essenciais, e a penalização de dirigente sindical por atos criminosos praticados durante a paralisação, mesmo que por terceiros. O projeto define como abuso do direito de greve a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho e proíbe o locaute — paralisação das atividades pelo empregador.

O projeto de lei aprovado é o mesmo que no final de maio causou desentendimento entre os partidos no plenário e acabou não sendo votado, o que levou o governo a reeditar a medida provisória porque o prazo de votação já havia se esgotado.

Votação é marcada por protestos

Com grande tumulto, o Congresso Nacional votou a regulamentação do direito de greve, proposta em projeto elaborado pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG) e aprovado antes em comissão mista. O presidente do Senado, Nelson Carneiro, que conduzia os trabalhos, foi acusado pelo líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, de autoritarismo e de ter perdido "a compostura e a dignidade". O projeto foi aprovado na Câmara por 244 votos a

favor, 82 contrários e quatro abstenções. No Senado, a votação foi simbólica, apenas com votos capangas de dois senadores.

A confusão se instalou desde o início, com os partidos de esquerda tentando obstruir a sessão e provocar o adiamento da votação. Com um requerimento, o PMDB conseguiu o encerramento da discussão. Os partidos de esquerda — PT, PDT, PCB, PC do B e PSB — reagiram com um requerimento pedindo preferência para que três outros projetos fossem votados antes do de Ronan Tito. A votação deste requerimento se dá por aclamação, mas Nelson Carneiro nem olhou para o plenário para rejeitá-lo.

Em seguida foi votado o projeto que ressalva para os destaques (votação em separado de emendas ao projeto). O senador Ronan Tito acatava

negociar apenas um deles, que exclui das atividades essenciais a compensação bancária, mas Carneiro colocou-os em votação apressadamente, rejeitando todos eles em oito minutos, também por aclamação. Os líderes dos partidos de esquerda protestaram e o presidente do Senado cortou os microfones de apertar quando Vivaldo Barbosa pediu verificação de quórum.

"Isso é uma brincadeira", gritava o deputado Paulo Paim (PT-RS). "Esta votação é ilegal e recorremos ao Supremo Tribunal Federal", ameaçava Virgílio Guimarães (PT-MG). As bancadas de esquerda se retiraram do plenário em protesto e não ouviram os discursos de solidariedade do senador Nelson Carneiro, principalmente o do líder do PMDB, deputado Iben Pinheiro, muito aplaudido pelos parlamentares que ficaram.

f.9a

8906883

26/6/89

JORNAL DO BRASIL

Opini

A aposta de Waldir Pires

Ricardo A. Sotti

O ex-governador da Bahia e candidato a vice-presidente da República pelo PMDB, Waldir Pires, é um homem preocupado com o futuro das frágeis instituições do país. "Se não houver uma grande mobilização da sociedade, elas estarão em sério risco", adverte, sem que o peso do diagnóstico afete a mansidão da fala, um de seus traços pessoais. É por aí que, em suas andanças pelo país por conta própria ou em companhia do cabeça-de-chapa do partido, o doutor Ulysses Guimarães, o ex-governador explica sua postura pessoal na sucessão.



O PMDB, com os desvios que um inchaço artificial possa ter acarretado, acredita Waldir Pires, ainda é o principal instrumento das mudanças que se tornam inadiáveis no país. Trata-se, enfim, de um partido que é patrimônio de muita gente, construído ao longo dos anos por amplos setores da sociedade, que não pode e não deve ser maltratado. Foi um partido edificado na adversidade e na luta, passou por provas terríveis e ainda pode voltar a suas origens.

É por apostar neste PMDB promotor de mudanças que o ex-governador, sucessivamente, participou com o Novo PMDB da convenção do partido que aliou os moderados do comando, lutou por sua própria candidatura a presidente e, depois, diante do compromisso que recebeu do doutor Ulysses de propagar por seus principais pontos de vista pró-mudança, decidiu compor-se com ele, como vice, para enfrentar o duro páreo presidencial.

Waldir Pires não fala muito sobre isso, mas poderia ter percorrido outros caminhos pessoais menos ásperos. Era só fazer um sinal, por ténue que fosse, em direção ao PDT, por exemplo, e ele muito provavelmente seria o vice de Leonel Brizola, recebido como herói. Ele poderia também ter-se afastado da candidatura do PMDB do governo da Bahia tão duramente conquistado em 1986, ao que ele denomina de "foças do alano", para alinhar com a candidatura do senador Málio Cavas, do PSDB, que há dois ou três meses andava empacando ao agora favorito Fernando Collor de Mello nas prévias. Hoje, os tucanos certamente não estariam na anemia em que se encontram nas pesquisas eleitorais, se o ex-governador da Bahia tivesse, com seu apoio a Cavas, aberto a trilha para um cortejo de colegas de outros estados fazerem a mesma coisa.

Waldir não ignora que esse cenário poderia ter ocorrido. Fala com carinho dos tucanos, cujas expectativas em relação a seu nome atribui sobretudo às afinidades que não esconde ter com os principais comandantes do PSDB. Mas acha que os "companheiros tucanos" se precipitaram ao deixar o PMDB, e ressalta: "De minha parte, sempre insisti em que a luta deveria ser travada dentro do partido." Tal convicção esteve fortemente presente quando se ofereceu a alternativa de deixar o PMDB: Waldir sabia que sua saída racharia o partido e põia em risco as vitórias que a ala "progressista", somada aos ulysistas, vinha acumulando e que — acredita — poderão levar a uma mudança no perfil perdedorista.

Ao ex-governador, obviamente, também não escapa a magnitude regional de sua decisão de deixar o governo da Bahia a quase dois anos do final do mandato, e após ter ultrapassado a fase política e administrativamente mais dura de sua gestão. Um estado falido, que gastava com a mera manutenção de sua máquina 120% de tudo o que arrecadava, teve suas finanças disciplinadas a ferro e fogo, mesmo em meio a um cruel cerco infligido pelo governo federal. Uma máquina superdimensionada, com 260 mil funcionários, foi enxugada para 190 mil, a um pesado custo político inicial, num estado onde o clientelismo virtualmente começou com a chegada das naus de Cabral. Agora, justo agora, quando começaria a soprar a brisa de uma certa bonança — o presidente José Sarney está a meses de deixar o Planalto, a reforma tributária empreendida pela Constituinte começa a irrigar de forma mais generosa os cofres estaduais —, Waldir está fora do poder.

F. Pa
(OP. PP)

8906884

01 - 02

O ex-governador acha que a luta vale a pena e o preço. Além de considerar que presidiu a uma mudança de práticas políticas na Bahia — “Não nomeei um único funcionário público, um sequer”, orgulha-se —, Waldir entende que é preciso que os líderes políticos corram riscos para ajudar a construir aquilo de que o país é mais carente: instituições fortes. Com prudência, julga que a subida das preferências pelo PMDB nas pesquisas já pode ser resultado da fermentação processada no interior do partido. Com um reticente, quase preocupado, otimismo já consegue enxergar uma centelha de ânimo entre a militância do PMDB, cuja conquista é o primeiro objetivo estratégico da chapa Ulysses-Waldir. “Em minhas andanças, tenho encontrado o desejo dos quadros do PMDB de voltarem a ter orgulho do que foram, do que sonharam para este país”, descreve.

O fenômeno Fernando Collor de Mello, é claro, torna-se objeto inescapável de qualquer conversa com um candidato. E Waldir Pires se preocupa com ele. Opina que o problema, com a candidatura do ex-governador de Alagoas, não é apenas “o vazio de sua proposta ou mesmo a falta de qualquer proposta mais consistente para o Brasil”, mas o fato de ter-se tornado o estuário de um voto puramente emocional, fruto da polarização de um sentimento anti-Sarney. E Waldir acha que “nada nesse rapaz e em sua biografia” o credencia para o papel que a ele se está atribuindo, “passa a imagem que se coloca nele”. Para o ex-governador, Collor foi prefeito bônico em pleno governo militar, fruto de um “acordo de oligarcas”, foi um deputado federal que não ofereceu uma única contribuição valiosa sequer, em qualquer setor da vida nacional, um político que, com sua atuação, “zombou do Congresso” e que, agora, faz “um perigoso discurso contra os políticos”.

Mas o ex-governador baiano pretende mesmo por ora é ajudar a arrumar a própria casa. Ele vê como três os problemas básicos, cruciais do país, para o qual o PMDB deve oferecer propostas claras na campanha: o monstro da inflação, que ameaça levar o país ao caos, a mastodônica dívida externa, que esgota os recursos para qualquer tentativa de se investir em desenvolvimento, e a necessidade de uma profunda, dramática reforma fiscal, que permita pôr fim a um processo pelo qual o Estado em crise paralisa a sociedade, impede que o Brasil cresça e anula as chances de se buscar melhores condições de vida para a população. Tem lutado para que seu partido enfatize de forma clara as formas de atacar esses e outros problemas num futuro governo pemedebista e, em seus contatos em diferentes estados, seu trabalho concentra-se na complementação da costura interna do PMDB, como primeiro passo para o 15 de novembro.

Os resultados scitados até agora convencem-no de que está fazendo a aposta certa.

Ricardo A. Satti é editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo

OSP

F. P. de
(PP. PP.)

Jânio Quadros admite voltar atrás. Outra vez

24 27/6/89

O ex-prefeito Jânio Quadros prometeu ontem ao deputado estadual Antônio Carlos de Campos Machado, secretário-geral da Executiva Regional do PTB, reexaminar a decisão de não mais candidatar-se à Presidência da República, depois que acertar a sua filiação ao PFL, provavelmente esta semana. Jânio retirou sua candidatura pelo PSD no dia 27 de maio, alegando problemas na visão.

A informação foi prestada ontem pelo parlamentar, logo depois de falar por telefone com Jânio, que se mantém recluso em sua residência, no Bairro do Morumbi, em São Paulo. Campos Machado disse que Jânio deverá passar nos próximos dias por novos exames médicos para saber como está a recuperação de seu olho esquerdo. "Ele foi surpreendente. Quando lhe cabei a volta à campanha presidencial, admitiu essa possibilidade, ao dizer que se o momento exigir, ele pode reexaminar a questão", disse Campos Machado.

Mãe e advogado Cláudio Lombo, da Executiva Regional do PFL e uma das pessoas mais íntimas de Jânio, negou ontem, mais uma vez, a intenção de Jânio Quadros de voltar a entrar na disputa pela sucessão presidencial. Ainda esta semana, Jânio deverá reunir-se em sua casa com o senador Marco Maciel e com o pré-candidato do PFL, Aureliano Chaves. (AG)

01.01

8906886

292

F. Pa.

POLITICA

ZH Brasília/Securcal RNS

ZH 24/6/89

A hora do plano de emergência

A maior preocupação dos empresários é o risco da hiperinflação. A declaração do presidente da Fiesp, Mário Amato, não poderia ser mais objetiva. Sem ser excessivamente alarmista, a verdade precisa ser dita claramente para que todos tenham consciência do que pode ocorrer, caso não sejam tomadas algumas providências. O pacto anti-inflação, proposto pelos empresários com o apoio dos partidos políticos, pode não alterar a trajetória da economia, mas talvez se converta numa necessidade futura.

O documento dos 85 empresários foi considerado tímido e sem envigadora para conter a hiperinflação. Embora se possa concordar com as críticas ao documento e a iniciativa dos empresários, é preciso frisar que alguma coisa deve ser feita. O empresariado precisa ter perspectivas para continuar movimentando seus negócios e, diante da inércia do governo, não tem outra alternativa senão tentar um acordo com as lideranças políticas nacionais, embora a obrigação de governar seja do executivo.

Os próximos 40 dias serão decisivos para saber se o País vai mergulhar ou não no

processo hiperinflacionário, disseram os economistas presentes na reunião do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, no Rio de Janeiro. São com dados como estes que os empresários trabalham. Preocupados com essas e outras projeções e com os problemas atuais, os empresários propõem austeridade para o governo e algumas medidas para melhorar a situação da economia. Em contrapartida, o empresariado se compromete a continuar investindo, com recursos próprios, para garantir o desenvolvimento da atividade econômica.

Medidas mais fortes na área fiscal e monetária são necessárias, assinala o deputado José Serra que tem participado das reuniões. De fato, a inflação, que tem resistido a vários planos heterodoxos e ortodoxos, não será contida pelas medidas genéricas apresentadas pelo empresariado. Mas, elas podem ser a base para novas propostas que evoluirão para o plano de emergência nacional. Pelo andar da carruagem, não há como fugir da discussão do plano de emergência para economia.

IVONE CASSOL
(Interim)

FIATALLIS
TRATORES, PÁS CARREGADERAS

SODIMEX

NOVO PACTO

Medidas mais energéticas

Sugestão foi levada pelos empresários ao Congresso Nacional

O presidente do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro, e representantes de nove partidos, exceto PC do B, PT e PDT, receberam ontem dos dirigentes das Federações das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, e do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, um documento contendo as principais sugestões do empresariado para o pacto antinflacionário. O documento de seis páginas, assinado por 85 empresários, deixa claro que é preciso estabelecer um programa mínimo de governo que "assegure a estabilidade institucional e garanta a evolução normal do processo sucessório até o primeiro mês de mandato do futuro presidente da República". Afirma que é preciso evitar a escalada hiperinflacionária. Para isso, sugere que o governo federal demonstre disposição de conter o déficit público, mediante a aplicação de medidas austeras e energéticas.

Os empresários esperaram pelo senador Nelson Carneiro por mais de uma hora, no gabinete da presidência do Congresso. O documento alinha nove pontos que os empresários, reunidos no último dia 14 em São Paulo, consideram indispensáveis na formulação de um

novo plano de estabilização econômica, pelo Executivo. O presidente da Fiesp, Mário Amato, ressaltou durante a leitura do texto que é preciso "realinhar criteriosamente as tarifas e preços públicos, que se encontram defasados". Para os empresários é preciso mudar as regras da política econômica, garantindo confiabilidade ao indexador econômico (BTNF), vender, em caráter imediato, os imóveis e ativos societários não utilizados pelo governo; além de reduzir o número de funcionários públicos, até que os gastos com pessoal atinja o limite de 65% da arrecadação, como determina a nova Constituição.

No documento os empresários pedem ainda que os títulos públicos sejam honrados nos seus prazos de vencimento, mediante rigoroso controle da expansão monetária.

Querem também uma correção na política cambial, reduzindo a diferença entre o dólar oficial e o paralelo; a aplicação dos fundos sociais restrita à finalidade para os quais foram criados. Além disso, que as empresas estatais não sejam socorridas pela liberação de

recursos quando apresentarem problemas de caixa.

Este elenco de sugestões devem ser incorporados pelo governo. O Congresso, por sua vez, deveria transformar em leis as propostas e se incumbir de realizar uma efetiva e rigorosa fiscalização para cumprimento das metas propostas.

A reação dos parlamentares foi imediata. Os economistas dos partidos foram unânimes no entendimento de algumas propostas do empresariado são realimentadoras da inflação.

A discussão envolvendo os presidentes de partidos políticos é permanente até que o Congresso chegue a um elenco de sugestões para apresentar ao governo. Segundo o senador Nelson Carneiro, esta tentativa de encontrar medidas para superar a crise econômica está envolvendo 97% dos partidos com representação no Senado e 89% dos com assento na Câmara, o que equivale de 80% das forças políticas contidas no Congresso Nacional. Além dos empresários, o senador afirmou que o Congresso pretende ouvir os trabalhadores e entidades civis como ABI, OAB e CNBB. (Brasília/ZH)

PROGRAMA MÍNIMO

Estes são os nove pontos do documento para o pacto antinflacionário elaborado pelo empresariado:

- 1 - Garantia de que o governo não mudará as regras da economia
- 2 - Inteira confiabilidade ao novo indexador, o BTNF
- 3 - Venda imediata dos imóveis não utilizados pelo governo
- 4 - Demissão de funcionários até que a folha de pagamento se situe dentro dos 65% da receita

5 - Que os títulos públicos sejam honrados nos seus vencimentos

- 6 - Rigoroso controle da base monetária
- 7 - Correção na política cambial, reduzindo a diferença entre o dólar no oficial e no paralelo
- 8 - Aplicação dos fundos sociais restrita à finalidade para os quais foram criados
- 9 - Nenhum socorro financeiro às estatais com problemas de caixa

Brizola em campanha

A estrutura nacional do PDT não levou ao plano a confirmação do ex-governador Leonel Brizola e do deputado Fernando Lyra, mas para uma mobilização partidária sobre a mobilização política em todo o país. Atentando para as dificuldades conjunturais, a crise econômica e a organização política, as principais lideranças partidárias aproveitaram o encontro de todos em Brasília para passar em revista a situação. Brizola está impediado em que as estruturas estaduais e municipais façam parte da campanha e suas observações não se sentiram. A própria crise conjuntural foi objeto de estudo pelo presidente e sua cúpula, atento à consolidação da transição. A homologação do deputado Fernando Lyra que parecia política, diante do surgimento de outra candidatura, acabou não trazendo sequelas. A maior preocupação e interesse na reunião de Brasília se voltaram para o fortalecimento da campanha política, a partir da formalização da candidatura Brizola. O ex-governador dialogou muito sobre a estrutura partidária, mostrando seu interesse na ampliação do que existe oficialmente. O deputado Fernando Lyra, que vem atuando como articulador da campanha, teve seu nome adotado com naturalidade. Lyra participou da mobilização política em favor da candidatura Tancredo Neves e teve seu nome cogitado, de saída, para o ministério da Nova República como chefe da Casa Civil, mas acabou confirmado para a Pasta da Justiça, onde permaneceu certo tempo, mas já atritado com o Planalto.

PFL

A semana começa decisiva para o PFL diante do reaparecimento do ex-presidente Jânio Quadros e a insistência do ex-ministro Aureliano Chaves que pretende chegar à convenção como candidato, apesar de algumas resistências, decorrentes da disputa na prévia. O anunciado ingresso de Jânio não representaria, segundo alguns setores do PFL, necessariamente o seu lançamento. Ele embarra, de saída, na discussão interna e na decisão do Congresso em concordar com os vetos presidenciais, abrindo prazos para novas candidaturas e filiações. Mas representava um fator muito excitante no partido, sobretudo em áreas ligadas ao Planalto, ainda que possa soar como uma saída conciliatória entre as correntes. O grupo que apoia Marco Maciel ainda tem suas dúvidas a respeito.

Mobilização

O fim de semana foi muito movimentado politicamente. O Partido Verde, em convenção realizada em São Paulo, decidiu apoiar o candidato Luís Ignácio Lula da Silva, do PT, à Presidência enquanto o staff poemedebista se prepara para projetar a figura de Ulysses Guimarães. Há uma intensa movimentação nesse sentido e os próximos dias devem demonstrar essa preocupação. Aposta-se, no PMDB, num crescimento de Ulysses, diante das últimas pesquisas. Se isso acontecer o Partido ganharia argumentos para trabalhar em cima do candidato visando, no mínimo, ingressar no segundo turno, em condições de opção.

Carlos Fehlbeg

1

As idéias do candidato

As idéias do candidato

O candidato do PMDB à Presidência, Ulysses Guimarães, divulgou ontem, em Brasília, uma relação dos seus 20 mandamentos da campanha, no qual destacou como o mais importante o respeito à moralidade pública. "A corrupção é o cupim da República. Para o verdadeiro homem público, estátua. Para o corrupto, cadeira", diz uma das frases de Ulysses.

Os 30 mandamentos foram retirados de antigos pronunciamentos seus, abordando vários temas, desde a dívida externa até a ecologia. As principais frases de Ulysses serão impressas e distribuídas aos militantes peemedebistas em todo o País. Ulysses promete, se eleito presidente, seguir à risca uma frase do escritor Miguel de Cervantes: "Construí uma muralha entre meus apetites e minha honestidade".



Ulysses: dizendo o que pensa

O estilo de governar, segundo Ulysses, deve priorizar a ação. "Governar é decidir, a indecisão paralisa o Governo e o resultado no desredito popular", diz ele. E acrescenta: "Abaixo o governo fêmbus, ou o governo locomotiva velha de manobra, que apita muito mas não sai da estação". O candidato do PMDB ressalta também a eficiência de um governo e fala da importância das leis na democracia. Em outro de seus mandamentos o candidato do PMDB lembra a importância de uma democracia verdadeira: "Aumentar a participação social".

"A cidadania deve ter o tamanho do desenvolvimento. Cidadania é consumo

de massa. Voto sem feição, sem médico, sem cartilha, sem habitação, sem salvação, não é voto." Ulysses faz uma vigorosa defesa da livre iniciativa e diz que, excoetados os setores essenciais e estratégicos, a economia de mercado é constituinte das urnas livres".

Dívida externa e interna

Em relação à dívida externa, usada como parâmetros principais: "Dedido política e soberania; não estrangular o desenvolvimento, não obstar em risco as reservas, redução realistas do principal e dos juros, e adoção de juros fixos, para evitar o abuso de serem arbitrados pelos credores". Nos termos atuais, diz Ulysses, "a dívida externa é impagável", mas deve ser "evitado o contron-rol".

Sobre a dívida interna, Ulysses decreta como primordial "o saneamento das finanças públicas" e, ao falar da política salarial, destaca os salários crûdos pagos no Brasil, que estão "entre os mais baixos do mundo". Para o candidato "a reabilitação do poder aquisitivo do salário é artigo de fé para o PMDB, inclusive pela redistribuição de renda".

Ulysses prega a liberdade sindical, diz que o PMDB "tem a obrigação de completar a nova Constituição", elaborando as suas leis complementares e defende a ecologia com uma citação bíblica: "Deus deu a terra ao homem para trabalhá-la. Não para destruí-la." (AJB)

01.01

8906894

F 32
(PP. 2P)
(9 minutes)

Coluna do Castello

Grandes nomes para reforma válida

A amplitude da reforma e a necessidade de encontrar grandes nomes que se disponham a participar do governo são duas preliminares que estão sendo examinadas pelo presidente José Sarney e seus principais interlocutores na matéria. Aparentemente, o presidente está decidido a "compactar" o ministério para reduzir o número de pastas e racionalizar a aglutinação dos serviços federais. Ainda não progrediram, porém, as tentativas de aliciar figuras nacionalmente representativas para ocupar os grandes conglomerados administrativos que em tese deveriam surgir da formulação da reforma. O governo precisa de tais concordâncias para justificar-se perante ministros do PMDB e do PFL que terão seus projetos políticos truncados com o afastamento do ministério e precisam de motivos com que se expliquem junto às bases.



O convite ao empresário Antônio Ermírio de Moraes, segundo Raphael de Almeida Magalhães, que testemunhou o longo encontro dele com Sarney, no Palácio da Alvorada, seria para ocupar uma das duas pastas esquematizadas no projeto preferencial da reforma: Desenvolvimento Econômico, que engloba Indústria e Comércio, Agricultura, Tecnologia e Reforma Agrária, ou Infra-estrutura, envolvendo Minas e Energia, Transportes e Comunicações. Ermírio foi convidado como o grande executivo que se incumbiria do comando de um desses dois conjuntos, para dirigi-lo com sua experiência e para transmitir à nação a imagem de um novo governo. O empresário ficou sensibilizado com a iniciativa do presidente, mas alegou não ter conseguido resolver problemas da sua empresa e da sua família para abandonar suas atuais tarefas.

Não se sabe como se realizaram as sondagens junto a outro nome no qual se deteve o Palácio, o de Eliezer Batista, que também não estaria disponível para a missão. Raphael informa que, na sugestão de projeto que encaminhou ao presidente, o ministério da Fazenda é mantido e o Planejamento seria transformado numa secretaria da Presidência. Explica o ex-ministro da Previdência que sua participação no assunto é de natureza pessoal, por considerar que há uma grave questão a ser resolvida pelo governo, com a cooperação dos que podem fazê-lo. Por questão pessoal a Sarney e de uma avaliação da tarefa de sua geração põe-se à disposição para estudos e articulações que estejam ao seu alcance. Ontem mesmo voltou ele a estar com Sarney pela manhã e à tarde.

Thales Ramalho, na qualidade de assessor político da Presidência, examinou com Sarney a questão da repercussão da reforma no Congresso, definindo a idéia de que ou saem todos os atuais ministros com mandato parlamentar ou não se deve tirar alguns e deixar outros, pois isso afetaria a auto-estima dos políticos e seus projetos pessoais. Se o presidente tiver como aliciar em escala maior o novo ministério, tudo bem, pois a um critério geral não haveria como resistir, embora houvesse contrariedades, mas não diminuição de conceito de uns em relação a outros. Não há muita perspectiva de que permaneçam ministros como Leopoldo Bessone, Roberto Cardoso Alves, Ralph Biasi e outros, cujas pastas deverão ser comidas pelos novos grandes ministérios. Mas os titulares estão ainda inconformados e confusos, pois estão recebendo grande deferência pessoal de Sarney.

A questão da presidência da Câmara foi também examinada na conversa do presidente com Ramalho, para quem não é aconselhável que o governo dispute com candidato próprio a sucessão de Ulysses. Não é provável que haja no PMDB, por exemplo, 100 deputados fiéis ao governo, como alega o líder Carlos Sant'Anna, mas ainda que o cálculo seja correto não haveria certeza de que, vitorioso na bancada, o candidato sobrevivesse a um plenário de deputados tão marcados pela hostilidade a Sarney. Melhor seria o apoio da bancada fiel a um dos dois candidatos, mais provavelmente a Paes de Andrade. Coincidem Thales e Raphael na avaliação de que o presidente está realmente decidido a realizar uma reforma destinada menos a uma efetiva operação de governo do que a simbolizar sua disposição de arregimentar a nação para arrumar a economia, abatendo a inflação, o grande desafio.

092

F. P. A. (P. P.)
15/4/89 JORNAL DO BRASIL

Brizola pede a Righi apoio e sigla do PTB

BRASÍLIA — Num encontro há dez dias, no Rio de Janeiro, com o líder petebista Gastone Righi, o ex-governador Gonzaga Motta e os senadores Carlos De Carli (AM), Carlos Alberto (RN) e Olavo Pires (RO), Leonel Brizola disse que precisa do apoio do PTB para ganhar a eleição presidencial. Sem mencionar o processo que, há dez anos, o confrontava com Ivoete Vargas no Tribunal Superior Eleitoral, em disputa pela sigla PTB, o candidato do PDT disse a esses petebistas que sua vitória na eleição de novembro passa pela "unidade trabalhista".

"O Brizola disse que essa unidade é essencial e ele tem razão. A união do PTB e do PDT nessa candidatura realiza dois milagres — primeiro, nos coloca numa posição de centro-esquerda; depois, põe o PDT como um partido reformista e não revolucionário", explica o líder Gastone Righi. Ele está convencido de que, numa coligação com o PTB, Brizola "reflui no seu socialismo e vai para uma posição centro-esquerdista", que é onde o PTB está ansioso para chegar. "Não podemos continuar na radical posição de direita, quando somos uma legenda trabalhista, que defende a massa trabalhadora", explica-se Righi.

"Lobisomem" — Ele lembra também que, apesar de ter dado apoio político ao governo do presidente Sarney, o PTB não recebeu qualquer compensação material do governo. Apoiado Brizola, ele argumenta que ninguém do seu partido precisará modificar o discurso, havendo para o candidato petebista a vantagem de ter o apoio de uma legenda que é vista como conservadora. "O Brizola precisa do aval de um partido

que já se acreditou ante a opinião pública como sustentador de um regime. Isso mostra que o Brizola não é perigoso, não vira lobisomem em noite de lua cheia", diz o líder do PTB.

Desde a reunião de dez dias atrás, com Leonel Brizola, Gastone Righi vem conversando com os integrantes do seu partido sobre as reais chances de o candidato petebista ganhar a eleição com o apoio do PTB. Mas o que ele mais tem ouvido entre os 30 representantes do partido no Congresso é que o bom senso agora manda que se aguarde a convenção do PMDB. Muitos estão dispostos a apoiar Quéricia, caso ele chegue a ser candidato e há quem se incline também para Iris Resende. A esses indecisos, Righi tem dito que a melhor sociedade é com o PDT: "Os socialistas e a direita não vão somar com a gente; e não podemos continuar empurrados para essa desafortunada centro-direita, que não é a nossa posição", diz ele.

Tentando barrar essa influência que Brizola começa a desenvolver dentro do PTB, o senador Affonso Camargo trabalha para convencer o partido de sua viabilidade como candidato à Presidência da República, mas os que estão ao lado de Righi acham que seu intento consiste apenas na disputa ao governo do Paraná, em 1990. "Você não pode dizer a uma mulher que ela é velha a feia, assim como não pode dizer ao Affonso Camargo que ele não é candidato. Mas ele não é", sustenta Gastone Righi. De 62 prefeitos que o PTB tem no Paraná, 45 deles assinaram um manifesto de apoio à candidatura de Alvaro Dias à Presidência da República.

A esquerda vai à luta

Brizola ataca Lula e tenta o apoio de Luiz Antônio de Medeiros, enquanto o PT amplia sua força na CUT



Enquanto boa parte dos políticos de centro se empenhava em descobrir um nome com chances eleitorais para se candidatar à Presidência da República, na semana passada, uma platéia de 700 empresários se divertia em Porto Alegre, com os arfufos entre os candidatos que lutam na ponta esquerda, na corrida ao Palácio do Planalto. "Nos preparamos para competir de partido a partido e não com a CUT e a Igreja", afirmou, numa entrevista, o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, após participar do II Fórum da Liberdade com os empresários gaúchos. "O PT tem o apoio da Igreja e até recebe verbas da Internacional Socialista", acusou Brizola. A resposta do candidato do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, veio em seguida. "Brizola é a noiva que esperou a vida inteira para casar com seu namorado, mas na hora em que surge a oportunidade o namorado casa com outra", disse Lula, que também participou do debate com os empresários.

Há três anos, Lula afirmou que Brizola seria capaz de "pisar no pescoço da própria mãe para ser presidente", e com isso deu início à troca de estocadas públicas entre

ambos. Em seguida, os dois chegaram a fazer as pazes. Lula ganhou um beijo de Brizola, mas, desde que o PT conquistou três capitais nas eleições municipais do ano passado — entre elas Porto Alegre, um dos pulmões do PDT —, a relação entre eles tem sido de hostilidade crescente. Há um jogo de interesses na fabricação do clima hostil. Nessa altura da sua campanha, Brizola já percebeu que a maioria dos eleitores não está na esquerda. Assim, sua estratégia é atirar em Lula o mais que puder e, sempre que possível, ressaltar as diferenças ideológicas que existem entre ambos. O plano de Brizola, por trás dos ataques recentes, é crescer na faixa eleitoral que vai de Lula até o centro, até porque, entendendo de seu ramo de atividade, Brizola sabe que nunca conseguiria ser "mais de esquerda" que o PT — e que, na eleição que se aproxima, ninguém ocupará essa faixa de terreno, onde a estaca de Luís Ignácio Lula da Silva já está bem cravada.

Na semana passada, Brizola investia numa esperança em sua disputa de campo com Lula — o apoio do sindicalista de São Paulo Luiz Antônio de Medeiros, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Se for confirmado o apoio de Medeiros, já divulgado



Brizola, após um encontro com empresários: chinarrão e acusações à campanha do PT

VEJA, 12 DE ABRIL, 1989

mas ainda um tanto incerto, o candidato do PDT pretende, a partir desta semana, desfilar em portas de fábricas paulistas em companhia do novo aliado. Nesse caso, Brizola pode ter a colaboração de uma das estruturas mais eficientes na máquina sindical do país — o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que possui 12 000 ativistas, 55 veículos e um jornal semanal, com tiragem de 250 000 exemplares.

Apoio na esquerda — Boa parte das preocupações de Brizola em relação ao seu adversário do PT situa-se justamente nesse território do sindicalismo. Ocorre que, na Central Única dos Trabalhadores, CUT, o PT controla a direção de cerca de 70% dos 1 157 sindicatos, responsáveis pelas negociações salariais de cerca de 15 milhões de trabalhadores. "Isto não significa uma transferência automática de votos para o PT", ressalva o presidente da CUT, Jair Meneguelli. Nesses 15 milhões de eleitores, de fato, há de tudo — des-le não sindicalizados até antipetistas. A entidade, no entanto, pode mobilizar mais de 30 000 sindicalistas em menos de uma semana, e é nessa militância que reside um pedaço da campanha de Lula. Em Porto Alegre, por exemplo, os sindicatos ligados ao PT guardaram uma pilha de placas de propaganda de candidatos, recolhidas em vários municípios após as últimas eleições, e pretendem repintá-las agora com as cores do partido.

O outro braço forte do PT, identificado nas críticas de Brizola, está infiltrado no clero esquerdista da Igreja Católica, cada vez mais excitado com a campanha de Lula.



Lula: força nos sindicatos

VEJA, 12 DE ABRIL, 1989

A briga na ponta esquerda

Na atual fase da corrida ao Palácio do Planalto, Brizola e Lula vivem uma situação de empate técnico, que esquentou a luta entre os dois



Lideranças do partido estimam que pelo menos 30% dos 11 000 dirigentes do PT ingressaram na legenda com o apoio da Igreja. Além disso, quase a metade dos 450 000 filiados do PT são pessoas da área rural, onde o clero de esquerda atua com mais força.

Dueto de Fome — Na semana passada, depois que uma pesquisa do jornal *Folha de S. Paulo* identificou um empate técnico entre Brizola e Lula (veja quadro), a briga entre o PT e o PDT esquentou. "Brizola está desesperado", afirma o presidente da legenda de Lula, o deputado Luís Guschiken. "Ele quer fazer as pazes com a direita, brigando com a esquerda", reforça outro deputado petista, José Genoino, de São Paulo. O certo é que, em uma de suas críticas, Brizola acertou o golpe, pelo menos em parte. Ele acusou Lula de ter sua campanha financiada por entidades do exterior, através de "milhares de convênios aparentemente inocentes" — o único caso, até agora, de participação estrangeira na corrida eleitoral de 1989.

É o que ocorre, por exemplo, com o projeto da Televisão dos Trabalhadores — TVT, desenvolvido há três anos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que foi buscar dinheiro do outro lado do Atlântico para levar adiante a iniciativa. Uma entidade italiana chamada Croce Via, organismo de orientação democrata-cristã, contribuiu com uma doação de 1,5 bilhão de liras — o equivalente a 1 milhão de cruzados novos, pelo câmbio oficial, ou o dobro, pelo câmbio paralelo — para a compra de equipamento profissional de televisão.

Além disso, para tocar um projeto conjunto de formação de novas lideranças sin-

dicais com o Instituto Cajamar, uma espécie de centro de estudos dirigido por intelectuais petistas, a TVT obteve uma outra gota de contribuição dos italianos. Dessa vez, o dinheiro veio da CISL, a central sindical que reúne socialistas e democratas-cristãos, que enviou 4,3 bilhões de liras — cerca de 3 milhões de cruzados novos — para financiar um programa de telecuriosos de formação sindical, ainda em andamento. Todo este dinheiro entrou legalmente no país e, pelo menos no papel, obriga as entidades beneficiadas a prestar conta de como gastam esta bolada — o que pode complicar o seu desvio para a campanha petista. Mas o fortalecimento destas entidades com dinheiro de fora acaba se refletindo em facilidades para Lula, embora as quantias sejam írisórias perto do que adversários do PT deverão manobrar na própria eleição. Brizola, porém, tira bom efeito do seu ataque.

Desde o início deste ano, a TVT tornou-se uma produtora independente e, nessa condição, produziu o programa de televisão do PT, exibido em cadeia nacional no dia 27 de janeiro. Agora se prepara para produzir, por um preço menor que o do mercado, algumas peças de televisão da campanha de Lula. Na paz de seu escritório, em São Paulo, o deputado Antônio Delfim Netto não acha necessariamente ruim que as esperanças do PT se concretizem. "Se der Brizola", ironiza Delfim, "Lula vai ficar mais cinco anos prometendo o jardim da felicidade para todo mundo, o que pode resultar em dez anos de desastre — cinco de um e cinco de outro. Se der Lula logo, de uma vez o país se vacina contra a esquerda em metade do tempo."

02.02

8906899 41

Brasil: un pacto social con víctimas precisas

Culminando dos meses de conversaciones y tras una sesión final de once horas de duración, cuatro representantes del gobierno, once de entidades empresariales y ocho líderes sindicales de tendencia conservadora suscribieron la semana pasada, en Brasil, un "compromiso social de pacto contra la inflación".

Imposibilitados por la nueva Constitución, que quitó al gobierno y entregó al Congreso las decisiones sobre legislación económica, las tres fuerzas integrantes del pacto social dieron a conocer su fórmula para desestimular la inflación, fijando por anticipado los índices a los que deberán ajustarse precios y salarios en los próximos 60 días.

Según el esbozo de pacto social este año, desde el 4 de noviembre hasta el 3 de diciembre, los precios de una lista de 94 productos alimenticios y electrodomésticos sólo podrán subir 26,5 por ciento. En ese mismo período, los trabajadores deberán sacrificar una pérdida salarial, porque sus ingresos sólo subirán 21,39 por ciento.

El índice preestablecido de 26,5 por ciento es un desafío porque, según los propios técnicos del gobierno, en ese lapso la inflación será de por lo menos 32 por ciento.

Los firmantes del pacto se adelantaron a prefiar también los aumentos para diciembre: precios, 25 por ciento; salarios, 26 por ciento.

A este pacto los trabajadores sólo aportan sacrificios, porque nadie garantiza que los precios se mantendrán en el nivel de 26,5 por ciento. ¿Quién los controlará? Nadie. Porque esto no es un congelamiento. "Los precios serán acompañados por el control de la sociedad", advirtió Mario Amato, vocero de la poderosa Federación de Empresarios de la Industria de São Paulo.

El gobierno, por su parte, se limita a prometer que en el plazo de un mes presentará propuestas de reordenamiento de sus finanzas.

Nadie sabe cuál será el efecto inmediato de una fijación tan anticipada de los precios, sobre la gran "canasta básica", que incluye desde salchichas a televisores a color y tarifas de correos, gas y teléfonos.

Los productores y comerciantes van a volver a desabastecer el mercado y los artículos con "precios acompañados", o vigilados, según el argot de los negociadores, simplemente desaparecerán del mercado, como ocurrió durante el Plan Cruzado, predice la mayoría de los economistas.

El mercado de valores reaccionó con cautela ante las medidas anunciadas por los pactistas. Las Bolsas operaron ese día en alza de 4 y 5 por ciento, pero con pocos negocios.

El mercado financiero no tomó en serio el minipacto social. El gramo de oro, que a comienzos de la semana pasada costaba 2.600 cruzados, se vendió a 10.200 cruzados. El dólar, que oficialmente vale 480 cruzados, se vendía libremente a 800 cruzados en el mercado negro.

La impresión dominante en los operadores del mercado financiero es que, después de tanto debate, en lugar de un gran pacto político (como el español de La Moncloa) o serio compromiso económico (como el de México), la montaña brasileña parió un ratón.

Algunos factores que contribuyeron a anular un acuerdo de alcance mayor fueron:

1. El creciente descrédito e impopularidad del gobierno del presidente Sarney.
2. Las maniobras de poderosos grupos empresariales para incluir en el pacto la conversión de la deuda en cruzados, que facilitaría una oscura venta de mil millones de dólares a Estados Unidos.
3. La negativa a participar en el acuer-

La nueva Constitución traspasa al Congreso la antigua facultad ejecutiva de fijar salarios, pero el presidente Sarney ha encontrado un medio de seguir protagonizando ese aspecto de la política económica, impulsando un pacto social. Por ahora, sólo parece beneficiada la patronal, dadas las restricciones sobre aumento de salarios. Las centrales de trabajadores firmantes pueden haber hecho un mal negocio.



PRESIDENTE SARNEY: su última voluntad sobre salarios

do, de la Central Unica de Trabajadores (CUT) que controla a 15 millones de trabajadores organizados.

4. La no participación, en las negociaciones, de líderes políticos dejando el acuerdo en manos de grupos de presión y tecnócratas sin ninguna representatividad.

Tomando posiciones en el andén para subirse al último vagón del tren del pacto social, si ve que consigne ponerse en marcha, el presidente Sarney dijo en su programa semanal de radio que "el gobierno le dará su apoyo total". El líder del Congreso Ulysses Guimarães (quien es también aspirante presidencial), después de culpar al gobierno por el proceso inflacionario que acumuló ya 980 por ciento anual (52 por ciento más que el Perú) y puede pasar a 1.200 por ciento, convocó a una reunión de líderes de diferentes partidos.

Guimarães advirtió que sólo con el apoyo de los partidos se conseguirá que los acuerdos adoptados por los integrantes del pacto pasen por el Congreso y adquieran fuerza de ley.

Los seis ministros del área militar (Ejército, Marina, Aviación, Información, jefe de Estado Mayor y jefe de la Casa Militar) se reunieron también para hablar sobre el pacto social y terminaron pidiendo el apoyo general de la prensa, para convencer a la opinión pública de su conveniencia.

El pacto punto por punto

El siguiente es el texto del compromiso aprobado y que un "comité ejecutivo" integrado por 4 representantes de cada segmento, tratará ahora de poner en marcha:

"Los firmantes de este documento, convencidos de la necesidad de unir esfuerzos para la estabilidad y la justicia social y teniendo presente el objetivo central del combate a la inflación y estabilización del

crecimiento de la economía reafirman:

"1) Que el principal contenido de un compromiso social eficaz es la preservación de las instituciones y el fortalecimiento del proceso democrático nacional."

"2) Que la consolidación de un moderno estado democrático participativo debe basarse en el compromiso de todas las fuerzas sociales, a través de sus representantes y con participación de Congreso Nacional."

"3) Que es necesario sumar esfuerzos para contribuir a la aplicación de los principios de la nueva Constitución, la consolidación de la estabilidad política y económica y el bienestar social del país."

"Reconociendo que la política antiinflacionaria no se agota con el control negociado de precios y salarios, resuelve asumir un primer conjunto de compromisos para la estabilización económica, en carácter experimental, durante 60 días, en la certeza de que su éxito depende fundamentalmente del firme y decidido apoyo y compromiso de la sociedad brasileña".

Política de precios

«Reajustar las tarifas y los precios públicos y privados hasta el límite máximo de 26,5 por ciento, en el período comprendido entre el 3 de noviembre y el 2 de diciembre de 1989, y de 25 por ciento entre el 3 de diciembre y el 3 de enero de 1989, comprometiéndose a tratar de ajustarlos por debajo de ese límite.»

- "Dar un plazo de 30 días para reajustar las tarifas y precios públicos vigentes el 3 de octubre pasado."

- "Adoptar la lista anexa (94 ítems), cuyos reajustes de precios serán acompañados por los signatarios."

- "Los salarios continuarán regidos por los aumentos que se registran en la unidad

precisas

de referencia de precios que corresponde para noviembre, a 21,39 por ciento.

- "Utilizar mecanismos que aumenten la oferta de productos al público, a corto plazo."

- "Evaluar y acompañar continuamente los resultados del sistema de reajuste de precios."

Política salarial

«Impedir la caída del poder adquisitivo de los salarios, sin perjuicio de las conquistas laborales de sus convenios.»

- "Volver al sistema de reajuste mensual, una vez que se produzca la baja de la inflación en el período estimado de 60 días."

Compromiso para sanear finanzas

«El gobierno se compromete a prestar, discutir y aprobar en el ámbito del Poder Ejecutivo, dentro de 30 días, la propuesta de saneamiento de las finanzas públicas.»

De la lectura del compromiso del pacto social parece quedar en evidencia que el gran victorioso fue el gobierno, que virtualmente no da nada, porque el saneamiento de las finanzas públicas es, o debería ser, su función natural permanente. Y obtiene en cambio una promesa de tregua sindical, de la que también se benefician los empresarios. Los trabajadores resultan inicialmente las grandes víctimas del pacto, ya que ven sus aumentos salariales voluntariamente reducidos, a cambio de una promesa de reducción de la inflación que podrá ser, ahora sí, un verdadero "milagro brasileño".

Principales actores

Los protagonistas del tenso film del pacto social brasileño, calificado por muchos como un esfuerzo ingenuo y paternalista condenado a ser una frustración de navidad, son los siguientes:

—Mario Amato, presidente de la poderosa Federación de Industrias de São Paulo (FIESP), que controla 116 sindicatos patronales y emplea a 3 millones de trabajadores de 50 mil industrias representativas del 40 por ciento del parque industrial del país.

—Luis Antonio Medeiros, presidente de la Confederación de Trabajadores Metalúrgicos (CNTM), que controla 120 sindicatos con un total de un millón y medio de afiliados. Medeiros, exponente del llamado "sindicalismo de resultados", ex comunista que trabajó incluso en fábricas de la URSS, es calificado como "sindicalista pro patronal".

—Albano Franco, senador, presidente de la Confederación Nacional de Industrias (CNI), que agrupa a 250 mil empresas y emplea a 12,6 millones de trabajadores.

—Joaquim dos Santos Andrade, presidente de la Confederación General de Trabajadores (CGT), políticamente vinculado a la corriente pro gubernamental del Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que teóricamente dirige 1.600 entidades con 12 millones de trabajadores afiliados, igual que su rival no participante del pacto, la Central Unica de Trabajadores (CUT), fue abucheado al presentarse ante los trabajadores de 18 ministerios en huelga, desde hace un mes, en Brasilia.

—Amaury Temporal, presidente de la Confederación de Asociaciones Comerciales de Brasil (CACB), empresario de Río de Janeiro que representa a 1.500 agrupaciones (un millón de pequeños, medianos y microempresarios), en cuyo nombre habló en las negociaciones del pacto el empresario paulista Romeo Trussardi.

8906906

Brizola acusa Lula de assumir

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, voltou a atacar duramente o seu adversário do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e a Central União dos Trabalhadores (CUT), depois de ter participado de um debate no complexo Iguatemi e, depois disso, falando na Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, onde disse que Lula não "passando uma atitude cinica" ao não apoiar, depois de publicamente, se o apoiará ou não no segundo turno, caso essa etapa final da eleição e disputa seja entre ele e um candidato conservador.

"Eu já disse que voto no PT, sem tomar nada, se Lula ficar para o segundo turno com um candidato conservador, mas acho que a recíproca não é verdadeira. Os petistas não muito céticos e presunçosos para votar em Brizola. Lula não assume isso publicamente para esconder que a direção nacional não me apoia. Ele está assumindo uma atitude cinica", atacou Brizola. O ex-governador do Rio disse que os petistas "podem até não apoiar nenhum candidato" para não se verem obrigados a fazer uma escolha entre ele e um candidato conservador.

Caixa dois — Depois dos ataques a Lula, Brizola voltou-se contra a CUT a quem acusa de ter se transformado em "máquina eleitoral do PT" e, por isso, estar "sendo corrompida, prejudicando o povo trabalhador". Brizola acusou a CUT de ter realizado um congresso "indecoroso", no ano passado, em Belo Horizonte, "com os recursos da caixa dois do governador Newton Cardoso, apenas para consagrar Lula candidato".

"Isso é usar a máquina da CUT indevidamente", acusou Brizola, que se queixou de não ter sido sequer convidado para o congresso. "Nós ajudamos a fundar a CUT e eu patrocinei um congresso durante o meu governo enfrentando críticas de todos os lados, da Assembleia, do Tribunal de Contas e sequer fui convidado. Essa não. Tenha paciência", queixou-se, irritado.

Para não ser indelicado com os amigos, Brizola foi mais comedido nas críticas que vinha fazendo ultimamente à ala progressista da Igreja, mas ainda assim, não deixou de queixar-se. "Quando vejo a nossa Igreja Progressista organizar o PT, patrocinar um partido, cumprio o dever de estrilar. Não queremos que a CUT e a Igreja Progressista nos apoiem. Isso é facciosismo. Nem quero competir com elas. Quero competir com o PT como partido e estou apenas

fazendo o meu *jus spernandi*", disse Brizola, rindo ao pronunciar essa expressão.

Metódico — Se na entrevista Brizola carregou nas tintas, durante a palestra que fez para cerca de 150 representantes de todas as igrejas cristãs no Brasil — católica, evangélica, luterana, metodista, episcopal, presbiteriana, congregacional, batista, reformada e pentecostal — e de mais cinco países, ele evitou tocar nos pontos polêmicos da entrevista que poderiam dividir a plateia e roubar-lhe as palmas. Afinal, dois dias antes, Lula foi aplaudido de pé pela mesma audiência. Tendo às costas um Cristo esculpido em madeira, de tamanho natural, Brizola preferiu falar longamente sobre sua formação religiosa e várias vezes nos passagens da Bíblia para expressar seu pensamento, como a célebre travessia dos judeus pelo Mar Vermelho, conduzidos por Moisés. "Chego a me inspirar na passagem gloriosa de Moisés. O povo brasileiro também precisa de alguém para tirá-lo dessa servidão", comparou.

Chimarrão — Descontraído ao contar episódios da sua vida, como a de que quase entrou para o seminário por influência do pastor metodista Isidoro Pereira, que o criou na adolescência, Brizola disse que se sentia em casa e, para isso, não faltou nem mesmo um chimarrão, oferecido pelo bispo de Pelotas (RS) da Igreja Episcopal do Brasil, Luís Osório Pires Prado. Brizola defendeu o pagamento da dívida externa, "mas somente depois de uma auditoria e de um esclarecimento sobre o assunto dos juros". "Não devemos assumir uma posição de caloteiros, nem pedir perdão, nem caridade. Mas é preciso esclarecer o assunto dos juros. Temos que recalculá-los, buscar os contratos originais e ver os juros históricos", disse Brizola, que não obteve tantos aplausos para a sua proposta quanto Lula, que defendeu o não pagamento da dívida, posição majoritária entre a Igreja Progressista. Um dos presentes cobrou uma atitude mais dura em relação à dívida, mas Brizola não hesitou em defender a sua posição. "Estou muito velho para dizer o que não corresponde à minha consciência", respondeu.

Depois de duas horas de palestra e debate, Brizola recolheu algumas declarações de voto. O pastor da Igreja Presbiteriana Luis Longuini, de Campinas, é petista e trabalha como voluntário na prefeitura de sua cidade, mas disse que vai votar em Brizola para presidente. Outro pastor, da Igreja Episcopal do Brasil, Almir dos Santos, de Brasília, prometeu: "Vou esperá-lo ano que vem por lá".

Newton descarta Ulysses e prega união contra o PDT

SÃO PAULO — O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, defendeu ontem a união de "empresários e políticos em torno de um nome de centro como candidato à Presidência que possa ser apoiado pelo PMDB, o PTB, o PL, o PDC e até mesmo o PSDB, que infelizmente não decolou". O governador fez esta proposta para uma plateia de 100 empresários durante almoço, ontem, em São Paulo, promovido pela Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria.

"Se não reagirmos vai dar Brizola no segundo turno", disse Newton referindo-se à possibilidade de o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e o deputado Luís Inácio Lula da Silva, do PT, polarizarem a eleição presidencial. Falando aos jornalistas, Newton disse que a candidatura do deputado Ulysses Guimarães, pelo PMDB, não é, ao seu entender, uma alternativa válida. "Ulysses tem contestação dentro do partido", afirmou. "Não me incluo entre os contestadores, mas Álvaro e Waldir não aceitam Ulysses", completou, referindo-se aos governadores do Paraná e da Bahia.

Ultrapassado — Depois de criticar muito Brizola — "ele é meu amigo, mas não

sabe nada de economia, está ultrapassado e conseguiu em seu governo no Rio quebrar o banco mais famoso do país" — e Lula — "um bom mecânico de automóveis, que virou dono do Brasil pela vingança do povo contra a falta de uma classe política que soubesse conduzir o país" —, o governador de Minas manifestou receio em relação ao futuro político do país. "Estamos indo para um impasse, mesmo que Brizola vença as eleições".

Após o encontro com os empresários, Newton manteve uma conversa com o banqueiro, ex-prefeito de São Paulo e ex-ministro Otávio Setúbal. Em seguida foi ao Palácio dos Bandeirantes discutir a sucessão presidencial com o governador Orestes Quéricia. "O quadro está embolado", disse Newton aos jornalistas na reunião com os empresários. "Quéricia é um bom nome, mas não posso pedir para ele ser candidato, porque ele já disse que não é. Não posso constrangê-lo". O governador anunciou ainda que neste final-de-semana voltará a reunir-se em sua fazenda, em Minas, com Quéricia e o governador do Rio, Moreira Franco, para discutir a sucessão presidencial no âmbito do PMDB.

João Carneiro

sexta-feira, 31/3/89 1º endereço: B 3

'uma atitude cinica'

8906909

01.01

Coisas da Política

Como Medeiros aderiu a Brizola

No último dia 15 de janeiro, o governo ofereceu ao país mais um plano econômico para deter a inflação — e à candidatura a presidente de Leonel Brizola, o precioso apoio do líder sindical Luiz Antônio de Medeiros. Refastelado em uma poltrona do apartamento 1608 do hotel Brasilton, no centro de São Paulo, o deputado Fernando Lyra ligou o aparelho de televisão para ver o presidente José Sarney, e viu Medeiros nervoso e com raiva.



Lyra é o coordenador nacional da candidatura de Brizola desde que trocou o PMDB pelo PDT no segundo semestre do ano passado. Acalentava a idéia de abordar Medeiros e de atraí-lo para ajudar a eleger Brizola presidente da República. Esperava o momento para fazer isso. O líder sindical participava, há mais de 3 meses, de entendimentos com o governo em torno de um pacto social contra a inflação.

Arrostava, por isso mesmo, com rude oposição movida pela Central única dos Trabalhadores (CUT), ligada ao PT. O eventual sucesso do pacto social ampliaria a influência política de Medeiros em seu meio e reforçaria o chamado sindicalismo de resultados, uma invenção dele e de alguns outros líderes operários. O sindicalismo de resultados privilegiava a obtenção de vantagens econômicas na negociação com os patrões.

O sindicalismo praticado pela CUT não despreza o ganho salarial mas põe o aspecto político na dianteira do econômico. A CUT co-patrocinou o recente ensaio de greve geral do país para dar uma demonstração de força e poder, mais tarde, sentar à mesa para negociar a recomposição dos salários. Medeiros apoiou a greve mas aproveitou-a para fechar, de imediato, acordos que resultaram em reajustes salariais para os metalúrgicos paulistas.

O plano econômico de 15 de janeiro foi terceiro avalizado pelo atual governo em menos de 4 anos, arquivou o arremedo de pacto social que estava em curso, deu razão à CUT que se recusara a participar dele porque o considerava uma farsa, e deixou Medeiros penderado no ar. Lyra concluiu que chegara a hora de abordar o líder sindical quando o viu na televisão criticando, duramente, o governo e o novo plano econômico.

Naquele dia, ligou-se por telefone para Brasília mas não conseguiu encontrar Medeiros. No dia seguinte, à tarde, quando se preparava para deixar o hotel, ligou a televisão e viu Medeiros sendo entrevistado no programa "Canal Livre" da Rede Bandeirantes. Lyra telefonou para o estúdio da televisão e deixou um recado para Medeiros. Desfez a mala, desistiu da viagem de retorno a Brasília e esperou que o telefone tocasse.

Ele só tocou à noite — e quem falou do outro lado da linha não foi Medeiros. Foi um assessor dele marcando uma conversa entre o deputado e o líder sindical para o dia seguinte, terça-feira 17. Lyra passou a terça-feira prisioneiro do apartamento 1608. À noite, o assessor de Medeiros telefonou e transferiu o encontro para o dia seguinte, pela manhã. Às 10 horas da quarta-feira, Medeiros se anunciou no hotel.

O encontro durou quase duas horas. "Há uma convergência entre os nossos e os seus interesses, Medeiros", começou Lyra. "Nós não temos em São Paulo uma referência no meio sindical. E no plano nacional, às vésperas da sucessão de Sarney, você não tem uma referência política". O líder sindical concordou com a premissa e a conversa correu sem incidentes. No meio dela, Lyra pôs Medeiros e Brizola em contato por telefone.

Um mês depois, o candidato do PDT recebeu Medeiros para um encontro de mais de três horas em seu apartamento do Rio de Janeiro. Aproveitou a ocasião para bater duro no PT e na CUT. Medeiros gostou do que ouviu. No início de março, voltou a se reunir com Lyra, e mais o deputado Brandão Monteiro, do PDT carioca, no Hotel Nacional, em Brasília. "Fechamos o acordo", comemorou Brandão depois do encontro em telefonema para Brizola.

O acordo foi sacramentado pelo próprio Brizola, há 20 dias, em nova reunião com Medeiros no Rio. Nos dois meses de negociações sigilosas, houve um momento em que tudo poderia ter dado para trás. Foi quando Medeiros visitou o governador Orestes Quêrcia no Palácio dos Bandeirantes. Na saída, pressionado por jornalistas, disse que apoiaria Quêrcia se ele fosse candidato a presidente da República.

Surpreso com o destaque conferido no dia seguinte pelos jornais à sua declaração, Medeiros apressou-se em telefonar para Lyra, em Brasília, para explicar o que ocorria. "Que é isso, Medeiros? Você está lidando com profissionais da política. Entendemos tudo isso". O governo do presidente José Sarney está carente desse tipo de profissional. Empurrou Medeiros para Brizola e pensou que poderia atrair a CUT de Jair Meneguelli.

Ricardo Noblat

Leonel Brizola (VI)



As mais recentes e insuspeitas pesquisas não deixam dúvidas: 70% da população não deposita a menor confiança no Governo Sarney; 84% vêm os salários cortados pelo novo "plano"; 63 rejeitam o fim da URP. Ali estão os frutos amargos da ambição, da infidelidade aos compromissos públicos e a traição ao povo brasileiro. É por isso que este Governo, rejeitado pela Nação, passou a ser danoso para a institucionalização democrática.

Os "salvadores da Pátria"

1. O povo brasileiro vem recebendo com amargura e descrédito o recente pacote de medidas econômicas do Governo Sarney. A rigor, não poderia ser outra sua reação. A natureza deste Governo, seus antecedentes e sua incapacidade são por demais comprovados por todos. A população, ao longo destes anos, construiu seu julgamento sobre Sarney e seu Governo, de tal forma que não se deixará enganar, desta vez. Da generalidade das pessoas de bem, os atuais governantes não podem esperar nada, a não ser desconfiança e repulsa.

2. Mas quanto ao chamado Plano "Verão", propriamente dito, o que acontecerá, quais suas conseqüências? Quem quiser saber o que, dentro de algum tempo, estará se verificando em nosso País, deve observar o que ocorre, neste momento, na Argentina. É que, assim como o Cruzado foi uma imitação do Plano Austral Argentino, também agora, com a mesma fidelidade a certos compromissos internacionais, o chamado "Plano Verão" é a versão brasileira do "Plano Primavera" batizado há poucos meses pelo Presidente da Argentina, Sr. Raúl Alfonsín. Nos primeiros meses, naquele País, a inflação, como o famen aqui, foi reprimida à custa do confisco dos salários e das rendas da população. Mas, já agora em dezembro, terceiro mês da aplicação do Plano, ela volta à escalada anterior, atingindo cerca de 9% ao mês. Para janeiro, todos prevêem uma elevação ainda maior, com uma taxa de inflação que, em 12 meses, ultrapassa aos 200%.

3. Mas se a inflação volta em tão pouco tempo, o que leva o Governo a baixar medidas como as do Cruzado, ou, como agora, do "Plano Verão"? É que esses pacotes — como verdadeiros espasmos de um sistema econômico em crise — transferem dos ónus do processo inflacionário para a massa da população. E, com isto, conseguem as oligarquias e classes dirigentes do nosso País e seus governos, por algum tempo, preservar este modelo econômico colonial, reprimindo os índices de inflação à custa do empobrecimento popular. Esses "planos de consagração" da inflação são tanto mais frequentes quanto mais se torna inviável o modelo econômico, como acontece, nestes tempos, em nosso País. E isto ocorre porque as causas profundas e reais da inflação permanecem intocadas.

4. Ora, se verificamos casos de inflação como os da Argentina, podemos concluir que o modelo econômico brasileiro, baseado no confisco dos salários e das rendas da população, é insustentável. E, portanto, a única saída para o Brasil é a adoção de um modelo econômico novo, baseado na distribuição da renda e na participação da população no desenvolvimento econômico. O Brasil precisa de um plano de longo prazo, que garanta a estabilidade econômica e social, e que permita a realização de reformas estruturais necessárias para a modernização da economia. O Brasil precisa de um plano de longo prazo, que garanta a estabilidade econômica e social, e que permita a realização de reformas estruturais necessárias para a modernização da economia.

5. O que vem se verificando aqui, na verdade, são "políticas de Governo" que passaram a utilizar a inflação — agravada deliberadamente — como pretexto para baixar pacotes de medidas e produzir "choques", resultando numa brutal transferência de renda, em prejuízo das famílias, das classes médias e dos produtores do interior. A população, angustiada pela escalada inflacionária — como se viu no Plano Cruzado e agora — é pressionada publicamente, mesmo com salários e rendas rebatizados, a fim de que aceite e tolere mais sacrifícios em nome do combate à inflação. "Dos males o menor", dizem. O Governo se apresenta, então, como "Salvador da Pátria", inclusive se autodeclarando por revogar atos que ele próprio praticara. Reassume uma postura ditatorial e pratica atos discricionários. Manipula a inflação, utilizando-a como instrumento de poder, para manter-se e fazer eleitoralismo e, o que é pior, para aprofundar o modelo econômico e, com isto, preservar os privilégios das classes dominantes.

PARTES
ILEGÍBIS

8906914

01.02

6. Desta vez, o arrocho salarial e o confisco das míseras rendas de nosso povo, atingiram níveis muito mais drásticos e corrosivos que os do Plano Cruzado. O Governo Sarney, de maneira cínica, estimulou, patrocinou e participou, de próprio, desta desavergonhada remarcação de preços e tarifas, nos dias que antecederam ao "congelamento". Esta correria louca dos aumentos, esta especulação desenfreada, estima-se, irá produzir uma inflação real (não oficial, expurgada) de mais de 50% em janeiro, que os salários, estes sim de fato congelados, não vão poder recuperar. Trata-se de uma iniquidade, de um assalto aos já aviltados salários do povo trabalhador e, particularmente, atingindo aos mais fracos, os aposentados, que não podem sequer negociar aumentos ou mesmo reivindicar através de greves. O Governo, finalmente, lava as mãos e abdica, até mesmo, de regular e intervir na política salarial, como se o trabalho humano, num País como o Brasil, fosse uma simples mercadoria, cujo preço deva ser fixado pelas práticas colonialistas ou do capitalismo selvagem.

7. O funcionalismo público e o elenco de empresas estatais que vêm sustentando o nosso desenvolvimento, até algum tempo tão exaltados e até mesmo parte do orgulho nacional, agora estão sendo esnovados, apresentados como se fossem "os vilões da Pátria". Este é o triste papel a que se entregam, neste momento, as classes dirigentes, a maioria de seus meios de comunicação, e principalmente, as altas autoridades da República, a começar pelo Presidente Sarney, ele próprio uma espécie de cris Ingrata do setor público brasileiro. Enchem as folhas de pagamento de apenagados e parentes e, depois, jogam nas costas do funcionalismo de carreira e nas empresas públicas as culpas das enormes despesas com pessoal e da ineficácia dos seus serviços.

8. Quanto as estatais, depois que ascenderam ao Poder os Roberto Campos, os Simoeses, os Delfins, os Figueiras e outros tantos ditadores da economia, altamente remunerados no setor privado, inimigos jurados do setor público, constitui-se num verdadeiro milagre que ainda algumas delas funcionem com um mínimo de eficiência. Há quase 30 anos procuram destruir as nossas estatais estratégicas, inclusive nivelando-as a "empresas" assumidas pelo Estado em função de falências fraudulentas e negociatas. Se estas estatais resistiram até agora é porque são verdadeiramente essenciais ao desenvolvimento autônomo da nossa economia. O que este País necessita é de um Governo responsável que promova a profissionalização e a democratização do setor público. Não se trata de estatizar, por estatizar. Só um insensato ou vendilhão de nosso País, admite entregar um setor estratégico ao controle e domínio das multinacionais. Muito menos, é admissível privatizar por privatizar, dilapidando, transferindo a preço de banana, e, com financiamentos favorecidos, o patrimônio público aos interesses privados, sem nem mesmo exigir a democratização do capital ou um mínimo de garantia contra o seu repasse a grupos estrangeiros.

9. O povo brasileiro assiste, estupefocado, a tudo isto. A Nação e o Congresso (este se ainda quiser redimir-se diante da opinião pública por ter dado, insensatamente, mais um ano a este Governo), precisam resistir a estas arbitrariedades e injustiças, atentatórias, muitas delas, à própria sobrevivência do povo brasileiro; defender intransigentemente, o patrimônio público e resistir para preservar as instituições democráticas, com a realização de eleições livres e honestas.


Leonel Brizola
Presidente do PDT.

832

F. P. C.

Magalhães atrai petebistas de Pernambuco à campanha do PSDB

Vice de Covas tenta também a adesão do prefeito de Recife, Joaquim Francisco

Embora esteja candidato a vice-presidente da República há apenas quatro dias, o ex-governador Roberto Magalhães já conseguiu integrar boa parte do PTB de Pernambuco na campanha do senador Mário Covas e a promessa de apoio do prefeito de Recife, Joaquim Francisco, que é filiado ao PFL. Também acertou "para mais adiante" o apoio de 15 prefeitos petelistas do Agreste pernambucano, ligados ao deputado federal José Mendonça.

A forma de atrair Joaquim para a campanha de Covas é o que mais preocupa o momento ex-governador porque o PSDB regional, presidido pela deputada Cristina Tavares, não aceita de forma alguma o apoio dele. Preocupado, Magalhães telefonou ontem ao secretário-geral do partido, deputado Egidio Ferreira Lima, para pedir orientação.

O prefeito Joaquim Francisco, que já decidiu não apoiar o ex-ministro Aureliano Chaves, disse que tem até 15 de agosto para se definir. Confirmou que a presença de Magalhães na chapa é forte atrativo para definir-se pelo PSDB, com o qual namorou no passado, mas nele não pôde ingressar por causa da resistência

da deputada Cristina Tavares. Disse a Magalhães que daria seu apoio a Covas "sob condições". Uma delas seria fazer o anúncio numa solenidade pública, em Recife, com a presença do candidato e de toda Executiva Nacional do PSDB.

Direita

O candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, disse ontem, em Recife, que a escolha do ex-governador Roberto Magalhães para vice na chapa do senador Mário Covas "é uma demonstração clara de que a hegemonia do PSDB, hoje, pertence à ala direita do partido".

— Isso é bom — saudou o candidato do PCB, para quem é preferível uma vitória de Covas, "que, pelo menos, tem compromissos com a democracia", a do candidato do PRN, Fernando Collor, "que não tem compromisso com coisa nenhuma".

Considera Covas a opção dos setores mais conservadores do País, que vêem nele a alternativa real para dar combate a Fernando Collor, cuja estratégia seria tentar chegar à Presidência da Repú-

ca sem o apoio de partidos e outros segmentos organizados da sociedade. Por isso, acredita no crescimento de Covas, sobretudo em Pernambuco, por causa da presença de Roberto Magalhães na chapa.

Freire participou ontem de dois compromissos em Recife: um na Associação Comercial, com jovens empresários, e outro na Câmara de Vereadores, com a militância do PCB.

Descaracterizado

O presidente regional do PMDB, deputado Lélcio Souza, no entanto, considera que o PSDB descaracterizou-se como proposta de centro-esquerda, buscando reforços na direita, e previu que isto terá reflexos negativos, podendo abalar a credibilidade da chapa dos tucanos. Quanto ao PMDB, "tem condições éticas de não rejeitar apoios, pois compõe uma chapa de perfil progressista, enquanto outros buscam espaço à direita para tentar consolidar sua viabilidade eleitoral". (AG).

Cristina diz que partido teve "desvio conservador"

O candidato do PSDB rebateu ontem em São Paulo a acusação da deputada tucana Cristina Tavares (PE), de que seu partido sofreu um "desvio conservador", ao aceitar como vice o ex-governador Roberto Magalhães, que a parlamentar classifica de ser representante da direita.

Cristina Tavares ameaça deixar o PSDB e engajar-se na campanha do ex-governador Leonel Brizola (PDT), por causa do candidato a vice. Covas ficou surpreso ontem com as afirmações de Cristina Tavares, já que a deputada havia concordado em não colocar obstáculos à indicação de Magalhães.

"O PSDB não sofreu desvio conservador e nem vai mudar seu perfil de centro esquerda,

em função da indicação de Roberto Magalhães como candidato a vice-presidente. Os compromissos anunciados antes da convenção do PSDB continuam os mesmos e serão colocados na campanha como meta de governo. A candidatura do PSDB não está vinculada a interesses pessoais, mas sim a propostas de um partido", reafirmou Mário Covas.

Logo que terminou a panfletagem em frente a uma garagem da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), na zona leste de São Paulo, Covas dirigiu-se até seu escritório para telefonar à Cristina Tavares e em seguida viajou para Jundiá, no interior, para cumprir uma série de compromissos públicos.

01.01

8906915

Dorothea Werneck é nomeada ministra do Trabalho

BRASÍLIA — O presidente José Sarney deu ontem o primeiro passo da reforma administrativa, ao nomear para o Ministério do Trabalho a economista Dorothea Werneck.

"Se o governo mudar a política salarial sem antes discutir a proposta com os trabalhadores, estará descumprindo o pacto social", disparou de início a nova ministra, que acha sua nomeação, além de uma conquista de espaço pelas mulheres, "uma senhora responsabilidade", pelas cobranças que virão devido ao próprio significado da conquista.

"Tudo aconteceu de repente, hoje à tarde", revelou Dorothea, que foi chamada às 16h ao Palácio do Planalto para receber o convite. Apesar da nomeação de Dorothea Werneck para o Ministério do Trabalho, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, permanecerá como o representante oficial do governo nas reuniões do pacto social.

Entusiasta do pacto social, Dorothea Werneck defende que todas as medidas que estão em fase final de elaboração pelo Palácio do Planalto passem pela mesa de negociações entre governo, empresários e trabalhadores. Ela admite que o governo estuda modificações



Dorothea, nomeada por Sarney. "Tudo aconteceu de repente"

na política salarial, mas lembra: "Na reunião do pacto do dia 3 de novembro foi assinado um documento em que os trabalhadores concordavam em rediscutir a política salarial se ficasse evidenciada uma queda da inflação". Não houve a queda e, por isso, Dorothea acha que

agora qualquer medida na área de política de rendas seria uma quebra de compromisso com o pacto, caso não sejam discutidas previamente com os trabalhadores.

Ministérios — Minerva da Ponta Nova, 40 anos, Dorothea não nega a origem. Ao ser

indagada sobre sua opinião a respeito da Central Unida dos Trabalhadores (CUT), a nova ministra do Trabalho respondeu: "Aí complica. Eu não posso separar a pessoa física da jurídica. Acho importante a existência de sindicatos, das centrais sindicais, reconheço a importância da atuação da CUT, da CGT, da UEL, mas não me peço para analisar a estratégia da atuação da CUT".

Realizando que "passou o tempo em que se olhava para salário como um instrumento de controle da inflação", Dorothea Werneck deixou claro, entretanto, que o governo precisa adotar medidas estratégicas para combater a inflação, "mesmo com o risco de você se sentir penalizado". O termo *erro de cálculo*, porém, não foi utilizado uma só vez pela nova ministra como uma alternativa para o combate ao custo de vida. A alternativa que ela admite como uma das que vão ser levadas aos trabalhadores é a *pré-fixação de preços e salários*.

Dorothea Werneck é a segunda mulher a ocupar o status de ministra de Estado na história da República brasileira. A primeira foi Esther de Figueiredo Ferraz, que no governo de João Figueiredo substituiu o general Rubem Ludwig no Ministério da Educação.

01.02

8906916

Dorothea Werneck **Uma mulher que** **defende idéias com** **unhas e dentes**

— **P**apai, primeiro senta.
— Por que, minha filha?
Derrubaram você?

— Não, papai, virei ministra!
Seu José, pai de Dorothea Fonseca Farquim Werneck, foi o primeiro a saber da nomeação da filha para o cargo de ministra do Trabalho. A própria Dorothea telefonou para Ponte Nova, sua cidade natal, para contar a novidade. Muito sorridente, ela manifestou seu contentamento de uma forma muito peculiar: "Não sei se tomo um chá de camomila, uma *Providência* (nome de uma famosa aguardente de cana) ou se vou ao cabeleireiro".

Formada em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Economia pelo Boston College, Dorothea, 40 anos, estreou no governo José Sarney como secretária de Emprego e Salário do Ministério de que hoje é titular, na gestão de Almir Pazianotto. Saiu do cargo nos primeiros meses de 1988 por não concordar com o congelamento da URP para o funcionalismo público, em maio e junho daquele ano.

Carismática — "A Dorothea tem uma personalidade muito forte e defende com unhas e dentes suas opiniões", diz o pai da nova ministra, acrescentando que "ela é uma moça muito alegre, comunicativa e inteligente; foi sempre a primeira aluna em todos os cursos que fez". Divorciada do economista Rogério Werneck, da Fundação Getúlio Vargas, Dorothea vive em Brasília com o filho único do casal, Renato, de 12 anos.

Por coincidência, ela assume o Ministério exatamente quando o governo estuda a extinção da URP. "Mudanças na política salarial

sempre devem ser colocadas no bojo da política global", afirma, mantendo ainda sua oposição à medida tomada no ano passado por considerá-la isolada no conjunto da política econômica.

Ultimamente, ela vinha ocupando a Secretaria Especial de Planejamento Econômico e Social, criada recentemente pelo ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, para elaborar os planos de médio prazo. Suas atenções estiveram voltadas para o pacto social, de cujas reuniões participou desde o início. Como ministra, diz que irá "mais fundo" nas negociações do pacto.

Bons relacionamentos — Por causa do convite para o Ministério, Dorothea recusou o cargo de sub-secretária de economia da Fundação para o Desenvolvimento e Sobrevivência da Humanidade, entidade criada no ano passado, durante a visita do presidente Ronald Reagan à União Soviética.

A nomeação de Dorothea contou com o estímulo dos ministros João Batista e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, de quem é amiga há muitos anos. Valeram-lhe como cartão de visita seu trânsito fácil na área sindical. Se no ambiente do pacto esteve próxima do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, fora dele são conhecidas suas relações de amizade com membros da assessoria econômica da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a exemplo de Aluizio Mercadante e mesmo do deputado Luís Gushiken (PT-SP).

Suas relações abrangem também os economistas do PMDB, com destaque para o secretário-geral do Ministério de Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho, e Maria da Conceição Tavares. Em um clima de véspera de hiperinflação e recessão, Dorothea vê o Ministério do Trabalho como um grande desafio e, mesmo quando as intenções do governo quanto à política salarial são vistas como a volta do arrocho, anuncia que seu Ministério será o canal de vocalização do trabalhador dentro do governo.

80x 14/11/89

BRASIL

JORNAL DO BRASIL

Disputa de Prestes e Marcello espera Brizola

Cristina Serra

Quando voltar do seu descanso em Montevideu, neste fim de semana, o presidente do PDT, ex-governador Leonel Brizola, terá de encontrar uma solução para o conflito surgido entre o grupo ligado ao ex-dirigente comunista Luís Carlos Prestes e o governo do prefeito Marcello Alencar. Os prestistas estão se sentindo assados dentro do partido por não terem tido até agora nenhuma das suas reivindicações de espelho político na nova administração — nas áreas de Transportes e Desenvolvimento Social — atendidas por Marcello Alencar.

Prestes, que vem apoiando o PDT desde as eleições para governador em 1982, converteu com Brizola, em seu apartamento, na Gávea, na véspera de Natal, presentes o deputado estadual Acácio Caldeira e o professor Edmundo Moura, ambos ligados ao ex-senador do PCB. Na conversa, Prestes sugeriu que Marcello Alencar poderia chamar para o seu secretariado dois dos 12 vereadores eleitos pelo PDT, o que abriria duas vagas na Câmara Municipal. Assim, o segundo suplente da bancada do PDT, Carlos Menezes, apoiado por Prestes durante a campanha eleitoral, assumiria.

Queda de braço — Marcello não chamou nenhum vereador eleito para compor o seu secretariado. Prestes, então, sugeriu que Carlos Menezes ocupasse um cargo no primeiro escalão e o

indicou para a Secretaria de Transportes. Mais uma vez, Marcello não levou em conta a reivindicação e nomeou para o cargo o ex-presidente do Metrô, Alvaro Santos, indicado pelo deputado federal Brandão Monteiro, desafiado de Menezes. Começou nos bastidores do PDT uma verdadeira queda de braço.

Na véspera de tomar posse, com o secretariado já montado e Menezes fora dele, Marcello foi à Gávea conversar com Prestes, que reivindicou justamente a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) para o suplente. Ao pleitear um cargo na mesma área de atuação negada anteriormente, Prestes estava decidido a medir o tamanho de seu prestígio no partido. Marcello ficou de estudar o assunto, e a direção da SMTU é o único cargo importante na área de transportes não preenchido até agora.

A tensão nos bastidores aumentou nos últimos dias porque o secretário de Desenvolvimento Social, Pedro Portinho, decidiu exonerar o diretor da Fundação Lar Escola São Francisco de Paula — que dá assistência a 500 crianças carentes e excepcionais, e tem 214 funcionários — Luís Henrique Pereira, ligado ao grupo de Prestes. Para substituí-lo, Portinho indicou o ex-vereador Antônio Pereira Filho, ex-integrante do grupo prestista. A exoneração, contudo, ainda não foi publicada no Diário Oficial do Município. A Associação de Funcionários da Fundação e lideranças comunitárias pediram

em abençoado a permanência de Luís Henrique.

Sustentação — Os prestistas apostam que suas reivindicações serão atendidas porque Brizola — que nomeou Prestes presidente honorário do PDT no Rio, em 1987 — deixou claro mais de uma vez, para o próprio ex-senador, que o seu apoio é fundamental para dar um perfil de esquerda ao PDT. Durante as eleições municipais, Brizola pediu o empenho especial de Prestes na campanha do candidato do PDT a prefeito de São Paulo, Altair Soares. Mas o próprio ex-governador, cuja base eleitoral em São Paulo é frágilíssima, decidiu, na reta final da campanha, que Altair devia renunciar para somar forças com a candidatura do PT, Luiz Erundina, que acabou vitoriosa.

Na conversa de véspera de Natal, Brizola pediu ajuda de Prestes para sua campanha presidencial, mas o ex-dirigente comunista não confirmou o apoio. O grupo prestista dá, segundo um de seus integrantes, sustentação de estorço ao PDT. Brizola sabe que esse é um apoio importante na disputa que vem mantendo com o PT pela preferência do eleitorado de esquerda, acirrada depois das eleições de novembro, que deram ao partido do deputado Luís Inácio Lula da Silva a Prefeitura de São Paulo, e mais importante capital do país. Os prestistas acham que esses fatores somados vão pesar a seu favor na medição de forças com o prefeito Marcello Alencar.



Prestes: medindo o seu prestígio

01.01

8906918

098

fpa (8211)

ZERO HORA — Sábado, 08.07.89 — PÁGINA 16

O Itamaraty, por seu porta-voz, ministro Ruy Guerra, contestou ontem todos os pontos divulgados de documento de uma empresa privada americana que faz uma série de considerações sobre a política brasileira na área nuclear. Para o ministro, o relatório carece totalmente de fundamento

Itamaraty contesta empresa americana. Política nuclear

O Itamaraty contestou ontem todos os pontos divulgados de um documento do Council on Hemispheric Affairs - entidade privada americana, especialista em assuntos latino-americanos - que faz uma série de considerações sobre a política brasileira na área nuclear. Para o porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira, o relatório carece totalmente de fundamento.

Quanto a associação entre o Governo brasileiro e o da República Popular da China, no que diz respeito à cooperação

espacial, garante Nogueira que ela se restringe unicamente ao lançamento de dois satélites de sensoramento remoto da maior importância para o adequado mapeamento do território brasileiro. E, acrescenta, um projeto pacífico, de importância considerável para o futuro do desenvolvimento da economia brasileira.

Já a associação entre a empresa brasileira Avibrás e a estatal chinesa do setor que, segundo o documento é passível de

suspeitas, o porta-voz afirmou que trata-se de uma transação eminentemente comercial, de caráter privado, não cabendo pronunciamento por parte do Itamaraty.

Ainda de acordo com Ruy Nogueira, é muito conhecida a posição do Governo brasileiro, reiterada várias vezes pelo presidente da República, de somente utilizar a energia nuclear para fins pacíficos, ao contrário do que sustenta o documento da entidade americana. (AG)

01 . 01

8906920

DSO

9/7/89

F 8a

asil

JORNAL DO BRASIL

Magalhães enfrenta protestos e vaias na convenção do PSDB

BELO HORIZONTE — Muitas vaias, protestos contundentes e hostilidade contra o candidato à vice-presidência pelo partido, Roberto Magalhães, escolhido pela executiva nacional, marcaram a convenção nacional do PSDB, em Belo Horizonte, para homologar a chapa dos tucanos à sucessão presidencial. O clima de festa que se estabelecia no plenário e nas galerias superlotadas da Assembleia Legislativa, toda vez que era citado o nome do candidato do PSDB à presidência, senador Mário Covas, contrastava com os gritos de "fora, fora", e "o povo não esquece, Roberto é PDS" que acompanhavam, invariavelmente, qualquer referência ao seu companheiro de chapa, o ex-governador do Pernambuco.

Já na abertura da convenção, à 9h, começaram os protestos, que se arrastaram por toda a manhã. Militantes portando bandeiras e distintivos do partido aplaudiram deirantemente os dois primeiros oradores, Júlio Bittencourt, do Paraná, e Lázaro Fiuati, de São Paulo, que fizeram violentos discursos contra a candidatura de Roberto Magalhães, filiado ao partido na última quinta-feira.

Goela abaixo — "Como faremos a campanha de Mário Covas, se seu vice é um homem que, como governador, pôs a polícia atrás da oposição?", esbravejou da tribuna Paulo Geraldo Nunes, conterrâneo de Magalhães, que é suplente do diretório nacional dos tucanos. "Fora Magalhães", gritavam militantes no plenário, enquanto Geraldo Alkimim, de São Paulo, o primeiro a defender o candidato à vice-presidência, lembrava seu apoio à campanha pela eleições diretas, em 1984, e a Tancredo Neves, como candidato à presidência pela Aliança Democrática em 1985.

"É intolerável, e inaceitável, que a decisão populista, conchavista e auto-



Covas promete luta e ergue o braço de Magalhães

ritária da cúpula do partido nos seja enfiada goela abaixo", gritava, da tribuna um dos oradores mais inflamados e aplaudidos, o deputado federal Jorge Hage, da Bahia. A menos de dois metros dele, numa tentativa de minimizar a reação dos militantes, o presidente nacional do PSDB, Franco Montoro assegurava que "divergência não é dissidência, e democracia não é unanimidade, mas respeito à decisão de maioria". Ele explicou que a escolha, feita pela executiva nacional, se justifica "pela situação de excepcionalidade" e garantiu que o perfil de Roberto Magalhães está "mais adequado ao perfil do eleitorado brasileiro, e amplia as possibilidades eleitorais" da chapa. "Magalhães soma, mais ao centro", afirmou Montoro, em defesa do candidato a vice.

Enganos — Inimiga política de Roberto Magalhães, a presidente do diretório regional do PSDB de Pernambuco, deputada federal Cristina Tavares, foi, junto a Mário Covas, o nome aplaudido unanimemente na convenção. Ela assegurou, logo ao chegar, bem

cedo, que pensou em impugnar a candidatura do ex-governador pelo PDS. Mas, consultas que fez ao diretório pernambucano e a senadores e deputados do partido, até à madrugada de ontem, demoveram-na da ideia, segundo disse. "O perfil de Magalhães não se enquadra nem ao da ala mais à direita do PSDB, que são os liberais-progressistas", disparou Cristina Tavares, reconhecendo a derrota dos socialistas, que formam a esquerda do partido.

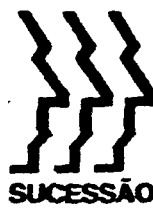
Em seu discurso na tribuna, iniciado às 11h35m, ela leu o manifesto de criação do PSDB, mostrando a contradição entre o que foi expresso ali e a escolha do candidato a vice. Ela cometeu três atos falhos seguidos — trocou a sigla dos tucanos por PMDB, "partido que não presta", chamou-a posteriormente de PSB e, finalmente, leu "meliantes" em vez de militantes, no manifesto — ao defender a união do partido: "Não vou impugnar o vice, em nome de uma causa maior. O Pernambuco cede, para o Brasil ganhar", disse, emocionada, sob aplausos unânimes.

01.01

8906921

097

POLÍTICA



SUCESSÃO

Leis do autoritarismo regerão pleito de 90

Só uma emenda constitucional poderá modificar a situação

Por ILIAR FRANCO
Bastia/ZH

Por uma vacilação na leitura do texto constitucional, que trata da futura legislação eleitoral, e a morosidade do Congresso Nacional em regular a nova Constituição, as eleições do ano que vem serão regidas por leis baixadas ao longo do regime autoritário. Este retrocesso de 20 anos, deixa pouca coisa, como a propaganda eleitoral, para receber um novo tratamento em 90, quando teremos eleições para os governos estaduais, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e um terço do Senado Federal.

Parlamentares e juristas, reunidos em uma subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, presidida pelo deputado Ney Lopes, (PFL-RN), já estão perdendo o sono com esta fatalidade. E, segundo o ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Acompanhamento da Constituinte da UnB, somente uma emenda à Constituição, que necessita da aprovação de dois terços da Câmara e do Senado, poderia mudar isto. Acontece que o artigo 16, da Constituição, é taxativa ao afirmar que "a lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua promulgação".

O resultado concreto disto, é que os prazos para filiação partidária dos candidatos serão regidos pela lei 5.782, de 6 de junho de 1972. Ela estabelece que os candidatos a governador, vice, senador, deputado federal e estadual, devem estar filiados ao partido pelo qual vão concorrer um ano antes da data da eleição. O prazo para desincompatibilização de ministros, secretários e integrantes da administração pública estão regulados pelo artigo 161 da Emenda 22, de 20 de junho de 1982. Quem for ministro de Estado, governador ou prefeito tem de se desincompatibilizar cinco meses antes do pleito, sob pena de se tornar inelegível. No caso de secretário de Estado, quando este tiver mandato parlamentar e buscar a reeleição, o prazo é de quatro meses.

O ex-deputado João Gilberto ressaltou que esta situação está criando um quadro curioso, em que os



João Gilberto: Emenda para mudar

candidatos para as eleições de 90 terão de fazer sua opção partidária antes de 15 de novembro. Ou seja, sem saber qual será o resultado do pleito presidencial. Acrescenta que estas circunstâncias condicionam, inclusive, no tipo de apoio parlamentar que terá o próximo presidente da República. Como os parlamentares estarão presos aos partidos para concorrer a reeleição ou outros cargos, dificilmente o Governo se fará com adesões ao partido vencedor ou blocos suprapartidários (nos moldes do Centrão), mas através de coligações partidárias. Da mesma forma, depois de 15 de novembro não se poderá buscar pessoas fora dos partidos para disputar o pleito.

01.01

8906924

158

Assessor explica nepotismo P.P.

Helena Daliro

BRASILIA — "Collor não admitiu ninguém durante seu governo sem concurso público. Desafio a quem quer que seja dizer o contrário", afirmou o deputado Cleto Falcão (PRN), assessor do candidato Fernando Collor de Melo, em resposta a uma denúncia feita pelos jornais *Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*. Segundo a denúncia, Collor, quando governador de Alagoas, em 1987, nomeou sem concurso público 9 parentes, 19 de sua mulher, Rosane, e dez do atual governador, à época vice de Collor, Moacir Andrade. Os salários variam de NCz\$ 1.061,28 a NCz\$ 4.808,86. Ao saber da reportagem, o próprio Collor telefonou de Londrina (PR), onde fazia um comício, para o Comitê Eleitoral em Brasília, e pediu a Cleto Falcão — um dos beneficiados pelas nomeações, segundo os jornais —, para desmentir-la.

Falcão, que foi nomeado procurador da Assembleia Legislativa de Alagoas com salário de NCz\$ 4.492,80, disse que a denúncia não tem cabimento, uma vez que todos integrantes da lista, embora sejam de fato parentes, portam-se como inimigos políticos da família Collor, da família Malta (família da mulher de Collor) e de sua própria família. Disse ainda que o projeto, transformado na lei 4.691/87, foi feito pela Assembleia Legislativa e não pelo governador. "Essa denúncia", afirmou, "é desespero dos inimigos e adversários políticos de Collor, porque sabem que ele chegará ao segundo turno e é o mais forte candidato".

Cleto não soube explicar, porém, por que o parente mais próximo de Collor, Manoel Afonso de Mello, primo em primeiro grau, recebe o salário mais alto — NCz\$ 4.808,86 — de toda a lista das 65 nomeações. Falcão vem em seguida,

com NCz\$ 4.492,80. Ele alega, no entanto, que está sem receber porque ainda tem mandato eletivo, o que é proibido por lei.

O assessor disse ainda que não tem conhecimento do teor do projeto e se ateve apenas aos nomes indicados na lista das nomeações, afirmando categoricamente que são todos inimigos de Collor e garantindo que nenhum dos beneficiados votará no candidato do PRN nas eleições presidenciais.

A divulgação da lista de nomeações, ainda segundo o assessor de Collor, foi feita pelo PFL de Alagoas, liderado pelo senador Divaldo Suruagy, inimigo político do candidato. O assessor diz ainda que Collor se mantém com 41% da preferência do eleitorado, conforme pesquisa do Ibope. Ele ignora as pesquisas do Instituto Gallup e da Data-Folha, que indicam queda de dois a quatro pontos no índice. "A Data-Folha foi a única a afirmar, certa vez, que Orestes Quêrcia era o preferido para a presidência da República", ironizou.

☐ O governador da Paraíba, Tarcísio Burty, anunciou que 12 dos 17 prefeitos do Vale do Piancó, região onde o atual prefeito de João Pessoa, Wilson Braga, exerce grande influência política, já decidiram acompanhá-lo no ingresso no PRN e no apoio à candidatura de Fernando Collor de Melo. A grande luta política na Paraíba é entre Braga, que está no PDT e apóia Brizola, e Burty, que depois de desentendimentos com o senador Humberto Lucena, deixou o PMDB. O governador ingressa no próximo dia 3 no PRN e leva, inicialmente, doze deputados estaduais, cerca de 40 prefeitos e 200 vereadores. Com as eleições municipais, o PRN será o partido de maior bancada na Assembleia paraibana.

Convenção do PDT escolherá hoje o vice de Brizola

BRASÍLIA — Num ambiente que lembra os cenários das grandes convenções dos partidos norte-americanos — com muitos balões coloridos nas cores vermelha, azul e branca, plantas e bandeiras em profusão —, a Convenção Nacional do PDT consagra hoje o nome do ex-governador Leonel Brizola como candidato à Presidência da República. Para a vaga de vice deverá ser escolhido o deputado Fernando Lyra (PE), que pode não ter uma indicação muito tranquila, diante da disposição do deputado Carlos Alberto Caó de disputar os votos dos poucos mais de 300 convencionais.

Realizada nas dependências do Congresso Nacional, a convenção começou ontem pela manhã, sem o previsto clima de grande festa, mas que os pedetistas esperam seja alcançado hoje, quando são aguardadas de oito a nove mil pessoas, segundo o líder do partido na Câmara, deputado Doutel de Andrade (RJ), ou de quatro a cinco mil pessoas conforme a previsão do deputado Brândão Monteiro. Brizola só chegaria a Brasília no início da noite, sendo recebido com festa no aeroporto. Sua ausência ao longo do primeiro dia de trabalhos acabou dando um aspecto modorrento à convenção, que terminou tendo seus mais agitados momentos no Encontro Nacional de Mulheres.

Vice — Os corredores do Congresso amanheceram ontem coalhados de pequenos cartazes anunciando a candidatura de Carlos Alberto Caó a vice. "Caó é a cara do PDT", afirmava um deles. "Para vice de Brizola, por que não Caó?", indagava outro. O esforço, porém, parece fadado ao fracasso. O sentimento predominante entre os integrantes da bancada federal e da Executiva Nacional do partido é de que a futura está liquidada a favor de Fernando Lyra, apesar da insatisfação que isso vai provocar em muitos setores do partido. "O vice será quem Brizola escolher. Isso é uma tradição no PDT. Brizola quer Lyra e disse isso a Darcy", comentou um deputado que participou das articulações em torno do nome de Darcy Ribeiro e ontem já reconhecia o fracasso das negociações.

O próprio Darcy Ribeiro definiu esta posição. "A escolha do vice é matéria de competência do candidato e Brizola já demonstrou que quer

Lyra. O meu papel é apoiar Brizola", comentou, para depois devolver a pergunta de um jornalista sobre sua vontade de ocupar a vaga: "E quem não gostaria de ser vice do Brizola?". Darcy disse, entretanto, que sua aspiração "é coordenar a implantação dos CIEPs no governo de Brizola".

Cauteloso, o deputado Fernando Lyra preferiu ficar boa parte do dia de ontem em seu apartamento na Superquadra Norte 302. "Ao que tudo indica, serei vice. O movimento das bases é muito forte e Brizola continua com a mesma opinião — que eu sou o candidato mais forte", resumi. Ele acha que a decisão de Caó de ir à disputa na convenção "é um direito", embora "não saiba se esta é a melhor forma".

Conselho — A manutenção da candidatura de Caó, segundo um dos articuladores do movimento, tem o objetivo de mostrar que Lyra não tem o apoio unânime do partido. "Mesmo que Caó tenha apenas 10% dos votos da Convenção, isso é importante para demonstrar a insatisfação da bancada com Lyra. É uma forma de sinalizar para Lyra que ele tem que se aproximar da bancada, conversar e se integrar", comentou um deputado do PDT.

Há ainda uma corrente que está jogando na tentativa de adiar a escolha do vice, delegando a tarefa à Executiva do partido, na expectativa de que se consiga um acordo com três nomes de fora dos quadros do PDT: os ex-governadores Hélio Garcia (PMDB) e Roberto Magalhães (PTB) e o sindicalista Luis Antônio Medeiros (PTB). Este grupo, porém, deve esbarrar na legalidade. "A legislação é muito clara e só permite à Executiva escolher candidato no caso de morte ou renúncia do nome consagrado na Convenção", avisa Fernando Lyra.

Embora um grupo tenha se separado, há também um grupo que tinha com a escolha da presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereadora Regina Gordilho, um dos destaques no Encontro Nacional de Mulheres, que só teve a participação de 600 mulheres, embora fossem esperadas 2 mil. O deputado Doutel de Andrade aplicou pouca movimentação na Convenção, tem pela manhã pelo menos de várias delegações, mas jurava que a festa hoje deve ser a maior já feita por um partido.



8906930

01.02

hoje o vice de Brizola

Brasília — Fotos Moreira Mariz

Gordilho diz que foi convidada a 'colocar'

A presidente da Câmara Municipal do Rio, Regina Gordilho (PDT), revelou que foi insistentemente convidada para ser candidata a vice-presidente da chapa de Fernando Collor de Mello (PRN) — que ela chama de 'Coca Col' — por considerá-lo um bom de consumo. "Durante mais de um mês repetiu-se o mesmo ritual: Quando eu chegava ao meu gabinete na Câmara, havia sempre um homem lá esperando para dizer que eu estava no partido errado, um partido que não tinha nada a ver comigo, e que não me apoiava. Em seguida, me ligavam da assessoria do Collor, e perguntavam se eu havia ligado para lá", contou.

Regina foi a grande atração de ontem na convenção do PDT. Depois de ser muito aplaudida ao chegar ao plenário da Câmara dos Deputados, onde se realiza o encontro nacional de mulheres do PDT, foi a única participante solicitada para dar autógrafos e posar para fotos ao lado de outros correligionários. A segunda figura mais aplaudida nesse encontro foi dona Zica da Mangueira, viúva do compositor Cartola, que afirmou trabalhar por Brizola desde que ele entrou na política.

Desfilando — O plenário cheio de balões coloridos, nas cores azul, vermelho e branco, — as cores do PDT — os arranjos de folhagens, os leões coloridos e as grandes flores de papel vermelho nos cabelos ou nos vestidos não chegaram a entusiasmar o ânimo das participantes. Mais desanimada ainda estava a reunião no plenário do Senado, onde líderes do partido discutiram sobre alguns temas nacionais.

No auditório Petrólio Portella, a reunião da Juventude Socialista do PDT, marcada para as 19h, foi adiada para a tarde porque não chegaram os dirigentes nem as participantes de outros estados. As bancas espalhadas pelo Salão Verde da Câmara e no corredor das Comissões ofereciam camisetas, botões e adesivos de dizeres e preços variados, mas pouco vendiam. Uma grande bandeira do PDT era oferecida em liquidação por NCz\$ 30, e a poster de Leonel Brizola estava anunciado por NCz\$ 100.

☐ O PDT começou a organizar ontem o programa de governo do candidato Leonel Brizola à presidência do presidente José Sarney. Sob a coordenação do deputado Darcy Ribeiro, o partido promoveu reuniões em todos os estados brasileiros para reunir ideias e sugestões para a elaboração do programa de governo. "Não vamos nos preocupar com as estruturas partidárias e acadêmicas de hoje", afirmou Darcy Ribeiro, acrescentando que o Fórum Nacional de Debates Leonel Brizola — como estão sendo chamadas as reuniões — tem o papel de "mobilizar a militância do PDT e as pessoas que vão ajudar Brizola a governar".

Deputados também aprovaram um aumento real de 3% ao mês para o salário mínimo, a ser pago a cada dois meses, com o acumulado de junho a setembro sendo pago em outubro. Os projetos vão agora ao Senado e, depois, vão à apreciação do Presidente da República

Câmara Federal aprova:

- ☐ Salário mínimo de NCz\$ 120
- ☐ Reajuste mensal para quem ganha até 3 salários mínimos
- ☐ Reajuste trimestral de 3 a 20 salários mínimos
- ☐ Livre negociação para quem ganha mais de 20 mínimos

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por acordo de bancadas, a elevação do salário mínimo para NCz\$ 120,00, a vigorar a partir de 1º de junho, e as novas regras de política salarial. O salário mínimo será corrigido mensalmente com base na inflação (IPC) registrada no mês anterior e acrescido de 3% a título de aumento real. O pagamento deste incremento de 3% será feito a cada bimestre. Os dois projetos deverão ser votados no Senado Federal na próxima semana, para serem encaminhados à sanção ou veto presidencial. Hoje, o Senado começa examinar os dois projetos.

O acréscimo de 3% no salário mínimo só será pago em outubro. Segundo o deputado Paulo Palm (PT-RS), este prazo de quatro meses de carência, defendido pelo PFL que negociou em nome do governo, é para que a Previdência Social tenha tempo para absorver o impacto que causará o novo valor. Ao final de quatro meses (outubro), o trabalhador receberá sobre seu salário de setembro este acréscimo capitalizado, que significa um incremento de 12,6%. A partir de outubro, o salário passa a ter um ganho real bimestral, ou seja, a cada dois meses ele terá acrescido ao seu salário 6,30% de aumento real. Isto sem contar a inflação que é incorporada mensalmente.

Política Salarial

O projeto de política salarial cria três faixas. A primeira é constituída dos trabalhadores que ganham até três salários mínimos, cujos reajustes serão mensais com base na inflação do mês anterior. Os que ganham acima de três até 20 salários mínimos, terão seus vencimentos corrigidos mensalmente pelo percentual da inflação que exceder a 5% dentro de cada mês (gatilho). Ou seja, reajuste igual ao excedente no mês seguinte àquele em que ocorrer o excesso. Além disso, a parcela do salário que corresponder a três salários será reajustada mensalmente conforme o índice do IPC do mês anterior. Exemplo:

— Um trabalhador que ganha NCz\$ 1.000,00 por mês terá o seu salário reajustado da seguinte maneira: Sobre a parte de NCz\$ 300,00 (correspondente a três salários mínimos) será aplicado mensalmente o IPC do mês anterior. Nos NCz\$ 600,00 restantes dispara o gatilho. Ou seja, a percentagem que superar a 5% dentro de cada mês. Ao final do trimestre o trabalhador receberá o resíduo inflacionário, capitalizado (15,76%) sobre a parte do seu salário que excedeu ao equivalente a três salários mínimos.

Para os trabalhadores que percebem vencimentos superiores a 20 salários mínimo, os reajustes serão objeto de livre negociação. Entretanto, para este vale a regra da faixa anterior, apenas para reajustar a parte do salário que corresponde a três salários mínimos.



Finalmente, os deputados aprovaram o mínimo e a lei salarial. E aplicam

CLASSES DE REAJUSTES

- A) De 1 a 3 salários mínimos: reajuste mensal pela inflação do mês anterior.
- B) Acima de 3 até 20 salários mínimos:
- 1) na parte correspondente a 3 salários mínimos IPC integral do mês anterior.
 - 2) na parte restante do salário será aplicado o percentual que exceder a 5%, mensalmente. No final do trimestre o trabalhador terá crescido ao seu salário o resíduo inflacionário dos últimos três meses.
- C) Acima de 20 salários mínimos:
- 1) livre negociação, com exceção da parte do salário correspondente a três salários mínimos, que será corrigida pela inflação do mês anterior.

O projeto da Câmara cria também um esquema de reajuste salarial na faixa entre três até 20 salários, dividindo os trabalhadores em três grupos conforme a data-base das categorias de forma a repor as perdas salariais. O Grupo I (data-base em junho, setembro, dezembro e março) terá em junho deste ano um reajuste equivalente ao IPC acumulado dos meses de fevereiro, março, abril e maio últimos, passando, em seguida a obter os reajustes pelo percentual que ultrapassar a 5% (gatilho). O Grupo II (data-base em julho, outubro, janeiro e abril) terá em junho um reajuste equivalente ao IPC de fevereiro e março e receberá, em julho, reajuste igual ao IPC acumulado dos meses de abril, maio e junho, passando, nos meses seguintes (a partir de agosto) a receber o salário corrigido pelo gatilho. O Grupo III (data-base agosto, novembro, fevereiro e maio) terá em junho um reajuste equivalente ao IPC de fevereiro e março. Em julho, este grupo, terá outro reajuste igual ao IPC de abril e receberá, em agosto, reajuste igual ao IPC acumulado dos meses de maio, junho e julho, passando, nos meses seguintes, a obter reajustes pelo disparo do gatilho. (Brasília/ZZH)

058

F. Pac

A lei que regulamentará as eleições presidenciais foi aprovada ontem na Câmara e agora vai à sanção do presidente Sarney. Mas a decisão dar prazo às pesquisas de opinião já gera controvérsia

Câmara aprova a lei que regula eleições

A Câmara dos Deputados aprovou ontem a lei que regulamentará as eleições presidenciais deste ano. Agora, a matéria irá à sanção presidencial para então entrar em vigor. Os deputados rejeitaram o substitutivo aprovado pelo Senado Federal. Com isso, ficou proibida a divulgação de pesquisas pré-eleitorais nos 30 dias anteriores ao pleito e nos dez dias antes do segundo turno.

PDS, PL e PT votaram contra a proibição alegando que ela é inconstitucional. O deputado Gérson Peres (PDS-PA) ressaltou que o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá apresentar um parecer pela inconstitucionalidade desse dispositivo da lei. Nas eleições do ano passado, o TSE liberou a divulgação

das pesquisas tendo como base a atual Constituição, recém promulgada.

Também ficou proibido, no dia do pleito, até as 19 horas, qualquer noticiário de tevê e rádio sobre o comportamento dos eleitores e sobre os candidatos. Os deputados rejeitaram também a proposta do Senado de permitir que a apuração dos votos seja feita pela própria mesa receptora. Um pedido de destaque do PDT, tentando restabelecer o que havia sido aprovado pelo Senado, acabou provocando polêmica no plenário. O líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, convenceu as demais lideranças a procurarem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que este determine a apuração pela

mesa receptora ou não, desde que haja mais de 100 mil eleitores.

A Câmara também rejeitou o dispositivo da lei que permitia ao partido político com registro provisório conseguir adesão parlamentar, para poder registrar candidato, até a data da publicação da lei. Mas a Câmara acatou a decisão do Senado que valida as convenções realizadas antes da aprovação da Lei Eleitoral, beneficiando assim o PMDB e o PFL. Também aprovou a ampliação do prazo para apresentação dos programas dos partidos políticos com representação no Congresso Nacional, para até 120 dias antes do pleito. Isto beneficia PDS, PFL e PMDB, que ainda não apresentaram seus programas na televisão. (AG)

Os pontos principais da nova legislação

Entre os principais dispositivos aprovados pela Lei Eleitoral:

— Eleição em dois turnos — o primeiro a 15 de novembro e o segundo a 30 dias após a proclamação do resultado; o registro de candidatos poderá ser feito pelos partidos políticos com registro definitivo e por aqueles com registro provisório que tenham representação no Congresso Nacional, até o dia 5 de abril; a convenção para escolha do candidato deverá ser realizada até 15 de julho.

— São válidas as convenções realizadas antes da aprovação da Lei Eleitoral; o registro de candidatos deve ser feito até 17 de agosto; o candidato deverá ter-se filiado ao partido até 15 de maio; de 30 dias após a publicação da Lei Eleitoral até o término do mandato do presidente da República estão vedadas nomeações e demissões de servidor público, salvo admissão de concursados e no caso de cargos em comissão ou função de confiança.

— Não haverá mais cédula regional para a propaganda no rádio e TV; a propaganda eleitoral no rádio e TV será realizada de 15 de setembro a 12 de novembro; a divisão do tempo será feita assim: partidos com até 20 congressistas terão direito a cinco minutos de propaganda eleitoral; os que tiverem de 21 a 60 congressistas, dez minutos; de 61 a 120 congressistas, 15 minutos; de 121 a 200 congressistas, 15 minutos; acima de 200 congressistas, 25 minutos.

— As emissoras de rádio e TV poderão promover debates entre candidatos, desde que todos sejam convidados. A ordem de apresentação deverá obedecer a sorteio; proibição de pesquisa eleitoral nos 30 dias anteriores ao primeiro turno e nos dez dias anteriores ao segundo turno; proibição de noticiário no rádio e TV no dia da eleição, até as 19 horas, sobre os candidatos e comportamento de eleitores. (AG)

f. (pt. ii)

18-6-89 330402A

A exigência que os governos dos Estados Unidos e da França impõem aos Colômbianos de não negociarem com os grupos guerrilheiros, já foi contestada pelo grupo colombiano contrainsurgente. Os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN), porém, estão dispostos a negociar, e em comunicado enviado à imprensa ontem, afirmam que precisam qualquer mediação internacional, de preferência de um sindicato de petroleiros do Brasil. O ELN, formado no exílio por ex-funcionários da Petrobrás, Paulo Roberto da Oliveira, Augusto Carneiro Moraes, Mauro de Almeida e Roberto Reis, que trabalhavam na exploração de petróleo na região da Colômbia. Com os três brasileiros, Paulo Roberto, responsável pelo colombiano Orlando Santamaría, o grupo pretende ir para o serviço de uma companhia que opera no Táchira e Tumbuco 1 na região do Puerto Wilches, departamento de Santander, 100 km ao norte de Bogotá. Opondo-se ao ELN, que realizaram 20 atentados em 1988, com prejuízo de 20 milhões de dólares, também se opõem os grupos paramilitares do Virgílio Elorza que operam na região de Cauca e na Libertação das ruas mediante a cobrança de impostos de vários povoados e a supressão dos "busqueros" e outros vários aliados dos departamentos de Bolívar e Guaviare.

890693.6

092

F-30
PP PP
(PTB)

Brizola e Menem terão encontro na Argentina

Dívida externa dos dois países será um dos temas da reunião

Por DANILLO UCHAE
Serviço Especial ZH/Boa Vista

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, aceita o convite do presidente eleito da Argentina, Carlos Menem, para um encontro em Buenos Aires. O convite de Menem foi feito muito antes da eleição de domingo e reafirmando no início desta semana.

A resposta de Brizola a Menem foi transmitida pelo jornalista Nélvia Moura, articulador de

concretiz. Oito em dez Brizola, e pelo deputado Leonel Moura, líder do PTB no Senado dos Deputados, que foi a Buenos Aires acompanhar o decorrer das eleições. Brizola solicita, porém, que o encontro com Menem tenha uma pauta definida, de forma que ele possa tratar os principais problemas da Argentina e Carlos Menem conheça mais de perto a realidade brasileira. Um dos temas já definidos será o da dívida externa de ambos os países e qual a posição de cada um em relação a este problema.

Exigências do PTB para a união

A união do PTB com o PDT, como a união da esquerda, é a realização de uma união entre Leonel Brizola e Carlos Menem como candidato a vice-presidente na chapa de ex-governador Leonel Brizola. Entre as principais exigências apresentadas pela liderança do PTB de São Paulo e Brizola, durante longa reunião realizada na madrugada do sábado nos salões do Hotel Republicano, em São Paulo, Modesto, líder do PTB, participou do encontro e lembrou que seu nome vem sendo lançado pelas forças partidárias e sindicais.

Concordando com as propostas e o candidato do PTB ao Senado pelo Rio de Janeiro, Brizola, em São Paulo, na reunião, afirmou ao deputado Barros Menezes, líder do PTB na Assembleia Legislativa, integrante do grupo jurídico, que a união do PTB com o PDT é uma necessidade para o Brasil e para o Brasil. Também foi o reunião o ex-governador de São Paulo e seu ex-escritório na presidência, Marcos Antônio Mastrobuoni. O deputado Barros Menezes foi claro sobre o que quer o PTB em troca do apoio a Brizola. Ele lembrou que o PTB paulista tem 30% dos convenções do partido em todo o Brasil e é hoje uma força que não pode ser desprezada:

— Queremos que Brizola assuma já o compromisso de fundir o seu PDT com o PTB logo após as eleições, consagrando de vez a sua proposta de "unidade trabalhista", que não pode existir apenas no período eleitoral —

— Ele também que o seu nome é reconhecido por quem o PTB é considerado um grupo sem caráter político, mas sim uma força política. Segundo a liderança do PTB, também concordamos o apoio à candidatura de Brizola à presidência dos dois partidos.

— Também que o PTB não deve ser considerado apenas um grupo político, mas sim uma força política. Segundo a liderança do PTB, também concordamos o apoio à candidatura de Brizola à presidência dos dois partidos.

Brizola, porém, afirmou que qualquer compromisso firmado, não poderia ser realizado na reunião que aconteceu no sábado, mas sim em uma reunião posterior. Ele afirmou também que a união do PTB com o PDT é uma necessidade para o Brasil e para o Brasil.

— A união seria uma consequência natural da unidade trabalhista. Mas ela tem que ser discutida detalhadamente somente após as eleições — disse Brizola.

Os petebistas também insistiram com Brizola em lançar como seu candidato a vice-presidente o presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Modesto, presente ao encontro. O candidato do PDT concordou, mas sugeriu que o PTB colocasse, além de Modesto, outros nomes para que na convenção fosse escolhido um. (AG)

097

F.P.C.
P.P.

QUE NÃO PRESTA É VENDIDO LONGE

...mente do ... certamente, to-
... das ofensas pessoais
... Fernando Collor de Mello dirigiu,
de forma gratuita e brutal, ao Governador Leonel
Brizola (um homem de 67 anos, 45 anos de exílio, duas
vezes Governador). Insultos como estes, constam de
suas declarações publicadas no Globo e na Folha de
São Paulo (19/4) — Collor: "Brizola é um f.d.p.(...),
é a "Escadinha" da política (...), o comboio da cor-
rupção com o crime organizado (...), e que vá se me-
ter com suas negas". Questionado politicamente por
suas críticas anteriores ao Presidente do PDT, foi com
esta enxurrada de injúrias que reagiu o farsante que
por aí anda se oferecendo como candidato à Presidência
da República. As pesquisas estão demonstrando
que muitas pessoas podem se enganar com este pulha.
Mas se, na verdade, de um "playboy" irresponsável,
criado e criado na estufa da ditadura. Prefeito nomeado
de Maceió, Malufista na Campanha das Diretas,
só passa de uma tentativa da direita de se apresentar
como uma nova na campanha presidencial. Neste mo-
mento é candidato das Organizações Globo e do Sr.
Roberto Marinho, de quem é sócio na televisão em
Alagoas. (Fé, aliás, condições éticas e morais, ido-
neidade para ser concessionário de um canal de TV
quando se expressa de forma tão baixa e torpe?).

O povo brasileiro, de agora em diante, vai saber
quem é Collor de Mello, filho de quem é, e, princi-
palmente, quem está por detrás dele. O PDT, seus di-
rigentes, parlamentares e militantes, vão prestar este
serviço ao povo brasileiro. E o faremos a começar do
que dizem dele os próprios alagoanos. Vejam este ma-
nifesto publicado pelas centrais sindicais, por cinco con-
selhos de profissionais liberais, 22 sindicatos de tra-
balhadores, 16 associações de servidores e nove asso-
ciações de classe de Alagoas, publicado na Folha de
São Paulo (11/3, pág. 11). É como diz a sabedoria po-
pular do interior deste Brasil: burro que não presta
é vendido longe, onde não lhe conheçam a fama.

A FARSIA FERNANDO COLLOR

"Perplexos ante a sequência de mentiras servi-
das no país, cansados do caos administrativo e da en-
cuberta corrupção que tem curso em Alagoas, mas cer-
tos de que a verdade finalmente virá à tona, dirigimo-
nos à opinião pública nacional para desmascarar a far-
sia que é o Governo Fernando Collor de Mello. Nada
mais queremos do que levar ao conhecimento do País
fatos reais que são acobertados por conta do férreo
controle oficial sobre os meios de comunicação ala-
goanos, grande parte deles de propriedade do próprio
Governador, que também fez uso ilícito de verbas ver-
bas publicitárias do Estado para financiar uma dispen-

diosa campanha presidencial, cujo caráter demagó-
co precisa chegar ao conhecimento do povo brasileiro."

FALINDO OS SERVIÇOS PÚBLICOS

"Jamais se viu em Alagoas, nem no tempo dos
governadores biônicos, desastre administrativo mais
profundo. O Estado (...) não recolhe qualquer obriga-
ção social (...) a Administração Pública estadual está
virtualmente paralisada (...), não há um programa ad-
ministrativo a cumprir e a qualidade dos serviços pú-
blicos prestados à população chegou ao nível mais bai-
xo de que se tem notícia na história de Alagoas... No
falso "governo das mudanças" os grandes grupos eco-
nômicos de Alagoas têm recebido graciosas incenti-
vos e isenções fiscais. A receita estadual, em decorrên-
cia, foi reduzida a 1/3, uma queda que a crise não jus-
tifica. No exercício 87/88, Alagoas teve o pior desem-
penho em arrecadação do País."

ELE PRÓPRIO, O GRANDE MARAJÁ

"Por conta dessa obsessiva promoção pessoal, o
Governador (há mais de 2 anos) jamais ficou em Ala-
goas uma semana inteira; corre o País como um "glo-
betróter" de sua própria vaidade, sempre em jatinhos
alugados a um custo que os alagoanos não conhecem
(...) A cada fim de ano, promove espalhafatosas via-
gens de férias à Europa e Estados Unidos, com gran-
des comitivas e com recursos que não explica ao aban-
donado e faminto povo alagoano (...) Na época em que
foi Prefeito biônico de Maceió — designado pela Di-
tadura — Collor de Mello foi o criador da figura dos
marajás na Prefeitura e Câmara Municipal. Entrou pa-
ra a história do empreguismo de Alagoas quando con-
traiu, no seu último dia como Prefeito, mais de 5.000
apadrinhados políticos (...) Apesar desse passado,
Collor tem apregoado ao Brasil inteiro sua pretense
"capas aos marajás" (...) Na prática (...) a pantomima
da "moralidade" serve apenas de cortina de fumaça
para encobrir a mais iníqua política de pessoal que se
tem notícia em Alagoas. Os salários dos servidores pú-
blicos, (estão) regularmente atrasados em até 2 meses"
(...) Collor jamais pagou qualquer URP ou gatilho.
É mau patrão em seu império de comunicação e é mau
patrão como Governador..."

CHANTAGEM COM O ICM

"As cotas de ICM e IPVA que o Estado arrega-
da para repasse às prefeituras, tem sido criminosamente
retidas na Secretaria da Fazenda. Muitos prefeitos não
receberam, ainda, as cotas de outubro do ano passada.
Só os que assinaram a ficha de filiação ao partido que
Collor criou, o PRN — receberam as parcelas atrasa-
das. Crítico de ocasião de Sarney — de quem foi colega
de Partido nos tempos da repressão ditatorial — Collor
reproduz, com a maior cinismo, em Alagoas, a retalia-
ção de que diz ser vítima de parte do governo Federal."

REPRESSÃO E CENSURA

Aprender de alguém que não nasceu em paga-
a Polícia contra o povo e os trabalhadores que se opo-
nem contra a ditadura, isso do tipo que quis impedi-
tar no tempo em que foi Prefeito biônico de Maceió,
Collor volta novamente, como Governador, a usar um
das escopetas, metralhadoras e tropas de choque do
PM para intimidar e reprimir as manifestações dos tra-
balhadores (...) Falso progressista, malufista que tenta
enganar a classe média e os trabalhadores, Collor pa-
ga baixos salários em suas empresas de comunicação;
desrespeita os direitos trabalhistas no jornal, paga
rádios e TV de sua propriedade, desmere indistincto-
mente jornalistas e radialistas que participam de mo-
vimentos reivindicatórios em suas empresas (...) com
a mentalidade de um empresário dos primórdios do
capitalismo, faz tudo isso para cultivar o clima da
censura em Alagoas, mas esforço para que o público
fique sabedor de sua política de terra arrasada...

VISTEM ALAGOAS

Não se busque neste manifesto, supostos obje-
tivos eleitorais, até mesmo porque a saída de Collor do
Governo de Alagoas, para disputar a Presidência, se-
rá um alívio para os alagoanos. Mas, ao mesmo tem-
po, sentimos no dever de esclarecer ao povo bra-
sileiro e, sobretudo, aos incansáveis profissionais de co-
municação, que precipitadamente estão se deixando le-
var, advertida, ou inadvertidamente pela demagogia
de Collor, que um político aventureiro, oportunista
e incompetente não deve enganar impunemente o País.
A quantos duvidem do que foi exposto, colocamos-nos
à disposição e convidamos a que visitem Alagoas com
espírito de isenção. Esperamos que ninguém duvide
do caráter democrático do espírito e do ato. A
democracia que permite o julgamento dos fatos e a
mesma que permite o seu desmentimento. Maceió,
março de 1989.

(Ass.) CUF, CGT, CSC, Conselho Regional de Engenharia
e Arquitetura, Conselho Regional de Medicina, Conselho
Regional de Medicina Veterinária, Conselho Regional de
Economia, Conselho Regional de Odontologia, Sindicato dos
Engenheiros, dos Médicos, dos Médicos Veterinários, dos
Trabalhadores da Educação, dos Trabalhadores em Hospitais,
das Assistentes Sociais, dos Radiólogos, dos Economistas, dos
Odontólogos, dos Farmacêuticos, dos Psicólogos, dos
Auxiliares de Enfermagem, dos Jornalistas, dos Urbanistas,
dos Químicos, dos Feirantes, dos Purificadores, dos Bancá-
rios, dos Técnicos de Telefonia, dos Técnicos Industriais e
SENALB, Associações de Servidores da Sec. de Agricultura,
Cepa, Embrapa, Fazenda, Fisco de Renda, Dir, Colôni, Fidei,
Febem, Administração, Funded, Ipaseal, Fozal, Fozal,
Transportes, Fipam e Lijal. Associações de Classe: Sampa-
Somel, Associação dos Jornalistas, Associação dos Radia-
tores, Associação dos Radiólogos, Associação dos Radiólogos,
to pela Voz, CG 30482 DIB 00 05123 01 1989

MANDADO PUBLICAR PELA Voz

12-5-89 3ERO HORA

01.04

8906939

58

F. Pa
AP. PP.
(Brizola)



Leonel Brizola - XII

"É possível enganar uma pessoa por todo o tempo. Até mesmo, enganar a todos, durante algum tempo. Mas o que não consegui-

rão nunca é enganar a todos durante todo o tempo". Abraham Lincoln (1809-1865).

A Globo, o Ibope e as pesquisas.

Só um ingênuo não percebe que as pesquisas e sua utilização pelos meios eletrônicos de comunicação — se constituem numa poderosíssima arma de promoção de candidaturas, num avassalador instrumento de propaganda eleitoral, além de um indistigável abuso do poder econômico. Ainda mais no caso da Rede Globo, que detém um verdadeiro monopólio, construído à sombra da ditadura, em matéria de comunicação, uma situação escandalosa que vem sendo insistentemente questionada por um dos candidatos.

Ora, como tenho afirmado de público, um Governo coerente, em nome dos direitos democráticos do povo brasileiro, terá de tomar medidas neste sentido, a fim de que o País se torne governável. Pois é intolerável que um império empresarial, constituído como uma espécie de cartório, possa influir tanto no Governo e em tudo, tentando direcionar a opinião pública com seu poderio e projectando-se, de forma insólita, sobre o próprio Ministério das Comunicações.

As Organizações Globo atuam de forma muito mais impudica que um partido político. Estão em jogo seus interesses empresariais, políticos e financeiros. Neste campo das pesquisas, em especial, existe todo um ambiente que favorece sua utilização com o intuito de interferir no processo eleitoral. Vejam: o Ibope, lamentavelmente, situa-se num contexto que induz à contaminação de suas pesquisas, dado a esta espécie de simbiose que mantém com a Rede Globo. Quem mede e divulga a audiência das rádios e televisões, em todo o País, é o Ibope, e é com base nestes índices que as emissoras fixam seus preços publicitários e repartem as enormes verbas publicitárias, tanto das empresas privadas quanto dos governos. Em suma, são os números do Ibope que garantem o faturamento da Globo e, em contrapartida, é dessa receita que se nutre o Ibope, com certeza o melhor parceiro daquela rede gigantesca.

Essas e outras fatos compõem todo um quadro de clara interferência nas eleições e de insólitas e intoleráveis violações ao processo de formação da consciência da cidadania brasileira. Todos se lembram que, em outras oportunidades, isso ficou claro para a opinião pública.

Agora, estamos diante deste verdadeiro escândalo nacional que é a promoção, através de generosos espaços na televisão e das pesquisas, da candidatura do sócio da Rede Globo em Alagoas, Fernando Collor de Mello. E o próprio presidente do Ibope transformou-se numa espécie de assessor do candidato, aconselhando-o a viajar para o exterior (J.B. 10/6) para evitar que seja desmascarado aos olhos da população.

Vivemos a fase das imposturas, a hora dos vilões. Apresentam um futuro como se fosse símbolo das aspirações de nosso povo, que reclama uma mudança real e verdadeira neste País. Alguns que, na verdade, estão sendo, apenas, um produto da mídia, de uma avalanche de propaganda dirigida, sustentada com uma montanha de dinheiro. Enfim, uma trama audaciosa e desavergonhada, que vem envolvendo aos ingênuos e, especialmente, atraindo os ambiciosos.

Vejam quem é este personagem que apresentam à Nação como "caçador de marajás". Como, se ele próprio

não é um exemplar típico daquela espécie? Será que quem recebeu do Governo, sob as graças da ditadura e de mão-beijada, um canal de televisão, é menos "marajá" do que aqueles que andaram obtendo empregos públicos, por mais favorecidos que sejam? Imaginem se o poder e a fortuna deste cínico que explora com fins políticos canais de rádio e de televisão não é de deixar no mínimo o salário de qualquer "marajá".

Num País onde houvesse um mínimo de seriedade seria inadmissível esta promiscuidade entre o exercício limpo e honrado da vida pública e a exploração de rendosas concessões do próprio Governo. Será moralidade, por acaso, alguém governar, como fez em Alagoas, autorizando, ele próprio, publicidade milionária, paga com dinheiro público, nos jornais, rádios e televisões de sua família: seus, de sua mãe, de seus irmãos? É assim que se vai moralizar a vida pública brasileira?

Ainda que muitos ingênuos pensem o contrário, o que estamos assistindo é um jogo de aparições, um movimento artificial, que nada tem a ver com o que, de fato, vai ocorrer nestas eleições. É possível que, simultaneamente, algumas pessoas de boa-fé até se impressionem com aquela retórica vazia. Mas o que vai prevalecer, no final, é o voto de consciência da população. Nem imagens produzidas nem promessas ocultas vão funcionar. É a consciência que orientará o voto do povo brasileiro.

A grande discussão nacional vai se dar em torno da responsabilidade das elites e classes dirigente. Desta casta pretensiosa e egoísta que levou à crise e ao desastre, em função seus interesses mesquinhos e imediatos. Enriqueceram, acumularam fortunas incalculáveis acumulando-se à exploração colonial, encheram a si próprios e a seus herdeiros de privilégios e concessões cartoriais, enquanto submergiam nosso povo na miséria e no atraso. São incapazes de reconhecer que o modelo econômico que impuseram ao País levou a generalidade da população a este contexto de sofrimentos e angústias indescritíveis.

E o pior é que querem continuar, a qualquer preço, e para isso estão empregando todos os seus recursos na montagem de farsas como esta a que estamos assistindo. Associam-se a um irresponsável, a um ambicioso sem escrúpulos, a um incapaz, como ficou demonstrado em sua triste passagem por Alagoas. Não lhes importa o que possa ocorrer ao País; tudo lhes é admissível, desde que tudo permaneça como está.

Esta é a verdadeira disputa que vai se dar no dia 15 de novembro. De um lado, os que querem a continuidade deste mar de privilégios para uns poucos e de desgraças para a maioria, desta postura hipócrita, desta insensibilidade para com as penas da Nação. De outro, o povo brasileiro, esta gente oprimida e injustiçada, que vai dizer um não a tudo isso, a esta casta dirigente arrogante e desumana, que conduziu o Brasil a esta situação deprimente. É este não, este sonoro e rotundo não, que eles tanto temem ouvir.

Leon Brizola

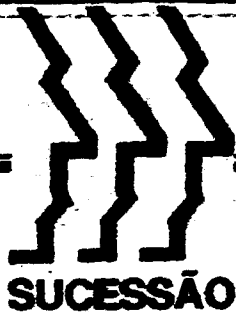
Leonel Brizola
Presidente do PDT

BRIZOLA 15-6-89

Política

Vantagem de Collor assusta

O interesse do deputado Ulysses Guimarães em manter contatos com o grupo moderado peemedebista pode ser creditado à necessidade do partido de demonstrar suas bases, ver ampliada sua chance de crescer numa fase decisiva em matéria de campanha eleitoral. O fato é que a candidatura Collor de Mello está pregando todos. A corrente moderada poderia ser atraída por outro candidato, como visto acontecendo em conversas isoladas, mas se retirou depois das críticas que lhe foram dirigidas pelos esquerdistas, até ao ponto de não desejar a presença dos ministros no palanque. O fato é que a realidade eleitoral está mostrando surpresas, a maior das quais é a disparada do ex-governador Collor de Mello, que já está incluído em sua estratégia uma viagem ao exterior. Não caberia mais de demais agravações perder tempo na busca de alianças e composições capazes de alisar esse caminho. A aproximação com os moderados é uma alternativa de uma situação, assim como a aproximação do PTE, hoje procurado por muitos moderados agravações. A grande lição das pesquisas, colocando Collor de Mello como favorito é a movimentação que se opera nos partidos adversários. O senador Marco Maciel admite conversações com o ex-ministro Aureliano Chaves, com o qual disputou a condição de candidato na prévia do PFL.



SUCESSÃO

Collor acusa Governo de casuismo eleitoral

O candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, acusou ontem o Governo de estar usando "técnicas casuísticas para tentar viabilizar um candidato amigo do bolso do chefe do presidente da República" e criar obstáculos à sua caminhada rumo ao Palácio do Planalto.

As declarações do candidato foram feitas em discurso durante o lançamento do Movimento Suprapartidário pela Reconstrução Nacional e tinham como alvo os votos feitos pelo presidente José Sarney à Lei Eleitoral, especialmente quando resolveu punir a filiação partidária dos candidatos, deixando aberta a possibilidade de novas candidaturas, como a do empresário Antônio Máximo de Moraes Arraújo, candidato da platéia. Collor acusou os grupos que compõem o Governo neste sentido não seria bem sucedida.

No discurso, o candidato do PRN fez pesadas críticas ao Governo com afirmações sobre corrupção e rechaço moralidade de que, em sua opinião, "foi jogada no ralo da História". Ele explicou que o Movimento da Reconstrução Nacional, que também teve sua sede inaugurada ontem, congregará todos aqueles que apoiaram sua candidatura, independentemente de coloração ideológica, "num grupo coeso, unido e qualitativamente forte". O movimento será presidido pelo candidato a vice do PRN, senador Ramer Franco.

Comício

A poucos quilômetros do Palácio do Planalto, o candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, fez ontem, durante o dia, um comício para inaugurar a sede do Movimento Popular da Reconstrução Nacional, que será dirigido por Ramer Franco, candidato a vice.

A pequena multidão que se concentrou dentro e fora do prédio chegou cedo para ver o candidato do PRN, mas sua passagem



Collor e Ramer Franco na inauguração do comício.

pelo local foi rápida. Repetida a performance em comícios anteriores, Fernando Collor quis fazer multidão à procura de um grande discurso. "Foi uma grande vitória", declarou após o discurso. "Foi uma vitória para o Brasil e para o povo".

A noite, Collor já estava no interior do estado, em sua primeira visita ao interior do estado, onde se encontra a sede do movimento. Collor está chegando aos 30 mil habitantes, agora no município e em uma visita ao estado de Pernambuco, pelas 55 cidades do interior. (AGF)

O candidato fala à imprensa estrangeira

Os mais de 50 jornalistas estrangeiros presentes à entrevista coletiva do candidato à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, do PRN, ontem à tarde, na sede da Confederação Brasileira de Comércio, no Rio de Janeiro, perguntaram o líder nas pesquisas de opinião de questões internas políticas, preferindo assuntos como as relações comerciais Brasil/Estados Unidos e o pagamento da dívida externa.

A imprensa nacional, que pôde assistir sem se manifestar, Collor respondeu a algumas perguntas. Falando sempre com desenvoltura sobre assuntos como a dívida externa — "Tratarei da dívida dentro das regras vigentes, mas procu-

rando tirar o melhor para meu País" — o reserva do mercado de informações — "Não cabe muito bem na minha cabeça ou isso contraria o espírito capitalista". Collor reafirmou estar muito preocupado com a rapidez com que atingiu o primeiro lugar nas pesquisas, mas não estava nem um pouco pronto para julho, só chegou antes do previsto. Sobre o seu passado militante, lembrou sua lealdade ao partido, sem citar o PDS.

Collor de Mello não quis falar nas denúncias de que estaria pagando duas vezes aos usineiros de Alagoas o dinheiro arrecadado irregularmente pelo Itap do. "Traga-me os fatos", disse por três vezes. Também ficou sem resposta a questão da contratação da empresa de

assessoria S.C. de Mello. Collor afirmou que não havia recebido nenhuma proposta para serviços de assessoria. O candidato também respondeu a perguntas que tratavam da possibilidade de uma nova eleição em 1990. "Não vou deixar de lutar por uma mudança no sistema eleitoral", disse. "Mas não deixarei de lutar por uma mudança no sistema eleitoral". Collor afirmou que não havia recebido nenhuma proposta para serviços de assessoria. O candidato também respondeu a perguntas que tratavam da possibilidade de uma nova eleição em 1990. "Não vou deixar de lutar por uma mudança no sistema eleitoral", disse. "Mas não deixarei de lutar por uma mudança no sistema eleitoral".

F.P.O.
P.P.
(Luk)

● **Comissão de PT e presidente de República** - O deputado Leão da Silva (SP), anteriormente, em 1964, não participou do pacto anticomunista patrocinado pelo Exército Brasileiro (EUBR), por entender que o estado não podia assumir-se como instância para limitar o direito de voto. "Eu participaria de um pacto anticomunista para recuperar o poder legislativo da República. Não estou vendendo o território da democracia", justificou Leão.

Questionado sobre o agravamento de alguns crimes contra a pessoa e social do País, e depõe: "Não há, no Brasil, um caso de que não haja havendo terrorismo, fazendo um paralelo:

— Me citam dois casos de terrorismo no País — pediu
Lula.

Lembrado de que houve um atentado à bomba em Vila Redonda e outro em Recife (este praticado por um militante do PT). Lata respondida com segurança:

— Um inseto é tratado com uma bomba atômica e é terrível? Terrível é o que o homem faz com a bomba, atacando o direito de greve. Terrível foi o que fizeram ao vitória de um dia de greve. A vitória é que coloca o poder do problema não há problema — escreve Leda.

Outras, colaborando com a, surgiram das mesmas fontes de dados análogas publicadas por Lala, em Brasília. A Voz da Rodovia, em 28 organizações, técnicos e policiais federais que há duas semanas, trabalham na investigação dos crimes de captação que os dos reguladores de atividades do Departamento Mineralógico Nacional, apresentando "uma lista de incontrolável, que deverá ser divulgada pelo Estado de São Paulo". A informação é do Diretor de Operações do Estado de São Paulo, deixando implícita a possibilidade de sublevar, os dados da "lista existe semelhante a uma atividade de sublevar, os dados que seja de conhecimento das organizações e indivíduos que go".

Em Recife, o jornalista Antônio José Damasceno dos Santos que, no dia 25 de maio, partiu para Aracaju de ônibus, afirmou que tentava explicar, aos amigos de infância, como se poderia de Bradesco e da Rua da Imperatriz, ao centro da cidade, chegarem por meio de jipe da 1ª Via Crucial de qualquer cidade do Estado, que ele não conseguia entender, porque queríamos saber, mais que nada, porque estava ali, sozinho.

1. The following information was obtained from a review of the files of the Federal Bureau of Investigation, Department of Justice, and the Central Intelligence Agency, Office of the Director, regarding the activities of the following individuals:

2. [REDACTED]

3. [REDACTED]

4. [REDACTED]

5. [REDACTED]

6. [REDACTED]

7. [REDACTED]

8. [REDACTED]

9. [REDACTED]

10. [REDACTED]

11. [REDACTED]

12. [REDACTED]

13. [REDACTED]

14. [REDACTED]

15. [REDACTED]

16. [REDACTED]

17. [REDACTED]

18. [REDACTED]

19. [REDACTED]

20. [REDACTED]

21. [REDACTED]

22. [REDACTED]

23. [REDACTED]

24. [REDACTED]

25. [REDACTED]

26. [REDACTED]

27. [REDACTED]

28. [REDACTED]

29. [REDACTED]

30. [REDACTED]

31. [REDACTED]

32. [REDACTED]

33. [REDACTED]

34. [REDACTED]

35. [REDACTED]

36. [REDACTED]

37. [REDACTED]

38. [REDACTED]

39. [REDACTED]

40. [REDACTED]

41. [REDACTED]

42. [REDACTED]

43. [REDACTED]

44. [REDACTED]

45. [REDACTED]

46. [REDACTED]

47. [REDACTED]

48. [REDACTED]

49. [REDACTED]

50. [REDACTED]

51. [REDACTED]

52. [REDACTED]

53. [REDACTED]

54. [REDACTED]

55. [REDACTED]

56. [REDACTED]

57. [REDACTED]

58. [REDACTED]

59. [REDACTED]

60. [REDACTED]

61. [REDACTED]

62. [REDACTED]

63. [REDACTED]

64. [REDACTED]

65. [REDACTED]

66. [REDACTED]

67. [REDACTED]

68. [REDACTED]

69. [REDACTED]

70. [REDACTED]

71. [REDACTED]

72. [REDACTED]

73. [REDACTED]

74. [REDACTED]

75. [REDACTED]

76. [REDACTED]

77. [REDACTED]

78. [REDACTED]

79. [REDACTED]

80. [REDACTED]

81. [REDACTED]

82. [REDACTED]

83. [REDACTED]

84. [REDACTED]

85. [REDACTED]

86. [REDACTED]

87. [REDACTED]

88. [REDACTED]

89. [REDACTED]

90. [REDACTED]

91. [REDACTED]

92. [REDACTED]

93. [REDACTED]

94. [REDACTED]

95. [REDACTED]

96. [REDACTED]

97. [REDACTED]

98. [REDACTED]

99. [REDACTED]

100. [REDACTED]

101. [REDACTED]

102. [REDACTED]

103. [REDACTED]

104. [REDACTED]

105. [REDACTED]

106. [REDACTED]

107. [REDACTED]

108. [REDACTED]

109. [REDACTED]

110. [REDACTED]

111. [REDACTED]

112. [REDACTED]

113. [REDACTED]

114. [REDACTED]

115. [REDACTED]

116. [REDACTED]

117. [REDACTED]

118. [REDACTED]

119. [REDACTED]

120. [REDACTED]

121. [REDACTED]

122. [REDACTED]

123. [REDACTED]

124. [REDACTED]

125. [REDACTED]

126. [REDACTED]

127. [REDACTED]

128. [REDACTED]

129. [REDACTED]

130. [REDACTED]

131. [REDACTED]

132. [REDACTED]

133. [REDACTED]

134. [REDACTED]

135. [REDACTED]

136. [REDACTED]

137. [REDACTED]

138. [REDACTED]

139. [REDACTED]

140. [REDACTED]

141. [REDACTED]

142. [REDACTED]

143. [REDACTED]

144. [REDACTED]

145. [REDACTED]

146. [REDACTED]

147. [REDACTED]

148. [REDACTED]

149. [REDACTED]

150. [REDACTED]

151. [REDACTED]

152. [REDACTED]

153. [REDACTED]

154. [REDACTED]

155. [REDACTED]

156. [REDACTED]

157. [REDACTED]

158. [REDACTED]

159. [REDACTED]

160. [REDACTED]

161. [REDACTED]

162. [REDACTED]

163. [REDACTED]

164. [REDACTED]

165. [REDACTED]

166. [REDACTED]

167. [REDACTED]

168. [REDACTED]

169. [REDACTED]

170. [REDACTED]

171. [REDACTED]

172. [REDACTED]

173. [REDACTED]

174. [REDACTED]

175. [REDACTED]

176. [REDACTED]

177. [REDACTED]

178. [REDACTED]

179. [REDACTED]

180. [REDACTED]

181. [REDACTED]

182. [REDACTED]

183. [REDACTED]

184. [REDACTED]

185. [REDACTED]

186. [REDACTED]

187. [REDACTED]

188. [REDACTED]

189. [REDACTED]

190. [REDACTED]

191. [REDACTED]

192. [REDACTED]

193. [REDACTED]

194. [REDACTED]

195. [REDACTED]

196. [REDACTED]

197. [REDACTED]

198. [REDACTED]

199. [REDACTED]

200. [REDACTED]

201. [REDACTED]

202. [REDACTED]

203. [REDACTED]

204. [REDACTED]

205. [REDACTED]

206. [REDACTED]

207. [REDACTED]

208. [REDACTED]

209. [REDACTED]

210. [REDACTED]

211. [REDACTED]

212. [REDACTED]

213. [REDACTED]

214. [REDACTED]

215. [REDACTED]

216. [REDACTED]

217. [REDACTED]

218. [REDACTED]

219. [REDACTED]

220. [REDACTED]

221. [REDACTED]

222. [REDACTED]

223. [REDACTED]

224. [REDACTED]

225. [REDACTED]

226. [REDACTED]

227. [REDACTED]

228. [REDACTED]

229. [REDACTED]

230. [REDACTED]

231. [REDACTED]

232. [REDACTED]

233. [REDACTED]

234. [REDACTED]

235. [REDACTED]

236. [REDACTED]

237. [REDACTED]

238. [REDACTED]

239. [REDACTED]

240. [REDACTED]

241. [REDACTED]

242. [REDACTED]

243. [REDACTED]

244. [REDACTED]

245. [REDACTED]

246. [REDACTED]

247. [REDACTED]

248. [REDACTED]

249. [REDACTED]

250. [REDACTED]

251. [REDACTED]

252. [REDACTED]

253. [REDACTED]

254. [REDACTED]

255. [REDACTED]

256. [REDACTED]

257. [REDACTED]

258. [REDACTED]

259. [REDACTED]

260. [REDACTED]

261. [REDACTED]

262. [REDACTED]

263. [REDACTED]

264. [REDACTED]

265. [REDACTED]

266. [REDACTED]

267. [REDACTED]

268. [REDACTED]

269. [REDACTED]

270. [REDACTED]

271. [REDACTED]

272. [REDACTED]

273. [REDACTED]

274. [REDACTED]

275. [REDACTED]

276. [REDACTED]

277. [REDACTED]

278. [REDACTED]

SEPO HORA 19-S-87

01.01

89069 49

A defesa de Sarney: acusações a todos

Seu alvo: Constituição, empresários, políticos e imprensa

No programa O Presidente Responde, transmitido ontem à noite pela TV Bandeirantes, as brasileiras e os brasileiros viram um José Sarney irritado, compulsivo e apaixonado na defesa de seus últimos dias de governo, bem diferente da imagem do homem indeciso e inseguro que o caracterizou. Sarney atirou para todos os lados. Culpa a Constituição, os grandes empresários, os políticos e a imprensa pela crise do Governo, que preferiu caracterizar como "crise de Estado".

O presidente Sarney disse que órgãos de imprensa que criticam os gastos do Governo com viagens não podem falar em nome do contribuinte, pois são "marajás beneficiados por incentivos fiscais". Na TV Bandeirantes, Sarney disse que está pronto a receber hoje, o oficial de Justiça que o citará para a ação popular movida contra seu governo em função das despesas realizadas com viagens ao Exterior.

O presidente atribuiu acusações recebidas de presidentes eleitos ao fato de não estar apoiando nenhum deles. Garantiu que pretende continuar distante da sucessão e sustentou: "O Governo não poderá ser usado em benefício de qualquer candidato". Sarney anunciou quando voltará a disputar mandatos eletivos, queixou-se de falta de apoio da classe política, afirmando que se apóia hoje apenas "na força institucional da lei".

— Minha base política me abandonou. Pensei que me abandonava, pois abandonou foi o Brasil — lamentou-se.

Cinco anos

O presidente negou ser o responsável pelo quinto ano de mandato e procurou convencer a todos que atingiu seus objetivos. Ele pregou, mais uma vez, um pacto dos políticos com toda a sociedade para a solução dos problemas nacionais. Negando sua própria marca de governo, fez uma mea culpa e afirmou taxativamente que os economistas (e seus pacotes) não vão acabar com a inflação.

Ele anotou para si próprio apenas um ponto positivo, assumido com orgulho: "Eu resolvi o problema da transição democrática", assinalou. O presidente estava nervoso. Ele bateu



Sarney: uma defesa apaixonada

lance na mesa que até incluiu o gesto numa de suas respostas aos quatro entrevistadores. "Nunca vi no Brasil ninguém ter mais raiva de mesa do que ultimamente se tem tido. Todo mundo quer: o presidente deve dar um murro na mesa", discursou, para retratar a péssima imagem de seu governo.

Sarney praticamente não deu oportunidade aos entrevistadores de interrompê-lo. Falava de impulso e, diante da insistência de um deles, chegou a verbalizar seu desagrado com a pergunta: "Espera aí, vamos concluir o raciocínio". Indisposto, o presidente usou o programa como uma marca democrática: "Um país no qual o presidente da República vem aqui e ouve de vocês as perguntas que ouvi agora", declarou.

O presidente não se esqueceu dos amigos. Ele repetiu uma conversa com seu compadre Brinquedo, chofer de táxi, que já havia citado em seu semanal Conversa ao Pé do Rádio. Brinquedo está preocupado com as altas nos preços e com a impopularidade de Sarney. O taxista, disse Sarney, anda distribuindo tapas em quem lhe fala mal do presidente, de quem tem toda a gratidão. (AE/AG)

F-Pol
PP
(PDS)

5/89

5/89

Por ROSANE GARCIA

A convenção do PSD começa hoje, às 9 horas, no auditório da credenciamento das delegações, com as que terão de escolher entre os candidatos para o Senado da Flórida, Paulo Roberto Costa, deputado Paulo Melo (SP), governador e o partido na candidatura de Roberto de Faria. Apesar de chamar a atenção de muitos, aprofunda no partido, as diferenças quanto à convenção de ideias comuns, que se ocorrem: as que são, talvez, mais comuns; aquelas que são, como a ideia, as que insistem até o último momento para a candidatura de senador Roberto de Faria, a ideia de uma coligação com o PSD, o PSD e o PSD.

A imprensa de Florianópolis recebeu com grande interesse a publicação de um manifesto, assinado por membros importantes da comunidade, no qual se declara a oposição dos cidadãos à eleição de um deputado federal pelo Estado de Santa Catarina. O documento, assinado por diversos membros da imprensa, da sociedade e da Igreja, declara a oposição dos cidadãos à eleição de um deputado federal pelo Estado de Santa Catarina. O documento, assinado por diversos membros da imprensa, da sociedade e da Igreja, declara a oposição dos cidadãos à eleição de um deputado federal pelo Estado de Santa Catarina.

1. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 2. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 3. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 4. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 5. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 6. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 7. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 8. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 9. **Principio de un candidato, jefe de un partido**
 10. **Principio de un candidato, jefe de un partido**

[illegible]

...do partido. O partido não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar os objetivos da luta revolucionária. O partido não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar os objetivos da luta revolucionária. O partido não é um fim em si mesmo, mas um meio para alcançar os objetivos da luta revolucionária.

880

**Collor de Mello deixa
o governo de Alagoas**

O governador de Alagoas, Francisco Collor de Mello, anunciou ao longo da tarde, pela rádio, a renúncia de sua função, pelo Partido da Restauração Republicana. Sua renúncia foi aceita pelo Conselho de Estado, que também nomeou o novo governador, Marechal Balthazar de Aguiar, com uma missão de manter a ordem e a disciplina no Estado de Alagoas, e de preparar o terreno para a realização das eleições de 1934.

A renúncia foi aceita pelo Conselho de Estado, que também nomeou o novo governador, Marechal Balthazar de Aguiar, com uma missão de manter a ordem e a disciplina no Estado de Alagoas, e de preparar o terreno para a realização das eleições de 1934.

O novo governador de Alagoas, Marechal Balthazar de Aguiar, assumiu o cargo de governador de Alagoas, com uma missão de manter a ordem e a disciplina no Estado de Alagoas, e de preparar o terreno para a realização das eleições de 1934.

2800 Hora 11-3-35

F. P. C.
P. P. P.
(Collor)

OS

F. Pa
(Pr. ii)

Sarney assiste amanhã à posse de Rodriguez

O presidente José Sarney assiste amanhã em Assunção à posse do presidente do Paraguai, o general Andrés Rodríguez, que venceu a eleição de 1º de dezembro. Também assistirão às cerimônias os presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Uruguai, Julio María Sanguinetti.

Rodriguez afirmou na sexta-feira que a presença dos três presidentes à sua posse "constitui um gesto histórico e inimitável no momento em que estamos avançando em direção à democracia". Rodriguez, de 60 anos, também mencionou a visita da filha do presidente uruguayo, George Bush, que encabeçará uma delegação diplomática dos Estados Unidos.

Rodriguez destacou ainda o processo de integração econômica na região, ao afirmar: "Nosso objetivo sempre foi a integração. Nenhum país pode ficar isolado. Isto grande-se, complementando-se, os países conseguem que suas respectivas populações vivam melhor". Rodriguez, porém, que é no comércio exterior, afirmou que a integração comercial não se trata de um objetivo, mas sim de uma realidade que não se opõe a ela.

Em 3 de fevereiro, Rodriguez liderou um golpe de estado que pôs fim a mais de 34 anos de governo autoritário do ex-presidente Alfredo Stroessner. No último dia 1º, o presidente, do Partido Colorado, que sustentou o governo de Stroessner, obteve mais de 70% dos votos nas eleições presidenciais. Ele ficará no cargo até 1985. (UPI)

14-5 29 ZERRO 4027

850

F 80X

1983

1984 - 1985 - 1986 - 1987 - 1988 - 1989

Congresso vota hoje direito de greve

O Congresso poderá votar hoje o direito de greve para os funcionários públicos. O projeto de lei, que foi aprovado em primeira leitura, prevê o direito de greve para os funcionários públicos, exceto os que exercem funções essenciais à sociedade, como a polícia, o judiciário e a saúde. O projeto também prevê a possibilidade de greve para os funcionários públicos que exercem funções essenciais à sociedade, desde que a greve não seja considerada prejudicial ao interesse público.

caso, o Estado poderá e solicitará a intervenção federal. O projeto também prevê a possibilidade de greve para os funcionários públicos que exercem funções essenciais à sociedade, desde que a greve não seja considerada prejudicial ao interesse público.

Para o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei é uma medida necessária para garantir o direito de greve aos funcionários públicos. O projeto também prevê a possibilidade de greve para os funcionários públicos que exercem funções essenciais à sociedade, desde que a greve não seja considerada prejudicial ao interesse público.

01.01

8906957

f. pol
(ff. 11)

ZERO MORA - DOWNSIDE NEWS

variam medidas de evacuação imediata — pelas quais o Brasil se comprometeu a fornecer os recursos necessários para a evacuação dos garimpeiros da área em que se encontram.

A Venezuela, por sua vez, garantirá espaço aéreo aberto na zona fronteiriça com o Brasil, a fim de permitir a circulação de aviões brasileiros que concorra com os guapimpeiros invasores. O Brasil compromete-se, também, a suspender seu oferecimento de áreas designadas para guapimpeiros. O vice-almirante Jurado Toro declarou que, até o momento, 80 por cento dos guapimpeiros do Brasil deixaram os aeroportos, e que a contaminação das rios está desaparecendo gradualmente.

Jack Agnew's

Os cerca de três mil garimpeiros que foram expulsos do território venezuelano estão reivindicando a devolução do equipamento confiscado pelas autoridades do vizinho país, como motoniveladoras, avaliadas em 3,5 milhões de dólares. O governador nomeado do Estado

da de Roraima, Romero José, revelou estar trabalhando no sentido de melhorar a disciplina dos alunos e a qualidade do ensino no ensino médio. O diretor da escola Roraima de União das Garças, José de Amaral, José Altino Machado, revelou que todos os dias chegam a 100 alunos brasileiros garanhendo que os alunos trabalham muito. Ainda informou que os 500 garanhendo, que devem chegar em poucos dias — informou Altino.

Ministro José Américo de Almeida a presidente do Conselho um novo conflito entre índios da reserva Guaraní e campesinos que retornam ao local. Os povos do Jaci informam que Duguet, do Município de Piratuba, Mato Grosso (DUG-MS), dirigente da Associação dos Índios da Terra, já está organizando um movimento que pretende a expulsão dos indígenas mas que a Minerva não tem compromisso. José Américo de Almeida, ex-presidente da União dos Cientistas de Anápolis, revelou que tem a impressão de retidão dos brasileiros de qualquer vanguarda contra povos. **Mato. (UPIAC)**

1. All
 2. All
 3. All
 4. All
 5. All
 6. All
 7. All
 8. All
 9. All
 10. All
 11. All
 12. All
 13. All
 14. All
 15. All
 16. All
 17. All
 18. All
 19. All
 20. All
 21. All
 22. All
 23. All
 24. All
 25. All
 26. All
 27. All
 28. All
 29. All
 30. All
 31. All
 32. All
 33. All
 34. All
 35. All
 36. All
 37. All
 38. All
 39. All
 40. All
 41. All
 42. All
 43. All
 44. All
 45. All
 46. All
 47. All
 48. All
 49. All
 50. All
 51. All
 52. All
 53. All
 54. All
 55. All
 56. All
 57. All
 58. All
 59. All
 60. All
 61. All
 62. All
 63. All
 64. All
 65. All
 66. All
 67. All
 68. All
 69. All
 70. All
 71. All
 72. All
 73. All
 74. All
 75. All
 76. All
 77. All
 78. All
 79. All
 80. All
 81. All
 82. All
 83. All
 84. All
 85. All
 86. All
 87. All
 88. All
 89. All
 90. All
 91. All
 92. All
 93. All
 94. All
 95. All
 96. All
 97. All
 98. All
 99. All
 100. All

O investimento de R\$ 200, segundo o chefe do Departamento de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Marcelo Guimarães, do CNPq, vai permitir a construção de cinco laboratórios, com uma previsão de 200 mil quilowatts que serão usados no ITC da chamada Associação Legal, localizada no centro de uma mancha de floresta amazônica.

O Imparcialista, destacando, acrescenta, que o relatório apresentado para o programa "Nova Natureza" não incluía uma descrição de 10 mil quilômetros quadrados, por "ser alteração antiga no estado vegetal da Amazônia". (AG)

FSS (Katie Insaurrala)

030

F. P. de P. P. (PCB)

Candidato do PCB encontra cardeal e fala sobre ética

SALVADOR — Recuperar a ética na vida pública brasileira. Esta foi a típica de conversa do candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, com o arcebispo de Salvador e cardeal primaz do Brasil, D. Lucas Maccari Neto. Os dois concordaram que "o país vive hoje um processo de degradação ética em praticamente todos os segmentos" e levantaram "a necessidade de salvar os princípios de moralidade pública a fim de que o povo tenha de novo confiança nas instituições".

Freire — que foi a Salvador lançar sua candidatura — comentou o comportamento ético com que se conduz o Partido Comunista Italiano (Dante Lucis, quem muitos anos na Itália), para afirmar que o PCB representa uma força comprometida com esta questão. É o terceiro candidato a se apresentar pelo gabinete do arcebispo de Salvador, que também o registrou militar, como bispo de São Paulo, venceu várias vezes eleições locais. Antes de Freire, estiveram com D. Lucas os candidatos do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PSD, Mário Covas.

Protestante — Collor, e não há, é o candidato que tem mais chance de polarizar os votos de direita no cenário presidencial. A opinião é de Roberto Freire, que repete sua ideia de que "as forças dominantes, coerentes com o tempo tecnológico, se in-

vis da vantagem vão preferir o aspirador de pó". E acrescenta: "A direita vai fracassar seu projeto preferencial ao não conseguir levar à convenção do PMDB o nome de Otonio Quintanilha. Em seguida, haverá a tentativa de formar Iria Belmonte, mas a vitória de Ulysses Guimarães e Waldenir Faria tornará o partido ao seu perfil histórico, desvirtuando mais uma vez os dirigentes".

Sem o PMDB, a direita, em opinião do candidato do PCB, terá agora uma alternativa viável para se manter no poder "e já há indícios claros de que o nome preferido é o do ex-governador de Alagoas, que apresentaria duas vantagens: liderar as pesquisas e é jovem". Este fator pesa bastante contra Hério, segundo Freire, qualificando-o de "Sandro de Tancredo, bastante ruim em moral das instituições".

O candidato do PCB reconhece a situação de que a parte não temer — proposta por ele há duas semanas, como uma espécie de diálogo entre os sindicatos e o governo, para evitar greves e repressão — seja uma tentativa de ocupar a mídia. "Em 1968, quando bombas explodiram em bancas de jornais, houve grande indiferença em torno do assunto. A concessão foi o atestado à OAB, com mais pessoas mortas e outras mutiladas, e outra tragédia por sorte não se consumou no Rio de Janeiro."

278

F Pa
PP. PP.
(PDT)

Convenção do PDT será realizada até 18 de junho

O secretário-geral nacional do PDT, Alois Collares, anunciou ontem que a convenção do partido que vai discutir e lançar a campanha de Leonel Brizola à Presidência da República, deverá ser realizada entre 11 e 18 de junho. Outros dirigentes ligados à Brizola afirmaram que o adiamento se deve ao desenvolvimento das negociações que envolvem diversas pequenas parciais, entre as quais o PTB, para o apelo integral ao líder tricolor.

No entanto, Collares assegura que serão três dias de debates internos que iniciam na sexta-feira anterior ao domingo escolhido para a convenção (11 ou 18 de junho). Haverá também as principais lideranças dos partidos em Brasília, para que a coordenação da campanha seja o resumo das orientações aos presidentes regionais. O secretário-geral também que haverá encontros gerais dos movimentos de base: Fomento, Negro, Proletários, Sindical, Comunitário, Advogados Trabalhistas e Juvenidade Socialista.

A convenção nacional vai marcar o lançamento da Frente Popular e Democrática Leonel Brizola e do Movimento Nacional Leonel Brizola. Essas organizações, que estão sendo estruturadas em todo o País, visam a buscar apoio de pessoas e entidades civis não filiadas a partidos políticos.

Alois Collares revela que um dos pontos fortes da estrutura dos trabalhadores está na organização da campanha de agitação das ruas. "Os advogados do partido no Rio Grande estão trabalhando equipes no interior e, em nível nacional, com pontos de apoio locais para a convenção. O partido, atuando no Rio de Janeiro, está com um grupo de dez pessoas para trabalhar na divulgação da campanha com totalização das reuniões de agitação eleitoral".

Collares viajou ontem para Pernambuco, onde participou de reunião do partido em Palmarina. Nas últimas duas semanas, esteve em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Interior do Rio de Janeiro para lançar as bases da campanha de Brizola. Ele dirige uma coordenação com Daniel de Almeida, Miro Teixeira, Nélson Ribeiro, Francisco José, César Magno e Benedito Mendes. "O Brasil, dividido, precisa de um líder trabalhista, para efeito de campanha eleitoral, criando regras individuais no mesmo tempo de campanha para São Paulo e Minas Gerais. Apoiando São Paulo, Centro-Oeste, Norte e Sul". No Sul, representado pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a coordenação apóia Collares em São Paulo.

13-5-89 ZERO HORA

098

F. Co
PP. PP.
(PCB)

PCB quer antes a reforma no capitalismo

Arouca sugere Estado fora da ciranda financeira

Os candidatos liberais terão um sério e inesperado concorrente na primeira de defesa à livre iniciativa e à disciplina do espaço do Estado na economia privada: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O médico Sérgio Arouca, candidato a vice-presidente, garante que os candidatos comunistas vão contrariar logo em sua campanha na tese de que o Estado deve retirar de lado o envolvimento com a grande finança para "retomar uma simples política, na garantia da saúde, educação e bem-estar para a população". Mas, Arouca garante que para por si no mesmo campo com os candidatos liberais e o candidato do PCB à Presidência, Roberto Freire. "O PCB quer construir o socialismo no Brasil", garante ele, resumindo que esse momento ainda não chegou e, por isso, os comunistas estão lutando por reformas no capitalismo brasileiro, "para chegar com o Estado capitalista parvoso em que vivemos hoje".

Arouca diz que "o PCB não consiste o conjunto de extremistas de esquerda, acreditando que a solução é a abolição do capitalismo" e não vê problema em admitir que a plataforma imediata do partido é mais social-democrata que socialista. Para ele, isso se justifica pelo momento histórico, onde a luta pela democracia não é suficiente ainda, mas os podem fazer reformas para melhorar o capitalismo nacional.

Para o dirigente do PCB, "o socialismo, em sua definição completa como o Brasil só poderá implementá-lo pela via democrática. Não através de uma revolução, mas de um processo contínuo". Ressalta que o modelo brasileiro de desenvolvimento poderá repetir os erros de outros regimes comunistas da América. "Não vamos estabilizar o boteco ou a economia do comércio quando como chegou a Itália em alguns locais, onde o dono do bar



Sérgio Arouca, vice-presidente eleito, garante Arouca, candidato que este tipo de livre iniciativa é necessária.

No plano imediato, Arouca pede que "o Estado brasileiro tem que retirar de seu privado e voltar para uma simples política". Para ele, as mesmas empresas que se queiram da intervenção do Poder Público na economia "se beneficiam desta intervenção para aumentar sua segurança. Para ele "com o Estado retirado da área privada, os empresários terão que aprender a ser empresários e a correr riscos".

Para Sérgio Arouca, a maior dificuldade de Roberto Freire será vencer o preconceito contra os comunistas que ele admite estar enraizado na população. Acredita que esta será a grande chance do PCB esclarecer sua mensagem "porque, com o partido na legalidade, os que se aliaram com comunistas em esquemas anticomunistas". Para ele, se este preconceito for vencido, será uma vitória para o PCB.

288

F 104
EP. PP
(PTB)

Já está circulando entre convençãois do PTB um manifesto assinado pelos ex-governadores Gonzaga Mota (CE) e Roberto Magalhães (PE), propondo a unidade trabalhista em torno da candidatura de Leonel Brizola

Ex-governadores do PTB querem apoiar Brizola

O manifesto a favor da unidade trabalhista e da candidatura Leonel Brizola à Presidência da República já está pronto e circulando entre os convençãois do PTB, que no dia 11 de janeiro decidiram rumos do partido na sucessão. Os dois primeiros signatários são os ex-governadores Gonzaga Mota, do Ceará, e Roberto Magalhães, de Pernambuco, ambos candidatos a vice de Brizola numa coligação PTB-PDT.

Pela legislação partidária, o manifesto tem que ser assinado por no mínimo 20% (ou 10%) dos convençãois do PTB, para entrar em votação na convenção e concorrer com o plebiscito de uma candidatura própria. Tal proposta vem sendo trabalhada em todos os estados pelo senador Antônio Chaves (PE), que é candidato a governador formalizado pelo Conselho Nacional de Dirigentes do PTB.

A líder do PTB em Chicago, Gustavo Right (PR), a primeira brasileira, nasceu em Chicago e atualmente, há duas semanas, mora em São Paulo, onde viveu a infância. Ela é filha de um empresário e de uma dona de casa. Ela é casada com um empresário e tem dois filhos. Ela é uma mulher muito bonita e muito inteligente. Ela é uma mulher muito bonita e muito inteligente. Ela é uma mulher muito bonita e muito inteligente.

Nas convenções a partir de outubro que vão acontecer em vários estados, Right e Viviani



Magalhães: "Reunificação trabalhista"

esperam que Brizola se candidate a presidente da República. Já o senador João Sampaio, do Rio de Janeiro, também do PT, Luis Inácio Lula da Silva, por exemplo, pediu cartas de que ele foi arrebatado pela liderança do também jovem Fernando Collor de Mello, do PMR, nas perspectivas eleitorais. O PTB, além das brizolistas da unidade trabalhista, está dividido entre os joelhistas e os defensores da candidatura Antônio Chaves, como o próprio presidente nacional, Paulo Buarque.

Right e Viviani estão convicidas de que o senador pernambuco não tem qualquer chance no partido e muito menos nas urnas de novembro, e estaria entrando

na campanha para ganhar dos minutos diários na propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão. No máximo, provável, ele terá um milhão de votos. (AB)

Candidato natural

"O PTB só deve indicar o vice se for para apoiar a pessoa", disse ontem o presidente do partido em Pernambuco, ex-governador Roberto Magalhães, afirmando que defende uma aliança dos petebistas com o candidato do PDT, Leonel Brizola, independentemente de vice-presidência.

Para ele, não há possibilidade de reunião das forças trabalhistas. Por isso, não endossa a tese de Right de que em Chicago, Gustavo Right, senador do PTB, a aliança Brizola seria muito mais forte do que a aliança petebista. Ele é um petebista que acredita que a aliança Brizola seria muito mais forte do que a aliança petebista.

— Magalhães e outros petebistas não aceitam a ideia de aliança com o PTB. O único compromisso que exigem é que eles não trairam os seus princípios, que em alguns estados têm alianças com o PDT — disse o ex-governador.

Acrescentou que, se o vice tiver que ser mesmo do PTB, o nome deve ser do Rio Paulo ou do Minas, onde Brizola tem mais dificuldades de penetração. Mas se for do Rio de Janeiro, "o candidato mais indicado é o deputado Fernando Lyra". (AG)

098

F. Pa
ref. ii)

ZERO HORA — São Paulo, 1983 — Página 28

O presidente José Sarney parece, mesmo, desinteressado com relação à campanha à sucessão, em novembro. Ele alterou o seu calendário de viagens internacionais, passando todo para o segundo semestre. Irá a Cuba, às Nações Unidas e à Costa Rica.

Sarney decide ir a Cuba e muda agenda de viagens

O presidente José Sarney já revisou sua agenda de viagens no País durante todo o segundo semestre, em função das eleições diretas de novembro para o Palácio do Planalto, e decidiu alterar seu calendário de viagens internacionais para o segundo semestre do governo, incluindo na agenda pelo menos mais três países: China, Costa Rica e Estados Unidos. Todas estas viagens, inclusive a que fará ao Equador agora em maio, deverão ser realizadas no segundo semestre, no caso da campanha para as eleições presidenciais, oferecendo assim um sinal de que Sarney resolveu estabelecer-se no cargo.

Antes disso, o presidente Sarney vai ao Equador, onde se encontra até o fim de maio, para a visita oficial do chefe de Estado, general Andrés Borge, e depois, em julho, para as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa. Aos Estados Unidos o presidente Sarney deverá ir em

setembro para a instalação da assembleia geral das Nações Unidas (ONU), uma sugestão feita pelo atual chanceler Alceu Sotelo, argumentando que, "como ele foi no primeiro ano de seu governo, deverá ir também no último". Aproveitando a mesma viagem, Sarney deverá ir na volta ao Brasil até Havana, Cuba, atendendo convite do presidente Fidel Castro, e também à Costa Rica, para participar das comemorações de cem anos de estabilidade democrática do País, festa promovida pelo presidente Oscar Arias, que espera receber várias chefes de Estado.

Aviões Cuba ainda não foi anunciada oficialmente. Mas os seus preparativos começaram a ser discutidos, esta semana, em Havana, durante a visita oficial do secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima. (Na oportunidade, foram reatadas as relações entre Brasília e Hanoi, capital

do Vietnã). Depois de um encontro com Fidel Castro, Flecha de Lima confirmou que Sarney irá a Cuba no segundo semestre. A mudança no calendário de viagens do presidente José Sarney significa, também, mudança na sua opinião sobre a campanha presidencial.

No início deste ano, ao preparar seu programa de viagens, o presidente pediu ao Itamaraty quando necessário fazer compromissos fora do País para o segundo semestre, pois ele não poderia se ausentar do Brasil no caso de uma campanha presidencial. Mas a opção de guerra, a instabilidade de uma nova política externa e a luta para tentar salvar o "Sistema Verde" são assuntos considerados prioritários pelo presidente Sarney. Desde o início que ele definiu viagens para o Equador, ao Equador, ao Equador, ao Equador, também visitas previstas para o segundo semestre à Índia e à Alemanha Ocidental. (AE)

98

Send to Bill

26/6/89

↓ Box
(PP PP)

Deputado do PSD quer integração latino-americana

O deputado baiano Francisco Pinelli, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), volta a insistir na urgente viagem que fez à Argentina para defender sua proposta de criação de uma nova instituição que crie, a partir de 1977, mas somente a partir de 1977, as instituições, para os países que oficialmente a compõem.

Inspirado na experiência do Parlamento Europeu, desde no começo de junho para sua terceira legislatura, Loonelli, que preside a sub-comissão especial para América Latina, dos Clamores dos Deputados, está firmando um princípio por parte da América Latina em nome de integração continental. Ele pretende conquistar, antes para o que considera vital a existência do Parlamento: eleições diretas que garantam ao organismo credibilidade popular.

Atualmente, o Parlamento Latino-Americano se reúne apenas uma vez por ano e os representantes de cada país são designados pelos respectivos Congressos Nacionais. Isso, segundo Leonelli, faz com que o organismo tenha uma atuação limitada, não sendo capaz de discutir temas profundos sobre a integração continental.

Flebotomista — Na Argentina, Domingos Leonelli encontrou-se com Luiz Mazzoni, líder do Bloco peronista na Câmara dos Deputados, e os estadistas radicais Luiz Leão e Adolfo Gatti, presidente da comissão de adoções estrangeiras do Senado argentino.

"Luz Leon, que é ex-presidente do Parlamento Latino-Americano, concordou que a cotação direta é a única solução para dar significado e vida ao organismo", diz Leonelli, que aproveitou para apresentar outra proposta de impactar a realização de um plebiscito em todo o continente sobre a questão da dívida externa. "É uma forma de motivar a sociedade e dar respeito político à negociação da dívida, deixando clara a posição da comunidade latino-americana sobre o assunto", diz ele.

Laquelle já agarraton sus idéias todos os embaralhados de continentes, credendo no Brasil. Sua preocupação é "não agravar uma natural semelhança das chamuchinas, para que não possam se tratar de uma diplomacia legislativa paralela".

A ideia básica de Leonelli é de que não há saída para o Brasil e nenhum outro país do continente sem integração. Segundo o deputado, sem a integração só há duas opções: "Os os países mais adiantados, como Brasil, Argentina e México, viram sub-imperialistas como a África do Sul, com desenvolvimento baseado na superexploração do trabalho e com altos níveis de desigualdade interna, ou transformam-se em corredores de exportação como o Panamá."

O país dos absurdos

Rogério Coelho Neto

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, não é um senado com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, anunciado, alto e bom som, que os principais atores do governo, incluindo entre eles os que são ocupados pelos ministros militares, não têm nenhuma objeção à implantação, desde já, do sistema parlamentarista de governo. Gadelha integra um chamado Fórum de Parlamentares, interessados em ajudar Sarney a encontrar saídas para a crise econômica capazes de evitar que o país encante, entre julho e agosto, o tortuoso caminho da hiperinflação.



Da tribuna da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, em uma sessão solene, com grandes presenças — a maioria dos parlamentares estava dispersa pelas salas onde se cuida da elaboração do projeto da nova Constituição Brasileira —, o deputado Antônio Carlos Pereira Pinto, um ex-fidélito liberal do PDT, mas não todo o lado ideológico da sua vida política, entre dia desses, para chamar por liberdade para o cidadão. Luís Carlos dos Reis Encina, um carista do Mouro de Juremanto, que atende no mundo do crime pelo vulgo de Escadinho. Pereira Pinto afirmou em seu discurso que "se fossemos importantes, como o especulador Naji Nahas, o ex-presidente do Banco Central, Elcio Cavalcanti, e os presidentes das Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo, poderíamos dar golpes no mercado de capitais e continuar soltos, não há razão para que Escadinho permaneça preso."

Exageros à parte, Marcondes Gadelha, com a sua visão casuística, e Pereira Pinto, com as suas tiradas iniciais, retratam o confuso quadro político que se está. O líder do PFL no Senado apia, naturalmente, o golpe branco do parlamentarismo já, interpretando, com acerto, os novos anseios do presidente da República, que não tem um candidato capaz de garantir, depois da posse, a incontestabilidade da sua administração. Antes, o governo, instigado por segmentos militares influenciados pelos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica e pelos ministros-chefes do Enxofre e do SNI, tinha as suas costas apenas o desconforto de uma disputa pela esquerda, mas a nua, entre os candidatos do PDT, Leonel Brizola, e do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Agora, o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor, passa a ser uma outra dor de cabeça para o presidente da República, não só pela aversão que lhe nutre, mas pelas idéias de redução de ministérios e de diferentes órgãos públicos que passam a defender, sem pensar os que são ocupados por militares.

Quando procura igualar o conhecido traficante Escadinho aos atores de mais um grande estouro no mercado de capitais, o deputado do PDT tenta mostrar que no Brasil os criminosos de colarinho branco só faltam ganhar de imunidade oficial. O anúncio, sem cerimônia, do senador Marcondes Gadelha, de que congressistas menos comprometidos com as normas de ética e de moral política casam a instituição por via do parlamentarismo, aumenta a onda de pessimismo e de descrença das pessoas na seriedade da política pública. Ora, Gadelha e outros imigrantes cultores do sistema de eleição, acenam com o parlamentarismo como uma saída para evitar o desmoronamento do regime democrático, quando a verdade é outra: a realidade de eleição que se passou durante não agrada, em absoluto, ao governo, que acha que o sistema atual do país é, consequentemente, de eleições diretas e imprevistas.

O governo do presidente José Sarney tem, por objetivo, no momento, abafar qualquer tentativa de mudança de rumo. Fernando Collor, tentando reverter o golpe branco, não quer a oposição, mas a vitória em urnas lhe atrai. Ele, o líder do grupo de congressistas que Gadelha integra, as ironias de Pereira Pinto e essa manobra para a ressurreição de Jânio, o homem comum, nas ruas, tem toda a razão para colocar as barbas de molho. Nenhum país, realmente, pode estabelecer regras eleitorais mutáveis de acordo com as pesquisas de opinião que a indignação do eleitor produz, se a opção das suas elites for mesmo por um processo democrático viável. Remendar os rombos visíveis do casco da nau da Nova República com medidas puramente casuísticas, a cada entrada maior de água, não dá mais. Há um processo eleitoral em curso e todo um elenco de candidatos em franca movimentação, que não comportam mais, por exaustão das ruas, arranjos que visam à adoção do parlamentarismo caboclo ou a entrega da cena política, por pressões de monopólios de comunicação, à demagogia juremanta.

A defesa do parlamentarismo, que Jânio resolveu promover através de artigos publicados em um jornal carioca, não é para valer. O ex-presidente, o jornal que o acolheu como colaborador e o Palácio do Planalto, desenvolvem, na verdade, uma estratégia de longo curso. Jânio, na sua conhecida toada de profeta do caos, está buscando ocupar um espaço intermediário entre Collor e a esquerda, que especialistas de marketing que trabalham ao seu lado julgam existir para além da linha do horizonte.

Juntando, pois, a onda parlamentarista que encanta o grupo de congressistas que Gadelha integra, as ironias de Pereira Pinto e essa manobra para a ressurreição de Jânio, o homem comum, nas ruas, tem toda a razão para colocar as barbas de molho. Nenhum país, realmente, pode estabelecer regras eleitorais mutáveis de acordo com as pesquisas de opinião que a indignação do eleitor produz, se a opção das suas elites for mesmo por um processo democrático viável. Remendar os rombos visíveis do casco da nau da Nova República com medidas puramente casuísticas, a cada entrada maior de água, não dá mais. Há um processo eleitoral em curso e todo um elenco de candidatos em franca movimentação, que não comportam mais, por exaustão das ruas, arranjos que visam à adoção do parlamentarismo caboclo ou a entrega da cena política, por pressões de monopólios de comunicação, à demagogia juremanta.

FPA

8906 9 73

098

f. Pa.
(P. PP)



01.01

8906 9 76

24/6/89

Política

Esquenta a sucessão

Em várias frentes a sucessão presidencial ganhou força. O ex-governador Leonel Brizola está chegando para a convenção nacional que confirmará sua candidatura e do seu companheiro de chapa, provavelmente o deputado Fernando Lyra. A reunião do PDT vai ocorrer no momento em que está sendo relançada a figura do ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, sempre visto como maior adversário de Brizola, antes que as pesquisas apontassem o crescimento de Collor de Mello. Durante muito tempo, sobretudo com Jânio no exterior, sua candidatura era vista com alguma expectativa e reserva, até que ele próprio anunciou sua desistência, mas aproveitando para fazer críticas ao atual texto constitucional. O ressurgimento de Jânio ocorre em cima de uma tese, formalizada através de emenda apresentada nesse sentido no Congresso e uma informação de que manifestou interesse em filiar-se ao PFL, apesar das suspeitas de seus dirigentes nacionais, aproveitando os novos prazos abertos graças aos votos presidenciais à legislação eleitoral. No mesmo PFL, aliás, a questão interna não está resolvida. O ex-ministro Aureliano Chaves não conseguiu unir o partido e nem o grupo que apoiou Marco Maciel na última eleição: o PFL contrário, porém muito tempo. O fato é que, mais uma vez, a política paulista dá uma demonstração de forte presença, num determinado momento com as sondagens que envolviam o empresário Antônio Ernesto de Moraes e agora com o reconhecimento de Jânio como delegado para o sistema de governo. Ao lado da duração do mandato presidencial, o parlamentarismo foi intensamente discutido na Assembleia Nacional Constituinte. Da possibilidade de sua adoção se explicam dispositivos que facilitam o Congresso e a argumentação que os críticos à nova Carta oferecem ciclicamente. Agora, em meio à campanha eleitoral e, diante das tensões de cunho sócio-econômico, a discussão é retomada.

Força

Quem também desenvolve muita força para consolidar-se internamente é o deputado Ulysses Guimarães. Preocupado com posições de governadores, sobretudo do Nordeste, o candidato do PMDB trata de conquistar as bases partidárias ou neutralizá-las, convencido de que será o melhor caminho para colocar-se entre as aspirações ao segundo turno. A estratégia que suas lideranças pretendem desenvolver é a de mostrar que o candidato peemedebista é viável e conta com a experiência capaz de governar consolidando definitivamente o período de transição. A dificuldade maior e que está levando governadores como Tasso Jereissatti a divergir é a imagem de político ligado à Nova República que o deputado Ulysses Guimarães continua demonstrando, apesar das polémicas que trava com o presidente Sarney e que não são de hoje. O próprio governador do Ceará, em 1987, quando foi cogitado para o Ministério da Fazenda, em substituição a Dilson Funaro, foi pivô de um choque entre eles, Ulysses Guimarães e José Sarney.

Carlos Fehlbeg

F. Pa

098

Z.H. 24-C-89

fpa.

Encontro preparará o acordo

O ex-prefeito João Quadros, que pretende ingressar no PFL, vai encontrar-se com o candidato à Presidência da República da legenda, Aureliano Chaves, na próxima terça-feira, em São Paulo. Apesar de ex-prefeito ter se filiado ao PSD para concorrer à Presidência da República — e depois desistir alegando problemas com a sua visão —, os janistas garantem que o ex-prefeito é candidato ao Palácio do Planalto, que está bem de saúde e acredita na formação de uma frente composta por PTB, PFL e PSD para apoiar o nome de João.

"Qualquer negociação tem que ser feita com o Aureliano Chaves, que se credenciou como maior líder do partido nas eleições", ponderou o presidente do PFL paulista, o deputado estadual Inocêncio Erbetta, ao confirmar o encontro. Na visão de Erbetta, João seria um "nome de centro, capaz de equilibrar Collor e Brizola".

O deputado do PFL, porém, ainda não recebeu informações que confirmem a disposição do ex-prefeito em se candidatar, ao contrário de seu colega na Assembleia Legislativa de São Paulo, Campos Machado, do PTB, ligado a João. "Ele pode ser o candidato que tranquiliza as Forças Armadas, o empresariado e a classe média", avaliou Machado, sublinhando: "Estou transmitindo o pensamento do próprio João".

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, no entanto, não acredita que o ex-prefeito João Quadros esteja pensando em disputar à Presidência da República pelo PFL. "Estive estas dias na casa dele, a seu convite, e constatei que a saúde dele é delicada. Durante uma hora, conversei com João e tenho a certeza de que ele não sei candidato, especialmente por suas condições físicas", afirmou. (AJB)

01.01

8906 9 79

098

F. POC
(P.P.P.)

POLÍTICA 24/6/89

Aureliano garante que não desistirá em favor de Jânio

O virtual candidato do PFL à Presidência da República, ex-ministro Aureliano Chaves, nega a possibilidade de vir a desistir de sua candidatura. Ele se reuniu em Brasília com os senadores Hugo Napoleão, presidente do partido, e Marco Maciel, quando avaliaram o cenário de que Jânio Quadros estaria se filiando ao PFL. Tanto para o candidato quanto para a cúpula do partido, se confirma: o pedido de Jânio é positivo, pois aumentaria as chances de Aureliano em São Paulo, estado de maior colégio eleitoral.

Embora seu nome seja um dos últimos na lista de Jânio, Aureliano sabe que os "bônus" merecem uma renúncia vinda de adversários preocupados com o crescimento de sua candidatura, na tentativa de desqualificá-lo. Oficialmente, o candidato do PFL não desistirá na convenção de 2 de julho. Até lá, pelo menos na teoria, mudanças são possíveis.

Apenas duas, os senadores Marco Maciel e Hugo Napoleão garantem que nem a entrada de Jânio Quadros no PFL fará o partido trocar de candidato. "As próximas escolheram o ex-ministro Aureliano. E a decisão das bases tem

que ser respeitada", diz Maciel. A filiação — até então não confirmada em Brasília — do ex-presidente da República está sendo muito bem aceita pela cúpula paulista, mas apenas para efeitos de reforço da candidatura Aureliano. "Ele agrega conteúdo eleitoral a qualquer candidatura", afirma Aureliano. "É um nome de prestígio e que, portanto, somaria muito", reconhece Marco Maciel.

Festa

Fogos, apitos, e uma carreta de quem com automóveis marcaram a festa de chegada do candidato do Partido da Frente Liberal (PFL), Aureliano Chaves, ontem a Brasília. Bem humorado, o ex-ministro das Minas e Energia chegou ao aeroporto 11h30min e foi recebido por um alegre grupo de paulistas, organizados pelo diretório regional do partido. Empunhando cartazes, onde se lia "Aureliano presidente", os mesmos erguíam o candidato enquanto os flagelos comendados por adultos militantes do partido, numa tentativa de provocar a adesão popular. (Brasília/ZH-AE)

098

Fpa

Partidos defendem a união contra inflação

Os presidentes de nove partidos políticos, envolvidos na promoção de uma "conservação nacional" ou pacto antinacionalista, decidiram ontem convocar os presidentes da CUT, COT, UBT e Confederação Nacional dos Metalúrgicos, para debater propostas de combate à inflação. O encontro será na segunda-feira, às 14, no gabinete do presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, coordenador do pacto antinacionalista. Depois de ouvir os trabalhadores, a classe política pretende convergir com a Confederação Nacional dos Dirigentes do Brasil (CNDB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O senador Nelson Carneiro disse ontem que antes do próximo dia 30 espera concluir o documento que sintetizará as sugestões já apresentadas pelo empresariado e pelos partidos políticos. Se este documento será encaminhado ao Executivo, segundo ele, é uma questão também a ser discutida dentro deste processo de obter soluções para superar a escalada inflacionária.

Embora nenhum representante do Executivo esteja participando das negociações, Nelson Carneiro acredita que a gravidade da crise deixa o Governo sensível a acionar as instituições do Congresso. "O barco é o mesmo. Se fundar, afundamos todos nós", afirmou o senador, acrescentando que o melhor encaminhamento das propostas será uma decisão dos presidentes dos partidos políticos. (Brasília/ZH)

ZH 24/6/89

01 - 01

8906 9 81

94B

F. 902

Plano contra a crise prevê superministro

O senador Nelson Carneiro pretende fazer um apelo aos partidos, com a ajuda das lideranças, para que o Congresso chegue na próxima dia 20 de junho com o plano de emergência pronto para ser apresentado ao Governo. Conforme o presidente do Congresso, trata-se de um conjunto de propostas que serão condensadas num documento, representando o pensamento dos congressistas, dos trabalhadores e empresários, e de outros segmentos da sociedade civil como a ABL, a CNBB e a OAB. Junto com o plano, será encaminhada ao Executivo a indicação de um "superministro" que ficará encarregada de por em prática as medidas sugeridas. Entre elas, figuram limites de pagamento da dívida externa e contenção da hiperinflação. Apesar do prazo estabelecido, os parlamentares já cogitam de uma dilatação, que significará um avanço no receso que começa a primeiro de julho.

No entanto, os presidentes dos partidos que participam do pacto para entendimento nacional (estão fora o PT, PDT e PC do RJ) ainda não chegaram a um acordo sequer sobre a forma de execução das medidas de emergência que pretendem adotar, especialmente na área econômica, para garantia do processo de transição democrática. Ontem, após a quarta reunião dos presidentes de partidos para concretização do pacto, ainda persistia a divisão sobre a



Nelson Carneiro tem pressa

oportunidade ou não de indicação de um novo ministro para a área econômica, capaz de executar com êxito as medidas de emergência costuradas em um entendimento entre o Congresso, empresários e trabalhadores.

O coordenador do pacto, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), determinou,

a saída da reunião de ontem de manhã, que os presidentes dos partidos mantivessem-se disponíveis para reuniões que podem ser realizadas diariamente, até que se encontrem "soluções parciais" de medidas que previnam um processo de conservação nacional, até o primeiro dia 20.

Novo ministro

Nelson Carneiro nega que o Congresso tenha a intenção de indicar um novo ministro para a área econômica (segundo o senador líder do PMDB, Romanão Tito) e faz questão de afirmar que as medidas de emergência que visam a ser adotadas não encerram necessariamente um programa de governo.

A data inicial para assegurar a continuidade dos debates é quando o Congresso em atividade, com convocação, eliminando a necessidade de pagamento de subsídios. A reunião de hoje contou com a presença de dez representantes dos partidos: Franco Montoro (PSDB), Paulo Múrias (PTB), Álvaro Valle (PL), Eraldo Napoleão (PFL), Romanão Tito, líder do PMDB no Senado, Eraldo Tinoco (PPS), Fernando Santana (PCB), Jorge Adorno (PDS), Arnaldo Faria de Sá (PRB) e Mauro Bergas (PBC), correspondentes a mais de 80% das agremiações no Congresso. (Radiorád/AG)

Coluna do Castello

Sarney sai,
mas sem renúncia

O presidente José Sarney está pronto para deixar o cargo mais cedo. O presidente aceita, como tem confidenciado a alguns, entregar o cargo a 1º de julho, antes que algum movimento obtenha a maioria no primeiro turno, e que o Congresso aprove emenda constitucional antecipando o fim do mandato. Ele acha que 120 dias, de novembro a março, é um tempo longo demais de transição para um país que vive à beira da hiperinflação. Esta decisão foi motivada principalmente por dados que chegaram ao Palácio do Planalto mostrando que a permanência do atual quadro eleitoral é muito provável, que o ex-governador Collor de Mello obtinha a maioria no primeiro turno.

Sarney, entretanto, não pensa em renunciar. Ele está disposto a deixar o governo para facilitar a transição e entende que a solução para o simples apenas complicará a vida do país. No caso de renúncia teria de entregar o cargo ao presidente da Câmara, deputado Pires de Andrade, completamente despreparado para administrar um país em crise durante quatro meses. Ainda com um agravante: o Congresso entra em recesso no início de dezembro, tolhendo-o ainda mais de instrumentos para enfrentar a crise econômica. Além disso, para Sarney a renúncia soaria como uma fuga humilhante.

A decisão do presidente José Sarney na verdade faz parte da avaliação de seus ministros da área econômica: concluíram que nada mais há a fazer para combater a inflação. Esgotaram-se os pacotes. Não há mais medidas provisórias, portarias, atos que possam reverter a expectativa inflacionária. Ele fugiu da área econômica e está na política. Para combater a inflação agora só um governo com muita credibilidade e autoridade. Sarney hoje não tem nenhum dos dois predicados. É preciso, na avaliação de técnicos da área econômica, credibilidade para conter o fator psicológico que está embutido na inflação. Temos uma cultura de inflação. O vendedor sabe que pode aumentar o preço porque assim mesmo venderá. O comprador sabe que se não comprar agora, comprará mais tarde mais caro ainda.

Para combater a inflação o governo precisa de autoridade para acabar com o que o ministro Mailson da Nóbrega costuma chamar de "câncer dos gastos públicos". Câncer infiltrado em todos os setores da administração pública, do Palácio do Planalto à Assembleia Legislativa do Acre, passando pelo Judiciário. Cria-se no país, ainda na amarga avaliação do ministro, a idéia que o dinheiro público é farto e sem dono. Por exemplo, na recente crise da bolsa que resultou em um rombo de US\$ 400 milhões para as corretoras que especulavam, Mailson teve que enfrentar enorme pressão para não abrir os cofres públicos a fim de socorrer os especuladores. Houve um diretor do Bradesco, como confidenciou Mailson a um amigo, que chegou a encaminhar proposta por escrito pedindo que o Banco do Brasil avalizasse o prejuízo que teria que ser honrado pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

F. Per
(GOB)

Neste quadro, quem assumir com disposição efetiva de acabar com a inflação terá que usar, logo nos primeiros dias de governo, toda a força que trouxer das urnas para bater duro nos gastos públicos. Não será fácil. O ministro Mailson da Nóbrega lembra que o eleito terá que estar pronto para enfrentar pressões do Congresso, dos cartórios empresariais — caso do subsídio ao trigo e ao açúcar, entre outros — e, principalmente, da burocracia. "Hoje a burocracia se nutre das fraquezas do estado", resume Mailson. A ausência de autoridade criou um clima na administração pública, em todos seus níveis, que gera gastos até por inércia.

Ninguém espera que o presidente Sarney nestes seus últimos meses de governo consiga mudar quadro tão complexo. Mas e a inflação? O que fazer com ela até que o próximo presidente assumirá? Mailson acha que não há mais milagres a operar. Está certo, porém, que a hiperinflação não virá porque a própria sociedade vai evitá-la. Os primeiros sinais estão sendo notados: os preços estão menos excitados na última semana, o dólar no paralelo vem caindo. Há esperança que a inflação se acomode no patamar dos 25%. Por estes mecanismos invisíveis, parece que a própria sociedade decretou uma espécie de moratória até a posse do próximo presidente. É por isto que Sarney quer sair o mais rápido possível. Antes que a paciência do povo se acabe.

8906 9 83

01 . 01

ALFA ROMEO

1. GO TO THE CITY TO WORK

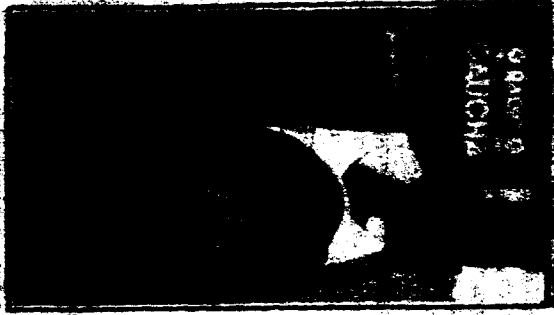
Segundo ele, o Governo não acredita em descontrolar da economia, não existindo nos seus estruturas para isto. O setor privado está com alto nível de capitalização e a dívida interna de 30% do PIB pode ser financiada pela poupança existente. O fator complicador é o fato de o Estado estar quebrado, devido ao desequilíbrio fiscal. Isto exige um entendimento no Congresso, com vistas à implantação de medidas fortes. O líder do Governo

Barney não hesitará em tomar qualquer medida, mesmo altamente impopular, se o entendimento levar a isto. Da mesma forma, se for proposta a redução de seu mandato e ele estiver convencido de que isto ajudará na transição, aceitará a possibilidade. "O presidente seria para o que eu dar e vier", disse Peña, revelando trechos de uma conversa com Barney na sexta-feira. "Temos que aprovar o quadro atual para chegar a um entendimento nacional. O presidente não tem candidato à Presidência, não tem projeto político pessoal, quer deixar que no futuro o povo julgue seu

Para Pontes, "quem realmente deve chegar à Presidência, está realmente interessado na exportação nacional." Ele destaca a importância das conversas que vem ocorrendo principalmente entre os deputados e senadores de todos os partidos, como Camando Rebouças (PMDB), Camar Maia (PDT), Delim Netto (PMDB), Francisco Dornelles (PPR), José Serra (PMDB) e outros, que feguem propostas de reorganização junto à opinião pública, e acredita que, definitivas algumas alternativas, todos os segmentos da sociedade estão sendo.

Mudanças de sistemas

O leste do Governo acredita que a discussão sobre presidencialismo e parlamentarismo nesse momento atrapalha a ideia de concertação nacional, até porque a mudança de sistema é inexorável. Pessoalmente, acha que um plebiscito deveria ser realizado em 81, com a renovação do Congresso. A preocupação do Governador é evitar o fechamento de governabilidade para o próximo presidente, para evitar um possível impasse, no próximo ano. "É a administração, o debetimento", observa Faria, observando que o cronograma de antecipamento entre as eleições será acelerado pela inflação de julho.



F 102
(603)

24. 27/6/89

Política

Mandato em debate

A duração do mandato presidencial foi, no lado do sistema do governo, o tema político mais discutido na Assembleia Nacional Constituinte. Na aprovação das cinco anos o Governo comprometeu-se e muito, jogando forte com seus triunfos. Por isso a reticência que surgiu do Planalto, ontem, depois de um fim de semana politizando em torno de uma possível mudança. A conjuntura, outra vez, foi invocada para a reabertura da questão, com base também no caso argentino. Diferenças foram ressaltadas, entre as quais a sucessão em desenvolvimento e a agudeza da crise econômica. Para o Governo a proposta de posse em janeiro não está sendo considerada até por razões políticas. A opção foi partir para uma ofensiva em matéria de medidas destinadas a equacionar a crise, mesmo de forma gradual, considerando as circunstâncias e cacofo. A grande meta do Planalto continua sendo o cumprimento da promessa de concluir a transição com a realização de eleições presidenciais, não desviando-se das dificuldades no campo econômico. O que parece ser uma conclusão tranquila passou a ser uma disposição reafirmada. Ao Plano Verão, que também tinha esse objetivo, deverão suceder medidas nesta área. O Governo não desconhece seu desgaste, mas acredita que o cumprimento dessa meta deverá marcar o período, justificando o esforço com que se envolveu nas tratativas constituintes. O alinhamento com uma ou outra das candidaturas conhecidas pode tornar-se, assim, mais problemático. Afinal, estamos a menos de cinco meses da eleição. O que fica da discussão toda é a cobrança das providências na esfera econômica e a preocupação em concluir bem a fase transitória. Já residirá o crédito a ser conquistado pelo Governo. O tema está sendo analisado e questionado pelas lideranças políticas entre as quais o candidato do maior partido, o deputado Ulysses Guimarães, que prefere colocar a necessidade de estruturação do novo Governo como fundamental.

Jânio

Fiel ao seu estilo o ex-presidente Jânio Quadros voltou a admitir sua presença na sucessão a lideranças paulistas do PTB. Candidato à Prefeitura por duas agremiações em 1965, o mesmo PTB e o PFL, cuja legenda estaria à disposição, Jânio não tem muito tempo para articular. Seu jogo passa muito, no entanto, pela discussão petebista, onde Aureliano Chaves e Marco Maciel participam, às vésperas também de uma convenção nacional. O PSD, sua primeira legenda, ao retornar, não chega a constituir problema para Jânio. Assim como não muito a filiação também não será complicada a explicação aos seus líderes solícitos e colaboradores.

Carlos Fehlberg

F. P. O. C.
(P. P. P.)

098

F. P. de
(678)

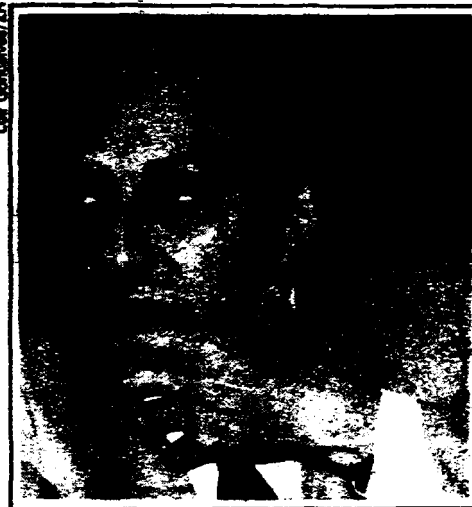
ZERO HORA — Segunda-feira, 24 de maio, 1985

Sarney não falou em renúncia, diz Ponte

Líder do Governo diz que houve "mal entendido"

O líder do Governo na Câmara, Luís Roberto Ponte, negou ontem, em Porto Alegre, que o presidente José Sarney tenha lhe falado sobre sua disposição de renunciar para assegurar a transição democrática. Segundo Ponte, esse assunto jamais foi comentado durante os dois meses de sua liderança na Câmara e frequentes contatos com o presidente. Ponte atribui a divulgação de que Sarney poderia renunciar a um "mal entendido" com a imprensa. O deputado afirma que, durante uma entrevista no final de semana, comentava o fato de que Sarney estaria disposto a "qualquer sacrifício" para garantir as eleições, o que classifica como uma "vantagem" para o País.

"Então, alguém me perguntou se o presidente aceitaria até mesmo a diminuição de seu mandato", conta Ponte. "Eu respondi que, pelo que eu conhecia do presidente, achava que sim". No entanto, garante que esse tema jamais foi "especificamente discutido" com o presidente. "E também não é meu interesse que isso ocorra", completa. O fundamental, na opinião de Ponte, é que Sarney não tem candidatos e que, "pen-



Ponte: "Presidente quer arrumar o País"

sando como um estadista", está interessado em entregar um país mais organizado a seu sucessor, qualquer que seja ele. "Penso que os partidos deveriam aproveitar isso", diz Ponte. "O presidente sabe que está desgastado e se dispõe a adotar todas as medidas necessárias, mesmo que impopulares, para arrumar o País", comenta. (AE)

O presidente Sarney negou ontem, em reunião com parlamentares no Palácio do Alvorada, que pretenda sair do Governo antes do prazo estabelecido pela Constituição. Agora, o presidente tomará medidas corretivas na economia

Sarney nega antecipação de sua saída do Governo

O líder do PFL, senador Marcondes Gadelha, após audiência com o presidente José Sarney, disse ontem que o presidente está disposto a abrir mão do resto do seu mandato. "O presidente, em momento oportuno, falou de renúncia ou abrir mão do mandato, não se cogita disso, nessa fase delicada da transição", afirmou o senador após encontro com Sarney, no Palácio do Alvorada. Também o chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, negou, ontem, em Brasília, as especulações nesse sentido.

Também o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, desmentiu ontem, em Brasília, em nome do Governo, as informações de que o presidente Sarney admite entregar o cargo a 1º de janeiro, antecipando a posse do eleito, no caso de o candidato conseguir maioria logo no primeiro turno. O ministro Oscar Corrêa afirmou que o presidente ficou irritado com as versões e determinou às lideranças que fossem desmentidas a notícia.

O líder do Governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte, procurou explicar suas declarações no último sábado, em Porto Alegre. Destacou que o restante do mandato do presidente Sarney deve ser usado para adotar medidas corretivas no País, inclusive com caráter im-



Gadelha: "Idéia absurda"

pediar, para apianar o caminho de seu sucessor. Esclareceu que, dentro desta disposição do presidente, de se sacrificar pelo País, não está afastada a hipótese de abreviar o seu mandato, desde que se chegasse a um amplo consenso nacional de que isso seria útil. Ressaltando, entretanto, que "não há vontade, não há desejo, nem disposição" nesse sentido,

por parte do presidente Sarney. Acrescentou que, nem no Congresso, há qualquer disposição para que se abrevie o mandato presidencial.

Para o senador Marcondes Gadelha, a proposta de renúncia não passa "de uma idéia absurda" que em nada contribui para a normalização da economia do País. Explicou que qualquer sinalização nesse sentido teria reflexos econômicos negativos, podendo induzir à hiperinflação e à perda de controle da economia.

Trégua

O deputado Luis Roberto Ponte, líder do Governo, disse que o presidente está otimista com as expectativas entre o Congresso e empresários, para tirar o País da crise. Considera que esta iniciativa dos resultados positivos na Espanha, Bolívia e Israel, e poderia provocar uma queda na pressão inflacionária se esta proposta de "pacificação nacional" tivesse o apoio de 80% da representação parlamentar do Congresso. Mas considera que esta trégua tem as eleições presidenciais como um difícil adversário, afirmando que, por interesses eleitorais, alguns partidos poderão não aderir à trégua, tornando prejuízo no pleito. (Brasília/ZH)

Afif apresenta sua proposta ao Congresso

Para tentar estabilizar sua proposta de antecipação de posse do futuro presidente, de 15 de março para 1º de janeiro, o candidato do PL à Presidência, Guilherme Afif Domingos, apresentou hoje ao Congresso uma emenda constitucional, propondo a supressão do artigo 4º das disposições transitórias, segundo a qual o presidente eleito este ano deverá assumir somente em março do ano que vem.

Caso a emenda seja aprovada pelo Congresso, o futuro presidente tomará posse no dia 1º de janeiro, baseado no artigo 82º do texto permanente da Constituição. Mas as chances de aprovação são poucas, admite o próprio Afif. Com o provável agravamento da crise econômica no decorrer dos próximos meses e a "falta de credibilidade" do Governo em propor mudanças para a sociedade, o candidato acredita que, "já para outubro", sua emenda seja aprovada. "Em outubro, não haverá mais como se adotar medidas paliativas para conter a inflação", afirma.

No momento, no entanto, a proposta de Afif Domingos não conta com boa receptividade dos parlamentares. Os partidos

com representação majoritária no Congresso, como o PMDB e o PFL, são contrários à idéia por julgar que não há semelhança entre a crise brasileira com a argentina. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), é de opinião que o Congresso não deve exercer nenhum tipo de pressão para a saída antecipada do presidente José Sarney, o que é também uma posição do líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS).

O deputado José Lins (PFL-CE) diz que o projeto de Afif "corre o risco de cair no vazio absoluto porque agora não há motivação política para isso. No PDT, o projeto é considerado como algo "acoplado ao golpe parlamentarista", como diz o deputado Miro Teixeira (RJ). O PDSB está indeciso a respeito do encurtamento do mandato do presidente. O líder do PDSB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PB), acha que a idéia pode ser boa, mas precisa ser muito negociada. O PDSB e o PT, apesar de todos os argumentos em contrário, apóiam qualquer projeto que determine a retirada antecipada de Sarney. (AG/AE)

Ulysses considera "ruim" a posse em janeiro

O deputado Ulysses Guimarães, candidato à Presidência da República pelo PMDB, rejeitou ontem, em São Paulo, qualquer proposta de antecipação da posse do futuro presidente, considerando a emenda do presidente José Sarney "ruim" e "disponível".

No entanto, o governador Orestes Quércia, que se reuniu com Ulysses por 20 minutos em sua residência, observou que o prazo entre o anúncio do resultado das eleições e a posse em 15 de março é muito longo. Quércia estabeleceu o prazo ideal entre 20 a 30 dias após a apuração dos votos.

O governador de São Paulo, contudo, comentou que uma emenda de antecipação, antes de ser encaminhada ao Congresso

deve ser discutida entre os partidos, candidatos e o presidente Sarney.

— Ache a antecipação uma idéia viável a partir do momento em que ela não interfira no processo eleitoral. A questão deve ser discutida primeiro para não ocorrer uma perturbação, se não é isso que estão querendo — disse Quércia.

Se for aprovada a emenda do deputado Guilherme Afif Domingos, a indicação dos ministros, cargos de confiança, entre outros, na opinião de Ulysses, poderá ser comprometida. Para ele, isso só é aceitável em circunstâncias anormais, como na Argentina.

— Em casos excepcionais a antecipação é viável, mas o Brasil não precisa inovar. É

preciso um tempo para estabelecer um bom governo, e é isso que o povo vai exigir. Não creio no esvaziamento do poder nesse período de transição face à ameaça de hiperinflação — argumentou Ulysses Guimarães.

Apesar de reconhecer a distância nas pesquisas eleitorais de ex-governador de Alagoas Fernando Collor de Mello, Ulysses está confiante na vitória do primeiro turno:

— Se eu não chegar no segundo turno quem vai chegar? Tenho um partido grande e muita disposição. Se precisar dormir quatro horas por noite, tudo bem. Lamento apenas não poder fazer campanha de madrugada. Vamos vencer essas eleições — assegurou Ulysses. (AG)

Fogaça teme as repercussões na economia

É intrinsecamente inoportuna qualquer menção à antecipação da posse do novo presidente ou renúncia do atual, comentou ontem, em Porto Alegre, o senador José Fogaça (PMDB), para quem "o grande desastre da Constituinte já foi cometido e, infelizmente, agora não tem cura: optou pelo regime presidencial e pelo mandato de cinco anos". Lembrou que houve alertas sobre a inviabilidade do regime presidencialista com Congresso, tal como ocorre nos EUA, e quanto ao tempo de duração do mandato. "Infelizmente, fomos derrotados. Agora, qualquer tentativa de modificação do processo institucional acaba sendo uma emenda pior que o soneto".

O governador Pedro Simon, no entanto, se posicionou totalmente contra a idéia, "porque é negativo e perturba o andamento e a normalidade da campanha presidencial". Para ele, todos, em especial os políticos, devem se empenhar e

contribuir para levar adiante a campanha para presidente da República, em ritmo de normalidade, caso contrário vê "com apreensão não só o dia 15 de novembro, mas também o dia 18 de dezembro (2º turno das eleições) e o dia 15 de março, data da posse do presidente eleito".

Para o senador gaúcho, quando se anuncia a possibilidade de renúncia ou redução do mandato com antecipação de posse, em função da própria crise, "mexe-se automaticamente na expectativa dos agentes econômicos". A simples menção a esta idéia, observa Fogaça, "abaixa totalmente a economia, descredita os títulos públicos, provocando alta da taxa de juros, do over, do dólar no câmbio paralelo, paralisando os investimentos. O sistema capitalista não é brincadeira. Ninguém pode lidar com ele irresponsável ou impudentemente", finalizou ele.

Viva o povo brasileiro

Ricardo Noblat

Duas razões moveram o ex-governador Fernando Collor de Mello a viajar à Europa para uma visita de mais de 10 dias a meia dúzia de países: escapar ao fogo cruzado contra sua candidatura, que cresceu muito, e rapidamente, nas pesquisas sobre intenção de voto, e adquirir traços de estadista aceito e respeitado nas principais praças internacionais. A viagem está pelo início, depois de escalas em Lisboa e Paris.



A primeira etapa da viagem foi um desastre para o candidato a estadista. Desembarcou em Lisboa 24 horas depois de por ali ter passado o candidato do PDT à presidência da República, Leonel Brizola. O principal adversário de Collor ocupou um generoso espaço na imprensa local e se encontrou com o presidente Mário Soares. O espaço dedicado a Collor pelos jornais portugueses foi menor.

Soares o recebeu e, mais tarde, comentou que Collor lhe pareceu muito jovem, um político que ainda poderia esperar mais um pouco para realizar seus sonhos. Collor cometeu a descortesia de criticar o presidente José Sarney diante do presidente Soares. Sarney e Soares são amigos. Com elegância, Soares lembrou que Brasil e Portugal estreitaram muito suas relações durante o governo de Sarney.

Foi um vexame para Collor a publicidade obtida por seu desesperado empenho para ser recebido pelo presidente francês François Mitterrand — que recebera um pouco antes durante uma hora o amigo dele Leonel Brizola. Mitterrand não recebeu o ex-governador de Alagoas. Recebeu-o o primeiro-ministro Rocard, figura política não menos ilustre. Se não tivesse alardeado seu desejo de ver Mitterrand, teria faturado a visita a Rocard.

A esticada do candidato a Roma deve lhe proporcionar o requintado conforto da hospedagem em um hotel de marajás, como o que lhe foi reservado. Nada de, politicamente, relevante a escala lhe prometia. Collor não perdera ainda a esperança de encontrar o papa João Paulo II. No momento, a política italiana está confusa e várias de suas estre-

las estão de férias. Collor poderá visitar alguns diretores de jornais.

Como visitou, em Paris, o diretor do "Le Monde". A passagem por Londres deverá ser mais interessante. A primeira-ministra já garantiu recebê-lo. Mesmo assim, se tivesse permanecido no Brasil, não teria amargado a decepção de uma viagem mal planejada, realizada em hora inoportuna e que não servirá a um dos objetivos pretendidos. Estadista é um conceito que tem a ver com idade, sabedoria, experiência e serviços prestados.

Collor ainda não tem idade para isso — e não se pode dizer com o mínimo de isenção que tenha qualquer uma das outras coisas. Sabedoria não significa, exclusivamente, esperteza. O ex-governador foi esperto ao se pôr no ponto de convergência de um vasto mundo de frustrações alimentadas pelos brasileiros. Além de esperto, foi competente. "Marajá" passou a designar tudo que o brasileiro rejeita.

O caçador de marajás assumido da praça é Collor. Que fugiu da praça, durante duas semanas, para evitar o perigo de polemizar com seus desafiados ou de se expor aos ataques deles. Perdeu a oportunidade de se exibir como vítima preferencial do recente surto de parlamentarismo para já se para vigiar a partir da posse do futuro presidente. Brizola retornou ao Brasil apontando o parlamentarismo como um golpe contra ele e o povo.

Está mais do que provado que Collor é um bom produto eleitoral com chances de vencer a competição marcada para novembro próximo. Por inexperiência e amadorismo político, tem cometido bobagens — como essa da desastrada viagem ainda em curso, a corrida para fugir a vaia em uma feira de Brasília e o inexpressivo comício de Ribeirão Preto. Deve se cercar de melhores assessores. Há bons profissionais por aí.

Há que atrair o apoio de líderes políticos e empresariais de peso que lhe sirvam de avalistas. Recomenda-se que não debata com os demais candidatos sob pena de perder pontos no confronto com eles. Deve continuar frequentando a televisão, pontificar em recepções e ir para casa. Refugiar-se ali. E aguardar que o mito, inteligentemente, construído resista à passagem do tempo. Nosso povo é bom. Um tanto ingênuo, talvez.

F.P.O.
(P.P.P.P.) Collor

Collor de Mello: o ex-governador

FPOC (AP PP)

Jânio Quadros desiste de concorrer

Carta aos Brasileiros

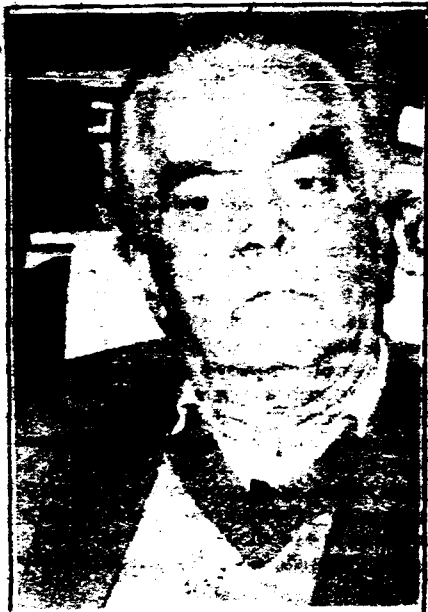
Esta é a primeira "Carta aos Brasileiros" que Jânio Quadros distribuiu ontem, ao anunciar sua renúncia da candidatura à Presidência da República.

As vésperas da eleição presidencial representam os conceitos demagógicos e a falta de promessas. Não creio que o Brasil alcance a sua meta, como a democracia, quando a sua característica. O regime de governo é presidencialista, mas vivemos em pleno parlamentarismo. Não pode haver privilégios nem a lei, o que se observa, é a aprovação de leis para permitir privilégios. A nossa credibilidade tão débil no exterior, o aumento da dívida interna, o desperdício, a desorganização social, a anarquia e a instabilidade, a fome, a corrupção, o desmoronamento da autoridade, a invasão de poderes — tudo, tudo isso reclama mudança. A Presidência da República não pode ter um objetivo motivado pela ambição pessoal. É, antes de mais nada, uma missão.

Fato

Este momento dramático da vida nacional, talvez seja uma das ocasiões em que o brasileiro deve despertar. Creio na possibilidade de um Brasil consciente. Creio na possibilidade de um Brasil harmonicamente desenvolvido, com seriedade, sem atitudes de hipocrisia do pai e do padasto. Só o desenvolvimento dos homens públicos, com o Brasil em um verdadeiro caminho, pode nos trazer esperanças para o futuro do Brasil. Os problemas do País são múltiplos e todos eles graves: Na economia, na finanças, na produção, na educação e na saúde. Na agricultura. Nos meios de transportes. Na estrutura social. Na autoridade. Afinal, resumidamente: falta de patriotismo. O Brasil precisa de um patriotismo. No interior de suas fronteiras, há a falta de qualquer coisa. Há a falta de patriotismo, inclusive o patriotismo do proletariado, que é impulsionado pela gula, procurando um crescimento individual e fácil. Inexistência de espírito público e a impessoalidade dos grupos políticos de posições de poder. Negocia-se a alma nacional, a honra, o presente e o futuro, as gerações atuais e vindouras. Mergulhamos no caos.

A grande nação estertora, submetida a classes que estão a serviço de si próprias. Parecem juradas a destruir seus últimos valores, morais e espirituais, como uma casa de notas, de loucos, cuja ordem não é edificada para o amanhã na aplicação criteriosa e sábia dos modestos recursos. Cul-



Jânio renuncia e lança documento

pa-se ao Governo e aos credores estrangeiros, acusados por não administrar a desordem, o que é da responsabilidade inalienável nossa e de todos. Nesse quadro, quase desesperador, espera-se por um magistrado com varinha de condão. Este, milagrosamente, produzirá o prodígio desejado. Ao céu carregado deste instante, seguir-se-á a bonança, reativando-se as forças latentes, que devem trazer a paz e o trabalho aficados.

Sessão é a cama

Doente, atingido na vista, o que explica minha ausência prolongada no exterior, repito que não sou candidato. Faço, porém, nesse momento fantástico de transformações que sepulta o extremismo e convoca a união que tenho recomendado, uma última lembrança; A situação em que vivemos só admite um pacto que já preconizei — um pacto pelo Brasil.

Cumpra a todos encerrar a bandeira e colocar-se a seu serviço, livres dos apetites, transigindo nas questões menores e somando esforços, para sairmos da crise multifurme que nos aflige. Somente assim evitaremos a tragédia futura que já se desenha nítida. Por força de impossibilidade na saúde, não quero para mim. Alento-me como simples cidadão, na obra ingenua de doar a Pátria aos seus próprios filhos, hoje entregues à cupidex, à mentira, à ambição pessoal, à política extrema e impatética. Que não se fale mais em mim — é o que leio e ouço — como alguém ambicionando a chefia do Estado. Entre a chefia do Executivo nesse quadro e minha consciência, fico com o cumprimento do dever. Não participe dessa farsa. Não a convaleio. Estou pronto a colaborar se a Nação reencontrar-se a si mesma. Aos companheiros, apenas uma mensagem: Mantenham a fé, sob a proteção de Deus".

O ex-presidente Jânio Quadros veio a surpreender ontem, anunciando sua desistência da candidatura à Presidência da República e dizendo que vai se retirar da vida pública por problemas de saúde. A desistência de Jânio foi comunicada ontem pela manhã. Ele convocou os jornalistas à sua casa, mas não deu uma entrevista coletiva. Limitou-se a aparecer na sacada, acompanhado de sua esposa Elói, e, em um rápido pronunciamento de cinco minutos disse que tem problemas graves de visão que o deixam quase cego e o impedem de fazer uma campanha presidencial. Pouco depois, sua assessoria distribuiu cópias de uma "Carta aos Brasileiros", na qual ele faz críticas à situação política do País.

Jânio garantiu que esta atitude é definitiva e não apenas mais uma jogada promocional. Entretanto, sua carta foi interpretada mais como um discurso de candidato do que uma renúncia formal. A atitude do ex-presidente contraria os sinais que vinham sendo dados por sua assessoria de que ele concorreria à Presidência e que foram reforçados por atitudes de próprio Jânio, como a filiação ao PSD logo após seu retorno ao Brasil ou a autorização para que abrissem um comitê para sua campanha em São Paulo. Na carta que divulgou ontem, Jânio pede a formação de um pacto nacional para salvar o País da crise e diz que está disposto a participar dele "como um simples soldado".

Sarney só vai agir se tiver aval do Congresso

BRASÍLIA — O presidente José Sarney está convencido de que não há saída para a crise a não ser com a adoção de medidas econômicas necessárias, todas impopulares — aumento de tarifas, reformas fiscais, paralisação de obras, congelamento de salários —, mas não se arrisca a mandá-las ao Congresso, com a certeza de que não serão aprovadas. "O presidente será objeto do escárnio", avalia o deputado Luis Roberto Ponte, líder do governo na Câmara. Por isso, Sarney quer sugestões do Congresso, e ontem mesmo o líder começou a procurar os presidentes de partidos para articular uma reunião com o presidente da República.

"É preciso aproveitar a disposição do presidente, que fará tudo para aplacar o caminho do futuro presidente" — afirma o Biat, explicando-se: "Tudo é tudo, não o seu cargo e os dos ministros".

Em despacho ontem, com Sarney, Luis Ponte quis explicar ao presidente as declarações que havia feito no final de semana, em Porto Alegre, sobre a disposição do presidente até para renunciar. Quando mencionou que a antecipação do fim do mandato estava no conteúdo de "disposição para tudo", foi contestado por Sarney: "Não se preocupe,

as notícias estão muito boas". Segundo o líder, o presidente da República não está arrumando gavetas nem considerando a renúncia como solução, mas apenas "sinalizando sua disposição para aplicar qualquer medida que o Congresso julgar necessária".

Disponibilidade — Aos presidentes dos partidos, Luis Roberto Ponte está dizendo que, se quiserem, Sarney está à disposição para um encontro em que sejam debatidas, livremente, as medidas econômicas e administrativas julgadas necessárias. "Assim foi feito na Espanha, em Israel e na Bolívia" — compara o líder. A seu ver, Sarney reúne condições favoráveis para este vale tudo: "Não tem mais chance de recuperar prestígio público, não tem candidato à sua sucessão e sabe que seu julgamento será feito apenas pela história. É o momento de aproveitar para reformas profundas".

Nenhuma idéia, nesta linha, aparece até agora, nem mesmo as apresentadas pela Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), segundo a avaliação de Ponte. Mostrando a oportunidade de reformas profundas, ele lembra que, no primeiro ano de governo, será difícil ao futuro presidente adotar medidas radicais sem apoio de

maioria no Congresso. Além disso, existe a característica legal de algumas providências, como as reformas fiscais, por exemplo: "Nessa área, os atos devem ser aprovados em um ano para serem aplicadas no seguinte, e agora é o momento".

A estratégia de governar com o veto, presente na ação do governo, será mantida pelo presidente Sarney até uma definição mais concreta e objetiva de um plano emergencial pelos presidentes e líderes partidários. Roberto Ponte deseja que esta definição, ou um encontro dos presidentes de partidos com o presidente Sarney, ocorra ainda esta semana, por causa de recesso próximo do Congresso. "Como não há uma rede formal de apoio ao governo, vamos pelo veto, que fica melhor" — afirma o líder.

Confia, no entanto, que não faltará ao Congresso a coragem necessária para as reformas de profundidade, mesmo sendo este um ano eleitoral. Ponte admite que a sociedade está insatisfeita, a carência é generalizada, "mas a preocupação de todos tem que ser o combate à inflação e a transição política. Com poupança negativa, não é hora de recuperar as perdas do passado" — recomenda o líder.

F. Pa
(G88)

Acordo tem hora certa para nascer

Villas-Bôas Corrêa

Pacto político, qualquer que seja, é como certas frutas — o abiu e a jabuticaba, por exemplo —, que só podem ser colhidas maduras, no ponto: antes, verdes, não têm gosto; depois, passadas, despençam e se esborracham ou apodrecem.

A mais recente tentativa, resuscitada em clima de pânico, na antevisão catastrófica da hiperinflação, em articulação de iniciativa do Congresso e restrita a grupo de parlamentares da elite econômica superpartidária, pode dar certo ou desandar. Depende de descobrir o momento exato de ser formulada como última cartada para lidar a crise e garantir o desfecho do processo de transição democrática, com a eleição e a posse do sucessor do presidente José Sarney.

As coisas parecem simples mas se embarracam em mil complicações. Cuidoso é o que se identifica como mais difícil, quase impossível, talvez surpreenda como etapa de superação relativamente simples: a definição de elenco de medidas, algumas duras, pa-

ra barrar a disparada inflacionária enquanto é tempo, antes que a mordida o freio e desembeste. Se a montagem ficar por conta de quem não tem, as alternativas técnicas terminam por conduzir ao consenso, uma vez apaziguadas as divergências e conciliados os interesses contraditórios do jogo da sucessão.

Complexo é o restante da operação. E as razões que entopem o caminho com barreiras de intolância, remontan aos desencantos do roteiro da transição.

Parece sensata e óbvia a arguição que a iniciativa deve caber ao governo, especificamente ao presidente José Sarney. Em tese, vá lá. Na prática, a conversa é outra. Sarney sustenta nos ombros a responsabilidade funcional pela crise e é dele a obrigação de buscar soluções.

Acontece que Sarney e o Congresso trocaram de mal, não se falam, estão de relações cortadas. O governo conserva seus líderes no Senado e na Câmara — senador Saldanha Derzi e deputado Luis Pontes —, como excêntricos, peças de museu. São líderes sem bancada, falam em nome de governo que não conta com apoio de nenhum partido; cultivam algumas e raras dedicações avulsas.

Inverte-se a mão: o pacote que deveria ser aviado pelo governo e encaminhado ao Congresso, através da representação oficial, está sendo costurado por meia dúzia de parlamentares e, se lograr aval dos partidos, será enviado a Sarney, como tábuas de salvação que se atira ao afogado, no último fôlego.

Multiplicam-se as iniciativas no Congresso, como sinalização de urgência. O presidente do Senado, senador Nelson Carneiro, entretém-se com as lideranças em infatigáveis e infrutíferas reuniões.

Não é só. O entendimento político carece-se em múltiplas resistências. Por um desses desacertos enfiados pelos inesperados de campanha singular, os candidatos favoritos nas pesquisas de tendência de voto — Collor de Mello, Brizola, Lula — dispõem de raquítica sustentação parlamentar, sem cacife para bancar acordo no Congresso e garantir a aprovação do projeto no plenário. Mesmo o doutor Ulysses já não sabe a quantas anda: o PMDB encolhe a cada dia e sua área de sombra e indefinição dificulta o cadastramento dos confiáveis.

Em tal moldura de dissolução partidária e de desmoralização das lideranças, será necessário esperar um pouco mais e apostar no medo coletivo, esprezado aos extremos da sensação de risco próximo, à vista, batendo à porta.

Mas o pacto precisa ser colhido maduro, no ponto. Passando a hora, apodrece e pode contaminar a transição, na reta final, a cinco meses do primeiro turno da sucessão presidencial e a 263 dias da posse do sucessor de Sarney, eleito pelo voto majoritário e direito de cerca de 80 milhões de eleitores.

Um pouco de juízo e bom senso, de parte a parte, fecharia o pacto e já.

Coluna do Castelo

Saída de Sarney não seria uma solução

A declaração do líder do governo na Câmara, deputado Luís Roberto Ponte, de que Sarney concordaria em abreviar o término do seu mandato, desde que isso contribuísse para resolver os problemas do momento que parecem insolúveis,



deve ser entendida menos como uma disposição de renúncia do que como manifestação do desejo de cooperar com as lideranças que estão se reunindo no Congresso atendendo a convocação do senador Nelson Carneiro, presidente do Senado. O presidente sabe que constitucionalmente e politicamente sua renúncia esbarraria em dificuldades maiores do que sua permanência, e somente poderia ocorrer em face de acordo dos partidos e dos seus dirigentes para dotar o governo de ocupante titular no período que mediasse entre a saída do atual e a posse do futuro chefe de governo. Políticos como Ulysses Guimarães e Leonel Brizola, que disputam a sucessão pelo PMDB e PDT, respectivamente, perceberam a natureza do problema e se declararam contrários à antecipação da posse.

Nessa disposição de cooperar do presidente da República não deve ser vista, todavia, contradição com seu empenho em obter da Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, mandato de cinco anos ao invés dos quatro que pretendiam lhe dar. Pode ser que a ambição tenha tido uma parte naquela luta de Sarney, mas terá havido igualmente conformidade aos temores dos comandos militares, que apostaram na abertura e na transição, em realizar naquele ano uma eleição presidencial que pressuniam estar destinada a eleger Leonel Brizola, na época ainda tido como inassumível pelos generais e pelo establishment conservador do país. Brizola, associado, e Ulysses, concordando com o plano do Planalto, deram a indicação de que ambos entendiam perfeitamente o que se passava nos bastidores.

Antecipar a posse entre o 15 de novembro e o 15 de março não seria tão simples, a começar pelo fato de que, ao contrário provavelmente do que ocorre na Argentina, aqui seria necessária aprovação prévia de emenda constitucional que alterasse disposição transitória da Constituição de 88. Promover uma substituição ainda por prazo maior de José Sarney esbarraria igualmente na norma constitucional de que caberia ao Congresso, em tal situação, eleger para completar o mandato uma outra pessoa, desde que os presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal somente são substitutos do presidente por um lapso de tempo não superior a 30 dias. Mesmo que não houvesse tal condicionamento, qualquer um dos referidos chefes de poder não desfrutaria de condições de liderança que lhes assegurassem ocupar com êxito uma Presidência que se vagaria exatamente por carecer seu titular de apoios suficientes para governar com autoridade.

A saída de Sarney não seria simples nem asseguraria por si mesma melhor condução dos negócios públicos. Se os partidos e o Congresso desejam ajudar teriam de fazê-lo com a modesta parcela da sua concordância, com medidas de endurecimento na faixa econômico-financeira que só um governo forçado pelos partidos e pelo Congresso poderia tomar a essa altura. Esse problema projeta-se, aliás e desde já, para o futuro próximo. O candidato do PMDB está na pressuposição de que somente ele teria condições de dirigir a República no próximo ano por contar com base parlamentar para fazê-lo. Seu partido ainda é majoritário na Câmara e no Senado. As circunstâncias da disputa sucessória podem não levar a esse resultado e podem também ferir de morte a maioria com que contaria Ulysses Guimarães, pois o PMDB fende-se internamente e está ditando fora algumas dezenas de seus parlamentares.

Como se vê, a renúncia de Sarney ou sua concordância com qualquer fórmula que antecipe a posse do seu sucessor não resolve por si mesmas a crise. Institucional, constitucional e politicamente a solução deve ser encontrada a partir de que o presidente deve ficar e desempenhar seu mandato até o fim. Para se corrigir erros continuados ou novos o jeito será que o Congresso e os partidos conjuguem com o presidente o verbo da conciliação e do sacrifício. Não há outra fórmula.

candidatura de Ulysses

JORNAL DO BRASIL

Bases do PMDB rejeitam a

Marco Damiani

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, SP — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, deixou no começo da tarde de ontem a Câmara Municipal desta cidade, a 431 quilômetros de São Paulo, convencido de que é o candidato do partido à Presidência da República. "Agora, não tem mais jeito de voltar atrás", disse Ulysses, satisfeito. Momentos antes, para uma platéia de 300 dirigentes do PMDB da região Oeste do estado, reunida para a instalação do primeiro Conselho de Diretores Municipais do PMDB, o governador Orestes Quéricia, em discurso, fora taxativo. "Pedra é pedra, pau é pau, o nosso candidato é Ulysses Guimarães".

A manifestação do governador fez com que Ulysses se levantasse de sua cadeira, na mesa que dirigia os trabalhos no auditório da Câmara, para, braços para o alto, agradecer aos aplausos do público. A comemoração, porém, não foi tão intensa quanto o esperado. Apenas um tempo dos presentes aplaudiu de pé o candidato recém-lançado. Ninguém puxou o tradicional coro de vivas. "Vou apoiar porque sou homem de partido, mas ir com Ulysses é o mesmo que dar morto em posta de faca", queixou-se, por exemplo, o prefeito de Santa Fé do Sul, município de 26 mil habitantes, Armando Gonçalves Garcia.

Para o plenário, o nome preferido como candidato à Presidência pelo PMDB era, visivelmente, o governador Quéricia. "Levar o nome do Quéricia é mais fácil", disse o prefeito do pequeno município de Rudinópolis, Odair Rosa, do PMDB. Entre os políticos mais graúdos do partido, no entanto, as opiniões eram diferentes. "Começou a caminhada de Ulysses para o Palácio do Planalto", assegurava o deputado federal Fernando Gasparian. "A campanha começou aqui e agora".

O presidente regional do PMDB paulista, deputado Ailton Sandoval, embora mais reticente, concordava com Gasparian. "Hobemus papam", dizia, referindo-se ao tradicional anúncio feito pelo cardeal camerlengo, em Roma, sempre que um novo papa é eleito. "Queríamos Quéricia como candidato, mas ele quer Ulysses e nós estamos com ele", conformou-se. "Acabou a conversa. Pedra é pedra, pau é pau", ecoava o secretário do Governo de São Paulo, Roberto Rollemberg. "O problema agora é escolher um vice para o doutor Ulysses". Pela ótica de Rollemberg, um dos auxiliares mais próximos do governador, o nome para compor a chapa para o PMDB, no âmbito da corrente progressista, deverá sair de Minas Gerais, caso prevaleça a vontade paulista no partido.

Padrinho — "Quem tem padrinho não é pagão", disparou Ulysses em seu discurso de agradecimento. Ele referiu-se à manifestação de apoio que Quéricia acabara de fazer. Considerando Quéricia ora como "chefe" ora como "líder", Ulysses garantiu aos pemedebistas que vai ganhar a eleição. "Nunca esquecerei este momento, este local, esta casa, a fisionomia de vocês", frisou. Num discurso recheado de citações de ditos populares, como "diz-me com quem andas e eu te direi quem és", num elogio à sua amizade com Quéricia, Ulysses deu um recado a seus adversários, citando o escritor português Eça de Queiroz. Para enaltecê-lo o que estava acontecendo na Câmara Municipal, onde ele assegurou o apoio público de Quéricia à sua candidatura, afirmou: "Nada mais do que o fato".

O presidente do PMDB paulista, Ailton Sandoval, garantiu que defenderá o nome de Ulysses durante reunião em Brasília, na próxima quarta-feira, entre todos os presidentes regionais do PMDB. "Agora, vamos começar o processo de costura da candidatura Ulysses nos estados", disse. O deputado Gasparian, por seu lado, adiantava que o problema para os ulyssistas resumia-se em escolher um vice para Ulysses entre dois candidatos e representantes do partido.

Tudo no PMDB
leva a um só
nome: Quéricia

Ricardo A. Setti

A reunião da próxima terça-feira em que pelo menos dez governadores e 60 deputados do PMDB tentarão, no apartamento do deputado Márcio Braga, em Brasília, achar uma fórmula para que o doutor Ulysses Guimarães abra mão de sua candidatura à Presidência em favor de um nome eleitoralmente mais viável, conforme noticiou ontem o JORNAL DO BRASIL, é o coroamento de um processo natural. Que o processo acabe desembocando no nome do governador de São Paulo, Orestes Quéricia, não é de estranhar.

Há pelo menos oito meses a questão da viabilidade do doutor Ulysses nas urnas preocupa os governadores do PMDB, que são hoje quem manda no partido. Nessa época, um articulador político ligado a Quéricia percorreu cinco estados mantendo contatos e trouxe de volta ao governador paulista um quadro aterrador: nenhum dos cinco governadores ouvidos tinha esperanças de que o presidente do PMDB pudesse vencer. Alguns desses governadores duvidavam de que o doutor Ulysses sequer chegasse ao segundo turno — e não custa lembrar que, na época, o PMDB não tinha sofrido as duras derrotas eleitorais que saltaram das urnas municipais de novembro. Chegou a esboçar-se, então, um movimento de aboragem ao na época tripresidente. Cogitou-se de indicar o governador gaúcho Pedro Simon para levar o penoso assunto à consideração de Ulysses, justamente pela proximidade que une os dois políticos. Simon esteve inclinado a aceitar. Recusou porque não encontrou formas de dimensionar, junto a Ulysses, a vastidão do sentimento sobre suas chances eleitorais junto a outros setores do PMDB.

"Alguém vai ter que dizer de novo ao doutor Ulysses que ele é um candidato inviável", profetizava, logo depois das eleições de novembro, mas antes da formalização do racha que hoje caracteriza o PMDB, o ministro da Previdência, Jader Barbalho. O ministro lembrava, então, que, como governador do Pará, foi ele próprio quem cumpriu essa tarefa pela primeira vez após a derrota da cangaça das diretas na Câmara dos Deputados, em 1984, durante uma reunião noturna de governadores do PMDB no Hotel Nacional, em Brasília. Daí, saiu a candidatura Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral. Não será estranhável se do aparta-

mento do deputado Márcio Braga emergir a candidatura Quéricia.

Goste-se ou não do governador paulista, a soma de trunfos que ele reúne na mão para que isso ocorra não é nada desprezível. Apesar de dever boa parte de sua eleição em 1986 a uma associação ao governo Sarney e à defesa de medidas pró-Cruzado, como o confisco de bois nos pastos, Quéricia firmou com o tempo uma imagem de dura oposição à política econômica oficial. Nas urnas deste ano, como não se ignora, isso vai valer ouro. Apesar de curto em dinheiro federal, o governador tem feito obras: duplica estradas no interior, toca o metrô na capital, leva adiante um ambicioso projeto de mais de US\$ 700 milhões para aprofundar o leito do Rio Tietê e acabar com as enchentes na Grande São Paulo.

Base política, de tem: mestre em alianças, ele cooptou o PFL e o PTB e amassou calções problemáticos na Assembleia Legislativa. Além disso, é bem visto por setores da esquerda, que sempre ajudou a abrigar no PMDB, incorporou a seu governo desde o começo e recentemente passou tratando para secretários estaduais o ex-deputado e escritor Fernando Morais e o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos pais do Cruzado. Ao mesmo tempo, desfilou como um peixe junto aos empresários: é talvez o único governador do país rigorosamente em dia nos pagamentos aos empreiteiros — como se sabe, um segmento de crucial importância.



Quêrcia indica Ulysses: uma excelente e tradicional forma de erigir-se em nome convocável

específico em eleições — atribuiu ao banqueiro e ex-ministro Murilo Macedo o comando da Companhia Energética de São Paulo (CESP), uma das três maiores empresas do país, e entregou a presidência do banco do estado ao respeitado executivo Boris Tabacof. Não bastasse isso, promove uma rápida e espalhafatosa privatização da VASP, companhia aérea controlada pelo governo estadual, e, depois de enfrentar com boa margem de sucesso a questão dos marajás do funcionalismo, está partido para um duro enxugamento da máquina estadual paulista. Tudo isso é música aos ouvidos do empresariado.

Há, é claro, as não poucas acusações de corrupção que respingaram até agora seu governo, a começar pelo escândalo que acabou afastando seu amigo Otávio Ceccato do banco do estado, mas o governador, além de não ter sido diretamente acusado de deslizes, tem a falta de memória nacional como forte aliada. Quanto à derrota de seu candidato a prefeitura da capital em 1988, deverá muito provavelmente estar esquecida em novembro, diante das dificuldades que a prefeitura petista Luiza Erundina está tendo para fazer sua administração decolar e da deterioração que os eleitores de São Paulo já estão sentindo em uma série de serviços básicos da cidade. A preocupação agora passa a ser de Lula e do PT, não de Quêrcia.

São questões que certamente estão senti-

bilizando o PMDB, da mesma forma como não escapa às cabeças pensantes do partido que uma candidatura Quêrcia tem boa probabilidade de neutralizar o fantasma Lúcia Quadros: o próprio ex-presidente, ligado ao governador por um pacto cujos detalhes só os dois conhecem, já disse e reiterou que a única certeza que tem sobre seu próprio destino este ano é que não concorrerá se Quêrcia for candidato. É bastante razoável, além do mais, supor-se que um candidato como Quêrcia, atraindo forte apoio de centro, se componha com outros partidos e provoque a retirada de outras candidaturas ainda no primeiro turno.

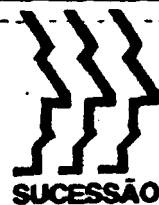
Formalmente, Quêrcia tem mantido o perfil de não-candidato e declarado seu apoio e sua lealdade a Ulysses. Trata-se de excelente e tradicional forma de erigir-se em nome convocável. Um importante político do PMDB paulista previa, recentemente, que as coisas no partido se encaminhariam de tal forma que, ao final das contas, o próprio Ulysses acabaria convocando Quêrcia para ser o candidato. O doutor Ulysses lutou muito por sua candidatura. Há algumas semanas chegou a juntar com o senador Fernando Henrique Cardoso para somar as chances de uma aliança com os tucanos, que obviamente, fortaleceria seu nome no PMDB. Agora, porém, já não é imaginável que ele próprio ceda de novo a vez e convoque Quêrcia.

098

Flu - 8.11.89 16/2/85

O espaço vital na televisão		
Partido	Candidato	Minutos na TV
PMDB	Ulysses Guimarães	22
PFL	Aureliano Chaves	16
PSDB	Mário Covas	10
PDT	Leonel Brizola	10
PDS	Paulo Maluf	10
PTB	Afonso Camargo	10
PT-PCdoB-PSB	Luís Inácio Lula da Silva	10
PRN-PSC-PTB-PST	Fernando Collor de Mello	10
PL	Alf. Domingos	5
PCB	Roberto Freire	5
PSD-PDN	Ronaldo Calado	5
PMB	Armando Corrêa da Silva	5
PPB	Antonio dos Santos Pedreira	30 seg
PUC do Brasil	Manoel Horta	30
PMN	Caio Brandt	30
PMUT	João de Deus de Jesus	30
PN	Livia Pio de Abreu	30
PNAB	Nildo Prati de Barros	30
PRONA	Enéas Carneiro	30
PLP	Eudes de Oliveira Mattar	30
PV	Herbert Daniel	30

098



SUCESSÃO

Oscar Corrêa quer disputar a Presidência pelo PFL

Fpoe

Ele espera, até 15 de agosto, que Aureliano desista

Por ILIMAR FRANCO
Brasília/ZH

O ministro Oscar Corrêa, da Justiça, quer ser o candidato do PFL à Presidência da República e espera, até 15 de agosto, pela desistência de Aureliano Chaves, cuja campanha não conseguiu decolar. Neste sentido, o deputado Paes Landim (PFL-PI) fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o prazo de desincompatibilização do ministro. As pressões sobre Aureliano Chaves, para que desista, devem se intensificar neste final de semana, especialmente em virtude de sua desastrosa participação no debate de segunda-feira, na TV. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, ficou tão irritado com a participação de Aureliano no debate que a qualificou de "horível".

A possibilidade de tornar-se candidato do PFL fez com que o ministro Oscar Corrêa recusasse convite para concorrer por três partidos pequenos. Mas sua candidatura está amarrada, pois um deles, o recém criado PDC do Brasil, registrou uma candidatura descartável, de Manoel Horta, que poderá vir a ser substituído pelo ministro. "A candidatura do ministro Oscar Corrêa é séria", afirmou, ontem, um dos assessores políticos do Palácio

do Planalto, procurando chamar a atenção de sua movimentação política para viabilizar seu nome para disputar o pleito presidencial. De outra forma, explicou, o ministro não teria por que gastar "tanto chumbo atacando o candidato do PRN, Collor de Mello, líder nas pesquisas."

Desde que o presidente José Sarney vetou a Lei Complementar nº 5, de 1989, que tratava da desincompatibilização de ministros, secretários e dirigentes de órgãos públicos, este tema caiu num buraco negro, segundo fontes do TSE. Por isso, a consulta do deputado Paes Landim, oficialmente, não teve uma resposta afirmativa, dizendo apenas que dependia de normatização a ser feita pelo tribunal. Informalmente, entretanto, o parlamentar foi informado de que, nesse caso, o tribunal tomaria por base a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que fixa em três meses o prazo de desincompatibilização, ou seja, até 15 de agosto.

Ao mesmo tempo que trabalha sua candidatura presidencial, o ministro Oscar Corrêa procura avaliar sobre suas possibilidades. Incentivando as especulações, ora nega sua candidatura, depois afirma que não é sua hora de concorrer, mas admite que poderia pensar nessa possibilidade quando setembro vier. (Brasília/ZH)

098

ZH Brasília/Sucursal RBS

F-90 19/7/85

8-402A

Um debate equilibrado

Neste período de vacas magras no cenário político, o debate dos presidenciais acabou, pelo seu significado, ocupando as primeiras páginas de toda a imprensa do País. Foi um debate equilibrado mas, sem dúvida, prejudicado pela falta do ingrediente polêmico, sempre mais atrativo, quando posições e idéias entram em choque. As tentativas feitas por alguns dos "presidenciais" em abrir um debate mais apassionado acabaram esbarrando no formato do programa, limitado na sua estrutura.

Representantes de posições de centro, liberais, conservadores e até os radicais da esquerda entraram em consenso quanto ao tema da dívida externa. As fórmulas para esse problema, variam da moratória até a renegociação em condições aceitáveis pelo País. Todos concordam que o serviço da dívida impede o País de crescer mais. No plano das plataformas de Governo, nenhuma novidade. Depois do "choque de capitalismo", proposto pelo candidato do PSDB, nada de novo apareceu. Lula, do PT, acha necessário a presença do capital estrangei-

ro (sob condições), enquanto Brizola continua usando a Austrália como paradigma para a economia e a política brasileira. Ronaldo Caldeira e Afif Domingos querem resolver os problemas pela via da produção agrícola.

Todos condenaram a especulação financeira que desestimula investimentos na área da produção e, invariavelmente, culpam a excessiva presença do Estado na economia, como responsável pelo déficit público interno. A esquerda (Freire, Lula e Brizola) tentou convencer o telespectador que "não existe estatização", mas privilégios cartoriais concedidos via incentivos e subsídios à iniciativa privada. No plano econômico, os debates mais consistentes foram de Mário Covas, Afif Domingos e Paulo Maluf. Estes mostraram-se não só à vontade com o tema, mas demonstraram conhecimento de causa.

Apesar da sua importância, é pouco provável que o debate de segunda-feira tenha alterado o perfil da tendência do eleitorado hoje.

ANA AMÉLIA LEMOS

89/6/51
HSE

01.01

8907112

Sarney denuncia discriminação financeira contra o III Mundo

E fala da dívida externa com presidentes da Venezuela, Uruguai e do México

Por IVONE CASSOL
Enviada Especial ZH/Paris

O presidente José Sarney denunciou, ontem, em Paris, o tratamento discriminatório imposto pela comunidade financeira internacional ao Brasil e aos países do Terceiro Mundo. Constatando, outra vez, as barreiras levantadas pelos credores para a renegociação da dívida externa brasileira em final de governo, o presidente faz um balanço dos cinco anos de gestões com a comunidade financeira internacional concluindo com um resultado "nada alentador" para a dívida de 120 bilhões de dólares. Essas conclusões foram manifestadas pelo presidente ontem, após a reunião mantida no café da manhã com os presidentes do Uruguai, Julio Sanguinetti, Carlos Salinas de Gortari, do México, e Carlos e Andrés Perez, da Venezuela.

Solicitada pelo presidente Andrés Perez, a reunião foi uma prévia para o próximo encontro, em outubro, do Grupo dos Sete, que é integrado, além do Brasil, México, Uruguai e Venezuela - os países reunidos ontem em Paris - também pela Argentina, Peru e Panamá, este último temporariamente de fora. Mas, muito mais do que uma prévia para o próximo encontro, a reunião dos quatro presidentes foi uma demonstração de unidade e coesão dos países endividados da América Latina, perante os representantes das nações credoras que se encontram em Paris amanhã.

— Na história da América Latina nunca estivemos tão juntos, certos e tão dispostos a lutar para encontrar caminhos de solução dos nossos problemas — afirmou o presidente Sarney, após se despedir dos outros três presidentes. Sobre uma possível cobrança que o Grupo dos Sete pode fazer de medidas de proteção ao meio ambiente, os presidentes brasileiro e venezuelano foram bastante claros. — A política internacional sobre meio ambiente deve ser de cooperação e não de coação. Os países desenvolvidos têm muito mais responsabilidade com a proteção do meio ambiente do que os subdesenvolvidos — declarou Sarney. Já Andrés Perez observou que os



Sarney (D), com a presidenta das Filipinas, Corason Aquino, e mandatário de Bangladesh, Mohammad Ershad

países latino-americanos não têm que esperar instrução dos ricos. — Estamos dispostos a cooperar com eles, na medida em que eles cooperarem conosco — frisou.

Discriminação

Quanto ao outro tema da reunião da cúpula dos sete países mais desenvolvidos, a dívida externa do Terceiro Mundo, o presidente brasileiro surpreendeu ao fazer críticas tão severas ao tratamento dispensado às nações devedoras. Defendeu a necessidade de ser encontrada uma solução entre os países ricos e pobres. — Não podemos mais conviver, no mundo, com essa separação que é até visível, como estamos vendo aqui entre os grandes e os países pobres — declarou, apontando a discriminação nas relações internacionais que pode ser comprovada no tratamento dispensado aos chefes de estado que estão em Paris, chegando às negociações das dívidas dos povos do Terceiro Mundo.

Embora não tivessem sido reveladas

as decisões tomadas no café da manhã dos presidentes, o fato é que o presidente Sarney não economizou palavras para transmitir a profunda irritação dos governos endividados da América Latina para com os sete mais ricos. Falando também sobre o pacote de ajuda econômica que o Japão vem prometendo, José Sarney criticou a falta de auxílio e o descumprimento das promessas feitas por esses governos. Nesta hora, o presidente fez o balanço dos seus cinco anos de governo em termos de renegociação da dívida externa. Disse que dava seu testemunho "nada alentador" de que, de certo modo, o Brasil está com seu desenvolvimento atrelado às melhores condições de pagamento da dívida, que depende da comunidade financeira internacional. Dizendo que o Brasil tem cumprido sua parte nos acordos com os credores, o presidente lamentou que estes não fazem o mesmo. Concluiu afirmando que o preço político da dívida é "altíssimo" e que será sentido pelos próximos governantes do país.

Collor será presidente, acredita Lechín

O ministro de Educação, Leônidas Pires Gonçalves, já acredita que o próximo presidente da República, será, certamente, Fernando Collor de Mello, candidato do Partido de Renovamento Nacional (PRN).

— (PRN) — Leônidas, disse antes que a tendência geral é, seguramente, para o mas próximo do Tropeço publicado pelo O Estado de São Paulo, que é a indicação de Collor (que dá 14% das intenções de voto) no governador de Alagoas, citando

[illegible]

Levinas Murray de Mendes
a pedido do Cel. difinimento, herd
meada:

— Collier fixou a imagem de um carnal, rubro-branco com fita vermelha no pescoço, no meio de um bando de marinheiros sujos e empoeirados, que agrediam jovens, as mulheres, aos conserveiros, aos setores majoritários de socie-

[illegible]

O ministro afirmou que a liberdade de expressão é garantida no Brasil e que o governo não tem nada de anormal a declarar para que haja liberdade de expressão no Brasil, e que a liberdade de expressão é garantida no Brasil. O ministro afirmou que a liberdade de expressão é garantida no Brasil e que o governo não tem nada de anormal a declarar para que haja liberdade de expressão no Brasil, e que a liberdade de expressão é garantida no Brasil.

Partes Legitimas

098

Escolha de vice do PT revela a crise do PV

Descontente com o que chama de manipulações e métodos antidemocráticos das lideranças do Partido Verde no processo de apoio à candidatura petista de Luis Inácio Lula da Silva, o ex-presidente regional no Rio e ex-vice-presidente nacional da agremiação, Liszt Vieira, resolveu atacar. "O PV é mais uma corriola de amigos do que propriamente um partido". Com suas críticas, vem a público a crise política vivida pelo Partido Verde, a dois dias da convenção nacional que ratificará ou não, sábado, sua permanência na Frente Brasil Popular.

O ex-exilado e ex-deputado estadual Liszt Vieira acusa os companheiros de militância de tomar decisões sem consultar os organismos partidários. Liszt garante nunca ter sido contra o apoio do PV à frente formada por PT, PSB e PC do B. Desaprova, sim, a forma como foi "armada" a decisão.

"As decisões no partido são tomadas por duas ou três pessoas que se acham iluminadas. Não passam pelos órgãos de direção. Os que atuam no partido ficam sabendo das decisões através das notícias dos jornais", afirma. A crítica de Liszt tem endereço certo: Fernando Gabeira, presidente nacional do PV; Carlos Minc, deputado estadual no Rio, integrante da executiva nacional;

e Alfredo Sirkis, vereador carioca: "Gabeira toma todas as decisões, com a anuência de seu fiel escudeiro Carlos Minc. Às vezes, o Sirkis também dá seus palpites."

Outro que ataca o "processo interno muito pouco democrático" do PV é o secretário geral em São Paulo, Domingos Fernandes, 43 anos. Critica a condução da convenção informal (para efeito interno do partido e não da Justiça eleitoral) realizada domingo no Rio: "Com o veto à candidatura do Gabeira a vice do Lula, as manifestações dos delegados de todos os estados foram pelo rompimento com a Frente Brasil Popular. Mas a mesa manobrou, criou dificuldades à nossa proposta e acabamos perdendo." Domingos garante que a regional de São Paulo não se fará representar na convenção de sábado, no Rio de Janeiro.

Resposta — O deputado Carlos Minc mostrou-se surpreso com as críticas de Liszt Vieira e nele não vê pessoa indicada para falar de democracia interna. Segundo ele, as desavenças de Liszt com a direção do PV vêm desde a campanha de 88 para a Prefeitura de Niterói: à época, Liszt tentou ser vice na chapa encabeçada pelo pedetista Jorge Roberto Silveira e, após a vitória do PDT (apoiado pelo PV), quis ser o secretário de Cultura, pretensão abortada pelos outros dirigentes.

JB 13/7/89 F. P. K.

01.01

8907122

098

ZERO HORA - Sexta-feira 14.07.89 - PÁGINA 1

Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, ordenou à Polícia Federal que investigue denúncias de irregularidades no governo de Alagoas. Collor é acusado por deputado do PDT de desviar recursos do SUDS e do Sistema de Habitação local

SUCESSÃO

ZERO HORA

14-7-89

Planalto manda investigar a administração de Collor

Por determinação do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, a Polícia Federal começará a investigar as denúncias da prática de corrupção ocorrida no governo de Fernando Collor de Mello (PRN) em Alagoas. O ministro também solicitou providências a esse respeito ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvares.

A decisão do ministro deve-se às denúncias encaminhadas ao seu gabinete, ontem, pelo deputado Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara, acompanhada de um pedido para que tais denúncias sejam apuradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. No telex enviado ao ministro, o parlamentar acusa o ex-governador de Alagoas de desviar verbas federais do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) e do Sistema de Habitação, e denuncia os acordos que Collor fez com os usineiros alagoanos, que resultou na quitação de seus débitos com o Producan, e a devolução do ICM pago pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Depois de determinar providências à Polícia Federal e ao Ministério Público, Oscar Corrêa enviou ontem mesmo um telex a Vivaldo Barbosa, solicitando-lhe maiores esclarecimentos sobre essas denúncias, "a fim de poder providenciar a apuração de tais fatos por parte da Polícia Federal e do Ministério Público da União".

Críticas

Collor filiar-se ontem, em Brasília, ao PSDB

Arquivo/24



Corrêa mobilizou a Polícia Federal

de Mário Covas, o senador alagoano José Costa criticou o ex-governador de seu estado e candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello: "Trata-se de um indigente intelectual", atacou. Costa trocou o PMDB pelos tucanos, como o senador Teotônio Vilela Filho, por acreditar que só Covas poderá polarizar a disputa com Collor.

José Costa é o mais persistente e crítico de Collor em Alagoas. Em 1984, ameaçou deixar o PMDB quando Collor se filiou ao partido para concorrer ao Governo. Em março do ano passado, ele saiu do PMDB com Cristina Tavares (PE) e Fernando Lyra (PE), para fundar o PSDB, mas não se filiou aos tucanos. Costa imaginava que o ingresso no PSDB do deputado Fernando Calheiros, íntimo de Collor, antecipava a invasão do partido pelo governador de Alagoas.

"Esse risco não existe mais", desafiou, ao assinar a ficha de filiação, aborrecida numa cerimônia simples, no comitê eleitoral de Covas pelo candidato a vice-presidente, Roberto Magalhães. José Costa propôs que se organizasse uma mutirão de adesões a Covas e fez um apelo a seus ex-colegas do PMDB para que o imitem e entrem no PSDB.

Político sempre bem humorado, foi Costa quem criou e por conta própria imprimiu centenas de adesivos plásticos com a frase "Faça como Collor, vote em Maluf", em letras grandes, e, para que o usuário não fosse confundido com malufista, escreveu em letras miúdas: "Livre-se deles".

Colecionador de denúncias contra Fernando Collor, o deputado José Costa considera o ex-governador um administrador incompetente até mesmo para gerenciar um estado pequeno como Alagoas. "Ele destruiu o meu estado", afirma. (AG/AE)

PARTES ILEGÍVEL

01.01

8907123

098

Brasil e Índia aproveitam a festa para melhorar comércio

Em seu terceiro dia na França, o presidente José Sarney tem hoje um encontro com o primeiro-ministro da Índia, Rajiv Gandhi, que também veio a Paris. Os dois países têm interesse em intensificar suas relações comerciais, dando seguimento à política de fortalecimento dos negócios entre as nações em desenvolvimento.

Há alguns meses, a diplomacia brasileira trabalha nesta aproximação com a Índia, promovendo, agora, o primeiro encontro do presidente da República com o primeiro-ministro. O governo brasileiro pretende desenvolver uma rede de comércio com a Índia, com os dois países suprimindo mutuamente as necessidades de cada um nas áreas em que a produção nacional fora insuficiente. Dependendo do andamento destas negociações, o presidente Sarney poderá visitar a Índia ainda no segundo semestre deste ano.

Agora este encontro, a agenda de Sarney reserva o dia de hoje para as cerimônias oficiais do 14 de julho. Embora só vá partir de Paris às 11h de sábado, o último compromisso oficial do presidente brasileiro será o jantar oferecido hoje pelo governo francês às autoridades convidadas para os festejos do bicentenário.

f. Sar
14-7-89
Zeno

01.01

8907124

098

Hay Inestabilidad Política Regional, Dice Abreu Sodre

CARTAGENA, Colombia, 31 (ANSA). — El canciller brasileño Roberto Costa de Abreu Sodre, pronunció hoy en la Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores de Latinoamérica y el Caribe una peligrosa amenaza de inestabilidad política y social en la región, originada en el actual cuadro de crisis.

"Están amenazados los pilares sobre los cuales se asienta la democracia que tan arduamente hemos conseguido", expresó el canciller de Abreu Sodre ante los 13 cancilleres y los otros 13 representantes de los otros países de la región que sostienen una conferencia de un día dentro del marco de la reunión del Sistema Económico Latinoamericano (SELA).

"El peso insostenible de la deuda externa, el precio menor que se paga por las materias primas y el proteccionismo de los países industrializados continúan penalizando injustamente a las naciones de América Latina y el Caribe", manifestó el canciller brasileño.

Explicó que todos esos factores que se encuentran dentro del "dramático cuadro" socio-económico de la región le han "impedido crecer", pidió que se buscaran los mecanismos para lograr un orden económico internacional "más justo y equilibrado".

"Países en desarrollo como el Brasil también han sido víctimas de medidas comerciales unilaterales impuestas por las principales potencias mundiales".

Explicó que todos los países de la región se han convertido injustamente "en exportadores líquidos de capital para un mundo desarrollado que permanentemente se beneficia a expensas del subdesarrollo de nosotros los pobres".

"Esta es una situación que no puede persistir indefinidamente", manifestó Abreu Sodre.

Indicó que la brecha que separa a los países ricos de los pobres es cada vez más ancha representando un orden económico "injusto y miope". También se quejó de las barreras que se han levantado para impedir el acceso tecnológico de las naciones en desarrollo.

Sostuvo que las "graves amenazas al ecosistema terrestre" están directamente ligadas a la poderosa industrialización y el consumo de las naciones industrializadas. "No podemos ser responsables de la degradación ecológica del planeta", dijo como respuesta a las acusaciones que se le hacen al Brasil sobre un supuesto mal tratamiento del Amazonas, llamado el pulmón del mundo.

"Continuaremos la exploración en forma racional y controlada de nuestros recursos naturales en beneficio del desarrollo y bienestar de nosotros, los pobres", dijo.

01.01

8907126



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem à noite mandar a Corregedoria Geral Eleitoral apurar quanto o candidato do PRN está gastando na sua propaganda eleitoral em todo o País

SUCESSÃO

TSE quer saber quanto Collor está gastando

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, terá de informar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto gastou até agora com a colocação de mais de 3 mil outdoors, cartazes e outros materiais de propaganda política destinados a sua campanha, espalhados pelo País. Além da origem desses recursos, o presidente do TSE, ministro Francisco Rezek, decidiu, ontem à noite, mandar a Corregedoria-Geral Eleitoral apurar os gastos de Collor de Mello em sua propaganda

política paga, após receber em seu gabinete o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que acusou seu adversário de cometer crime de abuso do poder econômico.

Na representação, Lula pediu ao TSE que investigue os nomes de todas as pessoas que estão contribuindo para a campanha de Collor de Mello, as importâncias doadas e a origem dos recursos. Segundo a legislação eleitoral, os candidatos podem receber dinheiro de pessoas físicas filiadas ao seu partido. Caso seja

comprovado que o candidato cometeu crime de abuso econômico, sua candidatura poderá ser impugnada. Francisco Rezek prometeu julgar a representação do PT antes da eleição presidencial de 15 de novembro.

À saída do gabinete do ministro, Lula afirmou que através do recurso, o PT pretende descobrir qual é "o marajá que está sustentando a campanha de Collor" e garantir a igualdade de chances a todos os candidatos à sucessão do presidente Sarney. (Radiobrás)

Candidato expõe planos para comunicações

O candidato do PRN à sucessão presidencial, Fernando Collor de Mello, após duas horas de reunião com a diretoria da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) mostrou ontem que é um candidato ajustado às idéias da entidade, que reúne 1.100 filiadas. "É preciso repensar a política de concessões e a questão do espaço abusivo do Governo Federal na televisão", afirmou o candidato.

Collor defendeu a criação de mecanismos institucionais que possibilitem à Abert participar da formulação da política de comunicações e pediu à entidade sugestões para essa área. A grande reivindicação de todas as emissoras filiadas é quanto ao espaço que são obrigadas a ceder ao Governo, garantido pelo presidente da Abert, Joaquim Mendonça.

Collor foi enfático ao defender a reformulação do programa "Voz do Brasil" e o reenquadramento das emissoras educativas. "As TVs educativas não podem competir com a iniciativa privada", disse o candidato. "Elas não podem procurar no mercado qualquer forma de subsídio", continuou.

Segundo Mendonça, as rádios do Governo estão competindo com a iniciativa privada. O ex-governador de Alagoas ouviu solicitações para que incentive a indústria de equipamentos eletrônicos e realize mudanças na política de importações. A Abert alega que a Cacex às vezes demora até um mês para liberar a guia de um simples componente de iluminação.

Crítério

Embora considere democrático o cri-



Collor de Mello reunido com os dirigentes da Abert

tério do Congresso referendar as concessões, Collor também coincide com o pensamento da Abert ao defender a necessidade de se criar novos mecanismos nos estudos feitos pelo Executivo para uma nova autorização. "É preciso que haja um estudo da viabilidade técnica e econômica do local e do radiodifusor e de sua viabilidade moral", completou Mendonça.

Dono de duas emissoras de rádio e televisão em Alagoas, Collor de Mello disse que não é o caso de rever as concessões já autorizadas, mas sim o critério. "As concessões já feitas são um direito adquirido", afirmou.

— Não queremos conflitar com o texto constitucional, mas sim encontrar mecanismos para que a Abert participe mais diretamente da política de comuni-

cações — disse Collor, cujas emissoras são filiadas à entidade.

Embora o encontro com Collor tenha sido acertado pela própria assessoria do candidato, a Abert está disposta a ouvir todos os outros presidentes eleitos, inclusive Leonel Brizola, do PDT, que tem posição nitidamente estatizante para o setor e é considerado o interlocutor mais difícil.

Após o encontro, Mendonça criticou a legislação por dar direito a três horas de programas eleitorais aos partidos políticos, durante o ano. "A legislação foi feita na época que existia apenas Arena e MDB, precisa ser modificada", afirmou. Mas não criticou Collor por já ter aparecido em programas de três partidos diferentes. "É um direito que ele tem dentro da legislação". (AE)

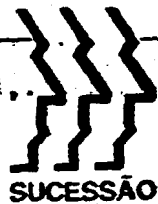
A falha de Sarney

O Presidente Sarney na sua entrevista na TV Bandeirantes reiterou a fragilidade de sua base política, afirmando que o combate à inflação só será eficiente se houver participação política, pois ela deve estar presente muito mais do que a ação de economistas. Confessando que foi abandonado por sua base partidária, Sarney insistiu em dizer que a realidade eleitoral está se sobrepondo a outras realidades. Que o Presidente perdeu sustentação política ninguém tem mais dúvida, a ponto de não querer ou não ter influência no episódio sucessório. Ela começou a ser perdida no primeiro ano de Governo, quando as eleições municipais colocaram em campos opostos os dois partidos que constituíam a Aliança Democrática, a ponto de PMDB e PFL estabelecerem um duro confronto, especialmente em São Paulo. A reforma ministerial visando a desincompatibilizar candidatos às sucessões estaduais, tornou mais agudo o quadro interno. Não fosse o Plano Cruzado, que gerou repercussão nacional favorável e o interesse em prolongá-lo até o pleito, a crise teria ocorrido já em 86. Ela ganhou ênfase e trouxe à tona as divergências no ministério quando o ministro Dilson Funaro foi afastado. O choque não foi maior por causa da Constituinte, onde o Planalto tinha interesses políticos bem definidos: o mandato de cinco anos e a manutenção do presidencialismo. Mesmo assim, em fins de 87, uma nova crise acabou por extinguir a Aliança Democrática com a expropriação de muitos ministros dos dois partidos. A sequência mostra uma divergência pública com choques, via redes de televisão, entre o Presidente da República e o Presidente da Constituinte e atinge o partido majoritário, o PMDB, do qual nasce o PSDB. Se alguma dúvida existisse bastaria avaliar o resultado das eleições municipais do ano passado, quando ao contrário de dois anos antes, nenhum dos candidatos, mesmo do PMDB ou PFL, ousou invocar o nome do Presidente ou ação do Governo como meio para lograr bons resultados.

Antigo

As dificuldades de base política do Governo não são, como se vê, novas. Remontam ao primeiro ano da Nova República e foram sendo amortecidas, nunca superadas. Com a crise econômica e o desgaste ela se acentuou. A rigor, o Presidente Sarney não trabalhou para construir uma base própria. Sentiu o peso do PMDB e desprezou as propostas para constituir o núcleo de um novo partido, desde o afastamento de Marco Maciel do Gabinete Civil e, mesmo mais tarde, quando se constituiu, na Assembleia Constituinte, o Centrão. Muita hesitação marcou a ação oficial nesse sentido. Em parte porque Sarney vinha do PDS, fato que o constrangeu e também porque a questão do mandato de cinco anos deixou sem uma ação mais forte o Palácio do Planalto, interessado em somar votos muito mais do que garantir uma base própria. Agora, chegando ao fim de sua gestão, o Presidente reconhece que foi abandonado e que o problema econômico depende de vontade dos políticos. Há pouco mais de dois anos, em plena fase do Cruzado, a situação era outra e foi, no mínimo, mal administrada. As conquistas eleitorais da época não representaram prestígio para o Governo. E ele confessa hoje, passada a euforia, que no mínimo um equívoco acabou se registrando na condução do quadro, apesar de sua obstinação em concluir um processo histórico de normalização democrática, um de seus pontos positivos, em meio a todas as dificuldades enfrentadas.

Carlos Fehlbeg



SUCESSÃO

Freire propõe a suspensão do pagamento da dívida externa já

Idéia foi apresentada ontem na convenção nacional do PCB

O candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, lançou ontem, no Rio, durante a convenção nacional do partido, uma "proposta de estratégia econômica de emergência" de três pontos para combater a crise brasileira. Entre as medidas — que, segundo Freire, estão sendo apresentadas à sociedade para implantação ainda pelo atual Governo — está a suspensão do pagamento do principal da dívida externa e limitação do pagamento dos juros até a posse do sucessor do presidente Sarney.

Os comunistas pretendem envolver no debate do programa todos os candidatos e apresentam essas propostas como uma espécie de resposta ao PT, PSDB e PDT, que já procuraram o Partido na tentativa de forjar uma aliança contra Fernando Collor de Mello (PRN).

Vinte e seis dos 36 delegados habilitados a votar na convenção do PCB, realizada na Câmara de Vereadores do Rio, oficializaram, em votação que durou das 9 às 17 horas, a chapa que tem o sanitarista Sérgio Arouca como postulante a vice. Os outros não compareceram. Freire chegou quase ao fim da votação, quando foi recebido aos gritos de "Brizola", por integrantes da Brizolândia.

Estatizar bancos

Com um discurso de apenas cinco minutos, o candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Roberto Freire, empolgou, na noite de quinta-feira, os 500 participantes do 1º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, ao defender a estatização do sistema bancário brasileiro. Único presidencialista presente à abertura do congresso, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na



Freire defende a estatização dos bancos

Indústria (CNTI), Freire pregou a retomada, pelos bancos, do papel de intermediação financeira, no lugar da especulação que vigora hoje.

"Num primeiro momento, é preciso tornar o sistema bancário intermediador financeiro do País, mas, se isto não for possível, devemos partir para a estatização", disse o candidato, conseguindo arrancar fortes aplausos dos funcionários do Banco do Brasil. Acompanhado do deputado Augusto Carvalho (PCB-DF), que tem como base eleitoral os bancários de Brasília, Freire levou cerca de dez minutos para percorrer os 50 metros que separavam o auditório do seu carro, sempre recebendo cumprimentos pelo discurso e pelas propostas que vem defendendo durante a campanha. (AG/AE)

99%

Cristina Tavares apoiará Brizola

A deputada federal Cristina Tavares licenciou-se ontem da presidência regional do PSDB para apoiar a candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República. O motivo foi a contrariedade dela com a indicação do ex-governador Roberto Magalhães para vice, na chapa do senador Mário Covas, patrocinada por toda a cúpula nacional do partido.

"Os procedimentos desta escolha indicam uma hegemonia conservadora e a desfiguração do partido porque ferem os princípios do programa e também dos estatutos", disse a deputada na carta de apenas dez linhas que entregou ao vice-presidente regional da agremiação, vereador João Braga, com cópia para o senador Mário Covas.

Com isto, chegou ao fim a crise que se

abatou sobre o PSDB de Pernambuco por causa da candidatura de Magalhães. Várias reuniões foram realizadas na semana passada para estudar a filiação do ex-governador, mas não houve consenso contra ou a favor dele. A Executiva Nacional chegou a mandar a Recife o ex-deputado Marcelo Cerqueira para tentar administrar a reação da deputada, mas a viagem não deu resultados.

Frac.

Ela estava propensa a aceitar a candidatura de Roberto Magalhães, mas encontrou-se com Fernando Lyra no fim de semana e acabou virando a cabeça pela candidatura de Brizola - contou o secretário-geral do PSDB, deputado Egidio Ferreira Lima.

Para ele, a saída da deputada "é uma perda para o partido e também para Covas, mas nós vamos repor esta defecção". (AG)

24 19/7/89

098

JORNAL DO BRASIL

13/4/89

Internacional

Sarney em Paris alerta para

explosão social de países

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — O presidente José Sarney enviou uma longa carta ao presidente François Mitterrand, alertando-o para as desigualdades que se acentuam entre os países ricos e pobres e enfatizando estar "absolutamente convencido de que se não forem tomadas providências urgentes e de amplo alcance, não haverá como conter a explosão social que se avizinha". Para Sarney, há todo um estímulo de violência, uma carga de rebelião sublimada que pode a qualquer momento e em qualquer país aflorar e se alastrar incontrolavelmente.

Ao longo das seis páginas, Sarney não desperdiçou palavras com o protocolo inútil que geralmente emoldura as cartas trocadas entre chefes de Estado. Desvinculando a revolta social de hoje de qualquer conotação ideológica, o presidente brasileiro alerta: "Na sua aparente segurança e na auto-complacência característica dos satisfeitos, o mundo ocidental poderá se surpreender com o volume da violência capaz de ser desatada na América Latina."

Sarney realça o quadro de indignação da América Latina, onde os governantes não têm meios para atender aos mais legítimos e elementares anseios de suas sociedades por melhores condições de vida e por acesso aos frutos do progresso, tão visíveis nos países desenvolvidos.

"Os ideais dos revolucionários de 1789 permanecem válidos neste final de século, caracterizado por profundas divisões entre Estados e por situações de flagrante injustiça. Não seria exagero afirmar que a Revolução Francesa ainda está para se fazer no plano internacional", frisou Sarney. Para ele, as desigualdades entre as nações se acentuam, à medida em que um grupo reduzido de países acelera as suas conquistas materiais e intelectuais, enquanto a imensa maioria da humanidade se

debate em meio à pobreza e a carências fundamentais.

Sarney procurou enfatizar o papel importante que Mitterrand poderá desempenhar na sua reunião com os demais seis grandes, a partir de hoje, levando aos seus privilegiados parceiros uma mensagem de desespero diante do quadro caótico em que se encontram os países latino-americanos. A dívida, segundo Sarney, tem sido responsável pela falência do Estado em quase todos os países devedores. "Os governos são obrigados a transferir maciços recursos para o exterior, tornando-se incapazes de atender as necessidades crescentes de investimento."

"Multiplicam-se os movimentos guerrilheiros em diversos países, como o Peru e a Colômbia, freqüentemente em conexão com o narcotráfico", acrescenta Sarney, acrescentando: "Sucedem-se manifestações espontâneas de revolta, como as ocorridas recentemente em Caracas e algumas cidades argentinas". O presidente brasileiro sublinhou estas preocupações para mostrar que também o mundo dos ricos poderá ser afetado pelo que está ocorrendo na América Latina.

"Há, na verdade, em nossos dias, um novo *ancien régime* a derrubar: o dos privilegiados, dos monopólios do saber, da insensibilidade e da opressão, aberta ou disfarçada", disse Sarney a Mitterrand. Em seguida, conclamou à derrubada: "Façamo-la antes que seja tarde, antes que a angústia dos menos favorecidos dê lugar a atitudes radicais e irrefletidas. Façamo-la harmoniosamente, antes que os espaços de negociação e conciliação sejam ocupados pela confrontação intransitiva."



01.01

8907133

Flea

PRN

Folgado em primeiro

*Algumas pesquisas indicam
que Collor parou de subir — mas sua
vantagem continua grande*



Três meses depois que as primeiras pesquisas de opinião começaram a ser divulgadas, os adversários do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, conseguiram finalmente identificar, na semana passada, um defeito em sua campanha — Collor parou de crescer nas intenções de voto. A constatação teve como ponto de partida os resultados de dois levantamentos elaborados pelo Ibope e pelo DataFolha. Segundo o Ibope, Collor continua na dianteira da corrida presidencial com 39% das preferências, mas amargou uma queda de 4 pontos em relação à última sondagem. Já o DataFolha registrou um declínio um pouco menor, de 2 pontos percentuais, o que coloca Collor com 40% das intenções de voto. Em outra pesquisa, do Instituto Gallup, Collor continua subindo — chegou aos 45%. Qualquer que seja sua origem, no entanto, o fato é que o problema para os adversários do candidato do PRN permanece do mesmo tamanho. Para começar, as estatísticas de Collor lhe garantem uma folgada distância dos outros concorrentes — o segundo colocado, o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, tem o apoio de 13% dos eleitores, de acordo com o Ibope e o Gallup, e de 12%, conforme o DataFolha — ou seja, cerca de um terço dos índices de Collor. Além disso, a estabilização de Collor nos índices não foi acompanhada pela explosão de nenhum dos demais onze candidatos — o que, na prática, não altera o mosaico da sucessão no atual momento.

“Minha queda foi imperceptível e representa um problema, mesmo, para os demais candidatos”, afirma Collor, que na última quarta-feira foi sagrado oficialmente candidato de seu partido, ao longo de uma convenção realizada em Brasília. O lançamento da candidatura de Collor acabou servindo para que ele protagonizasse um espetáculo inesperado — seu discurso, de 46 páginas datilografadas, foi lido durante uma hora e quarenta minutos, tempo superior ao de

uma partida de futebol. Acostumado a ouvir críticas que o apontam como um candidato sem propostas concretas para o país, Collor foi à forra nos detalhes — no pronunciamento de quarta-feira, ele tratou de alguns temas-chave, como a questão educacional e a inflação, mas reservou espaço também para falar de como pretende gerir, se eleito, os recursos da Previdência, do FGTS e até do PIS-Pasep. A grande novidade no discurso de Collor, porém, está relacionada com um assunto bem específico, de natureza econômica.

Na semana passada, Collor assumiu uma postura, em relação à dívida externa, que o coloca, em termos retóricos, num campo diverso do dos candidatos de esquerda: optou pela defesa do FMI, o Fundo Monetário Internacional, como o fórum mais adequado para discutir os problemas da dívida externa brasileira. “Não quero, não pretendo nem desejo brigar com o FMI. Estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI”, disse Collor, para espanto de boa parte da platéia que o ouvia. Ao receber a cópia inicial do discurso, onde os capítulos sobre assuntos econômicos foram confeccionados por sua auxiliar Zélia Cardoso de Mello, professora da Universidade de São Paulo, o candidato do PRN fez questão de escrever, de próprio punho, a passagem sobre o FMI, que se tornou, assim, uma surpresa até para seus auxiliares mais próximos.

Na torcida para vê-lo em dificuldades, boa parte dos adversários de Collor enxergou no tom de seu discurso de quarta-feira uma reação a um pronunciamento

O que pensa o eleitor de Collor

O candidato Fernando Collor de Mello diz que irá colocar os corruptos na cadeia. O (a) sr. (a) acredita ou não que ele conseguirá fazer isso?

Sim	52%
Não	48%

Para qual destas coisas o candidato Fernando Collor de Mello é mais preparado?

Acabar com as mordomias	46%
Fazer o Brasil voltar a crescer	43%
Acabar com a inflação	14%
Negociar a dívida externa	14%

Os adversários dizem que Fernando Collor de Mello é um político de direita. Para o (a) sr. (a) essa afirmação:

É indiferente	73%
Pode influenciar o seu voto	22%
Pode mudar o seu voto	5%



Comício de Collor de Mello: com a candidatura oficializada...

8907136

de impacto na campanha — o discurso do senador Mário Covas, candidato do PSDB, feito há três semanas no plenário do Senado, pregando um "choque de capitalismo" como solução para a economia brasileira. Diante da repercussão das palavras de Covas, Collor chegou a mostrar-se, de fato, receoso de que sua candidatura pudesse emagrecer junto àquele setor do eleitorado no qual se encontram alguns dos barões do empresariado brasileiro. Na terça-feira passada, por exemplo, Collor chegou a manifestar tal preocupação ao longo de um almoço no Rio de Janeiro com o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo.

No encontro, segundo relato de um auxiliar de Collor, o candidato do PRN fez uma análise da campanha e aproveitou para manifestar um temor bastante particular. "Da mesma forma que gosto da Globo e não sou apoiado por ela, não me sentiria bem em vê-la privilegiando outro candidato", disse Collor, numa referência a Covas, cujo discurso no Senado foi levado ao ar pelo *Jornal Nacional* duran-

te três minutos. Durante a conversa, Collor apresentou a Marinho as linhas principais do discurso que faria no dia seguinte, na convenção do PRN. À saída do almoço, ficou com a impressão de que havia transmitido uma boa imagem para seu interlocutor. Além da movimentação de seus concorrentes, Collor é obrigado também a administrar problemas dentro de sua própria legenda. Seu companheiro de chapa, o senador Itamar Franco, tornou-se uma usina de tormentos para o candidato do PRN. Na quarta-feira passada, minutos antes da convenção que o homologaria como vice do PRN, Itamar chegou a declarar em conversas reservadas que poderia abandonar a candidatura Collor. Conhecido por seu estilo sentimental de militância política, Itamar tem feito queixas sobre a condução da campanha — e luta para ganhar espaço no PRN. Até agora, porém, seus esforços têm sido inúteis. Na convenção, Itamar não pôde discursar — também não foi convidado a colaborar na confecção do pronunciamento de Collor. Contrariado,

o senador tem se comportado de modo estranho para um candidato cuja única missão, até 15 de novembro, é arrumar votos. Recusa-se a dar entrevistas e até foge dos fotógrafos quando está ao lado de Collor. Na última quinta-feira, Itamar era esperado pela assessoria de Collor numa reunião para definir os nomes dos coordenadores estaduais da campanha — o senador não compareceu, sob o pretexto de que teria ido consertar um par de óculos.

"Corrupto" — À frente de uma campanha bem-sucedida junto ao eleitorado, Collor vem recebendo ataques políticos de todos os lados. Na última terça-feira, por exemplo, o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, desferiu uma carga de acusações contra o candidato. "Ele deve apurar os casos de corrupção de seu governo em Alagoas", disse Corrêa, referindo-se a Collor. Dois dias depois, Corrêa voltou à ação, ao determinar que a Polícia Federal investigue as denúncias de desvios na gestão de Collor. O ex-governador, no entanto, não parecia abalado. "O Tribunal de Contas de Alagoas aprovou todas as contas de meu governo", afirma. "No geral, o governo federal é que é corrupto."

Apesar de manter um discurso de alto calibre quando é atacado, Collor tem procurado adotar algumas providências para evitar desgastes desnecessários. Receoso de que o falatório expressivo a essa altura da campanha possa se traduzir na perda de votos, Collor manteve uma reunião na segunda-feira passada, na qual proibiu seus auxiliares de se manifestarem em seu nome. O candidato ainda tinha na cabeça o problema criado por sua mãe, Leda, quando ele estava em sua viagem pela Europa. Há três semanas, durante um ato público, no Rio de Janeiro, Leda referiu-se ao artista Tião Macalé como "preto desdentado". Numa tentativa de neutralizar a gaffe, Leda participou na última quinta-feira da inauguração do comitê de seu filho, no Rio, ladeada pelo cantor negro José de Oliveira. Para afastar a possibilidade de novos tropeços, Collor já definiu uma estratégia conhecida: a do silêncio. O candidato do PRN já mandou avisar que não vai participar, nesta segunda-feira, do debate entre os presidenciais promovido pela Rede Bandeirantes. Na sexta-feira da semana passada, no entanto, a direção da emissora captou sinais de que Fernando Collor pode mudar de opinião. Para tanto, o diretor de jornalismo, Fernando Mitre, alterou as regras do programa — poderá se inscrever qualquer candidato que chegar ao estúdio até 15 minutos antes do início do debate.

Na semana passada, a LPM entrevistou, com exclusividade, cerca de 1.500 eleitores de São Paulo. Rio de Janeiro e São Paulo sobre o que a se pelo candidato Collor de Mello.

Os adversários dizem que Fernando Collor de Mello é um político envolvido em várias denúncias de corrupção em Alagoas. Para o (a) 7 (a) essa acusação:

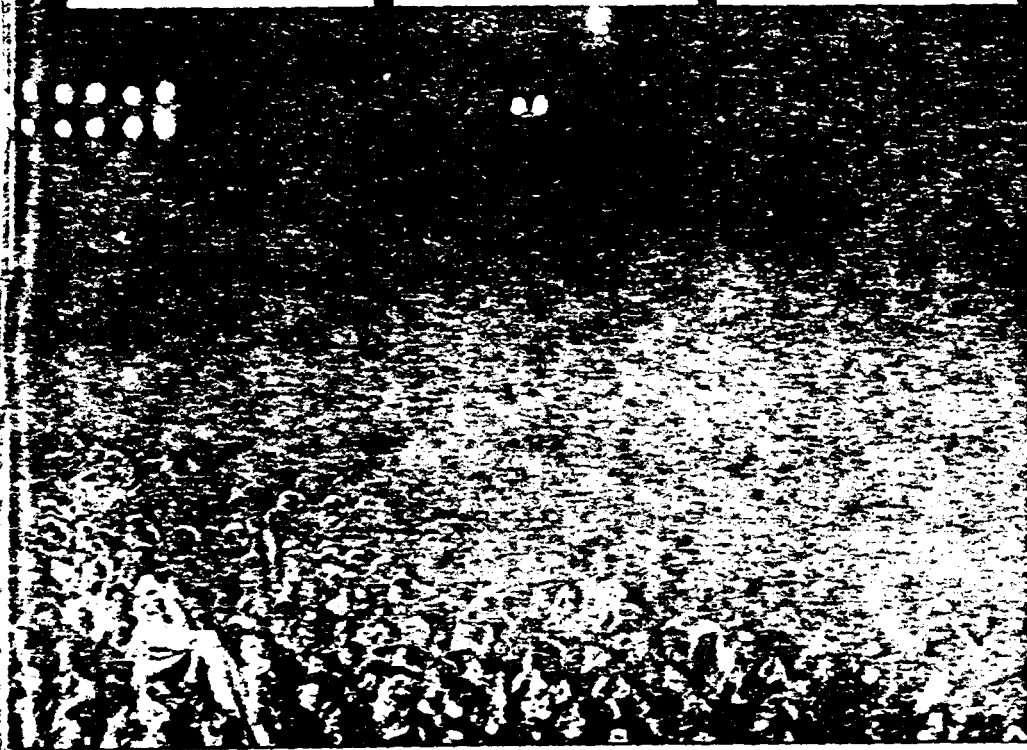
É apenas demagogia da campanha eleitoral 56%
Isso não tem importância 31,5%
É verdadeira 5%

Vamos supor que o presidente José Sarney anuncie que vai votar em Fernando Collor de Mello. Isso pode mudar o seu voto ou não?

Não 87%
Sim 13%

Na sua opinião, Fernando Collor de Mello é um candidato melhor do que os outros. Por quê?

É jovem 42%
É honesto 21%
Não é um político igual aos outros 19%
Briga com os marajás 18%



... uma campanha de críticas ao governo e apoio ao FMI

PT Correndo atrás do prejuízo

Em quarto em São Paulo e em segundo no ABC, Lula movimentou-se para colocar sua campanha na rua



O deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, se esforçou, na semana passada, para dar um novo ritmo à sua campanha. Livre das disputas internas dentro da Frente Brasil Popular — composta pelo PT, PC do B e PSB —, que acabaram com a indicação do senador gaúcho José Paulo Bisol para a vice-presidência, Lula resolveu colocar sua campanha na rua. Em apenas dois dias, o ex-dirigente sindical percorreu dezenove lugares diferentes e realizou onze discursos, abandonando as reuniões a portas fechadas que anestesiam o PT até agora. Lula cumpriu a nova agenda na região onde cresceu como liderança sindical no fim dos anos 70, o ABC paulista. “Banho de base é bom para todo mundo”, disse o candidato. “Daqui para frente, vamos dormir menos e trabalhar mais.” A disposição de Lula tem bases científicas. A última pesquisa eleitoral realizada pelo DataFolha, instituto de pesquisa vinculado ao jornal *Folha de S.Paulo*, mostra que ainda tem um eleitorado gordo e fiel no ABC paulista — mas mesmo neste lugar ele não é o primeiro das estatísticas, posto ocupado por Fernando Collor de Mello, do PRN. Em São Paulo, onde Luiza Erundina ganhou a

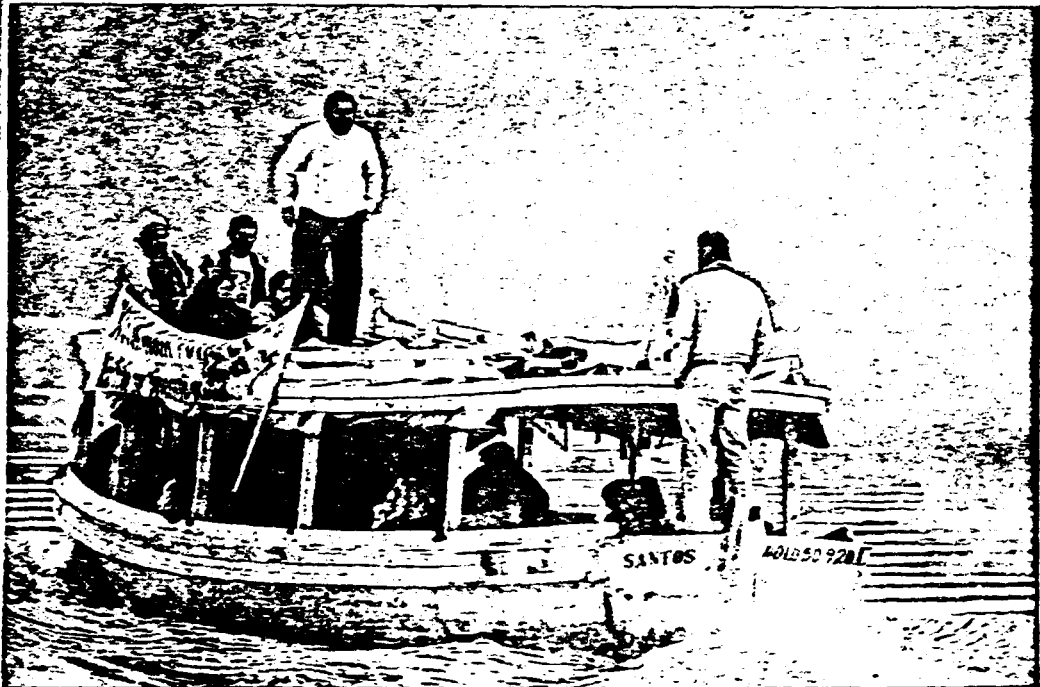
prefeitura em 15 de novembro de 1988, Lula encontra-se em quarto lugar, atrás de Collor, Covas e Maluf.

Na semana passada, Lula percorreu as cidades de São Bernardo, Santo André, São Caetano e Mauá, onde encabeçou comícios nas portas das fábricas, andou por ruas comerciais, participou de um ato ecológico e inaugurou comitês. Em duas ocasiões, enfrentou um problema dramático para qualquer candidato à Presidência da República — não pôde terminar seu discurso porque o serviço de som de seu caminhão de campanha pifou. Às 6 horas da manhã de quarta-feira, diante de 2 000 metalúrgicos aglomerados em frente aos portões da Scania, Lula foi obrigado a terminar sua fala aos berros porque os alto-falantes ficaram mudos. No pátio da Volkswagen, às 7 da manhã, mais uma vez a aparelhagem parou de funcionar — irritado, Lula abaixou a cabeça e encerrou o discurso. Seus auxiliares até chamaram um outro caminhão, de reserva — mas a demora foi tanta que, quando o veículo surgiu na porta da empresa, os operários já haviam batido seus cartões e entrado na fábrica.

Voto Verde — Caminhando em terreno conhecido, Lula é um candidato que circula à vontade pela região onde construiu

sua carreira, e onde o PT possui três prefeituras de porte — São Bernardo, Santo André e Diadema. Ali, seus comícios conseguem fazer as pessoas pararem no meio da rua para prestar atenção — e nem os adversários gostam de importuná-lo. “Ele terá meu voto porque é o mais comprometido com os trabalhadores”, afirma o montador de produção da Volkswagen Antônio Inácio Monteiro, 35 anos. Na General Motors, onde discursou duas vezes na quinta-feira, Lula conversou com velhos conhecidos, o metalúrgico Moacir Bonilis, 47 anos, preocupado com possíveis atentados contra a vida do candidato. Ali na GM, o aposentado José Escada Rodriguez, 67 anos, compareceu exclusivamente para dar seu apoio a Lula, a quem conhece desde 1978. “Lula é o único candidato da esquerda e o que possui mais caráter”, disse.

Seria uma ilusão, no entanto, pensar que, desde já, o ABC paulista é um quintal de votos predestinados ao PT. Residem, ali, milhares de trabalhadores que não votarão em Lula. “O PT não vai resolver nossos problemas”, afirma o conferente de exportação Wilson Roberto Putti, 29 anos, funcionário de outra empresa visitada pela charanga de Lula na semana passada — a Scania. “Não voto em Lula de jeito nenhum.” É certo que o candidato do PT possui admiradores nesse lugar. Na quarta-feira, encontrou um deles, o amigo Azeiteiro Cruz, ex-diretor de ensino de São Bernardo, que fez questão de abraçá-lo. “Estou gostando de seu trabalho”, disse



Lula na Represa Billings: cena ecológica e corte ao eleitorado verde

Calazans fecha negócio com a UDR

Na roleta de candidaturas, o médico e líder da UDR Ronaldo Caiado conseguiu preencher sua chapa com um nome premiado — seu candidato a vice é o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que até quinze dias atrás militava no PSDB e pretendia ser companheiro de Mário Covas na campanha presidencial. A decisão foi oficializada na quinta-feira da semana passada, depois que Calazans desfilou-se da legenda dos tucanos e assinou a ficha de seu novo partido, o PSD, a mesma legenda que já cogitou lançar o ex-presidente João Figueiredo na corrida pela sucessão de Sarney. Para Caiado, a composição da chapa não chega a ser uma surpresa. Os agricultores

Áureo Cruz, que, em 15 de novembro, votará em Paulo Maluf, do PDS.

Em um lance teatral, Lula conseguiu, na quarta-feira, passar por cima das recentes desavenças com o PV, insatisfeito com a Frente Brasil Popular por ter rejeitado o jornalista Fernando Gabeira como candidato à Vice-Presidência, em favor do nome do senador Bisol. Disposto a cultivar o eleitorado verde mesmo depois que a Vice-Presidência de Fernando Gabeira foi devastada de sua chapa, Lula também promoveu a primeira cena ecológica da campanha — um passeio de barco, de uma hora, pela represa Billings, na periferia de São Paulo. Para mostrar que estava tudo bem entre verdes e petistas, Gabeira até prometeu acompanhá-lo — à última hora, no entanto, desistiu do passeio sem maiores explicações. Para fazer o passeio na represa, o candidato do PT embarcou no *Antom III* acompanhado por 26 pessoas e deparou primeiro com um bando de garças e, mais adiante, com uma porção de peixes mortos, boiando na superfície das águas. Um de seus assessores espetou um peixe com uma varinha e entregou a Lula. "Há seis anos eu pescava na Billings nos finais de semana", lembrou-se. Na quinta-feira, Lula descobriu que terá de batalhar um pouco mais para ficar com o PV em seu palanque. Inconformada com a queimada produzida pela ascensão de Bisol, a sigla resolveu lançar um candidato próprio, o intelectual Herbert Daniel, militante dos movimentos homossexuais e que é portador do vírus da Aids.

PL

Pensando alto

Com 2%, Afif anuncia sua ascensão



Aos 45 anos, o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, já ganhou um título na campanha — é o mais arrumado. Há quinze anos que só faz seus ternos num mesmo alfaiate, o Crinco-le, de São Paulo. Só usa sapatos feitos sob medida e suas camisas são de tecidos importados — daqueles que desamassam com facilidade. Quando viaja pelo país, para enfrentar ensolaradas caminhadas no corpo a corpo eleitoral, abastece sua valise de mão com um perfume importado — Eau Fole, francês. Afif lidera a campanha de um partido que tem oito deputados, boa parte de suas fileiras no Rio Grande do Norte já foi ocupada por adeptos de Fernando Collor de Mello e, hoje em dia, sua movimentação eleitoral é acompanhada por outra notícia ruim — seu antigo padrinho político, o ex-deputado Paulo Maluf, de quem se separou em 1986, resolveu sair candidato e abocanhara uma boa fatia de seu eleitorado. Ocorre que Afif é dono de uma personalidade bem-humorada, fala com desembaraço, tem um temperamento persistente e gosta de pensar alto. Na semana passada, por exemplo, descobriu que seus índices, no Ibope, haviam saltado de 1% das intenções de voto para 2% — e fez uma pequena festa.

"É o início de uma grande ascensão", afirma. Deputado eleito com 509 000 votos em 1986, o segundo lugar na Constituinte depois de Luís Inácio Lula da Silva, Guilherme Afif construiu sua carreira com base numa bandeira que, na época, era inédita — a defesa do contribuinte. Dono de uma plataforma liberal, que prevê gigantescas privatizações e a quebra de um pacote de cartórios econômicos em vigor no país, Guilherme Afif movimentou-se como pode. Na semana passada, fez uma caravana eleitoral que incluiu um passeio pelas ruas do centro comercial do Rio de Janeiro e, no dia seguinte, a participação numa feira de pedras semipreciosas em Teófilo Otoni, a 452 quilômetros de Belo Horizonte. Em Brasília, Afif procura levar a um final feliz sua mais ousada investida nos bastidores da sucessão presidencial — a captura do PDC, legenda disputada por Collor de Mello e que também serve de abrigo para uma facção de adeptos de Leonel Brizola. Na convenção, por 63 votos a 55, o PDC resolveu fechar uma coligação com o PL de Afif — o problema é que os derrotados resolveram entrar na Justiça, e o caso só será resolvido em agosto. Se ficar com o PDC, Afif dará o primeiro passo para garantir a maioria de sua candidatura: dez minutos no horário gratuito da TV, tempo que hoje é idêntico ao de Brizola e ao do tucano Mário Covas. Dono de uma empresa de seguros e de um patrimônio que ele próprio calcula em 1 milhão de dólares, Afif só tem se queixado, ultimamente, de uma dificuldade — a falta de ajuda dos empresários. "Eles não têm ideologia, só ligam para as pesquisas."

são empresários que sempre reclamam do governo, mas, ao mesmo tempo, mantêm uma agradável convivência com os burocratas do Banco do Brasil, que lhes facilitam empréstimos subsidiados e outras colheitas do gênero. Para Camilo Calazans, no entanto, a companhia de Caiado representa um novo rodopio em suas preferências políticas. Ele chegou ao apogeu de sua carreira com uma folha de serviços prestados ao regime do AI-5. Em março do ano passado, foi despachado pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, da presidência do Banco do Brasil e até chegou a apoiar uma greve de seus auxiliares por melhores salários. Agora, Camilo Calazans está nos braços de Caiado. "Sou de centro-esquerda", explica ele, referindo-se ao slogan que os políticos usavam em 1969 quando não gostavam de dizer quem eram.



Afif: "Os empresários não têm ideologia, só ligam para as pesquisas"

PDS

Campanha em La Paz

No país que acabou com a hiperinflação, Maluf pechinha preços e se encontra com esquerdistas



As campanhas eleitorais produzem fatos surpreendentes. No passado, quando personalidades brasileiras queriam frequentar os templos do pensamento conservador, partiam para estágios junto aos economistas da escola de Chicago, nos Estados Unidos, ou Oxford, na Inglaterra. Quando pretendiam recheiar seus conhecimentos com algumas idéias de esquerda, procuravam cadeiráticos da Sorbonne, em Paris. Na semana passada, o ex-deputado Paulo Maluf, candidato do PDS à sucessão do presidente José Sarney, decidiu percorrer uma trilha original — foi à Bolívia, um país que até 1986 coexistia com uma inflação anual de 8.200% e que hoje se estabilizou no patamar de 0,5% ao mês.

“Vim compreender como a Bolívia conseguiu sair de uma hiperinflação em que nós estamos prestes a entrar”, afirmou Maluf, em La Paz, ao explicar os motivos de sua viagem.

Paulo Maluf chegou à Bolívia em um jatinho fretado, um Citation, acompanhado de quatro assessores e oito jornalistas. A campanha boliviana do candidato, contudo, foi marcada mais pelas conversas que não teve do que pelos contatos que realizou. Maluf não conseguiu audiência, por exemplo, com o presidente Paz Estenssoro — um patriarca de 83 anos que vive nos arredores de La Paz e esquiva-se de receber até seus ministros. Também não conversou com a nova estrela do liberalismo latino-americano, o ex-ministro da Fazenda Gonzalo Sánchez de Lozada, candidato mais votado no primeiro turno das eleições presidenciais, em maio último. Lozada, responsável pelo choque econômico que derrubou a inflação do país, estava nos Estados Unidos. Por fim, Maluf não viu outro político com quem mantêm alguma afinidade, o general Hugo Banzer, que viajava pela Argentina. “Meu objeti-

vo era conversar com o povo, e não com autoridades”, consolou-se.

Os quatro dias do candidato em La Paz registraram, porém, alguns fatos curiosos. Seus dois principais encontros políticos foram com líderes esquerdistas. O primeiro deles foi com o ex-guerrilheiro Jayme Paz Zamora, do Movimento de Izquierda Revolucionaria, o MIR, candidato que ficou em terceiro lugar no primeiro turno das elei-



Maluf, em La Paz: “Meu objetivo era conversar com o povo”

ções. Ao final de uma hora e quinze minutos de conversa, Maluf e Zamora trocaram gentilezas. “Não imaginava que Maluf fosse uma inteligência política de tal magnitude”, comentou Zamora. Mas nem tudo deu certo nos contatos de Maluf com a esquerda boliviana. O candidato amargou alguns constrangimentos quando foi conversar com o secretário-executivo da Central Obrera, Simon Reys Rivera, também presidente licenciado do Partido Comunista da Bolívia. Antes mesmo de olhar para Maluf, Reys já demonstrava má vontade. “Não conheço este senhor, e a única informação que tenho é que ele pertence ao partido dos militares”, fulminou Reys. Na saída, após cinquenta minutos de uma conversa nem

sempre amena, Maluf ainda arriscou uma gentileza. “Se eu fosse boliviano, o senhor teria meu voto”, disse. “Isso não é possível”, retrucou Reys. “Seria preciso que o senhor se filiasse ao Partido Comunista ou eu ao PDS”, ironizou.

DESCONTRAÇÃO — Num país onde existem apenas 104 eleitores brasileiros com seus títulos em dia, Paulo Maluf comportou-se como um político em campanha. Durante duas manhãs, na quarta e quinta-feiras, o candidato percorreu feiras livres de La Paz, pediu informações sobre os preços dos alimentos, posou para fotografias usando um gorro típico de lã de lhama e até beijou crianças. Numa das barracas, Maluf tentou pechinchar o preço de três ponchos que comprou para as netas, mas só obteve um desconto de 1 peso boliviano — a moeda do país —, o que

vale 38 cents de dólar. “Libanês não compra nada sem desconto”, observou. “Assim vamos fazer com a dívida externa — ou conseguimos um abatimento substancial, ou não pagamos.” Entre os feirantes — quase todos descendentes de índios quechuas e aimarás —, o candidato obteve apenas respostas lacônicas às suas perguntas. Sua última tentativa de conversar com os feirantes foi com uma vendedora chamada Lidia Varela. Sem entender o que se passava, ela ofereceu-lhe um copo de suco de *durazno*, uma fruta regional que é vendida em baldes de plástico e tomada em um único copo de vidro — que não é lavado entre um freguês e outro. Polidamente, Maluf recusou. “Se ela fosse eleitora no Brasil, até que eu tomava”, brincou o candidato com um assessor.

Longe da tensão da campanha eleitoral do Brasil, Paulo Maluf teve muitos momentos de descontração. Um deles foi no Hotel Plaza, durante um jantar oferecido a jornalistas e diplomatas brasileiros. Ali o candidato encontrou uma empresária libanesa com o seu mesmo sobrenome — Dolly Maluf —, com quem conversou em francês e trocou umas poucas palavras em árabe. Em outras ocasiões, Maluf fez algumas confidências. Disse que espera chegar entre os três primeiros concorrentes à Presidência até o início do horário eleitoral da TV e revelou ainda seus planos para o futuro. “Depois que eu for eleito presidente, meu sonho é ser embaixador em Paris.”

HUGO STUART, de La Paz

098

fka

ZERO HORA — Segunda-feira, 14.07.89 — PÁGINA 10

PSDB confirma Covas e Magalhães

Um discurso emocionado da deputada Cristina Tavares (PSDB/PE), entrecortado por efusivos aplausos do plenário e lágrimas da oradora, pôs fim no sábado, em Belo Horizonte, a uma crise aberta no PSDB com a indicação do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, para a vice do senador Mário Covas, e possibilitou a homologação de ambos como candidatos do partido para a eleição de 15 de novembro. Foi uma longa noite de negociações, na sexta-feira, para demover Cristina e a ala mais à esquerda do partido da intenção de impugnar a filiação partidária de Magalhães.

Apesar de alguns protestos da militância, a chapa tucana Covas-Magalhães foi homologada sem resistências. "Pernambuco segue para o Brasil ganhar", garantiu Cristina, da Tribuna, depois de criticar os critérios da indicação de Magalhães acertada quinta-feira, graças à intervenção do deputado Ronaldo Cezar Coelho (RJ). Sem a peruca, que usa para esconder a calvice provocada pelos medicamentos administrados para controle de um câncer em estágio avançado, a deputada tornou-se personagem central da convenção do PSDB, que reuniu mais de três mil pessoas na Assembleia Legislativa de Minas, em Belo Horizonte. Cristina assumiu a tribuna como guerrilheira: denunciou acordos de cúpula, condenou os conchas-vos.

Mas para reverter a posição de Cristina e evitar uma ruptura no PSDB pernambucano — que poderia se alastrar a pelo menos oito outros parlamentares

ex-membros do Movimento da Unidade Progressista (MUP), principal embrião do partido, a direção do PSDB passou a noite de sexta-feira e a manhã de sábado apagando incêndios.

Articulações

Primeiro, Cristina foi procurada no Hotel Del Rey — onde a maioria dos parlamentares se hospedaram — pelo prefeito Pimenta da Veiga. A conversa não surtiu efeito. A deputada, mesmo depois de ouvir os apelos de Pimenta, mantinha a disposição de impugnar a filiação partidária de Magalhães. Queria ainda apresentar uma moção de repúdio à indicação do vice e não descartava a hipótese de lançar um candidato alternativo da esquerda do partido, que disputaria a convenção como um anti-candidato.

Foi uma noite agitada. Reuniões espalhadas por todos os cantos do hotel. Debaixo das escadas que dão acesso ao restaurante, os deputados Carlos Mosconi (MG) e Otávio Elísio (MG) tentavam articular uma saída honrosa para a deputada que, para desistir do processo de impugnação, tinha de ter exaltado o seu posicionamento de esquerda. Até os elevadores sediaram encontros mais sigilosos, como os dos deputados do MUP, Nelson Friedrich (PR) e Jorge Hage (BA), que tentavam redigir a moção de repúdio que seria apresentada aos convencionais. O acordo foi selado pouco depois das onze horas da noite de sexta-feira.

01.01

8907137

Arinos convence Magalhães a ser vice do PSDB

Pelas mãos do senador Afonso Arinos, o ex-governador Roberto Magalhães, até ontem do PTB, entrou definitivamente na campanha do PSDB, aceitando ser o vice na chapa do candidato tucano Mário Covas. "É inaceitável uma recusa. Você não tem nenhuma razão de natureza política para recusar essa missão. O convite é irrecusável, a recusa é inexplicável", determinou Arinos, no início de uma reunião da cúpula do PSDB, a princípio tensa, na biblioteca de um dos últimos casarões da Rua Dona Mariana, em Botafogo.

Arinos acabou com a acirrada disputa que estava se fazendo em torno de Roberto Magalhães, um dos mais importantes cabos eleitorais do Nordeste. Cortejado pelo candidato do PDT Leonel Brizola, e pelo candidato do PFL, Aureliano Chaves, o ex-governador de Pernambuco se lançou nos braços da social-democracia de Mário Covas, às 14h, quando assinou a primeira de seis fichas de filiação que lhe entregaram. "É um casamento", comemorou um dos presentes. O brandy de cereja iugoslavo, servido durante toda a reunião, voltou a todas as bocas com o gosto da comemoração.

Crise — O namoro dos tucanos com Roberto Magalhães foi fortemente abalado, há dois dias, quando a deputada Cristina Tavares, presidente regional do PSDB de Pernambuco, representante dos setores mais à esquerda do partido, o atacou duramente durante de um programa de TV, chamando-o de "oportunista" e de "guru da direita".

"Eu não viria para o PSDB para dividi-lo, criar dificuldades", argumentou o ex-governador ao "ilustre tribunal", como classificou a reunião com os senadores Afonso Arinos, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, e os deputados federais Ronaldo Cezar Coelho, José Serra, Arthur da Távola, Jayme Santana, Saulo Queiroz, Egidio Ferreira Lima e Moema São Thiago, além do ex-deputado Marcelo Cerqueira e do cientista político Hélio Jaguaribe. Apenas um deles demonstrava total tranquilidade e certeza de um final feliz, o senador Afonso Arinos. Do alto de seus 84 anos de idade, Arinos acompanhou a reunião tomando uísque, enquanto os demais bebiam brandy de cereja.

"Você não tem nenhuma razão de natureza política para recusar essa missão. Os problemas que foram levantados pela cúpula do PSDB não podem influir numa questão nacional. São problemas paroquiais, de personalidade, de temperamento. Não são questões políticas", argumentou Arinos, depois que o deputado Egidio Ferreira Lima abriu a reunião, às 12h15. Depois dos aplausos, Magalhães capitulou: "Eu me submeto ao julgamento deste tribunal".

Cercado de 20 mil livros, que rodeiam a biblioteca de Arinos, Roberto Magalhães ouviu os mais diferentes apelos dos tucanos. A deputada Moema São Thiago, que até então era candidata a vice de Covas, não fez por menos: entregou nas mãos do ex-governador amostras de seu material de campanha, num gesto de renúncia. Ao todo, Moema mandara fazer 5 mil cartazes, 5 mil folhetos e mil bottons, que pretendia levar à convenção do PSDB, no sábado, em Belo Horizonte. Os outros dois candidatos, o deputado Teotônio Vilela Filho e o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, mandaram recado apoiando o nome de Magalhães como vice de Covas. Por fim, o deputado José Serra garantiu fidelidade: "Não vai ter recuo de nossa parte. Nossa ideia é de que a acusação da Cristina foi injusta".

A comemoração foi no chiqueíssimo restaurante Laurent. O dono da festa, Afonso Arinos, dispensou o requintado almoço: *La salade du marche avec cigale* (salada verde com cavaquinho), *Le medaillon de boeuf* e *Gratin fruit tropical* (salada de frutas tropicais). Preferiu ficar em casa, ao lado de sua mulher, Dona Anah. A euforia era tamanha que o deputado Egidio Ferreira Lima foi andando a pé, ajudado por uma bengala, para o Laurent — distante um quarteirão do casarão —, até que o deputado Ronaldo Cezar Coelho o alcançou e o fez entrar no carro. Só saiu a presença do próprio candidato Mário Covas, que às 16h20 ligou de São Paulo para o restaurante, a fim de cumprimentar seu mais novo companheiro de chapa.



A reunião com Roberto Magalhães, na biblioteca de Afonso Arinos, durou uma hora e 45 minutos

Tucanos chegaram antes de Brizola

O ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães foi laçado pelos tucanos do PSDB em cima da hora: se a reunião na casa do senador Afonso Arinos não tivesse acontecido, ele estaria ao lado dos dissidentes do PTB que, na noite de ontem, se reuniram para discutir o apoio à candidatura do ex-governador Leonel Brizola. "Eu deveria comparecer a esta reunião, mas quando eu cheguei aqui no Rio (quarta-feira à noite) fui raptado", brincou o ex-governador, que foi recebido no aeroporto pelo deputado Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ).

Três candidatos a presidente o disputaram, mas Roberto Magalhães escolheu o caminho que classificou como o da "modernidade": "Se eu tivesse que escolher pelo coração, ficaria ao lado de Aureliano Chaves, do PFL, companheiro da Aliança Democrática que elegeu Tancredo Neves presidente da República. Para atender a coerência do meu partido (PTB) apoiaria a candidatura de Leonel Brizola, do PDT, para preservar a unidade trabalhista. Mas escolhi o caminho da modernidade, que é representado por Covas".

Magalhães se defendeu das críticas feitas pela deputada Cristina Tavares: "Não fui oportunista ou ambicioso. Se eu dissesse não ao PSDB estaria dizendo não ao país. Quando decidi recuar e não ser candidato foi por questão de respeito e não por medo de críticas", declarou. Covas — que ontem viajou de São Paulo para o Rio Grande do Sul — vai tentar convencer Cristina Tavares a não sair do partido, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso. Os tucanos marcaram uma grande comemoração para o dia 14, em Recife. "Vamos fazer um grande carnaval", garantiu o deputado Ronaldo Cezar Coelho.

Cristina compara partido ao PMDB

BRASÍLIA — Acusando o PSDB de ter se transformado em outra Nova República, a deputada Cristina Tavares (PE) enviou uma carta de dez linhas ao líder do partido na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), renunciando à vice-liderança do partido. "Nós estamos repetindo o PMDB em tudo, até na escolha do vice", disse Cristina, comparando a escolha do ex-governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, para vice do candidato dos tucanos a presidente da República, senador Mário Covas (SP), à indicação de José Sarney para vice de Tancredo Neves, em 1985.

"Considero que o projeto da social-democracia foi imolado e que a indicação de Roberto Magalhães não acrescenta nada ao senador Mário Covas", afirmou. Ela lembrou que Magalhães perdeu a eleição para o Senado, em 1986, e foi rejeitado pelo prefeito de Recife, Joaquim Francisco Cavalcanti, seu ex-companheiro de PFL. "Não discuto nem o mérito mas a forma como foi feita esta indicação. Nenhum parlamentar ou diretório do PSDB foi consultado", acusou.

Ela informou que, por enquanto, não pensa em sair do PSDB e estudou a possibilidade de comparecer à convenção nacional dos tucanos, neste fim de semana, em Belo Horizonte. "Meu medo é aparecer lá e ser aclamada pelas bases do partido", ironizou Cristina. Segundo informou, 11 parlamentares e quatro presidentes de diretórios do partido telefonaram para lhe prestar solidariedade.

"O PSDB subiu a rampa do Palácio do Planalto com o doutor Thaies Ramalho, entrou nos grandes escritórios de bancos do país através do deputado Ronaldo Cezar Coelho e comprometeu-se com as corporações de comunicação através do advogado Jorge Serpa", criticou Cristina Tavares.

Ronaldo atuou nos bastidores

Se na hora de assinar a ficha de filiação do PSDB foi decisivo a participação do senador Afonso Arinos, a adesão de Roberto Magalhães à candidatura de Mário Covas deve muito a lances de audácia do deputado federal Ronaldo Cezar Coelho. Na quarta-feira, às 20h30, Ronaldo, sem jamais ter visto Roberto Magalhães, foi ao Aeroporto Internacional do Rio para transmitir-lhe solidariedade da direção nacional do partido, diante dos ataques que lhe foram feitos pela deputada Cristina Tavares Correa. Entrou pelo portão de embarque e foi esperá-lo na saída da passarela de desembarque. A senha para a desflagração de sua operação foi a aceitação de Magalhães a um convite para almoço no dia seguinte.

Dai até as 3h da madrugada, Ronaldo montou toda a cena que ocorreria na casa de Arinos. Primeiro, mobilizou os dois pilotos de seu jatinho, mandando-os no avião a Brasília, para trazer ontem cedo alguns dos dirigentes do PSDB e a deputada Moema São Thiago. Acertou com o senador José Richa, em Curitiba, e com Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que estavam em São Paulo, a vinda ao Rio. Dormiu três horas, acordou às 6h e continuou ao telefone. As 9h, convenceu Arinos a abrir sua biblioteca para o ato. E às 10h, quando tudo estava acertado, contratou com o chef Laurent o almoço. Laurent confessou simpatia por Covas e não cobrou o vinho servido.

Ronaldo disse que ficou feliz com o resultado desse trabalho: "Foi lindo ver todos saindo da casa do senador Afonso Arinos e caminhando a pé, vitoriosos, pela Rua Dona Mariana, até o restaurante".

098

F. ROL

POLÍTICA

ZERO HORA - Quarta-feira, 12.07.89 - PAGINA 1

PRN homologa Collor e Itamar

Convenção de hoje decide também a coligação com o PTR

O Partido de Reconstrução Nacional (PRN) homologa hoje, em convenção nacional, a chapa Fernando Collor de Mello - Itamar Franco como candidatos do partido a presidente e vice, respectivamente. Na mesma ocasião, os filiados do PRN vão homologar, também, a coligação com o Partido Trabalhista Renovador (PTR).

Em sintonia com o discurso de aversão à política e aos políticos, característico de Collor, a convenção do PRN não será realizada na Câmara dos Deputados, como as demais. Será feita na sede do Movimento Popular Collor de Mello, em Brasília, entre 9 e 17 horas, com a participação de 125 convencionais.

O ponto alto da convenção ocorrerá às

17 horas, quando Collor e Itamar farão pronunciamentos. Conforme o presidente nacional do PRN, Daniel Tourinho, não haverá nenhuma atração artística durante a convenção, mas, assim mesmo, é esperado um grande número de populares, pois estão sendo feitas chamadas na televisão e no rádio, além de anúncios em jornais.

Criado para sustentar a candidatura Collor, o PRN surgiu na vida política nacional em dezembro do ano passado, como um sucessor do Partido da Juventude (PJ), que existe desde 1965. Conforme Tourinho, há um grande entrosamento entre o PRN e Collor, sendo descabida a informação de que o candidato pretende formar um novo partido, caso eleito. (Brasília/ZH)

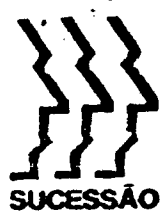
01.01

8907139

098

POLÍTICA

3 EPO HORA 15-7-89



PSD homologa seu vice e PL decide coligação

Mas a decisão do PL de unir forças com PDC ainda depende do TSE

Meio já estando com seus candidatos à sucessão presidencial definidos, o PL e o PSD fazem novas convenções hoje. A do PSD, que ocorre uma semana após a escolha do pecuarista Ronaldo Calado como candidato à Presidência da República, tem por objetivo homologar o nome do ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, como vice. Já a do PL visa a homologar a coligação com o PDC.

A definição de Calazans como vice de Calado, anunciada ontem, causou surpresa porque, até uma semana atrás, ele estava filiado ao PSDB e era cotado para ocupar o mesmo cargo na chapa do senador Mário Covas.

Conforme a assessoria de Calado, entretanto, Calazans já está filiado ao PSD desde o início desta semana, o que é surpreendente, porque quinta-feira ele disse que votaria nos candidatos do PSDB, ao vice de Covas, Roberto Magalhães.

Camilo Calazans é muito popular entre os funcionários do Banco do Brasil, de onde é funcionário de carreira; e vem de um pequeno estado, Sergipe.



Calazans: surpresa no PSD

A convenção do PSD, como a que homologou Calado, será na cobertura do Hotel Aracoara, sede do comitê do candidato, entre 9 e 17 horas, reunindo apenas 28 convencionais. Ronaldo Calado espe-

ra que sua candidatura cresça com a adesão de Calazans.

Controvérsia

Embora os 18 convencionais do PL estejam reunidos, a partir das 10 horas, para homologar a coligação com o PDC, em torno da chapa Afif Domingos-Aluizio Pimenta, essa aliança não é tão certa assim. Com a coligação, Afif terá direito a 10 minutos diários de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Concorrendo isolado, terá apenas cinco minutos.

A coligação entre os dois partidos, entretanto, terá que ser decidida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Isso porque a legislação exige maioria absoluta dos votos dos convencionais para aprovar qualquer coligação.

No momento em que foram colocadas em votação as propostas de candidatura própria ou coligação, a segunda obteve maioria absoluta. Mas quando os convencionais votaram coligação com o PL ou com o PRN, nenhuma das duas propostas obteve maioria absoluta. (Brasília/ZH)

098

Insatisfeitos já articulam o PS do B

Insatisfeitos com os rumos tomados pelo PSB e pelo PSDB, socialistas históricos e novos militantes socialistas de diversos estados brasileiros estão deixando essas duas legendas e articulando nacionalmente a formação do Partido Socialista do Brasil, o PS do B. Um dos principais articuladores do novo partido é socialista históricobaiano Newton Macedo Campos, 68 anos, que militava ultimamente no PSDB e que resolveu abandonar a legenda, revoltado com a indicação do ex-governador Roberto Magalhães para vice do senador Mário Covas:

— O partido violentou toda a sua militância com essa indicação, seja pela história de Magalhães, um ex-arenista e servil da ditadura, seja pelo método cupulista como foi feita a indicação, com o convite partido da direção do PSDB em nome de um grupelho, sem qualquer consulta à convenção partidária — desabafa Macedo Campos, considerando ainda a atitude do seu antigo partido como “de um evidente oportunismo eleitoral que fará a legenda guinar para a direita”.

Campos informou que há três dias iniciou os contatos com lideranças socialistas do Rio de Janeiro, Pernambuco, Sergipe e Brasília, tendo encontrado todas elas “com o mesmo justificado sentimento de revolta e a mesma disposição para renúnciar a luta pelo socialismo num partido sério, que não seja nem convento nem prostíbulo”.

Providências

Entre as lideranças contatadas, Campos citou o advogado José Rosa, fundador e primeiro presidente do PSB em Sergipe; Luiz Dario da Silva, autor do livro *Socialismo Pragmático* e líder socialista em Pernambuco; e o jurista Hélio França, ex-candidato a senador pelo PSB na Bahia, que já iniciou as providências para a criação formal do novo partido. O PS do B, segundo ele, terá sua sede nacional provisoriamente instalada na Bahia, numa homenagem ao maior de todos os socialistas brasileiros, o baiano João Mangabeira.

Enquanto tomam providências para criar seu novo partido, os socialistas históricos já decidiram que, no primeiro turno da eleição presidencial, votarão no candidato do PCB, Roberto Freire. Quanto ao segundo turno, Mário Covas só terá os votos dos fundadores do PS do B se disputar com Fernando Collor ou com Paulo Maluf. “Se ele for para o segundo turno com Ulysses, votaremos em Ulysses, que tem uma chapa melhor, e, pelo menos, não enganou a ninguém como a cúpula do PSDB fez com os militantes do partido”, adianta Macedo Campos, que é ex-deputado e ex-vereador. (AJB)

098

Indústria da URSS terá informática brasileira

FOTOCOPIADO

PORTO ALEGRE — A URSS está interessada em investir em tecnologia de ponta para suas máquinas operatrizes e reexportá-las para o Brasil. A Altus Sistemas de Informática será a primeira empresa brasileira a fornecer os Comandos Numéricos Programáveis (CNC) para as indústrias soviéticas de máquinas pesadas, que começam agora a embutir componentes eletrônicos e modernizar seu parque industrial.

Após contatos feitos no início deste ano entre o diretor da Altus Ricardo Felizzola e os fabricantes de máquinas operatrizes de Moscou e Leningrado, através da estatal soviética Stankomport — que inclui viagens dos empresários ao Brasil e à União Soviética — ficou definido que a Altus embarca nas próximas semanas o primeiro Controle Numérico Programado (CNC) para a empresa Svardlov (fabricante de mandrilhadoras e fresadoras de grande

porte). Ficou acertado também que a Altus vai desenvolver junto com empresas soviéticas programas (software) conjuntos para os centros de usinagem.

“Os CNCs deles não são confiáveis para serem embutidos em máquinas operatrizes que são exportadas para fora do bloco soviético. São grandes, têm muitas placas e são de uma geração anterior aos nossos”, explicou Ricardo Felizzola. A primeira etapa das negociações entre a Altus e a URSS será a integração dos CNCs da empresa gaúcha às máquinas comercializadas no Brasil. Numa segunda etapa, haverá a exportação direta para as indústrias soviéticas e o desenvolvimento de programas conjuntos. O que, mais atrasou as negociações entre os soviéticos e a Altus foi a demora na tradução dos 1.500 laudas de documentos e manuais dos comandos eletrônicos do português para o inglês e depois para o russo.

5/1/83
JB

Lula tenta recuperação nas fábricas do ABC

São Bernardo, SP — Rogério Assis/Argulier



Lula discursou na Volkswagen e concentrou fogo em Collor, que lidera as pesquisas no ABC

SÃO PAULO — Ao discursar, às 5h da madrugada, para cerca de 4 mil trabalhadores reunidos na porta da fábrica da Volkswagen em São Bernardo do Campo, o candidato do PT à Presidência da República, deputado Lula Inácio Lula da Silva, escolheu como alvo o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que, segundo as pesquisas, ameaça desbancá-lo na região do ABC paulista, maior base eleitoral dos petistas. "Não adianta o Collor fingir que nunca participou da política, porque em 1979, enquanto os operários apanhavam da polícia, ele recebia de presente dos militares a prefeitura de Macaé", disparou Lula. Em seguida, desafiou seus adversários na disputa pelo Palácio do Planalto a fazerem, como ele, campanha nas fábricas. "Os outros candidatos só querem aparecer na TV", criticou.

Disposto a voltar a crescer nas pesquisas de opinião pública, nas quais aparece com uma média de 7% das intenções de voto, o candidato do PT enfrentou ontem o primeiro teste de sua nova estratégia — o corpo-a-corpo com o eleitorado em áreas de grande concentração popular. Além de visitar a Volkswagen, Lula discursou para cerca de 1.000 trabalhadores na porta da Scania, percorreu a pé o centro comercial de São Bernardo e, ao lado de prefeitos petistas da região, participou de um protesto contra a poluição da represa Billings, que fornece a água consumida pelos municípios da região metropolitana de São Paulo.

Ondar fatos — "Precisamos criar fatos políticos e ocupar todos os espaços possíveis", pregou o candidato do PT. "Estou convencido de que temos tudo para reverter o atual quadro da campanha", afirmou do alto do carro de som para os operários da Volkswagen. Na porta da Scania, Lula criticou o governo do presidente José Sarney e o grande número de convidados que ele levou a França para as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa.

"Enquanto a gente trabalha como uns desgraçados, o Sarney joga um avião com amigos só para passear em Paris", atacou. Na duas fábricas, Lula saiu aplaudido pelos trabalhadores.

Depois de andar 12 quilômetros de barro sobre as águas poluídas da represa Billings, Lula encheu os olhos de lágrimas e foi para a Rua Marechal

Deodoro, uma das mais movimentadas de São Bernardo. Seguido por um cortejo de militantes petistas, cumprimentou eleitores, abraçou amigos, deu autógrafos e pedalou alguns metros de calçada numa bicicleta emprestada por um adolescente. Hoje, o candidato do PT dá prosseguimento ao roteiro do ABC, percorrendo fábricas em Santo André. Depois, faz comício no centro da cidade.

01:01

8907150

4500

Mesmo com quatro pontos a menos, o candidato do PRN mantém vantagem sobre Brizola, que subiu dois pontos. A pesquisa do Ibope também mostra que Collor tem a preferência dos eleitores jovens e seria o mais votado no segundo turno

Política

SUCSSÃO

Collor cai, mas ainda lidera com muita folga

Apesar de ter caído quatro pontos percentuais em relação à última pesquisa realizada pelo Ibope, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, ainda mantém a liderança nas preferências de intenção de voto em nível nacional. O Ibope entrevistou 3.788 eleitores em 265 cidades do País, incluindo todas as capitais exceto Macapá e Boa Vista.

A pesquisa foi realizada entre os dias 29 de junho e cinco de julho

apontando Collor de Mello na frente em todas as regiões do País com um pequeno equilíbrio na Região Sul. O candidato do PDT Leonel Brizola cresceu dois pontos percentuais em relação à pesquisa anterior.

Na totalização nacional, Collor de Mello está em primeiro lugar com 39%, seguido do ex-governador Leonel Brizola (PDT) com 13%, Lula da Silva (Frente Brasil

Popular) com 7%, com um empate triplo na quarta colocação entre Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Paulo Maluf (PDS) com 5%.

Mais atrás estão os candidatos do PL, Guilherme Afif Domingos, e do PFL, Aureliano Chaves, com 2% e, na última colocação, também empatados, Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD) com apenas 1% das intenções de voto.











Índices maiores no 2º turno

Na parte da pesquisa que projeta as intenções de voto no segundo turno das eleições, a diferença de Collor de Mello se amplia ainda mais em relação aos seus dois mais próximos adversários. Questionados sobre em quem votariam, no segundo turno, se os candidatos fossem Collor e Brizola, 88% dos entrevistados indicaram o ex-governador alagoano, ficando apenas 20% para o ex-governador gaúcho e cartoesa. Haveria 6% de votos brancos e nulos e os indecisos chegam a 16%.

Já na hipótese da disputa restringir-se ao ex-governador alagoano e Lula, 66% dos pesquisados indicaram sua preferência por Collor de Mello, restando só 20% para o deputado do PT. Os indecisos chegariam a 17% e os votos brancos e nulos atingiriam 7%.

Preferência jovem surpreende

Um dos resultados mais expressivos que o candidato do PRN obteve foi junto aos eleitores entre 16 e 17 anos. Até bem pouco tempo considerada como uma das forças com que poderia contar a chapa do PT, a juventude consultada pelo Ibope consagra Collor de Mello, dando-lhe 44% das preferências, enquanto Leonel Brizola fica com 9% e os candidatos Ulysses Guimarães (PMDB), Lula (PT) e Maluf empatam com 7%.

	39%	FERNANDO COLLOR PRN
	13%	LEONEL BRIZOLA PDT
	7%	LULA PT
	5%	MÁRIO COVAS PSDB
	5%	ULYSSES GUIMARAES PMDB
	5%	PAULO MALUF PDS
	2%	AURELIANO CHAVES PFL
	2%	AFIF DOMINGOS PL
	1%	ROBERTO FREIRE PCB
	1%	RONALDO CAIADO PSD

01.02

8907151

Na Região Sul, vantagem diminui para apenas 4%

A vantagem de Collor de Mello também é grande em relação aos outros candidatos na pesquisa abrangendo as todas as regiões do País, a exceção da Região Sul, onde a distância do primeiro para o segundo colocado é pequena. Nesta região, Collor está em primeiro com 33%, seguido de Brizola com 29%. Bem mais atrás estão Maluf, Covas e Lula, com 4%, seguidos de Ulysses Guimarães em quarto com 3%, Ronaldo Calado, Aureliano Chaves e Afif Domingos com 1% e Freire, em último, com menos de 1%. Os votos brancos são 4% e o percentual de indecisos está em 18%.

Na Região Centro-Oeste e Norte, Collor lidera com 49%, Lula vem a seguir com 7%, Ulysses segue-se com 6%, Brizola com 5%, Maluf (4%), Covas (3%), Aureliano (2%), Freire, Calado e Afif Domingos estão empatados com 1%. Votos brancos 4% e indecisos 16%.

Na Região Sudeste, Collor lidera com 37%, seguido de Brizola com 18%, vindo logo depois, em terceiro, o candidato do PT, Lula, com 9 pontos percentuais. Covas e Maluf estão empatados com 7%, Ulysses e Aureliano com 3%. Em quinto lugar está Afif Domingos, com 2%, vindo a seguir Roberto Freire e Ronaldo Calado com 1%. Os votos brancos são 4% e os indecisos são 18%. Na região Nordeste, Collor se manteve com 42% seguido de Ulysses Guimarães do PMDB que tem na região seu melhor desempenho em nível nacional. Leonel Brizola vem logo atrás com 6% das intenções de voto. Lula (PT) fica na quarta colocação, perseguido de perto por Paulo Maluf (PDS). Aureliano Chaves, Mário Covas e Roberto Freire contabilizam 2%. Afif Domingos (PL) tem 1% e Ronaldo Calado não teve votos.

Assessoria do PRN já previa a queda

A coordenação da campanha do candidato Fernando Collor (PRN) já esperava uma pequena queda nos índices percentuais de seu candidato nas pesquisas, atribuindo-a a ausência de 20 dias do candidato do País. Na análise dos resultados da pesquisa, a equipe de Collor concluiu que o avanço de dois pontos do segundo colocado, Leonel Brizola (PDT), não é significativo, já que seu candidato ainda guarda dele uma distância de 36 pontos.

O acréscimo de dois pontos ao percentual do candidato do PSDB, Mário Covas, também já era esperado pela assessoria de Collor, que tem se dedicado nos últimos dias a avaliações sobre a mudança

de rota da candidatura lucana após o discurso de Covas no Senado. Eles atribuem este crescimento a uma ampla articulação, envolvendo setores do Governo e uma opção do candidato por um discurso mais ao centro.

Segundo o empresário Paulo Otávio, os outros candidatos aproveitaram a ausência de Collor do País para trabalhar seu eleitorado e atacá-lo. Além disso, afirmou que, em qualquer gráfico, há sempre um ponto estacionário numa curva que cresce.

Sem debate

Collor já definiu também que não vai participar dos debates na televisão já

programados com a presença de todos os candidatos à Presidência. Ontem à noite, durante um jantar em Diamantina (MG), ele disse que quer participar de debates com um número mínimo de candidatos, de preferência entre ele e apenas um outro concorrente, para que cada um tenha tempo suficiente para expor suas propostas.

Collor teme, segundo ele próprio admitiu, que num debate com mais de dois candidatos — conforme os que estão sendo programados para este mês — todos se unam para atacá-lo. Nesse caso, dispondo de um tempo muito limitado para defender-se, o candidato seria prejudicado. (AG)

O que dizem os outros candidatos

O candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, disse ontem não estar surpreso com a queda de Fernando Collor de Mello nas pesquisas de intenção de voto. Segundo ele, a candidatura de Collor já estava dando sinais evidentes de exaustão e deve cair ainda mais daqui para frente.

Já candidato do PL, deputado Afif Domingos, não ficou surpreso com o crescimento do seu nome na preferência do eleitorado, apontada pela pesquisa do Ibope. Ele achou normal que subisse apenas um ponto pois, na sua visão, passar de um para dois pontos representa um crescimento de 100%.

Freire e Maluf

O candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, garantiu ontem que sua candidatura está crescendo, ao comentar os resultados da última pesquisa do Ibope, na qual manteve o índice de 1% de intenção de voto.

Gratificado, foi assim que o candidato do PSDB, Paulo Maluf, definiu-se ontem, em São Paulo, ao tomar conhecimento dos resultados da pesquisa, atribuindo o ponto a mais na pesquisa aos trabalhos desenvolvidos nos últimos 20 dias, em que ativou suas aparições nas emissoras de rádio e teve de todo o País.

Carmargo e Afif

O candidato do PRB, senador Aureliano Chaves, afirmou que não será surpresa se o seu nome demorar a crescer pois, nesta primeira etapa, vai dedicar-se mais ao interior. Em tom de brincadeira, ele salientou: — Não é bom crescer muito depressa. As pessoas começam a bater muito na gente.

Derrame mata o presidente do Vox Populi

Morreu na manhã de ontem, em Belo Horizonte, de derrame cerebral, o presidente da Vox Populi, quarta maior empresa de pesquisa de opinião pública do País, Rachid José Xavier. Com apenas 38 anos, mestre em economia e sociologia, Rachid Xavier se sentiu mal no último dia sete, após responder a uma pergunta em entrevista na qual divulgava os resultados da última pesquisa eleitoral da empresa.

Rachid se sentiu mal imediatamente após ser questionado sobre o fato de Fernando Collor ser cliente da Vox Populi e isto influir o resultado das pesquisas, na noite de quinta-feira, quando foi divulgada e questionada pelo PT a última pesquisa de opinião da Vox Populi, e foi levado com urgência para o Hospital São Lucas. (AE)

098

POLÍTICA

F. Per (P. Per) Belo Horizonte 3-4-89

A SUCESSÃO

Senador defende uma candidatura PFL-PMDB

Édison Lobão, do PFL, não quer "entregar o Brasil à esquerda"

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem, em Brasília, que a união de seu partido com o PMDB em torno de uma única candidatura é "a solução ideal para a vocação democrática do País". O parlamentar disse que o editorial de ontem de O Globo, que convoca os dois partidos à busca de um candidato de consenso "é uma advertência séria e grave a todos os brasileiros, notadamente aos de espírito democrático".

— Não podemos entregar o Brasil ao

desvario esquerdista que está sendo abolido no mundo moderno — disse Lobão.

Segundo o senador, o ex-ministro Américo de Oliveira, do PFL, é a figura desse consenso, embora admita outros nomes, como os do ministro Iria Resende e do deputado Ulysses Guimarães, ambos do PMDB; do senador Jarbas Passarinho, do PSD, e do ex-pretito de São Paulo, João Quadros. Lobão está convencido

de que o centro está cometendo "o pecado da omissão".

— A História registra vários episódios deploráveis de assalto ao poder pelas minorias, em razão, precisamente, da omissão e do acovardamento das majorias. A votação da nova Constituição já foi assim — salientou.

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), também elogiou o editorial de O Globo, considerando-o "muito oportuno". (AG)



098

Frente Brasil homologa Bisol para vice de Lula

Convenções do PT e do PSB apoiaram o senador gaúcho

O senador José Paulo Bisol foi homologado neste final de semana em duas convenções, sábado em São Paulo (PT) e ontem em Brasília (PSB), como candidato a vice-presidente na chapa da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo petista Luís Inácio Lula da Silva.

Bisol (PSB) pediu o apoio do ecologista Fernando Gabeira e do Partido Verde (PV) para manter unida a Frente Brasil Popular e ainda manifestou a esperança de ter a seu lado na campanha petista vários parlamentares "tucanos" descontentes, entre eles Cristina Tavares, de Pernambuco.

Lula, Bisol e todos os líderes da Frente elogiaram Gabeira durante reunião do Diretório Nacional do PT, realizada no Hotel Nobilis, e procuraram desfazer o mal estar criado a partir de declarações do presidente da CUT, Jair Meneguelli, de que a candidatura do ecologista não seria viável pelo fato dele defender o homossexualismo e a descriminalização da maconha, entre outros temas polêmicos, além de identificar-se com grupos minoritários.

Os petistas rejeitaram a hipótese de um "racha" no interior do partido com a indicação de Bisol e mesmo os representantes de grupos descontentes que defendiam o nome de Gabeira, como os liderados pelo deputado Federal José Genuíno Neto e o secretário de saúde do município de São Paulo, Eduardo Jorge, afirmaram que, a partir de agora, irão se engajar na campanha e esquecer eventuais divergências.

PSB

Em pequena convenção realizada ontem de manhã em Brasília, o PSB referendou o nome do deputado José Paulo Bisol, recém filiado ao partido, como candidato a vice-presidente da República na chapa de Luís Inácio Lula da Silva, do PT. O PT, o PSB, o PV e o PC do B formam a Frente Brasil Popular, capitaneada pelo PT de Lula.

Bisol surge como alternativa mais viável para manter a costura da Frente Brasil do que Fernando Gabeira, do PV, escolhido como vice na convenção do PT, há três semanas. A escolha de Gabeira desagradou ao PSB e ao PC do B, que ameaçaram retirar-se da coligação. A adesão de Bisol (ex-PSDB) à candidatura Lula deu ao PT uma nova solução. O partido está mais preocupado em manter a coligação do que em escolher o vice dos seus sonhos para Lula.

Descartado o nome de Gabeira, sugerido o de Bisol, o PSB resolveu na sexta-feira realizar, às pressas, uma convenção para referendar o nome do deputado. A escolha de Bisol poderá provocar uma reação do PV. O partido de Gabeira pensa em lançar um candidato próprio à Presidência da República, apenas para poder usar seus trinta segundos de televisão para apresentar ao eleitorado suas idéias. Na verdade, o PV continuaria apoiando Lula. (AG)

Oratória é o forte do candidato

Ao falar sábado, em São Paulo, pela primeira vez a uma platéia petista, o senador José Paulo Bisol surpreendeu os militantes do partido com o seu dom de oratória. Bisol, que é poeta, escritor, jornalista, juiz de direito e desembargador, fez um inflamado discurso no qual pedia o apoio de Fernando Gabeira entremeados de citações de Shakespeare e latim, até passagens da história da civilização romana. O uso da metáfora, a eloquência e a emoção, evidenciada nos gestos e na voz (suave em alguns momentos e extremamente apaixonada em outros) arrancou aplau-

sos, mas também provocou risos da exigente platéia. Esse discurso, certamente não seria entendido numa porta de fábrica, local preferido para os comícios petistas.

O próprio candidato do PT à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, não escondeu uma certa ironia ao ouvir o seu companheiro de chapa. Lula, um operário um tanto avesso ao academicismo, explicaria depois que, caso quisesse alguém exatamente como ele para vice, "eu traria então o Jair Meneguelli".

O prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, que

já conhece há tempos o gaúcho Bisol e admira a sua oratória, disse que, hoje, o senador ainda não esteve no melhor de sua performance. Segundo Dutra, "ele pode se sair muito melhor do que isso". (AE)

F. L. 10/12/89 - 24

098

PV apoiará PT. Sob condições

ZERO HORA

Uma declaração do Partido dos Trabalhadores contra todo tipo de preconceitos e pela defesa da igualdade de direitos foi uma das condições impostas pelo jornalista e escritor Fernando Gabeira para que o PV participe da campanha do candidato petista Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República.

As imposições do PV foram colocadas oficialmente ao candidato petista durante reunião de Gabeira com Lula, na noite de ontem. Os verdes querem ainda que o PT reafirme sua posição em defesa da ecologia e que ceda ao PV os 30 segundos a que o partido teria direito no horário eleitoral gratuito caso lance candidatura própria:

— Nós queremos usar esse tempo, a que teríamos direito legalmente, sem censura — comentou Gabeira antes da reunião. A intenção do PV é elaborar seu próprio programa, dentro desse curto espaço, de forma independente. Para que não haja problema de unidade, estão dispostos a conversar com a equipe da TVT, responsável pelo programa do PT.

O jornalista explicou que o PV rompeu com o PSB e PC do B, deixando portanto de integrar a Frente Brasil Popular. Estão dispostos a apoiar a candidatura de Lula através da Frente Arco-Íris, que seria composta pelo PT e PV. (AG)

12-7-89

Fpa

098

Brasil 10/7/89

Collor e Ulysses explicam por que preferem não enfrentar adversários

Um filme na TV ou um bom sono são motivo mais forte

BRASILIA — O candidato do PRN, Fernando Collor, preferiu ontem à noite trocar a companhia de Leonel Brizola, Lula, Mário Covas e Maluf por uma "admiradora secreta". Deixado a sequestrar assistir pela televisão o encontro dos candidatos à Presidência na TV-Bandeirantes, segundo seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto, Collor estava em dúvida se iria dormir, se assistiria na TV-S o programa *Veja o garido* ou então, na TV-Globo, o filme *Admiradora secreta*. "Parece que esse filme é ótimo", disse Cláudio Humberto.

O assessor explicou, entretanto, que "se Collor estivesse numa situação como a se de seus

adversários, é lógico que iria ao programa". Segundo Cláudio Humberto, a TV-Bandeirantes não estava fazendo um debate "mas um jogo de cartas marcadas" para todos atacarem Fernando Collor. "Como cidadão ele não é obrigado a aceitar convites", justificou o assessor.

Cláudio Humberto disse ainda que "nada acrescentaria à campanha" a participação de Collor no programa de ontem à noite. Além disso, considerou "muito estranho que todos os adversários tenham achado que ele deveria participar. Isso é sintomático e mostra que ele está certo em não ir". O porta-voz Cláudio Humberto afirmou que Collor não pretendia nem assistir a performance de seus adversários. "Ele considera isso uma coisa menor. É possível que ele esteja em casa dormindo", acrescentou.

Conselho não faltou, mas evangélico teve prioridade na agenda

SÃO PAULO — Com a fisionomia cansada, o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, chegou às 21h05 ao templo da Assembleia de Deus, no Brás (bairro quase diametralmente oposto ao Morumbi, onde está localizada a sede da Rede Bandeirantes), onde cerca de 600 ministros religiosos estavam reunidos. Os pastores evangélicos, no entanto, não esperavam só pelo candidato. Mensalmente eles se reúnem para discutir assuntos administrativos da congregação e ontem era o dia de uma destas reuniões. Mas este encontro foi o motivo declarado por Ulysses para não comparecer ao primeiro

debate entre candidatos à sucessão presidencial. Ele argumentou que o encontro com os evangélicos já estava marcado há dois meses.

Apesar de conselhos como o do governador de Goiás, Henrique Santillo, em telefonema ontem pela manhã, para que participasse do debate, aos mais próximos, entretanto, o doutor Ulysses já manifestou mais de uma vez que não está disposto a ser "escravo" dos debates, alterando sua agenda ao sabor dos chamados da imprensa. "Eu não quero discriminar os meios de comunicação", disse Ulysses a um grupo de assessores, recentemente, explicando seus motivos. E que, pela ótica do candidato, caso aceitasse o convite da Rede Bandeirantes, teria de aceitar o da Rede Manchete, que na quinta-

feira também promove um debate, os de outros redes mais adiantadas, os das televisões regionais e ainda os que os jornais, revistas e rádios do país venham a promover.

Oração — Ulysses esteve por pouco mais de uma hora expondo suas ideias aos ministros da Assembleia de Deus. Ao retirá-se, por volta das 22 horas, disse que não temia debates. "Se eu tivesse não seria político", comentou. Perguntado se precisava de voto ou de oração, o candidato respondeu: "Acho que preciso dos dois. Mais de oração do que de voto porque a oração, além de aumentar o voto, faz com que ele seja bem aplicado, bem administrado e bem inspirado."

Antes de subir para o salão onde falaria à plateia de religioso-

so, Ulysses ia adiantar o que falaria aos membros da Assembleia de Deus quando cometeu um lapso: "Vai depender do que eu ouvir. Não é a primeira vez que venho à Igreja adventista", disse o candidato, prontamente corrigido pelo vereador Gilberto Nascimento, que fez o contato entre o Ulysses e os evangélicos.

Na Igreja, Ulysses encontrou uma plateia *collorista*. "Meu candidato é o Collor", revelou Ottoniel Batista Ribeiro, presbítero da Igreja Evangélica. "Pelo menos 50% dos membros da Igreja vão votar no Collor", calculou Moisés Araújo, também evangélico e que já foi militante do PMDB. Ao saber desta preferência de sua plateia, Ulysses não titubeou: "É um direito. Vou fazer uma exposição das minhas ideias. Sempre tive um apoio substancial aqui".

01.01

0907159

098

Ao confirmar ontem a visita do presidente da Argentina, Carlos Menem ao Brasil em agosto, um diplomata disse que a questão das Malvinas estará em pauta, na ocasião. Isso, porque o Brasil articula um novo encontro entre Argentina e Inglaterra

fpa
ph. 11

Brasil é mediador na questão das Malvinas

Não sendo articulado, com intermediação do Governo brasileiro, um novo encontro entre os governos da Argentina e da Grã-Bretanha para discutir a questão das Ilhas Malvinas. Sem fazer qualquer ligação com o assunto Malvinas, o Itamaraty confirmou ontem a visita oficial que o presidente argentino, Carlos Menem, fará ao Brasil nos dias 22 e 23 de agosto. O tema principal da visita será a integração Brasil/Argentina, afirmou um diplomata, ressaltando que a questão das Malvinas deverá ser discutida posteriormente.

O Itamaraty, por meio de representantes das relações internacionais, também ao Governo inglês, deu uma interpretação à proposta de um novo encontro, que segundo o jornal argentino Clarín, foi apresentada pelo diplomata da Argentina, mas o Itamaraty reiterou que está participando

das negociações neste sentido.

Fontes diplomáticas acreditam que o assunto, por ser muito delicado, está sendo discutido em altíssimo nível com muito cuidado para evitar que se repita neste novo encontro, que seria em Brasília, o fracasso do primeiro, realizado entre os dois governos em Berne, em 1984.

Para o Brasil, um novo encontro entre argentinos e ingleses, para discutir a questão das Malvinas, só deveria ser realizado quando uma das partes apresentasse novas posições ou fizesse um acordo mínimo antes de sentar à mesa de negociações. Não adianta marcar um encontro se nenhuma das partes ceder em algum ponto, afirmou um diplomata do Itamaraty, lembrando que os dois países têm posições firmes de não abrir mão da soberania sobre as Malvinas.

Integração

Em sua primeira viagem ao exterior como presidente da Argentina, Carlos Menem será recebido em Brasília por todas as honras de uma visita oficial de Estado. Ele visitará o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, será recebido pelo presidente José Sarney e hospedado em uma residência oficial no Itamaraty. A agenda do presidente argentino, que também visitará o Itamaraty, será determinada de acordo com o programa de trabalho do Brasil. O Itamaraty prefere que o tema principal da visita seja a integração Brasil/Argentina, dando maior ênfase a este assunto. (AN)

PARTES POCO LEGÍBIL

PAGAMENTO DA DÍVIDA

Suspensão parcial via Pé do Rádio

Em Paris, presidente José Sarney diz ter sensibilizado grandes potências

Por IVONE CASSOL
Matéria Especial ZH/Paris

O presidente José Sarney está convencido de que conseguiu sensibilizar as grandes potências para que a renegociação da dívida externa brasileira seja feita em melhores condições. Pelo menos esta foi a esperança que manifestou ontem em Paris, antes do encontro que manteve com o presidente português Mário Soares, o que atrasou em três horas o retorno da comitiva ao Brasil. Ontem, também, em seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio", o presidente explicou porque o Brasil adiou o pagamento de alguns compromissos da dívida externa. Sem especificar os valores e os credores atingidos com a suspensão, disse apenas que a medida visa preservar as reservas cambiais do País e manter o fluxo comercial com o exterior. Disse que, ao preservar as reservas, está criando as condições para que seu sucessor possa negociar, firmemente, os problemas relativos à questão.

O endividamento dos países em desenvolvimento e o estrangulamento de seu crescimento são provocadas pelas atuais condições de

pagamento da dívida, já sensibilizou as nações desenvolvidas que reconhecem ser este o problema mundial e não apenas uma questão financeira isolada, disse na capital francesa o presidente. Segundo ele, as restrições internacionais a países como Brasil, Índia e Japão, dificultam o acesso à tecnologia. Ele acredita que o futuro não será dividido entre pequenos e grandes, mas entre os que dominam tecnologias e os que não têm condições para isso. "Se o país ficar de fora do avanço tecnológico, corremos o risco de sofrer um processo de colonização muito pior que o registrado no passado", disse.

Segundo disse em seu programa de rádio, uma nova ordem econômica precisa colocar um fim no protecionismo. As sanções e a política dos mais fortes impondo soluções aos mais fracos. Relatou seus esforços, junto ao presidente francês, François Mitterrand, para que aproveitasse a presença de 35 chefes de Estado e de Governo, em Paris, para colocar na mesma mesa países devedores e credores. Embora não tenha obtido sucesso em sua tentativa, o presidente disse que um encontro desta natureza serviria para dar um passo no sentido de acabar com o fosso existente entre países ricos e pobres.



Sarney: esperança de ter sensibilizado as nações

01.01

Transferindo a preocupação

Por ROSALVA NUNES DA ROSA
Brasília/ZH

O governo não acredita em retaliações por parte dos bancos credores em consequência dos atrasos nos pagamentos da dívida externa, mas admite a possibilidade de que isso possa acontecer. Nesta caso os bancos privados, como fizeram em 1987, não renovariam as linhas de curto prazo dos bancos brasileiros. A projeção foi feita pelo assessor especial para Assuntos da Dívida do Ministério da Fazenda, Mikal Gartenk-reutem, para quem as retaliações são o "risco" que o país tem que assumir para levar adiante a estratégia de proteção das reservas cambiais. Na opinião de Mikal, entretanto, a preocupação maior em relação à dívida deve ser dos credores, e não do Brasil. "Nós estamos com os nossos pagamentos em dia; os credores é que estão com os desembolsos atrasados", compara. A estratégia brasileira, agora, é esperar pela avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre os dados econômicos recolhidos pela missão chefiada por Thomas Raichmann, e retomar as negociações.

Segundo o assessor, não haveria sentido se o Brasil exaurisse suas reservas em uma situação na qual os credores é que estão com seus pagamentos em atraso. Mikal explicou que, em princípio, o Brasil quer dar continuidade ao acordo assinado no ano passado, restando as metas acertadas na ocasião. Se não for possível, restaria a possibilidade de um acordo stand-by, por seis meses, ou até um de 18 meses, com as linhas sendo definidas pelo próximo governo.

Lembrando que, como reconheceu o próprio Thomas Raichmann, o país enfrentou problemas aleatórios ao esforço de ajustamento, que contribuíram para a elevação do déficit público: a nova Constituição, por exemplo, aumentou as despesas da União em 3,5% do PIB. Mikal admitiu que, nos próximos meses, poderão haver novos atrasos nos pagamentos aos credores, mas não acredita na suspensão a partir de setembro. "Se isto acontecer", avalia, "os bancos terão muito mais a perder do que nós". (Brasília/ZH)

018

Para o Governo brasileiro, é inaceitável a adoção de atitudes discriminatórias à cedência, pela França, de tecnologia de satélite a países em desenvolvimento. O próprio presidente dos EUA, George Bush, teria pressionado o presidente da França, François Mitterrand

f. 106
p. 11

Itamaraty repudia pressões à política nuclear do Brasil

O Governo brasileiro não tem conhecimento ainda da intenção dos Estados Unidos de pressionar o governo francês a não transferir para o Brasil tecnologia para os lançadores de satélites, mas reitera seu repúdio a atitudes e pressões que cerceiam a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, informou hoje o porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira. Para o Governo brasileiro é inaceitável que sejam adotadas atitudes discriminatórias, porque alta tecnologia é instrumento capital para assegurar o desenvolvimento brasileiro, acrescentou o porta-voz.

O ministro interino das Relações Exteriores, Sebastião do Rego Barros, não fez qualquer comentário sobre o assunto,

alegando desconhecê-lo oficialmente. Mas no Itamaraty havia informações de que as pressões norte-americanas teriam sido manifestadas pelo próprio presidente George Bush ao presidente francês, François Mitterrand, neste fim de semana em Paris.

No final do mês será realizada a concorrência para aquisição dos dois novos satélites brasileiros, o Brasilsat III e Brasilsat IV. Estão participando da concorrência as empresas americana Hughes e o consórcio Spar/Matra, uma associação franco-canadense. Como o consórcio Spar/Matra tem um preço US\$ 60 milhões mais caro, americanos acreditam que estaria embutido neste valor transferência da alta tecnologia para o Brasil, o que eles querem evitar, alegan-

do que o Governo brasileiro poderia repassar essa tecnologia para países como a Líbia.

CNEN

O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Rex Nazaré, disse ontem que vai aguardar o pronunciamento oficial do Governo alemão para responder às acusações de que o Brasil estaria fabricando armas nucleares. A denúncia - lembrou ele - partiu de um grupo de deputados do Partido Verde e do Social Democrata, que afirmam que o governo de Bonn estaria ajudando o Brasil na fabricação de artefatos atômicos. (AE/AG)

01.01

8907162

revela a políticos medidas do governo

São Paulo — Paulo Moragas

BRASÍLIA — O presidente José Sarney fez uma breve exposição das intenções do governo aos líderes de quatro partidos relacionados ao novo plano econômico e administrativo que vai anunciar hoje à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão. Sarney reuniu ontem à noite os líderes do PMDB, PFL, PTB e PDS. O presidente em nenhum momento pediu o apoio dos partidos para as mudanças que promoverá no ministério e na economia.

No início da reunião, Sarney convidou o senador Jarbas Passarinho (PDS) para sentar à sua direita e o deputado Gastone Righi (PTB) para a sua esquerda. Iniciou a exposição dizendo: "Mais uma vez a história me obriga a tomar medidas decisivas e eu tenho que fazer isso". O encontro, interrompido por longo período para fotografias, não proporcionou aos parlamentares qualquer informação mais detalhada sobre as medidas que o presidente anunciará logo mais. Todas as mudanças do governo serão feitas na forma de medidas provisórias, conforme a nova Constituição, devendo portanto ser aprovadas pelo Congresso num prazo de 30 dias. Todas essas alterações, segundo o presidente, estarão publicadas no Diário Oficial na segunda-feira.

Hoje o dia será intenso para o presidente Sarney. Começará às 9h com uma reunião no Palácio do Alvorada com os empresários. Às 11, será a vez dos trabalhadores, e à tarde o presidente volta ao Palácio do Planalto para gravar o pronunciamento à nação. Sarney se reunirá então com os ministros da Fazenda, Malheiros da Móbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, com o consultor geral da República, Saulo Ramos, e com o publicitário Said Farhat para tratar do aspecto jurídico das medidas.

Separadamente, o presidente recebeu o ministro da Administração, Aluizio Alves, para discutir a parte legal da demissão de funcionários públicos contratados nos últimos cinco anos. Em seguida, Saulo Ramos encontrou-se também separadamente com o presidente.

Pacto — Segundo o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Santos, o pronunciamento do presidente será gravado na tarde de hoje para permitir eventuais mudanças que possam surgir das reuniões com empresários e trabalhadores. Todas as medidas do pacote econômico, garantido o porta-voz, serão submetidas à reunião do pleno do Conselho, na quarta-feira.

Sarney adiou o anúncio da reforma administrativa de ontem de manhã para hoje porque só ontem de madrugada conseguiu localizar algumas pessoas que pensa em colocar em seu Ministério, entre eles o do presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Corrêa, convidado para assumir o Ministério da Justiça. O ministro estava em São Paulo.

Ministros voltam aos apartamentos

BRASÍLIA — Os ministros que deixaram seus cargos com a reforma administrativa começaram ontem a preparar suas mudanças. O ministro da Ciência e Tecnologia, Ralph BIASI, voltará a morar num apartamento funcional, pois reassumirá seu lugar na Câmara dos Deputados. Na residência oficial, ele tem poucos objetos, a maioria de uso pessoal, o que facilitará à governanta Márcia a organização da mudança.

Biasi ainda não havia esvaziado as gavetas do gabinete, onde nunca deixou um papel em cima da mesa. Segundo um assessor, ele não anda bem humorado e está muito preocupado em deixar tudo em ordem. Na sexta-feira, confidenciou o assessor, ele assinou pilhas e pilhas de documentos.



Oscar Dias Correa (E) disse que o país está precisando de uma reforma moral e política

Despreocupação — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse que o cargo sempre esteve à disposição do presidente da República, e não se mostrou preocupado com seu futuro imediato. Com poucos móveis em Brasília — deixou montada sua casa em Porto Alegre — ele deverá alugar um apartamento até ser nomeado ministro no Supremo Tribunal Federal, quando terá direito a residência funcional.

O ministro da Saúde, Borges da Silveira, passou o fim-de-semana em Ipêma, no Rio de Janeiro, com a família. Ele não está preocupado com as alterações no primeiro escalão do governo porque, segundo um assessor, acredita que o processo de fusão do seu ministério será demorado e não sairá antes do fim de março ou abril.

Borges da Silveira, que depois residirá em um apartamento que possui em Brasília, não voltará ao ministério nesta segunda-feira. Até quinta-feira, data marcada para os novos ministros assumirem, o Ministério da Saúde será chefiado pelo secretário-geral Francisco Xavier. Borges da Silveira retorna à Câmara dos Deputados.

O ministro da Irrigação, Vicente Filho, preferiu evitar as complicações políticas do fim-de-semana. Foi descansar em um sítio, perto de Brasília. Em sua residência, os seguranças não notaram nada de diferente. O secretário-geral do ministro viajou com a família para sua fazenda no interior de Goiás, onde permanecerá durante o fim-de-semana.

Situação curiosa é a do ministro da Agricultura, Íris Rezende. Depois de ter colocado o cargo à disposição, na última segunda-feira, ouviu de Sarney um pedido para ficar. Com a fusão dos Ministérios da Irrigação e do Desenvolvimento e Reforma Agrária ao da Agricultura, Íris pensa agora em obter mais verbas para aumentar o salário dos servidores.

8907167

01.02

SÃO PAULO — O presidente do Tribunal Superior Eleitoral e ministro do Supremo Tribunal Federal, Oscar Dias Correa, exibiu ontem uma discreta satisfação pelo fato de ter aceitado o convite do presidente José Sarney para ocupar o cargo de ministro da Justiça, em substituição a Paulo Brossard. "De tanto os jornais falarem no meu nome eu já tinha uma certa expectativa de ser convidado", disse ontem no meio da tarde no saguão do Hotel Maksoud Plaza, onde ele se hospedou na sexta-feira com a mulher, Diva Correa.

O novo ministro negou que tivesse recusado anteriormente um convite formulado pelo filho do presidente da República, Fernando Sarney. "Só conversei sobre este assunto com o presidente",

desmentiu Correa. "Ele era a única pessoa com quem eu poderia tratar de minha ida para o ministério".

Oscar Correa recebeu o convite às 9 horas de ontem através de um telefonema do próprio presidente Sarney. Depois de conversarem por alguns minutos, já escolhido novo ministro da Justiça, Correa já estava para o seu antecessor, Paulo Brossard, que o felicitou pelo novo cargo. "Terei uma difícil missão pela frente", disse ele. "O país precisa de uma reforma moral e política", defendeu.

Vestido com um bem cortado terno azul marinho, o novo ministro da Justiça, de 67 anos, um ex-deputado federal pela extinta UDN, não quis se pronunciar sobre seus planos para o ministério e nem sobre o pacote contra a inflação prepara-

do pelo governo. "A situação do país é grave e as medidas a serem tomadas pelo presidente deverão ser severas", afirmou. "Mas não devo opinar sobre uma área que não é a minha".

O ministro Oscar Correa e a mulher vieram a São Paulo na sexta-feira para assistirem ao casamento de Tereza Santos Jansen, filha do ex-deputado Jansen Filho. Na tarde de ontem ele recebeu a visita de alguns amigos que foram ao Maksoud Plaza para cumprimentá-lo. O novo ministro da Justiça passará o domingo no Rio de Janeiro, onde tem um apartamento. "Preciso arrumar os meus trastes", brincou. Na segunda-feira, estará de volta a Brasília, quando espera se encontrar com o presidente José Sarney e começar a trabalhar.

São Paulo — Zeca Feltosa



Amato: honrado e assustado

Amato ainda não respondeu a Sarney

SÃO PAULO — Convidado pelo presidente José Sarney para o novo Ministério da Saúde, o médico paulista Vicente Amato Neto disse que se sentiu "muito honrado" com o convite, mas até o fim da tarde de ontem não tinha dado uma resposta. "Estou desenvolvendo uma série de programas universitários, científicos e assistenciais, que me agradam muito aqui em São Paulo", disse Amato. "Preciso de calma para pensar, quero pelo menos dois dias".

Desde que recebeu o convite por telefone, ontem de manhã, "de uma pessoa credenciada pelo presidente", Amato começou a cogitar a possibilidade de chefiar a pasta que reunirá os ministérios da Saúde e da Previdência Social. "O convite foi inesperado", comentou Amato. "Fiquei assustado e ao mesmo tempo honrado, porque qualquer pessoa que lute na saúde pública almeja um cargo desse porte".

AIDS e futebol — Amato negou

que esteja indeciso por causa das dificuldades econômicas e políticas do governo. "Não estou ligado a nenhuma facção política; outras questões, que não as de ordem pessoal, não têm a menor importância". Há dois anos superintendente do Hospital das Clínicas, Amato é professor titular da Clínica de Moléstias Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, onde se formou. Também é coordenador de aprimoramento médico, colaborador da Secretaria da Saúde, e diretor do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo.

Uma de suas grandes preocupações, atualmente, é o combate à AIDS. Foi um dos primeiros a alertar para o crescimento vertiginoso da doença no país. Vicente Amato — que é primo distante do presidente da Fiesp, Mário Amato — também se destaca nas partidas de futebol, que disputa com a disposição de um jovem no clube dos alunos da Faculdade de Medicina da USP.

Previdência pode se desorganizar

A Previdência Social corre o risco de perder toda a sua operacionalidade interna com o desmembramento de suas funções previsto na reforma administrativa montada pelo Executivo. Técnicos antigos do Ministério alertam para o perigo de uma total desorganização dos serviços prestados pela pasta, que atinge 13 milhões de beneficiários, em consequência da perda de agilidade com a transferência da Dataprev — empresa de processamento de dados da Previdência — para a Presidência da República.

Responsável pela emissão de listagens com os pagamentos mensais a todos os beneficiários do sistema de seguridade social, a Dataprev armazena também todo o cadastro de contribuintes que sustentam a previdência social. Seu deslocamento para a esfera da Presidência da República resultará, na prática, acreditar os técnicos, numa burocratização dos serviços.

O INPS, que cuida dos benefícios aos contribuintes da Previdência, deve ir para o Ministério do Trabalho, de acordo com as reformas em estudo. Com isto, para autorizar um pagamento de aposentadoria ou auxílio natalidade a determinado trabalhador, o técnico encarregado deverá solicitar emissão de listagem à Dataprev, junto à Presidência da República, e num segundo momento, requerer do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional a autorização para liberação dos recursos (o lapas, encarregado do controle financeiro da Previdência, será deslocado para o Tesouro).

Um processo desse tipo, que hoje levaria em média quatro dias para ser concluído, deverá consumir mais de duas semanas, segundo projeção de qualificado assessor da Previdência. "Em plena era da informática, voltaremos ao velho hábito de produzir até três ofícios para concluir uma operação", lamenta.

Desinformação semeia boatos

BRASÍLIA — O vice-presidente de administração do Banco do Brasil, Francelino Pereira, desmentiu que tivesse aceito um convite do presidente Sarney para assumir a presidência da Petrobrás. "Não recebi convite, não fui sondado", disse. O desmentido comprovou a confusão e a falta de informação de políticos e funcionários dos altos escalões do Executivo sobre a reforma ministerial que o presidente Sarney deverá anunciar hoje.

Pouco antes, um alto funcionário do Planalto informava que Francelino tinha sido escolhido para a presidência da Petrobrás e que o presidente de Furnas Centrais Elétricas, Camilo Penna, aceitara o Ministério das Minas e Energia. O próprio ex-ministro desmentiu a notícia, dizendo que também não foi convidado. Admitiu que foi ouvido por "pessoas do governo" a respeito de problemas da pasta, mas, disse, dificilmente aceitaria se fosse chamado para

assumi-la. "Seria uma decisão difícil. Eu teria que pensar", afirmou.

Segundo uma fonte do Planalto, Sarney tinha decidido manter o ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, à frente dessa pasta, embora com poderes esvaziados. A Previdência deveria perder o lapas para o Ministério da Fazenda e o Inamps para a Saúde. Com a Previdência, ficaria o INPS.

Nem os políticos, como o líder do governo no Senado, Nelson de Góes, tinham informações precisas. Pela manhã, dizia-se que o nome mais cotado para o Ministério de Minas e Energia era o do ministro do Interior, João Alves, que abriria a vaga da pasta do Interior para o ministro Jader Barbalho. Simultaneamente, enquanto jogava na Academia de Tênis, de manhã, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, elogiava João Alves.

Biasi foi cobrar promessa

BRASÍLIA — Numa última tentativa de evitar o desmembramento de sua pasta, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ralph Biasi, lembrou uma promessa feita pelo presidente José Sarney num encontro reservado, ocorrido quinta-feira no Palácio do Planalto. Segundo um assessor de Biasi, Sarney prometera fundir Ciência e Tecnologia à pasta da Indústria e Comércio, descartando a hipótese de incorporar o setor de Ciência ao Ministério da Cultura. O presidente acabou decidindo, porém, optar pelo desmembramento.

"Faltou lobby da comunidade científica contra o desmembramento", confidenciou Biasi a um assessor próximo, convencido de que a área acadêmica acordou "tarde demais" para o problema da extinção do ministério. Desde a manhã da última quinta-feira, durante uma conversa com o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, Biasi já sabia que sua pasta seria extinta. "Mas a comunidade científica saiu de férias", lamentou um assessor do ministro.

Ao contrário dos demais ministérios, que passaram a véspera das mudanças administra-

tivas com corredores vazios e estantes vazias, o 10º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia, onde fica o gabinete do ministro, ficou durante todo o dia de prosidão, à espera de informações que negassem o desmembramento. "E o meu emprego?", perguntava um funcionário convocada excepcionalmente para o trabalho. Durante todo o dia chegaram telegramas e cartas de protesto contra a extinção do ministério.

"A extinção é uma decisão precipitada", afirmou Renato Archer, que foi o primeiro ministro da Ciência e Tecnologia, nomeado pelo presidente eleito Tancredo Neves. "O país não pode cometer o crime de esgarçar o ministério", concordou o ex-ministro da pasta Luis Henrique da Silveira. A Associação dos Servidores do Ministério da Ciência e Tecnologia, que engloba cerca de 600 funcionários, redigiu uma nota classificando a extinção do ministério de "ato impatriótico". Uma das notas mais duras, assinada pelo presidente da empresa Scopus Tecnologia, diz que "a extinção do ministério só demonstra que o presidente José Sarney quer pagar a extinção atraso, dependência e servilismo".

096

Coluna do Castello

Sarney disse quase tudo o que queria

Desde a sua polêmica declaração de que não se candidataria à reeleição, o presidente da República, Collor, tem se mostrado bastante aberto ao diálogo com a imprensa e com o povo.



Ele se mostrou aberto ao diálogo com a imprensa e com o povo, e isso é um sinal de maturidade política. Ele não se fechou em uma torre de marfim, como muitos líderes políticos costumam fazer. Ele se abriu para o diálogo e para a escuta. Isso é um sinal de maturidade política e de respeito pelo povo.

Sarney falou que pensava em não se candidatar à reeleição, mas que isso dependia de muitas coisas. Ele não se fechou em uma torre de marfim, como muitos líderes políticos costumam fazer. Ele se abriu para o diálogo e para a escuta. Isso é um sinal de maturidade política e de respeito pelo povo.

O Conselho Militar da Presidência, o Ministério da Defesa e o Ministério da Aeronáutica são instituições importantes para a segurança do país. Elas devem continuar a trabalhar de forma eficiente e transparente, sempre em benefício do povo brasileiro.

Essa é uma questão que o futuro presidente sentirá com mais nitidez do que o atual e que levará o sucessor a situar-se objetivamente em face do plebiscito previsto para 1993.

Flora

Quanto ao abandono do presidente pelos partidos, matematicamente a vitória de Sarney é uma tarefa política para exclusivamente sobre a autonomia partidária, os meios por ser opositor. Mas a situação não se deu quando os governadores, confrontados com a decisão de cobrança dos débitos, em nome da segurança das cidades e municípios, rebelaram-se contra um presidente que, ao mesmo tempo, agia contra as suas economias de partido. Este foi o caso notadamente dos governadores Getúlio Vargas e Newton Cardoso, que então unidos ao governo federal, mas mantinham suas administrações e localidades suas bases para a oposição, que se tornou generalizada e acabou com a situação. Ulysses não poderia ficar aliado a Sarney e teve que buscar um candidato sobre os seus círculos.

O PFL foi também afetado pelas discordâncias de antigos ministros, como Marco Maciel e Jorge Bornhausen, com os métodos de governo vigentes e que se refletiram na política sucessória do partido. Auchincloss, que permaneceu no Ministério juntamente com Antonio Carlos Magalhães, João Alencar e Souto, paga o preço de sua fidelidade ao governo e que serviu. O PSDB ficou também dividido, pois uma de suas correntes, nas quais se incluem fundadores do partido e políticos perseguidos pelos militares, preferiu deter um cargo no governo e renunciar à aliança de Ulysses com a oposição conservadora. A convenção não foi mesmo convocada, mas a candidatura, que é também rejeitada por uma oposição de que o Novo PFL não teve participação em não teve condições de mobilizar em favor da chapa triunfante na convenção.

O resultado é que Sarney chega ao final do seu governo sem ter apoio consistente de partidos e capitais, que não tinha e por causa do esgotamento geral, pela oposição política. Ele não conseguiu pôr de lado as administrações de empresas estatais e os programas de desenvolvimento, incluindo o projeto de obras de construção de obras públicas, embora se tenha desistido de algumas delas, das que das obras geradoras de empregos e que não contam o governo de Sarney. O presidente defendeu a política de desenvolvimento e a economia também gerou a sua vitória.

Quando a situação alcançou o seu ponto crítico, o presidente e o partido de Sarney, o PFL, não se separaram, mas mantiveram-se unidos, e não se separaram. A situação não foi suficiente para Sarney, pelo fato de ele não ter sido presidente da República. Para o presidente, a entrevista ao líder da oposição com paixão e não com indiferença e que se fez sentido intensamente comprometido com as agências que sofreu na última semana. Os membros do Palácio da Alvorada, para alguns do presidente, não poderiam de chamar de todos os pontos do país durante o dia de ontem. Sarney alcançou seu público. Ele disse quase tudo o que queria.

Carlos Castello Branco

098

F. P. P.
P. P. P.
Collor

Collor entrega dossiê da corrupção

Acompanhado por seu vice, Itamar Franco, e pelo senador Carlos Chiarelli (ambos integrantes da CPI do Senado que levantou casos de corrupção no Governo Sarney, Fernando Collor de Mello comparece às 15h de hoje ao Ministério da Justiça, onde entregará denúncias ao ministro Oscar Dias Corrêa.

Carlos Chiarelli disse ontem que o dossiê tem mais de mil páginas e está dividido em sete itens: cópias autenticadas de conclusões de auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União em órgãos do Governo, com a condenação dos responsáveis, e cópias de auditorias ainda em andamento.

Outro volume apresenta documentos também autenticados com denúncias comprovadas pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

Há um volume contendo outro tipo de denúncias comprovadas e levantadas pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

O quarto volume apresenta as conclusões da CPI dos Alimentos, investigação

feita pelo Senado e que igualmente apontou irregularidades e o nome dos responsáveis; cópias autênticas de documentos e pareceres conclusivos elaborados pela Secretaria de Controle do Tesouro Nacional sobre gastos irregulares apontados pela Contabilidade da União.

Outro volume apresenta as conclusões e a documentação obtida por todas as sindicâncias internas feitas em órgãos do Governo Federal desde que o presidente José Sarney assumiu o poder e, finalmente, há 500 páginas num único volume onde constam todos os dados, depoimentos, documentos e conclusões da CPI da corrupção que funcionou no Senado.

Segundo outro documento, nenhuma das pessoas denunciadas comprovadamente em todos estes processos sofreu qualquer tipo de punição pelo menos até o momento.

Áreas implicadas

Segundo o senador gaúcho, estão "séria-

mente comprometidos" em todos estes processos, 28 ocupantes de altos postos do Governo Federal, além dos ministros Reinaldo Tavares (Transportes), Jader Barbalho (ao tempo em que era ministro da Reforma Agrária), Antônio Carlos Magalhães (ministro das Comunicações), Saulo Ramos (consultor geral da República), Aníbal Teixeira (ex-ministro do Planejamento), Mailson da Nóbrega (ministro da Fazenda) e João Batista Abreu (atual ministro do Planejamento).

Chiarelli esclareceu que em relação aos atuais ministros da Fazenda e do Planejamento as denúncias não envolvem corrupção em benefício próprio, mas apenas a alteração de programas orçamentários e emissão de moeda feitas de forma irregular e sem o cumprimento de dispositivos legais.

Há também documentos comprovando irregularidades em 5 órgãos estatais: IAPAS, Sudepe (hoje Ibam), Siderbrás, IAA e Subram. O estouro vai a "centenas de milhões de dólares" segundo o senador gaúcho.

Candidato já prepara outro relatório

Ontem de manhã foi concluída a documentação a ser entregue hoje ao ministro da Justiça. De acordo com Chiarelli, Collor de Mello e sua equipe já vem levantando outras denúncias que posteriormente serão encaminhadas em outro pacote ao ministro da Justiça.

Durante a reunião de ontem, Collor revelou que tem "pouca esperança" de que o atual Governo faça alguma coisa para punir os responsáveis pelo desvio de centenas de milhões de dólares, "mas vou denunciar para tentar um milagre, pois só um milagre mesmo fará com que o atual Governo puna os corruptos que estão nele" — afirmou o presidencialista.

Collor também disse que apesar de ter pouca expectativa de que o atual governo puna os responsáveis, entregará a documentação, mas desde já se comprometendo a "punir um a um estes corruptos no dia seguinte a minha posse. Este é um compromisso que estou assumindo diante da Nação porque não acredito que o atual Governo vá fazer alguma coisa neste sentido."

Contra Brizola

Um dos participantes da reunião de ontem esclareceu que não tem procedência o noticiário de que Collor de Mello também entregaria hoje ao ministro da Justiça um dossiê contra Leonel Brizola.

A mesma fonte disse que Collor de Mello "já tem em mãos toneladas de provas de fatos ocorridos quando do Governo de Brizola no Rio", mas decidiu nada fazer por enquanto. "Não é da formação de Collor baixar o nível da campanha e assim ele não entregará nenhum dossiê contra Brizola. Ele não está preocupado com Brizola, mas sim com a corrupção no Governo Sarney", disse o assessor do candidato, que complementou: "Caso Brizola venha a agredir injustamente Collor então ele não terá outra alternativa que não a de divulgar à Nação o dossiê que já tem sobre o ex-governador do Rio de Janeiro. Nesse caso, Collor apenas se defenderá de agressões e assim agirá em legítima defesa."

Z. H. 24/7/89

098

F. P. (608)

[Medidas levam à extinção de] 2 mil cargos de nível superior

BRASÍLIA — O governo decidiu ontem adotar mais sete medidas drásticas no setor público, dentre as quais extinguir os cargos de FAS (Função de Assessoramento Superior), que resultariam na demissão de mais de 2 mil funcionários da administração direta, com salários entre Cr\$ 258 mil e Cr\$ 953 mil. As demais medidas são: extinção de 60 mil repartições e empresas estatais; demissão de prestadores de serviços para o governo; devolução de funcionários requisitados para seus empregos de origem; exigência de nível superior para conseguir cargo de DAS (Direção e Assessoramento de Nível Superior); devolução dos aposentados que trabalham para a inatividade; rebaixamento de remuneração do pessoal que trabalha nos conselhos de administração das estatais, o que economizaria cerca de Cr\$ 100 bilhões.

Ao todo, essas medidas e as demais no âmbito da reforma administrativa proporcionarão uma economia para o governo de cerca de Cr\$ 1 trilhão, conforme

cálculos de técnicos do Executivo. A notícia de extinção dos cargos de FAS provocou ontem verdadeiro pânico dentre os funcionários. As linhas telefônicas do Ministério da Administração ficaram congestionadas com gente chorando e perguntando do outro lado da linha sobre as medidas do governo na área de emprego do funcionalismo. As secretárias e assessores atenderam telefonemas de todo o país.

Corrida — Assessores do Ministério da Administração prevêem uma corrida de funcionários na categoria FAS para a justiça quando o governo efetivar essa medida. O secretário-geral Gileno Marcelino, disse que existe uma controvérsia jurídica sobre a função de assessoramento superior: uns defendem que a FAS é um cargo efetivo no funcionalismo público e outros acham que a FAS continua sendo apenas uma assessoria temporária que não proporciona acesso ao quadro de servidores da União.

Gileno explicou que, na verdade, a

FAS surgiu para a contratação de especialistas por tempo determinado. Tanto que, até hoje, cada ministro tem uma verba específica para contratar pessoal pela FAS. Com o tempo, essas pessoas foram ficando no governo, ganharam apartamento funcional, e hoje há gente contratada pela FAS com até com 12 anos de trabalho, conforme Gileno. Quanto aos funcionários que recebem DAS são, ao todo, 9.115, com gratificações máximas de Cr\$ 1.250,00, pagas aos secretários-gerais dos ministérios.

Todos os ministérios têm contratações para FAS mas calcula-se que são os ministérios mais novos, como Cultura, Reforma Agrária e Irrigação os que comportam maior número desses funcionários. O total de funcionários da administração direta (ministérios), autarquias e fundações é de 707.915. Nas empresas estatais (administração indireta) estão 860.237 funcionários. Existem ainda os funcionários inativos, que somam 215.421 e os 135.463 pensionistas.

58/11/79 14/1/80

01.01

8907172

098

F. P. C.
P. P.
Collor

E o candidato acusa Governo de corrupção

Em entrevista coletiva, ontem, no Rio, o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) garantiu ter provas das acusações que fez ao Governo Sarney e citou o ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, como um dos que afirmavam que havia corrupção na administração.

Indagado se considerava a intenção do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa — com quem teve um entrevista ao acusar o Governo Federal de corrupto — de candidatar-se à Presidência da República uma provocação a ele, Collor disse que não. Na verdade, considera uma provocação ao eleitor.

Collor afirmou que não se ofendeu com a capa da revista de humor Casseta Popular, em que aparece uma montagem com a sua foto num corpo nu da cintura para baixo. Ele, depois de se declarar leitor da revista, disse que faltou criatividade a seus editores. A informação de que pessoas ligadas à sua campanha estavam processando a revista e que ela poderia ser recolhida das bancas, aparentemente surpreendeu o candidato. Ele declarou que desautorizava qualquer pessoa a prosseguir numa ação nesse sentido.



Collor promete provar acusações

Ao explicar por que não participaria do primeiro debate entre os candidatos, Collor reafirmou que não faria o jogo de seus adversários. Segundo ele, sua participação não é conveniente porque sabe que seus concorrentes estão se organizando com um objetivo comum contra ele.

Ataques a Sarney

O candidato do PRN inaugurou ontem o primeiro comitê de campanha no Rio. Cerca de 200 pessoas se aglomeraram em frente à casa de dois andares, na rua Sorocaba, em Botafogo, provocando engarrafamento de trânsito nas imediações. Ele chegou mais de duas horas atrasado, cercado por 15 seguranças armados com pistola, e fez um breve discurso ao abrir o comitê. E ressaltou que o Rio de Janeiro não é um estado-êrão de candidato porque ele é de lá.

Collor voltou a atacar o Governo Sarney e o acusou de ser inepto e roubar a esperança do povo. Enfatizou sua disposição de acabar com a corrupção e com os marajás e saudou os políticos que aderiram a sua campanha. Lá estavam o deputado Rubem Medina, ex-PFL, e o ex-deputado Sebastião Neri, ex-PDT e ex-PMDB. O ex-governador informou que a instalação do comitê marcava o início da campanha no Rio.

No pequeno palanque, cercado por seguranças que não deixavam ninguém se aproximar, estavam sua mãe, Leda, e a cantora negra Watusi, a quem abraçou e beijou depois de anunciá-la como representante dos artistas que se engajaram em sua campanha.

No portão, cercada de simpatizantes negros e de braços dados com José de Oliveira, um soldado bombeiro aposentado, negro, que nas horas vagas faz seresta, dona Leda esperou pelo filho até o meio-dia. Cansada de ficar de pé, entrou e esperou dentro do comitê. (AG)

098

Flora
(P.P.P.)

ZERO NÚMERO — Terça-feira, 21 de julho de 1964

Caetano troca o PDC pelo PSD para poder concorrer

Agora ele vai à convenção do dia 8 como candidato único

O médico e pecuarista Ronaldo Caetano deixou o PDC e filiou-se ontem ao PSD para poder viabilizar sua candidatura à Presidência da República. Hoje, em Brasília, o presidente nacional do PSD, Luiz Puccos Filho, entregará ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) as filiações de Caetano, que irá como candidato único à convenção marcada para o próximo dia oito.

Puccos disse ontem à tarde, em São Paulo, que Caetano decidiu ingressar no PSD depois de avaliar que iria ter muita dificuldade para entrar no PDC, especialmente a legenda do partido para disputar as eleições presidenciais deste ano, de maiores resistências a sua candidatura, motivadas pelo fato de Caetano ser do Partido Demo-

crata Cristão.

O vice-presidente nacional do PDC, deputado José Maria Eymael, vinha articulando sua pré-candidatura, para tentar derrotar Caetano na convenção de nove de julho, em Brasília. Os governadores democratas cristãos Assunção no Mato Grosso (MT), Sigismundo Campos (TO) e Epitácio Cafeteira (MA) ameaçavam derrotar o PDC numa eventual vitória de Ronaldo Caetano na convenção. Luiz Puccos Filho disse ontem que Ronaldo Caetano sentiu as dificuldades de ingresso ao PSD depois de uma semana de conversações. Para Puccos Filho, Caetano acabará com o vazio deixado no partido depois que Jânio Quadros retirou sua candidatura. (AG)

01.01

8907180

Coluna do Castello

A reforma visa também à sucessão

O anúncio do Plano de Verão, de choque antinflacionário, e da reforma administrativa, com repercussão na composição ministerial, pode ocorrer a qualquer momento, pois as decisões serão tomadas na medida em que os projetos e articuladores dão por concluído seu trabalho. O presidente termina suas conversas com os ministros que deverão ser sacrificados, embora mantenha ainda como não definitivas as tendências que tem anunciado, como o fez, por exemplo, a Leopoldo Bessone, que ousou contrargumentar em relação à extinção do ministério da Reforma Agrária. A sorte parece contudo estar lançada e não é sem tempo.



Enquanto a nação passa da ansiedade à verdade, pode-se olhar um pouco para outros problemas, como a sucessão presidencial que haverá de sofrer sem dúvida o impacto da eficácia, ou não, das medidas com as quais o governo pretende derrebar a inflação e ajustar a máquina administrativa em tempo ainda de ser parceiro na escolha do sucessor. Tende-se a raciocinar em relação ao problema eleitoral do próximo dia 15 de novembro em função do que ocorreu em 15 de novembro do ano passado. Acredita-se que estará ativo o mesmo estado de espírito que moveu o eleitorado a sufragar candidatos da esquerda, ainda que não necessariamente por motivos ideológicos. Mas as condições históricas poderão não se repetir, bastando por exemplo que se modifique um dado, como a pressão inflacionária, para que seja previsível alteração de todo o quadro.

Além do impulso de rejeição ao governo, em todos os níveis, mas preponderantemente ao governo federal, a elevação descontrolada dos preços funcionou na opção de cada eleitor. Houve também condicionantes políticos, como a escolha dos candidatos. Em Pernambuco e no Paraná, por exemplo, não se evidenciou vitória de facção ideológica, mas de candidatos mais credenciados do que seus opositores. Em pouco mais de uma semana de campanha, Lerner derrotou em Curitiba o candidato do PMDB. Em Recife, Joaquim Francisco, que tinha patrimônio político a respaldar sua aspiração, derrotou um dos heróis da esquerda brasileira, o governador Miguel Arraes, associado a administrador brilhante como parece ter sido Jarbas Vasconcelos.

É possível que, se em São Paulo o candidato do governador Quéricia tivesse sido Almir Pazzianolo e não João Leiva, o PMDB tivesse sido poupado do constrangimento eleitoral que alçou o prestígio do sistema político estadual. No Rio de Janeiro, foi ostensiva a rejeição a candidato que não correspondia à sinalização popular. Quase por toda parte, o PMDB, como costuma acontecer aos partidos que estão no poder, escolheu mal, na base da autossuficiência, senão da arrogância, de quem está por cima e sabe o que está fazendo. Geralmente não sabe e faz bobagem. Foi o que se viu em Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém do Pará, onde se rejeitou candidato disponível que iria se eleger sob outra legenda, e assim por diante.

O PMDB marcha para sua convenção nacional sem ter indicadores seguros para sua escolha. Há pelo menos três aspirantes a herdar o que pensam ser os destroços da candidatura Ulysses Guimarães. Isso pode ser ainda prematuro, pois o velho político de segura formação ainda não jogou sua última cartada, o que possivelmente ocorrerá na convenção de 14 de março. Os herdeiros presuntivos de Ulysses são, dentro do partido, Miguel Arraes e Orestes Quéricia, e, fora dele, Mário Covas. Pelo menos numa coisa Ulysses continua a levar vantagem e é na percepção de que, sem preservar a unidade partidária, não haverá candidato viável do PMDB. A candidatura situada à esquerda funda-se na ilusão de que a vocação esquerdista do eleitorado prevalecerá este ano, segundo a análise superficial que se faz habitualmente da eleição de prefeitos. O eleitorado manifestou-se contra o governo e não propriamente pelo socialismo embora sem discriminar na sua opção matizes ideológicos.

Q1A 3/3/83
8/18/83 (C)

A VOZ DOS OPRIMIDOS

Fernando Collor de Mello, ex Gobernador de Alagoas, perteneciente a la que suele calificarse como una familia "tradicional" del Brasil, es candidato a la Presidencia de la República. En dicho país por el hasta ahora no demasiado famoso Partido da Restauração Nacional (PRN).



Es más o menos notorio que la red "O Globo" de medios de comunicación patrocina al postulante que cumple con todos los requisitos para el tiempo de las "elecciones" o contiendas electorales en las que el don para desenvolverse en los medios electrónicos de comunicación —radio, aunque preferentemente televisión— resulta más insustentable en toda campaña con aspiraciones de éxito.

Las próximas elecciones nacionales directas para Presidente del Brasil amenazaban hasta no hace mucho con traducirse en un voto castigo, capitalizado por la izquierda, de la que se principal abanderado es el sindicalista paulista "Lula", o por Leonel Brizola heredero de Getulio Vargas y vocero de una manifestación de nacionalismo populista que hizo su camino allá por los años 50. Si bien deben agarrarse con pinzas las muestras de opinión tan puntualmente acendradas por sus favorecidos como ferpundamente atacadas por los que se sienten abanderados por sus artes, lo cierto es que a la fecha y a nivel nacional con variaciones que no hacen al resultado global —unas más y otros menos— velan que Fernando Collor de Mello cuenta ya con más de un 40 por ciento de la adhesión ciudadana, a la vez que "Lula" y Brizola, están estacionados en un 7 por ciento de la misma. Como corresponde en estas disputas la difusión de cada nueva encuesta incita a "Lula" a promover reuniones contestatarias en los centros fabriles y a Brizola y sus adeptos la conducción ejercida propio de las circunstancias y con ellas en las mismas reuniones con los suyos para contemplar con desesperación como están perdidos, en vez de unir sus propias estrategias que refuerza el fatal designio de los dioses.

Para votar castigo, en el Brasil hay razones más que suficientes que van desde el incansable populismo de las políticas económicas, la política desastrosa y la crisis social, pasando por la corrupción de gran y pequeña escala, hasta las muestras de privación de los gobernantes. Cuya última parte conflictiva en la integración por el Presidente Sarney de las voluntades desiguales que concuerda a Francia para ocupar el 15 de julio, tras el fin de la integración revela más al mismo tiempo de los gobiernos que ante su hora la República, que cualquier intento serio de representación internacional de un estado, por grande que éste sea.

Lo real y concreto es que cuando nadie lo esperaba apareció Collor, un señor de buena pinta bien empollado habitualmente, quien al tiempo que transmite seguridad y simpatía, tiene aprendido su discurso y lo expresa con efecto y bien. Tanto da si es en un reportaje o un largo de la tarde de entretenimiento, en un escenario serio o en otro divertido. A esta altura y de no pasar nada raro no hay que ser petipicaz para adivinar que tendrá generoso pronunciamiento de las urnas a su favor.

La proyección del candidato a través de los medios es tan perceptible que en oportunidad de inaugurar su sede central de Rio de Janeiro, donde a pesar de ser feudo del ex Gobernador Brizola su electorado es importante, no pasaron días atrás más de doscientas personas.

¿Qué dice Collor? ¿Qué va a decir? Lo único que en el mundo progresista se dice hoy... Al plantear la propuesta en la ciudad de Brasilia, además de transmitir su deseo de ser "la voz de los oprimidos y los explotados" el avasallado candidato lanzó un grito de guerra a la inflación y la corrupción, prometiendo austeridad en la administración de los negocios públicos, así como el respeto por las empresas públicas rentables y la privatización de las que no lo son con perjuicio colectivo, manifestando no estar dispuesto a pelear con el FMI sino dentro de él. También anunció la promoción de una revolución en la Ciencia y la Tecnología y en la Enseñanza y la Cultura, así como su apuesta a la iniciativa privada como motor del crecimiento que permite concretar logros sociales, acompañando sus iniciativas con soluciones prácticas apropiadas para alcanzar los objetivos propuestos.

Al cerrar sus palabras dirigiéndose al pueblo brasileiro dijo:

—Es preciso de voces.

Appeal, micrófono y TV, junto a propuestas modernizadoras parecen ser en la hora los signos perceptibles de un novedoso populismo.

Ricardo Relly Salaverri

098

ACITIJOS
ZERO HORA - quarta-feira, 17.11.87 - PÁGINA 10

Collor começa a receber adesões em todo o Nordeste

SUCESSÃO

Entre elas, as de Amazonino Mendes e Tasso Jereissati

O governador do Amazonas, Amazonino Mendes, eleito pelo PMDB mas atualmente no PDC, aderiu ontem, formalmente, à candidatura de Fernando Collor de Mello, do PRN. Amazonino visitou Collor em seu comitê de campanha, cobriu-o de elogios, mas disse que apoiaria "qualquer outro candidato que reunisse condições de se eleger com a expressiva maioria dos votos".

Segundo ele, Collor vai colher ao longo desta e da próxima semana, os frutos que vingaram da sua intensa sementeira política ao longo dos últimos meses, recebendo o apoio formal, hoje, no Rio de Janeiro, do prefeito de Duque de Caxias, Hydeckel de Freitas, na quinta-feira, em Florianópolis, do prefeito Espiridão Amin, e esperando obter ainda — a médio prazo — o apoio do senador Jorge Bornhausen (PFL).

Outro que deverá colir é o governador Tasso Jereissati, do Ceará, que anunciará sua decisão até a próxima sexta-feira. Por enquanto, somente alguns secretários de Estado estão sendo convocados para tomarem ciência sobre o assunto. Com a saída de Tasso Jereissati do PMDB, segundo fontes do próprio Palácio do Cambé, pelo menos seis secretários de Esta-

do deverão deixar o atual governo.

Também o prefeito Ciro Gomes, de Fortaleza, convocou parte de seu secretariado para anunciar a sua decisão de deixar o PMDB. Ciro Gomes vai perder a liderança na Câmara Municipal e poderá sofrer sérios problemas na administração.

O ex-governador Dauto Bezerra, atual presidente regional do PFL, é outro que já confirmou seu apoio a Fernando Collor caso a candidatura do presidente eleito Aureliano Chaves, não decole nos próximos dias.

PREFEITOS — Em Salvador, o ex-prefeito Mário Kertész deve anunciar a qualquer momento a adesão à campanha de Fernando Collor de Mello. Em Pernambuco, o prefeito de Recife, Joaquim Francisco, acompanhado de 15 deputados estaduais de vários partidos, também se prepara para ir ao encontro de Collor e seu PRN.

"Não colir ainda, mas vou a Brasília amanhã para me reunir com o candidato e poderei voltar colirido", disse o prefeito num breve pronunciamento para os deputados. (AE/AJB)

Candidato do PRN procura adversário

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, disse, em entrevista à TV Manchete, que está à procura de um adversário. Acrescentou que espera que seu futuro contendor tenha capacidade para enfrentá-lo no segundo turno.

— Sou um candidato em busca de um adversário. Espero que ele se constitua com capacidade, deixando de lado as diatribes e participando da discussão política — afirmou Collor de Mello.

Na noite da última segunda-feira, o candidato do PRN participou do programa *Debate em Manchete*, na TV Manchete, durante o qual respondeu perguntas de jornalistas e telespectadores. Neste programa, ele voltou a especular sobre um suposto adversário no segundo turno. Comedido, disse não ter preferências e que respeita todos os demais postulantes.

Ao responder à pergunta de um morador de Alagoas, Collor de Mello assumiu compromisso de, se eleito, transformar a Sudene em um

órgão deliberativo vinculado diretamente à Presidência da República. Segundo o candidato, a posição dos governadores não é levada em conta nas decisões da Sudene.

CÉSAR MAIA — Collor de Mello confirmou ter tido dois encontros com o deputado César Maia (PDT-RJ). Ressaltou, entretanto, que em nenhum momento tentou aliciá-lo. De acordo com o candidato do PRN, a conversa com o deputado pedetista versou exclusivamente sobre temas econômicos.

— Temos posições coincidentes sobre vários pontos da economia: a redefinição do papel do Estado e a abertura da economia ao capital estrangeiro são os principais — acrescentou.

O governo do presidente José Sarney foi novamente alvejado por Collor. Ele disse que, se eleito, não terá interesse sequer em estabelecer um projeto de transição com a atual equipe. (AG)

098

ZERO HORA — Quarta-feira, 22.03.87 — PÁGINA 8

[Handwritten signature]

Após convidar Nelson Marchezan para substituir o ministro Oscar Corrêa e ouvir do ex-deputado uma recusa, o presidente Sarney recorreu a seu amigo Saulo Ramos, em viagem pela Europa. Saulo aceitou

Saulo Ramos será o ministro da Justiça

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, foi confirmado ontem, pelo presidente José Sarney, como o novo ministro da Justiça. A posse está marcada para segunda-feira e o futuro ministro, que está na Europa, retorna ao Brasil na sexta-feira. O convite foi feito por telefone, ontem à tarde, quando Saulo Ramos se encontrava em Roma.

Ao fazer o anúncio do quarto ministro da Justiça do Governo Sarney, o porta-voz do Palácio Planalto, jornalista Carlos Henrique, disse que o novo ministro continuará o trabalho anterior da pasta, desenvolvido por Oscar Corrêa, de articulação política. Revelou que o presidente já delegou tarefas ao novo ministro, sendo que a principal delas é a de contribuir para a elaboração da legislação complementar à nova Constituição. Em seu lugar, na Consultoria, o presidente ainda não decidiu quem colocar e, por enquanto, continuará como consultor interino o advogado Sebastião Afonso.

TRATORISTA — O novo ministro da Justiça, Saulo Ramos, natural de Brodowski (SP), antes de começar a advogar em Santos, foi tratorista e motorista de caminhão, trabalhando no interior paulista e no norte do Paraná. Durante 15 anos, foi jornalista profissional, militando nos jornais Diário da Manhã, de Ribeirão Preto; A Tribuna, de Santos; Jornal do Brasil e TV Excelsior. Como advogado, em São Paulo, ingressou no escritório de advocacia do jurista Vicente Rão, de quem foi sócio e sucessor.

Em 1961, Saulo Ramos foi assessor do presidente Jânio Quadros, tendo trabalhado ao lado de Sarney, José Hugo Castelo Branco, José Aparecido, Leônidas Pires Gonçalves, Ivan de Souza Mendes, Carlos Castelo Branco e Pedroso Horta. Seu primeiro livro, prefaciado pelo poeta Guilherme de Almeida, tem como título Café, a

Poesia da Terra e das Enxadas. Em sua obra jurídica, destacam-se os livros Mediocras Cautelares no Novo Código de Processo Civil e Divórcio à Brasileira, sendo um especialista em direito processual, penal e civil.

Saulo Ramos, embora sem filiação partidária, sempre foi ligado à UDN, e começou a colaborar com o Governo Sarney em 14 de fevereiro de 1986, quando assumiu a Consultoria Geral da República, em substituição a Paulo Brossard. De atuação muito polêmica, redigiu os decretos do Plano Cruzado e todos os seus decretos regulamentares, sendo, mais tarde, acusado de conspirar para derrubar o ex-ministro Dilson Funaro e sua equipe de economistas. Sua posição, a propósito da abstenção da Constituinte, em 1987, também foi polêmica, provocando grande descontentamento dentro da bancada do PMDB que, na época, ainda apoiava o Governo. (Brasil/ZH)

01.01

8907201

8/8/87

Voto no Escuro

FNR

Os candidatos à eleição presidencial vão entrar na penumbra a partir do dia 17: o registro oficial cassa-lhes a presença no rádio e na televisão. Exatamente quando os eleitores começavam a estabelecer uma relação com os candidatos, as restrições de que se cerca a nossa timidez democrática começam a prevalecer. E assim, com a adoção de conceitos arcaicos, que mais de 80 milhões de eleitores vão voltar a escolher, depois de três décadas, o presidente da República pelo voto direto. Será quase um voto no escuro, porque a campanha vai entrar numa selva de restrições e preconceitos que atestam o medo da liberdade como só se viu no autoritarismo.

Entre a interdição do rádio e da tv aos candidatos e o início da temporada de presença gratuita, o processo de conhecimento político dos pretendentes pelo eleitor vai se restringir aos que têm o hábito da leitura. Ou seja, tende a dissipar-se cedo o incipiente interesse despertado pela campanha. O medo da liberdade não justifica a sua defesa, como acaba de ser demonstrado. O hiato entre o registro e a campanha nada acrescentará aos eleitores ou aos candidatos. Pelo contrário, vai truncar o ritmo do esclarecimento e confundir a opção política dos cidadãos.

A política brasileira está aprisionada em restrições que a impedem de pensar com liberdade. Neste momento, a única iniciativa de que se ouvia falar foi a de um deputado do PSDB propondo modificações nas normas da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Depois de começada a campanha, não é medida de inspiração democrática a alteração das regras do jogo. E, pior ainda, é a completa acomodação ao sentido inibidor da chamada Lei Falcão, que disciplina com um sentido de campo de prisioneiros o comportamento dos candidatos. Nem o PSDB, que se apresentou como arauto da socialdemocracia em nosso país, se deu conta da contradição de que se fez porta-voz.

O projeto com a assinatura de um representante socialdemocrata na Câmara tenta anteciper do dia 15 para o dia 6 o começo da campanha no rádio e na televisão. A proposta é encaminhada como uma troca, que retira dos domingos o programa e aumenta o horário nos

dias úteis. Tudo que começa desse jeito acaba conseguindo o que pretendia sem abrir mão de nada. É da índole da política, como praticada atualmente com mais desembaraço, assumir o fisiologismo e defender restrições à liberdade em nome da defesa da democracia. O projeto pretende também introduzir o debate obrigatório, no rádio e na televisão, entre os candidatos na atual campanha.

Por que, no entanto, até um debate entre candidatos terá de ser obrigatório em nome da democracia? O PSDB deveria, isto sim, tentar convencer os demais partidos políticos para uma grande experiência com a liberdade de propaganda que ainda não teve vez desde as eleições realizadas sob o autoritarismo. A importância de uma sucessão presidencial, a primeira pelo voto direto depois de 30 anos, recomenda a maior liberdade de movimento e propaganda principalmente pela peculiaridade de uma campanha em que tudo se concentra nas candidaturas, pois os partidos — como o eleitor está vendo — estão com a credibilidade baixa. A maneira de salvar a eleição dos riscos do insuficiente esclarecimento político que a asfixia é a remoção dos obstáculos à liberdade dos candidatos, e não a criação de outros. Não custa tentar com a liberdade o que já se tentou com restrições, e que não foi animador.

O loteamento proposto pelo PSDB seria um primor se fosse para vigorar num dos regimes que tenta no leste europeu abrir um respiradouro às suas aflições. Num país que se condicionou a realizar uma aspiração democrática, as minúcias que prevêm a divisão dos debates em 5 blocos de vinte minutos geram desânimo no eleitor.

Por que não experimentar, ao contrário, a liberdade completa em matéria de propaganda? Ou bem se acredita no eleitor e, portanto, se confia na liberdade, ou então esses criadores de obstáculos vão acabar repetindo os teóricos do autoritarismo. Eleição não é apenas o ato de votar. Num país com instituições truncadas e hábitos políticos malformados, toda experiência com a liberdade é mais útil que restrições que, como se sabe, levam a outras, até não haver mais necessidade porque a liberdade deixa de existir. A campanha presidencial está na última fronteira.

Quercia na campanha

098

F.B. P.P.

Pelas mãos do candidato que boa parte do PMDB apontou como ideal para concorrer à Presidência da República, o governador Orestes Quercia, o candidato oficial, Ulysses Guimarães iniciou com muita disposição, a partir de São Paulo, ontem, uma nova etapa na sua campanha. O objetivo é o de tentar empolgar os governadores peemedebistas num primeiro momento e as bases partidárias dentro do projeto que as lideranças consideram mais ajustado. Se a posição de muitos governadores, discordando de Ulysses, começou com a indicação insistente de Quercia, em maio, numa série de encontros, nada mais natural do que buscar a reversão com sua participação ostensiva e aberta. Foi o que ocorreu ontem e deve acontecer com outros nos próximos dias, seguindo a linha que o comando do PMDB está traçando. Quercia está indo além na sua postura, partindo para a crítica a dois governadores do Nordeste, Tasso Jereissati e Geraldo Mello, que mesmo pertencendo ao PMDB estão prestes a apoiar Fernando Collor. No esquema peemedebista existe na mobilização programada a previsão de uma data para marcar a confirmação do apoio a Ulysses, o dia da militância. O apoio de Quercia, reafirmado com maior ênfase ontem, constitui segundo alguns setores peemedebistas uma espécie de sinalização para desencadear manifestações no mesmo sentido de outros governadores e diretores estaduais. E a arrancada que o Partido estava prometendo, ainda esperando participar do segundo turno.

Ofensiva

Enquanto os demais candidatos procuram aprofundar suas campanhas, acertando questões internas, o candidato do PRN, Collor de Mello, ainda busca adesões. A mais recente informação envolve outra liderança do PFL, o senador Marco Maciel, que tenta recuperar-se politicamente desde que perdeu a prévia no Partido. Diante da expectativa de uma revisão na posição pefelista, envolvendo um possível afastamento de Aureliano Chaves, o senador pernambucano estaria sendo devidamente cercado. O prefeito de Recife, Joaquim Francisco, já teria se definido por Collor. Paralelamente à ação política interna, o ex-governador de Alagoas está preparando novos lances no exterior, que podem produzir repercussão aqui. Entre eles se anuncia um encontro com o presidente George Bush, na sua próxima visita aos Estados Unidos.

Jost

As especulações sobre a presença de Nestor Jost no ministério de Sarney decorrem de conversações que se desenvolvem há algumas semanas. Nos círculos políticos que acompanham mais de perto as articulações em Brasília o vazamento da notícia não surpreendeu. A maior indagação reside na sua viabilização, diante do debate que está sendo desenvolvido em torno da área econômica.

Sucessão

O presidente Sarney não tem candidato à sucessão, mas ainda pensa numa alteração no quadro de candidatos. A tentativa de influir, muito difícil pelo seu desgaste, teria sido objeto de conversações com algumas lideranças políticas há algumas semanas, em Brasília.

Carlos Fehlberg

048

**Jesse Jackson
vai apoiar
Aureliano**

Se depender do apoio do movimento negro americano, através do reverendo democrata Jesse Jackson, o candidato do PFL à Presidência da República, Aureliano Chaves, poderá ser eleito em novembro. O apoio foi oficializado esta semana pelo presidente da Frente Nacional Contra o Apartheid, Ramahy Yared Mohammed, acrescentando que, no fim deste mês, o reverendo estará no Brasil para uma visita a cinco capitais ao lado do ex-ministro:

— O Aureliano foi o primeiro candidato a assumir publicamente o rompimento do Brasil com a África do Sul até o fim do *apartheid* — afirmou Mohammed, assinalando que essa foi a principal razão pela qual a entidade resolveu apoiar a candidatura do PFL.

Lembrando que os candidatos não podem se esquecer de que 64% da população do Brasil é negra, o presidente disse que Aureliano tem conhecimento dessa realidade e que ele contará com o apoio dos 573 núcleos que a Frente tem estruturados no País.

(AG)

P. R. (P. R.)
Sumi

098

Maluf quer que TSE dê acesso ao rádio e à TV

O candidato do PDS à Presidência, Paulo Maluf, procurou ontem o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Rezek, para informá-lo de que vai entrar com mandado de segurança contra a censura aos candidatos nos programas de rádio e TV a partir do dia 17. "Depois de 29 anos, teremos uma eleição secreta, com os candidatos amordaçados", criticou Maluf, após o encontro com Rezek.

Segundo ele, a proibição da presença dos candidatos em entrevistas exclusivas nos meios de comunicação — prevista na lei aprovada pelo Congresso — é inconstitucional. O candidato do PDS informou que vai entrar com o mandado de segurança logo após a publicação, no Diário Oficial, das normas de propaganda aprovadas pelo TSE, o que deve ocorrer ainda esta semana.

O candidato do PDS reuniu-se ontem, em Brasília, com os membros da Executiva Nacional e com 20 integrantes da bancada federal do partido e mostrou uma pesquisa indicando que ele está em situação de empate técnico com Leonel Brizola (PDT), no segundo lugar.

Durante a reunião, o candidato acertou com o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) para que seja apresentada hoje uma emenda ao projeto que modifica a legislação eleitoral, determinando que todos os candidatos possam participar de programas de rádio e televisão durante a campanha. (Brasília/ZH)

FBe (P.P.P.)

SUM

01.01

8907210

048

F.R. P.R. ZERO HORA — Sábado, 01.08.87 — PÁGINA 10

Aureliano manda insatisfeitos do PFL saírem do partido

Ele os acusou de fazerem o jogo da conveniência política

O candidato do PFL à sucessão presidencial, Aureliano Chaves, lamentou ontem que os setores pefelistas insatisfeitos com a sua candidatura permaneçam no partido fazendo o jogo da conveniência política. O ex-ministro reitor a opinião de que esses grupos devam assumir um comportamento digno e deixar a legenda para apoiar outras candidaturas.

— Quando o PFL foi criado era um partido de convicção e não de conveniências. Quem estiver voltado para suas conveniências que procure outro partido — disse o candidato.

O desabafo de Aureliano aconteceu depois do encontro de meia hora que manteve ontem com o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida. O candidato do PFL foi o quarto presidente a visitar dom Luciano para expor suas idéias e programa de governo. Antes dele, estiveram na CNBB os candidatos do PMDB, Ulysses Guimarães, do PCB, Roberto Freire, e do PL, Afif Domingos.

Aureliano disse que foi à CNBB em busca de orientação "dos pastores" para uma política social voltada, basicamente, para os setores de saúde, habitação e educação. Dom Luciano lembrou as boas relações que o candidato do PFL mantém com a Igreja desde o episódio dos

padres franceses, Aristides Camilo e Aristides Gourion, acusados de incitamento de lavradores no norte do País, na década passada.

TELEFONEMAS — Durante todo o dia de ontem, parlamentares do PFL ausentes de Brasília telefonaram para o líder do partido na Câmara, José Lourenço, para lamentar a insistência de Aureliano Chaves em se manter candidato à eleição presidencial. "Não desanimem", repetia Lourenço a seus companheiros de partido, explicando a alguns porque continuava a apoiar Aureliano "Se em largo isso aqui, o PFL desmorona", alegava.

Para explicar como pretende fazer Aureliano avançar sem o apoio das bases pefelistas, Lourenço comparou a eleição deste ano com a de 1950, vencida por Getúlio Vargas. "Ele ganhou sem ter um grande partido atrás de si. As estruturas partidárias não comandaram a decisão política do povo", declarou. Oficialmente, o líder do PFL disse que 90% da base do partido vai apoiar Aureliano e que, se o presidente pefelista vai mal, todos os outros também enfrentarão problemas, com exceção de Fernando Collor de Mello, do PRN. (AG/AB)

098

Governo não cede e supera crise

BRASÍLIA — O Palácio do Planalto considerou ontem encerrada a crise aberta pela tentativa de derrubada dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de A-breu. "O presidente não cede à pressão de ninguém", disse o secretário particular de José Sarney, Augusto Marzagão, ressaltando que isto não significa que qualquer ministro esteja livre de uma eventual demissão: "Qualquer cargo de confiança, inclusive o meu, é passível de demissão, mas isso apenas por decisão exclusiva do presidente", resumiu Marzagão.

Na assessoria do presidente, a avaliação era de que Sarney conseguiu contornar a crise com habilidade, pois se de um lado não interessava ao governo entrar em confronto direto com o proprietário da Rede Globo, Roberto Marinho — o pivô da crise, que queria a demissão dos dois ministros —, o preço de ceder ao empresário seria um grande desgaste junto à opinião pública.

Existe a convicção de que quem saiu mal do episódio foi o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito. Por ingenuidade, teria se metido numa briga que já dura um ano —

desde que o governo não permitiu a conversão da dívida externa em projetos de investimentos em exportação, que interessaria ao empresário. Foi aí que começaram as pressões para a troca da equipe econômica.

Ronan Tito entrou na história porque imaginou aproveitar a força de Roberto Marinho para fazer prevalecer sua tese da nomeação de um superministro para coordenar a aplicação das medidas econômicas propostas pelo Congresso. Ronan chegou a consultar políticos à esquerda e à direita a respeito do melhor nome para ocupar a função, acabando por fixar-se em Luis Roberto Ponte, o líder do governo na Câmara. Sem notar que em três meses o quadro econômico mudou, o senador manteve a sua estratégia original. Não percebeu nem mesmo que políticos como César Maia (PDT-RJ) já retiravam o apoio à tese do superministro, até porque Mailson e João Batista estavam controlando a situação. No final, Ronan Tito acabou se transformando no bode expiatório dos dois lados. Tanto o empresário Roberto Marinho como o governo atribuem a ele a paternidade da manobra.

098

Presidente convoca políticos

BRASÍLIA — O presidente José Sarney fez ontem a revisão final do documento Transição Econômica para a Modernidade, de 50 páginas escritas de próprio punho, que a partir de hoje começa a discutir com o Congresso e vários setores do governo. Com este trabalho, o presidente pretende reduzir o tamanho do Estado, desburocratizá-lo, dar instrumentos mais ágeis à Justiça e facilitar o combate à corrupção, ao contrabando e às irregularidades do serviço público, propondo até o efetivo da Polícia Federal.

Sarney reúne-se hoje com os presidentes do Senado, Nelson Carneiro, e da Câmara, Paes de Andrade, e na sexta-feira realiza o primeiro encontro setorial com os ministros do Trabalho, Saúde, Educação e Previdência Social. A próxima reunião será com os ministros da área econômica e depois Sarney volta aos políticos. A todos, vai expor o documento sobre o qual vem trabalhando há três meses.

As medidas que coincidirem com aquelas propostas pelo Congresso, serão incorporadas ao documento do Pacto e poderão ser transformadas imediatamente em atos a serem votados pelo Congresso. Quanto às outras, vai amadurecer em discussões dentro do próprio Executivo, antes de submetê-las à análise dos políticos.

Problemas — O presidente está convencido de que, num ano eleitoral, terá problemas para tocar essas medidas no Congresso. Mas acha que a atuação dos líderes será fundamental para convencer deputados e senadores de que o país não pode continuar como está e as medidas são boas para todos os candidatos à Presidência da República.

Sarney quer aproveitar este momento em que o Congresso se abriu a uma colaboração com o Executivo para restabelecer o diálogo com o Parlamento e fazer dele o porta-voz. O secretário particular do presidente, Augusto Marzagão, está a par do conteúdo do chamado Documento da Modernidade, mas não se sente autorizado a divulgá-lo, porque é uma tarefa que Sarney pretende delegar aos seus líderes no Congresso. Pouco a pouco, os políticos vão anunciar as novas medidas. Começou anteontem, com o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, que divulgou três providências novas: o leilão das casas de ministros, a privatização de empresas e maior facilidade para as importações.

Depois de concluído o documento sobre a transição econômica, o presidente Sarney começa a elaborar o seu trabalho final no governo. Na véspera da posse do novo presidente da República, apresentará publicamente uma radiografia da situação em que recebeu o governo e as condições em que entrega a administração ao seu sucessor.

Sarney fará um relato das dificuldades. Mostrará que enfrentava problemas partidários e insistirá nas teses que desenvolveu ao longo do seu governo: os partidos, a Constituinte, as eleições municipais, estaduais e a Constituição complicaram sua vida. Ontem, o presidente já tinha um número preciso para avalizar seu raciocínio: em quatro anos e cinco meses de governo, enfrentou 9.108 greves. O presidente fará um balanço de suas realizações, e mostrará o que quis fazer e não conseguiu, entregando, nas mãos do sucessor, um elenco de sugestões.

Eleitorado é 2º índice do país

Vilma Bôas Carreira

Quando, hoje, à meia-noite, encerrar-se o prazo para o alistamento, o Brasil exibirá um índice que se classifica entre os maiores do mundo: cerca de 81 milhões de eleitores, compelidos pelo voto obrigatório a comparecer às urnas de 15 de novembro para votar diretamente, depois de quase 30 anos de interrupção, o presidente da República que tomará posse a 15 de março de 1990.

É possível, até mesmo provável, de acordo com o mais votado não alcance maioria absoluta (metade mais um dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos), que o primeiro eleitorado não votante brasileiro a decidir no segundo turno, previsto para 17 de dezembro, entre os dois candidatos na primeira turnê, e sucessor do presidente José Sarney.

O eleitorado tem sido objeto de estudos e pesquisas de opinião. Desde a década de 60, quando o Quêdgo ultrapassou cinco milhões e meio de votos, para 12 milhões de votos em 1984 — a última pesquisa feita — a população em idade de votar de 15 anos e mais cresceu 10%, mais de seis milhões, isto é, mais de um terço da população brasileira de 15 anos e mais.

Seu crescimento tem sido exponencial. Hoje de pouco mais de 15 milhões para ficar com aproximadamente, da última eleição presidencial direta de 64, quando José Quêdgo ultrapassou cinco milhões e meio de votos, para 12 milhões de votos em 1984 — a última pesquisa feita — a população em idade de votar de 15 anos e mais cresceu 10%, mais de seis milhões, isto é, mais de um terço da população brasileira de 15 anos e mais.

Em 1984, de 15 — o eleitorado brasileiro que compareceu à eleição PMDB em 1984 — a população em idade de votar de 15 anos e mais cresceu 10%, mais de seis milhões, isto é, mais de um terço da população brasileira de 15 anos e mais.

Dados comparativos — Não é fácil explicar a explosão do eleitorado brasileiro nas últimas décadas. O crescimento do eleitorado brasileiro, em termos de população, tem sido bastante rápido, com taxas de crescimento superiores às das outras nações. Isso se deve, em parte, ao fato de que, além de crescer, o Brasil também tem uma população jovem, com uma alta taxa de natalidade, o que resulta em um crescimento populacional muito rápido. Além disso, o Brasil tem uma população muito pobre, o que resulta em uma alta taxa de mortalidade infantil, o que também contribui para o crescimento populacional.

Uma das razões talvez possa ser identificada na extrema facilidade com que se faz o alistamento eleitoral, especialmente durante as épocas de campanha, com ajuda dos partidos. Quem necessita de documento para a votação pelo sistema, obtém seu título de eleitor sem despesas e mais rapidamente do que a maioria dos cidadãos de outros países.

A comparação feita nos olhos e pode ser comprovada com a simples comparação com qualquer outro índice nacional de um país de economia e desenvolvimento semelhantes.

Vários e alguns números mais estatísticos. Os 81 milhões de eleitores brasileiros, hoje, os 30 milhões amparados pelo PIS-PASEP ou os 36 milhões e 316 mil da população economicamente ativa registrados pelo IBGE em 84.

Desses, goza do privilégio de emprego regular, menos da metade, cerca de 22 milhões, 320 mil, 15%. Ou seja, o eleitorado é 3,7 vezes superior à sua parcela empregada. A diferença se reduz quando se somam aos empregados na economia formal os milhões (cerca de 14, 15 milhões) que trabalham à vista na faixa que se chama de economia informal.

As contas movimentadas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS — sobem a mais de 25 milhões, o eleitorado é mais de duas vezes maior.

Adiante, a RAIS — Relação Anual de Informações Sociais — cadastra cerca de 15 milhões e o imposto de renda pago em torno de sete milhões de assalariados e

a meio milhão de milionários que não conseguem arribar.

Há mais. Até hoje o Ministério do Trabalho deve ter expedido por volta de 25 milhões de carteiras de trabalho, 3,3 vezes menos que o eleitorado.

Um dado definitivo em 87, os segurados do INPS, patrões e empregados, atingem 28 milhões, 437 mil, 708. Isto é, quase um terço do eleitorado.

Marginalização — A análise desses dados conduz à chocante conclusão de que o eleitorado embute uma porcentagem que está fora de qualquer proteção ou benefício do estado. Do estado cuja saliência o presidente Sarney proclamou em recente entrevista à televisão. Não é amparado pela previdência social, não chega aos postos de saúde, não ganha salário em emprego fixo, não sabe o que é tratamento dentário, não consegue matricular os filhos na escola pública. Nem mesmo tem número de registro de identificação ou pode exibir carteira de trabalho.

Vive à margem do estado que não chega até ele, que o ignora, ao tomar conhecimento de sua existência aos computadores do Tribunal Superior Eleitoral. O eleitor, nada mais.

Orá, esse eleitor maltratado pelo estado é um respatido a amargar sua frustração, um certo que se deixa embalar por esperanças a cada campanha política, depois, purga e regresso do voto na decepção das promessas jamais cumpridas.

O eleitor que vota contra o status quo, contra governo, contra política, contra partidos. Vota por mudanças, sem que saiba defini-las. Deixa-se levar por qualquer aceno de mudanças pior do que está, é impossível.

O eleitorado que se libertou de tutela, que votou rangendo os dentes de raiva em 84 porque votou embalado pela ilusão em 84. O eleitorado que se soltou, não segue partidos nem velhas lideranças. Anseia pelo novo.

Um eleitorado desestruturante. Cresceu demais, virou dono do seu voto. Pode votar errados mas vota no candidato que caiu no seu gosto. Arrepende e cala brezo, dispara, ninguém manda mais.

PARTES ILEGÍVEL

01.01

8907215

096

O presidente Leonel Brizola culpou diretamente o candidato do PRN pela crise que culminou com a extinção do BRDE. Para o líder pedetista, foi um golpe de 20 milhões de dólares na economia gaúcha

Brizola responsabiliza ^{FP}_{AR} Collor pelo fim do BRDE

Na passagem pelo Rio Grande do Sul este final de semana, o candidato do PDT, Leonel Brizola, apresentou um discurso novo. O dirigente trabalhista, que é um dos vice-presidentes da Internacional Socialista, disse no sábado à noite aos formandos de Engenharia Elétrica da UFRGS e reforçou na entrevista coletiva que concedeu ontem pela manhã, que sua luta "não é para passar do capitalismo para o socialismo" e sim para modernizar o capitalismo brasileiro. Por outro lado, no discurso que fez aos militantes pedetistas sábado à tarde no comitê central de sua candidatura, Brizola fez um discurso menos moderado, prometendo "romper com este sistema econômico perverso".

Brizola responsabilizou diretamente o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, pela extinção do BRDE. "Foi um golpe de mão de no mínimo 20 milhões de dólares contra a economia do Sul do País, onde o povo do Rio Grande foi mais prejudicado. Quem ganhou foi o Estado de Alagoas e indiretamente a campanha de Collor. Eles não escapam de um inquérito rigoroso que irá apurar todas as responsabilidades do caso Prodena".

"Restaurar o banco é questão prioritária do meu governo, caso chegue à Presidência da República. A intenção é devolver toda esta tecnologia avançada de captação e distribuição financeira que representou o BRDE aos três Estados do Sul, mas, se Santa Catarina e Paraná não quiserem, o Rio Grande terá o banco de volta, para impulsionar o seu desenvolvimento", garantiu.

Apesar da questão do BRDE, Brizola aproveitou para falar



Brizola: "Vou reativar o banco"

a respeito do Rio Grande do Sul e revelou que o Estado "terá atendimento especial, pela situação de isolamento do resto do País". Segundo o ex-governador, "não quero com isto invocar nenhum regionalismo, mas será inevitável dar uma ajuda ao setor produtivo gaúcho para reativar a sua economia que é fundamental ao desenvolvimento do próprio País".

Brizola disse confiar na união do eleitorado gaúcho em torno de seu nome: "Isto eu não discuto. É uma questão de cidadania. Confio na capacidade de união da nossa gente. Não acredito que os gaúchos irão votar em Collor, que ficou com o dinheiro do BRDE".

01.01

8907217

098

Presidenciável vai à Justiça contra pesquisas

As pesquisas continuam "inverídicas" mas devem se adaptar à realidade, "a verdade vai aparecer". Pelo menos é o que afirma Leonel Brizola ao anunciar que irá questionar a validade deste tipo de prévia junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "A Justiça Eleitoral não pode mais continuar de braços cruzados, a partir das revelações do líder do PFL, José Lourenço, de que as pesquisas foram encomendadas pelo ministro Antônio Carlos Magalhães. Não é possível que o poder econômico continue a dispor deste instrumento poderoso de pressão

eleitoral e formação da consciência das pessoas em favor da imagem de um candidato, como Collor de Mello, que ataca o presidente da República com palavras".

A eleição presidencial, acredita o candidato do PDT, dificilmente se decidirá no primeiro turno. Ele diz que se alguém tem condições de chegar ao segundo turno, "este é Leonel Brizola. O outro, pela lógica, espero que seja o Collor, já que os conservadores representam 40% do eleitorado. Assim poderemos prolongar o debate sobre as causas da crise

brasileira, e aí espero levar vantagem, porque Collor também tem culpa como candidato das elites que querem se perpetuar no poder".

No segundo turno Brizola aposta na sua vitória, "porque o povo, que defende a democracia popular, deverá se unir em torno do candidato que seja capaz de derrubar os conservadores que estão no poder há 25 anos. Convém não especular apoios de lideranças específicas para não despertar preconceitos. Vamos deixar as coisas por conta do processo social".

Festa recepcionou o candidato no sábado

O PDT gaúcho armou uma grande festa no final da tarde de sábado para receber Leonel Brizola. A movimentação começou por volta das 17 horas no Aeroporto Salgado Filho, quando um grupo de militantes foi receber Brizola, e cresceu quando ele foi ao comitê central de sua candidatura, na Rua Dr. Flores. O candidato respondeu o entusiasmo de seus apoiadores com um apelo à mobilização e não perdeu a oportunidade de lançar muitas críticas contra seu principal adversário, Fernando Collor de Mello (PRN) e contra as pesquisas, que ele acusa de manipular a opinião pública.

A programação política de Brizola no Estado sábado foi curta, porque o principal compromisso do candidato era a formatura do curso de Engenharia Elétrica da UFRGS, da qual foi paraninfo. Ele chegou ao aeroporto com mais de uma hora de atraso, deu algumas entrevistas e seguiu rapidamente para o comitê central do Movimento Popular Leonel Brizola.

Ele definiu o comitê como "uma trincheira de campanha" e pediu a todos que se empenhem na luta pela vitória do partido.



Paraninfo entrega diplomas na UFRGS

Ele denunciou que "o País está desgovernado" e não poupou críticas nem ao presidente José Sarney, a quem acusou de fazer "papel ridículo" na televisão, nem ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que voltou a definir como "um filho da ditadura".

Na formatura, um discurso atacando as elites

A presença do candidato do PDT, Leonel Brizola, à formatura do curso de Engenharia Elétrica da UFRGS como paraninfo destacou a atenção dos formandos para o presidencialismo. Um bom número de brizolistas se misturou aos parentes e amigos dos formandos e não cansou de aplaudir seu candidato. Brizola fez um discurso político, no qual apresentou sua plataforma para a direção do País e atacou "a elite dirigente brasileira", que chamou de "incompetente e insensível aos problemas nacionais".

dando um professor para paraninfo. A primeira exceção foi aberta no ano passado, quando o convidado foi o presidente da Fierga, Luis Carlos Mandelli. A escolha de Brizola foi decidida depois de uma votação, na qual o candidato petetista teve o voto de 15 dos 27 formandos.

O orador da turma, José Gabriel Gonçalves, explicou que o convite a Brizola foi pensado por ser ele um engenheiro formado pela UFRGS que se destacou na vida nacional. Todos os formandos afir-

base política no grupo. Dos 26 formandos que compareceram à entrega dos diplomas, 23 abriram seu voto para presidente. Destes, 13 são brizolistas, três votam em Lula (PT), um em Mário Covas (PSDB) e um em Collor de Mello (PRN). Sete disseram que ainda estão indecisos.

Antes de seguir para o prédio da Retórica da UFRGS, onde aconteceria a formatura, Brizola se reuniu com os formandos para um coquetel. Ele entregou a eles exemplares de um livro que o candidato Carlos Lacerda (PDT) fez em

200 hrs 34/7/85

PARTES ILEGÍVEIS

01.01

8907218

098

Collor diz que Lula não assume atitude de homem

SÃO PAULO — O candidato do PRN a presidente da República, Fernando Collor de Mello, reagiu com um violento soco na mesa quando, na madrugada de ontem, o jornalista Ferreira Neto, em seu programa da Rede Record de Televisão, perguntou sobre a acusação de abuso de poder econômico na campanha, feita pelo candidato do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva.

Collor deu impressão de que responderia indiretamente, pois sua reação inicial foi criticar a petista Luiza Erundina, porque a prefeita de São Paulo decidiu publicar um jornal de 500 mil exemplares para divulgar a administração da prefeitura paulista. Mas, em seguida, atacou Lula: "Este candidato tem que deixar de ser hipócrita, tem que assumir atitude de homem", disse o candidato do PRN ao desferir um soco na mesa.

Por coincidência, a TV Record saiu do ar depois da cena, por falta de energia elétrica. Quando a imagem retornou, Ferreira Neto, ironicamente, explicou aos telespectadores que o soco não fora a causa da interrupção do programa e perguntou a Collor se ele não tinha machucado a mão. "Não machuquei", respondeu o candidato do PRN, que é faixa preta de caratê.

Durante o programa, Fernando Collor voltou a prometer que vai reduzir o número dos ministérios e "enxugar" a máquina administrativa, se for eleito presidente. O candidato do PRN disse, também, que não faz parte da "elite dirigente que vem comandando o país nos últimos 20 anos".

☐ O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, afirmou mais uma vez seu concorrente principal, o candidato do PRN Fernando Collor, afirmando que ele "assumiu de corpo inteiro a sua condição de candidato de grande capital, nacional e estrangeiro". Brizola se referiu à palestra que Collor fez na Confederação Nacional da Indústria, quinta-feira, no Rio, quando afirmou, entre outras coisas, que o Banco Central deveria ser autônomo e cuidar da política monetária. Sobre a promessa que o candidato do PRN fez de recuperar economicamente o Rio, Brizola comentou: "Foi uma tirada demagógica. Ele não tem tradição nesse sentido e nenhuma antecedente que o credencie para fazer isso".

Janistas jovens dão apoio

SÃO PAULO — O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, inaugurou na tarde de ontem a sede do comitê Jovem Brasileiro, organizado por ex-integrantes da Juventude Janista, grupo de cerca de 400 militantes ligados ao ex-prefeito Jânio Quadros, que mantém um cadastro de 14 mil filiados. De baixo de chuva e diante da presença de cerca de 200 pessoas que se acotovelavam nas dependências do comitê, Collor discursou seguindo o velho estilo grandiloquente dos políticos em campanha.

"Eu preciso de vocês ao meu lado, não me abandonem", disse empolgado, na varanda do sobrado localizado na Avenida Brasil, uma das regiões mais valorizadas da cidade, o candidato do PRN. Collor chegou ao comitê com mais de uma hora de atraso e foi conduzido rapidamente para a casa num ambiente de muita confusão. Ovationado pela platéia, o ex-governador alagoano chegou a enfrentar um momento difícil: levou um forte choque elétrico ao pegar o microfone molhado para discursar, o que o obrigou a jogá-lo no chão.

Refeito do susto, mas por força da chuva, o candidato do PRN abandonou o local rapidamente, espremido pelos fis que o saudavam. "Vamos levar o nome de Collor através do nosso movimento para todo o país", prometeu João Carlos Camargo, secretário-geral do movimento Jovem Brasileiro, que briga, no momento, com um grupo dissidente que pretende apoiar o candidato do PDS à Presidência da República, o ex-governador Paulo Maluf.

Depois de se reunir, pela manhã, com um grupo de 70 empresários do setor de distribuição de veículos, almoçar com integrantes da Associação Paulista de Propaganda e inaugurar a sede do movimento Jovem Brasileiro, Collor

São Paulo — Arivaldo Santos



Collor leva choque elétrico

recebeu em seu comitê de campanha a visita do judoca Aurélio Mignel, ganhador da medalha de ouro da categoria dos meio pesados nos jogos Olímpicos de Seul, no ano passado, que está propenso a apoiar a sua candidatura. "Vim aqui para conhecer a fundo o seu programa de governo e se eu gostar vou apoiá-lo", revelou o judoca, que pretende procurar, também, os candidatos Guilherme Afif Domingos, do PL, e Mário Covas, do PSDB, com o mesmo objetivo.

098

F.P. P.P.
JORNAL DO BRASIL

Collor vai a Dom Paulo e a Sílvia Santos

SÃO PAULO — O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, visitou ontem, pela manhã, o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em sua casa, no bairro Ponte Pequena. "Dom Paulo é o pastor da minha Igreja e não vim aqui pedir o seu apoio", afirmou, após o encontro de 30 minutos. À noite, o empresário e animador de TV Sílvia Santos, recebeu Collor em sua mansão no luxuoso bairro paulistano do Morumbi.

Dom Paulo evitou qualquer contato com a imprensa e tentou impedir que os fotógrafos registrassem o encontro no interior de sua casa. Durante todo o dia, a Cúria Metropolitana se preocupou em não revelar o conteúdo da conversa e minimizar sua conotação política. "Dom Paulo dá audiências a todos os que as pedem", afirmou o frei Sérgio Valverde, assessor de imprensa do cardeal. Discreto, Collor saiu da Cúria elogiando Dom Paulo, mas sem detalhar o que tinham conversado.

O candidato do PRN repetiu que não pretende participar de debates com os outros presidencialistas antes da realização do primeiro turno da eleição. "É preciso que os candidatos tenham mais tempo para expor seus programas de governo e, nas atuais circunstâncias, acho que não vale a pena participar de debates", afirmou. No entanto, ele já confirmou sua presença no debate que a Rede Bandeirantes irá promover no dia 8 de dezembro, antes da realização do segundo turno, caso permaneça na disputa.

Depois do encontro com Dom Paulo, Collor de Mello almoçou na sede do jornal *O Estado de S. Paulo*, mas preferiu não conversar com os jornalistas que o aguardavam numa das salas de direção do jornal. Depois do almoço, ele despistou a imprensa e saiu por uma porta lateral. No começo da noite, o candidato do PRN visitou o empresário Sílvia Santos.

01.01

8907221

Collor promete a empresário que Rio vai à forra

"Comigo na Presidência, o Rio de Janeiro vai à forra". Com esta frase de efeito, o candidato Fernando Collor de Mello, do PRN, entrou com sua campanha no território de seu principal adversário na disputa presidencial: o ex-governador Leonel Brizola, do PDT. A promessa arrancou aplausos da platéia de empresários com quem Collor debateu seu programa de governo ontem na Confederação Nacional da Indústria. Depois de condenar o "evidente empobrecimento" imposto ao estado e à antiga capital da República, o candidato, animado, afirmou que "o Rio pertence a todo o Brasil, é a sua síntese, e voltará a ser como antes".

Collor disse que, se eleito, pretende liberar recursos para o Rio. Indagado se, investindo no estado e na capital, não estaria beneficiando o governador Moreira Franco, do PMDB, e o prefeito Marcello Alencar, do PDT, o candidato do PRN aproveitou a deixa para colocar-se na posição de estadista: "Um presidente não pode se limitar a questões partidárias".

E aproveitou para criticar mais uma vez o governo Sarney ao comentar os problemas para a instalação do Polo Petroquímico em Itaguaí: "O presidente foi a Itaguaí, com pompa e circunstância, 300 convidados, Boeing presidencial e tapete vermelho para descerrar a placa de inauguração do Polo. Treze dias depois, um ministro de seu governo (Roberto Cardoso Alves, Indústria e Comércio) baixa uma portaria dizendo que o Polo não seria mais do Rio, e sim de São Paulo. E esse ministro continua no governo. E Sarney não disse até agora se o Polo é ou não do Rio".

Aplausos — A questão do Rio de Janeiro foi levantada por duas vezes no debate Forum dos Presidenciais promovido pela CNI, e, sem dúvida, as promessas do candidato mascararam os momentos de mais aplausos de cerca de 50 empresários, representantes de federações da indústria de vários estados e de algumas grandes empresas como o Grupo Monteiro Aranha, White Martins, Montreal Engenharia e Kern do Brasil. Nas 22 perguntas encaminhadas a Collor, o interesse maior foi, obviamente, sobre as medidas econômicas que pretende aplicar caso se eleja. O clima geral era de simpatia para com o candidato.

Collor é o terceiro postulante à Presidência a atender ao convite do presidente da CNI, senador Albano Franco (os dois primeiros foram Leonel Brizola, do PDT, e Aureliano Chaves, do PFL). O mediador do debate foi o jornalista Villas-Bôas Corrêa, do JORNAL DO BRASIL. Após 20 minutos de exposição de seu programa básico, Collor passou a responder às perguntas.

Sobre como fará, concretamente, para punir os casos de corrupção, o candidato respondeu que pretende desencadear uma *Operação pega ladrão*, fazendo com que cada representação da Procuradoria Geral da República nos estados receba denúncias dos cidadãos e as encaminhe para soluções.

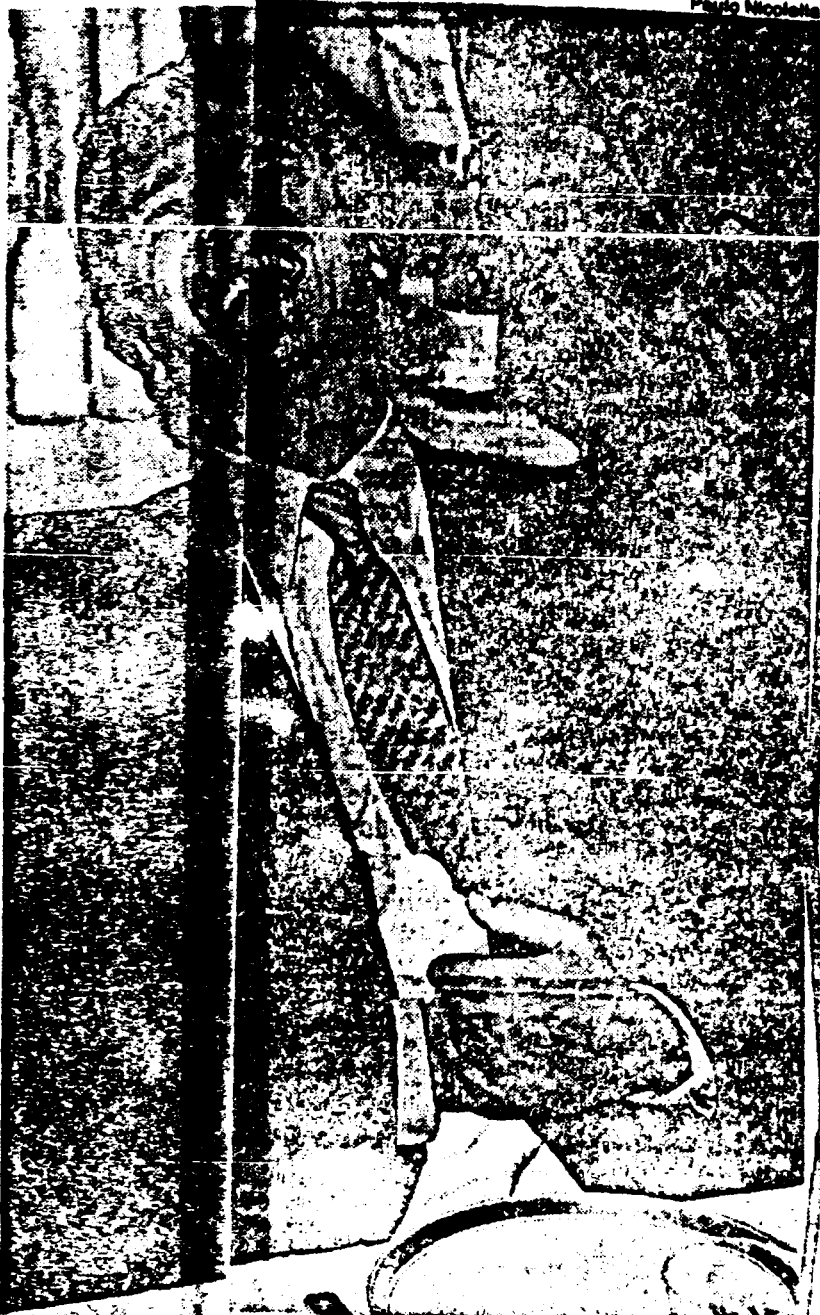
Júlio Cassano, da White Martins, perguntou se, a partir da nitida defesa da economia de mercado e da livre iniciativa feita pelo candidato, o CIP (Controle Interministerial de Preços) "teria vez no seu governo". Collor respondeu que "O CIP é um entrave para que os preços se façam no mercado, de acordo com a lei da oferta e da procura", e aventou a possibilidade de o órgão passar a fazer apenas o acompanhamento dos preços, em alguns casos. Ressaltou que seu desejo "interior" é "podar" o CIP.

Obstáculo — O presidente da Montreal Engenharia, Derek Herbert, quis saber se Collor daria independência ao Banco Central. "O BC deve ser autônomo e cuidar da política monetária", foi a resposta. Outro empresário perguntou se, para tantas reformas que o candidato quer empreender, o Congresso Nacional não seria um obstáculo. Segundo Collor, o presidente eleito com mais de 50% dos votos certamente terá apoio parlamentar. Lembrou que, seis meses depois da posse do chefe do Executivo haverá eleição para a Câmara e para a renovação de um terço do Senado.

A outra pergunta, sobre como solucionar o déficit público e tratar a dívida externa, o candidato afirmou que 87% do déficit provém dos encargos das dívidas externa e interna, e é necessário promover uma renegociação caso a caso. Collor deixou claro que não vai brigar "contra o FMI, e sim dentro do FMI". Quanto à liberação do câmbio, reivindicada por um empresário, o candidato disse concordar.

Collor foi instado a dar sua opinião sobre a Ferrovia Norte-Sul, pela qual Sarney tanto se empenha. Saiu-se bem diante da platéia de muitos empresários nordestinos. Disse que não negava a importância da obra, mas achava que os responsáveis pela fraude na primeira licitação deveriam estar presos.

Em entrevista coletiva, Collor foi lacônico ao comentar a denúncia da *raia de S. Paulo* de que, à época de seu governo em Alagoas, o Produban (Banco do Estado de Alagoas) livrou a TV Gazeta — o candidato é um dos seus donos — de uma dívida US\$ 124 mil. "Não sei dizer, vou mandar verificar, o Produban era uma instituição autônoma".



Collor causou boa impressão nos empresários da CNI

8907252

098

J. do Brizola

2 □ 1º caderno □ sexta-feira, 28/7/89

Coluna do Castello

A esquerda seqüestra seus candidatos

As crises mais recentes situaram-se no PSDB e no PT, mas só no primeiro caso envolve-se diretamente a sucessão presidencial com a renúncia de Roberto Magalhães, candidato a vice até anteontem. No PT, há escaramuças internas, como sempre, embora apresentadas como relacionadas com a campanha de Lula. A aspiração da equipe da prefeita Luiza Erundina de ter o seu próprio veículo de divulgação é da rotina dos administradores infelizes com o tratamento que lhes dá a imprensa. Acontece isso com frequência, independentemente da ideologia do político confrontado em suas metas pelos jornais que não lhe dariam o espaço adequado a tornar conhecidas suas obras e nem traduzidos para conhecimento geral os direitos do povo que supõem estar atendendo. Diários Oficiais costumam ter suplementos para atender a esse ressentimento administrativo, como é fácil ver nos diversos estados. Em todo o caso, isso talvez seja melhor do que a distribuição generalizada de matéria paga.



Já a crise do PSDB insere-se num processo típico desta sucessão presidencial, além de ser uma antecipação do barulho que haverá em 1990 pela sucessão do governador Miguel Arraes. Os grupos de esquerda saíram da Constituinte estimulados a disputar a Presidência da República e a eleição municipal de 1988 parecia indicar a existência de bases concretas para realização desse sonho. Um grupo de senadores e deputados, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, resolveu abrir a questão no PMDB, armando um novo partido que se contrapusesse às ambiguidades de uma frente que não conseguia desvincular-se do governo que ajudara a montar, e servisse de pólo a uma sólida e coerente proposta de centro-esquerda. Surgiu o PSDB, já com um candidato natural a presidente, o senador Mário Covas, montado nos 8 milhões de votos que lhe deram o mandato em São Paulo.

Era um convite à valsa. Mas nem todos os que receberam o passe entraram no salão, e a dimensão do partido ficou menor do que se esperava. Para lá não foi, por exemplo, o governador Waldir Pires, que deixo na antiga frente uma forte ala de esquerda. De qualquer forma o barco foi em frente, apostando-se em que a vocação nacionalista e reformista do eleitorado iria favorecer um candidato de nítida definição social-democrática. O curso da campanha, com a irrupção de um candidato situado do centro para a direita, mas com um discurso que, por sua autonomia, atendia mais aos ressentimentos populares com o governo e com o PMDB, deixou dúvidas sobre aquela vocação. Programas foram revistos e procuraram-se alianças no centro e na direita, tal como já vinha fazendo o prevenido ex-governador Leonel Brizola, de braço dado com algumas oligarquias estaduais.

01.02

8907273

O PT é o único dos partidos que, por seus compromissos de classe e de ideologia, está fadado a tentar passar pela porta-estrela da promessa socialista. O PMDB, que tentou paralisar a candidatura Covas sustentando suas próprias bases, foi seqüestrado por sua ala esquerda e hoje o candidato Ulisses Guimarães está condenado a perder o apoio de seus amigos que, no centro ou no governo, estão com o acesso vedado aos palanques da campanha. Roberto Magalhães, ao renunciar, lançou ao ar uma pergunta: "Que partido é esse no qual o candidato não pode ter amigos ao seu lado?" Essa pergunta estaria bem desde há algum tempo na boca de Ulisses. O drama é o mesmo. O discurso deve continuar semi-socialista, mas as minorias intransigentes aprisionam os candidatos que entregaram a elas a sua sorte.

Covas, que ampliou seu discurso numa mensagem destinada a empresários e a correntes do chamado liberalismo moderno, não pode ter um vice que referende esse discurso. A patrulha não deixa. O deputado Egidio Ferreira Lima é um político correto, mas não pôde conter suas bases flexibilizando-as para a associação com políticos egressos do regime militar, como acontece um pouco por toda parte. Por aí deve-se pesquisar igualmente outra vertente da crise dos tucanos. Essa se prende à forte personalidade dos políticos de Pernambuco. Magalhães não conseguiu ficar no PFL e passou-se para o PTB, mas a comunidade política a que pertence vincula-se ao prefeito Joaquim Francisco e ao senador Marco Maciel. São três individualidades marcadas, cada um com programa próprio e com avaliação autônoma dos fatos políticos.

Do outro lado, Miguel Arraes, um sertanejo que optou por Pernambuco, marca a sua própria área e, como tem posições no plano nacional que o levam a postular de Ulisses certas colocações políticas, também é bastante voluntarioso para ter seu próprio candidato ao governo do Estado. O natural seria Jarbas Vasconcelos, ex-prefeito e presidente nacional do PMDB. O preferido seria o vice-governador Carlos Wilson, sem perfil tão definido como Jarbas. Wilson se entrosou melhor precisamente com Egidio Ferreira Lima, com quem se habituou a pensar e a trabalhar politicamente. É 1990 entrando pelo 1989.

Carlos Castello Branco

O PT é o único dos partidos que, por seus compromissos de classe e de ideologia, está fadado a tentar passar pela porta-estrela da promessa socialista. O PMDB, que tentou paralisar a candidatura Covas sustentando suas próprias bases, foi seqüestrado por sua ala esquerda e hoje o candidato Ulisses Guimarães está condenado a perder o apoio de seus amigos que, no centro ou no governo, estão com o acesso vedado aos palanques da campanha. Roberto Magalhães, ao renunciar, lançou ao ar uma pergunta: "Que partido é esse no qual o candidato não pode ter amigos ao seu lado?" Essa pergunta estaria bem desde há algum tempo na boca de Ulisses. O drama é o mesmo. O discurso deve continuar semi-socialista, mas as minorias intransigentes aprisionam os candidatos que entregaram a elas a sua sorte.

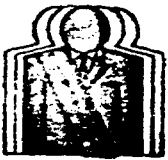
Covas, que ampliou seu discurso numa mensagem destinada a empresários e a correntes do chamado liberalismo moderno, não pode ter um vice que referende esse discurso. A patrulha não deixa. O deputado Egidio Ferreira Lima é um político correto, mas não pôde conter suas bases flexibilizando-as para a associação com políticos egressos do regime militar, como acontece um pouco por toda parte. Por aí deve-se pesquisar igualmente outra vertente da crise dos tucanos. Essa se prende à forte personalidade dos políticos de Pernambuco. Magalhães não conseguiu ficar no PFL e passou-se para o PTB, mas a comunidade política a que pertence vincula-se ao prefeito Joaquim Francisco e ao senador Marco Maciel. São três individualidades marcadas, cada um com programa próprio e com avaliação autônoma dos fatos políticos.

Do outro lado, Miguel Arraes, um sertanejo que optou por Pernambuco, marca a sua própria área e, como tem posições no plano nacional que o levam a postular de Ulisses certas colocações políticas, também é bastante voluntarioso para ter seu próprio candidato ao governo do Estado. O natural seria Jarbas Vasconcelos, ex-prefeito e presidente nacional do PMDB. O preferido seria o vice-governador Carlos Wilson, sem perfil tão definido como Jarbas. Wilson se entrosou melhor precisamente com Egidio Ferreira Lima, com quem se habituou a pensar e a trabalhar politicamente. É 1990 entrando pelo 1989.

Carlos Castello Branco

Collor joga pesado na ofensiva

Líder isolado da sucessão, o candidato do PRN ganha adesões e causa estragos entre os adversários



De uns tempos para cá, a política brasileira já produz muitos Fernando Collor de Mello. Em 1982, por exemplo, o Collor de Mello do ano era o candidato a governador de São Paulo Franco Montoro, que venceu o PDS com 5,2 milhões de votos e tornou-se o símbolo número 1 do sepultamento do velho regime de eleições indiretas e com cartas marcadas. Um pouco mais tarde, o Collor de Mello da época tinha poucos cabelos, mas era um senhor de idade avançada, uma dicção péssima e uma camiseta amarela — o deputado Ulysses Guimarães das diretas já. Nas eleições de 1986, Collor de Mello apareceu na forma do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que com seu Plano Cruzado levou o PMDB a ganhar 21 dos 22 governos estaduais em disputa. Dois anos depois, em novembro de 1988, Collor de Mello era representado com a calça jeans e os óculos para miopia da prefeita do PT, Luiza Erundina, de São Paulo.

Em 1989, quando faltam três meses e meio para 80 milhões de brasileiros irem às urnas escolher o sucessor do presidente José Sarney, o Fernando Collor de Mello do momento é o próprio Fernando Collor de Mello — o nome, até agora, do candidato contra o "isso tudo que está aí", ou seja, a situação de mau governo que vem sendo condenada, eleição após eleição, pela grande massa dos brasileiros. Collor, na semana passada, continuava encarnando melhor que qualquer outro candidato o papel de homem que está "contra

eles" — e, quatro meses após o início de sua ascensão, multiplicava os sinais de que permanece em franca ofensiva. "O Collor conseguiu fixar a imagem de que é o amigo do povo e o inimigo de tudo o que mais irrita o eleitor hoje em dia", diz o deputado Delfim Netto, do PDS, um de seus adversários na campanha. "Não está sendo fácil mudar isso."

Não está mesmo. As pesquisas de opinião indicam, extensivamente, que o eleitorado está farto dos políticos, que consideram ultrapassados — mais jovens entre todos os concorrentes, Collor irá completar 40 anos no próximo sábado, dia 12 de agosto, e nada tem a ver com as figuras que o povo se cansou de ver ao longo dos últimos anos. Poucas coisas revoltam tanto o cidadão comum, neste momento, como os privilégios e os salários dos políticos, o dinheiro que o governo desperdiça em viagens a Paris e em obras inúteis, os funcionários públicos que ganham sem trabalhar — Collor, afortunadamente para ele, construiu a fama de inimigo número 1 dos marajás. O Brasil é um país onde o PIB permanece estagnado desde 1980, com a economia em pandarecos e uma inflação que, quando fica em menos de 30% ao mês, é festejada pelo Palácio do Planalto. Todos os candidatos prometem retornar a uma fase de prosperidade, mas, até agora, Collor é o único que tem conseguido convencer os eleitores de que poderá fazer o Brasil crescer e ter progresso de novo. Enfim: conforme a nomenclologia das pesquisas eleitorais, pouca gente acha que ele será um Collor igual aos outros.

Logo depois do Carnaval, Collor de

Collor de Mello, no gramado de...

Mello inventou um partido, chamado PRN, apenas para ter condições legais para se lançar candidato. Possuía um único deputado na época. Na semana passada, sua bancada já era de 23 parlamentares, maior que a do PT e a do PL, por exemplo. Quando abandonou o governo de Alagoas para entrar na campanha, mesmo seus aliados mais próximos ouvidavam que ele tivesse oxigênio para agitar a corrida por mais de noventa dias, após os quais iria desaparecer na poeira do pelotão de falsos candidatos cujos nomes o eleitorado esquece e cujas pretensões são recebidas com gargalhadas. Hoje, Collor de Mello possui, trabalhando em tempo integral na sua campanha, 800 prefeitos de cidades do interior, conta com a cumplicidade de dezenas de parlamentares de siglas diversas, que não o apoiam em público, mas torcem por ele,



...em casa, em Brasília: segurança nas pesquisas e avanço nos redutos do PFL, PDS, PMDB e até no PDT de Brizola

e o silêncio simpático de uma grande fatia dos caciques do PMDB de Ulysses Guimarães, inclusive governadores de Estado. Só esse partido já lhe forneceu dois governadores, e, para os próximos dias, o candidato planeja adquirir o apoio de outros dois.

Mike Tyson — Desde que foram marcadas pela Constituinte, em votação ocorrida em 2 de junho de 1988, as eleições para a escolha do próximo presidente da República estiveram dominadas maciçamente por um nome, o do ex-governador Leonel Brizola. Para seus amigos, a disputa seria pouco mais do que uma passeio de carruagem — e todo o problema do PDT consistiria em espancar o PT de Lula para impedir que quebrasse seu monopólio junto ao eleitorado de esquerda. Para os adversários de Brizola, toda a alqui-

ma política consistiria em arrumar alguém capaz de batê-lo. Depois que a campanha começou para valer, no entanto, o sujeito oculto de absolutamente todas as articulações de bastidor chama-se Collor de Mello. "Sou obrigado a reconhecer que Collor tem competência política", afirma o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). "Saí de um Estado economicamente fraco e consegui uma projeção nacional espantosa, e isso é prova de competência", acrescenta. Na maioria das pesquisas eleitorais, sua margem de preferência bate em mais de 40% das intenções de voto. No último levantamento do Instituto Gallup, no qual Collor encontra-se na pior situação, a vantagem também é larga: dispõe de 36% das preferências. Concretamente, o desempenho de Collor até aqui coloca a possibilidade de que consiga receber mais de 50% dos

votos em 15 de novembro e levar a sucessão já no primeiro turno. Hoje, quem gosta de Collor de Mello trabalha para que a eleição seja decidida numa única rodada. Quem não, começa a pregar voto útil já na primeira fase.

"Ele é o candidato Mike Tyson", afirma o deputado Renan Calheiros, que abandonou a caravana do incansável Mário Covas para entrar na de Collor. "Não tem adversário capaz de competir", acrescenta. O diagnóstico é apressado. Em primeiro lugar, é óbvio que ainda falta muito tempo para o dia da eleição. Mais que isso, entre a etapa atual da campanha e o momento em que tudo será decidido, afinal, encontra-se uma fase crucial em qualquer pleito que se dispute no Brasil: o horário compulsório de propaganda no rádio e na TV, dois meses inteiros no qual candidaturas maravilhosas

pelos números das pesquisas podem virar pó e nulidades nos ibopes crescem até construírem vitórias nas urnas.

Não se conhece, na história eleitoral brasileira, nenhum candidato que tenha entrado e saído da televisão do mesmo tamanho — todo mundo acaba ganhando ou perdendo alguma coisa. Essa metamorfose, segundo reza a sabedoria convencional, pode ocorrer de novo a partir de 15 de setembro, início do horário obrigatório. Os críticos de TV são unâni- mes em dizer que Leonel Brizola, por exemplo, tem um desempenho formidá- vel diante das câmaras, muito superior ao que se espera de Collor. Também há pes- quisas mostrando que o senador Mário Covas é capaz de agradar à platéia. A res- peito de Collor, contudo, convém lembrar um fato: foi justamente depois que o pro- grama do PRN chegou aos vídeos, no final de março deste ano, na série de apresentações periodicamente reservadas aos partidos pela lei eleitoral, que o candidato aban- donou o terceiro lugar das pes- quisas para chegar ao primeiro posto.

O fato é que, seja qual for o desenrolar dos fatos depois de setembro, a ofensiva de Collor de Mello já foi capaz de colocar a sucessão, definitivamente, de pernas para o ar. O PMDB, estonteado pela arrancada atual do ex-gover- nador de Alagoas, é uma má- quina enferrujada, que não sai do lugar para carregar o depu- tado Ulysses Guimarães e tem como único tranfo eleitoral de verdade o governador Orestes Quêrcia, de São Paulo — que não pode fazer milagre e ga- nhar sozinho a eleição para o velho deputado. Da mesma forma, o PFL desmoronou e, hoje em dia, submete seu can- didato, o ex-ministro das Mi- nas e Energia Aureliano Cha- ves, a uma discussão humi- lhante — a que pretende esti- pular um prazo para sua re- núncia. No PSDB, o "choque de capitalismo" proposto pelo senador Mário Covas perdeu boa parte de sua voltagem de- pois da renúncia do vice Ro- berto Magalhães, recrutado justamente para dar um lustro liberal na legenda dos taca- nos. Por trás de todos esses estragos políticos, o que se esconde é um fenômeno único — o chamado efeito Collor,

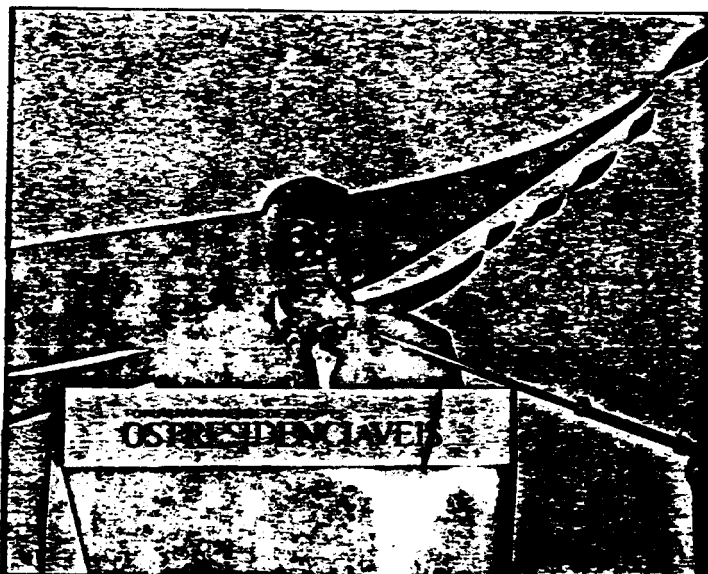
que consiste no costume de boa parte dos políticos brasileiros de abandonar um candidato, mesmo de sua legenda, quan- do descobrem que o vencedor está vestin- do uma outra camisa.

Boa parte dos governadores do PMDB paralisou o partido por uma razão muito simples — esperam que Ulysses caia um pouco mais para que possam, com o ar- gumento de que não há outra salvação, cair nos braços de Collor. Numa versão mais moderada, esta mesma atitude leva a ficar mornamente com Ulysses até o primeiro turno — e, ato contínuo, fechar com Collor no segundo. No PFL, já se col- lore abertamente. "Está todo mundo fazen- do isso", afirma o deputado Inocêncio de Oliveira. No PSDB, o efeito Collor é uma desgraça — tirou o ânimo de empresários e políticos para ouvir os planos de um sena- dor que, mesmo rodeado por uma constela-

ção de estrelas acadêmicas, sempre precisa iniciar a conversa explicando onde guarda o segredo para deixar o posto de sexto co- locado nas pesquisas.

Na semana passada, o efeito Collor fez sua aparição em outras legendas. No PDS de Paulo Maluf, por exemplo, provocou uma deserção capaz de causar um prejuízo duplo. O prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin, resolveu não só abandonar o candidato de sua legenda mas também Leonel Brizola, do PDT, a quem prometia ajudar desde que ganhou as eleições para a prefeitura, em novembro de 1988. "Os oportunistas inteligentes estão aderindo agora", acusa o deputado Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais. "Eles sabem que seu adesismo ficará muito evidente se de-ixarem para mais tarde."

Nas fileiras do próprio PDT de Leonel Brizola, o efeito Collor produziu a mais retumbante fofoca da semana, que foi o encontro do candi- dato do PRN com o deputado Cesar Maia, principal estrela do brizolismo na área econô- mica e uma espécie de solitá- rio talismã de seriedade, com- petência e bom senso na cam- panha do ex-governador do Rio de Janeiro. Conforme o próprio deputado do PDT, os dois conversaram ao longo de um encontro casual na sala VIP do Aeroporto de Cumbi- ca, em São Paulo, quando ambos aguardavam a chamada para um voo até Brasília. Se- gundo auxiliares de Collor, porém, os dois conversaram em duas ocasiões, a pedido do próprio deputado, e em ne- nhuma delas se encontraram no Aeroporto de Cumbica — mesmo porque o candidato do PRN só viaja para São Paulo a bordo de um jatinho, que aterrissa no outro aeroporto da cidade, o de Congonhas. Con- forme esses assessores, os dois conversaram na casa do irmão do candidato, Leopoldo Collor de Mello, numa oca- sião, e numa outra trocaram idéias no Hotel Maksoud. De acordo com esta versão, a len- da do "encontro casual em Cumbica foi uma desculpa acertada por Cesar Maia com Collor de Mello para evitar que o deputado fosse torrado na guerra interna do PDT, on- de a conversa dos dois trans- formou-se na mais nova dor de cabeça da campanha de



Aureliano: irritação com as pressões para que renuncie

O estrago no PFL

O estrago que Collor de Mello provocou no PFL já deixou a candidatura de Aureliano Chaves à beira da morte. Na se- mana passada, Aureliano participou, em Brasília, de uma reunião onde se discutia abertamente sua renúncia. Irrita- do com o tema, o ex-ministro desafiou os caciques do PFL a encontrarem um outro candidato. "Ponham o Antônio Carlos", disse Aureliano, numa referência ao ministro An- tônio Carlos Magalhães, das Comunicações. Num aparte, Antônio Carlos foi breve. "Não, ponham o Hugo Napoleão ou o Marco Maciel", sugeriu, referindo-se a dois outros ca- ciques da legenda. A seguir, Antônio Carlos foi bastante fir- me. "Não vim aqui para ouvir grosserias", disse o ministro. "O doutor Aureliano é conhecido por sua coragem, só que não é a única. Em sua tão coragem quanto ele e posso pre- ver isso aqui mesmo."

Leonel Brizola (veja reportagem à pág. 52). "Collor é um DC-10 cheio de oportunistas, mas vai explodir no pouso", afirma o deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS). "Os adversários vivem procurando defeitos em Collor, mas o fato é que ainda não descobriram que ele possui um vício muito maior, que é o de ganhar eleições", afirma o deputado Geraldo Bulhões (PRN-AL).

Na fase atual da campanha, a maioria dos candidatos é movida por uma obsessão comum, que é a de arrumar eleitores que gostem de suas proposições. No degrau mais alto das preferências eleitorais, no entanto, Collor já se movimenta com uma finalidade suplementar. Ao contrário do que se passa com os concorrentes, sua candidatura, até o momento, vai muito bem junto à grande massa do eleitorado. A maior dificuldade reside naquela fatia dos cidadãos chamada de elite. "No começo do ano vocês todos estavam morrendo de medo do Brizola e do Lula", chegou a queixar-se o candidato do PRN ao governador do Ceará, Tasso Jereissati, que há pelo menos quatro meses iniciou um namoro de portão com sua campanha e até agora não chegou a uma solução final — embora, mais uma vez, anuncie apoio iminente. "Depois que minha candidatura apareceu e a situação mudou, vocês sossegaram e começaram a vir com esses luxos de dizer que eu não tenho programa, nem idéias, nem gente boa à minha volta. Ora, vocês têm é medo de serem patrulhados", acrescentou Collor. "Vocês", no léxico do candidato, não quer dizer apenas políticos indecisos quanto a apoiá-lo, mas serve para designar, também, empresários, intelectuais, donos dos meios de comunicação e jornalistas que estão encantados com a possibilidade de que Collor venha a derrotar Brizola, mas têm vergonha de serem vistos em sua companhia.

DISPUTA SOLTEIRA — O candidato do PRN não corteja Tasso Jereissati nem qualquer outro governador do PMDB com a ilusão de que esse tipo de apoio poderá assegurar sua vitória em 15 de novembro. Ele sabe que entrou em campo para disputar uma eleição

solteira e que, neste tipo de competição política, as máquinas partidárias são engrenagens de pouca utilidade na hora de buscar votos — ainda mais num país que atravessa uma crise como a brasileira, na qual uma simples chapa branca pode se tornar um símbolo de tudo aquilo que o eleitor mais odeia. Numa eleição casada, como a de 1986, por exemplo, os partidos eram obrigados a defender seus candidatos mesmo quando não queriam — pois uma boa votação para o cargo majoritário beneficiou aqueles que concorriam para o Senado, que por sua vez puxaram votos para os deputados federais e assim por diante. Já numa disputa solteira, como a eleição presidencial, o eleitor costuma andar por sua própria conta e os políticos caminham atrás de quem é o favorito — como aconteceu, por exemplo, na vitória de Jânio Quadros contra o PTB e

o PSD em 1960. Na verdade, Collor de Mello conversa com os governadores do PMDB, os empresários e, em geral, qualquer pessoa com diploma universitário que tenha disposição de se meter a sua frente por uma outra razão.

Desde que começou a fazer aparições, o candidato do PRN repete uma frase que já se tornou famosa: "Não me deixem só", costuma dizer para as multidões no final de seus discursos, copiando um slogan da campanha do atual presidente da Argentina, Carlos Menem. Trata-se, por um lado, de pura demagogia — pois, de todos os 28 concorrentes à cadeira de Sarney, o único que não tem o direito de se queixar de solidão eleitoral é ele próprio. A afirmação, contudo, tem um lado que é verdadeiro. Depois de lançar-se na campanha como uma espécie de brincadeira, apoiado numa legenda de fantasia

e num comitê eleitoral formado pelo irmão Leopoldo Collor de Mello e por um pequeno grupo de amigos, como o empresário Paulo Octavio, de Brasília, Collor tornou-se o líder da disputa e tem chances reais de acabar no Planalto — mas não tem a menor idéia de quem poderá ajudá-lo a governar o país. Ele sabe que quer um ministério pequeno, que possa reunir na sala de jantar da estupenda mansão de sua família em Brasília, onde podem acomodar-se, confortavelmente, doze pessoas. Só não sabe quem poderá lhe fazer companhia nesse ambiente. "Vocês reclamam que minha campanha não tem gente séria", costuma dizer Collor aos interlocutores que apertam para matar a curiosidade de conhecer um candidato tão popular, mas evitam assinar qualquer compromisso. "Se vocês acham isso e não têm candidato melhor, por que não vêm?"

Na terça-feira da semana passada, um encontro no início da tarde reuniu Collor de Mello com alguns de seus interlocutores permanentes na fase atual de sua campanha. Em torno de uma mesma mesa, no Rio de Janeiro, estavam o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, e o ex-ministro da Previdência Social Raphael de Alcáide Magalhães. Também se encontravam, na mes-



Amiz: "Estou aliviado por ter declarado meu voto a Collor"

O estrago no PDS

Collor tem encontrado no PDS, legenda à qual já pertenceu, um reduto seguro de novos aliados. Ele já levou para o seu lado, por exemplo, um renitente inimigo do presidente Sarney no Maranhão, o senador João Castelo. Também já conta com o apoio do ex-deputado Nelson Marchezan, um político de prestígio no Rio Grande do Sul, onde Brizola tem uma grande força eleitoral. Em Santa Catarina, onde já garantiu a adesão do deputado Rômulo Boia, Collor espera, para esta semana, apresentar um novo troféu — o prefeito de Florianópolis, Esmerlino Amlin. "Estou aliviado por ter declarado meu voto a Collor", disse Amlin, na semana passada. Mas a maior investida de Collor no PDS ainda está por vir — se Paulo Maluf perder o fôlego na campanha, o candidato do PRN tem esperança de levar a legenda por inteiro.

ma conversa, os infalíveis Tasso Jereissati e outro governador do PMDB, Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte. Com os dois governadores, a conversa foi uma reprise dos encontros que os três vêm alimentando há bastante tempo — a conclusão, também. Tasso pediu, novamente, a Collor que assinasse um documento favorável a determinadas medidas em relação aos Estados nordestinos. Collor explicou, de novo, que esse pedido era uma formalidade exagerada e sem cabimento — além de ser, ele próprio, governador de outro Estado do Nordeste, a discussão, ali, tinha como horizonte o país inteiro. Mais uma vez, Tasso encerrou a conversa com sua frase favorita. "Terei uma resposta definitiva no final de semana", disse. "Mais uma semana de enrolação", chegou a queixar-se Collor, ao sair do encontro.

De Roberto Marinho, o único empresário da faixa de 1 bilhão de dólares que já disse, em público, que apóia sua candidatura, Collor ouviu palavras amáveis. "Collor, eu soube que há emissoras de TV que não lhe apóiam", disse o empresário. "Quero que você me diga quem são, porque vou conversar com eles pessoalmente", ofereceu-se Roberto Marinho. Com a outra personalidade presente ao encontro, Raphael de Alcides Magalhães, Collor de Mello tem uma convivência ambígua. Sabe que, nos bastidores, Raphael até que pode ter uma certa utilidade. Acha, no entanto, que o ex-ministro é uma pessoa que fala demais. O candidato já disse a um auxiliar, também, que essa companhia pode se transformar num estorvo eleitoral — não junto às elites, onde circula com desenvoltura, mas junto ao povo. É que, junto com Raphael, permanece, adormecido, o escândalo dos apartamentos da Previdência Social.

FORÇAS NEGATIVAS — As voltas com a rotina de candidato que lidera as pesquisas, Collor enfrenta um cotidiano recheado de compromissos. Para dar conta das obrigações diárias, já se habituou a uma dieta pesada. Ele toma dois cafés da manhã, é capaz de almoçar até três vezes e chega a participar de dois jantares — tudo isso para acomodar

sua agenda. Como não sobra tempo para ler jornais, seus assessores selecionam as notícias que consideram mais importantes. O assédio sobre Collor é intenso. Apenas em seu gabinete, em Brasília, ele aperta a mão de mais de 100 pessoas por dia — quando sai às ruas, a conta chega aos milhares. Desde a hora em que acorda até o momento em que vai dormir, Collor posa para 500 fotografias, concede uma dezena de entrevistas e até mantém poucas conversas ao telefone — como prefere sempre dialogar pessoalmente, ele atende a vinte ligações por dia. "Ele reclama da agenda, mas acaba cumprindo", afirma o empresário Paulo Octávio, um dos coordenadores da campanha do PRN.

Collor gosta muito de falar mal do presidente José Sarney, a quem já chegou a se referir com um palavrão ao final da convenção do PRN que o lançou oficial-

mente candidato, mas os dois possuem pelo menos uma coisa em comum — são supersticiosos. Ambos têm medo da cor marrom e nunca usam roupas com essa tonalidade. Outra similaridade ocorre quando os dois visitam determinado ambiente — eles sempre saem pela mesma porta que entraram. Nesse terreno, Collor cumpre rituais bem mais complexos que Sarney. Na rua, não passa debaixo de escada e tem horror a gato preto, mas é dentro de casa que cultiva esses hábitos à exaustão. Ao longo das refeições, não aceita que uma pessoa lhe passe o saleiro, pois acha que este gesto acaba com as amizades. Prefere pegar o sal somente quando ele está em cima da mesa. Em casa, não deixa nunca sua mala no chão — por acreditar que possa atrair forças negativas. "Não gosto de me confrontar com coisas do domínio popular", diz

Collor. Entre elas, não gosta de deixar roupas viradas do lado avesso — principalmente meias. Quando depara com uma roupa nessa situação, Collor fica aflito. Numa ocasião, durante um show da cantora Simone no Rio de Janeiro, Collor passou por mais momentos ao ver a cantora tirar um blazer e jogá-lo no chão pelo lado avesso. Ao final do espetáculo, depois de cumprimentar a cantora, Collor não se conteve e extravasou suas apreensões. "Nunca mais faça isso", aconselhou Collor, com um sorriso no rosto. "Dá azar."

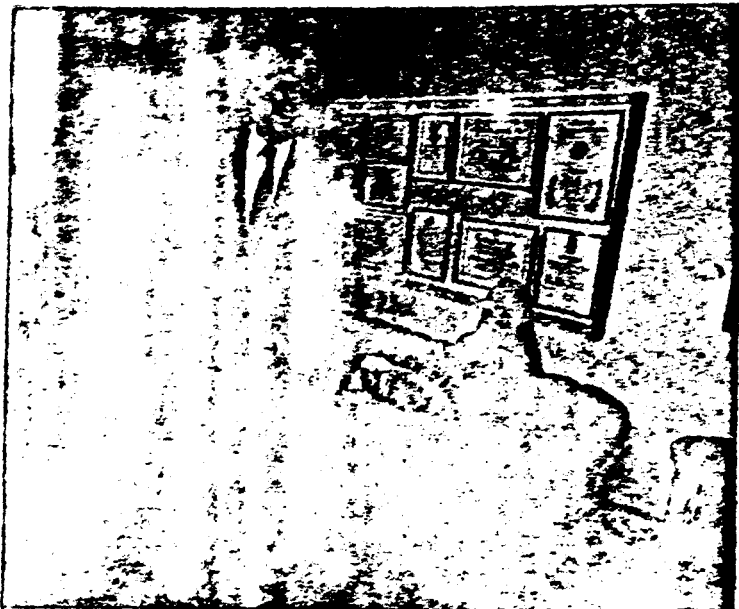
Collor é aquele tipo de pessoa tensa, e quando as coisas estão realmente complicadas pode ser visto apertando uma mão contra a outra. Descontraído, exibe um sorriso automático e até espontâneo ao posar para fotografos, mas o fato é que o candidato do PRN tem o humor de uma pedra, não sabe contar piadas e mesmo ao ouvir uma boa anedota dá a impressão de que sorri apenas por boa educação. Outro traço de sua personalidade reside em seu temperamento. No ano passado, ao longo de uma reunião da Sedene, Collor perdeu a paciência quando ouviu uma crítica disparada pelo então governador de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que disse que ele não administrava. Alguns porque viv-



Jereissati: governadores do PMDB longe de Ulysses

O estrago no PMDB

Collor planeja se apossar do PMDB no atacado, a partir dos governadores. Para os próximos dias, ele já dá como certa a adesão dos governadores Tasso Jereissati, do Ceará, e Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte. "Esse é o caminho mais lógico", disse Jereissati, na semana passada. Ainda para o primeiro turno, Collor espera contar com o governador do Paraná, Álvaro Dias, e com a preguça de outros governadores do PMDB, que não se entusiasman em trabalhar pela candidatura de Ulysses Guimarães. Para o segundo turno, especialmente se for disputado com Leonel Brizola, ele acredita que possa levar o partido inteiro. O importante nesses avanços sobre o PMDB é que, no fundo, pouco importa o apoio formal dos caciques da legenda. O simples fato de deixarem Ulysses ao desabrigo é o melhor serviço que podem prestar a Collor.



viajando pelo país. Com raiva, Collor deu um soco tão forte na mesa que derrubou um copo de suco de laranja no colo de um colega, o governador Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte. Depois do muro, levantou-se e abandonou o encontro.

CALÍGULA E INCITATUS — Com reações duras ao se ver importunado, Collor é um político que gosta dos amigos, premia quem o ajuda, mas não esquece de quem o atrapalhou. Antes de ser escolhido para disputar o governo de Alagoas, Collor teve que contornar as resistências levantadas por um rival, Teotônio Vilela Filho. Sagrado candidato, passou a trabalhar contra Teotônio, que disputava uma cadeira para o Senado. A poucos dias da eleição, Vilela se readeu e foi procurar seu desafeto. "Você está na condição de um imperador e pode fazer um senador. Por que não faz?", indagou o visitante a Collor, que viu na conversa uma oportunidade para ir à fora. "Se Calígula indicou seu cavalo, Incitatus, para o Senado, por que eu não posso fazer o mesmo com você?", disparou. Na época, ele mandou que seus correligionários se engajassem na campanha de Vilela, que acabou eleito.

Em sua vida pessoal, Collor pode ser considerado um homem vaidoso. Como tem pernas arqueadas, veste-se com calças largas para esconder o defeito. É também aquele tipo de consumidor chato, que sempre se confunde nas compras, toma um tempo enorme dos vendedores e fica em dívida sobre qual roupa deve levar — e acaba comprando três peças iguais. Para comprar sapatos, Collor também enfrenta dificuldades, só que nesse caso o problema é de nascença — ele calça 43,5 e só usa pisantes fabricados



por encomenda ou importados. Ele exercita sua vaidade até mesmo quando está em casa, onde não costuma tirar o paletó. Para manter a forma (ele pesa 90 quilos, distribuídos em 1,89 metro de altura), Collor corre 25 minutos de manhã, quando não tem compromissos logo cedo, nada na piscina de sua casa ou faz ginástica em aparelhos de musculação. "Eu não sou um homem vaidoso", diz ele. "Procuro apenas preservar meu preparo físico", acrescenta.

Casado pela segunda vez, com Rosane, estudante de Administração de Empresas, Collor tem dois filhos de seu primeiro matrimônio com Lilibeth Monteiro de Carvalho, herdeira do grupo Monteiro de Carvalho, e é um pai quase sempre ausente de casa, devido à maratona de contatos políticos que já o fez voar mais de 300 horas desde o início da campanha. Em Brasília, ele tem um comitê eleitoral bem espaçoso — com mais de 2 000 metros quadrados. Na capital, po-

Collor com a mulher, Rosane (à esq.), fazendo ginástica, e com o filho Pedro (ao lado): tranquilidade

rém, Collor gosta de ficar mesmo na "casa da Dinda", uma mansão situada no Lago Norte, de propriedade de sua mãe. Lá, Collor desfruta alguns hábitos bem domésticos e ecléticos. Ele é capaz de citar todas as baladas dos Beatles, mas gosta de ouvir música orquestrada nos fins de semana. Collor herdou uma biblioteca de seu pai com cerca de 25 000 livros, todos eles catalogados em um fichário, mas lê no máximo seis livros por ano.

Menino rico criado até os 17 anos no Rio de Janeiro, de onde se mudou para Brasília, Collor é uma pessoa que já quis ser muita coisa na vida. Numa época, imaginou que poderia ser bispo. Depois, arriscou uma carreira de manequim amador e chegou a participar de desfiles promovidos pela primeira-dama Yolanda Costa e Silva, mulher do presidente Artur da Costa e Silva. Mais adiante, resolveu não ser nada — e era comum vê-lo apostar corrida em Brasília, em automóveis com o motor envenenado. Formado em Direito, virou político, como o pai e o avô. Se sua campanha na sucessão presidencial tivesse dado errado, o esforço teria valido a pena, nem que fosse pela graça de participar de uma disputa desse tipo. O fato é que a campanha deu certo — ao menos até aqui. No momento atual da disputa, todos os concorrentes só desejam, no fundo, convencer o eleitorado de que eles é que são o verdadeiro Collor de Mello — e que o candidato do PRN não passa de um impostor. Fernando Collor de Mello tem essa diferença em relação aos outros. Do jeito que estão as coisas, daqui até 15 de novembro, só precisa provar que é ele próprio.

030

(Xm)

F. Pol.

(GOB)

Sarney resolve vender mansão e

Brasília — Gilberto Alves

privatizar empresas

BRASÍLIA — O presidente José Sarney anunciou a venda, por leilão, das residências oficiais dos ministros, na Península Sul do Lago Paranoá e a privatização e venda de um grande número de empresas do governo. Além disso, o presidente prometeu liberar as importações. Os ministros da Fazenda, Mallos da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, permaneceram no governo, e não ser que o Congresso Nacional proponha objetivamente sua substituição. Só então, segundo informa o líder do governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, "Sarney deve con-



Sarney quer divulgar um fato novo a cada dia

ceder a divulgação de fatos novos. O déficit público e o custo do leilão das casas e seus móveis, e dentro de três dias divulgará a relação das empresas a serem privatizadas. O presidente deverá enviar também mensagem ao Congresso incluindo três projetos já em tramitação no pacote fiscal prometido: são medidas na área dos subsídios, do imposto sobre operação financeira e do imposto rural. O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, saiu de uma reunião com o presidente dizendo que a estratégia agora é "não deixar esfriar, o governo não passará um dia sem anunciar um fato novo".

Todos os líderes que circularam ontem pelo gabinete do Palácio do Planalto — além de Gadelha e Ponte, lá estiveram o senador Saldanha Derzi (PMDB-MT) e o deputado José Lourenço (PFL-BA) — tiveram passagem obrigatória na sala de Augusto Marzagão, o secretário particular do presidente, que acompanhou o chefe de governo durante todo o dia. Sarney decidiu aproveitar ao máximo o atual ímpeto do Congresso, aplicando as medidas sugeridas no documento produzido pelo pacto de presidentes de partidos.

Representante — Tanto Ponte como Gadelha saíram do Planalto manifestando sua opinião pessoal: "Fim de governo, com a economia sob controle, não é o momento para mudar ministros". O líder do PFL informou que Ronaldo Costa Couto, ministro-chefe do Gabinete Civil, continua a ser o nome designado pelo presidente Sarney para representar o governo junto a uma comissão especial do Congresso que vai acompanhar a aplicação das medidas sugeridas. "O governo antes estava sozinho, agora o Congresso é sócio dessa operação", disse Gadelha.

Projeto retoma a privatização de 12 estatais

BRASÍLIA — O déficit público de 1989, avaliado em cerca de US\$ 18 bilhões poderia ser de US\$ 17 bilhões, se o Congresso tivesse aprovado a Medida Provisória 26, de 16 de janeiro, que propunha a privatização de estatais e venda da participação acionária da União em empresas. Agora, por iniciativa dos partidos políticos, o governo pretende enviar um projeto de lei ao Congresso nos próximos dias, propondo a privatização das 12 estatais previstas na Medida Provisória 26, que foi rejeitada.

Segundo um assessor do Ministro da Fazenda, Mallos da Nóbrega, a lista de empresas a serem privatizadas repete a da medida provisória, que incluía a Alcanorte, Usiminas, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Petroquímica União (do grupo Acesita), Açúcar Fino Piratini, Goisfertil, Nitrofert, Indústria Carboquímica

Catarinense, Fosfertil, Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), Nuclep e Nuclemon (do grupo Nuclebrás). Com a venda dessas empresas, o governo previa um ganho de US\$ 1 bilhão e o projeto de lei, que praticamente repete os termos de outro projeto em tramitação no Congresso desde julho de 1988, determinará a doação de 1% das ações aos empregados.

Além disso, o projeto atual autoriza que os empregados das estatais privatizadas comprem até 10% das ações, com desconto de 15% e financiamento de 36 meses. O governo pretende ainda acelerar a liberalização das importações, a fim de seguir as determinações do pacto proposto pelos partidos políticos.

A revisão do sistema tarifário pretende a redução real de custos das empresas que utilizam componentes importados, inclusive bens de capital, sem produção nacional. A resolução prevê a diminuição de tarifas sobre a importação de produtos químicos, petroquímicos, máquinas convencionais, produtos siderúrgicos, metais não-ferrosos, filmes fotográficos, videocassetes e aparelhos de uso médico, entre outros.

A seu ver, o Congresso manteve "o governo peado" (amarrado), mas o perigo da hiperinflação provocou a união de todos. Segundo Gadelha, além da liberação das importações de bens de capital e insumos, propostos pelo Congresso, ele está advogando ao governo a liberação das importações de bens de consumo, ou a fixação de uma alíquota única, "que sirva tanto a alfinetes como a automóveis". Desestimulou a adoção do imposto sobre as grandes fortunas, no pacote fiscal em elaboração, por considerá-lo de pequeno rendimento. Mas não sabe o que fará o governo quanto a isto. O que está decidido é um aumento do controle sobre a arrecadação, para evitar evasões.

Paulo César Ximenes e Ricardo Santiago, secretários-gerais dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, passaram a tarde reunidos com Maurício Vasconcelos, assessor do Gabinete Civil da Presidência, no Palácio do Planalto. Detalharam as medidas econômicas que o governo pretende anunciar para anular a impressão "de vazio, de terra arrasada", segundo expressão do senador Marcondes Gadelha.

Para Luiz Roberto Ponte, o governo está aberto a todas as sugestões, "e qualquer cidadão pode fazê-las".



Mansões como a da Seplan ocupam área de 5.000m²

Casa vale NCz\$ 2,5 milhões

A venda das 15 mansões do Lago Sul vinha sendo prometida desde a posse do presidente José Sarney em 1986, como procedimento destinado à moralização da administração pública. Agora, assessores do Ministério do Planejamento garantiram que o leilão será feito no período mais breve possível. Inserida num conjunto de ações para conter o déficit público, a iniciativa não tem impacto algum sobre a economia nacional, nem terá efeito sobre os índices inflacionários.

Apesar de anunciada há quatro anos, até o último mês de abril, o governo da chamada Nova República havia vendido somente duas residências oficiais: a do ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e a do ex-ministro

Prisco Viana, logo após a extinção do Ministério da Habitação. Aureliano desistiu de morar às expensas dos cofres públicos depois que a imprensa descobriu que ele mantinha 29 serviços pagos pelos cofres públicos em sua mansão.

Pela cotação de mercado, as mansões funcionais do Lago alcançam NCz\$ 2,5 milhões, com seus 1.000 metros quadrados de área construída num terreno de cinco mil metros quadrados, com piscina e quadra de esporte. Se forem levadas à leilão, no entanto, o preço pode quadruplicar, devido à escassez de imóveis em Brasília. Para transformar as opulentas mansões em dinheiro, o governo precisa encaminhar um projeto-de-lei ao Congresso e aguardar sua aprovação.

098

Coluna do Castello

Brizola já estudou o segundo turno



F. Bel (P.P.)

O candidato do PDT, Leonel Brizola, continua inabalado na sua convicção de que será um dos dois candidatos que disputarão a presidência da República no segundo turno das eleições. Ele não se perde aparentemente em questões que considera menores, como a deserção deste ou daquele correligionário ou malogro de tentativas de atrair apoios de fora para o seu movimento. O ex-governador confia basicamente na sua mensagem junto ao eleitorado e no peso da sua influência tradicionalmente expandida no uso dos veículos de comunicação de massa. Sua popularidade e seu poder de comunicação complementarizam o esforço da campanha e lhe assegurariam um lugar certo na disputa da sucessão presidencial, além de lhe dar ainda no primeiro turno uma boa margem de votos.

O otimismo de Brizola vai mais adiante. Pelos seus cálculos, seu favoritismo crescerá no segundo turno, principalmente se seu opositor for o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Hoje ele admite aparentemente que a disputa final será entre os dois, embora até há algum tempo achasse que iria às urnas decisivo contra Ulysses Guimarães, um candidato que lhe parece de muito mais peso do que o jovem ex-governador de Alagoas, em cuja proposta sinceramente não crê. A disputa contra o candidato do PMDB seria muito mais difícil, não só pela estrutura do partido em todo o país, como pela capacidade de Ulysses de articular alianças, indiferente a discriminações ideológicas.

Outros candidatos, como Covas ou Lula, apresentariam também dificuldades, embora jamais tivesse acreditado que qualquer dos dois contasse com fácil eleitoral para chegar às finais. Desde que Ulysses não consegue superar os problemas gerados no seu partido ou pelo seu partido, dificilmente outro nome poderá alcançá-lo na fase inicial. Aureliano Chaves sequer dominou o episódio dentro do PFL e Paulo Maluf não parece alguém que dispute seriamente um lugar nesta batalha político-eleitoral. Essa a impressão transmitida por assessores do candidato, que sequer se referem a aspirações menores que se põem na campanha sucessória.

Certo, portanto, de que chegará, e bem, ao segundo turno, Brizola espera ter aí o apoio da constelação de forças da esquerda. Viriam com ele o PT de Lula, o PSDB de Covas, o PCB de Freire, o PC do B, o PV, o PSB, todos sensíveis ao risco que representaria uma "aventura de direita", como tal considerada a candidatura de Collor. No PMDB, seriam atraídos pelas mesmas razões Waldir Pires e o governador Miguel Arraes e por avaliações de ordem geral também deveriam estar com ele na final os governadores Osmar Queiroz e Newton Cardoso. Em suma, teria ele com sua candidatura as principais forças que apoiam Ulysses Guimarães. Newton Cardoso teria uma razão suplementar para apoiá-lo na participação de Itamar Franco e Jânio Marins no movimento de Collor.

Os estrategistas do brizolismo não falam de que aconteceria com Moreira Franco e Pedro Simon, que são as peças principais da resistência aos planos do ex-governador, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Também não se examina a opção de um partido dividido como o PFL, mas a ideia que não apoiar Collor já no primeiro turno dificilmente o acompanharia na segunda etapa. Entendem os correligionários de Brizola que não deverá haver resistência maior no centro e nos meios empresariais à sua ascensão, pois a imagem do candidato como a de um radical estaria bastante atenuada, desde que sua convivência com a socialdemocracia europeia e seu entusiasmo pelo modelo australiano facilitaram a compreensão de que não pretende subverter as estruturas sociais e econômicas.

A campanha de Brizola para o período de propaganda oficial chega aos preparativos finais com a escolha de Fernando Barbosa Lima, um dos mestres do jornalismo televisivo, para elaboração dos programas do PDT e do candidato no horário gratuito.

A proposta do Congresso

A proposta de pacto econômico proposta por presidentes e representantes dos principais partidos políticos, por intermédio do presidente do Senado, Nelson Carneiro, compõe-se de proposições genéricas que somente ganharam expressão concreta e objetiva se a partir delas o governo tomar ou propor medidas que, adotadas, tentassem cobrir as metas antinflacionárias e de reversão das expectativas econômicas que lhe são implícitas.

Suprimir incentivos, demitir funcionários, fechar repartições, privatizar empresas etc. — algumas dessas providências foram propostas por Sarney e recusadas pelo Congresso — não devem ser fáceis para um governo em razões finais, ainda que respaldado pelos partidos que disputam validamente sua sucessão. Se o governo, no entanto, aceitar o desafio dos partidos, endossado pela presidência do Senado, algo pode acontecer que altere ainda o perfil do futuro próximo, tal como é visto por uma nação crescentemente pessimista.

Não se sabe se os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu aceitarão executar uma política cujo controle seria transferido na prática do governo para os partidos. Ou se eles seriam os ministros nos quais os partidos confiarão para execução da nova política. A partir dessa premissa e de outras já conhecidas é que devem ser examinados os registros de que ambos seriam substituídos já na próxima semana.

Carlos Castello Branco

098

Brizola diz que já ultrapassou Collor

TERESINA — O candidato do PDT, Leonel Brizola, disse ontem que, a partir de agora, a campanha dele está mais bem preparada para se livrar dos "golpes e artimanhas" dos adversários. Há cem dias das eleições, Brizola afirmou que "se as pesquisas forem interpretadas corretamente" seu nome já está na frente do de Fernando Collor de Mello, o primeiro colocado. O candidato passou 12 horas no Piauí.

Em Parnaíba (a 353 km de Teresina), onde iniciou a visita, ele comentou irritado a insistência de Collor em citar durante entrevistas o deputado César Maia — que já declarou estar de relações rompidas com Collor. O ex-governador de Alagoas afirmou mais de uma vez no programa *Público em Manchete* de anteontem que gostaria de ter Maia ao seu lado. "Ele não tem quadros nem idéias", acusou Brizola, acrescentando: "Mas não vai desestabilizar minha campanha, que tem luz própria. No segundo turno estaremos todos juntos contra este impostor."

Em Parnaíba, Brizola foi recepcionado por 400 pessoas. Nem o atraso de uma hora e meia desanimou os pedestistas que invadiram a pista do Aeroporto Santos Dumont para ver de perto o candidato. Depois, uma carreta com aproximadamente 100 veículos acompanhou o candidato até o auditório do Sesi (Serviço Social da Indústria) onde ele falou para 3 mil pessoas.

Prometeu continuar os governos de João Goulart e Getúlio. Os dois ex-presidentes foram mencionados várias vezes por Brizola, inclusive ao criticar as pesquisas eleitorais que, segundo ele, estão desgostando o eleitor brasileiro. "No tempo de Getúlio e Jango não tinha nada de pesquisa." Segundo o presidente regional do PDT, Elias Prado Junior, o número de pessoas que recepcionou o candidato foi menor do que o previsto "porque hoje não é um bom dia para esse tipo de manifestação".

Apesar do pouco tempo que passou em Parnaíba (cerca de duas horas), o candidato enfrentou duas situações constrangedoras: a primeira, ainda no aeroporto, quando o garoto Antônio José, 12 anos, furou o bloqueio e pediu a Brizola "um trocado". O candidato respondeu: "No momento não tenho, mas vamos construir uma Cieps aqui."

Uma moça loira, usando um vestido vermelho colado ao corpo, insistia em abraçar o candidato e pedir-lhe fotos autografadas. Durante o discurso, conseguiu chegar perto dele, enfrentando o olhar reprovado da mulher de Brizola, Dona Neusa, que o acompanhou na visita. O deputado Luís Salomão (PDT-RJ) conseguiu afastar a fi.

O ex-prefeito de Salvador, Mário Kertész — que se filia amanhã ao PDT com uma festa onde o candidato Leonel Brizola abonaará sua ficha — já ingressa no partido admitindo apoiar o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, caso Brizola não chegue o segundo turno da eleição presidencial. Kertész, que se considera "um político de esquerda" (mesmo tendo iniciado sua carreira política na Arena pelas mãos do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, passando depois a integrar o PMDB), não vê incoerência em vir a apoiar Collor mesmo entendendo que ele "representa a direita brasileira, que contava com Jânio Quadros, mas acabou ficando mesmo com o ex-governador de Alagoas".

PDT tem jornal de campanha

Diretórios vão distribuir cem mil exemplares

Cristina Serra

No segundo número do *Jornal da Campanha*, veículo de comunicação do PDT para a campanha do seu candidato à Presidência, Leonel Brizola, que começa a ser distribuído amanhã, um artigo na primeira página associa as pesquisas de opinião sobre intenção de voto do eleitorado, divulgadas até agora, ao episódio da Proconsult — tentativa de fraude do resultado das eleições para o governo do Rio de Janeiro, em 1982, quando Brizola saiu vencedor. O artigo intitulado "O conto das pesquisas, nova Proconsult" ataca também o primeiro colocado nas pesquisas, Fernando Collor de Mello, do PRN, chamando-o de "mentira de pernas mais curtas da história".

Apesar de Brizola ser o segundo colocado nas pesquisas e estar enfrentando dificuldades nos estados com maior número de eleitores — São Paulo e Minas Gerais —, o jornal assume um tom ufanista, tendo como manchete a frase "Brizola cresce em todo o país". O comício realizado semana passada na cidade de Americana (SP), assistido por cerca de mil pessoas, é qualificado de "grande jornada".

Os primeiros cem mil exemplares desta edição — com um custo não revelado pelo comando da campanha — serão distribuídos a partir de hoje para todo o país através de diretórios, comitês e do Movimento

BRIZOLA/89 Brizola cresce em todo o País



O conto das pesquisas, nova Proconsult

Jornal critica pesquisas

Nacional Leonel Brizola e o comando da campanha pretende distribuir 400 mil exemplares até o meio do mês. O *Jornal da Campanha* — tamanho *standard*, com dez páginas — tem sido editado mensalmente, mas a idéia é que até setembro ele se torne semanal para acompanhar o esperado aquecimento da campanha, quando começar o horário eleitoral gratuito de rádio e TV.

Essa edição registra também adesões de artistas e intelectuais a Brizola. O cantor Fagner, o artista plástico Carlos Scliar, o cineasta Júlio Bressane, o sambista Moreira da Silva e o pianista Artur Moreira Lima são algumas das adesões comemoradas pelos brizolistas. Além do jornal, a coordenação da campanha está distribuindo folhetos, cartilhas e panfletos com a história resumida da vida de Leonel Brizola.

98

LA NACIÓN 17/7/88

Col

Exterior Página 3

Asumieron los nuevos ministros en Colombia

BOGOTÁ, 16 (UPB). - Cuatro ministros fueron relevados por el presidente Virgilio Barco, para reorganizar el gabinete a pocos días de iniciarse en el Congreso el debate de la reforma constitucional.

Los ministros salientes son el de Justicia, Guillermo Pizarro; de Minas, Oscar Mejía; de Defensa, general Manuel Guerrero, y del Interior, Raúl Orejuela.

Los nuevos ministros son: en Interior, Orlando Vásquez; en Defensa, general Oscar Botero; en Justicia, Mónica de Greiff, y en Minas, Margarita Mena de Quevedo.

El relevo de Guerrero provocó desconcierto total en los círculos militares.

Guerrero asumió el cargo el 4 de noviembre, luego de la salida del general Rafael Samudio Molina, a quien se le pidió la renuncia por haber hecho declara-

ciones de tipo político contra el proceso de paz.

Algunas versiones de prensa han señalado que Guerrero no ha dirigido con decisión la lucha contra los "escuadrones de la muerte", que serían asesorados por militares en actividad.

Extremistas muertos

BOGOTÁ, 16 (Reuter). - Unos veintiseis subversivos del Ejército de Liberación Nacional (ELN, procastrista) murieron en una gran ofensiva lanzada por el ejército en Santander, en la cual hubo "varias bajas" rebeldes, según el general Oscar Botero Restrepo, ministro de Defensa.

Al ELN se atribuye el secuestro del cuñado y primo hermano del presidente venezolano Carlos Andrés Pérez.

01.01

8907286

09P

EXCLUSIVO EL DIA

Brizola pide humanizar "capitalismo salvaje y brutal" que existe en Brasil

El candidato presidencial brasileño del Partido Democrático Trabalhista (PDT) Leonel Brizola dijo que el modelo económico de su país "está agotado" y que en caso de ser electo en las próximas elecciones de noviembre "modificaremos el actual sistema de capitalismo salvaje y brutal" por uno humanizado "que tenga como meta mejorar las condiciones de vida".

En diálogo exclusivo con EL DIA Brizola dijo que deseaba que el actual presidente argentino Carlos Menem "tenga éxito en su gestión" y afirmó que le planteará su total solidaridad, personalmente, cuando asista hoy a la ceremonia de traspaso de gobierno en este país.

El siguiente fue el diálogo mantenido con Brizola.

¿Cómo define usted la actual situación económica que vive Brasil?

"Brasil va hacia una crisis preocupante. Todos nosotros, los partidos de oposición, trabajamos para que la situación económica no empeore y el clima social siga calmo hasta las elecciones".

Lo que está ocurriendo en Argentina es un poco un espejo de lo que puede llegar a ocurrir en Brasil si las cosas empeoran en los próximos meses.

Si bien Brasil tiene una situación económica más sólida y respaldada por estructuras, es cierto también que tiene una deuda externa muy alta y opresiva.

El actual gobierno de mi país no tiene legitimidad, es un gobierno que en rigor ha de-

mostrado ser totalmente inoperante para sacar a Brasil de su actual crisis económica.

Hoy en día nuestra principal esperanza son las elecciones y todo el pueblo trabaja y lucha para que la situación de Brasil no se derrumbe antes de las elecciones de noviembre.

Todos los brasileños saben que hay que llegar a las elecciones, porque ello es vital para cambiar el actual gobierno y lograr la sobrevivencia."

En caso de que resultara electo en las próximas elecciones presidenciales, ¿qué medidas tomaría en materia de tratamiento de la deuda externa de su país?

"Nosotros necesitamos antes de todo un gobierno legítimo y consecuente, que trabaje de una forma coherente, secundando todas las actividades del país con su ejemplo.

Recién cuando se logre esto estaremos en condiciones de enfrentar paso a paso, firmemente, la crisis.

La deuda es sólo un capítulo de la crisis que padece Brasil. Nosotros consideramos la deuda como una especie de subproducto del actual modelo económico y un detalle de nuestra crisis económica.

Pensemos que el problema de la deuda y su solución pasa, en primer lugar, por cuestionar el actual modelo económico.

En Brasil y creo que también ocurre lo mismo en Argentina llegó el momento en que el modelo económico se agotó, se transformó en algo que está terminado.

Todo lo que está ocurriendo en Brasil está

anunciando un cambio de sistema, este capitalismo que está sobre nosotros es salvaje y brutal y ya no es posible tolerarlo porque nos ha dejado en una situación deprimiente.

Quiero dejar en claro que estos conceptos no pueden ser vinculados a una confrontación entre capitalismo y socialismo. Nosotros cuando decimos de cambiar de sistema estamos invocando la situación de los países capitalistas desarrollados.

El capitalismo que tenemos en Brasil no es el mismo que hay en Europa, en mi país el capitalismo no pasa de ser algo primario, salvaje y colonial. Nosotros queremos humanizarlo.

¿Cómo se puede explicar que Brasil, con la octava economía del mundo, con el octavo Producto Bruto Interno del mundo, pueda tener en su pueblo tanta miseria y hambre?

Usted fue invitado a la toma de posesión del nuevo presidente de Argentina, ¿cuáles son sus principales afinidades con Carlos Menem?

"Tenemos relaciones de amistad y también tenemos muchos puntos de vista en común.

Queremos ofrecer nuestra solidaridad a Menem, nuestros votos de que su gestión sea exitosa para que se transforme en un ejemplo para todos nosotros.

Fue un presidente electo por el pueblo trabajador, por el pueblo humilde y deseamos profundamente que Menem pueda construir una alternativa y una esperanza para todos ellos."

Juan Andrés Vernengo

01.01

8907290

Período de adaptação será de 3 meses

JORNAL DO BRASIL

098

JORNAL DO BRASIL — O que muda com o fato — muito comemorado na imprensa — de uma mulher assumir pela primeira vez o Ministério do Trabalho?

Dorothea Werneck — Tem um lado, que é o da novidade. Isso atrai mais atenção. Fora isso, não vejo maior influência. Estou em Brasília há muito tempo, conheço as pessoas com quem vou trabalhar e os ministros, com quem já trabalhei antes. Com todos sempre houve um profissionalismo grande o tempo todo.

JB — Esse Plano Verão tem medidas de forte contenção fiscal e monetária que, na prática, significam uma desaceleração na economia, e a possibilidade de demissões e mais conflitos trabalhistas. Como a senhora pretende enfrentar isso?

DW — As medidas vão exigir um período de adaptação. Dependendo da obtenção do objetivo — a redução da inflação — se isso ocorrer rapidamente (como é a expectativa), esse período será encurtado e se poderá retomar imediatamente o crescimento, após adaptações no setor público, na política de preços, na política de rendas em geral. Nossa expectativa é de que isso ocorra num período curto.

JB — Curto em que prazo?

DW — Um trimestre seria um número, uma sugestão, uma possibilidade.

JB — Mas como a equipe econômica pode dizer com certeza quanto vai durar a recessão?

DW — Não estou prevendo uma recessão, estou prevendo um período de adaptação. Pode-se ter uma recessão, como se pode apenas manter o que vem ocorrendo desde 1988, uma taxa de crescimento zero. Se que continuamos crescendo zero com altíssimas taxas de inflação, e, se conseguirmos reduzir drasticamente a taxa de inflação, teremos o mesmo quadro anterior, com melhorias.

JB — Não é muito otimista com previsão de crescimento zero, já que os economistas dizem que há um aperto forte nas contas do Governo? **DW** — Este aperto é necessário. As avaliações sobre o Plano Cruzado e seus problemas são de que após o plano foi muito rápida a retomada do crescimento, de emprego e salário, inclusive. Isso dificultou o processo de saída da fase inflacionária, com todas as consequências de excesso de demanda, desabastecimento e agio. Estamos procurando evitar isso, para não repetir os erros do Plano Cruzado.

JB — No Plano Cruzado, uma das medidas que causou muita polêmica, mas está sendo rejeitada agora, é a conversão dos salários pela média. Desta vez, ela terá de passar pelo Congresso e pelo pacto social. Não pode acabar sendo rejeitada?

DW — Podemos antecipar que essa negociação não deve ser muito difícil. Em primeiro lugar, porque há o pacto social para rever, discutir e apresentar sugestões sobre o que diz respeito à política salarial. Isso não havia antes. Em segundo lugar, é possível argumentar até com os órgãos que assessoram o movimento sindical, trocar ideias com eles sobre o que significaria uma medida mais dura no que diz respeito ao salário nessa transição. Se você mantém a regra salarial como está — com reajustes próximos a 60% na data-base —, para uma redução drástica de inflação com contenção de preços, as empresas (que não poderão aumentá-los) partirão para as demissões como forma de compensar os aumentos de 60%, o que é ruim para a classe trabalhadora. Temos de ponderar qual é de fato o equilíbrio necessário entre a regra de salários e a de preços para garantir o combate à inflação.

JB — Mas a conversão pela média não é muito importante para ser tomada sem apoio dos negociadores do pacto social?

DW — As sondagens estão sendo feitas, há uma reunião hoje (ontem) com trabalhadores, e outra, amanhã (hoje) com empresários. O governo está respondendo a uma demanda muito forte, a um apelo de empresários e trabalhadores para combater a inflação. Não é algo que se resolve de uma hora para outra, por decisão exclusiva do governo. Há cobrança no pacto, na imprensa, de todos os lados.

JB — Desta vez parece que se resolve não reduzir os salários nominalmente, como se fez no Cruzado.

DW — É, há temos duas experiências, dos planos Cruzado e Bresser. Foram como um laboratório, tivemos onde aprender, e podemos olhar o passado e avaliar o que deve ser mudado. A partir disso, fazemos a proposta de política. Temos de equilibrar a

DW — Podemos antecipar que essa negociação não deve ser muito difícil. Em primeiro lugar, porque há o pacto social para rever, discutir e apresentar sugestões sobre o que diz respeito à política salarial. Isso não havia antes. Em segundo lugar, é possível argumentar até com os órgãos que assessoram o movimento sindical, trocar ideias com eles sobre o que significaria uma medida mais dura no que diz respeito ao salário nessa transição. Se você mantém a regra salarial como está — com reajustes próximos a 60% na data-base —, para uma redução drástica de inflação com contenção de preços, as empresas (que não poderão aumentá-los) partirão para as demissões como forma de compensar os aumentos de 60%, o que é ruim para a classe trabalhadora. Temos de ponderar qual é de fato o equilíbrio necessário entre a regra de salários e a de preços para garantir o combate à inflação.

JB — Mas a conversão pela média não é muito importante para ser tomada sem apoio dos negociadores do pacto social?

DW — As sondagens estão sendo feitas, há uma reunião hoje (ontem) com trabalhadores, e outra, amanhã (hoje) com empresários. O governo está respondendo a uma demanda muito forte, a um apelo de empresários e trabalhadores para combater a inflação. Não é algo que se resolve de uma hora para outra, por decisão exclusiva do governo. Há cobrança no pacto, na imprensa, de todos os lados.

JB — Desta vez parece que se resolve não reduzir os salários nominalmente, como se fez no Cruzado.

DW — É, há temos duas experiências, dos planos Cruzado e Bresser. Foram como um laboratório, tivemos onde aprender, e podemos olhar o passado e avaliar o que deve ser mudado. A partir disso, fazemos a proposta de política. Temos de equilibrar a

JB — Mas a conversão pela média não é muito importante para ser tomada sem apoio dos negociadores do pacto social?

DW — As sondagens estão sendo feitas, há uma reunião hoje (ontem) com trabalhadores, e outra, amanhã (hoje) com empresários. O governo está respondendo a uma demanda muito forte, a um apelo de empresários e trabalhadores para combater a inflação. Não é algo que se resolve de uma hora para outra, por decisão exclusiva do governo. Há cobrança no pacto, na imprensa, de todos os lados.

JB — Desta vez parece que se resolve não reduzir os salários nominalmente, como se fez no Cruzado.

DW — É, há temos duas experiências, dos planos Cruzado e Bresser. Foram como um laboratório, tivemos onde aprender, e podemos olhar o passado e avaliar o que deve ser mudado. A partir disso, fazemos a proposta de política. Temos de equilibrar a

JB — Mas a conversão pela média não é muito importante para ser tomada sem apoio dos negociadores do pacto social?

DW — As sondagens estão sendo feitas, há uma reunião hoje (ontem) com trabalhadores, e outra, amanhã (hoje) com empresários. O governo está respondendo a uma demanda muito forte, a um apelo de empresários e trabalhadores para combater a inflação. Não é algo que se resolve de uma hora para outra, por decisão exclusiva do governo. Há cobrança no pacto, na imprensa, de todos os lados.

JB — Desta vez parece que se resolve não reduzir os salários nominalmente, como se fez no Cruzado.

DW — É, há temos duas experiências, dos planos Cruzado e Bresser. Foram como um laboratório, tivemos onde aprender, e podemos olhar o passado e avaliar o que deve ser mudado. A partir disso, fazemos a proposta de política. Temos de equilibrar a

JB — Mas a conversão pela média não é muito importante para ser tomada sem apoio dos negociadores do pacto social?

DW — As sondagens estão sendo feitas, há uma reunião hoje (ontem) com trabalhadores, e outra, amanhã (hoje) com empresários. O governo está respondendo a uma demanda muito forte, a um apelo de empresários e trabalhadores para combater a inflação. Não é algo que se resolve de uma hora para outra, por decisão exclusiva do governo. Há cobrança no pacto, na imprensa, de todos os lados.

JB — Desta vez parece que se resolve não reduzir os salários nominalmente, como se fez no Cruzado.

DW — É, há temos duas experiências, dos planos Cruzado e Bresser. Foram como um laboratório, tivemos onde aprender, e podemos olhar o passado e avaliar o que deve ser mudado. A partir disso, fazemos a proposta de política. Temos de equilibrar a

01.03

8907314

■ BRASÍLIA — Ao atender o telefone na noite de sexta-feira, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, espantou-se ao ouvir a voz da recém-nomeada ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck, convocando-o para discutir e conhecer em primeira mão as propostas de ajuste econômico do governo. Respondendo com monossílabos, Meneguelli aceitou o convite, depois de hesitar entre chamar Dorothéa de doutora ou ministra e receber dela uma bem-humorada desconpostura: "Deixa disso Meneguelli, chama de Dorothéa, como sempre".

O presidente José Sarney optou pelo nome de Dorothéa Werneck para a pasta do Trabalho após vê-la na televisão defendendo com desenvoltura as propostas do governo para o pacto social. Em 1986, ela era secretária de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho e, apesar de não ter participado da formulação do Plano Cruzado, foi chamada para defendê-lo para sindicalistas e a população. O Cruzado e sua tentativa de reedição em 1987, o Plano Bresser, serviram como "laboratório", segundo Dorothéa, para que o governo não repita os erros com o Plano Verão.

Como erros, ela lista a rápida inflação consumista que se seguiu ao

Cruzado e que o governo espera evitar com seu terceiro plano de estabilização. Ela prevê um "período de adaptação" de três meses, em que a economia poderá sofrer recessão ou, na melhor das hipóteses, ficará estagnada como em 1988. A partir daí é que o país terá passado a fase de estabilização do plano para a retomada do crescimento.

Como indica o telefonema para Meneguelli, Dorothéa trouxe de volta ao governo uma alternativa de negociação com os setores mais combativos no movimento sindical. As greves devem ser enfrentadas com a negociação, defende, reivindicando para o Trabalho o status de ministério econômico, com a autoridade que lhe confere a experiência acadêmica de mais de 20 anos e sua atuação no serviço público desde 1975.

Dorothéa defende, em entrevista concedida ao repórter Sérgio Léo, da Sucursal de Brasília, a conversão dos salários pela média dos últimos 12 meses, semelhante ao que ocorreu no Plano Cruzado, e, depois disso, a livre negociação. Esquivou-se porém de comentar outras decisões de política salarial, como o expurgo dos últimos aumentos de tarifas dos índices de correção de salários.

Brasília — Antônia Márcia Vale



visão do economista, com a do jurista e a do cientista social. É assim que se faz política econômica e social.

JB — Já foram fechadas outras propostas, em relação à política trabalhista, além do reajuste pela média?

DW — Não dá para se olhar salário como algo a parte. Medidas na área externa ou monetária têm efeito sobre emprego e salário. E medidas específicas sobre salário (qualquer regra), ou sobre emprego (como a estabilidade) surtem efeitos sobre outras áreas. Não há como separar, tudo é uma coisa só, e isso está ficando claro. Trabalho também é área econômica. Mas também é área social e isso é a coisa mais pobre: o

Ministério do Trabalho faz esse interface.

JB — Essa interface sempre colocou em lados opostos o Trabalho e os ministérios da área econômica em questões como o salário mínimo, para o qual seu antecessor, ministro Almir Pazianotto, sempre pediu aumentos superiores aos que os outros ministros se dispunham a dar. Essa contradição continuará, ou o fato de a senhora ser economista muda alguma coisa?

DW — Tenho de generalizar. A riqueza de governo é cada ministério ter sua visão própria, e pode-se encontrar em exemplos dessas divergências entre áreas entre qualquer ministério e os da área econômica. Cada um se preocupa mais com o assunto

8907314

de suas respectivas pastas. O importante é que, a partir dessas divergências, se chegue a uma política coerente do governo.

JB — Mas qual seria sua proposta em relação ao salário mínimo, por exemplo? O Ministério não vai fazer acompanhar esse plano de uma proposta de aumento do salário mínimo?

DW — Se estou lhe dizendo que é preciso ter esse debate dentro do governo para que haja uma posição única, devo debater isso primeiro com os ministérios da área econômica. Toda e qualquer proposta do Ministério do Trabalho, para manter a coerência de governo, terei primeiro que discutir com os outros ministros que tomam essa decisão em conjunto.

JB — Os funcionários públicos protagonizam mais de 60% das greves em todo o país e agora estão previstas mais medidas de controle salarial diferenciado e demissões que as aceitarão. Como a senhora pretende enfrentar uma greve dos funcionários?

DW — Não diferencio o funcionalismo público dos empregados do setor privado no que diz respeito à necessidade de negociação e entendimento, a mesma em qualquer setor. Em relação a uma greve do funcionalismo, gostaria de discutir como será tratada a negociação com o funcionalismo e aí não tem diferença mesmo.

JB — Quais suas propostas para o ministério, além do ajuste da economia?

DW — Tenho um objetivo muito claro em relação ao ministério. Temos de modernizá-lo. Isso significa colocá-lo de uma forma ágil, presente, que corresponda às suas funções básicas. Temos de ver como fazer a racionalização do trabalho, as próprias atribuições do ministério, que foi modificada pela Constituição. A máquina administrativa, pela experiência que tive na Secretaria de Emprego e Salário, pode ser modernizada com muita rapidez. Existem algumas propostas que foram amadurecidas no período de interinidade do ministro Ronaldo Costa Couto. Quero também que as Delegacias Regionais do Trabalho sirvam de linha de frente para a negociação nos estados do pacto social. O pacto tem que se ampliar a nível nacional.

JB — A ampliação do seguro-desemprego que estava sendo estudada pelo ministério será feita?

DW — Isso tem de ser discutido pelo Congresso Nacional. Agora tem-se uma fonte de financiamento (o FGTS) para o seguro-desemprego, que garante sua ampliação, vamos discutir quais seriam os novos critérios, as novas bases do seguro-desemprego.

JB — A senhora acha que há como negociar com os trabalhadores essa alternativa que foi colocada entre menor salário e desemprego?

**Propostas.
Meu objetivo
é modernizar o
ministério do
Trabalho.
Quero
as Delegacias
Regionais à
frente
das
negociações
em
todos os
estados.**

DW — A classe trabalhadora, os empresários e o governo estão amadurecidos e aprenderam muito para sentar na mesa e jogar o jogo, discutir as várias propostas e opiniões que estão em jogo. A grande contribuição do pacto social é a existência de um espaço em que os interesses das partes podem ser compatibilizados em função do interesse de toda a sociedade. Tem de pensar: se eu não ganhando, alguém está perdendo.

JB — O pacto é uma prova de fé que o governo pretende adotar com o Plano Verão, de livre negociação de salário e fim das regras automáticas de reajuste?

DW — É a idéia que está sendo amadurecida. Temos de aguardar a decisão final do presidente e o anúncio. A idéia é deixar ao pacto social a decisão sobre as regras de salários e preços.

JB — Foi por isso que foi abandonada a proposta de adoção de um contrato coletivo de trabalho, com a unificação de dados-base para o reajuste de salários de todos os trabalhadores?

DW — Não há nada concreto em termos de abandono de coisa alguma. Vamos apenas discutir.

JB — E o reajuste inflacionário que não foi incorporado aos salários? A anunciada intenção do governo de expurgar da inflação os aumentos dos últimos dias não prejudica os assalariados?

DW — Vamos esperar um pouco para falar desse assunto.

JB — Como você pretende atrair a CUT para o programa de ajuste do governo?

DW — Não estou pensando em como vou atrair. Liguei para eles e disse: vamos conversar. Vamos ouvir e vamos falar. Vamos ver aonde a gente chega.

**Conversas
Não pensei
em como
atrair a CUT.
Liguei
para eles e
disse:
Vamos
conversar, né.
Vamos ouvir.
Vamos
falar. E aí
veremos
aonde vamos
chegar.**

Sarney se considera inj

INJUSTIÇADO E SE DEFENDE NA TV.

BRASÍLIA — O presidente José Sarney se sente hoje isolado no comando de um governo que considera profundamente injustiçado. Foi esse o tom que o próprio presidente deu à entrevista que gravou ontem pela manhã na TV Bandeirantes, em Brasília — e que vai ao ar hoje a partir das 21h30 — respondendo às críticas que os candidatos à Presidência fizeram a ele e ao seu governo no debate levado ao ar pela emissora há uma semana. "Deixo não deixar mais que nenhuma injustiça assuma foro de verdade", disse Sarney ao sair do estúdio depois de gravar uma hora e quinze minutos de entrevista.

"Ele foi veemente e apaixonado na defesa de seus princípios. Saiu-se muito bem", definiu a jornalista Marília Gabriela que fez a entrevista junto com Fernando Mitre, José Paulo de Andrade e José Augusto Ribeiro. Mitre considerou o programa "tenso, forte, jornalisticamente muito bom". Os quatro jornalistas estavam preocupados ontem com a versão divulgada de que as perguntas tinham sido previamente combinadas com a assessoria de Sarney. "É mentira. Até por respeito ao presidente, o consultamos sobre isso e ele fez questão de desconhecer até os temas". Que seria perguntado sobre a viagem a Paris, pelo menos, Sarney sabia, pois na quarta-feira o jornalista Fernando Mitre o informou por telefone. "Faço questão que você me pergunte isso", respondeu o presidente.

A viagem, segundo os participantes

A viagem, segundo os participantes — a imprensa não teve acesso, mas hoje de manhã assistirá ao programa em circuito fechado — foi um dos temas mais "quentes" da entrevista que, prevista para durar 45 minutos, acabou tendo meia hora a mais por vontade do próprio Sarney, de acordo com o diretor superintendente da Bandeirantes, Rubens Furtado. O momento mais tenso, na opinião de Mitre, foi quando o presidente falou sobre a ação popular que o deputado Alvaro Valle (PL-RJ) move contra ele, pedindo explicações sobre a atuação da comitiva de 150 pessoas em Paris.

"Vocês verão o que ele disse amanhã (hoje) no programa", insistia Mitre, que acabou concordando em antecipar dois pontos: "O presidente apontou a Constituição como responsável pela dificuldade que ele tem em reduzir o tamanho do Estado e deu um quadro completo sobre como pretende enfrentar a inflação até o final do governo". Na entrevista falou-se também na sucessão presidencial e Sarney voltou a dizer que não terá candidato. Deu sugestões, porém, de que tipo de preocupação devem ter os candidatos com seus projetos de governo.

Direito de resposta — A decisão de o presidente solicitar o mesmo espaço para responder a críticas pode ser atribuída exclusivamente ao novo secretário particular e responsável pela tentativa de melhorar a imagem do governo, Augusto Marzagão. "Daqui para a frente, toda crítica ao governo será respondida pelo presidente ou por sua assessoria", disse Marzagão, acrescentando: "Não é possível que um cachorro morra atropelado e as pessoas atribuam ao governo Sarney". Ele referia-se ao atropelamento de um cachorro numa estrada federal, em Alagoas, na semana passada, quando foram feitas críticas ao governo por não cuidar de estradas sob sua responsabilidade.

Foi Marzagão quem solicitou à Bandeirantes — e não ao contrário, como divulgou o governo — a entrevista. Ontem Sarney foi recebido pelo próprio dono da emissora, João Saad, que veio especialmente de São Paulo. Chegou acompanhado de Marzagão, Antônio Martins, da Radiobrás, e os assessores Joaquim Campelo, Napoleão Sabóia e Ricardo Pedreira. Durante a gravação, que irá ao ar completa, sem edição, só Marzagão e Sabóia ficaram no estúdio.

☐ O secretário particular do presidente José Sarney, Augusto Marzagão, desmentiu a notícia publicada ontem pelo jornal Folha de S. Paulo de que o presidente desejaria estabelecer um pacto para transição do governo com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. "O presidente não interferirá na sucessão, não tem candidato e não teria sentido fazer acordo algum com quem ainda não é presidente", disse Marzagão.

890

Sarney sanciona com vetos lei de Caó sobre racismo

BRASÍLIA — Negar emprego no serviço público ou em empresa privada, por preconceito de raça ou de cor, pode resultar em reclusão de dois a cinco anos. É o que prevê o artigo terceiro da lei de autoria do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que trata o racismo como crime. Sancionada pelo presidente José Sarney com três vetos, a lei entrou em vigor dia 5, quando foi publicada no Diário Oficial da União, sob o número 7.716/89.

Os três vetos impostos por Sarney, de acordo com exposição de motivos publicada no Diário Oficial, têm a finalidade de adequar a lei ao Código Penal vigente. Caó, nos artigos vetados, pretendia tornar inafiançável e imprescritível os crimes de racismo. No entanto, a lei penal — que concede direitos iguais a todos — prevê o direito de sursis ao infrator (responder em liberdade a processo judiciário).

A Lei Caó aprimora a antiga Lei Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951, que encarava o racismo apenas como contravenção, não prevendo a prisão do infrator. A lei agora em vigor regulamentou dispositivo da Constituição que trata do preconceito racial, criando penalidades que variam de um ano de reclusão, suspensão por três meses de

funcionário infrator, seja ele público ou de estabelecimento particular, até reclusão por cinco anos.

Com a nova lei, também passa a ser crime impedir o acesso de qualquer pessoa, por causa de sua cor, às entradas sociais dos edifícios, ou, pelo mesmo motivo, recusar atendimento em salões de beleza, barbearias, casas de massagem, clubes etc. e, ainda, obstar a entrada de alguém nas Forças Armadas e impedir, por qualquer meio, o casamento ou convivência social.

□ O deputado federal Carlos Alberto Caó considera que o presidente José Sarney "se choca com a formação do país e com suas próprias raízes históricas" por ter vetado, segunda-feira, o projeto de lei de sua autoria que inclui o racismo entre os crimes inafiançáveis. Para Caó, Sarney fez "uma opção política, impedindo que se criem mecanismos contra o racismo no país". O deputado lembrou que em seus pronunciamentos internacionais, o presidente vem condenando o apartheid. Na última assembleia geral da ONU, Sarney disse que o Brasil teve uma atitude progressista ao colir o racismo na nova Constituição. "O veto desrespeita o texto constitucional e vai ser derrubado pelo Congresso", previa Caó.

F. P. C.

28

28/1/85

Cartazes de Collor recepcionam Brizola

CARUARU, PE — Nos três quilômetros entre o aeroporto e o Centro desta cidade, o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, quase nada pôde ver além do colorido luxuoso dos cartazes, de papel brilhante, da propaganda de seu adversário Fernando Collor de Mello, candidato do PRN. Brizola chegou a irritar-se ao verificar, na parte final do trajeto, que os muros e paredes pintados com o anúncio de sua visita estavam recobertos pela propaganda eleitoral de Collor. E ao participar de uma desfilê de carros de seus correligionários, em quase dois quilômetros de ruas estreitas, teve de ouvir muitas vezes as torcidas organizadas que gritavam o nome do ex-governador de Alagoas, como ocorreu em frente a uma fábrica de biscoitos.

Mais tarde, ao falar na Praça da Matriz para 3 mil pessoas (ao aeroporto, recepcioná-lo, foram 5 mil), Brizola disse que a candidatura de Collor "é uma impostura que precisa ser desmistificada, porque representa a direita e o conservadorismo, responsáveis pelo regime ditatorial. Eles é que estão a empurrar para cima essa candidatura sofisticada, que tem a ajuda da mídia eletrônica mas é a direita de cara nova." Para enfrentar essa candidatura, Brizola, pela primeira vez, falou na união de "todas as forças democrática e progressistas, e não só de esquerda", já no primeiro turno das eleições. "É possível que essa avalanche que se apresenta como comunalidade da diadema, uma espécie de Arena com outra cara, crie um ambiente favorável a um entendimento generalizado" — previu.

Chegada — O candidato do PDT chegou a Caruaru, cidade do agreste a 132 quilômetros do Recife, às 13h. Apesar de longo atraso (a chegada deveria ter sido às 10h), nenhum dos que foram recebê-lo havia deixado o aeroporto. Ao som de *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso, *Marcha por Voto de 30 milhões*, Brizola foi agarrado e beijado pela multidão, que invadiu a pista. De camisa clara e camisa de mescla (Fernando Lyra, seu candidato a vice-presidente, lhe deu as boas vindas de terno e gravata), Brizola recebeu uma bandeira do Brasil, em seguida colocada sobre o carro que o transportou ao Centro da cidade.

Nas ruas, o PDT afixara 30 outdoors com Brizola e Fernando Lyra juntos, além de 10 mil cartazes pequenos. Foram distribuídos 5 mil adesivos e parte de uma edição de 60 mil exemplares do jornal *A Vanguarda*, de propriedade da família Lyra, *dedicada à campanha do PDT*.



Na terra de seu vice, Fernando Lyra, Brizola propôs uma união de todos os candidatos contra Collor

01.02

8907320

Antecipação — Bem antes do avião que trouxe Brizola, pousou na pista, às 9h, um bimotor com coordenadores da candidatura Collor. Vieram a Caruaru com o objetivo de neutralizar o brilho da festa — da qual participou o compositor e cantor Alceu Valença — preparada para Brizola. Eram Mário Guerra, coordenador administrativo, e Eduardo Farias, coordenador político, e os deputados José Liberato (PFL), Adolfo José (sem partido) e Roberto Farias (PMDB), que aderiram ao candidato do PRN.

Os cinco foram diretamente para a Rádio Liberdade, pertencente a parentes do radialista Tony Gel, que perdeu a eleição municipal do ano passado para João Lyra Filho, irmão de Fernando, por uma diferença de apenas 82 votos. Pelo microfone, passaram o resto da manhã pedindo à população que ficasse em casa e aguardasse, dia 8 de agosto, a visita do "futuro presidente do Brasil", Collor. Os pedetistas não atenderam ao pedido.

Incidente — Devido ao atraso na chegada, Brizola, ao contrário do que estava previsto, deixou de ir imediatamente ao auditório da Rádio Difusora, onde jornalistas locais e do Recife o aguardavam para uma entrevista. O candidato participaria, ali, do programa *Debate*, que a Rádio Jornal do Comércio, da capital, transmitiria em edição especial, das 11h às 13h. O auditório estava lotado. O radialista Aderbal Barros, produtor de *Debate*, retirou-se, com sua equipe: "Esperamos duas horas e 50 minutos. Isso é uma falta de respeito, pois tínhamos publicidade a veicular e deixamos os ouvintes na expectativa."

O ex-prefeito José Queiroz, muito ligado à família Lyra, tentou inutilmente contornar a situação. E quando Brizola finalmente chegou à emissora, depois do comício na Praça da Matriz, os microfones já estavam desligados. "Isso não funciona?" — perguntou. Queiroz desconversou: "Não vai funcionar, não há mais som". Brizola chamou os jornalistas para mais perto e, sem microfone, falou alto, para que todo o auditório o ouvisse. Já no final da entrevista, foi providenciado um carro de som e o candidato acabou ouvido também pelas pessoas que estavam na rua.

Munidos de gravadores, os radialistas locais conseguiram pôr no ar mais tarde, pelas rádios Difusora e Cultura, a fala do candidato pedetista. Mas não escondiam a frustração de não tê-la transmitido ao vivo.

Na Rádio Liberdade, cujos donos são da oposição local, não se falava em Brizola: a programação atacava de pes, lambadas e muita música bre-

PARTES ILEGÍVEL

02 - 02

6307320

PMDB vai vencer, crê Simon

Governador gaúcho acredita que Covas seria nome natural se ficasse; agora, o forte é Quêrcia

9^o por CARLOS SAVIO
1 Edición Política/ZH

¹ *Estuaries and Coasts* 2012, Vol. 35, No. 1, p. 1–10.

4. O PMDB tem grandes chances de transformar a convenção nacional de escolha do seu candidato à Presidência da República num grande espetáculo democrático, definindo um nome capaz de vencer a eleição. Essa é a avaliação que está sendo feita pelo governador Pedro Simon e demais políticos do PMDB gaúcho que estiveram envolvidos nos dois dias de articulações em Brasília, quarta e quinta-feira da semana passada. Mantendo inalterado o otimismo com o qual viajou para a Capital Federal, Simon discorda das análises sobre a falta de entendimento no partido, embora não arrisque um palpite sobre o que pode acontecer no próximo fim de semana. Ele foi indicado de forma unânime pelos outros 12 governadores presentes nas reuniões como o candidato ideal para unir a área progressista do partido, mas recusou-se a que tudo indicava, pretendia manter esse posicionamento.

Almon não pretende viajar novamente a Brasília antes da convenção, e nem se envolver muito em novas articulações, pois considera sua missão cumprida. Foi chamado para evitar que o partido implodisse na semana passada, e esteve então, consultando vários poeiras-debitistas. Da mesma forma, se o nível do debate - pelo menos até algumas das reuniões em Brasília - se manteve alto, o fato pode ser creditado em boa parte ao governador paulista.

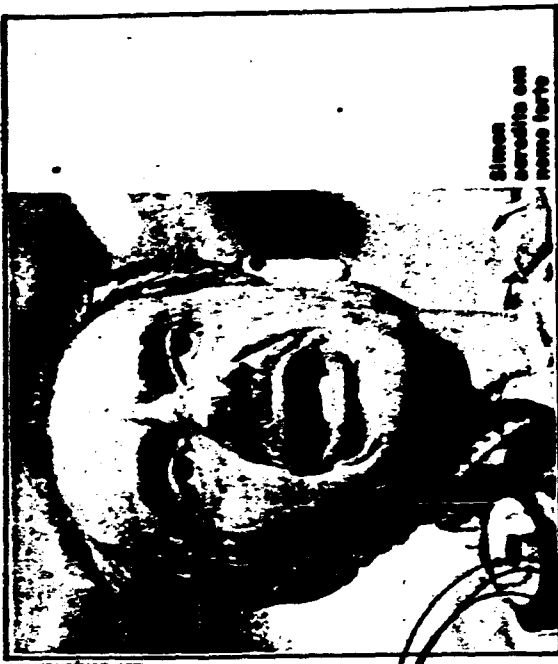
A convenção em dois turnos não era a saída preferida por Simón, que acreditava numa fórmula de busca do consenso. Contudo, definida esta alternativa, ele pretendeu ver seus pontos positivos: quem vencer, o fará por uma grande maioria, dentro do pressuposto de que todos os candidatos progressistas vão apoiar seu representante no segundo turno, contra Iria Rosende. Assim, com um processo definido, o Governador não vê razão para atuar novamente como articulador de um entendimento prático.

Ele teria ficado em Brasília se a convenção fosse num turno único, já que nesse caso, os progressistas teriam que chegar com um acerto prévio à disputa com a chapa conservadora. Agora, tem comentado Simon com pessoas próximas, qualquer dos nomes lhe serve - Ulysses, Arraes, Waldir Pires, Quércia, Alvaro Dias, e até mesmo outros governadores, como Tasso Gervásio. Ele não

teve que ouvir colocações práticas, sobre a resposta negativa à sua candidatura. Em compensação, os ulyssistas deram o troco numa reunião onde todos os governadores, menos um, já haviam ido embora. Foi nessa oportunidade que surgiram as críticas ao desempenho dos governadores, responsáveis também segundo a avaliação, pelo também mau desempenho do PMDB.

O quadro actual poderia ser totalmente diverso, se Ulysses Guimarães tivesse seguido os conselhos dados por pessoas muito próximas a elle, a começar por Pedro Simon, companheiro de muitas batalhas no tempo da opposição. Simon queria que Ulysses, logo depois de promulgada a Constituição, fosse fazer uma longa viagem pelo mundo, regressando a mais tarde possível. Ulysses, designar, e seria chamado pelo PACHECO para assumir a cadeira.

Candidatura
Ontem, Simon reiterou que não é candidato e disse que Mário Covas seria o nome natural, se ficasse no partido. Para ele, o mais forte do PMDB, agora, é Orestes Quérola, mas Ulysses Guimarães pode se recuperar.



098

Aureliano não retira nome com candidatura de Maciel

Bele Horizonte — Aurélio Octaviano

BELO HORIZONTE — O ex-ministro Aureliano Chaves declarou-se surpreendido com a decisão do senador Marco Maciel (PFL-PE) de disputar as prévias para a indicação do candidato do partido à sucessão presidencial. Entretanto, fiel ao seu estilo moderado, Aureliano evita fazer críticas ao senador pernambucano, que o estimulou em dezembro do ano passado a assumir a posição de candidato do PFL. "Esse é um assunto que pertence ao senador Marco Maciel, que naturalmente teve suas razões. Eu não sei quais são elas. A natureza humana é misteriosa", afirmou o ex-ministro, em tom seco.

Aureliano confirmou que pretende manter sua candidatura até o final da disputa. Otimista, chegou a arriscar a previsão de que sua candidatura será vitoriosa nas prévias com "razoável tranquilidade". "Meus companheiros de partido vão decidir se a convocação feita tem substância nas bases do partido. Tudo indica que sim. Eu tenho dados seguros nessa direção", argumentou.

O ex-ministro lembrou que é o único candidato do PFL à sucessão presidencial cujo nome tem figurado nas pesquisas eleitorais, mas admitiu desistir de sua aspiração, caso outro postulante do partido o ultrapasse na preferência da opinião pública. "Se aparecer um, abrirei mão com o maior prazer. Eu desejo que o partido tenha êxito na luta política. Se houver outro com maior presença na opinião pública, ele é que deve ser o candidato e não eu", afirmou.



Aureliano: certeza da vitória

Os senadores Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS), que lideram os dissidentes do PFL, registram à tarde a chapa do senador Marco Maciel, que disputará a prévia convocada para indicar o candidato do partido à presidência da República. Enquanto os senadores cuidam do registro, Maciel dá início a um roteiro de viagens em busca de contato direto com os convenionistas. Nesta semana o senador estará em Porto Alegre, São Paulo, Rio e Vitória. No próximo domingo começa por Aracaju uma visita às capitais do Nordeste.

F. P. P. (P. P.)

24/10/80

Governo rejeita idéia de ter superministro

BRASÍLIA — Os principais líderes do governo no Congresso recusam a proposta do senador Afonso Arinos (PSDB-RJ) para tirar o país da crise. Ele sugeriu um acordo entre Executivo e Legislativo e a nomeação de um ministro extraordinário que passaria a coordenar a equipe ministerial até o final do governo Sarney. "Isso é a implantação ilegal do parlamentarismo", disse o líder do PFL, deputado José Lourenço (BA). "É sonho de uma meia-noite de verão", brincou o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Ambos garantiram: "O presidente Sarney não pensa nesse tipo de solução."

O senador Jarbas Passarinho (PA), presidente nacional do PDS, acha que somente com a inteira concordância do presidente José Sarney seria possível fazer o acordo proposto pelo senador Afonso Arinos. "Não havendo entendimentos, será impossível pensar nessa saída. Seria um golpe, pois o regime praticamente deixaria de ser presidencialista". Passarinho, que chegou a ser apontado por parlamentares como o nome mais provável para ocupar o cargo de ministro extraordinário, caso vingue a idéia de Afonso Arinos, acha que o escolhido vai ser o mais forte candidato à sucessão de Sarney. "Todos esses nomes lançados perdem a força. O ocupante do cargo de ministro extraordinário passaria a ser o candidato natural, praticamente imbatível."

O deputado Nelson Jobim (RS), que liderou o PMDB na Constituinte, é favorável à proposta de Afonso Arinos, desde que não se mexa no sistema de governo nem no tamanho do mandato do presidente José Sarney. "Lutei pelos quatro anos e pelo parlamentarismo. Fui derrotado. Agora, a Constituição estabelece que o sistema é presidencialista e que o presidente José Sarney vai ter um mandato de cinco anos. Qualquer tentativa de mudar essa decisão é ilegal, inconstitucional e deve ser repudiada".

Jobim acha o nome de Passarinho forte o bastante para ocupar o cargo de ministro extraordinário, mas acredita que, se a proposta do senador Afonso Arinos avançar, será outro o escolhido. "E só o nome não consegue garantir ninguém" disse.

Receitas para a crise

■ O risco da hiperinflação, a onda grevista do funcionalismo público, a falta de base política do presidente José Sarney e a ameaça de retrocesso político estimularam o surgimento, nos últimos dias, de várias propostas para resolver a crise do país. Estas são as principais:

Parlamentarismo

Dois políticos influentes, mas de partidos distintos, o senador José Richa, do PSDB-PR, e o deputado Delfim Netto (foto), do PDS-SP, defenderam a instalação imediata do parlamentarismo como a única solução para gerar um governo com maioria política capaz de dar sustentação a um programa de combate à crise. Richa sugeriu a antecipação para novembro deste ano do plebiscito previsto para 1993 sobre o regime de governo. A fórmula não chegou a entusiasmar muita gente, especialmente o Planalto e presidencialistas como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva, morrendo por falta de apoio. O mais histórico e notável dos parlamentaristas, o senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), descartou esta idéia.



Renúncia coletiva

O presidente do Senado, Humberto Lucena (foto), lançou para a discussão uma proposta mais moderada: a renúncia de todos os membros do Ministério do presidente Sarney para dar lugar à formação de um gabinete de coalizão, integrado por todas as forças políticas sensíveis à necessidade de um entendimento nacional. De Moscou, onde se encontrava, Sarney não tomou conhecimento da sugestão. Do Planalto, onde exercia interinamente a Presidência da República, Ulysses não se manifestou. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, falou por si e pelos seus colegas de Ministério: "Se Lucena levasse à renúncia centenas de protegidos que empregou em cargos públicos, o déficit público seria sensivelmente reduzido."



Entendimento

Essa tese, lançada pelo governador do Rio, Moreira Franco (foto), é um convite a todas as forças políticas para sentarem-se à mesa para conversar e encontrar um denominador comum para enfrentar a crise. Corresponde, no plano político, à iniciativa de empresários e trabalhadores de discutirem o pacto social. Vem ganhando adeptos nos últimos dias, exatamente porque não é uma fórmula pronta e estimula aquilo que os políticos podem fazer, no momento: conversar. Esbarra num obstáculo: o clima de campanha eleitoral. A conversa habilidosa e complexa da mesa de negociações não costuma combinar com o tom agressivo dos discursos nos palanques. Moreira, entretanto, argumenta que se não se cuidar do hoje não haverá o day-after. Ou seja, se não se resolver logo a crise, não haverá eleição presidencial em 1989. (Ver página 3).



Governo provisório

A proposta explosiva é do ex-governador do Rio, Leonel Brizola (foto). Para ele, só há sentido em conversações entre os presidentes dos partidos se for para formar um governo provisório, com a presença do presidente José Sarney no Planalto. Este governo, segundo Brizola, teria a incumbência de administrar o país até as eleições presidenciais de 89, das quais ele espera sair vencedor. O Planalto reagiu imediatamente, acusando o dirigente do PDT de pretender violar a Constituição. A proposta de Brizola não tem a menor chance de vingar, pois a maioria dos partidos encara-a como uma manobra golpista. Isso tampouco incomodará Brizola. Afinal, sua proposta não é para ser levada à mesa de negociações. Seu objetivo é capitalizar o descontentamento contra Sarney.



PC do B vai às ruas para pedir renúncia

O deputado Haroldo Lima (BA) vai comunicar hoje ao presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, que o PC do B iniciará nas ruas do país um movimento pela renúncia do presidente José Sarney. "É a única forma de tentarmos sair da crise". A renúncia precisa ocorrer o mais breve possível. E o PC do B pretende se antecipar à direita, levando a campanha às ruas.

Haroldo Lima explicou que o PC do B optou pela renúncia do presidente porque a nova Constituição determina que, ocorrendo a vacância nos dois últimos anos do governo, o Congresso Nacional escolherá o substituto, que deverá completar o mandato interrompido. "Precisamos resolver o problema do Sarney a curtíssimo prazo", afirmou Haroldo Lima. Ele não concorda com a implantação de um parlamentarismo emergencial, como vem pregando o deputado Delfim Netto.

O PC do B é tão contrário a Sarney, que seus representantes se levantarão da mesa de negociações por um entendimento nacional, caso o presidente apureça por lá. "Sarney é a crise. Nunca na história do país tivemos 17 ministérios em greve. É impossível terminarmos em paz esses 17 meses que restam de mandato para Sarney", disse o líder do PC do B.

Montoro propõe união de todos

O ex-governador Franco Montoro acha que só um plano de emergência política e econômica, com a participação de todos os setores da sociedade, será capaz de tirar o país da crise. No programa *Encontro com a Imprensa*, da RÁDIO JORNAL DO BRASIL, Montoro falou de sua gestão como governador de São Paulo, da curta experiência como candidato à sucessão do prefeito Jânio Quadros e da filosofia dos *acanos*, como são chamados os militantes do seu partido, o PSDB — sempre frisando a mobilização da sociedade, o diálogo entre os vários setores e "a transparência do governo" como recursos infalíveis para corrigir males que vão da inflação à corrupção.

O primeiro item do plano de emergência — com a participação de trabalhadores, empresários, governos estaduais, administrações municipais e entidades civis — deveria ser o combate à inflação. "A nação não aguenta uma inflação de 1.000% ao ano, que é o que está se esboçando", disse o ex-governador, para quem o combate à crise é essencial para assegurar os avanços sociais incluídos na Constituição. "Eles vão depender muito mais da prática constitucional que da letra da lei", disse.

Respondendo a perguntas de ouvintes, afirmou que a solução da crise é uma oportunidade para se cumprir o preceito constitucional segundo o qual a democracia brasileira é participativa. Depois de reconhecer que a Nova República decepcionou, frisou que a posição em relação a isso não deve ser a de dizer que a classe política está falida. "É preciso sair da passividade e passar à participação. O país precisa fugir ao velho modelo de desenvolvimento conduzido pelo governo e crescer com a participação de todos os setores sociais", disse.

Criticou o populismo, referindo-se à expressão "vote no partido de Brizola", slogan de propaganda política do PDT em São Paulo, como retrocesso político. E ao se referir à política que desenvolveu como governador na área da educação, fez uma crítica indireta aos Ciepjs, que chamou de "centros de huro", em contraposição às 1.600 escolas que diz ter construído com a participação da comunidade.

Oportunistas e hostis, segundo grupo de Sarney

Robson Barenho

O governo está atribuindo a interesses eleitorais de lideranças hostis ao presidente José Sarney as propostas que apontam fórmulas para a superação da crise econômica, desprezando as regras constitucionais já definidas para o processo político. Segundo ministros da intimidade de Sarney, é sob essa ótica que o governo assiste, por exemplo, à circulação de idéias como a de implantar o parlamentarismo e a de reduzir o mandato presidencial.

De acordo com as avaliações do Presidente e de alguns de seus conselheiros, os políticos interessados em promover alterações nas regras do jogo se enquadram em duas categorias: os hostis e os oportunistas. No primeiro caso — diz um ministro — estão lideranças como o ex-governador Leonel Brizola e o deputado Luís Inácio Lula da Silva. No segundo caso, sem citar nomes, o mesmo ministro inclui governadores do PMDB ameaçados de ter seu comando

político abalado pelas eleições municipais.

Obstáculo — Um sinal de oportunismo, observa um auxiliar de Sarney, é o fato de alguns políticos, que há poucos meses lutaram a favor do mandato de cinco anos, tentarem agora embarçar o governo. Isso, de acordo com o auxiliar, só pode ser explicado pelo interesse de obter dividendos eleitorais com uma postura oposicionista diante da crise econômica.

Esses interesses eleitorais são vistos no Palácio do Planalto como obstáculo ao engajamento das lideranças políticas na busca do pacto social. Por essa razão, o governo estima que as intenções proclamadas no Congresso e em outros círculos políticos e partidários, de adesão ao pacto, só poderão ser medidas com exatidão e transformadas em atitudes concretas a partir de 15 de novembro. Até lá, suspeita o Planalto, alguns setores repelirão a busca de entendimento por conveniência eleitoral e outros declararão adesão pelo mesmo motivo. Novamente sem citar nomes, conselheiros políticos do Presidente reconhecem a adesão bem-intencionada de alguns líderes, mas consideram que o momento eleitoral prejudica a identificação precisa de partidários do acordo anti-inflação.

Como Collor se sustenta

Há seis meses, o país tinha uma dúvida: o presidente da República seria Leonel Brizola ou Luís Inácio Lula da Silva? Os dois vinham de bons resultados nas eleições municipais de novembro de 1988. Exatamente por causa da possibilidade de vitória de Brizola ou Lula, logo em seguida surgiu outra dúvida: haveria mesmo eleição? Ai, começou a subir o balão de Fernando Collor de Melo. Quanto mais subia espalhava a fumaça que pairava sobre o calendário eleitoral e ao mesmo tempo difundia uma crença: vai murchar facilmente, vai despençar sozinho, não resistirá ao confronto com os outros candidatos.

Não murchoi. Então, no lugar da dúvida, surgiu outra crença, com ares de certeza: Collor já tem lugar garantido no segundo turno da eleição. As indagações mais frequentes, agora, são três: quem vai disputar o segundo turno com Collor? Aliás, haverá mesmo o segundo turno? Como seria o governo Collor?

Por trás de tanta ansiedade estão, naturalmente, desde o início do ano, os números das pesquisas de opinião pública. Tomando-se por base o Ibope, o instituto de maior tradição e regularidade na aferição da tendência do eleitorado, verifica-se que os candidatos estacionaram há algum tempo em faixas de preferência bem delimitadas. Collor, por exemplo, oscila entre 38 ou 39% e 45%; Brizola, entre 10 e 15%; Lula, Maluf, Covas e Ulysses, entre 4 e 7%; os outros candidatos ficam entre 0 e 2%.

Esse quadro está provando, até agora, que é mais sólida do que se pode imaginar a posição de Collor. No Ibope divulgado neste fim de semana, ele manteve os mesmos 41% conquistados na pesquisa feita entre 6 e 12 deste mês, apesar de se poder fazer conta de uma lista com pelo menos quatro episódios considerados desgastantes para qualquer candidato: passou 20 dias fora do país, período em que mãe do candidato, Dona Leda Collor de Melo, despertou campanha contra ele ao se referir inabilmente ao ator Tião Macalé como "preto desdentado"; por duas vezes disse palavrão em público; e não compareceu a dois debates na televisão.

Analisando os mapas de sua pesquisa, o diretor-executivo do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, oferece uma explicação para o fato de Collor estar tão segura, ao menos por enquanto, no primeiro lugar: 90% dos votos de Brizola são de seus dois principais redutos, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; 80% dos de Covas, também 80% dos de Maluf e 50% dos de Lula estão em São Paulo; e todos os de Ulysses vêm do Nordeste; enquanto estão com Collor mais de 40% dos votos dos dois principais colégios eleitorais, São Paulo e Minas Gerais, quase 60% da região Norte e Centro-Oeste; e cerca de 45% do Nordeste.

E mais: Collor é amplamente majoritário na parcela que vai decidir a eleição — os 80% de eleitores que só têm o curso primário, ou são analfabetos ou só sabem ler e escrever. Portanto, quase nada adianta o tenador Mário Covas comemorar que derrota Collor entre os que têm instrução superior — são apenas 6% dos 80 milhões de eleitores.

O que poderia mudar esse panorama seriam os meses de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, a partir de 15 de setembro. Mas mesmo aí Collor está em condições de igualdade com os adversários que poderiam desbancá-lo. Os dois maiores tempos na televisão serão de candidatos já considerados fora de páreo: Ulysses Guimarães, com 22 minutos, e Américo Chaves, com 16. Collor, Brizola, Lula, Covas e Maluf terão tempo igual, dez minutos, cada um.

Só há duas hipóteses à vista para derrubar Collor do topo das pesquisas: ele tropeçar nas próprias pernas, cometendo erros táticos em sua campanha; ou ser abatido por uma contundente acusação de caráter pessoal, devidamente comprovada com certidão passada por delegacia de polícia ou cartório.

Sobre a primeira hipótese, a habilidade política que vem demonstrando revela que dá muita atenção a essa possibilidade. Em primeiro lugar, não entrega a ninguém a coordenação de sua campanha nos estados. Quem quiser montar comitê pró-Collor que monte, sem envolver a responsabilidade direta do candidato. Assim, ele se poupa de brigas regionais. Em segundo lugar, já repararam como há pouca gente no palanque dos comícios de que ele participa? Collor quer estar sozinho nos palanques, no máximo com a mulher Rosane, o candidato a vice, Itamar Franco, e o promotor do comício. E para evitar papagaios de praia que comprometam sua imagem de viajador, de candidato comprometido com o combate à corrupção e aos marajás.

Sobre a segunda hipótese, Collor foi alvejado até agora com acusações que o envolveram em supostos desvios ou mau uso de dinheiro público, em Alagoas. Os índices das pesquisas mostram que isso não abalou seu desempenho. Comentários sobre ações que teria praticado na juventude são apenas comentários, por enquanto levementes porque não estão acompanhados de provas cartoriais.

Até se a eleição se realizar, como se prevê, em clima de inflação altíssima, Collor tem como se safar. Esse cenário é propício exatamente ao estilo que o candidato do PRN mais explora: o emocional. É ele, e nenhum outro candidato, quem bate forte no peito, no meio dos comícios, e berça para a multidão: "Não me abandonem, não me deixem sozinho..."

Nada impede, porém, que Collor tropece. A campanha eleitoral exige destreza de piloto de Fórmula-1: ao menor descuido, se é ultrapassado. Se não for, fica a última indagação: como seria o governo Collor? Os 30 milhões de votos que ele ou qualquer outro conquistar obviamente não transmitirão competência ao eleito, mas seguramente darão força e legitimidade para montar uma equipe e um projeto nacional competentes. E não haverá Congresso, Forças Armadas ou credor externo que atrapalhe seu caminho, pelo menos no início do governo.

Marcelo Pontes

098

Partidos políticos brasileños recomiendan nueva moratoria

BRASILIA (REUTERS). - Líderes de los principales partidos políticos brasileños recomendarán ayer al gobierno del Presidente José Sarney la conveniencia de una nueva moratoria de la Deuda Externa del país, de 112.000 millones de dólares, anunciaron fuentes legislativas.

El pronunciamiento multipartidario trazará los lineamientos de un "programa de emergencia" que busca evitar la amenaza de una hiperinflación y garantizar la consolidación democrática en Brasil, anticipó el Diputado Osmundo Rebouças.

El parlamentario, un economista que actuó como redactor del documento en nombre del mayoritario Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), agregó que el documento sería firmado en la sede del Poder Legislativo.

Rebouças reveló que los líderes políticos buscaban antes de la difusión oficial del documento un consenso en torno a la necesidad de suspender los pagos de la Deuda Externa hasta que Brasil "logre un acuerdo justo" con sus acreedores internacionales.

Explicó que mientras algunos partidos consideraban imprescindible anticipar al gobierno apoyo político para una "inmediata moratoria" del capital e intereses de la Deuda, otros defendían esa medida pero condicionada a evitar que el nivel de reservas internacionales del país descendiera a "niveles críticos".

Brasil realiza actualmente negociaciones en busca de un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional (FMI) que le permita desbloquear préstamos retenidos y obtener nuevos recursos por un monto global estimado en 4.000 millones de dólares.

PROXIMOS VENCIMIENTOS

El Gobierno de Sarney enfrentará en setiembre vencimientos vinculados con la Deuda Externa por cerca de 3.000 millones de dólares y el Ministro de Hacienda, Malton Da Nobrega, advirtió que el país no haría uso exclusivo de sus reservas internacionales para cumplir las compromisos.

El Diputado Rebouças dijo que el pronunciamiento multipartidario en favor de una inmediata o condicionada moratoria "no quiere decir que el

gobierno deberá decretarla".

"Significa un apoyo anticipado de la clase política brasileña a una eventual decisión que el Gobierno pueda adoptar en este sentido", si el Presidente Sarney opta por una nueva moratoria, tiene garantizado el apoyo de los partidos", aclaró.

El Gobierno de Sarney declaró en 1987 una moratoria de diez meses de la deuda comercial brasileña -entonces de 70.000 millones de dólares-, después de verificar que las reservas internacionales del país habían caído a 3.100 millones de dólares.

AUMENTO DE RESERVAS

Las reservas brasileñas superaron actualmente los 6.500 millones de dólares frente a los 5.350 millones de dólares en que se situaba al concluir 1988, según reveló el Presidente Interino del Banco Central, Wadico Buechi.

El Diputado Rebouças dijo que el "programa de emergencia" comprometerá el apoyo multipartidario a medidas económicas oficiales durante los ocho meses que le restan al actual gobierno hasta la entrega del poder a un nuevo Presidente, en marzo de 1990.

"El programa pretende fundamentalmente ayudar al Gobierno a evitar la hiperinflación, el descontrol de la economía y garantizar la realización de las elecciones en un clima tranquilo", afirmó.

Explicó que, simultáneamente, constituye una respuesta a las frecuentes quejas gubernamentales de falta de apoyo legislativo a sus medidas encaminadas a contener el déficit público, señalado como una de las principales causas de una inflación anual que disbordó el 1.000 por ciento hasta julio.

"El Gobierno tendrá hoy todo el apoyo político institucional para conducir al país a una tranquila consolidación democrática, sin los riesgos de un descontrol económico y sus consiguientes peligrosas repercusiones sociales", dijo Rebouças.

Cerca de 80 millones de brasileños elegirán el 15 de noviembre, por primera vez en 19 años, a un Presidente constitucional que asumirá funciones el 15 de marzo de 1990.

P.P.

4/8/89

LEA

Em carta ao presidente Sarney, o ministro Oscar Corrêa pediu demissão, ontem, alegando discordar da política econômica do Governo. Ele acha que a inflação está "intolerável" e vê riscos para a ordem pública, se continuar assim.

Ministro da Justiça sai por divergir de Mailson

SANDRA CRESPO

Brasília/21

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, demitiu-se ontem do cargo, alegando discordar da política econômica do Governo. Negando sempre que pretenda candidatar-se à Presidência da República, ele ressaltou, em entrevista coletiva, suas divergências com a área econômica do Governo, agravadas na última semana pelas cobranças públicas entre ele e o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

"Estou convencido de que uma inflação mensal de 28,76% é intolerável", afirmou Corrêa, ao lembrar que já havia manifestado sua "inconformidade" a Sarney e aos ministros da área econômica, quando o índice inflacionário chegou a 24,83%, no mês passado. "Eu disse que se a inflação não voltasse a níveis razoáveis, que demonstrassem o total controle pela área econômica, eu não continuaria no Governo." Segundo ele, a situação da economia refletia-se diretamente no Ministério da Justiça. "No momento em que a inflação não está sob controle, qualquer risco pesa sobre o Ministério da Justiça, pois ele é o responsável pela ordem pública, e a inflação é desagregadora da ordem pública".

O terceiro ministro da Justiça do Governo Sarney não escondeu sua irritação com a



Demissão: Corrêa explica as razões

política econômica, embora tenha frisado que não se indispôs com Mailson da Nóbrega. "Não quero sobrepor minhas ideias de economista às ideias com as dos

ministros da área, que dizem que está tudo bem", afirmou Oscar Corrêa, que além de advogado é professor de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, garantindo: "O que eu penso da economia brasileira será dito depois, já que vou voltar aos meus estudos de política econômica".

HERITAGEM—Sobre a acusação de Mailson da Nóbrega, de que, como ministro da Justiça, não havia acabado com o contrabando no País, ele respondeu que fez tudo o que pôde para acabar com essa prática no Brasil. "O Ministério da Fazenda tem inclusive recebido o dinheiro dos leilões que a Polícia Federal faz com as mercadorias apreendidas", ironizou.

Oscar Dias Corrêa classificou de "ignorante" a pergunta, feita por um repórter, se estava frustrado por não ter colocado "nenhum corrupto na cadeia". Irritado, ele enumerou 20 demissões de funcionários acusados de corrupção e apêlos, contra acusadores. "Além do mais, quem põe na cadeia é o Poder Judiciário", completou, recusando-se a divulgar os nomes dos envolvidos nos processos. O filho do ministro alçou-se também quando lhe perguntaram se iria colidir. "Eu exijo respeito, pois minha cor é a mesma desde que entrei na vida pública", disse.

Saulo Ramos cotado para ocupar o cargo

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, será convidado para substituir Oscar Dias Corrêa no Ministério da Justiça, segundo informaram ontem, extra-oficialmente, assessores do presidente José Sarney. Ramos, que se casou recentemente, está de férias na Europa e só deveria voltar a Brasília no dia 10, mas já antecipou seu retorno e chegará até no máximo quinta-feira, de acordo com os mesmos assessores.

A sete meses e meio do fim do Governo Sarney, não é fácil para o presidente encontrar um substituto para Corrêa e Saulo Ramos é, como observou um auxiliar do presidente, "uma solução fácil e natural". Amigo íntimo de Sarney, de lealdade a toda prova, Ramos não tem como recusar um convite para ser ministro, e Sarney, nas atuais circunstâncias, não pode correr o risco de fazer um convite e receber uma resposta negativa. Seria mais um desgaste neste final de mandato.

"É mais fácil substituir o consultor-geral do que o ministro da Justiça", lembrou outro auxiliar de Sarney. O substituto de Ramos na Consultoria Geral, José Celso Melo Filho, já foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Em suas férias, Ramos está sendo substituído por Sebastião Baptista Afonso, que deve ser substituído no cargo. (AB)

Corrêa nega candidatura

"Não me peça para ficar. Sou leal ao, como você sabe bem", disse Oscar Dias Corrêa, antes que Sarney terminasse de ler a carta de demissão. Antes, houve uma série de telefonemas entre eles, no fim de semana.

O presidente ainda apelou: "Eu preciso de você. Seu trabalho tem sido de fundamental importância", disse. "O agravamento dessa crise econômica vai gerar reações da sociedade. E, aí, vai ser impossível eu continuar o trabalho que venho fazendo". O ex-ministro lembrou a Sarney que há muito vinha pregando a necessidade de ações mais efetivas a escalada inflacionária. "A única coisa que não se pode fazer é ficar de braços cruzados esperando a convulsão social", defendeu.

O ex-ministro não se sentia em condições de exercer a função paralela de coordenador político do Governo. Nunca encontrou respaldo na área parlamentar nem no Planalto. Quando se ofereceu para ajudar, as lideranças disseram-lhe que não era necessário e que podiam contornar os problemas. Corrêa acabou desistindo de ser o coordenador político de um governo minoritário no Congresso.

Sarney desconfia que por trás da demissão haja alguma pretensão política. "Nãoerei candidato", garantiu Oscar Corrêa. No PFL, teme-se que a demissão de Oscar Corrêa, combinada com o pedido de licença de seu filho da presidência do PFL de Minas Gerais, seja o princípio de uma articulação para substituir o atual candidato do partido, Aureliano Chaves. (AB)

Sistema de governo ainda gera debates no Congresso

SUCESSÃO

Parlamentaristas querem antecipar plebiscito previsto na Constituição para 1993

Por SANDRA CRESPO
Basil/ZH

Parlamentarismo ou presidencialismo? A Constituição promulgada em outubro de 1988 não deixa dúvidas: o sistema de governo é o presidencialismo, pelo menos até 1993. Nessa data, os eleitores brasileiros vão escolher, por meio de plebiscito, qual será o sistema e a forma de governo (República ou Monarquia) a vigorar no País.

Mas existem, no Congresso, alguns compatriotas apressados que ainda não se conformaram com a decisão tomada pela maioria absoluta de seus colegas. Esses congressistas estão defendendo a implantação imediata do parlamentarismo, ou ainda a antecipação do plebiscito. Com esse objetivo, quatro emendas à nova Carta Constitucional foram apresentadas. A primeira delas, de autoria do deputado gaúcho Victor Fagundes (PDS)—chegou à Mesa do Congresso juntamente ao dia em que a Constituição começou a vigorar, ou seja, em 6 de outubro de 1988. Ela veio seguida de uma grande articulação entre vários congressistas, tendo à frente o próprio presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro.

Logo depois surgiu um relatório apresentado ao grupo: o candidato do PDS à Presidência, Mário Covas, anunciou sua intenção de propor a antecipação do plebiscito, caso seja eleito.

Sendo o parlamentarismo um sis-



No Congresso há até quem defenda a Monarquia

tema pelo qual quem governa sempre é o primeiro-ministro, que é sempre um parlamentar indicado pelo presidente da República, mas escolhido pela Câmara dos Deputados, muitos políticos consideram sua implantação imediata como um golpe contra o presidente a ser lançado de voto.

Covas, no entanto, garantiu que ao longo da antecipação da consulta popular no caso de ser ele o sucessor de José Sarney. E justificou sua intenção no fato de ter defendido, desde o início da Constituinte, a mudança de regime de governo. Porém, o mesmo não se pode dizer de alguns parlamentaristas que, durante os trabalhos constitucionais, autoraram-se ao máximo para que o presidencialismo fosse mantido, como queria o presidente José Sarney. Hoje, as assinaturas de vários deles constam da lista de apoio à emenda parlamentarista. Entre os mais conhecidos estão o ex-líder do Governo e atualmente ministro Carlos Santana, e o atual líder do Governo, deputado Luís Roberto Figueira.

Outro dado curioso refere-se a certos apoios (através de assinaturas) à emenda parlamentarista apresentada pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA) em abril deste ano. Essa proposta estabelece que a implantação do parlamentarismo deve se dar logo após sua aprovação pelo Congresso e prevê que, sob o novo regime, a eleição do presidente da República será (novamente) indireta, como ocorre nos países onde vigora o chamado "parlamentarismo puro".

Entre os deputados que assinam essa emenda estão agarrados defensores de eleições diretas para presidente, como Antônio Brito, Hermes Zanetti, Francisco Kuster e Wilson Souza.

863

01.01

8907346

048

asil

F. P. P. P.

JORNAL DO BRASIL

Quércia acha que identificação de Ulysses com Sarney é ruim

SÃO PAULO — O governador de São Paulo, Orestes Quércia, reconhece, após encontro de meia hora com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que o PMDB



Ulysses Guimarães

ainda não encontrou a "fórmula" para dissociar a imagem do candidato do partido à Presidência da República, deputado Ulysses Guimarães, do fracasso do governo do presidente José Sarney. "Está todo mundo procurando e ainda não achou", disse Quércia, com bom humor. Para o governador paulista a identificação de Ulysses com Sarney é "um dos motivos" para os altos índices de rejeição ao candidato pemedeibista constatados nas pesquisas de intenção de voto.

Arraes, cujo motivo da viagem a São Paulo foi a gravação de um programa de televisão, na noite de domingo, evitou críticas a Ulysses. "Eu procuro dar uma colaboração para os rumos da campanha do partido", disse, numa referência à carta que enviou a Ulysses solicitando o detalhamento, pelo PMDB, da plataforma de governo do candidato. Depois de almoçar com Jânio Quadros, Arraes viajou para o Rio, onde se reuniu com o governador Moreira Franco.

Avaliação — O presidente nacional do PMDB, Jarbas Vasconcelos, anunciou em Recife que vai aproveitar a volta dos deputados e senadores do partido a Brasília, a partir de hoje, para reuni-los em grupos e melhor avaliar o desempenho da candidatura de Ulysses: "Vindo dos estados, os parlamentares pemedeibistas vão poder melhor expressar o que viram em suas bases e nos dar ideia de como proceder". Ele acha que a candidatura de Ulysses atravessa um quadro adverso, mas não inquietante.

"O quadro é adverso para nós, mas quem está bem?" — pergunta Jarbas. O presidente do PMDB argumentou que as últimas pesquisas, além do grande número de indecisos, mostraram que entre os nomes apontados pelos eleitores, o candidato do PRN continua favorito e os demais embolados em segundo lugar. Para ele não há grande diferença entre Leonel Brizola, do PDT cujos índices variam entre 7 e 13% de acordo com o levantamento, e Ulysses que está entre 5 e 2,8% de acordo com cada empresa. "Num quadro desses — argumentou — considerando-se a margem de erro, há um equilíbrio entre os demais candidatos".

Para Jarbas esta não é época para desespero. "Acho que o quadro só começará a se definir em outubro. Depois, o grande número de indecisos demonstrará que, apesar de haver um favorito, há muito terreno para ser ocupado". Acha

também que não é hora de se falar em uma possível coligação do PMDB com o PSDB: "Se nem Ulysses e nem Covas demonstraram até agora índices significativos nas pesquisas, falar em coligação entre os dois é atrapalhar o processo". Ele só se sentaria em uma mesa para discutir isso no início de outubro.

Em função da estrutura que o PMDB possui em todo o país, Jarbas acha que Ulysses chegará ao segundo turno. Por isso pretende ouvir a opinião dos deputados e senadores sobre a situação. Ele próprio, porém, se trata sobre a situação do quadro partidário, quando se indaga quantos deputados o PMDB tem hoje: "O partido está com cerca de 200 deputados. Não falo em números porque estão ocorrendo migrações partidárias, comuns neste período eleitoral". Jarbas reconhece, porém, que o PMDB só tem feito perder.

Não quer falar também sobre a posição do governador do Ceará, João Jereissati, que está para tomar o Colôf: "Deixei de tratar deste assunto porque está complicado demais", ressaltou, lembrando que se Tasso afirma que prefere Covas, mas pode ir para Colôf porque os cearenses desajam votar no ex-governador alagoano, isso só faz complicar mais a situação na cabeça do povo. "Está um governador só deve apoiar quem está bem no momento. Não entendo isto" — justificou.

098

Ulysses discursa atacando Sarney

O candidato do PMDB à Presidência da República, Ulysses Guimarães, acusou em Bauru (SP) sábado o presidente José Sarney de ser o responsável pela falta de credibilidade do governo. O candidato a vice, Waldir Pires, emendou as críticas, ao lembrar que Sarney nunca foi do PMDB e jamais defendeu os compromissos do partido.

As afirmações foram feitas para quase 700 militantes do PMDB, que participaram em uma noite de um encontro com Ulysses Guimarães e Waldir Pires, no Círculo Vila Rica desta cidade. O encontro terminou quase à meia-noite.

"O atual presidente não soube organizar apoio no Congresso e criou essa situação de desarrumação que se projeta na falta de credibilidade e ingovernabilidade da nação", afirmou Ulysses Guimarães.

Aos jornalistas comentou as declarações feitas por Sarney à televisão, que reclamou que está sozinho, pois foi abandonado pelos políticos. Ulysses afirmou:

"Ele (Sarney) está certíssimo em dizer que está só. Basta ver o seu governo", Ulysses advertiu que o Brasil poderá enfrentar uma revolta popular, caso o futuro presidente da República não consiga mudar essa situação e diminuir as tensões econômicas e sociais.

"Ou mudamos a Nação, ou seremos muda-

dos pela revolta popular, daqueles que não aceitam mais ficar aí merrendo a mingua de uma pátria que tem condições de dar vida melhor ao seu povo disse Ulysses Guimarães".

Para o candidato do PMDB, a crise no Brasil é motivada, em parte, pela estrutura que mantém o Estado, que precisa ser alterada. Ulysses comparou o Estado brasileiro a um "leviatã, um Frankstein, um covete", que está massacrando a sociedade.

Para o candidato do PMDB, a estrutura do Estado precisa ser mudada para que proteja o povo e lhe dê oportunidades de vida cada vez mais satisfatórias. Disse que o próximo presidente, para mudar o País, precisa ter o apoio de um partido forte, caso contrário não poderá governar. Lembrou o ex-presidente Jânio Quadros que, segundo ele, foi obrigado a renunciar, depois de ficar sem apoio no Congresso Nacional.

Waldir Pires disse, por sua vez, que Sarney sempre foi do PSD, partido que, segundo ele, comandava a luta contra o restabelecimento da democracia no País. "Sarney chegou ao governo em função da aliança que fizemos com os dissidentes do regime militar. Mas Sarney nunca foi, nem no espírito, nem nos compromissos, do PMDB", concluiu.

01.01

8907350

098

Petrobrás se dispõe a estudar gasoduto

A Petrobrás não é contra nem a favor do gasoduto Argentina-Brasil, enquanto não constatar a sua viabilidade econômica em preço, mercado e fontes de financiamento. A colocação é de Luiz Carlos de Souza, representante da Petrobrás, que esteve ontem em encontro reservado de técnicos da Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia e Itamaraty com os secretários Alcides Saldanha (Energia, Minas e Comunicações) e Paulo Triches (Assuntos Internacionais), onde aceitou analisar o estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs). Ficou a promessa de que, depois de reuniões preliminares com técnicos argentinos e brasileiros, o grupo tentará agilizar a análise para que esta seja encaminhada aos presidentes Carlos Saul Menem e José Sarney, no encontro que terão em Uruguai em 22 de agosto.

A constatação geral de quem participou da reunião técnica é de que foi quebrado o gelo entre o governo gaúcho e a Petrobrás que, segundo Souza, não perderá o monopólio com a vinda do gás argentino, porque continuará controlando o setor energético no que se refere à importação e transporte, conforme prevê a Constituição no seu artigo 177. Somente a distribuição poderá ser feita pelo Estado que, para isto, terá que criar a Companhia Estadual de Gás.

Renato Marques, do Itamaraty, disse que é preciso caracterizar a clientela consumidora do produto. Sabe-se, por exemplo, que o consumo previsto é de 2,4 milhões de metros cúbicos/dia e há um potencial de 4,2 milhões. Uma nova reunião deverá ocorrer em Porto Alegre, possivelmente dentro de 30 dias, entre técnicos da Companhia Estadual de Energia Elétrica, Secretaria de Minas e Energia, Secretaria de Assuntos Internacionais com os representantes do Itamaraty, Petrobrás e Eletrobrás que ficarão em reunião permanente para dados complementares. Após o encontro da tarde de ontem, o grupo fez uma visita de formalidade ao governador Pedro Simon.

01.01

8907351

990

F.P. P.P. VARIOS
Eles estão guardando espaço

A legislação eleitoral tornou muito fácil a organização de partidos políticos no Brasil e ainda mais simples a possibilidade de concorrer à Presidência da República. Com a abertura para a apresentação de candidaturas pelos partidos com registro provisório na Justiça Eleitoral, na prática é necessário apenas que um grupo de pessoas espalhadas pelo País decida formar um partido e eleger candidato para que isso aconteça.

Os casos mais especíacos porventura são os de Manuel Horta do Partido da Democracia Cristã do Brasil (PDC do B) e Paulo Gontijo, do Partido do Povo (PP). Enquanto todos os candidatos lutam para ganhar mais eleitores, os dois aproveitam os espaços que conseguem para fazer a campanha de outros nomes. Horta é o mais específico e diz não ser candidato e sim que "está candidato" para atender a legislação eleitoral. Ele espera ceder seu lugar a Oscar Dias Correa, que ontem deixou o Ministério da Justiça. Gontijo, cujo slogan de campanha é "cem anos em cinco", diz que o povo tem que escolher um administrador para o Brasil. Este administrador pode ser ele mesmo, mas o próprio Gontijo não esconde que prefere o empresário Antonio Ernânio de Moraes e assegura que "o PP está à disposição de Ernânio até o dia 15 de novembro".

PROPOSTAS — Alguns dos pequenos candidatos já têm experiência política. É o caso do professor de direito Celso Brant (PMN), ex-deputado federal por Minas Gerais e ministro interino da Educação no Governo de Juscelino Kubitschek, ou do candidato do Partido Comunista Nacional (PCN), Zamiir Teixeira, que é suplente de senador pelo Acre. Mas a melhor situação é do candidato do Partido do Povo Brasileiro (PPB), Antonio Pedreira. Como a legenda tem um deputado federal, ele terá direito a cinco minutos de espaço no rádio e televisão por dia, mesmo tempo que alguns dos candidatos considerados "grandes", como Afif Domingos ou Roberto Freire.

O certo é que estes candidatos dão um tom diferente ao debate eleitoral. Pode ser por suas propostas, como a idéia de Eudes de Oliveira Mattar do Partido Liberal Progressista (PSP) para formar o primeiro escalão do seu governo. Ele quer fazer uma "meritocracia" e diz que fará concurso público para escolher seus ministros.

Partes poco legíveis

098

F.P.P.P.

Collo garante 10 minutos na TV

O presidente Fernando Collor de Mello garante 10 minutos no horário eleitoral no rádio e na TV, que começa em 15 de setembro. Segundo o presidente do PRN, Daniel Tourinho, a coligação com o PSC, o PST e o PTR soma 26 parlamentares, cinco a mais do que o mínimo fixado por lei para a faixa de 10 minutos no horário gratuito do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ontem, Collor garantiu que terá novas adesões de parlamentares do PMDB, do PFL e do PDT esta semana.

A partir da reabertura dos trabalhos legislativos, hoje, uma tropa de choque entrará em ação para defender todos os ataques que vierem a ser desferidos pelos adversários de Fernando Collor de Mello no Congresso Nacional e fora dele. A equipe será comandada pelo senador Itamar Franco (PRN-MG), vice de Collor, e os deputados Renan Calheiros (PRN-AL) e Alceni Guerin (PFL-PR). A estratégia definida ontem na reunião semanal da coordenação da campanha é não deixar absolutamente nada sem resposta.

— Está todo mundo escultambando o candidato do PRN. Um sujeito como o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que negociou acordos do ex-governador Leonel Brizola com o crime organizado em seu Estado, é no mínimo inidôneo para atacar Fernando Collor — exemplificou o assessor de imprensa do candidato, Cláudio Humberto Rosa e Silva.

INDOS CORRAM — Não foi uma conversa de "cacique para cacique", como Juruna, Marcos Tereza e Aritana esperavam. Por esse razão, permanece o mal-estar provocado por uma declaração de Juruna, feita em 1988, de que os índios são de uma raça inferior. Juruna não se arrepende de ter dito isso.

Após duas horas de expectativa no comitê eleitoral de Collor, em Brasília, as lideranças indígenas que foram cobrar explicações saíram frustradas. Não foram recebidos pelo presidente Collor, esbarrando nos assessores e guarda-costas. E terão de voltar em setembro para receber o que procuram: uma explicação de viva voz, um desmentido oficial. "Queremos ouvir a negativa do próprio Collor", disse Marcos Tereza. "Ou uma declaração escrita e assinada", afirmou o ex-deputado federal Mário Juruna, que abandonou seu gravador, um antigo companheiro de discussões e polêmicas com as autoridades federais do passado.

A irritação das lideranças indígenas era causada por uma frase atribuída ao candidato do PRN, publicada no Correio Braziliense de quinta-feira passada. Nela havia uma conotação de que os índios são de uma raça inferior. Os assessores de Collor garantem que ele não fez tal afirmação e mostraram aos líderes indígenas cópia de desmentido do próprio jornal. Para falar com Collor, 15 índios marcaram uma audiência para a segunda quinzena de setembro, quando pretendem voltar a Brasília com outros 300, armados com bordunas e dispostos a fechar o comitê, "se for preciso", disse Tereza. A irritação é também justificável pelo momento, quando os índios das tribos terena, xavante, xinguanos e guajajara unem-se para traçar "um perfil de cada candidato à Presidência da República", documento coordenado por Marcos Tereza. Ele querem posições reais e de fato de um candidato que recentemente também afirmou: "os índios são de uma raça inferior".

Partes ilegíveis

01.01

8907353

098

Vice de Covas vem do Nordeste

O senador José Richa (PSDB-PR) passou por Curitiba, ontem, e descartou toda e qualquer possibilidade de aceitar ser o vice da chapa com Mário Covas. A amigos comentou que o novo vice lucano já está escolhido e o nome será colocado no bolso do paletó do candidato na segunda-feira. Trata-se, segundo ele, de um deputado federal do Nordeste.

Richa não revelou a ninguém, nem mesmo a seus assessores, o nome do Estado de origem.

do deputado. As pressões de setores do PSDB que o queriam candidato a vice, Richa afastou-as com um argumento definitivo: "Na reta de chegada, ali por outubro, a campanha torna-se puramente emocional. Se eu for o vice, o Covas estará derrotado. Os adversários vão espalhar que a nossa chapa foi concebida para acentuar a hegemonia do Sul sobre o Nordeste. E isso, por causa do espírito regionalista brasileiro, vai ser le-

1a8 (AE) : (A) 111111

Zero Hora 24/7/85

O anúncio da adesão do governador do Ceará, Tasso Jereissati, à campanha do candidato do PRN deve ser feito na próxima segunda-feira. Com ele, devem coligar também o governador do Rio Grande do Norte e o prefeito de Belém

SUCESSÃO

Dois governadores vão aderir a Collor

O anúncio da adesão do governador Tasso Jereissati, do Ceará, à candidatura de Fernando Collor de Mello, na próxima segunda-feira, encabeçará uma cascata de apoios que serão conhecidos ao longo da semana. Com Tasso Jereissati, inicialmente, o governador Geraldo Melo (RN) e o prefeito de Belém, Salé Xerfan, com a possibilidade de amarrar um acordo com o prefeito de Recife, Joaquim Francisco.

Ontem, o candidato do PRN descartou as chances de um entendimento com o ex-governador Roberto Magalhães. "Em respeito a sua declaração de voto favorável a Mário Covas, não ficaria bem eu buscar com o ex-governador qualquer tipo de acordo", disse Collor.

A conversa decisiva entre Collor e Tasso Jereissati aconteceu na noite de quarta-feira, em São Paulo, e foi agendada um dia antes de estourar a crise que levou Roberto Magalhães a abandonar a chapa de Mário Covas. O candidato do PRN considerou natural a decisão do governador do Ceará, argumentando que os dois pertencem à mesma geração, governaram estados nordestinos num mesmo período, têm os mesmos sonhos em relação ao Nordeste e ao Brasil e



Tasso Jereissati: definição por Collor

lutam por objetivos parecidos.

Tasso Jereissati, segundo o assessor de imprensa de Fernando Collor, Cláudio Humberto Rosa e Silva, viajou a São Paulo especialmente para o encontro que aconteceu na casa de um irmão do

governador, Carlos Jereissati (que detém o controle acionário do Shopping Iguatemi) e durou quase três horas. Durante a sua passagem pela capital paulista, ontem, Fernando Collor voltou a falar duas vezes com Tasso Jereissati por telefone, tomando a iniciativa de fazer pessoalmente as ligações.

Ação do PDT

O PDT de Leonel Brizola entrou ontem, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com mais uma ação contra o PRN de Fernando Collor de Mello. Desta vez, para tentar impedir a transmissão ao vivo do comício de Collor, previsto para hoje, em Londrina, Paraná. A ação do PDT pede liminar contra a decisão de transmissão por quatro emissoras de televisão.

Na representação do PDT está denunciado que foi anunciada a transmissão "ao vivo" pela rádio e TV O.M. Ltda, de propriedade do deputado federal José Carlos Martinez (PMDB-PR) e será retransmitido pelas televisões Paraná, de Curitiba; Tropical, de Londrina; Carimá, de Cascavel e Maringá, de Maringá. (AG/AE)

César Maia vai a Collor e pode deixar Brizola

BRASÍLIA — O deputado federal César Maia, que já foi considerado o principal assessor econômico do candidato do PDT, Leonel Brizola, manteve na última semana três encontros com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello: o primeiro, no Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos (SP); o segundo, na casa de um irmão do candidato, Leopoldo Collor, na capital paulista; e o terceiro ontem, em Brasília, quando ambos tomaram o café da manhã juntos na casa de um empresário amigo de Collor.

César Maia nega que tenha colli-do, mas na assessoria de Collor tem-se como certo que uma proposta de política econômica que prevê a abertura ao capital estrangeiro e redução do papel do Estado na economia poderá ser o caminho para levá-lo a abandonar a candidatura de Brizola e aderir à do ex-governador de Alagoas, provavelmente na próxima semana.

Inicialmente, a adesão do deputado pedetista, que foi secretário de Fazenda no governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983/87) deveria acontecer junto com a dos governadores do Ceará, Tasso Jereissati, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello. Uma viagem de César a Fortaleza, onde combinaria tudo com Tasso, estava marcada para esta segunda-feira, mas foi cancelada à última hora. A notícia vazou e César resolveu recuar.

Documento — No café da manhã de ontem, César pediu mais uma semana de prazo a Collor, sem esconder que a sua situação é insustentável dentro do PDT e que se o candidato do PRN firmar um compromisso com a aplicação da política econômica que propõe, ele adere, segundo informações de assessores do candidato líder das pesquisas de opinião.

O documento econômico seria a chave de toda a articulação. Junto com a negativa de que teria aderido, César Maia deu uma pista: "Se saio do PDT, não por iniciativa minha, mas no dia em que as minhas idéias não forem mais as do partido". Na proposta econômica, redigida em 13 páginas, propondo, em resumo, "uma reforma liberal" na economia, há dois pontos que César e Collor já sabem que serão inaceitáveis para Brizola: o fim de várias barreiras alfandegárias para importação e a criação de instrumentos de proteção à empresa nacional. "Quero levar esse empresariado cartorial à concorrência", afirmou César Maia.

Desistência — Há mais de um mês, Collor vinha tentando, sem sucesso, encontrar-se com César Maia. Na semana passada, surgiu, finalmente a oportunidade, quando os dois se encontraram casual-



César Maia teve três encontros com Collor, mas nega adesão

mente e conversaram durante 45 minutos na sala VIP do Aeroporto de Cumbica. Collor pediu que César expusesse suas idéias que, no fim da conversa, considerou "fantásticas". O candidato lamentou o tratamento que o deputado vem recebendo em seu partido e apelou: "Preciso dar densidade à minha candidatura. É fato que não tenho quadros e chego a hora de sair em busca deles. Se um desses quadros puder ser você, ficaria muito feliz". O deputado brincou: "Governador, essas são minhas idéias, se o sr. quiser maiorizar esteja à vontade". Nada falou sobre adesão sua a Collor.

Na quinta-feira da mesma semana, no entanto, na casa do irmão do candidato, Leopoldo Collor, no Morumbi, bairro elegante de São Paulo, a conversa avançou mais. O encontro foi marcado para as 16h. César chegou às 15h. Foram testemunhas da conversa um assessor do deputado, Leopoldo Collor e o assessor de imprensa de Collor, Cláudio Humberto Rosa e Silva. César expôs a idéia do documento e praticamente fechou a adesão, dizendo que na sua decisão pesaram conversas com a mulher e amigos. Foi aí que combinaram a adesão conjunta com os governadores e os prefeitos de Recife e Manaus, o que seria acompanhado de um manifesto.

"Sou eu mesmo" — A viagem de César a Fortaleza foi cancelada porque se descobriu que jornalistas já tinham

a informação antecipada, quando o deputado conversaria com o governador. Então, uma nota publicada no *Informe JB* provocou uma pergunta do coordenador de imprensa da campanha de Brizola, Neiva Moreira, ao telefone, para César Maia: "Você sabe quem é esse pedetista que o jornal está dizendo que vai aderir a Collor?" César respondeu: "Acho que sou eu mesmo". E contou apenas o encontro que teve com Collor no aeroporto, provocando o comentário de Neiva: "Você tem coragem, rapaz. Imagina se aparece um repórter ou um fotógrafo nessa sala VIP". César apenas repetiu um ensinamento de Tancredo Neves: "Em política, as idéias é que brigam, não as pessoas". A pergunta sobre se se sentia capaz de aderir, o parlamentar respondeu que o candidato não lhe perguntara nada e, portanto, não tinha sido necessário responder nada.

Não é apenas Collor quem disputa a adesão de César Maia. Assim que souberam da notícia da provável adesão ao PRN, os tucanos se mobilizaram e deram ao deputado José Serra a missão de, na noite de ontem, desmascarar a articulação com Collor e conseguir o apoio de César a Covas. As conversas entre o deputado pedetista e o PSDB estão sendo feitas já há algum tempo. "Em matéria de cantada, o PSDB tem muito mais tempo", brinca César Maia ontem, dizendo que não tomaria a iniciativa de aderir a um ou a outro.

Candidato manda PDT pichar muros

"O verdadeiro outdoor de um partido como o nosso é a pichação". A afirmativa de Leonel Brizola, no final da reunião fechada, com 200 pessoas para avaliar a campanha do PDT para a Presidência da República, na segunda-feira à noite, trouxe a realidade do partido: a falta de dinheiro para comprar material de propaganda em quantidade suficiente para competir com a campanha do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que tem seu rosto e nome estampados em painéis, camisetas e plásticos de carro, por todo o país.

Ao incentivar os militantes a usar "o pin-cel, ao invés de ficar pedindo camisetas", o candidato do PDT contrariou as normas de propaganda eleitoral, que proíbem "escrever, assinalar ou fazer pintura em muros, fachadas ou qualquer logradouro público, empregando qualquer tipo de tinta, cal ou produto semelhante". "Não precisamos de dinheiro, nem de infra-estrutura. Ninguém vai ter material enquanto não fizer pichações em locais determinados", determinou Brizola aos dirigentes do PDT de todos os estados, que compareceram à reunião para anunciar, em caso, a carência de material de propaganda.

O presidente do PDT de Mato Grosso, deputado Antônio Joaquim Moraes, por exemplo, teve que se contentar com a conta de 5 mil cartazes e 200 mil adesivos enviados pelo comando central da campanha. "Mato Grosso só deve ter recebido mais de 200 mil cartazes do Collor", lamentou o deputado.

Quanto — Para os representantes do PDT nos estados, Brizola anunciou que o comando da campanha só vai fornecer folhetos com sua biografia resumida. Os outros tipos de material de propaganda devem ser arranjados pelas próprias direções regionais. "Vamos descentralizar a campanha porque não temos condições de arcar com seus custos", explicou o deputado Carlos Alberto Caio. Segundo os organizadores da campanha, o PDT vai distribuir 20 milhões destes folhetos por todo o país. Além disso, o partido vai soltar colocar os outdoors nas ruas a partir desta semana.

Os pedetistas dizem que se cansaram de esperar uma proibição do TSE às propagandas pagas, em outdoors, dos candidatos à Presidência da República. "Eu mesmo comi 16 painéis do Collor do aeroporto do Galeão até aqui", reclamou Brizola.

☐ No momento em que o governador do Espírito Santo, Max Mouro (PMDB), recebe deputados e prefeitos no salão nobre do Palácio Anchieta, em Vitória, na outra sala o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, recebe a adesão do vice-governador, Carlos Alberto Cunha. "Estou pouco me lixando para o que pensa o governador", disse, quando lembraram que Max Mouro é o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães. Daí Recife, o secretário de Imprensa, Ricardo Leite, informou que o governador Miguel Arraes receberá Collor no Palácio do Campo das Princesas. Collor solicitou o encontro para debater problemas nacionais e comemorar Arraes pela carta que ele enviou ao PMDB, apontando saídas para a crise.

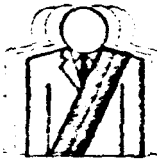
993

F.POL.
(P.P.)

PT

Partido em ponto morto

Lula enfrenta o desânimo dos militantes e não consegue acelerar o ritmo de sua campanha



O deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência da República, possui uma agenda de campanha apertada. Dorme em média quatro horas

Augusto Pio. "A campanha está devagar", conclui.

Na raiz da anestesia do PT, encontram-se alguns fatores bem conhecidos. Um deles está relacionado com as prefeituras que o partido conquistou nas últimas eleições. Só em São

por noite, comparece semanalmente a pelo menos dois jantares organizados para levantar fundos e, somente durante o mês de julho, participou de dezessete comícios e treze concentrações em portas de fábrica de várias cidades do país. Apesar da extenuante rotina de seu candidato, o fato é que a campanha do PT não saiu do ponto morto. Dona de um exército de 100 000 militantes, a legenda não conseguiu, a menos de quatro meses das eleições, colocar suas fileiras nas ruas. "Reconheço que não estamos no ponto que queríamos", diz Lula. "Mas a mobilização da militância é até maior este ano, se comparada com outras eleições, e ainda vai crescer", acrescenta.

Em todas as eleições para cargos de governador e mesmo de prefeito que disputou no passado, o PT sempre concorreu com a proposição de engordar sua bancada de deputados e vereadores — sem alimentar maiores esperanças de vencer a disputa principal. Abençoado nas urnas de novembro passado, quando conquistou 37 prefeituras, o partido entrou na sucessão presidencial para ganhar — e, agora, só a vitória interessa. O problema é que, a essa altura da campanha, Lula ostenta índices modestos nas pesquisas de opinião e, para piorar, parece estar sozinho em campo. Na última terça-feira, o candidato do PT participou de um comício em São José dos Campos, a 97 quilômetros de São Paulo. Lula chegou com quatro horas de atraso e acabou falando para uma platéia de pouco mais de 1 000 pessoas. "Trouxe 200 colegas da General Motors para o comício, mas só cinquenta deles resistiram até o final", lamenta o vice-presidente do PT na cidade, Joaquim



Paulo, por exemplo, 500 militantes estão alojados em cargos de confiança, afastados do corpo-a-corpo direto da campanha de Lula e obrigados a sustentar uma administração que ainda não mostrou a que veio. Boa parte da energia da militância é consumida também nas divergências internas do partido quanto aos rumos das administrações. Em Porto Alegre e em Campinas, por exemplo, os prefeitos locais são acusados por boa parte dos militantes de governar por conta própria, abandonando um dos pontos mais célebres da liturgia petista, que é a chamada consulta às bases.

O ANTI-COLLOR — Para dar um rumo aos militantes, Lula adotou na semana passada uma estratégia dura — resolveu concorrer com Brizola em busca do perfil do candidato anti-Fernando Collor de Mello. Na terça-feira, Lula entregou ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, uma representação em que acusa Collor de abusar do poder econômico em sua campanha. No mesmo dia, visitou o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, e tentou obter, sem sucesso, uma cópia do dossiê com denúncias de irregularidades no governo de Alagoas, elaborado pelo ministro. Ao assumir a postura de anti-Collor, Lula pisa num terreno que conhece, que é o da oposição a candidatos que frequentam um campo diferente do seu. Ao lançar, de novo, a denúncia de que seus adversários dispõem de mais dinheiro do que o PT, no entanto, Lula resuscita as velhas queixas que sua legenda costuma produzir quando não sabe direito o que dizer para o eleitorado.

Quando foi fundado, o PT chegou a ser visto como um partido predestinado a ser uma eterna minoria — nas eleições passadas, provou que pode crescer bem mais do que se imaginava. O PT é um partido de esquerda, mas disputa a Presidência com uma plataforma até moderada, em que alvos sagrados da sigla, como a estatização dos bancos, por exemplo, são deixados como uma opção remota para um futuro longínquo. Resta saber se a campanha será capaz de animar os militantes a arregañar as mangas, quando têm o fardo das prefeituras para carregar e a falta de uma bússola para caminhar.

O comício de Lula em São José dos Campos, no dia 25: cansaço na militância

VEJA, 2 DE AGOSTO, 1989

23

01 . 01

8907359

O tucano alvejado

*Roberto Magalhães renuncia à vice do (PSDB)
e abre o mais novo buraco da campanha de Covas, que não
consegue sair do sexto lugar no Ibope*



Quando subiu à tribuna do Senado para lançar sua candidatura à Presidência da República, o senador Mário Covas, do PSDB,

anunciou que planejava promover um choque de capitalismo no país. Na semana passada, era sua própria campanha que havia entrado em curto-circuito. Seu companheiro de chapa, o ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães, escolhido para o cargo de vice-presidente como uma espécie de troféu capitalista para ser exibido em desfiles pelos gabinetes de empresários, jogou a toalha. Na manhã da última quarta-feira, menos de vinte dias depois de ter aceito o cargo, ao final de uma sucessão de reuniões dramáticas, Roberto Magalhães enviou uma carta de duas páginas a Mário Covas, na qual comunicava que desistia da campanha.

"Às vezes, a gente se estrepia quando escolhe um vice", desabafou o próprio Mário Covas, na quinta-feira da semana passada, ao final de um encontro com empresários em São Paulo. "Se não houvesse uma obrigação legal, eu concorreria sozinho, sem candidato a vice", acrescentou. Na campanha pela sucessão do presidente José Sarney, os vices ocupam, de fato, uma posição particular. Em tese, o cargo tem uma importância bem secundária — mesmo porque, em 15 de novembro, ninguém irá votar no vice, mesmo que queira, pela simples razão de que seu nome não estará sequer escrito na cédula. Para as máquinas partidárias, no entanto, os vices já se transformaram em sinônimo de grandes dores de cabeça. O do PMDB, Waldir Pires, iniciou a semana fazendo uma ameaça idêntica à de Magalhães — renunciar a seu posto. O do PRN, Itamar Franco,

já fez o mesmo anúncio em diversas ocasiões e há quem aposte que, até o dia da eleição, Fernando Collor de Mello será obrigado a arrumar outro companheiro de chapa (veja quadro à pág. 22). É certo, no entanto, que nenhum vice foi tão problemático na entrada, e na saída, como Roberto Magalhães.



“Às vezes a gente se estrepia quando escolhe o nome de um vice. Se não houvesse uma obrigação legal, disputaria a eleição sozinho”

“Esse homem é um maluco. Nos deu tanto trabalho e, agora, quer nos deixar sozinhos e pular fora do barco?”

SENADOR MÁRIO COVAS

PA DE CAL — “A renúncia foi a pé de cal na candidatura do Covas”, afirma o governador do Ceará, Tasso Jereissati, que já abandonou o PMDB do deputado Ulysses Guimarães, cultivou um namoro de seis meses com Mário Covas e, agora, anuncia para os próximos dias seu noivado com Collor de Mello. Para Mário Covas, a renúncia de Magalhães representa, de fato, um novo golpe numa campanha que parece aprisionada no interior de uma gaiola de problemas. Nas pesquisas do Ibope divulgadas neste fim de semana, por exemplo, o candidato permanece embalsamado em sexto lugar, com 4,5% das intenções de votos — atrás de Ulysses, com 5%, Paulo Maluf, 6%, Lula, 6%, Brizola, 13%, e Collor de Mello, titular absoluto, com 41% das preferências. É verdade que o choque Magalhães tem a marca daquelas brigas paroquiais típicas da política

pernambucana, na qual ele queria trazer para sua campanha um antigo afilhado político, o prefeito do Recife, Joaquim Francisco, do PFL, e que esse projeto produziu farsa quando se encontrou com os planos de outro cacique regional, o deputado Egidio Ferreira Lima, preocupado em reservar lugar no PSDB para seu primo Jarbas Vasconcelos, hoje abri-

gado no PMDB de Ulysses Guimarães. Quando olham para as eleições de 1990, momento em que será promovida a sucessão do governador Miguel Arraes, os políticos de Pernambuco enxergam uma disputa sangrenta entre Vasconcelos e Joaquim Francisco, que, na semana passada, explodiu numa guerra entre Magalhães e Ferreira Lima. Apesar de toda pompa com que é cercada, a campanha presidencial tem dessas coisas: às vezes, uma batalha doméstica vale mais que a disputa pelo governo do país inteiro.

A verdade, no entanto, é que por trás da renúncia de Magalhães se esconde um outro fato, que atende pelo nome de efeito Collor de Mello. Quatro dias antes de anunciar sua decisão, o ex-governador de Pernambuco teve uma demorada conversa com o deputado Gílson Machado, do PFL de Pernambuco, um

dos três maiores usineiros do Estado. Ao longo do encontro, Magalhães ouviu um recado simples e direto: "Você não tem nada a ganhar com os tucanos", disse-lhe Machado. "Se o Covas chegar no segundo turno para enfrentar o Collor, nós, os liberais, seremos engolidos, pois a esquerda estará unida em torno do PSDB", acrescentou o deputado. Roberto Magalhães ainda tentou argumentar e disse que, com o passar do tempo, poderia adquirir uma influência maior na condução da campanha dos tucanos, onde convivem, simultaneamente, o liberalismo do choque de capitalismo e o estatismo das jornadas constituintes. Ao final do encontro, no entanto, Magalhães dava-se por vencido. Seu último argumento foi uma questão protocolar. "Agora é tarde", disse. "Fica difícil renunciar", acrescentou.

INCREDULIDADE — Na semana passada, a campanha dos tucanos encontrava-se numa situação muito complicada. No Brasil, teve

“Que vice sou eu que não posso sequer atrair apoios para a minha própria candidatura? Não posso ser um vice decorativo”

“Minha história sempre foi marcada pela autoridade. Não tenho como admitir vetos a amigos”

ROBERTO MAGALHÃES

início um desfile de novos candidatos a vice — apresentaram-se o ex-ministro da Saúde Roberto Santos, que está no PMDB, a deputada Mocima São Thiago, tucana do Ceará, e até mesmo Egidio Ferreira Lima, um dos patronos da confusão da renúncia. Após muitas consultas, decidiu-se pelo processo mais simples de escolha — o próprio Mário Covas irá ficar com o companheiro de chapa que achar melhor. Em Paris, onde um grupo de cabeças coroadas do PSDB se encontrava na semana passada para participar de seminários a respeito da Revolução Francesa, a renúncia de Magalhães provocou susto — e incredulidade. "Mas é uma decisão definitiva?", quis saber o ex-governador Franco Montoro, que passava pelas ruas da capital francesa quando um grupo de repórteres brasileiros conseguiu descobri-lo

para lhe dar a notícia. "Vai ser um grande problema para nós", afirma Montoro.

Por trás da confusão que explodiu na renúncia de Roberto Magalhães ocorreu, em escala ampliada, uma reprise de um fenômeno que marca uma fatia das fileiras do PSDB. Trata-se de uma das grandes esquisitices dos políticos brasileiros, que consiste em seu costume de selecionar o eleitorado — aceitando votos de uma fatia que lhe parece simpática e recusando o apoio daquela que não gosta. Quando Magalhães foi coroado candidato a vice, a deputada Cristina Tavares assumiu essa atitude — dizendo que o PSDB não poderia contar com a votação de um candidato que circulava com desenvoltura pelos gabinetes de grandes empresários do país. A cena se repetiu no momento em que Magalhães resolveu abrir negociações com o prefeito do Recife, Joaquim Francisco, com a finalidade de trazê-lo para as fileiras de Covas. Assim que soube da conversa, Egidio Ferreira Lima foi aos jor-

cos que selecionam eleitores, em vez de deixar que os donos dos próprios votos façam suas escolhas, é que seu resultado é sempre um novo prejuízo. Na semana passada, Magalhães estava fora do PSDB e o próprio Joaquim Francisco entabulava uma conversa mais séria com Collor de Mello. "Depois da renúncia, estou aberto para apoiar quem eu quiser", disse o prefeito ao candidato do PRN, com quem teve um demorado diálogo pelo telefone, na quinta-feira. "Você será bem recebido", animou-o Collor.

Nesse episódio, o que Roberto Magalhães mostrou é que sempre foi um dublê do Jânio Quadros", afirma Cristina Tavares, já instalada no brizolismo. "Ele nunca teve condições psicológicas para a política", acrescenta a deputada. Aos 56 anos, dois filhos, o ex-governador é, de fato, um renunciante experimental. Em 1982, ao concorrer pelo PDS na disputa pelo Palácio do Campo das Princesas, sede do governo de Pernambuco, Magalhães renunciou três vezes, até que achou melhor ir

até o fim e ganhou a eleição — ficaram, no entanto, a marca de seu temperamento imprevisível e a facilidade com que é capaz de voltar atrás numa decisão. Mesmo sua adesão à campanha de Mário Covas foi acompanhada de uma renúncia. No dia em que leu nos jornais uma crítica de Cristina Tavares às negociações produzidas nos bastidores com a finalidade de conduzi-lo ao PSDB, chegou a escrever uma carta na qual afirmava que não poderia aceitar o convite. Foi preciso que as estrelas do PSDB encenassem uma reunião de alto nível no bairro de Botafogo, no Rio, tendo como cenário a biblioteca do senador Afonso Arinos, para que ele entrasse

na chapa. Mesmo esse encontro, para o qual foram mobilizados políticos de Brasília e de São Paulo levados ao Rio a bordo do jatinho do deputado Ronaldo Cezar Coelho, já foi uma dessas promoções feitas sob encomenda para agradar pessoas que não gostam de ser contrariadas. Magalhães falava, na época, que via na candidatura do PSDB o melhor retrato de uma dessas palavras misteriosas que, vez por outra, estabelecem residência fixa no discurso dos políticos — a chamada modernidade. Mesmo assim, fazia questão de um encontro com tantos nomes ilustres — caso contrário, ameaçava, poderia acabar atrelando-se à antiguidade de Leonel Brizola.

"Agora, lá era" — Na semana passada, antes de consumir suas despedidas do PSDB, Magalhães submeteu a legenda a



mais para dar um aviso — o apoio do prefeito, um dos grandes cabos eleitorais num Estado onde o PSDB já ficara desfalcado até de Cristina Tavares, que se atrelou à caravana de Leonel Brizola, seria rejeitado. "Egidio reage e veta o prefeito", estampou o *Diário de Pernambuco* em manchete de primeira página, na manhã de terça-feira.

"Dublê de Jânio" — Inconformado, Roberto Magalhães apanhou o telefone para tomar satisfações com o deputado. "Você disse isso mesmo?", quis saber Magalhães. "Disse sim", respondeu Egidio, em tom de desafio. "Algum problema?", perguntou. "Assim não dá", rebateu Magalhães. "Não posso ficar se não tenho liberdade para negociar apoios com o Covas." O mais engraçado desse comportamento de políti-

Auxiliares incômodos

Vices gostam de criar confusão

Na fase atual da campanha, já é possível fazer um balanço dos candidatos a vice-presidente — a maioria é desconhecida do eleitorado, boa parte deles só tem atrapalhado os movimentos do titular e poucos têm sido de alguma utilidade na caça aos votos. Uma das características dos vices é a origem geográfica — somente entre os doze maiores candidatos três são de Minas Gerais.

Uma de suas manias temporárias é a renúncia — dois deles já fizeram essa ameaça e um, Roberto Magalhães, passou das intenções aos atos. O caso mais recente dessa situação encontra-se na chapa do PMDB, em que o ex-governador Waldir Pires já chamou o deputado Ulysses Guimarães de governista e recusa-se a subir nos palanques ao lado dos atuais ministros do partido. Na semana passada, Waldir arriscou um xeque-mate, fazendo chegar aos jornais o rumor de que poderia renunciar. "Waldir só atrapalha", costuma dizer o governador Orestes Quércia, de São Paulo.

Outro que gosta de confusões é o vice de Fernando Collor de Mello, do PRN, senador Itamar Franco. Ele divulgou sua pretensão de renunciar ao posto às vésperas da convenção. "O Itamar dá trabalho", diz um auxiliar de Collor. Outra situação incômoda, no entanto, está no PFL. O candidato a vice, Cláudio Lembo, foi indicado pelo ex-prefeito de São Paulo Jânio Quadros, um nome sempre lembrado para substituir o titular da chapa, o ex-ministro Aureliano Chaves.

Alguns vices não conseguem sair do anonimato. É o caso do senador José Paulo Bisol, vice do PT, ou do ex-deputado estadual Faria Lima, do PTB. Também há espaço para vices silenciosos, como o deputado José Bonifácio de Andrade, que acompanha Paulo Maluf, do PDS. Já o ex-ministro Aloísio Pimenta, vice na chapa

de Guilherme Afif Domingos, do PL, não atrapalha — mas tem ajudado pouco na campanha. "Ele precisa arregaçar as mangas", queixa-se Afif. Em meio a tantos tormentos, chega a ser inacreditável a existência de um vice que não atrapalhe o cabeça de chapa. Ele existe: o deputado Fernando Lyra, vice de Leonel Brizola, que conseguiu tecer uma rede de adesões à



Itamar e Pimenta: renúncia e pouca ajuda



Bonifácio e Lembo: discrição e risco



candidatura do PDT na região Nordeste e vara as madrugadas em programas de televisão dizendo que seu candidato é o melhor político do mundo. Brigando ou não com seus titulares, os candidatos à Vice-Presidência têm um ponto em comum. Hoje, são ignorados pela maioria dos eleitores. É bom lembrar, no entanto, que só nos últimos trinta anos o Brasil já teve dois vices bem peculiares. Um deles, João Goulart, teve seu governo encerrado em 1964. O outro é José Sarney, titular do governo que está aí.

uma sequência de movimentos atrapalhados. Na terça-feira, aterrisou em Brasília para anunciar que iria embora. Convocado para a emergência, Mário Covas, o senador José Richa, do Paraná, e outros caciques do PSDB tentaram convencê-lo a mudar de idéia. A conversa prolongou-se até as 2 da manhã, Magalhães foi embora dizendo que iria pensar melhor — e até deu a impressão de que havia recusado. No dia seguinte, pela manhã, encontrou-se com o senador José Richa no saguão do Hotel Carlton. Os dois tiveram uma conversa rápida e se despediram. "Até logo mais", disse Magalhães, ao virar as costas para o senador, dando a

entender que em breve estaria reunido com os tucanos para aparar as últimas arestas. Não foi o que ocorreu, porém: de volta a seu quarto, Magalhães deu os retoques finais no documento que iria se transformar no prato predileto dos adversários de Covas na semana passada — a carta-renúncia. Como convém em tais ocasiões, Magalhães nem se deu ao trabalho de entregá-la pessoalmente, preferindo utilizar os serviços de um assessor.

"Que loucura", reagiu Covas ao ler as palavras de Magalhães. "Agora, já era", acrescentou, desanimado. Apenas no Recife, para onde embarcou no mesmo dia, Magalhães conseguiu ser encontrado para explicar a decisão. "Minha história sempre foi marcada pela autoridade", disse. "Não posso admitir vetos a amigos", acrescentou. Feito o estrago, o PSDB atravessou a semana em busca de um substituto que iria, por melhor que seja, e mais equilibrado que pareça, submeter seu titular a uma situação desagradável — a de

contar com um vice de segunda mão. Na bolsa de apostas de Brasília, havia jogo em torno de duas possibilidades. Numa delas, Covas poderia escolher um candidato de fora da legenda, como, por exemplo, Roberto Santos. Na outra, sua opção era confiar pelo menos em quem já acumulou um bom tempo de caso — nessa hipótese, favorito era Egidio Ferreira Lima. Qualquer que venha a ser o desfecho dessa escolha, no entanto, a realidade é que a linha de frente da campanha do PSDB ficou marcada por um quadro de muita melancolia. "Não dá para negar a realidade", afirma o senador Fernando Henrique Cardoso. "Nós preferíamos ter mantido o Magalhães."

Auxiliares incômodos

Vices gostam de criar confusão

Na fase atual da campanha, já é possível fazer um balanço dos candidatos a vice-presidente — a maioria é desconhecida do eleitorado, boa parte deles só tem atrapalhado os movimentos do titular e poucos têm sido de alguma utilidade na caça aos votos. Uma das características dos vices é a origem geográfica — somente entre os doze maiores candidatos três são de Minas Gerais.

Uma de suas manias temporárias é a renúncia — dois deles já fizeram essa ameaça e um, Roberto Magalhães, passou das intenções aos atos. O caso mais cômico dessa situação encontra-se na chapa do PMDB, em que o ex-governador Waldir Pires já chamou o deputado Ulysses Guimarães de governista e recusa-se a subir nos palanques ao lado dos atuais ministros do partido. Na semana passada, Waldir arriscou um xeque-mate, fazendo chegar aos jornais o rumor de que poderia renunciar. "Waldir só atrapalha", costumava dizer o governador Orestes Quércia, de São Paulo.

Outro que gosta de confusões é o vice de Fernando Collor de Mello, do PRN, senador Itamar Franco. Ele divulga sua pretensão de renunciar ao posto às vésperas da convenção. "O Itamar dá trabalho", diz um auxiliar de Collor. Outra situação incômoda, no entanto, está no PFL. O candidato a vice, Cláudio Lembo, foi indicado pelo ex-prefeito de São Paulo Jânio Quadros, um nome sempre lembrado para substituir o titular da chapa, o ex-ministro Américo de Oliveira.

Alguns vices não conseguem sair do anonimato. É o caso do senador José Paulo Bisol, vice do PT, ou do ex-deputado estadual Faria Lima, do PTB. Também há espaço para vices silenciosos, como o deputado José Bonifácio de Andrade, que acompanha Paulo Maluf, do PDS. Há o ex-ministro Aloísio Pimenta, vice na chapa

de Guilherme Afif Domingos, do PL, não atrapalha — mas tem ajudado pouco na campanha. "Ele precisa arregaçar as mangas", queixa-se Afif. Em meio a tantos tormentos, chega a ser inacreditável a existência de um vice que não atrapalhe o cabeça de chapa. Ele existe: o deputado Fernando Lyra, vice de Leonel Brizola, que conseguiu tecer uma rede de adesões à



Itamar e Pimenta: renúncia e pouca ajuda



Bonifácio e Lembo: discreção e risco



candidatura do PDT na região Nordeste e vara as madrugadas em programas de televisão dizendo que seu candidato é o melhor político do mundo. Brigando ou não com seus titulares, os candidatos à Vice-Presidência têm um ponto em comum. Hoje, são ignorados pela maioria dos eleitores. É bom lembrar, no entanto, que só nos últimos trinta anos o Brasil já teve dois vices bem peculiares. Um deles, João Goulart, teve seu governo encerrado em 1964. O outro é José Sarney, titular do governo que está aí.

uma sequência de movimentos atrapalhados. Na terça-feira, aterrissou em Brasília para anunciar que iria embora. Convocado para a emergência, Mário Covas, o senador José Richa, do Paraná, e outros caciques do PSDB tentaram convencê-lo a mudar de idéia. A conversa prolongou-se até as 2 da manhã, Magalhães foi embora dizendo que iria pensar melhor — e até deu a impressão de que havia recusado. No dia seguinte, pela manhã, encontrou-se com o senador José Richa no saguão do Hotel Carlton. Os dois tiveram uma conversa rápida e se despediram. "Até logo mais", disse Magalhães, ao virar as costas para o senador, dando a

entender que em breve estaria reunido com os tucanos para apurar as últimas arestas. Não foi o que ocorreu, porém: de volta a seu quarto, Magalhães deu os retoques finais no documento que iria se transformar no prato predileto dos adversários de Covas na semana passada — a carta-renúncia. Como convém em tais ocasiões, Magalhães nem se deu ao trabalho de entregá-la pessoalmente, preferindo utilizar os serviços de um assessor.

"Que loucura", reagiu Covas ao ler as palavras de Magalhães. "Agora, já era", acrescentou, desanimado. Apenas no Recife, para onde embarcou no mesmo dia, Magalhães conseguiu ser encontrado para explicar a decisão. "Minha história sempre foi marcada pela autoridade", disse. "Não posso admitir vetos a amigos", acrescentou. Feito o estrago, o PSDB atravessou a semana em busca de um substituto que irá, por melhor que seja, e mais equilibrado que pareça, submeter seu titular a uma situação desagradável — a de

contar com um vice de segunda mão. Na bolsa de apostas de Brasília, havia jogado em torno de duas possibilidades. Numas delas, Covas poderia escolher um candidato de fora da legenda, como, por exemplo, Roberto Santos. Na outra, suposição era confiar pelo menos em quem já acumulou um bom tempo de caso — nessa hipótese, favorito era Egidio Ferreira Lima. Qualquer que venha a ser o desfecho dessa escolha, no entanto, a realidade é que a linha de frente da campanha do PSDB ficou marcada por um quadro de muita melancolia. "Não dá para negar a realidade", afirma o senador Fernando Henrique Cardoso. "Nós preferiríamos ter mantido o Magalhães."

04.04

8907360

098

F. POL.
(P. P.)

PRN

Céu de brigadeiro

*Collor movimenta-se para
manter-se onde está, recebe novas adesões e
já rascunha sua equipe de governo*



Disparado na frente de todos os concorrentes, cujos índices nas pesquisas de opinião, somados, ficam muito longe de seu patamar na preferência do eleitorado, o candidato Fernando Collor de Mello só tem um problema até 15 de novembro — arrumar o que fazer para ficar onde está. “A campanha está como um Boeing”, afirma o candidato. “Decolou bem, avança em velocidade cruzada e já está na hora de fazer o plano de aterrissagem no Planalto.” Ao longo da semana passada, Collor de Mello mostrou seu rosto em vários pontos do país e deixou claro qual é sua estratégia para não perder altura nem velocidade antes da hora — movimentar-se sem parar, fazer barulho sempre que for possível e ganhar eleitores onde houver votos em disponibilidade.

Dono da agenda mais carregada da campanha, na semana passada Collor alimentou um pacote de conversas muito curiosas. Na quarta-feira à tarde, por exemplo, encontrou-se com o cardeal dom Evaristo Arns, de São Paulo. Temeroso do impacto eleitoral da audiência junto ao eleitorado católico de São Paulo, alvo predileto da campanha do PT de Lula e do PSDB de Mário Covas, dom Paulo tentou impedir que o encontro fosse fotografado — sem sucesso. No mesmo dia, à noite, Collor encontrou-se com uma constelação de empresários que controlam boa parte do PIB paulista — ali estavam, por exemplo, Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, Paulo Villares, do grupo Villares, Eugênio Staub, da Gradiente, e Paulo Cunha, do grupo Ubra. “A conversa seguiu como se ele já tivesse sido eleito”, relata um dos presentes. Na quinta-feira, no Rio, Collor participou de um debate na sede da Confederação Nacional das Indústrias. “Ele desfez os dois mitos que o perseguiram, o da superficialidade e o do verniz”, afirma o empresá-

rio Luís Carlos Mendelles, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, a Fiergs. “Convenceu a maioria”, acrescenta Mendelles.

É sabido que, na urna, o voto de um empresário 1 bilhão de dólares vale tanto quanto o de um bóia-fria, mas o fato é que, na semana passada, Collor ouviu palavras amáveis de homens de negócios que dispõem de um tipo de investimento bem particular — a audiência na TV. Silvio Santos, dono do SBT, com quem o candidato se encontrou em São Paulo, disse-lhe que a eleição está ganha. “Aposto com quem quiser e sei que vou ganhar bom dinheiro”, afirma Silvio Santos. “É uma barbada.” Numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, Marinho, dono das Organizações Globo, afirmou que, hoje, Collor é o candidato de sua preferência. “É o mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado por suas idéias privatistas”, disse Roberto Marinho. Acima de tudo, Collor é o mais equipado, hoje, para afastar da mente dos empresários seu grande pesadelo atual, o candidato do PDT, Leonel Brizola.

“Sou *Melhor Aron*” — Nesse seu esforço para frequentar, diariamente, as manchetes dos jornais, Collor de Mello conseguiu produzir uma cena bem ensaiada. Foi na sede do Ministério da Justiça, em Brasília, onde



O cardeal Arns e Collor: esforço para afastar os fotógrafos



Collor de Mello e Oscar Dias Corrêa...

compareceu a um encontro com Oscar Dias Corrêa, o titular da pasta. A audiência durou apenas cinco minutos — e foi uma sucessão de golpes teatrais, promovidos ora pelo candidato, ora pelo ministro. Para espiar direitinho o que iria fazer a partir do momento em que pusesse os pés no saguão do ministério, Collor ficou três dias em preparativos com seus assessores. Chegou mesmo a imaginar que deveria entrar no gabinete de Oscar Dias Corrêa empurrando um carrinho de supermercado abarrotado de denúncias de corrupção a respeito da administração do presidente José Sarney — desistiu da idéia ao avaliar que esse tipo de comportamento não faria bem à sua imagem de estadista. Bem-comportado, o candidato resolveu ir à audiência carregando onze pa-

tas amarelas, papéis sobre irregularidades apontadas no governo, em sua maioria já levantadas na CPI da corrupção realizada pelo Congresso, no ano passado.

Político experimentado, Oscar Dias Corrêa já sabia o que iria receber — e preparou, ele também, o seu contra-golpe. Apresentou a Collor de Mello seu próprio chamado, que continha denúncias da gestão do candidato do PRN na época em que estava à frente do governo de Alagoas. Collor, então, fez a réplica. Afastou as mãos para que o ministro não conseguisse lhe entregar as denúncias a seu próprio

.01.02

8907362



...audiência bem ensaiada, troca de dossiês e gestos teatrais para fazer barulho

respeito e tirou, do bolso do paletó, um certificado do Tribunal de Contas de Alagoas, aprovando a contabilidade de seu governo. "Minha resposta a este dossiê está aqui", disse o candidato. Quando o encontro terminou, as pastas de Oscar Dias Corrêa estavam num canto da mesa de seu gabinete — ao tomar o caminho da porta de saída, Collor derrubou-as no chão, com uma joelhada. "Sou adversário do ministro e inimigo do governo", disse o candidato, mais tarde. "Como ator, sou melhor do que ele", rebateu o ministro.

Em Brasília, de fato, uma facção do governo alimenta a esperança de que Collor de Mello seja, mesmo, um ator — ao menos no que se refere às denúncias de corrupção que formam uma sombra em torno da gestão de Sarney. No Planalto, existem auxiliares do presidente que já encaram a vitória de Collor como um fato consumado. Tem-se, ali, a ocorrência de uma nova versão do efeito Orloff, aquela estranha capacidade que os brasileiros têm de imaginar que irá ocorrer com seu país amanhã a mesma situação que se verifica na Argentina de hoje, onde o ministro Dante Caputo, uma das estrelas do governo de Raúl Alfonsín, está sendo processado por apresentar notas frias para justificar dólares que gastara em viagens ao exterior. Cresce, no governo Sarney, um coro de auxiliares interessados num pacto de não agressão com Collor — se o candidato ganhar mesmo em 15 de novembro, e também se vencer o segundo turno e, por fim, se quiser mesmo cumprir sua promessa de investigar e punir casos de corrupção de que venha a tomar conhecimento. É velha a tradição dos políticos brasileiros que

prometem medidas heróicas quando estão em campanha e depois deixam tais proposições esquecidas nos arquivos. É certo, de todo modo, que, na semana passada, Collor não mostrava o menor interesse em fazer qualquer pacto desse tipo com o governo. "Não teria o menor sentido", diz o candidato. "O que nós planejamos é uma ruptura, uma revolução. Esses acertos de transição sempre implicam compromissos, negociações que só iriam comprometer a ação do nosso governo, que ficaria amarrada", acrescenta. Embaldado por seu próprio desempenho, e também pelas desgraças que acompanham candidatos que procuram correr na mesma faixa eleitoral, como Mário Covas e Ulysses Guimarães, por exemplo, Collor fechou a semana com novas aquisições para sua campanha. Em Belém do Pará, capturou o prefeito Sabid Xerfan, do PTB — no Rio Grande do Sul, acertou os ponteiros com o senador Carlos Chierelli, do PFL, e com o ex-deputado Nelson Marchezan, do PDS.

Para o início desta semana, Collor aguarda, enfim, o apoio dos governadores do Ceará, Tasso Jereissati, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo. Entre os assessores do PRN há a convicção de que Álvaro Dias, do Paraná, só espera que Ulysses Guimarães fique um pouco mais emagrecido nas pesquisas para acompanhá-los. Na quinta-feira da semana passada, Tasso Jereissati, Geraldo Melo e Álvaro Dias almoçaram no Rio de Janeiro e fizeram uma pacto a seis mãos — ao longo da campanha presidencial todos estarão, sempre, no mesmo palanque. "Collor está amadurecendo e hoje é a única

candidatura aberta e sem compromissos", comentou Jereissati. Na sexta-feira, em Brasília, Álvaro Dias anunciava que está abandonando a candidatura de Ulysses Guimarães — mas não o PMDB. "Ulysses é o candidato da derrota", disse Dias.

CLIMA DE ENTENDIMENTO — Maravilhando os mesmos empresários que diziam, há apenas um mês, que suas idéias eram inconsistentes e seu partido não valia 1 cruzado velho, Collor de Mello também já rascunha sua equipe de governo. Manteve um encontro com o engenheiro Eliezer Batista, ex-presidente da Vale do Rio Doce, considerado um dos mais competentes administradores da máquina estatal do país — e eterno candidato derrotado a um ministério do governo Sarney e, a amigos. Collor tem dito que gostaria de contar, em sua equipe, com Ozires Silva, ex-presidente da Embraer e da Petrobrás, e Eliseu Alves, patrono da Embrapa. Ele também conta, em suas fileiras, com os serviços do ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães. Dono de amizades no mundo acadêmico e de uma boa audiência no PSDB, Raphael está convencido de que o PRN pode ganhar adesões nessa área. "É preciso apoiar o candidato vitorioso para não deixá-lo só no governo", tem argumentado o ex-ministro em suas conversas.

Todos os dias, o candidato do PRN recebe políticos que desejam alertá-lo para um possível adversário. Há interlocutores que o advertem para os riscos de Guilherme Afif, do PL, roubar uma fatia do eleitorado que hoje o acompanha. Collor também ouviu, em diversas ocasiões, que Paulo Maluf, do PDS, pode ser uma ameaça, pois busca engordar seu eleitorado numa faixa comum. O próprio Collor de Mello, no entanto, está convencido de que terá de ocupar-se de um outro adversário — Leonel Brizola, do PDT. Ele raciocina que, ao contrário da maioria de seus adversários, Brizola dispõe de um campo aberto diante de si — e tem apetite eleitoral para conquistá-lo. Collor sabe que boa parte do oxigênio de sua candidatura não tem origem no fantasma Brizola. Ele sabe, também, que se o fantasma voltar a crescer sua própria campanha pode acabar ganhando com isso. Na semana passada, o candidato do PRN cogitava a possibilidade de ganhar a sucessão de Sarney já no primeiro turno — para tanto, precisaria receber, em 15 de novembro, mais de 50% dos votos. "Um segundo turno não seria bom para o país, pois iria criar um clima de muita disputa, uma verdadeira guerra", diz Fernando Collor de Mello. "Uma vitória no primeiro turno seria melhor, pois abriria mais espaço para a situação de entendimento que será necessária ao futuro governo."

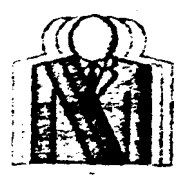
5940

F.POL. P.P.

PDT

No fundo do poço

Brizola enfrenta uma guerra interna, faz comícios com pouca gente e resolve pichar muros



O ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT à Presidência da República, age todos os dias como se tudo estivesse correndo bem com sua candidatura. Ele participa de debates com empresários, dá entrevistas na televisão e conta com o empenho de prefeitos de seu partido, que aparecem nos jornais para ajudar a sua campanha — no Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito Marcelo Alencar chegou até a posar, na semana passada, para uma fotografia em que aparecia beijando um chimpanzé, durante a inauguração de um jardim zoológico. Brizola até teria motivos para achar que ocupa uma posição privilegiada — afinal de contas, é o segundo colocado numa disputa da qual participam também outros 27 concorrentes. O fato, porém, é que o candidato do PDT está imobilizado nos índices há mais de dois meses, não consegue ampliar a receptividade a seu nome em Estados que concentram a maior parcela do eleitorado do país e, o que é pior, assiste a uma debandada de apoios a seu redor — ou seja, a campanha de Brizola vai mal.

"Minha candidatura está estacionada nas pesquisas, mas nenhuma outra candidato está aumentando o seu espaço", afirma Brizola. "Quando chegar a eleição, vou ganhar com o voto dos indecisos", acrescenta. É verdade que existem candidatos que estão mal nas pesquisas, mas suas campanhas vão bem. É o caso do deputado Roberto Freire, do PCB, uma das grandes estrelas entre os pequenos partidos, que não chega a 2% das intenções de voto, mas já conseguiu adquirir, junto ao eleitorado, uma estatura maior do que a que possuía quando entrou na corrida presidencial. A posição de Brizola é oposta. Seus índices são até gordos — 13%, segundo o Ibope, o que é mais do que o dobro do terceiro colocado, o ex-deputado Paulo Maluf. A realidade, no entanto, é que na semana passada a campanha de Brizola entrou em seu pior momento desde que ele se lançou oficialmente na corrida para ocupar a cadeira do presidente José Sarney. Brizola, hoje, é um candidato obrigado a conviver com problemas na cúpula de sua campanha, em que se abrigam os caciques do PDT, e também com

difficultades na base, habitada pela tribo de 80 milhões de eleitores que irá resolver a parada de 15 de novembro.

PRESTÍGIO E CIÚME — O estopim da confusão foi aceso na última terça-feira, quando se descobriu que o deputado Cesar Maia, do PDT do Rio de Janeiro, havia mantido dois encontros sigilosos com o maior rival de Brizola na campanha, o ex-governador Fernando Collor de Mello, o candidato do



Maia: dois encontros com Collor

PRN, líder absoluto em todas as pesquisas eleitorais. Ex-secretário da Fazenda de Brizola em sua gestão no Rio de Janeiro, Cesar Maia é um brizolista cujo prestígio provoca ciúme na bancada do partido e que circula com desenvoltura entre empresários e mesmo entre as legendas adversárias, onde chega a ser considerado um dos poucos economistas do PDT capaz de somar 2 e 2 e chegar a 4. Acossado pela legenda, na qual seus encontros com Collor de Mello foram classificados como uma espécie de ato de traição, na quarta-feira Cesar Maia divulgou uma nota à imprensa — lida e corrigida pelo próprio Brizola antes de chegar aos jornais. "Meu candidato é Brizola", disse Maia em sua nota.

O problema, de fato, não é este — ao menos por enquanto. Não há nada de errado em dois políticos rivais se encontrarem para conversas privadas, mesmo numa campanha eleitoral que só começou a esquentar. O que há de estranho, no episódio, é o comportamento de Cesar Maia, que se encontrou duas vezes com Collor de Mello nos últimos quinze dias — mas divulgou uma nota dizendo que ocorreu apenas um único encontro. Também é esquisita sua teimosia em repetir que só esteve com o candidato do PRN numa conversa casual, quando ambos se encontraram na sala VIP do Aeroporto de Cumbica, em São Paulo, à espera de um avião para Brasília — o que, na verdade, não aconteceu. Sabe-se que as duas conversas foram realizadas a pedido de Maia, e não por iniciativa de Collor. Por fim, resta à chefia da campanha do PDT o fato desagra-



Brizola, no comício de Americana...

dável de só ter sido informada do encontro pelos mesmos meios que os eleitores — através dos jornais. Na quinta-feira, o próprio Leonel Brizola sentiu-se obrigado a paralisar sua caravana para tentar colocar ordem na casa. "Como numa viagem, numa campanha é preciso parar de vez em quando para examinar o óleo e o freio", disse o candidato do PDT.

Junto ao eleitorado, o entusiasmo pela campanha de Brizola também anda baixo, e a amostra mais eloqüente dessa situação foi dada pelos moradores de Americana, a 133 quilômetros de São Paulo, onde ele

.01.04

8907363

esteve no sábado 29 para encabeçar um comício. A respeito do evento, não se pode dizer que o candidato cometeu uma aventura. Para começar, a cidade escolhida é administrada por um prefeito do PDT. Além disso, por precaução, o PDT paulista enviou 58 ônibus para garantir uma audiência mínima para seu candidato. Mesmo assim, não conseguiu provocar o interesse dos 150 000 habitantes de Americana. "A situação por aqui está ruim", disse a Brizola o sindicalista Antônio Flores, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, assim que o candidato desembarcou na cidade com duas horas de atraso. Ao chegar ao centro, Brizola ainda percorreu algumas ruas e só se dirigiu para a praça onde seria realizado o comício depois de ser informado por um assessor de que havia um quórum mínimo



...problemas numéricos em São Paulo

— cerca de 1 000 pessoas, um contingente modesto até para os padrões locais. "Na eleição passada, eu reunia pelo menos 15 000 pessoas em meus comícios", diz o prefeito de Americana, Waldemar Tebaldi. Em outro ato público realizado há duas semanas em Caruaru, a terra natal do candidato a vice do PDT, o deputado pernambucano Fernando Lyra, Brizola também colheu uma insatisfação — nas ruas da cidade havia mais cartazes com a fisionomia de Collor de Mello do que fazendo propaganda de Brizola. "A campanha não está com problemas", afirma

Lyra. "Ela apenas tem o seu ritmo próprio e vai crescer na hora apropriada", acrescenta ele.

Ao se examinar a campanha de Brizola, é possível diagnosticar sintomas de raquitismo político. É certo que Brizola mantém sua força eleitoral em dois redutos que já estiveram sob sua batuta administrativa, os Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Mesmo em um Estado como o Rio Grande do Norte, onde o candidato do PDT conseguiu atrair para suas fileiras dois ex-troféus do malufismo, o ex-governador Lavoisier Maia e a prefeita de Natal, Wilma Maia, a situação também não vai mal — o problema é que o 1,2 milhão de eleitores do Rio Grande do Norte cabe, todo ele, apenas nos bairros que formam a Zona Sul de São Paulo. Mesmo em celeiros eleitorais de pequeno porte, Brizola não possui grandes âncoras políticas — no Amazonas, ele conta apenas com o apoio da de-



Alencar, no zôc: beijo em campanha

putada Beth Azize, que saiu brigada do PSDB. O grande obstáculo para Brizola, porém, está em outro lugar.

DÓLARES SOCIALISTAS — A questão real é que o candidato do PDT não consegue empolgar o eleitorado dos dois maiores latifúndios eleitorais do país. Em São Paulo, a maior cesta de votos do Brasil, com 18 milhões de eleitores, ou 25% de todos os votos disponíveis em 15 de novembro, Brizola se desfaz de um cacique do PDT no Estado, o deputado Adhemar de Barros Filho, e na tentativa de impulsionar sua campanha recorre ao auxílio de um pajé, o ex-deputado Ailton Soares. Como a mudança não trouxe resultados visíveis, Brizola já en-

saia uma nova reaproximação com Adhemar de Barros, que, se vier a se consumir, poderá ter resultados imprevisíveis. Em 1985, Adhemar de Barros Filho disputou a prefeitura de São Paulo e acabou desistindo antes da eleição — envergonhado pela magreza de seu eleitorado. Três anos depois, Ailton Soares entrou na mesma corrida e acabou jogando a toalha antes da hora pela mesma razão. O panorama da candidatura do PDT em São Paulo é tão dramático que dentro do partido já está sendo montada uma aritmética de alto risco. Auxiliares próximos de Brizola já admitem, em conversas íntimas, que ficarão muito satisfeitos se o candidato arrebanhar modestos 10% dos votos paulistas em 15 de novembro.

No segundo latifúndio eleitoral do país, Minas Gerais, onde se concentram 9 milhões de eleitores, a situação é patética. A grande esperança de Brizola, ali, reside numa operação complicada, que teria início com a renúncia do candidato do PFL, o ex-ministro Aureliano Chaves, e prosseguiria com o apoio do ex-governador Hélio Garcia, hoje um cabo eleitoral pefelista, ao candidato do PDT. Desde a semana passada, a campanha do PDT ameaçou materializar-se numa empreitada desagradável também para os eleitores — aquela que suja todas as cidades. Na segunda-feira passada, Brizola convocou os militantes de seu partido a usar a pichação de muros, postes e edifícios públicos como um instrumento para promover sua candidatura. "Para um partido como o nosso, o verdadeiro outdoor é a pichação", disse Brizola.

Quando iniciou seu exílio, em 1964, Brizola tinha como principais castelos eleitorais os Estados onde o antigo PTB era forte — o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Ele saiu do Brasil, passou quinze anos fora e, hoje, dez anos depois da anistia, o que se vê é que Brizola continua com sua força concentrada nesses mesmos redutos — ou seja, não ampliou sua área de ação. Mergulhado no fosso de sua campanha, o candidato recebeu, na semana passada, uma má notícia vinda do exterior. Três representantes da Internacional Socialista, entidade da qual Brizola é um dos vice-presidentes, estiveram no Brasil e ficaram convencidos de que o candidato mais afinado com suas idéias não é o do PDT — mas, sim, o tucano Mário Covas, do PSDB. A avaliação custará a Brizola o atraso na liberação de uma quantia de 10 milhões de dólares que a Internacional já destinou ao seu candidato no Brasil. O dinheiro virá — mas irá demorar mais do que o PDT gostaria de esperar.



Maluf, numa gravação em Florianópolis: "Quero atingir 1 milhão de pessoas por dia"

PDS

De baixo para cima

*Maluf sobe nas pesquisas,
chega ao terceiro lugar e agrada
a uma parte do governo*



A grande novidade das últimas pesquisas eleitorais é um dos mais velhos nomes da política brasileira, o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf, do PDS. Em duas das três últimas pesquisas de opinião, Maluf cravou uma ascensão nos índices e já ocupa a terceira posição na disputa, à frente de candidatos mais cotados na fase inicial, como Lula, do PT, Ulysses Guimarães, do PMDB, e Mário Covas, do PSDB. Segundo os números do Ibope, Maluf está com 6% das intenções de voto e, na pesquisa do instituto DataFolha, possui 7% das preferências. Maluf sempre foi um campeão de largadas eleitorais. Agora, começa a ganhar musculatura numa fatia do mundo político que ficou órfã de Inácio Quadros, não acredita em Ulysses Guimarães, tem o desempenho de Collor de Mello e detesta Leonel Brizola — o governo. "Por que não Maluf?", chegou a insinuar o ministro do Desenvolvimento Industrial, Roberto Cardoso Alves, na semana passada.

"Dentro de dois meses desbancarei Brizola do segundo lugar", afirma Maluf. Em cada

eleição de que participa, Maluf sempre dá a impressão de ter descoberto, antes dos concorrentes, uma fórmula original para vencer. Desta vez, sua estratégia consiste em evitar comícios, não perder tempo atrás de políticos e consumir suas energias em depoimentos para a imprensa — não recusa entrevistas para ninguém, responde a qualquer pergunta com paciência e é capaz de passar mais de dez horas por dia em companhia de jornalistas. Há indícios de que o candidato começa a chamar atenção. "Vocês não estão dando importância para a candidatura do Maluf, mas vão acabar votando nele no segundo turno", disse, na semana passada, a um grupo de deputados do PFL, o presidente José Sarney. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, saiu do encontro com a mesma impressão de Sarney. "Só existem três candidatos com chances", afirmou Lourenço. "Collor, Brizola e Maluf." O candidato do PDS já foi sinônimo de muitas coisas em jornadas passadas. Do jeito que Sarney, José Lourenço e Roberto Cardoso Alves falam dele, no entanto, em 1989 pode ser até o candidato do Centão.

Numa maratona de entrevistas, a cada semana o candidato concede cerca de cinquenta

depoimentos a rádios, televisões e jornais. Há duas semanas, numa viagem de quatro dias ao Nordeste, Maluf ficou dezoito horas trancado em estúdios. Na semana passada, Maluf visitou sete cidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em 67 horas, das quais reservou dez horas para entrevistas. A preocupação de Maluf de não perder tempo é tão grande que, ao chegar a Blumenau, na última quinta-feira, se deslocou do aeroporto até uma emissora local, a Rádio Clube de Blumenau, dentro de uma unidade móvel da rádio, para ser entrevistado no percurso. "A minha meta é atingir 1 milhão de pessoas por dia", diz Maluf. Numa jornada promocional, Maluf às vezes enfrenta situações constrangedoras. No último dia 27, por exemplo, Maluf se viu diante de uma caracada durante um programa ao vivo na TV Verdes Mares,

em Fortaleza. Logo no início, a apresentadora perguntou se ele costumava usar cuecas do tipo samba-canção. Embaraçado, Maluf respondeu que não. O momento mais embaraçoso ocorreu quando uma mulher que se encontrava no auditório perguntou ao candidato quantas relações sexuais costumava manter normalmente. Perplexo, Maluf não pôde a pose. "Três a quatro", disse.

Deixe Quemano — Longe dos estúdios, Maluf também passa por acontecimentos curiosos. Há duas semanas, ele conseguiu a façanha de quebrar, num espaço de quatro dias, dois dentes. O primeiro, Maluf arrebentou mordendo uma cortina de frango. O outro, quebrou ao experimentar um pedaço de coco no casis do Recife, enquanto conversava com estivadores. "É bom que as pessoas saibam que um candidato à Presidência também pode quebrar seus dentes", diz Maluf, sem perder o humor. Em outro episódio, durante um debate com o senador Mário Covas, organizado por empresários do setor de turismo em São Paulo na última terça-feira, Maluf foi mais afortunado. Pontual, assistiu à chegada de Covas com meia hora de atraso. "Cheguei primeiro e já papei todos os votos daqui", brincou Maluf ao cumprimentar o senador. No encontro, Maluf acabou sendo mais aplaudido, graças a algumas tiradas surpreendentes. Ao se posicionar contra a proposta de tarifas de energia elétrica menores para os hotéis, uma antiga reivindicação do setor, Maluf compensou a negativa com uma sugestão. "Vocês deviam instalar um interruptor central em cada quarto", disse. "Isso vai permitir uma enorme economia de energia."

VEJA, 9 DE AGOSTO, 1989

PMDB

Passo em falso

Waldir ganha aposentadoria pela segunda vez



N o último dia 24, os leitores do *Diário Oficial* do governo da Bahia depa-ram com uma situação muito comum na rotina da burocracia. O cidadão Francisco

W.P. de Souza obteve a chancela oficial para seu pedido de aposentadoria. A notícia chama a atenção pelo fato de o valor da pensão ser muito superior à média dos vencimentos pagos aos funcionários do governo baiano — 11 200 cruzados novos por mês. Chama mais a atenção ainda quando se descobre que o beneficiário é o ex-governador Waldir Pires, candidato a vice-presidente na chapa do



Pires: o senhor Francisco W.P. de Souza

PMDB, encabeçada pelo deputado Ulysses Guimarães. "Não há nada de errado nessa aposentadoria", afirma Pires. "É apenas um direito que estou exercendo." A concessão de benefícios ao governador foi cercada por alguns aspectos curiosos. O princípio deles está relacionado com a forma. Chamar o ex-governador Waldir Pires de Francisco W.P. de Souza é o mesmo que designar de Antonio A.C. de Mendonça o candidato do PFL, o ex-ministro Aureliano Chaves, cujo nome completo é, justamente, Antonio Aureliano Chaves de Mendonça.

O segundo aspecto curioso diz respeito ao valor da pensão. Waldir Pires requereu e obteve o valor integral de sua aposentadoria. Como ele ocupou o governo da Bahia por apenas 27 meses, renunciando a quase metade do mandato para o qual fora eleito para entrar na corrida presidencial, não seria absurdo, por uma questão de coerência, que se contentasse com meia-pensão. Ao longo da semana passada, o ex-governador explicou o que planeja

fazer com a pensão: ele vai destinar todo o dinheiro para o Abrigo do Salvador — uma instituição particular de caridade que cuida de idosos. Em vez de desviar sua doação vitalícia, Waldir preferiu o dia 15 de março do próximo ano como data limite para o fim de sua benevolência. Depois disso, ninguém sabe qual será o destino dos 11 200 cruzados novos que o governo irá lhe pagar todos os meses. "Como tenho certeza de que vou ser eleito, achei melhor fixar o prazo, pois a partir do momento em que assumir a Vice-Presidência não terei mais direito ao subsídio", justifica o ex-governador. "Juridicamente, ele poderia até mesmo fazer uma doação vitalícia, permanente, sem data de término, para qualquer outra instituição", contrapõe o jurista Pedro Milton de Brito, ex-presidente da OAB da Bahia.

Do ponto de vista legal, não há nada de errado na decisão do ex-governador de requerer a pensão, mesmo sabendo-se que ele possui uma outra aposentadoria, obtida em 1985, referente ao cargo de assessor jurídico do Ministério da Justiça — o que lhe garante 4 000 cruzados novos por mês. A questão, porém, possui um aspecto ético, pois a maior parte dos assalariados que já batalhou por aposentadorias nas longas filas da Previdência Social — da qual Waldir Pires já foi ministro, no início do governo Sarney — não consegue ter, como ele, sequer uma boa aposentadoria, quanto mais duas, que somam 15 200 cruzados novos. Para o deputado Ulysses Guimarães, que amarga baixos índices nas pesquisas eleitorais e convive com governadores pouco animados em levar sua campanha adiante, o pedido de aposentadoria de seu companheiro de chapa, Waldir Pires, é mais um problema colocado à sua frente. "Seria um crime perfeito se não fosse descoberto", dispara o deputado federal Waldeck Ornelas, do PFL.

PSDB

Receita caseira

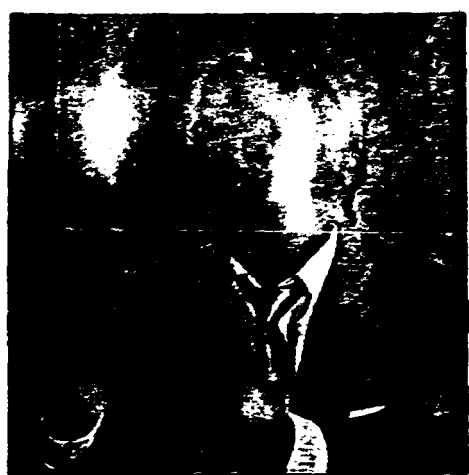
O tucano Almir Gabriel é o novo vice de Covas



D epois de ser alvejado pela renúncia do ex-governador Roberto Magalhães ao posto de vice em sua chapa, o senador Mário Covas, candidato do PSDB à Presidência da República, optou na semana passada por uma solução caseira. Na última segunda-feira, Covas anunciou oficialmente o nome do seu novo companheiro de chapa — o senador paraense Almir Gabriel. Com a escolha, obteve pelo menos um efeito positivo para sua candidatura. Almir Gabriel é um político afinado com o perfil do partido, e sua

presença na campanha deve afastar a possibilidade de novas brigas internas. "Sei um vice sem intriguinhas", promete o senador. "É isso que o Covas quer", acrescenta.

Na semana passada, superado o vácuo deixado por Roberto Magalhães, Covas afirmava não ter em momento algum manifestado mágoa contra o político pernambucano que deixou sua chapa e reafirmava ainda que não reprovou a atitude de Magalhães com palavras ásperas, como se chegou a comentar. Na busca de um novo vice, a direção da campanha do PSDB se reuniu onze vezes nos dias subsequentes à renúncia. O próprio Covas disparou cerca de quarenta telefonemas para consultas a correligionários e o senador José Richa fez outras cinquenta ligações. Entre os nomes cogitados pelos tucanos, chegou a aparecer até mesmo o do ator Lima Duarte, o Sassá Mutema da novela *Salvador da Pátria*. O nome do ex-ministro da Saúde Roberto



Almir Gabriel: "Sem intriguinhas"

Santos, filiado ao PMDB, por alguns dias chegou a ser o mais comentado, mas os tucanos mais à esquerda, como os deputados Egidio Ferreira Lima e Mocma São Thiago, também cotados, opuseram resistências.

Diante desses vetos, Covas decidiu evitar novas confusões, e no último sábado, dia 29, telefonou para Almir Gabriel e fez o convite. Na quarta-feira da semana passada, o nome de Almir Gabriel foi homologado pela direção do partido numa reunião em Brasília. Na ocasião, Covas recebeu três novas adesões — os deputados José Costa, Gabriel Guerreiro e Arnaldo Martins, todos saídos do PMDB atraídos pela escolha do senador. A presença de Almir na chapa do PSDB pode acabar trazendo para o partido o senador Jarbas Passarinho, do PDS do Pará. "Temos um bom relacionamento e ele será uma boa ajuda", diz Almir Gabriel. "Covas escolheu um bom nome", atribui Passarinho.

098

Covas pode compor com nome baiano

BRASILIA — O nome do ex-governador da Bahia e ex-ministro da Saúde Roberto Santos, do PMDB, disparou nas cogitações em torno do nome do novo candidato a vice-presidente do PSDB na chapa encabeçada pelo senador Mário Covas. Em tese, em Salvador, Roberto Santos disse ter "grande apreço pelo trabalho do PSDB e pelo senador Mário Covas" e que se sentia "honrado" com a lembrança do seu nome. Mas "não houve convite", tratou de deixar claro.

As articulações em torno de Roberto Santos partiram da necessidade que o partido tem de encontrar um substituto para Roberto Magalhães entre as lideranças nordestinas e da constatação de que ele é uma liderança que não criaria problemas internos, a exemplo do que houve com o ex-governador de Pernambuco.

— Roberto Santos tem tido uma postura política muito coerente desde que foi para o PMDB em 1982 e nós já convivíamos bem com ele nesse partido — atesta, por exemplo, o deputado Jorge Hage, do PSDB baiano, que foi prefeito de Salvador quando Santos era governador.

Em Remida em São Paulo, a cúpula do PSDB, à frente o candidato Mário Covas, o coordenador da campanha, senador José Richa, o ex-governador Franco Montoro e o senador Fernando Henrique, passou todo o dia de ontem discutindo a ocupação da vaga de vice. Sobre a ideia, além do nome de Roberto Santos, os dos deputados Egidio Ferreira Lima (PE) e Mocima São Tiago (CE), além do senador Almir Gabriel (PA).

O senador José Richa, que após a renúncia de Magalhães foi apontado como o mais forte candidato à vaga e recebeu muitas pressões para aceitar a candidatura, tratou logo de descartar a hipótese, insistindo que o nome deveria sair do Nordeste ou de Minas. Pela mesma linha, o também paraense deputado Euclides Scalco tratou de deixar claro que se considera carta fora do baralho.

Almir Gabriel, que recentemente deixou o PMDB para ingressar no PSDB, é um nome com muitos defensores, mas que tem esbarrado na constatação de que não é uma liderança nacional. Egidio Ferreira Lima, segundo um dirigente do partido, teria contra a sua escolha o fato de que o PSDB, ao indicá-lo, poderia passar recibo das acusações feitas por Roberto Magalhães. Mocima São Tiago, que está no pátio desde a escolha anterior, não é considerada forte eleitoralmente, embora pese a seu favor o fato de ser mulher e de ser considerada boa de televisão.

Política

Mudanças à vista F.P.

Collor de Mello começa a buscar diálogo, como aconteceu ontem com áreas empresariais, Mário Covas procura contornar a situação criada com a renúncia de Roberto Magalhães, Ulysses e Aureliano enfrentam situações internas tentando reverter a falta de empolgação das bases. Bastariam esses fatos para criar novas expectativas em torno da evolução da campanha sucessória nesses meses que ainda nos separam do 15 de novembro. Os debates realizados na televisão influíram? Como apresentação dos candidatos, certamente que sim, pois foi uma boa oportunidade para tanto. E que reflexos trouxe ao eleitorado a ausência do candidato do PRN nelas e a do deputado Ulysses Guimarães na primeira? As mais recentes pesquisas de opinião pública estão dando esses indicativos. E um deles, segundo se soube, ontem, envolve o maior número de eleitores não definidos ainda. Na medida em que as pesquisas têm se constituído em indicativo, revelando as tendências do momento, a avaliação que se tem, depois dos programas na TV, se revestem de especial significação. Elas podem oferecer alternativas para as estratégias dos candidatos e ocupação do tempo que ainda existe em direção ao pleito presidencial.

A ex-Aliança Democrática

Há uma visível tentativa de mudança na chapa que o PFL está propondo com Aureliano Chaves e Cláudio Lembo. A exemplo do que aconteceu com o PMDB e Ulysses Guimarães, o PFL não se engajou totalmente na campanha, informado com as decisões, mesmo que tenham sido precedidas de prévias nas duas agremiações. O PMDB usou do artifício do segundo turno, enquanto o PFL partiu para a consulta a nível regional. Nos dois casos os candidatos mais conhecidos, Ulysses e Aureliano, foram vitoriosos, mas sem tempo para recuperação e composições internas. Ao lado deste fato soma-se um que está influenciando desde há algum tempo: a identificação deles com o Governo, ligados que estiveram na maior parte da Nova República. Ulysses ainda afastou-se, aliando-se aos progressistas. Aureliano passa por situação semelhante e, para muitos de seus correligionários, o seu comprometimento pode estar na razão direta de sua permanência no Governo. Ambos ficaram por muito tempo direta ou indiretamente ligados ao Executivo. Um como presidente do PMDB e, até mesmo no exercício da Presidência da República, chegando a encaminhar medida provisória ao Congresso, nos impasses da política salarial do Plano Verão. Aureliano se manteve no ministério além do que politicamente seria válido para assumir uma postura mais crítica na campanha. Essas colocações estão sendo feitas nos círculos peemedebistas e pefelistas desde há algum tempo. Sem reversão, diante da insistência dos dois candidatos, setores partidários estão aprofundando opções e desenvolvendo exames de situação. As posições de vários governadores, especialmente do Nordeste, demonstram que não haverá surpresas em posições se confrontadas com o atual quadro.

Carlos Fehiberg

24 28/7/89

098

27/7/89

JORNAL DO BRASIL

Maluf fala muito no rádio e TV mas fica sem adesões no Ceará

FORTALEZA — O deputado Paulo Maluf, candidato à presidência da República pelo PDS, não conseguiu somar nenhuma adesão durante as 24 horas em que permaneceu na capital cearense, onde participou de oito programas de rádio e de televisão. A bordo de um jatinho, Maluf chegou a Fortaleza às 9:45 minutos em companhia do ex-deputado Flávio Marcílio e foi recebido com faixas por um grupo de pessoas que o esperavam no aeroporto.

Na entrevista coletiva que concedeu no Aeroporto Pinto Martins, Maluf disse que, se eleito, vai decretar a moratória, caso não consiga dos credores internacionais um abatimento no pagamento da dívida externa e dos juros pagos pelo Brasil. "Eu não paguei um centavo dessa dívida se não conseguir um desconto. Libânês exige abatimento, árabe não faz negócio sem desconto", afirmou.

Dívida externa — Ainda com relação à dívida externa, Maluf assegurou que, se vencer as eleições, no dia seguinte após a posse iniciará um processo de renegociação da dívida externa e dos juros, mas tendo como parâmetro uma redução de pelo menos 30%. Cita o exemplo do México que, segundo ele, copiou o seu projeto econômico da época em que disputou a Presidência da República. Para conter a inflação, Maluf revelou sua receita: acabar com os "trens da alegria", com as mordomias, com os funcionários-fantasmas, dispensar os que ganham salários altos sem trabalhar e garantir melhores salários para quem realmente trabalha neste país.

Maluf foi recebido no aeroporto pelo vice-presidente do partido, deputado Leorne (o presidente, deputado Aécio de Borba, licenciou-se para apoiar Fernando Collor), por dona Luiza Távora, mulher do ex-senador Virgílio Távora, e pelas lideranças do partido no estado. Faixas com saudações ao candidato foram postas no aeroporto e por onde iria passar o visitante. As inscrições — "Maluf bote fé", "Maluf esperança", "Maluf tua glória é luta" — foram algumas saudações dos simpatizantes do candidato.

Com bom humor e mantendo a característica de se lembrar de todos os nomes dos repórteres, Maluf foi entrevistado na Rádio AM do Povo durante mais de 20 minutos. Ele prometeu fazer no Nordeste um grande jardim e assegurou que "o Ceará está em seu coração e estará no seu governo". Maluf disse que é o único candidato de oposição ao governo, pois até o candidato do PRN, Fernando Collor, votou no PDS e foi seu afilhado de casamento.

Além de extensa programação nos meios de comunicação, Maluf debateu também com as lideranças empresariais durante a reunião semanal da Facie (Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do estado do Ceará), considerada um dos maiores redutos eleitorais do PDS na época em que ele disputou a presidência com Tancredo Neves. Às 19h30, o candidato visitou a ex-mulher do senador Virgílio Távora, dona Luiza Távora, e jantou às 21h com o deputado do PDS Antônio Jacó. Contudo, o candidato do PDS, não conseguiu unir o seu partido no estado.

098

A influência das sucessões

24 22/1/89

O episódio que envolve a renúncia do candidato a vice, Roberto Magalhães, na chapa de Mário Covas está ligado à proximidade das eleições estaduais em 1990. Oriundo do PDS e PFL, Magalhães enfrentou dificuldades para uma mobilização a nível regional, conflitando-se com o grupo mais à esquerda, há mais tempo no PSDB e que tem seus projetos para a sucessão governamental. Essa é uma das versões, aliadas ao choque ideológico que existiu desde o início, responsável pelo apoio de Cristina Tavares a Leonel Brizola, que explicaria a renúncia do ex-governador de Pernambuco. Concluída a campanha presidencial, estará começando uma outra, sem intervalos maiores, e que deverá renovar o Congresso, eleger governadores e deputados estaduais. Nesse pleito a liderança dos candidatos aos Executivos estaduais será flagrante e, por isso, as projeções que se fazem. Deve ter ocorrido esse problema na equação pernambucana, assim como deve estar presente em outros estados. O destaque que obtém os candidatos na campanha em desenvolvimento acaba credenciando-os para uma participação no episódio eleitoral seguinte. Nessa linha de raciocínio está o quadro paulista, onde Paulo Maluf trata de manter cativo seu eleitorado, independente de suas aspirações este ano, tal como o deputado Afif Domingos que pensa no Planalto e no Palácio Bandeirantes. O próprio Mário Covas, que não aceitou disputar a eleição municipal quando Franco Montoro renunciou, não afastaria uma presença na sucessão paulista, se ocorrer um insucesso agora. E como este, muitos outros casos estão presentes em todo o país. Mesmo com o caráter de eleição solteira, onde as estruturas partidárias cedem à projeção dos candidatos e aos apoios conquistados mediante composições políticas, a sucessão presidencial abre caminho para as disputas regionais que se seguem de imediato. O caso do PSDB chama a atenção para a dificuldade de convivências políticas com datas marcadas, como se fosse possível admitir equações para um pleito e outras para meses após. A coerência política regional ficaria comprometida, segundo algumas lideranças, se fosse completamente dissociado de 88.

Mudanças

Covas tratou logo de conversar com o senador José Richa, uma das lideranças do partido e que pode ser pensado, tão logo a crise eclodiu. A dúvida inicial se revestiu de componentes regionais: mais um nome sulista, ainda que com projeção ou uma retomada nordestina? Qualquer que seja a solução definitiva, há um dado importante e que tem sido considerado por vários comandos políticos: as dimensões da campanha, o uso dos meios de comunicação, especialmente a televisão, influirão tanto ou mais que acordos incluindo a representação de regiões.

Mobilização

Além de Ronaldo Caiado, dois presidenciáveis devem estar no fim de semana no Rio Grande: Luiz Ignácio Lula da Silva e Leonel Brizola.

Carlos Fehlbeg

098

Sarney vê situação difícil para Collor no segundo turno

Fernando Collor de Mello (PRN) deve lutar para vencer logo no primeiro turno, porque, no segundo turno, o seu oponente poderá somar forças as mais diversas para tentar derrotá-lo. A avaliação foi feita ontem pelo presidente José Sarney, numa conversa informal com alguns jornalistas, durante almoço no Palácio da Alvorada. Sarney reiterou que não tem e nem terá candidato às eleições presidenciais, mas garantiu que, se optasse por um nome, o mesmo teria 30% dos votos, o que considera um respeitável percentual.

Sua decisão de não apoiar qualquer candidato deve-se ao fato de estar convencido de que sua isenção é uma garantia à tranquilidade da fase final da transição. "Se o presidente tivesse candidato, seria difícil controlar o Governo na campanha", disse Sarney. Segundo ele, ficando equidistante da luta eleitoral, todos os candidatos e todos os partidos terão participação livre no processo, contribuindo de maneira positiva à transição.

O presidente insistiu que, se tivesse candidato, o mesmo não faria feio. Após concordar com comentários de que os parlamentares, no retorno do recesso, começam a fazer observações negativas à atuação de Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, o presidente contou, bem-humorado e descontraído, que recentemente, na cidade paraibana de Piauí, perguntou aos líderes locais: "Como está o doutor Ulysses? Vocês estão firmes com ele?"

A resposta foi um enorme silêncio, inclusive da parte do senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Ainda segundo Sarney, no final dessa visita, um dos chefes políticos da cidade pediu licença e lhe revelou: "Presidente, não queremos que o senhor saia daqui com falsa impressão: o doutor Ulysses não vai dar não". (AE)

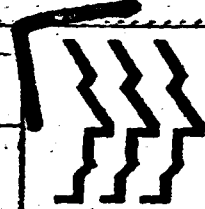
200 Hbr 2/10/85

.01 .01

8907383

098

F.P. P.P. 12/10/68



PTB quer antecipar eleições para outubro

SUCESSÃO

Partido teme efeitos da inflação sobre processo sucessório

O presidente nacional do PTB, Paiva Muniz, vai encaminhar ao Congresso Nacional, por intermédio da bancada de seu partido, uma proposta de emenda constitucional que antecipa para o dia 1º de outubro as eleições presidenciais. Ele prometeu isso ao deputado paulista Campos Machado, que teme os efeitos de uma eventual hiperinflação sobre o processo sucessório.

"Ainda hoje (ontem), ouvi na Rádio Eldorado (de São Paulo) previsões assustadoras de dois economistas de renome a respeito do crescimento da inflação", disse Campos Machado. Para esse deputado, a realização ou não das eleições depende exclusivamente do presidente José Sarney. "Se o presidente quiser inviabilizar a disputa, é só deixar as coisas como estão, porque, no prazo de algumas semanas, estaremos com a inflação a mais de 100% e adeus eleições", completou Campos Machado.

Em vista dessa perspectiva, ele verificou na Constituição Federal a possibilidade de emendas e elaborou uma minuta que remeteu ao presidente da legenda, Paiva Muniz. Segundo Campos Machado, o artigo 60 da

Constituição prevê emendas, mediante proposta feita por um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado, seguidas da aprovação por três quintos dos integrantes das duas casas.

RECEPTIVIDADE — O parlamentar, que é também advogado do ex-presidente Hânio Quadros, disse ontem que, ao entrar em contato com o presidente do PTB, Paiva Muniz, para apresentar-lhe a proposta, encontrou inteira receptividade. Segundo afirmou, o dirigente prometeu-lhe aguardar a chegada de Londres, sábado, do deputado Gastone Righi, para que, em nome da liderança, apresente a emenda.

A alteração, se vier a se efetivar, ocorrerá no artigo 4º das Disposições Transitórias e antecipará de 15 de novembro para 1º de outubro as eleições já marcadas. Campos Machado disse, finalmente, que o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, ao pedir demissão, demonstrou que está pressentindo dias sombrios, exatamente na área da inflação. Esse seria um motivo a mais a justificar a antecipação das eleições. (AEL)

.01 .01

8907384

Jânio atuará na campanha do (PFL)

O ex-prefeito Jânio Quadros vai engajar-se na campanha do ex-ministro Aureliano Chaves. Foi o que garantiu ontem, em São Paulo, o candidato do PFL à Prefeitura de São Paulo, ao final de encontro com Jânio, quando acertou sua participação, especialmente no horário eleitoral gratuito. Segundo Aureliano, o ex-prefeito vai gravar mensagens reafirmando seu apoio à candidatura do PFL.

O encontro na casa de Jânio, no Morumbi, durou exatamente uma hora. Ao contrário do dia anterior, quando recebera o governador Miguel Arraes (PE), Jânio não permitiu que a reunião fosse filmada ou fotografada. Também não quis falar à imprensa. Aureliano, que estava

acompanhado de seu vice, Cláudio Lembo, referiu-se à conversa com Jânio como bastante proveitosa.

Aureliano disse ainda ter informado Jânio sobre os próximos passos da campanha e sobre as viagens que fará pelo interior de São Paulo e a outros estados.

— Fomos altamente estimulados por Jânio Quadros — declarou Aureliano. Antes de se contrair-se com o ex-prefeito, Aureliano esteve com o empresário e apresentador Sílvio Santos, que também reside no bairro do Morumbi. O encontro que não durou nem meia hora, foi encerrado com uma troca de elogios, na presença de jornalistas. (AG)

20/10/85
4/10/85

098

30/7/89

POLÍTICA

ZH Brasília/Sacramento RBS

Os dilemas que o PMDB enfrenta

Ninguém esconde as dificuldades que a candidatura do deputado Ulysses Guimarães está enfrentando na Região Sul. As informações que chegam a Brasília, através dos prefeitos municipais, de lideranças regionais e até de parlamentares federais, são desalentadoras. Muitos prefeitos do PMDB do Rio Grande do Sul já decidiram que não moverão uma palha na campanha, embora ressaltem que votarão no candidato do partido. Mas, como eles são cabos-eleitorais importantes em qualquer campanha eleitoral, pode-se medir o resultado final dessa abstenção. Em Santa Catarina, o quadro não é muito diferente.

O governador catarinense, Pedro Ivo Campos, que reassumiu o cargo depois de um afastamento de seis meses, por motivo de saúde, foi dos primeiros a fechar com a candidatura de Ulysses Guimarães. Embora esteja dando apoio ao candidato, reconhece as grandes dificuldades da agremiação. O go-

vernador Pedro Ivo identifica na falta de união do PMDB o maior problema da candidatura Ulysses Guimarães. De fato, alguns governadores estão abandonando o barco peemedebista, como é o caso de Tasso Geronzi, do Ceará, e de Marcelo Miranda, do Mato Grosso do Sul.

Apesar de toda representatividade que Ulysses Guimarães tem para o PMDB, sua candidatura não desperta o interesse e a atração necessários para melhorar a performance da campanha. Os baixos índices de preferência junto à opinião pública, registrados pelas pesquisas, mostram que nem mesmo a estrutura partidária do PMDB, que é a maior e mais forte de todas, será capaz de reverter a situação. "Esperamos um fato novo", confessou um prefeito do PMDB do Sul, esta semana em Brasília, admitindo até mesmo mudanças profundas no rumo partidário.

ANA AMÉLIA LEMOS

.01 .01

8907387

F.P. 88

A situação política

Florestan Fernandes *

Há uma tendência muito forte ao mimetismo entre os partidos e seus políticos com maior cotação eleitoral. A "questão social" desbancava todos os temas, até que a "caça aos marajás" colocou a corrupção no centro do palco, e os acontecimentos da Venezuela, e especialmente da Argentina, passaram a inflação em primeiro plano. Emergiu, assim, o que se poderia chamar de trivial nos "programas eleitorais", que circulam nos meios de comunicação de massa ou nas declarações, entrevistas e comícios dos candidatos. Aparecem diferenças de forma e de representação (quanto ao conteúdo). O que se poderia inferir é que todos aspiram à vitória e, por isso, recorrem à mesma receita.

Para o nosso mal, essa mesmice, que nasce da imitação ou da ambição, não constitui um bom indicio político. Ressalvados os partidos da esquerda e do centro-esquerda, por enquanto somente o PMDB promete um programa, em sentido estrito. O PT foi o primeiro partido que apresentou à discussão dos cidadãos e dos eleitores o PAG, isto é, um Programa de Ação do Governo, com objetivos precisos e escalonados politicamente.

Trata-se de um conjunto de medidas de emergência e de curto ou médio prazo, que suscitam elogio e duas críticas opostas. A mais contundente diz respeito à sua natureza: um partido socialista advoga medidas reformistas que pressupõem uma aceleração do desenvolvimento capitalista (ou seja, uma correção em todos os níveis centrais do desenvolvimento desigual), admitindo como premissa que o socialismo propriamente dito fica para o futuro. Limita-se ao reforço dos requisitos da democracia política, da participação popular e do poder relativo das classes trabalhadoras. Como o partido não pesca em águas turvas, isso é explicitado com o argumento de que a presente situação não pode perdurar e fundamentado de maneira coerente com as tarefas que o partido se impõe nesta conjuntura.

A outra crítica inverte essa imagem: o PT

dispõe de poder real de luta de classes para levar a cabo o programa que advoga, com tamanha confiança no futuro da nação como um todo? Suas experiências de governo demonstram até onde vai a capacidade de sabotagem dos partidos conservadores e dos estratos burgueses, que vêm parasitando sobre o aparato do Estado. Colidem, assim, duas realidades — o impulso renovador do partido e suas limitações para chegar aonde quer e é necessário para a criação de uma sociedade nova, com uma república democrática e uma cultura aberta.

A Frente Brasil Popular também desfraldou um programa, de treze pontos, que compendiam um vasto programa sujeito às mesmas críticas suscitadas pelo PAG, com um adendo, que se refere à sua generalidade e nível de abstração política. Portanto, impõe-se mais como um conjunto de palavras de ordem, que a extrema esquerda pode agitar agora ou mais adiante, para alimentar o fogo dos debates eleitorais.

O PSDB lançou um programa que oscila entre os três componentes que formam a sua base social. O sal do PSDB está em seus estratos de classe média ou em personalidades políticas de classe alta que são ideologicamente socialistas. No entanto, esse setor é, no conjunto, tragado por dois elementos ambigualmente "social-democráticos": uma maioria burguesa radical-nacionalista e uma oscilação para o centro, provocada por contingências da competição eleitoral. Um desses elementos é morfológico e se percebe tão bem no PSDB, quanto antes no PMDB. O essencial, para ele, vem a ser a possibilidade de combinar um estilo de "fazer política" que concilie modernização com democracia, sem ameaçar visivelmente a estabilidade do *statu quo*.

Os dois frutos recentes mais expressivos desse estilo político se objetivaram na doutrina do "mudancismo", que serviu de coroa-mento ideológico à passagem das "diretas já" à composição da Aliança Democrática, cuja essência saiu do programa do PMDB, e a célebre formulação-testamento de Tancredo

Neves. É fácil visualizar o quanto esse embriamento freia o PSDB, quer na teoria, quer na ação política. A oscilação, por sua vez, está em processo e contém implicações de teor regressivo, mesmo em confronto com o documento de Tancredo Neves, que emergia do calor das "diretas já". Ela põe em risco as projeções socialistas da esquerda do PSDB e deixa muita água gelada na fervera "social democrática" do partido, pois um deslocamento na direção do "centro" favorece o crescimento do PSDB, mas não neutralizará mentalidades políticas que floresceram fora e acima, seja do radicalismo burguês nacionalista, seja do socialismo e da social democracia, como ela é entendida hoje à europeia. O que significa que o programa do PSDB terá o mesmo destino que o mais antigo, do PMDB. O garante dos avanços e das promessas terá de ser a forte personalidade política de Mário Covas e a confiança que merecem seus principais colaboradores.

O PMDB ainda está forjando o seu programa, como sucede com o PFL e o PDS. Seria bom que todos eles correspondessem a essa obrigação mínima de um partido político em campanha eleitoral. Especialmente para clarear mais o horizonte do que pretendem fazer com o "néo-liberalismo" e com o Estado em crise política e institucional. Os três partidos dispõem de grupo de cérebros capacitados para traduzir em programas os princípios e os objetivos que pretendem encarnar. Sabe-se que o PMDB está com as mãos na massa; dos demais, nada transpirou até agora. Todavia, eles são partidos da ordem ou o foram recentemente. O descrédito dos "políticos profissionais" os atinge com maior intensidade. Além disso, na tradição brasileira, os programas são obras de ficção ou de ilusionismo. São úteis na pugna eleitoral, mas condenados de antemão ao esquecimento após a conquista do poder. Os que contam são os "notáveis", os "chefões" e a magia da máquina do sistema. Esse aspecto sombrio entrou em eclipse. Mas ainda existe como algo ameaçador à implantação da democracia e seu amadurecimento concreto.

* Sociólogo e deputado federal (PT-SP)

JB 3/7/69

Maluf luta por terceiro lugar já em setembro

SÃO PAULO — O clima é de esforço na suntuosa mansão em que está instalado o comitê do candidato do PDS à presidência da República, Paulo Maluf, na elegante região dos jardins, São Paulo. "Sinto que ele cresceu a partir do debate feito pela Rede Bandeirantes, do programa do PDS na TV, e em função de um espaço muito bom na mídia", diz o jornalista Ênio Pesce, um dos dois assessores de imprensa de Maluf, esperando ver sua impressão confirmada pela pesquisas de opinião que forem divulgadas hoje. "Se em setembro ele estiver em terceiro lugar, vai para o segundo turno", diz o jornalista Carlos Brickmann, o outro assessor do candidato.

Convencido da importância da mídia numa eleição que envolve o país inteiro, Maluf contratou os dois jornalistas e vem se especializando em aproveitar o melhor possível todo espaço que consegue. Quando está em seu comitê, por exemplo, o candidato reúne-se logo pela manhã com a assessoria, para discutir as notícias do dia e o caso que deve dar a suas entrevistas. Com a disposição de um leão, como diz Pesce, Maluf trabalha muito para ver a sua estratégia funcionar. Na última semana, por exemplo, durante os quatro dias em que esteve fazendo campanha no Nordeste o candidato do PDS somou 24 horas de entrevistas a rádios e estações de TV da região.

Imagem — Satisfeitos, os assessores consideram que está encerrada com sucesso a primeira fase da campanha, que, dizem eles, mostrou à população que Maluf é candidato e, ao mesmo tempo, combatem os aspectos negativos de sua imagem. "Todo mito desta de ser mito quando é exposto à luz", explica Brickmann, argumentando que Maluf sofreu uma campanha difamatória da imprensa em 1984, quando se candidatou à presidência da República através do Colégio Eleitoral. "Esse mito negativo já se enfraqueceu muito", avalia.

Maluf agora apresenta um estilo mais descontraído, salpicado de piadas. Segundo seus assessores, por sua capacidade de apreender com as derrotas e a sensibilidade para raciocinar sobre marketing político e aceitar sugestões, Maluf tem conseguido superar seus problemas. O candidato do PDS ouvia, por exemplo, que sua postura em relação aos jornalistas deve ser mais afável, que não deveria levantar muito o queixo ao falar, um antigo tique, e que ao dar entrevistas à TV deveria fazê-lo em baixo tom de voz, para não parecer arrogante. "Eu sou um aluno aplicado", diz Maluf aos assessores quando estão discutindo sua imagem.

A campanha do candidato do PDS vai partir agora para uma nova ofensiva. "Vamos mostrar que o Paulo Maluf pode ganhar a eleição", diz Brickmann. Para tanto, vai intensificar o corpo-a-corpo eleitoral e a programação de viagens. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde tem dificuldades de penetração, e Minas Gerais, berço do vice da chapa petista, o deputado federal Bonifácio de Andrada, são "alvos específicos de Maluf", como diz Brickmann.

98

18

Coluna do Castello

Collor vai ganhando e os políticos, perdendo

O governador Miguel Arraes deverá estar em São Paulo no próximo dia 30 para participar de programa de televisão. Nessa oportunidade ele retomará contactos políticos, sempre na linha de aprofundar as críticas que fez em carta ao candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, pela forma com que está sendo conduzida sua campanha e pelos temas a que tem dado prioridade. Arraes, como se sabe, é o único governador que, do Sergipe até o Amazonas, se mantém fiel à candidatura do seu partido, desde que o apoio ainda sustentado pelo governador do Pará dilui-se ante a realidade da liderança local do ministro Jader Barbalho. O pemedebismo está sendo varrido do Norte e Nordeste e, na maioria dos estados, além de não ter o apoio dos governadores, Ulysses também não conta com os prefeitos das capitais. A exceção é o Piauí, onde o prefeito de Teresina joga sua sorte política ao lado do candidato a quem emprestou a sede para sua assessoria em Brasília.



Os cumprimentos do governador de Pernambuco ao presidente Sarney, por sua entrevista na televisão, também refluem contra o sistema ulyssista que procura fundar a campanha numa mobilização anti-Sarney. A atitude de Arraes coincidiu com a do governador Moreira Franco, outro contrariado adepto do candidato do PMDB. Quem telefonou a Ulysses para marcar uma futura conversa foi Auréliano Chaves, que sofre no seu partido o mesmo tipo de pressão a que está sendo submetido o deputado paulista. Há a impressão generalizada de que, se não decolarem nas próximas pesquisas, os candidatos do PMDB e do PFL poderão estar irremediavelmente pregados no chão. Auréliano está com prazo dado pelos capitães do seu partido para saber. A alternativa seria sair da campanha.

As coisas para Ulysses não se colocam na mesma "cruzeira", até mesmo pelas dimensões da agremiação que o adotou como candidato. Mas o abandono político da chapa pemedebista tende a espalhar-se e não ser um movimento tipicamente das regiões pobres do Nordeste e do Norte, mais volúveis nas dedicações a partidos e lideranças. No Paraná, há indicações crescentes de que o governador Alvaro Dias cada vez se conforma menos com a candidatura de Ulysses Guimarães. Recentemente, numa reunião no Paraná em favor dos educandários gratuitos, o senador Divaldo Suruagy fez forte carga, como de costume, contra Fernando Collor de Mello. Estavam presentes o general Armando Patrício, que ouviu em silêncio a diatribe, e o governador Alvaro Dias. Segundo testemunha, Dias reagiu demonstrando irrefreável tendência para *collorir*.

O descontentamento com as candidaturas e os comandos políticos não se restringem às duas principais agremiações que não estão conseguindo vender ao eleitorado seus candidatos. Também o senador Mário Covas enfrenta crises de *pemedebite* da seção pernambucana do PSDB, a qual, depois de tentar rejeitar a candidatura de Roberto Magalhães a vice-presidente, impugnou a matrícula no partido do prefeito Joaquim Francisco, um político moço, rico de votos e de prestígio da cidade. O deputado Egidio Ferreira Lima, que soube contornar, embora com perdas, a crise criada pela deputada Cristina Tavares, parece ter sido o veículo pelo qual se produziu a resistência *tucana* ao prefeito do Recife.

A ascensão de Collor na preferência do eleitorado parece não ter sofrido abalos com sua ausência nos debates de televisão, coisa de que sua assessoria parece arrependida, nem com o episódio gerado pela decisão do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, de mandar apurar denúncias contra o ex-governador de Alagoas. No final da semana, novas pesquisas de opinião deverão dar alguma indicação a respeito. A expectativa da queda do candidato do PRN vem alimentando sobretudo seus principais concorrentes, Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva, o último, autor de uma denúncia à Justiça Eleitoral de uso ilegal de recursos financeiros na sua campanha. Denúncias desse tipo, se não forem comprovadas, poderão funcionar em favor de Collor. O PT não precisaria correr esse risco. Se o fez, será por ter elementos conclusivos em que basear sua acusação.

Remanescentes do movimento janista, diante do nivelamento por baixo de todas as candidaturas, estão ainda na expectativa de que o desencanto do eleitorado termine por afetar o próprio Fernando Collor. Se houver indícios de que tal coisa ocorre, os partidários do ex-presidente alimentam a esperança de vê-lo novamente na campanha como substituto na legenda do PFL de Aureliano Chaves, a quem apóia e a quem indicou o companheiro de chapa, professor Cláudio Lembo. Essa é uma expectativa persistente, mas que dificilmente terá uma resposta afirmativa. Os políticos, postos de escanteio na campanha sucessória, estão passando a admitir a ideia de que Collor é um fenômeno irreversível. E o pior é que ele subiu e se afirma sem a participação na sua campanha de nenhuma liderança política identificável. Collor ganha e os políticos perdem.

Carlos Castello Branco

Brizola admite que perdeu tempo na busca de aliados

Dora Tavares de Lima
e Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Depois de passar seis meses atrás de alianças capazes de facilitar seu caminho para o Palácio do Planalto, o candidato do PDT, Leonel Brizola, reuniu sua equipe no apartamento da Avenida Atlântica, segunda-feira passada, e determinou: "Vamos acabar com esse negócio de perder tempo com alianças que, no fundo, não significam nada. A eleição passa por cima delas. Campanha se faz no diálogo direto com o povo."

Brizola, que no início do ano queria se aliar "até com o diabo" e encarregou o deputado Fernando Lyra (PE) de cortejar políticos por todo o país, chega a quatro meses da eleição com uma contabilidade frustrante: a exceção do apoio da deputada Cristina Tavares, em Pernambuco, e do ex-governador Gonzaga Motta, no Ceará — que aderiram sem levar um único voto além dos seus próprios —, todas as outras tentativas deram errado. Do PDT, Brizola ouviu na reunião que essa estratégia foi pura perda de tempo e trouxe apenas desgaste ao candidato, por conta das conversas que manteve à direita.

E foi aí, na direita, que o candidato teve suas maiores decepções: as perdas de Roberto Magalhães, Camilo Calazans e Esperidião Amin. O ponto alto do encontro de segunda-feira no Rio foi o desabafo do deputado Bocayuva Cunha (RJ). "Já não se fazem mais canalhas como antigamente", disse a trabalhistas que pontificaram na política dos anos 50, como Dostel de Andrade, Neiva Moreira e o próprio Brizola. Segundo Bocayuva, Roberto Magalhães almoçou, jantou e negociou com Brizola, mandando no dia da convenção um telex cheio de elogios. "Ele era mais brizolista do que eu".

Inimigo — De cortejado, Magalhães passou a inimigo mortal do PDT. O candidato a vice-presidente na chapa do partido, deputado Fernando Lyra, não economiza adjetivos: "É um oportunista que acabou cumprindo a tarefa de advogado da Fiesp. Não sei o que queria de nós." Bocayuva acha que sabe o que ele queria: "Apenas ser vice". Outro que hoje desperta a ira dos brizolistas é o ex-presidente do Banco do Brasil e candidato a vice de Ronaldo Caiado, Camilo Calazans.

Quando Calazans foi rejeitado pelo PSDB, recebeu telefonemas de Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara, e de Lyra. A este chegou a prometer dar



Magalhães: a maior perda

uma estátua de Getúlio Vargas a Brizola. "Quando eu menos esperava, ele vira vice do Caiado. Calazans queria ser vice de qualquer um", constata Fernando Lyra. O prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin, que fez campanha no ano passado antecipando seu apoio a Brizola, virou casaca sem dar a menor satisfação ao PDT. Também "um oportunista", na opinião de Lyra. "Ele passou para o Collor por causa das pesquisas de opinião", acredita o deputado.

Na semana passada, o deputado Luís Salomão (RJ) ainda fez uma tentativa de obter alianças. Viagens pelo Ceará, Piauí, Maranhão, Amapá e Pará, mas voltou só com remotas esperanças. Foi o caso do Piauí, onde o senador Hugo Napoleão (PFL) apoia formalmente Aureliano Chaves. Lá, 10 dos 11 deputados que já haviam dado apoio a Brizola foram contidos. O próprio Napoleão só recuou porque recebeu a presidência do partido. Agora, a esperança brizolista é que Aureliano renuncie.

Galinhas — No Amapá, o deputado Eraldo Trindade esteve para assinar a ficha do PDT. Ele explica o recuo com o argumento de que "Brizola mudou o discurso, está atacando muito os adversários". Admite apoiar Collor de Mello, mas prepara-se para entrar no Partido do Povo. No Diretório regional do PDT, corre a versão de que o partido é que perdeu o interesse por

Eraldo, acusado de envolvimento num furto de galinhas destinadas à merenda escolar em Macapá.

Há dois meses, Brizola ainda nutria a ilusão de conquistar os dois maiores colégios eleitorais do país — São Paulo e Minas Gerais — recorrendo à política de alianças. Em Minas, Darcy Ribeiro cortejou a vice-governadora Júnia Marise que, segundo um deputado pedetista, estava encantada com Brizola. O senador mineiro Itamar Franco, vice de Collor, entrou no circuito, mostrou mais charme na arte da conquista e levou Júnia para o PRN. Mas os pedetistas não acham que lhes faltou competência. "O que aconteceu é que na política o partido de maior bancada é o PPO — Partido da Pesquisa de Opinião. Para a ponta, pende a balança", observa o deputado César Maia (RJ).

A perda do ex-governador Hêlio Garcia é atribuída, dentro do PDT, a uma manobra de Fernando Lyra que, encarregado de fazer essa articulação, teria o tempo inteiro jogado em favor do próprio nome para vice. Enquanto Lyra dizia estar fazendo contatos com Garcia, o deputado estadual Artur Lima Cavalcanti (PE), amigo de Hêlio, descobriu que o ex-governador não havia recebido um recado sequer do PDT. Resultado: a história resumiu-se a um telefonema superficial entre Garcia e Brizola.

Baixas — Em São Paulo, as baixas também foram grandes. Ali, Brizola imaginava fazer sua melhor jogada: coligar-se com o PTB, recuperar a sigla dentro de um movimento chamado Unidade Trabalhista e ganhar parte do movimento sindical fazendo do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Antonio Medeiros, seu vice. Ganhou apenas o voto de Medeiros, que fica no PTB e diz que não deseja envolver-se na campanha. O presidente do partido no estado, Ailton Soares, teve de enfrentar a interferência direta do Palácio dos Bandeirantes. "Pelo menos três deputados do PMDB que viriam para nós, tiveram, de repente, suas reivindicações atendidas pelo governador Orestes Quercia".

A aliança com o PTB era fava contada, já tinha até o apoio do líder do partido na Câmara, Gastone Righi. Mas Collor, aliado ao presidente do partido, Paiva Muniz, e ao senador Affonso Camargo, que queria a candidatura, conseguiu impedir a coligação. Do mesmo jeito, aliando-se aos antibrizolistas do partido, Collor impediu a coligação com o PDC, cujo presidente, senador Mauro Borges (GO), está com Brizola.

Debates na TV deixam dúvida sobre

desgaste de Collor

Ao final do 41º minuto de debate entre os candidatos a presidente da República, Leonel Brizola confessou, na madrugada de sexta-feira, no estúdio da TV Manchete, referindo-se ao estreante da noite, Ulysses Guimarães: "Este velho sabe dançar tango." Ulysses havia foliado ao primeiro debate, segunda-feira, na TV Bandeirantes, e acabava de descobrir que pode enfrentar seus adversários de peito aberto, usando o maior instrumento desta campanha eleitoral.

Por mais arrastado que tenha sido o programa da Manchete e rígido demais "nas regras" da Bandeirantes, a semana de abertura da temporada de debates entre os candidatos não só acabou por eleger Ulysses, como inaugurou uma prática democrática que campanha presidencial nenhuma no Brasil havia exigido antes. Ficou apenas uma dúvida: o candidato colocado em primeiro lugar nas pesquisas, Fernando Collor (PRN, 41% do Ibope), perde ao não comparecer aos debates? A resposta pode vir na

pesquisa do Ibope que será divulgada no próximo domingo.

Foi um primeiro deste duro para os candidatos, embora tenham sido apresentados em horário de pouca audiência — na Bandeirantes, a média de televisores ligados foi de 15%; na Manchete, apenas 5%. Ao mesmo tempo em que Aureliano Chaves conseguiu trocar num só minuto quatro vezes o 1 pelo 7 em palavras como *craro*, *probrema*, *ingrés*, *amprada*, Ronaldo Caiado abria sempre suas intervenções com a expressão "quero deixar bem claro". Roberto Freire repetia muito o termo "a nível de...", e Luís Inácio Lula da Silva sempre metia um "na medida que" no meio de suas frases.

Além do julgamento político de seu desempenho, os candidatos passam, nesta página, pela avaliação técnica de uma terapeuta que já cuidou de ministros, governadores, deputados e dezenas de repórteres, locutores e artistas da TV Globo, da qual é considerada anjo da guarda: Glorinha Beutemüller.

Freire, nova imagem do PCB

BRASÍLIA — Desde que participou do debate entre os candidatos à sucessão presidencial na TV Bandeirantes, Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro, recebeu mais de mil cartas de leitores surpresos, além de ser frequentemente abordado nas ruas com o comentário: "Apesar de comunista, você tem idéias muito boas." Resposta do candidato: "Eu tenho estas idéias exatamente porque sou comunista." Membro desde a universidade, aos 47 anos Roberto Freire se orgulha de contribuir para acabar com a imagem assustadora do PCB.

Ele atribui o sucesso sobretudo ao imitador. "As pessoas não sabem o que era ser comunista. O partido passou 39 anos na clandestinidade e a sociedade só o conhecia pelo lado da desmoralização", diz o parlamentar. Conta que muito brasileiro está surpreso com o fato de comunista ter barba, ser um pouco careca e gostar de uma cervejinha no bar, como qualquer mortal. Os comentários inesperados que tem ouvido por todo o país levam o parlamentar a lembrar-se do ex-deputado Jorge Carone (MDB-MG), que, em 1979, chegou a Brasília e ficou chocado ao conhecê-lo. "Mas, rapaz, não é possível. Eu olho, olho pra você e não entendo. Você não pode ser comunista. Você gosta de festa?" — indagava o deputado embaixista. E Roberto Freire respondia, sorrindo: "Gosto de festa, de carnaval, de futebol, de cachaça. Pena que a festa de Brasília não seja tão boa como a do Recife."

Freire continua — Segundo o candidato comunista, seu problema é que, na opinião do brasileiro, comunista não podia ter uma cara qualquer. Mas é isso também a razão do seu sucesso: "As pessoas estão descobrindo que cara de comunista não espanta."

— Mas espanta a alguns a franqueza com que Roberto Freire expõe suas idéias sobre assuntos em que a maioria dos candidatos foge pela tangente, escondendo, por exemplo, suas opiniões sobre a necessidade de um plebiscito a respeito do aborto. O candidato do PCB resume tranquilamente que é ateu, a favor da descriminalização do aborto e que respeita a opção sexual das lesbi-

cas e dos gays. Entre as próprias pessoas que o assessoram, Roberto Freire tem sido alertado sobre a temeridade de suas posições, mas o candidato observa: "Num momento de tanta falta de credibilidade, conta pontos a favor a gente assumir o que pensa sobre questões polêmicas. Pelo menos eu não estou mentindo. Risco maior seria assumir uma postura mentirosa."

Segundo Freire, seu maior temor é desrespeitar o ser humano. A franqueza que ele reflete nos olhos ao dizer o que pensa é responsável pela maioria das cartas e promessas de votos recebidas. "Eu acredito em Deus, não sou ateu, mas a honestidade que você transmite vai-me fazer votar em você", disse-lhe uma senhora, em Brasília, na semana passada. O candidato lamenta que a expressão "se Deus não existe, tudo é permitido", esboçada por Dostoiévsky, seja tão arraigada no brasileiro. Por isso, em suas aparições públicas, tem tentado explicar que ser ateu não significa não ter ética, honestidade e dignidade. Lembra também que Pinochet é católico.

Mesmo as pessoas que não tinham comunista têm-se surpreendido com o desempenho de um marxista tão bem-humorado. "Eu refuto o Partido Comunista hoje. Refuto não só as contradições, mas também o que há de moderno e avançado no partido", conta Freire. Acrescenta que o presidente Mikhail Gorbachev mudou a cabeça de muita gente pelo mundo, inclusive a sua. Dos partidos que disputam a sucessão do presidente Sarney, o PCB é o mais velho, mas na opinião do candidato é o que apresenta o programa mais novo.

"E apresentamos o novo porque temos uma vasta experiência no passado. Não estamos fazendo moda, estamos dando continuidade a uma luta, com a apropriação de acertos e erros cometidos", diz Freire. Raramente criticado pelas pessoas que o abordam, o candidato comunista pode chegar ao final desta campanha como o mais simpático dos disputantes, porém, o que mais o orgulha no momento é ouvir este elogio: "Eu não sabia que um comunista era assim."

F. P. 24
F. P. 22
098

QUEM GANHOU

Freire

Com apenas 1% no Ibope, tem aproveitado cada oportunidade para ganhar espaços — e não foi diferente nos debates. Tanto na Bandeirantes como na Manchete, saiu-se com brilho, tranqüilo e ao mesmo tempo provocador com os adversários. Candidato do partido mais antigo, procura transmitir modernidade. Bem articulado, ágil, convincente, conquista rápido reconhecimento. "Ele é muito bom", diz o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, do PSDB. "É o melhor dos candidatos", assegura um governador do PMDB que ontem, no comício de Montes Claros (MG), encontrava-se ao lado de Ulysses Guimarães.



Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Foi o segundo melhor. Tem vez firme mas pouco agressiva e, no seu caso, a agressividade é uma característica perigosa, pois muita gente ainda teme o Partido Comunista. É inteligente e sabe aproveitar bem o tempo na televisão."

Covas

Apesar de ainda não passar dos 5% no Ibope, está convicto de que sua candidatura decolou. No discurso no Senado em que pregou um "choque de capitalismo" — e nos debates só tem a ganhar. Torna-se mais conhecido e,



ao mesmo tempo, exibe sua habitual segurança no trato dos problemas. "Ele foi o melhor", afirma o diretor teatral Antunes Filho, embora ressaltando que seu voto é suspeito — Covas é seu candidato. No debate da Bandeirantes, saiu-se bem de uma pergunta traiçoeira — se era a favor ou contra o aborto. "Sou contra",

declarou desde logo, para depois acrescentar que questões como essa só deveriam ser resolvidas por meio de plebiscitos.

Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Adota um tom armado. Sua voz é para dentro, embutida, difícil de se fazer entender. Além disso, seu discurso dá muito trabalho mental a quem o escuta."

Alf

Com 1% no Ibope, só perderia, ao apresentar-se em debates, se revelasse um comportamento desastrosos.

Muito pelo contrário. Alf teve oportunidade de mostrar que é ágil, sereno e bom manipulador de argumentos. No debate da Manchete, foi metralhado, numa pergunta só, para responder, em dois minutos, sobre quatro posições que tomou na Constituinte, do voto contrário ao alistamento eleitoral dos jovens de 16 anos ao voto igualmente contrário à estabilidade no emprego. Respondeu sem vacilar justificando suas posições em cada item. Sabe se comportar na televisão, fazendo seu olhar direto para a câmera, estabelecendo uma comunicação direta com o telespectador. Além de tudo, inovou abrindo o



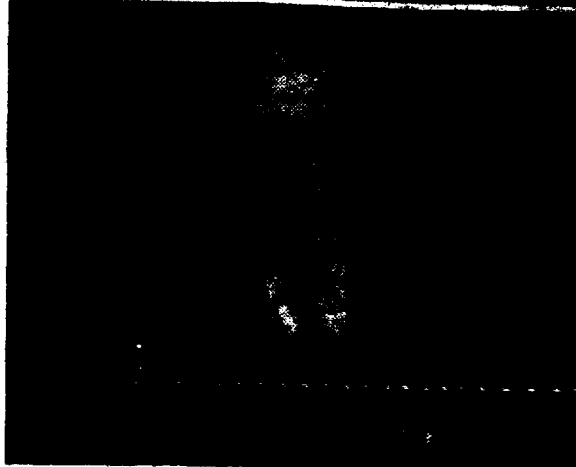
primeiro debate com mimica para surdos, que tinha solicitado que se estendesse para todo o debate, mas a emissora não concordou.

Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Foi o que se saiu melhor. Elegante e educado, expôs bem suas ideias, mas sua voz ultimamente tem andado meio rouca. Deveria ver o que é isso, para não comprometer sua elegância e clareza de ideias."

QUEM FICOU NA MESMA

Ulysses

Ter apenas 4% no Ibope já é uma derrota estrondosa, para alguém que comanda o maior partido brasileiro de todos os tempos. Ter-se ausentado do debate da Bandeirantes revelou-se um erro, para quem tem obrigatoriamente que gastar todos os cartuchos para sair do atoleiro em que se encontra. No debate da Manchete, mos-



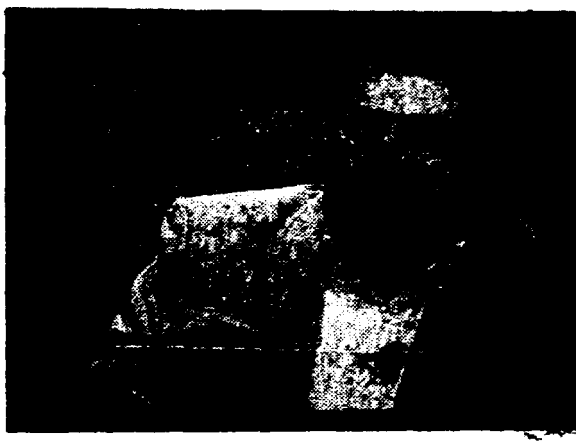
trou-se surpreendentemente à vontade, para quem é considerado ruim na televisão. Mas seu problema não é esse. O problema é livrar-se do incômodo de ser identificado com Nova República, Sarney, governo e tudo o que esta campanha já revelou fatal para um candidato. Nesse sentido, não andou. Ficou

onde estava. Ou seja: ainda prisioneiro de seu atoleiro.

Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Tem a vez arrastada, e que dificulta a boa expressão no vídeo e a compreensão do que fala. No entanto, o fato de se apresentar descontraído e bem humorado, e de ser um político tarinhado, facilita a comunicação com o telespectador."

Lula

Os 7% de Ibope, longe dos 20% que já teve um dia, não são o único sintoma de uma candidatura em crise. Há ainda as dissensões que corroem o PT. No debate da Bandeirantes, teve o desprazer de dividir a mesa com um Roberto Freire mais rápido no gatilho, a ponto de sacar



antes uma ideia forte, esposada também pelo candidato do PT — a ideia de que o Estado, em vez de ser submetido à cirurgia das privatizações, deveria "desprivatizar-se". Freire ainda acabou proclamando: "Eu sou a esquerda" — e com isso tirou-lhe mais um pedaço. "Aprendeu muito, mas parece perdido entre dissensões do partido, o choque

de ideias sofisticadas da Europa e a busca de permanecer metalúrgico", comentou Millôr Fernandes.

Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Seu discurso é embolado e, de vez em quando, confuso. Não sei se é por causa da barba, mas sua fala continua enrolada. Além disso, fala muito de sua profissão de torneiro mecânico, e não sei se as pessoas estão interessadas nisso."

QUEM PERDEU

Brizola

Os dois debates derribaram o mito de que Brizola é imbatível na televisão. Está longe do Brizola ágil, sagaz, virulento, sarcástico, que em pouco tempo saltou de 3% nas pesquisas para a cadeira de governador do Rio de Janeiro, na eleição de 1982. Sua fama de implacável começou a



ser arranhada no bate-boca com o líder da UDR, Ronaldo Caiado, na TV Bandeirantes. "Está alquebrado. Velho de ritmo e de ideias", diz a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que o conhece muito bem: estava em primeiro lugar disparado nas pesquisas, com 62% em abril, e foi demolida por Brizola, na eleição de 82. Acabou em quarto lugar. O Data-Folha o apresentou como vencedor do primeiro debate, mas

isso apenas confirma que tem reduto eleitoral forte no Rio, uma das praças além de São Paulo, onde foi feita a pesquisa.

Comentário de Glorinha Beutenmüller: "Ao contrário do que muitos pensam, Brizola não usa bem a TV. Muito repetitivo, ele aproveita mal o tempo. Tudo o que ele diz é muito conhecido. Continua agitando as mesmas ideias. Sua voz arrastada pode ser um problema orgânico."

Maluf

O fato de estar com 5% no Ibope já é uma vantagem, para quem perdeu tantas eleições e foi tão criticado. Outra vantagem está no jeito mais à vontade e nas incursões pelo humor, que passou a cultuar ultimamente. Apropriou-se de uma bandeira alheia ao insistir tanto em marajás e funcionários fantasmas no debate da Bandeirantes. Mas um sinal dos tempos é que posta, até sem muito artificialismo, apropriar-se da bandeira da moralidade alguém que durante muitos anos foi confundido com o contrário dela. "Está melhor ou a gente se cansou de degustar dele?", perguntou Millôr Fernandes em

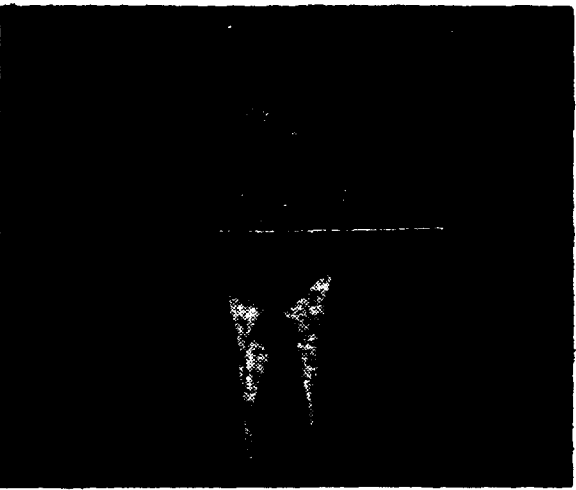


seu espaço no JORNAL DO BRASIL, comentando o debate da Bandeirantes.

Comentário de Glorinha Bontemüller: "Domina bem a TV, mas mantém a mesma arrogância das campanhas anteriores. Não há equilíbrio entre a expressão vocal e o que ele fala."

Caiado

Com 1% no Ibope, é outro que só teria a perder com os debates se fosse vitimado por tropeços irreparáveis. Ao contrário, revelou-se esperto e seguro. O mais afiado pelos adversários, soube responder à altura, no debate da Bandeirantes — como na ocasião em que Brizola acusou a UDR de ser uma "entidade marginal, centro de tensões e conflitos". "O povo brasileiro está cansado de politiqueros que fazem demagogia aqui mas aplicam verbas em terras no Uruguai", fuzilou Caiado, produzindo o tiro mais sonoro da noite.



Comentário de Glorinha Bontemüller: "Um homem inteligente, mas sorri demais enquanto fala e com isso o conteúdo de seu discurso perde autenticidade, ao mesmo tempo em que a voz fica oscilante. Ele olha para a câmera com insistência, ri muito e acaba perdendo a concentração."

Aureliano

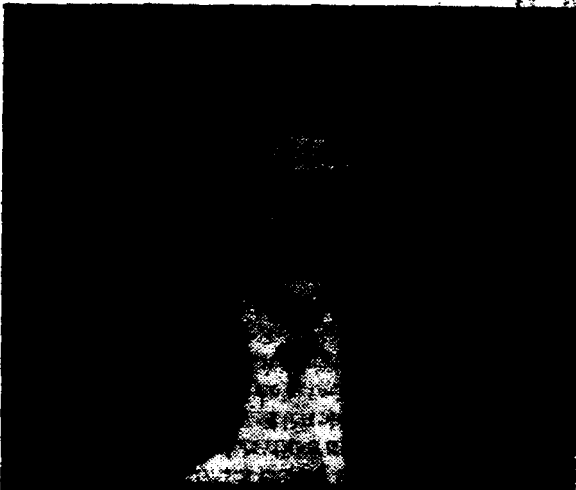
Como seus companheiros da turma do 1% no Ibope, só tinha a perder nos debates caso sobreviesse um desastre. O pior é que o desastre sobreveio. Foi derrotado logo de início, no debate da Bandeirantes, pelo mais mortal dos torpedos — o fato de não ter entendido as regras. Não sabia a hora que tinha de perguntar ou responder. Atrapalhou-se com o tempo. E não raras vezes, ao abreviar respostas, abriu mão daquilo que um candidato não pode nunca deixar passar — a oportunidade de expor suas idéias. Nos dias seguintes foi vítima de ironias como a de Paulo Maluf, que numa conferência na



Universidade de Brasília comentou: "Talvez ele tenha dormido mal." Comentário de Glorinha Bontemüller: "Parece meio por fora, confuso, sem precisão nas respostas. Ele abre pouco a boca para falar e sua voz não sai clara. Não consegue atingir a intimidade das pessoas, no recinto da casa."

Camargo

O último a se apresentar, entre os candidatos dos principais partidos, ainda nem tem cotação no Ibope. Nos debates, teria oportunidade de se projetar, mas se revelou pouco ágil. Na Manchete, quando uma associação de homossexuais cobrou-lhe a posição, na Constituinte, contrária à liberdade de opções sexuais, reagiu de formar duplamente frouxa — querendo agradecer ao perguntador e, ao mesmo tempo, revelando-se mal informado. "Tenho uma formação liberal", começou. "Se dei voto contra, dei errado." Logo em seguida, confessou que não sabia do que se estava falando. "Que artigo da



Constituição é esse?", perguntou. Foi preciso que colegas da Constituinte viessem em seu socorro. Comentário de Glorinha Bontemüller: "Apresentou-se tímido. Mas teve objetividade ao citar o voto-trasporte como um dos benefícios que trouxe como ministro dos Transportes."

Coluna do Castelo

Todos lutam por
ser o anti-Sarney

O principal episódio político de hoje poderá ser a entrevista do presidente José Sarney à *Rede Bandeirantes*, solicitada por ele para responder às críticas que lhe foram feitas pelos candidatos a presidente da República quando ali compareceram a convite da emissora. Aparentemente o chefe do governo nada tem com a campanha eleitoral. Não é candidato nem tem candidato, isolado que está de todos os partidos, apesar de continuar a ter no seu gabinete ministros filiados ao PMDB e ao PFL. Não há dúvida, porém, de que a sucessão se arma em torno de Sarney e a tônica da campanha é a rejeição ao seu governo, menos talvez para atender a um diagnóstico autônomo, do que para entrar na onda gerada pela notória insatisfação popular com o desempenho da atual administração federal. Ninguém quer coisa nenhuma com o Palácio do Planalto e cada um procura identificar-se como o mais antigo ou o mais autêntico opositor de uma situação que conduz o país à porta da hiperinflação.

A situação é de tal ordem que os candidatos se nivelam no combate a Sarney e na expectativa de que o presidente não dê qualquer sinal de simpatia por seu nome, como acaba de fazer o senador Afonso Camargo. Tudo, menos Sarney, é o sentimento generalizado de quem se lança nesta hora em busca do voto popular. O presidente, no entanto, pretende lembrar à nação que nestes quatro anos não governou sozinho, mas com a ajuda dos principais partidos políticos. Ele assumiu numa emergência e manteve durante um ano, sem tirar praticamente ninguém, o ministério organizado por Tancredo Neves, para atender os pleitos dos que formaram a Aliança Democrática e o elegeram. Quando estiverem nas mãos herdadas, o faz de parecer com os partidos, principalmente com Ulysses Guimarães.

Se ele tirou Francisco Dorneles no primeiro ano foi para colocar Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, o homem que iria fazer a felicidade eleitoral do PMDB, assegurando-lhe a eleição de 22 governadores. Quando o substituiu, em 1987, Ulysses vetou nomes e terminou por impor a nomeação de Brésio Pereira, que só em 1988 cederia o lugar a Mailson da Nobrega, um dos seus principais assessores. Agora mesmo, o PMDB ainda ocupa cinco Ministérios, cujos titulares, embora sem acesso aos palanques da campanha, não foram excluídos do partido: Iris Rezende, na Agricultura; Jader Barbalho, na Previdência; Carlos Sant'Anna, na Educação; Roberto Cardoso Alves, no Desenvolvimento da Indústria e Comércio, e José Aparecido, na Cultura, são todos matriculados no PMDB e a matrícula ainda não foi cancelada. O PFL continua a ocupar os Ministérios das Comunicações, com Antônio Carlos Magalhães, do Interior, com João Alves, e das Relações Exteriores, com Abreu Sodré.



A sucessão presidencial arma-se com candidatos oriundos do Ministério de Sarney e com políticos que, como ele, vieram da Arena ou do PDS. Aureliano Chaves (Minas e Energia), Afonso Camargo (Transportes), Waldir Pires (Previdência), Fernando Lyra (Justiça), Aluizio Pimenta (Cultura) e Camilo Calazans (presidente do Banco do Brasil), são personagens que têm os seus retratos indelevelmente situados na galeria de auxiliares de José Sarney. Egressos dos partidos que apoiaram o regime militar, contam-se Aureliano Chaves, Paulo Maluf, Fernando Collor, Afif Domingos, Roberto Magalhães, Cláudio Lembo, Bonifácio de Andrada e, possivelmente, Calazans. Ninguém está condenado por suas origens ou por sua participação nesse difícil governo que não conseguiu vencer problemas internos e uma conjuntura internacional pouco propícia à elaboração de estratégias para superação da crise. Sarney teve colaboradores e estes estão listados na disputa deste ano. Entre os quatro grandes governadores que Ulysses reuniu sob o nome de *Montes Claros*, dois vieram do PDS, Moisés Franco e Nilo Coelho.

O presidente parece querer refrescar a memória, menos do povo, que não esquece, mas dos próprios políticos. Cobrar deles a deserção no ocaso dos seus poderes, lembrando-lhes de que todos partilharam dos bons momentos, embora tenham se esquecido de quanto povoaram os imensos quadros da burocracia federal com seus afilhados e apaniguados. Mas Sarney não quer cobrar por cobrar. Ele pretende demonstrar compreensão e espírito de transigência. Dispõe-se a conversar com os candidatos e a ajustar com eles idéias que o ajudem a transferir a casa em ordem, sem hiperinflação. A notícia publicada pela "Folha de São Paulo" de que o presidente admite antecipar a posse do eleito não é tão estapafúrdia quanto o disse Augusto Mazargão. As coisas podem andar por aí, embora o presidente faça esforços para que sua emoção não o leve a atos precipitados que lhe sugerem pressões políticas do tipo da formalizada pela iniciativa do deputado Alvaro Valle. Esse o estado de espírito com o qual deve ter Sarney comparecido à mesa de entrevista da *TV Bandeirantes*.

Flora
(R. P.)

078

F Pol
PP. PP.

II - Torna-se conselheiro
PRM ganha
adesão de
janistas

SÃO PAULO — A Igreja Católica e os membros do Grupo Paulo e a Igreja Metodista, com Baudilio e, no primeiro momento, durante uma reunião para as comunidades, vão inaugurar um comitê pró-Collor na sofisticada Avenida Brasil, região dos Jardins, tradicionalmente política paulista. Além disso, patrocinado pelo Movimento, começa a ser impresso hoje um jornal de propaganda de campanha do PSDB. Um famoso político e jornalista terá quatro páginas — duas verticais e duas horizontais — para a publicação. O Collor é "para ganhar a eleição".

○ Movimento estudantil em São Paulo vai comemorar de 14 mil estudantes de diversas instituições. Início em junho que teve atuação decisiva, em 1962, para a eleição do primeiro Marechal. Carlos é filho de um comerciante e segue de longe a carreira e representa José Carlos Guimarães, deputado estadual, secretário municipal de Governo na gestão de Rêgo na Prefeitura, atualmente secretário-geral do Movimento Jovem Brasileiro.

Na noite anterior, durante uma reunião com os 300 comandantes encarregados de agitar constantemente a militância do Movimento Juvenil Brasileiro, 70% dos presentes receberam apêlos Collor, que ficou satisfeito com a aderência. "Eu abino um grande sorriso, virose e apito no hino", conta Corrêa, que foi a Brasília dar a ordem ao comandante do RJN. Além dos dois milhões de cópias do jornal de campanha, que foi publicada quinzenal até 15 de novembro, Collor contou a partir de agora, com mais uma base: em São Paulo e um grupo de 400 militantes dispostos a transformarem suas propriedades em "comitês democráticos" de combate. "Eu conversei com o plano diretor. Cada vez que cito o nome de Collor, o planejador libera uma folha e manda eu ir até para fazer", disse Corrêa.

01.01

8907405

Samuel adota estilo agressivo e revida ataque

BRASÍLIA — Enfático, decidido, agressivo e até mesmo irritado. Este foi o presidente José Sarney que os telespectadores viram ontem na entrevista exibida a partir de 21h30 na TV Bandeirantes para responder aos candidatos à Presidência que o atacaram no primeiro debate da campanha à sucessão, levado ao ar pela mesma emissora na semana passada. Esta apresentação de Sarney marcou a mudança de sua postura neste final de governo, atendendo aos conselhos de seu secretário particular, Augusto Marzagão. Um assessor do presidente garantiu que, daqui para a frente, ele vai responder em tom enérgico a todos os ataques, e determinou que todos os seus ministros façam o mesmo, não deixando nenhuma agressão sem revidar.

Nos 75 minutos de programa, o presidente não conseguiu, entretanto, explicar porque levou 150 pessoas a Paris: "A comitiva oficial foi de 15 e não levamos ninguém que não fosse absolutamente indispensável". Criticou a imprensa: "O poder da mídia é maior do que o poder do Estado (...), muitos setores da imprensa que me criticam não podem falar em nome do contribuinte porque não pagam impostos de importação de papel". Sarney deu um recado aos eleitores, ao falar que tudo que ele está sofrendo hoje é consequência de uma crise que vive o Estado: "O político que chegar aqui dizendo que vai resolver o problema nacional no futuro mandato, sem unir o Brasil, não vai conseguir. Vai enganar o povo, vai fazer demagogia durante a campanha".

Abandonado — O presidente, após lembrar que foi completamente abandonado pelos políticos em seu governo, disse que aceitava conversar com os candidatos à Presidência da República para a formação de um pacto que favoreça um clima tranqüilo para que se chegue a 15 de março com menos problemas do que existem hoje. Para ele, não há o menor risco de hiperinflação — "ela (a inflação) se manterá nos atuais patamares até o final do governo, em torno de 30, 35%". Lembrou, ainda, que embora o presidente Tancredo Neves tivesse prometido elevar o salário mínimo em quatro anos, ele conseguiu fazer isso muito antes, em julho de 1986. E citou um aumento real de 30%.

O presidente queixou-se de ser culpado de tudo. "O governo Sarney, ou melhor, o Sarney é responsável por tudo que acontece no país, se chove demais, se deixa de chover. Adotou-se uma forma simplista de escapismo".

Em um dos momentos de grande irritação, o presidente fez questão de dizer que era "óbvio" que receberia o oficial de Justiça que iria notificá-lo sobre a viagem a Paris. "Eu nunca deixei de respeitar a Justiça. Nós estamos dentro de um regime democrático e considero essas críticas como patrimônio de meu governo, da liberdade que nós colocamos".

Veracidade — Sarney respondeu com veemência também quando acusaram o governo de não ter cumprido a sua parte na redução do déficit público, durante o Plano Verão: "Uma versão não verdadeira", disse ele, apresentando estatísticas e vários dados, afirmando que no primeiro semestre não houve déficit. Apresentou também números para demonstrar notícias de que 150 mil funcionários públicos haviam sido contratados em seu governo. "Em 1985 eram 396.681 e hoje são 592.512, ou seja, menos 4.169 funcionários", acrescentou.

O presidente declarou não vai apoiar nenhum nome à sucessão, o que não vai se candidatar a mais nada. "Aliás, eu não sou ambicioso e nunca quis ser presidente da República". Ressaltou ainda que não acreditava que o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, tenha dito que apoiará Collor de Mello, e garantiu que mesmo que qualquer auxiliar seu queira se empenhar em algum nome, não permitirá que a máquina governamental ajude qualquer candidato.

Sobre as denúncias de corrupção em seu governo, o presidente Sarney afirmou que mandou apurar todos os casos de que tomou conhecimento, mas que prefere ser acusado de omisso do que de injusto.

Para este novo tempo em seu estilo de governar, o presidente está publicando um livro de um filósofo britânico, John Latta, que fala até onde deve ir a tolerância.



Sarney: "O poder da mídia é maior que o do Estado. Cria fatos que não são verdadeiros".

Principais trechos da entrevista

■ Viagem

"A viagem a Paris era a mais importante que tínhamos que fazer este ano, porque o diálogo Norte-Sul, entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, foi uma reivindicação nossa, feita na Conferência de Punta Del Este. Combinei com os presidentes Alfonsín (da Argentina) e Sanguinetti (do Uruguai) que nós iríamos juntos para mostrar a unidade da América Latina. Para esta viagem eu tive que me preparar, não pense ninguém que isto é viagem de turismo. Tive que estudar assunto por assunto. Eu não posso chegar perante um presidente e outro sem saber os assuntos que vão ser tratados. Eu inaugurei a política da diplomacia presidencial. Nem uma das reuniões de que participei como presidente da República, eu deixei de colocar este país à altura, porque me preparei para todas essas viagens. A comitiva foi composta de 15 pessoas, o que foi publicado no *Diário Oficial*".

■ Imprensa

"O poder da mídia é maior do que o poder do Estado. Ela é capaz de criar fatos que não são verdadeiros. A comitiva da viagem à França de que falei não existia. O que existe é a comitiva que vai de acordo com o procedimento da Presidência da República, que eu não criei, está na lei. Um presidente de um grande ou pequeno país não pode chegar sem um apoio de segurança, de imprensa, de serviço médico, de assessores. Se fez crítica dizendo que era uma viagem desnecessária, que o presidente foi assistir festejos. A carta que fiz ao presidente Mitterrand teve a divulgação na imprensa inteira da França, da Europa, do mundo inteiro, dos Estados Unidos. Mas a pauta da imprensa para Paris foi nada de coisa séria; queremos mordomias, só mordomias. Não levamos ninguém por conta do governo que não fossem aqueles indispensáveis à segurança, ao apoio do presidente. É uma extrema insinceridade a crítica feita por determinados setores da imprensa brasileira em nome do contribuinte, quando esses setores são aqueles que não podem falar em nome do contribuinte porque recebem incentivos fiscais, não pagam imposto de importação. Eles recebem dinheiro do contribuinte, que não é para o presidente viajar a Paris e representar o Brasil, mas para que os seus balanços sejam os melhores de sua história. Não pagam importação de papéis que são utilizados para as suas indústrias. Eu até hoje não fiz qualquer processo contra jornalista. Ninguém mais do que eu tem noção da necessidade da liberdade de imprensa e de apoio a essa liberdade".

■ Plano Cruzado

"Na reunião que fizemos dentro do Palácio para aprovar o Plano Cruzado, tive oportunidade de dizer estas palavras: 'Eu sei que estou colocando minha cabeça na guilhotina, porque é um plano extremamente perigoso, porque temos que ter apoio'. Veio o Plano Cruzado. Depois eu votei no Plano Bresser. Depois votei no Plano Verão. Mas hoje eu posso dar um depoimento. A inflação não será debelada no Brasil, nem em lugar nenhum do mundo, por economistas. Ela será debelada por no-

líticos, com o apoio da sociedade. Por quê? Só com os políticos, com o apoio da sociedade, se pode tomar medidas que não pudemos tomar".

■ Inflação

"Eu não criei a inflação. A inflação, no Brasil, é crônica. Depois da Segunda Guerra, ela vem se processando em determinados patamares com a influência externa. Quando ela chega ao primeiro choque do petróleo, eleva o seu patamar. Quando chega no segundo choque do petróleo, vai elevando o seu patamar. Quando chega no aumento da taxa de juros internacionais, também aumenta o seu patamar. Quando assumi, a inflação já era 360% anual. Mais do que isso até um pouco. Estava numa curva ascendente. Por quê? Porque nós estávamos recebendo ainda o reflexo das taxas de juros. Também se deve dizer que corresponde ao meu governo o fato de que eu tive um cerco internacional muito grande. Os organismos internacionais fecharam para o Brasil. Quem está ganhando com a inflação são os especuladores. São aqueles que sempre ganharam com a inflação. A inflação sempre passou a ser um bom negócio. Passou a ser um negócio, hoje, não só daqueles que ganham com a inflação, mas também até se estabeleceram firmas para explicar a inflação. Esse pessoal dos oligopólios não respeitou os preços e não respeita. Eles aumentam. Se avisam: vai haver uma hiperinflação, eles resolvem aumentar 4, 5, 6 vezes mais para se defender de uma hiperinflação, porque deu uma notícia no jornal sobre isto".

■ Receitas Públicas

"O Estado brasileiro detinha 57% das receitas públicas com ele. Nós estamos reduzidos a 35%. Nós temos de receitas brutas da União 9,6% do PIB nacional. Nós transferimos destes 9,6% para os Estados 2,6%. Nós pagamos de juros internos das dívidas do Estado 1% do PIB. Pagamos dos juros externos 1,4% do PIB. Nós ficamos então reduzidos a 4,6% de uma renda líquida. Dessa renda nós pagamos com pessoal 3,9%. E o Estado dispõe de 0,7% do PIB nacional para enfrentar todos os problemas".

As contas do presidente sobre as receitas que restam ao governo federal estarão corretas se ele esclarecesse que está tratando do que se arrecada com a cobrança de impostos e com as contribuições da Finsocial, salário educação e Pim Proterra. O presidente esqueceu por fim de informar que a União ainda dispõe de recursos advindos de contribuições à Previdência Social, de empréstimos e do lucro obtido pelo Banco Central no gerenciamento da dívida pública interna. Esta parte da receita esquecida pelo presidente, é calculada pela equipe do deputado José Serra (PSDR-SP), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, como algo superior a 10% do PIB, maior portanto que os 9,6%.

■ Salários

"Eu acho que os salários, no Brasil, são baixos. São muito baixos. Agora, nós temos dois países. Nós temos um país de 60 milhões de habitantes que tem padrão de vida europeu. E temos um outro país que tem padrão de vida igual ao Chade, na África, que é um

país de 80 milhões de habitantes. Essa é a grande contradição nacional. Agora, se eu pego a evolução dos salários real aqui no gráfico, nós vamos verificar, neste gráfico, cuja fonte é o IPEA, que há uma permanente ascensão de ganhos reais nos salários. Eles não são a altura daquele ponto de salários que todo o mundo necessita. Mas há esse esforço dentro desta economia, pelo menos no que diz respeito à parte do governo, e se nós pegarmos aqui, nós verificaremos que aqui está o índice 100. Eu recuperei as perdas que encontrei. Eu me lembro que o Tancredo dizia que ia recuperar as perdas nos quatro anos. Pois em julho de 86 essas perdas tinham sido recuperadas e os salários chegavam ao pique. E aqui nós verificamos que foi nesse período que essas perdas foram todas recuperadas e que são mais elevadas. Então, o que eu tenho a dizer é o seguinte: eu acho que realmente o salário no Brasil é baixo. Agora, no que depende do governo, eu tive a preocupação de preservar o salário. Com a inflação alta eu encontrei a sazonalidade. Quando eu cheguei ao governo a correção era sazonal. Se estava pela trimestralidade. Nós implantamos a correção mensal, justamente para defender, para que não houvesse essa deterioração que há em matéria de salário".

■ Funcionalismo

"Se espalhou no Brasil que nós contratamos 150 mil pessoas durante o período do meu governo. Eu estou com os dados, aqui, da Seplan. Quando eu assumi o governo, em 85, nós tínhamos na administração direta e nas autarquias 596 mil 681 funcionários. E hoje, nós temos 592 mil 512 funcionários. Quer dizer, nós diminuímos, neste período, 4.169 funcionários da administração pública direta e das autarquias. E mais do que isto, desde o princípio nós tivemos decreto proibindo a admissão e, ao mesmo tempo, dizendo que nós só podíamos repor o pessoal que estava. Mas se disse que eu nomeei 150 mil. Todo o mundo, hoje, diz: nomeou 150 mil. O que é que eu posso fazer, se o Sarney é o culpado de tudo?"

O Tribunal de Contas da União e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso surpreenderam-se com os dados apresentados pelo presidente José Sarney sobre o número de funcionários públicos federais. Até ontem, os dois órgãos sustentavam a certeza de que a União não sabia a quantos empregava. Foi por isto que o TCU criou um programa de cadastramento do funcionalismo público, ainda em andamento, e que a Comissão de Orçamento condicionou as dotações orçamentárias para 1990 à apresentação, pelos órgãos públicos, de uma relação contendo todos os nomes dos seus servidores. O presidente revelou um número que todos julgavam inexistente. Há contradição entre a informação dada ontem, de que teria extinguido em seu governo 4.189 vagas no serviço público, e uma outra que veiculou no final do mês de junho do ano passado, no programa *Conversa ao pé do rádio*, dando conta de que até aquele momento teriam suprimido 11.984 vagas no serviço público.

Collor e Sarney 25/1/89

Os dois fatos políticos do dia foram a presença do candidato Collor de Mello na Pasta da Justiça e a entrevista do Presidente Sarney à TV Bandeira. O candidato do PRN voltou a provocar um lance destinado à repercussão, buscando o destaque que não colheu nos debates entre candidatos na semana passada aos quais não compareceu. O Presidente da República dispôs-se a responder sobre todas as questões polêmicas colocadas à sua entrevista mais discutida, desabafando sobre tudo, a começar pela falta de apoio político, a viagem a Paris, a inflação e as denúncias sobre corrupção. Para Sarney, que foi incisivo durante toda a entrevista, adotando uma nova técnica, a de partir para a ofensiva, a inflação deverá ser debilitada por meio político com apoio da mobilização popular, e não econômica. O Presidente afirmou o mandato de cinco anos, afirmando que a não realização de uma eleição em 1993 visou a evitar um risco institucional, pois a nova Constituição foi promulgada no dia 4 de outubro. Sarney trocou o seu tom tranquilo por uma linha de respostas enfáticas, não deixando de abordar nenhum dos temas colocados, embora antecipando-se e não oferecendo pontos para muitas perguntas. Nota, Sarney não poupou palavras sobre, nem a imprensa, começando por destacar a linha de política externa. E chegou a abordar a questão sucessória, frisando que nenhuma de campanha, não apoiando nenhum nome, insistindo em que numa fase de transição não apoiará ninguém, mesmo que seus ministros possam optar por algum nome, mas sem colocar a qualquer administração em jogo. A impressão que ficou é a de que criticando por quase todos os setores, o Presidente chegou à conclusão de que nada tem a oferecer de novo às camadas, querendo-se de Congresso e da nova política que o abandonou.

Collor

Antes de ir ao ar a entrevista, que foi gravada na véspera, o candidato Collor de Mello também soube as alegações, tratando de polarizar com o Governo, ao levar ao Ministério da Justiça as promessas de concessão de anistia e corrupção. Sarney evitou na sua entrevista estabelecer um confronto com as promessas de Collor, afirmando que as concessões de anistia e corrupção não são de quem o Governo não tem autoridade para conceder, mas sim de quem o Congresso não tem a autoridade para conceder, ficando assim responsável por tudo.

Podemos

— O Presidente hoje não tem mais poderes. Ficaram uma Constituição presidencialista com poderes parlamentaristas. O Congresso participa de decisões executivas como se o Poder Executivo pudesse ser dividido, daí as medidas provisórias.

Esta foi uma das tantas colocações de Sarney na sua entrevista ao abordar o que chamou de crise do Estado, afirmando que existem os instrumentos necessários para administrar como desejaria. E insistiu na tese do Pacto, observando em que em muitos pontos foram adotadas soluções compactadas. Polêmica, a entrevista de Sarney acabou focalizando as questões mais discutidas nos últimos dias, e foi também a mais tensa, inaugurando, a rigor, uma nova técnica de comunicação do Governo.

Carlos Fehlbeg

Num encontro tenso, o candidato à Presidência da República pelo PRN entregou seu relatório sobre corrupção no Governo Sarney ao ministro da Justiça. E recebeu dele cópia das denúncias contra Collor feitas pelo PDT

EXCESSÃO

Collor entrega dossiê da corrupção a Corrêa

Num encontro nervoso e tenso, que durou apenas cinco minutos, o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, entregou ontem em Brasília, ao ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, o dossiê que, segundo o candidato do PRN à Presidência da República, prova a prática de corrupção no Governo Sarney.

Em seguida, o ministro entregou a Collor as denúncias de corrupção que teriam sido praticadas pelo ex-governador à frente do Governo do Estado de Alagoas, que foram encaminhadas na semana passada pelo deputado federal Vivaldo Barbosa, líder do PDT na Câmara. Collor de Mello não quis receber as duas pastas contendo as denúncias do PDT.

— Isso não é um dossiê. É uma coletânea de recortes de jornais — justificou o candidato do PRN.

Fernando Collor, que se faz acompanhar de sua vice na chapa, senador Ruy Pimenta, e pelo senador Carlos Chagas Filho (PFL-RS), chegou na hora marcada — às 15 horas — e foi direto ao assunto. "Há alguns meses, como cidadão, manifestei a minha apreensão pelo envolvimento de pessoas do Governo em atos de malversação de recursos. Lá nos jornais que Vossa Excelência já aceita, há esse tipo de crítica se vem acompanhado de provas, daí ter coletado alguns casos que passo às suas mãos como prova documental e peço providências para elucidar esses casos", disse o candidato, muito tenso.

Genêio do Collor

Collor de Mello também entregou ao



Collor entrega ao ministro da Justiça

ministro os documentos do Tribunal de Contas de Alagoas com a aprovação das contas relativas a sua gestão em 1987 e 1988. "Meus melhores amigos não estão no Tribunal de Contas", ressaltou. Também nervoso, Oscar Corrêa fez questão de valorizar a sua posição.

— A presença de Sua Excelência aqui significa uma prova de confiança e credibilidade à minha atuação. Quero dizer que vou neste momento passar esses documentos à Procuradoria Geral da República e à Polícia Federal. E como prova de lealdade, também entrego cópia das denúncias contra Vossa Excelência, entregues neste ministério — disse.

— Sobre isso eu já lhe entreguei a resposta — rebateu Collor.

— Não posso admitir que Vossa Exce-

lência possa dar resposta a algo que ainda não conhece — insistiu Oscar Corrêa.

O encontro parecia ter se encerrado quando o candidato pediu ao ministro que não esquecesse de enviar à Procuradoria e à Polícia Federal, junto com as suas denúncias, a aprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas de Alagoas.

— As contas do presidente da República também têm sido aprovadas e estão o que eu tenho a dizer a Vossa Excelência — rebateu o ministro.

— Não foi um encontro, foi uma troca de chumbo — analisou um assessor do ministro no final da audiência. Mas as farpas explícitas foram lançadas à distância por Collor e Oscar Corrêa. (AG)

SUCESSÃO

Código Eleitoral de 1965 pode reger pleito de 1990

Por LILMAR FRANCO e
ROSANE GARCIA
Brasília/ZH

O Código Eleitoral de 1965, com suas alterações posteriores, vai regular as eleições para governador, senador, deputado federal e estadual, em 90. "A legislação existente há de valer", afirmou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Francisco Rezek, lembrando que a "eleição deste ano, para a Presidência da República, é a última que não está sujeita à regra constitucional da antecedência de um ano". Para o presidente do TSE, o texto da nova Constituição (artigo 16) é claro e "até que se complete um ano de promulgação da nova Lei Eleitoral, vale o direito anterior".

Todo este debate em torno da lei que vai regular as eleições de 90 é resultado da interpretação dada ao artigo 16 da Constituição. O texto afirma que "a lei que alterar o processo eleitoral somente entrará em vigor um ano após a sua promulgação". Entretanto, o deputado Ney Lopes (PFL-RN), que coordenou um grupo de



Rezek: "Texto constitucional é claro"

trabalho para estudar a nova legislação eleitoral, entende que a lei deve ser votada um ano antes da eleição, ou seja, antes de 3 de outubro, tendo validade a partir de janeiro de 90. Por isso, o parlamentar solicitou à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que faça uma consulta à Justiça Eleitoral, para definir a vigência da lei.

O deputado Ney Lopes, que, juntamente com outros seis parlamentares, elaborou um conjunto de três leis para regular a eleição de 90, considera que se o TSE der uma interpretação literal ao texto da Constituição, "o Congresso pode marchar para uma emenda constitucional". Talvez este seja, mesmo, o único caminho, já que o presidente do TSE, Francisco Rezek, considera que a nova lei somente vai orientar naquilo que ocorrer depois de sua entrada em vigor, próximo à data da eleição — embora o tribunal possa adotar uma posição mais flexível, diante do interesse comum de realizar as eleições num quadro de normalidade e sem entrar em conflito com o Legislativo. (Brasília/ZH)

Zelo Horn 23/7/87

978

Jaguaribe culpa Sarney pelo caos

17/12/89
J. DO. BPA 52

SPR

Boa parte da responsabilidade pela ameaça de uma explosão social no Brasil, tal qual previu o presidente José Sarney em carta dirigida ao presidente da França, François Mitterrand, cabe ao próprio Sarney, alertou o cientista social e político Hélio Jaguaribe, afirmando que o país está à beira do caos, só contido pela esperança das eleições, e sob a ameaça de degingolar para um retorno ao autoritarismo militar. "O Brasil de 89 não emplaca 91", é a previsão cáustica de Jaguaribe, caso não se concretize uma necessária reforma social com a mudança de governo.

O sociólogo foi o autor de um estudo abrangente sobre os problemas sociais do Brasil a pedido do próprio Sarney, em agosto de 1985, financiado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Sepplan) em conjunto com a Fundação Ford, concluído em junho do ano passado, e há mais de um ano engavetado. O trabalho fornece a base para a elaboração de um Plano Plurianual de Desenvolvimento Social que sequer começou a ser preparado — queixou-se Jaguaribe, estranhando que o presidente tenha prognosticado na carta uma "explosão social", mas esteja deixando em branco a página de sua responsabilidade na solução dos problemas nacionais.

Pacto social — "Sarney nem sequer tomou as providências para a preparação do plano, uma tarefa técnica

Arquivo



Jaguaribe: "foi inércia"

que exigiria pelo menos seis meses. Passou-se um ano e nada foi feito", comentou o cientista político, acusando: "foi completa inércia". O trabalho, publicado pela Editora Paz e Terra sob o título *Brasil, reforma ou caos*, mobilizou 50 profissionais de nível superior, PHDs, cientistas sociais, especialistas em assuntos médicos, em urbanismo, transporte e demografia. E chegou a dimensionar o custo de uma política de salvacão nacional: será preciso um investimento adicional de US\$ 240 bilhões (ou US\$ 20 bilhões por ano), durante 12 anos, além do que o país já aplica, em programas de habitação popular, transporte urbano, assistência médica efetiva e segurança pública.

O minucioso levantamento da realidade social brasileira revelou, por exemplo, que o quadro da educação no país ainda é pior do que o econômico: "O Brasil é mais ignorante do que pobre, e é pobre porque é ignorante", resumiu Jaguaribe, apontando para a necessidade de uma urgente "revolução educacional". A nova escola proposta pelo estudo precisaria reciclar todos os seus professores e ampliar o tempo de permanência das crianças, da atual média de duas horas e meia por dia para seis horas diárias.

A Argentina tem um nível de industrialização inferior ao brasileiro — comparou Jaguaribe — e, no entanto, 70% da sua população adulta têm o 1º grau completo. "O ensino público no Brasil está criando um povo sem aptidão para o trabalho qualificado, uma massa ignorante que mal sabe apertar parafusos", afirma o sociólogo, sugerindo a criação de escolas nos moldes dos CIEPs construídos no Rio de Janeiro durante o governo Brizola.

Se o Brasil pudesse suspender do dia para a noite o pagamento do serviço da sua dívida externa, teria os recursos necessários para pagar o plano proposto. Mas o estudo, realisticamente, propõe um aumento da taxa líquida fiscal (arrecadação de impostos) de 9% para 16% do PIB como solução para mudar o perfil social do brasileiro até o final do século.

01.01

8907425

098

As denúncias contra Collor

PRNA 80 604
20/7/89

☐ O maço de documentos entregue por Oscar Correa a Fernando Collor de Mello foi organizado pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e resume as seguintes denúncias — que o ministro da Justiça mandou a Polícia Federal apurar — contra o ex-governador de Alagoas:

ICM — acordo com os usineiros para a devolução do ICM, uma soma de 66 milhões de dólares. Como o ICM foi desembolsado pelo consumidor e repassado ao estado, não podia ser devolvido aos usineiros.

Carros — o governador teria desviado verbas do Suds (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde) para a aquisição de 97 automóveis jamais entregues a qualquer repartição pública de Alagoas.

Produbam — o governador teria aberto crédito aos usineiros sob a promessa de que eles pagariam suas dívidas ao

Produbam (Banco do Estado) cedendo parte de suas terras. Eles não pagaram e o banco faliu.

Consultoria — Collor teria contratado sem concorrência pública a empresa de sua atual assessora econômica Zélia Cardoso de Melo. A falta de concorrência seria crime contra a administração pública.

Verba Secreta — durante seu governo, Collor aplicou NCZ\$ 235 milhões 15 mil em verbas secretas e nunca permitiu que a Assembleia Legislativa fiscalizasse o emprego do dinheiro.

Contratações — no seu último dia como prefeito biônico de Maceió, Collor teria contratado 5 mil funcionários, medida que teria consumado a falência do município.

Contas — as prestações de contas do prefeito Fernando Collor em 1980, 1981 e 1982 foram rejeitadas pela Câmara Municipal de Maceio, em virtude de irregularidades.

F. P. C.

As denúncias contra o governo

☐ O dossiê entregue por Fernando Collor de Mello ao ministro da Justiça foi elaborado com a colaboração dos senadores Itamar Franco (PRN-MG) e Carlos Chiarelli (PRN-RS) e ampara-se nos principais escândalos divulgados pela imprensa contra o governo Sarney.

IAA — o Instituto do Açúcar e do Alcool teria vendido, em fevereiro deste ano, 300 mil toneladas de açúcar sem concorrência e por preço abaixo do mercado.

Seringais — o governo teria desviado recursos do crédito rural, na aquisição de fazendas para implantação de seringais.

Siderbrás — inspeção realizada pelo TCU teria concluído pela necessidade de medidas saneadoras na siderurgia brasileira.

CPI — a CPI do Senado que investigou a prática de corrupção no governo indicou em relatório várias auto-

ridades, entre elas o presidente da República.

Sedap — a extinta Secretaria de Administração Pública teria comprado passagens aéreas sem prévio empenho e para utilização em fins de semana.

Over — teria havido alteração abrupta das taxas de juros por parte do Banco Central, medida que implicou aumento significativo da dívida pública, com possibilidades de ganhos por usuários privilegiados.

Alimentos — a CPI do Senado que investigou a importação de alimentos durante o Plano Cruzado constatou a prática de prevaricação, falsidade ideológica e outros crimes, por funcionários do governo.

Poupança — o ministro chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, teria-se aproveitado de informações privilegiadas, às vésperas do Plano Verão, para fazer depósitos na caderneta de poupança.

Partes
poco
legíveis

si ndidatos preparam-se em sigilo

Dora Tavares de Lima e Rosângela Bitar*

BRASÍLIA — O mesmo sigilo que envolve os barracões das escolas de samba às vésperas do carnaval, cerca hoje os estúdios de gravação da propaganda eleitoral gratuita que vai ao ar, em cadeia de rádio e televisão, a partir de 15 de setembro. Mas, como no samba, também na política alguma informação sempre vazava. Fernando Collor (PRN) e Mário Covas (PSDB) vão investir no rádio popular. Paulo Giovanni, da Rádio Globo, animará um verdadeiro programa de auditório para Collor; Omar Santos, o locutor das diretas, será o radialista de Covas. A novidade é a participação do ouvinte, pedindo música e fazendo perguntas aos candidatos.

As equipes de produção estão trabalhando em ritmo frenético, com a preocupação de evitar o tédio do ouvinte e telespectador. Recorrência, por isso, ao humor, às novelas, à música e outras formas amenas de transmitir a propaganda política. Afinal, são 28 candidatos, 2 horas e 15 minutos diários de propaganda gratuita e 120 programas durante 60 dias. No rádio, das 7 às 8h7 e das 20 às 21h7; na televisão, das 13 às 14h7 e das 20h30 às 21h37. Os programas terão que ser gerados em Brasília e, por isso, os estúdios principais serão montados na capital.

Espiagem — Com medo da espionagem do adversário, as equipes de produção preservam seus estúdios do olho gordo. Não contam nem o endereço das salas de gravação e, quando descobertos, procuram evitar fotografias. Se houver insistência, pedem que os equipamentos sejam fotografados de longe para não serem identificados. Pelo equipamento, é possível identificar o tipo de recurso que será utilizado no vídeo — justifica Antonio Melo, da Câmara 4, que trabalha para Covas.

Na Casa da Manchete, em Brasília, Ulysses Guimarães está construindo uma verdadeira emissora de televisão em 500 metros quadrados com estúdio, salas de edição, salas de reunião e de reportagem e até um quarto para descanso do candidato, dentro de um galpão de propriedade da emissora. Ali só tem autorização para entrar os pedreiros, electricistas, técnicos e o pessoal da campanha. O sofisticado equipamento do estúdio central foi comprado pela Manchete para cobrir as Olimpíadas de Seul, em 1988, e agora será cedido à campanha.

O estúdio de Collor vai ser montado no Colégio Salesiano, na W3 Sul, onde ele estudou. Por enquanto, parte do equipamento está guardada numa pequena sala dos fundos do comitê central da campanha, incluindo-se uma ilha de edição.

A equipe de produção de Covas está instalada no subsolo de um prédio comercial do Lago Sul, onde haverá nos próximos dias um sistema de segurança para o controle rigoroso da entrada e saída de pessoas. Antonio de Freitas, da Master Agência de Curitiba, produtora dos programas de Afonso Camargo, reage à menor investida de curiosos: "Alguém está falando sobre isso? Tem certeza?" — pergunta ele, escondendo ainda o endereço do estúdio

que montará em Brasília com parte dos equipamentos comprados pelo candidato.

Dólares — A moeda corrente nas campanhas é o dólar. Só os comunistas usam o desvalorizado cruzado, prevendo uma despesa de CZ\$ 500 mil. "Estamos sem acesso ao ouro de Moscou, por isso o cálculo é em cruzados" — brinca Zelito Viana, da MAPA, produtora do Rio que fará os programas. Um assessor de Collor diz que o candidato do PRN gastará os mesmos CZ\$ 500 mil do PCB. Gastos tão modestos para quem contratou a agência que fez a campanha do Tancredo Neves (Setembro) e uma das melhores produtoras do país, a SSV, são justificados assim por Juca Colagrossi, presidente do PTR (Partido Trabalhista Renovador), que participa do esquema de campanha do ex-governador de Alagoas:

"O trabalho dos profissionais de alto nível é gratuito e em publicidade o que custa caro é a veiculação, que no caso é gratuita". Um minuto de comercial em cadeia nacional do horário nobre na TV Globo custa, segundo Juca, 700 mil dólares. Ora, no meio publicitário há quem não acredite em cifras tão pequenas, pois uma fita de VT custa, no câmbio paralelo, 30 dólares. E ela só dá para 20 minutos de gravação. Segundo os publicitários, quem usar pouca fita gastará 500, o que resulta em 15 mil dólares (CZ\$ 60 mil).

O pessoal do candidato Mário Covas diz que seus cálculos não estão prontos, mas não teme dizer que já sabe quanto o Ulysses Guimarães vai gastar na propaganda gratuita: seriam 5 milhões de dólares só para produzir os 22 minutos diários. Afonso Camargo tem uma reserva de 2 milhões de dólares para a campanha e pretende gastar 90% dela na mídia eletrônica. O PT diz que todos os profissionais trabalharão de graça para Lula, inclusive na Produtora TVT. Mesma sigla, por sinal, da produtora de Chico Serra, que fará os programas do PMDB. Os dois partidos, aliás, estão brigando pela patente.

Roberto D'Ávila vai abrir as portas da Intervideo e colocar todo o equipamento e pessoal — são 40 funcionários — à disposição de Brizola. Ali, é um negócio entre amigos, e ninguém fala em dinheiro. Mas entre desconhecidos existe o mesmo constrangimento. A Formaset, produtora de Minas Gerais, que colocará seus 54 funcionários à disposição de Ronaldo Caiado, também diz que o candidato pagará apenas os custos de viagens e material, pois são todos simpatizantes da sua candidatura.

Alf Domingos ainda não escolheu a agência de publicidade que fará sua campanha. Maluf recorreu ao publicitário Nelson Biondi, da Biondi e Vieira Limitada, seu velho amigo, que segue a norma e não fala em dinheiro. Aureliano Chaves contratou o produtor Hélio Bloch, do Rio, que firmou sua experiência na campanha de Magalhães Pinto para o governo de Minas. Entre os assessores do ex-ministro de Minas e Energia também não se fala em dinheiro, equipes ou qualquer outra providência mais objetiva, até porque o PFL ainda não sabe ao que vai dar esta candidatura.

* Colaboração de Luiz Lenzetti, Rita Tavares e Inácio Muzzi

para batalha da TV

No ar, Valin e Pedreira

Marronzinho cansou de ser alvo de chacotas. Está registrado como candidato à Presidência da República pelo PSP — Partido Social Progressista, mas resolveu se afastar da disputa, introduzindo um candidato inédito à sucessão: Renou Valin, um amigo. É ele quem vai dizer o que Marronzinho tem vontade. Vai protestar contra a "ditadura" da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, a quem o PDC e o PTB, segundo vai denunciar, teriam se "vendido" por NCZ\$ 5 milhões. Ele prega, também, *slogans* como "um analfabeto na Presidência" e promete provar o envolvimento de Fernando Collor de Mello com "o governo assassino de Pequim". Tudo isso em 30 segundos.

Esse é o tempo que terão 15 candidatos de partidos sem expressão que, aproveitando as facilidades da legislação eleitoral, todos os dias falarão em cadeia nacional. Mais dois candidatos de partidos pequenos estarão na TV, mas por cinco minutos porque conseguiram a adesão de um parlamentar cada. Ao contrário dos grandes, eles não escondem o logo e dizem logo o que vão fazer no horário gratuito.

Celso Brandt, do Partido de Mobilização Nacional, quer resgatar, no vídeo, a Inconfidência Mineira e exterminar, de imediato, o Cruzado e criar uma nova moeda, em ouro, mais valiosa que o dólar. A tese de Brandt é que o Brasil vive ainda na era colonial e que a solução é ele, o novo Tiradentes.

Nesse grupo tem até um defensor do presidente José Sarney. É Antonio Pedreira, do Partido do Povo Brasileiro, que já contratou a produtora VT I, do Rio, e instalou um comitê na área mais valorizada de Brasília, o Lago Sul, onde moram os ministros. Seu vice, o pastor evangélico Orestes Alves, é de Alagoas e pretende mostrar que Collor de Mello "levou o estado à falência", diz Pedreira. O candidato acha que graças a Sarney o Brasil vive hoje uma democracia. Mas considera "que é sempre bom compor com a área militar". O coordenador de sua campanha é o general Oto Almeida de Oliveira.

Paulo Gontijo, do Partido do Povo, contará na TV como pretende desenvolver no país "100 anos em 5", seu *slogan*. Professor de Física, diz que não fará "proselitismo". "Minha linguagem é a dos números". Gontijo descobriu uma fórmula de *marketing* política, que, segundo ele, "agucará a curiosidade do telespectador": em 120 programas só vai mostrar a cara em dois ou três.

Por conta de suas divergências com o PT, o Partido Verde acabou saindo da Frente Brasil Popular e lançou Herbert Daniel à Presidência. O objetivo não é elegê-lo. Até porque os "verdes" darão "apoio ténue" a Lula, diz o deputado estadual do Rio, Carlos Minc. Eles querem mesmo é divulgar as bandeiras ecológicas, na base da imagem e muita brincadeira. (D.T.L. e R.B.)

PARTES POCO LEGÍVEL

PARTES POCO
LEGIBLE



PNR no horário eleitoral gratuito, a partir de 15 de setembro, mostrará Collor

como um espécie de Indiana Jones combatendo a corrupção, os marajás e o governo Sarney. A TV vai mostrar imagens de Collor filmadas em vários locais do Brasil pela equipe comandada pelo repórter da TV Itapoá (BA) Neide Beito. Em 10 minutos diários, o candidato apresentará suas propostas de governo e mostrará o que fez em Alagoas, deixando pequeno espaço para informações sobre o dia-a-dia da sua campanha. O vice de sua chapa, Itamar Franco, também aparecerá. Em alguns programas, serão mostrados detalhes da vida privada de Collor. Ele sabe que está um dos candidatos mais atacados, mas só responderá às ofensas pessoais. O programa do PNR terá a presença do ator Cláudio Rêa.



Brizola — A biografia de Leonel Brizola será o tema central do programa de dez minutos diários do PDT.

Sem ter ainda muita coisa definida, o partido já está providenciando as imagens que vão servir para atacar Fernando Collor, cenas de pobreza em Alagoas já renderam 40 fitas de vídeo. O PDT dedicará atenção especial a São Paulo. Brizola aparecerá em portas de fábricas, acompanhado do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luis Antônio Medeiros. Mas não vai ter novelas, nem truques eletrônicos sofisticados. Os cenários serão simples, e o principal conteúdo, as denúncias de Brizola e as respostas que ele dará aos adversários que o atacarem. Por apostar neste esquema, o PDT está lutando para conseguir fazer com que a Justiça eleitoral permita a transmissão ao vivo dos programas.



Lula — O PT vai usar boa parte dos seus dez minutos para tentar convencer o telespectador de que seus feitos são bons

administradores e que o socialismo que prega não dispensa a democracia. Para dar seu recado, o partido vai preferir artistas a políticos e usará todos os recursos da televisão, como vinhetas, comerciais, novelas, sátiras, telejornais e entrevistas. Sem gastar um tostão com cachês, o partido apresentará um elenco de petistas famosos: Cristina Pereira, Paulo Betti, Osmar Prado, Ester Góes, Wagner Tiso e Sérgio Ricardo.



Covas — O candidato do PSDB tentará ganhar votos dos pais conquistando os filhos. O programa do PSDB lançará o

Clube do Tucano, que promoverá gincanas, concursos e distribuição de prêmios para crianças. Nos seus dez minutos diários de programa, o partido usará muito desenho animado com a figura do tucano. A equipe de Covas acha que TV não é palanque. Portanto, o candidato não fará discurso e aparecerá como se estivesse conversando com o telespectador. Para amenizar a gravidade da voz de barítono do candidato, serão usados equipamentos especiais de áudio. Os jornalistas Antônio Carlos Ferreira e Beatriz Thielman farão as reportagens do programa. O PSDB usará muito as cores do tucano, aproveitando-se da coincidência do azul e amarelo da seleção canarinho, se o Brasil se sair bem nas eliminatórias da Copa.



Ulysses — O PMDB tem o maior tempo na televisão. São 22 minutos diários que o partido aproveitará para fazer uma super-

produção. So da TV Globo o partido tirou dez profissionais que vão cuidar da produção do programa. O equipamento, muito sofisticado, não dispensará os recursos de computador. Ulysses aparecerá descontraído, bem humorado, percorrendo o país. O candidato também vai explorar a Constituição como uma grande bandeira do partido. Serão mostradas cenas de aclamação popular ao candidato a vice-presidente Waldir Pires. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, também falará durante o horário elei-

res querem também a participação da apresentadora Silvia Popovic, do Canal Livre, da TV Bandeirantes.



Freire — Uma equipe de televisão está acompanhando o candidato do PCB há algum tempo para filmar cenas de

campanha. Todos os dias, o partido mostrará Roberto Freire dando suas opiniões sobre diferentes assuntos, como inflação, dívida externa e aborto. Freire tentará derrubar o preconceito contra o comunismo. O programa terá, também, cenas teatrais que o cineasta Zélio Viana vai encenar com o dramaturgo Dias Gomes e ao poeta Ferreira Gullar, ambos do partido. É certo que artistas como Mário Lago e Stephan Nercessian estarão no vídeo defendendo o PFL, que tem sido acusado de corrupção.



Alcides — O PFL vai explorar muito a voz e a postura do seu candidato e a capacidade que demonstrou nos dois debates pela

TV de falar direto ao público. Afir não vai se limitar a falar ao eleitor de um modo geral. Dará recados a grupos específicos, como o de surdos-mudos, negros, mulheres. O programa deverá ter tradução simultânea para a linguagem dos surdos-mudos.



Caiado — O ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) quer mostrar que defende a produção. Mas, como

deseja conquistar os eleitores da cidade, ele não se limitará a falar sobre o campo. Junto com imagens de plantio e colheita da soja, das bancas de feira repletas de tomates maduros, o telespectador verá a produção da indústria nacional, com cenas gravadas em grandes fábricas de São Paulo. As propostas administrativas do candidato do PSD serão preponderantes nos programas, que terão o logotipo já desenhado para transformar a letra "O" de Caiado numa bandeira estilizada, onde estará inscrito o lema: "A Força que vem do Interior".



Camargo — O PTB vai disputar a bandeira trabalhista com Brizola usando jornalismo e humor.

Nas reportagens, o partido mostrará documentários em preto e branco e, no humorismo, vai contratar um redator do programa de Chico Anysio para garantir piadas de boa qualidade. Com o lema "Levanta Brasil", Camargo tentará passar uma imagem empolgante. No seu programa de dez minutos diários, o PTB não quer jornalistas conhecidos.



Maluf — O PDS vai explorar a preferência dos telespectador pelas novelas. Para escrever os textos e dirigir os atores,

terá Geraldo Vietri, um confesso "malufista roxo", autor das novelas de maior sucesso da extinta TV Tupi, "Nino, o italianinho", e "Antonio Maria". Maluf vai fazer pessoalmente algumas reportagens nos seus dez minutos diários de programa. Microfone em punho, ele andará em São Paulo para mostrar as obras de suas administrações como prefeito e governador. Junto com o candidato estarão as figuras mais conhecidas do PDS: Delfim Neto e Roberto Campos.



Aureliano — O PFL ainda não sabe o que fazer com seus 16 minutos diários na televisão. Por enquanto, recolhe algumas

imagens de Aureliano Chaves como secretário de estado, governador de Minas, ministro e vice-presidente da República. A curiosidade dentro do partido é ver como os publicitários envolvidos na produção do programa vão conseguir transformar Aureliano em um "produto" atraente para os telespectadores, já que sua atuação nos dois debates pela TV foi considerada desastrosa.

8907611

que destaca os votos dos que trabalha-
no no Rio.

espaço na área mais nobre do Rio.

Comitê de Collor é o mais luxuoso e bem equipado

Quartelão político Brizola P.P.F.P. o comando do brizolismo

PDT concentra QG da campanha em Copacabana

Florencia Costa

Um dos mais famosos cartões postais do Rio, o bairro de Copacabana vem se consolidando como o centro de decisões da campanha do candidato do PDT à presidência da República, Leonel Brizola. Ali, na altura do Posto 5, funciona o quartel-general dos pedetistas, em cinco apartamentos espalhados pela Rua Xavier da Silveira, nos quais muitos políticos de outros estados já foram seduzidos pelos brizolistas.

Com uma bonita vista para o mar, o comando central da campanha tomou conta do edifício onde mora Brizola, na Av. Atlântica esquina de Xavier da Silveira. Dos oito andares do prédio, três têm a marca dos brizolistas: o 701 é o apartamento de Brizola, o 501 é do presidente do PDT do Rio, Cibília Viana, e o 201 é o escritório político da campanha. Alugado há um mês, o apartamento 201 abriga as

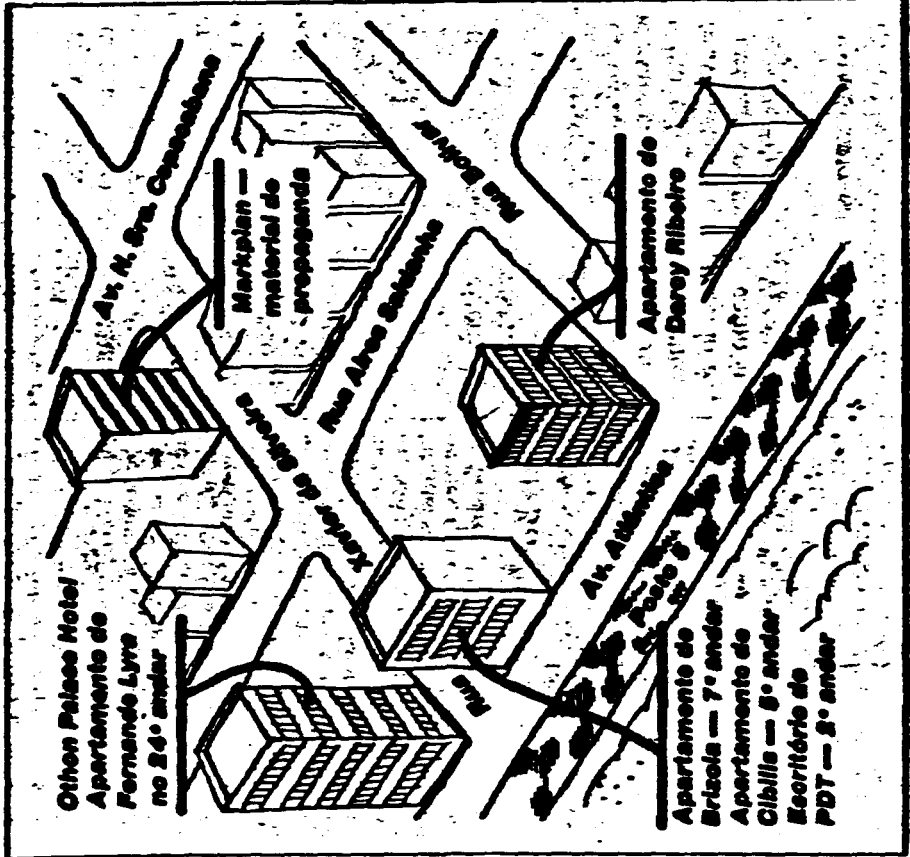
reuniões que antes eram realizadas no próprio apartamento de Brizola.

— Agora, na sua casa, Brizola só vai realizar reuniões mais íntimas — informou o assessor do candidato, Fernando Brito. Uma das pessoas que teve o privilégio de ser recebida no 7º andar, onde fica o apartamento do candidato, foi a deputada pernambucana Cristina Tavares (PSDB) quando ofereceu apoio à candidatura de Leonel Brizola. Outro que anunciou sua adesão à campanha no apartamento de Brizola foi o senador goiano Mauro Borges, do PDC.

Privacidade — Muitas vezes a sala do apartamento do candidato do PDT — ocupada por três jogos de sofás e uma mesa redonda — ficava lotada de políticos.

— Brizola dividia sua atenção entre várias reuniões que aconteciam ao mesmo tempo. Ele se sentia incomodado pela falta de privacidade — conta Brito. A sala, aliás, é o elo entre a parte residencial e a parte política do apartamento.

Com quatro quartos, o apartamento de Brizola — que já fez as vezes de palácio do governo, quando Brizola era governador — é dividido



ao meio: dois quartos servem como escritórios, com máquinas de fotocópias e máquina de escrever. Os outros dois são um do casal Neusa-Leonel e o outro de hóspedes.

Uma mesa de 30 lugares ocupa a espaçosa sala do novo escritório político, no segundo andar, onde a Executiva do partido se encontra todas as segundas-feiras. Um quarto é a secretaria e os outros dois são depósitos de material de campanha. Este escritório substituiu também outro pólo de reuniões do prédio, o apartamento do presidente do PDT do Rio, Cibília Viana, no 5º andar.

Marketing — Mas os brizolistas não se contentaram em ocupar parte do prédio nº 3.210 da Avenida Atlântica. Num hotel próximo, funciona um verdadeiro centro de cooperação de adesões à campanha de Brizola. É no 24º andar do Rio Othon Palace, um hotel de cinco estrelas, onde se hospeda, sempre que vem ao Rio, o vice da chapa de Brizola, deputado Fernando Lyra. Político habilidoso, Lyra já conquistou algumas adesões em reuniões no hotel. Foi, por exemplo, no seu apartamento, que o sindicalista Luis Antônio Medeiros se definiu pela candidatura de Brizola, no início do ano.

Para não perderem tempo, os brizolistas instalaram seu escritório em

varo Valla, pois a registo não precisa se não passou de 9,5%.

trai de marketing a um quarto da casa do candidato. A agência Markplan Marketing e Planejamento, responsável pela produção e distribuição do material de campanha, fica no Edifício Pasteur, na própria Rua Xavier da Silveira, quase na esquina da Rua Aires de Saldanha.

A Markplan — uma agência do Recife com escritórios no Rio, São Paulo e Brasília — aumentou sua estrutura para atender às necessidades da campanha. Há três meses mudou de um pequeno escritório no Centro do Rio para um andar quase inteiro do Edifício Pasteur. Está equipada com computadores que controlam toda a produção de material de campanha. Além disso, a agência tem um salão para estocar o material de campanha, como bonas, barracas de praia, bolas, toalhas, chaveiros, canetas, etc.

Um importante integrante da campanha de Brizola mora bem ao lado do quartel-general: o professor Darcy Ribeiro, cujo apartamento fica na Rua Bolívar, paralela a Xavier da Silveira. Darcy, ex-candidato do PDT ao governo do Rio, em 1986, é o coordenador do Fórum Nacional de Debates dos Problemas Brasileiros, que, esprelhado por todo o Brasil, reúne propostas para o projeto de governo de Brizola.

Zona Sul do Rio é a mais disputada pelos partidos

Roni Lima

Região de maior poder aquisitivo e considerada a grande formadora de opinião do Rio de Janeiro, a Zona Sul começa a ser palco de acirrada disputa dos partidos políticos em busca de eleitores ainda indecisos. Estão sendo abertos comitês eleitorais de campanha, sediados em pequenas lojas ou até mesmo luxuosas casas alugadas ou cedidas por simpatizantes. Nessa briga eleitoral, ganham de longe os simpatizantes do candidato a presidente Fernando Collor de Mello, do PRN, que abriam três comitês e preparam-se para inaugurar mais dois.

Os que apoiam Collor vencem não somente em número: seus comitês — em Botafogo, no Leblon e em Copacabana — são os mais bem equipados e luxuosos da cidade. O grande destaque é o comitê central da campanha no Rio, instalado numa ampla casa de dois andares na Rua Sorocaba, em Botafogo, com 11 salas e um auditório para 60 pessoas. Outro destaque é uma casa de três andares na Rua Almirante Pereira Guimarães, na quadra da praia do Leblon, um dos endereços mais nobres da cidade. Todos cedidos gratuitamente por simpatizantes, garantem seus organizadores.

De olho no multiplicador de votos que representa a região — com suas favelas, moradores assalariados e milhares de pessoas que por ali circulam diariamente — os integrantes da Frente Brasil Popular (PT/PC do B/PSB) também não descuram da Zona Sul. Mas com uma modesta campanha em termos financeiros, os adeptos da candidatura de Luis Inácio Lula da Silva partilham uma barraca de madeira montada em plena Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, e uma pequena garagem de uma casa da Rua J. J. Seabra, no Jardim Botânico.

Voto noturno — "Para ter sucesso, qualquer campanha precisa de amplo apoio dos segmentos da Zona Sul. São votos com enorme poder de reprodução", destaca o petista Henrique Brandão, coordenador do comitê instalado na garagem do Jardim Botânico. Outro que considera fundamental a busca do voto da Zona Sul é Continental Porto, assessor de imprensa de Fernando Collor no Rio, que destaca os votos dos que traba-

ham durante a noite, como os garçons, porteiros e até mesmo "as mulheres da noite".

Continental descobriu a importância desses votos acompanhando a carreira do amigo e ex-deputado federal Glênio Martins, já falecido. Ele lembra que, mesmo eleito pelo antigo estado do Rio, no início da década de 60, Glênio ia buscar boa parte de seus votos na noite do antigo estado da Guanabara. "As pessoas que trabalham na Zona Sul, têm sempre família na Baixada Fluminense", destaca Continental. "Quando Glênio descobriu esses votos, não sabia mais da noite carioca".

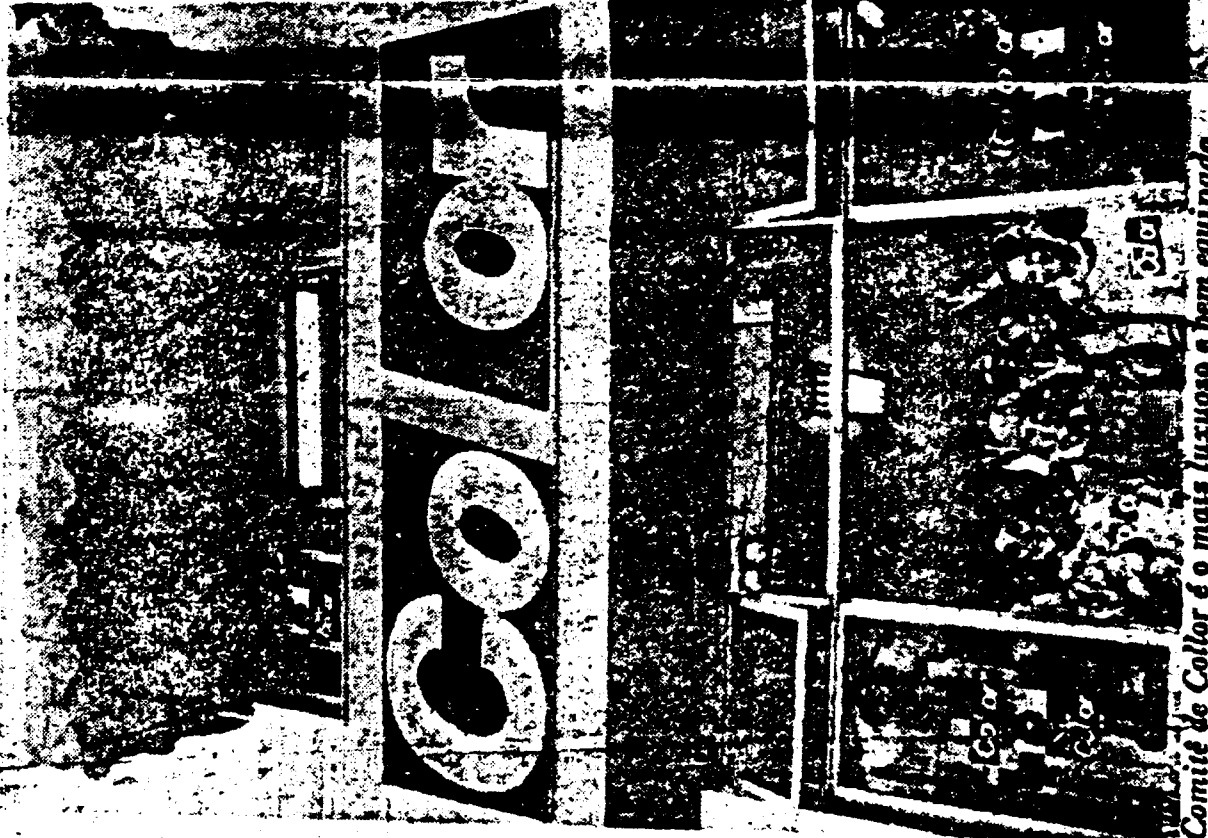
Quem anda muito preocupado em melhorar seu rendimento eleitoral na região é o PDT, que de 1982 para cá (quando Leonel Brizola foi eleito governador com 33,65% dos votos das zonas eleitorais da Zona Sul) vem observando um declínio em sua votação. Na eleição do prefeito Saturnino Braga, em 85, esse índice baixou para 30,4%; e apenas 24,42% votaram em Darcy Ribeiro, em 86, quando perdeu o governo para Moreira Franco, que obteve cerca de 58% dos votos da região. Em novembro passado, o prefeito eleito Marcello Alencar conseguiu ali apenas 16,6%, ficando em terceiro lugar, atrás de Jorge Bitar (21,1%) e Alvaro Valle.

Hostilidade — "Ter comitês na Zona Sul é muito importante para o PDT, pois é uma área muito hostil a nós", reconhece a brizolista Liane Mühlberg, que comandou na sexta-feira passada a festiva inauguração do primeiro comitê do partido na região, em pequena loja na Rua Barolomeu Mitrê, no Leblon. Liane faz parte do grupo socialista do PDT que conta com o apoio de Luis Carlos Prestes, o histórico comunista de 91 anos. Daqui a uma semana, o mesmo grupo inaugura outro comitê, desta vez em Copacabana, no Posto Seis.

É bem verdade que o próprio Prestes não leva muito em consideração os votos da Zona Sul. "Partido que busca votos na região é porque não tem voto em outro canto", denuncia o Cavaleiro da Esperança. "O fundamental é se buscar o voto da massa operária na Pavuna, Campo Grande". Não é o que pensam seus antigos companheiros do PCB, que estão feitos loucos — assim como o PSDB e PMDB — à cata de um espaço na área mais nobre do Rio.



Prestes desdenha voto da Zona Sul que PDT colhe



Comitê de Collor é o mais luxuoso e bem equipado



PT usa barraco e garagem na caça ao voto na região

Onde se forma a opinião

O cientista político Olavo Brasil de Lima Júnior, 41 anos, professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro), destaca que a Zona Sul não é importante do ponto de vista da concentração de votos (tem cerca de 500 mil eleitores, num universo de 3 milhões todo o estado), mas sim pelo fato de ser formadora de opinião. "É um ponto de circulação muito grande. Difícilmente o morador da Zona Sul circula na Zona Norte. Mas este, por lazer ou trabalho, vai muito à Zona Sul".

Por outro lado, ele lembra que os que moram na Zona Sul controlam a mídia e o "próprio fazer da política no Rio". Mas, mesmo assim, essa influência de voto — que ele considera basicamente "de centro, com regiões basicamente conservadoras" — deve ser analisada com cuidado.

Com três décadas de experiência em campanhas — e com reduto eleitoral na Tijuca, Zona Norte do Rio —, o deputado federal (PL) Alvaro Valle também acredita que a Zona Sul seja "irradiadora de votos". Mas, a exemplo de Olavo Brasil, considera que regiões mais carentes como a Zona Oeste não são influenciáveis por esse voto. Com sérios problemas para se preocupar, como a falta de saneamento e calçamento, os moradores da Zona Oeste não seriam sensibilizados por mensagens ideológicas. "No passado, a mídia era contra o Chagas Freitas, e a Zona Oeste votava maciçamente nele. Depois, a mídia era contra o Brizola, mas seus moradores votavam no Brizola", lembra Valle.

Oposição — Esse tipo de voto não tem espaço na Zona Sul, segundo Alvaro Valle, pois a região não precisa se

preocupar com problemas de falta de infraestrutura urbana — ficando então mais sensibilizada pela mensagem ideológica. "A Zona Sul sempre tende para a novidade, para o voto de oposição. Ela é pouco cinza, é branco ou preto." E foi pela novidade representada pela UDN que o ex-governador Carlos Lacerda, "embora não fosse unanimidade, teve redutos fortíssimos na Zona Sul, como a Lagoa e o Jardim Botânico", e anos depois o brizolismo. "A Zona Sul nunca foi chaguiata", explica Valle, um ex-brizolista.

Para o cientista político Olavo Brasil de Lima Júnior, o mais correto seria afirmar que um candidato, para ganhar uma campanha no Rio, não precisa necessariamente bem na Zona Sul, embora ela seja formadora de opinião. "Ele só não pode ignorar a região, obtendo ali uma razoável votação." Alvaro Valle completa o raciocínio afirmando que o fato de um candidato estar bem na Zona Sul não quer dizer que seus votos irão "irradiar bem, mas sim irradiar mais". Por isso, embora o grande reduto eleitoral de Lacerda fosse a Zona Norte, como Tijuca e Grajaú, ele sempre "cuidava bem de seus votos na Zona Sul".

Esse completo mecanismo de irradiação de votos explicaria, segundo Olavo Brasil, o desempenho eleitoral do engenhheiro Jorge Bitar, que disputou ano passado a Prefeitura do Rio pelo PT, ficando em segundo lugar — embora tenha tirado o primeiro lugar nas seções eleitorais da Zona Sul. Enquanto isso, Marcello Alencar (PDT) tirou o terceiro lugar na região, mas acabou prefeito do Rio graças a uma prestígio votação que obteve na carreira. Zona Oeste, conquistando 47,7% dos votos de suas seções eleitorais. Ali Bitar não passou de 9,5%.

098

Gil continua no PMDB mas vai apoiar Brizola

SALVADOR — O vereador Gilberto Gil, eleito pelo PMDB, está decidido a não se filiar ao PDT — como pretende seu líder político ex-prefeito Mário Kertesz —, apesar de assegurar seu apoio ao candidato Leonel Brizola. Por entender que não se configura uma infidelidade partidária negar o apoio aos candidatos do seu partido, Gil vai continuar filiado ao PMDB.

Depois de grande expectativa quanto à vinda de Brizola à Bahia, inclusive com ampla divulgação — havia faixas espalhadas por toda a cidade —, toda a programação que o candidato deveria cumprir ontem em Salvador foi cancelada, à última hora, provocando versões desencontradas. Os rumores cresceram porque, desde o anúncio da adesão do ex-prefeito Mário Kertesz, que se filiará ontem ao PDT, tem sido grandes as divergências entre os adeptos do brizolismo no estado.

Brizola incumbiu o presidente da Executiva Regional do PDT, advogado Saul Quadros Filho, de tentar desfazer as versões desencontradas a respeito do cancelamento da sua vinda à Bahia. Em Nota distribuída à noite, Quadros informou que "de comum acordo com as bases brizolistas no estado, especialmente com o dr. Mário Kertesz, a direção nacional do PDT se viu na contingência de adiar a programação, por causa de problemas de agenda que impediam dar a atenção merecida a todos os eventos, e especialmente ao principal ato que seria a filiação do ex-prefeito de Salvador ao PDT". J. B. 28/7/65

Sarney resiste a pressões

O presidente José Sarney resistiu às pressões para substituir o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e decidiu mantê-lo no cargo. Um dos principais articuladores do movimento contra Mailson no Congresso, o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito, recusou; o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) anunciou que amanhã promoverá um desagravo ao ministro, durante reunião conjunta das comissões de Finanças e de Economia, Indústria e Comércio.

Sarney conversou duas horas com o empresário Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo, que comanda a pressão para a derrubada de Mailson. O encontro ocorreu no Palácio da Alvorada, durante almoço que teve um cardápio trivial: bife, arroz e batata frita. Segundo um informante palaciano, Marinho repetiu os termos do editorial de ontem do jornal O Globo e voltou a pedir mudanças na condução da política econômica.

Sarney deslocou-se para o Palácio da Alvorada exclusivamente para receber Roberto Marinho. O presidente está morando na Granja do Torto, desde que sua mulher, dona Marly, foi acometida de uma rinite alérgica em consequência da seca que castiga Brasília. Como no Torto não existe local privado para conversas, o presidente marcou o encontro para o Alvorada. Sarney e Marinho subiram abraçados as escadas do segundo andar do palácio, onde almoçaram.

Collor — O suplente de senador Al-

varo Pacheco, amigo de Sarney, que estava no Alvorada mas não participou do almoço, avaliou que o ministro Mailson da Nóbrega "está com 50%" de chances de se manter no cargo. Segundo informações do Palácio do Planalto, o empresário Roberto Marinho estaria preparando para este mês uma ofensiva a favor do candidato do PRN a presidente da República, Fernando Collor de Mello, e a queda de Mailson faria parte de sua estratégia. Os almoços de Marinho com Sarney têm se repetido a cada 15 dias, ultimamente.

O senador Ronan Tito, depois de ter declarado na sexta-feira que a saída de Mailson era fundamental para a execução do pacto elaborado no Congresso para evitar a hiperinflação, voltou atrás. "Eu evolui neste final de semana. Pensei e mudei", explicou Tito, citando o ditado francês Je pense, donc je change (Eu penso, por isso eu mudo).

"Nunca vocês verão um membro da minha bancada indicando ministros", disse o líder do PMDB. Tito, que na sexta-feira pediu a cabeça de Mailson, disse ontem que o ministro "é bem visto aqui no Congresso". E acrescentou: "Eu tenho um relacionamento muito bom com ele." Segundo informações que circulam no PMDB, Ronan Tito recusou após ter recebido um recado do candidato do partido, Ulysses Guimarães, através do senador Nelson Carneiro, solicitando que não se envolvesse em assuntos de exclusiva responsabilidade do governo.

Laurenço acusa Marinho

BRASÍLIA — "Pergunto se quem manda neste país é o presidente da República ou o doutor Roberto Marinho" — celebrou, dando um murro na mesa de seu gabinete, o líder do PFL na Câmara, deputado José Laurenço (BA). Irritado e nervoso, repetiu algumas vezes que "nunca" passara pela cabeça do presidente José Sarney a idéia de demitir os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

Laurenço acabava de voltar do Palácio do Planalto, onde participou de uma reunião de líderes partidários com Sarney e, em seguida, conversou em particular com o presidente. A princípio, manteve a calma, ao comentar as pressões que o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, vem fazendo para derrubar Mailson da Nóbrega. Mas, ao saber que o jornal O Globo deveria publicar hoje um segundo editorial contra a política econômica conduzida por Mailson, protestou:

"Será a primeira vez no país que o poder concessionário tenta derrubar o poder concedente. O povo começa a perguntar até onde se quer ir. Eu pergunto também" — disse José Laurenço, referindo-se ao poder que o governo federal tem para emitir e cancelar concessões de emissoras de rádio e televisão.

"Czar" — Na tarde de domingo, um jornalista da TV Globo telefonou para a residência de Laurenço, convidando-o a ser um dos entrevistados do programa Bom dia, Brasil na manhã de ontem. O líder aceitou o convite e o jornalista disse-lhe que tornaria a telefonar para confirmar a participação. Horas depois, outra emissora de televisão exibiu entrevista de Laurenço com uma veemente defesa da permanência de Mailson no governo. Nenhum funcionário da Globo voltou a telefonar para o líder do PFL.

"Certamente, não sou pessoa grata ao sistema. Não se pode discordar do novo czar do país" — gritou Laurenço, dando seguidos murros em sua mesa, ao ser indagado sobre sua exclusão do programa de televisão. Segundo Laurenço, a substituição de Mailson não é viável, pela atual fragilidade da situação econômica do país, que estaria sob controle, apesar da ameaça da hiperinflação. "Se o doutor Roberto Marinho acha que a cara do ministro Mailson é feia, nós temos de mudar" — disse, perdendo novamente o controle.

E lançou um último torpedo contra Roberto Marinho: "Este país não pode ser tutelado por ninguém. Muito menos pelo presidente das Organizações Globo."

Empresários lançaram idéia

BRASÍLIA — A primeira proposta pela indicação de um superministro da Economia surgiu na edição do Plano Verão, em 15 de janeiro, quando empresários paulistas ligados à Fiesp puseram a idéia em curso, já com um candidato ao cargo: o empresário Antônio Ernânio de Moraes. O presidente Sarney resistiu à idéia, por três razões: a crença no sucesso do plano que adotara, a noção de que o plano deveria ser implementado por quem acompanhou sua formulação, e a falta de respaldo político para implementar a mudança.

Maio de 1989 — César Maia faz uma proposta de choque fiscal para debelar as perspectivas de hiperinflação e inclina a sugestão de troca dos ministros econômicos por um único ministro. O argumento de Maia era o da credibilidade de um ministro novo e com superpoderes.

Maio de 1989 — Em função das explosões em Volta Redonda (monumento aos operários e alto-forno da CSN), o novo presidente do Senado (eleito em fevereiro), Nelson Carneiro, tenta promover um pacto anti-terror, que acaba se transformando em pacto contra a hiperinflação e a crise institucional. A mecânica desse pacto previa o surgimento através de um acordo firmado entre presidentes de partidos com representação no Congresso e, numa segunda etapa, o encaminhamento das propostas ao governo federal. Uma política econômica de entendimento entre os dois poderes, seria posteriormente aprovada no Congresso. O PDT indica César Maia como representante do partido nas conversações e este leva para os demais formuladores do pacto sua proposta de choque fiscal e a criação do superministério da Economia. As sugestões do economista são acatadas em sua quase totalidade nas reuniões ao longo de maio e junho, mas Brizola o desautoriza a representar o partido, temendo que a plataforma econômica recessiva de Maia lhe roube votos.

Junho de 1989 — César Maia continua participando dos encontros apenas como deputado. Mas Ronan Tito assume seu ceno de propostas. Durante junho e as duas primeiras semanas de julho, quando os formuladores do pacto ainda se reuniam, Ronan sustentou solitariamente a sugestão de troca de ministros na área econômica. O senador chegou mesmo a discutir a idéia com o deputado e economista Osvaldo Rebouças, (PMDB-CE), indicado por Ulysses Guimarães. Rebouças prefere não tomar partido quanto à questão do superministro e entrega a Carneiro, no início de julho, o esboço do documento do pacto, deixando de fora a sugestão do superministério.

Julho-Agosto — Os protagonistas do pacto entram em recesso. Na última reunião, o senador Fernando Henrique, na dúvida, resistiu à proposta de troca de ministros. Na semana passada o pacto voltou a ser discutido e o assunto do superministério voltou à pauta.

098

F.P.
P.P.
C. Collor

MARAJÁS NUNCA MAIS

A propósito de notícia sobre suposto favorecimento ilegal de servidores públicos de Alagoas, veiculada originalmente nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" de 29/07/89, esclareço e denuncio o seguinte:

1. Os servidores em questão, listados pelo "JT", pertencem ao quadro da Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas, que é poder autônomo e responsável pelos atos de nomeação e exoneração dos seus próprios funcionários, além de conferir-lhes também as vantagens que bem entende.
2. Sobre esse assunto, convém lembrar que ao governador do Estado cabe exclusiva atribuição de assinar atos que contemplem os servidores do Poder Executivo.
3. Diante disso, desafio a apresentação de qualquer ato que tenha sido por mim assinado, nos dois anos e dois meses de meu governo, nomeando qualquer servi-

do sem o previo concurso público, que lhe afetur o mérito, ou em desacordo com a lei.

4. Desafio, ainda, que qualquer pessoa apresente um ato de nomeação de parente meu, durante o período de governo mencionado, ainda que submetido ao exigido concurso público.

5. Orgulha-me recordar que, ao contrário do que insinua a informação infamante, coloquei meu governo a serviço do enfrentamento direto e implacável a todos os privilégios indevidos, exercidos em Alagoas pelo tripé de exploração e de opressão do nosso povo (usineiros inadimplentes-marajás-sindicato do crime).

6. Meu governo, em Alagoas, como decorrência dessa luta vitoriosa, extermiou todos os tipos de mordomias e acabou de vez com os célebres "marajás" que resultaram inviabilizados no serviço público brasileiro após a adoção, pela Assembleia Nacional Cons-

tituinte, de artigos que sugerem para por fim a essa indignidade.

7. Esse enfrentamento não poupou ninguém, tampouco eventuais interesses políticos. A própria Assembleia Legislativa de Alagoas foi levada ao supremo tribunal federal pelo meu governo, que se insurgiu contra os cálculos abusivos dos subsídios dos senhores deputados estaduais. Essa luta, inclusive, provocou desconforto relacionamento entre os poderes executivo e legislativo do meu Estado como é do conhecimento público, e fez com que meu governo fosse apoiado por bancada minoritária.

8. Advirto os brasileiros, por isso, para as mentiras que os inimigos das mudanças e das reformas lançam sobre mim, na tentativa de vitimar a luta pelo resgate de um país que todos os brasileiros pretendemos próspero, fraterno e socialmente justo.

Brasília-DF, 31 de julho de 1989
(Fernando Collor de Melo)

JD 1/8/89

Poco legible

038

Salários dos deputados estaduais

F.P.

Estado	junho	julho	
Minas Gerais	12.454,08	28.145,01	71
Acre	18.857,00	18.874,00	2
Mato G. do Sul	13.631,22	17.844,26	24
Paraná	18.449,70	18.449,70	25
R. G. do Norte	9.737,00	18.000,00	24
Pará	14.777,76	14.777,76	24
Paraná	13.152,00	14.747,33	54
Amazonas	9.000,00	13.462,00	24
Ceará	10.000,00	13.000,00	26
Piauí	10.300,00	12.875,00	31
R. G. do Sul	9.487,00	12.557,00	50
Espírito Santo	9.541,48	11.828,85	30
Goiás	11.702,05	11.702,05	41
Tocantins*	11.702,05	11.702,05	24
Santa Catarina	8.386,04	18.976,07	41
Bahia	10.253,00	18.800,00	83
Pernambuco	8.534,00	18.577,75	48
Sergipe	18.308,07	18.308,07	24
Maranhão	10.107,82	18.107,82	41
São Paulo	12.091,67	18.000,00	84
Alagoas	7.000,00	8.400,00	21
Mato Grosso	8.000,77	8.000,77	24
Rio de Janeiro	8.983,16	8.983,16	70
Roraima	12.800,00	12.800,00	24

Obs: Amapá e Roraima, transformados em estados pela Constituição, têm governadores indicados e só terão Assembleia Legislativa em 1991.
* Tocantins, criado pela Constituição, ainda paga os mesmos salários que Goiás.

Salários dos vereadores das capitais

Cidades	junho	julho
Belo Horizonte (MG)	8.718,28	11.589,71
Salvador (BA)	7.600,00	9.000,00
Miracema (TO)	8.191,40	8.191,40
Fortaleza (CE)	5.247,46	6.479,00
Goiânia (GO)	6.204,15	6.204,15
Belém (PA)	5.500,00	6.200,00
Porto Alegre (RS)	3.991,36	6.046,00
São Paulo (SP)	5.812,12	5.812,12
Aracaju (SE)	5.782,12	5.782,12
João Pessoa (PB)	5.727,50	5.727,50
São Luís (MA)	5.053,00	5.053,00
Maceió (AL)	4.829,15	4.829,15
Rio de Janeiro (RJ)	4.716,17	4.716,17
Cuiabá (MT)	4.705,00	4.705,00
Recife (PE)	4.293,40	4.293,40
Vitória (ES)	3.345,00	4.181,25
Curitiba (PR)	3.242,92	4.053,42
Rio Branco (AC)	3.800,00	3.800,00
Teresina (PI)	3.058,00	3.058,00
Florianópolis (SC)	2.749,17	2.749,17
Campo Grande (MS)	5.580,00	2.230,00

Obs: Não há informação das câmaras municipais de Natal (RN), Manaus (AM) e Porto Velho (RO).

JB 30/7/69

098

El país 1/8/88

Cuba: Detienen al ex Ministro del Interior

LA HABANA, 31 (EFE). — José Abrantes, ex titular del Ministerio del Interior de Cuba, y cuatro altos oficiales de dicho departamento han sido detenidos, informaron hoy fuentes oficiales.

Dichas fuentes agregaron que cinco generales de brigada fueron degradados a Coronel y pasados a la reserva.

Los detenidos son el general de Brigada Roberto González, ex jefe de Inmigración y Extranjería; Oscar Carreno Gómez, ex jefe de Aduana, el teniente coronel Rolando Castañeda Izquierdo, y Héctor Carbonell Méndez, ex director de una empresa vinculada al Ministerio del Interior durante muchos años.

Los generales de brigada Arsenio Franco Villanueva, Amado Valdés González, Félix Véliz Hernández, Miguel Bermejo Labrada y Manuel Suárez Álvarez fueron degradados a Coronel y pasados a retiro.

Las detenciones y degradaciones son consecuencia de las investigaciones llevadas a

cabo tras el escándalo desatado en Cuba por la implicación en el narcotráfico de miembros de las Fuerzas Armadas y Ministerio del Interior.

Según la nota difundida por la Agencia de Información Nacional (AIN), la decisión fue adoptada por la dirección del Partido Comunista Cubano, cuyo secretario general es Fidel Castro.

El comunicado dice que a raíz de los cambios que se produjeron en la dirección del Ministerio del Interior, surgieron indicios de transgresiones y violaciones de las leyes "cuya responsabilidad fundamental corresponde a la alta dirección de ese Ministerio".

La nota indica que se decidió detener a Abrantes "dada la necesidad de rectificar radicalmente tendencias y conductas incompatibles con los principios y leyes de nuestra sociedad, tales como negligencia en el cumplimiento del poder o tolerancia con los comportamientos corruptos".

Covas escolhe Almir Gabriel para ser seu novo vice

LONDRA, FR. — O candidato do PSDB a presidência da República, senador Mário Covas, anunciou nesta cidade a escolha de senador Almir Gabriel, do Pará, para vice de sua chapa, em substituição ao ex-governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, que renunciou. O nome de Gabriel foi definido no sábado, na reunião da cúpula do PSDB, em São Paulo, mas Covas deixou para fazer o anúncio em Londrina, eleito eleitoral do senador José Ribaldo, coordenador de sua campanha.



Almir Gabriel

Covas disse que escolheu "um nome que atenda as aspirações do partido". Entretanto, o nome do senador Roberto Santos, da Bahia, também esteve em cogitação. Santos teria sido finalmente descartado porque é filiado ao PMDB, mas o secretário-geral do PSDB, deputado Euclides Bráulio, deixou claro que a cúpula dos senadores temia que se repetisse com o ex-ministro, um político que veio do regime militar, e episódio da renúncia de Roberto Magalhães.

Talvez o Roberto Santos fosse uma opção melhor em termos ideológicos, mas não podíamos correr o risco de novos traumas internos no partido", confessou Scalco. Para o senador José Búbia, Almir Gabriel atraiu para Covas votos das regiões Norte e Nordeste.

Durante debate na Universidade Estadual de Londrina, pela manhã, Covas ainda tentou justificar a escolha inicial de Roberto Magalhães, dizendo que se tratava de um homem honrado e que tinha sido eleito governador de Pernambuco por voto direto. Mas foi muito mais seguro ao defender a escolha de Almir Gabriel. Lembrou a participação do senador parense na Constituição, como relator da Comissão da Ordem Social, e citou "posições progressistas" adotadas por ele durante a elaboração da Constituição.

No debate com estudantes e professores da universidade, Covas também procurou minimizar o "choque de capitalismo" propagado por ele há um mês, no Senado. "Em um discurso enérgico, que falava de reforma agrária, educação e saúde e tinha uma frase sobre choque de capitalismo. Foi só esta frase que apertou", explicou.

Falando para cerca de 800 pessoas, que se reuniram no anfiteatro do Centro de Ciências Biológicas, Covas conseguiu impressionar bem a platéia, onde predominavam partidários do PT. Depois do debate, Covas almoçou com 350 empresários e diplomatas da Escola Superior de Guerra.

Candidato diz que não defende a estatização

BRASILIA — Em sua primeira entrevista como candidato a vice-presidência na chapa de Mário Covas, o senador Almir Gabriel (PSDB-PA) observou que seu nome não deve levar os empresários a temer as posições estatizantes por ele adotadas durante todo o trabalho da Assembleia Constituinte. "O empresário que tem compromisso democrático não deve temer, mas se engajar nesse projeto que visa à retomada da seriedade e firmeza na gestão da empresa pública chamada 'União'. Ele afirmou que, na atual situação econômica, trabalhadores e empresários sofrem as consequências da inflação.

Enquanto a escolha de Roberto Magalhães levou a uma aproximação de Covas com o empreariado — principalmente depois que o candidato à Presidência da República pelo PSDB fez um discurso pregando um choque de capitalismo —, a ascensão de Almir Gabriel à chapa poderia levar o partido a pregar a teoria de que o estado deve estar presente na maioria das atividades econômicas de uma sociedade. Mas Almir Gabriel reagiu a esse entendimento.

"Gostaria que dissessem quais são minhas posições trabalhistas, além da previdência social. Se 20 milhões de trabalhadores são desassistidos neste país, eles não podem depender de uma previdência privada. É necessário que o estado assegure o funcionamento da grande seguradora do trabalhador, que é a previdência social", disse Almir Gabriel. O deputado Egidio Ferreira Lima (PSDB-PE), enviado ao lado do candidato, também procurou explicar a escolha do PSDB: "Não vejo motivo para que se discuta a escolha de Almir. Ele não pôs a chapa de Covas a esquerda. Ele sempre foi um homem de centro-esquerda, um progressista e não está muito distante de Roberto Magalhães".

O novo candidato a vice na chapa de Mário Covas disse que "a página Roberto Magalhães é uma página virada". "Espero que ela não se constitua em traumatismo irreparável para nós", afirmou. Com 463 mil 774 votos, Almir Gabriel teve 13,39 por cento da votação do Pará nas eleições de 1986, quando foi apoiado por Jader Barbalho e disputou numa coligação com o PSDB de Jarbas Passarinho, mas não considerou isso relevante: "um vice não vale apenas pelo número de votos que possa adicionar. Está na chapa para representar as regiões menos desenvolvidas do país". Jarbas Passarinho já anunciou que, embora permanecendo no PSDB, votará em Mário Covas.



Brasil — Gilberto Alves



Brasil — Protácio Nene (Agência Estado)

O censo dos funcionários para permitir a reabertura, hoje, do Congresso Nacional custou até a recomposição dos jardins. Foi uma demonstração de respeito concentrado, procedimento a que não se submetem os parlamentares, se quiserem entrar produtivamente no breve período de trabalho efetivo que têm pela frente. A 15 de setembro, Câmara e Senado entram em recesso branco (sessões sem votações), até depois das eleições de 15 de novembro. A pauta dessas próximas e escassas sessões nas está abarrotada: 72 projetos, decisões entre os 630 que pretendem concluir a regulamentação da Constituição, projetos de lei ordinários, e mensagens do Executivo, entre estas a apelação de Jumbó, que autoriza o governo a abrir créditos de NCs (29 bilhões).

A declaração de que o debate de TV "Bandeirantes, há duas semanas, era um programa de índio" e uma alusão a esta lamentada de que "os índios são geneticamente diferentes dos brancos", está deixando o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, em situação difícil com os líderes de diferentes nações indígenas. Um grupo de caciques esteve ontem, no confínio do candidato em Brasília, para pedir explicações, mas só foram recebidos por um assessor da campanha do ex-governador de Alagoas, Otaciano Nogueira. O psiquiatra 18 do programa de Collor, que trata da questão indígena, foi distribuído por Otaciano, mas o ex-deputado do PDT, o senhor Mário Jurema, protestou: "Isso é só um papel. Queremos ouvir o povo, pessoalmente". Jurema chegou com o assessor do candidato uma carta com ameaças, dizendo, entre outras coisas, que quanto à questão indígena, Collor "é formado, racista, ignorante e preconceituoso". O grupo de 30 índios em chafariz por Jurema e Marcos Tereza.

**Novo candidato
tucano é um
sanitarista**

Almir Gabriel é o novo vice de Covas

Faz pouco tempo que o senador paranaense, Almir José de Oliveira Gabriel, optou pela política partidária. Cirurgião e médico sanitário, nasceu em 18 de agosto de 1932, casado com dona Socorro e pai de quatro filhos. Almir Gabriel chegou à direção superior na estrutura do Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde Pública do Pará no governo Alcides Naves (1979-1983). Foi mantido no cargo pelo sucessor de Naves, o então governador Jader Barbalho, até ser por este nomeado prefeito de Belém, no desfecho de uma crise política envolvendo o então ministro da Previdência e o atual prefeito eleito de Belém, Sabá Xavier.

A gestão de Almir Gabriel na Secretaria de Saúde foi marcada por significativo trabalho administrativo no sentido do que, mais tarde, seria o Sistema Integrado e Descentralizado de Saúde, que o senador defendeu arduamente na Constituinte. Na Prefeitura de Belém, inaugurando um trabalho com componentes fortemente colegiais, Almir Gabriel fez uma administração que foi decisiva para sua eleição ao Senado Federal, quando conquistou votação maciça de eleitores da capital do Estado.

UM MODERADO — Candidato ao Senado numa composição equilibrada entre senador de esquerda e senador de direita, Almir Gabriel conseguiu sobressair-se à ala histórica do PMDB, elegendo-se por larga vantagem sobre o candidato à esquerda, Jarbas Pastarinho. Considerado um moderado pela esquerda, com a qual mantém boas relações, e apontado pela direita como um "risco", o senador Almir Gabriel trabalhou na Assembleia Nacional Constituinte particularmente na Comissão de Ordem Social, da qual foi relator, e especificamente nas questões vinculadas à saúde e à previdência, tendo introduzido o conceito de "seguridade social" na Constituição.

Ao se posicionar contra os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, sua situação no PMDB passou a deteriorar-se rapidamente, embora mantivesse boas relações pessoais com o governador Hélio Gueiros e com o ministro Jader Barbalho. Estas relações não foram suficientes, porém, para deter o processo divisionista que culminou com a saída do senador do PMDB, em junho passado, quando aderiu ao PSDB, no término de um processo que incluiu a organização dos tucanos no Pará, por membros de sua equipe, a partir de janeiro último. (AG)

O novo candidato a vice-presidente da República na chapa do senador Mário Covas (PSDB), é o senador paranaense Almir Gabriel (PA). Almir está exercendo seu primeiro mandato eletivo, tendo em 1986 a maior votação da história do Pará (455 mil votos), numa coligação com o PDS, que elegeu o senador Jarbas Pastarinho. Sua iniciação na vida político-partidária deve-se ao ministro da Previdência e Assistência Social, Jader Barbalho, que, em 1983, quando governador do Pará, convidou Almir para ser prefeito indicado de Belém, cargo que exerceu por 27 meses. Foi Jader também quem acertou sua candidatura ao Senado. A transferência do PMDB

para o PSDB aconteceu no último dia oito de julho. Embora em seu primeiro mandato, Almir Gabriel logo ficou conhecido como relator da Comissão da Ordem Social da Assembleia Nacional Constituinte, que tratava dos direitos do trabalhador, do servidor público, da saúde, da Previdência, do meio ambiente, dos negros, dos índios, dos deficientes e de outras minorias. No final do ano passado, o hoje vice do PSDB foi relator-geral de outra comissão, a Mista do Orçamento. Pelo trabalho desenvolvido nas duas comissões, o senador sempre foi visto como um político mais à esquerda, mesmo assim admirado pelos adversários pela competência

com que atuou nas relatorias. O senador Almir Gabriel completa 57 anos no próximo dia 18, é casado e possui cinco filhos. Por ocasião da última eleição presidencial, em 1960, ele votou e trabalhou para o general Henrique Lott, da UDN, que foi derrotado por Jânio Quadros, do PSD. Apesar de estar em seu primeiro mandato, o vice de Covas sempre interessou-se por política, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico de Medicina e vice-presidente da União Acadêmica Paranaense, no Pará, quando era estudante de Medicina. Médico, Almir Gabriel exerceu diversos cargos públicos na área de saúde. (Brasília/ZH)



Almir. "Não sou estatizante"

Senador nega tendência do(PSDB) para a direita

Ultrapassar a fase do capitalismo selvagem para um modelo em que a empresa contribua com o desenvolvimento, mas com os frutos desse desenvolvimento sendo usufruídos por todos. Essa é a proposta do novo candidato a vice-presidente da República na chapa do senador Mário Covas, do PSDB, senador Almir Gabriel (PA). Desta forma ele interpreta o discurso de Covas, no Senado, quando ele falou de "choque de capitalismo", refusingo informações de que o PSDB estaria caminhando do "à direita", em busca de um eleitorado mais conservador e do apoio do empresariado.

Almir Gabriel ficou sabendo que havia sido escolhido

do vice do PSDB, conforme anunciado por Covas, em Londrina, às 10 horas de ontem. Três horas antes, às sete, ele foi informado por Covas de que o vice seria anunciado em Londrina e que não deveria causar surpresa se o nome fosse o seu. Seu único contato com Covas, nos últimos dias, foi sábado, quando falou com ele por telefone.

ATUAÇÃO DO ESTADO — É esperado agora o apoio do senador Jarbas Pastarinho (PDS) e do ministro Jader Barbalho, que apoiaram Gabriel em sua eleição para o Senado, em 1986. Seu último contato com Jader foi antes

de sua mudança para o PSDB, para comunicar o fato. Já com Pastarinho ele diz que mantém "relações cordiais". Integrado na chapa do PSDB e não aceitando acusações de que Covas tem-se portado de forma incoerente, Almir Gabriel assegura que não é um político estatizante. "Defendo a atuação do Estado em áreas fundamentais, como saúde, educação e Previdência".

Seu compromisso é com a social-democracia, explica o senador, não aceitando o rótulo de "homem de esquerda". Por isso, acredita que os empresários modernos, que não têm nada a temer, devem apoiar a chapa. (Brasília/ZH)

B907620

02-02

098

J. B. 31/7/83

Bra

Brizola garante no Sul que vai ter apoio da esquerda no 2º turno

PORTO ALEGRE — O candidato do PDT ex-governador Leonel Brizola, prefere que seja o ex-governador Fernando Collor de Mello, candidato do PTN, o seu adversário no segundo turno, porque será um "exercício de competência desmistificá-lo". Brizola diz que na etapa decisiva do processo eleitoral representará "a democracia e o povo", enquanto Collor, "com sua cara sofisticada, vai representar o conservadorismo e a direita".

Brizola acredita que no final será apoiado pela esquerda, mas por enquanto prefere não citar nomes: "Vamos deixar que esse problema seja conduzido pelo processo social", disse. Citou como exemplo a vitória de Mário Soares sobre os conservadores, em Portugal: no primeiro turno a direita portuguesa tinha 47% dos votos, contra 27% do socialista Mário Soares, mas no segundo ele conseguiu 52% contra 48% dados para os conservadores.

Paraná — O ex-governador conversou com a imprensa gaúcha durante o café da manhã no Plaza São Rafael, um pouco antes de sair a passeio com sua mulher, Neusa, pela cidade, visitar amigos e almoçar com a família Sirotsky (proprietária da empresa jornalística Rede Brasil Sul de Comunicações, cuja emissora de TV é afiliada à Rede Globo). À noite ele voltou ao Rio, onde, a partir das 15h de hoje, participa de uma reunião do Diretório Nacional do PDT, para uma avaliação da campanha.

No sábado, o candidato do PDT cumpriu um roteiro diferente do que está acostumado desde que entrou em campanha. Recepcionou com um coquetel no Plaza São Rafael uma turma de 27 alunos da faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de quem foi paraninfo à noite. A turma de engenharia elétrica quebrou uma tradição de 100 anos ao convidar um paraninfo de fora da faculdade (tradicionalmente, os paraninfos são professores da própria escola), enquanto Brizola comemorava 40 anos de formatura como engenheiro, em 1949.

Socialismo — Uma prévia entre os alunos para avaliar se Brizola era mesmo unanimidade mostrou que, entre os 24 futuros engenheiros, com idade média de 23 anos (tudo não quiseram votar), ele tinha apenas 14 votos, enquanto seis se declararam indecisos, três preferem Lula, um votará em Mário Covas e outro em Collor. A escolha do nome de Leonel Brizola para paraninfo não teve conotação política, garantiu o estudante José Gabriel Gonçalves, o responsável pelo convite do candidato há três meses, um brizolista fanático.

Mas Brizola aproveitou a platéia de parentes e amigos dos estudantes — cerca de 1 mil pessoas —, para divulgar suas idéias. Num discurso de 40 minutos que arrancou aplausos, prometeu um capitalismo mais humano, com a presença do estado como exceção, para "enfrentar o egoísmo humano". "O estado se torna cada vez mais necessário para disciplinar setores cada vez mais complexos, mas não será um gestor de uma parafusaria de estatais falidas que estão aí, e sim das grandes empresas públicas como Petrobrás e Banco do Brasil", disse ele.

"A busca é pelo socialismo, no avanço de conquistas sociais" enfatizou. "Mas para que cheguemos a isso precisamos humanizar o capitalismo que aí está". Para ele, a questão da privatização versus estatização é um "falso dilema, colocado para os trouxas. O Brasil tem que buscar o interesse público".

01.01

8907622

Cresce número de indecisos

Na sexta pesquisa realizada este ano pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, o candidato do Partido de Reconstrução Nacional, Fernando Collor de Mello, caiu na preferência do eleitorado brasileiro, apesar de continuar na liderança. Como ele, caíram os candidatos dos demais partidos: Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB), Afif Domingos (PL), Aureliano Chaves (PFL), Roberto Freire (PCB), Ronaldo Caiado (PSD) e Affonso Camargo (PTB). Realizada logo após os primeiros debates entre os presidenciais, a pesquisa Gallup/Zero Hora mostra que aumentou o número de indecisos, de 13,4% em junho para 22,1% neste mês.

A queda dos candidatos, nas intenções de voto do eleitorado brasileiro, o crescimento dos indecisos e indefinidos e a baixa influência dos partidos na decisão dos eleitores são os principais resultados da pesquisa do Instituto Gallup de Opinião Pública, realizada entre os dias 15 e 24 deste mês, logo após os primeiros debates pela televisão entre os candidatos à Presidência da República. O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, lidera nas pesquisas, por exemplo, com 44,6% em junho para 38,7% em julho na pergunta direta, aquela em que o entrevistado responde espontaneamente à pergunta que pretende votar no próximo dia 15 de novembro. Na pergunta indireta, em que é mostrado o cartão com o nome do candidato ao entrevistado, a queda foi menor: de 44,6% a 42,0%. Outro detalhe importante é que a queda dos candidatos ocorreu de forma homogênea em todas as regiões.

Para realizar esta pesquisa, encomendada pelos jornais Zero Hora, Diário Catarinense, O Estado de São Paulo, de São Paulo; O Globo, do Rio de Janeiro; Jornal do Comércio, de Pernambuco, e a revista Isto É/Senhor de São Paulo, o Instituto Gallup entrevistou 1.047 eleitores de ambos os sexos em 193 cidades dispersas em 85 microrregiões homogêneas que compõem os 23 estados brasileiros. Ao analisar os resultados obtidos, o Instituto Gallup afirma que os debates entre os candidatos, dos quais não participou Fernando Collor de Mello (Ulysses Guimarães esteve presente no segundo), fizeram crescer a indecisão entre os eleitores. Quem não participou dos debates perdeu pontos. Mas quem participou não ganhou.

Apenas o candidato do PFL, ex-ministro Aureliano Chaves, teve uma alta insignificante na pergunta dirigida, passando de 1,5% em junho para 1,6% em julho.

O número de eleitores não definidos, aqueles que dizem não ter ainda escolhido em quem votar, subiu para 47% este mês. Eles representavam 44,6% em março; 39,5% em abril; 34,7% em maio e 30,9% em junho. Os indecisos - aqueles que não sabiam em quem votar se a eleição fosse realizada no momento em que respondem a pesquisa - subiram de 13% em junho para 22% em julho.

Partidos caem

A influência dos partidos sobre a decisão dos eleitores é cada vez menor. Entre abril e maio cresceu de 31% a 45% o número de eleitores que afirmam não ter qualquer preferência partidária. E caiu também a preferência pelos grandes partidos. Apenas o PRN, o PSDB e o PL subiram em relação ao mês passado. O partido de Collor passou de 7,5% a 8,4%; o de Mário Covas, de 1,7% a 2,3%; e o de Afif Domingos de 6,7% a 7,4%.

A preferência do eleitorado pelos partidos políticos vem sendo medida pelo Gallup desde fevereiro e o Partido de Reconstrução Nacional, que aparece indicado por um traço até maio, se encontra agora em terceiro lugar, logo após o PMDB e o PT, sendo seguido pelo PDT. Comparativamente ao mês passado, todos os partidos mais antigos perderam pontos. O PMDB caiu de 17,2% para 12,0%; o PT, de 11,1% para 9,4%; o PDT, de 8,9% para 6,3%; o PFL, de

8,9% para 6,4%; o PDS, de 8,9% para 5,1%; e o PTB de 2,5% para 1,9% (ver tabela 1).

Se comparados com fevereiro, os resultados desta pesquisa mostram que a maior queda foi a do PT, que naquele mês era o líder na preferência do eleitorado, com 23,4%, contra os 17,7% do PMDB e os 8,9% do PDT. O índice de indiferentes esteve mais baixo em fevereiro, tendo se mantido na casa dos 30 pontos até este mês: 29,4% em fevereiro; 34,5% em março; 31,0% em abril; 37,0 em maio; 38,3% em junho e 45,2% em julho.

Interesse sobe

Em julho, se comparado com os meses anteriores, cresceu o interesse

se do eleitor pelo pleito. O Instituto Gallup afirma que "isto significa que os debates entre os candidatos, que já foram transmitidos pela televisão, ampliaram a atenção do eleitorado, mostrando que as pessoas estão procurando consolidar suas escolhas."

Este item vem sendo medido pelo Gallup desde maio e o número dos que não estão acompanhando as notícias sobre as eleições baixou de

32,7% em maio para 22,1% em julho, chegando a 29,7% agora em julho. A pergunta sobre se está acompanhando o noticiário sobre o sucesso presidencial, com muito interesse responderam afirmativamente 31,4% do eleitorado, este mês, contra os 26,7% de junho e 27,0% de maio. O índice dos que estão acompanhando com pouco interesse segue sendo o maior: 47,9% este mês contra os 41,3% de junho e os 48,3% de maio.

Tabela 1
Preferências por partidos políticos

	Fev %	Mar %	Abr %	Mai %	Jun %	Jul %
PMDB	17.7	17.8	18.5	18.6	17.2	12.0
PT	23.4	19.0	20.8	12.2	11.1	9.4
PRN	-	-	-	-	7.5	8.4
PDT	8.1	8.0	8.2	8.5	6.8	6.3
PFL	6.6	6.5	5.6	7.5	5.8	5.4
PDS	4.7	5.7	4.2	5.2	5.9	5.1
PSDB	1.4	1.3	1.8	2.3	1.7	2.2
PTB	3.9	2.7	3.2	2.6	2.5	1.8
PL	1.6	2.1	2.2	1.2	0.7	1.4
Outros	2.2	2.4	4.5	4.9	2.5	2.8
Indiferentes	30.4	34.5	31.0	37.0	38.3	45.2
Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Este foi o método utilizado

Para realizar esta pesquisa de opinião, o Instituto Gallup de Opinião Pública considerou como universo o eleitorado brasileiro já cadastrado e residente em áreas urbanas com mais de mil habitantes. A definição da amostra foi feita de maneira a representar o universo considerado, com base em dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A definição de classes sócio-econômicas se deu de acordo com os critérios propostos pela Associação Brasileira de Anunciantes e pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisas de Mercado.

Os dados foram obtidos "através da técnica de entrevistas pessoais e domiciliares." O Gallup informa também que adotou o método de amostragem de probabilidade da área em múltiplos estágios, que se baseia nos seguintes procedimentos: estratificação de todas as áreas urbanas brasileiras segundo o tamanho, dentro de cada estado e região; sorteio das cidades a serem incluídas na amostra (as capitais e as maiores cidades de cada Estado são automaticamente incluídas); sorteio dos quarteirões a serem percorridos em cada cidade incluída na

amostra; arrolamento de todos os domicílios existentes em cada quarteirão sorteado, para sorteio por intervalos regulares, dos domicílios a serem visitados, e sorteio de um eleitor por domicílio a ser entrevistado.

Assim, o número de eleitores entrevistados por sexo, por classe sócio-econômica e por idade correspondem ao índice de sua participação no eleitorado brasileiro. A distribuição por regiões também obedeceu à participação de cada uma no total do eleitorado. A pesquisa Gallup de julho fez 3.067 entrevistas em 193 cidades, sendo entrevistados 1.488 eleitores do sexo masculino e 1.579 eleitores do sexo feminino. Entre as classes sócio-econômicas a divisão foi a seguinte: 249 entrevistas na classe A; 556 na B; 1.013 na C e 1.238 na D/E. As entrevistas por grupos de idade foram assim definidas: 1.315 entre os eleitores de 18 a 29 anos; 1.059 entre os de 30 a 49 anos; 673 entre os eleitores com mais de 50 anos. O Gallup realizou 1.457 entrevistas na Região Sudeste; 430 na Região Sul; 764 na Região Nordeste e 376 nas regiões Norte e Centro-Oeste.

0907623

Tabela 2

Entre os candidatos que estão sendo apontados atualmente, você já escolheu em quem votar para presidente da República?

	Fev %	Mar %	Abr %	Mai %	Jun %	Jul %
Fernando Collor	6,5	8,9	13,8	32,6	48,8	33,7
Leonel Brizola	12,3	10,5	12,3	10,6	10,8	7,1
Lula	12,1	8,3	10,2	5,3	4,6	3,7
Mário Covas	2,5	3,2	3,3	2,8	3,5	2,1
Paulo Maluf	1,5	1,4	1,0	1,1	2,6	1,9
Ulysses Guimarães	2,4	1,8	2,4	3,8	2,2	1,4
Alf. Domingos	0,4	0,3	0,8	0,3	1,8	1,1
Roberto Freire				0,7	0,8	0,8
Aureliano Chaves	0,9	1,4	1,1	0,7	0,7	0,5
Ronaldo Caiado		0,6	0,4	0,3	0,4	0,4
Outros nomes	21,3	19,9	16,9	7,9	1,7	0,5
Alguns não responderam em quem votar	48,1	44,6	28,5	24,7	28,8	47,9
Bases	2000	2200	2200	2000	2043	2047

Tabela 3

Em qual destes candidatos você votaria com certeza?

	Fev %	Mar %	Abr %	Mai %	Jun %	Jul %
Fernando Collor	11,9	13,8	16,9	37,8	44,8	42,9
Leonel Brizola	15,5	14,5	15,6	13,9	12,2	9,1
Lula	15,9	11,8	15,1	8,1	5,5	5,5
Mário Covas	5,7	7,1	5,7	4,6	4,7	4,6
Paulo Maluf	3,9	4,7	3,7	2,6	4,8	3,2
Ulysses Guimarães	5,4	5,2	5,2	5,4	3,7	2,8
Alf. Domingos	0,8	0,9	1,4	0,8	2,2	2,0
Aureliano Chaves	3,4	3,4	4,1	2,8	1,5	1,6
Roberto Freire	0,6	(*)	(*)	1,4	1,3	1,1
Ronaldo Caiado	(*)	1,6	0,6	0,7	0,9	0,7
Afonso Camargo	(*)	(*)	(*)	(*)	0,3	0,3
Em branco	9,9	10,8	6,3	7,5	5,7	5,8
Indecisos	15,8	13,7	10,1	13,2	13,4	22,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Bases	2000	2200	2200	2000	2043	2047

(*) Não incluídas no gráfico.

Todos candidatos perderam pontos

Carlos Mathews, diretor do Gallup, afirma que a resposta à pergunta indutida, em que os candidatos crescem alguns pontos, é a que retrata a realidade atual e representa, com pequena margem de erro, a tendência do eleitorado brasileiro. Para Mathews, os índices são, muitas vezes, o grande indicativo de tendência. "Se na próxima pesquisa cair o número de indecisos e outro candidato subir, ele poderá se aproximar de Collor. Se algum tivesse subido nesta pesquisa seria um prenúncio. Mas não sou eu", afirma Mathews. Os indecisos que em junho representavam 13,4% do eleitorado, agora já são 22,1%, sendo que o eleitor mais indeciso (20,1%) é o maior de 50 anos.

Na resposta indutida, a preferência por Collor é maior na classe C. O preferível do PRN é o preferido de 22,8% dos eleitores da classe A, sendo que Mário Covas conta com 8,7% dos votos desta classe e Brizola com 8,1%. Logo a seguir vêm Alf. Domingos, 7,3%; Lula, 5,5%; Roberto Freire, 3,9%; Paulo Maluf, 3,1%; Ulysses Guimarães, 3,0%; Aureliano Chaves, 2,3%; Ronaldo Caiado, 0,7% e Afonso Camargo, 0,3%. Entre os eleitores da classe A, 4,4% vão votar em branco e 22,8% estão indecisos.

Na classe B, aumenta a preferência por Collor e Brizola sobre para o segundo lugar, sendo que Mário Covas chega em quarto, depois de Lula. Os votos desta classe estão assim divididos: Collor - 40,6%; Brizola - 8,9%; Lula - 5,9%; Mário Covas - 5,0%; Alf. Domingos - 3,7%; Paulo Maluf - 2,6%; Ulysses Guimarães - 1,6%; Aureliano Chaves - 1,0%; Roberto Freire - 1,3%; Ronaldo Caiado - 1,1%; Afonso Camargo - 0,3%; brancos - 6,6% e indecisos - 21,3%.

As preferências por Collor, Brizola e Lula crescem ainda mais entre

os eleitores da classe C e caem um pouco (apenas Brizola se mantém estável) entre os da classe D/E. Os eleitores da classe C, se eleição fosse este mês, votariam assim: Collor, 43,8%; Brizola, 9,3%; Lula, 6,2%; Mário Covas, 4,4%; Paulo Maluf, 4,3%; Ulysses Guimarães, 3,2%; Alf. Domingos, 2,0%; Aureliano Chaves, 0,9%; Ronaldo Caiado, 0,9%; Roberto Freire, 0,8%; em branco, 3,8%, e indecisos, 20,4%. Os votos da classe D/E seriam assim distribuídos: Collor, 42,9%; Brizola, 9,2%; Lula, 5,3%; Mário Covas, 3,7%; Ulysses Guimarães, 3,1%; Paulo Maluf, 2,8%; Aureliano Chaves, 2,0%; Roberto Freire, 0,8%; Ronaldo Caiado, 0,5%; Afonso Camargo, que não aparece nas preferências dos eleitores da classe C, 0,5%; Alf. Domingos, 0,2%; brancos, 5,4%, e indecisos, 23,5%.

Apesar da maioria dos candidatos terem obtido menores índices de preferência dos eleitores, por classe social, as posições se mantiveram inalteradas em relação ao mês passado. Na preferência da classe A todos os candidatos caíram um pouco, mas Afonso Camargo, que aparecia marcado por um traço no mês passado, obteve 0,3% das preferências este mês. Entre os eleitores da classe B, os únicos a subirem foram Lula (de 4,2% para 5,9%) e Aureliano Chaves (de 0,9% no mês passado para 1,6% este mês). Na classe C, subiram Lula (de 4,9% para 6,2%); Mário Covas (de 2,7% para 4,4%); Paulo Maluf (de 2,8% para 4,3%); Ulysses Guimarães (de 2,0% para 3,2%); Alf. Domingos (de 1,7% para 2,0%), e Ronaldo Caiado (de 0,5% para 0,9%). Na classe D/E cresceram Collor (de 42,1% para 42,9%); Mário Covas (de 3,5% para 3,7%) e Aureliano Chaves (de 1,9% para 2,0%). Afonso Camargo se manteve estável em 0,5%.

Collor de Mello tem agora 42% dos votos

Se as eleições fossem realizadas este mês, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, seria o novo presidente do Brasil. Com menor número de votos, é verdade, do que teria em junho, mas seria o sucessor do presidente José Sarney. De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, Collor chegaria ao segundo turno com 42,0% dos votos dos eleitores brasileiros e no segundo turno venceria candidatos como Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT) em uma proporção média de sete em cada 10 votos.

Nas respostas espontâneas à pergunta "entre os candidatos que estão sendo apontados atualmente, o sr.(a)/você já escolheu em quem votar para presidente da República?", Collor de Mello recebeu 33,7% das intenções de voto, menos que os 40,6% recebidos em junho. Carlos Mathews, diretor do Gallup, afirma que esta pergunta simula a situação de quando o eleitor está na fila para votar. Se ele se mostra indeciso sobre o voto, então lhe são apresentadas as fichas com os nomes dos candidatos, simulando a chegada de eleitor a urna, onde sempre estão afixadas as listas com nomes dos candidatos. Nesta segunda pergunta, a preferência por Collor cresce alguns pontos, chegando a 42,0% da preferência dos eleitores, menor do que o índice obtido no mês passado, que

foi de 44,8% (veja as tabelas 2 e 3).

A tabela dois mostra que, na resposta espontânea, todos os candidatos caíram na preferência do eleitorado e aumentou - e muito - o número de indefinidos. Esta preferência vem sendo medida pelo Gallup desde dezembro passado, quando o candidato do PRN contava com 3,4% dos votos contra 18,6% de Brizola, o preferido naquele momento, e 8,7% de Lula, então o segundo colocado. O crescimento de Collor e a queda de Brizola começaram em abril, quando o candidato do PDT recebeu, na pesquisa realizada pelo Gallup, 12,3% dos votos e Collor 13%. Lula ficou com 10,2%. Nos dois meses seguintes, o presidente do Partido de Reconstrução Nacional disparou com 32,6% em maio e 40,6% em junho. Este mês, a resposta espontânea em favor de Collor já não foi tão intensa.

Comparativamente ao mês passado, nas intenções espontâneas de voto, a situação é a seguinte: Collor ainda em primeiro lugar com 33,7% dos votos (em junho tinha 40,6%); Brizola, 7,1% (tinha 10,6%); Lula, 3,7% (estava com 4,5%); Mário Covas, 2,1% (3,5%); Paulo Maluf, 1,9% (2,6%); Ulysses Guimarães, 1,6% (2,2%); Alf. Domingos, 1,1% (1,6%); Roberto Freire, 0,8% (0,8%); Aureliano Chaves, 0,5% (0,7%) e Ronaldo Caiado permaneceu nos 0,4% obtidos no mês passado. O número de indefi-

dos, no entanto, teve um alto considerável, de 30,8% em junho para 47,0% em julho.

Na resposta indutida, o quadro de queda permanece o mesmo, apesar dos candidatos obterem um índice maior de adesão. E aí surge a decisão de 5,0% do eleitorado de votar em branco. E os indecisos, que no mês passado representavam 13,4% do eleitorado, agora chegam a 22,1%. Na resposta indutida, o candidato do PTB, deputado Afonso Camargo, que não aparece na espontânea, obtém a preferência de 0,3% do eleitorado, o mesmo índice que obteve no mês passado. A pergunta "em qual destes candidatos o sr.(a)/você votaria com certeza?" vem sendo feita pelo Gallup desde fevereiro deste ano, quando Collor obteve 11,9% contra os 6,5% obtidos na resposta espontânea.

Se a eleição fosse este mês e o eleitor estivesse na cabine com o voto na mão, Collor e Brizola chegariam ao segundo turno. O candidato do PRN com 42,0% dos votos e o do PDT com 9,1% dos votos. Logo após viriam Lula, com 5,5% da preferência do eleitorado; Mário Covas, 4,6%; Paulo Maluf, 3,2%; Ulysses Guimarães, 2,8%; Alf. Domingos, 2,0%; Aureliano Chaves, 1,6%; Roberto Freire, 1,1%; Ronaldo Caiado, 0,9%; Afonso Camargo, 0,3%. Em relação ao mês passado, apenas Lula se manteve nos 5,5% e Aureliano Chaves subiu de 1,9% para 1,6% (veja tabela 3).

Queda nas regiões foi homogênea

Os candidatos caíram na preferência dos eleitores de forma homogênea nas quatro regiões do País. Collor caiu nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Brizola só não caiu na Região Centro-Oeste, onde Mário Covas também cresceu. Na Região Sul, Ulysses ultrapassou Lula e Covas, mas perdeu terreno nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. E a Região Sul é a que apresenta maior índice de indecisos (veja tabela 5).

A maior força do candidato do PRN se encontra nas regiões Nordeste (48,5% das intenções de voto) e Centro-Oeste (48,6%), enquanto a maior base eleitoral do candidato do PDT, Leonel Brizola, segue sendo a Região Sul, onde ele conta com 20,9% das intenções de voto. A região que se propõe a dar menos votos a Brizola é a Centro-Oeste: 5,9% do total de votos.

Na Região Sul, Ulysses Guimarães, Alf. Domingos e Ronaldo Caiado subiram na preferência dos eleitores. Os votos desta região, em comparação ao mês passado, estão assim distribuídos: Collor de Mello, 31,5% contra os 35,5% do mês passado; Brizola, 20,9% contra os anteriores 27,2%; Ulysses Guimarães, 3,2% contra os 1,9% de junho; Lula, 2,9% contra 4,9%; Mário Covas, 2,5% contra 4,7%; Alf. Domingos, 2,0% contra os 1,5%; Caiado, 1,3% contra os 0,7% de junho; Paulo Maluf baixou de 1,8% para 0,9%, o mesmo índice obtido por Afonso Camargo, que em junho havia conseguido 1,2% da preferência. Roberto Freire baixou de 0,8% para 0,7% e Aureliano Chaves de 0,8% para 0,4%. Nesta região a intenção de votos em branco também baixou de 5,9% para 4,4%, mas o número de indecisos aumentou de 13,5% para 29%.

Tabela 5

Em qual destes candidatos você votaria com certeza? 31/7/88

	Região Sul %	Região Sudeste %	Região Nordeste %	Região Centro-Oeste %
Fernando Collor	31,5	41,8	48,5	48,6
Leonel Brizola	20,9	8,4	8,4	5,9
Ulysses Guimarães	3,2	3,2	5,8	4,6
Lula	2,9	5,4	4,1	4,6
Mário Covas	2,5	5,4	4,1	2,1
Alf. Domingos	2,0	2,3	2,2	2,0
Ronaldo Caiado	1,3	2,0	1,3	1,3
Paulo Maluf	0,9	2,0	1,3	1,3
Afonso Camargo	0,3	0,7	0,3	0,3
Roberto Freire	0,7	0,7	0,2	0,4
Aureliano Chaves	0,4	0,1	0,1	0,2
Outros		5,9	5,7	4,6
Em branco	4,4	5,9	5,7	4,6
Indecisos	29,0	20,1	21,4	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Bases	400	1000	700	300

Na região Sudeste, além dos indecisos, subiram as intenções de voto em Aureliano Chaves e Roberto Freire, sendo que os eleitores de Mário Covas se mantiveram fiéis. Os eleitores de Collor baixaram de 48,0% para 41,8%; os de Brizola, de 12,3% para 8,4%; os de Lula, de 4,4% para 5,9%. A preferência por Mário Covas se manteve em 5,4%, o mesmo índice obtido este mês por Maluf, que em junho tinha a preferência de 5,2% do eleitorado do Sudeste. Alf. Domingos baixou de 2,7% para 2,0%; Ulysses Guimarães de 3,2% para 2,0%; Ronaldo Caiado de 1,0% para 0,7% e Afonso Camargo de 0,8% para 0,3%. Aureliano Chaves subiu de 1,8% para 2,0% e Roberto Freire de 0,6% para 0,7%. No Sudeste, 5,0% dos eleitores pensam em votar em branco (em junho eram 5,7% do eleitorado) e os indecisos

passaram de 11,3% para 20,1%. Lula e Mário Covas cresceram nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Paulo Maluf cresceu na Região Nordeste e Brizola e Ronaldo Caiado cresceram na Região Centro-Oeste. Os demais caíram. Collor, o preferido, caiu de 48,1% para 48,6% na Região Nordeste e de 55,0% para 48,0% na Região Centro-Oeste. Nas duas regiões aumentou o número de indecisos. Na Nordeste, ele passou de 16,5% para 21,4% e na Região Centro-Oeste de 18,0% para 20,9%. A intenção de votar em branco se manteve estável na região Nordeste (5,7%) e decresceu na Centro-Oeste, passando de 5,9% para 4,6%. Brizola, que é o segundo colocado na preferência dos eleitores das demais regiões, desce para o quarto lugar na Região Centro-Oeste, depois de Collor, Lula e Mário Covas (veja tabela 5).

8907623

Jovens elegem Collor com 61.2% dos votos

Se dependesse do voto dos eleitores entre 16 e 17 anos, Fernando Collor de Mello sairia presidente já no primeiro turno, sem necessidade de disputar a Presidência com outro candidato. A pesquisa feita pelo Gallup entre os dias 15 e 24 deste mês mostra que 61.2% dos eleitores desta faixa etária votariam em Collor de Mello, bem mais dos que os 45.2% que se propunham a dar o seu voto ao candidato do PRN no próximo dia 15 de novembro. Mas, se aumentou o número dos jovens que preferem Collor, diminuiu o dos que darão o seu voto a Leonel Brizola, do PDT: 8.0% ao invés dos 13.7% do mês passado. E quem deu um salto na preferência jovem foi Mário Covas, do PSDB, que pulou de 1.6% em junho para 7.1% em julho. Luís Inácio Lula da Silva, do PT, caiu de 3.2% para 3.0%; Roberto Freire (PCB), de 7.5% para 2.2%; Ulysses Guimarães (PMDB), de

5.5% para 1.0% e Afif Domingos (PL), de 2.0% para 1.1%. Os demais candidatos viraram traço nesta estatística, incluindo Paulo Maluf, que em junho tinha 4.2% da preferência dos eleitores jovens e Ronaldo Caiado, que tinha 1.1% (veja tabela 4).

Entre os eleitores de 18 a 29 anos, o líder das pesquisas caiu. A preferência deste eleitorado em relação ao mês passado é a seguinte: Collor baixou de 46.8% para 43.1%; Brizola de 12.7% para 9.4%; Lula subiu de 7.6% para 8.3%; Mário Covas também subiu de 4.2% para 4.7%; Paulo Maluf caiu de 3.7% para 2.5%; Ulysses Guimarães de 2.7% para 2.4%; Afif Domingos cresceu de 1.8% para 1.9%, Aureliano Chaves de 1.4% para 1.7% e Ronaldo Caiado de 0.4% para 0.5%. Roberto Freire caiu de 1.6% para 0.9% e Afonso Camargo de 0.8% para 0.5%.

Entre os eleitores da faixa etária dos 30 aos 49 anos de

idade, apenas Roberto Freire cresceu e Afif Domingos e Afonso Camargo se mantiveram estáveis. Os votos destes eleitores estão assim distribuídos, comparativamente ao mês de junho: Collor de Mello baixou de 48.3% para 42.1%; Brizola de 11.7% para 10.5%; Lula de 5.0% para 4.4%; Mário Covas, de 5.6% para 4.3%; Paulo Maluf, de 4.2% para 3.9%; Ulysses Guimarães, de 3.5% para 2.8%; Aureliano Chaves de 1.5% para 1.3% e Ronaldo Caiado de 1.1% para 0.9%. Roberto Freire cresceu de 1.1% para 1.3% e Afif Domingos permaneceu com 1.9% das intenções de voto desta faixa etária e Afonso Camargo manteve os 0.1% alcançados o mês passado.

O menor índice de preferência pelo candidato do PRN está realmente entre os eleitores com 50 anos ou mais. Aqui também a queda foi maior do que a alta. Lula e Aureliano se mantiveram estáveis e Mário Covas, Ro-

Tabela 4

Em qual destes candidatos você votaria com certeza?

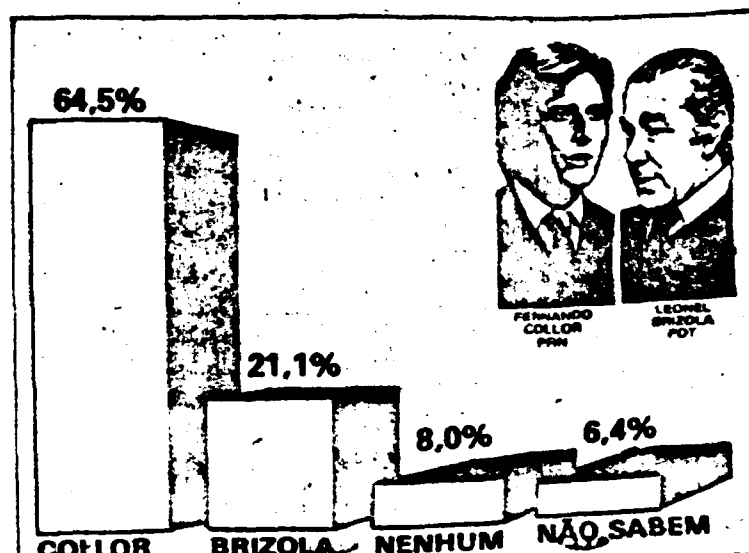
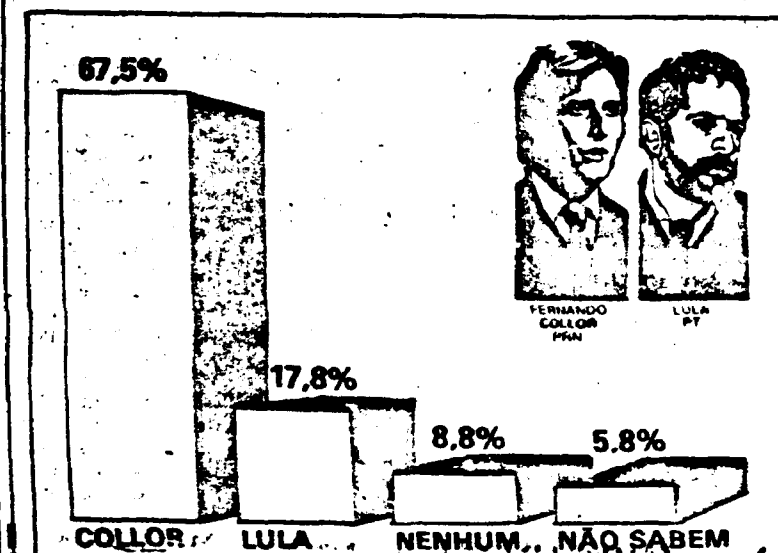
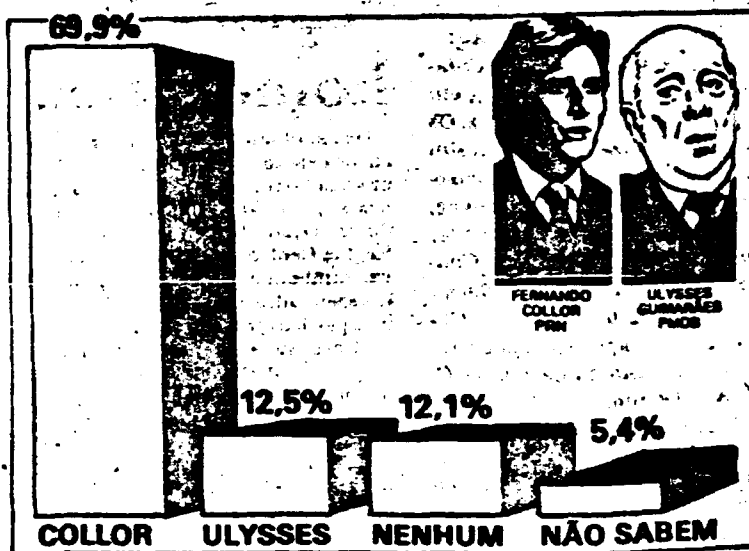
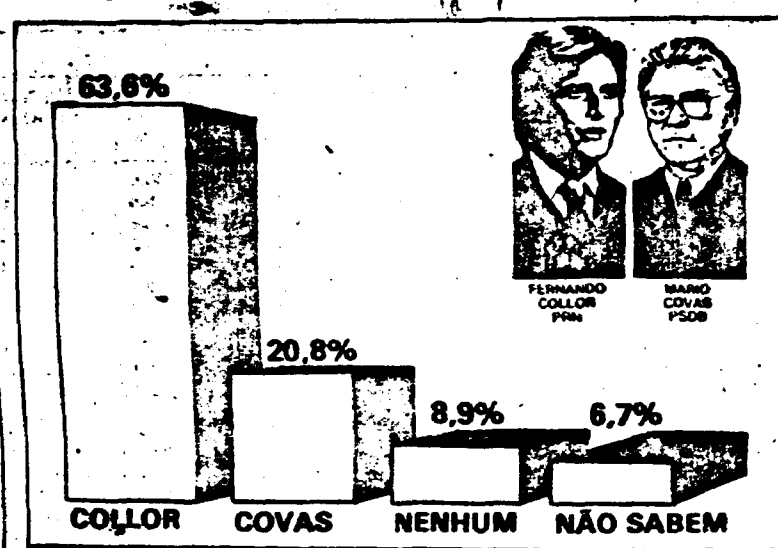
	Julho			
	16-17 anos %	18-29 anos %	30/49 anos %	50 anos ou mais %
Fernando Collor	61.2	43.1	42.1	37.8
Leonel Brizola	8.0	9.4	10.5	8.6
Mário Covas	7.1	4.3	4.4	4.6
Lula	3.0	4.7	4.3	4.6
Roberto Freire	2.2	2.5	3.9	3.5
Ulysses Guimarães	1.8	2.4	2.8	2.6
Afif Domingos	1.1	1.9	1.9	2.5
Paulo Maluf	-	1.7	1.3	1.8
Ronaldo Caiado	-	0.9	1.3	1.6
Aureliano Chaves	-	0.5	0.9	0.7
Afonso Camargo	-	0.5	0.1	0.2
Outros	-	-	-	0.2
Em branco	3.9	4.6	5.3	5.2
Indecisos	11.8	19.6	21.3	23.2
Totais	100.0	100.0	100.0	100.0
Bases	67	1248	1050	673

berto Freire e Afonso Camargo cresceram. Se as eleições fossem este mês, os eleitores de 50 anos ou mais votariam, em relação ao mês passado, da seguinte forma: Collor receberia 37.8% dos votos contra os 42.4% que recebeu em junho. Brizola teria 6.6% dos votos contra os 11.8% do mês passado. Mário Covas cresceu na preferência: 4.6% contra

os 4.4% anteriores; Ulysses Guimarães, 4.0% contra os 5.5%; Paulo Maluf, 3.5% contra os 4.3% que tinha; Lula se mantém estável nos 4.6%; Afif Domingos baixou de 3.6% para 2.5%; Aureliano conservou seus 0.7%; Ronaldo Caiado caiu de 1.1% para 1.0%; Roberto Freire cresceu de 0.3% para 0.7%; Afonso Camargo passou de traço para 0.2% (tabela 4).

No segundo turno, ninguém bate o candidato do PRN

Tabela 6



segundo turno das eleições, Collor de Mello enfrenta a quatro opositores: Leonel Brizola, do PDT, ou Mário Covas, do PSDB, ou Ulysses Guimarães, do PMDB, ou ainda Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Ainda elevando os índices superiores a 60% dos votos, a distância maior seria entre Collor e Ulysses e a menor entre Collor e Lula (veja tabela 6).

Se Collor chegar ao segundo turno disputando a Presidência com Leonel Brizola e se ambos não se desistirem de se elegerem, o segundo turno das eleições presidenciais terá, portanto, 6.9% das eleições não votariam em nenhum dos dois e 6.6% ainda não sabem em quem votar. Se o adversário fosse Mário Covas, o número dos que não votariam em nenhum dos dois e dos que não sabem ainda em quem votar a diminuiria para 6.0% e 6.6%, respectivamente, votos dados a Collor e a Covas, sendo que 6.9% não votariam em qualquer um dos dois e 6.7% ainda não sabem em qual dos dois votaria.

A terceira simulação feita pelo Gallup coloca em segundo turno os candidatos do PRN e do PMDB. Al Collor dispara e o número de eleitores que não votaria em nenhum dos candidatos é o maior de todas. No segundo turno, Collor e Ulysses Guimarães teriam 69.9% e 12.5% dos votos, não votaria em qualquer um dos dois, sendo que 6.4%, se a eleição fosse hoje, não saberiam em qual dos dois votaria. No caso da disputa ser entre Collor e o candidato do PT, o quadro seria o seguinte: 67.5% dos eleitores votaria em Collor, 17.8% em Lula, 8.8% não votariam em nenhum e 5.8% não saberiam em quem votar (veja tabela 6).

8907622

Partidos não decidirão o pleito

Depois de acompanhar os dois primeiros debates dos presidentes pela televisão, o eleitor brasileiro se mostra mais inseguro sobre em quem votar. E revela também que a escolha que fará no próximo dia 15 de novembro não deverá sofrer influências das parti-
das. Esta é uma eleição solitária e que se revela, também, uma eleição, pelo menos no primeiro turno, sem ideologização. A tendência atual é a da escolha do candidato por suas próprias qualidades. Assim, se explica o crescimento do PRN, legenda capitaneada pelo ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, líder na pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, entre 15 e 24 deste mês, para os jornais Zero Hora, O Estado de São Paulo, de São Paulo, O Globo, de Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, de Pernambuco, e revista Isto É / Senhor.

Até mesmo tempo que aumentaram as dúvidas do eleitorado, os debates políticos provocaram um aumento de interesse pelo noticiário político. No mês de julho, 79,9% do eleitorado acompanha o noticiário sobre a sucessão presidencial com muito ou pouco interesse, mas acompanha. No mês de junho este índice era de 67,9%. Esta conscientização fez com que o eleitorado se fixasse nos nomes dos candidatos mais conhecidos e diminuiu a sua tendência de votar em branco.

A pesquisa Gallup mostra ainda que, de dezembro do ano passado a este mês, o eleitorado consolidou sua preferência por 11 dos candidatos, diminuindo o número dos que votariam em "outros nomes". Nas respostas espontâneas - aquela em que o entrevistado, sem estímulo, diz o nome do seu candidato - aparecem desde maio os nomes de Fernando Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB), Afonso Camargo (PL), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (UTV), Ronaldo Caiado (PDS). São os nomes dos candidatos do PTB, Afonso Camargo, que ganha adesão na resposta induzida, em que o entrevistado apresenta a nominata dos candidatos ao entrevistado, como se o eleitor já estivesse na cabina de votação, onde há sempre a listagem dos candidatos.

Outros nomes

A opção por outros nomes que não os dos mais conhecidos era feita por 19,0% do eleitorado. Naquele momento, Leonel Brizola era o líder das preferências, seguido por Lula

(8,7%), Collor (8,4%), Mário Covas (2,0%), Paulo Maluf (2,4%), Ulysses Guimarães (2,4%) e Aureliano Chaves (0,8%). O índice dos que ainda não haviam decidido em quem votar era de 47,1%, praticamente igual ao índice deste mês, que é de 47,0%. A preferência por outros nomes cresceu em fevereiro para 21,3% e entre os nomes citados espontaneamente pelos entrevistados surgiu o de Afif Domingos, do PL.

Em março, começou a decrescer a preferência por candidatos que não os mais conhecidos. Naquele mês, o eleitorado passa a citar também o candidato do PDS, Ronaldo Caiado, e 19,9% do eleitorado citam "outros nomes". Em abril, o índice é de 18,0%. Em maio, o candidato do PCB, Roberto Freire, passa a ser apontado de forma espontânea, e a preferência por outros nomes cai para 7,9%.

No mês passado a opção por outros nomes foi feita por 1,7% dos eleitores, sendo que este mês, apesar de mais indefinido, o eleitor se fixou ainda mais nas candidaturas amplamente divulgadas, caindo para 0,5% a preferência por outros nomes (veja tabela).

Na resposta espontânea não surge a preferência pelo voto em branco, que é revelada na induzida. A tendência pelo voto em branco, medida pela Gallup desde fevereiro deste ano, alcançou seu ponto mais alto em março, tendo caído gradativamente até este mês.

Voto em branco

A pesquisa Gallup/Zero Hora mostra que a medida em que diminui a tendência pelo voto em branco cresce o número dos indecisos, daqueles que chegarão às urnas sem saber em quem votar. Em fevereiro, 9,9% dos eleitores afirmavam que votariam em branco e 15,0% se revelavam indecisos. Em março, cresceu o número dos que não votariam em qualquer candidato e diminuiu o número de indecisos: 10% votariam em branco e 12,7% não sabiam quem escolher.

A preferência pelo voto em branco caiu em abril para 6,3% e o número de indecisos ficou em 10,1%. Em maio crescem os votos em branco (7,5%) e também aumenta o número de eleitores indecisos (12,2%). A tendência de alta, no entanto, permanece apenas quanto aos indecisos. Em junho, 8,7% dizem que votariam em branco, enquanto 13,4% se revelavam indecisos. Este mês, 5,0% do eleitorado afirmam que, se a eleição fosse agora, não escolheriam nenhum dos candidatos, preferindo o voto em branco. (veja tabela 2).

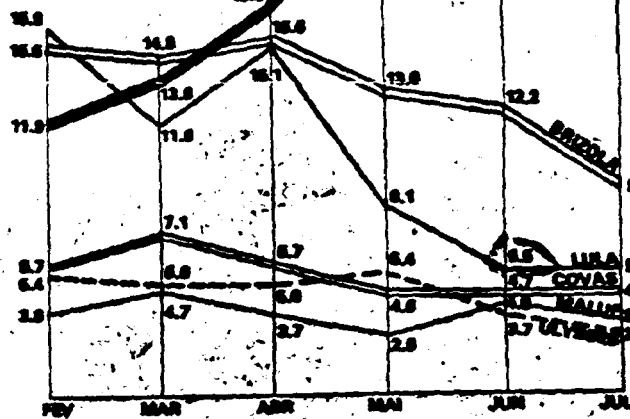


Tabela 1: Povo mostra inconformismo, afirma Simon

Na opinião do governador Pedro Simon, a pesquisa Gallup/ZH reflete uma preferência real pelo candidato do PRN, atribuindo essa tendência ao clima de inconformismo absoluto que existe hoje no País. Diz o governador do Estado que o povo está de mal com o mundo e projeta sua esperança em um candidato como Collor, que para o eleitor com experiência política representa uma novidade em relação aos demais candidatos.

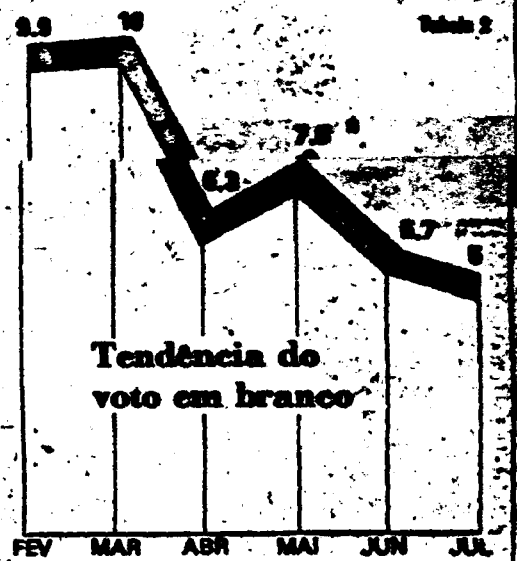
Simon prevê que com o início da propaganda gratuita de rádio e televisão esse quadro se modifique. Com o acesso aos meios de comunicação social para a sua propaganda política - argumenta - os candidatos ficarão iguais e, nesse momento, Ulysses Guimarães "se tornará um diferencial porque, como estadista, será o único a não atacar com propostas mágicas".

Aumenta importância do eleitor indeciso

Na dança dos números, que revelam a preferência dos eleitores brasileiros, os candidatos à Presidência da República estão cada vez mais de olho nos indecisos, que nos próximos meses podem definir se a eleição presidencial será realmente feita em dois turnos e quem chegará lá. Se as eleições fossem hoje, de acordo com a pesquisa Gallup/Zero Hora, realizada de 15 a 24 deste mês, os candidatos do PRN, Fernando Collor de Mello, e do PDT, Leonel Brizola, chegariam ao segundo turno, e Collor bateria Brizola, elegendo-se presidente com 64,5% dos votos.

A tendência pró-Collor de Mello se firmou a partir de abril, quando os grandes partidos se dividiam em disputas pré-convencionais. A partir daí o candidato do PRN passou a liderar com um alto índice de aprovação dos eleitores. Este mês, apesar de ter caído um pouco, ainda segue na liderança, bem afastado do segundo colocado, Leonel Brizola, do PDT.

Na corrida presidencial, seis os 11 candidatos mais conhecidos firmaram posição a partir de abril, quando Collor, Brizola, Lula e Covas se firmaram nos quatro primeiros lugares. Ulysses Guimarães, que chegou a desbancar Covas do quarto lugar, em maio, está desde o



mês passado como o sexto colocado na preferência dos eleitores.

Lula, que estava em primeiro lugar em fevereiro, com 15,9% das intenções de voto, desde o mês passado se mantém em terceiro lugar, com um índice de 5,5%. Brizola, que chegou a ter 15,9% do total de votos em abril, agora conta com 8,1% da preferência dos eleitores, ficando muito atrás de seu principal adversário, Collor de Mello. As linhas do gráfico que mostram o comportamento dos eleitores (veja tabela 3) se cruzam e se misturam em alguns pontos, principalmente quando dizem respeito a Lula, Covas, Ulysses e Maluf.

nos meses de junho e julho. A linha de Collor, no entanto, se distancia. E, mesmo com a queda verificada este mês, há um enorme branco entre a sua linha e a de Brizola, pois o candidato do PDT também caiu na preferência do eleitorado. E diminuiu a distância entre a sua linha e a do candidato do PT, Lula, que se manteve está-
vel em 5,5%.

Collor comenta a sua queda

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, atribuiu ontem sua queda de popularidade à margem de erro normal em pesquisas. Em entrevista coletiva em Londrina (PR), ele considerou o resultado uma "estratificação" da posição dos candidatos que, no seu entender, permanecerão nos atuais níveis até 15 de novembro.

Sem achar que a substância nos debates de televisão tenha atingido sua popularidade, Collor resumiu a postura de só aceitar o debate no segundo turno, alegando que só assim poderá expor detalhadamente seu programa de governo.

O candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, declarou ontem, em São Borja, onde debateu com empresários, acreditar que a verdadeira expressão de sua candidatura só vai refletir-se nas pesquisas, daqui há algum tempo, pois sua campanha recém iniciou. Lembrou que pesquisa realizada em São Gabriel, após sua passagem por lá, colocou-o em terceiro lugar e que a adesão do ex-ministro Camilo Caldeira, como seu vice, já fez crescer o apoio da iniciativa privada. Caiado consultou o médico Getúlio Baglietto, em São Borja, que constatou melhora nos seus olhos, liberando-o de uso de vendas.

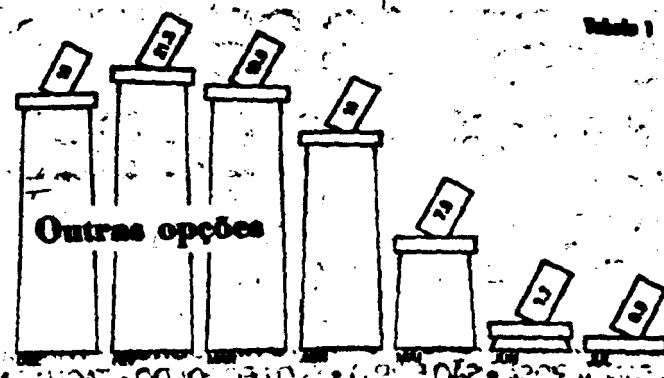
O candidato da Frente Brasil Popular, deputado Luís Inácio Lula da Silva, continua

indiferente às pesquisas. Para Lula, a nova pesquisa do Instituto Gallup, que mostra queda do candidato do PRN, embora Collor de Mello mantenha a liderança, é representativa de um quadro instável em relação aos demais candidatos e "nada significa".

Gaúchos

A pesquisa Gallup/ZH publicada ontem impressionou os constituintes gaúchos pelo crescimento dos indecisos. Antônio Lorenzi, secretário-geral do PMDB gaúcho, vai sugerir à Executiva Regional, terça-feira, que delibere sobre a necessidade de recomendar à direção nacional uma convenção extraordinária para analisar a situação da candidatura Ulysses.

O podestista Francisco Turra acha que os partidos atuais perderam a razão de ser. Prevê a redução do quadro partidário a partir do segundo turno. O presidente da Assembleia, Glênio Scherer (PMDB), ainda aposta na queda de Collor de Mello (PRN), pois "o povo sabe votar". O líder do PDT, Valdemir Lima, imagina que o aumento do número de indecisos "revela que a euforia do povo em relação ao candidato do PRN diminuiu de forma significativa" e que "agora é o momento do crescimento de Leonel Brizola."



Collor de Mello mantém a liderança em nova pesquisa

Na projeção para o segundo turno, candidato do PRN vence por boa vantagem a Lula e Brizola

A nona pesquisa nacional realizada pelo Ibope sobre a eleição presidencial manteve na liderança o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Ele se manteve estável, com a preferência de 41% dos entrevistados. Em segundo lugar ficou Leonel Brizola, do PDT, com 13%. O terceiro lugar foi dividido entre os candidatos da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva e do PSD, Paulo Maluf. Os dois tiveram 6% das preferências. Ulysses Guimarães, do PMDB, teve 5% das indicações de voto.

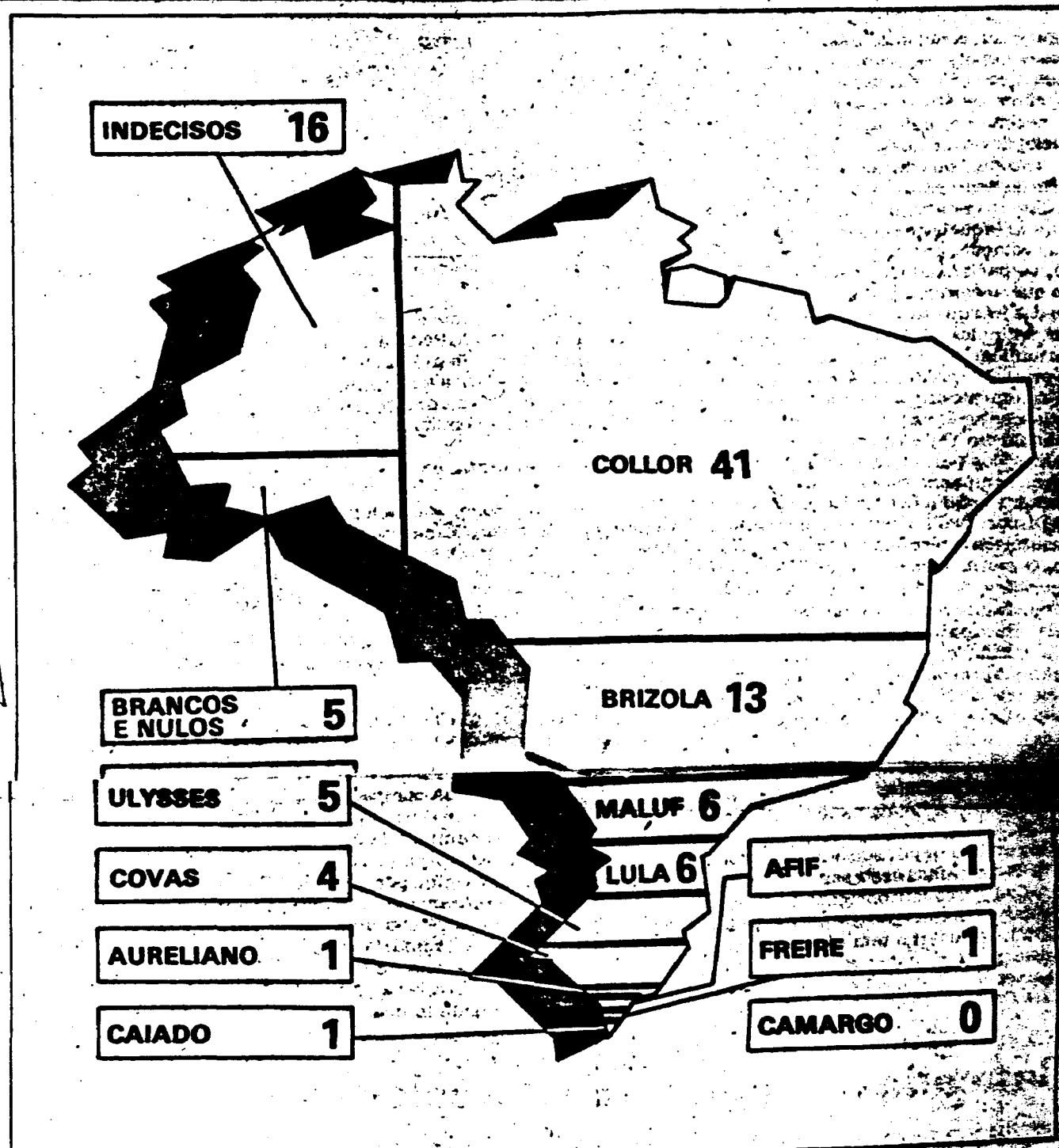
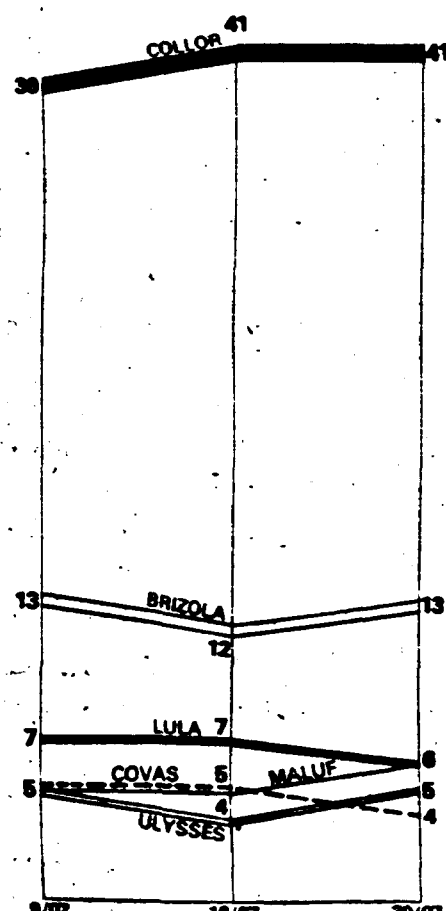
Logo atrás está o tucano Mário Covas, candidato do PSDB, que teve 4% das indicações. Atrás dele, empatados com 1% da preferência dos entrevistados estão Aureliano Chaves (PFL), Afif Domingos (PL), Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD). A pior situação é a do candidato do PTB, Affonso Camargo, que não chegou a obter 1% nesta pesquisa.

A pesquisa do Ibope, divulgada ontem à noite pela Rede Globo de televisão, foi realizada entre 21 e 26 de julho, registrando a influência dos primeiros debates entre os candidatos na televisão. Foram ouvidos 2.753 eleitores, divididos em 255 municípios de todo o país. Das capitais, só não entraram no universo pesquisado Macapá e Boa Vista.

Segundo o Ibope, a liderança de Collor continua tranqüila. Com 41% da preferência dos entrevistados, ele obteve mais indicações que todos os seus adversários, que somados somam menos de 33%. A sondagem revelou ainda que, se a eleição fosse hoje, 16% dos eleitores ouvidos não saberiam em quem votar e outros 5% votariam em branco ou anulariam o voto.



A comparação das últimas três pesquisas



Simulação confirma favoritismo

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, seria o favorito para o segundo turno, enfrentando Leonel Brizola (PDT) ou Luís Inácio Lula da Silva (Frente Brasil Popular). Pelo menos é o que indica a pesquisa do Ibope divulgada ontem. O instituto fez duas simulações a respeito do segundo turno, confrontando Collor com seus dois mais prováveis adversários no segundo turno.

Os resultados indicaram que a vantagem de Collor contra o candidato pedetista seria de 57% a 24%. Contra Lula, a vantagem seria ainda maior: 59% a 19% para o candidato do PRN.

A pesquisa mostrou ainda que 14% dos eleitores não sabem como se posicionariam em um segundo turno.

volvendo Collor e Lula no segundo turno e que outros 7% estariam dispostos a votar branco ou nulo. Se a disputa fosse entre Brizola e Collor, o número de indecisos cairia para 13% e os votos brancos ou nulos ficariam em 6%.

Evolução

Na nona pesquisa realizada pelo Ibope, Collor de Mello não apenas manteve a liderança como manteve o índice de 41% das indicações de voto. Em junho ele chegou a cair para 39%, mas mostrou uma pequena reação no início de julho, confirmando agora. Leonel Brizola cresceu de 11% em junho para 13% nesta última pesquisa. Mas continua longe de seu melhor índice que foi de 19% em abril, quando liderava as pesquisas.

A pior evolução é de Lula. Ele perdeu dez pontos percentuais entre abril e julho, caindo de 19% para os 6% alcançados na última pesquisa. Com isto o candidato que já esteve em um empate técnico com Brizola na primeira posição hoje divide o terceiro lugar com o pedetista Paulo Maluf. Para Maluf, o empate é uma vitória, pois ultrapassou Ulysses Guimarães e Mário Covas.

Não houve grande mudança de índices entre os outros candidatos, que continuam em torno de 1% das indicações. O número de eleitores indecisos permaneceu em 16% e os votos nulos e brancos na faixa de 5%.

Vantagem em todas as regiões

Só na Região Sul Brizola encosta em Collor. Ulysses é segundo no Norte/Centro-Oeste e Nordeste

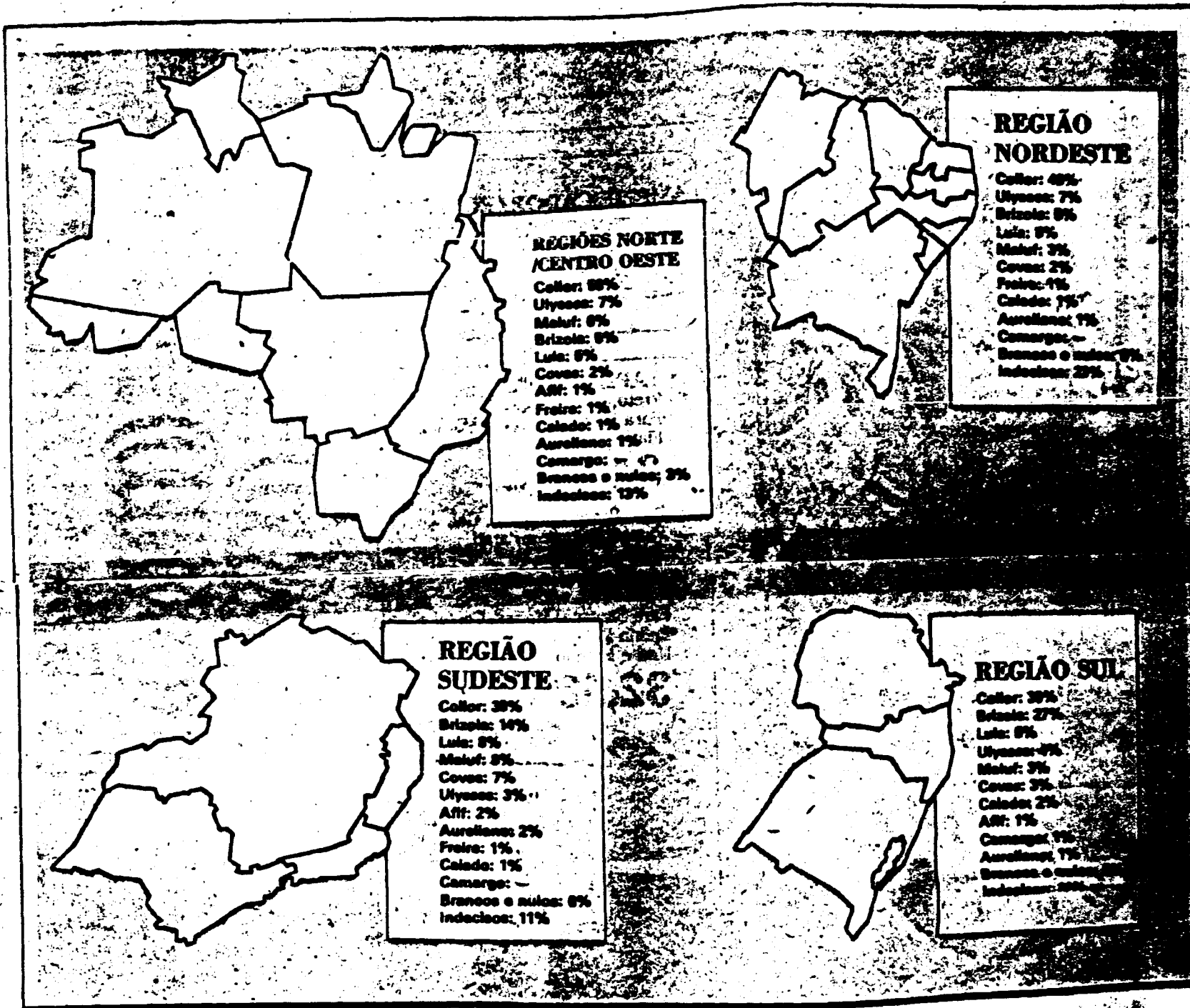
A liderança de Collor de Mello na pesquisa nacional do Ibope é reforçada pelos resultados regionais. O candidato do PRN é vencedor em todas as regiões do país e só enfrenta dificuldades na Região Sul, onde é seguido de perto por Leonel Brizola (PDT). Nos postos intermediários, há muita diferença entre os números de cada local.

Na Região Sudeste, onde está o maior eleitorado do País, Collor lidera com 39%, enquanto Brizola fica com 14%. Os paulistas Lula (Frente Brasil Popular) e Paulo Maluf (PDS), empatam em terceiro lugar, com 8%. Mário Covas (PSDB) tem 7%. Bem atrás aparece Ulysses Guimarães (PMDB) com 3%. Afif Domingos (PL) e Aureliano Chaves (PFL) empatam com 2%. Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD) tem 1% e Afonso Camargo (PTB) não foi votado. Os indecisos na região são 11%.

No sul, a liderança é dividida entre Collor com 30% e Brizola com 27%. Lula tem 8% e Ulysses 4%. Maluf e Covas empatam com 3%. Caiado tem 2% e Afif, Aureliano e Camargo ficam com 1% cada um. Roberto Freire não foi votado.

O Ibope agrupou as regiões Norte e Centro-Oeste em um só resultado. E foi neste dado que Collor conseguiu sua maior vantagem: 55% dos votos. Ulysses Guimarães ficou em segundo lugar com 7% e Maluf em terceiro com 6%. Lula e Brizola dividiram a quarta posição com 5%.

No Nordeste, a liderança de Collor também é tranquila. Ele tem 46% contra 7% de Ulysses, que está em segundo lugar. Lula e Brizola empatam com 5% e Maluf fica com 3%. A região Nordeste é onde está o maior número de indecisos. Nada menos de 23% dos eleitores entrevistados não sabem em quem votar.



Chuva esvazia comício de Collor em Londrina

Após duas horas de tensão e indecisão na noite sábado, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, viu o grande comício que seria realizado em Londrina, transformado num simples show do sanfoneiro Dominginhos e do cantor José Augusto. O comício foi marcado para às 20h, mas até as 20h30min o público presente ao largo do estádio Moringão não passava de 150 pessoas, logo dispersadas pela chuva.

Diante do constrangimento geral dos políticos locais responsáveis pela programação, a assessoria de Collor comunicou que o comício seria cancelado. Duas horas mais tarde a posição inicial foi reconsiderada e o candidato foi ao Moringão para dar uma satisfação aos que lá permaneceram. A sua chegada e o barulho dos fogos acabou fazendo com que juntassem mais gente e, finalmente, às 22h, aconteceu o comício, que não durou mais de 20 minutos.

Passava das 20h30min quando Dominginhos, solitário no enorme palanque, tocava para ninguém na platéia. Chovia um pouco e Fernando Collor aproveitava para, num dos salões do Hotel Bourbon, dar uma entrevista à TV mexicana Televisa. A previsão inicial era de 10 mil pessoas no comício, cuidadosamente preparado com 25 toneladas de som, 180 refletores e dois canhões de luz com potência de dois mil watts além intensa propaganda nas rádios e televisões locais.

Por volta das 21h30min, Dominginhos chegou com sua sanfona no hotel, avisando que sua parte do show havia sido cumprida. "Se o homem não for lá falar logo, o resto do povo vai embora", alertou o sanfoneiro. (AG)

Por um problema de montagem, a tabela referente à pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Gallup que mostrou os índices de cada candidato nas regiões brasileiras foi publicada na edição de sábado de Zero Hora com algumas incorreções. Por isto, publicamos a tabela ao lado novamente na edição de hoje, com as correções necessárias. O texto que acompanhou a tabela na edição foi redigido com base nos números corretos.

Em qual destes candidatos você votaria com certeza?

	Julho			
	Região Sul %	Região Sudeste %	Região Nordeste %	Região Norte Centro-Oeste %
Fernando Collor	31.5	41.8	46.5	48.8
Leonel Brizola	20.6	8.4	6.4	4.3
Ulysses Guimarães	3.2	2.0	4.2	3.1
Lula	2.9	6.3	5.8	5.8
Mário Covas	2.5	5.4	4.1	4.3
Afif Domingos	2.0	2.3	1.0	2.9
Ronaldo Caiado	1.2	0.7	0.1	1.6
Paulo Maluf	0.8	5.4	1.3	0.6
Afonso Camargo	0.8	0.1	0.2	0.3
Roberto Freire	0.7	0.7	2.2	0.4
Aureliano Chaves	0.4	2.0	1.2	1.9
Outros	-	-	5.7	4.6
Em branco	4.4	5.0	21.4	23.9
Indecisos	29.0	20.1	-	-
Totais	100.0	100.0	100.0	100.0
Bases	430	1487	754	376

098

POLÍTICA

21 5/8/89

6.90

11.11



Maluf acusa Brizola de fugir ao debate

SUCESSÃO

Confiando em ir ao 2º turno, ele muda de tática.

O candidato do PDS, Paulo Maluf, abriu fogo, ontem, contra o candidato do PDT, Leonel Brizola, acusando-o de fugir ao debate e de não ter propostas de governo. Maluf apareceu em terceiro lugar nas últimas pesquisas de opinião pública do Ibope e está convencido que pode chegar ao segundo turno.

Para isto, seu principal adversário é exatamente Brizola, que está em segundo lugar, seis ou sete pontos à sua frente. Pelo que demonstramos ontem, o próximo passo do candidato pedessista será um ataque frontal ao adversário do PDT.

Analisando as pesquisas de opinião, Maluf garante que tem condições de chegar ao segundo turno. Lembra que pulou do quinto para o terceiro lugar no Ibope, "enquanto o candidato que está em primeiro lugar despenca e o segundo estaca". Na entrevista que deu ontem após visitar Santa Maria, o candidato pedessista disse que seu adversário no segundo turno deve ser Fernando Collor de Mello (PRN) ou Mário Covas (PSDB).

Maluf não acredita que Brizola tenha chances de chegar ao segundo turno "porque não tem programa de governo. Não tem propostas claras para nada". Ele acusa o candidato do PDT de ter "um discurso ultrapassado, de 30 anos atrás, que não empolga mais ninguém". Ele lembrou que "nas primeiras pesquisas, Brizola chegou a ter 22% dos votos.



Nota tática: Maluf desafia Brizola

Hoje tem 12%. Isto é uma queda livre".

Maluf assinalou que pode até se beneficiar com a competição com o candidato do PDT, pois poderá receber "o voto útil de quem não quer ver Brizola no segundo turno". Mas não acredita em voto útil da esquerda contra a possibilidade de um segundo turno decidido entre ele e Collor "porque esta eleição não é ideológica".

DEBATE — A Rede Manchete de televisão havia convidado Maluf e Brizola a um debate, amanhã à noite. Maluf aceitou, mas Brizola recusou-se a debater só com Maluf, exigindo a presença de mais presidentes. A recusa de Brizola foi muito criticada por Maluf, que a interpretou como demonstração de receio do adversário.

Candidato do PRN agrada empresários

Fernando Collor de Mello, candidato do PRN à Presidência, superou ontem as expectativas de cerca de 200 empresários da área industrial, ao responder objetivamente perguntas sobre a dívida externa, privatização, capital estrangeiro, política alfandegária e preservação da Amazônia, durante as duas horas e meia de duração do debate no Fórum dos Presidenciais, promovido pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

— Os empresários gostaram mais da exposição de Collor do que da de Brizola, pelos seus pontos de vista favoráveis à livre empresa — declarou o presidente da entidade, senador Albano Franco. “Ele quebrou o mito de que não passa de um verniz, deixando uma excelente impressão”, endossou o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Mandelli.

— Temos de acabar com o complexo de inferioridade e o preconceito quando se fala em capital externo — preconizou o presidencialista, ao condicionar a retomada do crescimento econômico aos investimentos estrangeiros no País. Em seguida, formulou um método para atrair o capital externo: “É simples. O investidor quer saber quanto, quando e em que vai ganhar”. Indagado se extinguiria o Conselho Interministerial de Preços, o candidato, ainda que evasivo, arrancou aplausos ao considerar o órgão “um entrave à lei da oferta e da procura”.

Pela simplicidade de sua resposta, Collor também agradeceu ao empresariado, ao afirmar que a economia invisível só será enquadrada na economia legal a partir do mercado, em que o Estado recuperar sua credibilidade e se desburocratizar. “Hoje temos de pedir pelo amor de Deus para que o Governo não nos atrapalhe”, disse. O candidato chegou até a classificar o Banco Central como “adriático” por não exercer suas funções originais de estabelecer a política monetária.

“Intutelável”

Poucos foram os momentos em que o candidato se exaltou, até porque poucas foram as perguntas que lhe foram hostis. Questionado sobre como conciliaria os interesses políticos em seu governo, Collor exasperou-se: “Sou absolutamente intutelável”, garantiu, para em seguida acrescentar que “não há força humana” para lhe impor qualquer indicação para cargos públicos. Nem mesmo as frequentes intervenções do mediador, o jornalista Villas-Bôas Corrêa, que não hesitava em tocar uma campainha quando os questionadores e o entrevistado ultrapassavam o tempo determinado, perturbaram Collor.

— Comigo na Presidência, o Rio de Janeiro vai à forra”, voltou a prometer o candidato, numa investida contra Leonel Brizola. Ele respondia à pergunta de como retomaria o crescimento econômico da cidade. Sem preterir suas propostas moralizadoras, Collor voltou a pregar seu projeto “Operação pega-ladrão”, através das procuradorias-gerais dos estados, e admitiu pedir a prisão para os envolvidos em fraude na concorrência da Ferrovia Norte-Sul. O candidato não percebeu a ironia da pergunta sobre as reais possibilidades de extermínio dos marajás e acabou discursando seriamente sobre um de seus assuntos preferidos. “Existem dois artigos que conseguem incluir na Constituição, que servem como antidoto ao marajáismo e impedem que surjam mais marajás”, afirmou.

Pela primeira vez, o candidato do PDT à Presidência admitiu hipótese de uma união de "todas as forças democráticas", já no primeiro turno, para enfrentar Collor de Mello. E voltou a criticar o presidencialismo do PRN.

Brizola admite frente para enfrentar Collor

Leonel Brizola admitiu ontem, publicamente, pela primeira vez, a união de "todas as forças democráticas e progressistas, e não só de esquerda", já no primeiro turno, como forma de enfrentar Fernando Collor. "Esta avalanche que se apresenta como continuidade da ditadura, uma espécie de Arena com outra cara, é possível que tudo isso crie um ambiente favorável a um entendimento generalizado", previu ontem, em Caruaru (PE) o candidato do PDT à sucessão presidencial, que voltou a denunciar o candidato do PRN como "uma grande impostura" e dirigiu um alerta à Nação, por estar "ameaçada de ser vítima de uma grande armação, produzida pelo poder econômico que está atuando de forma desavergonhada".

Brizola fez as considerações em Caruaru, a 122km de Recife. Ao se dirigir do aeroporto ao centro da cidade, onde participou de um comício, constatou que as vias de acesso — um percurso de três quilômetros — estavam cheias de cartazes do PRN em polícroma e papel brilhante. Irritado, Brizola afirmou: "A cidade de Caruaru foi forrada de papel colorido". No comício, na Praça da Matriz, o candidato do PDT colocou em dúvida as pesquisas eleitorais mais uma vez e lembrou que a candidatura de Fernando Collor é "uma impostura que precisa ser desmistificada, porque não a direita e o conservadorismo, responsáveis pelo regime ditatorial, que estão empurrando essa candidatura para



Laiz Gonçalves/ZH

Brizola: favorável a um amplo entendimento. Uma candidatura sofisticada, que tem a ajuda da mídia eletrônica, mas que é a direita de cara nova.

Ausência

A ausência do ex-prefeito de Salvador, Mário Kertesz, que teria viajado para

São Paulo para acompanhar o tratamento médico do seu pai, determinou ontem o cancelamento da visita à capital baiana do candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola. O adiamento provocou uma série de especulações nos meios políticos, segundo as quais o ex-prefeito teria fugido ao compromisso anteriormente assumido de assinar sua filiação ao PDT, pelo fato de estar se reaproximando do empresário Pedro Irujo, que não esconde sua preferência pelo candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.

Em Salvador, Brizola deveria participar, além do ato de filiação de Kertesz, da inauguração do comitê da Frente Negra, que reuniria, no centro histórico, dirigentes de entidades ligadas ao Movimento em Defesa do Negro; de um encontro das bases brizolistas; de um comício em frente à sede do partido, na Mouraria; e do programa Opinião, na TV Aratu.

No contato por telefone que manteve ontem com o Departamento de Jornalismo da TV Aratu, depois de justificar a sua ausência, Brizola comentou a renúncia da candidatura do ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, na chapa do senador Mário Covas, do PSDB. "Ele não estava muito seguro de suas convicções", disse, para, em seguida, respondendo a uma pergunta, afirmar: "Não vejo como a renúncia de Roberto Magalhães possa vir a beneficiar a minha candidatura". (AE)

Ulysses sob avaliação

Como principais líderes do Partido, os governadores do PMDB devem reabrir um debate interno em torno da sustentação política para o deputado Ulysses Guimarães. A situação não é a mesma de três meses atrás, mas não é muito diferente. Tasso Jereissati e Geraldo Mello estariam comprometidos com Collor de Mello, Álvaro Dias acha que a avaliação junto às bases no recesso parlamentar que se desenvolve, precipitará uma reavaliação, enquanto Orestes Quêrcia continua negando articulações e Newton Cardoso quer um entendimento contra o candidato do PRN, que dispara nas pesquisas. Com esse desenho, o PMDB continua vivendo seus problemas sem convicção de vitória e prejudicando uma hipótese de reviravolta, agora cada vez mais difícil. Se o candidato não deslançou e ainda tenta unir as bases, partindo do princípio de que elas lhe darão a estrutura suficiente, a tentativa vai acabar se prolongando até a eleição. A rigor o debate está aberto desde o insucesso eleitoral de novembro e não foi superado. O deputado Ulysses Guimarães teve dois bons momentos, seguidos de quedas. Um quando interferiu diretamente para contornar um impasse na política salarial do Plano Verão, apresentando uma medida provisória, numa substituição interina do Presidente Sarney. Outra quando venceu a Convenção Nacional em que três nomes concorreram à condição de candidato partidário.

Momento

Discute-se no PMDB se o deputado Ulysses Guimarães acredita em reversões, baseado no seu retrospecto político que revela a existência delas, ou decidiu apostar tudo na eleição direta confiando na organização partidária, deixando seus correligionários comprometidos. Ainda que obtenha um êxito parcial na tentativa de fechar o Partido com seu nome, Ulysses crê ou foi convencido de que estará no segundo turno e, se isso acontecer, surgirá ante a nação como um nome credenciado. Dos governadores, líderes naturais, o comando nacional espera obter apoio mais efetivo. Eles, porém, ainda discutem, com algumas exceções, o grau de desgosto do candidato oficial.

Campanha

Dois presidenciáveis passam o domingo no Rio Grande, Leonel Brizola e Luiz Ignácio Lula da Silva. Em cima das sucessões municipais do ano passado eles praticamente começaram suas campanhas. Em dezembro, o ex-governador Leonel Brizola desenvolveu uma polêmica com Lula, num momento em que ambos ocupavam as maiores atenções, inclusive nas pesquisas de opinião. Hoje, ainda apostando numa reversão, Brizola está na ofensiva contra Collor de Mello. Ele é o segundo, no momento, segundo aqueles institutos, mas tem sempre presente a trajetória que seguiu na campanha estadual em 1982, no Rio, onde mudou o quadro de preferências nos meses finais.

Carlos Fehiberg

SUCCESSÃO

Candidatos a vice trazem problemas aos partidos

Por VALÉRIO BRITTOS
Rio de Janeiro/ZH

A renúncia do ex-governador Roberto Magalhães à candidatura de vice-presidente da República, na chapa do senador Mário Covas (PSDB), trouxe à tona um problema que vem preocupando outros partidos. Os vices, que deveriam ampliar os espaços de cabeça de chapa, em alguns casos estão restringindo a área de ação, por enfrentarem dificuldades dentro do partido do candidato a presidente ou não terem bom trânsito junto a segmentos que poderiam ser conquistados ao longo da campanha.

No caso do PSDB, o novo vice deve ser escolhido durante o fim da semana, possivelmente já amanhã, pelo próprio Covas. Em sua escolha, o senador vai pesar também as áreas de atrito de seu companheiro de chapa, para não repetir os erros ocorridos com relação a Roberto Magalhães, que nunca foi bem aceito dentro do partido, por ser considerado mais conservador.

Sua renúncia deve-se a uma questão regional, pois o deputado Egídio Ferreira Lima não queria o prefeito Joaquim Francisco no partido já pensando na eleição para governador de Pernambuco. O preferido de Recife é o presidente em exercício do PMDB, Jarbas Vasconcelos, e Joaquim também é candidato.

O ex-governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, que está no PMDB, é um nome que Covas gostaria de ter ao seu lado, mas, além dele próprio não estar decidido, teve dificuldades, no passado,



Pires: voto a moderados e ministros

como o prefeito de Belo Horizonte, Pimental da Veiga, hoje no PSDB. O vice que seria melhor aceito pelos fuanos é o senador José Richa (PR), que coordena a campanha de Covas. Mas, em compensação, ele pouco amplia.

Outros nomes são lembrados, como a deputada Moema São Thiago (CE), o deputado Egídio Ferreira Lima e os senadores Teófilo Vilela Filho (AL) e Almir Gabriel (PA), todos do PSDB.

Renúncia

No PMDB, até agora, a candidatura do ex-governador Waldyr Pires, como vice do deputado Ulysses Guimarães, pouco ajudou ao partido. Sua insistência em votar os moderados de subirem no pa-



Magalhães não resolveu de presidente

lanque e trabalharam para o partido, tem levado Ulysses Guimarães a perder o apoio de lideranças importantes em todo o País, principalmente dos ministros Íria Rezende e Jader Barbalho, que são as expressões maiores do PMDB de Goiás e Pará, respectivamente.

Por isso, muitos peemedebistas acreditam que o ideal seria a renúncia de Waldyr, abrindo espaço para um político mais moderado. Os progressistas do PMDB, que estariam representados na chapa do PMDB através de Waldyr, pouco se engajaram à campanha. Isso significa que Waldyr, além de votar os moderados, não atrai seus próprios seguidores.

24012A 30/7/89

01.01

8907628

078

30/7/83 20:00 Hrs 078

Itamar Franco ainda ameaça deixar o PRN

O candidato que lidera as pesquisas pré-eleitorais, Fernando Collor de Mello (PRN), também está tendo problemas com seu vice. O senador Itamar Franco (MG) já ameaçou renunciar a candidatura a vice-presidente três vezes, podendo abandonar Collor ao longo da campanha. Collor tem quem substitua Itamar, a deputada



Itamar: indeciso

Márcia Rubtischek, que ainda traria para mais perto do candidato a memória de seu pai, o ex-presidente Juscelino

Kubitschek de Oliveira. A troca só não se dá por medo da repercussão.

No PFL, o companheiro de chapa do deputado Guilherme Afif Domingos, ex-ministro Aécio Pimenta, teme ser trocado ao longo da disputa por alguém que possa mais apoiar. Por uma questão legal, entretanto, Aécio deve permanecer, embora uma coligação com PFL não seja descartada, com o senador Marco Maciel (PE) entrando como vice de Afif. Se as negociações entre os dois partidos chegarem a esse ponto, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidir se a coligação e a troca de nomes pode ser decidida pela Exatidão do PFL e PL, já que acabou o prazo para convenções.

O vice do ex-ministro Aureliano Chaves, Cláudio Lombo, não resistiria a um eventual pedido de renúncia. A dificuldade dentro do PFL não é o vice, mas a cabeça da chapa, que não decola junto ao eleitorado. Representando o ex-presidente Jânio Quadros, Lombo, se não chega a ampliar, pelo menos não diminui o raio de apoio a Aureliano. (Brasília/TH)

01.01

8907629

Lyra e Bisol venceram dificuldades iniciais

O candidato do PT à sucessão presidencial, ex-governador Leonel Brizola, por muito pouco não está hoje enfrentando o dilema que vive o PSDB. É que Roberto Magalhães quase foi escolhido seu vice. Embora o vice do PDT, deputado Fernando Lyra (PE), fosse visto como candidato natural ao cargo, ele também não foi bem aceito inicialmente. Lyra estava no PMDB até o ano passado e as lideranças pedetistas mais tradicionais consideram-se preteridas por alguém sem história partidária.

Mas o poder de liderança de Brizola é muito grande e os problemas, resumidos a ciúmes, foram logo resolvidos, até porque Lyra preenche o requisito de ser nordestino e é tido como um político progressista. Hoje, o PDT, que já estava perto de Gonzaga Mota e outras lideranças de fora do partido, marcha unido em torno de sua chapa, e Lyra tem mais uma oportunidade para demonstrar seu poder de articulador político.

No PT, a escolha do vice também foi complicada, mas atualmente o senador José Paulo Bisol (RS), já está sendo assimilado. As maiores resistências com relação a ele, que ainda existem, embora em menor grau, partem da

própria PT, que preferia o nome do jornalista Fernando Gabeira. Como o PT não fará campanha contra o deputado Luís Inácio Lula da Silva, Bisol certamente não provocará desfeições.

Sabendo que o PT, por ser o partido de Lula, seria acomodado, independente da questão do vice, a direção partidária partiu para uma escolha que mantivesse o PSB e o PC do B unidos em torno da Frente Brasil Popular. Num processo que culminou com sua saída do PMDB e ingresso no PSB, Bisol foi a definição que possibilitou a aliança dos três partidos. Apesar do entendimento, nem todos os PSB apóiam a Frente Brasil.

Exemplo

Usando o exemplo da Aliança Democrática, que compõe uma chapa com pouca identidade, já que são notórias as diferenças entre o falecido presidente Tancredo Neves e o atual, José Sarney, o candidato do PSD à sucessão, ex-deputado Paulo Mahf, tratou de escolher um vice que tivesse o mesmo perfil que o seu. O vice de Mahf, deputado Benício de Andrade (MG), se não é um nome nacio-

nal que traz muitos apelos ao PSD, está alinhado com o candidato a presidente e é respeitado por vários segmentos partidários.

Independente de seu vice, ex-deputado José Roberto Faria Lima, o candidato do PT à Presidência da República, senador Affonso Camargo, não empolgou seu partido, nem o eleitorado em geral. Em verdade, Faria Lima pouco soma, mas o próprio Camargo é quem não consegue ampliar seu raio de adesão. Já o candidato do PSD, Ronaldo Caiado, escolheu o melhor vice que poderia, o ex-presidente do Banco do Brasil, Camilo Calazans, que já foi cotado para vice do PSDB.

Caiado enfrenta dificuldades eleitorais, devido à imagem que ele próprio construiu ao longo da sua gestão à frente da UDR, o que gerou uma infinidade de críticas e acusações, mas Calazans soma em sua chapa, sendo muito respeitado, principalmente, junto aos funcionários do Banco do Brasil. O deputado Roberto Freire e o sanitário Sérgio Arouca, os candidatos a presidente e vice do PCB, respectivamente, formam uma chapa uniforme. Eles sabem que não irão muito além dos votos dos comunistas.

Zero Hora 30/7/82

Palanque/Afif Domingos

F. P. P. (AFIF)

“Vou explodir e ganhar esta eleição”

Marco Damiani

SÃO PAULO — Cria de Paulo Maluf, o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP) corre no páreo sucessório não apenas para escapar definitivamente da sombra de seu antigo chefe, que também é candidato, mas espera chegar ao final da disputa na condição de político mais poderoso do país. “Tenho certeza de que vou explodir e ganhar esta eleição presidencial a partir de setembro”, diz este paulistano de 45 anos e 508.631 votos em 1986, sem uma ponta aparente de dúvida. “O fato de ser desconhecido nacionalmente, só me ajuda, porque assim também não tenho nenhuma rejeição.”

Em São Paulo, ao menos, onde fez sua carreira de empresário do ramo de seguros, foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado e secretário de Agricultura do governo Maluf, entre 1979 e 1983, e presidente da Associação Comercial, nos anos seguintes, Afif é conhecido. Sua votação em 1986 para a Câmara dos Deputados representou a maior soma de votos entre todos os candidatos na capital. Num estado de 18 milhões de eleitores, concorreu contra políticos ancorados em partidos grandes e apoios de porte — e chegou atrás apenas dos pesos-pesados Ulysses Guimarães, do PMDB, e Luis Inácio Lula da Silva, do PT, outros de seus adversários de hoje. Ponto a favor de Afif é o fato de ele ter sido eleito carregando a legenda do raquitico PL, do qual é o principal líder.

Direita — “O projeto liberal do governo, a ser iniciado no meu governo, prevê 15 anos de liberalismo no poder”, anuncia com pompa em seu confortável escritório de campanha na Avenida Indianópolis, uma das mais nobres de São Paulo — o Espaço Liberal. Como uma marca que ganha do eleitor, Afif tem se esforçado para aparecer à opinião pública como o liberal desta eleição, rejeitando como uma chaga o rótulo de político “de direita”. A classificação é do Departamento Intersidical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base na atuação de Afif na Constituinte, considerada contrária aos interesses dos sindicatos.

“A Fiesp também não gosta de mim”, rebate, referindo-se à tradicional e poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. “Este é o século da morte das ideologias”, proclama o candidato do PL. “Não sou de direita nem de esquerda, sou moderno e equilibrado.”

Admirador do presidente Juscelino Kubitschek e tendo na parede de sua sala, emoldurada, uma declaração formal de apoio do advogado Sobral Pinto, um dos mais conhecidos bestídes do que se entende por liberalismo no país, Afif mantém o élan, mesmo com seus magros 2% de intenções de voto nas pesquisas de opinião. “A campanha começa mesmo em setembro, com o horário de propaganda política”, lembra, animado. “Espero chegar lá com 5% das intenções e decolar paulatinamente para a vitória.”

É tão grande sua certeza nesta previsão que ele mesmo já anunciou: quer começar a despachar no Palácio do Planalto, na cadeira que hoje pertence a José Sarney, no dia 1º de janeiro de 1990, e não no dia 15 de março, como manda a Constituição. “Não temos tempo a perder”, diz ao defender a antecipação da posse negociada com o Congresso, com um olho na crise eco-



Afif tenta fugir da sombra de Maluf e diz ter projeto para 15 anos de liberalismo no poder

nômica que exigirá respostas do futuro presidente.

Apesar da jornada de trabalho que, garante, nunca é inferior a 17 horas, só no final do dia, com um leve afrouxar da agenda, Afif se permite um deslucido em sua reconhecida elegância ao vestir. No resto do tempo, corre o país em ternos e jaquetas bem cortados, e não deixa escapar o detalhe do lenço enfiado no bolso frontal do paletó, combinando com a gravata — invariavelmente de seda pura. Ao contrário do ex-líder Maluf, que exibe um popular sapato Vulcabras 752 como elemento irremovível de sua vestimenta, Afif já até posou para uma foto do JORNAL DO BRASIL exibindo sua coleção de sapatos de legítimo cromo alemão. “Eu não me esforço para ser elegante”, diz. “Sou assim naturalmente e não tenho por que mudar. Afinal, eu sei que o povo gosta de sucesso e de gente bem sucedida. Você não vê o Silvio Santos? Ele é popular e elegante ao mesmo tempo. Eu também.”

Collor — Embora o otimismo seja uma obrigação para quem não está nas primeiras posições das pesquisas, Afif tem a favor de seu sonho de eleger-se presidente da República pelo menos dois fatos. O primeiro está plantado no campo político: o atual favorito, Fernando Collor de Mello, é jovem, não tem grande experiência política, sustenta-se em um partido inexpressivo e foi governador de um estado pequeno, Alagoas.

“A ascensão de Collor foi o que melhor poderia ter me acontecido”, jura Afif. “Sem ele ainda estaríamos vivendo a síndrome dos grandes partidos.” O candidato do PL argumenta que Collor, com seu rápido e acentuado crescimento, abriu caminho para que um concorrente como ele, Afif, vislumbra a chance da vitória. “Com o horário político na televisão, a exemplo do que fez Collor, vou tornar-me conhecido rapidamente e, como tenho projeto, posso vencer não só a ele como a todos os outros”, alega-se, mesmo no final de uma noite de meio de semana, aparentemente cansado.

Vidente — A sustentar seu sonho, ainda, Afif conta com um fato de conotação sobrenatural em sua candidatura. É provável que cada candidato encontre entre videntes, cartomantes e demais profissionais do gênero ao menos um que lhe diga que será ele, o político que paga a consulta, o eleito este ano. Mas Afif, neste campo, tem para si a previsão da famosa Leila Alkmin, uma vidente mineira que cultiva fama de acertar na leitura do futuro. Para ela, Afif é o novo presidente. Talvez até a esta circunstância, quando responde às críticas de que não possui apoios de renome no país, o candidato cita Sobral Pinto, o ex-ministro Octávio Gouvêa de Bulhões, o jurista Ives Gandra Martins, o ator Jorge Dória e um certo Movimento Espiritualista Brasileiro.

No plano terreno — onde efetivamente vai se decidir a eleição —, Afif tem provado que não está brincando em serviço.

Em campanha desde março, já percorreu todos os estados do país. Num de seus primeiros gestos, definiu de pronto a questão de seu companheiro de chapa, o ex-ministro da Cultura Aloizio Pimenta, pospondo para si dores de cabeça que agora, por exemplo, enfrenta o candidato do PSDB, senador Mário Covas.

Aplicado na confecção de um programa de governo executivo numa situação de crise econômica, Afif chega em sua pasta calhambeiros de documentos com as ideias dos liberais. Sem condições de promover grandes comícios, tem-se dedicado a comparecer a todos os debates aos quais é chamado e fazer sucessivas palestras ao público jovem. “A fase da minha campanha é a de preocupação com o formador de opinião”, diz. “A linguagem de massa eu estou guardando para o horário político.”

Numa prévia de sua futura performance, Afif saiu-se bem no primeiro debate entre presidentáveis, feito pela TV Bandeirantes há duas semanas. Desenvolto, além de apresentar propostas, foi o único a dirigir uma mensagem na linguagem dos deficientes auditivos e a preocupar-se em falar especificamente ao eleitorado feminino.

Publicidade — Afif opta sua campanha ao estilo norte-americano, cuja tendência histórica é a de encerrar uma candidatura a cargo político, principalmente a Presidência da República, apenas um produto mais a ser vendido ao consumidor, no caso o eleitor, por meio de técnicas de publicidade.

“Pessoalmente, sou uma loja com grande sortimento de estoque”, diz Afif. “O produto que estarei vendendo ao longo da campanha vai variar de acordo com o tamanho da crise, mas seja qual for esta tempestade, o produto nas minhas paradas. O candidato ao meu voto, não falta o estoque”, afirma, em direção a Collor.

Fiel a esse estilo, Afif é certamente o candidato que mais tem aberto sua casa à imprensa, não recusando solicitações para mostrar ao público sua família. Casado, quatro filhos, o candidato aproveita a chance para lançar um desafio aos demais concorrentes. “Estou louco para que façam uma devassa na vida de todos os candidatos”, clama.

Maluf — A respeito de seu passado malufista, Afif explica que se uniu ao adversário de hoje, no passado, atraído por um “projeto político” que, em 1978, “contrariava os interesses do governo militar encabeçado pelo general Ernesto Geisel”. Naquele ano, Geisel quis fazer a Arena de São Paulo aprovar o nome do ex-governador Laudo Natel para ocupar novamente o cargo. No caminho de Laudo e Geisel, porém, surgiram Maluf e seu grupo, no qual Afif era uma figura em ascensão. Maluf ganhou a convenção da Arena, ganhou a eleição indireta e nomeou Afif para a presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado.

O compromisso viria anos e outros cargos, mais tarde, após Afif ter sido derrotado na eleição direta de 1982 como candidato a vice-governador na chapa de Reynaldo de Barros, o candidato do PDS e de Maluf a sua própria sucessão. Afif saiu, fez carreira na Associação Comercial do Estado e, em 1986, empunhando a bandeira da defesa do contribuinte, recebeu estrondosa votação já pela legenda do PL.

DIRETAS

Estabilização

"O nosso programa de ajustamento da economia demora 18 meses para ser efetivado, mas muito antes nós já teremos a moeda estabilizada. No curso deste período, nós também já sentiremos os sintomas da retomada do crescimento. Isto porque implantaremos uma política de restrição fiscal e um corte drástico na concessão de subsídios. Ao mesmo tempo, em lugar de congelamento de preços, trabalharemos com a lei da oferta e da procura, fazendo com que os preços se ajustem por si. Nos primeiros momentos, é claro, esta política acarretará problemas, mas negociaremos com o Congresso uma lei salarial que estabeleça a livre negociação entre empregados e empregadores, sugerindo que as empresas possam conceder estabilidade temporária no emprego em troca de não aumentar salários neste mesmo período. Isto vai evitar o desemprego em massa no setor privado. Durante os 18 meses do programa de ajustamento, iremos, ainda, garantir um programa de assistência social às populações mais carentes que vai incluir a instituição de uma cesta básica de alimentos e medicamentos. Para que os investimentos públicos não cessem, uma vez que também o estado será afetado neste programa, com o enxugamento da máquina, vamos promover cortes nos orçamentos das grandes obras, à exceção das obras do setor energético, para que possamos apresentar e fazer um grande pacote de pequenas obras, através dos municípios, para habitação, saneamento e conservação de estradas. É por aí que criaremos empregos em massa para a mão-de-obra não qualificada. Desta forma é que faremos transição de um período aparentemente recessivo para um período de pleno crescimento econômico".

Estado

"O estado tem que passar por um esmeril mesmo. Em primeiro lugar será preciso enxugar a máquina, redefinindo o papel do estado na economia. No nosso governo, esse enxugamento começa já no primeiro dia, pois anunciaremos a extinção de dez ministérios. Iremos trabalhar com apenas 13, dez civis e três militares: Economia, Tesouro, Obras e Serviços, Relações Exteriores, Justiça, Saúde e Previdência, Educação e Cultura, Agricultura, Interior, Trabalho, Exército, Marinha e Aeronáutica. Os funcionários dos ministérios extintos não serão demitidos, pois eles têm a proteção da Lei da Estabilidade, mas esta lei não pode servir de pretexto para não se mexer na estrutura do governo. Assim, eles serão mandados para casa, apesar de continuarem a receber salários, até que, numa nova situação, possamos resolver o caso definitivamente. Com eles em casa, já estarei economizando no custeio da máquina, gastando menos papel,

menos energia elétrica, menos cafezinho, menos telefonemas, deixando, assim, de gastar dinheiro para poupar recursos que serão necessários aos investimentos na igualdade de oportunidades, isto é, nas áreas de saúde e educação."

Privatização

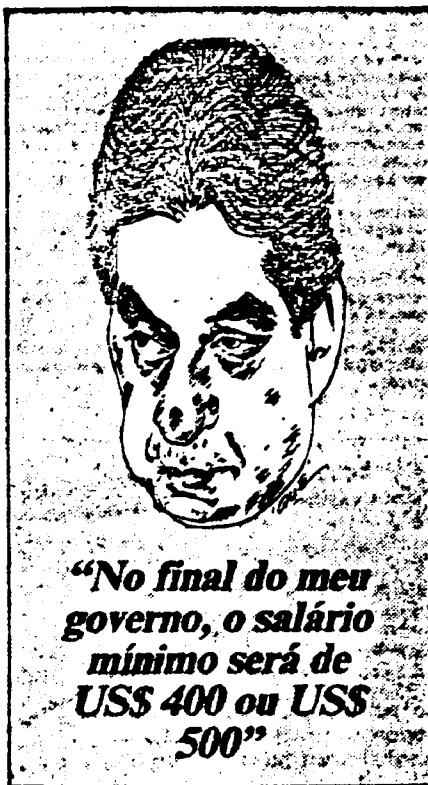
"Na redefinição do papel do estado, que nosso governo pretende empreender, o capítulo das privatizações de empresas estatais é dos mais importantes. Está provado que é improdutivo para o próprio estado e prejudicial à iniciativa privada a situação que temos hoje, com o estado monopolizando áreas em que nada tem a fazer. No nosso governo, o estado vai vender tudo aquilo que investiu em áreas de desenvolvimento de recursos naturais para, com o dinheiro, investir em áreas de recursos humanos, como a educação e a saúde. A principal meta do nosso governo é o ser humano, portanto o estado deve estar a serviço do ser humano e da garantia de seus direitos. Queremos que as empresas que hoje realizam serviço de infra-estrutura permaneçam nas mãos do estado, mas não para servirem-se do país, como é feito, mas para servirem o país."

Dívida Externa

"O esforço para economizar recursos do estado passa, necessariamente, pela renegociação da dívida externa. Esta renegociação vai se dar em duas frentes. A primeira é a da redução da dívida, pela sua securitização a partir da cotação do mercado internacional, onde ela está cotada entre 30% a 35% do valor anunciado. Ora, aqueles que querem ser nossos parceiros terão que nos apoiar nesta iniciativa. Por outro lado, queremos ver de novo, dentro do nosso país, o dinheiro brasileiro que está lá fora. Estima-se que há no exterior nada menos do que US\$ 60 bilhões de brasileiros. A senha para a volta deste capital ao país será a de que eu, como presidente da

República, não vou querer saber da sua origem, se este dinheiro, uma vez no Brasil, for utilizado para a compra de títulos da dívida externa pelo preço do mercado internacional. Em seguida, esse dinheiro terá de ser convertido na compra de ações das empresas estatais que serão privatizadas. Desse modo estaremos renegociando a dívida, reduzindo o déficit público, privatizando estatais e economizando para o estado."

Governo



"No meu governo, eu prometo o choque da moralidade e o choque da austeridade. E prometo, também, fazer com que o país cresça, a moeda seja estável e alcancemos um salário mínimo, ao final do quinto ano do meu mandato, de US\$ 400 a US\$ 500, dependendo de três fatores: o empuxo ao desenvolvimento, o ingresso de capitais e dos nossos investimentos na área da educação. Por outro lado, desde o primeiro dia do meu governo estarei trabalhando para, fazer o meu sucessor, de modo a evitar o que aconteceu com Juscelino Kubitschek, que tinha um plano e pretendia retomá-lo num novo mandato, mas em lugar de ser substituído por um programa de metas foi substituído por uma vassoura e deu no que deu. Para ser mais claro, pelo nosso projeto liberal queremos permanecer no governo, sendo democraticamente eleitos, com mudança de nomes na Presidência da República, mas com o mesmo projeto liberal por 15 anos."

Congresso

"Me recuso a aceitar a tese dos que dizem que, hoje, nós do Partido Liberal somos minoria no Congresso. Acontece que hoje não está interessando partido, mais sim o projeto político. E eu sou um candidato à Presidência da República porque tenho um projeto. Este projeto vai receber o voto da maioria absoluta do povo e, à medida que meu governo não será nem de perseguição, nem de ódio, mas sim de construção de um país, eu tenho certeza, como tenho que o dia vai amanhecer amanhã, que

no dia seguinte à eleição eu terei ao meu lado a maioria do Congresso, até porque todo mundo vai querer se reeleger em 1994. E os políticos sabem que ninguém vai conseguir se reeleger contra a tendência do voto popular. É o que eu sempre digo: quem tem idéia, faz maioria."

Agricultura

"A nossa meta é transformar o Brasil no maior produtor mundial de alimentos, especialmente de grãos. Num projeto de 15 anos, temos chances de chegar a 200 milhões de toneladas de grãos por ano. Nos nossos primeiros cinco anos de governo, nós vamos chegar a 98 milhões e 500 mil toneladas de grãos. Por ano, estaremos crescendo entre 2% a 3%. No, nosso projeto de revolução verde, vamos investir maciçamente na agricultura e na mineração. Queremos tornar o Brasil o primeiro país do mundo a se desenvolver ocupando áreas novas, dentro do princípio de preservação ecológica. Nós somos um país que tem sol durante todo o ano, temos as maiores reservas florestais do mundo, as maiores reservas minerais, as maiores áreas agricultáveis e a maior reserva de recursos hídricos. Então o Brasil tem todas as condições de ser a potência mundial do terceiro milênio. No capítulo da reforma agrária, a nossa usará fortemente o sistema de impostos progressivos com prazo de três anos. Quando eu promover um investimento numa determinada área, vou exigir dele o cumprimento de um meta de produção. Se não cumprir a meta, com imposto progressivo, o proprietário se verá forçado a arrendar parte de sua terra e vendê-la ou perdê-la depois do terceiro ano, porque o imposto vai comer tudo. Este é o sistema mais inteligente de indução de ocupação da propriedade para a meta desejada."

Educação

"Neste campo vamos promover o que temos chamado de revolução educacional. Antes de perguntar se uma criança está bem educada nós temos que perguntar se esta criança está bem alimentada. O analfabetismo no Brasil está diretamente ligado ao grau de desnutrição que temos. Então será preciso haver uma conexão entre a nossa revolução verde com a nossa revolução educacional. O maior investimento do nosso governo na educação se dará na pré-escola. Ao lado disto, um intenso programa de alimentação para as nossas crianças de zero a 2 anos de idade, o que servirá para formar os neurônios das nossas crianças, de modo a elas poderem ter condições de assimilar o processo de alfabetização quando for a hora. Também queremos fazer mudanças no sistema de ensino de segundo grau, para torná-lo profissionalizante. Eu quero que o segundo grau escolar já forme pessoas aptas ao mercado de trabalho. Se a pessoa puder ir para uma universidade, ótimo. Se não puder, pelo menos vai estar com um diploma que lhe permite ganhar dinheiro aos 17 anos de idade."

Terra de ninguém

Rogério Coelho Neto

Com mais de 10 milhões de eleitores, na posição de segundo maior colégio eleitoral do país, Minas Gerais deixa, pela primeira vez em sua história, de exercer influência direta nos destinos de uma eleição presidencial. Faltam ao grande estado, celeiro dos políticos que fizeram da conciliação e da negociação cautelosa e demorada um grande patrimônio da vida pública brasileira, líderes como os de antigamente.



O governador Newton Cardoso, que tentou marcar no início da sua administração o estilo do tocador de obras que imortalizou Juscelino Kubitschek, acabou sucumbindo a uma série de crises internas do seu PMDB. No momento, a grande preocupação de Newton é evitar que prospere um processo de impeachment aberto contra ele na Assembleia Legislativa, uma forra dos funcionários públicos que se consideraram perseguidos pelo governador no início do seu mandato.

Político de personalidade forte, o ex-ministro das Minas e Energia, Aurélio Chaves, seria o nome mais indicado para empolgar o estado. Na demora em assumir a candidatura pelo PFL e, mais que isso, em se desembaraçar do governo Sarney, Aurélio perde espaço e todas as condições para assumir as rédeas da grande liderança nacional que Minas reclama. Liderança que se esgotou em Juscelino Kubitschek e que durou pouco tempo — o breve momento de um sonho — nas mãos de Tancredo Neves, o chamado presidente da esperança que morreu sem assumir o cargo.

Como candidato a vice-presidente da República na chapa de Fernando Collor de Mello, o líder das pesquisas de opinião, o senador Itamar Franco, um dissidente do PMDB que disputou e perdeu o Palácio da Liberdade para Newton Cardoso, em 1986, se imagina, naturalmente, um pretendente à liderança nacional que a morte roubou de Tancredo. Político de credibilidade indiscutível e de uma seriedade reconhecida até pelos próprios adversários, Itamar carrega, porém, uma carga política negativa para quem pretende vãos mais altos, representada pelo seu exagerado grau de introspectividade.

Minas oferece realmente, neste momento, um quadro onde só prosperam lideranças de voo mais baixo. O fenômeno Collor, conforme explica o deputado federal Geraldo Ribeiro, um pemedebista que conhece como ninguém as artimanhas da política do interior mineiro, imobilizou projetos diversos, tanto no plano nacional como no regional. Ele próprio, que vinha desenvolvendo um grande movimento entre as bases pemedebistas visando à disputa da sucessão do governador Newton Cardoso, em 1990, deu uma para-

bases pemedebistas visando à disputa da sucessão do governador Newton Cardoso, em 1990, deu uma para- da para pensar e começou a consultar os amigos.

Juscelino, Tancredo, Magalhães Pinto, Artur Bernardes, Pedro Aleixo, Gabriel Passos, Milton Campos, Benedito Valadares, José Maria Alkmim e Gustavo Capanema, para ficarmos com poucos

exemplos, foram homens que tinham na dimensão nacional o princípio, o meio e o fim de sua atividade pública, embora muitos deles, quando em território mineiro, soubessem desenvolver, como ninguém, práticas de política paroquial.

O neto de Tancredo, Aécio Neves da Cunha, o Aécio, foi uma promessa falsa, em termos de liderança maior. Na troca do PMDB pelo PSDB, Aécio praticamente desapareceu do cenário político de Minas. O prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, no contraste da sua administração popularmente assentada, com a do governador Newton Cardoso que segue desgastada, leva vantagem. Pimenta da Veiga, que foi o primeiro líder da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados, no advento da Nova República, pode firmar, sem nenhuma surpresa, uma liderança regional, mas não tem chance, ainda, de brilhar nos grandes palcos da política nacional.

Com base em pesquisas de opinião, as forças regionais mais expressivas de Minas que já estão de olho na sucessão de Newton Cardoso procuram evoluir, naturalmente, na direção de Fernando Collor. Nos estreitos corredores do PRN, um partido ainda em formação, embolam, por isso mesmo, políticos oriundos do PMDB, de diferentes tendências ideológicas, como a vice-governadora Júnia Marise, a deputada Márcia Kubitschek e o deputado federal Hélio Costa. Júnia e Márcia apoiam a campanha do ex-governador de Alagoas, mas continuam no PMDB. Hélio Costa, que se alinha no grupo político de Itamar Franco, já se filiou, por sua vez, ao Partido da Reconstrução Nacional.

Diante de uma situação eleitoral que se desenha, mais para o futuro, debaixo de uma espécie de síndrome da subversão partidária e do convencionalismo político tradicional, a irracionalidade domina qualquer dose de racionalidade. É essa indefinição do quadro, talvez, que deixa o ex-governador Hélio Garcia, que teve o seu apoio cobijado por diversos presidentiáveis, de Brizola a Collor, passando por Covas, numa posição de franca expectativa.

Há projetos regionais que independem, porém, do brilho de algum mineiro mais ilustre no centro da política nacional. É o caso dos que são alimentados pelo deputado federal Virgílio Guimarães (PT) e pelo vice-presidente do Banco do Brasil, Francelino Pereira (PFL), ambos cobijando o Palácio da Liberdade. No geral, a incômoda posição mineira, de terra de ninguém, torna tudo, porém, indefinido. Causa e efeito, enfim, do fenômeno Collor, que encontrou em Minas, mais do que em qualquer outro lugar, terreno fértil para germinar e crescer de forma impressionante.

"Minas oferece, realmente, neste momento, um quadro onde só prosperam lideranças de voo mais baixo."

"Minas oferece"

Democracia, crise e parlamentarismo

Sandra Cavalcanti

Vozes que chegam de todos os pontos do país afirmam que são de nós todos, os governados... As alegações são variadas. O presidente acha que o país está *ingovernável* por causa do teor parlamentarista da nova Constituição. Seus ministros, mais ou menos os mais trêfegos, acham que o país está *ingovernável* por causa do Congresso, que recuperou poderes e não sabe usá-los. No Congresso, a maioria acha que o país está *ingovernável* porque o presidente não detém mandato legítimo, fruto de eleições indiretas por um Colégio Eleitoral antidemocrático. A oposição acha que o país está *ingovernável* porque o presidente escolheu uma fraca equipe de ministros e não exerce a autoridade que a lei lhe confere. Grupos que apóiam o governo reconhecem que o país está *ingovernável* e atribuem o fato à falta de entendimento entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo.

A sociedade civil, no meio deste tiroteio, faz apenas uma pergunta: Quem governa este país? Ou melhor, quem não governa?

Esta discussão, que aos poucos vai tomando conta da consciência nacional, leva ao aprofundamento do impasse constitucional em que estamos mergulhados.

Se analisarmos o sistema de governo presidencialista, implantado no Brasil a partir da proclamação da República, vamos identificar um fenômeno que se repete sistematicamente: o presidencialismo brasileiro não pratica a teoria de Montesquieu da independência dos poderes Legislativo e Executivo. Os exemplos que podemos enumerar demonstram que tem sido impossível governar o Brasil sempre que os dois poderes existam de fato. O presidencialismo tem sido a história do confronto, do conflito, do desajuste, da desarmonia, do desentendimento e da disputa entre o presidente e o Congresso. Períodos de progresso, com paz, mas sem democracia, são alcançados quando o Executivo se revela significativamente mais forte. Esta, aliás, é a raiz histórica de todos os períodos de exceção, estados de sítio, estados de emergência, ditaduras, golpes militares, golpes políticos ou revoluções civis. Que perturbaram e ainda perturbam, certamente, o instável e desequilibrado sistema presidencialista adotado por nós.

Portanto, ao constatar que o país está *ingovernável*, nosso

autocrata deve lembrar: *Brasil está duas vezes ingovernável!* O sistema presidencialista torna o país ingovernável. Sempre que o Poder Legislativo, em clima democrático, passa a ser um poder independente e tenta participar do governo, estala a crise.

Essa equação só tem uma solução lógica e óbvia. Qualquer governo tem que ser exercido de forma *harmônica*. Não pode funcionar um sistema que estimula o confronto entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. O país tem que caminhar para uma fórmula democrática mais moderna, mais inteligente e mais eficiente, sob pena de derrapar na direção da outra solução, aquela que sempre ocorre quando o confronto acontecer: a ruptura da ordem constitucional.

A democracia é mais importante do que o sistema de governo. Não lutamos para reconquistá-la. Não foi uma tarefa fácil. O Executivo predominou amplamente neste país e dispôs de todos os poderes para fazer e acontecer. Sem democracia, o Executivo abusava desse poder. O povo não dispõe de meios para travar iniciativas do Poder Executivo, que são levadas ao patrimônio nacional e ao patrimônio individual. O povo não dispõe de meios para identificar e punir a corrupção. O povo, quando o Legislativo é esmagado, fica fora do processo, que, por isso mesmo, deixa de ser democrático.

A democracia, pois, é o alvo principal e permanente. Queremos mantê-la e preservá-la. Só temos, nesta altura dos acontecimentos, uma possibilidade inteligente, legal e civilizada: mudar o sistema de governo.

A mudança no sistema de governo deve ocorrer para garantir a *democracia reconquistada*. Esta foi a nossa visão, quando lutamos pela adoção do sistema parlamentarista. Sabíamos que o que está acontecendo lá acontecerá aqui. Sabíamos que, mantido o sistema presidencialista, o que está acontecendo vai desaguar em nova ruptura do Estado de direito.

Na linha do horizonte, nenhuma figura política, por mais poderosa, em termos de votos; por mais carismática, em termos de presença; por mais legítima, em termos de luta democrática; por mais competente, em termos de preparação para o exercício do poder, dará conta do *confronto inevitável* entre o Legislativo e o Executivo, pois ele decorre da *teoria errada* da separação entre esses poderes.

Para reforçar essa tese, vou me socorrer do livro publicado em fevereiro último pelo senador William Fulbright. Durante 30 anos ele participou da história do seu país. O livro se chama *The*

Price of Empire. No capítulo II, *Our Constitutional and Political Impasse* (Nosso impasse político e constitucional), analisando os problemas em que se debate o próprio presidencialismo norte-americano, ele diz: "O Congresso, frequentemente, não confia no Executivo e o Executivo, frequentemente, não respeita o Congresso. Nem um nem outro, na verdade, pode resolver esse problema". Mas, Fulbright vai mais longe. Diz, por exemplo: "O presidente, hoje em dia, vive e atua como um imperador. Ele não quer e como um primeiro-ministro, o primeiro entre iguais. Ocorre quando você escreve uma carta humana de seis adjunções e seguranças, ele começa a perder o sentido de realidade." É importante que o mais sábio dos senadores norte-americanos, aquele que lutou contra o macarismo, que foi contra a guerra do Vietnã, que lutou para acabar com a guerra fria entre a Rússia e os Estados Unidos, que defendeu o intercâmbio cultural e científico entre os países, que concebeu esta obra extraordinária que é a fundação Fulbright, faça afirmação tão peremptória: "O sistema parlamentarista é uma forma superior de democracia."

A emenda constitucional que a Frente Parlamentarista Nacional apresenta, defende esta tese. A democracia não pode ser banida da vida política do Brasil, só porque o país mergulha numa crise de autoridade, de administração e de caos financeiro. Se o presidencialismo brasileiro não consegue sobreviver às crises, com democracia, a solução é óbvia: a democracia deve sobreviver à crise, sem o presidencialismo!

A posição dos parlamentaristas é o contrário do que alguns presidencialistas renitentes tentam em definir. É contra golpes e contra a ruptura do Estado de direito.

Golpismo é querer manter um sistema que, na crise, leva à ditadura, ao regime de exceção, ao regime de força. Golpes é instituir nele! Nesta tempestade é que se pode localizar o gérmen de uma tendência autoritária, tirânica, fascista, peronista.

A emenda parlamentarista não é uma ideia de exceção. Ela vem sendo tentada no país, há mais de 30 anos. Várias gerações se sucederam nesta luta. É o batido sagrado da corrida de revesamento de 100 anos, com benesses... Dos anos de Pêlo, Ovídio Mangabeira, Coelho de Souza, Nestor Duarte, Santiago Dantas, Balseiro, Afonso Arinos, Nelson Carneiro, passou para a posse. Desta vez, a fita de chegada está muito perto.

Sandra Cavalcanti é deputada federal (PM, RJ) e escritora. Reside no Rio de Janeiro.

Jornal do Brasil 25/6/89

01.01

072

F.P. (P.P.)

FB

Brasil

24/4/89.

Brizola manda Cibilis a São Paulo pacificar PDT

SÃO PAULO — Numa reunião convocada às pressas, o vice-presidente nacional do PDT, economista Cibilis Viana, esteve ontem em São Paulo tentando pacificar as bases do partido no estado, insatisfeitas desde que o dirigente máximo do PDT, Leonel Brizola, nomeou uma comissão provisória para reestruturar a direção estadual do partido, dissolvida há um mês e meio pelo seu ex-presidente em São Paulo, deputado Adhemar de Barros Filho. Esta foi a primeira reunião do PDT paulista, que não aceita a comissão nomeada por Brizola, com a presença de um membro da direção nacional do partido.

Cibilis Viana reuniu-se com 20 diretores da capital e mais seis diretores municipais do ABC paulista, Mogi das Cruzes e Santos, representando cerca de 100 mil militantes do PDT em São Paulo, um estado onde o partido sempre teve fraca atuação e está agora desestruturado. O PDT tem 300 mil filiados em todo estado, com 40% registrados na capital e o restante no interior. "Não aceitamos decisões tomadas de cima para baixo", afirmou o advogado sindical

Wellington Cantal, ex-membro do diretório estadual e do Conselho de Ética do PDT paulista.

"As bases partidárias desejam indicar pelo menos um terço dos nomes da comissão provisória e restaurar o diretório original, de 71 membros", diz Cantal, enfatizando a principal reivindicação do PDT em São Paulo. A comissão provisória para reestruturar o partido foi nomeada sem serem ouvidas as bases partidárias, destaca Cantal. "Foram cometidas claras injustiças, como a não inclusão nela do líder David Lerer, vice-presidente estadual e um membro histórico do PDT paulista, que abandonou o PMDB como suplente de deputado federal, com 56 mil votos, para fundar o partido em São Paulo", lembra.

Apesar de todas as insatisfações, a reunião do PDT paulista com o seu vice-presidente nacional reafirmou o apoio à candidatura de Leonel Brizola à Presidência da República, ressaltando a necessidade de respeito às bases para a reestruturação do partido no estado.

098

F.P. (P.P.)

Apoio maciço ao nome do governador gaúcho

Os governadores do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Acre e Santa Catarina, presentes às reuniões do PMDB em Brasília, indicaram de forma unânime Pedro Simon como o nome para disputar a convenção e a Presidência da República, vendo nele as condições para ocupar o posto e manter a unidade partidária. Curiosamente, embora a esta altura Simon pudesse estar colocado na condição de pré-candidato pelas manifestações de líderes de outros estados, entre os psomedeibistas gaúchos presentes em Brasília, apenas José Fogaça e Antônio Brito chegaram a defender seu nome como alternativa.

Simon é visto por diversos governadores como a alternativa ideal devido ao seu livre trânsito entre todos os setores da ala progressista e entre os ulyssistas, além das qualidades como homem público. O governador gaúcho poderia atrair apoio à chapa progressista, numa segunda etapa, de um grande número de moderados - os liberais e homens de centro que formavam a composição do antigo MDB - sem alterar a fórmula que dá peso decisivo aos progressistas. A tese de obter apoio de setores moderados é rejeitada por muitos dos que apóiam Waldir Pires e acham importante uma ruptura. Contudo, alguns lembram que o próprio Waldir, para se eleger governador da Bahia, montou uma chapa onde o vice-governador e os dois senadores são conservadores.

O Governador gaúcho tem fortes motivos para negar a possibilidade de uma candidatura e deixou bem claro nas reuniões de Brasília que, se aceitasse, estaria transformando sua vida, acusado de querer Ulysses Guimarães para virar candidato. Contudo, alguns psomedeibistas gaúchos acham que, a se manter o quadro interno de votos recíprocos por parte de alguns governadores, e dependendo de Ulysses Guimarães, Simon pode ser o nome de consenso.

Ninguém sabe qual será a reação do Governador e um grupo de 20 delegados do PMDB registraram seu nome como pré-candidato à convenção. É certo que ele não participará de nenhum processo que contribua para dividir o partido, mas é improvável sua reação se não acontecer como fruto de uma nova etapa das articulações, desde a eleição de Ulysses Guimarães.

Verbo 4094

Bancada de Collor votou nos cinco anos e foi do 'Centrão'

José Varela — 5/5/88

BRASÍLIA — Orgulhosos, os assessores de Fernando Collor de Mello vangloriam-se de estarem com o pé na porta, para conter apoios indesejáveis ao candidato que desponta como o primeiro na preferência popular. O deputado Renan Calheiros (PRN-AL) estabeleceu pré-requisitos que, segundo ele, precisam ser obedecidos por quem quiser aderir: ser anti-Sarney, progressista, não ter integrado o Centrão na Constituinte e ter uma conduta condizente com o discurso moralizador de Collor.

No entanto, um exame apenas superficial da biografia de cada um dos parlamentares que já aderiram, filiando-se ou não ao PRN, demonstra que a lei de Renan não vale para todos. Dos 22 congressistas que dão apoio a Collor — o equivalente à sétima bancada no Congresso e a 5.916.615 de votos — dez votaram a favor do mandato de cinco anos na Constituinte, nove integraram o Centrão e sete empregaram papéis no Congresso. Quatro votaram em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, como Collor, e seis deram voto a Sarney que compunha chapa com Tancredo Neves. No grupo há três deputados — Enrico Ribeiro (MA), Jaime Campos (RJ) e Aristi-



Collor: alianças estranhas

des Cunha (SP) — que eram suplentes e assumiram o mandato após a Constituinte.

Segundo Renan Calheiros, alguns aceitos "por conta de questões regionais" e aí o critério é mais flexível. Essa flexibilidade vale, por exemplo, para que Collor aceite o apoio do governador da Paraíba, Tarciso Buriti, que tem programa de televisão, há tempos, discute com Collor defendendo mandato de cinco seis anos para

o presidente José Sarney. Barrados mesmo foram os senadores Carlos Alberto (RN), Olavo Feres (RO) e Carlos De Cárli e os deputados Otomar Pinto e Marinho Pinto (RR). Na opinião do assessor Cláudio Humberto, pessoas de estejam envolvidas em casos de corrupção não votadas. "Sob pena de que, quando eleito, Collor crie a procuradoria para punir corruptos e tenha de enquadrar o governo inteiro".

Em conversas reservadas, Collor diz que se quisesse já poderia contar com mais de 120 parlamentares, o que o colocaria apenas atrás do PMDB e do PFL no Congresso. Até agora o candidato pode contar com os seguintes parlamentares: Itamar Franco (MG), Ney Maranhão (PE), João Castelo (MA), João Cunha (SP), Sívio Abreu (MG), Narciso Mendes (AC), Hélio Costa (MG), Gerson e Rita Camata (ES), Flávio Rocha (RN), Renan Calheiros (AL), Dasso Coimbra (RJ), Rubem Medeiros (RJ), Nelson Sabrá (RJ), Geraldo Bulhões (AL), Ismael Wanderley (RN), José Carlos Martinez (PR), Aristides Cunha (SP), Jaime Campos (RJ), Renato Johnson (PR), Enrico Ribeiro (MA) e Arnaldo Faria de Sá (SP).

A bancada de Collor

João Castelo — Senador eleito pelo PDS do Maranhão. Hoje é inimigo de Sarney, mas em 79 foi indicado por ele para a presidência do Banco da Amazônia. Na Câmara foi vice-líder do governo Emílio Médici. Na Constituinte, fechou com o Centrão mas votou pelos quatro anos. A mulher, Gardênia, tem emprego no Senado.

Itamar Franco — Senador eleito pelo PMDB de Minas. Fundador do MDB, no Senado alia-se aos progressistas. Votou pelos quatro anos na Constituinte. Parlamentar atrevido, conhecido pelos princípios rígidos, como vice de Collor o respaldo necessário para o discurso moralizador do candidato.

Ney Maranhão — Senador do PMB de Pernambuco, assumiu a vaga aberta com a morte de Antônio Farias. Casado pelo AI-5 em 1969, apoiou Miguel Arraes na eleição de 1986. Na Constituinte manteve-se distante das posições de Farias, votou nos quatro anos, mas acha que Sarney "tem um coração enorme".

Rubem Medeiros — Deputado pelo PFL do Rio. No início dos anos 70 fez oposição ao regime militar no MDB. Envolvido com o governo Figueiredo, em 1979 foi para o PDS. Na Constituinte alia-se ao Centrão, votou pelos cinco anos para Sarney e apoiou a UDR na questão da reforma agrária.

João Cunha — Deputado eleito pelo PMDB de São Paulo. Ex-autêntico do MDB, antes do PRN passou pelo PMDB, PT e PDT. Crítico feroz do regime militar, foi processado algumas vezes por causa de seus discursos. Considera-se de esquerda, mas seu perfil ideológico desperta controvérsias. Votou pelos quatro anos na Constituinte. Empregou um filho na Câmara.

Flávio Rocha — Deputado eleito pelo PFL do Rio Grande do Norte. Empresário, casou e primeiro mandato. Antes de aderir a Collor, foi do PL e votou pelo mandato de cinco anos. Não tem parentes no Congresso.

Hélio Costa — Deputado eleito pelo PMDB de Minas. Apesar de aliado de Itamar Franco, fechou com o Cen-

trão na Constituinte e votou pelos cinco anos a Sarney. Votou com a UDR e define-se como de centro-esquerda. Ganhou uma rádio em Minas do presidente Sarney.

Narciso Mendes — Deputado eleito pelo PDS do Acre. Define-se como "reacionário convicto" e é sócio do jornal *O Rio Branco* junto com o presidente regional da UDR no Acre. Na Constituinte, votou com o Centrão e defendeu o mandato de cinco anos. É a favor da pena de morte.

Arnaldo Faria de Sá — Deputado eleito pelo PTB de São Paulo. Foi o primeiro a filiar-se ao PRN. Graças a ele, Collor adquiriu base legal para candidatar-se. Foi vice na chapa de Paulo Maluf para a prefeitura paulista em 1983 e chegou a imaginar-se prefeito de São Paulo. Na Constituinte fechou com o Centrão, mas votou pelos quatro anos.

Renan Calheiros — Deputado eleito pelo PMDB de Alagoas. Socialista, integrou a ala esquerda do PMDB, tanto que antes de aliar-se a Collor foi do PSDB. Na Constituinte votou pelos quatro anos.

Sívio Abreu — Deputado eleito pelo PMDB de Minas. Foi secretário do governo Tancredo Neves e depois de Hélio Garcia. Até há pouco era aliado do governador Newton Cardoso, de quem Collor recusa apoio. Na Constituinte alia-se aos progressistas e votou pelos quatro anos. Sua mulher tem emprego na Câmara.

Geraldo Bulhões — Deputado eleito pelo PMDB de Alagoas. Foi da Arena e do PDS. Apoiou Maluf no Colégio Eleitoral, aderiu ao PMDB no início da Nova República e com o fracasso do Cruzado foi para a oposição. Na Constituinte votou pelos quatro anos. Empregou a mulher e os dois filhos no Congresso.

Dasso Coimbra — Deputado eleito pelo PMDB do Rio. Originado da Arena, está no PTR, partido coligado ao PRN de Collor. Evangélico, conservador, na Constituinte foi o matemático do Centrão. Votou pelos cinco anos e integra a ala governista da bancada fluminense. Tem nora e filho empregados no Congresso.

José Carlos Martinez — Deputado eleito pelo PMDB do Paraná. Foi do PDS, não escondeu suas compatibilidades com o setor agrário, é simpático à UDR. Na Constituinte foi do Centrão e votou a favor de Sarney na questão do mandato. Ganhou do precatório duas estações de TV no Paraná. Empregou o filho no Congresso.

Ismael Wanderley — Deputado eleito pelo PMDB do Rio Grande do Norte. É genro do ex-ministro Aluísio Alves, com quem trabalhou no ministério da Administração em 1983. Considera-se um político de centro-esquerda. Na Constituinte votou pelos cinco anos. Empregou a mulher e a filha no Congresso.

Renato Johnson — Deputado eleito pelo PMDB do Paraná. Foi secretário do governo Ney Braga, do PDS, de 1979 e 1982. Considerado um liberal conservador, é apoiado por empresários do setor eletro-eletrônico. Na Constituinte alia-se ao Centrão e votou pelos cinco anos. Deu emprego à mulher e à filha no Congresso.

Gerson Camata — Senador eleito pelo PMDB do Espírito Santo. Veio da Arena e quando governou seu estado esteve ameaçado de processo por ofensa ao então presidente João Figueiredo. Na Constituinte, apoiou o Centrão em algumas questões e deu um voto para os cinco anos de Sarney.

Rita Camata — Deputada mais votada do PMDB do Espírito Santo e e mulher do senador Gerson Camata, assumiu, porém, atitude independente na Constituinte. Aliou-se aos progressistas e votou, contra a vontade do marido, no mandato de quatro anos para Sarney.

Nelson Sabrá — Deputado do PFL do Rio de Janeiro, assumiu a vaga do falecido Alair Ferreira. Embora negasse fazer parte do Centrão, figurava na lista do grupo. Apoiou os cinco anos e na convenção do PFL defendeu a tese da adesão a Collor.

Enrico Ribeiro, Jaime Campos e Aristides Cunha — Eram suplentes e assumiram após a promulgação da Constituição. Por isso, não podem ser avaliados pelos critérios da anterioridade.

9907645

Coluna do Castelo

Ainda não há opção do empresariado

Ainda não está bem definida a posição dos grupos econômicos e sociais na atual campanha eleitoral, principalmente do seu segmento conservador. Os sindicatos dividem-se entre Lula e Brizola, com a fração principal, representada hoje pela Cst, claramente favorável ao PT. Modestos simpatiza com o candidato do PDT e Magri, da CGT, poderá ir para Collor. A Igreja, na sua vertente mais atuante, a progressista, mal esconde sua preferência por Lula, mas há uma parte tradicionalista que irá trilhar o caminho do centro senão da direita. A margem disso, o eleitorado teoricamente subornado à liderança dessas entidades não é uniforme nem submisso e costuma surpreender com opções próprias assemelhadas às que se generalizam no meio social. O empresariado, de vocação conservadora ou com sentimento de auto-preservação qualquer que seja a sua linha de pensamento, ainda hesita. Ulysses poderia ser a escolha, mas sua aliança à esquerda do seu partido gera perplexidades. Já foi uma expectativa. Angelino ainda não convenceu como hipótese eleitoralmente válida. Collor poderia ser a preferência por ter no momento alguma perspectiva de vitória, que os recursos do sistema iriam consolidar.



Os homens de dinheiro, como se sabe, têm influência genérica e influência específica. Por liberalidade, a classe dá condições de disputa a todos os pretendentes, fornecendo-lhes meios de transporte e comunicação, base física para operar, etc. Os sacritórios de campanha que se armam em Brasília, São Paulo, Rio e outras cidades fazem parte do acervo comum do que se chamava outrora de classes produtoras. Há salas para todos, assim como jatinhos executivos, numerosos como no caso de Ulysses mas suficientes para atender até mesmo o candidato do Partido Comunista, Roberto Freire. Há jatinhos populistas, trabalhistas, operários, verdes, vermelhos, tucanos, enfim, para todas as tendências, pois afinal a sociedade é liberal e o regime, idem.

Mas na hora da verdade o peso da inflação econômica do empresariado converge para uma opção de classe, tanto quanto acontece do outro lado, do lado das centrais operárias. Não há certeza de que essa escolha tenha sido feita até aqui e pelo menos três alternativas estão postas — Ulysses, Collor e Angelino. Por experiência e intuição sabem os dirigentes da vida econômica do país que iniciativas como a Convergência Democrática, formada por inspiração por assim dizer ideológica, não representam meio válido de influir nos pronunciamentos eleitorais. O empresariado, organizado em entidades políticas, não opera à vontade pois torna claro o que deve ser apenas suposto e dita normas a grupos nos quais é frequente o sentimento de autonomia e de afirmação individual. Se empresários indicam formalmente um candidato, suas chances se reduzem na medida em que há prevenção contra ostensiva manipulação eleitoral pelo poder econômico.

Igualmente deve-se considerar irrelevante tentativas como a de Ronaldo Caiado, líder da UDR, de tentar ele próprio candidatar-se a presidente da República. A entidade sob seu comando poderá ter influência notável na manifestação eleitoral do empresariado rural, de extensa influência no interior mas não com capacidade de mobilizar em benefício próprio os votos da comunidade. Caiado poderá influir muito mais como dirigente de um grupo de pressão organizado do que como eventual candidatura desta minoria. O empresariado influi, e muito, mas deve ter cuidado e prudência na maneira de tentar fazê-lo.

Confronto político

Há um empenho em superar disputas entre o Governo e o Congresso, mas a falta de base política do Planalto continua provocando derrotas do Executivo na discussão e votação de seus projetos. O momento é muito sensível, admitem lideranças, enquanto o Presidente não poupa críticas, mas leva a pluma a fixação de uma política econômica, salarial e tem a proposta orçamentária também disciplinada e alterada. Na realidade, as prerrogativas do Congresso dão aos parlamentares esses poderes, que crescem na medida em que há um visível distanciamento do desgaste oficial. Se depois da promulgação da nova Constituição muito se debateu a respeito, chamando a atenção para a soma de poderes atribuídos ao Congresso Nacional não houve nenhum avanço no sentido de uma conquista de maioria por parte do Governo. Ela já era difícil antes, no início da Nova República, tornou-se problemática ao longo da administração e praticamente desapareceu após a eleição municipal. Na realidade o Governo não dispõe de uma representação expressiva, não só em função da inexistência de um partido declaradamente oficial, mas pelas repercussões que a fase de decisões no campo sucessório está gerando. A crise econômica compromete a posição do Governo não obstante o Plano Verão tenha sido uma tentativa nesse sentido e medidas ainda estejam sendo estudadas, sobretudo depois que a duração do mandato de Sarney entrou em debate. Alertado por esse tipo de discussão, além da proposta de implantação do parlamentarismo ter ocupado as atenções e afinal apresentada à Mesa da Câmara, o Governo está na defensiva e busca alternativas para poder influir, de alguma forma, na sucessão. Algumas de suas lideranças se contentam em administrar a crise, superar as fases mais conturbadas, concluir o período de transição com a realização de eleições diretas e entrega do cargo. Mesmo com os desgastes conhecidos, o Presidente poderá proclamar o trabalho desenvolvido nesse sentido. Para tudo isso o Governo precisa, no entanto, de um mínimo de base política. E pretende trabalhar com esse objetivo, a julgar pelas articulações que começa a desenvolver.

Aureliano

O candidato indicado pela prévia do PFL, Aureliano Chaves, pode manter hoje em São Paulo, um contato com o ex-presidente Jânio Quadros, que ingressou no partido, depois de muita discussão, e é visto como candidato potencial ao Planalto. O ex-ministro mantém sua candidatura e admite o apoio e os conselhos de Jânio e pode estar ganhando trunfos, além da indicação de um paulista, Cláudio Lembo, janista de muito tempo, na véspera da Convenção Nacional. De qualquer forma, a expectativa sobre os passos do imprevisível ex-presidente continuarão, sobretudo depois que ele reapareceu, na mesma posição e sacada em que renunciara como candidato do PSD, filiando-se no PFL. Tudo em cerca de um mês.

Carlos Fehlberg

Palanque/Mário Covas

Servidor grevista terá ponto cortado

Marcelo Pontes,
Dedera Guedes e
Esvaldo Dias

O senador Mário Covas (PSDB-SP), 59 anos, um dos mais ardentes defensores do direito de greve, e um dos principais líderes da consagração desse direito durante a Assembleia Constituinte (1987-88), tem uma receita certa e grossa para aplicar aos grevistas do serviço público, se for eleito presidente da República: cortará o ponto dos funcionários desde o primeiro dia de paralisação.

"É absolutamente legítima a greve. Eu sempre respeitei isso. Mas acho que o direito de greve tem suas contrapartidas", afirma Covas, chocado com a constatação de que em sua atual greve, em Brasília, os funcionários públicos não só não têm o ponto cortado, como até mantêm o direito às refeições e aos ônibus diários subsidiados pelo governo.

Não se trata, segundo o candidato do PSDB, de uma mudança de posição política. Quando foi prefeito de São Paulo (1983-86), Covas diz ter enfrentado greves de servidores da mesma maneira, descontando os dias parados ao mesmo tempo em que negociava extenuantemente com os líderes grevistas — fórmula que pretende repetir no plano federal. Assim poderá negociar depois com os funcionários, como é feito nas empresas privadas, o pagamento dos dias parados. Mas o ponto será cortado automaticamente, assim que começar a paralisação.

Causa os medos — Na hora em que começa a divulgar com mais intensidade suas ideias de candidato, depois de ter ficado de quarentena à espera de que as divisões internas do PMDB ajudassem a empurrar sua campanha na liderança do Ibope (teve 5% em maio, 3% em junho), Covas descreve com desembaraço suas experiências com grevistas. Como prefeito de São Paulo, conta rindo, divertia-se na hora de negociar com os líderes grevistas. Certa vez, entraram em seu gabinete 67 líderes de uma greve de médicos do bairro do Jabaquara. "Tinha a Associação dos Médicos do Jabaquara, a Associação do Hospital do Jabaquara, a Associação dos Servidores do Jabaquara e assim por diante, representando o mesmo grupo de grevista..."

Os médicos, garante, são uma das categorias mais difíceis para negociar — mas reconhece que eles, em geral, ganham muito mal no serviço público. Sua sorte, acrescenta, era que seu secretário Adilson Dallari brigava tanto com os grevistas que o prefeito, quando entrava nas negociações, levava a vantagem de entrar com fama de bonzinho.

A partir desse relato, não adianta tentar



Covas procura mostrar qualidades que o separam de Collor

envolver Covas na noção muito difundida de que estaria havendo excesso de greves no país. "Greve, gente, é efeito e não causa. Greve é um instrumento legal de luta. E você luta em função de circunstâncias, atrás de determinados objetivos. Se você resolver ou amenizar o problema econômico, obviamente você opera sobre o problema da greve", afirma.

Demissão — Para provar que não é leniente com o grevismo e o corporativismo como sua atuação na Constituinte pode fazer crer — uma fama que hoje engrossa suas dificuldades no meio empresarial — lembra que foi um dos 29 parlamentares a votar contra a estabilidade dos funcionários com cinco anos ininterruptos no serviço público. Não teriam essa estabilidade, caso sua tese tivesse sido aceita, os 90 mil funcionários que o presidente Sarney ameaçou demitir no começo do ano e acabou não demitindo.

Se for eleito, Covas teria coragem de iniciar seu governo demitindo 90 mil funcionários públicos? Ele não hesita na resposta: "Se for necessário, se houver 90 mil funcionários sobrando, não tenho a menor dúvida

de que farei isso. Mas não é política de ninguém a demissão. Você não faz de seus objetivos como político o ato de demitir. Durante o tempo em que estive na Prefeitura de São Paulo, a CMT, empresa que cuida dos transportes coletivos, apresentou os mais baixos índices de empregado por veículo de sua história: 6,2. Soube que na CTC, no Rio, há 26 empregados por ônibus. Ou seja, o ônibus já sai lotado da garagem. A política correta é a de que o tamanho do Estado deve ser o de um Estado socialmente necessário. O que significa isso? Significa que o Estado deve ser eficiente, enxuto, democrático, competente. Portanto, não se trata de você dizer que vai demitir simplesmente porque quer demitir. O Estado tem que ser limitado àquilo que é a sua necessidade".

Corrupção — Gesticulando sempre, frequentemente descendo a um tom mais grave ainda em sua voz de baixo, Covas não avança além de alguns poucos pontos quando sai da teoria sobre o tamanho ideal da máquina do Estado para a vida real. Por

exemplo: quer reduzir de seis para três os ministérios de militares, criando o Ministério da Defesa; pode criar um Ministério da Economia, embora não veja divergências entre o da Fazenda e o do Planejamento; unificaria os Ministérios da Educação e Cultura; e provavelmente tiraria de um ministério extremamente esquelético, como acha que seja o da Indústria e Comércio, a parte de Ciência e Tecnologia, que em sua opinião foi um ministério moderno, com 600 pessoas.

Ao se imaginar em confronto com Fernando Collor de Mello, primeiro colocado nas pesquisas eleitorais (43% no Ibope de início de junho), Covas primária faz uma reverência. Collor, em sua opinião, não muito bom a televisão e tocou em determinadas cordas das expectativas da população, aproveitando-se da indignação nacional concentrada em palavras-chave como corrupção, marajá, impunidade, privilégio. É por isso que a maior esperança da campanha de Covas está exatamente na propaganda eleitoral gratuita na televisão, a partir de 15 de setembro, quando o PSDB terá direito a 10 minutos diários no ar.

Diferenças — Mas em seguida, não sem ser provocado, Covas procura mostrar o que o distingue de Collor. Partindo do diagnóstico de que a indignação popular existe, quer fazer dela uma ferramenta principal, mas o mínimo que se pode esperar de um governante. E aqui Covas se torna mais veemente: "Não pretendemos vencer ninguém, não estamos vendendo nada, não estamos oferecendo o punho. Não quero a ninguém que concorra à Presidência da República maior autoridade do que a minha para defender a autoridade, a seriedade, o caráter, a dignidade. Vou apresentar isso uma proposta séria de governo".

Mais importante para Covas não é negociar, como fez Collor, que vai vender todas as mansões de ministros e funcionários graduados do governo, "tipo de proposta que as pessoas no momento gostam de ouvir". Não é vendendo as mansões, segundo Covas, que se resolve o problema da corrupção, da mordomia. "O problema da corrupção tem duas pontas — quem corrúpe e quem é corrompido — e as duas têm que ser eliminadas, e os culpados punidos. Portanto, não é vendendo mansões que o problema estará terminado. Seu debate depende de uma plena consciência nacional. Na Educação, por exemplo, de cada NCZ\$ 100,00 que saem do Tesouro, chegam à sala de aula apenas NCZ\$ 52,00. Fazer com que os NCZ\$ 100,00 que saem do Tesouro cheguem inteiros à sala de aula, meta que pretendo cumprir, é um esforço muito maior de combate à corrupção, à mordomia, à incompetência, do que vender as casas dos ministros".

■ Dívida externa

"O PSDB não preconiza o calote. Sua proposta concilia uma posição política, ética e moral com uma posição financeira. E esta proposta passa por rever a dívida, negociando tanto quanto possível. Eu poderia dizer, simplesmente, que a nossa proposta é a redução da dívida ao valor que por ela se paga no mercado secundário. A gente precisa sustentar esta posição. Os dados mais ou menos disponíveis são os seguintes: a nossa dívida externa, em 1970, era da ordem de 60 bilhões de dólares; em 1980, passou para 90 bilhões de dólares; praticamente sem entrada de dinheiro nova, ela chegou em 1989 a 110 bilhões de dólares; e durante este período nós pagamos quase 90 bilhões de dólares. Recentemente, em um artigo de jornal, o deputado Delfim Netto confirma que de 30 a 40 bilhões de dólares deste principal são decorrentes de oscilação das taxas de juros. Tive empréstimos feitos a taxas de 6% que acabaram sendo taxas de 21%. A dívida, tal qual está hoje, colocou a América Latina inteira na seguinte situação: entre 1980 e 1986, houve uma saída líquida de capital de risco e juros de 160 bilhões de dólares na América Latina e ela termina a década com 6,6% a menos no seu Produto Interno Bruto per capita. Isso nos faz, inclusive, portadores de problemas alheios. No fim em que o presidente do Banco Central americano — e lá o presidente tem força — resolve aumentar um por cento na taxa de juros, isso significa que nós somos obrigados a pagar mais um bilhão de dólares naquele ano. Ora, quando a gente examina os dados sociais, sobretudo examina os dados econômicos, a gente verifica que esta década de 80 foi uma década perdida na história deste país. É a pior década desde 1900, do ponto de vista econômico. Nós vamos terminar a década com um produto per capita menor do que quando começamos, e isso gera tremendos déficits de natureza social no país. Portanto, pode-se verificar, com isso — e um dos fatores básicos é que o crescimento brasileiro tenha paralisado —, que o que pesa é exatamente a dívida externa."

■ Capital estrangeiro

"O Brasil tem cerca de 330 bilhões de dólares de Produto Interno Bruto e tem registrado no Banco Central cerca de 31 bilhões de dólares de capital de risco e de reinvestimento. Não chega a 10% do PIB. É verdade que parte desse capital está voltada para certos setores dinâmicos da economia, como o de automobilismo, mas eu acho que há um enorme espaço para o capital estrangeiro neste país. Mais do que isto. Se você tem um governo sério e com capacidade de negociação, você faz do capital estrangeiro aquilo que efetivamente interessa, que é ele ser um complemento à poupança nacional e um desenvolvedor aqui do que existe de mais moderno em termos de tecnologia. Hoje, o capital estrangeiro procura coisas diferentes do que procurava há 20 anos. Há 20 anos, ele procurava mão-de-obra barata, insumos baratos. Hoje, acho que ele procura um pouco mais do que isso. Quando vejo usarem a expressão "nós estamos caminhando contra a história", lembro antes que não fomos capazes de construir um mercado interno, de criar um perfil de renda que nos transformasse, aos 120 milhões de pessoas, em consumidores. Somos

apenas 39 milhões de consumidores. O que capital estrangeiro quer é a revitalização da economia, a absorção de tecnologia, a capacidade de exportar, e é mercado interno. Mais do que isso, a gente caminha para um outro problema, que me parece um problema para o qual se deve estar atento, que é o da modernização tecnológica. Acho que, se bem negociado, o capital estrangeiro pode ser até um parceiro na negociação da dívida externa."

■ Reserva de mercado

"A nossa proposta sustenta a lei da informática. O que existe como reserva de mercado é um mecanismo que se faz ou dirigido para o produto ou para a empresa. Tradicionalmente, aqui no Brasil, foi dirigido para o produto. O problema é saber se você desenvolve, ou não, a partir desta realidade. Na ciência e tecnologia não existe país no mundo que não tenha tido nenhuma forma de proteção. Não sei dizer se essa é a mais adequada. Acho, inclusive, que os organismos envolvidos nisso têm que ter uma certa dose de transparência popular, isso é fundamental. Você deve estimular mecanismos de associação. O Brasil cada vez mais deve procurar parceiros do risco e não empréstimos, e é por isso que a presença do capital estrangeiro se faz. Hoje, o problema da posse patrimonial da empresa cede um pouco de lugar ao problema de controle tecnológico. Quem efetivamente controla é quem tem o controle tecnológico. Nós discutimos muito o assunto no partido e nos definimos pela sustentação da Lei de Informática. Pela nossa proposta, a partir de 1992, entra-se com um mecanismo que paulatinamente libere isto."

■ Salários

"A política salarial que o PSDB preconiza na sua proposta é a mais simples possível. A presença do Estado neste aspecto deve ser a de fixar o salário mínimo, os salários básicos ou pisos salariais, que garantam as categorias que são mais fracas na sua capacidade de negociação. Por outro lado, você fortalece os sindicatos, desvincula os sindicatos do Estado, torna-os absolutamente livres e permite a negociação direta, até estimula a negociação direta. O salário mínimo imaginado pelo PSDB é, sem dúvida, o que está na Constituição. Agora, é uma questão de realismo. Você não vai fazer salário mínimo por decreto. Não vai dizer amanhã: o salário mínimo passa a ser de 400 dólares, como é no Sul da Europa, e

que corresponde ao que pouco mais de um por cento da população brasileira ganha."

■ Agricultura

"Dividimos a política agrícola em três ou quatro cenários diferentes. O Brasil tem um cenário de grandes propriedades, normalmente com uma grande absorção de tecnologias e que, em geral, se destina à exportação. A tecnologia tradicionalmente tem sido desenvolvida em seu favor. Uma das propos-



tas do PSDB é que se mude um pouco o módulo da propriedade para o qual o esforço de natureza tecnológica seja dirigido, voltando-se mais para a pequena e média propriedade. A grande propriedade tem maneiras de resolver o seu problema. Na pequena e na média propriedade, você tem áreas do país de produtividade bastante alta, como eu vi na região missioneira, no Rio Grande do Sul, no próprio Mato Grosso do Sul, em certas regiões que têm pequenas e médias propriedades de grande produtividade. Nessas regiões, uma das propostas novas é o uso da tecnologia mais moderna. Você tem uma propriedade de subsistência,

que vive desarticulada em relação ao restante. E, finalmente, você tem uma imensa massa de trabalhadores sem terra. Se você quer resolver o problema do trabalhador sem terra, terá necessariamente que tocar a reforma agrária. No nosso governo, dinheiro para a agricultura vai chegar para o custeio e a comercialização, na hora do custeio e da comercialização. Nestes 10 anos, embora a produção agrícola tenha diminuído em relação ao período 47/80, ainda foi ela que evitou uma queda maior no Produto Interno Bruto. Ela cresceu, nesta década, a uma taxa histórica de 3% ao ano. É preciso que ela suba para 5%, e isso é objetivo nosso. Queremos chegar ao final do Século dobrando a produção de grãos. Isso implica mecanismos que estão associados, por exemplo, à política de transportes. Neste país se tem uma política de transporte que é a mais aberrante e absurda do mundo. Não há uma estrada de ferro que não tenha ao seu lado uma ferrovia concorrendo com ela, quando no mundo inteiro você opera por intercomunicação. Há outras aberrações na agricultura: se você financia a produção, necessariamente faz seguro, mesmo que você financia uma parte, de tal maneira

que se vier uma grande seca você não tem a sua produção, o banco recebe o dinheiro. Mas, se você quiser usar o seu dinheiro para produzir, não tem como fazer seguro. Você tem, então, a seguinte aberração: garante-se o sistema financeiro, mas o dinheiro destinado à produção, este não pode garantir através de um seguro. É um absurdo. Não dá para entender que você não tenha um seguro para a agricultura. Por outro lado, a agricultura tem um efeito marginal na hora em que você incorpora a tecnologia, que é maior do que na indústria. Vi no Rio Grande do Sul sementes desenvolvidas pela Embrapa aumentaram brutalmente a produtividade do trigo e do arroz; no Centro-Oeste, em Cerrado, onde ninguém acreditava em uma boa produtividade até 10 anos atrás, a soja está tendo uma produtividade maior que nos Estados Unidos; no Rio Grande do Norte, através da irrigação, aumentou a produtividade do algodão de fibra longa de 200 quilos por hectare para quatro mil quilos por hectare, que é igual a multiplicar por 20. Nesta área, acesso à tecnologia tem um efeito sobre a produtividade que é, inclusive, do ponto de vista marginal, maior que na indústria. Na nossa proposta, nós enfatizamos a tecnologia para um nível de propriedade pequena e média. São recursos que vão chegar a tempo e a lugar, sem produção, seja para comercialização.

■ Privatização

"Há necessidade de privatização em alguns setores. Eu não privatizo, por exemplo, a Petrobrás, pelo seu significado simbólico para a própria libertação da economia nacional. Acho que certos setores de comunicação têm que pertencer ao Estado, até pelo seu caráter estratégico. Energia elétrica não pode ser privatizada, embora você tenha alguma coisa de privatizar, até uma certa potência elétrica, que é perfeitamente possível de ser privatizada. Não vou privatizar os setores que se podem privatizar, deixando os setores estratégicos, como, por exemplo, maior participação dos empresários na propriedade da empresa. Acho que não passa, evidentemente, pelo Banco do Brasil. A nossa posição é de contestar o Estado todo poderoso, mas também não participamos da opinião de certos setores conservadores, de que o Estado é onipotente."

■ Parlamentarismo

"Tivemos a oportunidade de fazer parlamentarismo no momento adequado, e não fizemos. Nós, do PSDB, temos o parlamentarismo como ponto programático. Fizemos uma proposta com autoridades eleitas, encaminháramos ao Congresso proposta de modificação da Constituição, tendo em vista o plebiscito de 1993, antecipando-o por um ano, de tal maneira que o povo, decidindo em favor do parlamentarismo, encontraria no governo um partido favorável a essa mudança e que iria trabalhar para consolidá-lo, e não para atrapalhá-lo. Começou a surgir um movimento para o Congresso fazer a mudança já. Somos contra."

098
F. POL (D.D.)
J. DO BRASIL

domingo, 25/6/89 □ 1º caderno

Leonel Brizola — XIII



A partir de hoje, o trabalhismo passa a viver um dos mais decisivos momentos de sua trajetória de 44 anos de lutas. Desde que, em 1950 disputou e venceu as eleições com seu líder e fundador, Getúlio Vargas, pela primeira vez, lançou, agora, um candidato próprio à Presidência da República. Agora, como então, vamos travar o bom combate: em defesa dos trabalhadores e de toda população. Será uma luta desigual e sem tréguas. Mas, apesar de tudo isso, vamos vencer e, conosco, o povo brasileiro chegará ao Governo, abrindo os caminhos de seu próprio destino.

GOLPISMO

Outra vez, levanta-se a onda do parlamentarismo. Como antes, a inspiração da manobra não é senão o temor das velhas oligarquias deste País, o verdadeiro medo que lhes desperta o voto livre e direto do povo brasileiro. Sabem que a situação eleitoral que os meios de comunicação apresentam, neste momento, é distorcida e provisória e que, à medida em que nos aproximamos do dia 15 de novembro, ficará cada vez mais clara a vontade da população em dizer um rotundo não a essas elites pretenciosas e fracassadas.

Agora, entretanto, as próprias origens da manobra parlamentarista não deixam dúvidas quando à sua inspiração e não enganam ninguém, nem mesmo os que, sinceramente convencidos das virtudes do parlamentarismo, são antes de tudo democratas e fiéis à vontade do povo brasileiro. Mas para aqueles que vêm regendo esta orquestração — com a escandalosa utilização das Organizações Globo para lhe oferecer ressonância — não se importam em invocar falsas razões para justificar, se é que isso é possível, este golpe mal-disfarçado.

O próprio senhor José Sarney, talvez para tornar a ideia do parlamentarismo mais "simpática" já acena com um encurtamento de seu mandato em dois meses. Ora, porque não convocou antes, como a Nação exigia, as eleições e, ao contrário, barganhou e insistiu tanto em aumentar para cinco anos a duração de seu malsinado Governo? E do senhor Jânio Quadros, a quem, o País desejava ser recolhido a uma aposentadoria digna em lugar de andar por aí alternando, a cada mês, lançamento de candidatura com "renúncias" patéticas, o que se pode esperar?

Estamos diante de um ensaio de movimento das oligarquias, que andam sondando caminhos que lhes poupem do veredito popular nestas eleições. Um movimento que pode se esvaír, como tantos outros, mas que pode, também, ser o início de uma perversa tentativa de golpear o direito, negado há quase 30 anos, do povo brasileiro votar livremente, instituir um Governo legítimo e escolher, ele próprio, os destinos deste País. A apenas 140 dias das eleições, tudo o que se venha a fazer para mudar as regras já fixadas, não passará de um simples e desavergonhado golpe.

A Internacional Socialista e o PDT

Nosso Partido, o PDT, acaba de viver um de seus mais significativos momentos. Pela primeira vez, um partido político brasileiro torna-se membro pleno da Internacional Socialista, um verdadeiro fórum de ideias e discussões, que reúne organizações partidárias afins de natureza social e democrática, de todo o mundo. Ao ensejo do Congresso realizado esta semana, em Estocolmo (Suécia), comemorando os seus 100 anos de luta pela justiça social, pela paz e pela liberdade, a IS debateu temas de significação mundial como o desarmamento, as relações Norte-Sul, a defesa do meio ambiente e a crise econômica que vem castigando grandes contingentes da humanidade, com destaque para a injustiça do endividamento dos países do Terceiro Mundo.

Ao final, o plenário de mais de 700 dirigentes partidários de 46 países demonstrou a sua solidariedade e preocupações para com a América Latina, incluindo-nos entre os Vice-Presidentes da Internacional Socialista, ao lado de governantes e líderes como Felipe Gonzales, da Espanha, e do Presidente Carlos Andrés Peres, da Venezuela, do premier suco Ingvar Carlsson, de Bettino Craxi, de Simon Peres, de Pierre Maurois, Walid Jumblatt, Neil Kinnock, Michael Manley e Bob Hawke, Primeiro-Ministro da Austrália.

Tivemos ainda a oportunidade de, nessa viagem, encontrar-nos com os Presidentes da França, François Mitterrand, e de Portugal, Mário Soares. A eles procuramos expor a gravidade da situação em que se encontra a América Latina, que vem sofrendo de forma drástica e insuportável os efeitos do sistema econômico e financeiro internacional sobre as economias locais, relegando à pobreza e à miséria a maioria de suas populações. Em especial nos referimos a crise em que vem mergulhando o nosso País e os sofrimentos de nossos irmãos argentinos. De ambos recolhi a impressão de que eles próprios estão convencidos que se tornou inadiável um novo relacionamento internacional, a começar por uma solução imediata e justa para os problemas da dívida externa.

Anistia Internacional — Ainda em Estocolmo, tivemos a oportunidade de dialogar com os dirigentes da Anistia Internacional, esta prestigiosa instituição que granjeou respeito mundial por sua independência e seriedade na defesa dos direitos humanos. A eles, encarecemos a necessidade de uma investigação, a fundo, sobre as verdadeiras origens dos milhares de assassinatos que vêm vitimando jovens, muitos deles menores, no Rio, São Paulo e em quase todas as grandes cidades brasileiras. Como se sabe, as favelas e comunidades pobres passaram a ser tratadas como se fossem guetos, cujas populações vem sendo aterrorizadas com tiroteios indiscriminados. A ação de verdadeiros "grupos de extermínio" e esta ficção de infundáveis "guerras de quadrilhas", criada para acobertar este verdadeiro genocídio, constituem-se num escândalo tão monstruoso que a presença de um organismo isento como a Anistia Internacional, poderia romper este ambiente de quase assentimento com que assistimos o desenrolar desta tragédia.

Leonel Brizola
Leonel Brizola
Presidente do PDT

038

F.P.

Coisas da Política

JORNAL DO BRASIL 17-5-89

Sarney tenta ajudar Jânio

Ricardo Noblat

E possível que o presidente José Sarney já alimentasse a idéia há algum tempo. Também é possível que ela tenha surgido assim, de última hora, a partir do descalaque no Brasil, no início da semana passada, do ex-prefeito Jânio Quadros. O ministro José Américo de Oliveira, da Cultura, se reuniu com Jânio em São Paulo na quinta-feira e, no dia seguinte, foi recebido em Brasília pelo presidente Sarney para uma longa conversa.



Na manhã da sexta-feira, Sarney viajou a Mato Grosso e, de lá, a São Paulo, para se submeter a exames médicos de rotina e passar o fim de semana na fazenda do empresário Mathias Machiline. Naquele dia, Sarney tentou fazer do ministro Íris Resende, da Agricultura, o candidato a vice na chapa a ser encabeçada por Jânio à sucessão presidencial. Íris é filiado do PMDB, cujo candidato a presidente é o deputado Ulysses Guimarães.

Jânio sempre desprezou os partidos políticos. Naquela sexta-feira, à falta de um partido mais expressivo que lhe garantisse o registro para candidato, assinou a ficha de filiação ao PSD — não o velho PSD criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, mas o PSD do ex-ministro César Cals e do ex-presidente João Figueiredo. Uma legenda de aluguel. Ou uma legenda fantasma, se preferirmos, em busca de um candidato à sucessão.

Sarney determinou a seus auxiliares que localizassem, com urgência, seu ministro da Agricultura. Estava disposto a convencê-lo a largar o PMDB, se filiar ao PSD de Cals e integrar a chapa de Jânio. Descartava, com isso, não apenas reforçar as chances de Jânio se eleger, mas dividir de vez o PMDB e enfraquecer a reconhecidamente fraca candidatura de Ulysses. Sarney quer ver Ulysses derrotado. Guarda mágoas dele.

Considera que Ulysses tem uma boa dose de responsabilidade nas agruras enfrentadas por seu governo. Sarney se empenha de há muito em rachar o PMDB e atrair parte dele para seu comando. Quando animou Íris a disputar a indicação do partido para candidato à sucessão, deu um passo a mais na direção

de alcançar seu objetivo. Quis, de fato, que seu ministro ganhasse a convenção, afastando a candidatura de Ulysses.

Sabia que uma possível vitória de Íris implodiria o PMDB pela esquerda. Contava que se isso ocorresse poderia levar Íris a renunciar para dar passagem à candidatura do governador Orestes Quércia, capaz de restabelecer parte da unidade do PMDB e de ser apoiada pela maioria do empresariado nacional e das forças de centro-direita. Íris poderia virar o candidato a vice de Quércia. Ulysses seria obrigado a aceitar a chapa.

O presidente não contava — não contou nunca — com a hipótese de a candidatura do governador Waldir Pires, da Bahia, crescer dentro do PMDB a ponto de ultrapassar a candidatura de Íris. Como ultrapassou. Íris ficou em terceiro lugar no primeiro turno de votação da convenção do partido. Waldir não disputou o segundo turno contra Ulysses — apoiou-o. Neste final de semana, será indicado, formalmente, para vice de Ulysses.

Como não deu certo a manobra para derrotar Ulysses com Íris e abrir passagem para Quércia, Sarney imaginou dissipar novamente do seu ministro da Agricultura para fortalecer Jânio e enfraquecer o PMDB. Sonhou que Íris carregaria para Jânio grande parte dos moderados do PMDB que seletos em se confortar com a candidatura da dupla Ulysses-Waldir. Os auxiliares de Sarney dispararam telefonemas para Íris em Brasília e em Goiânia.

Prudentemente, o ministro se refugiou em sua fazenda de Goiás onde não há telefone. Saindo do ar, Íris decidiu não abandonar o PMDB e não desistir a possibilidade de ainda se compor com Ulysses. Espera ser procurado por ele. Na última quinta-feira, rejeitou um apelo patético do deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara dos Deputados, para ser vice do ex-ministro Aureliano Chaves.

O prazo para que Íris se descompatibilizasse do ministério e para que se filiasse a um novo partido para concorrer à sucessão terminou na segunda-feira passada. Na prática, terminou na sexta-feira, dia 12, respectado o prazo de 3 dias para que o nome de um novo filiado possa vir a ser impugnado por qualquer membro do partido. Fracassou a manobra tentada na última hora por Sarney. Ele tentará outras até novembro.

01.01

8907654

080

Dois vereadores do PMDB de São Leopoldo debateram
a constituição e primeira bancada do PRN,
partido do Collor de Mello, no Rio Metropolitano.
E prometem mais atividades nos próximos dias

Vereadores leopoldenses formam bancada do PRN

A candidatura de Fernando Collor de Mello à Presidência da República gerou uma série de adaptações. Rio Grande do Sul. Os vereadores José Honório e Wilson Silva, eleitos pelo PMDB em São Leopoldo, passaram a constituir a primeira bancada do Partido da Renovação Nacional (PRN) na Região Metropolitana de Porto Alegre. Eles prometem mais atividades nos próximos dias e já constituíram uma comissão provisória do partido na cidade.

A história da família de Collor de Mello tem peso especial na decisão dos dois vereadores. Como lembra José Honório, o avô do candidato à Presidência da República, Lindolfo Collor, é natural de São Leopoldo e foi o primeiro ministro do Trabalho do País. A principal avenida da cidade foi batizada com o seu nome.

"Fernando Collor de Mello traz no sangue uma vocação política. Só conheci nas candidaturas aquelas que usam a máquina administrativa em benefício próprio", afirma o vereador. Argumenta, ainda, que todo o povo do Estado de Alagoas tem preferência pelo candidato



Collor: crescendo no tempo de avô de PRN. Nos demais estados, segundo ele, o novo partido vai ganhar muitos votos, mesmo que vereadores e prefeitos

não troquem de partido. "Collor vai receber uma expressiva votação entre os filiais do PMDB, PDS e PDT", assegura José.

Crescimento

As pesquisas elaboradas, segundo ele, deixam claro o crescimento rápido da candidatura Collor de Mello. A novidade do sangue novo na política brasileira e do abandono das práticas antigas é um dos principais argumentos usados pelos vereadores para apoiar a candidatura do ex-governador.

Embora não esconda sua discordância com o nome de Ulysses Guimarães para candidato pelo PMDB, José Honório garante que não saiu com mágoas do partido que o elegeu: "Continuo mantendo um bom relacionamento com os postulantes de São Leopoldo. Apenas um afastado do PMDB para ter total liberdade de fazer a campanha de Collor de Mello, bem como articular a eleição de FHC em São Leopoldo". (Contato de Raul Rios/PRN)

Waldir acha que vantagem não é definitiva

O PRN está no dia três de junho, na cidade de Salvador, na Bahia, oprimido e com o espírito de chaga. Ulysses Guimarães, Waldir Figueiredo. A informação foi dada por Waldir Figueiredo, no Rio, em entrevista realizada de forma discreta contra o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, cujo nome, segundo o ex-governador da Bahia, corresponde "ao de um bom tempo, ao de um candidato muito agitado, que usa uma competência média conseguida em um, dois ou três meses". Na entrevista, Waldir adverte para "os Babas Flocos de ovos".

A luta pela renovação na política brasileira é esta volta. O perigo não se renovação que parou a renovação. A renovação vem depois e tempo em que

José de Patrocínio estava contra a estrutura conservadora — disse Waldir. Ele reconhece que "o povo brasileiro está muito perdido, perdido, perdido e frustrado, e que faz com que leve tempo até que estes Babas Flocos sejam conhecidos, identificados e postos de lado".

Marketing

Waldir considerou o crescimento de Collor "importante, mas sem características de caráter definitivo". O ex-governador da Bahia afirmou que "está sendo vendida, com marketing competente, uma imagem de Fernando Collor de Mello que não corresponde à realidade, de vencedor e de alívio da vida política".

ca". E salienta: "É sempre uma coisa extremamente perigosa que é a imagem de um homem político não correspondendo à sua realidade".

Embora discorde que o PRN não deve mudar sua linguagem de campanha em consequência da eleição de Collor na crise de uma campanha eleitoral na realidade da vida política, Waldir disse que também não se contenta com a vitória na Bahia.

Para mais, foi esta natural. Naturalmente, quando alguém começa a ganhar, surge o entusiasmo de quem acredita, algumas vezes com uma visão muito realista. Mas, para mim, é a vitória de Collor de Mello, que não se deve ao mérito de quem venceu e deve ser vista com uma perspectiva segunda-feira. (AG)

Collor quer compromisso de candidatos com um programa

O ex-governador Fernando Collor de Mello propõe, em Boa Vista, Roraima, que os candidatos a presidente da República que têm linguagem semelhante e posturas semelhantes se unam em torno de um programa mínimo para reconhecer e reconhecer os candidatos, segundo Collor, seriam, além dele próprio, o senador Mário Covas, do PMDB, e os deputados Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Roberto Freire, do PDS.

Collor diz que não está propondo uma aliança ou coligação. Quer apenas que esses candidatos se comprometam a uma mesa para discutir um programa que seja aceito por qualquer um deles para se eleger presidente da República, acima de ideologias e de partidos. "Queremos uma unidade de programa", disse Collor, evidenciando a preocupação com a unidade dos candidatos e preocupado em não ser visto como o único.

O ex-governador de Roraima, que passou no segundo turno e está sendo observado em Leonel Brizola, do PDT, ou Ulysses Guimarães, do PMDB. Sua proposta de programa mínimo é um nome aos candidatos de quem espera apoio no segundo turno. Além disso, Collor tem manifestado preocupação com o fato de estar sendo apresentado como candidato da direita.

Osmício

Ontem, Collor foi a Boa Vista, capital do território federal de Roraima, que será estado a partir de 1991. Foi recebido por duas mil pessoas no aeroporto e repórteres se asceras de quarta-feira em Manaus: desfilou em carro aberto e foi extremamente simpático e muito cumprimentado.

Foi a maior concentração da história política do Estado de Roraima. Nem a explosão de uma bomba caseira no banheiro masculino no Aeroporto Internacional de Boa Vista e as fortes chuvas que caíram sobre a cidade impediram que o furacão Fernando Collor de Mello reunisse o grande público. "O Brasil precisa de um Collor", gritava o povo entre cotoveladas e empurrões no saguão do aeroporto. A bomba não provocou danos, contudo, causou tumulto entre as pessoas que abandonaram suas paradas em correria, por onde Collor passava e andava em direção para a parte externa. Cinco minutos depois, o candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN) desembarcava em Boa Vista. (AE/AL) 01 . 01

Lula prevê polarização ainda no primeiro turno

O candidato da Frente Popular Brasil (PT, PV, PDS e PC do B), Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem, em Curitiba, que a campanha presidencial será polarizada entre dois candidatos: ele próprio e Fernando Collor de Mello. Lula, que chegou a Curitiba para lançar a Frente no Estado, afirmou que o primeiro turno vai acontecer entre sua própria candidatura e a de Collor (PRN).

— O que vai acontecer é a polarização entre setores da direita, e me parece que o Collor começa a ser o candidato ligado à direita, e setores de interesse da sociedade. E minha polarização estará a Frente Brasil Popular — avalia.

Até aqui, segundo o candidato do PT, além de seu próprio nome, apenas Brizola e Collor são considerados candidatos no segundo turno. No caso de Collor, a possibilidade de um segundo turno pode mudar porque a oposição política começa a se organizar que vão contra a imagem moralista do ex-governador. Já começam a aparecer coisas como o acordo com os militares, contratação de funcionários em 1982, para que ele pudesse se eleger deputado. "Ele terá de vencer tudo isso para manter o pique da campanha", disse Lula.

Sem ataques

Lula garantiu que nem o PT, nem os demais partidos da Frente farão uma campanha de ataque aos adversários. "A não ser por critérios políticos, avaliar por exemplo se o Collor foi mesmo um capador de marajás, e que ele pensa, se está credenciado a ser presidente", respondeu, para advertir: "Mas jamais baixar o nível como ocorreu em São Paulo em 1984, quando os candidatos se chamavam todo dia de ladrão. Se alguém é chamado de ladrão, é preciso que exista um processo, uma investigação. Ladrão não pode sequer candidatar-se".

Lula descartou a possibilidade de que a disputa pela escolha de vices possa abalar a unidade da Frente. Essa questão, garantiu, estará resolvida no encontro nacional que será realizado nos dias 17 a 19 de junho. (AE)

8907656

098

F. PA (P. P.)

Adesões crescem nos estados

O deputado João Augusto Nardes, vice-líder da bancada do PDS na assembleia gaúcha, primeiro no Rio Grande do Sul a manifestar apoio à candidatura do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, anunciou em Porto Alegre que encaminhará pedido ao diretório regional do partido para que libere aqueles que quiserem apoiar a campanha do PDS.

No Paraná, também pelo deputado federal José Carlos Marighetti, que está deixando o PMDB, cinco deputados estaduais — quatro do PMDB e um do PFL — já se comprometem a apoiar o partido de Collor, seguindo de perto o resultado da pesquisa do Ibope divulgada no domingo, que dá ao ex-governador 12% da preferência do eleitorado. Em São Paulo, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), que apóia o governador Miguel Arraes a se eleger em 1986, alijando candidatos do PDS, e hoje é o titular do cargo — tem um senador, seis deputados estaduais e 25 prefeitos — também decidiu apoiar o candidato do PDS.

Alvorense — O partido que apoia o PMB pernambucano a apoiar Collor foi formado anteriormente em Brasília e está criando alvarão no Palácio da Câmara dos Deputados, sede do governo estadual. O vice-governador Carlos Wilson Campos, que atua na formação do partido, explicou a preferência do PMDB, classificando de "oportunistas" a decisão do PMB e disse que todos os prefeitos do partido que tiveram o seu apoio em 1985 votaram em Ulysses Guimarães (PMDB), desobedecendo à orientação da direção estadual.

Carlos Wilson tem influência sobre os prefeitos do PMB e recebeu ontem o mesmo troco de sua ameaça. O senador Ney Maranhão disse que o vice-governador "precava saber que a decisão de votar em Collor foi das bases, dos prefeitos e dos deputados que andam pelo interior". O líder do PMB na

Assembleia, deputado Manuel Alves, negou o vice, argumentando que "ninguém quer voltar em Ulysses". "A candidatura de Ulysses", disse, "é como um carro que está descendo uma ladeira sem freio. Não há quem segure a derrocada."

Blumenau — No Rio Grande do Sul, o deputado João Augusto Nardes, já registra a adesão do ex-deputado Paulo Maluf como candidato à Presidência pelo PDS, disse ter percorrido no último fim de semana cerca de 45 municípios na região Noroeste do estado, reunindo-se com lideranças locais, e garantiu que "as bases são simpáticas a Collor de Mello e, quase consensualmente, rejeitam Maluf". Nardes concorda que o partido deva ser preservado das atitudes internas, mas não aceita Maluf e prefere que a cúpula estadual dê o livre arbítrio ao apoio a Ulysses. "Cada um faz campanha para quem quiser sem comprometer a unidade partidária, quem quiser subir no palanque de Collor, Maluf, Brizola, Beto ou até o Lula, que sabe".

Em Brasília, entre os deputados estaduais que estão aderindo ao PRN está Luiz Carlos Marighetti, do PMDB, o qual votou na eleição de 1984, com mais de 90 mil votos no Paraná. Deputado também conhecido como Collor, chegou ao governo como ministro da Saúde em 1984, mas deixou o cargo em 1985. Atualmente, Marighetti é deputado estadual em Alagoas, onde apoia a candidatura de Ulysses. "Não quero voltar aqui", disse ele, mas não quer a gente se dividir e apoiar Collor. O partido tem muitos membros do PMDB, então tem que ter cuidado e não pode apoiar Alagoas a aderir à candidatura de Collor. A ideia, porém, não será aceita. Além disso, apesar de críticas ao ex-governador de Alagoas e, em contato com parlamentares e prefeitos do PMDB do Paraná, fazendo pressão de apoio à candidatura de Ulysses.

098



Em pronunciamentos separados, os candidatos de PT, Lula, e do PCB, Roberto Freire, reconheceram a força eleitoral do candidato alagoano. Segundo Lula, a continuar assim, ele chegará ao segundo turno

A esquerda já admite a força de Collor de Mello

O candidato do PT à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, previu ontem a ida de Fernando Collor de Mello ao segundo turno da eleição presidencial, caso mantenha nos próximos dois meses seu atual nível de popularidade. "Se ele continuar com essa performance, estará no segundo turno", afirmou Lula, após ter-se submetido a um check-up no Instituto do Coração (Incor) e participado de um debate com médicos e funcionários do hospital.

No mesmo sentido, mostrando que a esquerda começa a reconhecer a força de Collor de Mello, o presidente do PCB, Roberto Freire, disse ontem, em Campinas, São Paulo, que Collor está se afirmando como o candidato da direita, tirando votos de Jânio Quadros, Aurélio Chaves e Ronaldo Caiado. Freire reconheceu que o ex-governador de Alagoas está chegando à condição de um fenômeno e espera que haja possibilidade de reverter o atual quadro eleitoral.

Lula, entretanto, não acredita nisso e afirmou que não considerava o horário eleitoral gratuito no rádio e TV, que começa no dia 15 de setembro, como um elemento de campanha capaz de alterar, para pior, a sorte de Collor. O candidato do PT — que ontem confirmou sua vinda ao Rio Grande do Sul no próximo dia 13 de junho — prefere argumentar que o fato de ex-governador de Alagoas pertencer a um pequeno partido — o Partido de



Lula: "TV não vai mudar"

Reconstrução Nacional — e o de começar a receber adesões de políticos ligados ao PDS e PFL podem se transformar em obstáculos insuperáveis para o seu projeto eleitoral. "Collor pode acabar se transformando no candidato da direita e aí será o começo do fim dessa campanha meteórica", afirmou o candidato do PT.

Lula insistiu em usar uma imagem futebolística para manifestar sua descrença quanto à possibilidade de êxito da campanha do candidato do PRN. "Quando o nosso time entrar em campo ele

perderá pontos da mesma forma que o Sócrates perdeu um na partida da Seleção Brasileira de Futebol contra a França na Copa do Mundo de 1986", ironizou o líder petista. Há pelo menos dez anos Lula e Sócrates, atualmente jogando no Santos Futebol Clube, são amigos pessoais.

O presidente do PCB, Roberto Freire, explica o crescimento da candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN), afirmando que a população já não quer mais vassoura, mas um aspirador de pó, "e talvez Collor represente isso". Para Freire, o povo está optando por um discurso moralista de direita mais moderno, trocando a "vassoura do ex-presidente Jânio Quadros pelo aspirador de Collor".

Check-up

O deputado Luís Inácio Lula da Silva realizou o check-up a convite do diretor científico do Incor, o cardiologista Adão Jatene. O candidato chegou às 8 horas e durante quase três horas foi submetido a uma bateria de exames. "Acho que me sai bem nos exames. Apesar de não ter mais um corpo de atleta, o meu coração está bem", alegrou-se o candidato do PT, hoje pesando 88 quilos. "Todos os candidatos devem fazer um check-up. A população não pode ser pega de surpresa com um novo caso Tarcísio de Freitas", acrescentou o deputado. (AJB)

Na plataforma, plano de salvação nacional

Se eleito presidente da República, o ex-governador Fernando Collor de Mello fará apelo a todos os partidos políticos e ao Congresso Nacional para firmarem uma aliança que permita um programa urgente de salvação nacional. O candidato do PRN propôs o termo "pacto político" e acha que, após a escolha do sucessor do presidente José Sarney, será possível concretizar essa proposta, pois o eleito virá com o respaldo de mais de 50% dos votos, revestido de autoridade popular para fazer uma aliança suprapartidária capaz de resolver os graves problemas nacionais.

— Governar com um partido pequeno como o meu seria muito complicado — disse Collor, pouco antes de participar de seu primeiro comício, em Manaus. — Eu teria que resolver os graves problemas do povo brasileiro sozinho. Assim, meus primeiros atos seriam de conciliação a um amplo entendimento, acima de questões pessoais e diferenças políticas — disse.

Collor de Mello rebateu as críticas que vem recebendo no Congresso Nacional. Disse que deputados e senadores não têm respaldo moral para atacá-lo, quando estão mais preocupados em votar um aumento de 60% para seus próprios salários do que em aprovar a nova política salarial para o País.

Tato de rua

Uma McLaren ajustadíssima. Assim o candidato à sucessão presidencial pelo PRN, se destaca ontem no seu primeiro tato de rua. Dirigidos à parte, é certo que, nas três horas em que percorreu sete bairros populares de Manaus, visitou a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados, antes de seu comício à noite, Collor empolgou uma confusa mistura de eleitores: ricos, em carros de ano;

miseráveis em casas de palafita; militares em uniformes do Exército e Aeronáutica e pacíficos de diversos partidos que se dispuseram a ouvir a repetição de seus discursos moralistas e por uma "unidade nacional, acima dos partidos e das ideologias".

Como o Aeroporto Eduardo Gomes estava em reformas, teve que desembarcar na Base Aérea. Por uma possível festa no desembarque, mas ganhou de comendado de 2º Comar, brigadeiro Luís Antônio Lourenço — que impediu a movimentação da imprensa e de políticos na base — um inesperado aliado. A profissão só fez justar gosto na sua saída e resultou na confusão do oficial do dia, tenente coronel Helmolt.

— Desculpe, eu cumprio ordens, mas sou Collor. É de toda a minha família.

Desfilê

O oficial ganhou adesivos, ouvia Collor dizer que não se preocupava, "pois logo tomaremos esta base", e assistia uma festa que se armou nas imediações: foguetes e uma aparelhagem de trio elétrico repetindo a voz do famoso sambista-cantado Deputado do Poder: "Pô, pô, pô, pô, pô, quero ver onde esta norra vai parar".

Em cima de uma camionete, Collor tirou e poléu e, ao contrário de uma McLaren, desfilou vagarosamente por 15km de sete bairros populares de Manaus. Levou uma hora, seguido por número não muito grande de carros, mas chamando as ruas e janelas grupos de entusiastas: um acenava, outros levantavam o polegar ou enfiavam o ar e um terceiro grupo, dançando, mas desfilando, desparava. Por três vezes Collor ouviu gritos de "Bêlica" e "Lula". (AG/AE)

Mincarone vai apoiar o candidato do PRN

O deputado federal do PMDB gaúcho, Paulo Mincarone, anunciou ontem, no Rio de Janeiro, que apoiará Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, no pleito presidencial. "Percorremos no último fim de semana 18 municípios da região Nordeste do Rio Grande do Sul, onde encontramos a proporção de oito contra um pró-Collor. Os líderes que coordenam as bases peemedebistas da Grande Caixa do Rio Grande do Sul, seria a principal força de apoio, regular, organizada, e que vai determinar o voto

deles por obrigação. A família e demais seguidores que militam no partido vão de Collor. Ulysses não tem a mínima aceitação".

Na visão de Mincarone, "o partido está combatido e ainda tem o candidato mais rejeitado até agora nas pesquisas". O deputado acha difícil reverter este quadro "porque Ulysses não tem jeito, fala como se estivesse com uma batata quente na boca. O povo não entende o que ele quer ou pensa dizer". No Estado, segundo Mincarone, "a si-

tução se complica ainda mais com o agravamento da administração Simon que descuida do principal que é a educação". Como resultado, vaticina Mincarone, Ulysses terá "uma derrota fragorosa".

Mincarone esclarece nos encontros com as bases do PMDB, não viu brisolistas nem adeptos de Lula (PT). Calcula que pela repercussão do nome de Collor entre o eleitorado da Região Nordeste, com cerca de um milhão de votos, o candidato do PRN deve fazer votação equivalente à de Brizola.

288

F. P. O. L. (P. P.)

Difícil para a esquerda escolher seus vices

O PDT realiza este fim de semana em Brasília sua convenção nacional para referendar a candidatura de Leonel Brizola a presidente da República mas sem ter previamente definido seu candidato a vice-presidente. A escolha dos companheiros de chapa dos presidencialistas esquerdistas tem sido um problema para todos eles, exceção de Roberto Freire, do Partido Comunista, que saiu com o professor Arouca a tiracolo numa prévia homenagem aos cientistas e intelectuais que comungam dos ideais socialistas. Brizola tentou soluções que ampliassem seu horizonte eleitoral, o que não deixa de ser uma ilusão dado que na sua área ou se vota nele ou não se vota em ninguém. Foram cogitados sem êxito os nomes de Itamar Franco, Hélio Garcia, Luiz Antônio Medeiros e outros, mas as dificuldades consolidaram a inclinação do ex-governador por Fernando Lyra, apesar dos crimes que essa predileção provoca entre os pedetistas históticos. Lyra pode não dar ganhos eleitorais a Brizola mas já lhe deu ganhos políticos. Salvo surpresa, o PDT deve sair de Fernando Lyra.



Maiores dificuldades no entanto estão perturbando a campanha de Lula com suas bases divididas entre três candidatos possíveis a vice-presidente. Como se sabe a esquerda aglutinada em torno do líder sindical do ABC compreende três correntes principais, sem contar as numerosas tendências que se disparam no interior do PT. De modo geral há em torno de Lula a esquerda operária que gostaria de manter sua autenticidade pondo a deputada Benedita da Silva como candidata a vice-presidente. Essa é a candidatura mais vistosa até mesmo para o público não engajado. A esquerda clerical retrai-se, em dúvida quanto a propriedade da candidatura presidencial do torcedor mecânico. Já a esquerda intelectual, terceira vertente, divide-se quanto à natureza das propostas político-culturais. De um lado, Fernando Gabeira, jornalista instigante, para usar a palavra emblemática e nada leniente, preferida pelos leitores de book-reviews norte-americanas. De outro, o notável escritor e acadêmico Antonio Houaiss, fundador do PSB.

Gabeira tem currículo de luta e de exílio, é autor de livros de sucesso e mantém-se na onda entre os jovens. Mas como observou o professor Francisco Weffort, um dos mentores do PT, e é confirmado por sua filiação ao Partido Verde, o jornalista tem-se numa espécie de porta-bandeira de ideias de guerrilha, tais como a liberdade sexual e a ecologia. Essa circunstância reduz o seu horizonte eleitoral, certamente maior ainda do que o de Houaiss, cuja longa militância política é conhecida apenas de intelectuais e jornalistas que testemunharam o preço que teve de pagar na sua carreira de diplomata profissional e como cidadão por suas ideias. Esse filósofo, tradutor enciclopédico e desarmado foi vítima contumaz da intolerância e do ostracismo. A coligação do PT, do PC do B e do PSB poderá romper-se se não houver uma convergência de propostas. A última delas aposta como candidato o reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, militância pernambucana de Lula e de antiga militância política.

Também no PSDB as coisas não são fáceis. Depois de uma longa espera pela dissidência à esquerda na convenção do PSDB, frustraram-se os sonhos com a permanência de Waldir Pires no seu partido e ainda mais como companheiro de chapa de Ulysses Guimarães. No momento as opções que se abrem aos correligionários do senador Mário Covas são a deputada Mocma São Thiago e o bancário Camilo Calazans. Mocma projectou de si mesma boa imagem na atuação na Constituinte e na política do Ceará, mas seu charme eleitoral limita-se ao seu Estado. Calazans é um velho servidor público, de quem ouvi o nome pela primeira vez na boca de Severo Gomes quando este, ministro da Indústria e do Comércio do governo Geisel, o convidou para presidente do IBC. Ele já haviam feito o recíproco reconhecimento quando o senador dirigiu, no governo Castello, uma das cartiras do Banco do Brasil. Sua posterior projecção iria dar-lhe a presidência do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil a cujos quadros pertence. Exerceu esses postos sem comprometimento político e muito menos ideológico, permanecendo fiel a convicções nacionalistas e socialistas.

Brasil

Brizola ganha luta por prestígio externo do candidato do PRN

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — O ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, está perdendo na corrida de prestígio que disputa com o ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, na capital francesa. Enquanto Brizola foi recebido pelo presidente François Mitterrand, em um encontro de uma hora, sendo ainda homenageado com um almoço no Ministério das Relações Exteriores, Collor será recebido pelo primeiro-ministro Michel Rocard. Confirmando seu prestígio no exterior, Brizola foi eleito ontem vice-presidente da Internacional Socialista. Ele discursou durante 20 minutos para uma platéia de 700 representantes dos 46 partidos que integram a Internacional.

Collor, ontem, avistou-se com o ex-presidente Valéry Giscard d'Estaing, na Assembleia Nacional. O candidato do PRN disse que a sua principal preocupação, neste período europeu, é mostrar o seu pensamento político aos principais governantes e ouvi-los para orientar sua ação futura, caso seja vitorioso nas urnas. "Tenho que mostrar que estamos atravessando uma década terrível, durante a qual o Brasil passou à condição de maior exportador de capitais, simultaneamente com o crescimento negativo e praticamente nenhum investimento."

Em sua conversa com Rocard, o ex-governador Fernando Collor pretende dar ênfase à questão da dívida externa. "Mário Soares e Cavaco e Silva, em Lisboa, disseram-me para não deixar de explorar esse campo nas minhas conversas com o governo francês, pois espera-se uma proposta ousada de Mitterrand, dia 14 de julho, na reunião dos sete grandes", disse Collor.

Collor não janta com empresário português

Norma Couri

LISBOA — Talvez para escapar do estigma de pertencer à nova direita, conforme o ex-governador Leonel Brizola anda espalhando pela Europa, Fernando Collor de Mello fugiu do jantar oferecido pelo poderoso Grupo Espírito Santo, vinculado ao Brasil aos Monteiros Aranha, portanto, da família de sua ex-mulher, Lilibeth Monteiro de Carvalho. O jantar seria no próprio hotel onde está hospedado, o Ritz. Mas Collor alegou mal-estar físico, sendo visto, no entanto, logo mais à noite no restaurante *Vicente da Luz* — o que está causando algum ressentimento no meio empresarial português: "Ele teve complexos de ser visto com empresários logo na noite de sua chegada", dizem.

No primeiro dia depois da partida de Collor para Paris, correm cochichos sobre seu último almoço em Lisboa — com o presidente Mário Soares — no qual o candidato do PRN interessou-se por saber: "Como o senhor conquistou o eleitorado de esquerda?". Ao que Mário Soares respondeu: "Curiosamente, apesanhando de eleitores do Partido Comunista durante um comício que foi veiculado pela televisão e, a partir daí, a campanha virou, fui eleito."

Collor concordou com Soares: "A televisão é mesmo um grande eleitor". Na primeira entrevista a um jornal europeu, o *Diário de Notícias*, português, publicada hoje em página dupla, Collor, aliás, exprimiu o pensamento do presidente da Rede Globo, Roberto Marinho: "Uma eleição, muda-se em 24 horas."

Hoje, comenta-se que o pentendo de novela de Collor assustou os tradicionalistas políticos portugueses, apesar de o presidente ter deixado boa impressão no gabinete do primeiro-ministro Cavaco Silva ("Comigo porte de estadista e uma humildade", disse um funcionário). Outros, no entanto, preferem reproduzir o julgamento atribuído ao presidente Mário Soares no Palácio de Belém: "É bastante jovem, falta muito tempo — talvez ele não chegue lá."

098

F. POL. (P.P.)

Lula diz que em 8 dias PT escolherá Gabeira ou Houaiss para vice

PRINCIPAIS — O candidato do PT à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, anunciou nesta capital que dentro de oito dias a frente que o apóia elegerá o candidato a vice da sua chapa. "Uma coisa já está certa: o escolhido será Houaiss ou Gabeira", adverte.

Lula chegou de Curitiba, no sul brasileiro, às 18h30, quando acompanhado por uma comitiva de 30 veículos parou na rodovia BR-101 e o centro de Fluminense. Em entrevista na Assembleia Legislativa, o candidato do Partido Popular (PT-PB-PC do BPT) disse que a escolha pelo povo do futuro presidente não é questão prioritária.

"Por mim, o Sarney já tinha sido ao seu posto, mas agora isso não é prioritário. O mais importante é estabelecer o processo democrático até as eleições. Entre discussões e negociações, espero realizar uma reunião em todos os estados", explicou. Lula considerou a possibilidade de Sarney "agora como uma demonstração de democratização do poder, o que ninguém quer seu espaço". Lembrou que em novembro de 85 os candidatos do PMDB e do PFL tiveram de sair de casa com o Sarney para ganhar votos. Hoje, não é questionado como chavismo.

De culpa de legal, crimes e aspectos sociais e minoritários, Lula disse que luta para romper preconceito dos que não aceitam a candidatura de um operário que pode ter como vice o ecologista Fernando Gabeira (PV). "Até no meio dos trabalhadores há resistências contra a candidatura de um operário à Presidência. Mas me sinto à vontade tanto com Gabeira quanto com Houaiss (filósofo Antônio Houaiss, do PNB) e os parlamentares estão unidos no desejo de campanha", explicou.

Após comentar a manobra, adiantada pelo ministro da Fazenda, Malhada da Nóbrega, na terça-feira, Lula observou que será medida inicial, "para os bancos europeus e norte-americanos já estão prevenidos contra possíveis perdas, inclusive com dedução nos impostos". E acrescentou: "além disso, com a moratória não passa de uma declaração de falência, de que estamos sem recursos". Lula segue hoje às 20h para Curitiba.

01.01

8907664

F. POL (GOB.)

Sarney aguarda

Brasil

parecer sobre

salário

quinta-feira, 29/6/89 □ 1º caderno □

de militares

BRASÍLIA — Somente na próxima semana o presidente José Sarney definirá o aumento a ser concedido aos militares a título de pagamento de indenização — equiparação entre o soldo de general-de-Exército e os vencimentos de ministro do Superior Tribunal Militar. Os militares estão pleiteando 100% de aumento a partir de 1.º de outubro. Além de autorizar qualquer aumento, porém, o presidente Sarney aprovou o novo plano de cargos e salários do funcionalismo público civil, que se encontra nas mãos do ministro do Planejamento, João Baptista de Alencar. O presidente aguarda ainda parecer do conselheiro-geral da República, Paulo Rangel, sobre a questão da indenização reivindicada pelos militares. Um acordo nos vencimentos dos ministros de Estado também está para ser anunciado a qualquer momento.

Na última terça-feira os ministros militares reuniram-se por cerca de uma hora com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto. Na reunião, o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante Walbert Lins, apresentou as tabelas propostas por seu assessoria prevendo aumentos de até 100%. Os ministros falaram das deficiências, que já atingem a casa dos 260%, e apresentaram propostas de pagamento da diferença da indenização referentes aos meses de outubro a janeiro. Uma nova reunião deverá ser realizada na semana que vem.

Civis — Outram, pela manhã, foi a vez do presidente Sarney cuidar da situação dos funcionários civis, que estão em greve por melhores salários. Eles querem até 31%. O presidente Sarney esteve reunido com os ministros da Justiça, do Planejamento, dos Gabinete Civil e Militar e do SNI. Ao final do encontro ficou acordado que o ministro João Baptista de Alencar encaminhará ao Palácio do Planalto, ainda esta semana, o novo plano de cargos e salários, que também está sendo chamado de indenização porque prevê, por exemplo, a equiparação entre os delegados da Polícia Federal e os procuradores da Justiça. Não há, entretanto, nenhuma definição do índice de aumento que será concedido para os civis.

A decisão a respeito do salário dos militares foi adiada porque o presidente Sarney está à espera do parecer do conselheiro-geral da República, Paulo Rangel, sobre a indenização, que será concluído até o final desta semana. O parecer, ao que tudo indica, será favorável ao pagamento e caberá ao presidente decidir com a área econômica quanto e como pagar, devido às dificuldades de caixa do Tesouro.

Além do pagamento de cerca de 100%, que de acordo com a proposta seria retroativo a janeiro, os militares querem a diferença de salário entre agosto e janeiro, quando estava em vigor a Lei Casanova — sobre os ex-chefe do EMFA, almirante Paulo Roberto Carneiro —, que equiparava os vencimentos de ministros de STM aos de general-de-Exército. Em janeiro, esse ministro recebia um aumento de NCz\$ 663 para NCz\$ 812 retroativo a outubro, quando o soldo de general-de-Exército era de apenas NCz\$ 227. Existem várias propostas de pagamento dessa diferença e a principal delas prevê o desembolso em três vezes. Mas tanto o aumento de 100% quanto o pagamento da diferença dependerá de aprovação do Ministério do Planejamento.

Argumento — Outram, sem querer falar do início que o ministro-chefe do EMFA, almirante Walbert Lins, havia apresentado ao presidente José Sarney, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Otávio Mascari Lima, explicou que os militares "não propõem nada ao presidente José Sarney que não tenham em mente, pois que" e argumentou que "algumas categorias funcionam fora da realidade do país e outros ficam acima da realidade inflacionária".

Além dos vencimentos, porém, um coronel do Exército que reside em Brasília tem direito a ocupar um apartamento funcional de três quartos, com uma área de cerca de 170 metros quadrados. Os apartamentos são distribuídos entre a Asa Norte e a Asa Sul, sendo que a maior parte se concentra no início da Asa Norte. O aluguel dos apartamentos está estipulado em NCz\$ 210, que corresponde a 30% do soldo de um coronel. Na maior parte das demais capitais, entretanto, são disponibilizados os imóveis à disposição dos militares. O coronel Rinaldo Sarmento, por exemplo, preso por escrever um artigo para a revista *Veja* reclamando dos baixos salários dos militares, não dispõe de carro oficial, que é dispensado ao caso dos militares de seu posto, aos sucessores de ministro.

01.01

8907665

PT acelera a estatização dos ônibus

SÃO PAULO — Se depender do Partido dos Trabalhadores, a estatização dos serviços de ônibus em São Paulo começa dentro de um mês e deverá estar com boa parte do caminho andado até o próximo outubro. Esta foi a principal decisão dos representantes do diretório municipal do PT, reunidos com integrantes da administração da prefeita Luiza Erundina e da bancada municipal do partido na segunda-feira à noite no Hotel Danúbio, no Centro da capital paulista.

"Do jeito que está, com prejuízos se acumulando, eu não tenho nada a opor", disse o empresário Simão Herszkowicz, há 35 no ramo de transportes coletivos e dono das viagens Santa Cecília e Bandeirantes (300 ônibus e 1.500 funcionários). Se tiver suas frotas encampadas, Simão calcula que deverá receber NCz\$ 40 milhões. "Prefiro entregar tudo à prefeita", afirmou, ressaltando que há muito vem operando no vermelho e que, para se tornar viável aos empresários, a tarifa devia passar de NCz\$ 0,17 para NCz\$ 0,41.

Na reunião de segunda-feira, da qual participaram a secretária municipal dos Transportes, Tereza Lajolo, e o presidente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), Celso Consenza, além do secretário das Finanças, Amir Khair, os representantes do partido apenas formalizaram quatro princípios para o processo de "municipalização" — eufemismo criado pela administração petista para designar a estatização progressiva dos serviços. Em primeiro lugar, deverá ser mudado o método de pagamento dos serviços às empresas particulares, que hoje recebem por passageiro transportado e deverão passar a ganhar por quilômetro rodado, recebendo através de uma caixa única de todo o sistema, gerido pela prefeitura.

Alternativas — Paralelamente à implantação da caixa única, o PT espera que a prefeitura encampe linhas mais lucrativas do que as que tem hoje, tomando os filões mais interessantes das empresas privadas ou estabelecendo itinerários concorrentes. Segundo as informações

fornecidas pela administração ao presidente do diretório regional do PT, Rui Falcão, todos os contratos com as permissionárias estão atualmente vencidos e prorrogados a título precário, o que pode facilitar o remanejamento de linhas, a encampação ou até a desapropriação, embora não seja essa última solução a desejada pelos petistas, devido ao alto custo da medida.

Embora discutidas com a secretária Tereza Lajolo e com o presidente da CMTC, essas propostas não se tornam automaticamente decisões da prefeitura para a área de transportes. Nem mesmo as tarifas, que o secretário Amir Khair disse na semana passada que deveriam ser aumentadas de NCz\$ 0,17 para NCz\$ 0,26, têm ainda data para ser reajustadas nem o valor anunciado é definitivo. A frota da CMTC (de 3.500 ônibus) e das permissionárias (5.900 veículos) atende a cerca de 6 milhões de passageiros por dia em São Paulo, com uma média de 3,5 passageiros por quilômetro. Se decidisse estatizar todas as empresas particulares, a administração petista gastaria cerca de NCz\$ 410 milhões, segundo cálculos entregues a Rui Falcão.

☐ Os motoristas e cobradores de ônibus de Florianópolis entraram em greve à zero hora de ontem, deixando cerca de 250 mil habitantes da área metropolitana sem transportes. A assembleia que votou a greve foi tumultuada e terminou após as 23h de segunda-feira. O presidente do sindicato dos motoristas, Nelson Nicotian Guimarães, fechou um acordo com os patrões à revelia da categoria, acertando um piso para motoristas de NCz\$ 285 e de NCz\$ 170 para cobradores. Revoltados, os trabalhadores presentes à assembleia (cerca de 250) decidiram fazer a greve por um piso de NCz\$ 350 para as duas funções. Pela manhã, apenas um terço da categoria havia aderido à paralisação. À tarde, porém, os grevistas fizeram um *arrastão* e conseguiram adesão quase total.

099
Brasil

PESQUISA GALLUP/ZERO HORA

Collor continua na frente, mas indecisos crescem

53.3

AINDA NÃO
RESOLVERAM
EM QUEM VOTAR

“Se a eleição
fosse hoje, em
qual destes
candidatos
você votaria?”

26,9

AFIF	0.9
FREIRE	0.8
AURELIANO	0.4
CAIADO	0.4
Outros	0.3

(em %)

7.0

2.9

2.3

1.7

1.3

COLLOR

BRIZOLA

LULA

MALUF

COVAS

ULYSSES

01.04

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, continua liderando a disputa pela Presidência da República e teria cerca de 40% dos votos se a eleição fosse hoje. Por outro lado, está aumentando a indecisão e diminuindo o número de eleitores que dizem já ter se definido por Collor. Estas são as conclusões da última pesquisa realizada entre 27 de julho e 8 de agosto pelo Instituto Gallup sobre a sucessão presidencial, feita com exclusividade para os jornais Zero Hora, O Globo, O Estado de S. Paulo e o Jornal do Comércio, de Pernambuco.

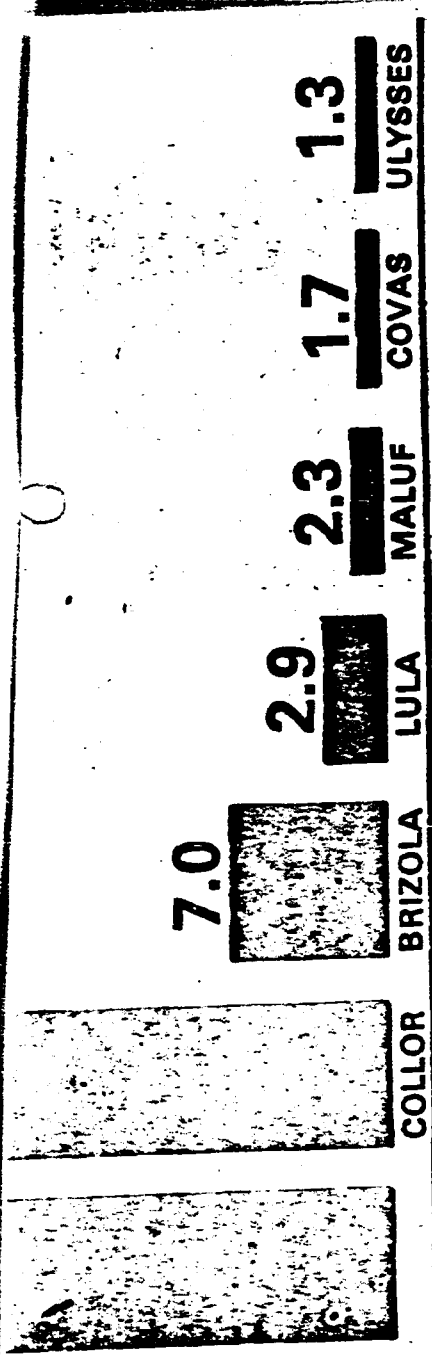
Segundo o Gallup, Collor venceria a disputa presidencial se a eleição fosse hoje. Respondendo à pergunta “em quem você votaria se a eleição fosse hoje?” 40,9% dos entrevistados apontaram o candidato do PRN contra 11,1% de Brizola. Em relação à pesquisa anterior, Collor caiu pouco mais de um ponto e Brizola subiu dois pontos percentuais, reduzindo um pouco a diferença entre eles.

O Instituto Gallup fez duas perguntas aos eleitores entrevistados. Na primeira, o objetivo foi verificar os votos já definidos, perguntando aos pesquisados se eles já tinham escolhido em quem votar. Nesta questão, Collor manteve a liderança, mas perdeu sete pontos, caindo de 33,7% em julho, para 26,9% agora. Em segundo lugar se manteve Leonel Brizola (PDT), com 7%, repetindo o mesmo percentual da pesquisa anterior. Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, ficou em

terceiro, com 2,9% das indicações. Mas o des-

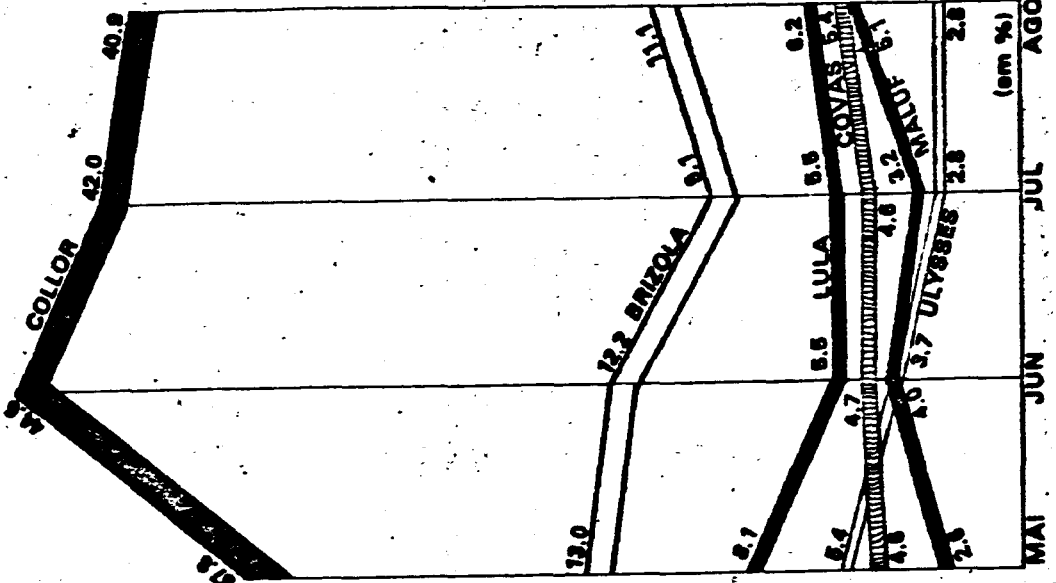
8907693

8907693



Vantagem sobre Brizola e os outros candidatos ainda é muito grande

O sr(a). já decidiu em quem votar?



Se a eleição fosse hoje, Fernando Collor de Mello (PRN) teria 40,9% dos votos, segundo os resultados da última pesquisa do Instituto Gallup, realizada entre 27 de julho e 8 de agosto. Em segundo lugar apareceria Leonel Brizola (PDT) com 11,1%. A terceira colocação caberia a Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, com 6,2%. Mário Covas (PSDB) estaria em quarto lugar, com 5,4%, seguido de perto por Paulo Maluf (PDS), com 5,1%.

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, obteve 2,8% das indicações, empatando com Afif Domingos (PL), na sexta colocação. Aureliano Chaves (PFL) ficou com 2,3% dos votos, seguido por Roberto Freire, do PCB, com 1,7%. Ronaldo Caiado, do PSD, foi escolhido por 1% dos eleitores ouvidos, enquanto apenas 0,2% disseram preferir Affonso Camargo do PTB. Segundo o Gallup, 4% dos entrevistados disseram que pretendem votar em branco e 16,5% não sabiam em quem votar se a eleição fosse hoje.

Em relação à pesquisa anterior, caiu um pouco a diferença entre Collor e Brizola. Em julho, o candidato do PRN tinha 42% dos votos contra 9,1 de seu adversário do PDT, o

que resultava em uma diferença pró-Collor de 32,9%. Em agosto, esta diferença caiu para 29,8%. É a segunda pesquisa na qual o candidato do PRN perde alguns pontos. Em junho, ele chegou a ter 44,6%, no mais alto índice alcançado até aqui. Brizola reagiu contra a tendência de queda que vinha mostrando desde abril.

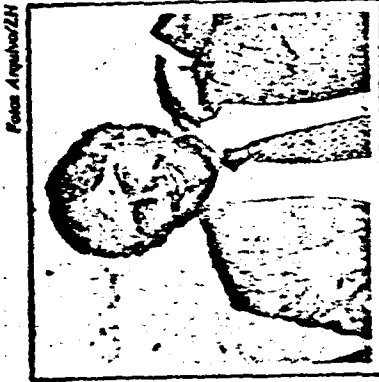
CRESCIMENTO — A maioria dos outros candidatos também obteve algum crescimento, como Lula e Mário Covas. Mas a subida mais significativa foi de Paulo Maluf que pulou de 3,2 para 5,1%, ameaçando Lula e Covas na disputa pelo terceiro lugar. É o índice mais alto já alcançado por Maluf nas pesquisas do Gallup.

Ulysses Guimarães continua a ter problemas, segundo o Gallup. Ele manteve o percentual de 2,8% que tinha no mês passado e foi alcançado por Afif Domingos, do PL. Em maio, Ulysses tinha 5,4% contra 0,6% de Afif. O candidato do Partido Liberal vem mantendo um crescimento constante, passando da última colocação, em maio, para uma posição intermediária este mês.

taque foi para o número de indecisos que subiu para 53,8% contra 47% no mês passado e 30,8% em junho. Com o andamento da campanha, em vez de se definir, os eleitores estão se tornando mais indecisos.

METODOLOGIA — Na elaboração desta pesquisa, o Instituto Gallup tentou reproduzir o universo de eleitores já cadastrados, incluindo a faixa entre 16 e 18 anos e residentes em áreas urbanas com mais de mil habitantes. Foram ouvidos 2.674 eleitores distribuídos por 191 cidades espalhadas por todos os estados brasileiros. A amostragem foi dividida por sexo, grau de instrução e idade, segundo o universo total de eleitores cadastrados.

Para tabulação dos resultados, o Gallup agrupou em um só índice as regiões Norte e Centro-Oeste do País.



Collor (PRN)



Brizola (PDT)



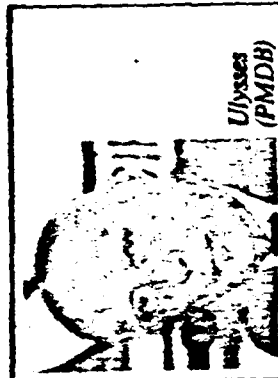
Lula (PT)



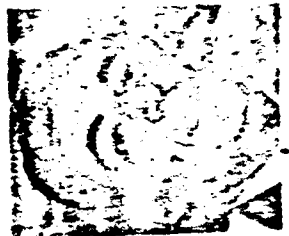
Covas (PSDB)



Maluf (PDS)



Ulysses (PMDB)



Afif (PL)



Aureliano (PFL)

Mesmo mantendo a liderança nas pesquisas, Collor de Mello tem motivos para preocupação com os dados divulgados pelo último levantamento do Instituto Gallup. Afinal, os índices divulgados mostram que o seu eleitorado está ficando menos definido. Em junho, 40,6% dos entrevistados garantiram que já haviam se definido por Collor e na última pesquisa este índice caiu para 26,9%. Ao mesmo tempo, o número de eleitores sem definição saltou de 30,8%, em junho, para 53,8% hoje.

O Gallup divide suas pesquisas em duas consultorias diferenciadas. Na primeira etapa, o entrevistado responde se já definiu seu candidato a presidente. Na segunda, é feita uma projeção do resultado eleitoral, na qual os entrevistados vêem o disco com os nomes dos candidatos e respondem em quem votariam se a eleição fosse hoje. Assim, a primeira parte mostra a posição dos eleitores mais definidos e a segunda projeta os resultados. É entre os eleitores mais definidos que Collor começa a enfrentar dificuldades. Ele teve uma as-

Eleitores sem definição agora já somam 53,8%

"Os eleitores ainda estão revelando bastante mutabilidade e a maioria admite que pode mudar sua escolha atual. Apenas 27,7% dos entrevistados dizem que não mudariam mais seus votos". Entre os 40,9% dos pesquisados que disseram que votariam em Collor se a eleição fosse hoje, apenas 17,1% disseram que não vão mudar seus votos. Os outros 23,8% admitiram que até 15 de novembro podem mudar sua escolha. Por outro lado, 8% do total de eleitores consultados disse que hoje não votaria em Collor, mas admite mudar de ideia e apoiá-lo até a eleição. Baseado nisso, o Gallup diz que o candidato do PRN pode chegar a 49% dos votos, mas também corre o risco de cair para 17%.

Menos mal para Collor que os seus adversários também não estão crescendo entre os eleitores já definidos. O segundo colocado, Leonel Brizola, por exemplo, continua com 7%, repetindo o resultado do mês passado e longe do seu melhor índice, que foi de 12,3% em abril. Luís Inácio Lula da Silva, que chegou a ter 12,1% de votos "cativos" em fevereiro, agora está com apenas 2,9%.

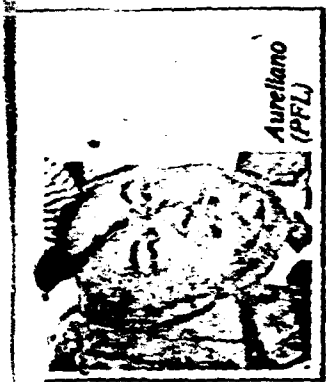
PROJEÇÃO — A análise da pesquisa feita pelo Gallup indica que

Evolução de Collor de Mello

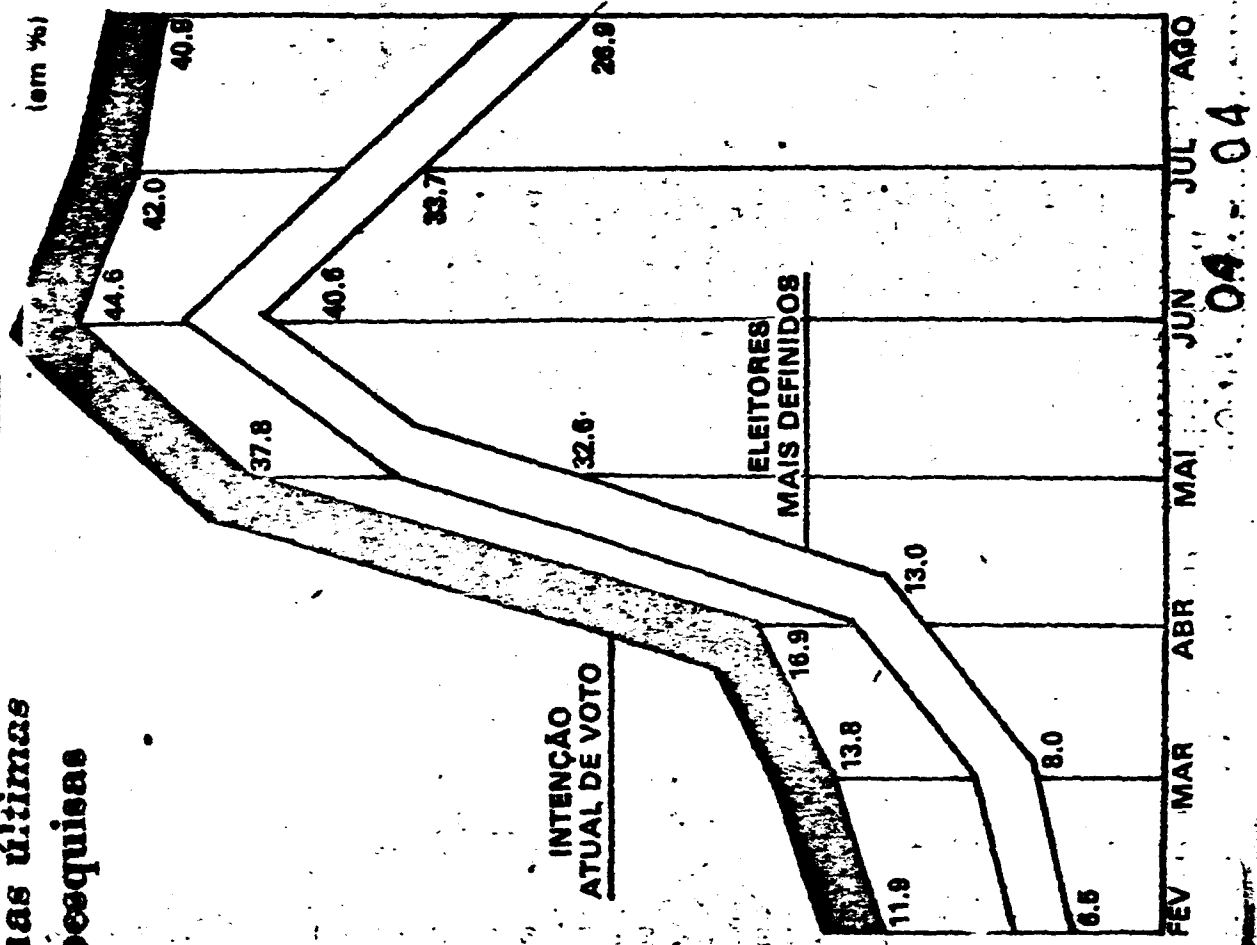
03

8907693

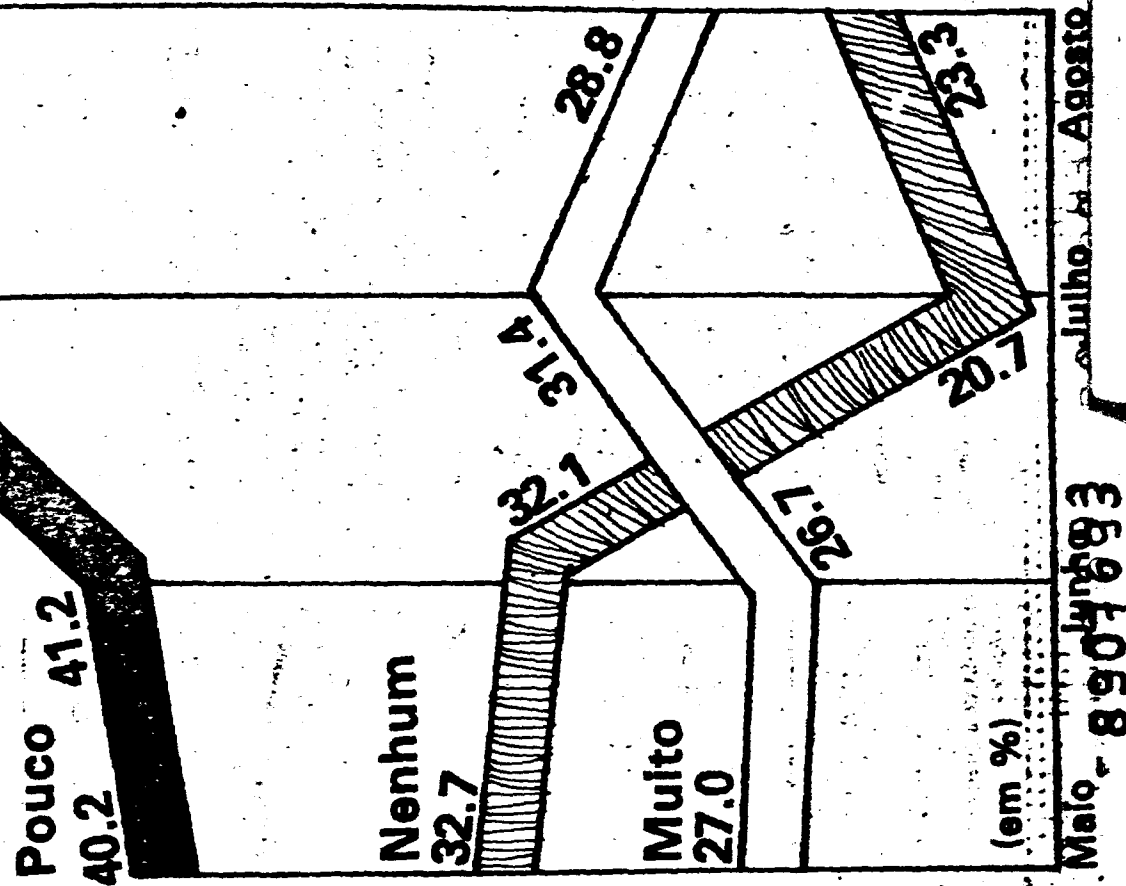
8907693



Evolução de Collor de Mello nas últimas pesquisas



Qual o interesse sobre a sucessão presidencial?



Maio - 89041093 / Julho - Agosto

098

F.P. (P.P.)

ZERO NOVA 24.5.89

Lula licencia-se para a campanha

Está autorizado a exercer o mandato legislativo, apenas o do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, decidiu entrar em licença para dedicar-se à campanha eleitoral. O deputado pretende manter-se no Parlamento, considerando a importância de preservar a imagem para eventual manifestação e participação ao longo da carreira política.

Impedido de exercer plenamente o mandato conquistado nas eleições de 1986, os coordenadores de campanha dos candidatos parlamentares preocupam-se em conciliar as compromissos eleitorais dos presidentes, votando na constituição de comissões de ligação entre o Congresso Nacional. A estratégia adotada pela maioria é comparecer nas plenárias da Câmara e Senado a cada votação relevante, para marcar presença e impedir críticas.

Este é o mesmo procedimento adotado pelos candidatos do PSD, senador Mário Covas;

do PCB, deputado Roberto Freire; e do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva. Os três compareceram e votaram nas últimas eleições e o Plano Verde, o governo do estado mineiro, entre outros. O deputado do PCB, deputado Ulisses Guimarães, também pode ser visto ocasionalmente no Congresso ocupando uma cadeira de deputado, mas não, quase sempre ausente.

Logo no início da campanha eleitoral, Lula chegou a propor que todos os deputados-chave que representavam os partidos se afastassem das atividades parlamentares, criando espaço para os candidatos. A proposta de Lula não encontrou apoio entre os deputados-chave e não chegou a ser aprovada. Os dispositivos constitucionais que regulamentam a questão da licença, LACD.

01.01

8907805

Os presidentiais Mário Covas, Roberto Freire e Luiz Inácio Lula da Silva reagiram ontem à proposta de Fernando Collor de Mello de elaborarem um programa mínimo comum de governo. E o acusaram de "direitista"

Candidatos de esquerda rejeitam plano de Collor

Os candidatos Mário Covas (PSDB), Roberto Freire (PCB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reagiram ontem com ironia e repúdio à proposta do candidato do PRN à sucessão presidencial, Fernando Collor de Mello, de tentar à mesa os quatro partidos para elaboração de um programa mínimo comum de governo. "Não há a menor possibilidade de a classe trabalhadora fazer um programa de governo entre pessoas tão diferentes", repeliu Lula.

Todos os candidatos posicionaram-se como progressistas e taxaram Collor de direita. Durante debate em Florianópolis, o candidato do PCB, Roberto Freire, já havia se referido a Collor como o candidato que terá o apoio da direita de todo o País. Ao saber da proposta, desentendeu a possibilidade de entendimento: "Não há nada que torne Collor de Mello um candidato progressista, de esquerda. É contrário: 'Ele é um representante muito claro das oligarquias de Alagoas e tem antecedentes políticos que o colocam claramente em uma posição de direita'".

O senador Mário Covas foi irônico: "O PSDB tem um programa bastante claro e se ele se comprometer a respeitá-lo, pode entrar para o meu partido e trabalhar para a minha candidatura". O senador paulista foi taxativo também ao diferenciar Collor dos candidatos dos três partidos: "Ele tem um passado político que o leva a ser entendido como candidato da direita".

No Congresso

Também no Congresso Nacional, a proposta de Collor foi taxada e repudiada. "Temos visão e prática política completamente diferentes", disse o deputado João Paulo (PT-MG). "Impossível nos misturar", completou.



Roberto Freire, Mário Covas e Paulo Maluf no debate com empresários

Senador Chagas Rodrigues (PSDB-PT) teve uma reação diferente: ris muito quando ouviu a proposta do ex-governador. Rodrigues acha que Collor está começando a cair no vazio da campanha e começa a fazer proposta para ocupar a mídia.

O deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) acha que, com a proposta, Collor está tentando descaracterizar-se como quadro de direita. "Ele está querendo pagar carona nas propostas de transformação que os partidos de esquerda sempre apresentaram para o País", criticou Carvalho. "Ele, seu projeto e seu partido não resistirão à campanha porque pre-

veem mudanças epistémicas e a sociedade quer mudanças profundas", acredita o deputado comunista.

O deputado Paulo Pêra (PT-RS) afirmou que a proposta é absurda e incorreta. "Não temos nada em comum para entrar à mesma mesa e elaborar um programa de governo", salientou. João Paulo foi mais longe em sua crítica. "A campanha dele é uma manipulação, como governar não atendendo a população e como parlamentar não cumprindo sua obrigação", disse, acusando ainda o candidato do PRN de não falar bobagens. (AE)

Covas, Maluf e Freire expõem suas idéias

Cerca de 500 empresários de Santa Catarina ouviram ontem, na sede da Federação das Indústrias do Estado, em Florianópolis, os candidatos a presidente da República Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), e Roberto Freire (PCB), exporem suas estratégias para levar o País a retomada do desenvolvimento. Era para ser só um debate. Havendo pela ausência de Leonel Brizola, do PDT, que alegou motivo de força maior para cancelar a viagem a Florianópolis, o encontro acabou transformando numa longa exposição de idéias dos candidatos sobre economia.

Por mais inesperado que isso pudesse ser, contudo, os três candidatos demonstraram que têm alguns pontos em comum na forma de encarar a crise econômica do País e mesmo nas soluções. Os três falaram, inclusive o comunista Roberto Freire, em privatização das estatais e concordaram em que é impossível levar o Brasil a voltar a crescer sem equacionar o problema da dívida externa e da interna.

Mário Covas teve o cuidado de mostrar sempre que suas idéias para a solução da

crise econômica e de qualquer outro problema estão colocadas de forma clara no programa do partido: "O PSDB defende uma solução política para a dívida externa. Ao invés de negociarmos com banqueiros, temos que negociar com as nações credoras. Letras da dívida brasileira estão sendo adquiridas no mercado secundário a 30% de seu valor. Então, é simples: temos que pagar pela dívida o que ela realmente vale. O cálculo está explícito no mercado secundário".

Gastos públicos

Roberto Freire disse que é preciso criar condições para que o Estado e a iniciativa privada voltem a investir. Defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa e sua posterior renegociação: "Temos que insistir na tese de que a ONU deve ser o fórum privilegiado para discussão da dívida". Para ele, é possível ao futuro presidente estabelecer um pacto interno entre todas as partes interessadas, para equacionar o problema da dívida interna: "Temos

que privatizar certas empresas estatais, parar com essa história de o Governo alimentar a crise financeira com o financiamento do déficit público".

O déficit público foi também o alvo das preocupações de Maluf. Ele comparou o Governo a uma caixa d'água com um caso de quatro polegadas de entrada e outro de oito polegadas de saída: "O Governo não pode gastar mais do que arrecada", disse o candidato.

Os aplausos mais calorosos, no entanto, foram para Mário Covas, quando este defendeu que é preciso também "desprivatizar" o Estado brasileiro, no sentido de eliminar subsídios e privilégios cartoriais. O debate, aliás, havia começado com um discurso do presidente da Federação das Indústrias do Estado, Milton Felt, que disse: "Nós, empresários catarinenses, não queremos ser cúmplices de um Estado perdedor e gerador de um déficit público voraz, mas um parceiro maduro, responsável e agente do desenvolvimento, rumo a um estado de bem-estar social, batizado por uma livre iniciativa sólida, moderada e sustentável". (AE)

8907807

098

F. POL (P.D.)

PRN lança um Movimento de Reconstrução

A coordenação da campanha do ex-governador Fernando Collor de Mello, candidato do PRN à Presidência, lança, na próxima quarta-feira, o Movimento Popular de Reconstrução Nacional (MPRN) para viabilizar o apoio dos políticos que não desejam abandonar os respectivos partidos. Junto com o MPREN, Fernando Collor de Mello divulgará um miniprograma econômico, elaborado pelo professor João Cardoso de Mello, encarregado de montar o seu

programa de governo.

Os 13 membros da coordenação nacional da campanha de Fernando Collor se reuniram ontem, em Brasília, para avaliar os resultados dos dois primeiros comícios, realizados em Manaus e Boa Vista. A avaliação de todos foi de que o contato direto de Collor com o povo nas reuniões produtivas que novos comícios deveriam ser programados. Depois da experiência no Amazonas e Roraima, a próxima visita será a três estados do

Nordeste — Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte — entre os dias 11 e 13 de junho.

De reunião com os coordenadores, realizada no escritório do empresário de construção civil, Paulo Octávio de Oliveira, o candidato Fernando Collor segue para um almoço com mais de dez convidados, marcado pelo embaixador da República Federal da Alemanha, Helmut Eitmann, em sua residência oficial. (AG)

ZEDRO WORN

27/5/88

01.01

8907808

ERRO NERA -- Conto Saldo 21.05.02 - 12.000,00

Mas no Estado bancada do PFL ainda não definiu seus rumos

A exemplo dos estudantes do FDE, a maior preocupação dos petebistas de ascendência é manter a unidade do seu grupo, ao jeffersoniano Rio Grande do Sul, onde Minciel venceu com facilidade. Para isso, Chavesell terá que evitar atitudes isoladas, como a do deputado estadual Nestor Figa Schneider, que anunciou apoio a Leonel Brizola. Figa faz parte de um

Options

Chillar de Molloy é o único candidato que possui alguns votos de FFL, com a vantagem de não sofrer votos ideológicos. Vários políticos da oposição apontam para ele como governador de Alagoas, que filiou ao partido da maioria no Brasil.

THE

Os últimos dados, liberados no início da noite de sábado pelo presidente nacional do PT, senador Rangel Nepoleso (PT), indicam que, dos 222.266 votos apurados, Aureliano somou 117.220 (52,75%); Maciel fez 65.925 (29,65%), e Sandra somou apenas 8.725 (4,60%).

Os dados de ontem referem-se ao resultado definitivo em dos estados — Paraná, Acre, Paraíba, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Rondônia, Distrito Federal e Roraima — e parciais em outros 17 — Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Tocantins.

Embaixadores ouvem Collor e pedem autógrafos

BRASÍLIA — O candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, numa inusitada demonstração de popularidade, distribuiu autógrafos a diplomatas, ontem, após um almoço que teve com sete embaixadores de países integrantes do Mercado Comum Europeu, na representação da Alemanha. Collor foi expor seus planos de governo aos embaixadores. À saída, o representante da Espanha, José Luis Crespo de Vega, abordou-o pedindo um autógrafo para seu "motorista". Imediatamente, os outros diplomatas o imitaram.

Collor definiu finalmente a lista dos países que pretende visitar na segunda quinzena de junho: Espanha, Portugal, Alemanha e França. Antes disso, o candidato viajará a três estados nordestinos (Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) nos dias 11, 12 e 13 de junho. O roteiro da viagem foi elaborado durante uma reunião de quatro horas que Collor teve com seus principais assessores, antes do almoço na embaixada.

Autógrafos — Conforme relato do assessor de imprensa do candidato, Cláudio Humberto, logo depois do autógrafo dado a Crespo de Vega, na embaixada da Alemanha, todos os outros embaixadores fizeram solicitação semelhante, dizendo no entanto que os autógrafos se destinavam "à coleção", ao copinho ou ao mordomo". Um diplomata, segundo Cláudio Humberto, disse que iria sortear o autógrafo ganhado entre os funcionários de sua embaixada.

Antes, Collor ouviu do representante dos países baixos que seu nome cresceu cedo demais nas pesquisas. O candidato explicou que isso não aconteceu meteoricamente, porque ele mesmo já chegou a ser o último nessas mesmas pesquisas. O candidato voltou a expor seu plano de retirar o aval da União para os contratos feitos por entidades públicas com bancos privados externos, explicando que, com isso, os credores do Brasil passariam a negociar diretamente com os tomadores de empréstimos.

O embaixador da França, Philippe Curvillier, mostrou-se então apreensivo com a situação do Clube de Paris, mas Fernando Collor o tranquilizou, dizendo que entidades de fomento, entre elas o Banco Mundial, estariam fora da sua política de rigor com a dívida externa. Ele explicou também que a retirada desse aval da União tem caráter meramente político, não incluindo nenhum acordo capaz de colocar em risco a estabilidade das instituições. Estavam no almoço os embaixadores da Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Itália, Portugal e Países baixos. O menu foi à base de camarões, escalopinhos e sorvete de morango, regados a vinho branco. Da embaixada, o candidato dirigiu-se para seu escritório, onde manteve-se em reunião com seus principais assessores pelo resto do dia. Amanhã, ele viaja para São Paulo.

Estratégia — Na reunião de quatro horas com sua equipe, o candidato concluiu que a campanha tem dado os melhores resultados possíveis, todos os eventos foram produtivos e a resposta da população não poderia ter sido melhor. Ele decidiu que continuará com a mesma estratégia, de apoteóticas aparições públicas. Os coordenadores regionais de sua campanha têm um encontro com ele na semana que vem.

O candidato se disse particularmente surpreso com a manifestação do eleitorado de Manaus, quarta-feira, pelo fato de sua visita ter-se realizado num dia de jogo do Brasil e em véspera de feriado. Ele admitiu que foi mal planejada a escolha da data para a visita, mas reconheceu que as manifestações populares ultrapassaram sua expectativa.

Outra decisão anunciada na reunião foi a de que não pretende fazer-se acompanhar por guarda-costas. Ele fará cada vez mais comícios, passeatas em carro aberto e caminhadas, mas acompanhado apenas dos auxiliares que já o seguem. A menos que o Ministério da Justiça possa compulsoriamente agenciar de segurança para proteger o candidato, Collor não os adotará voluntariamente, disse o presidente do PTR, Joca Colagrosso, que participou da reunião.

A reunião serviu para o candidato definir melhor as atribuições dos que participam de sua campanha e também definir o lançamento, na próxima semana, no Movimento Popular de Reconstrução Nacional.

Maluf promete austeridade

Ariovaldo Santos — 9.11.88

Marco Damiani

SÃO PAULO — Austeridade e autoridade. Com esse binômio, o ex-prefeito nomeado de São Paulo, em 1969; ex-governador paulista eleito indiretamente, em 1978; ex-candidato à Presidência da República pelo extinto Colégio Eleitoral, em 1985; e ex-deputado federal, eleito com mais de 700 mil votos, em 1982, Paulo Salim Maluf, 59 anos, pretende chegar, agora pelo voto popular, à Presidência da República. "Somente eu e o Brizola, dos candidatos que estão aí, temos o sentido da autoridade e poderemos governar acima das pressões", diz Maluf. "Não quero ser alarmista, mas não acredito que nenhum dos outros candidatos consiga chegar ao fim do mandato, pois em dois anos os problemas e as pressões serão tantas que os militares poderão sentir-se convidados a voltar à cena."

Mesmo preocupado com a ordem democrática no futuro próximo, o doutor Paulo, como é chamado por seus amigos e assessores este engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, tem feito até aqui uma campanha marcada pelo bom humor. "Sou um homem de dupla personalidade", diz Maluf. "No trabalho sou absolutamente sério, capaz de ser até mesmo mal educado quando alguma secretária minha comete um erro. Mas na minha vida pessoal sou muitíssimo feliz, alegre, sem nenhum tipo de problema. Na campanha, acho que este meu lado pessoal tem realçado mais, pois me sinto inteiramente preparado para fazer o que estou fazendo agora, isto é, ser entre todos os melhor candidato à Presidência da República."

A modéstia, efetivamente, nunca foi um componente do perfil do polêmico Paulo Maluf, político cujos altos índices de rejeição em levantamentos de opinião pública não o impediram de ter obtido, na capital paulista, 1,2 milhões de votos na eleição para a Prefeitura, no ano passado. Derrotado pela sena Luiza Erundina, do PT, Maluf, dizem seus assessores, acordou no dia 15 de novembro sentido-se eleito e foi dormir amargando sua terceira derrota consecutiva — em 1985, perdeu no Colégio Eleitoral para Tancredo e em 1986, na eleição para o governo de São Paulo, ficou em terceiro lugar, atrás de seus adversários Antônio Ermirio de Moraes e Orestes Quêrcia, o vencedor. "Um homem aprende muito mais na derrota do que na vitória", diz hoje Maluf. "Estou mais maduro e continuo na política porque tenho a certeza de poder dar uma grande contribuição ao meu país. Eu conheço a dimensão dos nossos problemas e sei que o remédio para sairmos da crise é amargo, mas não recasso."

Crescimento — Apoiado invariavelmente num par de sapatos da marca Vulcabras tipo 752, com os quais tem sido visto diariamente na televisão como garoto-propaganda, Maluf está convencido de que a luz no fim do túnel da crise atende pelo nome de crescimento. "Se o povo confiar a mim o seu voto, aumentarei o salário médio real e vou isentar de impostos o que ganham até 30 salários mínimos", promete.



A dívida externa é o maior problema do país, para Maluf

te. "As escolas da moderna economia pregam a retomada do crescimento, e não a recessão, como o melhor método para o combate à inflação. Por estas cartilhas e pela minha experiência de administrador me guiarei."

Com algumas idéias sedimentadas a respeito do que fazer assim que chegar ao poder, Maluf admite, porém, que não apresentará durante a campanha um programa de governo detalhado. "O candidato deve dar ao eleitorado suas diretrizes básicas. Cabe aos assessores, uma vez no governo, com as informações de dentro da máquina, conceberem o detalhamento de suas idéias", diz. Em suas diretrizes, ordena os pontos que pretende atacar nos dois primeiros anos de Presidência. Pela ordem, aponta os dez maiores problemas nacionais: dívida externa, dívida interna, inflação, achatamento salarial, segurança, educação, saúde, emprego, habitação e "a mais alta taxa de corrupção existente na história brasileira".

Depois de ter derrotado na convenção do PDS o prefeito de Florianópolis, Espiridão Amin, por pequena diferença, causando dissidências no partido, Maluf está convencido de que a máquina partidária não será fator fundamental para a vitória. "Se máquina contasse, Ulysses já estaria eleito", comenta a respeito do candidato do PMDB à Presidência da República,

deputado Ulysses Guimarães. "A eleição é solteira e nos quatro cinco meses e meio que nos separam da eleição o voto será definido pelo desempenho pessoal do candidato, nos palanques e na televisão."

Militares — O entediamento de Maluf sobre a pouca importância do partido como fator de decolagem de uma candidatura, porém, não é uma tentativa de esconder o fato de ser do PDS, partido sucessor da Arena na sustentação do regime militar. "Eu sempre fui democrata", garante. "Enquanto os que hoje atacam estavam embaixo da cama com medo do AI-5, eu, Paulo Maluf, enfrentei os militares vencendo uma eleição (indireta) para o governo de São Paulo contra o candidato Laudo Natel, que era o escolhido pelo então presidente Geisel e seu sucessor, João Figueiredo. Depois, quando o candidato dos militares à Presidência da República era Mário David Andreazza, para a eleição do Colégio Eleitoral, fui à Convenção e venci, lutando pela democratização da sociedade."

Quanto à defesa de seu partido, o argumento é cortante: "O PDS não é feito de santos ou de anjos, assim como os outros partidos também não são. Tem gente boa e gente ruim, como em qualquer outro lugar. A diferença é que eu nunca mudei de camisa e sempre permaneci fiel aos meus companheiros e as minhas bandeiras. Tem muita gente que ontem era da Arena escondida

hoje no PMDB, no PFL, no PTB e quem sabe até no PT."

De nenhuma maneira o candidato do PDS admite ter dado algum tipo de contribuição para o fato de, atualmente, segundo as pesquisas de opinião pública, a sociedade mostrar verdadeiro horror aos políticos. "Minha contribuição? Nenhuma", rebate de pronto. "Ao povo, em meus governos, deixei obras espalhadas por todo o estado, obras que pretendo repetir em escala nacional caso o povo me confie a missão da Presidência da República."

Mas como fazer obras em tempo de crise? "O dinheiro existe, é preciso saber encontrá-lo. Vamos começar pelo equilíbrio do orçamento, cortando gastos desnecessários e mordomias. Pode ser que nos dois primeiros anos de governo, por seu programa austero, o futuro presidente não possa nem sair às ruas, pois será vaiado, mas nos três últimos anos será aplaudido por suas realizações."

Dona Maria — No momento, Maluf não se arrisca a dizer que ele próprio será este homem que viverá momentos de tensão e, depois, alcançará a felicidade. O candidato do PDS aposta modestamente — uma contradição em seu estilo pessoal — em chegar ao segundo turno. "Com 18%, cerca de 17 milhões de votos, chega-se lá", calcula Maluf, que na semana passada ainda vestia luto pela morte de sua mãe, dona Maria, a maior incentivadora de sua atividade política, ocorrida há duas semanas. Na campanha para o Colégio Eleitoral, dona Maria chegou a declarar, diante das dúvidas levantadas pela oposição sobre a origem do financiamento da campanha do filho, que ela mesma o patrocinava, sacudindo sua bolsa aberta à vista dos fotógrafos. Hoje, o próprio Maluf diz que a campanha tem custo baixo. "Quem disser que a campanha vai custar mais de 7 milhões de cruzados está mentindo para o povo e para o Imposto de Renda", afirma. "É uma campanha barata".

No ano passado, Maluf foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar indenização de carros novos Volkswagen 1800 aos jogadores da seleção de futebol que conquistou o tricampeonato mundial em 1970, quando era prefeito da capital paulista. Recorreu ao Supremo Tribunal Federal — "a Câmara Municipal me autorizou, como prefeito, a dar os carros aos jogadores" —, mas não se arrepende do que fez. "Jogador de futebol do Brasil é um embaixador do país lá fora. Se fosse hoje, diante da promessa de um título, daria novos presentes aos nossos craques."

Com sua tese de que apenas ele e o ex-governador Leonel Brizola, candidato do PDT, têm o "sentido da autoridade" para governar o país na crise, Maluf defronta-se com a pergunta inevitável: se estivesse fora do páreo, votaria em Brizola? Sem pestanejar, diz que não. "Brizola tem autoridade e terminará seu governo se for eleito, mas ele tem outra sorte de defeitos que me impedem de dar um voto a ele." Quem sabe seu afilhado Fernando Collor de Mello, candidato do PRN, de quem foi padrinho de casamento? "Collor é um bom rapaz e não estamos brigados, apenas somos adversários, quanto ao voto, o melhor candidato sou eu mesmo."

DIRETAS

Impostos

"No meu governo quem ganhar até 30 salários mínimos estará isento de impostos. A atual carga tributária sobre os assalariados é injusta e terá que ser revista nos primeiros momentos do novo governo. Os trabalhadores, hoje, são os que mais levam mordida do leão e para que haja o reaquecimento da economia, com o aumento da produção e o consumo interno, o trabalhador terá que ter dinheiro para comprar bens. A crise brasileira terá que ser superada com crescimento econômico e não serão os impostos que atualmente são cobrados dos assalariados que aumentarão os problemas de caixa do governo. Ao contrário, acabar com a sonegação e prender os criminosos de colarinho branco que lesam o fisco são medidas muito mais eficazes, que pretendo tomar se o povo confiar em mim e levar-me ao Palácio do Planalto."

Dívida externa

"O calote não pode ser uma proposta de governo. Antes, o não pagamento da dívida acaba pesado como uma espada de Dâmoqueles sobre os banqueiros internacionais, mas, se ocorrer de não pagarmos, será algo circunstancial, não pode ser nosso objetivo. Queremos, se chegarmos ao poder, rediscutir a dívida numa negociação de alto nível de país para país, dando à dívida um tratamento bastante político. Como filho de imigrantes turcos, tenho experiência de 30 anos de barriga no balcão. Eu sei pechinchar, pedir desconto, encontrar a melhor forma de pagamento. Pessoalmente, pretendo cuidar da questão da dívida de modo a conseguirmos novos prazos e novas formas de pagamento, sem prejuízo de novos investimentos estrangeiros no país. No meu governo, em lugar de calote a proposta é negociação de governo para governo."

Inflação

"O caos das finanças públicas é responsável por grande parte da inflação brasileira. No orçamento federal temos três rubricas: despesas do funcionalismo, custeio e investimentos. É necessário equilibrarmos as rubricas custeio e gastos com o funcionalismo, antes de mais nada. Para tanto será preciso colocar para fora do governo os funcionários que não comparecem ao serviço e fazer os ociosos trabalharem. Conquistado o equilíbrio orçamentário, teremos dinheiro para investir em obras que auxiliarão o desenvolvimento da produção nacional de maneira global, em todos os setores da economia. Precisamos, basicamente, investir na base da economia para liberar o setor privado para a retomada do crescimento. Aliada

à renegociação em alto nível da dívida externa, o combate à ciranda financeira e à sonegação de impostos, o equilíbrio orçamentário terminará por estabilizar a inflação e controlá-la definitivamente. Para isso, porém, viveremos dois anos de muita austeridade, sendo que talvez o futuro presidente nem possa sair as ruas, pois será avô de grandes insatisfações. Nos três últimos anos de governo, no entanto, o futuro porésidente será aplaudido, porque o país terá retornado o seu caminho de crescimento, ombreado-se às nações do Primeiro Mundo. Caso contrário, o Brasil vai trilhar o caminho que o levará a níveis econômicos iguais aos do Quinto Mundo."

Agricultura

"No meu governo pretendo repetir em escala nacional a experiência vitoriosa que tive à frente do governo de São Paulo,

quando criei o sistema de varejo. Foi uma ideia simples, que beneficia até hoje a produtores rurais e consumidores urbanos e que, portanto, comprovadamente dá certo. Vamos eliminar os atravessadores do escoamento da produção de hortifrutigranjeiros, fazendo com que os produtores rurais descarreguem sua produção diretamente em grandes centros de compra, onde os consumidores estarão em contato com sua produção. O preço do alimento, assim, vai diminuir, proporcionando maior consumo, melhoria na qualidade de vida e incentivo à produção agrícola. Também estabeleceremos uma política justa de preços mínimos para cada setor da atividade agrícola, para evitar o que estamos assistindo hoje com a soja, com o produto brasileiro valendo cinco vezes menos que a soja do Paraguai e os nossos produtores dispostos a despejar sua produção no Palácio do Planalto em sinal de protesto. Com Paulo Maluf na Presidência da República, se o povo me escolher, não teremos situações assim."

Privatização

"Sou a favor da livre iniciativa, do capitalismo, mas não do capitalismo selvagem, mas do capitalismo social. Em relação as empresas estatais, o que eu entendo por capitalismo social? É dar oportunidade aos seus funcionários de se sentirem participantes da vida da empresa, dar-lhes incentivos para trabalhar. Assim, pretendo fazer um minucioso levantamento das empresas estatais e as que forem deficitárias terão suas ações lançadas no mercado aberto, com a finalidade de serem privatizadas. Mas na minha proposta há um aspecto de maior importância: os empregados destas estatais terão prioridade na aquisição das ações de sua própria companhia. Estas empresas, assim, deixarão de dar prejuízo ao Estado e passarão a render lucros para o país."

Parlamentarismo

"A nova Constituição tem vida recente que, espero, seja bastante longa. Com relação ao sistema de governo ela é bastante clara: o plebiscito está marcado para 1993 e este aspecto, como os demais, tem de ser respeitado. Não é lícito alterar as regras do jogo com o jogo já iniciado. Eu sempre aceitei as regras. Quando disputei a Presidência da República pelo Colégio Eleitoral, no dia da reunião do Colégio recebi um telefonema de Tancredo Neves elogiando meu comportamento, pois mesmo sabendo com um mês de antecedência que perderia, não conspirerei nos bastidores para alterar as regras do jogo. Naquela época, como em toda a minha vida pública,



"Nenhum outro candidato, se eleito, conseguirá chegar ao fim do mandato"

busquei fortalecer a democracia dentro das regras vigentes. Agora, quero que esta minha postura seja imitada por todos, com o respeito pelas regras atuais e, conseqüentemente como está escrito na Constituição, o futuro governo do país se dará dentro do sistema presidencialista, o melhor nas atuais circunstâncias. Acontece que o próximo chefe da nação terá de ser alguém com autoridade,

alguém que conheça e saiba exercer este princípio. Entre os candidatos, apenas eu e o Leonel Brizola temos este sentido. O futuro presidente sofrerá pressões fortíssimas de todos os setores da sociedade, dos militares às entidades da sociedade civil, dos empresários aos trabalhadores. Sem a autoridade, o novo presidente não conseguirá fazer com que o garção do Palácio do Planalto lhe sirva cafézinho, quanto mais que um técnico do IBDF fiscalize a ocorrência de desmatamentos ilegais. Sem autoridade, estaremos repetindo 1961, elegendo um novo Jânio Quadros que não conseguirá terminar o governo. A falta de autoridade e a corrupção são convites à volta militares ao poder e à interrupção do processo democrático. Na hora de votar, espero que a população leve isso em consideração, pelo bem do país."

Corrupção

"No primeiro dia de governo, com relação à corrupção, não hesitarei dar um bom exemplo, mandando para cadeia entre 100 a 150 políticos desonestos e burocratas corruptos. Nunca houve em nossa história uma taxa de corrupção tão alta como a que estamos assistindo. O país vive, por causa deste mal, uma fase de decadência moral que precisa ser interrompida. O combate à corrupção é ponto de honra para Paulo Maluf. Na Presidência da República, não descansarei enquanto não erradicá-la."

Mordomias

"Brasília para ser habitada criou usos e costumes diferentes dos usos e costumes brasileiros. Por exemplo: quando a capital era o Rio de Janeiro e alguém era convidado para ser ministro, ele alugava provisoriamente um apartamento, se fosse de um estado que não do Rio. E assim que deixava seu posto voltava para seu estado. Os deputados, idem: alugavam ou compravam seus próprios apartamentos. Brasília criou usos e costumes de mordomias que não condizem com a pobreza em que vive a maioria da população brasileira. Era meu desejo na eleição de 1984, conforme declarei publicamente, leiloar as casas dos ministros, o que obrigou, inclusive, Tancredo e Sarney posteriormente a seguirem o meu plano. Acontece que eles ficaram só no plano. Desta vez retomo minha proposta original. É meu desejo, se eleito, acabar com as casas dos ministros, com os apartamentos funcionais e com os apartamentos de funcionários. Brasília tem que se tornar uma cidade autônoma, onde cada um deve, através de um processo de financiamento a longo prazo, em condições de venda e de prestações razoáveis, adquirir o seu apartamento. Eu acho que o governo não tem mais de dar apartamento de graça a ninguém. Minha preferência é vender os apartamentos a quem hoje os ocupa. Se estas pessoas não tiverem interesse, os imóveis serão leiloados."

198
F. P. O. L.
20/5/1988

JORNAL DO BRASIL

Jânio se diz doente e desiste de candidatura

Arquivo — 28/05/88

SÃO PAULO — O ex-presidente Jânio Quadros surpreendeu mais uma vez, ao renunciar à sua pré-candidatura à Presidência da República e anunciar sua saída da vida pública, num breve "pronunciamento à nação", feito ontem de manhã, da sacada de sua mansão no bairro do Morumbi. "Escrevi umas poucas palavras, mas estou quase cego e não tenho condições de lê-las", disse Jânio, aos 72 anos, com a voz embargada e com a mulher, D. Elba, a seu lado. A garoa fina que cala e o vento frio colaboraram para dramatizar mais a cena.

"Não há nenhuma montagem ou recuo publicitário nisso", garantiu no entanto o ex-prefeito de São Paulo. "Retiro-me de fato da vida pública, levado por deficiência física irreparável, sem retirar-me, porém, da condição de brasileiro", disse Jânio Quadros, que distribuiu um manifesto — Carta aos brasileiros — onde critica "as concessões demagógicas e a mentira das promessas às vésperas da eleição presidencial", propõe um pacto nacional e pede que o esqueçam como alguém ambicionando a chefia do Estado. "Eu não participo desta farra, não a convaleio", afirma Jânio. "Não sou importante nem um santo, mas estou em paz com a minha consciência."

Teatro — Na sua Carta aos brasileiros Jânio Quadros diz que o que vê a sua volta é uma caricatura de democracia, com a aprovação de leis para permitir privilégios. "O Brasil está saqueado, busca-se a fortuna a qualquer custo. Políticos, empresários, inclusive o patronato e estores radicais do proletariado estão impulsionados pela gula, procurando o enriquecimento indevido e fácil", critica o ex-presidente. "Inexiste o espírito público e a impetuosidade dos grupelhos famélicos de posições de mando negociam a alma nacional", denuncia.

Neste quadro, visto como "quase desesperador", pelo ex-presidente Jânio diz que espera-se por um magistrado com varinha de condão. "Mas a presidência da República não pode ser um objetivo motivado pela ambição, pela vaidade. Neste momento dramático da vida nacional, impõe-se a união



Na sacada de sua mansão, com D. Elba, Jânio repetiu os mesmos gestos dramáticos de 61

das consciências, sem é que estaremos todos vencidos. A situação só admite um pacto, que já preconizei, pelo Brasil", afirma Jânio Quadros, que lembra estar pronto a colaborar "se a nação reencontrar-se a si mesma".

Após o breve e teatral pronunciamento e a divulgação do extenuado manifesto, que renova o espírito de renúncia do ex-presidente, o assessor de imprensa de Jânio, Roberto Abraão, limitou-se a reafirmar que Jânio abandonou a sua candidatura por estar com sua visão seriamente comprometida. "Para definir-se candidato à Presidência, ele teria que ter plenas condições físicas. Ele já não entretinha com a vista esquerda, por causa de um acidente quando era estu-dante de Direito e, agora, a direita também está afetada", justificou Abraão. Nem Jânio nem seu assessor, no entanto, revelaram de que tipo de doença o ex-presidente sofre. "Jânio não morreu, ele apenas deu uma pausa e continua sendo o nosso candidato",

afirma Wilson Lopes, presidente do Movimento Popular Jânio Quadros, com 20 mil postos espalhados pelo Brasil e 11 milhões de assinaturas endossando a candidatura de Jânio a presidente da República. "Aguardamos a ordem dele para saber qual a estrada a seguir. Ele não foi candidato hoje, mas pode voltar", admite Lopes.

Traição — Mas na ótica do deputado estadual Campos Machado, secretário do diretório regional do PTB, um afilhado político de Jânio Quadros, as razões da renúncia de Jânio a sua candidatura são outras. "Os seus problemas de saúde são contornáveis e superáveis. Na verdade, ele se sentiu traído e abandonado por velhos companheiros que se diziam ianistas históricos, como os deputados do PTB Gastone Righi e Farabullini Jr., que fizeram suas carreiras políticas em cima do seu nome", denuncia Machado, que afirma ter havido uma mudança repentina no pronunciamento do ex-presidente. O fato de Jânio ter permanecido 135

dias em viagem pelo exterior e o crescimento da candidatura do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, usando antigas bandeiras do janiismo estreitaram as chances do ex-presidente, que se filiou ao minúsculo PSD, Partido Social Democrático, no dia 11 deste mês, mantendo suspensão sobre sua candidatura.

"Até sexta-feira à noite, ele acreditava que era o único que podia reverter o atual quadro sucessório. Mas ele precisava ter um alceve maior para decolar a sua candidatura ou passar a ter o apoio de candidatos bem colocados nas pesquisas, mas que não têm consistência eleitoral", revela Machado. "Jânio Quadros acha que a candidatura Collor de Mello é apenas um cometa, que está arrebanhando votos que pertencem a ele, mas iam voltar a quem de direito, pois ele é o verdadeiro astro. Mas Jânio foi abandonado por todos seus amigos e resolveu na última hora mudar o seu pronunciamento", afirma o deputado.

01.01

8907819

098

21h10RA 25/5/89

Satélite x garimpeiros

A Venezuela vai usar satélites artificiais para vigiar a sua região amazônica e evitar invasões de brasileiros e pessoas de outras nacionalidades que procuram ouro. A informação foi divulgada ontem, em Caracas, em meios oficiais. O governo adotou a medida depois que, há meses, denunciava a presença de cerca de três mil garimpeiros ilegais brasileiros que se haviam instalado na Amazônia venezuelana, na cabeceira do Rio Orinoco, para explorar ouro. Depois do incidente, a chancelaria venezuelana convidou um representante-geral do Brasil, Márcio de Oliveira Dias, para se informar dos detalhes do sucedido na fronteira entre os dois países. Os garimpeiros foram mandados de volta ao Brasil, mas seu equipamento foi confiscado. Informou-se então, na capital da Venezuela, que o Brasil se comprometera a reparar os danos ecológicos causados pelos garimpeiros, que devastaram a zona fronteira e usaram mercúrio para construir pilões improvisados para pequenas avulsas e helicópteros, na 'corrida ao ouro'. (UPI)

BERO HOER 25/5/89

FPOC.
(RR.ii)

098

Coluna do Castelo

Em busca do novo, do contra e do eficaz

O presidente José Sarney, segundo dizem seus assessores, alistou-se entre os que deixaram de acreditar na praticabilidade da candidatura de Jânio Quadros a presidente da República. As razões da crença (ou da descrença) são as mes-



mas que correm na praça: o ex-presidente, demorando-se além da conta no exterior, perdeu a hora de entrar validamente na disputa. Aceita assim o Palácio do Planalto a tese de que não só estará fora da sucessão como terá de assistir a uma campanha basicamente voltada contra o governo. O único candidato complacente com Sarney, no momento, é Aurélio Chaves, em torno de quem se reagrupam os políticos do PFL que, estimando inviável eleitoralmente a candidatura partidária, estimulavam o candidato Jânio Quadros. Antônio Carlos Magalhães é o símbolo dos que, investidos de uma parcela de poder no momento atual, apegam-se à sua própria legenda por não verem alternativa numa disputa em que, de um lado estarão três ou quatro candidatos de esquerda, todos hostis ao governo, e de outro lado, o centro e a direita se agrupam nas pegadas de Fernando Collor de Mello, que tem na rejeição ao presidente um dos componentes do seu prestígio pessoal.

Também os moderados do PMDB estão sem rumo e se dividem entre os que tendem a refluir ao seio do partido e os que, isoladamente, irão tomando o rumo que pareça mais útil aos seus projetos pessoais. Muitos irão para Collor, alguns para Aurélio, mas sobrarão gente também para Brizola e até para o senador Mário Covas. Jânio, pelo menos no momento, deixou de ser uma referência para os que procuram compor um núcleo de resistência à ascensão de novidades na faixa do poder nacional. Ora, o eleitorado parece inclinado precisamente a buscar o novo, o diferente e o que represente o contra tudo isso que aí está. Seria esse um dos motivos, além da circunstância de ter encontrado ao centro um terreno baldio, que explicariam a prevalência de Collor sobre Jânio pelo menos nesta fase inaugural da campanha.

F.R. (P.P.)

2do Brasil

O PMDB, consciente de ser a maior organização partidária do país e detentora de extensa faixa de poder nos estados e municípios e até mesmo na administração federal que não chegou a desocupar, continua a crer que a mobilização das suas bases e a crescente identificação dos seus candidatos com idéias e interesses dos correligionários terminará por levar ao segundo turno o deputado Ulysses Guimarães. Não pode ser outro o seu papel, embora se acentuem as indicações de que o eleitorado se considerou quites com esse partido desde a eleição de 1986, quando elegeu 22 dos seus 23 candidatos a governador e lotou Câmara e Senado de maciça maioria penedebista. Já em 1988, sinalizou-se a busca do novo e do contra, já não expressos pelo PMDB. O novo então eram Erundina, Olívio Dutra, Bittar, Vicente Guimarães, à esquerda, e Joaquim Francisco, à direita. Os outros vitoriosos o foram por descuido ou por não haver tempo suficiente para que lhes fosse imposta a derrota corretiva.

Ficou depois do pleito municipal a impressão de uma marcha inevitável para a esquerda, a qual se refletia nos índices de Lula e Brizola nas pesquisas de opinião. Isso ficou como verdade até que os boletins do Ibope passassem a assinalar a ascensão de Collor de Mello, ocupando rapidamente espaços que a esquerda já imaginava como dela. Ora, o eleitorado parece indiferente a ideologias e a partidos. Quer-se apenas o novo, insistimos, e o contra. Contra tudo, inclusive partidos e políticos que, tendo sido batado dos militares o controle do país, não se mostraram competentes para conduzi-lo. A culpa da situação atual do Brasil pode ser de uma conjuntura da economia do mundo e do continente, mas internamente o ônus do malogro vem sendo atribuído a Sarney. Ora, a reação do eleitorado, juntando o PMDB e o PFL a Sarney, indica claramente que esses partidos têm tremenda parcela de responsabilidade no descalabro administrativo do país.

Dai, as evoluções à esquerda. Dai, as evoluções a que assistimos ao centro e à direita. O povo não quer seitas. Quer governo. Quer eficiência. Quem não tem sua esperança e alcançar sua confiança irá ao segundo turno ou irá direto ao Palácio do Planalto, deixando de lado os figurantes dessa farsa política mal encenada no Congresso e nos partidos.

098

F.P. (P.P.)

ZERO HORA — Sábado, 22.07.89 — PÁGINA 8

Viagem do candidato do PRN à Presidência está marcada para setembro e deve ocorrer uma semana antes da reunião do FMI nos Estados Unidos. Collor pretende divulgar suas propostas para a dívida externa.



SUCESSÃO **Collor** vai aos EUA e tentará encontro com Bush

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, pretende encontrar-se com o presidente dos Estados Unidos, George Bush, em setembro, quando visitará aquele país. Collor está programando sua viagem para a semana anterior à reunião do FMI em Washington e a audiência com o presidente Bush está sendo solicitada através da embaixada dos Brasil nos EUA.

Segundo assessores do candidato, Collor não pretende estar em Washington durante a reunião do FMI, em 28 de setembro, mas alguns dias antes, aproveitando para levar suas propostas sobre a negociação da dívida externa. De acordo com a assessoria, o candidato, que lidera as pesquisas de opinião, chegará aos EUA "com o café de maior dever".

O candidato poderá também ir a Nova Iorque, a convite da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Antes das eleições, Fernando Collor deverá visitar também Cuba — ele já aceitou o convite — e o Japão, viagens que não têm ainda data acertada.

O candidato gostaria também de ir ao Canadá e ao México, mas esses países dificilmente serão incluídos em seu roteiro, já que Collor não quer ficar afastado por muito tempo do Brasil às vésperas das eleições.

Apoio do PFL

O apoio das bases do PFL balano ao candidato do PRN à Presidência da



Candidate irá também a Cuba

República foi admitido ontem, em Salvador, pelo ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para quem "o mais importante na Bahia é derrotar Ulysses e Waldir". Ele previa uma debandada nacional da maioria dos setores do PFL em apoio a outros candidatos, caso o ex-ministro Aureliano Chaves mantenha os baixos índices nas pesquisas de opinião.

— Meu candidato é Aureliano Chaves. Por lealdade, estarei com ele até o fim, mas não posso enganar as minhas bases partidárias. Não posso negar os índices das pesquisas — disse o ministro, ao ser indagado sobre a tendência de prefetores e lideranças do PFL balano, de apoiar o candidato do PRN.

O ministro foi a Salvador inaugurar obras de ampliação do sistema telefô-

co e garantiu que vai pedir voto para o candidato do partido, mas considera difícil fazer com que Aureliano, no atual momento, empolgue as bases partidárias, já que o candidato não conseguiu sequer empolgar as bases do seu estado, Minas Gerais. A vitória do futuro presidente da República já no primeiro turno foi considerada pelo ministro das Comunicações fundamental para os interesses do País.

— No segundo turno, haverá muito conchavo e cambalacho e o País não aguenta — afirmou, ressaltando que sua declaração não representava apoio pessoal ao candidato do PRN, que lidera as pesquisas de opinião com ampla vantagem. Na sua opinião, a preferência do eleitorado por Collor vem da imagem de jovialidade que ele representa e não apenas do desejo de renovação, e embora não concorde com as críticas endereçadas pelo candidato do PRN ao Governo Sarney, considera que "ninguém chegou onde ele chegou sem ter qualidades".

General

O comitê do presidencial Collor de Mello (PRN) acredita que as declarações do general Leônidas Pires, ministro do Exército, considerando irreversível sua candidatura, seja para desmobilizar a campanha. O general, que há um mês declarou que a candidatura Collor era emocional e passageira, mudou de opinião, mas segundo assessores de Collor isso não significa um início das conversas do candidato com a área militar. Segundo o comitê, Collor ainda não manteve nenhum contato com este setor. (AG/AJB)

01.01

8907825

093

F. POL

28/4/85 11:50 NORA

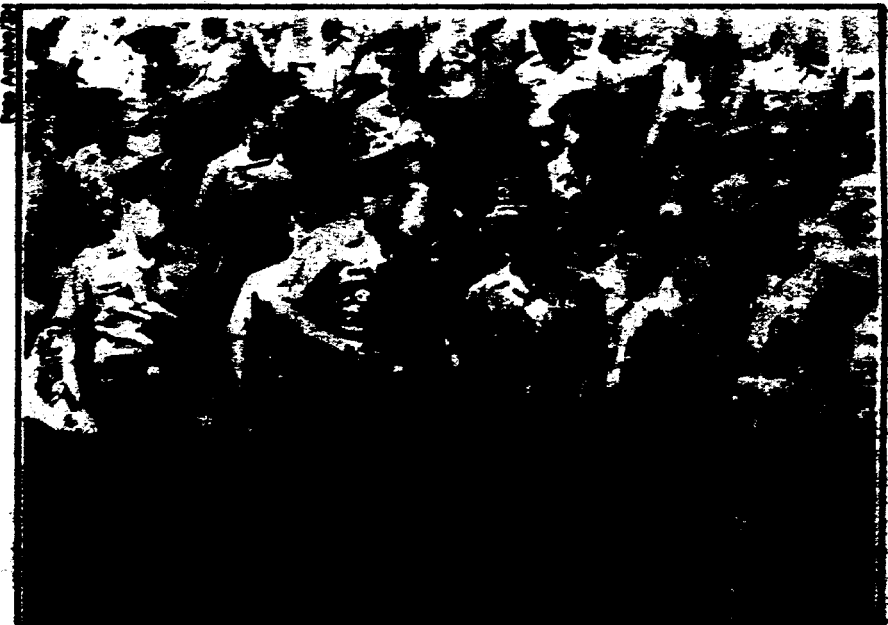
O Conselho de Defesa Nacional entra no lugar do extinto CSN

Órgão tem, entre outras atribuições, a decretação dos estados de sítio e defesa

O presidente José Sarney enviou ontem, em Brasília, mensagem ao Congresso Nacional com o projeto de lei que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional (CDN), voltado para "a segurança e defesa da nação, através da manutenção de sua soberania e preservação da ordem constitucional". O CDN é um órgão que tem como atribuição de garantir a segurança nacional, e substitui o extinto CSN (Conselho de Segurança Nacional), criado durante a ditadura militar.

De acordo com a sugestão de membros do general Augusto Buzza, chefe do Estado-Maior, o Conselho de Defesa Nacional, que é o órgão máximo do país, terá a função de garantir a segurança nacional, e substitui o extinto CSN (Conselho de Segurança Nacional), criado durante a ditadura militar.

Segundo o projeto de lei, o Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República nos assuntos relacionados "com a soberania nacional e a defesa do



Conselho de Defesa: membros do órgão para garantir a segurança

estado democrático", terá dentre outras a competência de opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração de paz, e opinar sobre decretação de estado de sítio, de estado de defesa e de intervenção federal, além de atribuições como "propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, e opinar sobre seu efetivo uso".

O CDN é presidido pelo presidente da República e terá os seguintes membros: os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e ministros da Justiça, Marinha, Exército, Relações Exteriores, Planejamento, Aeronáutica, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. (Radiobrás-Brasília/ZEI)

F. POL.

Dez partidos manifestam repúdio à viagem de Sarney

Presidentes e representantes de dez partidos políticos assinaram ontem um manifesto de repúdio à viagem do presidente José Sarney a Paris, criticando a enorme comitiva integrada por amigos e parentes de funcionários do Palácio do Planalto. O documento tem apenas sete linhas e foi proposto pelo presidente do PL, deputado Alvaro Valle. No texto, "os signatários lamentam que no momento em que o governo e toda a sociedade se esforçam para resolver a crise econômica brasileira, o presidente da República se tenha feito acompanhar de tantos convidados às comemorações do bicentenário da Revolução Francesa.

A solução da crise econômica - continua o documento - exige desprendimento também do Governo" e assinala que "o povo merece demonstrações de austeridade, sobretudo de seus governantes, que pedem tantos sacrifícios à Nação." Assinaram o documento, além de Valle, os presidentes do PDC, PCB, PDS, PRN, PSDB, PCDOB, PT, PDT e PMDB. São os mesmos que participam das reuniões patrocinadas pelo senador Nelson Carneiro em busca de um entendimento político que garanta as eleições de 15 de novembro.

Precatória

Hoje cedo, o advogado brasileiro Juares Heringer



Comitê do Centenário da República emitiu manifesto de repúdio

levará a um juiz federal de Brasília a carta precatória por meio da qual o juiz federal do Rio de Janeiro, Costa Fontoura, cita o presidente da República para responder ação popular movida pelo deputado Alvaro do Vale.

O juiz Fontoura enviou, também, ofício ao ministro chefe do Gabinete Militar, Rubens Bayna Denny, solicitando que num prazo máximo de 30 dias sejam prestadas informações detalhadas sobre a viagem do Presidente e comitiva a Paris na semana passada.

ZERO NORA 20/7/87

01.01.

860

0907832

098

(F. POL (GOB.))

ZERO HORA - Sábado, 24.04.82 - Brasília

Governo defende a todo custo soberania sobre a Amazônia

Embaixador brasileiro considera a devastação como hipotética

Por JUAREZ TOSI
Estado Especial/2H

A intensificação dos países desenvolvidos em caracterizar politicamente a hipotética devastação da Floresta Amazônica como uma ameaça à segurança global visa assustar as nações para a inclusão dessa área na restritiva categoria de "patrimônio comum da humanidade", o que não é apóia nem no caso da Austrália, em detrimento dos direitos soberanos do Brasil e dos demais países amazônicos. Foi com esse intuito e defendendo a todo custo a soberania brasileira sobre a Floresta Amazônica que o embaixador Bernardo Pereira de Faria, chefe de missão geral para temas especiais do Ministério das Relações Exteriores, encerrou o Seminário Nacional de Ecologia e Política - Brasil, País Sem Cópia, realizado em São Paulo.

O seminário que contou, durante uma semana intensa de debates, com personalidades importantes da política brasileira, serviu para mostrar claramente a discriminação existente entre as representações de entidades estrangeiras e o governo federal. Os países europeus e do ocidente ocorreram nos pênaltis de golfe e Prêmio Nobel Alternativo, José Lutzenberger, que considerou "uma charanga" o discurso brasileiro do governo e o do embaixador Bernardo Pereira de Faria, que defendeu a posição do Brasil em relação à floresta da Amazônia.

As autoridades sobre "a hipotética devastação", o problema ambiental que quando tratado em hipótese, refere-se ao "5,12% de desmatamento da região", segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que não é suficiente para a devastação. E continua: "O que se discute por devastação é a destruição de florestas no Brasil, onde hoje restam apenas 6% da cobertura original".

Não seria exagero afirmar, acrescenta ele, que a propagação de alguns países no sentido de que outros abdicaram da parte de sua soberania, no que diz respeito à preservação do meio ambiente, preferentemente em benefício de toda a humanidade, culpa que quando não apenas o tratamento da poluição ambiental pelos governos, mas também o próprio conceito do Estado-Nação.

Novos institutos

O presidente do CNPq, biólogo-genetista Crodovaldo Pavan, defendeu, por outro lado, a necessidade de criação de



Devastação da Floresta Amazônica provoca países desenvolvidos

novos institutos de ciência aplicada e tecnologia, para impulsionar no desenvolvimento das pesquisas de poluição ambiental no País. O Brasil, segundo ele, já dispõe de recursos humanos e de pesquisas que prestam inestimável contribuição ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. No entanto, destaca o biólogo-genetista, face ao volume dos problemas existentes, eles são insuficientes, não podendo arcar com novas responsabilidades.

O reitor da Universidade de Brasília, Cristovam Buarque, lembrou, por sua vez, que a ciência divide-se, essencialmente em duas correntes. Aquela que se dedica a estudar pedras e animais e a que se envolve com os homens e suas cidades. É necessária, enfatiza ele, um novo ramo que estude a integração de todos esses fatores. O objetivo do Seminário, segundo o coordenador do evento, sociólogo Ícaro da Cunha, é de se iniciar a discussão para a criação de um centro nacional de educação ambiental.

01.01

8907833

098

F. POL. (P.P.)

4. □ 1º caderno □ quinta-feira, 23/4/89

Quêrcia impõe duas condições para se candidatar

Quêrcia Quêrcia não pode deixar a candidatura do PMDB à presidência do presidente José Sarney, desde que seja aclamado pela convenção nacional do partido, neste final de semana, em Brasília; e que com o apoio do deputado Ulysses Guimarães, segundo seus assessores mais próximos. "Eu acredito que a gente tem que ter uma linha e seguir esta linha. Ninguém nunca vai me acusar de não cumprir um compromisso político", disse Quêrcia, em entrevista coletiva, ontem, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de, em Brasília, os convencionais do PMDB se inclinarem por sua candidatura.

É a primeira vez que, de público, o governador mudou o tom invariável que vinha adotando até agora — o de que não é candidato e de que não existe a possibilidade de sua candidatura. A "linha" de Quêrcia, no caso, é seu reiterado apoio à candidatura do deputado Ulysses Guimarães até a convenção. O governador, revelou pessoas próximas a ele, não vai tirar Ulysses, nem fará qualquer movimento para demover o deputado de suas posições, esperando que a convenção e as forças que o apoiam se encarguem de mostrar a Ulysses quem realmente o partido quer.

Pesquisas — Ulysses telefonou ontem a diversos convencionais perguntando discretamente se manterá seu apoio na convenção, numa espécie de pesquisa pessoal para conhecer suas chances. Uma alta fonte do Palácio dos Bandeirantes que acompanha a movimentação de Ulysses afirmou que Quêrcia tem um apoio de base "jamais visto" no PMDB, mas não tem nenhuma candidatura. Pode ser que sua candidatura, por isso, não vá — ou seja, o governador — a não ser que o partido se movimente, na convenção, com o crescimento da candidatura Quêrcia, inclusive nas pesquisas de opinião.

O governador, confrontado com os números da pesquisa divulgada publicamente ontem pelo jornal Folha de S. Paulo, em que bate todos os presidenciais com um índice de preferências de 18%, reagiu com visível satisfação. "Superou o que eu imaginava", afirmou. "Isso é bom porque mostra mais força política eu tiver, mais força eu vou colocar à disposição do meu partido". É a primeira vez, também, em que o governador fala em "colocar-se à disposição" do PMDB — fórmula clássica de quem conta com a possibilidade de ser um candidato que ninguém impõe. Embora sua vincular a declaração a sua eventual candidatura, Quêrcia ainda acrescentou: "Tem um candidato de consenso, é muito importante o apoio do governador de Pernambuco, Miguel Arraes".

Os números não somam para Quêrcia apenas no Datafolha. Nem levanta-

mento não há dez 10 dias pelo Instituto Gallup, que lhe deu, por encomenda do governador, um bom ser candidato declarado, apertou em empate técnico com os principais concorrentes, com 14% das preferências — contra 17% do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, 16% do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e 15% do candidato do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva.

A reunião convocada por Quêrcia para hoje a tarde com os convencionais do PMDB paulista para amarrar o apoio a Ulysses, deve fracassar. "Muitos no partido devem, mais uma vez, pedir a candidatura Quêrcia", disse o presidente do Diretório Municipal do partido em São Paulo, Sérgio Camarano. "Se ele ficar fora do processo, não terá o direito a pedir o meu voto. A transferência de apoio dele para Ulysses, entre nós, não é automática". Um abito-animado considerando Quêrcia como "o único candidato capaz de conduzir o PMDB às lutas de sua história", nascido num importante gabinete partidário, começou a circular ontem entre os convencionais do partido. Se conseguir um bom número de apoios entre os 42 convencionais, será apresentado ao governador hoje.

O presidente do diretório paulista do PMDB está disposto a declarar, na convenção, a regra de eleição em dois turnos do candidato à presidência da república. "Vou pedir uma questão de ordem e derrubar esta regra que não existe nos estatutos", disse Camarano. Quanto à inscrição prévia de candidatos a candidato, o presidente do partido na capital paulista garantiu que não será oposição para a candidatura Quêrcia. "A convenção é soberana e pode mudar tudo no domingo", afirmou.

□ O vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, afirmou ao sair de sua reunião com o secretário de governo de São Paulo, Roberto Ruffino, no Palácio dos Bandeirantes, que o governador Orestes Quêrcia "definitivamente não está articulando sua candidatura a presidente da República, não solicitou uma convocação do partido, se não quiser na convenção de São Paulo de amanhã". Em Recife, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que ainda não pode ver quem de verdade quer sua indicação. Depois disso, o seu voto no primeiro turno da convenção da convenção no governador de São Paulo, Waldir Faria. "No segundo turno, o governador vai apoiar o candidato do PMDB", disse o vice-governador Carlos Wilson, dando a entender que não existiam restrições de Arraes a Quêrcia.

01.01

8907834

098

F. POL.

27/4/89

JORNAL DO BRASIL

Quatro estados têm a metade do eleitorado

BRASÍLIA — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia têm, juntos, mais da metade do eleitorado do país. De acordo com dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, essas quatro estados tiveram no ano passado 36 387 355 eleitores, 50,89% de um total de 71 543 358. O número de eleitores aumentou 10,4% entre as eleições de 1986 e 1988. As maiores taxas foram registradas no Tocantins (28,26%) e no Maranhão (20,26%).

De acordo com estimativa do TSE, a extensão do direito de voto à faixa etária de 16 a 17 anos deverá incrementar 5 900 000 pessoas ao eleitorado, até agosto deste ano. São Paulo possui o maior contingente, com 1 074 300 eleitores de 16 e 17 anos (17,9% do total). Em seguida vêm Minas, com 770 400 (12,8%); Bahia, com 495 300 (8,2%); e Rio de Janeiro (442 500), com 7,39%. Em São Paulo, há 17 vezes mais eleitores de 16 e 17 anos do que todo o eleitorado do território de Roraima. A região Su-

deste tem 39,9% desse contingente e a região Sul, 15,14%.

Em 1986, quando havia no país 69 371 495 eleitores, São Paulo tinha 16 008 748. Dois anos depois, o eleitorado paulista aumentou para 16 890 817, sendo 5 528 402 (32%) na capital. Depois do Amapá (25,9%) e Maranhão (20,26%), os maiores índices de crescimento do eleitorado ocorreram nos estados de Alagoas (18,41%) e do Acre (17,4%). No período entre 1986 e 1988, a menor taxa de crescimento foi do Distrito Federal (3,24%), que no ano passado tinha 756 896 eleitores inscritos.

As regiões Sudeste (34 350 553) e Sul (12 437 007) têm 61,70% do eleitorado do país. A região Nordeste (20 295 690) tem 28,37%. Do total de 71 543 358 eleitores, 14,53% concentram-se em apenas quatro estados: São Paulo (5 528 402 pessoas), Rio de Janeiro (3 440 720), Belo Horizonte (1 141 299) e Salvador (909 466).

01.01

8907835

098

F. POL (P. P.)
Brasil 14/5/87

Lula lança sua candidatura em São Bernardo

SÃO PAULO — A cidade de São Bernardo do Campo, na região do ABC paulista, com suas montanhas de veículos que carregam cerca de 100.000 habitantes, teve ontem um dia de história. O candidato à Prefeitura da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou oficialmente sua candidatura.

Em um momento solene, Lula, acompanhado por sua esposa, Maria Lúcia, e por seus filhos, fez um discurso emocionante. Ele falou sobre a importância da cidade de São Bernardo do Campo e sobre a necessidade de uma mudança na gestão pública.

Lula afirmou que sua candidatura é uma resposta ao chamado da população por uma gestão mais transparente e eficiente. Ele prometeu trabalhar para melhorar a infraestrutura da cidade, criar empregos e promover o desenvolvimento econômico.

O discurso de Lula foi recebido com entusiasmo pela plateia. Muitos dos presentes aplaudiram e alguns choraram. Lula encerrou seu discurso com uma mensagem de esperança para o futuro da cidade e do país.

01.01

8907836

098

F.P.(P.P.)

34 D. 1.º caderno D. quinta-feira, 20/7/89 J. do Brasil

Covas e Collor batalham para conquistar adesões

BRASÍLIA — Uma verdadeira guerra de bastidores está sendo travada entre os candidatos Fernando Collor (PRN) e Mário Covas (PSDB) para obter novas adesões políticas, especialmente no Norte-Nordeste, onde se concentraram os estrategistas dos dois partidos nas últimas semanas. Nas próximas 72 horas, quando os governadores Tasso Jereissati (CE) e Geraldo Mello (RN) passarem para o lado dos *inocentes*, o senador Mário Covas estará marcando um gol, mas Collor já tem cartas na manga para responder.

Ele anuncia, nos próximos dias, a adesão do prefeito de Belém, Said Xerfan, eleito com o maior índice de preferência no país, mas atualmente amargando um dos mais baixos percentuais de aprovação popular. O candidato do PRN está também dando os últimos passos para incorporar à sua campanha o governador Alvaro Dias, do Paraná, estado cujo eleitorado tomado ultrapassa o do Ceará e o do Rio Grande do Norte.

A disputa entre Covas e Collor em terras nordestinas tem um grande perdedor: o candidato do PMDB Ulysses Guimarães, de cujo partido estão saindo os políticos mais importantes da região. A novela Mello/Tasso já durou vários meses mas as cenas dos próximos capítulos deixam antever um final feliz para Covas. Ontem, Geraldo Mello teve um demorado encontro com o ex-ministro Aluizio Alves, seu líder político no estado, e comunicou-lhe a decisão de engrossar as fileiras dos *inocentes*.

Adesões — A confirmação do apoio de Tasso Jereissati aos *inocentes* abriu espaço para que o ex-governador cearense Adauto Bezerra formalize o seu apoio a Collor, que espera, também, fechar com mais dois governadores, o da Paraíba, Tarcísio Buriti e o de Sergipe, Antonio Carlos Valadares. O PRN

espera atrair, ainda, os senadores Albano Franco (PFL-SE) e José Agripino Maia (PFL-RN).

Resta ainda uma queda de braço entre Covas e Collor: o prefeito de Recife, Joaquim Francisco. Ele conversou por duas horas na terça-feira, em Brasília, com o candidato do PRN, mas não declarou apoio. Também não foi cooptado ainda por Covas, por dificuldades regionais. Joaquim Francisco já foi vetado uma vez no PSDB pela deputada Cristina Tavares e não quer repetir a dose.

Cristina Tavares (40.618 votos), depois de licenciar-se da presidência do PSDB de Pernambuco — ela não se conformou com a indicação do ex-governador Roberto Magalhães para vice de Covas —, anunciou ontem sua adesão ao candidato do PDT, Leonel Brizola, com quem conversará hoje no Rio.

Covas, em visita a Belo Horizonte, lamentou a saída de Cristina, e fez fartos elogios a Geraldo Mello e Tasso Jereissati.

☐ Por "estratégia eleitoral", o candidato que tem maior índice de preferência popular nas pesquisas de opinião, Fernando Collor de Mello (PRN, 41% no Ibope), não vai participar de nenhum debate com outros candidatos, na televisão. Ele afirmou em Belo Horizonte que mesmo que pesquisas de opinião demonstrem que o povo quer que ele vá aos debates, não fará isto. "Eu faço o que acho que devo fazer e o que convém mais à minha candidatura", disse Collor. Ele assegurou que só participaria de debates no segundo turno, "se chegar lá", pois acredita que, com muitos candidatos, como nos debates do primeiro turno, "é impossível apresentar um programa com nitidez".

098

F.P. (P.P.)

Freire prevê aliança de esquerda

Se um dos presidencialistas progressistas vencer a eleição, só vai poder governar formando uma coalizão com os demais partidos de esquerda para somar forças no Congresso, que tem maioria conservadora. Esta previsão foi feita ontem pelo candidato do PCB, Roberto Freire. Em sua opinião, se o novo presidente for de direita, não terá problemas para conviver com o Congresso. Há alguns meses, Freire recusou-se a participar da Frente Brasil Popular, encabeçada pelo PT. Ontem ele disse que no segundo turno haverá aliança de esquerda.

O candidato comunista esteve na Câmara dos Deputados para dar seu depoimento no "Simpósio Brasil - eleja um programa", promovido pela Universidade de Brasília e pelo Conselho Federal de Economia. Ele criticou o PC do B e a escolha do senador José Paulo Bisol para vice de Lula. "O PT escolheu um vice pela direita para contemplar aqueles que pensam estar à esquerda do PT", disse, referindo-se à recusa do PC do B ao nome de Fernando Gabeira para vice da

coligação. Roberto Freire definiu como privatização dos interesses que deveriam ser públicos a sugestão de seu concorrente, Paulo Maluf, do PDS, de nomear o dono do Bradesco, Amador Aguiar, para ser o presidente do Banco Central. O comunista revidou, também, a proposta de Maluf de demitir servidores públicos. "Os juros da dívida são iguais a 8% do PIB. Para pagá-los, seria preciso demitir não apenas cem mil, mas quase todos os funcionários públicos", raciocinou.

Também receberam críticas do presidencialista do PCB o candidato do PL, Afif Domingos, e o do PSDB, Mário Covas. "Dizer que a economia informal corresponde a 30% do PIB não é verdade, é uma afirmação de interesse do neoliberalismo", disse, contestando Afif. "No PSDB foi vitorioso o ator conservador, que não é social-democrata, é liberal", afirmou Freire para contestar a escolha de Roberto Magalhães como vice de Covas. (AE)

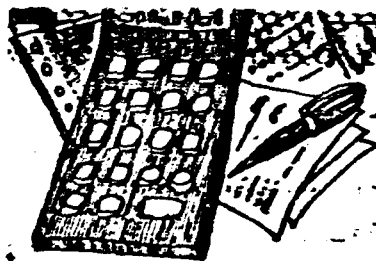
ZERO HORA 22/7/89

01.01

8907839

998

F. POLITICO.



As complicadas regras fixadas pelo Congresso

Esta é a íntegra da lei promulgada ontem pelo senador Nelson Carneiro:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — A política nacional de salários, respeitado o princípio de irredutibilidade, tem como fundamento a livre negociação coletiva e reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único. As vantagens salariais asseguradas aos trabalhadores nas Convenções ou Acordos Coletivos só poderão ser reduzidas ou suprimidas por convenções ou acordos coletivos posteriores.

Art. 2º — Os salários dos trabalhadores que percebem até 3 (três) salários mínimos mensais serão reajustados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês anterior, assegurada também o reajuste de que trata o art. 4º, § 1º, desta lei.

Art. 3º — Aos trabalhadores que percebem mais de 3 (três) salários mínimos mensais aplicar-se-á, até o limite referido ao artigo anterior, a regra nele contida e, no que exceder, as seguintes normas:

I — até 20 (vinte) salários mínimos mensais será aplicado o reajuste trimestral, a título de antecipação, em percentual igual à variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) verificada nos três meses anteriores, excluída a percentagem, dentro de cada mês, a 5% (cinco por cento). A percentagem que exceder a 5% (cinco por cento), dentro de cada mês, implicará reajuste igual a esse excedente no mês seguinte àquele em que ocorrer o excesso.

ZERO DOIS

II — no que exceder a 20 (vinte) salários mínimos mensais, os reajustes serão objeto de livre negociação.

Art. 4º — A implantação das normas estabelecidas no inciso I do artigo anterior será executada com base na classificação dos assalariados em três grupos de data-base:

Grupo I — os que têm data-base nos meses de junho, setembro, dezembro e março;

Grupo II — os que têm data-base nos meses de julho, outubro, janeiro e abril;

Grupo III — os que têm data-base nos meses de agosto, novembro, fevereiro e maio.

§ 1º — O Grupo I terá, em junho de 1989, um reajuste equivalente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado dos meses de fevereiro, março, abril e maio de 1989, passando, em seguida, a obter os reajustes previstos no inciso I do artigo anterior.

§ 2º — O Grupo II terá, em junho de 1989, um reajuste equivalente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de fevereiro e março e receberá, em julho, reajuste igual ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado dos meses de abril, maio e junho, passando, nos meses seguintes, a obter os reajustes previstos no inciso I do artigo anterior.

§ 3º — O Grupo III terá, em junho de 1989, um reajuste equivalente ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de fevereiro e março, em julho de 1989 outro reajuste

igual ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de abril, e receberá, em Agosto, reajuste igual ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC) acumulado dos meses de maio, junho e julho, passando, nos meses seguintes, a obter os reajustes previstos no inciso I do artigo anterior.

Art. 5º — Nos reajustes de que trata esta lei, é facultada compensação de vantagens salariais concedidas a título de reajuste ou antecipação, excetuada a ocorrida na data-base.

Parágrafo único. A compensação mencionada no caput deste artigo será realizada nas revisões mensais ou trimestrais previstas nos arts. 2º e 3º, respectivamente.

Art. 6º — Os aumentos reais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em Convenções e Acordos Coletivos ou decisões normativas, observada, dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor da empresa.

Art. 7º — Em qualquer circunstância, não se dará efeito suspensivo aos recursos interpostos em processo de dissídio coletivo.

Art. 8º — Nos termos do inciso III do art. 8º da Constituição Federal, as entidades sindicais poderão atuar como substitutos processuais da categoria, não tendo eficácia a desistência, a renúncia e transação individuais.

Art. 9º — Esta lei entra em vigor em 1º de junho de 1989.

Art. 10 — Revogam-se as disposições em contrário.

4/7/89

01-01

8907842

Palanque Ulysses Guimarães

“Já estou no segundo turno”

Ricardo A. Setti,
Marco Damiani

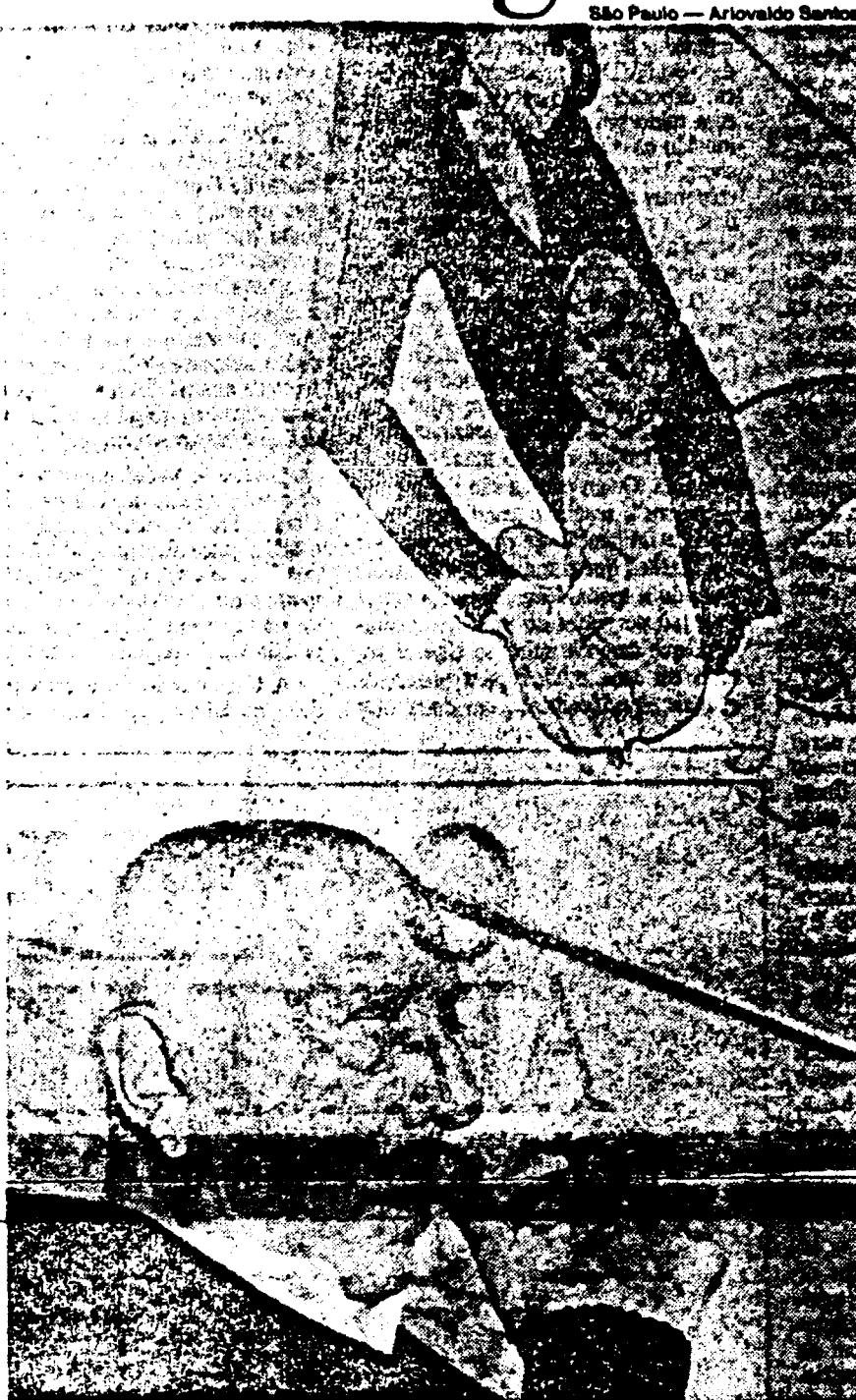
SÃO PAULO — O mar revolto que rage, ameaçador, ao redor de sua candidatura, dentro e fora do PMDB, parece não abalar sequer remotamente o doutor Ulysses Guimarães. Instalado no belo jardim de inverno da confortável casa onde vive há 29 anos, em uma das ruas do Jardim Paulistano, na região nobre de São Paulo, o *Senhor Diretas* destila serenidade. No ambiente aconchegante e bem decorado, de cujas paredes pendem, entre outros quadros, duas gravuras assinadas de Picasso, e sob o olhar da mulher, dona Mora — ora terno, para o candidato, ora inquiridor, para os visitantes —, Ulysses decreta, impávido: “Eu já estou no segundo turno.”

Os escolhos e arrecifes à sua frente o veterano navegador considera acidentes naturais de percurso, insuscetíveis de colocar a pique sua candidatura e contornáveis pelo grande transatlântico do PMDB. Índices baixos nas pesquisas, por exemplo, não lhe tiram o sono. “Eu estou, vejam só, há pouco mais de 40 dias em campanha, e isso não dá nem para fazer andar a campanha de um vereador”, compara. Defecções, como as prováveis dos governadores do Ceará, Tasso Jereissati, e do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello, que se lançam nos braços do *luciano* Mário Covas, ou a eventual de Alvaro Dias, do Paraná, em fúria com Fernando Collor de Mello, naturalmente não são comemoradas pelo doutor Ulysses. Só que ele pondera: “Lamentamos que companheiros percorram outros caminhos, mas isto no fundo é natural em um partido tão grande, e ocorre no Partido Republicano americano, por exemplo, ou no Partido Socialista francês.”

Classe — A longa conversa põe à mostra a habilidade de *causar* do doutor Ulysses. “A qualquer coisa, malhar em bem” (para alguma coisa a infelicidade serve), comenta, em francês, ao lembrar que, se a campanha eleitoral é longa demais, o tempo acaba em compensação trazendo pemedebistas recalitrantes ao aprisco do partido. “I’ll do my best” (Vou fazer o melhor possível), promete, em inglês, avisando que vai lutar duro para chegar ao Planalto. Se salpica a prosa com citações em língua estrangeira — e o latim do bacharel em direito volta e meia também visita suas frases —, nem por isso o doutor Ulysses deixa de lado ditos populares saborosos, ou tingidos de malícia.

Ao lamentar a saída do senador Mário Covas do PMDB, a certa altura, ele ressalta: “Sempre quis atrair bons valores ao partido, sempre procurei ciscar pra dentro, ao contrário da galinha, que cisca pra fora.” Ao defender, mais adiante, que o futuro presidente deve firmar uma imagem de credibilidade desde o primeiro dia, ele sapoca, ante leve rictus de reprovação de dona Mora: “Tem que matar o galo já na noite de núpcias, porque, se não matar, o sujeito apanha da mulher.”

Partido — O presidencial do PMDB parece satisfeito com sua estratégia de primeiro conquistar o partido, que ainda lidera as preferências do eleitorado, segundo o Gallup, para depois lançar-se à opinião pública. “Tenho encontrado 800 pessoas, duas mil pessoas, quatro, até dez mil nas reuniões que temos feito, e esse pessoal tem representatividade — são prefeitos, vereadores, dirigentes partidários”, narra. “Como temos um partido, e o partido tem prestígio, defendemos essa tática de mobilizá-lo, de preencher sua capacidade ociosa”, diz. “Para isso, o candidato deve



Ulysses diz que, primeiro, é preciso mobilizar o PMDB

estar presente: o partido quer ver o candidato, abraçar, ouvir, pedir autógrafa, e sinto que isto está dando certo”, celebra.

O doutor Ulysses não conta, mas algumas tiradas de mestre têm ajudado a animar a massa pemedebista durante suas visitas. Desinibidamente, costuma ele próprio levantar o *handicap* da idade, já sendo brandido por alguns adversários, para lembrar os grandes vultos da política contemporânea que exerceram o poder com até mais que seus 72 anos, e arrematar, sob uma chuva de aplausos: “Velho, sim, velhaco não.”

Uma constatação anima o ex-presidente da Constituinte quando ele fala no PMDB: “Os companheiros que não estão se empenhando vão, creio eu, acabar trabalhando, porque a grande maioria deles está em causa. Nós temos eleição aí na esquina: o sujeito quer ser deputado estadual, deputado federal, senador e governador no ano que vem, e tem eleição para prefeito logo depois.” Em seguida a essa refrescada de memória, ele conclui, em tom de advertência: “Os companheiros sabem que se o partido não for bem sucedido, isso vai ser um dado intranquilizador para eles no ano que vem.” De todo modo, admite que para o empenho do PMDB em sua campanha será necessária “um tempo de maturação”.

Governo até 88 — O mesmo talvez requiera a questão da vinculação do PMDB e do próprio doutor Ulysses ao governo, assunto de cobrança frequente ao candidato. Ele próprio, porém, tem resposta pronta para isso. Ministros do PMDB no governo existiram enquanto esteve em ação o ministério formado por Tancredo Neves, argumenta. A reforma ministerial de fevereiro de 1986, quando diversos titulares abandonaram suas pastas para candidatar-se às eleições de novembro, teria sido o divisor de águas. “Não existe aquela foto que saiu em uma revista mostrando eu indo para um lado, o Sarney para outro?”, pergunta, para emendar: “Pois é, a partir daí o governo passou a ser de responsabilidade do presidente Sarney.”

Os atuais ministros que são filiados ao PMDB, esgrime, não têm nada a ver com o partido. “O Sarney escolheu os ministros, eles aceitaram em caráter pessoal e eu não tive nenhuma palavra nisso, nem o Diretório Nacional do partido”, afirma, embora admita que na nomeação do economista Luiz Carlos Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda, em abril de 1987 — virtualmente escolhido por ele próprio — “houve consultas” ao comando do PMDB. O ex-presidente da Constituinte

também acha que o PMDB vem demonstrando na prática uma “posição de independência” em relação ao governo, em episódios como a aprovação do orçamento ou da política salarial, “que o Sarney não queria”.

Não parecem afetar ao doutor Ulysses também as lembranças de que ele não se lançou contra os cinco anos de mandato para Sarney. “O partido liberou cada um para votar de acordo com sua consciência”, alega. Ele próprio não interferiu no assunto, e não se arrepende: “Um mandato de quatro anos faria coincidir as eleições municipais com a eleição presidencial deste ano, e não acho isso conveniente para o país, pois os temas locais dominariam a campanha, o candidato a prefeito, em cada cidade, ficaria dono do palanque e o candidato à Presidência seria um acessório.”

Defesa — O doutor Ulysses não acha bom para o país que os políticos mereçam, como ocorre agora, a desconfiança do público. “Não é possível que todos sejam safados”, exalta-se. “Há os que não prestam, sem dúvida, mas há uma grande maioria de honestos e competentes.” Ele acha que está embutido, nisso, o fenômeno natural de que as coisas negativas chamam mais a atenção do que o correto. “O camarada vai lá na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, trabalha, dá duro, faz pareceres citando Ray Barbosa e Carlos Maximiliano e não sai uma linha na imprensa”, reclama. “Agora, se no Congresso alguém dá um bofetão em alguém, no dia seguinte é manchete.”

O humor do doutor Ulysses se altera um pouco quando se indaga se ele, nos quatro anos em que presidiu a Câmara (dois deles cumulativamente com a Constituinte), colaborou para melhorar a imagem dos políticos. No caso dos deputados pemedebistas, por exemplo — que, em 1987, votaram *irrevocavelmente* em favor de *comissões* ausentes —, ele lembra que aplicou o Regimento Interno advertindo os implicados, e em seguida tomou medidas para impedir que o fato se repetisse. Se a pergunta, porém, é sobre que medidas tomou para punir deputados gazeteiros ou para impedir a nomeação em massa de parentes de políticos, o doutor Ulysses chega num daqueles raros momentos em que sobe de tom.

“Estou estranhando a sua pergunta”, fuzila ao interlocutor. “É a primeira vez que estou ouvindo isso. Sempre ouvi que tive uma boa atuação no Congresso, que fui recebido com palmas, que elaboramos uma boa Constituição para este país”, prossegue. “Desse jeito, daqui a pouco vão cobrar coisas do tempo do Prudente de Moraes, do Pedro Álvares Cabral. Entendo que cumpra rigorosamente com meu dever, tanto é que fui reeleito. Busquei sanar as lacunas existentes, mas evidentemente não podia fazer isso da noite para o dia.”

Sua atuação na elaboração da Constituição — que ele promulgou, em discurso histórico, manifestando “ódio e nojo à ditadura” —, no entender do doutor Ulysses, vai é impulsionar sua candidatura, em cujo êxito está confiante, apesar de tudo. “Essa campanha ainda está nos primórdios, há muito chão pela frente”, ensina. Ele vai dar tudo de si, promete, para concluir: “E seja o que Deus quiser. Eu tenho serviços prestados ao Brasil. Cada povo tem o governo que merece e, se não quiserem votar em mim, paciência — mas depois não venham reclamar”. Às avés, sempre gentil, dona Mora despende-se com o desafio: “Quero só ver se os senhores também vão fazer perguntas ao Fernando Collor.”

8907844

DIRETAS

■ Corrupção

"O mal do Brasil é não haver certeza da punição. Nós temos, em relação a punições, o bom exemplo da energia elétrica. Pode ser general, marechal, presidente da República, não pagou a conta, a luz é cortada. É assim também com a água e todos sabem disso. Em outros casos, infelizmente, não há punições. Isto tem que acabar. Temos que dar à população a certeza da punição para os faltosos. A exemplaridade é outro ponto para resgatar a confiança popular na Justiça. Quanto maior for o delinqüente, quanto maior for o seu poderio econômico e político, a importância quanto ao desrespeito ao Código Penal, maior tem que ser a certeza e a rapidez da pena."

■ Funcionalismo

"Mais difícil que matar um monstro, já dizia Goethe, é remover os seus escombros. O Estado está superpovoado de funcionários, mas há um artigo na Constituição que garante a estabilidade no emprego aos que estão trabalhando há cinco anos. A União contrata muito muito e os estados também. Aliás, quanto menor o estado, mais contratou. A saída será não contratar mais pessoal e buscar a eficiência do serviço público. Terá repercussão mais positiva do que a demissão de funcionários. O número de aposentados todos os anos é grande e a máquina por ir se ajustando. Com a saída destas pessoas e a não contratação de outras, quanto aos ministérios, acredito que eles colaboram com o governo e não acho que o número atual seja excessivo. Eu manteria os três ministérios militares, mas retiraria o status de ministério do Gabinete Militar da Presidência e do Serviço Nacional de Informações (SNI). Eu manteria o Emfa (Estado-Maior das Forças Armadas) como germe do Ministério da Segurança, que poderia reunir, no futuro, todos os ministérios militares."

■ Impostos

"O Brasil é um dos países do mundo que tem a menor carga tributária. Aqui, os índices da sonegação são elevadíssimos. Precisamos combater a sonegação com urgência conforme a tipificação do tributo. Já mandei estudar como isto é feito em outros países, mas estou encontrando dificuldades. Lá fora, assim que adquire um produto, o consumidor tem uma nota fiscal onde está discriminado o quanto do valor pago é destinado aos impostos. Aqui isto não existe. Mesmo com esta dificuldade, temos que enfrentar o

problema da sonegação porque, da forma que estamos, ela faz, em primeiro lugar, com que não se arrecade o que deveria ser recolhido e, em segundo lugar, desequilibra as regras da concorrência: se um industrial paga impostos e seu concorrente não paga, este vai poder vender mais barato do que o que está em dia com o fisco, e acabará por retirá-lo do mercado através de uma concorrência desleal."

■ Administração

"Para governar, o futuro presidente deve aproveitar o caráter centrífugo da administração brasileira, estabelecendo regras para promover a desconcentração de decisões aproveitando a estrutura da rede de governo. Se uma obra precisa ser feita no município, o próprio município deve abrir a concorrência necessária e agilizar a feitura da obra, economizando tempo e recursos ao governo central. É preciso aproveitar a capilaridade do governo federal para torná-lo mais ágil."

■ Subsídios

"Os subsídios concedidos pelo governo a vários setores da economia são hoje da ordem de 7% do Produto Interno Bruto. A regra deve ser exatamente a oposta, isto é, a de não conceder subsídios. Alguns eu compreendo, como o subsídio à população agrícola, mas a maioria deve ser extinta."

■ Habitação

"As periferias das grandes cidades hoje são depósitos de seres humanos. O nível da habitação já não é favela, é embaixo da ponte. O problema da habitação, portanto, é dos mais graves do país. Antes, as pesquisas

de opinião apontavam a questão da segurança como sendo a fundamental, mas agora a habitação começa a aparecer com grande força. A pessoa quer ter um canto para viver, e nada mais justo do que isto. Para

resolver cabalmente o problema minhas informações dão conta de que seria preciso investir 140 bilhões de dólares, o que é, no momento, impossível. Precisamos, então, partir para caminhos alternativos, incentivando os mutirões, a autoconstrução e outras formas de construção, com o governo cedendo o material ou vendendo mais barato."

■ Privatizações

"A função do Estado é não gerir e não participar, como regra, das atividades empresariais. Esta participação deve ser de competência da empresa privada. No que diz respeito à soberania nacional, entretanto, em setores como o das comunicações, o da política nuclear e alguns outros, o Estado deve ter o controle sobre as empresas. No que fugir a esta regra, o Estado deve estar ausente."

■ Dívida externa

"A dívida é impagável nos termos atuais. Nós sabemos que até os setores interessados no pagamento, como o Banco Mundial, o FMI, os bancos credores, sabem que não podemos pagá-la tal qual está, tanto que existem planos de ajuda aos países endividados. Nós vamos ter que renegociar o seu pagamento, quer seja ao lado de outros governos, quer seja sozinho. Para esta renegociação, devemos conversar com todo o mundo, desde governos até os próprios banqueiros credores. Precisamos acertar uma forma de pagamento na qual fique garantido o crescimento sustentado da nossa economia, com um crescimento do PIB de 5%, no máximo até 7% ao ano, o que seria uma otimização. Nós não queremos o confronto

com os credores, mas temos que enfrentá-los. Pela nossa proposta, a dívida deve ser renegociada pelo seu valor no mercado secundário, isto é, 35% do total, hoje. Por outro lado, o problema da dívida está conectado com o bloqueio financeiro que o país tem sofrido. Desde 1962 não entra dinheiro aqui. Nós fomos segregados, transformamos num gueto, é por isso que a situação se agravou. Antes a situação era ruim, mas pelo menos entrava e saía dinheiro, agora só sai. Precisamos obter dinheiro novamente e equacionar a dívida pela negociação. Não devemos acenar com a bandeira da moratória, porque ela não pode ser uma política de governo, mas sabemos que é um instrumento que temos. Fica na praieira."

■ Dívida interna

"A solução para a dívida interna está conectada com o equacionamento da dívida externa. Acontece que 85% da dívida externa são de caráter público, feitos pela União, autarquias, os estados e o Tesouro. Se conseguirmos diminuir o principal da dívida externa, teremos condições de alongar o perfil da dívida interna, diminuindo as pressões aqui dentro. O problema da dívida interna não é tanto o seu valor, relativamente baixo — nos Estados Unidos chega a 50% do PIB, aqui é de 17% —, mas o fato de ela ter um vencimento de curto prazo, que precisa ser redefinido."

■ Presidencialismo

"Tenho me preocupado em ajustar as promessas para as circunstâncias de um presidencialismo congressional. O que está na Constituição é um regime de governo semipresidencialista. Por mais disposto que o futuro presidente seja, por mais bem intencionado, terá que governar junto com o Congresso. Para entender o que é isto, basta ver a circunstância atual, esta dissintonia entre o presidente e o Congresso, que prejudica o governo. Para governar com o Congresso, o futuro presidente vai precisar ter muita credibilidade, caso contrário não conseguirá. Kennedy disse uma vez que governar é dirigir pressões. No Brasil atual isto é muito verdade. Aqui foi criado o associativismo e a representatividade é muito dada pelas associações de categorias profissionais, mas principalmente pelas associações de amigos de bairro. Só em São Paulo há 2.507 associações deste tipo. O presidente da República precisa ter coordenação suficiente para usar esta rede montada pela própria sociedade. Não poderá desprezar esta massa crítica."



"As periferias das grandes cidades hoje são depósitos de seres humanos."

098

F. Pol. (P.P.)

Bisol quer socialismo democrático

O candidato à Vice-Presidência na chapa de Lula pela Frente Brasil Popular, senador José Paulo Bisol, afirmou ontem que a resistência ao seu nome em áreas da Frente é "questão superada". Ao mesmo tempo, comentando as propostas da chapa que compõe, disse que "não queremos cortar o pescoço do capitalismo, e sim fazer um socialismo avançado nas instituições capitalistas." Para Bisol, "ou se faz uma revolução, ou se procede estrategicamente dentro das instituições existentes, que são capitalistas, para atingir um socialismo democrático".

Bisol, que deu coletiva na sede da Frente Brasil Popular, em Porto Alegre, disse considerar o trabalho da militância de grande importância na campanha, mas admitiu que "a mídia vai pesar decisivamente no processo eleitoral". O senador considera que seria positivo efetuar uma programação variada no horário gratuito, alternando apresentações isoladas dos candidatos com debates. "Isto é um interesse dos candidatos e dos próprios meios de comunicação", observou.

Em relação a Collor de Mello, Bisol acredita que se trata de uma fantasia, um sonho, que por

isso mesmo pode se destruir por si mesmo. Ele admitiu a possibilidade de Collor ser eleito, "se o sonho continuar", e à certa altura da entrevista, disse que "para o primeiro turno, as cartas estão postas". Porém, respondendo a outras perguntas, Bisol previu que Collor pode cair antes do primeiro turno. O candidato a vice também previu a possibilidade de crescer a candidatura Covas, devido à menção ao choque de capitalismo e à inclinação de Roberto Magalhães na chapa, o que "acumulou as atenções da mídia".

Bisol participou ontem da inauguração do comitê da Frente, na Senhor dos Passos, 239, e anunciou que no dia 30 Lula estará em Porto Alegre. Antes disso, serão percorridos caminhos diferentes pelos integrantes da chapa, para marcar bem suas identidades. Ele tem confiança na presença de Lula no segundo turno, disputando, se possível, com alguém próximo no espectro ideológico. Quanto ao reflexo das administrações petistas na campanha, acha que a população está paulatinamente entendendo o estilo político de um partido com projeto popular.

ZERO HORA 22/7/83

01.01

8907846

098

f. Sa.

Moreira Lima: "Crise não impedirá eleições"

O ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, enfatizou ontem, em Belo Horizonte, que o propósito das Forças Armadas é ajudar o País a chegar com tranquilidade até as eleições presidenciais de 15 de novembro. "Esse é também o desejo de toda a sociedade brasileira", lembrou. O ministro acrescentou que é preciso deixar de lado retaliações, para eleger "aquele que vai dirigir os destinos da Nação no próximo período."

Quanto à crise econômica, o ministro Octávio Moreira Lima acha que não influirá, ou impedirá a eleição presidencial, podendo apenas "complicar um pouco, tumultuar um pouco o processo, mas vamos chegar às eleições, que é o anseio de todos". O ministro da Aeronáutica disse que o objetivo das Forças Armadas sempre foi o da normalização democrática do Brasil, já que somente pela democracia é que "poderemos equacionar os nossos problemas".

Acrescentou que os regimes autoritários e de exceção, se viessem a ser propostos, não receberiam a adesão da sociedade brasileira, "por isso o caminho é o da normalidade democrática". Advertiu, a

seguir, que o que é preciso é uma democracia com responsabilidade de todos, com a sociedade exercitando, além dos seus direitos, "os seus deveres para com o Estado".

O ministro da Aeronáutica comentou, ao final da entrevista, sobre o regime parlamentarista. Disse que sempre manifestou a sua simpatia por esse regime de governo, desde os trabalhos constituintes, justificando que é uma forma política muito avançada e adotada nos países mais civilizados do Ocidente. Acrescentou que nos países onde vigora o parlamentarismo, não se vê golpes, apenas os governos mudam de forma tranquila, através do Congresso Nacional.

Embora tenha evitado responder sobre a proposta de redução do mandato do presidente Sarney, que considera um problema entre o presidente e o Congresso, Moreira Lima não concorda, em princípio, com nenhuma mudança nas regras estabelecidas pela Constituição antes das eleições. Quanto ao problema salarial nas Forças Armadas, o ministro não considera que haja insatisfação nas tropas. (Radiorádio/AB/AG)



Moreira Lima: "É preciso deixar de retaliações"

Sarney alerta para "demagogia eleitoreira"

Sem mencionar diretamente a decisão do Congresso Nacional de definir uma política salarial mais generosa do que a pretendida pelo Poder Executivo, o presidente José Sarney queixou-se ontem da "demagogia eleitoreira de distribuir favores que depois irão desaparecer com a desgraça da inflação". Em seu programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*, Sarney fez também um alerta contra "a paixão incontida que baixa o nível da campanha (eleitoral) e se constitui num retrocesso para o processo democrático".

Estas, de acordo com o presidente, são "duas desgraças que não podem acontecer". Ainda segundo o presidente, "existe um terreno comum fora do partidário, fora dos interesses grupais, que é o interesse coletivo, é o interesse de todos nós, é o interesse do País".

Nesse terreno, prosseguiu Sarney, "nós devemos encontrar meios de, todos juntos, proteger a transição democrática ante a escalada de processos que possam desvirtuar a nossa marcha institucional. As forças liberais que dão sustentação ao projeto pela democracia, no mundo político, sindical, empresarial, universitário, artístico, eclesial, enfim, em todos os segmentos de atividades, devem estar seguramente conscientes da necessidade dessa coesão, de modo a evitar que tenhamos qualquer trauma na conclusão dessa transição tão difícil".

Para o presidente Sarney, a campanha deve ser conduzida "em termos elevados", com a discussão dos problemas e soluções para o País, consolidando a democracia e as instituições. Destacou que as forças liberais, que atuam no

Congresso e na sociedade precisam se empenhar para garantir a pacificação do processo político. Em sua fala, Sarney voltou a reiterar sua postura de acompanhar a sucessão presidencial, sem participar ou se intrometer no pleito, bem como garantir que "o Governo não terá nenhuma ingerência no decorrer da campanha". Finalmente, o presidente assegurou que continua a manter seu otimismo: "Por exemplo, a taxa média do desemprego nas seis principais regiões metropolitanas situou-se em 3,94% em abril, número inferior aos 4,08% registrados em abril". Essa taxa, segundo o presidente, é "uma das mais baixas, não somente da América Latina, como do mundo, principalmente nos países industrializados" e mostra que "até hoje, nós não tivemos recessão e não tivemos desemprego". (AE/Brasília-ZH)

098

F. DOL. (P. P.)

Aureliano libera os descontentes de apoiá-lo

Embora garantindo que não deixará de disputar a Presidência da República, o ex-ministro Aureliano Chaves, candidato do PFL, afirmou ontem que a decisão de apoiá-lo ou não é de cada membro do partido, já que não há fidelidade partidária. Ressaltou, no entanto, que é candidato indicado pelas bases do PFL, tendo sido escolhido com 70% dos votos nas prévias do partido:

— Não desejo ninguém constringido na minha campanha. Todos são livres para seguir o caminho que entenderem — assinalou o ex-ministro, acrescentando que não está preocupado com os "pseudo-companheiros".

Aureliano Chaves descartou, também, a idéia de se fixar um mês para que decida nas prévias de opinião ou então renuncie, como sugerem alguns pefelistas. Segundo ele, o único prazo que aceita é o dia das eleições, já que, até o momento, as pesquisas refletem apenas as intenções de voto, sendo o verdadeiro veredicto o das urnas, em 15 de novembro.

Apesar das críticas crescentes à sua candidatura, Aureliano não acredita que esteja havendo um complot contra a sua postulação. Assegurou, no entanto, que as críticas partem de segmentos interessados no tempo do PFL no horário gratuito da televisão, mas não quis identificá-los.

O candidato do Partido Liberal à Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, negou ontem que venha mantendo entendimentos com membros do PFL para obter o apoio do partido. Segundo ele, como o PFL já homologou a candidatura do ex-ministro Aureliano Chaves, "seria anti-ético procurar o partido sem conversar com ele". E acrescentou:

— Estou aberto para contatos com o PFL, mas, naturalmente, isso teria que ser feito após a concordância do candidato e do presidente do partido.

Ao participar, em Campinas, da gravação de um programa de televisão, Afif Domingos reiterou confiança no crescimento de sua candidatura "que já dobrou de 1% para 2% nas pesquisas eleitorais e agora começará a subir. O que aparentemente está aí em primeiro não vai ficar, mas a nossa candidatura segue até o fim".

O candidato do PL também disse que "está bem encaminhada" a formação de sua equipe de governo, que contará com pessoas competentes para administrar e identificadas com o nosso projeto". Ele voltou a afirmar que pretende reunir ministérios como os das Comunicações, Transportes e Minas e Energia numa única pasta de obras e serviços públicos.
(AG) 22-7-89, Zero Hora

01-01

8907850

Evangélicos fazem culto, oram

e dizem amém a COLLOR Taguatinga, DF — Moreira Mariz

BRASÍLIA — Para colocar os ladrões ricos na cadeia e manter o Brasil salvo do comunismo, a Igreja do Tabernáculo Evangelho de Lucas (Casa da Bênção) elegeu, ontem, o seu candidato à Presidência: Fernando Collor de Mello. Elevando as mãos para o alto, cerca de mil pastores que estão comemorando o 25º aniversário da Casa seguiram a oração do seu presidente, pastor Doriel Vladimir de Oliveira: "Meu irmão Fernando Collor, meu irmão maior, nós estamos contigo, amém".

Reunidos na periferia de Taguatinga, a maior cidade satélite de Brasília (cerca de 500 mil habitantes), os pastores evangélicos prometeram 250 mil votos imediatos a Collor. Vários missionários saudaram o candidato do PRN já como o futuro presidente do Brasil.

Os pastores Maurílio Silva e Gregório Alves Moraes destacaram a importância de manter o Brasil longe dos comunistas. Gregório pregou: "Deus não pode permitir que um esquerdista terrorista chegue a presidente". Maurílio Silva aproveitou também para fazer críticas a Leonel Brizola. "Um candidato diz que faz acordo com o diabo. O nosso acordo é com Deus".

O pastor Doriel, que chama Collor de Coll, comparou o candidato com José, guiando os judeus na fuga do Egito. Collor aproveitou a deixa e citou São Lucas, ao dizer que as pessoas devem ser perseverantes para conseguir o que querem: "Bate à porta e ela se abrirá. Pergunta e terá a resposta. Perseguis e que quiserdes e conseguireis aquilo que desejais. Sempre fazer o bem sem olhar para quem". Com isso, ganhou definitivamente a platéia.

Curandeirismo — O senador Itamar Franco, que acompanhou Collor juntamente com a deputada Márcia Kubitschek, saudou os evangélicos de Minas, a maioria presente ao Congresso. Não precisava. O pastor Doriel lembrou que a sua Igreja o apoiou na eleição de 86.

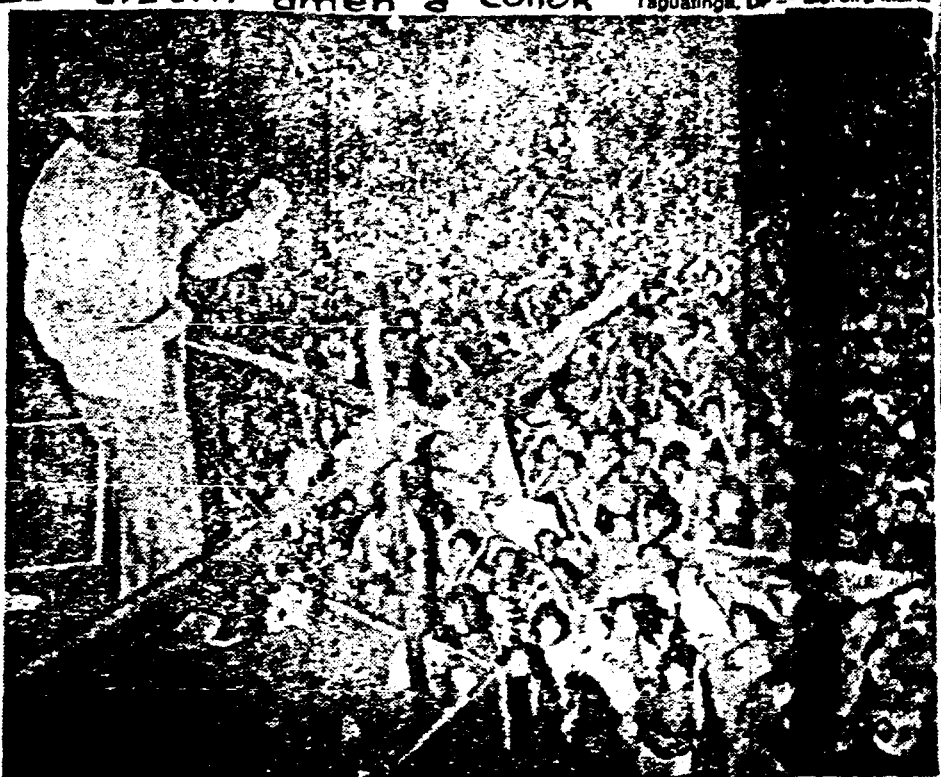
Antes de entrar no templo, Collor teve uma pequena reunião com os principais pastores da Casa da Bênção. Eles perguntaram o que o candidato poderia fazer pelos evangélicos. Collor respondeu que cumpriria a Constituição em vigor. Ou seja, há plena liberdade de culto.

O pastor Doriel, que enfeita sua sala com fotos suas ao lado do presidente José Sarney, lembrou que há 30 milhões de evangélicos no Brasil e que poderão ser o dobro no ano 2000.

O pastor vende livros dando orientação aos crentes de como ganhar dinheiro. Em 1970, como ele mesmo relata numa revista da Casa que criou, esteve preso por culpa de "forças demoníacas". Na verdade, foi preso acusado de curandeirismo. Outros pastores presentes, ontem, como Jair de Oliveira, também foram presos sob a mesma acusação.

Collor justificou a sua ida à Casa da Bênção — recentemente foi recebido pelo papa João Paulo II — como consequência do ecumenismo permitido pela Igreja Católica. Antes de chegar à Casa, desfilou em carro aberto por Taguatinga, inaugurou uma sede do PRN e a do Movimento Popular de Reconstrução Nacional. À noite, participou de um comício na Praça do Relógio, onde estiveram cerca de três mil pessoas.

O candidato fez um apelo para que seus eleitores "não deixem os poderosos atrapalhar essa eleição", mas foi atrapalhado por um tomate, bagaços de laranja e copos de cervejas cheios que voaram da platéia em direção ao palanque, molhando algumas pessoas e chegando a respingar em Collor.



Collor falou para milhares de pessoas na Praça do Relógio

09B

F. Pol.

As barbas ardentes

Moacir Werneck de Castro

Este contágio de campanha eleitoral no Brasil, em que os candidatos se aglomeram na disputa da *pole position*, tem às vezes um ar de desconversa que ao mesmo tempo comove e exaspera. É comovente, por exemplo, a candura com que políticos situados mais à esquerda caem numa postura de bom-mocismo, para não parecer que querem ver o circo pegar fogo. Providência inútil: na verdade não querem, porque o vitorioso irá governar salvados de incêndio, e das cinzas só é capaz de ressurgir aquele pássaro mitológico, a Fênix.

As convenções pré-eleitorais oferecem espetáculos impressionantes na escala humana, ora puxando ao shakespeariano, ora descaibando para a farsa, mas passam ao largo dos problemas fundamentais de programa, ou só os refletem através de uma refração deformante. E isso exaspera, porque produz uma situação estranha, na qual a opinião pública em geral, e mesmo as bases dos partidos e facções em causa, não vêem equacionadas as alternativas que irão definir as opções eleitorais.

A ecologia ocupa *le haut du pavé* — e o francês aqui se justifica porque o cacique Raoni, com seu beco fantástico, na generosa companhia do requieiro Sting, faz um enorme sucesso em Paris. Sucesso maior, talvez, que o dos seus antecessores tupinambás se exibindo nas Tuileries para o rei Luis XIII e sua corte. Convém lembrar a propósito um livro da mocidade de Afonso Arinos de Melo Franco, *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Mostra ele como a presença do índio brasileiro influiu, através de Mounier e Roucaus, para a elaboração do arsenal ideológico da Revolução cujo glorioso bicentário se comemora este ano. Não tivesse a cultura indígena outros méritos remanescentes, deveria bastar essa centelha precursora do *bon sauvage* para induzir o general Leônidas à moderação nos seus estrambóticos concritos.

Mas o assunto ecológico, por mais que se force no exterior, é apenas uma parte do problema geral brasileiro, e a ele se acha ligado por mil fios. A realidade é mais ampla e profunda.

O Brasil está em vias de cair num estado de desespero. Nunca, em nenhuma época, as perspectivas se encheram de tantas sombras. Dizer isso não significa ser pessimista, mas fazer um diagnóstico do qual, segundo tudo indica, a maioria da nação compartilha. Estamos caminhando para um beco sem saída, e nem sequer as nossas elites, como o poeta, vêem o beco.

O problema-chave, cumpre repetir incansavelmente, é uma dívida externa que nos estrangula. Trabalhamos para pagar o que a rigor não devemos. As panaceias se sucedem e são abatidas no

primeiro vôo, como pombos num tiro ao alvo. É a dívida externa o grande tema em função do qual vai se decidir a próxima eleição, porque a ele está vinculada a sorte do nosso povo, como a dos povos vizinhos, cujas barbas vemos arder junto com o indistigável chamusco das nossas.

Os leitores deste jornal viram, domingo passado, a notável reportagem de Rosental Calmon Alves sobre a atualidade do México. O país vive um momento de desafio, com a inflação em baixa, o déficit público diminuindo, os investimentos estrangeiros afluindo, etc. Um quadro aparentemente promissor, que o Fundo Monetário Internacional abençoa e os banqueiros estrangeiros aplaudem com suspeito entusiasmo.

Vamos ver em que da. Os precedentes não são de estimular ninguém. Houve outros surtos conjunturais parecidos, ao fim dos quais os males voltaram, agravados, e o povo e os trabalhadores pagaram com uma pobreza maior. O velho PRI, que domina tradicionalmente a vida mexicana, numa espécie de *cacicazgo* político do nosso tempo, já não tem a garantia do monopólio perene do poder. Os líderes de uma força nova em ascensão, o PRD (Partido da Revolução Democrática), citados pelo mesmo Rosental, advertem para o perigo da "chilenização" do país, a um custo social altíssimo, com o objetivo de "pagar uma dívida que é impagável". Parece, com efeito, que ainda não é hora de soltar os foguetes de *parranda* cívica.

No mesmo dia, a revista *Veja* publicou uma entrevista do presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, concedida a Elio Gaspari, onde ele diz coisas graves, que merecem atenção das nossas lideranças políticas. Pérez reflete a experiência dramática que enfrentou apenas um mês depois de assumir pela segunda vez o governo, numa consagração eleitoral. O que aconteceu na Venezuela, diz, "foi uma paulada de alerta para toda a América Latina".

O próprio Pérez havia submetido seu plano de ajustes da economia ao FMI, mas agora adverte que as fórmulas do Fundo se referem exclusivamente às políticas econômicas internas, sem relacioná-las com os pesos exigidos pelo pagamento da dívida, e não abrem perspectivas no plano externo para que ela seja paga. Os ajustes, pois, não resolvem. Resume o presidente venezuelano: "Eu não sou profeta, mas se neste ano de 1989 não se resolver o problema da dívida, a situação da América Latina vai ficar muito difícil. Enquanto nos podem reformas estruturais na economia, não aceitam que a dívida nos seja cobrada de acordo com a economia real dos nossos países."

Tema vital para meditação dos nossos candidatos na formulação de suas estratégias, pois dele depende o destino do Brasil, como o de todo o continente latino-americano. É urgente que se dediquem a estudá-lo a fundo (sem trocadilho), para apresentarem suas propostas em termos claros e corajosos, como a situação exige.

JDD BRASIL

27/4/89

01.01

8907853

Lula elogia beleza da filha Lurian

Candidato queria revelar segredo na sua autobiografia

SÃO PAULO e VITÓRIA — O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, interrompeu ontem por alguns instantes sua campanha eleitoral por Vitória (ES), para elogiar, pelo telefone, como o mais comum dos pais corajosos, a beleza que a filha Lurian revelou nas fotos publicadas na edição de ontem do JORNAL DO BRASIL. Até então, Lula guardava como um verdadeiro segredo de estado o fato de ter uma filha de 15 anos, além dos quatro filhos de seu casamento com a esposa Maria. Sobre a revelação da existência de Lurian, ele não gostou: "Acho pobre. Mas infelizmente eu vivo no Brasil, não na Europa nem nos Estados Unidos. Tenho que conviver com isto", declarou.

No telefonema carinhoso que deu ontem à filha, ele lhe fez também uma recomendação severa, no sentido de que evite dar novas entrevistas a jornalistas. Lurian Carneiro da Silva, filha de Lula com a enfermeira Miriam Carneiro — com quem o candidato teve uma ligação antes de seu casamento — disse por sua vez que estava muito contente: "Quando fui comprar o jornal na banca o jornalista me reconheceu pela foto", contou. Lula recebeu com impacto a reportagem sobre sua filha: "Fiquei nervoso, sim. Estava lá um ano preparando um livro para contar isso e acabei furado", disse. O candidato referiu-se ao livro Lula: o coração da estrada — uma autobiografia do presidente que pretende ser uma peça importante de sua propaganda eleitoral.

Biografia — Perguntado por que ficara nervoso com a reportagem sobre Lurian, Lula apenas sorriu e disse: "É uma pobreza. Tentar envolver a família de qualquer forma é uma história. É necessário preservar a família", declarou em tom conservador, para logo corrigir: "A família não pode ficar vulnerável. O candidato sou eu. Eu ia mostrar toda a minha família na TV durante a campanha e ia lançar o livro no próximo dia 12 contando tudo, inclusive este segredo, que vocês acabaram com ele. Agora nem sei mais se vou publicar o livro. Semanas que vem vou me reunir com a executiva do partido e decidiremos. Mas minha opinião pessoal é de que perdeu a graça."

O livro, cujos originais chegam a 240 páginas, é o produto de 20 horas de entrevistas que Lula deu a Carlos Alberto Libanio Christo, o Frei Betto, seu amigo pessoal, e ao sociólogo Francisco Weffort, membro da direção nacional do PT, durante alguns dias de folga que conseguiu tirar no final do ano passado e durante o carnaval. A primeira versão do texto final, elaborada por Frei Betto, foi zerada em sete vias, e distribuída, após a recomendação de sigilo máximo, para o autobiografado e mais seis pessoas.

"Eu não posso entender como é que a im-

prensa teve conhecimento de um livro cujos originais estão nas mãos de apenas sete pessoas de confiança", desabafou Lula. A história de Lurian, uma estudante de 7ª série e praticante de balé, que vive com a mãe, Miriam Carneiro, e a avó Beatriz, de 82 anos, em São Bernardo do Campo (SP), seria contada em primeira mão num dos capítulos do livro.

"A história não podia ser divulgada antes que eu tomasse a decisão pessoal, intransferível, de autorizar ou não a publicação do livro", disse Lula. Decisão, aliás, que ainda não foi tomada, seja porque o candidato não acabou de rever os originais, seja porque, agora, alimemte sérias dúvidas sobre a conveniência política da publicação. "As vezes eu fico convencido de que não devo publicar", diz Lula. Muito mais do que a história sobre Lurian, ele está preocupado com a repercussão que o livro possa ter entre as diversas pessoas que são citadas.

"O livro é muito pessoal, eu conto histórias, cito muitos nomes — e tenho medo de cometer injustiças", confessa o candidato do PT. O lançamento de Lula: o coração da estrada está previsto para o dia 12 de maio, data marcada para a grande largada da campanha eleitoral. Seriam 100 mil exemplares, lançados pela Editora Ática — mas tudo isso vai ter que esperar até uma decisão final do candidato petista.

Trajetória — Se chegar a sair, o livro vai contar de forma organizada e saborosa a trajetória de um menino nascido em Grammaus (PE), um dos oito filhos do casal Aristides Inácio e Eurídice Ferreira de Mello (ambos já falecidos), que chegou em São Paulo aos sete anos de idade em 1952, depois de árduos e

inacessíveis 13 dias de viagem num caminhão pau-de-arara.

A família foi para Santos, no litoral, a 65 quilômetros da capital, — onde o pai já tinha com outra mulher e mais cinco filhos — mas as coisas se agitaram, e o pai se dividindo entre as duas famílias. Lula — que até hoje se emocionava quando fala da infância, "pela, uma filha" — começou a trabalhar cedo, aos 11 anos, entregando roupa numa tinturaria, e estudando pela manhã.

Depois foi aprendiz de costureiro — até que, em 1969, por influência de irmão, o Francisco de Silva, o Frei Chico, que já então era um militante do movimento sindical — Lula acabou entrando para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, primeiro como suplente dentro da fábrica de equipamentos industriais Villares, onde era torneiro mecânico, depois, como primeiro secretário da diretoria — até chegar à condição de presidente e do maior líder sindical que o país já conheceu. O livro, evidentemente, narrado na primeira pessoa, vai contar as minúcias da vida do primeiro operário brasileiro que chega ao posto de aspirante ao maior cargo público do país.

Sobre o pedido de Lurian ao pai, publicado no JORNAL DO BRASIL, de que ele aumente o salário mínimo e a medida dele se for eleito presidente, Lula falou sério: "Ele é militante do PT, frequenta todas as assembleias, palestras, sabe o que o Lula ou o Mengueira pensam sobre o salário mínimo e outras questões sociais importantes. Ele sabe que é uma questão fundamental triplicar o salário, para que o povo possa comer o mínimo necessário", afirmou.

Lula promete segurança a empresários

JOÃO MONTEVADE, MG — O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, disse que, se for eleito, vai tranquilizar os empresários e a classe média, adotando "uma política econômica clara, para que as pessoas compreendam que não precisamos mandar dinheiro para o exterior, porque haverá segurança para investir no país". Lula fez a declaração ao participar das festas do 25º aniversário de João Montevade, pólo metalúrgico situado a 115 quilômetros de Belo Horizonte.

Depois de percorrer a cidade em cima de uma camionete e visitar a Câmara Municipal, Lula discursou para cerca de 800 pessoas em frente à Prefeitura, ocupada por um feder metalúrgico, Leonardo Diniz. O candidato do PT criticou o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, que condenou o aumento do número de greves no país. "O ministro do Exército não é ministro dos empresários, mas do Brasil. Ele deveria reconhecer que aumenta também a fome e miséria do povo. Que a qualidade de vida hoje é pior do que há dez anos", disse Lula.

"As greves não assustam o PT, porque se o trabalhador pede aumento e o patrão nega, ele tem que parar de vender sua força de trabalho", continuou Lula, que afirmou não ter dúvida de que "a partir de novembro um metalúrgico vai governar este país". Depois, em entrevista, Lula disse que ainda é cedo para se considerar eleito, mas ressaltou que "poucos partidos têm a chance que o PT tem de eleger o presidente da República".

Militância — Lula explicou que como as eleições serão apenas para presidente, vai priorizar a expansão da militância do partido. "Aí o PT é imbatível", garantiu Lula, que calculou que 80 % da "militância viva" das frentes sindical, estudantil e de movimentos populares estão na coligação que o apóia — PT, PV, PDS e PC do B.

Após a visita a João Montevade, Lula seguiu para Belo Horizonte, onde visitou a Assembleia Legislativa e participou de um ato político. Referindo-se ao tempo que o PT vai desperdiçar com propaganda gratuita na TV, comentou: "Dez minutos não são nada para quem vai lutar contra a classe dominante, que coloca o seu programa no ar 24 horas por dia, seja através de desenho animado, filme ou novela. Mas o PT já provou isso não é obstáculo, pois ganhou a Prefeitura de São Paulo com apenas três minutos, contra 39 minutos do PMDB".

O número de paralisações no país tende a aumentar, segundo Lula, que classificou de "ingenua" a tentativa de governo de regulamentar o direito de greve. "Só se evita greve negociando com competência. Se conquistarmos o poder aquisitivo de cada categoria profissional, concluiremos que todos, indistintamente, depois do Plano Verão, tinham o direito e o dever de fazer greves", comentou.

Lula disse que não adianta o governo exigir 1/3 de presença dos filiados aos sindicatos nas assembleias para decidir greve. "É bobagem. Quando começamos a vida sindical, tínhamos que ir aos sindicatos para decidir greve. Mas quando fomos greve em São Bernardo era na porta da fábrica. Não com 30 % ou com 1/3, mas com 100% da peçoada", lembrou.

O apoio da CUT à greve da Polícia Civil do Rio foi aprovado pelo candidato do PT, a despeito de haver ex-membros de grupos de execução entre os grevistas. "A CUT está apoiando qualquer cidadão, mas uma entidade. Qualquer categoria e qualquer greve pode ter bandidos no meio", justificou.

098

F. P. C. P. P.)

Ulysses confiante já pensa na 2ª feira

O deputado Ulysses Guimarães entrou tão confiante na votação de primeiro turno, ontem, na convenção nacional do PMDB, que pouco antes aprazara por telefone encontros políticos para a segunda-feira, visando recompor a unidade do seu partido que aparentemente saiu aos frangalhos dessa reunião. Na verdade, se malograr mais uma vez a rebelião quercista que planejava tumultuar no plenário a pauta e as normas da convenção, Ulysses deve sair-se bem e medir no segundo turno suas forças com as de Iris Resende, candidato dos moderados, isto é, dos pemedebistas que permanecem ao lado (e dentro) do governo de Sarney. Trabalhando, portanto, com a hipótese do triunfo do presidente licenciado do PMDB, a sinalada recomposição do seu partido poderá ter dois rumos: seguir à esquerda e preservar a aliança de ulyssistas e progressistas ou tentar maior elasticidade eleitoral com um entendimento com os eleitores do ministro da Agricultura. Ou seja, insistir na esquerda, que tanta amargura deu ao candidato, ou infletir para o centro numa manobra realista mas que poderá pôr em risco a imagem do Senhor das Diretas. Manter no mesmo saco a oposição esquerdista e os moderados era perspectiva posta de lado pelas definições já assumidas.



Os governadores que não se uniram nem encontraram pontos comuns de confluência dos seus interesses podem sair desta convenção como os grandes derrotados. Havia um pressentimento de que isso iria ocorrer quando Moreira Franco, o irrequieto governador do Rio de Janeiro, sugeriu a companheiros de mando que se retirassem de uma convenção que resistia a seus comandos. Arraes e Jereissati pareciam igualmente frustrados e decepcionados com a marginalização dos governadores, superados pelo instinto de sobrevivência de suas bancadas federais. O pior para eles é que esta convenção deveria ser o marco a sinalizar o seu prestígio, que nela chegaria ao auge. A eles caberia fazer o presidente. Ou pelo menos o candidato do PMDB. Provavelmente não farão nem um, nem outro. Politicamente, este ano não lhes dará outra chance de demonstrar sua supervisão sobre a federação. A eleição do presidente é solteira e nela prevalecerão as grandes correntes (mais de emoção do que de opinião) nacionais que se armam à revelia dos prestígios e dos poderes locais.

do Brasil 30/4/89

O caminho de Ulysses, no entanto, se for ele o vitorioso nesta convenção, não é menos difícil. A esquerda, ressentida com sua derrota, será fiscal implacável e poderá até mesmo abandoná-lo se ele se compuser com o centro, conforme seria da natureza das coisas. Governadores não precisam deixar o partido para seguir a embocadura natural das suas lideranças. Waldir Fries e Arraes têm pouco de ficar no PMDB e apoiar candidatos de outras agremiações e nada impede que preservem ao mesmo tempo sua identidade ideológica e seus interesses regionais. Unir-se ao centro e à direita, com os eleitores de Iris, é uma hipótese com riscos eleitorais menores do que os da esquerda do seu partido, mas com riscos políticos evidentes. O sistema armado em torno do Palácio do Planalto busca candidatos com maior tradição de fidelidade ao centro do que o apresentado pelo conselho do presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Os ministros de Sarney, do PMDB e do PFL, podem até se conformar com a candidatura de Ulysses Guimarães, mas certamente queriam, como contraponto, alguém de posição que hoje já não podem ser assumidas pelo candidato. A hora para isso já passou. Mas o fato é que Ulysses vai tentar compor sem se recompor, não querendo perder a identidade. Ao aliar-se à esquerda, ele não perde a linha mestra de sua linguagem política, mas colhe sofrimentos que não esperava. Difícil será somar, não à sua biografia, mas a seus compromissos ainda quentes, uma campanha comum com as forças que formam a constelação do Palácio do Planalto.

098

P. POL (PP.)

MR-8 é barrado no Congresso

O rumor de que o MR-8, ruidoso aliado de Getúlio Vargas, tentasse a convenção do partido com que a executiva do partido orientasse a segurança da Câmara por impedir a entrada de pessoas não vinculadas à convenção. A dificuldade que esses militantes conheciam a respeito de entrar no Congresso levou dois deles — a vereadora paulista Lídia Correa e o representante do candidato do MR-8, Manoel Dias — a questionar ao deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), aliado de Ulysses Guimarães.

"Você está aqui para tumultuar e isso não é democracia. Não são questões de tumulto", avisou Gasparian, prevenindo logo que não havia mais chance de converter-se a princípio turno da convenção em prévia para lançamento informal da candidatura de Getúlio. Não quis insistir. "Não temos um convencional de peso, portanto, que vai pôr um questionário de ordem a fim de permitir que os interessados possam votar em qualquer candidato. E todos nós queremos

estar presentes nesta hora". Gasparian continuou dizendo não.

Antecedentes — Para evitar a presunção de que o MR-8 nas galerias, a convenção do PMDB já havia dividido as 200 cadeiras dos com as quatro candidaturas — Walter Pires, Álvaro Dias, Ulysses Guimarães e Ivo Baccaro. O MR-8 então argumentou que integrava o PMDB-Jovem. Não teve efeito, contudo, na liderança do PMDB, e pelo menos 100 dos seus militantes ficaram rondando o prédio do Congresso na tentativa de barulhar a segurança. Para impedir que entrassem pela porta principal, foi formada uma barreira de policiais militares. Isto só aumentou os protestos do grupo, identificado pelo uso de adesivos pró-Getúlio nas camisas.

As 13h, os militantes anunciaram que entrariam de qualquer jeito. "Aqui só entra quem tiver alguns reais a ver com a convenção", anunciou Gasparian, insistindo que se tratava de um partido de direita e não mais de esquerda e Social, o MR-8 via o senador Mário Cruz.

3 30 Brasil

30/4/88

01.01

8907860

098

F. POL. (P.P.)

Candidato diz que País sofre quatro crises

TRAÇADO

Em discurso feito para empresários e economistas na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Mário Covas, disse ontem que o País está sendo vítima, atualmente, de quatro crises que precisam ser resolvidas pelo próximo governo. São elas: a crise política, por causa da estrutura partidária; a de crescimento econômico; a de falta de governo e a de modernização tecnológica.

— Sem resolver tais crises será impossível administrar o Brasil — disse Covas, admitindo ter medo de não conseguir resolvê-las, tamanho as suas proporções, se for eleito presidente da República.

Mário Covas lamentou a saída do senador João Paulo Bisol, que aceitou ser o vice na chapa de Luís Inácio Lula da Silva. Ele informou que ainda esta semana o senador

paranaense Almir Gabriel e o deputado alagoano José Costa anunciarão apoio a sua candidatura.

O candidato do PSDB foi muito aplaudido por cerca de 250 pessoas que assistiram ao seu discurso no BDMG, quando criticou a falta de moral do governo federal, que está sendo conivente com a corrupção no País. Segundo ele, o Brasil precisa de um governo forte capaz de moralizar a administração pública.

Mário Covas passou ontem pelo seu primeiro grande teste de rua: num único dia, participou de panfletagem nas três maiores capitais do País. O resultado superou as expectativas dos tucanos. Em cima de um caixote de feira, Covas fez um comício relâmpago na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro; em Belo Horizonte, andou a pé pela principais vias da cidade, cumprimen-

tando eleitores, e só terminou a maratona no centro de São Paulo, sob uma chuva de papel picado. (AG/AE)

Agenda

Hoje, o senador Mário Covas estará em Pouso Alegre (MG). No desembarque, às 8h30min, ele concede entrevista coletiva à imprensa. Em seguida, faz visitas ao prefeito Jair Siqueira e ao arcebispo dom José D'Angelo Neto. À 11 horas, participa de "panfletapo" no mercado central, seguido de encontro com militantes, no teatro municipal.

Amanhã, Covas estará em São Paulo, onde trata de assuntos administrativos da sua campanha, mantém contatos políticos e será entrevistado no programa "Crítica e Autocrítica", na TV Bandeirantes.

ZERO HORA 1/7/89

Hoje Nro

01.01

8907863

098

E.P.A. (P.P.)

Lembo será o vice de Aureliano

O advogado Cláudio Lembo, ex-secretário de Jânio Quadros na Prefeitura Municipal de São Paulo, será o candidato a vice-presidente de Aureliano Chaves, pelo PFL. O anúncio será feito hoje cedo, em São Paulo, na visita que o candidato a presidente fará ao ex-prefeito, para agradecer o apoio à sua candidatura. Lembo, além do apoio de Jânio Quadros e do banqueiro Olavo Setúbal (Itaú), garantirá a participação ativa do senador Marco Maciel na campanha, a quem é muito ligado há anos.

Aureliano praticamente confirmou a escolha, afirmando ontem, em Brasília, que Cláudio Lembo "muito provavelmente" será seu vice. Dirigentes do PFL garantiram que o nome já está definido. Setúbal já foi avisado da escolha e aprovou. O candidato do PFL será homologado domingo, na convenção na-

cional do partido.

Aureliano Chaves afirmou que já deu por encerrada a sua insistência de conversar com os chamados independentes do PFL, que não o apoiaram nas prévias e não querem apoiá-lo na eleição. "O senhor vai conversar com o senador Carlos Chiarelli?", perguntou uma repórter. Sem hesitar, ele respondeu: "Com o Chiarelli? Conversar o que com ele? Não tenho o que conversar com o Chiarelli".

— Num universo de mais de 200 mil votantes nas prévias do partido, consegui mais de 130 mil votos. É indiscutível o fato de que os dissidentes representam a minoria do partido, mas minoria mesmo" — observou Aureliano Chaves. E arrematou: "Pior do que o adversário contundente é o amigo reticente" (AE)

ZERO HORA 1-7-88

Hoje Nro.

01.01

8907864

0980

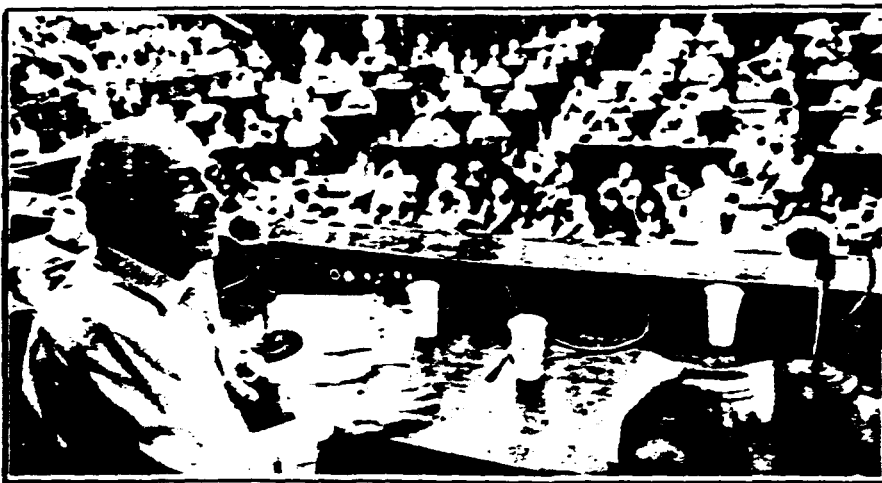
Brizola critica Lula e o favorecimento ao PT

Presidente nacional do PDT afirma que está sendo prejudicado

Na entrevista coletiva, o ex-governador Leonel Brizola - com um botton com o dístico Brizola presidente na camisa - reclamou de certas setoras da imprensa e empresários: "É um escândalo esta inclinação a favor do PT. Estão enchendo o balão de Lula, enquanto procuram desgastar o meu nome. Vai ver que o consideram mais fácil de abater, no final, do que eu". Disse também que considera superada a questão de receber ou não o apoio dos militares, pois "isto faz parte do jogo da patrulha. Me apresentam como ligado aos militares, enquanto que é o Lula que faz conferência na Escola Superior de Guerra".

Sobre a possibilidade de vir a receber apoio de empresários ligados à direita, como revelou o presidente da Federação, Cesar Rogério Valente, Brizola aceita. "Este apoio será bem-vindo. Mas isso não significa que iremos nos transformar em seus representantes. Esperamos que não nos constriam para que defendamos os seus interesses", advertiu, acrescentando: "Me prepare para ser candidato e leve a sério a possibilidade de ser Presidente da República. Busco propostas que venham a tirar o País do atoleiro e redirecionar a nossa vida. Mas este não é um projeto pessoal. Tenho muitas insígnias".

No conceito de Brizola, "Lula e o seu grupo sindicalista têm boa fé. Só que considero o PT uma fraude. Lá estão o PRC, marxistas, sindicalistas e a igreja progressista, os sindicalistas do ABC. A natureza de todos estes grupos mais me parece do tipo Movimento Social Cristão. Só que nada têm a ver com a doutrina da Democracia Social Cristã, ligada ao empresariado europeu". Para ele, "a articulação básica do PT é parecida com



Leonel Brizola mais uma vez conchicava PDT à vitória em 89

o que ocorre na Polônia".

Depois de revelar que se sentia, "desconfiado e perplexo, com as acusações de PT ao trabalhismo de Getúlio Vargas", Leonel Brizola recordou ter chegado a expressar publicamente as congratulações do PDT pela vitória conseguida pelo PT, especialmente em Porto Alegre: "Mas ficamos chocados quando o Lula, na televisão, agrediu a memória do presidente Getúlio Vargas. Chamou-o de fascista, que agrediu os trabalhadores a patas de cavalo. Não concordo com este jeito de transformar a vitória em soberba. Afinal, por que nos destruir? Por que são contra nós?".

Brizola entende que estas manifestações devam servir de advertência aos trabalhistas. Chegou a desfiar os petistas na reunião interna com os militantes do PDT: "Vamos ver quem é mais trabalhista. Por estas e outras razões é

que precisamos dedicar cuidado especial ao aprimoramento da questão ideológica. Temos de deixar claras as diferenças entre nós e o PT".

Ele prevê que esta luta se deve ao primeiro turno das eleições presidenciais: "Depois vai ser como ocorreu na França entre o Mitterrand e o Marchais. Quem perder, vai para o segundo nem que não queira. Mesmo de costas e com a cara feia. Ninguém será capaz de impedir a união capaz de enfrentar e vencer a oligarquia. Enquanto isto, vamos ver quem tem mais bicha para gastar".

No final, Brizola deixou um recado aos petistas: "Nós somos intransigentemente a favor da escola pública gratuita, integrada e laica. Com alimentação e permanência dos alunos o dia todo. A escola deve fornecer o material e pelo menos uma camiseta. Quero ver se nos acompanham".

01.01

8907966

Gaúcho de São Gabriel, o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho defendeu, na cerimônia de posse, uma melhor distribuição do desenvolvimento nacional. Macedo quer "harmonizar" a luta entre capital e trabalho.

• Macedo toma posse como novo presidente do TST *F. Po*



Prates de Macedo: pela democracia

Por LÍLIAM FRANCO
Bogotá/ZH

O ministro Marco Aurélio Prates de Macedo tomou posse ontem, em Brasília, como o novo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o período 1989/1990, em substituição ao ministro Marcelo Pimentel. Na mesma solenidade, foram empossados os ministros José Guimarães Falção (vice-presidente do TST) e Marco Aurélio Mendes de Farias (corregedor geral da Justiça do Trabalho).

Em seu discurso de posse, Prates de Macedo destacou "a dimensão e amplitude" conferidas ao TST pela nova Constituição Federal, assinalando que caberá ao órgão "induzir as transformações sociais indispensáveis, contribuindo para a construção de uma sociedade pluralista, onde a democracia seja uma prática social efetiva e o poder econômico

partilhado de forma equânime".

O novo presidente do TST defendeu uma melhor distribuição do desenvolvimento nacional e a necessidade de dar a todos o "acesso aos bens da civilização".

Disse, ainda, que o próprio futuro do Brasil, "como sociedade eficiente, justa e livre, pode ficar comprometido se se perpetuarem as grandes disparidades sociais e de níveis de vida existentes". Destacou que o papel do TST é o de ser "um ponto de equilíbrio das tensões e conflitos", buscando harmonizar a eterna e, aparentemente, "insolúvel luta entre o capital e o trabalho". O novo presidente do TST é gaúcho, da cidade de São Gabriel, e tem 67 anos.

Compareceram à cerimônia o general Ivan de Souza Mendes, ministro do STJ, e José Fernando Eichemberg (ministro interino da Justiça), além dos presidentes dos demais tribunais superiores, bem como uma delegação da OAB gaúcha, encabeçada pelo presidente da seccional, Fernando Krieg da Fonseca.

098

O destaque nas viagens internacionais do presidente José Sarney, no ano que vem, são Equador, Guiana e Suriname, marcando o processo de integração entre os países da América do Sul — iniciado com a Argentina.

Sumi (FRII)
FSC

Angola, Índia e América no roteiro de Sarney em 1989

Entre as viagens ao exterior do presidente José Sarney planejadas para o ano que vem incluem-se visitas ao Equador, Guiana e Suriname; o desdobramento do processo de integração iniciado com a Argentina e Uruguai; e a intensificação de entendimentos com a Bolívia, Venezuela e Peru. Todo esse esforço é um dos resultados da decisão do presidente Sarney de consolidar o relacionamento do Brasil com a América do Sul. A informação é do chanceler Abreu Sodré, que trouxe aos jornalistas as perspectivas da política externa brasileira para 1989.

Segundo o chanceler Sodré, o Brasil continuará "dando ênfase" à América Latina — sem descuidar as relações com os Estados Unidos que absorvem 23% das exportações brasileiras. Apesar do conflito comercial entre os dois países em diversas setores, Sodré está "convencido" de que o Brasil poderá ter, no próximo ano, ampliado o seu acesso ao mercado norte-americano.

Sarney deverá concentrar o seu calendário de viagens internacionais no primeiro semestre, pois não deseja se ausentar muito tempo do País quando a corrida sucessória estiver no auge. Sua primeira viagem será a Angola, na África, nos dias 27 e 28 de janeiro próximo.



José Sarney: reforçando em 1989 a integração com os países da América do Sul

As outras viagens ainda não têm data marcada, mas ele poderá ir ao Equador nos primeiros dias de março. Suriname e Guiana foram incluídos na agenda para que Sarney complete o roteiro de visitas aos países da América do Sul, com exceção de Chile e do Paraguai — excluídos por razões políticas. O presidente também deverá ir à Índia em visita oficial que já foi marcada e des-

marcada em 1987.

Enquanto isso, o chanceler Abreu Sodré (além de acompanhar Sarney em todas as viagens) visitará diversos países no próximo ano. A primeira viagem de Sodré será à França já no próximo dia cinco de janeiro, para participar de uma conferência internacional sobre armas químicas, convocada pelo presidente François Mitterrand. (ANDA)

TEXTO:

Imagem:

Edição de 19.12.88

Edição de 19.12.88

Edição:

01.01

8907970

098

ZERO HORA — Terça-feira, 18.01.85 — PÁGINA 8

O ministro João Batista de Abreu admitiu ontem que o Governo poderá fazer demissões, dentro da reforma administrativa, dos funcionários públicos que foram admitidos sem concurso e têm menos de cinco anos de serviço

F. Soc.

Governo poderá demitir 60 mil funcionários

O Governo poderá demitir, dentro da reforma administrativa, 60 mil funcionários públicos que foram admitidos sem concurso e têm menos de cinco anos de serviço. A hipótese foi admitida, ontem, pelo ministro João Batista de Abreu, ao comentar que esta é apenas uma das várias alternativas que vem sendo estudadas para enxugar a folha de pessoal da União. A alternativa, aliás, é uma das exigências da própria Constituição, segundo o ministro: ela, ao mesmo tempo em que garante a estabilidade ao funcionário com mais de cinco anos de serviço público, determinou que os que têm menos de cinco anos e foram admitidos sem concurso deveriam submeter-se a ele para ter direito à estabilidade posterior.

Dentro desta estratégia, ainda segundo João Batista, o Governo demitiria os cerca de 60 mil funcionários nesta situação e promoveria um concurso público especificamente para eles, mas com o aproveitamento apenas dos que atingissem a médias mínimas estabeleci-



João Batista de Abreu

das. O ministro explicou que, "no primeiro momento", a demissão seria "inevitável" para assegurar a própria estabilidade dos funcionários aprovados posteriormente no

concurso e cumprir a Constituição. Durante almoço ontem com os líderes do Governo e do PFL no Senado, Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha, o ministro do Planejamento assegurou que a maioria dos programas atingidos pelos vetos ao Orçamento Geral da União, aprovado pelo Congresso, serão restabelecidos através do envio ao Congresso de pedidos de créditos especiais.

Preocupação

Preocupados com a inconveniência política de uma reforma administrativa, alguns ministros do PMDB já advertiram o presidente Sarney. A advertência baseia-se numa certeza: a de que o PMDB será o grande perdedor da reforma, independente de sua extensão. De acordo com um dos ministros, que pertence à ala moderada do partido, quanto maior a reforma, mais prejuízos aos peemedebistas ela trará. (Brasília/ZH/AG/AJB)

Anúncio da reforma será só no fim do mês

O presidente José Sarney informou, ontem, ao ministro da Habitação e Bem-Estar Social, Prisco Viana, que somente após o dia 25 anunciará as medidas econômicas e a reforma administrativa que delas resultarão. O ministro não revelou qualquer decisão do presidente — quer na área econômica, quer na administrativa — mas garantiu que ele está decidido a adotar medidas capazes de reverter o quadro inflacionário. Prisco Viana negou que os ministros estivessem pressionando para impedir a reforma administrativa.

"Pelo que sei, os ministros têm demonstrado desapego pelos seus cargos para que o presidente fique com mais liberdade para realizar as alterações que entender necessárias", disse. Ao ser perguntado se havia colocado o cargo à disposição do presidente, Prisco

Viana disse que "isso seria dispensável, pois fui escolhido ministro por escolha pessoal do presidente, e não a pedido de qualquer partido ou grupo político ou econômico. Ele sabe que meu cargo está a sua inteira disposição", afirmou o ministro.

Durante a audiência, o presidente Sarney disse que a maior dificuldade da economia hoje é com a indexação, pois ela funciona como elemento realimentador da inflação. Mas o ministro está confiante que a deindexação não atingirá a caderneta de poupança. "Isto porque ela é o principal instrumento da política habitacional e tem necessariamente de continuar sendo um investimento atraente a fim de que tenhamos condições de prosseguir a política habitacional do Governo", explicou Prisco Viana. (ANDA)

Banco de Notícias

Banco de Notícias

Banco de Notícias

01.01

8907971

098

Assunto	Assunto	Assunto
Assunto	Assunto	Assunto
Assunto	Assunto	Assunto

POLÍTICA

24 10/12/88

FPO

Marco Maciel garante que PFL está independente de Sarney

E diz que Aureliano não será candidato porque ficou tempo demais no Governo

Ao participar, ontem à noite, na Churrascaria Sacy, da homenagem de desagravo ao senador Carlos Alberto Chiarrelli, o presidente nacional do Partido da Frente Liberal (PFL), senador Marco Maciel, revelou que os liberais estão trabalhando para manifestar sua independência do Governo Sarney e por isto farão pré-convenções nas diferentes regiões do País, quando também procurarão definir um perfil do candidato à Presidência da República. Aliás, Maciel foi enfático ao dizer que o PFL teria no ministro Aureliano Chaves seu candidato natural ao Palácio do Planalto, "se ele não tivesse ficado tanto tempo servindo ao Governo Federal".

No que se refere especificamente à homenagem prestada a Chiarrelli, o senador Marco Maciel destacou que o mesmo "honra as melhores tradições do Rio Grande do Sul, terra que sempre deu exemplos de honestidade e retidão de propósitos a todo o País". Depois de revelar que mesmo distante, lá em Pernambuco, sempre admirou o exemplo dado pelos políticos gaúchos, Marco Maciel ironizou os ataques dirigidos ao relator da CPI da Corrupção, acentuando: "As demonstrações de carinho a Carlos Alberto Chiarrelli, por seu trabalho eficiente, mostram a repulsa do povo brasileiro àqueles que tentam ferir seu patrimônio, mal versando a coisa pública, e que foram denunciados pela CPI".

De sua parte, Carlos Alberto Chiarrelli revelou-se emocionado e citando Fernando Pessoa disse "valeu a pena toda esta luta", ressaltando: "Manifestações como esta nos estimulam

a continuar com este tipo de trabalho, defendendo os interesses do povo brasileiro e tendo a certeza de que só assim, com o povo tendo direito a fiscalizar o setor público, haveremos de levar este País à plena democracia".

Apelo do povo

Mais de 600 pessoas lotaram os salões da Churrascaria Sacy no desagravo ao senador Chiarrelli. Eram representações (prefeitos e vereadores eleitos e líderes pefelistas) de 18 cidades do Interior, bem como políticos de destaque nacional, como o presidente da CPI da Corrupção, senador José Inácio Ferreira (PSDB - Espírito Santo); presidente nacional do PTB, senador Afonso Camargo; líder do PFL de Goiás, Vilmar Rocha; presidente do PFL de Santa Catarina, Wilmar Dallagnol; presidente do PFL do Rio Grande do Norte, ex-governador José Agripino Maia; além de lideranças locais como o ex-prefeito Guilherme Socias Villela (PDS); o vereador Wilson Santos (PL); e o ex-deputado Nelson Marchezan (PDS), que cumprimentou Chiarrelli mas não ficou para o jantar de confraternização.

Agripino Maia destacou que a homenagem a Chiarrelli "serve para mostrar que o PFL tem estrutura nacional e figuras de coragem como Carlos Alberto Chiarrelli; é um partido com identidade própria, independente. É sabido que apoiamos a transição para que se instale novamente a normalidade

01.01

8907974

098

f. 101

JB

Brasil

10/12/88

Lula vai a governo pedir dinheiro

BRASÍLIA — O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, promete interceder pessoalmente junto ao presidente José Sarney para liberar um empréstimo de 4,1 milhões de OTNs, que serviriam para pagar o funcionalismo do município do Rio de Janeiro e aliviar as finanças da Prefeitura.



Lula

A promessa foi feita durante um almoço no Ministério com representantes da bancada federal do Rio, liderados pelo deputado Luís Inácio Lula da Silva, que intermediou a audiência através do chefe do Gabinete Civil da Presidência, ministro Ronaldo Costa Couto, demonstrando que a força política que conquistou nas últimas eleições já se reflete dentro do governo. No começo da noite, o ministro João Batista de Abreu informou que vai conversar no final de semana com o presidente Sarney, para a aprovação do empréstimo.

Para conseguir a audiência com o ministro do Planejamento, Lula esteve com Costa Couto na noite de quinta-feira. Costa Couto comprometeu-se a interceder e na manhã seguinte Lula recebeu a boa notícia em seu gabinete na Câmara. O ministro João Batista o aguardaria, acompanhado da bancada fluminense, no final da sessão de votação do Orçamento da União. Todos estavam convidados a almoçar no Ministério.

O PMDB do governador Moreira Franco não se fez representar porque não havia nenhum dos sete representantes federais do partido em Brasília. O vice-prefeito, João Resende, foi avisado do almoço a uma da manhã de sexta-feira e não chegou a tempo. Mas à tarde, o vice-prefeito comemorou com a comissão de funcionários municipais, em Brasília desde a última terça-feira, os resultados do encontro.

"Foi extremamente positiva a iniciativa de Lula e dos parlamentares que se mostraram sensíveis aos problemas do Rio de Janeiro. A bancada fluminense deu uma grande ajuda ao município", disse João Resende. Segundo o vice-prefeito, a proposta do ministro de liberar o equivalente a 4.100 OTNs — cerca de Cr\$ 20 milhões — para o município tampa o buraco nos cofres da Prefeitura e são suficientes para pagar o funcionalismo. São 130 mil funcionários municipais que estão sem receber seus salários há dois meses.

■ No encontro dos deputados fluminenses com o ministro do Planejamento o deputado Ronaldo César Coelho rebateu as declarações feitas pelo governador do Rio, Moreira Franco, que 24 horas antes havia criticado a "baixa categoria e performance" dos deputados federais fluminenses em Brasília. "Não falta bancada ao estado do Rio de Janeiro", disse Ronaldo César Coelho, que representou o PSDB no almoço com o ministro Abreu. Depois de considerar "oportunista e injusta" a crítica do governador, o deputado lembrou que a bancada fluminense ajudou a aprovar esta semana um decreto que beneficia a indústria naval do estado e, no Senado, aprovou um empréstimo para o governo do Rio no valor de US\$ 40 milhões.

01X3T

PARTES POCO LEGÍVEL

01.01

8907975

098

Roteiro das futuras visitas do Presidente da República ao Exterior foi programado de acordo com o desejo de Sarney de "cobrir toda a América do Sul". Primeiras visitas serão ao Peru, Argentina, Equador e Suriname

F. (for Phil)

Próximas viagens de Sarney: América Latina

Nem Paraguai, nem Chile: as duas ditaduras serão excluídas do roteiro que o presidente José Sarney fará com o desejo de cobrir toda a América do Sul. A exclusão, no entanto, não significa que o Brasil deixe de manter um intenso relacionamento com ambos. Sarney, no entanto, já fez suas opções e várias viagens já estão definidas: nos dias 20 e 28 deste mês, ele se encontrará com o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina. Em seguida, no dia 2, ele irá ao Peru, atendendo a convite do seu colega, Alan García, para inaugurar a Hidro-Elétrica de Chancay, que tem participação de empresas brasileiras.

No roteiro sul-americano, Sarney concordou também com a inclusão do Equador, para março, do Suriname e da Guiana, com data

ainda a ser marcada. São países, lembra uma fonte do Governo, em que a presença brasileira é marcante. No caso do Peru, houve participação de empresas brasileiras tanto no fornecimento de equipamentos quanto em serviços de engenharia.

Já no Equador, o Brasil está presente nos mais diversos setores, como construção civil, saneamento, tratamento de água, construção de estradas, inclusive no meio da selva, irrigação (a capital, Quito, está repleta de escritórios de empresas brasileiras).

Quanto ao Suriname e à Guiana, há interesses estratégicos em jogo, por causa das fronteiras, na maior parte, desabitadas, o que também atende a preocupação das militares. (AG)



Sarney: próximo roteiro na América do Sul



Herbert, Minc e Gabeira ouvem o discurso de Liszt

As últimas pesquisas

	Gallup		Ibope		DataFolha		Voz Populi
	maio 19/7	07/06 05/07	04/06 02/07	maio 01/07			
Collor	37,8	44,6	43	39	42	40	35 38,7
Brizola	13	12,2	11	13	11	12	12,5 11,3
Lula	8,1	5,5	8	7	7	7	7,8 5,9
Ulysses	5,4	3,7	5	5	5	5	3,2 3,1
Covas	4,6	4,7	3	5	5	6	1,8 2,1
Maluf	2,6	4	4	5	4	5	- 2,2
Aureliano	-	1,5	2	2	2	2	- 0,6
Freire	-	1,3	1	1	1	2	- 0,5
Afil	-	2,2	1	2	1	2	- 0,5

□ Ao contrário das recentes pesquisas Ibope e DataFolha, a última pesquisa Gallup, divulgada ontem pela revista IstoÉ- Senhor, mostra nova subida de Collor e queda de Brizola e Lula. Os leijistas do Rio, em convenção, fizeram ontem prévia em que votaram 302 em-

presários: Collor teve 43%; Afil, 26%; Covas, 11%; Brizola, 9%; Ulysses, 4%. Pesquisa com 5.879 jornalistas de todo o Brasil deu Lula com 27%; Brizola, 21%; Covas, 18%; Freire, 11%; Collor, 9%; Afil, 4%; Ulysses 3%; Maluf, 2%.

PV ainda apóia Lula mas lança Herbert Daniel

Durante convenção nacional realizada ontem no Rio, o Partido Verde (PV) decidiu sair da Frente Brasil Popular, formada agora só pelo PT, PSB e PC do B, e lançar a candidatura simbólica do escritor Herbert Daniel à presidência da República, embora continue apoiando o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva. Com esta decisão, o PV ganha 30 segundos diários no horário gratuito de televisão, que serão utilizados para divulgar "propostas alternativas para os cidadãos discriminados", como disse o mais novo concorrente à presidência.

O PV decidiu ainda que Herbert Daniel vai renunciar à disputa no dia 7 de novembro. Ao lançar candidatura própria, o partido só pretende garantir autonomia durante a campanha presidencial, o que não conseguiria se fizesse parte da Frente Brasil, pois suas propostas teriam que ser submetidas a outras legendas.

Acompanhado do jornalista Fernando Gabeira e da atriz Lucélia Santos, Minc esteve em São Paulo durante a semana para dizer a Lula que o PV queria decidir como participar da campanha, e pedir para utilizar sozinho parte do tempo da Frente na televisão.

O PT cedeu 40 segundos diários, mas não nos deu garantias de afastamento do PSB e PC do B — disse o deputado estadual Carlos Minc. Diante do impasse, o PV decidiu sair da Frente, "para apoiar Lula de jeito verde e alternativo".

Participaram da convenção 35 filiados ao partido. Sete dos 11 integrantes da executiva nacional estavam presentes e puderam votar, todos a favor da candidatura de Herbert Daniel. O ex-deputado Liszt Vieira só votou com a condição de que os critérios de utilização do tempo na televisão sejam decididos pelo diretório nacional do partido.

Também foi lançada oficialmente a Frente Arco-Íris, que tem como princípio a defesa de minorias. Foi por este motivo que o PV decidiu lançar candidato a presidente um homossexual portador do vírus da Aids.

Queremos levantar questões importantes que as pessoas preferem não discutir. Sou candidato a cidadão completo, e quero provar que apesar das minhas condições de saúde posso até ser candidato a presidente — disse Herbert Daniel. O candidato a vice presidente é Mauricio Lobo.

Covas e mos

O candidato do Pcia da República, A recepção ontem da e 15 caixas de cerv principais damas do dona Neuma da Ma lista Mário Covas nã de pagode no quinta ma, nem precisou di que tem alguma al samba. "Quando Co de São Paulo, em 8 peio samba. Ele criou ba, a Rua do Pagoc São Paulo passou a que Vinicius de Mor do na cidade: tunti contou a cantora Ak ciou seu apoio ao car

Amiga de Covas (não consegue lembr nheceu), dona Neur questão de ser a pri do morro a receber Presidência: "Nunca dente ou candidato e alguém aqui. Se a Zic Brizola tudo bem. V pessoa".

Dona Neuma se Zica, viúva de Cart Brizola, com quem relação apesar da di gica. "Eu sou amiga bem, mas vou votar ele é simples. O de tirar o Brasil da c apontando um carta sagem pregado na pe Em quem a Mang morro é igual aos m em silêncio", expli samba, com a expe vive há 56 anos no m

Embarço — S ao lado do candida ofereceu-lhe uma car sa, cores da Mangue uma camisa social p pedidos para que co ta da escola de sam embarçado. "Não permite, mas em to vestiu, com dificult verde e rosa por cim

RECORTE INCOMPLETO

01.01

8907984

098

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que vinha caindo alguns pontos nas pesquisas de opinião, recupera-se na mais recente pesquisa, mantendo a larga vantagem em relação aos demais candidatos

F.Pa.

Collor torna a subir na pesquisa do Ibope

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, tornou a subir na preferência do eleitorado, segundo pesquisa do Ibope publicada na edição de ontem do jornal O Globo: teve 41% das intenções de voto, contra 39% há cerca de uma semana. A pesquisa foi realizada de 6 a 12 deste mês. Leonel Brizola, do PDT, com 12%, está em segundo lugar, caindo um ponto em relação a pesquisa anterior do Ibope. Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, mantém sua terceira posição, com 7%.

41%



Mário Covas (PSDB) e Paulo Maluf (PDS), ambos com 5%, ultrapassaram Ulysses Guimarães (PMDB), que tem 4%. A indicação de Roberto Magalhães como vice de Covas não trouxe dividendos imediatos, pois o candidato mantém a mesma percentagem da pesquisa anterior. Roberto Freire, do PCB, e Guilherme Afif Domingos (PL) aparecem com 1% das intenções de voto. Aureliano Chaves (PFL), como Afif, caiu de 2% para 1% das intenções de voto.

Consulta com cartela

Esses resultados foram obtidos em consulta com cartela onde constavam os nomes dos candidatos e que ouviu 2.750 eleitores de todas as regiões do País. Os mais indicados são as mulheres (20%, contra 15% dos

homens); os eleitores acima de 40 anos (26%); os analfabetos (27%) e os com renda familiar até 2,5 salários mínimos (25%). O eleitorado de Collor é predominantemente masculino (43% a 40% das mulheres). Covas tem mais eleitores mulheres do que homens (5% contra 4%).

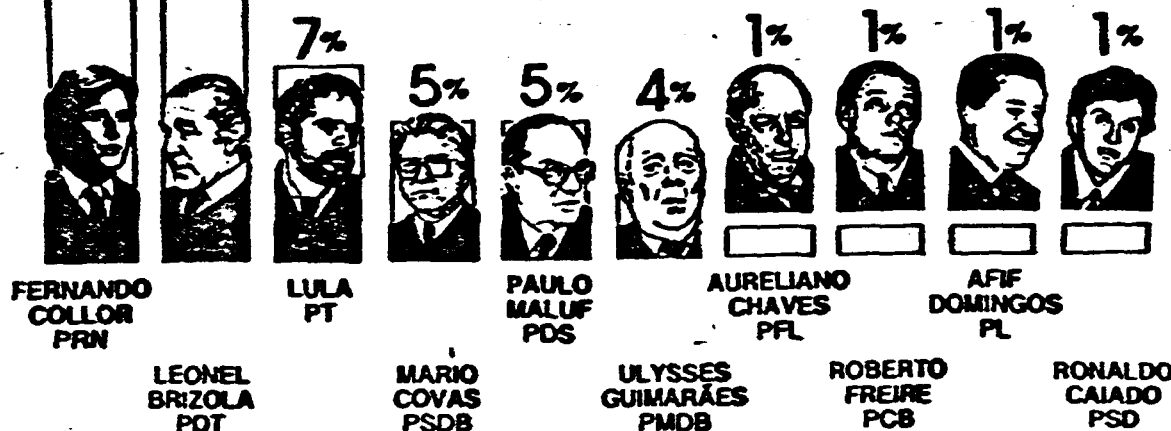
Mesmo caindo dois pontos em relação à pesquisa anterior, Collor vence no Sul, com 31% contra 28% de Brizola. Mas no Nordeste Collor tem 49% e Brizola tem seu mais baixo índice: 5%. Entre os eleitores com renda acima de dez salários mínimos, Collor obtém a maior vantagem em relação a Brizola (49% contra 11%). Os percentuais mais baixos de Lula estão nos extremos de renda: 6% entre os de até 2,5 mínimos e 7% entre os que ganham mais de dez mínimos.

Numa simulação do confronto em segundo turno, Collor venceria Brizola por 56% a 23%, segundo o Ibope. Na disputa com Lula, Collor teria 59% contra 19% do candidato do PT.

Indefinidos

A quatro meses das eleições, 57% dos entrevistados ainda não têm candidato e só 38% disseram ter escolhido em quem votarão. A maioria dos que não têm candidatos estão entre os analfabetos (67%) e os de renda até 2,5 salários mínimos (65%). Só 33% das mulheres disseram ter candidato, contra 43% dos homens. Entre os de 40 anos ou mais, 62% disseram não ter candidato e 33% já têm. Entre os jovens de 16 e 17 anos, 60% não fizeram sua opção ainda e 34% já se definiram.

Entre os candidatos, os mais conhecidos são Collor de Mello (63%), Ulysses Guimarães (49%), Leonel Brizola (43%) e Luiz Inácio Lula da Silva (40%). Collor é mais popular entre eleitores com instrução universitária (66%) e de renda superior a dez salários mínimos (53%).



01.01

8907985

098

JB F10x
Brasil

17/1/89

Sucessão presidencial já tem

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá que se preparar para fazer cédulas com pelo menos 24 nomes de candidatos a presidente da República. Além dos nomes mais conhecidos que já estão em campanha, os pequenos partidos com registro ainda provisório se apressaram para organizar convenções nacionais e lançaram candidaturas próprias até sábado, dia 15, prazo final permitido pelo TSE. Pelo menos 10 novos nomes apareceram na relação dos que disputam a sucessão presidencial.

Ao lado de Fernando Collor de Mello (PRN), Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT) — melhores colocados nas pesquisas eleitorais — também estão correndo atrás dos votos integrantes de legendas tão desconhecidas como Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PrONA), com o candidato Enéas Ferreira Carneiro, médico cardiologista que tem como lema de campanha a frase "Não aguento mais o que está aí" e defende um governo "com determinação e decisão".

30 segundos — O mais recente partido registrado no TSE, o Partido Democrata Cristão do Brasil (PDC do B), lançou provisoriamente o advogado Manoel Horta, que promete renunciar dentro de 15 dias em favor do ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, se este quiser ser candidato. O maior atrativo para os pequenos candidatos são os 30 segundos diários na televisão a que têm direito as legendas sem representação no Congresso Nacional. É através do horário gratuito que serão divulgadas as ideias mais mirabolantes, como a do concorrente do Partido da Mobilização Nacional (PMN), Celso Brant, que pretende criar no Brasil o Parlamento do Terceiro Mundo, para "assumir o comando do poder mundial".



Celso Brant



D'Janir Azevedo



Anésio Lara Campos

O candidato Anésio Lara Campos, do Movimento Monárquico Imperial Brasileiro (MMIP), quer conquistar votos defendendo a eleição do novo monarca através de um colégio eleitoral, e Boris Nicolaievski, do Partido Socialista (PS), promete organizar um tribunal internacional para julgar "credores e devedores das dívidas externas do Terceiro Mundo".

Nem mesmo o vereador Beto Gama, do Partido Socialista (PS), sabia ao certo quem era o candidato a presidente de seu partido. Ontem, preparava-se para ir à festa de lançamento da candidatura de seu partido achando que o concorrente era o deputado estadual do Rio, Alcides Fonseca, que desistiu em favor de Boris. "Em nosso partido, as coisas são decididas pela Executiva Nacional", disse o vereador, para justificar sua desinformação.

Aposentados — O candidato do Partido Verde (PV), Herbert Daniel, é o único que admite abandonar sua candidatura, e marcou até data. No dia 2 de novembro, ele vai se retirar da disputa, para apoiar Lula, candidato do PT. Homossexual e portador do vírus da Aids, Daniel diz que vai aproveitar o tempo na

TV para "defender as minorias discriminadas".

Mostrar a "indigência do Norte Fluminense" é o objetivo da candidatura do deputado estadual D'Janir Azevedo, concorrente à sucessão presidencial pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). O deputado está confiante na vitória — "seria uma incorreção me candidatar achando que não chego ao segundo turno" — e pretende visitar todas as capitais brasileiras com um trio elétrico.

Os aposentados também terão seu representante na disputa pela Presidência da República. É Nildo Martini, candidato do Partido Nacional dos Aposentados do Brasil, que quer livrar sua categoria do Imposto de Renda e privatizar todas as empresas estatais, inclusive a Petrobrás. Concorrente do Partido do Povo (PP), o empresário Paulo Gontijo tem como lema de campanha "100 anos em cinco", para realizar "o dobro do que fez o ex-presidente Juscelino Kubitschek". E os candidatos não param por aí. Tem ainda Júlio Nascimento, do Partido da Renovação Moral (PRM), Antônio Pedreira, do Partido do Povo Brasileiro (PPB) e Armando Corrêa, do Partido Municipalista Brasileiro (PMB).

Os candidatos

Fernando Collor de Mello	PRN	Roberto Freire	PCB	Anésio Lara Campos	MMIP
Leonel Brizola	PDT	Ronaldo Caiado	PDB	Manoel Horta	PDC do Brasil
Lula Inácio Lula da Silva	PT	Afonso Camargo	PTB	Celso Brant	PMN
Mário Covas	PSCB	Armando Corrêa	PMB	Júlio Nascimento	PRM
Paulo Maluf	PDS	Antônio Pedreira	PPB	Enéas Ferreira Carneiro	PrONA
Ulysses Guimarães	PMDB	Paulo Gontijo	PP	Herbert Daniel	PV
Aureliano Chaves	PPL	Nildo Martini	PMAB	D'Janir Azevedo	PTN
Guilherme Afif Domingos	PL	Boris Nicolaievski	PS	Livia Maria Pinto de Abreu	PMB

01.01

8907986

24HORA 25/4/89

Contato com empresários gaúchos

Reuniões com pequenos grupos e visita a empresários foram as táticas utilizadas pelo candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, em sua passagem pelo Rio Grande do Sul ontem. Ele esteve em Santa Cruz do Sul e Santa Maria e não se preocupou em participar de nenhuma manifestação popular, preferindo contatos diretos com empresários e lideranças políticas das duas cidades.

O governador de Alagoas passou a maior parte do dia em Santa Cruz do Sul, onde chegou pouco depois das 10 horas. Mesmo admitindo que como candidato à Presi-

dência esperava obter dividendos políticos com sua viagem, ele preferiu destacar a "emoção de voltar ao Rio Grande do Sul", lembrando que seu avô, Lindolfo Collor, foi um importante político gaúcho, primeiro como parlamentar e depois como ministro do trabalho no Governo Getúlio Vargas.

Alagoas é um dos estados brasileiros que mais produz fumo e Collor de Mello aproveitou a passagem por Santa Cruz para visitar as mais importantes indústrias do setor, como a Souza Cruz e Armada. Ele estava acompanhado por

alguns políticos alagoanos, inclusive o prefeito de Arapiraca, que é a maior produtora de fumo em território alagoano. Collor almoçou no "Galpão Orioulo" da Souza Cruz com diversos em presários do município, o prefeito Arno Frantz (PDS) e vereadores de vários partidos. Depois do almoço, ele visitou as empresas Arcaj e Cimasa, antes de ir para a prefeitura, onde deu entrevistas.

Em Santa Maria, Collor de Mello deu uma palestra na abertura da semana de homenagens que a Universidade Federal de Santa Maria está promovendo para seu avô, Lindolfo Collor.

Fris Rezende não tem chances de vitória

Em entrevista realizada ontem no Jornal do Almoço, na RBS-TV, o governador Pedro Simon não analisou a possibilidade do moderado Iris Rezende vencer a convenção do PMDB. "Já que ele não vai ganhar", disse que o ministro lhe assegurou o apoio ao nome progressista no caso de ser derrotado na convenção.

Quanto ao diagnóstico de que o PMDB vive uma crise, destacou: "Crise seria os governadores terem indicado os próprios candidatos dos progressistas, ou se a Executiva tivesse feito isto". Simon encara com naturalidade a ideia de não haver entendimento prévio à convenção, pois nesse caso o problema se resolve nos dois turnos. "A convenção é democrática e aberta, e um grupo de 30 convencionais pode indicar quem bem entender", observou, ao opinar que o PMDB não está com pouco tempo para decidir seu candidato. Ele reiterou que seu candidato continua sendo Ulysses Guimarães. "O herói da resistência e da Constituinte, sempre cresce nas crises, está crescendo e vai ressurgir como herói", apoiando, no caso de sua retirada, qualquer outro dos nomes progressistas, embora em outro ponto da entrevista ele tenha colocado uma preferência por Miguel Arraes.

Sobre a indicação de seu nome, o Governador novamente negou-se a maiores comentários. Lembrou que, quando indicado de forma unânime pelos deputados, ele não se candidatou. "Ulysses as dificuldades que sua candidatura enfrent-

ta, embora injustamente: "Como iria aceitar qualquer indicação no outro dia?". De mesma forma, reiterando que está disposto a colaborar para equalização do processo sucessório em nível interno, Simon lembrou existirem vários nomes de primeira grandeza colocados - Waldir Fries, Álvaro Dias, Quêrcia e o próprio Ulysses. Além disso, assinalou que "não ia entrar nessa de estou aqui, não quero, mas se vierem me pedir aceite", acrescentando que seu nome não está em jogo e realmente ninguém veio lhe pedir para ser candidato. "Com tantos nomes em condições, para que vou atrapalhar?", indagou.

Outros candidatos

Ontem Simon fez uma análise do quadro sucessório e alguns dos candidatos já lançados. Considerou que a modestia não faz parte das qualidades de Collor de Mello, que se auto-proclama já eleito. Admitiu que o candidato pode trazer a imagem da novidade, pelas suas críticas ao Governo e às oposições. Também devido a esse tipo de discurso, acha que o PMDB precisa apresentar uma candidatura séria, mas sem características de salvador da pátria.

Quanto a Brisola e Lula, não cre que os dois cheguem ao segundo turno, não por divisão de votos na esquerda, pois Brisola tem um discurso de centro. Já Mário Covas "cometeu um erro histórico ao não se candidatar".

Lélio garante apoio à chapa progressista

"O governador Pedro Simon garantirá como candidato do PMDB, além da unificação do grupo progressista, a preservação da estrutura nacional do partido e a vitória nas eleições presidenciais". Foi o que disse ontem o presidente regional Lélio Souza, após reunir a Executiva e os delegados à convenção deste fim de semana para acertar estratégias. Ele assegurou que os delegados do Rio Grande do Sul vão votar praticamente de forma unânime na chapa progressista.

Segundo Lélio, Simon marcou voto de louvor e solidariedade à Executiva, pelos esforços que vem desenvolvendo no sentido de construir o consenso no grupo progressista. "O Governador tem carta branca para conduzir as negociações em nome do PMDB gaúcho. Ele é hoje o maior líder nacional do partido e com trânsito livre em todas as áreas. O único nome capaz de manter a viabilidade eleitoral de uma candidatura poemedebista", sentenciou Lélio.

Mas manifestou preocupação ao analisar o quadro partidário em nível nacional e as resistências a nomes como o do governador paulista Orestes Quêrcia e ao presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães. Ainda assim, Lélio confia na liderança do governador Simon, que relata em ser o candidato, na busca de um acordo até a próxima semana-feira, das diversas correntes que compõem os progressistas.

Grupo quercista não vai mais a São Paulo

O grupo quercista do PMDB do Rio Grande do Sul resolveu ontem encerrar com prioridade a possibilidade de o governador Pedro Simon vir a ser o candidato de unidade do partido à Presidência da República. Ontem à tarde, o representante desta corrente, deputado João Osório, foi ao Palácio Piratini levar o apelo "irrestrito" a Simon.

Devido a esta manifestação, decidiram não viajar hoje a São Paulo para levar solidariedade ao governador Orestes Quêrcia, que desejariam ver como candidato progressista do partido, caso Simon não aceitasse o consenso em torno do seu nome. Neste caso, apóiam Quêrcia que concorreria com o moderado Iris Rezende na convenção nacional deste fim de semana em Brasília.

João Osório, como porta-voz dos quercistas, esclarece a redefinição do grupo: "Simon garantirá, com a sua candidatura, além da unidade do PMDB, a seriedade e responsabilidade na decisão sobre os assuntos que devem ser dados ao País".

098

f. 12 (17.99)

ZERO HORA - Segunda-feira, 12 de maio de 1984



Pires anuncia disputa até com Ulysses

Em nota, o governador diz que não aceita concorrer a vice

O governador da Bahia, Waldir Pires, em nota à imprensa divulgada ontem, em Brasília, confirmou sua disposição de concorrer à convenção do PMDB, mesmo para enfrentar o deputado Ulysses Guimarães. Ele descartou a possibilidade de ser candidato a vice-presidente, seja pelo PMDB ou por outro partido.

Pires comprometeu-se a respeitar o resultado da convenção, a não ser que vença o candidato apoiado pelo Governo, ministro Iris Rezende. Nessa hipótese, ele poderá examinar sua saída do partido. Pires recusou-se, porém, a cogitar sobre sua posição se o governador de São Paulo, Orestes Quirino, for indicado candidato do PMDB. Quanto à desistência de Ulysses, que teria sido confiada a jornalistas por amigos de presidente do PMDB, Pires disse desconhecer qualquer decisão nesse sentido.

O governador afirmou ter saído inteiramente tranqüilizado de seu encontro com o presidente do TSE, Francisco Rezak, com quem conversou ontem sobre as hipóteses de que a convenção do PMDB poderia ser anulada e a de que o Congresso votasse uma lei estabelecendo um prazo inicial para a indicação de

candidatos. Isto, porém, é improvável, pois a lei eleitoral só costuma marcar, a cada eleição, o prazo final, após o qual fica vedada a realização de convenção.

Princípios

Segundo o governador, sua restrição à candidatura do ministro da Agricultura como representante do partido na disputa pela Presidência da República não é pessoal e, sim, uma questão de princípios. "O PMDB não pode continuar a ver seus compromissos com o governo Sarney", declarou.

O governador não quis revelar se vai ou não abandonar o partido, caso a ala moderada saia vitoriosa da convenção. "A decisão de abandonar o PMDB depende de uma decisão coletiva", disse. De qualquer maneira, Waldir Pires fez questão de lembrar que da convenção deve resultar um PMDB muito menor, do ponto de vista numérico, mas muito mais forte e determinado. (AG-Brasília/ZH)

Manifesto dos modernos pró-Maciel

Os modernos do PFL divulgaram ontem manifesto de apoio ao senador Marco Maciel, que vai disputar com o ex-ministro Aureliano Chaves, no dia 21 de maio, a prévia que definirá o candidato do partido à eleição presidencial. O senador Carlos Chiarelli (RS), da cúpula dos modernos, acredita que Maciel terá mais de 80% dos votos na prévia.

"Existe uma cumplicidade saudável entre o senador e o filiado do PFL, enquanto o outro candidato sempre foi ausente", afirma Chiarelli. A confiança na vitória é tanta que Chiarelli até se permitiu uma brincadeira na entrevista coletiva: "Marco Maciel é o único candidato certo de decolar nestas eleições presidenciais, porque é ultraleve".

O presidenciável Marco Maciel, que na coletiva só posou para os fotógrafos, tem mais de 1m80cm e menos de 80 quilos. Na opinião de Chiarelli, o candidato dos modernos ocupará o espaço de centro depois da prévia, que deverá contar com a participação de 250 mil dos 550 mil filiados do partido. A candidatura de Marco Maciel, acredita o senador, vai ganhar força com a aprovação da maioria dos filiados. Além disso, avalia, Marco Maciel tem baixo índice de rejeição.

Programa

O manifesto, divulgado ontem, apresenta a base do programa político do

governo do presidenciável Marco Maciel. "Traças linhas mestras", ressaltou senador Jorge Bornhausen, outro líder da dissidência do PFL. O documento lembra que a transição democrática está no partido e não no governo. "O PFL tem de escolher entre dois caminhos: um, o de ser governo, antes de ser partido; outro, o de, antes de ser governo, ser sobretudo um partido político", questionam os modernos. O documento dos modernos não é assinado.

"Na sexta-feira, teríamos conseguido cem assinaturas, mas queremos que a base também participe", justifica o senador Chiarelli. O pré-programa de Marco Maciel, como os modernos estão chamando o manifesto, que não traz propostas concretas de um programa, vai engordar com as viagens que o candidato faz esta semana.

Marco Maciel começa a conversar com o Diretório do partido do Distrito Federal, amanhã. Depois segue para São Paulo - estado que poderá ser trocado pelo Rio Grande do Sul. Quinta e sexta-feira, o candidato visita o Rio de Janeiro; no dia seguinte vai a Vitória, depois sergipe e, no Dia do Trabalho, estará em Recife. Hoje, os modernos vão registrar a chapa de Marco Maciel para concorrer à prévia. Os modernos apostam que só vão disputar a indicação do partido com Aureliano Chaves e não acreditam na candidatura da deputada Sandra Cavalcanti (RJ). (AE)

lml sb obils9

:otnu2A

:OTX3T

PFL

8907995

098

Pedido de Informação	Identificação	Data
Assunto:		
TEXTO:		

ZERO HORA - Terça-feira, 21.04.89 - PÁGINA 9

Maciel e Aureliano vão às prévias no PFL

Apenas o senador Marco Maciel (PE) e o ex-ministro Aureliano Chaves (MG) registraram-se para disputar as prévias que o PFL realizará no próximo dia 21 de maio, para escolher seu candidato à sucessão presidencial. A deputada Sandra Cavalcanti (RJ), que havia anunciado a disposição de concorrer, não conseguiu fazer sua inscrição até o fim do prazo, às 18 horas de ontem, porque não obteve número de assinaturas de apoio necessárias, de 12 parlamentares federais ou 18 membros do Diretório Nacional.

Como a deputada não conseguiu reunir o número necessário de assinaturas, ela solicitou o adiamento do prazo para as 18 horas de hoje, alegando que, devido aos feriados da última semana, foi impossível reunir as assinaturas em tempo hábil. Até ontem ela conseguiu somente duas assinaturas de parlamentares, mas hoje espera obter as demais. A decisão sobre o pedido da deputada, de adiamento do prazo de registro, será julgada às 18 horas de hoje, pela comissão de prévias do PFL. Num contato prévio, todos concordaram com sua solicitação.

Parlamentarismo

A negativa ao pedido de Sandra Cavalcanti, conforme ela própria, veto do coordenador da campanha de Marco Maciel, senador Jorge Bornhausen (SC). Como Sandra lançou sua candidatura apenas para promover o parlamentarismo, caso seu pedido de adiamento do prazo de registro seja negado, ela vai insistir que, na mesma ocasião das prévias, seja feita uma consulta aos filiados sobre o sistema de governo preferido — parlamentarismo ou presidencialismo. Essa consulta foi aprovada na última convenção do partido. Aureliano reuniu 21 assinaturas e Marco Maciel 14.

O ex-ministro Aureliano Chaves não garantiu se vai apoiar o senador Marco Maciel, caso ele vença as prévias do partido. Embora preferisse "olhar para a frente e partir para a luta", desta forma, não teme novas críticas ao grupo de Maciel. Aureliano disse em seu discurso que teve algumas decepções pessoais. O senador Marco Maciel reiterou que estava atendendo uma convocação do partido, pois não desejava ser candidato. Seu principal eixo de campanha será a reestruturação das relações entre o Estado e a sociedade. Caso seja escolhido, pretende lutar pela unidade do PFL. Ele rebateu o comentário de líder do partido no Senado, senador Marcos Godinho (PB), segundo o qual o presidente José Sarney teria dito que Maciel é oportunista ao mostrar-se opositorista: "Eu sou opositorista há dois anos". (Brasília/EH)

F. P. C. (PFL-PE)

01.01

8907996

098

:0781

:0781

:0781

:0781

:0781

f. 1a (1 p. 13)

23/4/89.

JORNAL DO BRASIL

Waldir agora quer derrotar Ulysses no primeiro turno

BRASÍLIA — Profundamente irritado com a ação do grupo ulyssista, que impediu a indicação de seu nome pelos governadores, o governador da Bahia, Waldir Pires, deixou de tentar qualquer entendimento em torno do candidato único para enfrentar o ministro Íris Rezende. "O consenso será feito pelos dois turnos", tem dito Waldir desde que retornou a Brasília, na noite de sexta-feira.

Desta forma, Waldir volta atrás em sua decisão inicial de não enfrentar o deputado Ulysses Guimarães na convenção. Vai tentar derrotá-lo no primeiro turno para, com o seu apoio, vencer no segundo o candidato do governo. O governador da Bahia está sendo estimulado nesta atitude pelos componentes do grupo Novo PMDB (integrado por Dante de Oliveira, José Fogaça, Nelson Wedekin, entre outros), que consideram a atitude de Ulysses Guimarães e dos ulyssistas "pouco ética".

O governador da Bahia, também a partir de ontem, começou a trabalhar para que o Congresso vote imediatamente a lei eleitoral. Waldir Pires disse que achou "graves e preocupantes" as dúvidas do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Francisco Rezende, sobre a validade da convenção do PMDB, antes de o Congresso estabelecer as

regras definitivas para a eleição deste ano. Waldir não quer o adiamento da convenção dos dias 29 e 30. Quer a sua realização, com garantias de que o seu resultado seja legitimado pela legislação.

Waldir Pires deve ficar toda a próxima semana em Brasília. Fará apenas duas viagens, a Minas e a Pernambuco, para conversar com os governadores Newton Cardoso e Miguel Arraes. Hospedado no Hotel Nacional, depois de ter ido a São João del Rei no dia 21, onde recebeu o apoio da família de Tancredo Neves, Waldir comentou com sua mulher, Dona Iolanda, no café da manhã de ontem, como o esforço de Tancredo para a redemocratização do país foi rapidamente esquecido. Waldir, mesmo em família, estava atirando farpas contra seus adversários dentro do PMDB.

Até ontem ele ainda não havia procurado o presidente licenciado do PMDB, Jarbas Vasconcelos, e não escondia o nome do principal responsável pela sua contrariedade: o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, um dos que interromperam a reunião dos governadores para forçar a indicação do nome de Ulysses pelo fórum formado pela Executiva e pelos presidentes regionais do partido.

01.01

8907997

098

F.S. (P.P.)

JORNAL DO BRASIL

Brasil

domingo, 23/4/89 □ 1º caderno □ 5

Aureliano radicaliza disputa da prévia com Maciel

Rogério Coelho Neto *

Enquanto o ex-ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, visitava sexta-feira passada o arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales, no Palácio São Joaquim, o ex-ministro da Educação, Jorge Bornhausen, fazia contatos preliminares com os líderes do PFL do subúrbio de Bangu, como principal integrante da equipe precursora do senador Marco Maciel, um dos postulantes à prévia que o partido vai realizar dia 21 de maio para escolher o seu candidato à sucessão do presidente José Sarney.

Ao cardinal costumam ir, cumprindo uma antiga tradição, os candidatos em campanha e não os postulantes a prévia de resultado imprevisível. No rio de qualquer postulante interessado em ganhar prévias partidárias, Bangu é realmente um atrativo convite: o PFL do grande subúrbio carioca é constituído por 5 mil eleitores, o que o iguala, em peso eleitoral, ao Estado do Amazonas.

A diferença de comportamento entre Aureliano e Maciel, adversários na prévia do PFL — e que não podem mais ser convidados para uma mesma mesa

— é no tocante à postura e, porque não dizer, à expertise. Presidente de honra do Partido da Frente Liberal e principal avalista da Aliança Democrática, que permitiu a vitória da chapa Tancredino Neves-José Sarney no Colégio Eleitoral das indiretas, Aureliano acha que já ganhou a indicação partidária e age como candidato em campanha. Maciel, que conhece o partido por dentro, como seu ex-presidente, porta-se, ao contrário do ex-ministro de Minas e Energia, como um postulante que tem noção de sua indiscutível força.

Gravata — Desde o final da noite de domingo no Leme Palace, na Avenida Atlântica, Aureliano não chegou a encontrar o melhor direcionamento para a sua campanha de conquista de votos entre os eleitores filiados ao PFL. O ex-ministro das Minas e Energia foi surpreendido, terça-feira passada, com a decisão do senador Marco Maciel de também concorrer às prévias. Sala de uma palestra na Associação Comercial do Rio e reagiu com um breve comentário para o deputado Paulino Cícero, seu fiel escudeiro:

"Que patifá."

Mais tarde, diante de um tirotoio de perguntas de jornalistas, no curso de

uma entrevista coletiva, rosto fechado, Aureliano sustentou: "Minha convivência com o grupo dos senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen atingiu os limites do tolerável. Eu não postulei em nenhum instante a minha candidatura, mas fui convocado. Convalência de uma pequena operação no pé, em minha casa de Belo Horizonte, quando o senador Marco Maciel me procurou e pediu para que eu aceitasse ser candidato."

Bornhausen, no Rio, negou a versão de Aureliano de que foi convocado pela candidatura: "Ele mesmo sugeriu a prévia, através do Diretório Regional do PFL de Minas e da bancada mineira do partido na Câmara dos Deputados. Isso deve ser entendido como postulação e não como convocação."

Força — Enquanto Maciel articulava em Brasília a sua apresentação como postulante às prévias, Aureliano recriava no Clube Marimbá, um dos mais elegantes de Copacabana, uma homenagem das bases do PFL fluminense. A festa foi organizada pelo deputado federal Francisco Dornelles, que tem uma posição clara: "O partido tem de sair com um candidato próprio e respeitável para suceder as bases. Não é possível a admissão do vácuo e a divisão do parti-

do, em vários pedaços, para venda no varejo."

A um canto da ampla varanda lateral do Marimbá, os deputados federais Rubem Medina, Siroão Sessim e Omar Leitão Rosa conversavam com o ex-deputado Léo Simões, que foi secretário de Esportes e Lazer do governador de Moreia Franco, sobre as dificuldades de apresentar Aureliano como candidato em subúrbios do Rio e nos municípios da Baixada Fluminense. "O candidato é pesado, bradava Léo". O procurador do PFL na Justiça Eleitoral, Roberto Litman, chegou-se à roda e comentou, alto e bom tom: "Acho melhor a gente colar". Cunhava uma expressão para simbolizar o desejo de adesão dos pefelistas do Estado do Rio à candidatura do governador de Alagoas, Fernando Collor, em acerto nas pesquisas de opinião.

No Rio, Aureliano chegou a programar uma visita ao município de Duque de Caxias, dirigido por um seu correligionário, Hidelkel Freitas, que ganhou a prefeitura com 62% dos votos.

Participou: Tadeu Afonso, da Sucursal de Brasília

500 mil poderão votar

Além do ex-ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, e do senador Marco Maciel (ex-ministro da Educação e ex-chefe do Gabinete Civil do governo José Sarney), a deputada federal fluminense Sandra Cavalcanti também resolveu submeter o seu nome à prévia do PFL, convocada para o próximo dia 21 de maio. Na prévia, segundo estimativas do senador Jorge Bornhausen, que foi presidente do partido, votarão cerca de 300 mil eleitores de um total de 500 mil filiados.

A força do partido está nos estados do Sul do país, que têm diretórios abertos, com milhares de filiados, como os do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os diretórios do Nordeste são carteristas, à exceção do de Pernambuco. O senador Marco Maciel foi quem montou a última estrutura do PFL — a que disputou a eleição municipal de 1988 — e os seus aliados, à frente o senador Jorge Bornhausen, acreditam que "o conhecimento da máquina" lhe dê vantagem.

Nos grandes estados, o diretório com maiores problemas, é o do Rio de Janeiro.

ro. O grupo do deputado Rubem Medina, seu presidente regional, apóia Maciel, mas admite um salto, mais tarde, para uma candidatura viável, que poderá ser a do governador Fernando Collor, segundo admitem seus assessores. Embora cariosa, a deputada Sandra Cavalcanti, candidata para fazer passar, apenas, a proposta parlamentarista, não empolga as bases fluminenses, cujas lideranças mais fortes seguem o deputado Francisco Dornelles e prometem, numa primeira hora, ficar com Aureliano.

Em São Paulo, o diretório está nas mãos do governador Orestes Quêrcia e parte do diretório do Paraná já brizolou: conforme revelou, sem esconder seu descontentamento, o deputado federal Alcega Guerra. No Rio Grande do Norte, os quadros pefelistas também estão mais próximos de Brizola, porque o partido é dominado no estado pela família Maia, que já tem uma de suas principais lideranças no PDT: a prefeita de Natal, Vilma Maia, prima do senador José Agripino Maia (PFL) e mulher do senador pedessista Lavoisier Maia (R.C.N.).

TEXTO	coluna	coluna
-------	--------	--------

01.01

8907999

098

Pedido de Informe No.	Elementos No.	Fecha:
Assunto:		
TÍTULO:		

POLÍTICA

PT estadual

quer programa socialista para Lula

Convenção discutiu plano

O PT gaúcho quer programa socialista para a campanha de Lula à Presidência da República. Segundo o presidente regional, deputado Raul Pont, "o partido tem consciência da sua força e a responsabilidade em responder as aspirações populares por mudanças e transformação".

O debate preliminar foi feito nas convenções municipais realizadas no último domingo. Conforme Pont, "os militantes petistas votaram por um plano de governo que reafirme os seguintes pontos básicos: o não pagamento da dívida externa, pela estatização dos bancos e a realização da reforma agrária".

Como estratégia de ação, visando à reorganização partidária, "foi reafirmada a prática de construção de núcleos e a intervenção no movimento social do campo e da cidade", disse Pont.

Sobre o desempenho da administração municipal de Porto Alegre, conduzida pela Frente Popular, através do comando do PT, Raul Pont esclarece que os convencionais não tiveram a preocupação de julgar nenhuma ato do prefeito Olívio Dutra.

Convenção

O prefeito Olívio Dutra e vice-prefeito Tarso Genro desejam que a militância imprima "um novo impulso interno no Partido dos Trabalhadores, para que o trabalho político não se esgote na convenção, apenas para galgar posições internas. Verifica-se, portanto, a necessidade de uma forte atuação junto às bases para mantê-las ligadas à vida petista, em estreita colaboração com a Administração Popular" (Olívio).

Olívio quer ver o PT "desabrochar para amplas camadas da população, numa permanente militância de organização e mobilização". Para ele o partido "está integrado à administração, através dos seus filiados que formam o primeiro e o segundo escalões".

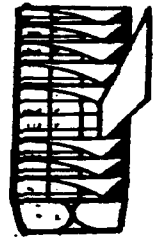
Tarso salienta que a direção do PT faz parte do Conselho Político do Governo Municipal, junto com outros partidos que formam a Frente Popular: "Desde a sua instalação, todas as ações e estratégias da Prefeitura foram de acordo com este órgão, que representa a atual direção municipal e obteve o apoio da convenção por escassa margem de votos". Assim, também que, na convenção, "os debates se concentraram basicamente na linha da Administração Popular e das relações da Prefeitura com o partido". Olívio recorda que foi presidente do Diretório Regional, por vários anos, "alguns em minoria, e que não impediu a execução das nossas tarefas".

F. Per (D.P.)

098

ELIPOLITICA

12



Colloir entra

no STF contra

tempo no rádio e TV

Ele só espera aprovação da lei no Congresso

Por GUSTAVO KRIEGER
Editorial Política/ZH

O governador de Alagoas, Fernando Colloir de Mello, anunciou ontem que vai arguir, junto ao Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade da lei de regulamentação eleitoral, que divide o tempo de propaganda gratuita no rádio e televisão proporcionalmente à representação parlamentar de cada partido. Colloir, que concorre à Presidência da República pelo minúsculo Partido de Reconstrução Nacional (PRN) que tem apenas um deputado federal, não aceita a divisão dos espaços de propaganda acertada entre os diversos líderes de bancada que lhe garante só quatro minutos diários nos meios de comunicação. Ele disse que vai esperar apenas a aprovação em plenário do projeto acertado entre os grandes partidos para ingressar na Justiça. A declaração do governador alagoano foi dada em Santa Cruz do Sul, onde ele reuniu-se com empresários, agricultores e lideranças políticas locais.

Colloir de Mello defende a concessão de espaços iguais no rádio e televisão para todos os candidatos e diz que a divisão proporcional acertada pelos maiores partidos fere o princípio constitucional da isonomia. Ele denuncia que "os congressistas estão pensando apenas nos interesses de seus candidatos e esquecendo do País", e diz que o povo quer ver o debate

entre todos os presidencialistas, sem privilégios.

Apesar de estar descontente com o espaço que ganhou no rádio e televisão, Colloir nega que vá fazer qualquer aliança política simplesmente para aumentar seu tempo de propaganda nos meios de comunicação. "Não faço conchavos", garante o candidato, afirmando que está fazendo uma triagem entre os políticos que querem apoiá-lo e dizendo que só aceitará compor com políticos que fechoem com os princípios de sua campanha.

Marajás

A imagem de "caçador de marajás", que Colloir de Mello ganhou pela perseguição que moveu aos funcionários fantasmas e de altos salários em seu Estado é o ponto central da campanha do candidato do PRN, que, a todo momento, inclui em seu discurso a promessa de atacar a corrupção e "colocar na cadeia" todos os corruptos. Ele garante que seu Governo cumprirá todos os compromissos de campanha ao "restaurar a moralidade e a dignidade" em Alagoas e promete que, se chegar à Presidência da República vai caçar também "os marajás do campo, da dívida e da especulação financeira".

Muito otimista, o Governador alagoano acredita que tem grandes chances de vencer a eleição para a Presidência da República e prevê que chegará ao segundo turno junho



Colloir de Mello visita indústrias de uma em Santa Cruz



Ele não aceita divisão de propaganda gratuita

mente com Luis Inácio Lula da Silva, do PT. Colloir está entusiasmado com os resultados das pesquisas de opinião que o colocaram em primeiro lugar à frente de Lula e Brizola e diz que "chegar a estas índices através de um crescimento constante, sem ter o apoio de um grande partido e vindo de um estado pequeno como Alagoas, mostra que a população começa a se identificar com nossas propostas políticas".

Colloir de Mello não teme prejuízos à sua candidatura por ter votado em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral e nem ser chamado de incoerente por ter trocado o PDS pelo PMDB e este pelo PRN. Ele diz que votou pelas diretas e, quando foi vencido, apoiou a candidatura de Maluf, "porque era o nome do partido". Depois, explicou que deixou o PDS e o PMDB porque estes partidos perderam a sua condição política e "traíram suas bases".

01.01

8908005

098

arboe1

quarta-feira, 25/1/89 □ 1º caderno □ 7

em setembro de 1989

Ministro muda diretor do Inpe para afinar com as Forças Armadas

continua

TEXTO

SÃO PAULO — A exoneração do diretor-geral do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Marco Antônio Raupp, decretada na última segunda-feira pelo presidente José Sarney e pelo ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, Roberto Cardoso Alves, agravou a tensão dos 1.600 funcionários do Instituto, localizado em São José dos Campos, a 97 quilômetros da Capital, que já vinham sendo ameaçados por um processo de demissão em massa desde que o governo federal editou o chamado Plano Verão.



Cardoso Alves

O ministro do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia, Roberto Cardoso Alves, afirmou, em Brasília, que a substituição do diretor-geral do instituto foi realizada para "afinar o Inpe com setores de política espacial". Cardoso Alves admitiu que a substituição aproxima o Inpe de "pessoas ligadas ao Estado-Maior das Forças Armadas" (Emfa). No entanto, desmentiu que a instituição possa ser transferida ao Ministério da Aeronáutica por "razões políticas". "Se forem razões irrefragáveis para o interesse público, eu não posso deixar de atender", comentou o ministro.

Cardoso Alves informou que "está havendo um exame das funções do instituto" porque o Inpe poderia estar "melhor sintonizado" na Aeronáutica do que na área restrita à ciência e tecnologia. "Mas eu não estou fazendo isso", ressaltou o ministro, sustentando que deve haver "perfeito entrosamento" entre um e outro. No lugar de Raupp, foi nomeado diretor-geral o diretor de sensoramento remoto do Instituto, Márcio Nogueira Barbosa.

"O presidente tem o direito de substituir a quem quiser; o que nos preocupa é a ameaça de demissão sobre 735 funcionários, a maioria pesquisadores, e a possibilidade de que Inpe passe para a tutela do Ministério da Aeronáutica", diz o engenheiro Eduardo Parada Tute, 32 anos, há 10 no órgão, um dos coordenadores da comissão de funcionários que tenta reagir às ameaças de demissões anunciadas no Plano Verão.

O ex-diretor geral Marco Antônio Raupp, que ontem compareceu ao órgão, de volta das férias, mas se recusou a falar com a imprensa, foi exonerado justamente por que se opunha à transferência do Inpe para a área militar. "O Inpe é um órgão civil e assim ganhou o respeito da comunidade científica nacional e internacional", diz Parada Tute. "Se passar para o Ministério da Aeronáutica, uma série de acordos internacionais ficarão automaticamente rompidos — já que a lei proíbe a cooperação entre agências espaciais estrangeiras e as forças armadas".

A maior parte dos 735 ameaçados é de pesquisadores envolvidos nos projetos mais importantes do órgão — como o desenvolvimento do satélite sino-brasileiro, ponto principal de cooperação entre o Brasil e a China assinado pelo presidente Sarney durante visita àquele país, no ano passado. O satélite está em fase adiantada de construção nas fases estrutural, mecânica e de suprimento de energia, que são as de responsabilidade do Inpe. Outro projeto importante, dentro do projeto global Missão Espacial Completa Brasileira — MEBC —, é a utilização de um laboratório de testes para satélites, que é o único do hemisfério sul e custou US\$ 50 milhões. Dos 108 funcionários que trabalham no laboratório, nada menos de 81 estão ameaçados de demissão.

F.P.R.

098

Folha 1

Folha 2

Folha 3

:otnu2A

:OTX3T

POLÍTICA

ZIL Brasília

Está faltando autoridade

O Governo está aceitando situações verdadeiramente absurdas. Um ministro de Estado anuncia que vai sair, mas não determina o dia, apenas estabelece condições, como faz de core limpa, o ministro Aureliano Chaves. Age como se fosse o chefe exclusivo de uma decisão, que é de responsabilidade do presidente da República. Quem determina a nomeação ou demissão de ministro é o presidente. Mas a grande falta é que, há 20 dias, por conta de uma simples unha encravada, o ministro deixa de comparecer ao seu gabinete, quando assuntos graves estão ocorrendo, como é o caso do acidente da BR - Distribuidora, subestação de Petrópolis que é vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Vivemos num período em que, em delicadas cirurgias, os pacientes estão caminhando e liberados pelos médicos. Está aí o exemplo do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, operado por diverticulite e já está trabalhando, em ritmo lento, é verdade, mas não descurando

das suas responsabilidades.

O sr. Aureliano Chaves poderia, muito bem, extrair a unha, colocar um curativo, calçar uma sandália e franciscamente atender ao expediente em seu gabinete, privando-se apenas, se julgasse conveniente, das recepções que exigem lustrosos sapatos. Esse fato depois contra o ministro de Estado, mas muito mais contra o próprio presidente da República, que prima em marcar o seu governo pela indecisão, pela hesitação. Até hoje não designou o ministro do Trabalho. E isso na hora que se discute com tanto calor e polêmica a questão do salário mínimo, a Lei de Greve em serviços essenciais, aplicação da URB nos reajustes salariais e muitos outros da competência do ministro do Trabalho.

É a falta de autoridade o grande responsável pela crise do País. Econômica, social e política.

ANA AMÉLIA LEMOS

Partes poco legible

01.01

8908010

Pires entra com ação na Justiça contra ACM

O governador baiano alega que foi vítima de fraude

Waldyr Pires, governador da Bahia, entrou com uma ação judicial contra o ministro Antônio Carlos Magalhães, do Supremo Tribunal Federal, alegando que foi vítima de fraude durante a eleição de 1987. O governador afirma que o ministro teria manipulado os resultados da eleição para garantir a vitória de seu candidato, o então governador Waldyr Pires.

Waldyr Pires, que foi eleito a Brasília, especificamente para impugnar esta representação, afirma que o ministro Magalhães, ao dar suas declarações, "transcorreu fatos, falsou a verdade e desvirtuou provas para atacar um inimigo político". Sobre empréstimos feitos junto ao BNDES, o advogado de Waldyr Pires, Evandro Lima e Silva, disse que não houve qualquer irregularidade com nenhum deles.

Quem contraiu o empréstimo, na época, foi o então governador, disse Evandro, já que Waldyr não ocupava nenhuma cargo público. Ele lembra que o banco existe

de Waldyr Pires, então governador da Bahia, e que o ministro Magalhães, ao dar suas declarações, "transcorreu fatos, falsou a verdade e desvirtuou provas para atacar um inimigo político".

Waldyr Pires afirmou que o ministro Magalhães, ao dar suas declarações, "transcorreu fatos, falsou a verdade e desvirtuou provas para atacar um inimigo político".

Waldyr Pires afirmou que o ministro Magalhães, ao dar suas declarações, "transcorreu fatos, falsou a verdade e desvirtuou provas para atacar um inimigo político".

Ministro diz que prova acusações

O ministro Antônio Carlos Magalhães afirmou ontem que "vai provar tudo e admitir se descobri novas e graves revelações que comprometam e incriminem o sr. Waldyr Pires".

Magalhães afirmou que "vai provar tudo e admitir se descobri novas e graves revelações que comprometam e incriminem o sr. Waldyr Pires".

A representação ao Supremo, na opinião do ministro — demonstra que o governador Waldyr Pires perdeu todo o senso da razão. "Basta se apresentar realmente dentro das provas de beneficiário de favores da revolução que ele tanto combatia. Combatia e combate agora, porque, na realidade, no passado, ele estava envolvido através de pessoas oficiais. Basta provar, antes de qualquer coisa, a corrupção do BNDES. Depois disso, qualquer coisa que ele quiser dizer, não vai importar nada".

Chaga ao ponto de incredulidade a representação ao Supremo demonstra que ele comprou um apartamento em 1979 e afirma tê-lo pago com outros que vendeu em 1981, ou seja, adquiriu um imóvel com o dinheiro da venda que iria efetuar somente dois anos mais tarde.

Comissão decide se CPI tem autonomia

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado deverá decidir hoje consulta do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), e a uma questão de ordem de senador Odacir Soares (PFL-RO), sobre a autonomia ou não de uma comissão parlamentar de inquérito — no caso, a CPI da Corrupção — de encaminhar diretamente ao Ministério Público as suas conclusões e recomendações de encaminhamento por responsabilidade civil ou criminal de implicados.

A consulta de Humberto Lucena ainda não teve decisão na comissão, porque justamente o senador Odacir Soares pediu vista, na semana passada. Ontem, na sessão matinal do Senado, ele levantou como questão de ordem (e não como recurso) a falta de autonomia para as CPIs encaminharem suas conclusões ao Ministério Público sem o devido exame e votação do plenário do Senado. O argumento de Odacir Soares é que, se as CPIs são criadas pelo plenário do Senado, suas conclusões também devem ser a ele submetidas.

Diante da questão de ordem, Humberto Lucena juntou mais alguns argumentos. Lembrou que a Comissão de Constituição e Justiça tinha justamente uma consulta sua sobre o assunto e concedeu à questão de ordem. "Tendo em vista o que dispõe a Constituição e o regimento, a presidência entende que qualquer relatório de comissão parlamentar de inquérito tem que ser submetido ao plenário do Senado Federal".

questão de ordem de Odacir Soares, poderia ter encerrado a questão — inclusive tornando inócua uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça — se o senador Ilmar Franco (sem partido-MG) não tivesse levantado uma outra questão de ordem em contrário, recorrendo da decisão de Lucena perante o plenário. Lucena, no entanto, entendeu que o recurso não deveria ser decidido no plenário e encaminhou para análise da Comissão de Constituição e Justiça, o que levou a um discussão entre ele e Ilmar Franco.

A discussão entre Humberto Lucena e Ilmar Franco, com citações de artigos do regimento interno com interpretações discordantes, chegou a um ponto em que Franco acusou o presidente do Senado de estar querendo "passar por cima da Comissão de Constituição e Justiça", quando Lucena, então, considerou que a questão estava decidida, fora encaminhada por exame da Comissão de Constituição e Justiça e a sua decisão favorável à questão de ordem de Odacir Soares estava sobrestada até uma posição final da comissão.

Antes de considerar a questão encerrada, Ilmar Franco ainda deu uma alfinetada em Humberto Lucena sobre ela considerar sobrestada a matéria: "É lógico que tem que estar sobrestada. Você, excelência, não pode ser o único homem a interpretar a Constituição nesta casa". Lucena rebateu: "Quem vai interpretar é a Comissão de Constituição e Justiça, sobre senador". Ilmar completou: "É para isso que há a Comissão de Constituição e Justiça". (A.E.)

Partes Ilegíveis

13/12/88

8908012

A decisão de Humberto Lucena, favorável à

098

Requente	Elaborado por	Revisado por
Assunto		
TEXTO		
10/1/89		
POLÍTICA		
Zeu Hds		
F Per		
ZH Brasília/Securad RBS		
<h2>A indefinição do Governo</h2> <p>Depois de ter decidido extinguir a URP, instrumento usado para os reajustes salariais, o Governo pode voltar atrás diante da pressão exercida pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pelas lideranças empresariais, além de manifestações da própria classe política, agora em recesso. A ameaça de greve geral é séria demais para o Governo testar a sua força. A rigor, o Governo, de novo, se equivocou na busca de solução para o controle da inflação através da velha fórmula do achatamento salarial, mecanismo que a Nova República tanto condenou e executou, durante o regime militar.</p> <p>Dois ministros confirmaram a decisão de extinguir a URP: Márcion da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto. Este último, agora dublê de "ministro do Trabalho, da Economia e chefe do Gabinete Civil", tal a desenvoltura que ocupou os espaços destinados a discussão pública do pacote de Verão. Ronaldo Costa Couto chegou ao ridículo de dizer que sairia do ministério se os trabalhadores tivessem prejuízo com a extinção da URP, numa tentativa de impor credibilidade. Mas as lideranças sindicais estão cansadas de promessas de um Governo que não está acostumado a cumpri-las.</p> <p>A questão é conciliar a manutenção da URP com outros mecanismos que evitem uma hiperinflação e levem o País a uma recessão econômica grave. Com 80% ao mês é impossível conviver. Mas até agora não se sabe ao certo que caminhos vai seguir o Governo, depois de ouvir tantos conselhos de ex-ministros, alguns deles bem conflitantes. A mais simples: não gastar mais do que arrecada, parece que está e continuará esquecida. Basta olhar Brasília, de perto, para ver onde estão os rombos de cofres públicos, verdadeiros fabricantes dessa inflação escandalosa.</p> <p>ANA AMÉLIA LEMOS</p>		

098

Febru

Exemplar N.º

Página de Informe N.º

Ermirio quer definição do centro à sucessão

Ele diz que com plataforma séria é possível vencer esquerda

"Ou apresentamos uma plataforma séria, objetiva e pragmática para a Presidência da República ou então não haverá candidato à sucessão do presidente Sarney que poderá vencer a esquerda". Esta advertência aos "políticos e empresários do centro" foi feita ontem, em Belo Horizonte, pelo presidente do Grupo Votorantim, Antônio Ermirio de Mello, depois de se reunir por mais de duas horas com o governador Newton Cardoso.

Ele reafirmou que não será candidato à Presidência e disse que ainda não conhece um nome do centro para assumir a candidatura. Antônio Ermirio explicou que "as esquerdas estão muito bem definidas, com dois candidatos — Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e o engenheiro Leonel Brizola, do PDT — enquanto o centro não tem qualquer definição de nome". Afirmou que, durante o encontro com Newton Cardoso, chegou a discutir propostas para a aglutinação dos políticos do centro, e que esta é sua preocupação após as eleições municipais, que pretende levar também ao meio empresarial.

"Sempre me defini como homem do centro, não por comodismo, mas porque tenho que pensar o que é bom para o Brasil e não aquilo

que desejam a esquerda e a direita", afirmou. O empresário paulista ressaltou que o objetivo de sua visita ao governador de Minas, no entanto, foi outro: "Vir apresentar novos projetos industriais que o grupo vai instalar aqui no estado". Mas admitiu que, ao longo da conversa, decorrida no Palácio das Mangabeiras, ele e o governador falaram muito sobre o Pacto Social em negociação no País.

Ermirio pediu, em entrevista, que os empresários colaborassem para a viabilização do acordo, advertindo que, se isso não acontecer, "indústria por água abaixo". E deu uma receita pessoal: "Para fazer o Pacto funcionar, o Governo deve enxugar a máquina pública, os empresários devem ganhar menos e os empregados precisam ter os salários melhorados". Depois, disse que, apesar das dificuldades, nenhuma setor que participa das negociações do Pacto pode desistir. Ele chegou a dizer que dava uma demonstração de confiança nas negociações, ao anunciar ontem que o Grupo Votorantim investirá 200 milhões de dólares (cerca de Cr\$ 200 bilhões, no câmbio paralelo) em Minas Gerais, em quatro novos projetos das áreas de mineração e industrial. (AEE)

Maluf impede candidatura Passarinho

O ex-governador Paulo Maluf impediu que a candidatura do senador Tobias Passarinho (PDS-MA) à Presidência da República fosse lançada ontem, na reunião do Diretório Estadual do PDS, adotando uma decisão do partido sobre a conveniência de lançar candidato próprio à sucessão de Sarney. O clima foi de angústia entre os que estavam presentes, pois discutiram quanto à necessidade de o partido ter um candidato próprio e quanto à participação efetiva do PDS no Pacto Social.

A reunião do Diretório, convocada para avaliar o desempenho eleitoral do PDS no pleito municipal e traçar as alternativas de partido para o futuro, transformou-se numa disputa entre os defensores das candidaturas Passarinho e Maluf. O nome do senador foi

lançado pelo deputado Gérson Pires (PA), no defender que o PDS tenha candidatura própria. Uma decisão imediata do partido, muito sentida, foi exigida ainda pelos presidentes dos diretórios regionais do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e todos os representantes do Nordeste.

Maluf tinha ao seu lado a representação de São Paulo e os membros expressivos do descompromisso PDS nacionalista, apesar de sua derrota na capital. O ex-governador disse que o PDS obtinha seis milhões de votos em São Paulo, totalizando 200 milhões eleitos, e que sua votação individual foi superior, em 300 mil votos, à soma dos votos dos prefeitos Marcelo Alencar (PDT), no Rio de Janeiro; Pimenta da Veiga (PDS), em Belo Horizonte, e Oliveira Dutra (PT), em Porto Alegre. (AG)

098

Apesar do esforço concentrado, o Congresso Nacional entrou em recesso deixando sem regulamentação a quase totalidade do texto constitucional. A ideia da convocação extraordinária está praticamente descartada pela má-vontade das lideranças

F.R.C. J.M.

Texto constitucional (Gob) não foi regulamentado

O esforço concentrado deixou a desejar. O Congresso Nacional entrou em recesso sexta-feira, mas ficou sem regulamentação a quase totalidade do texto constitucional que está em vigor desde o dia 5 de outubro. Assuntos de importância, como o princípio que limita a taxa de juros reais em 12% ao ano e a necessária Lei do Greve, ficaram pendentes para o próximo ano legislativo. Além disso, essas questões não serão apreciadas imediatamente quando reiniciarem os trabalhos, em 15 de fevereiro de 89. Antes disso, terão que ser elaborados três regimentos: o da Câmara, o do Senado e o comum das duas Casas.

Os novos regimentos são tidos pela maioria das lideranças, independentemente de coloração partidária ou ideológica, como pré-requisito indispensável para que a nova Constituição possa efetivamente ser regulamentada. O argumento é que, com os novos regimentos, a legislação poderá ser discutida nas comissões técnicas, que propiciam um maior aprofundamento dos temas e intercâmbio com a sociedade. Sem eles, o encaminhamento dos projetos é feito somente através do plenário, onde é nomeado um relator. O resultado é dos piores: as leis são votadas e aprovadas ou rejeitadas sem análise e de forma passional.

Além disso, foi isso que aconteceu entre 22 de novembro e a última quinta-feira. Muitos parlamentares aprovaram matérias sem saber realmente o que estavam votando. Para isso, contribuiu o fato de as propostas só poderem ir a plenário com acordo das lideranças, pois, de contrário, seria solicitada verificação de quorum. Desta forma, as matérias foram apreciadas quase no final do esforço concentrado. Além do mais, o Governo também errou. Assuntos de grande significado para a vida nacional chegaram ao

Parlamento praticamente ao apagar das luzes do ano legislativo, como o aumento do funcionalismo público federal.

Convocação extra

A convocação extraordinária entre janeiro e a primeira metade de fevereiro está praticamente descartada, ape-

sar das solicitações nesse sentido dos deputados Paulo Mincarone (PMDB-RS) e Paulo Palm (PT-RS), bem como da bancada do PSDB. O período extra de trabalho seria para a regulamentação da Carta, mas na prática há uma má-vontade na maioria das lideranças quanto a esse assunto. O próprio presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), defendeu a proposta, mas não

fez nada de concreto para colocá-la em ação.

Depois da Constituinte, que determinou recessos em 1987 e 88, os parlamentares alegam que querem contato com as bases. Na realidade, em várias ocasiões houve recessos em massa. Durante a Constituinte, enquanto os relatores redigiam os projetos. Depois dela, no intervalo entre sua promulgação e as eleições municipais.

ZERO HORA — Terça-feira, 10.01.89 — PÁGINA 10

No entendimento de Afff, seus compromissos são claros e quem desejar aderir que o faça, garantindo que não há arranjos. Ele assegurou que não conta em massa do poder, mas se o Governo pretender se transformar em povo, aí estará identificando com sua candidatura. Para ele, o Brasil mudou e só o poder não sabe disso. Vê como principal característica do poder e fato dele ser estelionatário. "Se alguém fica sem dinheiro e passa a fabricá-lo no fundo da casa, para pagar suas dívidas, vai preso como estelionatário. O Governo faz o mesmo, só não vai preso, mas o povo se sente roubado", ponderou. (Brasília/ZH)

and a half to 2 1/2

2015-02-02

SECRET

ZERO HORA - Terça-feira, 18.01.89 - PAGINA 5

O vice-prefeito Luis Eduardo Greenhalgh viajará para a Europa ainda este mês, a fim de obter junto a bancos internacionais empréstimos para equilibrar o déficit de US\$ 1 bilhão (Caf 900 bilhões), em 1964, prevista. O anúncio foi feito pela prefeita Luiza Erundina, que realizou ontem o balanço de seus primeiros sete dias de governo.

Erundina disse ter encontrado a Prefeitura em situação "muito pior" do que havia sido esquadriado pela equipe de assessores que elaborou, antes de sua posse, o plano de emergência. Uma das principais causas da defasagem, segundo ela, deve-se ao fato de a administração Jânio Quadros ter omitido informações importantes da equipe petista, com o intuito de esconder a realidade:

— Estamos nos empenhando, mas a crise é tão séria que será impossível cobrir esse rombo e sanear as finanças do Município até o final de nossa gestão.

A nível interno, o problema do déficit municipal está sendo negociado com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deverá destacar, ainda esta semana, um técnico para examinar a situação da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), um dos mais graves problemas que a prefeita está enfrentando. A dívida da empresa com os fornecedores de peças de reposição paralisou cerca de 40% da frota, que não conseguiu ser reparada. (AG)

156350

01 . 01

8908021

098

Fechado

Folha 101

Folha 101

A2000

TEXTO

Brizola critica tese de plebiscito em 1990

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, disse ontem, no Rio, que o crescimento da candidatura do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, nas pesquisas eleitorais, "é uma manipulação da direita, das elites e do conservadorismo, todos em crise. Já encheram o balão do Lula e agora preferem o Collor".

Brizola disse ainda que a proposta do candidato petista, Luís Inácio Lula da Silva, de antecipar para 1989 o plebiscito sobre o sistema de governo "só serve aos interesses das oligarquias, com o objetivo de impedir a ascensão de um governo verdadeiramente representativo da vontade do povo brasileiro".

Brizola fez ontem, no auditório da Associação Brasileira de Jornalismo (ABJ), uma simulação do programa nacional do PDT que será gravado hoje e irá ao ar no dia 28. Em entrevista, antes da simulação, Brizola aproveitou para criticar o PMDB "que é um partido em estado agônico. É uma frente que já deveria ter desaparecido".

Para o ex-governador, o povo espera votar num candidato "que tenha firmeza e equilíbrio, características de pessoas determinadas, e não no radicalismo inconsequente ou no grevismo de ocupação de fábricas e piquetes violentos". Brizola elogiou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, de quem espera apoio para a sucessão presidencial. Para Brizola, "as greves que ocorreram em São Paulo foram inúmeras, mas sem ocupação de fábricas ou violência, o que consolida o processo democrático. Já os piquetes violentos e as ocupações desvirtuam o direito de greve".

Brizola acha cedo uma previsão para o segundo turno, mas acredita que "a polarização se dará entre um candidato que represente os interesses do povo e uma da oligarquia". O programa do PDT contará a história do trabalhismo, enfocando Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Depois, Brizola quer mostrar que o "País está sendo desvirtuado de seu rumo pelos dirigentes da elite" e proporá uma plataforma com idéias gerais que o povo possa entender.

"A prioridade será para as crianças, desvalidos e velhos. Na educação e saúde vamos propor coisas concretas, como a implantação dos Cieps em escala nacional, respeitando, na arquitetura, as peculiaridades regionais", afirmou Brizola. (AE)

24-10-88

01.01

8908022

No último fim de semana, vários ministros conversaram entre si, concluindo que a reforma administrativa precisa ser profunda e não uma mera troca de pastas. A partir de hoje, Sarney inicia contato com seus ministros para tratar da reforma

Ministros temem uma reforma apenas com mudança de pastas

Nesse último fim de semana, vários ministros conversaram entre si sobre a reforma administrativa, já que não receberam qualquer tipo de orientação do presidente da República. Eles têm concluído que a reforma administrativa de nada servirá se resultar apenas numa mudança de pastas como uma espécie de rodízio, nesse caso constituindo uma reforma parcial do ministério, que não mais teria sentido num último ano de mandato presidencial. Segundo o ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, Sarney inicia, a partir de hoje, contatos com seus ministros para tratar da reforma administrativa.

Entre telefonemas trocados entre si, os ministros procuram dimensionar a verdadeira extensão da reforma, pois, antes do Natal, o ministro Antônio Carlos Magalhães anunciara que havia a possibilidade de uma reforma profunda e radical, o que os ministros não acreditavam. O ministro Antônio Carlos Magalhães parece ser o grande ponto de mistério da reforma, no entender desses ministros que se têm reunido. O comportamento do ministro das Comunicações revela ser seguro e indicativo de que tem base plena no consentimento do presidente Sarney, uma vez que, não raro, todos esses ministros o encontram no gabinete presidencial quando vão despachar com o chefe do Governo.

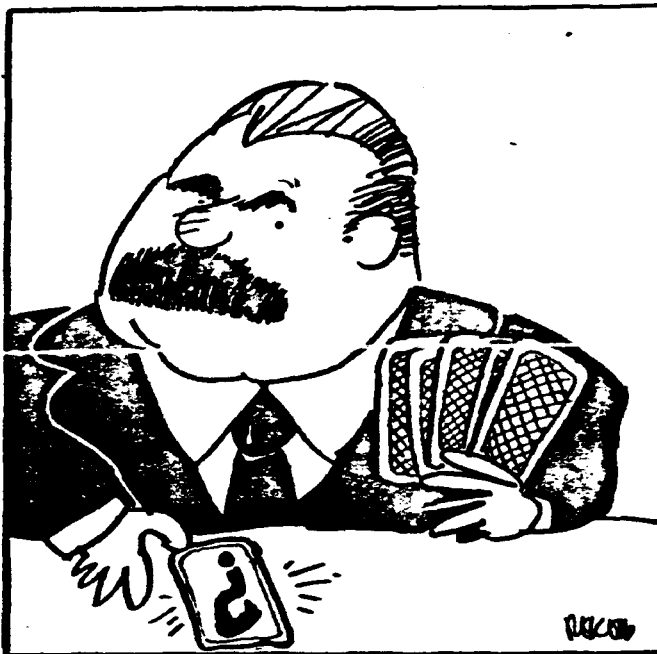
No entanto, o mais atingido historicamente pelas críticas do ministro — o da Habitação, Prisco Viana — dá mostras de que nada acontecerá a seu ministério, ameaçado de extinção. Sarney — essa é a conclusão a que os ministros chegaram — dificilmente tratará de deixar mal, perante a opinião pública, os poucos amigos leais que mantém dentro de seu ministério.

Sem espaço

Um desses é Prisco Viana, que não mais tem espaço nem tempo para disputar a presidência da Câmara, portanto devendo voltar a simples deputado federal na bancada da Bahia, se o presidente Sarney extinguir sua pasta. A função de líder do Governo na Câmara em substituição ao deputado Carlos Santana — outra hipótese mencionada nos últimos dias em relação a Prisco — também não é substancial, porque não há como coordenar um grupo desarticulado e sem motivação, que é o da maioria.

Na última reunião entre os ministros e o deputado Carlos Santana, o ministro Prisco Viana foi dos que menos se expressou. Sua situação é particularmente difícil, pois disputa o governo da Bahia, e qualquer gesto do presidente Sarney que o deixe mal no plano federal repercutirá negativamente em sua campanha, e será explorado por seus adversários. No mínimo, Prisco fica onde está. No máximo, ganha uma compensação à altura de sua amizade histórica com o presidente Sarney: outro ministério político.

O ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bessone, é o segundo ponto de dúvida. O Mirad deverá ser ou não extinto, e o ministro, parlamentar devotado ao PMDB, voltará à Câmara como simples deputado? Aparentemente, não será fácil para o presidente da República extinguir o Mirad, e com isso perder um pé de apoio que permanece fixado no segmento da esquerda. O Mirad tem a cara de Dante de Oliveira, e deve-se lembrar que foi a própria filha do presidente Sarney, Roseana, quem, num lance estratégico, levou para o ministério o autor das "Dire-



tas-já", como símbolo de adesão de seu pai ao pensamento progressista.

Intocabilidade

A Igreja também se levantaria contra a extinção do Mirad que, mal ou bem, ideologizado ou não, vai cumprindo o seu papel. O ministro Bessone é um dos que mais se tem articulado para obter uma resposta efetiva do que lhe acontecerá, e ao seu ministério. Não teve tempo sequer ainda de visitar as áreas de tensão social depois que se tornou o quinto ministro da pasta, desde a sua criação, há pouco menos de quatro anos. Mas recebeu do gabinete presidencial a notícia alvissareira de que Sarney encara o Mirad tal qual a Petrobrás: é um símbolo da intocabilidade nacionalista.

Apesar disso, existem muitos trabalhando junto a Sarney para provar que o Mirad deve ser absorvido pela Agricultura, formando uma super-pasta, junto com a Irrigação. Seria a plataforma de disparo da candidatura Iris Resende à Presidência da República, tendo como cabos-eleitorais os grãos da supersafra. O ministro da Saúde, o deputado Borges da Silveira, bem articulado, uma das peças mais ativas na estruturação do Centrão e garantia do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, está na berlinda por causa da propalada fusão dos ministérios da Previdência e Saúde, formando uma outra super-pasta social.

Borges voltaria à Câmara dando lugar a um novo ministro, que o substituiria, e também ao da Previdência, Jader Barbalho, para administrar cerca de 28% do orçamento federal. Borges, porém, tanto quanto Prisco Viana, já perdeu a condição de um retorno ativo à Câmara, na condição de candidato a presidente da instituição. À última reunião de ministros com o líder Santana, ele compareceu disposto a lutar pelo cargo, como opção do grupo moderado do PMDB, mas restou em todos uma análise de realidade que impunha a certeza de que o Governo não elegerá qualquer candidato, ministro ou não. (ANDA)

098

F.R. (R.ii)
J.B. 8/1/88

Brasil acusa os EUA de violarem regras do Gatt

O Brasil acusa os Estados Unidos de violarem as regras do Gatt, de utilizar a disputa entre os dois países sobre patentes farmacêuticas para melhorar sua posição de barganha nas negociações sobre o comércio mundial.



O embaixador Roberto Riccio afirmou que a especulação dos produtos brasileiros adotada recentemente por Washington vai contra as regras e os princípios do Gatt. "Os Estados Unidos também violaram o compromisso de não impor novas restrições", completou.

Um dos principais objetivos americanos é melhorar sua posição de barganha em um setor das negociações da Rodada Uruguai que dizem respeito à proteção de patentes, copyright, marcas registradas e segredos industriais.

Dizem também que o Brasil se opõe que tais assuntos sejam debatidos no âmbito do Gatt pois o fórum adequado é a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), órgão das Nações Unidas dedicado a promover a proteção dos copyrights e patentes.

Vinte e sete — Na abertura da sessão em que o chefe Arthur Dunkel, de 56 anos, foi reeleito diretor-geral do Gatt por mais dois anos, os países subdesenvolvidos pediram o reconhecimento da relação entre comércio internacional, finanças e dívida externa.

Seus representantes defenderam também outros dois princípios: a necessidade de se dar um tratamento especial e preferencial aos países subdesenvolvidos e a recusa à relação sistemática entre as diversas questões negociadas.

O embaixador do Brasil destacou que aos países em desenvolvimento não interessa saber "com que molho serão comidos", pois não querem ser comidos. "Há tempo para se estabelecer o equilíbrio e realizar um esforço comum".

Costa Rica dará ao Brasil chance de driblar EUA

A Costa Rica está propondo aos exportadores brasileiros a utilização de suas zonas francas para driblar as retaliações comerciais adotadas pelo governo norte-americano, através de um mecanismo que permitiria ao Brasil ter acesso ao mercado dos Estados Unidos e do Caribe, pela transformação de produtos nacionais em costarriquenhos — quando poderão ser reexportados para os EUA — desde que 35% dos componentes passem a ser da Costa Rica.

Foi este o objetivo de uma missão de empresários da Costa Rica, integrantes do Cinde (Programa Costarriquenho de Promoção de Investimentos), que passou uma semana no Brasil fazendo contatos com associações comerciais e grupos empresariais dos setores têxtil, farmacêutico, agroindustrial, eletroeletrônico e de metal-mecânica, que são os produtos que mais interessam ao país.

"A Costa Rica pode ser uma plataforma de exportação para o Brasil", explica Rodrigo Ortiz, gerente-geral do Programa de Investimentos do Cinde. Ele explica que, entre as vantagens, está a isenção total das taxas alfandegárias por importação de matéria-prima necessária para a produção de bens de capital; 100% de isenção do ICM local, liberdade cambial, repatriação garantida do capital e do lucro através de selos registrados de capital com o Banco Central e 100% de isenção de impostos gravados em remessas no exterior, além de serviços alfandegários gratuitos nas zonas francas.

Partes
Poco
legíveis

890 80 26

098

colba7

colba7

colba7

colba7

colba7

POLÍTICA

ZH Brasília

(F.R. (P.P.P.))

O candidato do PMDB à sucessão

O recolhimento do governador Orestes Quércia, do cenário político, faz parte da estratégia para o lançamento desse nome à convenção do PMDB que indicará o candidato à sucessão presidencial, neste ano. O governador paulista, até agora, sempre que é questionado sobre o assunto, apresenta o nome do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, como "candidato natural" à sucessão de José Sarney. É uma forma adequada para, mais tarde, conseguir o apoio de Ulysses a sua candidatura, já que são visíveis as restrições dentro do partido ao nome do presidente da Câmara. É um figura notável, de relevantes serviços prestados à redemocratização do País, sobretudo nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Mas o resultado das eleições de novembro trouxe um grande desgaste à imagem de Ulysses Guimarães pelo fato de estar associado a um Governo que perdeu toda a credibilidade.

As referências feitas, em Nova Iorque, pelo deputado Ulysses Guimarães, ao governador de São Paulo, são a prova evidente de que ambos têm, na mão, o controle do processo. Ou pelo menos, controlam toda a força para isso, embora a movimentação dos governadores do Nordeste tenha precipitado, internamente, a discussão da escolha. O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, tem estado mais perto do Nordeste (Waldyr Pires e Miguel Arraes) do que do Sul (Newton Cardoso, Ulysses, Simon, Quércia) estabelecendo um divisor de águas dentro do partido. Em Nova Iorque, Ulysses disse que Quércia é o melhor governador que São Paulo já teve. Excessos à parte, o fato é que o plano administrativo de Quércia é realmente bom e, no plano político, tem conseguido maior agilidade do que muitos dos seus colegas e sobretudo se comparado às ações do Palácio do Planalto.

ANA AMÉLIA LEMOS

01.01

8908027

098

Endereço	Nome do Candidato	Nome do Candidato
Assinatura		
Data		

FB (R. PP.)

ZERO HORA — Segunda-feira, 27.01.87 — PÁGINA 1

PFL fará prévias para candidato a Presidente

Decisão tomada na reunião de Maringá neste fim de semana

O PFL vai realizar prévias para escolher candidato do partido à Presidência da República. Este é o resultado do encontro de Maringá (PR), realizado no fim de semana com a presença do presidente nacional pefelista, senador Marco Maciel. Esta reunião também aprovou a recomendação de que a Frente Liberal deve concorrer com candidato próprio à Presidência da República.

Conforme o presidente do PFL gaúcho, senador Carlos Alberto Chiarelli, que participou do encontro, a partir de sexta-feira haverá, em Florianópolis, o primeiro de uma série de seminários inter-regionais. O objetivo é discutir as teses para o realinhamento do partido, na convenção de março próximo, em torno dos princípios da liberal-democracia, visando à campanha presidencial e ao programa de governo a ser proposto pelos pefelistas.

Os pefelistas vão procurar formular as

regras para a adoção de uma linha de oposição clara ao Governo Sarney. Fontes partidárias asseguram que, como ponto de apoio para este tipo de definição, poderá ser levado o documento da convenção do partido no Rio Grande do Sul, em dezembro 1987, que prega o rompimento e a entrega dos cargos federais. Esta temática tem encontrado resistências de diversos setores partidários que desejam continuar ligados ao Governo. Como é o caso do ex-governador e ex-senador paranaense Nei Braga, atual presidente da Itaipu Binacional. Ele foi à reunião de Maringá e defendeu a permanência do partido no Governo.

Após a reunião da Região Sul, em Florianópolis, será realizado o encontro de Manaus, no próximo dia 27. Irá reunir os pefelistas do Amazonas, Pará, Acre e Rondônia. Também já estão na pauta os encontros de Campo Grande, São Paulo, Aracajú, Fortaleza e Macaé.

01.01

8908028

098

Folha

Edição 13

Público de Informação

Assim

1312

ZERO HORA — Segunda-feira, 09.01.89 — PÁGINA 13

Lorenzi diz que PMDB não ganha com Ulysses

Partido deve "acompanhar o eleitorado" e deixar o imobilismo

O secretário-geral do PMDB gaúcho, deputado Antônio Lorenzi, disse ontem que o partido deve refletir, num debate lúcido e equilibrado, não só a situação interna, a partir do resultado das eleições municipais, como também repensar sobre o lançamento da candidatura do presidente do partido Ulysses Guimarães, à Presidência da República. "Ulysses não espelha o desejo de mudança da sociedade, porque esteve atrelado por tempo excessivo ao imobilismo da Nova República. Se o PMDB quer vencer o pleito presidencial e fazer as suas propostas, terá de acompanhar a tendência do eleitorado. Só que isso não será possível com a candidatura Ulysses".

Alerta ainda que as eleições presidenciais vão ocorrer em um período de crise social e

econômica e as transformações devem vir com rapidez. Mas, no seu ponto de vista, o presidente do PMDB parece não demonstrar agilidade para promover as mudanças, pois tem contra si a crise de identidade que vem sendo enfrentada pelo seu partido. Para Lorenzi, "o povo, inevitavelmente, fará essa associação".

No entanto reconhece que Ulysses, "mais do que um líder nacional, pode também ser considerado como um herói do povo brasileiro pela sua resistência contra o autoritarismo e a pela sua luta em favor da redemocratização, da qual foi um dos maiores artífices". Mas pondera: "Como presidente e o maior líder do PMDB terminou sendo responsabilizado pela falta de definições internas.

Também depõe contra ele o fato de haver sido o principal fiador da Constituinte, que terminou com a sua imagem prejudicada diante da interferência do Governo Federal".

Lorenzi toma por base as manifestações que vem recolhendo pessoalmente junto ao seu eleitorado na região do Alto Taquari, associadas às discussões que acompanha em nível nacional em relação ao futuro do partido. "O PMDB pagou o ônus de haver enfrentado praticamente sozinho a ditadura e os conservadores. Conseguimos a transição democrática, a nova Constituição e a democracia. Mas nos faltou mobilidade para exigir fidelidade aos princípios progressistas e de centro-esquerda do PMDB a alguns dos filiados que incharam a nossa legenda".

01.01

8908029

090

Fecha:	El domingo 19 de octubre	El día anterior al día de la semana
:otnuA		

Montevideo, jueves 15 de diciembre de 1988

Brasil: plantearon en la Cámara de Diputados pedido de juicio a Sarney

El gobierno pide autorización legislativa para negociación de deuda externa

BRASILIA, (ANSA Y Reuters). - Un pedido de juicio político contra el presidente de la República José Sarney y cinco ministros de Estado, fue leído ayer en la Cámara de Diputados, dando inicio a la tramitación del proceso.

En la denuncia están involucrados los ministros José Renaldo Tavares (Transportes), João Batista de Abrujo (Planificación), Máilson Da Nóbrega (Finanzas) y Antonio Carlos Magalhães (Comunicaciones), además del consultor general de la República, Saulo Ramos.

Los cinco ministros están acusados, entre otras cosas, por falta de criterio en la liberación de subvenciones y presupuestos, en la mayoría de los casos sin provisiones presupuestarias anteriores. El presidente Sarney fue involucrado en 14 delitos de responsabilidad, como la delegación ilegal de poderes a funcionarios de segundo nivel, ya que se trataba de poderes exclusivos del presidente de la nación.

El procurador Ramos es también acusado

de haber procurado impedir la actuación de la Comisión Parlamentaria de Investigación (CPI) y de estar envuelto en la sobrevalorización de títulos de la deuda agraria. Los ministros Máilson Da Nóbrega y João Batista de Abrujo entraron en las acusaciones por haber refrendado decretos-ley y otras medidas.

El senador José Ignacio Ferreira, del "Partido de la Social Democracia Brasileña" (PSDB), sección del oficialista "Partido del Movimiento Democrático Brasileño" (PMDB), que preside la Comisión Parlamentaria de Investigaciones (CPI) del Senado que investiga los actos de corrupción en el gobierno federal, había entregado al presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimarães, un pedido de decretación del impedimento del presidente Sarney para el ejercicio del cargo, por delito de responsabilidad. El planteo fue llevado ayer al seno de la cámara de diputados por el presidente de la cámara bala.

Cabe, ahora a la cámara solamente aceptar la denuncia (o no) permitiendo el proceso, a cargo del Senado. Por otra parte, el presi-

dente Sarney solo sería alejado del cargo en caso fuese a juzgamiento dentro de las normas legales.

La Cámara de Diputados tiene un plazo no definido por ley para crear una comisión interpartidaria, la cual tendrá a su vez 48 horas para designar su presidente y su relator y diez días más para votar el parecer final. Como el receso parlamentario comienza mañana, el trabajo de la comisión será realizado solamente a partir del 15 de febrero.

Deuda externa

Una negociación oficial sobre la deuda externa brasileña, la más abultada del mundo en desarrollo, ingresó ayer a un trámite de autorización legislativa por primera vez en la historia económica de este país, confirmaron fuentes parlamentarias.

Voceros legislativos dijeron que el presidente José Sarney envió un mensaje al Senado Federal solicitando venia constitucional para un acuerdo celebrado por su gobierno en julio con el Club de París, que represente a 13

países del mundo industrializado.

El pedido dio cumplimiento a una disposición de la flamante Constitución brasileña, promulgada el 5 de octubre, que concedió atribuciones al Senado Federal para fiscalizar y autorizar operaciones gubernamentales referidas a créditos externos.

Las fuentes consultadas confirmaron que la solicitud del Ejecutivo fue la primera en la historia legislativa del país, directamente vinculada con el proceso de endeudamiento externo brasileño.

La deuda externa brasileña creció de 3.100 millones de dólares, en 1964, a los actuales 118.000 millones de dólares, que convierten a este país en el principal deudor del tercer mundo, según datos oficiales del Banco Central.

En 1964 se produjo un golpe de Estado que entró a las fuerzas armadas en el poder para una permanencia gubernamental de 21 años y en cuyo transcurso el poder legislativo jamás recibió cuentas o fue informado sobre la evolución de la deuda agregada.



Presidente José Sarney

00000000

098

Fecha:

Fecha de entrega:

Fecha de entrega de informe:

Asunto:

Texto:

Petrobras: Gobierno investiga irregularidades

BRASILIA (EFE).- El gobierno brasileño investigará las supuestas irregularidades en las cuentas corrientes de la empresa brasileña de petróleo (PETROBRAS) y castigará a los funcionarios que estén implicados, según el Senador Rached Saldanha.

La declaración fue presentada en el pleno del senado en Brasilia y hacía referencia al escándalo suscitado en Petrobras y Petrobras Distribuidora (BR) sobre un supuesto chantaje a los bancos para que beneficiaran a funcionarios de la empresa a cambio de depósitos en sus respectivas cuentas

corrientes.

El Presidente de la BR, subsidiaria de Petrobras, ~~Armando Guedes~~, ex director financiero, Gerardo Magela, se presentaron el martes en la Comisión de Fiscalización y Control de la Cámara de Diputados.

Las denuncias sobre depósitos irregulares en las cuentas bancarias de la empresa brasileña de petróleo originaron un escándalo sin precedentes en la empresa estatal, la más importante de Brasil y la 45 en el mundo.

Según el Presidente de Petrobras, Armando Guedes, funcionarios de

BR presionaron a gerentes de bancos para que les fueran concedidos beneficios particulares a cambio de mantener las cuentas corrientes de la empresa o aumentar el volumen de sus depósitos, que suman 200 millones de dólares mensuales.

Por su parte, Barroso presentó el lunes una notificación ante las autoridades judiciales contra el Presidente de la Petrobras con el fin de que revele los nombres de los gerentes de los bancos denunciados y explique sus supuestas irregularidades sobre los depósitos de BR.

LA

MAGELA

15/12/88.

F. R. C.

01.01

8908031.

098

Fecha:	Elaboración:	Revisión de Informe:
Asunto:		
TEXTO:		

F. Pi. (R.L.!!)

20/12/88

• Brasileños irán a ver a Mandela

BRASILIA. (EFE). — Un grupo de parlamentarios brasileños visitará el mes próximo cuatro países del sur de África y podrá una entrevista con el líder negro Nelson Mandela, se informó ayer en esta capital.

Durante doce días, a partir del 15 de enero, el grupo formado por cuatro diputados y tres senadores visitará Mozambique, Angola, Namibia y Sudafrica, donde se entrevistarán con autoridades y representantes locales.

En Sudafrica los parlamentarios brasileños pretenden entrevistarse con el líder del Consejo Nacional Africano (ANC) Nelson Mandela, el preso político más antiguo del régimen del "apartheid" sudafricano.

Según lo dispuesto por el presidente de la Cámara de Diputados, Ulysses Guimarães, la delegación brasileña estará formada por los diputados Carlos Alberto Cao de Oliveira, Benedita Silva, Edilson Silva y Paulo Paim.



3. 8/12/88
Armando Guedes

General agora joga a culpa na administração que o antecedeu

O presidente da Petrobrás Distribuidora, general Albérico Barroso Alves, se defendeu ontem fazendo acusações a quem estava no cargo antes dele. Sem citar nomes em declarações à TV Globo, ele afirmou que estranhava, quando assumiu, que "vultosos recursos da empresa estivessem depositados em outros bancos que não o Banco do Brasil". Disse também que descobriu que muitos desses depósitos estavam em uma "conta transitória", o que achava "no mínimo irregular".

Estas declarações significam na prática uma acusação ao seu antecessor no cargo, o atual presidente da Petrobrás, Armando Guedes Coelho. Para não deixar dúvidas sobre o que pretendia dizer, o general pediu que a investigação fosse sobre as contas de toda a Petrobrás e não apenas as da Petrobrás Distribuidora.

Armando Guedes Coelho rebateu as acusações afirmando que "nunca tivemos em toda a história da empresa um problema destes" e "nunca foi trazido ao conhecimento da direção qualquer fato deste tipo". Se estivesse ocorrendo qualquer pro-

cedimento estranho, argumentou Guedes, também teríamos recebido denúncias, como ocorreu desta vez. "Já demiti muita gente na empresa por ter tomado ações ilegais. Com 60 mil funcionários, sempre pode ocorrer algo ilegítimo, mas o importante nestes casos é a transparência", disse ele.

O general Barroso fez tais acusações para justificar a intenção dos funcionários por ele nomeados de remanejarem os depósitos bancários da empresa. Mas um grupo de banqueiros denunciou ao presidente da Petrobrás que estavam sendo pressionados por funcionários da BR para pagarem propina a fim de que os depósitos fossem mantidos em suas agências.

A comissão de sindicância que apura a denúncia dos banqueiros concluirá os trabalhos no final desta semana para que o relatório possa ser encaminhado à reunião do Conselho da Petrobrás na próxima terça-feira, revelou Armando Guedes. No entanto, disse ele, como o general Albérico Barroso prestará depoimento no Congresso Nacional neste mesmo dia, talvez o assunto só seja

levado ao Conselho na quinta-feira, porque não pode faltar um único membro na reunião. Informou Armando Guedes que a comissão de sindicância já ouviu o depoimento de todas as pessoas envolvidas que trabalham na empresa, mas ainda existem depoimentos importantes a serem feitos. "Estamos querendo ouvir os banqueiros e a Br", disse ele.

A Petrobrás despendeu ontem que o chefe de gabinete do presidente da Petrobrás Distribuidora, Geraldo Magela, um dos acusados pelos banqueiros de tentativa de extorsão, tenha sido demitido, apesar das informações provenientes do Palácio do Planalto de que ele já teria sido exonerado na segunda-feira pelo próprio general Barroso. A demissão de Magela, aliás, só poderia ocorrer por determinação do general Barroso por tratar-se de um funcionário de sua confiança, não sendo um empregado de carreira na empresa, disse Armando Guedes. De qualquer forma, a demissão de Geraldo Magela é dada como certa por funcionários do alto escalão da empresa.

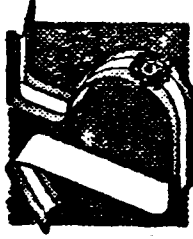
8/12/88
Cor

01.01

8908041

Brizola quer abater juros da dívida

■ Quando se candidatou a governador do Rio de Janeiro, em 1982, Leonel Brizola dizia que não precisava de plano de governo. O negócio era assumir e fazer. Candidato a presidente da República, e segundo colocado (11%) na última pesquisa (1 a 7/6/89) do Ibope, ele agora vem recebendo muitas cobranças, em debates e em entrevistas, para dizer o que pretende fazer na Presidência da República, se for eleito. Tem respondido que plano de governo não é coisa que se compra em qualquer lugar: a campanha eleitoral é que o define, através de debate amplo com a sociedade. Nesta entrevista concedida durante três horas antes de viajar, quinta-feira, para Paris, onde será recebido em audiência



pelo presidente François Mitterrand às 16h30 de segunda-feira, Brizola antecipa algo do que seria o seu governo. Faria, por exemplo, reforma agrária com outro nome. Ela se

chamaria colonização e teria como meta deslagar o processo de criação de 25 milhões de novas propriedades, urbanas e rurais, até a virada do século. Com uma característica inesperada, em um candidato de esquerda: a propriedade privada seria respeitada. Para a dívida externa, apresenta uma fórmula original. Os juros já pagos seriam reduzidos do principal da dívida. As privatizações feitas pelo governo Sarney seriam todas revistas. E como traria o capital estrangeiro? "Essa é uma questão delicada para nós".

01.04

8908049

JB — Quando o senhor se refere à reforma agrária sempre usa a expressão colonização. Qual a diferença? E qual é a sua proposta para resolver o problema da terra?

Brasília — Reforma agrária é uma expressão que se tornou imprópria pelo nível de ideologia com que se colocou essa questão ao longo do tempo, gerando tensões, conflitos e incompreensões. Esse é um assunto decididamente ligado ao nosso desenvolvimento. Temos que colonizar, colonizar e colonizar. Isso é o que sabemos fazer, partindo de dois princípios fundamentais. Primeiro, devemos desideologizar essa questão para que não se destrua o que temos. Com a fome não há reforma agrária. Devemos colonizar no sentido da democratização da propriedade, assegurando o direito de propriedade, principalmente a propriedade familiar. Nós defendemos o direito de propriedade. O socialismo no Brasil tem que defender o direito de propriedade. É uma coisa tão boa que queremos para todos, dadas as condições peculiares do povo brasileiro. Faz parte dos direitos humanos do povo brasileiro ter a propriedade.

JB — De que forma seria essa colonização?

Brasília — De acordo com cada região e suas possibilidades. As terras mais férteis para começar esse processo são as terras públicas, mas essa disponibilidade já se encontra muito limitada, dado o loteamento indecoroso feito pelos governos pós-64. A Constituição de 1946 estabelecia que a concessão de lotes acima de 10 mil hectares teria que ser aprovada pelo Senado. A ditadura acabou com isso e fez um loteamento escandaloso do território nacional, em benefício de grupos empresariais. Vamos questionar as concessões das terras públicas a privilegiados e a grupos empresariais feitas nos últimos dezênios. Com isso, não estaremos questionando o direito de propriedade, mas achamos que cada grupo deve cuidar das suas atividades industriais ou financeiras, para competir no mercado externo ou abastecer o mercado interno. Grandes grupos do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e algumas capitais do Nordeste têm enormes propriedades de terra, assim como os bancos. É uma iniquidade que bancos tenham milhões de hectares.

JB — Mas não é possível que uma empresa qualquer tenha, por exemplo, um grande projeto agropecuário?

Brasília — Não é este o exemplo existente no mundo, sob o ponto de vista social da produtividade. Nos Estados Unidos, por exemplo, os grandes projetos são exceção. O que há é uma malha de milhões de pequenos e médios proprietários. E a produção de alimentos lá é capaz de sustentar o mundo.

JB — Tem ideia do tamanho da área de que precisaria para resolver o problema agrário?

Brasília — Na virada do século, o Brasil deve planejar a disponibilidade de 25 milhões de novas propriedades, principalmente em pequenas cidades e povoados no interior. Seriam lotes para moradia da massa assalariada e aposentados, e pequenas e médias propriedades para produção agropecuária. Essa demanda corresponde ao número de sem-terra e aos milhares de casais jovens que vão precisar de um pedaço de terra para se instalar. O Brasil tem todas as condições para garantir o sucesso desses assentamentos humanos. É um investimento ligado ao nosso desenvolvimento. E deve ser integrado a um programa educacional, à suplementação alimentar, à maternidade e à infância, e a milhares e milhares de centros de educação tipo Cieps. Esses programas vão aliviar o poder público em relação a algumas pressões que, nesse momento, se tornam insuportáveis, como as crianças nas ruas e as populações migrando gigantesca e anarquicamente. E, para fazer isso, não precisamos confiscar de ninguém. Temos que encontrar mecanismos democráticos e legais, mas não podemos deixar esse povo sem terra.

Escândalo
"A ditadura
loteou de forma
escandalosa
o território
nacional, em
benefício
de grupos
empresariais"

Privatizar
"É um falso
dilema a opção
entre estatizar
e privatizar,
que no fundo
encobre um
jogo de
interesses"

JB — O senhor não teme mexer num vespertino chamado UDEB?

Brasília — Não. A UDEB se cria num ambiente de incompetência e malícia como esse do governo Sarney, que não queria fazer nada. É um governo aparentemente incompetente, mas no fundo é a malícia das oligarquias. Elas não querem fazer nada. O Incra e o Estatuto da Terra são suficientes para evitar esse assunto. Não precisa de ministério. É preciso muita criatividade. Se tivesse que propor uma reforma da Constituição a esse respeito, eu não teria nenhuma dúvida de propor, porque a Constituição atual a esse respeito é reacionária, ultrapassada e impregnada de cinismo quando fala em terras produtivas e pau verde e que não. A Constituição tinha que criar a obrigatoriedade dos índios de produtividade específicos para cada região e não deveria se basear a cobrança dos impostos. Quem não produzisse de acordo com os índices teria que se explicar. E podíamos colocar índios bem modestos. Quem for produtor vai se sentir seguro, mas quem especular com a terra... A esse respeito, procurei saber a experiência do Collor em Alagoas e não encontrei nada. Ele falou que faria reforma agrária na terra dos usineiros e não fez nada. Tudo publicidade. O que houve foi uma iniciativa do presidente do Banco do Estado, que depois se afastou. Ele pensou que era séria a intenção de lotear a terra dos usineiros. Os usineiros tomaram 200 milhões de dólares e disseram 'não pagamos'. Collor reduziu a dívida para 70 milhões de dólares, com o compromisso deles de pagar 20 milhões à vista e o resto a prazo, e nem os 20 milhões eles pagaram. E foi com eles que o Collor fez o acordo indecoroso do ICM. Ele balançou a dívida e ainda lhes deu créditos.

JB — Qual é a sua posição sobre privatização de empresas públicas?

Brasília — Não vejo diferença entre uma empresa privada e uma estatal bem administrada. Ambas podem sofrer de gigantismo, conforme seus proprietários e patrões. Em alguns casos, a estatal até leva vantagem. Existem as estatais bem administradas.

JB — Qual, por exemplo?

Brasília — A Volkswagen, na Alemanha. Ou a Valmet, de tratores, na Finlândia. Lá, qualquer estatal é bem administrada e a renda per capita é maior que a americana. O país está todo florestado.

JB — A Finlândia é um novo fascista, depois da Austrália?

Brasília — Não, apenas estou invocando um exemplo de um país onde as estatais são eficientes. Como é que no Brasil podia funcionar uma empresa pública quando os ditadores da economia estavam interessados na ineficiência das estatais? Por mais de um quarto de século se fabrica a ineficiência nas estatais. Um monte de maçãs podres, que são as empresas falidas, foi juntado às estatais, às siderúrgicas, à Petrobrás, à Eletrobrás, para dizer que está tudo podre. Quiseram vendê-las a preços viz, porque a estatal sempre foi incômoda. O ministro da econo-



mas era um ditador, tanto que todos os organismos da economia foram mantidos, enquanto os Dops acabaram.

JB — O senhor não pretende diminuir a participação do Estado na economia?

Brizola — Nós não somos estatistas, como imaginam, só porque queremos impregnar de social o capitalismo selvagem que temos. Não queremos a presença do Estado como um fim em si mesmo. A regra é a livre iniciativa. A exceção é a presença do Estado. É um imperativo dos tempos atuais, a começar pelo aumento das populações e daí a necessidade dos serviços públicos. Não precisamos nos definir entre duas doutrinas: estatização versus privatização. São falsos dilemas. No fundo, cada um encobre interesses políticos ou materiais. Devemos buscar o interesse público e aplicar a regra da livre iniciativa das pessoas, dos grupos e das comunidades, e fazer com que a presença do Estado ocorra onde haja o interesse público.

JB — E quem define onde há o interesse público?

Brizola — Quem define isso são as instituições democráticas. O Estado deve entrar em tudo aquilo onde a iniciativa privada não puder desempenhar com eficácia a tarefa de atender bem o interesse público.

JB — E quando uma empresa pública não atender bem ao interesse coletivo?

Brizola — Será a mesma coisa. Neste caso, essa atividade deve ser privatizada.

JB — Para a privatização através da venda de ações ao público?

Brizola — Eu submeteria essas questões ao Congresso, inclusive todas as normas de licitação. Me sinto tão esondalando com as privatizações do governo Sarney, que, se for eleito, vou anular todas essas decisões. Elas são suspeitas. Ninguém entrega o patrimônio público através de uma simples ordem. Há o encobrimento de gigantescas irregularidades e vou questionar a validade jurídica dessas decisões. Só num ambiente muito suspeito em matéria de encobrimento é que pode ocorrer essa ordem de decisões. Como é que, sem autorização específica do Legislativo, o Executivo pode vender, transferir para a propriedade particular o que é contribuição de todos, de uma forma compulsória? Na minha convicção, essas decisões são áulicas e os governantes que as tomaram estão sujeitos a crime de responsabilidade, por mais que tenham parecidos habilidosos de juristas de plantão. Se é assim, porque não vender um quartel do Exército, a Casa da Moeda, a sede de um ministério, a do Ministério da Fazenda, no Rio? Quem sabe o governo não vende o Palácio da Alvorada para um turista estrangeiro que queira passar um tempo aqui?

JB — O senhor se refere às privatizações feitas através do Budec?

Brizola — Vamos proceder a um exame conjunto de todos os casos, através do Budec, ou não. Agora, por exemplo, estão querendo vender a Companhia Siderúrgica Nacional. Estão asfixiando a CSN, a fim de apresentar como um cascalhado a sua ineficiência, como se a CSN fosse um peso morto do qual o governo tem que se ver livre. Enquanto isso, preparam-se os grupos para fazer as suas ofertas, e tudo coincidindo com o agravamento da crise. Estou convencido de que a atual crise, em grande parte, é pré-fabricada, a fim de colocar a nação de joelhos. O presidente da República é responsável? Não chego a tanto. Acho que ele nem mesmo sabe avaliar o que está acontecendo.

JB — Como pretende tratar o capital estrangeiro, se for eleito presidente?

Brizola — Essa é uma questão delicada para nós. Não se trata de nenhum sectarismo irracional. Tanto que, no meu modo de entender, aí está a causa principal que nos levou ao atual modelo de economia que, convaleamos, é um desastre.

JB — Mas um governo socialista e de esquerda, como o senhor gosta, e ainda por cima comandado por um amigo seu, o de Felipe Gonzalez, na Espanha, abriu o país aos investimentos estrangeiros.

Brizola — Há muita diferença entre um país europeu ou um país desenvolvido, ao se considerar o capital estrangeiro. Nós somos e fazemos parte de uma família de nações de economias periféricas e frágeis. Se almejamos o desenvolvimento do Brasil, temos que estudar o nosso relacionamento econômico e financeiro no exterior e aqui com muita eficiência. Do contrário, estaremos instalando aqui apenas bombas de sucção. Um governo coerente não pode eliminar o capital estrangeiro. Seria um absurdo. Precisamos da sua colaboração, mas como coadjuvantes, sem que isso afete nossa autonomia e capacidade de decisão. E, principalmente, que nos ajude a nos capitalizar.

JB — O senhor é a favor ou contra a manutenção da reserva de mercado?

Brizola — A reserva de mercado é coerente, desde que não se cometam abusos. Quando plantamos uma árvore, temos que proteger a pequena mudinha de todos os agentes adversos ao seu crescimento, naturais ou não, até que ela possa se defender por si própria. Essa é um pouco a filosofia da reserva de mercado. Podem ocorrer abusos que se tornam perniciosos, criam-se cartórios que resultam em carência. Um exemplo é a indústria automobilística, que foi montada com base na reserva de mercado. Agora, está na hora de abrir. Precisamos de automóveis mais modernos e mais baratos.

JB — O seu adversário do PRN, Fernando Collor de Mello, tem apresentado propostas concretas para modernização da máquina do Estado. Diz, por exemplo, que governaria apenas com 10 ministérios. O que pretende fazer nesse setor?

8908049

Brizola — Devemos nos preparar para ouvir desse candidato tudo que possa lhe parecer rendimento eleitoral. Ele vai ser aparentemente audacioso, porque está coberto por uma espécie de impunidade. Imagine se eu chamasse um chefe militar de "generalco", se eu desse um chego pra lá nos empresários, ou se formulasse os conceitos que ele formulou sobre o Congresso e os políticos. Ou se o insultasse como ele fez comigo. O que diriam de mim por esse Brasil agora?

JB — Celler disse que vai extinguir os ministérios militares e criar o Ministério da Defesa. O que o senhor pretende fazer nessa área?

Brizola — Essa não é uma prioridade. Se pudermos avançar sem sustos e sem incompreensões nesse campo, as nossas prioridades não estão aí.

JB — Então, vai manter os seis ministérios militares?

Brizola — As nossas prioridades não estão aí. Precisamos, acima de tudo, atender os interesses mais urgentes da população.

JB — Mas não seria seduzir para um candidato de esquerda acabar, por exemplo, com o SNI?

Brizola — Prefiro acabar com o monopólio da Rede Globo. Não vejo dificuldade em transformar o SNI numa repartição, impedindo-o de fazer qualquer tipo de espionagem.

JB — Mas como enxugar, modernizar a máquina do Estado?

Brizola — Um governo responsável terá que realizar uma administração austera, combatendo o gigantismo do Estado e o desperdício resultante disso. É a

maneira para um governo que desde o primeiro dia terá que estar empenhado. Se assim poderá fazer uma política de recuperação e saneamento do setor público e privado, a fim de que possa aplicar corretamente os recursos disponíveis, com uma ordem de prioridades coerentes e para defender o país das perdas externas, onde está a causa profunda e originária da inflação.

JB — O senhor já sabe onde cortar os excessos da máquina?

Brizola — Não quero me referir a este ou aquele segmento da máquina que deve ser extinto, refundido ou ampliado. O que importa é a tese e a forma de atuação nesse assunto. São problemas complexos que precisam ser decididos com base em levantamentos que só a presença no governo vai permitir. Mas, desde logo, se pode afirmar que o combate aos vícios e desperdícios deve começar no primeiro dia. A começar pelo combate ao empreguismo. Já no primeiro dia, devemos que impedir as admissões, o aumento da máquina.

JB — Vai criar mesmo o Ministério da Amazônia, como tem dito? Os órgãos existentes não são mais do que suficientes para cuidar da região?

Brizola — Pretendemos juntar os órgãos sob a coordenação de um ministro extraordinário, para que o problema da Amazônia fique aos cuidados diretos do presidente, considerando a gravidade da situação atual de destruição predatória, dos grupos empresariais, os questionamentos da opinião pública internacional e algumas ameaças que estão surgindo de alguns setores. Isso não acarretará qualquer aumento de custo da máquina administrativa. Temos que promover o desenvolvimento da Amazônia de acordo com suas vocações. É um desenvolvimento especial. Nós defendemos, por exemplo, a construção da estrada que liga o Acre ao Oceano Pacífico. Não devemos nos inibir em realizar o que deve ser feito na Amazônia.

JB — Qual é a sua fórmula para resolver o problema da dívida externa?

Brizola — A questão está nos juros e, em parte, quanto à regularidade e quanto à criação, justificativa e conveniência dessas operações. Isso precisa ser esclarecido numa auditoria. O problema está nos juros. Aí é que estão as cláusulas coloniais. Precisamos demonstrar perante o mundo que são cláusulas iníquas, abusos de um regime ditatorial com grupos daqui e do exterior, que se acumpliciaram neste assunto, estabelecendo condições incompatíveis, piores do que fizeram com a Alemanha depois da Primeira Guerra, em 1914. São exigências que jamais poderão ser cumpridas. Precisamos seduzir o capital estrangeiro, desmontando a parte dos juros capitalistas.

Capital
"O capital estrangeiro é uma questão delicada: nele está a causa do atual modelo, que é um desastre"

JB — Sua proposta, então, é desmontar do principal da dívida o total de juros já pagos?

Brizola — Os países credores já demonstraram que estão convencidos de que essas cláusulas são incompatíveis, embora aconsem com soluções de favor e não reconheçam a injustiça. O Plano Brady tem esse sentido. Diz assim: vamos reduzir a dívida em 20%. É uma decisão sem nenhum critério. Poderia ser 30, 50, 60 ou 5%. Temos as taxas históricas de juros, que foram elevadas artificialmente e não como consequência do mercado. Vamos calculá-la e estudar o assunto.

JB — Isso seria um calote da parte da dívida?

Brizola — Não, não queremos dar calote. Queremos discutir e definir responsabilidades. Os responsáveis precisam ser colocados como responsáveis a opinião pública, assim como os que lá fora encasilharam e sugeriram esse crime contra os povos.

JB — O senhor apresentou a proposta de um pacto da sociedade para discutir medidas que garantam a estabilidade econômica e política até a realização das eleições, mas só quer sentar com o governo depois que tiver um projeto a oferecer. Por quê?

Brizola — Em princípio, pode-se pedir a iniciativa do governo, mas, considerando-se o que vem ocorrendo neste país, não se pode esperar muito do atual governo. Se ele nos levar ao agravamento da crise, o que podemos esperar em matéria de programa ou ideia no sentido da estabilização? O governo é que está precisando de propostas, sugestões, ideias, e, sobretudo, é o governo que precisa ser compelido a realizar uma política que dê melhores resultados. Mesmo para discutir esses aspectos sobre quem deve tomar a iniciativa, seria conveniente o que propusemos. Primeiro, a sociedade discute, porque simplesmente pedir ao governo que envie uma proposta me parece um procedimento pouco compatível com a atuação do governo em tantos anos. Perante o povo brasileiro, esse método pode até parecer uma forma de escusa dos partidos de oposição. Cruzar os braços é jogar no agravamento da crise. Esse pacto é um imperativo das atuais circunstâncias. O país está em ponto morto e a tempestade se levantando aqui do lado. Precisamos prever e prover. Estamos vendo os efeitos nos nossos vizinhos da Argentina. Precisamos nos acautelar. O povo brasileiro precisa das eleições. Os argentinos chegaram nas eleições com a água pelo queixo e nós precisamos chegar lá, sem que seja nas mesmas condições. Só com um governo eleito vamos ter chance de sair de forma coerente dessa crise. É indispensável chegar lá. Os sinais de deterioração são muito graves. A inflação está numa progressão geométrica, a níveis gravíssimos. A partir desses níveis, tudo se desenvolve em alta velocidade. Esse estouro da Boina de Valores do Rio de Janeiro é o estouro de uma bolha de água a alta temperatura. Já é o saia-se quem puder.

Dívida
"A questão da dívida está nos juros, pois nos juros é que estão as cláusulas coloniais, iníquas"

098

F. POL (P.P.)

Coluna do Castello

O candidato Covas limpa a sua barra

O senador Mário Covas, falando no Senado como candidato do PSDB a presidente da República, deu um passo à frente ao fazer algumas definições programáticas bem mais objetivas do que as evasivas 20 mandamentos de Ulysses



Guimarães. Se ele ainda não disse como vai enfrentar a inflação, que medidas adotaria no início do seu governo com esse propósito, avançou todavia o perfil de uma esquerda moderna, que seria o equivalente da nova direita ou do neoliberalismo de que fala o senador Marco Maciel. Abandonou preconceitos normalmente exibidos entre os que pensam em socialismo nacionalista segundo as fórmulas ditadas pelo leninismo e o estalinismo, hoje repelidos pelos próprios partidos comunistas no poder ou fora dele. E apresentou sua social democracia muito próxima do modelo europeu, que disputa o comando da economia daquela região ao pragmatismo democrático de Margaret Thatcher e de Kohl.

A mensagem de Covas visa, obviamente, a desfazer apreciações difundidas a respeito dos seus compromissos ideológicos a partir da sua atuação como líder da Assembleia Nacional Constituinte. Ele é, sem dúvida, um social-democrata, embora possa vir a ter dificuldades, se eleito presidente, para atrair os investimentos estrangeiros, se mantidos os condicionamentos impostos pela carta de 1988, cuja profissão de fé enaltece o mercado interno e se mostra reticente com relação a normas capitalistas do mercado internacional. Preconizando privatização mais concreta do que a que tem sido timidamente promovida até aqui e abrindo para a indústria nacional a expectativa de maior liberdade nas importações, o senador paulista deve ter sido ouvido e entendido por um empresário cada vez mais suspicaz em relação a propostas esquerdizantes.

Hoje Nro

J. DO BRASIL

Politicamente, Covas tem postura clara quanto a sistema de governo, pois não só ele é parlamentarista, definição também do seu partido, como se propõe a, engajadamente, picotar a convocação do plebiscito previsto para 1993 já para o final de 1990, para implantação de novo sistema, se for o caso, junto com um Congresso de senadores rejuvenescido. Essa é uma proposta que enceta soluções de emergência sugeridas pelos confrontos gerados pela Constituição entre poderes da República e que facilita a ação, por deputados e senadores, do princípio da dissolução da Câmara Legislativa do governo do Estado. O candidato do PSDB compromete-se a não abandonar amigos ou aliados de correligionários, realizando gestão sã e sã na administração do país.

A mensagem de Mário Covas dá ideia da importância que sua candidatura poderia ter tido se ele tivesse permanecido no PMDB, hoje às voltas com conflitos internos que diluem a mensagem do candidato e põem Ulysses Guimarães como infeliz transeunte entre correntes ideológicas que se hostilizam em prejuízo do partido e do candidato. Agora mesmo, assistindo ao esforço de organização para retomar o controle da sua campanha, suspendendo o sistema de vetos que lhe foi imposto pela esquerda, a que se associou para constituir a Executiva Nacional e assegurar a permanência dessa corrente no partido e em prol da sua candidatura. Se ele reassumir o controle, sem perdas de substância à esquerda, poderá mobilizar melhor o partido, tal como o vem preconizando o governador Orestes Quercia, a quem está cabendo a tarefa de reunificação, eliminando as objeções a apoios levantadas pelo candidato a vice presidente.

Ulysses segue a sua vocação de conciliador e de coordenador de divergências. Se ele tiver êxito, poderá fixar-se como a segunda proposta a emergir do primeiro turno, conforme indicam as pesquisas que serão conhecidas nos próximos dias. O êxito da candidatura de Fernando Collor deu-lhe a referência indispensável para resistir, no seu partido, às pressões que pretendiam abafá-lo em disputa na frente de Lula, Brizola e Mário Covas, quando era vitorioso eleitoral, desde o início, situa-se claramente no centro.

O jovem candidato do PRN, segundo antecipações do "Correio Braziliense", poderá cair nas pesquisas cerca de quatro pontos, o que refletiria erros dos assessores que o mandaram ao exterior, induzindo-o a fazer exatamente o que os outros candidatos fazem. Coisa que previu ser um risco para ele, tanto mais quanto Leonel Brizola venceu na Europa a disputa de prestígio em que ambos se lançaram. Se a queda realmente ocorrer é cedo ainda para definir o que ela pode significar e seria, portanto, arriscado avançar previsões sobre o destino do candidato que tem subido, até aqui, liderando os meios de comunicação. As declarações atribuídas à mãe de Fernando, dona Leda Collor de Mello, e que vão sendo usadas pelo ativismo partidário, poderão gerar algo que lembre o que se passou em 1945 com o brigadeiro Eduardo Gomes.

098

F.P. (P.P.)

25-6-89

Brasil

Papa e PCD fazem Collor mudar agenda

Araújo Netto
correspondente

ROMA — O segundo dia do candidato Fernando Collor de Mello em Roma foi movimentado pelo seu desejo de mudar de agenda, diversificando o programa de entrevistas e diálogos que fará na Itália até terça-feira. Ao ser informado pelo embaixador brasileiro junto à Santa Sé, Afonso Azevedo de Mello Franco Filho, de que o papa João Paulo II poderia recebê-lo em audiência privada às 12h30 de amanhã, Collor admitiu a possibilidade de faltar ao encontro marcado em Turim com os maiores dirigentes do grupo Fiat. Entre conversar com os Agnelli e rever o papa, que já lhe concedera um *baciamento* (beija-mão) em janeiro de 88, o candidato não hesitou: preferiu comportar-se como bom católico. Até porque a fotografia ao lado do papa pode ser mais útil.

Como essa audiência com João Paulo II o deixará sem programação durante uma boa parte da manhã de amanhã, Collor autorizou finalmente a embaixada brasileira a solicitar um encontro com o secretário do Partido Comunista Italiano, Achille Occhetto. Aos jornalistas que se surpreenderam com essa inesperada e radical mudança de agenda do candidato, seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa, disse que a exclusão do PCI, maior partido da oposição italiana, da agenda inicial, se devia a dificuldades que teriam sido encontradas pela embaixada do Brasil na Itália.

Versão que ainda ontem o embaixador Carlos Alberto Leite Barbosa voltou a contestar, repetindo que a embaixada limitara-se a agendar personalidades e líderes políticos pelos quais o candidato do PRN manifestou interesse. Isto é, o ministro Amintore Fanfani, o vice-presidente do

Conselho Gianni, de Michelis, o ministro do Exterior Giulio Andreotti e o secretário do Partido Socialista Bettino Craxi.

Satisfeito — Com pontualidade britânica, às 8h15 de ontem, Fernando Collor de Mello foi recebido pelo ministro do Exterior italiano, Giulio Andreotti, com quem manteve uma conversação de meia hora — boa parte dela, falando um italiano muito razoável que ele revelou ter aprendido em seis meses de viagens que fez há alguns anos pela Itália. Ao final da entrevista, falando aos jornalistas brasileiros, o ministro Andreotti declarou-se duplamente satisfeito e bem impressionado: pelo fato de ter conhecido mais um dos candidatos à Presidência da República do Brasil (em fevereiro deste ano recebeu e conversou descontraidamente com Luís Inácio Lula da Silva); e pela descoberta de um político muito jovem e de idéias claras e interessantes.

“Ao doutor Collor confirmei — disse Andreotti — que para nós a amizade com o Brasil é uma questão prioritária da política italiana, que conta com a participação e o apoio de todos os partidos. Portanto, não é um problema de governo ou de oposição. Do doutor Collor ouvi idéias muito claras, inclusive sobre temas incandescentes como são os problemas da atmosfera e ecologia. Apreciei e me interessei particularmente pelo seu projeto de criação de um imposto internacional, coordenado pela ONU, para financiar a reestruturação do ecossistema”. Andreotti considerou o projeto “uma solução muito interessante, porque criaria uma solidariedade mais séria, feita de ativos e passivos, que não se bascaria apenas nos pedidos que se fazem hoje a alguns, para fazer alguma coisa, sem contribuir para os custos dessas obras e iniciativas”.

Filosofia — O ministro destacou que, “no

fundo, o projeto é inspirado pela mesma filosofia que determinou uma norma proposta para as florestas brasileiras e de outros países. A filosofia que tem nos levado a repetir que o que acontece nessas grandes reservas de florestas se repercute sobre o todo o mundo, por isso mesmo é preciso que o mundo se assuma algumas responsabilidades para não estrangular o desenvolvimento do Brasil, para fazer com que o Brasil se alivie de sua dívida externa, hoje muito pesada”. Ao mesmo tempo Andreotti disse ter informado ao candidato que o acordo para a cooperação entre Itália e Brasil “está quase pronto”.

Como bom observador e retratista de velhas e novas personalidades da política de todo o mundo, Giulio Andreotti, falando mais como o autor de três livros (de uma série *Vistas de perto*) de perfis de homens públicos que conheceu em mais de 45 anos de vida política (e de poder), deixou para o final um breve comentário sobre a juventude do novo candidato à Presidência da República do Brasil, que conheceu ontem: “Mas o que verdadeiramente me impressionou no doutor Collor de Mello foi a sua juventude. Fez-me lembrar que eu também comecei muito jovem a fazer vida política. E se alguém começa muito jovem na política, tem pela frente uma longa e movimentada carreira em perspectiva”.

O que o ministro Giulio Andreotti não quis recordar é que aos 70 anos de idade ele já foi quase todo na Itália — mas que sua ambição de chegar à Presidência continua a ser adiada, à espera de uma boa oportunidade. Embora ele continue a ser, em todas as eleições para o Parlamento, um candidato recordista de votos preferenciais, um dos deputados de maior votação na Itália.

TSE mostra que 68% dos eleitores não têm o 1º grau

O Tribunal Superior Eleitoral acaba de divulgar uma pesquisa realizada no final do ano passado, onde estratifica o eleitorado brasileiro por grau de instrução. Os números são alarmantes: dos 75 milhões 313 mil 519 eleitores do país, 68% são analfabetos, semialfabetos ou não completaram o primeiro grau. Ou seja: 51 milhões 653 mil 193 pessoas que comparecerão às urnas em 15 de novembro para escolher, pela primeira vez depois de 28 anos, o presidente da República, titubeiam ao ter que opor-se, entre as 23 letras do alfabeto, por aquelas que compõem o próprio nome.

Desses 68% de eleitores, 10% são totalmente analfabetos, não chegaram a ser agraciados com programas de alfabetização promovidos por governos militares que não ajudaram a eleger. Trinta por cento sabem ler e escrever — são aqueles que chegaram a fazer algum programa de alfabetização e com muito esforço conseguem, às vezes, garranchear o nome. Os outros 28% têm o primeiro grau incompleto. Como se sabe que a maior parte dos que abandonam o curso o faz logo nos primeiros anos, fica a evidência de que o eleitor brasileiro não sabe ler ou escrever.

Os que possuem um pouco mais de instrução são, consequentemente, minoria. Somente 10% têm o primeiro grau completo e 15% chegaram a fazer o segundo grau, sendo que, destes, 5% não o completaram. São muitos poucos os eleitores brasileiros que

alcançaram a universidade: 8% do total. Destes, 5% tem diploma superior, exatamente 37 mil 906 eleitores num universo de mais de 75 milhões.

Analizados separadamente, os números espelham a posição de cada estado em relação à federação. Rio de Janeiro e São Paulo têm o maior número de pessoas que completaram a universidade em todo o país: 601 mil no Rio (8% de um total de 7 milhões 512 mil 537 eleitores) e 1 milhão 182 mil 357 em São Paulo (7% de 16 milhões 890 mil 817 eleitores). Proporcionalmente, são os estados que possuem menor número de analfabetos: somente 3% dos eleitores fluminenses e 4% dos paulistas não sabem ler ou escrever.

A situação se inverte nos estados mais pobres. Apenas 1% dos eleitores piauienses completaram o curso superior. Em compensação, a soma dos analfabetos, dos que sabem ler e escrever e dos que têm o primeiro grau incompleto chega à assustadora porcentagem de 82% do total de eleitores (1 milhão 257 mil 86) do Piauí. Alagoas fica um pouco atrás: 81% de seus 1 milhão 152 mil 824 eleitores não completaram o primeiro grau. Em compensação detém um triste primeiro lugar na pesquisa do TSE: é onde está, percentualmente, o maior número de analfabetos do país. Nada menos que 28% dos eleitores do estado que projetou nacionalmente o presidente Fernando Collor de Mello não sabem ler ou escrever.

Ibase analisa o voto

O eleitorado brasileiro que mora em pequenos municípios de até 50 mil habitantes tem uma tendência marcadamente conservadora, justamente ao contrário do que habita cidades maiores. A conclusão é de um estudo do Instituto Brasileiro de Análise Sócio-Econômica (IBASE), a partir dos dados das eleições do ano passado. Curiosamente, o Ibase constatou também que hoje o eleitorado brasileiro se divide rigorosamente ao meio entre os que moram nas pequenas e os que vivem nas cidades com mais de 50 mil habitantes.

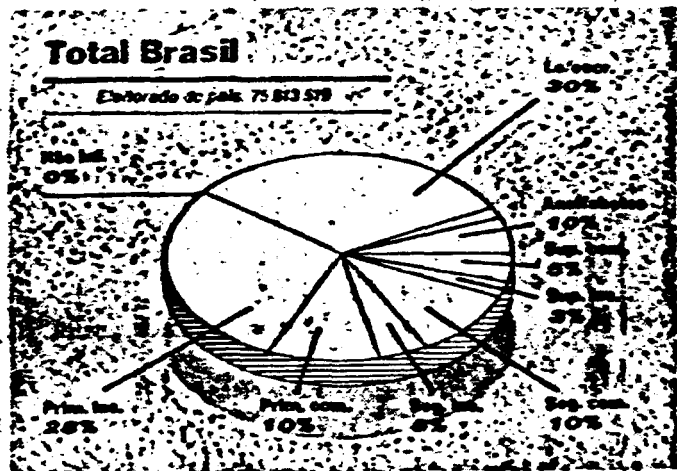
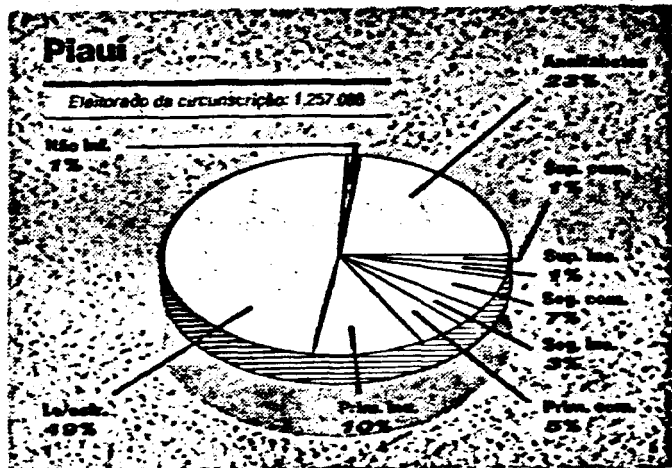
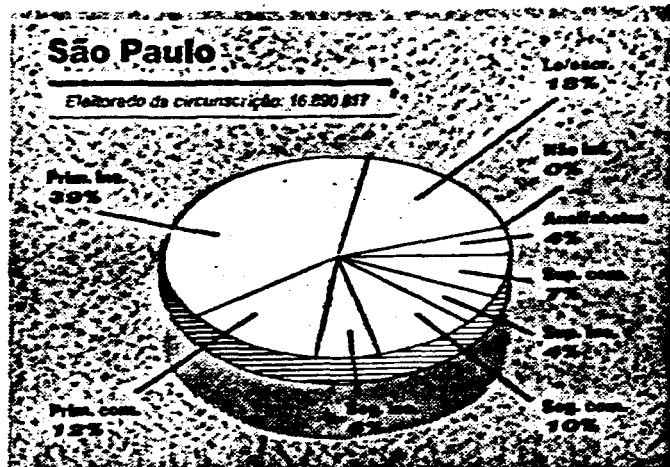
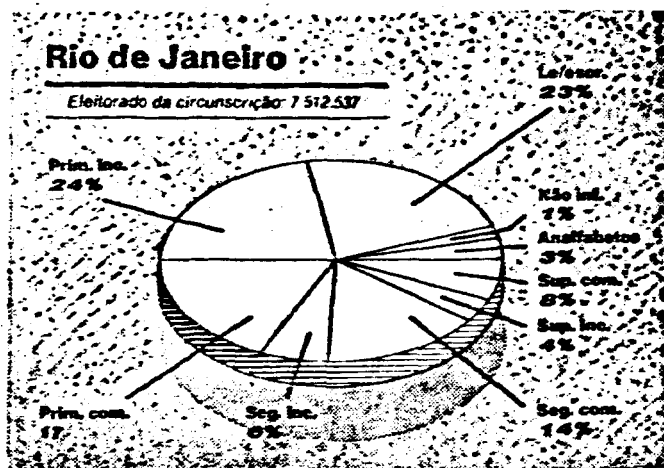
Nos pequenos municípios — detecta o Ibase — o voto é muito menos independente e está mais sujeito a injunções de lideranças locais que a fatos genéricos do país, ou seja, o eleitor é vítima de uma cênica ideal do chamado clientelismo e da manipulação. Nos centros maiores, principalmente na periferia das grandes cidades, ainda de acordo com o Ibase, essa característica praticamente desaparece.

Uma comparação com as votações obtidas pelos diversos partidos também figura no estudo. O PT, por

exemplo, só conseguiu obter 3,5% de seus votos em cidades com menos de 50 mil habitantes. Os restantes (96,5%) vieram de municípios com mais de 50 mil habitantes. No outro extremo está o PL. O partido conseguiu 86% dos seus votos em pequenas cidades contra apenas 14% nas maiores.

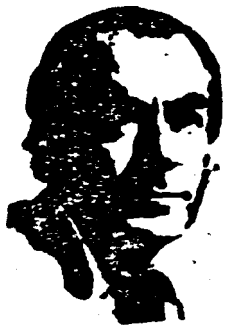
As cidades maiores também foram o manancial de votos para o PSDB (88%), PDT (79%) e PSB (65%). Nas pequenas cidades, de uma forma geral, os eleitores preferiram os chamados partidos mais conservadores. O PFL conquistou 77% dos seus votos nessas localidades. O PDS obteve 74% dos votos; o PDC ficou com 67%; o PMDB com 70% e o PTB com 58%.

O estudo do Ibase, baseado na opção de votos dos eleitores, conclui que 255 municípios brasileiros (33,5%) têm uma tendência marcadamente progressista. Outras 1 mil 740 cidades (33,9%) não têm uma tendência ideológica muito definida. Finalmente, a tendência conservadora impera entre os eleitores de 1 mil 884 municípios (32,6%).



8908054

Leonel Brizola — XIV



O PDT já reuniu fundamentos jurídicos para uma denúncia contra a Rede Globo junto à Justiça Eleitoral. Tornou-se um escândalo o seu facciosismo e sua interferência no processo eleitoral, configurando, ainda, um flagrante

abuso do poder econômico. Um concessionário de TV não pode discriminar nenhum candidato, abrindo espaços para apenas um deles, como fez agora, e fechando-os para os outros.

A nossa caminhada.

Nosso partido realizou, no último domingo, em Brasília, sua Convenção Nacional. Milhares de companheiros, a grande maioria de pessoas simples e modestas, enfrentaram os sacrifícios de uma longa viagem para participar daquele grande momento da história do trabalhismo, esta síntese das lutas sociais da vida brasileira nos últimos 50 anos. Delegações de todos os Estados da Federação decidiram ali — pela primeira vez, desde a candidatura vitoriosa de Vargas, em 1950 — apresentar uma chapa trabalhista própria à Presidência e à Vice-Presidência da República.

A mim, Leonel Brizola e ao nosso companheiro Fernando Lyra, como candidatos do trabalhismo, a partir de agora, está delegada a gigantesca responsabilidade de representar não só o PDT, mas todo este imenso e valioso povo brasileiro, tão humilhado, ofendido e desprezado pelas elites que sempre dominaram a vida nacional. Nos próximos meses, nada será fácil. Serão tempos de muitas mentiras e calúnias, de perversidades e de desinformação vindas daqueles que, para manter seus privilégios e vantagens, não hesitarão em usar, sem escrúpulos, o poder econômico e os grandes meios de comunicação de que dispõem.

Deste momento em diante, onde existir uma consciência esclarecida, onde estiver nossa gente, homens e mulheres de todas as gerações, em especial os jovens que só conheceram este contexto de humilhações e carência; onde houver alguém que perceba que — ao contrário do que dizem — a crise que se abate sobre nós não vem da fatalidade nem da natureza e muito menos desta enorme população sofrida e injustiçada, mas de elites incompetentes e egoístas, que ainda teimam em continuar, enfim, para cada um de nós e para todos, já temos uma bandeira, erguida por mãos firmes, indicando os rumos de uma caminhada que não há de parar nunca, senão quando se abrirem os caminhos do futuro para o povo brasileiro.

Pesquisas ocultas

Só aqueles que não querem ver é que não percebem aquilo que, felizmente, a própria opinião pública já se deu conta: que as pesquisas vêm sendo utilizadas como um indecoroso instrumento político-eleitoral. Preparam "jogadas", promovem candidatos e colocam os demais conforme suas conveniências. Estamos diante de um indistigável abuso do poder econômico. Uma pesquisa é tão cara que só grupos poderosos, como as Organizações Globo e outros, podem encomendá-las. Mesmo examinando os formulários, não há como verificar se são verdadeiras ou falsas. Tudo está aberto a manipulações e golpes.

Estes grupos, como é o caso da associação Globo-Ibope, tornaram-se politicamente mais fortes que os próprios partidos. E quando a realidade, como acontece agora, já não permite que continuem a manipulação dos dados segundo apenas os seus próprios interesses, simplesmente fazem as pesquisas e não as divulgam: como é o caso da "Vol. Populi" (contrata-

da por Collor) e do próprio Ibope, que passou a fazer parte do mais forte esquema de poder deste País. Passaram a esconder que o candidato farsante está despendendo, como acontece com um balão que chega a seu teto e, a partir daí, murcha e vem abaixo.

Fórum de debates — Seguindo deliberação da Convenção Nacional de nosso Partido, convidei o Professor Darcy Ribeiro para coordenar o fórum de debates que, nos próximos meses, estará reunindo idéias e sugestões para nosso programa de governo. Trata-se de uma iniciativa que irá abrir espaços para que todos, especialmente os profissionais de todas as áreas — econômica, social, científica, técnica e cultural — contribuam com suas experiências e propostas para a formulação de políticas de Governo em cada setor. Uma campanha política é como uma via de mão-dupla: o candidato expõe suas idéias mas, principalmente, recolhe de todas as áreas e da população como um todo as reivindicações que um governante autêntico terá de tomar como diretrizes de sua ação.

César Maia — Recebi o seguinte bilhete de nosso deputado: "Sr. Governador, existe uma orquestração para me incompatibilizar com o senhor e com o partido. Repeli, energicamente, as mentiras da coluna "Swann", no Globo, e as mentiras de hoje". (ass.) César Maia.

Covardia e baixez — A opinião pública brasileira tomou conhecimento do teor das extensas matérias que a revista "Veja" e a "Folha de S. Paulo" publicaram, focalizando a minha pessoa como candidato. Mesmo que a finalidade destes textos fosse simplesmente a de questionar, criticar, ou até desmerecer o cidadão Leonel Brizola, nada demais. Eu estaria defendendo-me, como sempre fiz. Estou na vida pública para servir, e não para cumplicidades com aqueles que montam negócios, ganham dinheiro e acumulam fortunas com empresas cartoriais e favores do Governo. Entretanto, o que fizeram? Em lugar de enfrentarem a mim, foram, de forma covarde e injusta, atacar e desmerecer minha família. Agrediram perversamente, sem nenhuma ética, a pessoas inocentes e indefesas. Surpresa maior me vem da "Folha". Como se sentiria o senhor Octavio Frias se, em função de meus propósitos políticos, subisse aos palanques para me referir à intimidades da vida de sua esposa ou de seus filhos e netos? Teria eu esse direito? Evidentemente que não. Já em relação aos Civitas, da "Veja", nada estranho. São representantes do capitalismo internacional, que vieram ao Brasil exatamente para fazer coisas como essas. Nada lhes importa, a não ser destruir nossos valores nacionais. Para eles, o coroamento seria ver este País transformado em uma simples colônia.

A única coisa sincera em sua revista são os caríssimos anúncios de empresas multinacionais.

Leon Brizola

Leonel Brizola

Presidente do PDT

BERO NOLA

5/7/85

.01.01

8908056

Campanha espera pela TV

Villas-Bôas Corrêa

A ausência de Collor de Mello e o hiato nas pesquisas abriram um vácuo na campanha que não está conseguindo aparecer-se sem a participação do, até aqui, favorito absoluto, e apenas com a eventual presença de candidatos em programas de televisão.

Era isso mesmo o que Collor pretendia: sair do foco por algum tempo para proteger-se do risco de desgaste, como alvo natural da artilharia dos adversários.

Resta saber se deu certo. No vazio, à falta de dados objetivos, a especulação solta-se, espicada pelo clima de tensão e nervosismo que envolve, como sempre, a sucessão que coleciona surpresas e, portanto, promete novidades para a reta final.

A imaginação é livre. Convenhamos que até certo ponto. Nas avaliações que antevêm o despenhar de Collor e alterações substanciais no quadro de candidaturas, há muito mais torcida do que a incerta tentativa de emergir o amanhã, tal como será e não consequentemente que seja.

A instável e conturbada discussão sobre a seriedade das pesquisas, de empresas sérias sobre as tendências de voto, abastecida por exemplos de erros, acertos e contradições, não tapa a evidência de que os índices são insubstituíveis como ponto de partida para qualquer projeção.

Vivemos um instante típico. Collor esboça-se em exemplo itinerário europeu e o balanço do noticiário dos correspondentes e agências mistura combinação de êxito de alguns lances de roteiro planejado para as repercussões internas, como a visita ao papa João Paulo II, com desencontros glosados com falta de pitância.

Até onde morcos e falhas de agenda da peregrinação pela Europa influenciarão na intenção de voto dos 30 milhões de eleitores, sabidamente desatentos ao que se passa fora da sua rua, do seu bairro, no máximo de sua cidade?

Para perda de tempo tentar adivinhar desvios no comportamento de milhões.

A eleição para o primeiro turno de 15 de novembro, faltando, portanto, cinco meses e 17 dias para a rodada de urna, autoriza algumas afirmações ousadas, lastreadas pela experiência e pelo que está à vista. Uma, é que os índices das pesquisas não antecipam resultados percentuais dos votos que serão apurados, com a prometida celeridade, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Claro, em cinco meses e meio, a colocação dos candidatos sofrerá profundas alterações. A crescente exasperação da sociedade com as ameaças de hiperinflação e as reviravoltas birutas das primeiras colocações nas pesquisas, sugerem final de campanha fervente, com o eleitor dominado pelas emoções da hora,



instável na definição do candidato e determinado a votar sob os impulsos da raiva e da esperança.

Mas, até 15 de setembro, quando se forma a rede nacional de rádio e televisão para as duas horas diárias de propaganda eleitoral gratuita que se estenderão por dois meses, até 13 de novembro, a cotação dos candidatos não promete grandes alterações. O que não quer dizer que eles não possam ocorrer de uma hora para outra, com ou sem explicação racional.

Até a massificação da campanha, com o confronto dos candidatos — seja com a improvável escalafão de debates ou pela comparação do desempenho de cada um nas fatias de tempo distribuídas pelo critério da representação parlamentar dos partidos que os apóiam —, o acompanhamento fica por conta das pesquisas. A tendência em curso permanece inalterada: a primeira, é se Collor consegue ou não a reação constante e velocidade crescente; a segunda, se algum outro candidato apresenta sinais de recuperação, invertendo a tendência de queda para a esmagante perspectiva de queda. É sabido que na pesquisa a tendência é mais importante que os índices percentuais.

Se a campanha não antecipa oscilações agora, o jeito é esperar e, conforme a posição de cada um, torcer para que o rádio e a televisão, invadindo os dois meios finais e decisivos com o impacto instantâneo de audiência estimada em números acima de 200 milhões de ouvintes e telespectadores, promovam lavagem cerebral no eleitorado, compelindo-o a rever sua tendência de voto, empurrando-o para a hesitação entre preferências equivalentes e rotativas, até a definição irreversível do voto depositado na urna.

Carioso e intrigante que partidos, lideranças e candidatos não pareçam convencidos das singularidades de eleição que não se parece com nenhuma outra, não aconselha seguir à risca os ensinamentos históricos das poucas eleições presidenciais diretas da nossa turbulenta experiência republicana.

Desperdiça-se tempo irreversível no velho jogo miúdo de arranjos de cúpula, da cooptação de indecisos, dos acordos alinhavados com olhos voltados para cálculos sobre reeleição de deputados e senadores.

O doutor Ulysses não consegue sair do círculo de giz das fúrias do PMDB, tendo fio a fio, o remendo da crise com os moderados. Na rua, brigando pelo voto, ninguém. Nem os candidatos que se etiquetam de populistas nem os conservadores brandindo compromissos com o social, na cocção da utopia progressista.

A campanha costura a amálgama, arrasta-se a passos. Porque está segura pelo retraimento tático do favorito e pela inação dos demais candidatos, apostando no milagre dos comícios para milhões, pelo rádio e TV.

No intervalo, a impaciência instiga palpites e aguçava esperanças. Pesquisa não cede ninguém. Mas ajuda a acompanhar o risco da campanha. A decisão, porém, depende do candidato, do seu desempenho pessoal. É o que diferencia esta campanha de todas as outras: o eleitor é dono do seu voto. Enfim.

098

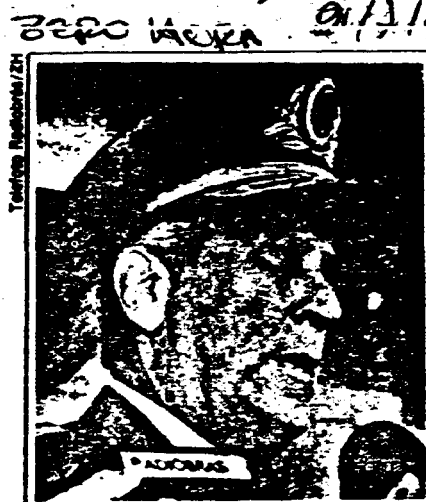
F. P. C. (P. P.)

Collor será presidente, acredita Leônidas

O ministro do Exército, Leônidas Feres Gonçalves, já acredita que o próximo presidente da República será mesmo Fernando Collor de Mello, candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Leônidas disse ontem que a tendência pró-Collor, registrada na última pesquisa do Ibope publicada pelo O Globo (que dá 41% das intenções de voto ao ex-governador de Alagoas), dificilmente será revertida.

Em um mês, o ministro do Exército mudou de opinião. No último dia 22 de junho, o mesmo Leônidas, depois de participar de um almoço com os outros ministros militares no Ministério da Aeronáutica, declarou que a liderança de Collor era "emocional" e ele poderia cair nas pesquisas da mesma maneira que subiu: ou seja, por nenhuma razão objetiva.

A opinião do ministro é compartilhada pelo ministro do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, que saiu ontem do coquetel oferecido às autoridades na Base Aérea, depois das comemorações do nascimento de Alberto Santos-Dumont, dizendo que



Leônidas mudou de opinião

a posição de Collor dificilmente será ameaçada:

— Collor fixou a imagem de um carnê-rinho branco com fita vermelha no pescoço, no meio de um bando de carneirinhos sujos e empoeirados, que agrada aos jovens, às mulheres, aos conservadores, aos setores majoritários da socie-

dade. O discurso dele não interessa — afirmou Cardoso Alves.

Composições

Alguns setores militares preferem, no entanto, ainda esperar algum tempo por uma definição. O ministro interino da Aeronáutica, brigadeiro Cherubim Rosa Filho, chefe do Estado-Maior da FAB e segundo homem na hierarquia da instituição, acredita que a sucessão só se definirá em meados de setembro. Até lá, Rosa Filho imagina que os candidatos com menores índices nas pesquisas negociarão composições para o segundo turno, com vistas às eleições estaduais no ano que vem.

O ministro interino da Aeronáutica disse que a maior preocupação dos militares é garantir a realização da eleição de 15 de novembro dentro de um clima de normalidade e enumerou as condições para que isto aconteça: inflação estabilizada, controle dos excessos e garantia da liberdade de manifestação dos eleitores. O ministro disse também que a Aeronáutica espera do próximo presidente um esforço pela modernização da Força Aérea, que hoje, segundo ele, está defasada tecnologicamente. (AG)

098

F. POL (P.P.)

Cristina Tavares diz as razões do apoio a **Brizola**

O candidato do PDT a presidente da República, Leonel Brizola, recebeu ontem, em sua casa no Rio de Janeiro, a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE) que na véspera lhe declarou apoio. Ela alegou que sua opção pelo líder pedetista é coerente com sua escolha pela social-democracia. Na sua avaliação, a "união das forças progressistas em torno de Brizola é lógica". A deputada acha que Brizola reúne o conjunto de forças que tem viabilidade para ganhar a eleição e "modificar o estado de coisas que vigora no País".

Cristina voltou a criticar a escolha de Roberto Magalhães para vice dos tucanos, motivo que a fez abandonar a candidatura de seu partido. Segundo ela, por ambição eleitoral, o PSDB comprometeu o projeto político do partido. Ela não acha que o PDT, apesar de ter "namorado" Magalhães e outros políticos considerados conservadores, ameace seu projeto político com as alianças eleitorais.

Leonel Brizola disse que o apoio de Cristina Tavares à sua candidatura "representa um reforço para a nossa campanha em todo o Nordeste". O ex-governador acrescentou que nenhum programa de governo será oportuno se não colocar os problemas do Nordeste em primeiro lugar. "Nós defendemos a revitalização e a adequação de um programa coerente de todos os órgãos federais que atuam no Nordeste", disse Brizola.

Pernambuco

Oito dias antes da visita de Leonel Brizola a Pernambuco — que resumirá sua permanência de seis horas à cidade de Caruaru — o candidato do PDT à Presidência arranhou um meio de marcar sua presença também em Recife: ontem, as principais ruas da cidade amanheceram com out-doors, com uma imagem sorridente e otimista do pedetista, ao lado do seu candidato a vice, o pernambucano Fernando Lyra. Ao todo, são 20 cartazes espalhados pela cidade, elaborados pela firma pernambucana Markplan, que presta serviços de marketing, planejamento e publicidade à campanha eleitoral do PDT. (AG/AJB)

ZERO NORA 21/7/88

098

F. POL (R2-INT.)

Ao confirmar ontem a visita do presidente da Argentina, Carlos Menem ao Brasil em agosto, um diplomata disse que a questão das Malvinas estará em pauta, na ocasião. Isso, porque o Brasil articula um novo encontro entre Argentina e Inglaterra

Brasil é mediador na questão das Malvinas

Está sendo articulado, com intermediação do Governo brasileiro, um novo encontro entre os governos da Argentina e da Grã-Bretanha para discutir a questão das ilhas Malvinas. Sem fazer qualquer ligação com o assunto Malvinas, o Itamaraty confirmou ontem a visita oficial que o presidente argentino, Carlos Saul Menem, fará ao Brasil nos dias 22 e 23 de agosto. O tema principal da visita será a integração Brasil/Argentina, afirmou um diplomata, ressaltando que a questão das Malvinas deverá ser discutida paralelamente.

O Brasil, como representante dos interesses da Argentina junto ao Governo inglês, deveria intermediar a proposta de um novo encontro, que segundo o jornal argentino Clarin, foi apresentada pela diplomacia da Argentina, mas o Itamaraty não confirma que está participando

das negociações neste sentido.

Fontes diplomáticas acreditam que o assunto, por ser muito delicado, está sendo discutido em altíssimo nível com muito cuidado para evitar que se repita neste novo encontro, que seria em Brasília, o fracasso do primeiro, realizado entre os dois governos em Berna, em 1984.

Para o Brasil, um novo encontro entre argentinos e ingleses, para discutir a questão das Malvinas, só deveria ser realizado quando uma das partes apresentar novas posições ou fizer um acordo mínimo antes de sentar à mesa de negociações. Não adianta marcar um encontro se nenhuma das partes ceder em algum ponto, afirmou um diplomata do Itamaraty, lembrando que os dois países têm posições firmes de não abrir mão da soberania sobre as Malvinas.

Integração

Em sua primeira viagem ao exterior como presidente da Argentina, Carlos Menem será recebido em Brasília com todas as honras dispensadas a um chefe de Estado. Ele visitará o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, será recebido pelo presidente José Sarney e homenageado com grande recepção no Itamaraty. A agenda dos dois presidentes, como pretende o Itamaraty, será concentrada no tema integração, além de dívida externa e crise econômica do Continente. O Itamaraty prefere que o tema Malvinas não seja assunto principal da visita e que seja dado mais ênfase às questões bilaterais. (AE)

.01.01

8908063

Acordo com usineiros cria

JORNAL DO BRASIL

caso político para Collor

Cientistas analisam campanha

SÃO PAULO — Mesmo com exemplos na história recente do país, a ideia defendida por adversários do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, segundo a qual quem lidera as pesquisas de opinião no período inicial da campanha eleitoral, como ele está fazendo, termina por perder a eleição, não tem respaldo entre vários cientistas políticos que estudam hoje a eleição presidencial brasileira.

"Não há nenhuma lei que diga que alguém que subiu muito cedo acaba perdendo as eleições", diz o cientista político Bolívar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). "Não está escrito nas estrelas que seja prejudicial liderar as pesquisas neste momento", afirma a professora de Sociologia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Maria Victória Benevides, militante do PT. "O fenômeno Collor não é necessariamente passageiro", avalia, por sua vez, o chefe do Departamento de Ciências Políticas da USP, José Augusto Guilhon Albuquerque.

Em apoio às opiniões dos cientistas políticos há alguns fatos eleitorais marcantes. Em 1960, na última eleição presidencial direta no Brasil, o candidato Jânio Quadros iniciou a disputa como favorito e confirmou o diagnóstico, recebendo exatamente 5.636.623 votos. Em 1982, na disputa para o governo de São Paulo, o senador Franco Montoro acusava, no mês de junho, uma popularidade nas pesquisas de 22%, liderando a corrida com oito pontos percentuais acima do segundo colocado, Reynaldo de Barros, do PDS. Em novembro, Montoro venceu a eleição com o voto de 37% do eleitorado, um ponto além da soma obtida pelo segundo e terci-

ro colocados, respectivamente Reynaldo e Luis Inácio Lula da Silva, do PT. Ano passado, durante a eleição de prefeitos, no Recife, o candidato do PFL, Joaquim Francisco, liderou a corrida desde o início e acabou sendo o vitorioso.

Problemas — "Collor, hoje, visto como o novo, o salvador, por que apresenta uma imagem inteiramente falsa de si mesmo", ataca a professora Maria Victória Benevides. "Liderar as pesquisas, neste sentido, pode ser prejudicial para ele, porque o faz traír, por exemplo, setores da direita militar mais reacionária, como o general Newton Cruz e o jornal *Letras em Marcha*, que podem representar para o Collor o beijo da morte", diz ela. "Collor está na frente ali porque os outros candidatos ainda não iniciaram suas campanhas", entende o cientista político Marcus Vinícius, pesquisador do Idesp. "Ele vai se manter onde está, durante a campanha, ele vai ter que apresentar mais do que um simples discurso moralista".

"Por enquanto, Collor é um fenômeno de marketing político que vem sendo trabalhado há dois anos", opina o professor José Augusto Guilhon. "Ele é o líder porque, agora, as pesquisas definem a popularidade, pois a intenção de voto só vai se definir mais tarde, e para alcançar bons índices Collor vai ter que mostrar um político profissional, não apenas um político provinciano sem expressão, que é o que ele é". O cientista Bolívar Lamounier também enxerga alguns problemas no fato de Collor ser, neste momento, o líder nas pesquisas. "Ele pode causar o efeito contrário, mas desde já tem que ser visto como um candidato muito forte", considera ele.

Freire desafia para debate

O candidato do PCB à Presidência da República, deputado Roberto Freire, desafia o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, para um debate público, porque acredita ser o único candidato de esquerda capaz de representar "uma alternativa para a hegemonia da direita, representada por Collor". Freire também critica a proposta de "debate científico" que pode se contrapor ao de Collor, "mostrando que ele é o candidato das forças mais reacionárias desse país".

Roberto Freire aponta os apoios que Collor recebeu, através dos jornais, de setores da direita militar — como o ex-chefe da agência central do SNI, general Newton Cruz e o coronel Joaquim Portella, diretor do jornal *Letras em Marcha* — e do presidente da Fiesp, Mário Amato,

como "demonstração inequívoca de que ele hoje é o candidato da direita". Freire considera "hipocrisia" a declaração de Collor de que não pretende contratar empresários e militares, "pois na vida pessoal o candidato mantém a grande capital acionista de multinacional". O candidato de esquerda volta-se à ligação de Collor com o ex-sócio, presidente do grupo Monteiro Aranha.

"Não basta ele dizer que é honesto, isso eu não duvido e também sei. O que quero é saber qual a proposta de Collor para o país, o que pensa de educação, saúde, crescimento econômico, dívida externa", desafiou Freire, dizendo acreditar que, num debate, mostrará "que a concepção de sobre todos esses problemas é a mesma dos setores dominantes".

8908065

MACEIÓ — O acordo que o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, assinou com os usineiros ao deixar o governo de Alagoas, obrigando o estado, durante 10 anos, a restituir o que foi cobrado de ICM da cana, está causando polêmica entre os poderes Executivo e Judiciário. Além disso, estão vindo à tona muitos descontentamentos escamoteados enquanto Collor esteve à frente da administração estadual.

O acordo ainda não foi homologado pelo juiz Eustácio Luiz de Gama Lima, da 8ª Vara da capital e o governador Moacir Andrade, ex-vice de Collor, determinou a revogação das portarias que autorizavam o procurador-geral do estado, Mário Jorge Uchoa, a avaliar a ação proposta pelos usineiros. As portarias foram assinadas por Collor.

Ausuações — Aproveitando a indecisão do juiz Eustácio Valente, o promotor Luciano Chagas da Silva denunciou, segunda-feira, que o acordo seria lesivo aos interesses econômicos do estado e solicitou sua não homologação. Segundo o promotor, 20% do que o estado deveria restituir aos usineiros seriam aplicados na campanha presidencial de Collor.

"Na qualidade de integrante do quadro do ministério público alagoano, não poderia ficar calado ao tomar conhecimento do negócio espúrio que o ex-governador está concluindo com os usineiros e, conforme comentários, a situação já estaria acertada, o que agrava a situação", disse o promotor.

— "Não é possível que, antes de qualquer levantamento da dívida, o estado proponha um acordo reconhecendo um débito fictício e, o que é mais grave, comprometendo o estado a pagar aos usineiros com juros e correção", continuou Luciano Chagas.

Membros do Judiciário ficaram indignados porque Collor, ao aceitar o acordo, não acatou a contestação do estado à proposta dos usineiros, redigida pelo procurador Evilásio Feitosa da Silva.

Briga por ICM — Até 1986, os usineiros de Alagoas pagavam o ICM sobre a cana que eles próprios plantavam, colhiam e beneficiavam. Porém, quando o governador Fernando Collor de Mello tomou posse, começaram os desentendimentos. O governador insistia para que eles liquidassem suas dívidas com o Banco do Estado de Alagoas, o Prodeban, e ameaçou-os com a reforma agrária. Os usineiros revidaram, entrando na Justiça para receber todo o ICM pago. Eles ganharam a ação, porque a lei isenta de impostos sobre Circulação de Mercadorias o produto de cana que utilize seu próprio produto na fábrica.

Desde sexta-feira, o governador Moacir Andrade saiu de circulação. Seu secretário de Comunicação, José Elias, explica que uma forte gripe tem impedido Andrade de despachar no Palácio dos Martírios. Mas, segundo fontes do primeiro escalão do governo, ele está estudando uma maneira de contornar o comprometedor acordo, sem causar estragos à imagem de moralizador cultivada por Collor.

Mesmo com as trocas de elogios entre Collor e Moacir, é fácil perceber o mal-estar no Palácio dos Martírios. Há quem garanta que o secretário da Fazenda, Luís Dantas — que em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo admitiu que ele e sua equipe erraram no cálculo dos juros que deveriam ser pagos aos usineiros —, deve deixar logo o governo.

Deputados contam histórias 'colloridas'

A onda que invade o país surpreende todos os partidos

Rita Tavares

BRASÍLIA — Antes mesmo de assistir à explosão da candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN) na última pesquisa divulgada pelo Ibope, o presidente do PMDB fluminense, deputado Márcio Braga, testemunhou uma cena deste fenômeno eleitoral na casa de sua própria mãe, d. Jacira Thomé. No último dia 13, a família Braga comemorava, simultaneamente, o Dia das Mães e o aniversário de Márcio, quando, numa enquete rápida, o penedebista constatou que as amigas de sua mãe pretendem votar em Collor apenas porque ele é o mais bonito de todos os candidatos.

Mal refeito do susto, Márcio Braga engoliu em seco ao saber que Gilberto Cardoso, seu sucessor na presidência do Flamengo, anunciara publicamente que seu voto é de Collor. Eleito pelas mãos do deputado, Cardoso não o acompanhou na sustentação da candidatura do deputado Ulysses Guimarães à sucessão presidencial pelo

PMDB. "Foi um choque", desabafa Márcio.

Fenômeno — Se atropela a candidatura Collor estão acontecendo até mesmo dentro das residências de parlamentares, o fenômeno se espalha por todo o país. No último sábado, o deputado Paes Landim (PT) saiu de Teresina em direção à cidade de Bom Jesus (a 450 quilômetros), onde os 120 filiados do PFL participaram da prévia do partido para a escolha do candidato à sucessão. Recebeu um conselho do presidente do PFL local, Ipaquim Fianilino: "Fale em defesa de Aureliano (Chaves) apenas entre os homens. E não fale contra o Collor para ninguém. A cidade collorista", advertiu Fianilino.

À noite, o deputado constatou que boa parte dos oito mil eleitores de Bom Jesus está mesmo com o ex-governador de Alagoas. Landim visitou, em seguida, a diminuta cidade de Santa Luz, onde observou mais uma adesão coletiva a Collor.

Há um ano, o deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS) foi procurado por professores de Uruguaiana, município que faz fronteira com a Argentina, que lhe aconselharam a aproximação com o então governador de Alagoas. Irritado Zanetti esboçou contra a idéia dançarina penedebista, que acabou

aderindo à candidatura Collor. "Nenhuma delas está com o Collor", admitiu Zanetti.

Susto — Outro que levou um susto foi o deputado Sando Oaciriz (PSDB-MS). Primeiro, foi informado que um comerciante de Xavantina está ganhando dinheiro vendendo adesivos de Collor para automóveis. Encaminhados uma remessa de dez mil, que estão à venda por R\$5 10,00 cada. Numa visita a Campo Grande no último fim-de-semana, Sando descobriu que a candidatura Collor tinha defensores até entre seus amigos. Uma advogada votará no ex-governador porque está descrente dos políticos e por considerá-lo lúcido. "Olha, que eu me joga da janela", brincou o deputado, mas não conseguiu mudar o voto da moça.

O deputado José Tavares (PMDB-PR) confessa que não está fácil manter os penedebistas fiéis à candidatura de Ulysses. Na semana passada, Tavares encontrou-se com um eleitor num estacionamento da cidade de Londrina, que lhe disse: "Quer dizer que vamos trabalhar para o velho?". Tavares respondeu que Ulysses é "um homem digno" que merece o esforço da base do partido. Ao que um motorista que travava o carro retrucou: "O negócio é o Collor".

Sete Lagoas, MG — Ronaldo Guimarães/Extra



Os vereadores gastaram do seu bolso para imprimir adesivos e estatuto do PRN

PRN ganha câmara de duas cidades de Minas Gerais

Miguel Sodré

SETE LAGOAS e PRUDENTE DE MORAIS (MG) — Se depender da disposição cabida por 12 vereadores destes municípios, que abandonaram seus antigos partidos para ingressar no PRN para apoiar Fernando Collor de Mello, o candidato do PRN não precisará se empenhar muito para conquistar votos do eleitorado nesta região. Em Sete Lagoas, ele conseguiu sete dos 17 vereadores e, em Prudente de Moraes, além de cinco dos nove vereadores da Câmara, tem a simpatia do prefeito Milton Luis Sariva (PMDB).

A pequena Prudente de Moraes — a 65 km da capital mineira, 10 mil habitantes —, cuja economia está centrada na agropecuária e na extração de cal de abundantes jazidas é um bom exemplo da avalanche de adesões que está inflando a candidatura Collor em todo o território nacional. Quatro adeptos ele roubou ao PMDB e um ao PDC.

Entre eles estão o presidente da Câmara, José Maria Alvares Ferreira, e Otávio Batista, o vereador mais votado na cidade.

Destemido — Hoje eles integram a bancada majoritária da Câmara de Prudente de Moraes. Luis Cláudio Martins Neves preside a comissão provisória do PRN no município, registrada no último dia 10 na sede regional do partido, em Belo Horizonte. Apesar da comissão estar funcionando há duas semanas, o PRN já obteve mais de 40 filiações na cidade e deverá receber mais 150 nos próximos dias, segundo previsão de Luis Cláudio.

Além do trabalho dos cinco vereadores do partido, Collor de Mello conta em Prudente de Moraes com o apoio velado do prefeito, que promete dar-lhe sustentação, mas não se desligará do PMDB para que sua administração continue se beneficiando dos recursos do governo estadual, conforme revelou o presidente da câmara local.

O presidente da Câmara, José Maria Alvares, que possui uma fazenda de gado leiteiro, simpatizava com o candidato do PDC à Presidência da República, Ronaldo Caiado, mas contou ter se decidido por Collor por considerá-lo "sério e destemido". "Desde que ele

começou a combater os monopólios de Alagoas, eu gostei do trabalho dele. Acho que não pode fazer mais por seu estado porque foi travado pelo governo", analisou José Maria.

Em Sete Lagoas — uma das 20 maiores cidades mineiras e o décimo município do estado em volume de arrecadação de ICM, com 200 mil habitantes e 70 mil eleitores — o fenômeno Collor cativou também o presidente da Câmara, Leonel Maciel Fonseca, campeão de votos nas últimas eleições, e rapidamente o PRN juntou sete vereadores, a maior bancada na Casa.

A comissão provisória do PRN em Sete Lagoas, constituída há um mês com a incorporação dos filiados ao Partido da Juventude (PJ), é presidida por Paulo Sérgio Maciel Oliveira, oriundo do PDC. Segundo ele, o partido já tem 750 filiados em Sete Lagoas, 500 dos quais vindos do PFL. Para promover Collor, os vereadores já gastaram R\$25 1.700 de próprio bolso com a impressão de 6 mil folhetos de filiação distribuídos em 15 cidades da região de Sete Lagoas e 500 exemplares do estatuto do partido, além da fabricação e 700 adesivos de candidato Collor e publicação de anúncios publicitários em três jornais do município.

078

F. POL (P.P)

Candidato do PRN cai no ABC

O candidato à Presidência da República pelo PRN Fernando Collor de Mello, está perdendo a preferência dos eleitores do ABC paulista. A última pesquisa feita pelo Ibope mostra uma vantagem de 42% ao candidato no País, mas na região ele tem apenas 31%, o que significa uma queda de 11%. Os dados foram revelados pelo analista político e coordenador da campanha de Collor no ABC, Mário Ronaldo Checkin. Dos 2.750 entrevistados pelo Ibope, Checkin separou os do ABC — 114 —, dos quais 64 são homens e 50 mulheres.

Na sua avaliação, Mário Covas (PSDB) teve uma ascensão de 6% — na pesquisa do Ibope ele tinha 12% e no ABC 18%. Luís Inácio Lula da Silva (PT) se manteve estável, em seu reduto eleitoral, com 9%; Paulo Maluf (PDS) subiu 3%, com 8% da preferência contra os 5% revelados na última pesquisa. Guilherme Afif (PL) também subiu 3%, com 6% dos votos na região; Ulysses Guimarães (PMDB) com 1% de preferência em relação aos 4% demonstrados pelo Ibope. Leonel Brizola

(PDT) ficou estável com 3%.

Previsão

Os outros candidatos não tiveram índices expressivos. Os indecisos subiram de 7% para 11%. Segundo Checkin, os números mostram o futuro da próxima pesquisa, porque a região tem um potencial de votos considerável — mais de um milhão de eleitores — e é uma das mais articuladas a nível político. Para ele, a queda de Collor está relacionada à sua ausência do País, na época da pesquisa. Como exemplo, ele citou Walter Braido, expressiva liderança política na região, que se insinuou favorável ao PSDB, de Covas. Os votos perdidos por Collor, na opinião do analista político, devem engrossar a lista de indecisos, mas o candidato ainda pode recuperar sua posição se mantiver todo o trabalho de sua campanha. Para Checkin, os coordenadores da campanha de Collor devem começar a se preocupar com um futuro adversário — Mário Covas — devido à sua ascensão no ABC. (AE)

DEPO MORN 21/1/85

098

P. 02 (P.P.)

JORNAL DO BRASIL

28.3.89

Brasil

Acre vive fama da violência há 5 meses

Silvio Martinello

RIO BRANCO — No feriado da última quinta-feira, depois que as tropas do exército ocuparam as vilas Extrema e Nova Califórnia, o governador do Acre, Flaviano Melo (PMDB), de 38 anos, casado, dispensou seu ajudante-de-ordem, sem segurança, o motorista, pegou seu carro particular e rumou para dentro de sua casa.



Flaviano Melo: tomou

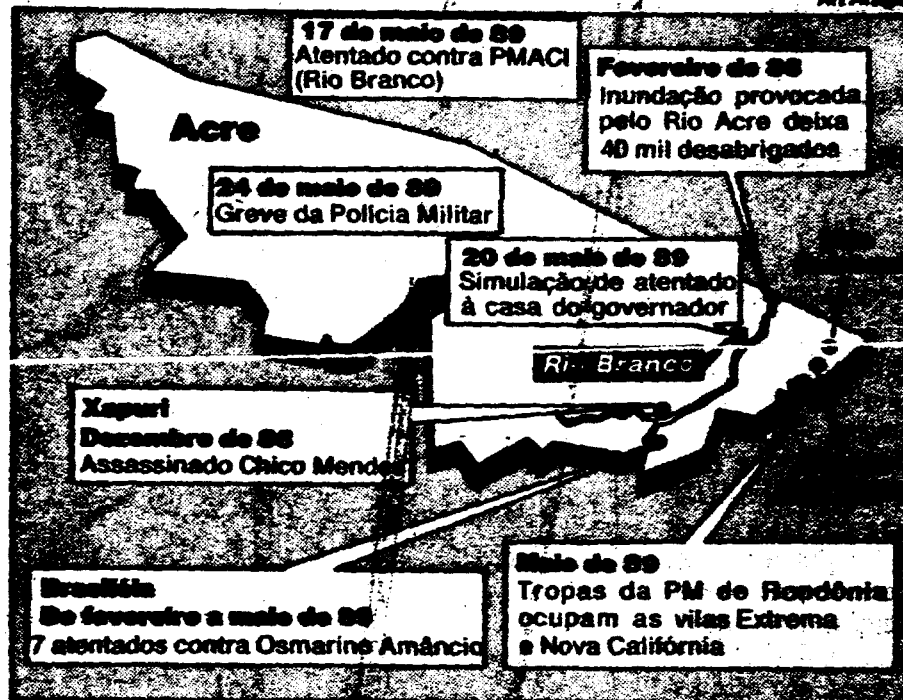
“Estava cheio, não aguentava mais tanta tensão”, confessaria ele no dia seguinte. Esta manhã, segundo Flaviano Melo, já dura cinco meses, desde a morte do líder sindical e ecologista Chico Mendes, que parece ter capitulado no Acre com uma sucessão de fatos que pouco a pouco amargam. De repente, o Acre sai do anonimato para as primeiras páginas dos principais jornais do país e do exterior. O governador calcula que de dezembro para cá já deu entrevistas a 30 jornalistas estrangeiros.

Flaviano Melo, eleito em 86 com quase 50% dos votos dos acreanos, é dos que acham que a história do Acre será conhecida, futuramente, como “antes e depois de Chico Mendes”. Antes era o longínquo e ignorado Acre, perdido num canto do mapa do Brasil. Depois, o Acre se transformou na capital dos ecologistas, e até o presidente dos Estados Unidos, George Bush, quer dar golpe sobre a conveniência ou não de se estabelecer uma reserva.

Caldeirão — Indagado sobre como é governar o Acre depois de Chico Mendes, Flaviano Melo responde: “Sinto-me como se estivesse sendo frito num igneo caldeirão. Os lados se movem num fogo cruzado: de um lado, os ecologistas, que não admitem que se derrube mais um pé de bananeira, e, do outro, empresários, fazendeiros e madeireiros que querem derrubar tudo.”

Antes desse fogo cruzado, Flaviano Melo, que foi prefeito nomeado de Rio Branco em 82, lembra que em fevereiro do ano passado o estado já tinha virado notícia por uma calamidade: o transbordamento do rio Acre, que inundou quase a metade de Rio Branco, a capital, desabrigoando 40 mil pessoas.

O governador parece não se incomodar em ser cobrado pela morte de Chico Mendes, assassinado com um tiro de espingarda no dia 22 de dezembro passado, em sua casa, em Xapuri. Embora em partidos diferentes, ele diz que era amigo de Chico, com quem sempre conversava sobre a criação das reservas extrativistas, o assaltamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul e de lá para o oceano pacífico e outros projetos.



A história de muitos conflitos

Brigar com vizinhos, como o estado de Rondônia, não é novidade para os acreanos. O Acre nasceu em 1902 de uma grande encruzilhada com a Bolívia, quando o general Plácido de Castro, comandando um exército de seringueiros nordestinos, conquistou este pedaço mais ocidental da Amazônia para o Brasil — 15 milhões de hectares de terra cobertos de rica floresta tropical.

Antes disso, na virada do século, outros aventureiros já haviam tentado criar no Acre até um império, como o espanhol Luis Galvez, que fundou o Estado Independente do Acre. Não durou um ano, é verdade, e a queda do império também não foi das mais gloriosas. Mas com que força disparado um tiro, e o imperador Galvez voltou para a Espanha levando a malícia como recordação.

Trabalho teve o barão de Rio Branco em 1903, para assinar o Tratado de Petrópolis, mediante o qual foram definidos os limites com a Bolívia. Em 1908, o barão teve que entrar outra vez em ação para definir os limites com o Peru, com o qual os seringueiros nordestinos estavam pegando outra beiga, sempre correndo atrás do látex da seringueira.

Látex — A história passada e recente do Acre, aliás, está intimamente ligada a esta árvore nativa, que no começo do século fez surgir uma verdadeira civilização do látex.

Miséria — Como toda a mamonação, o ciclo da borracha teve também um fim trágico e perverso, deixando atrás de si a miséria de milhares e milhares de seringueiros nordestinos.

Na década de 70, o Acre foi sacudido pela entrada dos compradores de terra do Centro-Sul do país, que, aproveitando-se da falência dos seringueiros, adquiriram cerca de um terço das terras. Nesses seringueiros, porém, estavam os seringueiros, e o Acre passou a viver os conflitos pela posse da terra.

A entrada das empresas pecuaristas acabou por desarticular a economia do estado. O Acre produz por ano apenas 14 mil toneladas de borracha natural e importa, com subsídio do arroz e do milho, quase tudo para alimentar uma população de 400 mil habitantes. Com um rebanho de 500 mil cabeças, o estado possui mais bois do que gente. (S.M.)

Hoje Não

01.01

8908067

098

F. POL (P.P.)

JORNAL DO BRASIL

28.3.89

Brasil

Acre vive fama da violência há 5 meses

Sélio Martinello

RIO BRANCO — No estado da última quinta-feira, depois que as tropas do exército ocuparam as vilas Extrema e Nova Califórnia, o governador do Acre, Flaviano Melo (PMDB), de 38 anos, casado, dispensou seu ajudante-de-campo, sua segurança, o motorista, pagou uma taxa particular e mudou sua residência para uma estrada a 10 quilômetros da área de um problema de segurança, onde há presença de camponeses, seringais e seringueiros.



Flaviano Melo: teste

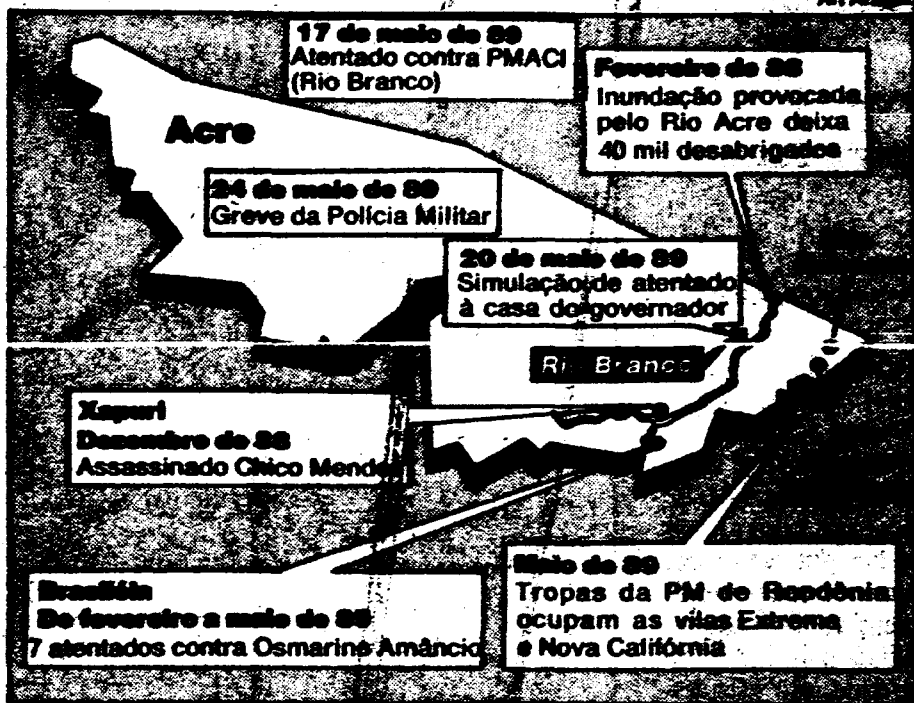
"Estou cheio, não aguento mais de tanta tensão", confessa de no dia seguinte. Essa tensão, segundo Flaviano Melo, já dura cinco meses, desde a morte do líder sindical e ecologista Chico Mendes, que trouxe ao conhecimento do Acre com uma sucessão de fatos que parece não acabar mais. De repente, o Acre saiu do anonimato para as primeiras páginas dos principais jornais do país e do exterior. O governador calcula que de dezembro para cá já deu entrevistas a 50 jornalistas estrangeiros.

Flaviano Melo, eleito em 86 com quase 50% dos votos dos acreanos, é dos que acham que a história do Acre será conhecida, futuramente, como "antes e depois de Chico Mendes". Antes era o longínquo e ignorado Acre, perdido num canto do mapa do Brasil. Depois, o Acre se transformou na capital dos ecologistas, e até o presidente dos Estados Unidos, George Bush, quer dar palpite sobre a conveniência ou não de se estabelecer uma reserva.

Calamidade — Indagado sobre como é governar o Acre depois de Chico Mendes, Flaviano Melo responde: "Sinto-me como se estivesse sendo frito num incenso caldário. Ou melhor, estou sendo frito num fogo cruzado: de um lado, os ecologistas, que não sabem que se derraba mais um pé de bananeira, e, do outro, empresários, fazendeiros e madeireiros que querem derrubar tudo".

Antes desse fogo cruzado, Flaviano Melo, que foi prefeito nomeado de Rio Branco em 82, lembra que em fevereiro do ano passado o estado já tinha virado notícia por uma calamidade: o transbordamento do rio Acre, que inundou quase a metade de Rio Branco, a capital, desabrigoando 40 mil pessoas.

O governador parece não se incomodar em ser cobrado pela morte de Chico Mendes, assassinado com um tiro de espingarda no dia 22 de dezembro passado, em sua casa, em Xapuri. Embora em partidos diferentes, ele diz que era amigo de Chico, mas nunca conseguiu convencer sobre a criação das reservas extrativistas, o asfaltamento da BR-364 até Cruzeiro do Sul e de lá para o oceano pacífico e outros projetos.



A história de muitos conflitos

Brigar com vizinhos, como o estado de Rondônia, não é novidade para os acreanos. O Acre nasceu em 1902 de uma grande contenda com a Bolívia, quando o general Plácido de Castro, comandando um exército de seringueiros nordestinos, conquistou este pedaço mais ocidental da Amazônia para o Brasil — 15 milhões de hectares de terra cobertos de rica floresta tropical.

Antes disso, na virada do século, outros aventureiros já haviam tentado criar no Acre até um império, como o espanhol Luis Galvez, que fundou o Estado Independente do Acre. Não durou um ano, é verdade, e a queda do império também não foi das mais gloriosas. Rumo sem que fosse desperado um tiro, e o imperador Galvez voltou para a Espanha levando a malícia como recordação.

Trabalho teve o barão de Rio Branco em 1903, para assinar o Tratado de Petrópolis, mediante o qual foram definidos os limites com a Bolívia. Em 1908, o barão teve que entrar outra vez em ação para definir os limites com o Peru, com o qual os seringueiros nordestinos estavam pagando outra briga, sempre correndo atrás do látex da seringueira.

Látex — A história passada e recente do Acre, aliás, está intimamente ligada a esta árvore nativa, que no começo do século fez surgir uma verdadeira civilização do látex.

Mineração — Como toda a amazônica, o ciclo da borracha teve também um fim trágico e perverso, deixando atrás de si a miséria de milhares e milhares de seringueiros nordestinos.

Na década de 70, o Acre foi sacudido pela entrada dos compradores de terra do Centro-Sul do país, que, aproveitando-se da falência dos seringais, adquiriram cerca de um terço das terras. Nesses seringais, porém, estavam os seringueiros, e o Acre passou a viver os conflitos pela posse da terra.

A entrada das empresas pecuárias acabou por desarticular a economia do estado. O Acre produz por ano apenas 14 mil toneladas de borracha natural e importa, com subsídio do arroz e do milho, quase tudo para alimentar uma população de 400 mil habitantes. Com um rebanho de 300 mil cabeças, o estado possui mais bois do que gente. (S.M.)

Hoje Nro.

01.01

8908067

098

Collor descreve em articulação das esquerdas

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, disse ontem, em Brasília, não acreditar numa articulação dos candidatos de esquerda para intimidá-lo com manifestações agressivas, como as de Niterói e Florianópolis. "Não tenho razões para acreditar em orquestração", ressaltou Collor, um dia depois de completar 40 anos de idade. "Estou mais inclinado a imaginar que os ânimos se aqueceram em algum momento da campanha", considerou.

Certo de que todos perdem, caso a campanha parta para um clima de violência, Fernando Collor fez um apelo a seus adversários para que se esforcem no sentido de conter os ânimos de seus correligionários. "Venho sempre fazendo esse apelo pela não-violência. Mas nunca é de mais reiterá-lo", disse.

Lembrado de que episódios de violência também marcaram a passagem do candidato do PT à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, por Macció, Collor começou esquivando-se do assunto: "As informações que tenho é que os incidentes não foram tão graves. Ao que parece, também, não há gente nossa entre os responsáveis". Logo depois, porém, Collor voltou ao tema: "Mas se nós temos participação, eu volto a insistir com essas pessoas ligadas a mim que a violência não serve à consolidação da democracia e o processo democrático é o nosso primeiro e maior compromisso". (AE)

098

Encontro de Cultura é fórum permanente

O I Encontro de Ministros de Cultura da América Latina e Caribe realizado em Brasília de quinta-feira a sábado é, agora, um fórum permanente para garantir a continuidade do intercâmbio cultural no Continente. Decisão nesse sentido foi tomada por unanimidade pelos representantes dos 19 países presentes. A proposta foi feita pelo ministro de Cultura do México, Victor Flores Olea. Falando em nome do presidente de seu país, Carlos Salinas de Gortari, o ministro Victor Olea propôs que a reunião do próximo ano seja realizada na cidade do México.

Classificando de imprescindível a realização de projetos concretos de cooperação e integração cultural entre países latino-americanos, o ministro Victor Olea destacou a formação de um mercado comum de bens culturais como passo decisivo para garantir a livre circulação no território de todos os países latino-americanos e caribenhos.

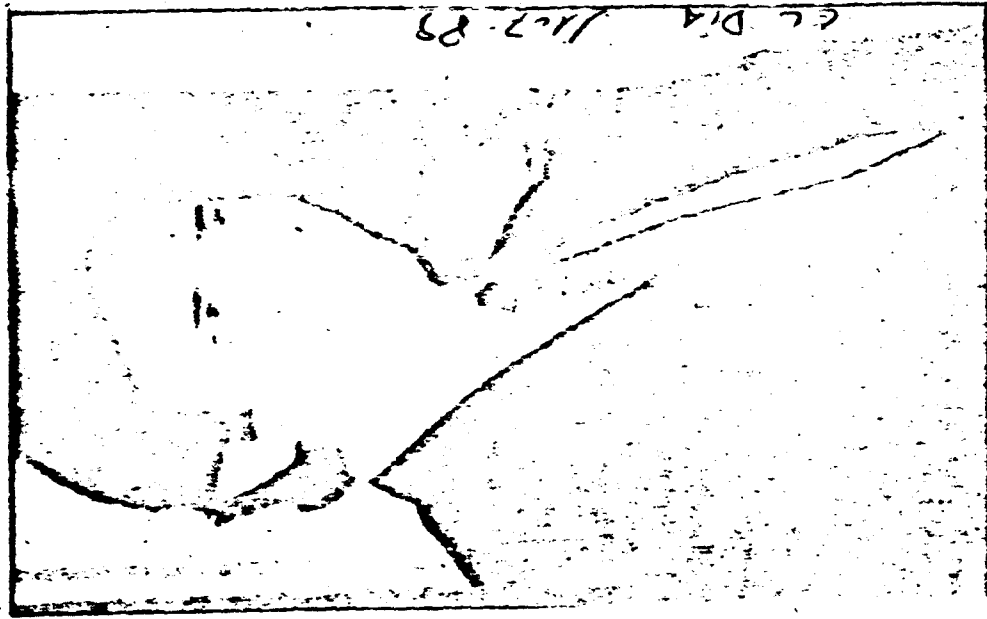
Num discurso bastante emocionado, o arquiteto Oscar Niemeyer destacou a importância desse primeiro encontro de ministros da Cultura latino-americanos e caribenhos, afirmando que o "povo oprimido deste continente precisa ver somadas as forças contra o imperialismo norte-americano". Fazendo um resumo de sua vida profissional, Niemeyer desenhou alguns croquis sobre os principais monumentos que projetou em Brasília. (AG)

PERO 1004 1189
f8a (h.j.) 2HORA 13/8/89

.01.01

8908139

Brizola aparece como ganador en Brasil



El brasileño Fernando Collor de Mello pierde puntos tras haber tenido un espectacular ascenso en los sondeos. (Foto archivo)

NUEVA YORK. (DPA). — El candidato izquierdista Leonel Brizola, aparece como el posible ganador en las elecciones presidenciales del 15 de noviembre en Brasil, dice el servicio de asesoramiento económico "Riesgo Político".

Los políticos centristas brasileños han perdido popularidad gracias a su vinculación con la ineficaz presidencia de José Sarney, dice el informe. Señalando que Brizola va a la cabeza, el informe califica al ex gobernador del estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, como un serio rival después de su campaña contra la corrupción y los privilegios en el gobierno. Las posibilidades son del 43 por ciento para Brizola y el 40 por ciento para Collor de Mello.

Sin embargo, gane quien gane, la estructura del poder bajo la nueva Constitución va a impedir que se haga una reforma coherente en Brasil, dice Riesgo Político. Y si la situación económica provoca la violencia, los militares van a intervenir predecir. La posibilidad de esa intervención militar es del 15 por ciento en los próximos cinco años.

El carismático dirigente laboral Luiz Inácio Da Silva,

conocido popularmente como Lula, está muy detrás de Collor en las encuestas, igual que Brizola. Además, Brizola y Lula pueden quitarse votos el uno al otro, ya que ambos tratan de atraer el apoyo de la izquierda. El partido gobernante, Movimiento Democrático, disminuyó aún más sus posibilidades después de que eligió a Ulysses Guimarães como candidato. En contra de Guimarães está su edad avanzada, su mala salud y su vinculación con el régimen de Sarney, dice el informe.

El resurgimiento de la izquierda en Brasil se debe en gran parte a la desastrosa política económica del gobierno de Sarney con tres planes económicos fallidos en tres años. Las elecciones municipales de noviembre de 1988 revelaron que el electorado está "furioso" con el régimen centrista.

Pese a sus instintos nacionalistas y al apoyo de la izquierda, Brizola tendrá que enfrentarse con un Congreso fragmentado que seguirá en el poder durante 1990, así como con el legado de la política económica fracasada de Sarney, junto con una población cuyas esperanzas crecieron a raíz de las promesas hechas durante la campaña electoral, concluye el informe de "Riesgo Político".

Collor de Mello llegó al techo en los sondeos y pierde puntos

RIO DE JANEIRO. (DPA). — El ex gobernador del nordestino estado federado de Alagoas, Fernando Collor de Mello (39), sigue siendo el favorito de los brasileños a la sucesión del presidente José Sarney, a cuatro meses de las primeras elecciones presidenciales directas que tendrá el país en 29 años.

Según el sondeo realizado por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (IBOPE, privado), Collor perdió algo de su popularidad en relación a junio, en que contaba con el 43 por ciento de las in-

tenciones de voto.

Otra encuesta, realizada por el Instituto Datafolha, también privado, confirmó que el conservador Collor ha por lo menos interrumpido la impresionante escalada de popularidad iniciada en marzo y que el mes pasado le permitía esperar una victoria electoral ya en el primero turno, por mayoría absoluta. Según el Datafolha, el índice de intenciones de voto en el millonario empresario bajó del 42 al 40 por ciento, en el último mes.

El DIA 11/7/89

01.01

88 08166

Conflitos ameaçam aliança

8908184

Riocentro

A bomba que estrçalou os dedos do bancário Antônio José Bezerra dos Santos e lançou estilhaços sobre a candidatura de Lula causa à esquerda o constrangimento que a bomba do Riocentro, que neste domingo completa oito anos, causou à direita. Embora diferentes no poder de destruição, elas são semelhantes nas circunstâncias suspeitas que as cercam.

O Exército, que hoje ataca o governo a encerrar a bomba de Recife como prova de que a esquerda e principalmente a CUT adotam táticas de guerrilha para desestabilizar o país, foi incapaz de revelar a trama verdadeira que levou aos ares, na noite de 30 de abril de 1981, no pátio de estacionamento do Riocentro, em Jacarepaguá, no Rio, um automóvel Puma, matando o sargento Guilherme do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado, ambos ocupantes do carro.

A esquerda, que há oito anos fazia coro com as forças democráticas em geral para denunciar que a bomba do Riocentro era terrorismo da direita para desestabilizar a abertura política e tornar mais duro o regime militar, acaba de provar que na investigação de suas próprias bombas todos podem parecer iguais.

Diferença — Da mesma maneira como a comissão do então coronel Job Lorena foi pouco conviçante, em 1981, na conclusão de que os dois militares teriam sido vítimas e não agentes de um ato terrorista, a comissão designada pelo PT para apurar as responsabilidades e expulsar o bancário Antônio Bezerra dos Santos está sendo pressionada pela CUT e Sindicato dos Bancários de Pernambuco a dizer que ele é inocente. Formada por exigência da executiva nacional do PT, ou seja, o comando da candidatura de Lula, a comissão adiou o parecer que deveria ter dado sexta-feira, pedindo prazo de mais 72 horas.

A única diferença de tratamento, nos dois casos, é que o capitão Wilson Machado, depois de sanado das feridas, que punham à mostra seu intestino,

para continuar a carreira até general. O petista Antônio Bezerra dos Santos, quando melhorar dos ferimentos em três dedos da mão direita, sairá direto do hospital para um presídio.

O presidente da CUT, o ferramenteiro Jair Meneguelli, reage à comparação com o Riocentro, sob o argumento de que a investigação da bomba de Recife compete à polícia e não à sua entidade ou ao PT. Até ponderou, referindo-se ao bancário que detonou a bomba, que é preciso primeiro investigar "se o companheiro é mesmo da CUT." Basta, entretanto, indagar aos seus colegas de profissão para descobrir como Antônio José estava metido de corpo e alma na militância da CUT — e quando uma organização ignora atos errados praticados por seus militantes pode confundir isenção com

das linhas sindicalistas mais radicais e ferozes do PT. Ele pertence ao grupo Articulação, moderado, dono da maior fatia do partido, principal patrocinador, no variado leque de correntes e grupelhos abrigados no PT, da candidatura de Lula. O Articulação reúne, entre outros, os militantes da chamada Ação Católica Operária (ACO), mas o bancário da bomba não pertence à Igreja. Vinculou-se a esse grupo para acompanhar opção feita pelo Sindicato dos Bancários. Em reuniões realizadas esta semana, a ACO considerou-o "maluco" e "irresponsável".

Sem cargo no diretório ou na executiva do PT, Antônio pouco frequenta as reuniões do partido. Colabora vendendo camisetas e bottons para arrecadar fundos. Como militante da CUT, entretanto, é mais ativo. Não perde uma assembleia de sua categoria

Econômica Federal, também petista e irmã do deputado estadual João Coelho, que disputou a eleição para a Prefeitura de Recife no ano passado e foi o terceiro mais votado.

Pânico — Às 10h30 da terça-feira, 25, os piquetes que garantiam a greve dos bancários estavam na porta do Bradesco, agência da Rua do Imperador, no centro de Recife. Lá dentro, quando a bomba explodiu, mutilando os dedos da mão direita de Antônio e queimando a mão esquerda, o vidro de um terminal de computador foi danificado. Perícia da Polícia Federal concluiu que a bomba era de fabricação caseira, feita de gesso, pólvora e papel, e poderia ter matado alguém, dependendo do local onde explodisse.

Antônio José, detido por uma patrulha da PM que montava guarda no local, contou ao cabo Carlos Alberto da Rocha, no caminho para o hospital, que pretendia apenas acender um cheirozinho — artefato inofensivo que solta um odor insuportável — para esvaziar a agência do banco. Ao pôr fogo no pavio, houve a explosão. Essa versão do bancário está sendo considerada ingênua, porque cheirozinhos não explodem.

Uma segunda bomba, também feita em casa e de características semelhantes à que Antônio detonou, explodiu no dia seguinte, à tarde. Estava amarrada, provavelmente com um fio terra, num poste de concreto vizinho à principal agência do Itaú em Recife, a 1,90m de altura. O perito Rinaldo Prado, da Polícia Federal, recolheu estilhaços do concreto a quase quatro metros de distância e um po que ele não tem dúvida ser pólvora negra. Achou ainda um cartucho semelhante ao de um tipo de fogo júnio, conhecido como bicha de rodado.

Por uma curiosa coincidência, o Riocentro também teve uma segunda bomba. Ela explodiu perto de uma casa de força, na mesma noite em que uma multidão assistia a um show musical de comemoração ao 1º de Maio, organizado por entidades de esquerda. A bomba do poste em Recife teve o mesmo objetivo da que foi colocada na casa de força do Riocentro: causar pânico.

Wilson Pedrosa — 20/10/88



Meneguelli: sem saber

Vidal da Trindade — 30/4/81



Riocentro: ação da direita

Facções petistas dividem poder sindical

João Varella — 6/10/88

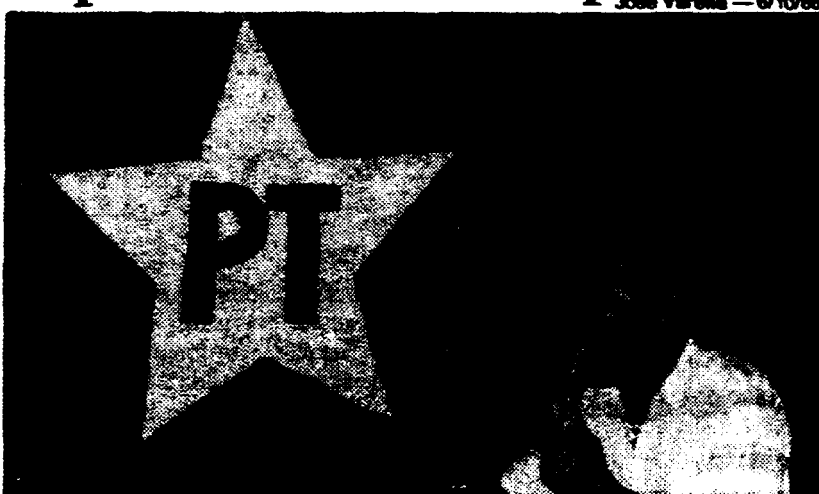
SÃO PAULO — Os pontos de identificação entre CUT e PT vão do vermelho e branco das bandeiras às propostas para a solução do problema da dívida externa, passando pela barba e a bolsa a tiracolo, traços que definem o biotipo dos militantes das duas agremiações. Debaixô dessas afinidades, convivem correntes socialistas, social-democratas, trotskistas e católicas e independentes que, abrigadas no PT, aglutinaram-se para criar a CUT em 1983, enquanto os comunistas tentavam a sorte na sigla mais conservadora da CGT.

O bloco majoritário na CUT, que domina a executiva nacional e impõe suas teses e pontos-de-vista aos outros, atende por Articulação, exatamente como se batizava a coalizão de sindicalistas, intelectuais e militantes da Igreja católica que se esforça por manter o PT sob controle. A Articulação cutista congrega basicamente sindicalistas afinados com sua co-irmã do partido, lideranças camponesas ligadas à Igreja e os chamados independentes, que podem alinhar-se a outras correntes em questões específicas mas não têm número suficiente para virar a mesa para lado nenhum.

Condomínio — A Articulação é o grupo mais poderoso. Domina 65% dos cargos de direção da CUT e tem como maiores expressões, além de Jair Meneguelli, que preside a central desde a fundação, o vice-presidente Avelino Ganzer, da Federação de Trabalhadores Rurais do Pará; o secretário-geral Gilmar Carneiro dos Santos, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo; e o tesoureiro Delúbio Soares de Castro, do Centro de Professores de Goiás.

A divisão do poder na cúpula da CUT foi estabelecida com base na votação obtida pelas chapas que se confrontaram no congresso de setembro do ano passado, em Belo Horizonte. Feito com rigor matemático, o loteamento deu 23% dos postos de direção para a segunda força mais importante, reunida sob a legenda CUT pela base.

Também operada no sistema condomínio, a CUT pela base juntou uma



Avelino Ganzer: trabalhador rural e vice-presidente

São Paulo — J. C. Brasil



Gilmar: secretário-geral

parte do grupo católico com militantes da tendência Democracia Socialista, membros do extinto Partido Revolucionário Comunista, rebatizado de Nova Esquerda, remanescentes do bloco representado pelo jornal O Trabalho e integrantes da oposição à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comandado pelo arqui-rival da CUT, Luis Antônio de Medeiros. Esse mutirão resultou na conquista de dois cargos entre os 15 da direção executiva da CUT. O principal reduto da CUT pela base é o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, presidido pelo primeiro te-

O Popular



Delúbio: tesoureiro

soureiro da entidade, Durval de Carvalho.

Recursos — Uma dezena de tendências minúsculas, como a Causa Operária, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e o Coletivo Gregório Bezerra, juntou-se no último congresso da CUT à indefectível Convergência Socialista e arrebatou a terceira e última colocação na eleição da executiva. Com isso, a Convergência ganhou uma cadeira de diretor-executivo para o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Cyro Garcia. A Convergência controla também o Sin-

dicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem.

Além dos nomes, é difícil estabelecer as diferenças entre as propostas de times que se digladiam dentro da CUT. Basicamente, a divisão do último congresso aconteceu porque uns defendiam a representação na CUT proporcional ao número de filiados a cada sindicato, enquanto outros preferiam relacionar a indicação de delegados à base das categorias. Ganhou, é claro, a Articulação, defensora da primeira proposta. Nem mesmo um dirigente da tendência Causa Operária consegue explicar por que as outras chapas, que concordavam com a segunda alternativa, não se uniram num único bloco.

Mesmo sem refletir as três grandes divisões do sindicalismo internacional — Federação Sindical Mundial (FSM), dos comunistas; Confederação Internacional Operária de Sindicatos Livres (CIOLS), dos social-democratas, americanos e canadenses; e Confederação Mundial do Trabalho (CMT), ligada à Igreja — a luta interna na CUT tem muito a ver com a existência desse panorama. Além dos 5% do orçamento de cada entidade filiada, a CUT tem uma receita anual de alguns milhões de dólares, repassados por essas e outras entidades internacionais, para a realização de cursos, pesquisas, congressos e outras atividades.

O sonho desses pequenos grupos vanguardistas de se apoderar desses recursos é tão grande quanto o de liderar a revolução. Preocupada com a cobiça e também com o uso político que se pode fazer com os números de seu orçamento, a CUT trança a sete chaves qualquer informação a esse respeito. Sabe-se, porém, que a central pode gastar cerca de 400 mil dólares no ano passado só para organizar o congresso de Belo Horizonte, sem risco de entrar no vermelho. Outra evidência da boa saúde financeira da entidade é que a executiva nacional discute atualmente a contratação de um profissional de Organização & Métodos para pôr ordem no caos administrativo e financeiro.

6908181

Sorupa do Castello

Vai-se reduzindo o campo da sucessão

Com a renúncia de apenas dois governadores, encerra-se amanhã o prazo de desincompatibilização dos candidatos a presidente e vice-presidente da República. Excluídos, portanto, Fernando Collor de Mello e Waldir Pires, nenhum ou-



tro chefe de Executivo estadual poderá ser mencionado mais como presidencialível, tanto quanto qualquer dos atuais ministros de Estado e demais autoridades incluídas no elenco dos que exercem cargos incompatíveis com a condição de candidato a postos eletivos. A sucessão vai-se estreitando no cumprimento dos prazos definidos pela Constituição ou pelas leis do país. Além de Antônio Ernânio e Sílvio Santos, já não existem as hipóteses Orestes Quênia, Newton Cardoso, Álvaro Dias, Pedro Simon, Miguel Arraes e Luís Rosendo.

Candidatos registrados ou a registrar são até aqui 11, embora somente Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Fernando Collor de Mello, Luís Inácio Lula da Silva, Mário Covas, Jânio Quadros e possivelmente Aureliano Chaves sejam oferecidos efetivamente à consideração do eleitorado. Ou pelo partido que representam, ou pelo prestígio de liderança pessoal antiga ou recente, são efetivamente estes os que entram na disputa que apenas se esboça. A campanha estará sujeita a novas decisões até 15 de julho e somente a 15 de setembro começa a temporada de propaganda eleitoral pelo rádio e televisão. A opinião tem se mostrado extremamente móvel, dedicando-se ao sabor de fatores previsíveis, mas nem sempre previstos. A condição de candidato de grande partido não é essencial para que alguém se imponha à preferência popular. Isso ficou claro em 1988.

Suportar a falta de cobertura de uma grande legenda, no entanto, é para quem tradicionalmente sabe lidar com a instabilidade das emoções populares ou quem demonstrou extraordinário senso de oportunidade, como aconteceu recentemente com Fernando Collor de Mello, que soube captar a insatisfação generalizada com o governo e o serviço público, simbolizando este na figura do marejô, e lançar-se como opção independente até mesmo dos partidos que se demonstraram incapazes de conduzir com eficiência um Estado democrático. Seu problema agora é o confronto com o mestre da identificação dos anseios da população que é Jânio Quadros, para ter definida sua elegibilidade pelo censo e a disputa em novembro próximo.

Não se pode esperar a esta altura que Maluf ou Amin, sendo pelo PDS, tenham condição de se situar na faixa eleitoral que lhes dá sustentação. De Antônio Freire, do PCB, sabe-se que pretende apenas recuperar as frações de esquerda perdidas para o PT e legendas dissidentes. Afif Domingos, do PL, ficou literalmente deixado no limbo. Do senador Afonso Camargo esperam os políticos do PTB que se torne afinal razoável e contribua para abrir o partido a candidaturas que estejam disputando realmente a próxima eleição. Esses partidos menores e mais o PFL e o PDS poderão ser fonte de coligações que influenciarão na decisão eleitoral. Quanto a Ronaldo Collor, que luta pela legenda do PDC, tudo indica que ele melhor influirá não se candidatando do que entrando diretamente na competição. Sua sorte está, no entanto, pendente do partido pelo qual se registrou, mas do qual pode ser ainda excluído, se prevalecer o desejo do senador Mauro Borges.

Dito o que cabe lembrar, como ressalva, o que dizia Afonso Balduino, que em política costuma acontecer o improvável.

Soluça de Castello

Vai-se reduzindo o campo da sucessão

Com a renúncia de apenas dois governadores, encerra-se amanhã o prazo de desincompatibilização dos candidatos a presidente e vice-presidente da República. Excluídos, portanto, Fernando Collor de Mello e



Waldyr Freire, nenhum outro chefe de Executivo estadual poderá ser mencionado mais como presidencial, tanto quanto qualquer dos atuais ministros de Estado e demais autoridades incluídas no elenco dos que exercem cargos incompatíveis com a condição de candidato a postos eletivos. A sucessão vai-se estreitando no cumprimento dos prazos definidos pela Constituição ou pelas leis do país. Além de Antônio Ermírio e Sílvio Santos, já não existem as hipóteses Orestes Quércia, Newton Cardoso, Álvaro Dias, Pedro Simon, ninguém mais e não mais.

Candidatos registrados ou a registrar são até aqui 11, embora somente Ulysses Guimarães, Leonel Brizola, Fernando Collor de Mello, Luís Inácio Lula da Silva, Mário Covas, Jânio Quadros e possivelmente Aurélio Chaves sejam oferecidos efetivamente à consideração do eleitorado. Os pelo partido que representam, ou pelo prestígio de liderança pessoal antiga ou recente, são efetivamente entre os que entram na disputa que apenas se esboça. A campanha estará sujeita a novas decisões até 15 de julho e somente a 15 de setembro começa a temporada de propaganda eleitoral pelo rádio e televisão. A opinião tem se mostrando extremamente móvel, deslocando-se ao sabor de fatores previsíveis, mas nem sempre previstos. A condição de candidato de grande partido não é essencial para que alguém se imponha à preferência popular. Isso ficou claro em 1968.

Superar a falta de cobertura de uma grande legenda, no entanto, é para quem tradicionalmente sabe lidar com a instabilidade das emoções populares ou quem demonstra extraordinário senso de oportunidade, como aconteceu recentemente com Fernando Collor de Mello, que soube captar a insatisfação generalizada com o governo e o serviço público, simbolizando este na figura do marajá, e lançar-se como opção independente até mesmo dos partidos que se demonstraram incapazes de conduzir com eficiência um Estado democrático. Seu problema agora é o confronto com o mestre da identificação dos anseios da população que é Jânio Quadros, para ter definida sua elegibilidade pelo censo e a data em novembro próximo.

Não se pode esperar a esta altura que Maluf ou Amim, sendo pelo PDS, tenham condição de se situar na arena eleitoral que lhes dá sustentação. De Waldyr Freire, do PCB, sabe-se que pretende apenas recuperar as faixas de esquerda perdidas para o PT e legendas dissidentes. Afif Domingos, do PL, ficou literalmente deixado no limbo. Do senador Affonso Camargo esperam os políticos do PTB que se torne afinal razoável e contribua para abrir o partido a candidaturas que estejam disputando realmente a próxima eleição. Esses partidos menores e mais o PFL e o PDS poderão ser fonte de coligações que influenciarão na decisão eleitoral. Quanto a Ronaldo Caiado, que luta pela legenda do PDC, tudo indica que ele não influirá não se candidatando do que entrando diretamente na competição. Sua sorte está, no entanto, pendente do partido pelo qual se registrou, mas do qual pode ser ainda excluído, se prevalecer o desejo do senador Mauro Borges.

Dito o que cabe lembrar, como ressalva, o que disse Afonso Balseiro, que em política costuma acontecer o improvável.

098

Brizola recebe plano de Cieps

O candidato do PDT, Leonel Brizola, tem em mãos um estudo detalhado sobre a viabilidade financeira de espalhar Cieps — Centros Integrados de Educação Pública — por todo o país, se for eleito presidente da República. Esta é a principal bandeira de Brizola, quando ele para de atacar Fernando Collor de Mello, a TV Globo e o Ibope. "Vamos fazer uma cruzada nacional como nunca se fez neste país", diz Brizola sobre seu plano educacional.

O trabalho sobre os Cieps foi coordenado por uma nova estrela que há três semanas desceu no arraial do PDT, um economista de 30 anos de idade, Roberto Viana, que largou vida de cinco anos na Inglaterra, desistiu de um emprego com contrato até 1991 em um banco inglês e transferiu para fevereiro de 1990 a defesa de uma tese de PhD sobre crescimento econômico e produtividade, em Cambridge, para se engajar na campanha de Leonel Brizola como um dos principais assessores do candidato a vice-presidente na chapa do PDT, Fernando Lyra.

Roberto Viana coordenou um grupo informal de 15 técnicos recrutados em instituições como BNDEs, Seplan, USP, UFRJ e Universidade Federal de Pernambuco, nem todos comprometidos em votar em Brizola. Um deles, inclusive, é eleitor de Mário Covas e outro gostaria de votar em Luís Inácio Lula da Silva. O estudo prevê que em cinco anos de governo Brizola poderá matricular em Cieps — neste caso entendidos em seu conceito amplo, com turno único, alimentação e assistência médica — 29 milhões de crianças de 7 a 14 anos. Seriam 9 milhões de crianças dessa faixa etária, que hoje não frequentam escola, e 20 milhões que estudam em escolas públicas. Ao todo, corresponderiam a 90% das crianças de 7 a 14 anos de todo o país.

No primeiro ano, Brizola, segundo o estudo, poderia oferecer Cieps para 580 mil crianças (2%); no segundo, para 2,9 milhões (10%); no terceiro, para 5,8 milhões (20%); no quarto, para 10,2 milhões (35%); e no último, para 9,6 milhões (33%). De cara, se o candidato do PDT incorporar esse trabalho como promessa de campanha, vai enfrentar a gozação da lembrança de que nos quatro anos de seu governo no Estado do Rio de Janeiro (1983/87) prometeu construir 500 Cieps e só concluiu 130. Imagine se não se deverir rir agora da promessa de construção de 19 mil Cieps no Brasil inteiro.

Nesse ponto, a equipe que estudou a viabilidade financeira dos Cieps é muito jeitosa ao driblar o cerne das críticas ao projeto das escolas feito pelo arquiteto Oscar Niemeyer, no Rio. Até se recusa a tratar desse assunto, em respeito a Niemeyer, mas não é segredo que um Ciep para mil alunos, saído da prancheta dele, custa cerca de US\$ 2,5 milhões. A preço tão alto e sob cerco tão rigoroso do governo federal, que não abria os cofres a Brizola, deu no que deu.

Aqui está a diferença que, segundo os técnicos, evitaria a repetição da frustração da meta inalcançada no Rio: cada Ciep de Brizola na presidência da República custaria US\$ 700 mil, ou seja, três vezes e meia menos que o modelo fluminense. Seria construído não com as peças pré-fabricadas de concreto adotadas por Niemeyer, mas com os módulos de argamassa armada, no máximo com dois pavimentos, difundidos pelo arquiteto João Filgueiras, mais conhecido como *Lelé*. O metro quadrado de construção com argamassa armada sai por US\$ 150, quando no mercado o preço é de US\$ 400.

Brizola leu o trabalho, disse que tem "idéias básicas de muito valor", elogiou o fato de um acadêmico como Roberto Viana ter assimilado de forma tão segura a idéia dos Cieps e acha que é preciso aprofundar a discussão sobre o assunto. Um dos pontos que Brizola quer discutir é o tipo de arquitetura das escolas de acordo com o clima de cada região.

Roberto Viana está convencido de que a educação é o caminho para a reforma social no Brasil. E que só essa reforma e uma política econômica liberal podem garantir a sobrevivência do capitalismo no Brasil. "As elites ainda não perceberam isso", diz ele. É mais ou menos isso o que ele vem explicando em reuniões de que tem participado com empresários, principalmente em São Paulo. Na próxima quarta-feira, terá mais um encontro desses, o primeiro, aliás, ao lado do deputado federal e economista César Maia. Os dois têm muitos pontos de vista em comum, principalmente em relação à necessidade de abertura da economia à livre competição.

Por enquanto, o fascínio pelo problema educacional, pouco comum em economistas, protege Roberto Viana das divergências que há no PDT sobre o programa econômico de Brizola. Ontem, César Maia ficou espantado ao ler reportagem da *Folha de S. Paulo* segundo a qual Brizola estaria estimulando que se tornasse público o conflito entre suas idéias e as do professor de Harvard Roberto Mangabeira Unger, integrante da direção nacional do PDT.

"As coisas estavam indo suavemente, me destacaram para alguns contatos, mas agora preciso ver o que está acontecendo", disse César Maia. Há poucos dias, depois de um namoro desastrado com o candidato Fernando Collor de Mello, ele tinha sido anistiado pelos brizolistas e voltara a ser ouvido como um dos principais economistas do PDT. "Eu me ri por dentro quando li a história desse conflito", disse Brizola. A frase seguinte do candidato do PDT dá idéia de como ele é matreiro na condução de seus seguidores: "Não existe essa briga nem essa opção entre um e outro. São discussões periféricas. Mas é muito bom que haja essa discussão pública, porque os problemas são públicos. Sempre que há discussão as decisões são mais bem instruídas".

Marcelo Pontes

098

Acordo nuclear Brasil-Alemanha está ameaçado

O acordo nuclear Brasil-Alemanha está ameaçado. As negociações de sua renovação - as negociações de uma nova fase - devem ser fechadas até 18 de novembro de 1990, os governos dos dois países colocaram a questão em público, ontem, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. A decisão de renovar ou sustar o acordo está nas mãos do chanceler alemão Helmut Kohl, que, pressionado pelo Partido Social Democrata, da oposição, poderá vir a cortar as licenças de exportação e os créditos que sustentam a construção de Angra II e III. O partido de Kohl, o Demócrata-Cristão, enfrentará uma eleição difícil em breve. Mais de 30% dos equipamentos destas usinas já estão no Brasil, garantiu Gerald Herzog, da Kraftwerk Union (KWU), subsidiária da Siemens, responsável pela estruturação técnica do acordo. Mas os sucessivos cortes orçamentários promovidos pelo governo brasileiro, que atrasaram as obras das usinas, estão custando hoje US\$ 1 milhão por dia de juros aos cofres nacionais. E colocando em risco o atendimento da demanda de energia do Sudeste do País, alertou o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, Rex Nazareth. Estima-se que seria necessária uma injeção de US\$ 3 bilhões para colocar o programa do acordo em dia. Os mais de 50 parlamentares (10% da Câmara dos Deputados) que participaram da reunião, de vários partidos, comprometeram-se a votar a favor genericamente o programa, na votação do orçamento do próximo ano. Porém, a garantia não foi suficiente para os alemães. O conselheiro da Embaixada da Alemanha, Jürgen Bandel, disse que seu país está interessado em continuar a política de cooperação. Mas não assumiu o risco da suspensão, caso alguns pontos ainda em debate não sejam equacionados. (A3)

Poco legible

01.01

8908189

098

220102 218104
**Continua impasse
sobre o acordo
nuclear com RFA**

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Tarso Flecha de Lima, instalou ontem, no Itamaraty, em Brasília, a 18ª reunião da comissão mista de cooperação científica e tecnológica Brasil/República Federal da Alemanha. No encontro estão sendo discutidos os projetos de cooperação na área nuclear, espacial, de desenvolvimento industrial e ciências marinhas. O assunto principal trata do acordo nuclear Brasil/Alemanha Ocidental, que poderá vigorar por mais cinco anos, dependendo das decisões finais da reunião de hoje. (Radiobrás)

01.01

8908190

098

Programa nuclear entra em debate hoje, sob pressão

28/07/80
20h00
P. 01
(P. 01 INI)

□ As pressões para que o Brasil mude o programa nuclear partem do povo alemão. Se rompimento houver, o Brasil fará um outro com a França

As pressões para que o Brasil inclua algumas mudanças no desenvolvimento de seu programa nuclear paralelo ao firmado com a Alemanha, em 1975 - como a aceitação de salvaguardas para inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a adesão ao Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP) - são os principais assuntos a serem discutidos hoje e amanhã, no Itamaraty, durante a 18ª Reunião da Comissão Mista Teuto-brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica. Essas pressões partem do povo alemão, em especial de entidades ecológicas. A delegação brasileira, a ser chefiada pelo secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,

vai repetir a posição já firmada de não aceitar as duas medidas sugeridas, e tampouco uma terceira de colocar em vigor, no País, o Tratado de Tlatelolco, assinado em 67, no México, que prevê a proscricção de armas nucleares na América Latina. Mesmo que concordasse, o Brasil não poderia atender a essa exigência, porque a cláusula 28 diz que o tratado só tem validade quando assinado e ratificado por todos os países latino-americanos. A Argentina e Cuba não ratificaram.

As pressões, segundo um diplomata brasileiro, são improcedentes, à medida que a própria Constituição do País prevê a utilização da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos.

FRANÇA — O impasse entre Brasil e Alemanha é um fato e resulta de pressões políticas e diplomáticas de lado a lado, que prometem um desfecho nas próximas horas. Já se fala em formalizar contratos com os fran-



Flecha de Lima: resistência

ceses, caso não haja avanços nas negociações de hoje e amanhã. Sabe-se, por exemplo, que o Governo francês enviou ao Brasil seu maior especialista no setor nuclear para chefiar a Embaixada em Brasília. Trata-se do embaixador Ouvrieu. Ele já participou de missões de seu país junto à Agência Internacional de

Energia Atômica (IEA), em Viena. Ocupou, também, setores de ciências e tecnologia no Ministério de Relações Exteriores da França, e coordenou a Comissão de Energia Atômica. Para especialistas do setor, a França seria o país ideal para um novo acordo, caso o Governo alemão venha a cancelar o atual. A França é o país que mais desenvolveu tecnologia nuclear na Europa, principalmente na geração de energia.

USINA — Da agenda constam, também, projetos pacíficos. Um dos principais projetos é a construção de uma usina solar de 80 megawatts, possivelmente no norte de Minas Gerais. Atualmente, existem apenas sete usinas desse tipo no mundo, todas nos EUA.

Os alemães já desenvolveram um projeto piloto de energia solar, em Natal, cujo resultado deverá ser aplicado em Fernando de Noronha. A cooperação nesta área prevê a desalinização de água do mar para utilização energética. (Radiobrás)

Sarney proporrá a antecipação da posse do sucessor

Villas-Bôas Corrêa

Antônia Márcia Vale — 19/7/89

O presidente José Sarney pretende antecipar a posse do seu sucessor para 1º de janeiro de 1990, se a eleição for decidida no primeiro turno, a 15 de novembro, ou, caso seja necessário o segundo turno, para o mais breve possível, em data a ser fixada em entendimento com o eleito.

Em qualquer caso, logo que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proclame oficialmente o eleito, Sarney proporrá a redução do seu mandato, através de emenda constitucional que terá que ser aprovada, por três quintos dos congressistas, em duas votações, pela Câmara e pelo Senado. A iniciativa do presidente necessita de adesão não só do eleito, como dos partidos adversários para se concretizar.

Em várias oportunidades, conversando com interlocutores confiáveis, Sarney tem examinado o problema, manifestando clara determinação de oferecer ao país uma solução alta e desambiciosa para os riscos de intercalar um longo compasso de espera entre a eleição do seu sucessor e a posse.

As duas hipóteses que se configuram no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no calendário do TSE estabelecem prazos perigosamente longos:

1 - Se, no primeiro turno, a 15 de novembro, o sucessor eleger-se por maioria absoluta (mais da metade dos votos válidos, excluídos os nulos e brancos), a proclamação oficial dos resultados está prevista para 27 de novembro, e a posse, em qualquer caso, para 15 de março de 1990. Portanto, daí a três meses e 18 dias.

2 - Caso nenhum candidato alcance maioria absoluta, os dois mais votados classificam-se para o segundo turno, a realizar-se a 17 de dezembro, com a proclamação do eleito a 29 de dezembro. O eleito esperaria dois meses e 18 dias para empregar-se.

Ora, as características da eleição com exigência de maioria absoluta, somada à circunstância de ser a primeira eleição



Sarney: espera é perigosa

direta depois de quase 30 anos de eleições indiretas manipuladas pelo casuismo do arbítrio, certamente excitarão uma expectativa de esperanças. A mobilização popular, estimulada pelos dois meses finais da campanha, com o aquecimento da programação gratuita em rede nacional de rádio e televisão, aguçará o sentimento de ansiedade nacional.

Não parece sensato nem conveniente repressar a urgência da cobrança popular apenas pela reverência ao calendário eleitoral ultrapassado pela realidade. Quase quatro meses ou mesmo dois meses e meio é prazo excessivo para que o país conviva com a presi-

dência dividida entre o presidente em final de mandato, aguardando, em sofrida espera, o rolar de dias vazios, e o eleito, de quarentena, de fato, novo pólo do poder.

Sarney armou seu esquema e preservava sua autoridade, mantendo a decisão final sob sigilo.

Mas já decidiu.

Tática certa — O presidente Sarney está convencido de que acertou em cheio ao não apoiar qualquer candidato, mantendo o governo à margem da campanha. O cuidado do presidente chega a detalhes. Foi ele a iniciativa de determinar pessoalmente à Televisão Educativa - TVE - e à Rádio Nacional que mantinham postura de estrita imparcialidade na cobertura da campanha, garantindo espaços iguais a todos os candidatos.

A neutralidade do presidente e o distanciamento do governo, pelo julgamento do Planalto, estão merecendo o reconhecimento da sociedade e as pesquisas registram recuperação dos índices de popularidade de Sarney.

Por outro lado, a viralência das críticas de quase todos os candidatos — até o doutor Ulysses ensaiou discurso oposicionista — está cedendo ante a evidência de que o governo não está em causa. A campanha não assumiu o caráter de confronto entre governo e oposição. As tendências de votos definem-se por outras motivações.

Com a campanha distante do governo, estará consolidado o clima para Sarney, na devida oportunidade, tomar a iniciativa de propor a antecipação da posse. Qualquer que seja o eleito. A presidência especula com a probabilidade da eleição de Fernando Collor de Mello.

Talvez no primeiro turno, condicionando a posse para 1º de janeiro de 90. Data perfeita, pois é a que a Constituição fixa no artigo 83 para a rotina democrática das sucessões.

Posse a 15 de março de 90 é exceção estabelecida para acomodar os cinco anos de mandato do presidente Sarney, na única batalha vencida pelo governo na Constituinte. Para, no fim, abrir mão de um pedaço do mandato.

28/08/89 (Sui)

Brizola, Afif e Freire acham viável a antecipação da posse

A proposta do presidente José Sarney de antecipação da posse do futuro presidente da República de 15 de março para 1º de janeiro de 1990, no caso da eleição ser decidida no primeiro turno, segundo matéria publicada ontem no JORNAL DO BRASIL, provocou reações diversas entre os candidatos à sua sucessão. O candidato do PDT, Leonel Brizola, acha que a antecipação da posse do futuro presidente será uma decorrência da crise por que passa o país. No entanto, o candidato acredita que neste momento a questão "não tem relevância".

"O que importa ao país é que o presidente Sarney melhore a eficiência do seu governo. Depois será depois. O que se pode prever é que, eleito o novo presidente, estará criada uma situação em que a posse do novo governo deverá ocorrer no mais curto prazo possível", afirmou o candidato pedetista. "Aliás, não me surpreende Sarney porque ele toma o ex-presidente Alfonsín (Raul Al-

fonsín, da Argentina) como uma espécie de modelo, procurando imitá-lo em tudo", ironizou.

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, se opõe à idéia porque para ele o prazo entre a divulgação oficial do resultado da eleição e o dia da posse é ideal para que o próximo presidente forme seu governo. "Não se pode fazer comparações entre a eleição na Argentina e a do Brasil porque lá a distância entre a eleição e a posse era extremamente longa", explica Ulysses. "Aqui, o tempo é exato".

Para o candidato do PDS, Paulo Maluf, qualquer que seja o resultado da eleição a posse do novo presidente deve acontecer no dia 15 de janeiro e não no dia 1º, como Sarney pretende propor ao Congresso, somente no caso da eleição se decidir no primeiro turno. Maluf acha que é necessário mais tempo para o próximo presidente compor sua equipe de ministros "e também montar o cerimonial da posse". "Um presidente não pode assumir às escondidas",

brinca. Para Maluf, o Congresso deverá apoiar a idéia de Sarney e aprová-la por unanimidade. "Ninguém mais quer esse governo que está aí", conclui.

A proposta de Sarney é uma antiga idéia do candidato do PT, Afif Domingos. Ele enviou em junho ao Congresso Nacional uma emenda à Constituição que altera as disposições transitórias da Carta, marcando a data da posse para 1º de janeiro ao invés de 15 de março. Afif acha que a redução do mandato de Sarney é necessária para "antecipar soluções de uma crise econômica que é a mais séria do país nos últimos tempos".

O candidato do PCB, Roberto Freire, aceita a proposta de Sarney, "desde que seja uma decisão tomada pelo próprio presidente". "Se for porque o governo está ruim, é uma forma perigosa pois abre precedente para que, quando o governo estiver bom, alguém queira adiar a saída também", disse Freire. Ele não acredita, contudo, que a idéia seja posta em prática.



Brizola: "como Alfonsín"



Ulysses: março é o ideal



Maluf: tempo para festa

098

Ministro volta a fazer pressão sobre informática

Cláudia Bensimon

Os Estados Unidos anunciaram oficialmente que, nas próximas duas semanas, o processo aberto contra o Brasil, por causa da política de informática, deverá ser encerrado. Enquanto os americanos, em busca do diálogo, se mostram mais flexíveis à posição brasileira de manter a reserva de mercado no setor, internamente ainda não há sinais de ceder fogo. O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, frontal opositor da política de informática, voltou à carga na semana passada. O resultado é que o Congresso Nacional poderá receber uma versão do II Plano Nacional de Informática e Automação (Planin) bem diferente da aprovada na última quinta-feira em reunião plenária do Conselho Nacional de Informática e Automação (Conin). Para isso, basta que o presidente José Sarney leve em consideração documento apresentado pelo ministro, que questiona, com base em parecer da Consultoria Geral da República, a "aplicabilidade da lei de informática" diante da nova Constituição e, por sua vez, a legitimidade do II Planin.

O parecer diz que a Constituição admite proteção e benefícios especiais de caráter temporária. E que a lei não explicita prazo para fim da reserva de mercado para indústrias nacionais. Assim, o ministro, em mensagem endereçada aos membros do Conin, justificou sua "recusa em participar da elaboração de um documento (o II Planin), por um acúmulo de impropriedades de forma e de conteúdo que, principalmente, se originam em questões básicas de ordem legal". Quer o ministro, antes mesmo de o II Planin ser discutido pelo conselho, que fosse levado em conta o parecer da consultoria, uma vez que os problemas legais apontados "constituem matéria prejudicial à elaboração do II Planin".

Ainda que o questionamento do ministro tenha sido registrado, a reunião prosseguiu dentro do previsto, sem que seus argumentos fossem objeto de discussão. Mas, em sua mensagem, deixou claro que o voto contrário aos outros ministros configurou "conflito interadministrativo em nível ministerial, o que determina subida da matéria ao presidente da República". Nada impede, portanto, que o documento apresentado por Antônio Carlos Magalhães transforme-se no embrião de um

projeto substitutivo ao plano original, dada a conhecida influência de Saulo Ramos e do ministro sobre as decisões do presidente Sarney.

Manutenção — Entretanto, isto está longe de significar alterações concretas nos rumos da política de informática, uma vez que a responsabilidade pela matéria estará, mais uma vez, única e exclusivamente nas mãos do Congresso por ocasião de votação do II Planin, prevista para outubro, quando se esgota a vigência do plano anterior. Sua validade é de três anos e as diretrizes a serem adotadas com base no plano traduzem, na prática, os princípios da Lei de Informática (7.232), votada pelo Congresso Nacional em 1984.

Além disso, se o parecer do consultor for desconsiderado, não será a primeira vez. Até recente do ministro Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento Industrial, de classificar a empresa Tecnologia Nacional de Ponta (Tempo) como nacional, baseado em parecer de Saulo Ramos, foi revogado por decisão judicial. A empresa Tempo, ao contrário do que pregava o consultor-geral, não se enquadrava nos conceitos de empresa nacional descritos na Lei de Informática e Roberto foi obrigado a recuar.

Entre as questões discutidas e aprovadas por quase todo o staff ministerial do governo Sarney — à exceção de Antônio Carlos Magalhães e dos ministros dos ministérios da área econômica, Relações Exteriores e Minas e Energia — não compareceram à reunião do Conin. — está a que prevê aquisição coordenada de bens e serviços de informática pelos órgãos governamentais, visando promover a capacitação nacional em projeto, produção e uso da informática, que encontra, inclusive, respaldo na nova Carta.

Outro ponto aprovado mantém a "concessão de incentivos tributários e financeiros às empresas nacionais, com base no princípio de fomento e proteção governamental, destinados ao crescimento da atividade de informática, desenvolvimento de tecnologia nacional e do fortalecimento econômico-financeiro e comercial destas empresas, bem como estímulo à redução de custos dos produtos e serviços, assegurando-lhes maior competitividade internacional".

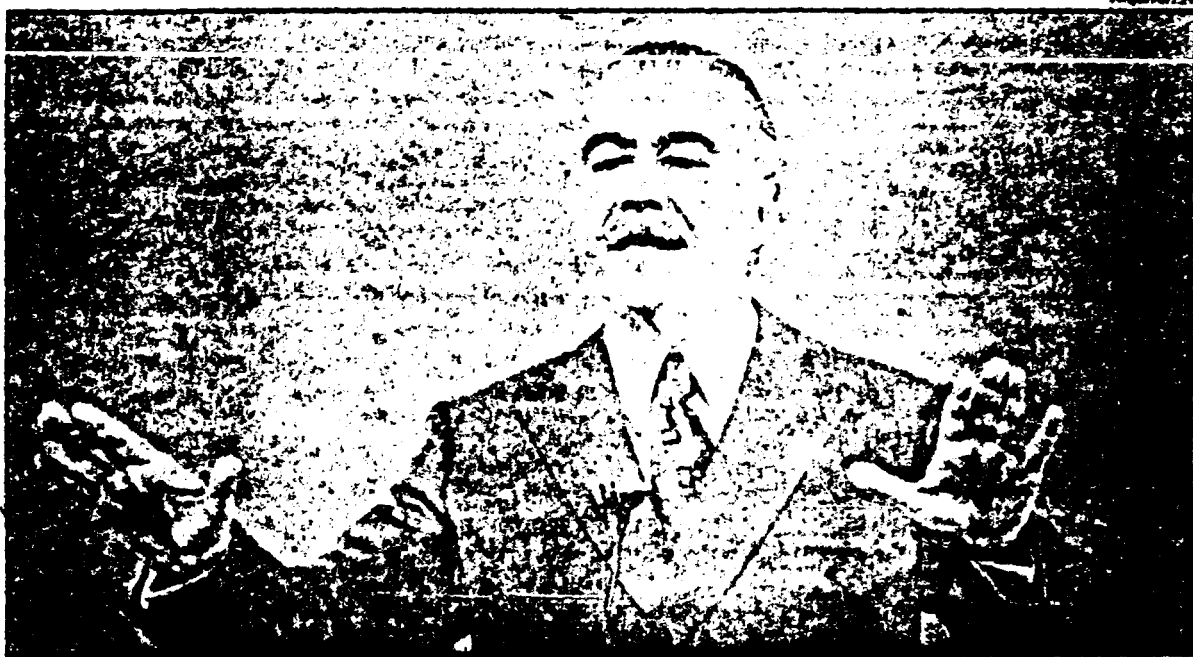
Sarney pretende antecipar a posse do seu sucessor. Ao estilo Alfonsín

□ Caso a eleição for decidida no primeiro turno, posse será em 1º de janeiro. Se tiver segundo turno, haverá entendimento com eleito.

O presidente José Sarney pretende antecipar a posse do seu sucessor para 1º de janeiro de 1990, se a eleição for decidida no primeiro turno, a 15 de novembro, ou, caso seja necessário o segundo turno, em data a ser fixada em entendimento com o eleito.

Em qualquer caso, logo que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proclame oficialmente o eleito, Sarney propiciará a redução do seu mandato, através de emenda constitucional, que terá que ser aprovada por três quintos dos congressistas, em duas votações, pela Câmara e pelo Senado. A iniciativa do presidente necessita de adesão não só do eleito, como dos partidos adversários para se concretizar.

Em várias oportunidades, conversando com interlocutores confidenciais, Sarney tem examinado o problema, manifestando clara determinação de oferecer ao País uma solução alta e desambígua para os riscos de intercalar um longo compasso de espera entre a eleição do seu sucessor e a posse.



Sarney: redução do seu mandato, através de emenda constitucional

NEUTRALIDADE — As duas hipóteses que se configuram no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no calendário do TSE estabelecem prazos perigosamente longos:

1 — Se, no primeiro turno, a 15 de novembro, o sucessor eleger-se por maioria absoluta (mais da metade dos votos válidos, excluídos os nulos e brancos), a proclamação oficial dos resultados está prevista para 27 de

novembro, e a posse, em qualquer caso, para 15 de março de 1990. Portanto, daí a três meses e 18 dias.

2 — Caso nenhum candidato alcance maioria absoluta, os dois mais votados classificam-se para o segundo turno, a realizar-se a 17 de dezembro, com a proclamação do eleito a 29 de dezembro. O eleito esperaria dois meses e 16 dias para empoeirar-se.

O presidente Sarney está convencido de que acertou em cheio ao não apoiar qualquer candidato, mantendo o Governo à margem da campanha. A neutralidade do presidente e o distanciamento do Governo, pelo julgamento do Planalto, estão motivando o reconhecimento da sociedade e as pesquisas registram recuperação dos índices de popularidade de Sarney. (AJB)

098

2001024 26/12/81

CARLOS F. V. (P.P.)

FEHLBERG

O segundo lugar

Os números colhidos por Collor de Mello, segundo as pesquisas do Gallup e Ibope, permitem aos mais otimistas de seus adeptos prever uma vitória no primeiro turno, mas a realidade pode ser outra, dependendo do tempo que resta para a campanha, além do início dos horários gratuitos no rádio e televisão. Collor pensa no segundo turno, concorda em debater com seu adversário, acredita que ele seja Leonel Brizola, mas não descarta um êxito na primeira disputa. Dois ou três outros concorrentes, porém, mesmo admitindo que Collor está bem posicionado, esperam aparecer num confronto final. Como no caso do Gallup e também nos índices do Ibope, o ex-governador alagoano está solidificando a situação de liderança. A reação virá na propaganda eleitoral, a partir do dia 15 de setembro, quando começa para valer o trabalho dos candidatos. Um dado parece certo, a considerar as pesquisas: o voto útil ou a frente contra Collor não mudarão o quadro se os eleitores do candidato do PRN não mudarem. Ali reside o elemento mais significativo das pesquisas atualmente, o grau de mutabilidade. E também a esperança dos que se opõem a Collor.

O fenômeno

Collor esvaziou a candidatura Jânio Quadros, inviabilizando-a, mas ele evita estabelecer comparações. É o Jânio jovem? Não lhe interessa por várias razões, uma das quais o fato de estar reunindo os votos de muitos janistas e antijanistas, essa comparação. Na preferência popular ele, a pouco mais de dois meses da eleição, lembra o ex-presidente. Jânio fez uma trajetória política muito rápida, ocupando os cargos de prefeito e governador de São Paulo, mas nunca como aconteceu também com Collor de Mello, fixou-se com fidelidade prolongada a um partido. Teve base política e legenda para ganhar eleições, mas faltou-lhe sempre um o vínculo mais sólido com as estruturas partidárias em momentos de crise como os que envolveram agosto de 1961.

Base

E como vai a base política de Collor? Lançando-se por um partido sem compromissos, o PRN, ocupando os espaços de outros em horário nobre na televisão, não enfrentando disputas internas, as adesões começaram a surgir em consequência de seus índices nas pesquisas. Não fosse assim, o apoio que vem conquistando de políticos de diferentes estados ocorreria? A viabilidade de sua candidatura colocou-o como a opção mais forte diante das propostas mais à esquerda, sem abandonar nunca o tom crítico de seu discurso. Enquanto as lideranças partidárias tratavam de se adequar aos resultados de 1988, Collor avançou e credenciou-se diante de bases políticas. Fazendo inclusive algumas críticas a setores políticos, a meta do candidato do PRN, depois de popularizar-se, é viabilizar-se na sucessão. Daí o jogo de articulações que passou a desenvolver nos últimos meses.

01 - 01

8908205

093

PERO HOJA 25/8/84
CARLOS F. P. (P.P.)
FEHLBERG

O recorde de Collor

Depois de baixar seus indices nas pesquisas realizadas em julho e início de agosto, Collor de Mello atingiu o seu pico incluindo todo trabalho de levantamento, a partir de fevereiro. O candidato do PRN chegou aos 45,1%, quando a agressividade e críticas dos adversários faziam supor que seus números caíssem. Se um argumento prevendo mudanças envolvia o número de indecisos, que poderiam alterar a sucessão, a nova pesquisa também surpreende, pois eles sofreram redução, mas Collor continuou subindo. Leonel Brizola, que busca a polarização, permanece em segundo, mas também cresce. A diferença entre ambos é expressiva. Há um dado que poucos podem ainda prever. O candidato Paulo Maluf situou-se em terceiro lugar com 6%, ultrapassando a Luta, Covas e Ulysses, que com suas dificuldades. De 5,4% em fevereiro está com 3,1% agora. Os números do Gallup levam a algumas conclusões nos meios políticos: o candidato do PRN, a continuar assim, pode pensar numa vitória no primeiro turno, mas se isso não acontecer o adversário para um segundo confronto parece ser Brizola, salvo uma reviravolta gerando alianças. Esta hipótese já chegou a ser admitida, depois do desempenho dos candidatos nas pesquisas, e tende a ser fortalecida agora com a mais recente. Um dado deve preocupar os demais candidatos: Collor vinha caindo e os indecisos crescendo. Na pesquisa realizada entre 10 e 22 de agosto, aconteceu o contrário. A expectativa nos demais partidos acabou comprometida. Collor cresceu 4,2%, Brizola 2,4 e os totalmente indecisos baixaram para 6%.

Evolução

A pesquisa mostra, porém, um grau de mutabilidade na medida em que 25% dos eleitores estariam realmente definidos e 60% são considerados mutáveis. Esse dado, agora, mais do que o percentual de indecisos é o que mantém vivas as esperanças dos adversários de Collor. Os eleitores mutáveis, isto é os que admitem que poderiam vir a votar em outro candidato, atingem a 31,8% na candidatura Collor, subindo de 23,8% na pesquisa anterior. Segundo o Gallup no final de agosto caíram os indecisos e os eleitores firmes de Collor, crescendo os mutáveis do candidato do PRN.

A televisão

A poucos dias do início da propaganda eleitoral gratuita nela reside um possível fator desequilibrador. Os espaços a serem usados pelos candidatos podem mudar o quadro? Collor demonstrou que tem bom desempenho sempre que usou a televisão, uma das razões de seu crescimento, a partir de março/abril, quando usou os espaços de outros partidos, durante quase uma hora, enquanto seus adversários ainda enfrentavam crises internas, perseguindo a unidade e compondo com os nomes para vice.

ZERO HORA 24/08/69

Lula pedirá sacrifício aos detentores de maiores rendas

F.P. (P.O.)

□ Ele apresentou seu programa na UnB e ao Conselho Federal de Economia. Quer o País presente no mundo e admite capital de fora

Se for eleito presidente, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, resolverá assim os problemas de distribuição de renda no País, inflação e dívida interna: chamará todos os agentes econômicos e pedirá o sacrifício daqueles que concentraram renda nos últimos anos. "Vamos reduzir a margem de lucro dos empresários e repassá-la para os salários", decretou o candidato no fórum de debates.

"Brasil, eleja seu Programa", promoveu pela Universidade de Brasília e Conselho Federal de Economia.

Com essa fórmula, Lula espera melhorar a distribuição de renda no Brasil, conter a inflação e, reduzir a dívida interna. "A dívida interna nós podemos negociar entre nós mesmos, esticando os prazos, por exemplo". Sua maior preocupação é com a dívida externa e a impossibilidade do País promover seu crescimento exportando, anualmente, divisas de 12 bilhões de dólares, o equivalente a 4,5% do PIB.



Lula: Brasil deve entrar no clube dos países mais ricos

Lula é favorável à entrada de capital estrangeiro no Brasil desde que siga as regras e os interesses nacionais e a uma mudança da política econômica externa do País. Propõe que o Brasil brigue nos fóruns internacionais por uma nova ordem econômica mundial. "O Brasil, inclusive, deve entrar no clube dos sete países mais ricos".

Internamente, diz que fará mudanças na administração, demitindo os que comprovadamente não trabalham, acumulam cargos ou lesam o patrimônio público. "É preciso mu-

dar a mentalidade da sociedade de querer levar vantagem em tudo", resumiu. "Isso será possível, se o exemplo partir do Governo."

Essa mudança incluirá o Banco Central que transformou-se num "antro de corrupção" e só recuperará sua imagem quando houver punição. "Mas, o Banco Central deve controlar o sistema financeiro brasileiro", defendeu. Lula propôs o afastamento do Estado no Proálcool e o fim da reserva de mercado na área de informática. "quando o setor estiver amadurecido". (A.I.B.)

F.P. (P.P.) JORNAL DO Povo 28/8

Convergência critica "acomodação" do PT e se nega a aceitar punições P.T.

Paulo Buscato

SÃO PAULO — A Convergência Socialista, corrente política trotskista do PT, continuará apoiando e participando de ocupações de terrenos e greves do funcionalismo municipal nas cidades administradas pelo partido. "Não vamos mudar nossa postura um milímetro", garantiu Eduardo Almeida Neto, integrante da coordenação nacional da organização. "Essas sempre foram bandeiras históricas do PT e os prefeitos do partido estão fazendo governos de acomodação com os empresários e com as classes dominantes", salientou Almeida Neto.

Inconformada com a decisão do diretório municipal do PT de Diadema, município operário do ABC paulista onde o partido conquistou a prefeitura no ano passado, de expulsar de seus quadros o vice-prefeito, Antônio Justino, e os vereadores Manoel Boni e Romildo Raposo, a Convergência Socialista entrou com recurso junto ao Diretório Regional do PT para que a punição seja revista. A decisão deve ser tomada no dia 2 de setembro durante reunião do diretório.

Protesto — "Não se pode admitir que se use uma medida cirúrgica dessas contra militantes que estavam apenas

seguindo o programa do partido", criticou o deputado federal paulista Ernesto Gradella, único parlamentar eleito pela Convergência para a Câmara dos Deputados. Os três expulsos são acusados pelo prefeito de Diadema, José Augusto da Silva Ramos, de serem os responsáveis pela agressão de que foi vítima no gabinete há três semanas em uma manifestação dos sem-teto que invadiram um terreno na cidade. A Convergência Socialista espera também que o Diretório Nacional do PT reexamine a resolução de "advertência pública" que a executiva do partido impôs à organização há 15 dias em razão dos conflitos de Diadema.

Tradicional adversária da Articulação — corrente majoritária dentro do PT e que controla os principais cargos de comando —, a Convergência Socialista transformou-se na mais severa crítica do desempenho das prefeituras conquistadas pelo PT em 1988. Assim como apoiou a greve dos servidores públicos de São Paulo e criticou publicamente a prefeita Luiza Erundina, há algumas semanas, o que aumentou o atrito com a direção partidária, a Convergência Socialista se deu ao luxo de expulsar de seus quadros o prefeito de Timóteo (MG), Geraldo Nascimento, porque, segundo ela, ele se insurgiu contra a greve dos

funcionários da prefeitura há um mês". Só que os agentes de forma diferente de que ocorreu em Diadema. O desligamento foi decidido pelas bases no nosso Congresso Nacional", justificou Eduardo Almeida Neto.

Considerada pela cúpula petista como "indisciplinada" e acusada de agir muitas vezes sem levar em conta as normas partidárias, a Convergência Socialista representa mais uma ameaça verbal aos atuais dirigentes do partido de que um perigo de conquistar o poder dentro do PT. No último encontro estadual do PT paulista, a Convergência não alcançou mais que 11% dos votos na eleição para o diretório regional. Em termos eleitorais, o seu desempenho também é discreto. Além do deputado federal Ernesto Gradella, eleito como 2º suplente da bancada do PT e do vereador expulso em Diadema, Romildo Raposo, a corrente política elega apenas mais seis vereadores em todo o país.

Com alardeados cerca de 4 mil militantes espalhados principalmente no movimento operário — além de uma atuação no movimento estudantil secundarista —, a Convergência possui filiados em São José dos Campos e São Paulo, além de participar do comando do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro.

ZERO HORA 29/08/88

Bombas no PT. Lula acusa a direita

F.P. (P.P.)

□ A colocação de quatro bombas no comitê do PT, em São Paulo, "não é um caso isolado", teme o candidato à Presidência Luís Inácio Lula da Silva

O candidato do PT à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, responsabilizou setores da "direita" pela colocação, na noite de domingo, de quatro bombas do tipo morteiro em seu comitê eleitoral em São Paulo, no bairro de Vila Mariana. "Estou preocupado com o fanatismo dos setores de direita, que, na minha opinião, são os responsáveis por isso", afirmou. As quatro bombas não tinham mecanismo de detonação e, aparentemente, não representavam perigo de explosão. Se-

gundo Lula, a ameaça a seu comitê faz parte de uma articulação para se criar um clima de "instabilidade no País".

"Não é um caso isolado", comentou Lula, que não apresentou qualquer evidência material para sustentar suas afirmações, mas lembrou a destruição em maio último do memorial em homenagem aos metalúrgicos mortos em Volta Redonda, as ameaças à prefeita Lúiza Erundina e até mesmo a morte do militante petista Anésio Pimenta dos Reis, vítima de espancamento em Santos. "Fora as provocações em comícios", afirmou o candidato do PT.

Ao defender essa tese, Lula lembrou dois incidentes do começo da década de 1980, quando bancas de jornal foram incendia-

das por grupos terroristas. "Acho que são os mesmos grupos, que têm uma ligação muito forte com o poder oficial", ponderou.

BOMBAS SEM CARGA — Na opinião do candidato petista, "quem ganha com isso são aqueles que são contra a democracia". Perguntado se o candidato do PRN à Presidência seria beneficiário do clima do medo que acredita estar sendo criado no País, Lula evitou atacar diretamente Fernando Collor de Mello, mas sustentou: "O discurso do Collor induz e facilita a ação de setores de direita".

A primeira informação sobre a colocação das quatro bombas no comitê petista chegou à redação da Rede Globo de Televisão às 23h15min de ontem, através de um telefonema anônimo. "Eu quero passar uma informação. Vai explodir uma bomba na rua Domingos de Moraes esquina com Borges Lagoa", afirmou uma voz masculina à jornalista Lígia Castanheira, da emissora paulista. Imediatamente, a jornalista avisou a Central de Operações da Polícia Militar (Copom), que enviou ao principal comitê petista um contingente de soldados de seu Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE). Lá, os policiais encontraram todas as bombas embrulhadas em jornal junto à entrada do comitê, ao lado do registro de água.

As bombas são de fabricação da indústria de materiais bélicos



do Brasil (Imbel), fornecedora de armamento e munição para as Forças Armadas. Três dos artefatos foram fabricados em 1980 e uma das bombas em 1979. Segundo o secretário-geral do PT, o deputado estadual José Dirceu, o material foi enviado à própria Imbel para ser examinado em uma câmara de segurança. A diretoria da empresa não quis se pronunciar sobre a descoberta das bombas.

No primeiro exame realizado ontem, os técnicos da Polícia Federal não encontraram sinais de cargas explosivas nos morteiros, como também são chamadas as bombas. A certeza, porém, só virá com o resultado que a Imbel deve apresentar depois de desmontar as bombas. Enferrujados, os artefatos, que medem cerca de 30 centímetros de comprimento e podem ser disparados por bazucas ou morteiros de 70 milímetros, não possuíam mecanismo de detonação. (AJB)



Preocupação: Lula teme instabilidade do País.

098

Flóide (Petro)

29/08/89

JORNAL DO BRASIL

Deputado acusa UDR de tráfico

BRASÍLIA — O deputado Antônio Marangon (PT-RS) entregou à Mesa da Câmara dossiê montado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que acusa a UDR (União Democrática Ruralista) de envolvimento com o tráfico de drogas e com a manutenção de grupos paramilitares que vêm eliminando religiosos, posseiros e parlamentares no país. O mesmo documento será entregue ao presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), na quinta-feira.

No documento encaminhado à Câmara dos Deputados, Antônio Marangon relata a ocorrência de atos violentos em onze estados brasileiros, com a participação da UDR, da Polícia Militar e de grupos paramilitares. No Rio Grande do Sul, segundo Marangon, a UDR vem ameaçando abertamente a vida do padre Arnildo Fritzen; em Santa Catarina, o bispo de Chapecó, dom José Gomes, estaria recebendo telefonemas da UDR e de uma certa CAP (Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero Progressista); no Paraná, três posseiros já morreram e o fazendeiro conhecido por Slaviero teria formado um exército particular de oito homens; no Mato Grosso, voltaram a ocorrer ameaças contra a vida do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga.

Segundo o deputado, além de outros estados, no Pará, grupos da UDR, aliados a traficantes de drogas, mataram o vereador do PSB de Itaituba, Raimundo Silva de Souza, e estariam tentando eliminar o deputado federal Ademar Andrade (PSB); em Minas, 120 soldados da PM invadiram um acampamento montado numa fazenda já desapropriada pelo Iacra, resultando em doze trabalhadores rurais hospitalizados; em Rondônia, três lavradores foram presos no dia 8 de agosto, acusados de matarem três policiais após um choque, em Espigão D'Oeste.

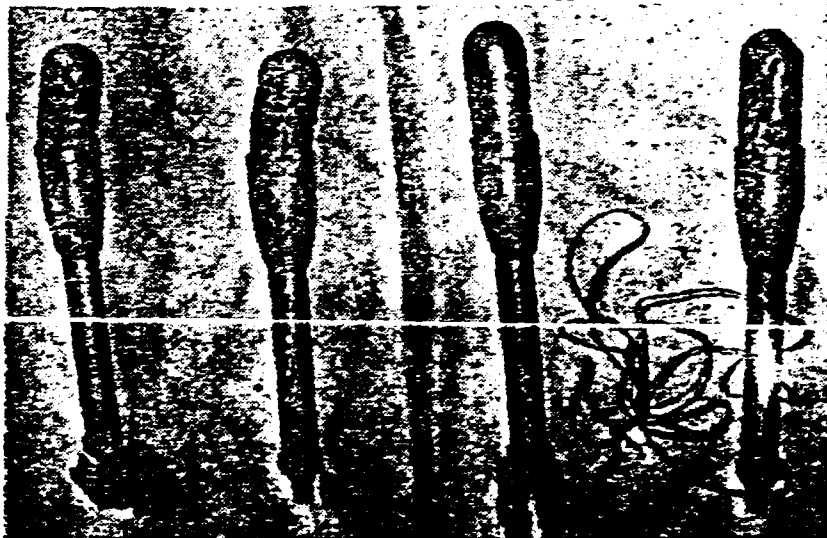
Polícia diz que granadas no comitê do (PT) não explodiriam

São Paulo — Ariovaldo Santos

SÃO PAULO — Quatro granadas antitanque foram encontradas ontem no comitê eleitoral do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, e retiradas por agentes do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar paulista, informados pela Rede Globo, para onde um homem telefonara, às 23h15 de anteontem, dizendo: "Vai explodir uma bomba na Rua Domingos de Moraes, esquina com a Rua dos Três Reis" (o comitê do PT, na Zona Sul da capital).

Nos últimos 30 dias, esta é a terceira ameaça dirigida ao PT. A última foi detectada pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, que anunciou ter recebido, através de uma linha telefônica cruzada, a informação sobre um plano de atentado à pessoa de São Paulo, Luiz Erundino. Sua execução seria no dia 29, de um mês não especificado. Hoje, a segurança para a prefeita estará reforçada quando ela participar da reinauguração da Tribuna Livre Teotônio Viçela, no Parque do Ibirapuera. Lula cancelou a viagem que faria a Mato Grosso para acompanhar Erundino.

O superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Marco Antônio Veronezzi, que recebe as granadas — colocadas junto ao registro de água, à porta do comitê, embrulhados em jornal — da PM, os artefatos não tinham a menor condição de explodir, pois já foram utilizados há vários anos e não funcionaram na primeira vez. Nenhum tinha detonador. Veronezzi designou um delegado para investigar a identidade do responsável pela ameaça e enviou as granadas para a Imbel (Indústria de Materiais Bélicos do Brasil), fabricante de armamento para as Forças Armadas, a fim de que se verifique a que lote pertenciam. As informações obtidas serão repassadas à Delegacia de Ordem



Os artefatos estavam junto ao registro de água

Política e Social da PF, que então decidirá se abre inquérito.

Articulação — O candidato do PT à Presidência considera que a colocação dos artefatos faz parte de uma articulação para se criar um clima de "instabilidade no país". Lula afirmou que está "preocupado com o fanatismo de setores da direita", que, na sua opinião, "são os responsáveis por isso". Segundo o candidato, quem ganha com isso "são aqueles que estão contra a democracia".

No começo de agosto, Lula recebeu a primeira ameaça, através de um telegrama advertindo-o para não comparecer à reinauguração do monumento (explodido em 1º de maio) em memória aos três operários mortos em novembro passado no confronto com o Exército durante a ocupação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. "Não acirre os ânimos, pois o tal monumento irá de novo pelos ares", di-

zia o texto. Lula foi protegido por um esquema de segurança formado por militantes petistas.

Semana passada, chegou ao comitê do candidato uma carta com o timbre do OCC (Comando de Caça aos Comunistas) que, junto com a expressão "estamos vigilantes", relacionava 21 nomes, como os do empresário João Jorge Saad (da Rede Bandeirantes), dos jornalistas Ney Gonçalves Dias, José Paulo de Andrade e Marília Gabriela e do cientista político Paulo Sérgio Pinheiro.

Em Brasília, os deputados federais pelo PT Paulo Paim e Antônio Maragaço, classificaram as ameaças como uma provocação para impedir as eleições presidenciais. O candidato do PSDB à Presidência, senador Mário Covas, condenou o episódio e, em nota oficial, propôs uma aliança entre as lideranças políticas do país "para que tenhamos um processo eleitoral civilizado".

098

2220 HCR 4

F.P. 27/8/89
(P.P.)

CARLOS FEHLBERG

Brizola/impugna

Imbrando sempre a situação que viveu na sucessão de 1982, quando se elegeu governador do Rio, depois de passar quase toda a campanha mal situado nas pesquisas de opinião pública, o candidato do PDT está reiterando suas críticas a elas. Naquela ocasião a polarização envolvia os candidatos Miro Teixeira e Sandra Cavalcanti, mas a decisão ficou entre ele e Moreira Franco. Agora, Brizola está muito distanciado do líder nesses levantamentos, Collor de Mello, e volta a impugnar esses dados, sugerindo até um trabalho de uma agência especializada do exterior ou algo semelhante. Baseado em antecedentes históricos, o candidato trabalhista já usou mais de uma vez a palavra fraude, atendeu ao convite do presidente do Tribunal Superior Eleitoral e não pretende alterar essa linha nos próximos meses. Os altos índices percentuais apresentados por Collor de Mello, a partir de junho, influíram numa etapa da campanha, sem dúvida. A confirmação desses números por vários institutos deu maior ênfase à candidatura e muitos esquemas políticos acabaram direcionados, ajudando as articulações do candidato do PRN. Hoje ele consolida estruturas, apesar de algumas indecisões no nordeste, mas Brizola, além de uma linguagem polarizadora, não deve abandonar o tom de denúncia às pesquisas. Essa posição está marcada, principalmente na fase de maior crescimento de Collor. É o recurso político de que se pode valer no momento o ex-governador Leonel Brizola.

Moderados

O candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, pode abrir mão do apoio dos moderados, diante da dificuldade de decolagem? Este é um debate interno que ainda vai ser reaberto. A maior dificuldade é a posição da corrente liderada por Waldir Pires. Daí a expectativa que cerca a anunciada reunião de governadores, na qual será posto em discussão o engajamento de algumas lideranças. Ontem, em São Paulo, o governador Orestes Quercia, outra vez, promoveu um encontro partidário com a presença de Ulysses Guimarães. Este ainda acredita que os governadores de dois estados, Ceará e Rio Grande do Norte, possam reverter suas posições. Eles estiveram com Mário Covas, admitiram apoio a Collor de Mello, mas estariam recuando.

Covas

Mesmo centralizando suas atenções em São Paulo, tratando de consolidar suas bases, que também sofreram investidas do PRN, Mário Covas deslocou-se para Belo Horizonte, onde tem um núcleo de apoio muito forte. Lá o prefeito Pimenta da Veiga permanece fiel, ele que foi o tucano de maior expressão eleito em novembro do ano passado.

01-01

8908218

098

COSTER NO

Zero Hora 26/08/89

Sarney reafirma apoio à implantação do gasoduto

O presidente José Sarney destacou ontem, no programa "Conversa ao Pé do Rádio", a importância do Rio Grande do Sul no processo de integração entre o Brasil e a Argentina. Afirmando que o governo brasileiro vai "procurar viabilizar o fornecimento de gás argentino ao Brasil", ressaltou que é através do Rio Grande que se dá "o passo mais decisivo da integração, a integração humana".

"Porque lá está a fronteira e essa

fronteira tem que ser a cada dia menos linha de divisão, mais uma linha de unidade", afirmou o presidente. Disse que em Uruguaiana, ao lado do presidente Carlos Menem, pode sentir a solidariedade e o apoio que o povo brasileiro dispensa à política de integração na América Latina. Afirmou que os gaúchos são expressão de coragem e bravura na história do País.

Falando sobre a importância dos

atos assinados com a Argentina, Sarney disse que a firmeza do presidente Menem, de continuar a política iniciada pelo ex-presidente Raul Alfonsín, revela que independente dos homens, a integração é muito sólida e alcança sua maturidade. Lembrou que "já há um pequeno mercado comum entre o Brasil e a Argentina, como a semente do grande mercado comum que será a América Latina".

O presidente José Sarney fez ques-

tão de citar também, a presença dos governadores Pedro Simon, Pedro Ivo e Alvaro Dias na recepção a Menem, como demonstração de que os estados do Sul estão integrados ao processo. Qualificando a cooperação entre os dois países, como "decisivo para a independência do continente", Sarney ressaltou a disposição do presidente Menem, de efetivar no mais curto espaço de tempo a realização dos acordos firmados. (Brasília/21)

098

JORNAL DO BRASIL 26/08/89 F.P.(P.P.)

Collor supera soma de todos candidatos em 7 pesquisas.

A rodada de pesquisa divulgada ontem pelo Ibope, por encomenda da Rede Globo, mostra que, em sete pesquisas seguidas, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, vem registrando um percentual de intenções de voto superior à soma dos percentuais de todos os outros candidatos. Além disso, ele vem mantendo uma distância mais de três vezes maior que a posição registrada pelo segundo colocado, o ex-governador Leonel Brizola. Nessa última pesquisa, Collor subiu dois pontos percentuais, obtendo 44% da preferência de votos e Brizola subiu um ponto percentual, atingindo 14%. Esta última pesquisa foi feita no período entre 16 a 23 de agosto e foram ouvidas 3.581 pessoas em todo o país.

Os dados divulgados pelo Ibope registram também que na Região Sul o candidato do PRN teve uma queda de dois pontos percentuais, ficando com 32%, enquanto Leonel Brizola subiu dois pontos, atingindo igualmente 32%. Na Região Nordeste, foi a vez de Brizola cair um ponto, registrando 5%, enquanto o candidato do PRN subiu 5 pontos percentuais, passando para 54%. Na Região Sudeste, Collor de Mello caiu um ponto, passando para 38%, e o candidato do PDT subiu dois pontos, atingindo 16%.

Segundo o diretor do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, a ascensão do candidato do PRN ultrapassou pela primeira vez uma barreira determinada pelo Ibope. Os técnicos agrupam os candidatos em quatro patamares. O primeiro vai de zero a 2%, que nessas sete pesquisas vem sendo ocupado pelos candidatos Roberto Freire (PCB), Afif Domingos (PL), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PDC) e Afonso Camargo (PTB). O segundo patamar vai de 4% a 7%, ocupado por Luis Inácio Lula da Silva (PT), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB) e Paulo Maluf (PDS). A seguir, o terceiro grupo, entre 10% e 14%, é ocupado pelo candidato do PDT, Leonel Brizola. E um último, de 38% a 43%, estaria o candidato do PRN, que agora ultrapassou esse limite.

Até agora, as pesquisas vinham registrando um quadro estável dentro desses limites determinados pelo instituto de pesquisas, sendo superado pela primeira pelo candidato do PRN. Montenegro diz, entretanto, que é necessária pelo menos mais uma pesquisa para se concluir que Collor realmente mudou de patamar.

Os últimos números %

	1ª 7/6	29/6 5/7	6ª 12/7	21ª 26/7	3ª 9/8	10ª 16/8	16ª 23/8
Collor	43	39	41	41	42	42	44
Brizola	11	13	12	13	14	13	14
Lula	8	7	7	8	6	6	5
Maluf	4	5	5	6	5	6	5
Covas	3	5	5	4	9	4	5
Ulysses	5	5	4	5	3	4	4
Afif	1	2	1	1	2	2	2
Freire	1	1	1	1	1	1	1
Aureliano	2	2	1	1	1	1	0
Caiado	0	1	1	1	0	1	1
Camargo					1	0	0
Branco e nulos	6	4	4	5	5	5	4
Indecisos	17	16	16	16	13	15	15

Fonte: Ibope

098

PDT

26/8/89

Brizola quer instituto do exterior (P.P.P.)

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, anunciou que pretende contratar um instituto de pesquisa da Europa ou dos Estados Unidos, com a ajuda da Internacional Socialista — órgão do qual é um dos vice-presidentes — e do Partido Democrata, dos Estados Unidos. "Estou cada dia mais preocupado com a possibilidade de uma fraude nas eleições presidenciais porque se chegou a um ponto de utilização das pesquisas como instrumento de formação de opinião pública que fazer uma fraude, afinal, não seria uma grande surpresa", atacou o candidato, se referindo, principalmente, à Rede Globo e ao Ibope.

Brizola — que na última pesquisa do Ibope, divulgada ontem pela televisão, está com 14% das intenções de voto, enquanto o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, está com 44% — informou que está procurando saber o preço da contratação de um instituto estrangeiro de pesquisa eleitoral, "realmente eficaz e reconhecidamente idôneo". Segundo Brizola, os institutos nacionais de pesquisa estão "dentro da armadilha" que, de acordo com ele, está sendo organizada para "criar um clima de que o candidato que está em primeiro lugar nas pesquisas (Collor) já ganhou".

Ajuda — "Não sabemos se é caro o serviço, mas estamos pedindo a colaboração da Internacional Socialista e do Partido Democrata. E fomos agradavelmente surpreendidos com a ini-

**Leonel Brizola**

ciativa de um amigo nosso do Partido Republicano, também dos Estados Unidos, que nos perguntou: E por que não a colaboração do Partido Republicano também?", contou o candidato. Brizola afirmou que ainda está estudando uma forma de baratear o custo da contratação de uma empresa estrangeira, citando a possibilidade de o PDT fornecer pesquisadores oriundos de universidades, ficando à cargo da empresa apenas a direção da pesquisa.

As pesquisas feitas no Brasil — que indicam a vitória de Fernando Collor de Mello — para Brizola, estão criando um clima "favorável à realização de uma nova Proconsult". O escândalo da Proconsult — tentativa de fraude eleitoral — ocorreu nas eleições de 1982, quando Brizola disputava o governo do Rio pelo PDT. "Durante a campanha, a Dona Sandra (Sandra Cavalcanti, então candidata a governadora pelo PTB) estava com 60% nas pesquisas e no final acabou ficando em quarto lugar", comparou o candidato pedetista.

Para mostrar que as pesquisas estão exagerando na vantagem apontada para o candidato do PRN, Brizola citou a vaia que Collor recebeu em Brasília, há alguns dias, quando foi assistir a um jogo de tênis: "Não me venham dizer que era a Brizolândia (grupos de admiradores de Brizola que se reúnem na Cinelândia, no Centro do Rio) que jogava tênis em Brasília, com todo o pessoal fardadinho de Adidas. Até lá, ele se deu mal. O povo brasileiro está se sentindo usurpado pelo que os meios de comunicação estão divulgando", protestou o candidato, sem mencionar o nome de seu rival. Além de contratar um instituto de pesquisa estrangeiro, Brizola pretende, junto com a OAB e outros partidos, organizar um sistema paralelo de apuração das eleições presidenciais, temendo a fraude.

Sindicalismo e eleições

Jair Meneguelli

“Se fosse clandestina a CUT não ficaria exposta às forças da repressão”

Brasil — Moreira Mariz



Meneguelli: a burguesia está insatisfeita com as greves porque não acumula tantos lucros

BRÁSILIA — O presidente da CUT Jair Meneguelli está enfrentando nos últimos dias uma inquirição no mínimo insólita. A expansão das greves em todo o país, atentados e a reação do governo a algumas das manifestações trabalhistas convenceram o líder da CUT que se a Central fosse ilegal avançaria mais em seu trabalho. “A clandestinidade não seria melhor”, indaga-se o ex-metalúrgico da Autolatina. A clandestinidade, na sua opinião, facilitaria as intervenções da CUT na sociedade e a Central não ficaria exposta “às forças de repressão do governo”.

Meneguelli admite que a CUT tem um benefício financeiro direto ao expor sua face à legalidade. Os impostos arrecadados junto aos sindicatos filiados permite financiar a luta pelo controle de outros sindicatos.

Sobre lei de greve — “O direito de greve está assegurado na Constituição, portanto, não há necessidade de novos regulamentos.”

Sobre a atual política salarial — “A atual política salarial não permite a reposição das perdas acumuladas pela classe trabalhadora e se caracteriza como uma violência. A radicalização não é do trabalhador, é do governo, que teme o crescimento da CUT e a chance concreta de um operário chegar ao Palácio do Planalto.”

Sobre risco de golpe — Não se realizam. Não percebo clima interno nem externo favoráveis a um golpe no Brasil. O governo quer apenas desgastar as chances de vitória dos candidatos mais à esquerda.”

Sobre ocupação de fábrica — “Não existe ocupação porque os trabalhadores não assumem a administração da empresa.”

Sobre a ocultação da identidade dos trabalhadores que ocupam fábricas — “As fotos tiradas pela imprensa e pela polícia identificam o companheiro grevista e ele acaba demitido. Transformam um direito do trabalhador num delito, num crime.”

Sobre o quorum mínimo para a criação de uma greve — “É impossível reunir tantos trabalhadores como quer a medida provisória número 50. A legitimidade de uma greve não é uma questão numérica, é política.”

Sobre o desgaste eleitoral do candidato do PT em função das greves — “A burguesia e os empresários é que estão insatisfeitos com as greves, porque deixam de acumular parte do lucro que ganham.”

Sobre a necessidade de um limite às greves — “Não se pode negar apoio a quem está lutando por salário. Todas as greves são justas, desde que preservada a ética. Uma greve não pode colocar em risco a vida de alguém.”

Sobre o apoio da CUT à greve dos policiais do Rio de Janeiro — “Quem deve questionar se existem grupos de extermínio dentro da polícia é a população. A CUT não tem este papel, deve apoiar quem é trabalhador e está lutando para conquistar seus direitos.”

Sobre a ação do TST — “Quem deve negociar, sempre, são as partes envolvidas: patrão e empregado. O TST não tem papel na negociação.”

SÃO PAULO — Às 14h de sexta-feira, dia 12, último prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda, Maria da Arriunção Alves, a Núncia, de 31 anos, secretária por profissão, datilografava as pressas o formulário para seu chefe, Jair Antônio Meneguelli, ferramenteiro, 42 anos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema e presidente da CUT-SP (CUT). Aquela hora, Meneguelli não havia feito sua declaração de rendimentos de 1988 (brutos: R\$ 3.606,11) e ficou desagravelmente surpreso quando soube que, além do desconto que sofreu na fonte ao longo do ano, terá que pagar mais R\$ 96,00. “Você ter que pagar? Mas como?”, perguntou meio indignado. “Mas o que fazer, você não traz os recibos”, retrucou Núncia. Esse não era o único problema pessoal urgente de Meneguelli na sexta-feira: pelo telefone, suas três filhas — Carla de 18, Tatiana de 15 e Jessica de 8 anos — cobravam sua presença — e dinheiro — para comparecerem ao presente do Dia das Mães, uma missão que ele empurrou para o sábado.

Às 14h de sexta-feira, a semana de trabalho de Meneguelli estava longe de terminar. Ele acabara de comer um bife com arroz e feijão, regado com um pouco de vinho, no restaurante que frequentava quando suas irmãs, que trabalham na CUT, se juntaram a ele. Ele estava se preparando para ir ao trabalho.

Na noite de quarta-feira, ainda em Brasília, um pouco de refresco, depois do encontro com o senador Romão Tito (PMDB-MG), relator da comissão que trata dos direitos de greve, um jantar na casa do deputado Luís Gushiken, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, onde foi servido um leitão assado no forno, que Jair acompanhava com vinho: “Fui de vinho branco e não quis misturar”, comentou ele. Sobre as conversas com os políticos do PT, ele comentou: “Não sei se é uma combinação. Hoje só vou trabalhar amanhã, depois de amanhã, depois de amanhã, depois de amanhã...”

Sindicalista respira, almoço e janta política

Na quinta-feira, depois de voar para São Paulo, Meneguelli enfrentou uma pequena maratona de reuniões na sede da CUT e depois pediu paz: “Preciso descansar.” Em sua casa, a mulher Edna — dona de casa que integra o PT de São Caetano do Sul, onde a família mora e onde Meneguelli nasceu — o esperava, cinematograficamente, no portão. Jair abriu as malas, tirou uma ricota apimentada, presente de Gushiken — “boa para se comer bebendo cerveja” — e uma camiseta onde, diz, cabem “dois” dele, que tem o corpo franzino.

Na sexta, logo às 9h, começou tudo. Falou com o ministro Ronaldo Dunlop, do Itamarati, para resolver o problema de um cidadão cubano que quer entrar no país; conversou com o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, sobre a representação brasileira à reunião anual da OIT, e decidiu sobre uma campanha publicitária. Ouvindo, resmungou, decidiu, pediu calma. Às 16h, já cansado, iniciou outra reunião, “fechada”, não sem antes confirmar sua presença na festa de 30 anos do Sindicato de São Bernardo, onde estarão todos. É seu meio. É sua vida. Resta pouco tempo para a diversão — a ficção científica a que assiste no videocassete, quando as preferências de família deixam, e o futebol, onde ultimamente o Palmeiras tem lhe dado alegrias por liderar o campeonato paulista. “Acordo, tomo café, almoço e janta política”, conforma-se.

SÃO PAULO — A CUT tem pelo menos um ponto em comum com o governo: está enfrentando um desequilíbrio financeiro, com déficit de R\$ 250 milhões. Em pior situação está um dos seus filiados: o sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, que tem pela frente uma dívida de R\$ 400 milhões. Esse buraco nas contas foi conseguido graças ao surto de greves que abala o país e tem na CUT o seu epicentro. “Nas greves se gasta muito mais”, contabiliza o tesoureiro Delúbio Soares de Castro.

Mas equilíbrio financeiro não é o assunto que centraliza as atenções no velho casarão cor-de-rosa desbotado, na pacata rua Ouvidor Pelája, na Vila Mariana, que abriga a CUT. Dali, com um orçamento de R\$ 2,5 milhões (em 1988), a direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dispara suas campanhas públicas, suas orientações a todas as direções das representações estaduais. Ela está estrategicamente distribuída pelos principais pólos de concentração de trabalhadores do país.

A CUT, de acordo com seus estatutos, obedece a uma hierarquia de decisão, cuja instância maior é seu congresso nacional, do qual participam delegados de todos os seus mais de 1,2 milhão de filiados. É desse congresso nacional que saem os eleitos para a direção nacional, composta de 83 membros efetivos e 41 suplentes, e a Executiva nacional, integrada por 15 efetivos e 5 suplentes. É esse o universo dirigido por Jair Antonio Meneguelli, um ferramenteiro de 42 anos.

Já a estrutura operacional da CUT está montada em secretarias, departamentos nacionais e institutos. Capitaneadas pela presidência, e pela secretaria-geral, para a qual foi eleito o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Gilmar Carneiro dos Santos, estão as secretarias de Imprensa, de Relações Internacionais, de Política Sindical, de Formação Política e de Política Social.

São essas secretarias, que compõem a Executiva nacional, da qual fazem parte, também, os diretores dos departamentos nacionais: dos trabalhadores metalúrgicos, dos bancários, dos trabalhadores em educação, em saúde, do vestuário, rurais, petroleiros e químicos; com a ressalva de que o vice-presidente da entidade, Avelino Granzer, também é o diretor do departamento nacional dos trabalhadores rurais.

Cajamar é o nome do mais famoso dos institutos da CUT, utilizado para a formação de quadros, cursos, seminários. Sua sede, a 50 quilômetros de São Paulo, antigamente era um hotel. Foi adquirido pela Central em 1986. Também há o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Deesp), que ensaia as pesquisas que a CUT pretende desenvolver em futuro próximo.

Para sustentar essa estrutura, que está principalmente no papel, os sindicatos filiados contribuem com 5% da sua receita bruta. Os sindicatos que contribuem mais, cerca de 50% do total arrecadado pela CUT, são os de bancários e bancários.

8908222

PMDB vai à convenção sem afastar ameaça de ruptura



DE CARLOS FEHLBERG
Sexta, 24/5/79

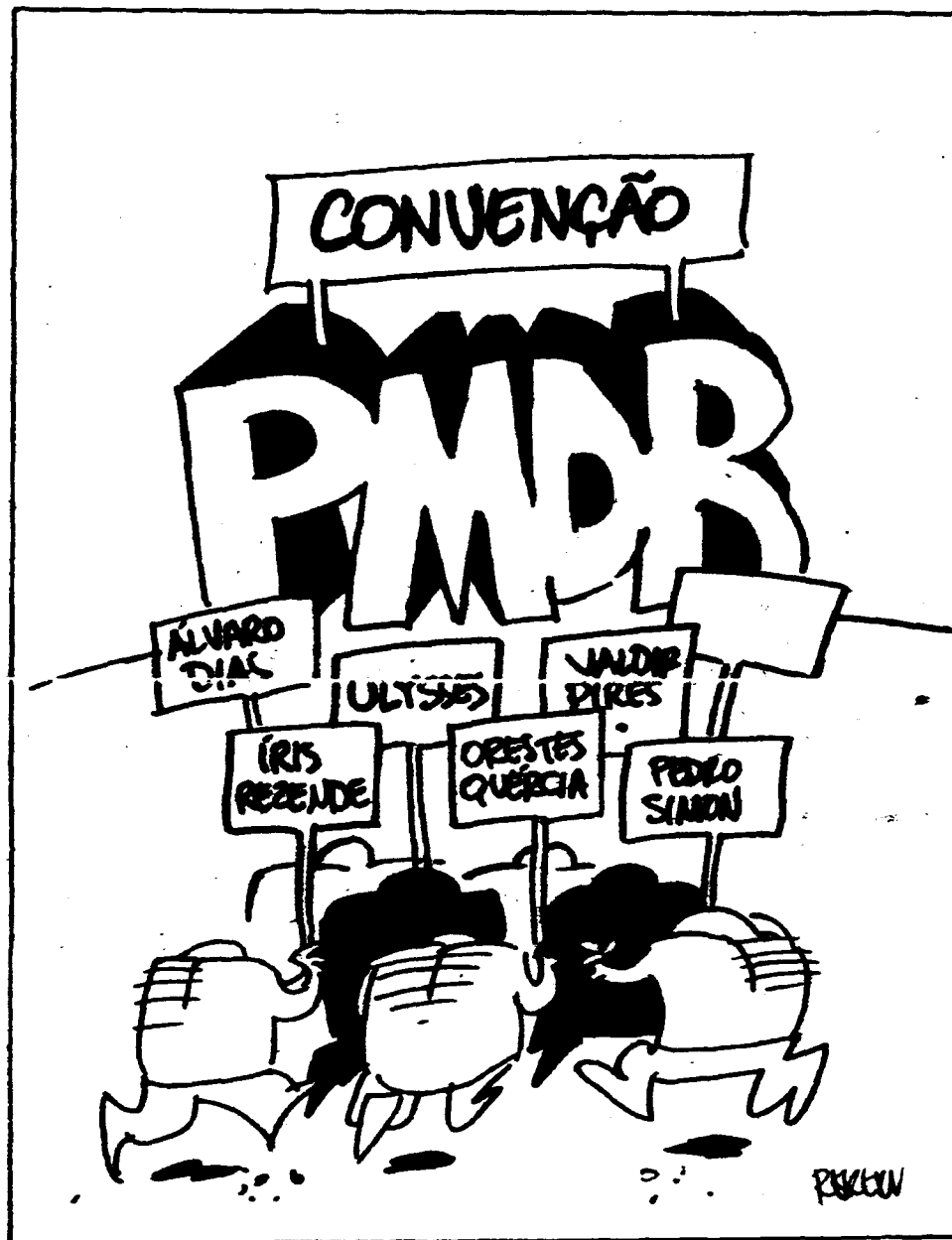
A Convenção Nacional do PMDB que começa amanhã está deflata o grande quadro sucessório presidencial, tal a importância de que se revestem as decisões que serão tomadas. A escolha do candidato peemedebista é considerada chave para a primeira eleição direta após quase 30 anos. O jogo político interno que se travou e se trava agora, repartido entre as correntes, não é apenas uma disputa de poder, mas também uma luta pela sobrevivência do partido. O PMDB, que foi estruturado como uma máquina de guerra, sempre sob o comando do deputado Ulysses Guimarães, o líder do partido que enfrentou os governos militares, preparou-se para chegar ao poder, mesmo usando o Colégio Eleitoral, e o PMDB acabou surpreendido, com o golpe de 1964, com a morte de Tancredo Neves e o seu inevitável comprometimento com seu substituto, o ex-presidente nacional do PDS, José Sarney.

As dificuldades da ação partidária nos últimos três anos desembocaram na convenção deste fim de semana. O deputado Ulysses Guimarães testa sua liderança, colocando toda uma biografia em jogo, o governador Waldir Pires constitui uma posição mais à esquerda, que deseja uma linha mais avançada e até se identifica com o senador Mário Covas, enquanto Álvaro Dias trata de ampliar seu espaço político, mas alinhado com a alternativa Orestes Quêrcia. O prazo para registro de candidaturas está fixado, mas existe um grupo que ainda agita na soberania do plenário de uma convenção, se o clima partidário permitir mudanças.

Trajetória

O PMDB tinha um candidato natural à Presidência da República desde a abertura política, o deputado Ulysses Guimarães. Sua atuação, a partir de 1973, fortaleceu o partido, credenciou-o e a liderança das diretas colocou-o em primeiro plano. A mudança no quadro político, com a rejeição da emenda das diretas, aliada a uma conjuntura interna que levou o PDS à cisão, alijou-o da disputa.

Tancredo Neves tinha o perfil, a aceitação e a penetração necessárias para ser o presidente da transição. A ascensão de José Sarney, no entanto, criou contradições, embargando, a princípio, e confirmando mais tarde. O PMDB, liderado por Ulysses, deu-lhe, como o Ministério escolhido por Tancredo Neves, solidariedade política, tentou revisar posição no início do ano seguinte, mas foi empolgado pelo Plano Cruzado, suas repercussões e efeitos eleitorais. Os executivos estaduais foram conquistados, o ministro Dilson Funaro recebeu o apoio político e permaneceu sob a



proteção do comando peemedebista por mais algum tempo.

Aí começava a grande divergência entre o partido e o Governo. O confronto chegou a tal ponto que a substituição de Funaro foi decidida em conjunto, depois de uma reação ulyssista à escolha de Tasso Jereissati. As crises ministeriais, as disputas na Constituinte, a polêmica dos cinco anos de mandato e o sistema de governo, seguidas por um resultado eleitoral que reprovou o partido, ligando-o à Nova República, deixaram Ulysses Guimarães com sua liderança comprometida e flancos na agremiação que dominava. A presença simultânea na presidência da Câmara, da Constituinte, do PMDB e na Presidência da República, quando Sarney viajava, deram-lhe um superpoder, mas gastaram sua imagem, argumentam os que propõem novos nomes.

O poder

Para um grupo partidário que valoriza as mudanças no quadro político brasileiro, reconhece a penetração dos candidatos cuja linguagem se situa à esquerda e aprofunda as tendências do eleitorado desde novembro do ano passado, o PMDB deve ser sensível ao momento. A rigor essa postura começou a ser perseguida na convenção de março, quando os moderados foram derrotados e a Executiva constituída apenas por progressistas. Mas o questionamento que dramatiza o quadro partidário é a posição do seu líder, o patriarca Ulysses Guimarães. A tal ponto que, durante as horas, em

Brasília, os governadores tentaram movê-lo, sem sucesso. O presidente licenciado do PMDB é um guerreiro, acostumado a ressurgir das cinzas, tendo enfrentado mau tempo durante mais de duas décadas. Se resistiu tanto, prosseguir é preciso, argumentam seu adepto mais próximos, invocando seu direito de concorrer à eleição direta pela qual tanto batalhou. Essa colocação não é discutida, mas o que passou a preocupar as lideranças partidárias, depois do revés nas eleições municipais, são suas condições para vencer o pleito.

O governador Pedro Simon, um dos nomes lembrados como alternativa, e que foi escolhido porta-voz dos governadores para colocar a Ulysses esse temor, não chega a ser tão pessimista: "Se ele acabar candidato creio que, com tempo, poderá reagitar a memória dos brasileiros, tantos foram os serviços prestados ao País."

Momento

A preocupação com a candidatura Ulysses Guimarães já vem de longe. Antes mesmo da eleição municipal, o governador gaúcho, Pedro Simon, sugeriu-lhe que fosse para o exterior. Algo como aconteceu com Getúlio Vargas em 1946 ou agora com Jânio Quadros. Fugiria ao desgaste político e não enfrentaria os dissabores de uma disputa, exigindo a linha de frente e o corpo-a-corpo que vem travando. O momento teria sido a fase que se seguiu logo após a promulgação

da nova Carta. Ulysses não aceitou a sugestão e a derrota peemedebista nas eleições municipais reforçou a idéia de renovação partidária. A tal ponto que o governador Orestes Quêrcia alterou, imediatamente, o seu secretariado, colocando-o mais à esquerda, enquanto também despojava o nome de Miguel Arraes. Quêrcia viajava e seu vice, Almino Afonso, desenvolvia articulações, mas Ulysses não aceitou as movimentações partidárias, mantendo sua posição.

O lance seguinte foi uma candidatura articulada, a do governador da Bahia, Waldir Pires, que foi ao extremo de lançar-se às vésperas da convenção que mudou o Diretório Nacional. Era o confronto aberto, a partir do qual a crise na corrente progressista não pôde ser mais contornada. De um lado a obstrução estrutural de Ulysses e de outro a proposta de renovação. A conciliação foi tentada e ainda deve ser perseguida no fim de semana, mas se não vier pelo consenso, pelo acerto, se haverá surgido pelo voto, no primeiro turno.

Alternativas

O candidato Iris Rezende, lançado pelo grupo moderado, é o outro componente que preocupa o comando partidário. Sua convenção de março recebeu 37% dos votos, que progressistas terão colido em função do seu trabalho de divisão na outra corrente? Essa avaliação, além da possível fragilidade eleitoral de Ulysses Guimarães, também contribuiu para a mobilização dos governadores. Ela tem sido a tônica do momento político brasileiro.

E é diante desse quadro que alternativas, assegurando a unidade programática, foram propostas. A primeira delas, e ainda válida, é a do governador Orestes Quêrcia. A mais recente, a do governador gaúcho Pedro Simon, sugere que seja alcançada entre as propostas, pelo estabelecimento de uma linha comum e consequente mudança de uma linha partidária intransigente. E, não obstante os espaços tenham sido ocupados nos últimos tempos pelo debate peemedebista, nunca houve tanta unidade.

Os mais próximos apoiam a posição peemedebista, que mantém apertados em que a disputa foi aberta após muita hesitação, mas os tempos estão mudando e o comando do partido, chefiado pelo senador Mário Covas, que constitui a maioria, argumenta de rebelião partidária. O debate interno no seu momento atual, portanto, não é amanhã.

Efeitos

A campanha eleitoral que se inicia a partir da convenção nacional, na medida em que os governadores possam ser eleitos, ou não, ou preserverem suas cadeiras ou, pelo contrário, perderem, o partido que se encontra em condições de aspirar um terceiro turno. Essa será a mais importante conclusão de que decidirá a convenção peemedebista. Mesmo os candidatos a campanha já mais tempo, sugerem pelas posições que adotará o partido com maior estrutura no País. Nenhum deles completou o mapa e outras agremiações nem indicam seus nomes. A próxima etapa, mas sempre adiada, implicará no PMDB, em qualquer caso, um novo sucesso.

098

F.P.R. (P.P.P.)

13-8-89

JORNAL DO BRASIL

Candidatos aumentam segurança após briga de Niterói

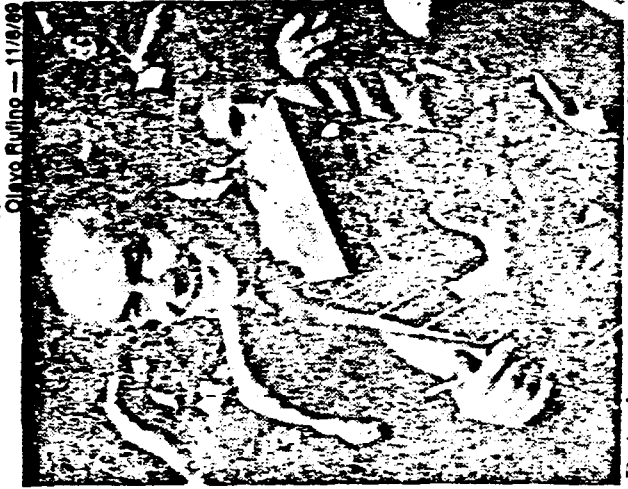
O conflito de quarta-feira passada em Niterói, entre partidários dos candidatos do PDT, Leonel Brizola, e do PRN, Fernando Collor de Mello, incorporou à campanha presidencial as guardas de segurança. A iniciativa parte dos dois lados que estiveram envolvidos numa batalha de xingamentos, pedradas e pontapes. Brizola pretende formar um grupo para proteção de seus deslocamentos "à medida que a campanha engrossar e surgirem episódios ameaçadores". Da Baixada Fluminense, o prefeito de Duque de Caxias, Hydeckel de Freitas, anuncia que "40 homens especializados" passarão a acompanhar Collor onde quer que ele vá.

Brizola não admite recorrer a profissionais. A segurança será formada por militantes do PDT, em número a ser definido, porque "um bom colaborador nessa área não deve ser avaliado pelo físico, mas por sua inteligência. É fundamental que ele seja do partido para agir com eficiência e discrição". Enquanto não organiza seu esquema de proteção, segue normas "ditadas pela experiência" para sua segurança.

"Procedo discretamente e evito rotinas", diz Brizola, explicando por que, frequentemente, altera o horário de seus compromissos e não tem hábitos estabelecidos. Mas ele pode contar, sempre que precisa, com a disposição dos próprios pedetistas. Essa categoria pode envolver desde um político do partido, seus assessores mais próximos e até um militante da *Brizolândia*. "Ando com um ou mais companheiros, conforme o caso", explica.

Quando se trata de um compromisso público que envolve a participação de muita gente, Brizola conta com um esquema mínimo organizado pelo partido. Na convenção do PDT realizada no começo de julho, em Brasília, contava com a proteção de um grupo ligado ao presidente da Riotur, Trajano Ribeiro, o mesmo grupo que dava proteção ao prefeito Marcello Alencar, na campanha de 1988. São rapazes altos e fortes, identificados pelos coletes vermelhos.

Capitão de Caparaó — Uma peça importante na segurança do PDT é o capitão Altair Luchesi Campos. Líder da guerrilha de Caparaó — frustrada tentativa de militares brizolistas que pretendiam criar um foco de resistência ao regime militar, em 1965 — é companheiro do capitão Carlos Lamarca, combatente da luta armada mor-



Olavo Rufino — 11/8/89

Brizola quer segurança do PDT

to em 1972, Altair é suplente de deputado estadual. Quando requisitado, como aconteceu na convenção de Brasília, assume o comando de uma pequena equipe que acompanha todos os passos de Brizola. No grupo está também um ex-oficial da Polícia Militar, que trabalhou na ajudância de ordens do gabinete de Brizola, durante seu governo no Rio de Janeiro.

A *Brizolândia* é um caso à parte. Seus integrantes não são usados para dar segurança pessoal a Brizola. Eles funcionam mais como tropa de choque em passeatas e comícios. Quanto à proteção oferecida pela Polícia Federal, Brizola disse que é uma "obrigação" do poder público. A única recomendação que faz aos policiais é de que sejam discretos.

Medina nega — O prefeito Hydeckel de Freitas estava com Fernando Collor durante o conflito de Niterói. O cerco de pedetistas, sindicalistas e estudantes foi a primeira manifestação enfrentada por Fernando Collor — e uma lição para a eventualidade de repetição do incidente ao longo da campanha.



Moreira Mendes — 17/8/89

Collor terá guarda de 40 homens

Segundo Hydeckel, os "40 homens especializados" serão recrutados nos comitês do PRN dos locais que Collor visitar. "Eles vão se infiltrar no meio das pessoas para desarmar qualquer tentativa de protesto e agressão. Vamos pedir a todos os comitês do país para que recrutem pessoas para este fim", explicou.

Mas o deputado federal Rubem Medina, um dos coordenadores da campanha de Collor no Rio, negou que os seguidores de Collor pretendam formar uma tropa de choque. Disse que incidentes como o ocorrido em Niterói são problema de segurança pública, a cargo da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Covas — O deputado federal Ronaldo Cezar Coelho garantiu que o candidato do PSDB, senador Mário Covas, não tem e nunca teve nenhuma segurança. "Ele não tem a menor preocupação com segurança. Há dez dias Covas andou da Rua Visconde de Inhaúma, no Centro do Rio, até a sede da Petrobrás, passando por barracas de brizolistas e petistas. E foi tratado com muita educação", lembrou.

8908230

01-01

Padre dedicará

JORNAL DO BRASIL 25/8/89

Que sua vontade seja feita ^{F.P.}_(P.P.)

Ricardo Noblat

Foram postas em circulação duas perigosas teses de natureza, claramente, antidemocrática. Uma está sendo oferecida pelo líder das pesquisas sobre intenção de voto, o candidato Fernando Collor de Mello. Outra foi esgrimida, primeiro, pelo deputado Brandão Monteiro, do PDT, e, mais recentemente, pelo governador Orestes Quêrcia, de São Paulo. Collor denunciou o risco que haverá com a realização do segundo turno da eleição presidencial.



O risco estaria, segundo ele, no clima de confrontação que se estabeleceria no país entre direita e esquerda, conservadores e progressistas, jovens e velhos. O candidato prega um governo de entendimento para salvar o país do estado de crise em que se encontra. O segundo turno serviria para inviabilizar o entendimento que se faria tão necessário. Por isso, o povo deveria eleger o próximo presidente logo no primeiro turno.

De preferência, o próprio Collor — é isso o que ele quer. Brandão Monteiro e Orestes Quêrcia advertiram para o risco que uma possível eleição de Collor poderia vir a representar para nossas "frágeis instituições democráticas". Collor não tem suficiente experiência política e administrativa, como se sabe. Não tem partido para governar. Chegaria ao poder sem ter explicitado, claramente, sua receita para administrar o país.

Melhor seria eleger quem tem de sobra o que ele não tem — para Brandão Monteiro, o candidato Leonel Brizola, para Quêrcia, o deputado Ulysses Guimarães. Collor está pregando uma bobagem. A eleição em dois turnos é um instrumento democrático de larga aceitação no mundo civilizado. Ela visa apurar melhor a vontade do eleitor e reforçar a autoridade do presidente eleito. Foi essa a intenção que deu à luz ao dispositivo da lei.

A história do nosso país registra a contestação sofrida por presidentes que não obtiveram a maioria absoluta dos votos disponíveis. Foram apontados como menos legítimos por causa disso. Collor está no seu direito de se empenhar por ser eleito já no primeiro turno. Os demais candidatos, também, sonham com

isso. Mas ele mistifica quando prega que o segundo turno impede a formação de um governo de entendimento.

A ideologização da campanha eleitoral deve ocorrer de forma mais acentuada no segundo turno. É razoável supor que se confrontem, de fato, dois grandes blocos: um que reunirá a maioria das forças que foram batizadas de esquerda ou progressistas, outro que juntará a direita e os mais conservadores. Collor sabe que a direita e os conservadores ficarão ao lado dele. Teme vir a ser o candidato "de tudo que aí está".

No momento, ele ainda consegue vender a imagem de ser o candidato contrário a "tudo que está por aí". Essa imagem empalidece na medida em que se escancaram as alianças aceitas ou perseguidas pelo próprio Collor. De todo modo, o receio maior dele não é o de duelar no segundo turno com um adversário, marcadamente, de esquerda, como Brizola ou Lula. É o de encontrar pela frente Ulysses ou Covas. Ou até mesmo Afif.

Parte dos que hoje apóiam Collor para barrar Lula e Brizola não teria dificuldade alguma para trocá-lo no segundo turno por Ulysses, Covas ou Afif. É por isso, também, que Collor deseja liquidar a eleição no primeiro turno. Brandão e Quêrcia passam recibo da pouca crença deles na democracia que se aprimora quando a imaginam ameaçada, se Collor acabar eleito. Ora, para que se quis reconstruir a democracia?

Salvo engano, para que o povo, através da prática regular das eleições, pusesse e dispusesse, manifestasse seu agrado ou desagrado com os governantes que escolheu. Em uma democracia que se pretenda verdadeira, o povo será sempre a fonte original do poder. Que a vontade dele seja cumprida e respeitada. De resto, a Constituição conferiu atribuições ao Congresso, que lhe permitirão lidar com um presidente de alto risco.

A democracia, formalmente, restabelecida, de pouco valerá, se a consciência democrática da sociedade não tiver passado por um sofrido processo de amadurecimento. Deseja-se que assim tenha sido. Amém.

Descollorindo — Os governadores Geraldo Melo (RGN) e Tasso Jereissati (CE) decidiram ontem romper suas negociações com o candidato Fernando Collor de Mello. Geraldo se ocupava, à noite, em redigir uma carta ao candidato, explicando seu gesto. Os dois passam agora a examinar outras opções.

CARLOS FEHLBERG ^{ZERO HORA} ^{24/8/89} ^{F.P.} ^(Q.V.)

Vices complicam

Numa eleição solteira, destinada exclusivamente à escolha do novo Presidente da República, uma das complicações partidárias foi a composição da chapa, incluindo o candidato à vice. A projeção e a importância histórica que ele representaram, incluindo próprio Presidente atual, pesou fortemente nas decisões. Sem o envolvimento de uma estrutura mais ampla, reconhecendo as dimensões da campanha, a indicação do vice ganhou importância e gerou muito debate. Com raras exceções eles foram discutidos e surgiram como decorrência de composições políticas.

Foi assim nos dois maiores partidos políticos, PMDB e PFL. Wadir Feres e Cássio Leão acabaram confirmados por influência da corrente progressista no PMDB e indicação jacobina no PFL. O senador Mário Covas também enfrentou problemas durante muito tempo. Depois de seu discurso no Senado, falando em choque do capitalismo, o PSDB tentou situar-se numa posição de centro-esquerda e propôs o ex-governador pedessista de Pernambuco, Roberto Magalhães. As reações foram imediatas e a renúncia ocorreu. Numa tentativa de superar rapidamente o problema, Almir Gabriel, sem um currículo nacional conhecido, foi convidado. A escolha no PT também foi precedida de muita avaliação, especialmente da cúpula nacional. José Paulo Bisol deixou o PSDB, ingressou no PSB, ganhando condições políticas para compor a chapa de Lula. A história da escolha dos candidatos a vice também inclui os avanços e recuos de Camilo Calazans. Cotado para a chapa de Mário Covas ele não emplacou e terminou aceitando o convite de Ronaldo Cárdeno.

Tanta movimentação e corrida contra o tempo deveriam gerar desdobramentos nas etapas finais de registro. É o que começa a ocorrer. Sobre a importância do vice, porém, ninguém discute. O empenho dos partidos e de seus juristas faz sentido. Os antecedentes das últimas décadas justifica a preocupação na escolha e a resposta às impugnações.

Linha dura

O PMDB vai ser rigoroso na fidelidade partidária de seus correligionários. Reagindo a dissidências e opção por candidatos de outros partidos, o comando peemedebista promete replicar no próximo ano, o da sucessão estadual, renovação no Congresso Nacional e Assembleia.

Arraes

No PMDB, as incertezas ainda permanecem. O governador Miguel Arraes ainda mantém suas dúvidas em relação às chances do deputado Ulysses Guimarães. E não esconde uma simpatia pela união das esquerdas para evitar um triunfo de Collor de Mello.

JORNAL DO BRASIL

Collor vê em Maluf obstáculo para vencer sem segundo turno

BRASÍLIA — A estratégia do candidato Fernando Collor de Mello (PRN) de investir sobre os indecisos para tentar definir a eleição ainda no primeiro turno tem um obstáculo: o crescimento da candidatura de Paulo Maluf (PDS). A avaliação foi feita pelo próprio Collor, durante a reunião de avaliação da campanha de segunda-feira, ao pedir que os coordenadores regionais de sua candidatura se antecipem ao candidato do PDS na caça aos indecisos. Para Collor, Maluf não é um candidato com potencial de ser seu adversário no segundo turno, mas atua na mesma faixa do seu eleitorado, torpedeando a tentativa de acumular votos para decidir o pleito no dia 15 de novembro.

A tática de caça aos indecisos será a de intensificar o trabalho de campanha de rua junto aos eleitores das classes C, D e E. Uma pesquisa do Ibope, encomendada pela campanha de Collor, mostrou que a maior parte dos indecisos está nessas classes, com um detalhe: a maioria é desinformada e não acompanha noticiário de televisão, jornais e revistas. Além disso, segundo o levantamento do Ibope, 10% desses eleitores indecisos sequer têm conhecimento que no dia 15 de novembro o país vai escolher um presidente da República pelo voto direto.

Fórmula — De posse desses dados, a coordenação de campanha de Collor

concluiu que a única forma de chegar mais rápido a esses indecisos é através da campanha de rua — o chamado corpo-a-corpo —, não só com a presença do candidato, mas também com maior número de atos promovidos pelas coordenações regionais.

Na própria reunião de segunda-feira, os cerca de 50 presentes ao encontro saíram com cópias de uma cartilha preparada pelo comitê central da candidatura, subsidiando as coordenações regionais para defender Collor dos principais ataques que sofre dos adversários. Respostas para questionamentos como a concessão de uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo, a gestão biônica na prefeitura de Macció, o voto em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral, os gastos com publicidade no governo de Alagoas, a utilização de verba secreta para compra de flores e o acordo com usineiros são ensinadas num documento de 25 laudas, que relacionam 16 argumentos constantemente utilizados por adversários para bombardear a candidatura Collor.

Gravação — As primeiras cenas, todas externas, do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor, para o programa do horário gratuito na TV, começam a ser gravadas amanhã. As primeiras tomadas deverão ser feitas em Brasília, em local que está sendo mantido em segredo pelos coordenadores da campanha.

Collor aparecerá em vários pontos do país, em gravações que serão feitas no final da semana, mostrando "o país que deu certo". Três cidades que ele considera administrativamente bem sucedidas, já estão incluídas no roteiro: Londrina (PR), Maringá (PR) e Joinville (SC). A ideia básica é a de imprimir um estilo otimista ao programa. O estúdio de gravação já está pronto em Brasília: no Colégio Salesiano, faltando apenas alguns ajustes com relação à acústica.

■ O candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, voltou atrás na decisão de não aceitar o convite para se encontrar com o presidente da Argentina e irá às 9h15 de hoje ao Palácio do Jaburu para uma audiência de 40 minutos com Carlos Menem. Após tomar conhecimento de que Collor decidira cancelar o encontro com Menem por considerar curto o tempo de 15 minutos que estava reservado, a Embaixada da Argentina no Brasil entrou em contato com o candidato e comunicou-lhe que poderia ter o tempo que quisesse. Collor pediu 40 minutos e foi atendido. Ao mesmo tempo, o candidato cancelou a visita que faria de 2 a 12 de setembro aos Estados Unidos, depois de avaliar que o momento eleitoral não recomendava o afastamento do país.

GALLUP/ZH

INDECISOS BAIXAM E COLLOR SOBE

Entre os dias 10 e 20 deste mês, o Gallup entrevistou 3.005 eleitores em todo o País. Maluf agora é o 3º colocado

O candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, que havia caído na preferência do eleitorado nas duas últimas pesquisas realizadas pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, tomou novo fôlego e atingiu, na pesquisa nacional, realizada entre os dias 10 e 22 deste mês, o mais alto índice de intenções de votos, desde fevereiro deste ano. A pergunta induzida — aquela em que é exibida uma lista com o nome dos candidatos — 45,1% dos eleitores responderam que votariam em Collor, se a eleição fosse hoje. E enquanto os votos do candidato do PRN sobem, o número de indecisos e indefinidos baixa. Os indefinidos — que na pesquisa realizada entre os dias 27 de julho e 8 de agosto representavam 53,8% dos eleitores — hoje são 48,7%. E os indecisos baixaram de 16,5% para 10,5%.

A pesquisa Gallup/Zerô Hora indica ainda que, na composição dos votos dados a Collor, baixou o número dos eleitores firmes, aqueles que não pensam mudar seu voto, e cresceu o número de eleitores mutáveis, os que admitem que poderiam



Preferência: Collor recebe 45,1% dos votos dos entrevistados

vir a votar em outro candidato. No início do mês, 17,1% do eleitorado afirmavam que com certeza votariam no candidato do PRN. Este índice baixou para 13,3%. E o de mutáveis, que era igual a 23,8% dos eleitores, subiu para 31,8%.

ASCENSÃO — Além de Collor, subiram na preferência dos eleitores o candidato do PDT, Leonel Brizola (de 11,1% para 13,5%), e o do PTB, Paulo Maluf (de 5,1% para 6,0%), que ascendeu ao terceiro lugar, antes ocupado por Luis Inácio Lula da

Silva, que baixou para a quarta posição, com 5,4% dos votos, 0,8 pontos menos do que na pesquisa anterior. Quase empatado com Lula está o candidato do PSDB, Mário Covas, que recebeu 5,1% das preferências, contra os 5,4% do início do mês.

A preferência pelo voto em branco diminuiu, mas ainda bate alguns candidatos. No início do mês o branco recebia 4,0% das intenções de voto. Nesta última pesquisa, 3,7%, maior do que os votos dados a Afif Domingos, do PL (3,2%); Ulysses Guimarães, do PMDB (3,1%); Roberto Freire, do PCB (1,8%); Aureliano Chaves, do PFL (1,2%), e Ronaldo Caiado, do PSD (1,2%), e Afonso Camargo, do PTB (0,2%), que é quase um terço da preferência dos eleitores.

O número de votos dados a Collor fica 5,6 pontos acima dos dados aos outros candidatos. A última pesquisa de agosto revela que 45,1% são eleitores do candidato do PRN, 40,7% dos outros candidatos, 3,7% votariam em branco e 10,5% são indecisos.

DATAFOLHA — O Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgou ontem a pesquisa da Datafolha realizada no final da última semana. Os percentuais dos candidatos são os seguintes: Collor, 41%; Brizola, 14%; Maluf, 7%; Lula e Covas, empatados com 5%; Ulysses e Afif, empatados com 3%; Freire, com 2%; Caiado e Aureliano, com 1% e Afonso, menos de 1%.



Brizola: fica em 2º, mas cresce



Ascensão: Maluf passa para 3º

Região sul

Fernando Collor	38,2
Leonel Brizola	28,4
Ulysses Guimarães	1,8
Lula	3,1
Mário Covas	2,6
Afif Domingos	2,8
Ronaldo Caiado	2,3
Paulo Maluf	6,6
Afonso Camargo	0,5
Roberto Freire	1,0
Aureliano Chaves	0,7
Outros	0,3
Em Branco	3,1
Indecisos	10,6

Região sudeste

Fernando Collor	39,7
Leonel Brizola	13,6
Lula	7,9
Mário Covas	8,1
Paulo Maluf	8,6
Afif Domingos	2,7
Ulysses Guimarães	2,8
Aureliano Chaves	1,2
Ronaldo Caiado	1,8
Roberto Freire	1,7
Afonso Camargo	0,2
Outros	0,1
Em Branco	2,8
Indecisos	8,6

Candidato do PRN é o preferido de 45,1%

Na resposta espontânea à pergunta "você já escolheu em quem vai votar para Presidente da República?", aumentaram, em relação à última pesquisa, os votos dados aos candidatos do PRN, PDT, PSDB, PDS, PMDB, PL e PCB. O candidato do PFL manteve seus votos e os do PT e PSD perderam. O do PTB não aparece entre os lembrados espontaneamente pelos eleitores. E ainda é grande o número dos que não resolveram em quem vão votar.

Na resposta induzida, quando o entrevistado só responde depois de ver uma lista com o nome dos candidatos, os que cresceram na preferência dos eleitores foram Collor de Mello, Leonel Brizola, Paulo Maluf, Ulysses Guimarães, Afif Domingos, Roberto Freire e Ronaldo Caiado. Afonso Camargo manteve 0,2% dos votos e Lula, Mário Covas e Aureliano Chaves baixaram.

Os índices revelados pela pesquisa Gallup/Zerô Hora, na resposta espontânea, são os seguintes, em relação ao início do mês: Collor de Mello (PRN), 30,2% contra os 26,9% obtidos anteriormente; Leonel Brizola (PDT), 8,6% contra os anteriores 7,0%; Luis Inácio Lula da Silva (Frente Brasil Popular), baixou de 2,9% para 2,6%; Mário Covas (PSDB), subiu de 1,7% para 2,6%; Paulo Maluf (PDS), de 2,1% para 2,6%; Ulysses Guimarães (PMDB), de 1,3% para 1,5%; Afif Domingos

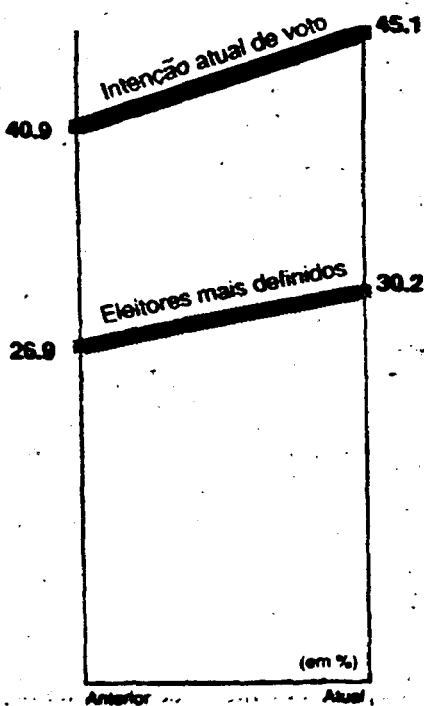
(PL), de 0,9% para 1,3%; Roberto Freire (PCB), de 0,8% para 1,0%; Aureliano Chaves (PFL) permaneceu em 0,4%, e Ronaldo Caiado (PSD), desceu de 0,4% para 0,3%.

Sem serem induzidos na sua resposta, 48,7% dos eleitores — contra os 53,8% do início do mês — afirmam que ainda não sabem em quem votar. O número de indefinidos havia crescido nas pesquisas de julho e do início do mês.

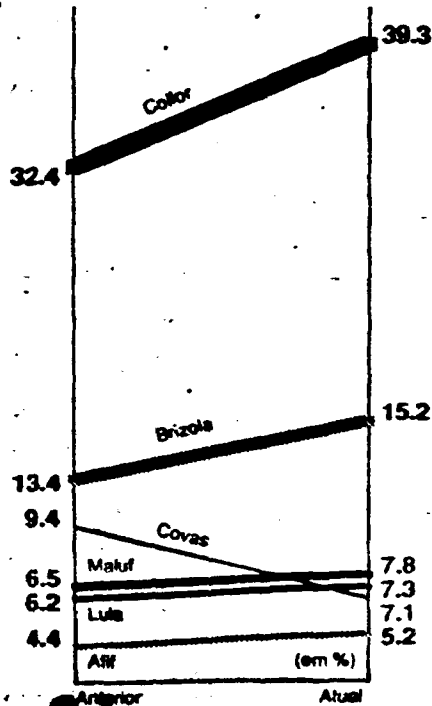
VOTO INDUZIDO — Ao ver a lista com o nome dos candidatos e ao responder à pergunta "em qual destes candidatos você votaria se a eleição fosse hoje?" e se votaria em algum outro que não constasse da lista ou em branco, 45,1% dos entrevistados responderam que preferiam Collor de Mello, contra os 40,9% da pesquisa anterior.

Os demais candidatos têm as seguintes preferências, em relação à última pesquisa: Brizola, 13,5% contra 11,1% do início do mês; Lula, 5,4% contra 6,2%; Mário Covas, 5,1% contra 5,4%; Maluf, 6,0% contra 5,1%; Ulysses Guimarães, 3,1% contra 2,8%; Afif, 3,2% contra 2,8%; Aureliano Chaves baixou de 2,3% para 1,2%; Freire passou de 1,7% para 1,8%; Caiado subiu de 1,0% para 1,2%; Afonso Camargo permanece em 0,2%. Os votos em branco caíram de 4,0% para 3,7% e os indecisos baixaram de 16,5% para 10,5%.

EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO ATUAL DE VOTO



EVOLUÇÃO DAS PREFERÊNCIAS NACIONAIS POR COLLOR



8908247

COLLOR CONFIRMA LIDERANÇA NO IBOPE

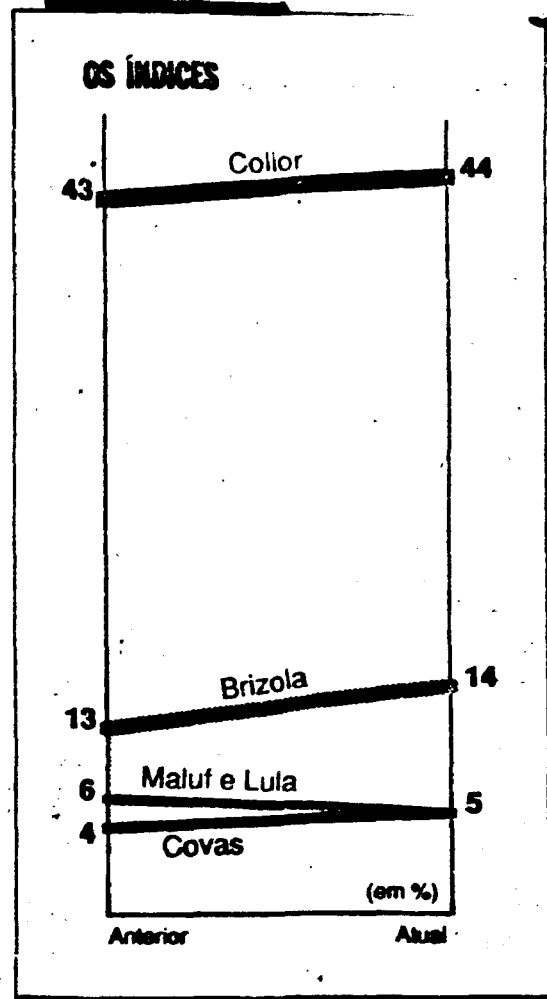


□ O candidato do PRN mantém larga margem sobre Brizola (PDT), de tal forma que se a eleição fosse realizada hoje não haveria necessidade de ser realizado um segundo turno. Collor só cain na Região Sul.

O índice de Collor é o maior já alcançado por ele nas 12 pesquisas já realizadas pelo Ibope. Os resultados desta pesquisa foram praticamente os mesmos da pesquisa do Instituto Gallup, publicada ontem por Zero Hora. Segundo o Gallup, Collor tem 45,1%, contra 13,5% de Brizola. No terceiro lugar, há um "empate técnico" entre Maluf, Lula e Covas.

EMPATE NO SUL — Pela primeira vez nos últimos meses, Collor não é o líder isolado em todas as regiões do Brasil. Na Região Sul ele caiu dois pontos, ficando com 32% e empatando com Brizola, que ganhou dois pontos desde a última pesquisa. Em terceiro lugar está Maluf, com 4%, e depois aparecem Lula e Covas empatados com 3%.

Na Região Sudeste, a liderança continua a ser de Collor, que ficou com 38%, mesmo perdendo um ponto desde a última pesquisa. Brizola ganhou dois pontos e chegou a 16%, garantindo o segundo lugar. Lula, Covas e Maluf empatam na terceira posição, com 7%. A queda de Collor no Sul e Sudeste foi compensada por seu crescimento nas outras regiões, especialmente no



Se a eleição para a Presidência da República fosse hoje, poderia ser decidida no primeiro turno. Esta é a principal conclusão da 12ª pesquisa do Ibope, divulgada ontem pela Rede Globo de Televisão. A pesquisa revelou que o Fernando Collor de Mello (PRN) ganhou dois pontos percentuais, passando para 44%, enquanto seus adversários, somados, chegaram a 37%. Entretanto, segundo o Ibope, ainda há 15% de eleitores que não sabem em quem votar se a decisão fosse hoje. Outros 4% estão decididos a votar em branco ou anular o voto.

O segundo lugar na pesquisa continuou a ser de Leonel Brizola (PDT), que ganhou um ponto e chegou a 14%. Na terceira posição, um empate triplo, entre Paulo Maluf (PMDB), Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Mário Covas (PSDB), todos com 5%. Depois vêm Ulysses Guimarães (PMDB) com 4% e Afif Domingos (PL) com 2%. Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PDC) estão com 1%. Aécio Neves (PFL) e Afonso Camargo (PTB) não chegaram a 1% das indicações. Aécio só teve intenções de votos na Região Nordeste e Camargo só apareceu no Sul.

Nordeste, onde ganhou cinco pontos e chegou a 43%. O segundo lugar é dividido entre Brizola e Ulysses, com 5%.

A maior vantagem de Collor continua a ser nas regiões Norte e Centro-Oeste, que o Ibope agrupa em um só índice. Lá ele tem 55%, contra 6% de Brizola e 5% de Lula.

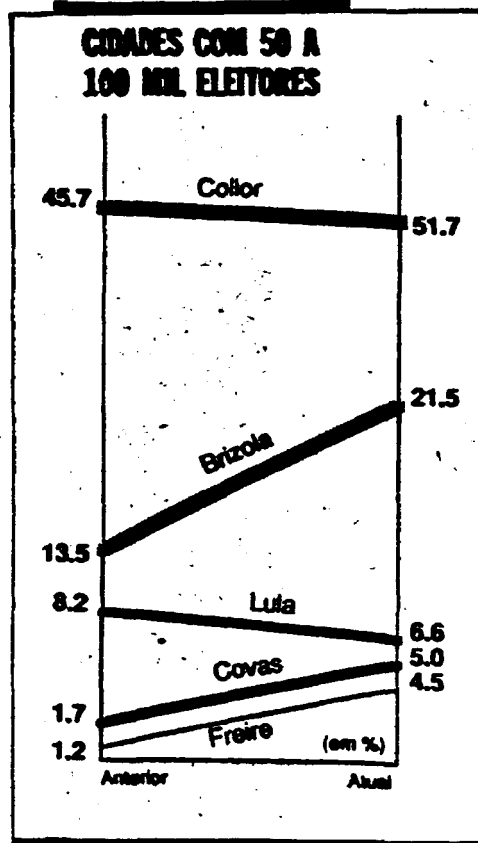
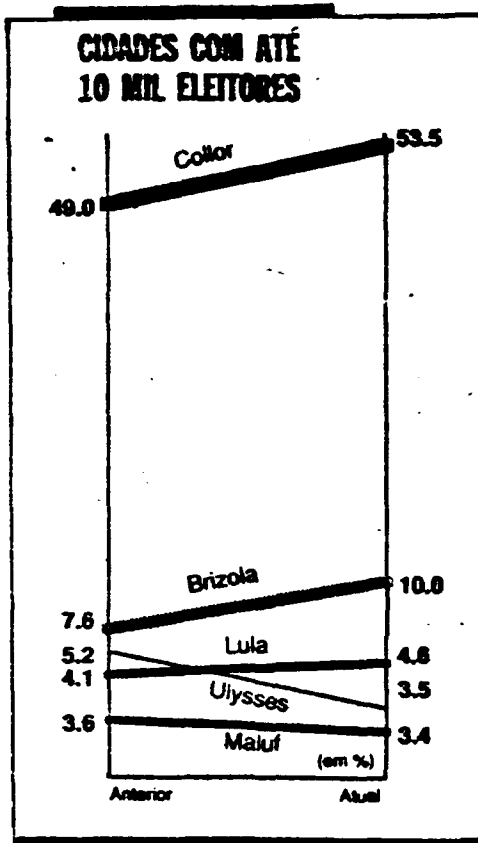
Gallup mostra a indecisão das mulheres

Líder tem mais votos no Nordeste

A pesquisa Gallup/Zero Hora, realizada entre 3.005 eleitores em todo o País, entre os dias 10 e 22 deste mês, mostra que o eleitorado feminino é o mais indeciso (não se decide nem quando lhe é mostrada a lista com o nome dos candidatos) e o mais indefinido. Os que não sabem em quem votar no dia 15 de novembro são, na sua maioria, mulheres, pertencem à classe D/E, têm mais de 50 anos, vivem na Região Sul (indefinidos) e na Norte/Centro-Oeste (indecisos), em cidades que têm entre 30 e 50 mil eleitores. E não têm partido.

A última pesquisa do Instituto Gallup de Opinião Pública mostra que o número de indefinidos e indecisos baixou, apesar de continuar alto. Os indefinidos — aqueles que respondem sem receber qualquer incentivo — baixaram de 53,6%, no início do mês, para 46,7%. E os indecisos de 16,5% para 10,4%. E as mulheres continuam sendo os eleitores que mais dúvidas têm. Na pesquisa anterior, os homens representavam 43,3% dos indefinidos e as mulheres 63,5%. Agora, eles representam 37,4% e elas 55,7%. Os indecisos do sexo masculino, que eram 12,0%, agora são 6,9% e os do sexo feminino baixaram de 21,0% para 13,7%.

VELHA DESCRENÇA — A pesquisa Gallup/Zero Hora prova que a descrença nos políticos é velha. Pelo menos, a indefinição e a indeci-



são são maiores entre os que têm mais de 50 anos, batendo o ânimo dos jovens, menores de 18 anos, que no início do mês eram os eleitores mais indecisos. Na pesquisa realizada entre os dias 27 de julho e oito de agosto, 62,2% dos eleitores na faixa dos 16/17 anos se mostravam indefinidos e entre os com 50 anos ou mais o índice era de 56,0%.

Agora, o percentual entre os jovens é de 42,5% e entre os mais velhos de 51,5%. A indefinição entre os eleitores de 18 a 29 anos caiu de 53,3% para 45,0% e entre os de 30 a 49 anos, de 51,9% a 46,1%.

Os jovens (16/17 anos), que no início do mês eram representados por um traço na coluna relativa à

indecisão, agora já são 7,5%, um índice superior aos que têm entre 18 e 19 anos, os mais decididos de todos. Nesta faixa etária, a indecisão é de 5,8%, contra 12,8% da pesquisa anterior. A indecisão entre os eleitores que estão na faixa dos 30 aos 49 anos baixou de 19,8% para 12,2%. E entre os com 50 anos ou mais, de 24,3% para 16,6%.

Os eleitores do candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor, o mais votado entre os entrevistados pelo Instituto Gallup de Opinião Pública, alcançam maiores índices entre os da classe D/E, que moram na Região Nordeste e vivem em cidades com até 10 mil eleitores. Os do segundo colocado, Leonel Brizola, do PDT, atingem maior percentual entre os eleitores que vivem em cidades que contam entre 50 e 100 mil eleitores (veja os gráficos nesta página).

A preferência por Collor de Maluf, em relação ao início do mês, caiu nas cidades que têm entre 30 e 50 mil eleitores e nas que têm entre 50 e 100 mil eleitores. Brizola, o segundo colocado, no resultado geral, perde para os indecisos nas cidades que têm até 10 mil eleitores e nas que têm de 10 a 30 mil.

O terceiro lugar é ocupado ora por um, ora por outro candidato. Nas cidades maiores, excluindo as capitais, aquelas com mais de 100 mil eleitores, o terceiro lugar fica com Paulo Maluf, do PMDB. Ele também é o terceiro nas cidades com 10 a 30 mil eleitores. Nas cidades que contam entre 50 e 100 mil eleitores, o terceiro colocado é Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, que também ocupa esta posição nas cidades com até 10 mil eleitores. Mário Covas ascende à terceira posição apenas nas cidades que possuem entre 30 e 50 mil eleitores.

EM BRASÍLIA, UM DIA DE HOMENAGENS

O presidente da Argentina, Carlos Menem, que viajou ontem à tarde com Sarney a Brasília, será homenageado hoje em duas sessões solenes, no Congresso Nacional, às 11 horas, e no Supremo Tribunal Federal, às 15h30min. Seu primeiro compromisso oficial será no Palácio do Planalto, e o último será um jantar, oferecido ao presidente brasileiro, na embaixada argentina. Às 16h30, ele assina com Sarney diversos atos adicionais aos protocolos anteriores, de cooperação nas áreas de alimentação, bens de capital, espacial e nuclear. Depois, concede uma entrevista coletiva à imprensa.

AMANHÃ, VISITAS EM SÃO PAULO

Amanhã às 8h30min, Sarney e Menem embarcam para São José dos Campos, em São Paulo, onde visitam as instalações do Inpe e da Embraer. Depois, por volta de meio dia, eles embarcam para São Paulo, onde almoçam com o governador Orestes Quercia, no Palácio Bandeirantes, e visitam o Memorial da América Latina. No iup, os dois presidentes farão uma visita aos laboratórios e à exposição "Amazônia Vista do Espaço". Na Embraer, além de uma exposição de aeronaves, irão ao hangar onde está sendo desenvolvido o projeto binacional CBA 123 e as linhas de montagem das aeronaves Tucano e AMX.



CBA, AVIÃO QUE VOA EM 1991

O avião CBA 123, que está sendo desenvolvido conjuntamente pela Embraer e pela FAMA argentina, com um custo de 300 milhões de dólares, deverá começar a operar em 1991. Sua apresentação pública está marcada para setembro de 90, na Feira Aeroespacial de Farnborough, sendo que a montagem do primeiro protótipo inicia em março e os primeiros vãos de teste devem ser realizados em dezembro. A aeronave, que tem capacidade para transportar 19 pessoas, desenvolve uma velocidade máxima de 650 km/hora, a uma altura de 9.144 metros, e tem uma autonomia de voo de 1.396 Km. O projeto, que já conta com 1.900 horas de testes em túnel de vento, resultará em um avião turbopropelido capaz de substituir o Bandeirante, num mercado que tem uma demanda projetada de 125 aparelhos por ano.

Gasoduto entra na integração



HAMILTON ALMEIDA e GUSTAVO KRIEGER

Enviados Especialistas

Os presidentes do Brasil, José Sarney, e da Argentina, Carlos Menem, assinaram ontem em Uruguaiana três atas marcando o "Encontro da Integração" entre os dois países, que envolvem a instalação de Comitês de Fronteira, a compra de gás argentino pelo Brasil e a Carta de Uruguaiana. E os ministros de Relações Exteriores, Abreu Sodré, pelo Brasil, e Do-

mingo Cavallo, pela Argentina, assinaram um acordo que visa a construção da ponte internacional entre São Borja e Santo Tomé.

Criados pelo protocolo 23, do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina, os Comitês de Fronteira terão suas sedes nas cidades de Uruguaiana-Paso de Los Libres e Foz do Iguaçu-Puerto Iguazu. O objetivo, segundo a ata assinada pelos dois presidentes, é o de facilitar a circulação de pessoas, bens e serviços na área de fronteira e pro-

mover o desenvolvimento conjunto e a integração das localidades vizinhas. A primeira reunião dos Comitês, a serem presididos pelas autoridades consulares de cada país nas cidades-sede, acontecerá no dia 31 de agosto.

Sarney e Menem reconheceram a importância do projeto de venda de gás argentino ao Brasil com a constituição de um Grupo de Trabalho, coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores dos dois países, que determinará, dentro de 90 dias, as condições básicas para a transação. A definição das questões para a construção da ponte internacional entre São Borja e Santo Tomé será feita por uma Comissão Mista.

OBRA PÚBLICA — A decisão dos dois países é de que a ponte seja executada em regime de concessão de obra pública, por um consórcio privado brasileiro-argentino. A Comissão Mista tratará também de preparar a documentação necessária para a abertura de licitação pública, bem como cuidar da posterior construção, exploração e manutenção da

ponte e obras complementares. Esta ponte permitirá a interligação rodoviária entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, desde o porto de Rio Grande até Antofagasta, no Chile.

A Carta de Uruguaiana, assinada pelos dois presidentes, conta com o aval dos governadores das províncias argentinas de Chaco, Corrientes, Formosa, Misiones e Santa Fé, e dos três governadores da Região Sul, Pedro Simon (RS), Pedro Ivo (SC) e Alvaro Dias (PR). Contém 14 pontos, que preveem, principalmente, realização de estudo sócio-econômico como base para a formulação das políticas de regionalização e sub-regionalização, que permita a identificação de projetos que sirvam como elementos reais de integração.

A cerimônia de assinatura das atas presidenciais foi realizada no Clube Comercial de Uruguaiana. Na prefeitura do município, o presidente Sarney foi declarado hóspede oficial e as duas filhas do prefeito, Daniela e Carolina, entregaram lembranças a Sarney e a Menem: um jogo de xadrez com pedras semi-preciosas gaúchas.

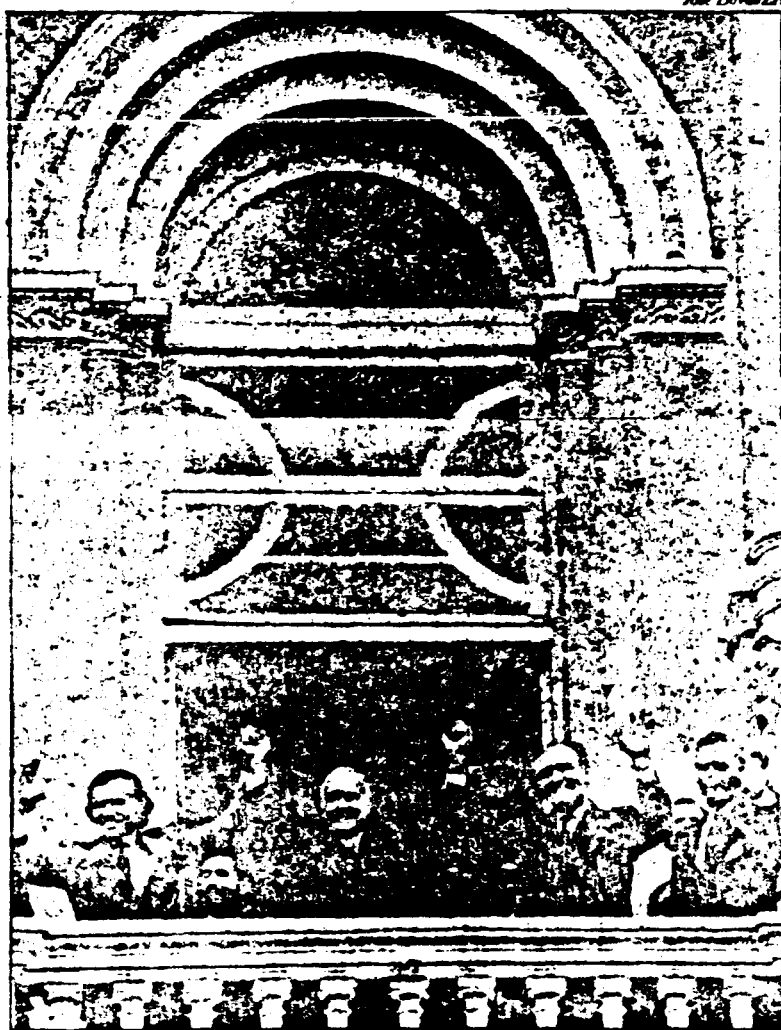
Vaias na chegada e beijos na saída

Ao receber em Uruguaiana os presidentes Carlos Menem, da Argentina, e Júlio Sanguinetti, do Uruguai, o presidente brasileiro experimentou dois tipos de reação popular completamente opostos. A população da cidade parou para ver o encontro dos três governantes e se dividiu entre vaias e aplausos, especialmente em relação ao presidente do Brasil. Sarney não demonstrou abalo pelas críticas, mas também não escondeu a alegria quando a recepção foi boa.

Logo que chegou a Uruguaiana, no aeroporto e no encontro com Menem na Ponte da Amizade, Sarney foi recebido com festa. Centenas de pessoas acompanharam o trajeto de sua comitiva, acenando com bandeiras do Brasil e da Argentina e gritando palavras de apoio. Os problemas aconteceram depois da cerimônia da ponte, quando Menem e Sarney diri-

giram-se ao Clube Comercial, no centro da cidade, onde assinariam acordos de cooperação. Os dois passaram a pé pela praça principal da cidade, onde uma pequena multidão os aguardava. Só que, pela primeira vez, a multidão se dividiu e, enquanto um grupo aplaudia a comitiva, outro gritava em coro "Ladrão, ladrão" para o presidente e chamava seus assessores de "puxa-sacos".

Este constrangimento foi compensado quando Sarney preparava-se para deixar Uruguaiana. O público colocado na mesma praça recebeu o presidente com uma verdadeira ovação, onde não faltaram os abraços de crianças e beijos carinhosos. Sarney, que não demonstrara qualquer reação às vaias, chegou a retardar por alguns instantes sua partida na hora dos aplausos.



Sem barreiras: Menem, Sarney e Sanguinetti inauguram nova etapa

Compromissos estão na Carta de Uruguaiana

Na cidade de Uruguaiana, aos vinte e um dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e nove, reunidos os governadores dos Estados Brasileiros do Rio Grande do Sul, Dr. Pedro Jorge Simon; Santa Catarina, Dr. Pedro Ivo Campos; do Paraná, Dr. Alvaro Dias, e das Províncias Argentinas de Chaco, Dr. Danilo Luis Baroni; Corrientes, Dr. Ricardo Guillermo Leconte; Formosa, Dr. Vicente Bienvenido Joga; Entre Rios, Dr. Jorge Pedro Busti; Santa Fé, Dr. Victor Reviglio e Misiones, Dr. Julio Cesar Humada, dentro do acordo de integração com o Brasil e em especial do Protocolo n° 23 Regional Fronteiriço e como motivo do encontro presidencial a realizar-se na cidade de Uruguaiana concordam em:

1 — Destacar a importância da realização do estado sócio-econômico como base para a formulação das políticas de regionalização e desenvolvimento

que permita a identificação de projetos que sirvam como elementos reais de integração.

2 — Promover a eliminação de entraves burocráticos aduaneiros, tarifários e para-tarifários para atingir um maior desenvolvimento do comércio regional.

3 — Propiciar, a partir dos Governos, a inserção do setor privado no Programa de Integração Regional (Protocolo 23).

4 — Solicitar a Constituição de Comitês de Fronteira Alvear, La Cruz-Itaqui, Santo Tomé-São Borja e Bernardo de Irigoyen-Dionisio Cerqueira.

5 — Solicitar a formação de grupo de trabalho para que ao final de 90 dias se decida pelo abastecimento de gás ao Brasil.

6 — Solicitar que se criem os meios para possibilitar a formação na região de empresas binacionais no marco Protocolo n° 5, adequando-as

às realidades regionais.

7 — Solicitar o início do funcionamento do Fundo de Investimentos (Protocolo n° 7) assegurando uma quota especial para região.

8 — Os governadores são favoráveis à ampliação das vinculações físicas fluviais, terrestres e aéreas entre as regiões de fronteira.

9 — Criar condições favoráveis para a integração e complementação das linhas aéreas regionais e linhas terrestres de transporte de passageiros.

10 — Considerar a repercussão que produz a integração no mercado de trabalho da região, e propor o estudo para definição de medidas bilaterais para a proteção e segurança no trabalho.

11 — Os governadores da Região apoiam as gestões de ambos os Ministérios de Relações Exteriores com o objetivo de conseguir a integração

dos sistemas elétricos Argentinos e Brasileiros através do vínculo de Foz do Iguaçu, e promover a criação de uma Comissão de Trabalho com a ativa participação das Províncias e os Estados da região.

12 — Apoiar as gestões para a construção da represa hidroelétrica binacional de Garabi.

13 — Estimular a construção de infraestrutura que possibilite a implantação de um corredor bioeconômico através da região.

14 — Os governadores tomam conhecimento dos resultados das reuniões setoriais realizadas nesta data em Uruguaiana sobre Cultura, Turismo, Transporte e Setor Privado, em decorrência do Protocolo n° 23 conforme Ata da II Reunião deste Protocolo realizado em Buenos Aires nos dias 7 e 8 de agosto de 1989, destacando a importante participação dos setores públicos e privados na

Começo para a criação de um Mercado Comum

□Presidente uruguaio não assinou acordos. Mas se considera testemunha dos primeiros passos para que América do Sul tenha um intercâmbio sem barreiras

Os presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai garantiram ontem, durante o encontro em Uruguai, que o processo de integração econômica da América Latina não vai parar até a formação de um verdadeiro Mercado Comum no continente, a exemplo do que acontece com a Europa. Este foi o principal saldo do encontro entre José Sarney, Carlos Menem e Júlio María Sanguinetti. Mas além das discussões políticas, o encontro teve saldos práticos, espe-

cialmente nas relações entre Brasil e Argentina.

O encontro dos presidentes foi dividido em duas partes. Na primeira etapa, Sarney e Menem discutiram as relações entre Brasil e Argentina. Os dois presidentes se encontraram no centro da "Ponte da Amizade", que liga Uruguai à cidade de Paso de Los Libres, na Argentina. Sarney estava acompanhado dos ministros de Relações Exteriores, Abreu Sodré, e da Casa Militar, Rubens Bayma Deniz, além dos governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e vários políticos gaúchos. Menem foi acompanhado por governadores de seis províncias do norte da Argentina e dos ministros da Economia, Nestor Rapanelli, e de Relações Exteriores, Domingos Felipe

Cavallo.

Sarney e Menem seguiram juntos até o lado brasileiro da ponte, onde o presidente argentino recebeu honras militares e descerrou uma placa comemorativa do encontro. Logo a seguir, foram para o Clube Comercial de Uruguai, onde assinaram acordos de cooperação econômica. Sanguinetti chegou por volta de 13 horas e foi recebido no aeroporto de Uruguai por Menem e Sarney. O presidente uruguaio almoçou com seus colegas do Brasil e Argentina, com quem se reuniu a seguir. Sanguinetti não assinou nenhum acordo específico de cooperação econômica, mas deu sua solidariedade e a do seu país para as negociações em torno da unificação da economia latino-americana.



Aproximação: Menem e Simon já não lutam sozinho pelo produto

Guerra ao terrorismo e às drogas

A certeza manifestada pelos três presidentes em Uruguai é de que a integração se apresenta hoje como "principal estratégia para o desenvolvimento econômico e social" dos seus países. No documento intitulado Decisão Tripartite nº 4, os três presidentes deixam claro que examinaram os resultados das decisões tripartites anteriores e reconheceram os novos avanços registrados no acordo nº 1 sobre transporte terrestre e aéreo.

Recomendaram o aprofundamento e agilização dos trabalhos nas áreas de comunicações, biotecnologia e administração pública. E também aconselharam aos seus respectivos chanceleres que examinem os campos possíveis de ampliação da cooperação e da integração tripartite. Os três presidentes divulgaram também um comunicado de imprensa em que anunciam a firme determinação de lutar contra o narcotráfico e o terrorismo e apoiar a resolução da OEA de atuação no Panamá.

Na saída, o presidente da Argentina, Carlos Menem, falou rapidamente à imprensa que o seu país está saindo da grave crise econômica, mas reconheceu que esta recuperação demandará bastante tempo, "um par de anos". Acrescentou também que este processo é certamente um dos mais difíceis da história da Argentina.

O ministro de economia da Argentina, Nestor Rapanelli, revelou que vai tratar, em Brasília, do aumento do limite de crédito do acordo comercial com o Brasil, de US\$ 400 milhões para US\$ 600 milhões. Segundo Rapanelli, até agora o Banco Central brasileiro tem relutado em aceitar esta alteração e ele está disposto a tentar mais uma vez.

De acordo com Rapanelli, esta providência seria interessante, se aprovada, porque aceleraria as exportações argentinas para o Brasil, equilibrando a balança comercial entre os dois países, que, atualmente, é favorável ao Brasil. Ele disse que, a esta altura, a integração de Brasil e Argentina é "irreversível".

Intercâmbio já é um processo irreversível

"A integração dos países latino-americanos não depende nem mesmo da vontade política dos seus governantes, pois ela já é um processo em andamento, desejado pelos povos do continente". A afirmação do presidente uruguaio Júlio Sanguinetti resume o posicionamento político adotado ontem pelos presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai. Sanguinetti assegurou que esta integração não corre riscos nem mesmo com as eleições que vão mudar ainda este ano os presidentes do Brasil e Uruguai. A mesma garantia foi dada pelo presidente José Sarney, que lembrou que a busca de intercâmbio com os outros países latino-americanos faz parte da própria Constituição do Brasil e que, "se o futuro presidente tentasse parar este processo, estaria cometendo crime de responsabilidade".

Sanguinetti disse que "não há entre os candidatos à presidência da República no Brasil ou Uruguai nenhum que conteste os propósitos e as iniciativas destes acordos de integração", e garantiu que mesmo que o presidente de um destes países fosse contrário ao intercâmbio isto não seria suficiente para deter o processo, porque já foi assimilado pelos povos dos dois países. Ele deu como exemplo a Argentina, onde Menem continua as negociações iniciadas pelo ex-presidente Raul Alfonsín mesmo que este seja seu adversário político.

Menem foi ainda mais veemente. Dizendo que a América Latina na verdade "é um só povo e uma só nação", ele garantiu que "nada nos separa e tudo nos une", prevendo que até o ano 2.000 estará completo o Mercado Comum latino-americano.

Ele acredita que os acordos bilaterais como os que foram firmados ontem por Brasil e Argentina são o primeiro passo para um processo de intercâmbio que terminará com a unificação da economia do continente.

DISCURSOS — Ao assinar os acordos que constituiram os comitês de Fronteira, Sarney e Menem defenderam a integração regional. O presidente brasileiro disse que os acordos assinados ontem representam um passo a mais no processo de integração e disse esperar que a partir de agora "as fronteiras entre os dois países não sejam um fator de separação e sim de atração entre seus povos".

Menem disse que a aproximação

rivalidade entre Brasil e Argentina não passa de "uma montanha surgida por nacionalistas de esquerda", e garantiu que chegou o momento dos dois países se unirem em um esforço comum pela desenvolvimento. Garantindo que ao visitar o Brasil se sentia em sua própria pátria, afirmou que "a integração do continente americano só depende de nossa própria vontade".

O uruguaio Sanguinetti considerou importante que Brasil e Argentina estejam na linha de frente das negociações pela integração latino-americana, que os dois são os países economicamente mais fortes do continente. Ele pregou o esquecimento das "velhas rivalidades" e anunciou que o Uruguai já elevou para cerca de 50% da sua balança comercial o volume das transações com os países vizinhos.

Gaúcho invade Itamaraty para pintar Fora Sarney

Burlando o esquema de segurança da Presidência, o gaúcho Moacyr Jerônimo Trevisan penetrou ontem à noite no Itamaraty e tentou escrever, com tinta vermelha "Fora Sarney", no chão do salão de recepção, em Brasília, tumultuando a solenidade em que o presidente José Sarney homenageava seu colega argentino Carlos Menem. Moacyr, que aparenta uns 30 anos de idade, foi detido pela Polícia Federal quando apenas conseguira pintar as letras FOR e ainda gritou que aquela tinta representava o "sangue do povo brasileiro", ao ser agarrado por agentes de segurança.

O superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse que o rapaz apresentou-se como funcionário da Ticket Refeições e se dizia gaúcho. "Parece que ele mente muito e é desequilibrado", observou Tuma. Para alguns segurança Moacyr se disse da RBS (o que não procede) ou da Rádio Imembui de Santa Maria, mas em verdade ele conseguiu entrar no salão de entrada do Itamaraty, portando um gravador e um vidro de tinta vermelha, sem estar munido de nenhuma credencial.



Incidente: tinta vermelha contra Sarney

Simon: "Agora pra valer"

"A integração continental entre Brasil e Argentina começa a valer hoje (ontem). E depois, pouco, teremos a integração de toda a América Latina". Estas frases foram pronunciadas pelo governador Pablo Simon, durante a solenidade de assinatura das atas pelos presidentes dos dois países. Em outra frase, Simon sumiu o que significa esse processo: "O Rio Grande do Sul precisa mais ter trem com bitola larga, porque a Argentina tem bitola estreita".

Simon lembrou que longo foi o tempo para que se iniciasse efetivamente a integração, e destacou o nascimento de uma nova perspectiva a partir de agora. "Os nossos povos nasceram para ser grandes e irmãos", acrescentou. O governador da província de Corrientes, Ricardo Leconte, tacou que os atos representam "vocação de crescer". Simon disse ter certeza de que o Brasil ficará unido com a Argentina e a tabela de preços tem.

8908249

098

-ZERO HORA 25/8/89

F.P. (DEL. INT)

CENTRO TECNOLÓGICO É ORGULHO DE SARNEY

O presidente José Sarney fez questão de incluir na programação oficial de Menem a visita ao mais avançado centro tecnológico do País — ele se orgulha de ser o responsável pela construção, inauguração e primeiros trabalhos do Centro de Tecnologia do INPE — assim como orientou pessoalmente o Itamaraty para negociar a assinatura do protocolo de cooperação antes mesmo de consultar a diretoria do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

SIMON VISITARÁ A ARGENTINA

O governador Pedro Simon disse ontem que o presidente Carlos Menem convidou-o a visitar a Argentina, para acompanhar as medidas que o país vizinho está adotando para a integração com o Brasil. Ele considerou um momento histórico para o Brasil, Argentina e a América Latina o encontro ocorrido em Uruguiana, uma vez que em terras de Rio Grande do Sul, as decisões foram definitivas, tanto com relação ao gasoduto, como à ponte internacional em São Borja e a hidrelétrica de Garibaldi, com um quarto da capacidade daquela de Itaipu, mas que irá resolver os problemas de energia na Fronteira.

EMPRESA ESTÁ SENDO PRIVATIZADA

Durante visita à Embraer, Carlos Menem, recebeu pedidos de que apresse o processo de privatização da Fábrica Militar de Aviação (Fma), daquele país, para que o projeto do CBA-123 não sofra atrasos. O governo argentino está privatizando a Fma e a transformando na Fábrica Argentina de Materiais Aeroespaciais (FAMA), de capital multinacional liderado pela fabricante italiana de helicópteros Agusta.

Menem encerra visita ao Brasil

□ Após conhecer o Centro Aeroespacial de São José dos Campos, o presidente argentino encerra visita de três dias ao País e retornou a Buenos Aires

O presidente da Argentina, Carlos Menem, e o presidente José Sarney, visitaram ontem o aeroporto do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), em São José dos Campos, cumprindo o roteiro do terceiro dia de visitas do presidente argentino no Brasil. Os dois foram recebidos por uma comiti-

va liderada pelo governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que os acompanhou nas visitas à Embraer e ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), onde o presidente Menem descerrou uma placa comemorativa, visitou o Laboratório de Integração e Testes (Lit) de satélites e os dois presidentes foram presenteados pelos funcionários.

Na Embraer, os dois presidentes visitaram uma exposição de aeronaves com todos os modelos fabricados pela empresa nos seus 20 anos de funcionamento. Na oportunidade, o presidente da Argentina entrou e verificou as cabines de um AMX (avião de caça, feito em consórcio com a Itália) e do Brasília, último modelo de avião comercial fabricado pela Embraer.

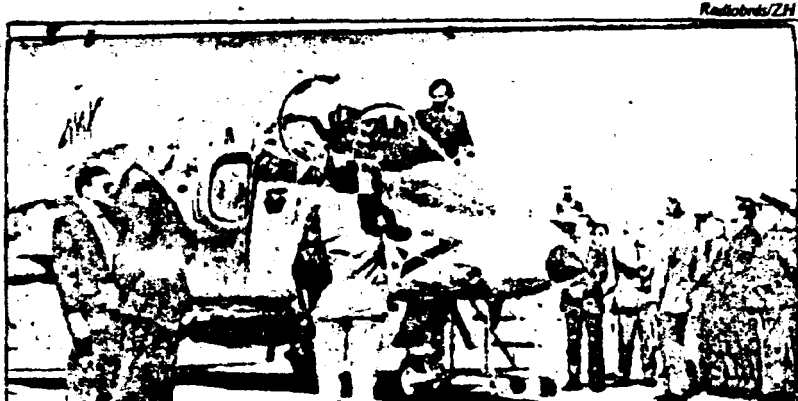
Visitaram também a maquete em tamanho natural do CBA-123, um modelo fabricado pela Embraer e pe-

la empresa argentina Fama (Fábrica de Materiais Aeroespaciais). O turbo hélice de 19 lugares, com tecnologia avançada, que voará em velocidade máxima de cruzeiro de quilômetros por hora, a 9.144 metros, com autonomia de 1.396 quilômetros. Está sendo fabricado para substituir o Bandeirante, a partir final de 1991.

SEM MORATÓRIA — Na entrevista que o presidente Sarney concedeu à imprensa, ele garantiu que o Brasil não vai declarar moratória de dívida externa, nem vai provocar confrontação com os credores, como nunca fez. Vai preservar as reservas cambiais para que possa entregar governo a seu sucessor com reservas altas e comércio exterior seguro, maneira que o próximo presidente tenha condições de negociar a dívida externa sem qualquer risco para o Brasil. (AE/EBN)



Recepção: Quêrcia e Lúcia Erundina (de costas) receberam Sarney e Menem



Menem: Inspeccionando um caça brasileiro AMX

Advogados pedirão hoje a liberação de Trevisan

Os advogados Luiz Gustavo Nascimento e Raimundo Oliveira Magalhães entrarão hoje com pedido de fiança para o gaúcho Moacyr Jerônimo Trevisan, preso desde a última terça-feira na Superintendência da Polícia Federal, quando tentou escrever "fora Sarney" no chão do Itamaraty, próximo aos presidentes Sarney e Carlos Menem, da Argentina. Moacyr Jerônimo Trevisan garantiu ontem ter usado seu próprio sangue na tentativa de pichação, mas negou com veemência ser portador do vírus da AIDS.

— Não tenho AIDS, isto é mentira. Este tipo de informação compro-

mete a minha vida. Minha maior preocupação é desfazer esta confusão em torno de minhas declarações. Em momento algum eu disse que tenho AIDS. Estou muito bem de saúde, muito saudável — afirmou.

Dizendo-se arrependido de sua atitude, Jerônimo informou que seu protesto foi "resultado de um momento de entusiasmo". Afirmou que não pretendia atingir os presidentes Sarney e Menem com seu sangue, mas apenas registrar seu protesto. Ele informou que nunca teve engajamento político e ainda não tem condições de exercer a função presidencial. (AG)

Moreira Lima adverte a segurança do presidente

O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, advertiu ontem, em São José dos Campos (SP), a segurança pessoal do presidente José Sarney para ser "mais cuidadosa", pois a conjuntura do País leva à previsão de que, a cada dia, o presidente fique mais exposto a riscos de agressão: "Se aproximam as eleições e os ânimos se exacerbam", previu o brigadeiro.

Na campanha eleitoral, segundo Moreira Lima, o presidente será alvo cada vez mais frequente de críticas, o que pode estimular atitudes "exibicionistas", como ele explicou o incidente no Itamaraty e a invasão do Palácio do Planalto por um ônibus. Estimulado pelo "clima nacional", a "indole pacífica" do povo brasileiro pode ser alterada, o que exigirá um trabalho mais intenso do serviço de

segurança.

Moreira Lima considera também que o Estado deve garantir a segurança dos candidatos à sucessão de Sarney e os que rejeitarem essa proteção devem ser responsabilizados, individualmente, por quaisquer problemas que venham a enfrentar.

Mas o incidente no Itamaraty, assim como a crise econômica que o

País atravessa, não ameaçam, segundo o brigadeiro, a realização das eleições. Ele lembrou o exemplo do governo de "Alfonso" para o Brasil e reforçou sua opinião de que as eleições são "um desejo de vontade nacional, e, por isso, não serão ameaçadas em nenhuma circunstância". (AG)

REGORTE INCOMPLETO +

01.01

8908250

OBRAS DA PONTE COMEÇAM LOGO

As obras da construção da ponte internacional ligando São Borja à Santo Thomé, na Argentina, serão iniciadas em dezembro. A garantia foi dada ontem pelo presidente José Sarney, ao salientar, inclusive, que pretende comparecer à cerimônia que marcará o início dos trabalhos. O presidente, que fez a promessa durante conversa com o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, explicou que esta será uma obra iniciada no seu governo. O presidente da Argentina, Carlos Menem, por sua vez, garantiu ao parlamentar gaúcho, que a ponte internacional será inaugurada por ele próprio, em São Borja, o que dá um prazo de seis anos para a obra ser concluída.



Deputados recebem Menem

DÍVIDA, TEMA EM PAUTA

Críticas aos Estados Unidos e aos países em desenvolvimento e a conclamação à união entre o Brasil e a Argentina para uma negociação conjunta política da dívida externa, exigindo uma substancial redução de seu montante, foram a tônica dos discursos ouvidos ontem na sessão solene do Congresso pelo presidente da Argentina, Carlos Saul Menem. A Câmara dos Deputados chegou a propor ao presidente da Argentina a formação de um parlamento latino-americano para tratar de interesses comuns entre os países do Continente.

EM DEFESA DE UMA JUSTIÇA RÁPIDA

O presidente da Argentina, Carlos Menem, defendeu ontem a rapidez, eficiência e independência da Justiça como garantias essenciais ao estado de direito. Durante sua permanência de uma hora no Supremo Tribunal Federal (STF), onde foi homenageado em sessão solene, o presidente argentino, manifestando bom humor, jogou beijos para as funcionárias do STF que se comprimiam no prédio anexo para vê-lo ao deixar o tribunal.

Sarney e Menem assinam vários atos de cooperação econômica

Os dois presidentes festejaram ontem em seus discursos o começo de um novo tempo de integração para a América Latina

Os presidentes José Sarney e Carlos Menem, assinaram ontem, em solenidade no Palácio do Planalto, 14 atos e uma declaração conjunta, ratificando o Tratado de Integração e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Argentina. Citando Simon Bolívar e San Martín, o presidente José Sarney disse que "a unidade deixou de ser um desejo distante" para ser uma "alavanca para o processo e a única forma de rompermos o círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento".

Em seus discursos, os dois presidentes se referiram às divergências históricas entre os dois países e às dificuldades para conquistar o estabelecimento do Mercado Comum. O presidente Sarney destacou que a integração "é patrimônio de nossos povos", transcendendo partidos, facções e ideologias.

O presidente Carlos Menem ressaltou que o tratado representa a superação da velha concepção de auto-suficiência e o reconhecimento de



Integração: presidentes confirmam acordos

que não é possível aos dois países atuar separados. Enfatizou que a aprovação unânime ao tratado é sinal de confiança de todos os setores políticos nos seus resultados.

TECNOLOGIA — Ambos destacaram, que Brasil e Argentina juntos poderão repelir as tentativas de controle da informação, dos conhecimentos e das tecnologias de ponta. Sarney disse que a integração signifi-

ca um propósito de defesa das riquezas dos dois países, que não podem mais conviver "com o aviltamento dos preços das matérias primas e juros abusivos".

Carlos Menem, afirmou que os argentinos "não estão dispostos a vegetar sobre um passado de frustrações e nem simplesmente sobreviver num tempo em que o mundo marcha para novas metas de progresso e bem-estar". (Brasília/ZH)

Acordos prevêem intercâmbio em todas as áreas

Os acordos assinados ontem pelos dois presidentes prevêem o estabelecimento de intercâmbio na área comercial com o objetivo de promover a cooperação nas áreas pesquisa e tecnologia; ampliar a lista de bens de capital que gozam de privilégios tarifários; reconhecer pelo Brasil de prioridade de contratação, com empresas argentinas, de projetos nas áreas de transportes, saúde pública e energia; prorrogar a validade das preferências tarifárias destinadas a garantir a exportação do comércio; criar grupo de trabalho para harmonizar as normas de metrologia, normalização e qualidade industrial; criar grupo de trabalho para harmonizar normas sanitárias.

O Brasil almeja uma linha de crédito de 100 milhões de dólares para Argentina; encaminhamento no aproveitamento de energia elétrica e a criação de um grupo de trabalho sobre a venda de gás argentino no Brasil; estabelecimento do sistema de transporte de encomendas em ônibus das linhas de passageiros de linha regular entre os dois países; criar grupo de trabalho para harmonizar legislação sobre procedimentos aduaneiros; discussão tarifária a produtos destinados a centrais nucleares dos dois países; criar grupo de trabalho para estudar a harmonização de políticas econômicas e sociais de investimentos (protocolo 24) e, ampliar a lista de produtos alimentícios com isenção tarifária.

Encontros com os presidenciáveis

Um beijo no rosto da deputada Moema São Thiago (PSDB-CE), quebrando o protocolo, foi o momento mais descontraído da série de encontros que o presidente da Argentina, Carlos Menem, manteve ontem pela manhã e à noite com seis dos candidatos a sucessor do presidente José Sarney. Pela manhã, Menem manteve encontros com Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), e do PRN, Fernando Collor de Mello. À noite, a partir das 19 horas, recebeu Luís Inácio Lula da Silva (PT), Ulysses Guimarães (PMDB) e Afif Domingos (PL).

Apesar da sequência estabelecida pela agenda, o cerimonial da Embaixada da Argentina evitou, habilmente, que os adversários se encontrassem nas dependências do Palácio Jaburu, onde Menem está hospedado. Brizola chegou com cinco minutos de atraso. Mesmo assim, fez questão de parar nos portões do palácio para ironizar a posição de Collor que, na véspera, reclamara dos poucos 15 minutos que o presidente argentino havia lhe reserva-

do. "Vou pedir a Menem alguns minutos a mais para ele", zombou o candidato do PDT.

Por pouco, Brizola não se encontrou com Collor. O candidato do PRN chegou dois minutos após a saída do ex-governador do Rio. Covas, acompanhado pelos líderes do PSDB na Câmara, Euclides Scalco (PR), e no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), além da deputada Moema São Thiago, chegou dez minutos antes de Brizola deixar as dependências do Jaburu.

SEM DETALHES — Nos 30 minutos de conversa reservada de Brizola com Menem, foi servido apenas um "cafézinho". Brizola não conseguiu, como pretendia, contar-lhe detalhes da campanha, em especial das últimas viagens ao Norte e Nordeste do País. Falaram, segundo Brizola, basicamente das relações Brasil-Argentina e sobre a integração latino-americana.

Este também foi o tema que predominou durante a conversa de Menem com o líder das pesquisas.

"Nós não falamos absolutamente nada de política brasileira", afirmou Collor, na saída. A hiperinflação na Argentina e as medidas adotadas nos primeiros 40 dias de governo Menem foram detalhadas pelo presidente a Brizola. "Concluímos que governar é mais difícil do que vencer as eleições", alertou Brizola.

A Covas além das questões latino-americanas, revelou curiosidade sobre o processo eleitoral brasileiro, ouvindo do candidato do PSDB explicações sobre as eleições em dois turnos e o peso da mídia eletrônica no País. "Ele me contou que, durante a campanha, percorreu o País por quatro vezes", disse apressado o candidato tucano.

A última audiência da manhã, com Collor de Mello, foi dedicada a análise dos acordos bilaterais. Collor se comprometeu em dar sequência ao processo de integração latino-americana, iniciando pelo Cone Sul-Argentina, Brasil e Uruguai. Admitiu ainda a criação de uma moeda única, a exemplo da Europa. "Famos até de futebol". (AE)

Argentina não quer cartel de devedores

Carlos Menem descartou ontem a criação, de imediato, de um cartel de devedores para renegociação da dívida externa dos países envolvidos. Entretanto, à medida em que se avizinha a integração da América Latina, poderão ser tomadas medidas conjuntas, admitiu Menem, que não vê a possibilidade de criação de um "quer fronteira de devedores" que inclua o Brasil, a Argentina e o México.

"Neste momento, não é possível unificar os credores, porque cada país está negociando em separado", disse o presidente, em entrevista coletiva após a imprensa nacional e estrangeira. Ele insistiu que a ideia da formação de uma "frente" é boa, mas a realidade mostra que temos que renegociar individualmente agora. Os acordos estão sendo feitos de forma transitória, para os presidentes, que, mais adiante, empurrar a negociação em conjunto. (Brasília/ZH)

Primero, era "botar os ladrões na cadeia". Depois, veio o apelo: "Não me abandonem, eu preciso de vocês."



Agora, a campanha eleitoral do presidencial vel por enquanto favorito nas prévias, Fernando Collor de Mello, reconhecidamente rala de temas, acaba de incorporar uma nova idéia-chave sob a forma de um temor: "O país corre o risco de se dividir ao meio, de conflagrar-se", alega ele, caso haja um segundo turno de votação no dia 17 de dezembro, por falta da maioria absoluta de votos válidos — metade mais um do total — a qualquer candidato no próximo dia 15 de novembro.

Trata-se, na verdade, de um absurdo. Por acaso Portugal, país que emerge de uma ditadura longa e tenebrosa para chegar este ano à marca da década e meia de democracia, se "dividirá ao meio" em março de 1986, quando o presidente socialista Mário Soares foi eleito por maioria absoluta em segundo turno? Porventura a França, de democracia mais antiga, "conflagrou-se" durante a campanha eleitoral que, em meio do ano passado, levou à reeleição do legitimamente socialista presidente François Mitterrand, por maioria absoluta, também em segundo turno? Collor de Mello, que fez um périplo pelo exterior em abril, pôde constatar pessoalmente que a previsão que faz para o Brasil não valeu na Europa.

Com alguma boa vontade, poderíamos considerar que não cola, também, para os Estados Unidos. Embora o sistema eleitoral americano não se assemelhe ao português ou ao francês, não é exagero dizer que, na prática, também lá existe uma espécie de escolha em dois turnos. O primeiro é a penúltima que se aplica aos muitos candidatos que emergem nos dois principais partidos na fase das eleições primárias. O segundo seria a eleição propriamente dita, onde invariavelmente o vencedor obtém a maioria absoluta dos votos válidos.

"Para que votar duas vezes?", tem perguntado Collor em alguns de seus comícios, como argumento adicional em favor de que a eleição seja liquidada logo no primeiro turno, com o eleitorado atribuindo — é claro — a ele próprio a maioria absoluta requerida pela Constituição de 1988. Na verdade, votar duas vezes é duas vezes bom. Em primeiro lugar, porque se cumpre a Constituição. Em segundo, porque aquece os flácidos músculos democráticos de um povo submetido a um longo jejum eleitoral pelos artificios e casuismos da ditadura militar. O argumento de Collor, um autoproclamado arauto das mudanças, soa tristemente velho — parece as antigas cantilenas de tiranos militares e seus asseclas civis, que procuravam fazer coincidir todos os poderes mandatos eletivos permitidos durante o autoritarismo, sob o argumento de que fazer eleição custava caro aos cofres públicos e, portanto, o ideal seria que elas ocorressem da forma mais espaçada possível.

Collor, em sua pregação dos últimos dias, não tem investido contra a instituição dos dois turnos. Mas, ao advertir contra o que considera os perigos do segundo turno, é como se o fizesse. Nesse caso, é preciso repetir que, ao contrário do que procura mostrar o ex-governador de Alagoas, a eleição em dois turnos é um excelente mecanismo democrático — trata-se de uma conquista do eleitorado brasileiro, de uma das heranças mais sábias e produtivas entronizadas na nova Constituição. É algo destinado a evitar, por exemplo, a hipótese extrema de uma tragédia, como a que foi o governo do presidente Salvador Allende no Chile, a partir do final de 1970. Eleito com

presidente e a sua coligação Unidade Popular fracassaram nas tentativas de ampliar sua base política para dar sustentação às fundas mudanças que pretendiam introduzir na sociedade chilena. O resultado foi o que se viu.

Em cores menos dramáticas, os dois turnos podem livrar-nos do questionamento da legitimidade do mandato presidencial, como fez a velha UDN em 1955 com o então candidato vitorioso do PSD, Juscelino Kubitschek, numa manobra golpista que simplesmente não levava em conta que a Constituição de 1946, então em vigor, não exigia a maioria absoluta (JK tivera 35,6% dos votos válidos). O mecanismo introduzido na Constituição de 1988, embora obrigue a um rearranjo ideológico limitado a apenas duas opções no segundo turno, o que teoricamente pode ser visto como algo empobrecedor, vai conferir ao presidente saído das urnas este ano uma avassaladora, inédita autoridade. Basta fazer as contas: com mais de 81 milhões de eleitores, não é difícil que tenhamos, ao final do processo, um presidente eleito por 43 ou 45 milhões de brasileiros. Só para comparação, em sua estrondosa, acachapante vitória sobre o então presidente democrata Jimmy Carter nos Estados Unidos em 1980, um fenômeno político, o republicano Ronald Reagan — que vinha a ser o presidente mais popular da história americana, e um dos que mais mudaram o curso do país em seus 200 anos de vida — teve 43 milhões de votos. Para ser exato, 43.899.248 votos — talvez menos do que o presidente brasileiro a ser eleito este ano.

Seria bom para o Brasil que o candidato Collor de Mello meditasse sobre suas últimas declarações e mudasse de tom. Caso contrário, ele estará permitindo que se façam interpretações não exatamente lisonjeiras sobre o real objetivo de sua condenação à votação no segundo turno. Ele poderá, por exemplo, ser visto como alguém que, considerado mais uma embalagem do que um colosso, tem pavor da possibilidade de debates contra um outro candidato no segundo turno, com a qual já se comprometeu caso cheguemos lá. Ou, então, como um candidato que se vê a si próprio na pele de um fenômeno passageiro, alguém que seria engolido na acomodação de forças que se processará da primeira para a segunda etapa da eleição, sobretudo se não sobrar da maratona, como seu eventual rival, o ex-governador Leonel Brizola ou o deputado Luiz Inácio Lula da Silva. Neste caso, Collor teria medo não de uma "conflagração nacional", mas de ser abandonado por toda uma estrutura artificial que se armou em torno de seu nome, apenas por horror a Lula e a Brizola, mas que, sem nenhum deles no segundo turno, poderia migrar em massa rumo a um candidato mais "confiável", "experiente" e "consistente" — só para raciocinar sob hipótese, um Mário Covas, do PSDB, ou um Afif Domingos, do PL, ou mesmo um Paulo Maluf, do PDS. Esse embaralhar de cartas, se nos basearmos em experiências de outros países, não é algo possível apenas em teoria. Voltando a Portugal em 1986, é bom lembrar que Mário Soares saiu do primeiro turno como o segundo mais votado, com menos de 30% dos votos — e, no segundo, obtendo mais de 60%, virou presidente.

Tudo isso, naturalmente, são chucubraciones. Collor, porém, as estará autorizando caso não retifique seu rumo, e é certo que, persistindo nele, estará prestando um desserviço tão grande à democracia brasileira quanto o que faz o ex-governador Leonel Brizola ao levantar, desde já, com base em argumentos de insustentável firmeza, a suspeita de que uma grande fraude está em armação para inventar uma vitória de Collor. Curiosamente, cada um a seu modo, esses dois arqui-rivais começam a convergir.

Editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo

Dê que Collor está com medo?

29/11/85

8908252

098

sil

Fca (PPP)

13-8-89

JORNAL DO BRASIL

Ministério brizolista incluirá alguns candidatos adversários

BELO HORIZONTE — O candidato do PDT à presidência da República, Leonel Brizola, revelou ontem, nesta capital, sua intenção de, se eleito, compor seu ministério com alguns dos seus atuais adversários no primeiro turno das eleições. Ele não quis citar nomes, mas exclui o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, "apontado como corrupto", mas elogiou muito o do PFL, Aureliano Chaves, "homem austero e muito honesto". Brizola revelou, ainda, o perfil dos atuais candidatos com os quais pretende compor: "Todos os das correntes populares e de esquerda, os de posições liberais e democráticas e os conservadores lúcidos", disse ele.

Leonel Brizola explicou que o importante, neste momento, não é apenas vencer as eleições, mas também garantir estabilidade para o novo governo. "O país vai necessitar, nessa fase, de

quadros políticos e de lideranças lúcidas para enfrentar as grandes dificuldades que estamos atravessando. É conveniente, então, que alguns dos presidentiáveis, que estão se aprofundando na discussão dos problemas do Brasil, sejam cogitados para formar o ministério", disse.

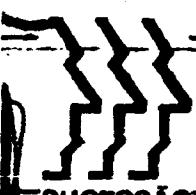
Ele não quis responder se o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, seria o nome que indicaria para o Ministério do Trabalho. "Não posso ainda citar nomes, pois seria uma antecipação insensata e imprudente e ainda sem base. Precisamos avançar mais no processo sucessório, passar ao segundo turno para então iniciar estas definições", disse Brizola. Ele acha possível a composição entre trabalhistas e "conservadores lúcidos" e até citou um exemplo: "Juscelino foi eleito como resultado de um acordo dos trabalhistas com o PSD, que era composto por conservadores. Agora, nós é que vamos precisar do

apoio desse conservadorismo sensato e dos liberais para garantir o governo, se formos eleitos", afirmou.

Brizola, que mantém a segunda colocação na preferência popular de acordo com as últimas pesquisas de opinião, disse que seu partido reivindicará ao Tribunal Superior Eleitoral o direito assegurado pela legislação de os partidos políticos acompanharem a elaboração e aplicação das pesquisas de todos os institutos e a tabulação e divulgação dos resultados.

"As pesquisas, que são o mais forte instrumento de convencimento do eleitorado e podem interferir no processo de decisão do eleitor, são muito caras e quem pode pagá-las são os grandes grupos econômicos e não os partidos políticos", afirmou Brizola. Ele disse que teme que os resultados estejam sendo manipulados com o objetivo de "criar" vencedores prévios das eleições presidenciais.

098



f. 10
(P. 11)

Além de quatro representações do PDT e do PT contra o líder nas pesquisas, o TSE recebeu ontem e rejeitou logo uma impugnação à candidatura do ex-governador de Alagoas

SUCESSÃO

No TSE, 5 pedidos de impugnação de Collor

A campanha eleitoral mal começou e o líder das pesquisas, Fernando Collor de Mello, já é alvo de cinco ações impetradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra sua candidatura. Além das quatro representações apresentadas pelo PDT e PT, o TSE recebeu, ontem, em Brasília, um pedido direto de impugnação da candidatura do PRN, apresentada pela advogada paulista Terezinha Godoy Zerbini.

O pedido foi imediatamente indeferido pelo ministro Sydney Sanches porque o candidato ainda não está registrado.

Mas a advogada terá nova chance nos cinco dias após o pedido de registro oficial da candidatura, quando é contado o prazo para os pedidos de impugnação das candidaturas. Até lá, somente as representações por abuso ou desrespeito às leis eleitorais podem ser julgadas pelo TSE.

Terezinha Zerbini justifica sua ação como "um dever de consciência". Em duas folhas datilografadas, ela enumera 11 razões para o pedido de impugnação do candidato que, segundo afirma, "não tem ética nem equilíbrio emocional para ser presidente" e acusa Collor de compactuar com o regime militar, lembrando sua nomeação bônica para a prefeitura de



Collor: vitória na Justiça

Maceió e seu voto contra as eleições diretas, quando era deputado federal.

MANIFESTAÇÃO — Aos gritos de "abaixo Collor", "racista" e "viva o povo palestino", cerca de 200 manifestantes ligados à colônia árabe de Foz do Iguaçu (PR), receberam ontem a assessora do candidato do PRN, Zélia Cardoso de Melo, que representou Fernando Collor de Mello no encontro dos presidentes com as lideranças de cooperativas. Os protestos eram contra declarações do candidato, contrárias à criação de um Estado palestino nos territórios ocupados por Israel e contra a presença de um representante da OLP (Organização para Libertação da Palestina) no Brasil.

Participavam representantes de vários sindicatos de trabalhadores e lideranças do PT, na frente do hotel onde se realizava o encontro. Quando Zélia Cardoso chegou, pouco depois das 11h, eles entregaram uma nota para ser encaminhada ao candidato do PRN e receberam cópia de uma carta endereçada por Collor de Mello ao embaixador da Arábia Saudita:

— Um imprevisto de ordem logística impediu a presença do candidato e eu sou portadora de um pedido de desculpas — disse a economista.

Embora afirmando que não tinha conhecimento da manifestação, Zélia Cardoso trazia várias cópias da carta enviada ao embaixador, na qual o candidato acusa a imprensa de ter distorcido suas declarações sobre a questão palestina.

Collor de Mello garante que é favorável "ao direito dos povos israelenses e palestinos de gozarem de paz e tranquilidade no interior dos seus respectivos estados nacionais". Para isso, ele defende negociações diretas entre o governo de Israel e a OLP. (AG)

Indecisos decidem X

A nova pesquisa do Instituto Gallup sobre sucessão presidencial, no período de 27 de julho a 8 de agosto, traz um dado que deve provocar muita reflexão nos meios políticos, especialmente nos staffs dos candidatos: as primeiras posições permanecem inalteradas, mas há uma diminuição na definição de voto. O candidato Collor de Mello continua na liderança, independente da natureza das perguntas, mas numa delas, espontânea, em que se questiona, mediante a pergunta "você já escolheu em quem vai votar para Presidente da República", a maioria, 53.8%, responde à queima-roupa dizendo que ainda não resolveu. E na preferência desses eleitores definidos, Collor passa de 33.7 para 26.9%, ao mesmo tempo em que o índice de indefinidos subia de 47.0% para 53.8%, permitindo num exame preliminar localizar de onde surgiu esse novo contingente. A liderança do ex-governador de Alagoas permanece nesse mesmo tipo de indagação, mas a intensificação da campanha, a maior presença dos candidatos nos meios de comunicação, o questionamento no eleitorado e os debates estão levando a novas constatações. Mantendo-se na liderança desde abril e chegando a números surpreendentes em junho, Collor de Mello vai enfrentar agora a fase mais difícil de sua campanha. Com três meses pela frente, um deles sob restrições legais em matéria de entrevistas isoladas e dois com espaço eleitoral gratuito sendo usados pelos partidos, a busca de adesões políticas e uma análise aprofundada da linha a seguir constituem seu novo desafio. Mas enquanto essas indagações e avaliações exigem uma administração no PRN, o candidato do PDT, Leonel Brizola, mantém não só a segunda posição, mas sobe na evolução da intenção de voto no crescimento mais expressivo dessa rodada de avaliação. Até que ponto a polarização entre ambos pode ocorrer ainda no primeiro turno? Os últimos acontecimentos e críticas colocam-nos nesta situação, restando uma dúvida sobre o surgimento do voto útil ainda para o pleito de 15 de novembro. A expectativa sobre a conquista de uma vaga para o turno final pode manter válidas algumas disputas, não o suficiente porém para precipitar revisões e desistências daqueles que ainda não empolgaram.

O momento

A aplicação do candidato do PRN, que não se expõe nem a debates com os concorrentes, e a ofensiva do candidato do PDT que se apresenta como a alternativa anti-Collor mais forte no momento empresta, a menos que se registrem fatos novos, uma previsão para os próximos 90 dias envolvendo fortemente ambos. A confirmação dessas tendências captadas pelo Gallup se, de um lado, mostra índices muito expressivos para Collor de Mello, de outro dá contornos decisivos para o ex-governador Leonel Brizola que busca uma reversão de um novo quadro que o surpreendeu nos últimos meses. Nas acusações e denúncias que vem fazendo o candidato do PDT não deixa nenhuma dúvida sobre seu principal alvo e até faz questão de proclamar.

Novo

O surgimento de adesões à sua candidatura, envolvendo setores políticos ligados a outros partidos, está abrindo um campo de previsões sobre como seria o ministério de Collor de Mello. Ontem, em Florianópolis, o candidato do PRN fez uma declaração a respeito: — Se eleito, não levarei para o ministério nenhum ex-ministro. Vou convidar gente nova.

098

JORNAL DO BRASIL 12/8/89

Retratção encerra crise árabe (Sim)

Um almoço na residência do embaixador da Arábia Saudita no Brasil, Abdullah Hababi, com a participação de 12 embaixadores de países árabes, além do representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Brasil, Ahmad Sobeh, encerrou duas semanas de intensas negociações para que o candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, se retratasse das declarações que fez no início do mês, em São Paulo. Durante uma palestra para israelenses na Sociedade Hebraica, Collor se manifestou contra a criação de um estado palestino nos territórios ocupados por Israel e contra o reconhecimento do escritório da OLP no Brasil, e provocou irritada reação da comunidade árabe.

Para reconciliar-se com os árabes, Collor convidou o embaixador do Líbano, Sami Hobeica, para a sua festa de aniversário, e depois de uma longa conversa com Hobeica acertou o almoço de ontem na residência do embaixador da Arábia Saudita. O candidato do PRN foi instruído pelo ex-deputado Márcio Moreira Alves a respeito da questão palestina, e aconselhado a prometer aos embaixadores árabes os seguintes pontos: acompanhar com interesse a questão palestina e efetuar consultas a governos amigos para obter apoio à causa; declarar-se partidário da não intervenção e defensor da autodeterminação dos povos e da solução pacífica para os conflitos, e repudiar o terrorismo e o racismo.

Malabarismo — Collor praticou ainda um outro ato de malabarismo político, desta vez no Rio Grande do Norte. Para conseguir o apoio do governador Geraldo Melo (PMDB) e do seu inimigo, senador José Agripino Maia (PFL), o candidato do PRN concordou em subir em dois palanques diferentes quando for fazer comícios no estado, já que Melo e Maia não aceitam figurar juntos na campanha. O acordo renderá para Collor as adesões de quatro dos oito deputados federais, 20 dos 24 deputados estaduais e cerca de 100 dos 151 prefeitos potiguares.

Collor resolveu ontem adiar para setembro a visita que faria hoje à Paraíba. Segundo o governador Tarcísio Buriti — que levará para a candidatura do PRN 12



Collor conseguiu acalmar os árabes

deputados, 50 prefeitos e 300 vereadores —, o motivo do adiamento foi a manifestação que estaria sendo preparada pelo PDT para hostilizar Collor, incitando os servidores que estão em greve. Os deputados pedetistas, Pedro Adelson Guedes e Jader Pimentel, no entanto, negaram a acusação e afirmaram ter pedido a Buriti "providências energéticas" justamente para evitar quaisquer incidentes.

F. Collor (PRN)

098

Brasil

F. Pa. (P.P.)

SUMI

JORNAL DO BRASIL

Sábado, 12/8/89 □ 1º caderno □ 3

Árabes fazem ato contra Collor em Foz

FOZ DO IGUAÇU — Quase com integrantes da comunidade Árabe desta cidade fizeram ontem um ato de protesto para receber o candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, que viria participar de um encontro de cooperativistas, mas a última hora não apareceu, apesar de ter confirmado presença ainda na tarde de quinta-feira, segundo informou o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Roberto Rodrigues.

Enviados como representantes do candidato do PRN, os assessores de economia, Zélia Cardoso de Melo e Sérgio Roberto Nascimento, entregaram aos manifestantes da colônia árabe — estimada em 4 mil pessoas — uma cópia da carta que Collor enviou na última quinta-feira ao embaixador da

Arábia Saudita no Brasil. Nela, Collor tenta esclarecer as declarações que fez sobre a questão palestina na Sociedade Hebraica de São Paulo, na semana passada, e que irritaram a colônia Árabe.

Anistia — Mesmo sem a presença de Collor, os manifestantes fizeram uma ato público de repúdio à sua declaração de que é contrário à devolução de territórios árabes ocupados por Israel e de que, se eleito, fecharia o escritório de representação da OLP (Organização dos Países Palestinos) no Brasil. Os representantes da colônia árabe de Foz do Iguaçu leram o manifesto de repúdio em frente ao Hotel Internacional, onde acontecia o encontro de cooperativistas, e entregaram uma cópia aos assessores do candidato. Na opinião de um dos

líderes da comunidade árabe de Foz, o comerciante e vereador (sem partido) Mohamed Barakat, Fernando Collor de Mello não foi a Foz temendo o ato de protesto.

Por sua vez, o assessor de Collor, economista Sérgio Roberto Nascimento, disse que o candidato não lhe contou por que desistiu de vir a Foz do Iguaçu. "É por alguma razão ligada a outros compromissos", resumiu. Nascimento e Zélia Cardoso de Melo permaneceram no encontro de cooperativistas pouco mais de dez minutos. Zélia pediu desculpas pela ausência de Collor e afirmou que ele aprova as reivindicações apresentadas pelos cooperativistas.

Coluna do Castello

Para Collor, não há com quem polarizar

Nega Fernando Collor de Mello que esteja interessado em polarizar a disputa com Leonel Brizola ou com qualquer outro candidato, quando nada porque nenhum dos concorrentes apresenta condições de medir seus índices de intenção de votos com os que em seu favor registram as pesquisas de opinião. "Entre mim e o candidato do PDT há uma distância entre três e quatro vezes o número de preferências de votos e entre ele e o terceiro colocado a distância é de apenas uma vez mais", observa Collor num contato telefônico que pretendeu preferencialmente manifestar seu repúdio pelo que aconteceu em Niterói e que, segundo ele, os jornais nem sempre registraram com nitidez, talvez por prudência.



A agressão na antiga capital fluminense não foi, diz Collor, apenas a um candidato mas à própria democracia. Houve manifestação de intolerância que fere a prática pacífica da vida democrática. Se ele e seus correligionários resistiram à provocação foi simplesmente por não admitirem a existência de *território ocupado* que o brizolismo desejaria impor em certas áreas e cidades do país. Referindo-se à natureza do choque, o candidato do PRN assegura que se passou coisa muito mais grave do que foi registrado moderadamente pela imprensa possivelmente para não causar trauma maior na opinião pública. "Nós não nos sentimos no dever de recuar, pois não poderemos ceder a imposturas e agressões, apesar dos tiros que soaram nas ruas e das pedradas que nos atingiram", afirmou.

Fernando Collor de Mello comemorou ontem em Brasília com a família e amigos seus 40 anos de idade, por coincidência no dia em que se publicavam novas consultas de opinião que reafirmam as preferências do eleitorado pesquisado por sua candidatura. Os dados do Ibope, do Gallup e da Vox Populi, que registram a continuação da liderança do candidato do PRN, estão sendo analisados no partido e no governo. O presidente Sarney recebeu na sexta-feira equipe de analistas do Ibope que lhe manifestaram a opinião de que não se podem tomar ainda como conclusivos os dados oferecidos pelas pesquisas. Havendo uma indefinição de 59% do eleitorado, que ainda não estão sensibilizados pela campanha, os números apurados devem ser inseridos na relatividade do limitado universo que os produziu. Quem tem, por exemplo, 40% das preferências deve levar em conta que esse número refere apenas a 41% do eleitorado, o que reduziria substancialmente seu alcance.

Sarney continua sem preferência manifestada por qualquer candidato e diz que apenas observa e constata. Pelo que tem visto parece-lhe irrecuperável a posição de Ulysses Guimarães nessa disputa e, embora não espere a renúncia do candidato do PMDB, acha que os fatos podem conduzir os políticos empenhados na campanha a novas e ainda imprevisíveis decisões. Além da preocupação de desincubir-se até o final da sua missão de levar a bom termo a transição para a democracia, o presidente considera parte essencial dessa tarefa manter nos próximos seis meses o equilíbrio possível no social e no econômico. Teme ele que em 1990 seu sucessor se depare com problemas bem mais difíceis do que os deste ano. Tal expectativa o mantém disposto a exercer fora do governo a influência que estiver ao seu alcance para ajudar o país a superar suas dificuldades.

12x (7x7x)

Partido	Preferências
PMDB	11,6
PT	8,8
PRN	7,1
PDT	7,1
PFL	6,2
PSDB	2,2
PTB	1,9
PL	1,2
Outros	2,8
Indecisos	43,7

Candidato do PRN lidera as preferências em todas regiões do País

Os resultados da pesquisa Gallup mostram que a eleição presidencial apresenta realidades diferenciadas em cada região. A única constante é a liderança de Collor de Mello, mas até mesmo os índices do candidato do PRN variam bastante. Os outros candidatos mostram um perfil desigual, com índices positivos em suas bases eleitorais, mas com dificuldades no resto do País.

Na Região Sul, Collor lidera com 35,9% da preferência, mas é seguido de perto por Leonel Brizola, que tem 25,3%. A surpresa na região é o crescimento de Paulo Maluf, que em um mês subiu de 0,8% para 4,7% das indicações, passando de oitavo para o terceiro lugar.

Collor folga um pouco mais na Região Sudeste, onde tem 37,2% contra 11,3% de Brizola. O terceiro lugar na região é bastante disputado entre Mário Covas, com 7,9%,

Maluf, com 7,1%, e Luis Inácio Lula da Silva, com 7%. Ulysses Guimarães continua caindo em sua região e já aparece dividindo a oitava colocação com o comunista Roberto Freire. Ambos têm 1,9% dos votos.

A maior vantagem pró-Collor está concentrada na Região Nordeste, de onde surgiu o candidato do PRN. Lá ele se aproxima da maioria absoluta entre os entrevistados, com 49,2%. O segundo colocado é Lula, com 6,5% dos votos. Brizola é o terceiro, com 4,7% e Ulysses Guimarães consegue sua melhor performance, ficando em quarto lugar, com 4,3% das indicações de voto.

O Gallup agrupa em um só resultado as regiões Norte e Centro-Oeste, onde a liderança foi de Collor, com 43,2%. O segundo lugar é muito disputado entre Covas, com 5,6%, e Lula e Brizola, que empatam, com 5,4%.

PREFERÊNCIA — A preferência partidária dos eleitores entrevistados também foi medida pelo Instituto Gallup e o primeiro lugar ficou para o PMDB, com 11,6% das preferências. Em segundo já aparece o PRN, fundado este ano por Collor de Mello e que já tem 9% das preferências, superando o PT que ficou com 8,8% e o PDT, com 7,1%. Mas o maior grupo continua a ser o dos eleitores sem partido, com 43,7% dos entrevistados.

Além de não ter partido, a maior parte dos entrevistados respondeu que não acompanha ou acompanha com pouco interesse as informações sobre a sucessão presidencial. Nada menos que 23% respondeu que não acompanha as notícias sobre a eleição. Outros 48% disseram que têm pouco interesse no assunto e somente 28,8% disseram ter muito interesse na eleição.

NORDESTE

Collor	49,2
Brizola	4,7
Lula	6,5
Ulysses	4,3
Covas	2,8
Freire	1,2
Maluf	2,3
Aureliano	2,3
Aff	2,3
Camargo	0,8
Calado	0,8
Outros	2,9
Em Branco	18,9
Indecisos	18,9

SUL

Collor	35,9
Brizola	25,3
Ulysses	1,8
Lula	4,8
Covas	2,8
Aff	1,7
Calado	1,8
Maluf	4,7
Camargo	1,1
Freire	1,8
Aureliano	0,9
Outros	4,1
Em Branco	15,3
Indecisos	15,3

NORTE CENTRO-OESTE

Collor	43,2
Lula	5,4
Covas	5,6
Brizola	5,4
Ulysses	3,9
Aff	3,7
Aureliano	1,5
Calado	2,5
Maluf	4,3
Freire	2,7
Camargo	0,3
Outros	0,3
Em Branco	2,8
Indecisos	18,5

SUDESTE

Collor	37,2
Brizola	11,3
Lula	7,0
Covas	7,9
Maluf	7,1
Aff	3,2
Ulysses	1,9
Aureliano	3,0
Calado	0,7
Freire	1,9
Camargo	0,1
Outros	4,3
Em Branco	14,8
Indecisos	14,8

10-17 ANOS

Aureliano	2,2
Camargo	0,1
Collor	28,4
Aff	2,3
Brizola	11,1
Lula	3,9
Covas	2,8
Maluf	4,8
Calado	0,8
Freire	1,4
Ulysses	2,8
Outros	0,2
Em Branco	4,8
Não sabem	24,3
Não sabem em quem votarão hoje	24,3
Não sabem	0,3

18-25 ANOS

Aureliano	2,2
Camargo	0,1
Collor	28,4
Aff	2,3
Brizola	11,1
Lula	3,9
Covas	2,8
Maluf	4,8
Calado	0,8
Freire	1,4
Ulysses	2,8
Outros	0,2
Em Branco	4,8
Não sabem	24,3
Não sabem em quem votarão hoje	24,3
Não sabem	0,3

26-35 ANOS

Aureliano	2,2
Camargo	0,1
Collor	28,4
Aff	2,3
Brizola	11,1
Lula	3,9
Covas	2,8
Maluf	4,8
Calado	0,8
Freire	1,4
Ulysses	2,8
Outros	0,2
Em Branco	4,8
Não sabem	24,3
Não sabem em quem votarão hoje	24,3
Não sabem	0,3

36 ANOS OU MAIS

Aureliano	2,2
Camargo	0,1
Collor	28,4
Aff	2,3
Brizola	11,1
Lula	3,9
Covas	2,8
Maluf	4,8
Calado	0,8
Freire	1,4
Ulysses	2,8
Outros	0,2
Em Branco	4,8
Não sabem	24,3
Não sabem em quem votarão hoje	24,3
Não sabem	0,3

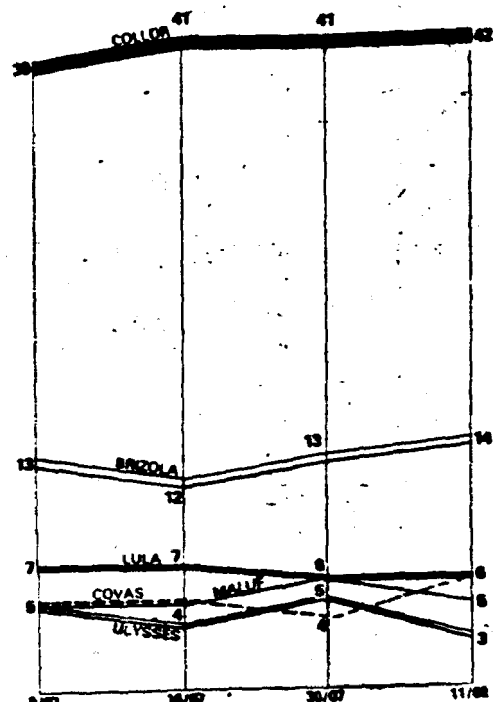
Pesquisa do Ibope também mostra Collor na liderança

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, também aparece na liderança da décima pesquisa realizada pelo Ibope sobre a sucessão presidencial, divulgada ontem à noite pela Rede Globo de Televisão. Ele teve 42% das preferências, mais do que a soma dos índices obtidos por todos os seus adversários. Em segundo lugar ficou Leonel Brizola (PDT), com 14%, e em terceiro empataram Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, e Mário Covas (PSDB), com 6%.

Paulo Maluf (PDS) ficou atrás, com 5%, seguido por Ulysses Guimarães (PMDB), com 3%, e Aff Domingos (PL), com 2%. Os candidatos Aureliano Chaves (PFL), Roberto Freire (PCB) e Afonso Camargo (PTB) ficaram com 1% e Ronaldo Caiado do PSD não chegou sequer a ter 1% das indicações.

Collor venceu em todas as regiões do País. O resultado mais apertado foi na Região Sul, onde teve 34% contra 28% de Brizola. Já na Região Sudeste, a vantagem do candidato do PRN é mais tranquila. Ele teve 36% contra 15% de Brizola.

No Nordeste, região de Collor, o candidato do PRN chega a 50% dos votos, contra 7% de Brizola, que está em segundo lugar. Mas a maior vantagem de Collor é nos resultados das regiões Norte e Centro-Oeste, agrupadas em um só índice pelo Ibope. Lá ele tem 56% das indicações contra 7% de Lula e 5% de Mário Covas. Nesta região,



Brizola divide a quarta posição com Ulysses Guimarães. Ambos têm 4% dos votos.

O Ibope ouviu 2.643 eleitores, entre 5 e 9 de agosto, em todo o Brasil.

No segundo turno, vitória contra qualquer adversário

Na simulação para o 2º turno das eleições, caso nenhum dos candidatos consiga fazer mais da metade dos votos, o Ibope prevê quatro possibilidades, e o candidato Fernando Collor de Mello vence em todas.

Na primeira simulação - Paulo Maluf (PDS) e Collor de Mello - o petista ficaria com 16% e Collor venceria com 63%. Brancos e nulos chegam a 9% e indecisos atingem 12%.

Para a segunda hipótese - Lula (PT) e Collor - a vantagem do candidato do PRN seria menor. Mesmo assim, venceria com ampla margem, 60% contra apenas 20% do petista. O número de votos brancos e nulos seria menor do que na simulação anterior (7%) e os indecisos ficariam em 15%.

Outra disputa prevista pelo Ibope seria entre Mário Covas (PSDB) e Collor. Nesta alternativa, Covas chega aos 19% e Collor vai a 59%. Brancos e nulos (8%) e indecisos 13%.

Na última simulação, Collor teria uma vitória menos folgada. O confronto com Leonel Brizola (PDT) produziria 26% para o petista e 57% para o candidato do PRN. Brancos e Nulos não passariam dos 6% e indecisos chegariam a 12%.

098

180 (P.P.)

Chiarelli anuncia 20 novos comitês do PRN no interior

Para o senador do PFL, Collor de Mello já tem a eleição ganha

Los Goncalves ZH



Chiarelli: vitória no primeiro turno dará legitimidade para mudanças.

A campanha de Collor de Mello no Rio Grande do Sul vai ganhar um novo impulso a partir dos próximos dias. A garantia é do senador Carlos Alberto Chiarelli, que coordena no estado o Movimento de Reconstrução Nacional, formado para dar "apoio suprapartidário" ao candidato do PRN. Chiarelli reuniu-se ontem pela manhã com o presidente do PRN gaúcho, José Carlos Maio, e logo a seguir anunciou a formação de 20 comitês regionais do MRN em cidades pólos do interior do estado, além de um comitê estadual em Porto Alegre, que será inaugurado nos próximos dias.

Chiarelli anunciou que Collor deve vir quatro vezes ao estado até o primeiro turno da eleição. A primeira será no início de setembro, quando o candidato deve ficar em Porto Alegre e outras cidades da Região Metropolitana. Depois estão previstos mais três roteiros pelo interior do estado.

Os comitês do MRN no interior são suprapartidários, mas Chiarelli admite que boa parte da campanha no estado será sustentada pela militância do PFL que lidera. Ele garante que a maior parte dos beneficiários do estado "collorista" é por isto não se sente impedido de exercer a presidência regional do partido apesar de não apoiar o candidato oficial, Aureliano Chaves.

Otimista, o senador gaúcho acredita que os resultados das pesquisas realizadas nos últimos dois meses "mostram que Collor não apenas alcançou a liderança como estratificou um percentual de votos entre 38 e 44%". Para ele, a estratégia do candidato do PRN tem que ser a de tentar vencer já no primeiro turno. "Para o propósito de mudança representado por Collor, seria fundamental a legitimidade política garantida por uma vitória do primeiro turno".

Poco legible.

O que espera o futuro presidente

ILIMAR FRANCO

Brasília/DF

O presidente da República a ser eleito pelo voto de 82 milhões de brasileiros terá pela frente, em 90, um primeiro ano de governo muito difícil. Já no segundo mês de governo, em abril, os credores internacionais pretendem renegociar a dívida externa brasileira e, internamente, trabalhadores e empresários vão cobrar do novo governo ressarcimento das perdas durante o Governo Sarney.

Este quadro, segundo o professor David Fleischer, coordenador do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UnB, deve estar deixando "aprensivos" todos os candidatos ao Palácio do Planalto. O professor adverte que as dificuldades não param aí, pois em 90 o País terá mais um ano eleitoral, com o futuro presidente iniciando sua gestão, provavelmente, com minoria no Congresso Nacional.

A ação administrativa não transcorrerá com naturalidade, diante das expectativas populares

Mesmo eleito com maioria absoluta, o sucessor do presidente Sarney assumirá sem maioria parlamentar e tendo de enfrentar os credores externos e as cobranças internas geradas pelas expectativas de solução da grave crise do País

com o novo chefe da Nação. A execução de seu programa de governo estará condicionada ao orçamento, elaborado pela equipe do presidente Sarney, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, votada pelo Congresso, e que reduz drasticamente a flexibilidade financeira do Estado. O professor David Fleischer lembra que deverá

ser aprofundada a reforma tributária, diminuindo as receitas da União em favor de Estados e Municípios, e que o novo presidente corre o risco de assumir sem dinheiro em caixa. Afinal, até 15 de março, "o presidente Sarney terá dois meses e meio para queimar o orçamento".

ANO DE INDEFINIÇÕES — A sociedade, desde 1987, quando foi instalada a Constituinte, tem vivido de incerteza, com a mudança das regras do jogo político, econômico e social. E tudo indica que a eleição pelo voto direto do presidente não acabará com este clima. Para o deputado Luis Roberto Pontes, líder do Governo, "o futuro presidente vai trabalhar como Sarney, com extrema dificuldade". E adiciona o questionamento: "Quem vai colaborar com o presidente num ano de eleições legislativas?"

"Teremos mais um ano de indefinições", afirma o assessor parlamentar do Palácio do Planalto, Henrique Hargreaves, sendo que o professor David Fleischer prevê a reedição do filme Jânio Quadros, em 1961, que ganhou

uma maioria absoluta e era minoria no Congresso. Assim, diante de um Congresso que recuperou parte de seus poderes e de um Executivo com poderes reduzidos, o relacionamento entre o presidente e o Congresso representa "um potencial de conflito".

A única saída para o futuro presidente governar, diz o professor, será a de encerrar o cargo como um presidente parlamentarista, articulando um ministério com quatro, cinco ou seis partidos. Neste caso, o presidente abriria mão, em favor da liderança dos partidos, de indicar nomes de sua confiança, mas com isto amarrando estas bancadas no apoio à sua administração.

Esta prática, comum no parlamentarismo, tem suas dificuldades de aplicação no presidencialismo, a exemplo das dificuldades que o ex-presidente Figueiredo teve para dar cargos ao PTB, no final de sua gestão, por resistências do PDS. Sendo que o acordo com os petebistas, por ter sido feito na cúpula, nunca representou o necessário apoio parlamentar às ações do Governo.

(PDT) paulista importa militantes da 'Brizolândia'

Marco Damiani e
Miguel Sodré

SÃO PAULO — Na tentativa de reverter o quadro desfavorável a Leonel Brizola, desembarcam esta semana em São Paulo 20 militantes do PDT do Rio importados da *Brizolândia*. Apesar de manter-se com 14% no segundo lugar das pesquisas — a 28 pontos percentuais de Fernando Collor (PRN), que lidera as intenções de voto com 42% —, o candidato do PDT a presidente da República não conseguiu ainda vencer a barreira que São Paulo representa para seu projeto de chegar ao Palácio do Planalto e enfrenta dificuldades idênticas em Minas. Até agora os 26 milhões de votos — cerca de 30% do eleitorado do país — que Minas e São Paulo somam permanecem praticamente intocados pelo brizolismo.

Os militantes pedetistas trazidos do Rio vão usar o esquema de proselitismo de rua mantido com eficiência desde 1982 na Cinelândia. Em Minas, as esperanças dos pedetistas para reverter o quadro desfavorável a seu candidato voltam-se para a propaganda gratuita de rádio e televisão, que começará em 15 de setembro.

Barraças — O PDT montou em São Paulo réplicas em tamanho reduzido das barracas da *Brizolândia*. Elas foram armadas nas praças da Sé e Ramos de Azevedo, no coração da cidade, e no Largo Treze de Maio, centro do bairro mais populoso da capital, Santo Amaro. A filha do homem de confiança de Brizola, Cibília Viana, deputada federal Márcia Cibília Viana (RJ), tem dado expediente semanal em São Paulo.

Mas no partido, do militante ao presidente da comissão provisória regional, ex-deputado Ailton Soares, todos reconhecem que a situação eleitoral de Brizola em São Paulo é difícil. No caminho inverso dos militantes trazidos da *Brizolândia*, o comando do PDT paulista está levando para o Rio grupos de líderes comunitários de periferia, para que eles conheçam os Círculos e obras de melhoria de favelas que Leonel Brizola fez quando governou os fluminenses.

Ombus — Na madrugada de sexta-feira um ônibus com 45 ativistas de bairros humildes partiu para o Rio com essa finalidade. "Nossa intenção é fazer estas lideranças divulgarem espontaneamente em suas comunidades as realizações de Brizola", explica Ailton Soares.

Os estrategistas do PDT recusam-se a admitir que tais iniciativas sejam limitadas diante da

gigantesca tarefa que a conquista de um universo de 18 milhões de eleitores impõe a Brizola. "Se não acreditasse em campanha não estaria fazendo", rebate o candidato a vice-presidente na chapa do PDT, deputado federal Fernando Lyra (PE).

Lyra é mais um pedetista a reconhecer as dificuldades de Brizola em São Paulo, um estado já congestionado pelas candidaturas de políticos paulistas como Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB), Alif Domingos (PL) e do pernambucano Luís Inácio Lula da Silva (PT). "A realidade de São Paulo é diferente da do resto do país", diz Lyra, que em sua contagem de chegar a 15 de novembro pretende obter em São Paulo modestos 1 milhão de votos.

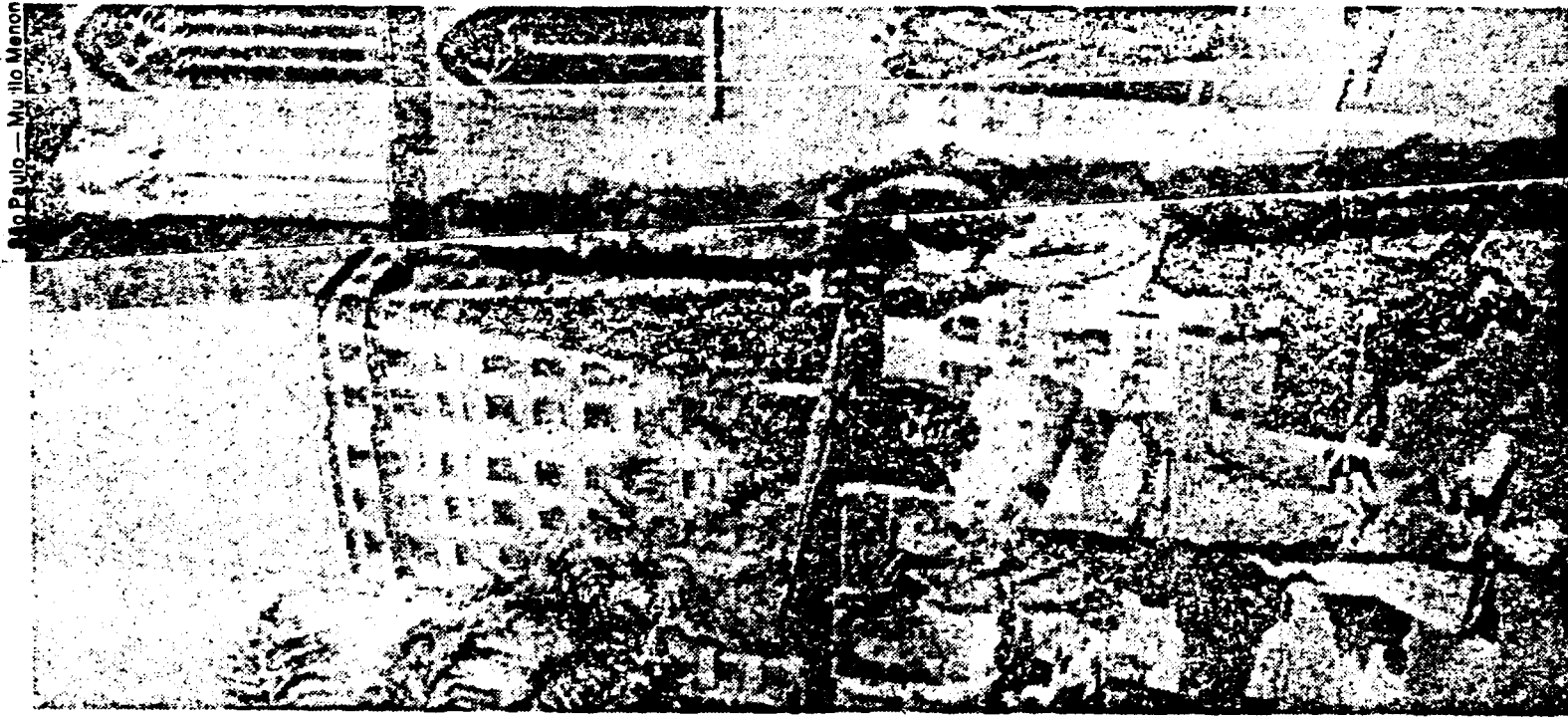
Erro estratégico — O assessor sindical João Guilherme Vargas Neto, um dos interlocutores de Brizola em São Paulo, aponta na oposição desferida por Brizola ao PT outro fator para as dificuldades da campanha no estado. "Brizola montou uma estratégia eleitoral pensando que correria na frente, mantendo-se desde o início como favorito. Eleger o PT como seu principal opositor é passou a atacá-lo, mas apareceu o Collor de Mello."

Mesmo o único trunfo expressivo de Brizola no meio sindical de São Paulo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Antonio de Medeiros, já não se mostra mais tão entusiasmado. "Meu voto é dele", diz Medeiros. "Mas reconheço que a campanha não deslanchou."

Desconhecimento — O vice-fermentado Lyra admite que há "dificuldades naturais" à entrada de Brizola em Minas. "Em primeiro lugar, a maioria da população desconhece a trajetória e o papel de Brizola na política brasileira, que ao longo de 25 anos foram distorcidos pela ação das forças conservadoras", analisa. Outro fator adverso que ele aponta é a peculiaridade de ser um estado onde tradicionalmente predominaram políticos de expressão nacional.

"Até há pouco, Minas era um celeiro de grandes lideranças que ocupavam quase que a totalidade do espaço político do estado. Delas restam hoje a presença do ex-governador Hélio Garcia e a emergente liderança do prefeito Pimenta da Veiga", constata.

Fernando Lyra recusa-se, porém, a considerar Minas como posição incontestável. "O processo eleitoral dará oportunidade ao povo mineiro para se identificar com o espírito transformador da candidatura Brizola", acredita.



São Paulo — Mu. Mo. Menon

PDT quer fazer da Sé uma nova 'Brizolândia'

Cientistas apontam erro de Brizola

O fato de Leonel Brizola estar patinando no índice de 2% das intenções de voto do eleitorado de São Paulo é atribuído, na área acadêmica, ao desconhecimento da realidade do estado. "Brizola entrou no estado de maneira errada e não consegue entender o jogo político paulista. Sua situação é dramática, porque sem São Paulo ninguém consegue ser presidente", entende Marcus Figueiredo, professor de ciência política da Universidade de São Paulo (USP).

"Aqui, o sindicalismo sempre teve uma tradição anarquista, comunista e, em alguns setores, liberal e cristã. Mas jamais foi trabalhista", assinala Figueiredo. Nos anos 50, o lugar do trabalho de Getúlio Vargas, do qual Brizola se diz herdeiro, era ocupado em São Paulo pelo populismo de Jânio Quadros e Ademar de Barros. "Getúlio só foi bem votado em São Paulo naquele tempo por uma questão de prestígio pessoal. Mas nunca transferiu esse prestígio a lideranças locais", recorda.

Em Minas, a industrialização tardia é o principal motivo apontado pela historiadora e cientista política Lucília de Almeida Neves Delgado para o fato de o trabalhismo não ter estabelecido uma base sólida no estado. Nela de Tancredo Neves e autora de uma tese de doutorado sobre as raízes do PTB e do getulismo, defendida na USP, ela destaca que o operariado, base natural do trabalhismo, só adquiriu força política no estado nos anos 60, com o desenvolvimento do parque industrial mineiro. Além disso, a pre-

ponderância da UDN e do PSD contribuiu para inviabilizar o crescimento do antigo PTB mineiro.

"O PTB era um partido incrustado apenas em alguns estados e foi o que mais cresceu entre 1945 e 1965. Mas não cresceu homogêneo e somente nos estados do Rio, Rio Grande do Sul, Guanabara e Amazonas conseguiu eleger boas representações", sustenta a pesquisadora. Outro cientista político, o sociólogo Otávio Dutra, autor do livro *A UDN e o antipopulismo no Brasil*, reconhece que o PTB estava se fortalecendo em Minas antes de 1964, apesar do caráter tradicional e rural da política mineira. "Com a urbanização, o PTB começou a crescer, mas o trabalhismo nunca foi uma corrente política importante em Minas. Era uma força secundária, vinculada ao PSD. O golpe de 1964 impediu a escalada política do PTB", analisa Dutra.

Os dois cientistas políticos estão certos de que os transtornos de Leonel Brizola em Minas têm raízes históricas e estão associados à fraqueza do trabalhismo getulista no estado. "É importante lembrar que os dois líderes do PTB mineiro com expressão nacional, San Thiago Dantas Lucio Bioncourt e Ramalho de Almeida, não eram da linha doutrinária e reformista do partido", destaca Lucília Neves.

Com o golpe de 1964, os segmentos do partido que gravitavam em torno de Tancredo Neves, que apesar de possederista era identificado como herdeiro do getulismo no estado, migraram para o MDB e depois para o PMDB, onde muitos ainda permanecem. Além disso, quando o PDT tentou se estruturar em Minas os principais líderes do antigo PTB já haviam morrido e os trabalhadores tinham passado a procurar outros interlocutores. "O PT, um partido novo e sem raízes no passado", explica Lucília Neves.

0900

16-8-89

JORNAL DO BRASIL

Afif esfacela o PMDB e deixa Caiado sem bancada

BRASÍLIA — O candidato do PL à Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, fez ontem um estrago no PMDB. Deixou ainda Ronaldo Caiado, do PDS, sem representação no Congresso, ao conseguir a adesão do único deputado do partido do líder da UDR, o cearense César Cals Neto. Com as conquistas, Afif triplicou de sete para 21 parlamentares a bancada do PL — e dobrou de cinco para dez minutos diários sua participação no horário gratuito de rádio e televisão. O prazo para a adesão de parlamentares aos presidenciais termina hoje.

No PMDB, Afif Domingos conseguiu as adesões do senador Alfredo Campos (MG) e dos deputados Rubem Branquinho (AC), Denizar Arneiro (RJ), Jonas Satos (ES) e Max Rosenmann; ao PFL, foi buscar a filiação do deputado Ricardo Izar (SP). Afif anunciou que hoje vai completar sua bancada com as filiações ao PL dos catarinenses Victor Fontana (PFL), Ruberval Pilloto (PDS) e Alexandre Pazina (PMDB); do gaúcho João de Deus Antunes (PTB), do piauiense Mussa Demis (PFL); e dos senadores João Menezes (PFL-PA) e Carlos Alberto (PTB-RN). O deputado Milton Reis (MG), até abril secretário-geral

do PMDB, vai apoiar Afif, sem mudar de partido.

Ampliar apoios — Afif disse que até o início do horário gratuito (15 de setembro) vai se dedicar a ampliar os apoios que estão se manifestando no PTB, no PMDB e no PFL, sem que os seus novos aliados deixem suas legendas de origem. É o caso do senador Jorge Bornhausen, do PFL de Santa Catarina. Ontem, Afif conversou demoradamente com o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). Fiúza e José Lourenço, líder do PFL, consideraram irreal uma coligação entre PMDB e PFL. "Como vou subir no mesmo palanque com Miguel Arraes, que é o meu principal adversário político em Pernambuco", justificou Fiúza. Lourenço citou o mesmo argumento, apenas trocando Arraes por Waldir Pires.

Se o PL está para conseguir mais cinco minutos na televisão, o PSDB garante hoje, um acréscimo de três aos dez minutos que já tem. Hoje assina a ficha do partido o deputado Darci Deitos (PMDB-PR). Ontem foi a vez de José Elias Murad (PTB-MG) e Hórbrio Ferraz (PTB-PE). Os tucanos passarão a ter uma bancada de 61 parlamentares.

Brizola na disputa

O ex-governador Leonel Brizola é o candidato que tem condições potenciais de disputar com Collor de Mello a liderança no primeiro e, mais tarde, no segundo turno. Esta é uma conclusão baseada no confronto político dos últimos dias, mas sobretudo nos índices revelados pela pesquisa do Instituto Gallup. Nesse estudo, mesmo destacada a vantagem do ex-governador alagoano, está enfatizado o crescimento dos indecisos na definição de voto, além de detectada uma mutabilidade apresentada pelos eleitores. Nesse trabalho 27.7% do eleitorado admite que não deixaria de votar em Collor de Mello, o que conduz a situações inesperadas e imprevisíveis. Há um outro dado do Gallup que também chama a atenção e que se insere nesse contexto: o grau de interesse pelo noticiário sobre sucessão presidencial. Os percentuais colhidos pelo Gallup demonstram até uma pequena queda em agosto, o que também empresta um caráter de decisão para os três meses que restam de campanha, em dois dos quais o espaço eleitoral gratuito deverá ganhar as atenções. O desempenho dos candidatos assume uma importância também definitiva na medida em que a preferência pelos partidos políticos, alvo de uma avaliação entre os eleitores ouvidos, não mostra uma presença expressiva das escuras. Entre os quatro primeiros colocados - PMDB, PT, PRN e PDT - só os dois últimos mostram crescimento, um dado que confirma a situação de ambos, mas justifica a preocupação que invade os setores peemedebistas por exemplo. Mas o dado que robustece e valoriza o atual momento político é o que mostra uma presença cada vez maior de eleitores que ainda não resolveram em quem votar. Eles chegavam a 30.8% em junho, passaram a 47.0% em julho e se situam, agora, em agosto, em 53.8%. Entre eles as posições de Collor com 26.9% e Brizola com 7.0% se destacam praticamente limitando a ambos a decisão, salvo uma surpreendente recuperação de outro candidato.

O voto útil

Uma polarização entre os dois candidatos, mostrada pelas pesquisas, pode conduzir ao voto útil do eleitorado ainda no primeiro turno? Essa é a indagação que também começa a envolver os partidos. A condição de eleição solteira do pleito, sem o envolvimento de outras candidaturas e o desgaste das estruturas tradicionais valoriza o desempenho dos concorrentes à Presidência. Ela pode se refletir na propaganda gratuita? De uma certa forma, na medida em que o candidato do PRN não aceita participar de debates, adotando uma outra postura diante dos adversários e permanece na liderança, a tendência será a de sofrer uma forte investida. Não só pela proximidade do pleito, mas pelo interesse crescente que a campanha vai despertar, o candidato do PRN, até agora em vantagem, vive o seu grande desafio. Antes de 15 de setembro, porém, há um outro período em que, a partir de 17 de agosto, existem algumas restrições legais à presença de candidatos no rádio e televisão. Elas podem até cair mediante recurso judicial, mas admitindo o contrário, envolvem uma repercussão de difícil avaliação. Se Collor teve boa presença na TV, ocupando inclusive os espaços de outros partidos, seus concorrentes também passaram à evidência, depois de superar questões internas e dosar estrategicamente sua participação. Em resumo, todos os dados existentes até agora, conduzem a uma fase da maior intensidade no debate sucessório. Indefinida, ainda, a campanha esquentou.

1989

22-8-89

ZERO HORA

PAÍS

F.POL (Ad. Int.)

Venda de supercomputadores ao Brasil gera controvérsia nos EUA

□ Enquanto uns órgãos do governo dos EUA aprovam a venda de supercomputadores ao Brasil, a Cia e outros se opõem.

A autorização da exportação de supercomputadores - considerados de ajuda para fabricar armas nucleares e mísseis - ao Brasil, Índia e Israel é motivo de discordâncias entre vários órgãos governamentais e poderia ser resolvida por decisão política da Casa Branca, disse ontem em Washington, uma fonte do Congresso norte-americano.

A questão se centra em solicitações de exportação ao Brasil de um supercomputador IBM para a Universidade de São Paulo e outro semelhante para a empresa fabricante de aviões Embraer S.A.; um supercomputador da Cray Research Inc. à

Universidade Técnica Israelense Technion; e outro computador Cray para o Instituto Indiano de Tecnologia de Bangalore.

"Há uma discordância entre as agências e a questão vai terminar na Casa Branca para uma decisão política", disse a fonte, que pediu para não ser identificado.

Na controvérsia se enfrentam os Departamentos de Comércio e Estado, que favorecem essas exportações, contra o Pentágono e a Cia, que são contrários a elas, disse a fonte.

"O Departamento de Estado tenta melhorar as relações com as nações amigas, e o Departamento de Comércio promover as exportações", explicou.

Por outro lado, a comunidade de inteligência preocupa, primeiro, o uso ilícito desses computadores, e, segundo, um possível acesso soviético a esses sistemas", acrescentou.

RAZÕES — "Israel, Brasil e Índia indubitavelmente desenvolvem atividades relacionadas com armas nucleares ou mísseis de longo alcance, ou armas", disse a fonte legislativa, que acrescentou que com as facilidades que lhes dariam os computadores "há amplas razões para crer que existem conexões diretas ou indiretas" com o programa de armas.

As objeções à proposta de exportação de supercomputadores foram apresentadas em reuniões efetuadas este ano pelo Comitê Especial de Exportações Nucleares, constituído por altos funcionários de agências federais. Como não houve consenso, a questão girou em torno de um grupo de funcionários de mais alto nível, o Comitê de Coordenação de Política, presidido pelo sub-secretário de Estado para Assistência de Segurança, Ciência e Tecnologia, Reginald Bartholomew (AP).



Mísseis: o temor dos EUA

Aureliano nega possibilidade f.p. de renunciar f.p.

Indignado com as especulações de que estaria em curso uma negociação do PFL com o PMDB e que implicaria em sua renúncia nos próximos dias, o candidato do PFL à Presidência da República, Aureliano Chaves, afirmou ontem que é prematura qualquer articulação das forças liberais visando criar uma frente contra a candidatura de Fernando Collor de Mello. O candidato do PFL confirmou que poderá se encontrar hoje, em Brasília, com o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, mas negou que possa haver qualquer entendimento.

— Estão cutucando a onça com vara curta — reagiu o ex-ministro, atribuindo os boatos sobre sua renúncia "à imprensa nacional", interessada em desestabilizar a sua candidatura.

Despreocupado com as pesquisas de opinião que o colocam em posição desfavorável na disputa sucessória, Aureliano Chaves disse que, antes do horário gratuito do TRE nas televisões e rádios, o quadro político continuará indefinido. Ele insistiu, mais uma vez, que as pesquisas registram a maioria do eleitorado ainda indefinida, com esse quadro apenas podendo ser alterado depois de 15 de setembro. (AG)

**MALUF RECEBIDO POR
REAGAN NOS EUA**

O candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, reuniu-se por cerca de meia hora, ontem à tarde, em Los Angeles, nos Estados Unidos, com o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan. "É um verdadeiro estadista", disse Maluf, após o encontro no escritório de Reagan, mantido a portas fechadas, sem a presença de assessores. Segundo Maluf, ele e Reagan trataram de temas como a dívida externa do Brasil, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento integrado da América Latina e o narcotráfico no continente. (AJB)

ZERO HORA

6/4/89

1-01

8908438

4/9/89
JORNAL DO BRASIL
Plano de Collor
prevê mudanças
na Constituição

MACEIÓ — As regras de desapropriação de terras para fins de reforma agrária e o tabelamento dos juros reais a 12% ao ano serão algumas das modificações à Constituição que o candidato do PRN à presidência da República, Fernando Collor de Mello, pretende encaminhar ao Congresso Nacional, caso seja eleito presidente da República, dentro de um amplo pacote de medidas que deseja implementar. Uma reforma constitucional, estendendo os artigos da Constituição que caíram em desuso por falta de regulamentação, faz parte do projeto apresentado a Collor, neste fim de semana, pela assessora econômica do candidato, Zélia Cardoso de Mello.

Além da reforma constitucional, o "pacotão" de medidas que deverá estar concluído no dia 16, prevê uma reforma administrativa que reduzirá para nove o número de ministérios. Entre outras sugestões, seriam criados um Ministério da Economia, englobando as atuais pastas da Fazenda, Planejamento, Agricultura e Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, e um Ministério da Defesa Nacional, centralizando as funções que hoje são exercidas por seis ministérios militares.

Busca de apoio — Há três meses o projeto de governo de Fernando Collor de Mello vem sendo elaborado pela equipe da economista Zélia Cardoso de Mello. Trinta e cinco pontos básicos farão parte do "pacotão" de governo, elaborado em São Paulo por mais de 200 pessoas, inclusive quadros de outros partidos.

O detalhamento do projeto ainda não está completamente concluído, o que deverá ocorrer até o dia 16. Após aprovar o "pacotão", Collor pretende intensificar os contatos com políticos, como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), e o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), para conseguir apoio às suas teses. Collor considera estes dois nomes fundamentais para garantir espaço nos setores progressistas, no caso de uma disputa no segundo turno com o candidato do PDT, Leonel Brizola.

200 100 00 100 100

Mais de 4 mil querem a renúncia de Ulysses

As adesões ao abaixo-assinado pe-
dindo a renúncia de Ulysses Grima-
rães à candidatura somavam ontem
4.280 entre parlamentares, membros
de diretoria e militantes do PMDB.
A informação foi dada pelo deputado
José Felinto (PR), que iniciou a cole-
ta de assinaturas na semana passada
com expectativa de alcançar 2.500
adesões, pretendendo entregar o do-

cumento entre os dias 8 e 11, "em
qualquer local público que Ulysses
estiver, se ele não me receber". O
deputado não se intimidou com a
reação do candidato que, na terça-
feira esperava receber o abaixo-assi-
nado em Brasília e acabou confun-
dindo Felinto com o governador
Newton Cardoso, de Minas Gerais,

afirmando que não o atenderia.

CÉDULA MISTA

— Ontem, Ulys-
ses criticou a cédula que traz a rela-
ção de todos os presidenciais, com
espaço para o eleitor marcar o "X",
por considerar que poderá haver
confusão no momento da escollia,
provocando o aumento dos votos nu-
lus. Exibiu a cédula mista e disse
que seria a saída ideal, uma vez que
conjugava os dois modelos, oferecendo
duas opções. Em relação ao projeto
de lei eleitoral, é favorável à proibi-
ção da divulgação de pesquisas nos
dez dias que antecedem as eleições e
a fixação do prazo máximo de um
minuto para aparição dos candidatos
no rádio e TV. (AG)



BRASIL DE 60 A 89

QUAL É A DIFERENÇA?

□ O país que elegeu Jânio Quadros em 60 era radicalmente diferente do atual. Mas há semelhanças inquestionáveis

MARIA ISABEL HAMMES

Editora de Política/ZH

Brasil de 1960. Brasil que tinha a sua futurista capital inaugurada e era destaque mundial. Brasil embalado nos sucessos *Mulata Assanhada* e *Me dá um dinheiro aí*, na literatura com a coletânea de crônicas *O Homem Nu*, de Fernando Sabino, e com a estréia de *Hiroshima Meu Amor*, de Alain Resnais. Brasil que recebia a visita de Jean Paul Sartre, a quase incógnita de Martin Luther King e do presidente Dwight Eisenhower, recepcionado pela União Nacional de Estudantes (UNE) com a faixa "We like Fidel". Brasil de 70 milhões de habitantes e 15 milhões de eleitores que, em 3 de

outubro, foram às urnas escolher o último presidente eleito pelo voto direto entre a vassoura de Jânio Quadros, a espada do marechal Henrique Lott e a bôia salva-vidas de Adhemar de Barros.

Brasil de 1989. Brasil animado com a música *Burguesia*, de Caetano e o polêmico filme *Quarup*, de Ruy Guerra. Brasil que leva uma enorme comitiva a Paris para as comemorações dos 200 anos da Revolução Francesa. Brasil que, mais uma vez, se prepara para tentar o campeonato mundial de futebol. Brasil de 147 milhões de habitantes e 82 milhões de eleitores que, no dia 15 de novembro, vão eleger o seu presidente pelo voto direto entre 21 candidatos.

SAUDOSA INFLAÇÃO? - São imensas as diferenças entre os efervescentes anos 60 e este conturbado final de década, mas há pelo menos algumas semelhanças inquestionáveis: a esperança de que o País retome o caminho



Sortidos: Jânio e Jango na posse do último presidente eleito

do desenvolvimento, diminuindo as gritantes diferenças sociais entre sua população e o alcance da moralização pelo novo governo.


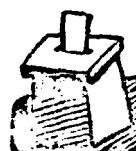









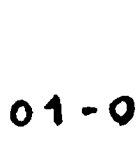



A oitava economia mundial tem uma série de dividas a resgatar. Estimativas falam que 40 milhões de brasileiros passam fome, o número de menores aban-

donados cresce assustadoramente, alimentando a escalada da violência e tornando a questão da segurança quase uma paranoia nacional. O número de analfabetos ainda é muito expressivo, os setores de saúde e educação não atendem as necessidades mínimas da população.

A inflação bate recordes — já está em 1.084% nos últimos 12 meses, contra os saudosos 6,64% de 1960 — e a dívida externa passou de estimados US\$ 10 a 12 bilhões para a cifra nada invejável de US\$ 120 bilhões. Em comparação com 1960, há progressos sensíveis nas áreas de energia, transportes e comunicações e bons saldos na balança comercial, obtidos, é claro, pelo empobrecimento do mercado interno. Mas existe muito mais a fazer para se acabar com o atraso tecnológico em várias áreas, possibilitar novos investimentos e retomar o caminho do desenvolvimento. E é isso que o Brasil espera de seu novo governante.

Continua na página 18















COMPARANDO OS NÚMEROS E DADOS

ANO 1960	ANO 1989
	
POPULAÇÃO	
70.070.457	147.404.375
Urbana - 31,3 milhões - 44,66%	Urbana - 109 milhões - 73,94%
Rural - 38,7 milhões - 55,23%	Rural - 37,7 milhões - 25,57%
Pop. Econ. Ativa	55 milhões
22,75 milhões	
	
ELEITORES	
15,54 milhões inscritos	82 milhões
	
INFLAÇÃO	
6,64%	1.084%
	
DÍVIDA EXTERNA	
US\$ 10 a 12 bilhões (estimada)	US\$ 120 bilhões
	
SALÁRIO MÍNIMO	
Cr\$ 9.600,00 (1/10/60)	NCr\$ 249,48 (equivalente a US\$ 87,8)
	
PID	
(em Cr\$ 1.000.000)	US\$ 350 bilhões
3.182,2	
	
RENDA PER CAPITA	
Cr\$ 46,00	US\$ 2.600
	
BALANÇA COMERCIAL	
(valor US\$ 1.000.000)	(junho último)
Exportações Fob - 1.270	Exportações - US\$ 3,6 bilhões
Importações Fob - 1.293	Importações - US\$ 1,5 bilhão
Saldo - -23	Saldo - US\$ 2,1 bilhões
BALANÇO UNIÃO	
(em Cr\$ 1.000)	US\$ 4,6 bilhões prev. déficit 1º sem.
Receita - 233.012.566	
Despesa - 264.636.261	
Déficit - 31.623.695	

01-02

ANO 1960

ANO 1989

	
CAPACIDADE GERADORA	
Energética Instalada	50.000 megawatts
5.728 megawatts (62)	
	
MALHA FERROVIÁRIA	
38.287 KM	29.814 KM
	
MALHA RODOVIÁRIA	
476.938 KM	1.674.996 KM
	
VEÍCULOS	
1.046.275	12 milhões (estimado)
	
Nº APARELHOS TELEFÔNICOS	
1.108.149 (61)	13.162.002 (87)
	
EDUCAÇÃO	
95.938 escolas	195.533 escolas (85)
225.569 professores	1.246.764 professores (85)
7.458.002 matrículas	33.436.000 matrículas (86)
	
ANALFABETISMO	
15 milhões	20 milhões
SAÚDE	
3.360 estabelecimentos	78.972 estabelecimentos
EXPECTATIVA VIDA	
52,67 anos	60,08 anos
MORTALIDADE INFANTIL	
65,94 (RS)	55 e 70 (BR) - 24,30 (RS-1986)

Fontes: IBGE e outros órgãos públicos e privados

8908441

Vassoura empolga multidões

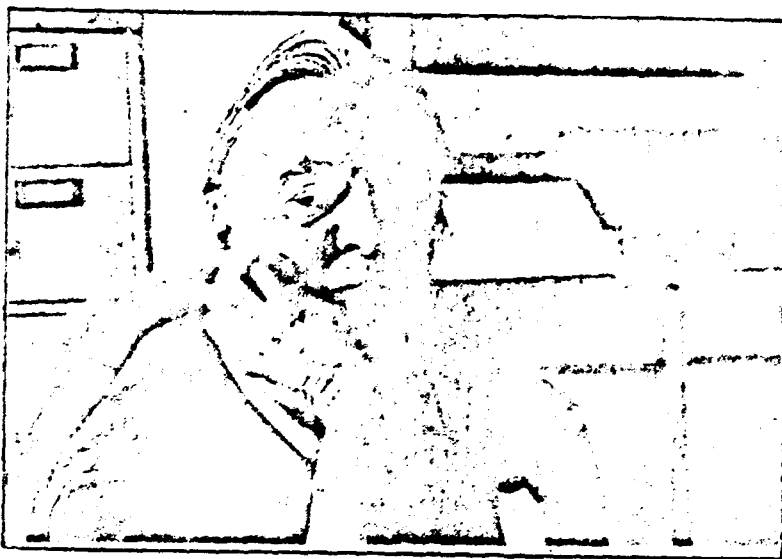
□ Sem o auxílio da TV e um discurso cheio de promessas moralistas, Jânio Quadros é o primeiro candidato de oposição eleito no País

De desconhecido professor de português em colégios da periferia de São Paulo - e autor da célebre frase "fi-lo porque qui-lo" - à presidência com a respeitável bagagem de quase 6 milhões de votos, um recorde na época, em um curto espaço de tempo, Jânio da Silva Quadros é considerado, por muitos historiadores, como o maior fenômeno eleitoral da República. Com a vassoura em punho, prometendo moralizar o país, ele empolgou multidões na campanha eleitoral do Brasil de 1960, passando como um trator sobre seus dois adversários: o marechal Henrique Duffles Teixeira Lott e Adhemar de Barros.

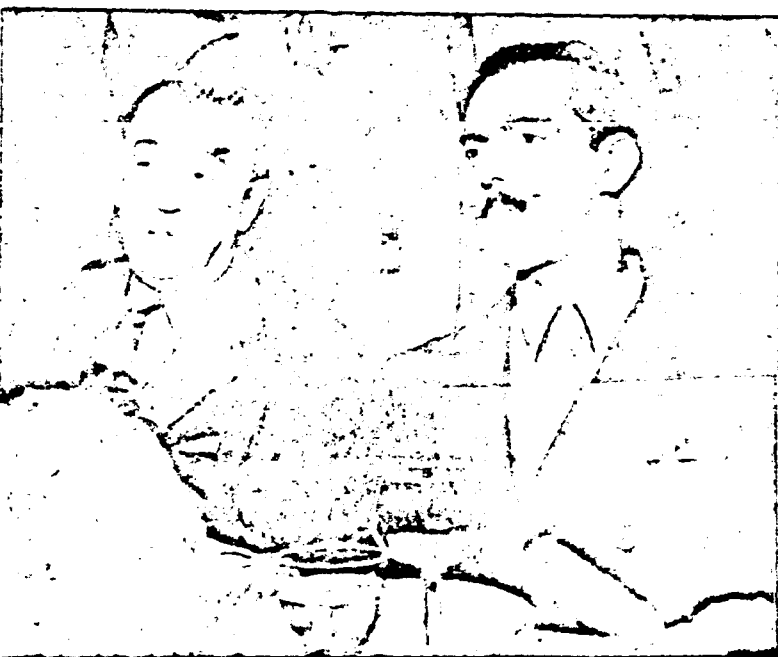
Uma campanha bem diversa da que promete a atual, já que o forte eram os comícios, viagens por todos os estados, verdadeiras odisséias, quase sem a utilização da televisão, apenas "engatinhando" na época com 10 anos de operação e pouca abrangência no território nacional. Uma campanha diversa até no número de partidos e candidatos: três concorrentes em 1960 e um total de 15 agremiações. Hoje, são 21 candidatos, 10 partidos com registro definitivo, 28 com provisório e 26 em fase de organização.

No período 45-65, o país apresentava três grandes partidos - PSD, UDN, PTB e os pequenos - PSP, PR, PSB, PDC, PTN, PRP, PL, PST, PRT, MTR e PCB (entre 45 e 47), além do Partido da Boa Vontade, que não chegou a concorrer em nenhum pleito. Do ponto de vista ideológico, o ex-professor universitário e ex-secretário municipal de Cultura, Joaquim Felizardo, alinhava os seguintes partidos: PTB e o seu ideário do trabalhismo inglês com a política trabalhista de Vargas; PL com caráter regional e conservador, mas defensor do parlamentarismo; PDC (humanista cristão); PCB com caráter marxista-leninista e, portanto, revolucionário; e PRP, integralista, nazi-fascista e extrema direita.

DANÇA - O PTN lança o nome de Jânio e recebe o apoio da UDN,



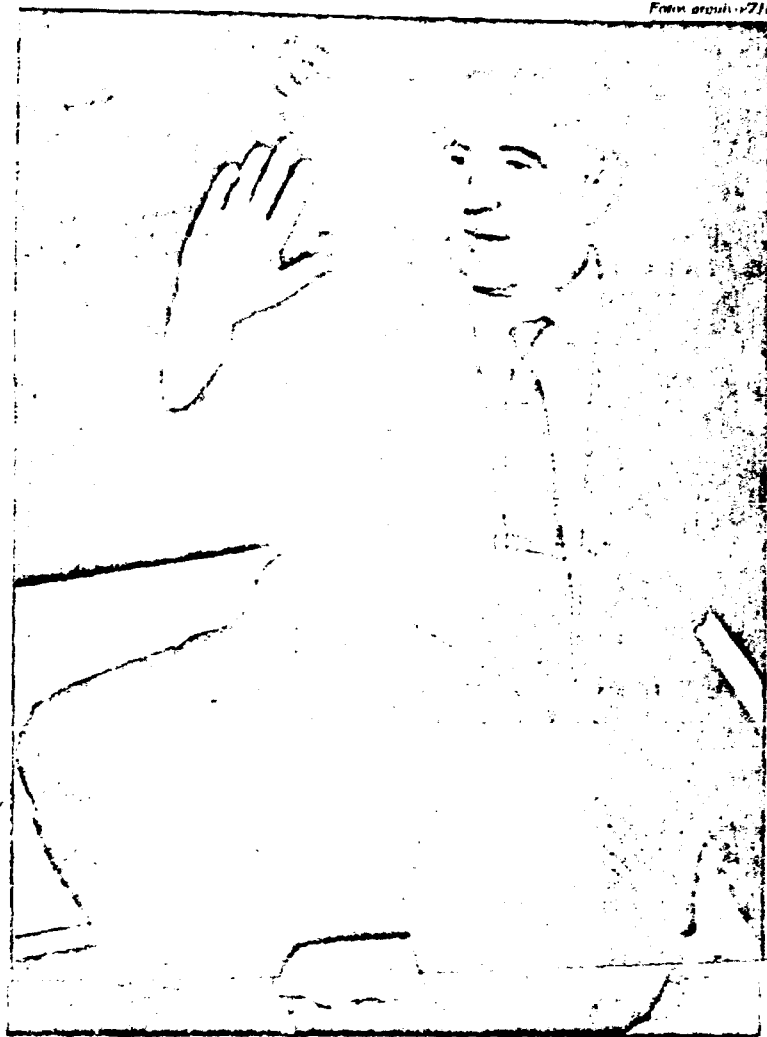
Simbolo: a vassoura permaneceu ligada ao nome de Jânio



Sucessão: Juscelino e Jânio em encontro profético antes da eleição

com os vices Milton Campos do PDC e Fernando Ferrari do MTR. Jânio recebeu o voto de 5.636.623 pessoas, o que faz com que, pela primeira vez na história nacional, um candidato da oposição vença o pleito, lembra Felizardo, culminando a carreira iniciada em 47 com o cargo de vereador e, um ano depois, como deputado estadual pelo PDC, partido que também o leva à prefeitura de São Paulo junto com o PSB. Em 54, chega ao Palácio dos Bandeirantes pelo PSB PTN e, quatro anos depois, se candidata à Câmara dos Deputados pelo PTB, representando o Paraná.

Aliás, é esta "dança" por vários partidos que caracteriza, na opinião do ex-secretário de Cultura, a trajetória política de Jânio, "um candidato que se colocava acima dos partidos". Em relação aos partidos, Felizardo chama a atenção para outro ponto importante, lembrando que o pleito se caracterizou pelo fato de que nenhuma das facções dominantes teve condições de lançar um candidato próprio à sucessão. Isto levou o partido governista e o de oposição a recorrerem a nomes que não eram de suas fileiras, mas apresentavam as mesmas características de força, autoridade e ordem.



Folclore: o populismo otimista e persistente de Adhemar



Disputa: Lott prometia cortar com a espada os vassourões do adversário

Vence a alternativa moralista

A sucessão do presidente Juscelino Kubitschek, pelo PSD-PTB, concorreu o marechal Lott com o vice João Goulart, militar apoiado pelas esquerdas com uma difusa proposta nacionalista. Lott ocupava o ministério da Guerra desde 54, havia garantido a posse de JK em janeiro de 56 e tinha como principais lemas de sua campanha o respeito às liberdades democráticas e sindicais, a limitação da remessa de lucros ao exterior, Furnas, Três Marias, Volta Redonda, Petrobrás e reforma agrária. Lott acabou em segundo lugar com

3.846.825 votos, dos quais 431.497 no Estado e Jânio foi eleito vice (o voto não era vinculado). No Rio Grande do Sul, o vice mais votado foi Fernando Ferrari do MTR com 557.425 votos, seguido por João Goulart com 472.902 e o mineiro Milton Campos da UDN com 143.509.

Adhemar de Barros e o seu populismo otimista foi o nome do PSP para a corrida presidencial de 60, sem candidato a vice. O ex-interventor de São Paulo e, na época, prefeito da capital paulista dizia "exata-

mente o que o eleitorado queria ouvir naquele momento, embora com um discurso descomprometido de princípios doutrinários, éticos e morais", critica o professor Felizardo. Adhemar, simbolizado pela bóia salva-vidas, acabou na terceira posição com 2.195.708 votos na eleição que teve um total de 907.197 votos nulos e em branco, 7,21% do total. Adhemar era o único dos três que concorreria à presidência pela segunda vez, pois já havia disputado a eleição de 56 com JK, Plínio Salgado e Juarez Távora.

ALTERNATIVAS - Aliás, é a partir da metade do governo de JK - em 58 - que o Brasil passa a enfrentar a crise econômica pelo endividamento externo e inflação. "O modelo substitutivo entrava em uma crise decisiva por falta dos chamados bens de capital, metástase do mercado de consumo e crescentes reivindicações de reformas sociais com os trabalhadores mais exigindo reforma agrária e os militares querendo aumentos de salários. As candidaturas com os nomes de fora do esquema partidário (Lott e Jânio) eram sintoma do im-

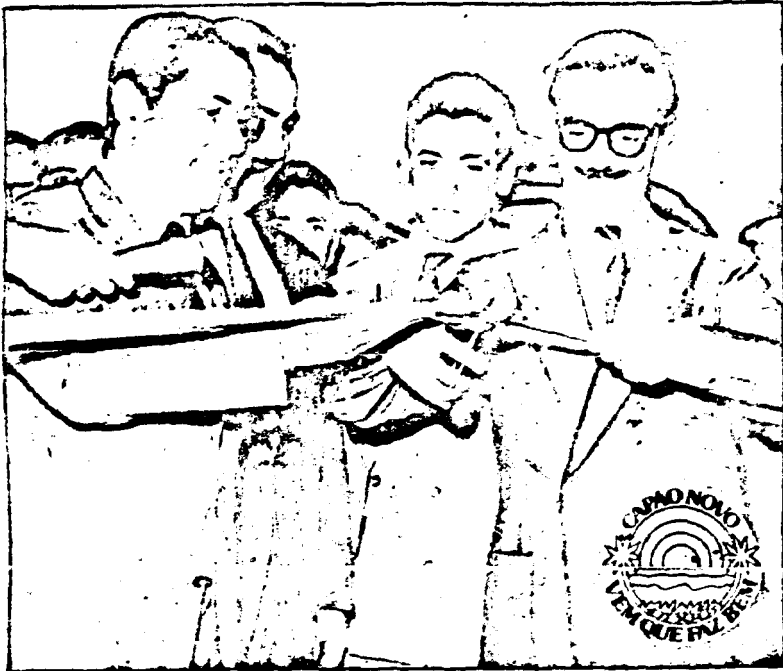
passe vivido pelas classes dominantes", lembra Felizardo.

Nesse sentido, é viável se concluir que a classe média desesperada com fundas as necessidades econômicas e sociais com as alternativas moralistas e paroquiais, que acabaram traduzidas na proibição de brigas de ralo e uso de biquini no País. Um país que vivera recentemente um acelerado período desenvolvimentista e encerrado de forma bem satisfatória em nível externo com a sua

8908441

PRESIDENCIÁVEIS DE 89

O QUE FAZIAM EM 1960



Políticos: alguns, como Brizola, já exerciam mandatos populares em 60

De quadras de esporte aos cargos políticos

Uma participação ativa na campanha de Jânio Quadros marcou o ano de 60 para o tucano Mario Covas, do PSDB, quando ele dirigia o departamento de Serviços Públicos da Prefeitura de Santos. Um ano depois, Covas se candidatava e perdia sua primeira eleição para a prefeitura de Santos, concorrendo pelo PST, embora muito conhecido na cidade onde o seu nome começou a se destacar em 57, a partir dos trabalhos realizados durante a série de deslizamentos na região. Com 30 anos na data da última eleição presidencial, Covas já era casado há seis com Lila e formado há cinco em engenharia pela Escola Politécnica da USP.

Destacado jogador de basquete do Sport Clube Recife, esporte que o levou à seleção pernambucana na posição de pivô, em 61, Roberto Freire, candidato do PCB, começou sua carreira política como líder estudantil e só entrou para o PCB em 62, quando tinha 20 anos. O pernambucano só disputou a sua primeira eleição 10 anos depois pelo MDB, quando perdeu a prefeitura de Olinda para uma sublegenda da Arena. Em 74, foi eleito para a assembleia legislativa e quatro anos depois começou sua carreira na Câmara.

Coordenador da campanha de Jânio Quadros foi o papel que coube a Afonso Alves Camargo Neto, em 1960. Com 31 anos na época, o candidato do PTB passou todo o ano ocupado com as estratégias da campanha para eleger Jânio como o sucessor de JK, derrotando o marechal Lott e Adhemar de Barros. Depois deste trabalho, Afonso Camargo desempenhou uma nova coordenação, desta vez da campanha de Ney Braga ao governo do Paraná, onde exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça em 63 e, um ano depois, o

de vice governador.

FUNDADO JORNALIS - Com 31 anos, Ameliano Chaves era suplente na assembleia legislativa de Minas Gerais em 60, mas acabou assumindo uma cadeira por manobras de Magalhães Pinto, de quem chegou a ser líder do governo. Na época, o candidato do PFL já era casado com Vivi e formado em engenharia eletro-mecânica pela Faculdade de Engenharia de Itajubá. Um ano depois da eleição de Jânio, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça é indicado para a diretoria da Eletrobrás e, em 62, é eleito deputado estadual pela UDN.

Já casado com Silvia Luftalla, Paulo Matul exercia, em 60, a vice-presidência da Itucatex Indústria e Comércio, empresa de propriedade de sua família, e tinha 29 anos. Formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da USP, Matul só começou sua carreira política sete anos depois da eleição de Jânio, quando foi indicado para dirigir a Caixa Econômica Federal em São Paulo e, dois anos depois, para a prefeitura da capital paulistana.

O líder das pesquisas eleitorais tinha apenas 11 anos quando a última campanha eleitoral estava em andamento e cursava, em regime de semi-internato, a 4ª série do 1º Grau no Colégio Santo Vicente, na zona sul do Rio de Janeiro, estado onde nasceu. Um ano antes da eleição de Jânio, Fernando Collor de Mello fundou o jornal "O Troie" no colégio e, em 65, mais um outro jornal estudantil, desta vez "O Estudante", no Colégio São José. Formado em economia e jornalista profissional, o candidato do PRN ocupava boa parte de seu tempo com esportes, como futebol e caratê.

Um jogava futebol e apostava em uma carreira esportiva promissora, o outro preferia basquete, gostava de bailes e paquerar garotas, com política restrita a um ou outro grêmio estudantil e diretório acadêmico. Outros já participavam dos atos políticos e até da campanha à sucessão de JK, votando em Jânio ou no marechal Lott. Mas afinal o que faziam os 11 candidatos com melhor colocação nas pesquisas em 1960, data da última eleição presidencial?

Estudar, namorar bastante, frequentar bailes, promover reuniões em casa, quando ouvia música com os amigos ou tocava piano para o pai Jamil, a mãe Henriette e os três irmãos eram algumas das atividades constantes naquela época na vida de Guilherme Afif Domingos. Com 17 anos em 60, Afif cursava o clássico no Colégio São Luiz, em São Paulo, onde jogava futebol, um dos esportes que praticava também no Clube Atlético Monte Libano. O candidato do PL não teve nenhuma participação na campanha presidencial, como lembra a mãe Henriette, mas demonstrava muita atenção aos debates entre os familiares sobre a sucessão de JK.

BAIXA POLÍTICA - O mais jovem dos atuais candidatos tinha apenas 11 anos na última eleição. Ronaldo Caiado, ex presidente licenciado da

UDR e candidato do PSD, morava em Anápolis com os pais Edénal e Maria Xavier e frequentava a 5ª série do 1º grau no Colégio São Francisco de Assis. Nos fins de semana, o médico e sua família viajavam ao interior goiano para uma de suas fazendas, onde ele aproveitava para cavalgar, nadar e jogar bola. Familiares do candidato do PSD dizem que, desde sua infância, demonstrava tendência para medicina, com muita curiosidade "para ver como eram os fatos e o que havia dentro dos brinquedos".

Com 38 anos, Loonel Brizola já era um político de destaque na época, governando o Rio Grande do Sul, onde fazia promoções de sucesso como "Seu Talão Vale Um Milhão", na qual a população trocava notas fiscais por cautelas para com correr a sorteios mensais, programa que visava aumentar a arrecadação a partir da diminuição da sonegação de impostos, e com a "brizolêira", título estadual mais procurado pelos pequenos investidores. O candidato do PDT apoiava Lott e participava ativamente de sua campanha e, com a vitória de Jânio, termina o ano em baixa política, voltando ao destaque no cenário em 61 com o movimento da Legalidade para garantir a posse de Jango, seu cunhado.

FUTEBOL DE VÁRZEA - Como passatempos, os preferidos eram jo-

gar futebol de várzea (embora cultivasse esperança de alcançar a fama) e dançar nos bailes dos fins de semana, mas a atividade principal de Luis Inácio Lula da Silva em 60 era estudar o curso de torneiro mecânico no Senai, profissão exercida na Villares onde se destacou como líder sindical. Com 17 anos, Lula morava com a mãe Eurídice e alguns de seus 18 irmãos em São Bernardo do Campo, onde vivia após ter residido em Santos, cidade na qual chegou aos sete anos vindo com a família de Pernambuco. O primeiro emprego com carteira assinada foi aos 11 anos em uma tinturaria de São Paulo.

Em 60, o mais velho dos atuais candidatos à sucessão de Sarney já era um conhecido deputado federal do matreiro PSD, que um ano depois seria indicado para o ministério da Indústria e Comércio. Ulysses Guimarães, do PMDB, com 44 anos, exercia o seu terceiro mandato na Câmara, após ter começado sua carreira em 46 como deputado estadual paulista e em 51 ter enfrentado sua primeira eleição para deputado federal. Ulysses, eleito ainda vice presidente da UNE em 39, era casado, em 60, há cinco anos com dona Mora. Em 58, o candidato do PMDB tentou ser governador de São Paulo, mas não obteve o apoio de JK.

Temas e promessas são semelhantes

As promessas dos atuais candidatos em muito se assemelham com as que eram feitas pelos que concorreram à última eleição para presidente. Todos falam

de moralidade e em retomada do desenvolvimento, temas que deram a vitória a Jânio em 60. Mas os de mais evidência

são salários, inflação e dívida externa. A seguir, a opinião de 11 dos candidatos, com melhor colocação nas pesquisas sobre esses três assuntos:

SALÁRIOS

PL - Política desenvolvimentista para criar novos empregos com melhor nível salarial e livre negociação total, com exceção do salário mínimo

PSD - Com atração de capital externo, país terá mais empregos com salário justo

PDT - Compromisso de, em nenhuma hipótese, permitir nova redução e programa defesa de emprego

PT - Distribuição de renda através medidas de elevação gradual do salário mínimo real com aumentos reais e reposição poder aquisitivo

PMDB - Recuperação do crescimento com melhoria da produtividade para aumentar salários

PSDB - Reduzir disparidades, lei salarial com regras simples e política favorável às indústrias de trabalho intensivo

PCB - Duplicar salário mínimo e fazer com que massa salarial chegue a 50% PIB em seu governo

PTB - Política justa e de salários reais

PFL - Livre negociação e incentivar criação microempresas para absorver mão de obra

PDS - Salário mínimo que, em valores de julho, seria de NCz\$ 300,00, livre negociação e isenção de imposto de Renda para quem ganha até 20 mínimos

PRN - Livre negociação só depois de crescimento econômico do País

INFLAÇÃO

PL - Desativação e privatização de estatais deficitárias, eliminação de subsídios e fim incentivos

PSD - Privatização de estatais, redução do déficit e da carga tributária e expansão de oferta de alimentos

PDT - Rigoroso controle da emissão títulos e mpeda, sem choque fiscal

PT - Consequência dívidas interna e externa, diminuir com crescimento economia e combate à especulação

PMDB - Saneamento do Estado, redução transferências para exterior, luta contra sonegação e especulação

PSDB - Controlar gastos públicos, aumentar receita tributária líquida com corte subsídios e incentivos

PCB - Redução taxa de juros e controle de preços relativo junto com política de renda

PTB - Atacar a fundo especulação do mercado e de bolsas

PFL - Moralização e racionalização gastos públicos e reforma administrativa

PDS - Corte gastos governamentais e encerramento da máquina com a criação de um único ministério da economia

PRN - Só será vencida com retomada crescimento, o que exige saneamento público e integração econômica mundial de modo mais cooperativo

DÍVIDA EXTERNA

PL - Renegociação, convênio de parte da dívida e limite para pagamento de juros e recompra de títulos de credores

PSD - Tem que ser paga e diminuída com atração de credores para novos investimentos

PDT - Auditoria é primeira passo, seguida por renegociação com base no valor juros capitalizados sobre o principal para pagamento em 30-40 anos

PT - Romper acordo FMI, suspender pagamento imediato e instituir auditoria

PMDB - Não pode ser cobrada pelo valor atual, obter o máximo desconto possível

PSDB - Limitar transferência recursos para exterior e renegociar a que puder no mercado secundário

PCB - Suspender por 10 anos enquanto se negocia acordo em novas bases com redução do estoque

PTB - Negociar com governos países credores através de ações energéticas e objetivas

PFL - Reestruturação em termos competitivos com soberania nacional e com participação sociedade

PDS - Renegociação problema político, e ser tratado pelo presidente da República, tornando solução similar a que o México obteve recentemente

PRN - Paga em prazos competitivos com taxas de crescimento, após tratarmos dívida e soberania



NA GUERRA ELEITORAL

VICE PODE SER UMA ARMA

GUSTAVO KRIEGER

Editoria Política/ZH

"Vice não fala", dizia uma frase que o humorista Jô Soares tornou popular em todo o Brasil, ao interpretar um político que não aceitava de forma alguma concorrer a vice-presidente por considerar o cargo pouco importante. No mesmo quadro, o político frustrado reclamava que "vice não viria nome de rua ou praça", regalias que muitas vezes são concedidas a um simples vereador. Brincadeiras à parte, mesmo estando fora do primeiro plano da cena eleitoral, os vices têm um importante papel político nesta eleição, não só pela assessoria que prestam aos presidentiáveis, mas pela capacidade de atrair votos em regiões ou camadas políticas nas quais os candidatos a presidente não têm influência.

Não foi à toa que os partidos dedicaram quase tanta atenção à escolha dos vices quanto à dos candidatos a presidente. Houve casos em que as definições foram precedidas de complicadas negociações políticas, como as que envolveram os partidos políticos até que se definisse a dobradinha Lula-Bisol. E até um vice que foi disputado por dois candidatos, como Camilo Calazans, que antes de compor a chapa do PSD com Ronaldo Caiado esteve praticamente acertado com o "tucano" Mário Covas.

Poucos presidentiáveis têm força política em todo o País e, por isso, os vices são importantes para ampliar a base eleitoral de cada candidatura. Sintomaticamente, entre os vices dos 11 presidentiáveis melhor colocados nas pesquisas, três buscaram seus vices em São Paulo e outros três em Minas Gerais, tentando atingir assim dois dos maiores colégios eleitorais do País.

REFORÇO — Entre os principais candidatos, não há nenhum caso de presidente e vice com a mesma base eleitoral. Ao contrário, todos os partidos procuraram montar suas chapas de forma a atingir o maior eleitorado possível.



Assim, se um candidato é do Sul, vai buscar seu vice no Nordeste, ou se não é de São Paulo, tenta ter como companheiro um político que lhe abra as portas do eleitorado paulista. O gaúcho Leonel Brizola, por exemplo, tem o pernambucano Fernando Lyra como vice. Mário Covas foi mais longe. O senador paulista também tentou um vice pernambucano com a candidatura de Roberto Magalhães, mas quando este renunciou, decidiu fortalecer-se na região Norte, tendo como companheiro de chapa o senador paraense Aimor Gbriel.

Mas não é apenas a questão regional que infui na escolha do vice. Também é importante que este seja

um político capaz de ampliar a base política de cada candidatura. Ao convidar o senador Itamar Franco para ser seu vice, Collor de Mello não pensava apenas em conquistar o eleitorado mineiro, onde este é muito influente. Aproveitando a participação de Itamar na CPI da Corrupção, Collor pretendia ter a seu lado um político que reforçasse sua imagem de "caçador de marajás".

A presença do paulista Cláudio Lembo na chapa liderada por Aureliano Chaves, tem outra explicação. Ex secretário de governo de Jânio Quadros na prefeitura de São Paulo, Lembo representa o aval do ex presidente à chapa do PFL.

Sarney não foi o primeiro. Mas o que ficou mais tempo

José Sarney foi o vice-presidente que permaneceu mais tempo no poder, mas não foi o primeiro a assumir definitivamente a Presidência da República. A história brasileira tem vários outros casos registrados. Aliás, o primeiro presidente da República foi derrubado por seu vice. O marechal Deodoro da Fonseca, que proclamou a República em 1889 foi derrubado dois anos depois pelo marechal Floriano Peixoto, que tinha sido eleito vice-presidente poucos meses antes. Floriano fechou o congresso, demitiu os presidentes de província fiéis a Deodoro e enfrentou diversas rebeliões.

Aliás, o vice-presidente era um adversário perigoso nos primeiros tempos da República, como pôde comprovar Prudente de Moraes, que sucedeu Floriano Peixoto e foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular no Brasil. Ele adoeceu gravemente em meio ao mandato e o vice, Manuel Vitorino Pereira, que assumiu durante o seu impedimento, tentou impedir seu retorno, mas sem sucesso.

Além das intrigas políticas, causas naturais levaram vices ao poder, como Nilo Peçanha, que governou o Brasil de junho de 1909 a novembro de 1910, após a morte do titular Afonso Pena. Uma das sucessões mais confusas da história aconteceu em 1918 e 19. O presidente Rodrigues Alves morreu antes da posse e assumiu o vice Delfim Moreira, mas como este tinha problemas de saúde ficou menos de um ano na Presidência. Foi substituído por Epitácio Pessoa, eleito em 1919, voltando para a Vice-Presidência que ocupou até sua morte.

PROBLEMAS — Entretanto, nem todos os vice-presidentes puderam as-

sumir normalmente os cargos quando os titulares foram impedidos. O primeiro a ter problemas foi Café Filho, vice-presidente que sucedeu Getúlio Vargas quando este cometeu suicídio. Café Filho governou pouco mais de um ano, mas adoeceu antes de completar o mandato. O presidente da Câmara, Carlos Luz deveria assumir em seu lugar, mas foi impedido por um golpe liderado pelo general Henrique Lott, que queria garantir a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. Após 12 dias de internação, Café Filho tentou reassumir, mas foi impedido pelo Congresso.

João Goulart é outro vice que enfrentou problemas para assumir. Quando Jânio Quadros renunciou, em 1961, Jango sofreu um veto dos militares e sua posse só foi garantida após um grande movimento de resistência e mesmo assim tendo que aceitar a imposição de um regime parlamentarista. O presidencialismo voltou em janeiro de 63, mas Jango foi deposto em 64, quando começou o regime militar.

Mesmo tendo sido um dos líderes civis do movimento de 64, o mineiro Pedro Aleixo não tinha a confiança dos militares para dirigir a Nação exatamente por ser civil. Quando presidente Costa e Silva foi obrigado a se afastar do cargo após ter sido atingido por uma trombada, Pedro Aleixo era o vice. Mas sua posse foi impedida pela Junta Militar que tomou o poder e que pouco depois declararia extinto o seu mandato.

A história brasileira mostra que a Vice-Presidência pode ser tanto um cargo perigoso quanto poderoso, dependendo do momento histórico e de quem o ocupa.

Cargo assume importância

No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves venceu no Colégio Eleitoral a disputa pela Presidência da República e era festejado em todo o País. No canto da festa, um tanto constrangido, aparecia seu vice José Sarney, um ex-presidente do PDS cuja presença na chapa vencedora era combatida por muitos setores da aliança que tomava o poder. Entretanto, estava reservado para Sarney o papel principal no novo governo. Com a doença de Tancredo que determinou sua internação na véspera da posse e provocou sua morte 38 dias depois, Sarney foi empossado e acabou cumprindo todo o mandato.

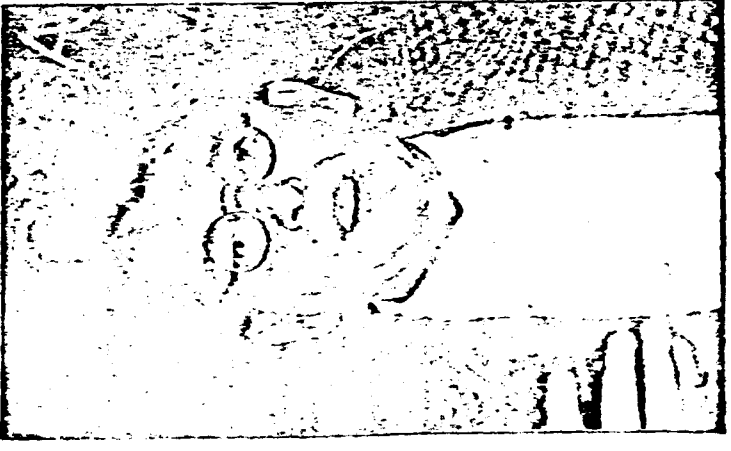
A história de José Sarney é possivelmente a demonstração mais clara da importância que pode assumir o vice-presidente. Afinal, mesmo não

sendo eleito presidente e de seu nome não constar dos votos dados no colégio eleitoral, ele vai cumprir, até deixar o cargo, um mandato de cinco anos, que está entre os maiores já registrados na história brasileira. Entre os presidentes eleitos, somente o general João Figueiredo permaneceu mais tempo no poder, cumprindo um mandato de seis anos. Getúlio Vargas também permaneceu na presidência durante mais tempo, mas dirigindo um regime de exceção, como o Estado Novo.

Os cinco anos de Sarney só são igualados por três outros presidentes: Ernesto Geisel, Juscelino Kubitschek e o marechal Eurico Gaspar Dutra. Todos os outros, eleitos ou não, exerceram a Presidência por menos tempo que o vice Sarney.

ZERO HORA 4/9/89

Fernando Gabeira se lança à luta Presidência pelo Partido Verde



Gabeira: campanha pela ecologia

□ A ecologia e a defesa da Amazônia são os temas principais do mais novo candidato à Presidência da República, lançado ontem no Rio de Janeiro

No mesmo local onde há dez anos desembarcou depois de um longo exílio, no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio, o jornalista Fernando Gabeira lançou ontem sua candidatura à Presidência da República pelo Partido Verde (PV). Gabeira chegou otimista e, em entrevista coletiva, falou de sua plataforma de governo na qual a ecologia e a Amazônia serão as principais bandeiras.

Gabeira foi recebido por cerca de 30 militantes do partido, entre eles o vereador carioca Alfredo Sirkis e o deputado estadual fluminense Carlos Minc. Apesar de alegar que a decisão de lançar-se candidato aconteceu durante sua viagem de sete dias à Itália, a candidatura de Fernando Gabeira

já estava sendo articulada há mais de uma semana pelo partido.

O candidato do PV enfatizou que no exterior existe grande preocupação com os programas apresentados pelos candidatos que não reservam um espaço para a questão da Amazônia, o que, segundo ele, se tornou um problema internacional. O mais novo candidato à Presidência afirmou que vai defender questões alternativas para a ecologia e "estabelecer um vínculo com o resto do mundo" através de sua bandeira.

Fernando Gabeira acredita que, através da ecologia, poderá denunciar "uma visão mais clara" para soluções do problema dos transportes, alimentação, saúde, educação e até mesmo na dívida externa. Gabeira lançará oficialmente sua campanha no dia 10, durante a convenção do partido. Até lá, Gabeira percorrerá a rota de todos os candidatos: de hoje até quarta-feira, grava uma série de programas de rádio e TV em São Paulo, além de manter reuniões com bases do partido. Ontem mesmo, via

beira começou sua peregrinação com uma reunião com a atriz Lucélia Santos para receber oficialmente seu apoio.

PLATAFORMA — Durante a entrevista, o candidato verde ressaltou que pretende ampliar a plataforma de governo feita em 1986, quando se candidatou a governador do Rio. Entre eles, um no Pantanal matogrosso, em defesa dos ecossistemas, e uma viagem a Brasília para levar ao ministro da Saúde, Sérgio Tsuzuki, um grande despertador para fazê-lo acordar sobre os problemas da AIDS.

O candidato verde disse que não pretende tirar votos de ninguém. Entretanto, não poupou palavras ao se referir a Fernando Collor de Mello. Gabeira admite que no segundo turno poderá ser formada uma ampla aliança entre setores da esquerda e liberais. O candidato chegou a admitir a possibilidade de uma aliança com Leonel Brizola, do PDT. "Não existem preconceitos", (AF)

ZERO HORA 3/9/85

Bomba explode na sede do PRN em Passo Fundo

□ O atentado preocupa a direção local do partido. Brigada Militar recolheu fragmentos da bomba e encaminhou ao Exército, que cuidará do assunto.

Uma bomba de fabricação caseira explodiu na madrugada de ontem na porta de entrada do prédio onde funciona o comitê do PRN, em Passo Fundo, localizado na Rua Independência, no centro da cidade. Com a explosão, foi totalmente destruída a porta de vidro temperado e a grade externa foi entortada, devido ao impacto. O escritório onde funciona o comitê, situado no primeiro andar,

não foi afetado.

O fato ocorreu por volta das 2 horas. Dois soldados da Brigada Militar que passaram pelo local logo após a explosão, recolheram fragmentos do artefato e levaram para o Exército para ser examinado. Até o final da manhã, a Polícia não tinha pistas dos autores do atentado.

De acordo com Ivanilza Corralo, integrante do Diretório municipal do PRN em Passo Fundo, o que aconteceu "foi terrorismo dos piores". O Comitê, segundo informou Corralo, foi inaugurado na última quarta-feira, dia 30 de agosto, quando esteve na cidade o presidente regional do partido, José Carlos Mayo. (Central do Interior/ZH).

Ponte São Borja-Santo Thomé tem estudo técnico em outubro

Até o dia 9 de outubro serão conhecidos os dados técnicos que servirão de base para a publicação dos editais destinados à abertura de concorrência para construção da ponte São Borja-Santo Thomé. A decisão foi tomada ontem, em São Borja, durante a reunião da Comissão Binacional que estuda o projeto. O encontro reuniu os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e de Corrientes, Ricardo Loconte, e outras autoridades brasileiras e argentinas. Pelo regimento interno da Comissão Mista Argentino-Brasileira (COMIX), a ponte — com um custo previsto de US\$ 15 milhões — será construída sob o regime de concessão da obra pública.

A Comissão Mista será, a partir de agora, integrada por 16 membros, oito representando órgãos argentinos e oito de órgãos brasileiros. A província de Corrientes e o Rio Grande

do Sul serão representados no COMIX por dois membros cada um, como forma de salvaguardar os interesses regionais. Os órgãos representados são, pelo Brasil: Ministério dos Transportes, DNER, Rede Ferroviária Federal, Receita Federal, Polícia Federal e Itamaraty; e pela Argentina: Secretaria de Transporte (do Ministério de Obras y Servicios Públicos), Dirección Nacional de Viabilidad, Ferrocarriles Argentinos, Administración Nacional de Aduanas e Superintendencia Nacional de Frontera.

Até a realização da próxima reunião do COMIX, dia 10 de outubro, espera-se que os Congressos dos dois países tenham homologado os acordos assinados em Uruguaiana, no último dia 22 de agosto, por ocasião da visita dos presidentes José Sarney e Carlos Menem.

ZERO HORA
06/09/89

01.01

8908454

Congresso exagera na delegação que manda a debate em Londres

João Bosco Jardim

S de Brasil 6/9/89

LONDRES — O Brasil tem a delegação mais numerosa entre os 103 países que participam da conferência da União Interparlamentar (IPU) inaugurada segunda-feira, em Londres, pela rainha Elizabeth. São 23 parlamentares (16 deputados, sete senadores) e 17 esposas. Entre os parlamentares, 10 são delegados oficiais — número máximo permitido pelo regulamento. Os restantes, figuram como assessores na relação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, presidido pelo senador Humberto Lucena (PMDB), que chefia a delegação.

A conferência, prevista para durar até sábado, marca o centenário da IPU — organização que reúne representantes de 112 dos 145 parlamentos de mundo. O coordenador Ronald Pike, responsável pela realização da conferência em Londres, disse que o dinheiro das despesas dos delegados e de seus acompanhantes vem todo dos países representados. A IPU, segundo ele, se encarrega apenas das despesas de locomoção e de organização dos trabalhos no local da conferência, o Queen Elizabeth Conference Center.

O senador Humberto Lucena preferiu informar apenas o número de delegados brasileiros. Segundo a relação da IPU, o Brasil comparece com uma delegação de 49 pessoas, que inclui, além dos 10 delegados oficiais, 17 assessores (entre eles, uma secretária e um assessor de imprensa), 21 acompanhantes (19 esposas e dois filhos) e um diplomata. Alguns parlamentares brasileiros inscritos na conferência não compareceram. "É sem dúvida a delegação mais numerosa", disse um dos organizadores, que não quis identificar-se. "Tão numerosa quanto são generosos os brasileiros", completou. A delegação argentina tem oito delegados.

Apenas os senadores Humberto Lucena (PMDB) e João Menezes (PFL) estão inscritos para falar. (Até ontem, o deputado Fernando Gasparian (PMDB) aguardava uma brecha na agenda.) O senador peemedebista disse que traz a posição da maioria do Congresso brasileiro "no sentido de se encontrar uma fórmula que possa nos levar a uma solução política para o endividamento do Terceiro Mundo". Seu discurso, de cinco minutos, elogia o projeto do presidente da Romênia, Nicolau Ceaucescu, que prevê a liberação de recursos destinados a armamentos, pelos países desenvolvidos, para um fundo de socorro aos países endividados. Num "Discurso sobre a Ecologia", o senador do PFL dirá que, "na atualidade, a ecologia é o símbolo da defesa da natureza e brevemente se tornará a teoria que governará o mundo". As resoluções das conferências da União Interparlamentar destinam-

8908455

Congresso "collorido"

Ricardo Noblat

Começou ontem a descer pelo reino a idéia de que o próximo presidente da República enfrentará sérios problemas com o Congresso se não dispuser, ali, de uma ampla e sólida base de sustentação. A idéia tem sido usada para desaconselhar a eleição de candidatos como Collor de Mello e Leonel Brizola. O deputado Ulysses Guimarães tem se valido dela para defender sua própria candidatura. O PMDB é o maior partido no Congresso.



O próximo presidente, seja ele qual for, não enfrentará sérios problemas com o Congresso — pelo menos, com o Congresso que aí está e que só será renovado em novembro do próximo ano. O Congresso atual deu ao presidente José Sarney o mandato de 5 anos que ele tanto quis. Aos brasileiros, que queriam 4 anos para Sarney, deu as costas. Dará ao sucessor de Sarney o que ele quiser. Dócil Congresso.

A face conhecida do PRN de Collor de Mello contabiliza o apoio de pouco mais de 40 parlamentares entre 495 que têm assento na Câmara dos Deputados. Todos os partidos, à exceção do PRN, firmaram um acordo para a votação ontem do projeto de lei que altera as regras da eleição de novembro próximo. Às 10h da manhã, o painel eletrônico da Câmara registrou a presença no prédio do Congresso de 354 deputados.

Haveria quorum para votação do projeto se 248 deputados ocupassem seus lugares na hora marcada pelo presidente da sessão. Faltou quorum. As campanhas soaram convocando os deputados que preferiram permanecer em seus gabinetes. Compareceram apenas 197. Os demais ficaram onde estavam e muitos foram embora para não ter que votar. O PRN comemorou o episódio com justa satisfação. A face oculta do PRN é muito maior que a oficial.

"Estou pensando em ir para casa porque, pelo jeito, não haverá quorum", avaliou o deputado Luiz Roberto Ponte, líder do governo na Câmara, em conversa com o deputado Ibsen Pinheiro, líder do

PMDB. Eram 11h — e, no plenário da Câmara, o número de deputados não ultrapassava a casa dos 110. "Haverá, sim. O pessoal só está esperando a hora da votação", garantiu Ibsen. "Então vou ficar por causa do que você me diz", rebateu Ponte.

E ficou. No dia anterior, os líderes de todos os partidos gastaram mais de 10 horas de reunião para se entender em torno do projeto de lei que estipula as regras para a eleição de sucessor de Sarney. O modelo da cédula eleitoral não foi o assunto que mais ocupou o tempo da reunião. Cada líder usou a cédula como pretexto para negociar a confecção de regras que pudessem beneficiar mais o candidato do seu partido.

O deputado Renan Calheiros, líder do PRN, não lutou sozinho em defesa dos interesses de Collor de Mello. O líder do PDC o apoiou sempre. O PDS exibiu-se dividido: seu líder, o deputado Bonifácio de Andrade, atuou com equilíbrio e moderação. O deputado Gerson Perez (PDS-PA) reforçou as posições assumidas por Calheiros. Perez fingiu que apoiava Paulo Maluf, candidato do PDS a presidente, mas, informalmente, já aderiu a Collor.

O PT e o PSDB conseguiram o que queriam: a fixação de um prazo de filiação partidária que salvasse seus atuais candidatos a vice-presidente da República do risco de uma impugnação definitiva pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os candidatos a vice do PT e do PSDB se filiaram depois das convenções que indicaram Lula e Mário Covas para disputar a sucessão de Sarney. O PMDB e o PDT conseguiram, também, o que desejavam.

Desejavam prevenir a possibilidade de emissoras de rádio e de televisão conferir um tratamento desigual aos candidatos fora do horário gratuito de propaganda eleitoral. Por isso, foram estipuladas no projeto determinadas regras que ferem, frontalmente, o direito à liberdade de informação. A síndrome da TV Globo, que apoiava o candidato Collor de Mello, alcançou os líderes reunidos na Câmara.

O modelo de cédula eleitoral, finalmente adotado, contemplou o gosto de todos os líderes — embora possa acabar confundindo o eleitor menos atento. O PRN de Collor ganhou a batalha da legislação eleitoral porque derrotou a idéia da adoção da cédula em branco, como propuseram os demais partidos. Ganhou porque a Justiça considerará inconstitucional tudo que limite a liberdade de informação. E ganhou, por fim, porque nada foi votado.

ZERO HORA

07/09/85

Os 21 candidatos à Presidência

A relação dos candidatos à Presidência da República é a seguinte:

PMDB — Ulysses Guimarães/Waldir Pires; PSDB — Mário Covas/Aimor Gabriel; PDT — Leonel Brizola/Fernando Lyra; PFL — Aureliano Chaves/Claudio Lembo; PL/PDC — Afif Domingos/Aluizio Pimenta; PRN/PSI/PTR/PSC — Fernando Collor/Itamar Franco; PSD/PDN — Ronaldo Caiado/Camilo Caiçans; PT/PSB/PC do B — Luis Inácio Lula da Silva/José Paulo Bisol; Partido Nacionalista (PN) — Livia Maria Ledo Pio de Abreu/Adwin Retto; PV — Herbert Daniel/Mauricio Lobo; PDS — Paulo Mauril/Bonifácio de Andrada; PTB — Affonso Camargo/Faria Lima; Partido da Mobilização Nacional (PMN) — Celso Granillo/José Natan Furtado Neto; PCB — Roberto Freire/Sérgio Arouca; Partido da Recuperação da Ordem Nacional (PRONA) — Enéas Ferreira/Lenim Madeira; Partido Comunista Nacional (PCN) — Zanir José Teixeira/William Pereira; Partido Municipalista Brasileiro (PMB) — Armando Corrêa/Agostinho Linhares; Partido Liberal Progressista (PLP) — Eudes Mattar/Dante Lazzaroni; Partido do Povo Brasileiro (PPB) — Antônio Pedreira/Orestes Alves. (A/B)

01-01

8908461

Maluf acusa Brizola de ligação com crime

São Paulo — Roberto Fautino

SÃO PAULO — O candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, prometeu mostrar hoje, no programa Palanque Eletrônico, da Rede Globo, conexões entre a criminalidade e ex-integrantes do governo do candidato do PDT, Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. "Farei revelações sobre a ligação de pessoas de seu governo com o tóxico e a contravenção", disse Maluf, sem adiantar o teor de suas denúncias.

Desconcertado com a atitude do adversário na última quarta-feira, quando Brizola passou-lhe uma descompostura e recusou-se a cumprimentá-lo, ofendido com declarações anteriores de Maluf insinuando ligações entre o ex-governador do Rio e o jogo do bicho, o candidato do PDS partiu ontem para o ataque.

"Ele só sabe xingar. Só destila ódio", acusou Maluf. "Não pode conviver com a democracia", prosseguiu, depois de chamar o candidato do PDT de mal-educado.

Maluf acha que a atitude de Brizola se deve ao resultado das últimas pesquisas eleitorais. "Quando cai nas pesquisas ele enlouquece", disparou. "Por isso não vai para o segundo turno." O candidato do PDS disse que Brizola nunca desmentiu a versão de que fugiu para o Uruguai após o golpe de 1964 vestido de mulher e acrescentou: "Ele não tem como defender sua honrabilidade."

Apesar dos ataques e ameaças, Maluf declarou que quer uma campanha civilizada. Ao comentar a provocação do vice-presidente do PDS carioca, José Joaquim Ferreira, que no debate na Convenção Nacional dos Supermercados acusou Brizola de não ter "qualidade de macho", Maluf achou que o correligionário foi longe demais. "Desaprovo esse tipo de atitude. Foi falta de educação", disse.

Abacaxi — Maluf fez essas declarações ao longo de duas horas de campanha na Rua José Paulino, no centro de São Paulo, tradicional pon-

to de venda roupas. Bem humorado, o candidato do PDS entrou em mais de duas dezenas de lojas, pechinhou e comprou roupas para os netos, falou árabe, inglês e francês e foi muito bem recebido pelas balconistas e comerciantes.

Ao chegar no início da rua, Maluf parou na barraca do pernambucano Ailton Alves Cadeira, que há 20 vende abacaxi em pedaços no local. Quando Maluf perguntou se deveria pegar o abacaxi com a mão, o vendedor, desinibido, respondeu: "Não, com o pé". Sem perder o bom-humor, o candidato do PDS devolveu: "Então vou usar meu 752." Maluf não se incomodou nem quando o vendedor segurou um abacaxi sobre a sua cabeça. Depois de comer, Maluf concluiu: "Esse abacaxi é mais doce que o da política."

"No meu governo a Rota vai voltar para a rua", disse a Dalva Maria dos Santos, referindo-se ao grupo de caça a delinquentes da PM paulista. A paranaense Eva de Souza Ferreira, comerciante de Foz do Iguaçu, pediu que transforme sua cidade em zona franca. "Vamos estudar", desconversou Maluf.

Maluf: coroadado com um abacaxi

JOEAL DO BRASIL 01/09/85

PARTES ILEGÍBIS

01 - 01

8908462

ZERO HORA 31/08/85

CARLOS
FEHLBERG

Partidos e sucessão

Com algumas incertezas e cisões, os partidos disputam o sucesso presidencial com muita força, mas a grande indagação reside no quadro que resultará do pleito de novembro. Em menos de um ano, estarão se realizando eleições para os executivos estaduais e parlamentos, já sob novo governo federal. Em muito pouco tempo, a situação partidária dos anos 80 começa a mudar fortemente. Depois de uma reformulação gerada a partir da extinção do bipartidarismo e do enfraquecimento nacional do PDS, a Nova República trouxe para primeiro plano o PMDB e PFL, unidos pela Aliança Democrática, mas surpreendidos pelo PT e PDT nas eleições municipais de 88. Os resultados eleitorais de novembro, ainda que marcados pelo caráter da eleição solteira, devem influir nas sucessões governamentais, mas sobretudo nas estruturas partidárias. Os candidatos à Presidência estão buscando apoio em correntes políticas, e os dois maiores partidos nacionais, PMDB e PFL, começam a sentir o reflexo dessa movimentação. Além da repercussão imediata, passa a ganhar valor especial seu reflexo na futura eleição, que não vai sofrer intervalo na campanha.

Poco
legible

01 - 01

. 8908463

Gabeira sairá candidato em convenção no domingo

F.P.P.
Vinte anos depois de participar do seqüestro do então embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick — a ação foi uma tentativa da guerrilha para derrubar o governo militar — e após dez anos da sua volta do exílio, o jornalista Fernando Gabeira anunciou, às 9h de ontem, no Aeroporto do Galeão, no Rio, onde chegou procedente da Itália, a sua condição de candidato a presidente da República pelo Partido Verde. A sua candidatura será oficializada em convenção extraordinária na Câmara dos Vereadores, no próximo domingo, quando também será indicado o candidato a vice na chapa do PV.

Desde a rejeição do nome de Gabeira para compor a chapa da Frente Brasil Popular, como vice de Luis Inácio Lula da Silva, que o PV estuda a possibilidade de lançar uma candidatura competitiva. Na sexta-feira, o candidato simbólico do PV, Herbert Daniel, anunciou a sua desistência alegando falta de condições físicas e reconhecendo Gabeira como candidato natural do partido.

Segundo o PV, a candidatura de Gabeira foi lançada para suprir a ausência de discussão dos problemas ecológicos na campanha e evitar a divisão no partido. "Não estávamos bem representados. O Lula não fala a mesma linguagem nossa. Precisamos de um candidato que faça crescer a questão ecológica", disse Gabeira. O vereador Alfredo

Sirkis, do PV do Rio, acha que a única forma de unificar o Partido Verde é uma candidatura própria.

Inflação — Gabeira afirmou que para vencer a inflação é preciso "um esforço planetário". Ele disse esperar que os países credores ajudem o Brasil a sair da crise econômica e também a resolver os problemas do transporte, da energia. "Cresceu a consciência ecológica mundial, até a dívida externa pode ser negociada nesses termos", disse.

A 72 dias da eleição, o novo candidato do PV disse que está faltando uma "orientação pacifista para atenuar a violência na campanha". Gabeira acredita que ainda tem chances de vitória, pois a maioria do eleitorado está indecisa. O PV irá dispor de apenas 15 segundos no horário eleitoral gratuito do TSE no rádio e na TV, tempo em que o partido aproveitará para "expor as idéias e chamar o eleitor para manifestações de rua e debates", segundo Gabeira. Na opinião de Alfredo Sirkis, "a maior dificuldade será fazer com que o povo saiba que Gabeira é candidato".

O deputado estadual Carlos Minc, do PV do Rio, disse que a campanha verde tentará criar fatos políticos, como um "empate" no Pantanal em defesa do ecossistema e contra a operação militar.

J. do Brasil 4/9/79

Assessoria já faz planos para o governo de Collor

MACEIÓ O candidato do PRN à presidência da República, Fernando Collor de Mello, conheceu ontem os primeiros detalhes do "pacotão" — um projeto de governo que está sendo preparado por seus assessores econômicos Zélia Cardoso de Mello e Carlos Moraes e prevê reformas nas áreas econômica, urbana, agrária, constitucional e social. Se eleito, Collor pretende que esse seja o único "pacote" de seu governo.

Collor quer que seus assessores econômicos apresentem o plano definitivo no dia 16, um dia após o início da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. O "pacotão", como já está sendo chamado pela assessoria de campanha, seria posto em prática no dia 16 de março, se o candidato do PRN ganhar as eleições.

Pacotão — Durante reunião que começou às 10h na sede jornal "Gazeta de Alagoas" e terminou à tarde, em sua residência, o esboço do "pacotão" foi apresentado a Collor. Além de Zélia Cardoso e Carlos Moraes, mais 200

pessoas trabalham na elaboração do projeto. Participaram também da reunião o assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, o coordenador da campanha, deputado estadual Cleto Falcão, o irmão do candidato, Pedro Collor e o jornalista Sebastião Nery.

Além de conhecer o esboço do "pacotão", Collor aproveitou a reunião de ontem, em Maceió, para se atualizar sobre os números da economia. O candidato disse que, se for eleito, espera que, ao tomar posse, os níveis de reservas cambiais estejam em torno de US\$ 10 bilhões e a inflação no patamar dos 30%, porque seria "desastroso" para o próximo presidente receber a faixa presidencial estando o país com menos de US\$ 5 bilhões de reservas e a inflação acima de 40%.

O projeto do candidato prevê a redução da inflação, num período de um ano e meio, para 3% ao mês. Collor disse que não pretende entrar em confronto com os credores externos e, se eleito, não decretará a moratória.

do Brasil 3/09/89

098

2 HORA 14/8/89
deles na composição de seu ministério, caso seja eleito



Brizola está contra a privatização das estatais

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, afirmou em Belo Horizonte, que, uma vez confirmado o confronto com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, no segundo turno, pedirá o apoio dos candidatos mais à esquerda, oferecendo, em contrapartida, a participação deles na composição de seu ministério, caso ganhe as eleições.

Brizola elogiou o candidato do PFL, Aureliano Chaves, e não descartou a possibilidade de convidá-lo também para seu ministério. "Aureliano Chaves é um homem austero, honesto e credenciado a participar da administração pública do País. Ele pertence ao conservadorismo lúcido deste país e, por isso, todos devem reconhecer a sua vida política".

O candidato do PDT se esquivou de responder se convidaria Lula para ocupar o cargo de ministro do Trabalho. "Não quero passar o carro na frente dos bois", disse ele. Brizola condenou a decisão do governo Sarney de privatizar várias estatais, apontando especialmente as siderúrgicas Usiminas, Açosita e Aços Piratini. Afirmou que fará um apelo a mineiros e gaúchos para a realização de um plebiscito contra a privatização destas empresas. "Isto está parecendo mais uma negociação com interesses de grupos internacionais. O Governo não tem o direito de se desfazer de patrimônio construído com o dinheiro público". (AE)



BRIZOLA: se esquivando de falar sobre Lula

098

F.P. (P.P.)

ZERO HORA — Segunda-feira, 11 de maio de 1973

ADITI 1073

PMDB se mobiliza por Ulysses

Lair Gonçalves

Uma reunião da Interzonal sábado à tarde marcou o início da mobilização do PMDB de Porto Alegre na campanha de Ulysses Guimarães, a partir da reflexão e autocrítica por parte de dirigentes e militantes. Os peemedebistas consumiram boa parte do tempo na avaliação de um quadro interno desfavorável, na medida em que embora o candidato seja considerado bom, há o reconhecimento de que o partido não conseguiu até agora se mexer na Capital, o que deve ser alterado.

Com a presença de dirigentes e representantes dos diretórios zonais da Capital e com o senador José Fogaça ao final, os militantes admitiram que o PMDB vive um clima de imobilismo, com "a moral da tropa muito baixa". De forma unânime, reconhece-se que Ulysses Guimarães é um grande candidato, pelo seu passado e pelas suas possibilidades para cumprir o papel de estadista. Contudo, os peemedebistas, mesmo sem atribuir responsabilidade a alguém especificamente, entendem que o partido já não é o mesmo.

Um dirigente de zonal chegou a afirmar que o problema do PMDB "não é apenas eleitoral, é existencial. Ou seja, precisa se reencontrar". A reunião foi uma primeira tentativa de mobilização.

Não foram aprovadas moções ou documentos, mas firmado o compromisso entre os cerca de 70 militantes presentes em trabalhar realmente na campanha de Ulysses Guimarães, proca-



Peemedebistas: esforço por Ulysses

rando superar o desânimo, e difundindo para o resto das bases em Porto Alegre este posicionamento.

Além da reunião na Capital, os peemedebistas de Viamão (onde se filiaram 20 lideranças comunitárias), Alvorada e Cidreira também estiveram reunidos, sob o comando do presidente regional do partido, deputado Léo Souza. Além de Fogaça, os secretários Waldir Walter e Assis de Souza também participaram.

098

CPI acha prejuízo de US\$ 300 milhões aos cofres da União

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado (CPI), que há cerca de dois anos apura as irregularidades nas importações de alimentos realizadas durante o Plano Cruzado, constatou um prejuízo de 300 milhões de dólares aos cofres da União. Essa é uma das conclusões constantes do relatório que a CPI recebeu ontem do senador Mauro Borges (PDC-GO). A votação, porém, ficou para a próxima terça-feira, quando serão apreciadas as emendas propostas pelos membros da CPI.

Entre as principais irregularidades apontadas no relatório de 253 páginas constam as de peculato, advocacia administrativa e falsidade ideológica. A lista de pessoas responsabilizadas pela importação de alimentos, que atingiu mais de quatro milhões e oitocentas mil toneladas, soma 16 nomes. A eles, a pedido dos integrantes da comissão, serão adicionadas as cinco empresas privadas e as sete estatais que teriam sido favorecidas pelas importações.

De acordo com o presidente da CPI, senador Dirceu Carneiro, (PMDB), a CPI dos alimentos encaminhará o relatório, incluindo o enquadramento das empresas beneficiadas, ao Ministério Público, para que sejam promovidas as responsabilidades civis e criminais dos infratores indicados no documento. Além disso, a CPI recomenda a revisão das leis sobre crimes de



Borges: relator

responsabilidade e do decreto lei sobre licitações públicas, a fim de facilitar a fiscalização do poder Legislativo. Dirceu Carneiro assinalou que não é competência do Legislativo julgar, mas mostrar à sociedade o que aconteceu, frisando que "isso foi feito", através da análise de documentos, cruzamento e processamento de informações fornecidas por órgãos públicos e depoimentos dos envolvidos no caso das importações de alimentos. (Radiobrás)

098

2-10-8-89

F. de (P. P. P.)

Estruturas partidárias

A movimentação que se verifica nos partidos políticos às vésperas da sucessão, com dissidências e abandono de legendas, não decorre apenas do caráter de eleição solteira, que marca a escolha do novo Presidente da República. Ela tem maior significação, pois já prevê um reassentamento no quadro partidário, após o pleito. A rigor, entre um turno e outro, quando as opções ficarão limitadas a dois nomes. A formação do novo Governo também acabará se refletindo nos atuais agrupamentos políticos, a julgar por qualquer levantamento que for desenvolvido agora. Essa previsão em torno da fragilidade atual dos partidos já começou mais cedo com a disputa no PMDB, que gerou primeiro o PSD e, mais tarde, o choque entre as correntes progressista e moderada, no debate sucessório. Na escolha dos candidatos para compor a chapa dos presidencialistas, nos últimos dois meses, isso também aconteceu. Vários vices saíram de outros quadros na busca de uma ampliação de bases e, depois de uma fase de certo desprezo com a classe política, a busca de adesões e a valorização dela reaparecem. Não houve mudança de enfoque no que diz respeito aos desgastes e à importância que exercerão os meios de comunicação, para só citar um dado que predominou nas primeiras análises. A figura do candidato está acima das estruturas partidárias, mas não poderá prescindir de apoios políticos para consolidar posições ou recuperá-las. É esse o quadro que se detecta no meio político, faltando três meses para a eleição. Os concorrentes pensam nas bases partidárias e políticos influentes, cada vez com maior intensidade. O candidato do PMDB nas suas, esquivando restrições internas, mas convencido de que se empolgá-las tem chance de participar do segundo turno; Paulo Maluf trabalha políticos do PDS e de outros; Aureliano Chaves continua às voltas com a penetração de seu nome no partido; Lula aposta na fidelidade de seus correligionários; Brizola trata de viabilizar costuras políticas que desenvolveu no primeiro semestre, enquanto Collor de Mello, depois de liderar as pesquisas de opinião pública com a legenda do PRN e seu tom crítico, também passa à ofensiva nesse campo.

Mudanças

Se a disputa é pela Presidência sem envolver renovação do Congresso, Assembleias e Governos Estaduais, o reajustamento político-partidário também passa por projeções nesse sentido. Algumas candidaturas se voltam para as sucessões estaduais, outras aproveitam para fortalecer novas legendas, mas não há dúvida de que um novo quadro político-partidário está ocorrendo a partir do início da campanha sucessória, envolvendo várias etapas. A atual se recompõe com setores políticos com vistas aos dois turnos eleitorais, mas trazendo consequências inevitáveis neles, na formação do futuro ministério e nas equações para a campanha eleitoral do próximo ano. Há uma vinculação nesse sentido, ainda que não arquitetada em toda essa extensão ou até nem colocada nesses termos.

Superministro

A idéia de um superministro para atuar na área econômica não é nova. Além da proposta, antiga, de criação de um ministério da economia, a realidade mostrou em diferentes momentos, desde Celso Furtado como ministro do Planejamento de Jango, que a autoridade de um ministro na área econômica acabava ocorrendo por prestígio que lhe conferia o Presidente ou por seu próprio destaque interno.

Marchezan

O ex-deputado Nelson Marchezan não tomou nenhuma decisão envolvendo a sucessão presidencial. Sem negar que já conversou com Collor de Mello, Marchezan observa que a repercussão sobre o noticiário envolvendo-o foi dimensionada pelo próprio candidato do PRN em entrevista à televisão no início da semana, quando admitiu interesse no seu apoio, sem considerá-lo integrado na sua campanha. Marchezan reafirmou na noite de ontem, que tem conversado com lideranças políticas nos últimos meses, buscando situar-se diante do problema sucessório e da situação nacional.

8908733

098

Brizola defende intervenção estatal no mercado financeiro

Líder do PDT compara-se a Gorbachev e diz que apoiará os bancos regionais

O candidato do PDT à Presidência da República comparou-se ao líder soviético Mikhail Gorbachev, ao falar ontem, em Foz do Iguaçu, a um grupo de 200 dirigentes de cooperativas. "Se o modelo econômico soviético está sendo questionado por força de uma única liderança, no caso de Gorbachev, eu indago por que não poderia fazer o mesmo no Brasil", disse Leonel Brizola. Ele defendeu a intervenção do Estado no mercado para interromper a ciranda financeira e criticou a existência de grandes bancos.

— Se for necessário assumir a responsabilidade da estatização por algum tempo, eu o farei — afirmou.

Pela manhã, os cooperativistas reunidos pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) para conhecer as propostas dos presidencialistas, ouviram o candidato do PFL, Aureliano Chaves, invocar outro dirigente estrangeiro para explicar uma proposta diametralmente oposta à que Brizola apresentaria no final da tarde. Aureliano citou a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher, para simplificar a política de desestatização que defende para o Brasil. "Ela foi bem-sucedida porque olhou cada caso em particular", resumiu.

Não foi só na escolha de modelos internacionais que Brizola e Aureliano mostraram idéias totalmente divergentes aos cooperativistas. Enquanto Aureliano defendeu a manutenção de subsídios fiscais, definindo-os como "instrumentos adequados de



Brizola: assumindo a estatização

desenvolvimento, se usados com bom senso", e também o ministro Mailson da Nobrega, dizendo que os ministros da área econômica "são sempre usados como bodes expiatórios". Brizola centrou seu pronunciamento em críticas ao sistema bancário e defendeu a restauração dos bancos regionais. (AJB)

24.10.88-89

F. Re (P. P. A.)

098

F. B. (P. 11) -

ZERO HORA — Quinta-feira, 10.08.89

O presidente Sarney abre esta manhã, no Itamaraty, o I Encontro de Ministros da Cultura da América Latina e Caribe, que reúne até sábado 20 países, Unesco e Aladi. Para o ministro José Aparecido, o encontro deve servir como caminho para uma plataforma de integração

Encontro de cultura da América Latina e Caribe começa hoje

O presidente José Sarney abre hoje, às 10 horas, no auditório do palácio do Itamaraty, o I Encontro dos Ministros da Cultura da América Latina e Caribe, que reúne até sábado delegações de 20 países da região e observadores da Unesco e Aladi (Associação Latino-Americana de Integração). Para o ministro da Cultura, José Aparecido, idealizador da reunião, o encontro deve ser considerado como uma plataforma para a criação de mecanismos estáveis de integração regional. "Será um passo concreto no caminho da aldeia global latino-americana, garantindo a nossa sobrevivência como espaço cultural e defendendo nossa identidade cultural específica", disse. Salientando que o temário será formalizado na primeira sessão de trabalho, ele disse que alguns temas, por sua momentaneidade, naturalmente serão focalizados, entre eles a cultura como instrumento de integração e desenvolvimento regional, a proteção

e conservação dos bens culturais e naturais da região, e a difusão das línguas oficiais como instrumento de intercâmbio e integração, com a preservação das línguas autóctones.

Afirmando que o mercado latino-americano e caribenho é estimado em mais de um bilhão de espectadores/ano, Aparecido disse que merecem ser discutidos, apoiados e fortalecidos, os mecanismos destinados à criação de um mercado comum para os filmes produzidos na área. Nesse sentido, ele defende a instituição de fundos regionais capazes de apoiar a produção cinematográfica e de vídeos, com o incentivo à construção de salas para a sua exibição.

As primeiras delegações a chegar para o encontro de ministros da Cultura foram as de Cuba e Nicarágua, encabeçadas, respectivamente, pelos ministros Armando Hart Dávalos e Rosário Murillo. Eles estão em Brasília desde o dia 8.

098

24-10-8-89

F. Ca.

Medidas foram definidas ontem, depois de uma reunião de Sarney com presidentes do Senado e da Câmara

Muito barulho, pouco efeito

A privatização de 14 empresas, entre as quais a Copeau e a Aços Finos Piratini; a extinção de 5 mil cargos vagos; e a venda das residências oficiais de ministros e dirigentes de estatais e de 8 mil imóveis, no Rio de Janeiro e São Paulo, administrados pelo Serviço de Patrimônio da União. Estas são as primeiras medidas que o presidente José Sarney irá tomar, ainda esta semana, através de projetos, medidas provisórias e decretos, em resposta ao Programa de Emergência sugerido pelos presidentes dos partidos no Congresso.

A adoção destas medidas foi anunciada ontem, pelo ministro Costa Couto, em entrevista, depois de ter participado com o senador Nelson Carneiro, presidente do Senado e do Congresso, e o deputado Páez de Andrade, presidente da Câmara, de uma reunião de 90 minutos com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto. Além disso, o governo estuda a redução da lista de produtos com importação proibida e a redução da alíquota de importação de alguns produtos, privilegiando os setores de bens de capital e insumos.

LEI ANTITRUSTE — Durante o encontro do presidente Sarney com os representantes do Congresso, surgiu a idéia de apresentação de um projeto de lei antitruste. Este projeto será elaborado conjuntamente pelos dois



Acertos: Costa Couto, Nelson Carneiro e Páez de Andrade, depois da reunião no Palácio, explicam as medidas

poderes, Executivo e Legislativo, sendo que a sugestão para que algo fosse feito nesta área surgiu quando o presidente e os congressistas analisavam a majoração irreal de preços e a prática abusiva de sonegação.

O presidente Sarney, por sua vez, se comprometeu ontem a enviar um comunicado oficial ao Congresso, examinando cada item e se manifestando sobre cada uma das sugestões. Com este documento, os represen-

tantes dos partidos signatários do Programa de Emergência, pretendem acompanhar a implementação das medidas pelo governo e sugerir novas alternativas. O senador Nelson Carneiro, por sua vez, disse que não poderia garantir a aprovação das medidas que o governo vai enviar ao Congresso. Esclareceu que não há unanimidade, mas um compromisso da maioria dos partidos de aprovar estas medidas e que os presidentes dos partidos, que assinaram o documento, têm o compromisso de trabalhar suas bancadas para garantir a execução do Programa.

O senador Nelson Carneiro garantiu, mais uma vez, que a proposta do Congresso não prevê qualquer mudança ministerial ou mesmo a criação de um super-ministro. Explicou que a iniciativa tem como único objetivo garantir a tranquilidade e a estabilidade do país até 15 de março de 90, quando assume o novo presidente do país. Destacou que este entendimento surpreende, pois é a primeira vez que se celebra um pacto envolvendo o Executivo e o Legislativo. Segundo ele os entendimentos estão apenas iniciando, podendo render mais frutos, sendo que eles beneficiam a todos os candidatos à Presidência, pois segurar a espiral inflacionária. (Brasília/ZH)

Carnei vender

A entrevista da Câmara, Senado, Nelson Carneiro, depois de uma reunião com o presidente Sarney, em que os jornalistas também se casam funções Ministros, e parlamentares — Queria as casas dos presidentes e do Senado. — Mas os jornalistas não são os únicos que trabalham para garantir a execução do Programa.

— Vocês estão pensando em votar? É is vontade? É is der as casas. — tão satisfeitos discutir esse a Carneiro. (AC)

8908736

01-02

O líder do governo na Câmara, Luis Roberto Ponte, admitiu ontem em Porto Alegre, ao se referir ao pacote, que "o efeito é mais psicológico", observando que assim o Planalto "mostra à população que está disposto a cortar mordomias". Ponte falou na reunião-almoo da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federsul) e da Associação Comercial de Porto Alegre. Ele reconheceu que o valor da venda das mansões e dos apartamentos não chega a ser significativa. B criticou a postura do Congresso Nacional, que "sempre cede à pressão das galerias como se um segmento da sociedade representasse os 140 milhões de brasileiros".

09B

24-10-8-89

Elas

Medidas foram definidas ontem, depois de uma reunião de Sarney com presidentes do Senado e da Câmara

Muito barulho, pouco efeito



Acertos: Costa Couto, Nelson Carneiro e Páez de Andrade, depois da reunião no Palácio, explicam as medidas

A privatização de 14 empresas, entre as quais a Copeul e a Aços Finos Piratini; a extinção de 5 mil cargos vagos; a venda das residências oficiais de ministros e dirigentes de estatais e de 8 mil imóveis, no Rio de Janeiro e São Paulo, administrados pelo Serviço de Patrimônio da União. Estas são as primeiras medidas que o presidente José Sarney irá tomar, ainda esta semana, através de projetos, medidas provisórias e decretos, em resposta ao Programa de Emergência sugerido pelos presidentes dos partidos no Congresso.

A adoção destas medidas foi anunciada ontem, pelo ministro Costa Couto, em entrevista, depois de ter participado com o senador Nelson Carneiro, presidente do Senado e do Congresso, e o deputado Páez de Andrade, presidente da Câmara, de uma reunião de 90 minutos com o presidente José Sarney no Palácio do Planalto. Além disso, o governo estuda a redução da lista de produtos com importação proibida e a redução da alíquota de importação de alguns produtos, privilegiando os setores de bens de capital e insumos.

LEI ANTITRUSTE — Durante o encontro do presidente Sarney com os representantes do Congresso, surgiu a idéia de apresentação de um projeto de lei antitruste. Este projeto será elaborado conjuntamente pelos dois

poderes, Executivo e Legislativo, sendo que a sugestão para que algo fosse feito nesta área surgiu quando o presidente e os congressistas analisavam a majoração irreal de preços e a prática abusiva de sonegação.

O presidente Sarney, por sua vez, se comprometeu ontem a enviar um comunicado oficial ao Congresso, examinando cada item e se manifestando sobre cada uma das sugestões. Com este documento, os represen-

tantes dos partidos signatários do Programa de Emergência, pretendem acompanhar a implementação das medidas pelo governo e sugerir novas alternativas. O senador Nelson Carneiro, por sua vez, disse que não poderia garantir a aprovação das medidas que o governo vai enviar ao Congresso. Esclareceu que não há unanimidade, mas um compromisso da maioria dos partidos de aprovar estas medidas e que os presidentes dos partidos, que assinaram o documento, têm o compromisso de trabalhar suas bancadas para garantir a execução do Programa.

O senador Nelson Carneiro garantiu, mais uma vez, que a proposta do Congresso não prevê qualquer mudança ministerial ou mesmo a criação de um super-ministro. Explicou que a iniciativa tem como único objetivo garantir a tranquilidade e a estabilidade do país até 15 de março de 90, quando assume o novo presidente do país. Destacou que este entendimento surpreende, pois é a primeira vez que se celebra um pacto envolvendo o Executivo e o Legislativo. Segundo ele os entendimentos estão apenas iniciando, podendo render mais frutos, sendo que eles beneficiam a todos os candidatos à Presidência, pois seguem a espiral inflacionária. (Brasília/ZH)

Carneiro: "Vou vender as casas"

A entrevista que os presidentes da Câmara, Páez de Andrade, do Senado, Nelson Carneiro, ontem, depois do encontro com o presidente Sarney, fôra feita por jornalistas que também seriam vendidos a casas funcionais, na Península dos Ministros, e os apartamentos parlamentares.

— Queriam que vocês fossem as casas dos presidentes da Câmara e do Senado. Não existe esse sistema grande de comprar as casas — foi o primeiro comentário do senador Nelson Carneiro.

Mas os jornalistas não ficaram satisfeitos e insistiram. Chegou a vez do deputado Páez de Andrade explicar que a venda dos imóveis funcionais do Legislativo não depende da vontade das Mesas da Câmara e do Senado. Precisaria ser pela aprovação do plenário da imprensa insistiu. Então, o senador Nelson Carneiro voltou a mentar:

— Vocês estão pegando um pretexto menor e deixando de lado coisas importantes como o comércio de uma lei antitruste pelo Executivo e Legislativo. Se há vontade política do Executivo, nós vamos saber se também existe disposição por parte do Legislativo — insistiu um repórter.

Finalmente, veio a resposta definitiva:

— Vocês querem saber vontade? É isso? Há. Vamos vender as casas. Que diabo. Vocês são satisfeitos? Não vamos discutir esse assunto — arretrou-se Carneiro. (AG)

O LÍDER do governo na Câmara, Luis Roberto Ponte, admitiu ontem em Porto Alegre, ao se referir ao pacote, que "o efeito é mais psicológico", observando que assim o Planalto "mostra à população que está disposto a cortar mordomias". Ponte falou na reunião-almôço da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul) e da Associação Comercial de Porto Alegre. Ele reconheceu que o valor da venda das mansões e dos apartamentos não chega a ser significativa. E criticou a postura do Congresso Nacional, que "sempre cede à pressão das galerias como se um segmento da sociedade representasse os 140 milhões de brasileiros".

Para líderes dos partidos, quase tudo é superficial

As medidas anunciadas ontem pelo governo "têm efeito mais político do que financeiro". Esta é a opinião do deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), um dos redatores da proposta do Congresso. O efeito político, segundo ele, se traduz em maior credibilidade junto à sociedade e à comunidade internacional, que passam a perceber que o governo e o Congresso estão sintonizados e reverterem o clima favorável à hiperinflação.

Para o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), a venda das mansões dos ministros não passa de "simbolismo", já que o efeito financeiro é irrisório. Segundo ele, o PMDB, "em linhas gerais", não rejeitará qualquer proposta que venha do Executivo que esteja inserida nas idéias gerais contidas no Plano de Emergência. Isto, no entanto, não significa apoiar o governo, ressaltou Ibsen Pinheiro, que preferiu ser cauteloso na sua avaliação alegando que ainda não havia

examinado as medidas anunciadas ontem.

O presidente Guilherme Afif Domingos (PL) disse que todas as medidas que visem a tirar o Estado de prejuízo serão bem-vindas. Ele acrescentou que não entendeu os critérios seguidos pelo governo para elencar as empresas que serão privatizadas. Quanto à venda de imóveis, Afif acha que não passa de medida de propaganda. Já o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho (PA), qualificou de extremamente superficial a providência do governo de vendas as residências oficiais dos ministros. Segundo ele, um ministro de Estado tem vencimentos inferiores aos pagos a um parlamentar.

A venda dos imóveis, além de não gerar recursos suficientes à solução da crise econômica, criará obstáculos ao presidente da República para manter em Brasília ou recrutar um auxiliar de outro estado. Passarinho ressaltou que com os atuais salários, um minis-

tro de Estado não teria capacidade de suportar os aluguéis cobrados no Plano Piloto (centro de Brasília). Isto implicaria em o presidente ter que restringir a escolha de seus auxiliares a quem já tivesse moradia em Brasília. Ele quer saber se esta medida atingirá também as residências funcionais ocupadas pelos ministros dos tribunais superiores.

O líder do PDT na Câmara, Vivaldo Barbosa, fez uma série de restrições às medidas sugeridas no Plano de Emergência principalmente no que se refere à Política Fiscal e Monetária. Para ele, o documento não faz nenhuma sugestão para aumentar a receita fiscal via criação de novos tributos incidentes em heranças e ganhos de capital. Em relação à política monetária, as sugestões são genéricas por desconhecer a situação financeira que influi nas despesas da União e por não propor alterações no Banco Central. (Sociedade/RBS).

Serão privatizadas logo

- 1 — Acesita
- 2 — Aceita Energita
- 3 — Aços Finos Piratini
- 4 — Companhia de Navegação do São Francisco
- 5 — Companhia Usinas Nacionais
- 6 — Mafersa
- 7 — Petroquímica União
- 8 — Serviço de navegação da Bacia do Prata
- 9 — Usiba
- 10 — Usimec
- 11 — Companhia Nacional de Alcalis
- 12 — Alcanorte
- 13 — Copesul
- 14 — Usiminas

Ficaram fora da lista

- 1 — Petrobrás
- 2 — Banco da Amazônia
- 3 — Banco do Brasil
- 4 — BNDES
- 5 — BNDES-PAR
- 6 — Banco do Nordeste do Brasil
- 7 — Caixa Econômica Federal
- 8 — Casa da Moeda
- 9 — Eletrobrás
- 10 — Empresa de Correios e Telégrafos
- 11 — Companhia Vale do Rio Doce
- 12 — Telebrás e controladas

Aços Finos e Copesul já aguardavam decisão

O presidente da Aços Finos Piratini, Walter Jobim Filho, disse ontem que prefere não falar na privatização da empresa. Acrescentou que não sabe se a decisão do governo federal é boa. As consequências para a empresa só serão possíveis de prever após a definição de quem assumirá a Aços Finos. Dia 16 de agosto será feita a licitação que indicará qual será a empresa consultora para fazer a avaliação financeira da estatal.

Walter Jobim Filho ressaltou que nada é inesperado, pois desde 1985 já tinha conhecimento da intenção de privatização da Aços Finos, dirigida pela acionista majoritária, que é a Siderbrás, detentora de 71% das ações da empresa. A produção de aços especiais este ano atingirá a 150 mil toneladas — mesmo volume de 1988 — dentro de uma conjuntura de mercado em queda nesse setor.

Já o diretor presidente da Copesul, Antonio Carlos Pereira de Souza, considerou a notícia da privatização da empresa via pacote do governo federal positiva. A medida acelera o processo que estava sendo encaminhado pelos dois acionistas majoritários — Petroquímica (67%) e BNDESpar (31%) porque elimina-

uma etapa. Segundo ele, "não seria coerente" manter a Copesul como o único pólo estatal do País porque isso significa uma desvantagem operacional em relação aos demais.

A privatização significa para a empresa flexibilidade administrativa e maiores perspectivas, acrescentou. Tampouco para os 1.600 empregados a medida deixará de trazer vantagens. Disse que a partir da efetiva privatização — processo que ainda deve demorar perto de um ano —, o Sindipolo terá mais condições de negociar diretamente com a empresa, sem os impedimentos legais que regem uma estatal.

Pereira de Souza salientou que a Copesul fechou 1988 com faturamento de US\$ 494 milhões e lucro de US\$ 37 milhões, descontado Imposto de Renda. Somente no primeiro semestre deste ano, o lucro da empresa chegará a US\$ 45 milhões, com estimativa de atingir a aproximadamente US\$ 100 milhões até o final de 1989. O faturamento da Copesul fechará o ano em torno de US\$ 600 milhões. Esses são os números que fazem da empresa a estatal de melhor desempenho do País, conforme o diretor presidente.

098

SUCES

24 18-8-89

TSE recebe pedidos de registro de 34 candidatos

O número oficial de candidatos à Presidência só será conhecido depois que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) conceder os registros das candidaturas, mas, ontem, quando terminou o prazo de pedido de registros, eram 34 os cidadãos brasileiros que pretendem suceder o presidente José Sarney. Até amanhã, porém, está aberta a chance para os candidatos cujos partidos não oficializaram seus pedidos. As concessões do TSE devem ser definidas até 6 de setembro.

O último candidato a solicitar seu registro foi João Galvão Leite Neto, do Partido da Nova Era (PNE), que chegou ao TSE com 40 minutos de atraso (o prazo terminou às 18 horas), mas acabou sendo atendido. No entanto, a maioria dos candidatos não chegou à última hora os seus pedidos, pois foram protocolados apenas 15 deles. Mário Covas (PSDB)

e Affonso Camargo (PTB) entregaram pessoalmente seus solicitações, ao contrário de Leonel Brizola (PDT), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN), cujas candidaturas foram requeridas por representantes dos partidos.

EXCÊNTRICOS — Além de oficializar registros, o TSE terá que resolver até dia 6 algumas pendências, como a do Partido Democrata Cristão (PDC), que registrou nada menos que três candidatos: José Maria Eymael, Afif Domingos (coligação com PL) e o desconhecido José Maria Botão de Abreu — que, por sinal, apresentou dois candidatos a vice: o ex-deputado Nelson Marchezan e Amauri de Souza. Mas a questão deve polarizar mesmo entre a coligação com Afif e a candi-

datura de Eymael, controvérsia gerada pela não conclusão da convenção do partido.

Segundo Eymael, o PDC decidiu pedir os dois registros a fim de não perder a oportunidade de participar do processo sucessório. No TSE existe uma liminar do ministro Villas-Boas que é favorável à coligação, mas a palavra final será do plenário do tribunal.

Pelo menos até 6 de setembro, o quadro eleitoral será movimentado não só pelos candidatos que figuram nas pesquisas de intenção de votos, mas também por aqueles que foram lançados por siglas excêntricas, como MMIB (Movimento Monárquico Imperial do Brasil), PRTC (Partido Real Trabalhista Comunitário), PJB (Partido da Juventude Brasileira) e PCS (Partido Comunitário de Solidariedade). (Brasília/ZH)

A relação dos inscritos

PAS — João Faria da Silva	Vice — Telma Ribeiro dos Santos	PSP — José Alcides Marronzinho de Oliveira
Vice — Júlio Cezar de Almeida Smith	PN — Lívia Maria Lédo Pio de Abreu	Vice — Reinaldo Valim
PCB — Roberto de Almeida	Vice — Ardwin Retto Grunwald	PT — PSB — PC de B — Luís Inácio Lula da Silva
Vice — Sérgio Amorim	PNAB — Nildo Martini de Barros	Vice — José Paulo Bisol
PCN — Zair de Almeida	Vice — Djalma Tavares de Gouveia	PTB — Affonso Camargo
Vice — William Pinheiro da Silva	PP — Paulo Gontijo	Vice — José Roberto Faria Lima
PDC do Brasil — Manoel Antônio de Oliveira Horta	Vice — Luiz Paulino	PTN — D'Janir Azevedo
Vice — Jorge Collares Sá	PPB — Antônio Pedreira	Vice — Itamar Ribeiro de Carvalho
PDS — Paulo de Menezes	Vice — Orestes Ferreira Alves	PV — Herbert Eustáquio de Carvalho
Vice — José Bonifácio Tann de Andrade	PRM — Júlio José do Nascimento	Vice — Mauricio Lobo Abreu
PDT — Leonel Brizola	Vice — Marcos Aurélio dos Santos Teixeira	PJB — Teófilo Mendonça da Paixão
Vice — Fernando Collor	PRN — PTE — PSC — PST — Fernando Affonso Collor de Mello	MMIB — Anésio de Lara Campos Júnior
PFL — Aureliano Chaves	Vice — Itamar Augusto Cautiero Franco	PCS — Lázaro Sampaio de Farias
Vice — Cláudio de Almeida	Prom — Enéas Ferreira Carneiro	PRTC — Hercílio Ricardi
PL — PDC — Afif Domingos	Vice — Lenine Madeira de Souza	PDC — José Maria Eymael
Vice — Aloisio de Almeida	PS — Boris Nicolaevski	Vice — Alberto Peres
PLP — Eudene de Almeida Mattar	Vice — Pedro Onofre de Araújo	PDC — José Maria Botão de Abreu
Vice — Dante de Almeida Júnior	PSD — PDN — Ronaldo Ramos Caiado	Vice — Nelson Marchezan ou Amauri de Souza
PMB — Américo Corrêa da Silva	Vice — Camilo Calazans Magalhães	PNE — João Galvão Leite Neto
Vice — Agostinho Soares de Souza	PSDB — Mário Covas	Vice — Maria da Penha da Rosa
PMDB — Ulisses Guimarães	Vice — Almir José de Oliveira Gabriel	
Vice — Waldir de Almeida		
PMN — Celso de Almeida Brant		

PARTES ILEGÍBIL

01-01

8908737

098

Collor na frente

A nova pesquisa do Ibope mostra o candidato do PRN, Collor de Mello, mantendo a sua posição na liderança com uma diferença expressiva sobre os demais candidatos, aparecendo Leonel Brizola na segunda posição. Ainda faltando três meses para o pleito, o ex-governador de Alagoas parece estabilizar, quando se inicia uma ofensiva dos seus adversários. O candidato do PDT já situou como uma de suas estratégias eleitorais a de opor-se, de forma mais intensa, a Collor, enquanto existem sinais de uma retomada na ação desenvolvida pelo PMDB, em busca de apoio para Ulysses Guimarães. A partir da reunião do comando partidário, em Brasília, esta é a tendência existente e vários setores serão mobilizados. O governador Pedro Simon, que ontem recebeu as esposas de Ulysses e Waldir Pires, revelou um dos caminhos que o partido poderá tentar nessa sua reação, a de tentar entender-se com o PSDB e o senador Mário Covas. Não é nova a tentativa. O governador gaúcho, há meses, quando Waldir Pires teve seu nome confirmado para vice de Ulysses defendeu um entendimento com o líder tucano, diante da afinidade que existe entre ele e o ex-governador da Bahia. Potencialmente ela existe e poderá ser reativada, na medida em que avaliações internas forem feitas. Os dados de novas pesquisas podem fortalecer essa hipótese, nunca afastada, mas necessitando para uma possível viabilidade de maior aprofundamento. Se o PMDB enfrenta dificuldades para a decolagem de seu candidato, depois de viver crises internas e buscar unir a estrutura partidária, não parece existir mais nenhuma dúvida sobre novos caminhos. O PSDB também estaria preocupado com os índices de Covas. Um dado, segundo alguns setores, poderá precipitar ou retardar novos contatos em busca de um acordo: o início da propaganda eleitoral gratuita, prevista para o dia 15 de setembro. Até lá derradeiras avaliações envolvendo esquemas dessa natureza ainda dependerão de muita conversa. O afastamento dos moderados da candidatura peemedebista, a partir da abertura de questão, na reunião do grupo, será importante para toda essa avaliação. Ele fortalece Waldir Pires e outras lideranças que sempre se colocaram contra qualquer acordo com a corrente ligada ao governo e que foi derrotada em duas convenções.

Brizola

O candidato do PDT, Leonel Brizola, continua apostando numa disputa final com Collor de Mello e admitiu que ele pode ser o adversário ideal para um confronto no segundo turno. Brizola espera reduzir a diferença entre ele e Collor, mesmo fazendo restrições às pesquisas. O ex-governador alagoano trata de ampliar, agora, a sua base política, através de adesões, enquanto o candidato pedetista vive nova trajetória de sua campanha, percorrendo o nordeste.

Fidelidade

Um dos mecanismos do PMDB para fortalecer Ulysses envolve, também, a cobrança de fidelidade partidária. Com vigor ou habilidade ela vai ser posta aos partidários.

8908740

098

AMERIDIANAL

NA SELEÇÃO

Collor e Brizola mantêm posição, segundo o Ibope

A última pesquisa do Ibope sobre a sucessão presidencial, divulgada ontem à noite pela Rede Globo, não apresentou muitas mudanças. Collor de Mello (PRN) continua na primeira posição, com 42% dos votos, contra 13% de Leonel Brizola (PDT), que caiu um ponto, mas permaneceu na segunda posição. O número de eleitores indecisos caiu em relação à pesquisa anterior. Nesta sondagem, realizada entre os dias 10 e 15 deste mês, foram ouvidos 3.581 eleitores em todo o País, e 42% dos entrevistados disseram já ter escolhido seu candidato.

A principal mudança na pesquisa foi no terceiro lugar, onde aparecem, com 6%, as indicações Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Paulo Maluf (PDS). O candidato pedessista recuperou pontos que havia perdido na última pesquisa. Logo atrás, se registra outro empate, entre Ulysses Guimarães (PMDB) e Mário Covas (PSDB), com 4% das indicações cada um. Covas foi o candidato que mais caiu em relação à pesquisa anterior, perdendo dois pontos, enquanto Ulysses ganhou um.

Afif Domingos (PL) continua com 2% no Ibope. Isto lhe garante estar à frente de Aureliano Chaves (PFL), Roberto Freire (PCB) e Ronaldo Caiado (PSD), que empatam com 1%. A última colocação entre os chamados candidatos "grandes" cabe a Affonso Camargo, do PTB, que teve menos de 1% dos votos. Dos entrevistados, 15% responderam que não saberiam em quem votar se a eleição fosse hoje.

REGIÕES — Segundo o Ibope, Collor continua liderando em todas as regiões do País. Na Região Sudeste, por exemplo, ele ganhou três pontos percentuais desde a última pesquisa e está com 39%, contra 14% de Brizola, que perdeu um ponto. O terceiro lugar ficou para Maluf, com 9%. O candidato do PDS superou Lula, que não passou de 7% e Covas, que ficou apenas em 6%. Ulysses e Afif empatam com 2% e Aureliano, Caiado e Freire tem 1% cada um.

A Região Sul é a que apresenta maior equilíbrio entre Collor e Brizola. A liderança é do candidato do PRN, com 34%, mas ele é seguido de perto por Brizola que ganhou dois pontos e agora está com 30%. Maluf também é o terceiro no Sul, com 5%, seguido



Collor de Mello



Leonel Brizola

por Lula que tem 3%. A quinta posição é dividida por Covas, Ulysses e Afif com 2%.

A vantagem de Collor cresce na Região Nordeste, onde ele tem 49% dos votos, contra 7% de Ulysses Guimarães, que aparece em segundo lugar. Brizola é o terceiro com 6% e Lula e Maluf dividem a quarta posição, com 4% cada um. Covas tem 2%. Afif, Aureliano e Freire ficam em 1% das indicações de voto.

Mas a maior vantagem para o candidato do PRN continua a ser nas regiões Norte e Centro-Oeste, que o Ibope agrupa em um só resultado. Lá, Collor tem 52%, contra 7% de Lula e 6% de Ulysses. Brizola e Maluf dividem a quarta posição com 4%, enquanto Afif e Covas empatam com 2%.

SEGUNDO TURNO — O Ibope fez uma simulação entre possíveis enfrentamentos no segundo turno e a vantagem foi sempre para Collor. Segundo a pesquisa, ele venceria Maluf por 61% contra 18% e bateria Covas quase pelos mesmos índices: 60% a 18%. O quadro também não mudaria muito se o adversário fosse Lula. Neste caso, a vantagem seria de 59% para Collor contra 19% do candidato petista. Contra Brizola, o Ibope diz que Collor teria 57% contra 24% do líder pedetista.



Enquanto Collor de Mello promete apoio ao gasoduto e ao pólo petroquímico, Freire vê um processo de empobrecimento aqui como em outros estados. Maluf acha que Governo Federal massacra o Rio Grande do Sul, Caiado quer financiar o aumento da produtividade agrícola e Camargo espera fazer o Brasil crescer a partir do Sul

Pólo petroquímico, prioridade de Collor

A consolidação do pólo petroquímico, a construção do gasoduto e apoio ao setor primário são os principais compromissos do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, com o Rio Grande do Sul, se eleito presidente. Collor de Mello diz que sua ligação com o Estado vem do fato de seu avô, Lindolfo Collor, ter sido um gaúcho de São Leopoldo.

Afirma que seu primeiro compromisso é resgatar o Rio Grande para o restante do País. Ele acusou os últimos governos de demonstrarem total descaso pelo desenvolvimento do Estado. A consolidação do pólo petroquímico passa pela criação de uma central de matérias-primas, "fundamental ao seu desenvolvimento". O gasoduto, na sua opinião, é uma proposta absolutamente viável, que ainda não foi equacionada por causa da discussão de burocratas. Entretanto, o gasoduto não atende apenas interesses gaúchos, mas também argentinos.

Em relação ao setor agropecuário, Collor de Mello afirma que o produtor enfrenta dificuldades pela ausência de regras claras e estáveis, como uma política de preços mínimos, de armazenamento e de armazenagem.

Embora favorável à integração do Cone Sul, Collor afirma que o Brasil deve procurar integração com o Primeiro Mundo, "sem, no entanto, perdermos de vista o objetivo de integra-



Collor de Mello

ção latino-americana". Mas acha difícil "partirmos decisivamente para esta integração via Cone Sul, quando estamos atravessando problemas muito sérios".

Segundo ele, "se partíssemos para uma integração já, nós iríamos integrar a miséria, a fome, a inflação, a falta de alimentos, a falta de educação, a falta de saúde". Antes de tomar esta iniciativa, o candidato acredita que é preciso equilibrar as contas e solucionar os nossos problemas internos. No seu governo, a prioridade será a integração do Brasil com os países do Primeiro Mundo.

O candidato do PRN diz que sua campanha no Estado está acima das suas expectativas. Espera, nos próximos meses que antecedem o dia 15 de novembro, agregar maior contingente de gaúchos.

Confisco prejudica a economia

O atual Governo Federal, segundo o candidato do PDS, Paulo Maluf, está sendo insensível aos principais problemas enfrentados pelo Rio Grande do Sul, principalmente nos setores agropecuário, energético e industrial. Segundo ele, a primeira grande vocação do Estado é a agropecuária. Mas o Estado "está sendo hoje massacrado por um confisco cambial", com baixa cotação da soja e do arroz no mercado interno. Ao lado, no Paraguai, a mesma soja e o mesmo arroz produzido alcançam preço 100% superior ao do mercado nacional.

O descaso do Governo Federal, na opinião de Maluf, se estende à conservação das estradas federais gaúchas e atinge o setor industrial. Ele questiona a aplicação dos recursos



Paulo Maluf

obtidos com o selo-pedágio, até o momento não aplicados. E assegura que tais recursos estão sendo usados para "tapar o déficit público, o rombo do Tesouro". Se eleito presidente da República, ele garante que deverão retornar ao Rio Grande, "no mínimo, os impostos que o Estado arrecada com IPI e Imposto de Renda".

O candidato do PDS defende também a implantação do pólo petroquímico e uma indústria de tecnologia de ponta. Segundo ele, qualquer investimento no Rio Grande tem retorno em quatro anos. "O que precisa para o Rio Grande é o que precisa para o Brasil: investir em coisa boa e certa", afirma. Além disso, Maluf é favorável à construção do gasoduto para o gás argentino e a instalação de termoeletricas, usando o carvão extraído no Estado. E acredita que esta é uma fórmula de superar as previsões de uma crise energética no Estado, em 1992.

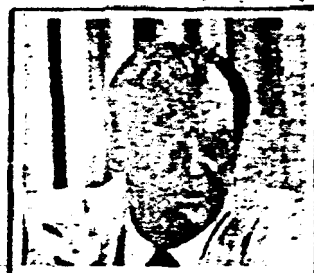
Se eleito presidente, Maluf disse que pretende continuar com o processo de integração latino-americana, que começa pelo Cone Sul, incluindo Argentina e Uruguai.

Questão fundiária preocupa Freire

Convencido de que o Rio Grande do Sul passa por um processo de empobrecimento, semelhante ao de outros estados, o candidato do PCB, Roberto Freire, acredita que a implantação efetiva do pólo petroquímico poderia reverter este processo para a economia gaúcha voltar a crescer, com maior integração na sociedade nacional. "É uma preocupação que temos com o Rio Grande do Sul, até porque é um estado que já deu demonstrações evidentes que tem um potencial de desenvolvimento muito grande. E tem uma contribuição, até do ponto de vista cultural, a dar para a criação de uma identidade nacional".

Freire aponta como uma de suas preocupações a questão fundiária. Segundo ele, o gaúcho convive com o latifúndio, com o minifúndio, o que revela uma estrutura fundiária "muito perversa" e motivadora de migração muito grande para outras regiões. Se eleito, acredita que a elaboração de um plano nacional de reforma agrária tem muito a ver com o Rio Grande do Sul. Na sua opinião, uma intervenção do Estado na reformulação do atual modelo fundiário permitirá ao Rio Grande do Sul encontrar outra dinâmica e maior desenvolvimento da economia agrícola.

Defensor da perestroika, processo de transformação e modernização econômica em desenvolvimento na União Soviética, Freire é



Roberto Freire

contrário à internacionalização da economia brasileira, através de investimentos externos e também da exportação. Segundo ele, este modelo não está se revelando uma saída para os problemas brasileiros. "Estamos oferecendo incentivos, subsídios, mas não estamos preocupados com a ampliação do mercado interno, com uma maior oferta de alimentos nas nossas cidades", afirma. Entretanto, observa que a garantia do mercado interno e o atual modelo exportador não são processos que se excluam. Mas "nós não podemos ver uma economia que seja dirigida única e exclusivamente pelo mercado, mas que seja dirigida pelos consumidores", afirma Roberto Freire, admitindo que é necessário um certo controle social da produção.

Caiado mudará política cambial

Depois de percorrer 20 cidades, na região de fronteira, o presidenciável do PSD, Ronaldo Caiado, está convencido que o setor produtivo gaúcho anseia por ser financiado para ampliar a produtividade. A mesma ansiedade, segundo ele, pode ser constatada em relação à construção do gasoduto, para que o Estado alcance outra condição energética; e à ligação dos rios Ibicuí e Jacuí para reduzir o custo da produção daquela região.

Se eleito presidente da República, Caiado pretende, como primeira medida, rever a política cambial, "que se transformou num problema para os produtores gaúchos de soja. A atual política de câmbio faz com que o Governo seja agora o grande atravessador. Ele está nos pagando com dólar oficial e repassando este mesmo dólar à população por um valor de dólar turismo". Afirma que esta estrutura penaliza a classe dos produtores, que se vê descapitalizada, mesmo depois de colher uma safra.

Em sua visita ao Estado, Ronaldo Caiado disse que foi buscar "o espírito do gaúcho", comparável ao de um bandeirante moderno. "No momento da crise, todo cidadão fica, normalmente, imantado pelas luzes das grandes cidades. O gaúcho faz o contrário. Na



Ronaldo Caiado

hora da crise, ele se transforma realmente num bandeirante moderno", disse. Segundo ele, esta disposição do gaúcho serviu para ensinar os brasileiros do Centro-Oeste como realmente abrir fronteiras agrícolas e como transformar o cerrado em terra produtiva.

Afirmou que pretende implantar este estilo-modelo do gaúcho em seu governo. "Não é mudar para ser favelado em grande cidade. É realmente perseguir a produção e o trabalho. Essa é a maneira com que vamos sair da crise", salientou.

Camargo quer estados mais fortes

"Estou trazendo para a campanha a experiência do Sul. É verdade que sou do Paraná, mas o Paraná é muito gaúcho. Nós devemos nosso crescimento principalmente esta nossa performance em matéria de agricultura, à experiência do Rio Grande. Nós queremos que o Brasil cresça com a experiência do Sul". É o que diz o candidato do PTB, senador Affonso Camargo, acrescentando: "Nossa proposta está voltada para o desenvolvimento econômico, não só para o crescimento. Queremos também fazer com que haja aumento do Produto Interno Bruto e isto se reflete no atendimento das necessidades essenciais do povo brasileiro: comida na mesa, escola para seu filho, assistência médica e moradia. Vamos descentralizar. Nós achamos que não se conseguiu nada no País a não ser empobrecendo Brasília, fazendo com que a Federação, o Estado do Rio Grande do Sul, seja mais forte, que os municípios gaúchos tenham mais renda e tenham mais autonomia para administrar".

A descentralização administrativa contida na sua proposta, diz Camargo, poderá favorecer o Estado a pesar as dificuldades que encontra no setor energético. Em relação ao desempenho do PTB no Estado,



Affonso Camargo

ele acredita que a fragilidade partidária atinge a todas as agremiações, indistintamente. Segundo ele, a campanha sucessória está sendo feita entre o candidato e o eleitor.

Embora afirme que tem recebido apoio de diversos companheiros, Affonso Camargo compara a disputa à Presidência da República a "uma carreira de cavalo", em que muitos políticos poderão ter um infarto, caso comprovem que apostaram no concorrente errado. Ele prefere que o eleitor vote no candidato que ele mesmo prometeu, e não no que ele não prometeu fazer.

098

(M) 721 F

88-8-22

42

Base política

Não apenas o eleitorado indeciso, mas muitas lideranças políticas que ainda não se definiram constituem o alvo maior dos presidencialistas nesse período que antecede o pleito de 15 de novembro. O candidato do PRN, Collor de Mello, está consolidando vários entendimentos em busca de apoios regionais, que vão de norte a sul. Definidas as posições de Tasso Jereissati, Geraldo Mello e Joaquim Francisco, num fortalecimento no Ceará, Rio Grande do Norte e Recife, o ex-governador de Alagoas deve atuar no sentido de novas conquistas em outros Estados. Começando sem estrutura partidária, formando outra agremiação, usando uma expressão cuidadosamente escolhida, partido da reconstrução nacional, Collor tratou de avançar, ocupar espaços, utilizar uma linguagem crítica e subir nas pesquisas de opinião pública, o ex-governador consolidou uma posição e, a partir de sua penetração, passou a ganhar adesões, mas ao mesmo tempo estimulá-las, em busca da estrutura nacional que não possuía. Nessa linha Collor também desenvolve contatos visando o segundo turno, onde acredita que estará tendo como adversário provável, o candidato do PDT, Leonel Brizola.

Movimentação

Não é só Collor de Mello que aproveita o momento. Brizola busca a polarização e até admite que Collor seja o adversário ideal para um novo confronto em dezembro. Mesmo crítico do atual quadro nacional, não poupando o Governo, o ex-governador alagoano seria identificado com ele pelo candidato do PDT, cuja postura é inteiramente adversa. Para Brizola que tem bases bem consolidadas no Rio de Janeiro e Rio Grande, o grande desafio continua sendo o maior colégio eleitoral do País, que é São Paulo. Lá várias tentativas foram feitas, a última das quais incluindo o líder sindicalista Luiz Antônio Medeiros, mas o próprio Brizola pretende atuar diretamente. Sem discutir muito a situação paulista, o candidato do PDT não vê grandes dificuldades no nordeste. Lá, diz ele, é possível que o PDT vença inclusive no Maranhão, terra do Presidente da República. O maior articulador naquela região é o seu candidato a vice-presidente, Fernando Lyra, mas a presença do candidato está sendo programada, como aconteceu em Fortaleza, sexta-feira, pouco depois da definição do governador pela candidatura Collor de Mello.

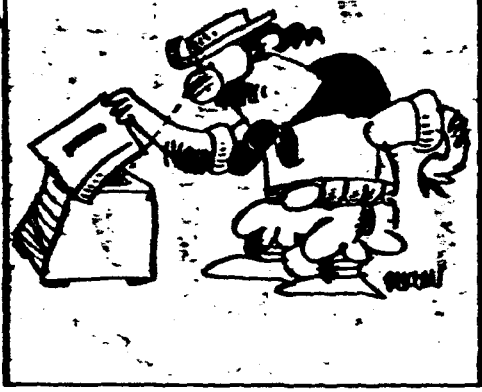
Alianças

Existem outras tentativas que podem repercutir no quadro pré-eleitoral: alianças partidárias formais ou informais. As primeiras estão prejudicadas pela legislação apesar das tentativas de emendas nesse sentido. Mas o entendimento entre candidatos é viável. Foi esta possibilidade, reforçada pelos tempos previstos na distribuição do espaço eleitoral gratuito, que estimulou a algumas conversações, principalmente em setores que se opõem a Collor. As especulações envolvendo o PMDB, PFL e PSDB são fortes, mas sempre seguidas por desmentidos de suas lideranças. A proximidade da eleição, seguida pelos desempenhos nas pesquisas eleitorais, no entanto, é fundamental. Estas, sobretudo, vão conduzir a um permanente quadro de revisões. A última delas, por exemplo, mostra uma estabilidade na posição de Collor e uma esperança para alguns candidatos ainda tentar o segundo turno.

Carlos Fehlberg

8908748

098
F.P.



ROSANE GARCIA

20-8-89

Brasília/ZH

O que podem esperar os gaúchos dos presidencialistas? O que pretendem realizar no Estado? Apesar das divergências políticas e ideológicas entre os pretendentes ao Palácio do Planalto, há propostas em comum para o Rio Grande: construção do gasoduto que trará gás natural da Argentina; implementação do polo petroquímico e maior apoio à atividade agrícola.

As entrevistas foram solicitadas aos 11 presidencialistas na mesma data. Deixaram de responder os candidatos Guilherme Afif Domingos (PL), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Aureliano Chaves (PFL). Abaixo, o que pensam Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Roberto Freire (PCB), Afonso Camargo (PTB), Fernando Collor de Mello (PRN) e Ronaldo Caiado (PSD).

Os planos dos candidatos para o Rio Grande do Sul

"O que é bom para o Brasil é bom para o Rio Grande do Sul. O que é mau para o Brasil é mau para o Rio Grande do Sul", afirma o candidato peemedebista, Ulysses Guimarães, observando que o País precisa crescer e resolver os problemas da dívida interna, da dívida externa, combater a inflação e os problemas sociais. Ulysses acredita que, na medida em que conseguir transformar o País, assegurando que as classes preteridas tenham condições de serem consumidores, o Rio Grande do Sul será muito beneficiado. Segundo ele, o Estado tem uma característica sui generis, por sua boa situação econômica, por sua agricultura, mas tem sido penalizado pelas dificuldades, inclusive da exportação.

O candidato acredita que o aumento do mercado consumidor vai forçar o desenvolvimento empresarial "fazendo com que as indústrias que existem no Rio Grande do Sul, a produção de trigo, a



Ulysses Guimarães

produção de soja, a produção de arroz, beneficiem muito o Estado". No seu governo, o atual governador Pedro Simon, considerado "um admirável homem de empreendimento", terá espaço garantido como um dos seus companheiros.

Ulysses Guimarães disse que a integração dos países do Cone Sul é "um germe

para a integração global da América Latina, América Central e América do Sul", começando, como se deve, com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai, que são países limítrofes". Segundo ele, este processo vai se irradiar benéficamente a todos os países. Reputa este processo importante e fundamental diante da possibilidade de trazer para o Estado o gás produzido na Argentina. "Importante em si pelo benefício que traz ao País, demonstrando que podemos ter economias que se complementam e não que se excluem".

Exceto Goiás, segundo o candidato, a melhor organização do PMDB está no Rio Grande do Sul. Animado com a possibilidade de vitória aqui, Ulysses Guimarães afirma que o governador Pedro Simon desempenhou papel importante na sua candidatura, ainda quando era apenas candidato a candidato.



Leonel Brizola

Brizola quer o fim da discriminação

Se eleito presidente, o candidato do PDT, Leonel Brizola, se compromete a pôr um ponto final à discriminação federal contra o Rio Grande, restaurar o BRDE e rever a privatização das empresas estatais Açúcar Fino Piratini e Copesul. Na sua avaliação, falta "tenacidade" aos governantes dos estados do Sul.

Na opinião de Brizola, a liquidação extrajudicial do BRDE foi "uma matança porque fabricaram a ineficiência do banco através de uma política de má fé". A reabilitação da instituição, segundo ele, passa por uma consulta ao Rio Grande, Santa Catarina e Paraná, a fim de saber se persiste a vontade de ter uma instituição regional, controlada pelos três estados, ou se convém que se desmembre em três estabelecimentos autônomos, mas vinculados às situações locais, sem prejuízo de colaboração entre eles.

"Nesse país, não se toca mais em salários para baixo. Vamos tratar de recuperar os salários que, em 1941, eram de 84 dólares e, agora, no final deste mês, não ultrapassaram a 30 dólares", assegura o candidato, que promete indexar o salário mínimo logo que assumir o Governo. Promete dar aos salários ganhos reais para recuperar as perdas. Na sua opinião, o País precisa de austeridade, que pode ser alcançada através de maior cota de sacrifícios para aqueles que têm mais.

A educação é questão fundamental para o candidato. Sua intenção é semear, por todo o País, os centros integrados de educação (Cieps), que considera "uma imposição da realidade". Em relação à agricultura, Brizola diz que há necessidade de milhões de pequenas e médias propriedades para que os filhos e netos de nossos agricultores e colonos tenham terra. Entretanto, é favorável primeiro a uma pregação para "desideologizar o problema" da reforma agrária. Assegura que o País não sustentará o desenvolvimento se não tiver este processo de democratização da propriedade. Mas ele não tem uma fórmula preconcebida.



Mário Covas

Covas prevê medidas para agricultura

Para o presidencialista do PSDB, Mário Covas, o Estado foi sempre justamente tratado como celeiro do País e tem uma configuração fundiária extremamente positiva. Se eleito presidente, o Estado deverá esperar, particularmente no setor agrícola, uma série de medidas que dê a possibilidade de financiamento para a pequena propriedade, inclusive com a possibilidade de aquisição de pequenas propriedades, através de uma troca pela produção. O senador *tucano* defende alterações no sistema de seguro agrícola, para que deixe de atender o financiador e passe a ser feito diretamente com os produtores. Além disso, o setor agrícola deve contar com a assistência técnica e extensão rural.

Na área educacional, Covas afirma que o Rio Grande é um estado pioneiro, com a implantação da primeira universidade (Santa Maria) fora da capital. No seu governo, a educação, não apenas a superior, mas em todos os níveis, começando pela erradicação do analfabetismo, passa necessariamente por um projeto voltado para o Estado.

O senador afirmou que um estado com a potencialidade do Rio Grande precisa de infra-estrutura, de estradas vicinais e rurais. Segundo ele, 30% da produção agrícola do País se perde por falta de condições para escoamento. A solução desses problemas, segundo Covas, passa, por exemplo, pela superação das dificuldades energéticas do Rio Grande. Para ele, a não conclusão das obras de Itá (uma em Santa Catarina e outra no Paraná) provocará, no máximo em três anos, o racionamento de energia elétrica no Estado. "Isto pode ser evitado pela potencialidade do Rio Grande, que tem alternativas, seja no gás, que poderá vir da Argentina, seja no carvão. Além disso, o Rio Grande tem todo o rio Uruguai com diversas alternativas ligadas à energia elétrica".

Segundo Mário Covas, o Estado ocupa uma posição estratégica dentro do processo de integração que hoje se desenvolve no Cone Sul. "O Rio Grande do Sul é a ponte de transição nesta integração", afirmou o candidato *tucano*, acrescentando que "no instante em que o mundo se configura através de blocos, é necessário que na América Latina nós também caminhemos nesta direção".

Lucha política en Brasil

Dentro de cinco meses se realizarán elecciones presidenciales en Brasil. En algunos sectores se vienen tejiendo conjeturas acerca de la posibilidad de que el actual primer magistrado Sarney decida acortar el término de su mandato y entregar con alguna anticipación el poder a su sucesor. No faltan especulaciones sobre las posibles causas de ese adelantamiento, entre otras, el rápido deterioro de la situación económica.

Si bien en el vecino país existe marcada preocupación por los signos desfavorables que exhibe la situación política, social y económica, ellos no amenazan, en lo inmediato, alcanzar las manifestaciones que han venido conociéndose entre nosotros a partir, especialmente, del mes de febrero último. El costo del nivel de vida, la paridad dólar-cruzeiro y la inflación están lejos de acercarse a los índices catastróficos que semana tras semana viene caracterizando la "situación de extrema emergencia", en todos los órdenes, de la vida argentina.

Acaso la vecindad geográfica con nuestro país y nuestra desgracia, haya constituido un llamado de atención que los más sensatos no quieren dejar caer en saco roto. Pero aun con independencia de los acontecimientos que en Brasil puedan ocurrir, la puja en torno de las próximas elecciones presidenciales viene acusando en las últimas semanas un ritmo sostenido.

La candidatura ya tradicional de Lionel Brizola ha vuelto a lanzarse al ruedo, aunque la rodea en este momento una expectación harto menor que la que se le asignaba meses atrás. Actualmente, según encuestas privadas, no supera el 12 por ciento de las simpatías del electorado. En cambio, viene ganando creciente espacio un candidato "impensado" y también improbable, hasta la vispera. Nos referimos al gobernador del estado de Ala-

goas, uno de los más rezagados del Brasil, Fernando Collor de Mello, a quien las encuestas le adjudican el 43 por ciento de las preferencias. Si esta disparidad persistiese —porque no es sólo Lionel Brizola el potencialmente derrotado, sino también el líder izquierdista Luiz Ignacio "Lula" Da Silva, también en minoría— la lucha por alcanzar el sillón presidencial en Brasil podría adquirir características insospechadas. Las reformas introducidas hace pocos meses a la Constitución brasileña —entre otras, la imprudente cláusula que otorga el derecho de voto a partir de los 16 años de edad— hizo temer en el vecino país el advenimiento de una etapa preocupante en lo que se refiere a su destino republicano.

El gobernador Collor de Mello es una personalidad que contrasta notoriamente con las de los típicos demagogos de la izquierda brasileña, debiendo señalarse que su ascenso creciente en el seno de la opinión pública constituye la respuesta inmediata en favor de quien se propone virar en redondo al cabo de años de autoritarismo de izquierda y de derecha. Su plataforma es sencilla aunque fundamental: "Yo le ofrezco a la sociedad brasileña propuestas concretas para solucionar las graves cuestiones nacionales, pero por sobre todo le garantizo el rescate de honradez, dignidad y carácter para el ejercicio de la función pública".

Collor de Mello —"Fernando" para sus más cercanos— viene de las filas del partido del Movimiento Democrático Brasileño, actualmente en el poder, y luce ante la opinión pública como "la nueva cara de la derecha". Si el primer lugar que ha alcanzado en las encuestas llegara a confirmarse y prevalecer, entre otras, hasta las visperas de los comicios presidenciales de noviembre, el panorama brasileño experimentaría un vuelco de alcances todavía impredecibles.

Meta maior de Collor é atacar inflação e corrupção

BRASÍLIA — Em discurso de 22 páginas na convenção do PRN que o consagrou como candidato a presidente da República, Fernando Collor de Mello anunciou sua plataforma de governo, prometendo dar ênfase ao combate à inflação e à corrupção. Dividindo seu discurso em 20 itens, Collor começou destacando que não vem para as promessas, mas para a ação.

Ao contrário do que apregoam os que me agridem e me injuriam, cheguei à posição em que hoje me encontro com mensagens claras, projetos factíveis e ideais conhecidos", proclamou.

Garantiu que se for eleito o Governo não terá mais ingerência nem manipulará o dinheiro da Previdência Social, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Pis/Pasep. Disse que irá além do previsto na nova Constituição, assegurando aos trabalhadores e empresários não apenas a representação nos órgãos coletivos que deliberam sobre assuntos de seu interesse, mas também a decisão de como aplicar o dinheiro que lhes pertence.

Ao destacar como essencial o papel da livre iniciativa, Collor defendeu a idéia de que o Brasil não tem por que temer os investimentos externos, para cuja aplicação haverá regras claras e estáveis. A seu ver, a nova etapa de crescimento econômico exige a participação do setor privado em áreas até agora monopolizadas pelo setor público.

Revolução — A primeira "revolução" que o candidato do PRN pretende promover, se eleito, é a da ciência e tecnologia, convocando a comunidade científica nacional para definir e executar a política para o setor. Garante, desde já, que não haverá restrições governamentais à importação de equipamentos para as pesquisas e o trabalho científico.

"Vamos vencer a fome, a miséria e o subdesenvolvimento com os recursos da inteligência", propõe Collor. Para tal, não dispensa os esforços de integração latino-americana. Afinal, América Latina e África enfrentam problemas e desafios semelhantes aos nossos. A solução no caso brasileiro passa por um amplo programa de reorganização fundiária em que não faltará terra a quem queira cultivá-la e onde o Banco do Brasil terá um papel ampliado como o principal financiador do sistema produtivo.

Collor reconhece que não é possível esperar o rompimento da barreira do subdesenvolvimento para que aumente a segurança coletiva. Por isto, seu programa de governo inclui a revisão das normas processuais para abreviar julgamentos e a transformação dos presídios e das penitenciárias em instituições com autonomia financeira, onde os presos contribuirão com trabalho para a sua própria sobrevivência.

Salários — Aumentos salariais não são fatores de inflação. É o que defende Collor, ao garantir que, eleito presidente, "nenhum ônus gravará o rendimento do trabalhador — a classe trabalhadora será transformada em parceira privilegiada do nosso desenvolvimento". O aposentado também não será esquecido, pois manterá, segundo disse no discurso, a correlação dos valores das aposentadorias com o salário mínimo, o que, aliás, está obrigado a cumprir não por decisão política, mas por imposição da Constituição.

Collor defende a adoção do parlamentarismo, através de plebiscito em 1993, como prevê a Constituição, mas propõe-se a transformar a democracia representativa em democracia participativa, já.

Candidato diz palavrão ao encerrar o discurso

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, soltou um "filho da p..." logo após encerrar seu discurso na convenção do partido que homologou seu nome. Collor acabara de fazer duras críticas ao presidente José Sarney, quando afastou o microfone de sua boca e soltou o palavrão — não se sabe se referindo-se ao presidente ou como um desabafo vulgar. A cena foi presenciada pelos fotógrafos que estavam perto da tribuna e pela mulher de Collor, Rosane, que chegou a rir do comentário feito pelo marido. Esta é a segunda vez que Collor de Mello usa a mesma expressão chula nesta campanha. Na primeira, foi para xingar o candidato do PDT, Leonel Brizola, durante uma entrevista coletiva em Niterói.

Collor, que no discurso traçou as diretrizes básicas de seu governo, só deu um tom emocional ao pronunciamento quando passou a pedir aos militantes de seu partido apoio para construir um "Brasil Novo" e "acabar de vez com os marajás sem vergonha". Foi quando começou a criticar o presidente José Sarney e encerrou com o palavrão, já fora do microfone.

Fora a atitude do candidato, a Convenção do PRN foi uma das mais frias realizadas este ano na capital federal. O próprio filho de Collor, Joaquim Pedro, o Pepen, de 11 anos, bocejou várias vezes durante o discurso do pai, que durou 1 hora e 40 minutos. Com o apoio de mais de 50% dos eleitores de Brasília, segundo as pesquisas de opinião, Collor só conseguiu reunir cerca de 700 pessoas na Convenção do PRN.

A convenção acabou sendo realizada na sede do Movimento Popular de Reconstrução Nacional (MPRN), já que Collor não quis que o encontro fosse no Congresso Nacional, que considera uma casa de políticos tradicionais. O prédio, de pequenas dimensões, foi ocupado por cerca de 200 pessoas que se acotovavam num espaço que, no máximo, comporta 120. Do lado de fora, outras 500 pessoas ouviam o discurso do candidato através de alto-falantes instalados na calçada.

Somente no final da convenção, quando Collor já estava do lado de fora do prédio, houve confusão. O fotógrafo da Folha de S.Paulo, Lala Marque, foi detido pela Polícia Militar ao tentar furar o bloqueio dos policiais formado para proteger o candidato. Ele foi liberado em seguida, depois da intervenção do deputado estadual de Alagoas, Cleto Falcão, um dos coordenadores da campanha de Collor. A PM mobilizou 60 homens para dar proteção à Convenção, um esquema de segurança que foi complementado por 45 homens da própria equipe de Fernando Collor.

Sigla foi conseguida na base de agrados

BRASÍLIA — É costume de uma velha corrente política brasileira obter apoios usando uma lei, segundo a qual ninguém resiste a um agrado. Ao aplicar essa mesma lei, o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, conseguiu, no início do ano passado, tirar das mãos do engenheiro Leonel Brizola a sigla que ontem o sagrou candidato a presidente da República, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional).

Habitado a mofar na portaria do prédio de Brizola na Avenida Atlântica, no Rio, até oito horas seguidas para conseguir conversar com o líder pedetista, ao qual coligara o seu PJ (Partido da Juventude) em 1986, o advogado Daniel Tourinho um dia foi convidado para uma conversa com o governador Fernando Collor, em Alagoas. Imaginou que ao chegar ao Palácio dos Martírios iria esperar algumas horas pela audiência.

Ao desembarcar no aeroporto, levou um susto: lá estava, com carro oficial e tudo, a esperá-lo, o próprio governador do estado, que o conduziu a palácio e lhe fez todos os agrados. Resultado: Daniel Tourinho voltou ao Rio de Janeiro mais *collorido* do que os coqueiros de Maceió. Sua primeira providência — sem Brizola saber — foi extinguir o Partido da Juventude e fundar em seu lugar o PRN, com a ajuda de Fernando Collor. O governador precisava de um partido em que pudesse ser o único líder e lançar-se candidato a presidente. Com uma conversa, resolveu o problema.

Apesar de ser mais antigo do que, por exemplo, o PSDB, o PRN ainda não conseguiu se firmar como legenda. Não ultrapassou ainda a condição de sigla de aluguel, formada por políticos que, em sua maioria, votaram a favor dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. "Com esse pessoal do PRN não dá para conversar. É uma turma pesada demais para a minha batida" — afirma o deputado João Cunha, primeira adesão parlamentar obtida por Collor, quando ainda não ultrapassara os 4% nas pesquisas.

As principais propostas

■ Inflação

"A guerra contra a inflação não é apenas um princípio de governo. É um compromisso da minha geração. (...) Nosso objetivo, paralelo à recuperação da confiança na moeda, será o de estimular a competição, ampliar o mercado interno e melhorar, significativamente, o poder aquisitivo da população brasileira. Este compromisso passa obrigatoriamente pelo saneamento financeiro do Estado. Passa pelo equacionamento da dívida externa, pelo resgate dos compromissos relativos à dívida interna e pela associação com investidores para a construção da prosperidade, tarefa em que estaremos permanentemente empenhados."

■ Dívida

"Não vamos confrontar (...) nem os credores externos, nem muito menos os credores internos. Por isso, é oportuno dizer mais uma vez o que uma vez já afirmei: não quero, não pretendo e nem desejo brigar com o FMI. Estou disposto, sim, a brigar dentro do FMI."

■ Capital estrangeiro

"Um país como o nosso não tem por que temer os investimentos externos, para cuja aplicação haverá regras claras, definidas e estáveis. Eles são indispensáveis para suprir as deficiências da poupança interna e financiar a retomada do crescimento econômico."

■ Capital privado

"Reservadas as exceções constitucionais, a que devotarei estrito e escrupuloso respeito, como é de meu dever, não permitirei que o Estado faça nada do que, com mais eficiência, possa ser feito pela iniciativa privada. O papel da livre iniciativa, portanto, será essencial para a democratização da Economia, que deve, necessariamente, seguir-se à redemocratização política. O empresariado responsável deste país precisa de regras estáveis na economia e exige racionalidade nas decisões de política econômica. Precisa também readquirir a confiança, requisito indispensável para a retomada dos investimentos. Serei o primeiro a dar o exemplo da austeridade e este princípio conduzirá as tarefas do Estado e norteará as decisões de governo. Garanto, na medida de minhas prerrogativas, liberdade de produzir a quem queira participar do progresso brasileiro, aumentando a produção e criando novas oportunidades de emprego, livre dos



Collor não quis fazer sua convenção no Congresso Nacional

embaraços e dos percalços com que o Estado, historicamente, cercia a livre competição, interfere na vida das empresas e estabelece privilégios cartoriais em favor dos grupos mais poderosos. Desejamos incentivar a produção e não a especulação."

■ Ciência e tecnologia

"A revolução que pretendo promover em primeiro lugar é a da Ciência e da Tecnologia. A comunidade científica nacional, e não o Governo que a ela apenas se juntará, será convocada para promovê-la em todos os níveis. A política científica e tecnológica não será definida nem dirigida isoladamente pelo Governo, mas sim pelos cientistas brasileiros, por suas instituições e pela sua liderança, de forma integrada, autônoma e independente e, por via de consequência, de maneira livre, como livre de condicionamentos devem ser a pesquisa científica e a busca do saber e do conhecimento. (...) Minha primeira medida será dirigir um apelo a todos os cientistas e pesquisadores brasileiros que se encontram voluntariamente exilados, por falta de condições de trabalho no Brasil, para que venham se juntar a nós, no esforço de superação do subdesenvolvimento que ainda castiga grande parte de nossa civilização. A eles, o meu Governo garantirá meios, instrumentos, recursos, apoio, auxílio e incentivos para que se coloquem a serviço de seu País. (...) Asseguro-lhes, em primeiro lugar, que não haverá restrições governamentais de qualquer ordem, se-

jam elas de natureza administrativa, política ou burocrática, para que possam livremente importar os equipamentos de que necessitam para as suas pesquisas e o desenvolvimento de seu trabalho."

■ Servidor público

"A probidade, a honradez pessoal, o equilíbrio, a serenidade, o devotamento às causas coletivas, a inteireza de caráter e a retidão moral no trato da coisa pública serão requisitos indispensáveis a todos os que participarem de meu Governo. Serei inflexível com a impostura e intolerante com a desidiosa. Proclamo solenemente que aqueles que trabalham e se devotam ao Serviço Público com eficiência e operosidade não têm o que temer. De mim, receberão sempre provas de apreço, reconhecimento e retribuição adequados. Aos ociosos, aos que transacionam com o bem público, aos que se locupletam com o interesse nacional, no entanto, advirto que, a eles, não estão reservados apenas os rigores da lei, mas com igual intensidade o desprezo e a execração públicos."

■ Estatais

"A nova etapa de crescimento econômico exige a definição de um novo padrão de financiamento que inclua a participação do setor privado em áreas até agora monopolizadas pelo setor público. Asseguro, no entanto, que serei extremamente rigoroso na defesa do patrimônio público, sobretudo das estatais brasileiras. Sob meu comando, aquelas que

são produtivas e mantêm rentabilidade compatível com o sentido de modernidade e eficiência que vamos imprimir à Administração serão livres para a gestão eficiente de seus atos, para fixar salários a preços de mercado e definir sua própria política de investimentos. Privatizar não significa necessariamente transferir o patrimônio público para a propriedade privada. Temos que privatizar, não todas as empresas públicas, como alguns apodadamente supõem, querem ou pretendem, mas sim a sua gestão, submetendo-as aos métodos privados de gerenciamento a que todas devem estar sujeitas, em busca da eficiência, para que possam competir no mercado, sem privilégios, sem subterfúgios e sem mordomias típicas do corporativismo."

■ Banco do Brasil

"O Banco do Brasil, que já é o principal agente do sistema brasileiro de crédito rural, terá um papel decisivo para aprimorar-mos a ampliação da área cultivada e melhorarmos os índices de produtividade na Agricultura. Suas atividades serão sensivelmente ampliadas, no limite dos requisitos e das necessidades do campo, fortalecendo-se a sua posição estratégica no setor financeiro, como Agente do Tesouro Nacional e como principal financiador do sistema produtivo brasileiro. Não tenho dúvidas de que, no fim de um período de cinco anos, será um dos maiores e mais bem aparelhados Bancos do mundo."

■ Previdência

"O Governo não terá mais ingerência nem manipulará, como até hoje tem feito impunemente, o dinheiro da Previdência, que é do trabalhador brasileiro, nem as demais contribuições que a ele pertencem, como é o caso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o PIS/PASEP."

■ Ecologia

"No relacionamento com a comunidade internacional, pretendo assumir, tal como já fiz em minha recente viagem aos países europeus, a proposta do Imposto Internacional Sobre Poluição, sugerida pelo Professor Samuel Benchimol. (...) Não permitirei que produtos tóxicos, inclusive defensivos agrícolas proibidos nos países de origem sejam importados para utilização no Brasil. Da mesma forma, nenhum projeto será executado nas áreas de proteção ambiental, sem que seja compatível com a manutenção do equilíbrio ecológico. Chega de servirmos de campo de experiência para produtos estrangeiros."

Brizola se prepara para ser presidente

F.P. (P.R.)

Leonel Brizola se prepara para ser presidente: advierte a sus seguidores sobre el peligro de dar por sentado el triunfo del Partido Democrático Trabalhista en las elecciones del 15 de noviembre y propone avanzar en la organización de una fuerza política que esté en condiciones de ejercer la conducción del Estado brasileño. Lo primero es contradictorio con su segundo lugar en las encuestas de opinión, tras el gobernador de Alagoas Fernando Collor de Mello; lo otro, con la imagen de populismo movimientista que se le atribuye al ex gobernador gaúcho.

Esa imagen de madurez y seguridad en sus fuerzas y propuestas que Brizola transmitió en el congreso del PDT del sábado pasado es también la que se asentó en el seno de la Internacional Socialista, que aceptó por primera vez en su historia a un partido político brasileño como miembro pleno, designó a su líder como uno de sus once vicesesidentes y, más importante aún, aceptó que "el socialismo no es exclusividad de Europa" en su resolución final.

Con la nominación de Brizola, el trabalhista tiene un candidato a la presidencia del Brasil por primera vez desde 1964, cuando su fundador Getúlio Vargas conquistó su segundo mandato. "Vamos a dar un buen combate, en defensa de los trabajadores y de toda la población. Será una lucha desigual y sin treguas", adelantó Brizola a la convención del PDT reunida en Brasilia. "Pero a pesar de todo eso, vamos a vencer y sé que el pueblo brasileño llegará al gobierno, abriendo los caminos de su propio destino".

Brizola está esperando y bregando desde 1964 a que "la onda del parlamentarismo" —según sus términos— vuelva a Brasil. Ironías de la historia, ahora debe esforzarse por desnudar lo que califica de maniobras hechas en nombre del parlamentarismo, para la defensa de la voluntad democrática del pueblo brasileño. La denominación de este juego, dice, es "la escandalosa utilización de las Organizaciones Globo", la todopoderosa cadena televisiva que propuso la imagen y la popularidad de Collor de Mello mucho más allá de su sustancia política.

"Estamos ante un ensayo, el de las oligarquías, que sueñan caminos para obtener el veredicto popular favorable en estas elecciones", afirmó Brizola en declaraciones a la prensa brasileña. "Ese movimiento puede desvanecerse, como tantos otros —aclaró—, pero también puede ser el inicio de la perniciosa tentativa de asestar un golpe al derecho del pueblo, negado desde hace tres décadas, de votar libremente, instituir un gobierno legítimo y escoger por sí mismos el destino del país".

A menos de cinco meses de las elecciones, Brizola afirma que cambiar las reglas de juego ahora, sería "nada más que un golpe simple y desvergonzado". Con estas coordenadas es que el veterano dirigente se dispone a defender su derecho a ser elegido, y muestra desde ya las diferencias que implica el cambio a nivel internacional.

RECONOCIMIENTO

La reunión de la Internacional Socialista que clausuró su 18 congreso el 22 de junio en Estocolmo colocó a Brizola en el cuerpo de vicesesidentes junto a Felipe González, Carlos Andrés Pérez, el premier sueco Ingvar Carlsson, del italiano Bettino Craxi, del israelí Shimon Peres, del francés Pierre Maurois, del druso-libanés Walid Jumblatt, del británico Neil Kinnock, del jamaquino Michael Manley y del primer ministro de Australia Bob Hawke.

Los socialdemócratas europeos están convencidos de que las sociedades se transforman desde el gobierno y por eso tienden a priorizar partidos de Estado, o sea, aquellos en condiciones de llevar adelante sus asuntos. El parraso de las vicepresidencias destina sus sitials a esos prohombres y el sillón adjudicado a Brizola lo fue en el contexto de que, por primera vez en su historia, la IS designó como secretario general a un latinoamericano, el chileno del Partido Radical Luis Ayala. El PR chileno no tiene perspectivas de acceder al poder político, pero eso le da el papel de equilibrio que requiere la función, al tiempo que realza la importancia que se le quiere dar a los socialistas de América Latina. El propio Ayala estimó importante "que figure en la dirección de la IS un representante de naciones a la que sólo se suele nombrar por su deuda externa".

La IS no autorizó aún el recambio generacional, lo que se evidenció en la reelección como presidente del ex premier alemán Willy Brandt, que con 76 años lleva ya 13 en la función. Pero también es importante que este nuevo enfoque hacia América Latina se produzca con la conducción del hombre que vivió las anteriores etapas, reconoció el fracaso del diálogo Norte-Sur y quiso promover el diálogo Sur-Sur, abrió camino al desarme con la propuesta de zonas desnuclearizadas en Europa y supo infundirle confianza a la dirigencia soviética para que ideara pasos decisivos hacia la perestroika, en los albores de ese proceso.

Los socialdemócratas europeos se plantean una nueva etapa en sus relaciones con el Tercer Mundo en general y con América Latina en particular, en la que claramente retroceden de las aspiraciones de



paternalismo que signaron sus esfuerzos de las últimas dos décadas. La recuperación del continente latinoamericano para la democracia es un hecho que marca nuevas realidades, se convino en Estocolmo. Ahora, el ingreso del PDT como miembro de pleno derecho deberá implicar una discusión de igual a igual en ese "foro de amigos", como lo denominará Olof Palme. A la hora de buscar eco ante sus necesidades políticas, Brizola tendrá otra calidad de interlocutores en la Internacional Socialista y si las urnas lo colocan efectivamente en la presidencia, estará compartiendo problemas pero también soluciones con el mandatario venezolano Carlos Andrés Pérez y transformándose en un punto de referencia inevitable para el resto de los presidentes democráticos de América Latina.

PLAN DE GOBIERNO

Con esas líneas tendidas hacia el futuro, Brizola está hoy abocado a la compleja lucha electoral que tiene por delante y para la cual tiene evidentemente una estrategia trazada con prolijidad. Su compañero de fórmula es el coordinador general de su campaña, el diputado Fernando Lyra, y ése es el hombre que Brizola quiso para ese puesto.

Tal como señaló en su discurso de cierre de la convención del PDT, la mayor preocupación de Brizola estriba en las carencias en la organización partidaria: "en millares de municipios, dos mil tal vez, no tenemos gente para fiscalizar las elecciones. Tenemos que salir por ahí, a organizar comisiones provinciales". Esa entretejido estará

destinado a evitar, como en 1962, el fraude, como el que pudo haber ocurrido en 1962 para impedir la nominación de João Goulart. También a acortar a los partidos partidarios, adelantando el proceso de oposición y en la falta de garantías electorales.

"En algunas instancias, el gobierno está gordo, como el gobierno de João Brizola en relación a los militares, según el análisis de los países y en el caso del PDT que es una existencia real".

Su última gestión a los cambios del PDT fue la de la campaña, el primer paso cuando, seleccionando a los cuadros que ejercer el gobierno. "El gobierno contemplará el gobierno".

La bandera que Brizola eligió: esa misma que el senador Darcy Ribeiro usó en la coordinación de la campaña. Brizola promovió en los meses de julio en Brasilia a los brasileños para que dieran ideas y aportes a la campaña del programa de gobierno. "No vamos a salir con listas de reclamos, paquetes de demandas, como se acostumbró en el pasado. Queremos demostrar que se le quiere imponer a la plena democracia, los cambios que hoy trabajan en la elaboración del programa deberán recoger ideas y someter las suyas a la opinión de la ciudadanía en los Foros Nacionales de Debates Leonel Brizola —tal su nombre. El objetivo político es claro: movilizar a la militancia y decantar de entre ella a los cuadros en condiciones de ejercer el gobierno."

Montevideo, del sábado 1° al viernes 7 de julio de 1989 — EL DIARIO —

096

Política

Z. H.
19-7-89
F.P. (P.P.).

Campanha em nova fase

A partir do debate na TV Bandeirantes, na primeira apresentação da maioria dos candidatos, deve crescer a campanha sucessória, ingressando nos seus meses finais. Mesmo sem a presença dos candidatos do PRN e PMDB, Collor de Mello e Ulysses Guimarães, o programa atingiu seus objetivos e a confirmação de que a televisão terá um papel dos mais importantes numa mobilização nacional em direção a 15 de novembro. Houve pouco confronto, em parte por ser o primeiro de uma série de debates, mas também pela ausência de um candidato marcadamente governista contra o qual se dirigem as críticas maiores envolvendo a política econômica. Pode ser esta uma das razões da forma, às vezes contida, com que o ex-ministro Aureliano Chaves, ao menos no início, comportou-se. Dos presentes, era o mais identificado com o Governo da Nova República, na medida em que Paulo Maluf está assumindo uma postura crítica, de uma forma abrangente. O debate, caracterizado, em vários momentos, sobretudo na sua parte inicial, por um clima de contração, mostrou os candidatos seguindo uma linha conhecida desde Lula até Ronaldo Caiado. A televisão continuou em ritmo de sucessão ontem à noite com o programa oficial do PDS e no qual o candidato Paulo Maluf foi a figura central. Como novidade uma intervenção de Jânio Quadros depondo em seu favor e que deve provocar repercussão.

PMDB

O PMDB gaúcho está preocupado com a candidatura Ulysses Guimarães, segundo pode ser constatado pela reunião do Diretório Regional. Não é nova essa posição. Ela vem de longe, desde a série de encontros de governadores, mas confirma que o maior problema peemedebista é envolver suas próprias bases antes de evoluir, inclusive numa possível atração do grupo moderado, derrotado na convenção nacional, duas vezes. O não-comparecimento de Ulysses ao debate na TV Bandeirantes, nivelando-se em matéria de postura ao líder das pesquisas, Collor de Mello, adia uma reação nas suas bases. O seu desempenho poderia motivá-lo, mas também expô-lo à condição de co-responsável pela Nova República. Em matéria de alvo, admitem alguns de seus seguidores, ele não ficaria tão longe de Collor, embora em segundo plano.

PSDB

A ofensiva do candidato Mário Covas, a partir de seu pronunciamento no Senado, pode ser responsável pela definição de algumas lideranças indecisas até agora. Uma delas, o governador Tasso Jereissatti, está saindo do cerco de Fernando Collor em direção a Covas. Ressentido com o veto de Ulysses Guimarães à sua indicação para a Pasta da Fazenda, em 1987, Jereissatti está seguindo o mesmo caminho do grupo que abandonou o PMDB, ainda em plena votação da Constituinte.

01 - 01

Carlos Fehlbeg

8908791

098

21/09/82 11:09:18 F.RPP

Partido Verde escolhe o vice de Gabeira

Os ecologistas presentes à Convenção Nacional do Partido Verde, que reuniu 32 delegados ontem na Câmara Municipal do Rio, levaram mais de cinco horas para homologar o nome do candidato a Vice-Presidência pelo PV, Maurício Lobo. Ele foi eleito para concorrer na chapa de

Fernando Gabeira com 13 votos contra os 11 dados ao vereador de São Paulo, Roberto Tripoli.

Apenas o presidente do PV-Rio, o engenheiro de Volta Redonda Maurício Lobo, e o vereador paulista Roberto Tripoli estavam concorrendo ao cargo, mas alguns delegados insis-

tiam em sugerir, durante a convenção, os nomes do vereador carioca Alfredo Sirkis e do segundo vice-presidente do PV, Carlos Minc: eles informaram, mais uma vez, que não eram candidatos.

Apesar de as lideranças verdes insistirem que o PV é um dos poucos partidos que está entrando na sucessão presidencial de forma coesa, a disputa pela Vice-Presidência demonstrou exatamente o contrário.

... mesmo a provocar um comentário irritado de Carlos Minc: "A briga pela Vice-Presidência está se transformando numa disputa regionalista que está beirando o ridículo".

Como o PV só entra esta semana na corrida presidencial, a estratégia a ser utilizada para recuperar o tempo perdido já começou: na semana passada, Fernando Gabeira participou de 12 programas de TV em São Paulo. No final do mês, os verdes entram com uma ação principal na Justiça pedindo o fechamento da usina nuclear de Angra dos Reis. (AG)



mensagem: Candidato do PV recebe flores

PARTES ILEGÍVEL

098

2720 1024 08/05/85

PMDB adota nova estratégia para tentar salvar candidatura



PMDB dá mais apoio a Ulysses

□ Lideranças nacionais do partido vão se engajar em comícios e contatos políticos em todo o País a partir da semana que vem

Uma nova estratégia peemedebista será colocada em prática a partir da próxima semana, com vistas a ganhar pontos nas pesquisas de opinião pública, já que a posição atual prejudica o candidato à Presidência da República, Ulysses Guimarães, e desestimula os setores mais representativos do partido. A informação é do governador Marcelo Miranda (MS), acrescentando que a novidade consiste no trabalho das lideranças nacionais do PMDB, que passarão a fazer comícios e contatos políticos

em todo o País, a começar por Mato Grosso do Sul, onde estarão na próxima quarta-feira.

Serão recebidos em Campo Grande, pelo governador, o líder da bancada peemedebista no Congresso Nacional, senador Ronan Tito (MG), o senador José Fogaça (RS) e os deputados federais Genebaldo Corrêa (BA), Marcelo Cordeiro (BA) e Tidei de Lima (SP). Eles terão como missão específica buscar apoio popular à candidatura de Ulysses.

REVERSÃO — O governador Orestes Quêrcia disse ontem apostar na reversão do quadro sucessório 15 dias após o início do horário eleitoral gratuito. Segundo ele, o programa político no rádio e TV deverá beneficiar a candidatura Ulysses e assegurar sua vitória. Em rápida análise do quadro sucessório, Quêrcia disse



que todas as candidaturas estão enfrentando dificuldades, mas o horário gratuito vai alterar essa situação em benefício do PMDB. Argumentou que as pesquisas são subjetivas e até relativas, exemplificando com a situação da hoje prefeita Luiza Erundina a 5 de novembro passado. Na ocasião, explicou, ela estava em terceiro lugar nas pesquisas e ganhou a eleição. (AG)

098

ZERO HORA 08/09/89 FP. CITEZ INT

A guerra da informática pode acabar

Depois de quatro anos de pressões, discussões e ameaças de retaliação comercial, o governo norte-americano está prestes a suspender o contencioso da informática, encerrando o processo de investigação aberto contra as indústrias brasileiras do setor, com base na seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. A

informação, de fonte ligada ao Itamaraty, é de que as relações entre os dois países têm melhorado muito desde que o embaixador Paulo de Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty, partiu a viajar mais aos EUA, negociando diretamente com o governo daquele País.

O contencioso começou depois da

aprovação da lei de reserva de mercado para os computadores fabricados por empresas nacionais. Um protecionismo que não tem prazo para acabar e irritou o governo de Washington, que tratou de pressionar o governo brasileiro. O contencioso arrefeceu, em 7 de setembro de 1987, quando os EUA anunciaram que começariam a estabelecer comercial e

abriram a investigação de protecionismo, com base na super 301. Quase um ano depois, em julho de 88, o governo americano divulgou uma lista de produtos brasileiros que poderiam ser submetidos em 100%, caso o governo brasileiro não abrisse mão da reserva de mercado para os produtos de informática.

01.01

8908811

098

F.P. (P.O.)
**Brizola será
recebido pelo
Papa, amanhã**

O Papa João Paulo II recebe amanhã, em audiência privada no Vaticano, o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, que viajou segunda-feira à noite a Roma, após receber a confirmação da audiência através da Nunciatura Apostólica. Seu retorno ao Brasil é previsto para quinta-feira.

A audiência foi solicitada ao cardinal-pri-

ZERO HORA 12/09/89
maz do Brasil, dom Luciano Moreira Neves, há um mês. A solicitação também foi encaminhada à Nunciatura Apostólica. No recente encontro com o cardinal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, Brizola voltou a manifestar o desejo de avistar-se com João Paulo II. Brizola viajou para Roma acompanhado da mulher, Neusa.

NA ESCOLHA DO VICE

A ARMA É TER TRUNFOS

□ A estratégia de cada partido ao orientar a escolha do vice é sempre a de compensar as deficiências do candidato a presidente

GUSTAVO KRIEGER

Editoria Política/ZH

Alguns são políticos veteranos. Outros estão fazendo sua estréia eleitoral este ano. As histórias políticas dos candidatos à Vice-Presidência da República são muito diferentes entre si, assim como a linha política de cada um. O único ponto de convergência entre eles é o objetivo: ganhar o segundo cargo político mais importante do País.

Segundo as pesquisas de opinião pública, quem está mais perto deste

objetivo é o senador Itamar Franco, de 59 anos, que se filiou ao PRN para disputar a eleição ao lado de Collor de Mello. Itamar é um dos políticos mais fortes em Minas Gerais, onde disputou o governo em 1986, sendo derrotado por Newton Cardoso. Ele foi membro da CPI da Corrupção, do Senado, que pediu o indiciamento do presidente José Sarney. Por isso, foi escolhido por Collor como o parceiro ideal de uma campanha que tem no combate aos marajás e à corrupção sua principal bandeira.

O candidato a vice do PDT, Fernando Lyra, tem em seu currículo político uma importante vitória. Foi um dos principais articuladores da candidatura de Tancredo Neves, que enfrentou e venceu Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Lyra, de 60 anos, é um político com fama de ser ao mesmo tempo bom de palanque e

de bastidores, unindo um discurso forte à capacidade de costurar acordos difíceis. Este pernambucano que fez toda a sua vida política no MDB e PMDB trocou de partido e é uma das esperanças de Brizola para um bom resultado no Nordeste.

ACORDO INTERNO — A escolha de Waldir Pires para vice de Ulysses Guimarães representou quase uma coligação interna no PMDB, unindo o grupo histórico de Ulysses à corrente progressista liderada por Waldir, além de tentar dar à chapa uma passagem para o Nordeste. Com 62 anos, Waldir é um político veterano: foi consultor-geral do governo João Goulart e com o regime militar exilou-se na França. Apesar de suas vinculações históricas com a esquerda, Waldir elegeu-se para o governo da Bahia em 1986, depois de um

acordo com a direita, que colocou como seu vice o conservador Nilo Coelho. Respondeu aos protestos da esquerda com um slogan pragmático: "O importante é vencer".

Já a indicação do senador gaúcho José Paulo Bisol, de 60 anos, para concorrer a vice de Lula aconteceu após muitos impasses na Frente Brasil Popular, formada por PT, PSB e PC do B. O candidato preferencial do PT era o jornalista e ecologista Fernando Gabeira, presidente do Partido Verde (PV). Gabeira já estava até mesmo em campanha, mas seu nome enfrentava resistências no PSB e PC do B. A solução foi Bisol, que trocou o PSDB pelo PSB pouco antes da indicação, chegando a sofrer o risco de impugnação por falta de tempo de registro partidário. Mas sua candidatura foi confirmada e Bisol está integrado à campanha de Lula.

Nem sempre o processo é tranqüilo

Nenhum candidato enfrentou tantos problemas para escolher seu vice quanto Mário Covas, do PSDB. O tucano tentou primeiramente ter como companheiro o ex-governador pernambucano Roberto Magalhães, que lhe permitiria "entrar no Nordeste" e representaria um passaporte junto aos setores mais conservadores do eleitorado, pois, como político ligado aos empresários, atenuaria a postura de centro-esquerda do PSDB. Só que Magalhães não resistiu às pressões da ala esquerda do partido e renunciou, deixando Covas sem vice. Após tentar sem sucesso convencer o senador José Richa, do Paraná, o candidato voltou-se para a Região Norte e foi buscar no Pará o senador Almir Gabriel para seu companheiro de chapa.

Numa eleição onde todos os candidatos buscam mostrar que não são políticos profissionais, o presidencialista Paulo Maluf, do PDS, escolheu para vice um político que tem como diferencial exatamente ser o mais tradicional possível. É o deputado mineiro Bonifácio de Andrada, de 60 anos, membro de uma das mais tradicionais famílias brasileiras, que se orgulha de ser descendente do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada.

AMPLIANDO ESPAÇOS — O ex-presidente da UDR, Ronaldo Caiado, candidato do PSD, dirige seu discurso para o interior do País. E a recuperação do papel do Banco do Brasil como financiador agrícola é uma de suas bandeiras. Talvez por isto, chamou para vice um ex-presidente do banco, o sergipano Camilo Calazans, de 60 anos. Com fama de bom administrador, Calazans tam-

bém foi cogitado para vice de Mário Covas, mas acabou mesmo ao lado de Caiado.

O candidato do Partido Liberal (PL), Afif Domingos, buscou para vice um intelectual, o professor Aluisio Pimenta, de 62 anos. Ele já esteve exilado, foi ministro da Cultura do Governo Sarney e é deputado federal pelo PL de Minas Gerais.

O paulista Cláudio Lembo, de 55 anos, concorre à Vice-Presidência na chapa de Antônio Chaves, mas é considerado uma autoridade na área médica. É dupla, que forma com

Jânio Quadros, que condicionou seu apoio ao candidato do PFL à indicação de Lembo como vice. Ex-presidente da Arena paulista, Lembo foi o principal auxiliar de Jânio quando este assumiu a prefeitura de São Paulo.

A chapa do PCB, liderada por Roberto Freire, é completada pelo médico Sérgio Arouca, de 47 anos, que milita no partido desde os 15 anos de idade. Arouca já foi secretário da Saúde do Rio de Janeiro e presidente da Fundação Oswaldo Cruz, sendo considerado uma autoridade na área médica. É dupla, que forma com

Freire é uma das mais entrosadas ideologicamente da campanha.

Ser candidato a vice pelo PTB não é nenhuma novidade para o paulista José Roberto Faria Lima, de 51 anos. Afinal, ele disputou e perdeu juntamente com Antonio Ermirio de Moraes o cargo de vice-governador paulista em 86. Pouco conhecido nacionalmente, Faria Lima foi deputado federal em São Paulo por dois mandatos. Elegeu-se em 74 e 78, usando uma propaganda original: em vez de santinhos, distribuía botões de rosa para as mulheres.

MERIDIONAL

NAS ELEIÇÕES

FOLCLORE CANDIDATURA FICA EMBAIXO DEMAIS

Não se pode dizer que o PMDB seja um partido excessivamente entusiasmado com a campanha de Ulysses Guimarães. Mas a maior prova de desânimo foi dada em uma reunião de avaliação da campanha. Fazendo um diagnóstico da situação, um deputado gaúcho disse que "até agora, a candidatura do doutor Ulysses não conseguiu sair debaixo do chilo".

DENTRO DO CORAÇÃO E FORA DO GOVERNO



Depois da vitória do candidato, vem a hora da partilha do governo e todos os que apoiaram a campanha ficam à volta, esperando serem lembrados. No início, tudo é otimismo. Mas a coisa começa a se complicar à medida que os postos mais importantes começam a ser ocupados. Era exatamente este tipo de preocupação que tinha o político cearense Virgílio Távora, após a eleição de Jânio Quadros. Afinal, tinha sido secretário-geral da campanha do homem da vassoura e contava como certo o convite para um ministério. Como este não chegava, decidiu falar frente a frente com o próprio Jânio e, cobrou:

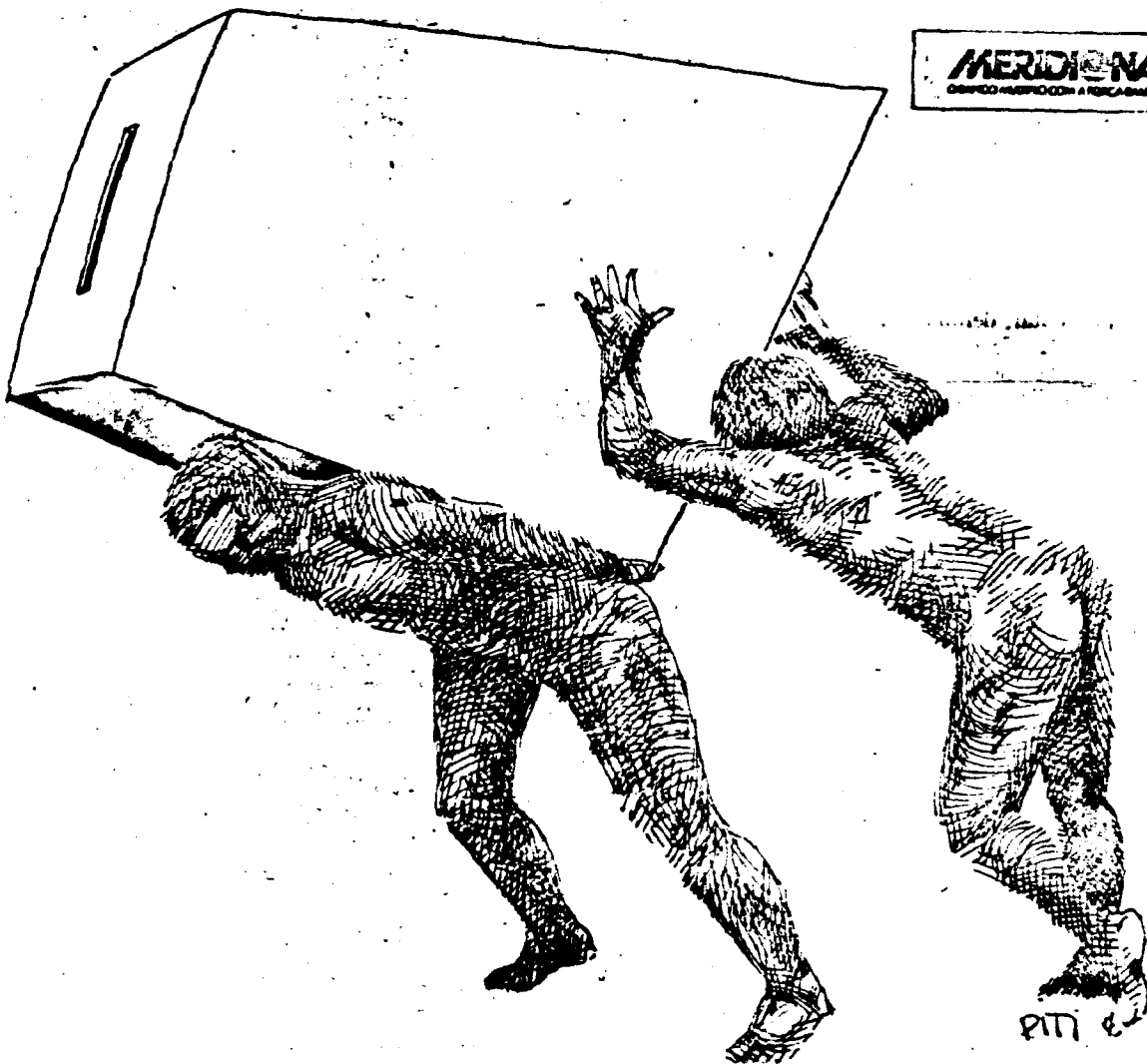
— Presidente, afinal qual é mesmo o meu lugar no seu governo?

Jânio abraçou carinhosamente Távora, levou a mão à altura do peito e disse:

— Meu velho amigo, teu lugar já está assegurado. É no meu coração.

O velho amigo quase morreu do coração ali mesmo.

MERIDIONAL
OFICINA GRÁFICA DE A. F. C. S. S. S.



PTI

Entra dinheiro na campanha de Brizola

098
11/9/89
Duas reuniões com empresários paulistas de grande porte na última semana levaram um pouco de oxigênio ao caixa da campanha de Leonel Brizola. Não é nada fantástico que garanta, por exemplo, respirar até a boca da urna. Como esses assuntos não são tratados nos partidos em moeda corrente, para preservar a ficção contábil em que se transformou a prestação de contas dos candidatos, sabe-se que o dinheiro que começou a pingar no PDT dá para garantir a campanha de Brizola até outubro. Este será o marco para rodar o pires novamente: a pesquisa de opinião pública da primeira semana de outubro, quando Brizola, após 15 dias de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, espera ter consolidada sua presença no segundo turno da eleição presidencial, condição que certamente abrirá com mais generosidade os cofres de empresas interessadas em participar da escolha de nome tão importante para os destinos da economia do país.

Era delicada a situação da tesouraria do PDT até essas reuniões em São Paulo. O partido estava praticamente sem dinheiro em caixa e com uma dívida calculada em cerca de US\$ 800 mil. Viviam quase que somente da contribuição de empresários do Rio Grande do Sul, habituais mantenedores da cruzada brizolista. Encontros anteriores com empresários paulistas, organizados pelo candidato a vice-presidente na chapa de Brizola, deputado Fernando Lyra, não renderam o que o fôlego da campanha exige.

Para as reuniões da semana passada o PDT mandou a São Paulo dois reforços. Um deles foi o deputado federal e economista César Maia, que hoje disputa com o professor Roberto Mangabeira Unger a primazia de ser o principal formulador das ideias econômicas de Brizola. Mangabeira, que é professor em Harvard, viajou há poucos dias para os Estados Unidos e fica lá até o começo de outubro. O outro reforço foi o tesoureiro da campanha, o homem encarregado da mala de dinheiro, figura que todo candidato e todo partido, no Brasil, gostam de esconder — o sr. Rafael Peres Borges, 60 anos, que foi presidente da Caixa Econômica Federal quando Brizola era governador do Rio Grande do Sul (1959-63) e que, durante o governo pedetista no Rio (1983-87), foi diretor e presidente do BD Rio e integrante do conselho do Banerj. Um homem de "hábitos modestos", segundo avalia César Maia.

Um dos maiores empresários paulistas, presente a uma dessas reuniões, nome que o PDT guarda em cofres tão seguros quanto os do modesto Rafael, usou uma expressão que levou brilho aos olhos dos emissários de Brizola: "O jogo ainda não está feito". Pela primeira vez, os pedetistas ouviram em reuniões desse tipo uma análise que admitia a possibilidade de o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, cair nas pesquisas de opinião pública. Esta, pelo menos, foi a interpretação dos brizolistas. É mais provável, entretanto, que os empresários tenham se rendido à evidência de uma polarização entre Collor e Brizola. Por mais condições que tenha Collor de vencer a eleição, não seria para eles prudente eliminar a chance de Brizola o enfrentar no segundo turno e até o derrotar.

O mesmo empresário que disse que "o jogo ainda não está feito" destacou imediatamente que Brizola "é um nome que preocupa", por ter um discurso velho, ainda contaminado por ranços nacionalistas da década de 50. "Mas precisamos conversar", disse o empresário, iluminando de novo os olhos de Fernando Lyra, César Maia e Rafael Peres Borges. César tratou de tranquilizá-lo. Se Brizola for eleito, disse ele, adotará um programa ortodoxo de estabilização da economia. Reconhece que há uma discussão interna no PDT sobre nacionalismo — este é o centro de sua divergência com Mangabeira Unger, que tem um discurso estatizante. César quer abrir a economia à livre competição de mercado, inclusive admitindo empresas estrangeiras. Mas essa divergência será resolvida, segundo espera o próprio César, no curso da campanha eleitoral.

do Brasil 11/9/89

O saído das reuniões foi considerado muito positivo pelos pedetistas, nessa hora decisiva de preparação do programa eleitoral gratuito para a televisão e de material variado de propaganda. A situação difícil do caixa da campanha era agravada também pelo fato de Brizola não aceitar dinheiro que parta de grandes bancos ou de multinacionais.

Os grandes bancos vêm sendo atacados por Brizola em dois flancos: promete estatizar o Banco Central, expressão que usa para dizer que não aceita essa instituição a serviço apenas dos banqueiros; e anuncia que vai estimular a criação de pequenos bancos regionais. César Maia corre para mostrar que aí há um grande avanço de Brizola: "Quem há um ano prometia estatizar todo o sistema financeiro e agora quer estimular os bancos regionais está fazendo um discurso capitalista, de descentralização do mercado, e não de estatização".

A alergia de Brizola a multinacionais, uma questão que César Maia ainda não conseguia resolver na cabeça de seu candidato, tem três momentos simbólicos. O primeiro foi em maio de 1959, quando Brizola, governador do Rio Grande do Sul, decretou a encampação pelo preço simbólico de um cruzeiro da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, filial da American and Foreign Power Company (Amforp), proprietária da rede de distribuição na Grande Porto Alegre. Este episódio provocou delicada crise nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Mais tarde, em fevereiro de 1962, o governador Brizola encampou também a Companhia Telefônica Rio-Grandense, subsidiária da International Telephone and Telegraph, a poderosa ITT. E há sete meses, em encontro com o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer, Brizola, então no topo das pesquisas de opinião pública, disse que preferia que as multinacionais não dessem ajuda a nenhum candidato. Resta saber se essas posições são mais fortes do que sua obsessão de chegar à Presidência da República. Pelo menos a mesma idade elas têm.

Pernalonga

Leonel Brizola irritou-se porque o jatinho que o levava quinta-feira do Rio para São Borja teve de fazer uma escala técnica em São Paulo. Lá, numa salinha do aeroporto, postou-se diante de um aparelho de televisão, fazendo hora. De repente, não parava de rir. O avião ficou pronto para partir, mas só conseguiram tirá-lo de lá quando o programa acabou. Assistia a um desenho do Pernalonga, o coelho esperto, malandro, que gosta de passar a perna nos outros.

O casaco de Lyra

O candidato a vice-presidente Fernando Lyra procurou se certificar de que o estúdio de gravação dos programas do PDT, no mesmo prédio onde mora Leonel Brizola, tem ar condicionado dos bons, desses que gelam. "É que eu fico muito bomio com um casaco que comprei na Europa", explicou. Vai gravar hoje.

Marcelo Pontes

DEBATE I

Freire, Afif e Maluf
em linha internacional

Três presidentiáveis falaram a jornalistas internacionais em debate promovido pela BBC de Londres. Hoje, haverá nova rodada

Três presidentiáveis participaram ontem do primeiro programa de entrevista internacional coletiva, promovido pelas rádios Nova Eldorado AM e BBC de Londres. Jornalistas de diversos países entrevistaram Guilherme Afif Domingos (PL), Roberto Freire (PCB) e Paulo Maluf (PDS) sobre inflação, dívidas interna e externa, ecologia, planejamento familiar, drogas, integração latino-americana, relações Brasil e URSS, ideologia e partidos políticos, racismo e até sobre o candidato Fernando Collor de Mello, que foi convidado para a entrevista e não compareceu. Hoje, há nova rodada de entrevista coletiva internacional, com os candidatos Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Ulysses Guimarães também foi convidado mas não confirmou presença.

CRISE E INFLAÇÃO - A crise econômica brasileira e as medidas para combater a inflação foram alguns dos temas mais longamente discutidos ontem na entrevista coletiva internacional. O candidato Paulo Maluf disse que sua prioridade é a eliminação do déficit público. Ele frisou que no Brasil há quatro orçamentos: o fiscal, que tem origem nos impostos; o monetário, do Banco Central; o previdenciário e o das estatais. Se estes orçamentos forem equilibrados, acha Maluf, terá sido dado um grande passo no combate à inflação. Maluf também quer que os funcionários públicos sejam admitidos somente por concurso e a privatização de estatais. Ele é contra o aumento de impostos.

O candidato Roberto Freire acha que o combate à crise virá da aplicação de métodos não ortodoxos de combate à inflação, já que os métodos ortodoxos não deram certo. Freire acha que o papel do estado tem que ser redefinido e que a origem da crise vem das finanças públicas. Ele



Roberto Freire



Afif Domingos

acredita também que o combate à sangria da dívida externa é fundamental para sanar a crise brasileira. Guilherme Afif Domingos pretende, através de um choque de austeridade e moralidade, da mudança do regime fiscal, da eliminação imediata dos subsídios e enxugamento da máquina federal superar a crise brasileira. No primeiro dia de governo, se eleito, anunciará o término de 10 ministérios.

Roberto Freire, falando sobre a contenção do déficit público, disse que o Estado não pode estar ausente do processo de crescimento econômico. Freire diz que o estado brasileiro é privatista e é "um instrumento de transferência do setor público para o privado", sendo a dívida interna "um dos instrumentos mais perversos de transferência de renda". Afif Domingos acredita que a dívida interna chega a 160 bilhões de dólares e que o dinheiro disponível no país apenas financia o "fantástico" déficit público.



Paulo Maluf

Integração latino-americana é
apontada entre as prioridades

A dívida externa foi um dos assuntos mais discutidos pelos jornalistas estrangeiros na entrevista com os presidentiáveis. O representante do jornal The Observer, perguntou aos candidatos se estes achavam que a dívida havia acabado com a esquerda na América Latina, o que foi contestado pelo candidato do PCB, Roberto Freire, para quem "a dívida na verdade tem dado discurso para a esquerda, de demonstrar que as relações no mundo capitalista são extremamente perversas". Ele acha que o grande problema causado pela dívida é que "ela subordina os países devedores aos países credores".

Paulo Maluf, do PDS, disse que a questão da dívida não é ideológica e sim de falta de competência dos governos latino-a-

Preservação não será
negociada por dívida

O Brasil está sendo alvo de uma campanha mundial para preservação da Amazônia. Os jornalistas estrangeiros questionaram os presidentiáveis se eles não temem que esta campanha internacional prejudique a soberania do País. Roberto Freire colocou dúvidas sobre as campanhas dirigidas do exterior. Ele lembrou que "nossa soberania tem que estar muito bem definida nas relações com a Amazônia". Advertiu que "a preocupação norte-americana tem a ver com ecologia mas também com a hegemonia na região. O Banco Mundial está sendo pressionado para não financiar a ligação que o Brasil quer ter com o Pacífico, abrindo uma nova rota comercial".

Afif disse que o Brasil está sofrendo pressão "dos que predam seus países e querem conservar os outros". Ele disse que considera a cooperação internacional importante, especialmente se houverem investimentos em pesquisas. Maluf disse que a "pressão quanto à manutenção do meio ambiente não deve nascer em Washington, mas em Brasília" e garantiu que "este instinto de preservação tenho desde jovem", dizendo ter plantado quase 100 milhões de árvores como administrador e empresário. Os três candidatos ressaltaram que não aceitarão ser pressionados para trocar uma política preservacionista por um melhor tratamento da dívida externa brasileira.

AUSENTE - Fernando Collor de Mello, do PRN, não foi ao debate com os jornalistas estrangeiros, mas foi assunto na entrevista. Os correspondentes de outros países questionaram os três presidentiáveis presentes "por que Collor de Mello, mesmo ausente do debate é tão popular". As respostas variaram, mas a maioria concordou que o candidato do PRN vem usando bem seu marketing de campanha.

"O Banco Mundial sofre pressão para não permitir a ligação do Brasil com o Pacífico"

Roberto Freire argumentou que "Collor é o mais conhecido. Os outros só estão sendo conhecidos agora". Disse que com a propaganda gratuita podem haver mudanças. Afif acha que Collor interpretou o papel daquele candidato que o povo estava esperando, alguém novo e não comprometido com a estrutura.

Já Maluf afirmou que "quem sabe ele esteja hoje num índice muito grande por ser desconhecido, por não comparecer a debates, por não emitir seus pontos de vista de maneira política, por ser produzido por um estúdio de televisão". Para ele, "o povo vai verificar que não é somente o inconsciente de se procurar o salvador da pátria, mas o consciente de encontrar um governo de salvação nacional".

americanos. "Eu, por exemplo, sou contra a extrema esquerda, a extrema direita, mas também sou contra a extrema incompetência", completou o candidato.

Afif Domingos, do PL, disse que não é a esquerda que está sendo anulada pela dívida "e sim o corporativismo, que pode ser tanto de direita quanto de esquerda". Lembrou que os governos militares, que eram de direita, adotaram um modelo de capitalismo de estado que seguiria o receituário esquerdista. Finalmente, concluiu que "esquerda e direita estão totalmente ultrapassadas porque se uniram num modelo de desenvolvimento via empréstimo e não via capital de risco".

PRIORIDADE - A integração da América Latina foi apontada como prioridade por todos os can-

didatos entrevistados ontem pela BBC. Roberto Freire lembrou que a integração virou até dispositivo constitucional e acredita que o governo brasileiro tem-se independizado da política externa vinculada aos norte-americanos. Afif Domingos crê que a América Latina precisa perder o complexo de inferioridade e começar a jogar em parceria. Mas primeiro cada país tem que resolver seus problemas internos. Paulo Maluf lembrou que 85% dos produtos comercializados pelos países latino-americanos são vendidos para fora da América Latina, enquanto que se importa produtos de 15 mil quilômetros de distância. "Infelizmente, os países da América Latina têm trabalhado de costas entre si. A integração é fundamental", disse.

5908 P. 2

KATALIDADE - Tanto Mário Covas quanto Luis Inácio da Silva são contra o controle da natalidade feito coercitivamente pelo Estado. "O Estado tem obrigação é de criar condições de educação e meios para que a família estabeleça seu planejamento familiar. Hoje há mecanismos de controle de natalidade condenáveis. Somente em Goiás, 52% das mulheres casadas são esterilizadas". Lula diz que controle de natalidade simplesmente não tem sentido: "O papel do Estado é estabelecer um programa educativo capaz de fazer as pessoas compreenderem que só podem ter uma quantidade de filhos que sejam capazes de sustentar e educar". Lula acha que o rádio e a televisão podem fazer campanhas para educar as pessoas para o planejamento familiar.

Collor tenta apoio da esquerda com proposta de cinco reformas

Dora Tavares de Lima

BRASÍLIA — Cinco grandes reformas — administrativa, fiscal, patrimonial, constitucional e da dívida externa — são os projetos de impacto que o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, pretende usar para, se eleito presidente da República, tentar conquistar o apoio da esquerda e da inteligência à sua proposta de governo de união nacional. Na área econômica, Collor está recebendo conselhos — embora ainda sigilosamente — do economista Pêrsio Arida, um dos formuladores do Plano Cruzado.

Coordenado por Zélio Cardoso de Mello, sobrinha do economista João Manuel Cardoso de Mello, outro pai do Cruzado, o grupo de 200 pessoas que detalha o plano de governo de Collor a ser apresentado definitivamente ao candidato no próximo dia 16 é composto por técnicos filiados ao PMDB, PSDB, PCB e um do PT. Essas pessoas participam, no entanto, sob o compromisso de que seus nomes fiquem protegidos pelo anonimato.

Reforma agrária — O documento será dividido em sete partes: objetivos centrais do governo, princípios de ação e gestão, reformas, diretrizes econômicas, diretrizes sociais, diretrizes regionais e metas setoriais. No capítulo das reformas, Collor prepara uma surpresa que certamente agrade-



Collor quer fim do SNI

rá à esquerda: ele quer alterar o que diz a Constituição sobre reforma agrária, justamente a maior das derrotas da esquerda na Constituinte.

O candidato pretende anular a vitória da União Democrática Ruralista (UDR) que conseguiu impedir que terra produtiva seja desapropriada. Collor quer ressuscitar o texto proposto pela Comissão de Sistematização, que vinculava o cumprimento da função social da propriedade rural à sua não desapropriação para fins de reforma agrária. Assim, os técnicos que assessoram o candidato acreditam que po-

derão viabilizar novamente a reforma agrária que, na opinião dele, tornou-se impossível com a aprovação do destaque sugerido pela UDR.

Para a reforma administrativa, Collor ainda não sabe se demite ou não, em massa, funcionários não protegidos pela estabilidade. Quer reduzir os ministérios (reabre apenas o da Ciência e Tecnologia) para nove ou 11. Funde Educação e Cultura; cria um ministério único da Economia, incluindo Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento Industrial e Agricultura; acaba com o Serviço Nacional de Informações e reúne os ministérios da área militar no Ministério da Defesa.

Com a reforma patrimonial, Collor pretende promover uma brutal leva de privatização (à exceção da Petrobrás, Eletrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce), e com a fiscal, "tornar mais competente a arrecadação e fazer pagar quem ganha mais". Na dívida externa, reafirma sua disposição de, logo no início, retirar o aval da União aos empréstimos. Collor ainda não sabe como resolver uma questão: a dos transportes coletivos. Ele já anunciou que, se eleito, acaba com qualquer tipo de subsídio, o que tornaria difícil manter os transportes coletivos a preços acessíveis. O que Collor examina — mas a solução será apresentada pelos técnicos até o dia 16 — é a possibilidade de manter esse setor como o único subsidiado.

JORNAL DO BRASIL 11/10/89

Brizola dirá ao papa que é aliado das lutas da Igreja

Araújo Neto
Correspondente

ROMA — Poucos minutos depois de desembarcar em Roma no começo da noite de ontem, o candidato do PDT à presidência da República brasileira, Leonel Brizola, explicou o verdadeiro objetivo de seu encontro com João Paulo II, que ao meio-dia de hoje concederá uma audiência pessoal e extraordinária ao ex-governador do Rio de Janeiro e sua mulher, dona Neuza, na biblioteca de seu apartamento do Palácio Apostólico da Santa Sé.

"A nossa atitude, o nosso antigo desejo de ser recebido por Sua Santidade, o papa", disse Brizola, "tem um conteúdo institucional. Nós viemos e aqui estamos para nos persignar e trazer nossa reverência ao chefe espiritual da grande maioria dos brasileiros. Esse o verdadeiro conteúdo do encontro e diálogo que solicitamos ao Santo Padre. Para um candidato que se prepara com a finalidade de governar, essa atitude faz parte de seus deveres - e muito mais ainda amanhã, quando ao governo será o presidente de todos, deixando de ser o representante de uma corrente ainda que vitoriosa".

Franqueza — Sobre o teor da conversa, Brizola disse que não existe um assunto pré-determinado. "Não trouxe à Roma nenhum propósito de abordar em nossa audiência com o Santo Padre qualquer situação específica do Brasil e da Igreja Católica de nosso país. Ficaria e ficarei muito feliz, porém, se Sua Santidade tomar a iniciativa de referir-se à realidade brasileira. Falarei com toda a franqueza, com sinceridade, sobre o nosso inconformismo".

Brizola pretende, se houver condições, declarar sua identificação com as lutas da igreja. "Especialmente com os seus últimos documentos em torno da sucessão", disse, "nos quais a CNBB procurou até traçar um perfil do candidato que a igreja gostaria que fosse o escolhido pelo povo de Deus. Eu espero que Sua Santidade tome essa iniciativa, porque o nosso diálogo pode ser muito útil".

"Direi que como candidato à presidência da República me sinto inteiramente identificado com o pensamento da igreja, com as suas posições, com as suas lutas no Brasil", acrescentou. "Reiterando que, ciente, não vou decepcionar aos católicos. Ao contrário, vamos trabalhar em íntima cooperação". O papa praticamente interrompe suas férias em Castelgandolfo para a audiência geral das quartas-feiras e para a especial que concedeu ao casal Neuza e Leonel Brizola.

Fotografia — João Paulo II será o primeiro papa que Leonel Brizola conhecerá e encontrará pessoalmente. Ao contrário, dona Neuza, católica praticante, faz questão de recordar o encontro que teve em 1962 com João XXIII, com quem conversou muito, num ano em que seu marido era governador do Rio do Grande do Sul.

Para o casal Brizola, entretanto, João Paulo II não é considerado um desconhecido nem estranho. "Num lugar muito especial e de muita presença nossa em nossa casa no Rio", disse o ex-governador, "conservamos uma belíssima fotografia de Sua Santidade, feita por um grande fotógrafo gaúcho, Carlos Contursi, durante sua visita a Porto Alegre. É uma fotografia em que o papa João Paulo II está com um chapéu de gaúcho, tomando chimarrão. É uma fotografia linda".

Hoje mesmo, no final da tarde, Leonel Brizola, acompanhado do deputado e seu amigo Roberto D'Ávila, vice-prefeito do Rio de Janeiro, viajará para Madri, para uma visita de um dia, a convite de seu amigo, o primeiro ministro espanhol Felipe Gonzalez.

Brizola disse que a ideia de sua audiência com João Paulo II ganhou consistência e começou a se concretizar em julho deste ano, quando ele e dona Neuza visitaram em Salvador o cardeal primaz do Brasil, dom Lucas Moreira Neves, que três dias depois se encontrou com o papa em Roma. Ainda por sugestão de dom Lucas, Brizola confirmou que formalizou através da Nunciatura Apostólica em Brasília o pedido de audiência para a primeira quinzena deste mês.

2 do BRASIL

13/9/89

098

13/09/82
**BRIZOLA CHEGOU
ONTEM A ROMA**
O candidato à Presidência da República pelo PDT, Leonel Brizola, chegou ontem a Roma, onde será recebido hoje pelo papa João Paulo II. Brizola reuniu-se à tarde com Bettino Craxi, presidente do Partido Socialista Italiano, para analisar as atividades da Internacional Socialista, da qual o candidato é vice-presidente. Brizola deixará Roma hoje mesmo, de volta ao Brasil.

01-01

8908823

098

COMUNISTAS E A RELIGIÃO

"Para ser comunista não precisa não acreditar, e muito dos nossos militantes acreditam em Deus e na religião", afirmou ontem o candidato do PCB, Roberto Freire. "Eu respeito a religião, inclusive minha mulher é católica e meus filhos acreditam em Deus. É preciso mostrar às pessoas que o fato de não acreditar em Deus não signifique que eu não defenda valores que são princípios do Cristianismo, como igualdade, justiça, fraternidade, honestidade e respeito à pessoa humana", afirmou.

ZHORA 9/9/87

098

F. POL. *Brasil*
D 8

ORÇAMENTO

Terceiro ato

*Brasília continua sua briga
contra os Estados*

O governo federal colocou à mesa, na semana passada, sua mais nova carta na seqüência de confrontos que decidiu armar em torno do orçamento do país para o próximo ano. Na última segunda-feira o presidente José Sarney encaminhou uma nova proposta orçamentária ao Congresso Nacional — a terceira dos últimos três meses. Nem por isso, entretanto, promoveu qualquer progresso para solucionar a dificuldade central da história toda, que continua sendo sua decisão de ir buscar nos recursos estaduais recursos para compensar o que perdeu com a reforma fiscal feita pela Constituinte. Enquanto a briga não se resolve, o país fica sem orçamento.

Pela nova proposta, os Estados são obrigados a repassar aos cofres federais em 1989 o equivalente a 25% de suas dívidas em dólar, além dos juros que ainda vão vencer no próximo ano e de parte da dívida pendente desde 1983 — uma conta que soma 3,1 bilhões de dólares e que vem sendo

acumulada por sucessivas administrações estaduais. A trapalhada, no caso, é que o Planalto invalidou uma sugestão de orçamento mais branda que ele mesmo havia encaminhado ao Congresso doze dias antes, numa tentativa frustrada de negociação. Derrotado nas negociações, o governo voltou a insistir em sua proposta original, muito mais dura, e colocou uma pedra no cami-

nho de uma solução negociada para a questão do orçamento.

"O governo está agindo de maneira insensata", critica o governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que lidera a oposição dos governadores nas discussões sobre as dívidas dos Estados. "A função de legislar sobre o orçamento pertence ao Congresso, e o governo deveria se conformar com a posição dos parlamentares." No Congresso a proposta que conta com maior apoio é a do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), relator da Comissão Mista de Orçamento. Na última quarta-feira, Gabriel apresentou um parecer que me-

lhora a vida dos Estados e impõe uma pesada derrota ao governo federal. São Paulo, por exemplo, teria de queimar 1,8 bilhão de dólares com sua dívida externa, de acordo com a proposta do governo federal. Pela proposta de Almir Gabriel, o desembolso cairia para cerca de 600 milhões de dólares.

BEIJA-MÃO FRUSTRADO — Antes de ser derrotado no Congresso, o grupo ligado ao Palácio do Planalto ainda tentou uma ação de bastidores. Na quarta-feira, o governador Epitácio Cafeteira, do Maranhão, um dos poucos que sobraram ao lado de Sarney em toda a disputa, telefonou para diversos governadores convocando-os para estarem em Brasília no desembarque do presidente de volta de sua viagem à Argentina. "Quem for receber o presidente terá seu problema resolvido", garantia Cafeteira na tarde de quarta-feira. O problema é que os governadores não aceitaram ir a esse beija-mão, mais adequado aos tempos em que o Planalto tinha poderes praticamente absolutos sobre o orçamento, pouco ou nada dividindo com o Congresso.

Sem um entendimento, a situação pode se complicar ainda mais. Nesta segunda-feira, o parecer do senador Almir Gabriel começará a ser votado pela Comissão Mista de Orçamento, para depois ir ao plenário. "Se a proposta da comissão for a vencedora, o presidente vai vetá-la", garante um ministro. A estratégia é simples: a derrubada do veto presidencial precisaria de 280 votos, o que o governo considera uma hipótese difícil às vésperas do recesso parlamentar. Nesse caso, ele poderia lançar um novo orçamento a cada dois meses, submetendo-o ao exame do Congresso. Pela Constituição, à falta de um orçamento votado pelo Congresso, o governo pode valer-se desse recurso com base na previsão da receita para cada bimestre. Um triste começo para o primeiro orçamento ao qual o Congresso, pela nova Constituição, deveria ter poder de decisão.

VEJA 7 DE DEZEMBRO, 1988

1 8908841

01-01

PT

F. Pol.

Causa e efeito

Onda de greves dificulta a campanha de Lula



Desde que começou a escalada de greves no país, há pouco mais de um mês, o Partido dos Trabalhadores vem encontrando dificuldades cada vez maiores em fazer três coisas incongruentes ao mesmo tempo: apoiar incondicionalmente as greves, exorcizar a imagem de radicalismo que cerca a legenda e, ainda por cima, provar que tem cabedal suficiente para governar o país. Na semana passada, esses três objetivos antagônicos se chocaram entre si. O PT apóia as greves por uma questão de princípios — o PT surgiu em meio à atividade sindical e ainda hoje é neste setor que desfruta a maior parte de seu apoio político. Mas, enquanto cultiva as bases sindicais, o candidato do PT à Presidência, deputado Luís Ignácio Lula da Silva, tenta ampliar sua popularidade junto a outros setores da população. O apoio às greves, porém, só rende ao PT popularidade entre os grevistas que conquistaram vantagens salariais. Boa parte da população, como demonstrou uma pesquisa do Ibope, aprova a escalada violenta das greves, devido aos transtornos que as paralisações trazem a rebo-

que. Por fim, o PT quer provar também que sabe governar, mas as convenções municipais do partido, realizadas na semana passada, mostraram que os prefeitos eleitos pela legenda em novembro passado andam às turras com a base ou com a direção do PT. Ou seja, o partido ainda não começou a governar os municípios.

"O Lula não pode continuar a agir como líder sindical nas portas das fábricas", ataca o deputado estadual Carlos Minc, do Partido Verde do Rio de Janeiro, um dos integrantes, ao lado do PT, PSB e PC do B, da frente Brasil Popular, engajada na campanha de Lula. "Ele agora é candidato à Presidência

de um país complexo e heterogêneo." Do lado do PT, a manifestação de Minc tem o mesmo impacto político da representação que o PV mantém no Congresso Nacional — onde não possui nenhuma parlamentar. Por isso mesmo, Lula não pretende se afastar sequer um milímetro da posição que defende em relação às greves. "No dia em que tiver que abandonar a solidariedade às greves, minha candidatura não terá mais sentido", afirma o candidato.

DESAPONTAMENTO — Ao manter essa postura, Lula se coloca num impasse. Desde o início do surto grevista, seu nome vem caindo nas pesquisas de opinião. Lula sabe que, se atacar as greves, poderá até arrebatrar novos eleitores, mas, na outra ponta, provavelmente perderá o seu mais poderoso veio de sustentação política — a Central Única dos Trabalhadores, CUT. "Reconhecemos que a opinião pública está irritada com as greves", afirma o deputado Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, "mas não podemos frustrar o movimento sindical".

Já nas prefeituras que controla, o PT ainda não encontrou o seu caminho e discute o que fazer. Na convenção municipal do PT em Porto Alegre, o prefeito Olívio Dutra foi derrotado pelo grupo Democracia Socialista, que se opõe à direção do partido. Em São Paulo, no entanto, a direção do PT venceu a convenção, ganhando força para controlar mais de perto a gestão de Luiza Erundina. E nas duas cidades não foi capaz de fazer uma administração que se diferencie das anteriores. Na quinta-feira passada, o próprio Lula confidenciou a um grupo de dirigentes do PT o seu desapontamento em relação à performance das administrações controladas pelo partido. "Desse jeito, é melhor o PT não ser governo", disse Lula.

UEJA 17/5/89

01-01

8908842

098

10/12/88.

Erundina anuncia secretariado

SÃO PAULO — A prefeita eleita Luiza Erundina anunciou seu secretariado, cujos nomes mais conhecidos nacionalmente são os do educador Paulo Freire (Educação), do economista Paul Singer (Planejamento), do jurista Hélio Bicudo (Negócios Jurídicos) e do jornalista esportivo Juarez Soares (Esportes).

"Pretendo governar delegando poderes, os secretários terão absoluta autonomia", disse Erundina. A cada nome anunciado, ela antepôs a qualificação de "companheiro" ou "companheira". Das 16 secretarias, cinco serão ocupadas por mulheres.

Membros — A equipe de Erundina é a seguinte: vice-prefeito eleito Luís Eduardo Grech, Secretária dos Negócios Extraordinários e Secretária de Defesa Social, que será extinta; advogado José Eduardo Martins Cardozo, Secretária de Governo e Secretária de Coordenação do Governo, a ser extinta; advogado Fernando Fecchio, Administração; engenheiro Amir Khair, Finanças; jurista Hélio Bicudo, Negócios Jurídicos; assistente social Aldaíza Sposati (vice-reitora da PUC-SP), Administrações Regionais.

Paulo Azevedo, Vias Públicas; vereadora Teresa Lajolo, Transportes; jornalista Juarez Soares, Esportes; assistente social Marta da Silva Campos, Bem-Estar Social; arquiteta Erminia Mancuso, Habitação; filósofa Marilena Chami, Cultura; educador Paulo Freire, Educação; empresário Adhemar Granini, Abastecimento; deputado federal Eduardo Jorge, Saúde; economista Paul Singer, Planejamento. O vereador eleito Pedro Dallari foi escolhido líder do governo na Câmara Municipal. O assessor de imprensa de Erundina será o jornalista Perseu Abramo.

Os partidos comunistas, que se uniram ao PT na eleição municipal em São Paulo, não foram contemplados com postos no primeiro escalão.

Silvestre — Todos os grupamentos políticos do PT estão representados no secretariado. A Igreja, por exemplo, que tem vários padres e bispos no partido, está representada na Secretaria de Negócios Extraordinários, na de Administração e na de Negócios Jurídicos. O grupo Articulação, encabeçado pelo deputado Luís Ignácio Lula da Silva, tem militantes nas secretarias de Esportes e de Vias Públicas. O grupo PT Vivo, que se situa entre os grupamentos esquerdistas e o Articulação, tem membros nas secretarias de Governo e de Finanças e na presidência do Anhembi, que organiza o carnaval e outros eventos do calendário cultural da cidade.

O Poder Popular e Socialismo (PDS), grupo de esquerda abrigado no PT, sente-se representado na Secretaria da Saúde, por meio do deputado federal Eduardo Jorge. Outro grupo esquerdista, o O Trabalho, foi contemplado com a Prodam, Empresa de Processamento de Dados de São Paulo. Aos chamados *independentes* do PT, como Paulo Freire, Paul Singer e Marilena Chami, coube as secretarias das Administrações Regionais, do Bem-Estar Social, da Habitação, da Cultura, da Educação e do Planejamento.

Para chefiar a Guarda Civil Metropolitana, criada por Jânio Quadros, Luiza Erundina escolheu o tenente-coronel Vicente Silvestre, da reserva da Polícia Militar paulista. No início da década de 70, quando o governo do general Emílio Médici tratava de dizimar grupos de esquerda, através de prisões, torturas e assassinatos, o coronel Silvestre, então na ativa, costumava auxiliar partidos clandestinos. Cassado pelo Tribunal de Justiça Militar, foi expulso da corporação mas, posteriormente, reincorporado por decisão judicial.

PARTES ILEGÍVEL

01-01

8908844

Decreto de demissão enquadra

Helena Daltra
Christiane Samarco

terça-feira, 17/1/89 □ 1º caderno □ 7

90 mil funcionários

BRASÍLIA — São cerca de 90 mil os funcionários públicos da União — e não 60 mil, como foi inicialmente previsto — que estão enquadrados no decreto anunciado domingo pelo presidente Sarney. A rigor esses funcionários deveriam ser demitidos a partir do dia 1º de março, como determina o decreto, já que foram admitidos no serviço público há menos de cinco anos sem concurso público. A Secretaria de Administração Pública (Sedap), agora vinculada ao Ministério do Planejamento, concluiu o número exato de funcionários do governo com menos de cinco anos de serviço ininterruptos e sem o aval do concurso público. São esses que, de acordo com o decreto, estão sujeitos à demissão.

A intenção do governo, no entanto, é demitir um número infinitamente inferior a esse que vem sendo anunciado. A tendência é reduzir conselhos e diretorias nas repartições e empresas públicas. Um exemplo: o Banco do Brasil terá reduzidos seus 15 conselhos e diretorias para seis.

A Sedap ainda está realizando um mapeamento desses funcionários que estão espalhados por 135 órgãos públicos em todo o país, mas já sabe que a maioria trabalha em fundações e não na administração direta (ministérios). Para se ter uma idéia do que representa esse contingente, em Brasília, onde se instala a administração federal, existem apenas 57 mil funcionários públicos.

Os técnicos da Sedap chamam atenção para o fato de que extinção de entidades públicas não significa demissão. Pelo decreto, são demissíveis todos os admitidos sem concurso público, pelo regime de CLT ou estatutário, e que não tenham completado, em 5 de outubro passado, cinco anos de serviço.

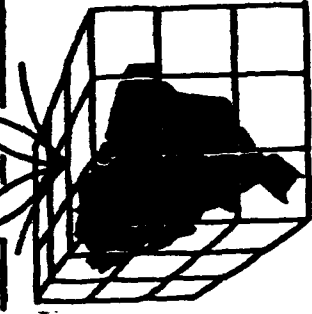
Fundações — O pessoal que trabalha em fundações, autarquias e ministérios extintos, mas que tem mais de cinco anos de serviço ou prestou concurso, será colocado à disposição da administração pública federal para posterior remanejamento. De qualquer forma, escapam da demissão apenas os funcionários que exercem cargo de confiança — como assessores especiais dos ministros — as mulheres grávidas. Se houvesse a disposição de demitir, estas fatalmente seriam dispensadas após gozarem os 120 dias de licença-maternidade garantidos pela Constituição.

Embora não tenha sido extinto, o Ministério da Cultura tem um grande problema com pessoal. É que, sendo um ministério da Nova República, não tem ainda cinco anos de existência. Quem, portanto, ingressou no serviço público através do Ministério da Cultura, sem prestar concurso, pelo decreto, só tem emprego garantido até 1º de março.

Os ministérios onde poderia haver maior número de demissões são os da Previdência e Assistência Social e Educação, que são os de maior concentração de funcionários. Os estatutários passíveis de demissão somam cerca de mil.

Na extensa lista dos funcionários passíveis de demissões, estão todos os admitidos no atual governo e os que entraram no final do governo anterior, a partir de 1983. O mapeamento está sendo feito, inicialmente, por cinco assessores da Sedap, que consultam o cadastro do servidor público e aproximadamente 200 decretos, alguns dos quais listando até 10 mil contratações. É intenção do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, reduzir os atuais 1.500 funcionários da Sedap para cerca de 300.

PARTES ILEGÍVEIS



Políticos e Comitê do Pacto conhecerão reforma primeiro

Hoje serão consultadas as lideranças partidárias e amanhã os empresários e sindicalistas

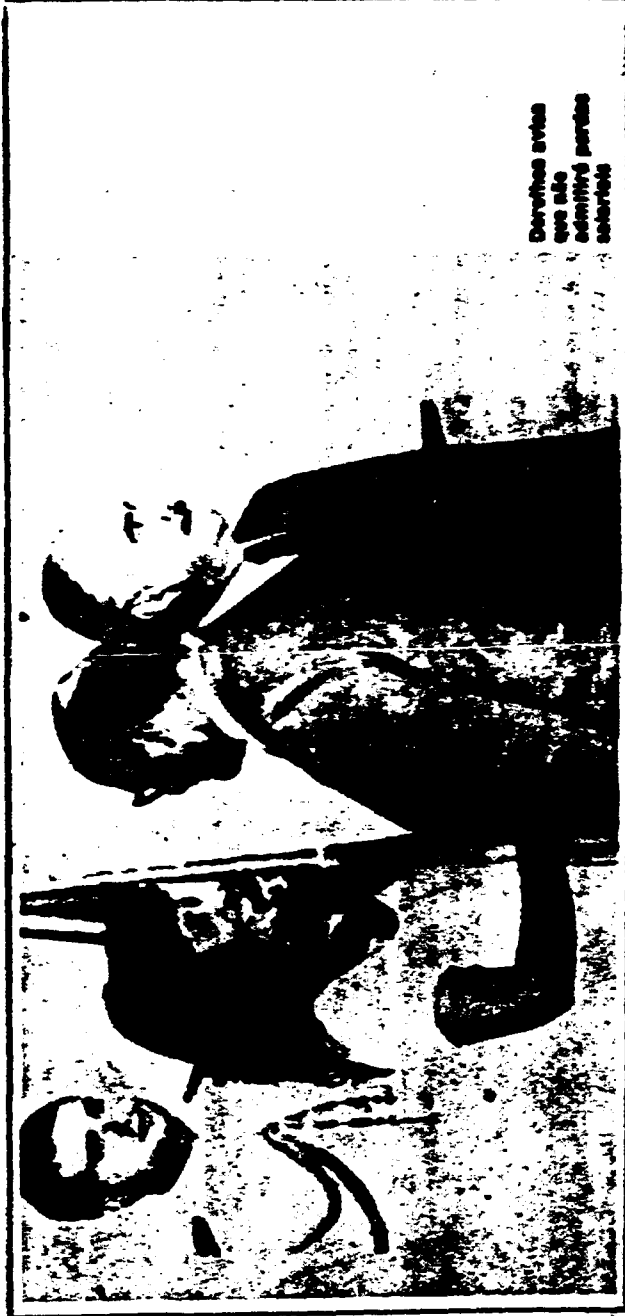
O presidente José Sarney estará reunido hoje, logo mais às 14h30min, com as lideranças partidárias da Câmara e do Senado para uma discussão sobre as reformas econômicas e administrativas. Para amanhã, domingo, às 11 horas Sarney estará reunido com empresários e, às 14h30min, com as lideranças dos trabalhadores que integram o comitê dirigente do Pacto Social. Em seguida, o presidente terá outro encontro, em separado, com os sindicalistas Luis Rogério Magri (Eletricistas) e Luis Antônio Medeiros. Neste encontro, Sarney não tratará da nova política salarial, deixando a sua discussão para a próxima reunião do Comitê Dirigente do Pacto marcada para o dia 14.

No final da tarde de ontem, o ministro da Administração, Aluízio Alves, disse que o número de demissões poderia ser inferior a 60 mil. Ele afirmou que a política salarial não será tão severa como imaginam os trabalhadores.

Segundo Aluízio Alves, que confirmou a extinção do seu ministério, os novos dispositivos constitucionais não deram ao governo a margem de manobra desejada para ampliar o número de demissões no serviço público.

Além do Ministério da Administração, a assessoria do Palácio do Planalto, confirmou que os ministérios da Irrigação e da Reforma Agrária serão agregados ao Ministério da Agricultura. O Ministério da Saúde será dividido, passando parte para a Previdência Social e parte para o Ministério do Trabalho. Desaparecerão os Ministérios da Habitação e Bem-Estar Social. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) perderá o status de Ministério. O Ministério da Ciência e Tecnologia para o Ministério da Indústria e Comércio.

O Palácio do Planalto tentou por todo o dia de ontem manter em sigilo todas as informações relativas às reformas administrativa e econômica. O presidente Sarney não foi almoçar no Palácio da Alvorada, como costuma fazer. Após empregar a nova ministra do Trabalho, Dorothée Werneck, Sarney se reuniu com os ministros Mallem da Nóbrega (Passada), João Batista de Abreu (Planejamento) e Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) para ultimar as novas medidas. A reunião se estendeu até às 15 horas. Aos participantes foram servidos sanduíches e suco de melancia. (Brasília/VEI)



Dorothée Werneck, que não admitiu perdas salariais

Na posse, ministra já ameaça com renúncia

A nova ministra do Trabalho, Dorothée Werneck, disse, ontem, após ser empossada no cargo pelo presidente José Sarney em rápida cerimônia no Palácio do Planalto, que deixará o comitê dirigente do Pacto Social, caso a mudança na política salarial prejudique a classe trabalhadora. Werneck definiu uma política salarial diferenciada para os funcionários públicos e os trabalhadores da iniciativa privada, baseada no disposto constitucional que determi-

na que os gastos com pessoal, na administração federal, não podem ultrapassar 60% da receita da União. A cerimônia de posse foi rápida (menos de 30 minutos). Werneck fez um discurso que durou exatos 30 segundos. Ela disse esperar à frente do Ministério do Trabalho, correspondendo às expectativas que o presidente tem a seu respeito e também ao compromisso de poder seguir sempre em frente. Em seguida, Sarney falou deixando claro a atribuição principal da nova ministra: "A árdua função de administrar os condições trabalhistas, pensando sempre que nós temos, um compromisso, como ela afirmou, maior, que é o compromisso com o país". O presidente disse ainda que o ministro-chefe do Gabinete Civil, Romildo Costa Couto, que anteriormente ocupou o Ministério do Trabalho, representará a Presidência da República no Pacto Social. (Brasília/VEI)

Salvem a poupança, apela Prisco Vianna



Mandarino, a lealdade premiada

Ao empossar, ontem, o novo presidente da Caixa Econômica Federal, Paulo Rubem Mandarino, o ministro da Habitação e Bem Estar Social, Prisco Vianna, preocupou-se em defender as cadernetas de poupança. "É preciso evitar que se cometam erros dessa natureza", apelou o ministro, ao pedir que a desindexação da economia não atinja a poupança.

Prisco Vianna teme que uma eventual fuga de depósitos em poupança torne ainda mais escassos os recursos destinados à habitação. Por isso, também manifestou-se contra a possibilidade de extensão da caderneta de poupança rural aos bancos privados, o que aumentaria ainda mais a competição com a caderneta tradicional.

"A falta de teto pode comprometer a estabilidade política e social do País", advertiu o ministro. Segundo ele, o déficit habitacional do País já chega a 10 milhões de moradias. Ano passado a CEF destinou 300 milhões de OTNs ao setor habitacional, sem contar os recursos destinados a obras de infraestrutura e saneamento urbano. Mas "isso ainda é insuficiente", avaliou o ministro, para quem a ampliação da poupança rural vai comprometer seriamente o Sistema Financeiro da Habitação, cuja fonte de captação está na caderneta de poupança.

Ao empossar na presidência da CEF e até então vice-presidente de operações do Banco do Brasil, Paulo Mandarino, o ministro Prisco Vianna, ressaltou como a melhor das qualidades do escolhido pelo presidente Sarney a sua "lealdade". A referência não foi gratuita. A queda de Maurício Viotti, antecessor de Mandarino, ocorreu por desavenças entre ele e o ministro. O novo presidente da CEF também fez questão de deixar claro que tipo de relacionamento pretende e abriu seu discurso com a seguinte frase: "O ministro terá em mim um subordinado leal e dedicado". O principal motivo da insatisfação de Prisco em relação a Viotti foi justamente o fato de ele ter passado por cima de sua autoridade, reclamando diretamente ao presidente José Sarney sobre as informações do ministro da CEF.

A concorrida posse de Mandarino contou com a presença do governador maranhense Epitácio Cafeteira, do presidente do Banco do Brasil, Mário Herard, e de Marcos Vilela, ministro do Tribunal de Contas da União, entre outras autoridades, que lotaram duas grandes salas no 28º andar da matriz da Caixa Econômica, em Brasília. (Brasília/ZH)

Sarney define nominata do novo ministério

O presidente José Sarney definiu no final da tarde de ontem os nomes para compor sua nova equipe de governo. A nova equipe deverá ser anunciada oficialmente amanhã por uma rede nacional de rádio e televisão.

A relação dos novos ministros que a partir de amanhã integrarão o governo do presidente José Sarney é a seguinte: AGRICULTURA - continua Iria Resende, só que agora fortalecida, com a incorporação a sua pasta dos ministérios da Irrigação e da Reforma Agrária. JUSTIÇA - o novo ministro será o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Oscar Dias Correa. MINAS E ENERGIA - o presidente da Furnas, Claudio Penna, deverá ser anunciado como novo ministro. AM e início da

noite, no entanto, Claudio ainda não havia respondido ao convite. A outra opção de Sarney é o ex-governador de Minas Gerais, Francisco Pereira. SEGURIDADE SOCIAL - o nome mais cotado até o início da noite era o do cirurgião Adib Jatene, do Instituto de Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo. Sarney, no entanto, ainda trabalhava com as alternativas do presidente da Fundação das Fioscas Sociais e diretor do Hospital Sarah Kubitschek de Brasília, Aluizio Campos da Paz, e o secretário-geral do Ministério da Saúde, Francisco Xavier Bodaschi, para o caso de Jatene não aceitar o convite. PETROBRAS - o novo presidente será o ex-governador Franco-

sco Pereira, caso não venha a ocupar o Ministério das Minas e Energia. VICENTE FILHO é uma opção alternativa.

Os três ministros com mandato parlamentar que deixarão o governo - Prisco Vianna, Leopoldo Demons e Ralph Biaz - retornarão aos seus cadastros na câmara dos deputados. A tarefa dos três será articular e fortalecimento do apelo parlamentar ao governo. O ministro Paulo Bressanet vai para o Supremo Tribunal Federal e Aluizio Alves, conforme ele próprio confirmou, ficará sem função pública, dedicando-se ao tempo para escrever um livro. Sarney ainda estava preocupado em dar aos ministros Vicente Filho e Jader Barbalho alguma função pública no governo. (A3)

PRIMEIRO DEBATE

F. Pol.

Todos querem crescimento com justiça

Dos 11 principais candidatos ao Planalto, nove debateram programas e metas, ontem, na televisão

O primeiro encontro dos presidentiáveis, promovido pela TV Bandeirantes, começou pontualmente às 21h30min, com a mediadora Marília Gabriela explicando terem sido convidados 11 candidatos, dos quais nove compareceram ao encontro, nominando os dois únicos ausentes: Ulysses Guimarães (PMDB) e Fernando Collor de Mello (PRN).

Os candidatos foram apresentados ao público através de rápidas biografias que destacaram a vida pública de Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Affonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PFL), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Ronaldo Caiado (PSD), Guilherme Afif Domingos (PL) e Roberto Freire (PCB).

O debate começou com uma única pergunta dirigida a todos os candidatos: *Se eleito, qual será sua primeira medida logo após tomar posse como presidente da República?*

Mário Covas (PSDB) foi o primeiro a responder, explicando que a proposta do seu partido tem como objetivo básico a retomada do crescimento econômico, mas de maneira a encurtar as distâncias sociais e econômicas existentes na atualidade entre as pessoas e as regiões do Brasil. Para isto, diz ser necessário "atacar aquilo que impede a retomada do desenvolvimento, a distribuição de renda, a participação do Estado em qualquer formulação de política social, ou seja, a crise inflacionária. Sem combater a inflação será impossível estabilidade, desenvolvimento ou qualquer das medidas por nós preconizadas".

Leonel Brizola (PDT) preferiu, de início, lamentar o não comparecimento "destes dois candidatos" e registrar sua inconformidade "com este desapareço para com o povo brasileiro". Ele disse representar "um não a tudo isto que se vem fazendo neste País" e que até



Os candidatos Maluf (PDS) e Brizola (PDT) cercados por assessores pouco antes do início do debate

mesmo antes de assumir vai agir para "tirar o Brasil deste atoleiro". Destacou ser imperioso conseguir um mínimo de estabilidade e vergonha no País e retomar o crescimento com a justiça social, "buscando objetivos estratégicos como a educação e a propriedade familiar, por exemplo".

Inflação preocupa todos

O candidato do PDS, Paulo Maluf, enfatizou que desde o primeiro dia combaterá a inflação e a corrupção e definiu as 10 áreas prioritárias "que serão atacadas ao longo do meu governo": dívida externa, dívida interna, o problema da fome, a agricultura, a educação, a saúde, a geração de empregos, a segurança

pública, a questão dos aposentados e a política da casa própria.

Affonso Camargo (PTB) não usou todos os 60 segundos de que dispunha para definir qual será sua primeira medida se for eleito presidente: determinar que ninguém pode gastar por conta do dinheiro que não tem. Ele recorreu à sua experiência no Ministério dos Transportes "onde em três meses, com planejamento, recuperei totalmente o orçamento".

Já o candidato do PFL, ex-ministro Aureliano Chaves, depois de dizer que "quem não distingue não governa; quem não prioriza, não administra", também definiu como meta prioritária a retomada do crescimento, mas redirecionado no sentido de evitar as atuais distorções, enfatizando que é preciso preservar a moeda.

Conhecer realidade

Luis Inácio Lula da Silva (PT) acha indispensável, antes de anunciar qualquer programa de governo, conhecer tudo sobre a real situação do País e assinar que determinará uma auditoria nas estatais. Ele também estabelecerá uma comissão para negociar com os credores internos; suspenderá imediatamente o pagamento da dívida externa; e implantará uma política de recuperação dos salários dos trabalhadores brasileiros.

O ex-presidente da UDR e candidato do PSD, Ronaldo Caiado, disse que o povo brasileiro quer um governante que resgate a credibilidade política no País. Ele prometeu resgatar esta credibilidade e promover uma reforma administrativa que estugue a máquina estatal.

Afif Domingos (PL) anunciou, se eleito, um choque de austeridade e moralidade no País. Reiterou sua intenção de trabalhar somente com 13 ministérios - dos civis e três militares - e prometeu um combate duro às causas da inflação.

No encerramento do primeiro bloco, Roberto Freire (PCB) anunciou que pretende montar uma ministério de ampla coalizão democrática para ter a força política e a base social necessárias, "e que se reúna no Congresso Nacional", pois tão logo assumirá encaminhará ao Congresso um plano para superar a crise. Ele anunciou a moratória, o alongamento do perfil da dívida interna e o crescimento econômico com distribuição de renda, "buscando uma outra sociedade, democrática e socialista".

8908849

01-02

| 8908849

Crise econômica, o assunto dominante

E preocupação com o futuro das instituições democráticas

A segunda parte do debate, onde cada um dos nove candidatos poderia dirigir uma pergunta a outro — com direito a réplica e tréplica — mostrou os presidentes mais à vontade. Mário Covas (PSDB) perguntou a Luís Inácio Lula da Silva quais as regras do PT para a presença do capital estrangeiro no País.

Lula respondeu que hoje a interdependência entre as economias do mundo é muito grande e que ninguém é ingênuo de achar que se pode viver em um país sem a presença estrangeira. Mas disse que é necessário evitar e criar regras para o envio de dinheiro para fora do Brasil. "Não se compreende que uma empresa estrangeira tenha no Brasil uma maneira de agir e de pagar seus funcionários e outra no seu país de origem", disse Lula, sugerindo que se exija aqui o mesmo nível salarial pago por uma empresa lá fora.

O segundo a perguntar foi Brizola (PDT), que questionou Roberto Freire (PCB) sobre sua tese de união para vencer a crise e para que a Nação chegue às eleições. Freire afirmou que não vê perigo às eleições, apesar da crise. "Elas são a solução para a crise", disse ele, prevendo que uma situação caótica no momento pode, isto sim, inviabilizar a democracia e as eleições futuras. Ele propôs adoção de um plano de emergência, agora, pelo atual governo, para que problemas básicos — como a alimentação — fossem resolvidos.

Brizola lembrou que o Governo Sarney exauriu-se e pediu também um amplo debate para chegarmos com um mínimo de eficácia às eleições.

Descontração

O momento de maior descontração ocorreu com a mais curta resposta. Paulo Maluf (PDS) perguntou a Mário Covas (PSDB) se ele era a favor ou contra o aborto. Covas respondeu simplesmente: "Contra". Houve um momento de silêncio e, depois, risadas gerais: "O sr. não quer continuar?", perguntou a apresentadora. Covas, rápido, e mais conciso ainda: "Se para o Maluf basta, para mim também basta", disse ele. Risadas gerais.

Aureliano Chaves (PFL) foi o mais calmo do debate. Respondeu a uma pergunta de Affonso Camargo (PTB) sobre a economia de mercado existente no Brasil e se acha que o Estado estava transferindo renda. Aureliano pediu que não se avaliasse a crise nas estatais e no setor de energia, transportes e comunicações, sem que se levasse em conta as situações peculiares de cada setor. Argumentou que não se pode considerar todo o setor estatal como incompetente.

Aureliano, depois, perguntou a Afif Domingos (PL) como conciliaria irrigação com carência de energia elétrica. Afif disse que, em primeiro lugar, é preciso definir o papel do Estado, que é atuar nas áreas de educação, transporte, energia, comunicações e irrigação. Para ele, a irrigação deve ser aplicada principalmente no Nordeste. "O Nordeste não é problema, é solução", afirma, pois acredita que há necessidade apenas de se investir em infra-estrutura na região.



Aureliano, Camargo e Maluf debatem

Brizola, Lula e a dívida

Na abertura do terceiro bloco, Luís Inácio Lula da Silva (PT) perguntou a Leonel Brizola (PDT) se pagaria a dívida externa caso eleito, "como tem dito aos jornais". O ex-governador alegou que a questão é complexa, "existem contratos e o País está inserido na economia internacional". A dívida, disse, precisa de uma auditoria "para esconder tudo o que for irregular". Na réplica, Lula observou ser incompatível uma política de desenvolvimento no País com a dívida. Já Brizola complementou, que "pior do que a dívida é a cumplicidade que gerou esta dívida". E acrescentou: "Um governo que se preza terá que parar com tudo isto para que cheguemos a termos admissíveis".

Indagado por Ronaldo Calado (PSD) sobre o tratamento que dará à inflação se eleito, Paulo Maluf (PDS), destacou o caso da Bolívia — onde esteve recentemente — lembrando que "lá houve uma redução drástica da inflação com diminuição na máquina estatal". E pregou para o Brasil, na tréplica, o combate à corrupção e escolha de ministros competentes.

Tese

Afif Domingos (PL) perguntou a Calado se

apoiaria sua tese de antecipar para 1º de janeiro a posse do novo presidente da República. Calado disse discordar, por achar necessário um tempo, após as eleições, para uma reflexão antes da posse, em março. Na réplica, fugindo do assunto inicial, Afif disse que deve ser realizada uma sabatina no Congresso para que os candidatos se expliquem. Já Calado complementou, afirmando achar fundamental "que não se frustre mais o povo brasileiro".

Em pergunta ao senador Affonso Camargo (PTB), o candidato do PCB, Roberto Freire, criticou a intervenção de Camargo no bloco anterior, quando o senador havia dito que ninguém pode gastar o que não tem. Freire considerou esta posição muito conservadora, "de capitalismo de antes de 1930". E acabou indagando a opinião do senador sobre "a tentativa de se ter uma visão mais social do papel do Estado". Camargo disse partir do princípio que o maior inimigo do brasileiro é a inflação. "E para zerar a inflação é necessário deixar de emitir o título moeda. Isso não é conservador, é aritmético", observou. Ainda na tréplica, Freire criticou a privatização da economia.

A inflação e o modelo boliviano

O quarto bloco do debate com os presidentes na televisão foi mais movimentado que os anteriores. Jornalistas da TV Bandeirantes perguntaram aos candidatos e indicavam outro candidato para comentar a resposta. Falando sobre a forma de redistribuir a renda, Brizola criticou o modelo econômico que privilegia uma minoria em detrimento da maioria, e que deve mudar. Que há uma "perda internacional", que o Brasil tem "um sócio oculto" e sem enfrentar essa perda não se resolve o problema.

Lula observou que o Estado deve acabar com a sonegação e as classes produtoras devem destinar uma parcela do lucro para os salários e os reinvestimentos.

Leonel Brizola retomou prometendo "serrar a perna" do modelo econômico podre, que não é reformável, segundo ele.

Uma pergunta a Mário Covas, com comentário de Aureliano Chaves, sobre as crises da Petrobrás, CSN e Banco do Brasil, foi aproveitada por Covas para um show, citando dados em profusão e falando na necessidade de recompor preços defasados. Aureliano comentou criticando a deformação da política em relação às estatais que levou à hipercentralização.

Uma pergunta provocativa a Lula: como seria a Justiça no governo do PT, quando administrações desse partido não estariam obedecendo, hoje, a decisões judiciais. Lula disse que as decisões desrespeitadas (caso de greves) deveriam ser ao não tratamento justo a uma parte. Acha que a Justiça representa interesses das classes dominantes e não tem autonomia. Promete-



Brizola, Covas e Freire (da esquerda)

leu que em seu governo o Judiciário teria autonomia e respeito em sua plenitude. Calado criticou grupos que não acatam as leis.

Inflação x salários

Paulo Maluf, perguntado sobre a adoção do modelo boliviano para combate à inflação, insistiu em sua fórmula de que faria um governo com autoridade e austeridade, combatendo mordomias, nomeação de parentes e funcionários fantasmas. E prometeu isentar do imposto de renda na fonte quem ganha até 10 salários mínimos.

Freire comentou que para as classes dominantes o salário é sempre penalizado. Que Maluf não mencionou a dívida externa, os subsídios e incentivos, os juros internos altos. Maluf responde prometendo parar de pagar a dívida externa e renegociar. E diz que quem faz juízo alto é o Governo.

Afif Domingos, chamado a

responder sobre combate à inflação sem sacrificar os salários, criticou o Estado, os subsídios; citou a economia informal. Prometeu austeridade e rigor para derrubar os juros e trazer o dinheiro de volta à produção. A economia se reativaria e aumentariam os salários.

Brizola retoma sua tese das "perdas internacionais" como causa da inflação. Afif responde que a dívida é consequência do modelo perdulário. E Freire intervém dizendo que a economia informal é "forma travessa de não pagar impostos".

Calado e Lula discutiram a questão da terra: Calado entende que o problema é a incompetência dos que dirigem programas de reforma agrária. Que não há escassez de terras, propondo o uso das terras ociosas do Governo. Que produtor rural não é especulador, pois gera riquezas. Lula intervém defendendo a reforma que atinja o latifúndio improdutivo.

Aparte inicia uma polêmica

As regras do debate — acertadas previamente com a assessoria dos candidatos — criaram várias polêmicas durante o programa. Logo após o jornalista Augusto Ribeiro ter feito uma pergunta a Brizola sobre a questão dos salários no seu governo, estabeleceu-se amplo debate e algumas discussões, com a quebra das regras acertadas.

O ex-governador do Rio de Janeiro afirmou que os salários estão vinculados à situação geral da renda do País e que envolve também os aposentados. Na sua opinião, o Governo tem a obrigação de atuar como o grande mediador deste processo e concluiu: "Precisamos de um salárioço".

Logo depois, Affonso Camargo, do PTB, comentaria a resposta de Brizola. Mas Camargo mal começou sua afirmação e foi interrompido pelo candidato do PDT, que solicitou um aparte para dizer — já que o petebista havia lembrado a necessidade do crescimento econômico para pagar melhores salários — que a dívida já cresceu e não foi dividida.

Ronaldo Calado, percebendo que um aparte fora conce-

cido, fora das regras do debate, solicitou também tempo para falar e perguntou a Brizola quais eram os inimigos do povo. Brizola respondeu rápido e ironicamente: "Ora, Calado, você sabe muito bem, por ser um homem inteligente, quem concentra a renda e está enriquecendo com o modelo econômico", disse Brizola.

Neste momento, estabeleceu-se grande discussão, com todos querendo apertar e, principalmente Maluf, reclamando que estava sendo discriminado, não tendo chances de apertar.

Maluf e o over pornográfico

O sexto bloco do debate não apresentou muitas novidades, especialmente porque os candidatos foram perguntados sobre questões que já haviam abordado antes, como salários e a questão da dívida interna, analisados respectivamente por Aureliano Chaves e Paulo Maluf, que tiveram suas declarações comentadas por Afif Domingos e Mário Covas.

Ao falar sobre a questão da dívida interna, que ressaltou não ser causa e sim consequência dos déficits no orçamento fiscal, na Previdência e nas estatais, Maluf arrancou alguns sorrisos ao lembrar que o Governo é o grande culpado pela realidade financeira, impondo juros altos através "um over que chega a ser pornográfico".

Ao ser perguntado sobre se era produtiva uma discussão como a de ontem, entre todos os candidatos, ou se a eleição já estava decidida em seu primeiro turno, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, disse que através dos debates o povo poderá conhecer todos os candidatos e seus planos e chegar ao dia 15 de novembro plenamente consciente e com a clareza suficiente

para escolher o novo presidente brasileiro. Ao comentar a declaração de Lula, Roberto Freire (PCB) lembrou que ainda existem 60% de indecisos e que "pesquisas não substituem urna".

Na verdade, este segmento do debate só foi sacudido por uma áspere discussão entre Leonel Brizola (PDT) e Ronaldo Calado (PSD). Este fora questionado sobre a participação da UDR no Governo e ele respondeu que e que a entidade buscava e conquistara fora no terreno do Congresso Nacional e que "lutamos pelo Brasil real, aquele que produz, trabalha, gera riquezas e empregos, para desalojar os politiquês e demagogos". Brizola considerou "uma piada" imaginar a UDR no poder, taxando-a de uma "entidade marginal". E na tréplica Calado, sem citar o nome do ex-governador, disse que ele não produzia nada para o Brasil, investindo seus recursos no Uruguai.

Marília Gabriela foi obrigada a chamar os comerciais para evitar que a discussão ficasse mais aguda.

Petista quer Lula mais à esquerda para

Marco Damiani e
João Domingos

SÃO PAULO e BRASÍLIA — Para o bem da saúde eleitoral de sua candidatura, cutucada esta semana pelo crescimento nas pesquisas da candidatura do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, e a boa performance do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, em seu programa de rede nacional de televisão, o deputado Luis Inácio Lula da Silva, do PT, receberá nos próximos dias de fonte insuspeita um conselho acompanhado de um pedido.

"O Lula precisa marcar mais a posição e ir mais para a esquerda", diz o prefeito de Campinas, Jacó Bittar, um dos fundadores do PT e amigo pessoal do candidato. "Vou pedir a ele para fazer parte do comitê político da candidatura. O espaço que hoje é do Collor de Mello tem que ser ocupado pelo PT".

Em sua franqueza, Bittar toca num ponto nevralgico da candidatura Lula. Nitidamente, o candidato do PT vem se esforçando para adaptar sua linguagem vibrante a um discurso petista mais moderado desde que seu partido passou a ser governo, com a posse, em 1º de janeiro, de seus 22 prefeitos em importantes cidade do país. Lula, aparentemente influenciado por suas recentes viagens a países da Europa Ocidental, tem baixado o tom, embicando aos poucos em uma pregação que, em uma série de temas, já não é muito distante da social-democracia.

Mindança — A reforma agrária radical está sendo substituída por propostas que falam no respeito à propriedade produtiva, a estatização dos bancos foi amenizada por sugestões de controle sobre a atividade das instituições finan-

Passo seguinte é sair às ruas

Para pular da faixa dos 10% do Gallup, o PT detona agora a segunda fase de sua estratégia de campanha, que consistirá em colocar o candidato na rua, uma vez que julga encerrada a etapa inicial de contatos com os chamados agentes multiplicadores — sindicalistas, intelectuais, artistas e políticos de outros partidos. No dia 13 de maio, no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, de onde comandou as históricas greves metalúrgicas do final dos anos 70 e começo desta década, Luis Inácio Lula da Silva fará um comício grandioso que — espera ele — impulsionará sua campanha.

"Queremos obter um crescimento lento, gradual e seguro, até atingirmos o nível em que a candidatura Lula será algo semelhante à campanha das diretas", anima-se o assessor de imprensa Ricardo Kotscho. Amanhã o PT divulga um manifesto convocando seus militantes a participarem do comício de Vila Euclides. O documento será também assinado pelo PC do B, pelo PSB e pelo PV, que formam a coligação de sustentação a Lula. "Quando nossa militância entrar em cena, a campanha vai decolar", aposta o assessor econômico Aloisio Mercadante, numa frase repetida à exaustão das bases à cúpula do partido.

Hoje, nas contas de sua direção nacional, o PT possui cerca de 500 mil filiados, dos quais 10% são considerados militantes, os que participam das atividades partidárias. Nessa massa os estrategistas da campanha de Lula apoiam suas esperanças. Antes do teste de Vila Euclides, o partido promove comícios para Lula em Salvador, na próxima sexta-feira e, no dia seguinte, em Recife. "Estamos bem no Nordeste, mas as atividades de rua ajudarão a consolidar e ampliar nossa posição", avalia o secretário-geral José Dirceu. Hoje, segundo o Gallup, Lula conta, na região, com 13% das preferências.

De olho nas estatísticas e na força do adversário Leonel Brizola, o PT pretende investir fundo no sul do país, aproveitando o fato de governar Porto Alegre, para lancar ali pelo menos um espinho no prestígio do candidato do PDT.

ceiras e até a delicadíssima, para o PT, questão da abertura da economia brasileira num mundo em crescente interdependência já está sendo mencionada por Lula como uma fronteira a que se terá que chegar.

A nova atitude de Lula coincide com o início de um intenso debate interno no seio do PT sobre o programa ideal do partido e a necessidade de adaptá-lo às realidades da vida. "Programa de partido é uma coisa, programa de governo é outra", admite o sociólogo Francisco Weffort, membro da direção nacional petista e um dos ideólogos do PT, já falando como quem tem diante de si a hipótese concreta de ver Lula no Palácio do Planalto.

"O PT mudou radicalmente", constata o deputado estadual paulista José Dirceu, secretário-geral do partido. "Passou de um partido de resistência a uma alternativa de poder". O presidente nacional do PT, deputado federal Luis Gushiken, por sua vez, sentencia: "Não acreditamos no partido único e o nosso socialismo inclui liberdade de organização partidária, pluralismo político e a expressão da vontade da maioria, seja ela qual for".

"O discurso do Lula se ampliou muito com suas viagens", afirma o economista Aloisio Mercadante, o principal assessor do candidato do PT no intricado terreno da economia. Mercadante acompanhou Lula por uma dezenas de países da Europa e da América latina nos primeiros meses deste ano e está com a impressão de que Lula obteve ganhos intelectuais depois de conversar com governantes tão diferentes entre si como o conservador primeiro-ministro Anibal Cavaco e Silva, de Portugal, e o presidente comunista de Cuba, Fidel Castro.

Governo sem estatização

O PT já decidiu. Se conquistar a presidência da República, não vai implantar o socialismo. Fará um governo reformista no capitalismo. Não vai estatizar a economia. Discute, apenas, um maior controle sobre a atividade bancária. Tampouco deixará de pagar a dívida externa: vai suspender o pagamento dos juros temporariamente e negociar taxas menores com os credores.

— Um programa de governo é diferente do programa do partido — pondera o sociólogo Francisco Weffort, membro da Executiva Nacional e um dos teóricos do PT. — Um programa de partido, sim, é socialista, e é previsto para longo prazo. Num período de cinco anos, podemos fazer no máximo um governo reformista, com maior distribuição de renda.

O PT amenizou sua linguagem. O radical deputado José Genoino, que já pegou em armas e participou da guerrilha do Araguaia, agora descarta a

"Um programa social-democrático por aqui, já é revolucionário", afirmou o próprio Lula, numa inequívoca prova de alteração em seu discurso, em consonância com as novas diretrizes do PT, no começo do mês, em entrevista à revista *Isto é Senhor*.

Desgaste — Enquanto o PT debate-se internamente para encontrar um programa de governo que concilie seu caráter socialista, sua atual inclinação social-democrata e a dura realidade de crise econômica e política do país, a candidatura de Lula já sofre o desgaste provocado pelo fato de o partido, agora, ser poder.

"Um ato como a desapropriação da mansão dos Matarazzo é, realmente, difícil de explicar", aquiesce o jornalista Ricardo Kotscho, assessor de imprensa da companhia, preocupado com a repercussão negativa da polémica medida da prefeita paulistana Luiza Erundina sobre a popularidade de Lula. "É inevitável que o desgaste das administrações reflitam na candidatura de Lula", reconhece o prefeito Bittar, que pilota uma cidade com 1 milhão de habitantes e problemas proporcionais ao seu tamanho.

As singularidades da candidatura do PT estão sendo flagradas pela nervosa matemática eleitoral. Os números da última pesquisa Gallup, divulgados ontem, mostram que o processo de adaptação de Lula e seu partido à nova realidade de serem uma alternativa de poder valem ao candidato 10,2% das preferências.

"Nenhum candidato pode levar a sério uma pesquisa feita em abril", rebate o próprio Lula. Comparados aos levantamentos anteriores, porém, os números mostram que sua candidatura tem patinado na marca de 10% das preferências, desde o ano passado.

luta armada. E dá exemplo de moderação:

— Não vamos estatizar os meios de produção, não vamos mexer com a Volkswagen. Isso tudo será explicado na televisão. Nós queremos é promover o crescimento com distribuição de renda.

O líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio, concorda com Genoino. Para ele, a estatização não é um dogma para o PT, tampouco a privatização de empresas estatais.

— Só temos um dogma: o estado tem o direito e o dever de intervir na economia, para assegurar seu crescimento, o nível de vida das pessoas, a distribuição de renda e a preservação da natureza.

Até mesmo quanto à reforma agrária o PT não será radical e, quanto ao direito de greve, manterá na campanha sua posição atual: liberdade absoluta para os movimentos reivindicatórios.

Partido convive com facções

SÃO PAULO — No momento em que o país atravessa um dos períodos de maior taxa de democracia de sua história, com os partidos comunistas legalizados, fato só visto os anos de 1946 e 1947, um elemento básico da vida dos partidos, o estatuto, permite ao PT administrar com tranquilidade as acusações de ser um guarda-chuva de partidos clandestinos. "O PT foi mais forte que estas organizações, que estão sendo trituras pela força do partido", diz o deputado federal José Genoino Neto, ex-integrante do extinto Partido Comunista Revolucionário (PCR), hoje pertencente à tendência Nova Esquerda.

Outro calo para a candidatura de Lula, a CUT e suas greves, também não merecem críticas ou preocupações excessivas da parte dos dirigentes do partido. "Nos últimos dois anos praticamente todo o Brasil fez greve", diz o médico Davi Capistrano Filho, diretor do jornal do PT e secretário municipal da Saúde de Santos. "Os conflitos trabalhistas, mesmo com choques entre policiais e manifestantes são parte da democracia de qualquer país".

As tendências do PT são:

Articulação — Majoritária. A ela pertencem o presidenciável Luis Inácio Lula da Silva; o líder na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio; e a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

PT Vivo — Forte em São Paulo, com vários secretários municipais. Grande parte da ala católica apoia esta tendência.

Vertente Socialista (VS) — Uma aglutinação de minúsculas tendências, entre elas a trotskista Liberdade e Luta (Libetu) e o poder popular e socialismo (PPS) e a Em Tempo.

Democracia Socialista (DS) — é de tendência trotskista, ou seja, prega a revolução permanente.

Convergência Socialista (CS) — Está sendo expulsa aos poucos do PT. Tem um deputado federal. É trotskista.

Causa Operária — Como a Convergência, vem saindo aos poucos do PT. Trotskista.

Nova Esquerda — Ex-PCR. É forte. Tem dois deputados federais e a esta tendência pertencem o sindicalista Chico Mendes, assassinado em dezembro do ano passado.

JORNAL DO

bater Col

Os candidatos a vice, chave para ampliar eleitorado

F. 902
F. 903



Itamar Franco (PRN)

Itamar leva PRN para os mineiros

Aos 59 anos, o baiano Itamar Franco concorre como candidato a vice na chapa de Tancredo Collor de Mello, pelo jovem PRN, que busca angariar os votos dos mineiros. Afinal, Itamar tem toda a sua carreira política solidamente assentada em Minas Gerais, e é baiano só no registro de nascimento, porque nasceu no interior de um navio, na costa da Bahia, quando seus pais se transferiam de Minas para Salvador.

Ainda menino retornou com sua família a Juiz de Fora (Minas), onde formou-se advogado, exerceu a profissão de jornalista e elegeu-se prefeito pelo extinto MDB, partido pelo qual, posteriormente (74), veio a eger-se senador.

E foi ele quem abriu uma dissidência contra Tancredo porque Hélio Garcia foi escolhido o vice na eleição ao Governo do Estado, em 82. Garcia era da extinta Arena e aderiu ao PP de Tancredo, daí as restrições do agora candidato a vice-presidente que esperava ser o vice de Tancredo no Governo de Minas.

Itamar foi derrotado em 86 ao Governo do Estado de Minas, coincidentemente, por outro baiano, o atual governador Newton Cardoso.



Waldir Pires (PMDB)

Pires: consultor de João Goulart

Waldir Pires, aos 62 anos, concorre a vice na chapa de Ulysses Guimarães, na fórmula encontrada pelo PMDB para garantir o apoio da ala progressista do partido ao seu candidato. Waldir é baiano, advogado e

A escolha dos candidatos à Vice-Presidência da República ganhou uma dimensão importante, não apenas pelas tarefas que poderão ser delegadas ao eleito, mas especialmente porque, através do vice, os candidatos à Presidência estão procurando conquistar votos de consolidação de seus nomes em setores fora do partido pelo qual concorrem.

Foi por isto que a escolha dos vice acabou passando por uma série de composições e avaliações, o que retardou o processo, tanto que só na semana passada, a poucos dias do encerramento do prazo, é que a lista dos vice foi complementada.

Veja agora quem é quem na relação dos candidatos à Vice-Presidência para conhecer dados e deta-

lhes de sua vida pública. Dados como o fato do senador Itamar Franco (vice de Collor) ter nascido no interior de um navio, numa viagem, e daí ter sido registrado na Bahia e não em Minas, onde seus pais residiam. Ou, ainda, a chave das campanhas de Faria Lima (vice de Affonso Camargo), que é a distribuição de rosas às mulheres.



Faria Lima (PTB)

Faria Lima: rosas para as mulheres

José Roberto Faria Lima, 51 anos, paulista da capital, é o candidato a vice na chapa do senador Affonso Camargo, do PTB, que confia nele para abrir espaço junto aos empresários. Sobrinho do Brigadeiro Faria Lima, ex-prefeito de São Paulo, o candidato ganhou notoriedade nas eleições de 74 e 78 quando conquistou dois mandatos como deputado federal.

Sua campanha era feita em escritórios de São Paulo, onde o candidato, ao invés de distribuir apenas o santinho de propaganda, oferecia rosas às mulheres, o que lhe garantiu uma expressiva votação junto ao eleitorado feminino. Esta inovação não foi suficiente para que ele se reelegesse em 82. Sem conseguir um novo mandato, retornou à iniciativa privada, atuando na área de informática, da qual é um dos pioneiros no Brasil, tendo montado a primeira empresa a atuar no setor.

Não é a primeira vez que Faria Lima concorre a vice. Na eleição ao Governo de São Paulo, em 86, foi companheiro de chapa de Antonio Ermirio de Moraes pelo PTB.

professor de Direito, tendo sido consultor geral do Governo João Goulart, quando tornou-se conhecido como um dos mais radicais integrantes da esquerda brasileira.

Em 1982, perdeu a eleição para o Governo da Bahia. Em 86 voltou a concorrer, mas utilizou outra estratégia: embora da esquerda, ligou-se a Nilo Coelho, ex-Arena, Luiz Viana Filho e Jutahy Magalhães (os três malufistas e do PDS) para ganhar a eleição ao governo baiano. Para explicar o estranho acordo, ele utilizou o refrão "o importante é vencer". Fez o acordo sob protestos da esquerda, mas ganhou a eleição.

Na eleição à Prefeitura de Salvador em 88, Waldir fez o mesmo, só que não conseguiu ganhar: aliou-se ao candidato do PFL, mas perdeu para o do seu próprio partido, o PMDB. O que deve ter-lhe servido de lição, pois agora ele não aceita a presença de ministros de Sarney na campanha de Ulysses à Presidência.



Fernando Lyra (PDT)

Fernando Lyra é garantia de luta

O pernambucano de Caruaru, Fernando Lyra, 60 anos, é o candidato a vice de Leonel Brizola, do PDT, que assim procura fazer frente à penetração de Mário Covas, do PSDB, em Pernambuco e no Nordeste. Filho de um tradicional político daquele estado, o ex-deputado João Lyra, desde seu aparecimento na política Fernando integrou a ala radical do MDB. E foi sempre um dos mais atuantes membros dos chamados

autênticos do PMDB.

Sua capacidade de orador o levou a ser requisitado aos palanques dos candidatos peemedebistas de vários estados, nas eleições para governador, em 1982. Foi nesta campanha, aliás, que ele concentrou seus esforços para que Tancredo Neves se elege em Minas Gerais, tendo sido também o responsável pelos primeiros movimentos de articulação da candidatura Tancredo à Presidência da República via colégio eleitoral. Com a Nova República, foi escolhido ministro da Justiça.

Fernando Lyra tem três pontes de safena que não impedem uma forte participação como coordenador da campanha de Brizola em todo País.



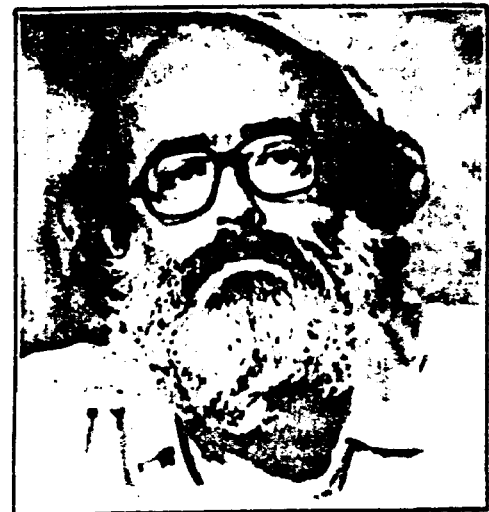
José Paulo Bisol (PSDB)

Bisol: de juiz a senador

Paulo Bisol, gaúcho de 60 anos, é o vice de Luis Inácio Lula da Silva na coligação chamada de Frente Brasil Popular, representando o PSB. Nascido em Caxias do Sul, Bisol teve uma infância de muitas dificuldades. Filho de um carroceiro, com a morte do pai, quando tinha 14 anos, teve a responsabilidade de repartir com o irmão mais velho o sustento da família.

Alpda assim, conseguiu seguir com seus estudos, e formou-se em Direito. Primeiro colocado num concurso público para juiz de Direito, foi mais tarde indicado pelo então governador Sinval Guazzelli como desembargador. Aposentou-se em 1979, após 25 anos de magistratura.

Em 82, entrou na atividade política candidatando-se e sendo eleito deputado estadual pelo PMDB. Em 86, elegeu-se senador graças à sua votação e ao reforço de votos dados pela sublegenda de Odacir Klein. Desligou-se do partido pelo qual foi eleito e aderiu ao PSDB em julho do ano passado. Desligou-se em 3 de julho de 89 do PSDB e aderiu ao PSB, partido pelo qual está concorrendo como vice de Lula (PT).



Sérgio Arouca (PCB)

Deu Arouca na chapa do PCB

O PCB não poderia ter escolhido um candidato mais comunista do que o vice de Roberto Freire: o médico Sérgio Arouca, paulista de Ribeirão Preto, 47 anos e que ingressou no Partido Comunista Brasileiro aos 15 anos de idade por convicção.

Arouca foi Secretário da Saúde do Rio de Janeiro além de ter sido consultor de planejamento de saúde de diversos países da América Latina. Além disso foi presidente da principal instituição de pesquisas científicas do Brasil, a Fundação Oswaldo Cruz. (Fio-cruz) Casado pela revolução, Sérgio Arouca é professor da Escola de Saúde Pública do Rio. Logo depois da Revolução exilou-se no Chile e posteriormente em Cuba e neste país trabalhou no Instituto Carlos Finlay que é o mais importante centro de estudos de medicina tropical das Américas tendo sido criado pelos Estados Unidos após a revolução cubana.

Magalhães: espaço em Pernambuco

O candidato a vice de Mário Covas (PSDB), o pernambucano Roberto Magalhães, de 56 anos, é casado com Jane Magalhães, primária de Armando Monteiro Filho, o homem que financia e lidera a campanha de Leonel Brizola no Nordeste e uma das maiores fortunas da região.

Magalhães pertence a uma das 14 famílias que dominam Pernambuco, sendo sobrinho do ex-interventor e governador pernambucano Agamenon Magalhães, lugar-tenente de Getúlio no Nordeste, e também sobrinho de Sérgio Magalhães, derrotado em 60 no Governo do Rio por Carlos Lacerda.

Foi em razão do parentesco com Monteiro Filho que Magalhães filiou-se ao PTB, na tentativa de conduzir o partido para Leonel Brizola, um projeto tornado inviável, assim como sua pretensão de ser o vice do ex-governador gaúcho. Levado por Tasso Jereissatti, governador do Ceará e eleito pelo PMDB, Magalhães acabou sendo o vice de Covas.

Magalhães começou sua vida pública como secretário da Educação no Governo Nilo Coelho. Pertenceu à Arena, ao PDS, ao PFL e



Roberto Magalhães (PSDB)

PTB. Foi vice-governador de Marco Maciel de 78 a 82 e ganhou a eleição de 82 ao Governo do Estado de Pernambuco, derrotando Marcos Freire, apesar deste ter sido o favorito absoluto em todas as pesquisas feitas naquele estado. Em 86, perdeu a eleição ao Senado, concorrendo pelo PFL.

Calazans salvou quem o derrubou

Ronaldo Calado, candidato do PSD, definiu sexta a escolha do seu vice que será Camilo Calazans, sergipano de 60 anos que ingressou por concurso público no Banco do Brasil, ainda bem jovem.

Quando da formação da Nova República, Calazans foi o homem que evitou que seu colega de Banco do Brasil Mafson da Nobrega fosse sacrificado em sua carreira pelo novo Governo Federal porque havia sido secretário da Receita Federal e secretário geral do Ministério da Fazenda no Governo Figueiredo. Prevaleceu a força de Calazans que, salvou seu amigo. Paradoxalmente, foi o mesmo Mafson quem depois derrubou Calazans da presidência do Banco do Brasil.

A carreira de Calazans começou no Governo Castello Branco, quando foi nomeado diretor da Sunab. Posteriormente, no Governo Médici, foi nomeado diretor do Banco do Brasil. No Governo de Geisel, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro do Café e encerrou sua carreira nos governos revolucionários como presidente do Banco do Nordeste, nomeado pelo então presidente João



Camilo Calazans (PSD)

Figueiredo. Na Nova República, foi nomeado presidente do Banco do Brasil. Derrubado, Mafson, foi para Salvador como consultor de uma empresa de cacau, licenciando-se do banco. Diante das especulações de que poderia ser candidato a vice na chapa de Mário Covas, Calazans voltou ao Banco do Brasil desligando-se da empresa. Acabou sendo escolhido vice na chapa de Ronaldo Calado.

Bonifácio inspirou uma novela

Aos 69 anos de idade, o deputado Bonifácio José Andrade é o candidato a vice de Paulo Maluf, pelo PSD. Esta união busca, especialmente, dar estrutura à campanha pedesista em Minas Gerais, terceiro colégio eleitoral do País.

Ele integra a família mais importante da história política brasileira que é a dos Andradas e que tem como vulto principal José Bonifácio, o Patriarca da Independência, a quem se sucederam Martin Francisco, o herói do Dia do Fico, e Antônio Carlos (avô do vice de Maluf), tido como herói da primeira Constituição brasileira.

Em Barbacena, Minas Gerais, a família Andradas é considerada conservadora e extremamente católica. Até hoje, na mansão em que residem, no centro da cidade, são hasteadas diariamente três bandeiras nacionais e, nos dias de festas cívicas, mais de 10. Comenta-se que o autor da novela "Salvador da Pátria" teria se inspirado neste fato para compor as cenas em que o alor Mário Lago hasteava diariamente a bandeira nacional em sua casa, o que provocou protesto do candidato a vice na chapa de Maluf.



Bonifácio José Andrade (PDS)

Lembo: homem apoiado por Jânio

Cláudio Lembo, 56 anos, é paulista, advogado, professor e jornalista. E faz companhia a Aurélio Chaves, na chapa do PFL, graças à interferência de Jânio Quadros, que prometeu seu apoio ao ex-ministro desde que indicasse o nome do vice. Mas a vida pública de Lembo começou pelas mãos de Olavo Setúbal, ex-presidente do Banco Itaú, que ao ser nomeado prefeito de São Paulo o escolheu secretário para Assuntos Jurídicos.



Cláudio Lembo (PFL)

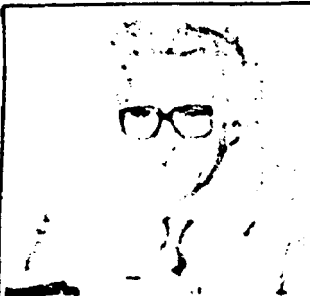
Lembo chegou a presidir a Arena paulista e concorreu em 82 ao Senado, mas perdeu para o ex-ministro Severo Gomes. Na Nova República já como filiado ao PFL paulista, ocupou a chefia de gabinete do então ministro Marco Maciel, da Educação, mas, com a vitória de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo, voltou a ocupar a Secretaria de Assuntos Jurídicos. Cláudio Lembo é considerado o "braço direito" de Jânio, tanto que praticamente governou o município de São Paulo em todas as viagens do então prefeito. Como o vice era o deputado Arthur Alves Pinto e havia impedimento para que ele assumisse a prefeitura sem perder o mandato de deputado (este problema desapareceu só com a nova Constituição) quem assumia era Lembo.

Pimenta dá experiência aos liberais

Aluísio Pimenta, mineiro de 62 anos, concorre a vice de Afif Domingos, pelo PL, para abrir espaço ao candidato em Minas Gerais. Ao assumir o Ministério da Cultura no Governo José Sarney, sofreu forte pressão dos meios intelectuais porque já entrou aplicando fórmulas corporais em sua administração.

Entre elas, o lançamento do "programa da broa" que consistiu no estímulo ao consumo da broa de milho pelos estudantes brasileiros na merenda escolar fornecida pelo Governo, e a campanha pregando a volta das bandinhas do interior.

Integrante da corrente "força nativa" da intelectualidade liderada por Darcy Ribeiro, Aluísio Pimenta conseguiu boa repercussão, em Minas Gerais, para seus planos de interiorização dos costumes ou do retorno de antigos costumes, tanto que se elegeu deputado federal pelo Partido Liberal.



Aluísio Pimenta (PL)

8908851

Alvaro Pacheco deixa Senado para assessorar Sarney

O empresário Alvaro Pacheco (PFL-PI) se prepara para deixar o Senado — onde desde novembro de 87 substituiu Hugo Napoleão, na época nomeado ministro da Educação — pois na próxima semana se instalará num gabinete no terceiro andar do Palácio do Planalto, entre as salas do presidente José Sarney e do assessor especial Thales



Alvaro Pacheco

Ramalho. "Tanto faz eu estar no Senado ou no Palácio do Planalto. O importante é ajudar o presidente", declarou Pacheco, horas depois de voltar do Palácio da Alvorada, onde tomou café com Sarney e ficou sabendo que Napoleão reassumirá sua cadeira de senador. Até o fim da semana, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BR), que já foi ministro da Saúde, assumiu o Ministério da Educação.

Foi exatamente Sant'Anna, licenciado e batalhador pela aprovação do mandato de cinco anos para Sarney, quem trabalhou pela saída de Napoleão do Ministério. Ele argumentou ao presiden-

te que a reforma ministerial estava vitando sobretudo integrantes do PMDB, deixando no Ministério pefelistas privilegiados, como Antônio Carlos Magalhães, Abreu Sodré, João Alves e Vicente Fialho — Fialho assume até sexta-feira o Ministério das Minas e Energia. Ontem, no café da manhã no Alvorada, o presidente explicou isso a Pacheco, seu amigo há 33 anos, e resumiu tudo numa frase de Tancredo Neves: "É uma questão de engenharia política".

Solidão — "Como amigo, não sei um empecilho aos seus planos", disse Alvaro Pacheco ao presidente, anunciando imediatamente sua dispo-

sição de mudar-se para o Planalto, a fim de assessorá-lo. Ele disse que não tem nenhuma dificuldade em continuar em Brasília, visto que seu filho, Alvaro Pacheco Jr., conduz no Rio suas empresas — a Artanova Editora e a Artanova Filmes. Viajando desde dezembro pela Europa e Estados Unidos, o parlamentar foi surpreendido com a notícia de que poderia perder o mandato, que exercia como suplente de Hugo Napoleão.

Por isso voltou às pressas e, no domingo à noite, soube por um amigo que Carlos Sant'Anna queria assumir a Educação. Num telefonema para o Palácio da Alvorada, não conseguiu falar com Sar-

ney, mas foi convidado para tomar café ontem de manhã. Ao chegar ao Alvorada, mal soube que teria de deixar o Senado, disse ao presidente que "amigo é para essas coisas" e que se sente "como um soldado, pronto para qualquer missão".

Futuro — Mas, segundo o próprio Alvaro Pacheco, o assunto predominante não foi a troca de ministros, mas o pacote econômico. "A coisa tinha que ser feita. Foi um meio de evitar a hiperinflação. Fiz o que devia e espero agora a compreensão da sociedade", disse o presidente, em meio à sobriedade de um cardápio à base de café, leite, pão, manteiga e queijo.

Sarney disse ainda que seu objectivo bem-estar geral da nação" e q convencido de que o Plano Ve mais futuro que o Plano Cruzar

Seu principal argumento é o as ideias do ministro da Fazenda, da Nôbreza, foram fruto de pr estudos e da experiência de 19 levou o país ao limiar da hiperinflação. Na visão do presidente, o plano não é produto de um es prancheta, como o elaborado pel de Dilson Funaro. Para Sarney, Verão é melhor que quaisquer tentados por países que enfrente inflação alta como a brasileira

8908853

8908853

01-01

Sarney quer apoio político de governadores

BRASÍLIA — O presidente José Sarney pretende convocar uma reunião de todos os governadores do PMDB antes do início da votação das medidas econômicas e administrativas. Ontem, ele enviou telegramas aos governadores pedindo apoio político ao *Plano de Verão*. O primeiro consultado foi o governador do Paraná, Álvaro Dias, recebido ontem à tarde por Sarney, no Palácio do Planalto.

"Você acha oportuna a reunião, Álvaro?", perguntou o presidente ao governador do Paraná. Álvaro Dias respondeu que acha necessária a articulação em torno dos governadores para obter apoio às medidas. Segundo Álvaro Dias, a reunião poderá ser marcada para a próxima semana.

Eleição— O governador do Paraná disse, à saída do encontro, que se as medidas econômicas tiverem êxito, o processo eleitoral deste ano será mais tranqüilo. "O voto não pode ser utilizado para protesto, mas para construção", declarou o governador paranaense. Ele considera, por exemplo, a eleição de Luiza Erundina, do PT, para prefeita de São Paulo, um caso típico de voto com "forte conteúdo de protesto".

"A população estava vivendo um estágio de irritabilidade sem precedentes e poderia chegar à exacerbação de votar para presidente da República de forma emocional", avaliou Álvaro Dias. O governador não quis, entretanto, responder se Leotel Brizola ou Luís Inácio Lula da Silva poderiam conquistar os votos de protesto.

Álvaro Dias disse que o PMDB não poderá receber os méritos ou deméritos do *Plano de Verão*, já que não participou de sua elaboração. "Se o plano der certo, o PMDB não poderá utilizá-lo eleitoralmente, porque seria oportunismo. Se der errado, também não pode ser responsabilizado", argumentou o governador.

Num trecho de um grama enviado aos governadores, Sarney dizia: "Testemunha do alto espírito público e patriotismo de Vossa Excelência, que tão bem conheço, venho conclamá-lo e a seu governo para que participem desse grande esforço de salvação nacional, que vai permitir ao Brasil derrotar a inflação e voltar a crescer".

Sarney disse ainda na mensagem que os objetivos do *Plano de Verão* são "preservar as instituições democráticas e dar estabilidade ao crescimento econômico". O presidente enviou a todos governadores as cópias das medidas provisórias que encaminhou ao Congresso.

ARTES DO CO LÉGIDE



Sarney vai chamar governadores do PMDB ao Planalto

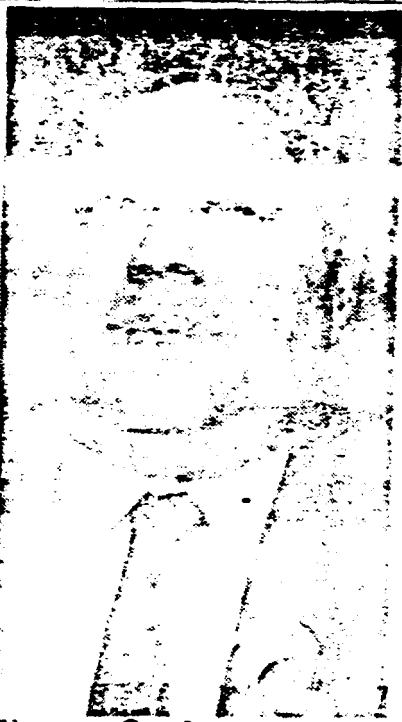
Newton ajuda na aprovação

BELO HORIZONTE — O governador Newton Cardoso, que almoça hoje em Brasília com o presidente

José Sarney, disse que apesar de ser contra programas de congelamento de preços, apoiará o *Plano de Verão*, porque não vê outra alternativa para o país. Ele acredita que o PMDB, seu partido, depois de analisar as medidas, também as apoiará.

Antes de ir ao encontro do presidente, Newton vai se reunir com os senadores e deputados federais da bancada mineira. "Quero ver como está o ânimo de cada um, conversar com eles, para depois tomarmos uma posição conjunta". O governador deixou antever que recomendará e instruirá os pemedebistas mineiros no sentido de votarem no Congresso pela aprovação das medidas econômicas e administrativas.

"Não cabe discutir se o plano é bom ou mau, porque não há escolha, nem outro caminho. É uma tábua de salvação que temos de agarrar para salvar a sociedade brasileira. Desorganizada como estava a economia, o risco institucional era muito grande e eu não via garantia de que as eleições presidenciais se realizassem este ano".



Newton Cardoso

8908854

Congresso pode mudar o pacote

BRASÍLIA — O Congresso pode mudar o plano econômico anunciado domingo pelo presidente José Sarney. Formalmente, os parlamentares teriam direito apenas a aprovar ou rejeitar as medidas, mas o conhecido jeitinho brasileiro já foi acionado e descobriu-se uma fórmula capaz de modificar partes do projeto. O deputado César Maia (PDT-RJ) pensa em se valer deste mecanismo para modificar a política salarial proposta por Sarney.

Por ter sido encaminhado ao Congresso como medida provisória, o projeto do governo só pode ser aprovado ou rejeitado, não cabendo modificações. Pela nova Constituição, as medidas provisórias são uma espécie de substituto para a antiga figura do decreto-lei, que também só podia ser aprovado ou rejeitado. Ao presidir uma sessão do Congresso, no final do ano passado, o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) não permitiu que os parlamentares modificassem medidas provisórias em votação.

Ante a proibição, os parlamentares rejeitaram uma medida provisória. Mas, logo em seguida, os líderes partidários concordaram em apresentar um projeto de lei idêntico à medida, com alguns pontos modificados. "Isso é possível", disse Passarinho, um notório conhecedor do regimento do Congresso.

Embora defenda a manutenção ou rejeição integral do plano econômico do presidente Sarney, Passarinho sabe que esta será a fórmula empregada por seus colegas.

Arrocho salarial — "O governo não pode tratar os iguais de forma diferente", advertiu o deputado César Maia (PDT-RJ), que condena a proposta de correção dos salários pela média dos últimos 12 meses, que prejudica algumas categorias mais que outras. Apesar de ter uma série de restrições ao projeto econômico, o PDT vai concentrar seus esforços para modificar a política salarial. "Enquanto partido de oposição, esta é a nossa função. Não estamos num regime parlamentarista, em que a responsabilidade pela política econômica é compartilhada pelo presidente e o Legislativo. Esta responsabilidade é do presidente Sarney", disse César Maia.

A perda salarial dos trabalhadores conseguiu unir o PMDB ao seu grupo dissidente abrigado no PSDB. Tanto o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) quanto o deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) usaram a mesma comparação para avaliar o Plano de Verão: "É o Plano Cruzado para os ricos".

Autor da emenda aprovada pela Constituinte que fixou a taxa de juros em 12% ao ano, Gasparian pretende derrubar a elevação dos juros embutida no plano de Sarney. "Como o governo pode aumentar esta taxa, se sua maior despesa é justamente o pagamento dos juros das dívidas interna e externa? Cerca de 50% do Orçamento da União deste ano são

destinados a estes pagamentos", comentou Gasparian, que defende a reunião urgente do Congresso.

Pressa — Embora todos os líderes ainda estejam debruçados em cálculos, uma opinião é quase unânime: o plano é recessivo e o trabalhador sai perdendo. "O governo não consegue controlar os setores informais da economia. Inevitavelmente, vamos ter inflação em fevereiro", afirmou o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), um dos autores do Plano Real, descartado pelo governo. Ontem, ele se reuniu com o senador Severo Gomes (PMDB-SP) e com o economista Luciano Coutinho, do staff da campanha do deputado Ulysses Guimarães, para analisar o projeto e propor uma posição conjunta à bancada peemedebista.

Assim, o Congresso deve reativar a URP ou um mecanismo que produza um efeito semelhante. "É claro que a pressão dos trabalhadores vai pesar muito na decisão dos parlamentares", admitiu Rebouças. Logo após a divulgação das medidas, o PC do B e o PT também já engrossavam esta corrente em defesa dos trabalhadores.

Na tarde de ontem, o senador Ronan Tito (MG), líder do PMDB, tentava ganhar adesões para a proposta de reunir o Congresso no meio da semana. Apesar de a sugestão atender a interesses de muitos parlamentares, Ronan já recebeu o voto de discordância de Passarinho, que entende ser prematura esta reunião. "É algo indesculpável rejeitar ou aprovar uma matéria que não tem sequer uma semana de vida", disse Passarinho.

José Ignácio convoca Congresso

BRASÍLIA — O presidente em exercício do Senado, José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), convocou sessão extraordinária do Congresso Nacional para quinta-feira, para que sejam apreciadas as medidas provisórias baixadas pelo presidente José Sarney em função do pacote econômico e os vetos total ao projeto de salário mínimo e parcial ao orçamento global da União. Durante todo o dia de ontem, José Ignácio fez contatos com os líderes no Senado e na Câmara e pediu a eles que convoquem os integrantes de seus partidos para garantir as presenças necessárias à realização da sessão.

José Ignácio, adversário do presidente José Sarney, explicou que tomou essa iniciativa para impedir que o Poder Executivo, por força constitucional, convocasse o Congresso. "É melhor para a imagem do Legislativo a autoconvocação", disse. Ontem mesmo ele chamou a seu gabinete os assessores jurídicos do Senado e lhes determinou que estudem alguns assuntos ainda obscuros: as medidas

provisórias podem ser emendadas? O presidente do Congresso pode decidir os casos omissos em relação a elas?

Semáforos — No documento que encaminhou ao presidente em exercício da Câmara, Maurício Campos (PFL-MG), José Ignácio propôs que a convocação do Congresso não traga ônus para o Legislativo. Se essa proposta for aprovada pelos presentes ao Congresso na quinta-feira, os parlamentares não receberão os jetons (gratificações) referentes às sessões extras, atualmente de cerca de NCz\$ 300,00.

Para a abertura de uma sessão visando apreciar as medidas provisórias, é necessário o comparecimento de um sexto dos integrantes de cada casa (13 senadores e 83 deputados). A aprovação ou rejeição da medida ocorre por maioria simples, desde que o número mínimo não seja inferior a um quarto do total de congressistas mais um (18 senadores e 122 deputados).

098

F. P. O. e.

J. D. 11/11/88

Advogado acusa Dops gaúcho de omitir informações no dossiê

PORTO ALEGRE — O advogado Omar Ferri tornou-se ontem o primeiro gaúcho a receber uma cópia de sua ficha de informações no Dops da Polícia Federal, solicitada em 6 de outubro, um dia após a promulgação da Constituição. Ao ler o documento de três páginas, o advogado deu boas risadas, classificando os dados como "bobagens". Para ele, a Polícia Federal fez uma montagem com sua ficha: "Sonegaram informações sobre minhas atividades políticas, pois não acredito que a ficha seja só isso".

Em 23 itens, o documento faz relatos lacônicos sobre as atividades de Ferri entre 27 de janeiro de 1977 e 2 de maio de 1983, incluindo participações em congressos, atos públicos, debates e comícios, mencionando sua condição de membro do conselho consultivo do Diretório Regional do PMDB, em 1980, de integrante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, além de citar viagens à Argentina, Suíça e Cuba, de 1981 a 1982.

Apesar de admitir que os dados estão corretos, o advogado estranhou a ausência de informações sobre o período de 1964 a 1977, quando teve intensa militância política no PTB, registrada na ficha do Dops do estado obtida em 1980. Ferri revelou que pretende encaminhar o novo requerimento à Polícia Federal, solicitando estes dados.

Há registro também da atuação de Ferri como advogado no caso de



Omar Ferri

desaparecimento dos uruguaios Lilia Celiberti e Universando Diaz em Porto Alegre, em novembro de 1978, e de suas declarações no inquérito policial instaurado para apurar o desaparecimento dos uruguaios. Conta na ficha que o advogado acompanhou a mãe de Lilia, dona Lilia Celiberti, em atos públicos no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, em protesto contra "o suposto seqüestro do canal".

Ferri contestou a expressão "suposto", afirmando que "realmente houve o seqüestro, reconhecido judicialmente". Ironizando, lembrou que, num dos atos públicos promovidos com a presença de D. Lilia Celiberti, "estava o então advogado trabalhista Almir Pazianotto, ex-ministro do Trabalho no governo Sarney e atual ministro do Tribunal Superior do Trabalho".

O Dops da Polícia Federal registrou que, em 1982, Ferri "não conseguiu ser eleito deputado federal". Em 1983, "fez parte da mesa diretora de ato público na Assembleia Legislativa em comemoração aos 63 anos de fundação do PC do B" e esteve presente em ato público quando houve debate com o embaixador da Nicarágua no Brasil, Ernesto Guterres, em 1983.

Inconformado com o relatório enviado pelo superintendente regional do DPF, coronel Luís Machuca Rodrigues, Omar Ferri diz que o documento prova que "o brasileiro não tem o direito de tomar conhecimento do que a comunidade de informações sabe a seu respeito, apesar da nova Constituição, que seguramente não será cumprida pela Polícia Federal e pelo Exército". Segundo o advogado, "a ficha teria sido mais bem elaborada caso fosse solicitada pelo Pentágono ou a CIA".

Ferri defendeu uruguaios seqüestrados

PORTO ALEGRE — Com 55 anos — 30 como advogado —, Omar Ferri foi o primeiro brasileiro a obter, oficialmente, cópia de suas fichas num Dops estadual, o da Polícia Civil Gaúcha, em 1980, curiosamente iniciadas no inquérito que investigava o seqüestro dos uruguaios Lilia Celiberti e Universando Diaz, dos quais ele era o defensor. A inclusão das fichas na fase policial do inquérito foi considerada por Ferri uma tentativa de intimidação, mas antes do inquérito ir para a Justiça, a polícia retirou apressadamente as fichas. Por exigência de Ferri e por ordem judicial, seu prontuário foi novamente anexado ao processo.

Cópias das fichas, aliás, ilustram o primeiro capítulo do livro que ele lançou, anos depois, sobre o seqüestro, citando sua atuação política — iniciou a carreira como vereador do PTB na sua terra natal, em Encantado —, seus discursos — como o que fez como suplente de deputado estadual pelo PTB substituindo o então deputado titular e agora governador Pedro Simon, em que defendia Leonel Brizola e criticava a revolução de 64 — e sobre suas atividades como advogado.

Quando há 28 anos com Maria Helena Ferri, com quatro filhas, das quais só uma, Márcia, seguiu a carreira de

advogado, Omar Ferri notabilizou-se também por ter sido o primeiro a denunciar em 1978 o seqüestro do canal uruguio por militares uruguaios e policiais do Dops gaúcho. Isso foi motivo de uma série de ameaças de morte contra sua família, muito piores do que as que recebeu quando foi demitido por ato institucional do cargo de procurador da Fundação Brasil Central, da extinta Sudco, em Brasília, em abril de 1964.

Ameaças de morte por telefonemas anônimos, desta vez acompanhadas por ações intimidadoras com carros da polícia seguindo-o ostensivamente — fazendo plantão em frente à sua casa, na Zona Sul da cidade — voltaram na década de 80. Foi quando denunciou policiais civis como autores de torturas a um jovem negro, Antônio Clóvis dos Santos, o Dops — fotografado num pou-de-aviso. O caso Dops — um dos incluídos recentemente num relatório da Anistia Internacional como exemplo de torturas e mortes no Brasil — valeu-lhe o título de Defensor dos Direitos Humanos, concedido pela Universidade Cláudio Mendes, junto com dois dirigentes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krichitz e Augusto Veit. Omar Ferri é candidato a vereador pelo PSB em Porto Alegre.

090

Sarney adia em uma semana anúncio da reforma

O presidente José Sarney adiou o anúncio da reforma administrativa em uma semana — provavelmente dia 16 —, mas está firmemente decidido a fazer profundas mudanças, reduzindo o número de ministérios de 27 para no máximo 15, segundo garantiu ontem a pelo menos três interlocutores o ministro da Administração, Aulio Alves, o senador Edison Lobão (PFL-MA) e o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães. Sarney queixou-se aos três que está sendo submetido a fortes pressões para não extinguir determinados ministérios, mas assegurou que não cederá a estas forças.

A Aulio Alves Sarney falou também das pressões e manifestou preocupação com os ministros parlamentares e com a questão ética que envolve a reforma, já que trata de homens públicos. Mas, segundo o ministro, dificilmente Sarney re-

cuará a decisão de fazer uma reforma o mais ampla possível. Esta convicção foi confirmada pelo ministro chefe do Gabinete Civil, Rinaldo Costa Couto, ao sair à tarde do Palácio da Alvorada, e por um outro assessor presidencial, que explicou que "de nada adiantará tirar apenas dois ou três ministros". Em seu programa semanal *Conversas ao Pé do Rádio*, Sarney afirma também que a reforma será profunda.

Estudo

O estudo que o presidente tem em mãos reduzindo o número de ministérios para algo entre 13 e 15 começa por retirar a condição de ministério dos gabinetes civil e militar, do SNI e possivelmente do EMFA. Esta última possibilidade chegou a ser admitida ontem pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves, que disse não ter informações sobre a reforma, mas acrescentou que a retirada da condição de ministério do EMFA não causará nenhum trauma.

Nos planos em exame pelo presidente está ainda a fusão do Ministério da Previdência com o da Saúde; da Cultura com o da Ciência e Tecnologia; e da Agricultura com os da Reforma Agrária e Irrigação.

Segundo um dos interlocutores do presidente, Sarney gostaria de anunciar conjuntamente, possivelmente no dia 16, a reforma administrativa e as medidas econômicas, mas encontra-se diante de um problema. Ele acertou com o presidente do Congresso, Humberto Lucena, que não enviaria ao Legislativo nenhuma medida provisória antes do final do recesso (15 de fevereiro) para evitar uma convocação extraordinária neste período, determinada pela Constituição num prazo de cinco dias. Assim, é possível que a reforma administrativa — que, no entender do Governo pode ser baixada por decreto — seja anunciada antes. (AG)

F. P. 200

2.H. 7-1-89

01-01

8908862

O ministro do Exército defendeu ontem uma definição rápida do nome do candidato de centro à sucessão presidencial. Em Brasília, Sarney adiou em uma semana anúncio da reforma administrativa. E a CNBB pede a permanência do Mirad

Leônidas acha que deve ser definido candidato de centro

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem que é preciso haver uma definição rápida do nome do candidato à sucessão presidencial das forças políticas de centro. Este candidato, segundo Leônidas, tem que começar a trabalhar o quanto antes na sua campanha eleitoral. Os governadores do PMDB no Nordeste foram alertados dessa necessidade pelo ministro do Exército no encontro que tiveram quinta-feira em Recife, durante a posse do novo comandante militar do Nordeste, general Luiz Pires Ururahy Neto.

O general Leônidas confirmou que a sucessão presidencial foi abordada no encontro que teve com os governadores, embora tenha afirmado que de maneira muito discreta. Leônidas voltou a dizer

hoje que não pretende ser candidato à sucessão do presidente José Sarney e negou que tenha admitido, em algum momento, essa hipótese:

— Isto é conversa de jornal — afirmou.

O ministro do Exército reafirmou que a sucessão presidencial ainda está em sua fase preliminar e, por enquanto, tem havido muita especulação. Sobre a reforma administrativa que o presidente José Sarney está cogitando fazer, o general Leônidas Pires Gonçalves disse que o presidente nunca lhe mencionou a possibilidade de o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) perder o status de ministério. Leônidas garantiu, no entanto, que se isso de fato acontecer não haverá traumas na área militar.

O ministro Leônidas Pires Gonçalves

presidiu ontem as passagens de chefia do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e da Secretaria Geral do Exército. No Departamento de Ensino e Pesquisa, assumiu o general Ênio Martins Senna, ex-chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), no lugar do general Harry Schnardorff, que completou 12 anos de generalato e passou para a compulsória. Na Secretaria Geral do Exército, saiu o general Francisco Fernandes Júnior, que será o novo comandante militar do Planalto, e assumiu o general Miguel Monori Filho. Na segunda-feira, quem assume é o novo chefe da Agência Central do SNI, general Carlos Arcoverde de Freitas Almeida, que estava trabalhando no Estado-Maior do Exército. (AG)

098

Andres Perez

Com o objetivo de tratar das relações bilaterais e do problema da dívida externa latino-americana, o presidente eleito da Venezuela, Carlos Andres Perez, chega a Brasília amanhã, às 18 horas. A única programação de Andres Perez confirmada pelo Itamaraty é um jantar de trabalho com o presidente José Sarney, no Palácio da Alvorada. O presidente venezuelano retorna a seu país domingo. Ele deverá expor ao presidente brasileiro as conversas que teve, esta semana, com o presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, e com o presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush.

01 = 01

8908865

098

[Definição do vice será em maio]

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, admitiu ontem em Porto Alegre que seu companheiro de chapa pode ser um político não petista ou até mesmo uma figura sem nenhuma vinculação partidária mas que tenha "grande expressão política nacional". A questão do vice só será definida em maio, em um Encontro Nacional Extraordinário já programado pelo PT, quando também será definida a política de alianças do partido. Dependendo das coligações acertadas, o vice de Lula poderá vir de outro partido de esquerda. Mas, não está descartada a possibilidade de que seja indicado um nome como o de

jurista Raimundo Faoro, sem grande tradição partidária mas com projeção nacional.

Lula é um candidato otimista, que acredita que, "depois das eleições municipais, o PT deixou de ser coadjuvante e passou a personagem principal na disputa presidencial". Ele baseia sua confiança nas propostas do partido, e na força de seus militantes que considera "inabalável" em quantidade e entusiasmo.

Para o candidato petista, dificilmente os partidos conservadores conseguirão empolgar a população na campanha presidencial "porque estão muito comprometidos com o fracasso econômico do

País". Ele vê com simpatia uma possível polarização da disputa pela Presidência e também se mostrou simpático à possibilidade do PMDB buscar um candidato identificado com a corrente progressista, como Miguel Arraes. "A possibilidade de uma polarização entre Brizola, Arraes e Lula já é um avanço. Afinal, até as eleições municipais o quadro parecia se dividir entre Newton Cardoso, Quércia e Leônidas Pires Gonçalves", ironizou o dirigente do PT.

Ele também não teme a possibilidade de um veto militar à sua candidatura e disse que "os militares sabem que não são solução e sim problema".

F. Rol

6-1-89 JH

098

Lula discute dívida com países da América Latina

A visita de Lula a Porto Alegre foi o último compromisso político do candidato petista no Brasil antes do roteiro que fará pela América Central e América Latina. Ele embarca hoje à noite para Cuba e, até o final do mês, vai visitar países como a Nicarágua, Argentina e Chile. Ele vai se reunir com representantes do Governo e do movimento social de cada um destes países, tentando encontrar uma saída conjunta para o problema da dívida externa. Em março e abril, Lula estenderá estes roteiros aos principais países da Europa, além de Estados Unidos, China e União Soviética. Depois destes compromissos, voltará ao Brasil para iniciar sua campanha de rua.

Lula diz que a discussão entre os países do terceiro mundo é fundamental para a solução dos problemas da dívida e acredita que "é impossível para um país terceiro-mundista

negociar sozinho a solução para sua dívida". Ele pretende visitar também os países ricos, mas nestes vai dar mais atenção às entidades sociais que aos governos. Ele pretende alertar aos representantes destes movimentos que "a espécie em maior risco de extinção no Brasil é o ser humano, graças às injustas condições econômicas".

O candidato petista não aceita a forma como o Governo brasileiro vem conduzindo as negociações sobre a dívida externa e diz que o País não consegue boas condições de negociação porque o Governo não tem credibilidade externa nem interna. Lembrando que as notícias sobre corrupção administrativa também são transmitidas no exterior, Lula disse que "ninguém vai dar dinheiro a quem não tem seriedade".

F. POC
6/1/89
ZERO DO R4

098

... (Soc. Econ. Pol.) ... ZERO HORA - Segunda-feira, 17.04.89 ...

Modernos do PFL definem-se por Marco Maciel nas prévias

Bornhausen e Chiarelli convencem o senador pernambucano

O grupo dos "modernos" do PFL, representado pelos senadores Jorge Bornhausen (SC) e Carlos Chiarelli (RS), convenceu ontem, em Brasília, o senador Marco Maciel (PE) a concorrer com o ex-ministro Aureliano Chaves nas prévias de 21 de maio para escolha do candidato do partido à Presidência da República. A sua candidatura será formalizada quinta-feira e registrada na segunda-feira, dia 24. Bornhausen informa que já contou 180 mil votos para Maciel entre os cerca de 600 mil filiados que participarão das prévias.

O senador Carlos Chiarelli afirma que a maioria dos filiados do PFL no Rio Grande do Sul deve votar no candidato apresentado pelo grupo "moderno" do partido. Bornhausen amplia esse favoritismo para toda a Região Sul. Esta é a expectativa da direção regional do partido e da maioria da bancada estadual, que se identifica com a corrente moderna, à qual pertence o senador Carlos Chiarelli e a maior parte dos deputados e dirigentes partidários. Nos últimos dias, Chiarelli manteve vários contatos com segmentos do partido, para mobilizá-los a sair imediatamente em campanha para vencer as prévias.

O Rio Grande do Sul é um dos estados onde o PFL tem mais filiados e concentra quase 10% dos eleitores em potencial da prévia. É também um dos estados onde o grupo moder-



Chiarelli: RS pode decidir para o PFL.

no é majoritário. Isso faz com que uma vitória por boa margem entre os filiados gaúchos seja fundamental para uma vitória nacional dos modernos.

Uma das estratégias do grupo moderno será enfatizar a necessidade de uma candidatura forte, capaz de manter unido o partido. Entre os liberais gaúchos há quase um consenso de que o nome de Aureliano não tem condições de empolgar o eleitorado do Rio Grande do Sul e que isso poderia levar muitos eleitores e dirigentes do partido a apoiar outros candidatos.

Pesquisa aponta Lerner como melhor prefeito

De prefeitos Jaime Lerner (Curitiba), do PDT, com 53%; Plintha da Veiga (Belo Horizonte), do PSDB, com 45%; e Ciro Gomes (Fortaleza), do PMDB, com 44%, são os únicos, entre os dez maiores capitais de estado, que conquistaram taxas positivas de avaliação, ao completarem seis meses de governo. O carioca Marcello Alencar está entre seis prefeitos com cotações regulares.

Dos seis prefeitos que receberam cotação regular em pesquisa do DataFolha, dois deles, Olívio Dutra (Porto Alegre), do PT, e Joaquim Francisco (Recife), do PFL, destacam-se com índices de ótimo ou bom superiores aos de ruim ou péssimo. Apenas o prefeito de Salvador, Fernando José, do PMDB, recebeu cotação predominantemente negativa: 60% de ruim ou péssimo.

A pesquisa do DataFolha revela, ainda, na comparação, entre a administração dos atuais prefeitos com a dos seus antecessores, algumas situações curiosas: Mário Kertész (59%) é considerado melhor pela população de Salvador do que Fernando José, o sucessor que elegeu. Maria Luiza, a antiga musa do PT, pela sua administração contestada, leva a população de Fortaleza, maciçamente, a considerar Ciro Gomes (71%) melhor do que ela.

Para levantar os índices de desempenho dos prefeitos, o DataFolha ouviu 5 mil 381 habitantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Goiânia. A pesquisa foi fechada dia 23 de junho e, em cada cidade, foram ouvidas, em média, 450 pessoas. Somente no Rio de Janeiro e São Paulo (1 mil 381 e 1 mil 381, respectivamente) o número de entrevistas foi

A avaliação da prefeita Luiza Erundina, de São Paulo, é pior hoje do que com três meses de mandato, quando ela contava com 19% de ótimo ou bom — contra os atuais 16%. O carioca Marcello Alencar conta, por sua vez, no momento, com a mesma taxa de avaliação positiva de três meses passados: 23%.

O transporte público é destaque como o principal problema das cidades de Curitiba (19%), Belo Horizonte (18%), Porto Alegre (32%), São Paulo (28%) e Salvador (23%). Os cariocas (33%) e os goianos (21%) disseram sofrer mais com a deficiência dos serviços de segurança pública. Em Fortaleza (37%) e Belém (36%), a conservação das vias públicas recebeu a maior cotação.

Pela lógica, o desempenho dos atuais prefeitos deveria ter uma certa relação com a campanha presidencial dos candidatos dos partidos que eles representam. Mas se a administração sofrível de Luiza Erundina tem o poder de minar a candidatura de Lula, em São Paulo, o ótimo desempenho de Jaime Lerner, em Curitiba, não chega a beneficiar Brizola, que na última pesquisa do Ibope, divulgada no início de julho, era batido, com larga folga, por Fernando Collor, do PRN.

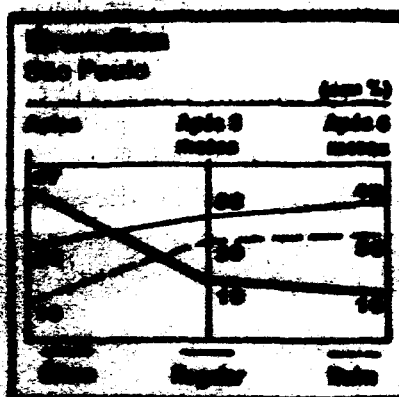
Transporte é preocupação de 4 capitais

O transporte é o principal problema das capitais do Sul e do Sudeste como Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, enquanto em Recife o item que causa maior preocupação é o da limpeza. Já em Fortaleza e em Belém a pesquisa indicou como principal problema a conservação das vias públicas. Em Goiânia, os moradores estão mais preocupados com a segurança.

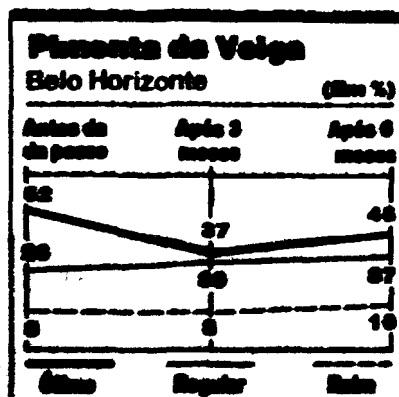
As enchentes, a poluição, os cânceres e a saúde foram apontados como problemas menores em todas as capitais onde a pesquisa foi feita. Apesar da alta taxa de inflação, o custo de vida também não é considerado uma grande preocupação. A fome e a miséria preocupam mais os moradores de Recife (12%) e de Fortaleza (9%) do que os de Porto Alegre (3%) e São Paulo (4%).

Avaliação após seis meses de governo

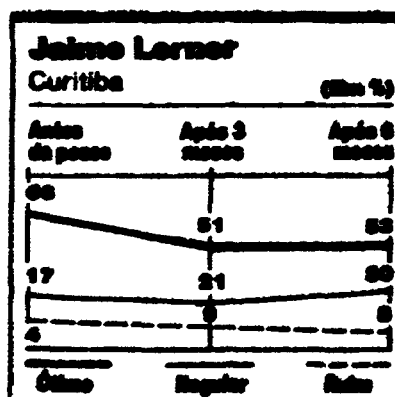
Cidades	Curitiba	Belo Horizonte	Fortaleza	Recife	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Goiânia	Belém	São Paulo	Salvador
Ótimo/Bom	20	49	44	27	23	20	27	18	15	7
Regular	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Ruim/Péssimo	50	21	26	43	47	50	43	52	55	63



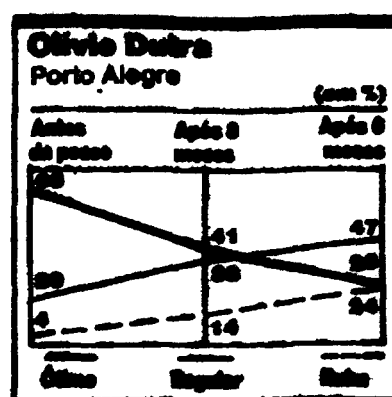
O prefeito de São Paulo, Ernesto Faria (PT), foi avaliado pelos moradores de maior idade da cidade. Antes da posse, 47% dos eleitores tinham a expectativa de que ele seria um bom gestor. Três meses depois, esse índice desceu para 30%. No balanço do primeiro semestre, só 16% fizeram um julgamento positivo da sua administração. Eleito com 29,04% dos votos, Faria não tem invertido prioridades de seu antecessor, Mário Quadros. Os conselheiros voltaram a tomar o centro da cidade, o que valeu à sua, o trânsito continua caótico. Acusações de nepotismo contribuíram para enfraquecer o brilho da estreia política.



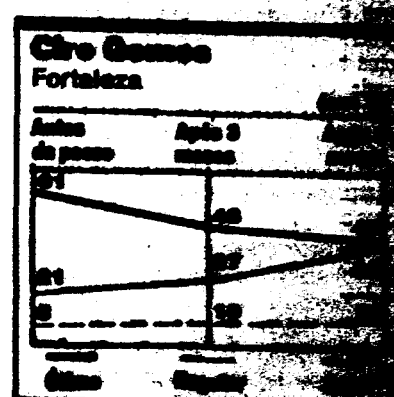
Pimentão da Veiga (PSDB) foi eleito prefeito de Belo Horizonte com 35% dos votos. De saída, anunciou a falácia da profetura e iniciou um rodadastramento do funcionalismo. Não fez ainda obras significativas, mas continua a ser visto como um político sério pela população, que lhe dá o índice de 45% de aprovação (antes da posse, 52% acreditavam que ele faria uma ótima administração). Pimentão sempre se preocupou em consultar a comunidade antes de qualquer realização. Um exemplo é o debate que promoveu com os moradores antes de elaborar o projeto de reestruturação do bairro da Pampulha.



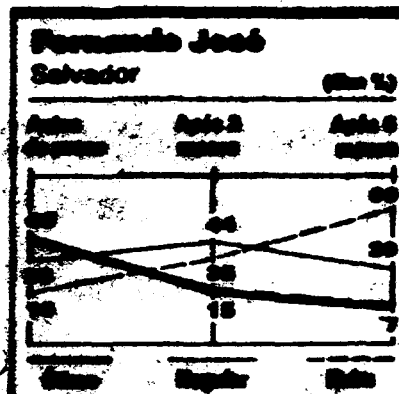
Seis meses depois de assumir o governo de Curitiba, o prefeito Jaime Lerner (PDT) é o único, de sua eleição em 1988, a ter um julgamento positivo de mais da metade dos moradores da sua cidade. Na pesquisa do DataFolha, ele obteve de 53% dos entrevistados o conceito ótimo/bom, enquanto 30% o consideraram regular e apenas 17% julgaram que seu governo tem sido ruim/péssimo. Três vezes prefeito de Curitiba, Lerner confirma, com estes números, sua fama de administrador competente, responsável pela mudança radical do perfil urbanístico da cidade. A primeira gestão Lerner (1971-75) é considerada revolucionária. Ele fez a primeira rua do país fechada ao trânsito e destinada exclusivamente a pedestres — o calçadão da Rua das Flores —, parques e ruas de lazer, além de dezenas de outras obras para tornar Curitiba "uma cidade mais humana", como sempre afirmou. Apesar do seu desempenho, Lerner perdeu duas eleições seguintes: para prefeito de Curitiba, em 85, e para vice-governador do Paraná, em 86. Decepcionado, transferiu seu título de eleitor para o Rio de Janeiro, em novembro de 87, mas mudou de ideia e voltou a Curitiba para as eleições de novembro de 88. Lerner entrou na campanha quando faltavam 12 dias para a eleição, com a desistência do candidato do PDT. Foi uma guinada na disputa que parecia já definida em favor do candidato do PMDB, Márcio Fruct. Lerner obteve 48,5% dos votos e, em seis meses, cumpriu sua principal promessa de campanha: a implantação da Via Expressa dos Trabalhadores.



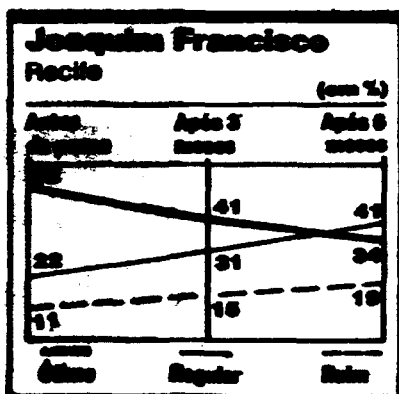
A intervenção em empresas de ônibus foi um tiro que saiu pela culatra na administração de Olívio Dutra (PT), eleito prefeito de Porto Alegre com 34% dos votos. Ele pretendia acabar com flipeiras que afirmava existir na contabilidade das empresas. Assumiu a administração de seis, mas acabou por desgastar os usuários, que reclamam da falta de cumprimento de horários e de manutenção dos ônibus. Antes da posse, 65% da população encravava seu governo com expectativa ótima. Agora, só 25% o aplaudem. Campanha anticonsumo de Dutra de aliar-se ao comércio, por permitir, aos sábados, as lojas abertas até as 19h.



Eleito com 43% dos votos de Fortaleza, o prefeito Ciro Gomes (PMDB) mantém índice insatisfatório de julgamento positivo, seis meses depois de tomar posse: 44% dos moradores consideram seu governo ótimo ou bom, enquanto 42% o julgam ruim ou péssimo. No primeiro semestre, ele conseguiu resolver um dos maiores problemas deixados pelo seu antecessor, João Fontenele (PT): a suspensão de três meses de atividades dos funcionários da prefeitura. Mas também sofreu com a falta de controle e reatuação de serviços públicos.

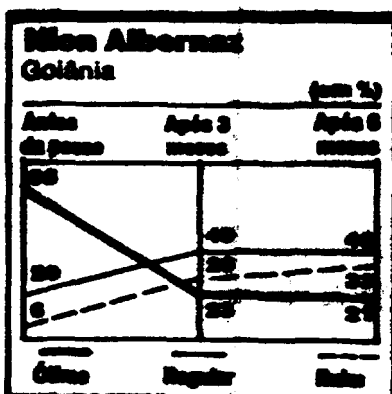


O prefeito de Salvador, Fernando José (PMDB), eleito com 33,7% dos votos, não tem conseguido cumprir suas promessas de campanha e, hoje, sofre uma baixa taxa de aprovação (34%), que continua com a expectativa (43%) antes da sua posse. Ele não conseguiu o projeto, iniciado por Mário Kartez, de implantação de bondes modernos. A cidade está numa situação caótica, com buracos nas ruas, que aumentaram de tamanho durante as chuvas de maio. O prefeito também está sendo criticado por ter liberado o garbado na orla marítima para os empresários que investem no centro histórico do Pelourinho.

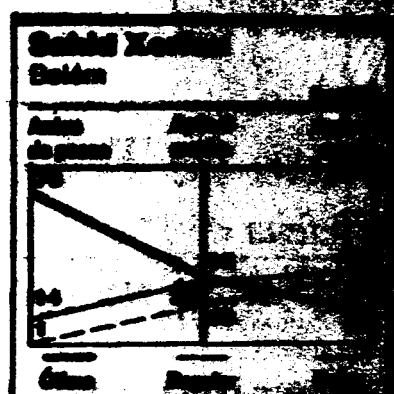


O prefeito do Recife, Joaquim Francisco (PFL), não realizou até agora obras importantes nem demitiu funcionários — apesar de achar que a prefeitura deve contar com 7 mil servidores a menos (são 24 mil 400, no momento). A obra de impacto que gostaria de ter feito — a urbanização da Praia de Boa Viagem — não se concretizou por falta de verba. Quanto ao funcionalismo, continua a garantir que só contratará por concurso público. Joaquim Francisco foi eleito com 42% dos votos. Antes da eleição, 52% do eleitorado acreditavam que sua administração seria ótima. Hoje, só 34% confirmam essa expectativa.

Seis meses depois de assumir o governo de Curitiba, o prefeito Jaime Lerner (PDT) é o único, de sua eleição em 1988, a ter um julgamento positivo de mais da metade dos moradores da sua cidade. Na pesquisa do DataFolha, ele obteve de 53% dos entrevistados o conceito ótimo/bom, enquanto 30% o consideraram regular e apenas 17% julgaram que seu governo tem sido ruim/péssimo. Três vezes prefeito de Curitiba, Lerner confirma, com estes números, sua fama de administrador competente, responsável pela mudança radical do perfil urbanístico da cidade. A primeira gestão Lerner (1971-75) é considerada revolucionária. Ele fez a primeira rua do país fechada ao trânsito e destinada exclusivamente a pedestres — o calçadão da Rua das Flores —, parques e ruas de lazer, além de dezenas de outras obras para tornar Curitiba "uma cidade mais humana", como sempre afirmou. Apesar do seu desempenho, Lerner perdeu duas eleições seguintes: para prefeito de Curitiba, em 85, e para vice-governador do Paraná, em 86. Decepcionado, transferiu seu título de eleitor para o Rio de Janeiro, em novembro de 87, mas mudou de ideia e voltou a Curitiba para as eleições de novembro de 88. Lerner entrou na campanha quando faltavam 12 dias para a eleição, com a desistência do candidato do PDT. Foi uma guinada na disputa que parecia já definida em favor do candidato do PMDB, Márcio Fruct. Lerner obteve 48,5% dos votos e, em seis meses, cumpriu sua principal promessa de campanha: a implantação da Via Expressa dos Trabalhadores.



O prefeito de Goiânia, Nilton Albernaz (PMDB), que se elegeu com 38% dos votos, é muito combatido pelos setores ecológicos por liberar gabaritos em bairros residenciais. Os ecologistas não gostaram do projeto de Albernaz para abrir uma avenida no Setor Sul, porque, segundo eles, isto poderia desfigurar o bairro, planejado para ter praças verdes e vielas. Os funcionários públicos também não estão gostando da administração do prefeito, que já demitiu 900 servidores. Antes da posse, a expectativa de que Albernaz faria um ótimo governo chegava a 66%, enquanto que hoje apenas 21% sustentam esta avaliação.



O prefeito de Belém, Sahid Xavier (PTB), foi eleito com 35% dos votos. Antes da posse, considerava-se um ótimo governo. Hoje, porém, o julgamento é ruim. Uma das obras para quem foi eleito com 60% dos votos, Sahid Xavier enfrentou o mesmo problema dos últimos 20 anos, e que ameaça a execução do seu plano de desenvolvimento da cidade. Mais uma vez, até agora, os buracos e o lixo não foram resolvidos.

Na sua opinião, qual o principal problema da cidade?

Transporte	19	18	7	3	32	12	1	28	1
		5	1	1					
Conservação das Vias Públicas	10	5	37	8	7	4	36	4	26
		14	—	1					
Segurança Pública	8	4	3	11	20	21	7	10	2
		5							
Saneamento Básico	7	5	13	16	9	12	23	2	11
		17					11		
Meio Abandonado	4	14	1	4	•	2	1	1	—
		2							
Educação	2	4	1	2	3	7	2	4	1
		—							
Poluição	1	1	—	1	1	•	—	3	—
		2							
Segredo	1	—	1	—	•	2	1	1	1
		—							
Paralelos/Ambulantes	—	2	1	3	—	1	•	3	•
		1		2					
Marham	1	—	1	•	•	•	—	•	•
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	—

Avaliação do Prefeito Marcello Alencar (PDT)

Após 6 meses do governo (em %)										
Ótimo/Bom	26	20	20	21	27	27	22	17	28	21
								44	41	40
Ruim	22	31	22	30	26	25	22	33	22	24
							7	5	6	7
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: DataFolha

O prefeito Marcello Alencar obteve na pesquisa do DataFolha 43% de atuação regular, posição em que, se não colaria para a melhor performance do candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, pelo menos não atrapalharia. Seis meses depois de assumir o mandato, em meio a uma das maiores crises vividas pela capital fluminense, com o funcionalismo em greve reclamando reposições salariais que o seu antecessor Roberto Saturnino Braga não pôde conceder, Marcello computa em favor de sua administração um mérito: surpreendeu seus críticos, de dentro do próprio partido que integra, saneando em pouco tempo as finanças da cidade.

Desde 1982, o PDT disputa eleições no Rio e, entre os seus quatro candidatos no período, Marcello foi o que menos votos conquistou (31,56%). Brizola abriu o ciclo, ganhando o governo fluminense, há sete anos, empolgando com a sua proposta política 41,40% dos eleitores da cidade. Em 1985, o senador Roberto Saturnino Braga foi escalado pelos brizolistas para manter a hegemonia do partido na capital, vencendo a eleição com 39,26% dos votos válidos. Na sucessão de Brizola, em 1986, o professor Darcy Ribeiro, que perdeu para Moreira Franco, ficou com 35,41% dos votos cariocas.

Comparação — A pesquisa do DataFolha sobre os seis primeiros meses de desempenho dos prefeitos das dez mais importantes capitais do país procurou levar a população a comparar a administração atual com a anterior. No caso do Rio, 44% dos entrevistados afirmaram que Marcello é melhor do que Roberto Saturnino; 37% que é igual e 10% que é pior. O Rio do oitavo da administração Saturnino estava praticamente falido e o ex-prefeito, entre novembro e dezembro do ano passado, chegou a ameaçar por três vezes a renúncia ao cargo.

Um criativo secretário de Fazenda, o deputado estadual Eduardo Chuahy, que foi um dos coordenadores da campanha de Marcello, é o responsável pelo saneamento das finanças municipais. Para alcançar esse objetivo, que desafiou, quando nada, a administração do PDT, o prefeito promoveu a antecipação do recolhimento do IPTU e tomou uma carta no Plano Verão, que determinou o congelamento das dívidas e permitiu, com isso, que o Rio saldasse algumas. As dívidas eram de 400 milhões de dólares.

Metade da dívida — 200 milhões de dólares — resulta de um empréstimo externo, contratado ao tempo do governo Chagas Freitas, pelo prefeito nomeado Israel Klabin. Os outros 200 milhões de dólares eram referentes aos adiantamentos de receita feitos por Brizola.

turnino para pagar salários em atraso dos servidores municipais e dívidas com empreiteiras e fornecedores.

Ao participar de uma recepção em Ipanema, na semana passada, no apartamento do cônsul americano para Assuntos Políticos, Daniel Strausser, o secretário Eduardo Chuahy contou uma particularidade da administração de Marcello: o reajustamento do IPTU de imóveis supervalorizados com a utilização dos classificados dos jornais. Em uma roda atenta, presentes, entre outros, o líder do PDT na Assembleia Legislativa, deputado Cláudio Moacyr, e o representante do governo do Ceará no Rio, Hermenegildo de Sá Cavalcante, Chuahy revelou que ele mesmo se dedica a ler classificados para, nas colunas de venda, se e aluga-se, se atualizar quanto ao real valor dos apartamentos de luxo e grandes mansões existentes em bairros nobres da cidade.

Demissões — Marcello procurou dar repercussão à demissão de 2 mil 236 servidores, em seus primeiros dias de administração. Os funcionários, nomeados irregularmente, no período eleitoral, acabaram de ser readmitidos, no entanto. Os atos de exoneração foram revogados, há três dias, com uma agravante: os beneficiários, que eram menos prestadores de serviço, agora foram efetivados.

Do Piranhão, o Centro Administrativo do Rio, na Cidade Nova, Marcello enviou mensagem à Câmara de Vereadores estabelecendo o regime jurídico único para contratações e delimitando a nova política salarial, com reajustes mensais para os servidores. Mas, as 17 mil demissões sonhadas pelo secretário de Administração, Luiz Carlos Moreira, no início da nova administração do Rio, foram abafadas por influência política.

Há três meses, segundo o DataFolha, o prefeito do Rio contava com a mesma taxa de avaliação positiva (23%) que detém hoje. Mas a taxa de ruim que

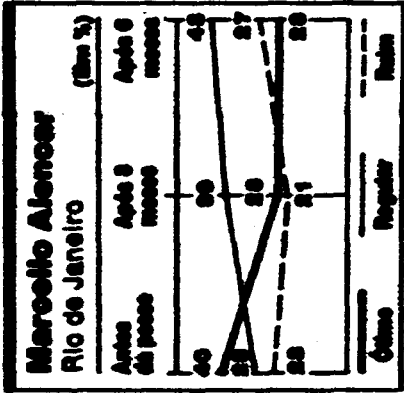
péssimo cresceu de 21% para 27%. A taxa dos que consideram regular a atuação de Marcello saltou de 39% para 43%. Apenas 7% de cariocas não têm, neste momento, opinião sobre a administração da cidade. O percentual, em março, foi de 17%.

E, entre os cariocas mais pobres (27%) e menos escolarizados (29%), que Marcello registra seus maiores índices de popularidade. Nas faixas de renda mais alta e de melhor escolaridade, esses índices caem. Entre os homens (26%) e os mais velhos (27%), o prefeito também tem, no tocante a sexo e idade, avaliação mais positiva.

Os pedetistas, no tocante a preferências partidárias, dividem-se na avaliação de Marcello: 43% acham que ele é bom ou bom e 42% o consideram regular. Outros 12% julgam que ele faz uma administração ruim ou péssima. Os petistas (56%) e os pemedebistas (59%) dão a Marcello o voto regular.

Obras — Quando completou seus primeiros 100 dias à frente da Prefeitura, Marcello anunciou um elenco de obras, com destaque para a Zona Oeste da cidade, seu principal reduto eleitoral. Deu como tapados 90% dos 100 mil buracos que encontrou e gabou-se, ainda, de ter recuperado 140 mil pontos de luz. O prefeito vangloriou-se, também, da entrega de 100 casas para flagelados das enchentes de fevereiro de 1988.

São Pedro pregou, no entanto, uma peça em Marcello, adiado para o dia 11 de junho as rotineiras chuvas de verão que costumam castigar, invariavelmente, a cidade, todos os anos. A violência das águas apanhou o Rio com muitos dos seus raios ainda reclamando destruição e lutando, em diversas frentes, para receber os 96 milhões de dólares liberados pelo Bird, de um empréstimo aprovado logo depois da catástrofe de 1988. O saldo foi uma Zona Sul submersa e sete mortos (seis no Morro da Pua da Bandeira, dois em Copacabana e um na Leme).



Na sua opinião, qual o principal problema do Rio de Janeiro?

PROBLEMAS	TOTAL %
Segurança Pública	33
Limpeza	10
Saneamento Básico	10
Enchentes	9
Educação	6
Fome/Miséria	6
Conservação das vias Públicas	5
Custo do vida	4
Administração da cidade	3
Transporte	3
Saúde	2
Arrecadação/Falta de verbas	1
Habitatção	1
Limpeza	1
Tráfego	1
Quilça Respostas/Mais Sabes	5
TOTAL	100



Segurança é a maior aflição dos cariocas

A questão da segurança pública, que compete ao estado e não a prefeitura, equacionar e atacar, é considerada, para 33% dos cariocas consultados pelo DataFolha, o maior problema do Rio. A limpeza pública e o saneamento básico aparecem, depois, com 10%. A preocupação com as enchentes envolve 9% da população da cidade. Somente 6% dos consultados consideram graves os problemas da educação e da miséria, enquanto 5% reclamam dos buracos das ruas e 4% do custo de vida.

Marcello depende do governo federal para recuperar a cidade dos estragos que as chuvas de 11 junho provocaram. No tocante à segurança, só resta ao prefeito reclamar providências, por falta de competência da cidade para agir nesse setor. O prefeito briga com o governador Moreira Franco para conquistar autonomia ampla sobre o serviço de engenharia de tráfego. Ganhou os sinais, mas não o direito de cobrar multas.

Depois de uma guerrilha pelos jornais, Moreira e Marcello encontraram-se para discutir o problema do tráfego na cidade. Em meio à luta, descobriram que tinham um ponto em comum: eram sofridos torcedores do Botafogo. O time ganhou o campeonato e o problema da análise das ruas, após a trégua que Marcello e Moreira fizeram para comemorar um título que demorou 21 anos, permaneceu à espera de um final feliz.

Mas os cariocas preocupam-se também com os problemas de administração da cidade (3%), da saúde (2%), da arrecadação-falta de verbas (1%), da habitação (1%) e da limpeza pública (1%).

8908870

8908870

01-01

01-01

98
F.P. (P.P.)

Coluna do Castelo

Magalhães amanhã como vice de Covas

Quando amanhã em Brasília o PSDB formalizar o convite ao ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães para, como candidato a vice-presidente, ser o companheiro de chapa de Mário Covas, estará praticamente completo o quadro de candidatos aos dois postos que estarão em jogo na eleição de 15 de novembro. Ficam faltando apenas as homologações dos candidatos do PTB (no qual o senador Afonso Camargo é aspirante a candidato presidencial) e do PDC (que poderá adotar a candidatura de Ronaldo Casado). Em ambos os casos não há nomes falados para a vice. A vice-presidência está sendo postulada por Waldir Pires, secundando Ulysses Guimarães; Fernando Lyra, companheiro de Leonel Brizola; José Paulo Bisol, de Lula; Itamar Franco, de Collor; Bonifácio de Andrada, de Paulo Maluf; Cláudio Lembo, de Aurélio; Aluizio Pimenta, de Afif; e o professor Sérgio Arouca, de Roberto Freire. Magalhães está decidido a aceitar o convite do PSDB.



Cada candidato a presidente segue caminho próprio para escolher seu vice. Na realidade, somente os do PSDB, do PFL e do PRN pensaram em alargar em alianças sua faixa de disputa. Covas foi buscar no governador de Pernambuco, político aguçado do PDS e ultimamente filiado do PTB, menos uma aliança partidária do que o símbolo de uma liderança regional de importância. O ex-governador pernambucano é um nome que sensibiliza o Nordeste. A escolha foi buscar no apoio de um nome para uma candidatura que esteja sustentada no seu próprio partido e que lhe dê um espaço mínimo, que lhe é essencial. O jansismo pode manter um nome no Nordeste, mas o risco de uma surpresa, implícita na ascensão da parceria. Collor, com o senador Itamar Franco, assegurou-se uma faixa na política mineira e ocupada por alguém que disputou bem o governo do estado em 1986.

No PMDB, o problema da vice cingiu-se às questões internas. A esquerda, mobilizada em torno de Waldir Pires, impôs sua prevalência no diretório e sua exclusividade na Executiva Nacional. Esse o preço pago por Ulysses para sua candidatura. A direita, que vive no partido, tem sempre pensado que sua experiência política reconduziria a uma esquerda moderada, com que não se identificava a esquerda pura e dura. Isso representava uma alternativa tranquila. Ulysses, como se sabe, foi mantido sob pressão pela candidatura do ex-governador da Bahia, que disputou até ter condições de pensar a longo o acordo de sua permanência na campanha. No PT foi também a luta dentro da coligação que levou ao senador José Paulo Bisol, cujo nome deverá ser aprovado apesar de continuar a reafirmação dos partidários da candidatura de Fernando Collor. O PSB foi atendido com o ingresso do senador gaúcho, que deixou o PSB, nas suas fileiras e pôde assim seus problemas retirar o nome de Antônio Hübner.

Brizola tentou compor-se fora do PDT, mas não obteve êxito. Ele procurou compor-se principalmente em Minas e no Nordeste. Foram sondados por seus agentes Hélio Garcia, o ex-governador que deverá ficar ao lado de Aurélio por sua proximidade com Newton Cardoso, e o senador Itamar Franco, que fez um acordo com Collor. Também teria estado nos seus cálculos a vice-governadora Jânira Marins, que igualmente aderiu ao candidato do PRN, embora haja quem preveja uma segunda opção dela. As recusas levaram Brizola a recompensar os serviços prestados pelo deputado e ministro da Justiça Fernando Lyra, ex-PMDB, que se atribui papel importante na consolidação da candidatura de Tancredo Neves.

Paulo Maluf ficou nos limites do seu PDS, escolhendo o deputado Bonifácio de Andrada para seu companheiro de chapa. Afif Domingos, do PL, saiu desde cedo com o professor Aluizio Pimenta, ex-ministro da Cultura. E Roberto Freire atendeu à vertente intelectual do Partido Comunista, escolhendo o pesquisador Sérgio Arouca, ex-dirigente do Instituto de Mangueiras. Como se vê, os vices que podem ajudar são os de Collor, Covas e Aurélio. Os outros tanto faz, apesar dos títulos que ostentam alguns deles.

Leonel Brizola — XIV



O PDT já reuniu fundamentos jurídicos para uma denúncia contra a Rede Globo junto à Justiça Eleitoral. Tornou-se um escândalo o seu faccionismo e sua interferência no processo eleitoral, configurando, ainda, um flagrante abuso do poder econômico. Um concessionário de TV não pode discriminar nenhum candidato, abrindo espaços para apenas um deles, como faz agora, e fechando-os para os outros.

A nossa caminhada

Nosso partido realizou, no último domingo, em Brasília, sua Convenção Nacional. Milhares de companheiros, a grande maioria de pessoas simples e modestas, enfrentaram os sacrifícios de uma longa viagem para participar daquele grande momento da história do trabalhismo, esta síntese das lutas sociais da vida brasileira nos últimos 50 anos. Delegações de todos os Estados da Federação decidiram ali — pela primeira vez, desde a candidatura vitoriosa de Vargas, em 1950 — apresentar uma chapa trabalhista própria à Presidência e à Vice-Presidência da República.

A mim, Leonel Brizola e ao nosso companheiro Fernando Lyra, como candidatos do trabalhismo, a partir de agora, está delegada a gigantesca responsabilidade de representar não só o PDT, mas todo este imenso e valioso povo brasileiro, tão humilhado, ofendido e desprezado pelas elites que sempre dominaram a vida nacional. Nos próximos meses, nada será fácil. Serão tempos de muitas mentiras e calúnias, de perversidades e de desinformação vindas daqueles que, para manter seus privilégios e vantagens, não hesitarão em usar, sem escrúpulos, o poder econômico e os grandes meios de comunicação de que dispõem.

Desde momento em diante, onde existir uma consciência esclarecida, onde estiver nossa gente, homens e mulheres de todas as gerações, em especial os jovens que só conhecem este contexto de humilhações e castigos, onde houver alguém que perceba que — ao contrário do que dizem — a crise que se abate sobre nós não vem da fatalidade nem da natureza e muito menos desta enorme população sofrida e injustiçada, mas de elites incompetentes e egoístas, que ainda tentam em continuar, enfim, para cada um de nós e para todos, já temos uma bandeira, erguida por mãos firmes, indicando os rumos de uma caminhada que não há de parar nunca, senão quando se abrirem os caminhos do futuro para o povo brasileiro.

Pesquisas ocultas

Só aqueles que não querem ver é que não percebem aquilo que, felizmente, a própria opinião pública já se deu conta: que as pesquisas vêm sendo utilizadas como um indecoroso instrumento político-eleitoral. Preparam "jogadas", promovem candidatos e colocam os demais conforme suas conveniências. Estamos diante de um indizível abuso do poder econômico. Uma pesquisa é tão cara que só grupos poderosos, como as Organizações Globo e outros, podem encomendá-las. Mesmo examinando os formulários, não há como verificar se são verdadeiras ou falsas. Tudo está aberto a manipulações e golpes.

Estes grupos, como é o caso da associação Globo-Ibope, tornaram-se politicamente mais fortes que os próprios partidos. E quando a realidade, como acontece agora, já não permite que continuem a manipulação dos dados segundo apenas o seus próprios interesses, simplesmente fazem as pesquisas e não as divulgam, como é o caso da "Vox Populi" (contratada por Collor) e do próprio Ibope, que passou a fazer parte do mais forte esquema de poder deste País. Passaram a esconder que o candidato farsante está despencando, como acontece com um balão que chega a seu teto e, a partir daí, murcha e vem abaixo.

Fórum de debates — Seguindo deliberação da Convenção Nacional de nosso Partido, convidei o Professor Darcy Ribeiro para coordenar o fórum de debates que, nos próximos meses, estará reunindo idéias e sugestões para nosso programa de governo. Trata-se de uma iniciativa que irá abrir espaços para que todos, especialmente os profissionais de todas as áreas — econômica, social, científica, técnica e cultural — contribuam com suas experiências e propostas para a formulação de políticas de Governo em cada setor. Uma campanha política é como uma via de mão-dupla: o candidato expõe suas idéias mas, principalmente, recolhe de todas as áreas e da população como um todo as reivindicações que um governante autêntico terá de tomar como diretrizes de sua ação.

César Maia — Recebi o seguinte bilhete de nosso deputado: "Sr. Governador, existe uma orquestração para me incompatibilizar com o senhor e com o partido. Repeli, energeticamente, as mentiras da coluna "Swann", no Globo, e as mentiras de hoje". (ass.) César Maia.

Covardia e beizeira — A opinião pública brasileira tomou conhecimento do teor das extensas matérias que a revista "Veja" e a "Folha de S. Paulo" publicaram, focalizando a minha pessoa como candidato. Mesmo que a finalidade destes textos fosse simplesmente a de questionar, criticar, ou até desmerecer o cidadão Leonel Brizola, nada demais. Eu estaria defendendo-me, como sempre fiz. Estou na vida pública para servir, e não para cumplicidades com aqueles que montam negócios, ganham dinheiro e acumulam fortunas com empresas cartoriais e favores do Governo. Entretanto, o que fizeram? Em lugar de enfrentarem a mim, foram, de forma covarde e injusta, atacar e desmerecer minha família. Agrediram perversamente, sem nenhuma ética, a pessoas inocentes e indefesas. Surpresa maior me vem da "Folha". Como se sentiria o senhor Octavio Frias de, em função de meus propósitos políticos, subisse aos palanques para me referir à intimidades da vida da sua esposa ou de seus filhos e netos? Teria eu esse direito? Evidentemente que não. Já em relação aos Civitas, da "Veja", nada estranho. São representantes do capitalismo internacional, que vieram ao Brasil exatamente para fazer coisas como essas. Nada lhes importa, a não ser destruir nossos valores nacionais. Para eles, o coroaamento seria ver este País transformado em uma simples colônia.

A única coisa sincera em sua revista são os caríssimos anúncios de empresas multinacionais.

Leon Brizola

Leonel Brizola
Presidente do PDT

01-01

8908872

Mulheres entram na campanha

SUCESSÃO

Por SANDRA CRESPO
Rio de Janeiro

Elas são bem diferentes entre si, mas nem todas são da mesma classe social, frequentam ambientes diversos, cumprem trajetórias distintas. Mas, se considerarmos alguns traços da personalidade de cada uma, teremos um mosaico do perfil da mulher brasileira. Afinal, pobres ou ricas, jovens ou maduras, conscientes ou alienadas em relação à problemática do País,

Mora e Iolanda buscam votos em todo o País

Uma das motivações do crescimento do índice de intenções de votos para Ulysses Guimarães como candidato à Presidência da República é o engajamento na campanha de sua esposa Mora, o que acontece também com Iolanda, casada com o postulante à vice-presidência, Waldir Pires. As duas estão percorrendo o Brasil em busca de votos para os seus maridos. Somente em Florianópolis, reuniram 2.500 milharões brasileiros.

Mora sempre manteve uma postura discreta ao lado de Ulysses, quase não aparecendo em reuniões e evitando manifestar opiniões. Ela interpreta assim a mudança: "Sem querer, fiquei envolvida pelas circunstâncias. Nas campanhas anteriores, Ulysses fez tudo sozinho. Dessa vez, achei que precisava de colaboração e resolvi ajudá-lo. Estou aqui para o que for possível".

Uma avaliação da personalidade da esposa de Ulysses pode ser feita através de um episódio ocorrido antes da convenção que escolheu seu marido para a disputa presidencial. Governadores do PMDB foram à sua casa pedir ao candidato que renunciasse. Mora suspendeu o calendário de visitas. Agora, com a campanha em plena viração,

Na qualidade de candidata à primeira-dama do País, "seria melhor se já tivéssemos conhecido a primeira-dama de cada um dos Estados". Se o marido vencer, ela quer ser "servidora do Brasil", dedicando-se às "muitas creches e escolas abandonadas".

Mora entende que Ulysses não deve atacar os adversários, a não ser se estes o atacarem. Nesse caso, o casal deve responder. "Ainda mais eu, que sou brava", acrescenta Mora.

Iolanda Pires também fala de sua adesão à campanha: "Mora e eu deixamos nossas atribuições para, como andrômedas, percorrer o nosso País". Ela lembrou seu passado ao lado do marido: "Nós, no exílio duro, com cinco crianças, sem perspectivas de retorno, voltamos em 1970 para enfrentar a ditadura militar. Não nos foi dado o direito de voltar para a Bahia e ficamos no Rio de Janeiro, onde fundamos o Instituto de

as mulheres acabam sempre envolvidas pelos projetos de seus companheiros (e, com a emancipação feminina, a recíproca está começando a ficar verdadeira). Com estas nove mulheres não é de outra forma; aliás, com elas esse envolvimento é triplicado, levando-se em conta a importância do cargo que seus maridos buscam: a Presidência da República.

Mora Guimarães é o exemplo mais fiel dessa dedicação. Embora tenha se pautado pela

Formar comitês é rotina para Lila Covas

Desde 1982, quando Mário Covas se candidatou à Prefeitura de Santos, dona Lila costuma ver sua casa se transformar periodicamente em um comitê eleitoral. E não reclama. "Eu não sei se meu marido tem sorte por isso, mas eu gosto dessa mudança na rotina", afirma, embora garanta que prefere atuar na retaguarda, "sem aparecer". E foi trabalhando em silêncio, à mineira, que Florinda Gomes Covas formou um comitê feminino em Santos que atua até hoje nas campanhas de Mário Covas.

A vida de "primeira-dama" ela já conhece, pois Covas foi prefeito de São Paulo durante a gestão do governador Franco Montoro. Porém, dona Lila não vê vantagens nessa condição, pelo menos na vida pessoal. "Quando o Mário foi prefeito, eu fiquei oito meses sem empregada, pois todas fugiam com medo de banquetes", lembra, ao ressaltar que, quanto mais importante é o cargo político de uma pessoa, maior é a dificuldade de sua família em estar junta, "pois são raros os momentos para se encontrar os filhos".

Casada há 35 anos com o candidato do PSDB à Presidência da República, dona Lila se trabalha fora durante as campanhas, "mas em casa trabalho bastante, todo o ano". Perguntada se pretende morar no Palácio da Alvorada, caso Covas seja eleito, ela responde com simplicidade: "Você sabe que eu não pensei nisso? Para mim esses valores não têm muita importância". Prestes a ter o terceiro neto, dona Lila garante estar otimista quanto às possibilidades de vitória de Covas, e se mostra disposta a enfrentar as responsabilidades de ser mulher do presidente da República. "Não sei qual é o trabalho da primeira-dama, mas farei tudo o que puder para colaborar no sentido de valorizar a sociedade", frisa, concluindo: "Afinal, tenho 25 anos, embora tenha nascido em 1932".

discrição durante toda a trajetória política de Ulysses Guimarães, ela mostrou sua garra e determinação num dos momentos mais delicados do PMDB: ajudou a desarticular o movimento dos governadores contra a candidatura de Ulysses. A partir daí, não parou mais: passa o tempo inteiro viajando para todos os cantos do País com o objetivo de disseminar os comitês femininos de apoio ao marido.

A vida também não é mais a mesma para Leticia, Lila, Marisa,

Sílvia, Neuza, Vivi, Sílvia Maria e Rosane. Pela proximidade que têm com os candidatos, elas acabam tomando conhecimento dos problemas da campanha, das necessidades de contatos e mobilização etc. e vão à luta.

Algumas com mais dificuldade, como Marisa, que ainda não tem com quem deixar os filhos. Mas todas com muita esperança de ajudarem, bem de perto, a eleger o primeiro presidente da República do Brasil escolhido pelo voto do povo em 29 anos.

Tímida, Neuza prefere dosar participação

Embora pertença a uma família de políticos — um de seus irmãos, Jango, foi presidente da República — Neuza Goulart Batista não tem costume de trabalhar ativamente em campanhas eleitorais de seu marido, Leonel. Isso se deve principalmente a seus hábitos pacíficos e sua conhecida timidez, sempre comentada pelas assessoras do PDT quando é procurada pela imprensa. Porém, ela não deixa de comparecer a atos importantes da campanha, como a convenção nacional do partido, que aconteceu em Brasília no último fim de semana, e a cerimônia em que sua participação é indispensável.

Dona Neuza tem 45 anos, está casada com Brizola há 30. Durante este período, já foi primeira-dama por vezes (de Porto Alegre, de 1955 a 1957; do Rio Grande do Sul, de 1958 a 1961; e do Rio de Janeiro, de 1962 a 1967) e como tal ficou conhecida pela sua intensa dedicação a obras assistenciais. Católica praticante, vai à missa todos os domingos, em Copacabana, onde mora.

Por sinal, essa grande religiosidade faz de Neuza uma mulher muito reservada. Ela não gosta de aparecer, não gosta de ser fotografada, não gosta de ser entrevistada. Seu marido, Leonel, é um homem muito reservado, muito tímido. Ele não gosta de aparecer, não gosta de ser fotografado, não gosta de ser entrevistado. Seu marido, Leonel, é um homem muito reservado, muito tímido. Ele não gosta de aparecer, não gosta de ser fotografado, não gosta de ser entrevistado.

Outro gosto político de dona Neuza refere-se à doação de uma de suas duas fazendas no Estado, quando o marido tentou implantar a reforma agrária no Rio Grande do Sul.



Rosane Collor acredita mais no trabalho que na pesquisa

As pesquisas de opinião pública que têm colocado Fernando Collor em primeiro lugar nas intenções de votos não empolgam Rosane Malta Collor de Mello, que prefere acreditar no trabalho de campanha. Quem informa é sua amiga Eunícia Guimarães, já que Rosane está na Europa com o marido.

Casada há cinco anos com o ex-governador de Alagoas, Rosane tem 24 anos. Em agosto, deve se formar em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Alagoas. "Ela só não se formou em julho por causa da greve", lembra Eunícia. Seu retorno da Europa estava previsto para ainda esta semana.

A partir de agora, deverá viajar por todo o País para ajudar na campanha do candidato do PRN.

Segundo Eunícia, Rosane deverá ficar na coordenação de apoio dos comitês.

A amiga garante ainda que Rosane não reclama da movimentação da campanha, "pois entende que isso faz parte do trabalho". Sobre o ritmo de vida da mulher de Collor, Eunícia diz que ela "gosta de dançar de vez em quando, mas não é de muita habilidade". Embora tenha apenas 24 anos, Rosane é "madura", de acordo com Eunícia, que completa: "Ela tem uma cabeça muito boa".

Leticia Freire quer mulher engajada

"Se a mulher pode colaborar, deve participar do governo por seu engajamento profissional", opina a pernambucana Leticia Freire, ao revelar que discorda da denominação "primeira-dama". "Porque primeira-dama? As outras 'damas' são inferiores?", pergunta. Para a mulher do candidato do PCB, Roberto Freire, qualquer ser humano adulto "deve contribuir socialmente", de acordo com sua qualificação.

Leticia critica também a tradição de se atribuir à mulher do presidente da República tarefas assistenciais, em entidades como a LBA. "Esse tipo de atividade assistencial só é necessária hoje porque a sociedade não tem suas reivindicações atendidas", observa, ressaltando que apenas o socialismo

será capaz de satisfazer às necessidades da população brasileira.

Católica praticante, Leticia Freire, 42 anos, informa que o PCB respalda as propostas religiosas de cada um, rechaçando o comunismo. Casada com Roberto há cinco filhos — com idades que variam de 21 a 12 anos — e mesmo assim encorajada para participar intensamente do marido. "Uma campanha eleitoral representa uma mudança violenta na minha vida, eu sempre atuei por uma questão de ciência", diz Leticia, que no momento trabalha no Departamento de Educação de Recife, onde trabalha como pedagoga.

Vivi ajuda Aureliano entre Brasília e Belo Horizonte

As viagens constantes entre Brasília e Belo Horizonte passaram, nos últimos dias, a fazer parte da rotina de Minervina Benches Mendonça. Nessas duas cidades se concentram os contatos mais importantes do seu marido, o candidato do PFL, Aureliano Chaves. Dona Vivi, como é conhecida, costuma trabalhar bastante nas campanhas eleitorais, informa um de seus três filhos, Antônio Aureliano. "O único problema das campanhas é que ela sente muita falta de papel, já que eles não podem se encontrar sempre", explica.

"Eles se casaram por amor, e continuam se amando nesse 30 anos de convivência", continua o filho, ao informar que dona Vivi gosta de dar entrevistas, mas devido à sua intensa participação na campanha eleitoral isto está se tornando cada vez mais raro.

Segundo Antônio Aureliano, sua mãe deverá acompanhar o candidato do PFL nas viagens em que sua presença for considerada importante. Em Belo Horizonte e Brasília, sua tarefa principal será a de orientar os comitês e manter contatos com os cabos eleitorais.

Silvia Maluf cheia de esperança

Silvia Lutalla Maluf está otimista em relação às chances de seu marido Paulo, do PSD, nas eleições presidenciais de 1969. Veterana em campanhas eleitorais, ela garante que está ainda nem começou.

"Está tudo embolado no meio de campo, e só teremos uma idéia das possibilidades de cada um lá para setembro". Por isso, Silvia não se preocupa com as pesquisas de opinião, que dão a Paulo Maluf baixos índices de intenção de voto. "Essas pesquisas são uma besteira, pois existem 80 milhões de eleitores, mas elas só ouvem dois a três mil", opina.

Casada há 24 anos, Silvia tem quatro filhos (dois casais) e trabalha meio período nas empresas da família. A

movimentação das campanhas não abala sua vida. "Como o Paulo é político há muito tempo, já estou acostumada", afirma. Assim, é ela quem coordena os comitês em São Paulo quando o marido viaja. "As pessoas me conhecem, e por isso acabo fazendo a ponte entre os comitês e o candidato. É um trabalho a quatro mãos".

No entender de Silvia, 54 anos, a primeira-dama do País tem que ser responsável "e não trabalhar apenas por uma região, mas para todas, considerando as peculiaridades de cada uma. Nessas horas é preciso saber o que é mais urgente e acudir".

Silvia Domingos, integrada à luta e buscando mudanças

"O Brasil precisa mais de uma 'primeira-operária' do que de primeira-dama", diz Silvia Maria Delli Vinnen Domingos, que considera o momento atual "muito difícil" e por isso defende que o próximo presidente tenha a seu lado alguém disposta a "fazer o que puder para ajudá-lo a promover as mudanças necessárias". A mulher do candidato Guilherme Afif Domingos, do PL, garante estar "totalmente integrada" à campanha eleitoral. "Eu me sinto muito gratificada de poder colaborar, pois tenho uma grande confiança na capacidade do meu marido e no seu projeto para o Brasil, que considero sério e competente".

Casada com Afif há 19 anos, Silvia tem quatro filhos. Dois deles vão votar pela primeira vez para presidente

da República, aliás, como os pais. Essa paulistana de 38 anos demonstra entusiasmo com a campanha, apesar de confessar seu desagrado com a política brasileira em geral. "Mas a forma como o Guilherme faz política me incentiva, pois ele tem tentado mudar usos e costumes".

Silvia informa que está montando, em São Paulo, comitês de apoio com a participação voluntária de pessoas de todas as camadas sociais. "Elas nos procuram sem pedir nada em troca, apenas desejam mudanças".

Para a mulher de Afif, a primeira-dama terá muita responsabilidade, "pois será uma companheira para todos os momentos difíceis".

Marisa fica com os filhos

A campanha eleitoral de 1969 ainda não modificou a rotina de Marisa Letícia da Silva, embora seu marido, Lula, seja candidato do PT à Presidência da República e já esteja percorrendo todo o País em campanha. Isso porque Marisa só aceita se engajar totalmente às atividades de militância depois que conseguir alguém de confiança para ficar com seus dois filhos menores. Outro agravante é a greve dos professores do Estado de São Paulo: no lugar de meio período, as crianças têm passado o dia inteiro em casa, tomando todo o tempo de Marisa.

Por essas e por outras — a casa em que está morando, em São Bernardo do

Campo, é de um amigo da família, pois tem melhores condições de segurança do que a sua, mas em contrapartida é bem maior, e dá mais trabalho — Marisa não está nem mesmo concedendo entrevistas. Casada há 14 anos com Lula, ela cultiva hábitos simples, como receber os amigos — na maioria sindicalistas do ABC — em sua casa para almoços aos domingos.

Quando se casou com o então diretor do sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Marisa, 39 anos, era viúva, já tinha um filho, Marcos, que Lula adotou como seu. Depois vieram Fábio, Sandro e Luis Cláudio.

860

F.P. (22 IN)

6 O 141 caderno de trabalho 145/89

Economia

JORNAL DO BRASIL

Alemanha quer ampliar negócios com Brasil

...intenção é aproximar a produção mecânica do seu provável consumidor. Se Hering dá o tom, Werner Neuberger, diretor-geral da Testima, também aponta o caminho. "Não pretendemos prejudicar os interesses brasileiros, mas isso respaldamos as regras da propriedade e nos mantemos na linha da liberdade permitida. Assim, acreditamos poder desenvolver bons projetos no campo da fabricação", Neuberger afirma entre seus clientes no Brasil — consumidores potenciais de todas as máquinas que produzem 23 fábricas do complexo como injetoras, peças para tecelagem e diâmetro, para máquinas e sintéticas, malharia, e até mesmo — empresas do porto de Sulabril e de Hering.

Têxteis — Um desses negócios, já existente no Brasil, é a joint-venture feita entre a Testima, empresa industrial da RDA, e 30 mil empregados alemães, no valor de US\$ 13 milhões, com o objetivo de desenvolver o comércio exterior brasileiro, batizada como Tebratex. A Tebratex realiza este ano negociações de US\$ 4,5 milhões para o fornecimento de máquinas ao parque têxtil brasileiro, e também de autopeças das câmaras, selos e integradas, encarecendo as de impulsionar a política industrial brasileira. É mais que isso, desenvolve a produção de máquinas têxteis, já que ali se concentra um pólo têxtil. A

...em cada uma das regiões. Mas também se concentra nos setores de têxteis, de alimentos e de produtos químicos. O comércio entre a RDA e o Brasil, em 1988, chegou a US\$ 120 milhões, segundo o Ministério da Economia alemão. O Brasil, por sua vez, exporta para a Alemanha produtos de origem agrícola, de madeira e de mineração. O comércio entre os dois países, segundo o Ministério da Economia alemão, chegou a US\$ 120 milhões em 1988, com o Brasil exportando para a Alemanha produtos de origem agrícola, de madeira e de mineração. O comércio entre os dois países, segundo o Ministério da Economia alemão, chegou a US\$ 120 milhões em 1988, com o Brasil exportando para a Alemanha produtos de origem agrícola, de madeira e de mineração.

INTEGRAL

8908881

01 - 01

098

Feição

Eleição 1984

Política de Jânio Quadros

Assunto

TEXTO

Jânio dá sinal verde para detonar campanha

BRASÍLIA — Jânio Quadros começou a admitir ontem, para vários amigos, que é candidato a presidente da República, dando sinal verde para que iniciem a organização da sua campanha. As 17 horas, já na casa para submeter-se a um check-up, com vários exames médicos que pretende divulgar amplamente.

Fora o problema na perna, que dificulta sua locomoção e o faz cansar-se quando fica muito tempo de pé, o ex-presidente está com boa saúde, segundo dizem alguns de seus amigos. As dificuldades de locomoção, por sinal, determinam uma característica de sua campanha presidencial: Jânio Quadros participará de poucos comícios, contrariando assim sua atuação em programas de televisão.

Os ex-ministros José Cláudio de Carvalho, autor de *O coronel e o lobisomem*, e Mário Palmério, autor de *Chapão de Rapa e Filh do Confite*, aderiram ontem ao ex-presidente. Além deles, vários parlamentares telefonaram ontem ao ministro José Aparecido e ao ex-ministro César Cals, secretário-geral do PSD, para manifestar o desejo de aderir. Porém, entretanto, que seus nomes fiquem mantidos sob reserva, até que sejam realizadas as prévias e convenções dos seus partidos, para escolha dos candidatos. Entre parlamentares são do PFL, do PDC, do PTB, do PMDB e PDS.

O ministro José Aparecido vai apenas licenciar-se do PMDB, e ficará no ministério do presidente José Sarney até quando for possível compatibilizar sua condição e atividades de ministro com as de participante ativo da campanha do ex-presidente. Segundo explica Aparecido, Jânio não atacará Sarney, "pois fará uma campanha não subordinada ao imediatismo dos interesses eleitorais". O PSD no momento prepara seu programa de TV, que será levado ao ar até o final de maio, já com a participação de Jânio Quadros.

O ex-presidente Jânio Quadros saiu ontem sua casa do bairro do Maracanã e foi até a Radioclinica Tupy Med — especializada em radiologia e tomografia computadorizada —, em Vila Mariana, para fazer um exame médico. Ele chegou à clínica por volta das 17h30 a bordo do Alfa Romeo de seu assessor de imprensa Roberto Alcibi e rapidamente foi ao encontro de seu médico particular, Dr. Rocha Melo. Andando rapidamente, Jânio irritou-se com a presença dos jornalistas. "Os senhores invadiram uma clínica médica. Isso não é jornalismo. É indelicadeza", repreendeu. Jânio saiu da clínica às 19h30, sem que fossem divulgados maiores detalhes sobre os objetivos de sua presença no local.

7 DO BRASIL 13/5/89

8908892

01-03

Pedido de ...	Assunto:	TEXTO:
...
...

Fidalg e d nobre
F.P. (R.P.)

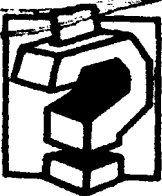
domingo, 14/5/89

Biografia de Collor é marcada pela contradição

Arquivo 14877

008

do jovem eleito do feminino que frequenta a boate Caligola, no Rio, não haveria nenhuma dúvida: o belo e elegante Fernando Collor de Mello, de 39 anos, seria o próximo presidente da República. Mas como Collor se assemelha, ao mesmo tempo, com a antítese mais perfeita da CUT do mal-humorado Jair Messias, tem-se perguntado muito, no tumultuado Brasil de hoje, se ele não seria apenas mais uma dessas tais ilusões que costumam surgir no início das campanhas, infladas por bons números que sobem mas que podem cair quando menos se espera. Como vai se explicar esse fenômeno?



Em política existem mistérios mais ou menos impenetráveis. Mas uma hipótese a ser examinada seria a de que Collor venha a encarnar, de próprio e sua biografia política, um adjetivo que, ao longo das décadas, vem sendo empregado em relação ao próprio país que Collor sonha presidir: *contraditório*. Assim, seria nada mais do que um encontro de afinidades. De fato, o candidato apontado em 85 como "o parâmetro da elegância masculina" pelo ator Raul Cortez e cuja serenidade doméstica é ressaltada pela jovem esposa, a estudante de Administração Rosane Malta Collor de Mello, de 24 anos, é capaz também de gestos de brutalidade física e verbal.

Curioso — É bom não esquecer que Collor foi feita preta em caráter de indenização, condição esta de que se valeu-se pelo menos uma vez, em 67, quando estudante do Centro Integrado de Ensino Médio, o CIEM, em Brasília, irritado porque um professor, conhecido como Hêlio Paqueta Miranda, trancara a chave a porta da sala de aula, simplesmente arrombou-a com um golpe de faca. E ainda ameaçou um discurso de ameaça em relação à sua carreira: "Final, esta é ou não é a escola das liberdades?"

Um cientista do início do século explicaria tudo pela mistura das raças. Collor, pelo lado materno, descende de alemães. Seu avô por parte de mãe, Lindolfo Collor, que foi literato e amigo de Olavo Bilac, Coelho Neto e outros grandes nomes, mas, principalmente, ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (uma quem mais tarde romperia), veio de uma família de imigrantes alemães do Sul do país. O pai de Lindolfo, de origem muito humilde, era um sapateiro, mas também músico, chamado Johan Bockel. Na verdade, o sobrenome de Fernando Collor deveria ser Bockel. Mas a mãe de seu avô, Leopoldina Schreiner Bockel, que ficara viúva, casou-se em segundas núpcias com João Antônio Collor, que fez questão de dar seu sobrenome aos três filhos que Leopoldina já tinha, Lindolfo entre eles.

Dona Leda, uma das duas filhas de Lindolfo Collor, casou-se com o ex-senador e ex-governador alagoano Arnon de Mello, já falecido. Ao sangue alemão misturou-se, assim, o sangue das oligarquias nordestinas, especialmente explosivo quando se associa à política. Fernando Collor foi o quarto dos cinco filhos do casal e, ao que parece, o mais interessado em política. "O Fernando cresceu ouvindo praticamente só política dentro de casa", diz um dos amigos do candidato, o executivo Leopoldo Collor de Mello, ex-diretor regional da Rede Globo em São Paulo. Homem de comunicação, não se pode dizer que Leopoldo também não tenha puzado ao pai. Arnon de Mello construiu, e legou aos filhos, aquele que é



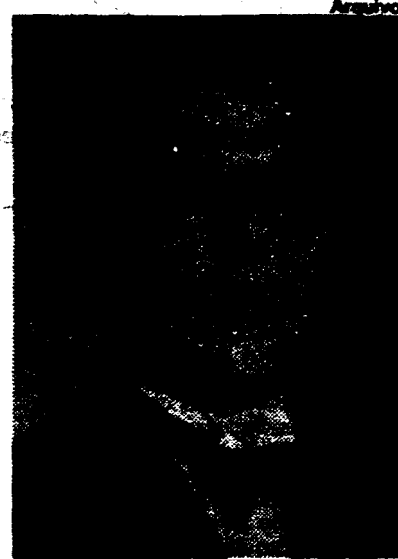
Com Lilibeth, a primeira mulher, laços de amizade

hoje o maior complexo de comunicação de Alagoas — incluindo um jornal diário, estações de rádio AM e FM e uma emissora de televisão afiliada à Rede Globo.

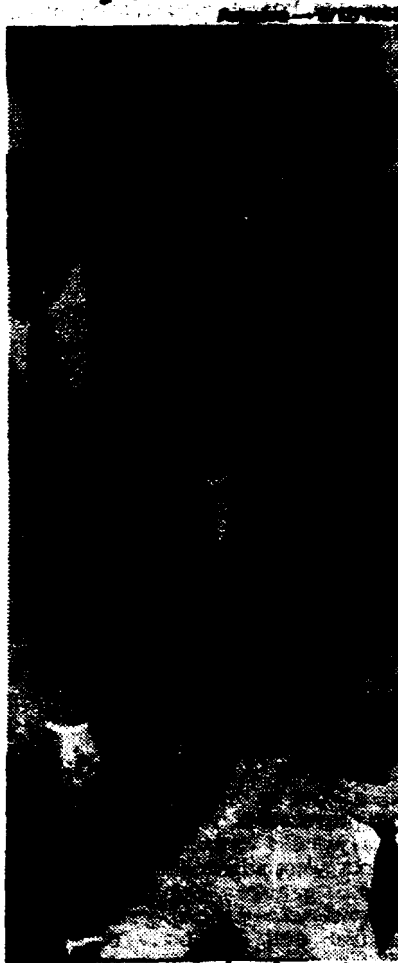
Beasties — O garoto Fernando Collor era o único filho que acompanhava Arnon aos palanques, e deve ter sofrido com o trágico episódio que envolveu o pai, em 64, e resultou na morte estúpida de um político do Acre, o senador José Kairala Filho, que não tinha nada a ver com a história. Arnon de Mello discursava quando entrou no plenário o senador, também alagoano, Silvestre Péricles, seu desafeto. Arnon tirou a arma da cintura, fez pontaria e atirou. Errou o alvo mas acertou Kairala, que estava sentado na última fila. "Acho que o erro de meu pai foi não ter-se abaixado, como fizeram os outros senadores", diz José Kairala Neto, 33 anos, reviver gráfico do Senado e filho do infelizmente senador. Kairala Neto não herdou rancôres, embora não vá votar em Fernando Collor. Afinal, tudo foi esquecido, depois que a Justiça absolveu tanto Arnon como Silvestre, um ano depois do crime.

Não se deve esperar de Fernando Collor, é claro, um gesto extremado como esse. Sua formação foi muito diferente que a do pai. Na adolescência, amava os beates e as corridas de kart e passou a maior parte da sua vida no Rio de Janeiro, em cujos melhores colégios estudou. Teve, é bem verdade, a sua fase mundana. Foi na noite carioca que conheceu sua primeira mulher, a socialite Lilibeth Monteiro de Carvalho, com quem se casou aos 26 anos. Do casamento, terminado há oito anos, nasceram seus filhos Arnon Afonso, de 12 anos, e Joaquim Pedro, de 10. Lilibeth hoje lembra-se do ex-marido com carinho: "Fernando continua um bom amigo e um bom pai", diz ela.

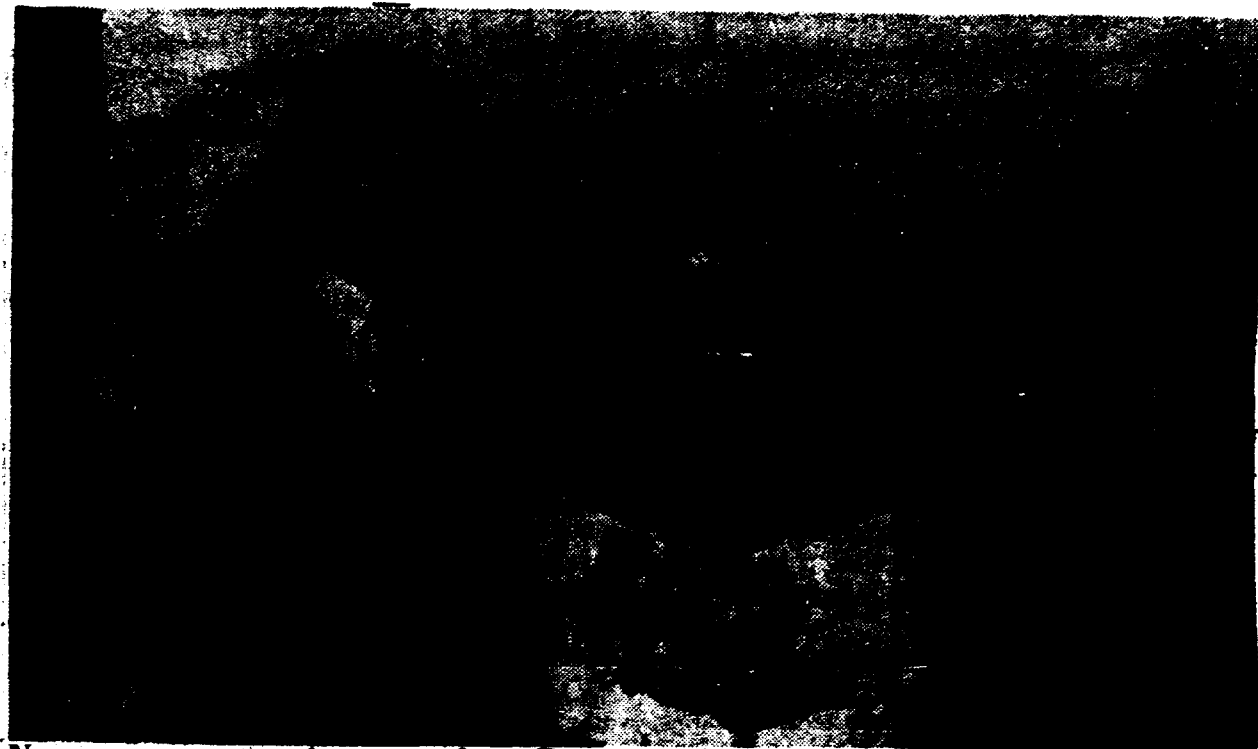
Quando era prefeito de Maceió, cargo para o qual foi nomeado em 79, Fernando Collor foi apelidado de "príncipe da corrupção" pelo deputado federal Renan Calheiros. Hoje Renan está no PRN e apoia o antigo inimigo. Em 85, integrante, como deputado federal, do colégio eleitoral que elegeu Tancredo, Collor votou em Maluf, mas conquistaria fama nacional, como governador de Alagoas, eleito em 86, como o caçador de marajás. Rico, combate as riquezas espúrias. E assim, de contradição em contradição, ele vai fazendo sua carreira.



Lindolfo, o avô materno



Arnon a caminho da prisão



No casamento com a jovem estudante Rosane predomina a serenidade doméstica

Um candidato esportivo e roqueiro

— A questão das drogas deve ser explorada na campanha. O senhor recusa ser acusado de usar drogas, como ocorreu na campanha pelo governo de Alagoas?

— Eu sempre fui uma pessoa exatamente o oposto do uso das drogas. Eu sempre fui um aluno muito aplicado, o primeiro da classe, e sempre fui uma pessoa muito voltada ao esporte. Eu parei de fazer esporte aos 25 anos. Treinava quatro, cinco horas por dia. Eu tinha uma vida completamente incompatível com o uso das drogas. A estas bobagens eu apenas respondo, com a negativa mais peremptória, que isto não é verdade, e a minha própria vida demonstra isto.

— O senhor está no segundo casamento. Como o eleitorado brasileiro, muito conservador em geral, pode encarar um fato desse?

— Normalmente. Eu me dou muito bem com a minha ex-mulher, assim como com os meus filhos (12 e 10 anos). Tenho com eles uma relação muito tranquila, muito agradável.

— O senhor morou em Brasília numa época em que o pessoal ou era do rock, do sexo e das drogas, ou era engajado na política. Como o senhor estava naquela época?

— Eu estava engajado no movimento estudantil, nos esportes e sempre gostei muito de rock. Brasília é uma cidade mística. É uma cidade que favorece muito a introspecção. Favorece muito a vida comunitária, a leitura, a curiosidade intelectual. É uma cidade muito tranquila — está deixando de ser agora infelizmente —, mas sempre foi assim. Brasília é o resultado da miscigenação mais absoluta. Veio gente de todos os lados do país que se casaram entre si, cada um trazendo a experiência da sua região. Esta troca de informações, de sentimentos, isto mexe muito com a gente.

— E segue gostando de rock?

— Gosto muito. Naquela época, os Beatles, sem dúvida. Depois o The Who, Rolling Stones, Led Zepellin. E hoje, todos, Ultraje a Rigor, Legião Urbana, Cazuza. Gosto do Ed Motta, é um gênio.

— O senhor não tem uma exagerada atenção com a aparência, com o culto ao corpo, essas coisas assim?

— Não. Eu sempre tive muita energia e essa energia eu tive de gastar de alguma maneira. Fazia todo o tipo de esporte, fazia todos os cursos que pudesse fazer. Uma maneira de ocupar o tempo.

— O primeiro casamento do senhor foi com uma moça da alta sociedade de Brasília. Esse discurso progressista de hoje não é mera apoteíase eleitoral?

— Isto aí é um erro de avaliação. Quem vai à história verifica o projeto do meu pai. Meu pai veio se candidatar ao governo de Alagoas quando ninguém queria, porque era a mesma coisa que assinar o seu atestado de óbito, e derrotou uma oligarquia sanguinária que dominava o estado havia várias décadas. Eram os Góis Monteiro, que tinham o Pedro Aurélio de Góis Monteiro, ministro da Guerra de Getúlio. Então meu pai libertou Alagoas dessa opressão. Sempre foi um governador e um senador eminentemente popular. Tanto que era conhecido como "senador do povo". A ligação dele foi sempre com o povo, nunca com as lideranças. Meu avô fez a Revolução de 30 com Getúlio, com o compromisso de que Getúlio criasse o Ministério do Trabalho e convocasse as eleições para dali a dois anos. Getúlio cumpriu a questão do ministério, passou um ano e pouco e criou a legislação trabalhista, os sindicatos. Tinha um discurso extremamente atual.

— Mas e o casamento?

— O fato de eu ter casado com pessoas com as quais eu me relacionava não quer dizer que eu estivesse desatento, nem muito menos desobrigado de fazer algumas coisas que assegurem o bem estar social neste país. Quem tem esta visão distorcida, em geral são pessoas de esquerda que só têm discurso. É isso que inquieta muito tanto a esquerda quanto a direita.

— O fato de ser um governador nordestino não está atrapalhando?

— Realmente, o preconceito em relação ao Nordeste existe. E esse preconceito aumentou muito com o governo Sarney. Na realidade, Sarney é um provinciano, uma pessoa que não saiu ainda da cidade dele, Pinheiros. Mas isto não importa.

— Brizola disse que a primeira coisa que vai fazer, se for eleito, será questionar a concessão da Rodo Anel. Qual vai ser o seu primeiro ato?

— Vai ser botar os corruptos na cadeia. O Brizola está irritado porque falci em reforma agrária e, naturalmente, ele não percebeu que eu não vim fazer reforma agrária no Uruguai.

— A campanha vai se polarizar entre Brizola e Collor?

— Não. Acho que no segundo turno estaremos eu e Lula.

— E os outros candidatos, Elpídio, Cezar...

— A candidatura de Waldir Faria sacramentou a sorte de Cezar.

— O deputado Delfino Neto também na semana passada afirmou que defende a Jânio que houve uma ruptura na qualificação dele. O que há de incompatível e de incompatível entre Jânio e Collor?

— Eu acho que essa comparação a mim não acrescenta nada. Não me dá. E não faz justiça. É outra coisa, é outro tempo. O registro que tenho da passagem de Jânio pela presidência é extremamente histórico. Quando ele era presidente eu era criança. Não vejo que relação as pessoas podem fazer.

— Mas o combate aos margais não é uma espécie de vanguarda?

— É que os meus enfrentamentos são muito mais profundos, muito mais do que essa questão de margais. Isso apenas caiu no gongo do povo e o povo simplifica tudo. Há um sentimento de indignação. A população sabe que não quer a vingada. Restaurar no seu cotidiano. Ela quer ir à desforra. E a desforra é a seguinte: que esses corruptos paguem.

— Então o senhor se coloca como uma espécie de vingador, de colapso da sociedade?

— Não deixa de ser. A sociedade me vê assim, como alguém que vai dar seu nome à desforra. Vai restaurar a dignidade. Vai resgatar a honradez, o caráter, a vergonha.

— E as Forças Armadas? Qual a sua relação com elas?

— Não conheço nenhum general. Conheço o coronel comandante da Polícia Militar de Alagoas. Não tenho nenhum relacionamento nessa área.

Luis Lanzetta

crise no Congresso

29/6/89

Brasil

Ponte leva CNBB para discutir

BRASÍLIA — Por interferência do líder do governo, Luiz Roberto Ponte (PMDB-RJ), a CNBB se incorporou ontem ao esforço pelo estabelecimento de um pacto político que garanta a ordem institucional e evite a hiperinflação. Ao saber que a visita do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Dom Luciano Mendes, aos presidentes do Senado e da Câmara, programada para amanhã, tinha como objetivo unicamente a defesa da votação imediata das leis complementares à Constituição, Ponte dirigiu-se à sede da CNBB em Brasília e pediu uma audiência com o bispo.

Levado à sala de Dom Luciano pelo seu irmão, o arcebispo de São Luiz e vice-presidente da CNBB, Dom Paulo Ponte, o líder do governo convenceu o seu interlocutor da importância do caso para inspirar as lideranças do Congresso a continuarem na busca de acordos políticos que levem à superação da crise institucional e econômica. Após alguns minutos, que incluíam o argumento de que o texto a ser entregue ao Congresso havia sido aprovado numa assembleia geral da entidade, Dom Luciano acabou determinando a inclusão, no documento, do parágrafo que trata da necessidade de encontrar "um caminho possível para enfrentar a persistente inflação" e sugere medidas legislativas mais eficazes para sanar o processo inflacionário.

O documento foi entregue ao Presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e ao Presidente da Câmara, Páez de Andrade (PMDB-CE). A CNBB reivindica, prioritariamente, a aprovação de 37 leis complementares à nova Constituição, pois, se isto não ocorrer, segundo Dom Luciano, a consolidação da ordem democrática poderá não se efetivar.

Os 37 pontos levantados pela CNBB referem-se a direitos individuais, coletivos e políticos, prerrogativas dos trabalhadores, política urbana, reforma agrária, previdência social, educação, direito da criança e família entre outros. Há pontos específicos do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil — que também assinou o documento —, como a regulamentação da garantia de proteção aos locais de culto e do direito de recusa dos cristãos de pegarem em armas no cumprimento do serviço militar.

Os presidentes do Senado e da Câmara e as lideranças partidárias garantiram a Dom Luciano a realização de um esforço para votar a maioria das leis complementares da Constituição ainda neste ano. O líder do PMDB no Senado, Roman Tito (MG), insistiu com o presidente da CNBB e com os dez bispos que o acompanhavam para que ajudem a efetivar o pacto antinflacionário. O presidente da CNBB se colocou à disposição para novas conversas.

Quatorze filhos — Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte, 57 anos, é o penúltimo dos quatorze filhos do casal Frederico Ferreira da Ponte e Maria Leônia Andrade Ponte. O último de seus irmãos é o líder do governo no Congresso, Luiz Roberto Ponte, 55 anos. Nascido também em Fortaleza, como Dom Paulo, Luiz Roberto casou-se com uma gaúcha e mudou para Porto Alegre. Desde então, residindo em pontos extremos do país, os irmãos raras vezes têm oportunidade de encontrar-se, como aconteceu na terça-feira em Brasília.

Decidido a convencer Dom Luciano Mendes a incluir no documento da CNBB uma alusão à necessidade de um empenho dos poderes constituídos para combater a inflação — uma mobilização que é classificada no Palácio do Planalto como a "chance derradeira" —, Ponte procurou o apoio do irmão. "Embora nem sempre a gente pense igual, porque ele como empresário defende o capital, enquanto eu como padre trabalho em prol dos miseráveis e dos trabalhadores, procurei ajudar no encontro, porque também sou contra a inflação", confessou Dom Paulo.

Discreto sem ser sisudo, Dom Paulo fez questão de evitar que os parlamentares, que o receberam juntamente com Dom Luciano, soubessem de seu parentesco com o líder do governo. "Eu sou um homem da igreja e vim aqui como tal", disse o bispo.

Rede de informações não mantém Sarney bem informado

Rosângela Bittar

BRASILIA — "Por que vocês não contaram nada ao Zé?", cobrou Marly Sarney, a mulher do presidente, ressentindo-se da ausência de informações sobre o golpe militar no Paraguai. "Porque não sabíamos, ninguém sabia", desculpou-se o interlocutor, embaixador Seixas Correa, assessor especial do presidente da República para assuntos internacionais. A pergunta, feita de passagem e com aparente ingenuidade, colheu de surpresa a comitiva presidencial que voltava do Brasil, no início de fevereiro, depois de uma visita de três dias à Venezuela.

Caira o general Alfredo Stroessner, assumira o general Andrés Rodríguez e José Sarney enfrentara o fato consumado. A pergunta da primeira-dama fechou o tempo no Itamaraty com mais intensidade de que quando da explosão do ex-presidente João Figueiredo, em 1982, ao saber da invasão das Ilhas Malvinas pelo noticiário das emissoras de rádio e televisão. Os salários pagos em dólares aos diplomatas, adidos militares e agentes do Serviço Nacional de Informações não garantem a eficiência dos serviços prestados ao presidente da República.

Desinteresse — Militares ligados à comunidade de informações jogam sobre o Exército maior parte na responsabilidade pela coleta de dados no exterior, devido à presença atuante dos adidos, nas embaixadas, trabalho de missões militares e à própria vocação do CIE — Centro de Informações, com tradição em processar grandes volumes de notas.

Os adidos têm uma dupla subordinação. Formalmente, estão ligados ao embaixador e trabalham em escritórios localizados na sede das representações diplomáticas. Seus informes, contudo, seguem direto em linguagem codificada para o estado maior da força correspondente. Em frequentes oportunidades nem revelam ao embaixador o conteúdo dos documentos.

No Paraguai, especialmente, há sete funcionários militares na embaixada brasileira e um missão especial com funcionamento independente, que já foi chefiada pelo general João Figueiredo e pelo falecido coronel Mário André. Lá também

oito oficiais integrantes do quadro de estado maior da ativa, três instrutores e uma comissão de engenharia subordinada ao adido militar do Exército. Cada oficial ganha, em média, US\$ 5 mil, para estar praticamente dentro de quartel alheio.

Um oficial do Exército interpreta a desinformação alegando o desinteresse dos militares pela política e lembrando que a democratização dos países do continente os levou a retomar a profissão. Hoje, estariam mais interessados em comercialização de armamentos, por exemplo. Devolvem a responsabilidade ao SNI que, exterior, possui uma rede de informações considerada "rídícula".

"Regatadores" — Na sede do Serviço Nacional de Informações, em Brasília, a área externa está a cargo do Segundo Departamento, chefiado por um oficial da Marinha, já na reserva. É a menor unidade do serviço. Ali trabalham 30 pessoas, enquanto o departamento que trata de política interna emprega 60, sem contar a rede de informantes e agências regionais. "Somos recortadores de jornais", diz um oficial ligado ao setor.

"A verdade é que o Brasil tem uma capacidade limitada de influenciar pessoas e governos", resume um experiente diplomata, que ressinga a necessidade de informações aos negócios. O Ministério das Relações Exteriores envia, quase diariamente, documentos intitulados "Informação", numerados, ao presidente da República, e o chanceler discute em despachos situações que exigem maior atenção. O presidente, não fora seu interesse pessoal e a "diplomacia presidencial" que gosta de praticar, estaria ainda mais desinformado.

A rigor, há no Itamaraty uma boa desculpa para sua omissão quanto aos golpes. "O governo americano também foi tomado de surpresa quando caiu o Xá do Irã", compara um alto funcionário da casa. Entretanto, ele próprio admite que, embora com prestígio internacional, a diplomacia brasileira "não faz política com a oposição, em situações complicadas", o que seguramente enxuga os informes sobre tendências políticas ou eleitorais no exterior. "O Itamaraty faz um trabalho formal e conformista, é de uma prudência paralisante", critica um ex-governante preocupado com a desinfor-

mação geral do Executivo.

8908936

Política

Um recesso muito rico

As novas administrações municipais começam a dar uma tônica ao recesso político que já parecia comprometido com as preliminares da sucessão presidencial. Na base dos primeiros pronunciamentos há uma evidente preocupação com uma questão que também domina o quadro nacional, nos últimos tempos. A recuperação da imagem do político administrador está presente, seja através de atos efetivos ou de promessas, mas é uma nova linguagem que deve predominar também na campanha sucessória e está influenciando ainda nas reformas e mudanças que, a nível federal, se propõe. É um quadro novo, que coloca sob expectativa os partidos que assumiram o comando de prefeituras importantes, a começar pela capital gaúcha e um município nacional poderoso como São Paulo e tantos outros. No jogo político o momento é de muita riqueza e de testes que inserem no contexto novas propostas. Para muitos é uma oportunidade favorecida pelo descrédito de governantes e já manifestada pelas urnas em 15 de novembro. Na realidade é um novo momento no cenário político, capaz de sacudir com as agremiações e governos. Deesse desempenho muita... serão as conseqüências e reflexos que se farão sentir, de imediato.

Leque aberto

A partir de ontem com novos prefeitos, representando várias legendas, a diversificação partidária, com muitas lideranças atuando e influenciando, torna inevitável o diálogo e a negociação. As decisões mais significativas não passarão mais, como antes, pelo apoio de um ou dois partidos, mas exigirão maior entendimento. Mesmo que na origem de todo o quadro gerado esteja o voto de protesto e o desgaste do Governo o fato é que a decisão política não permanece vinculada a poucas lideranças. Se as prerrogativas retomadas, a nível parlamentar, pela Assembleia Nacional Constituinte, já constituem uma alteração expressiva em matéria de poder de decisão, também na esfera executiva, ainda que envolvendo municípios e capitais a transferência de comando também evolui no mesmo sentido. Ampliou-se a participação, abriu-se o leque de consultas nas grandes definições.

Reformas saem

A volta antecipada do presidente Sarney a Brasília também está presente em todo este quadro. Ele chega para vetar parcialmente o Orçamento, mas para dar seqüência ao projeto das reformas administrativa e econômica. Se alguma dúvida existia a respeito, depois dos vários adiamentos, o pacote de alterações se tornou imperativo diante do momento nacional. No Estado a transformação no secretariado também vai ocorrer com mais celeridade, depois que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, se aligeirou, em dezembro, reformando o seu primeiro escalão.

Campanha decola

Outra conseqüência do novo momento político-administrativo é o ritmo da campanha presidencial, limitado a duas candidaturas conhecidas e a muitas conversações. Ele cresce em função de novos componentes, mas há um dado que parece estar presente nos partidos que contam com correligionários em postos executivos: o bom desempenho passa a se constituir no maior trunfo eleitoral. Uma colocação que já foi entendida pelo presidente da República, governadores e pelos novos prefeitos. Uma lição a mais do resultado de 15 de novembro.

Carlos Fehlbey

PARTI POCO LEGÍVEL

8908937

098

ZERO HORA — Segunda-feira, 22.01.85 — PÁGINA 1

De volta a Brasília, o presidente da República analisa hoje com o ministro do Planejamento os vetos que já anunciou a algumas partes do orçamento aprovado no Congresso. E diz como tratará os novos prefeitos

Sarney volta e veta parte do Orçamento

Depois de passar dez dias em São Luís (MA), para as festas de final de ano, o presidente José Sarney retornou no início da noite de ontem a Brasília. O avião presidencial decolou do aeroporto da capital maranhense às 18h15min com destino à Capital Federal. Ao deixar São Luís, o presidente disse que retornava ontem para hoje poder recomeçar suas atividades no Palácio do Planalto. Hoje, o presidente Sarney reúne-se com o ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, para analisar mais uma vez o projeto de lei do Orçamento Geral da União para 85.

Em conversa com a imprensa, o presidente informou que dará alguns vetos no projeto de orçamento, para que ele seja um instrumento fundamental ao combate à inflação e que dê sustentação ao programa econômico, que o Governo lançará. Ao deixar São Luís, o presidente não quis antecipar dados sobre a reforma administrativa que pretende implantar a partir da segunda semana de janeiro. Nos dias que passou no Maranhão, ele recebeu apenas a visita do ministro João Batista de Abreu e do diretor-geral da Polícia Federal, Rameu Tuma, além de pessoas do Estado, como o governador Eptácio Cafeteira. Ele participou de inaugurações de obras estaduais; passou a noite de Natal em sua casa de Calhau; a noite de



Sarney se dirige ao avião, em São Luís

Ano-novo também foi passada na residência do Calhau, onde recebeu cumprimentos de amigos.

Na tarde do último dia de 84, o presidente visitou a sogra, dona Vera Macielra, que está se recuperando de uma queda que sofreu pouco antes da chegada de Sarney ao Maranhão. Dia 31, o presidente visitou também um amigo e esteve no palácio do Governo Estadual onde se

encontrou com o governador Eptácio Cafeteira. (Radiorád)

Sem retaliações

O presidente José Sarney descartou ontem, em São Luís, qualquer forma de retaliação política e administrativa aos prefeitos de esquerda que tomaram posse ontem. Sarney afirmou que o interesse coletivo vai pautar seu relacionamento com os prefeitos do PT e PDT em algumas das mais importantes capitais brasileiras.

— Acha que teremos um relacionamento absolutamente normal. O Governo Federal nunca discriminou ninguém durante a minha administração. Será um relacionamento construtivo, onde o interesse público será o terreno comum para tratarmos de todos os problemas que levam prefeitos ao Palácio do Planalto.

Pouco antes de retornar a Brasília, José Sarney fez outra avaliação da inflação que bateu todos os recordes no País, ano passado. Segundo ele, o processo inflacionário que atinge o Brasil alcança todo o mundo, em especial a América Latina. O presidente destacou a correção monetária como "elemento complicador" no combate à inflação.

Ao embarcar para Brasília, depois de 11 dias descansando em São Luís, Sarney disse que antecipou seu retorno (inicialmente marcado para hoje) de maneira a desencadear o mais rápido possível a reforma administrativa. Ele pretende sancionar hoje o Orçamento Geral da União com os vetos sugeridos pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu. (AG)

098

S. Pd.

Campanha de Lula começará no estádio de São Bernardo

O estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, cenário das assembleias dos metalúrgicos em 1975 e 1979, deverá sediar um grande comício de lançamento da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, informou ontem o deputado federal José Genoíno (PT), durante a festa de posse da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, na praça em frente ao estádio municipal do Pacaembu.

Segundo Genoíno, o estádio da Vila Euclides é considerado o berço do PT, partido fundado em 1980 em consequência da mobilização dos metalúrgicos do ABC paulista. O único problema do PT é que o estádio municipal da Vila Euclides está em reforma há vários meses e as obras encontram-se paralisadas. Por enquanto, o prefeito eleito de São Bernardo, Maurício Soares (PT), não sabe se a continuidade das obras será incluída entre as tarefas prioritárias da sua administração.

José Genoíno disse que a festa de lançamento da candidatura de Lula à Presidência deverá acontecer após a primeira fase da sua viagem ao exterior, entre os dias seis e 22 deste mês. O roteiro da viagem inclui vários países devedores da América Latina. Depois, Lula viaja pela Europa, EUA, China e URSS.

(AG)

Zero Hora 8/1/89

Ulysses ressuscita plano de Tancredo

BRASÍLIA — O plano econômico da plataforma eleitoral do deputado Ulysses Guimarães, candidato do PMDB à sucessão presidencial, terá como ponto de partida o documento, preparado em 1985 pela Copag (Comissão para o Plano de Ação de Governo) a pedido do ex-presidente Tancredo Neves. Antes de embarcar ontem para São Paulo, onde descansará, Ulysses se reuniu com seu staff e cobrou do economista Luciano Coutinho pressa na elaboração de um programa econômico e social.

O doutor Ulysses quer um plano para carregar no bolso em suas conversas, explicou Coutinho. Ex-integrante da Copag, o economista trabalhou na elaboração de um minucioso programa de governo para Tancredo, que descartou de imediato as sugestões e não as divulgou publicamente. O plano da Copag foi dividido em sete documentos com os seguintes temas: previdência e assistência social; Nacional; política industrial; negociação da dívida externa; política científica e tecnológica; política energética e outra política agrícola.

Luciano Coutinho pretende se valer da estrutura deste plano para elaborar o programa eleitoral de Ulysses. Não é a primeira vez que o trabalho da Copag é ressuscitado: propostas do grupo foram utilizadas na elaboração do Plano Cruzado, em 1986, já que três dos assessores do ex-ministro Dilson Funaro — Hernão Bracher, Andrea Calabi e Luiz Carlos Mendonça — integraram a assessoria técnica da comissão montada por Tancredo.

Campanha — Ulysses Guimarães viajou ontem, a bordo de um jatinho, para Araçatuba, a 532 quilômetros da capital paulista, onde chegou às 13h30. Ele deverá ficar descansando até quinta-feira na Fazenda Guarita, de propriedade de seus familiares, em companhia de parentes e do senador Severo Gomes, único político do grupo.

Quando retornar a Brasília no início da próxima semana, Ulysses iniciará uma série de almoços com representantes do PMDB nos estados. Nestas conversas, Ulysses cobrará trabalho das bases partidárias. "O importante é que as bases não fiquem de braços cruzados à espera que Ulysses suba nas pesquisas", diz um ulyssista.

Nesta estratégia, o importante é consolidar a união do partido. Assim, o organograma de campanha, que está sendo montado sob a coordenação do ex-ministro Renato Archer, todos os grupos do PMDB serão contemplados com tarefas. Daqui a duas semanas, a campanha de Ulysses deverá estar pronta.

Grupo de Waldir é excluído de reunião

A primeira promessa eleitoral do candidato do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não foi cumprida. Apenas o fiel grupo ulyssista foi convocado para a primeira reunião na manhã de ontem, que começou a traçar sua estratégia de campanha. O governador Waldir Pires, que na véspera abriu mão de sua candidatura em favor da de Ulysses, e todo o seu grupo não foram chamados, apesar de estarem em Brasília, esperando a convocação.

Apesar do desprezo ao grupo de Waldir, Ulysses decidiu, numa longa reunião com seu staff, que dará prioridade ao grupo *Noro PMDB*, base da candidatura de Waldir, na série de conversas que terá assim que retornar, na próxima semana, da fazenda de sua cunhada, em Araçatuba (SP). Até lá, nenhum contato mais aprofundado com os waldiristas.

Errô — Além de ressentidos por não terem participado da reunião, os partidários de Waldir acham que Ulysses está cometendo um erro, por não aproveitar a repercussão da convenção do PMDB. O ideal, segundo o grupo, seria uma ampla reunião nesta semana para fazer a campanha, inclusive com a formação de comissões e subcomissões de trabalho. É claro que os waldiristas se incluem como integrantes deste plano ideal.

O grupo de Waldir diz que os ulyssistas se enganaram ao pensarem que o governador baiano já está decidido em ocupar a vice-presidência na chapa de Ulysses. Somente na próxima semana, Waldir responderá ao convite feito, antecorrem, pelo candidato. Mas se o grupo continuar a ser marginalizado, como aconteceu ontem, as dificuldades para uma composição aumentarão.

Em rápida entrevista pela manhã, Waldir disse que o vice de Ulysses deve ser "um nordestino de centro-esquerda". Apesar do perfil apontar para si próprio, o governador não quis antecipar se aceitará o convite. Antes de embarcar, às 12h, para São Paulo, Ulysses comentou o perfil desenhado por Waldir. "Esta é uma boa ideia".

que o governador baiano já está decidido em ocupar a vice-presidência na chapa de Ulysses. Somente na próxima semana, Waldir responderá ao convite feito, antecorrem, pelo candidato. Mas se o grupo continuar a ser marginalizado, como aconteceu ontem, as dificuldades para uma composição aumentarão.

Em rápida entrevista pela manhã, Waldir disse que o vice de Ulysses deve ser "um nordestino de centro-esquerda". Apesar do perfil apontar para si próprio, o governador não quis antecipar se aceitará o convite. Antes de embarcar, às 12h, para São Paulo, Ulysses comentou o perfil desenhado por Waldir. "Esta é uma boa ideia".

Comitê em crise tenta salvar o Pacto

Empresários querem aumentos maiores para compensar a URP e 13°

Num clima de expectativa pelas posições antagônicas assumidas por trabalhadores e empresários, o comitê de dirigentes do Pacto Social fixará hoje o índice para reajuste de preços no período de 1 de janeiro a 3 de fevereiro. A tentativa de fixação do índice já foi feita em duas reuniões anteriores, sem sucesso. Os trabalhadores querem fixar em 20%, para conter a inflação e garantir um ganho real de salário, enquanto os empresários propõem 24,5%, para compensar os custos com a URP de 24,06%, o décimo terceiro salário e o adicional de férias, garantido pela Constituição.

O encontro, que começa às 16h no Ministério do Trabalho, está sendo encarado como vital para evitar a auto implosão do pacto. A prefixação dos índices de janeiro, que causou tensão e nenhum resultado nas duas reuniões em que foi desavida, promete repetir-se hoje, na expectativa de assessores do governo. O papel do ministro interino do Trabalho,

Ronaldo Costa Couto, principal interlocutor do governo, será, mais uma vez, de contornar prováveis impasses, evitando rompimentos no âmbito do pacto.

Também a meta prefixada de inflação para janeiro, de 24,5%, será revista hoje, por representantes do governo, trabalhadores e empresários. A revisão é uma reivindicação feita pelos empresários paulistas ao ministro Ronaldo Costa Couto, na reunião realizada na última segunda-feira, em São Paulo mas, segundo o ministro, só será aceita se houver consenso também entre os representantes do governo e dos trabalhadores.

Em princípio, o governo quer uma meta pactuada de 24,5% pois acreditamos que o índice deve prefixar uma inflação decrescente", explicou. Ontem, Costa Couto discutiu com o ministro Másson da Móbrega, que o recebeu em audiência, novos mecanismos de acompanhamento dos preços", para tornar

mais eficazes e combater a inflação através do Pacto Social.

O ministro, entretanto, não quis esclarecer quais seriam os novos mecanismos, dizendo serem apenas "idéias" que o governo está desenvolvendo. Segundo Costa Couto, o pacto vem funcionando como um "diálogo" para derrubar a hiperinflação e, neste ponto leve sucesso, que o índice de 20% para dezembro seja confirmado. "Precisamos comparar os 20% de dezembro aos 25% que todos esperavam", explicou. Já a partir do próximo ano, os objetivos do pacto serão reduzir efetivamente a inflação e para isso, segundo o ministro, ele precisará "aumentar e aperfeiçoar seu arsenal de instrumentos". Na opinião do ministro, "só com seriedade e vergonha na cara se conseguirá combater a inflação, pois a intenção dos especuladores é justamente a de que ela aumente "já que eles só terão a ganhar com isso". (Brasília/ZH)

Foto: Agence/ZH



Couto tenta evitar o fim

Couto leva políticos à discussão

Gracas ao empenho do ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto - que passou o dia de ontem telefonando para as lideranças políticas -, pelo menos seis partidos deverão ter seus representantes sentados hoje à mesa de negociações do Pacto Social: PMDB, PFL, PDS, PSDB, PCB e PTB. Apesar disso, líderes de peso como o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, decidiram enviar substitutos e a maioria dos que prometem comparecer assumiram posição de cautela diante do pacto, sem comprometer-se a apoiá-lo e rejeitando propostas como o fim da URP.

O PDT, o PC do B e o PL não deverão comparecer, segundo informaram seus lí-

deranças. A presença do PT é incerta: O deputado Virgílio Guimarães, no exercício da liderança, informava que seu partido não pretendia enviar representantes, mas ainda havia a possibilidade de o deputado Luiz Inácio da Silva, que retorna hoje a Brasília, promover uma reunião interna para discutir o assunto.

Devo ir só para não dizerem que o nosso partido quer ver o circo pegar fogo - explicava o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acrescentando que o PSDB não pretende se comprometer com o pacto mantendo uma postura crítica diante do governo e defendendo a manutenção da URP. (AG)



Ministro quer a paz

A forte reação de Sarney contra Mário Amato

O presidente José Sarney acusou o presidente da Fieap, Mário Amato, de fazer declaração "infame" e "desinformada" ao afirmar que o governo não está cumprindo sua parte no Pacto Social através do controle do déficit público. Amato disse, durante reunião entre empresários e o chefe da Casa Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, em São Paulo, que "está ficando cada vez mais difícil convencer a sociedade da viabilidade do Pacto Social" e apontou a existência de gastos excessivos na administração pública, empreguismo, protecionismo e mordomias.

A resposta de Sarney a Mário Amato foi provocada, em entrevista coletiva na Escola Naval do Rio - onde o presidente conduziu a solenidade de declaração dos guardas-marinha - por um jornalista da própria Radiobrás (empresa do governo), que fez a primeira pergunta ao presidente. Sarney aproveitou a deixa para fazer uma defesa de seu governo:

Começamos o ano com uma perspectiva de déficit público de 9%. Terminamos o primeiro semestre com 4,7%, e fechamos o mês de setembro com 1,9%. Vamos chegar ao final do ano com a meta cumprida. Teremos menos de 4% de déficit público, o que mostra um absoluto controle das contas do governo".

"Há sabotagem"

Segundo presidente, a inflação não é causada somente pelo déficit público. "Não podemos esquecer da parte psicológica, da parte inerencial e também dos especuladores", comentou. Sobre o Pacto Social, o presidente José Sarney questionou a existência de sabotadores, preferindo não apontar nomes: "Tem muita gente tentando sabotar o pacto porque tem muita gente ganhando na especulação e ganhando na inflação". O Pacto Social, segundo Sarney, "tem que

dar certo": "Se ele deu certo no México, em Portugal, em Israel, e está dando certo na Argentina, por que no Brasil não vamos ter resultado com o pacto.

Amato se desculpa

O presidente da Fieap, Mário Amato, disse que não teve a intenção de atacar o presidente José Sarney ao dizer, num discurso feito ao ministro Ronaldo Costa Couto, terça-feira em São Paulo, que o governo pode tornar o país ingovernável por causa das suas despesas excessivas, fruto do empreguismo. "Eu falei em tese do Governo Federal, do Governo Estadual e do Municipal. Não quis atingir o presidente", desculpou-se Amato, ao tomar conhecimento da reação de Sarney ao seu discurso. Em entrevista a uma emissora de televisão paulista, Amato disse ainda que "eu tenho muito carinho pelo presidente e não iria atacá-lo dessa forma". (AJB-ANDA)

Empresários do café ameaçam com retirada

A indústria das torrefadoras de café poderá abandonar ainda hoje o Pacto Social caso o governo não apresente uma solução para a defasagem dos preços na reunião que será realizada à tarde em Brasília. Os empresários do setor realizaram assembleia ontem e decidiram que essa reunião é a última tentativa de permanência no acordo tripartite, podendo nos próximos dias ser divulgado um manifesto explicando ao público em geral as razões dessa medida.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Café do Estado de São Paulo, Dagmar Osvaldo Caputo, o setor está sendo boicotado pelo próprio governo, através da proibição de exportação de café.

Uma das medidas adotadas pelas torrefadoras é a redução das sacas de café que são utilizadas para as exportações do produto. Para cada saca de café exportada o IBC exige a retenção por um prazo de 60 dias de mais duas sacas. Conforme Caputo, o estoque retido já atinge 8 milhões de sacas, o suficiente para abastecer o mercado interno por um ano. Além disso, o IBC também mantém o seu estoque, atualmente com 15 milhões de sacas, que não estão sendo liberadas. (AG)

Açúcar sobe - Os varejistas estão autorizados, a partir de hoje, a reajustar em 25% os preços do açúcar cristal standard, refinado, especial e granulado. O aumento é o repasse do reajuste no mesmo percentual concedido à indústria no dia 28 de novembro, através de portaria do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Segundo o chefe de gabinete da Secretaria Especial de Administração de Preços (Seap), Pedro Celso, só poderão praticar o aumento os comerciantes que adquiriram o produto de atacado depois do dia 28 e ainda não repassaram o reajuste para os preços. Como o açúcar não é tabelado a nível de consumidor, mas controlado pela fórmula Custo, Lucro e Despesa (CLD), os novos preços variam de acordo com estabelecimento. (Brasília/ZH)

O pacto é viável? Veja as opiniões dos gaúchos

Ameaçado pela inflação de dezembro, que vai superar a meta inicial, pressionado por pedidos de reajustes de diversos setores, o Pacto Social tem um futuro incerto. Ele é viável ou não? E é o Pacto o instrumento adequado para controlar a cada vez mais indomável inflação brasileira? Na reunião-almoço de ontem na FIEPGE, Thereza Maria distribuiu questionários para 21 pessoas, entre empresários, economistas e jornalistas, colocando em questão a viabilidade do Pacto e pedindo sugestões para o combate à inflação.

E o resultado da amostragem mostra bem o volume das dúvidas sobre o assunto: 13 dos entrevistados responderam que o Pacto não é viável - 61,90% do total; os restantes 12 - 57,94% - acreditam na sua viabilidade. Os pesquisadores manifestaram-se ainda sobre as razões da inflação de dezembro superar a previsão, e quando à melhor maneira de combater a inflação há quase um consenso: o monstro perde a força se o governo eliminar seu déficit. A seguir, algumas das opiniões:

Por que a inflação de dezembro será superior à prevista?

- Por incompetência do governo e fisiologismo por parte dos empresários.

- Toda reversão tem um ponto inerencial, que logo será alcançado.

- Porque nem todos os setores conseguiram ajustar seus custos com os 25% previstos.

- Pela inércia do movimento ascendente da inflação, com um engajamento da mão para abruptamente.

- Pela falta de ação do Executivo e pela adoção de medidas inflacionárias pelo Legislativo.

- Porque a indústria, o comércio e o governo não respeitam os 25% previstos.

- Por falta de credibilidade do governo.

- Porque o Pacto envolve apenas lideranças isoladas na economia, sem compromisso formal por parte do governo.

- Não se forma um clima psicológico favorável ao controle dos preços.

- Porque os elites não admitem ver seus lucros diminuídos.

- Porque é um mini-pacto. Faltam os banqueiros e o governo não faz a sua parte.

- Amplação do pacto para incluir todos os setores da economia e governo não combater o déficit público.

- É natural que a inflação de dezembro seja sempre alta.

Como acabar com a inflação?

- Reduzindo os gastos públicos e mudando a classe política através do voto.

- Recuperando a credibilidade política do poder econômico, eliminando o sistema cartorial e fazendo a economia retornar à realidade.

- Fazendo com que se cumpram as leis.

- Se um governo forte, com grande apoio popular, puder tomar medidas fortes na área econômica.

- Combatendo a dívida externa e o déficit público, liberando a economia e voltando a estimular a produção, inclusive a agricultura.

- Mudando o modelo econômico.

- Pelo encaminhamento persistente dos conceitos básicos do Pacto e formação de uma cultura anti-inflação.

- Com um governo organizado e prestigiado pela sociedade, com um reajuste geral da economia que não seja inflacionista.

- Com a união dos setores da economia.

PARTES ILEGÍVEIS

01-01

8908942

098

FPR (60B)

Finalmente, o presidente José Sarney decidiu enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para regulamentar o direito à greve. Possivelmente ainda hoje, a matéria deve estar nas mãos dos parlamentares, a quem caberá a decisão.

Sarney manda projeto que regulamenta greve

O presidente José Sarney vai, finalmente, enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei regulamentando o direito à greve, previsto na Constituição promulgada em outubro de 1988. A informação é de Sarney, que ontem de manhã se reuniu, no Palácio da Alvorada, em audiências separadas, com os líderes do PFL (senador Marcondes Gadelha e deputado José Lourenço) e do Governo (senador Saldanha Derzi e deputado Luís Roberto Ponte) no Congresso Nacional. A decisão do presidente Sarney é apoiada pela ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, e pelo consultor-geral da República, Paulo Rameo, os dois principais responsáveis pela elaboração do anteprojeto de Planalto.

Os mais importantes aliados políticos do presidente Sarney, no Congresso, contudo, não têm um consenso diante da matéria. O deputado José Lourenço, por exemplo, acredita que a regulamentação do direito à greve é "absolutamente desnecessária". Ele apela para o exemplo da Constituição Italiana, que desde 1948 assegura o direito à greve, "nos termos da lei", sem que até hoje ela tenha sido regulamentada. A própria sociedade, segundo o parlamentar "liberal", se encarregaria de "punir o exercício abusivo" deste direito, seja através de protestos verbais, seja através de ações mais duras, como "o apedrejamento de grevistas" (aqui, Lourenço citou o caso recente da estação ferroviária Central de Brasília, no Rio de Janeiro).

O senador Marcondes Gadelha acha que o Executivo não deve ainda enviar o seu anteprojeto, e sim aguardar que o próprio Congresso tome a iniciativa de regulamentar o dispositivo constitucional relativo à greve.

"Gendarme" social

"O Governo não quer mais ser o "gendarme" (policial de força pública, na França) da ordem social. O Governo quer que o Congresso regule a



José Sarney: projeto é "contribuição" ao Legislativo

greve e a política salarial, e concettos os seus limites", pregou Gadelha. O senador parabaiano informou ainda que o "Governo não abre mão do princípio da livre negociação salarial" e considerou "uma falácia" a versão de que determinadas categorias trabalhistas não dispõem de poder de barganha para a "livre negociação". "Estas categorias têm o poder de invadir fábricas, de paralisar o País e até de apresentar um candidato à Presidência da República", argumentou Gadelha.

O senador acusou a existência de um "grevismo agudo" no País e constatou "a tolerância e o comportamento parcimonioso do Governo" diante de tal contexto, segundo ele. Já para o presidente Sarney, que falou rapidamente aos jo-

nalistas durante visita a uma exposição de fotografias no Palácio do Planalto, no começo da tarde de ontem, o anteprojeto regulamentando o direito à greve que será enviado "talvez nesta terça-feira", ao Congresso é uma "contribuição às discussões do Poder Legislativo". De acordo com informações obtidas no Planalto, o projeto governamental prevê como condição para a declaração de greve a presença, em assembleia, de pelo menos um terço dos associados ao respectivo sindicato. A greve nos serviços considerados "essenciais" será admitida, desde que condições mínimas de atendimento sejam asseguradas à população — exigência que, se não atendida, implicará responsabilização judicial do sindicato. (AE)

(AS GREVES EM PORTO ALEGRE E NO INTERIOR DO ESTADO, NA PÁGINA CENTRAL)

01-01

8908943

098

2. Caderno 1.ª terça-feira 18/4/89

J.B.

2 □ 1.º caderno □ terça-feira, 18/4/89

Coluna do Castelo

A opção de Lula pelo parlamentarismo

Depois do PSDB, outro partido de esquerda, o PT, está sendo convocado por seu líder e candidato a presidente da República a alinhar-se ao parlamentarismo. Partidário desse sistema, Lula não votou por sua adoção na Constituinte, segundo disse, por temer que se pretendesse então apenas manter Sarney na Presidência e fazer de Ulysses o primeiro ministro. Em sua recente viagem a países europeus que se organizam e disciplinam sob o sistema dos governos de gabinete, o candidato petista deve ter observado a maior autenticidade de um tipo de governo que compatibiliza o exercício da liderança com as idéias e programas dominantes no órgão, por excelência representativo, que é o parlamento. Essa tendência da esquerda brasileira é alvissareira, pois indica consonância das aspirações socialistas com os métodos e processos da democracia representativa.



Na véspera de uma eleição para escolha direta do presidente da República, da qual pode emergir como vencedor, Lula demonstra sua conformidade com a via democrática. Ele não pretende fazer reformas na marra, sob o impacto de um triunfo eleitoral que dificilmente traduziria a opinião da maioria do povo brasileiro. A marcha para o socialismo dobra-se à conveniência da evolução institucional e não deverá se fazer por choque ou por revolução. Haverá sempre quem tente identificar a posição de Lula como oportunista, por parecer que ele deseja apenas compor-se com a realidade de poder no país e limpar a área para assegurar sua posse caso se eleja a 15 de novembro. A correção das atitudes desse líder sindical, no entanto, deveria poupá-lo de suspeitas desse tipo. Melhor será homenageá-lo com a suposição de que sua fidelidade ao socialismo não exclui sua lealdade para com as instituições democráticas.

Os órgãos de direção do PT estão examinando a proposta de Lula Inácio Lula da Silva e é provável que ela venha a prevalecer, apesar de contradições internas que já vieram à tona. Antecipar o plebiscito previsto pela Constituição para 1993 é idéia que já foi inscrita na proposta do PSDB. Lula quer antecipação ainda maior, embora concorde com toda razão a tentativa, que lembra o episódio de 1961, de subverter a próxima eleição pela adoção imediata do parlamentarismo. Haveria nessa aventura o risco de tumultuar para sempre a transição para a democracia, assim como insistir na prática do presidencialismo levaria a um beco sem saída, como será fácil verificar depois da posse do futuro presidente, seja ele qual for. Tudo indica que quem se eleger chefe do governo pelo voto direto não terá apoio da maioria do Congresso, cujos poderes reforçados levarão inevitavelmente a conflito já previsível no quadro atual.

Abrir a discussão sobre sistema de governo é, portanto, convocar direções políticas e povo a reexaminar um quadro institucional cheio de riscos. O PT, tal como o PSDB, poderá estar na vanguarda de uma revisão histórica que deverá contribuir decisivamente para a consolidação da democracia brasileira. Os impasses do futuro governo seriam menos corrosivos, se desde o início se colocar o debate parlamentarista para decisão, tanto quanto possível, imediata do eleitorado, já edificado então pela vivência direta da crise do presidencialismo. A idéia de Lula é estimulante e compõe o quadro atual das eleições com uma realidade institucional desejada pela inteligência política do país.

Novas estações da via crúcis

Em Porto Alegre, abriu-se o palco para uma nova estação da via crúcis de Ulysses Guimarães. O governador Pedro Simon, depois de conferenciar com o governador Miguel Arraes, convidou Ulysses e Waldir Pires a renunciar às suas pretensões e intimou Orestes Quêrcia a se deixar candidatar pela próxima convenção do PMDB, conformando-se com o sacrifício já a partir da reunião do condomínio convocada para amanhã.

Pedro voltou a negar o mestre, mas não parece provável que este desista de levar seu projeto até o ato final. Ulysses deverá ir à convenção e como derrotá-lo vai se tornando difícil não é improvável que saia dela como vencedor. Pouco importa ao presidente licenciado do PMDB, a esta altura, que a eleição de novembro não o escolha para chefiar o governo. O que ele teme no momento é que seu partido não o eleja seu candidato. Esse o cálice que espera não lhe levar aos lábios.

Os condôminos amanhã poderão não ser conclusivos. Há indícios de que isso poderá acontecer. Mesmo fazendo uma escolha, não terão encerrado a questão nos limites do partido. Só a convenção eliminará candidaturas que persistam contra as conspirações e as articulações de bastidores. Não é previsível que Ulysses entregue a cabeça antes do dia certo. Tudo indica que ele não quer morrer de véspera.

8908944
Carlos Castello Branco

F. Bc. (17.12)

01-91

098

SI.

ZERO HORA — Segunda-feira, 24.9.77 — YAPIM



Encontro de progressistas e ulyssistas, em Brasília, na busca de soluções para evitar a divisão irremediável do PMDB concluiu que a candidatura de Pedro Simon pode ser a única alternativa viável

F.P.R.

(P.R.P.P.)

Crescem chances de Simon se Ulysses desistir da disputa

Por J.C. TERLERA
Mídia Política/ZH

Um longo encontro na manhã de ontem, em Brasília, entre o senador José Fogaça, o deputado Antônio Britto e líderes do grupo de Ulysses Guimarães tentou encontrar soluções para evitar o racha do PMDB na convenção do próximo fim de semana. Segundo informações de participantes do encontro, "a candidatura Pedro Simon pode ser a única alternativa viável" a partir da iminente renúncia de Ulysses Guimarães.

Outra mesma o deputado Antônio Britto revelou as conclusões da reunião, dizendo que o fato de ter sido aprovado o critério das duas turnos para a convenção em nada ajudou a equacionar a crise do partido:

— Ao contrário. Terminada a votação do primeiro turno por volta das 20 horas do dia 20, tivemos pouco tempo para costurar uma composição contra Iria Resende para o segundo turno porque este vai acontecer horas depois, a partir das 9 horas do dia 21 — alerta Britto.

Ele revelou também que o grupo de Waldir Pires, do qual ele e Fogaça fazem parte, entende que "se a semana passada foi ruim para o PMDB não podemos permitir que esta semana seja ainda pior". A avaliação do grupo representada por Britto é a de que a iminente renúncia de Ulysses à sua candidatura tem que ser avaliada em dois pontos:

— Primeiro precisamos ver se efetivamente a renúncia está se encaminhando. Em segundo lugar, temos que ver os termos da renúncia porque, por exemplo, se Ulysses renunciar em favor de Orestes Quércia seu gesto não terá ne-



Britto: "Dois turnos não resolvem crise"

hum efeito para superar a crise porque se o candidato for o governador paulista a briga aumentará ainda mais. A esquerda efetivamente não vai apoiar Quércia — afirmou Britto.

A voz de Simon

Em razão disso, Britto entende que a voz de Pedro Simon está bem mais próxima do que muita gente imaginava. "Hoje, entre Ulysses Guimarães, Orestes Quércia, Waldir Pires e Pedro Simon, não há nenhuma dúvida de que Pedro Simon é o nome que consegue a maior abrangência. O próprio candidato Waldir Pires se dispõe a apoiá-lo. É claro que a candidatura Simon foi pouco trabalha-

da nos diretórios, mas isso não impedirá que ele surja do consenso para fazer frente à candidatura de Iria Resende, unindo todos os progressistas contra os governistas".

Mais do que nunca — revela Britto — o Waldir é candidato a unir o partido, até porque ele não quer repetir o que ocorreu com Paulo Maluf no PSD. Ele renuncia se a unidade se der em torno de Pedro Simon.

O parlamentar gaúcho disse ainda que "se o PMDB não aprender com os erros da semana passada, esta pode ser a última semana do PMDB, pois nossa unidade está mantida por milímetros".

Ulysses

O governador Pedro Simon conversou ontem, por telefone, com Ulysses Guimarães e posteriormente recebeu, em Canela, onde passou o fim de semana, telefonemas de Antônio Britto que lhe revelou o resultado da reunião da manhã de ontem com lideranças do grupo de Ulysses Guimarães. Embora nem Simon nem Britto tenham dado maiores detalhes a respeito, sabe-se que a reunião de Brasília teve Renato Archer como representante do grupo de Ulysses Guimarães.

Britto disse que "Simon é uma alternativa muito sólida", ponderando que ele, apesar de estar com Waldir, vê em Simon "a alternativa mais abrangente". O parlamentar peemedebista diz que "não adianta a gente ganhar com o Waldir e ficar depois pendurado no placel, por causa do racha, como igualmente não adianta ganhar com Ulysses e ficar depois na mesma situação. A unidade é Pedro Simon e em cima disso é que os fatos vêm se desdobrando".

Quércia impõe duas condições

SÃO PAULO — O governador Orestes Quércia está pronto a aceitar a candidatura do PMDB à sucessão do presidente José Sarney, desde que seja aclamado pela convenção nacional do partido, neste final de semana, em Brasília, e conte com o apoio do deputado Ulysses Guimarães, segundo seus assessores mais próximos. "Eu acredito que a gente tem que ter uma linha e seguir esta linha. Ninguém nunca vai me acusar de não cumprir um compromisso político", disse Quércia, em entrevista coletiva, ontem, respondendo a uma pergunta sobre a possibilidade de, em Brasília, os convencionais do PMDB se inclinarem por sua candidatura.

É a primeira vez que, de público, o governador mudou o tom invariável que vinha adotando até agora — o de que não é candidato e de que não existe a possibilidade de sua candidatura. A "linha" de Quércia, no caso, é seu reiterado apoio à candidatura do deputado Ulysses Guimarães até a convenção. O governador, sevelam pessoas próximas a ele, não vai trair Ulysses, nem fará qualquer movimento para demover o deputado de suas pretensões, esperando que a convenção e as forças que o apoiem se encarreguem de mostrar a Ulysses quem efetivamente o partido quer.

Pesquisa — Ulysses telefonou ontem a diversos convencionais perguntando diretamente se receberá seu apoio na convenção, numa espécie de pesquisa pessoal para conhecer suas chances. Uma alta fonte do Palácio dos Bandeirantes que acompanha a movimentação de Ulysses assinalou que Quércia tem um apoio de base "jamais visto" no PMDB, mas não tem nenhum articulador. Pode ser que sua candidatura, por isso, não vingue — comentou o observador — a não ser que o partido se sensibilize, na convenção, com o crescimento da candidatura Quércia, inclusive nas pesquisas de opinião.

O governador, confrontado com os números da pesquisa Datafolha publicados ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que bate todos os presidenciáveis com um índice de preferências de 18%, reagiu com visível satisfação. "Superou o que eu imaginava", assinalou. "Isso é bom porque quanto mais força política eu tiver, mais força eu vou colocar à disposição do meu partido". É a primeira vez, também, em que o governador fala em "colocar-se à disposição" do PMDB — fórmula clássica de quem conta com a possibilidade de ser um candidato que resolva impasses. Embora sem vincular a declaração a sua eventual candidatura, Quércia ainda acrescentou: "Para um candidato de consenso, é muito importante o apoio do governador de Pernambuco, Miguel Arraes".

Os números não sorriem para Quércia apenas no Datafolha. Num levanta-

mento feito há dez 10 dias pelo Instituto Gallup, em São Paulo, por encomenda do governador, ele, sem ser candidato declarado, aparece em empate técnico com os principais concorrentes, com 14% das preferências — contra 17% do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, 16% do ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e 15% do candidato do PT, deputado Luis Inácio Lula da Silva.

A reunião convocada por Quércia para hoje a tarde com os convencionais do PMDB paulista para amarrar o apoio a Ulysses, deve fracassar. "Muitos no partido devem, mais uma vez, pedir a candidatura Quércia", disse o presidente do Diretório Municipal do partido em São Paulo, Sérgio Camarano. "Se ele ficar fora do processo, não terá o direito a pedir o meu voto. A transferência de apoio dele para Ulysses, entre nós, não é automática". Um abaixo-assinado considerando Quércia como "o único candidato capaz de conduzir o PMDB às lutas de sua história", nascido num importante gabinete partidário, começou a circular ontem entre os convencionais do partido. Se conseguir um bom número de apoios entre os 62 convencionais, será apresentado ao governador hoje.

O presidente do diretório paulista do PMDB está disposto a detonar, na convenção, a regra de eleição em dois turnos do candidato à presidência da república. "Vou pedir uma questão de ordem e derrubar essa regra que não existe nos estatutos", disse Camarano. Quanto à inscrição prévia de candidatos a candidato, o presidente do partido na capital paulista garante que isso não será empecilho para a candidatura Quércia. "A convenção é soberana e pode mudar tudo no domingo", acha ele.

□ O vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, afirmou ao sair de um encontro com o secretário de governo de São Paulo, Roberto Roldenberg, no Palácio dos Bandeirantes, que o governador Orestes Quércia "efetivamente não está articulando sua candidatura a presidente da República, mas aceitará uma convocação do partido, se isso ocorrer na convenção deste fim de semana." Em Recife, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse que ainda acha possível um nome de consenso para candidato. Arraes dará o seu voto no primeiro turno de votação da convenção ao governador da Bahia, Waldir Pires. "No segundo turno, o governador vai apoiar o candidato do PMDB", disse o vice-governador Carlos Wilson, dando a entender que não existiriam restrições de Arraes a Quércia.

01 - 01

8908950

098

PT quer eleição antecipada e tem plano contra a crise

O Partido dos Trabalhadores já definiu sua estratégia para a sucessão presidencial: vai propor emenda constitucional pela antecipação da eleição prevista para novembro de 89 e o seu candidato a presidente, deputado Luis Inácio Lula da Silva, será o porta-voz de um plano econômico alternativo de emergência, capaz de retirar o País de sua crise econômica. As duas propostas foram aprovadas ontem ao final de reunião do diretório nacional do partido, que também escolheu sua nova direção, no centro de formação política do PT, instalado num hotel, no município de Cajamar, a 50 quilômetros de São Paulo. A decisão sobre a proposta de antecipação da eleição dividiu os 80 integrantes do diretório nacional do PT: 31 votaram a favor e 29 contra, o que levou o presidente nacional do PT, Olívio Dutra, a irritar-se com as interpretações de que a idéia deveria criar problemas e não ajudar o partido eleitoralmente. "Eu não vou discutir a decisão do partido. A maioria votou e decidiu. Agora a proposta é de todo o partido e vamos tentar viabilizá-la", afirmou, acrescentando que há blocos partidários dentro do Congresso Nacional interessados, assim como o PT, na antecipação da eleição. O candidato do partido, Lula, que votou a favor da proposta de antecipação, disse que o PT deve receber aliados naturais na discussão do projeto de emenda, argumentando que o País "não agüentamais a falta de autoridade, a falta de credibilidade do atual governo". Já a proposta de plano econômico alternativo de emergência foi aprovada

por unanimidade, depois de uma extensa discussão dos pontos prioritários definidos pelos economistas do partido, e através de consultas a especialistas instalados em outros partidos. Num documento de 12 laudas o PT aponta as dívidas externa e interna como raízes do problema econômico brasileiro, apresentando uma série de medidas necessárias para retirar o País da crise. Na área da dívida externa, o PT propõe o rompimento do acordo da dívida com o FMI e a suspensão imediata do pagamento da dívida externa; a convocação imediata de CPI da dívida externa; a convocação de uma conferência internacional de todos os países interessados em enfrentar de forma alternativa o problema da dívida, para definição de uma estratégia comum de atuação e a criação de um comitê de devedores para anular os acordos anteriores e reencaminhar o processo de negociação; não reconhecimento do comitê de negociação formado pelos bancos credores; exigir a participação do Brasil e de outros grandes devedores nas reuniões dos governos dos países credores. E tomar como base de negociação o valor real da dívida, desvalorizada pelo deságio do próprio mercado internacional, que hoje equivale a cerca de 60% do valor de face dos títulos da dívida brasileira. Desta maneira, a dívida cairá dos aproximadamente 119 bilhões de dólares atuais para algo em torno de 44 bilhões de dólares. Os juros correspondentes ao deságio serão depositados num fundo público de investimentos e políticas sociais, a ser definido.

F/la.

ZH 12/12/88.

PARTES POCO LEGÍVEL

01-01

8908352

048

Economia

Governo não cumpre ameaça de demitir os grevistas

BRASÍLIA — O governo disse que ia demitir e não demitiu. Ontem, as greves continuaram no Banco Central e no Banco do Brasil e nem mesmo a convocação de grevistas para fazer funcionar setores essenciais do Banco Central chegou a ser acionada, contrariando a posição manifestada pelo governo. Em reunião anteontem à noite com os ministros das áreas econômica e militar, o presidente Sarney decidiu que as demissões nos dois bancos seriam consumadas ontem, caso não retornassem ao trabalho os funcionários comissionados e outros convocados para garantir o funcionamento dos serviços essenciais.

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, insistiu ontem, depois de receber o presidente da Comissão do Trabalho da Câmara, Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) em que o "o governo não vai

se desmoralizar", admitindo até mesmo a realização de concurso para o preenchimento das vagas de grevistas que seriam demitidos. Ele disse acreditar na aprovação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória 50, que criou a Lei de Greve.

Na verdade, o governo acabou embarcado nos próprios dispositivos que criou com a regulamentação da Lei de Greve. A Medida Provisória 50 confere aos sindicatos de trabalhadores ou aos comandos de greve a prerrogativa de convocação dos funcionários considerados necessários para fazer funcionar as chamadas atividades essenciais. No caso de omissão dos sindicatos ou dos comandos, cabe ao empregador a convocação direta de pessoal. O que aconteceu, tanto no Banco do Brasil quanto no Banco Central, foi que os

representantes dos empregados se declararam sem condições de proceder à convocação, enquanto as diretorias das duas instituições não processaram imediatamente a convocação direta.

No caso do Banco do Brasil, somente ontem essa convocação foi feita, o que adiou para hoje a data fatal para o retorno ao trabalho, que, caso não ocorresse, permite ao empregador acionar os dispositivos de punição previstos na Medida Provisória. Quanto ao Banco Central, a convocação direta, por parte de sua diretoria em Brasília, sequer chegou a ser feita. Um acordo foi feito ontem entre funcionários e diretoria para evitar a sua formalização. Legalmente, portanto, os administradores das duas instituições podem se escudar nessa tramitação legal para justificar a não realização das demissões.

01-01

8908953

096

Militares fazem pressão e Sarney resolve demitir

BRASÍLIA — A decisão de demitir os funcionários de cargos de confiança do Banco Central e do Banco do Brasil que não retornaram hoje ao trabalho foi tomada ontem pelo presidente José Sarney depois de uma longa reunião com os ministros das áreas militar e econômica, marcada pela preocupação em garantir o controle econômico e social do país até a posse do novo presidente da República. Os ministros da Fazenda, Malloz de Nóbrega, e do Planejamento, João Batista Abreu, insistiram nas dificuldades que enfrentam na gestão econômica frente à ampliação dos poderes do Congresso Nacional, que estreitou a margem de manobra do Executivo.

Os ministros da área econômica e a mi-

nistra de Trabalho, Dorothéa Wernock, não escaparam, entretanto, do questionamento dos ministros da área militar sobre a contenção dos salários nas Forças Armadas e a generosidade com que são pagos os funcionários do Banco Central e do Banco do Brasil. A preocupação dos ministros da área militar é de como justificar os salários cotados de suas tropas diante da liberalidade com que são tratados os empregados dos bancos oficiais. A decisão do presidente Sarney de determinar medidas duras contra os grevistas do Banco do Brasil e os do Banco Central explica-se por esta postura dos militares.

A Secretaria de Imprensa da Presidência da República assegurou que a reunião de ontem, que contou com a presença de dez ministros, já estava convocada desde a semana passada para debater as formas de colocar em prática a Lei de Greve regulamentada através de medida provisória. Na verdade, o encontro, que durou de 17h às 19h45min acabou se revelando muito

mais amplo. Malloz de Nóbrega fez um relato pormenorizado sobre as perdas impostas ao país pelos movimentos grevistas e as resistências encontradas dentro da própria máquina burocrática do Banco do Brasil e do Banco Central para a aplicação das punições aos grevistas.

O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, ao sair da reunião, disse que não passava de "imaginação" a especulação de que o governo cogita decretar Estado de Defesa em função da violência nos movimentos grevistas e das explosões de bombas durante a greve dos bancários em Recife e no Memorial de Volta Redonda. Participaram também da reunião os ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, da Marinha, Henrique Sabóia, do Estado-Maior das Forças Armadas, Walbert Lissieux, do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denis, e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. RO

098

8.12.

Magri pode apoiar candidato do PDT

"Se Brizola tiver um bom programa, eu voto" — disse ontem, em São Paulo, o novo presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, revelando disposição de aderir à candidatura do ex-governador do Rio. Mas deixou uma ponta de dúvida ao afirmar: "Também gosto de Collor, de Afif e de Covas". Na verdade, seu candidato era o governador de São Paulo, que acabou não sendo o candidato do PMDB à Presidência: "Eu tinha preferência por Quirino, gosto do estilo jovem e dinâmico dele".

Magri, também presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, reza pela mesma cartilha de Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Via Fernando Lyra, basicamente, Medeiros está fechando com Brizola. Se não declarar apoio explícito, ainda, porque estava esperando a definição de Quirino. Magri, por sua vez, tenta despirar, mas irá para onde Medeiros

for. Sempre foi assim. Ambos estão unidos por um projeto de sindicalismo patrocinado pela AFL-CIO, a poderosa central sindical norte-americana, e centrais sindicais ligadas à social democracia europeia. Não irão brigar por pouca coisa.

Joaquimão, que perdeu a disputa para Magri na presidência da CGT, vai tentar agora fazer uma CGT independente, não abrindo mão da legenda. Se ele perder, significa que o senador Mário Covas perdeu. Joaquim é segundo suplente de Covas. Dizem nos bastidores que havia um acordo entre Covas, seu primeiro suplente Marcos Mendonça, vereador em São Paulo, e Joaquim, para que Mendonça não assumisse e Joaquim assumisse como senador com uma possível licença de Covas.

Agora, este acordo necessariamente será rompido. O fato é que, num primeiro momento, ficou mais difícil para Covas e melhor para Brizola. (AJB)

098

4.204.

2-5-89 2-11 Congresso termina com cisão da CGT

A investida chão dentro da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) aconteceu. No domingo, durante uma eleição tumultuada e violenta o atual presidente da entidade, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquimista, candidato à reeleição, perdeu para Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Agora, insatisfeito com a derrota, Joaquimista pretende impugnar o resultado. Para isso, foi marcada uma plenária para o dia 1 de junho, com o objetivo de convocar uma nova eleição para a CGT. Para Magri, isso será impossível. O Congresso da CGT, realizado neste fim de semana em Praia Grande, CGT "estilha" marcado

desde setembro de ano passado pela comissão nacional. Segundo Magri, as preparações não ocorreram a menor ânsia por parte de Joaquim dos Santos Andrade. "Ele sabia que perderia. Por isso, queria jogar o assunto para a frente, com a ideia de assumir o comando federal como suplente de Mário Covas, após a vitória das licenças nas eleições para Presidente da República", comentou Magri. Toda a organização, portanto, passou a ser encabeçada pelo presidente do Sindicato dos Eletricitários, com apoio do governo do Estado de São Paulo (alimantação), prefeitura de Santos (polígonos) e do Instituto Cultural dos Trabalhadores (ICT) que lhe franqueou verba de US\$ 200 mil. (AE)

098

ZERO HORA — Terça-feira, 22.12.78 — PÁGINA 10

Brizola acha que Ulysses será o seu adversário no 2º turno

Pedetistas gostaram do resultado da convenção do PMDB

O ex-governador do Rio, Leonel Brizola, acredita que seu adversário no segundo turno de votação para presidente será o deputado Ulysses Guimarães, informou ontem o deputado César Maia, um dos participantes de um jantar, domingo, na casa do candidato à Presidência da República, onde pedetistas fizeram uma análise do resultado da convenção do PMDB.

César Maia disse que o resultado da convenção não foi surpresa: "Os pedetistas já esperavam a vitória de Ulysses Guimarães — por quem estavam torcendo — que "vai ocupar o espaço da centro e empurrar o PL e o PFL para a direita, enquanto o PDT consolida sua posição de centro-esquerda".

Apesar de considerar o deputado Ulysses Guimarães um adversário mais difícil de ser batido do que Orestes Quércia — na opinião de César Maia, o governador de São Paulo é mais fraco porque tem a "cara da direita" — os pedetistas acham que a candidatura do presidente licenciado do PMDB dará equilíbrio político à disputa e transformará as agremiações de esquerda, como o PT e a direita em partidos menores.

— Essa vitória de Ulysses na convenção estabelece uma relação de forças entre o PDT e o PMDB e tem um ponto positivo: a disputa para a Presidência da República se dará entre dois homens com uma vasta trajetória política — disse.

Recomposição

A convenção do PMDB foi o assunto que ocupou a maior parte da conversa durante o jantar oferecido por Brizola e dona Neuma, do qual participaram, além de César Maia, o prefeito do Rio, Marcelo Alencar; os deputados Fernando Lira e Vivaldo Barbosa; a prefeita de Natal, Wilma Maia, e o senador pelo Rio Grande do Norte, Laveslar Maia.

Eles acreditam que a vitória de Ulysses Guimarães irá recompor o PMDB de centro e acham que, atualmente, Fernando Collor de Mello apenas substitui a figura popular de Sílvio Santos nas pesquisas de opinião. Segundo César Maia, o governador de Alagoas começará a perder pontos e chegará ao final da eleição com, no máximo, 7% dos votos, a partir do momento em que tiver de expor sua trajetória política.

Sobre a decisão do PFL de fazer uma prévia para escolher seu candidato, César Maia acha que o resultado vai implodir o partido da Frente Liberal, uma agremiação, segundo ele, com 600 mil filiados, "mas somente uns dez mil irão votar e isso vai demonstrar o quanto o PFL é cartorial".

— O vencedor dessa prévia vai ser indicado por uns 3% dos filiados do PFL e, por isso, o perdedor não se sentirá na obrigação de aceitar o resultado. (AG)

F. B. (P. B.)

Mensaje de Olivio Dutra a los frenteamplistas

Imaginación y sensatez para el gobierno popular

El nuevo alcalde de Porto Alegre envió a los frenteamplistas un mensaje en el que habla del gobierno popular, de los consejos populares que articularán la participación de los vecinos, de la necesaria unidad

66 Asumimos el desafío de gobernar una ciudad del punto de vista popular, administrarla bien sin perder la perspectiva de nuestro proyecto estratégico que es el de la sociedad socialista. Pero sin vender la ilusión de construir el socialismo en las ciudades que conquistamos, a pesar de su importancia".

Así se expresó el nuevo prefecto (alcalde) de Porto Alegre, Olivio Dutra, en un mensaje al pueblo trabajador de nuestro país y en particular a los frenteamplistas, enviado al término de una entrevista con el edil de la Junta de Montevideo Ramón Cabrera.

El nuevo gobernante brasileño, integrante del Partido de los Trabajadores, que se impuso en la elección en alianzas y acuerdos electorales con el Partido Comunista y el Partido Socialista, subrayó que a pesar de los límites que encontraría para desarrollar su política, "no abdicaremos del esfuerzo para abrir y profundizar espacios de participación directa del pueblo en las decisiones de política, y en la fiscalización y la ejecución de esas políticas por parte del gobierno del frente popular".

UNA VICTORIA CONSTRUIDA

Según Dutra, la victoria del Frente Popular y en general todas las victorias en



En la sede del gobierno comunal de Porto Alegre, dialogaron el nuevo alcalde, Olivio Dutra, y el edil Ramón Cabrera.

nuestros países, no surgen por generación espontánea. "Llegamos al gobierno en apoyo del movimiento popular y sindical

organizado. Tomamos como experiencia otras realidades, como la experiencia de unidad de los propios compañeros uruguayos, ya que el Frente Amplio precede a nuestro frente".

"Todo es resultado de la experiencia y de muchas luchas, la nuestra es una victoria construida", resumió.

"En Porto Alegre, siguió el nuevo alcalde, tendremos la experiencia de ser gobierno en la ciudad y oposición a nivel estadual y nacional."

CONSEJOS POPULARES

Dutra destacó que se está dando forma a un debate, amplio y profundo en torno a una forma más calificada de organización del pueblo que son los consejos populares.

"Queremos que no sean meras poleas de transmisión de nuestros partidos, ni meros agrupamientos para servir a proyectos personales o de grupos, sino instancias democráticas de pueblo, con su propia organización, elegidos en forma directa por los vecinos, con capacidad de definir prioridades en las obras y servicios y también de incidir en todas las instancias de cambio de la ciudad".

Dutra aclaró que se buscará calificar el trabajo de la Cámara de Vereadores (Consejo Municipal) pero ligada a una gran participación de los consejos populares, pues "las transformaciones son más serias y duraderas si no son donaciones sino conquistas del pueblo".

SALUDO AL FRENTE AMPLIO

El saludo del gobernante de Porto Alegre a los frenteamplistas llama a "la unidad en dirección de las transformaciones en nuestros países, la unidad de nuestros movimientos y nuestros pueblos contra quienes nos explotan, contra el imperialismo, por la democracia real que elimine las injusticias, que dé perspectivas de vida digna para los millones de trabajadores y sus familias en Uruguay, en Brasil, en toda América Latina y el Tercer Mundo, que sufran injusticias".

Dutra y Ramón Cabrera se entrevistaron esta semana, luego de que el edil comunista participara especialmente invitado, en las ceremonias de asunción del mando del nuevo gobierno comunal en Porto Alegre.

J-D/6/7/89

C

098

Marzagão veio de longe para provar que o governo é bom

em hóspede do Planalto entre a fama e a intriga
Dora Tavares de Lima

RASILIA — Resolvido a não esperar de braços cruzados que a Justiça lhe faça a justiça que julga dever — como o governo brasileiro — que garantiu a transição democrática o fim —, o presidente José Sarney tenta dar um empurrãozinho no plano, pelas mãos de um caríoca de anos de idade, há 19 no exterior. É Augusto Marzagão, cuja última proeza é reunir Jânio Quadros em evidência no Brasil enquanto o ex-presidente dá um giro de quatro meses pela Europa. Instalou-se há mais de um mês no Palácio do Planalto, para tentar fazer, em oito meses, o que todo o sistema de comunicação oficial não conseguiu em mais de quatro anos: convencer a opinião pública de que o governo é bom.

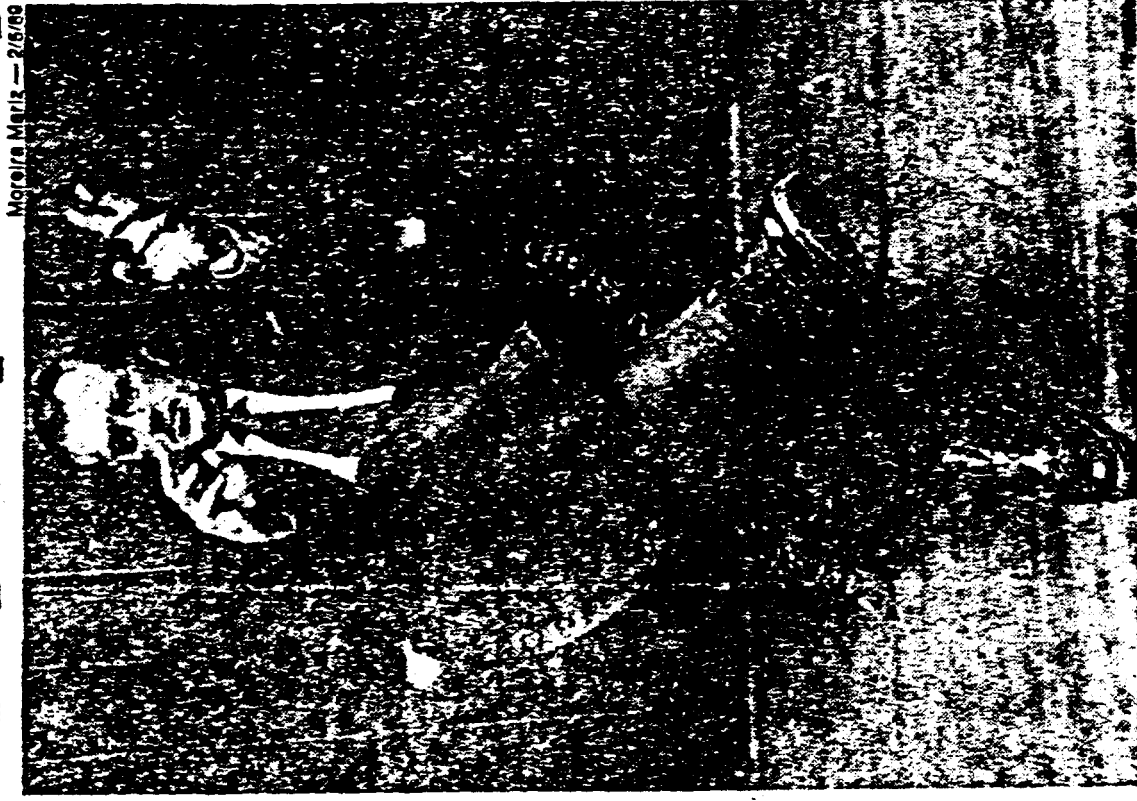
Marzagão ocupa o cargo de secretário particular, substituindo o ex-gerente de Sarney, Jorge Murad. Chegou ao Palácio cercado, de um lado, pela fama, por uma fantástica rede de intriga, capaz de produzir as mais variadas notícias para explicar o que um executivo poderoso (ele ocupava o cargo de ex-presidente, na Europa, da rede de televisão mexicana Televisa) que mora em Londres e ganha muitos dólares (até 30 mil mensais) vem fazer no Brasil, envolvendo-se com um governo que se afunda em impopularidade em troca de um salário que não chega a NCZ\$ 2 mil. Além de tudo, o filho, Lela, neta arqueóloga libanesa, não aceita morar no Brasil e continua em Londres, assim como as duas

estiar licenciado sem vencimentos da Televisa até o final do mandato de Sarney. Ele ainda estava envolvido na tentativa de fazer de Jânio candidato a presidente da República, no início de maio, quando, numa festa de aniversário dos filhos gêmeos do deputado Sarney Filho (PFL-MA), o presidente chamou-o a um canto e fez o convite.

Jânio Quadros sempre foi o elo de ligação entre Sarney e Marzagão e o responsável pela amizade de mais de 30 anos, que começou durante a campanha à Presidência do então candidato da UDN, partido de Sarney. Uma das versões que correm para explicar a presença de Marzagão no Planalto foi a que apontou nisso uma artimanha para fazer de Jânio o candidato do Palácio. Marzagão nega, diz que Jânio é carta fora do baralho, mas em seguida recua, enigmático: "Em se tratando dele, nunca se sabe".

Cluemela — Há quem considere, porém, essa hipótese fantasiosa, por óbvia demais. "O presidente tem por costume não subestimar a inteligência de ninguém e isso seria uma afronta ao QI alheio" — sustenta o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique. Outra versão, considerada mais verossímil pelos amigos do presidente, é a de que Marzagão estaria usando seu novo cargo para se reintroduzir no cenário brasileiro, que abandonou no início dos anos 70, desde que largou a organização dos festivais internacionais da canção na TV Globo.

"Esse pode ser o caminho de volta ao Brasil e à área de decisão do poder" — imagina o grande amigo na casa de quem está morando até mudar-se para um apartamento na Superquadra 312 Sul, José Aparecido, ministro da Cultura, também janista. Nessa versão, que corre com frequência na TV Glo-



Moreira Matiz — 2/8/89

Marzagão diz que dá ajuda ao amigo em dificuldades

onde a presença de Marzagão provoca a Televisa por conta de envolvimento em impropriedades a nos igno para o

Brasil

Fama será testada no Congresso com projeto de Sarney

Há dois meses o presidente José Sarney está redigindo um documento chamado *Transição econômica do Brasil para a modernidade*. Ele ainda não decidiu o momento certo da divulgação, mas tem convicção de que, no texto, fornece instrumentos ao próximo presidente para governar um país de economia mais liberal, introduz o Brasil entre os países de capitalismo moderno e garante a si mesmo senão popularidade, pelo menos algum apoio político. Sarney alinhara uma série de medidas, que vão desde a privatização de estatais, passando por abertura ao capital estrangeiro — dentro dos limites constitucionais — até a extinção de órgãos controladores de preços, como a Sunab e, possivelmente, o CIP.

Trocar em milúdos e fazer uma embalgem desse programa que renda pontos positivos à imagem do governo junto à opinião pública e articular, com o líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte, a aprovação das medidas constantes do documento que dependem do consentimento do Congresso será a primeira prova de fogo de Augusto Marzagão. Ele cuidará disso a partir desta semana, quando volta de uma viagem de duas semanas ao exterior, para acertar detalhes de sua licença da Televisa, emissora de televisão do México. Por enquanto, Marzagão tem se dedicado a tarefas mais fáceis, pelo menos para quem, como representante do IBC em seu país, fez-se amigo do cardeal da cidade, vanini Montini, antes de ele se to-

há duas semanas, logo depois que o Botafogo ganhou o campeonato carioca de futebol. Ele foi a Rio para acertar uma visita do time ao presidente Sarney. Telefonou para um amigo jornalista e pediu: "Dê um jeito de fornecer para o telefone a repórteres da TV Globo. *JORNAL DO BRASIL* e O Globo, e diga que estou na cidade, em contato, com a diretoria do clube." Não conseguiu que o Botafogo fosse a Brasília, mas lançou a notícia nos jornais do dia seguinte. Quando Jânio Quadros estava no exterior, no início do ano, encontrava sempre uma maneira de mantê-lo no noticiário sabendo, por exemplo, que o simples fato de o ex-presidente ler jantado num restaurante em Paris sem beber uma gota de álcool faria a delícia dos colonistas.

Da campanha que preparou para Jânio, aproveitou duas medidas de apelo popular já anunciadas por Sarney: a simplificação do sistema de concessão do vale-transporte aos trabalhadores e a obrigatoriedade de os bancos aceitarem pagamentos de contas em cheque de quem não seja correntista. Com isso, Marzagão pretendia vender uma imagem de eficiência voltada para o homem de negócios da população. O que faltava, na opinião dele, é aplicação "da técnica adequada para que a opinião pública perceba isso e de o devido crédito ao governo".

Jânio Quadros costuma fazer piada com a capacidade que Marzagão tem de agradar pessoas e fazer amigos: "Se um dia ele se deparar com a morte, olinha para ela dos pés à cabeça e dirá: nunca pensei que a senhora fosse tão magrúlia e elegante".

Quando voltou do México, Marzagão vai conversar uma grande reunião

caderno □ domingo, 16/7/89

Candidatos evitam confronto em debate na televisão

Aborto, dívida e Bolívia

São Paulo — Foto de Roberto Faustino



Mário Covas submeteu-se com paciência a maquiagem



Leonel Brizola é ajudado a por o microfone à guelena

Os primeiros 60 minutos do debate iniciado às 21h30 de ontem na TV Bandeirantes não mostraram nenhum confronto entre os nove candidatos a presidente da República que aceitaram participar do programa. Sem a presença do primeiro colocado nas pesquisas, Fernando Collor de Mello (PRN, 41% no último Ibope), e do candidato do maior partido, Ulysses Guimarães (PMDB), os candidatos Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS), Afonso Camargo (PTB), Aureliano Chaves (PPL), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Ronaldo Calado (PSD), Afif Domingos (PL) e Roberto Freire (PCB) se limitaram a formular ideias gerais no início do programa, sem que qualquer um deles contraditasse os adversários.

Após a leitura de uma biografia sumária dos nove participantes desse primeiro debate de candidatos a presidente da República na televisão, a apresentadora Marília Gabriela abriu o primeiro bloco do programa, perguntando a cada um qual será a primeira medida que tomará se for eleito. Covas disse que partirá para o combate à inflação. Brizola aproveitou o minuto de que dispunha para fugitar os dois candidatos que se recusaram a participar do debate: Fernando Collor de Mello (PRN) e Ulysses Guimarães (PMDB). O candidato disse que os dois assumiram atitude de "desapreço com o povo brasileiro". Depois, sem citar uma medida concreta, Brizola disse que sua preocupação, no primeiro dia de mandato, seria dar ao governo "um mínimo de estabilidade e vergonha".

Corrupção — Maluf, que antes do governo Sarney era apontado pelo PMDB como suspeito de prática de corrupção e agora diz ter atestado de idoneidade moral assinado por esse mesmo partido, que investigou seu governo em São Paulo e nada apurou contra ele, prometeu combater a corrupção e a inflação. Estas são prioridades iguais às apresentadas por Collor. Segundo observou Maluf, a corrupção ocorre neste momento em escala "jamais vista neste país".

Afonso Camargo disse que gastaria só o que tivesse em caixa e não usou a totalidade de seu minuto. Aureliano prometeu começar seu governo lutando pela preservação do valor da moeda e pela retomada do desenvolvimento econômico. Lula anunciou quatro medidas: auditoria nas estatais, renegociação da dívida interna, renegociação

da dívida externa e redução das despesas de renda através de nova política salarial. Para Ronaldo Caiado, o importante seria iniciar, logo no primeiro dia de mandato, o resgate da credibilidade dos políticos.

Afif Domingos prometeu reduzir a 13 o número de ministérios. O candidato do PL protestou por não ter sido aceita sua sugestão de permitir a transição do programa para a linguagem dos surdos e usou sinais para promover apoio aos deficientes em seu governo. Roberto Freire afirmou que seu primeiro ato seria formar um governo de coalizão democrática.

Capital — No segundo módulo, cada candidato fez a outro de sua escola uma pergunta a ser respondida em um minuto, podendo replicar pelo mesmo tempo e tendo de ouvir trépica também de um minuto. Mario Covas foi o primeiro a perguntar. Quis saber de Lula se o candidato do PT confirmava o que dissera em reunião com empresários paulistas, ou seja, seria imbecil quem desprezasse a ajuda do capital estrangeiro. Lula confirmou. Disse que a interdependência, hoje, é tão grande entre os países, que não se pode prescindir do capital internacional. O que se deve é evitar a remessa de lucros auferidos por essa capital tal como é feita do Brasil pelas empresas estrangeiras. Covas declarou-se satisfeito com a resposta e se disse, no fundamental, de acordo com Lula.

A vez foi dada a Leonel Brizola, que perguntou a Roberto Freire o que o candidato do PCB sugeria, diante da possibilidade de uma hiperinflação e da ineficiência do governo, "para que cheguemos às eleições". Freire respondeu que as eleições não correm risco e até se inscrevem no quadro de combate à crise. Sua preocupação, afirmou, é com as eleições futuras. E deu afinal uma sugestão: o pagamento da dívida externa deve ser suspenso até a posse do próximo presidente. Collor Brizola voltou a mencionar a preocupação de que a crise comprometa as eleições, e citou de passagem a Argentina, onde se abreviou a posse do presidente Carlos Menem, o candidato comunista disse não padecer do que chamou de "síndrome argentina". E, ao ouvir a sirene que determinava o fim de sua fala, provocou o primeiro momento de riso do debate: "Pensei que o apito fosse para impedir a intervenção dele (Brizola)".

O candidato Paulo Maluf (PDS) perguntou ao senador Mário Covas (PSDB) se ele é contra ou a favor da legalização do aborto. Covas respondeu que é contrário, mas ressaltou que os problemas de natureza existencial não devem ser decididos nem mesmo pelo Congresso, mas sim através de plebiscito.

"Para mim, basta", disse Maluf. Ele não quis usar o minuto a que tinha direito para a réplica à resposta do senador Mário Covas e o candidato do PSDB provocou risos na plateia quando se recusou a usar o minuto para a trépica: "Se para o Maluf basta, para mim também basta". O senador Afonso Camargo (PTB) indagou ao ex-ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves sobre as dívidas que o governo vem assumindo das estatais. O candidato do PFL respondeu, então, que o Brasil não pratica economia de mercado e, "na impossibilidade de consertar o que está errado, erra o que está certo".

Aureliano criticou o rígido controle de preços das tarifas de energia elétrica, porque, segundo ele, isto provoca transferência de recursos do governo para o setor privado. Na réplica, o senador Afonso Camargo disse que a ineficiência do governo leva todos a defender uma linha privatista.

Sem entender — O candidato do PFL falava sobre a importância da Petrópolis e fazia comparações entre os setores privado e estatal quando foi interrompido pela mediadora do programa, Marília Gabriela. Visivelmente perdido com a interrupção, Aureliano disse que não faria, durante aquela fase de debate, a pergunta a que teria direito. Ele demonstrava não entender as regras do debate.

Depois da insistência de Marília Gabriela, ele perguntou ao candidato Guilherme Afif Domingos (PL) como pretendia, caso fosse eleito, conciliar sua meta de implementar a irrigação com a carência de energia elétrica no país. Afif respondeu que a carência ocorreu porque o estado desviou seus investimentos. O candidato do PL ressaltou que o seu programa de governo dá prioridade para a agricultura.

Lula perguntou a Brizola se ele pagaria a dívida externa brasileira. O governador respondeu que "não é bem assim, essa é uma questão complexa" e lembrou que existem contratos internacionais em vigor. Segundo Brizola, "a dívida precisa ser examinada, e feita a chamada auditoria, para que os credores saibam que o país tem um governo que

vai defender os direitos na nação, e não pode estar submetido a formulas coloniais". Ele acrescentou que o Brasil tem o direito de exigir de seus credores uma possa voltar ao comércio internacional e a crescer. Segundo Brizola, é na questão dos juros da dívida que está "toda a fela".

Bolívia — O candidato do PT rebateu dizendo não acreditar que seja possível "compatibilizar o pagamento da dívida com um programa de desenvolvimento para o país", e lembrou que embora os credores estejam exigindo que "a galinha bote dois ovos de ouro por dia", há preocupação de vários governos europeus de que aconteça, no Brasil, crises semelhantes às da Venezuela e Argentina.

Na réplica, Brizola disse seu ponto de vista aproximava-se ao de Lula, mas acentuou que "pior do que a dívida é a cumplicidade que a gerou". Segundo o candidato do PDT, "é natural que um governo responsável, que assumir, tem que parar tudo para fazer uma análise da situação", para que o pagamento da dívida chegue a "termos aceitáveis".

Na pergunta seguinte, Ronaldo Caiado indagou a Paulo Maluf, se ele, após a visita que fez à Bolívia, aplicaria no Brasil as medidas antiinflacionárias impostas pelo governo boliviano. Depois de ironizar as viagens feitas por outros candidatos (Brizola e Collor de Mello, não citados) à Europa e Estados Unidos, "com champagne, caviar e banquetes", Maluf disse que "a pequena Bolívia, ao lado do Acre, trouxe uma inflação de 26.000% ao ano para 3% ao semestre. Uma inflação menor do que a francesa". O candidato do PDS disse ainda que houve um pacto pela democracia obtido pelo governo boliviano, e que lá "os marajás foram para a rua", e que as mordomias acabaram. E concluiu com uma peça de propaganda: "Se você gosta muito e não trabalha, se você for um fanatismo, não vote no Maluf, porque o Maluf vai te demitir".

Caiado rebateu voltando ao tema: Bolívia, e citou a versão segundo a qual a queda da inflação foi possível porque naquele país há uma lavagem dos dólares provenientes do tráfico de drogas. Maluf respondeu dizendo que já havia ouvido essa história, "mas o fato é que a lavagem já existia na época dos 26.000% de inflação". Encerrando sua receita de governo: "Austeridade, governo com autoridade, Ministério da Comarca".

P. 22 C. 22

INTEGRAÇÃO QUENÇA A AVANÇAR



Encontro de Sarney e Menem, hoje em Uruguiana, com a presença de Sanguinetti, faz com que a criação do Mercado Comum do Cone Sul deixe de ser uma proposta

HAMILTON ALMEIDA e GUSTAVO KRIEGER
Brasília, 22/11/84

Estabelecer um mercado comum entre os países latino-americanos, a exemplo do que vem sendo feito na Europa. Este objetivo é o pano de fundo do encontro de hoje entre os presidentes José Sarney, do Brasil; Carlos Menem, da Argentina, e Júlio Sanguinetti, do Uruguai, em Uruguiana. O encontro servirá para dar início à implantação na prática do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina, através de protocolos comerciais que serão assinados pelos presidentes dos dois países.

Sarney e Menem vão se encontrar às 11 horas, no centro da Ponte de Amizade, que liga as cidades de Uruguiana no Brasil e Paso de Los Libres na Argentina. Os dois presidentes vão apertar as mãos e logo a seguir vão até a cabeceira brasileira da ponte, onde Menem será recebido com honras militares. O presidente

O ponto mais importante do encontro dos presidentes, que durará apenas quatro horas, é a instalação dos comitês de fronteira Brasil-Argentina e a assinatura dos acordos que vão permitir a construção da Ponte São Borja-Santo Tomé, que vai ligar Brasil e Argentina, passando sobre o Rio Uruguai. Esta ponte é considerada um projeto fundamental por todos os envolvidos nas negociações de intercâmbio, porque

vai viabilizar a ligação rodoviária entre o porto gaúcho de Rio Grande e Antofagasta, no Chile, abrindo um novo caminho entre os oceanos Atlântico e Pacífico.

GAUDUJO — Outro assunto que vai mobilizar a reunião é a discussão sobre o gasoduto Brasil-Argentina. Já há um acordo entre o governo gaúcho e as províncias argentinas envolvidas, faltando apenas o apoio do governo brasileiro. A expectativa é de que seja assinado hoje em Uruguiana o decreto de formação da comissão mista que estudará a implantação do gasoduto.

A Carta de Uruguiana, que sai hoje com as decisões, trata, entre outros, os seguintes pontos: constituição dos comitês de fronteira, em vários municípios, criar condições para integração das linhas aéreas regionais e linhas terrestres de transporte de passageiros; estímulo à formação de empresas binacionais; e propiciar a inserção do setor privado no programa de integração regional (protocolo 22). As barreiras comerciais entre os dois países deverão deixar de existir em 10 anos.



Os governadores: Simon e os colegas do Chaco, Corrientes e Entre Rios

098

J.B

Menem e Sarney iniciam integração do Cone Sul

URUGUAIANA, RS.— Há dois dias Uruguiana, a 647 quilômetros de Porto Alegre, é a capital da integração política, cultural, econômica e turística do Cone Sul. Para esta cidade, de 115.000 habitantes, dirigem-se os presidentes José Sarney, do Brasil, Carlos Menem, da Argentina, e, como convidado de última hora, José Sanguinetti, do Uruguai, além de seis governadores argentinos e empresários dos dois países, que serão recebidos pelo governador gaúcho Pedro Simon. Os governadores do Paraná, Alvaro Dias, e de Santa Catarina, Pedro Ivo, também convidados, ficaram retidos no aeroporto de Florianópolis (SC).

Sarney e Menem preparam um encontro histórico, na ponte que liga Uruguiana a Paso de Los Libres, na Argentina, às 11h de hoje, e, ao meio-dia, assinam, junto aos chanceleres, o ato de criação de dois comitês de fronteira e o acordo para viabilizar uma comissão mista para a construção de uma ponte de um quilômetro ligando São Borja (RS) a Santo Tomé, na Argentina. Começa a ser cumprido, assim, o protocolo 23, assinado pelo presidente Sarney e o ex-presidente Alfonsín, em novembro do ano passado.

Os comitês de fronteira, controlados pelos cônsules das áreas em jurisdição, serão organismos oficiais para facilitar o comércio e o trânsito de pessoas, uma espécie de viabilizador de uma integração sem burocracias alfandegárias, com representantes da Polícia Federal, ministérios da Marinha, Saúde e Transportes, Prefeituras e estado. A ponte São Borja—Santo Tomé dá uma invejável autonomia às exportações da região Sul, facilitando o escoamento dos produtos via oceano Pacífico. Como pano de fundo, a busca de um mercado comum latino-americano nos

próximos 10 anos, com a queda de todas as barreiras comerciais e alfandegárias.

"Os quartéis serão substituídos por fábricas", proclamou o governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, admitindo uma certa desconfiança que pairou entre Brasil e Argentina durante os governos militares.

De quebra, conseguiu incluir na agenda dos dois presidentes a criação de uma comissão bilateral para estudo da construção de um gasoduto ligando a província argentina de Entre Rios a Porto Alegre.

A agenda inclui também acordos de cooperação nuclear, com uma aplicação de US\$ 500 milhões por cada país, e está em estudos um intercâmbio comercial de petróleo e derivados, ampliando o teto do convênio de crédito recíproco de US\$ 400 milhões para US\$ 600 milhões. O presidente Sanguinetti, do Uruguai, entra no encontro como convidado, um observador privilegiado para possíveis acordos envolvendo o Uruguai.

Os presidentes Carlos Menem e José Sarney seguem hoje para Brasília, onde assinarão amanhã acordos de cooperação nas áreas nuclear e espacial. Segundo o Itamaraty, essa cooperação mostra o grau da confiança mútua adquirida pelos dois países nos últimos anos. Quinta-feira os dois presidentes vão a São José dos Campos, onde visitarão a Embraer e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ambos serão recepcionados pelo governador Orestes Quércia com um almoço no Palácio Bandeirantes, em São Paulo, antes de o presidente argentino retornar a Buenos Aires.

NOTA OFICIAL DO PDT

RESPOSTA AOS PROVOCADORES

1. Os episódios ocorridos quarta-feira, em Niterói, envolvendo agentes de segurança de Fernando Collor de Mello e centenas de manifestantes que protestavam contra ele, são, realmente, lamentáveis naquilo que contiveram de violência, iniciada pelos guarda-costas do candidato — que, segundo o relato de vários jornalistas isentos, agrediram com socos, pontapés e chegaram a sacar revólveres contra a multidão — e em tudo aquilo que, a partir daí, transcorreu. O PDT, desde logo, reafirma sua mais veemente condenação à violência, venha de onde vier.

2. Tão lamentável quanto aqueles fatos, entretanto, é a exploração torpe que alguns órgãos de imprensa, sabidamente hostis ao PDT, vêm tentando desenvolver, estampando manchetes que acusam nosso partido pela violência. Distorcem a verdade e, com seu indistigável ódio, utilizam-se da mais ruidosa linguagem em textos e editoriais de 1ª página. Reproduzem, sem um mínimo de equilíbrio, as mesmas expressões infames usadas pelo candidato do PRN.

3. É estranho que estes mesmos jornais, tão pródigos em adjetivos para condenar a suposta agressividade e a intolerância atribuída aos pedetistas, nem sequer tenham esboçado o mínimo protesto quando o próprio candidato das Organizações Globo praticou a mais baixa agressão contra o nosso candidato Leonel Brizola, xingando-o publicamente, diante dos microfones das rádios e TVs, de "filho da p...". Essa violência, que indignou a todos, foi cometida, aliás, na mesma cidade de Niterói onde se passaram os episódios de quarta-feira. Dias depois, aque-

4. insultos vis dirigidos pelo ex-prefeito bionico de Maceió a Leonel Brizola, ao acusá-lo de ser "o cortiuio do crime organizado com a corrupção". Mas o que os jornais não dizem é que ele, Collor, é quem recebeu o apoio público de uma notória família de banqueiros de jogo-do-bicho de Nilópolis.

5. Felizmente, a opinião pública brasileira já está imunizada contra estas explorações torpes. Todos se recordam que, há dois anos, também tentaram acusar Brizola e o PDT pelas manifestações contra o Presidente Sarney, na Praça XV, no Centro do Rio. Agora, como naquela ocasião, chamaram de "brigadas brizolistas" a centenas e centenas de manifestantes; agora, como naquela ocasião dizem que partiram dos "brizolistas" as agressões, quando entre os manifestantes havia simpatizantes também do PT, de Sindicatos, da CUT e um grande número de simples transeuntes que a ela aderiram.

6. A pedra que, lamentavelmente, atingiu um funcionário daquela candidatura, tanto quanto a que quebrou o vidro do ônibus do Presidente Sarney, pode ter sido lançada por qualquer um, inclusive por um provocador infiltrado entre a multidão. Mas os áulicos do candidato do PRN e os jomais **colloridos** não hesitam em dizer que foram os "brizolistas". Por que não dizem que os seguranças que cercavam o candidato eram os mesmos que formaram as "tropas de choque" de Moreira Franco em 86, exatamente aqueles que, recentemente, agiram como "leões-de-chácara" contratados para espancar os professores estaduais que faziam passeata até o Palácio Guanabara?

7. Não é a primeira vez que ocorrem manifestações contra esse candidato. Teriam sido, por acaso, "brigadas brizolistas" que formavam a multidão que encheu as ruas de Maceió para comemorar a saída de Collor do Governo de Alagoas, numa manifestação duramente reprimida pela Polícia estadual? Ou teriam sido "pedetistas fanáticos" os responsáveis pelos ovos e tomates atirados sobre o candidato durante um comício na periferia de Brasília? O povo não é tolo e sabe distinguir a verdade das manipulações.

8. O PDT recomenda expressamente a seus militantes e simpatizantes: tomem cuidado e não aceitem provocações. Os guarda-costas de Collor estão orientados para buscarem o confronto em toda a parte. Na recente visita de Leonel Brizola à cidade pernambucana de Caruaru, os dirigentes da campanha do PRN chegaram a despachar, de avião, um "comando" com a missão de distribuir dinheiro a pessoas pobres — inclusive crianças — para que exibissem cartazes e fizessem provocações a nosso candidato no trajeto entre o aeroporto e o local onde realizamos um comício. Reagimos com indiferença a tudo aquilo. Mas, em Niterói, diante da manifestação popular, os agentes de Collor partiram para a agressão.

9. Por fim, consideramos que, a cada dia, cresce em todo o País o repúdio popular à candidatura Collor de Mello. A população sente-se ofendida por sua propaganda milionária e usurpada em sua vontade pela manipulação das pesquisas e pelo abuso do poder econômico para colocá-lo como "favorito" e "virtual vencedor das eleições". Este candidato passou a ser o símbolo de tudo que se fez de ruim em nosso País, uma nova face das elites poderosas e incompetentes que teimam em continuar a destruir o Brasil e a afundar, cada vez mais, nosso povo na miséria e no abandono.

Rio, 10 de agosto de 1989

PT no poder se divide e atrapalha Lula

Paulo Buscato

SÃO PAULO — Consagrado pelas urnas nas eleições municipais de 1988 como a grande novidade no panorama eleitoral do país — quando conquistou 36 prefeituras, entre as quais as de capitais como São Paulo, Porto Alegre e Vitória e de grandes cidades como Campinas (SP) —, o PT vive hoje uma crise de relacionamento com algumas das mais importantes administrações conquistadas pela legenda. Em Campinas, o terceiro maior município governado pelo PT no Brasil, com 1,2 milhão de habitantes (as outras são São Paulo e Porto Alegre), o prefeito Jacó Bittar trava uma guerra com o diretório municipal que o acusa de administrar a cidade sem consultar os dirigentes petistas. Em Diadema, município operário de 450 mil habitantes na região do ABC paulista, o prefeito José Augusto da Silva Ramos denunciou o seu vice e dois vereadores ligados a duas correntes políticas radicais do PT como responsáveis pela agressão física de que foi vítima em seu gabinete, quarta-feira, durante uma manifestação de um grupo de sem-teto.

— Esses conflitos são inevitáveis enquanto durar o nosso aprendizado de como governar. Não temos uma receita pronta —, afirma José Américo Dias, secretário-geral do PT de São Paulo, estado onde estão concentradas as maiores vitórias petistas nas eleições do ano passado. Desde a posse dos prefeitos, em janeiro, o PT tem colecionado outros exemplos de conflitos internos que, segundo os analistas, estão prejudicando a campanha presidencial do deputado Luís Inácio Lula da Silva, em queda livre segundo as últimas pesquisas de opinião.

Desde janeiro, a legenda já expulsou de seus quadros cinco prefeitos eleitos no ano passado por descumprirem normas do partido. Além disso, o PT tem vivido ao longo deste ano um clima de dissimulado mal estar com a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, clima que costuma se agravar sempre que estão em discussão questões polêmicas. Assim como aconteceu quando da nomeação de um sobrinho para chefear o cerimonial da prefeitura, a decisão de Erundina, há algumas semanas, de criar um jornal mensal para divulgar os atos de sua administração causou polêmica dentro do PT.

Nesse território confuso, a greve dos servidores municipais, encerrada há uma semana, trouxe um dado esdrúxulo: ela foi liderada por militantes do próprio partido e apoiada pelo Diretório do PT da capital. O próprio candidato do PT à presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, chegou a criticar o fato de Erundina não ter negociado com os servidores antes da eclosão da greve. A prefeita concedeu o aumento desejado pelos grevistas, mas afinal teve, entre outras providências, de cortar verbas par obras públicas.

Interferência — Em grande parte, a sucessão desses conflitos políticos municipais dos Transportes, Jurandir Fernandes, chegou a se demitir do cargo — decisão posteriormente revista — por discordar do "personalismo" de Bittar.

— O prefeito revela falta de compreensão sobre como governar a cidade coletivamente — ataca Gerardo Melo, presidente do PT de Campinas.

— O partido não pode impor uma camisa de força à administração — rebate Bittar.

A crise ocorrida na semana passada em Diadema, em que o vice-prefeito Antônio Justino e o vereador Edison Boni, ligados à corrente trotskista Causa Operária, e o vereador Romildo Fernandes, da Convergência Socialista, são responsabilizados pela agressão ao prefeito José Augusto da Silva Ramos, vinculado à corrente Articulação, mais moderada, e majoritária no partido, trouxe de volta, ainda que de forma localizada, um velho problema — o da disputa das tendências políticas pelo poder no PT.

— Existe uma tensão crescente entre alguns grupos que se comportam como partidos independentes e a maioria do PT — observa Davi Capistrano Filho, secretário de Saúde de Santos e membro da executiva regional paulista.

— Lula perdeu a oportunidade de construir um partido para dirigir a revolução — critica o vereador Nelson Boni que, junto com os dois companheiros, corre o risco de ser expulso do partido.

— Esses grupos têm um discurso de esquerda mas uma prática fascista de direita", vociferou, por sua vez, o prefeito de Diadema, José Augusto Ramos.

Intervenção — Disposta a evitar que novas crises possam explodir entre tendências, a direção do PT começa a fechar o cerco aos militantes que insistem em descumprir normas partidárias, sejam elas de qualquer corrente petista. A executiva regional paulista, por exemplo, prepara a intervenção no diretório de Bauri (a 335 quilômetros de São Paulo), ligado à Causa Operária, que resolveu por conta própria romper relações com o PSH, partido que compõe a Frente Brasil Popular ao lado do PT e do PC do B.

— Não queremos expulsar nenhuma tendência, mas o partido precisa de mais unidade na ação —, diz José Américo Dias.

Foi no território das correntes políticas do PT, no entanto, que se produziu na semana passada um gesto pouco comum no partido, acostumado à proliferação de agrupamentos em seus quadros: o Partido Revolucionário Comunista (PRC) ligado ao deputado federal paulista José Genoino, que atuava dentro do PT mas tinha normas próprias, decidiu se extinguir. Agrupados, agora, sob o nome de Nova Esquerda, os militantes do extinto PRC prometem seguir fielmente as diretrizes petistas.

Fotos de arquivo



A crise na legenda prejudica Lula



Ramos: briga com o vice



Jacó Bittar: personalismo



Erundina enfrentou greve liderada por militantes do partido

A repetição da ressaca do Cruzado

Villas-Bôas Corrêa

O candidato Luís Inácio Lula da Silva trocou uma hora de programa de debate com dois concorrentes na Rádio JB por ruidosa panfletagem pelos vazios de Brasília. A opção define o novo estilo de campanha do candidato do PT, assinalando guinada política de transparente inspiração: o insucesso nas pesquisas impôs a necessidade de reformulação.

Lula recua do que não deu certo para o terreno que conhece e que está fugindo do seu controle. Não deve ter sido assim tão simples a escolha, até pelo que embute de contraditório, como no exemplo da barganha de participação em programa com audiência nacional pela andança pelos amplos espaços da Capital, seguido pelo barulhento cordão de militantes. Quer dizer, do que sobrou do eleitorado certo.

Mas, para candidato que frequentou as pesquisas como segundo colocado e hoje se mistura ao bloco do terceiro escalão, vale qualquer tentativa de reverter o quadro ou, ao menos, paralisar a queda que registra uma das grandes surpresas dessa primeira fase da campanha.

Lula precisa encher o balão murchado para o lance final da arrancada nos seus 10 minutos diários nos dois meses de propaganda em rede nacional de rádio e televi-

são, a começar em 15 de setembro. Até lá, ele não pode cair mais. Necessita, com urgência, recuperar os votos do seu esquema, antes de catar os disponíveis no mercado.

Trata-se de caso único ou raríssimo de candidato que, lançado por partido com militância de lastro ideológico, com apoio da fatia mais atuante do sindicalismo liderado pela CUT e mais a ajuda da Igreja progressista, está sendo repellido por culpa exclusiva do radicalismo e dos erros dos correligionários.

O grevismo espantou a classe média; as administrações dos prefeitos eleitos na enxurrada petista de 88 desmoralizaram as bandeiras da moralização e as expectativas de eficiência administrativa, que acenou com a mudança do perfil amaldiçoado do sistema que penaliza os pobres e cultiva a injustiça social.

As lideranças do PT justificavam-se como podem, alegando que a cobrança é precipitada, não houve tempo para que se consolide um novo modelo popular de gerência municipal. Acontece que as eleições não esperam, elas estão batendo à porta, faltam três meses para o primeiro turno.

Três meses é todo o tempo de que Lula dispõe para repor as perdas e disparar na reta da chegada. Um desafio que assume as proporções de milagre. Os índices de Lula não chegam à metade da votação de dona Erundina, de Olívio Dutra, de qualquer dos prefeitos consagrados na onda de 88: uma repetição, em tamanho menor, da ressaca penne-debista do Cruzado em 86. Assim, por caminhos opostos, Lula e o doutor Ulysses se encontram no fundo do vale dos votos perdidos.

8.908.966

PARTES
ILLEGÍVEL

FOL (P.P.) JORNAL DO BRASIL 1989

Jânio manda Aureliano resistir no PFL

Candidato diz hoje à cúpula partidária que vai em frente

Marco Damiani

SÃO PAULO — O candidato do PFL à Presidência da República, Aureliano Chaves, entra hoje na sala da presidência de seu partido, no 26º andar do edifício anexo do Senado Federal, disposto a contrariar os interesses da grande maioria de seus interlocutores, entre os quais os senadores Marco Maciel e Hugo Napoleão. Ainda embaldado pelo combustível político recebido durante conversa em São Paulo, na manhã de terça-feira da semana passada, na residência do ex-presidente Jânio Quadros, Aureliano vai dizer que é candidato, queiram ou não os caciques de seu partido.

"Siga. Vá em frente. É uma cruzada cívica. Nós temos que ter civismo. Se não tiver onde ir, pegue o doutor Lembo pelo braço e vá às câmaras municipais. Fale, doutor Aureliano. Fale muito", disse Jânio na conversa que tiveram em São Paulo. "Uma campanha não é só para ganhar", concluiu.

"Enquanto o Jânio me apoiar, ninguém consegue me tirar. Ele não sai candidato e eu sou irremovível", avaliou Aureliano. A passagem por São Paulo deu-lhe o fôlego que buscava para neutralizar os movimentos da cúpula do PFL para implodir sua candidatura e, mais adiante, ceder os 16 minutos do partido no horário gratuito de TV ao candidato do PRN, Collor de Mello. Isso dependeria, porém, da aprovação de projeto do deputado Prisco Viana (PMDB-BA) que abre prazo até dez dias antes das eleições de 15 de novembro para formação de coligações entre partidos.

Certo de que a disputa do segundo turno será entre Collor e o candidato do PDT, Leonel Brizola, Jânio, na conversa com Aureliano, previa crises institucionais caso qualquer um dos dois vença. "Este Collor chamou o presidente da República de filho da p. e o ministro do Exército de generaleco. É um irresponsável", disse Jânio à seu interlocutor na manhã de terça em São Paulo. Ele acha que os destemperos verbais são uma marca que Collor carregará mesmo depois de vestir a faixa presidencial.



Aureliano tende a concordar. No debate entre candidatos que a Rede Bandeirantes promoveu segunda-feira passada, Aureliano a-liou-se a Brizola na crítica à TV Globo, que estaria favorecendo Fernando Collor. Aureliano quis mostrar publicamente suas diferenças com o dono da Globo, Roberto Marinho, de quem começou a afastar-se desde 28 de março de 1986, em pleno furor do Plano Cruzado. As câmeras da Globo acabavam de mostrar a economista Maria da Conceição Tavares chorando de emoção. Aureliano não se conteve e telefonou na mesma noite: "Doutor Roberto, não vai dar certo." Em setembro, quando o Jornal Nacional mostrou os helicópteros da Aeronáutica flagrando boi gordo no pasto, Aureliano passou novamente a mão no telefone: "Doutor Roberto, isto é uma farsa. O senhor não pode ajudar a enganar o povo".

☐ O Estado do Rio de Janeiro é o que revela maiores problemas, até aqui, para a candidatura de Aureliano. O presidente efetivo do Diretório Regional do PFL, deputado federal Rubem Medina, foi o primeiro a saltar do barco, aderindo à candidatura de Fernando Collor e entrando para o PRN. Medina levou para o seu novo partido cinco dezenas de vereadores e militantes políticos, sem mandato, mas com influência em subúrbios do Rio. Da bancada federal do PFL fluminense, os deputados Haroldo de Oliveira, Simão Sessim e Osmar Leirão Rosa também aderiram a Collor. Sobre, apenas, o deputado Francisco Dornelles, que assumiu a presidência do partido e tenta fechar a porta das deserções.

098

1989

F. POL. (P.P.)

JORNAL DO BRASIL

Ulysses acata estudo da MPM

Deputado aceita orientação e quer ser o antiCollor

Rogério Coelho Neto

“Ulysses tem capacidade de vencer com o trabalho dele, suas iniciativas, seu programa, suas realizações. A bandeira dele é a democracia, a sua luta no decorrer destes 20 anos”. Esse depoimento de um eleitor ouvido pela MPM (agência de publicidade e marketing político), dentro de uma pesquisa qualitativa destinada a ajudar o PMDB a mudar a sua campanha eleitoral, foi o que mais impressionou o candidato do partido, segundo informou o governador Moreira Franco.

Moreira, que patrocinou a pesquisa, entregou uma cópia ao próprio Ulysses, há dez dias, em um encontro que mantiveram, em Brasília, presente ainda o candidato a vice-presidente na chapa pemedebista, o ex-governador Waldir Pires. O estudo, com um detalhamento técnico de especialistas que trabalham para a MPM, recomendou ao candidato pemedebista o abandono total das tentativas de explicar o passado e de se mostrar como oposição ao presidente José Sarney e à Nova República, passando a se preocupar, apenas, com a necessidade de polarizar a eleição com o adversário do PRN, Fernando Collor.

Em Uberaba, Ulysses começou a seguir a receita proposta pela pesquisa da MPM, a julgar por um telefonema que ele deu para Moreira, de Rio Branco (Acre), onde se encontrava na tarde de domingo. O candidato pemedebista agradeceu ao governador do Estado do Rio o engajamento em sua campanha e observou: “Acho que vou, mesmo por aí. Se é para mudar, vamos mudar mesmo.” Ulysses referia-se às primeiras críticas a Collor, feitas em Uberaba, no interior mineiro, onde mudou de tom e classificou o candidato do PRN de “doidivanas”.

Pesquisa — “A tentativa de demarcar para o eleitor uma rutura entre Ulysses e Sarney, de forma a liberar o candidato do PMDB do estigma do casuismo”, soa mal, de acordo com a pesquisa da MPM, que condena, também, a utilização pelo partido do rótulo de que “o Plano Cruzado I foi

uma boa iniciativa” pemedebista, que resultou em fracasso, no entanto, “pela inoperância do presidente José Sarney”.

Essa estratégia, diz o estudo técnico que Moreira entregou a Ulysses, “reforça o sentimento derrotista e enfraquece o candidato, colocando-o no lugar de quem pede indulgência, de quem pede uma nova chance”. Ou seja: leva o candidato pemedebista a lutar por “um lugar de vencido, de coitado”, à espera da compaixão popular.

Qualquer explicação que o PMDB tente dar para o fracasso do Plano Cruzado revela ainda a pesquisa, “acirra o sentimento de revolta e traz à tona o núcleo de divergência entre a população e o PMDB, cujo desfecho é interpretado como *manobra política*, uma *traição* ao voto de confiança com que foi contemplado nas eleições estaduais de 1986”.

“Ao invés de atenuar a resistência”, figura de Ulysses Guimarães — acrescenta a pesquisa —, essa bandeira apenas agrega ao papel de bode expiatório novos focos de contaminação: a insidia, a ilegitimidade, o oportunismo.”

Jogo — Daqui em diante, seguindo as instruções do trabalho da MPM — a empresa encarregou-se do planejamento da campanha vitoriosa de Moreira em 1986 — o candidato do PMDB participará, na verdade, de um grande jogo. Terá de buscar a confiança de um grupo de eleitores, definido pela pesquisa como *ponderado*, procurando se impor como líder. Collor domina um grupo de eleitores classificado de *impulsivo*, que o vê como herói. Assim, Ulysses terá de lutar, daqui em diante, usando todos os recursos possíveis, inclusive os seus preciosos 22 minutos diários na propaganda eleitoral gratuita do rádio e TV que começa dia 15 de setembro, com uma ideia fixa: mostrar que o herói, no caso o seu adversário do PRN, é uma farsa.

É no ensinamento do homem da roça, que acredita sempre no médico da família, que quanto mais velho mais confiança desperta, que a MPM sugere a Ulysses o enfrentamento da síndrome da idade (ele tem 74 anos) que vem atingindo as bases do PMDB. Essa ideia foi pancada, também, pela empresa, do depoimento que colheu de um eleitor: “Se a gente precisa de um médico, a gente procura um mais velho, que tem mais experiência, que dá mais confiança”.

098

F.P.C.P.P.

PFL

Sob a sombra da renúncia

Abandonado pelos eleitores e
pelo próprio PFL, Aureliano tenta convencer
o país de que ainda é candidato



Todos os dias, o candidato à Presidência da República pelo PFL, o ex-ministro Aureliano Chaves, é atormentado por uma preocupação — convencer os eleitores de que continua na corrida rumo ao Planalto. Na segunda-feira da semana passada, havia rumores de que Aureliano poderia renunciar à candidatura para apoiar a campanha do PMDB, do deputado Ulysses Guimarães. Na terça-feira, Aureliano se encontrou com o ex-presidente Jânio Quadros, e mais uma vez a conversa girou em torno da renúncia. Como sempre, Aureliano garante que é candidato para valer — mas mesmo em seu partido, o PFL, há quem aposte que sua campanha não chegará ao final do mês. “A candidatura de Aureliano só vai durar cinco dias”, disse o ex-presidente do PFL senador Marco Maciel ao deputado Stênio Dias, na última quinta-feira. No mesmo dia, o próprio Aureliano era obrigado a divulgar nota oficial afirmando que sua renúncia não passava de boato.

Sem aliados, sem dinheiro e, especialmente, sem eleitores, Aureliano vem amargando dissabores em suas viagens pelo país. Há um mês, no Pará, o candidato do PFL buscou auxílio junto ao prefeito de Belém, Sahid Xerfan, e ao presidente do partido no Estado, o deputado Alacir Nunes. Na semana passada, Xerfan aderiu à candidatura de Fernando Collor de Mello, enquanto Nunes liberou os cinco deputados que lidera na Assembleia Legislativa para apoiar o candidato que desistiu. “Minha candidatura vai continuar até o fim, com ou sem alguns líderes do PFL”, insiste Aureliano.

Risco de moratória — Nos encontros a portas fechadas, Aureliano tem feito queixas

amargas. A amigos, o candidato tem dito que sua campanha dispõe de apenas 400 000 cruzados novos — dinheiro que marca um padrão miserável mesmo se Aureliano fosse o candidato do PCB. O ex-ministro queixa-se do que chama de “utilitarismo” de alguns empresários, que, de olho nos índices de Collor, o deixaram à míngua. A se manter nesse nível de reser-

vas monetárias, a candidatura de Aureliano corre o risco de moratória antes mesmo de ter início o horário gratuito na TV — pois nenhuma produtora poderá realizar programas diários de dezesseis minutos com uma verba desse tamanho. Na semana passada, Aureliano ameaçava seus correligionários com uma possibilidade assustadora — a de passar oito minutos diários no vídeo fazendo discursos e dando depoimentos variados, sem qualquer truque de luz ou de som capaz de enfeitar sua imagem de candidato.

Outra dificuldade da campanha ocorre entre os engenheiros de grandes empresas estatais, como a Petrobrás, que estiveram sob seu comando quando ele era ministro das Minas e Energia e que chegaram a ser cultivados com polpidos reajustes salariais, mesmo à custa de colisões com a política de austeridade de seus colegas ministros. Há oito dias, em busca desses eleitores, Aureliano promoveu uma palestra no Clube dos Engenheiros, no Rio de Janeiro. A princípio, o encontro seria realizado num auditório com 500 lugares — mas acabou num local mais modesto, que abrigou 150 pessoas.

Na semana passada, a campanha de Aureliano foi marcada por uma excursão em São Paulo. Na segunda-feira, durante um debate entre presidentes eleitorais na TV Bandeirantes, Aureliano acusou a Rede Globo de se utilizar das pesquisas eleitorais para favorecer outros candidatos. “Concordo com Brizola”, disse Aureliano. “O monopólio da Rede Globo não é democrático”, acrescentou. No dia seguinte, acompanhado por sua mulher, Vivi Chaves, Aureliano visitou o ex-presidente Jânio Quadros. No encontro, os dois conversaram sobre o mal-estar que sua declaração provocara junto ao presidente da Organização Globo, Roberto Marinho. Mas os rumores de renúncia tornaram-se o tema central, e Aureliano acabou por ouvir uma daquelas declarações dúbias de seu virtual sucessor na campanha presidencial do PFL. “Se você tiver dois votos em São Paulo serão o meu e o de Eloi”, disse Jânio Quadros. Como diz o próprio candidato, a campanha de Aureliano, hoje, é um breco de problemas.



Dona Eloi (à esp.) com Aureliano e Vivi: dois votos

Conversa ao telefone

Na quinta-feira, um telefonema do líder do PFL na Câmara, José Lourenço, ao ex-ministro e senador Hugo Napoleão deu bem uma ideia de como vão as coisas na campanha de Aureliano. Trechos do diálogo, conforme um dos participantes:

— Hugo, precisamos conversar sobre o apoio do PFL ao Maluf.

— Mas, e o Aureliano?

— Vinte deputados já saíram do partido. Desse jeito só vamos ficar eu e você. Por isso eu falei com o Maluf que nós vamos apoiá-lo se pudermos indicar o vice. E o nosso vice só pode ser alguém de sua altitude.

— E o Jânio Quadros? — lembrou Napoleão.

— O Jânio não tem jeito. Nossa saída é o Maluf.

— Mas eu votei contra o Maluf na eleição de 1984.

— O Maluf disse que aquilo que você fez está feito. Na terça-feira vou explicar ao Aureliano que se ele insistir na campanha o partido vai desaparecer — encerrou Lourenço.

A última esperança do doutor Ulysses

Sigilosamente o governador Moreira Franco chegou ao anoitecer do último dia 10 a Brasília trazendo psicólogo, sociólogo e técnico em pesquisa para debaterem com o doutor Ulysses Guimarães e o seu staff um documento secreto de 54 páginas produzido pela MPM, uma das maiores agências de publicidade do país. O governador encomendou à MPM pesquisa nacional para tentar vender produto de difícil aceitação nacional: Ulysses Guimarães. O trabalho, feito com metodologia de quem pretende vender sabonetes, mostrou que existe uma fresta na opinião pública capaz de assimilar o candidato. Mas tudo o que está sendo feito até agora para vendê-lo está errado.

A pesquisa mostrou que o brasileiro está desanimado, sente-se impotente e vê nas eleições presidenciais a sua última esperança. O curioso é — e isto ficou gritante no trabalho — que não se atribui a situação difícil do país à culpa exclusiva do presidente Sarney. O trabalho revela como um erro palmar do PMDB sacrificar Sarney nos palanques para se salvar nas urnas. O partido, mostra a pesquisa, está irremediavelmente atado ao governo. Os eleitores repudiam a atitude do PMDB de atribuir a ele a culpa pelo fracasso da Nova República. Uma das frases mais ouvidas ao longo da pesquisa foi: "É uma atitude covarde atacar Sarney". Os entrevistados fazem severas críticas à tentativa do PMDB de cair fora do barco às vésperas das eleições. O partido é apontado como traidor, covarde, oportunista. A conclusão da MPM coincide com recente pesquisa do IBOP, feita sob encomenda do Palácio do Planalto, apontando que 53% dos eleitores não escolhem seu candidato pelo grau de oposição ao governo Sarney. Esta constatação põe por terra o argumento mais ardorosamente defendido pela esquerda do PMDB desde as vésperas da convenção.

A estratégia de tentar latirar o exto inicial do Plano Cruzado, deixando seu fracasso nas costas de Sarney também, segundo a pesquisa, está equivocada. Para o brasileiro, o Plano Cruzado foi bom enquanto durou e seu fim ocorreu por culpa de todos — governo, empresários e políticos. Mais uma vez os pesquisadores apontam como falta de ética o PMDB tirar o corpo pela responsabilidade sobre a segunda parte do plano. O partido deixa a impressão de esperteza eleitoral, coisa de mau caráter.

A nível pessoal, as coisas também não estão boas para o doutor Ulysses Guimarães. A pesquisa detectou três tipos de eleitores: impulsivos, ponderados e apáticos. Em uma primeira abordagem, os impulsivos e ponderados têm a mesma avaliação do candidato: "velho", "ultrapassado" e "pe-na-cova". Enfim, imagem de político desgastado que personifica tudo de ruim do Brasil de hoje, da corrupção à agressão ecológica. Os eleitores impulsivos dificilmente vão alterar seu ponto de vista: votarão em Collor de Mello. O candidato do PRN é, para eles, uma espécie de Indiana Jones; mudará o país no peito na raça. Os apáticos votarão segundo influência familiar, do patrão ou da maioria.

A saída para o doutor Ulysses Guimarães, segundo a pesquisa, é trabalhar os eleitores ponderados. Eles, numa primeira abordagem, concordam com os impulsivos nas críticas a Ulysses, mas chamados a reflexão vêm nele caráter de estadista, líder experiente, honesto e sábio. Como o eleitorado está quase dividido entre os dois grupos restantes de 10% a 15% de apáticos, ainda há chances, na análise dos técnicos, para encaixar o doutor Ulysses Guimarães na faixa dos ponderados. Não será trabalho fácil. Será preciso garantir aos eleitores que o candidato a vice, ex-governador Waldir Pires, é tão bom quanto o titular. A síndrome de Tancredo Neves é forte no eleitorado e, mesmo sabendo das qualidades de Ulysses, temem pela sua idade. Muitos dos pesquisadores acham que ele não resistirá sequer a emoção da vitória eleitoral.

O governador Moreira Franco ficou animado. Acha que encontrou a saída para tirar Ulysses do buraco: provocar o voto da reflexão. Com base nestes dados, mudarão a estratégia partidária. Deixarão de falar mal de Sarney e partirão para conquistar a sociedade. Provocá-la à reflexão. O doutor Ulysses Guimarães ouviu tudo durante a reunião mas opinou pouco. É um político à moda antiga, como constatarem seus mais íntimos colaboradores, e acredita pouco nas pesquisas. Para ele, vale mais o apoio de lideranças políticas e a força partidária do que as conclusões de técnicos. Mas ao final da reunião parece que, pressionado pelo mau desempenho eleitoral, cedeu aos assessores.

Na última terça-feira, dando sequência à pesquisa, os deputados do "Novo PMDB", reunidos na casa do deputado Márcio Braga, um dos formuladores do grupo, tentaram transformar o resultado em algo prático. Horas de discussão em torno do tema não conseguiram levantar os ânimos dos parlamentares. Chegou-se a propor a inversão da chapa, trocando Ulysses por Waldir. Isto significava voltar tudo à estaca zero, ao tempo da convenção. Se foi preciso muito esforço para levar o grupo à reflexão, só com muita unidade e obstinação o PMDB levará a sociedade à reflexão. Quase uma missão impossível.

Eteraldo Dias

PARTE
POCO
LEGÍBIL

098

J. B. 1989

Brasil

Maluf não acha o terceiro lugar ruim a esta altura

SÃO PAULO — O deputado Paulo Maluf, em sua campanha na região oeste do Paraná e interior de São Paulo, neste fim de semana, disse não se abater por ainda estar em terceiro lugar nas pesquisas de intenções de voto.

— Soltei minha campanha somente há dois meses e estou certo de poder contar com ampla faixa dos votos dos 18 milhões de eleitores paulistas — afirmou.

Em seus debates nas rádios locais, Maluf defendeu a instituição do câmbio livre para pôr fim ao confisco cambial provocado pela cotação tripla oficializada do dólar, que, segundo o deputado, prejudica a economia e a agricultura em especial. Aos trabalhadores com até 20 salários mínimos ele acenou com a promessa de isentá-los do imposto de renda na fonte.

— É preciso aplicar no Brasil uma política desenvolvimentista capaz de fazer o povo acreditar de novo no potencial do país — destacou.

O candidato ainda pediu aos repórteres, no oeste do Paraná, que arquivassem as fitas com as suas entrevistas para futuramente cobrar os compromissos que assumiu, entre os quais o de implantar uma política imediata de industrialização na região, cuja economia está baseada no plantio de soja, milho e trigo.

098

Collor investe sobre indecisos para tentar vencer no 1º turno

BRASÍLIA — O candidato do PRN à sucessão presidencial, Fernando Collor de Mello, prepara uma ofensiva sobre os eleitores indecisos com o objetivo de tentar definir a eleição ainda no primeiro turno. A estratégia será acertada a partir de quinta-feira, quando a sua coordenação de campanha recebe uma pesquisa qualitativa — caracteriza o perfil médio do eleitorado dos candidatos — encomendada ao Vox Populi Opinião e Mercado.

Pela última pesquisa qualitativa preparada pelo Vox Populi, se a eleição fosse hoje, Collor ganharia ainda no primeiro turno com mais de 55% dos votos válidos. O maior número de indecisos está nas classes C, D e E, justamente os segmentos do estrato social com maior grau de definições a favor da candidatura de Fernando Collor de Mello, segundo a amostragem. Pelas análises feitas pela assessoria do candidato, com base nos dados do Vox Populi, a tendência dos indecisos é, na pior das hipóteses, acompanhar o setor de seu estrato social que já escolheu um candidato.

A pesquisa qualitativa é feita a partir de um grupo de estudo formado por

representantes dos segmentos sociais — donas-de-casa, pequenos comerciantes, motoristas de táxi, profissionais liberais, estudantes, etc — coordenado por um psicólogo e um analista de pesquisas. A partir de discussões propostas pelos coordenadores, o grupo destaca a tendência do eleitorado, além de apontar deficiências e acertos da campanha.

Novo discurso — O ataque aos indecisos para tentar ganhar a eleição no primeiro turno começou a ser colocado em prática no último fim-de-semana, num comício de Collor na Vila Paranoá, em Brasília. O candidato do PRN, no discurso que fez para os moradores da localidade, utilizou um novo encerramento: "Não me deixem só. Eu preciso de vocês. Vamos ganhar no primeiro turno. Pra quê votar duas vezes?" Até então, Collor encerrava seus discursos apenas com a frase "não me deixem só".

Na reunião que fez ontem com os coordenadores regionais da campanha, em Brasília, Collor falou sobre a necessidade de se trabalhar no sentido de definir a eleição no primeiro turno. De-

feitor de uma proposta de "união nacional" de todas as forças políticas em torno do presidente eleito, Collor acredita que esse entendimento pode se inviabilizar se houver segundo turno. "O risco do segundo turno é o país se dividir ao meio, provocando traumatismos profundos e uma radicalização que dificultará o entendimento em torno do futuro governo", disse Collor.

☐ O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, decidiu recuar o convite que recebeu da Embaixada da Argentina no Brasil para se encontrar na quarta-feira, em Brasília, com o presidente Carlos Menem. Collor reclamou do tempo da audiência, que seria de 15 minutos, alegando que precisa de um encontro mais demorado com o presidente da Argentina, país que ele considera ser um dos maiores parceiros do Brasil. Na quarta-feira, Menem terá encontros com Leonel Brizola (PDT) — com quem temia café da manhã — e com Mário Covas (PSDB).

09B

Orçamento do PRN para campanha é de US\$ 25 milhões

BRASÍLIA — O PRN informou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que Fernando Collor de Mello gastará na campanha presidencial cerca de US\$ 25 milhões de dólares, valor resultante da conversão, pelo câmbio atual, de um orçamento estimado em 42.154.961,63 BTN (NCz\$ 100 milhões) — o mais alto apresentado até agora. O segundo orçamento é do PDS de Paulo Maluf (NCz\$ 96 milhões) e o terceiro é do PMDB de Ulysses Guimarães (NCz\$ 50 milhões). O Partido de Ação Social apresentou o orçamento mais modesto (NCz\$ 5 mil).

O presidente do TSE, Francisco Rezek, disse que até agora apenas 12 partidos apresentaram previsão de orçamento de campanha. O prazo termina dentro de cinco dias e o candidato que não cumpri-lo terá o registro bloqueado. Rezek explicou que os orçamentos poderão sofrer correção pela inflação, mas os gastos deverão ser proporcionais à previsão inicial. "O que nos interessa saber é se o dinheiro vem de fontes previstas pela legislação eleitoral", disse.

098

Brizola defende coligação ampla no segundo turno

A formação de uma frente de partidos populares e democráticos, incluindo até mesmo setores liberais e conservadores, para enfrentar o candidato de direita que chegar ao segundo turno das eleições presidenciais, foi defendida ontem, em Porto Alegre, por Leonel Brizola. O candidato do PDT admitiu que esse candidato da "direita raivosa, da direita que se beneficiou e enriqueceu com os anos de ditadura" seja o do PRN, Fernando Collor de Mello. Reconheceu que ele (Brizola) poderá ser o escolhido para representar esse contingente majoritário da sociedade. "Vou dar o melhor de mim no confronto com o outro candidato no segundo turno", afirmou.

Em menos de 15 horas de permanência no Rio Grande do Sul, Brizola ocupou quase seis com entrevistas para emissoras de rádio e televisão. Ele participou, na madrugada, de um programa especial da RBS-TV e começou o dia de ontem na emissora de maior audiência do Estado, a Rádio Farroupilha, também do Grupo RBS. Ali, no programa popular comandado pelo deputado Sérgio Zambiasi, que apesar do PTB é adepto de sua candidatura, Brizola respondeu a perguntas de ouvintes ao vivo. (AG)

EUA discutem venda de superc

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — Nas reuniões que terá a partir de amanhã com altas autoridades, nesta capital, o secretário-geral do Itamarati, Paulo Tarso Flecha de Lima, tentará, mais uma vez, convencer os Estados Unidos de que o Brasil necessita, com urgência, de que haja maior flexibilidade em vez das atuais restrições impostas pelo governo americano na questão de transferência de alta tecnologia. A visita do embaixador brasileiro coincide com as últimas semanas de deliberações interministeriais em Washington sobre um tema dessa área, que está dividindo as opiniões dos especialistas americanos: a autorização para a venda de dois supercomputadores para o Brasil.

O embaixador Paulo Tarso tem argumentado com as autoridades americanas que o Brasil se sente discriminado demais nas restrições que lhe são impostas em matéria de transferência de alta tecnologia. As vendas de supercomputadores são consideradas assunto de segurança nacional, nos Estados Unidos, devido aos temores de que a tecnologia seja absorvida pela União Soviética ou outros países comunistas. Há ainda o temor de que as máquinas sejam utilizadas na fabricação de armas nucleares ou mísseis de longo alcance. Esses argumentos têm justificado também a proibição à transferência de várias outras tecnologias ao Brasil.

Dentro do próprio governo americano, porém, há muita divisão sobre o assunto, segundo informaram ao *New York Times* funcionários de Washington. Numa ampla reportagem publicada ontem, o jornal destaca o fato de que os Estados Unidos estão prestes a perder o monopólio da fabricação de supercomputadores, com a entrada do Japão também nessa faixa do mercado da informática. Por isso, se Washington continuar velando as vendas ao Brasil e mais dois países interessados — a Índia e Israel —, a indústria americana vai acabar simplesmente perdendo o negócio para os japoneses.

Alguns técnicos dentro do governo estão argumentando também que países como o Brasil ou Israel podem fazer armas nucleares com ou sem os



Tarso: casos bilaterais

supercomputadores e que a Índia não precisa deles se quiser realmente fazer a bomba de hidrogênio. Basta lembrar que, quando foram fabricadas as primeiras bombas, usaram-se rudimentares máquinas de calcular e que um bom microcomputador doméstico tem hoje maior potência do que os computadores utilizados nos anos 50 para os cálculos da bomba de hidrogênio.

Facilitam — Os técnicos que sugerem a manutenção das restrições à exportação dos supercomputadores reconhecem que eles não são vitais para o desenvolvimento de armas nucleares, mas insistem em que facilitam demais esse trabalho. O mais forte argumento nesse sentido é o de que os supercomputadores são capazes de fazer cálculos tão sofisticados que permitem simulações quase perfeitas dos resultados de uma explosão atômica, tornando dispensáveis os testes que se faziam nas primeiras décadas da era nuclear.

O Brasil vem enfrentando sérias dificuldades para adquirir computadores sofisticados nos Estados Unidos há muito tempo. A Petrobrás, por exemplo, não podia comprar aqui, a certa altura, um tipo de computador com vetores matemáticos que hoje a IBM produz no Brasil — o 3090. A avaliação do governo brasileiro é de que isso tem causado sérios

prejuízos ao nosso desenvolvimento e a tendência é que esses danos cresçam daqui para frente como uma bola de neve, caso os Estados Unidos insistam em deixar o Brasil à margem da verdadeira onda de flexibilização das normas de transferência de tecnologia. Na realidade, até os países comunistas — alvos primários dessa política restritiva — têm sido beneficiados por essa flexibilização.

Os dois supercomputadores que o Brasil tenta comprar atualmente são para a Universidade de São Paulo e para a Embraer. O da USP seria um Cray (principal marca no mercado americano), considerado de vital importância para o avanço dos atuais projetos de pesquisa no campo energético, em andamento na universidade. Setores do governo americano, baseados aparentemente em relatórios da comunidade de informações, desconfiam que um supercomputador na USP seria usado pelo programa nuclear paralelo do Brasil, com finalidades militares.

O segundo computador seria um IBM, que a Embraer necessita desesperadamente, para não ficar tão atrás da indústria aeronáutica internacional, em matéria de projetos de aviões. Nesse caso, as suspeitas americanas são de que esse supercomputador na Embraer poderia vir a ser usado nos supostos projetos da indústria bélica brasileira de um dia produzir mísseis de longo alcance. A situação da Embraer fica mais delicada pelo fato de se tratar de uma estatal, ligada à Força Aérea Brasileira, e que se associou, recentemente a uma empresa chamada Órbita, especializada em foguetes.

O embaixador Paulo Tarso vai tratar do assunto de transferência de alta tecnologia em seus encontros desta semana no Departamento de Estado — que, segundo o *New York Times*, é favorável à venda dos supercomputadores ao Brasil — e ao Departamento de Comércio, que terá a palavra final sobre o assunto. A viagem do secretário-geral do Itamarati oficialmente se destina à participação nos debates que a OEA inicia quarta-feira sobre a situação do Panamá. O mais importante da agenda, no entanto, serão as reuniões com funcionários americanos, para tratar de questões bilaterais.

Integração com a Argentina, uma das saídas para a crise

A integração latino-americana e, em especial, a brasileira e argentina, é considerada pelo presidente Sarney como o passo mais decisivo na política externa brasileira. Para o presidente, o que se vê no panorama mundial, hoje, é as regiões se reunindo para se defender, através da economia de conjunto. "Os Estados Unidos, mesmo sendo uma grande potência, estão se unindo ao Canadá e tentando cada vez mais atrair o México, no sentido de ampliar e criar uma economia local de conjunto", explicou Sarney, citando também o exemplo da Europa, que em 1992 implantará definitiva e totalmente o Mercado Comum Europeu.

Segundo o presidente, a América Latina tem um dado terrível dentro deste contexto: o comércio intra-regional representa apenas 7% a 8% de toda a região. Esse dado, considerado desfavorável por Sarney, levou-o a conclusão de que se não conseguirmos a integração da América Latina, os problemas serão multiplicados e as dificuldades muito maiores.

Mas o presidente acredita que a integração — agora que tornou-se uma preocupação geral — vai bem. "Começamos pela Argentina, porque sem a Argentina e o Brasil a integração não caminhará como ela pode caminhar. São os dois maiores países

do Continente. E vamos partir para o Uruguai. A integração vai bem, o balanço que temos é excelente", disse Sarney, relatando que no primeiro momento foi preciso superar com barreiras políticas, pois havia uma certa sombra entre o Brasil e Argentina.

Agora que conseguimos acabar com isso, acho que há uma consciência nacional a esse respeito, inclusive com a participação do Congresso Nacional dos dois países — revelou o presidente.

Sarney acredita que de alguma forma a crise econômica nos dois países atrapalhou a integração Brasil-Argentina. Para ele, se nós estivéssemos numa melhor fase da economia mundial e, principalmente, dois países, "naturalmente a integração, os contatos políticos, teriam sido facilitados e avançado muito mais". Mas as crises, segundo ele, são normais nos países em crescimento: "Todos os grandes países atravessam crises, e aprendem a crescer com ela".

PROJETOS AUTORIZADOS — Tanto o gasoduto e a ponte que liga São Borja, no Brasil, a São Thomé, na Argentina, segundo o presidente, são projetos autorizados e que contam com o incentivo do governo federal. Para Sarney, os dois projetos são frutos de negociações que não se iniciaram agora e que já há bastante tempo vem sendo discutidas com a Argentina. Sarney revelou que em breve será publicado um edital, conforme ficou acertado com o governo argentino, para que empresas privadas possam se habilitar a construir a ponte entre os dois países.

Sobre o gasoduto, no entanto, foi menos específico, afirmando que o governo vai constituir uma comissão para estudar o assunto. Mas garantiu que dentro de 90 dias vai haver um laudo e uma decisão sobre como devemos fazer para utilizar o gás argentino.

"Aproximação com a América Latina é o passo mais decisivo da política exterior brasileira"

F. ROL (REL INT)

Menem y Sarney dan paso hacia el mercado común

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI). En su segundo día de visita oficial a Brasil, el presidente de Argentina, Carlos Saúl Menem, suscribió con su colega José Sarney, en el Palacio de Planalto, el acuerdo que permite la eliminación de todos los obstáculos arancelarios, aduaneros y técnicos en los próximos 10 años en el comercio entre las dos mayores naciones de Sudamérica.

También el acuerdo permite que cinco años antes que se cumpla el plazo para el establecimiento de un mercado

Brasil y Argentina dieron ayer un sustantivo paso hacia la formación de un mercado común, al ratificar en esta capital el acuerdo de integración entre ambas naciones y sentar las bases para que los demás países latinoamericanos se sumen al proceso iniciado hace tres años.

común entre ambas naciones, en 1994, otros países latinoamericanos que lo deseen puedan adherirse al tratado.

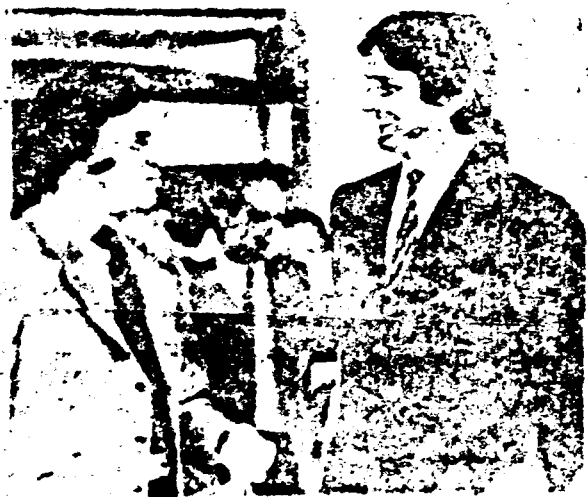
La incorporación de los demás países de América Latina en el acuerdo había

asunción de mando del presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora.

El subsecretario de Asuntos Económicos y Comerciales de la cancillería brasileña, Sebastião do Rego Barros, dijo que el plazo de cinco años fue previsto para que el proceso de integración no obstaculice el plan establecido por la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI).

"Si no hubiéramos previsto cinco años, el tratado de integración se transformaría en una nueva ALADI", explicó Barros.

Presidente argentino recibió a candidatos



BRASILIA.- El presidente argentino Carlos Saúl Menem dialogó con el candidato presidencial Fernando Collor de Mello, con quien se reunió en la mañana de ayer. (Foto Reuters vía satélite)

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI). El presidente argentino Carlos Saúl Menem se reunió ayer con seis candidatos a la presidencia de Brasil, quienes se comprometieron ante el mandatario que, si resultan elegidos, apoyarán el acuerdo de integración, según informaron ellos mismos al final de los encuentros.

Fuentes de la embajada argentina dijeron que Menem conversó a primeras horas de la mañana con el segundo colocado en las encuestas y candidato del Partido Democrático Laborista, Leonel Brizola.

Luego el jefe del Estado argentino recibió al candidato del Partido de la Reconstrucción Nacional, Fernando Collor de Mello, de centro derecha, que figura como favorito en los sondeos de opinión pública para pasar las primeras elecciones presidenciales directas en 29 años en el país, programadas para el 15 de noviembre.

Finalmente, Menem se reunió con el postulante del Partido Socialista Democrático Brasileño, Mario Covas.

Por la tarde el Presidente argentino se entrevistó con el candidato del Partido del Movimiento Democrático Brasileño, Ulysses Guimarães.

Luego recibió al ex sindicalista Luiz Inácio "Lula" da Silva, del Partido de los Trabajadores, quien según las encuestas ocupa el tercer lugar en preferencia del electorado.

La serie de reuniones con candidatos a Presidente concluyó con Guilherme Afif, del Partido Liberal. Los encuentros, que duraron unos 15 minutos cada uno, se realizaron en el Palacio do Jaburu, en el sur de Brasilia, donde se encuentra hospedado Menem.

Cooperación para mayor autonomía nuclear y espacial

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI). La respuesta a las presiones que reciben Argentina y Brasil en el campo nuclear fue dada "de forma contundente y terminante" al firmarse un nuevo acuerdo sobre cooperación en ese sector, afirmó ayer el Presidente argentino Carlos Menem.

"En los hechos estamos demostrando ambas naciones que podemos dialogar, que podemos conversar, concertar, pero no recibir presiones u obrar en base a las presiones del exterior", señaló Menem.

Los cancilleres Roberto de Abreu Sodre (brasileño), y Domingo Cavallo (argentino), suscribieron el anexo I al protocolo nú-

mero 17 de cooperación nuclear, que prevé, entre otras cosas, un tratamiento similar a los productos de origen local y preferencial con relación a terceros.

Asimismo, Sarney y Menem rubricaron la declaración sobre cooperación espacial.

En ella se señala que los dos países han realizado "esfuerzos significativos e inversiones substanciales para la adquisición de conocimientos, tecnología y equipos necesarios para la realización de empresas en este sector".

Ambos declaran su "propósito de ampliar la cooperación en los usos pacíficos del espacio exterior y aunar esfuerzos en los sectores que de común acuerdo se determinen".

Discurso en Congreso

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI). El Presidente argentino Carlos Menem visitó ayer el Congreso y el Supremo Tribunal Federal, donde fue recibido en sesiones especiales y recibió un homenaje.

El mandatario argentino afirmó en su discurso ante el parlamento que Brasil simboliza para los argentinos el esfuerzo de la unidad del continente que permitirá la inserción económica de América latina en el mundo moderno.

Dirigiéndose a los legisladores brasileños, Menem agradeció las gestiones de Brasil para el restablecimiento de las relaciones entre argentinos y británicos, rotas desde la

Guerra de las Malvinas en 1982.

"Le agradezco a Dios, a este pueblo y a este gobierno todo lo que hicieron para que nuevamente Argentina pueda entrar a negociar el problema que se creó con Gran Bretaña hace ya siete años", dijo Menem, improvisando después de concluir su discurso preparado.

"Brasil nos supo representar con elevadas miras, con dignidad y los resultados están a la vista. Brasil y Argentina en la búsqueda de la paz. Brasil y Argentina juntos con los otros pueblos de América Latina en marcha hacia su grandeza", agregó el mandatario.

Suscribieron 15 acuerdos de integración



BRASILIA.- Los Presidentes Carlos Menem y José Sarney firman los acuerdos sobre cooperación, en el Palacio de Planalto. (Foto Reuters vía satélite)

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI). Los presidentes Carlos Saúl Menem de Argentina y José Sarney de Brasil suscribieron ayer 15 acuerdos con los que se proponen fortalecer el intercambio comercial y la realización de una serie de obras públicas en sus países con miras a la formación de un mercado común en 1999.

El asesor para asuntos internacionales de la presidencia brasileña, Seixas Correa, dijo que los nuevos acuerdos "darán un impulso renovado a la integración en varios sectores".

Uno de los acuerdos establece mecanismos de consulta recíproca en los campos económico y social. En el área comercial, los acuerdos adoptados servirán para mantener un "equilibrio dinámico", dijo Correa.

Aseveró que Brasil aceptó reducir las tarifas de importación de productos argentinos, en especial de bienes alimenticios, con la introducción de nuevos productos.

Con uno de los acuerdos, 110 productos alimenticios fueron agregados a la lista de 200 mercancías que podrán ser intercambiadas libremente entre Brasil y Argentina, dijo el cónsul general adjunto argentino en Sao Paulo, Natalio Marcelo Jamer.

Entre los nuevos productos incluidos en la lista aprobada a finales de 1988 se encuentran agua mineral, salsa de tomate, aguardiente de caña, ron, tequila, dulce de leche, orégano en polvo, yerba mate, verduras en conserva y mantequilla.

El acuerdo aumenta también las cuotas de productos que figuraban en la lista actual de productos, indicó Jamer. En promedio, los aumentos varían entre 20 y 25 por ciento, con respecto al anterior acuerdo conocido como "Protocolo 22".

Los acuerdos disponen también la creación de una asociación de empresas de los dos países para la ejecución de proyectos denominados "llave en mano", los cuales prevén que Argentina financie en ciento por ciento obras en Brasil realizadas por empresas brasileñas. El costo total de las obras es de 341,5 millones de dólares.

Correa señaló que inicialmente serán construidos hospitales en los estados brasileños de Minas Gerais, Piauí y Mato Grosso, además de finalizar el trecho del ferrocarril entre las ciudades de Sao Luiz y Teresina, en el nordeste del país.

Asimismo, Brasil se comprometió a construir a través de la empresa Odebrecht la central hidroeléctrica de Pichi-Picun-Leufu en territorio argentino y ampliar el desembalse del río Uruguay, en el área de la central de Passo Fundo, aumentando la generación de energía en favor de la central de Salto Grande.

Collor confirma: não participa de debates

O presidencial Fernando Collor de Mello (PRN), que esteve ontem no Rio para encontrar-se com o diretor-presidente do jornal carioca O Dia, Ary de Carvalho, anunciou que só participará de debates no segundo turno das eleições, ainda que as emissoras de televisão proponham realizar encontros entre apenas dois candidatos até o dia 15 de novembro.

Collor reafirmou sua posição de não comparecer. "Todos os candidatos juntos não tem o meu percentual. Só aceitarei participar de debates no segundo turno, se eu estiver lá, porque terei mais tempo de desenvolver um raciocínio com princípio, meio e fim". Alguns minutos depois Collor foi mais flexível e admitiu comparecer aos debates, "dependendo das performances eleitorais dos demais candidatos", comentou ao se referir aos índices das pesquisas.

Para provar que preferiu assistir ao filme "admiradora secreta", exibido na noite de segunda-feira no programa Tela Quente, da TV Globo, ao primeiro debate ao vivo dos presidenciais transmitido



Collor preferiu Tela Quente

pela Rede Bandeirantes, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, resumiu ontem, no Rio, a história do filme para os jornalistas: "Era sobre um rapaz apaixonado por uma moça que recebe uma carta anônima pensando que fosse dela, mas ele descobre que foi uma de suas amigas que a enviou".

contou Collor bem humorado.

Dossiê

O candidato do PRN avisou também que não irá encontrar-se com o ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, para entregar-lhe a lista da corrupção do Governo Sarney, no Rio, como a assessoria do ministro chegou a sugerir, já que Corrêa deverá estar em Brasília somente na segunda-feira.

"O Rio não é o local adequado para tratar desse assunto e, além disso, correria o risco de encontrá-lo vestido com o fardão (da ARL), o que não seria também a vestimenta adequada", justificou. Collor avaliou como "provetoso" o encontro que manteve com o governador do Ceará, Tasso Jereissati, mas ressaltou que "ainda não pode contar com seu apoio". Sobre sua visita ao governador de São Paulo, Orestes Quércia, na próxima semana, o presidencial afirmou que será "de cortesia". "Ele já se definiu pelo candidato do PMDB", disse. (AE)

Ausência foi parte de uma estratégia

O candidato Fernando Collor de Mello (PRN) preferiu a companhia da mulher Rosane e da cachorra Vira, uma poodle que trouxe da França, à dos outros presidenciais e optou por desdenhar do debate entre os adversários, na noite de segunda-feira. Ele chegou na Casa da Dinda, nome da chácara onde mora no setor de mansões do Lago Norte de Brasília, quando o debate já começara, por volta das 22h, depois de visitar um amigo que quebrara a perna.

Como sua estratégia, traçada em conjunto com sua assessoria, deveria ressaltar que não estava dando a mínima

importância para o encontro dos outros presidenciais, Collor armou o cenário que melhor lhe coube: no escritório da Casa da Dinda ele ligou a televisão demonstrando interesse no filme da sessão Tela Quente e posou diante dos fotógrafos. Não soube dizer, entretanto, o nome do filme ("Admiradora Secreta"), apesar de ter decorado a sinopse publicada nos jornais do dia.

— Você acha que eu vou trocar a Tela Quente por esse debate — ironizou o candidato do PRN, que, no mesmo tom, ainda reclamou: "E eu acabei perdendo o começo do filme". Collor fez questão de apontar, em cima da superelevação — o

maior modelo do mercado — o aparelho de videocassete: "Está desligado", disse, para reforçar a idéia de que não queria nem saber do andamento do debate.

— Eu não vou ficar discutindo com quem tem 0,8% nas pesquisas", insistiu Fernando Collor que, na última avaliação, beirou os 50% de intenções de votos. "Meus adversários não foram sequer competentes", disse ao criticar a reunião dos assessores dos demais candidatos para fazer um pacto de não agressão. "Eles mostraram o jogo antes da hora", ironizou. (AJB)

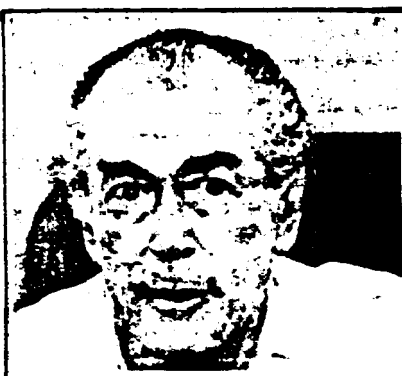
Brizola faz avaliação e condena o líder.

O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, disse ontem no Rio que as afirmações de Collor de Mello — o líder nas pesquisas eleitorais — de que preferiu assistir ao filme do programa Tela Quente, da Rede Globo, a ir ao debate "só confirma sua condição de farsante e inescrupuloso porque qualquer cidadão com um mínimo de responsabilidade não procederá desta forma nem faria tais declarações".

Brizola avaliou que o debate dos presidenciais promovido pela Rede Bandeirantes "alcançou seus objetivos" de apresentar as idéias dos candidatos ao eleitor num ambiente de "bom nível de

educação política". Ele ressaltou, porém, que o debate poderia ter sido mais eficiente caso os candidatos tivessem mais tempo para usar livremente e "expor suas propostas fundamentais".

O postulante do PDT julgou que os candidatos que não compareceram ao debate — Fernando Collor de Mello, do PRN, e Ulysses Guimarães, do PMDB — estão, por isso, eliminados da corrida sucessória. "Os dois faltosos serão censurados de forma drástica pela opinião pública", prevê Leonel Brizola, para quem Fernando Collor de Mello evitou o debate porque dele "sairia completamente desmascarado". (AE)



Brizola: "Falta-lhe responsabilidade"

Sarney critica pouco tempo

O presidente José Sarney comentou ontem com o governador Pedro Ivo Campos, de Santa Catarina, que o debate entre nove candidatos à Presidência da República na televisão, na noite de segunda-feira, ficou "comprometido pela falta de tempo para que os presidenciais ordenassem suas idéias". Para o presidente — que assistiu a um videotape do debate, o programa não permitiu que se aferisse o conhecimento dos candidatos sobre os problemas nacionais e nem das soluções que têm para a crise brasileira.

Para alguns assessores de Sarney, a limitação das colocações programáticas dos candidatos impediu que através do debate se pudesse escolher um candidato. Sobre o conteúdo, a avaliação é de que ele foi fraco e superficial, revelando despreparo dos candidatos para a televisão, pois lhes faltou poder de síntese e clareza na exposição de seus pontos de vista.


Para estes assessores, os candidatos mais "chamativos" foram os deputados Roberto Freire, do PCB, e Afif Domingos, do PL. Depois, com destaque, apareceram o deputado Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, o senador Mário Covas, do PSDB, e Ronaldo Calado, do PSD. (Brasília/ZH)

Instituto destaca Freire

O candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire — apontado pelo instituto de marketing político Braamarketing como o melhor debatedor no primeiro encontro dos presidenciais na televisão — disse ontem, em São Paulo, não ter se surpreendido com a repercussão de seu desempenho. Segundo Freire, o PCB "é o único partido de esquerda que tem uma proposta mais clara e definida, e isso ficou claro no debate".

Freire apontou o fato de Ronaldo Calado (PSD) ter ficado em segundo lugar na pesquisa do instituto também como um exemplo de definição da postura política, "pois ele é um dos poucos que assume, embora nem sempre claramente, que é da direita e defende a todo o custo a livre iniciativa". Essa clareza dos presidenciais é importante, conforme o candidato do PCB, "porque nosso país parece um Saci-Pererê, com uma única perna, só a esquerda".

Freire criticou a ausência dos presidenciais não só em debates na televisão, mas em encontros promovidos por entidades importantes, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), "com as quais há um total descaso da maioria dos candidatos". (AG)



SUCSSÃO

Eleitor tem 22 candidatos fla

Para escolher um presidente

Acabou o prazo para os partidos lançarem nomes, mas ainda há espaço para coligações e até substituições

Por VALÉRIO BRITTO
Brasil/Z.1

A quatro meses do primeiro turno da eleição presidencial, o quadro sucessório está delineando. O prazo para novas candidaturas na intenção de celebrar coligações, encerrou-se ontem. Um total de 22 candidatos à sucessão do presidente José Sarney foi lançado: desde os mais conhecidos, como Fernando Collor de Mello (PRN), que lidera as pesquisas, aos mais desconhecidos, como Nildo Práti de Barros, que concorre pelo inexpressivo Partido Nacional dos Aposentados do Brasil (PNAB).

Nenhum candidato ou mala poderá ser lançado, porque de agora em diante, as convenções com esse intuito não terão validade legal. Isso não significa, entretanto, que os candidatos não possam ser substituídos. Em qualquer momento, se um presidente(a) renunciar a essa condição, a Executiva Nacional do partido a que ele pertence terá dez dias para escolher seu substituto, dando margem a muitas articulações. O que não pode ocorrer é um partido que não fez convenção e, portanto, não definiu candidato, lançar um nome próprio para concorrer ou aceitar uma indicação.

Prazo de registro

Essas 22 nomes terão de ser registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 17 de agosto e, mesmo depois disso, as renúncias, com substituição pela Executiva, são permitidas. Até agora, o TSE não recebeu pedido de registro de nenhuma candidatura, o que só deverá ocorrer no final do prazo, porque, a partir do registro, o candidato não pode mais participar livremente de programas de televisão e de rádio. Somando o tempo de todos os partidos, serão duas horas, dois minutos e trinta segundos de diários de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão.

O tempo total de propaganda será dividido em dois períodos iguais, cada um de uma hora, um minuto e 16 segundos. Na televisão, os horários de propaganda eleitoral serão às 18 horas e às 20h30min, enquanto no rádio serão às 7 horas e às 20 horas. O número de candidatos à sucessão, assim como o tempo de propaganda, está sujeito a pequenas mudanças, porque alguns partidos, ainda no final do dia de ontem, realizavam suas convenções, que sempre são uma caixa de surpresas. Até em partidos minúsculos ocorrem disputas, alguns preferindo outros nomes ou até coligação.

Adesões e propaganda

Quanto à propaganda eleitoral, sua duração pode

aumentar, caso os partidos consigam novas adesões. Partidos sem representação no Congresso têm direito a 80 segundos; os que tem entre um e 20 parlamentares, cinco minutos; entre 21 e 60 parlamentares, dez minutos; entre 61 e 120, 18 minutos; entre 121 e 200, 16 minutos; e, acima de 20 parlamentares, 20 minutos.

Para compor essa regra, é válido o número de parlamentares que o partido ou a coligação tinha em 4 de abril último. Se o partido perdeu parlamentares entre 4 de abril e 17 de agosto, data do registro de candidaturas, não terá seu tempo diminuído. Mas, se até 17 de

agosto, o partido conseguir aumentar o número de sua representação congressional, a ponto de subir de falsa, isso é válido. Por isso, todos os partidos estão atrás de novas adesões. O PSDB, por exemplo, que tem 67 parlamentares federais e dez minutos de propaganda eleitoral, aposta tudo em busca de quatro novos deputados ou senadores, para que possa ter direito a 13 minutos diários. Já o PL espera que o TSE reconheça como válida a convenção do PDC e decida que os dois partidos estão coligados. Assim, o candidato Afir Domingos passará de cinco para dez minutos de propaganda por dia.

8909023

A tentativa com Arraes

A tendência revelada pelas urnas nas eleições de 15 de novembro é que está contribuindo para colocar em destaque, no PMDB, a candidatura do governador Miguel Arraes à sucessão presidencial. Advertidos e assustados com a reação eleitoral, setores do PMDB estão identificando o desgaste do candidato natural, Ulysses Guimarães, e propondo outra solução, mais à esquerda. A notoriedade que envolveu a trajetória de Ulysses, ainda em outubro, quando foi festejado na promulgação da nova Carta parece não estar sensibilizando mais as bases, daí a alternativa que está sendo levantada. Outro caminho seria ainda avaliar, mas aí sem atentar para componentes ideológicos, a candidatura Orestes Quércia. Governador de São Paulo ele nunca deixou de ser candidato, como demonstra sua preocupação em alterar rapidamente o secretariado após a eleição e apresentar-se como reciclado. De qualquer maneira, o deputado Ulysses Guimarães retorna ao Brasil, depois de breves férias, com seus problemas internos aumentados. Não se desligando completamente deles, Ulysses esteve acompanhado por um grupo de líderes no exterior, passando em revista a estratégia a seguir. Um sinal claro de que considera os próximos episódios políticos como interligados e decisivos para a sua candidatura.

Opção

O nome de Miguel Arraes, um governador que nunca sintonizou muito com a Nova República, também demonstraria a existência de candidatos de esquerda, no próprio partido. Quando muitos pregam um entendimento com Mário Covas, em busca Cessa tônica, Arraes é lembrado como a saída interna. Se prosperar será outra questão, a ser discutida no momento oportuno, dependente de muitos desdobramentos e avaliações, mas está sendo colocado como opção. Provoca ainda outra consequência, a de retirar Ulysses Guimarães, da evidência absoluta no PMDB, condição em que se torna permanentemente criticado. Há uma forte corrente partidária, aliás, que considera válida a preservação do seu presidente, hoje questionado pelo aval ao Governo, apesar do seu desempenho político dos anos 70 para cá e sua atuação na Constituinte, divergindo do Palácio do Planalto em vários momentos. Uma retirada de cena, estratégica, não seria desaconselhável. Pelo contrário. Até porque, admitem, Arraes atende às exigências do momento, embora representando em termos regionais, o Nordeste de novo.

Brizola

Sobre a candidatura do ex-governador Leonel Brizola existem também opiniões divergentes no PMDB. Entre elas a de que ele trata de escolher, com antecipação, o seu rival, o deputado Luiz Ignácio Lula da Silva. O crescimento do PT nas últimas eleições trouxe duas consequências para o PDT: não o deixou isolado na posição de crítico do Governo, mas também viu reduzir-se, pela mesma causa, o PT, as resistências ao seu nome, em círculos antes intransigentemente contrários.

Conversas

Uma análise sobre o atual quadro político e a manutenção da aliança que funcionou na eleição de novembro está levando lideranças do PDS e PFL a conversarem mesmo em pleno recesso. Ao menos no Rio Grande.

Secretariado

Sem ter convencido o deputado Luiz Andrade Ponte a assumir a Secretaria do Planejamento, da qual Cláudio Accurso está saindo, o governador Pedro Simon tem alternativas para ela. Até o fim do mês o secretariado estadual, em boa parte, estará modificado. Sobre tudo se confrontado com o primeiro que assumiu em 15 de março de 1988.

Carlos Fehlberg

8909026

Reforma administrativa, decisão sempre adiada

Por ROSANE GARCIA
Basil/ZH

"A reforma administrativa sai hoje ou no máximo amanhã". A afirmação foi feita, em outubro de 1987, pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, após entregar ao presidente José Sarney todas as alternativas jurídicas e técnicas para a fusão, extinção ou transformação de ministérios em órgãos. Era o pacote da reforma administrativa que Sarney apontava como inevitável para conter os gastos públicos e garantir a eficiência da máquina administrativa. Era também a terceira vez que o presidente Sarney ameaçava, deixando de lado as pressões políticas, "arrumar a casa".

Em janeiro daquele ano, o Governo chegou a criar o Grupo Executivo da Reforma da Administração, coordenado pelo ministro da Administração, Aluizio Alves. A primeira decisão do Gerap era o fechamento de 15 consulados, a redução do auxílio-moradia aos funcionários no exterior e outras medidas visando à contenção dos gastos. Nesta primeira etapa, o Ministério da Saúde também seria modificado para economizar Cr\$ 42 milhões.

Já em outubro de 1987, sem sucesso todas as medidas anteriormente anunciadas, Saulo Ramos propunha ao presidente a fusão dos seguintes ministérios: Saúde e Previdência; Ciência e Tecnologia com Indústria e Comércio ou com a pasta da Cultura. Além disso, poderiam se unir Administração e Planejamento ou transformar Administração em autarquia. O Ministério do Interior aglutinaria a estrutura da Irrigação



Saulo Ramos faz o estudo das alternativas

ou então este passaria ao âmbito do Ministério da Agricultura. Nada muito diferente do que planeja hoje o Governo.

Amigo de infância

Estas alterações, em 87, implicariam a saída de alguns ministros do PMDB, que até então formava, em parte, a base de sustentação política do Governo. Mas, muito mais do que isso, tiraria do governo Sarney figuras como a do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, que além de ser amigo pessoal do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, era, sobretudo, um "ente querido" da família Sarney. Se a primeira reforma, prevista para acontecer em 1986, foi abortada por influência direta do senador Marco Maciel, esta foi adiada por influência da família Sarney



Aluizio Alves coordena grupo executivo

com o auxílio de Ulysses Guimarães.

A família Sarney interveio, mais diretamente, na terceira tentativa do presidente de executar a reforma administrativa. Desta vez, Sarney entrava no seu terceiro ano de governo. Abril de 1988. A filha e a mulher do presidente, respectivamente, Roseana e Maril, Sarney, não concordaram com os planos de Governo que implicaria, mais uma vez, a saída de Renato Archer, o "amigo de infância, lá do Maranhão". Atendendo aos apelos familiares, Sarney engavetou as propostas. Archer só sairia ano passado, por uma decisão pessoal, depois de discordar publicamente do presidente sobre os custos dos benefícios aprovados pelo Congresso Constituinte à classe trabalhadora.

Os obstáculos à implantação das mudanças

Desde o final do ano passado, superados todos os impasses do processo constituinte, em que não estava mais em jogo o mandato do atual governo, nem o sistema de governo, Sarney anunciou que o início deste ano promoveria uma profunda reforma administrativa, acompanhada de novas medidas econômico-financeiras. Em meados do ano passado, o presidente chegou a pedir a sua assessoria que retirasse do arquivo a proposta elaborada pelo consultor-geral, Saulo Ramos. Segundo assessores do Palácio do Planalto, os estudos em mãos do presidente para esta quarta tentativa não estão muito longe do que propunha Saulo em outubro de 1987.

No entanto, a grande dúvida que existe na assessoria do presidente é se desta vez haverá, de fato, uma reforma administrativa. A expectativa no Palácio do Planalto, apesar das declarações incisivas do ministro-chefe do Gabinete Civil, é de mais uma vez o Governo patrocinar um grande balão de ensaio.

Alguns raciocínios feitos no passado são considerados bastante atuais: "Como um acadêmico poderá acabar com o Ministério da Cultura?" - indagou Aluizio Alves, em 1987. Sarney não deixou de ser acadêmico. Ao contrário, a cada viagem que faz ao exterior procura

lançar a língua do País uma de suas obras. A própria lei de incentivo à cultura (Lei Sarney), cuja aplicação é estimulada pelo Governo, revela o grande envolvimento do presidente com o mundo da fantasia.

Laços políticos

Mas, além do lado sensível do presidente, há a questão política. O rompimento da Aliança Democrática, em meados de 88, não libertou completamente Sarney dos seus laços políticos. Segundo um assessor, apesar da postura de oposição de parcela significativa do PMDB e do PFL, 60% dos cargos federais estão nas mãos dos que criticam o Governo. Um caso clássico, citado inclusive num levantamento entregue a Sarney, é o do deputado Walmor de Luca (PMDB-SC), que mantém parentes, entre eles a esposa, ocupando cargos de confiança na administração federal.

Todos estes fatores, aliados às características pessoais de Sarney, reforçam a crença, entre alguns assessores, no Palácio do Planalto, de que a reforma será mais tímida do que sua própria timidez. Não são poucos os que duvidam da falta de coragem do presidente para tirar do governo ministros como Vicente

Fialho (Irrigação) e Prisco Viana (Habitação e Bem-Estar Social). Na avaliação dos assessores, Sarney poderia tirar, talvez, José Rinaldo Tavares (Transportes) porque não teria de enfrentar uma situação constrangedora, em razão da amizade que os une. Mas, com certeza, não ousaria sugerir a saída de Antônio Carlos Magalhães (Comunicações). Conhecendo a índole do ministro, Sarney tem a certeza de que ele sairia atirando contra o Governo, comprometendo ainda mais a sua imagem já desgastada perante a opinião.

Na avaliação de antigos assessores, falta ao presidente a mesma determinação que tinha o ex-presidente João Baptista Figueiredo. No momento em que Figueiredo decidiu que a Câmara seria presidida pelo ex-deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), não hesitou em chamar ao seu gabinete o adversário Djalma Marinho para avisá-lo de que devia retirar sua candidatura. Diante da negativa do opositor, Figueiredo determinou ao ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo, que vetasse o ingresso de parlamentares nordestinos em aviação da VASP. Com isso, Figueiredo garantiu que o quórum na data da votação fosse favorável a Marchezan. (Basil/ZH).

Pacote fiscal obriga empresas a refazer orçamentos

Indeções inviabilizam os objetivos

José Antonio Rodrigues

SÃO PAULO — O pacote fiscal, baixado pelo governo na terça-feira, provocou um intenso rebuliço nos departamentos financeiros das empresas. Cálculos estão sendo refeitos, orçamentos revisados, expectativas redimensionadas. A primeira constatação é que as medidas atingem de forma e grau diferentes a cada empresa, em função de suas atividades e de seus mercados. O setor automobilístico, por exemplo, avalia — segundo diretor da Anilavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) — o acréscimo de tributação em US\$ 400 milhões, dos quais cerca de US\$ 40 milhões apenas com os efeitos da nova contribuição social. A segunda constatação, porém, é que nada está muito claro.

Rubens Tafner, vice-diretor superintendente da Sandvick do Brasil (empresa metalúrgica, de origem sueca, fabricante de ferramentas e tubos de aço) e diretor-técnico do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef) avalia que há um aparente acréscimo de 3% sobre os impostos, somente com a criação da "contribuição social" de 8% sobre o lucro líquido. Ele compara com a redução da tributação do imposto de Renda, de 35% para 30% sobre o lucro tributável, e conclui que o cálculo deve ser feito sobre a mesma base. Ganha-se 5%, perde-se 8%, resultado: um acréscimo de 3%.

Mas o próprio Tafner apresenta outra divisão: as empresas de exportação, que recolhem apenas 3% sobre o lucro, terão que pagar os 8% da contribuição social. Nesse caso, se tiverem, terão um acréscimo, imediato de 8%. Esse não é, porém, o entendimento de César Colimbra, vice-presidente do Grupo Cacique (maior exportador de café solível do país) que interpreta a contribuição social como um tributo que não atingirá as empresas exportadoras.

Possibilidade — Tafner acena, porém, com outra possibilidade, que lhe parece bastante provável, sobre a "contribuição social". Ao denominá-la de "contribuição", e não de imposto, o governo permitiria a dedução sobre seu valor. Se as empresas aplicarem 30% de dedução sobre os 8% da contribuição, não terão mais uma perda de 3%, mas sim de 0,6%. "Isso somente ficará claro depois de toda a calculadora que se tem que fazer, porque dúvidas e interpretações não faltam", diz ele.

Francisco Céspedes, diretor-financeiro da Montanha do Brasil — uma das 10 maiores indústrias dos setores químico e petroquímico do país — acha que o aumento de 3% sobre sua tributação é certo. No caso da Monsanto, que recebe mais de US\$ 10 milhões por ano, no total a contribuição social significará um acréscimo de "milhares de dólares", avalia ele, imprimecamente, porque ainda está "fazendo as contas".

Visão conjunta — Céspedes diz que todo o pacote fiscal tem que ser visto em conjunto. As medidas representam um aumento líquido de tributação. "Vamos ter efeitos no



Wilson Pedrosa — 29.03.88

Abreu: meta é zerar o déficit

fluxo de caixa também, porque vamos ter que desembolsar mais cedo e mais caixa, o que representa um duplo ônus." Nada ainda está claro, afirma o empresário. Há que se ver o efeito do corte nos subsídios, porque ainda não se definiu o que acontecerá na área de crédito rural.

O economista Marcel Solimeo, presidente do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, não tem dúvidas: o aumento é de 3% mesmo. Ele calcula que tanto a dedução do IR sobre o faturamento líquido como a contribuição sindical são estabelecidos sobre a mesma base. Solimeo, que tem participado das negociações do pacto social, como técnico do lado empresarial, adianta um outro lado: o de que a alíquota para os bancos é de 12%, representando, nesse caso, um aumento de 7% para essas instituições. Para as concessionárias de energia elétrica, acrescenta Solimeo, que pagavam 6% de imposto sobre o lucro líquido, a alíquota saltou para 30%, além da contribuição social de 8%.

Arrecadação maior — No âmbito do pacto já se sabia que o governo iria aumentar a arrecadação. Sua intenção, já anunciada, é arrecadar R\$ 995 bilhões (em moeda de junho de 1988) somente com a contribuição social, ou 0,97% do PIB. Solimeo lembra que o assunto foi debatido "muito rapidamente", porque os empresários estavam mais preocupados com a meta zero do déficit do governo e "não discutiram detalhes". Apenas sabiam que haveria um aumento de impostos, com a contrapartida redução de gastos públicos e o compromisso de se adotar uma política monetária apertada e que possibilitasse combater a inflação.

Solimeo concorda em que as medidas que atingem as exportações são mais amenas, com o fôlego estando centrado sobre o mercado interno. Ele explica, também, que as empresas menores têm um critério de lucro presumido diferente, pois pagam em função de receita — 10% da receita é presumido como lucro. Sobre esse lucro é que recai a contribuição social e o

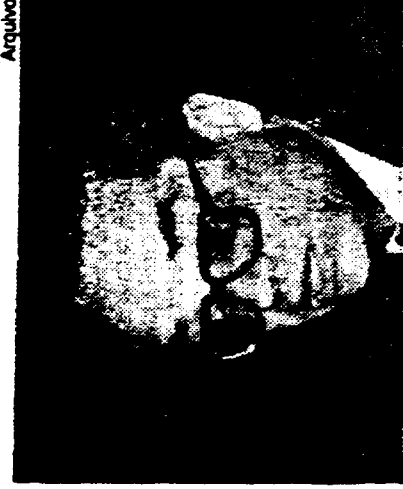
BRASÍLIA — Criticado por ser inflacionário, ao aumentar os custos das empresas com pagamento de impostos, o programa de ajuste do governo, conhecido até agora como pacote fiscal, está "se pingu", como define um dos assessores econômicos que colaboraram em sua formulação. E não tem mais data para ser divulgado, sob o nome Programa de Modernização e Ajustamento. E dificuldades cumprirá o objetivo, definido pelo governo, de combater, com suas metas, as expectativas de estouro inflacionário no ano que vem.

O corte nos incentivos fiscais, que seria equivalente a 0,42% do Produto Interno Bruto e garantiria cerca de US\$ 1,4 bilhão em recursos adicionais ao governo foi reduzido à metade, segundo calculam assessores da equipe econômica. E não há consenso no Ministério da Fazenda sobre a necessidade de se suspender a conversão de dívidas em investimentos, um dos vilões da aceleração inflacionária de 1988.

Ainda sem uma avaliação precisa de quanto o Congresso modificou a proposta de orçamento enviada pelo governo federal, o Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, reuniu ontem seus assessores mais importantes para discutir a versão final do Programa de Modernização e Ajustamento. Apesar das dificuldades, ele não pensa em abandonar a meta de zerar o déficit mensal das contas públicas ano que vem.

O tom do documento em preparação pela equipe econômica é de alarme: os economistas do governo acham que não há mais espaço para ajustar a economia sem sacrifícios, e que é o momento de se discutirem as perdas de cada setor.

Incerteza — O orçamento aprovado na última sexta-feira em sessão relâmpago no Congresso embute uma inflação de 10% ao mês, ou seja, adota uma inflação de 120% ao ano. A previsão de inflação de 10% ao ano, sem necessidade de complementação de verbas, se for cumprida essa previsão de inflação, considerada otimista até pelos técnicos governamentais. O estouro da meta de 10% mensal obrigará o governo a mandar periodicamente uma — ou mais — Lei de Exceção de



Arquivo

Solimeo: sem discutir detalhes

Congresso, um projeto de lei com suplementações orçamentárias. O que significa que, durante o ano, o orçamento aprovado esta semana poderá ser totalmente modificado, com novos cortes ou novas verbas.

O governo queria indexar o orçamento, ou seja, fazer com que as despesas e receitas, uma vez fixadas, só fossem alteradas de acordo com os aumentos de preços, medidos pelos índices de inflação. O Congresso revogou a indexação e, com isso, o Orçamento, segundo avalia a equipe econômica, deixou de representar o compromisso do governo de controlar suas contas no ano que vem e funcionar como incentivo ao setor privado. Os assessores do governo já começam a prever pressões de governadores e políticos em 1989, no auge da campanha eleitoral.

"O Congresso quer executar o Orçamento, em lugar de fixar as diretrizes orçamentárias. A proposta original, que não seria alterada durante o ano, era um sinal ao setor privado. O Orçamento aprovado pode ser qualquer coisa, só tem incerteza", lamenta um dos formuladores do programa de ajuste do governo. Na avaliação, ainda preliminar, dos técnicos governamentais especialistas em Orçamento, as alterações feitas pelo Congresso na

proposta orçamentária da União inviabilizam o pagamento de dívidas da Siderbrás, impossibilitam o financiamento oficial à agricultura e exportação e ameaçam o seguro-desemprego mantido pelo Ministério do Trabalho. A solução desses problemas acabará aumentando o déficit orçamentário, temem os técnicos.

Lobbies — O Congresso não foi o único a causar problemas para o embrionário programa de ajuste do governo, cujas metas já ameaçam tornar-se inviáveis. Para que as contas da equipe econômica fechem, eliminando o déficit conjunto dos orçamentos da União, Previdência, estados e estatais, será necessário que o governo, com o estouro de arrecadação e cobrança da dívida de fornecedores de imposto, receba, em 1989, cerca de 1,9% do PIB (pouco menos de US\$ 6,3 bilhões).

Isso, segundo assessores do Ministério da Fazenda, seria tranquilo se o governo tornasse indisponíveis os bens dos devedores crônicos da Receita Federal e criasse um sistema de gratificação aos fiscais, que hoje preferem as tarefas burocráticas aos serviços de rua.

Mas a indisponibilidade foi abandonada, considerada inconstitucional pelo Procurador Geral da Fazenda, Cid Heráclito, e combatida pelos empresários que negociam com o governo e trabalhadores um pacto para baixar a inflação. E o incentivo aos fiscais, que sairia por medida provisória, será ainda negociado com o Congresso, em um projeto de lei. O Programa de Modernização e Ajustamento, em sua penúltima versão, previa o corte de todos os incentivos fiscais que não estivessem garantidos por contrato ou pela lei que impede a extinção dos incentivos com prazo certo para término e dos incentivos ao Nordeste e Amazônia. Isso renderia ao governo cerca de 0,42% do PIB (quase US\$ 1,4 bilhão). Mas, acatando os lobbies do setor privado, o governo voltou atrás, e, do levantamento inicial, cortou quase a metade, deixando também de fora os incentivos da política industrial, os do setor exportador, para cultura e para as Zonas de Processamento à Exportação (ZPE).

01-01

8909030

F. R. (P.P.)

PREFEITURAS

O PT contra o PT

No comando de 36 cidades, os prefeitos petistas sofrem as agruras de uma dura batalha interna

Quando o PT arrebatou 36 prefeituras nas eleições do ano passado, os seus principais dirigentes começaram a dizer que iriam enfrentar oposição do governo federal, dos governadores de Estado e dos grandes empresários do país — enfim, de todos aqueles que a cartilha petista costuma chamar de burguesia. Nove meses depois das eleições, os prefeitos do PT descobrem que boa parte dos obstáculos que têm de enfrentar em sua administração foi erguida pelo próprio PT. "Quando eu penso que o partido está me seguindo, percebo que ele está contra mim", afirma o prefeito Jacó Bittar, de Campinas, em São Paulo. "Olhando de fora, parece muito fácil administrar, mas queria que os companheiros vissem os problemas de dentro", completa a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina.

Na semana passada, três das mais ilustres administrações petistas estavam às voltas com tormentos de toda ordem. Em São Paulo, depois de enfrentar seis dias de greve dos funcionários da prefeitura, convocada pela CUT e apoiada por lideranças do PT, Luiza Erundina acabou abrindo os cofres para dar um reajuste de até 46% para os servidores. Em Campi-

nas, submerso numa enxurrada de disputas entre as diversas facções de seu partido, que não se entendem a respeito da partilha de cargos de confiança nem sobre questões banais da rotina de uma prefeitura, como a do valor das passagens de ônibus, o prefeito Jacó Bittar viu-se obrigado a decretar estado de calamidade pública na cidade — como forma de tentar evitar um lockout dos proprietários de empresas de ônibus. O lockout terminou ocorrendo.

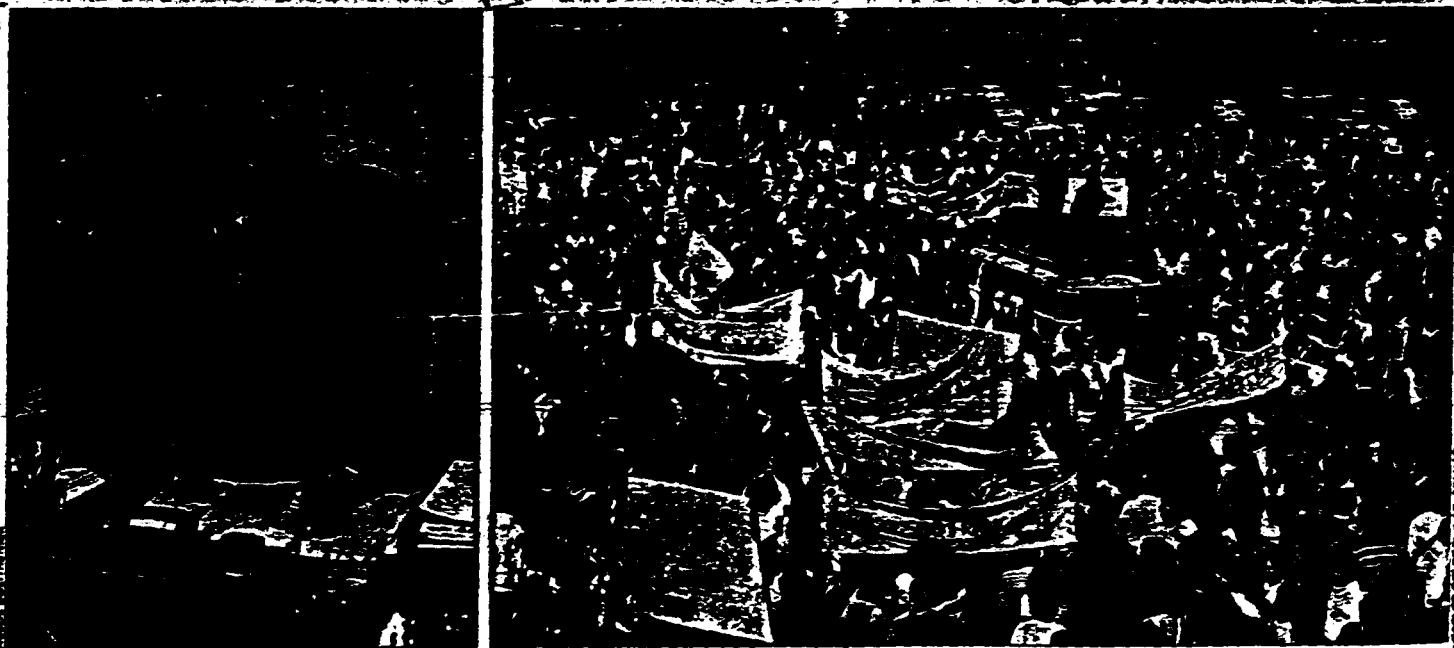
O caso mais grave, porém, ocorreu em Diadema, ABC paulista, região que é o berço do PT. Na semana passada, o prefeito José Augusto Ramos, do PT, enfrentou uma violenta guerra interna — e a batalha foi parar na polícia. Aconteceu, ali, um conflito bem especial. Desde sua posse, José Augusto planejava construir um conjunto habitacional na cidade. Dias atrás, quando as obras estavam em fase de terraplenagem, ocorreu uma situação até que bastante comum nesse tipo de investimento — a área foi invadida. A diferença, em Diadema, é que o líder da invasão era ninguém menos que o vice-prefeito do PT, Antônio Justino. Incomodado, José Augusto resolveu entrar com uma ação na Justiça para expulsar os invasores. Na



Luiza, em campanha: "Não existe..."

quarta-feira da semana passada, o vice-prefeito do PT invadiu o gabinete do prefeito do PT para dar o troco, em companhia de uma comissão de invasores — José Augusto recebeu socos e pontapés e, quando o conflito terminou, foi dar queixa na delegacia de polícia mais próxima.

DESCASO ELEITORAL — A posse de prefeitos do PT em cidades que, juntas, reúnem 18 milhões de pessoas, defez uma das grandes lendas colocadas em circulação por uma parcela dos adversários do partido, que anunciavam uma espécie de apocalipse municipal na maioria delas. Como se verifica agora, isso, de fato, não ocorreu — pode-se falar mal dos pre-



Erundina e os funcionários municipais em greve. "Olhando de fora, parece fácil administrar"

8909035

01-02

VEJA, 16 DE AGOSTO, 1989



...saída mágica para o PT

feitos petistas, mas não se pode afirmar que as cidades entraram em colapso depois que eles tomaram posse. O que acontece, na verdade, é um problema de outra natureza. Os prefeitos do PT, até hoje, não conseguiram mudar a sua passagem junto à população que os elegeu e não mostraram, assim, a que vieram. Quem votou contra o PT nas últimas eleições se encontra, em posse, reconfortado, pois apostou na incapacidade da legenda de promover melhorias nas cidades. Quem votou a favor, no entanto, está naquela situação de alguém que não sabe o que foi feito com seu voto.

Em matéria de complicações, a gestão de Erundina é um caso exemplar. Ela foi

eleita com 1,5 milhão de votos para administrar uma cidade onde vivem 12 milhões de pessoas. Na última quarta-feira, após se defrontar com uma paralisação de 75% do funcionalismo, Erundina anunciou a concessão de um reajuste para os servidores que vai aumentar a folha de pagamentos da prefeitura em 40 milhões de cruzados novos por mês. Para fazer frente a essa nova despesa, Erundina irá promover cortes em outras folhas do orçamento, o que, na prática, vai representar o cancelamento de algumas obras. A questão, porém, reside em outro lugar. Por exemplo: com o montante que a prefeitura vai gastar com salários a mais, Erundina poderia construir 2.000 casas populares por mês. Ou seja: nos três anos e meio de gestão que ainda tem pela frente, Erundina poderia construir mais de 80.000 casas populares, que iriam beneficiar uma população de 1,2 milhão de pessoas. Com o reajuste da semana passada, a prefeita irá beneficiar o salário de 120.000 funcionários.

Dois ilusões — Entre as críticas que são feitas aos prefeitos do PT estão as de deixarem as chamadas zonas nobres das cidades ao desabrigo. É óbvio que não se pode recriminá-los por isso. Afinal, nenhum deles foi eleito com a promessa de cuidar dos jardins, em São Paulo, ou de Mont Serrat, em Porto Alegre. O que é complicado, na administração que a legenda tem promovido até agora, é uma outra realidade — a de que a chamada periferia, que seria destinatária da maioria dos projetos e obras do PT, também não foi beneficiada. Nessa matéria, um dos casos mais conhecidos é um dos eternos dramas das grandes capitais bra-

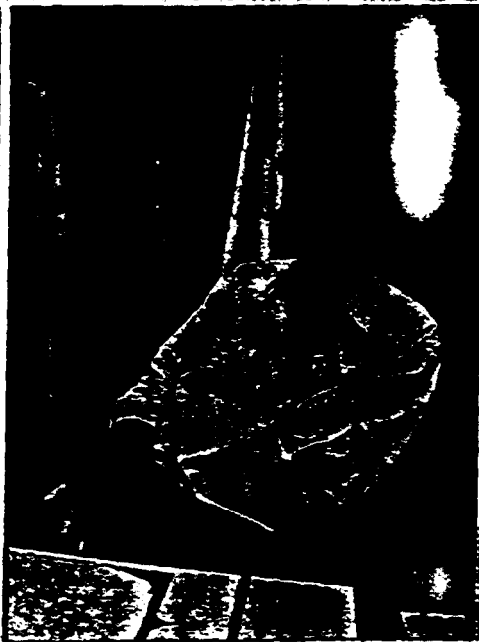
sileiras, que vem a ser o dos transportes coletivos.

Até agora, em vez de batalhar por proposições criativas, os prefeitos petistas têm preferido ameaçar as empresas de ônibus com a velha bandeira da estatização, ao mesmo tempo que deixam os passageiros no desabrigo. Na semana passada, por exemplo, a prefeitura de São Paulo anunciava, simultaneamente, que elaborou um plano para aumentar o peso da máquina oficial entre os ônibus da cidade e uma elevação de 45% no preço das passagens. Em Campinas, onde os ônibus passaram a semana estacionados nas garagens, o aumento foi de 25%.

Em janeiro de 1989, quando tomaram posse, os prefeitos do PT produziram duas ilusões bem diferentes. Para o deputado Luís Ignácio Lula da Silva, candidato do PT à Presidência, as prefeituras seriam uma espécie de cartão de visitas de sua campanha. Para os adversários da candidatura de Lula, o simples fato de o PT assumir o papel de governo seria suficiente para rodar sua candidatura a pó. Em terceiro lugar nas pesquisas, Lula tem feito uma campanha que já foi mais gorda — mas os comícios promovidos em boa parte do país demonstram que o Rêgo de sua candidatura não terminou. Na última quarta-feira, por exemplo, Lula conseguiu reunir 4.000 pessoas em um comício na cidade-satélite de Taguatinga a 20 quilômetros de Brasília, um território político onde o PT nunca teve grande tradição. "Não existe nenhuma saída mágica para reverter o quadro desfavorável ao PT neste momento", reconhece Lula. "Mas, mesmo assim, acredito que vou chegar ao segundo turno, graças ao empenho da militância do partido."



...em Campinas e o prefeito Jacó Bittar: "O partido parece estar contra mim"



“Querem a volta do clientelismo”

Na campanha eleitoral do ano passado, o senhor foi chamado de traidor pelo candidato do PDT, Marcello Alencar. Ele disse que o senhor não cumprira as promessas que o elegeram. Pensemos que cinco meses da administração Marcello Alencar, o senhor acha que os compromissos eleitorais do PDT estão sendo cumpridos?

Eu acho que cinco meses não é tempo suficiente para se criticar um governo. Seria leviano. Já passei por isso e sei o quanto se comete de injustiças num julgamento desse tipo, o que não impede que se possa lamentar algumas decisões do atual governo. A extinção dos Conselhos Governo-Comunidade, por exemplo, é retrógrada. O que se temia é restabelecer os feudos da influência partidária, restabelecer a política do clientelismo, do paternalismo administrativo e da prática de favores pelo vereador deste ou daquele bairro, resultando em obras nem sempre prioritárias para a comunidade.

Essa é a sua única crítica?

Não é só. A transferência do gabinete do prefeito para o Centro Administrativo da Cidade Nova é um gesto demagógico, que não vai trazer benefício algum, mesmo porque o Palácio da Cidade continua lá. O que o Marcello vai fazer com ele? Vender, eu duvido. E, sendo assim, não se fez nenhuma economia, pois a prefeitura continua a arcar com custos de manutenção do prédio desativado. Eu lamento, também, a extinção da banda, do coral e da orquestra do Rio. Eram de excelente nível e importantes para a cultura da cidade.

E a questão das demissões que o prefeito prometeu fazer?

Pois é, eles falaram em demitir 11 mil funcionários que eu contratei irregularmente. Menos de 1.000 foram demitidos e ninguém fala mais nisso. O pior é que não se usou o critério da competência, da necessidade. O que norteou as demissões foi a represália política. A demissão da diretoria da Escola Tia Ciata de Memórias de Rua, por exemplo, uma equipe competente, foi imediatamente um ato de revanchismo político.

Mas a administração atual, em quatro meses, tirou a prefeitura da falência...

Olha, tenho plena convicção de que o Rio precisava passar por uma crise profunda para que as soluções emergissem. É claro que a crise não é provocada, que circunstâncias conduziram a ela. Veja o caso do IPTU, por exemplo, uma receita essencial. Eu nunca consegui qualquer reajuste. No entanto, os mesmos vereadores que sempre resistiram a aumentá-lo, agora estão dizendo que

O senhor sempre disse que a falência do Rio vinha se desenvolvendo desde a época da União e que se chegasse a fevereiro de 88 acabariam aprazando este processo. Mas a política salarial que o senhor traçou e pla em política, os reajustes acima da inflação, não contribuíram para a crise?

Contribuíram muito. Minha política salarial foi um equívoco. Eu tinha o compromisso de melhorar a máquina administrativa municipal e era indispensável aumentar os baixíssimos salários do servidor. Nós aprovamos os planos de carreira de todas as categorias. Agora, a realidade mostrou que os gastos resultantes desses planos estavam bem exagerados em relação à nossa receita. Primeiro, por um erro de estimativa, mas também pelo descontrole da inflação. Foi quando começamos a puxar o freio, parcelar os reajustes em duas ou três vezes. E o funcionalismo não sofreu, tantos os eram beneficiários que havia recebido.

Faça cálculos equivocados a que o senhor se referiu foram feitos, à época, pelo economista Tito Ryff, seu secretário de Fazenda e mais tarde candidato eleito a vereador pelo PDT. No clima acirrado da campanha eleitoral, este envolvimento do PDT com o governo não foi usado pelos candidatos do seu partido. O senhor contribuiu para que esse envolvimento não viesse à tona?

Eu não falei disso na época da campanha e não falo agora. Acho que o Tito não agiu de má-fé. Da mesma forma que aprovei os cálculos de confiança, ele pode ter aproveitado os estudos confiando em seus assessores. No desejo de cumprir os compromissos com o funcionalismo, nós exageramos na dose. Mas o racha com o PDT foi prejudicial. Contribuiu para o isolamento da administração municipal.

E os empréstimos que o senhor fez nos bancos privados?

Realmente contribuíram para agravar a crise. Mas eram inevitáveis. Sua função seria cobrir as despesas da prefeitura até a liberação dos financiamentos do governo federal, que acabaram não saindo. E, com a inflação galopante, os juros foram para a estratosfera, sem que tivéssemos como pagar em dia.

Outra acusação que pesa sobre o senhor é que, mesmo na crise, a prefeitura continuou a contratar, inclusive os quadros de fundações e empresas como a Roraima, que levou o R\$ 30 para 500 milhões.

Falência

“Tenho plena convicção de que o Rio precisa passar por uma crise profunda para que as soluções emergissem.”

Marcello

“O que norteou as demissões (do atual governo) foi a represália política. Não se usou o critério da competência, da necessidade.”

Funcionalismo

“Minha política salarial foi um equívoco. A realidade mostrou que os gastos (com reajustes) estavam muito exagerados.”

quase todas as contratações foram nos setores de saúde, para a expansão dos postos médicos, e de educação, para manter as 300 creches e quase 1.000 escolas que deixei. Mas todas ocorreram por concurso, sem qualquer irregularidade como o Marcello denunciou sem provas.

O senhor não se arrepende de ter declarado publicamente a falência? Como é que foi esse processo de assumir a bancarrota? Não seria menos danoso politicamente empurrar a crise com a barriga? Não me arrependo. Foi uma decisão difícil, pensada, por mais de 15 dias. Houve reuniões amplas, envolvendo todo o secretariado. A angústia era geral, no fundo só eu defendia a abertura do jogo. Havia quem preferisse continuar empurrando com a barriga. Mas não havia outra forma. Se eu não assumisse a falência, seria assumido por ela, já que o bloqueio de nossas contas foi um golpe fatal. O jeito era abrir o bico e chamar a sociedade para tentar romper esse isolamento.

Sem o bloqueio, haveria saída?

Sem ele, poderíamos reagir. Tanto assim, que hoje eu pergunto: que falência era essa, que em três meses o novo prefeito diz ter resolvido tudo? No primeiro mês, o Marcello liquidou as dívidas bancárias de curto prazo. No terceiro mês, ele acertou a situação com os credores. A falência foi — hoje está claro — uma falência política, ditada por uma decisão política de bloquear nossas contas. Com as contas bloqueadas, como é que podíamos pagar? Sem pagar, como sair da crise? E mais do que isso, nas vezes em que conseguimos desbloquear as contas, o governo reagiu com o arresto de nossa receita. Até o Baneij contribuiu nesse processo. E aí vieram os atrasos do pagamento dos servidores.

Mas o bloqueio das contas públicas, em função do endividamento externo, não ocorreu só com o Rio. Outras capitais e até estados sofreram com a mesma situação.

Mas nenhum outro lugar foi tratado com tanta intransigência como o Rio. O governo federal precisava, em meio a uma negociação com o FMI, mostrar que estava sendo duro e austero. E nada melhor que o Rio para servir de bode expiatório. Afinal, era aqui que se fazia um governo renovador, voltado para o social. E, mais do que isso, a falência do Rio repercutia em todo o mundo, como de fato repercutiu. Essa falsa imagem de austeridade da União foi amplamente passada aos credores.

O senhor também foi criticado por intervir diretamente na política durante o governo. Não acha que isso contribuiu para a situação financeira desastrosa e para a falência do Rio?

Não, lamento. Mas acho que a intervenção foi necessária para evitar uma situação ainda mais grave.

é tão simples. O problema é que você corre o risco de cometer injustiças. Faltaram, serviram, mas não trabalharam, geralmente têm estabilidade e estão protegidos por um consenso que quer. E aí, para atingir a folha, você acaba demitindo em setores essenciais e gente que realmente trabalhava. Uma economia, diga-se de passagem, que não resolveria nossos problemas. Fora esse argumento, seu envolvimento com a candidatura socialista de João Resende não estaria por trás da decisão de não demitir e privatizar? Claro que não. Meu compromisso pessoal se encerrava na ação pessoal, não se refletia na ação de governo. Em nenhum momento deixei de tomar atitudes pensando em candidaturas. Seria uma prática populista, que nosso governo condenava. Mas, na medida em que eu cumpria promessas de campanha, estava ajudando o João. As duas coisas estão muito próximas. Eu defendia a candidatura do João, mas não a impus ao partido. O partido é que não tinha outro nome. Com a falência, o senhor tinha certeza de que o nome de João se estabilizaria?

Eu tinha, ele também. Conversamos muito sobre isso. Nós estávamos dando um prato cheio para nossos adversários. Depois, eu achava que, para enfrentar a crise e assumir a defesa da cidade, precisava estar acima dos partidos, não podia participar da disputa. Mas, dentro do partido, as resistências foram muitas. Alguns setores queriam manter o João até o fim, mesmo anteendo a derrota. Queriam manter o PSB unido, evitar o racha que acabou ocorrendo durante a campanha. Em termos de interesse partidário eles tinham razão, talvez tivesse sido melhor ficar até o fim.

O partido não o apoiou integralmente na crise. O senhor tem algumas dúvidas sobre isso?

Não se pode falar em mágoa, isso é do jogo político. Realmente, de cerca de 90 candidatos a vereador do PSB, apenas uma meia dúzia — Miguel Bahury, James Lewis, Sérgio Cabral e Leonel Troia, entre eles — se manteram fiéis, foram leais. Já o PCB, que compunha o governo e elegeu seus dois candidatos com os votos de nossa legenda, teve uma postura mais digna. Mas o choque, como já disse, é da política. As oposições procuram sempre desfazer, dificultar e até sabotar os governos.

As oposições do atual governo do prefeito Edmar Costa, de Nova Friburgo, o senhor acha que foram para ajudar a cidade a se livrar do João Resende? Não, pois acabou com o movimento. O senhor acha que o movimento foi a favor de João Resende? Não, pois acabou com o movimento. O senhor acha que o movimento foi a favor de João Resende? Não, pois acabou com o movimento. O senhor acha que o movimento foi a favor de João Resende? Não, pois acabou com o movimento.

para os amigos. Em casa, na minha
sala, ao pessoal mais chegado. As
palavras sempre me deram apoio,
trocando Beatrix é uma pessoa inescrupu-
losamente, no palácio, havia uma cor-
te muito grande, o que facilitava as

"Achei que não deveria participar porque podia atrapalhar. Muito provavelmente seria vaiado por algumas centenas de funcionários públicos."

isso não existe. O meu nome faz parte de uma lista de seis nomes do PSB, que, como o segundo partido da coligação, tem todô direito de almejar a indicação do vice. Mas eu não aceito. Ainda não estou preparado para isso, não venço o desgaste. E num projeto desse tipo a gente só deve mergulhar quando se acredita piamente na proposta, no ideal. Não é o meu caso. Agora, tem 90, sim. Eu estarei de volta disputando as eleições. Seja para senador, deputado ou para um cargo executivo, ainda não sei. Vai depender do momento. Mas pode me esperar que eu volto.

"Não houve carta nenhuma, até porque eu não tive tempo de escrever. Mas a renúncia chegou a ser discutida em reuniões com o secretariado."

"Isto é mentira, maldade. Esta notícia foi plantada para me atingir, mostrar que o prefeito ficava cantando e não ligava para a cidade."

Fecha:	Ejemplar No.	Materia
		<p>TEXTO:</p> <p>ASUNTO:</p>

8909040

98

P.P.

□ Cinco meses depois de deixar o poder, um o homem que levou o Rio a falência, o ex-prefeito Saturnino Braga, 57 anos, está mudando. Pelo menos na aparência. A pele está queimada de sol, o que não significa que esteja vivendo de praia. Pelo menos 10 horas de seu dia-a-dia, ele dedica ao Instituto Hermes Lima, uma entidade suprapartidária de estudos políticos e econômicos, da qual é presidente. Mas a mudança do ex-prefeito não foi só na aparência. Hoje, distante da crise, ele fez autocrítica: em entrevista a Luiz Fernando Gomes, admite ter cometido erros como tratar o funcionalismo com reajustes acima da inflação — que só agravaram as finanças municipais — e não ter realizado, enquanto haviam recursos, obras

simples, de manutenção da cidade, como tapar buracos, trocar lâmpadas queimadas ou pintar faixas de pedestres nas esquinas. Saturnino — que escreve um livro de 200 páginas sobre sua passagem pelo poder, com lançamento previsto para julho — faz críticas a seu sucessor. Para ele, Marcello tem tomado atitudes demagógicas, como a mudança do gabinete do Palácio da Cidade para o Centro Administrativo, e retroçadas, como a extinção dos conselhos governo-comunidade, "uma tentativa de reestabelecer a política do clientelismo". Cogitado para ser vice na chapa de Lula, ele afasta a possibilidade. Seu projeto político é só disputar eleição, superado o desgaste da falência, em 1990.



TEXTO

Assunto

054

08-03

8909040

098

3

0

TEXTO:	
Assunto:	
Assunto de interesse:	

F.P. (P.P.)

domingo, 14/5/89 □ 1º caderno □ 7

Brasil

Collor

Tratado 14/5/89

O fenômeno da pré-campanha

01-03

8909041

O deputado Carlos Mosconi, presidente do PSDB mineiro, passava recentemente por uma pequena estrada no meio do mato, no interior de Minas.



quando cruzou com um carro de boi atolado no meio do caminho. Mosconi desceu de seu carro e foi ajudar o matuto a livrar-se do atoleiro — e foi aí que conversa vai, conversa vem, o assunto acabou na política. O deputado não teve tempo, porém, de defender sua ponte e tentar cabalar um voto para Mário Covas. O homem do carro de boi já estava decidido. Mesmo naqueles cafundós, ele já tinha ouvido falar do mocinho bonito que quer limpar o Brasil, inimigo dos corruptos e autor da proeza, daqui a pouco digna de entrar no repertório dos cantadores de cordel, de enfrentar os perversos marajás. Seu voto para presidente já tinha destinatário: Fernando Collor de Mello.

Collor, que hoje vence mais uma etapa de sua caminhada, deixando o governo de Alagoas para entrar desenhado na corrida presidencial, é o grande fenômeno desta fase de pré-campanha. Saindo do nada, sem partido espúrio a apoiá-lo nem idéias muito definidas, jovem (39 anos), sem história e ainda por cima vindo de um pequeno estado, de raras contribuições ao panteão político nacional, eis que de repente se materializa nele a febre de mudança que cronicamente caracteriza o país, e uma candidatura que parecia mais feita para divertir e contestar chega ao momento de largada mais séria do que aparentava. "As pessoas querem votar em Collor, é uma epidemia", constata o deputado Adylson Motta (PDS-RS). Outro deputado — Israel Pinheiro Filho, do PMDB mineiro — bate na mesma tecla: "É uma soma. Se a eleição fosse hoje, Collor teria 30% dos votos".

Na verdade, não é tanto assim. Se a eleição fosse hoje, segundo o Ibope, uma pesquisa realizada em cinco grandes centros urbanos, e divulgada sexta-feira, Collor teria 26% dos votos. Mas isto já é espantoso. Consistentemente, já há quase um mês, as pesquisas dos diferentes institutos dão Collor em primeiro lugar. Na última do Ibope, seus 26% se comparavam a 23% do arqui-candidato Lacerda Brizola, e a 14% para o outro candidato mais do que incensado, atenuado como um foguete dificilmente sustentável desde que seu partido provocou um estouro nas eleições municipais do ano passado — o petista Luis Inácio Lula da Silva.

Dos cinco grandes centros urbanos pesquisados pelo Ibope, apenas dois — Rio de Janeiro e Porto Alegre — dão vitória a Brizola. Os outros três — São Paulo, Belo Horizonte e Recife — inclinam-se para Collor. Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, Collor aparece com respeitáveis 30% dos votos — folgadoamente à frente de Lula (19%) e Mário Covas (14%) e esmagadoramente na dianteira de Ulysses Guimarães, do PMDB (7%) e Brizola (4%).

Como a do carro de boi, outras histórias correm nos meios políticos com a força de uma mística. A deputada Moe-



ma São Thiago (PSDB-CE) conta que há dez dias, em São Gabriel da Cachoeira, município amazonense colado à fronteira da Colômbia, ouviu uma conversa entre um caboclo e um índio em que o assunto era Collor. Nem é preciso frequentar os meios políticos, na verdade, para se dar conta do fenômeno. Basta rodar pelas cidades. De maneira crescente, depara-se com os adesivos de Collor nos automóveis. O deputado Ronaldo César Coelho (PSDB-RJ) recentemente esteve em Volta Redonda e espantou-se ao constatar que naquele bastião do sindicalismo, onde o que se espera que brote com naturalidade seriam bandeiras do PT ou do PDT, houvesse tantos carros com a propaganda de Collor.

Nos esparsos comitês de campanha do candidato, vive-se a surpresa de quem não esperava que chovesse com tanto vigor em sua horta. "O movimento aqui não para nunca", conta Marietta Tourinho Muniz Barreto, responsável pelo comitê instalado numa pequena sala do Shopping Center de Copacabana, na rua Siqueira Campos, no Rio. Ali, numa sala cedida pela mãe de Collor, dona Leda,

proprietária deste e de vários outros imóveis na cidade, o telefone toca seguidamente, e fazem-se cerca de 30 inscrições por dia no PRN, ou Partido de Renovação Nacional, criado por Collor. "Não temos material de divulgação para atender a todos os pedidos", diz Marietta.

O grande enigma da candidatura Collor é saber se ela terá gás até novembro. Há deficiências notórias, como a falta de cérebros atrás do candidato. Por mais que se procure, o máximo que se tem de adesão, até agora, em matéria de uma assessoria qualificada, é a de uma economista de São Paulo, Zélia Maria Cardoso de Mello, uma doutora pela USP que assumiu a função de coordenadora do programa do candidato. "Não temos quadros para administrar o país", reconhece Zélia. "Se ganharmos, teremos de buscar gente fora do partido". A esse fato acresce uma certa desconfiança quanto ao próprio candidato — portador de uma biografia de paradoxos onde ao campeão da política anti-convenção de hoje se contrapõe o malufista de ontem, e ao cruzado da luta contra os marajás se contrapõe o prefeito

de Maceió que, nomeado pela Arrua, teria feito um derrame de nomeações ao apagar das luzes de sua gestão.

"Collor é um fogo de palha que se apagará quando começarem os debates na TV", diz o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ). "Ai sua incompetência virá à tona". Na boca dos inimigos e dos céticos a palavra "incompetência" é a que primeiro aparece quando se fala de Collor — mas há quem use palavras mais fortes, como o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), contemporâneo o companheiro de geração que conhece Collor desde criança. "Ele é uma farsa, uma empulhação", fulmina Teotônio Filho. "Fez o pior governo da história de Alagoas e sacateou o estado".

O deputado Ronaldo César Coelho prevê: "Quem vai acabar com Collor é o próprio Collor". O fato, porém, é que enquanto alguém, ou ele próprio, não acaba com suas pretensões, Collor chega ao dia de sua despedida do governo de Alagoas como o furacão da fase preliminar da primeira eleição presidencial que o país terá em 30 anos.

Adesões de Norte a Sul

Há pouco mais de três meses, quando foi lançado, o Partido da Reconstrução Nacional parecia condenado a figurar na vau comum das minúsculas siglas partidárias que, sem lideranças expressivas, conquistam resultados próximos ao zero nas eleições. Bastou um programa em cadeia nacional de rádio e televisão, em horário nobre concedido, por força de lei, pelo Tribunal Superior Eleitoral, para que o partido começasse a ser procurado por um contingente cada vez maior de eleitores e de políticos.

Com um programa confuso, sem nada que o diferenciase de outros partidos, o emergente PRN tinha um trufo: o governador do Alagoas, Fernando Collor de Melo. No rastro da arrancada de Collor, o PRN está crescendo e ganhando adesões a cada dia. Mas nem o presidente do partido, Daniel Tourinho, sabe precisamente qual sua dimensão atual. "Nos últimos 15 dias estamos recebendo milhares de pedidos de filiação em todo o país e ainda não fizemos um balanço preciso", afirma.

Esas as principais conquistas do ex-governador do Alagoas:

Minas — Foi neste estado que Fernando Collor de Melo obteve seu maior trufo: conseguiu convencer o senador Raimar Franco (ex-MDB, ex-PMDB e atualmente sem partido) a integrar sua chapa. Ex-prefeito de Juiz de Fora, senador em seu segundo mandato e candidato ao governo de Minas derrotado em 1986 por Newton Cardoso (teve 2.570.439 votos), Raimar Franco pode atrair para a candidatura de Collor uma ampla faixa de descontentes e adversários do governador mineiro. Um deles, o ex-spetor e deputado federal Hélio Costa, já aderiu a Collor. E outro está quase decidindo: o deputado federal e pastor evangélico Elísio de Oliveira. Também assinou a ficha do PRN o prefeito Carlos Alberto Bejani, de Juiz de Fora, o segundo maior colégio eleitoral de Minas, com 215.000 eleitores. Na Assembleia Legislativa, apenas um deputado, Amílcar Padovani (eleito pelo PDT e atualmente no PFR), já declarou-se a favor de Collor.

Espírito Santo — Em apenas 15 dias, o deputado Antônio Feltes, único registrado no PRN, filiou oito prefeitos e 185 vereadores nos 66 municípios capixabas. Mas o responsável por este relativo sucesso é o ex-governador Gerson Camata (PMDB), que está atirado com o governador Max Mauro, que apóia Ulysses. Sem espaço no PMDB do Espírito Santo, Camata está de malas para o PRN, que poderá ter ainda em suas fileiras o vice-governador Carlos Alberto Cunha, o ex-governador Elcio Álvares, o ex-prefeito Hermes Laranja, a deputada federal Rita Camata. Mas nada impede que Camata vá para o arraial de Brizola.

São Paulo — No estado com 25% do eleitorado nacional (18 milhões de votos), o PRN conta com apenas um representante no Congresso Nacional: o deputado federal João Cunha. Mas Collor já tem a adesão de Francisco Rossi (PTB), prefeito de Osasco, município com 800 mil habitantes. Em Diadema, um dos redutos do PT, o ex-governador do Alagoas conseguiu a adesão de sete dos 21 vereadores.

Pernambuco — Por enquanto, Collor não conquistou nenhuma adesão expressiva à sua candidatura. Mas está de namoro firme com o PMB (Partido Municipalista Brasileiro), legenda criada para que os dissidentes do PDS apoiassem o governador Miguel Arraes em 1986. O PMB tem um senador, seis deputados estaduais, 21 prefeitos e 178 vereadores no estado.

Bahia — Apenas dois prefeitos, Mário Seth (PDC), de Prado, e Sérgio Costa da Silva (PFL), de Governador Lomanto Júnior, prometeram aderir ao PRN. E 12 vereadores já estão na campanha de Collor.

Paraíba — Cerca de 30 vereadores de pequenos municípios já estão com Collor. Mas, na semana passada, 280 vereadores de todos os municípios paraibanos, reunidos em Cajazeiras, fizeram uma pesquisa, pelo voto direto, sobre suas preferências eleitorais. Collor obteve 110 votos; Brizola, 70; Ulysses, 25; e Lula, 20. O governador Tarcísio Burty (PMDB) já disse que não vota em Ulysses e pode ir para os braços de Collor.

Sergipe — Apenas o deputado estadual Joaldo Barbosa (PL) manifestou o desejo de transferir-se para o PRN, que tem dois vereadores em Aracaju, Davis Farias e Evando França.

Rio Grande do Norte — Por enquanto, nenhum apoio explícito. Mas o deputado estadual José Adécio Costa (PFL) namora o PRN, e os deputados Raimundo Fernandes, Vivaldo Costa e Valério Mesquita, do PL, estão querendo Collor.

Paraná — O deputado federal José Carlos Martinez (PFL) e prefeitos sob sua liderança pensam em apoiar Collor, mas não pretendem entrar para o PRN.

Mato Grosso — Com o apoio do empresário Ariosto da Riva, Collor pode ter a adesão do deputado estadual João Teixeira. O presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Antônio Amaral (PMDB), também pensa em aderir.

Amazonas — O PRN conseguiu duas importantes adesões: o vereador mais votado nas últimas eleições, Mário Frota (PSDB), e o deputado estadual Hamilton Cidade.

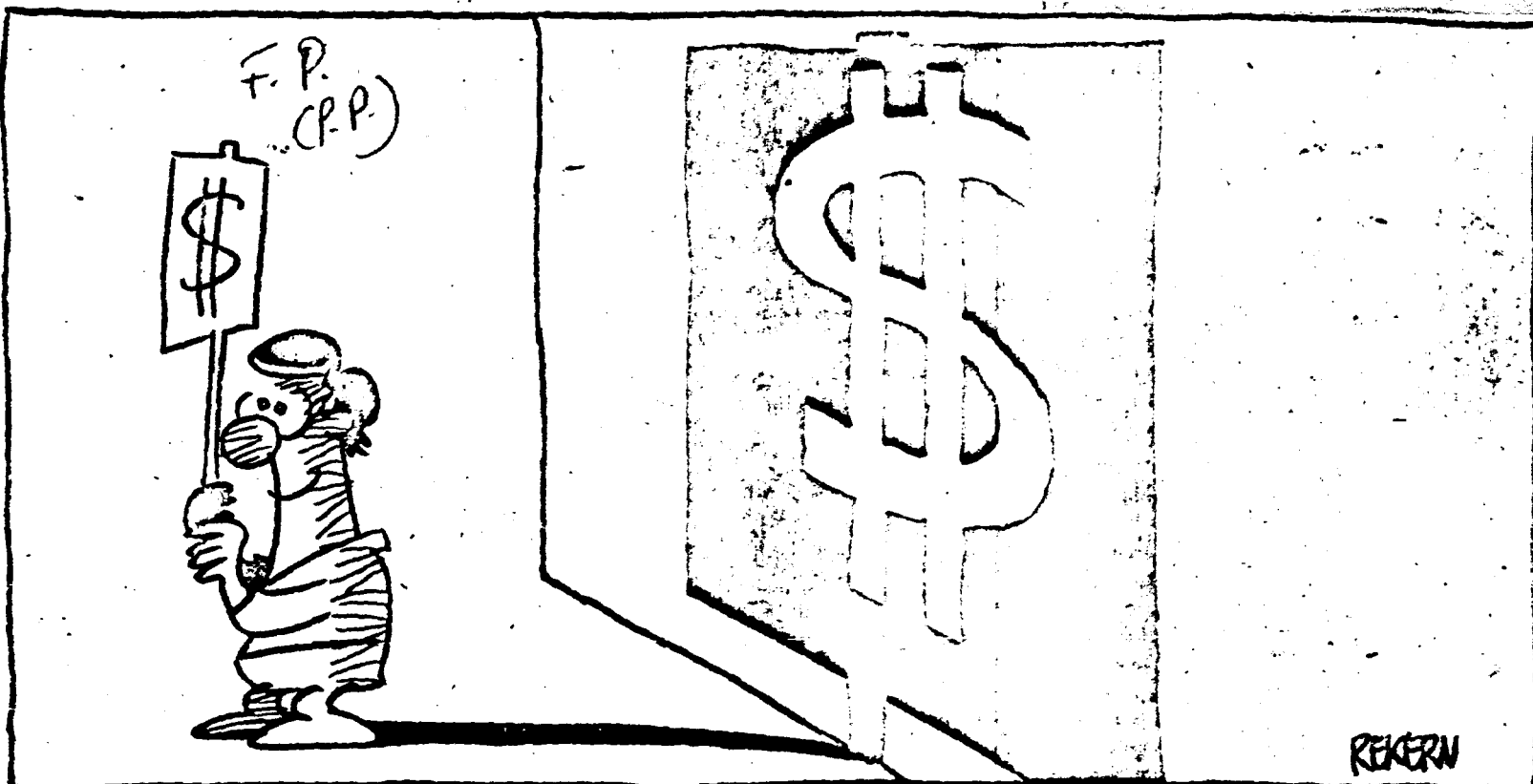
Acre — Os vereadores Emilson Brasil e Regina Lino, do PMDB, e Carlos Beiruth, do PFL, apoiam Collor.

Contribuições, criatividade e muito esforço

O PSDB vai gastar, no mínimo, o dobro dos NCZ\$ 30 milhões admitidos oficialmente ao TSE. Até agora, já foram impressos 1 milhão de cartazes e NCZ\$ 1 milhão foram gastos com folhetos e adesivos. A ordem do próprio candidato, senador Mário Covas, é de que todos os esforços sejam feitos para que não falte dinheiro para a produção do horário de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Como não dispõe de uma forte estrutura partidária — o PSDB tem apenas 200 mil filiados — Covas tenta aproximar-se de empresários, o que está mais difícil, depois da renúncia de seu primeiro vice escolhido, o ex-governador Roberto Magalhães.

NOTA ANDA — Rifas, festas e boas estão sendo promovidas pelo PCB, para arrecadar verba para a campanha do deputado Roberto Freire. O orçamento enviado ao TSE é pequeno, de apenas NCZ\$ 10 milhões, mas o partido conta com muita ajuda, como a do Comitê dos Bancários do PCB, que mandou imprimir 10 mil adesivos. A propaganda de rádio e TV vai ficar ao redor de NCZ\$ 600 mil, contando com o preço de custo cobrado pela produtora Mapa Filmes, de Zelito Viana, e com o preço baixíssimo dos tempos de Ferreira Gullar. Com 130 mil filiados, o PCB faz sua campanha em cima dos amigos. Como a dos fazendeiros comunistas do Mato Grosso do Sul, que vão emprestar um *car-fut* a Roberto Freire. Por enquanto, ele vai em aviões de carreira, quase todos os dias.

O PT, que calcula ter perto de 1 milhão de filiados, tem toda sua militância auxiliando a financiar a campanha do deputado Luis Inácio Lula da Silva. Por isso, os NCZ\$ 12 milhões admitidos oficialmente no cálculo enviado ao TSE devem ser ultrapassados. A produção do programa de rádio e televisão, a cargo da TV T, será a preço de custo. Também a preço de custo, a gráfica do Sindicato dos Bancários de São Paulo imprime 1 milhão de cartazes, enquanto broches, cassetes, panfletos, cartazes e demais materiais de campanha estão sendo vendidos no mesmo esquema adotado por outros partidos. Os parlamentares do PT contribuem com 30% de seus salários e os filiados deveriam dar 1% do que ganham, mas na prática, muitos não dão nada.



SUCESÃO

OS CUSTOS DA CAMPANHA

VALÉRIO BRITTO

Brasília/DF

Mais de NCZ\$ 800 milhões serão gastos pelos candidatos na corrida sucessória, em valores de setembro. Os custos de campanha enviados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos 11 principais presidencialistas, chegavam, em agosto, a NCZ\$ 433.523.650,00. Muitos deles, entretanto, admitem que a previsão encaminhada ao TSE é apenas formal e que a campanha vai consumir bem além, ou melhor, tudo o que for possível arrecadar.

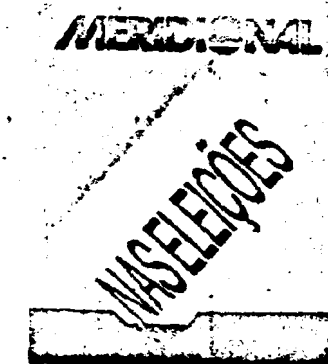
Quem vai determinar quanto os candidatos vão gastar não é nenhum órgão oficial, mas as pesquisas pré-eleitorais: quem estiver com bons índices, obtém muito apoio e, conseqüentemente, dinheiro jorrando nos cofres; quem está mal situado nas prévias, fica isolado. Ou seja, a pesquisa é determinante — os primeiros colocados tendem a se consolidar nessa posição e os últimos a ficarem na lanterna.

SÓ PARÂMETRO — Lider das pesquisas, o candidato Fer-

nando Collor de Mello (PRN) encaminhou ao TSE uma previsão de gastos de NCZ\$ 90 milhões, mas deve gastar mais. "O valor enviado ao TSE serve como um parâmetro", reconhece o assessor administrativo de Collor, Abílio Dantas. Apenas com o envio de *kits* de propaganda aos estados, através dos Correios, ele gasta mensalmente NCZ\$ 1 milhão.

A produção em estúdio dos 10 minutos de propaganda eleitoral no rádio e na televisão a que o candidato do PRN tem direito deve consumir mais de 600 mil BTN's, "sem contar com passagens, hospedagem e contratação de artistas", explica o publicitário Fábio Valença, da Setembro Propaganda, que cuida da campanha de Collor. A Setembro já fez mais de 12 milhões de *santinhos*, num custo além de NCZ\$ 2 milhões, e de cinco milhões de *bottons*, totalizando ao redor de NCZ\$ 4 milhões.

Até 15 de novembro devem ser produzidos muito mais *santinhos*, *bottons*, cartilhas, programas de governo e peças de opor-



tunidade. No segundo turno, o assessor administrativo de Fernando Collor estima que será gasto em um mês, no mínimo, a metade do que foi consumido durante toda a primeira fase. A campanha do PRN, portanto, deve ficar em torno de NCZ\$ 200 milhões, o dobro do que foi enviado ao TSE. Embora deva ser o candidato que mais vai gastar, por estar recebendo muito apoio, o custo oficial de sua campanha é o terceiro mais caro. Collor viaja, em média, duas vezes por semana, para diferentes regiões do País.

COFRE ESVAZIOU — Em

segundo lugar nas pesquisas, Leonel Brizola (PDT) vai gastar menos do que projetava. Quando liderava as prévias, calculava um gasto de NCZ\$ 100 milhões. Pelos dados oficiais do TSE, o PDT gastará NCZ\$ 38.664.281,00, o quinto no *cômputo* geral. O cofre esvaziou na mesma proporção em que a posição de Brizola baixou do primeiro para o segundo lugar.

Apostando que Brizola, sendo o único capaz de barrar a ascensão de Collor, vai conseguir dinheiro suficiente para a campanha, um assessor do PDT diz que "o custo enviado ao TSE é mais formalidade. Eleição presidencial é uma *leocura*, todo mundo vai gastar o máximo possível". Com 800 mil filiados, o PDT faz do forte de sua arrecadação a ajuda de empresários e amigos bem situados financeiramente, assim como a maioria dos candidatos. Um catálogo de 46 itens foi montado, incluindo até sandálias, para que os diretórios regionais produzam nos estados. Brizola viaja cerca de quatro vezes por semana de Norte a Sul.

Candidatos gastam tudo o que podem arrecadar

"O TSE não tem como fiscalizar os gastos de campanha", reconhece o coordenador eleitoral do tribunal, Enir Braga. O próprio TSE sabe que os números que lhe foram enviados representam apenas o cumprimento de uma formalidade e, que, na prática, os candidatos gastam muito mais, ou tudo o que podem. Além de difícil totalização, os partidos colocam a maioria dos gastos como doações de pessoas físicas, diretamente através do material, o que dificulta a fiscalização.

O candidato do PDS, Paulo Maluf, como quase todos, está se utilizando de doações de amigos e empresários que torcem por sua eleição, segundo a assessoria. Os três ônibus que o presidenciável apresentou recentemente, formando o *Expresso Maluf*, por exemplo, "foram emprestados por um empresário amigo e serão devolvidos no final da campanha". As viagens ao redor de São Paulo serão feitas nos ônibus, que também o ajudarão a visitar o interior de outros estados. Para chegar aos estados mais distantes, Maluf utiliza um jato da TAM e lá pega um dos ônibus. Suas viagens, em média, são em número de quatro por semana. A previsão oficial é de um gasto de NCz\$ 96

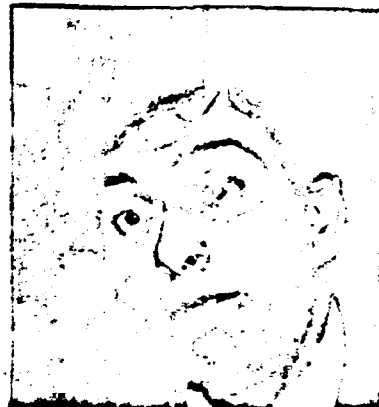


Paulo Maluf: amigos contribuem com doações

milhões, o mais elevado dos que foram enviados ao TSE.

Além dos custos da campanha, os candidatos enfrentam uma infinidade de pedidos. No PDS, assim como nos outros partidos, muita gente se oferece para trabalhar pelo candidato em troca de dinheiro, salienta o secretário-geral do partido, ex-senador Oc-

távio Cardoso, explicando que essas ofertas não são atendidas. "Aliás, a quantia que o partido arrecada dá apenas para pagar suas despesas, não possibilitando ajuda financeira ao candidato", assegura ele, destacando que o partido ajuda coordenando grupos que desejam formar comitês com doações de material. Os par-



Ronaldo Caiado



lamentares contribuem com NCz\$ 385,00 por mês ao diretório nacional do PDS.

APOIO DE AMIGOS — O presidenciável do PL, deputado Guilherme Afif Domingos, deve gastar o dobro dos NCz\$ 20 milhões previstos no cálculo enviado ao TSE. As contribuições de parlamentares não representam quase

nada na campanha, o forte são as doações de empresários, admite a assessoria de Afif. O candidato faz três viagens semanais, o que representa cerca de 10 mil quilômetros. Embora os custos da propaganda eleitoral na TV e no rádio ainda não estejam fechados, é certo que o trabalho das duas equipes da produtora Apoio Video não vai ficar por pouco. O material de campanha está sendo feito em três regiões: São Paulo, Bahia e Brasília.

Ronaldo Caiado, que concorre pelo PSD, era apontado como um dos candidatos que deveria fazer a campanha mais rica, por ter sido ex-presidente da UDR. Mas a realidade tem sido diferente: diante de seu fraco desempenho nas pesquisas, os ruralistas não estão financiando como era esperado a campanha de Caiado. Assim mesmo, deve gastar mais do que os NCz\$ 90 milhões previstos no cálculo encaminhado ao TSE, o segundo mais elevado. Concorrendo por um partido muito pequeno, que tem menos de 200 mil filiados, ele se apoia na ajuda de amigos. A produção de seu horário de propaganda eleitoral será feita pela Formaset, que só vai cobrar os custos, já que o proprietário é amigo de Caiado.

Posição nas pesquisas influi no caixa



Affonso Camargo

Aureliano Chaves, candidato pelo segundo maior partido nacional, o PFL, está tendo seríssimas dificuldades financeiras em sua campanha. Até agora, foram impressos apenas 10 mil cartazes, 1,5 mil camisetas, 5 mil bottons, e 80 mil adesivos, reconhece, preocupado, o coordenador de comunicação de Aureliano, o publicitário Hélio Bloch, responsável pela introdução no País do marketing político.

O PFL enviou ao TSE uma previsão de gasto de NCz\$ 25 milhões, mas pode gastar menos, segundo o próprio Aureliano.

"Falta dinheiro, mas nos sobra gente competente e criativa", contenta-se o candidato, acrescentando que tem o hábito de saber o que tem, para depois dividir-se. "Aureliano até poderia arrecadar mais dinheiro, pois muita gente deve favores a ele. Mas ele não pede a ninguém, muito menos usa maquete", diz

outro assessor do presidenciável do PFL.

Embora o PFL tenha cerca de 700 mil filiados, isso pouco adianta, pois quase ninguém contribui. Os parlamentares federais e ministros, com exceção de Abreu Sodré, dão ao partido um salário mínimo por mês. Como o dinheiro é pouco, Bloch já calculou quanto vai sair a propaganda de Aureliano no rádio e na TV: NCz\$ 2,7 milhões apenas. A produção não ficará a cargo de nenhuma agência, mas dos profissionais isolados que forem recrutados.

SEM ECONOMIA — Em sua colocação nas pesquisas, o candidato do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está se saindo melhor no que se refere à arrecadação de recursos para a campanha. Embora sem o apoio da maioria de seu partido, Ulysses tem a seu lado políticos competentes, que "sabem onde está o dinheiro",

conforme um deputado ligadíssimo ao candidato peemedebista. Por enquanto, ele não está economizando, observou. Ulysses não vai economizar, principalmente na produção do horário de propaganda eleitoral a que tem direito. Depois de contratar a apresentadora Silvia Poppovic, da TV Bandeirantes, por um salário tão alto como milionário, o PMDB orçou seus 22 minutos diários na televisão e no rádio em 2 milhões de dólares no total.

"Seria inconcebível se gastássemos apenas os NCz\$ 50 milhões estimados no cálculo que enviamos ao TSE", afirma o mesmo deputado. O PMDB preparou kits de propaganda, que estão sendo executados pelos diretórios regionais e municipais.

"Affonso Camargo (PTB) não vai gastar a metade do que informou ao TSE, devido à sua posição nas pesquisas", afirma o coordenador de imprensa do candidato, Alvaro Costa. Camargo

enviou ao TSE uma previsão de gastos de NCz\$ 5 milhões, mas não vem encontrando empresários dispostos a auxiliá-lo a totalizar esse valor. A produção dos programas de propaganda eleitoral nos meios de comunicação já foi pago à Produtora Jornalismo Eletrônico: 80 mil BTNs, que em números de setembro correspondem a pouco além de NCz\$ 215 mil.

8909088
Todo o material de campanha de Affonso Camargo está sendo feito no Paraná, com o auxílio de uma gráfica de amigos. A maior ousadia, até agora, foi a impressão de 200 mil panfletos sobre o vale-transporte, o orgulho do candidato petebista. Ele faz no máximo uma viagem por semana, em avião de carreira ou no jatinho de Gomes de Carvalho, que era seu suplente e agora assumiu sua vaga no Senado. "É uma campanha mais do que franciscana", resume Costa.

Maioria dos candidatos defende a privatização das estatais

□ A exceção de Lula e Roberto Freire, todos os outros presidencialistas querem diminuir a presença do Estado na economia brasileira

A quase totalidade dos 11 principais candidatos à Presidência da República defendem a privatização das empresas estatais. Eles acreditam que o modelo atual, com o Estado presente de forma marcante na economia, já se esgotou. Os únicos presidencialistas que abertamente se posicionam contrários à privatização são Roberto Freire (PCB) e Luiz Ignácio Lula da Silva (PT), por razões ideológicas. Ao contrário dos demais, ambos pretendem acabar com a "priva-

tização do Estado".

CAIADO — Por considerar a máquina estatal ineficiente e corrupta, a solução para o país é privatizar as empresas públicas, no entendimento do candidato do PSD à sucessão presidencial, Ronaldo Caiado. Seu raciocínio é de que a ingerência do Estado na economia aprisiona o capital privado e conduz ao déficit público, responsável pela inflação.

"Privatizar é fazer o Estado refugiar para as suas funções naturais, não atuando em áreas onde a iniciativa privada pode desempenhar o papel com mais eficiência", explica Caiado, para quem a economia deve fluir sob as leis de mercado. O candidato reafirma que o processo de privatização das empresas estatais constitui prioridade de seu programa.

COVAS — A forma do Estado brasileiro deve ser balizada pela redefinição das relações da máquina administrativa com o conjunto da sociedade. Esta é, para o candidato do PSDB a presidente da República, senador Mário Covas, uma questão fundamental para a promoção da justiça social. Covas acha que houve uma hipertrofia da ação empresarial estatal e, por isso, pretende implantar um programa de privatização.

Na visão do candidato, a redução do poder produtivo estatal justifica-se também para que os recursos públicos possam ser utilizados em outras áreas. "Setor público e privado devem conviver, cada um atuando em suas próprias órbitas, não reduzindo o Estado ao mínimo, mas não

o aumentando", pondera.

AFIF — A Plataforma Liberal deseja o retorno do Estado às suas origens e preconiza uma política econômica que estimule ao máximo a iniciativa privada, afirma o candidato do PL a presidente da República, deputado Guilherme Afif Domingos. A favor da privatização, Afif observa que o Estado deve limitar-se aos setores de infra-estrutura.

"Deve o Estado parar de proteger a incompetência generalizada, pelo sistema de subsídios, protecionismo e clientelismo", salienta o candidato, convicto de que o modelo estatizante esgotou-se, com grandes prejuízos para o País. No seu entendimento, o Estado deve promover regras definidas, para que o setor privado possa programar-se sem incertezas.



Brizola: "Impregnar de social o capitalismo"

Brizola quer atenuar ação do Estado

O candidato do PDT, Leonel Brizola, mostra-se ambíguo com relação à questão, mas afirma que pretende manter o Estado apenas em atividades onde haja interesse público. "Não somos estatistas, só queremos impregnar de social o capitalismo selvagem. Não queremos a presença do Estado como fim em si mesmo", comenta o candidato, que vê, no Brasil, uma transferência indecorosa ao setor público para o privado.

Para ele, deve ser privatizado aquilo que não interessa ao setor estratégico. Brizola defende, ainda, uma intervenção no setor financeiro. "O Banco Central tem estado entregue aos bancos, por isso é necessário intervir para poder controlar o sistema de vasos comunicantes. Se necessário, podemos nacionalizar e estatizar os bancos", completa.

AURELIANO — O Brasil vai ter que continuar convivendo com um modelo misto, composto de empresas estatais e privadas, durante muito tempo, segundo o presidencialista Aureliano Chaves, do PFL. Ele defende a presença do Estado no setor de petróleo (monopólio), de telecomunicações, elétrico, mineral e de transportes, podendo abrir espaço à iniciativa privada nas demais áreas.

Os critérios de transferência do setor público para o privado, entretanto, devem ser definidos pelo Congresso Nacional na visão de Aureliano. O candidato não admite a privatização de estatais com dinheiro público, pois acredita que esses recursos devem ser destinados aos campos principais de atuação do Estado, saúde, educação e habitação.

MAIUF — O candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, considera que é indispensável reverter e converter boa parte do processo empresarial público para o setor privado, nacional ou estrangeiro. De outra forma, acredita que será impossível acabar com o que qualifica de gravíssimo déficit operacional dos três níveis de governo.

"Nossa responsabilidade agora é diminuir a inflação, custe o que custar, e para isso a privatização é uma linha importante a ser seguida, além da eliminação de outras estatais dispensáveis", raciocina Maluf, que vê o modelo misto de desenvolvimento empresarial — empresa privada, municipal e nacional e empresa estatal — como não sendo mais o adequado.

Collor: "Privatizar é redemocratizar economia"

Para Collor de Mello (PRN), a privatização é essencial para a redemocratização da economia. A ação do governo deve se dar em três direções: a "reprivatização", a privatização de empresas estatais e a privatização dos novos investimentos. Esse é o pensamento de Fernando Collor de Mello, candidato a presidente da República pelo PRN, para quem o papel da iniciativa privada será essencial para a democratização da economia.

Segundo ele, a "reprivatização" consiste em operar o retorno ao setor privado das empresas que foram assumidas por órgãos públicos. Já com relação à privatização das estatais que nunca foram privadas, defende que o processo ocorra em função dos critérios de crescimento. Collor não pretende que o Estado faça nada que possa ser feito pelo setor privado.

LULA — O governo da Frente Brasil Popular vai desprivatizar o Estado, democratizando as empresas

estatais. Conforme o candidato da coligação do PT, PC do B e PSB à Presidência da República, deputado Luiz Ignácio Lula da Silva, sua proposta é colocar na diretoria das estatais funcionários de carreira, além de criar conselhos curadores formados por representantes da sociedade civil e do Congresso Nacional.

Desta forma, deixa claro que é contra a privatização. "O Estado vai colocar os serviços públicos e os objetivos do setor produtivo do setor estatal a serviço dos trabalhadores. Deve recuperar seu poder de planejamento, revendo os subsídios ao setor privado", explica.

FREIRE — O candidato do PCB a presidente da República, deputado Roberto Freire, é totalmente contra a privatização das empresas do setor público, de um modo em geral. Ele só admite que voltem ao controle privado as estatais que, falidas, foram incorporadas pelo BNDEs, Banco do Brasil e outras instituições financeiras

públicas.

Assim como o candidato do PT, Freire afirma que seu compromisso é com a desprivatização do Estado, pois entende que ao longo dos anos o Estado brasileiro deixou de ser público para ser transformado em uma espécie de cartório dos interesses de grupos. Para ele, a ideia de que o Estado tem muitos poderes, no Brasil, é um discurso de classe, falso.

ULYSSES — Para reabilitar a capacidade do Estado de planejar e conduzir o desenvolvimento nacional, é necessária a execução de um plano que inclua a privatização, fusão e extinção de empresas estatais, além de uma ampla reforma do aparelho do Estado. Essa é a visão do candidato do PMDB à sucessão presidencial, deputado Ulysses Guimarães.

Ele também prega a capitalização das grandes empresas estatais rentáveis, para que, delas, possam ser obtidas eficiência e resultados. A partir do expurgo de interesses que não

considera próprios ao Estado, Ulysses espera melhorar o desempenho da máquina administrativa, podendo até implantar um plano de cargos e salários aos servidores.

CAMARGO — É hora de redefinir o papel do Estado e fazê-lo voltar a desempenhar suas atividades típicas, no entendimento do senador Affonso Camargo, que concorre pelo PTB à sucessão do presidente José Sarney. Segundo ele, o setor dinâmico da economia deverá passar a ser o privado, restringindo-se o papel do Estado à realização de investimentos na área social, criação de expectativas favoráveis aos investimentos produtivos e promoção da abertura da economia para o exterior.

Camargo entende que o avanço do Estado nas atividades produtivas inibiu a atuação do setor privado e, ao mesmo tempo, criou uma casta de empresários que vivem às expensas da máquina estatal, sem eficiência. (Brasília/ZH)

8909089

ZERO HORA

14/09/89

Candidato recebido por João Paulo II

O candidato do PDT à Presidência do Brasil, Leonel Brizola, foi recebido ontem pelo papa João Paulo II. O encontro durou apenas alguns minutos, ao final da audiência geral que o Papa dá às quartas-feiras de manhã, no Vaticano. Nenhuma informação oficial sobre a conversação foi divulgada pelo Vaticano, considerando que se tratou de uma reunião particular. Brizola chegou a Roma na noite de terça-feira. Além de entrevistar-se com João Paulo II, ele também teve um encontro com o secretário-geral do Partido Socialista Italiano, Bettino Craxi. Segundo fontes italianas, o tema principal da conversação foi a internacio-

nal Socialista, da qual Brizola é vice-presidente.

AJUDA — O arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, cardinal Lucas Moreira Neves, negou ontem que tenha ajudado o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, a conseguir audiência com o papa João Paulo II em sua visita a Roma. Segundo ele, alguns assessores do candidato e o próprio Brizola lhe pediram para intermediar um encontro com o Papa, mas ele lhes explicou que o assunto não é de sua competência e sim do embaixador brasileiro junto ao Vaticano.

— Não sei a quem atribuir a obtenção da audiência, mas, de modo algum, contribuí para



Encontro:
Brizola esteve
poucos minutos
com o Papa

tanto — declarou o prelado, salientando que estará à disposição de Brizola ou de qualquer outro candidato que lhe peça para ajudar no que estiver ao seu alcance.

No caso da visita ao Papa, dom Lucas disse que não poderia ajudar, mesmo porque não mora mais em Roma. (AFP/AG)

098

Brasil e EUA vão se consultar de três em três meses

WASHINGTON — O Brasil e os Estados Unidos estabeleceram um mecanismo de consultas trimestrais sobre assuntos comerciais, a fim de evitar os frequentes contenciosos que têm abalado seriamente as relações entre os dois países nos últimos anos. Na primeira destas reuniões, realizada antontem em Washington, uma delegação brasileira dialogou com representantes de seis ministérios dos Estados Unidos sobre setores potencialmente conflitivos, como barreiras alfandegárias, informática e telecomunicações.

Os representantes do Brasil aproveitaram para provar que o país continua caminhando no sentido de uma maior liberdade de importações. A secretária executiva do Conselho de Política Aduaneira, Heloisa Camargo Moreira, assegurou, por exemplo, que o *Diário Oficial* de amanhã publicará uma redução geral das tarifas de importação, cuja média cairá dos atuais 51% para 35%. Ela chegou a citar um caso concreto: o dos insumos para a indústria de química fina, cuja alíquota diminuirá de 45% para apenas 5%.

Camargo Moreira não pôde, entretanto, dar a resposta que os americanos mais esperavam: a adoção de outra substancial redução da lista de produtos de importação proibida. A existência dessa lista foi um dos motivos para incluir o Brasil na relação dos países que poderão vir a sofrer retaliações, por supostas práticas desleais de comércio. A secretária do CPA disse aos americanos que se espera uma redução da lista de 1.200 para 300 produtos, mas isso ainda depende de um acerto final do governo brasileiro.

Ironia — Um problema comentado na reunião foi o fato de os Estados Unidos pressionarem o Brasil para abrir seu mercado às importações, enquanto subsidiárias de empresas americanas pressionam para que não haja nenhuma abertura, pois isso reduziria os lucros que essas multinacionais desfrutam no mercado interno brasileiro.

A questão da informática foi tratada apenas de passagem, pois está sendo manejada diretamente pelo secretário do Itamarati, embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, e pela chefe da Seção Comercial da Casa Branca (USTR), embaixadora Carla Hills. Os dois discutiram o assunto aqui, em fins de agosto, e agora estão empenhados em conseguir o cancelamento das sanções comerciais contra o Brasil, pela reserva de mercado. A retaliação foi suspensa, podendo ser reativada a qualquer momento e o Brasil acha que isso não é justo.

Na questão das telecomunicações, o lado americano manifestou interesse por saber em detalhes como esse setor está regulamentado no Brasil, pois o USTR tem, por lei, que dar essas informações ao Congresso. Não houve nenhuma reclamação das duas concorrências internacionais importantes que o Brasil está promovendo nessa área sem que as empresas americanas estejam obtendo resultados: a de satélites e a de telefone celulares (móveis).

(Rosental Calmon Alves — correspondente)

Solo Brasil 14/9/89

PARTES POCO LEGÍVEL

01.01

8909102

096

JORNAL DO BRASIL 19/09/89

Tuma entrega a Sarney balanço sobre a corrupção no governo

Cleber Praxedes e
Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — A seis meses de deixar o governo, o presidente José Sarney solicitou e recebeu do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), delegado Romeu Tuma, um relatório com todos os atos irregulares praticados em sua gestão. Batizado de Atos de Corrupção na Gestão do Presidente José Sarney, o documento narra 55 meses do atual governo (de 15 de março de 1985 a 14 de julho deste ano) e constata um aumento do número de inquéritos abertos: neste período, 201 inquéritos foram abertos (40 somente nos sete primeiros meses deste ano), na maior parte envolvendo a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

De acordo com o DPF, pelo menos um inquérito foi instaurado a cada oito dias da gestão Sarney, para a apuração de irregularidades. O relatório desfia uma série de subornos, desvio de mercadorias, pagamento de propinas, compras sem licitação, despesas irregulares e intermediações na liberação de verbas. A empresa mais envolvida é a Cobal, vinculada ao Ministério da Agricultura, com 27 inquéritos, seguida pelo INPS, com 18 inquéritos, CEF com 15 inquéritos e Inamps com nove inquéritos. Outras empresas citadas foram o Iapas, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), a Companhia Brasileira de Armazéns (Cibrazem), entre outras. Em 1985 foram instaurados apenas 25 inquéritos; no ano passado este número alcançou 67 casos. Somente até julho deste ano, os inquéritos já chegam a 40 — na média de um inquérito a cada cinco dias.

A Cobal registrou crimes tão diversos como o desvio de mercadorias de seu posto de vendas no município amazônico de Lábrea, a compra irregular de pneus e câmaras de ar, o desaparecimento de 13.380 quilos de arroz de um depósito em Goiás, ou mesmo o simples roubo de Cr\$ 208.338,00 (em 1988) pelo gerente da companhia em São José do Rio Claro (MT), Valdemir Donizete Lei-

te. Na EBCT, foram extraviados malotes contendo tickets restaurante; na Fundação Nacional do Índio (Funai) veículos foram vendidos irregularmente em Nova Xavantina (MT); na Legião Brasileira de Assistência (LBA) leite foi desviado; no INPS foram identificados casos de aposentadorias fraudulentas e no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan) alimentos para populações carentes do Rio Grande do Sul sumiram dos armazéns.

O documento do DPF registra casos como do contra-almirante Othon Luis Pinheiro da Silva e do capitão-de-fragata Marcos Alberto Barbosa Monaser, acusados do desvio de verbas da Marinha e da Comissão Nuclear da arma. Ou o caso do ex-presidente do Inamps, Aloisio de Sales Fonseca, respondendo a inquérito por ter permitido o pagamento de despesas a segurados para tratamentos realizados no exterior. Há seis meses um inquérito apura também o desvio de NCz\$ 25 mil por funcionário da Caixa Econômica Federal em Macapá (AP). Na Telesp, empresa de telecomunicações de Santa Catarina, 180 telefones foram adquiridos irregularmente. Desde novembro do ano passado, outro inquérito investiga uma tentativa de extorsão contra o deputado Heráclito Fortes, atual prefeito de Teresina, durante um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e a prefeitura de Barras, no Piauí.

Mas nem todos os casos descritos no relatório a Sarney podem ser considerados precisos. Um dos inquéritos diz apenas que "um deputado teria oferecido propina a um funcionário da Unimed paulista". Outros limitam-se a resumir o caso com a frase "suborno contra funcionário público" ou "desvio de verbas pertencentes à Seplan". Municípios como São Borja (RS), Foz do Iguaçu (PR), entre outros, são citados em inquéritos que apuram a intermediação de verbas públicas federais. Em todo relatório, no entanto, as frases mais comuns são "subtração de mercadorias", "movimentos irregulares", "compra sem licitação", "desvio de verbas públicas" e "receberam propina". O presidente José Sarney não ficou sabendo os resultados dos inquéritos.

Colarinho branco está no relatório

BRASÍLIA — O relatório do Departamento de Polícia Federal (DPF) entregue ao presidente José Sarney dedica 13 páginas à parte que trata dos inquéritos abertos baseados na Lei 7.482/86, a Lei do Colarinho Branco, de agosto de 1987 até 14 de julho deste ano foram instaurados 103 inquéritos policiais desse tipo (78 inquéritos somente no ano passado). É o caso, por exemplo, do inquérito de julho passado que apura a remessa ilegal de dólares para o exterior envolvendo funcionários públicos da Fundação Visconde de Cabo Frio, do Ministério das Relações Exteriores.

Este ano, 11 inquéritos contra crimes do colarinho branco foram instaurados, entre eles a apuração do desvio de NCz\$ 100 milhões pelo diretor da Imasa-Agro Industrial, recursos liberados pelo conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). O primeiro caso instaurado pelo DPF, no entanto, tratou de irregularidades em operações na agência do subúrbio carioca de Madureira do Banco da Amazônia (Basa), com indiciamento de oito executivos. Uma das instituições mais citadas é a Banespa Corretora de Câmbio e Títulos: ninguém, porém, foi indiciado.

Estão em andamento inquéritos como o que aponta o ex-diretor da Delim Crédito Imobiliário, Ronaldo Guimarães Levinsohn, como suspeito de "praticar empréstimos proibidos, gestão temerária ou fraudulenta e estelionato qualificado". O executivo Romy Yiu Ming Tso foi acusado de captar recursos para aplicar no mercado futuro internacional através da empresa Romy & Brother Internacional do Brasil criada apenas para prestação de serviços.

O relatório não informa a Sarney, porém, quais casos foram solucionados. Em sua maioria são acompanhados das palavras "em andamento".

16/09/89

Samney anuncia nova viagem ao exterior. Agora, irá aos EUA

O presidente Samney irá a Nova Iorque e Chicago, dos dias 23 a 27 deste mês. Participa da assembléa da ONU e visita o Instituto Fermi

participará, em Nova Iorque, da abertura do debate da 44ª sessão da assembléa-geral das Nações Unidas. Depois irá a Chicago, visitar o Instituto Fermi, de pesquisas médicas, e manter contato com cientistas brasileiros. Samney diz que sua presença na ONU, além de servir para reafirmar o apoio do Brasil aos propósitos e princípios da Carta de São Francisco e as atividades da Organização, constituirá oportunidade para contatos com altas autoridades dos Estados Unidos. Ele



José Sarney: nova viagem para os Estados Unidos, este mês

01-01

8909112

098

JORNAL DO BRASIL 20/09/89

Eleição deixa de ser um passeio



Alguma coisa acontece no coração dos eleitores entrevistados pelos institutos de pesquisa. Há um mês, se tanto, em público ou em particular, políticos em geral, dos mais variados matizes, consideravam o candidato Collor de Melo praticamente eleito para suceder o presidente José Sarney. Discordavam apenas quanto a possibilidade de ele se eleger direto no primeiro turno. A maioria admitia que isso poderia ser possível.

O próprio candidato parecia esbanjar confiança de que venceria a eleição no primeiro turno com metade mais um dos votos válidos conferidos por um total de 82 milhões de eleitores. Para que votar duas vezes se o candidato será o mesmo? — chegoi a escutar o coro de adeptos fervorosos do ex-governador de Alagoas. A realização do segundo turno da eleição rachará o país ao meio, advertiu Collor mais de uma vez.

Nos últimos 10 dias, a avaliação dos políticos mudou radicalmente. Pelo menos por enquanto, foi arquivada a discussão em torno das chances de Collor obter a maioria absoluta dos votos ainda no primeiro turno. Raros são os políticos que agora imaginam que isso ainda poderá ocorrer — salvo uma brutal inversão do quadro eleitoral delineado. A inversão é possível — qualquer coisa o é —, mas não parece provável.

Collor abandonou o discurso contra o perigo de o segundo turno dificultar o entendimento nacional necessário para que o próximo presidente possa montar uma boa equipe de governo. No início desta semana, em contato com jornalistas em Brasília, o candidato começou a dizer coisas como "se eu me eleger, se o povo me indicar para ser o futuro presidente". Tais coisas suavizam, um pouco, a imagem arrogante projetada por ele.

Fazem parte, portanto, de um esforço empreendido por Collor para superar a resistência que enfrenta em certas áreas de opinião. Mas tais coisas, também, estão mais de conformidade com o momento que sua candidatura atravessa. A mais recente pesquisa do Instituto Gallup registra que Collor está caindo na preferência dos eleitores de todos os níveis de instrução. Cai em todas as faixas sociais.

Nas cidades de pequeno, médio e grande porte, está caindo. O Instituto Datafolha, ligado ao jornal Folha de S. Paulo, aponta que Collor está em baixa nas 10 mais importantes capitais do país. Em Belo Horizonte e Brasília, foi ultrapassado pelo candidato Afif Domingos da PL. O Instituto Noronha, de reputação respeitável no Paraná, também aponta mais uma queda sobre a posição de Collor em Curitiba e Maringá.

Até meados de agosto último, Collor detinha 49% do eleitorado. Na última semana de agosto, caiu para 37%. Na primeira de setembro, caiu mais um pouco para 32%. Agora está com 30%. Afif está crescendo em Curitiba e em Florianópolis. O empresário e jornalista Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, está preocupado com a ascensão de Afif. "Esse moço está tirando votos de Collor", observou Marinho.

J do Brasil 20/9/89

Determinou a seu jornal que reduza o espaço que vinha oferecendo para noticiar as atividades de Afif. Collor não contava que Afif viesse a demonstrar tanto fôlego. Subestimou-o. Collor contava com um desempenho melhor dele mesmo no Rio de Janeiro, aproveitando o desgaste sofrido por Leonel Brizola quando governou o estado. O desempenho de Collor no Rio está muito aquém das expectativas dele e dos seus assessores.

Não deu certo até agora o projeto de vender Collor como carioça aos eleitores do Rio. O candidato contava em polarizar com Brizola no Sul do país. "Collor é gaúcho" — foi um slogan que circulou no Rio Grande do Sul por iniciativa de auxiliares do governador Pedro Simon. "Gaúcho vota em gaúcho", replicou o PDT do estado. Brizola ameaça sair do Rio Grande do Sul com mais de 60% do total de votos.

O programa do candidato do PRN no horário gratuito de propaganda eleitoral confirma a opção que ele fez pelos eleitores das classes sociais C, D e E — que representam mais de 70% do eleitorado de 15 de novembro. O programa reforça a imagem de Collor de jovem, destemido, disposto a pôr os corruptos na cadeia. O candidato perdeu o interesse em conquistar o chamado "voto qualificado".

Não quer perder a folgada maioria que tem entre os mais pobres — os que Carlos Menem chamou na Argentina de "descamisados". As dificuldades que, por ora, começa a enfrentar para suceder Sarney estão ainda muito distantes de configurar um perigo real de que corra o risco de ficar de fora do segundo turno da eleição. A natureza da sucessão presidencial para ele, está em processo de transformação.

Deixou de ser o passeio que chegou a parecer. Passou a ser uma eleição com as características de imprevisibilidade inerentes a qualquer outra.

Como estava escrito

Começou a funcionar o que políticos mais conservadores batizaram como "Boca Alugada". Como tal, entendam-se as legendas de aluguel, que lançaram candidatos-fantasmas à sucessão, e que são sensíveis a ceder o tempo que ocupam no rádio e na tv para atacar, duramente, alguns dos principais candidatos. Tais bocas falarão contra Brizola e Lula, de preferência.

Ricardo Noblat

PSDB propõe antecipar início da propaganda na TV

Christiane Samarco

BRASÍLIA — O líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco, pretende procurar o candidato do PMDB a presidente da República, deputado Ulysses Guimarães, esta semana, para propor a antecipação do horário de propaganda eleitoral gratuita em rádio e televisão, cujo início está previsto para 15 de setembro. Com o apoio dos pemedebistas, que têm a maior bancada no Congresso, seria fácil conseguir um acordo de lideranças para alterar a lei de regulamentação das eleições presidenciais.

A proposta nasceu no *staff* da campanha do candidato do PSDB, senador Mário Covas. Para os tucanos, só a antecipação da propaganda gratuita poderá quebrar a supremacia do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, nas pesquisas de intenção de voto. "Estamos todos nas mãos dos nossos candidatos. Esta situação só poderá ser revertida com o início da propaganda gratuita na televisão", sustenta o deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS).

Domingo — A ideia é antecipar para 5 de setembro o início do horário gratuito. Para vencer possível resistência da Associação Brasileira das Empresas de Rádio e



José Varella — 23/2/87

Scalco pedirá apoio do PMDB

Televisão (Aber), o PSDB propõe que os programas de propaganda sejam transmitidos de segunda-feira a sábado. Nos domingos, não haveria propaganda. Os tucanos acreditam que as emissoras não resistiriam à sedução de ter nove domingos livres até 15 de novembro.

A cúpula do PSDB decidiu tentar a mudança das regras do jogo após ter constatado, com decepção, que o esforço de campanha empreendido por Mário Covas não melhorou sua posição nas pesquisas. Com amargura, admite-se que a movimentação de Covas, em seguida à repercussão de seu discurso-plataforma no Senado, há cerca de um mês, não produziu efeito nos índices de popularidade.

Os tucanos não se consideram aves sovitárias. Garantem que, com a óbvia exceção de Collor, a decepção é geral entre os candidatos dos outros partidos. Tanto que apostam num acordo entre as lideranças partidárias, capaz de reunir votos suficientes para modificar a lei de regulamentação das eleições. O líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa, embora rejeite qualquer comparação entre Covas e

Leonel Brizola, que mantém a segunda posição nas pesquisas, apoia a ideia do PSDB. "Daremos todo o nosso apoio para antecipar a propaganda eleitoral, desde que não reduzam o tempo reservado para cada candidato", anuncia Vivaldo.

Debate — Além da antecipação do período do horário gratuito, os tucanos pensam em introduzir na lei a obrigatoriedade de debates entre os candidatos. Dos seis dias da semana reservados à propaganda eleitoral, dois ficariam para os dez candidatos com direito a rádio e televisão debaterem entre si. Eles seriam divididos em dois grupos de cinco, para facilitar as emissoras.

Durante os dois meses de propaganda, o eleitor assistiria a debates nas segundas e terças-feiras. Os tucanos pensaram até numa fórmula para atrair as emissoras: alterná-las na organização de cada debate, permitindo que cada uma fature a publicidade no dia em que lhe couber a produção do programa. Resta, agora, inventar uma fórmula para ganhar o apoio do PMDB, que no rateio das duas horas reservadas diariamente aos candidatos terá a maior fatia — 23 minutos.

01-01

8909349

038

FPOC (PREF.) J. do Brasil

domingo, 6/8/89 □ 1º caderno □ 5

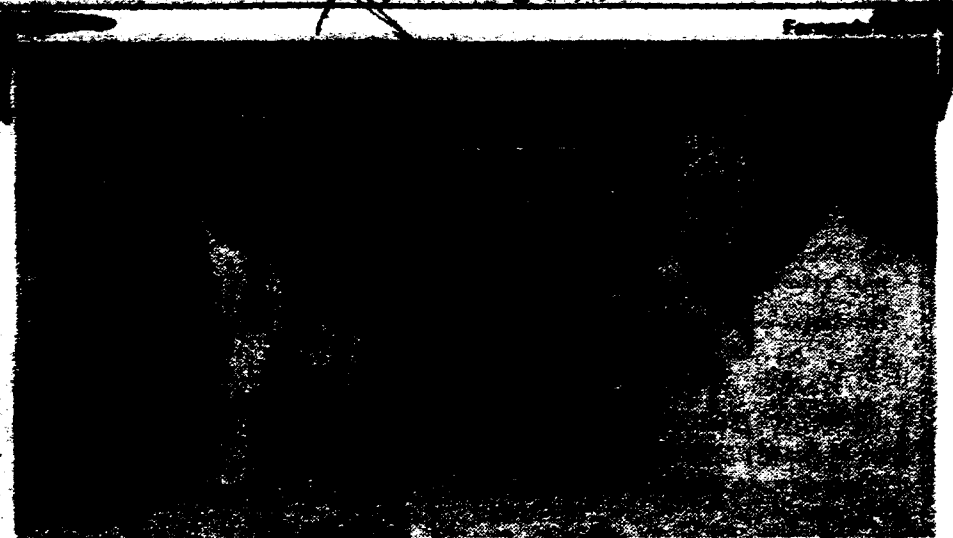


Foto: José Ribamar brindaram à "luta pela democracia"

Freire critica Collor por escolher Arouca ministro

As escolher o candidato Sérgio Arouca — candidato a vice-presidente pelo PCB — para integrar seu ministério, Fernando Collor de Mello, do PMDB, "apenas supõe que seu candidato não tem qualquer outra subversão política". A alegação é de candidato comunista à Presidência, deputado federal Roberto Freire, que não está entendendo "que técnica é essa" de Collor, quando cita nomes de diferentes tendências políticas para ministros de seu governo, como seja eleito, como declarou ao JORNAL DO BRASIL. "Ele já disse até que eu poderia ser seu ministro", lembrou Freire, antes, depois de visitar José Ribamar de Freitas, a mais grave vítima do atentado a bomba ocorrido em agosto de 1988 na Câmara de Vereadores.

Roberto Freire definiu a visita a José Ribamar como uma forma de "analisar o compromisso com todas as vítimas do terrorismo e da ditadura no Brasil". Assessor técnico do então vereador Antônio Carlos de Carvalho, Ribamar, de 72 anos, perdeu a visão, o braço esquerdo e dois dedos da mão

direita durante a explosão. O candidato disse que quis conhecer Ribamar por sentir-se lido um símbolo da luta democrática e vítima das que letalmente contra os comunistas. "Não quero mais ministros no Brasil", concluiu.

Militante do Partido Comunista desde os 14 anos, Ribamar prometeu colaborar na campanha do candidato. Quando estava de um aparelho respiratório, uma dificuldade — o acidente ficou-lhe todos os dias — Ribamar recebeu os convidados dos comunistas. Outros mais atuais, e foi o caso de Lúcio, vo, reunindo um segundo grupo. "Um dia é outro dia". Atento às sugestões de Ribamar para a campanha, Roberto Freire disse que tem conseguido apoio de pessoas antes aliadas aos comunistas, por garantir que não pretende instalar o comunismo no país, se for eleito. Para receber o candidato comunista, Dona Maria, mulher de Ribamar, preparou uma festa regada a vinho branco, bacalhau e salgadinhos, no pequeno apartamento de casal, na Tijuca.

018
SUMI
F.P. (P.P. Guals)
6/5/83 JORNAL DO BRASIL

Eleitorado é 2º índice do país

Por João Carlos

O eleitorado brasileiro, segundo o último censo realizado em 1980, é de 137 milhões de habitantes, sendo que 117 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o eleitorado brasileiro é composto por 117 milhões de pessoas, sendo que 106 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

O eleitorado brasileiro, segundo o último censo realizado em 1980, é de 137 milhões de habitantes, sendo que 117 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o eleitorado brasileiro é composto por 117 milhões de pessoas, sendo que 106 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o eleitorado brasileiro é composto por 117 milhões de pessoas, sendo que 106 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

Dados comparativos — Não é fácil explicar a explosão do eleitorado brasileiro nos últimos anos. Uma das razões é o crescimento da população em geral, que passou de 106 milhões em 1970 para 137 milhões em 1980. Outra razão é o aumento da população apta para votar, que passou de 106 milhões em 1970 para 117 milhões em 1980.

Uma das razões para o crescimento do eleitorado brasileiro nos últimos anos é o aumento da população em geral, que passou de 106 milhões em 1970 para 137 milhões em 1980. Outra razão é o aumento da população apta para votar, que passou de 106 milhões em 1970 para 117 milhões em 1980.

A constatação não por si só é suficiente para explicar o crescimento do eleitorado brasileiro nos últimos anos. É necessário analisar também o contexto político e social da época.

Vários são os fatores que contribuíram para o crescimento do eleitorado brasileiro nos últimos anos. Entre eles, podemos citar o aumento da população em geral, o aumento da população apta para votar e o contexto político e social da época.

De acordo com o IBGE, o eleitorado brasileiro é composto por 117 milhões de pessoas, sendo que 106 milhões são considerados aptos para votar. Isso representa um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

As estatísticas mostram que o eleitorado brasileiro cresceu significativamente nos últimos anos, passando de 106 milhões em 1970 para 117 milhões em 1980.

Adiante, a RAIS — Relação Anual de Informações Sociais — do Ministério do Trabalho e Emprego, que registra o emprego formal no Brasil, aponta para um crescimento de 10% em relação ao censo de 1970, quando a população apta para votar era de 106 milhões.

a meia dúzia de milionários que não conseguem driblá-lo.

Há mais. Até hoje o Ministério do Trabalho deve ter expedido por volta de 25 milhões de carteiras de trabalho: 3,3 vezes menos que o eleitorado.

Um dado definitivo: em 87, os segurados do INPS, patrões e empregados, atingem 20 milhões, 437 mil, 708. Isto é, quase um terço do eleitorado.

Marginalização — A análise desses dados conduz à chocante conclusão de que o eleitorado embute uma porcentagem que está fora de qualquer proteção ou benefício do estado. Do estado cuja falência o presidente Sarney proclamou em recente entrevista à televisão. Não é amparado pela previdência social, não chega aos postos de saúde, não ganha salário em emprego fixo, não sabe o que é tratamento dentário, não consegue matricular os filhos na escola pública. Nem mesmo tem número de registro de identificação ou pode emitir carteira de trabalho.

Vive à margem do estado que não chega até ele, que o ignora, não tem conhecimento de sua existência nos computadores do Tribunal Superior Eleitoral. O eleitor, nada mais.

Ora, esse eleitor maltratado pelo estado é um ressentido a amargar sua frustração, um carente que se deixa embalar por esperanças a cada campanha eleitoral, depois, purgar o remorso do voto na decepção das promessas jamais cumpridas.

O eleitor que vota contra o status quo, contra governo, contra política, contra partidos. Vota por mudanças, sem que saiba defini-las. Deixa-se levar por qualquer aceno de mudanças, pior do que está, é impossível.

O eleitorado que se libertou de tutelas, que votou catando os dentes de raiva em 88 porque votou embalado pela ilusão em 86. O eleitorado que se soltou, não segue partidos nem velhas lideranças. Anseia pelo novo.

Um eleitorado desestruturante. Cresceu demais, virou dono do seu voto. Pode votar errado, mas vota no candidato que caiu no seu gosto. Arregançou o cabresto, disparou, ninguém mais o doma.

Partes
Polo
Legíveis

Coluna do Castello

Congresso propõe mas não se impõe

Ainda não suscitaram emoção as propostas do Congresso encaminhadas por intermédio do senador Nelson Carneiro ao presidente da República para um entendimento entre os poderes para afastar o risco de uma hiperinflação. O presidente não poderia recusar-se ao exame das idéias gerais articuladas por senadores e deputados como base de acordo para medidas anti-inflacionárias. O governo não poderia, obviamente, fustar-se ao exame dessas sugestões e designou o ministro Ronaldo Costa Couto, o mesmo que o representou na negociação do frustrado pacto social, como seu interlocutor junto ao senador Carneiro e a seus colaboradores. Na verdade, é com certo cuidado que o faz, pois algumas das idéias aventadas no documento inspiraram medidas que Sarney propôs e deputados e senadores recusaram. Tudo indica que, salvo surpresa, o combate à inflação nesse final de administração continuará a cargo dos ministros Malloen da Nóbrega e João Batista de Abreu, cujas cabeças estão como que postas a prêmio como condição para que as conversas sigam. Há até nomes de parlamentares frequentando o noticiário sobre a personalidade a ser proposta a Sarney para superministro da Economia.

De estilo pessoal de Sarney, no entanto, não deve esperar-se algo de extraordinário, como seja a formalização de acordos que estabeleçam o combate à inflação na forma da nomeação de alguns indicados por uma adversária para gerir as contas do seu governo. O presidente é de féia modesta, mas não costuma aceitar que lhe ponham a cargo, como muito bem o percebeu ao longo da convivência de FMDB com o governo o deputado Ulysses Guimarães, apontado pelos desafiados como contestável da Nova República. Ulysses inflou, e muito, chegando a vetar ministérios e a questionar apoio do partido a certas políticas. Mas, salvo no caso do Plano Cruzado, quando pôs no Ministério da Fazenda o professor Ilmar Ferreira, hoje nome, sempre teve que enfrentar a resistência passiva e a manha do antigo presidente do FMD.

Neste momento, as forças políticas decisivas e seus arautos não estão propriamente atuando no Congresso nem são convocáveis por suas lideranças formais. Quem importa politicamente está tratando da sucessão presidencial e não os vícios candidatos ou figuras de peso no elenco das suas campanhas empenhados em valorizar a iniciativa do presidente do Senado, dando-lhe o respaldo com o qual as propostas tornam-se quinquêdas, longe de se transformarem em leis, decretos e outros atos que sacudam até a raiz o feijão com arroz a que se apegam com certo realismo a dupla Malloen-Abreu, dois assessores alçados ao comando por serem de confiança do governador do estado pelas eleições. Não será aparentemente por aí que os adversários dos dois ministros conseguirão cortar-lhes as cabeças. É preciso mais e melhor.



Por enquanto, a atenção do país não consegue deter-se na elaboração de projetos de governo, endossados ou não por partidos legislativos que sequer conseguiram reunir-se para votar seus regimentos internos, adaptados à nova realidade constitucional. Espera-se de Sarney e de sua equipe apenas que não agravem os problemas e realizem a parte final da sua missão histórica que é assegurar a sucessão por eleição livre, tal como está acontecendo. Os candidatos dominam a cena e mais importante do que ler declarações do senador Ronan Tito será passar os olhos pela entrevista do candidato Fernando Collor de Mello, procurando tornar clara sua estratégia para enfrentar problemas, como a inflação, a dívida externa, a privatização, a cooperação do capital estrangeiro, a normalização do serviço público, a mordomia etc. Como o eleitor, segundo as pesquisas de opinião, o aponta como favorito, será importante saber afinal o que ele pensa e como pensa.

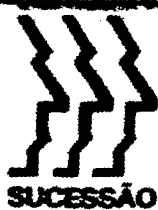
É claro que interessa também saber as idéias dos demais candidatos, sobretudo daqueles que, como Brizola, resistem à maré colhorizante ou que, como Ulysses e Covas, têm ainda razões para crer que participam desse jogo. Brizola tem como prato de sustentação a defesa na educação. Ulysses ainda não atendeu à intimação de Miguel Arraes de passar do flúido e do estico para os problemas nacionais e sociais que importam. Covas, de regresso, tenta amenizar o "choque capitalista" que não foi assimilado pela esquerda de seu partido, a qual preferia retirar o candidato do mercado a vê-lo engajado numa plataforma realista.

Mas esses candidatos, os governadores e os donos do eleitorado não são personagens de elenco reunido pelo senador Nelson Carneiro para estudar sugestões de uma política de governo. O presidente terá, portanto, motivo de duvidar das intenções reais de um Congresso que ora nega certas medidas ora as propõe, sem que haja garantias de que as promessas de hoje se traduzirão em votos amanhã.

A crise na cultura

O ministro José Aparecido não considera que seu Ministério esteja vivendo uma crise, nem se dispõe a abrir mão de sua autoridade para atender a protestos, ainda que de pessoas que lhe merecem o maior apreço, mas que considera pouco informadas em relação ao episódio do Museu Histórico Nacional. Por isso mesmo, ele se dispõe a atender pedidos de desculpa, mas de quem, assim agindo, não só mantém sua autoridade de decidir, como facilita a vida daqueles que, em fim de governo, poderão ter nova chance no futuro governo.

Carlos Castello Branco



SUCESSÃO

Esquecidos, índios podem influir na eleição

São 50 mil eleitores que já mostraram sua força

Eles totalizam 220 mil em todo o País. Apenas 25% (55 mil) estão aptos a votar no próximo dia 15 de novembro. Nas últimas eleições, ano passado, conseguiram eleger mais de 20 vereadores, nos mais diversos estados. Mas os presidentes não apresentaram, até o momento, qualquer proposta de compromisso com as populações indígenas: apenas os candidatos do PCB, deputado Roberto Freire, que quer a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do PRN, Fernando Collor de Mello, que qualifica o índio de "uma raça geneticamente diferente".

A ausência dos discursos e programas dos presidentes não inibe a vontade de participar da sucessão. Para isso, as principais lideranças dos povos indígenas estão articulando a "Frente Indígena", e embora os índios tenham um peso eleitoral muito pequeno, a Frente agregará os naturalistas, ambientalistas, ecologistas, cientistas sociais, antropólogos.

A intenção é buscar o maior número de adesões possíveis para ampliar a densidade eleitoral das nações indígenas. Há consciência de que não irão decidir a eleição presidencial, mas querem representar um peso político importante, capaz de influir no programa de governo do futuro presidente da República. "Somos pouco, mas temos muita gente do nosso lado", lembra o índio Marcos Terena, que na eleição passada disputou uma vaga na Câmara pelo PDT, em Brasília.

APÓS — Ao lado de Marcos Terena, está o ex-deputado Mário Juruna. Decepcionado com a política e com o atual governo, Mário Juruna afirma que o índio precisa ser reconhecido e tratado como ser humano. Na sua opinião, o índio deve dar seu voto ao candidato que tenha um compromisso claro com as nações indígenas. "Até hoje nenhuma presidente da República pensou no direito do

Índio", reclama Juruna, que, a princípio, deverá votar no ex-governador Leonel Brizola, por pertencer a Executiva do PDT.

A escolha do candidato não fica restrita aos compromissos com as principais lideranças indígenas. Marcos Terena, Mário Juruna, o Cacique Raoni Tucurãmã, Ianaculã, Ailton Krenak, Álvaro Tukano são os principais integrantes de um time, que reúne outras lideranças expressivas das nações indígenas, dispostas a fazer uma marcação severa junto aos presidentes.

"Não queremos apenas um compromisso formal dos presidentes mais cotados, com mais chances de chegar ao segundo turno. Queremos sobretudo participar do processo de mudança do País", salienta Marcos Terena, um dos interlocutores do grupo. Segundo ele, o governo José Sarney nomeou sete presidentes para a Funai e, no momento, os índios estão desassistidos, sem atendimento nas áreas de saúde e educação, assistindo a invasão de seus territórios. "Hoje não se sabe quem define os rumos da Funai, se é o Conselho de Segurança Nacional ou o Ministério do Interior", ressalta Marcos Terena.

Para reverter esta situação que está, segundo os índios, propiciando a desagregação dos povos indígenas, é que a "Frente" atuará junto aos presidentes. Colhidas as propostas, elas serão levadas a discussão das nações, nas aldeias. Serão estes encontros, mais próximos da data da eleição, que definirão para quem os votos indígenas deverão ser convergidos.

INDICAÇÃO — A "Frente Indígena" já conta com um forte aliado: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O CIMI também irá procurar os presidentes para saber quais suas propostas para a questão indígena. Estes encontros serão do-



cumentados, através do jornal mantido pela entidade, "O Porantim", e gravados em videocassete. Estas fitas serão reproduzidas nas aldeias para que os índios possam avaliar as propostas de cada candidato. Além disso, entre os dias 8 e 13 deste mês o Conselho estará realizando a sua assembleia geral, em Goiânia. Ao final desta reunião poderá sair um documento que marcará sua posição a respeito dos principais candidatos.

Para Marcos Terena não bastará o presidente reafirmar compromisso de demar-

car as terras indígenas. Este é um compromisso constitucional que deverá ser cumprido pelo futuro governo, que tem o prazo de 15 de outubro de 1993 para cumprir a demarcação dos territórios indígenas. É fundamental, acrescenta ele, que o índio seja o responsável pelo rio das riquezas contidas em suas terras.

Para isso é preciso educação e saúde, são os instrumentos necessários para reverter todo o processo segregacionista que se iniciou há cerca de 500 anos. (Brasília/ZB)

098
FPOC. (PP.PP)

ZERO HORA — Domingo, 24.02.89 — PÁGINA 12

Maluf faz críticas a Collor e Brizola

Para o pedessista, candidatos têm que comparecer aos debates

Apesar de ser candidato de oposição do candidato do PRN à Presidência da República, o presidente do PDS, Paulo Maluf, não poupa críticas a seu "afilhado" durante sua participação no programa Fórum da Rádio Gaúcha, ontem pela manhã. Ele acusou Fernando Collor de Mello de frustrar a população ao fugir dos debates nos meios de comunicação e alertou aos eleitores de que "não podem comprar gato por lebre" na eleição presidencial. Maluf condenou a estratégia seguida por este, afirmando que "um político tem que surgir ao natural, e não ser produzido dentro de um estúdio de televisão".

O programa foi comandado pelo jornalista Cláudio Norberto da Rádio Gaúcha e teve a participação dos jornalistas Gustavo Krieger de Zero Hora e Marcelo Villas-Bôas, da seção do jornal O Globo. Os ouvintes também encaminharam perguntas, que foram selecionadas pela produção.

Maluf disse que não estava criticando o afilhado Collor e sim "fazendo uma constatação" sobre os rumos da campanha deste. Entretanto, atacou duramente o candidato do PRN ao afirmar que ao contrário de ter acabado com os marajás em Ala-



Maluf: entrevista com bom humor e críticas

gos, ele teria colaborado para criar estes. Considerou "muito conveniente" a nomeação de diversos parentes de Collor e de sua esposa em cargos da Assembleia Legislativa alagoana, quando ele era o governador do estado.

BRISA — Também sobrou críticas para Leonel Brizola, do PDT, em quem Maluf acredita dispor uma vaga no segundo turno da eleição presidencial. Maluf disse que o candidato pedetista "passou muitos anos no exterior e seu discurso ultrapassado de hoje mostra que ele não aprendeu nada. E o que é pior, segundo ele: não esqueceu nada. 'Continuamos fazendo o discurso de 20 anos atrás, limitando-se a dizer que o Brasil tem problemas, sem propor soluções', argumenta Maluf.

"Dívida brasileira é mal negociada"

"Se o presidente José Sarney e sua equipe econômica fossem balconistas de loja, morreriam de fome". Para Paulo Maluf, as autoridades econômicas brasileiras "estão demonstrando burrice na renegociação da dívida externa". Ele disse que o Brasil deveria obter o mesmo acordo concedido ao México, que ganhou de uma só vez novos prazos, juros menores e um abatimento de 35% no valor de sua dívida.

Burrice não foi a única acusação feita por Maluf contra o Governo Sarney. Ele também denunciou corrupção no Governo e prometeu fazer uma investigação completa de todos os casos de desonestidade denunciados até aqui. Repetindo o discurso de Collor de Mello, garantiu "botar todos os tubarões na cadeia" e

afirmou que não haverá impunidade nem para o presidente Sarney ou seus ministros.

Mas, o que marcou a participação de Maluf no programa Fórum da Rádio Gaúcha de ontem foi o bom humor. Ele fez um comercial do sapato 752 da empresa gaúcha Goendene, da qual é "garoto-propaganda" na televisão e surpreendeu ao fazer um convite público ao empresário Jorge Gerdau Johannpeter para integrar seu ministério. "Eu pediria a ele pelo amor de Deus que deixasse de ganhar dinheiro em suas empresas e ajudasse a salvar o país", disse o candidato, admitindo também que pode convidar seu adversário político Antonio Ernâni de Moraes para a equipe de governo.

ALISTAMENTO ELEITORAL

Para votar, o eleitor deve estar em condições de votar e cumprir os requisitos legais. O alistamento será feito em cartórios de todas as zonas eleitorais de Porto Alegre e no Rio Grande. O prazo para o alistamento é até 15 de agosto.

SANDRA CRESPO

Brasil/24

Com o final do prazo de alistamento dos eleitores, à meia-noite de hoje, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vence mais uma etapa do extenso e minucioso calendário do pleito de 15 de novembro. Mas antes mesmo que o número total de eleitores seja conhecido pelas brasileiras e brasileiros (o que deve ocorrer no início de setembro), o TSE já terá tomado várias providências necessárias à organização das eleições.

Exemplo disso é a reunião dos sete ministros do tribunal marcada para esta terça-feira, quando será definida a regulamentação da

propaganda eleitoral. Em 81 artigos, serão estabelecidas as normas de propaganda nas ruas, no rádio e na tevê.

Os ministros decidem também se haverá ou não censura às pesquisas de intenção de voto nos dias que antecedem às eleições, como prevê a lei aprovada no Congresso. A tendência é liberar as pesquisas, já que no próprio calendário eleitoral não consta data para o encerramento de sua divulgação.

GASTOS — Essas decisões do TSE são necessárias porque no dia 15 de agosto começa oficialmente a campanha eleitoral, e os partidos passam a ter direito de fazer propaganda em suas sedes ou veículos, através de

alto-falantes ou amplificadores de voz, das 14 às 22 horas. Também em 15 de agosto os partidos terão que apresentar ao TSE o limite máximo de seus gastos com propaganda. A fixação desses gastos será confrontada depois pelo tribunal, que exige de todas as agremiações o comprovante da origem dos recursos.

Outro ponto importante da regulamentação refere-se à criação do Comitê Interpartidário de Inspeção, que será formado por três membros de cada partido ou coligação com candidato registrado. A tarefa desse grupo vai consistir no recebimento da prestação de contas das agremiações, que posteriormente serão enviadas ao TSE.

Cadastrados os novos eleitores brasileiros pelos TREs, entra em cena o setor de informática do TSE. Depois de listar todos os nomes, será a vez de cruzar-se os dados no computador, a fim de se evitarem fraudes. Isso deve acontecer nos três últimos dias de agosto. Prevenido quanto ao aumento do número de eleitores para este pleito (para os próximos), o TSE mandou confeccionar, com verba própria, 89,15 milhões de títulos de eleitor, que já está enviando aos tribunais regionais que solicitam.

SEM FOTO — As 150 milhões de cédulas eleitorais encomendadas para o primeiro turno não deverão ter as fotos dos candidatos, como foi avertedido há alguns dias, para facilitar o voto dos analfabetos. "Analfabeto sabe pegar ônibus e discar telefone. Por que não saberia identificar o número de seu candidato?", observa o diretor da Divisão Eleitoral do TSE, Enir Braga. O tribunal prevê que até 5 de outubro, todas as zonas eleitorais do País já terão recebido as cédulas.

Também até 5 de outubro deverão ser convocados os 1,5 milhão de mesários. Nessa data termina o prazo para que todos os dados eleitorais sejam comunicados aos TREs e aos dos escrutinadores (cerca de um milhão).

O sistema de contagem de votos, "perfeito", garante Enir Braga, ao TSE o resultado satisfatório do pleito. O sistema é informatizado em Ouro Preto (MG), automaticamente.

O Centro de Convenções, em Brasília, é o local escolhido pelo TSE para apurar as apurações, que serão divulgadas em um telão. Com isso, Brasília vai conhecer os resultados parciais das urnas apuradas em todos os estados. Segundo Enir Braga, no dia 15 de novembro o Brasil já terá o "perfil" dos seus candidatos que irão disputar o segundo turno. O resultado final do primeiro turno deverá ser divulgado por volta do dia 25 de novembro.

Treze empresas de processamento de dados — entre elas o Serpro e a Digiprev — foram contratadas para atuar nas apurações. O TSE está comprando 70 microcomputadores, que enviará a todos os tribunais regionais eleitorais.

Prazo termina e TSE regulamenta processo eleitoral



LEMBRE: voto aos 16 anos não é obrigatório, mas o interesse pelo alistamento cresceu nos últimos dias

Previsão do TRE: 5,7 milhões de eleitores no Rio Grande

As dez zonas eleitorais de Porto Alegre funcionarão hoje até as 18h, no encerramento do prazo para quem quer tirar título eleitoral em condições de votar para presidente da República. Contudo, quem estiver na fila e não for atendido até este horário, receberá uma senha, podendo fazer seu título até a meia-noite.

Isso não significa que o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) vá prorrogar o prazo até esta hora, e os juizes alertam que mesmo nesses dois últimos dias, quem pretende fazer seu título de eleitor deve procurar cedo o cartório eleitoral.

A previsão do TRE é de que o número de eleitores do Estado ficará por volta de 5.700 mil, com Porto Alegre devendo chegar perto dos 850 mil, com cerca de 20 mil jovens entre 16 e 18 anos na Capital, e 150 mil em todo o Estado.

Os juizes estão destacando a importância do voto como instrumento de participação no processo democrático, e lembrando que é obrigatório aos maiores de 18, sendo opcional para os que até este domingo, estão completando 16 anos.

Amanhã, o TRE deve fazer um balanço do crescimento eleitoral do Estado, previsto para cerca de 7% e da procura dos menores aos

cartórios eleitorais. A avaliação preliminar aponta para uma procura dos jovens menor que a esperada, por vários fatores, entre eles a falta de motivação política.

CAMPANHA — Motivar os jovens foi justamente o que os partidos políticos e entidades estudantis tentaram fazer nos últimos meses, levando-os a participar do processo político, em condições de constituírem um novo segmento eleitoral expressivo. Propostas foram feitas à Justiça Eleitoral para que ela colocasse postos de alistamento nas escolas, mas o TRE manteve o entendimento de que o estímulo aos jovens não é tarefa sua, e

sim das agremiações políticas, inclusive pelo caráter facultativo do voto ao menor.

O posicionamento dos juizes chegou a provocar críticas por parte da União da Juventude Socialista, que divulgou nota lamentando a não-descentralização do alistamento em Porto Alegre, "o que dificultou o acesso dos jovens às informações necessárias".

De qualquer forma, informação sobre o prazo final de alistamento, especialmente nas últimas semanas, não faltou, razão pela qual vários integrantes da Justiça Eleitoral acham que conscientemente, muitos optaram por não buscar o cadastramento.

8909 355

09/8

Desde 5 de outubro do ano passado, quando foi aprovada a nova Constituição, há inúmeras leis ordinárias e complementares esperando ser votadas pelo Congresso. Mas antes disso é preciso aprovar o regimento interno da Câmara

F. P. R.
(608)

Parados no Congresso 642 projetos de lei

VALÉRIO BRITTO

Brazil/21

Ainda existem 642 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional — 153 são leis ordinárias e 22 complementares. Mesmo a lista de prioridades de projetos elaborada pela Mesa da Câmara não é pequena: são 42, entre propostas de legislação complementar e ordinária. O mais provável é que o Congresso vote poucas dessas matérias durante este ano. Antes de dar andamento à votação desses projetos, terá de ser votado o regimento interno da Câmara, que está sendo discutido desde o dia 5 de outubro, quando a nova Constituição foi promulgada e o funcionamento da Casa foi alterado. O regimento ocupará, no mínimo, toda esta semana, mas poderá ir mais longe.

Mesmo que o recesso branco não seja determinado a partir de 15 de setembro, o Congresso sofrerá um esvaziamento natural neste segundo semestre, em função das eleições de novembro. O recesso branco começa na liberação da presença dos parlamentares 60 dias antes do pleito, quando não há votação. A tendência, devido à reação da opinião pública, é que o recesso não exista oficialmente, o que não impedirá que as votações aconteçam num clima mais do que lúcido.

As estratégias partidárias variam no que se refere à agilização da votação de



Ilson: lista de prioridades



Lourenço: caminhada difícil

matérias importantes. Alguns partidos entendem que o trabalho pode ser mostrado como obra de legado. Outros, mais pragmáticos, sabem que a votação será difícil, preferem sair o jogo e deixar a maioria dos trabalhos para o próximo ano. Começa a ser discutida a ideia de serem feitos pequenos esforços concentrados ao longo da campanha. O PMDB elaborou uma lista de prioridades na elaboração da legislação que regulamenta o texto constitucional: são sete leis complementares,

duas de iniciativa do Executivo e 29 ordinárias, conforme o líder Ilson Pinheiro (RS). Já o PFL ainda não fez um list, esclarecendo que a prioridade é o regimento interno da Câmara. "Vai ser difícil caminharmos muito longe, no que se refere à regulamentação da Constituição", reconhece o líder pefolista, deputado José Lourenço (BA). Nos outros partidos, a prioridade definida extra-oficialmente, é que admitem a dificuldade de uma eleição eleitoral.

Nem tudo está perdido, nem ganho

Nesta semana, Homero Icaza Sánchez passou alguns dias diante do seu computador IBM-PCXT cruzando informações, comparando dados e analisando os resultados das últimas pesquisas de opinião — do Instituto Gallup, do DataFolha e do IBOPE. Em tempos pré-eleitorais, ele não tem sossego — a sua casa-escritório no Jardim Botânico, perto da TV-Globo, da qual é consultor, virou uma espécie de meca para onde converge a aflição de candidatos e assessores em busca de suas análises e projeções.

Não é por acaso que esse panamenho de 64 anos, 45 dos quais no Brasil, tem fama de mago dos números, ou melhor, de bruxo, para usar o apelido que lhe pôs o escritor Rubem Fonseca, que um dia, numa roda de discussão, irritou-se quando alguém recorreu a um argumento do amigo: "Homero não vale; Homero é bruxo". A reputação de que é capaz de ver através dos números das pesquisas — da "alma dos números", como diz — deu-lhe muito ibope, principalmente junto aos candidatos. Poeta e sociólogo, Homero ficou muito tempo indeciso entre as

duas opções. Seu amigo Manuel Bandeira aconselhava-o a continuar na poesia. Seu professor de sociologia, Francisco Ayala, queria que ele se dedicasse à "sociologia prática". O hoje diretor do ITAPE — Instituto Técnico de Análise de Pesquisas e Estudos — não precisou de pesquisa para decidir. Escolheu a profissão de analista de pesquisas e homenageou a poesia ornamentando a sua sala com um belo busto de Manuel Bandeira, à sombra do qual deu essa entrevista sobre a "alma" das últimas pesquisas.

Lula

Pode crescer. É bom de TV e de discurso. Na hora do confronto, Lula é melhor que Bizola.



...crença, a insatisfação popular, a descon-
fiança em relação à classe política permitem
o surgimento de um fenômeno como este.

— É claro que você explica o fenô-
meno?

— Todos os que estamos analisando
o fenômeno — analistas, jornalistas, soció-
logos — simplesmente. Simplesmente
porque não dispõem de dados. Era preciso
que, além das pesquisas de intenção de
voto, constatações quanto aos votos cris-
talizados, os flutuantes e os reticentes,
houvesse pesquisa sobre motivação do elei-
tor: "Por que você vota no seu candidato?",
"A quem ele responde?", etc., etc. Só assim se
poderia explicar objetivamente o fenômeno
Collor e a posição dos outros candidatos.
Estamos falando da ocorrência à situação
econômica, a situação da classe política, a
situação social futura, mas dados de pesqui-
sas motivação não temos. Enquanto não se
fizer uma pesquisa motivacional pra valer,
tudo é chate.

— Então vamos chutar: você acha que
Collor é o eleitor, ou colorido, objeto do
desejo nacional?

— É engraçado, mas Buziel pode aju-
dar de fato a entender um fenômeno que
cresceu não por propagação lógica. Collor
realmente responde de várias maneiras a esse
desejo ou fantasia. Em primeiro lugar, é jo-
vem e isso é muito importante, principal-
mente pelo descrédito da classe política.
Estamos assistindo à rebelião de uma gera-
ção que passou 40 anos sem votar. Já nas
próximas eleições, a disputa será claramente
de jovens contra velhos.

— Quer dizer que ele não é, como se
diz, um produto da mídia?

— Não. Está provado por um recente
levantamento que ele não é o que mais
ocupou a mídia, mas Ulysses. Há outros
exemplos, como o das últimas eleições, em
São Paulo, quando a candidata vitoriosa,
Erundina, foi a que menos frequentou a mí-
dia, entre os principais candidatos.

— Você acha então que a mídia não
transformou ele?

— Não, quer dizer isso. O que eu quis
dizer é que não há uma bobagem, uma teoria
de que se pode transformar um sujeito co-
mum em um produto, mudando-lhe a
aparência física. Os sonhos de um candi-
dato são muito importantes do que a sua
aparência. O que interessa ao telespectador é
verificar se o candidato está lhe dizendo
coisas de que ele gostaria que quisesse. O con-
teúdo de que o sujeito diz impressiona
mais do que a imagem. Na televisão, não se
pode dissociar conteúdo e imagem. É evi-
dente que Collor usa bem a televisão, mas o
seu grande momento, o momento em que
estourou foi no combate aos marajás —
quando soube criar um mito. Não se esque-
ça de que o combate aos marajás teve
uma ampla divulgação pela mídia, divulga-
ção nacional. Quase todos os governadores
embateram os marajás, mas só um soube
se transformar em "o inimigo dos ma-
rajás".

— Você acha que vai haver segundo tur-
no?

— Acho.

— Quem chega lá?

— Não dá para dizer.

— Collor já está eleito?

— Não se pode dizer que Collor está
eleito, como também não se pode dizer o
contrário.

— O que vai ser decisivo para se poder
afirmar uma coisa ou outra?

— Como disse, a campanha ainda não
começou. O povo não sabe ainda nem quais
são os candidatos. A televisão não está
fazendo nada! Ainda não promoveu um
confronto! Curiosamente, enquanto a tele-
visão está cheia de dados, as associações de
classe estão provocando debates por todo o
Brasil. É através desses debates que os votos
flutuantes vão se decidir.

— Como você projeta, a partir dos dois
debates, o desempenho dos candidatos? Por
exemplo, Brizola.

— Vai crescer. Ainda não acabei meus
levantamentos, mas posso adiantar que a
única força que pode enfrentar o Collor é o
Brizola. Brizola tem mais de 50% do eleito-
rado do Estado do Rio e mais de 55% do
Rio Grande do Sul. O seu problema é en-
trar em São Paulo, onde não tem 2%.

— Mas se diz que sua imagem é ve-
lha.

— O discurso é mais velho do que a
imagem. Ele é repetitivo, monótono, sem-
pre botando a culpa nas pesquisas, na TV-
Globo, nos meios de comunicação. De 82,
quando surgiu como um fenômeno novo,
até 89, ele não se renovou, e o Brasil mu-
dou. Em 82, havia uma censura ao regime
militar e Brizola representou essa reação.
Hoje não há mais isso. Os 24 governadores
eleitos em 86 significaram o fim do arbítrio.
A referência era a ditadura que tinha afeta-
do todo o eleitorado. Agora não tem isso. O
problema do Brizola é o discurso.

— Ele não tem também muita rejeição
cristalizada, para usar sua classificação?

— Tem, tem sim. Aliás, essa é uma boa
idéia: por que não fazer uma pesquisa sobre
rejeição cristalizada? Uma pesquisa rigoro-
sa, detalhada. Só assim se poderia com-
parar de fato as reais possibilidades de todos
os candidatos.

— E o Lula, por que caiu tanto?

— O problema não é do Lula, mas do
PT no governo. Se o PT tivesse perdido a
prefeitura das três capitais, estaria com
15% hoje. Aquelas vitórias do PT em 88
foram a ejaculação precoce do Lula. Mas
ele pode crescer. É bom de televisão, bom
de discurso. Sozinho não, mas na hora de
confronto, Lula é melhor do que Brizola.

— E o dr. Ulysses?

— O dr. Ulysses é um *case story*, como
dizem os publicitários. Ele tem a maior
estrutura partidária do país. Nas primeiras
pesquisas, pelo menos, perguntou-se: "Qual
é o seu partido?" 24% do Brasil responde-
ram: "PMDB". Pois bem: ele está com 5%!
Na simpatia, está com 5%.

— E como se explica isso?

— É panhal por todo lado. Está todo
mundo debandando — alguns, com razão,
dizem: "minhas bases não aceitam". Na
verdade, é o temor do ano que vem: essas
bases vão eleger o futuro governador, o
futuro senador e o futuro deputado. O can-

didato do PMDB, vamos falar cá entre nós,
era o Quercia, que deu uma de prima dona
e esperou até o último momento para acci-
tar.

— Afif?

— O Afif deve crescer pelo seu desem-
penho na mídia. Na verdade, ele ganhou o
primeiro debate. Ganhou em Brasília, em
Minas, chegou em segundo no terceiro em
São Paulo. O seu problema é a falta de
estrutura partidária.

— Roberto Freire não pode ser uma sur-
presa?

— Não. Porque a questão ideológica
nele é muito forte. É impressionante o stig-
ma do Partido Comunista. O sujeito diz:
"eu não vou votar num cara que não acre-
dita em Deus". Já ouvi muitas pessoas di-
zendo impressionadas: "Ele é o melhor, ele é
limpo, ele fala bem. Que pena que seja
comunista". Mas, com os debates, ele vai
crescer.

— Você ainda não falou de Covas.

— O problema do Covas é que, de re-
pente, ele traiu o seu discurso, a sua ideolo-
gia. Aquele deputado combativo, impres-
sionante orador, contra todo e contra todos
— o jovem turco do PMDB — vem agora
com um discurso de Jorge Serpe! Choque
do capitalismo nessa altura do campeonato!

— Com quem está o voto jovem?

— É preciso distinguir algumas faixas no
chamado voto jovem. O jovem de 16 a 18
anos é uma coisa; o de 18 a 25, outra. E há a
faixa que vai de 25 a 40 anos. Eu diria que o
primeiro segmento está mais com a caquer-
da do que com a centro-direita. Vamos
chamar de caquerda Lula, Brizola, Freire,
Covas — essa gente tem mais voto de jovem
do que Ulysses, Aureliano e, mais até, do
que o próprio Collor. O eleitorado deste
último está mais concentrado entre as pes-
soas entre 25 e 40 anos, embora tenha
também boa receptividade entre os jovens
de 18 a 25 anos. Collor só não tem votos
dos eleitores acima de 40 anos.

— O que há de mais curioso no eleitorado
jovem foi revelado por uma pesquisa que fiz
para a revista *Playboy* de meados de ano: os
jovens de 16 a 18 anos votam com o pai.

— Até que ponto se pode acreditar nas
pesquisas de opinião?

— O Brasil atingiu um nível técnico ex-
traordinário de pesquisa política. Sei que
alguns vão dizer: "E o caso da Maria Luiza
em Fortaleza?" Depois daquela tragédia,
todo mundo faz pesquisa até o último dia,
como se fez com a Erundina. Além disso, as
amostras agora são maiores. Antigamente
se fazia pesquisa com 1500 entrevistas. A
última do IBOPE foi de 3700 e a da Data-Fo-
lha foi de 10 mil entrevistas. É um traba-
lho competente e respeitável.

— Você se coloca em que categoria de
eleitores: cristalizado, flutuante ou reticente?

— Flutuante, como quase todo mun-
do. Estou observando, quero ser mais infor-
mado, como o público em geral.

— Quer dizer que nem tudo está per-
dido?

— Nem tudo está perdido — nem ga-
nho. Ainda há muito jogo pela frente.

Covas
*O problema de
Covas é que, de
repente, ele traiu
o seu discurso, a
sua ideologia.*

Dr. Ulysses
*Ele tem a maior
estrutura
partidária do
país e está com
5%. É um case
story.*

F-00-C-68-W
20 NOV 24 24/9/69

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 11-17-2008 BY 60322 UCBAW/SJS

本報地址：上海南京路五洲大藥房對面
 電話：二二二二
 廣告部：二二二二
 發行部：二二二二
 印刷部：二二二二
 總編輯：二二二二
 經理：二二二二
 副經理：二二二二
 會計：二二二二
 庶務：二二二二
 印刷：二二二二
 發行：二二二二
 廣告：二二二二
 總編輯：二二二二
 經理：二二二二
 副經理：二二二二
 會計：二二二二
 庶務：二二二二
 印刷：二二二二
 發行：二二二二
 廣告：二二二二

[The page contains several columns of extremely faint, illegible text.]

El seu, produzido em Huelva do Chile, levado a um Ligneros Frun-
do pela Universidade Tel-Aviv, pre-
sente para debater outra vez o Brasil,
nada menos que com o objetivo de

ROMA (ANSA). - Con il presidente
 della Camera, Carlo Azeglio Ciampi,
 il presidente della Repubblica, Oscar
 Luigi Scalfaro, ha parlato il
 presidente del Consiglio, Romano
 Prodi, al termine della cerimonia
 di insediamento del Parlamento.
 Prodi ha sottolineato che il
 governo si impegna a lavorare
 per la crescita economica e per
 la coesione sociale, e ha
 annunciato che il governo
 presenterà entro pochi giorni
 il suo programma di lavoro.
 Il presidente della Camera
 ha sottolineato che il
 Parlamento è il luogo
 dove si decide il futuro
 del paese, e ha
 invitato tutti a
 lavorare per il
 bene comune.

[illegible]

078

27/8/89

1989

1989



PAÍS

F.P. (REL. INT)

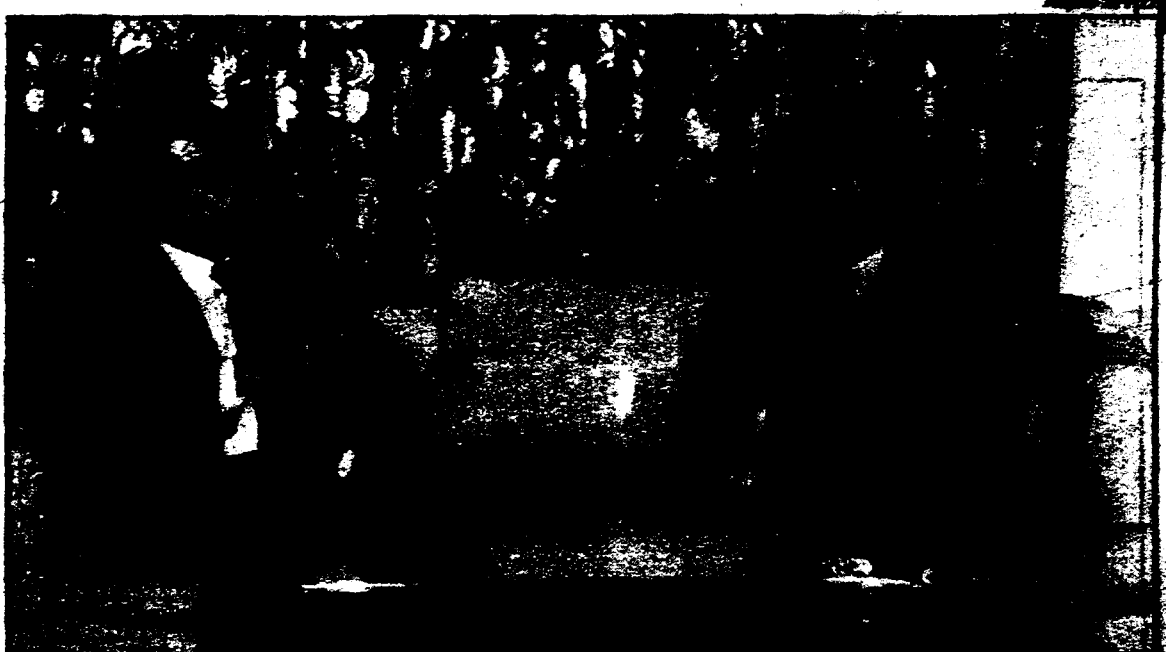
Dívida: Iugoslávia apóia Sarney

□ Frente sobre os bancos internacionais para uma solução do problema da dívida externa. Esta é a posição da Iugoslávia, de apoio a José Sarney

O presidente da Iugoslávia, János Danyek, afirmou, ontem, em Nova Iorque, ao presidente José Sarney, que seu país se colocará ao lado do Brasil pressionando os bancos e instituições internacionais na busca de soluções para o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento. O encontro de János e Sarney foi às 10 horas no hotel Intercontinental, na suíte do 14º andar, onde o presidente brasileiro está hospedado.

János Danyek é também presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados e ele disse a Sarney que seu país, como co-fundador do bloco não-alinhado, está propondo um encontro dos países industrializados com os países em desenvolvimento para uma avaliação mais ampla do problema da dívida externa.

Ele também falou sobre a dívida externa de 21 bilhões de dólares, János Danyek disse que a Iugoslávia e o Brasil têm muitos problemas comuns, e no seu encontro com Sarney eles trocaram opiniões sobre vários assuntos, mas abordaram mais amplamente a questão da dívida.



Encontro: os presidentes Sarney e Andrés Bello, da Venezuela, reúnem-se em Nova Iorque

Sarney reuniu-se ainda com o presidente da Venezuela, Carlos Andrés Bello, com o presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora, e participou de um almoço especial, quando discursou em nome de todos os chefes de Estado presentes.

O presidente José Sarney afirmou, ontem, em Nova Iorque, durante almoço na ONU oferecido pelo secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, a todos os chefes de

Estado presentes à 44ª assembleia geral, que o expressivo número de participantes este ano, na ocasião de abertura da organização, espelha a crença de que o diálogo, nas Nações Unidas, é o instrumento privilegiado com que conta a comunidade internacional para traduzir universalmente as aspirações dos povos.

O presidente Sarney foi escolhido para fazer a saudação a Pérez de Cuellar em nome de todos os chefes

de Estado presentes. Ele falou sobre a falta de recursos financeiros para a manutenção, lamentando que o Brasil ocupa a posição de primeiro país do mundo em termos de dívida externa, do por 12 países, e afirmou que o mandato na presidência é para cada país e resultados, e o desempenho de Cuellar "seguiu a afirmação plena dos princípios e propósitos inscritos na carta das Nações Unidas". (Radiorio)

098

ZERO HORA 20/09/89

F.P. (Col. INT.)

Sarney, na ONU, condena violência e as discriminações econômicas

□ O presidente Sarney abriu a assembleia das Nações Unidas, com um discurso onde falou de ecologia e criticou a ordem econômica mundial

O presidente José Sarney, num discurso que durou 40 minutos, abriu ontem de manhã, em Nova Iorque, a 44ª assembleia geral das Nações Unidas (ONU). Ele falou dos problemas ecológicos, da dívida externa, das dificuldades financeiras e sociais dos países da América Latina e, ainda, de seu empenho no trabalho de redemocratização do Brasil, desde que assumiu o Governo, em 1985. De acordo com Sarney, há nos países latino-americanos "um acúmulo de violência, uma carga de rebelião sublimada que pode, a qualquer momento, aflorar e se alastrar incontrolavelmente".

Telefun APF/22



Sarney: condenando a pobreza

Diante de um plenário lotado e com a presença de representantes dos 159 países que integram a organização, o chefe do Governo brasileiro pregou uma diplomacia multilateral, sem protecionismos; denunciou a existência de pressões sobre os países em desenvolvimento para seguirem um modelo econômico que os países industrializados não praticam; e denominou de "Plano Marshall às avessas" a atual ordem econômica internacional.

"Só o Brasil, nestes últimos cinco anos, remeteu cerca de 56 bilhões de dólares" na transferência líquida de recursos ao exterior, afirmou Sarney. O discurso do presidente brasileiro foi acompanhado atentamente pelo plenário e simultaneamente traduzido para o árabe, o chinês, o inglês, o francês, o russo e o espanhol. Em sua fala, Sarney afirmou que "os maiores inimigos da democracia no continente têm sido os baixos padrões sociais e a inflação que corrói nossas economias". Mais adiante, ele assegurou que a falta de recursos, decorrente de uma conjuntura internacional perversa, está levando os países latino-americanos a toda uma onda de violência, "a uma carga de rebelião que pode, a qualquer momento, aflorar e se alastrar incontrolavelmente", advertiu.

POBREZA E ESGOTAMENTO

"Não se trata mais de motivações ideológicas. O que está em jogo na América Latina não é a dicotomia entre o sistema capitalista e o socialista", afirmou Sarney, para acrescentar depois: "Mas sim a pobreza e o esgotamento dos modelos de desen-

volvimento. O dilema agora não é militarismo ou populismo, mas a recessão ou o crescimento". Em seguida, ele criticou a interdependência do mundo que "somente tem mostrado sua face negativa". Ressaltou o presidente a existência de 145 milhões de menores carentes no mundo, dizendo viver-se hoje uma versão contemporânea da juventude miserável apontada por escritores como Charles Dickens, Victor Hugo e Dostoiévski.

Em seu discurso na ONU, Sarney criticou, também, o oligopólio do saber. Lembrou que "o saber é universal" e assegurou que a ciência e a técnica têm que ser colocadas a serviço do mundo. Apontou, ainda, como preocupações mundiais prioritárias a proteção ambiental e o tráfico e o uso de drogas. De maneira firme mostrou a posição do Brasil diante dos dois problemas, e lembrou que os países ricos hoje querem atribuir aos países em desenvolvimento a responsabilidade pela poluição mundial. Reportou-se aos anos 60 quando o Instituto Hudson, norte-americano, propôs a criação de um grande lago para inundar a Amazônia. "O Brasil repeliu essa iniciativa. E, se o mundo hoje pode voltar suas vistas para a Amazônia é porque os brasileiros souberam conservá-la até agora e o farão no futuro".

"Estamos dispostos, como sempre estivemos, à cooperação. Contudo, nunca a imposições que atinjam a nossa soberania", disse perante o plenário das Nações Unidas. Afirmou que cabe aos países industrializados "a maior parcela da poluição ambiental".

INIMIGOS DA DEMOCRACIA

— E indagou: "Se a democracia que implantamos em todo o continente não responder aos legítimos anseios de nossas sociedades, como evitar que seus valores sejam contestados? Os maiores inimigos da democracia no continente têm sido os baixos padrões sociais e a inflação que corrói nossas economias", disse, para acrescentar adiante: "Já é tempo de reconhecer que o remédio para o problema da dívida externa tem melhorado sobretudo a saúde financeira dos credores. Para os devedores tem sido uma receita de estagnação e empobrecimento". E propôs a redução do estoque da dívida e da transferência de recursos como única saída para o financiamento do desenvolvimento. "É com grande preocupação que assistimos a lentidão e apatia com que este problema vem sendo tratado e sua solução postergada".

Já quase ao final de seu discurso, que iniciou prestando homenagem ao povo colombiano e ao presidente daquele país, Virgílio Barco, "por exemplo, coragem física e heroísmo com que vem enfrentando o problema do narcotráfico", Sarney propôs que a ONU se comprometesse a promover um diálogo amplo e aberto sobre temas como: desarmamento e meio ambiente; banimento de armas químicas; transferência de tecnologia; desenvolvimento dos direitos civis e liberdades políticas; reformas econômicas no comércio internacional; regionalização da economia mundial; conquista do espaço exterior; e erradicação da pobreza. (Radiobrás) Leia na página 2 o editorial "Uma ordem econômica injusta"

Com Bush, críticas aos bancos internacionais

O presidente José Sarney expressou ontem ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, "a decepção pela apatia e morosidade com que tem sido encaminhado o tratamento de uma solução para o problema da dívida externa brasileira". Na conversa de 35 minutos, no hotel Waldorf Astoria, no centro de Nova Iorque, o chefe do governo brasileiro aproveitou para propor a criação de um mecanismo que viabilize o

fluxo de recursos já contratados para o País. Depois do encontro com Bush, o terceiro que ocorre desde a posse do presidente norte-americano, em 20 de janeiro último, Sarney falou aos jornalistas.

Ele lembrou que o descumprimento das cláusulas contratuais para obtenção de recursos externos partiu dos próprios bancos. "Quem, evidentemente, não cumpriu o acordo foram os ban-

cos. A partir do acordo passado, que fizemos, eles não entraram com a parte que tinham que entrar, bem como, com os desembolsos que iam ser feitos pelos bancos mundiais de desenvolvimento", acentuou. A sua conversa com Bush ocorreu em tom de "absoluta franqueza", qualificou o presidente Sarney. Ele disse que discutiram sobre os problemas que o País atravessa e ouviu de Bush considerações sobre "o papel importante" que o Brasil tem

representado para a democratização da América Latina.

O presidente brasileiro acentuou, também, que houve "coincidência de pontos de vista", ao que diz respeito a questões relacionadas com o meio ambiente. Isso tinha ficado evidenciado nos pronunciamentos que ambos os presidentes proferiram pela manhã, na abertura da assembleia geral das Nações Unidas. (Radiobrás)

038

Tudo pode
(AP) *24/9/89*

Das ou três coisas que se sabem sobre a sucessão presidencial em curso — ou que se pensa que se sabe. Sabe-se que o candidato Collor de Figueiredo começou a colher terrores a seus adversários. A situação dele a médio ou a longo prazo poderá vir a impactar eleições, e se confirmarem as tendências atuais de transferência de votos para outros nomes. Uma característica marcante do voto em Collor é sua volatilidade.



Ele não deixa raízes profundas na alma do eleitor. Até há 2 ou 3 semanas, os institutos de pesquisas registravam que a preferência por Collor crescia mais ainda quando o entrevistado era obrigado a escolher um candidato diante de dois ou três nomes, a exemplo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas, aqui, da pesquisa mais recente, em oposição à pesquisa espontânea — aquela que ocorre a sós dos candidatos.

Segundo os 10 dias, o contrário: a preferência por Collor vem caindo nas pesquisas por amostragem. Por esse tipo de pesquisas — que reproduzem, mais fielmente, as circunstâncias de ato de votar no dia da eleição — o pesquisador pela queda de Collor em 3% no segundo promovido pelo Ibope e voltado na semana passada pela TV Globo. O que o Ibope anotou está, porém, contornado na pesquisa da revista Isto É.

No último levantamento desta semana à noite, a revista publicou uma pesquisa que ouviu 3.500 eleitores em todo o território do país. Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro. Já em fevereiro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em fevereiro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em março. Já em março, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em março, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em abril. Já em abril, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em abril, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em maio. Já em maio, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em maio, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em junho. Já em junho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em junho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em julho. Já em julho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em julho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em agosto. Já em agosto, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em agosto, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em setembro. Já em setembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em setembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em outubro. Já em outubro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em outubro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em novembro. Já em novembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em novembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em dezembro. Já em dezembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro.

Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro. Já em janeiro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em janeiro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em fevereiro. Já em fevereiro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em fevereiro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em março. Já em março, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em março, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em abril. Já em abril, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em abril, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em maio. Já em maio, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em maio, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em junho. Já em junho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em junho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em julho. Já em julho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em julho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em agosto. Já em agosto, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em agosto, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em setembro. Já em setembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em setembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em outubro. Já em outubro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em outubro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em novembro. Já em novembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em novembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em dezembro. Já em dezembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro.

Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro. Já em janeiro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em janeiro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em fevereiro. Já em fevereiro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em fevereiro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em março. Já em março, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em março, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em abril. Já em abril, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em abril, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em maio. Já em maio, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em maio, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em junho. Já em junho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em junho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em julho. Já em julho, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em julho, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em agosto. Já em agosto, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em agosto, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em setembro. Já em setembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em setembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em outubro. Já em outubro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em outubro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em novembro. Já em novembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em novembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em dezembro. Já em dezembro, Collor caiu 1,5% em intenção de voto quando se deu um levantamento em dezembro, espontaneamente, e caiu de 2,5% quando se deu um levantamento em janeiro.

O que não quer dizer que a opção final não possa vir a ser feita em favor do candidato do PRN. Quer dizer, apenas, que se estreita a faixa do voto impressionista. Nos meses anteriores, quando disputou as eleições, Collor era forte nas classes sociais A e B, as de maior nível de renda e de instrução, e fraco nas classes C, D e E, as mais pobres e menos instruídas, que somam 75% do eleitorado.

Desde então, entretanto, o eleitorado nas classes A e B e a crescer nas classes C, D e E. Até recentemente, havia um equilíbrio entre o declínio dele em cima e a ascensão dele em baixo. O que explica o fato de ele ter se mantido na faixa dos 60% das intenções de voto em quase todas as pesquisas. Decidiu que, pela primeira vez, e há 10 ou 15 dias, Collor começou a cair também nas classes sociais D e E. Estacionou na classe C.

Nas classes A e B, já teve o declínio das intenções de voto que tem hoje. Poderia deixar de cair nas classes D e E — e, nesse caso, garantir seu lugar no segundo turno da eleição. Poderia continuar caindo pouco nas classes D e E — e, nesse caso, não iria para o segundo turno de maneira alguma. Deve estar, portanto, para que a volatilidade de quem nas classes D e E não se possa dizer a que a vitória nas classes A e B.

Se tal coisa vier a se produzir, de daria origem ao segundo turno. Naturalmente, a hipótese não é, no momento, muito simples. De longa, o candidato do PRN é aquele que conserva as maiores chances de disputar o segundo turno da eleição depois de ter ganhado o primeiro como o mais votado. Segundo o mais confortável colchão de intenção de votos da ordem de 17%. São eleitores que dizem que votariam nele de todo o jeito.

Integram a maioria dos votos eleitores impressionistas, aqueles que votam de impulso. Mas a eleição de setembro do presidente Sarney confirmou, a cada dia que passa, um caráter de "voto-passado". No final das eleições municipais de ano passado, os mais impressionistas apoiaram a vitória do PT em importantes cidades como São Paulo, espontaneamente, e não de que o eleitor votasse livre a opção preferida pelo candidato.

Poderia repetir a opção na eleição presidencial do ano seguinte. De qualquer forma — como na época já era possível perceber e como agora também se percebe. A menos de dois meses do primeiro turno da eleição, o voto corre fraco e tudo ainda pode acontecer — embora algumas coisas pareçam mais prováveis de acontecer do que outras. Como Alf chegar lá, por exemplo.

256

Crescimento de Aff e Collor preocupa Freire

2560 VOLA 26/09/84

9. (98)

Em presidenciável do PCB, Roberto Freire, em Londrina, diz que o crescimento de Aff e Collor preocupa o partido.

Freire, o presidente do PCB, Roberto Freire, que retornou a queda de Fernando Collor (PMDB) nos parciais de segunda de Aff Domingos (PL).

Aff passou a representar "um quadro bem mais orgânico da direita, que antes era mais de Collor", disse Freire, para quem uma das vagas no segundo turno será de um candidato da esquerda.

É a unidade da esquerda no segundo turno foi defendida por Freire,

seja qual for o candidato, ou de direita ou de esquerda. Freire disse que há dois tipos de tendências que se caracterizam por falta de exploração ou por dimensão.

As propriedades de Odebrecht de Moraes se encaixam no segundo caso e seriam passíveis de reforma agrária.

"Não podemos admitir que uma propriedade privada tenha mais terra que um estado", disse o candidato do PCB. Para Roberto Freire, o Governo não tem que resolver a questão da reforma agrária, "não com repressão,

mas com a distribuição da terra para aqueles que realmente querem produzir, como os pequenos e médios produtores".

Ele afirmou que "a proliferação de pequenas propriedades também não é solução se não houver uma política agrícola". Na opinião do candidato do PCB, a reforma agrária pode ser feita dentro do capitalismo e contribuir para o seu desenvolvimento porque amplia a base do mercado interno. (AB/AG)

Interpretação -- O candidato do PCB, Freire, disse que, em Londrina, no Paraná, que é uma região de desenvolvimento das terras do município de São Odebrecht de Moraes.

21034 22/9/89

Comércio e dívida na pauta do encontro de Sarney com Bush

□ Sarney viaja esta noite para os Estados Unidos. Na segunda, ele fará o discurso de abertura da reunião da ONU. Depois, fala com Bush

O presidente José Sarney embarca hoje à noite para Nova Iorque, onde se encontrará na segunda-feira com o presidente George Bush e

fará o discurso de abertura da assembleia geral das Nações Unidas. Sarney volta dia 27 ao País. Ele viaja num Boeing 707 da FAB, com capacidade para 70 passageiros, mas apenas 15 pessoas seguem na comitiva, entre elas os ministros Bayma Denys (Gabinete Militar) e Abreu Sodré (Relações Exteriores).

Fontes diplomáticas do Brasil nas Nações Unidas informaram

ontem, em Nova Iorque, o presidente José Sarney discutirá com o presidente norte-americano, George Bush, as relações entre os países, especialmente os problemas comerciais. O Departamento de Estado, segundo as fontes, confirmou o encontro entre os dois presidentes, que será realizado na próxima segunda-feira, às 15 horas. Os detalhes ainda estão sujeitos a um ajuste.

DIÁLOGO — Fontes norte-americanas afirmaram por sua vez que, embora houvessem diferenças nos pontos de vista de Washington e Brasília, no terreno comercial, "os vínculos de amizade e as relações tradicionais são muito profundas", de forma que tudo pode ser resolvido através de um "diálogo contínuo".

O encontro entre Sarney e Bush, segundo fontes governamentais de Brasília, será de "agenda aberta", ou seja, um encontro informal em que os dois presidentes revisarão as relações entre ambos os países.

Entre as divergências que causaram problemas nas relações bilaterais, as fontes citaram as sanções comerciais no valor de 30 milhões de dólares que os Estados Unidos decretaram contra o Bra-

sil em julho do ano passado, devido às reclamações da indústria farmacêutica internacional de que os brasileiros não respeitavam as patentes de fabricação.

Outro problema, bem mais grave, é a disputa pela reserva de mercado de computadores, que soma cerca de 2,8 bilhões de dólares, imposta pelo Governo brasileiro para proteger a indústria nacional. A reserva concede à indústria brasileira o privilégio de fabricar computadores pessoais, o que está vedado às empresas multinacionais no País. O Brasil tentou adquirir nos Estados Unidos supercomputadores do tipo 2001, mas Washington vetou a venda — temendo que estes aparelhos fossem usados para a construção de uma bomba atômica — já que o governo de Brasília não assinou o tratado de não-proliferação de armas nucleares, também conhecido como Tratado de Tlatelolco.

O Brasil necessita deste apoio político de Washington para enfrentar uma dívida externa de 112 bilhões de dólares e suas negociações financeiras. Atualmente, os brasileiros estão negociando um difícil acordo de seis meses com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas o organismo apenas assinará o pacto por um máximo de um ano. (UPI-Brasília/ZH)



Sarney, viajando para abrir assembleia das Nações Unidas

8909542

CR8

2220 HORA 28/09/89

F.P. 100

Freire prevê chegar ao 2º turno

□Candidato do PCB fez campanha em Porto Alegre e manifestou otimismo ao comentar pesquisa que aponta melhora nos índices

"Vamos para o segundo turno". A previsão, sem vacilar, foi feita ontem pelo candidato do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à Presidência da República, deputado Roberto Freire, que afirmou não ter preferência pelo adversário: "Pode ser qualquer um de direita". Ele manifestou seu otimismo ao ser informado de que, em pesquisa de intenções de voto a ser divulgada hoje pela revista *Isto É* So-

nhor, sua candidatura dobra o número de pontos, alcançando 4,3% na preferência do eleitorado. O presidente disse ainda que pensa requisitar direito de resposta ao PT, já que Lula o acusou na televisão, no horário峰值 da propaganda eleitoral gratuita, de ter assinado documento favorável à privatização de empresas estatais — o que Freire garante não ser verdade.

Único presidencialista a comparecer ao Estado para um debate com sindicalistas — previsto para o Gigantinho, no sábado, e suspenso pelos organizadores em função da ausência de outros convidados — Freire não perdeu oportunidade para desfechar alfinetadas nos concorrentes da esquerda. "Pelo menos nós

mantivemos o compromisso assumido com a classe operária", disse o candidato, referindo-se ao fato de que o debate fora programado por organizações sindicais, muitas delas filiadas à CUT, com o propósito de conhecer as posições dos presidencialistas em relação a temas de maior interesse dos trabalhadores.

SEN MUNDO — A programação de Freire em Porto Alegre começou no sábado à tarde, quando chegou acompanhado da mulher, Leticia, afirmando que a campanha "está dando para levar, embora não tenhamos jatinhos". Ele manteve inúmeros contatos políticos e à noite compareceu a um baile promovido por

comunistas da Zona Norte. Freire, pela manhã, compareceu ao encontro na Igreja da Redenção, onde aplaudiu até pelas organizações sindicais, que também estavam ali pedindo votos para Freire.

Em entrevista especial de um breve intervalo de sua campanha pelo bairro, Freire comentou os fatos sobre os seus dias e as atividades, afirmando as intenções de sua "campanha de governo Freire que é aliado do trabalhador". Ele mencionou que sua intenção é de ser candidato pelo colégio eleitoral das democráticas e de comparecer ao Palácio do Planalto.

Freire foi recebido com entusiasmo, às 18h, na Cantina Veneta (rua Rio Bonifácio), onde representantes de entidades culturais e artísticas apresentaram o programa para um bate-papo. Ele lembrou que sempre esteve envolvido em atividades culturais da década de 60 — Centros Populares de Cultura, União Nacional de Estudantes — teve o que agenciou impulsionando o PCB. Recordou, depois, algumas de suas atividades culturais nos últimos tempos, como as festas pelas sociedades e reuniões que isso não ocorreu com o governo. Depois, passou a ler Bonifácio de ponta a ponta, assinando papéis de Mário Corrêa e sendo aplaudido por integrantes da Juventude Comunista, apressados que ele se apresentasse como "pequeno irmão de trabalhadores e segundo turno". O candidato do PCB deixou Porto Alegre às 15 horas, viajando para Recife.



Freire, solicitado para autógrafos



Unicomunicar: Candidato falou na Redenção

EM 100 ANOS DE REPÚBLICA

CHEGA A CRISE ECONÔMICA



Indústria: o vice Sarney assume por morte de Tancredo

Os graves problemas econômicos e sociais trazem ao País uma época turbulenta e levam a ditaduras e períodos difíceis

MARIA ISABEL HAMMES

Editoria Política/ZH

A eleição de 1930 marca o rompimento da aliança São Paulo-Minas Gerais, estado que se alia ao Rio Grande do Sul e a Paraíba em favor da chapa Getúlio-João Pessoa contra Júlio Prestes. Pela primeira vez na história republicana, segmentos urbanos participam ativamente da campanha com uma série de comícios por todo o País, terminando com a derrota de Getúlio por quase 200 mil votos. Júlio Prestes consegue 1.027.000 votos contra 809.307 de Vargas.

Mas a "idéia de fraude era fortíssima, embora tenha ocorrido em todos os outros pleitos", lembra o professor Dutra Fonseca da UFRGS, acrescentando que outros fatores, como a grave crise econômica, resultante do crack de 29, contribuíram para a revolução, a partir da qual se instituiu a ditadura do Estado Novo, que se prolonga por mais 15 anos.

É um momento de reformulação total no modo de gerir a economia e a política nacional. Na política, cai por terra a força dos governadores, dando lugar a uma estratégia mais nacional, apoiada pelo exército, cujos tenentes são nomeados interventores na maior parte dos estados, sem contar o fechamento das casas legislativas em 10 de novembro de 37. E, na economia, há a guinada para a industrialização e policultura, chegando ao auge com

a constituição de Vargas, também toda a legislação econômica (salário mínimo), trabalhista, o acerto (30) e a legislação de justiça eleitoral.

QUANDO VARGAS — A partir do final da II Guerra Mundial, a derrota do nazifascismo e a queda das ditaduras e revoluções firmadas contra Vargas (o movimento da UDRG, patrocinado pela forte intervenção do estado na economia e pela instituição da legislação trabalhista, segundo a doutrina de um novo plano, gerado é eleito Eurico Gaspar Dutra, do PSD, ex-ministro da Guerra, derrotando o bispo-bispo Eduardo Dantas e Figueira, do PCB, que estava em andamento desde 1955, das eleições apenas 15 dias de campanha).

Do ponto de vista econômico, um governo eficiente que, inicialmente, se propôs a manter a política de Vargas, mas, depois, se voltou ao liberalismo. Depois, porém, o regime mudou que passou a ser de crescimento de importação, porém, quando as importações das no período anterior; o salário mínimo em todo o País. Acabou se aproximando do fechou o PCB e rompeu com o gta.

SUCESSES — Com o apoio do PSP, partido com forte base no País que indica o vice Getúlio Vargas é eleito pelo PTB, inaugurando uma fase de crescimento econômico, porém, a lista - criação do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) para avaliar os movimentos econômicos, respectivamente, o mesmo nível real de 41.

Mas os movimentos econômicos se expandem, o crescimento do governo foi grande, sofreu críticas dos militares e, para acabar com a Jango para o ministro do Ibo, vetado no Conselho dos Conselhos. Acaba com a concessão de Getúlio em 54 e, em 1º de maio, um "pacote" econômico mínimo e depois com a classe trabalhadora. A eleição em 24 de março, feita por Carlos Luz, é contestada por Carlos Luz por todos os lados. Carlos Luz termina o mandato, 990.955.

CONSORCIO PANAMER A APLICAC MINIMA QUE RENDE O MAXIMO

Os anos JK e a renúncia janista

O slogan 50 anos de desenvolvimento em 5, Brasília, indústria automobilística e expressivo ingresso de capital externo, possível pelo fim da guerra da Coreia e da reconstrução europeia o que leva os Estados Unidos a investir maciçamente na América Latina. Tudo isto marca o governo de Juscelino Kubitschek, eleito em 56 pelo PSD com Jango do PTB como vice, cujo plano de metas propõe a modernização do País, sem praticamente qualquer oposição.

Em 60, a UDN volta ao cen-

tro do noticiário com a eleição de Jânio Quadros e seus quase 6 milhões de votos. Uma eleição que, na opinião do professor Dutra Fonseca, confirma e "enorme crise" do País, já que, pela primeira vez, é eleito um candidato oposicionista. Em seus apenas oito meses de governo, antes da renúncia, Jânio se notabiliza por medidas de cunho moralista, como a proibição do uso do biquíni e brigas de galo, além do restabelecimento de relações diplomáticas com Cuba, condecoração a Che Guevara e uma expressiva desvalorização

cambial para favorecer as exportações.

Depois de superada a crise deflagrada pela renúncia e os vetos a seu nome, Jango assume no regime parlamentarista, cujo primeiro-ministro era Tancredo Neves, governo que acaba em apenas cinco meses. Com a idéia do plano de estabilização - plano trienal, de autoria de Celso Furtado -, pretendia imprimir reformas estruturais, como a agrária e educacional, com grande oposição, o que derruba seu governo em 31 de março de 64.



Figurado: sem empregar

Militares e a difícil transição democrática

Extinção do pluripartidarismo e criação de apenas dois partidos - Arena e MDB; política de estabilização econômica através do aumento de impostos, política de salário e de crédito restritivo. Isto marca o primeiro governo do regime militar, presidido pelo marechal conde Humberto de Alencar Castelo Branco, cuja política obteve a queda da inflação a curto prazo, mas que levou à recessão econômica.

Em 67, o poder passa para o gaúcho Arthur da Costa e Silva, imprimindo uma política econômica mais "frouxa" com a visão que a inflação não era de demanda, mas de custos, "uma política não ortodoxa de volta ao crescimento", acentua o professor Dutra Fonseca. A entrada de Costa e Silva marca também o endurecimento do regime, cujo ato mais repressor da revolução, o AI 5, é editado em seu governo. Ele sofre um derrame; os militares não permitem a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, e

uma junta militar com representantes do Exército, Aeronáutica e Marinha assume o poder e outorga uma nova Constituição.

FECHA O CONGRESSO — Em 69, é escolhido outro gaúcho para a Presidência: o general Emílio Garrastazu Médici que, numa situação internacional favorável, consegue o maior período de crescimento econômico, quando o País chega a registrar o invejável índice de 14% ao ano. Mas, de outro lado, é um período de intensa repressão política e cerceamento das liberdades individuais.

O governo Ernesto Geisel começa quando já havia iniciado a primeira crise do petróleo e, por isso, é implantado o 2º Programa Nacional de Desenvolvimento que, entre outros pontos, sugeria a substituição rápida das fontes energéticas baseadas no petróleo, a partir do Proálcool, do acordo nuclear Brasil-Alemanha e também da busca de aumentar produção de petrô-

leo a partir dos contratos de risco. É um governo marcado também pelo início da "lenta, gradual e segura distensão", planejada pelo general Golbery do Couto e Silva; pelo fechamento do Congresso para implantação da reforma do Judiciário, e sem contar a disputa de poder com o general Sílvio Frota e as mortes, por tortura, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho.

GUINADA CONSERVADORA — Autor de frases de efeito como "prendo e arrebroto" (referindo-se aos contrários à abertura), o ex-chefe do SNI, general João Baptista de Oliveira Figueiredo, é escolhido sucessor de Geisel, época em que a proposta de distensão vira abertura política. Governo marcado pelo começo do pluripartidarismo, fim do AI 5, anistia e da primeira eleição direta para os governos estaduais, além do desencadeamento das greves no ABC paulista. Época do segundo choque do petróleo (79) e da explosão da dívida externa

principalmente pela elevação de juros internacionais.

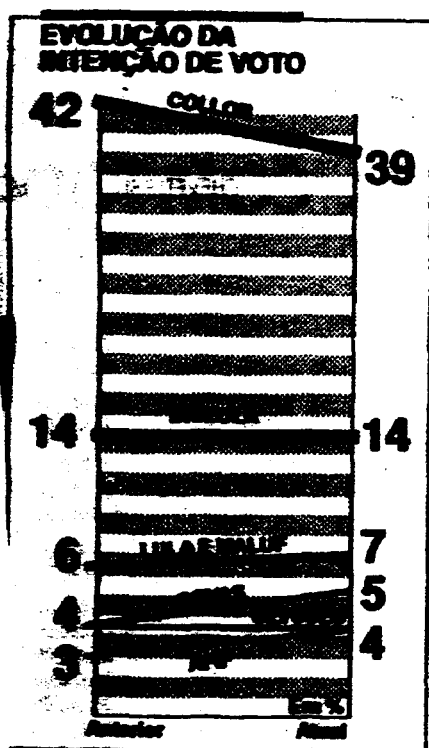
Com o crescimento da inflação, explosão da dívida e o anseio da população por democracia - campanha das diretas em 84 -, o regime militar não mais consegue se manter e o colégio eleitoral elege o candidato da Aliança Democrática - PMDB-PFL, Tancredo Neves, que acaba marcado de septuagésimo e é substituído por seu vice, o maranhense José Sarney, dando início à transição democrática. O governo assegura o voto ao analfabeto e se mostra hesitante entre os apoios políticos heterogêneos, tenta combater a inflação com choques através dos Planos Cruzado, Bresser e Verão, mas não é bem sucedido. Com o Plano Cruzado, o PMDB, partido governista, consegue eleger 23 dos 24 governos dos estados. Um momento importante desta época foi a Assembleia Nacional Constituinte. Acaba com uma grande guinada conservadora.

098

ZERO HORA 23/09/89 F.P. (P.P.)

Cerca de 56% dos eleitores ainda estão indefinidos, aponta o Ibope

□ Pesquisa de opinião realizada após início do horário político mostra queda de Collor e maior número de eleitores indecisos



Cerca de 56% dos eleitores ainda não têm candidato definido. Este é o dado mais significativo da pesquisa do Ibope divulgada ontem à noite, no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. A pesquisa foi realizada nos quatro primeiros dias da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, entre os dias 15 e 19 deste mês, parcialmente liberada na quarta-feira.

Na pesquisa estimulada, em que o eleitor responde com base na relação de candidatos que lhe é apresentada, o índice de indecisos cai para 13%. Nesta situação, os votos brancos e nulos somam em torno de 4% dos pesquisados. Apenas 45% já têm candidato definido.

Na pesquisa estimulada, apesar de ter caído em relação à pesquisa anterior, Collor de Mello mantém a liderança com 39% das intenções de voto. Leonel Brizola (PDT) vem em segundo lugar, com 14%, mesmo índice da pesquisa anterior. O terceiro lugar é compartilhado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Paulo Maluf (PDS), ambos com 7%.

O tucano Mário Covas (PSDB) está na quarta colocação com 5%, seguido de Ulysses Guimarães (PMDB) que mantém o percentual da pesquisa anterior, 4%. Américo de Oliveira (PFL) e Ronaldo Caiado (PSD) ocupam com apenas 1% das intenções de voto. O senador Affon-

so Camargo (PTB), não aparece e já tem 0,3% do eleitorado.

A análise simples dos dados aponta algumas alterações notáveis que ainda não podem ser justificadas como tendência, segundo os pesquisadores. No panorama geral, ficou mais acirrada a disputa do segundo lugar com as aproximações de Maluf e Aff. Collor de Mello, embora tenha perdido alguns pontos (de 42% na anterior para 39% nesta), mantém-se em níveis elevados, o que não chega a comprometer sua liderança.

O Ibope ouviu 3.500 eleitores nas capitais e cidades do interior do Brasil em todas as regiões, para esta pesquisa.

Candidato do PRN muda o discurso

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, inicia hoje nova fase em seu programa do horário eleitoral gratuito. Com a intenção de conquistar os votos dos indecisos, Collor ocupará a maior parte dos dez minutos a que tem direito para mostrar que é o único candidato anti-sistema. "Ele adotará um discurso mais politizado", disse ontem o presidente nacional do PRN, Daniel Tourinho.

A nova estratégia de Collor está voltada para vencer as eleições no primeiro turno. Para isso, precisaria recuperar os 40% de intenções de voto e manter esse patamar até o dia 15 de novembro, conforme seus assessores.

— Se considerarmos que 20% dos 82 milhões de votos serão nulos e brancos, ficamos com um quadro onde 40% representam cerca de 33 milhões de votos, que correspondem

aos 50% mais um estatuto para a legislação para a eleição do primeiro turno — explicou Tourinho.

Embora mantenha a liderança, o candidato vem apresentando uma queda de 40% nas pesquisas de opinião pública.

Neste contexto, no dia 30, Collor fará uma grande campanha em São Luís, terra do governador Ney. (AG)

Os presidenciaíveis e a cultura

Alinhar o Estado da produção cultural ou mantê-lo como financiador da cultura é uma das questões debatidas pelos candidatos

GISELLE CHASSOT

Brasil/2H

A cultura tem ficado à margem nos debates entre os presidenciaíveis. A maior parte deles admite ainda não ter uma proposta definida de política cultural. A tendência, pela intervenção ou não do Estado no processo, se mantém de acordo com a posição ideológica de cada candidato.

Maior preocupação é com a destinação de verbas

FERNANDO COLLOR - O candidato do PRN pretende expandir o cinema cultural, que hoje está centralizado entre o Rio e São Paulo. A partir dessa modificação, Collor quer reestabelecer toda a política cultural brasileira, para "agilizar o processo de desenvolvimento". Ele acredita que o Estado não pode ser paternalista. "Quem deve dirigir o processo de crescimento cultural é o produtor", afirma.

OSCAR COVAS - O Governo só deve interferir no processo de desenvolvimento cultural do País para garantir o acesso democrático e universal da sociedade. Defendendo este princípio, o candidato tacano pretende mobilizar todas as pessoas e entidades ligadas à cultura para definir uma política de Governo que destine fatias do orçamento para a criação de espaços culturais em municípios com mais de 20 mil habitantes e a instalação de casas de espetáculos em municípios de médio porte (mais de 300 mil habitantes). Márcio Covas propõe que essas espaços sejam administrados pelas prefeituras, com o apoio e participação da comunidade. Os meios de comunicação, especialmente a televisão, acredita, devem ser estimulados a desenvolver programas de interesse regional.

PAULO MALUF - A única maneira de garantir o desenvolvimento cultural do Brasil é mantendo um fluxo constante e regular de verbas federais para a cultura, acredita o candidato do PDS, Paulo Maluf. Para garantir essas verbas, o ele pretende dinamizar o Ministério da Cultura, "colocando sua estrutura para funcionar". Tudo isso para assegurar à sociedade o crescimento da produção cultural nacional. De qualquer maneira, Maluf não quer definir qualquer tipo de incentivo à produção cultural antes de discutir a questão com os produtores. "O importante é realizar algo que seja de agrado do meio", concluiu.

ROBERTO FREIRE - O candidato Roberto Freire, do PCB, sonha com uma revolução no processo cultural do País. Para isso, ele propõe a ga-

to. Uma opinião, no entanto, parece ser de consenso: o Governo não faz cultura, quem faz é o povo. Acreditando nesse princípio, a maior parte dos candidatos propõe o desenvolvimento cultural da Nação — a seu modo.

Há quem defenda, por exemplo, a responsabilidade do Governo como financiador das manifestações culturais, mas há quem pretenda deixar essa atribuição para a iniciativa privada. E há até quem acredite que o País perdeu sua identidade cultural. As opiniões são diversas e as idéias bastante variadas. De todos os 11 candidatos entrevistados, apenas Aurélio Chaves, do PFL, não apresentou qualquer proposta.

rantia de todo o tipo de incentivo à produção cultural, "em termos financeiros e de infra-estrutura". Recusando-se a desenvolver um projeto único e monumental para garantir o desenvolvimento cultural do País, o presidenciaível do PCB quer ampliar o consumo da arte no Brasil, favorecendo e financiando, através de seu governo, grupos e manifestações folclóricas que não conseguem patrocínio ou apoio da iniciativa privada, "que só investe em cultura para maximizar seus lucros".

ULYSES GUIMARÃES - Reverter o que considera "um verdadeiro processo de sucateamento da cultura brasileira". Esse é o principal projeto cultural de Ulysses Guimarães. Depois de arrumar a casa, o candidato pretende encaminhar a discussão para a definição de um projeto de reconstrução da identidade cultural brasileira. Para isso, diz o candidato, é preciso proteger e conservar o que sobrou, renovar e democratizar os espaços já existentes e só então investir no estímulo intelectual e material à criação. Todas essas modificações, de acordo com o candidato do PMDB, devem ser orientadas por um Ministério da Cultura competente, com vontade política e decisão para fazer cultura.

RONALDO CAIADO - Se depender do líder ruralista, o desenvolvimento cultural do País será estimulado. Para isso, Ronaldo Caiado pretende incentivar as empresas privadas a investir nas manifestações culturais. De acordo com o candidato, a promoção de premiações é uma excelente estratégia de marketing. Ao Governo caberá repasse de verbas e a promoção do crescimento cultural do País. "O Estado não pode direcionar a cultura mas assegurar sua ampliação", disse.

AFONSO CAMARGO - "Despertar o espírito de participação em cada cidadão brasileiro". Essa será a primeira ação cultural do candidato Afonso Camargo, do PTB. Depois de "acordar" o País, o ele pretende estimular a criação de uma consciência nacional capaz de preservar e resguardar os valores culturais do Brasil.



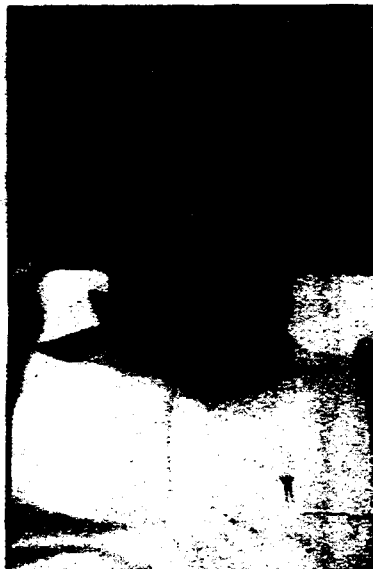
Collor de Mello



Leonel Brizola



Paulo Maluf



Luís Inácio Lula da Silva

Cultura regional e o resgate do folclore

LEONEL BRIZOLA - Acabar de vez com a divisão entre cultura popular e erudita é um dos pontos principais do projeto cultural de Leonel Brizola. Segundo o candidato do PDT, só existe uma cultura e essa divisão em castas é inadmissível para um Governo popular. Brizola propõe uma política cultural voltada para o resgate do folclore. Ao mesmo tempo, o candidato pretende zelar pelo acesso da população a locais de espetáculos "mais sofisticados", como os grandes teatros. Reunião com seus assessores, o ex-governador do Rio de Janeiro pretende definir um programa de ação para favorecer a cultura regional, principalmente em relação aos meios de comunicação, "para romper a cortina de desinformação no País".

AFIF DOMINGOS - Uma política cultural que garanta a participação popular e o apoio do Governo é a meta do candidato Afif Domingos, do PL. Ele acredita que o Estado não pode agir como executor de hábitos culturais, mas deve desenvolver toda a infra-estrutura necessária ao livre crescimento cultural da Nação. Entre as principais prioridades do candi-

dato na área estão o desenvolvimento de uma política de incentivo à criação de bibliotecas (em colaboração com a iniciativa privada), o apoio ao cinema nacional e ao desenvolvimento do teatro amador. O candidato também pretende estimular espetáculos em todo o País e lutar para que as culturas negra e indígena sejam consideradas patrimônio da Nação.

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA - A cultura deve ser dirigida para o processo de descentralização, democratização e autonomia. Para garantir esse princípio, o candidato Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, propõe grandes incentivos à área de cultura, que deve ser priorizada. Segundo ele, o percentual do orçamento destinado à cultura deve ser ampliado. Só assim, as escolas públicas do País poderão se transformar em centros de produção de cultura, acredita. Defendendo que toda a sociedade deve ter acesso à produção cultural, Lula afirma que seu governo vai estimular a criação de espaços pelo País, assim como apoiar o desenvolvimento de toda a infraestrutura necessária ao crescimento cultural da Nação. Entre as principais prioridades do candi-

210724 24/9/89

Senado aprova normas das eleições de 90

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que estabelece normas para a eleição de governadores, senadores e deputados em 1990, acabando com uma polêmica sobre a data das eleições e a posse dos eleitos, que já chegou ao Judiciário. O texto do Senado foi preparado em menos de quatro horas, enquanto a Câmara levou oito meses para aprovar as normas para as eleições presidenciais deste ano. E estabelece dois pontos básicos: as eleições serão no dia 3 de outubro de 1990 e só podem concorrer candidatos de partidos políticos com estatutos registrados definitivamente no Tribunal Superior Eleitoral, o que põe fim à proliferação de candidatos lançados por partidos sem expressão, como na atual eleição.

Segundo o relator do projeto, senador Juracy Figueiredo (PSB-PA), a data das eleições, 3 de outubro, é o ponto prioritário, porque evita que o TSE siga a Procuradoria-Geral da República e fixe o dia 15 de dezembro. Como a eleição terá em dois turnos, o segundo turno acabaria sendo realizado em janeiro, o que criaria um problema: a Constituição estabelece que a posse dos eleitos deve ser no dia 1º de janeiro do ano seguinte às eleições, o que significa dizer que um candidato que disputou o primeiro turno em 1990 e passou no segundo no começo de 1991 só seria empossado em 1992.

O projeto, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso, quer ainda empossar o artigo 16 da Constituição diz que qualquer alteração no processo eleitoral só terá validade um ano após a promulgação da lei, ou seja, no mínimo a partir do final de setembro. Toda a regulamentação relativa à propaganda e desincompatibilização daqueles que ocupam cargos públicos foi baseada a leis anteriores para evitar regras novas que só entrassem em vigor quando esta lei for aprovada.

O texto segue agora para a Câmara, que deverá votar o projeto até 3 de outubro, para que seja válida a data da eleição prevista na proposta do Senado. (AG)

F.P. (P.P.)

Show sem limites

Um especialista em comunicação analisa o desempenho dos candidatos no vídeo e o papel das pesquisas

POR JOSÉ NEGREIROS

Ao contrário de muita gente, o professor de comunicação da Universidade de Brasília Venício A. de Lima, 44 anos, não está se divertindo com o mais novo show da tevê: a campanha eleitoral. Estudioso do assunto, Venício acha que o bombardeio das pesquisas e a rejeição ao político podem criar uma situação política deformada, às vésperas da eleição mais importante da história do País nos últimos 30 anos — aquela que escolherá o futuro presidente da República.

“O que está em jogo nessa eleição é a democracia”, adverte, referindo-se ao conceito liberal do termo, que significa idênticas oportunidades de acesso dos eleitores à informação para decidir racionalmente diante de várias opções na hora de escolher os seus governantes. Para ele, isso é muito difícil num País com 70% de analfabetos e enormes desigualdades de renda. Além disso, inexiste um código de ética na produção de pesquisas de intenção de voto. Está montado o cenário adequado a uma fraude eletrônica: como a campanha se dará predominantemente pela televisão — um veículo que privilegia a imagem de quem comunica, em vez do conteúdo de sua mensagem —, há o risco de se escolher não aquele que tenha o melhor programa, e sim o produto de marketing mais eficiente.

Nascido em Sabará (MG), Venício, autor do livro *Teoria e Prática da Comunicação na América Latina*, gosta de ser envolvido pela “mimetização” das

coisas de sua terra, onde é torcedor do Cruzeiro. Dedicado estudioso da televisão, Venício é pós-doutorado em comunicação pela University of Illinois. Nos últimos dois meses em que a UnB esteve em greve, ele substituiu as aulas por um acompanhamento detalhado da campanha pela tevê. O resultado o deixou preocupado. Especialmente pelo temor de que a associação entre televisão e pesquisa de intenção de voto queira substituir as urnas e apresentar a situação de hoje, quatro meses antes de 15 de novembro, como um fato consumado.

P — A tevê pode eleger um candidato?

R — A melhor resposta é a seguinte: um candidato que tiver a oposição da tevê dificilmente será eleito.

P — Na primeira campanha para presidente em 30 anos, há o risco de a tevê impor aos candidatos sua trans-

formação em produtos?

R — Não há dúvida. Não há nenhuma dúvida sobre o papel absolutamente fundamental que a tevê joga como mediadora entre o candidato e o eleitor desde a eleição para a Presidência dos Estados Unidos em 1960, a famosa disputa entre o Kennedy e o Nixon, uma espécie de marco nessa aferição. Hoje as estratégias políticas são pensadas em termos da possibilidade de se gerar fatos que sejam televisivos. Nós estamos vivendo essa realidade. O candidato do PDS, Paulo Maluf, se dispôs a fazer o anúncio de um sapato porque, como esse comercial será exibido na tevê, isso expõe o candidato, torna-o por bom tempo visível na tevê.

P — Há quem imagine que a campanha se transformará em algo tão tele-

continua na pág. 8



Venício Lima

Tevê não ganha eleição, mas pode atrapalhar a vida do candidato

continuação da pág. 5

visivo que assumirá o gênero "novela política", com o Collor no papel de vilão e seus adversários mais aguerridos como Brizola, nos de mocinhos, atirando denúncias contra o ex-governador de Alagoas.

R - É possível, mas os candidatos que caminharem para isso poderão estar cometendo um equívoco, por-

Collor é bom de tevé: é novo, não tem posições. Seria melhor sem falar

que a televisão não funciona desse jeito. Alguns candidatos, independente do tempo que eles aparecerem na tevê, não se transformarão em "bons produtos". Nós já estamos tendo a comprovação disso. É claro que a exposição é importante e que a tevê não é o único fator de influência, mas se não houver uma identificação com as aspirações ditadas pela atual conjuntura nacional e pela história recente do País, o resultado para o candidato poderá ser negativo. Existem candidatos que, independente da intenção, não serão bons para a tevê, ainda que possam ser recuperados para ela. No caso daquela eleição paradigmática dos Estados Unidos, o Kennedy era um jovem senador católico por Massachusetts, que representava o moderno, o avanço, o progresso e o rompimento com a política tradicional. Ele era bonito, charmoso, esportista, tinha uma tradição familiar, era bem casado, desafiava todas as previsões. Era a própria juventude, pujança e ideal de uma geração americana. E, sobretudo, não só se apresentava como isso, mas na verdade encarnava tudo isso. Contra quem? Contra um candidato, Nixon, que era exatamente o oposto deste modelo, que ficava nervoso, que suava a ponto de molhar o paletó etc.

P - O que é bom para a tevê? O novo?

R - Um programa de televisão dá certo quanto mais possibilidades o produtor abra para que o público tenha leituras diferentes sobre esse programa. Por exemplo: *Dallas*. Apesar de ser exatamente o mesmo aqui, na África Oriental, na Ásia e nos Esta-

dos Unidos, há nele coisas universais como riqueza, beleza, maldade etc., mas permite identificações locais as mais variadas. A televisão não favorece as coisas pré-definidas. Nela o sujeito que se comporta e passa para o público uma abordagem fechada, que exclui a participação do público, não dá certo. Esse era o Nixon. Um advogado, tradicional, duro, que representava o Partido Republicano no modelo mais conservador da política americana. Os telespectadores não avaliavam os programas que eram apresentados, mas as imagens dos candidatos. Nixon significava o oposto de Kennedy. Era a imagem que ele passava. E, veja bem, na tevê, como na vida, existem códigos que têm uma carga independente da vontade das pessoas. Ou seja, algumas pessoas são "boas" para a tevê e outras não são.

P - Entre os candidatos atuais, quem é "bom" para a tevê?

R - Não é difícil ver isso. Por exemplo: o Collor certamente é e o Maluf certamente não é. O Collor é novo, indefinido, não tem posições fixas e, assim, consegue agradar uma gama muito variada de eleitores. O Joe McGinnis, autor do livro *Vende-se um Presidente*, afirma: "A televisão é especialmente útil ao político a quem sobra charme e faltam idéias. É sua personalidade que os telespectadores querem compartilhar. Como se conduz? Ele gagueja, faz tiques, ele me faz rir, ele me aquece interiormente. Estilo se transforma em substância." O grande problema do Collor é que ele tropeça nas suas próprias coisas. Sem falar ele seria melhor ainda.

P - E o dr. Ulysses?

R - Ulysses tem outros problemas: o trauma da Nação com a idade e o estilo dele. Ulysses não é um político da geração televisão. O estilo dele é da política de conversa ao pé do ouvido, do convencimento pessoal. Os grandes sucessos da música popular internacional são ambíguos em tudo. Michael Jackson é homem, mas é andrógino. Madonna é mulher mas tem muito de masculino. Essa ambiguidade é típica da tevê, que é um veículo que pode ser consumido por quem lê e quem não lê, por quem é pobre e por quem é rico, ao contrário do jornal. Então, para abrir o leque da audiência, ela tem necessariamente de ser indefinida.

P - O que o sr. achou dos debates entre os presidencialistas?

R - Atribuiu-se uma importância exagerada a eles como fator determinante de intenção de voto. Em virtude do número excessivo de candidatos envolvidos, é muito pouco provável que a audiência fixe opiniões de conteúdo de cada um. Isso quer dizer o seguinte: se as pesquisas sobre o assunto tivessem se preocupado em perguntar aos entrevistados sobre o que disseram os candidatos a respeito de determinados assuntos, provavelmente eles não saberiam fazer essa distinção. Em debates desse tipo, o conteúdo não tem muita importância. Na verdade, o que fica é a imagem que os candidatos conseguem transmitir. E isso é um processo de construção, depende de toda a exposição pública que cada um tem ao longo de sua vida.

P - Ulysses e Collor perderam alguma coisa com suas ausências?

R - Precisariamos avaliar muita coisa para responder isso. Por exemplo: no debate da Rede Bandeirantes, durante as duas primeiras horas, a Globo teve o dobro da audiência em São Paulo. A partir de 22h30, 23h, o número de aparelhos ligados num dia normal de programação cai bastante. Portanto, a audiência real envolvida é naturalmente pequena. Eu tenho curiosidade de saber o que significam em termos de população os 13,4% de média de audiência que o debate atingiu. Porque, senão, com 13,4% de nada, corre-se o risco de média transformá-lo no evento que ele não foi. Algo que só repercutiu na im-

Debate serve mais para confirmar do que para alterar intenções de voto

prensa escrita. Outra coisa: para quase todos os candidatos escolhidos como os vencedores do debate, havia uma opção prévia de mais de 50% por parte de quem respondeu. Ou seja, nesse formato (o ideal é dois de cada vez), é muito provável que o debate sirva mais para confirmar do que para alterar intenções de voto.

P - O que o sr. achou dos debates

res? O Aureliano foi hilariante, não?
R - (Risos). Pessoas como o Aureliano, Maluf, Lula e mesmo o Covas têm uma prédefinição de imagem que dificilmente se modificará numa exposição à tevê. O Aureliano é uma pessoa, até fisicamente, rígida, definida. Trata-se de um engenheiro, que fala de forma cartesiana, raciocina de maneira linear. Torna-se, às vezes,

Freire ganhou o debate. Ele parece estar falando com você em sua casa

engraçado na tevê. O mesmo acontece com relação a Maluf, se bem que ele está aprendendo. Lula também é quadrado. Ele se apresentou no primeiro debate "vestido" de metalúrgico que é candidato a presidente. Já no segundo, da Rede Manchete, usou gravata, mais parecido com os outros. Mas isso não vai alterar aquela imagem do metalúrgico. O próprio Covas não é bom de tevê. Tem a voz muito grossa e resiste a mudar os óculos. Posso estar enganado, mas essa identidade prédefinida não acontece com o Afif Domingos e com o Ronaldo Caiado. A futura definição destes pode ser ajudada, trabalhada pelos mídias e isso nada tem a ver com direita ou esquerda.

P - E Brizola e Roberto Freire?

R - Acho que mais o Roberto Freire e menos o Brizola são pessoas que sabem usar a tevê e têm aparência física que lhes favorece. A diferença é que Brizola não é uma figura pública nova, mas sabe tirar partido da tevê, passa a imagem de quem está tranquilo, apesar de, às vezes, falar demais. O Roberto é ótimo, fica na tevê como se estivesse conversando com você, em sua casa. Acho que ele ganhou o debate da Bandeirantes.

P - A afirmação do ex-presidente Ronald Reagan ("A mídia fabrica uma imagem e a gente se amolda") é mesmo uma fatalidade?

R - Acho que sim. Não há um só político que tenha aspirações nacionais que não leve em consideração, com toda a atenção, a tevê. Com raríssimas exceções, não se encontra

um político que faça um pronunciamento, por mais leve que seja, contra as Organizações Globo. Porque o raciocínio é o seguinte: se eu fizer isso, não me reelejo. É curioso que dos 11 candidatos que têm maior visibilidade na campanha eleitoral, à exceção de um, que é o Brizola, todos defendam programas que omitem a questão do monopólio da comunicação porque, quando nada, não querem criar problema. O programa do PSDB, por exemplo, repete a Constituição. E o Collor, afinal, é dono de uma repetidora da Globo, ou seja, é um sócio regional da Globo.

P - Não seria a típica teoria conspiratória a história de que o Collor é uma invenção da mídia? Não seria mais fácil apoiar o candidato já domado pelo sistema?

R - Essa é a questão que está sendo resolvida agora, que está sendo debatida nos jornais. Tudo indica que a situação não é clara. Os setores da classe dominante que pesam na decisão de escolha de um candidato no qual se apostará tudo - o que significa recursos para a campanha, cobertura de mídia etc. - se, num primeiro momento, identificaram uma alternativa no Collor, parece que com o desenrolar da campanha passaram a questionar sua confiabilidade e parecem estar fazendo ou uma opção diferente, ou, em vez de apostar em apenas um candidato, estão apostando em dois.

P - Isso é uma referência ao acordo do Covas à direita para poder entrar na mídia e, daí, melhorar sua posição nas pesquisas?

R - Claro. Não posso provar, mas as indicações são muito claras de que pelo menos mais um candidato está sendo contemplado por uma composição daqueles setores. O que tem acontecido no processo político brasileiro, desde o período autoritário, é a crescente capacidade de grupos empresariais brasileiros, que estão também ligados à mídia, de se compor para estabelecer uma hegemonia. É claro que há conflitos aí dentro. Ao longo da história recente brasileira, o grupo da área de mídia, que é forte economicamente, cria condições de ser um ator tão importante que, até que ele se articule, a composição final ainda não está feita. E é isso que está acontecendo neste momento.

P - O que o sr. acha do papel das per-

quisas numa eleição presidencial? Sua divulgação até a véspera do pleito influencia o resultado final?

R - A questão da divulgação das pesquisas não pode ser tratada como uma questão de liberdade de imprensa, porque você teria de ter mecanismos legais, que nós não temos para garantir a lisura das pesquisas, que teriam de obedecer a critérios metodológicos e científicos na sua execução, coisa da qual não temos notícia aqui. E mais: teríamos de ter mecanismos legais que obrigassem a divulgação dos resultados de todas as pesquisas e não somente os resultados que interessam ao candidato "A", "B" ou "C". Sem isso, não se pode afirmar que a divulgação dos resultados das pesquisas até a hora da eleição é uma questão de liberdade de imprensa. Até porque o conceito de liberdade de imprensa, hoje, do ponto de vista do direito moderno, é algo inteiramente superado se visto apenas desse ângulo da liberdade de informar tudo o que se deseja. A Unesco defende já há dez anos pelo menos o "direito à comunicação", que é uma via de duas mãos, pois inclui o direito de resposta.

P - Isso significa que, no caso brasileiro, o Collor já está eleito?

R - Bom, dentro desse quadro, as pesquisas divulgadas sem esses controles realmente podem provocar o que no marketing comercial é muito comum e com o qual se joga muito, que é o chamado "efeito bandwagon". Ou seja, a consequência daquela expressão em inglês que é muito precisa sobre isso e que diz

As elites jogam duplo. Apostavam em Collor, agora Covas é uma opção

"Everybody does. Why don't you do?"

- "Se todo mundo faz, por que você não faz?" A ideia do bandwagon é essa. No fundo, a questão é de conformidade e aceitação de seu grupo. E os meios de comunicação têm essa capacidade de gerar o referente de comportamento, porque ele é univer-

continua na pág. 12

continuação da pág. 9

sal e isso é muito utilizado pelo merchandising das novelas. Vamos raciocinar por hipóteses: se você trabalhasse apenas com um instituto de pesquisas e só divulgasse os resultados favoráveis, você necessariamente daria a impressão de que todo mundo que não estivesse do lado daquele que lidera as pesquisas estaria com seu voto perdido; o bandwagon é isso, é aquele último carro do cortejo no qual todo mundo vai subindo.

P - O sr. acha que, da maneira como o resultado das pesquisas eleitorais são apresentadas hoje, há o risco de induzir o eleitor a acreditar que a eleição já está definida em favor do Collor?

R - Sem dúvida. Há inclusive uma série de distorções que têm sido cometidas: a projeção para o segundo turno, que cria o falso clima do já ganhou, e a omissão do percentual de pessoas indecisas, que é muito grande, quase 70%. Logo, os 40 e poucos por cento do favorito são 40% de 30 e poucos. Isso muda inteiramente o quadro.

P - Sua proposta é por uma espécie

de corregedoria para os institutos de pesquisas. Isso existe nos Estados Unidos, por exemplo?

R - Sim, há um código de ética estabelecido de tal forma que, se uma empresa presta serviço a um partido, fica proibida de trabalhar para a mídia. Aqui, se forem corretas as informações publicadas pela imprensa, a coisa chega a tal ponto que uma em-

As pesquisas podem induzir ao erro de que a eleição já está decidida

presa faz, ao mesmo tempo e com o mesmo entrevistador, uma pesquisa geral sobre os candidatos e uma pesquisa para um dos candidatos. É o que consta ter acontecido com a Vox Populi, o que levou um de seus diretores à morte, após ter sido pressionado por um deputado do PT. O Ibope não pode trabalhar para a

Globo e para o Collor, por exemplo, ao mesmo tempo. Há um claro conflito de interesses nessa história.

P - O sr. acredita em pesquisas?

R - Isso é conversa para muito terço. Há hoje uma linha teórica na França que diz: a opinião pública não existe. No caso da avaliação da intenção de voto, a coisa é mais concreta se você pergunta "vota em quem", mas questões ligadas ao voto são questões que o pesquisador pode ter formulado sem que o entrevistado nunca tenha pensado sobre o assunto, mas para a qual ele tem de ter uma resposta. Então aí é um negócio inteiramente artificial. Assim a intenção de voto varia muito, dependendo da maneira como você faz a pergunta. Tanto assim que, além da margem de erro, tem havido muitas surpresas. Do contrário, não precisaria de eleições.

P - Qual a principal consequência dessas deformações que você critica em relação ao uso da mídia eletrônica, ausência de códigos e bombardeio das pesquisas?

R - O Brasil tem 80 milhões de eleitores, 68% dos quais, segundo o TSE, não têm o primeiro grau, são semi-analfabetos. Têm todo o direito de se manifestarem, mas há todas as indicações de que, tendo em vista as peculiaridades brasileiras, e em particular a situação dos meios de comunicação, são pessoas mais facilmente manipuláveis. O risco de manipulação do resultado final, sem sequer tocar na urna, é enorme por causa da situação brasileira: monopólios dos meios, profunda desigualdade social e banguê-banguê das pesquisas. O conceito iluminista de democracia diz que todos têm as mesmas possibilidades, têm acesso à informação, igualdade de oportunidades e no qual cada cidadão racionalmente, diante de várias opções, toma sua decisão. Isso simplesmente não existe no Brasil. Então, o que está em jogo nessa eleição é o conceito de democracia. Toda a construção da democracia liberal não existe aqui: quem pode ser candidato, quem tem acesso aos meios de comunicação etc., tudo isso num país com o nível de desigualdade do Brasil. É tudo a mesma mentira que a história da mão invisível no mercado, do Adam Smith. Não existe isso, esse processo pode tranquilamente passar à margem da maioria dos brasileiros. •

19 DE JULHO/1989

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 306.316 EXEMPLARES

Paganini da campanha

Collor deslumbra o Brasil tocando numa corda só

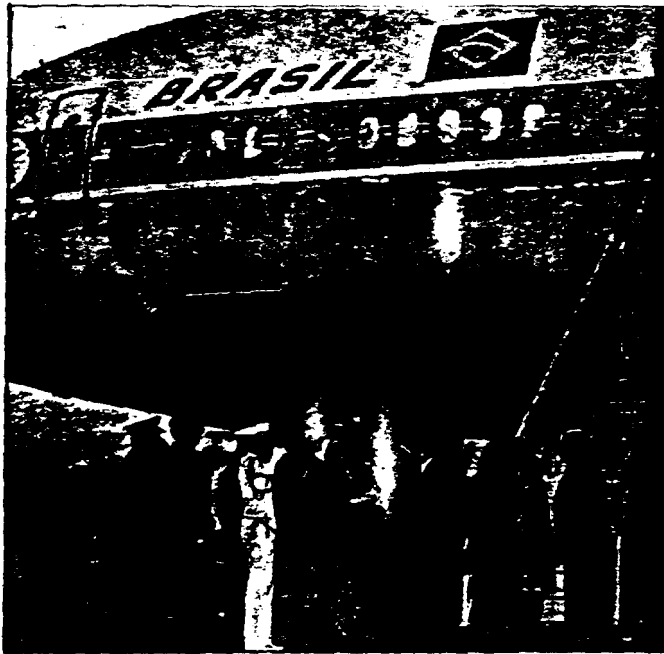
No exato instante em que o presidente José Sarney leva a Paris, de DC-10 flamante, uma bela fatia de sua corte tropical, ao ensejo de uma Revolução sem efeito nestas plagas, a gente se pergunta se o candidato Fernando Collor de Mello poderia contar com um cabo eleitoral mais eficaz do que o próprio primeiro mandatário da Nação verde-amarela. O Marajá de Brasília obriga o País a lhe oferecer mais esta oportunidade de diversão, inclusive um lugarzinho no mezanino da festança, espaço justo para os representantes de uma remota satrapia meridional. Para nós, que ficamos a distância ainda maior do

palco parisiense, o sacrifício é, de verdade, modestíssimo, coisa mínima em comparação com outros padecimentos impostos pela presença de Sarney. E para o candidato Collor, ocupante audaz da vaga de grande defensor da moralidade pública, é um convite à dança. Ninguém mais que Sarney encarna o desperdício, o esbanjamento, a levandade, o abuso, o privilégio. Sarney é a prova dos nove da mordomia elevada à enésima potência, a quintessência da irresponsabilidade. Em compensação, Collor exprime outras características, se não dos poderosos, da Nação em peso.

A pesquisa Gallup/Istoé, publicada nesta edição, mostra que a candidatura Collor cresce, em lugar de cair, conforme outras pesquisas divulgadas nos últimos dias. Cresce significativamente. Se a eleição acontecesse hoje, ela se esgotaria, ao que tudo indica, no primeiro turno, com a vitória esmagadora do jovem Fernando, imprevisi-

atuais eleitores de Collor, nada sonham, nada anseiam, nada almejam, além da exemplar punição dos corruptos. Observou-se, desde os primeiros momentos da ascensão *collorista*, que o candidato dizia o que a plateia queria ouvir. Queria ouvir, portanto, um juramento só — sagrado, é certo, na expectativa do salvador da pátria, mas absolutamente único —, selando o compromisso do combate sem quartel à corrupção, como se todos os males, os insuperáveis males do Brasil, pudessem ser sanados desta maneira.

A pesquisa pinta um retrato sombrio do Brasil de hoje. Quem assusta não é o candidato Collor, é o País — quer dizer, a gente teria de tremer ao se olhar no espelho. Parece que a Nação se sente fatalmente tolhida para a realização de um grande destino por uma vasta camarilha de políticos corruptos, tão vasta a ponto de suscitar a impressão de que política é sinônimo de corrupção. Neutralizada a *gang*, com o corretivo da punição devastadora, os problemas estarão resolvidos, de sorte a justificar a impressão de que a Revolução Brasileira realizaria por este caminho, a Igualdade em vão buscada de 200 anos para cá, da Tomada da Bastilha em diante. Em todas as cama-



Embarque do Marajá
Melhor cabo eleitoral sena impossível

vel Fernando ainda há poucos meses, surpreendente Fernando desta hora preocupante. Nada acontece por acaso. O candidato Collor obteve o resultado mais avassalador com a sua retórica monocórdia. Ele é o Paganini da campanha, deslumbra a plateia com o som exclusivo, solitário, da diátribe antimarajás. Sarney e o seu governo são uma fonte inesgotável de inspiração.

A respeito de Collor já se desenhava o estupor, o espanto — o medo, até — dos analistas, a partir da dolorosa constatação de que ele encena o desastre da ideologia e se agiganta no vácuo partidário. Seria o estandarte do fracasso de

todas as tentativas de se criar, entre o Equador e o Capricórnio, alguma forma de vida política aparentada com a contemporaneidade do mundo. Ele vem, eis a demonstração do teorema constrangedor, como candidato de si mesmo, embora com o disfarce precário do aval do partido de aluguel. Mas isto é ainda pouco, para quem quiser descer ao genuíno significado da pesquisa desta edição. Não se trata de praticar espeleologia, baixando no breu com tocha e cordas. Tudo brilha, à luz do sol.

A investigação Gallup revela, às claras, por que a maioria dos eleitores votaria hoje em Fernando Collor. E aí está o aspecto mais alarmante da situação. Eles não esperam de Collor o resgate dos desvalidos, o corte do déficit público, a afirmação da soberania nacional na negociação da dívida externa, quem sabe sob a forma de uma metáfora banana, singela e peremptoriamente ofertada à comunidade financeira internacional. Nove em dez, entre os

das sociais, com exceção das mais altas, Collor colhe o consenso crescente de que ele sim, ele finalmente, será capaz de agir, ao sabor do pensamento pequeno-burguês de que, liquidada a política como arte do enriquecimento ilícito, do assalto ao Erário, todos terão direito à riqueza, ou seja, à felicidade.

Trata-se, obviamente, de uma perigosa simplificação dos problemas, de uma conclusão que dispensa, bem mais que a objetividade, a própria lógica. A precariedade da Nação, a imaturidade do País, o seu distanciamento de uma modernidade precipitada há 200 anos pela Revolução que o presidente Sarney pretende entender, são dolorosamente flagrantes. E nada, absolutamente nada, indica que os pesquisados de hoje sejam substancialmente melhores, ou, se preferirem, diferentes de quem os governa ou de quem os governará. Não há razão alguma para se supor que os políticos sejam piores do que os demais cidadãos nativos, ou que empresários, jornalistas, metalúrgicos, professores universitários etc. etc. constituam categorias à parte, devidamente sintonizadas com a contemporaneidade do mundo. Estamos todos na vala comum do nosso atraso, cada vez mais fundo.

GABEIRA: NÃO SÓ ECOLOGIA

MARTHA GLEICH

Editora Política/ZH

Fernando Gabeira, 48 anos, fundador do Partido Verde no Brasil e ainda hoje seu presidente, foi o último dos presidentes a lançar sua candidatura. Jornalista, autor de nove livros autobiográficos e sobre vida alternativa, Gabeira ficou famoso ao participar do seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, em 1969. Nesta época, participava da luta armada junto ao MR-8. Foi torturado, banido e exilou-se na Argélia, em Cuba, na Alemanha, no Chile e na Suécia.

Na volta do exílio, após dez anos, chocou o País ao declarar que assumia seu lado feminino — apesar de fazer questão de nunca revelar se era bissexual ou não, polêmica que consumiu muito tempo — e ao exibir-se vestindo uma tanga lila de crochê nas praias cariocas. Depois foi viver no mato, adotou a dieta macrobiótica, garantiu que nunca mais moraria numa cidade grande, e declarou que "só haverá uma sociedade livre onde não existir o Estado".

Em 1986, candidatou-se ao Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Partido Verde, em coligação com o PT, e levou 10% dos votos. Em 1987, Gabeira virou notícia novamente ao ajudar um grupo de favelados a invadir apartamentos do BNH no Rio de Janeiro.

Ao falar de sua vida anterior ao exílio, nos jornais do centro do País, Gabeira revelou um outro lado do guerrilheiro: sua família, de Juiz de Fora, era "católica apostólica romana". Educado por padres italianos, era obrigado a rezar 40 pais-nossos e 20 ave-marias cada vez que confessava que se "auto-satisfazia". Foi expulso de uma escola protestante na década de 50 por se solidarizar com colegas que tinham sido expulsos por assistir a uma missa católica.

"Destransei a família e entrei na vida aos 17 anos. Família não deu certo. Comigo não", declarou Gabeira a Zero Hora em 1980. Hoje, ele garante que família deu certo. Está casado com a socióloga e designer de moda Yarne e tem duas filhas, de seis e

dois anos. Votou para presidente nas últimas eleições diretas, no marechal Lott. Antes do exílio, trabalhou no *Diário da Noite*, no Rio, dirigiu o *Correio de Minas*, em Belo Horizonte, e foi pauteiro do *Jornal do Brasil* com 23 anos de idade. Em 1964, trabalhou como secretário de oficina no jornal *Panfleto*, de Leonel Brizola. Naquela época, Gabeira se identificava com o hoje candidato a presidente pelo PDT.

Nesta entrevista exclusiva a Zero Hora, Fernando Gabeira explica sua candidatura, revela que pretende legalizar as drogas no Brasil e mostra por que a proposta dos verdes não se resume apenas à ecologia.

□ "Não sou esquerda e nem direita. O movimento procura ir para a frente"

ZH — O senhor foi potencialmente o mais provável candidato a vice de Luís Inácio Lula da Silva. Depois, foi preterido por José Paulo Bisol e se lançou candidato pelo Partido Verde. Por que não foi possível uma aliança? Os partidos de esquerda não correspondem às expectativas dos verdes?

Gabeira — Do ponto de vista dos verdes, da ecologia, nenhum dos candidatos nos parecia realmente preparado e decidido a defender os temas que vamos levar na campanha.

ZH — Recentemente o senhor esteve na Europa. Qual a expectativa dos verdes e dos políticos europeus em relação ao Partido Verde no Brasil?

Gabeira — Quando estive na Europa, participei de um congresso europeu do Partido Verde e há uma grande expectativa deles no desenvolvimento do Partido Verde brasileiro. Há uma semana estive lá novamente, a convite do Partido Comunista Italiano, e participei das festas do jornal "L'Unità", do Partido Comunista Italiano. Também entre os comunistas da Itália existe um grande interesse em desenvolver

uma relação com o Partido Verde no Brasil.

ZH — Até que ponto os partidos verdes da Europa vão apoiar sua campanha?

Gabeira — Todos eles vão contribuir de alguma maneira. Mas existem limites legais para a contribuição de um partido estrangeiro aqui dentro do Brasil. Nós queremos é que eles contribuam politicamente, criando fatos políticos que possam nos ajudar. Recentemente, houve uma manifestação ecológica muito importante na porta da Embaixada Brasileira em Londres por um grupo de ecologistas da Inglaterra interessados na questão amazônica.

ZH — Ecologia atualmente rende votos no Brasil, principalmente depois do episódio do assassinato de Chico Mendes, líder dos seringueiros no Acre, e das queimadas na Amazônia?

Gabeira — Acho que houve um avanço muito grande na consciência ecológica brasileira, e um marco disso foi o assassinato de Chico Mendes. Aumentou muito o número de informações na imprensa a respeito disso e a pressão internacional que já existia antes sobre o Brasil passou a ser maior. Com isso ficou evidente, até para grandes cadeias de televisão, que a questão do meio ambiente é uma das mais importantes na opinião dos telespectadores. As próprias cadeias de televisão passaram a cuidar mais um pouco da questão do meio ambiente nos seus grandes programas de reportagem.

ZH — Cada grupo ecológico do País vai virar um comitê de Fernando Gabeira?

Gabeira — Esta não é a idéia. A idéia é que eles mantenham sua autonomia, mantenham seu trabalho independente. Evidentemente que cada restaurante natural, cada loja de produtos naturais, cada espaço de terapia alternativa, cada comunidade alternativa no campo, enfim, todos espaços alternativos no Brasil podem se transformar num comitê informal.

ZH — Como o senhor se define ideologicamente?

Gabeira — Não estou nem na esquerda nem na direita. Estou na frente, no sentido de que o movimento ecológico e a proposta verde hoje procuram avançar um pouco em relação a esta classificação.

Continua na página 17



"Deputados do PV terão nosso perfil"

ZH — Uma constante crítica feita pelos próprios políticos e pelos eleitores é que os partidos políticos no Brasil não têm tradição, e o número exagerado de partidos acaba sendo negativo. O Partido Verde não seria mais um?

Gabeira — Não. O Partido Verde é um dos mais legítimos do mundo. Nós temos questões fundamentais a respeito da salvação do Planeta que precisamos exigir, não só aqui como em todos os lugares.

ZH — Qual o tamanho do Partido Verde? Quantos parlamentares têm?

Gabeira — Temos 40 vereadores e dois deputados estaduais no Rio de Janeiro.

ZH — O senhor acredita que vai crescer a adesão de parlamentares ao Partido Verde, até porque sua candidatura é recente?

Gabeira — Não acredito, porque nós não temos grandes afinidades com os deputados que estão aí. Temos apenas um deputado federal que se identifica com nossas propostas, que é o Fábio Feldmann, do PSD. Acreditamos que um dia ele possa vir a ser membro do Partido Verde. Os nossos deputados nós queremos formar nós mesmos.

ZH — Como explica que o Collor de Mello, sem um partido forte nem uma bancada expressiva, esteja lide-

rando a preferência do eleitorado?

Gabeira — Acho que ele tocou em dois temas de bastante importância para a população, que são inflação e corrupção. Acho que teve acesso a programas de televisão de hora inteira em cadeia nacional mais do que os outros e teve ajuda dos meios de comunicação. Ele procurou simbolizar alguma coisa de nova em relação aos políticos tradicionais. Não acredito na sinceridade dele, sobretudo no campo da ecologia, pois é associado ao governador Amazonino Mendes, um cara que distribuiu cinco mil motoserras para a população na Amazônia, mas acredito que mostrou que algumas coisas são importantes para a população: a inflação, a corrupção e a renovação política. Por aí a gente tem que aprender algumas lições da ascensão dele.

ZH — Qual é a previsão de gastos nesta campanha?

Gabeira — Nossa previsão máxima é de 800 mil cruzados novos.

ZH — Se no segundo turno ficarem o Collor de Mello e Leonel Brizola, o senhor apoiará Brizola?

Gabeira — Nossa proposta no segundo turno é de uma frente de vários partidos políticos. Tenho impressão que apoiaremos o Brizola nestas circunstâncias.



Posição: Gabeira contr a pena de morte

Liberar as drogas e taxá-las

ZH — O senhor é a favor da descriminalização das drogas?

Gabeira — Sou a favor da descriminalização da maconha e de uma estratégia calculada, segura, a longo prazo, de legalização das drogas.

ZH — Todas as drogas, inclusive as mais pesadas?

Gabeira — Sim. A longo prazo.

ZH — O Governo iria inclusive cobrar impostos sobre todo tipo de droga?

Gabeira — Exatamente. No caso da descriminalização da droga leve, o Governo controlaria a distribuição. E teria os lugares autorizados de venda sob seu controle. Aí, começariamos a ver progressivamente a ver qual o caminho que tomaríamos a respeito das drogas mais pesadas.

ZH — Seria como na Holanda? Inclusive com locais nas cidades onde se pode consumir drogas?

Gabeira — Eu me baseei na Holanda. Inclusive com estes lugares.

ZH — Então o senhor não pensa em reprimir fortemente a entrada de drogas nas fronteiras?

Gabeira — A repressão forte na fronteira é outro objeto. Na fronteira temos que nos entender com a Colômbia, com o Peru, com a Bolívia e com os Estados Unidos, e discutir uma estratégia continental. Teremos que ver quais são as forças políticas no continente que possam esta proposta para não se perder em termos de tá.

ZH — O senhor concorda com o artigo da Constituição que diz que o tráfico de drogas é crime inafiançável e imprescritível?

Gabeira — Claro, evidente. Não estou absolutamente propondo uma mudança na Constituição. Proponho uma estratégia a longo prazo. Com esta estratégia de entendimento entre países nós chegaremos à legalização da droga como a melhor maneira de combater o tráfico.

ZH — Qual seu posicionamento sobre a pena de morte?

Gabeira — Sou contra. Vou lutar contra ela em todas as circunstâncias e em qualquer hipótese.

ZH — O senhor disse em uma entrevista que os presídios são um atraso no desenvolvimento social, o que sugere que se faça com os criminosos?

Gabeira — Em casos de penas leves, temos que ver maneiras criativas de se cumprir estas penas, com trabalho educativo. No caso de penas mais longas, temos que manter os presídios, mas transformá-los em espaços onde as pessoas possam realizar seus trabalhos, e desenvolver-se intelectual e espiritualmente. Os presídios hoje são escolas do crime. As pessoas entram ressentidas com a sociedade e saem muito mais.

ZH — O que fazer para conter a onda de violência que há no País?

Gabeira — Além das medidas sociais, como política de emprego, que já mencionei, é preciso reformular as penitenciárias e um projeto de integração dos meninos de rua no Brasil que são hoje oito milhões e vivem abandonados na rua. Além disso, é preciso melhorar tecnicamente a polícia, reduzir os policiais e integrar polícia e comunidade examinando a segurança em cada região.

Idéia é melhorar a qualidade de vida

ZH — Um dos assuntos mais debatidos nesta campanha tem sido o combate à inflação. Como o senhor pretende resolver este problema?

Gabeira — Para conter a inflação, tomaremos algumas medidas. Uma delas é trabalhar no campo da dívida externa. A outra é fazer uma reforma fiscal, para que o Estado possa coletar mais adequadamente os impostos. Outra medida é reexaminar o papel do Estado e reduzir os gastos estatais. Finalmente, nós também avaliaremos a política de incentivos e subsídios, que seria totalmente reformulada.

industrial no Brasil passaria muito por uma visão verde, inclusive num campo que interessa à indústria, fundamentalmente: o campo da energia.

ZH — Como tratar da questão nuclear?

Gabeira — Nossa proposta geral é de um plebiscito para decidir o caminho da energia nuclear no Brasil. Caso exista o plebiscito, nós vamos defender o fechamento da usina de Angra e a sua transformação numa usina de gás, como está sendo feito no momento na Itália com uma usina nuclear.

ZH — O que é reforma agrária ecológica?

Gabeira — Reforma agrária ecológica concorda com a Constituição: desapropriar os latifúndios improdutivos. Mas ela propõe também, como forma de assentamentos, entre outras coisas, as reservas extrativistas que foram realizadas por Chico Mendes na Amazônia. Além disso, ela propõe uma grande educação ambiental entre os colonos e camponeses assentados.

ZH — Qual é a proposta dos verdes para transporte urbano?

Gabeira — O transporte tem que ser repensado. Não é necessário gastar muito dinheiro para mais estradas e mais viadutos. A tônica do investimento deve ser no sentido de fazer com que as pessoas tenham que se deslocar menos de casa para o trabalho e do trabalho para os lugares de compra.

lho e do trabalho para os lugares de compra.

□ "Reforma agrária com educação ambiental para colonos assentados"

H — Como o PV pensa em tornar mais humanas as grandes cidades?

Gabeira — Além do transporte, pensamos em reduzir a poluição urbana, principalmente tentar controlar as indústrias nas grandes cidades e a emissão de dióxido de carbono e todos os produtos tóxicos dos carros e dos ônibus. Para isso, a nossa proposta principal é a introdução do gás natural para os ônibus e para os táxis, num primeiro momento. Outra proposta que pode melhorar a qualidade de vida é a reciclagem do lixo, com usinas para a reciclagem e coleta seletiva do lixo para que as cidades sejam mais limpas.

ZH — Como o senhor pretende suprir o déficit habitacional?

Gabeira — Pensamos que é necessário suprir o déficit de 10 milhões de casas através de um mutirão de trabalhadores com projetos ecológicos que saibam aproveitar o sol, o vento e o próprio espaço.

ZH — Qual sua proposta sobre a dívida externa? E a vinculação

da defesa da Amazônia em troca da dívida externa?

Gabeira — Nossa proposta é exatamente uma auditoria sobre a dívida externa, se associar aos outros devedores para discutir o assunto e propor também aos banqueiros internacionais a possibilidade de pagar uma parte da dívida com projetos de recuperação do meio ambiente no Brasil. Mas não significa absolutamente perder a soberania. Nós manteremos a soberania, mas teremos projetos sob nosso controle nos quais será utilizado dinheiro estrangeiro. O Brasil sempre utilizou dinheiro estrangeiro na Amazônia e nunca se falou na questão da soberania.

ZH — Qual sua posição sobre o aborto?

Gabeira — Sou contra a criminalização da pessoa que faz o aborto. Acho que a melhor maneira de combater o aborto é uma campanha de informação e, simultaneamente, dar às pessoas que precisam interromper uma gravidez indesejada a possibilidade de fazê-lo com cuidados médicos adequados. A melhor maneira de combater o aborto é dar informação, para que as pessoas não fiquem grávidas sem querer.

MARCOFIBRA.
O SEU
HIPERCENTRO
DE COMPRAS
DE CLASSE.



□ "Reorganização da indústria passaria pela visão verde: no campo da energia"

ZH — Como o Partido Verde pensa em desenvolver a indústria preservando a ecologia?

Gabeira — Em todo mundo está havendo uma redefinição do desenvolvimento industrial a partir do problema ecológico. Geladeiras estão sendo construídas de forma diferente por causa do cloro-fluor-carbono. Os carros estão sendo contruídos de uma maneira diferente porque agora eles vão precisar ter catalisadores. Uma reorganização

ZERO HORA 02/10/89

PT e PCB contra frente de esquerda

□ Nem Lula nem Freire acham boa idéia unir as esquerdas no primeiro turno, por entenderem que só disputa pode consolidar os partidos políticos

O candidato da Frente Brasil Popular à Presidência, deputado federal Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) descartou ontem, em São Paulo, a possibilidade da formação de uma frente de esquerda já para o primeiro turno das eleições presidenciais de novembro próxi-

mo. A mesma posição tem o candidato do PCB, Roberto Freire, para quem esta proposta não tem sentido "pois as pesquisas não podem indicar o resultado da eleição e só as urnas poderão esclarecer quem tem mais votos". Lula, por sua vez, disse que "a consolidação do regime democrático exige que cada partido apresente as suas propostas para a cidadania".

Antes de participar da abertura da plenária nacional da Frente, com a presença de 187 entida-

des da sociedade civil, no Anhembi, Lula criticou os seus concorrentes do PTB, Afonso Camargo ("Só lhe falta agora inventar o vale-motel") e Guilherme Afif Domingos, do PL ("Não tem consistência").

Respondeu, depois as críticas do candidato do PCB, Roberto Freire, por ter deixado de comparecer a um encontro com sindicalistas em Porto Alegre. "Ele precisa aprender que, na nova sociedade que queremos construir, as agendas precisam ser respeitadas". (AG)

Moderado apóia Afif m

Carta Rio

BRASÍLIA — O grupo moderado do PMDB pode anunciar esta semana apoio ao candidato do PL, Guilherme Afif Domingos. Além dos parlamentares, estariam dispostos a abandonar a candidatura de Ulysses Guimarães (PMDB) os ministros Iris Rezende (Agricultura) e Carlos Sant'Anna (Educação). Mas tudo depende da divulgação dos próximos resultados das pesquisas de intenção de voto: os moderados querem ter certeza de que Afif continua crescendo e tem chances reais de chegar ao segundo turno da eleição presidencial.

Companheiro dos moderados na época de formação e efervescência do Centrão na Constituinte, Afif é tido como um político afinado aos interesses dessa corrente ao defender a livre iniciativa. Em conversas isoladas com integrantes do grupo, Afif já recebeu a promessa de apoio majoritário dos moderados. O líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte (RS), confirma a debandada dos pemedebistas para a candidatura do PL mas assegura que ficará com Ulysses.

O ministro Sant'Anna não nega que vem conversando com Afif em casa. "Somos bons amigos", resume. Não afasta a possibilidade de vir a aderir e diz que enfrenta sérias dificuldades para levar adiante a candidatura Ulysses. Além do veto à participação dos ministros na campanha do PMDB, Sant'Anna enfrenta na Bahia a rivalidade de Waldir Pires, o vice de Ulysses, que é o responsável pelo veto à participação dos ministros.

Além de esperar o próximo resultado das pesquisas, os 68 parlamentares e os ministros, que controlariam quase dois milhões de votos, querem conhecer os desdobramentos da nota que Ulysses divulgou na última semana, em que conclama todos os setores do partido a trabalharem mas mantém o veto aos ministros. Se Ulysses ampliar o convite, chamando os ministros, os moderados podem rever o apoio a Afif. Afinal, ninguém quer sair ou se indispor com o



Afif: apoio dos moderados

PMDB, que ainda é o maior partido do país.

"Se o Afif depender de nós para chegar ao segundo turno, não teremos dúvida", afirma um deputado ligado ao ministro Iris Rezende, que prefere não se identificar. Na verdade, apenas Iris e o ministro Jader Barbalho (Previdência) não estão enfrentando dificuldades em seus estados, já que têm controle absoluto dos diretórios estaduais. Por estarem de braços cruzados na campanha de Ulysses, os progressistas do PMDB já os ameaçam de não lhe darem legenda para as eleições do próximo ano. Mas Rezende está mostrando disposição de seguir a maioria do grupo.

Até agora, após sucessivas reuniões, os moderados decidiram que cada um apoiaria o candidato que julgasse conveniente no primeiro turno, optando, como grupo, por um único candidato no segundo. A partir da escocção de Afif, os moderados se animaram e aventaram, em uma reunião na última quarta-feira na casa do deputado Denisard Arneiro (RJ), o apoio a Afif já no primeiro turno.

500
623.12
02/10/89

Maluf assusta Collor

É Afif que assusta Collor e Maluf. Essa foi sua conclusão depois de analisar as pesquisas eleitorais de setembro. No último mês, o ex-governador de Alagoas perdeu sete pontos na intenção de voto dos eleitores. Ele próprio reconhece que caiu do patamar dos 40% para o de 30%, depois de cinco meses como o favorito disparado na opinião pública. Collor não vê razão para pânico, porque ainda está folgadoamente situado à frente dos concorrentes. Mas preocupou-se em mudar muita coisa em sua campanha para reverter a tendência de queda. Na análise que fez, identificou Paulo Maluf como seu principal adversário do momento. O ex-governador paulista subiu preciosos pontos em São Paulo, exatamente em cima de eleitorado básico de Collor, as classes D e E. Foi essa mordida que pesou mais sobre Collor em setembro.

Afif não é visto por Collor como ameaça séria. O candidato do PL cresce nas grandes cidades sobre um eleitorado que nunca foi de Collor, o das classes A e B. São faixas minoritárias no universo de eleitores, isto é, podem fazer barulho mas não elegem ninguém sozinhas. Afif terá muita dificuldade para penetrar, a 45 dias das eleições, nas classes mais pobres em todo país. Collor acredita que Afif não terá gás para subir muito além de onde chegou. Acha que Afif até lhe trouxe uma vantagem: virou seu guarda-chuva protetor neste mês que antecede as eleições. Collor estava há seis meses no topo das pesquisas sob fogo cerrado dos adversários. Agora encontrou um concorrente para dividir o alvo. Afif já começou a sentir os efeitos do sucesso. Nestes poucos dias em que subiu na preferência do eleitorado, o candidato do PL levou algumas boas pauladas. Veio a público sua declaração de imposto de renda, mostrando que, apesar de empresário bem sucedido e deputado federal, pagou apenas NCZ\$ 400,00 no ano passado. Foi lembrada sua atuação na Constituinte, quando não votou a favor dos deficientes, apesar de fazer deles uma das bandeiras de campanha. Até uma tia acusando-o de desonestidade na divisão da herança da família já surgiu. Denúncia discretamente ventilada pela equipe dos tucanos. Enfim, Afif começou a incomodar por subir alguns pontos nas pesquisas.

Collor acha que Maluf é diferente, pode crescer muito, principalmente em São Paulo. Isso, na análise de Collor, permite duas leituras: uma otimista e outra pessimista. A otimista seria Maluf ultrapassar Brizola ficando em segundo lugar, obrigando a polarização entre os dois. Com os dois brigando em baixo, Collor acredita que poderia ficar em primeiro lugar sem ser incomodado. Para o candidato, as pesquisas de setembro indicam que quatro candidatos estão fora de combate: Mário Covas, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves e Luís Inácio Lula da Silva. Será muito difícil para qualquer um deles reverter o quadro nesta altura da campanha, na visão de Collor.

A segunda hipótese, pessimista sob o ângulo de Collor, seria uma embolada. Ficariam os três, Collor, Brizola e Maluf brigando na faixa dos 20%. Ai só Deus sabe o que sairia das urnas. Isso pode ocorrer se Maluf continuar subindo em São Paulo, estado que tem expressivo peso no universo do eleitorado brasileiro. Collor teme que o paulista resolva descarregar seus votos em Maluf, optando por um candidato conterrâneo mais viável entre todos eles. Brizola, na opinião de Collor, sofre desgaste no Rio, onde está perdendo pontos, mas pode crescer um pouco mais nacionalmente, até chegar aos 20%. Collor acredita que sua própria candidatura vai se estabilizar na faixa dos 30%, isto é, se Maluf não concretizar a ameaça.

Para evitar esse avanço de Maluf, Collor tomou na semana passada algumas medidas práticas. Voltou ao velho estilo, atacando políticos, militares, empresários e o governo. Está reorganizando sua campanha em São Paulo, tendo como coordenador o prefeito de Osasco, Francisco Rossi, e programando mais o estado em sua agenda. Vai repetir comícios em porta de fábrica, como fez com sucesso na Monark. Os sindicalistas Antônio Magri, da CGT, e Luís Antônio Medeiros deverão participar mais ativamente da campanha. Com isso, Collor pretende avançar na preferência dos eleitores da Grande São Paulo, território de Lula e Maluf.

Seu programa de televisão também está mudando. Foi entregue a coordenação da jornalista Belisa Ribeiro, que vem de bem sucedida experiência na campanha do governador Moreira Franco, no Rio. Aliás, Moreira Franco não consegue disfarçar sua simpatia pela candidatura Collor. Na semana passada mandou recado ao candidato: "Entregue tudo de TV à Belisa, ela entende do negócio". No mesmo dia, Collor afastou Juca Coligrosso da coordenação, deixando Belisa como única responsável. E está usando mal a influência do deputado Heli Costa, ex-ministro do Planalto. Toda essa movimentação busca recriar a imagem que o candidato tem o candidato da preferência do eleitorado mais torçido, ou seja, sua experiência de aparecer ao público como um empresário bem sucedido e bem comportado não é o que Collor tem a intenção de manter no patamar das pesquisas ou pelo menos cair mais devagar até 15 de novembro, ponto a que quer chegar com no mínimo de 10 a 15 pontos à frente do segundo colocado.

Eteraldo Dias

PARTES ELEGIBLE

ZERO HORA 02/10/89

Governadores peemedebistas já pensam no segundo turno

□ Preocupados com os rumos da campanha de Ulysses, eles começam a articular uma decisão em conjunto para a segunda etapa da eleição.

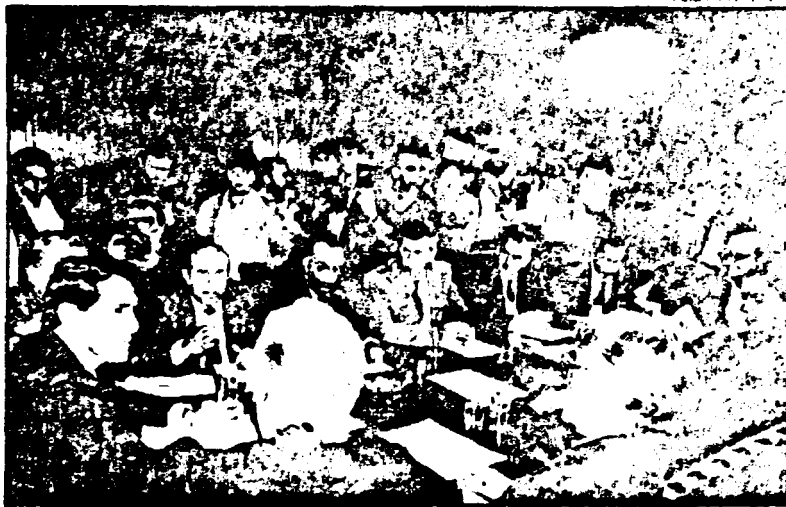
GUSTAVO KRIEGER

Editoria Política/ZH

Manter o partido unido até o final do primeiro turno da eleição presidencial e tentar adotar uma posição conjunta no segundo turno. Esta é a principal preocupação da direção nacional do PMDB atualmente. Embora ninguém admita publicamente, o comando peemedebista está convencido que Ulysses Guimarães não chega ao segundo turno. Com isto, o objetivo central passou a ser a preservação do partido.

Esta situação ficou clara na última reunião dos governadores peemedebistas, realizada sexta-feira em São Paulo. As juras de apoio e palavras de vitória passadas à imprensa após a reunião contrastaram com as avaliações pessimistas sobre a situação de cada estado feitas internamente. Ao final, os governadores assumiram dois compromissos entre si: vão apoiar Ulysses até 15 de novembro, e depois disto, tentarão tomar uma posição conjunta.

A última esperança que a direção peemedebista tinha de dar uma virada na disputa pela Presidência era a propaganda eleitoral no rádio e tele-



Apoio: reunião decidiu sustentação formal a Ulysses

visão, onde Ulysses tem o maior tempo, dispondo de 22 minutos diários para fazer sua propaganda. Esta esperança, entretanto, naufragou com as últimas pesquisas, mostrando que a situação de Ulysses não melhorou nada nas primeiras duas semanas de propaganda eleitoral.

Como o PMDB é o partido com maior estrutura nacional, a explicação que a direção partidária encontra para a pouca força de seu candidato é que as bases não estão envolvidas na campanha. Mesmo os setores mais identificados com o candidato não fazem uma verdadeira campanha de rua.

FIDELIDADE — Apesar de não acreditar mais na reação de Ulysses,

a direção peemedebista sabe que não tem outra alternativa a não ser apoiá-lo. É muito tarde para trocar de candidato e o PMDB não dispõe de nenhum nome decisivo como "carta na manga". Políticos como o governador paulista Orestes Quércia não seriam convencidos de nenhuma forma a assumir agora a candidatura. Quércia, aliás, é, juntamente com o governador gaúcho Pedro Simon, um dos mais entusiasmados defensores de Ulysses no interior do partido. Por isto, a saída encontrada pelo PMDB é levar a campanha até 15 de novembro, tentando intensificar a propaganda para que Ulysses chegue a um resultado digno no primeiro turno. Só depois, diante do quadro formado pelas duas candidaturas

mais votadas, é que a maioria dos dirigentes peemedebistas vai decidir o que fazer.

Com isto, Ulysses está livre da possibilidade de uma "virada de mesa" contra sua candidatura. Seu maior problema continuará a ser impedir as dissidências como a que levou o governador cearense Tasso Jereissati para a campanha de Mário Covas ou a que ameaça colocar o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, para os palanques de Brizola. Por enquanto, Arraes está se mantendo fora da campanha de Ulysses, mas também não assumiu qualquer outra candidatura. Como vários peemedebistas, espera pelo segundo turno.

MODERADOS — Lado a lado com a disputa eleitoral, começa a acontecer dentro do PMDB a disputa pela direção do partido. Até pouco tempo, esta disputa parecia decidida a favor da corrente progressista, que venceu a convenção nacional, aliada ao grupo "histórico" de Ulysses. Com as dificuldades de campanha, o próprio Ulysses voltou a chamar os moderados, que haviam ficado aliados.

Este chamado chegou a estremecer as relações entre ele e seu vice, Waldir Pires, líder do grupo progressista. Só que Waldir também quer ver a candidatura crescer e acabou aceitando a presença dos moderados e vetando apenas a participação dos ministros do Governo Sarney.

Moreira Franco defende ação conjunta

O governador Moreira Franco disse ontem, no Rio de Janeiro, que o instinto de sobrevivência garantirá a unidade do partido. Para ele, atitudes isoladas podem inviabilizar o PMDB nas eleições de 1990. Ele admitiu também que no caso de uma eventual derrota do candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, os 11 governadores do partido, que se reuniram sexta-feira em São Paulo, deverão tomar uma posição conjunta no segundo turno

da eleição presidencial.

O governador do Rio desmentiu que tenha tido qualquer tipo de contato pessoal ou através de terceiros com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, visando um possível acordo para o segundo turno.

— O meu voto no segundo turno nesta eleição vai para o doutor Ulysses Guimarães, pois tenho certeza de ele chegará lá. Além da luta

pela vitória de Ulysses, nós todos do PMDB estamos empenhados em garantir o futuro do partido para que ele possa, com Ulysses na Presidência ou fora dela, continuar sendo um partido capaz de promover as mudanças econômicas e sociais que o país precisa. Com a mesma vitalidade e com o mesmo espírito de renúncia com que ele conduziu a transição do autoritarismo para a democracia — afirmou o governador. (AG)

Afil aceita o apoio de Sarney

O candidato do PL, Guilherme Afil Domingos, disse ontem que aceita o eventual apoio do presidente José Sarney à sua candidatura, desde que isso não implique em compromisso político. E não descartou o aproveitamento de alguns ministros de Sarney no governo, se eleito. Mas deixou claro que prefere não subir em palanque com nenhum deles, nem mesmo os três que têm "fertaço" com ele (Iris Rezende, da Agricultura; Carlos Santana, da Educação, e João Alves, do Interior). "Ministro não tem que subir em palanque, e sim cuidar da administração. Deixa eu subir no palanque que dou conta do recado".

Depois de visitar o presidente do TSE, Francisco Rezek, o candidato, em entrevista coletiva, insistiu na tese da antecipação da posse do presidente eleito, para 1º de janeiro. E voltou a defender mudanças na parte econômica da Constituição, sem enumerá-las. Disse apenas que é contra as concessões do Estado a alguns setores.

Perguntado sobre o processo que sua tia, Guilhermina Afil de Lima, pretende mover na Justiça contra ele, por ter se sentido lesada na divisão de uma herança, respondeu, bem-humorado: "Todo mundo tem uma tia na vida", após insinuar que ela pode estar sendo orientada por algum adversário "de São Paulo". (Brasília/ZH)

2 Hora 4/10/89

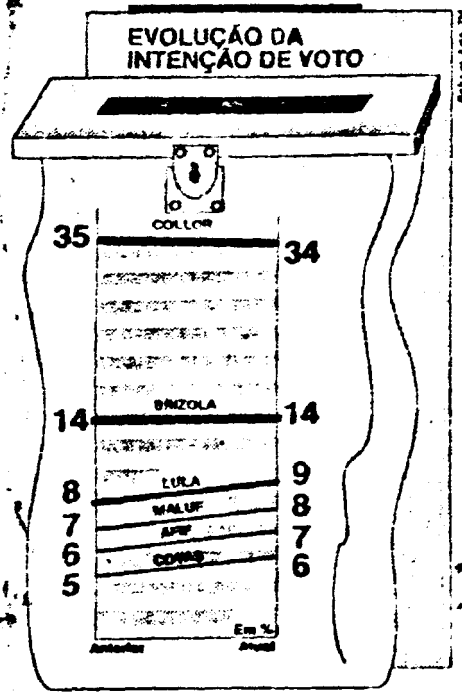
ZERO HORA 04/10/89

F.B.
(P.P.P.)

8909699

ZERO HORA 04/10/89

Quadro permanece estável, diz Ibope



□ Pesquisa divulgada mostra pequena variação nos números anteriores. Collor lidera com folga, seguido de Brizola, Lula, Maluf e Afif

Pesquisa do Ibope divulgada ontem à noite pelo Jornal Nacional da Rede Globo, mostra que Fernando Collor de Mello, do PRN, continua liderando a disputa pela Presidência da República. Mesmo perdendo um ponto em relação à pesquisa anterior, Collor teve 34%, seguido por Leonel Brizola (PDT), que ficou

nos 14%. O terceiro lugar na pesquisa foi para Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, que teve 9%. Depois apareceram Paulo Maluf (PPS), com 8% e Afif Domingos (PFL), com 7%. Covas foi o sexto colocado, com 6%, e Ulysses o sétimo, com 4%. Aureliano Chaves (PFL) e Roberto Freire (PMB) empataram com 1% das preferências. Os demais candidatos não chegaram ao percentual de 1%.

Foi a terceira pesquisa do Ibope desde que começaram a ser exibidos os programas de cada candidato no horário de propaganda eleitoral gratuita. Os pesquisadores ouviram 3.753 eleito-

res em todo o País, em áreas rurais e urbanas. A metodologia utilizada, segundo o Ibope, foi a da menção estimulada, em que o pesquisado deve escolher um nome numa lista de candidatos que lhe é apresentada.

Desde que começaram os programas eleitorais, os candidatos que mais subiram na preferência dos eleitores foram Afif Domingos e Lula. O primeiro ganhou cinco pontos em quatro semanas, passando a disputar a terceira posição, enquanto Lula recuperou alguns pontos, mudando a tendência de queda que sua candidatura vinha mostrando nos últimos meses.

Collor responderá no horário do PPB

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, vai usar o tempo do PPB, no horário gratuito, para responder aos ataques do candidato Antônio Pedreira, feitos no programa de 27 de setembro. É o primeiro pedido de resposta concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral. A resposta de Collor no programa do PPB vai ao ar na próxima sexta-feira, durante cinco minutos, embora as ofensas tenham sido veiculadas em um minuto e 15 segundos. Com isso, Antônio Pedreira ficará sem aparecer em dois de seus programas diários.

A declaração que deu origem à queixa de Collor ocorreu no "Jornal do Brasileiro", tópico do programa do PPB. "Dinheiro roubado do pobre povo alagado é gasto nababescamente por Fernando Collor, que aincinadamente quer galgar à Presidência da República para assaltar de modo vil o povo brasileiro", dizia uma voz ao fundo, enquanto manchetes de jornais exibiam denúncias

contra o candidato do PRN.

Segundo o ministro relator do TSE, Romildo Ruano de Souza, essa afirmação caracteriza uma acusação difamatória, "com o deliberado propósito de danificar a honra do candidato, ferindo sua reputação de político". Pela Lei Eleitoral, o direito de resposta é concedido em caso de injúria, calúnia ou difamação.

22.00 — Fernando Collor de Mello e seus assessores viveram ontem, em São Paulo, momentos de verdadeiro estresse durante o corpo na porta da fábrica Alperfi. Receberam a adesão pública do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina. O comunicado foi lido em discurso emocionado do primeiro secretário do sindicato, Jaime José da Cunha, que não economizou palavras para atacar os adversários Leonel Brizola, do PDT, e Ulysses Guimarães, do PMDB.

— Estamos aderindo a campanha do futuro presidente da República, Fernando Collor de Mello — anunciou, para cerca de 60 operários que aguardavam por um novo discurso do candidato e para delírio dos coordenadores da campanha do PRN, que vão usar o depoimento do líder sindical no programa eleitoral gratuito do partido.

Até agora, Collor continua sendo o único candidato a fazer campanha em porta de fábrica, além de Lula, do PT.

O presidente do sindicato, Luis Antônio Medeiros, no entanto, continua negando que esteja apoiando Collor. Mas o deputado Arnaldo Faria de Sá, um dos coordenadores da campanha em São Paulo, garantiu que Medeiros está engajado na candidatura do PRN. O sindicalista, embora aparentemente distante da campanha, está contribuindo para que o candidato seja bem recebido nas portas das fábricas. (Brasília ZH/AO)

Poco LEGISQUE

Afif diz que aceita apoio até de Sarney

BRASÍLIA — O candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, quer o apoio do presidente José Sarney. Além de Sarney, que é o principal objetivo de todos os candidatos, Afif não se incomodará de receber o apoio de membros do atual governo e do grupo dos moderados do PMDB, que foram impedidos de participar da disputa de Ulysses Guimarães. Afif se faz uma promessa: "Não vou, de jeito nenhum, não assumir".

Diante da possibilidade de ter um dos ministros de Sarney em seu gabinete, no entanto, Afif impõe limites para a adesão: "Ministro não tem de subir em pelanque. Tem de cuidar da administração do país. De palanque, não eu", resumiu. Mas, logo em seguida abriu nova brecha aos ministros, admitindo que poderá aprovar alguns deles em seu futuro governo, desde que demonstrem competência.

A aproximação entre Afif e os moderados foi registrada por uma cena inesperada à entrada do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde o candidato, após uma breve conversa com o ministro Francisco Rezak, encontrou o deputado Délio Braz (PMDB), um dos coordenadores dos moderados e parlamentar bem próximo do ministro da Agricultura, Ivo Rezende.

Afif e Braz tentaram marcar um encontro ainda para esta semana. Garantindo que sua base eleitoral, as quatorze cidades que cercam Brasília, estão "afilando", Braz aposta que 50 dos 86 parlamentares do grupo moderado do PMDB devem apoiar a candidatura do PL já no primeiro turno. "O grupo tem essa consciência tomada", disse.

Afif disse que ignora a representação que o PDT encaminhou ao TSE, pedindo a suspensão de seu programa no horário gratuito. Após a saída de seis deputados do PL na última semana, o líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), sustenta que Afif agiu de má fé, tendo levado os parlamentares para o PL apenas para garantir dez minutos diurnos na TV. O candidato nega a acusação, dizendo que, no dia limite para o computo do horário de cada partido na TV, o PL tinha 21 parlamentares, além dos dezessete do PDC, partido coligado.

Sobre o candidato Fernando Collor de Mello (PRN), que exibiu seu programa na TV na última segunda-feira apresentando o programa seguinte (de Afif) como o do candidato que votou contra o direito de voto aos dezesseis anos, Afif fez apenas uma ironia, dizendo que "parece que nós já alcançamos o primeiro time e estamos incomodando".

PARTES POCO LEGÍVEIS

F. Pol

F.P.O. (PPPP)

Prestes pede votos para o candidato pedetista

O ex-secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes recomendou ontem, em Recife, aos "autênticos comunistas" que votem em Brizola para presidente, dizendo que o candidato Roberto Freire (PCB) é um "burguês" que diz não acreditar em Deus apenas para se passar por marxista.

"Eu acho que ele está mentindo. Ele acredita em Deus, sim", disse Prestes, numa entrevista no Sindicato dos Jornalistas, diante de antigos militantes do partido. Acrescentou que no Brasil não há partido de esquerda, mas para fazer avançar o processo político é necessário votar no candidato do PDT.

Elogiou a construção dos CIEPs, "primeira iniciativa voltada para as crianças abandonadas", acrescentando que Brizola é o único dos que estão no palco em que a classe operária ainda pode ter esperança.

Prestes, que em 1968 acusou Miguel Arraes de ter voltado "rico" do exílio, foi agora mais benevolente: elogiou o apoio histórico de Arraes aos camponeses da Zona da Mata e disse que seu apoio à candidatura Brizola seria "bem-vinda" (A3)

5/10/89
24

21h00 5/10/89

Nova tentativa

A reunião de governadores do PMDB em São Paulo reafirmou apoio ao candidato do Partido, deputado Ulysses Guimarães, como reconhecimento à liderança do presidente licenciado, mas a par da constatação da dificuldade de sua penetração, é prometida uma intensificação na campanha como derradeira tentativa para participar de um segundo turno. Os novos índices, revelados pelas pesquisas de opinião pública, conduzem a uma disputa final entre dois candidatos e esse raciocínio ganha corpo no PMDB até para justificar o maior envolvimento, nesses próximos 50 dias, das principais lideranças peemedebistas.

Dispondo de uma estrutura expressiva, mas vivendo ainda o desgaste da Aliança Democrática, o PMDB vai tentar uma mobilização em torno de um nome já projetado, mas que será reapresentado como solução política, baseado na sua biografia. O desafio maior envolve a ação conjunta dos governadores, diante de suas bases partidárias, preparadas durante longo tempo para sufragar Ulysses, mas que acabaram sentindo os reflexos da própria indecisão e disputa interna. Uma reafirmação de apoio, através de documento, como aconteceu, tem a sua importância, mas só surtirá efeitos se acompanhada por um novo quadro.

Presença

Com uma atuação marcante no cenário político durante muitos anos, desde o comando do MDB, o deputado Ulysses Guimarães pode estar sofrendo as consequências de algumas dessas participações. Uma delas, certamente, é a de ter costurado a formação da Aliança Democrática que viabilizou a candidatura Tancredo Neves e levou-o à vitória no Colégio Eleitoral e, em decorrência, a sua forte presença no início do governo da Nova República.

Até a promulgação da nova Carta, em outubro do ano passado, Ulysses ocupou bem o espaço, mas prolongou o seu poder de decisão e influência, levando-o até à disputa convencional. Se ele era o nome natural quais as razões de tanto envolvimento? Pode ter havido um exagero ou erro de estratégia, mas o fato é que, já em dezembro, após os resultados eleitorais desfavoráveis ao PMDB, eram desenvolvidas ações políticas que o deixavam de sobreviver. Os governadores Orestes Quercia, Newton Cardoso e Miguel Arraes passaram a ter uma expressiva cotação e começaram a pesar sua força na primeira das convenções nacionais, destinada a renovar a cúpula. Dessa transição na posição partidária o deputado Ulysses Guimarães também não esteve ausente e, exigente, acabou confirmando, em função dessa permanente reivindicação. Se a postura deu certo a nível interno, o candidato peemedebista acredita que acabará vendo repetir-se o fenômeno, agora, numa dimensão maior. Entre sua fé e a realidade há uma diferença que constitui o novo desafio assumido pelos governadores e líderes partidários.

24h 10/89

2ª HORA 01/10/89

Alvaro Valle: Afif não prejudica Collor

O presidente nacional do Partido Liberal (PL), Alvaro Valle, disse ontem, no início da tarde, ao chegar a Porto Alegre para filiar no partido o deputado estadual Sanchotene Felice (ex-PMDB), que seu candidato à Presidência da República, Afif Domingos, cresce sem a intenção de "roubar" votos do candidato do PRN, Fernando Collor

de Mello.

Alvaro Valle assinalou que Afif vem recebendo votos em diversos setores, principalmente do pequeno e médio empresariado, "por se tratar de um candidatura sem compromissos com grupos econômicos". Reafirmou que o partido vem recebendo importantes adesões em Mi-

nas Gerais, um dos maiores eleitorados do País. Citou o exemplo do deputado Sanchotene Felice que deve ampliar a legenda no Estado.

Felice, por sua vez, garantiu que leva para Afif os 22 mil eleitores que votaram nele na última eleição para a Assembleia Legislativa. Alvaro Valle retorna hoje para o Rio de Janeiro.

ZERO Hora 20/09/89 **Samney diz que governa até último dia**

O presidente José Sarney desmentiu ontem, de Chicago, disposição para promover uma "antecipação branca" da posse do futuro presidente, que passaria a governar sem assunir, logo após o resultado das eleições. "Vou exercer os poderes e cumprir os deveres de presidente da República até o último dia do meu mandato, conforme a Constituição", disse o presidente Sarney, em ligação telefônica com o Palácio do Planalto, conforme divulgado pelo assessor de Imprensa do governo, Carlos Zaurur.

A afirmação do presidente, de que vai exercer os poderes e cumprir seus deveres até 15 de março de 90, desautoriza declarações do ministro da Justiça, Saulo Ramos, de que o presidente eleito começaria a governar já

no final deste ano. Uma fonte militar do Palácio do Planalto garantiu que o presidente Sarney jamais cogitou de qualquer tipo de antecipação da posse do próximo presidente e nem mesmo a hipótese de renunciar.

ATO NORMAL — Esta fonte militar lembra, entretanto, ser um ato normal na vida política, que o Governo que está terminando abra as portas da administração para seu sucessor. Mas isto, explicou, não significa a existência de dois governos ou de comando paralelo. Esclareceu que a adoção de medidas, para debelar a crise econômica, podem ser feitas de comum acordo, mas que isto não implica "na perda dos poderes constitucionais do presidente e que se encerram na data em que termina, ofi-

cialmente, seu mandato". Embora o presidente Sarney não cogite em renunciar antes de 15 de março de 90, seguindo o exemplo do presidente argentino, Raul Alfonsín, que abreviou seu mandato para dar posse a Carlos Menem, esta possibilidade não é descartada entre assessores no Palácio do Planalto. Segundo esta fonte militar, se tal atitude for conveniente para garantir a normalidade da economia e combater a inflação, "o presidente, que já abriu mão de um ano de mandato, poderá abrir vias seu mandato em alguns dias".

COOPERAÇÃO — Uma cooperação estreita entre o atual Governo e a equipe do futuro presidente da República foi defendida ontem pelo chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, sob a justifi-

cativa de que a transição democrática deve acontecer "de forma suave". O ministro descartou, no entanto, a possibilidade de que se denominasse *antecipação branca* do futuro Governo, observando que é obrigação de todos os ministros atuais cumprir até o fim o mandato do presidente José Sarney.

"A colaboração com a nova equipe", acrescentou Costa Couto, "é o mínimo que podemos fazer". A tese da *antecipação branca* foi defendida pelo ministro Saulo Ramos, da Justiça, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo". Consiste em o Governo "abrir as portas" ao novo presidente antes de sua posse em 15 de março de 1990, para que tome conhecimento dos problemas mais sérios do País. (Brasília-ZH/AE)

2ERO HORA 04/10/89

Samney desmente redução de seu mandato

[O Presidente descartou a ideia de antecipar sua saída, mas prometeu colaborar com seu sucessor, "passando todas as informações"]

O presidente José Sarney desmentiu ontem, que estivesse cogitando antecipar o término de seu mandato em virtude da situação econômica do País. O presidente, após um encontro com o presidente da Guiana, Desmond Hoyte, no mezanino, ferreiro andar do Palácio, comentou que os

ministros da área econômica haviam desmentido notícia de que defendia a antecipação da posse do futuro presidente.

Questionado sobre uma antecipação branda, com o estabelecimento de dois governos, entre janeiro e março, Sarney foi taxativo ao dizer que "não conhece mandato branco, só mandato constitucional". Entretanto, Sarney reiterou sua disposição de colaborar com o presidente eleito, fornecendo todas as informações sobre os problemas do País e da administração federal.

13/5/89. — O presidente José Sarney ingressou com pedido ao TSE

para responder as acusações feitas pelo candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula, sobre o programa de privatização do Governo. A fundamentação do pedido é do ministro Saulo Ramos, da Justiça, que recebeu da Radiobrás um videotape do programa, em que Lula afirma ser uma "negociata" o processo de privatização da Malersa. O candidato da Frente Brasil Popular denunciou que a empresa, fabricante de máquinas e equipamentos ferroviários, estaria sendo vendida por apenas 22 milhões de dólares, com prazo de pagamento de dez anos, quando seu valor real seria de 110

milhões de dólares. Este é o primeiro pedido do Presidente da República, no horário eleitoral, e será apresentado pelo ministro João Batista de Abreu. O Governo não pretende deixar este tipo de acusação sem resposta e caso seu pedido não seja atendido pelo TSE, cogita da convocação de uma rede nacional obrigatória.

MODERADOS — Foi adiado por 15 dias o jantar que o presidente Sarney teria com os moderados do PMDB, previsto para a noite de hoje. O adiamento, segundo o ministro Roberto Cardoso Alves, se deve à presença

dos moderados em seus estados, para a promulgação das constituintes estaduais. Cardoso Alves negou que o encontro tivesse a finalidade de formalizar o apoio do Governo ao candidato do PL, Afif Domingos.

O ministro da Indústria e Comércio afirmou haver grande afinidade política entre os moderados e Afif, mas ainda não está decidido se o grupo vai apoiá-lo. O ministro lembrou que Afif não é o único candidato afinado com o grupo, que pelas posições políticas que defende pode fechar também com Ulysses Guimarães ou Fernando Collor de Melo. (Brasília/21)

Denise Neumann

SÃO PAULO — Amanhã, quando a antiga Constituição do Brasil, assinada no dia 5 de outubro de 1988, completará um ano, os trabalhadores em regime de revezamento ainda estarão brigando nos tribunais da Justiça do Trabalho ou nas portas das câmaras pelo direito a jornada de seis horas. Outros trabalhadores, em contrapartida, já tem alguns motivos para comemorar.

Ao longo dos últimos doze meses, diversas previsões catastróficas feitas por empresários a respeito dos novos direitos não se confirmaram. A licença maternidade de 120 dias foi incorporada a rotina das trabalhadoras brasileiras, salvo raras exceções. Nem por isso caiu o nível do emprego feminino. Ao contrário, cresceu em ritmo mais acelerado que o do emprego masculino. A pesquisa mensal realizada na Grande São Paulo pelo Fiesse e pela Fundação Seade revela que de outubro do ano passado até agosto deste ano o desemprego feminino diminuiu 15,9%, enquanto o masculino caiu apenas 1,3% no mesmo período.

O delegado regional do Trabalho em São Paulo, Argeu Quintanilha, afirma que poucas vezes teve "que intervir em alguma homologação de trabalho ou pelo não cumprimento de um novo direito". Assim, indenização de 40% do CLT em caso de demissão involuntária, acréscimo de um terço no valor das férias, licença maternidade de 120 dias, licença paternidade de cinco dias, jornada semanal de 44 horas e remuneração de hora-extra 50% superior à normal foram incorporados pelas empresas.

Regulamentação — Outros dispositivos constitucionais, como a eleição de um delegado sindical em empresas com mais de 200 funcionários, participação nos lucros e a garantia de creches e pré-escolas, esperam regulamentação. Nestes casos, com a concordância dos sindicatos de trabalhadores, que não realizaram nenhuma greve ou movimento por algum destes benefícios. A situação tende a mudar, contudo, pois os sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, Odebre e Guarulhos influenciam na sua

ponta de reivindicações a participação nos lucros, tentando antecipar a regulamentação deste direito.

O vício destes doze meses é o direito ao turno de seis horas. Poucas empresas implementaram este dispositivo no pedaleiro, segundo os sindicatos. A maioria preferiu adotar a visão da poderosa Fiesp, segundo a qual se uma empresa trabalhar 24 horas por dia, mas parar no domingo, não há "turno ininterrupto de revezamento", assim como se a empresa continuar a trabalhar 24 horas por dia, em regime de turnos, mas extinguindo o revezamento.

Entre greves, processos na justiça e acordos, poucos trabalhadores atingiram a situação considerada ideal pelo movimento sindical. O exemplo perfeito do cumprimento do dispositivo constitucional é o da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), um imenso complexo estatal localizado em Cubatão, a 50 km de São Paulo. Do total de 15 mil funcionários da empresa, 6 mil trabalhavam em regime de turno ininterrupto de revezamento, cumprindo uma diária de 8 horas, em outubro de 1988. Depois de uma longa negociação com o sindicato dos metalúrgicos e de obter autorização especial do Conselho Interministerial de Salário das Estatais (Cise) para a contratação de 1.511 novos funcionários, a empresa criou a quinta turma e começou a operar em turnos de seis horas no último dia 29 de agosto. Pelo novo sistema, conta Aparecido Alves Tenório, presidente do sindicato, a jornada mensal foi reduzida de 240 horas para 180 horas.

O Cise, segundo informações de Sérgio Cutolo, secretário executivo do Or-

gão, liberou contratações para todas as estatais que solicitaram. Para a Light, foi autorizada a contratação de 570 trabalhadores, para a Eletromonte, mais 187 pessoas; enquanto a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e algumas subsidiárias do sistema Eletrobrás preferiram fazer acordos com os trabalhadores em regime de oito horas, realizando o pagamento de duas horas extras diárias.

Contrato — Esta solução encontrada por algumas estatais foi também largamente utilizada pelo setor privado. "Isso é inconstitucional", sustenta o assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e da CUT, José Francisco Siqueira Neto, para quem as empresas, ao fixarem os turnos de revezamento sem a previa autorização dos trabalhadores, "transgrediram o contrato de trabalho firmado por ocasião da contratação".

No caso da Petrobrás, diversos sindicatos de petroleiros assinaram acordos provisórios com a estatal aceitando a jornada de oito horas e contraindo o pagamento de duas horas extras diárias, como foi o caso dos sindicatos de Campinas, Paraná, Mauá e Bahia. Outros, como o de São José dos Campos, não aceitaram a troca da jornada de seis horas pelo pagamento das duas horas extras diárias. Em São José dos Campos, os trabalhadores ficaram em greve durante 22 dias e ganharam na justiça, em primeira instância, o direito de uma jornada semanal de 31 horas, através do trabalho de seis turnos, em substituição das quatro turnos atuais. A empresa recorreu da sentença. "Não vamos desistir", afirma o diretor do Sindicato dos Petroleiros, Ari Carvalho Pinho.

Pagamento feminino por período

Feminino —		Masculino —	
outubro 88	11,7	out. 88	7,6
nov.	11,1	nov.	7,5
dez.	11,0	dez.	7,1
janeiro 89	10,6	janeiro	7,7
fev.	11,8	fevereiro	8,4
março	12,8	março	9,0
abril	12,9	abril	8,6
maio	12,7	maio	8,4
junho	11,8	junho	8,3
julho	11,6	julho	8,1
agosto	9,9	agosto	7,5

F.Rex (PRR PP)

PRN

Momento delicado

*Pela primeira vez em cinco meses
há sinais de que nem tudo vai bem
na campanha de Collor de Mello*

Pela primeira vez desde o dia 28 de abril, quando o Ibope anunciou que Fernando Collor de Mello estava em primeiro lugar na preferência do

eleitorado, há algo de errado na campanha do candidato do PRN. Na semana passada, depois que o Ibope e o Instituto Gallup divulgaram os resultados das últimas pesquisas, constatou-se que sua campanha enfrenta uma situação peculiar — parou de ganhar novos eleitores e começa a diminuir de tamanho, num processo muito moderado, mas contínuo, que tem feito o candidato emagrecer 3% em cada um dos últimos levantamentos. Quando tinha mais de 40%, a estratégia de Collor era vencer a eleição no primeiro turno. Hoje, quando essa possibilidade parece arquivada, ao menos provisoriamente, Collor já se ocupa com um projeto mais modesto — o de fazer um bom papel no primeiro turno e chegar com boa musculatura à segunda rodada.

Um bom sintoma das dificuldades pôde ser observado na terça-feira da semana passada, quando ocorreu uma reunião do comando da campanha em Brasília. Ao longo do encontro falou-se mal do programa na TV, criticou-se a desorganização da agenda do candidato e pediu-se a cabeça de auxiliares diretos de Collor de Mello. "O programa tem sido plasticamente belo e politicamente fraco", afirma o deputado paulista Arnaldo Faria de Sá, do PRN. "Se não houver uma guinada total, vou procurar outro candidato", avisa o deputado mineiro Roberto Vital, do PRN. Num esforço para melhorar os ânimos dos presentes ao encontro, o presidente do partido, Daniel Tourinho, apresentou números otimistas sobre a situação do PRN no país — seriam 1,2 milhão de filiados, 6 000 vereadores e 2 500 diretores. Não adiantou. "Mas se os números

são tão bons, por que o Afil está crescendo e o Collor caindo?", rebateu o deputado paraense Altamir Guerra, do PRN.

GOLEPE DE BRIZOLA — Para complicar as coisas, ocorreu a primeira briga na campanha — a vice-governadora de Minas Gerais, Júnia Marise, Collorista de primeira hora, ela foi afastada da coordenação da campanha em Minas, ao fim de uma sangrenta briga interna. Júnia é acusada de fazer autopromoção com o dinheiro arrecadado pela campanha de Collor junto a empresários mineiros — ela teria mandado confeccionar 500 cartazes, em que seu retrato aparece ao lado do candidato. "Foi um cidadão que gosta de mim e gosta do Collor que fez os cartazes", alegou Júnia. "Que vigarista!", disse Collor antes de sugerir que a

vice-governadora viajasse para os Estados Unidos e determinasse seu afastamento da coordenação da campanha.

Preparando-se para tempos difíceis, há auxiliares do candidato trabalhando com a possibilidade de a queda de Collor nas pesquisas continuar. Desde que se tornou o primeiro colocado, Collor só tem falado mal do presidente José Sarney, finge ignorar os seus concorrentes e gosta de anunciar seus planos para o futuro do país. Mas, diante da ameaça de inversões dos índices, ele começa a preparar dossiês para atacar os adversários — seus alvos são os candidatos Leonel Brizola, do PDT, e Guilherme Afif Domingos, do PL. "Ele está numa situação de defesa que pode se tornar insustentável", afirmou um senador integrado em sua campanha. Também se prevêem mudanças no horário político. "Você precisa pensar mais em ação, as pessoas o querem mais ofensivo", disse seu irmão Leopoldo Collor de Mello, durante um voo de Ponto Alegre para São Paulo. Na última sexta-feira, o deputado Hélio Costa, que fez carreira a bordo do programa *Fantástico*, da TV Globo, foi recrutado para animar o programa do PRN. Nessa guerra de nervos dos vídeos, Collor temia que sua mãe, Leda Collor, fosse

envolvida pelo PMDB com denúncias de empreguismo em empresas estatais de Alagoas. A denúncia preocupou Collor. Primeiro, porque, para Collor, essa acusação não passava de uma calúnia. Segundo, porque envolvia uma pessoa de sua família. Na semana passada, ele enviou um emissário ao primeiro escalão da campanha de Ulysses e recebeu a informação de que a denúncia não passava de especulação. Mesmo nessa situação, Collor vem colhendo triunfos. Um deles foi a vitória no Congresso, na semana passada, quando um grupo de senadores ligados ao candidato conseguiu impedir a votação em regime de urgência do projeto que altera a legislação eleitoral. O outro foi a captura de um cabo eleitoral de peso — o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. É discutível sua capacidade de trazer votos para Collor, mas é inegável sua possibilidade de prejudicar Brizola. É um duro golpe para o segundo colocado nas pesquisas, que a partir de agora tem mais uma pedra no seu caminho para superar a indiferença com que é encarado pelos eleitores de São Paulo, que formam o maior colégio eleitoral do país.



Collor de Mello: críticas ao programa de TV e a agenda

VEJA, 27 DE SETEMBRO, 1989

55

PARTEA POCO LEGÍVEL

.16

8909699

Collor oferece vaga no governo a líder sindical

SÃO PAULO — O candidato do PRN à presidência da República, Fernando Collor de Mello, prometeu, ontem em São Paulo, onde estava em campanha em duas fábricas que empregam o Ministério do Trabalho para um líder sindical, caso seja eleito: "Vou considerar e analisar que o próximo ministro do Trabalho será um líder sindical", disse Collor, por volta das 15h30 da manhã, pouco depois de chegar a Metalúrgia Aliperti, na Zona Sul de São Paulo, o primeiro de seus compromissos eleitorais na capital paulista, que incluíram também rápidos comícios em conjuntos habitacionais na Zona Leste, a mais carente da cidade.

O candidato do PRN garantiu que ainda não pensou em nomes para o cargo. "Essa abertura é uma exigência do tempo", explicou. Collor garantiu que não tem sequer um perfil definido para o nome que vier a ocupar o posto e afirmou que não tem nenhuma outra ideia estabelecida sobre o Ministério do Trabalho. "Não podemos estabelecer a priori nenhuma exclusão", respondeu, quando lhe perguntaram se poderia contemplar a corrente do chamado sindicalismo de resultados (do líder Luiz Antônio de Medeiros) no governo.

Na Aliperti, onde o fluxo de trabalhadores não é intenso, Collor cumprimentou metalúrgicos, deu autógrafos e discursou duas vezes, prometendo a participação dos trabalhadores no lucro das empresas e a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por um colegiado com a participação dos trabalhadores, além da nomeação de um líder sindical para o Ministério.

Medeiros — Mesmo sem contar com a presença em sua Kombi do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, Collor foi ciceroneado por diretores do sindicato, como o 1º secretário Jaime José da Cunha, que de microfone na mão gritava: "Viva o nosso presidente".

Collor de Mello vai intensificar mais ainda sua campanha em São Paulo, visando barrar o crescimento de Paulo Maluf no estado. Até o final da corrida sucessória ele vai fazer 17 comícios, visitar fábricas na região do ABC e preparar dois grandes eventos no interior. No próximo sábado, vai até Araçatuba, a 539 quilômetros de São Paulo, para um grande comício. Ao mesmo tempo em que Collor desembarcar por volta de 11h na cidade de Urubupungá, seu companheiro de chape, o senador Itamar Franco, descerá em Lins. Os dois percorrerão as cidades da região para engrossar uma caravana de aliados em direção ao comício. Outras caravanas do mesmo tipo virão de outras cidades.

Do Brasil 4/10/89

FPOC (PT PP)

Collor prevê disputa final com Lula

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, afirmou ontem, em Belo Horizonte, que está praticamente certo uma disputa no segundo turno das eleições entre ele e o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Segundo Collor, as últimas pesquisas de intenção de voto, divulgadas pelo Ibope, mostram que o candidato do PT está recuperando forças e conquistando votos de eleitores indecisos.

— O candidato do PT está recuperando algumas forças, o que nos faz prever que ele deverá disputar o segundo turno — disse Collor.

Fernando Collor disse também que as candidaturas do PRN e do PT são os dois únicos fatos novos desta eleição, o que deverá ser objeto de análise por parte dos eleitores. Em sua opinião, tanto o PRN quanto o PT apresentam propostas novas dirigidas aos eleitores que estão desiludidos com o atual quadro político e econômico brasileiro.

Certo de que manterá os 34% das intenções de voto, conforme divulgou o Ibope, Fernando Collor não acredita que as divergências ideológicas irão influenciar no resultado final das eleições, que será favorável ao candidato que apresentar propostas de solução para os problemas emergenciais do país.

Collor fez uma escala no aeroporto da Pampulha, zona norte de Belo Horizonte, vindo de Teófilo, para trocar de avião e seguir rapidamente para a Zona da Mata mineira, onde faz campanhas. (AG)

21h02 6/10/89

OS CONSTITUINTES

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que hoje está sendo promulgada é assinada pelos seguintes deputados constituintes que a elaboraram:

PMDB — 22 deputados

Achyles Braghirolli
Algir Lorenzon
Antonio Dexheimer
Antonio Lorenzi
Bráulio Marques
Constantino Picarelli
Erani Müller
Germano Rigotto
Gilberto Mumi
Gleno Scherer (presidente da Constituinte)
Guaracy Marinho
Hélio Muskopf
Hilda de Souza
João Osório
Joaquim Moncks
José Ivo Sartori
Mário Limberger
Mário Madureira
Mendes Ribeiro Filho
Roberto Känzel
Tito Lívio Jaeger
Valdomiro Vaz Franco

PDS — 10 deputados

Antonio Lourenço Pires
Carlos Azambuja
Celso Bernardi
Francisco Turra
Jarbas Lima
João Augusto Nardes
João Odil Haas
Luiz Fernando Staub
Valmir Susin
Wilson Mânica

PDT — 10 deputados

Antonio Barbodo
Carlos Araújo
Carrion Junior
Edna Pedrosa
Ilário Passin
Luiz Abadie
Moisés Berles
Porfírio Peixoto
Renan Kurtz
Valdomiro Lima

PFL — 5 deputados

Antonio Carlos Azevedo
Athos Rodrigues
Germano Bonow
Nestor Fips Schneider
Tufy Salomão

PT — 4 deputados

Adílio Pretto
José Fortunati
Raul Pont
Selvino Heck

PSDB — 1 deputado

Ecléa Fernandes

PSB — 1 deputado

Jauri Oliveira

PTB — 1 deputado

Sérgio Zambiasi

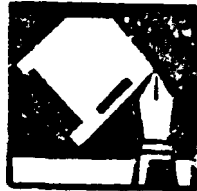
PL — 1 deputado

José Sanchotene Felice

Encartada nesta edição, a íntegra do novo texto constituinte do Rio Grande do Sul.

CONSTITUINTE

QUASE UM ANO DEPOIS, SURGE A CARTA GAÚCHA



□ É a terceira Constituição do Estado após 1947. O texto final tem 268 artigos permanentes e 67 transitórios. Muitas das novas leis ainda devem ser regulamentadas

J.C. TERLERA

Editoria Política/ZH

Instalada no dia 26 de outubro de 1988, a Assembleia Estadual Constituinte promulga hoje a nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, a terceira depois da redemocratização implantada pela Constituição de 1947 (as outras duas foram a de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, que substituiu a Carta de 67).

Esta será a primeira Constituição do Estado a ser assinada por todos os deputados constituintes, já que a de 47 não foi assinada pelos deputados do PSD, porque ela implantava o regime parlamentarista no Governo do Estado (artigo suprimido pelo STF, atendendo recurso impetrado pelo en-

tilho governador Walter Jobim). A Constituição de 1967 não foi assinada pelos deputados da Arena porque elaborada pela maioria do MDB, enquanto a Carta de 69 não foi assinada pelos deputados do MDB, porque elaborada pela maioria da Arena depois das cassações de emedebistas. A Carta que hoje está sendo promulgada não tem a aprovação do PT, mas seus deputados a assinaram e assim é a única com assinatura de todos os blocos parlamentares que a redigiram, votaram e a aprovaram.

A Constituição que está entrando em vigor hoje consumiu 343 dias de trabalho desde que foi instalada a Assembleia Estadual Constituinte. Porém, como o regimento interno só veio a ser aprovado três meses depois, em 25 de janeiro, os trabalhos propriamente

ditos levaram 247 dias, com sessões pela manhã, tarde e, em várias ocasiões, à noite.

PASSO INICIAL — O primeiro projeto — a Constituição I — recebeu 2.754 proposições, das quais 2.385 apresentadas pelos 55 deputados, 282 por entidades (emendas populares) e 87 pelos demais poderes. Além dos deputados constituintes, 174 entidades apresentaram proposições à nova Constituição.

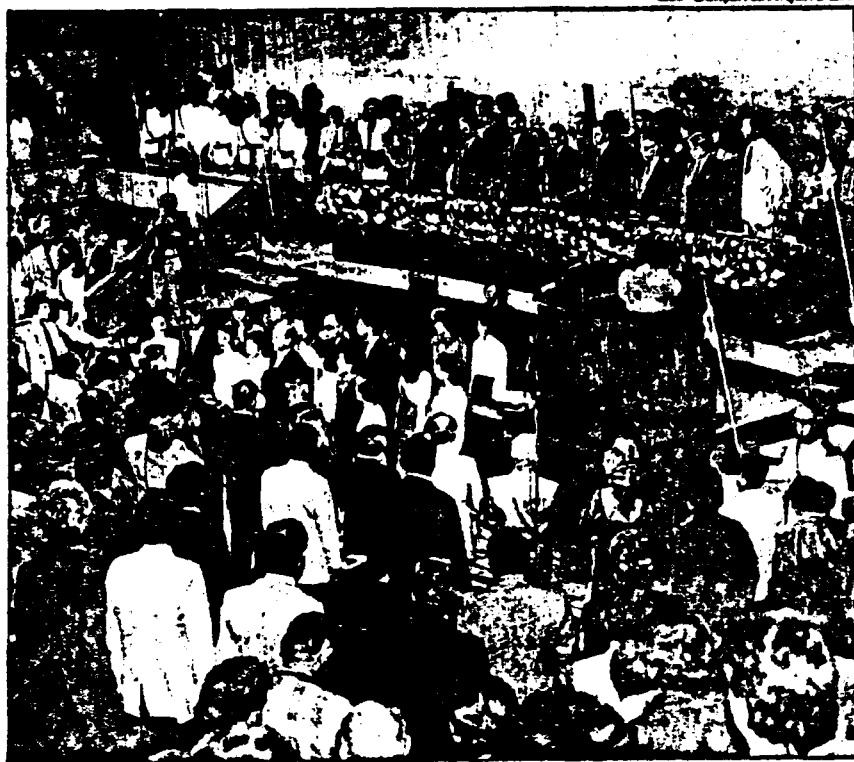
A Comissão de Sistematização, em dois meses de trabalho, eliminou muitas destas proposições e apresentou suas conclusões, enxugando o texto em 1.013 propostas. A estas foram acrescentadas, quando da abertura do prazo de elaboração do Projeto II — Constituição II — outras 1.351 emendas, boa parte delas suprativas.

Depois de votados os projetos da Constituição I, ficaram 410 artigos — 358 permanentes e 52 transitórios (Disposições Transitórias). A Constituição II reduziu estes números para 364 dispositivos, dos quais 291 as Disposições

Permanentes e 73 nas Transitórias. Finalmente, o projeto Constituição III ficou com seu texto final em 335 dispositivos, dos quais 268 nas Disposições Permanentes e 67 nas Transitórias.

A presidência da Constituinte Estadual foi do deputado Gleno Scherer (PMDB), o relator-geral foi o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB), tendo como relatores-adjuntos foram os deputados Carlos Araújo (PDT) e Athos Rodrigues (PFL). O presidente da Comissão de Sistematização foi o deputado Jarbas Lima (PDS).

A Constituição do Estado, que estamos publicando, entra em vigor hoje, mas nem todos os seus dispositivos poderão ser imediatamente aplicados. Entre seus artigos, parágrafos e incisos, existem cerca de 100 dispositivos que só vigorarão depois de regulados em lei complementar. As leis de regulamentação começam a ser elaboradas ainda este mês, para permitir que até abril, a nova Constituição esteja com todos os seus 336 dispositivos em vigor.



Conclusão: nova sessão solene finaliza trabalhos iniciados em 28/10/88

Oito deputados eleitos não atuaram na sua elaboração

Dos 55 deputados eleitos para elaborar a Constituição do Estado, apenas 47 participaram de todos os trabalhos. Antes mesmo da instalação da Assembleia Estadual Constituinte, o governador requisitou para seu secretariado os deputados do PMDB Antenor Ferrari (Secretaria da Saúde) e Ruy Carlos Ostermann (primeiro, da Ciência e Tecnologia e, atualmente, da Educação) que não tiveram nenhuma participação.

Já os deputados-secretários José Ivo Sartori (Trabalho), Cezar Schirmer (Fazenda e Casa Civil) e Gilberto Mumi (Casa Civil) participaram de parte dos trabalhos constituintes. Schirmer atuou logo no início, quando deixou a Secretaria da Fazenda e ficou três meses no exercício do mandato de deputado, antes de

substituir Gilberto Mumi na chefia da Casa Civil quando este reassumiu na Constituinte, e José Ivo Sartori também retornou à Assembleia ao deixar, na metade deste ano, a Secretaria do Trabalho.

O deputado José Antônio Dantas foi assassinado antes da instalação dos trabalhos da Constituinte e também integrava a bancada do PMDB.

Outros parlamentares acabaram sendo eleitos prefeitos antes do início do processo constituinte e não participaram dos seus trabalhos. São eles Paulo Ritzel (PMDB, prefeito de Novo Hamburgo), Selton Tavares (PMDB e eleito pelo PTB prefeito de Gravata), Antonio Brasil Cruz (PDT, prefeito de Uruguaiana) e Elói Zanella (PFL, prefeito de Itapuaçu).

Texto final aprovado, contra votos do PT

Os constituintes gaúchos votaram ontem às 13h06min, a redação final da Constituição Estadual. O texto foi aprovado por 47 votos contra 4, da bancada do PT. Estavam ausentes os deputados Ecléa Fernandes (PSDB), Moisés Berles e Ilário Passin (PDT). O presidente Gleno Scherer (PMDB) não votou por norma regimental. A sessão foi encerrada com aplausos e "vivas ao Rio Grande", dados pelos próprios parlamen-

tares.

A preocupação agora, conforme o presidente, Gleno Scherer, e o relator-geral, Mendes Ribeiro Filho (PMDB), será com a legislação complementar e ordinária, estimadas por Gleno em 30 leis complementares e 160 leis ordinárias. Querem garantir a eficácia dos dispositivos. Ribeiro está disposto a manter a relatoria mobilizada para assessorar

os parlamentares.

Os petistas protestaram contra o conservadorismo que predominou nas votações e foram rebatidos por representantes de todas as bancadas. Carrion Junior (PDT), julgou que se tratava de "posicionamento individualista e inoportuno". Com o seu colega Carlos Araújo questionou os quatro deputados do PT. "Quem não votou, não assina", disse.

Hoje, às 15 horas, está a promul-

gação solene da nova Carta que ganhou um último artigo ontem, por consenso dos parlamentares. O artigo 268 (que assegura a entrada em vigência da nova Constituição na data da sua promulgação) integra, o também novo, Título VIII que trata da Disposição final. Foi a forma encontrada para assegurar a vigência imediata de todos os dispositivos da nova Constituição.

8909698

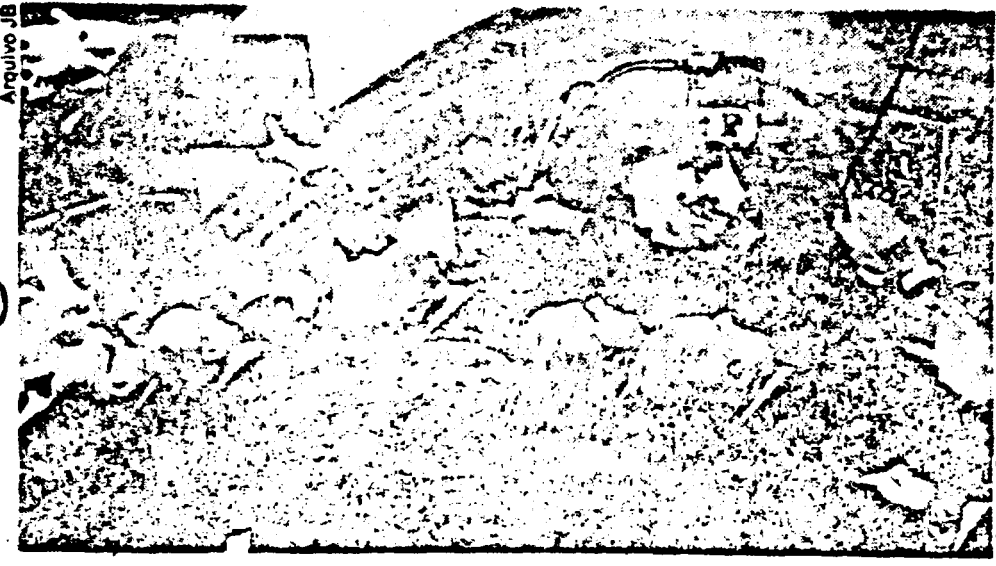
Constituição ganhou 179 leis previstas

BRASÍLIA — Só nove das 179 leis ordinárias e complementares necessárias à regulamentação da Constituição foram votadas pelo Congresso Nacional. Assim, o novo texto constitucional vai completar seu primeiro aniversário, quinta-feira próxima, sem ter chegado ao cotidiano dos cidadãos, e é ainda quase um esboço do que se propôs a ser, embora tenha sido saudado, a 5 de outubro de 1988, como solução para os grandes problemas do país.

As eleições municipais de novembro de 88, a ausência de um regimento para adaptar o funcionamento do Legislativo e suas novas atribuições constitucionais e finalmente as eleições presidenciais, foram todos motivos buscados pelas lideranças partidárias para justificar a letargia do Congresso. Enquanto isto, o Executivo agia, através de medidas provisórias e pareceres da Consultoria Geral da República. Contra as nove leis apresentadas pelo Congresso, o governo já viabilizou um arsenal de mais de 90 medidas provisórias.

Capenga pela ausência da legislação complementar que a tornaria efetiva, a Constituição garantiu o direito dos maiores de 16 anos de chegar às urnas, colocou mais um tempo de salário nos vencimentos de férias dos trabalhadores, definiu o direito de greve e muito pouco além disto. O cidadão brasileiro que acompanhou o exaustivo trabalho da Constituinte por 19 meses, e sustentou expectativas de melhorias sociais, políticas e econômicas a partir da nova Carta, tem pouco a comemorar.

Incôgnita — Nem mesmo o Senador Constituinte, o candidato do PMDB à presidência, deputado Ulysses Guimarães, a eleger mais como seu principal cabo eleitoral na campanha rumo ao Planalto. Há quase um ano, os 559 constituintes que aplaudiram Ulysses quando ele levantou a Constituição como se fosse a Tapa Jules Rimet empunhada pelo capitão Belini, sabiam que deveriam trabalhar duro para elaborar, com rapidez, as leis que a regulamentariam. Entretanto, a Carta continua a ser uma incógnita para o cidadão e um incômodo para seus formuladores que se percebem prejudicados pelos prazos que eles



Arquivo JB

des do Legislativo, o plano tramita lentamente pelas comissões da Casa. "Se o empregador não der a licença-maternidade nos termos da Constituição, o empregado não tem nem como reclamar", admite a secretária de Previdência Social do Ministério da Previdência, Maria Eugênia Rios. A regulamentação da licença não tem prazo determinado para ocorrer e governo e empregadores podem implementar-se no seu descumprimento.

Mesmo a existência de um prazo constitucional, porém, não é suficiente para o Congresso apressar-se. O Código de Defesa do Consumidor deveria ser elaborado pelo Legislativo 120 dias após a promulgação da Constituição, mas seu projeto está esquecido numa das comissões da Casa. O mesmo ocorre com duas dezenas de projetos, como os que reformulam o sistema financeiro e criam a política agrícola, que deveriam vigorar após 5 de outubro.

"Vamos ter que aprovar uma norma constitucional prorrogando todos estes prazos, mesmo porque seria uma irresponsabilidade política votar temas tão delicados num momento político volátil, como é a época de eleições presidenciais", entende o deputado César Maia (PDT-RJ). O deputado prefere que o novo país constitucional nasça de fato sob um novo governo e tem hoje, desse fato inevitável, a concordância de outros parlamentares, como o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) para quem "o problema da nova Constituição é que ela ainda não é. Ela será, à medida que sua moldura for completada".

Militares assumem a iniciativa

EA Quando foi promulgada a nova Carta, em outubro de ano passado, as Forças Armadas acharam que seria necessário reforçar o seu quadro de assessores parlamentares para acompanhar a tramitação das propostas das leis ordinárias e complementares no Congresso. Não foi necessário, porém, os trabalhos parlamentares foram feitos e os militares não tiveram a oportunidade de serem ouvidos no processo legislativo.

dispositivos que os militares têm liberdade em acompanhar foi aprovada a regulamentação da lei de greve. As preocupações dos militares são variadas e vão desde temas considerados fundamentais, como organização dos fundamentos, como organização, preparo e emprego das Forças Armadas, defesa do território nacional e da soberania, até questões de natureza mais técnica, como a organização da carreira e da estrutura das Forças Armadas.

O que foi regulamentado

Precatório racial — Desde 5 de janeiro, quem praticar ato racista é criminoso. Caso seja detido, não terá direito a pagar fiança para ser posto em liberdade. A lei fixa os vários tipos de crimes e as respectivas penas.

Direito de greve — Em 28 de junho ficaram definidos os contornos do direito de greve, restringindo o seu exercício nas atividades consideradas essenciais.

Salário mínimo — A lei sancionada em junho fixou a política de reajuste do salário mínimo e determinou correção real progressiva para recuperar o poder de compra dos salários e permitir que o trabalhador suporte seus gastos e de sua família com alimentação, saúde, moradia, educação, transporte e lazer.

Previdência Social — Em 30 de junho o Congresso aprovou parte do novo plano de custeio da Previdência Social, para garantir recursos à concessão de novos benefícios pelo orçamento da seguridade social. A matéria só estará plenamente regulamentada quando for aprovado o plano pleno de custeio e benefício da Previdência, ainda em tramitação no Legislativo.

Tribunal de Justiça — O Supremo Tribunal de Justiça foi instalado em 30 de março para substituir, com poderes ampliados, o antigo Tribunal Federal de Recursos.

Ouro — Lei de 11 de maio regulamenta a estrutura do sistema financeiro nacional.

Segurança social — Existem vários tópicos a serem regulamentados nessa área, desde o plano de custeio e benefícios até a definição das normas para aposentadoria precoce em atividades penosas, insalubres ou perigosas, entre outros.

Seguro-desemprego — As empresas com índice de rotatividade de seus empregados superior à média do setor terão de pagar uma contribuição especial ao fundo do seguro-desemprego.

Consumidor — A Constituinte previu que o Estado protegerá os direitos do consumidor, mas só a lei regulamentará como isso será feito.

O que não foi regulamentado

Reforma agrária — Falta lei para definir o que é propriedade produtiva insuscetível de desapropriação. Também as pequenas e médias propriedades estão protegidas, mas é necessário regulamentar o tamanho delas.

Participação popular — Além do voto, a soberania popular está garantida pelo plebiscito, pelo referendo e pela iniciativa de leis.

Demissões — Uma lei previu a indenização compensatória regular o princípio da relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

Irregularidade administrativa — Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato pode denunciar ao Tribunal de Contas irregularidades praticadas pela administração pública. Apesar de considerada prioritária, não há ainda projeto de lei sobre a matéria.

Estado na economia — O Estado só poderá explorar atividades de economia quando se tratar de setor imperativo para a segurança nacional ou para atender interesses coletivos.

Política agrícola — A lei estabelecerá normas estáveis para incentivar e orientar a produção agropecuária.

Sistema financeiro — Apenas a legislação complementar estabelecerá a estrutura do sistema financeiro nacional.

2020 409A 03119189
Presidente da Guiana chega
hoje para visita polêmica *F.P. (12 JUT)*

O presidente da Guiana, Hugh Desmond Hoyte, chega hoje ao meio-dia ao Brasil para receber, do presidente José Sarney, a polêmica doação, em comodato, de dois turbo-geradores de energia elétrica, que serão retirados de Rondônia e mandados para Georgetown, capital daquele país vizinho. Além das turbinas, avaliadas em 8 milhões de dólares, Hoyte está recebendo outra amostra da gentileza brasileira: um avião da FAB foi buscar a comitiva em Georgetown e a levará de volta.

A entrega dos dois turbo-geradores a gás, de 11,5 megawatts cada, por um período mínimo de dois anos, não desfalcará Rondônia, garante o Itamaraty. Admite, porém, que a doação incluindo despesas com reparos iniciais, transporte, instalação e manutenção "justifica-se

sob o ponto de vista meramente político".

A República Cooperativista da Guiana, uma ex-colônia inglesa, onde os turistas costumam escovar os dentes com coca-cola por falta de água potável, enfrenta "uma calamitosa situação energética", define o Itamaraty. Em sua estada em Brasília, hoje e depois, Hugh Desmond Hoyte assina, com o presidente Sarney, o memorando de abertura da estrada Linden-Lethem, na fronteira com o Brasil, pela empreiteira Parapanema, e um intercâmbio de cooperação nos campos da energia, saúde e agricultura. Hoyte estará em São Paulo, nesta quinta e sexta-feira, para um encontro com os empresários da Fiesp e uma visita às instalações da Embraer, em São José dos Campos. (AE)

Brasil vai financiar estrada na Guiana

O presidente Hoyte, da Guiana, já está no Brasil para uma visita oficial, onde deverá acertar com Sarney diversos convênios

O presidente José Sarney e o presidente da Guiana, Hugh Desmond Hoyte, assinam hoje, no Palácio do Planalto, convênio no valor de 15 milhões de dólares, para a construção de uma estrada ligando as cidades guianenses de Linden e Lethem, na fronteira com o Brasil. Hoyte chegou ontem ao Brasil, transportado por um avião 737 da FAB e fica até quinta-feira no país, encerrando sua visita em São Paulo.

Além do convênio para a construção da estrada, que vai incrementar o comércio entre os dois países, sobre-

tudo em Roraima, e que será pago em 10 anos após dois de carência, foram assinados acordos na área de energia e saúde. O governo brasileiro vai emprestar dois geradores de energia elétrica, com capacidade de produção de 10 megawatts, por dois anos e atender todos os pacientes com tratamento de emergência que não tenham condições de receber cuidados adequados na Guiana.

Dois turbogeradores de energia movidos a diesel, de 10 megawatts cada um, serão cedidos pelo governo brasileiro à Guiana em regime de comodato, renovável a cada dois anos. O anúncio oficial de acordo será feito hoje, no Palácio do Planalto, pelos presidentes José Sarney e Hugh Desmond Hoyte, da Guiana. Segundo o chefe da divisão de América Meridional 2 do Itamaraty, conselheiro Carlos Alberto Simas Magalhães, a

leção dos turbinogeradores foi acertada em março último, durante visita do presidente Sarney a Georgetown. A capital guianense sofre de crônica falta de energia elétrica, daí o pedido do governo daquele país vizinho para a cooperação brasileira. Os equipamentos — que forneciam energia a Porto Velho, em Rondônia — serão transportados, instalados e mantidos pelo Brasil, mas os custos não foram revelados por Simas Magalhães. Os dois presidentes também vão assinar outros documentos de cooperação entre os dois países, envolvendo saúde, agricultura, transportes e outros setores. Sarney e Hoyte reuniram-se ontem à tarde no Palácio do Planalto para discutir o incremento da cooperação técnica entre os dois países, cujas metas foram acertadas no passado, durante visita do chanceler Abreu Sodré a Georgetown. (Brasília/ZH—Radiobrás)

Telefoto Radiobrás/ZH



Diálogo: os presidentes Sarney e Hoyte, da Guiana, passam tropas em revista

ZHORA 4/10/89

PARTES POLO LEGISLA

6/10/89
Jornal do Brasil
P. 10 (P.R. 11)
**Venezuelanos exploram
garimpo no Brasil e
tumultuam a fronteira**

BOA VISTA — O governo brasileiro perdeu completamente o controle da fronteira com a Venezuela. Enquanto garimpeiros continuam a disputa pela exploração de minérios no Vale do Amajari, 280 quilômetros a norte de Boa Vista, já se sabe o motivo que causou a invasão de venezuelanos ao Brasil: o maranhense Aluisio Barros, dizendo-se dono de lotes da União na fronteira, negociou-os com mineradores da Venezuela em troca de dólares, metade da produção e de condições de transporte.

O que Aluisio fez, segundo revelou um garimpeiro da região que não quis identificar-se por medo de morrer, causou revolta entre brasileiros que queriam explorar ouro e diamante nas terras negociadas indevidamente pelo brasileiro.

— O Aluisio fez um pacto com os venezuelanos e até permitiu, o que é ilegal também, o pouso de aeronaves na pista do Tepequém. Isso configura uma invasão de espaço aéreo. O governo brasileiro tem que tomar uma decisão antes que haja uma luta sangrenta com muitas mortes, pois os venezuelanos continuam na região — disse o garimpeiro.

No garimpo do Tepequém, o local do conflito, os brasileiros já instalaram mais de uma centena de máquinas e continuam chegando a pé ou em pequenos aviões. O garimpo existe há anos, mas só agora, com a descoberta de um veio de ouro de aluvião, atraia trabalhadores de Roraima e da Venezuela.

Ontem à tarde, em Boa Vista, o garimpeiro Antônio Pedroso Junior disse que a situação está calma na região, embora durante todo o dia aviões e helicópteros venezuelanos tenham feito sobrevôos, tentando pouso na pista do Tepequém. "Só não osaram decolar porque nosso pessoal não deixou", disse Antônio. Segundo o garimpeiro, a pista é vigiada dia e noite por brasileiros armados que estão decididos a abrir fogo contra qualquer aparelho venezuelano que tente pousar.

— Lá, você pode ter certeza de que não arriscarão um pouso — concluiu Antônio Pedroso, revelando que três soldados da Polícia Militar da Vila Brasil, um lugarejo a 100 quilômetros do local, chegaram ontem ao garimpo.

23.23

8909699

Uma revolução na saúde do País

□ Acesso fácil a médicos e hospitais e completa mudança no modelo de saúde pública prometem dez dos presidenciais, com soluções diversas

GISELLE CHASSOT

Brasil/ZH

Uma revolução na área de saúde de forma a garantir o acesso fácil da população aos médicos, hospitais e aos sistemas de assistência preventiva e curativa. Esta é a promessa de campanha de dez dos principais candidatos à Presidência da República. Apesar de concordarem que o

modelo atual não é sequer razoável, os presidenciais têm fórmulas diferentes para cuidar da saúde dos brasileiros.

Alguns apontam a livre iniciativa como saída para modernizar, ampliar e corrigir distorções. Outros, querem uma ação mais efetiva do Estado na área de saúde e mais recursos para o setor.

Embora apontem soluções diferentes, os presidenciais querem mudar, consertar a assistência médico-hospitalar no País. Todos afirmam que saúde é prioridade de governo e, a partir desse princípio, acumulam projetos e promessas. O único que não informou seus planos na área foi Paulo Maluf (PDS).



Afif: preocupado com a alimentação

Afif defende melhora no saneamento básico

Preocupado com os padrões "críticos" da política de saúde do País, Afif Domingos (PL) pretende concentrar esforços no esclarecimento à sociedade das "deficiências gritantes" na área de saúde no País. O candidato afirma que as revoluções previstas em seu plano de governo (tecnológica, verde e urbana), têm como meta final a saúde e o saneamento básico para todos.

Afif diz, ainda, que o Estado deve garantir alimentação e remédios às famílias de baixa renda, "até que se consigam salários mais justos e se eleve o nível geral do emprego".

LULA

Estatizar progressivamente os serviços hoje custeados pelo Governo é a principal proposta do candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) na área de Saúde. Lula quer implantar o Sistema Único de Saúde (SUS), "para garantir o acesso de todos os brasileiros a um atendimento gratuito, integral e de boa qualidade". Para assegurar o acesso da população ao atendimento médico-hospitalar, o candidato petista defende a criação de um fundo único de

saúde, composto por recursos da Previdência Social e pelos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. A elevação da consciência sanitária da população e o desenvolvimento de atividades de vigilância sanitária que garantam a saúde da população também são metas consideradas prioritárias pelo candidato.

RONALDO CAIADO

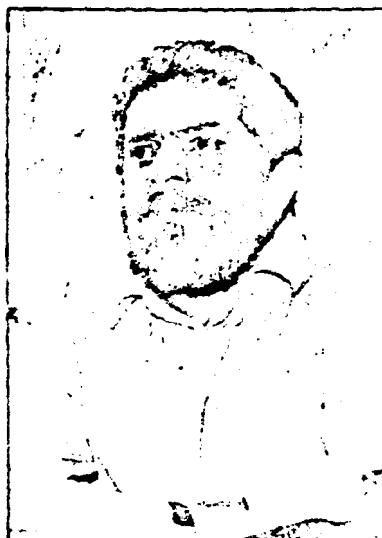
A chave para o problema da saúde no País é a livre concorrência entre a rede hospitalar pública e a privada. Essa certeza é a base de todo o programa de saúde do candidato do PSD. Ronaldo Caiado pretende destinar recursos aos hospitais em função de sua produtividade, ou seja, "aquele que prestar o melhor serviço pelo menor preço terá mais verbas do Governo". O candidato acredita que, assim, o doente será o maior aliado de seu governo, que pretende também incentivar o desenvolvimento da medicina preventiva no País, "onde 30 milhões de brasileiros vivem na miséria e não têm acesso a qualquer tipo de serviço de saúde".



Mário Covas



Ulysses Guimarães



Lula



Roberto Freire

Brizola quer atenção à produção de medicamentos

Priorizar a saúde da população significa garantir um maior poder aquisitivo aos trabalhadores, maior segurança ao cidadão, atenção especial à educação e à produção de alimentos. Apostando nesse princípio, Leonel Brizola (PDT) pretende reorganizar todo o sistema de saúde, que terá por base o desenvolvimento econômico-social da população.

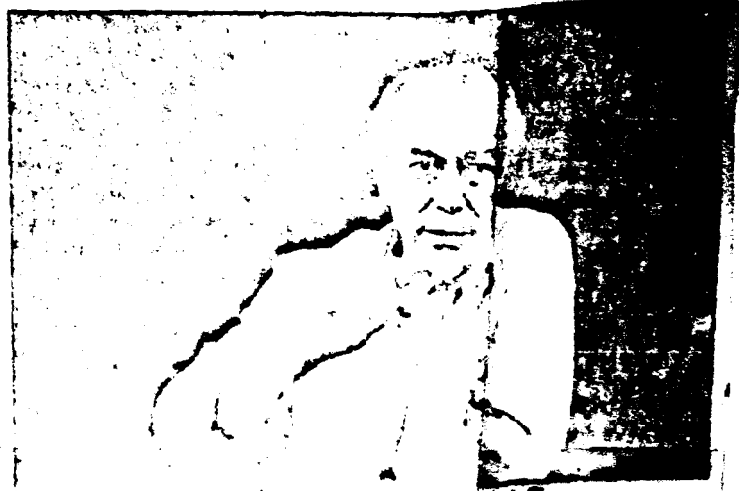
Entre os programas prioritários, o candidato pedetista coloca a análise detalhada do crescimento dos índices de mortalidade infantil no País e o estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento científico nacional, para fortalecer a produção de medicamentos, equipamentos e vacinas.

MÁRIO COVAS

O candidato tucano, decepcionado

com o sistema de saúde brasileiro, "concentrado nas grandes áreas urbanas, com predomínio de atividades lucrativas", pretende criar um verdadeiro movimento por mudanças. Ele defende o apoio financeiro ao sistema de saúde, por considerar que os serviços de natureza pública e é responsabilidade do Estado, além de garantir assistência à população, a fiscalização e controle do setor privado por ele contratado, "em caráter complementar".

Mário Covas defende a implantação do SUS, a descentralização das ações de saúde e a garantia de acesso de toda a população a todos os tipos de prevenção e cura de doenças.



Brizola: "A base é desenvolvimento econômico"

Para Ulysses, atual sistema pode funcionar

"Antes de ampliar os sistemas de saúde no País, é preciso concentrar esforços para que o atual funcione", defende o candidato Ulysses Guimarães (PMDB). Ele acredita que, para garantir a implantação definitiva do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), é necessário, primeiro, melhorar os atuais serviços de assistência à população.

Depois, assegura, "é preciso ampliar todo o processo de reforma do sistema de saúde no País". Entre as metas do PMDB estão o aperfeiçoamento do sistema de saneamento básico, a complementação nutricional para a população carente e a elevação dos gastos do Governo até 7% do Produto Interno Bruto, para aplicação nas áreas que serão definidas pelo programa de governo do candidato petemedebista.

AURELIANO CHAVES

Se o ex-ministro das Minas e Energia for eleito, toda a estrutura do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) será reexaminada. O objetivo é dimensionar quais os efeitos e benefícios à população de um sistema que, "teori-

camente é perfeito". Aureliano Chaves (PFL) pretende priorizar a medicina preventiva em seu governo e acredita que prevenir e curar doenças não depende apenas da assistência médica, "mas do desenvolvimento do saneamento básico no País".

O candidato pefelista considera a saúde tão prioritária quanto a educação, "já que ambas estão diretamente relacionadas com o bem-estar de cada um".

AFFONSO CAMARGO

O principal objetivo de Affonso Camargo (PTB) para a área de saúde é assegurar, a todos os brasileiros, remédios, médico de família e postos de saúde. Para o candidato petebista, cabe ao Estado garantir o atendimento médico à população. Mas ele defende a distribuição de tarefas entre o Governo, a comunidade e a iniciativa privada, "já que qualquer dos setores sozinho é incapaz sequer de minimizar os problemas do setor".

Camargo diz que, se assumir a Presidência, vai reforçar os programas de medicina preventiva e alternativa e destinar maiores recursos à área de saúde.

Freire quer ação estatal

Trabalhar pela estatização do sistema de saúde no País é a grande meta do candidato Roberto Freire (PCB). Ele afirma que o atual sistema é "iníquo, anárquico e ineficiente e está à mercê dos interesses mercantilistas da área privada e da demagogia governamental".

O candidato comunista afirma que todo o setor de assistência médico-hospitalar do País reflete o proces-

so de destruturação do Estado e do setor público nacional. Por isso, Freire pretende implantar "de fato", um sistema de saúde descentralizado, democrático e que vise à estatização como objetivo final.

Aumentar as verbas para a saúde também consta das propostas do candidato, que propõe elevar o orçamento para pelo menos 8% do PIB.

Collor buscará mais verbas



Collor: saúde acima da política

□ A destinação de verbas, na opinião do candidato, é condição básica para que o sistema de saúde pública volte a funcionar corretamente

"Em meu governo, a saúde será tratada acima de barreiras políticas e ideológicas". A garantia do candidato Fernando Collor (PRN) tem um objetivo: a defesa de uma ação conjunta entre o Estado — que deve fiscalizar, regulamentar e controlar "com todo o rigor", as ações básicas de saúde — e a iniciativa privada,

que deve estabelecer, com o Governo, uma relação de cooperação.

O candidato defende o aumento da destinação de verbas para o setor de saúde, para garantir a implantação eficaz do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), pois Collor acredita que ele é a única maneira de garantir o mesmo tipo de atendimento à toda a população e acabar com desigualdades. Por isso, pretende, caso eleito, ampliar a parcela do PIB designada à Saúde que deve passar de 4% para 10%.

**FERNANDO NORONHA
AGORA É DISTRITO**

Com a promulgação, sexta-feira, da nova Constituição estadual de Pernambuco, o arquipélago de Fernando de Noronha, que há um ano deixou de ser território federal por decisão da Assembleia Nacional Constituinte, passa a constituir um distrito estadual. Com estatuto próprio e autonomia administrativa e financeira, o distrito estadual de Fernando de Noronha, distante 510 quilômetros de Recife, terá um administrador-geral nomeado pelo governo do Estado, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa. A partir do próximo ano, quando das eleições para governador do Estado, os cidadãos residentes no arquipélago escolherão, por voto direto e secreto, sete conselheiros, que formarão o Conselho Distrital, com funções consultivas e de fiscalização junto ao poder Executivo.

(AP)

2 HORA 9/10/89

F. de Noronha
2020 HORA 09/10/89

01-02

8909779

Eleição de 90 será dia 3 de outubro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu o dia 3 de outubro de 1990 como data para as eleições para governadores, senadores e deputados estaduais, acalorando com a polêmica gerada pela nova Carta

em 15 de março de 1988 e a que as eleições federais e estaduais em 17 de fevereiro de 1991. Ambas as eleições foram tomadas por unanimidade, em sessão realizada por videoconferência.

O TSE fixou em 15 de março de 1988 o dia 3 de outubro de 1990 para as eleições federais e estaduais, e em 17 de fevereiro de 1991 para as eleições estaduais.

O TSE definiu o dia 3 de outubro de 1990 como data para as eleições para governadores de Estado, senadores, deputados federais e estaduais, com o fim a uma polêmica sobre a possibilidade de tanto constitucional. O TSE decidiu ainda que a data de posse dos governadores eleitos será

em 15 de março de 1988 e a que as eleições federais e estaduais em 17 de fevereiro de 1991. Ambas as eleições foram tomadas por unanimidade, em sessão realizada por videoconferência.

O TSE fixou em 15 de março de 1988 o dia 3 de outubro de 1990 para as eleições federais e estaduais, e em 17 de fevereiro de 1991 para as eleições estaduais.

O TSE definiu o dia 3 de outubro de 1990 como data para as eleições para governadores de Estado, senadores, deputados federais e estaduais, com o fim a uma polêmica sobre a possibilidade de tanto constitucional. O TSE decidiu ainda que a data de posse dos governadores eleitos será

em 15 de março de 1988 e a que as eleições federais e estaduais em 17 de fevereiro de 1991. Ambas as eleições foram tomadas por unanimidade, em sessão realizada por videoconferência.

O TSE fixou em 15 de março de 1988 o dia 3 de outubro de 1990 para as eleições federais e estaduais, e em 17 de fevereiro de 1991 para as eleições estaduais.

O TSE definiu o dia 3 de outubro de 1990 como data para as eleições para governadores de Estado, senadores, deputados federais e estaduais, com o fim a uma polêmica sobre a possibilidade de tanto constitucional. O TSE decidiu ainda que a data de posse dos governadores eleitos será

As boas relações com Cuba

Missão gaúcha jantou com Fidel Castro. Serão intensificadas as trocas, principalmente na área de Saúde Pública. Integração foi destaque

A experiência na área hoteleira e de turismo poderá ser aproveitada pelo governo de Cuba, através de intercâmbios inclusive com a própria iniciativa privada daquele país da América Central. Esta informação foi dada, ontem, pelo secretário do Planejamento, Telmo Magadan, durante o programa "Os Gaúchos e o Governo Simon", da Rádio Gaúcha, apresentado pelo jornalista Lasier Martins.

Ele fez um amplo relato da recente viagem da missão oficial do Rio

Grande do Sul, integrada por dois secretários (ele como chefe e Antenor Ferrari, da Saúde) e mais 22 empresários. Contou detalhes do encontro que tiveram com o presidente de Cuba, Fidel Castro, que os recebeu no Palácio da Revolução, para um jantar que durou três horas, em que se mostrou um entusiasmo pela integração da América Latina e destacou o pioneirismo do governador Pedro Simon neste processo em todo o continente.

Apesar desta viagem ter sido mais "exploratória", como sublinhou Magadan, os resultados foram altamente positivos, não só pelos contatos, mas principalmente pelo protocolo firmado e o encaminhamento concreto já de investimentos. As autoridades cubanas receberam muito bem a proposta dos gaúchos de estabele-

cer trocas, principalmente na área da Saúde, onde aquele país está extremamente evoluído, tanto em equipamentos, engenharia genética e em vários segmentos da saúde pública, como os "médicos de família".

MERCADO — Na opinião de Magadan, Cuba é um mercado favorável para o Rio Grande do Sul, porque as exportações brasileiras para lá, em 1988, atingiram apenas 21 milhões de dólares e as importações não ultrapassaram 18 milhões. O bom entrosamento verificado entre os secretários, que representaram o Governo, e os empresários, impressionou os cubanos, que já manifestaram o desejo de visitar o Rio Grande do Sul, para acertar uma série de intercâmbios comerciais, especialmente nos setores de hotelaria, informática, eletrônica e agropecuária.

ZHORA 8/10/89

01.05

8909780

Integração é a chave F.P.L. (a.e. ii)

2ETCU HOBA C/AN/EG
O presidente de Cuba, Fidel Castro, quando recebeu em Havana para uma demorada conversa empresários e autoridades estaduais do Rio Grande do Sul, manifestou particular interesse pelo programa de integração que está se processando no Cone Sul e em toda a região sul-americana. Sabe muito bem o líder cubano que a política de integração perseguida pelo presidente José Sarney é a única via de acesso da Ilha ao continente. Aliás, foi iniciativa de Sarney, quando esteve reunido com os presidentes que integram o Grupo dos Oito, em Aca-pulco, no México, a proposta de reinserção de Cuba nos organismos multilaterais da região, entre os quais a Organização dos

Estados Americanos. A tese do presidente brasileiro, obviamente, ganhou ampla repercussão em Cuba e aproximou ainda mais os governos de Brasília e Havana.

O fato é que Fidel Castro acompanha com atenção justificada todo o esforço integracionista do continente e vê, no Cone Sul, o embrião mais importante desse grande projeto político. Foi por isso que o líder cubano não apenas registrou o entusiasmo com a política externa de Sarney, mas também com o empenho dos governadores do Sul na execução desse ambicioso programa.

Z4012A 9/10/89

200 para 10/10/89

Sarney na reunião do Grupo dos 8

□ O Grupo dos Oito vai se reunir no Peru para novas avaliações sobre a dívida externa. O presidente Sarney embarca esta noite

Em meio a um enorme aparato de segurança montado para prevenir eventuais ataques terroristas do grupo guerrilheiro Sendero Luminoso, o presidente José Sarney desembarca hoje no Peru, para uma nova rodada de conversações com seis outros dirigentes de democracias latino-americanas — Argentina, Colômbia, México, Venezuela, Uruguai e Peru. Juntos, esses países compõem o chamado "Grupo dos Oito" (G-8). O oitavo país, Panamá, foi excluído desde a reunião do ditador Noriega ao poder.

Na pauta do encontro, o terceiro do G-8 desde a sua criação, em 87, serão a permanente discussão de novos mecanismos de tratamento da

Argentin/ZH



Sarney: debatendo a dívida

divida externa do continente e a busca de uma solução definitiva para a dívida interna latino-americana — da qual o Brasil é o grande credor, com uma carteira de US\$ 3,6 bilhões em empréstimos.

Os principais devedores do Brasil (Bolívia, Paraguai, Peru, Equador e

Guiana) não têm motivos para queixas em relação a este credor. O Governo brasileiro tem se empenhado em encontrar fórmulas criativas e generosas para o recebimento desses créditos. Entre as facilidades admitidas pelo Brasil está a utilização de títulos da dívida externa brasileira para abater dívidas de seus próprios credores. Eles podem saldar seus débitos com o valor de face desses títulos, que são adquiridos no mercado interbancário com desconto de até 65%. Outra facilidade: o pagamento com moeda local de dívidas contratadas em dólar.

GENEROSIDADE — A generosidade de brasileira tem componentes políticos e de estratégia diplomática e comercial. Politicamente, o Governo brasileiro mostra-se capaz de agir, como credor, dentro dos mesmos princípios que prega para o tratamento de sua própria dívida externa. No plano estratégico, trata-se de desenvolver os canais que poderão conduzir a uma futura integração econômica entre os países de continente —

cabendo ao Brasil, desde já, por suas dimensões, um papel de forte liderança neste processo.

No caso da dívida externa do continente, o Grupo dos 8 desempenha um papel menos ativo, caminhando ainda a reboque das sucessivas crises entre governos e bancos credores. E nem está, entre os propósitos do G-8, ao menos por enquanto, o de constituir um bloco de nações devedoras dispostas ao enfrentamento com os credores. Sua finalidade é, antes, decodificar aquelas crises, identificar os avanços de cada acordo entre credor e devedor e exercer esforços diplomáticos para que novos benefícios sejam registrados recentemente foram a reunião conjunta FMI Banco Mundial, de setembro de 88, em Berlim, que pela primeira vez admitiu a necessidade de meios que reduzam o volume da dívida do Terceiro Mundo, e o último acordo firmado entre México e credores — que incorporou algumas vantagens até então inéditas. (AB)

Local Party - National Party

ICA, PERU — O presidente José Sarney sempre disse que o Plano Brady para a dívida externa não contaria o que considerava as três etapas atadas da questão da dívida. Disse que, primeiro, o FMI precisaria que os países fizessem ajustes econômicos para poderem crescer, mas isso não resolveu o problema. O Brasil, por exemplo, sofreu uma brutal recessão, espanto de uma segunda etapa citada pelo presidente. Foi a do Plano Baker, pelo qual os países desavolvidos acharam que tinha de criar novas condições para o pagamento da dívida. A terceira, que ele descobriu que não havia solução sem uma redução da total da dívida, foi o Plano Brady, segundo Sarney e o presidente Sarney não está: "É uma boa filosofia, mas nunca levou em sua execução. Não existem instrumentos para as funções financeiras críticas".

Sarney anunciou que os países integrantes do Grupo dos Oito enviarão seus ministros do Planejamento, Fazenda e Relações Exteriores a Buenos Aires, nos dias 5 e 6 de dezembro, para que definam a legislação que determinará o fim das trocas de empréstimos no con-

Stanley Kubrick afirma sobre o Grupo Mundial: "A sua vez, os países subdesenvolvidos estão pagando mais do que recebem, enquanto os países desenvolvidos tomam decisões a serem implementadas "por organismos controlados por eles". Propõe que seja criada uma secretaria permanente do Grupo dos Oito, para representar esses países e aplicar suas decisões. "Há US\$ 4 bilhões a serem repassados ao Brasil e não repassam, nos obrigando a retardar nosso pagamento. Quero deixar aqui ocorrer numa situação confortável, mas não normalizemos esse fluxo de coisa", afirma-se o ma-

Destaques O Panamá continuará suspenso do Grupo dos Oito, por decisão dos presidentes José Sarney, Alan García, Carlos Salinas de Gortari, Carlos Menem, Carlos Andrés Pérez, Virgílio Barco e João Sarney, que se reuniram durante dois dias em Ica. O grupo não quis explicar o governo do Panamá, que nega a suspensão, afirmando que não está no grupo "quando todos é a fraternidade". Os presidentes vestem-se, também, sob o lema da organização dos Estados Americanos (OEA) que faz uma

Surrey; filmstrip **100-100000**
investigative work at various
times

[illegible]

As inscrições no topo da gravura remetem para o período colonial. Para Uruguai, Argentina, Colômbia e do México referem-se documento produzido por um senhor da Fazenda na Realidade de Caracas em 19 de setembro.

Agora, o grupo quer definir metas e instrumentos de redução. Nos próximos meses, diz o ministro, o FMI e o BID, e o Grupo dos Doze, mediarão conflitos que possam surgir durante as negociações para estabelecer metas e instrumentos de redução.

Dois hipóteses de redução de custos intra-fábrica americanas foram apontadas a troca de papéis (para permitir o uso de componentes papéis de outras divisões) e a utilização, com os mesmos custos, de devolvidos internos, e a substituição pela produção de peças com os mesmos custos, porém em modo local, para a redução de custos a ser usada principalmente para peças curtas e comuns.

2 Brosi
13/10/89

Dívida e narcotráfico levam Sarney ao Equador

08/09/91 12:24 2282
O presidente José Sarney realizará uma visita oficial ao Equador, em 26 e 27 de outubro, para assinar com seu colega Rodrigo Borja uma declaração conjunta, conforme se informou no fim de semana em Quito a chancelaria equatoriana. Sarney chegará ao meio-dia de quinta-feira a Quito, onde será recebido por Borja, na condição de hóspede de honra e receberá as chaves de Quito das mãos do prefeito Rodrigo Paz, em uma cerimônia especial. Em seguida, o presidente brasileiro irá a pé da Prefeitura ao Palácio de governo, onde terá seu primeiro encontro com Borja.

As chancelarias de Quito e Brasília ainda estão preparando o programa oficial de Sarney, mas estima-se que, além de passar em revista as relações entre os dois países, as questões de dívida externa, cooperação econômica e narcotráfico estarão na pauta das conversações.

No dia 27, antes de concluir sua visita ao Equador, Sarney irá ao centro histórico de Quito, declarado Patrimônio Cultural da

Humanidade pela UNESCO e terá seu segundo encontro com Borja, seguido de uma entrevista coletiva. (AFP)

240RA 15/10/89

05.05

8909780

F. VOL (P.A.)

ZERO HORA 07/10/89

Brizola promete plebiscito para a dívida

Na visita à Região Amazônica, encerrada ontem à noite com comício em Belém (PA), o candidato do PDT à Presidência, Leonel Brizola, repetiu suas propostas para os problemas locais. Mas também prometeu, se eleito, promover um plebiscito que "permita à população decidir sobre o futuro da dívida". Ele admitiu quinta-feira, após comício em Manaus, que a crise brasileira exige uma

medida "drástica" e disse que o resultado do plebiscito será assumido pelo Governo.

"Vamos encarar todos juntos com as consequências do resultado", declarou. Brizola não sabe, porém, o

procedimento jurídico a ser adotado para o plebiscito que, segundo ele, não tem precedentes em nenhum país. Afirmou ainda que os credores internacionais "não poderão fazer

nada contra a vontade da população". No plebiscito, os brasileiros decidiriam a suspensão ou não do pagamento e variantes como a suspensão temporária e as condições da renovação de dólares, explicou.

Pagamento em condições favoráveis

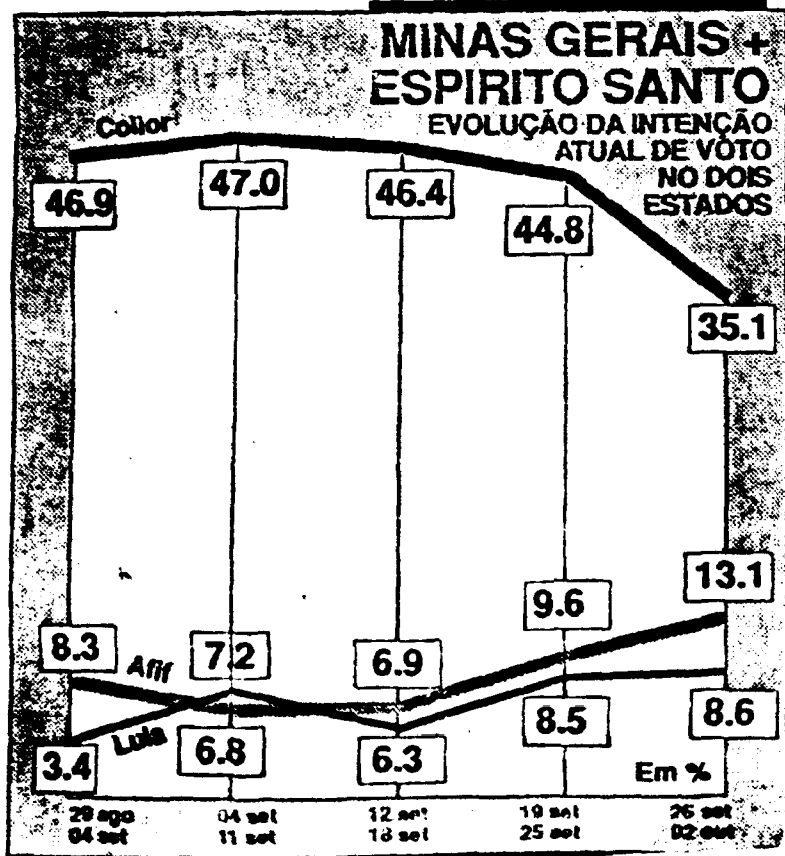
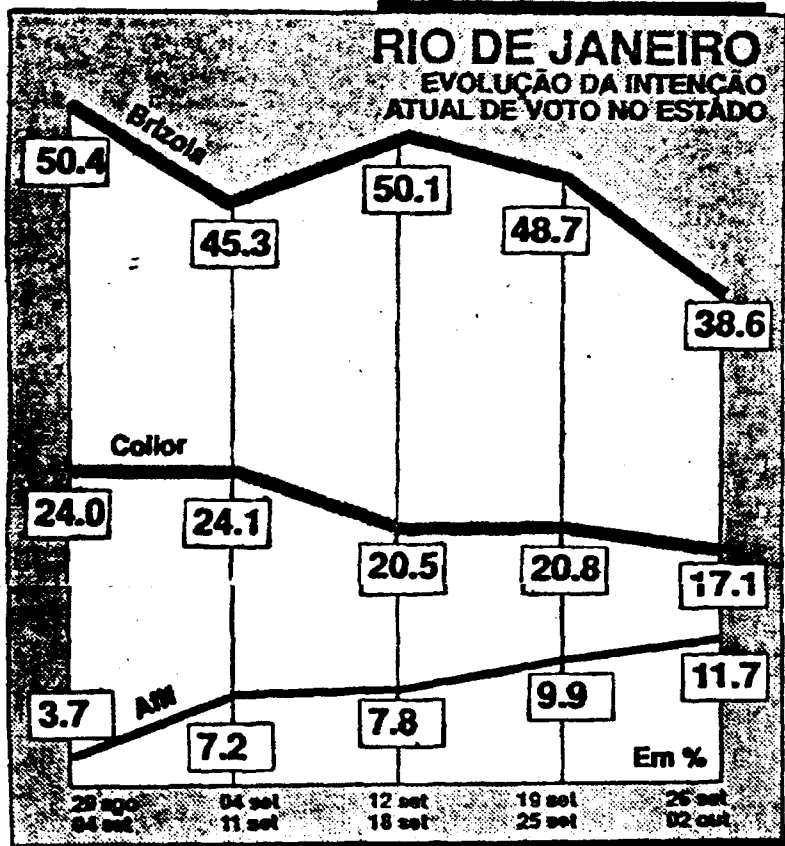
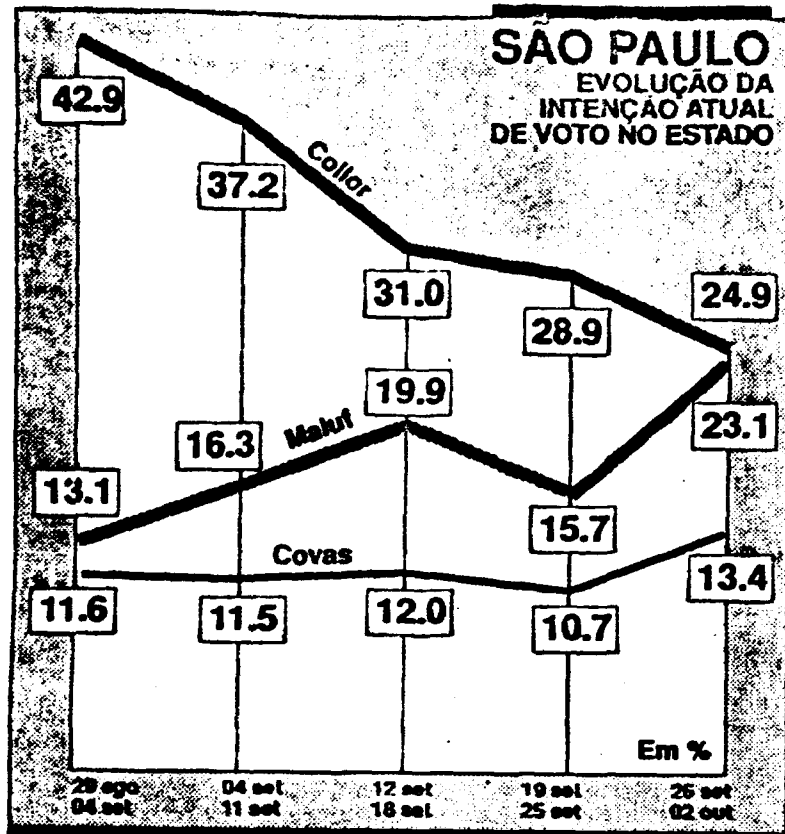
"Este plebiscito dará respaldo ao governo, entende Brizola, observando que, como presidente eleito, apresentará uma posição sobre o assunto por ocasião da consulta à população. Leonel Brizola não soube precisar também quando o plebiscito seria realizado. Nesta campanha, ele vem pregando "o pagamento da dívida, mas em condições favoráveis ao Brasil". Brizola não antecipeu mais detalhes de sua proposta, apresentada ao fim desta visita aos estados do Norte. Justificou a medida apenas pela "alarmante" situação em que se encontra o País, o que exige a participação de todos nesta decisão. "A população será co-responsável nas negociações futuras da dívida", limitou-se a dizer.

RORALHEIRA — Perguntado se este anúncio da realização do plebiscito, caso for eleito, terá consequências sobre o preço do dólar ou do ouro, Brizola disse que "pode o dólar subir ou, paradoxalmente, até baixar". Ele não apresentou à imprensa nenhum estudo do partido sobre a dívida externa brasileira. Ao revelar esta sua posição, o candidato enfatizou sua indignação com a crise e comparou o País à China do período anterior à Revolução Comunista. "Estamos como a China antes da revolução. Todos falavam nos negócios da China. O Brasil tornou-se o maior centro da robalheira internacional", disse ele.

O candidato do PDT esteve ontem pela manhã em Boa Vista, capital de Roraima, de onde seguiu para Macapá, no Amapá. À noite, em Belém, ele encerrou uma viagem por seis capitais dos sete estados da Região Norte, onde estão 4,4 milhões de eleitores. Brizola retorna hoje cedo ao Rio de Janeiro, onde fará domingo passeio de carro pela baixada fluminense. (A.E.)

01.41

8909784



GALLUP/ZH

Líderes perdem espaço em seus redutos eleitorais

□ Nas regiões mais importantes do País, Collor e Brizola estão perdendo posições. Até junto às suas bases mais fortes

Os candidatos que lideram nacionalmente as pesquisas, Fernando Collor de Mello e Leonel Brizola, vêm perdendo espaço em regiões importantes do País, segundo o Instituto Gallup. Esta queda acontece inclusive nas pesquisas realizadas junto aos principais redutos eleitorais de cada um. Collor, por exemplo, perdeu pontos no Nordeste, enquanto Brizola viu seus índices baixarem na Região Sul e no Rio de Janeiro, onde estão as principais bases de sua candidatura.

Na Região Sul, Brizola lidera a disputa eleitoral com 30,3%, mas perdeu sete pontos em relação à pesquisa anterior. Este foi o seu menor índice desde o início de setembro, quando pela primeira vez superou Collor e atingiu o primeiro lugar na região. O candidato do PRN também caiu, perdendo cinco pontos e ficando com 18,2%. Afif Domingos é o terceiro colocado, com 12,7%. Depois, em um "empate técnico" pela quarta colocação, vêm Paulo Maluf, com 5,7%, Ulysses Guimarães, com 5%, Mário Covas, com 4,8%, e Lula, com 4,6%.

No Nordeste, a liderança ainda é do ex-governador de Alagoas, com 41,6%, embora tenha perdido quase oito pontos no último mês, enqua-

to Brizola ganhou dois pontos e passou para 9,3%. O terceiro lugar é de Lula, com 7,6%, seguido por Afif Domingos, com 6,7%. Ulysses Guimarães ganhou quase três pontos desde a última pesquisa e agora tem 6,1%, superando Mário Covas, que ficou com 5,8%.

Nas regiões Norte e Centro Oeste, que o Gallup agrupa em um só resultado, Collor lidera com 41,5%, mas sofreu uma queda de 16 pontos desde o início de setembro. Afif vem em segundo, com 11,6%, e Lula em terceiro, com 8,9%. Brizola e Covas empatam com 5,9%, seguidos de perto por Maluf, que tem 5,2%.

DISPUTA — Na região Sudeste, que concentra o maior eleitorado do País, Collor perdeu cinco pontos desde a última pesquisa e está com 26,3%. Pelo segundo lugar agora há uma briga entre três candidatos. Maluf leva vantagem, com 12,3%, mas é seguido de perto por Afif, com 11,5% e Brizola, com 11,2%. O candidato do PDS ganhou quatro pontos desde a última pesquisa, enquanto Brizola caiu três pontos. Afif subiu dois pontos percentuais. Um pouco depois vem Lula, com 8,5% e Covas com 8,2%.

Bom parte do crescimento de Maluf se deve ao seu desempenho em São Paulo. No estado mais populoso do País, ele pulou de 15,7% para 23,1% e já está em "empate técnico" com Collor de Mello no primeiro lugar. O candidato do PRN perdeu quatro pontos em relação à última pesquisa e está com 24,9%. Covas é o terceiro com 13,3%, seguido por

Afif com 10,3% e Lula com 7,8%. Os piores resultados em São Paulo ficam por conta de Leonel Brizola, com apenas 2,2%, e Ulysses Guimarães, que em seu próprio estado tem 1,7%, empatando com Roberto Freire.

No Rio de Janeiro, Brizola é o líder, mas perdeu dez pontos em relação à pesquisa anterior e está com 38,6%. Collor caiu três pontos, mas ainda é o segundo, com 17,1%. Afif é o terceiro, com 11,7% e Lula o quarto, com 8,6%. Roberto Freire é o quinto mais votado entre os cariocas, com 5,1%.

Na pesquisa entre os eleitores de Minas Gerais e Espírito Santo, Collor mantém a liderança com 35,1%, mesmo perdendo nove pontos. Em segundo lugar aparece Afif que ganhou quatro pontos e agora tem 13,1%. A terceira posição ficou para Lula, com 8,6%.

Classe B está dividida entre os três líderes

Depois de ganhar a preferência dos eleitores economicamente situados na Classe A, Afif Domingos alcançou agora a liderança na Classe B, embora nesta categoria dividida as atenções com Collor de Mello e Leonel Brizola. Collor continua a liderar com folgas nas classes C, D e E, onde está a maioria do eleitorado, mesmo perdendo pontos nestes segmentos.

Nesta pesquisa, Afif continuou a liderar as preferências dos eleitores da Classe A, com 24,5%, mas perdeu três pontos em relação à última pesquisa. Collor caiu de 22,3% para 16,3% e já vê seu segundo lugar ameaçado por Mário Covas, que saltou de 8,2% para 15,6% entre os eleitores mais ricos. Já na Classe B, Afif chegou à liderança com 19,1%, graças à queda do candidato do PRN, que baixou de 24,7% para 18,1%. Brizola é o terceiro, com 17%.

Na Classe C, Collor continua a liderar com 29,3%, mesmo perdendo dez pontos. Brizola perdeu quatro pontos desde a última pesquisa e tem 11%, ameaçado por vários candidatos. Afif tem 10,3%, enquanto Lula tem 9,5% e Maluf 9%.

Collor chegou a ter 52,7% na Classe D/E no início de setembro. Agora tem 39%, mas ainda lidera com folga, já que o segundo colocado é Brizola com 13,9%. Lula tem 6,6% e é o terceiro, seguido por Maluf, com 6,1%, e Afif, com 5%.

REGIÃO SUL

Se a eleição fosse hoje	19-26 set	27-30 set
Maluf	12,3	12,3
Brizola	11,2	11,2
Collor	11,5	11,5
Afif	11,5	11,5
Lula	8,5	8,5
Covas	8,2	8,2
Freire	5,1	5,1
Guimarães	1,7	1,7
Brizola	2,2	2,2
EM BRANCO	1,8	1,8
INDETERMINADO	9,7	9,7

REGIÃO SUDESTE

Se a eleição fosse hoje	19-26 set	27-30 set
Collor	26,3	26,3
Maluf	12,3	12,3
Afif	11,5	11,5
Brizola	11,2	11,2
Lula	8,5	8,5
Covas	8,2	8,2
Freire	5,1	5,1
Guimarães	1,7	1,7
Brizola	2,2	2,2
EM BRANCO	1,8	1,8
INDETERMINADO	9,7	9,7

REGIÃO NORDESTE

Se a eleição fosse hoje	19-26 set	27-30 set
Collor	41,5	41,5
Maluf	5,2	5,2
Afif	11,6	11,6
Brizola	5,9	5,9
Lula	8,9	8,9
Covas	5,9	5,9
Freire	5,1	5,1
Guimarães	6,1	6,1
Brizola	9,3	9,3
EM BRANCO	7,2	7,2
INDETERMINADO	15,8	15,8

REGIÃO NORTE CENTRO-OESTE

Se a eleição fosse hoje	19-26 set	27-30 set
Collor	41,5	41,5
Maluf	5,2	5,2
Afif	11,6	11,6
Brizola	5,9	5,9
Lula	8,9	8,9
Covas	5,9	5,9
Freire	5,1	5,1
Guimarães	6,1	6,1
Brizola	9,3	9,3
EM BRANCO	7,2	7,2
INDETERMINADO	15,8	15,8

ZERO HORA 08/10/89

Ciência: ideologia mostra o caminho

□ Sem grandes definições a respeito da ciência e tecnologia no País, os presidencialistas guiam-se pelo aspecto ideológico para traçar seus planos

VALÉRIO BRITTO

Brasília/ZH

Os dez candidatos à Presidência da República que ocupam os primeiros lugares nas pesquisas eleitorais são unânimes em afirmar que pretendem criar uma política de incentivo à área da ciência e tecnologia, caso sejam eleitos. Essa posição, contudo, é muito genérica, pois, em tese, todos querem, sempre, incentivar qualquer área, pelo menos enquanto estão em campanha, quando as promessas prosperam. Os presi-

denciáveis não aprofundaram a questão ciência e tecnologia em suas discussões de planos de governo, preferindo falar genericamente.

As propostas variam de acordo com a linha ideológica de cada candidato. Os liberais preferem que o Estado tenha uma função coordenadora, delegando à iniciativa privada o investimento pesado no setor. Os socialistas garantem que o Governo entre firme na ciência e tecnologia, destinando ao setor grande parcela do Orçamento Geral da União.

A recriação do Ministério da Ciência e Tecnologia, fundado e depois extinto pela Nova República, não está acertada. A manutenção ou não da política de reserva de mercado para a informática divide os candidatos.

COLLOR

Instruir um Brasil novo.



A idéia de Fernando Collor de Melo (PRN) é destinar 2% do PIB ao setor de ciência e tecnologia. Sua norma geral é obedecer ao princípio da seletividade, buscando formas de incentivar o desenvolvimento de "nichos" tecnológicos espaços onde o País possa avançar autonomamente).

A associação com o capital

estrangeiro e com os esforços de outros países está nos planos de Collor, que pretende criar centros de pesquisas, aparelhar as universidades e buscar o apoio das empresas privadas. Collor vê a reserva de mercado como um instrumento legítimo e necessário às indústrias nascentes, desde que seja adotada de forma temporária.

BRIZOLA



Uma política adequada de ciência e tecnologia é fundamental para alcançar dois objetivos, segundo o candidato do PDT, Leonel Brizola: relações internacionais, no sentido de que no futuro importará mais o aspecto tecnológico do que o econômico; e poder para a realização de transformações internas, como a reforma agrária.

O investimento global em

ciência e tecnologia, envolvendo Governo e iniciativa privada, deve chegar a 3% do PIB, conforme Brizola, para quem a política de reserva de mercado para a informática deve ser mantida, por ser uma questão de "patriotismo". O PDT ainda não definiu se ciência e tecnologia terá um ministério próprio, uma secretaria especial ou fará parte de outro ministério.



COVAS

O programa de ciência e tecnologia do PSDB visa à elevação gradativa da aplicação de recursos públicos e privados nessas áreas, até atingir, em cinco anos, o correspondente a 2% do PIB brasileiro, conforme o candidato do partido, Mário Covas, que defende o aumento de gastos canalizado em duas linhas.

Por um lado, para Covas, devem ser fortalecidas instituições de pesquisa, de natureza pública, como as universidades, dando prioridade à implantação de um "programa de laboratórios associados". A segunda linha de política de capacitação tecnológica consiste no forte estímulo à qualificação da juventude para a atividade científica.



CAIADO

O candidato do PSD, Ronaldo Caiado, acredita que, em se tratando de ciência e tecnologia, o Governo deverá investir somente em áreas em que haja um interesse específico não atendido de forma natural, aplicando recursos diretamente na produção e nas universidades, de acordo com as suas vocações.

Caiado não concorda com a reserva de mercado, que a julga "nociva". Segundo ele, o Brasil não deve nem poder buscar isoladamente o seu desenvolvimento tecnológico e, por isso, deve buscar cooperação com outros os países. Sua intenção é dar prioridade à biotecnologia, novos materiais, mecânica de precisão, química fina e informática.



AFONSO CAMARGO

O modelo brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico deve ser repensado, atribuindo-se um papel maior à iniciativa privada. Essa é a posição de Afonso Camargo, candidato do PTB. Sua proposta é destinar percentuais crescentes do PIB à ciência e tecnologia, através de projetos de cunho econômico-social.

O presidencialista mostra-se contrário à criação de um Ministério da Ciência e Tecnologia, da mesma forma que é contra a concessão de incentivos fiscais às empresas que aplicam no desenvolvimento de tecnologia própria, conforme concede o atual Governo e preceitua a Constituição. Para ele, o melhor incentivo é a competição.



PAULO MALUF

O candidato do PDS, Paulo Maluf, entende que o País deve iniciar um processo de recuperação do sistema de pesquisa científica e aplicação tecnológica através de um consenso entre Governo, classes produtoras, trabalhadores e pesquisadores, para responder em conjunto às questões: o que e quando pesquisar, quem realiza a pesquisa, por quanto e quem paga.

Maluf raciocina que o Estado deve comandar o processo, não como tutor, mas simplesmente como indutor, com distribuição de tarefas específicas, onde as universidades terão de desempenhar o papel de centros geradores de pesquisas básicas. "O que deve ser evitado é a disputa ideológica, que não ajuda o País a recuperar o tempo perdido", pondera.



AFIF

O governo liberal pretende incentivar um maior investimento em ciência e tecnologia, por meio da iniciativa privada, afirma o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, para quem a excessiva concentração estatal nas atividades produtivas tem proporcionado condições desfavoráveis à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Diz que o setor de informática já está implantado no País e a reserva de mercado deve ser revista. Sua proposta é mobilizar os segmentos de química, bioquímica, novos materiais, instrumentação, agropecuária, máquinas e ferramentas, agroquímicos, couro e calçados, construção civil e alimentos, na pesquisa e tecnologia produtiva.

89097811

ZERO HORA

08/10/89

Estado, o articulador

□ LULA — Além de impulsor e principal financiador do desenvolvimento científico e tecnológico, o Estado deve desempenhar o papel de articulador entre os setores populares e os técnico-científicos na formulação e solução dos problemas encontrados. Assim pensa o candidato da Frente Brasil Popular (PT-PC do B e PSB), Luís Inácio Lula da Silva.

O objetivo é estabelecer mecanismos concretos de controle social, em todos os níveis da ciência e tecnologia, desde a participação da população nas decisões sobre a implantação dos grandes projetos, passando pela participação real dos trabalhadores nos processos de incorporação das novas tecnologias.

□ ULYSSES — O Brasil precisa ampliar a sua parcela de investimentos em ciência e tecnologia, sobre o PIB, para chegar a um nível mínimo de 3% até o final do século, entende o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães. Por isso, pretende que em seu governo o investimento cresça dos atuais 0,68% até chegar a 2%, em 1995.

No orçamento federal, Ulysses acredita que a ciência e tecnolo-



Luís Inácio Lula da Silva

gia deva preceder custeios, pessoal e outros investimentos sociais. Para ele, tecnologia se desenvolve, principalmente, na empresa e nos institutos de pesquisa, enquanto ciência, fundamentalmente, na universidade. Sua proposta é de que o Estado coordene toda a política da área.

□ FREIRE — Para chegar ao desenvolvimento científico e tecnológico, é necessário que o Estado promova a ampliação e o uso dos conhecimentos gerados na sociedade, ou seja, é necessário

que o Estado assuma a responsabilidade pela implementação do planejamento em pesquisa e o desenvolvimento de uma política para o setor. Esse é o pensamento de Roberto Freire, candidato do PCB.

Esses são os pontos básicos de seu plano de governo para a ciência e tecnologia: restauração da universidade pública como centro de produção científica, atualização da capacidade de laboratórios, concessão de bolsas no País e no Exterior e incentivos especiais a projetos.

JORNAL DO BRASIL 08/10/89

Lula cresce e passa a atacar redutos de BRIZOLA

O candidato Luís Inácio Lula da Silva, que há três meses, no meio do tirocínio ideológico da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B), hesitava entre os gabinetes de ar refrigerado e as portas de fábrica, entre o paletó com gravata e o macacão de operário, sem saber se procurava seduzir a classe média e o grande empresariado, ou se preservava a origem e os modos adquiridos como peão metalúrgico, pode registrar uma proeza, a 38 dias da eleição: espantou o fantasma que o radicalismo das greves do primeiro semestre associava à sua candidatura e vem colando índices tão favoráveis nas pesquisas que passou a ser considerado por seus próprios adversários concorrente sério a uma das duas vagas do segundo turno da eleição presidencial.

O Lula que no primeiro semestre sofreu abalos em seu prestígio com a intransigência da CUT (Central Única dos Trabalhadores) nas negociações trabalhistas e, principalmente, com a imagem de operários com capuz ocupando, em março, o alto forno da Mannesmann, indústria siderúrgica localizada em Belo Horizonte, está empatado em segundo lugar nas pesquisas do Ibope com o candidato do PDT, Leonel Brizola, na região Nordeste, onde se concentram 27% do eleitorado do país.

É o segundo colocado, sozinho, nas regiões Norte e Centro-Oeste (11% do eleitorado). E está em terceiro nas regiões Sul (18% do eleitorado) e Sudeste (44% do eleitorado) — áreas onde sofre, na medição do índice de preferência do eleitor, o peso dos dois redutos mais fortes de Brizola, o Rio Grande do Sul e o Estado do Rio de Janeiro. Na soma ponderada de todas as regiões, o primeiro colocado, segundo a última pesquisa divulgada há cinco dias pelo Ibope, continua sendo o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, com 34%; o segundo é Brizola, há mais de um mês com 14%; e o terceiro, Lula, com 9%.

Entrar de sola — Este desempenho animou Lula a virar suas baterias contra Brizola para tomar-lhe o segundo lugar. Por isso, desembarcou ontem de manhã no Rio para, de saída, marcar outro feitor: foi o primeiro candidato a ousar invadir o reduto mais inexpugnável de Brizola, a Zona Oeste da cidade, uma região de 551,65 quilômetros quadrados (47,1% do município), a 40 km do centro do Rio, e que concentra 16% dos 3,5 milhões de votos do município. Foi dali que saíram, por exemplo, os votos decisivos para Brizola conseguir eleger Marcello Alencar para a Prefeitura do Rio, no ano passado. Foi também por não ter votos ali que o candidato do PT, Jorge Batistão, vitorioso na Zona Sul e em boa parte da Zona Norte, acabou sendo derrotado.

Para preparar essa visita, Lula mandou dois dias antes o presidente da CUT, Jair Meneguelli, com a munição estocada para enfrentar Brizola: 770 mil panfletos, 70 mil dos quais dirigidos especificamente para operários e estudantes, 100 mil jornais de campanha e 10 mil cartazes com a foto do candidato do PT, além de um caminhão com equipamentos de som de 10 mil watts de potência, mandado de São Paulo especialmente para esta investida.

Com o refrão "vou entrar de sola/ vou entrar de sola/ fazer reforma agrária/ na fazenda do Brizola", os militantes do PT desembarcaram ontem às 10h, na estação de trens de Campo Grande, um dos principais bairros da Zona Oeste, ao lado de Santa Cruz e Bangu, antecipando os ataques que Lula iria desferir logo em seguida sobre Brizola. Lula fez um discurso de 30 minutos em frente à estação, diante de cerca de

três mil pessoas, anunciando: "Estamos quebrando a cerca do curral eleitoral".

Abraços e beijos — Se não foi recebido com hostilidade pelos brizolistas, que costumam atacar os adversários, Lula pelo menos sentiu a dificuldade de conquistar votos na "fazenda de Brizola". Ao caminhar pelo calçadão de Campo Grande, em direção ao caminhão de som, ouviu de vários camelôs os gritos de "Brizola". Serio, continuou andando até o local do comício.

Bastou ouvir a manifestação de um simpatizante do PDT, que sozinho no meio da plateia exaltava Brizola, para Lula começar os ataques: "Eu queria que os companheiros não dessem confiança. É lógico que incomodamos. Esse aí é partidário daquele candidato que acha que o trabalhador é importante quanto bate palma debaixo do seu palanque, mas não aceita trabalhador a seu lado no palanque, ou como candidato". O brizolista solitário tratou de se retirar. Lula aproveitou para lembrar que na campanha pelas eleições diretas para presidente, em 1984, quando dividiu palanque com seu adversário — Brizola o tratava muito bem: "Ele me abraçava e beijava após os meus discursos. E olha que eu era mais radical".

Depois de ter decidido candidatar-se a presidente da República, Lula sentiu que Brizola mudou de atitude. "E aí", disse o candidato do PT no comício, "o Lula viveu radical. Por quê? Porque a classe dominante admite certo tipo de esquerda, mas não admite um servente, um operário, adquirindo consciência política". No final do comício, Lula chegou a colocar Brizola no mesmo barco de Collor e do candidato do PDS, Paulo Maluf: "Temos que olhar para os brizolistas, para os mulhista e para os colloristas, e dizer nós somos o país, nós produzimos a riqueza".

Favela — Em entrevista à imprensa, Lula apimentou mais ainda sua relação com Brizola — jamais normalizada desde que, na eleição de 1985, disse numa assembleia regada a cachaca, na Universidade do Estado do Rio, que para chegar à Presidência Brizola "é capaz de pisar no pescoço da própria mãe". O candidato do PDT, disse Lula ontem, "evoluiu muito pouco de 64 para cá". Referindo-se à visita dele ao Papa João Paulo II, afirmou: "Ele vai ao papa para utilizá-lo na campanha eleitoral. Não tem coisa mais medíocre, mais pobre de espírito do que fazer uma viagem a Roma para tirar fotos com o papa como se fosse íntimo dele. Isso mostra como o político brasileiro tem a cabeça pequena". Lula deixou Campo Grande a visando que vai fazer

muita campanha nos estados onde o candidato do PDT está forte. Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro: "Tenho que buscar votos onde os adversários estão fortes", disse, confirmando a opção preferencial de suas baterias de campanha, que, aliás, na sexta-feira, voltaram-se contra Brizola em comício promovido em Porto Alegre.

Hoje, às 9h, Lula atacará outra fortaleza brizolista. Irá à Favela do Jacarezinho, uma área miserável, encravada no bairro de Jacaré, Zona Norte, onde 150 mil moradores são obrigados a conviver com os traficantes de tóxicos, que já mandaram um aviso para os candidatos: ali, só entra quem for do PDT. Às 11h, estará na Feira Nordestina de São Cristóvão e, em seguida, atravessará a Ponte Rio-Niterói para fazer, às 18h, um showmício na Praça Carlos Gianelli, no bairro de Alcântara, em São Gonçalo, cidade de 1,2 milhão de habitantes, distante 20 quilômetros da capital, onde, nas eleições passadas, 40% dos seus 392 mil 220 eleitores — na sua maioria, pessoas de baixa renda — escolheram o pedetista Edison Ezequiel para prefeito. O candidato do PT, Cléber Otton, conseguiu apenas 5.956 votos e o Partido dos Trabalhadores não elegeu sequer um dos 21 vereadores do município.

Ônibus de graça — Para anunciar o showmício de São Gonçalo, um município de 228 quilômetros quadrados, desde quarta-feira passada militantes do PT estão distribuindo 100 mil panfletos e colando 10 mil cartazes nos quarteiros da cidade, onde, hoje, além de Lula, irão brilhar outras estrelas do partido: os atores Paulo Betti, Osmar Prado, Cristina Pereira e Stela Freitas. Betty Faria, atriz da novela *Tieta*, da TV Globo, também foi convidada, mas não confirmou presença. Estão sendo esperadas delegações das cidades fluminenses de Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito, Itaboraí, Maricá, Magé, Teresópolis e Niterói.

Na tentativa de fazer uma grande festa para o seu candidato, o metalúrgico Clivaldo Nunes, que já foi candidato a prefeito de São Gonçalo e a deputado estadual pelo PT, e é membro da Executiva Regional do partido, conseguiu o que parecia impossível: na semana passada, com a sua melhor roupa e portando uma mala do tipo 007, ele foi até a empresa de transportes coletivos Rio Ita e convenceu a diretoria do Sindicato das Empresas de Transportes do Estado do Rio a ceder, gratuitamente, oito ônibus para levar eleitores de outros bairros de São Gonçalo para Alcântara.

PAULO NERI/REUTERS



Meneguelli preparou visita distribuindo panfletos.

8909781



Lula: "Brizola não aceita trabalhador no palanque e evoluiu".

Salário é o tema mais quente

O avanço lento e seguro de Lula nas pesquisas tem duas explicações, para o diretor-executivo do Ibope, Carlos Augusto Montenegro. Primeiro, Lula, além de apresentar um bom programa na televisão, se dirige mais aos 70% da população brasileira que ganham até três salários mínimos, exatamente com um discurso em que os salários, nesta véspera de hiperinflação, são o tema mais constante. Segundo, com a estabilização de Brizola, com o desempenho ainda pouco convincente de Mário Covas (PSDB) e com a imobilização de Roberto Freire (PCB) na faixa sofrível de 1%, Lula ganha cores de principal candidato de esquerda.

Lula está colhendo frutos, também, da opção que fez por comícios pequenos e médios, um estilo que passou a ser copiado por outros candidatos (leia reportagem na página 5). Somente três estados — Roraima, Rondônia e Acre — deixaram de ser visitados por Lula, que chega à reta final da campanha eleitoral com a marca de 70 comícios e carretas em todo o Brasil, atingindo,

segundo cálculos de seus assessores, mais de 400 mil pessoas.

Inicialmente sem dinheiro para contratar jatinhos, que facilitam a vida de todos os outros candidatos, Lula chegou até mesmo a fazer verdadeiros comícios dentro de aviões de carreira — entre o compromisso e outro da campanha — aproveitando-se de todas as brechas para apagar, diante dos eleitores das classes mais ricas, a imagem de um metalúrgico despreparado para assumir a Presidência da República. Nas últimas viagens, entretanto, Lula tem viajado de jatinho. A situação financeira da campanha melhorou com a doação de NCz\$ 700 mil feita pelo deputado federal Vladimir Palmeira (PT), que recentemente ganhou o prêmio principal da Sena.

Os assuntos que gosta mais de ressaltar, diante dos eleitores, são: a suspensão do pagamento da dívida externa, o aumento dos salários, com a distribuição de rendas, a defesa das estatais com a condenação às privatizações feitas na última hora no governo Sarney, a importância de se realizar uma reforma agrária, o dever do Estado de garantir

população um atendimento adequado, tanto de qualidade e de quantidade, no serviço público, principalmente de 1º grau. "Eu sonho com o dia em que o filho do faxineiro da Universidade e o filho do Reitor da Universidade cheguem ao vestibular com as mesmas condições de competição", repete sempre o candidato em seus comícios.

A preocupação em agradar tanto a classe média — considerada como o portante formadora de opinião — quanto os setores mais desfavorecidos explica de Lula posturas duvidas durante toda a campanha. Ao falar para operários, na região do ABC paulista, por exemplo, Lula adota um discurso mais agressivo com relação aos empresários — chegou a chamá-los de "sacanas". No entanto, numa plateia de empresários, já pregou um amplo entendimento entre o governo, o setor empresarial e o governo. "Precisamos repensar o Brasil em torno de normas claras de convivência que evitem que um setor queira prejudicar os outros", afirmou diante de 250 empresários, em abril.

DEPOIMENTO III

Aureliano: "Vou até o fim como candidato. Apesar dos desertores"

Por HUMBERTO TREZZI

Editorial Político/ZH

ZH — Suas posições em defesa da Petrobrás e outras empresas públicas fazem com que muitas pessoas o classifiquem como estatizante. Como encara a privatização de estatais?

Aureliano — A privatização é até um princípio constitucional, como a economia de mercado, e eu não poderia ser contrário. O que temos de fazer é acabar com esse falso dilema — empresa privada ou pública. O pré-requisito deve ser eficiência e moralização em cada uma delas. Há determinadas atividades em que o Estado é indispensável. O monopólio do petróleo, por exemplo, está na Constituição e não deve ser mais discutido. Em energia elétrica, telecomunicações, mineração e siderurgia o Estado também deve interferir — sem exclusividade ou prevalência. Mas é claro que existem algumas ingerências estatais absurdas.

ZH — Por exemplo?

Aureliano — Você acha certo o Estado ser proprietário de hotéis de turismo, frigoríficos? Bobagens como essas existem nas três esferas de governo e devem ser sancionadas. A privatização, porém, pressupõe avaliação correta do patrimônio da empresa a ser vendida e, além disso, a democratização do seu capital, com abertura

□ "O pré-requisito para a privatização deve ser a eficiência e a moralização"

para a participação dos empregados em seus lucros. Sou contrário também ao subsídio governamental para que a iniciativa privada adquira empresas estatais. Alguns grandes em-

presários têm o mau costume de comprar firmas públicas com dinheiro público, auferindo lucro sem correr risco. Talvez por isso mesmo eles me acusam de ser estatizante. Na realidade, sou liberal, inclusive em economia.

ZH — Como o senhor vê o problema da dívida externa, contraída na maior parte durante governos que o senhor apóia?

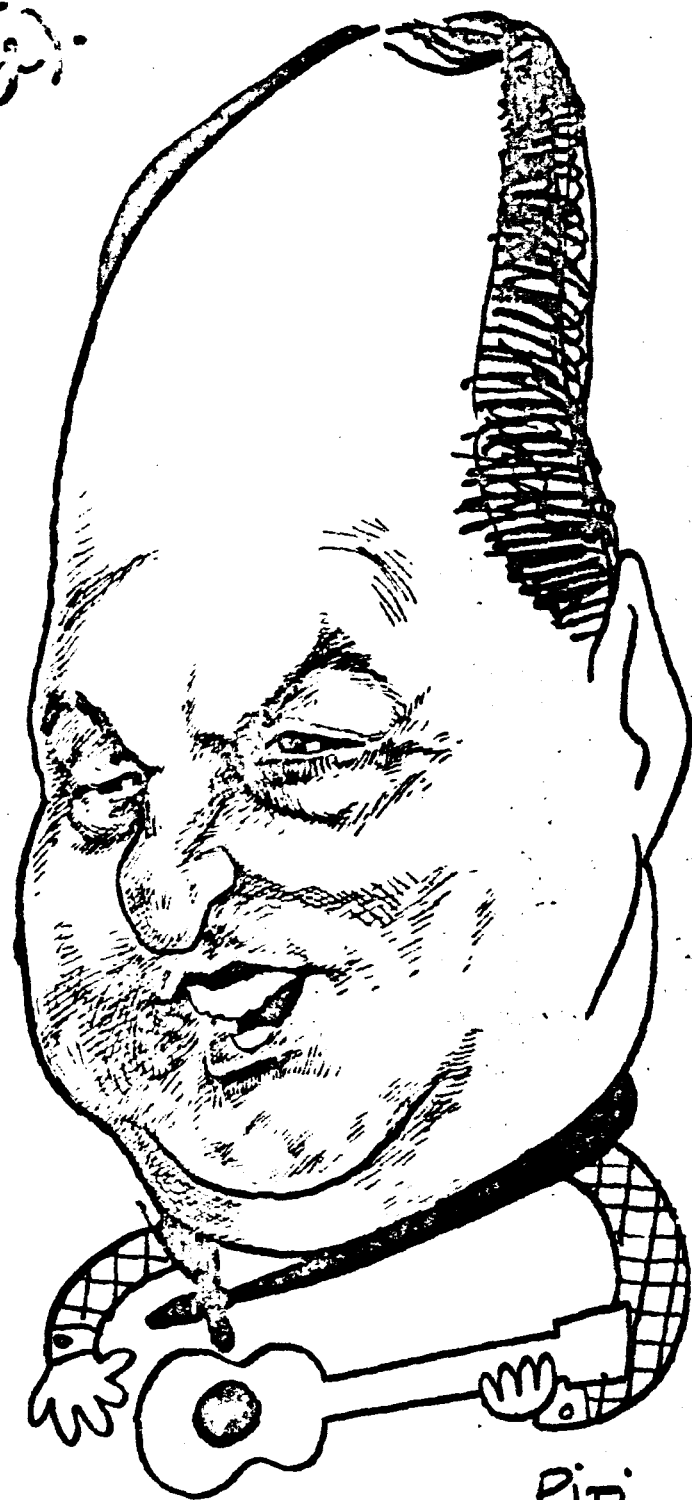
Aureliano — Uma coisa tem de ser

□ "A cooperativa é a melhor saída para o pequeno e médio plantador"

reservada nesse caso: o cenário em que o débito ocorreu era bem diverso de agora. Mas não dispensamos uma avaliação de como o processo ocorreu (pode ser uma auditoria informal). Sabemos, por exemplo, que na época em que a maior parte da dívida foi contraída havia oferta de petrodólares (preços elevados do petróleo no mercado internacional) e tendência declinante dos juros mundiais. Repentinamente, a situação inverteu, os petrodólares sumiram e os juros subiram, momento em que tudo se agravou. Temos de ressaltar ainda que vários países industrializados têm usado a elevação das taxas de juro para compensar seu déficit público, numa transfusão de sangue às avessas. É o caso dos Estados Unidos, que melhora seu caixa às custas de países mais fracos. Vamos enfrentar isso.

ZH — E a dívida interna?

Aureliano — O pré-requisito é um governo com autoridade e austeridade. Não é por falta de bons economistas que esse problema cresce e sim por descrédito governamental. A receita poderia ser a substituição, ao



longo do tempo, de títulos da dívida pública de curto vencimento (que são quase moeda e por isso mesmo trazem inflação ao circular rapidamente) por títulos de longo prazo.

ZH — Por falar em inflação, o que acha de planos de choque?

Aureliano — Tenho muito medo deles. O choque muitas vezes mata o doente, antes de acordá-lo. O único que teve mais aspectos positivos que negativos foi o Plano Cruzado e assim mesmo a euforia dele decorrente trouxe superaquecimento da economia. Nem Getúlio, nem Juscelino, nenhum presidente jamais alcançou os índices de popularidade de Sarney naquela época. O plano era melhor do que o povo esperava e deu no que deu. A população custou a aceitar as necessárias correções de rumo e posteriormente a situação degenerou.

É como aquele aforismo popular — muito riso, sinal de choro. Eis porque sou avaro a pacotes-surpresa.

ZH — O senhor é proprietário de terras e granjeira. Como vê a questão do campo?

Aureliano — É um setor fundamental, tanto quanto a indústria. Não há possibilidade de desenvolver um sem o outro. Os países mais industrializados são também os que têm a melhor agricultura, pois esta não funciona sem os insumos produzidos pelas empresas. O problema é que no Brasil não há política agrícola diferenciada, apesar do homem do campo ser o único a lidar com o destino — secas, enchentes — sem que isso seja compensado. Ele vive com baixo controle de qualidade sobre os insumos que lhe são vendidos

Único vice-presidente civil dos recentes 21 anos de regime militar no Brasil, Aureliano Chaves, candidato pelo PFL à Presidência da República, gosta de se definir como um liberal com trânsito fácil nas áreas mais delicadas da política brasileira. "Em política, elegância nunca é demais", costuma lembrar aos amigos, referindo-se ao fato de ter votado contra as cassações impostas pelos militares aos seus colegas de Parlamento e que lhe valeram o respeito de muitos opositores.

Engenheiro civil formado em 1953, deputado estadual pela UDN em 1961, deputado federal eleito pela Arena em 1967 e reeleito em 1971, e indicado governador de Minas pelo general Ernesto Geisel, em 1974, este mineiro de 110 quilos, ex-lutador de boxe e praticante de exercícios com halteres — se diz magoado, hoje, com a debandada de parlamentares do PFL em direção às candidaturas de Collor de Mello (PRN) e Afif Domingos (PL).

Ele não esconde seu aborrecimento diante de manifestações de segmentos de seu próprio partido sobre sua eventual desistência na corrida ao Planalto, em virtude do baixo índice de intenções de voto (cerca de 1%) revelado pelas pesquisas. "São 1% de dignidade e coerência nos serviços prestados", gosta de repetir este mineiro de 60 anos que fala de política e suas convicções, em entrevista exclusiva a Zero Hora, mostrando que busca agora, nas urnas, legitimidade para voltar a exercer o cargo que na última década ocupou por várias vezes de forma interina — a Presidência da República.

e sem preços satisfatórios para os produtos logo depois de colhidos. É desconsiderado e isso tem de mudar. Outra coisa que prometo é dar força às cooperativas, modelo de comercialização do qual sou um entusiasta. Como pequeno produtor rural (leite e café) cooperado em Três Pontas (MG), sei o que falo. Ela é a melhor saída para o pequeno e médio plantadores.

□ "Nosso problema é que não cumprimos as leis — não a necessidade de novas regras"

ZH — Não há como falar de problemas no campo omitindo o movimento dos agricultores sem terra. Como o senhor o encara?

Aureliano — É bom assinalar que grande número de sem-terra tiveram origem porque suas propriedades cederam lugar a obras públicas (barragens, estradas). Quando assumi o Ministério das Minas e Energia, tentei evitar isso, determinando à Eletrobrás que nenhuma comporta de hidrelétrica fosse aberta sem que antes todos os colonos ribeirinhos tivessem sido reassentados. Isso iniciou em Itaipica (BA), onde cerca de 40 mil

pessoas foram relocadas para agrovilas com lotes irrigados. É um juízo de atendimento para os que já tinham terra e as perderam.

ZH — O senhor estaria aí atacando as causas do problema. E o que fazer quando ele já existe, ou seja, com os milhões de sem-terra que surgiram por falta de atenção dos governos anteriores?

Aureliano — Para os casos já existentes, há necessidade de uma revisão no sistema fundiário brasileiro. E o Estatuto da Terra, elaborado na época do general Castello Branco (1967) foi um bom instrumento que se perdeu. A Constituição recuou em relação àquela lei, o que comprova que, no Brasil, o problema maior é o descumprimento da legislação — não a necessidade de criar novas regras.

ZH — Primeiro as regras têm de ser cumpridas pelo próprio Governo. E o senhor parece que terá dificuldades de aprovar projetos, pois grande parte dos quadros de seu partido apóia outro candidato. Como vê essa questão da infidelidade partidária? Vai reconciliar-se com os que o abandonaram, caso seja eleito?

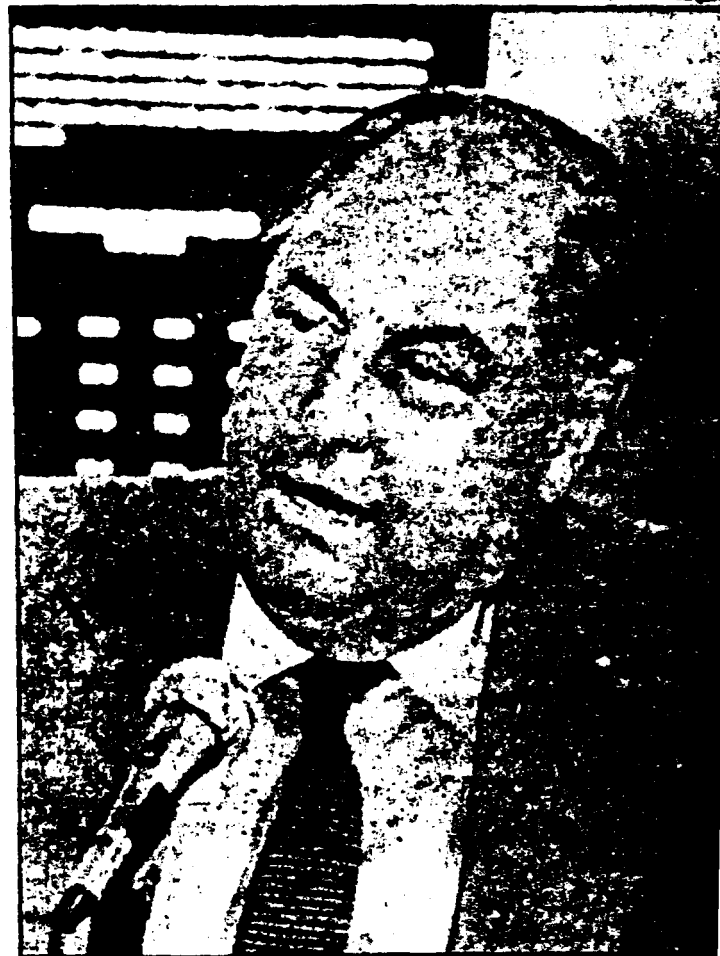
Aureliano — A infidelidade atingiu os dois grandes partidos do Brasil, o PMDB (que é enorme) e o PFL (bem menor). Toda agremiação que cresce muito rápido também murcha muito depressa. Essa depuração na Frente Liberal é boa, porque de certa

forma purifica o partido. Desertor não deserta na bonança e sim durante as dificuldades, como aconteceu com muitos pechelistas. Esses terão de prestar conta a seus eleitores numa próxima eleição, não a mim ou demais companheiros que ficaram. Não tenho qualquer mágoa, pois sei que a maioria não me abandonou por convicção e sim por conveniência — um determinado candidato aparece bem

□ "Desertor não deserta na hora da bonança e sim durante as dificuldades"

nas pesquisas, lá se vão eles. Só que esses desertores têm de assumir isso, que apoiaram Collor ou Afif e ficaram no PFL porque a legenda é forte. Como é que eles têm coragem de ficar no partido sem apoiar um candidato que, como eu, nem postulava disputar a Presidência? Fui convocado pelo PFL, me submeti às prévias e aqui estou — com 1% nas pesquisas. Mas 1% de dignidade, coerência e serviços prestados ao país.

SEQUE ►



Aureliano: "Pacote para conter a inflação está longe de meus planos"

“As alianças são inevitáveis. Mas é preciso ter coerência”

ZH — O senhor considera estas qualidades suficientes para enfrentar a corrupção, prioridade número um dos eleitores até agora consultados?

Aureliano — Corrupção se combate com exemplo e ação, não com palavras. Se promessas ou slogans de campanha adiantassem, esse seria o país menos corrupto do mundo. Muitos falam dela mas não tem dignidade suficiente para servirem de modelo. Uma boa forma de fazê-lo é ter uma vida modesta, austera, como a que tive quando ocupava cargos públicos. Austeridade e moralidade, aliás, deveriam ser pré-requisito para exercício da vida pública e não programa de candidato em campanha. Para o senhor ver como andam as coisas... O país está se desfigurando

□ “A pena de morte está se tornando uma questão de legítima defesa da sociedade”

tanto que aquilo que deveria ser natural nas qualidades humanas vira promessa eleitoral.

ZH — Como o senhor vê a pena de morte?

Aureliano — Decidir sobre a vida de outro ser humano contraria minha formação humanitária e cristã. Mas é bom ressaltar que existe, em todas as culturas, o conceito de legítima defesa. Estamos vivendo momentos de tal violência no Brasil — com crimes de natureza tão hedionda, do tipo estupro com morte, que a pena capital se torna uma questão de legítima defesa da sociedade. Essa punição, bem entendido, só deve atingir os reincidentes, aqueles que a sociedade reconhece não ter mais condições de recuperar.

ZH — Numa guinada de temas, como fica o processo de integração da América do Sul em seu governo?

Aureliano — Imprescindível. A Europa já está se tornando um só país sob o signo do Mercado Comum, os Estados Unidos criam um processo associativo com o Canadá e vão puxar, por indução, o México. A Ásia tem os Tigres do Extremo Oriente, entre os africanos já existe um cordão umbilical ténue mesmo que estimulado por seus antigos colonizadores europeus.

□ “Vamos prestigiar os projetos gaúchos até por razões históricas”

Já na América do Sul, parece que os países se contentam em verificar que o vizinho vai pior. Estamos chegando tarde ao processo e não podemos perder esse túnel, sob pena de ficar na contramão da História.

ZH — O Rio Grande do Sul tenta caminhar sozinho. Já existe um projeto de gasoduto em andamento.

Aureliano — Sei disso e acho importante. Os gaúchos não podem se queixar de omissão de minha parte enquanto no Governo. Coordenei a construção de uma linha de transmissão de 500 quilowatts entre Ita-



Alianças: Aureliano não pretende fazer acordo com as esquerdas

pu e Porto Alegre, solucionando temporariamente um problema crucial de energia elétrica que certamente levaria ao racionamento. Ordenei a ampliação da refinaria de petróleo Alberto Pasqualini — parada há muitos anos — o que foi fundamental para o desenvolvimento e a con-

□ “O País mudou tanto que as qualidades humanas viraram promessa eleitoral”.

solidação do Pólo Petroquímico de Triunfo. Dedicamos especial atenção ao problema da extração e uso de carvão nas termoeletricas de Candiotá e Jacuí. Tenho a consciência tranquila, também, por ter ajudado, enquanto vice-presidente da República, na irrigação do Sul do País, que acabou por exportar tecnologia para o Centro-Oeste (recheado de gaúchos). Substituímos o gasto de combustível em motores diesel ao implantar eletrificação rural. Obras não faltam.

ZH — E o gasoduto?

Aureliano — Vamos prestigiar projetos dos gaúchos, até por razões históricas. Temos de ajudar sua economia, pois o Rio Grande do Sul é grande exportador — e por isso mesmo baixo gerador de tributos para sua própria sustentação. Em meu governo esse estado será recompensado com retorno proporcional ao seu papel no País.

ZH — E a escassez de energia elétrica, prevista para os próximos anos?

Aureliano — Isto não é problema. Basta o Brasil seguir o Plano 2010, que mandei fazer quando ministro das Minas e Energia, os planos de mineração, do petróleo. Tive o cuidado de incentivar planejamento, não esses bilhetinhos que outros apresentam de um momento para

outro. É atividade que envolve equipes de alto nível, como preconizamos. A Eletrobrás tem um plano, a Petrobrás tem outro, o setor de mineração idem, a Companhia Vale do Rio Doce também. Todas estão preparadas para entrar no terceiro milênio com tranquilidade e, comigo, a continuidade desse planejamento é garantida.

ZH — Outra questão que começa a tirar o sono de muitos presidencialistas é a possível ingovernabilidade por falta de maioria parlamentar no Congresso. Como o senhor pretende aprovar os projetos se não contar com partido majoritário?

Aureliano — O regime presidencialista tem essas particularidades. Certamente, sem maioria, fica muito difícil governar. A situação é perigosa e o eleito deve criar todas as condições possíveis de governar.

□ “Sem maioria no Congresso fica muito difícil governar. A situação é perigosa”

ZH — Isso inclui alianças as mais variadas?

Aureliano — É preciso guardar um mínimo de coerência. Sem ela você teria uma má governabilidade, o que é ainda pior do que ausência de maioria. É um desafio.

ZH — Quem o senhor vetaria para uma aliança?

Aureliano — As alianças são inevitáveis e ainda não temos posição definida sobre o assunto. Até porque luto para chegar ao segundo turno. Só depois vamos elaborar.

ZH — O senhor excluiria partidos de esquerda, como o PT?

Aureliano — Quando os aspectos ideológicos são muito conflitantes, é evidente que não há como fazer entendimentos. E esse parece ser o caso em relação à esquerda.

890 (PPP.)

segunda-feira, 9/10/89 □ 1º caderno

JORNAL DO BRASIL 09/10/89 Afif vai propor pacto

para garantir emprego

MONTES CLAROS, MG — Um "pacto de não demissão" será proposto aos empresários pelo candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, se chegar à presidência, para evitar o desemprego durante a fase de "sacrifícios" no início do governo. O candidato promete reduzir encargos sociais das empresas como forma de incentivo à manutenção do emprego e subsidiar uma cesta básica de alimentação e remédios para quem ganha até três salários mínimos.

"A dor do parto é suportável, desde que se mostre o que vai nascer", raciocinou Afif, garantindo que os sofrimentos de uma fase de duro combate à inflação e de estabilização da moeda serão distribuídos entre todos, com socorro paralelo aos mais carentes. "Falar em ganho real de salário só acontecerá com a economia relançada", disse Afif, que calcula em 18 meses o tempo necessário para a retomada de desenvolvimento.

O candidato do PL anunciou que lançará programas de "amortecedores sociais", com frentes de trabalho em obras de saneamento, habitação popular e recuperação de estradas. "Não estou falando em varrer estradas para ensacar poeira", ressaltou, enfatizando que pretende criar frentes de trabalho realmente produtivas. O maior sacrifício imposto à população, na análise do candidato, será provocado pelo corte generalizado de subsídios. Por isso ele pretende "calçar" os mais carentes. Afif disse que sem a maciça entrada de capitais

externos não haverá melhoria salarial e que somente com a geração de empregos e escassez de mão de obra haverá aumento real de salários, ditados por normas de mercado. "A falta de mão de obra é que provoca aumento de salários", analisou.

Cercado — Depois de participar de uma enorme carreta, Afif fez comício para cerca de seis mil pessoas na noite de sábado, nesta cidade de 300 mil habitantes, no Norte de Minas. Ele chegou à Praça da Catedral às 20h e esperou no palanque que o público aumentasse, enquanto o Trio Parada Dura se apresentava. Os organizadores ofereceram transporte gratuito e conseguiram reunir um público empolgado, formado em grande parte por mulheres.

Parte do público se dirigiu aos fundos do palanque ao final do comício e o candidato teve de ser carregado por assessores para sair. O carro preparado para levá-lo ao aeroporto não pode ser usado. Afif ainda precisou caminhar 200 metros completamente cercado pelo povo. Muitas mulheres tentavam a todo custo tocar no candidato. Ele acabou entrando no primeiro carro onde foi possível, acompanhado de um agente da Polícia Federal. O povo ainda cercou o carro dificultando a saída.

Afif exibiu em Montes Claros o apoio de mais um deputado federal mineiro: Sérgio Werneck, do PMDB. Maurício Campos, conquistado ao PFL, e Milton Reis, ex-PMDB, também estavam presentes.

...sou de fazer capangas...

Ulysses almoça com diplomatas de países ricos

BRASÍLIA — O candidato do PMDB à Presidência da República, Ulysses Guimarães, almoçou na Embaixada da Itália com os representantes diplomáticos dos sete países mais ricos do mundo, aos quais manifestou confiança na vitória, defendeu a reserva de mercado da informática e a auditoria da dívida externa e deixou claro que, se eleito, aceitará investimentos estrangeiros, após a reformulação da economia nacional.

Organizado pelos representantes dos Estados Unidos, França, Canadá, Japão, Grã-Bretanha, Alemanha e Itália, o encontro de ontem foi o terceiro de uma série de sete — lá já estiveram os candidatos do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e do PDS, Paulo Maluf, além de Ulysses. Reservado, o encontro serviu para que Ulysses reafirmasse sua disposição de continuar na disputa até o final e previsse que só agora, de fato, a sucessão no Brasil passa a "esquecer".

Depois do encontro, o candidato do PMDB contou ter dito aos diplomatas que é completamente favorável à manutenção da reserva de mercado para o setor da informática e aos investimentos do capital estrangeiro no país, só que com algumas condições.

— Primeiro, é preciso dar saúde à economia brasileira. Se há problemas para quem está instalado aqui, imagine para quem vai trazer investimentos de fora. Sou a favor da poupança estrangeira, mas não que haja uma competição ruinosa com o capital nacional.

Almoçaram com Ulysses os embaixadores da Itália, Antonio Ciarrapico, da França, Jean Bernard Ouvrein, da Grã-Bretanha, Michael John Newington, e do Japão, Harunog Kaya, os encarregados de negócios da Alemanha, Fritz Otto Erwing von Rottemberg, e do Canadá, Jean Michel Roy, e o conselheiro para assuntos políticos dos EUA, John Francis Kean.

J. do Brasil 10/10/89

JORNAL DO BRASIL 10/10/89

JORNAL DO BRASIL 10/10/87

Governadores deixam

BUSCAM SOBREVIVÊNCIA

Eleitos em 1986 por conta da euforia do Plano Cruzado e saudados à época como líderes de um movimento de renovação da política nacional, os governadores do PMDB não conseguem mais disfarçar o desconforto diante da falta de perspectivas da candidatura de Ulysses Guimarães. O jeito — e a maioria desses governadores está se atirando a ele — é projetar a difícil sobrevivência política montando, desde já, os esquemas relacionados com as sucessões estaduais. Para evitar a construção de fossos definitivos entre suas lideranças e as bases, os governadores pemedebistas estão, em grande maioria, liberando seus aliados e permitindo que, dentro de suas conveniências locais, escolham o melhor caminho a seguir no pleito que vai apontar o substituto do presidente José Sarney.

A sobrevivência política dos governadores vai levar, naturalmente, os de maior peso eleitoral a uma decisão no segundo turno da eleição do presidente da República. Essa opção não terá, porém, os mesmos riscos de agora, porque se dará apenas entre dois dos 22 candidatos que conseguiram o registro no TSE e frequentam, no momento, os espaços da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Somente um governador de estado de médio porte deixou o PMDB e apostou no primeiro turno da eleição, que se realizará dia 15 de novembro: Tasso Jereissati, do Ceará, que depois de algumas idas e vindas ao comitê de Fernando Collor de Mello, do PRN, acabou ficando com Mário Covas, do PSDB.

Entre os governadores de pequenos estados, Alberto Silva, do Piauí, e Tarcisio Burity, da Paraíba, trocaram o PMDB pelo PRN e se engajaram na campanha de Fernando Collor. O maranhense Epitácio Cafeteira também abandonou as fileiras pemedebistas, tomou a si a tarefa de formar o PDC em seu estado e já se lançou em campanha para o Senado, na eleição do ano que vem. Cafeteira chegou a ser convidado para um encontro com o candidato do PRN, mas por fidelidade ao presidente José Sarney, não deixou a ideia prosperar. Há quem diga, no entanto, que o governador maranhense, por trás das cortinas, vai sugerir aos seus aliados o apoio a Collor.

Comodidade — Para alguns governadores a candidatura de Ulysses Guimarães oferece, pela sua pouca consistência, os melhores pretextos para a livre distribuição de suas bases entre diferentes campanhas. Nesse particular, o grande campeão é o mineiro Newton Cardoso, que oferece a Collor o apoio de sua vice, Jânio Marin, e a Alif Domingos, candidato do PL, o concurso do

senador Alfredo Campos, e a Paulo Maluf, do PDS, a ajuda de 70 prefeitos e mais de uma centena de vereadores que seguem a sua liderança no sul do estado.

Newton já não tenta salvar sequer as aparências: em recente entrevista confessou que não tem feito "muita força para Ulysses". Revela, ao mesmo tempo, que o seu candidato para o segundo turno é o candidato do PDT, Leonel Brizola, "porque está na hora de aproveitar alguém de esquerda". Nos tempos em que julgava importante manter uma postura partidária, para efeito externo, Newton chegou a realizar um comício para o candidato do PMDB, em Montes Claros (Norte de Minas), com relativo sucesso. Ulysses foi ainda o convidado de honra do governador mineiro para uma solenidade de inauguração de casas populares, em Venda Nova, um bairro da periferia de Belo Horizonte.

O governador de Minas, como ocorre com Moreira Franco (Estado do Rio) e Orestes Quércia (São Paulo), está de olho na reorganização nacional do PMDB depois das eleições. Não será surpresa uma aliança de Newton com os governadores do Rio e São Paulo para uma tentativa de conquista, a três, do comando partidário. Moreira e Newton examinam a possibilidade de disputar cadeiras de deputado federal e se consumarem tal projeto terão de se desincompatibilizar em maio. Quércia, ao contrário, renúncia seu secretariado, há dois meses, e avisa que vai cumprir o mandato integralmente.

Coincidência — Para a construção do projeto de reorganização do PMDB, depois de conhecido o novo presidente da República, Moreira Franco não esconde dos seus assessores políticos que o insucesso de Leonel Brizola viria a calhar. Nega, no entanto, que possa vir a ajudar Collor para ver Brizola derrotado. O fato de os publicitários Roberto Medina e Elísio Pires e da jornalista Beliza Ribeiro — o trio que dirigia a sua propaganda na televisão em 1986 — terem ancorado na campanha do candidato do PRN, é considerado pelos principais assessores do governador fluminense mera coincidência. Segundo Moreira, Roberto Medina, Beliza e Elísio "são profissionais competentes, que têm o seu trabalho sempre disputado em épocas eleitorais pelos que conhecem o valor do marketing no desfecho de uma campanha política."

Dos governadores que pela importância política de seus estados podem ser considerados pesos pesados dentro do PMDB, Moreira e Quércia são os únicos que afirmaram, publicamente, que vão

com Ulysses até o fim. O governador de São Paulo, depois de um período de distanciamento da candidatura partidária, promoveu um encontro, em Brasília, com 30 deputados a ele ligados, e anunciou que vai à luta. Quércia resolveu, dentro de sua atual disposição de dar um pouco de gás a Ulysses, cancelar viagem que faria à Itália na segunda quinzena deste mês, quando a campanha começa a atingir o seu clímax. Moreira já participou de comícios em favor de Ulysses no interior de Minas e em cidades nordestinas e vai agora intensificar a campanha do candidato pemedebista nas cidades de grande e médio portes do Grande Rio.

Acordos — Miguel Arraes também esboça, ao largo da candidatura de Ulysses, da qual vem se distanciando desde a convenção do PMDB, em maio, o esquema da sua própria sucessão em Pernambuco. Sabe que as forças políticas à direita, no estado, representadas pelo senador Marco Maciel, pelo ex-governador Roberto Magalhães e pelo prefeito de Recife, Joaquim Francisco, apóiam candidatos diferentes à Presidência da República, mas aclarou um pacto para caminhar juntas na eleição estadual. Arraes, por isso mesmo, julga importante unir as esquerdas pernambucanas, com o mesmo propósito, o que poderá levá-lo a aderir a Brizola.

Brizola já se comprometeu com o sonho de Arraes de influir na escolha de um candidato que tenha condições de ganhar, pela esquerda, a eleição para a sua sucessão. Arraes estuda, ao mesmo tempo, a sua participação na chapa, como candidato ao Senado, e deseja, ainda, eleger o neto, Eduardo Campos, que é seu secretário particular, para a Câmara dos Deputados.

No Rio Grande do Sul, o governador Pedro Simon parece tomado por um forte sentimento de desencanto político, e se mostra apático tanto com relação à candidatura de Ulysses quanto com o destino que terá a sua própria sucessão. Já o governador do Paraná, Alvaro Dias, um campeão de popularidade desde a posse em março de 1987 — em setembro, o Ibope constatou que mais de 80% dos paranaenses aprovam sua administração —, tenta uma reaproximação com antigos companheiros do MDB e do PMDB, como o senador José Richa, visando as disputas regionais do ano que vem. Dias promete apenas a Ulysses o seu voto pessoal, reservando-se e ao seu grupo para o apoio a um dos dois candidatos que passe ao segundo turno da eleição deste ano.

8909781

ZERO HORA DA NOTICIA

DEPOIMENTO IV

Ulysses: "Eleições só se definem 15 dias antes"

ILIMAR FRANCO

Brazil/ZH

ZH — Candidato do maior partido nacional e amparado por uma das poucas legendas que realmente está estruturada em todo o País, seria impossível admitir que Ulysses Guimarães tivesse os baixos índices que entram nas pesquisas de opinião pública, se o partido realmente se engajasse em sua campanha. Entretanto, o que se sente em todo o País é que a base partidária não apenas abandona a candidatura como está apostando outros nomes. Ainda é possível reverter esse processo? Como isso seria feito?

Ulysses — Esse juízo de valor eu não concordo, porque a minha pesquisa é a dos fatos e eles registram que, por onde eu tenho passado, por onde eu tenho conversado com companheiros, a minha visão é outra. A campanha propriamente começou com a propaganda no horário gratuito, onde os candidatos têm mais oportunidade de expor suas idéias e o eleitorado começa a se interessar. Acredito que o eleitor só vai começar a se definir mais próximo da eleição. É o que acontece na vida de cada cidadão, como com o Imposto de Renda, por exemplo, sempre se deixa tudo para a última hora. Assim, a eleição só deve se definir 15 dias antes. Essas pesquisas não refletem a realidade. Da parte do PMDB, o que eu tenho verificado é que, por exemplo, em São Paulo, as pesquisas me dão um índice que projetado não me daria nem 150 mil votos, e na última eleição para deputado federal eu tive 600 mil votos. Por aí se verifica que a margem de erro é muito acentuada.

□□ "Eleição é como no Imposto de Renda, só se faz no último dia"

ZH — Muito já se especulou sobre o fim do PMDB e este nunca chegou. Mas é impossível negar que o partido vive hoje um momento crítico, com a ala conservadora e o grupo progressista divergindo da candidatura oficial. Depois das eleições, será possível manter o PMDB? Que partido sairá, com que posição ideológica, desta campanha?

Ulysses — Pelo que eu vejo eu não estou sendo convidado a dar uma entrevista, mas, sim, comentar análises políticas feitas a respeito da minha candidatura e da posição do partido. Realmente não existe um divórcio entre a minha candidatura e o partido. O PMDB, em três convenções nacionais, reafirmou sua política de independência em relação ao governo e todos aqueles que concordam com essa tese estão incorpo-



rados à candidatura. Não existe isso, inclusive em declarações recentes, acatando sugestão do governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, foi reafirmada esta nossa disposição de contar com a participação de todos os companheiros que queiram se somar à nossa luta.

ZH — Ao contrário de outras presidenciais, se for eleito, o PMDB não enfrentará problemas de falta de base parlamentar. O partido tem a maior bancada no Congresso, embora esta já tenha dado mostras de falta de coesão em votações importantes. O que se pretende fazer para unificá-la?

Ulysses — Em relação ao comportamento do PMDB no Congres-

so, isso é fácil de ser verificado, nas votações dentro da Constituinte em que sua expressiva maioria seguia a orientação dada pela liderança. Não existiu falta de sintonia entre a direção do partido e a sua bancada. O que houve é que na Constituinte, por serem questões abertas, muitas vezes, havia pessoas que discordavam, mas, em sua maioria, a bancada estava unida em torno das decisões do partido.

ZH — Ao longo de sua existência, o PMDB sempre sustentou como principal bandeira, a defesa da redemocratização do País. Este processo de volta à normalidade democrática se encerra com a eleição presidencial ou faltam mais reformas?

MARCOFIBRA.
O SEU
HIPERCENTRO
DE COMPRAS
DE CLASSE.



Ulysses — O PMDB conseguiu derrubar a ditadura, implantou a democracia, mas reconhece que há muitas reformas a serem feitas, principalmente para acabar com as injustiças sociais. Ou resgatamos a dívida social ou ela comprometerá o aperfeiçoamento e mesmo a vigência das instituições democráticas. Temo que assumirei a Presidência da República numa situação de desgaste econômico agudo e terei que fazer reformas nessa área, reduzindo as transferências insustentáveis para o exterior, promovendo a reforma financeira para direcionar as poupanças, promovendo o reforço do Tesouro Nacional, fazendo guerra à sonegação, suspendendo temporariamente todos os incentivos fiscais, capitalizando as empresas públicas, promovendo a reforma monetária e do Banco Central etc. Tudo isso com a decisão de intervir no estilo de desenvolvimento excludente e concentrador de rendas. Porque, se há brasileiros que não ganham para comer, é porque privilegiados ganham para esbanjar. Mais do que ilegítimo, isso é imoral. Meu governo investirá prioritariamente nos homens, mulheres e crianças do meu País, o desenvolvimento terá o tamanho do Brasil e será dividido entre os 140 milhões de brasileiros.

□□ "É imoral que haja brasileiros que não ganhem para comer e outros esbanjem"

ZH — O PMDB foi o inspirador da política econômica seguida pelo governo no início do mandato de Sarney e que levou ao Plano Cruzado. Ulysses, presidente, repetiria esse tipo de saída? É possível um novo congelamento de preços ou o PMDB testará soluções ortodoxas para a economia?

Ulysses — Se o PMDB fosse o inspirador da economia do governo, o Brasil não estaria na situação em que se encontra. Quanto à opção por

SEQUE

8909781

possíveis choques econômicos, temos que lembrar que o futuro presidente da República assumirá o cargo a 15 de março do próximo ano e, com a economia tão debilitada como está, não dá para visualizar o que pode acontecer daqui a seis meses e quais as medidas a serem tomadas.

ZH — Com 22 minutos diários, o PMDB é o partido com mais tempo na propaganda eleitoral gratuita. Esse espaço pode dar à candidatura a força e a capacidade de reação que a estrutura partidária não consegue dar?

Ulysses — O programa eleitoral ajuda, ele não é um fator determinante, mas leva as idéias do candidato e do partido ao contingente de mais de 82 milhões de eleitores. O programa leva para dentro de casa da maioria dos brasileiros o retrato de um Brasil que talvez seja desconhecido para muitos. Mesmo que muitos ajam com cinismo, o povo identifica quem fala a verdade, que é o caso do PMDB, e, nesse caso, levamos vantagens e tiramos bom proveito desse democrático programa.

□□ “Economia está tão debilitada que é impossível prever as medidas a tomar”

ZH — Para o PMDB é difícil demonstrar a ligação com o governo Sarney, onde o partido foi majoritário por muito tempo. Como convencer os eleitores que será possível fazer agora o que ainda não foi feito?

Ulysses — Essa é uma afirmação com a qual mais uma vez eu não concordo, porque o PMDB já firmou sua posição de independência em relação ao atual governo — repito — em três convenções. Além disso, a Executiva do partido divulgou uma nota reafirmando essa posição. Então, se alguém tenta fazer uma ligação com o que não existe, deve ter propósitos eleitorais. O que importa é que o PMDB — isso tem sido demonstrado em sucessivas votações no Congresso Nacional — tem derrubado vetos do governo. Como recentemente no caso da política salarial, dos aposentados, tem deixado clara a sua posição de independência em relação ao governo.

□□ “Mesmo que muitos ajam com cinismo, o povo identifica os que falam a verdade”

ZH — Como o seu governo pretende resolver a questão ecológica e os desmatamentos na floresta amazônica?

Ulysses — Destruir o meio ambiente é suicídio. A riqueza e o desenvolvimento são indispensáveis, mas exigem três condições: serem divididos entre todos, não envenenarem o meio ambiente e não afrontarem a soberania nacional. Nesse sentido, a nossa Constituição é a mais completa do mundo. O Capítulo VI, todo ele, protege o meio ambiente. A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e o Pantanal

“Combater a inflação é como um duelo de morte. Tem que lutar”



Liquidez: “É indispensável, mas se for dividida com todos”, define Ulysses

Mato-grosso não patrimônio do povo, da Nação. Devastá-los é crime. O meio ambiente não é sustentável. Uma regra de zoneamento pode compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento. Para isso, é indispensável coordenar a ação da União, dos estados, mas principalmente dos municípios. Sobre a Floresta Amazônica, é inaceitável o ritmo atual de devastação que ela vem sofrendo. Creio que é fundamental paralisar todos os projetos de exploração da floresta, ou de exploração mineral e agrícola que utilizem técnicas predatórias. Será fundamental redescobrir todas as diretrizes de desenvolvimento nessa região para assegurar a preservação de ecossistemas de maneira equilibrada.

ZH — O senhor acha que o Brasil deve pagar a dívida externa? Qual a estratégia que utilizará para tentar negociá-la?

□□ “Dívida externa não pode ser a desgraça interna. Buscaremos solução”

Ulysses — A dívida externa não pode ser a desgraça interna. A nossa postura não será de confrontação com os credores, mas não arredará o pé de buscar uma solução verdadeiramente soberana e eficaz. Para isso, o deságio ou abatimento a ser obtido deve ser substancial, aproximando-se do valor de mercado. A conversão da dívida externa é um instrumento que só pode ser utilizado dentro de um plano global de renegociação e de redução do valor da dívida. Isso é,

possível desde que os bancos e os credores aceitem a nossa proposta brasileira que eu, como Presidente da República, apresentarei com o apoio do Congresso nacional e da população brasileira. Para aqueles que aceitarem novo esquema de pagamento com dívida reduzida, a conversão virá como uma vantagem adicional. Os que não aceitarem, paciência, ficarão aguardando até que se convençam da necessidade de investirem no Brasil da maneira associada ao progresso e ao desenvolvimento, deixando de sugar do País capital e energia de que ele precisa para oferecer um destino de progresso ao seu povo.

ZH — A inflação cresceu bastante no último governo, chegando a níveis infláveis. O que fará para tentar impedir a hiperinflação? A médio prazo, qual o melhor caminho para acabar com a inflação e fazer as taxas mensais retornarem a níveis aceitáveis?

Ulysses — A inflação elevadíssima ou o risco de hiperinflação só serão vencidos se as causas profundas das disfunções forem atacadas. A execução das reformas econômicas requer duas pré-condições essenciais. Primeiro: as reservas de divisas elevadas para enfrentar a negociação externa e infundir confiança na moeda nacional. Segundo: o controle rígido da enorme e exorbitante liquidez existente na economia. Esse controle não se resume aos meios convencionais de pagamento (dinheiro e depósitos bancários à vista), mas deve também englobar o quase-dinheiro ou o dinheiro indexado, representado pelos títulos da dívida pública. Combater essa inflação é um duelo de morte. Ou o governo, com credibilidade, mata a inflação, ou a inflação, mata a confiança no governo.

□□ “Ou o Governo, com credibilidade, mata a inflação ou ela mata o Governo”

ZH — O País tem um déficit habitacional de 10 milhões de residências e o Sistema Financeiro da Habitação está falido. Como será possível reverter esse quadro?

Ulysses — É necessária uma reforma de grande envergadura para recriar um sistema de financiamento viável para a habitação popular. Creio que novas fontes de recursos fiscais terão de ser imaginadas e que as prestações injustamente subsidiadas para mutuários de altas rendas terão de ser revistas no sentido de viabilizar a construção de moradias para a população pobre. No meu governo, pretendo montar um fundo financeiro para a concessão de pequenos financiamentos de materiais de construção, com acesso restrito às famílias de baixa renda. Com o fundo, serão concedidos cinco milhões de financiamentos de cerca de US\$ 700 cada, totalizando US\$ 3,5 bilhões em cinco anos de governo.

ZH — O ensino no País vive uma situação de penúria e de descrédito. A rede oficial de ensino é fraca e a rede privada tem custos elevados. Quais as alternativas para mudar essa situação?

Ulysses — O meu programa para a educação prevê novos investimentos da ordem de US\$ 7 bilhões, passando a verba para o setor dos atuais 4,2% para 6,7% do PIB. Esse acréscimo vai permitir o aumento do salário dos professores, merenda escolar

o ano todo e a manutenção da rede de ensino. A prioridade é o básico. Em primeiro lugar, e de maneira dominante, a situação do ensino primário se torna mais dramática quando se observa o salário do professor. O enfrentamento da crise do ensino primário no Brasil começa pelo enfrentamento do salário dos professores. É necessário aumentar condignamente os seus vencimentos para assegurar a qualidade do ensino.

□□ “Se é direito, tem que cobrar. Se é dever do Estado, ele é obrigado a pagar”

Num primeiro momento, os investimentos serão voltados para a recuperação da rede existente, a expansão da rede estará subordinada a uma melhoria na qualidade de ensino, porque isso implicaria na maior permanência da criança na escola.

ZH — Diversos estados viveram, nos últimos meses, graves problemas para contornar o surto da meningite. O País não tinha vacinas nem dinheiro para importá-las, tanto que elas não em número suficiente. Por outro lado, doenças tropicais, que haviam sido erradicadas, voltam a atingir a população. De onde o seu governo pretende retirar os recursos necessários para garantir as ações na área de saúde?

□□ “A saúde é para os que têm dinheiro. Quem não tem, vai para o cemitério”

Ulysses — A saúde é um direito de todos, inclusive dos trabalhadores do campo. É um dever do Estado, como ordena a Constituição. Se é direito, você tem que cobrar; se é um dever, o Estado é obrigado a pagar. Mas o que acontece no Brasil? A saúde não é ganha, é comprada. Quem tem dinheiro, compra, quem não tem, fica inválido ou vai para o cemitério. Em lugar de gastar só 3,7% do PIB como ocorre hoje, temos que destinar de 8% a 10% para a saúde como em qualquer país democrático. Acabar com o desperdício, a corrupção, com o serviço cobrado por fora, ou com o preço criminosamente aumentado. O que se vai fazer é pôr a saúde na cidade, na rua, credenciada pelo prefeito, que recebe recursos da União e do Estado. Devemos caminhar cada vez mais para a unificação da saúde. Com a transferência para os municípios de competência, responsabilidades e recursos, a gerência das ações de saúde do local onde estas se desenvolvem, aumenta a eficiência e o controle social. O SUDS é um exemplo vitorioso. Por ele, a saúde proporcionada em seu município rende mais, melhor e é muito mais barata. No meu governo, em cada favela, haverá um posto de saúde com ambulância, para levar o doente ao hospital.

! 8909781

Brizola igualó a Collor en las encuestas

RIO DE JANEIRO. (ANSA y DPA). — Los candidatos presidenciales Fernando Collor de Mello y Leonel Brizola están técnicamente empatados, en primer lugar, en una encuesta de opinión del Instituto Toledo y Asociados para la revista "Isto é/Señor", con vistas a los comicios del 15 de noviembre (primera vuelta) y 17 de diciembre (segunda vuelta) para presidente del Brasil.

La encuesta atribuye 20,8 por ciento al ex gobernador (del pequeño estado de Alagoas) Fernando Collor de Mello, de tendencia centroderechista, y 20,6 al ex gobernador (del estado de Río de Janeiro) Leonel Brizola, de tendencia populista-progresista, y fue realizada en nueve capitales estatales y 12 ciudades del interior, en un universo de 2.000 entrevistados.

Comparada con otra encuesta del mismo instituto y del mismo semanario, realizada tres semanas atrás, Collor de Mello cayó significativamente, pues en aquel entonces tenía 35,8 por ciento, contra 21,8 por ciento de Brizola.

Campaña se endurece

La persistente baja de la popularidad del conservador Fernando Collor de Mello en los sondeos pre-electorales hizo endurecer la disputa entre los principales candidatos a la sucesión de José Sarney, en los comicios presidenciales cuya primera vuelta se realizará el 15 de noviembre.

Hace cerca de tres años, Collor de Mello, de 40 años, ex gobernador del pequeño estado federado de Alagoas, era el favorito absoluto para vencer en las elecciones: tenía entonces 44 por ciento de las intenciones de voto de los 82 millones de electores, según los sondeos de los institutos de opinión pública.

46% indecisos

A poco más de un mes de la realización de las primeras elecciones presidenciales directas desde 1964, sin embargo, nada está definido en el panorama político brasileño: las mismas encuestas revelan que existe en el país un contingente de 38 millones de indecisos —un 46 por ciento del electorado—, que podrá hacer cambiar radicalmente el cuadro de la campaña.

Además, los resultados de los sondeos de los institutos de opinión pública —muchas veces encontrados— revelan el crecimiento de la popularidad de otros postulantes a la sucesión de Sarney, como es el caso del empresario liberal Guilherme Afif Domingos, de 46 años. Según el instituto Gallup, la proporción de electores dispuestos a votar por Afif aumentó del dos por ciento, en agosto al 10,4 por ciento, en septiembre.

EL DIA 10/10/89

F. Por (P.P.P.)
EL DIA 10/10/89

Freire: "Democracia mede pela liberdade dada aos comunistas"

Editorial Bulletin 24

□ "Não estamos em busca de tempo perdido, mas de que nos tornaram"

☐ “Há preconceito e desconhecimento em relação aos comunistas”

Freire — No termo exato é isso. Há um preconceito, mas tem di-



Freire — Muito, inclusive o termo ateu tem um caráter pejorativo. Preferia usar livre pensador, agnóstico, não crente, de concepção materialista. Não ter concepção religiosa cria problemas porque algumas pessoas se sensibilizam muito com o fato e sentem-se chocadas. É algo polêmico em uma sociedade religiosa como a nossa. Mas não enfrentamos com medo o conflito. A primeira coisa que se deve ter em

Quelques-uns de nos
pères, hommes de
scrupules, ont voulu
donner leurs noms à
des tranchées qui, de
ce côté, n'ont jamais
eu aucune action
militaire. Ils ont
été tués de mort
naturelle, et c'est
pourquoi, dans
ces tranchées, on
trouve des ossements
humains, mais
aucun objet de
guerre.

[illegible]

ZH — Qual é a sua
definição de terrorismo?
A definição, como eu
viemos fazendo desde
Haber — é a seguinte:
nada se trata de um
deixar qualquer coisa
conhecendo de um
que, desde que não
se, quando se
temos a ideia de
terrorismo, não
temos a ideia de
terrorismo.

[illegible]

F. Pa (P. PP)

BRASIL

A batalha de Maluf na sucessão

O candidato do PDS reformula sua campanha, disputa o segundo lugar e sonha de novo com o Planalto



Sempre se disse que Paulo Maluf tinha acabado. Foi assim em 1982, em São Paulo, quando Franco Montoro massacrava seu herdeiro político, Reynaldo de Barros, levando a eleição com 5,5 milhões de votos. Três anos mais tarde, no 15 de janeiro de 1985, Maluf teria acabado de novo — auxiliado por 166 parlamentares do PDS que aderiram à Aliança Democrática, Tancredo Neves o derrotou por 480 votos a 180 no plenário do Colégio Eleitoral que escolheu o sucessor de João Figueiredo. Também se anunciou o fim de Maluf em 1986, quando ele ficou em terceiro lugar na campanha pelo governo de São Paulo. E ainda na abertura das urnas da prefeitura de São Paulo, em 1988, que anunciaram a vitória da candidata do PT, Luiza Erundina.

Agora, na reta final da sucessão presidencial, Paulo Maluf está — de novo — em campanha. Como fazem há muitos anos, seus inimigos dizem que a derrota, desta vez, será definitiva. Como vem fazendo também há muitos anos, o próprio Paulo Maluf garante que, desta vez, entrou para ganhar. "Estou em ponto de bala para vencer", afirma. Com 58 anos de idade, Paulo Maluf não é, nem de longe, um candidato que pode ser enquadrado na facção geriatrica dos concorrentes à sucessão do presidente José Sarney, em que brilham as estrelas de Ulysses Guimarães (73 anos) e de Leonel Brizola (67 anos). Também não pode ser incluído na categoria dos candidatos mais experimentados — ocupou seu primeiro

cargo público, o de prefeito nomeado de São Paulo, em 1969, enquanto o senador Mário Covas, candidato pelo PSDB, já conseguia seu primeiro mandato como deputado federal, em 1962. Persegue Paulo Maluf, no entanto, uma contabilidade complicada. Entre os concorrentes, ele é o que mais perdeu eleições nos últimos vinte anos. Pela via cheia de truques dos pleitos indiretos, disputou dois, ganhou um e perdeu o outro — o do governo de São Paulo em 1978 e o Colégio Eleitoral em 1985. Na urna, ganhou uma cadeira de deputado federal em 1982 com 600 000 votos, mas perdeu o governo de São Paulo e também a prefeitura. Por causa dessa matemática em sua biografia, há quem acredite que Paulo Maluf esteja estatisticamente condenado a uma nova derrota em 1989.

Como, porém, raciocínios aritméticos nunca resolvem eleições com várias semanas de antecedência, Maluf acredita que tem chances — e aplica-se à caça de votos com aquela obstinação que o fez destacar-se em várias situações. A seu favor, conta com um discurso mais claro do que o dos concorrentes e com um perfil muito bem definido diante dos eleitores. Maluf promete um governo mais econômico nos gastos, mais severo contra a corrupção, mais eficiente para fazer obras e mais preocupado com a segurança do cidadão (veja o programa do candidato na reportagem à pág. 54). Diz tudo isso de uma maneira que qualquer brasileiro entenda e pode apresentar suas administrações em São Paulo como a prova de que é ativo de fato. Contra ele trabalham dois elementos de peso eleito-

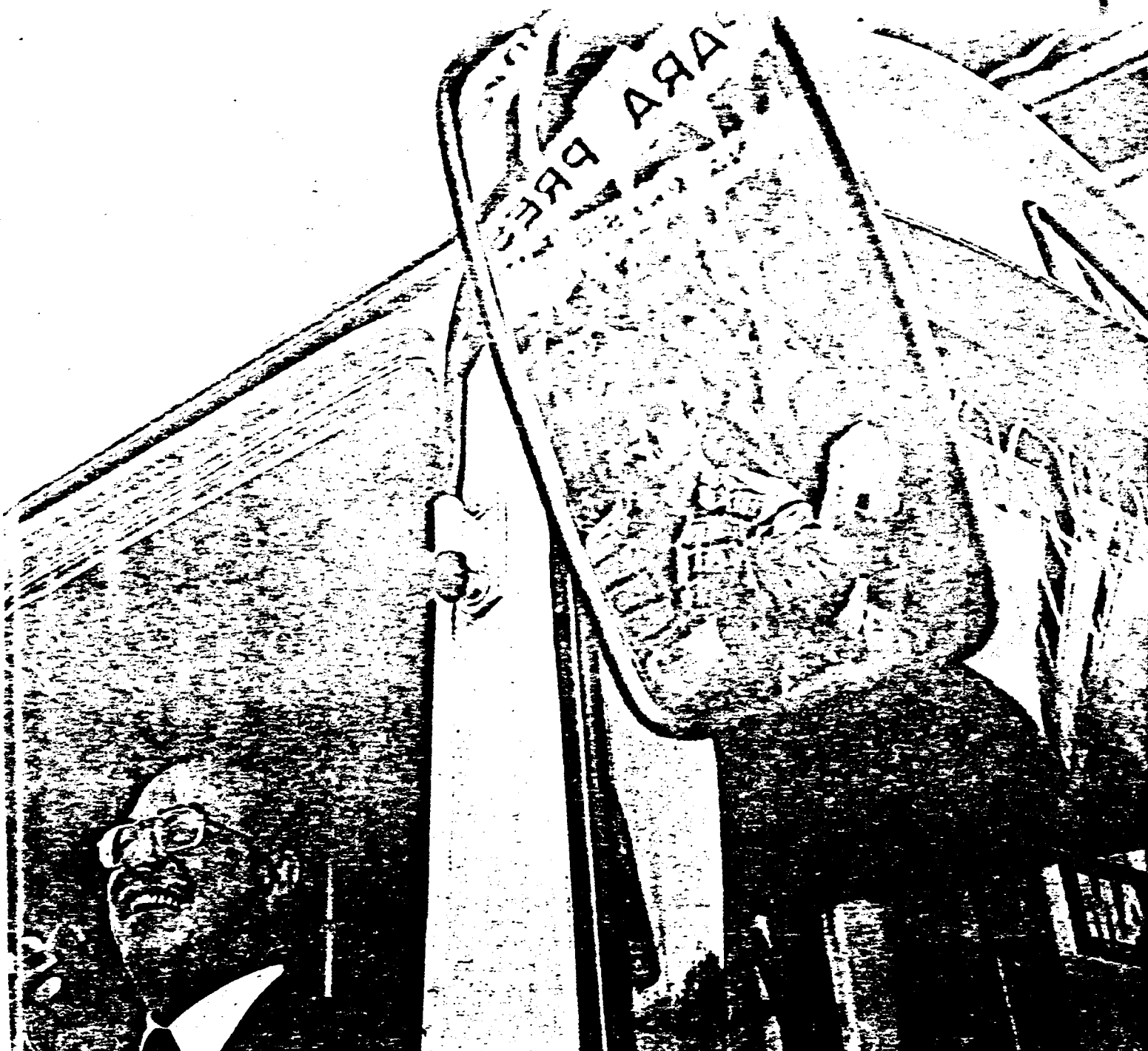


Maluf: 10 000 quilômetros...

ral considerável — a resistência que lhe opõe uma grande fatia dos votantes, para os quais Maluf é direita demais, e a fama que conquistou de ter seu oportunismo político afiado em excesso.

LANDAU PRETO — A pouco mais de um mês para o 15 de novembro, quando será realizado o primeiro turno da sucessão presidencial, Paulo Maluf frequenta uma altura média nas pesquisas eleitorais. Ele está naquele pelotão de concorrentes que, fixados na faixa do terceiro lugar e a mais de 25 casas do primeiro colocado, Fernando Collor de Mello, travam uma briga de morte para crescer e disputar o segundo posto com o candidato do PDT, Leonel Brizola, e entrar na segunda fase

VEJA, 11 DE OUTUBRO, 1989



...de viagens em apenas cinco dias e fome de votos num esforço para triplicar o tamanho de seu eleitorado até 15 de novembro

da disputa, marcada para 17 de dezembro. Pelos números do Ibope, por exemplo, Maluf teria um cesto eleitoral equivalente a 6,5 milhões de votos no país inteiro — calcula-se que teria de chegar a 16,4 milhões em 15 de novembro para ter chances reais de ser aprovado no primeiro turno, e precisaria de mais de 41 milhões de votos para ter direito, em 15 de março do ano que vem, a embarcar num Landau preto e ordenar ao motorista que tomasse o rumo do Planalto. Pelos números de hoje, até que se poderia dar razão a quem profetiza, de novo, que Maluf estará acabado em 1989. O problema é que, por esses mesmos números atuais, todos os demais vinte concorrentes em campanha também estariam fora

da disputa. A rigor, existem dois candidatos fadados a chegar ao segundo turno, Collor e Brizola. Lula vem recebendo impulso extra nas últimas semanas, e há quem já o imagine no lugar de Brizola (veja reportagem à pág. 58). Mas, atrás desses três, agitam-se alguns outros concorrentes com certa possibilidade de ocupar o gabinete de Sarney no Planalto e que trabalham as 24 horas do dia para provocar uma virada espetacular na reta final. Paulo Maluf está entre eles.

“Ele é um candidato com muita garra e, apesar de disputar a eleição por um partido sem muita representatividade, vem vencendo as restrições que o eleitorado tinha contra ele”, afirma o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), cabo elei-

toral de um candidato que nunca enfrentou tantas restrições entre os eleitores mas que também não conseguiu, sequer, vencer sua indiferença — o ex-ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves. Que o Paulo Maluf de 1989 deixou de ser o símbolo de tudo aquilo de ruim que acontece no país, eis aí uma verdade óbvia na sucessão presidencial — o candidato do PDS tem feito comícios bem-sucedidos em vários pontos do país e também deixou de ser submetido àquela humilhante patrulha promovida por intelectuais e jornalistas que gostavam de importuná-lo sem trégua a partir de 1984. Da mesma forma, e essa é uma das mais ricas novidades culturais produzidas na estufa mental daquilo que se chamou de

O QG de Maluf

Quem dirige a campanha



Miguel Colassuono,
ex-prefeito de São Paulo,
burilou o programa
econômico de Maluf



O empresário Roberto Paulo
Richter mandava mais — caiu
em desgraça por causa do
horário político na TV



Calim Eid: o artigo articulador
de Maluf foi chamado às
pressas para socorrer a
campanha na reta final

Nova República, a palavra malufista deixou de ser sinônimo de pessoa geneticamente habituada a participar da vida política do país em nome de interesses inconfessáveis — em 1989 convive-se com bons e maus malufistas, da mesma forma que se convive com petistas e brizolistas dessas duas famílias políticas, por exemplo.

MARATONA — A questão, para o candidato do PDS, reside em outro lugar. Em São Paulo, que é ao mesmo tempo o seu berço político e o maior colégio eleitoral do país, Maluf exhibe uma saúde de ferro. Ocupa o segundo lugar nas intenções de voto pesquisadas na capital e está no mesmo posto no Estado inteiro, atrás, apenas, de Fernando Collor de Mello — desempenho brilhante numa eleição em que, entre seus concorrentes mais próximos, se encontram vários caciques teóricos do eleitorado paulista, como o tucano Mário Covas, Ulysses Guimarães e até Luís Inácio Lula da Silva. Junto àquela fatia mais

pobre e muito mais numerosa do eleitorado, que tem a palavra final nas eleições e que os sociólogos enquadram nas classes B e C, sua situação também é confortável — nessa área tem uma vez e meia mais votos do que Mário Covas e duas vezes mais do que um concorrente que disputa uma fatia muito parecida, seu antigo afilhado político Guilherme Afif Domingos, do PL.

Na verdade, para ser bem-sucedido em suas ambições presidenciais, Maluf precisa solucionar, nos dias que lhe restam de campanha, um problema geográfico. Fora de São Paulo, onde vivem 78 de cada 100 eleitores que irão às urnas em 15 de novembro, sua histórica

disposição para disputar uma eleição atrás da outra impediu que Paulo Maluf fosse o nome de um ilustre desconhecido — mas o fato é que, mesmo assim, na maioria desses lugares ele fica bem abaixo de seus grandes concorrentes. Numa operação destinada a provocar uma mudança de peso nesse quadro, Paulo Maluf tem consumido as maiores reservas de energia de sua campanha em prolongadas excursões pelo país. Em apenas cinco dias da semana passada, ele percorreu mais de 10 000 quilômetros e visitou dez cidades, numa



Maluf em campanha: prometendo obras e...

maratona que começou na cidade de Natal e chegou a Porto Alegre, no ponto oposto do país.

CHUVA DO MALUF — Na capital do Rio Grande do Norte, o comício de Maluf foi uma prova de força e ao mesmo tempo uma boa demonstração de seu apetite eleitoral. Na Avenida Paraíba, ele reuniu 10 000 pessoas. Em companhia de uma das grandes estrelas musicais do lugar, a cantora Kelly, Maluf dançou lambada, fez um discurso de braços abertos e exercitou suas três especialidades favoritas — prometer obras, falar mal dos concorrentes e lembrar sua passagem pelo governo de São Paulo. "Nenhum dos outros candidatos trouxe a vocês um único copo d'água", disse ele. "Vocês se lembram de que eu fui o único a dar perfuratrizes na época da seca, empréstimos do Banespa para suas indústrias e ambulâncias para seus hospitais", prosseguiu o candidato, que, sete anos depois de deixar o Palácio dos Bandeirantes, batalha para colher os frutos nacionais de sua gestão estadual — no passado, esse tipo de atuação esteve na raiz de boa parte das críticas, frequentemente apresentadas em tom escandaloso, que lhe eram feitas pelos dois maiores jornais paulistas, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*.

Para azar do candidato, começou a chover bem no meio do comício. Antes de ir embora, no entanto, Paulo Maluf anunciou, entre outros investimentos,



...falando mal dos seus adversários

que iria construir uma refinaria de petróleo na região, que seria beneficiada por um pacote de milhares de empregos. Como o aguaceiro era insuportável, o candidato do PDS foi obrigado a interromper seus planos de governo no meio — mesmo assim, conseguiu despedir-se da platéia com uma improvisação inspirada. “É milagre do Maluf, que faz chover no Nordeste”, disse. “É uma bênção de Deus e do Maluf.” Em Fortaleza, ele foi a estrela de uma manifestação com cinquenta automóveis, andou pelas ruas da cidade no meio da população, parou nos botequins para tomar cafezinho e recolheu, aqui e ali, sinais de que sua filantropia do passado pode ser de grande utilidade na campanha do presente. “Eu não esqueço a ambulância que o senhor deu a minha cidade”, disse, ao abraçá-lo, a vendedora ambulante Margarida de Souza, 66 anos, natural de Redenção, cidade com 45 000 habitantes a 62 quilômetros de Fortaleza. No encerramento de sua excursão de dois dias ao Nordeste, Maluf festejava o sucesso de uma viagem que, em seu início, fora acompanhada por maus presságios. “Aqui o Brizola levou até tomate, e eu saí ileso”, comparou.

Na sexta-feira da semana passada, o candidato do PDS reuniu 2 000 pessoas para jantar no restaurante Madalosso, uma das churrascarias mais conhecidas de Curitiba — cada uma pagou 180 cruzados novos para ouvi-lo falar, forrando seus cofres de campanha com uma soma

de 360 000 cruzados novos numa única tacada. Em outros lugares, no entanto, nem tudo andou às mil maravilhas em torno do comboio do PDS. Em nenhum dos lugares onde esteve os eleitores lhe enviaram tomates — o fato, no entanto, é que, frequentemente, não se deram ao trabalho de ir a seu encontro. Em Londrina, por exemplo, sua chegada à cidade foi anunciada por uma salva de vinte foguetes — em seu comício, no entanto, não havia mais do que uma centena de gatos-pingados. Em Porto Alegre, encontrou-se com 200 cabos eleitorais do PDS e, em Pelotas, onde visitou o agricultor Erico Ribeiro, maior produtor individual de arroz irrigado do mundo, Maluf chegou a se aborrecer. Sem muito o que fazer, foi visitar uma feira agropecuária, mas encontrou um ambiente vazio — havia mais de 1 000 animais em exposição, mas o número de visitantes era escasso e o de funcionários, também. “Cavalo não vota, mas peão vota”, observou o candidato. “Onde estão os

peões?”, reclamou, confirmando a impressão de que é um dos mais pragmáticos concorrentes à sucessão de Sarney.

Um dos aspectos mais intrigantes na personalidade de Paulo Maluf é mais visível em situações incômodas, como ocorreu na feira de animais em Pelotas, do que em ambientes festivos, onde se comemora uma excursão bem-sucedida. O que intriga, no caso, é a frieza com que o candidato do PDS consegue conviver com uma adversidade, a indiscutível capacidade que tem de tropeçar, ficar de pé e caminhar novamente — como se nada tivesse acontecido. Para seus adversários, esse comportamento seria a manifestação de uma personalidade obcecada por uma ambição sem medida. Trocando em miúdos, o problema é que Paulo Maluf seria aquele tipo de pessoa que pode ser definido como um tremendo cara-de-pau.

O próprio candidato possui, naturalmente, uma explicação diferente para essa postura. “Nada me deixa tão feliz como participar de uma campanha eleitoral”, afirma. “A grande emoção que sinto não vem com o resultado, mas são as cenas que presencio. O que me alegra, mesmo, é encontrar uma velha senhora que me diz que conhece meu trabalho,

Votos de Maluf

Quem batalha por Maluf



Murilo Guimarães, 21 anos, lidera a Juventude Pré-Maluf, uma entidade que reúne 30 jovens de Belém do Pará



O vendedor paulista Nélito Ferreira, 63 anos, sempre votou em Maluf porque o considera um político nato



A apresentadora Hebe Camargo, 60 anos, é velha amiga do candidato e o ajuda participando do horário gratuito na TV

respeita minha carreira e dá valor às obras que fiz", acrescenta, dando a entender que só participa da campanha para receber elogios de cidadãos humildes. Como o centro dessa discussão chama-se Paulo Maluf, é provável que esse debate nunca chegue a um final que agrade a ambas as partes. É certo que, em sua biografia, o candidato do PDS acumulou situações em que foi pilhado numa postura excessivamente astuciosa — como ocorreu em 1985, quando, diante de uma inelutável derrota para Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, divulgou a proposta de se realizarem eleições diretas para a escolha do sucessor de Figueiredo. Justo Maluf, o mesmo que passara o ano de 1984 numa guerra sem quartel contra as diretas

já, que levaram as multidões a ocupar as praças públicas do país. Mas também é certo que esse traço de personalidade, que seus adversários chamam de obsessivo, pode ser classificado de outra maneira. O cemitério político brasileiro está recheado de candidatos maravilhosos que, após um naufrágio junto ao eleitorado, resolveram navegar por águas mais tranquilas — arriscando-se a disputar, apenas, aqueles pleitos mais seguros para deputado federal e senador, por exemplo. Visto por esse ângulo, a obsessão que os adversários enxergam em Maluf pode ser chamada de teimosia — e até de coragem.

MEMÓRIA MNEMÔNICA — Casado com Sylvia Lutfalla Maluf há 34 anos, pai de quatro filhos, o candidato do PDS é uma pessoa tensa, dessas que trabalham muito e dormem pouco — em férias, seu sono é

Quando Maluf perdeu, o povo perdeu.

MALUF

Ganha Brasil!

O outdoor sobre o candidato do PDS e o povo: malufocentrismo em ação

de seis horas por noite, mas, em campanha, contenta-se com quatro horas. "Em casa, ele é tão alegre que chega a ser barulhento", afirma sua mulher. Maluf está longe de ser um tipo carrancudo e até sorri com facilidade — frequentemente, no entanto, faz isso mais por educação do que por ser um sujeito bem-humorado. Do banho ao café da manhã, o candidato do PDS segue diariamente uma mesma rotina, aperfeiçoada para não perder tempo. Logo depois de acordar, devora cinco jornais em apenas três minutos — no passado, foi um disciplinado aprendiz das técnicas de leitura dinâmica. "É preciso ser prático em tudo", diz Maluf.

A mais conhecida habilidade pessoal de Maluf reside em sua célebre memória. Graças a ela, consegue repetir, na campanha de 1989, as mesmas proezas que já causavam inveja em seus concorrentes em pleitos an-

teriores — desembarcar numa cidade que não visitava há muitos anos e conversar com seus correligionários chamando a todos pelo nome. Há quem diga que Maluf nasceu assim mesmo — com esses neurônios de computador. O próprio candidato, no entanto, é mais modesto. Ele afirma que desenvolveu esse artifício ainda jovem, quando frequentava as salas de aula da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, de onde saiu com seu diploma de engenheiro. Na época, ele precisava decorar um pacote de fórmulas de cálculo integral e diferencial, e, para sair-se bem nas provas, acabou descobrindo uma técnica de aperfeiçoar a memória, o chamado método mnemônico, que pode ser resumido a uma fórmula aparentemente muito simples — para não esquecer de nomes, números e idéias, a pessoa deve fazer o possível para associar um dado arquivado em suas lembranças a ou-



1970: Maluf fiscaliza obras como prefeito de São Paulo



1978: a vitória sobre Laudo Natel pelo governo paulista

Frases e momentos de Maluf

Sobre ele próprio: "Já estou cansado de ganhar eleição na véspera."

Sobre o governo: "O país precisa de um presidente macho."

Sobre a dívida: "Libanês burro nasce morto. Os quatro anos de barriga encostada no balcão me qualificam para negociar a dívida externa".

tro. Assim, quando uma pessoa é apresentada a Maluf, por exemplo, ele não desvia os olhos de seu rosto até que consiga gravar um detalhe característico que irá permitir associá-la, mais tarde, a seu nome e até ao lugar de onde veio. Ainda na escola, Maluf desafiava colegas de faculdade a fazer cálculos matemáticos com mais rapidez. Em geral, ganhava as disputas, que eram pagas com um almoço por conta do derrotado.

Na sucessão de 1989, Paulo Maluf está longe de ser o dono do cofre mais recheado de contribuições de grandes empresários. Como pessoa física, no entanto, é o mais rico de todos os candidatos. Por herança, é proprietário de um belo pacote de ações da Eucatex, a empresa número 1 no setor de madeiras do país, com 5 300 empregados e um faturamento de 100 milhões de dólares por ano. Também é dono de trinta fazendas, espalhadas em vários pontos do país, e possui ainda um bom punhado de terrenos num dos mais valorizados bairros de São Paulo, a Água Branca. Para morar, Maluf dispõe de uma residência cinematográfica na região dos Jardins, com um amplo jardim na parte externa — e uma bela coleção de objetos de arte em seu interior.

SANGUE DE MERCADOR — Nascido em São Paulo de pai libanês e mãe brasileira, Maluf pertence a uma comunidade popularmente associada ao comércio de balcão desde que os primeiros imigrantes do Líbano chegaram ao Brasil, ainda no século passado. Nesses anos todos, a colônia dos libaneses e seus descendentes continuaram a fornecer credos para as anedotas do Habib e brincadeiras a respeito de seu sotaque característico, enquanto plantavam raízes poderosas na sociedade brasileira também fora dos negócios. Nesta eleição presidencial, concorrem

"Quando aparece no mundo um verdadeiro gênio, podemos identificá-lo por este sinal: todos os estúpidos contra ele se unem em aliança".

prof. Dr. A. L. de F. Silva
da J. N. Silva

A dedicatória guardada como trunfo contra Afif: "Gênio"

dois membros da comunidade, Guilherme Afif Domingos e o próprio Paulo Maluf. No Congresso há 43 deputados de origem libanesa e sete senadores que também carregam nomes como José Richa ou Saldanha Derzi. Juntos, os descendentes dos libaneses compõem perto de 9% do Congresso, enquanto nos governos estaduais verifica-se uma percentagem semelhante — hoje, o Rio Grande do Sul é governado por Pedro Simon, e o Ceará, por Tasso Jereissati, membros destacados da mesma colônia. Mesmo colônias como a japonesa, por exemplo, não têm uma representação política com esse peso. Paulo Maluf gosta muito de referir-se a seu sangue árabe de mercador, com o qual, conforme promete, discutirá a dívida externa do Brasil diante de banqueiros e governantes estrangeiros, caso seja eleito. "Como bom libanês, eu vou encostar a barriga no balcão e negociar um bom desconto com os credores", garante

ele. No fundo, Maluf detestaria estar num balcão vendendo cortes de pano. Seu vício é entrar em eleição.

Em 1985, após a derrota no Colégio Eleitoral, momento em que sua carreira enfrentou um período de depressão, o candidato foi de férias com a família para a Europa — passou uns dias em Paris e mais tarde foi esquiar em Gstaad, nos Alpes Suíços. Diariamente, no entanto, era abastecido por assessores que, do Brasil, lhe enviavam mensagens por telex destinadas a mantê-lo a par dos acontecimentos do país — com frequência, tais relatos atingiam mais de 2 metros de comprimento. Em outra ocasião, quando ficou em terceiro lugar na eleição para o governo de São Paulo, em 1986, Paulo Maluf até se esforçou para ficar longe da política. Reassumiu seu posto na Eucatex mas não deu certo — acabou brigando com os irmãos e desentendeu-se com sua mãe. Concomitante, retornou a sua atividade favorita. "Minha vocação é

mesmo a política", afirma o candidato. "Não consigo mais fazer negócio em causa própria", acrescenta.

Malufocentrismo — Mobilizando o máximo de energias disponíveis para crescer na reta final, Paulo Maluf é um candidato que conta com um pacote de trunfos inegáveis. Numa situação em que, frequentemente só encontra similares nas siglas de esquerda, o candidato do PDS lidera uma caravana política na qual a mão-de-obra não é formada, exclusivamente, por cabos eleitorais profissionais. São personalidades conservadoras no comportamento, que apreciam políticos que tomam atitudes capazes de deixar bem claro quem é que manda no governo e têm horror a qualquer ideia que lembre a palavra comunismo. Foram os militantes de Maluf que o ajudaram, por exemplo, a cravar 38% dos votos nas urnas de uma região nobre de São Paulo na eleição

Sobre o país: "No Brasil de hoje quem produz é penalizado, quem vive de emprego tem medo do imposto de renda e quem não trabalha vira ministro."

Sobre a Amazônia: "Se a Amazônia é um patrimônio da humanidade, devíamos cobrar aluguel."

Sobre os pobres: "Eu vou ser um paizão para os humildes."

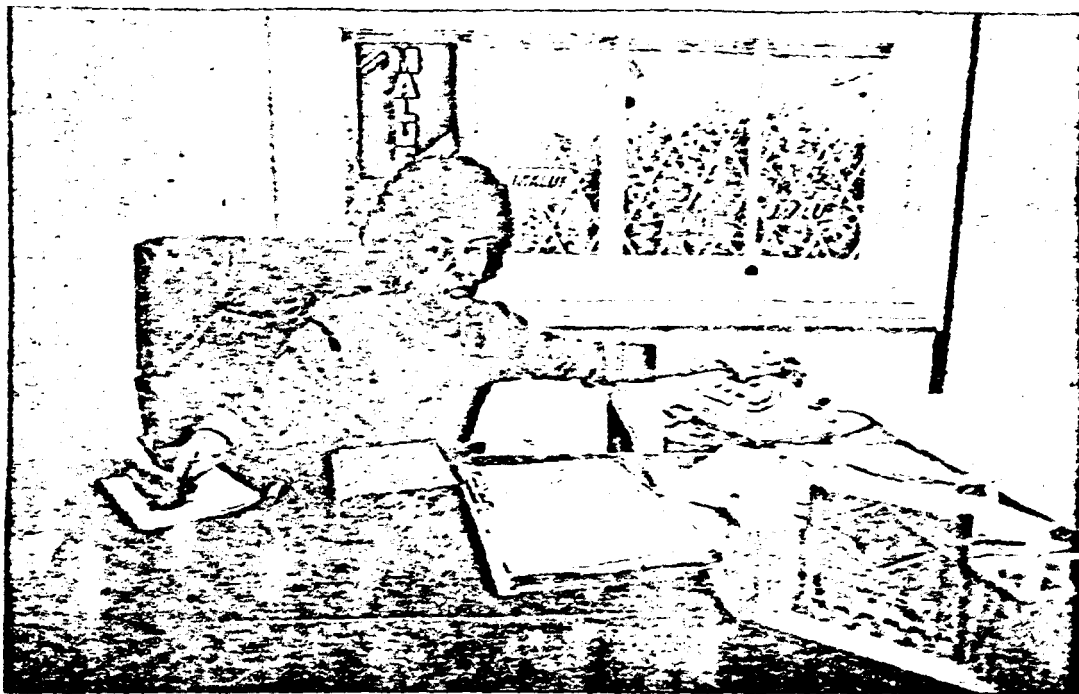
Sobre eleições: "Candidato é como massa de bolo, tem que apanhar para ficar bom."



1985: derrotado no Colégio Eleitoral por Tancredo Neves



1988: Maluf perde a prefeitura de São Paulo para Erundino



A mulher, Sylvia: "Em casa, ele é tão alegre que chega a ser barulhento"

de 1988, o Jardim Paulista, e também lhe garantiram a marca de 34% num bairro onde a maioria do eleitorado habita uma faixa de renda inferior — a Mooca.

Para enfrentar um concorrente que, repentinamente, ameaça devorar uma fatia de seus votos — o liberal Guilherme Afif Domingos —, Paulo Maluf também dispõe de um trunfo precioso. Trata-se de um quadro que ganhou de presente em 1984 no qual Afif, então um graduado integrante das fileiras de Maluf, pede inspiração ao pensador inglês Jonathan Smith para enquadrá-lo na categoria de gê-

nio. Cinco anos mais tarde, o candidato do PDS só espera receber a primeira carga de chumbo de Afif no horário político para fazer o contra-ataque — exibindo ao eleitorado a opinião que o adversário do PL tinha sobre Paulo Maluf na época em que ele era um político muito mais poderoso.

A verdade, contudo, é que a campanha de Paulo Maluf tem ficado estagnada — amarrada por um arquipélago de problemas. Um deles é seu programa de televisão, desastroso, em que já foram exibidas novelas de muito mau gosto, como a do casal que pretendia

manter relações sexuais num apartamento vazio. Maluf também apresentou, em outra oportunidade, uma visão mistificada do cotidiano das penitenciárias brasileiras — segundo outra de suas novelas eleitorais, ali seria uma espécie de paraíso, onde as pessoas têm direito a comida de graça, banho de sol e roupa de cama trocada, numa espécie de mordomia mal-disfarçada. Na semana passada, temeroso de que tais espetáculos terminassem por arminar sua candidatura, Maluf determinou uma mudança no comando da campanha, congelando os poderes do presidente do PDS paulista, Roberto Paulo Richter, e chamando de volta seu velho assessor Calim Eid, exilado desde a campanha de 1986. O que vai ser do horário político de Maluf, não se sabe. Está resolvido, no entanto, que as novelas serão extintas.

Há uma outra dificuldade na campanha de Maluf, e, sobre ela, não se sabe como o candidato poderá enfrentá-la. Para ganhar os 10 milhões de votos de que necessita até 15 de novembro, Paulo Maluf precisa crescer junto a uma delicada fatia de eleitores — aqueles que não o admiram, mas podem optar por ele na reta final. Conspira contra essa necessidade, no entanto, uma das mais antigas tradições do candidato do PDS, que vem a ser uma espécie de visão malufocêntrica da História, cuja síntese pode ser observada num slogan que ornamenta boa parte dos outdoors que estão espalhados pelo país. É aquela frase na qual se afirma que "Quando Maluf perde, o povo perde". A dificuldade maior, nesse raciocínio, reside num tipo especial de gramática política. Concretamente, perdeu em 1985, 1986 e 1988. Classificar essas três datas como marcos de derrotas do povo é embaralhar o calendário da democratização do país apenas para ilustrar a biografia de um candidato.

A pouco mais de um mês do primeiro turno, o candidato do PDS, Paulo Maluf, continua dizendo que, desta vez, vai chegar lá. Seus adversários também garantem que, desta vez, ele estará acabado — para valer. Se Maluf produzir a reviravolta que freqüenta seus planos, terá vencido o maior desafio de sua existência. Se perder, serão ouvidas, mais uma vez, as profecias a respeito de sua extinção. O fato, contudo, é que ao lembrar-se de 1990, quando poderá concorrer à eleição para o governo de São Paulo, os olhos de Paulo Maluf também já brilham com muita intensidade.



O candidato do PDS no Ceará: "Brizola levou até tomate, eu sai ileso"

DEPOIMENTO VI

"O que chamam de novo Maluf é o de sempre"

GUSTAVO KRIEGER

Editoria Política/ZH

ZH — A campanha presidencial deste ano revelou ao Brasil um novo Paulo Maluf, com um tipo extrovertido, não perdendo oportunidade para uma piada ou frase de efeito. Um personagem bem diferente do sardo Maluf que disputou o Colégio Eleitoral. Esta mudança é uma jogada eleitoral ou o candidato finalmente está mostrando sua verdadeira personalidade?

Maluf — Olha, eu não tenho mágoa de ninguém. Eu sou um homem que perdoo muito e, apesar de ter boa memória, esqueço parte da minha vida onde fui muito perseguido e sofri muito. Especialmente em 84, na campanha eleitoral para presidente. Aquilo que o Brasil está vendo e que algumas pessoas chamam de novo Maluf, na verdade é o Maluf de sempre. Eu fiz muito. Apesar de ter sido provavelmente o maior realizador do País, este traço da minha carreira é frequentemente esquecido. Você não encontra em São Paulo nenhum bairro que não tenha obras minhas e vai encontrar poucos quartéis sem uma obra minha. Não encontra nenhuma cidade do interior do Estado sem alguma marca de minha administração. Acontece que agora eu estou remido. Há cinco anos atrás eles indicaram a Nova República como a salvação do País. A Nova República era Deus e o Maluf era o diabo.

□ "Há cinco anos, a Nova República era Deus e Maluf era o diabo"

ZH — Exatamente. Poucos anos atrás, quando disputou a eleição com Tancredo Neves, o senhor era certamente um dos políticos menos populares do País. Acredita que hoje isto já foi esquecido e que pode vencer uma eleição direta?

Maluf — A Nova República recuperou minha imagem. Ela se encarregou de realizar esta tarefa. Porque nos prometeram a inflação da Suíça com o progresso do Japão e nos deram o progresso de Bafra com uma inflação do inferno. Decorridos alguns anos, foram justamente os meus sucessores ou eventualmente aqueles que me venceram nas eleições, que resgataram no Paulo Maluf a imagem de um homem correto, um homem de trabalho, bom pai de família, bom marido. Eu nunca dei emprego para um filho, primo ou sobrinho. Está absolutamente comprovado que o patrimônio que eu tinha antes de entrar para a vida pública era muito maior que o que eu tenho hoje. Não tenho uma estação de rádio ou televisão e fui, em

muitas épocas da história do Brasil, um homem que tinha uma das coisas mais poderosas. A verdade às vezes demora, mas sempre aparece.

□ "Não tenho uma estação de rádio ou televisão. E fui coisa poderosa"

ZH — O senhor tem dito que pretende formar um governo de unidade nacional, convidando pessoas de fora do PDS para o seu ministério. Já falou até mesmo em convidar para o ministério da Fazenda seu adversário político Antonio Ermírio de Moraes. Que outros nomes estariam cogitados e como vai fazer para

convencer adversários a ajudá-lo a administrar?

Maluf — A escolha de nomes só acontecerá depois do dia 15 de novembro. Mas o importante é o perfil. Eu nunca conversei com o deputado Jorge Gordon Johannpeter, mas o perfil que eu tenho para o meu ministério é o dele, assim como o de outros, como o Marcos Vinícius Prati de Moraes. Mesmo não tendo a simpatia para minha campanha, Nelson Marchezan é um homem de perfil compatível com o que espero do ministério. Isto não significa convite a qualquer um destes três nomes. Se for para Sérgio Casarini, teríamos a família Figueira, e a família Hering tem expressas esperanças. No Paraná, tem o doutor José Eduardo Andrade, presidente do Bamerindus. E a família Pau-



A capital do estado de espírito

la, tem o Brasil, além disso, tem, Adão, antes, antes...

ZH — Pelo que se sabe, a eleição presidencial, o senhor não vai se retirar da campanha? Será que não vai se retirar da campanha presidencial?

Maluf — Exatamente. Eu não pretendo por motivos que, por vícios, é uma coisa que não dá para discutir e honestamente não quero que se saiba nada do meu partido. Podem ser de outros partidos.

□ "Toda campanha eleitoral deixa dúvidas. Mas vencedor é vencedor"

ZH — Mas o senhor não pode se retirar a pedido de quem quer tenham feito campanha para os três candidatos?

Maluf — Eu acho possível, mas que em toda campanha eleitoral, com algumas exceções, não o vencedor é o vencedor. E o vencedor de ser o candidato da sua cidade para ser o presidente do Brasil. Minha preocupação como presidente: não ter o Brasil do Brasil. E vai ter o Brasil de construir uma ligação entre São Paulo e o Brasil. Não pode deixar um Brasil com responsabilidade de não dizer de um lado e não fazer de outro. Não pode deixar um Brasil com responsabilidade de não dizer de um lado e não fazer de outro.

ZH — Mas o senhor não pode se retirar a pedido de quem quer tenham feito campanha para os três candidatos?

Maluf — Não posso me retirar a pedido de quem quer tenham feito campanha para os três candidatos. Não posso me retirar a pedido de quem quer tenham feito campanha para os três candidatos.

Paulo Maluf é o único dos atuais candidatos que tem experiência em disputar a Presidência da República. E trata-se de uma experiência amarga. Em 1984, não apenas foi derrotado por Tancredo Neves como tornou-se um dos políticos menos populares do País. Mas isto não diminuiu o político pedante que tenta mais uma vez conquistar o Palácio do Planalto, agora em uma eleição direta. Maluf parece disposto a entrar realmente em uma nova fase e vem apresentando uma face diferente, mais descontraída e marcada por um discurso cheio de frases de efeito e com muita ironia.

Nesta entrevista exclusiva para Zero Hora, Maluf fala de seu passado, da transformação e das soluções que vem apresentando para resolver todos os problemas do Brasil. E ele realmente promete resolver todos.

Fiel ao seu estilo polêmico, não mede palavras ao enumerar quem considera seus principais cabos eleitorais, incluindo neste rol outros presidentes como Collor de Mello e Afif Domingos. Admitindo que em 1984 tornou-se "o Diabo, enquanto a Nova República era Deus", o candidato do PDS garante que sua imagem hoje está totalmente recuperada. E atribui esta recuperação aos erros políticos dos seus adversários, especialmente os membros da Aliança Democrática que elegeu Tancredo em 84.

Em resposta aos que classificam sua candidatura apenas como uma estratégia para manter seu nome em foco e disputar o Governo de São Paulo no ano que vem, Maluf garante que vai chegar ao segundo turno e se define como a grande opção contra uma vitória da esquerda neste eleição. Confiante, já fala em alguns nomes para o seu ministério. Diz que vai pedir pessoas de eficiência técnica comprovada, deixando os políticos profissionais em segundo plano.

“Resgataram minha boa imagem”

ZH — As posições assumidas pelo senhor sobre segurança pública têm gerado muita polêmica. O senhor realmente é a favor da pena de morte?

Mahf — Eu sou um homem religioso. Sou contra a pena de morte e voto contra ela. Mas existe hoje, no País dentro da democracia, uma vontade do povo expressa através de eleições. Vai se expressar sobre o regime de governo e vários outros temas, através de plebiscito. Então eu pergunto: em vez de decidir de uma presidente da República sobre se vai haver ou não pena de morte, porque não pode democraticamente haver um plebiscito sobre a pena de morte. Eu sou um democrata.

ZH — E o que pensa sobre o crime, crimes que associações feministas e senas de tur incentivado com suas denúncias?

□ “Apesar da boa memória, esqueço que sofri e fui perseguido”

Mahf — Não é verdade. O que se pretendeu, através de imagens meus e de pessoas que inclusive declaram ser do PT, foi pintar uma frase dentro de uma conferência de duas horas. Quem me conhece e conhece a minha atuação como governador, sabe que fui um homem que mais combateu a criminalidade. Aquilo que eu penso, todo mundo sabe por minha atuação no governo. Eu dei segurança à população de São Paulo e a população de Porto Alegre pode ter certeza que vai ter segurança também, se eu for presidente.

ZH — Que tipo de medida o senhor tomou na área de segurança?

Mahf — Aplicar os direitos humanos não para os bandidos, mas para o trabalhador, para a dona-de-casa, para o jovem. Estes é que vão ter os direitos humanos. Para mim, bandido é bandido e trabalhador é trabalhador. Eu vou defender o trabalhador. Nos bandidos, vou aplicar a laborterapia. Grandes institutos périplos agrícolas onde o preso, em vez de ter uma vida vegetativa ou de lutar, vai trabalhar.

ZH — A receita apresentada ali aqui pelo senhor para combater a dívida externa é muito simples. Basicamente, promete “enfocar sua barba de Ilheus” no bolso dos países trocadores, apostando em

levar vantagem graças a seu talento de negociante. Isto será suficiente? A dívida pode ser comparada a uma operação tão simples como a compra em uma loja de mindezas? Neste caso, porque o presidente Sarney não resolveu? Ele não é um bom negociante?

Mahf — Só não resolveu por total incompetência, para não usar um termo mais vulgar, que é burrice. Todo comerciante gúcho sabe que quando ele vai à concordata, os títulos de sua dívida valem 60%. E a legislação permite que ele pague atrás. O Brasil é o único país que foi à concordata, que é o que significa a moratória, e desmoralizou sua imagem lá fora sem tomar uma vantagem explícita como fizeram o México, a Bolívia, as Filipinas. Por uma burrice das nossas autoridades monetárias, o Brasil está pagando a dívida e os juros pelo valor total e não pelo valor secundário, que é o valor do título desvalorizado.

Então quem está lucrando com a dívida brasileira? Os grandes banqueiros, que compraram os títulos dos pequenos pela metade do preço ou até com deságio de 60% e que agora estão querendo receber do governo brasileiro 100%.

Os que compraram por 40 querem receber por 100. Foi uma negociação que mostra de maneira cruel a falta de inteligência das nossas autoridades monetárias. Alá, já expressa pelo fato do Brasil ter batido um recorde mundial, tendo em quatro anos quatro ministros da Fazenda e seis presidentes do Banco Central.

□ “Vou defender o trabalhador. Nos bandidos aplico laborterapia”

Não é que seja uma solução simples. Ela pode ser compreendida por qualquer empresário. O que me espanta é que uma solução tão simples não tenha sido adotada pelo governo brasileiro por falta de coragem.

ZH — O combate à corrupção se transformou em um dos carros-chefes de sua campanha, até mesmo com a promessa de prender algumas centenas de corruptos no início de seu governo. Entretanto, o senhor faz parte do PDS, partido de que saíram outros governos denunciados por corrupção. O

senhor mesmo foi alvo de várias denúncias deste tipo. A corrupção começou só com o Governo Sarney ou já existia nos governos anteriores?

Mahf — Existiu em todos os governos da República, mas nunca houve tanta impunidade. O que estimula a corrup-

ção é a falta de medo que existe no corrupto, gerada pela impunidade. No momento que você punir, de maneira muito severa, vai desestimular os corruptos em potencial a cometer novos atos ilícitos.

SEQUE ▶



Posição: “Bandido não tem direitos humanos”

SÓ HOJE e AMANHÃ

HM

Av. Alberto Bins, 600
(Esq. Cel. Vicente)

MICRO SYSTEM SHARP Mod. GF/A1.
AM/FM/SW1/SW2, caixas destacáveis.

De 1.150, Por 969, à vista
1 unidade por cliente, enquanto durar o estoque.

HOJE:
Das 8:30 às 12:30 h
AMANHÃ: (sábado)
Das 8:30 às 12:30 h

FIQUE DE OLHO!

DE DOMINGO A SEXTA-FEIRA,

SEMPRE NESTA PÁGINA 13,

NOVAS OFERTAS HM.

Conheça todos os dias na “Zero Hora”, pág. 13, a OFERTA HM.

25 SE NOSSO ESTACIONAMENTO DA CEL. 8909781

“Não ataco os outros, pois sou mais competente”

ZH — O regime militar está sendo muito beneficiado nesta campanha e responsabilizando por parte dos problemas enfrentados pelo País. Como partido de sustentação deste regime, o PDS terá que dar explicações. Como candidato do PDS, pretende defender os governos militares ou realmente acha que eles são culpados pelos problemas nacionais?

Mahf — A história do Brasil mostra que esta colocação não se justifica. Foram aqueles do PDS que eram oportunistas, vigaristas, fisiológicos, foram para outros partidos. E o Paulo Mahf foi o único homem do Brasil que questionou o regime militar, quando se elegeu governador contra a vontade do presidente Ernesto Geisel e contra o presidente Figueiredo, enfrentando Lando Netai que era o candidato do sistema. Tive minha vida devastada, fui perseguido e só não fui cassado porque minha ficha era de um homem limpo. Posteriormente, postulei o direito de concorrer à Presidência pelo PDS, também contra o candidato do sistema, que era o ministro Mário Andrezza. E aí, quando o Paulo Mahf venceu a convenção contra o sistema, houve um encontro, publicado pela revista Veja, entre o doutor Tancredo e o ministro do Exército, Walter Pires, onde se negociou a Embaixada de Portugal em troca do apoio militar.

□ “Decisão sobre pena de morte é por plebiscito. Sou um democrata”

ZH — Com isto, o senhor quer dizer que fez sua carreira política fora do sistema militar?

Mahf — Contra o sistema. Dentro do PDS, mas contra o sistema.

ZH — O senhor vem prometendo zerar a inflação após dois anos de governo. Qual a receita para isto?

Mahf — Primeiro temos que conter o déficit público do orçamento fiscal, que tem como principais fontes de recursos o Imposto de Renda e o IPI. Em segundo lugar, tem que conter o déficit do orçamento monetário, que não pode continuar a ser

financiado com taxas de over como a que temos hoje. Estamos em um borrego na montanha, o combustível está se esgotando e os passageiros, que são os povos do Governo, continuam tendo um bom níqueo escofo. Vá lá.

□ “Boney não resultará por incompetência. Para não dar burrice”

Em tempo lugar, você precisa equilibrar o orçamento das estatais, que não podem continuar gastando mais do que o seu acionista tem condições de dissociar. Quarto, você tem que equilibrar o orçamento previdenciário. Tem uma previdência social equilibrada, pagando corretamente as aposentadorias e os benefícios sociais, não tem nem combate à inflação nem justiça social. Então, tem que equilibrar estes orçamentos, diminuir as despesas supérfluas, acabar com as mordomias, demitir funcionários fantasmas. Temos que estabelecer a moralidade pública. Assim, em 24 meses poderemos levar a inflação a um patamar razoável dentro da América Latina, que é em torno de 20% ao ano. Só daremos cheque no Governo.

ZH — Uma das questões mais discutidas atualmente é o tamanho do Estado. Que setores o senhor acha que devem continuar sob controle do Governo e quais devem passar para a iniciativa privada?

Mahf — Vou responder de maneira indireta. O Governo tem que fazer educação e faz muito mal. Tem que fazer saúde pública e faz muito mal. Tem que fazer transporte e faz muito mal. Se o Governo faz mal aquilo que lhe compete, porque vai se aventurar a substituir a iniciativa privada naquilo que não lhe compete? Este é um problema, em primeiro lugar, filosófico. Mas muitas vezes os jornalistas me perguntam se eu vou vender a Petrobrás. Ninguém disse isto, só porque a Constituição impede. Ou se vou vender o Banco do Brasil que é o maior banco agrícola



Para a maioria: “quem dirige um país deve deixar suor, lágrimas e sangue”

do mundo. O que nós queremos é modificar esta mentalidade de que uma fábrica de papel tem que ser feita pelo Governo ou que hotéis têm que ser feitos pelo Governo. Isto é função da livre empresa.

□ “Punição severa vai desestimar os corruptos a novos atos ilícitos”

ZH — Ao contrário de outros candidatos, o senhor não tem atacado Collor de Mello, preferindo lembrar o candidato do PRN como seu chefe eleitoral e amigo. O senhor pretende manter esta política de boa vizinhança até o final da campanha ou pode partir para o ataque?

Mahf — Não vou atacar ninguém. Nem Fernando Collor nem nenhum outro candidato. Porque eu tenho competência para mostrar aos eleitores que a eleição não é um concurso de beleza, elegância ou penteados. Eleição é um concurso de competência. Se nos meus dez minutos na televisão eu posso mostrar que tenho condições de ser o presidente que o Brasil precisa, porque razões

iria perder meu tempo procurando defeitos nos outros candidatos? Isto é obrigação da imprensa descobrir. Eu vou fazer o papel de estadista e não de xerife. Não vou, em hipótese nenhuma, criticar os outros.

ZH — O senhor confia muito no resultado de São Paulo para vencer a eleição presidencial. Não teme que o eleitorado paulista se divida entre muitos candidatos identificados com o Estado?

Mahf — Pelo contrário. As pesquisas da Rádio Jovem-Pan já nos dão o primeiro lugar na cidade de São Paulo e acontece o mesmo com todas as pesquisas representativas do Interior. Devemos sair de São Paulo pelo menos com 5 milhões de votos. Nosso voto não é emocional nem regional. Nosso voto é o da competência. Estive em Ribeirão Preto poucos dias atrás e fui recebido por representantes de 89 cidades, em uma reunião de milhares de pessoas que pediam de maneira visivelmente histórica a solução dos problemas do País e vinam em Paulo Mahf o único capaz de fazer isto. Minha base em São Paulo vai garantir a vitória.

ZH — Qual a sua visão em relação à integração comercial da América Latina e o papel que o Rio Grande do Sul deve representar neste processo?

Mahf — O Rio Grande do Sul será muito beneficiado por esta integração, porque será a porta de entrada e a porta de saída dos produtos comercializados. Os acordos mais importantes são com os países do Cone Sul, aqueles que têm mais a nos oferecer.

□ “Quem vende no Paraguai não é contrabandista. Quem rouba é o Governo”

ZH — Os políticos temem que o Estado se torne apenas um corredor de passagem entre São Paulo e Buenos Aires.

Mahf — Mas o que tem pensando o Rio Grande do Sul não são os acordos de comércio exterior. São os governos brasileiros. A seja está muito valorizada hoje no Paraguai que no Rio Grande do Sul. E quem vende no Paraguai não é contrabandista, quem que contrabandista é o governo que rouba dos agricultores gúichos com o confisco cambial. Eu durio e elabio livre. O Rio Grande do Sul tem todas as condições de ser favorecido por esta integração.

8909781

PLÁSTICOS IMUNIZADOS

É na Divisão de Metais de:



**FERPAMENTAS
GERAIS**

EL DIA

11/10/89

FPA (PP. PP)

Violencia política en Brasil ante los comicios

RIO DE JANEIRO. (DPA). — La violencia en el área de la "Baixada Fluminense", región cercana a Rio de Janeiro formada por los municipios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti y Nilópolis, en donde se registraron 750 homicidios entre enero y junio, parece haber llegado a la clase política: en una sola semana, un concejal fue asesinado, uno está desaparecido y otro fue amenazado de muerte.

El presidente de la cámara municipal de Nova Iguaçu, Luis Resende Novais, del Socialista Partido Democrático Laborista (PDT), desapareció misteriosamente en la madrugada del domingo pasado, seis días después que uno de sus

correligionarios, el concejal Luis Paulo Duarte Ribeiro, del vecino municipio de Nilópolis, fue asesinado de 12 balazos, por razones todavía desconocidas.

El líder del PDT en la Cámara Federal, Vivaldo Barbosa, demandó al alcalde Nova Iguaçu que investigue la posible conexión política entre los dos casos, recordando que otro representante del PDT, el concejal Genezi Pereira Torres, de São João de Meriti, ha sido amenazado de muerte.

Barbosa opinó que la ola de violencia contra representantes del PDT en la Baixada Fluminense — un reducto electoral del partido — podría estar relacionada con la campaña electoral para los comi-

cios presidenciales del 15 de noviembre. El candidato del PDT, Leonel Brizola, ocupa el segundo lugar en las preferencias de los electores.

La policía de Nova Iguaçu y de Nilópolis, sin embargo, descarta la hipótesis de atentado político contra Novais y Duarte.

"Escuadrones"

Las autoridades creen que los dos concejales han sido víctimas de la violencia de la "Baixada Fluminense", donde en el primer semestre de este año murieron asesinadas 750 personas, de las cuales por lo menos 183 eran menores de 18 años de edad.

Lula diz que terra será apenas para os pequenos proprietários

GARANHUNS, PE — O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, prometeu transformar o Brasil em um país de pequenos e médios proprietários de terra. Falando a cerca de 15 mil pessoas que se congregaram na Praça de Santo Antônio, no centro de Garanhuns, a 230 quilômetros de Recife, já nas primeiras horas de ontem, Lula disse ter certeza de que ganharia a eleição e apelou a pequenos agricultores, "não nos moldeis que se pretendem ficar até agora". Disse ainda que um dos maiores medos que os pequenos têm de sua chegada ao Palácio do Planalto é a reforma agrária radical que ele fará no campo.

"Não vou mexer nas terras dos pequenos ou dos médios produtores, mas vou dividir as grandes propriedades, transformando-as em pequenas e médias propriedades produtivas", afirmou.

Para Garanhuns, Lula levou uma comitiva onde, das poucas associações, só sobrou a família de São Paulo, Luiz Brumado. Estiveram também presentes do PT, deputado Luiz Guedes, do PC do B, João Amador, e do PFL, senador João Vitorino, além de políticos do PMDB que apóiam sua candidatura, como o deputado pernambucano Manoel de Aguiar. Lula e Guedes não tinham o horário só terminou as primeiras horas de

ontem e, apesar do frio, o público acompanhou os discursos até o final, cantando músicas da campanha e gritando palavras de ordem.

Mais de 40 ônibus levaram militantes de municípios vizinhos até Garanhuns. De Recife, 18 ônibus foram colocados pela direção regional do PT à disposição dos militantes, que pagaram NCz\$ 25,00 pela passagem de ida e volta. Segundo o presidente do PT de Garanhuns, Eraldo Ferreira, primo de Lula, o deslocamento de pessoas em ônibus fretados não pode ser confundido com os capangas utilizados por outros partidos. "Cada militante pagou sua passagem e veio para cá às suas custas. Ai está a diferença", explicou o dirigente petista.

Ministério — Outro ponto abordado por Lula em seu discurso de 25 minutos foi a educação, que, segundo ele, será democratizada, "contemplando tanto o filho da empregada doméstica quanto os de um colégio de universidade". Prometeu ensino público e gratuito em todos os níveis e foi aplaudido entusiasticamente pelo público, onde era grande a presença de representantes do movimento estudantil. Antes de Lula, discursou o educador Paulo Freire, que defendeu reformas profundas no sistema educacional. Freire foi interrompido vi-

rias vezes pelos militantes petistas que gritavam "ministro, ministro".

"Não me considero ministro. Mas, se Lula cair na história de um vilão, podem ficar certos de que não terei o cargo, afirmou Freire, provocando o delírio da plateia.

Além da apresentação de músicas locais e do canto e composição de Fátima e da moçama Flávia, 22 anos, que tocou no violão a música da campanha petista, o evento foi marcado pelo clima de animação continuado pela presença inesperada por Lula nas últimas pesquisas. "Agora é que a realidade está mudando a qualquer", exclamava o deputado Haroldo Lima (PC do B/PA). Lula preferiu não atribuir as pesquisas o fator que levou ao sucesso da militância. "Vou pagar a dívida não não por causa disso, mas porque sinto a necessidade de fazer isso", afirmou. "A realidade é que não vou ser comparado a ninguém mais".

O cenário de Garanhuns, um povoado rural de 15 mil habitantes, foi escolhido por Lula para mostrar que ele não veio apenas para ganhar votos, mas para trabalhar pela transformação social. Lula chegou ao município de Garanhuns, onde se encontra o maior núcleo de apoio do PT no Estado de Pernambuco, para fazer um discurso de despedida antes de ir para Recife.

do Brasil 15/10/84

do Brasil 15/10/84

F. P. de
C. P.

COLLOR E BRIZOLA CAEM. AFIF E LULA CRESCEM

**CONSÓRCIO
PANAMBRA
A APLICAÇÃO
MÍNIMA
QUE RENDE
O MÁXIMO.**

Consórcio Panambra

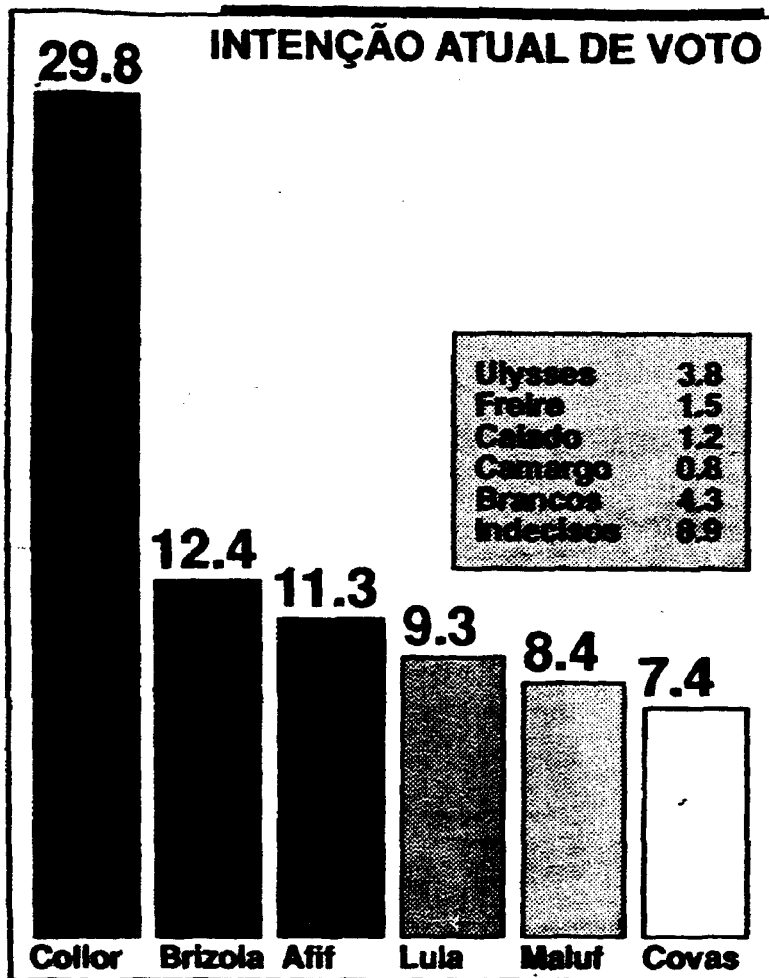
□ Candidato do PRN, com 29,8%, mantém folga sobre Brizola que caiu para 12,4%. Afif subiu e está com 11,3%. Lula cresce e chega aos 9,3%

Fernando Collor de Mello, do PRN, continua liderando a disputa pela Presidência da República, segundo a última pesquisa do Instituto Gallup de Opinião Pública, realizada entre os dias 4 e 10 de outubro. Mesmo perdendo um ponto em relação à pesquisa anterior, Collor ficou com 29,8% e manteve a sua vantagem sobre Leonel Brizola (PDT), que também caiu e agora tem 12,4%.

Com isto, aumentou a briga pelo segundo lugar, já que Afif Domingos (PL) subiu para 11,3%. Outro que se aproximou de Brizola foi Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, com 9,3%.

Paulo Maluf (PDS) está na quinta colocação com 8,4%, seguido por Mário Covas (PSDB) com 7,4%. Mais atrás está Ulysses Guimarães (PMDB), que permaneceu estável, com 3,8% das intenções de voto. Roberto Freire (PCB) perdeu espaço desde a última pesquisa e agora está com 1,5%. Mesmo assim, se mantém à frente de Ronaldo Caiado (PSD) que tem 1,2% e Aureliano Chaves (PFL) que ficou com 0,8%, empacando com Affonso Camargo, do PTB. Segundo o Gallup, 4,3% dos eleitores estão dispostos a votar em branco no primeiro turno e 8,9% não sabem em quem votar se a eleição fosse hoje.

Collor de Mello teve um resultado diferente nesta pesquisa do que nas anteriores, quando sua queda variava de três a quatro pontos. Ele continuou a perder espaços nas regiões Sul e Sudeste, mas se recuperou nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, onde estão seus maiores redutos eleitorais. Nas pesquisas do Gallup, é a primeira vez, desde o início de setembro, que Collor conseguiu estabilizar seus índices.



Collor de Mello



Leonel Brizola



Afif Domingos



Luis Inácio Lula da Silva

CRESCIMENTO — A última pesquisa Gallup aponta um acirramento na luta pelo segundo lugar. Pela segunda vez consecutiva Brizola perdeu espaço, permitindo a aproximação de alguns adversários. Na pesquisa realizada entre 19 e 25 de setembro, o candidato do PDT tinha 15,2%.

Depois desceu para 13,3% e agora está com 12,4%. Uma pequena queda, mas que o deixou perto de Afif, que cresceu muito desde o início de setembro. O candidato do PL saltou, em pouco mais de um mês, de 4,8% para 11,3%, passando a disputar o segundo lugar. Mas sua evolução em relação à última pesquisa foi menor: 0,9%.

Quem mais cresceu em relação à pesquisa anterior foi Lula. Ele subiu de 7,5% para 9,3%, ultrapassando Paulo Maluf e chegando mais perto de Afif e Brizola.

Mesmo assim, segundo o Gallup, tanto Maluf quanto Mário Covas ainda estão na luta para chegar ao segundo turno. O candidato

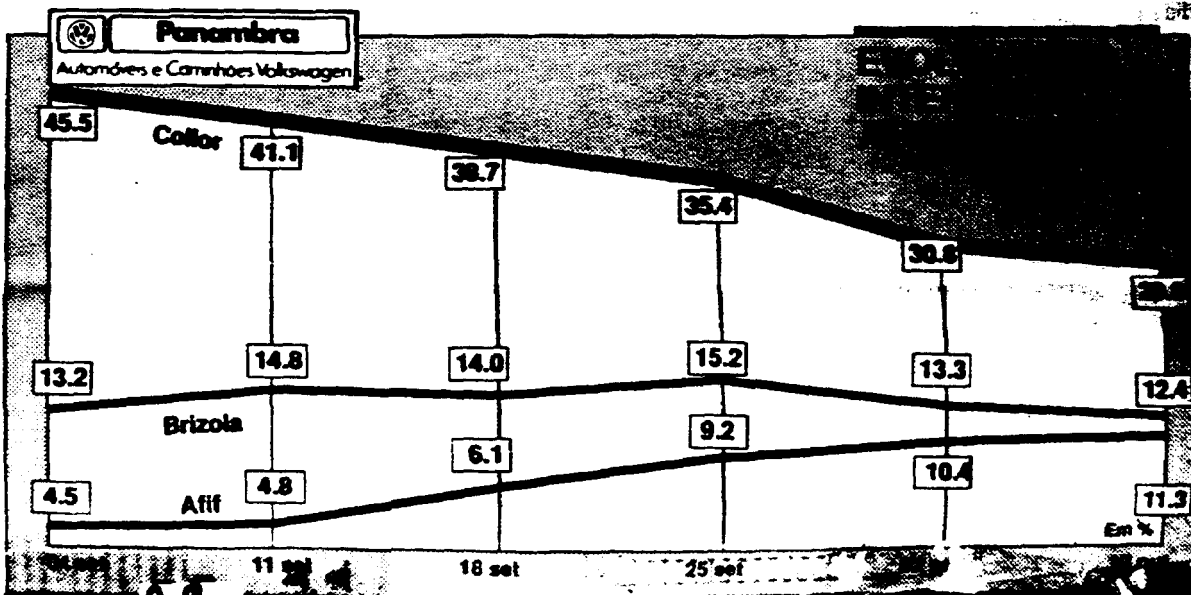
do PDS ganhou três pontos em um mês, crescendo praticamente no mesmo ritmo que Covas.

Ulysses Guimarães havia mostrado uma pequena recuperação na pesquisa anterior, mas desta vez não conseguiu avançar, permanecendo com 3,8%. Ele não logrou alcançar os candidatos que estavam à sua frente, mas se distanciou um pouco mais de Ro-

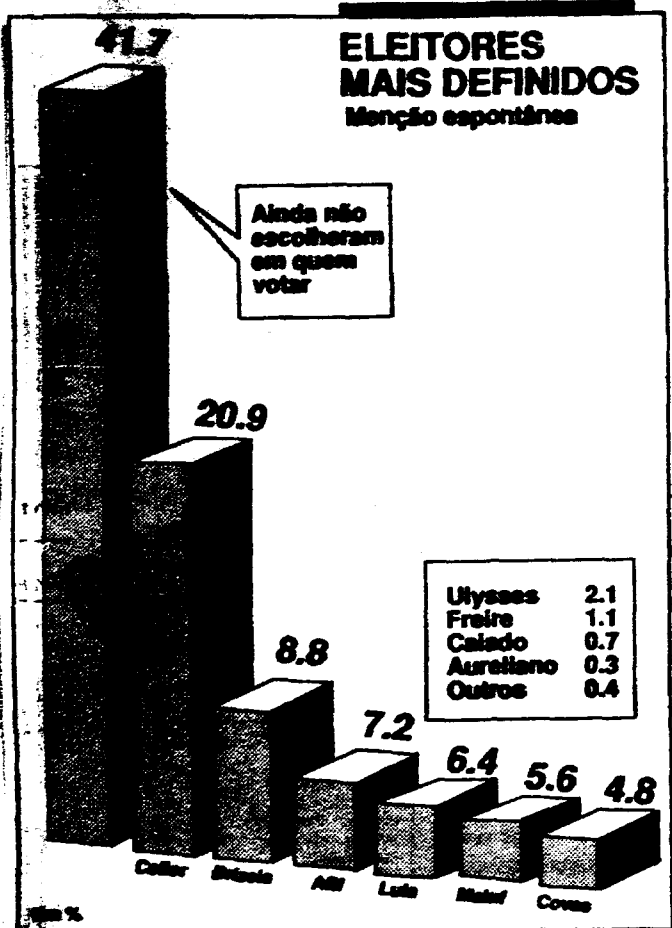
berto Freire, que caiu, e de Caiado, Auréliano e Camargo, que permaneceram estancados.

METODOLOGIA — A metodologia empregada pelo Instituto Gallup nesta sua nova pesquisa, considerou como universo a ser pesquisado o conjunto do eleitorado brasileiro já cadastrado (16 anos ou mais) residente em áreas urba-

nas com mais de mil habitantes. Os dados foram obtidos através de 3.853 entrevistas pessoais e domiciliares realizadas em 208 cidades distribuídas por 116 microrregiões homogêneas que compõem os 23 estados brasileiros, com eleitores de ambos os sexos, de todas as faixas etárias e condições e diferentes grupos de idade.



8909781



Mais de 41% dos eleitores ainda estão indefinidos

A apenas 30 dias da eleição, ainda é grande o número de eleitores que não definiram seu candidato ou que admitem mudar de posição até 15 de novembro. Esta é a principal conclusão da pesquisa de "menção espontânea" realizada pelo Gallup, na qual o entrevistado diz se já tem candidato sem ver o cartão com os nomes dos presidentes. Nesta questão, 41,7% dos eleitores responderam que "ainda não resolveram em quem votar".

Entre os eleitores mais definidos, não chegam a haver surpresas e se mantêm a maioria das tendências do eleitorado geral. Collor de Mello é o líder com 20,9% de votos definidos, embora venha enfrentando uma lenta queda que já lhe custou 11 pontos. Ele continua distante dos outros candidatos e a briga maior é pelo segundo lugar, onde cinco candidatos estão separados por apenas quatro pontos per-

centuais. Leonel Brizola caiu nas duas últimas pesquisas, permitindo a aproximação dos adversários. Na pesquisa realizada entre 19 e 25 de setembro, ele tinha 11,1% contra 5,2% de Afif Domingos, que vinha em segundo lugar. Agora Brizola tem 8,8% e o candidato do PL vem logo atrás, com 7,2%. Muito próximo deles está Lula, com 6,4%. Neste mesmo grupo aparecem ainda Paulo Maruf, com 5,6%, e Mário Covas, com 4,8%.

Afif, Lula, Maruf e Covas têm crescido nas últimas pesquisas, enquanto Collor e Brizola perderam pontos. Os quatro têm-se mantido próximos desde o início de setembro e agora conseguiram aproximar-se de Brizola. Ulysses Guimarães vem depois, com 2,1%, seguido por Roberto Freire, com 1,1%, Ronaldo Caiado, com 0,7% e Aureliano Chaves, que tem 0,3%.

SEQUE ►

**GRATUITO
DEVE SER O ENSINO,
NÃO O TRABALHO
DOS
PROFESSORES.**

Os Professores recebem um salário de fome. Alguns não pagam para trabalhar. Mas isso não basta. Fernando Collor defende a educação, publicamente, o compromisso de que seu Governo vai cumprir substancialmente as metas destinadas à Educação. Isso vai permitir que o Professor e o pai de família ensinem melhor os filhos. Isso vai permitir que os pais possam fazer melhor o trabalho. Isso vai permitir que o Governo construa mais escolas, cumprindo um dos seus deveres básicos: dar ensino gratuito a todas as crianças. Porque Fernando Collor de Mello sabe que a construção de um Brasil novo começa por um novo modelo de Educação.

15 de outubro, Dia do Professor

Homenagem do

MOVIMENTO
Brasil Novo
PEU-PT-PPC-PV



1942

A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA SURTIA COMO NECESSIDADE FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR FABRIL BRASILEIRO.

OS DESAFIOS ERAM MUITOS, MAS NÃO IMPOSSÍVEIS.

EM JANEIRO DAQUELE ANO, NASCIA UM SERVIÇO CRIADO PELOS EMPRESÁRIOS, VEM DO ATENDER ÀS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES.

O RIO GRANDE DO SUL ASSISTIA E PARTICIPAVA DE TODOS ESTES ACONTECIMENTOS COM GRANDE INTERESSE E JÁ NO DIA 15 DE OUTUBRO ERA IMPLANTADO O SENAI EM NOSSO ESTADO.

1989

O ESTÁGIO ATUAL DA INDÚSTRIA RIO-GRANDENSE FOI VIABILIZADO POR UM SÉRIO INVESTIMENTO E ESFORÇO DA INICIATIVA PRIVADA NO APRIMORAMENTO DE SUA MÃO-DE-OBRA.

NESTES 47 ANOS DE TRABALHO, O SENAI DO RIO GRANDE DO SUL CONTRIBUÍU PARA O SUCESSO DO PRODUTO GAÚCHO NO MERCADO NACIONAL E NO EXTERIOR.

AGORA, O SENAI SE PREPARA-SE PARA A DÉCADA DE 90, COM A MESMA DEDICAÇÃO, MAS COM UM NOVO PROJETO.

8909781

GALLUP/IN

Regiões mostram suas diferenças

O quadro continua muito diferenciado nas várias regiões do País. Com os índices inflando no desempenho dos principais candidatos ao Planalto

Com uma recuperação nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, Collor de Mello (PRN) consegue compor a tendência de queda apontada nas regiões Sul e Sudeste. O quadro da eleição continua muito diferenciado em cada região do País, com as preferências regionais sendo decisivas na formação dos

índices nacionais de cada candidato. Leonel Brizola (PDT) recuperou-se na Região Sul, onde está sua mais forte base eleitoral.

Na Região Sul, o candidato do PDT continua sendo o líder, com 32,9% dos votos, mas o candidato que mais cresce é Afif Domingos (PL). Em menos de um mês ele saltou de 7% para 17,9% e já é o segundo colocado, superando Collor que vem perdendo muito espaço na região. No início de setembro, o candidato do PRN tinha 40,8% das preferências dos eleitores gaúchos, catarinenses e paranaenses. Agora seu percentual está em 17,1%.

Mas Collor de Mello recuperou alguns pontos no Nordeste. Ele havia caído 11 pontos na região em apenas um mês, mas nesta pesquisa passou de 41,6% para 43,3%. O segundo lugar fica para Lula (Frente Brasil Popular), que passou de 7,6% para 10,2%, e o terceiro para Afif Domingos, que permaneceu estacionado com 6,5%. Brizola foi quem mais caiu nos votos dos nordestinos, decendo de 9,3% para 6,1% e caindo da segunda para a quarta colocação. Ainda está ameaçado por Ulysses Guimarães (PMDB), que tem 5,6%, e Mário Covas (PSDB), com 4,9%.

O Gallup agrupa as regiões Norte e Centro-Oeste em um único índice. Collor lidera nestas regiões. Ele subiu de 41,5% para 43,5%, interrompendo a queda que o tinha feito perder 16 pontos em um mês. Afif é o segundo com 11,2%, seguido por Lula com 8,8%.

SUDESTE — Na Região Sudeste, estão os três maiores colégios eleitorais do País, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesta região decisiva está o quadro mais equilibrado. Collor lidera com 23,1%, mas perdeu 16 pontos desde o início de setembro. A disputa pela segunda posição envolve nada menos que cinco candidatos. Paulo Maluf tem 13,6%, Afif Domingos fica com 11,7% e Lula e Brizola empatam

com 11%. Covas vem logo depois, com 10,7%.

Em São Paulo a liderança é de Maluf. Ele chegou a 24,4%, ganhando oito pontos em um mês e superando Collor. O candidato do PRN vem caindo no maior estado brasileiro desde o início de setembro. Na pesquisa realizada entre 29 de agosto e 4 de setembro ele chegou a ter 42,9% dos votos paulistas. Agora tem 21,1%. O terceiro colocado em São Paulo é Covas com 16,3%, seguido por Lula com 10,8% e Afif Domingos com 9,4%. Brizola não consegue crescer entre os paulistas e está com apenas 2,1% das preferências do estado.

O quadro é bem mais favorável para o candidato do PDT no Rio de Janeiro, onde ele tem 40,1% e lidera com folga. Brizola ganhou dois pontos no Rio desde a última pesquisa, parando a queda que havia sofrido nas últimas duas semanas no estado. Collor vem em segundo, mas tem apenas 16,2%. Pelo terceiro lugar a disputa é entre Afif com 10,7% e Lula com 10,6%.

Na soma dos eleitores de Minas Gerais e Espírito Santo, Collor lidera com 31,6%, das preferências. Seu melhor desempenho na região foi em agosto, quando ele chegou a ter 54,9% das preferências. Afif é o segundo com 16,3% e Lula o terceiro com 11,5%.

Classes sociais indicam o perfil dos eleitores

Enquanto Afif Domingos se consolida como candidato preferido pelos eleitores economicamente situados na Classe A, Collor de Mello continua a ser o mais votado nas classes D e E. Estas são algumas das informações sobre o perfil dos eleitores de cada candidato, levantadas pelo Gallup. A pesquisa mostrou ainda que estão acontecendo alterações de posicionamento entre os eleitores de todas as faixas econômicas.

Na Classe A, Afif atingiu 29,3% e se consolidou como o preferido dos eleitores melhor posicionados financeiramente. Collor, que era o líder nesta faixa até um mês atrás, hoje divide a segunda colocação com Mário Covas. Ele tem 14,6%, contra 14,5% de Covas. Maluf com 10% e Brizola com 8,2% vêm logo depois.

A disputa é bem maior na Classe B, onde Collor ganhou dois pontos e recuperou a posição que havia perdido para Afif na pesquisa anterior. Ele

passou para 20,5% contra 17,8% de seu adversário do PL que perdeu dois pontos. O terceiro colocado é Brizola, com 15%, seguido por Covas com 11,9%. Maluf tem 10% e Lula fica com 7,7%.

O líder na Classe C é Collor com 26,9%. Depois aparecem Afif, com 13,2%, e Brizola, com 11,7%. Maluf tem 9,8% e Lula fica com 9,2%. Nas Classes D e E, a vantagem é ainda maior para Collor que tem 37% contra 12,6% de Brizola e 10,7% de Lula que ganhou quatro pontos nesta faixa econômica desde a última pesquisa. Mesmo nestas faixas onde se concentram as maiores parcelas do seu eleitorado, Collor vem perdendo alguns pontos. Na Classe C ele chegou a ter 45,8% em agosto, cerca de 20 pontos a mais que seu índice atual. Nas Classes D e E ele perdeu 15 pontos desde o início de setembro.

REGIÃO SUL

Se a eleição fosse hoje votariam em:	26 set	04-10 set
	26 set	04 set
	%	%
Leonel Brizola	28,2	32,9
Afif Domingos	12,7	17,9
Fernando Collor	16,2	17,1
Paulo Maluf	5,7	5,5
Ulysses Guimarães	5,8	4,8
Mário Covas	4,8	4,4
Lula	4,4	2,9
Ronaldo Calado	1,9	1,8
Afonso Camargo	1,8	0,8
Aureliano Chaves	0,4	0,6
Roberto Freire	1,4	0,8
Outros	6,7	-
Em branco	3,4	3,8
Indecisos	9,1	6,3

REGIÃO NORDESTE

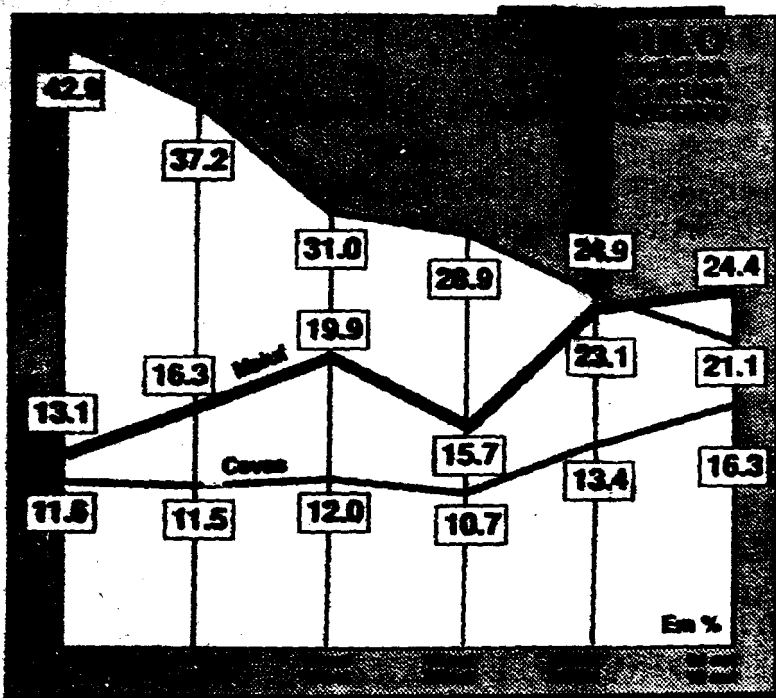
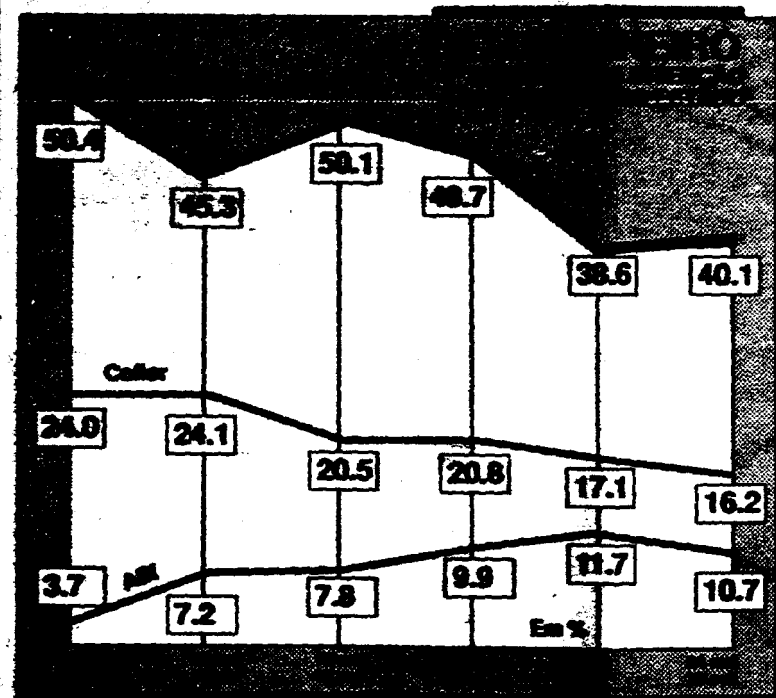
Se a eleição fosse hoje votariam em:	26 set	04-10 set
	26 set	04 set
	%	%
Fernando Collor	41,6	43,3
Lula	7,6	10,2
Afif Domingos	6,5	6,5
Leonel Brizola	9,3	6,1
Ulysses Guimarães	6,1	5,6
Mário Covas	5,8	4,9
Paulo Maluf	2,7	3,4
Roberto Freire	3,8	2,3
Aureliano Chaves	0,5	0,7
Ronaldo Calado	0,5	0,7
Afonso Camargo	0,4	0,6
Outros	8,3	8,3
Em branco	5,9	6,2
Indecisos	9,6	9,3

REGIÃO SUDESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	26 set	04-10 set
	26 set	04 set
	%	%
Fernando Collor	23,1	31,6
Paulo Maluf	13,6	13,6
Afif Domingos	11,7	11,7
Leonel Brizola	11,2	10,6
Lula	8,2	10,6
Mário Covas	6,5	10,7
Ulysses Guimarães	2,1	2,3
Roberto Freire	2,3	1,6
Aureliano Chaves	2,1	1,8
Afonso Camargo	0,4	1,8
Ronaldo Calado	1,8	0,6
Outros	6,3	6,3
Em branco	3,7	2,9
Indecisos	16,9	8,9

REGIÃO NORTE CENTRO-OESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	26 set	04-10 set
	26 set	04 set
	%	%
Fernando Collor	41,5	43,5
Afif Domingos	11,2	11,2
Lula	8,8	8,8
Ulysses Guimarães	2,4	4,1
Ronaldo Calado	1,1	1,9
Mário Covas	5,9	3,8
Paulo Maluf	5,2	3,8
Leonel Brizola	3,9	2,8
Roberto Freire	1,4	1,1
Afonso Camargo	0,4	0,4
Aureliano Chaves	-	-
Outros	1,4	-
Em branco	2,1	5,4
Indecisos	16,9	16,9



PT F. Pol. Aparece o efeito Lula

O candidato do PT cresce na campanha e empresários já começam a elogiar Leonel Brizola



Na reta final da campanha presidencial, a maioria dos partidos e dos candidatos já começa a se debruçar sobre um problema óbvio — o de que o sucessor do presidente José Sarney será escolhido pelo sistema de dois turnos. É verdade que há um primeiro turno, marcado para 15 de novembro, isto é, a pouco mais de um mês. A grande questão, no entanto, é saber quais serão os dois candidatos que passarão pelo teste de 15 de novembro para entrar na guerra decisiva, a do segundo turno, marcada para 17 de dezembro. Houve um momento na atual campanha em que se acreditava que Fernando Collor de Mello, do PRN, garantiria a maioria absoluta dos votos já nas eleições do dia 15. Também houve época em que se pensava que os adversários do segundo turno já estavam definidos — a disputa seria entre Collor e Leonel Brizola, do PDT.

Desde a semana passada, quando os números do Ibope apontaram que o deputado Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT, conseguira ficar no terceiro lugar, com 9 pontos e um crescimento de 50% em um mês, uma nova possibilidade passou a ser cogitada — a de que Lula seja um dos nomes na disputa do segundo turno. "Estou convencido de que vamos ganhar as eleições", anima-se o candidato do PT. Para os eleitores de Lula, seu crescimento nas pesquisas e o sucesso dos comícios e do programa do partido no horário político da TV são motivos de festa na atual fase da campanha. Para os adversários, no entanto, o fôlego da candidatura de Lula já causa preocupação.

"Se tivesse que optar entre Lula e Brizola, optaria por Brizola. Ele é menos ruim", afirma o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo. "Muitos dizem que o Brizola é um radical, mas não tivemos nenhum problema quando ele foi governador do Estado do Rio de Janeiro", diz Joaquim de Oliveira

Junior, presidente da Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro. "Já o Lula tem idéias contrárias aos nossos interesses e se estiver na Presidência, dificilmente voltará atrás, mesmo se for convencido de que está errado", acrescenta o empresário. Por enquanto, as chances de Lula chegar ao segundo turno são apenas uma possibilidade teórica — os 5 pontos percentuais que o separam de Brizola na última pesquisa do Ibope significam um contingente de mais de 4 milhões de eleitores. A verdade, porém, é que Lula tem conseguido animar os célebres militantes que o PT mantém espalhados por sindicatos e bairros populares de todo o país e tem uma candidatura que ganha terreno entre as parcelas mais pobres do eleitorado, que vão decidir as eleições.

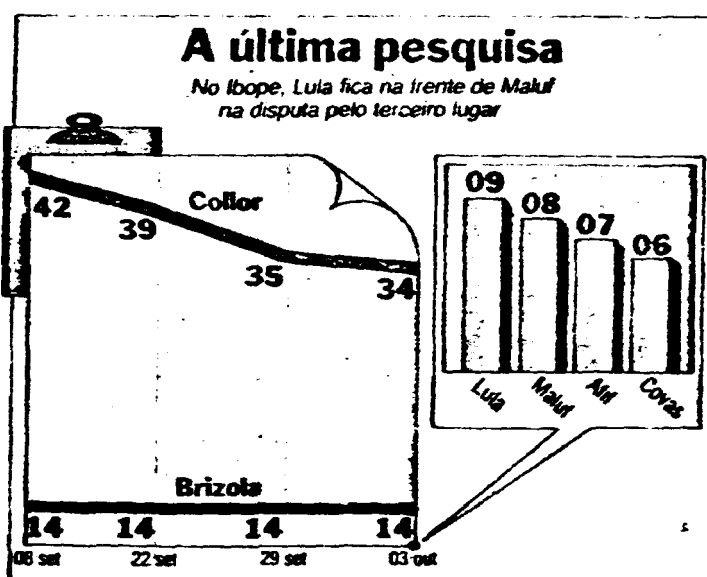
CERCO AO PMDB — Até agora, o crescimento de Lula tem freqüentado conversas que apontam numa direção clara — caso o candidato do PT mantenha o desempenho atual e seus concorrentes Maluf e Afif não melhorem de situação nas pesquisas, haverá um cerco elegante ao PMDB de Ulysses Guimarães. A idéia é arrastar o partido para Leonel Brizola, para trazer os votos de



Lula com Medeiros: briga pelo segundo lugar

que ele precisa para se distanciar de Lula. Na semana passada, já havia empresários tentando convencer governadores do PMDB a aderir a esse projeto.

Qual o destino dessa operação é uma questão aberta. O que se sabe, de qualquer maneira, é que Lula resolveu entrar na briga direta contra Brizola pelo segundo lugar — e tem dedicado seus últimos dias a caçar eleitores em tradicionais quintais do PDT. Na terça-feira da semana passada, Lula esteve no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cujo presidente, Luiz Antônio de Medeiros, chegou a ser cogitado para ocupar o posto de vice na chapa de Brizola — e hoje ensaia uma amizade colorida com o PRN de Collor de Mello. Na sexta-feira, Lula foi a Porto Alegre fazer um comício para 15 000 pessoas e, no fim de semana, iria buscar votos em tradicionais fortalezas de Brizola, como a favela do Jacarezinho e a Zona Oeste do Rio. Na fase atual da campanha, Lula pode se considerar pelos menos um candidato de sorte. Em seu programa político, ele denunciou que o governo preparava uma "mamata" na privatização da Mafersa, estatal que produz vagões de trem. Irritado, o presidente José Sarney chegou a planejar uma aparição na TV para se defender da acusação. Mais tarde, abandonou a idéia. Simultaneamente, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, admitiu, em Brasília, que as denúncias do PT, embora baseadas em dados errados, tinham fundamento. No fim da semana, o governo resolveu abrir inquérito sobre o caso Mafersa.



Setor precisa de novos recursos

□ **OLIVEIRA** — "No meu governo trabalharei para atingir a meta de construir 5 milhões de casas populares e atacar o problema da habitação das áreas onde estão os mangues e favelas, construção de moradias com recursos do FGTS e modernização do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)", afirma Ulysses Guimarães, candidato do PMDB a presidente da República.

O programa habitacional deve ser integrado, envolvendo a União, os estados, os municípios e os municípios, com incentivo à autoconstrução, isto é, feitas pelos próprios cidadãos, utilizando material financiado pelas prefeituras, segundo o candidato pemedebista.

□ **AFIF DOMINGOS** — A proposta do candidato do PL à Presidência, Afif Domingos, passa pelo incentivo às cooperativas. Por meio delas pode ser possível a coleta do pedágio de construção no condomínio, capitalização conjunta, contato direto entre construtor e adquirente, representação coletiva e atendimento aos códigos de obras a níveis locais e regionais.

Para Afif, a habitação tem um sentido eminentemente social e a solução definitiva do problema não é compatível com uma visão estritamente bancária, praticada por um sistema que ele considera estatizado, onde o governo eleva as taxas de juros.

Arquivo/21



Solubitação em debate

□ **LUISA** — O governo da Frente Brasil Popular investirá inicialmente na construção de conjuntos e casas populares e no saneamento básico, redistribuindo para esta finalidade os recursos do FGTS, na hipótese de aprovação da coligação do PFL, do B e PDS, Luiz Inácio Lula da Silva, ser eleito presidente da República.

Além de trabalhar em programas habitacionais, Lula quer atacar com firmeza a questão do uso do solo urbano, combatendo a especulação e a grilagem. O candidato promete que a classe média não será esquecida, sendo estimulada a construção de moradias também para esse setor. Com isso, a Frente Brasil espera melhorar significativamente a qualidade de vida urbana.

Os planos dos presidencialistas para a habitação popular



VALÉRIO BRITO

Arquivo/21

Visto como uma das problemas mais importantes para o brasileiro, a questão habitacional

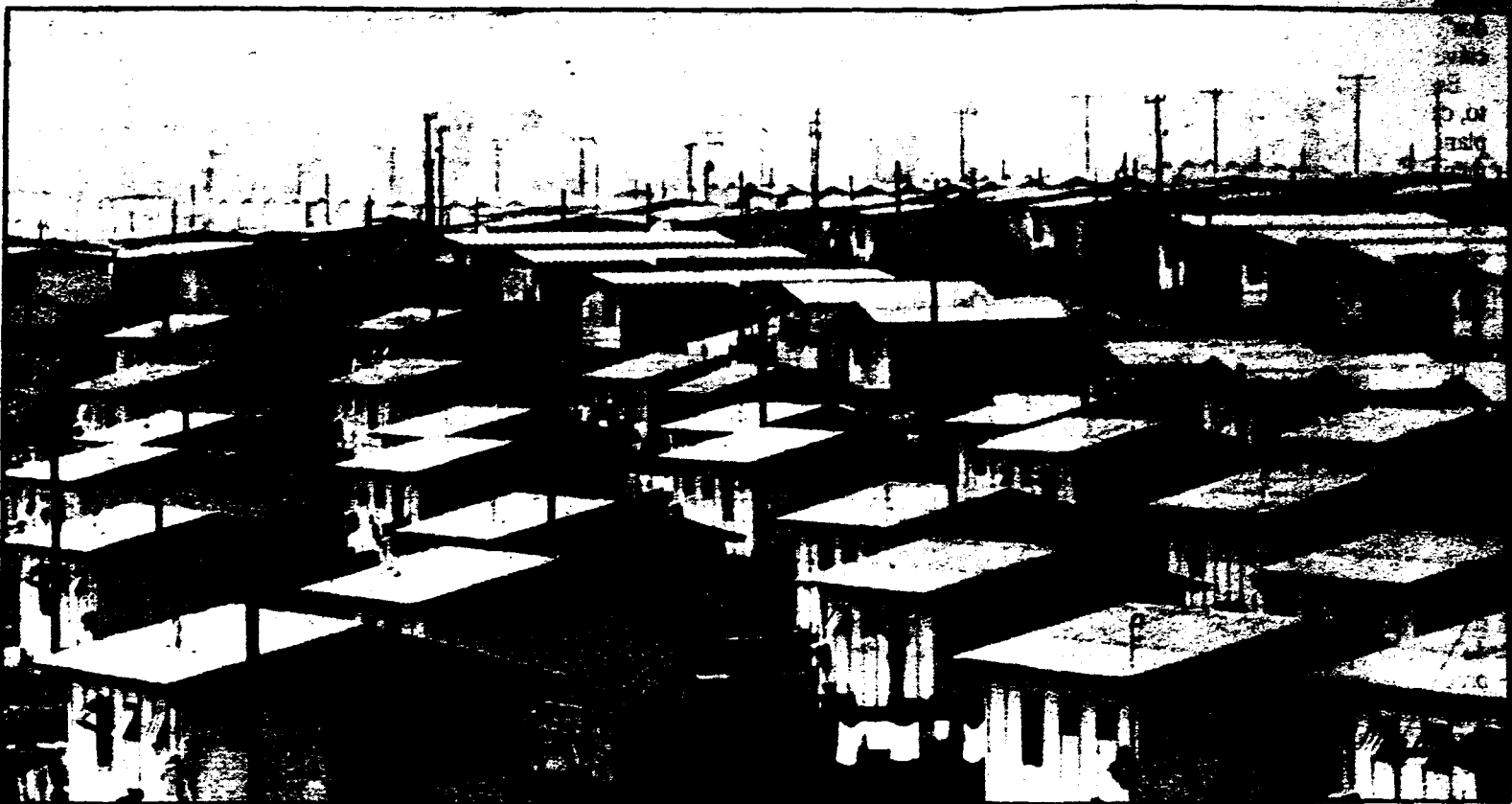
□ **Problema crucial para o brasileiro, a habitação é área na qual os candidatos têm vários planos e fazem promessas de diminuir o déficit de 10 milhões de moradias**

é a área em que os presidencialistas mais fazem promessas. Todos os candidatos revelaram ter planos para diminuir a angústia do brasileiro com a falta de moradias no País, cujo déficit, hoje, é

calculado em dez milhões de moradias (que alguns setores dizem variar entre 12 a 15 milhões).

A maioria dos candidatos à sucessão do presidente José Sarney, no entanto, refere-se basicamente à questão de moradias populares, esquecendo a crise que vive a classe média. O único candidato que deixou mais clara sua proposta para o setor de média renda foi o candidato da Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da

Silva, enquanto o governador do PDT, Leonel Brizola, foi mais sincero em não misturar as questões urbana e rural, duas realidades que exigem um tratamento diferenciado, para o futuro governo. Neste sentido, os candidatos explicitam suas ideias e a visão de cada um do sobre o problema de falta de moradia para a maioria do brasileiro.



Déficit: Brasil precisa de mais de 10 milhões de moradias

Bolsa de materiais, uma das propostas

□ **COLLOR** — O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, prega a definição de uma política de subsídios para a construção de moradias às camadas mais pobres da população. Já a demanda habitacional não popular, deve ser equacionada pelo mercado, diz o candidato, acrescentando que tudo passa pela recuperação do crescimento econômico, aumento de renda e emprego e pela estabilidade em geral.

No seu entendimento, o segmento popular deve ser de responsabilidade do governo, em ação articulada com os estados e municípios, enquanto o segmento de mercado ficaria sob a responsabilidade de todos os agentes, tendo por órgão normatizador e fiscalizador o Banco Central.

□ **MALUF** — Construir, no mínimo, um milhão de casas por ano é a meta do presidencialista do PDS, Paulo Maluf. Ele pretende

reabrir a carteira hipotecária da Caixa Econômica Federal e dos bancos oficiais para auxiliar o grande mutirão nacional, com juros muito baixos na construção de moradias destinadas às famílias de baixa renda.

Outra ideia de Maluf é criar a "carreta da construção", com materiais essenciais para a construção de casas. Segundo o candidato, em seu governo, nem um centavo do FGTS, PIS ou Pascep seria gasto, a não ser em construção de casas populares, da mesma forma que toda a burocracia, falta de imaginação e incompetência do setor seriam eliminados.

□ **CANABO** — A primeira meta do candidato do PSD à sucessão presidencial, Ronaldo Caiado, na área de moradia, é recriar o Banco Nacional de Habitação (BNH), alocando recursos federais para a construção de casas para as classes média e de baixa renda, incluindo estados e municípios.

Outro objetivo é restaurar o Recon (Refinanciamento de Materiais de Construção), adotando uma "cesta básica de materiais de construção". Além disso, Caiado quer implantar "operações interligadas". Ele ressalva, entretanto, que para reverter as condições vigentes no país é indispensável que seja retomado o processo de desenvolvimento, liberando, assim, o cidadão da tutela governamental.

□ **AURELIANO** — São necessárias duas políticas habitacionais distintas no país, uma para a população de baixa renda e outra para o restante da sociedade, na opinião do candidato do PFL a presidente da República, Aureliano Chaves. A política para a população de baixa renda seria subvencionada pelo Estado, com a participação direta das comunidades e beneficiários (mutirão com o governo dando acesso ao lote e infraestrutura).

O significado econômico pode sobrepôr-se ao social, elaborando a política habitacional para

as classes média e alta, citando Aureliano, esclarecendo que os recursos, nesse caso, seriam facilitados pelo governo através da abertura de linhas de crédito, não subsidiadas.

□ **MÁRIO COVAS** — O presidencialista Mário Covas, que concorre pelo PSDB à Presidência, acredita ser indispensável uma revisão profunda do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) para torná-lo um instrumento de justiça social. Recursos do SFH devem ser aplicados exclusivamente em programas para as camadas de baixa renda, segundo o PSDB.

Covas defende também a gestão descentralizada dos recursos destinados à habitação, reforçando o papel das prefeituras e adotando mecanismos mais ágeis e transparentes na concessão de financiamentos. O raciocínio do candidato é de que o déficit habitacional brasileiro é de tal monta que não pode ser resolvido na base central.

Visões diferentes para um mesmo problema

□ **BRASILIA** — O candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, pretende criar ao povo brasileiro cerca de 20 milhões de novas propriedades, envolvendo lotes e terrenos urbanos, mas também pequenos e médios imóveis rurais. "Seriam lotes para a moradia da massa assalariada e aposentada", esclarece o presidente.

Esse programa, entretanto, deve ser integrado a um plano educacional, à suplementação alimentar, à maternidade e à infância, além de milhares de centros de educação tipo CEPs, conforme a proposta socialista. Desta forma, Brizola espera aliviar o Poder Público em relação a algumas pressões que considera insuportáveis no momento, nos centros urbanos maiores.

□ **BRASILIA** — Uma nova política habitacional terá de levar-se às múltiplas formas de produção e acesso à moradia, enfatizando o direito do cidadão de optar por processos vários, desde a aquisição de material de construção até a construção. Esse é o pensamento do candidato do PCB a presidente da República, Roberto Freire.

A nova política deverá incluir financiamentos que tenham em vista, segundo Freire, não a propriedade em si, mas as condições dignas de moradia, incentivando, além da aquisição, o aluguel, o comodato, o *leasing* e o consórcio. Seu entendimento é de que, no segmento de baixa renda, não se admite a figura do incorporador imobiliário.

□ **AFONSO CAMARGO** — A principal arma a ser utilizada pelo candidato do PTB à sucessão do presidente José Sarney, Afonso Camargo, caso seja eleito, é o poder de mobilização em termos nacionais, estaduais e municipais, visando facilitar o acesso à moradia às camadas mais carentes da população. Para ele, a determinação das áreas deficientes deve ser feita pelas prefeituras, com o apoio e fiscalização de sindicatos em geral.

Ele defende a criação de um mercado secundário que acolha os investimentos em imóveis e possibilite a liquidez necessária. Já os programas para as camadas de baixa renda, conforme Camargo, devem ser incentivados com recursos orçamentários e aplicações do FGTS.

2º HOJA

08/10/89

Fogaça crê na vitória do centro-esquerda

Senador diz que povo procura alguém sem cumplicidade com o sistema. E acha que crise exige ação para retomar o equilíbrio

F.Bc (P.P.)

"Estamos diante de uma campanha desprovida de conteúdo ideológico, simplesmente porque a crise não é ideológica". A constatação é do senador José Fogaça (PMDB), para quem na verdade, a crise é de "competência e autoridade". Nesse contexto, ele acha que a população está procurando um candidato "que não tenha cumplicidade com o sistema, mas que não sente no poder para destruí-lo de vez".

O senador peemedebista vê uma crise econômica e social tão aguda e de consequências tão devastadoras que a grande questão política não é opor capitalismo e socialismo, ou suas variantes. "A questão política primária e simples está na necessidade de antes de questionar a natureza do sistema econômico, tratar de gerenciá-lo com eficiência". O rol de ameaças sociais oriundo da hiperinflação causa tal pânico que "a postura mais correta neste momento, mesmo para um socialista, não é a de pura e simplesmente combater o sistema, mas tratar de dar-lhe um mínimo de equilíbrio e funcionalidade".

SEM RADICALISMO — Para Fogaça, o quadro indica que a população deverá optar por uma candidatura de centro-esquerda, "capaz de assumir responsabilidades, encarar os problemas com a devida seriedade e produzir soluções equilibradas". A radicalização ideológica não está em pauta, e "não é por outra razão que Collor de Mello tenta travestir-se de um homem descomprometido com o sistema, tenta aparentar o que não é, ou seja, um membro da esquerda moderna. Da mesma forma, não é por outra razão que Afif Domingos, um homem de direita, tenta criar a imagem do líder popular, voltado para os trabalhadores e pequenos agricultores".

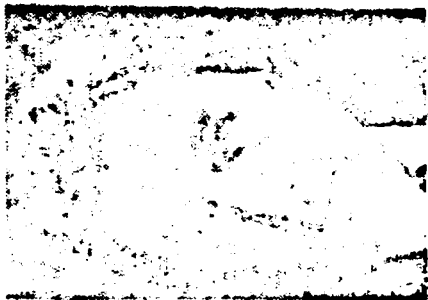
Na realidade, interpreta o senador, o radicalismo de esquerda ajuda a criar essas mistificações, pois "basta adotar o mesmo verbalismo aparentemente revolucionário e associar esta postura com a imagem de meninos bonitos, bem formados e bem comportados. Mas o Brasil não sairá da crise se se deixar levar por essas mistificações". A crise não é ideológica, acentua Fogaça, acrescentando que não se resolverá através de uma linguagem extremada e inconsequente. Será equacionada só com equilíbrio e competência, a "a autoridade de um grande estadista."

As semelhanças

BRASÍLIA — Collor e Afif são iguais na juventude e no passado malufista. Afif tem 46 anos e Collor acabou de completar 40. Afif ocupou a Secretaria de Agricultura de São Paulo, quando o governador era Paulo Maluf. Collor foi um dos parlamentares que votaram em Maluf no Colégio Eleitoral de 1985, contra Tancredino Neves.

Filhos de famílias ricas, eles entraram na política durante o regime militar, ocupando cargos biônicos. Afinal, Maluf foi um governador biônico, indicado pela Arena e, nesta condição, escolheu Afif para secretário. Pelas mãos de políticos de Alagoas, Collor chegou à Prefeitura de Maceió, quando ainda não havia eleições para prefeitos das capitais.

Ambos são ligados a empresários, que sustentam suas campanhas e orientam suas propostas de governo. Afif foi presidente da Associação Comercial de São Paulo e de lá herdou o discurso liberal, que martela em seus programas. O mesmo faz Collor, que tenta se apresentar como candidato sem vínculo com os políticos tradicionais. Os dois, entretanto, não detalham como vão exercer, no governo, este liberalismo. Afif se limita a mostrar um livreto com o programa do PL e Collor só divulgará suas metas de governo na próxima semana.



Afif Domingos

As diferenças



Collor de Mello

BRASÍLIA — Collor e Afif são essencialmente diferentes. Um bom termômetro é o tratamento dispensado ao presidente José Sarney, enquanto Collor não se cansa de criticar o governo federal, Afif poupa Sarney e restringe seus ataques ao gigantismo do Estado. Collor prega a moralização e denuncia a prática de corrupção.

A base de sustentação de Collor é o eleitorado das classes d e e. Afif fica com as intenções de votos das classes média e alta, que têm horror do candidato do PRN. O estilo comedido de Afif não agrada ao povo, que fica encantado com a agressividade e a desenvoltura de Collor de Mello. Enquanto a administração de Collor no governo de Alagoas é criticada por parte do eleitorado, Afif fica ileso, pois nunca exerceu esse tipo de cargo.

Embora defensores de propostas liberais, os candidatos se diferenciam pelo grau de definição ideológica. "Afif é um liberal privatista, o que nas condições do Brasil é uma posição extremada", define o cientista político Bolívar Lamounier, acrescentando que Collor não tem ainda uma ideologia tão nítida.

Isso pode ser evidenciado pela defesa intransigente que Afif faz dos interesses da iniciativa privada, enquanto Collor oscila entre a estatização e a privatização. O cientista político Alexandre Barros, concordando com Lamounier, vê em Collor a falta de uma definição ideológica, enquanto Afif já tem uma ideologia estruturada.

F. R. (P. R.)
50 ANOS DO BRASIL 07/10/89

Assessoria teme que Collor baixe de 30% *(Col U. Rei.)*

BRASÍLIA — Baixar dos 30% nas pesquisas de opinião. Este é o maior fantasma que ronda hoje os bastidores do comando de campanha do candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello. Seus principais assessores políticos temem que o candidato desça desse patamar e corra o risco de perder o apoio que conquistou no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, regiões que hoje garantem sua liderança nas pesquisas diante da queda que está sofrendo nas grandes regiões metropolitanas.

A pesquisa do Instituto Gallup, em que Collor aparece com 30,8% da intenção de voto dos eleitores, não chegou a preocupar os coordenadores de campanha. Eles enxergam com estranheza o índice do Gallup, uma vez que os demais institutos de pesquisas — Ibope, Datafolha e Vox Populi —, com entrevistas realizadas no mesmo período que a do Gallup, apontaram Collor na faixa dos 34%. A expectativa do comando da campanha de Collor é com a divulgação das próximas pesquisas, quando poderão saber se as modificações feitas na campanha do candidato conseguiram deter sua queda.

“Pedra no lago” — A principal estratégia que Collor está utilizando para garantir sua liderança no interior do país é a presença cada vez mais constante nas cidades com até 100 mil habitantes. Acha que sua presença é suficiente para evitar o chamado efeito *pedra no lago*, que irradia para o interior a tendência das capitais. Ao mesmo tempo, pretende dar mais atenção aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, para não deixar que sua candidatura perca fôlego nos três maiores colégios eleitorais do país. Se conseguir pelo menos ficar no bolo dos primeiros colocados nas capitais e mantiver a vantagem no interior, Collor acha que tem passaporte carimbado para o segundo turno.

Desde que seus índices nas pes-



Collor: segurar em 30%

quisas de opinião começaram a despencar, Collor tem buscado atacar três frentes: intensificar a campanha de rua, tornar seu programa de televisão mais agressivo e melhorar o relacionamento com a imprensa. Collor já deixou os gabinetes e as articulações políticas para se dedicar quase que exclusivamente ao corpo-a-corpo com o eleitor. Seu programa de televisão passou por mudanças radicais, abandonando a fantasia de “estadista” que estava mostrando na telinha, para retomar o discurso de críticas a mordomias, marajás e corrupção que o colocou no primeiro lugar da preferência eleitoral.

Esbarra no relacionamento com a imprensa. Seus assessores acreditam que a mídia é a principal responsável pelo crescimento do índice de rejeição do candidato. O assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, costuma classificar de “militância de outros candidatos” alguns jornalistas que acompanham o dia-a-dia da campanha. Fernando Collor de Mello, por sua vez, em raras ocasiões conversa com os repórteres que cobrem sua candidatura. O deputado Alceu Guerra (PFL-PR), que apóia Collor, é um dos que mais têm insistido para que o candidato modifique seu relacionamento com a imprensa.

Do Brasil 10/10/89

TEMER DO BRASIL 10/10/89

Collor diz que dívida gerou propina

BRASÍLIA — O candidato do PRN à Presidência, Fernando Collor de Mello, acusou o governo de ter levado propina dos empresários e funcionários. Durante a apresentação de seu programa de governo, no hall da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Collor disse: "A negociação de dívida brasileira tem sido confundida com o pagamento de propinas e crimes de ilegalidades e superfaturamentos". Essa frase foi pronunciada quando o candidato respondeu a uma pergunta sobre a retirada dos avais do Tesouro à dívida brasileira no Tribunal de Nova Iorque.

Depois de ter feito a acusação, a uma nova investida para que apontasse o nome dos envolvidos, o candidato do PRN abandonou a crítica dizendo: "Eu me dou o direito de ter suspeitas, ter uma forte sensação de que a renegociação foi cívica de irregularidades", observou, prometendo, se eleito, apresentar nomes e provas sobre o envolvimento de integrantes do governo.

"Babilônica meganta" — Collor estava irritado com uma pergunta sobre a retirada dos avais concedidos pelo Tesouro para a dívida externa, que está julgada no Tribunal de Nova Iorque, como prevêem os contratos, quando fez a acusação aos negociadores brasileiros. "É uma babilônica meganta esse tratamento que nos dão, à menor desaprovação de governo", disse Collor, transbordando, ao referir-se ao fórum de julgamento. O candidato do PRN afirmou que um governo honesto, como promete ser o seu, poderá conseguir uma renegociação favorável ao Brasil.

A proposta da equipe econômica de Collor é de reduzir as tentativas para o exterior a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), equivalente a US\$ 7 bilhões anuais, menos da metade do valor registrado atualmente. Para atingir esse objetivo, Collor defende uma negociação, caso a caso, da dívida externa e a retirada do aval do Tesouro desses contratos. Reputado Tancredo Neves, o documento de governo diz que esse projeto de renegociação vai colocar em prática a tese de que a dívida não será paga com a fome do povo.

O candidato do PRN acha que com apenas o que ele chamou de "choque de credibilidade" poderá reduzir a inflação para 3% ao mês em um ano e meio de governo e poderá criar condições para chegar ao final de seu mandato com a economia estabilizada. A credibilidade obtida nas urnas é, para Collor, a base de seu programa de ação. Collor prometeu em seu discurso manter um crescimento econômico de 6% a 7% ao ano, apesar de sua assessora, Zélia Cardoso de Mello, reconhecer que nos seis primeiros meses de governo o crescimento será residual, em consequência da herança deixada pelo atual governo.

Brasil — Gilberto Alves



Collor acha que pode conseguir renegociação melhor

Os pontos do programa

■ **Reformas** — O programa prevê três reformas básicas: a administrativa, que inclui a redução para até 10 do número de ministérios, a revisão da estrutura de cargos e salários do setor público, descentralização de políticas sociais e um projeto de lei disposto sobre o código de ética do servidor público; a patrimonial, que objetiva um programa de privatização dos ativos da União e a revisão do uso de imóveis públicos; e a fiscal, que prioriza o combate à evasão de impostos e a suspensão de subsídios e incentivos por prazo determinado. As três reformas ampliam recursos extras da ordem de US\$ 82,6 bilhões.

■ **Privatizações** — O plano de privatizações é dividido em três etapas: devolução de empresas privadas que foram estatizadas, privatização de estatais deficitárias e a concessão para exploração de serviços de energia, transportes — inclusive rodovias e ferrovias — e comunicações, abertos a empresas de capital nacional e estrangeiro. A privatização dará preferência de aquisição de ações aos funcionários das estatais.

■ **Habitação e saúde** — Serão alocados US\$ 18 bilhões de recursos do Tesouro para a construção de 2,3 milhões de casas em cinco anos, destinadas à população de baixa renda. O Sistema Financeiro da Habitação será reestruturado para financiar as classes média e alta. Na área de saúde Collor promete gastar US\$ 36 bilhões a mais nos cinco anos do seu governo.

■ **Previdência** — O objetivo é aumentar em 25% a receita de contribuições através da redução da evasão de recursos, melhoria da cobrança e reciclagem patrimonial. Não há previsão de aumento das contribuições para a previdência.

■ **Educação** — Pela previsão da equipe de Collor, a reforma fiscal propiciará recursos adicionais de US\$ 9,61 bilhões para o setor educacional. O programa educacional vai contar com o apoio da iniciativa privada.

■ **Segurança** — Nos primeiros 90 dias de governo, Collor pretende concentrar todo o efetivo das polícias Federal, civil e militar para operações ostensivas nas áreas de maior criminalidade. A intenção é dar demonstração de força e criar uma aparência de proteção ao cidadão.

■ **Reforma agrária** — Num programa de 128 páginas, a reforma agrária merece três parágrafos, prometendo assentar 500 mil famílias em cinco anos. O instrumento básico será aumentar a produtividade do Imposto Territorial Rural, a fim de desestimular os latifúndios improdutivos. Os estados e municípios financiarão 20% dos custos de assentamento, que inclui assistência técnica e investimentos em infraestrutura.

■ **Política industrial** — Aumentar a exposição da indústria nacional à concorrência externa, com a redução das tarifas de importação e a retirada de estímulos que facilitam a exportação. Revisão do princípio de simulação nacional e da política de reserva de mercado, inclusive para a área de telecomunicações.

■ **Dívida interna** — Sem confisco e sem calote, Collor pretende reduzir os custos da dívida interna. Sua assessoria limita-se a dizer que a solução é gradual, com a compra voluntária de títulos públicos de prazo mais longo, como decorrência do plano de credibilidade que o governo obterá das urnas. Os títulos de curto prazo terão juros menores do que os de longo prazo.

V. Pd. (P.R.)

22 de nov 12 14-10-80

Collor apresenta seus planos para a economia

☐ Se eleito, candidato quer anunciar medidas antinflacionárias e propostas de crescimento da economia, dando um "choque de credibilidade"

eliminar a máfia absoluta no País. Collor apresentou ontem, em Brasília, seu programa econômico na Assembleia Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF). Propôs a criação de uma comissão para investigar a corrupção e a inflação, e a implementação de uma reforma tributária.

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, quer aplicar "um choque de credibilidade" representado pelo anúncio de seu programa de governo, com todas as medidas econômicas, no dia de sua posse. Ele quer, segundo ele, ser suficiente para reverter o processo inflacionário, até atingir 3% ao mês depois de 18 meses, assegurar o crescimento da economia entre 5% e 7% ao ano e

ria, buscando a partir do momento da posse a redução de incentivos e subsídios, US\$ 11,4 bilhões mediante a supressão da dívida externa. Uma "dívida" pela implantação de uma reforma administrativa e US\$ 13,5 bilhões pela chamada reforma patrimonial, em que se inclui privatização de empresas estatais e vendas de outros bens da União.

CONFIANÇA — A economia Zilda Cardoso de Mello, que coordena o grupo de cerca de 200 técnicos e economistas que trabalharão no programa de governo, garantiu que o Collor não suplantará a oposição, mas com um comprometimento de prever o aumento da receita tributária

128 páginas distribuído ontem de forma aberta empossabilidade. "Assim, de vez em quando, dando logo, a hipótese de um choque centrado no problema da dívida externa", diz o documento na página 118, ao falar do combate à inflação.

Pelo programa, a inflação cairá para 36% ao ano em 1994, último ano de mandato do próximo presidente. Collor também prevê a supressão de subsídios e o FMI; não pretende aplicar um choque na dívida externa ou na interna, mas prometeu que vai "tutar até a última gota de sangue" para obter justo aos credores externos.

tório para o Brasil, que não ranitar a meta de crescimento econômico de 5% a 7%. Ele acusou o atual governo de aceitar "propinas no processo de negociação da dívida", mas não quis citar as autoridades que estariam sendo subornadas. "Me dou o direito de achar que essas negociações estão cheias de favorecimentos", afirmou.

O candidato do PRN disse que não tem o candidato do PL, Afif Domingos. Explicou que os ataques que vem fazendo em seu programa ao candidato liberal buscam apressar o clarear o eleitorado, mas que quem foi Afif na Constituinte, "desconstruindo que há diferença entre o que

Collor poupará Maluf e Afif para não perder apoio no segundo turno

BRASÍLIA — O candidato do PRM, à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, sob o pretexto de "desviar o eixo da campanha", vai deixar de atacar seu adversário do PL, Afif Domingos, para não faltar a possibilidade de uma aliança no segundo turno contra a esquerda, tendo em vista o crescimento da candidatura do filho do ex-Deputado Silva do PT. Pela análise dos estrategistas de Collor, é nessas condições de chegar ao segundo turno por causa da força da militância do PT, quando ele próprio poderá precisar do apoio de Afif, Ulysses Guimarães (PMDB) e Paulo Maluf (PDS), a quem pensará a apoiar de críticas.

A partir deste fim de semana, o Collor inicia uma ofensiva nos grandes capitais para, segundo o chefe do candidato, "arrastar a militância do PRN", apresentando-o como "frente política à militância do PT". Um político ligado a Collor admite que o esclarecimento da candidatura de Collor é que levou o candidato à perseguição da parte mais à esquerda, incluindo quem estava, em Brasília, com quem esperava reverter a militância de direita que propunha e ainda obter alguns resultados no voto final de domingo.

Guilherme — **Cláudio** apresentou, recebendo R\$ 50 mil, fortes contestações pelo deputado José Carlos Martinez (PRN-PR) para proteger o trabalho de candidato do PRN, que denunciou em Maringá questionar o compromisso de candidatura. **Alf** (PR) no Paraná. Isso com a contradição das sugestões, Martinez, que concedeu o PRN no estado, distribuiu 200 mil de fato no estado municipal de Nossa Senhora das Graças, onde as lideranças locais acusadas de manter alguns mil com eleitores para o comício.

Martinez armou o maior esquema de negócios para Collor no estado. Incumbiu o senador Magalhães Góes da Paz de contratar os 20 apurados. Em dezembro, porém, Antônio Berto e Luis Carlos Albuquerque, filhos do José Cláudio Martinez e sua irmã Flávia Martinez (filha do TV's Márcio e Mundimart), pagaram os R\$ 20 mil que custou a criação, assinada por Domingos de Aguiar e José Rios. Magalhães colocou os apurados no Poder se misturando com o povo, ganhando cada um o melhor colírio M. A ordem era tomar qualquer coisa, desde que não se voltasse oficialmente a Collor.

Freeze — O prefeito de Marabá, Renato Bizarro (PFL), partidário de Afif Domingos (PM), tinha intenção de fazer um avião para tirar fogos de cidade durante o Natal. Como distribuir a carga e o material, segundo se supõe, para um milhão de crianças e milhares de famílias, que comemoram o Natal todo o dia, celebrando pelo menos de Marabá, a noite.

[illegible]

Do Brasil 14/10/89

Collor promete a fazendeiros da Flac prioridade à agricultura

SÃO PAULO, 15/10/89. — Sob o lema "Prioridade à Agricultura", o presidente da República, Collor de Mello, anunciou ontem o compromisso de dar prioridade à agricultura em seu governo.

Em discurso proferido no Palácio do Planalto, Collor afirmou que a agricultura é a base da economia brasileira e que o governo se compromete a dar prioridade a esta atividade.

Ele prometeu também educação, saúde e infraestrutura para a agricultura.

roubo e a corrupção no Palácio do Planalto.

UDR. — A visita de Collor à região agrícola de São José do Rio Preto — segunda maior produtora do país e 2 milhões de habitantes — foi organizada por grandes proprietários, entre os quais o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Búfalo, Antônio Cabreira Mano Filho, cujo pai é um dos líderes locais da UDR (União Democrática Ruralista).

Durante a carreira, Collor negou que a queda nos índices de intenção de voto apurados pelas pesquisas significasse o declínio de sua candidatura. "O que acontece é apenas uma acomodação. De qualquer maneira, tenho ainda duas vezes e meia mais intenções de voto do que o segundo colocado nas pesquisas", disse.

O candidato do PRN negou que tenha pregado o voto útil entre os candidatos de direita para conter o candidato

do PT, Luís Inácio Lula da Silva, que entre os candidatos de esquerda, quem está crescendo mais nas pesquisas.

Depois de fazer pequenos comentários em oito cidades do norte de Pernambuco, nos quais reuniu de 500 a 3 mil pessoas, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, encorreu nas vilas do estado de madrugada de ontem com uma concentração de aproximadamente 10 mil pessoas em Maripá, maior cidade da região. Para garantir a segurança do candidato, o PRN contratou 50 homens, tendo as hostilidades dos camponeses de outros partidos, que afinal não ocorreram. Collor falou durante 10 minutos, centrado em pronunciamentos na agricultura, principal atividade econômica do norte do estado. Propôs uma política de juros equilibrada e reduzir a taxa sobre implementos agrícolas.

41-41

8909781

J. do BRASIL 15/10/89

Brizola pede apoio de Covas e Ulysses para segundo turno

Os candidatos à Presidência da República, Ulysses Guimarães, do PMDB, e Mário Covas, do PSDB, foram publicamente convocados pelo presidente do PDT, Leonel Brizola, a apoiar a chapa dos trabalhadores no segundo turno das eleições. A convocação foi feita por Brizola, em Campos, em opinião que reuniu cerca de 30 mil pessoas nas praças São Salvador em quatro jornadas e que acabou na noite de ontem. Já no aeroporto da cidade, quando saiu, Brizola explicou que também espera o apoio do PCB, mas atacou o candidato do PT dizendo que "Lula pode ser inocente e não nos apoiar no segundo turno".

O comando do PDT procurou dar

um tom de "virada de campanha" ao comício e as manifestações que o precederam: comícios de milhares de veículos e que incluíam sistemas de quilômetros, com paradas de Niterói, Barra da Ilha, região Seruna e São do Estádio de Rio. O próprio Brizola participou da parte do comício que passou por Ilhéus e São Gonçalo de onde seguiu de avião para Campos.

Em Campos, após o comício — que, na avaliação dos organizadores, teve 50 mil pessoas —, o candidato disse que "a população fluminense pode estar representando uma mostra do que vai ser daqui para a frente a campanha eleitoral. O Rio é a vanguarda política do País" (A.G.)

- F. 8a (R.P.) 2 Hora 16/10/88

8909811

Um dos principais opositores de Leonel de Brizola, em seus 43 anos de política, foi manter durante 29 anos seu nome na lista dos presidencialistas. Impedido, aos 60, pela lei que proibia a candidatura de parentes do presidente, Brizola agitou na frase "candidato não é parente". Seu candidato João Goulart foi deposto em 1964, pelos militares, e Brizola emigrou 13 anos de exílio. Nem mesmo este afastamento, e as campanhas que colocavam este gaúcho de Carazinho como a ameaça número um contra o capitalismo e a propriedade privada, retiraram de seu currículo a marca de candidato.

O "cangaceiro", como era conhecido quando iniciou sua carreira política, foi duas vezes deputado estadual, duas vezes deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador dos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Uma carreira respeitável para quem sofreu o mais longo exílio da história política brasileira. Virou símbolo para políticos de todas ideologias e cores. Para alguns, uma esperança democrática, para outros, uma figura que representava uma ameaça ao regime. De qualquer maneira, seu nome foi lembrado durante todo este tempo por sua habilidade em permanecer na linha de frente da política nacional.

A volta do exílio, em 6 de setembro de 1979, se transformou num encontro de líderes políticos de todo o País e teve cobertura da imprensa mundial. Neste mesmo ano, Brizola sentiu bastante ao perder a sigla do PTB, mas rapidamente articulou o PDT, pelo qual ganharia o Governo do Rio de Janeiro em 1982.

Brizola chegou agora como um forte nome na disputa pela cadeira de presidente do Brasil. E, apesar de seu exílio, sempre questiona as políticas econômicas, já provocou despertar as atenções da imprensa estrangeira quanto à apuração dos votos que os mais de 82 milhões de eleitores brasileiros vão depositar até o dia 15 de novembro.

DEPONENTO IX

Para Brizola, político salarial é prioritária

CINARA BORGES HACK

Editora Política/ZH

ZH — Quais são os seus projetos prioritários para tocar a economia?

Brizola — Precisamos criar mais de dois milhões de novos empregos, reorganizar os serviços públicos, que estão completamente deteriorados, e sempre com esta situação de cumplicidade entre grupos nacionais e estrangeiros. O Brasil foi se transformando no maior centro de saque internacional, a dívida é um caso desesperado, em decisões que lesaram o nosso País. Nós vamos procurar enfrentar o problema da dívida e suas consequências, mas seria conveniente que os responsáveis por esta situação respondessem pelo menos no tribunal da opinião pública por seus atos.

ZH — Um candidato promete acabar com os marajás, outros prometem um entragamento na folha de pagamento do funcionalismo público. O senhor acha que estas medidas amenizam o déficit público?

□ "Responsáveis pela situação do País devem responder ao menos à opinião pública"

Brizola — Falar em capa aos marajás e empregoismo é para candidatos demagógicos que querem sensibilizar as pessoas de boa fé. Zelar pela moralidade pública é dever de qualquer governo. O que está ocorrendo é que o funcionalismo está sendo usado como o vilão da história. O déficit público resulta é do pagamento dos juros e amortizações da dívida externa.

ZH — O PDT pretende extinguir cargos de funcionalismo?

Brizola — Não vamos perseguir os funcionários, temos excelentes servidores que devem ser valorizados com planos de carreira e salário digno. É claro que os funcionários fantasma responderão a processo administrativo e serão exonerados, e a norma de ingresso no serviço público será por concurso.

ZH — Economistas brasileiros consideram que a concentração de renda é um dos fatores que impedem o desenvolvimento. Que medidas próprias para impedir esta situação?

Brizola — Vamos democratizar a economia, garantir um desenvolvimento estável, eliminar os cartórios. Esta concentração de renda mostra o modelo econômico colonial em que vivemos.

ZH — Como impedir que as empresas continuem transferindo o trabalho para o capital?

Brizola — No momento em que eu assumir o Governo, saberão qual o

F.POL (P.P.)

ZERO HORA 19/10/89



salário não baixa, nem as pensões nem as aposentadorias. Se aumentar o transporte coletivo, aumenta o salário. Se for preciso fazer reajuste semanal, se fará.

ZH — E a inflação?

Brizola — Paciência. Não é o salário que faz a inflação. Se fosse isso, as nações do Primeiro Mundo, pagando o salário que pagam, já tinham desaparecido. O salário é que tem pago o custo da inflação.

□ "Quando aumentar a tarifa de transporte, aumenta o salário. Se preciso, semanal"

ZH — Outra coisa que impede o desenvolvimento é a transferência do dinheiro público para o setor privado. Como facilitar estas operações?

Brizola — O setor privado não

pode ser fonte de rendas ilícitas. O Brasil está cheio de cartórios que recebem benefícios do setor público e precisam ser reexaminados.

ZH — Como será o planejamento urbano? O PDT defende a ocupação dos terrenos ociosos nas cidades?

Brizola — Somos contra as invasões, contra qualquer tipo de violação da lei.

ZH — Mas como pretende resolver o problema da moradia?

Brizola — É preciso colocar à disposição da família brasileira milhões de lotes. Cada família, com seus próprios meios ou com o financiamento de material, vai construir sua moradia. O projeto deve atingir a periferia das pequenas cidades do interior, vilas e povoados, porque é preciso nuclear o trabalhador rural.

ZH — Qual é a sua proposta para resolver a questão da terra?

Brizola — Também não preconizamos as invasões nos campos, mas urge uma ação coordenada, tanto no campo como nas cidades, para que cada família tenha um lote para morar, plantar. Eu não sou radical porque a reforma agrária brasileira

uma concepção de desenvolvimento que tem que levar em conta a realidade social, o Brasil não é um país de terra sem dono, a favor do desenvolvimento econômico e da propriedade privada.

brizola — É preciso que o Brasil tenha uma política de desenvolvimento econômico e social que seja capaz de gerar empregos e renda para todos.

Brizola — É preciso que o Brasil tenha uma política de desenvolvimento econômico e social que seja capaz de gerar empregos e renda para todos.

□ "Quando aumentar a tarifa de transporte, aumenta o salário. Se preciso, semanal"

ZH — Mas não é o salário que faz a inflação?

Brizola — É preciso que o Brasil tenha uma política de desenvolvimento econômico e social que seja capaz de gerar empregos e renda para todos.

Brizola — É preciso que o Brasil tenha uma política de desenvolvimento econômico e social que seja capaz de gerar empregos e renda para todos.

ZH — Qual é a sua proposta para resolver a questão da terra?

Brizola — Também não preconizamos as invasões nos campos, mas urge uma ação coordenada, tanto no campo como nas cidades, para que cada família tenha um lote para morar, plantar.

Eu não sou radical porque a reforma agrária brasileira

ZH — Este projeto também ajudará a pré-ensinar?
Brizola — O Cieps tem como finalidade para as crianças do pré-ensinar pequenos centros de atendimento materno-infantil. Porque é nesta fase, em que começa a se formar o novo ser, o período mais delicado da formação da mente humana. Temos um programa de suplementação alimentar e acompanhamento médico às mães e às crianças, até estas chegarem aos Cieps.

ZH — Como concretizar estes projetos quando se sabe que o orçamento de 89 da União destina NCzCzS 18,4 bilhões ao Ministério de Educação, dos quais 11 bilhões já estão comprometidos com pagamento de pessoal?

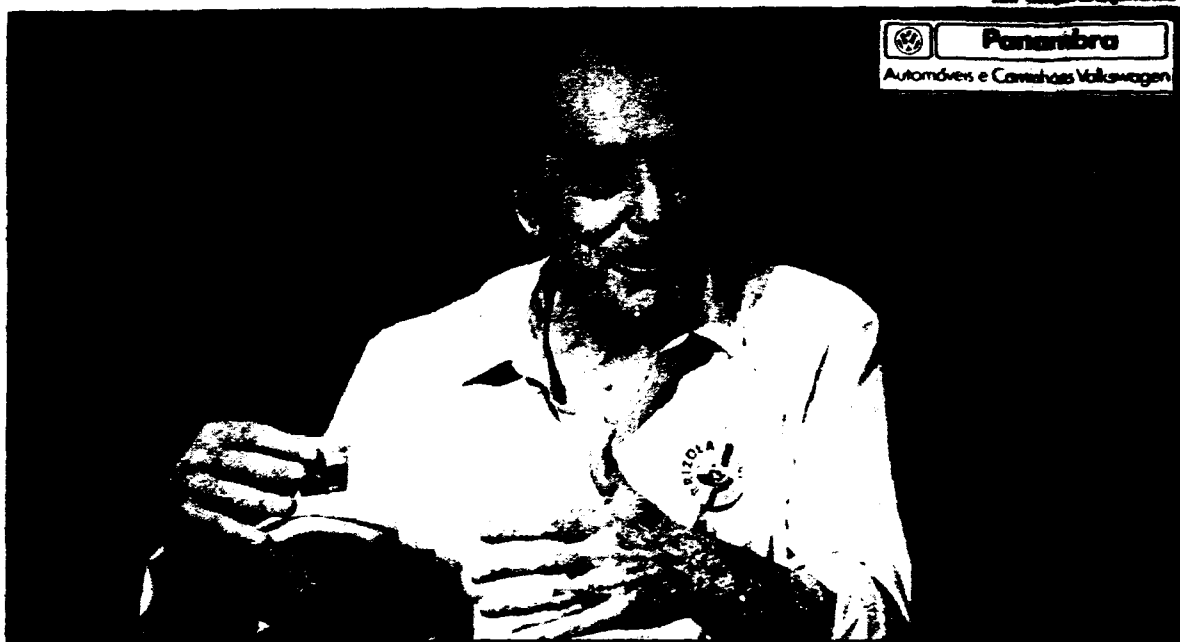
□ **"Não haverá Brasil desenvolvido, sem brasileiros desenvolvidos"**

Brizola — Todo este complexo que é o Cieps, no fundo, é mais econômico que a escola atual. O modelo atual é odiado pelas crianças, em função do ambiente, do desconforto, da péssima merenda, que é praticamente um mingau. Além disso, o ensino é deficiente e sem atrativo. Ocorrem então as repetências. Na atual escola, cerca de 55% dos alunos não conseguem cumprir o primeiro ano. É a média nacional. Com isto, existe um ônus para o Estado. Nos Cieps, a promoção de alunos de uma série para a outra sempre alcançou mais de 90%.

ZH — Mas serão necessárias grandes recursos para estas escolas em tempo integral.

Brizola — Nós não nos baseamos muito no orçamento que foi elaborado pelo atual governo e examinado pelo Congresso, em meio a uma campanha política, num ambiente de desordem, de

"Recursos vão aparecer para a Educação"



Experientista: *Paulistas reformam agenda, quando a Igreja nos denunciava por organizar os seminários*

desgoverno. O novo governo terá que ver os projetos em conjunto. Vamos implantar 10 mil Cieps. Os recursos vão aparecer para este choque de educação que nosso País precisa viver.

ZH — Qual é o custo de um Cieps?

Brizola — Deverá custar um milhão de dólares, incluindo tudo, desde o terreno. Acho que vamos permanecer dentro desta base. Em três anos, pretendemos que o sistema esteja funcionando a pleno, com cada Cieps atendendo mil crianças. Entre estas, teremos 12 meninos e 12 meninas em

casas de residência, provenientes das ruas, ou encaminhadas pelos pais de menores. Vão viver no Cieps com dois casais,

□ **"É bom que crianças façam esforço para ir à escola. Aprendem a tomar ônibus"**

que serão funcionários da escola. Farão vigilância, limpeza, servi-

ços gerais, consertos e conservação. Estas 24 crianças se integrarão aos outros alunos em todas as atividades. A diferença é que dormem no colégio, enquanto os outros voltam para casa. Nos fins de semana, poderão sair para dormir na casa de amigos.

ZH — Os Cieps não contestados por candidatos das mais diversas partidos, um dos argumentos é que o sistema seria elitista.

Brizola — A Educação apenas faz parte da retórica destes candidatos, mas nenhum tem

CONSÓRCIO PANAMBRA: A APLICAÇÃO MÍNIMA QUE RENDE O MÁXIMO.

Consórcio [Logo] Panambra

uma proposta concreta, como a dos Cieps.

ZH — Seu projeto inclui ensino profissionalizante?

Brizola — Vamos montar oficinas e laboratórios sobre vagões - são trailers do tamanho de uma jamanta - que ficam numa central e são transportados para os Cieps por tratores. Manter uma

□ **"Todo o complexo dos Cieps é mais econômico que a escola atual, que é odiada pelas crianças"**

oficina de carpintaria, de serralheria, em cada colégio, é impossível, mas estes vagões viabilizam o sistema. É uma coisa simples.

ZH — O Governo terá recursos para comprar áreas destinadas a Cieps nas centros urbanos?

Brizola — Nós chegamos à conclusão que a localização do Cieps não é importante. É bom que as crianças façam esforço para ir ao colégio, aprendendo a tomar o ônibus. Penso em localizar os Cieps mais nas periferias e contando com mais captação.

No Rio de Janeiro, o que atrasou nosso programa de Cieps foi justamente a falta de terrenos, devido à urbanização anárquica entregue à iniciativa privada, sem nenhum planejamento.

PRÊMIO SPRINGER

Em sessão solene, deputados recebem troféu

Os deputados MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB), destaque em política por seu trabalho no relatório de Constituição, e CARLOS AZAMBUJA (PDS), destaque em economia pela defesa do setor primário estadual, receberam, em sessão especial, ontem, o estatuto "Plê de Estância", que simboliza o "Prêmio Springer por um Rio Grande Maior".

Na sua 28ª edição, o "Prêmio Springer" também foi dado ao presidente da Assembleia Legislativa e da Constituinte, deputado GLENO SCHERER (PMDB), homenageado em nome de todos os parlamentares que participaram da elaboração da nova Carta.

O empresário Paulo Vellinho, criador do prêmio e ex-presidente da Springer-Carrier, e o jornalista Alberto André, presidente da ARI e que há 28 anos participa do evento, foram agraciados com placas comemorativas pela comissão julgadora, formada por jornalistas políticos.

Pronunciamentos

Em seu discurso, GLENO SCHERER (PMDB) destacou que, apesar das encostas e das condições insalubres que marcam a vida pública nacional, o "Prêmio Springer" simboliza a permanência dos ideais democráticos e do pluralismo partidário. Agradecendo a homenagem que recebeu em nome dos constituintes, o presidente da Assembleia criticou os car-

ditados à presidência, pois em seus pronunciamentos têm marginalizado o Parlamento.

"Eles conjugam o verbo do poder no singular, ignorando o Congresso Nacional, por onde deverão todas as decisões, à mercê da vontade dos partidos políticos", alertou SCHERER. Segundo ele, "os partidos políticos, frívolos ou não, populares ou elitistas, significam o único caminho razoável, o único caminho lúcido de transformações que pretendemos no seio da sociedade brasileira".

MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB) ofereceu a premiação aos seus eleitores, pois ele é "a materialização da confiança não desmerecida, certeza da procuração exercida com lealdade". Para o parlamentar, o "Prêmio Springer" é uma lúria tradicional, ambicionada por quantos fazem da vida pública a sua razão de ser e a melhor forma de servir.

"Nívelar por baixo os homens públicos como se, pelo simples pensar em ser candidato, todos perdessem a dignidade e fossem atirados na rede comum dos favorecidos e favorecidos é remeter, inevitavelmente, o destino do Brasil aos cuidados de medíocres ou corruptos, ou ainda corruptos e medíocres", condenou Mendes Ribeiro Filho. "Com a mesma fé", acrescentou o deputado, "vejo neste prêmio um incentivo, o grito de revolta contra a pregação pessimista e a certeza absoluta de que existirá razão de crer".

Já o destaque em economia, deputado CARLOS AZAMBUJA (PDS), afirmou que o trabalho legislativo é o melhor que um político pode aspirar, confidenciando que chegou a esta posição "graças à confiança e à amizade que tinha de figuras notáveis como Emílio Médici, João Figueiredo e Mário Andreazza". Azambuja garantiu ainda que não se arrepende do seu passado, ao contrário, dele só tem orgulho, mesmo que seja chamado de "filho da ditadura" por seus adversários.

O deputado também agradeceu aos homens e mulheres da imprensa, "que pela sua dedicação e competência trazem-nos permanentemente bem informados", e à Springer, que sempre entendeu a importância e profundidade do trabalho legislativo. "Sou, como sempre senti, o 'Plê de Estância', simbolizado por este troféu, identificado com o guri diligente dos campos do Rio Grande, defendendo-o e amando-o com todas as forças de meu coração", concluiu.

O empresário Paulo Vellinho, diretor-presidente da Springer-Carrier,

hoje de Administração do Grupo Springer-Carrier, seu filho e presidente da empresa, Rogério Amato, declarou ao plenário que é na política e no trabalho político que está assentado o futuro do País. Na avaliação do empresário, "as coisas hoje meus políticos, é porque nossas coisas têm condições para que elas apareçam; temos um povo bom e inteligente, que simplesmente dessas condições mínimas de sobrevivência e até agora não tem negado este direito". Em relação à sucessão presidencial, Rogério Amato garantiu que acredita em mudanças, "nosso País não será o mesmo depois de 15 de novembro".

Também participaram da solenidade o secretário César Schuster, chefe de Polícia Civil, representando o governador Paulo Simon, e o deputado Paulo Vellinho, representante e presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

O empresário Paulo Vellinho, criador do prêmio, viajou acompanhado de sua família, por encontrar-se na Europa, participando de um seminário que visa a aproximar empresários brasileiros e italianos.

Defran

Para efetivarem ou não a transferência do Detran para a Brigada Militar, a Polícia Civil aguarda estudos de juristas, e a corporação militar, por sua vez, aguarda a definição do Poder Executivo. Esta foi uma das conclusões do encontro da onça de Comissão de Segurança Pública, presidida por EDEN PEDROSO (PDT), que reuniu Eduardo Pinto de Carvalho, chefe da Polícia Civil, e o coronel Jerônimo Braga, comandante geral da Brigada Militar.

Ato Público

Hoje, a partir das 15h, no auditório do Palácio Farroupilha, a Assembleia Legislativa realiza Ato Público em Defesa da Petrobrás e do Banco do Brasil.

Seminário

"Reações Anti-Repúblicas" é o tema de hoje do seminário "A República: Primeiros Momentos", promovido pela Diretoria de Atividades Culturais da Assembleia Legislativa. O palestrante será o professor Voltaire Schilling.

9909819

ZH — O senhor é contra ou a favor da manutenção da reserva de mercado?

Brizola — Sou a favor. Esta questão foi colocada a todas as grandes potências, só que agora elas não precisam mais desta proteção. A reserva de mercado deve ter uma duração, sendo limitada com custos e não pode repetir o que aconteceu com a indústria automobilística. Foi montada com base na reserva de mercado e está agora até agora. Este assunto terá que ser reexaminado.

□ "Propriedade é uma coisa tão boa, que queremos para todos"

ZH — E a economia de mercado?

Brizola — Somos a favor, mas uma economia democrática de mercado, não uma economia cartorial, controlada por alguns cartéis. Isto não é economia de mercado, isto é a rapina dentro do galinheiro.

ZH — Como pretende tratar o capital estrangeiro?

Brizola — Já vivemos experiências a este respeito, inclusive, praticando atos como foram as expropriações da Bond and Share e a ITT, no Rio Grande do Sul. Foram atos que repercutiram nacionalmente, surgiram a Embraer e a Eletrobrás. Neste momento, o capital estrangeiro é bem-vindo desde que venha com investimentos reais, tecnologia, mas sempre de uma forma complementar. Não podemos ceder ao capital estrangeiro, não só áreas estratégicas, mas o controle da nossa economia. Neste sentido a economia brasileira precisa ser reexaminada, para evitar que o poder de decisão fique, como tem acontecido em algumas áreas, com multinacionais.

ZH — O senhor poderia citar estas áreas? E como controlá-las?

Brizola — A indústria automobilística é toda estrangeira, e as decisões sobre investimentos não se decidem aqui. O capital estrangeiro deve ser aceito e convidado a participar do nosso desenvolvimento de uma forma subsidiária.

ZH — Qual é a sua fórmula para vencer a inflação?

Brizola — Com um governo responsável, o capital estrangeiro terá que ser um dos setores que maiores sacrifícios deverá suportar, para o controle da inflação. Terão que entender que nós não poderemos mandar lucros para o exterior com esta inflação, e com a dívida externa.

ZH — Sua proposta para a dívida externa?

Brizola — Vamos dizer aos credores que necessitamos de um período de carência. Se é

deixar, até em alguns anos, não sabemos ainda. Só depois de analisarmos o governo poderemos pensar nisso. A dívida foi feita para desenvolver o Brasil e, quando coloca o País na crise, é porque não podemos continuar pagando.

ZH — O Brasil vai dar calote?

Brizola — Não precisamos de tempo para reorganizar a economia, enquanto isso vamos renegociar a dívida. O grande problema é que os juros foram alterados unilateralmente, e causaram graves problemas ao País. Precisamos revisar a questão da dívida e nossa proposta só poderá ser em condições competitivas com a nova realidade. A dívida tem que ser consolidada, com juros fixos, para podermos tocar a economia.

ZH — Qual é sua posição sobre privatização e estatização?

Brizola — É um falso dilema, é o falso liberalismo que vem dos países ricos. O que queremos é a apropriação das nossas empresas. Gostaríamos de saber onde está o capital nacional para comprar a Companhia Siderúrgica Nacional.

ZH — Quais são seus projetos para o sistema financeiro?

Brizola — Vamos procurar reter a poupança local, restabelecer e criar uma nova rede de pequenos bancos municipais e regionais. Este é o segredo do desenvolvimento norte-americano, que possui 18 mil bancos regionais. Nos Estados Unidos, o City Bank só existe em Nova Iorque. Agora, no Brasil, tem "rede nacional".

□ "Vamos dizer aos credores que precisamos de um período de carência"

ZH — No início da campanha presidencial liderada por Brizola e Lula, as forças progressistas trocavam anabilidades. Colher sublin e os candidatos mudaram e tom dos discursos. O que houve com os aliados PT e PDT?

Brizola — O povo gaúcho me conhece e sabe que não vou deixar que a prefeita Luiza Erundina faça uma agressão à minha pessoa logo na minha terra. Ela não foi ética, mostrou que é desprezada quando me ofendeu na Esquina Democrática de Porto Alegre. Eu quero contestar a ela e aos petistas. Eles deviam se ocupar de que não estão preparados. O que de melhor poderiam fazer com o Lula, era me entregar, para que eu, na Presidência, lhe dê um bom treinamento. Depois, ele poderia ser governador, e, aí sim, estaria preparado para ser presi-

dente. Se ele chegasse lá agora, acabaria comendo pela mão dos outros.

ZH — Seu programa de governo privilegia a Educação?

Brizola — O essencial é o ser humano, não haverá Brasil desenvolvido sem brasileiros desenvolvidos. Nós acreditamos que, para criar um novo homem, uma nova mulher aptos para a competição internacional, é preciso investir na Educação, e não vamos atingir

este objetivo sem professores preparados, com padrão de vida.

□ "Economia de cartel é como dar apoio à raposa no galinheiro"

da que lhes permita viver sem humilhações e com vencimentos competitivos.

ZH — Como será este projeto?

Brizola — Esta questão tem essencialmente duas grandes bases: no professorado e na organização material. Dadas as condições atuais do País, 80% das famílias não estão nutrendo os seus filhos. De modo que, nutrir e dar assistência médica e odontológica é uma espécie de pré-condição para a educação hoje, no Brasil. Mas há uma outra situação gravíssima, que é o ambiente

social em que nos encontramos mergulhados. A rua tornou-se perniciosa. Não precisamos passar imediatamente para a escola integral, que mantém as crianças na escola todo dia, em ambiente tão agradável que estas crianças desejam até voltar para o colégio no sábado e domingo, onde teriam programas de lazer, com orientadores culturais.

SENA

SÓ HOJE



HM

Av. Alberto Bins, 600
(Esq. Cel. Vicente)

CAMISA ESPORTE MANGA CURTA
Em algodão listrado. Diversas cores.
Tam. 1 a 5.

De 99, Por 39, a vista

ou em 12 parcelas de R\$ 3,90, com juros de 10% ao mês, a partir de R\$ 100,00. Pagamento por cliente, quando durar o estoque.

SÓ AMANHÃ É SÁBADO

RELÓGIO DE PAREDE KIENZLE
Cabo plástico.

De 150,90 Por

2 unidades por cliente, enquanto durar o estoque.

Amã, neste jornal, nesta página, você vai saber o preço.



AMANHÃ Das 8:30 às 18:30h

Conheça todos os dias na "Zero Hora", pág. 13, a OFERTA HM

USE NOSSO ESTACIONAMENTO DA CEL. VICENTE Nº 8909819

AGORA O XR3 2.0* BY FRANKLIN TEM O MESMO PP DO XR3 1.8

FRANKLIN

V. DOS ESTADOS, 226 - FONE 43.2850 - P. ALEGRE - RS.

Collor, Afif, Covas e Freire têm o voto dos Sarney e do governo (P.D.)

João Bosco Rebello

BRASILIA — Hoje de que Sarney reconhece as regras de jogar na escolha de seu sucessor e libera ministros e parlamentares, outros candidatos são obrigados a seguir as regras impostas e no mínimo desistam: Afif Domingos (P.L.), Fernando Collor (PRN), Mário Covas (PSDB) e Roberto Farias (PCB). Afif e Collor lideram, até agora, as pesquisas, que também são dirigidas a Covas e Freire. Afif tem os votos da base econômica do governo; o Collor, o apoio da base partidária, que também pode ser a maioria no Congresso. O presidente não revela seu voto (para alguns dos candidatos, segundo alguns assessores de campanha), mas é considerado a mais de um interlocutor que Afif o agrada.

Dentro do Palácio do Planalto, graças à situação do chefe de para Assuntos Parlamentares do Gabinete Civil, Henrique Figueiredo, é mais notório o ingresso do governo na campanha eleitoral. Cabe eleitoral confissão de Afif, Henrique trabalha com um mapa confidencial de influências e votos que se encontra os líderes. No mapa, diz-se, estão os nomes de alguns dos membros do PMDB, como Carlos Sant'Anna (Banco do Brasil), Nélson Barbosa (Previdência) e José Sarney (Agricultura), além de nomes ligados como o ministro do Exército, Luís Carlos Figueiredo.

Porém, Afif — É na área militar, por isso, que Afif tem forte. Afif de Leão, ele é considerado o candidato ideal pelo governo de Marinho. Henrique Figueiredo, também, não o apoio do filho, Miguel Figueiredo — presidente da área administrativa da Bate Global — que também apoia Collor. Também o chefe do Gabinete Civil, Henrique Figueiredo, apoia Afif, reforçando a situação de Afif no Conselho de Assuntos Nacionais. Pesquisas internas do governo mostram que Collor tem o apoio de 40% dos militares, enquanto Afif tem 30%. Isso foi verificado no QG do Exército, na Rua Militar Urbana, em Brasília, conhecido por Faria Aguiar.

O chefe do SNI, general João Mendes, também não denuncia o voto, mas não é segredo que Mendes apoia Collor. Mendes é apoiado por Ulisses Guimarães. A este último, inclusive, credita parte do apoio de Mendes à candidatura. Há, no entanto, quem apoie a candidatura de Afif. O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante Walber Lyra, é partidário de Collor.

Na área de Acronômica, Moreira Lima, não é segredo que, desde Collor, Moreira Lima apoia Collor. Moreira Lima, ex-ministro do Exército, também apoia Collor. Moreira Lima, também, apoia Collor. Moreira Lima, também, apoia Collor.

Em Brasília — Hoje de que Sarney reconhece as regras de jogar na escolha de seu sucessor e libera ministros e parlamentares, outros candidatos são obrigados a seguir as regras impostas e no mínimo desistam: Afif Domingos (P.L.), Fernando Collor (PRN), Mário Covas (PSDB) e Roberto Farias (PCB). Afif e Collor lideram, até agora, as pesquisas, que também são dirigidas a Covas e Freire. Afif tem os votos da base econômica do governo; o Collor, o apoio da base partidária, que também pode ser a maioria no Congresso. O presidente não revela seu voto (para alguns dos candidatos, segundo alguns assessores de campanha), mas é considerado a mais de um interlocutor que Afif o agrada.

Entre os membros da base econômica, Moreira Lima, não é segredo que, desde Collor, Moreira Lima apoia Collor. Moreira Lima, ex-ministro do Exército, também apoia Collor. Moreira Lima, também, apoia Collor.

Entre os membros da base econômica, Moreira Lima, não é segredo que, desde Collor, Moreira Lima apoia Collor. Moreira Lima, ex-ministro do Exército, também apoia Collor. Moreira Lima, também, apoia Collor.

FD (10/10) JORNAL DO BRASIL 20/10/89

Arraes vê Lula com chances

Ricardo Noblat

O governador Miguel Arraes, de Pernambuco, aceita o convite para negociar o apoio da esquerda do PMDB ao candidato que, mais afinado com ela, se classificar para disputar o segundo turno da eleição presidencial. A esquerda do PMDB soma, hoje, cerca de 60 parlamentares, entre deputados e senadores. Dispõe de oito representantes entre os 15 que integram a Executiva Nacional do partido. Conta com a simpatia de três ou quatro governadores.



O convite que Arraes aceita foi formalizado, antecorreu, à noite, durante reunião de uma dezena de deputados e senadores no apartamento de Brasília do deputado Márcio Braga (PMDB-RJ). No início da tarde daquele dia, Arraes anunciou, demoradamente, com o ex-governador Waldir Feres, candidato a vice-presidente na chapa do deputado Ulysses Guimarães. Waldir está abatido e se considera isolado dentro da campanha de Ulysses.

Irá com Arraes e a esquerda do PMDB para onde eles forem — no momento, o governador de Pernambuco admite que o candidato com mais chances de passar para o segundo turno ainda é Leonel Brizola, do PDT. Mas ressalta que é consistente, de fato, o crescimento da candidatura do deputado Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Na tarde de ontem, Arraes se reuniu no Hotel Carlton com o líder do PT na Câmara, o deputado Plínio de Arruda Sampaio.

"A candidatura de Lula está começando a incorporar novas forças políticas que podem torná-la mais ampla", observou o governador de Pernambuco pouco antes de receber a visita do líder do PT. Arraes conversou com o próprio Lula no Recife, há uma semana. Ouviu dele o comentário de que "todos os líderes que sagariam crédito junto ao povo devem se unir para derrotar o candidato da direita no segundo turno".

O candidato da direita, acredita Arraes, será Collor de Mello, do PRN. O presidente José Sarney disse a Arraes, a quem recebeu, antecorreu, em

audiência no Palácio do Planalto, que Collor disputará o segundo turno e que não o vê preparado para governar o país. "Se Collor for eleito, será um desastre", imagina o governador de Pernambuco. Ele está disposto a dar sua contribuição para que o "desastre" seja evitado.

Nas contas dele, ganhe Brizola ou Lula a indicação para concorrer no segundo turno, as correntes de esquerda do país acabarão unidas em torno do mesmo nome. Concorde que a candidatura de Brizola parece oferecer mais perspectivas de acomodação para atrair o apoio das correntes de esquerda e dos liberais que, por enquanto, apoiam outras candidaturas, algumas delas até de centro-direita.

Mas não vê a impossibilidade de ocorrer o mesmo se Lula mantiver o crescimento eleitoral e alcançar o segundo turno: "Uma possível vitória de Lula contra Collor vai depender do aval que determinadas pessoas deem a Lula". Arraes dispara, em seguida, uma interrogação que soa absurda — mas que para ele não é tão absurda assim: "E se o Carlos Sant'Anna apoiar Lula? E se o advogado Sobral Pinto fixar a mesma coisa?"

Sant'Anna é ministro da Educação e um dos líderes do grupo moderado do PMDB. O grupo, contudo, ainda não decidiu apoiar candidato algum à presidência da República. Sobral Pinto apoia a candidatura do deputado Guilherme Afif Domingos. Arraes subirá na próxima semana no palanque do deputado Ulysses Guimarães em comícios que o PMDB realizará no interior de Pernambuco. Pedirá votos para Ulysses.

Não enxerga, contudo, a mais remota evidência de que Ulysses possa vir a travar a batalha final da sucessão presidencial. Ulysses poderá ficar de fora da batalha e das negociações para o segundo turno. Pela esquerda do PMDB, falará Arraes, em combinação com Waldir e outras lideranças de peso. Os ministros Sant'Anna, Iris Resende e Jader Barbalho deverão falar pelos moderados do partido, ligados ao presidente Sarney.

É de se notar que Brizola e o próprio Lula estão preferindo fixar-se, ao longo da campanha, na discussão dos principais problemas do país a batucada, aparentemente, no governo de Sarney. Collor de Mello é quem tem feito uso de manobra sistemática e, cada vez mais, contundente. Ultimamente, o líder das pesquisas passou a incentivar a violência dos seus seguidores contra partidários de outros candidatos.

Covas diz que tem Nordeste como prioridade

SÃO PAULO — Investir no Nordeste possivelmente que a região tenha de 10 a 15 anos mais tempo para atingir o nível de desenvolvimento da região brasileira, uma preocupação que chegou aos 10% ao ano, é o principal item do programa de governo do senador Mário Covas, candidato do PSDS à Presidência da República. Covas disse em São Paulo que no seu governo pretende vincular a Sudene à Administração da República, devolvendo ao órgão "o seu verdadeiro papel, que é o de fazer o planejamento econômico do Nordeste".

Recebido no aeroporto por cerca de mil pessoas, participou de uma coletiva de imprensa e fez campanha na Praça Decoreba, onde disse que veio ao Maranhão discutir com os maranhenses o seu programa de governo. Realizou declaração feita anteriormente de que "Sarney nunca mais", e, sobre

a ferrovia Nordeste, que seria responsável pela integração econômica da região, disse que o projeto, devido à fórmula adotada para o projeto, no qual por antecipação já se concluiu o equilíbrio da concessão, é viável.

O principal item do Covas é o Nordeste. Ao lembrar que, até 1980, a região recebeu apenas 10% dos investimentos feitos no resto do Brasil, Mário Covas disse que seu programa de governo para o Nordeste é fazer com que a região tenha um índice de 10% ao ano, enquanto a região brasileira tem 5%.

"O que nos dá um índice de 10 a 15 anos a possibilidade de a região passar de uma renda que hoje é de 52% para 65% da renda brasileira", disse. Segundo Mário Covas, com a ajuda de capital do Brasil, a região poderá atingir um índice de 4 milhões por pessoa, no Nordeste, ele chegou a 3 milhões.

Para chegar a esse objetivo, ele acredita que precisam ser feitos em média por ano investimentos de 25 bilhões de dólares, além dos 5 bilhões de dólares que já são investidos atualmente. Ele também disse que, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento, o setor privado em investimentos de capital deve ser estimulado.

2do BRASIL 21/10/89

BRASIL 21/10/89

Elecciones presidenciales en el Brasil

El acto clave para la integración en América latina

Por Paul Labiano

Brasil, 1964. Cuando la gente de toda América del Sur se pregunta cómo y por qué depende del futuro de los países latinoamericanos que se celebraron elecciones presidenciales en Brasil. El prelado, Juan de la Cruz, se preguntó sin paralelo en la historia de América Latina y su principal candidato, el general Castello Branco, fue el ganador de la elección. Ya en plena campaña electoral, Menem hizo una visita secreta al Brasil con el fin de tantear las posibilidades y considerar, con los candidatos principales, las medidas conducentes a una futura integración de ambos estados federativos.

Apenas seis semanas después de que asumiera el poder, el 23 de agosto, el nuevo presidente argentino hizo la segunda visita al país vecino para firmar junto con su par brasileño, José Sarney, cuatro protocolos sobre cooperación entre Aerolíneas Argentinas y Varig, la construcción de un gasoducto entre Porto Alegre y la provincia de Córdoba; un acuerdo entre las centrales nucleares de Atucha y Angra; y un convenio alimentario entre Sombra y COPAL, las principales empresas de los dos países.

Brasil, con 147 millones de habitantes, representa una tercera parte de la América latina (con 438 millones). Junto con los 20 millones de habitantes de la Argentina, constituyen un mercado importante con una vasta superficie territorial de 11.342.000 km² que alberga incalculables riquezas naturales. Su litoral se extiende desde más allá del Ecuador hasta Uruguay, capital de la Tierra del Fuego, la ciudad más austral de los cinco continentes. Si se realiza la integración, el coloso brasileño-argentino, tanto por su posición geopolítica y estratégica como por su "fuerza centrípeta" para los países circundantes -Bolivia, Paraguay y Uruguay- se convertirá en una de las potencias regionales más importantes del mundo.

Con vistas a grandes aspiraciones, los dos países, no obstante, deberán efectuar cambios fundamentales. Resolverán ante todo sus graves crisis socioeconómicas, llegar a acuerdos con sus acreedores, reducir drásticamente las exageradas dimensiones de sus respectivas administraciones y, en vez de buscar firmas mágicas -"planes de primavera o de verano"- cumplir medidas que han sido probadas en países que, enfrentados en la guerra mundial, hoy financian el "tercer mundo".

El "factor sorpresa"

Una tendencia muy característica de la inestabilidad latinoamericana que también debe tenerse en cuenta es el "factor sorpresa". Sólo entre mayo y junio de 1963 pudieron observarse fenómenos de ese tipo en, por lo menos, cinco países de la región.

En Chile, en la Argentina donde, desde septiembre de 1957, era de prever el triunfo peronista. Pero nadie pensaba que ese partido nacional y populista implantaría un sistema económico de auto-crisis liberal para salir de la crisis.

En Bolivia iba a ganar las elecciones la coalición centro-derecha liderada por el general Banzer. Pero en vísperas de las elecciones se desmoronó la coalición y, después ganó -con mayoría mínima- el economista Sánchez de Lozada, de tendencia centroizquierda. Se desmoronó, que dice, apoyado por el Movimiento de Izquierda Revolucionaria, encabezado por Jaime Paz

Zamora, obtendría la presidencia. Pero Banzer, mezclando agua con aceite para compartir la mesa con los vencedores, promovió que su adversario Paz Zamora ocupara el sillón presidencial.

También era imprevisto que Alfredo Stroessner, recién electo por sexta vez en Paraguay, podría ser derrocado. Y que lo derrocará su convecino y amigo íntimo, el general Rodríguez. Sin embargo, sucedió lo inimaginable y, oronda, a los 90 días Rodríguez llegó a ser presidente legítimo de ese país.

El "fenómeno sorpresa" también ha llegado a Brasil. Hace un par de meses parecía seguro que entre 34 candidatos saldría triunfante el veterano socialista Leonel Brizola, acompañado por el líder social-demócrata Mario Covas. De repente apareció el "Kassete Kid" Fernando Collor de Mello ex campeón político y "héroe cívico" que sólo presentando la supresión de la corrupción avanza espectacularmente. Según recientes encuestas obtendrá la primera minoría con un margen de 41 por ciento de los sufragios. Es improbable que un candidato lo derroche, como a Luis Carlos Galán, en Colombia, o que fallezca antes de asumir el poder, como Tancredo Neves, el último presidente electo del Brasil. Pero sí, en realidad, ocurre un alto porcentaje de los votos, ¿le tocará la suerte de Menem o de Sánchez de Lozada? Y después del pacto por la presidencia, ¿qué otros pactos se realizarán el gran pacto de hermandad y "Eje AS" con la Argentina?

Potencialidades de una gran integración regional

Primero se producirá la sacudida, lo mismo que en Venezuela y Argentina durante la transición. Los primeros síntomas de esto son las huelgas masivas, la fuga de capital (12.000 millones de dólares aproximadamente en 1963) y el hecho de que a pesar de un superávit comercial acumulado de 20.000 millones de dólares, el mayor en la historia del Brasil, los precios minoristas aumentaron un 29,34 por ciento sólo en el mes de agosto y el país está a punto de caer en una hiperinflación. (En Argentina en el mes de julio se registró un incremento del 114,5 por ciento y en agosto de más del 200 por ciento).

Por falta de apoyo a su gobierno, el presidente Sarney quiere entregar el poder antes de la fecha constitucional del 15 de marzo, probablemente en el primer o segundo de mayo de 1964. En Uruguay, también en Uruguay se elegirá al sucesor de Julio María Sanguinetti; al respecto, tiene buenas posibilidades Jorge Batlle, candidato del Partido Colorado sin que se pueda descartar un "factor sorpresa". Y, por último, nadie ignoraba que los dos pequeños países circundantes -entre Brasil y Argentina- Uruguay y Paraguay- no desearían participar de la integración y que, por ende, derrocar todas las barreras entre los miembros de la futura Unión. De ese modo, los cuatro países dispondrían de una superficie total de 11.342.000 km² y, junto con Bolivia también muy interesado en salir de su aislamiento, el territorio sería de 12.342.000 km², superado sólo por el de la Unión Soviética.

En la etapa de regionalización del mundo, las próximas elecciones en Brasil -pose a todas las dificultades que afronta el país- revisten pues, importancia histórica.

LA PRENSA

21/10/89 -

BRASIL CONDENARÁ OS INQUÉRITOS

HUMBERTO TREZZI

Editoria Política/ZH

O candidato a vice-presidente pela Frente Brasil Popular, José Biazol, será exposto no cargo mais importante do futuro governo petista, se Luís Inácio Lula da Silva vencer as próximas eleições presidenciais. Biazol foi escolhido ontem coordenador-geral de inquéritos, um cargo que será criado para atuar acima dos ministérios com a missão específica de desvendar todos os casos de corrupção até hoje denunciados no País. Este anúncio foi feito pelo presidente petista ao chegar em Pelotas, onde liderou um comício para cerca de 15 mil pessoas.

Biazol, como desembargador e ex-integrante da CPI da corrupção, terá a companhia de juristas conhecidos nacionalmente para executar essa missão, como Hélio Ricardo, Fábio Comparato, Raimundo Faoro e Márcio Tomas Bastos, atual presidente da OAB.

Lula reconheceu que está tomando a bandeira da moralização do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, que, aliás, foi bastante criticado durante a manifestação popular. "Nossa equipe de governo será anunciada antes do dia 15 de novembro", disse Lula ao encabeçar a lista com o senador Biazol. "Este cargo de coordenador-geral servirá também para que os especuladores percebam que aqui, no nosso governo, não serão respeitados. Vamos facilitar seu passaporte para o exterior".

Lula promete suspender pagamento da dívida para frear a inflação

□ Candidato da Frente Brasil Popular falou no RBS Documento e disse que com esse dinheiro seria criado um fundo de desenvolvimento

MARTA GLEICH

Editoria Política/ZH

"Estou feliz da vida porque a partir de 15 de novembro teremos um presidente que será o resultado do grau de consciência política do nosso povo". Assim, Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, iniciou o programa RBS Documento Especial, que foi ao ar no início desta madrugada pela RBS TV. Lula garantiu que sua campanha está acabando o preconceito de que um trabalhador — como ele — não pode ser presidente da República. "Se o empresário sair do País", disse Lula — se referindo à ameaça de Mário Amato de que 800 mil empresários iam deixar o País caso o candidato do PT fosse eleito — "nós trabalhadores faremos uma produção maior. No entanto, todos empresários que quiserem investir na produção serão bem-vindos".

Lula veio a Porto Alegre ontem à

tarde, acompanhado da mulher Mariana e do senador Paulo Biazol, somente para gravar o programa, no qual deu sua receita para acabar com a inflação: suspender o pagamento da dívida externa, "que mata mais gente que a Segunda Guerra Mundial", e com esse dinheiro criar um Fundo de Desenvolvimento para fazer política agrícola, habitacional e reforma agrária; renegociar a dívida interna; criar uma política de controle de preços dos gêneros de primeira necessidade e fiscalizar para acabar com os sonegadores. Ele criticou o plano do governo para conter os preços: "Só um imbecil pode acreditar que este acordo está sendo cumprido. Se o Governo quisesse agir com seriedade, estabelecer uma política de controle de preços dos gêneros alimentícios".

MINISTÉRIO — O candidato da Frente Brasil Popular não quis revelar nomes para seu ministério, mas disse que Antônio Cândido, Paulo Freire e Raimundo Faoro podem "tranquilamente" serem ministros de seu governo, caso seja eleito. É possível que Brizola e Lula disputem o segundo turno, pensa o candidato do PT, se conseguirem "desmascarar Collor". Além disso, ele acha que o povo não é conservador, porque não



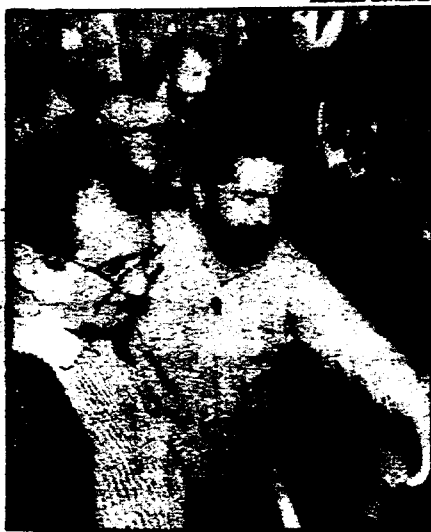
Frente: trocar a dívida por desenvolvimento

quer "conservar a miséria em que está". Quanto a Brizola, Lula pensou um "político com vícios do passado. Ele quer ser um sonegador. Se acha o único esperto e dono da verdade". Lula revelou que gostaria de enfrentar Collor no segundo turno, pois seria o confronto "capital versus trabalho".

A Frente Brasil Popular quer transformar a zona rural do País em

um sistema de produção agrícola, com o objetivo de acabar com a fome e a miséria. Lula disse que o PT não quer "conservar a miséria em que está". Quanto a Brizola, Lula pensou um "político com vícios do passado. Ele quer ser um sonegador. Se acha o único esperto e dono da verdade". Lula revelou que gostaria de enfrentar Collor no segundo turno, pois seria o confronto "capital versus trabalho".

Candidato admite empresário no seu ministério



À direita: Comício em Pelotas

Um empresário poderá fazer parte do ministério da Frente Brasil Popular, admitiu ontem, em Porto Alegre, o candidato Luís Inácio Lula da Silva. Ele lembrou que um empresário, Ademar Gianini, é secretário de Transportes de Luiza Erundina, prefeita petista de São Paulo, e disse mais: do secretariado de Erundina vários teriam condições de ser ministros porque ela "conseguiu montar um secretariado melhor que o ministério de Sarney".

Lula não quis citar possíveis nomes para seu ministério, mas admitiu que a Frente Popular está estudando o assunto e que até o final de outubro, possivelmente, divulgará a equipe de governo. Serão, por exemplo, cinco pessoas em cada área, sem dizer qual delas será o ministro, caso Lula seja eleito. Além disso, o candi-

dato a vice, senador Paulo Biazol, terá, no caso de a Frente Popular chegar ao poder, o coordenador de uma equipe para fazer, nos primeiros 90 dias de governo, uma auditoria geral no País. Dessa equipe farão parte "pessoas da mais alta integridade moral e ética, como Raimundo Faoro, Fábio Comparato e Hélio Ricardo", disse Lula.

Em entrevista no Aeroporto Salgado Filho, antes de embarcar para Pelotas, Lula diz que não troca acusações com Brizola, pois seu alvo principal é a direita, representada por Maluf, Afif e Collor. Quando não, pois "Caio está descartado. Não representa nada nem na UDR, quanto mais na eleição". Se no segundo turno ficar alguém de direita e alguém de centro-esquerda ou de es-

querda, "será uma situação muito difícil", disse Lula.

O candidato da Frente Brasil Popular afirmou também que o PT não quer "conservar a miséria em que está". Quanto a Brizola, Lula pensou um "político com vícios do passado. Ele quer ser um sonegador. Se acha o único esperto e dono da verdade". Lula revelou que gostaria de enfrentar Collor no segundo turno, pois seria o confronto "capital versus trabalho".

SAÚDE
Ainda que, a rigor, não seja o grande líder da esquerda, Roberto Freire, gaúcho, é o candidato do PCB.



1. Aderir um vencedor. Manter de sua ca-
2. rreira e de uma proposta democrática.
3. Freire sempre se fez conhecido como um
4. comunista e, consequentemente, chegou
5. a ser presidente da Federação
6. das Indústrias do Estado de São
7. Paulo (Fiesp). Mário Amato, de repre-
8. sentantes da Igreja Católica e até de ad-
9. versários de dentro da própria esquerda,
10. como José Gervasio, do PT, conquistou
11. a maioria entre os jovens e está provoca-
12. do uma verdadeira revolução em seu
13. partido, que já não se abre
14. mais da esquerda que vem ocupando des-
15. de 1922.
16. Com a mediação de quatro de-
17. putados com diferentes setores da sociedade
18. e, como consequência, a esquerda, além
19. das garantias e segurança que um real-
20. camento por todo o país, Freire teve sua
21. primeira vitória na eleição da
22. candidatura. Votaram em favor de for-
23. tes setores do PCB, sobretudo em São
24. Paulo, Rio de Janeiro e Minas. Estes se-
25. tores, representados com o decimpe-
26. to do PT, nas eleições municipais do
27. ano passado, ganharam uma vitória com
28. 84 por cento de votos.
29. Paulo Amato, da Bona — Roberto
30. Freire foi uma alternativa para a posição
31. que ele detinha a cabeça do PT e de
32. outros setores, bem como das novas
33. tendências da esquerda, sobretudo do Com-
34. munistas do PCB e um dos coordena-
35. dores da campanha, unido com a
36. candidatura promovida de seu candidato.
37. Segundo a imprensa, a proposta de Roberto
38. Freire de um partido independente, motivada
39. pelo desejo de liberdade em São Paulo
40. e de outros pontos, que afetaram o país no
41. ano passado.
42. Freire, por sua vez, não escondeu sua
43. intenção. Até a proposta do pacto,
44. ele professava-se adepto de Deus para
45. Roberto Freire, por ser conhecido por alguns
46. setores da sociedade. Agora temo que
47. Freire, um adversário para, não seja bu-
48. cado por seu grande amigo e coor-
49. dinador. Mas, mesmo assim, o candi-
50. dato do PCB, eleito por unanimidade com
51. todos os segmentos e acionistas de igre-
52. jas como o do presidente da Fiesp, Mário
53. Amato, um sólido líder do empresaria-
54. do mais importante, que reconheceu
55. a Roberto Freire. "Continuarei sua pro-
56. pósito porque sei que está prestando um
57. grande serviço ao país". Os de Dom
58. Pedro Canabarro, chefe de Confederação
59. dos Agricultores (Cafu), que disse do acio-
60. nista do candidato comunista: "Prefiro
61. saber em um ano honesto do que em
62. um século de fraude".
63. Roberto Freire só não conseguiu até

agora vencer as eleições por mil-
tões, que ele não tem mais a
indicação do presidente José Sar-
ney. O Partido Comunista Brasileiro
perdeu a Escola Superior de Guerra
para disputar a possibilidade de uma
política de socialização. A respos-
ta: a Escola não está apresentando pa-
lestras de candidatos. O PCB tentou o
apoio do ministro da Educação, Leônir-
das Figueiredo, para que ele se en-
tre com militares, banqueiros e re-
presentantes da esquerda. Mas, depois, o
partido publicamente não pôde se
manifestar. Amato, porém, de se-
gundo, declarou ao jornalista: "Não
deixei de me manifestar, mas, em sua
opinião, os militares não têm o
poder. O poder é de Paulo Amato
e de Roberto Freire, com o qual
não há nenhuma possibilidade de
colaboração".
Com sua
simplicidade, o partido comunista
mostrou-se muito mais eficiente
do que os outros partidos. Ele
já tem uma história de mais de
quarenta anos, desde a fundação
pelo jornalista e escritor, José
B. C. de Oliveira. O partido
trabalhou para a libertação da
América Latina. E
está se preparando para a eleição
militar que o PCB ganhou nos anos
1960, como o poeta Roberto Gallo, o
dramaturgo Dias Gomes e até gente de
tempos mais antigos, como o escritor
Jorge Amado. Mas o mais surpreendente
é o apoio conquistado em grande quan-
tidade fidede como geralmente não é
gosto do PT, como os jovens setores da
TV Globo, Rádio Maré e Rádio Comu-
nista.
Oito no futuro — Mas o que
mais animou os membros do Partido
Comunista Brasileiro, além da expe-
riente participação no passado, é a po-
ssibilidade de uma revolução da es-
querda marxista, após a chegada de
Roberto Freire. O discurso promissó-
rio de candidato na Câmara dos De-
putados quinta-feira, apontou claramente
esse sentido. A formação de um bloco
de esquerda, que, segundo o próprio Ro-
berto Freire, "não a democracia não co-
mo uma teoria, mas uma prática para
a liberdade, mas como um valor fun-
damental, indispensável ao socialismo".
É com o plano atual, segundo que o
candidato do PCB se propõe para so-
lucionar e manter a ordem. Seu plano não é
ser o primeiro-ministro de um regime
parlamentar, como disse o deputado
José Gervasio, do PT, comentando a dis-
curso de Freire, mas influir decisiva-
mente no regime parlamentar, comandando
um bloco expressivo de representantes
de uma nova esquerda, a serem eleitos no
próximo parlamento do próximo ano.
Votos mais ambiciosos do ponto de
vista pessoal, como a candidatura ao
governo de Pernambuco ou ao Senado
Federal, estão afastados. Roberto Freire
garante que seu candidato à reeleição
para a Câmara por Pernambuco.

Ainda que, a rigor, não seja exato afirmar que o deputado candidato do PCB, Roberto Freire, ganhou a disputa do dia 15, ele já se pode con-



Com a média diária de quatro debates com diferentes setores da sociedade e com ênfase à imprensa, além das pautas e questões que vão saindo por todo o dia, Freixo teve sua primeira vitória já no lançamento da candidatura. Votou em milhares de locais antes do PNA, incluindo em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Esses setores, impressionados com o desempenho do PT, nos diversos municípios do país, foram responsáveis por uma vitória com 89 por cento.

11-12-73. Faltava, aliás, não esconder seu
compromisso. Até a proposta do pacto,
ele mostrava-se ao amor de Deus, para
fazer uma coisa ou outra por algum
grupo de pessoas. Agora temos que
fazer um esforço para dar uma bre-
chada em seu grande coração e coor-
denar, nos próximos meses, o candi-
dato do PFL para governador com
leões e tigres e aranhas e lagos
como o da presidente da Imp. Mario
Monte, no sentido de fazer o empresário
de mais sucesso, que recomendar
a Roberto Faria. Ou seja, sua pre-
gação, já que está prestando um
grande serviço ao país". Ou de Dom
Pedro Casaldaliga, bispo de Conceição
de Araguaia (MT), que disse do ateu-
ismo do candidato comunista: "Prefiro
votar em um não crente do que em
um crente hipócrita".

Espectro globalista — Com sua simplesza, o filme é uma proposta incircunscritamente anticomunista e anticomunismo de esquerda. O filme é dirigido por Paulo Jé, um professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e trata de três personagens, Colômbio, José Antônio e João Carlos A, B e C da Silva, e os principais contextos urbanos como Rio de Janeiro e São de Janeiro. É cotá acompanhando a ação de antigos militantes que o PCB perdeu nos anos 1960, como o poeta Ferreira Gullar, o dramaturgo Dias Gomes e até gente de tempos mais antigos, como o escritor Jorge Amado. Mas o mais surpreendente é a ação enfiada no momento e em locais todos como geralmente mais ligados ao PT, como as jovens atrizes da TV Globo Márcia Medeiros e Carla Camurati.

É com o plano neste projeto que o candidato do PCB se prepara para novos e maiores lances. Seu plano não é ser o primeiro-ministro de um regime parlamentarista, como disse o deputado José Gregório, do PT, comentando o discurso de Figueira, mas sim, ao contrário, no regime parlamentar, comandando um bloco expressivo de representantes dessa nova esquerda, a ser criada no pleito parlamentar do próximo ano.

Vôce mais ambicioso de ponto de vista pessoal, como a candidatura ao governo de Pernambuco ou ao Senado Federal, estão adiados. Roberto Freire garante que será candidato à reeleição para a Câmara por Pernambuco.

Nota do PFL narra as tratativas para renúncia

Aureliano Chaves estava mesmo decidido a deixar de concorrer à Presidência da República pelo PFL e comprometer-se com as bases partidárias a encaminhar sua carta-renúncia junto a um apelo ao comunicador Silvio Santos para que o substitua. Quem afirma isto é o presidente do PFL, senador Hugo Napoleão (PI) que ontem, em Brasília, emitiu nota de cinco linhas informando o episódio, iniciado no último dia 17. Depois, em entrevista, Napoleão manifestou estranheza com a mudança de posição de Aureliano e informou que o próprio candidato reconheceu, na semana passada, a fragueza de sua campanha e as poucas chances na eleição de 15 de novembro.

Na nota, Hugo Napoleão resumiu:

1 — Os participantes da reunião sempre estiveram ao lado de Aureliano Chaves e com ele atuaram solidariamente e conjuntamente em todas as etapas.

2 — O senador Hugo Napoleão, o próprio candidato reconheceu que não estava mais numa recuperação expectativa nas pesquisas.

3 — Foi ele quem lembrou a necessidade de se buscarem alternativas a seu nome por um candidato de maior densidade eleitoral, com chances efetivas de vitória.

4 — Foi ainda Aureliano Chaves

quem tomou a iniciativa de apresentar ao presidente do partido que procurasse, em seu nome, o empresário Silvio Santos.

5 — Coube ao próprio Aureliano o contato direto com Silvio Santos e foi ele, Aureliano, quem acertou os detalhes finais de sua renúncia.

Estes são os fatos — conclui a nota.

RESUMO — A nova posição de Aureliano Chaves, de não renunciar à candidatura, formalizará a decisão da grande maioria do PFL de apoiar outros candidatos, principalmente Fernando Collor, Afif Domingos, Paulo Maluf e, em escala menor, Mário Covas.

A derrota de Aureliano vai ser atribuída pelo PFL exclusivamente ao candidato. O partido levou as mãos, ontem, no final da tarde, depois que o seu presidente, Hugo Napoleão, confirmou todos os entendimentos para a troca de candidatos. Assuntos do presidente do partido disseram que antes de divulgar a nota-soluto, preparada ontem na residência oficial do ministro João Alves, com os senadores Marcos de Góes e Edison Lobão, Hugo Napoleão informou previamente a vários líderes do partido sua decisão de, por fim, romper com Aureliano Chaves. (Brasília-ZHAB)

24/10/89

análise

Villas-Bôas, Corroia

A campanha eleitoral não tem sido notada a nível de surpresa; registradas a cada quinze dias rotinas de pesquisas, com o bastão alternando frequentemente a parição dos candidatos. A 24 dias das urnas, o primeiro turno da eleição da câmara municipal de Vila Rica acabou-se nos últimos dias de 15 de novembro, impulsionado na semana anterior, quando as dificuldades da campanha foram desprovidas finalistas.

De última eleição municipal, em 1960, para cá, o quadro mudou por completo. De tal maneira, que as referências disponíveis não podem ser aplicadas em eleição como nunca houve igual nem parecida. Quase nada sobrevive do registro de quase 30 anos. Esta eleição, por isso mesmo, está aberta à análise dos especialistas para a definição dos métodos e a tentativa de antecipação das distorções.

De 1960 para cá, a população dobrou para cerca de 147 mil habitantes. Mas o crescimento, no mesmo período, atingiu 35 anos, ultrapassando 82 milhões de habitantes, 55% da população. A urbanização alterou seu perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

Em 29 anos, a população dobrou para cerca de 147 milhões. Mas o crescimento, no mesmo período, atingiu 35 anos, ultrapassando 82 milhões de habitantes, 55% da população.

Impulsão; métodos qualitativos. A urbanização alterou seu perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

e independente. Uma campanha arrumada em escândalos. De tal maneira, que a porcentagem de votos vinha sendo a partidos, definindo o perfil das passagens rivais das campanhas, identificava instantaneamente seu candidato. O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

Agora, o eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

A esquerda, na modestia de siglas médias, como o PDT e o PT, não perdeu a pose e está ali, brigando na mesma linha para classificar Lennel Brizola ou Luis Inácio Lula da Silva como representante no segundo turno. Disposto de Mário Covas e Roberto Freire como alternativas categorizadas, embora de improvável serventia.

Livre e perdido, o centro senta na pele o peso do crescimento inicial de Brizola e Lula e desce a sã saúde improvisando opções ativas do expediente do registro por legendas passivas: Colôr de Melo, pelo PRN, e Afif Domingos, pelo PL, além do Paulo Maluf, agarrado às sobras do PDS.

A dança do eleitorado conservador, suas negações e hesitações, não pode ser explicada por uma única razão. O artificialismo de legendas e candidatos imbuem-se como a mais lógica das justificativas para a facilidade com que o eleitor abandona o candidato que adotou num impulso de simpatia e troca-o por outro que consegue impressioná-lo no momento.

Uma governança sem oposição — O eleitor acostumou-se a votar no governo ou na oposição. A fidelidade espaciais depois de três décadas de jejum, quando da convocação para eleição direta de 15 de novembro e se defronta com o paradoxo: ninguém é governo; todos, recitativo e discurso de oposição.

Uma novidade da eleição passou a ser a ausência de qualquer opção. Pela primeira vez, o presidente da República não tem candidato e o governo não apóia ninguém nem apóia a oposição para beneficiar ninguém. O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

O eleitorado passou a ser visto como um grupo homogêneo, com o mesmo perfil, aumentando sua independência, enquanto as áreas rurais com o crescimento, o voto de cabresto, a canalização.

3909819

JORNAL DO BRASIL
22/10/89

proposta do PFL

Pode ser que tudo não passe de uma grande levianidade, o que não seria de estranhar numa campanha sucessória marcada pela carência de valores políticos autênticos respaldados pelo prestígio popular. Mas só que se esclare-



que as coisas estão envolvidos na aparente mudança do PFL a responsabilidade do presidente José Sarney e o compromisso de honra da vida de Aureliano Chaves. O partido cegado do regime militar e mobilizado para dar validade à candidatura de Tancredo Neves ignora nada mais nada menos do que a troca o lema de Aureliano — "austeridade, honestidade e dignidade" — para "dar uma de bolina", oferecendo ao baixo eleitorado a candidatura do showman Sílvio Santos a presidente da República.

Antecipate, nas dificuldades do país em chegar a soluções altas e de consenso, procurando reservar as forças morais para agir por cima e tranquilizar a sociedade. Hoje procura-se uma saída por baixo justificando-se a falta de uma inculta da população desde que se demonstram ressentimentos e se pouparam de expressar a falta de tempo e a candidatura de Roosevelt é decidida, desde tempos atrás, a que não se compromissos habituais do mundo. O livro de Macaulay que imaginava conhecer a realidade do ator e compreensão de Macaulay, um instrumento para viabilizar as políticas políticas do liberalismo de que Macaulay se tornar agente. O próprio livro Macaulay é bem conhecido de chamar a atenção para o fato de que com seu "bom da liberdade" e com sua nobreza. Agora alguns que vivem a inspiração de Sarney põe-se em movimento para uma mudança como principal objetivo para destruir a campanha de Fernando Collor de Mello que vem encaminhado na eleição mais cedo ao presidente da República.

[illegible]

Não há dúvida de que para o sucesso do movimento político dos trabalhadores viáveis nos programas de Silvio Santos, sua candidatura será a novidade, que os alicia e convida a participar ativamente das decisões. O Império Italiano não será, por tanto, chamado a dar uma alternativa eleitoralmente viável para a sucessão. O provável é que porque uma espécie de terra arrasada no centro e na direita, disso emergindo como candidaturas politicamente viáveis Brizola e Lula, os quais situam suas propostas no âmbito da política e das esperanças de renovação da vida pública. Não são candidaturas possíveis. 1 2

1
 2
 3
 4
 5
 6
 7
 8
 9
 10
 11
 12
 13
 14
 15
 16
 17
 18
 19
 20
 21
 22
 23
 24
 25
 26
 27
 28
 29
 30
 31
 32
 33
 34
 35
 36
 37
 38
 39
 40
 41
 42
 43
 44
 45
 46
 47
 48
 49
 50
 51
 52
 53
 54
 55
 56
 57
 58
 59
 60
 61
 62
 63
 64
 65
 66
 67
 68
 69
 70
 71
 72
 73
 74
 75
 76
 77
 78
 79
 80
 81
 82
 83
 84
 85
 86
 87
 88
 89
 90
 91
 92
 93
 94
 95
 96
 97
 98
 99
 100
 101
 102
 103
 104
 105
 106
 107
 108
 109
 110
 111
 112
 113
 114
 115
 116
 117
 118
 119
 120
 121
 122
 123
 124
 125
 126
 127
 128
 129
 130
 131
 132
 133
 134
 135
 136
 137
 138
 139
 140
 141
 142
 143
 144
 145
 146
 147
 148
 149
 150
 151
 152
 153
 154
 155
 156
 157
 158
 159
 160
 161
 162
 163
 164
 165
 166
 167
 168
 169
 170
 171
 172
 173
 174
 175
 176
 177
 178
 179
 180
 181
 182
 183
 184
 185
 186
 187
 188
 189
 190
 191
 192
 193
 194
 195
 196
 197
 198
 199
 200
 201
 202
 203
 204
 205
 206
 207
 208
 209
 210
 211
 212
 213
 214
 215
 216
 217
 218
 219
 220
 221
 222
 223
 224
 225
 226
 227
 228
 229
 230
 231
 232
 233
 234
 235
 236
 237
 238
 239
 240
 241
 242
 243
 244
 245
 246
 247
 248
 249
 250
 251
 252
 253
 254
 255
 256
 257
 258
 259
 260
 261
 262
 263
 264
 265
 266
 267
 268
 269
 270
 271
 272
 273
 274
 275
 276
 277
 278
 279
 280
 281
 282
 283
 284
 285
 286
 287
 288
 289
 290
 291
 292
 293
 294
 295
 296
 297
 298
 299
 300
 301
 302
 303
 304
 305
 306
 307
 308
 309
 310
 311
 312
 313
 314
 315
 316
 317
 318
 319
 320
 321
 322
 323
 324
 325
 326
 327
 328
 329
 330
 331
 332
 333
 334
 335
 336
 337
 338
 339
 340
 341
 342
 343
 344
 345
 346
 347
 348
 349
 350
 351
 352
 353
 354
 355
 356
 357
 358
 359
 360
 361
 362
 363
 364
 365
 366
 367
 368
 369
 370
 371
 372
 373
 374
 375
 376
 377
 378
 379
 380
 381
 382
 383
 384
 385
 386
 387
 388
 389
 390
 391
 392
 393
 394
 395
 396
 397
 398
 399
 400
 401
 402
 403
 404
 405
 406
 407
 408
 409
 410
 411
 412
 413
 414
 415
 416
 417
 418
 419
 420
 421
 422
 423
 424
 425
 426
 427
 428
 429
 430
 431
 432
 433
 434
 435
 436
 437
 438
 439
 440
 441
 442
 443
 444
 445
 446
 447
 448
 449
 450
 451
 452
 453
 454
 455
 456
 457
 458
 459
 460
 461
 462
 463
 464
 465
 466
 467
 468
 469
 470
 471
 472
 473
 474
 475
 476
 477
 478
 479
 480
 481
 482
 483
 484
 485
 486
 487
 488
 489
 490
 491
 492
 493
 494
 495
 496
 497
 498
 499
 500
 501
 502
 503
 504
 505
 506
 507
 508
 509
 510
 511
 512
 513
 514
 515
 516
 517
 518
 519
 520
 521
 522
 523
 524
 525

8909819

Lula diz no Sul que sem-terra fará parte do ministério petista

RONDA ALTA, RS — O candidato da Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB), Luís Inácio Lula da Silva, admitiu, ontem, ao defender a reforma agrária, que em seu governo poderá convocar um sem-terra para ocupar o Ministério da Agricultura, "porque ninguém melhor do que um colono sabe do que o agricultor precisa". Lula fez um comício na Fazenda Annoni, na localidade de Encruzilhada Natália, um dos pontos onde iniciou a mobilização no Estado pela reforma agrária, em 1979. Milhares de agricultores das regiões do Alto Uruguai e Missões participaram da concentração.

Muitos religiosos — índios e frades ligados à Comissão Pastoral da Terra — também participaram do comício de Lula, no final da tarde. Eles inauguraram na localidade o Monumento ao Sem-Terra, esculpido em metal com cerca de 2,5 metros de altura, onde aparece um casal de lavradores: o homem com uma enxada e a mulher empacotando a lençola do Movimento de Sem-Terra do Sul. Os agricultores estão exultantes na espera desta reforma agrária prometida pelo governo e que nunca vem", afirmou o candidato.

Reflexões — Lula prometeu que em seu governo haverá um rígido cronograma de reassentamentos em todos os estados onde ocorrem conflitos de terras, "efetivando realmente a reforma agrária, no lugar de projetos de colonização que o governo chama de reforma agrária". Para ele, a mobilização em Encruzilhada Natália, interior de Rondônia (300 km da capital) em apoio à sua candidatura e também aos 10 anos da primeira invasão promovida no Rio Grande do Sul "é a maior prova de que a reforma agrária não pode mais ser postergada".

Na cidade de Santa Maria, onde passou pela manhã, defendeu ainda a suspensão do pagamento de dívidas correntes e novas condições para financiamento agrícola, propondo que, ao invés de cobrança de juros dos minifundistas, o Banco do Brasil deveria liberar créditos regulares para a própria produção dos pequenos e médios produtores. "Em vez de sugar até o sangue do colono, o Banco do Brasil, no meu governo, vai liberar recursos adequados ao valor de parte da safra comprando o produto antecipadamente, fazendo, depois, a sua comercialização".

Cerca de 20 mil pessoas participaram da concentração na Fazenda Annoni, onde, em 1981, foi instalado o primeiro assentamento de colonos sem-terra, com 3 mil famílias aproximadamente (hoje ainda permanecem no local 181 famílias). Desde o início da manhã eles comemoravam a chegada em caminhões, carroças, ônibus ou mesmo a pé, em clima de euforia.

Enquanto aguardavam a chegada do candidato, os colonos e religiosos entoavam cânticos em defesa da justiça e da redistribuição fundiária, arremessando cantadas nas mulheres e festejando nas Comunidades Eclesiais de Base na região onde está a fazenda. Em Santa Maria, uma multidão — 10 mil segundo os petistas e 5 mil na estimativa da Brigada Militar — aglomerou-se na Praça Salimata Marinho, a mais central, para o comício de Lula e do vice, senador gaúcho José Paulo Blum, secretamente apontado como sucessor em Minas Gerais.

Grã-Bretanha aceita F.P.(RR) Flecha de Lima para embaixada de Londres

BRASÍLIA, 21 — O governo da Grã-Bretanha aceitou a indicação do diplomata Paulo José Flecha de Lima, atual secretário-geral do Itamarati, para embaixador em Londres. O acordo foi assinado a Flecha de Lima, ex-vice-embaixador em Londres e primeiro-vice-embaixador em Paris, e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. O primeiro-ministro Harold Wilson já havia enviado ao Congresso Nacional a indicação, mas o nome de Flecha de Lima não foi aprovado, em sessão secreta, a sugestão do Comitê de Relações Exteriores de Londres, e depois aprovada em plenário. Como não foi aprovada ainda na atual administração, o diplomata assumirá o cargo imediatamente.

— Acreditamos que Flecha de Lima assumirá antes do final do ano, mas o novo presidente da República poderá indicar outro nome para o cargo. No entanto, a política costeira e usual é respeitar os nomes anteriormente aprovados — revelou ontem à tarde o porta-voz do Itamarati, ministro Ray Nogueira.

O secretário-geral do Itamarati ingressou na carreira diplomática em 1955, como oficial de terceira classe, ganhando todas as promoções por merecimento, até chegar a ministro de primeira classe em 77. Flecha de Lima exerceu várias funções no Itamarati e assumiu como ministro de Estado interno em várias oportunidades desde 1965. No exterior, o diplomata exerceu diversas atividades nas embaixadas do Brasil em Roma, Montevideo e Nova Iorque.

Além das atividades administrativas como diplomata do Ministério de Relações Exteriores, Flecha de Lima participou de várias missões internacionais. Foi membro da delegação do Brasil à reunião de pontos governamentais sobre a Integração Econômica Latino-Americana, em Montevideo, em 1964, chefe da delegação brasileira do IV Encontro de Cooperação Mista Terto-Brasileira, em 1965, em Paris, e chefe da delegação do Brasil à reunião para Negociar o Tratado Global de Cooperação Ibero-Americana, em Santiago, Chile, em 1966.

Pelo mérito e por serviços prestados no país e no exterior, Flecha de Lima foi agraciado com dezesseis condecorações. Do governo brasileiro recebeu 26, entre elas a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco. Dos governos de outros países recebeu 33 honrarias, como a Ordem Nacional do Mérito, concedida pela França.

BRASIL 21/10/89

015.015

8909819

Silvio Santos vem aí F.P. (P.F.)

Ricardo Noblat

O empresário Silvio Santos, dono do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), é candidato à sucessão do presidente José Sarney — pelo PFL, de preferência, ou por alguma outra legenda que lhe seja oferecida. Alguns já o fazem. Foi o próprio Silvio que deu ordem com conhecimento disso a alguns políticos em telefonemas disputados para família. A mulher do empresário o tem cercado com muita insistência a sair candidato.



A decisão do ex-ministro Aurélio Chaves de permanecer como candidato à eleição de novembro não é definitiva entre os que consideram o PFL. Aurélio administra, no momento, uma série de contradições que o atormentam. Por um lado, está sendo pressionado pela família e por uma legião de amigos para que não abandone a sucessão. Por outro, registra a vontade do grupo do PFL que deseja a renúncia dele.

O PFL quer que Aurélio dispute a sucessão e o PFL quer já apoiar a Collor de Mello e a outras candidaturas. A candidatura de Aurélio é considerada uma opção do PFL porque ele pode manter o partido, pelo menos, formalmente unido até o segundo turno da eleição ou para a eleição do próximo ano de governadores, senadores e deputados. Há líderes do PFL que apoiam Collor com decisão, segundo que apoiam Aurélio.

O senador Antônio Carlos Magalhães é um dos líderes. O senador Marco Maciel, que faz de conta que apoia Aurélio, na verdade, por enquanto, não apoia ninguém — e torce para não ter que vir a apoiar Collor contra um candidato de esquerda no segundo turno. Maciel não gosta de Collor. A candidatura de Aurélio é conveniente para que Maciel ganhe tempo e possa examinar melhor o que fazer depois.

O PFL quer que Aurélio renuncie à candidatura e o PFL que ficou ao lado dele até agora. É o PFL, então — porque quis ser leal ou porque enfrenta as dificuldades para aderir aos demais candidatos que concorrem à eleição. Esse

PFL só se mexeu na direção do empresário Silvio Santos porque o próprio Aurélio o autorizou a agir assim. Foi Aurélio quem se declarou sem condições de continuar como candidato.

Chegou a propor o apoio à candidatura do senador Mário Covas, do PSDB — desde que Lúiz Inez Guimarães, do PMDB, e Afonso Chinaglia, do PTB, concordassem, também, em renunciar a candidatura deles. Aceitou, por fim, a sugestão de apoiar a uma possível candidatura de Silvio Santos. O governo do presidente Sarney pegou com o movimento de troca de Aurélio pelo dono do SBT. Sarney não quer ser sucedido por Collor.

Nem por Brizola ou Lula. No Maranhão, a candidatura de Collor já tem dono — a esposa, a ex-senadora João Castelo, é o maior adversário político da família Sarney no estado. Os líderes do PFL que foram atrás de Silvio estão em condições, em seus estados, à Presidência da República. São candidatos com chances de vencer. Estão com Aurélio. Mas Aurélio não tem chances — e a sucessão não se movimenta.

Ela só foram atrás de Silvio porque Aurélio permitiu. Candidato a presidente da República, uma vez indicado e registrado na Justiça Eleitoral, só deixa de ser candidato se quiser — ou se morrer. A revolta dele, não pode ser trocada. Aurélio ficou entediado com a observação de que a candidatura de Silvio seria um golpe apoiado com inteligência na dupla Collor-Roberto Marinho.

Aurélio nada tem de pessoal contra Collor — acha, apenas, que a eleição dele será um desastre para o país. Tem de pessoal contra Marinho, pelo motivo de casamento da filha dele. Acusa Marinho de não tê-lo apoiado em momento tão difícil, preferindo apoiar Collor. A ação de Marinho e do ministro Antônio Carlos Magalhães foi decisivo para que Aurélio recuasse da decisão de renunciar à candidatura.

Ele foi alertado para o risco da eleição de um candidato de esquerda, caso cedesse o lugar a Silvio, que poderia vir a tomar preciosos votos de Collor entre os eleitores menos esclarecidos. Na prática, Aurélio ficou candidato para não atrapalhar a vida de Collor — que ele gostaria de atrapalhar. Por o que o PFL, que o abandonou, queria. E não fez o que disse que faria ao PFL que estava com ele por falta de opção.

DEPOIMENTO XI ^{ZERO HORA}
^{25/10/85 F.P.(P.P.)}
**Choque do capitalismo
a estratégia de Covas**

Convenido de que chegará ao segundo turno das eleições e de lá para o Palácio do Planalto, o candidato do PSDB, Mário Covas, nesta entrevista a Zero Hora, deixa claro que o choque de capitalismo que propõe significa acabar com a socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros. Se eleito presidente da República, Covas assegura que no seu governo os bancos oficiais não serão uma *Unidade de Terapia Intensiva* para socorrer empreendedores com dificuldades financeiras.

Em relação à dívida externa, o candidato *tucano* não descarta a possibilidade de declarar moratória. Entretanto, essa decisão unilateral só aconteceria depois que os credores resistissem a qualquer proposta de negociação. Ele pretende procurar o mercado secundário, onde os títulos da dívida externa estão sendo negociados com um desconto de até 70%.

No seu programa de governo, o processo de integração latino-americana, tendo como ponto de partida o Rio Grande do Sul, deverá ser ampliado, a exemplo do que acontece com a Comunidade Europeia e o bloco Estados Unidos-Canadá.

ROSANE GARCIA

Brasil/ZH

ZH — Como o candidato Mário Covas, senador mais votado na história da República, analisa o comportamento do eleitorado de São Paulo? Crê na possibilidade de repetir tal performance ou acredita que poderá ser prejudicado pela presença de outros candidatos em seu estado?

Covas — Se você se refere às pesquisas de opinião publicadas até agora, devo dizer que elas são importantes para se balizar numa cam-

panha, mas não são decisórias. A decisão será nas urnas de novembro, já que pesquisas não substituem, ainda, o voto. Não dá para comparar as eleições de 86 com a eleição para a escolha de um presidente, depois de 29 anos de jejum. A realidade política, econômica e social do Brasil é completamente diferente. Em 86,

era uma disputa pelo Senado. E hoje estamos tratando de eleger um presidente. Mas, é claro, estou certo de que serei eleito, e com uma grande margem de votos.

ZH — O fato de ter pertencido ao PMDB até pouco tempo poderá prejudicá-lo?

Covas — Não creio. Deixei o PMDB quando ele abandonou seus compromissos históricos na Constituinte, ficando contra a reforma agrária e a favor dos cinco anos para o atual presidente. Isso foi há mais de um ano e, então, as razões de minha saída ficaram muito claras para toda a população.

ZH — Como compatibilizar sua conhecida posição de centro-esquerda com o discurso, que fez num momento especial da campanha, pregando para o País o choque de capitalismo? O que significa esse choque? Ele se daria simultaneamente com a adoção de medidas na área social, semelhantes às que vigoram nos países onde se destacam os social-democratas ou teria em vista apenas recolocar o País no caminho do desenvolvimento?

Covas — Não há nenhum choque entre minha posição de centro-esquerda e o choque de capitalismo. No meu discurso, afirmei que o capitalismo, em meu governo, ficaria sujeito aos riscos que lhe são inerentes. Em meu governo, os bancos oficiais não serão UTI para empresários incompetentes. Basta desta história de se querer privatizar lucros e, na hora do prejuízo, correrem todos para a proteção dos bancos oficiais em busca de juros privilegiados. O capitalismo brasileiro só será mesmo moderno quando todos os brasileiros tiverem direito real e acesso à habitação, à alimentação,

exportações brasileiras para o pagamento da dívida. Ela não pode mais interromper o processo de desenvolvimento. Depois, procuraremos o chamado mercado secundário, onde os títulos da nossa dívida já estão sendo negociados por apenas 30% do seu valor. O programa do PSDB não descarta, porém, a tomada de decisões unilaterais nessa questão.

ZH — Uma corrente de economistas defende, como alternativa adequada para o País, a mudança do modelo de desenvolvimento, de modo a que se passe a privilegiar o mercado interno. O que o senhor acha de tais propostas? Elas seriam viáveis para o atual momento?

Covas — Quando falo que minhas prioridades de governo são as de pão, casa e trabalho, com educação, saúde, segurança e transporte, já estou definindo minhas prioridades. Uma das coisas mais absurdas neste País é o fato, por exemplo, de o Brasil ser um grande exportador de sapatos e ter uma população que, em sua maioria, anda descalça. Isso tem que acabar.

ZH — Como seu governo encarária o problema da dívida interna, que tem levado as autoridades a manterem juros altos na remuneração dos recursos buscados no mercado financeiro?

Covas — Os juros são altos, a dívida interna cresce porque o Governo continua gastando mais do que recebe. No meu governo, as despesas só serão autorizadas se houver dinheiro. Vamos tentar também alongar os prazos de vencimento dos títulos do Governo, hoje resgatáveis, em sua maioria, a curto prazo.

ZH — O que acha das propostas de privatização defendidas pelo Governo? Em sua opinião, o que é fundamental manter estatizado?

Covas — O Governo tem alguma política de privatização? Não vi nada até agora. Apenas vi a venda de algumas estatais financiada pelos recursos do Bndes. Ou seja, pelas contribuições. Na década de 40, o setor privado não tinha capacidade de promover grandes investimentos e o Estado se tornou, assim, o grande incentivador do desenvolvimento industrial. Agora, o Estado deve sair de setores onde sua presença não é mais necessária ou de setores onde ele nunca devia ter entrado. Não tem sentido, por exemplo, o Estado continuar administrando hotel. O que o PSDB propõe é, primeiro, uma reforma fiscal com novas prioridades na forma dos gastos públicos e também novas formas de controle do processo orçamentário. Depois, vamos definir o papel regulador do Estado, com o combate aos cartórios estabelecidos à sombra do controle de preços, da administração de subsídios e da proteção tarifária. Por fim, pregamos uma redefinição do sistema do controle das estatais. Aqui, entra a definição de uma política de privatização, que não passa por uma análise de cada uma das estatais, mas sim de um conjunto delas, para se definir o que deve ser mantido e o que deve ser vendido.

ZH — Em seu entendimento, o que deve ser feito, a curto prazo, para o País pagar a dívida externa e manter a moeda competitiva no contingente da população, sem causar aos brasileiros, particularmente, nos finais de semana, problemas de habitação?

Covas — Temos que fazer um conjunto de medidas que possam pagar a dívida do pagamento das dívidas externas e internas, e a manutenção das prioridades do nosso governo. Por exemplo, vamos trabalhar uma grande nacionalização do saneamento. É importante que possamos lidar com o saneamento em cinco anos. Outra prioridade será a mobilização da União, através dos municípios para a construção de milhares de unidades habitacionais durante meu governo.

□ "Ofereci espaço ao Naji Nahas para se defender, desde que fosse pessoalmente"

ZH — Entre problemas, destacamos os países de língua portuguesa, particularmente, os governos de Mário Soares, de Sá, de Spínola, e de outros governos de Portugal e Espanha.

Covas — São um governo de integração latino-americana, que não ampliam. A integração, para hoje, é uma política unilateral, pois estamos a Comunidade Europeia e o bloco Estados Unidos-Canadá, e os países do Conosul, que estão integrando e obtendo os melhores resultados políticos.

ZH — As lideranças do PSDB, neste momento, estão preocupadas com a disputa de votos com o PMDB, e também com a possibilidade de serem integrados ao bloco Estados Unidos-Canadá, após a saída do Conosul, que está integrando e obtendo os melhores resultados políticos.

Covas — Não, não estou preocupado com isso. Estou preocupado com a integração latino-americana, que não ampliam. A integração, para hoje, é uma política unilateral, pois estamos a Comunidade Europeia e o bloco Estados Unidos-Canadá, e os países do Conosul, que estão integrando e obtendo os melhores resultados políticos.

ZH — Como você avalia a situação política do Brasil, neste momento, em termos de estabilidade e de perspectivas de desenvolvimento?

Covas — Não, não estou preocupado com isso. Estou preocupado com a integração latino-americana, que não ampliam. A integração, para hoje, é uma política unilateral, pois estamos a Comunidade Europeia e o bloco Estados Unidos-Canadá, e os países do Conosul, que estão integrando e obtendo os melhores resultados políticos.



□ "Os bancos oficiais não serão UTI para empresários incompetentes"

ao trabalho decentemente remunerado, à educação, à saúde, ao transporte e à segurança de poderem andar tranquilos pela rua. Não houve mudança nenhuma em meu discurso.

ZH — O que considera mais aconselhável para o País em termos de dívida externa? Pagar de acordo com os contratos firmados ou rever tudo? O que acha das propostas de auditoria da dívida?

Covas — A auditoria da dívida é uma determinação expressa da nova Carta e já está sendo discutida no Congresso Nacional. Como presidente da República, acatarei as decisões dos parlamentares. Vamos ter que rever também acordos feitos. Nossa proposta é a do estabelecimento de uma comissão de auditoria da dívida, que vai analisar o total da

Silvio Santos tenta acordo com Afif

□ Líder do PL, Adolfo Oliveira, confirmou as negociações do partido para compor uma chapa com o empresário e animador de televisão

O empresário Silvio Santos está negociando o seu ingresso e a eventual substituição do deputado Afif Domingos na cabeça de chapa da Aliança Liberal Cristã, coligação formada pelo PL e o PDC. Nesse caso, Afif renunciaria e seria relançado como candidato a vice e Silvio Santos a presidente, hipótese não confirmada ontem à noite, pois Afif ainda insistiria em permanecer como candidato a presidente. O próprio líder do PL na Câmara, deputado Adolfo Oliveira (RJ), admitiu ontem, em Brasília, as negociações de seu partido com o empresário Silvio Santos para compor uma chapa à Presidência da República.

O dono da TVB e Afif se reuniram duas vezes para discutir o assunto nos últimos dias, ambas em São Paulo, e também um novo encontro marcado para hoje cedo. No entanto, o deputado Afif Domingos viajou ontem para Imperatriz, no Maranhão, e à noite fez um comício em São Luís, de onde pretendia voltar de volta a São Paulo, para se reunir outra vez com Silvio Santos. Acabou permanecendo no Nordeste e enviou o deputado Ricardo Igar como emissário, que após falar com Afif disse que só há uma dificuldade para que Silvio se torne candidato do PL. "O Afif quer continuar candidato a presidente e aceitar o Silvio como vice".

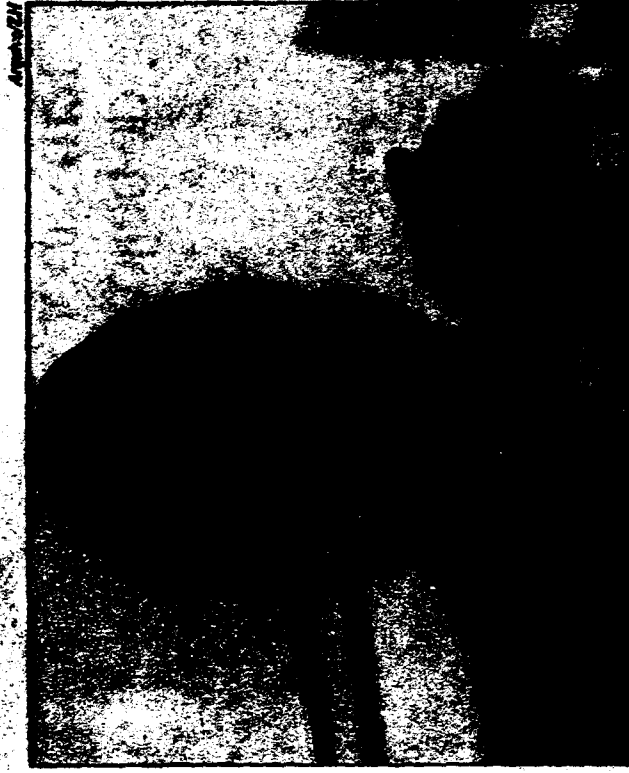
O primeiro encontro entre eles foi segunda-feira à noite, durante três

horas e o segundo, mais rápido, aconteceu ontem de manhã. O líder do PL na Câmara, deputado Adolfo Oliveira, confirmou os encontros, e disse que "as portas do entendimento continuam esboçadas", esclareceu.

UNICA — O deputado Álvaro Valle preferiu resumir, numa frase enigmática, o resultado do diálogo com Silvio Santos. "Na teoria tudo pode acontecer, mas na prática não consigo ver Silvio Santos como candidato do PL". À noite, o presidente do PL, convocou uma entrevista coletiva para negar a versão de que Afif estaria pensando em renunciar a favor da candidatura de Silvio Santos.

— Falei agora com Afif por telefone e ele me pediu para transmitir a vocês que não há nenhum fundamento em sua renúncia. O que existe é uma tentativa de conseguir o apoio de Silvio Santos à candidatura de Afif. O nome candidato entregaria o comando da campanha ao empresário, em troca da abstenção de suas ideias de reforma social e de sua participação no futuro governo — afirmou.

QUESTÃO — Também no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a possibilidade de abstenção de candidaturas seguiu o mesmo caminho. Tomado, nestes dias pré-eleitorais, por grupo grande de repórteres-escritais, o TSE teve, ontem, esse número duplicado diante da novidade. Os jornalistas buscaram a informação com o presidente do Tribunal, Francisco Rezende, sobre a legitimidade de modificação. O presidente não falou, mas fontes do TSE informaram que a validade dos suplentes tem sido de liberar tropas partidárias e registros eleitorais (A3-Brasília/Z3)



Afif: tentando reforçar a chapa

Negociações também com PCN

O empresário Silvio Santos também estaria mantendo negociações com o Partido Comunista Nacional (PCN) para substituir Zanir Teixeira como candidato à Presidência da República nas próximas eleições. Zanir passaria, então, a ser candidato a vice-presidente. Os detalhes desse acordo teriam começado a ser definidos ontem à noite, em Brasília, numa reunião entre emissários de Silvio Santos e a Executiva Nacional do PCN.

O atual candidato a vice-presidente pelo PCN, William Pereira, disse ontem que "vai tudo certo dentro do partido", para que Silvio seja candidato por essa legenda. Dizendo-se amigo de Silvio Santos "desde o tem-

po em que ele era camêlo no Rio de Janeiro", William disse, depois, que está sendo formada uma frente de pequenos partidos, que pode também receber o apoio de uma "sigla tradicional" (talvez o PTB).

William Pereira acrescentou que o empresário tem pronta, desde o ano passado, uma ficha de filiação ao PCN. Destacou que faltaria agora apenas enviá-la a Justiça Eleitoral para formalizar o registro de Silvio Santos nesse partido. O assessor político de Silvio Santos, jornalista Arlindo Silva, informou através de sua secretária, que o empresário terá reuniões hoje, em seu escritório, com representantes de alguns dos pequenos partidos (A3)

F. de S. P. 2 Sarney acerta acordos com Equador

□ A primeira visita de um presidente do Brasil a Quito é bem curta. Em pouco, a dívida externa e o narcotráfico

O presidente do Equador, Rodrigo Borja, viajou nesta quinta-feira para a Costa Rica no avião presidencial do presidente José Sarney, que também contém uma visita oficial àquele país, informaram fontes oficiais. Durante sua primeira viagem oficial ao Equador, Sarney manterá várias reuniões de trabalho com Borja, com quem assinará um acordo de cooperação, segundo a chancelaria local.

Os temas de conversa entre os dois mandatários girarão em torno do problema da dívida externa, o tráfico de drogas e uma revisão das relações bilaterais. Equador e Brasil, juntamente com outras sete nações, fazem parte do tratado de cooperação amazônica, que busca manter o ecossistema na região.

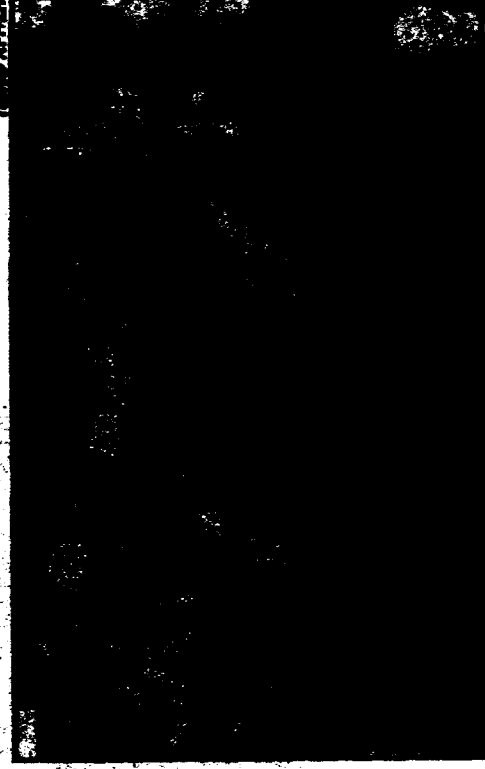
Z140RA 26/10/89

A visita de Sarney, que chegou acompanhado do chanceler Alceu Sotelo, será rápida, apenas 24 horas. Todavia, o protocolo equatoriano preparou uma visita ao centro histórico de Quito, que na década passada foi declarado pela Unesco patrimônio da humanidade por sua arquitetura colonial que se mantém quase intacta.

Borja aproveitará a visita de Sarney para viajar no avião presidencial brasileiro para a Costa Rica, onde participará da reunião em comemoração ao centenário da democracia naquele país.

DEMOCRATIZAÇÃO — O presidente José Sarney afirmou ontem, em Quito, em seu discurso por ocasião da recepção que lhe foi oferecida pelo governo do Equador, que "está o Brasil repulcando as vitórias de esquecer com isso, que após 15 anos, no dia 15 de novembro, quando ocorreu o mais de 80 milhões de eleitores elegendo, pelo voto direto, o próximo presidente da República".

A seguir, lembrou que a América Latina chegou ao final da década com



Em Quito: presidente Borja recebe Sarney

todos os países democratizados, em tal equatoriana e as cidades brasileiras de Olinda, Ouro Preto, Salvador e São Luís, afirmando que eles surgiram do mesmo tempo de latitudes ibéricas. Ao lembrar fatos e personagens da História do Equador, o presidente disse que trata-se ao povo de Quito, em nome de todos os brasileiros, em mensagem de calorosa e potente amizade. (A.P. Redinorte)

um processo sem precedentes na História mundial".

Após a recepção noturna, onde foi recebido, Sarney visitou o centro histórico de Quito, onde pronunciou um outro discurso.

O presidente José Sarney fez ontem, em discurso, na prefeitura de Quito, uma comparação entre a con-

Apenas 20 dias das eleições, ainda há muito grande o número de eleitores que não têm certeza de seu voto ou estão totalmente indecisos. Quando o Gallup perguntou aos seus entrevistados se já tinham definido realmente seu candidato, 40,3% admitiram que ainda não. O número de indecisos vem caindo muito lentamente e boa parte dos eleitores deve definir realmente sua opção apenas nos últimos dias de campanha.

Entre os eleitores que dizem ter definido seu voto, a liderança é de Collor de Mello, com 21%. Também neste segmento o candidato do PRN parece ter estabilizado seus índices e estancado a tendência de queda que registrava desde o início de setembro. Outro candidato estável é Leonel Brizola (PDT) que aparece na segunda posição com 10,5%. Luis Inácio Lula da Silva é o terceiro com 7,9% de votos consolidados.

Paulo Maluf (PDS) aparece logo depois com 5,5% dos votos, seguido de perto por Mário Covas (PSDB) que tem 5%. Afif Domingos (PL) caiu de 6,2% para 4,6% e aparece na sexta colocação, seguido por Ulysses Guimarães que tem 2,7%. Roberto Freire (PCB) fica com 0,1%, Ronaldo Caiado (PSD) com 0,6% e Aureliano Chaves (PFL) com 0,4%.

GALLUP/ZN

ZERO HORA
27/10/89

FPC (P.P.P.)

BRIZOLA E LULA DISPUTAM SEGUNDO LUGAR. COLLOR MANTÉM SUA LIDERANÇA

□ Dados mostram avanço do candidato do PT. Afif cai muito, agora já é sexto colocado. Covas ganha pontos e ameaça quarto lugar de Maluf

Fernando Collor de Mello (PRN) permanece no primeiro lugar da disputa presidencial, segundo a última pesquisa do Instituto Gallup realizada entre os dias 18 e 25 deste mês. E aumenta a disputa pelo segundo lu-

gar, entre Leonel Brizola (PDT) e Luis Inácio Lula da Silva (PT). Afif Domingos (PL), que vinha se colocando no primeiro escalão das pesquisas anteriores do Gallup, perdeu três pontos e caiu da terceira para a sexta colocação.

Segundo o Gallup, se a eleição fosse hoje Collor teria 29,3% dos votos. Pelo segundo lugar, haveria uma disputa entre Brizola com 13,7% e Lula com 12,4%. A quarta colocação seria disputada por Paulo Maluf (PDS), com 8,8%, e Mário Covas (PSDB), com 8,2%. Afif vi-

ria logo depois, com 7,1% das preferências. Ulysses Guimarães (PMDB) aparece em sétimo lugar, com 4,5%.

No bloco seguinte de candidatos, Roberto Freire (PCB) tem 1,4% dos votos, seguido por Ronaldo Caiado (PSD) com 1,2%. Aureliano Chaves (PFL) tem 0,7% e Afonso Camargo (PTB) fim com 0,6%. Segundo a pesquisa, 0,7% dos eleitores entrevistados se dividiram entre os outros 11 candidatos e 3,5% disseram que pretendem votar em branco. Se a eleição fosse hoje,

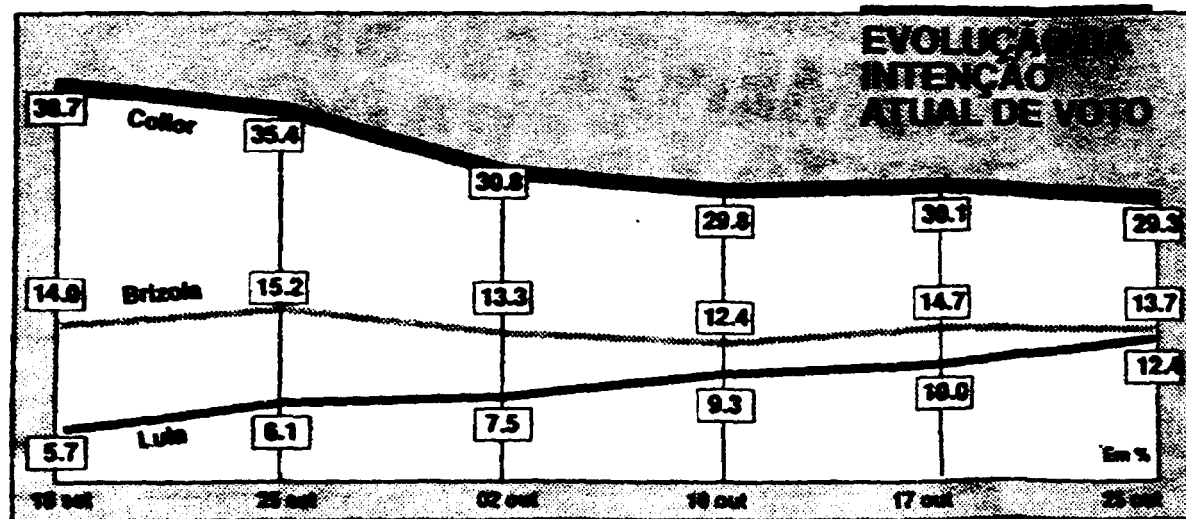
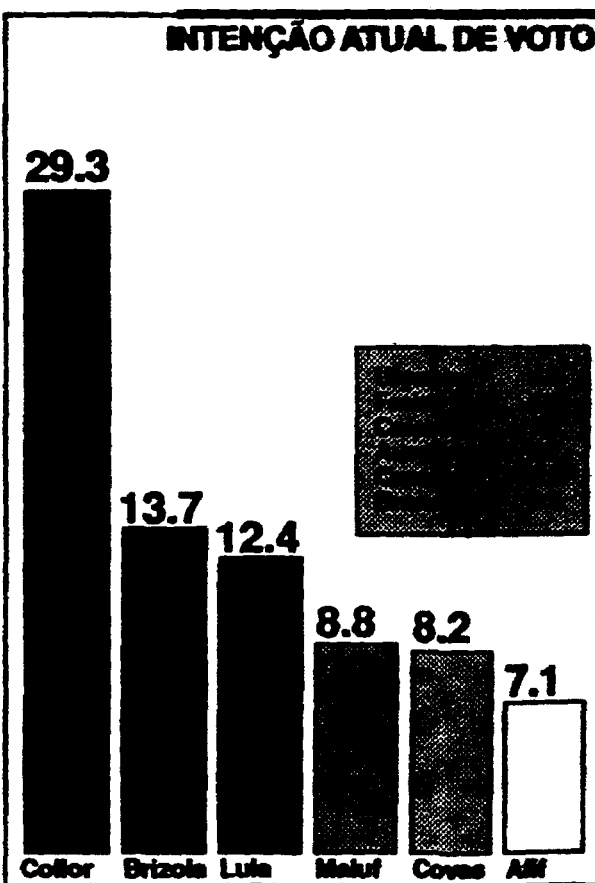
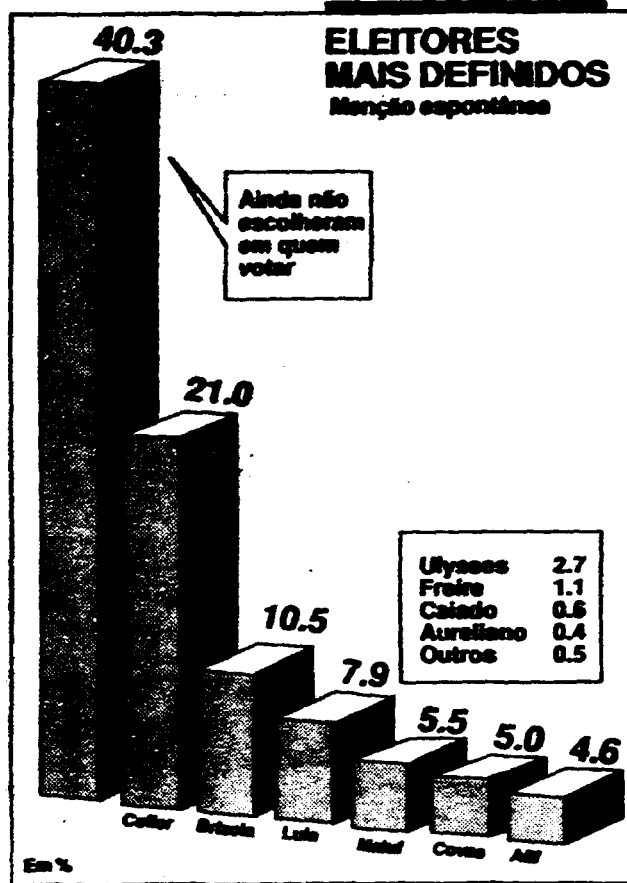
7,9% não saberiam em quem votar.

RECAPS — O quadro eleitoral começou a mudar com o início da propaganda gratuita no rádio e televisão, que beneficiou alguns candidatos, como Lula, saltou de 5,7% para 12,4%. No mesmo período, Ulysses passou de 2,7% para 4,5%, distanciando-se de adversários como Freire e Caiado, mas sem ganhar nenhuma posição. Covas cresceu de 5,2% para 8,2% desde o começo da propaganda eleitoral nos meios de comunicação, enquanto Maluf passou de 7,5% para 8,8% no mesmo período.

A propaganda eleitoral não afetou substancialmente os índices de Brizola. O candidato do PDT se mantém estável em patamar em torno de 10% desde o início de agosto. Sem perder espaço nas pesquisas, ele agora vê ameaçado o segundo lugar que ocupava desde abril.

Pouco antes do início da propaganda eleitoral, Collor de Mello entrou em um processo de queda, perdendo 15 pontos em pouco mais de um mês. No mesmo período, aconteceu o salto de Afif, de 3,2% para 11,3%, chegando a disputar a segunda posição. Nas últimas duas pesquisas, aconteceu uma reversão neste processo. Collor estabilizou-se em torno de 30% e Afif começou a cair. Agora o candidato do PL tem 7,1% e foi ultrapassado por Lula, Covas e Maluf.

NOTA — A grande novidade desta pesquisa é a disputa pelo segundo lugar entre Brizola e Lula. O candidato do PDT tem como vantagem, segundo as pesquisas, contar com um eleitorado mais fiel. Embora praticamente não tenha crescido desde agosto, Brizola também não perdeu espaço, ficando imune às mudanças ocorridas com outros candidatos. Lula, por sua vez, vem mostrando recuperação nas últimas pesquisas. No início de setembro ele tinha 4,8%, ficando dez pontos percentuais abaixo de Brizola. Hoje, os dois estão praticamente empatados, o que indica que o candidato petista ganhou mais com as últimas mudanças no quadro das pesquisas.



GALLUP/ZN

O esforço para buscar votos de São Paulo e Rio

□ A disputa pelos votos dos paulistas está cada vez mais acirrada, com Collor e Paulo Maluf na frente. No Rio, é Brizola que lidera

A eleição está se tornando cada vez mais disputada em São Paulo, o estado que concentra o maior número de eleitores no País. A pesquisa Gallup registrou um empate técnico na primeira colocação entre Maluf, com 22,7%, e Collor que teve 22,1%. Mário Covas é o terceiro, com 16,2%, e na quarta posição aparece Lula, que praticamente dobrou seus índices entre os eleitores paulistas desde o início de outubro e agora chega a 13,7%. Afif vem caindo no estado e agora tem 5,8%. Brizola tem apenas 2,3% em São Paulo.

Se está mal colocado em São Paulo, Brizola tem uma liderança absoluta no Rio de Janeiro, onde concentra 43,9% dos votos. O segundo colocado é Collor, com 18,2% e o terceiro é Lula, com 11%. Entre os eleitores de Minas Gerais e Espírito Santo, quem lidera é Collor, com 35,1%, seguido por Lula, que cresce de 12,9% para 17,7% desde a última pesquisa. Afif Domingos perdeu seis pontos percentuais em relação a esta pesquisa e agora tem 9%, mesmo percentual de Brizola.

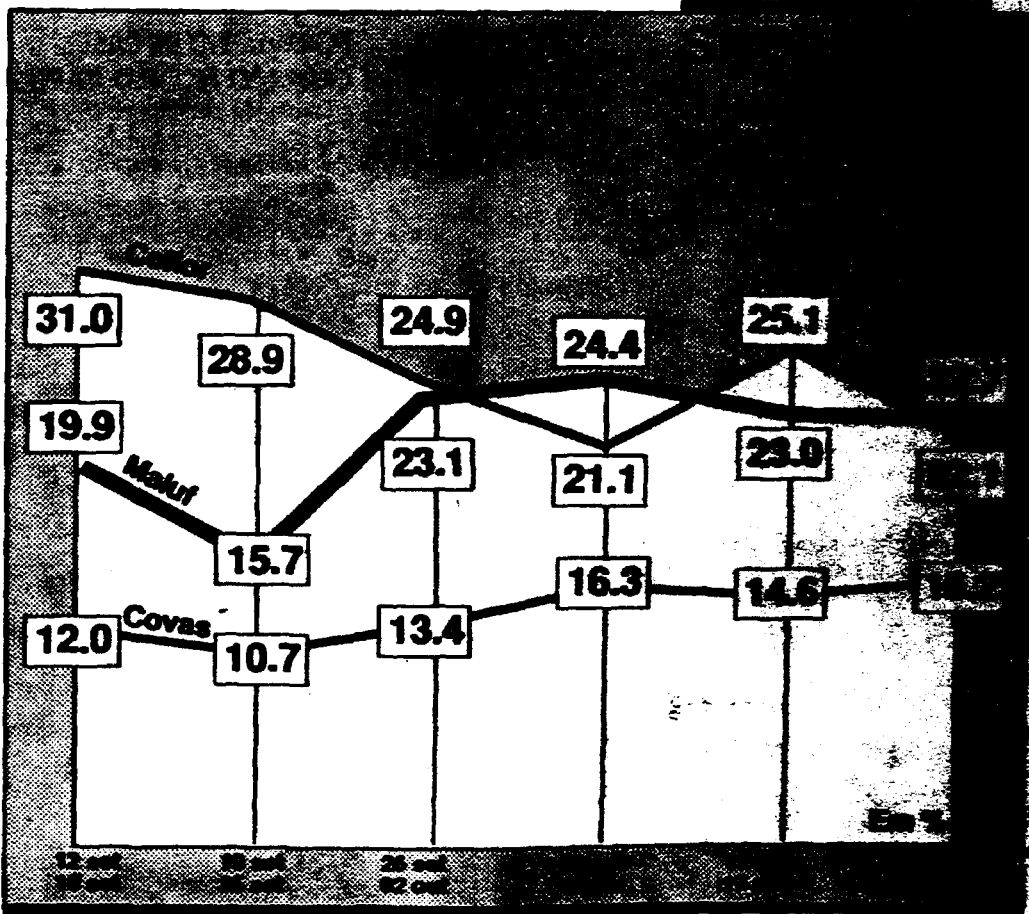
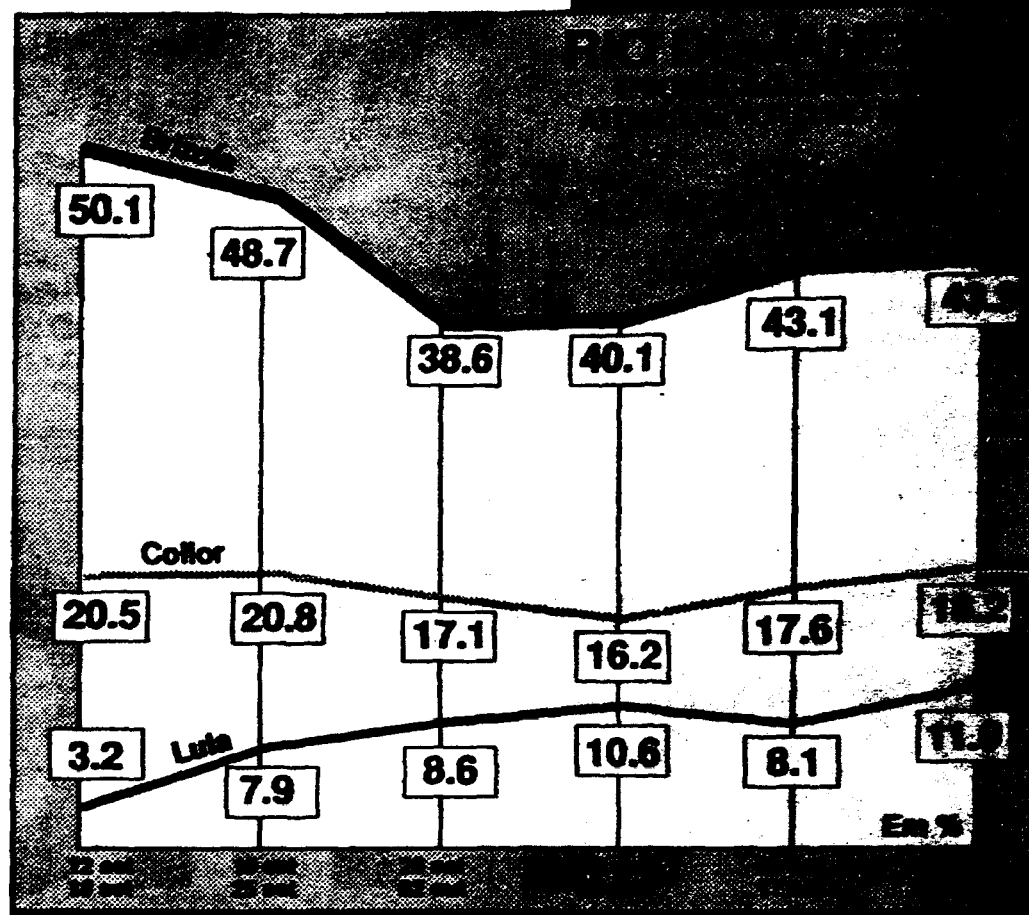
CLASSE SOCIAL — Os eleitores economicamente situados na Classe A continuam mudando

suas posições. Depois de preferir Collor de Mello e Afif Domingos, o eleitorado com maior renda agora se divide também entre Paulo Maluf e Mário Covas. Maluf deu um salto de 12,5% para 19,1% em relação à última pesquisa e agora é o preferível com mais apoio na Classe A. Em segundo lugar vem Covas, que também saltou, passando de 13% para 18,5%. Afif despençou, perdendo dos seus pontos em duas semanas e agora tem 15,6%. Collor é o quarto com 13,1%.

Na Classe B, Collor tem 20,1%, o que lhe garante a liderança. Um grupo de candidatos se equivale nas preferências da classe média. Leonel Brizola tem 14,4%, Afif 11,8%, Lula 11,7%, Maluf 11,3% e Covas fica com 10,9%.

Entre os eleitores da Classe C, Collor também é o líder com 28,6%, mesmo tendo perdido três pontos em relação à pesquisa anterior. Brizola é o segundo com 15,1% e Lula o terceiro com 12,4%. Maluf tem 10,5% das preferências, seguido por Covas com 9,2% e Afif com 8,1%.

O maior grupo de eleitores brasileiros se concentra nas Classes D e E e é justamente nestes segmentos que Collor de Mello alcança seus maiores índices, chegando a 37,8% das preferências. O segundo colocado agora é Lula, que chegou a 13,4% e ultrapassou Brizola, que caiu para 12,8%. É também nesta faixa que está o maior percentual de eleitores indecisos: 10,5%.



Quem vota está preocupado com o combate à inflação



Qual destas duas coisas seria mais importante que o próximo presidente resolvesse primeiro:

	25 ago 4 set %	4 out 18 out %	11 out 17 out %	18 out 25 out %
Diminuir o custo de vida	37.0	37.8	40.5	45.2
Combater a corrupção	41.6	37.1	36.1	31.5
As duas coisas	18.0	21.9	20.7	19.6
Não responderam	3.4	3.2	2.7	3.7

O combate à inflação transformou-se na principal preocupação dos eleitores brasileiros, superando até mesmo a reclamação de um maior combate à corrupção. O dado foi revelado pela pesquisa Gallup, ao mostrar que 45,2% dos entrevistados exigem que o futuro presidente dê prioridade máxima ao combate contra a explosão inflacionária. O combate à corrupção foi escolhido como prioridade por 31,5% dos eleitores ouvidos. Até o início de outubro, a moralização administrativa era a maior aspi-

ração dos eleitores.

O Gallup se preocupou também em determinar qual a imagem popular de cada candidato, perguntando aos eleitores quais as características marcantes que viam nos presidentes eleitos. Collor de Mello, por exemplo, foi considerado por 28,2% dos eleitores ouvidos como um político de "coragem e firmeza". No caso de Leonel Brizola, o traço mais lembrado foi a "capacidade para governar", destacada por 33,1% dos entrevistados. Outros dois políticos que tiveram apontada

como ponto forte foram os seus inimigos a corrupção: Afif Domingos e Ulysses Guimarães.

O ponto mais lembrado pelos entrevistados em relação a Collor foi a "preocupação social", destacada por 16,7% dos eleitores. Já a "honestidade" foi apontada de mais lembrada para Afif Domingos, Amédio Neto, Berto Freire, Afonso Camargo e Ronaldo Caiado.

8009820

GALLUP/7M

Quadro nas regiões brasileiras não tem grandes mudanças

□ Collor mantém vantagem no Sudeste, Nordeste e Norte/Centro-Oeste. Brizola perde pontos, mas ainda conserva sua liderança na Região Sul

Na Região Sul do País, a liderança continua a ser de Leonel Brizola, com 26,3% das intenções de voto, mas o candidato do PDT vem perdendo espaço e caiu cinco pontos percentuais em relação à pesquisa anterior. A segunda colocação é de Collor de Mello, que perdeu dois pontos e está com 17,8%. Entre a elite foi Afif Domingos, que desceu de 13,1% para 9,6%. A queda dos líderes na re-

gião foi capitalizada por outros candidatos, como Paulo Maluf, que saltou de 4,1% para 8,9% e já disputa a terceira colocação com Afif. Mário Covas subiu de 5,7% para 7,6%, enquanto Lula saltou de 4,4% para 7%. Ulysses Guimarães também ganhou espaço no Sul e agora tem 6,3%.

Na Região Sudeste, também aconteceram novidades. Collor continuou estável na primeira posição com 25,1%, mas a principal alteração envolveu a candidatura de Lula, que subiu de 10,8% para 14,3%, passando da quinta para a segunda posição na região mais populosa do Brasil. Brizola agora é o terceiro, com 13,8%, e Maluf o

quarto, com 12,4%. Mário Covas aparece na quinta posição com 11,1%. Afif desceu de 11,6% para 6,5% na região.

Collor de Mello continua liderando no Nordeste, com 37,8%. O segundo tempo perdido dele pontas. O segundo colocado é Lula, com 12,7%. Brizola é o terceiro com 9,4% e na quarta colocação acontece um empate técnico entre Afif Domingos (5,9%), Ulysses Guimarães (5,8%) e Mário Covas (5,7%).

A liderança de Collor é ainda mais firmada nas regiões Norte e Centro-Oeste. Lá ele tem 43,1% contra 11,5% de Lula e 9,1% de Afif. Brizola tem 4,8%.

REGIÃO SUL

De a eleição feita há	11-79	10-80	ent	ent
há	ent	ent	ent	ent
vezes	ent	ent	ent	ent
Leonel Brizola	21,4	26,3		
Fernando Collor	18,6	17,8		
Afif Domingos	12,1	9,6		
Paulo Maluf	4,1	8,9		
Mário Covas	5,7	7,6		
Lula	4,4	7,0		
Ulysses Guimarães	4,3	6,3		
Afonso Camargo	0,8	1,4		
Roberto Freire	0,8	1,1		
Reinaldo Caldeira	1,7	1,0		
Aureliano Chaves	0,2	1,0		
Outros	0,1	0,8		
Em Branco	2,2	2,1		
Indefinidos	11,8	8,2		

REGIÃO SUDESTE

De a eleição feita há	11-79	10-80	ent	ent
há	ent	ent	ent	ent
vezes	ent	ent	ent	ent
Fernando Collor	25,9	25,1		
Lula	10,8	14,3		
Leonel Brizola	13,8	13,8		
Paulo Maluf	12,3	12,4		
Mário Covas	8,9	11,1		
Afif Domingos	11,6	6,5		
Ulysses Guimarães	5,8	5,8		
Roberto Freire	1,8	1,8		
Reinaldo Caldeira	0,8	1,0		
Aureliano Chaves	1,8	0,7		
Afonso Camargo	0,4	0,4		
Outros	0,9	0,7		
Em Branco	2,8	2,8		
Indefinidos	7,8	8,9		

REGIÃO NORDESTE

De a eleição feita há	11-79	10-80	ent	ent
há	ent	ent	ent	ent
vezes	ent	ent	ent	ent
Fernando Collor	48,8	37,8		
Lula	11,7	12,7		
Leonel Brizola	9,8	9,4		
Afif Domingos	7,2	5,9		
Ulysses Guimarães	4,4	5,8		
Mário Covas	4,7	5,7		
Paulo Maluf	4,4	4,8		
Roberto Freire	1,8	1,8		
Aureliano Chaves	0,8	0,8		
Reinaldo Caldeira	0,8	0,4		
Afonso Camargo	0,3	0,4		
Outros	0,4	0,8		
Em Branco	5,8	5,2		
Indefinidos	8,1	8,2		

REGIÃO NORTE-CENTRO-OESTE

De a eleição feita há	11-79	10-80	ent	ent
há	ent	ent	ent	ent
vezes	ent	ent	ent	ent
Fernando Collor	43,1	43,1		
Lula	10,8	11,5		
Afif Domingos	5,9	5,9		
Leonel Brizola	5,8	4,8		
Paulo Maluf	5,8	5,8		
Mário Covas	4,8	4,8		
Ulysses Guimarães	4,8	4,8		
Roberto Freire	1,8	1,8		
Aureliano Chaves	0,8	0,8		
Afonso Camargo	0,8	0,8		
Outros	0,8	0,8		
Em Branco	2,8	2,8		
Indefinidos	8,2	8,2		

Dorothea anuncia que

BRASILIA — Com o seu permanente sorriso, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, esperou que as luzes das câmeras de televisão fossem acesas para anunciar publicamente seu voto em 15 de novembro: "Tucumel", sintetizou. No térreo do ministério cerca de 300 servidores públicos federais em greve batiam em panelas pedindo reajuste salarial de 151,54% e gritando palavras de ordem contra o governo Sarney.

"Conheço o Mário há muito tempo, é sério", ressaltou a ministra, que iniciou o ano trocando elogios com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Ela disse ter optado pelo nome Mário Covas após uma análise política das propostas econômicas do PSDB, e pareceu não se importar com as críticas do candidato à atual política econômica do governo. Assim, Dorothea tornou-se a terceira integrante do ministério responsável pela área econômica a decidir-se por Covas — seus colegas João Batista de Abreu (Planejamento) e Márcio da Nóbrega (Fazenda) só admitem a adesão informalmente.

Apesar de apoiar um Covas, que ela acredita possa chegar ao segundo turno e vencê-lo, a ministra Dorothea não pretende uma vaga no próximo ministério. "A experiência no atual governo já me basta". "Eu não planejo", afirmou, referindo-se a um eventual contato com o candidato do PSDB seja eleito. Na avaliação dela, existem seis candidatos com possibilidades de chegar ao segundo turno — Collor, Covas, Maluf, Lula, Afif e Brizola — e a eleição ainda não está definida, o que amplia as chances de vitória de Mário Covas.

Grenga — Dorothea Werneck decidiu tornar público seu voto pela proximidade das eleições e a crença de que possa ajudar Mário Covas. "Espero que não atrapalhe", brinca, quando um jornalista lembra sua condição de ministra do governo Sarney. Do lado de fora, os servidores em greve conviveram seu despejo sem se incomodar com a opção partidária da ministra, que não atendeu plenamente suas reivindicações.

Em Montes Claros — cidade de 300 mil habitantes no Norte de Minas —, o candidato do PSDB surpreendeu-se com a calorosa acolhida dada ontem pela população. Ao lado do prefeito licenciado de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, Covas festejou a recepção inesperada num município onde o PSDB sequer tem divisão organizada. "Os mineiros estão em princípios", afirmou, referindo-se ao fato de quase todas as candidaturas à Presidência já terem visitado Montes Claros.

Beneficiando-se da popularidade de Pimenta da Veiga, Covas, depois de desfilarem em carro aberto, fez um comício de improviso na Praça Dr. Carlos, no Centro da cidade. Foi atendido por centenas de pessoas. Sabedor do sucesso da recente visita de Collor de Mello, o candidato aceno, sem réplica disfarçada, quando um repórter lhe perguntou se não se candidataria "já que depois de convencerem os mineiros de que não periam que o Brasil tem uma abertura com um presidente honesto ou um presidente desqualificado".



Dorothea espera que seu apoio não vá atrapalhar candidato

Dorothea anuncia que vai apoiar Covas

Brasília — José Varella

BRASÍLIA — Com o seu permanente sorriso, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, esperou que as luzes das câmeras de televisão fossem acesas para anunciar publicamente seu voto em 15 de novembro: "Fracasso", sintetizou. No térreo do ministério cerca de 300 servidores públicos federais se jogaram no chão pedindo redução salarial de 151,50% e gritando palavras de ordem contra o governo Sarney.

"Covas e Mário há muito tempo, é isto", afirmou a ministra, que iniciou o ano trocando elogios com o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Ela disse ter ajudado pelo amigo Mário Covas após uma análise política das propostas econômicas do PSDB, e parece não se importar com as críticas do candidato à atual política econômica do governo. Assim, Dorothea tornou-se a terceira integrante do ministério a declarar sua preferência a decidir-se por Covas — seus colegas João Batista de Alencar (Planejamento) e Malbaire de Nóbrega (Fazenda) já tinham a decisão informada.

Apesar de apoiar em Covas, que ela acredita possa chegar ao segundo turno e vencê-lo, a ministra Dorothea não pretende uma vaga no futuro ministério. "A experiência no atual governo já me basta". "Eu não planejo", afirmou afirmando-se a um eventual encontro com o candidato do PSDB seja eleito. Na avaliação dela, existem seis candidatos com possibilidades de chegar ao segundo turno — Collor, Covas, Maluf, Lula, Afif e Brizola — e a eleição ainda não está definida, o que amplia as chances de vitória de Mário Covas.

Granga — Dorothea Werneck decidiu tornar público seu voto pela proximidade das eleições e a certeza de que possa ajudar Mário Covas. "Espero que não atrapalhe", brincou, quando um jornalista lembrou sua condição de ministra do governo Sarney. Do lado de fora, os servidores em greve conviveram sua pendência sem se incomodar com a opção partidária da ministra, que não atrapalhou planejando suas reivindicações.

Em Montes Claros — cidade de 300 mil habitantes no Norte de Minas —, o candidato do PSDB surpreendeu-se com a calorosa acolhida dada ontem pela população. Ao lado do prefeito licenciado de Belo Horizonte, Francisco de Veiga, Covas recebeu a seguinte mensagem: "seu apoio é uma bênção para o povo mineiro", afirmou, referindo-se ao fato de que os dois candidatos à Presidência já foram visitados em Montes Claros.

Beneficiando-se da popularidade de Francisco de Veiga, Covas, depois de desfilarem em carro aberto, fez um comício de improviso na Praça Dr. Carlos, no Centro da cidade. Foi atendido por centenas de pessoas. Sabedor do sucesso da recente visita de Collor de Mello, o candidato incerto, não quis disputar o segundo ao eleito. "Não quero concorrer com o eleito", afirmou. "Quero apoiar quem é eleito por uma maioria".



Dorothea espera que seu apoio não vá atrapalhar candidato

Quêrcia admite que Silvio Santos pode alterar o quadro eleitoral

□ Governador paulista diz que mudou de idéia e afirma que alterações podem ser profundas com o lançamento da candidatura do empresário

Antes de viajar a Pernambuco, ontem, para juntar-se a Miguel Arraes e participar de comício em São Lourenço da Mata, o governador Orestes Quêrcia afirmou à imprensa que mudou seu modo de pensar sobre a eventual candidatura do empresário e animador de televisão Silvio Santos à Presidência da República. "O fato causaria profunda alteração no quadro sucessório atual", admitiu Quêrcia.

"Eu não pensava assim. Acreditava que a candidatura Silvio Santos não modificaria nada. Agora, admito que a classe política paulista e os centros de pesquisas de opinião política, aos quais consultei, estão corretos: as modificações seriam profundas com essa candidatura", confes-

sou.

NOVO PMDB — O governador Miguel Arraes reuniu-se ontem à noite, em Recife, com oito parlamentares do grupo Novo PMDB para analisar a situação e os rumos que tomarão no segundo turno. O grupo mantém o apoio a Ulysses Guimarães, mas acredita que ele tem poucas chances de disputar o segundo turno, já estudos o que fazer depois.

— **Pascalamenta**, acho muito difícil o dr. Ulysses chegar lá, mas vou com ele até o fim. Só admitiria extinguir o voto útil se houver ameaça de chegarmos ao segundo turno com dois candidatos de direita — disse o deputado federal Francisco Pinto, da direção nacional do PMDB. Segundo ele, o Novo PMDB analisou com Arraes a entrada de Silvio Santos no páreo, considerando que ele pode tirar votos de Fernando Collor, mas também de Lula.

BOBOTA — Os pequenos partidos disputam a candidatura de Silvio

Santos, que só anunciará sua decisão semana que vem, segundo garantiu ontem seu porta-voz, Arlindo Silva.

Segundo Arlindo, Silvio recebeu propostas de vários partidos e se reuniu, esta semana, no Hotel Hilton, em São Paulo, com o candidato do Partido do Povo Brasileiro (PPB), Antônio Pedreira, que lhe ofereceu a legenda. Silvio não aceitou, disse Arlindo. O candidato do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), Armando Corrêa, disse ontem que seus assessores se encontraram com representantes de Silvio Santos para discutir a possível filiação do empresário.

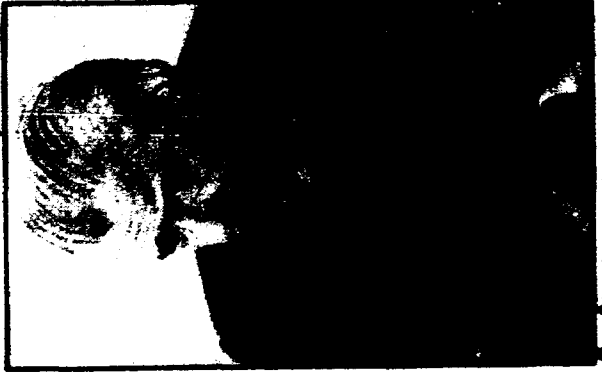
Assessores do Partido da Mobilização Nacional (PMN) dizem que Silvio Santos se reuniu quinta-feira à noite, em São Paulo, com o candidato Celso Brant e teriam chegado a um acordo. Arlindo Silva desmentiu ontem à tarde o encontro e qualquer entendimento. Mas Celso Brant marcou entrevista em São Paulo, para a próxima segunda-feira, quando falará sobre o assunto.

INTERESSES — O Partido Comunista Nacional (PCN) também se diz interessado em Silvio Santos. O secretário da Executiva Nacional, Renato Batista, disse ontem que já foram realizados vários encontros para discutir a substituição do candidato Zanir Teixeira por Silvio Santos, que tem se negado a falar com a imprensa.

Segundo Arlindo Silva, a posição de Silvio é a seguinte: no PL, só aceita ser candidato a presidente; não será vice de Afif. Com o PPB as negociações fracassaram. Não tem qualquer entendimento com o PMB, PMN, PLP, PSP e PCN. Descarta qualquer contato com o PSP de José Alcides Marcondes de Oliveira. Do PLP, conhece Eudes Mattar, filho de seu médico, Tuflk Mattar, mas não houve conversa sobre sua filiação ao partido. Admite novos entendimentos com o PFL, ao qual é filiado. O candidato a vice-presidente do PFL, Cláudio Lembo, disse ontem que não adianta Silvio Santos insistir: nem ele nem Aureliano renunciaram. (AG)

10/09 F. de C. E. D.

Sarney visita hoje o Equador



Correio: Integração

Para ele, a presença do presidente Sarney do meio-dia de hoje até às 16 horas de quinta-feira reveste-se de grande importância para o aumento da integração da América do Sul. Principalmente no campo econômico, tendo em vista o esforço bilateral para buscar o equilíbrio da balança comercial entre os dois países — tradicionalmente favorável ao Brasil, em torno de 30 a 40 milhões de dólares por ano.

Uma das tentativas em análise, segundo o embaixador, é a possibilidade de aumento das importações de petróleo equatoriano para Petrópolis, passando de uma atual de 10 mil barris/dia para algo em torno dos 20 mil barris/dia. Adolfo Corrêa diz que "o Brasil tem condições de absorver até mais", renegociando o preço bruto para terceiro países. E quanto maior for a exportação de petróleo equato-

A visita de 28 horas que o presidente José Sarney inicia hoje à capital equatoriana, Quito, é parte integrante da estratégia brasileira de fortalecer, sempre mais, a aproximação com os países latino-americanos de que esta é a primeira viagem oficial de um presidente brasileiro ao Equador — conforme salientou ontem o novo embaixador em Quito, Adolfo Corrêa de Sá e Benevides, adiantando que as visitas anteriores foram apenas a nível de ministros.

Dentro da linha de integração com os países latinos, o presidente Sarney chega hoje a Quito, em visita oficial

BRASIL e Cuba — a parceria cresce

O comércio entre Brasil e Cuba deve apresentar um volume de negócios da ordem de US\$ 100 milhões ao final deste ano, depois de um resultado de US\$ 23 milhões em 1968. E para 1969, a expectativa de negócios nas duas direções é de "facilmente" chegar a US\$ 150 milhões, podendo atingir a US\$ 200 milhões. Com este desempenho, o Brasil será o principal parceiro de Cuba na América Latina. Estes dados foram revelados ontem pelo ministro do Comércio Exterior de Cuba, Ricardo Cabrera, que chefiava uma delegação do seu país em visita ao Rio Grande do Sul. Ontem ao final da tarde, o governador Pedro Simon decidiu juntamente com a comitiva cubana, a formação de uma Comissão de Indústria e Comércio entre aquele país e o Rio Grande do Sul, que terá hoje às 11h a sua primeira reunião.

Cabrera acha que a possibilidade de se incrementar as cifras de negócios entre os dois países nos próximos anos podem ser classificadas de "otimistas". Durante palestra numa reunião-almoço na Fierga, Cabrera destacou que as relações comerciais entre Brasil e Cuba são um exemplo para os países da América Latina, apesar do curto período de estabelecimento das ligações diplomáticas (desde julho de 1966).

"Cuba oferece uma magnífica oportunidade de participação e de integração com a América Latina", disse Cabrera em seu discurso, na presença do governador Pedro Simon, do presidente da Fierga, Luiz Carlos Mandelli, de empresários gaúchos e sege-

tários de Estado, além do embaixador do Brasil em Cuba, Jorge Alberto Beltrão. Na visita de Cabrera, a América Latina deve-se unir e ser uma só.

INTEGRAÇÃO — O governador Simon se referiu ao exemplo de integração que está ocorrendo entre Brasil e Argentina e manifestou esperança de que a integração da América Latina represente uma forma de os países pagarem as suas elevadas dívidas externas e até mesmo encontrarem uma outra moeda comum que não o dólar norte-americano. Mandelli afirmou que as relações comerciais entre Brasil e Cuba ainda são "bastante frías" e registrou que há disposição para reverter esta situação, tanto que apenas no primeiro semestre deste ano o Brasil superou em mais de 43% o montante das exportações para Cuba efetuadas no ano passado.

Mandelli também destacou que, por outro lado, "os produtos cubanos se fazem presentes em nosso País, muitas vezes assumindo uma importância incalculável, como no recente caso da importação de vacinas contra a meningite". Como áreas de interesse mútuo, o presidente da Fierga citou saúde, transportes urbanos, eletrônica, informática e agricultura, além de negociações em vários setores da indústria de transformação. Sabia-se também que os cubanos estão interessados em adquirir cozinhas para hotéis e hospitais, móveis para hotéis e materiais de acabamento para a construção civil.

2410-26/10/69

8909820 ✓

ZERO HORA 27/10/87 F.P. CEF 12

Equador recebe ajuda brasileira

□ Vários acordos de cooperação bilateral são o resultado concreto da visita oficial de Sarney à capital do Equador

O ponto alto da visita que o presidente José Sarney fez ao Equador aconteceu ontem de manhã, com a assinatura de uma declaração conjunta dos dois governos, envolvendo acordos de cooperação bilateral. Depois do encontro, os presidentes Sarney e Rodrigo Borja Cevallos, do Equador, receberam a imprensa, no próprio palácio presidencial, e divulgaram o teor dos atos que acabavam de assinar. Além da cooperação nos campos econômico e técnico-cultural, os dois mandatários também criaram mecanismos para incentivar projetos equatorianos na área de comunicações.

A partir disso, a presença brasileira no Equador será mais acentuada, começando pela participação de capital do Brasil na construção de barragem do rio Duale, na região desértica de



Assinam: os presidentes Sarney e Borja Cevallos

Santa Elena. O projeto prevê gastos de US\$ 100 milhões, dos quais o Brasil entrará com a metade para recuperar 100 mil hectares, através de irrigação.

Interação — O Brasil também financiará com US\$ 50 milhões parte dos serviços de melhoramento do sistema de abastecimento de água potável

esforço de integração latino-americana, como base para o desenvolvimento regional — conforme salientou o embaixador Luis Felipe de Souza Corrêa, assessor especial do presidente Sarney para assuntos externos. Vale destacar, ainda, a subscrito de um protocolo para que "trading companies" brasileiras reexportem produtos equatorianos em terceiros mercados. E aí pode estar a solução para que o desequilíbrio da balança comercial entre os dois países seja corrigido. Tradicionalmente, as relações comerciais bilaterais têm sido favoráveis ao Brasil. Os presidentes do Brasil e Equador, em dois encontros de trabalho, também abordaram questões comuns que têm sido temas centrais em todos os contatos de chefes de Estado da América do Sul, a começar pelo endividamento externo, combate ao narcotráfico e o forte protecionismo comercial dos países mais desenvolvidos. Eles também acordaram no aumento das importações, pela Perubria, de petróleo cru do Equador, passando das atuais 10 mil barris para 12 mil barris. (Radiobrás)

Câmara de Comércio une F.P. e Cuba e Rio Grande do Sul

O governo gaúcho e cubano assinaram ontem protocolo de intenções que cria a Comissão Mista de Cooperação e Negócios entre Cuba e o Rio Grande do Sul, primeiro passo para a criação da Câmara de Comércio. Em reunião realizada no Palácio Piratini também foram definidos os produtos gaúchos que interessam a Cuba e o que o Estado pode importar de lá, especialmente na área da saúde.

O protocolo foi firmado pelo secretário do Planejamento, Telmo Magadan, e pelo ministro do Comércio Exterior de Cuba, Ricardo Caballero Ruiz, pouco antes de voltar ao seu país. O secretário representou o governador Pedro Simon, que tinha viajado para Montevideo, enquanto o embaixador de Cuba no Brasil, Jorge Alberto Balseiro, e o representante da Fiepe, Cláudio Gandolfi, assinaram o documento como testemunhas.

A comissão mista será integrada, da parte do setor público, pelos secretários do Plane-

jamento, Assuntos Internacionais, Indústria e Comércio, Saúde, Agricultura e Criação e Tecnologia. Pelo setor privado, a Fiepe e o representante da indústria gaúcha que foi a Cuba, Gilberto Petry. Cuba será representada pela sua embaixada no Brasil, Ministério do Comércio Exterior e suas empresas interessadas em adquirir produtos do Rio Grande do Sul.

Pela relação aprovada no protocolo, nosso estado poderá exportar para Cuba: equipamentos para cozinhas industriais, lavanderias industriais, componentes para calçados, calçados e formas industriais, materiais refratários, sistemas de ar condicionado central, cadeiras plásticas, tintas, produtos têxteis, siderológicos e potapropileno, óleo de flocos de soja. Em contrapartida, no momento, o Rio Grande do Sul está interessado em importar de Cuba o sistema de diagnóstico SUMA (Sistema Microanalítico) e outros produtos para o setor de saúde.

24 horas 27/10/89

13.13

8909820

Um triunfo de Brizola

O candidato do PDT é aclamado num comício com mais de 150 000 pessoas na Cinelândia e consegue tirar sua campanha do marasmo



Na sucessão presidencial, o candidato do PDT, Leonel Brizola, procura provar uma coisa — que ele é mesmo o lendário Leonel Brizola, o candidato capaz de colecionar eleitores fanáticos e inimigos irreconciliáveis com a mesma facilidade e que chegou a ser considerado como franco favorito em todas as pesquisas de opinião realizadas no país depois da eleição de 1986 e do calote do Cruzado II. Não tem sido fácil. Primeiro, Brizola perdeu a liderança da corrida para Fernando Collor de Mello. Mais tarde, descobriu-se que um bom pedaço de seu eleitorado de esquerda fora capturado pelo candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Na semana passada, Brizola resolveu entrar na última fase da campanha — marcada por vinte dias de muito nervosismo, nos quais cada concorrente irá travar uma batalha decisiva para demolir seus adversários e garantir sua sobrevivência no segundo turno — com uma grande demonstração de força.

O lugar não poderia ser mais apropriado — a Cinelândia, no Rio de Janeiro, que desde 1982 funciona como um abrigo à Brizolândia, uma espécie de entidade parapartidária dedicada a trabalhar, noite e dia, na propaganda das ideias de seu inspirador. A data também veio a calhar — sexta-feira da semana passada, três dias depois de Lula reunir 50 000 pessoas no mesmo local e quatro dias antes de o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, retomar em campanha pela cidade. Com o comício da semana passada, Brizola pretendia mostrar que, ao contrário do que dizem as pesquisas, sua candidatura é quase do mesmo tamanho que a de Collor de Mello — e possui uma tonelagem bem mais pesada que a de Lula. Ao reunir 150 000 pessoas (300 000 segundo os organizadores e 57 000 segundo a empresa de pesquisa DataFolha) que se juntaram pela Cinelândia e também se espalharam pelas ruas vizinhas, Brizola tornou-se a estrela do maior comício realizado até agora na campanha presidencial — e comprovou que o eleitorado do Rio de Janeiro,

terceiro maior colégio eleitoral do país, é seu maior cartucho para chegar com boa munição em 15 de novembro.

A manifestação da Cinelândia foi um acontecimento em clima de apoteose. Duas horas antes, de vários bairros do Rio de Janeiro saíram carreatas transportando eleitores para o comício. A maior delas, que partiu de Niterói, chegou a ter 6 quilômetros de extensão — uma fila com mais de

1 000 veículos, entre ônibus e automóveis. O PDT também organizou dezenas de passeatas pela cidade. Uma delas, a que saiu da Igreja da Candelária, era liderada por Neuza Brizola, mulher do candidato, e pela vencedora Regina Gordilho, que, por um desses conflitos frequentes nas fileiras do PDT, 72 horas antes acabara de ser depurada da presidência da Câmara de Vereadores golpada por um grupo de parlamen-



tares do próprio partido (veja quadro à pág. 46). A frente de 5 000 pessoas, Neuzza Brizola sentiu-se mal, foi amparada por Regina Gordilho e teve de ser levada às pressas até a enfermaria da Câmara, onde se recuperou pouco depois.

Às 19 horas, a Cinelândia já estava toda ocupada, mas a multidão não parava de chegar, acomodando-se nas ruas vizinhas. Antes dos discursos, ocorreu, como é tradição na campanha presidencial, uma sucessão de apresentações musicais, a cargo de um elenco bastante eclético — havia a sambista Beth Carvalho e os roqueiros Engenheiros do Hawaii, o cantor popular Tanguara e o pianista clássico Arthur Moreira Lima. Brizola chegou ao comício com cinquenta minutos de atraso e fez uma entrada triunfal. Recebido por uma chuva de fogos de artifício, sua aparição provocou muitos aplausos e cenas de choro entre o eleitorado — até o final da noite, 33 pessoas precisaram ser atendidas pelos serviços médicos de urgência. O primeiro gesto de Brizola, no pânque, foi o clássico V de vitória. O

segundo foi um discurso de uma hora e meia. "Quero-lhes dizer, meus compatriotas, homens e mulheres de todas as gerações — eu vou vencer estas eleições", anunciou, solenemente. Depois do discurso, o candidato do PDT se retirou — os aplausos, os gritos e os rojões podiam ser ouvidos a vários quilômetros de distância.

BRIZOLA-LENDA — Gigantesco, o comício da Cinelândia foi o ponto culminante de um pacote de atividades realizadas pelo PDT na semana passada. No sábado dia 14, Brizola discursou para 10 000 pessoas do alto de um caminhão de som, num cruzamento da cidade de São Gonçalo, depois de um incidente com policiais que tentaram barrar sua carreta. O problema era o carro de som, cujo barulho não é permitido pela lei eleitoral antes das 14 horas. Em meio a um empurra-empurra, os militantes do PDT conseguiram fazer o veículo passar. No mesmo dia, Brizola fez outro comício na cidade de Campos, para uma platéia do mesmo tamanho. "Se dependesse só desta

região, Leonel Brizola já teria sido nomeado", diz o próprio candidato. Na quinta-feira, numa visita a sua segunda fortaleza eleitoral, Brizola foi aclamado por uma multidão calculada em mais de 20 000 pessoas, em Porto Alegre, durante uma passeata de 300 metros pela Rua da Praia.

Na semana passada, a aproximação do Brizola-candidato com o Brizola-lenda não foi importunada sequer por problemas numa área em que ele só havia coletado aborrecimentos nos últimos tempos — as pesquisas eleitorais. Ao contrário. No início da semana passada, o Ibope divulgou um levantamento no qual Brizola pela primeira vez saiu do patamar dos 14% nas preferências em que se arrastava há mais de um mês — pulou para 16% e aumentou a distância para Lula, de apenas 1,6 milhão de votos para alguma coisa como 4 milhões. A subida na pesquisa e a movimentação nas ruas conseguiram refrigerar um pouco o ar que se respira na caravela do PDT, onde já se receava que a campanha pudesse fazer água. "Meu ritmo é o de quem está correndo uma maratona, e não uma corrida de 100 metros", justifica o candidato, tentando passar a impressão de que estaria em segundo lugar de propensão — como o atleta das provas de fundo, que poupa as energias nas fases iniciais da corrida para gastar todo seu fôlego na hora da chegada.

BRIZOLÂNIA — Desde que seu nome ficou estacionado nas pesquisas, Leonel Brizola tornou-se um adversário teatral e monótono das estatísticas eleitorais. No comando de sua campanha, contudo, longe das câmaras de TV e das manchetes de jornal, há muito tempo que se leva as pesquisas eleitorais a sério, se acredita que Collor de Mello está mesmo em primeiro lugar com uma boa diferença e que Lula, nos últimos dias, tornou-se um perigo. Também se concluiu, ali, que o melhor que Brizola tem a fazer no momento é batalhar pelo segundo lugar em 15 de novembro e tentar chegar ao Planalto provocando uma virada espetacular no segundo turno, no qual, com o apoio do PT, de uma fatia do PMDB e outra do PSDB, tentaria cravar 50% mais 1 dos votos válidos, marca necessária para a vitória. "A eleição do dia 15 é de classificação", afirma o deputado Fernando Lyra, candidato a vice na chapa de Brizola. "Quem chegar em segundo lugar também vence, pois passa para o segundo turno."

Depois de ganhar força em seu próprio terreno, Brizola planeja o contra-ataque

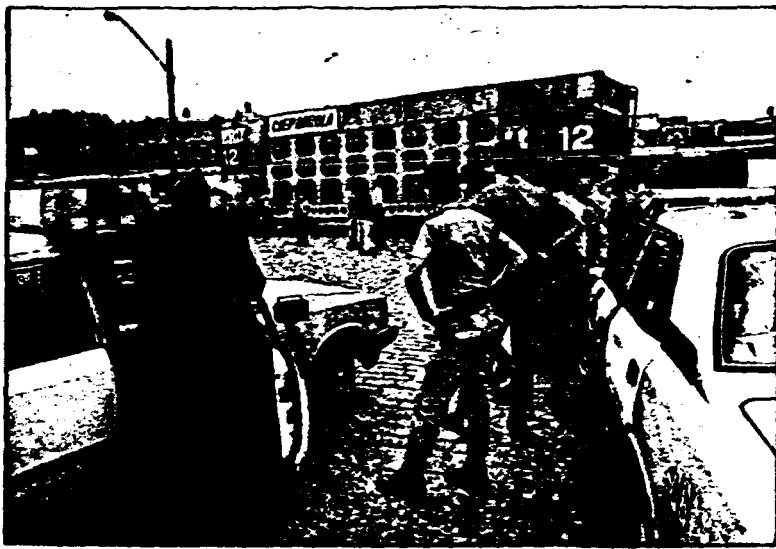
Brizola em campanha no Rio: "O povo brasileiro precisa de um líder, um guia que o tire do atoleiro"



- 8909821 45

em campo adversário. Seu objetivo é sair do quase anonimato em que se encontra nos dois Estados que são os maiores colégios eleitorais do país, São Paulo e Minas Gerais. Ali, onde residem 34 de cada 100 pessoas que irão às urnas em 15 de novembro, a preferência por Brizola mantém-se na faixa de 2% e de 5%, respectivamente. Esta semana, por exemplo, o candidato do PDT desembarca na região do ABC paulista, onde está a maior concentração per capita de metalúrgicos do país e que é o reduto original de Lula. Na semana passada, o PDT ligou os motores de um brizomóvel — veículo de feições carnavalescas, cuja carroceria imita a arquitetura dos célebres Cieps que o candidato construiu no Rio de Janeiro — que chegou a circular pelas cidades do lugar. Ocorreu, então, uma cena que dá uma idéia das dificuldades que Brizola hoje encontra nessa empreitada. Na quarta-feira, o brizomóvel foi atacado por metalúrgicos munidos de paus e pedras, e seus ocupantes tiveram que ser socorridos pela polícia.

APETITE ELEITORAL. — Nas últimas semanas, Brizola vem dando demonstrações bem visíveis de seu apetite eleitoral. Em campanha, o candidato já disse de tudo. Na Amazônia, prometeu que se o presidente Samcey privatizar a Empresa de Navega-



Brizomóvel apedrejado no ABC: propaganda frustrada

ção da Amazônia, que vende passagens subsidiadas à população da região, plano que chegou a ser cogitado pelo governo, anularia o ato 24 horas depois de tomar posse — algo que o presidente não teria sequer poderes legais para fazer sem passar pelo Congresso. Em Barreiras, a 883 quilômetros de Salvador, prometeu aumentar o crédito rural para os agricultores. Em Boa Vista, região de garimpo, prometeu autorizar a exploração de minério pelos chamados "formigas" — os aventureiros que disputam com as grandes companhias as regiões de grandes jazidas. Em Osasco, no cinturão industrial de São Paulo, num debate com operários e sindicalistas, atacou a exploração dos empregados. "Vocês vivem em regime de quase escravidão", disparou. No comércio de São Gonçalo, por

metáforas que ninguém sabe direito o que significam — o exemplo mais conhecido, em seus comícios de 1989, é a idéia de "passar um serrote numa perna do modelo econômico", o que pode tanto implicar uma solução que leve à prosperidade como uma proposta que acabe por alcejar a economia.

Pode-se, é verdade, criticar Brizola por nunca explicar, com clareza, o que pretende fazer com o país caso saia vitorioso na sucessão presidencial. A menos de um mês de 15 de novembro, o candidato não conta sequer aos eleitores qual a linha geral de sua ação na economia — não se sabe, por exemplo, se é favorável a uma privatização das empresas estatais deficitárias ou a uma ampliação da ação do governo na atividade econômica. Também não disse o

fim, anunciou que seu governo irá assumir uma postura de combate à discriminação racial, que, conforme suas palavras, faz as pessoas de cor negra padecerem de "duas opressões ao mesmo tempo, como trabalhadores e como negros".

Bom orador, Brizola é proprietário de uma das mais eficazes retóricas da sucessão presidencial. Gosta muito de prometer um governo recheado de adjetivos como "firme" e "enérgico". Também especializou-se em anunciar seus planos para administrar o país e tirá-lo do buraco em que se encontra através de

O PDT apaga outra estrela

Câmara destitui Regina Gordilho

Quando assumiu a presidência da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no início deste ano, a vereadora Regina Gordilho, do PDT, resolveu fazer uma limpeza na casa — afastou mais de 300 funcionários fantasmas e levou à Justiça quatro colegas acusados de falsificar documentos para contratar correligionários. Na terça-feira passada, entretanto, a Câmara decidiu, por 29 votos a 2, que Regina deveria deixar o cargo.

"Ela é autoritária, esquizofrênica e aventureira", atacou o vereador Maurício Azedo, do PDT, um dos cinco membros do partido que votaram a favor da destituição na Câmara.

Os vereadores acusam Regina Gordilho de atropelar o regimento da Casa em nome do combate à corrupção. "A Câmara praticamente parou nesse período", afirma Jorge Felipe, do PL. "Apenas um projeto foi aprovado", acrescenta. O certo é que, nos últimos meses, havia muita coisa a fazer

fora do plenário. Em poucos dias na presidência, Regina descobriu que entre os 3 240 servidores existiam pelo menos 700 que embarcaram em "trens da alegria" ou foram requisitados de outros órgãos através de documentos falsos. No início, ela recebeu apoio dos partidos para deflagrar as demissões. Logo, porém, passou a ser boicotada pelos colegas, foi pressionada pelos funcionários da Câmara e até recebeu ameaças de morte pelo telefone. Na semana passada,

saiu da votação vaiada e chorou. "Está institucionalizado um quadro de ditadura", reagiu ela.

Conhecida pelo caso de seu filho Marcellus, que foi morto a pauladas pela Polícia Militar, em 1987, porque se recusou a entrar em um camburão, ela se transformou num símbolo da luta contra a impunidade — e a sua destituição por membros do próprio partido tornou-se uma dor de cabeça para Leonel Brizola. Ela espera recuperar o posto através de um recurso judicial — mas tudo indica que sua carreira já parece sofrer de um mal típico que acomete algumas pessoas

que gostaria de fazer com a dívida externa, em que a única notícia que se conhece é a proposta de promover um plebiscito para resolver se o governo decreta ou não uma moratória junto aos credores internacionais. Tampouco rascunhou um projeto que tornaria plausível arrumar dinheiro para construir seus cartões-postais de campanha, os Cieps. Mesmo assim, é indiscutível que sua retórica funciona junto às camadas mais pobres da população, aquelas que ganham menos de 760-cruzeiros novos por mês. Nessa fatia do eleitorado, que terá a última palavra na eleição, suas preferências só estão abaixo das de Collor de Mello.

Blumen e Barroso — "A gente nunca sabe qual a posição real dele", diz o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE). "Ele fala que é um democrata e esquerdista mas tem coisas de ditador", acrescenta. Na segunda-feira passada, ao longo do debate entre presidencialistas transmitido pela TV Bandeirantes, Brizola teve uma oportunidade rara para anunciar a seus aliados e adversários pelo menos qual será a bússola de seu governo. Foi no instante em que, ultrapassada a fase da troca de acusações e denúncias teatrais feitas pelo candidato, o jornalista Luiz Gutemberg quis saber se Brizola planeja reproduzir, no Brasil, uma reviravolta semelhante à do presidente ar-



Caravana barrada no Rio: briga com a polícia

gentino Carlos Menem — o candidato do peronismo que fez campanha batendo no bumbo do "salariado" e da estatização e acabou empossado ao som dos violinos da privatização, do corte nos gastos públicos, da queda da inflação e de um pesado arrocho salarial. O candidato preferiu desconversar. "Somos amigos e temos muita afinidade", disse ele, sem dizer sim nem não.

O dilema, de fato, é amargo. Se anunciar, agora, que sua campanha mira-se no exemplo de Menem, Brizola tornará ainda mais difícil sua operação de caça aos votos do eleitorado do PT. Se anunciar, por outro lado, que Menem não passa de um embusteiro com costeletas de um dom-juan de província, o candidato do PDT perde, de vez, as carícias que começou a receber dos

empresários do PMDB, e até do PSDB, depois que Lula subiu nas pesquisas. Na semana passada, em meio aos festejos pelo comício da Cinelândia, havia um novo estado de espírito nas fileiras do PDT — aquela confortável sensação de que o Leonel Brizola de carne e osso tem condições de provar, em 15 de novembro e também em 17 de dezembro, que é mesmo o Leonel Brizola que frequentou a mitologia política do país nas últimas duas décadas. O candidato do PDT está em campanha desde 1964, quando já se via, em vários pontos do país, faixas anunciando "Brizola para presidente". Sua hora chegou, e a Cinelândia mostrou que a pretensão não é sem cabimento. Se Brizola subir nos próximos vinte dias que restam para o primeiro turno, o mito e a realidade estarão mais próximos. Se isso não ocorrer, no entanto, é possível que a política brasileira assista ao nascimento de um herói de ficção muito parecido com o protagonista de um filme que estreia esta semana em 150 cinemas do país. Como o célebre homem-morcego, o imaginário que vive em torno do candidato do PDT é tão rico e tão particular que seus eleitores não se definem como capitalistas nem socialistas — mas brizolistas —, encontram-se em lugares conhecidos como Brizolândia e, em campanha, viajam de Brizomóvel. "O povo brasileiro precisa de um líder, um guia que o tire deste atoleiro", afirma o candidato do PDT, Leonel de Moura Brizola.

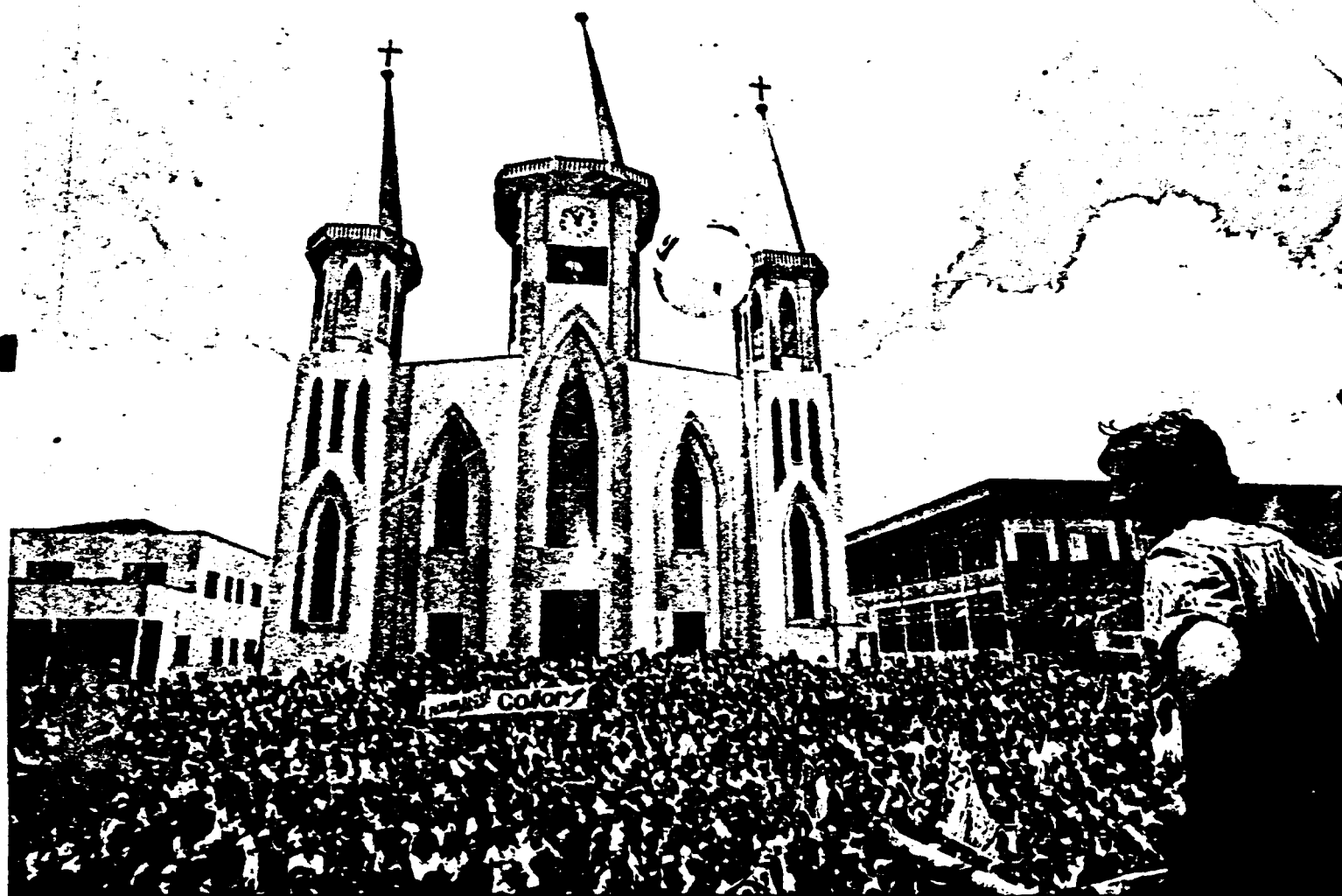


Regina Gordillo: "Não concordo a luta pela corrupção"

que se aliazam ao ex-governador Leonel Brizola, que saem do anonimato, viram estrelas e depois caem em desgraça no próprio PDT. Foi assim, por exemplo, com o ex-prefeito do Rio de Janeiro Saturnino Braga — hoje sem mandato e brigado com Brizola. O mesmo aconteceu com o cacique xavante Mario Juruna. Transformado em celebridade, Juruna elegeu-se deputado pela legenda do PDT e agora vive em Brasília, depois de expirado seu mandato, com um modesto salário de 1 800 cruzeiros novos, como funcionário público na Funai.

Ao longo da semana, Leo-

nel Brizola anunciou que planeja expulsar das fileiras do PDT os vereadores que tramaram a destituição de Regina Gordillo. Sobre a vereadora, pode-se dizer que lhe falta habilidade para negociar, não é errado afirmar que se tornou uma esforçada caçadora de manchetes de jornal e também é certo que tinha um comportamento até truculento, em determinadas ocasiões. É certo, de qualquer modo, que ela fez, no cargo, aquele tipo de coisa que tem parte do eleitorado brasileiro — se estivesse em seu lugar.



Collor de Mello, em Xaxerobê, em Santa Catarina: apoio da prefeitura e comício na praça para 3 000 pessoas

CAMPANHA

A força das ruas

*Os comícios da sucessão só
perdem para as manifestações pelas
diretas já de 1984*

No dia 15 de setembro, quando a propaganda eleitoral estreou na televisão, os candidatos que não se chamam Fernando Collor de Mello diziam que a campanha presidencial estava começando de fato, porque o que valeria na disputa seria o seu desempenho no vídeo. Na semana passada, depois de um mês de propaganda ao ar, todos mudaram de opinião. Em vez de se trancar nos estúdios de gravação, eles procuraram sair também às ruas para se lançar na mais tradicional forma de caça aos votos da política brasileira — os comícios. A TV, que alcança milhões de eleitores, continua como o grande instrumento de caça ao voto. Acontece que, agora, o velho comício, já tido como coisa do passado, recupera prestí-

gio — um enorme prestígio. Na terça-feira, por exemplo, o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, conseguiu atrair 50 000 pessoas à Cinelândia, no Rio de Janeiro. Na sexta-feira, no mesmo lugar, Leonel Brizola, do PDT, conseguiu fazer um comício monstro com 150 000 ouvintes. "A televisão ainda é fundamental", diz o presidente nacional do PT, deputado Luiz Gushiken. "Mas os comícios é que mostram qual é o retorno que a campanha na TV está tendo", acrescenta ele.

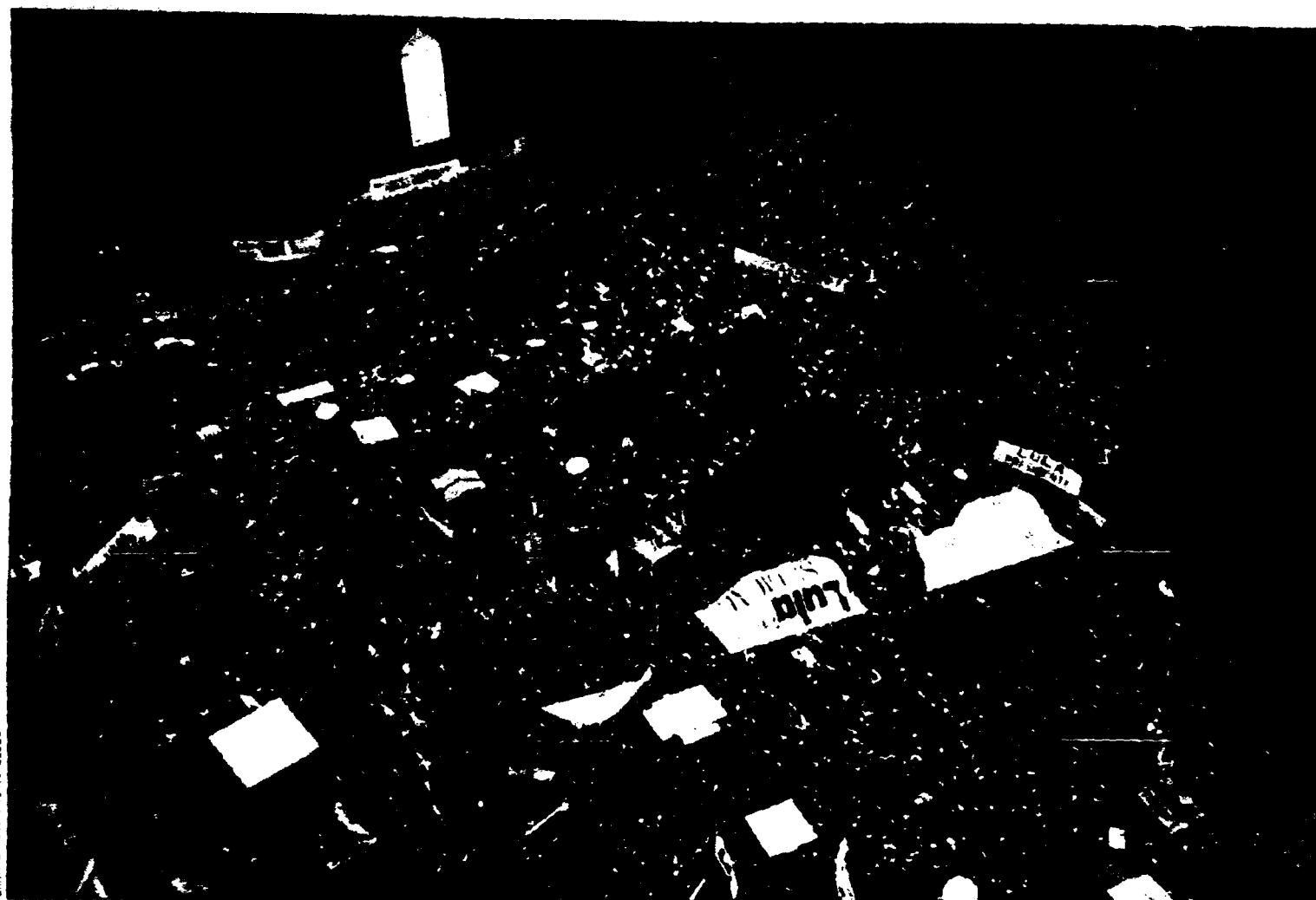
Os líderes de audiência nas praças públicas, por enquanto, são Collor de Mello, Lula e Brizola — justamente os mesmos que contam com os bons ventos das pesquisas de opinião para impulsionar suas campanhas. "Prefiro o corpo a corpo aos programas de televisão", diz o candidato do PRN.

08 -

No segundo pelotão dos concorrentes ao Palácio do Planalto, dá-se preferência a outras modalidades de corpo a corpo com o eleitor. No quartel-general de Paulo Maluf, em São Paulo, a opção mais freqüente aos comícios são as carreatas — a caravana de carros que segue o candidato pela rua. No PL de Guilherme Afif Domingos prevalecem as misturatas, uma espécie de carreata engrossada por tratores, cavalos e bicicletas. Com o suor derretido nessa maratona, em que é precedido por equipes especializadas e o tradicional foguetório, Afif se gaba aos amigos de já ter perdido 5 quilos na campanha.

MOBILIZAÇÃO POPULAR — Os comícios são um dos traços marcantes da sucessão presidencial — e provam que a participação popular no Brasil é muito maior do que em países onde se gosta de dizer que a população é mais interessada em assuntos políticos, como a França e a Inglaterra. Pode-se calcular que, apenas na semana passada, perto de 500 000 pessoas deram-se ao trabalho de sair de casa, tomar uma condução e chegar a uma praça pública apenas para ouvir um candidato falar. A manter-se esse ritmo na campanha, estima-se que 1,5 milhão de brasileiros irão às ruas até o fim da eleição — contabilidade que transforma a campanha de 1989 num dos grandes momentos de mobi-

8909821



Comício do PT em Cinelândia: platéia de 50 000 pessoas no território do rival Brizola

lização popular da história política do país, inferior apenas às diretas já de 1984.

Os comícios têm sido atrapalhados, na reta final, por um inconveniente — as cenas de baderna. Cabos eleitorais de Collor de Mello já investiram sobre jornalistas, como aconteceu no Recife, e atacaram com pauladas um comício de Lula em Maceió. Outra semente de violência encontra-se no PDT, dono de uma tropa de choque capaz de encerrar o candidato do PRN ao longo de uma manifestação em Niterói, há quase dois meses. Nos últimos dias, entraram em ação grupos de bademeiros do PT, que adoram importunar qualquer candidato adversário que esteja por perto — numa postura provocadora que levou o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB, a chamá-los de nazistas.

O sucesso de um comício depende de uma organização eficiente. O PT de Lula, que tem a maior militância voluntária entre todos os partidos, e o PRN de Collor de Mello, que tem mais recursos financeiros e mais pontos no Ibope, são os mais competentes nessa área. No domingo dia 15, o PT começou uma ofensiva de convocação para o comício de terça-feira passada com uma caminhada pela Zona Sul do Rio que, entre outras atrações, contava com a participação do ator Osmar Prado. Nos dias que se seguiram, quase uma dúzia de carros de som,

pertencentes aos membros do partido, percorreram as principais cidades do Rio chamando o público, enquanto cerca de 5 000 militantes conseguiram distribuir 1,2 milhão de panfletos sobre a visita de Lula. No dia do comício, os petistas saíram cedo de casa, fizeram panfletagem na porta de fábricas e, divididos em grupos, puxaram cinco passeatas, que terminaram na Cinelândia.

Sanduíches com Banana — O esquema de organização do candidato do PRN é mais profissional, mas tão eficiente quanto o do PT. Num comício terça-feira passada, em Lages, cidade de 170 000 habitantes em Santa Catarina, por exemplo, Collor reuniu 10 000 pessoas no terminal de ônibus da cidade. A organização ficou por conta do secretário municipal de Esportes, Paulo Marques, que é filiado ao PRN. Ele recolheu dinheiro junto às personalidades abonadas da cidade e mandou confeccionar 10 000 folhetos de convocação do público, além de ter contratado três grupos de música locais para animar a festa. Collor, que viaja em seus comícios pelo país à frente de uma esquadilha com cinco jatinhos, é dos que mais gastam nesse tipo de promoção. Em Lages, ele discursou num palanque de 2 metros de altura e 12 toneladas de peso, transportado e instalado por uma empresa espe-

cializada de São Paulo, que cobrou 100 000 cruzados novos pelo serviço.

Em Xanxerê, cidade no oeste de Santa Catarina, na terça-feira passada Collor fez um comício para 3 000 pessoas, com apoio da prefeitura. Em Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, a ajuda foi de outro tipo. Durante o comício, dois caminhões da empresa de Refeições Puras distribuíram gratuitamente 5 000 sanduíches de presunto e queijo, refrigerantes e bananas — uma promessa anunciada nos jornais para quem comparecesse ao comício do PRN. O PDS da cidade denunciou o fato à Justiça, que vai apurar as responsabilidades por crime eleitoral — a distribuição de comida para atrair eleitores é proibida por lei.

A partir desta semana, a agenda dos candidatos começa a ficar apertada, com uma viagem atrás da outra. Collor de Mello tem comícios marcados para todos os dias até 12 de novembro, o último prazo permitido para a propaganda eleitoral. Afif Domingos pretende visitar 200 cidades em pouco mais de vinte dias para promover suas misturatas. Maluf também quer fazer pelo menos um comício por dia até 12 de novembro. "Uma das grandes mentiras dessas eleições é a de que a época dos comícios já tinha passado", afirma o líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros.



Silvio Santos, candidato das descontentadas do PFL: com 19% das preferências, uma articulação para ascender...

PLANALTO

A senha Silvio Santos

As viúvas da sucessão querem fazer eutanásia em Aureliano Chaves e lançar o dono do SBT em campanha



Há quinze dias, em conversa com um amigo, o empresário Silvio Santos contou como acompanhava a sucessão presidencial. Disse que ainda não escolhera seu candidato, que quando fizesse sua opção guardaria segredo porque não desejava influenciar ninguém com sua popularidade — e informou que fazia questão de levar todos

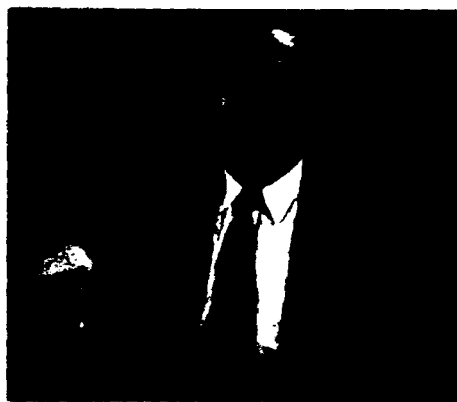
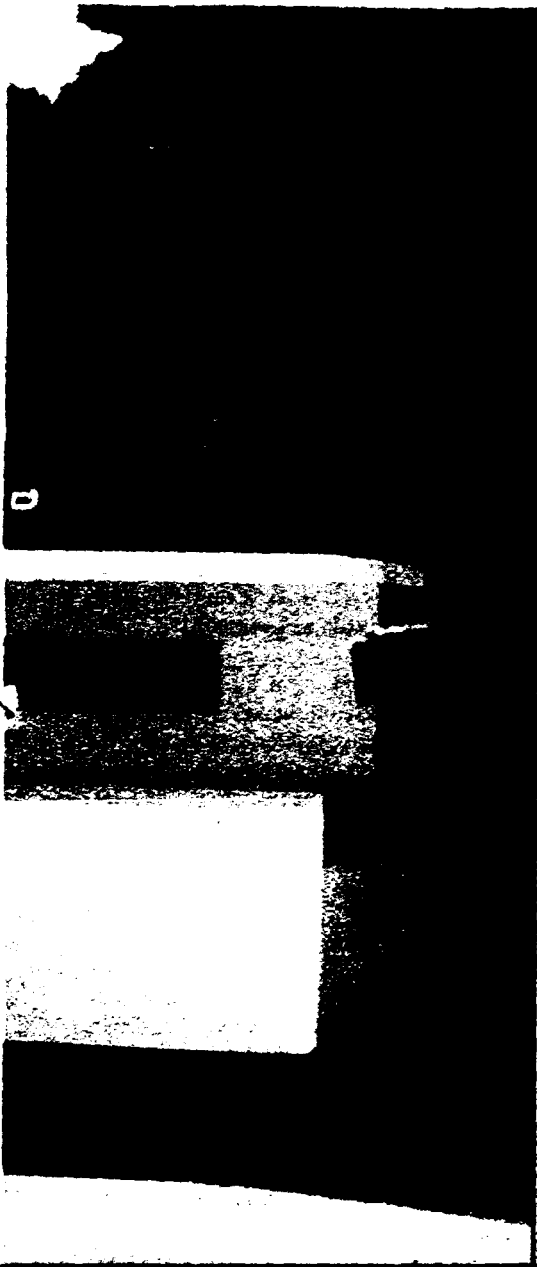
os concorrentes para dar entrevistas nos vídeos do SBT, a emissora de TV de sua propriedade, para não dar a impressão de que estava comprometido com qualquer candidatura. Desde a quinta-feira da semana passada que o nome de Silvio Santos se tornou a senha de uma operação destinada a provocar um terremoto na sucessão presidencial, arruinar o magnífico eleitorado reunido por Fernando Collor de Mello, jogar Leonel Brizola para fora

do segundo turno e arrumar um novo casamento para aquelas personalidades que, por arte da política brasileira de 1989, acabaram recebendo o apelido de viúvas da sucessão — desgraça partilhada por ministros e caciques do PFL, dispostos a desligar os tubos de oxigênio que garantem a respiração artificial da candidatura Aureliano Chaves na UTI das pesquisas eleitorais, por auxiliares do primeiro escalão do Planalto e até pelo presidente José Sarney.

A idéia que eletrizou os bastidores políticos de Brasília, na semana passada, é audaciosa: fazer uma eutanásia de última hora no candidato Aureliano Chaves e ressuscitar a legenda que deixou o PDS de Paulo Maluf para aderir à Nova República de Tancredo Neves e Sarney em torno do sorriso escancarado de Silvio Santos. No PFL, há pesquisas que garantem que o empresário possui um eleitorado que transformaria a sucessão num au-

0 7 -

8909821



Aureliano: "Não existe a renúncia"

Chacrinha, que aterrorizava artistas iniciantes com uma pergunta dramática: "Vai para o trono ou não vai?"

"É um Grave Erro" — No palmômetro de Brasília, já se aposta que a instalação de Silvio Santos no Planalto seria uma barbada, capaz de permitir a entrada do presidente José Sarney na sucessão com uma manobra triunfal. Para Sarney, a candidatura do empresário seria útil por atrapalhar a vida de um concorrente que o presidente nunca apreciou, Leonel Brizola. E também seria agradável por aterrorizar um candidato que chega a dar medo no Planalto pela estridência de suas acusações de corrupção no governo, Fernando Collor de Mello. Por fim, o presidente até arrumaria o que fazer na sucessão, onde se tem mantido calado por opção e também por conveniência — desastado e impopular, seu governo tem sido apedrejado em praça pública por todos os concorrentes com chances de vencer. Com Silvio Santos, Sarney cultiva a esperança de contar com um candidato que pelo menos não fale mal de sua gestão — e que não proíba sua família de fazer campanha pelo menos em seu Estado de origem, o Maranhão, onde as grandes candidaturas já foram saqueadas por seus rivais na política local.

Mesmo no PFL, contudo, há quem suspeite que essa operação, iniciada com a corte de um dos mais bem-sucedidos empresários brasileiros, acabará deixando o rosto de seus participantes com o nariz de bolota vermelha e a maquiagem em cores berrantes do palhaço Bozo. "É um grave erro, e não me engajo nessa solução da qual não participei", afirma o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. "Não vou ser tanguado para o curral como gado", afirma o deputado Gilson Machado, do PFL de Pernambuco. "Querer inventar uma solução agora é tarde demais. Nem Jesus Cristo seria capaz de unir o PFL nesse momento", acrescenta o deputado. "Não devemos

pensar só em vitória agora", afirma o senador Marco Maciel. "A eleição é em dois turnos e devemos guardar posição para o segundo turno", diz o senador, que acompanhou de perto as oscilações do temperamento instável de Silvio Santos no ano passado, quando se envolveu na desastrosa articulação para lançá-lo candidato a prefeito de São Paulo.

O milagre eleitoral do PFL começou a se materializar na manhã de quinta-feira da semana passada. Silvio Santos era uma idéia que a legenda vinha namorando há alguns dias, mas foi por volta das 10 horas da manhã que o presidente do PFL, senador Hugo Napoleão, resolveu testar a disposição presidencial do empresário. "Gostaria de saber se o senhor aceitaria ser candidato, na hipótese de o doutor Aureliano retirar sua candidatura", perguntou o senador, numa conversa pelo telefone. "Aceito, mas precisaria conversar antes com Aureliano", respondeu o empresário. "Então vamos conversar agora", prosseguiu o senador. Pouco depois, Silvio Santos tomava um avião para Brasília.

O encontro foi na mansão do ministro João Alves, do Interior, na Península dos Ministros, e algumas personalidades do primeiro escalão político da capital federal que estarão em seus postos até 15 de março de 1990 puderam acompanhar parte das confabulações — além do anfitrião, de dois senadores e de dois deputados, também estava presente Henrique Hargraves, que tem o cargo de subsecretário do Gabinete Civil da Presidência da República. Conforme o relato de um parlamentar que tomou parte na conversa, Silvio Santos anunciou suas pretensões sem rodeios. "Conversei com o doutor Aureliano, a quem respeito muito, e resolvi aceitar", teria dito o empresário. Silvio Santos também explicou como iria montar sua equipe de governo. "Sou candidato do partido e vou governar com o partido", disse ele. Sobre a campanha eleitoral, fez um pronunciamento que chegou a comover os presentes. "Em quinze dias eu ganho essa eleição", prometeu, lançando um plano de caçada aos votos que, se funcionar, pode transformá-lo num dos campeões brasileiros de velocidade nessa matéria. O troféu na especialidade pertence, até agora, ao prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que se lançou candidato, fez campanha e chegou em primeiro lugar em apenas doze dias.

Terminada a reunião, Silvio Santos deixou a casa de João Alves e sumiu — até a noite de sexta-feira o empresário não fizera nenhuma declaração pública anunciando sua intenção de concorrer. Solucionada, aparentemente, a questão do candidato a ser lançado, ficou faltando, contudo, resol-

...Collor de Mello a vinte dias da eleição

têntico baú da felicidade — conforme esses números, Silvio Santos entraria na disputa em segundo lugar, à frente de Leonel Brizola e com o apoio de 19% do eleitorado. "Muitas pessoas criticam o Silvio Santos sem ter um bom motivo", afirma o senador Marcondes Gadelha, do PFL da Paraíba. "Ele é tão autêntico quanto o Lula", acrescenta.

Faltam pouco mais de vinte dias para o dia 15 de novembro, até as cédulas já foram impressas e, caso a operação seja consumada, o eleitor que quiser votar em Silvio Santos será obrigado a fazer um X ao lado do número 25, de Aureliano Chaves. Mesmo assim, é cada vez maior o número de raposas candidatas ao desemprego político em Brasília animadas com o projeto. O empresário fez sua carreira em torno de um slogan simpático: "Silvio Santos vem aí". Agora, como um calouro, querem submetê-lo ao de um concorrente em programas de auditório,

ver o que fazer com Aureliano Chaves, o candidato a ser abando. Na sexta-feira da semana passada, o senador Hugo Napoleão disse a dois parlamentares do PFL que a decisão seria um simples problema de cerimonial — Aureliano Chaves estaria de acordo com sua renúncia, e toda a dificuldade consistiria em arrumar uma forma elegante para que o ex-ministro jogasse a toalha. Segundo Napoleão, estaria até marcada a data na qual ele receberia uma carta assinada pelo próprio Aureliano formalizando a renúncia — salvo imprevistos de última hora, seria no domingo 22 de outubro. Ao longo da semana, seis parlamentares do PFL disseram a VEJA ter a informação de que o próprio ministro teria manifestado sua concordância integral com o plano. "Vou comunicar minha decisão à família, ao Jânio e ao Claudio Lembo", teria dito o candidato na quinta-feira, referindo-se ao círculo de seus parentes próximos, onde a campanha chega a ser encarada como um problema de honra pessoal. O ex-prefeito de São Paulo que tem produzido muitas declarações de apoio a sua candidatura e a seu compenheiro de chapa numa das mais ruidosas empreitadas da sucessão presidencial.

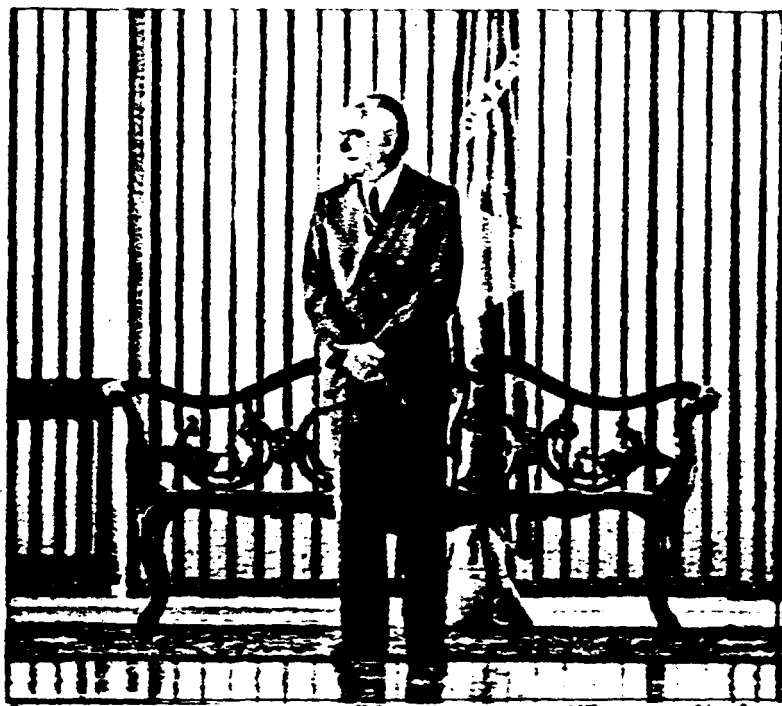
No fim de semana, contudo, Aureliano Chaves fazia o possível para dar a impressão de que não pretende voltar para casa. "Não há renúncia", repetiu o candidato diversas vezes na tarde de sexta-feira. Segundo Aureliano, cada vez mais amargurado com o pouco caso que o PFL demonstra por sua candidatura, estaria ocorrendo com a legenda um desses fenômenos bastante conhecidos na rotina de pessoas que passam por situações de grande aflição — a capacidade de enxergar assombrações. O candidato do PFL assegurou a VEJA, por exemplo, que não teve nenhum encontro com Silvio Santos na semana passada. "Em Brasília, encontrei-me apenas com o Hugo Napoleão, e discutimos os problemas da campanha", diz o ex-ministro, que é ex-governador de Minas Gerais, ex-vice-presidente da República, ex-deputado federal e a quem, agora, querem transformar em ex-candidato a presidente da República pela segunda vez. Em 1984, às vésperas da convenção do PDS que iria indicar o concorrente para a arena do Colégio Eleitoral, Aureliano também foi embora antes da hora, deixando o campo livre para a briga

inútil de Mário Andreazza contra Paulo Maluf. Qualquer que seja, porém, o desfecho dessa manobra, é certo que, sem a renúncia de Aureliano, o candidato Silvio Santos vira pó. Pela legislação em vigor, só é possível degolar um concorrente, contra a sua vontade, através de uma convenção partidária — cerimônia burocrática demorada de organizar e que, pelas tradições nacionais, só poderia ser programada lá pelo meio de janeiro, um mês depois que o TSE já tiver anunciado o nome do vencedor do segundo turno.

"A COISA ANDA RUIM" — A realidade, porém, é que a campanha de Aureliano vem sendo acompanhada por rumores de renúncia desde o momento em que o PFL resolveu lançar sua candidatura — de lá para cá, a situação de penúria eleitoral do

aparece sequer um vereador para saudá-lo. Um dos poucos políticos que o seguem em viagens é o deputado Francisco Benjamin, do PFL baiano, a quem o partido já chama de Sancho Pança da maratona de seu Dom Quixote — bem mais rechonchudo que o modelo original de Cervantes.

Além de todos os problemas com o eleitorado, Aureliano enfrentou ainda o azar na quinta-feira da semana passada. O jatinho que viajaria de Brasília para Belo Horizonte teve que ficar retido para conserto durante um dia — desgobernado, um caminhão de combustível bateu na asa direita do avião, que ficou parcialmente destruída. "A coisa anda mesmo ruim, uai", disse Aureliano para um de seus assessores, num dos seus poucos momentos de descontração.



Sarney: a esperança numa candidatura que um o útil ao agradável

candidato do PFL não se alterou. Hoje, seus índices nas pesquisas de opinião quase nunca ultrapassam a marca de 1% — em Minas Gerais, terra natal do candidato, ele tem apenas 2% das preferências e, em termos nacionais, vale 0,9%. Sem votos nem platéia nos comícios, com pouco dinheiro em caixa, Aureliano foi deixado numa situação de indigência por seu partido. Dos 119 parlamentares do PFL, noventa já migraram para outras candidaturas, sobraram apenas 55 dos 195 deputados estaduais e é certo que quase 90% dos 1 500 prefeitos do PFL já não estão com Aureliano. "Tenho feito uma campanha solitária", confessa-se o candidato.

A frase tem fundamento. Quase sempre Aureliano chega a aeroportos onde não

TIETA E PERPETUA — Por trás da operação Silvio Santos, move-se o mais chique grupo de viúvas eleitorais da sucessão presidencial. Todas são políticas que nunca se entusiasmaram com a candidatura de Aureliano Chaves, não conseguiram vaga em outras caravanas e agora tentam uma operação improvisada. O ex-ministro da Educação Hugo Napoleão, por exemplo, gostaria de ter embarcado na campanha de Collor de Mello, mas chegou atrasado — seu maior rival no Piauí, o governador Alberto Silva, foi mais rápido e colheu primeiro. O senador Divaldo Surugy (PLF-AL), adversário de Collor de Mello em Alagoas, também ficou sem opção depois de verificar os baixos índices de popularidade em seu Estado de Guilherme Afif Domingos, por quem tinha mais simpatia. Surugy até tentou brizolar, mas a idéia foi repelida por seus cabos eleitorais. Na lista das viúvas do PFL, inclui-se o ministro do Interior, João Alves, que foi impedido de colhar depois que seu maior adversário em Sergipe, o senador Albano Franco, aderiu ao candidato do PRN. O senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) era outro que sonhava colhar, mas chegou depois do governador da Paraíba, Tarcísio Buriti, um de seus rivais.

Também se move na operação Silvio Santos uma viúva que até agora não vinha aparecendo muito na corrida da sucessão — o presidente José Sarney. Em público, Sarney tem assegurado que prefere manter-se à margem da sucessão. Nas suas conver-

sações privadas, porém, ele não deixa de fazer referências à possibilidade de uma candidatura. "Eu gostaria de concorrer", disse ele recentemente a um amigo. "Mas acho que não vou fazer isso".

8909821

sas privadas, no entanto, seu comportamento é outro. Um dos problemas de Sarney diz respeito à política regional de seu Estado, o Maranhão, onde seu inimigo histórico e possível adversário de seu filho Zequinha nas próximas eleições estaduais, o senador João Castelo, já agarrou a bandeira de Collor de Mello. Suspeita-se, porém, que a maior preocupação do presidente é com a possibilidade de o candidato do PRN realmente ganhar a eleição e começar a importuná-lo com ações demagógicas envolvendo problemas em sua administração. Por essas razões, Sarney começou a trabalhar na moldagem de um novo candidato por conta própria.

Na semana passada, soube-se quem, a princípio, era esse candidato. "Presidente, eu gostaria de saber se o senhor tem algum candidato, porque se não tiver eu gostaria de ser liberado para apoiar outro da minha preferência", disse um parlamentar ao presidente. "Não, espere um pouco porque pode surgir um fato novo", respondeu Sarney. "Estamos trabalhando na opção Antonio Ermírio", explicou, referindo-se ao dono do grupo Votorantim. Convidado, entretanto, o empresário recusou — e Sarney aderiu à hipótese Silvio Santos. "Existe a possibilidade do Silvio Santos sair candidato pelo PFL. Eu não posso aparecer nis-

so, o Silvio está disposto a aceitar", disse o presidente a um de seus ministros mais próximos. Na metade da semana passada, o Planalto já cogitava abrir o jogo publicamente em relação à sucessão. Na quarta-feira, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, encontrou-se com o deputado Hélio Costa (PRN-MG), após uma nova sessão de ataques verbais de Collor de Mello ao governo em seus comícios, e transmitiu um aviso: "Se a coisa continuar como está, o presidente está considerando entrar na sucessão para ajudar alguém ou atrapalhar Collor".

Ao contrário das viúvas de verdade, que guardam luto por um bom período e, frequentemente, não se casam uma segunda vez, as viúvas da política brasileira enfrentam uma rotina diferente. Como é natural,

ficam solitárias toda vez que ocorre uma mudança de governo — mas são capazes de marcar um novo casamento com muito mais rapidez do que seus inimigos gostariam. A rigor, o que diferencia uma viúva política de outra é uma questão de temperamento, que pode ser muito bem ilustrada pelos capítulos da novela das 8 da Globo, *Tieta*. Existe, ali, uma viúva de bom astral, que enfrenta com galhardia as dificuldades que a vida lhe apresenta, e sabe escolher companhia quando quer — é a própria Tieta de Betty Faria. Há uma outra viúva, no entanto, que passa os dias vestida de preto, é hipócrita e mal-humorada e sonha com a chance de aplicar um golpe inescrupuloso para enriquecer na primeira oportunidade — é a Perpétua de Joana Fomm. Já se sabia que o PFL é uma legenda com muitas Tietas que coloriram,

afifaram, malufaram e até brizolaram. Também mostraram um temperamento de Tieta os líderes do PFL que resolveram deixar Aureliano Chaves se perder sozinho na sucessão — e guardar suas fichas para o segundo turno. Na semana passada, descobriu-se que o PFL também tem sua Perpétua, que, depois de tanto olhar para o retrato do marido Major em sua casa, ligou seu aparelho de TV — e achou que Silvio Santos era a cara do falecido.



Ulysses vai na carona de Quércia

Os números de Ulysses Guimarães nas pesquisas eleitorais só não abalam um personagem da campanha do PMDB — o próprio candidato. Enfiado no último pelotão de candidatos, com 3% no Ibope, Ulysses chega a dormir só quatro horas por noite, no último esforço para manter sua campanha de pé, contrariar todas as expectativas, vencer o desânimo dos militantes e chegar ao segundo turno da eleição. Na semana passada, mesmo depois que o ministro da Previdência, Já-

der Barbalho, retirou-se da campanha ao fim de uma briga com o vice de Ulysses, Waldir Pires, o candidato não deu sinais de fraqueza e anunciou sua "arrancada final rumo ao Palácio do Planalto". De carona nas inaugurações de obras do governador de São Paulo, Orestes Quércia — último pilar do PMDB que tem aparecido para sustentá-lo —, ele fez quatro pequenos comícios para tentar levantar o moral de sua caminhada.

Na terça-feira, em Avaré,

Ulysses subiu em um palanque armado por um prefeito do PDS, Fernando Pimentel. Na quinta-feira, em Taubaté, foi vaiado por petistas. Nas quatro cidades que visitou, Ulysses figurou quase como um personagem secundário, enquanto Quércia animava a platéia com promessas de novas obras. A partir de agora o candidato planeja produzir comícios através de telões nas praças durante seu horário gratuito na tevê, em boa parte dos 4 000 municípios onde o PMDB está organizado. Nos

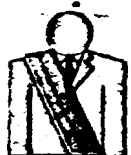
Quércia e Ulysses em campanha: "Arrancada"

bastidores do PMDB, contudo, o candidato continua a enfrentar o desânimo dos companheiros de partido. Além do desembarque de Jader Barbalho, o ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, anunciou que vai pedir à próxima convenção do partido a indicação de outro nome para apoiar no segundo turno — um sinal que já dá a campanha do próprio PMDB como encerrada. Dessa forma, Ulysses se sustenta quase que somente com o apoio de Quércia e suas próprias energias. "Vou até o fim", garante.

PESQUISAS

Segredos dos índices

Para quem trabalham os institutos de opinião, quanto cobram e por que seus números divergem



Na reta final da campanha eleitoral, os eleitores começaram a examinar com atenção redobrada alguns participantes que estão fora das siglas partidárias, mas que neste momento ocupam-se sobretudo delas — os institutos de pesquisa de opinião. Diante de alguns resultados divulgados ultimamente, os eleitores perguntam-se até que ponto os institutos estão acertando — ou errando, enquanto em diversos comitês de campanhas pousam boatos segundo os quais institutos estariam promovendo uma manipulação dos números para beneficiar alguns candidatos. O ataque mais direto partiu de Leonel Brizola, do PDT. Na noite de domingo dia 15, Brizola divulgou em seu programa eleitoral na TV que o Ibope estaria fraudando os resulta-

dos das pesquisas de forma tão grosseira que os funcionários do instituto estariam ameaçando iniciar uma greve de protesto contra esse procedimento.

Até a semana passada, a única fraude comprovada a respeito das pesquisas era a própria denúncia do candidato do PDT, que foi obrigado pelo Tribunal Superior Eleitoral a ceder dois minutos de seu programa para, na noite de quinta-feira, ouvir-se a resposta do Ibope. Horas antes, um dos assessores diretos de Brizola, o deputado Cesar Maia, do PDT do Rio de Janeiro, espalhava o boato de que um funcionário do Ibope, amigo seu, lhe informara que o instituto teria aumentado artificialmente os índices do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. "Estamos seguros da veracidade da informação, mas não podemos prová-la", confessa o parlamentar.



"Não estamos com nenhum candidato", garante Carlos Augusto Montenegro, do Ibope. Segundo ele, quando um candidato encomenda uma pesquisa ao seu instituto, tem direito a uma análise dos resultados. Até o PDT, que está fazendo críticas ao instituto, já usou os serviços do Ibope em eleições passadas.



Para o diretor da Toledo & Associados, Francisco Toledo, a metodologia do seu instituto está correta. "É a mesma do Gallup e do DataFolha", diz ele. Toledo acha que manipular os resultados de uma pesquisa não ajuda ninguém a ganhar eleição, da mesma forma que o apoio de um jornal a um candidato não é garantia de vitória.



Em política, reclamar de pesquisas é história quase tão velha quanto as eleições — especialmente quando se está em baixa nos índices. O que há de concreto nesse campo é que as pesquisas sobre a sucessão presidencial acabam de produzir diferenças significativas nos números de um instituto em relação aos de outro. A primeira divergência imediata é a respeito da situação do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. De acordo com a rodada de pesquisa divulgada na semana passada, Collor tinha 31% das intenções de voto no Ibope, 29,8% no Gallup e 29% no DataFolha, repartição da *Folha de S. Paulo* que realiza levantamentos para o jornal. "Estatisticamente, os três índices são iguais", afirma Antônio Manoel Mendes, diretor do DataFolha. "Considerando a margem de erro, os números apontam para um patamar de 30% dos votos naquele instante", explica.

Ocorre que entrou em campo um quarto instituto, o Toledo & Associados, que passou a realizar pesquisas para a revista *Ísto É/ Senhor*, nas quais Collor aparece com exatos 24,6% — e, portanto, no patamar de 25% dos votos. "Nossa metodologia é perfeita, igual à utilizada pelo Gallup e DataFolha", garante Francisco Toledo, diante da brecha que o distanciou dos outros insti-

8909821



tatos. Outro problema das pesquisas diz respeito ao índice alcançado por Guilherme Afif Domingos, do PL. Na Toledo, Afif alcançou 13% das intenções de voto e no Gallup chegou a 11,3% — nos dois casos, ficou isolado em terceiro lugar nas pesquisas. Já no levantamento do DataFolha, Afif ficou com 8% e no do Ibope, com 7%, números que o colocam atrás de Luís Inácio Lula da Silva, do PT — e, portanto, num patamar mais baixo, junto com candidatos como Paulo Maluf, do PDS, e Mário Covas, do PSDB. Entre os 7% do Ibope e os 13% da Toledo, Afif quase dobra de cotação — e aí alguém deve ter errado. Tanto no caso de Collor quanto no de Afif, os institutos admitem que haja um erro. Só que o erro é sempre do outro. “Nosso trabalho foi realizado com a mesma exatidão de sempre”, garante, por exemplo, Carlos Augusto Montenegro, diretor-executivo do Ibope. “Nós estamos no caminho certo”, também garante Toledo.

Ricos e Pobres — A possibilidade de erro com a qual os institutos trabalham é que se tenha selecionado um campo incorreto para fazer as pesquisas. Como o voto das pessoas que moram nos bairros mais privilegiados das grandes cidades, por exemplo, costuma ser bastante diferente do voto dos

analfabetos que moram na zona rural, os institutos costumam fazer em suas pesquisas entrevistas com grupos de eleitores de tamanho proporcional ao tamanho das diferentes camadas sociais. “É possível que um dos institutos tenha entrevistado mais pobres ou mais ricos do que devia, ou mesmo se embrenhado pouco nas favelas”, especula Antônio Manoel Mendes, do DataFolha.

Existe uma grande diferença entre um erro técnico e uma acusação de fraude, como a que fez Brizola contra o Ibope. A verdade é que, até o momento, não ocorreu nenhuma fraude nas pesquisas realizadas no país que pudesse ser comprovada. “Independente do método, todas as pesquisas podem ser manipuladas se o instituto quiser”, afirma o professor Amaury de Sousa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Só que isso não ocorre com facilidade, pois os institutos vendem, acima de tudo, credibilidade”, acrescenta.

GRANDE SUSTO — No Brasil, onde os principais institutos utilizam métodos consagrados em todo o mundo, as pesquisas costumam ser bem-feitas, e seus resultados quase sempre são confiáveis. Um dos argumentos favoritos utilizados pelos candidatos para desmoralizá-las é dizer que não conhecem ninguém que já tenha sido entrevistado para uma dessas pesquisas. A ques-

tão é que a probabilidade de um eleitor fazer parte do universo de uma pesquisa é extremamente pequena, já que a cada rodada são entrevistadas no máximo 5 000 pessoas, num universo de 82 milhões de eleitores. O problema real é que, desde a semana passada, se está diante de um certo descompasso nas pesquisas, e aí tem algum erro de levantamento. Na noite de terça-feira, após participar de um programa de TV em São Paulo, o diretor do Gallup, Carlos Eduardo Matheus, e o diretor de pesquisas do Ibope, Orjan Olsen, iniciaram uma conversa a respeito de qual dos dois teria cometido erro em relação aos números de Guilherme Afif — o Ibope deu 7% e o Gallup, 11,3%. “Nossos números não estão batendo”, disse Olsen, tomando a iniciativa. “Deve ser erro na amostragem”, especulou. Matheus, prudentemente, preferiu não prosseguir com o assunto. “É, pode ser isso”, encerrou.

Nas pesquisas eleitorais, trabalha-se com uma margem de erro de 3 pontos percentuais para mais ou para menos. Há, contudo, casos de erros de avaliação grosseiros, como o ocorrido na eleição para a prefeitura de Goiânia, em 1985, quando o Ibope e o Gallup previram poucas semanas antes do pleito que o candidato do PMDB, Daniel Antônio, venceria com cerca de 60% dos votos e o petista Darci Accorsi não chegaria a 12%. Pensando estar diante de



Antônio Manoel Mendes, do DataFolha, acredita que os índices diferentes para Guilherme Afif Domingos nas pesquisas são resultado de um erro involuntário de amostragem, cometido por alguns dos institutos. “A concorrência entre os institutos é muito grande, e qualquer fraude seria logo desmascarada”, diz ele.

uma eleição resolvida, os dois institutos voltaram suas atenções para praças mais nervosas, relaxaram os levantamentos e não previram que uma virada poderia ocorrer. Em suma, negligenciaram aquela praça eleitoral em que uma surpresa espetacular iria ocorrer. Tranquilizado pelas pesquisas, Daniel Antônio até parou de fazer campanha e foi descansar. A eleição terminou, de fato, com a vitória de Daniel, por 44% dos votos, e um grande susto — Accorsi ficou com 42%.

Na rodada de pesquisas desta safra tecnicamente há uma diferença de métodos que se deve levar em conta. DataFolha, Gallup e Toledo fazem as chamadas pesquisas probabilísticas, nas quais se sorteia um determinado número de cidadãos, de acordo com a região onde estão localizadas e seu número de habitantes, e depois procura-se por um número predeterminado de eleitores para responder aos questionários. Os eleitores são escolhidos aleatoriamente. Já o Ibope utiliza o método de pesquisas por cotas, no qual, primeiro, é realizado um estudo sobre as principais características do eleitorado — como renda e escolaridade. Por essa metodologia, cada pesquisador recebe uma cota, por exemplo, de homens analfabetos com idade entre 35 e 50 anos, para fazer as entrevistas — e sai a campo para encontrar um eleitor exatamente com esse perfil. Se ultrapassar a cota, as entrevistas em excesso são dispensadas. Com ambos os métodos, os institutos acreditam que 95% das pesquisas costumam dar certo.

Outra diferença entre as pesquisas é o número de pessoas a serem entrevistadas. Ibope, Gallup e Toledo costumam fazer suas pesquisas com cerca de 3 500 entrevistas. O DataFolha faz com 5 000. De acordo com as estatísticas, tanto faz uma pesquisa para um eleitorado do tamanho do brasileiro abranger 1 500 entrevistas ou 10 000 que, no final, a possibilidade de erro é praticamente a mesma — três pontos percentuais para mais ou para menos em cada índice.

Amigos — No Brasil, o mais antigo instituto de pesquisa é o Ibope, do Rio de Janeiro, que há 47 anos realiza esse tipo de levantamento no país. Há outros dois institutos de maior porte, o Gallup e o DataFolha,



Pesquisa do Ibope, no Rio: trabalhos para candidatos

ambos com sede em São Paulo, além de uma dezena de institutos menores que costumam ser eficientes, como o Toledo e o LPM, de São Paulo, o Vox Populi, de Belo Horizonte, ou o Bonilha, de Curitiba. Para fazer uma única rodada de pesquisas para a eleição presidencial, cada um deles cobra preços diferentes. No DataFolha e no Toledo, por exemplo, custa cerca de 80 000 dólares, pagos em cruzados novos, pelo câmbio oficial. Já o Ibope cobra em BTN — 65 700, o que equivale a um pouco mais de 50 000 dólares.

Em suas relações comerciais, vários institutos mantêm laços com os candidatos. Por opção da empresa, o DataFolha não realiza pesquisas para políticos. O Toledo já trabalhou em outras eleições para o PFL, mas nesta sucessão presidencial trabalha apenas com a revista *Isto É Senhor*. O Gallup, cujo dono, Carlos Mathcus, é amigo antigo do governador de São Paulo, Orestes Quércia, já fez serviços nesta eleição

para Ulysses Guimarães, que agora encomenda suas pesquisas ao Ibope, chefiado por Carlos Augusto Montenegro, um executivo jovem, de 32 anos, cordial, acessível, amigo de Collor de Mello. O Ibope faz suas pesquisas por encomenda de Collor, de Ulysses e da Rede Globo. Mário Covas prefere o LPM, e Collor de Mello, desde o início do ano, também trabalha com o Vox Populi, que tem como um dos sócios um sobrinho seu, Marcos Coimbra.

Mexana Melosoa — Fora do emaranhado das técnicas estatísticas, o que se pode discutir de concreto a respeito das pesquisas eleitorais é a influência que exercem sobre o resultado das eleições. Exercem alguma, sem dúvida, mas provavelmente menos do que se imagina. "O que influencia de fato o eleitor são as conversas com amigos, colegas e familiares", afirma o professor Joseph Straubhaar, um especialista em pesquisas de opinião, da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, que na semana passada pesquisava os levantamentos eleitorais realizados nesta campanha no Brasil. Na última sexta-feira, o presidente do TSE, Francisco Rezek, tocava pela mesma melodia, em Brasília. "Não se deve tratar 82 milhões de eleitores como incapazes de saber o que querem", disse Rezek, favorável à ampla divulgação das pesquisas eleitorais.

O que se sabe da influência das pesquisas é que elas costumam alterar mais o humor dos políticos e empresários, que fazem contas de chegar para ver em que candidatura desembarcarão afinal. No momento em que um adversário sobe nos levantamentos, a suspeita sobre a força das pesquisas aumenta. O grande caso de candidatura beneficiada com as pesquisas é a de Collor. Até abril último, quando começou a crescer nos levantamentos, Collor tinha dificuldades de juntar três empresários significativos numa mesma mesa. Hoje, tem cinco jatinhos em sua campanha, consegue pagar os custos de um programa de TV caro, para o horário gratuito do TSE, e ainda investe 100 000 cruzados novos, em média, para organizar cada um dos comícios do PRN a que comparece.



Deputado Cesar Maia: boatos de manipulação sem provas

8909821

COLLOR SEGUE LÍDER.

LULA PASSA BRIZOLA

F.P.C.P.P.

29/10/89

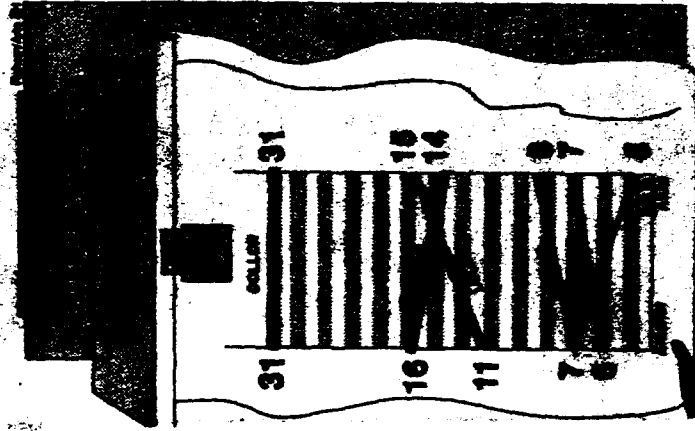
□ O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, continua liderando a preferência do eleitorado, com 31% das intenções de voto, segundo pesquisa do Ibope revelada ontem pelo Jornal Nacional da Rede Globo. A novidade maior foi que o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, chegou aos 15%, subindo quatro pontos e deixando Leonel Brizola (PDT) pela primeira vez em terceiro lugar, com 7%.

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, continua liderando a preferência do eleitorado, com 31% das intenções de voto, segundo pesquisa do Ibope revelada ontem pelo Jornal Nacional da Rede Globo. A novidade maior foi que o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, chegou aos 15%, subindo quatro pontos e deixando Leonel Brizola (PDT) pela primeira vez em terceiro lugar, com 7%.

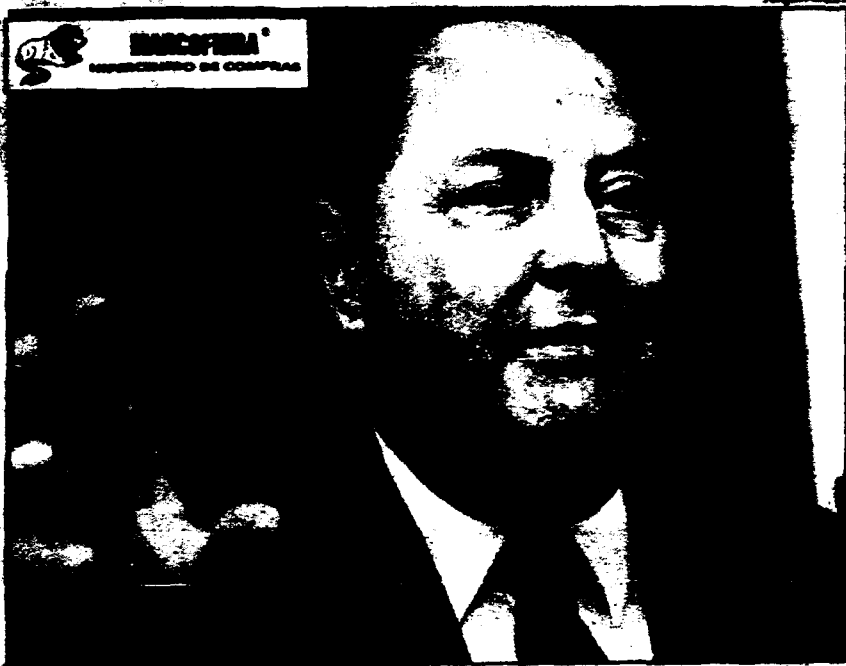
lul (PDS) é o quarto, com 5%, seguido de Mario Covas (PSDB), com 7%. Afif Domingos (PL) tem 5% e caiu para o sexto lugar; Ulysses Guimarães (PMDB) é o sétimo, com 4%. Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD) e Roberto Freire (PCB) empatam com 1%. E Afonso Camar戈 (PTB) registrou apenas 0,5%.

A pesquisa do Ibope foi realizada entre os dias 18 e 23 e ouviu 3.650 pessoas em várias cidades brasileiras. Os dados revelados ontem pelo Jornal Nacional (que serão complementados sexta-feira) referem-se à pesquisa estimulada, quando o eleitor recebe um cartão circular com os nomes dos

22 candidatos e aponta qual o de sua preferência. Segundo revelou o Ibope, 3% dos entrevistados afirmaram que se a eleição fosse hoje votariam em branco ou anulariam seus votos. E o número de indecisos baixou para 9%.



Na reta final, candidatos têm problemas dentro dos partidos



Aureliano, sem apoio do partido e pressionado a renunciar

□ Como Aureliano, pressionado a renunciar, os demais candidatos também enfrentam dificuldades internas não resolvidas

Textos de ROSANE GARCIA, VALÉRIO BRITTO E ILIMAR FRANCO

Revista ZH

Nas últimas semanas da corrida sucessória, os presidencialistas ainda enfrentam problemas dentro de suas estruturas partidárias. Um dos casos mais evidentes é o do candidato Aureliano Chaves, do PFL, cujos rumores de renúncia cresceram nos últimos dias. Enquanto nega a possibilidade, o ex-ministro tenta contornar as articulações de boa parte do partido, interessado na sua renúncia.

Já a atuação do tucano Mário Co-

vas sofre as restrições de uma análise comum a todos os setores do PSDR: a falta de coesão no discurso e de clareza ao abordar os pontos essenciais que precisam ser enfrentados pelo próximo governo.

Fernando Collor de Mello, do PRN, tem um problema mais localizado: o candidato a vice-presidente na sua chapa, Itamar Franco. Embora estejam vivendo uma trégua, suas relações não são as melhores. Da mesma forma, não é bom o clima entre o presidente nacional do PL, deputado Alvaro Valle e o candidato de seu partido, Guilherme Afif Domingos. Tudo porque, até pouco tempo, Valle era a estrela, que agora está em segundo plano.

No PMDB, a luta interna que envolve o candidato a vice, Waldyr Pires, e segmentos importantes do partido, acabou se refletindo na candidatura de Ulysses Guimarães. Além disso, a força eleitoral do PMDB está comprometida pela vinculação com o governo Sarney.

Aureliano: isolado no próprio partido

Quanto mais se aproxima a reta final da campanha, mais isolado fica o candidato à sucessão presidencial, Aureliano Chaves. O presidencialista ainda acredita que no segundo turno não terá problemas no partido, no sentido de que a maioria dos parlamentares peelistas acompanharia a sua posição, mas a bonaria de que ele está preste a renunciar tem sido muito grande nas últimas horas, com assessores garantindo que ele sairá a qualquer momento.

Se isso não acontecer, no entanto, Aureliano corre o risco de não conseguir apoio, mas seu objetivo está afastado da realidade. Isolado no primeiro turno, Aureliano deve continuar sozinho após 15 de novembro, derrubando de vez sua fraca liderança dentro do partido.

Mesmo os parlamentares que estão apoiando sua candidatura não

vão seguir o rumo que ele traça para o segundo turno. A disposição do ex-ministro é apoiar Brizola na segunda fase eleitoral, mas não deve capturar o apoio de Brizola. O Brizola não tem semelhança alguma com a proposta liberal, não somente no sentido econômico, mas também porque ele age de forma autoritária com relação a seu próprio partido, o PDT, argumenta o deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), para quem os políticos peelistas vão seguir critérios regionais para definir os apoios após 15 de novembro.

ULYSSES GUIMARÃES — Com sua força eleitoral corroída pela vinculação do partido com o governo Sarney, a campanha do deputado Ulysses Guimarães arrasta-se envolvida em luta interna, que tem no seu candidato a vice, Waldyr Pires, o

principal adversário. O controle do PMDB ou o que restar dele, está sendo disputado com unhas e dentes pelo grupo ulysista e pelo chamado **NOVO PMDB**, que agrupa a linha-gressistas do partido. A participação dos ministros na campanha do PMDB, subindo aos palanques dos comícios com os dois candidatos, tem sido o divisor de águas mais evidente deste enfrentamento, comum na história de um partido que abriga e abrigou as mais diferentes linhas políticas.

O deputado Ulysses Guimarães considera que o PMDB manterá sua força política, mesmo sendo derrotado e pretende continuar sendo o seu grande condutor. Por sua vez, a esquerda peemedebista, com o afastamento dos moderados da campanha, pretende fortalecer suas posições, vi-

sando a assumir o controle partidário e dar-lhe uma feição social-democrata. Esta divisão dentro do PMDB não é uma novidade, mas com as sucessivas deflexões, adquiriram um novo contorno a partir da convenção do partido para a escolha do candidato para as eleições presidenciais. Na lá, o partido se dividiu em três alas: a ulysista, a dos progressistas e a dos governistas. Para vencer a convenção, contra seu vice, Ulysses Guimarães teve o voto dos governistas e, por isso, agora quer que estes participem da campanha.

GUERRA — Neste embate, não faltam lanças de guerra suja. Os parlamentares que frequentam a miséria da vida política já começaram a cuspir o que espera Waldyr Pires e seus adeptos depois das eleições. Um deles, o deputado Cid Carvalho, criticando a atuação do vice, por não querer os ministros no palanque, já disse que o grupo irá responsabilizar o sectarismo de Waldyr Pires pelo mau desempenho do partido. Entre os progressistas, parcelas importantes preparam-se para abandonar a candidatura de Ulysses. Os deputados baiano Chico Pinto e o pernambuco Hênio Duque estão admitindo abertamente apoiar Leonel Brizola, ainda no primeiro turno.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ainda rememora que seu nome não ter sido escolhido como candidato, não esconde um insatisfação com Ulysses e tem prometido de encontros com Leonel Brizola e Luis Inácio Lula da Silva. Tanto peelistas quanto petistas apostam em sua contabilidade eleitoral, com o apoio do governador pernambucano, somando com os dividendos de seu prestígio político. O próprio Waldyr Pires, em encontro com Arraes, na última quarta-feira, passou a admitir a possibilidade de se mudar para o Rio de Janeiro, onde Ulysses tem uma base eleitoral.

Itamar Franco já ameaçou renunciar. Mas desistiu

Se o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) for eleito presidente da República, vai carregar um fardo durante os cinco anos de mandato: sua vice, o senador Itamar Franco (MDB). Embora, no momento, os dois vivam um tempo de trégua, o relacionamento entre os dois é tumultuado, já tendo havido vários desentendimentos sérios. Em dois deles, Itamar quase foi ao extremo — ameaçou renunciar a sua candidatura como vice, o que só não aconteceu porque foi convencido do contrário por pessoas ligadas a ambos e, principalmente, porque pensou melhor. Novas brigas devem acontecer até o final da campanha e tudo indica que serão agravadas na hipótese do PRN chegar ao Palácio

do Planalto.

Para isso, concorrem dois problemas sérios: o temperamento de Itamar e o estilo pessoal de Collor. Itamar Franco é tido como um político extremamente sensível, que se magoa por tudo. "Ele é como criança, se aborrece, vai para um canto, não fala com ninguém, até que depois esquece", garante um senador que convive com Itamar por muitos anos e que tem acompanhado muitos de seus "ataques" ao longo da campanha "colorida". Collor, por sua vez, também é uma pessoa difícil. Costuma abrir pouco espaço a seus colaboradores, mesmo a seu vice. A última palavra costuma ser a sua.

— A rotina da campanha é Collor, afinal ele é o candidato — reco-

nhece Itamar. O vice só quer mostrar a que veio, explica o mesmo senador. Foi por falta de espaço que aconteceram quase todos os desentendimentos entre ambos. A primeira que veio à tona foi por ocasião da homologação da candidatura Collor/Itamar. O candidato a vice não teve direito a se pronunciar e nem foi lembrado, o que quase o levou à renúncia.

A segunda briga mais forte foi devido ao horário de propaganda eleitoral: nas primeiras semanas, Itamar nem foi citado, o que ainda é regra. A mais recente foi pelo controle da campanha do PRN em Minas, já contornada. Como nenhum dos dois deve mudar, novos impasses devem surgir.

U

Pela lei, Silvio Santos não pode concorrer

para 14024 247
F.P. (A.P.)

O apresentador de TV Silvio Santos não poderá concorrer à eleição de 15 de novembro, segundo o correio-der eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado (TRE), Gilberto Nogueira Corrêa. Também há uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manifestando a mesma opinião, citando — o correio-der do TRE — o inciso II do parágrafo 1º da Lei Complementar nº 5, de abril de 1970, que define como inelegível para os cargos de presidente ou vice-presidente da República "os que tenham exercido, nos três meses anteriores à eleição, cargo em função de direção, administração ou supervisão, em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos".

Segundo uma decisão, ainda provisória do órgão apical, há uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que declara inelegível o apresentador de TV, que em 1970, quando estava no cargo de chefe do governo, a apresentação de um programa de televisão de entretenimento, o "Fantástico", em nome do PFL, Aurélio Chaves, decida re-

lacionada a vários artigos da Lei Complementar nº 5, que data de 1970, bem como a legislação para a concessão de serviços de televisão, bem como a Lei Complementar nº 5, de abril de 1970, que define como inelegível para os cargos de presidente ou vice-presidente da República "os que tenham exercido, nos três meses anteriores à eleição, cargo em função de direção, administração ou supervisão, em empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos".

Segundo uma decisão, ainda provisória do órgão apical, há uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que declara inelegível o apresentador de TV, que em 1970, quando estava no cargo de chefe do governo, a apresentação de um programa de televisão de entretenimento, o "Fantástico", em nome do PFL, Aurélio Chaves, decida re-

JORNAL DO BRASIL 24/10/84 F. PO. (P.P.)

Lula passa a ter 15% no Ibope, Brizola 14%

A nova rodada de pesquisa do Ibope mostra que o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, cresceu quatro pontos e está com 15%, tornando mais concorrida a disputa pelo segundo lugar na eleição presidencial. O candidato do PDT, Leonel Brizola, caiu dois pontos e ficou com 14%, praticamente empatado com Lula, considerando que a pesquisa admite uma margem de erro uma variação de dois pontos percentuais.

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, não só preservou o primeiro lugar que obtém desde abril nas pesquisas do Ibope como estabilizou seu índice. Por duas semanas consecutivas, manteve-se com 31% das intenções de votos, número que diverge do que foi publicado no domingo pelo Instituto DataFolha — 26%. Pela primeira vez, há diferença superior à da margem de erro entre os dois institutos de pesquisa. Quando o Ibope dava Collor com 42%, o DataFolha o situava com 40%. Depois, os índices foram 35 e 33%; 34% e 33%; 32% e 29%; 31% e 29%.

As duas pesquisas, a do DataFolha de domingo e a do Ibope de ontem, foram feitas em períodos semelhantes. A do Ibope, do dia 18 até ontem, com 3.650 entrevistas em 260 municípios de todo o país. A do DataFolha, nos dias 18 e 19, com 5.261 entrevistas em 141 municípios.

Embora diverjam em relação ao líder de Collor, os dois institutos coincidem no tempo entre Brizola e Lula, com pequena variação: os índices são iguais, mas com inversão. Brizola tem 14% no Ibope e 15% no DataFolha; Lula tem 15% no Ibope e 14% no DataFolha.

O terceiro lugar no Ibope pertence a ser o candidato do PSD, Paulo Maluf, que na semana passada chegou com colocação com o candidato do PT, Lula. DataFolha Maluf passou de 7% para 8%, e a anteceder Lula, que passou de 7% para 8%.

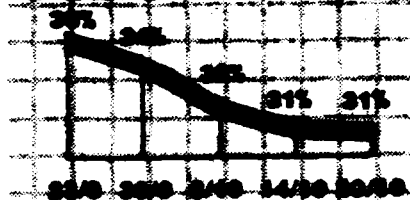
O resultado desta rodada incorpora a repercussão do debate entre os candidatos promovido pela Rede Bandeirantes na noite de 16 deste mês, mas não teve tempo de captar os reflexos do maior comício da atual campanha eleitoral, o que Brizola fez na Candelária, no Rio, sexta-feira passada.

Os últimos números

	1a 7/6	20/6 8/7	6a 12/7	20a 20/7	8a 9/8	10a 16/8	17a 22/8	23a 29/8	31/8 5/9	15a 19/9	21a 26/9	28/9 30/9	5a 10/10	12a 18/10
Collor	43	38	41	41	42	42	44	42	42	38	35	34	32	31
Brizola	11	13	12	13	14	13	14	15	14	14	14	14	15	14
Lula	8	7	7	6	6	6	5	6	6	7	8	8	8	9
AM	1	2	1	1	2	2	2	2	3	4	6	7	7	7
Maluf	4	5	5	6	5	6	5	6	6	7	7	8	8	8
Covas	3	5	5	4	6	4	5	4	4	5	5	6	6	6
Ulysses	5	5	4	5	3	4	4	3	4	4	4	4	4	4
Freixo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1
Assunção	2	2	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1
Calado	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0
Outros	—	—	—	—	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bancos e nulos	6	4	4	5	5	5	4	4	4	4	4	4	4	4
Indefinidos	17	16	16	16	14	15	15	15	14	15	13	12	12	12

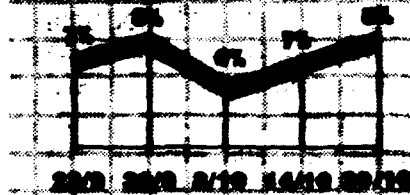
Fonte: Ibope — 3.650 entrevistas em 260 municípios

Collor



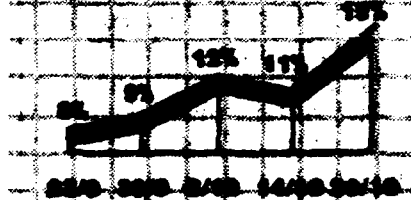
□ Para quem perdeu onze pontos percentuais em 45 dias, dando aos seus adversários a impressão de que cairia mais ainda, os 31% de Collor significam mais que estabilidade: ele pode até voltar a crescer.

Maluf



□ É candidato sério a disputar o quarto lugar, depois de Collor, Lula e Brizola, não necessariamente nesta ordem. Para quem há cinco anos virou substantivo, adjetivo e verbo de pichação, 8% são uma boa marca.

Lula



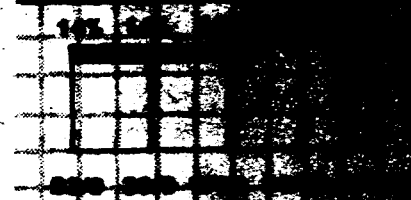
□ O Ibope constata que Lula cresce espalhado, ou seja, obtém adesões em várias regiões, em classes sociais distintas. Voltou ao patamar em que estava em março, quando ainda saboreava o sucesso eleitoral de 88.

Covas



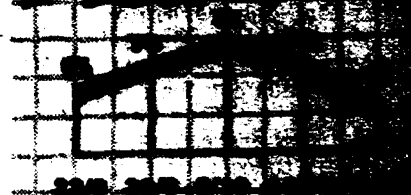
□ Um pontinho a mais é pouco para quem foi considerado vencedor do debate da Rede Bandeirantes. O principal problema de Covas é que continua sendo um candidato que não consegue crescer fora de São Paulo.

Brizola



□ No Ibope, o crescimento de Brizola em Paulo e Minas, em detrimento de Collor, não parece de caráter casual. Ele não parece de 25 pontos em Minas, desmonta a liderança de Collor.

AM



□ Queda de 7% para 5% mostra uma perda de disposição. Sua vitória em espalhar um milhão de exemplares de tudo mentira, em que respeitamos seu desempenho no Congresso.

Líder do PT pensa no segundo turno e busca apoios para Lula

JORNAL DO BRASIL 20/10/89 F(RP)

Rita Tavares

BRASÍLIA — O PT quer reforçar a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva com o apoio de dissidentes do PMDB e do PSDB. Além de convencer seus próprios filiados, o líder do partido no Congresso, deputado Flávio de Arruda Sampaio, encontrou-se na tarde de ontem, numa reunião com o governador Miguel Arraes (PTB), que está negociando o apoio de 60 parlamentares da esquerda do PMDB para o segundo turno da eleição presidencial.

A grande expectativa do PT é receber também que os parlamentares de esquerda conseguiram durante os trabalhos da Constituinte, quando somaram 121 votos. Seja no turno eleitoral ou seja no segundo turno da eleição. Afinal, o partido declarou que não tem apenas seus 16 votos no Congresso Nacional, por onde ganhou todos os projetos de novo presidente.

Na noite de quarta-feira, o novo PMDB, que adotou a sigla de partido, reuniu-se em uma reunião no apartamento do deputado Flávio de Arruda Sampaio (PTB) para discutir a estratégia e o apoio de parlamentares de esquerda. O líder do partido, Flávio de Arruda Sampaio, disse que o partido não quer apenas a vitória de Lula, mas também a participação de Lula no segundo turno da eleição.

forçaram o pedido. A grande preocupação do grupo é isolar o deputado Ulysses Guimarães. Além de reunir a escuridão de Ulysses, os parlamentares temem que a derrota no primeiro turno enfraqueça o deputado para as negociações com os vitoriosos.

Insistindo que um candidato de direita não pode ser o grande vencedor, Arraes deixou claro sua opção pela esquerda: "Espero que o PMDB convirja para seus aliados naturais, as forças de esquerda." Se o partido ficar com a opção, Arraes acha que o enfraquecimento do partido será evitado. "O risco da fragmentação é muito grande, demonstrando a fragilidade do segundo turno", reforçou o senador Márcio Lacerda (PSB).

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que já treçou a candidatura de Ulysses pela de Lula, afirmou que Arraes "tem maior proximidade ideológica com o petista do que com o ex-governador Leonel Brizola". Mas, ao mesmo tempo, acrescentou que isto não condiciona qualquer decisão. Arraes deve comandar o voto útil da esquerda do PMDB contra qualquer candidato de direita. "Se der Brizola, não temos de nos unir ao turno dele", reforçou Oswaldo Lima Filho.

Após duas conversas com Arruda Sampaio em Recife, quando Lula tinha

13% das intenções de votos na primeira fase da campanha, Arraes concordou com a reunião de ontem, instigado pelo sucesso atual do candidato. Os petistas se entusiasmarão, lembrando que a avaliação feita pelo governador: "Uma vitória da esquerda na eleição seria uma demonstração do que o golpe de 1964. Afinal, mostraria incompetência nos líderes".

Se o PMDB é um apoio decisivo para o primeiro turno, o PT vê suas chances de conquistar os dissidentes do PSDB. A cada erro na campanha de Márcio Covas cresce a aproximação dos dissidentes com Lula. "Nas questões assegurar a participação das forças populares no segundo turno", disse o deputado Vicente Bogo (PSDB-RJ). Até agora, entretanto, os interesses estão divididos. O constrangimento moral os impede de abandonar Covas já no primeiro turno, mas a hipótese não está abandonada.

Numa reunião na casa do deputado Wilson de Souza (PSDB-SC), sete parlamentares do partido trocaram ideias com Flávio de Arruda Sampaio. Não esconderam a desaprovação que nutrem com a candidatura Covas, principalmente após a passagem do "choque de capitalismo" como solução para os problemas nacionais.

ZERO HORA
22/10/89

GALLUP/ZH

F. POL (P.P. P.P.)

COLLOR MANTÉM LIDERANÇA. BRIZOLA E LULA CRESCEM

Nesta sua nova pesquisa, o Instituto Gallup considerou como universo a ser atingido o conjunto do eleitorado brasileiro já registrado (16 anos ou mais) residente em áreas urbanas com mais de mil habitantes. Os dados da pesquisa foram obtidos a partir de 5.141 entrevistas pessoais ou domiciliares realizadas em 231 cidades de 113 microrregiões homogêneas que compõem os estados brasileiros. Foram ouvidos eleitores de ambos os sexos, de todos os níveis sócio-econômicos e diferentes grupos de idade.



Indecisos ainda são 40%

Ainda é muito grande — 40% — o número de eleitores que não sabem em quem votar ou admitem mudar suas escolhas até 15 de novembro. Isso é o que mostra a pesquisa de "menção espontânea" (os eleitores dizem já ter escolhido em quem votar e citam de memória o nome do candidato) realizada pelo Gallup.

Fernando Collor de Mello mantém a liderança na preferência dos eleitores, com 30,1%, o que, a exemplo da pesquisa anterior, mostra uma estabilização nos seus índices. Leonel Brizola cresce para 14,7% (tinha 12,4% na anterior) e amargura o segundo lugar. Luís Inácio Lula da Silva conseguiu mais um décimo de ponto, totalizando 10,3%, e agora ocupa o terceiro lugar. Roberto Freire, com 10,0%, e Afif Domingos, com 8,1%, fecham este bloco.

Ulysses Guimarães não sai das 2,1% das preferências espontâneas, seguido por Ronaldo Caiado, com 1,0%; Anselmo Alves, com 0,8%; e Afonso Camargo, com apenas 0,3%.

□ Candidato do PRN tem 30,1% das preferências. Brizola é segundo com 14,7%. Afif cai para 10,3% e já é ameaçado por Lula que tem 10%

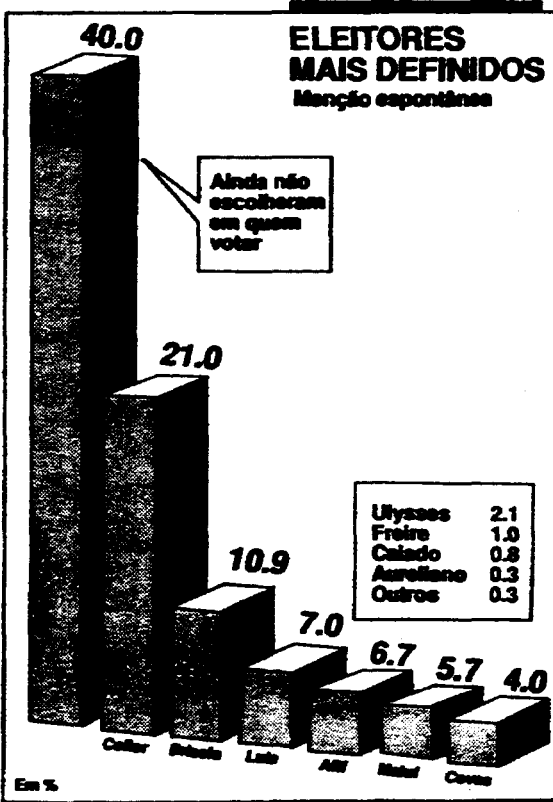
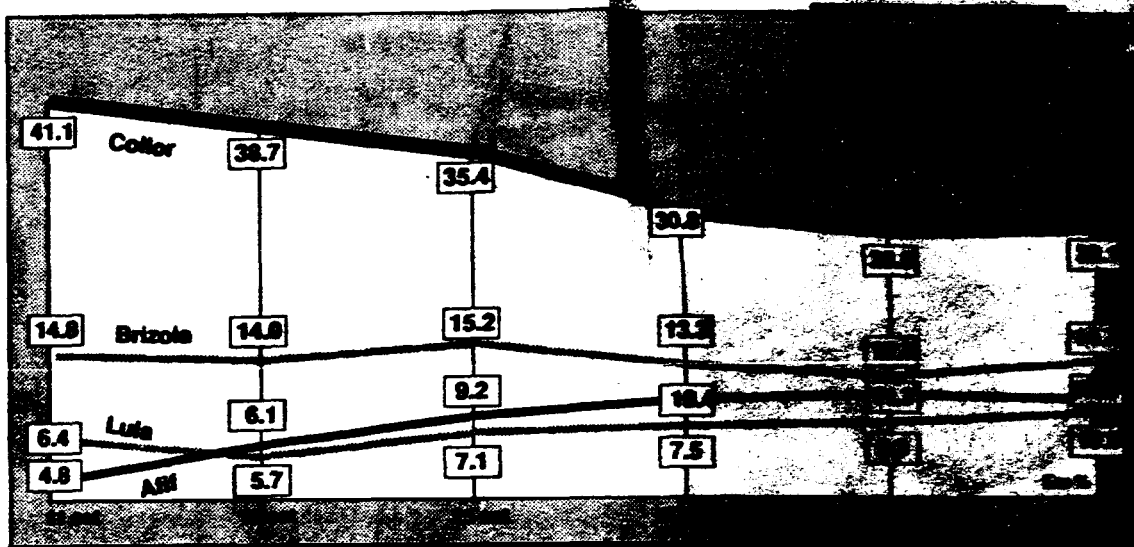
Fernando Collor de Mello (PRN) conseguiu manter-se na liderança, com 30,1% (tinha 29,8% na anterior); Leonel Brizola (PDT) voltou a crescer, subindo de 12,4% para 14,7%, e consolida a segunda posição; e Luís Inácio Lula da Silva (PT/Frente Brasil Popular), com 10%, agora praticamente empatado com Guilherme Afif Domingos (PL), que caiu de 11,3% para 10,3%, na terceira colocação. Essas as principais novidades apontadas pela última pesquisa do Instituto Gallup, com trabalho de campo realizado no período de 11 a 17 deste mês, quando foram ouvidos 5.141 eleitores em 231 cidades brasileiras.

Enquanto o líder estabiliza e o segundo colocado ganha uma folga, cresce a disputa pelo terceiro lugar, com Afif e Lula virtualmente empatados. Nas demais posições, a situação é a mesma da pesquisa realizada entre os dias 4 e 10 deste mês: todos os candidatos perderam alguns décimos de pontos, à exceção de Roberto Freire (PCB) e Anselmo Alves (PFL), que repetiram os índices anteriores.

Paulo Maluf (PDS) continua no quinto lugar, com 8,1% (tinha 8,4%), seguido por Mário Covas (PSDB), que caiu sete décimos em relação à pesquisa anterior e agora tem 6,7%. Mais atrás vêm Ulysses Guimarães (PMDB), com 2,1% (tinha 3,8%). Roberto Freire (PCB), que havia conseguido seu melhor desempenho no levantamento realizado entre os dias 26 de setembro e 2 de outubro, quando chegou aos 2,2%, agora não evoluiu, ficando nos 1,5%. Seguem-se Ronaldo Caiado (PSD), com 1,1% (tinha 1,2%); Anselmo Alves (PFL), que caiu com os mesmos 0,8%; e Afonso Camargo (PTB), que baixou para 0,4%.

O Gallup revela que 3,6% dos eleitores mostram a disposição de votar em branco no primeiro turno e 8,5% não saberiam em quem votar se a eleição fosse realizada hoje.

CAPITAIS — A tendência à estabilização do líder Collor de Mello pode ser observada também no exame dos resultados que ele obteve nas capitais e cidades, estas últimas divididas em vários níveis de eleitorado. Nas cidades com at. 10 mil



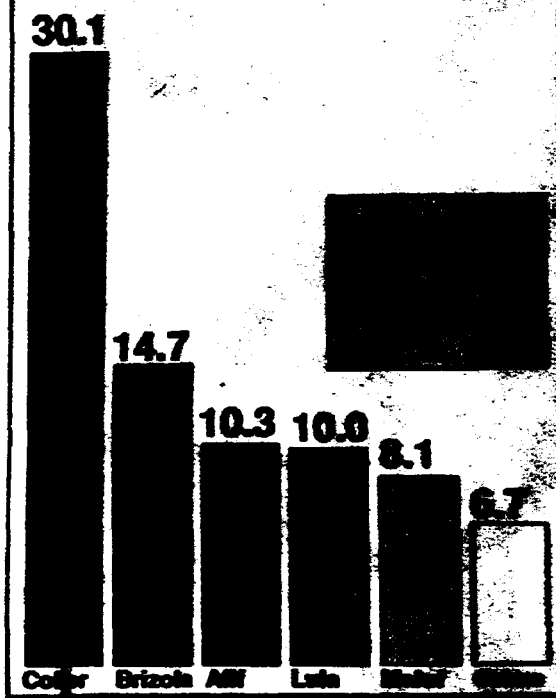
eleitores e naquelas com 50 mil a 100 mil eleitores, ele registra índices decrescentes. Mas nas cidades com 10 mil a 30 mil eleitores, com 30 mil a 50 mil eleitores e naquelas com mais de 100 mil eleitores seus índices cresceram.

Nas capitais, o candidato do PRN vem recuperando vários pontos e ainda lidera: ele tinha 21,2% das intenções de votos, na pesquisa de 26 de setembro a 2 de outubro, e agora chega aos 23,3%. Leonel Brizola cresceu três pontos, chegando aos 17%, no segundo lugar. Luís Inácio Lula da Silva ainda é o ter-

ceiro colocado, mas caiu 15 pontos e agora tem 11,8%, perdendo terreno que não é aproveitado por Mário Covas, que estabilizou na quarta posição, com 10,2%.

Afif Domingos, que em setembro chegou a ocupar a terceira posição na preferência dos eleitores, recuperou terreno, sobe para 10,1% e se aproxima de Covas. Paulo Maluf encerra este bloco. Nesta pesquisa ele retoma alguns décimos de pontos, chega aos 9,6% e entra na briga acirrada pelo terceiro lugar nas preferências dos eleitores das capitais

INTENÇÃO ATUAL DE VOTO



brasileiras.

Quanto aos demais candidatos, a pesquisa do Gallup mostra que Ulysses Guimarães, com 3,2%, opta a apresentar índice decrescente nas capitais (tinha 3,9%); Roberto Freire, com 2,7% caiu sete décimos; Ronaldo Caiado subiu para 1,2%; e Anselmo Alves, com 0,5%, e Afonso Camargo, com 0,4%, denotam cada vez mais.

O Gallup mostra que 3,2% dos eleitores das capitais votariam em branco e 5,7% não saberiam em quem votar.

8909821

O desempenho de cada um nas diferentes classes sociais

□ Collor, Brizola e Lula têm a base de seus eleitorados nas classes C e D. Segundo o Gallup, justamente aquelas que mais votos podem render

No perfil que traçou dos eleitores de cada candidato quanto às classes sociais, a última pesquisa do Instituto Gallup mostra que Fernando Collor de Mello, Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva disputam o voto das classes C e D, onde está a grande maioria do eleitorado brasileiro. Collor lidera em ambas e também na B, onde disputa com Afif Domingos. O candidato do PL, mesmo perdendo oito pontos, ainda lidera com folga as preferências da classe A.

Collor tem 36,6% das intenções de voto na classe D, sendo seguido por Leonel Brizola

(14,9%) e Lula (10,9%). Depois, aparecem Afif Domingos, com 5,8%; Paulo Maluf, com 5,5%; Mário Covas, com 4,9%; e Ulysses Guimarães, com 4,4%. Os indecisos chegam a 10,7% e 3,4% dizem que votariam em branco se a eleição fosse hoje.

Na classe C, a liderança também é de Collor, com 28,6%. Brizola tem 15,6% e Lula é terceiro com 11,1%, tirando pontos de Afif Domingos, que caiu para quarto lugar com 10,4% (na anterior era segundo, com 13,2%). Seguem-se Paulo Maluf, com 8,3%; Mário Covas, com 7,7%; e Ulysses Guimarães, com apenas 2,6% das intenções de voto. A pesquisa indica ainda 6,6% de eleitores indecisos e 4,3% de votos em branco.

RESPOTA — Na classe B, a disputa maior é entre Collor (21,4%) e Afif (18,9%). Ambos

ganham pontos, mas o candidato do PRN manteve a vantagem que retornara na pesquisa realizada entre os dias 4 a 10 deste mês. Em terceiro, aparece Leonel Brizola, com 13,3% (tinha 15% na anterior), virtualmente empatado com Paulo Maluf, que subiu três pontos, chegando aos 13,1%. Mário Covas caiu muito (tinha 11,9%) e tem 7,5%; Lula desceu um ponto e tem 6,7%; Ulysses Guimarães tem 2,7% e Roberto Freire 2,6%. Nesta classe, 7,3% dos eleitores estão indecisos e 3,6% votariam em branco.

Mesmo perdendo oito pontos — tinha 29,3% na pesquisa anterior — o candidato do PL, Afif Domingos, ainda lidera na classe A, com 21,3% das intenções de voto. Mário Covas caiu mais de um ponto, mas ainda é o segundo, com 13%. Paulo Maluf é

o terceiro, pois ganhou mais de dois pontos, chegou a 12,5% e ultrapassou Collor de Mello, quarto colocado com 12,4%. Leonel Brizola é o quinto, com 11,4%. Seguem-se Lula e Roberto Freire, empatados com 6,4%; Ulysses Guimarães, com 4,9%; e Ronaldo Caiado, com 3,3%. Na classe A, os indecisos são apenas 4,7% e só 1,2% votariam em branco se a eleição fosse hoje.



REGIÃO SUL

Se a eleição fosse hoje votariam em:	ant.	ant.	ant.
	%	ant.	%
Leonel Brizola	22,8	20,4	
Fernando Collor	17,1	16,6	
Afif Domingos	17,9	18,3	
Mário Covas	4,4	4,7	
Lula	3,9	4,4	
Ulysses Guimarães	4,8	4,8	
Paulo Maluf	5,5	4,3	
Ronaldo Caiado	1,5	1,7	
Roberto Freire	6,8	6,8	
Afonso Camargo	6,8	6,8	
Aureliano Chaves	6,8	6,8	
Outros	0,1		
Em branco	2,8	2,2	
Indecisos	6,1	11,8	

REGIÃO SUDESTE

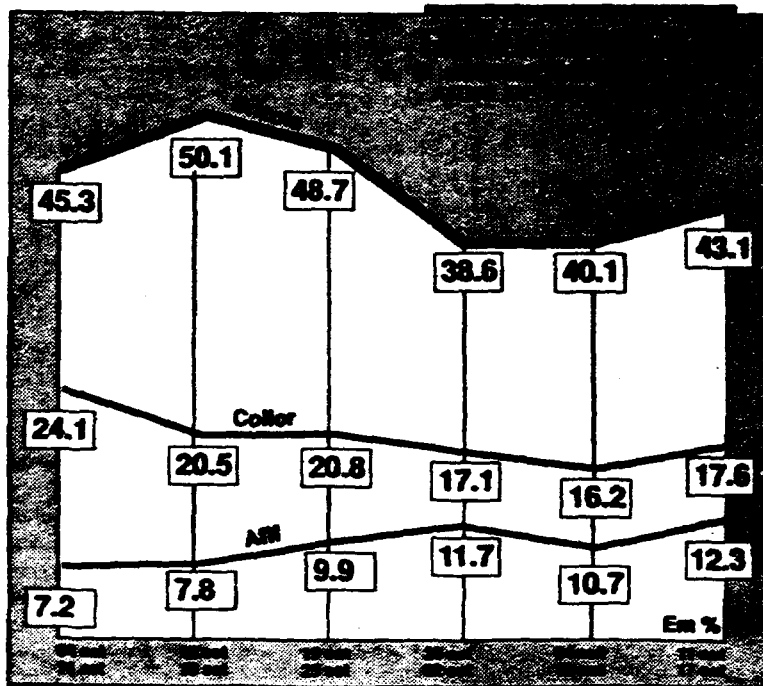
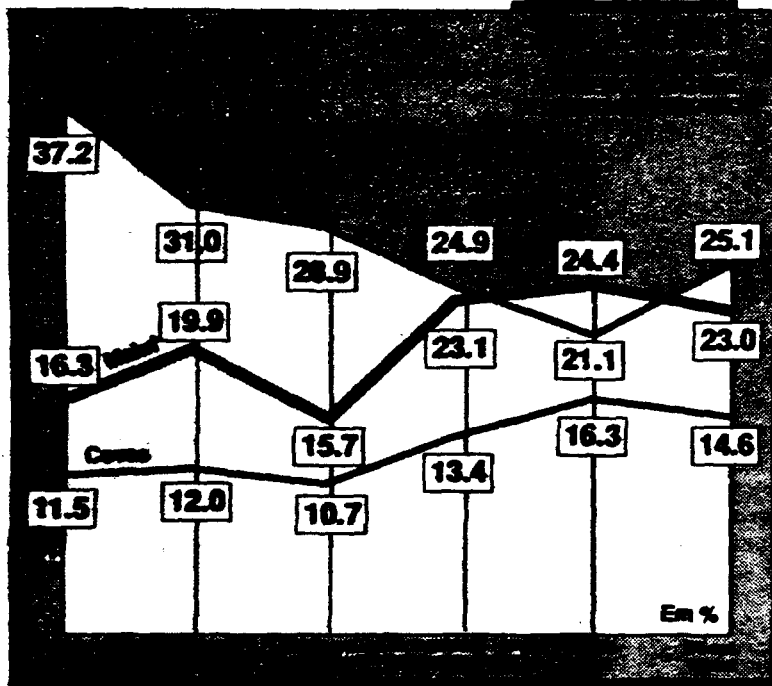
Se a eleição fosse hoje votariam em:	ant.	ant.	ant.
	%	ant.	%
Fernando Collor	28,1	28,8	
Leonel Brizola	11,9	10,6	
Paulo Maluf	12,6	12,5	
Afif Domingos	17,7	18,6	
Lula	11,9	10,8	
Mário Covas	10,7	10,7	
Ulysses Guimarães	2,3	2,2	
Roberto Freire	2,6	2,6	
Aureliano Chaves	1,8	1,8	
Ronaldo Caiado	6,5	6,5	
Afonso Camargo	1,8	1,8	
Outros	0,5	0,5	
Em branco	2,9	2,2	
Indecisos	8,9	7,2	

REGIÃO NORDESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	ant.	ant.	ant.
	%	ant.	%
Fernando Collor	40,9	40,9	
Lula	10,5	10,3	
Leonel Brizola	6,7	6,6	
Afif Domingos	10,7	7,2	
Mário Covas	4,9	4,7	
Ulysses Guimarães	6,6	4,4	
Paulo Maluf	3,4	4,4	
Roberto Freire	2,3	1,8	
Aureliano Chaves	6,7	6,6	
Ronaldo Caiado	6,7	6,3	
Afonso Camargo	6,6	6,2	
Outros	0,2	0,2	
Em branco	6,2	5,6	
Indecisos	9,5	8,6	

REGIÃO NORTE CENTRO-OESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	ant.	ant.	ant.
	%	ant.	%
Fernando Collor	48,8	48,4	
Lula	8,8	10,5	
Afif Domingos	11,2	9,8	
Leonel Brizola	2,8	6,3	
Paulo Maluf	3,8	6,5	
Ulysses Guimarães	4,1	4,5	
Mário Covas	3,8	4,4	
Ronaldo Caiado	2,9	2,9	
Roberto Freire	1,1	1,9	
Afonso Camargo	6,6	6,4	
Aureliano Chaves	0,3		
Outros	0,8		
Em branco	5,8	3,3	
Indecisos	11,9	8,8	



A influência das regiões no quadro eleitoral

A liderança de Fernando Collor de Mello se mantém com folga nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte-Centro-Oeste. Leonel Brizola continua liderando na Região Sul. Este o quadro mostrado pela última pesquisa do Instituto Gallup e que continua bastante diferenciado no que se refere às diversas regiões do País.

Na Região Sul, Brizola mantém-se na liderança com 31,4% das intenções de voto, seguido por Collor, que cresceu mais de dois pontos e atinge 19,6%. Afif Domingos caiu para a terceira colocação, com 13,1%. Os demais candidatos estão muito distantes: Covas tem 5,7%; Lula 4,4%; Ulysses 4,3%; e Maluf 4,1%. Todos eles perderam alguns décimos de ponto. No Sul, 11,8% dos eleitores permanecem indecisos e 2,2%

votariam em branco se a eleição fosse hoje.

Pouco mais de dois pontos de crescimento serviram para Collor consolidar a liderança na Região Sudeste. Ele agora tem 25,5% das preferências, contra 13,6% de Brizola (tinha 11% na anterior). Paulo Maluf (12,3%), Afif Domingos (11,6%), Lula (10,8%), Mário Covas (10,8%) e Ulysses Guimarães (8,9%) perderam todos alguns décimos e disputam o direito pelos terceiro e quarto lugares. Se a eleição fosse hoje, haveria 2,9% de votos em branco. E os indecisos chegam a 7%.

O Nordeste mostra Collor na frente, com 40% (tinha 43% na anterior), seguido ainda por Lula (11,7%) no segundo lugar. Brizola subiu mais de dois pontos e apen-

tem 9,8%. Depois vêm Afif (7,2%), Covas (4,7%) e, empatados com 4,4%, Maluf e Ulysses. Há 8,4% de indecisos e 5,6% dos consultados votariam em branco.

Mesmo perdendo três pontos, Collor se mantém líder com folga nas regiões Norte e Centro-Oeste, que o Gallup agrupa em uma única tabulação. Lula é o segundo, com 10,8% (tinha 8,8 na anterior), e Afif o terceiro, com 8,6%. Brizola ganhou quase quatro pontos e aparece em quarto com 6,5%; Maluf tem 5,5%; Ulysses 4,5% e Covas 4,4%. Os indecisos atingem 9,8% e se a eleição fosse hoje 3,3% votariam em branco.

MAIORES COLÉGIOS — Dos dois maiores colégios eleitorais do País

— São Paulo e Rio de Janeiro —, o que mostrou a alteração mais significativa foi o primeiro: Collor subiu três pontos e desbancou Paulo Maluf da liderança. O candidato do PRN agora tem 25,1% contra 23% do candidato do PDS (tinha 24,4% na anterior). Covas é o terceiro, com 14,6%, e Lula o quarto, com 10,9%, à frente de Afif Domingos que caiu para 8,9% (tinha 9,4%). Ulysses tem 2,6% e subiu um ponto, enquanto Brizola caiu para 1,8%. Existem em São Paulo 6,3% de indecisos e 3% votariam em branco.

No Rio de Janeiro, continua a liderança folgada de Brizola, que subiu para 43,1%, enquanto Collor chega aos 17,6% (tinha 16,2% na anterior). Afif é o terceiro, com 12,3%. Seguem-se Lula (8,1%), Covas (3,9%) e Freire (3,2%).

Afif traz a proposta do capitalismo liberal

ZH — Recentemente, o senhor adotou uma postura curada sobre a reforma agrária, ao falar que ela seria inclusive realizada em terras do Exército — se necessário. Como fica isso?

Alm — Estive recentemente em Formosa (Goias). Lá existe uma área de 125 mil hectares que pertence ao Exército. É certo que na Presidência faremos uma avaliação e se, de fato, estes terrenos forem absolutamente dispensáveis ou parte deles, vamos plantar comida lá, sim.

ZH — Não teme reações negativas das militares?

AMM — Pelo contrário. Os militares serão grandes apoiadores da nossa Revolução Verde, tenho certeza. Quem quer evitar a guerra tem de investir muito na paz. E isso significa lutar contra a fome, a subnutrição — coisas em que acho que posso contar com o apoio do Exército.

ZH — Como espera transformar a parte do Brasil que ainda é agrária, semicidial, no paraíso anunciado pela Revolução Verde e pela tecnologia?

Alf — O País tem é uma elite estracada, retrógrada em muitos as-

□ "Vamos plantar comida até em terras do Exército, se o terreno for dispensável"

pectos. São setores que insistiram em manter o povo em estado de miséria, para poder manipular a opinião pública. Este é o momento da grande mudança, haverá uma grande queda das oligarquias — se Deus assim quiser! Isso passa por reformas no campo, mas não dentro desse padrão subdesenvolvido, utópico, besta, desejado por alguns ideólogos de esquerda. Isto é slogan da década de 50. Nós propomos a Revolução Verde como projeto agrícola, onde um dos meios para atingir o objetivo seria a divisão fundiária em áreas de colonização — muito mais movida pelo imposto progressivo do que a pura e simples distribuição de terrenos para os sem-terra. Isso porque o sem-terra é também um sem-técnica, sem-máquina, sem-dinheiro. Aí, não adianta nada, porque tudo hoje depende da alta tecnologia e da preparação da mão-de-obra. Daí a importância, dentro da questão educacional, da profissionalização. Vamos revitalizar o ensino profissionalizante, esquecido no Brasil.

ZH — O senhor centra seu ideal na iniciativa privada. Na busca da modernidade com receituário econômico liberal. Acredita que a sociedade brasileira está preparada para se desvincular da figura do Estado como um pai?

Alf — Vamos deixar bem clara uma coisa: o Estado não é pai, é carrasco. Os governos, em geral, tiram tudo de quem nada tem para dar a cada dia a quem mais tem, por serem amigos do rei. Vamos deixar clara outra verdade: quem cuida da pobreza no Brasil é a economia informal. O Estado está a serviço dos poderosos, os mesmos que insistem em manter o Estado paternalista que cria a ilusão da distribuição de dívida. Na verdade, o dinheiro da Educação, da Saúde, da Justiça, da Segurança, está sendo desviado para produzir aço subsidiado, energia nuclear. Subsídios de um lado, desenvolvimento de empresas estatais de

**☐ "O Exército apóia
nossa Revolução Verde.
Quem quer evitar guerra
tem que investir na paz"**

outro, práticas que só interessam às corporações dos funcionários. Estes ~~deve~~ **chegam** ao cúmulo de fazer ~~grandes investimentos no futuro~~

de seus interesses contra a privatização, embora suas empresas sejam sempre mananciais de prejuízo, coberto com dinheiro desviado da Educação e da Saúde.

□ "Haverá queda das oligarquias, com reflexos no campo, mas não no pórtico subdesenvolvido"

ZH — O senhor está se referindo à Medusa? (Substantivo de vagão que teve a privatização interrompida por denúncias dos funcionários de que a licitação era fraudulenta)

Alf — Refiro-me a empresas que não sejam aquilo que o povo quer. Este caso da Mafersa é muito específico, típico de governo em fim de linha. E deve ser bem examinado. O certo é que o Brasil deve ter de volta a valorização da atividade produtiva e o Estado deve se preocupar mais com setores básicos como Educação e Saúde.

2H - Existence



numa a quem todas as possibilidades
vão, que é a falta de uma base política
sólida. Como fará para governar
com a redução bancada do PT no
Congresso?

Alfê — O número de parlamentares do PL modificou-se muito durante a campanha, mas sabemos os fatos: não, acho que posso vencer. Como meu projeto deve sair do Poder, não tenho dúvidas que os outros retemos uma maioria — inclusive a do partido.

ZEN — Quando perguntamos ao líder Zenão como ele se sente em meio aos problemas da atualidade, ele responde: "Eu não tenho medo de nada, porque eu sei que o projeto Zenão é seguro e confiante. E, portanto, estou tranquilo".

ALL INFORMATION CONTAINED
HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 10-10-2001 BY 60322 UCBAW

□ "Sem terra, sem dinheiro, sem técnica, sem dinheiro, sem ninguém. E não sabem nada."

ta politico consistente. E' bene che
parlamentare proponga con piante,
cervelloni, alla camera — che si
fatti con gli altri.

ZNE — The group's actions & intentions were made public by the Office of Naval Intelligence. The group was formed in 1960 to help the U.S. Navy in its operations in the Pacific.

[illegible]

Capitalista convinto, discusso bem conhecido, o candidato do Partido Liberal (PL), Guilherme Affonso Dias, tem colhido dificuldades a cada passo eleitoral e já é apontado como um dos prováveis integrantes do segundo turno na disputa presidencial. A palavra definitiva ficará com o juiz — "o eleitor não é pai, é carrasco" — e o candidato não hesita em adotar posições ousadas para garantir de vez o já escasso apoio na classe média. "Vamos plantar até em terras do Exército, se for preciso", afirma.

Deputado federal eleito com mais de 500 mil votos, Aff Domingos começou a se projetar como forte candidato a um cargo majoritário no País ao conquistar seguidas vezes nesta década a presidência da Associação Comercial de São Paulo e presionar, no Congresso, pela vitoriosa aprovação do Estatuto da Microempresa. Este administrador de empresas de origem libanesa, casado e pai de quatro filhos, que antes era considerado candidato da vice-presidência do conselho da Indiana Companhia de Seguros, empresa familiar, é também adepto de que propriedade é tipo bom que deve ser para todos.

Presidente do Movimento de Defesa do Contribuinte, Afif centraliza sua campanha no recetáculo clássico da defesa da economia de mercado, pregando o corte de subsídios e diminuição dos impostos. Esta mesma postura anti-estatist faz com que justifique com clareza porque votou contra a estatização do sangue e alguns direitos sociais (férias-gestante, 44 horas de trabalho) na Constituinte. "Estas últimas são bençãos que invisibilizam a pequena empresa no Brasil", explica, "porque obrigam uma arrecadação de quatro centavos a aplicar as mesmas regras de uma Volkswagen". Nesta entrevista exclusiva a Zero Hora, ele explica a sua abnegação Revolução Verde e discute sobre outros temas, como seu plano para conter a violência.

ZH — É o primeiro lugar de Collier que pensadas seria seguir por um acordo com os proprietários?

AM — A ordem das coisas foi a seguinte: primeiro Collier foi escolhido pelas oligarquias como candidato, a custo de alguns milhões. Colocou a família dele como salvador da pátria, mas a verdade está aparecendo agora. Eles tentam, no momento, um acordo com o PT para sustentar o candidato moderado do Brasil e cancelar os votos da classe média.

ZH — O senhor pretende sustentar novo debate individual com o Collier?

AM — Continuo falando com o povo, considero que ele faça sempre debates e para não está encerrado esse episódio.

ZH — O episódio seria o das seguintes acusações de Collier de que o senhor votou contra os direitos sociais na Constituição?

AM — Em primeiro lugar, repito que o Collier financiou (jornais do Governo de Alagoas e livro em que os sindicalistas dão nota para os constituintes. Quero lembrar também que meu substitutivo prevaleceu, com ligeiras modificações, no capítulo dos Direitos Sociais da Constituição. Isso gera a ira do PT, que quer implantar no Brasil uma legislação baseada na sua experiência com as multinacionais de São Bernardo. A esquerda se esquece que as regras da Volkswagen não se aplicam numa serralheria com quatro empregados. O resulta-

□ Quem cuida da pobreza é a economia informal. O Estado pensa em proletários

...é que todo mundo vai apelar para o emprego sem registro, como fazem hoje 28 milhões de brasileiros sem carteira

votos a favor da comercialização do sangue no Brasil. Esclareça essa questão.

AM — Olha, PDC do B me parece partido de aluguel. Esses financiamentos são uma pouca vergonha. Mas vou responder à pergunta: votei contra a estatização do sangue, não a favor da comercialização. O papel do Estado é fiscalizar a qualidade do sangue para evitar a Aids e outras doenças, não o de monopolizar o serviço. As acusações, para variar, são maniqueístas.

ZH — Afinal, o senhor é contra ou a favor da comercialização do sangue?

AM — Não é bem esse o dilema. Acho que a pessoa deve ter o direito de comprar sangue, desde que acerto de infecção. Quem tem recursos, por que não adquirir? Cabe à Previdência Social distribuí-lo e entregá-lo aos mais carentes. O Estado deve fiscalizar, mas até o momento tem descompromisso a sua parte e tapado o sol com a peneira.

□ "Caso da Miséria é muito específico, típico de governo em fim de linha"

ZH — Existem pontos básicos nas propostas de governo de qualquer presidencial. Um dos assuntos polêmicos é a pena de morte. O senhor é a favor ou contra?

AM — Sou contra. Não adianta atacar a violência pelo efeito, temos que ver as causas. A Revolução Verde, a Revolução Urbana, a Revolução Educacional e Tecnológica, combinadas, vão gerar o desenvolvimento das pequenas e médias cidades. Isso significa reduzir o fluxo da migração do interior para as grandes cidades, o que ajuda na diminuição da violência.

ZH — Já ataca-se a causa. E a violência que já existe



Legislação trabalhista: "Benefícios incumpríveis por pequenas empresas"

educação alimentar, higiene. Primordial para não ter de remediar a saúde curativa, na qual o Estado deve entrar até determinado nível de renda. Quem ganha até dez salários mínimos recorre à assistência estatal, os demais pagam pelo serviço. O médico deve voltar a ser profissional liberal. Hoje o médico é um escravo da burocracia estatal ou da buro-

□ "Os que têm dinheiro, têm direito a comprar sangue sem contaminação"

cracia primária das grandes corporações de medicina de grupo. Ele não tem mais mercado livre e não desenvolve

demais a profissão, não cura?

ZH — É a mesma coisa.

AM — É a mesma coisa. Fundo do Collier não consegue comprar sangue, desviando para outros fins. E ainda não se preocupou com a poluição do sangue. Isso é, colar no pio e contaminação. A proporção de sangue no total sanguíneo é pequena, mas a contaminação é grande por causa do sangue.

ZH — Voltando à questão política, é importante que o senhor esclareça sobre as acusações de que o senhor votou contra os direitos sociais na Constituição. Qual a sua posição?

AM — Vou continuar falando com o povo, não vou me calar. Vou continuar falando com o povo, não vou me calar. Vou continuar falando com o povo, não vou me calar.

NC 2.300,0

1 interno

4 telef

4 auto telefones

Ra Som Torino Fil. Bosch

105 1 1000

Rádio Toca-Fitas Philips Remont

O secretário-geral do Itamaraty, João Tarso Flecha de Lima, recebe nesta-feira o "agreement" para a designação como embaixador do Brasil em Londres. A indicação de Flecha de Lima, antes da conclusão da inquérito que apura o caso do caviar da Fundação Cabo Frio, da qual é presidente, revela que ele continua prestigiado pelo Governo Sarney. O cargo de embaixador na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é considerado até como um pequeno diplomação. A indicação mostra ainda que o Governo tem confiança de que o novo presidente da República, a ser escolhido em março, irá respeitar a tradição brasileira de não substituir constantemente os diplomatas enviados pelo governo anterior. Essa mesma confiança levou Sarney a indicar, nos meses de agosto de 1984, para novas cargas no exterior, os embaixadores do Ministério das Relações Exteriores Sebastião Lima Soares, Humberto Schmitz e Manoel de Aguiar Marinho indo para Havana, Cuba e Brasília, respectivamente, para manter e ampliar internacionalmente o Itamaraty. Luis Felipe Soares Cordeiro, para o México. (Folha)

01.03

8909827

Flecha de Lima servirá
embaixador do Brasil
junto à Grã-Bretanha

BRASÍLIA — Após discussões e horas de debate, o Conselho de Estado, presidido pelo chefe de Estado, o presidente Vargas, decidiu hoje a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres. A nomeação foi feita no meio de uma sessão do Conselho de Estado, com presença de 16 dos 21 parlamentares que compõem o Conselho de Estado. O presidente Vargas fez uma declaração sobre as possibilidades de nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres, dizendo que a nomeação de todos os membros do Conselho de Estado.

Três dias depois, em 22 de maio, o presidente Vargas fez uma declaração sobre a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres. Ele disse que a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres é uma decisão que foi tomada pelo Conselho de Estado. Ele também disse que a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres é uma decisão que foi tomada pelo Conselho de Estado.

Em 23 de maio, o presidente Vargas fez uma declaração sobre a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres. Ele disse que a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres é uma decisão que foi tomada pelo Conselho de Estado. Ele também disse que a nomeação de Flecha de Lima para embaixador do Brasil em Londres é uma decisão que foi tomada pelo Conselho de Estado.

Aureliano não quer renunciar

Ricardo Nóbrega

Para que o empresário Silvio Santos pudesse vir a ser o candidato a presidente da República, seria indispensável que o ex-ministro Aureliano Chaves renunciasse à candidatura dele pelo PFL — e Aureliano não quer mais fazer isso. Na manhã de ontem, em telefonema para o ex-deputado Paulo Costa, em Belo Horizonte, o ex-ministro manifestou sua decisão de ir até o fim da primeira turnê da eleição presidencial.



“Vou a luta, com todas as dificuldades que enfrentarei e apesar das pressões exercidas pelas pesquisas eleitorais”, declarou Aureliano. As pesquisas seguem a quase nula penetração do candidato entre os eleitores. Mesmo em Minas Gerais, Aureliano ainda não atingiu sequer 1% das intenções de voto dos seus contemporâneos. “Se não tivermos sucesso político, teremos sucesso cívico”, alegou Aureliano para Paulo Costa.

Hoje, no momento, de fato, em que o ex-ministro concordou em renunciar a candidatura para ceder a vaga ao ex-prefeito Lúcio Quadros, ao empresário Antônio Ernani de Moraes ou ao empresário Silvio Santos. Foi no meio da semana passada quando, sob o cerco de um grupo de líderes do PFL, Aureliano chegou, até mesmo, a se reunir com Silvio Santos na casa do ministro João Alves, no Lago Sol de Brasília.

O resultado particular do presidente da República, Augusto Maccagnan, já conversou com Lúcio em São Paulo e concluiu que ele não teria condições de ser candidato. O estado de saúde de Lúcio não é satisfatório, bem. Maccagnan já estava informado, nessa altura, que Antônio Ernani continuava irredutível na posição de não aceitar substituir Aureliano como candidato. Silvio Santos aceitou substituí-lo — e com entusiasmo.

Na reunião patrocinada por João Alves, Aureliano aceitou dar a vez a Silvio. Pediu tempo, apenas, para consultar Dona Vivi, a mulher dele, que estava em Belo Horizonte. Ficou de despachar para Brasília sua carta-renúncia neste domingo, endereçada ao senador Hugo Napoleão, presidente do PFL. Foi en-

tão que entrou em cena o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações — e a troca de Aureliano por Silvio deu para trás.

Antônio Carlos estava por fora da manobra em curso. Consultado, disse que achava aquilo tudo uma loucura. Prometeu, contudo, não abandonar a luta. Atrapalhou. Prometeu não abandonar a luta, mas não chegou ao conhecimento da imprensa. Deu ênfase à participação do governo na manobra. Aureliano, então, recuou do que combinara com Napoleão, Silvio e alguns outros dirigentes do PFL. Antônio Carlos tinha suas razões para agir como agiu.

Primeiro, ele é amigo e aliado do jornalista e empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo. Marinho não poderia ver com bons olhos a candidatura a presidente do seu maior concorrente na área de televisão. Segundo, Antônio Carlos queria a candidatura de Collor de Mello — que, de fato, deu o seu voto mais esse favor. A candidatura de Silvio Santos poderia vir a ser um obstáculo para a candidatura de Collor de Mello.

Silvio ganharia votos nas classes C, D e E — as menos instruídas e, justamente, as que mais sustentam Collor na liderança das pesquisas. Lúcio Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva poderiam ser prejudicados com a substituição de Aureliano por Silvio — mas Collor é quem perderia mais. Ainda não estão claros os motivos que levaram a parte do PFL e do governo a tentar o que, até agora, não ter dado certo.

É duvidoso, a menos de 25 dias da eleição, que Silvio reúna condições para ganhá-la. Seria, portanto, na a candidatura de Collor — logo, prejudicial ao interesse dele. Mas para beneficiar quem? Não seria de espantar que razões, exclusivamente políticas, tenham pesado para detonar a manobra. A vitória de Collor resultaria no fortalecimento, no Ministério da Saúde, de João Castelo, que é amigo e, portanto, o maior adversário da família Sarney.

José Sarney Filho é candidato ao governo do Maranhão — e a Collor, preferir, até mesmo, a Zola como presidente. No Piauí de Hugo Napoleão, quem está com Collor é o governador Roberto Silva. No segundo turno, Napoleão mandaria Brizola se esse chegar lá. Napoleão mandaria Aureliano, na última sexta-feira, que se ele não renunciaria a candidatura, irá abandoná-lo. O ex-ministro é um homem digno e mereceria mais respeito.

Ido Brasil 22/10/89

03.03

03.03

8909827

VEJA 23/10/89

F.R. (C.M.P.)

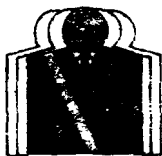


Silvio Santos, na saída do SBT em São Paulo: "Sou candidato de qualquer jeito"

SBT

O fator confusão

Barrado no PFL, o animador Silvio Santos insiste em ser candidato por um pequeno partido e embaralha a sucessão



O empresário Silvio Santos, que construiu uma fortuna avaliada em 150 milhões de dólares fazendo sorteios de eletrodomésticos e automóveis em seus programas de domingo, atravessou a semana oferecendo uma idéia ainda mais ousada — a de que seu nome é um autêntico bilhete premiado para quem procura não só golpear as candidaturas de Fernando Collor de Mello, Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, abrindo um novo quadro na sucessão presidencial. No domingo dia 22, Silvio gastou quase uma hora do seu programa de calouros no SBT, emissora de televisão da qual é dono, para comunicar que é candidato a presidente da República — e o melhor de todos. Nos dias seguintes, pendurado ao telefone de sua casa no Morumbi, um dos bairros mais nobres de São Paulo, ou em encontros sigilosos, ele tentou tirar o passaporte que lhe garantiria o ingresso na corrida sucessória — uma vaga num partido político, já que o lançamento de sua candidatura pelo partido ao qual está filiado, o PFL, foi bloqueado pela resistência do atual candidato, Aureliano Chaves, em renunciar. Na sexta-feira,

depois de conversar com legendas que iam desde o PL, de Guilherme Afif Domingos, ao PPB, de Antônio Pedreira, ele tinha um leque de opções para fazer, inclusive desistir da empreitada, mas guardava sua escolha como um trunfo debaixo do colete.

"Sou candidato de qualquer maneira", dizia Silvio Santos na quarta-feira passada, ao fim da gravação de um pedaço de seu programa dominical. Até sexta-feira, o empresário cogitava lançar-se candidato oficialmente ainda ao fim de semana — de preferência, em seu próprio programa de TV. Na realidade, pairavam muitos problemas sobre as reais possibilidades de o dono do SBT entrar na disputa eleitoral. Uma delas era a de acomodar-se em alguma sigla partidária. Outra era a legislação eleitoral, que proíbe dirigentes de empresas concessionárias de serviços públicos — como é o caso da televisão — de disputar cargos eleitorais sem pedir afastamento de seus postos com três meses de antecedência. Ainda assim, a simples sugestão de Silvio Santos provocou um reboio na cor-

rrida presidencial, acendeu luzes nos partidos e preocupou os candidatos que já estão na disputa e contabilizam como ficaria a repartição dos votos com Silvio Santos na parada.

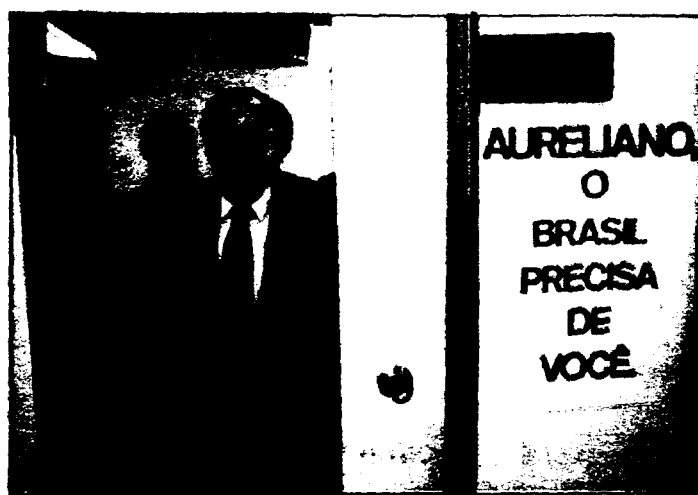
"Que CARTA?" — A primeira confusão atingiu o PFL, onde um grupo de políticos estimulados pelo Planalto trabalhou para tirar Aureliano do caminho e colocar Silvio Santos em seu lugar. De acordo com seu plano, tal manobra poderia roubar votos do líder das pesquisas, Fernando Collor de Mello, que tem o grosso do seu eleitorado justamente na fatia mais gorda da população e a quem Silvio Santos mais agrada — o povo —, e reabriria da estaca zero a disputa sucessória. A princípio, Aureliano aceitou. O problema é

que Silvio Santos foi o candidato do PFL apenas por 24 horas. Na sexta-feira dia 20, o ex-ministro da Educação Hugo Napoleão telefonou a Aureliano cobrando sua carta de renúncia, como tinha sido combinado anteriormente. "Que carta?", rebateu Aureliano. "A sua carta de demissão", disse o ministro. O candidato do PFL, entretanto, cortou o assunto — e lançou a primeira pedra no caminho de Silvio Santos até a candidatura pelo PFL. "Se você quiser mandar uma carta, eu te mando uma resposta", ironizou Aureliano. Entre as razões que levaram o candi-





O ministro Hugo Napoleão: "Zeramos a sucessão"



Aureliano: problemas para explicar a renúncia à mãe

dato do PFL a recuar no seu acordo para ceder o posto ao dono do SBT pelo menos uma foi de ordem pessoal. "Eu tive dificuldades para explicar a saída à minha família", disse o candidato a um amigo naquele dia. "Não tive condições de contar à minha mãe que ia renunciar", acrescentou ele. A outra dificuldade foi um contragolpe nos bastidores da ala do PFL, liderada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, para quem a entrada de Silvio Santos na reta final das eleições mais atrapalha do que ajuda.

Com a porta do PFL fechada, Silvio Santos começou a procurar outra legenda. Na segunda-feira passada, ele se encontrou com o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos, para uma conversa reservada, na sua casa no Morumbi — e ofereceu-se para ocupar o seu lugar. "Silvio,

eu gostaria que você participasse da minha campanha, mas como vice", disse o candidato do PL. "Juntos chegaremos lá", acrescentou Afif, repetindo o refrão da sua propaganda gratuita na TV. Ambos voltaram a se encontrar na terça-feira, sem chegar a um acordo definitivo. No mesmo dia, foi a vez de Silvio Santos ser procurado. O candidato do PDS, Paulo Maluf, lhe fez uma visita e perguntou se ele seria mesmo candidato. O empresário disse que sim. "Então seremos adversários", anunciou Maluf. Para mostrar que seria um adversário cordial, no entanto, Maluf convidou o dono do SBT a acompanhá-lo em uma conversa com uma platéia seleta da colônia judaica, no clube A Hebraica, em São Paulo. Silvio Santos, que é judeu, declinou do convite.

Na prática, na semana passada, o dono do SBT jogava com várias possibilidades. O acordo com Afif teria suas vantagens. A primeira é que o candidato do PL dispõe de cinco minutos no horário eleitoral da TV e já possui intenções de voto que lhe garantem 5% na pesquisa do Ibope. Além disso, Silvio Santos poderia dar ao PL justamente o que falta na sua campanha. Dono de uma larga fatia de eleitores junto à classe média, Afif não conseguiu conquistar ainda o eleitor pobre, que forma a grande massa que vai decidir o resultado de 15 de novembro — e nas últimas semanas amargou uma dolorosa queda nas sondagens eleitorais.

Mercado Pensa — Com as dificuldades para lançar-se à frente de um partido conhecido, Silvio San-

Afif Domingos, do PL: "Silvio, juntos, chegaremos lá"

tos até ensaiou entrar num leilão de legendas no mercado persa das siglas de aluguel. Na quarta-feira, ele reuniu-se em São Paulo com o candidato do PPB, Antônio Pedreira, uma figura extravagante, que tem mais de dois minutos na TV e até agora apresentou-se no horário eleitoral como o candidato da raça negra, dos evangélicos e é um presidenciável que tem tempo até para fazer compras em supermercados. "Sou candidato de qualquer maneira e gostaria de saber se posso contar com seu partido", disse Silvio Santos. Pedreira lembrou ao dono do SBT suas origens negras, seus compromissos com os evangélicos, mas colocou-se à disposição para um acordo. A conversa, entretanto, ficou suspensa para o domingo, quando Silvio Santos daria uma palavra definitiva. O candidato Paulo Gontijo, mais conhecido no horário gratuito como PG, do Partido do Povo, disse publicamente na semana passada que sua legenda está à disposição de Silvio Santos, mas a proposta é menos tentadora — Gontijo dispõe de apenas trinta segundos na televisão, divididos em dois blocos. Até agora, ele gastou 500 000 cruzados novos na sua campanha, mas diz que gastaria 1 milhão se o animador de TV aceitasse substituí-lo. "Ele tem chance de ganhar, e eu não", resume.

GÁS PARALISANTE — As dificuldades do dono do Baú da Felicidade em incorporar-se ao pelotão dos concorrentes ao Palácio do Planalto são resultado das mesmas características que fazem dele um troféu cobiçado por alguns grupos políticos do PFL e do governo Sarney. Dono de grande popularidade, graças ao seu programa de televisão que apresenta há trinta anos, Silvio Santos é um estranho no ninho das forças políticas que já têm seu candidato e que consomem toda energia disponível para chegar ao segundo turno. "Silvio Santos é um gás paralisante na sucessão", afirma o senador Jor-



ELASTONE CLAYTON

ge Bornhausen, um dos pefelistas que já desembarcaram da campanha de Aureliano Chaves para instalar-se na comitiva de Guilherme Afif Domingos. Para quem ainda está perdido na corrida eleitoral, como os políticos que sobraram no PFL e não acreditam mais na vitória de um partido que tem apenas 1% nas pesquisas, Silvio Santos seria um meio de fazer tremor a terra da sucessão que poderia colocá-los novamente em condições de chegar lá. "Nós criamos o fato novo", comemora o ex-ministro Hugo Napoleão. "Zeramos tudo", acredita ele, que, se a operação der errado, poderá acabar zerando até mesmo a si próprio.

Do ponto de vista dos adversários, a aparição de Silvio Santos produziu na semana passada reações diversas. No PDT de Leonel Brizola, o fator Silvio Santos foi uma boa notícia por uma simples razão — acredita-se que ele tirará votos de Collor de Mello e até de Lula, mas pode poupar o candidato da casa. "A candidatura Silvio Santos será ótima para mim", confidencia Brizola, na semana passada, a um interlocutor. Nas fileiras do candidato Collor de Mello, o fator Silvio Santos já começou a fazer estragos. "Se ele for candidato, nós vamos desmascarar essa farsa feita para melar a sucessão", reagiu na semana passada o líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros.

Já na semana passada, Silvio Santos fez uma investida sobre Collor num terreno diferente da disputa pelo eleitoral — seu próprio comitê de campanha. Ele telefonou para o empresário baiano Pedro Irujo, seu amigo pessoal, um dos organizadores da campanha do candidato do PRN e proprietário da TV Itapoá, uma das estações retransmissoras da programação do SBT. Silvio Santos disse que esperava seu apoio incondicional assim que sua candidatura se cristalizasse. Na semana passada, Irujo torcia para que Silvio Santos não viesse mesmo a sair candidato para não ficar em uma situação delicada. "Não acredito que ele vá conseguir uma legenda", dizia Irujo na sexta-feira. "Todos os espaços já estão ocupados."

Além de encontrar um partido capaz de assegurar uma legenda para entrar na corrida em plena reta final, Silvio Santos tem de enfrentar um problema de outra família — o da legalidade de sua candidatura. Ocorre que há uma lei, de 1970, que proíbe pessoas que ocupam cargos executivos em empresas concessionárias de serviços públicos — como são as emissoras de rádio e TV — de

candidatar-se a uma eleição sem que tenham se afastado de seus postos com três meses de antecedência. É verdade que, formalmente, Silvio Santos é apenas acionista do SBT, e essa situação o deixaria ao abrigo da proibição. Em tese, pelo menos, o empresário poderia ser enquadrado numa situação idêntica à de diversos políticos brasileiros, como Fernando Collor de Mello, por exemplo, que tem uma participação acionária na empresa que controla a TV Gazeta, de Alagoas, propriedade de sua família. "Não sou diretor de nada", afirma Silvio Santos. "Minha profissão é apresentador de televisão", acrescenta.

O que complica o registro de sua candidatura é uma outra dificuldade, porém. É certo que, como Collor de Mello, Silvio Santos é, do ponto de vista legal, apenas um acionista de sua empresa de televisão. Não é certo, contudo, que sua atuação na vida cotidiana do SBT seja idêntica à daquele



Podrão, do PPR: legenda e cinco minutos de TV à disposição

acionista que entregou a empresa para um grupo de executivos profissionais e só aparece nas dependências da firma para saber como vão as coisas e recolher seus dividendos. Mesmo sem o título, Silvio Santos exerce a função de principal executivo do grupo — tem poderes para contratar e demitir funcionários, para criar e desmontar setores inteiros do SBT e, ao longo de toda a sua carreira de empresário, tem feito uma coisa e outra sempre que isso lhe parece necessário. No domingo dia 22, por exemplo, ele anunciou aos telespectadores que deixara de transmitir uma entrevista com o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, gravada com várias semanas de antecedência, apenas porque desejava ocupar um bom espaço de seu programa para comunicar uma novidade — justamente que desejava lançar-se na campanha presidencial.

FAUSTÃO — Caso o empresário seja mesmo capaz de encontrar uma legenda para carregar até 15 de novembro, no momento em que for ao TSE para registrar sua candidatura irá abrir uma polémica que pode se tornar tão extensa como a que agitou o PFL nos últimos quinze dias. O que estará em discussão, no caso, é o espírito da lei que proíbe que personalidades concessionárias de um serviço público permaneçam em seus postos nos noventa dias anteriores a uma eleição. A finalidade óbvia dessa lei é impedir que uma pessoa que tenha o poder de projetar a si própria nos meios de comunicação tire proveito dessa situação para tomar votos de seus adversários. A questão que pode complicar sua candidatura no TSE reside nesse ponto. Além de ser acionista do SBT, e de possuir um indiscutível poder de mando na administração da empresa, o hipotético candidato Silvio Santos é, simultaneamente, o

maior beneficiário político de uma concessão de rádio e TV — é ela que garante sua popularidade.

No final de semana, os possíveis adversários do candidato Silvio Santos estavam divididos em duas facções. Há os que sinceramente acreditam que toda a sua movimentação se destina ao naufrágio — o que o colocaria numa situação idêntica à de 1988, quando passou três meses aquecendo a política brasileira com a perspectiva de lançar-se na corrida pela prefeitura de São Paulo. Os outros temem que Silvio Santos queira mesmo

entrar na campanha e conviver com uma perspectiva aterrorizante — a de que, faltando quinze dias para o primeiro turno, o mapa geral de todas as candidaturas seja colocado de pernas para o ar, com prejuízos incalculáveis tanto para quem cresce junto ao eleitorado de esquerda como para os concorrentes de perfil conservador. Certo mesmo é que, no domingo 29, o candidato a candidato Silvio Santos iria enfrentar uma concorrência em seu terreno habitual. Convinco de que os ruídos do empresário não passam de balas de festim para manter a liderança nas tardes de domingo, o bem-humorado Faustão, da TV Globo, passou a semana inteira anunciando uma novidade em pequenos anúncios divulgados no horário nobre — a de que ele também irá lançar-se na corrida pela cadeira do presidente José Sarney.

8909870

VEJA. 1.º DE NOVEMBRO. 1989

2020 1024 30/01/87 E. P. (P.P.)

Afif: PL nunca esteve disponível

□ O candidato negou mais uma vez a intenção de ceder a legenda a Silvio Santos e não acredita em sua queda nos pontos percentuais das pesquisas

Com a chegada do candidato Afif Domingos, ontem à tarde a Rio Claro, interior de São Paulo, o PDT perdeu seu único representante na Câmara Municipal. O vereador Paulo Alberto Bortolin e Jussé Darvaz, do PMDB, filiaram-se ao PL, que agora passa a contar com quatro membros em sua base. Afif Domingos chegou ao aeroporto da cidade, às 15h30min, com atraso de duas horas na programação.

Mais uma vez denunciando a intenção do partido em desprestigiar o animador Silvio Santos, "Não quero fazer minha candidatura em dívida", afirmou o presidente, lamentando a "notícia inventada a respeito pela Folha de São Paulo". Afif enfatizou que "minha legenda nunca esteve disponível. Além disso, Silvio Santos jamais teve intenção de di-



PL: nunca esteve disponível em dívida.

por: uma coisa não vou permitir, é que nunca esteve disponível em dívida com o PL".

Desmentindo a hipótese de chegar ao segundo turno, o candidato colocou em dúvida toda a possibilidade de interceptar de votos que se atribui ainda em pontos percentuais

na preferência do eleitorado. "Não acredito nas pesquisas, principalmente aquelas que me colocam em condições de igualdade com Ulysses Guimarães. Isso é impossível", disse Afif, afirmando apostar nos 30% de eleitores que ainda estão inde-

JORNAL DO BRASIL
20/10/64

Fundo de Baú

FP. (P.P.)

A palavra **escárnio** é a mais adequada para resumir a que está por trás dessa tentativa de renomear a candidatura do apresentador de televisão **Silvio Santos** — que havia se recolhido à sua insignificância no começo da campanha. Não cabe outra. Mesmo os sinônimos não exprimem todo o sentido: zombaria, menosprezo, troça deixam a desejar. É escárnio esta iniciativa contemporânea que acaba de uma vez com o PFL. Só um partido posto debaixo da proteção de um falso liberalismo seria capaz de retirar do baú um candidato que se faz depositário de todos os sentimentos de repulsa política e nacionalista pelos políticos.

Como pode uma democracia em sua atual condição admitir que um presidente, a primeira eleição presidencial pelo voto direto possa se apresentar à disposição de qualquer partido político? Ai deixa de ser escárnio para atuar como provocação. Ao declarar que não faz questão de legado, **Silvio Santos** despreza o conceito dos partidos sem merecimento ou valor algum.

O conteúdo político do apresentador **Silvio Santos** é proporcional ao seu desprezo pelo sistema de partidos políticos: o vazio é preenchido por uma forma improvisada de populismo que oferece a uma sociedade coletiva que não se mata em um programa fixo, é a negação do sistema democrático que os brasileiros querem manter como a marca de um regime de participação capaxa em sua história e respeito pela cidadania. Direitos e deveres são indissolúveis no tecido legal.

Diante do risco de deterioração do sistema de partidos e eleições não cabe a convicção que se alega de evitar protestos. Os motivos de força eleitoral não podem calar tudo que se depara na tentativa de tumultuar uma eleição que se realiza sob o signo da moralidade eleitoral. "Um longo debate", na previsão do ministro **Francisco Rezek**, será indispensável para esclarecer a decisão. As normas eleitorais relativas ao respeito das integridades: o respeito pelas regras do jogo e o respeito à política e o respeito pelos políticos são o ponto de todos os candidatos. O sentido de aversão que transforma os partidos em simples lâncas para

o efeito formal é intolerável. A candidatura **Silvio Santos**, tal como se representou, é um escárnio e uma afronta.

Esgotou-se o espaço para manobras dilatórias: a democracia depende de um programa educacional que não se esgote na preliminar da alfabetização. O analfabetismo terá que ser atacado ao mesmo tempo na superfície social e nas raízes culturais para que o atraso não seja um obstáculo à participação política e à prevenção contra os males da demagogia. Há uma consciência histórica a ser infundida aos cidadãos desde os bancos escolares. A expansão da fronteira educacional amplia a democracia aos que vegetam na sua periferia visual. É hora de pensar na aliança entre a educação e a democracia como um compromisso mobilizador de toda a nação para pressionar os governos a investir na superioridade racional do Brasil.

Não faz sentido a primeira eleição presidencial pelo voto direto ter como candidato que encerra por sua vez o currículo de negação dos valores políticos. **Silvio Santos** foi uma criação do regime autoritário para manter o atraso social e a imitação cultural. Ou se alinha pelos requisitos de respeito aos cidadãos e aos partidos, dentro das normas, ou o melhor será voltar aos alarques da animador de auditório para se redimir politicamente com os valores da liberdade.

Diante de um eleitorado atento, o presidente do TSE advertiu que não é questão pacífica a candidatura retardatária. O quadro está completo e a substituição de candidatos não é uma porta deixada aberta para facilitar composições às custas da moralidade eleitoral. "Um longo debate", na previsão do ministro **Francisco Rezek**, será indispensável para esclarecer a decisão. As normas eleitorais relativas ao respeito das integridades: o respeito pelas regras do jogo e o respeito à política e o respeito pelos políticos são o ponto de todos os candidatos. O sentido de aversão que transforma os partidos em simples lâncas para

22/10/89 21/10/89
Integração econômica
leva Sarney ao Paraguai

O presidente José Sarney visitará o Paraguai em 10 de novembro, numa viagem enquadrada no processo de integração econômica entre os dois países, anunciou ontem, em Assunção, o porta-voz presidencial paraguaio, Augusto Orosques Caballero. Sarney viajará acompanhado de dirigentes políticos e altos chefes militares, assinará um documento de integração e receberá a mais alta distinção paraguaia, o colar marçal Francisco Solano López.

Esta será a segunda visita de Sarney a Assunção, mas o porta-voz não precisou o tempo de sua duração.

Em abril, foi assinado um acordo de refinanciamento da dívida do Paraguai com o Brasil, que é de 433 milhões de dólares, e ficou para ser pago em 20 anos, com oito de carência. O Paraguai também tem a dívida de alguns títulos públicos do Brasil no mercado internacional.



Sarney, assunção

A maior parte da dívida paraguaia foi contrainda pela empresa petrolífera do Paraguai.

A dívida externa paraguaia total é de dois bilhões e 500 milhões de dólares e os principais credores são o Banco do Chile e o Brasil.

O Brasil deve ao Paraguai 200 milhões de dólares pela aquisição da usina de Itaipu (50%).

nr 21 - 8617
 01-01

8909873

Mário Soares chega para reunião de cúpula

200 NOVA 20/10/82

□ Os chefes de Estado dos sete países de língua portuguesa chegam amanhã. Vão participar da reunião articulada por Sarney

O presidente José Sarney vai presidir, em São Luís do Maranhão, nos próximos dias 1º (quarta-feira) e 2º (quinta-feira), o primeiro encontro dos chefes de estado e de governo dos países de língua oficial portuguesa. Estarão presentes os presidentes Mário Soares (Portugal), José Eduardo dos Santos (Angola), João Bernardo Vieira (Guiné-Bissau), Joaquim Chissano (Moçambique), Manuel Pinto da Costa (São Tomé e Príncipe) e o primeiro-ministro de Cabo Verde, Pedro Passos. Ao final do encontro, será assinado um ato criando o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que visa a estabelecer mecanismos de valorização da língua portuguesa a nível internacional.

Entre os objetivos do instituto destacam-se ainda a criação de progra-



Mário Soares: chegando amanhã

mas de desenvolvimento das relações culturais entre os sete países de língua portuguesa, uma coordenação de política para a cultura, e a promoção da língua portuguesa como veículo de acesso ao conhecimento científico

e tecnológico. O presidente Sarney viaja para São Luís nesta terça-feira, à tarde, acompanhado do presidente português, Mário Soares. Às 20 horas, ele recebe no aeroporto do Ticiúcal, na capital maranhense, os presidentes de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e o primeiro-ministro de Cabo Verde. Mais tarde, o presidente Sarney oferece um jantar aos chefes de estado e de governo, na residência da Praia do Calhan.

Na quarta-feira, (1), pela manhã, o presidente Sarney abre o encontro dos chefes de Estado, no Palácio dos Leões, mantendo encontros bilaterais e oferece um almoço aos presidentes. À tarde, haverá uma visita ao porto da Ponta da Madrinha e à noite um jantar no Palácio dos Leões. Na quinta-feira (2), pela manhã, depois da assinatura de ato criando o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, o encontro será encerrado. No mesmo dia, os presidentes estrangeiros retornam aos seus países de origem e o presidente Sarney volta a Brasília. (Radiobrás)

01.04

8909374

Chegam presidentes africanos

Os presidentes dos países de língua portuguesa chegam hoje a São Luís do Maranhão para reunião de cúpula

F.P.
(Ilus.)

11/10/66

Os presidentes dos países de língua portuguesa chegam hoje, a São Luís, para o encontro dos chefes de Estado dos países de língua oficial portuguesa, que se instala às 9 horas desta quarta-feira, dia 1º de novembro. Os chefes de governo do Brasil, José Sarney; Mário Soares de Portugal; José Eduardo Santos de Angola; Aristides Maria Pereira, de Cabo Verde; João Bernardo Vieira, de Guiné-Bissau; Joaquim Alberto Chissano, de Moçambique; Manoel Pinto da Costa, de São Tomé e Príncipe, serão recepcionados no aeroporto do Tirirical pelo governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, e autoridades civis e militares brasileiras das regiões Norte e Nordeste.

Depois a permanência em território maranhense, os chefes de governo visitarão o terminal da Ponta da Madalena, onde se localiza o porto da Companhia Vale do Rio Doce que abastece o minério da Serra dos Carajás e a produção da Alumar. No dia 2 de novembro, quarta-feira, às 10 horas, no Palácio dos Leões, o presidente José Sarney e seus colegas de países de língua portuguesa assinarão o ato de criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e participarão da cerimônia de en-



Joaquim Chissano: hoje em São Luís

cerramento do encontro de chefes de Estado desses países. Após este ato, os presidentes concederão entrevistas coletivas à imprensa e voltarão a seus países de origem.

O instituto internacional tem como objetivos promover o estudo do idioma e encontrar formas viáveis de padronizar pronúncia, acentuações e utilização dos fonemas da língua. A criação desta entidade, cuja sede ainda não está definida, foi uma ideia dos membros da Academia Brasileira de Letras, como parte das comemorações do centário da República. (Matéria de 1º)

PMB cede legenda a Sílvia Santos

Está praticamente definida a candidatura de Sílvia Santos pelo Partido Municipalista Brasileiro. Acerto ocorreu ontem à noite, em Brasília

A apenas sete dias do prazo final para formalizar sua candidatura à Presidência da República, o empresário e apresentador de televisão Sílvia Santos praticamente fechou acordo com o candidato Armando Corrêa (PMB) que deverá ceder-lhe a legenda. Corrêa tem cinco minutos diários no horário gratuito e esten, numa sala do Hotel Nacional, confirmou que "não possui nada para fecharmos o negócio".

Sílvia Santos esteve também em Brasília, com o candidato do PCB, Zair de Almeida, que saiu apenas 20 segundos na TV. O próprio Armando Corrêa, no entanto, telefonou no fim de semana para o senador e, com Lobão (PFL-MA) desistindo de se para renunciar, o que permitiu a Sílvia Santos a legenda, para uma

Justiça adverte dono do SBT

O corregedor-geral da Justiça do Distrito Federal, o advogado Benedito Nunes, em uma decisão, advertiu o dono do SBT, Sílvia Santos, para que não mais possa usar a legenda do partido político, o Partido Municipalista Brasileiro.

entrega de sete horas na residência de Sílvia. No apartamento 537 da ascensão, reservado em nome do senador paranaense, Corrêa e seus assessores compareceram à partir das 10h da manhã com Sílvia Santos, Marcondes Gadelha (PFL-PB), Hugo Napoleão (PFL-PI) e o próprio Lobão.

Às 13h15min, Corrêa deixou o clube num opala preto dizendo que ia conversar com seus bases para aceitar os termos da ascensão. Vinte minutos depois, Sílvia Santos, acompanhado o senador, saiu em um veículo dirigido pelo senador Gadelha, que não conseguiu encontrar seu servente com as fotografias que estavam sendo feitas. Na sequência, Armando Corrêa deixou clara sua decisão por o vice, Sílvia Santos se registrou pelo PMB, e por isso, não poderá usar a legenda do partido. Sílvia Santos tem 600 mil filiados entre os evangélicos do Brasil, mesmo número de filiados representado pelo PFL.

Constatando que a participação de uma pessoa não seria suficiente para o SBT, o partido de Sílvia Santos se retirou da disputa e o partido de Sílvia Santos se retirou da disputa.



Sílvia Santos, antes de comparecer ao SBT, chegou ao apartamento 537 da ascensão, reservado em nome do senador paranaense, Corrêa e seus assessores.

do SBT, Sílvia Santos, se retirou da disputa e o partido de Sílvia Santos se retirou da disputa.

candidato do PMB "a gente de bem" e prosseguiu:

— Qualquer partido com quem fizemos acordo terá de ser de gente de bem. Esse pessoal é evangélico e tem uma indiscutível aparência de gente de bem. Esse negócio de dizer que as aparências enganam não é verdade. As aparências não enganam e o pessoal do Corrêa parece ser gente de bem — afirmou.

Candidato a vice quando a negociação supunha a substituição de Aureliano Chaves (PFL) por Sílvia Santos, Hugo Napoleão fez questão de anunciar que agora não é mais candidato. "Eu não deixaria de ser presidente do meu partido para ingressar no PMB", anunciou ele, admitindo contudo que, junto com o deputado Francisco Benjamin (PFL-BA), Lobão, Gadelha e João Alves, se retirou do SBT, Sílvia Santos, seja qual for o partido que lhe conceder a legenda.

O presidente Paulo Maluf se recusou a receber, ontem à noite, a candidatura do apresentador de TV. Ele criticou as posições de Corrêa de Lobão, Leonel Brizola e Lula, que não tinham a nova candidatura.

McGraw-Hill

nhenas, Corrêa e seus assessores conver-
saram, a partir das 10h da manhã, com
Silvio Santos, Marcondes Gadelha
(PFL-RJ), Hugo Napoleão (PFL-PI) e o
próprio Lobão. As 13h15, Corrêa deixou
o clube num opala preto dizendo que ia
conversar com suas bases para acortar os
termos de renúncia. Vinte minutos de-
pois, saiu Silvio Santos, cobrindo o ro-
tão, num opala dirigido pelo senador Ga-
delha, que não conseguiu esconder seu
nervosismo com as fotografias que esta-
vam sendo feitas.

O vice — Na conversa, Armando Corrêa deixou claro que deseja ser o vice, caso Silvio Santos se registre pelo PMB, e para reforçar seus argumentos sustentou que seu partido tem 600 mil filiados entre os evangélicos do Brasil, mesmo número apresentado pelo PFL. Concluído em participar de uma reunião cuja maior característica é o hábito de negócios em que se envolvem os partidos nãnicos, Hugo Napoleão declarou à sa-

Mas, favorável ao acordo entre Silvio Santos e Armando Corrêa, ele sustentou que o candidato do PMB "é gente de bem", e prosseguiu: "Qualquer partido com quem fizermos acordo terá de ser de gente de bem. Esse pessoal é evangélico e tem uma indicativa aparência de gente de bem. Esse negócio de dizer que as aparências enganam não é verdade. As aparências não enganam e o pessoal do acordo nunca ser gente de bem".

Candidato a vice quando a negociação supunha a substituição de Aureliano por Silvio Santos, Hugo Napoleão fez questão de anunciar que agora não é mais candidato. "Eu não deixaria de ser presidente do meu partido para ingressar no PMB", antecipeou ele, admitindo, contudo, que, junto com o deputado

fiéis ao compromisso an-
do João Alves", avisou
que Aureliano deixou
para seguir quem quiser.

"Essa gente está brincando com a gente", dizia o ministro da Saúde, Carlos Magalhães, aos primeiros a saber que se encontrava em Brasília.

...ando novos prejuízos políticos, o ministro fez tudo para desviar as coisas. Ao sair da Academia Marcondes Quadella, S. até a casa do ministro: gulu conversar com ele

Só ontem se soube, em Brasília, que há duas semanas Sílvio Santos foi convidado a uma reunião, no Estado do Rio, a que estavam presentes o candidato do PFL à Presidência, Aureliano Chaves, o presidente do partido, senador Hugo Napoleão, o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, e o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

Havia outros generais presentes, e um dos convidados ao evento, o ex-presidente João Figueiredo, não assistiu.

D4.04

8909874

Silvio Santos leva sua candidatura ao PMB de Correia

BRASÍLIA — A apenas seis dias do prazo final para formalizar sua candidatura à Presidência da República, o empresário e apresentador de televisão Silvio Santos praticamente fechou acordo com o candidato do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), Armando Corrêa, que deverá ceder-lhe a legenda. Corrêa tem cinco minutos diários no horário gratuito. Ontem, numa sala do Hotel Nacional, o candidato do PMB confiou: "Falta pouco para fecharmos o negócio". Silvio Santos esteve também, em Brasília, com o candidato do PCN, Zahir Teixeira, que tem apenas 30 segundos na TV.

O próprio Armando Corrêa telefonou no fim de semana para o senador Edison Lobão (PFL-MA) e ofereceu a sua renúncia, o que provocou a vinda do dono do SBT a Brasília para uma conversa de três horas na Academia de Teatros. No apartamento 537 da Academia, reservado em nome do senador mar-

nhense, Corrêa e seus assessores conversaram, a partir das 10h da manhã, com Silvio Santos, Marcondes Quadella (PFL-PB), Hugo Napoleão (PFL-PI) e o próprio Lobão. As 13h15, Corrêa deixou o clube num opala preto dizendo que ia conversar com suas bases para aceitar os termos da renúncia. Vinte minutos depois, saiu Silvio Santos, cobrindo o resto, num opala dirigido pelo senador Quadella, que não conseguia esconder seu nervosismo com as fotografias que estavam sendo feitas.

O voto — Na conversa, Armando Corrêa deixou claro que deseja ser o vice, caso Silvio Santos se registre pelo PMB, e para reforçar seus argumentos sustentou que seu partido tem 400 mil filiados entre os evangélicos do Brasil, mesmo número apresentado pelo PFL. Concluiu em participar de uma reunião cuja maior característica é o helado de negócios em que se envolvem os partidos maranhenses, Hugo Napoleão declarou à as-

da da academia que chegou atrasado para o encontro e que participou apenas como "espectador e convidado".

Mas, favorável ao acordo entre Silvio Santos e Armando Corrêa, ele sustentou que o candidato do PMB "é gente de bem", e prosseguiu: "Qualquer partido com quem firmos acordo terá de ser de gente de bem. Esse pessoal é evangélico e tem uma indiscutível aparência de gente de bem. Esse negócio de dizer que as aparências enganam não é verdade. As aparências não enganam e o pessoal do Corrêa parece ser gente de bem".

Candidato a vice quando a negociação supunha a substituição de Aureliano por Silvio Santos, Hugo Napoleão fez questão de anunciar que agora não é mais candidato. "Eu não deixaria de ser presidente do meu partido para ingressar no PMB", antecipeu ele, admitindo, contudo, que, junto com o deputado

Francisco Benjamim (PFL-BA), Lobão, Quadella e João Alves seguirão Silvio Santos, seja qual for o partido que lhe conceder a legenda. "Permaneceremos fiéis ao compromisso assumido na casa do João Alves", avisou ele, reafirmando que Aureliano deixou todos a vontade para seguir quem quisessem.

"Essa gente está brincando de democracia. Isso tudo não passa de uma brincadeira", disse o ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, um dos primeiros a saber que Silvio Santos se encontrava em Brasília para negociar a renúncia de um candidato nãuo. Temendo novos prejuízos à imagem dos políticos, o ministro João Alves também fez tudo para desviar-se dessas negociações. Ao sair da Academia de Teatros com Marcondes Quadella, Silvio Santos foi até a casa do ministro, mas não conseguiu conversar com ele. "Eu não estou

envolvido com essas negociações. Estou por fora. Participo enquanto o assunto era com o Aureliano e as reuniões se faziam aqui em casa. Agora não", disse ele, à noite.

Antes para que Silvio Santos assumisse a candidatura do PMB, Armando Corrêa não abre mão, no entanto, de ser o candidato a vice-presidente, cargo que está sendo disputado por Marcondes Quadella. E, para assegurar esse posto, ele avisou a Silvio Santos, que a entrega de sua legenda só se concretizará se seu vice, Agostinho Linhares da Souza, concordar também em renunciar.

Ontem, o TSE proibiu Silvio Santos de autoproponer-se como postulante à Presidência da República, pela rede do SBT, de sua propriedade. O empresário, nos dois últimos domingos, ocupou parte do espaço do seu programa para revelar os contatos que estava mantendo com políticos para ser candidato.

Silvio não pode usar

D4.04

8909874

mos denunciando a trama, o oportunismo, o golpismo do Planalto, que quer interferir no processo". O presidente da República, ao patrocinar essa candidatura, mostra que tem mais preocupação com a impuneidade de seu governo do que com o futuro da democracia brasileira. Para o deputado, Collor tem uma margem de voto definida em torno de 22% "que ninguém vai afetar", e prognostica: "Silvio não terá como se livrar da imagem desgastada de Sarney durante a campanha".

A orientação de Collor é efetivamente colar, em Silvio, a imagem de candidato de Sarney. Não é por acaso que o candidato, nos últimos comícios, voltou a atacar vigorosamente o presidente, que aponta como "o maior dos marajás, que temos que esconder com o voto", e a quem acusou, no interior de São Paulo, de ter dado "os braços à corrupção". Na equipe responsável pelo programa de Collor no horário gratuito, já surgiu, entre outras, a idéia de separar trechos do Programa Silvio Santos para mostrar a ligação do proprietário do SBT com o Planalto. É copioso o material em que Silvio aparece elogiando o presidente ou seu governo. Durante o programa de jurados, o apresentador costuma ele próprio, junto com o auditório, cantar uma música invariavelmente terminada com os versos "... é coisa nossa", e às vezes inclui no rol o presidente da República: "O presidente Sarney é coisa nossa...". Cenas desse tipo devem brevemente frequentar o vídeo no horário do PRN.

A campanha de Collor espera que haja uma batalha judicial no Tribunal Superior Eleitoral em torno da impugnação da candidatura Silvio Santos, mas não pretende mover uma palha nessa direção. "Collor não tem interesse em propor a impugnação", diz Claudio Humberto. "Não sentimos a candidatura ameaçada. O que vamos fazer sempre é denunciar a manobra do Planalto." O empresário Paulo Octavio Pereira, velho amigo e estreito colaborador de Collor, chegou a defender a iniciativa da impugnação, mas a idéia não vingou. A ela se opuseram desde o início, entre outros, o irmão mais velho de Collor, Leopoldo, que pilota a grande operação do candidato em São Paulo, e o embaixador Marcos Coimbra, da assessoria mais próxima do candidato.

Collor sempre foi contra. Na segunda-feira da semana passada, antes de embarcar para Campina Grande (PB), ele tomou conhecimento, pelo jornal Correio Braziliense, de uma entrevista em que o advogado que assiste a campanha, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Celso Silva, anunciava que o PRN deveria impugnar a candidatura de Silvio. Silvio ficou candidato. Irritado, o candidato abarrotou um assessor de desfares a iniciativa. (R.A.S.)

A primeira pesquisa do Instituto Vox Populi para medir o significado da presença de Silvio Santos como candidato à Presidência contém outros dados dignos de nota. Um deles é o impressionante nível de informações que o eleitorado manifestou com relação às manobras que resultaram na candidatura: nada menos que 91,6% dos consultados revelaram já saber que Silvio entrara no páreo. "O principal dado a ressaltar na pesquisa é esse", diz Marcos Antonio Coimbra. "Os demais servem apenas como uma referência inicial sobre o significado da candidatura Silvio."

Também é notável a percepção do eleitorado sobre o impacto do fator Silvio na trajetória de Collor. Em resposta à pergunta sobre qual é o candidato que, na opinião do eleitor, mais perde votos com o ingresso de Silvio na disputa, 41% apontaram Collor. "Na cabeça do cidadão, a candidatura Silvio Santos é um petardo em cima de Fernando Collor", constata Coimbra. Outra dor de cabeça para o atual favorito pode vir a ser a boa imagem que, ao menos neste primeiro momento, Silvio transmite: 61% dos consultados acham que ele será um "bom candidato", contra apenas 22% que opinam em sentido contrário.

É compreensível, assim, o ímpeto que percorre a campanha de Collor. Mesmo sem estar de posse dos dados da pesquisa, o próprio candidato, na madrugada de ontem, no Rio, reclamava contra a candidatura de última hora: "Trata-se de uma trama do presidente Sarney, de uma manobra que é preciso desmascarar". Mesmo assim, Collor, não exterioriza uma preocupação especial com a novidade. Ele chegou à 1h10 de ontem à casa do empresário José Moraes, procurador do jogador Bebeto, do Vasco e da Seleção Brasileira. O craque colômbio, foi fotografado e gravou tapes para a campanha no horário eleitoral gratuito.

Collor tinha percorrido oito cidades do interior paulista em comícios e carreatas e deveria dormir em São Paulo, mas acabou seguindo para o Rio para o compromisso com Bebeto. Mostrava-se bem disposto durante o coquetel com pessoas, inclusive o governador do Piauí, Alberto Silva, e membros de sua campanha, como o secretário de imprensa Claudio Humberto Rosa e Silva, um de seus mais próximos assessores, o deputado Renan Calheiros, líder do PRN na Câmara, e a jornalista Beliza Ribeiro, responsável por seus programas de televisão no horário eleitoral gratuito. Depois que alguns fotógrafos se retiraram, Collor tomou cerveja, e recolheu-se às 4h da manhã a um apartamento no hotel Caesar Park, em Ipanema.

A reclamação de Collor contra Sarney deve dar o tom de como será travada a questão Silvio Santos por sua campanha, daqui para a frente. "Esta-

O patrocínio do presidente

BRASILIA — O presidente José Sarney decidiu patrocinar definitivamente a candidatura do empresário Silvio Santos no dia 15 de outubro, quando seu descanço na praia do Calhau, em São Luís, foi interrompido por uma notícia preocupante: seu filho, Zequinha, candidato ao governo do Maranhão em 1990, irrompeu no escritório com a informação de que o governador Epitácio Cafeteira havia liberado 12 deputados do seu grupo, vinculados ao PDC e ao PFL, para aderirem ao candidato Fernando Collor. Com seu aqumínio e ex-governador João Castelo ocupando a liderança da campanha de Collor no Maranhão, e a recente adesão do seu amigo Cafeteira, sobrou para o presidente, seus filhos e seguidores, uma desconfortável candidatura Leonel Brizola, a quem José Sarney Filho vem elogiando em pronunciamentos públicos. Enquanto instrua seu grupo a manter esta porta aberta, o presidente voltou a Brasília na noite do dia 15 já decidido a detonar a candidatura de Silvio Santos, com tinha almoçado.

Insuasessas — Ao discurso de manter um comportamento de magistrado na eleição para escolha do seu sucessor, o presidente Sarney contrapôs uma realidade de ingerência. No dia 4 de setembro, tentou pessoalmente convencer o empresário Antonio Ermirio de Moraes a aceitar a candidatura. Ermirio recusou. Tentou Jairo Quadros, sem sucesso.

Edison Lobão, senador do PFL do Maranhão, começou então a canalizar as insatisfações de vários políticos do partido que perdiam terreno para os que aderiram à primeira hora à candidatura de Collor de Mello. Nesse caso estava o senador Hugo Napoleão (PI), presidente do PFL, que procurava uma solução de sobrevivência política desafiando o governador Alberto Silva, seu rival, "colôriu". Ao grupo juntou-se o senador Marcondes Gadelha (PB), também amigo do presidente da República, formando-se o quarteto com o ministro do Interior, João Alves, de Sergipe, onde as candidaturas de sucesso já estavam todas ocupadas.

Uma semana depois do almoço que reuniu o presidente Sarney e o empresário Silvio Santos, o ministro João Alves promoveu uma reunião de toda a bancada do PFL em sua casa. Os parlamentares partidários de Collor registraram, com certa estranheza, que a reunião parecia ter sido convocada para uma "alforria de posições". Era para todos se sentirem liberados.

Em outra reunião na casa do ministro João Alves, terça-feira, dia 17, Aureliano Chaves concordou em renunciar, dia 19, a todos os seus cargos em São Paulo, e ao dia 20 renunciou. Inconfortados, os senadores continuaram esperando a destituição de Aureliano e se envolveram na procura de uma nova legenda para Silvio Santos quando se ocuparam de outras coisas.

O candidato do PDT, Leonel Brizola, falando em Carazinho, município do interior gaúcho onde nasceu, responsabilizou o presidente José Sarney pela entrada de Silvio Santos na sucessão presidencial. Depois de uma visita à sepultura de seu pai, Brizola sugeriu ao Congresso o exame do comportamento de Sarney no episódio Silvio Santos, "até com vistas a um impeachment". O candidato pedetista acrescentou que "se o Brasil tivesse um Congresso à altura, ele apreciaria a posição do presidente e essa manobra indecorosa do Palácio do Planalto. O Congresso deveria dizer que não se estimulam golpes eleitorais de última hora. Isso equivale a uma obstrução das eleições".

Prestionado por jornalistas em Anápolis, município de Goiás, o candidato do PT, Lula Inácio Lula da Silva, estranhou que a imprensa esteja preocupada, apenas, com o chamado Caso Lubecca — nome de uma empreiteira que trabalha com a prefeitura de São Paulo e que ofereceu ajuda à sua campanha — o "quanto Silvio Santos pagou para Armando Corrêa renunciar". Em oito cidades do interior paulista, onde esteve em campanha ontem, o candidato do PRN, Fernando Collor, endureceu o tom de suas críticas ao presidente José Sarney, a quem acusou de tentar dificultar a consolidação do processo democrático. Sempre com alusões claras, mas indiretas, a Silvio Santos, Collor chamou a atenção de seus eleitores: "Este não é um momento para brincadeiras, para se impropriadar. Não é um momento para se permitir que entrem pela janela da eleição para tentar confundir o voto do povo mais sofrido".

Em quase todas as capitais a candidatura do dono do SBT, Silvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), foi recebida com surpresa. A maioria das lideranças políticas que opinou sobre ela, como o governador fluminense Moreira Franco ou o candidato do PFL, Aureliano Chaves, seguiu Brizola e a interpretou para tumultuar a campanha eleitoral em sua reta final. O candidato do PSDB, Mário Covas, culpou a legislação eleitoral vigente "pela brecha" que permitiu a entrada de Silvio Santos na sucessão presidencial, sem esconder que esse fato não pode mudar tudo.

Para políticos que não estavam encontrando melhores espaços dentro da campanha presidencial, em diferentes estados, por causa das divergências regionais que jogam grupos de um mesmo partido, uma contra os outros, a candidatura de Silvio Santos é, no entanto, uma espécie de táboas de salvação. Então nesse caso, os representantes do PFL e do PDS da Paraíba, que se dividiam pelos papeis que de Leonel Brizola e Paulo Maluf e admitiam, agora, a incluir em torno do nome do SBT, viraram por um forte movimento para apoiar a candidatura eleitoral de Jilmar Leite e o governador Marcondes Gadelha.



Armando Corrêa

Críticas — Em Fortaleza, onde se encontrava ontem, Mário Covas disse que a candidatura de Silvio Santos era coisa "de um país paradoral, um absurdo, porque ela já entra na disputa sem o menor sentido. Faltam apenas 13 dias para a eleição e os demais candidatos, há quatro meses, empreendem verdadeira maratona pelos municípios brasileiros." O candidato do PSDB não quis, no entanto, fazer prognósticos sobre as candidaturas que perdem ou ganham com a entrada em cena do homem que é, ao mesmo tempo, o dono do SBT e seu principal animador de programas de auditório.

O ex-ministro Aureliano Chaves, em Belo Horizonte, fixou-se nas declarações do empresário paulista Antônio Ermirio de Moraes, que responsabilizou o presidente José Sarney pela gestão e nascimento da candidatura de Silvio Santos. O candidato do PFL afirmou: "Antônio Ermirio é um homem sério e as declarações dele merecem ser examinadas pelo Palácio do Planalto".

"Eu entro de corpo inteiro nas coisas e não tenho o hábito de fazer manobras de envolvimento. Tenho até o mau hábito de não me preocupar com manobras que estão se tornando corriqueiras na política brasileira", salientou Aureliano.

Impugnação — Em entrevista coletiva no Palácio Guanabara, o governador Moreira Franco defendeu a impugnação da candidatura de Silvio Santos pela Executiva Nacional do PMDB, acompanhando o PDT, o PT e o PDS. "Não faço parte do comando penedebeta, mas se o fizesse, creio que a manobra de frustrar essa manobra grave e indigna seria a de denunciar. E o local da denúncia é o TSE."

"O mais cômodo não está no ar. Silvio Santos, no ar, Arnaldo Corrêa (ex-candidato do PMDB) e os 'Mistérios Gerais' (PFL) não são manobras, na política, mas manobras para que esta eleição seja a última do sistema de dois votos por eleitorado e a primeira do sistema de um voto por eleitorado."



Silvio Santos

Estado do Rio. Moreira espera que o quadro sucessório não seja alterado com a candidatura do apresentador do SBT, mas sustentou: "Haverá prejuízo e não o processo eleitoral e democrático e não para os candidatos. Quem tirar a credibilidade do processo, desrespeitando os anseios da população, que têm como sua última esperança a eleição de um novo presidente."

O governador de Minas, Newton Cardoso, reuniu seus assessores mais importantes, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, considerando possível "a criação de um impasse" que resultaria, segundo ele, da batalha jurídica pelo registro ou não do novo candidato pelo PMB. Newton fez contatos, por telefone, com o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, que também almeja o mesmo ponto de vista.

Prévia — Uma prévia realizada pelo radialista pernambucano Geraldo Freire, que comanda um programa popular todas as manhãs na Rádio Jornal do Comércio, em Recife, deu o primeiro lugar a Lula com 30 votos e registrou um empate de 28 votos entre Silvio Santos e Fernando Collor. Os ouvintes de Freire opinam sobre a sucessão por telefone. Na capital de Pernambuco, o bar Savoy, um dos mais frequentados na cidade pela classe média, discutiu a validade da entrada do dono do SBT na eleição.

Indiferente mesmo à candidatura Silvio Santos ficou o Diretório Regional do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) em Pernambuco, que manteve seu apoio na Assembleia Legislativa do estado. Manuel Alves, e a vereadora por Recife, Geralda Farias. O PMB anunciou em 1990 para permitir que o ministro Aureliano Chaves entrasse na coligação que elegeria Miguel Arraes governador e responsabilizasse uma cadeia de senadores. O partido, porém, não se juntou ao grupo de senadores que se candidataram ao PMB em 1990. Para permitir que o ministro Aureliano Chaves entrasse na coligação que elegeria Miguel Arraes governador e responsabilizasse uma cadeia de senadores. O partido, porém, não se juntou ao grupo de senadores que se candidataram ao PMB em 1990.

mos denunciando a trama, o oportunismo, o golpe do Planalto, que quer interferir no processo." O presidente da República, ao patrocinar essa candidatura, mostra que tem mais preocupação com a impunidad de seu governo do que com o futuro da democracia brasileira." Para o deputado, Collor tem uma margem de voto definida em torno de 22% "que ninguém vai afetar", e prognostica: "Silvio não terá como se livrar da imagem desgastada de Sarney duvidando a

A orientação de Collor é efetivamente colar, em Silvío, a imagem de candidato de Sarney. Não é por acaso que o candidato, nos últimos comícios, voltou a atacar vigorosamente o presidente, que aponta como "o maior dos marajás, que temos que escorraçar com o voto", e a quem acusou, no interior de São Paulo, de ter dado "os braços à corrupção". Na equipe responsável pelo programa de Collor no horário noturno,

mostrar a ligação do proprietário do SBT com o Planalto. É copioso o material em que Silvio aparece elogiando o presidente ou seu governo. Durante o programa de jurados, o apresentador costuma ele próprio, junto com o auditório, cantar uma musiquinha invariavel-

presidente da República: "O presidente Sarney é coisa nossa..." Cenas desse tipo devem brevemente frequentar o vídeo no horário do PRRN.

haja uma batalha judicial no Tribunal Superior Eleitoral em torno da impugnação da candidatura Silvio Santos, mas não pretende mover uma palha nessa direção. "Collor não tem interesse em propor a impugnação", diz Cláudio Humberto. "Não sentimos a candidatura ameaçada. O que vamos fazer sempre é denunciar a manobra do Planalto." O empresário Paulo Octávio Pereira, velho amigo e estreito colaborador de Collor, chegou a defender a iniciativa da impugnação, mas a ideia não vingou. A ela se opuseram desde o início, entre outros, o irmão mais velho de Collor, Leopoldo, que pilota a grande operação do candidato em São Paulo, e o embalsador Marcos Colimbra, da assessoria mais próxima do candidato.

Conou sempre foi contra. Na segunda-feira da semana passada, antes de embarcar para Campina Grande (PB), ele tomou conhecimento, pelo jornal **Correio Braziliense**, de uma entrevista em que o advogado que assiste à campanha, o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral Celso Silva, anunciava que o PRN deveria impugnar a candidatura de Sívio fosse candidato. Irritado, o candidato esbarregou timidamente com o assessor de desazer a iniciativa.

(P/S)

(Continuação da primeira página)

...A primeira pesquisa do Instituto Vox Populi para medir o significado da presença de Silvio Santos como candidato à Presidência contém outros dados dignos de nota. Um deles é o impressionante nível de informações que o eleitorado manifestou com relação às manobras que resultaram na candidatura: nada menos que 91,6% dos consultados revelaram já saber que Silvio entrara no páreo. "O principal dado a ressaltar na pesquisa é esse", diz Marcos Antonio Coimbra. "Os demais servem apenas como uma referência inicial sobre o significado da candidatura Silvio."

Também é notável a percepção do efeito desestabilizador sobre o impacto do fator "Silvio na trajetória de Collor. Em resposta à pergunta sobre qual é o candidato que, na opinião do eleitor, mais perde votos com o ingresso de Silvio na disputa, 41% apontaram Collor "Na cabeça do cidadão, a candidatura Silvio Santos é um petardo em cima de Fernando Collor", constata Coimbra. Outra dor de cabeça para o atual favorito pode vir a ser a boa imagem que, ao menos neste primeiro momento, Silvio transmite: 61% dos consultados acham que ele será um "bom candidato", contra apenas 22% que opinam em sentido contrário.

E compreensível, assim, o rissoso que percorre a campanha de Collor. Mesmo sem estar de posse dos dados da pesquisa, o próprio candidato, na madrugada de ontem, no Rio, reclamava contra a candidatura de última hora: "Trata-se de uma trama do presidente Sarney, de uma manobra que é preciso desmascarar". Mesmo assim, Collor, não exterioriza nenhuma preocupação especial com a novidade. Ele chegou à 1h10 de ontem à casa do empresário José Moraes, procurador do jogador Bebeto, do Vasco e da Seleção Brasileira. O craque *collorista*, foi fotografado e gravou tapes para a campanha no horário eleitoral gratuito.

Collor tinha percorrido oito cidades do interior paulista em comícios e carreatas e deveria dormir em São Paulo, mas acabou seguindo para o Rio para o compromisso com Bebeto. Mostrava-se bem disposto durante o coquetel com os salgadinhos que reuniu duas dezenas de pessoas, inclusive o governador do Piauí, Alberto Silva, e membros de sua campanha, como o secretário de Imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva, um dos seus mais próximos assessores, o deputado Renan Calheiros, líder do PRN na Câmara, e a jornalista Belissa Ribeiro responsável por seus programas de televisão no horário eleitoral gratuito. Depois que alguns fotógrafos se retiraram, Collor tomou cerveja, e recolheu-se às 4h da manhã a um apartamento no hotel Caesar Park, em Ipanema.

A reclamação de Collor contra Sarney deve dar o tom de como será tratada a questão Silvío Santos por sua campanha, daqui para a frente. "Esta-

O patrocínio do presidente

BRASÍLIA — O presidente José Sarney decidiu petrocinar definitivamente a candidatura do empresário Sílvio Santos no dia 13 de outubro, quando seu deslanchamento na praia do Calhau, em São Luís, foi interrompido por uma notícia preocupante: seu filho, Zequinha, candidato ao governo do Maranhão em 1990, interrompeu no escritório com a informação de que o governador Epitácio Cafeteira havia liberado 12 deputados do seu grupo, vinculados ao PDC e ao PFL, para poderem se candidatar Fernando Collor.

Com seu arquinimigo e ex-governador João Castelo ocupando a liderança da recente adesão do seu amigo Cafeteira ao Collor no Maranhão, e, sobrou para o presidente, seus filhos e seguidores, uma desconfortável candidatura Leonel Brizola, a quem José Sarney Filho vem elogiando em pronunciamentos públicos. Enquanto intrinseca ao seu grupo a manter esta porta aberta, o presidente voltou a Brasília na noite do dia 15 já decidido a detonar a candidatura de Sílvio Santos, com tábua almoça-

manter um comportamento de magistrado na eleição para escolha do seu sucessor, o presidente Sarney contrapõe uma realidade de ingenuidade. No dia 4 de setembro, tentou pessoalmente convencer o empresário Antonio Ernirio de Moraes a aceitar a candidatura. Ernirio recusou. Tentou Mizio Quadros, sem sucesso.

Maranhão, começou então a canalizar as insatisfações de vários políticos do partido que perdiam terreno para os candidatos que aderiram à primeira hora à candidatura de Collor de Mello. Nesse caso, estava o senador Hugo Napoleão (PI), presidente do PFL, que procurava uma solução de sobrevivência política des- de que o governador Alberto Silva, seu rival, "colortiu". Ao grupo juntou-se o senador Marcondes Gadelha (PB), tam- bém amigo do presidente da República, formando-se o quarteto com o ministro do Interior, João Alves, de Sergipe, onde as candidaturas de sucesso já estavam todas ocupadas.

reuniu o presidente Sarney e o empresário Silvio Santos, o ministro João Alves promoveu uma reunião de toda a bancada o PFL em sua casa. Os pefilistas partidários de Collor registraram, com certa estranheza, que a reunião parecia ter sido convocada para uma "última noite de poesias". Era para todos se sentirem liberados.

tro João Alves, terça-feira, dia 17, Aureliano Chaves concordou em renunciar; dia 19, acertou tudo com Silvino Santos, e no dia 20 recuou. Inconformados, os senadores continuaram esmerçados pela destituição de Aureliano e não se envolveram na procura de uma nova legenda para Silvino Santos quando se convocou para uma sessão de

31

Indignação
PDT, Leonel Brizola,

torial gáudio onde passou, responsabilizou o presidente José Sarney pela entrada de Silvío Santos na sucessão presidencial. Depois de uma visita à sepultura de seus pais, Brizola sugeriu ao Congresso o exame do comportamento de Sarney no episódio Silvío Santos, "até com vistas a um *impêchment*." O candidato pedetista acrescentou que "se o Brasil tivesse um Congresso à altura, ele apreciaria a posição do presidente e essa manobra indecorosa do Palácio do Planalto. O Congresso deveria dizer que não se estimulam golpes eleitorais de última hora. Isto equivale a uma obstrução das eleições."

preconizado por jornais em sua
polia, município de Goiás, o candidato
do PT, Luis Inácio Lula da Silva, etre-
nhou que a imprensa esteja preocupada,
apenas, com o chamado *Caso Lubeca* —
nome de uma empreiteira que trabalha
com a prefeitura de São Paulo e que
ofereceu ajuda à sua campanha —, o-
rientando-a no sentido de descobrir
"quanto Silvio Santos pagou para Ar-
mando Corrêa renunciar." Em oito cida-
des do interior paulista, onde esteve em
campanha ontem, o candidato do PRN,
Fernando Collor, endureceu o tom de
suas críticas ao presidente José Sarney, a
quem acusou de tentar dificultar a con-
solidação do processo democrático. Sem-
pre com alusões claras, mas indiretas, a
Silvio Santos, Collor chamou a atenção
de seus eleitores: "Este não é um mo-
mento para brincadeiras, para se im-
provisar. Não é um momento para se
permitir que entrem pela janelas da elei-
ção para tentar confundir o voto do
novo mais sofrido."

tura do dono do SBT, Silvio Santos, pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB), foi recebida com surpresa. A maioria das lideranças políticas que opinou sobre ela, como o governador fluminense Moreira Franco ou o candidato do PFL, Aureliano Chaves, seguiu Brizola e a interpretou para tumultuar a campanha eleitoral em sua reta final. O candidato do PSDB, Mário Covas, culpou a legislação eleitoral vigente "pela brecha" que permitiu a entrada de Silvio Santos na sucessão presidencial, sem esconder que esse fato não pode mudar tudo!

contrando melhores espaços dentro da campanha presidencial, em diferentes estados, por causa de divergências regionais, a candidatura de Silvio Santos é, no entanto, uma diversificação. Está nesse caso, os representantes do PFL e do PDSS, dividiam pesos palanque e Paulo Maluf e T. arábiles por um tempo: o vício de tabaco é o de última hora? o Cabralha (moderador)

1



Armando Corrêa



Silvio Santos

Orfícios — Em Fortaleza, onde se encontrava ontem, Mário Covas disse que a candidatura de Sílvio Santos era coisa “de um país paradoxal, um absurdo, porque ela já entra na disputa sem o menor sentido. Faltam apenas 13 dias para a eleição e os demais candidatos, há quatro meses, empreendem verdadeira maratona pelos municípios brasileiros.” O candidato do PSDB não quis, no entanto, fazer prognósticos sobre as candidaturas que perdem ou ganham com a entrada em cena do homem que é, ao mesmo tempo, o dono do SBT e seu principal animador de programas de audiência.

O ex-ministro paulista Antônio Ermirio de Moraes, que responsabilizou o presidente José Sarney pela gestação e nascimento da candidatura de Silvío Santos. O candidato do PFL afirmou: "Antônio Ermirio é um homem sério e as declarações dele merecem ser examinadas pelo Boletim do Planalto".

"Eu entro de corpo inteiro nas coisas e não tenho o hábito de fazer manobras de envolvimento. Tenho até o mau hábito de não me preocupar com manobras que estão se tornando corriqueiras na política brasileira", salientou Aureliano.

letiva no Palácio Guanabara, o governador Moreira Franco defendeu a impugnação da candidatura de Silvano Santos pela Executiva Nacional do PMDB, acompanhando o PDT, o PT e o PDS. "Não faço parte do comando pemedebista, mas se o fizesse, creio que a manobra de frustrar essa manobra grave e indigna seria a de denunciar. E o local da denúncia é o TSE".

Santos, no sr. Armando Costa (ex-candidato do PMB) ou no Marcelino Gadelha (ex-PP-L). Está na mão, na mãozinha, na tranqueira pela qual está sendo feito" destacou o articulador do

Estado do Rio. Moreira espera que o quadro sucessório não seja alterado com a candidatura do apresentador do SBT, mas sustenta: "Haverá prejuízo é para o processo eleitoral e democrático e não para os candidatos. Querem tirar a credibilidade do processo, desrespeitando os anseios da população, que tem como sua última esperança a eleição de um novo presidente".

O governador de Minas, Newton Cardoso, reuniu seus assessores mais importantes, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, considerando possível "a criação de um impasse" que resultaria, segundo ele, da batalha jurídica pelo registro ou não do novo candidato do PMB. Newton fez contatos, por telefone, com o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, que também aliena o mesmo ponto de vista.

Freire, que comanda um programa popular todas as manhãs na Rádio Jornal do Comércio, em Recife, deu o primeiro lugar a Lula com 30 votos e registrou um empate de 28 votos entre Silvío Sadot e Fernando Collor. Os ouvintes de Freire opinam sobre a sucessão por telefone. Na capital de Pernambuco, o barão Savoy, um dos mais frequentados night-clubes da cidade, discutiu a validade da entrada do dono do SBT na eleição.

vio Santos ficou o Diretório Regional do Partido Municipalista Brasileiro (PMBB) em Pernambuco, que manteve seu apoio a Fernando Collor, informaram o líder na Assembleia Legislativa do estado Manuel Alves, e a vereadora por Recife Geralda Farias. O PMB nasceu em 1966 para permitir que o usineiro Amador Farias entrasse na coligação que elegeria Miguel Arraes governador e complementasse uma coligação de esquerda. O partido permaneceu no partido e o nome dele não foi usado.

TSE encontra solução para solução

A decisão inesperada de Silvio Santos de sair candidato a 15 dias da eleição presidencial colocou os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre a cruz e a espada. Diante de uma lei flutuante, que não garante gratuitamente nada em matéria de eleição, os ministros do TSE estão em dificuldades para encontrar uma solução jurídica à questão política de impedir o oportunismo de uma candidatura de última hora.

Contrariados com os rumos da eleição presidencial, os ministros não podem tomar qualquer medida que implique em impedir qualquer candidatura sujeita às vésperas da eleição. "A lei não ajuda. Estamos totalmente amarrados e impedidos de adotar qualquer medida para evitar os abusos no fim da campanha", lamenta um dos sete ministros do TSE. Com o voto presidencial no artigo 8º do Projeto de Lei Eleitoral, que prevê um prazo mínimo de três meses para a filiação partidária dos candidatos, a Justiça Eleitoral não dispõe de instrumentos jurídicos capazes de impedir que a poucos dias da eleição, o qualbe sucederia pelas mudanças profundas com a troca de legendas e candidatos.

Até o momento, os ministros do TSE não conseguiram encontrar nenhuma disposição de lei que possa impedir a candidatura de Silvio Santos tão pouco tempo antes da eleição. "A lei está do lado dele", lamentam os ministros, ao apontarem de serem acionados por outros partidos e candidatos para tentar impedir a candidatura do apresentador de TV com base nos prazos jurídicos estabelecidos para o julgamento das inscrições de candidaturas. A princípio, Silvio Santos só conseguirá ser considerado candidato registrado no prazo mínimo de 11 dias. Porém, se forem cumpridas todas as regras previstas na Lei, ele corre o risco de ser considerado inelegível por falta de tempo para o julgamento de sua candidatura.

ESPALHADO GARANTIDO — Filado ao PMB, nada impede que o apresentador Silvio Santos, novo candidato a presidente da República pelo partido, ocupe os cinco minutos diários do horário eleitoral gratuito garantidos ao Partido Municipalista Brasileiro, para fazer propaganda política. Esse é o entendimento do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Francisco Rezak.

Caso idêntico ocorreu logo no início da campanha, quando o então candidato do PV, Herbert Daniel, renunciou à candidatura em favor de Fernando Gabeira. Mesmo antes que o TSE reconhecesse a candidatura de Gabeira, o jornalista começou a ocupar o horário de 30 segundos do PV anunciando seu nome como candidato. A lei eleitoral de junho (Lei 7.773) faculta aos partidos políticos colocar quem quiser no horário gratuito eleitoral no rádio e na televisão, sem exceções. A partir de então, os mesmos fatos, o apresentador Silvio Santos tem uma situação idêntica, independentemente de sua candidatura.

Silvio Santos não se des-
taça pelo fato de ter
sido eleito primeiro-
ministro. Ele não se
desprezaria de ser eleito
segundo-vice. Mas é a
conquista da vitória que
deixa o Instituto Gallup, a
primeira pesquisa de opinião
do país, com o coração no
peito. Ele tiraria
votos de todos os outros
candidatos, mas a análise
do Gallup destaca que seu
percentual de votos "pode ser
muito maior do que ainda
sejam os candidatos. Em
primeiro lugar porque o de-
sapeado de Silvio Santos
no horário eleitoral pode de-
terminar seu crescimento ou
perda de espaço. Depois,
porque os eleitores podem
ter dificuldades para en-
tender a necessidade de votar
em Armando Correa para
eleger Silvio".



REVEALADO — A pes-
quisa do Gallup foi realizada
entre 26 de outubro e 1º de
novembro. Durante a maior
parte do tempo, a candidatu-
ra de Silvio Santos era ainda
uma incógnita. Por isso, o
Instituto adotou uma meto-
dologia nova. Primeiro, os
pesquisadores mostraram
aos entrevistados a lista dos
22 candidatos já inscritos,
perguntando em qual deles
eles votariam "se a eleição
fosse hoje". Depois, pergun-
tavam aos eleitores se eles
mudariam o voto no caso do
lançamento de Silvio Santos,
passando a apoiá-lo.

A primeira conclusão da
pesquisa é que Silvio Santos
não apenas ganha o quadro
eleitoral, como larga em pri-
meiro lugar na fase final da
disputa. Ele tem 29% dos
votos, contra 18,6% de Col-
lor de Mello — que desce
para o segundo lugar —,
10,6% de Lula e 9,9% de
Leonel Brizola.

O Gallup destaca que, ao
ser feita a pesquisa, "os elei-
tores ainda desconheciam a
desistência do candidato Ar-
mando Correa em benefício
de Silvio Santos e também
que, para votar em Silvio
Santos, terão que anular o
nome de Correa na cédula
de votação".

"Estes e outros fatores que
podem mudar" — destaca o
Gallup — "têm uma im-
portância transcendente de
25% para Silvio Santos ape-
nas um ponto de vista. A
pesquisa, porém, cria o voto
em favor de Silvio Santos
e, portanto, a vitória dele
na eleição".

GALLUP/ZN

E.P.(P.P.)

ETRO HODZ
31/11/83

SÍLVIO LIDERA PREFERÊNCIAS EM TODAS AS CLASSES SOCIAIS

□ Apenas na classe A ele
divide o primeiro posto
com Mário Covas. Nas
demais faixas econômicas,
o dono do SBT concentra
as intenções de votos

O eleitorado de Silvio Santos
se concentra fortemente nas
classes C e D, mas o empresário
lidera a preferência em todas as
faixas econômicas, segundo o
Gallup. A maior parte dos elei-
tores simpáticos ao novo candi-
dato surge entre os eleitores
mais pobres, onde estava con-
centrado o principal reduto de
Collor de Mello (PRN) que lide-
rou todas as pesquisas de opi-
nião pública até o lançamento
da candidatura do empresário e
animador. O índice de populari-
dade de Silvio cai muito entre os
eleitores de maior escolaridade e
de melhor condição econômi-
ca.

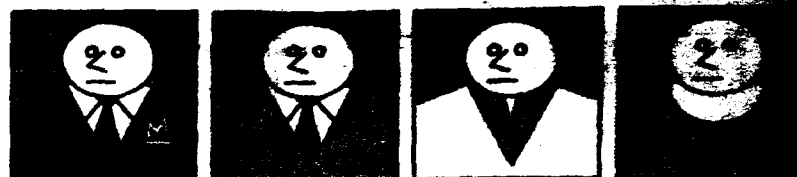
Na classe D, onde está con-
centrada a maior parcela do
eleitorado, Silvio Santos con-
quista um terço dos votos, che-
gando a 33% das preferências.
O segundo lugar fica com Col-
lor, que mantém o percentual
expressivo de 23,8%. Luis Iná-
cio Lula da Silva (PT) é o tercei-
ro colocado nesta categoria eco-
nômica, com 10,5% dos votos.
Em quarto lugar aparece Leo-
nel Brizola (PDT), com 8,3%
das preferências.

Sem a presença de Silvio San-
tos, Collor seria o líder na classe
D, com 35,9% das intenções de
voto. Lula seria o segundo, com
14,5%, e Brizola o terceiro, com
11,6%. Todos os candidatos
perderiam votos para o dono do
SBT nesta categoria.

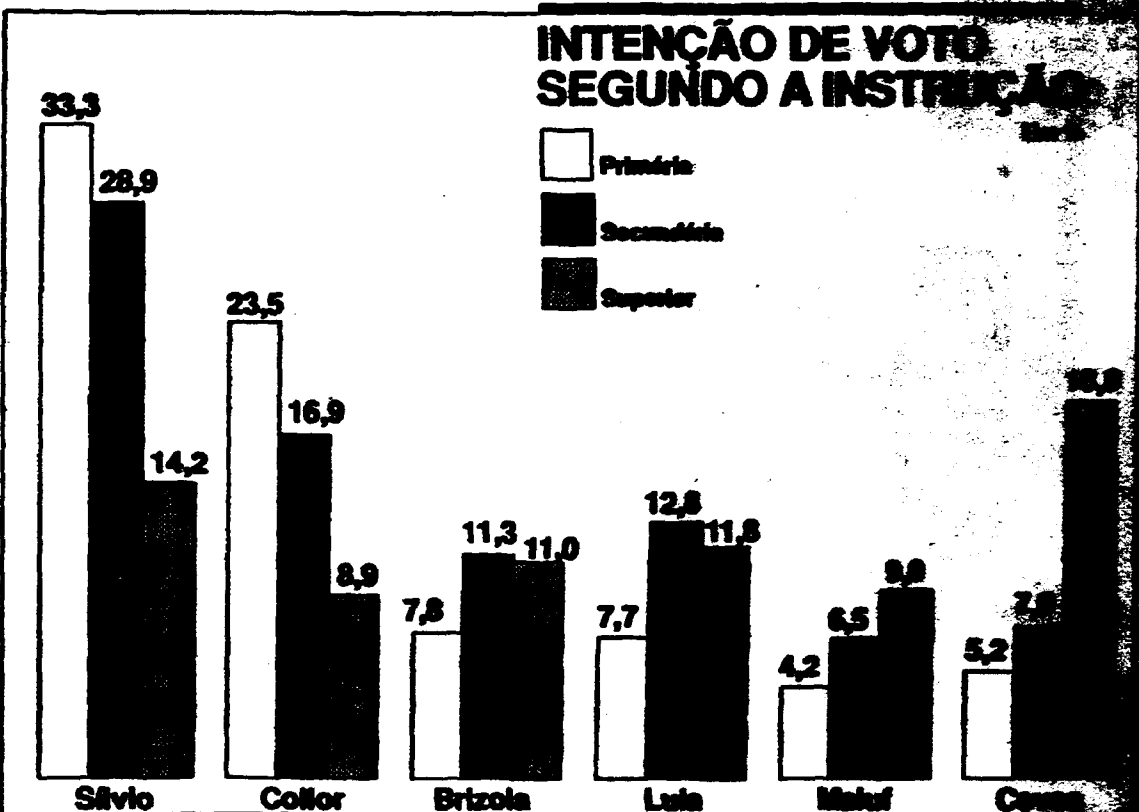
Na classe C, a liderança de
Silvio Santos é ainda mais folga-
da. Ele tem 28,8%, praticamen-
te o dobro do percentual obtido
por Collor de Mello que ficou
em segundo lugar com 14,8%.
Lula aparece logo depois, com
12,3%, seguido de perto por
Brizola, com 11,5%. Sem o
empresário, Collor teria 21,9%
contra 15,6% de Lula e 14,2%
de Brizola.

WATSON — Silvio Santos
também lidera entre os eleitores
da classe B. Ele tem 22,3% con-
tra 14% de Collor e 12,8% de
Mário Covas (PSDB), que é o
terceiro colocado. Antes do lan-
çamento de Silvio Santos, Col-
lor liderava com 18,8%, tendo
como perseguidores Covas, com
15,6%, e Paulo Maluf (PDS),
com 14,3%.

A REAÇÃO DAS CLASSES



	CLASSE A		CLASSE B		CLASSE C		CLASSE D	
	SEM Silvio Santos %	COM Silvio Santos %	SEM Silvio Santos %	COM Silvio Santos %	SEM Silvio Santos %	COM Silvio Santos %	SEM Silvio Santos %	COM Silvio Santos %
Silvio Santos	-	17,8	-	22,3	-	28,8	-	33,3
Fernando Collor	18,8	18,8	18,8	14,8	21,9	14,8	23,8	23,8
Lula	8,8	8,8	10,8	8,7	15,6	12,3	14,5	10,5
Leonel Brizola	12,8	12,2	12,8	10,6	14,2	11,5	11,6	8,3
Mário Covas	18,8	17,4	18,8	12,8	11,9	8,8	7,1	4,8
Paulo Maluf	12,1	8,8	14,3	10,9	8,8	6,8	6,8	2,2
Guilherme Afif	14,8	12,1	18,4	8,8	7,2	4,8	3,8	2,8
Ulysses Guimarães	1,8	1,8	4,4	2,8	2,8	2,8	4,8	2,8
Roberto Freire	2,8	2,8	2,8	2,4	1,8	1,7	0,8	0,8
Romildo Calado	2,8	2,1	1,3	1,1	1,8	1,3	0,8	0,8
Assis Chaves	1,1	0,7	0,8	0,7	1,8	0,8	1,8	0,8
Outros candidatos	2,8	2,8	1,8	0,8	1,8	1,8	1,8	0,8
Voto em branco	5,4	2,8	2,8	2,2	6,8	2,8	6,7	2,8
Indefinido	2,7	2,4	2,3	1,8	2,1	2,8	0,8	0,8



O quadro mais equilibrado
depois do lançamento de Silvio
Santos ficou na classe A. Entre
os eleitores com maior renda há
um empate entre Silvio e Covas.
O animador tem 17,8% contra
17,4% do candidato dos tuca-
nos. Na disputa pela terceira
posição há outro empate, desta
vez entre Brizola, com 12,2%, e
Afif Domingos (PL), com
12,1%. O maior prejudicado,
nesta faixa, com a candidatura
de Silvio Santos, foi Collor que

perdeu seis pontos e caiu da
segunda para a quinta posição.

ESCOLARIDADE — O perfil do
eleitor de Silvio Santos também
varia de acordo com o grau de
instrução. O empresário tem
33,3% dos votos entre os elei-
tores de instrução primária, onde
é o líder absoluto. Collor de
Mello é o segundo colocado
nesta faixa, com 23,5%. O ani-
mador também lidera entre os

eleitores com instrução se-
cundária, onde concentra 28,9%
dos votos contra 16,9% de Col-
lor. Lula tem 12,6% e Brizola
11,3%.

A força de Silvio Santos é
bem menor entre os eleitores de
nível superior. Ele tem 14,2%
das intenções de voto e fica em
segundo lugar, atrás de Mário
Covas que tem 18,8%. Além
disto, é perseguido de perto por
Lula, com 11,8%, e Brizola,
com 11%.



Só 23% dos eleitores escolhem candidato por sua ideologia

□ Ao contrário do que os políticos poderiam imaginar, na sua maioria os eleitores não ligam para questões ideológicas na hora de definir o voto

Apenas uma pequena minoria dos eleitores define ideologicamente o seu voto, segundo a pesquisa do Gallup. A análise do instituto diz que "apenas 23% dos eleitores dizem ter preferência por políticos de centro, direita ou esquerda. Portanto, 77%

não levam este tipo de classificação ideológica dos políticos em consideração". A pesquisa mostrou ainda que 9,3% dos eleitores dizem preferir um candidato de esquerda. Este índice é praticamente o mesmo dos eleitores que preferem um político de direita, que são 9,5%. Finalmente, 3,8% dos entrevistados disseram preferir um candidato de centro.

Dos 29% que admitiram votar em Silvio Santos, 25% não fizeram uma opção ideológica. Entre os restantes, a maior parte (2,5%) disse preferir políticos de direita. Com

Fernando Collor aconteceu praticamente a mesma coisa. Ele foi o preferido de 18,6% dos eleitores, dos quais apenas 0,3% disseram preferir políticos de esquerda, enquanto 2,6% se definiram pela direita e 15% não têm opção ideológica.

Mesmo Luis Inácio Lula da Silva, um político de esquerda apoiado por uma coligação de legendas socialistas, não tem um voto marcadamente ideológico, segundo o Gallup. Dos 10,6% que o apontaram como preferido, apenas 3,2% disseram preferir políticos de esquerda. Entre os restantes, 0,1% prefe-

rem o centro, 6,9% não têm opção ideológica e 0,4% simpatizam com a direita.

INDEFINIÇÕES — O maior grau de indefinição ideológica é o maior entre os eleitores de Leonel Brizola. Ele tem 9,9% de preferência na pesquisa, sendo que 2% deles preferem a esquerda (0,6% se dividem entre centro e direita). A maior parcela (7,3%) diz não ter definição ideológica. O eleitorado de Mário Covas é ainda mais dividido. Dos 8% que disseram votar nele, 5,8% não se definem ideologicamente.

te. Entre os outros, 1,1% preferem a esquerda, 0,5% se dizem de centro e 0,6% de direita.

Com os outros candidatos, o índice é semelhante. Paulo Roberto Campos tem 3,9% de votos, dos quais apenas 1% têm definição ideológica. Carlos de Almeida Domingos, são 3,1% de eleitores ideologicamente indefinidos, contra 1% de centro e direita e apenas 0,1% que preferem a esquerda. O eleitorado de Ulysses Guimarães, de 2,5%, é dividido por 0,2% de eleitores de esquerda, 0,2% de eleitores de direita, contra 2,1% indefinidos.

REGIÃO SUL

Se a eleição fosse hoje votariam em:	19-25 out %	26 out 01 nov %
Leonel Brizola	25,5	25,4
Fernando Collor	12,5	21,6
Altair Domingos	8,6	8,9
Mário Covas	7,8	7,5
Lula	7,9	6,5
Paulo Maluf	6,9	6,2
Ulysses Guimarães	6,3	4,7
Roberto Freire	1,1	1,5
Ronaldo Caiado	1,0	1,4
Assisato Corrêa	1,4	0,8
Assisato Chaves	1,0	0,6
Outros	0,9	2,5
Em branco	2,1	3,8
Indecisos	0,2	0,8

REGIÃO SUDESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	19-25 out %	26 out 01 nov %
Fernando Collor	25,1	22,7
Mário Covas	11,1	14,4
Lula	14,3	12,9
Paulo Maluf	12,4	12,9
Leonel Brizola	12,8	11,1
Altair Domingos	6,5	7,2
Ulysses Guimarães	3,4	2,7
Roberto Freire	1,8	1,8
Assisato Chaves	0,7	1,8
Ronaldo Caiado	1,0	0,8
Assisato Corrêa	0,4	0,4
Outros	0,7	1,1
Em branco	2,9	5,5
Indecisos	5,9	2,9

REGIÃO NORDESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	19-25 out %	26 out 01 nov %
Fernando Collor	37,8	32,8
Lula	12,7	17,8
Leonel Brizola	9,4	10,5
Mário Covas	5,7	7,2
Ulysses Guimarães	5,8	5,3
Paulo Maluf	4,3	4,1
Altair Domingos	5,9	3,8
Roberto Freire	1,5	1,5
Assisato Chaves	0,8	1,5
Ronaldo Caiado	0,4	0,5
Assisato Corrêa	0,4	0,4
Outros	0,6	1,4
Em branco	6,2	7,1
Indecisos	8,5	7,1

REGIÃO NORTE CENTRO-OESTE

Se a eleição fosse hoje votariam em:	19-25 out %	26 out 01 nov %
Fernando Collor	40,1	32,8
Lula	12,7	17,8
Leonel Brizola	9,4	10,5
Mário Covas	5,7	7,2
Ulysses Guimarães	5,8	5,3
Paulo Maluf	4,3	4,1
Altair Domingos	5,9	3,8
Roberto Freire	1,5	1,5
Assisato Chaves	0,8	1,5
Ronaldo Caiado	0,4	0,5
Assisato Corrêa	0,4	0,4
Outros	0,6	1,4
Em branco	6,2	7,1
Indecisos	8,5	7,1

Sem o novo nome, nada muda nas regiões do País

Antes do lançamento de Silvio Santos, Leonel Brizola continuava a liderar a eleição na Região Sul do Brasil. Ele tinha 26,4% contra 21,4% de Collor de Mello, que ficou na segunda colocação, crescendo três pontos. O terceiro lugar na região continuava a ser de Altair Domingos com 9,9%, seguido por Mário Covas com 7,5%. Lula, com 6,9%, e Paulo Maluf, com 6,2%, vêm logo depois.

Na Região Sudeste, a liderança continuava a ser de Collor, com 23,7%. Pela segunda posição, uma grande disputa entre Mário Covas, com 14,4%, Lula, com 13,9%, Maluf, com 12,9%, e Brizola, com 11,1%. Covas é o candidato que mais vem crescendo na região.

Collor continuava a liderar no Nordeste, mas ainda perdendo pontos. Ele desceu de 37,8% para 32%. O segundo colocado é Lula, que cresceu de 12,7% para 17%.

Brizola é o terceiro com 10,6% entre os nordestinos. Já nas regiões Norte e Centro-Oeste, Collor lidera tranquilamente, com 40,3% dos votos contra 16,1% de Lula, que vem em segundo.

No Estado de São Paulo, antes da entrada de Silvio Santos, a disputa pelo primeiro lugar se concentrava entre Paulo Maluf, Collor de Mello e Mário Covas. Paulo Maluf se mantinha na liderança, com

23,2%, seguido por Collor, com 20,8%, e Covas, que chegou a 19,4%.

NO E NUNCA — Entre os eleitores do Rio de Janeiro, Brizola é o líder isolado, com 40,1% das preferências, mantendo a primeira posição que ocupa desde o início da campanha. Collor aparece em segundo lugar, mas com 17,3%. Ele já é seguido de perto por Lula, que vem crescendo e chegou a 13,2%.

Outro que vem ganhando espaço entre os cariocas é Mário Covas, que é o quarto colocado, com 9% das indicações de voto. Este é o resultado sem a participação de Silvio Santos.

Collor lidera entre o eleitorado de Minas Gerais e Espírito Santo, onde soma 32,7% dos votos. Lula é o segundo, com 15,5%, e depois vem Altair Domingos, com 11,2%, e Covas, com 10,3%.

Sarney nega influência na eleição

□ Reclamando das constantes acusações de que tenta influir nas eleições, o presidente Sarney disse ontem estar inocente no caso Sílvio Santos

F.P. (P.R.)
ZEIRO HORA 3/11/89

Ao desembarcar ontem na base aérea de Brasília, vindo de São Luís, o presidente José Sarney insistiu-se de qualquer envolvimento na sucessão presidencial e, particularmente, no lançamento da candidatura do empresário e animador de televisão Sílvio Santos. "Tudo o que acontece no Brasil a culpa é sempre do presidente. Mas eu não tenho candidato, meu candidato é o Brasil", disse.

Sarney disse ainda que não indi-

cou sequer aos amigos um nome para as eleições presidenciais. "Por mais que desejem me colocar a frente desse processo, eu não quero me envolver. Os candidatos acham que dá voto atacar o presidente da República. Mas tenho certeza de que o povo está amadurecido politicamente. O povo não vai votar por tudo aquilo que eu não pude fazer pelo Brasil, mas pelo que os candidatos podem fazer com seus programas", respondeu.

Diante da insistência dos jornalistas sobre a candidatura Sílvio Santos, Sarney deu uma última resposta: "Não fiz ainda avaliação desse processo".

Mas, embora o presidente diga que nada tenha com o lançamento

da candidatura Sílvio Santos, o mesmo não se pode dizer do ministro do Interior, João Alves. Ele está participando ativamente das negociações pró Sílvio Santos, no mesmo esquema do qual fazem parte dois parlamentares dos mais ligados ao presidente Sarney: senadores José Carlos Gadelha e Edmar Costa.

Com a decisão do ex-ministro Aureliano de confirmar na disputa sucessória, suspendendo a reunião nacional do PFL, João Alves não de cede, preferindo atuar nos bastidores, sendo informado a todo instante pelo senador Hugo Napoleão do progresso das negociações com Sílvio Santos e partidos "parceiros", na busca de legenda. (AJB/AE)

Polícia acha que propina envolve PT e multinacional

Lia Carneiro

SÃO PAULO — A organização argentina Bunge y Born está diretamente ligada ao caso Lubecca, que provocou a exoneração do secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh. A Polícia Civil de São Paulo trabalha com esta informação e deve divulgá-la nos próximos dias.

"Temos fortes indícios de que existem ligações entre quem fez a aplicação no mercado financeiro do cheque inicialmente emitido pela empresa Lubecca, José Luis Aranha Moura, que é um dos proprietários da Appraisal Avaliações Engenharia Ltda, e um elemento ligado à direção da Bunge y Born", afirmou o responsável pelo inquérito, delegado Massilon José Bernardes Filho, titular do 4º Distrito Policial. Bernardes pretende promover uma ampla fiscalização nas empresas Lubecca e Appraisal, para esclarecer não somente o caso Lubecca, mas trazer à tona outras operações ilegais em que as empresas estejam envolvidas.

Sócos — Embora a Polícia Civil paulistana ainda prefira falar em indícios, sem dar oficialmente nomes aos bois, as informações indicam que Moura é, na verdade, sócio de Luciano Girão, considerado o braço direito do principal acionista da organização Bunge y Born, Otávio Caraballo.

"Alguém está mentindo em algum lugar nesta história", disse o procurador do Ministério Público Dráulio Lúcio Barreto, que solicitou ajuda ao Banco Central, junto com o chefe procurador encarregado do caso, José Silvino Perantoni, para desvendar os caminhos percorridos pelo cheque de NCz\$ 900 mil, emitido em 22 de agosto último, pela empresa Lubecca. A Polícia Civil está procurando manter contato tanto com Girão quanto com Moura, que está foragido. "Nós não vamos ficar aguardando a boa vontade de Moura para esclarecer esta história", garantiu Barreto, que não descartou a possibilidade de um pedido de prisão preventiva contra Moura.

O caso Lubecca veio à tona no debate entre os candidatos à Prefeitura da República promovido pela Rede Bandeirantes no dia 16. Na ocasião, o candidato do PSD, Ronaldo Caiado, acusou a Prefeitura de São Paulo de ter recebido propina, citando os números dos cheques utilizados na transação. A propina teria sido oferecida pela Lubecca Empreendimentos Imobiliários, por meio do consultor jurídico José Firmo Ferraz Filho, como contribuição para a campanha do PT em reconhecimento à eficiência das negociações entre a Prefeitura e a empresa para a aprovação de um projeto imobiliário de 35 prédios residenciais e 12 de escritórios na Zona Sul da cidade.

No intervalo do debate, o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh envolveu-se numa disputa acalorada com Caiado, indignado com as acusações, mas terminou por admitir, na última segunda-feira, que tinha conhecimento da oferta ilegal de recursos. Por não ter denunciado o fato de imediato, Greenhalgh foi exonerado, na quarta-feira, de seu cargo de secretário dos Negócios Extraordinários pela Prefeitura de São Paulo, sob a alegação de "quebra de confiança".

Nota fria — Outro envolvido no caso, o dono da Tercet Comércio e Técnica de Serviços, Omar Cássio Rosato, também foragido, poderá ser surpreendido com um pedido de prisão preventiva. A polícia suspeita que a empresa Appraisal, de Moura e Girão, teria atuado como intermediária entre a Lubecca e a Tercet, que, por sua vez, seria a mediadora da transação. Como a Lubecca é ligada a uma multinacional teria assinado um contrato de prestação de serviços com a Tercet, para justificar a saída de dinheiro. Na verdade, como há evidências de que estes serviços nunca foram prestados pela Tercet (a perícia do Instituto de Criminalística da Polícia Civil está investigando o local das obras), a empresa teria simplesmente vendido uma nota fria à Lubecca, com a intermediação da Appraisal.

De acordo com a apuração do Banco Central, o cheque de NCz\$ 900 mil emitido pela Lubecca para a Tercet em 22 de agosto deste ano, foi depositado na agência City Lapa do Banco Bradesco. No mesmo dia, a Tercet emitiu um cheque ao portador no valor de NCz\$ 837 mil (os NCz\$ 63 mil subtraídos do cheque original de NCz\$ 900 mil seriam a comissão da Tercet). Ainda no dia 22 de agosto, José Luis Aranha Moura aplicou esse cheque emitido pela Tercet no Segmento Distribuidora de Valores e Títulos Imobiliários, cujo proprietário é Gaspar Gasparian, irmão do deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP).

Trajetória — Gaspar Gasparian foi procurado ontem pelo JORNAL DO BRASIL e disse que não tinha nada a declarar. Nos bastidores das investigações, existem informações de que a Lubecca e a Appraisal são clientes constantes da corretora Segmento. O cheque apresentado por Moura para que a Segmento aplicasse no mercado financeiro foi depositado na agência central do BCN. No dia 24 de agosto, Moura solicitou a Segmento o resgate de NCz\$ 720 mil (os NCz\$ 117 mil subtraídos do cheque de NCz\$ 837 mil seriam a comissão de Moura). O resgate foi sacado pelo próprio Moura ou por alguém ligado a ele no Banco Digital, e depositado no Banco Cidade de São Paulo, na agência da Avenida Paulista. Ao mesmo tempo que esta pessoa, ainda não identificada pela polícia, fez o depósito, emitiu também uma ordem de pagamento para outra, que também não foi identificada, no mesmo valor de NCz\$ 720 mil.

Se as suspeitas da polícia forem confirmadas, o cheque saiu da Lubecca e, depois de dar umas voltinhas pela Tercet e pela Corretora Segmento, voltou às mãos de Moura (sócio de Luciano Girão, ligado não só à própria Lubecca, mas à organização Bunge y Born). Na verdade, é como se o cheque nunca tivesse saído da Lubecca, pois toda a operação realizada seria apenas para justificar a saída considerável de dinheiro da empresa, sem revelar seu provável destino: a Prefeitura de São Paulo.

A polícia suspeita que, em meados de junho, quando a Prefeitura de São Paulo embargou a obra do Projeto Urbanístico Panambý, exigindo que a construção não comprometesse a maior parte da área verde do local, Girão tenha recebido carta branca da Bunge y Born para alterar os rumos dessa história. Como o projeto é um investimento de US\$ 600 milhões, a polícia também está considerando os NCz\$ 720 mil como uma quantia substancial.



Para Lula, as denúncias não prejudicam a sua campanha

"Querem tirar a virgindade do PT"

"Não sou vidente nem tenho nenhuma a meu serviço para saber se isso vai prejudicar minha candidatura", disse ontem o candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, ao ser indagado sobre possíveis danos ao seu desempenho nas eleições, provocados pela denúncia de que a Lubecca teria oferecido à Prefeitura de São Paulo, ajuda financeira à sua campanha em troca da aprovação do projeto Tangará-Panambý. Em rápida entrevista concedida durante um intervalo das gravações de seu programa de televisão, Lula aproveitou para alfinetear seus adversários. "Se denúncias prejudicassem candidaturas, o Brizola não seria candidato e o Fernando Collor menos ainda".

Luís Inácio Lula da Silva queixou-se da repercussão que a imprensa vem dando

ao caso Lubecca. "Querem tirar a virgindade do PT", disse o candidato, criticando os jornais por não repercutirem denúncias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, contra o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, da forma como vêm fazendo com o caso Lubecca. "A *Folha* vive publicando denúncias contra o Collor e ninguém repercute. Mas a Lubecca faz três dias que não sai das manchetes".

Durante sua entrevista, o candidato do PT anunciou para amanhã à noite, no horário eleitoral, um programa dedicado à favela Nova República, soterrada por toneladas de terra na semana passada. Embora Lula não quisesse edificar o teor do programa, sua assessoria informou que, pela primeira vez, aparecerá a verdade dos fatos que geraram o soterramento.

Vice de Erundina não renunciará ao cargo

O vice-prefeito de São Paulo, Luís Eduardo Greenhalgh, que antecedeu a exoneração do cargo de secretário dos Negócios Extraordinários pela Prefeitura de Erundina, não vai renunciar. "Isso eu não faço de maneira alguma", disse ele numa tumultuada entrevista na tarde de ontem. Greenhalgh foi demitido do cargo de secretário de gabinete, Luiz Eduardo de Almeida Curti, por envolvimento na confusa história de corrupção já batizada de caso Lubecca. A Lubecca S/A Empreendimentos e Administração, uma empresa do grupo Moinho Santista, associado à multinacional Bunge y Born, é acusada de oferecer dinheiro para a campanha de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Greenhalgh admitiu há quatro dias que a proposta foi feita efetivamente — mas recusada.

"Eu pedi a exoneração por que a Prefeitura tinha que ficar totalmente livre para investigar todas as coisas com maior liberdade e tranquilidade", disse o vice-prefeito, nervoso. "Eu tenho absoluta consciência da minha inaptidão para esse caso. Esta acusação não é voltada contra o governo de São Paulo ou contra o vice-prefeito, mas sim contra a candidatura do companheiro Lula". Greenhalgh atribuiu as denúncias de corrupção "a mais uma das muitas calúnias que nós já sofremos".

Apelo — O vice-prefeito fez um apelo "às autoridades do Banco Central do Brasil", para que "rastrarem com a maior rapidez possível a trajetória dos dois cheques emitidos pela Lubecca para as empresas Tercet e Bel-air". "Nós já temos informações extra-oficiais de que esse dinheiro (NCz\$ 900 mil) não entrou na conta do PT", disse.

Greenhalgh não quis responder a uma pergunta sobre a nota oficial com que a Prefeitura de Erundina o exonerou. A nota diz, em certo trecho, que a decisão de exonerá-lo "se prende ao entendimento de que houve quebra da relação de confiança que se tem por indispensável ao exercício das funções de assessoria direta à chefia do Executivo". Fontes bem próximas a ele, entretanto, não escondem que a dureza da nota o deixou indignado.

O ex-secretário vai depor na Comissão Especial de Inquérito (CEI) formada na Câmara dos Vereadores para apurar o Caso Lubecca, motivo de sua demissão. Interessada em obter licença da Prefeitura para um grande empreendimento imobiliário, a Lubecca teria oferecido contribuição financeira para a campanha de Lula através de integrantes do staff de Greenhalgh na administração.

Depoimento — O depoimento de Greenhalgh só será feito depois de a CEI ouvir a diretoria das empresas envolvidas — a própria Lubecca e a Tercet Comércio e Tecnologia, que teria recebido um cheque da Lubecca sem prestar serviços. Serão ouvidas ainda as pessoas envolvidas com o roteiro deste cheque, os secretários Lúcio Gregory e Hermínia Maricato (presentes à reunião em que Greenhalgh propôs a empresa a construção de equipamentos públicos), e o candidato do PSD à Presidência da República, Ronaldo Caiado, (que fez a denúncia durante o debate entre os candidatos promovido no dia 16 de outubro pela TV Bandeirantes), além de Paulo Argento, funcionário da Lubecca que foi à Polícia Federal com mesma denúncia.

☐ **Ronaldo Caiado, candidato do PSD à Presidência da República, gravou ontem em Belo Horizonte um programa para televisão em que expõe os resultados de sua denúncia sobre suposta corrupção na Prefeitura de São Paulo, acusada pelo PT. Repetirá que a Prefeitura favoreceu a empresa Lubecca em troca de construção financeira para a campanha do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e analisará o papel da Lubecca no caso.**

8909877

Briga jurídica torna duvidosa candidatura de Sarney

F.P.C.A.P.S.
JORNAL DO BRASIL 4/11/84

BRASÍLIA — Além de ter alterado o quadro da disputa para presidente da República, como demonstram as primeiras pesquisas após a inclusão de seu nome, e de ter lançado grande confusão entre os eleitores, pois, na falta de tempo para reimprimir as cédulas eleitorais, votariam num candidato fictício (Armando Corrêa, nº 26) para anular seu nome, a candidatura de última hora do empresário e animador de televisão Silvio Santos desencadeou uma batalha jurídica em que se discutem de significados de palavras a vigência de leis, o que ainda torna duvidosa sua participação na eleição.

A palavra "representação", por exemplo, incluída no artigo 1º, inciso II, alínea "d" da Lei Complementar nº 5, de 1970, poderia ser a chave para a impugnação da candidatura de Silvio Santos pelo Partido Municipalista Brasileiro, PMB, no lugar de Armando Corrêa, que renunciou. O texto da lei diz que são inelegíveis aos cargos de presidente e vice-presidente da República os que, "tenham exercido, nos três meses anteriores ao pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação, em empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, ou sujeitas a seu controle, assim como em fundações instituídas ou subvencionadas pela União, estado, Distrito Federal, Território ou Município".

Provas — Advogados e políticos envolvidos com a articulação da candidatura de Silvio Santos têm alegado, como o próprio postulante, que ele é apenas acionista majoritário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) — os canais de televisão são concessões públicas — e atua ali somente como apresentador. Um dos advogados do PDT, Paulo Mata Machado, sustentará junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que Silvio Santos é o "controlador de fato" de suas empresas, a começar pelo Sistema Brasileiro de Televisão.

"Podemos apresentar filias com gravações de seus programas aos dominhos, onde ele anunciou que contratou o João Soares, por exemplo. Ele sempre se coloca na condição de patrão, de dono do SBT", afirma Mata Machado. Na tarde de ontem, Mata Machado esteve no Tribunal Superior Eleitoral, certificando-se da aplicabilidade da Lei Complementar nº 5. Seu convencido de que está no caminho certo, porque o tribunal entende que os dispositivos desta lei de 1970 que não entram em choque com o texto da Constituição de 1988 estão em vigor.

A vigência da Lei Complementar nº 5 é outra grande discussão provocada pela candidatura de Silvio Santos. A preponderância a interpretação de juristas como Miguel Reale, Leônidas de Abreu, Sobral Pinto, Evaristo de Moraes e ou-

tros advogados notáveis sobre a vigência dessa lei, a candidatura de Silvio Santos será indecisa pela justiça eleitoral. Até agora, apenas os advogados contratados pelo candidato sustentam que ela está revogada pela atual Constituição.

Disparate — "Isso é um disparate e chega a ser primário", contesta Leônidas de Abreu, com a autoridade de quem já presidiu o Tribunal Superior Eleitoral. Essa discussão centralizará o julgamento da candidatura de Silvio Santos. Se admitida a vigência da Lei Complementar nº 5 pelos juizes do TSE, dificilmente ele obterá o registro da candidatura, pois é fato quase indiscutível que exerce o controle administrativo total do Sistema Brasileiro de Televisão. Seus próprios assessores jurídicos reconhecem sua condição de acionista majoritário, sem contestar seu poder de mando. "Ele é acionista majoritário, mas como é que vai se desincompatibilizar? Vendendo as ações?", indaga Paulo Goiás, delegado nacional do PFL junto ao TSE e um dos advogados incumbidos da defesa de Silvio Santos.

Esse notório poder de mando administrativo dentro do SBT preocupa os advogados que tentam obter o registro da candidatura de Silvio Santos. Tanto que ontem procuravam encontrar no candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, precedente para a aprovação de Silvio Santos pela justiça eleitoral. Collor tem participação familiar na TV Gazeta de Alagoas — uma retransmissora da TV Globo, em Maceió —, mas não detém seu controle. "Essa questão é cristalina para nós, pois Silvio Santos, desde 1985, é mero apresentador", afirma Paulo Goiás.

Cordas vocais — "Ele gastou até suas cordas vocais nisso", ironizou o ministro Leônidas de Abreu, ao afirmar que não pode haver discussão sobre o mando administrativo de Silvio Santos dentro do SBT. "Quem contratou ele? Ou ele está emitindo pareceres publicamente para tentar obter um contrato?", devolveu o advogado Paulo Goiás, que acusou Leônidas de procurar induzir o TSE a uma decisão desfavorável a Silvio Santos. "Ele comete injúria contra o tribunal ao afirmar isso", contestou Leônidas.

A acusação de Goiás remete à composição do TSE que para alguns estaria sujeita à influência do Palácio do Planalto, ao qual é creditada a inspiração da candidatura Silvio Santos. Dos sete juizes, três são oriundos do Supremo Tribunal Federal, para onde foram indicados pelo presidente João Figueiredo. Outros dois são dos quadros do Superior Tribunal de Justiça; e dois representam os advogados, escolhidos em lista tríplice pelo STF. "Há absoluta independência, portanto", atesta Leônidas de Abreu.



Sai Corrêa (esquerda) e entra Silvio Santos no horário eleitoral gratuito

Animador pede registro de candidatura

SÃO PAULO — Silvio Santos garantiu por meio de assessores que estará hoje às 9h no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, para apresentar seu registro como candidato a presidente da República pelo PMB. Ontem, ele gastou boa parte da tarde gravando cenas para o horário eleitoral gratuito, no qual deverá estrear amanhã à noite. Até as 20h, Silvio Santos já tinha gravado oito programas para toda a semana, sendo que no primeiro deles vai explicar que seu nome não vai aparecer na cédula eleitoral, tentando assim evitar a ocorrência de votos nulos.

O programa de Silvio Santos para o horário gratuito foi gravado no estúdio do SBT, que pertence ao próprio Silvio, em Vila Guilherme, onde são gravados programas humorísticos como o *Veja o Gordo*, de João Soares. O programa político do animador de televisão, que terá a seu

dispor 2m30 minutos à tarde e outro tanto à noite, está sendo dirigido por Orlando Matrini, diretor do programa *Silvio Santos*, que a partir deste domingo passará a não contar com a presença do próprio Silvio. Na supervisão-geral está Luciano Callegari, superintendente artístico e operacional do SBT. Apesar de ser um programa "feito em casa", o cenário será azul com um grande logotipo ao fundo mostrando o nome do ex-candidato do PMB, Armando Corrêa, que ontem gravou cenas de apoio a Silvio Santos, e disse que o estúdio será alugado por NCz\$ 3 mil por dia.

Telefonia — Aos jornalistas reunidos na porta do estúdio do SBT, Corrêa disse ter recebido o ex-candidato de seu partido e o animador Silvio Santos. O pedido, formal, deverá ter seu mérito decidido pelo próprio Dias. "Armando, você ajudou a mudar a história do Brasil", teria dito o governador a Corrêa.

Perguntado se o telefonema significava apoio, Corrêa esquivou-se: "Isso vocês tem que perguntar a ele".

Para obter o registro de sua candidatura, Silvio Santos conta desde ontem com a ajuda dos advogados Arnaldo Malheiros e Gilberto Luppato, este assessor jurídico do SBT.

A militante Vilberina Zujenas, do PMB de São Bernardo do Campo (SP), enviou ontem uma carta a Armando Corrêa pedindo a impugnação da candidatura do dono do SBT. "Está caracterizado o oportunismo do candidato nesta filiação, eis que já mais se interessou pelo PMB e mesmo pela política nacional", escreveu Vilberina, surpreendendo o ex-candidato de seu partido e o animador Silvio Santos. O pedido, formal, deverá ter seu mérito decidido pelo próprio Dias. "Armando, você ajudou a mudar a história do Brasil", teria dito o governador a Corrêa.

8909877

Candidatura é ilegal, afirma Leitão



Leitão: "É inconstitucional"

□ Jurista e ex-ministro do STF, Leitão de Abreu sustenta a inconstitucionalidade da postulação de Sílvia Santos à Presidência

A candidatura Sílvia Santos à Presidência da República é inconstitucional e ilegítima. Se aceita pela Justiça Eleitoral consistirá em privilégio a um postulante que só assumiu essa condição às vésperas da eleição — fugindo, portanto, do confronto de idéias e programas com os demais. Com este conteúdo, o jurista João Leite de Abreu, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE),

avalia, por solicitação da Secural RBS/Brasília, o ingresso do proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) na corrida sucessória.

Numa de suas mais contundentes manifestações, o jurista gaúcho classifica o ingresso de Sílvia Santos no Partido Municipalista Brasileiro (PMB) como fruto "de uma negociação misteriosa". Para ele, a filiação, nesse caso, é "expressão de simples oportunismo". Leite de Abreu vê nesse ponto a ilegitimidade do candidato e pondera que essa ilegitimidade se somará às crises institucionais, sociais, econômicas e financeiras.

Mas o ex-ministro do STF e TSE — e também ex-chefe da Casa Civil do Governo João Figueiredo —

aponta a irregularidade que, a seu ver, atinge a candidatura Sílvia Santos: "Lei complementar declara inelegível para presidente da República quem, nos seis meses anteriores ao pleito, tenha exercido cargo ou função de direção, administração ou representação de empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público" — caso da sede de televisão mantida pelo empresário.

Embora sem exercer cargo de direção em seu grupo, Sílvia Santos não escapa à inelegibilidade, segundo Leite de Abreu, porque "desse, notoriamente, o pleno comando dessas empresas, o que lhe proporciona influência que a Constituição condena e proíbe como abuso de poder". (Folha, 2/11/87)

A inelegibilidade de Sílvia Santos

LEITÃO DE ABREU

Ex-ministro do STF e TSE

A filiação partidária é exigida pela ordem constitucional como condição de elegibilidade. Deve consistir a filiação em ato sério e legal, que implique identificação do eleitor com o programa do partido e com o seu estatuto. A filiação de Sílvia Santos ao Partido Municipalista Brasileiro não obedeceu, todavia, a esse propósito. Nasceu de uma negociação misteriosa com o candidato desse partido à Presidência da República. Em vez de ato sério e autêntico, a filiação, no caso, é expressão de simples oportunismo, que destoia da natureza desse ato. Em termos reais: esse ato, afastando-se da sua finalidade, é a filiação política e jurídica.

Por outro lado, lei complementar declara inelegível para presidente da República quem, nos seis meses anteriores ao pleito, tenha exercido cargo ou função de direção, de administração ou representação em empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. Sílvia Santos reconhece que é detentor do controle acionário de empresas dessa natureza, acrescenta, po-

rém, que não exerce nesses cargos ou funções de direção. Diante disso, os prepostos dele seriam inelegíveis: ele não.

Sucede que essas prepostos devem obedecer integral ao controlador absoluto de tais empresas. Nessas condições, estaria ele livre da inelegibilidade, enquanto os seus mandatários seriam inelegíveis. Essa interpretação simplista e astuta não pode ser acolhida pelo Direito, que não se presta a acobertar escuridões desse índole. Tanto mais que Sílvia Santos, além de ser o detentor absoluto do controle acionário de tais empresas, exerce, de fato, notoriamente, o pleno comando delas. Comando que lhe proporciona exercer influência que a Constituição condena e proíbe como abuso de poder, que vicia a legitimidade das eleições.

PARALELO — O caráter perturbador e escandaloso da manobra que pariu a candidatura Sílvia Santos, surgida praticamente na véspera da eleição, confere a esse grupo de programas televisivos, sem militância política, sem idéias sociais, econômicas ou financeiras que se conheçam, confere, repito, a esse

candidato, posição privilegiada em relação aos demais concorrentes à Presidência. Enquanto estes, inscritos regularmente, expõem-se, ao defenderem os seus programas partidários ou planos de governo, a críticas que podem prejudicá-los, Sílvia Santos, abençoado pela alcaça simples dos que se deixam hipnotizar pelos seus dons de manipulador de audiência, escapa ao desgaste do processo crítico ou dialético a que se vêm submetendo brava e dignamente os seus contendores.

Acrece que, se vingar a candidatura do novo (muito novíssimo) candidato, o Brasil perderá a oportunidade de contar com um chefe de Governo cuja investidura não comporte objeção quanto à sua legitimidade. Em lugar disso, o País — com enorme frustração das esperanças nacionais — terá, no Palácio do Planalto, um presidente contestado quanto à legitimidade da sua investidura.

As crises dramáticas, que se abatem sobre a Nação — crises institucionais, crises sociais, crises econômicas, crises financeiras, se somarão, assim, a crise política gerada fatalmente pela contestação da legitimidade da ecologia do novo presidente da República.

V.P. (P.P.) 22100 HORA 4/11/89

Sarney justifica o seu veto

O presidente José Sarney divulga nota, ontem, através da Secretaria de Imprensa do Palácio do Planalto, justificando seu veto ao artigo 8º da Lei Eleitoral, que fixa como data-limite para filiação partidária o dia 15 de maio. A nota diz que o veto deve ser fundamentado constitucionalmente de que o texto legal não pode impor condições retroativas e lembra que o texto teria vigência em 9 de junho, 25 dias depois da data-limite prevista. Explica as circunstâncias que cercaram a matéria, terminando por afirmar que "não houve e não correspondem aos fatos o noticiário e as afirmações movidas por outros interesses".

A nota esclarece o encaminhamento da votação do veto ao artigo 8º, no Congresso, destacando que "a maioria absoluta das legislaturas partidárias manteve o veto no sentido do dia 28 de junho". Ressalta que esse parecer faz parte de um acervo, inserin-

do prazo de filiação partidária para a eleição presidencial no projeto de lei 3.121/89. Este projeto, que define outras questões, como tempo de candidaturas em entrevistas e afiliação eleitoral, foi aprovado na Câmara dos Deputados e está tramitando no Senado desde 12 de setembro.

O líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Figueiredo (PMDB/RS), também relata ontem, em Brasília, a ideia de que o veto do presidente José Sarney à legislação eleitoral, nesse ponto, teve o objetivo de tornar possível a candidatura de Silvio Santos. "O veto houve porque a lei continha inconstitucionalidades que foram alertadas aos congressistas", explica ele. Segundo Figueiredo, a Câmara admi- te as irregularidades e corrige-as, mas o Senado "engavetou o texto", obrigando o presidente a fazer as correções necessárias. (Brasília/21)

de Silvio Santos (PMDB) e
novos sem o nome de Sil-
vio, com uma cópia da cê-
dula eleitoral que o elei-

1980
 1981
 1982
 1983
 1984
 1985
 1986
 1987
 1988
 1989
 1990
 1991
 1992
 1993
 1994
 1995
 1996
 1997
 1998
 1999
 2000
 2001
 2002
 2003
 2004
 2005
 2006
 2007
 2008
 2009
 2010
 2011
 2012
 2013
 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019
 2020
 2021
 2022
 2023
 2024
 2025
 2026
 2027
 2028
 2029
 2030
 2031
 2032
 2033
 2034
 2035
 2036
 2037
 2038
 2039
 2040
 2041
 2042
 2043
 2044
 2045
 2046
 2047
 2048
 2049
 2050
 2051
 2052
 2053
 2054
 2055
 2056
 2057
 2058
 2059
 2060
 2061
 2062
 2063
 2064
 2065
 2066
 2067
 2068
 2069
 2070
 2071
 2072
 2073
 2074
 2075
 2076
 2077
 2078
 2079
 2080
 2081
 2082
 2083
 2084
 2085
 2086
 2087
 2088
 2089
 2090
 2091
 2092
 2093
 2094
 2095
 2096
 2097
 2098
 2099
 2100
 2101
 2102
 2103
 2104
 2105
 2106
 2107
 2108
 2109
 2110
 2111
 2112
 2113
 2114
 2115
 2116
 2117
 2118
 2119
 2120
 2121
 2122
 2123
 2124
 2125
 2126
 2127
 2128
 2129
 2130
 2131
 2132
 2133
 2134
 2135
 2136
 2137
 2138
 2139
 2140
 2141
 2142
 2143
 2144
 2145
 2146
 2147
 2148
 2149
 2150
 2151
 2152
 2153
 2154
 2155
 2156
 2157
 2158
 2159
 2160
 2161
 2162
 2163
 2164
 2165
 2166
 2167
 2168
 2169
 2170
 2171
 2172
 2173
 2174
 2175
 2176
 2177
 2178
 2179
 2180
 2181
 2182
 2183
 2184
 2185
 2186
 2187
 2188
 2189
 2190
 2191
 2192
 2193
 2194
 2195
 2196
 2197
 2198
 2199
 2200
 2201
 2202
 2203
 2204
 2205
 2206
 2207
 2208
 2209
 2210
 2211
 2212
 2213
 2214
 2215
 2216
 2217
 2218
 2219
 2220
 2221
 2222
 2223
 2224
 2225
 2226
 2227
 2228
 2229
 2230
 2231
 2232
 2233
 2234
 2235
 2236
 2237
 2238
 2239
 2240
 2241
 2242
 2243
 2244
 2245
 2246
 2247
 2248
 2249
 2250
 2251
 2252
 2253
 2254
 2255
 2256
 2257
 2258
 2259
 2260
 2261
 2262
 2263
 2264
 2265
 2266
 2267
 2268
 2269
 2270
 2271
 2272
 2273
 2274
 2275
 2276
 2277
 2278
 2279
 2280
 2281
 2282
 2283
 2284
 2285
 2286
 2287
 2288
 2289
 2290
 2291
 2292
 2293
 2294
 2295
 2296
 2297
 2298
 2299
 2300
 2301
 2302
 2303
 2304
 2305
 2306
 2307
 2308
 2309
 2310
 2311
 2312
 2313
 2314
 2315
 2316
 2317
 2318
 2319
 2320
 2321
 2322
 2323
 2324
 2325
 2326
 2327
 2328
 2329
 2330
 2331
 2332
 2333
 2334
 2335
 2336
 2337
 2338
 2339
 2340
 2341
 2342
 2343
 2344
 2345
 2346
 2347
 2348
 2349
 2350
 2351
 2352
 2353
 2354
 2355
 2356
 2357
 2358
 2359
 2360
 2361
 2362
 2363
 2364
 2365
 2366
 2367
 2368
 2369
 2370
 2371
 2372
 2373
 2374
 2375
 2376
 2377
 2378
 2379
 2380
 2381
 2382
 2383
 2384
 2385
 2386
 2387
 2388
 2389
 2390
 2391
 2392
 2393
 2394
 2395
 2396
 2397
 2398
 2399
 2400
 2401
 2402
 2403
 2404
 2405
 2406
 2407
 2408
 2409
 2410
 2411
 2412
 2413
 2414
 2415
 2416
 2417
 2418
 2419
 2420
 2421
 2422
 2423
 2424
 2425
 2426
 2427
 2428
 2429
 2430
 2431
 2432
 2433
 2434

[illegible]

15,5%; Earnings
Cover 11,4 times
and Return on
Investment 12,4
percent.

8909877

20 LO HOJA 21/11/89.

Collor afirma que Sarney ^{C.P.D.} "tomou de assalto o Planalto"

O presidente José Sarney foi acusado de "não ter vergonha na cara" e de ter "tomado de assalto o Palácio do Planalto", por Fernando Collor de Mello, torcedor à volta, durante um discurso em Presidente Prudente (SP), quando insistiu que o atual Governo é ilegítimo, incompetente e corrupto.

Falando a mais de dez mil pessoas, que foram atraídas também pelo ex-morador, Ray, e a dupla Milkenstein e Ze Roca, o candidato do PMN prometeu que, se eleito, acabará com a bagunça em que o Brasil foi transformado e retirará das ruas as crianças abandonadas e sem alimento. Ele assegurou a realização de um Governo honesto, austero e de vergonha na cara. Disse que não permitirá que os salários aumentem cada vez mais e os preços das mercadorias cada vez mais.

Sempre ao recordando e comentar a candidatura de Sílvio Santos, Collor usou como tópicos principais em seus discursos as críticas abundantes e a corrupção. Sobre a crise que o Brasil está vivendo explicou que a culpa não é do povo e sim dos elites dirigentes escusados em Brasília e trancados nos gabinetes refrigerados. Pessoas que, de acordo com o candidato, se juntaram a um bando de corruptos e criminosos e que ditam as costas à população. (AE)

O comando da campanha de Collor já tem até uma estratégia para bombardear a candidatura de Sílvio Santos. A ideia é dar ao apresentador de TV o mesmo "tratamento de luxo" dispensado ao candidato do PL, Afif Domingos, no horário de propaganda gratuita, desvinculando-se do horário de vinculação da nova candidatura com o Palácio do Planalto. (AG)

Diálogo difícil na cúpula de S. Luís

☐ Divergência entre presidentes de Portugal e Moçambique

de São Luís, arribada
por José Sarney 3/14/89
ZEA 402A

Um diálogo duro e difícil, entre os presidentes de Portugal, Mário Soares, e de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, encerrou ontem o encontro dos seis países de língua portuguesa em São Luís, no Maranhão. "Os ventos da democracia que varrem a Europa socialista e a América Latina também chegaram à África", disse Soares. Chissano respondeu no mesmo tom: "Concordamos que a democracia é o objetivo dos povos, mas achamos que cada país chega a ela por seus próprios meios", disse. E acrescentou: "Anti-democrático é outro país querer nos dizer de que modo devemos nos comportar para sermos democráticos".

O encontro entre os seis presidentes e o representante do governo de Angola durou dois dias. Pela primeira vez na história desses países, seus chefes de Estado sentaram juntos em torno de uma mesma mesa com o governo de Portugal, do qual são ex-substitutos. O objetivo formal: apre-

Salários terão aumentos reais. É a promessa dos presidenciais

□ A política salarial vai mudar a partir da eleição. Quem garante são os candidatos, que acenam com aumentos reais nos salários

VALÉRIO BRITTO

Brasília/DF

Seja quem for o presidente da República eleito, o trabalhador brasileiro só tem a ganhar. Se depender das promessas feitas por dez dos principais candidatos, a política salarial do futuro governo vai garantir, além da reposição plena da inflação, aumentos reais de salário que vão propi-

ciar uma vida bem melhor a todos. No que diz respeito ao salário mínimo, o horizonte prometido é melhor ainda, com aumentos reais maiores ainda.

Esta posição ficou clara nas respostas da maioria dos dez candidatos à Presidência da República consultados sobre

sua proposta de política salarial. Aureliano Chaves (PFL) não respondeu, e, por isso, permanecem desconhecidas suas metas para os salários. Como regra geral, os candidatos esquecem de dizer como serão possíveis esses aumentos, diante de uma economia em crise.



As visões do PRN, PMDB, PCB, PTB e PFL

COLLAR DE NEILLO — Crescimento econômico e ausência de comprometimento às atividades sindicais. Estas são as duas metas do presidencialista Fernando Collor de Mello (PRN), para garantir aumentos reais de salários. Entretanto, não dispensa o auxílio de uma política salarial com regras claras, que garanta a manutenção do poder de compra dos trabalhadores.

O objetivo de Collor é triplicar o valor real do salário mínimo, durante os cinco anos de governo. "Além disso, é imperativo que a política salarial atue no sentido de desestimular movimentos parciais, com as datas-básicas e as negociações coletivas transformando-se em oportunidades de definição de aumentos reais", pondera.

ULYSSES GUIMARÃES — "Em meu governo, o salário mínimo será dobrado em prazo razoável". A afirmação é de Ulysses Guimarães, candidato à Presidência da República pelo PMDB.

Seja quem for o presidente da República eleito, o trabalhador brasileiro só tem a ganhar. Se depender das promessas feitas por dez dos principais candidatos, a política salarial do futuro governo vai garantir, além da reposição plena da inflação, aumentos reais de salário que vão propiciar uma vida bem melhor a todos. No que diz respeito ao salário mínimo, o horizonte prometido é melhor ainda, com aumentos reais maiores ainda.

ROBERTO FREIRE — Roberto Freire, que concorre pelo PCB à Presidência da República, tem como objetivo garantir aos salários a correção integral pela inflação passada e os ganhos de produtividade do período, além de um diferencial que permita à massa salarial ocupar, em ano de eleição, o mesmo nível de

que ocupava, em 1980, na distribuição funcional do PIB.

Para o salário mínimo, a proposta de Freire é semelhante, só que seu valor real seria dobrado em relação ao pago em janeiro de 1990. No que se refere aos lucros, quer reduzir sua taxa de crescimento e, também, diminuir sua participação na distribuição funcional da renda brasileira.

AFÍLIO CAMARGO — A questão salarial é prioridade para o candidato do PTB à Presidência da República, Afílio Camargo. Por isso, acredita que os salários não mais poderão ser confiscados, sob nenhum pretexto. "Ao contrário, temos que trabalhar para recuperar as perdas, num primeiro momento, e após aumentar os níveis salariais da população", assegura.

Com relação ao salário mínimo, raciocina que é fundamental cumprir a Constituição, assegurando ao trabalhador a disposição de todas as necessidades

em. Para todo isso, considera como prioritária a ampliação do mercado de trabalho, aumentando o custo da mão-de-obra e o número de pessoas trabalhando.

AFÍLIO CAMARGO — Como representante do Partido Liberal (PL) o presidencialista Afílio Camargo não propõe aumento real de salários por força de lei, mas a criação de novos critérios de reajuste. Para ele, a comissão nacional de salários, criada em 1980, deve ser fortalecida, como órgão de incentivo e investimento na negociação de empresas. Além disso, o salário mínimo deve ser aumentado e a qualificação do trabalhador, através de cursos profissionais, deve ser priorizada.

Afílio vê a política salarial como legítima, desde que não seja usada como instrumento de conquistas políticas em campanha. Ele observa que a negociação sindical deve ser fortalecida, com a criação de novos critérios de reajuste.

8909878

Partidos tentam alianças para 2º turno

□ Com a proximidade do pleito e os números das pesquisas, os candidatos com chances já estão buscando apoio para a disputa final

NIKÃO DUARTE

Brasília/DF

A pouco mais de duas semanas da primeira eleição para a Presidência da República desde 1960 — e dependendo ainda de fatos novos, como a possível candidatura do empresário Silvio Santos — os candidatos com possibilidade de figurar entre os mais votados já articulam alianças que reforcem sua votação no segundo turno. Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, saíram na frente e vêm tratando o assunto profissionalmente: determinaram a suas assessorias que contatassem com forças políticas de outras agremiações.

Estes contatos se intensificaram na semana passada. Feitos sob sigilo, surpreendem pelas possibilidades de acordo entre forças que, até agora, aparecem como antagônicas. Quem mais aparece nas indicações como segunda opção é Mário Covas, do PSDB, apoiado do centro à esquerda, mas distante das primeiras colocações para o primeiro turno.

A equipe encarregada de contrair alianças futuras para o candidato Fernando Collor de Mello, do PRN, trabalha à direita e à esquerda e, neste último caso, confia em obter apoio do PDT, se Leonel Brizola ficar fora do segundo turno. A convicção da equipe de Collor é de que, ao contrário do que diz publicamente, o candidato do PDT não apoiará Lula, do PT. "Ele vai liberar suas bases e seu partido", afirma um dos integrantes do grupo do PRN cuja missão é acertar as alianças.

PREFERÊNCIA — Abrigado no sigilo com que tais contatos vêm sendo mantidos, por enquanto, case assessor de Collor contraria a tese de alguns petistas e pedetistas de que, apesar das diferenças, Lula e Brizola estão condenados a caminhar juntos, eleitoralmente. Para estes, o segundo turno não contemplará os dois partidos esquerdistas e sim apenas um deles. Por desejo e, segundo dizem, tendência do atual momento político, os assessores de Collor preferem ter o PT como adversário.

"Se a final for entre Collor e Lula, contamos com o apoio informal de Brizola", justificam. "Se for entre Collor e Brizola, por certo o PT não nos apoiará", acrescentam. Uma fonte da equipe com que o PRN percorre os



Collor: acordo entre forças políticas

meios políticos admite que um eventual apoio brizolista não se dará publicamente: "O que acontecerá é que o Brizola liberará seus seguidores para votar em quem quiserem", diz.

Sem contar com a possibilidade da candidatura Silvio Santos, case assessor tem como certo o apoio do PTB, do PDS, do PFL e de

"parcela significativa do PMDB", além dos pequenos partidos cujos nomes somam a disputa decisória. Caso Silvio Santos concorra, tal prognóstico cai por terra, e isso tem consciência não apenas o assessor do PRN, mas o próprio Collor.

— Se disputar esta eleição, o Silvio Santos pode até não ga-

nhar, mas devasta politicamente todas as candidaturas por trás dos votos do Collor, do Lula, do Brizola — candidatos bem alinhados junto às classes C, D e E — e de vários outros, à exceção, talvez, do PCB — avalia o assessor.

MESES — O PRN trabalha com uma margem grande de adesões para o segundo turno, especialmente no caso de um enfrentamento com Lula. "Neste caso teremos a apoiar nos partidos de eleitores que hoje situam-se entre Brizola e Covas", comenta o funcionário do partido, para quem outra fonte eleitoral significativa concentra-se com Guilherme Afif Domingos, do PL.

"Afif não prejudicou esta história, com o bote de que abriria mão de sua candidatura por Silvio Santos", interpreta ele. "Mesmo com o seu desmentido, se a história não fortaleceu Silvio, ao menos acabou por liquidar com as possibilidades do PL", complementa.

Quanto ao apoio petista, a avaliação do PRN é de que, apesar do "affaire" Aureliano Chaves, e da evasão de políticos por ele sofrida desde o início da campanha, novas adesões devem surgir à medida que sua candidatura se avizinha. "Até mesmo o apoio formal de Aureliano a Collor está nos nossos planos", dizem os integrantes da equipe do PRN.

Brigas agora, acordo depois

"Lula e Brizola parecem estar condenados a andar juntos", declara um petista histórico, ao avaliar a proximidade dos dois candidatos nas pesquisas de intenção de voto, evidenciando constatações atuais do PT e do PDT, de que o turno decisivo da eleição deixará de fora uma das duas legendas. Ainda trocando de ares e espalhando fúrias a cada oportunidade, os dois candidatos a presidente da República não ignoram, contudo, que, passado 15 de novembro, a aproximação entre os dois pode ser uma coisa inevitável. Na estrutura petista em Brasília, a previsão do PRN de contar com apoio brizolista no segundo turno, contra Lula, é interpretada como provocação. Entre os petistas, a simples formulação de exposturas como PRN e Collor de Mello provoca arripas.

A aproximação do PT, de que Lula da Silva estará no segundo turno já não é nem mais disfarçada. Mesmo na minúscula bancada do partido na Câmara, nota-se um otimismo mal disfarçado e truído em declarações como a do deputado Paulo Paim (PT-RS), deixando antever que seu partido "ganhará" alguns projetos já tramitando na Câmara para a futura administração de Lula.

O crescimento recente da candidatura Lula tem levado os petistas a um alvoroço que também

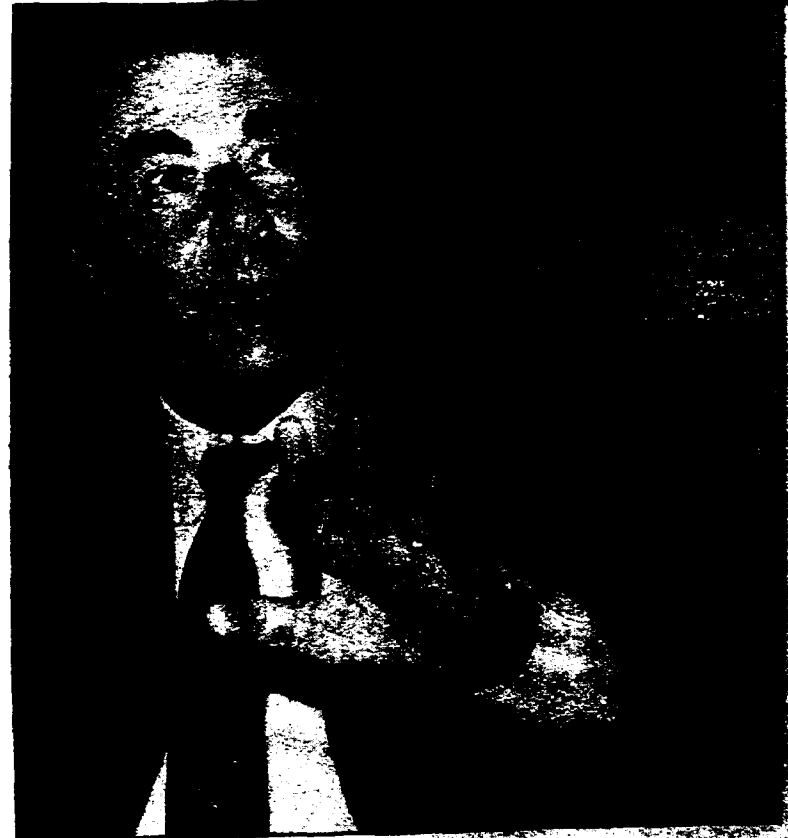
se traduz em contatos interpartidários só para buscar novos apoios. Fundada até aqui na coligação PT-PC do B-PSB, a campanha tem sido avaliada em constantes reuniões que, da semana passada em diante, passaram a tratar também de novas adesões. Secretário-geral do PT, o deputado paulista José Dirceu defende a idéia de que seu partido deve concentrar esforços por novos votos junto às classes C, D e E — disputadas por Lula, Brizola e Collor —, consolidar posições na classe média — entre o PMDB e o PSDB — e continuar ainda o empacotamento — hoje com Collor, Aureliano, Afif, Covas, Camargo — e as forças armadas.

RESPOSTA — No PDT, embora a cada dia fique mais evidente a aceitação de que Collor de Mello já é finalista, o discurso é de que seu concorrente será mesmo Leonel Brizola. "E com o apoio de Lula", os brizolistas confiam também que receberão "injeção de votos", que, no primeiro turno, estarão com Ulysses Guimarães, Mário Covas e Roberto Freire. Em menor proporção, contam com apoio de eleitores de Afif Domingos e Aureliano Chaves. O PDT não divulga, por razões óbvias, mas "namora" algum apoio governista.

Esse é o caso, por exemplo, de lideranças nacionais expressivas

do PMDB e do PFL, alinhadas ou não ao governo, mas aliadas das candidaturas de seus partidos. Nessa situação estaria, por exemplo, o eleitorado do ministro Jader Barbalho, da Previdência. Também entre os seguidores do ex-ministro Hugo Napoleão, presidente nacional da Frente Liberal, mas rompido com Aureliano depois que ele voltou atrás de sua renúncia que abriria caminho para Silvio Santos. Outro apoio que estaria sendo articulado para Brizola junto à área governista é o de Zequinha Sarny, filho do presidente atual e deputado federal, postulante ao cargo de governador do Maranhão, na eleição de 90.

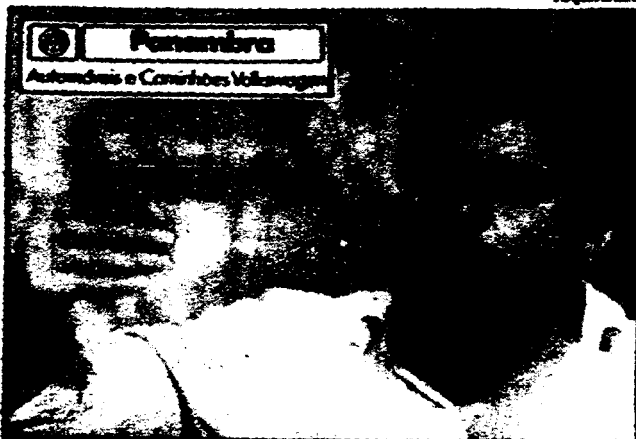
Já o "passo" do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, é disputado por Lula e Brizola, com disposição idêntica. De notórias divergências com o líder do PDT, o governador parece, neste momento, mais inclinado a apoiar Lula no segundo turno, mantendo-se fiel a Ulysses Guimarães no primeiro. O governador paulista, Orestes Quércia, pelo que se constata junto a políticos que o representam no Congresso, é o "carregador" da campanha peemedebista no primeiro turno, com o auxílio do gaúcho Pedro Simon. "Mas sabemos que a tendência é ficarmos fora do segundo turno", admite um parlamentar quercista.



Brizola: aproximação com PT pode ser inevitável

FUTURO — Segundo ele, há duas hipóteses sendo estudadas por Quércia: Apoiar Mário Covas, ou apoiar Leonel Brizola. No primeiro caso, o governador paulista julga serem poucas as possibilidades do "tucano" chegar à final. No segundo, tido como "mais provável", a avaliação do governador paulista é de que essa situação acarretaria ganho político em São Paulo e para sua

ambição federal, mas significaria perdas importantes, por exemplo, para o PMDB do Rio Grande do Sul. A conclusão do que vem fazendo o governador federal com os "moderados" do PMDB, também Quércia lidera um movimento, só que de governadores de seu partido, para que cheguem ao segundo turno o mais unidos possível, em caso de uma eventual vitória de José Sarney.



Leão prioridade para o salário mínimo

Covas defende aumento com produtividade

MÁRIO COVAS — O candidato do PSDB à sucessão do presidente José Sarney, Mário Covas, pretende estabelecer uma política de aumento relativo do salário mínimo, para reduzir o índice inflacionário. Esclarece, todavia, que a velocidade deste processo dependerá do êxito obtido na luta de crescimento da economia e na modernização da indústria, dentre outros fatores.

Na visão do candidato, os ganhos de produtividade devem ser repassados aos salários, "inclusive pela luta sindical". Com relação aos empregados do Governo e de categorias menos organizadas, garante que terão mecanismos legais para se beneficiarem do processo econômico médio. Mas não assegura uma política que resguarde o trabalhador da inflação.

LUÍS INÁCIO LULA — Uma das metas prioritárias da Frente Brasil Popular é a distribuição da renda, através de medidas de elevação gradual, efetiva e permanente do salário-mínimo real e de uma política salarial que também assegure aumento real dos salários e reposição do poder aquisitivo, garante o candidato da coligação formada pelo PT, PSB e PC do B, Luís Inácio Lula da Silva.

Também faz parte do plano de governo da Frente Brasil Popular o combate à rotatividade da mão-de-obra; e da instituição de contratos coletivos de trabalho articulados em nível nacional, regional, estadual e municipal, que coloca estas medidas de distribuição da renda ao lado de outras, como o controle sobre os preços.

Brizola promete salariaço. Maluf quer cumprir a Cons

□ Promessa de Brizola é apoiar sindicatos e não reduzir salários e pensões. Maluf quer aumentar o salário para 100 dólares e desenvolver o ensino

LEONEL BRIZOLA — Seja qual for a circunstância, mesmo com a edição de um plano de emergência para sanear economia, não se vai mais reduzir salários, aposentadorias e pensões. Este é o entendimento do candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, que estuda ainda a aplicação de um "salariaço", se for mantido o atual quadro inflacionário até a posse do futuro presidente.

Segundo Brizola, o sindicato é o instrumento político de participação dos trabalhadores nos frutos do desenvolvimento social e desta forma deve se desenvolver, com total liberdade, desde que com respeito à não paralisação de serviços essenciais e não ocupação de fábricas. "Sem radicalismos", sintetiza o pedetista.

RONALDO CAIADO — O candidato do PSD à sucessão presidencial, Ronaldo Caiado, tem como compromisso uma política salarial que proteja os menores salários (um a três salários-mínimos) dos efeitos da inflação, atribuindo-lhes,



Maluf: sindicalismo longe do Governo

a médio prazo, um ganho real. Penalizar os salários para conter a inflação é uma prática que leva patrões e empregados a afundarem juntos, conforme Caiado, porque "sem mercado, não há para quem produzir".

Para Caiado, o salário é baixo, acima de tudo, pela falta de emprego e baixa produtividade, e por isto ele pretende trabalhar pela ampliação da oferta de mão-de-obra, através de projetos como o Celcero e o de implantação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

PAULO MALUF — O candidato do PDS, Paulo Maluf, pretende respeitar fielmente o que diz a Cons-

tituição e não fazer nada para reduzir o poder de compra dos salários. "O salário mínimo não é uma política de controle de preços", diz ele, "é uma política de desenvolvimento econômico". Para ele, o salário mínimo deve ser aumentado para 100 dólares, mas isso depende do crescimento da economia e da produtividade. "O Governo Maluf não tem medo de dar aos patrões", diz ele, "mas tem medo de dar aos empregados".

Neste campo, Maluf entende que patrões e empregados devem promover o diálogo, não a negociação.

CARLOS FEHLBERG

Novo turno e voto útil

Um quadro sucessório mais definido pode conduzir ao chamado voto útil no primeiro turno segundo avaliações de lideranças partidárias. As mudanças ocorridas nos últimos dias, além da excitação provocada pelo surgimento do nome de Silvio Santos, devem influir na fase de chegada. Os dados apresentados pelas pesquisas mantêm algumas perspectivas e a sensibilidade dos dias finais vai repercutir. Em função das novas alianças e imprecisões na indicação de Silvio Santos, ainda não formalizado, os comandos partidários examinam implicações e alternativas. Collor de Mello, Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva vivem os próximos 17 dias atentos a fatos novos que possam consolidar ou reverter posições. O forte colégio eleitoral de São Paulo ainda apresenta vantagens de Mário Covas e Paulo Maluf, com o candidato do PSDB mantendo sua liderança. A previsão de que o eleitorado paulista não deixará passar, a julgar pelas convenções e revelações que colocam aquele estado em destaque. Embora boa parte das lideranças comecem a voltar-se para opções envolvendo o segundo turno, ainda há muita disputa em torno da vaga que represente a continuação da campanha, culminando as ações, novamente, em dezembro. Nesse sentido o campo de articulações, quase às vésperas do pleito, é incerto, mais expeditivo por novos ingredientes: há quem induza a um voto para Collor, o voto útil, mas considerando que ainda contempla contingente expressivo de indecisos e indecisos, considerando o segundo turno, ganham importância as novas posições de candidatos e partidos não classificados para a final, sem desprezar também o grau de perturbação no processo que representaria a candidatura do animador de TV, Silvio Santos. O jogo político, ainda visto, não se desenvolve apenas no cenário direto dos candidatos, com suas propostas, junto ao eleitor. Mesmo despendidas, lideranças partidárias debruçam-se sobre a influência e pressionam a população para a vitória. O voto útil, a postura em relação a ele, o candidato Silvio Santos de

As eleições reveladas pelas pesquisas de opinião pública, transformadas em fator de referência, emprestam especial importância às linhas de ação que os candidatos com chances deverão adotar nas duas últimas semanas de campanha. A disputa pela segunda vaga é mais aguda, envolvendo Leonel Brizola e Lula, e em direção a ela tentam se aproximar outros candidatos. É o caso de dois paulistas, Mário Covas e Paulo Maluf, numa confirmação da potencialidade do forte colégio eleitoral, trabalhando com muita intensidade nessa fase final. O 4

8909878

PSDB lança ofensiva sobre

governadores do PMDB

JORNAL DO BRASIL 22/10/1988

La Fernandes

SÃO PAULO — Certos de que o candidato do PSDB à Presidência, Mário Covas, vive um momento decisivo de sua campanha, as principais lideranças do partido desataram ao longo da última semana uma forte ofensiva sobre os governadores do PMDB considerados progressistas e sem poder de fogo em suas cidades para impulsionar a candidatura Covas rumo ao segundo turno. Já estão sendo contactados pelos nomes os governadores Henrique Angillo (Goiás), Álvaro Dias (Paraná), Pedro Simon (Rio Grande do Sul), Geraldo Melo (Rio Grande do Norte), e Moreira Franco (Rio de Janeiro), todos convencidos de que o candidato do PMDB, Ulysses Guimarães, não tem chances.

Moreira Franco tinha um almoço marcado com os senadores Acácio José Richa (PR) e Fernando Henrique Cardoso (SP) — seus interlocutores habituais — e com o prefeito licenciado de Belo Horizonte, Fimanta da Veiga, na última quinta-feira, mas desmarcou na última hora e adiou o encontro para os próximos dias. Os três coordenadores da campanha, além do deputado José Serra, acabaram almoçando com empresários cariocas.

Articulação é a palavra chave no comando da campanha de Covas. O próprio Fernando Henrique Cardoso admite a sua necessidade, embora negue que o alvo principal sejam os governadores. "Nós queremos e estamos tendo o apoio de lideranças da sociedade que já acreditam na viabilidade de Covas", diz o senador. A verdade é que, além dos governadores, políticos, empresários e personalidades variadas estão sendo procurados para declarar seu apoio e levar, assim, o candidato a acreditar na capacidade de Covas chegar ao segundo turno.

Simulões — Amambá, o próprio candidato terá um encontro com o empresário Antônio Euzébio de Menezes, dono da Votoantem, maior grupo privado nacional, que há cerca de 10 dias aguarda uma conversa mais direta com o candidato. Covas deverá encontrar-se também esta semana com o líder do futebol Pelé, cuja jogada já tratada sem sucesso pelos candidatos do PRN, Fernando Collor de Mello, e do PDT, Leonel Brizola.

Em Minas Gerais, Fimanta da Veiga está com carta branca para angariar o apoio do ex-governador Elói Garcia, que chegou inclusive a ser cogitado para ocupar o cargo de vice na chapa do PSDB. Nem mesmo promotores moralmente mais comprometidos com Ulysses Guimarães escapam das ambiciosas articulações dos ávidos senhores, que fazem até que consigam um acordo de setores importantes do PMDB para uma nova chapa que reuniria Mário Covas e Walter Faria, o atual vice de Ulysses.

Tudo o que os senhores em ampliar a base de apoio de Mário Covas neste momento parte de uma avaliação que coloca o candidato do PSDB como o único capaz de derrotar Fernando Collor no segundo turno e, por isso mesmo, o mais capaz de angariar o voto da esquerda e até de setores da direita. "O Covas está a quarta onda. Já foi Brizola. Já foi Collor. Agora está na quarta onda", diz o senador. A última proposta do Collor, que não ganhou eleições, foi a de aceitar o segundo turno com 8,7% das intenções de voto, para não dominar o PSDB.

Assim, os senhores preparam todos os tipos de investidas. Incluem grandes comícios e encontros, sobretudo no estado de São Paulo, o maior reduto eleitoral de Covas. Estão sendo preparados para as duas próximas semanas grandes eventos. A começar no dia 4, quando militantes, deputados, vereadores e prefeitos deverão sair às ruas em várias cidades pedindo o voto para o candidato.

Mário Covas

Blagovest — No mesmo dia, o candidato do PMDB deve realizar um comício que terá todos os preparativos para ser realizado, em São José do Rio Preto, uma cidade a 200 quilômetros a Oeste da capital paulista comandada pelo prefeito paulista, alijado a Covas, Antônio Pignatelli. São José do Rio Preto está rodeada por um conjunto de pequenas cidades que vivem, quase sempre, de comércio de habitantes, e que até há algumas semanas tinha escolhido Collor de Mello como o candidato preferido. Agora, segundo pesquisas realizadas pelo jornal mais tradicional da cidade, Diário da Manhã, com 15 mil exemplares, Collor está com 16 pontos e Mário e Covas disputam a liderança com 20 e 18 pontos, respectivamente.

São José do Rio Preto também está a apenas 130 quilômetros de Tullio de Menezes, região que os senhores pretendem atingir com um comício que contará com presença de vários senhores como João Menezes e Mariziano, vereadores locais no município.

No dia 11, o jornal em São Paulo também deve realizar, aliado ao Diário da Manhã, um comício que terá como grandes atrações, entre outros, o governador de São Paulo e o atual prefeito de São Paulo, além de um grande comício em São Paulo com todos os senhores locais.

8909878

PCN anuncia acordo com Sílvia Santos

O empresário Sílvia Santos está entrando em contato partidário com o Partido Comunista Nacional (PCN), substituindo o candidato Zair Teófilo, segundo afirma um assessor de Sílvia Santos. O partido Teófilo, afirmando que tem interesse de Sílvia Santos, declarou o acordo com Sílvia Santos. Sílvia Santos é o novo candidato do PCN, afirma. Teófilo, acrescentando que o candidato não foi oficialmente registrado no TSE. "O vice ainda não foi anunciado", declarou o candidato, afirmando, que não quer perder a oportunidade de ser eleito, mas que não quer ser visto como um candidato de Sílvia Santos. O PCN não aceita mais pagar nem centavos públicos. É que antes que o proprietário do Sítio Sílvia Santos de Teófilo, o partido e o programa do PCN, de Zair (AB) 21. 80/10/89

Sílvio Santos confirma candidatura

□ Depois de duas semanas de suspense, o empresário foi a Brasília e declarou oficialmente ser candidato pelo PMB, ao qual já se filiou.

O empresário Sílvio Santos desembarcou ontem, às 18h30min, em Brasília e anunciou que será candidato a presidente da República pelo PMB (Partido Municipalista Brasileiro) em substituição a Armando Corrêa. Depois de duas semanas de suspense, em que não faltaram acusações de interferência do Palácio do Planalto na candidatura, Sílvio Santos finalmente disse o sim aos líderes da dissidência do PFL no final da tarde, numa reunião na casa de amigos no Lago Sul. O animador da TVS disse não ter impedimento legal para disputar o cargo, uma vez que não possui qualquer cargo de direção em sua empresa.

O que me leva a disputar a Presidência da República é a obrigação de servir ao nosso País, a deter-



Magia: Sílvio e Corrêa estão confiantes

minação que tenho de dar uma contribuição e devolver ao povo um pouco do muito que o povo me deu — disse o quase candidato assim que desembarcou em Brasília, onde foi recebido por assessores do presidente do PFL, senador Hugo Napoleão.

Sílvio Santos evitou fazer comentários sobre a composição de sua chapa antes da reunião que teria em seguida com a cúpula do PFL e partidários de Armando Corrêa, do PMB (um partido com 102 prefeitos, 1.208 vereadores e 19 deputados).

Minutos antes, no entanto, a assessoria de Hugo Napoleão anunciou que o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, seria o candidato a vice-presidente do empresário paulista.

PROPOSTAS — Sílvio Santos informou apenas ter recebido, às 11 horas, um telefonema do senador Edison Lobão (PFL-MA) dizendo apenas: "Venha a Brasília".

Desde cedo, Sílvio Santos estava sendo aguardado em Brasília. Antes do almoço, um grupo de carismas e partidários do candidato do PMB, Armando Corrêa, já o aguardava no Hotel Nacional. Mas, segundo Sílvio Santos, somente às 17 horas conseguiu um jatinho da Lider para conduzi-lo até Brasília.

Ele disse que segunda-feira conversou superficialmente com Armando Corrêa sobre algumas de suas propostas, como a criação de um imposto único, municipalização e mudanças no sistema universitário. (AG)

Agitação na hora de assinar a ficha

O empresário e animador de tevê Sílvio Santos chegou ontem com duas horas e meia de atraso (a previsão era 17h30min) ao Congresso Nacional para assinar sua ficha de filiação ao Partido Municipalista Brasileiro (PMB) e substituir o presidente Armando Corrêa na disputa pelo Palácio do Planalto. Acompanhado pelo senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) e por Corrêa, Sílvio Santos chegou a Brasília fazendo estragos nas candidaturas de Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Mário Covas e principalmente na de Fernando Collor de Mello.

De um total de 15 trabalhadores encarregados da limpeza, ouvidos pelos repórteres no local, apenas dois se mantiveram fiéis à candidatura de Lula. O restante mudou de preferência e agora promete votar em Sílvio Santos, caso a sua candidatura seja confirmada pelo Tribunal Superior Eleitoral. A entrada de Sílvio Santos no Salão Verde da Câmara levou à bruxaria cinegrafistas, fotógrafos, jornalistas nacionais e estrangeiros, mais os correspondentes do PMB. O esquema dos cinegrafistas, montado desde às 17 horas, foi completamente

inutilizado. Os gritos de "calma, calma", não surtiram efeito algum.

CONFUSÃO — Sílvio Santos, durante quase dez minutos, foi arrastado pela multidão de um lado para o outro do Salão Verde, passando pela porta principal do plenário da Câmara. Logo na entrada, populares ensaiaram em coro o jingle do programa dominical do empresário na TVS: "Sílvio Santos vem aí, lá ra ra ra ra...". No coral, bastante desafinado, estava a filha mais velha de Armando Corrêa, Armídes Corrêa, 41 anos.

O empurra-empurra se estendeu até a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para onde Sílvio Santos foi levado, com a intenção de dar uma entrevista coletiva. Seguranças do Congresso e militantes do PMB, sem sucesso, tentavam fazer um cordão de isolamento com as mãos dadas. Mas a multidão não respeitava ninguém.

A esta altura, Sílvio Santos estava tão vermelho quanto o seu cabelo pintado de caja. O discreto palcô bege sobre a calça azul-marinho tornava visível o esforço do virtual can-

didato para se locomover entre os populares e os profissionais da imprensa. O senador petista Marcondes Gadelha, completamente desparadoado, tinha apenas a preocupação de pedir calma e de se abanar com Sílvio Santos.

PLATÊM — O pastor Armando Corrêa perdera completamente o controle do seu rebanho, infatigável (àquela altura) pelos cinegrafistas e fotógrafos. Ao chegar à Comissão de Constituição e Justiça, a primeira providência de Corrêa foi retirar do bolso um pente plástico (Platêm) para alisar os cabelos, totalmente desalinhados.

No corredor de acesso ao Senado, os senadores maranhenses Edison Lobão e Alexandre Costa, ambos do PFL, confabulavam ao lado do convidado. Edison Lobão, em seguida, juntou-se aos senadores Leonel Brizola e Hugo Napoleão e ao deputado Antônio Faria, para participar da entrevista dada por Sílvio Santos. Às 20h20min e Sílvio Santos, no escritório de todos os domingos, não tinha controle sobre a platéia. (Brasília/ZH)

Flopes: disputa pelo 2º lugar

2000 HORA

11/10/89

F.P.C.P.A.

Em Cordeiro de Mello ainda é o líder, com 28%. Lula e Collor, com 25%. Lula e Collor, com 25%. Lula e Collor, com 25%.

Na sexta colocação, houve uma mudança. Ulysses Guimarães (PMDB) subiu para 5% e ultrapassou Afif Domingos (PL), que tem 4%.

O candidato do Partido Liberal vem caindo nas últimas duas semanas, quando desceu de 7% para 4%.

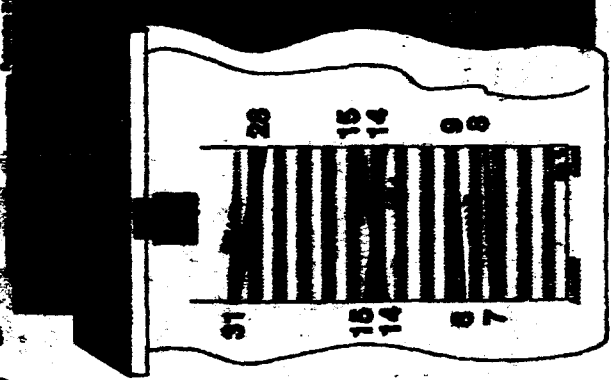
Segundo o Ibope, se a eleição fosse hoje, os candidatos Aurélio de Chaves (PTL), Riquelme Calado (PSD) e Roberto Freire (PCB) integrariam praticamente juntos, com 1% das preferências. Os outros candidatos somados fariam 1% das votações. O Instituto entrevistou 3.650 pessoas em 260 cidades.

Libertação, com 28% das indicações de voto, mas perdeu três pontos percentuais, descaído de 31% que alcançou nas duas pesquisas anteriores.

A disputa pelo segundo lugar continua grande. Leonel Brizola (PDT) subiu de 14% para 15% e retomou a segunda posição que havia perdido na semana anterior para Luis Inácio Lula da Silva (PT). Lula perdeu um ponto, descaído de 15% para 14%.

A quarta colocação continua disputada entre Paulo Maluf (PPS) e Mário Covas (PMDB). Os dois vêm subindo lentamente a cada pesquisa. O candidato do PPS tem 9%, contra 8% da pesquisa anterior e 7% há duas semanas atrás. O tucano Covas

Quatro dias antes das eleições, o Ibope divulgou os resultados da eleição presidencial, com o vencedor sendo Collor de Mello (PRN) com 31% dos votos, seguido por Lula da Silva (PT) com 25%, Aurélio de Chaves (PTL) com 15%, Riquelme Calado (PSD) com 14%, Roberto Freire (PCB) com 9%, e outros candidatos com 7%.



8909878

Sílvio Santos oficializa candidatura a presidente

BRASÍLIA — Na casa do ginecologista Manoel Gonçalves Abrantes Neto, amigo do senador Marcondes Gadelha, o empresário e animador de televisão Sílvio Santos selou ontem à noite com Armando Corrêa, ex-candidato do PMB, sua candidatura à Presidência da República, com direito a cinco minutos de propaganda diária no rádio e na televisão e a continuar apresentando seu programa dominical de 10 horas de duração até que a Justiça Eleitoral transforme em definitivo o registro de seu nome. O senador Marcondes Gadelha (PB) deixará o PFL e a liderança do governo no Senado para ser o candidato a vice-presidente na chapa de Sílvio Santos.

Ao desembarcar às 18h30m em Brasília, Sílvio Santos afastou os temores de que sua candidatura poderia ser impugnada, por ser concessionário de canais de televisão. Alegou que é apenas acionista de todas as suas empresas. "No dia-a-dia, sou apenas um animador de programas, como o Gugu (Liberato) ou a Hebe (Camargo)", declarou o animador, que chegou com a disposição própria de quem ia gravar um programa de auditório. Distribuiu sorrisos e autógrafos pelo aeroporto e repetiu girias que usa em seus programas na televisão.

Pesquisinhas — "Essa é o partido que vai chegar mais rapidamente ao poder", comemorou às 11h20m

Armando Corrêa, pouco depois de saber que o empresário fechara a negociação para disputar o cargo de Sarney em seu lugar. Sílvio telefonara uma hora antes para o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), fechando o acordo e dizendo que se reservava o direito de escolher entre os três senadores do PFL que o seguem — Edison Lobão (MA), Marcondes Gadelha (PB) e o próprio Hugo Napoleão — quem ocuparia o cargo de vice.

"Os três porquinhos". Assim ficaram conhecidos, a partir de então, os três senadores, no sétimo andar do Hotel Nacional, até que, às 16h, um assessor deixou a suíte 706, onde se hospedava Armando Corrêa, para dizer que Sílvio Santos tinha escolhido Marcondes Gadelha para vice. Lobão teria sido excluído por ser do estado de Sarney, o Maranhão, e Hugo Napoleão, pela pouca representatividade do Piam.

A boa vontade dos auxiliares de Corrêa em dar informações não se estendeu, contudo, a um tema muito delicado: teria havido negociação em dinheiro para que a legenda fosse entregue a Sílvio Santos? O próprio Armando Corrêa declarou: "Só quem não me conhece e não conhece o Sílvio Santos fala uma coisa dessas. Éramos oito homens reunidos numa mesa, e não se falou em dinheiro. Éramos oito homens de bem".

Impostos — Ele se referia aos

a presidente



Sílvio Santos chega animado ao aeroporto de Brasília

Sílvio Santos

De camelo a dono de rede de TV

Roberto Comodo

SÃO PAULO — Carioca, nascido na Lapa há 38 anos, com o nome de registro de Senor Abravanel, o bem sucedido animador de televisão e megapressário Sílvio Santos, dono de 30 empresas e do SBT — a segunda maior rede de TV do país, com 44 emissoras afiliadas —, começou a exercer seus dotes de comunicador cedo. Aos 14 anos, o futuro *baixista* de *Força Tarefa* trabalhava como camelo, apresentando bugigangas nas esquinas da Avenida Rio Branco com a Rua do Ouvidor, seu ponto preferido, agitando pelo *lindo* Léo, que fazia de *olho vivo* para a inevitável chegada do *polícia*.

Em *Força Tarefa*, a milícia vida de camelo de Sílvio Santos não durou muito. Apresentado em 1944 pelo diretor de fiscalização da prefeitura carioca, Renato Meira Lima, ao dono da Rádio Guanabara, Sílvio Santos tirou o primeiro lugar num concurso para locutor comercial da rádio. Era a porta de entrada para o mundo artístico, que o jovem camelo soube aproveitar, assistindo todas as tardes ao programa de César de Alencar, na Rádio Nacional, e ao famoso *Trem da Alegria*, no Tambo Carlos Gomes, animado por Lamartine Babo, onde aprendeu todos os truques de auditório e da arte de se comunicar com suas "colegas de trabalho".

Depois de um ano servindo o Exército como paraquedista, Sílvio Santos voltou a ser locutor, agora na Rádio Mauá,

transferindo-se em seguida para a Rádio Tupi e, depois, para a Continental, que tinha estúdios em Niterói. Fazendo diariamente o trajeto da barca da Cantareira, ele teve ideia de montar um serviço de auto-falante com música na barca. Logo, o locutor já estava anunciando eletrodomésticos e inaugurando um novo serviço na barca de turistas para a Ilha de Paqueta, onde vendia tanta cerveja, que foi convidado por um dos diretores da Antártica para conhecer São Paulo, sede da companhia.

Em São Paulo, Sílvio foi trabalhar como locutor comercial na Rádio Nacional, entrou como sócio de um bar perto da rádio e fundou uma revista, *Bricadeiras para você*, onde fazia anúncios, segundo ele, sua verdadeira vocação. *Workaholic* (fanático pelo trabalho) assumido, Sílvio ainda fazia shows em circos à noite. Com todas estas qualidades, Sílvio Santos foi parar no programa *Café de barba* da Rádio Nacional, de Manoel de Nobrega. Um programa diário e tão popular, que sua audiência elegeu o animador Manoel de Nobrega, o deputado mais votado de São Paulo na época.

O encontro de Sílvio Santos com Manoel de Nobrega deu origem ao retável *Baú da Felicidade*, um negócio que começou há 31 anos, instalado numa pequena loja no Centro de São Paulo, onde Sílvio Santos vendia canis de bens e utilidades para o lar, e Nobrega fazia a promoção pela Rádio Nacional, com sorteios de prêmios. Em 1961, com o *Baú* já se transformando numa grande empresa, Sílvio Santos passou a ter um programa próprio na Rádio Nacional e deu o seu primeiro passo em direção à televisão, alugando o espaço ocioso da antiga TV Paulista, atual TV Globo em São Paulo, nas tardes de domingo. Apoiado na propaganda do *Baú da Felicidade*, o ex-camelo e locutor comercial lançou o que é hoje o *Programa Sílvio Santos*, que junto com a macarronada tem conta das tardes dominicais do



Nos seus 31 anos de existência, o programa sempre manteve as maiores índices de audiência da televisão, uma preferência popular que é vista por uma média de 30 milhões de brasileiros. Com tal sucesso, quando terminou seu contrato com a Globo, em 1968, Sílvio Santos decidiu ter o seu próprio canal de televisão. Ele possui a *Associação Santista*, aberta pelo governo Médici, mas ganhou outra, no governo Geisel, em 1975, quando recebeu a concessão do Canal 11, a TVS do Rio.

Em 1976, Sílvio Santos recebeu o título de "carioca honorário" dado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio. No mesmo ano, tornou-se co-proprietário da Rede Record de São Paulo, adquirindo 50% do capital da emissora. Em março de 1981, já no governo Figueiredo, o animador, agora representado como Grupo Sílvio Santos, através do SBT — Sistema Brasileiro de Televisão —, obteve a concessão de uma rede de TV, formada pelo espólio da extinta Tupi, que em oito anos se tornou a segunda rede de televisão do país, com 44 emissoras associadas, disputando numa guerra de audiência o absolutismo da poderosa Rede Globo.

Vivo — sua mulher Cidinha morreu em 1977 — e criando pela segunda vez, em 1981, com Iris Passaro, o empresário Sílvio Santos tem seis filhos — Cidinha, de 26 anos; Silvinha, 17, que trabalha nos quadros de seu programa *Show de humor*; Guelbina, 15; Patrícia, 12; Roberto, 7; e Renato, 3. Sílvio Santos é casado com Cidinha há 15 anos. Ele tem um filho com uma mulher que se casou com ele em 1977, mas que não tem filhos. Sílvio Santos é casado com Cidinha há 15 anos. Ele tem um filho com uma mulher que se casou com ele em 1977, mas que não tem filhos.

Hipocôndrico, depois de uma longa temporada nos Estados Unidos, em 1987, onde foi examinado o diagnóstico progressivo de sua doença ocular e a suspeita de um tumor no pé inferior do olho direito, Sílvio Santos descobriu que é apenas sensível à poluição, ar refrigerado, perfumes e chocolates. Mais tranqüilo depois da quarta cirurgia plástica, feita para suavizar rugas em torno do nariz e levantar ligeiramente a pele do pescoço, Sílvio Santos voltou com *Força Tarefa* a animar o seu adorado *Força Tarefa*, a partir de

1988

...a PFL e a Silva Santos, ao deputado João Silva (PFL), ao deputado João Nascimento, ao empresário Francisco Silva (dono da Rádio FM Melodia, do Rio de Janeiro) e a ele próprio, reunidos desde o fim de semana para fechar o entendimento com Silvio Santos. "Em nenhum momento, usou-se a palavra dinheiro nas negociações. Só se falou em compromissos programáticos", disse ainda Armando Corrêa, comentando o que considera outro indicio de que o PMB "chegará rapidamente ao poder": Lobão, Gedelha e Napoleão assinaram em branco as fichas de filiação ao PMB.

Corrêa manteve-se todo o dia em sua suíte, arrumando os cabelos e conversando com seus auxiliares e o descebe de Silvio Santos junto ao elevador. "O Silvio tem intimidade com a população e nós temos que aliviar a população da tensão nervosa em que ela se encontra", afirmava Corrêa. O empresário prometeu a ele que, se eleito, reduzirá em 80% os tributos da população, criando um imposto único de 3% para toda a população, medida que constitui a base do programa econômico do PMB.

Quem perde — Quando uma multidão de repórteres ocupou o saguão do Hotel Nacional, aguardando a chegada de Silvio Santos, desembarcou de um carro oficial o ministro da Comunicações, Antônio Carlos

magalhães, um dos mais tenazes adversários do apoio do PFL ao empresário. "Vim apenas cortar o cabelo. Nem sabia que o Silvio Santos viria aí", brincou o ministro, desviando-se dos repórteres.

Ele teve, no entanto, que cortar seu cabelo cercado por fotógrafos e cinegrafistas. A alguns metros da barbearia do hotel, despertando de um cochilo num dos sofás do saguão, o governador de Alagoas, Moacyr Andrade, fez uma análise da entrada de Silvio Santos no páreo sucessório. "Quem mais perde é o Collor. Silvio Santos tem muito voto em São Paulo. Quem menos perde é o Brizola".

Tenho desembarcado às 18h30 no terminal de táxis aéreos, Silvio Santos rumou 20 minutos depois para a casa do ginecologista Manoel Abrantes Neto, amigo do também ginecologista Marcondes Gadelha. Ali, ele encontrou vários parlamentares aliados à candidatura de Paulo Maluf (PDS), como Lourival Belizze (PFL-SE) e Osvaldo Feres (PTB-RJ), assim como o próprio advogado que assessorou Maluf na sucessão presidencial passada — Rafael Contino, hoje assessor do deputado Armando Neto. De lá, Silvio Santos seguiu para o Congresso, acompanhado ainda de Hugo Napoleão, Edison Lobão e Marcondes Gadelha. No salão nobre do Senado, assinou sua ficha de filiação ao PMB.

Os primeiros seguidores

A articulação da nova candidatura pelo PMB revelou quem são os primeiros seguidores da política brasileira:

Hugo Napoleão — Ex-ministro da Educação do governo Sarney, hoje é presidente do PFL e divide seu gabinete no Senado com Álvaro Pacheco, a quem Sarney já tentou várias vezes eleger para a Academia Brasileira de Letras. Nascido em Portland, Oregon, EUA, fez sua carreira política no Brasil. Por esse estado, eleger-se deputado em 1974, pela Arena, tendo sido vice-líder na Câmara. Até eleger-se governador do Piauí, em 1982, tinha fama de progressista no Congresso, onde só aparecia depois do meio-dia. Em 84, deixou o PDS para fundar a Frente Liberal. Votou em Tancredino Neves e substituiu Marco Maciel no Ministério da Educação. Em fevereiro deste ano, tinha sua vaga garantida no Ministério — também por causa do bom relacionamento de dona Marly Sarney com sua mulher —, até que passou a ocupar lugar a Carlos Sant'Anna para beneficiar o "Centrio".

Marcondes Gadelha — Já foi ministro do MDS e hoje é um dos mais influentes membros do presidente Sarney no Congresso. Em 1982, já no PDS, foi eleito para o Senado com a ajuda do então governador João Francisco. Em 1984, tornou o PDS pelo Estado do Rio de Janeiro para votar em Eduardo Braga. No Congresso, foi um dos poucos que não se filiou ao "Centrio" — sendo para se

contrapor à ação da esquerda — e acabou com o grupo a manutenção do presidencialismo e a aprovação dos créditos aos juros fixos. Na CPI de corrupção em 1983, trabalhou ativamente pelo o jecio do relatório que apontava inúmeras irregularidades no governo. Este ano, conseguiu impedir que do relatório da CPI da 2ª Câmara constassem acusações contra altos funcionários do governo. Paralelo ao, considerado grande articulador político, armou a derrocada do senador Carlos Chianelli da liderança do partido no início do ano.

Edison Lobão — É um dos mais íntimos amigos do presidente José Sarney. Maranhense, começou a vida como jornalista do Correio Braziliense, época em que se aproximou do então presidente Ernesto Geisel. Por influência dele, foi eleito deputado em 1976 pelo Arena. Logo mesmo passou, foi vice-líder do grupo Figueiredo na Câmara. No Colégio Eleitoral votou em Paulo Maluf, de quem era grande amigo, mas logo aderiu ao governo Sarney. É amigo de faz questão de evitar o nome o deputado Sarney. Ele teve um certo sucesso: quando entrou no governo, foi o primeiro a ser acusado de corrupção pela imprensa. Mas culpa não foi somente sua a farsa de pirotecnia — porque hoje. É conhecido um dos homens mais ricos do Senado. Tem uma mansão em Lago Sol, onde vive com a esposa e os filhos.

PARTES POCA
LEGIBLE



19 (98)

Império do animador dá US\$ 1 milhão/dia

Lia Carneiro

po Casas Bahia, do empresário Samuel Klein.

SÃO PAULO — Longe dos cenários de seus sortidentes programas dominicais, o animador Silvio Santos muda seu jeito e assume a condição de megapresidente à frente de um império que deve faturar 360 milhões de dólares neste ano — ou seja, quase 1 milhão de dólares por dia. Na verdade, o Grupo Silvio Santos segue o modelo de um conglomerado familiar, mas é administrado por profissionais. Apesar de Silvio ter 98% das ações do grupo (os 2% restantes são divididos entre o irmão, Henrique Abravanel, diretor comercial do Baú da Felicidade, e o sobrinho, Guilherme Stolar, vice-presidente do SBT) e o poder de dar a última palavra, o novo candidato não acumula cargos ou títulos de presidente de suas 30 empresas e seus 15 mil funcionários.

Há seis divisões no Grupo Silvio Santos: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT); Comércio e Serviços; Agropecuária; Capitalização; Previdência e Medicina; e Veículos. As divisões operam num regime de autonomia relativa e estão diretamente ligadas à holding Silvio Santos Participações Ltda, comandada pelo advogado Luis Sandoval, há 19 anos na equipe do animador. Foi Sandoval que elaborou há três anos o projeto de mudança da imagem do grupo, cujo principal objetivo era se desfazer do rótulo de "brega", indelével do SBT e das demais empresas do conglomerado, como a rede de lojas de móveis Tamakavy, que acabou vendida em agosto deste ano para o gru-

Idéias para o Planalto

Cao venha as eleições, Silvio Santos irá pagar a dívida externa, dar grande margem de influência aos políticos do PFL na formação de seu Ministério, recorrer ao congelamento de preços e combater a inflação como prioridade de governo. Esta concepção de administração foi estabelecida pelo próprio Silvio Santos, em entrevista coletiva em 21 de outubro, concedida na porta do teatro SBT. A seguir, seu pensamento político:

- "Divida é feita para se pagar. Vamos ter uma conversa com os banqueiros e procurar entender o prazo do pagamento".
- "Não sei precisamente o valor da dívida, mas acho que é de mais ou menos 110 bilhões de dólares".
- "O salário mínimo é uma coisa ridícula. Será a prioridade número dois do meu governo melhorar o salário".
- "A prioridade número um será acabar com a inflação".
- "Você tratar de um assunto por

cada vez, porque acho que é impossível resolver todos os problemas do Brasil de uma vez só".

□ "Depois de cuidar da inflação e do salário, vou cuidar da Saúde, da Habitação e da Educação, nesta ordem".

□ "No governo, assim como tenho feito em minhas empresas, vou procurar me cercar de gente competente. Dizem que assim tenho me saído bem. O povo é que vai julgar".

□ "Os políticos do PFL podem indicar os meus ministros. Eu pretendo governar com o partido. Eu vou analisar a lista e manter ou alterar os nomes que julgar convenientes".

□ "Quero ser o candidato dos homens de bem".

□ "Jantarei com o presidente Sarney há três meses. Desfruterei da intimidade do presidente. Gosto do Sarney".

□ "Também gosto do presidente Figueiredo. O Silvio Santos é amigo das pessoas, não importa a situação política delas".

□ "Creio que o presidente Sarney não vai se meter na sucessão".

□ "Acho que posso fazer algo por este país".

de dólares por ano, contra 130 milhões de dólares do SBT, 80 milhões de dólares da Liderança Capitalização e 50 milhões de dólares da Vinte e Veículos, uma das maiores concessionárias Volkswagen de São Paulo.

Num ritmo constante de animação, que independe do resultado das eleições e do futuro político do dono da casa, o Grupo Silvio Santos continua procurando e cavando espaços para crescer. Nos planos do animador, empresário e agora candidato a

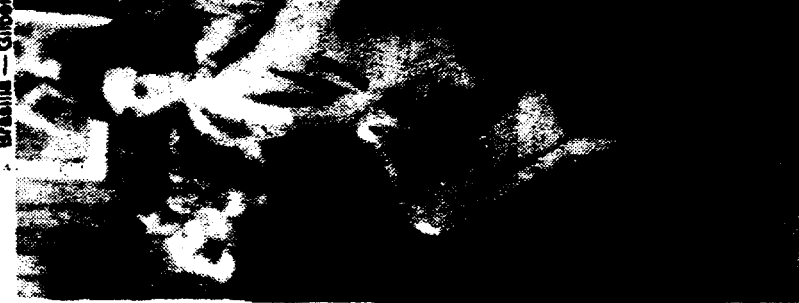
presidente Silvio Santos estão uma associação com o Grupo Pais Meninos, uma das maiores redes de supermercados do país, a construção de um conjunto habitacional em Oásico, município da Grande São Paulo; ampliação da atual Sizan Modas em uma cadeia de lojas de confecções; quatro agências para o Banco Pan-Américo; e o antigo, mas ainda não descurado, projeto de um centro de diversões, uma espécie de Disneylandia brasileira, que custaria em torno de 60 milhões de dólares.

Corrêa, coleção de fracassos

SÃO PAULO — Se há eleição, ele participa, mesmo que só para aparecer no horário gratuito da Justiça Eleitoral na televisão. O pastor evangélico Armando Corrêa da Silva, de 58 anos, que ontem cedeu sua legenda, o PMB (Partido Municipalista Brasileiro), ao animador e empresário Silvio Santos, já concorreu duas vezes à Prefeitura de São Paulo: a primeira em 1985 (segundo ano de fundação do PMB) e a segunda em 1988, quando, depois de mais de cinco meses de campanha, conseguiu arrebanhar pouco mais de quatro mil votos, um número que representou um percentual de 0,08% da votação. Entre as duas eleições, disputou, e não conquistou, uma vaga na Assembleia Constituinte, em 86.

O fracasso nas urnas, porém, nunca chegou a intimidar Corrêa. Ao longo sua carreira política, ele procurou marcar a sua passagem como "o candidato dos explorados", um slogan cunhado desde 1985. Mas, segundo a declaração de bens encaminhada ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, o pastor está muito longe de pertencer a esse contingente de brasileiros: é dono de nada menos do que 129 mil hectares distribuídos em 43 fazendas em Roraima. Além disso, possui um terreno de 83 alqueires em Oásico, na Grande São Paulo, e outra área de 25 alqueires em São Miguel Paulista, na Zona Leste da cidade. Esses terrenos integram uma lista de 79 bens declarados, que inclui ainda uma área de 196 alqueires em Guarulhos, também na Zona Leste da cidade, e mais 10 alqueires em Itaquaquecetuba.

Valendo-se de uma frase do filósofo alemão Nietzsche "Eu me preparei para ser", Armando Corrêa define-se como um político preparado para ocupar a Presidência da República. Mas, desde que fundou o PMB, só coleciona fracassos. Mas isto não o intimidou e ele avisa: não vai abandonar a vida pública e deve ser novamente candidato no próximo



Corrêa, um rico pastor

PARTES POCO LEGÍVEIS

8909878

Candidatura nasceu em setores políticos alijados da sucessão

□ Candidatura do animador de TV e empresário Silvio Santos visa sendo articulada no PFL, no Congresso e no Planalto há algum tempo

GUSTAVO KRIEGER
Editoria Política/ZH

A articulação para lançar o empresário Silvio Santos candidato à Presidência da República começou há pouco mais de dez dias e teve várias mudanças de rumo antes da solução final, com a substituição do candidato do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), Armando Corrêa. O lançamento de Silvio Santos surgiu como alternativa para um grupo de políticos que ficaram isolados no quadro sucessório e temiam pagar alto preço por isto nas eleições estaduais do ano que vem. Os fatos acontecem simultaneamente, no Congresso Nacional, na cúpula do Partido da Frente Liberal (PFL) e no Palácio do Planalto.

A participação do presidente José Sarney nessas articulações não chegou a ficar clara e, inclusive, é negada. O próprio presidente diz que não teve qualquer participação e garante que não vai interferir na escolha de seu sucessor, mas é certo que alguns políticos extremamente ligados a Sarney estiveram presentes desde o início da manobra, quando a tentativa era tornar o empresário candidato do PFL, em substituição a Aurélio Chaves. O senador Edson Lobão, do



PFL maranhense, e o ministro do Interior, João Alves, eram alguns dos políticos presentes à reunião que primeiro lançou a candidatura do empresário. O secretário particular de Sarney, Augusto Marzaglio, também articulador político do Governo, participou da reunião no lançamento de Silvio Santos.

A verdade é que Sarney só teria a lucrar com a eleição de Silvio Santos à Presidência da República, impedindo uma vitória da esquerda e barrando o caminho de Fernando Collor de Mello. O presidente não quer ver o candidato do PRN em seu lugar, não apenas pela oposição que este vem fazendo ao seu governo, mas também pelos reflexos que isto teria na política maranhense, onde Collor é apoiado pelo senador João Castello, principal adversário de Sarney e candidato a governador no ano que vem, contra o filho do presidente, José Sarney Filho, o Zopinha.

ANTECEDENTES — Antes desta articulação, o nome de Silvio Santos já havia sido lembrado duas vezes como candidato, sempre pelo PFL. Ano passado, o empresário foi cogitado como candidato a prefeito de São Paulo, chegando a filiar-se ao partido. Esta ano, o grupo liberal pelo senador Marco Maciel tentou convencer Silvio a ser o candidato do PFL à Presidência. Como ele recusou, apoiaram Maciel contra Aurélio na prévia que escolheu o candidato do partido. Quando este perdeu, dividiram seu apoio entre várias candidaturas.

Acordo inicial era com o PFL

O início da manobra pró-Silvio Santos aconteceu quando alguns líderes do PFL, incluindo o presidente nacional, Hugo Napoleão, e os senadores Edson Lobão e Marcondes Gadelha, reuniram-se com o candidato do partido, Aurélio Chaves, na casa do ministro João Alves, para uma avaliação da campanha eleitoral. Nesta reunião, o próprio Aurélio admitiu que não tinha mais esperanças de recuperar-se nas eleições. Foi então que surgiu a ideia de substituí-lo em favor de um nome de impacto, que poderia ser Silvio Santos ou Antonio Bando de Moura.

Aurélio Chaves admite, inclusive, que chegou a pensar em renúncia, mas não decidiu ainda a respeito, preferindo esperar sua família. O presidente do partido, Hugo Napoleão, no entanto, tem uma versão completamente diferente sobre este fato e garante que o candidato aceitou renunciar e que o próprio Aurélio Chaves teria indicado o nome de Silvio Santos para substituí-lo. Enquanto Aurélio viajava para Minas Gerais, onde decidiria o que fazer, Napoleão procurou Silvio Santos, pedindo que este aceitasse a candidatura.

O empresário aceitou, mas condicionou sua atitude à renúncia de Aurélio, com quem se reuniu em Brasília. O candidato pefelista foi consultado sobre temas e prometeu uma

resposta para o dia 23 de outubro, uma segunda-feira. No sábado, entretanto, vazaram informações sobre a manobra que irritaram Aurélio e o fizeram desistir da renúncia. No domingo à noite, Silvio Santos ocupou uma hora de seu programa no SBT para dizer que aceitava a candidatura, se Aurélio renunciasse. Chegou a dizer que "o destino de Silvio Santos está nas mãos de Aurélio Chaves". Este, por sua vez, depois de passar dois dias sem falar à imprensa, convocou uma entrevista coletiva, na qual garante que não vai renunciar.

ALTERNATIVAS — Na segunda-feira, a Executiva Nacional do PFL se reúne para expor a carta-rendição de Aurélio, mas esta não chega. O candidato estava disposto a continuar no páreo e comunicou sua decisão ao próprio Silvio Santos por telefone, na segunda-feira. "Esta é uma decisão unilateral que é minha", disse Aurélio, fechando a porta do PFL para o dono do SBT.

Entretanto, se esta porta se fechou, outras começaram a se abrir graças ao trabalho do grupo que apoiava o lançamento do empresário. Hugo Napoleão rachou com Aurélio e passou a atuar como articulador político de Silvio Santos, juntamente com outros senadores pefelistas, como Marcondes Gadelha (PEB), Edson Lobão (ML) e João Alves (PFL).

ruary (AL).

Descartado o PFL, começa a tentativa de fazer de Silvio Santos o candidato do PL, em lugar de Afif Domingos. O líder do PL na Câmara, Adolpho Oliveira, chegou a declarar que as conversações entre o partido e o empresário "estão maduras" e admitiu a hipótese de substituição, com Afif entrando como vice de Silvio Santos. O presidente do PL, Alvaro Valle, reagiu, garantindo que "o PL não é o PFL" e dizendo que não haverá a troca. Advertiu que se Afif renunciasse, a Executiva Nacional escolheria seu substituto "sem conchas". No dia seguinte, é o próprio Afif que denuncia a possibilidade de renúncia, fechando outra porta para Silvio.

PEQUENOS — Uma aliança com um dos pequenos partidos que disputam a eleição foi a alternativa que sobrou a Silvio Santos. A primeira sigla oferecida ao empresário foi o PPB, do candidato Antonio Pedreira. Depois foi a vez do PCN, cujo candidato, Zami Teixeira, chegou a colocar o rosto do candidato em sua propaganda no rádio e televisão. O problema é que os dois tinham apenas 30 segundos diários de propaganda gratuita. A vantagem foi para o Partido Municipalista Brasileiro (PMB), que tem cinco minutos diários.

As formalidades que Silvio ainda terá de cumprir

A candidatura de Silvio Santos à Presidência da República criou a necessidade de algumas formalidades, das quais a filiação ao PFL, ainda não consumada, foi apenas a primeira. A seguir vem a renúncia do candidato Armando Corrêa. Depois, a renúncia do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) deve renunciar para a substituição formal do substituto de Corrêa, que, uma vez aprovada, deverá ser registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Silvio Santos também precisa cumprir algumas formalidades. Como já não é candidato a Presidência, precisa renunciar ao cargo de senador. Além disso, precisa renunciar ao cargo de empresário. Como já não é candidato a Presidência, precisa renunciar ao cargo de empresário. Como já não é candidato a Presidência, precisa renunciar ao cargo de empresário.

Mas no caso de candidatura, Silvio Santos precisa cumprir algumas formalidades. Como já não é candidato a Presidência, precisa renunciar ao cargo de senador. Além disso, precisa renunciar ao cargo de empresário. Como já não é candidato a Presidência, precisa renunciar ao cargo de empresário.

PROCESSO — A candidatura de Silvio Santos à Presidência da República criou a necessidade de algumas formalidades, das quais a filiação ao PFL, ainda não consumada, foi apenas a primeira. A seguir vem a renúncia do candidato Armando Corrêa. Depois, a renúncia do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) deve renunciar para a substituição formal do substituto de Corrêa, que, uma vez aprovada, deverá ser registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O PFL, que sempre foi o partido de Sarney, não quer que o empresário entre no Palácio do Planalto. O partido tem um histórico de oposição ao regime de Sarney. O PFL, que sempre foi o partido de Sarney, não quer que o empresário entre no Palácio do Planalto. O partido tem um histórico de oposição ao regime de Sarney.

PLANOS — Em Brasília, há planos para a candidatura de Silvio Santos à Presidência da República. O plano é lançar o empresário como candidato. O plano é lançar o empresário como candidato. O plano é lançar o empresário como candidato.

M como antes da confirmação da candidatura de Sílvio Santos, o quadro eleitoral já apresentava algumas mudanças, reveladas pela pesquisa do Gallup. A primeira é nova queda de Collor de Mello. O candidato do PRN havia perdido dois pontos, descaído de 29,3% para 27,5%, mas continuava com a primeira colocação. Na segunda posição também houve mudanças. Luís Inácio Lula da Silva (PT), chegou a 13,8% e ultrapassou Leonel Brizola (PDT) que desceu de 13,7% para 12,7%.

Outra modificação foi a vantagem de Mário Covas (PSDB) sobre Paulo Maluf (PDS). Mantendo a tendência de crescimento apresentada nas pesquisas anteriores, Covas tinha subido de 8,2% para 10,6%. Com isto, ultrapassou Maluf que ficou estagnado em 8,6%. Também

repetindo a tendência das últimas pesquisas, Afif Domingos (PL) caiu um pouco mais, descaído de 7,1% para 6,6%. Ulysses Guimarães (PMDB) se manteve com 4,1% e Roberto Freire (PCB) ficou com 1,6% das preferências. Os dois mantiveram estabilidade em relação às últimas pesquisas.

Entre os candidatos com menos votos, a grande mudança foi o crescimento de Aureliano Chaves (PFL), que passou de 0,7% para 1,3%. O candidato do PFL, cuja renúncia chegou a ser pedida pelo partido nos últimos dias, ultrapassou Ronaldo Caiado (PSD), que ficou com 1,1%. Afonso Camargo (PTB) ficou estagnado com 0,9% dos votos. O número de eleitores dispostos a votar nos candidatos de pequenos partidos havia subido de 0,7% para 1,5% antes do lançamento da candidatura Sílvio Santos. É dividido de 7,9% para 4,9% e percentual de eleitores que não votaram na eleição seguinte.

GALLUP/ZN

ZERO HORA 21/11/89

F.P.(P.R.)

SÍLVIO SANTOS TIRA PONTOS DE TODOS CANDIDATOS

□ Pesquisa realizada com o dono do SBT incluído entre os candidatos, mostra uma reviravolta. Ele assume a liderança e todos perdem pontos

Bom parte dos eleitores admite mudar seu voto com a confirmação da candidatura do empresário e animador Sílvio Santos pelo Partido Municipalista Brasileiro (PMB). Uma segunda pergunta, na última pesquisa do Instituto Gallup, revelou que Sílvio Santos estaria em primeiro lugar se a eleição fosse hoje, com 29% dos votos.

O Gallup não realizou duas pesquisas iguais — uma com a lista dos registrados, outra incluindo Sílvio Santos na relação — mas sim, após a pesquisa habitual, com a cartela de todos os candidatos, fez uma pergunta específica sobre uma possível mudança de voto do eleitor no caso de Sílvio Santos ser candidato. A resposta a esta pergunta que acusou a mudança no quadro que deixaria o candidato do PMB em primeiro. O segundo lugar seria de Fernando Collor de Mello (PRN), com 18,6% dos votos. A terceira colocação ficaria para Luís Inácio Lula da Silva (PT), com 10,6% das preferências. Leonel Brizola, do PDT, cairia para a quarta colocação, com 9,9% das intenções de voto. Mário Covas

(PSDB) seria o quinto colocado, com 8%, seguido de Paulo Maluf (PDS), com 5,9%. Guilherme Afif Domingos (PL) cairia para a sétima colocação, fazendo 4,2% dos votos. Ulysses Guimarães (PMDB) viria em oitavo, com 2,9%. Roberto Freire (PCB) seria o nono colocado, com 1,4%. Aureliano Chaves (PFL) viria depois, com 0,9%, seguido por Ronaldo Caiado (PSD), com 0,8%, e Afonso Camargo (PTB), com 0,4%.

Segundo o Gallup, 0,8% dos entrevistados se dividiriam entre os candidatos dos pequenos partidos. A pesquisa indica que 3,4% dos eleitores votariam em branco e 3,2% não saberiam em quem votar se a eleição fosse hoje.

METODOLOGIA

— A pesquisa do Gallup começou a ser realizada no dia 26 de outubro, quando a candidatura de Sílvio Santos ainda não estava confirmada e foi concluída ontem, depois que o empresário havia definido seu lançamento em lugar do candidato do PMB, Armando Correa. Por isto, o Instituto fez na realidade um levantamento duplo, avaliando o momento eleitoral com ou sem a presença de Sílvio Santos na disputa.

Depois de perguntar aos eleitores qual dos 22 candidatos oficialmente lançados estes apoiavam, os pesquisadores do Gallup colocavam a hipótese do lançamento de Sílvio Santos,



Sílvio muda quadro

fazendo a seguinte pergunta: "O senhor disse que pretende votar em (nome do candidato mencionado pelo entrevistado). Se Sílvio Santos se tornar candidato em lugar de algum dos atuais candidatos, o senhor votaria em Sílvio Santos ou votaria no mesmo candidato que indicou agora?"

Todos os candidatos perderam votos com a segunda pergunta, diminuindo também os votos em branco e os indecisos.

Militares vêem mudanças com tranquilidade

As Forças Armadas acompanham "com absoluta isenção e tranquilidade" a esta final da campanha eleitoral e não temem as alterações do quadro necessário que possam advir da candidatura do empresário Sílvio Santos, mesmo que ele leve para o segundo turno dois candidatos representantes das correntes de esquerda. A garantia foi dada ontem, em Brasília, por um importante assessor do presidente José Sarney no Palácio do Planalto, que participou reunido com a cúpula do Exército, Marinha e Aeronáutica para discutir os problemas gerais do país e a situação das Forças Armadas no próximo governo eleito.

Na avaliação preliminar do assessor, a candidatura de Sílvio Santos foi "um presente dado ao candidato do PDT, Leonel Brizola", que tem poucos votos a perder em São Paulo, mas também favorecerá o tucano Mário Covas, cujo perfil do eleitorado não se choca com o do empresário. Esta possibilidade, no entanto, não preocupa as Forças Armadas, que estão hoje muito mais preocupa-

das com seus problemas estruturais do que com a eleição.

O jurista Miguel Reale acusou ontem Sílvio Santos de ter se utilizado indevidamente de uma concessão federal de serviço público para fazer proselitismo político. Reale defendeu ainda a impugnação do animador. Os fatos demonstram que o candidato está no comando efetivo de uma concessão de TV da qual se utilizou nos três meses anteriores à eleição, o que é vedado pela Constituição. "Ele ocupou o canal que lhe foi concedido para lançar sua própria candidatura", acusou o jurista, referindo-se ao fato de Sílvio Santos, na semana passada, ter utilizado por quase duas horas o seu programa de domingo no SBT.

A filiação partidária, segundo o jurista, não pode ser um simulacro: "A decisão do PMB de conceder legenda a Sílvio Santos foi intempestiva. A filiação partidária é um ato real sem entendimento entre o candidato e os programas do partido", explicou Miguel Reale. O jurista só não soube prever como o TSE vai agir: se aceitará ou não o argumento de Sílvio

Santos de que está afastado da direção do SBT. "Há motivos fortes para impugnar esta candidatura, mas a Justiça também pode aceitar a aparência de um direito", concluiu.

ESTRATÉGIA — Sílvio Santos não quis fazer nenhum comentário ontem de como será a estratégia que adotará em sua campanha para presidente da República, por considerar prematuro enquanto ele não se solidificar. O silêncio do animador já faz parte de sua estratégia política de campanha. Aconselhado pelo vice-presidente do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Guilherme Steller, com quem ficou reunido durante todo o dia em sua residência, o empresário acabou se convencendo de que as declarações do empresário Antônio Ernânio de Moraes que o chama de "oportunistas", seria uma das primeiras perguntas dos jornalistas que o aguardavam na entrada de sua casa para uma entrevista coletiva. Além disso, foi aconselhado a pensar em efetuar rápidas ações políticas para solidificar sua candidatura. (AG)

CONSÓRCIO
PANAMBA
A APLICAÇÃO
MÍNIMA
QUE REND
O MÁXIMO

Concedido [S] Panambá

Transferência de votos vai a um terço

Todos os candidatos perderam com a entrada de Sílvio Santos no quadro eleitoral. A pesquisa do Gallup revelou que o dono do SBT tirou votos de todos os concorrentes. A média entre principais pesquisas foi a transferência de um terço dos votos de cada presidencialista para Sílvio Santos. O percentual variou de 29% das preferências atribuídas por Sílvio. O percentual variou de 29% das preferências atribuídas por Sílvio. O percentual variou de 29% das preferências atribuídas por Sílvio.

Com o lançamento de Sílvio Santos, Collor de Mello perdeu a liderança que vinha mantendo desde abril em todas as pesquisas de opinião pública. Seu percentual caiu de 29,3% para 27,5%. Sílvio Santos, o novo candidato do PMB, chegou a 29% dos votos.

Luís Inácio Lula da Silva (PT) ultrapassou Leonel Brizola (PDT) em duas pesquisas de opinião pública em sua primeira eleição. Seu percentual subiu de 12,7% para 13,8%. Ulysses Guimarães (PMDB) se manteve com 4,1% e Roberto Freire (PCB) ficou com 1,6% das preferências. Os dois mantiveram estabilidade em relação às últimas pesquisas.

Mário Covas (PSDB) chegou a 10,6% das preferências, ultrapassando Paulo Maluf (PDS) que ficou com 5,9%. Guilherme Afif Domingos (PL) caiu um pouco mais, descaído de 7,1% para 6,6%. Aureliano Chaves (PFL) viria depois, com 0,9%, seguido por Ronaldo Caiado (PSD), com 0,8%, e Afonso Camargo (PTB), com 0,4%.

PRELIMINAR — Se Sílvio Santos não concorrer, Paulo Maluf cairia com 5,9% dos votos, percentual se reduziria para 5,4% com a confirmação da candidatura do empresário. Outros que cairiam são Afif Domingos (PL) de 7,1% para 6,6%, Ulysses Guimarães (PMDB) de 4,1% para 2,9%.

Roberto Freire (PCB) e Leonel Brizola (PDT) também sofreriam mudanças no quadro eleitoral, passando de 1,6% para 1,4% e de 12,7% para 12,5%, respectivamente. Sílvio Santos e foi ultrapassado por Aureliano Chaves, cujo percentual foi menor e que fica com 0,9%.

Denúncia de bombas não pára comício de Color em Osasco

Dez bombas malditas, de fabricação caseira, foram atiradas contra o palanque em que o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, discursaria, na cidade de Osasco, Município da Grande São Paulo. A denúncia foi feita ontem pelos organizadores do comício, que registraram ocorrência na delegacia local. Apesar disso, o palanque não sofreu danos, ficando apenas chamuscado em alguns pontos, de difícil percepção. Os estilhaços das bombas não foram mostrados à imprensa.

As bombas foram atiradas, segundo os coordenadores da campanha do PRN, para impedir a participação dos populares no showzinho, que tinha a participação de vários cantores populares. Apesar das ameaças, cerca de 60 mil pessoas (segundo dados da Polícia Militar e dos organizadores do evento) enfiaram no Largo da Estação para assistirem ao comício de Fernando Collor. O candidato não demonstrou em nenhum momento que estava com medo de novas ameaças, especialmente depois das previsões da vidente Leila Alkmim, de que ele sofreria um atentado dia 28 de outubro. Collor prometeu "cacha aos baderneiros", que segundo ele, devem ser pegos pelas orelhas.

"Tentaram incendiar este palanque cívico, numa atitude de desespero dos adversários. Mas, a essas pedras e as bombas incendiárias, nós responderemos sempre com a bandeira branca da paz. Eles tentam com essas bombas nos calar, mas não vão conseguir, porque não reconhecemos nem um milímetro", garantiu o candidato durante seu discurso.

COMPROMISSO — O candidato do PRN terá hoje um dia bastante movimentado no Nordeste. Ele visitará quatro cidades de três estados da região. Já, às 8h30min, estará na sede da Sadema, em Recife, a convite de funcionários da autarquia, para discutir os graves problemas enfrentados pelo Nordeste. Depois, seguirá de avião para Garanhuns, a 240 quilômetros de Recife, cidade onde nasceu Lula, do PT. Lá, o candidato espera fazer um grande comício para provar que tem excelente aceitação no agreste pernambucano. No início da tarde vai para Arapirica, em Alagoas, onde fará uma palestra e um comício. A manobras de Collor no Nordeste acabam com o showzinho, uma visita a Aracaju, onde também haverá comício. (3G)

Polícia investiga bomba em comício

A polícia de São Paulo, revelou ontem que a bomba lançada contra o palanque em que o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, discursava, foi preparada com querosene e não com gasolina. O delegado Wilson Pinto Menezes, da Delegacia Seccional do Município, confirmou a denúncia feita por Collor e disse que vai continuar investigando o caso. Ontem também ele pediu que fosse feita a busca de coquetéis molotov.

O prefeito da cidade, Francisco Rossi, coordenador da campanha do PRN na Grande São Paulo, afirmou que dez coquetéis molotov teriam sido lançados contra o palanque na madrugada de domingo. Mas, segundo o delegado, apenas uma bomba foi jogada do viaduto no palanque montado no Largo da Estação. A ocorrência foi registrada por funcionários da Polícia, que monitoravam o palanque, mas eles não conseguiram identificar os autores.

Em São Luís, a reunião de cúpula

Os presidentes que têm o português como idioma oficial vão fundar Instituto da língua portuguesa

O presidente José Sarney desembarcou ontem em São Luís às 18h30min, vindo de Brasília. Logo em seguida, às 20 horas, ele receberá, no aeroporto do Turfical, juntamente com o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, os presidentes de Angola, José Eduardo dos Santos; de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano; de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira; de Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira; de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa, que desembarcarão em grupo. O presidente de Portugal, Mário Soares, chegará amanhã hoje pela manhã.

A programação oficial do encontro dos chefes de Estado dos países da língua oficial portuguesa, que será iniciada hoje, às 9 horas, com a sua instalação no salão nobre do Palácio



Presidente Sarney em São Luís.

É festivo — O presidente José Sarney manterá encontros reservados com todos os chefes de Estado que irão ao Maranhão. No início da tarde, após encontros bilaterais, os presidentes se deslocarão para a residência do presidente José Sarney, no Cuiabá, onde almoçarão a seu convite. Às 16 horas, os sete presidentes seguirão para o terminal da Ponta da Madeira, onde visitarão as instalações portuárias e o terminal de escoamento do minério de ferro de Carajás.

O presidente Mário Soares, de Portugal, é o único entre os visitantes que já esteve no Maranhão, em visita oficial, há dois anos. A noite, os presidentes voltarão a se reunir no Palácio dos Leões, dessa vez para um jantar oferecido pelo presidente José Sarney e pelo governador Epitácio Cafeteira. O ponto alto da visita dos presidentes ao Maranhão será a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, que será o último ato oficial do encontro dos chefes de Estado. Falada por mais de 170 milhões de pessoas espalhadas por sete países, a língua portuguesa, pelo tempo no plano da orto-

grafia, poderá ser unificada a partir de agora. (Radiobrás)

Embarcações — O presidente José Sarney recebeu ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto, as cartas credenciais dos novos embaixadores de Israel, Iugoslávia e Nicarágua. O primeiro representante diplomático a estar com o chefe de Governo brasileiro foi o embaixador David Ephraïm, de Israel, que serviu em Roma, Montreal e Zurique. Ele substitui o embaixador Itzhak Sarfaty, acreditado junto ao Brasil desde 1986. O representante da Iugoslávia, Miodrag Trajković, foi o segundo embaixador a entregar suas credenciais a Sarney. Formado em Direito pela universidade de Belgrado, ele exercia as funções de secretário-geral para assuntos econômicos da Câmara de seu país.

Otoniel Arguello Herrera, da Nicarágua, foi o terceiro embaixador a se avistar com o presidente brasileiro. Escritor e engenheiro, Arguello tem 48 anos de idade e substituirá o embaixador Jorge Javier Irujo de Mendizábal, que serviu no Brasil desde 1985. (Radiobrás)

18.16

8909878

Como candidato à Presidência da República, Lula procura mostrar que é o mesmo operário de dez anos atrás. Garante não se incomodar nem mesmo com a pronúncia errada que continua a dar para certas palavras e afirma que o importante é a capacidade de se comunicar com os cidadãos. É claro, também se preocupa em demonstrar que pode ser o candidato da esperança que o Brasil precisa. Para isso, Lula mantém sempre ao lado de si um pequeno livro de poemas de Paulo Cesar de Souza, um poeta brasileiro que diz: "O homem não se entende sozinho, ele precisa do outro".

Lula quer mudar economia para evitar especulação

Editorial Politics/ZH

Embora as pesquisas sejam importantes, elas não retratam o que vai acontecer daqui a uma semana. Com os programas de televisão, estamos mudando a opinião do eleitorado.

□ "Ex-metalúrgico não pode ser presidente? É o sinal, que é da Academia de Letras?"

Lula — Eu gostaria que alguém mostrasse uma prefeitura melhor que as do PT. Há duas coisas fundamentais. A primeira é que você não deve nenhuma denúncia de corrupção aos governos do PT e sabemos que se houvesse corrupção não faltaria quem estivesse disposto a denunciar. A segunda é que pegamos argumentos feitos pelos prefeitos anteriores, alguns dos quais haviam gasto todo o dinheiro das prefeituras em obras inauguradas antecipadamente, sem que estivessem concluídas. Hoje, estas prefeituras começam a ser normalizadas administrativamente, ganhando credibilidade junto à opinião pública e a seus funcionários. As prefeituras do PT estão fazendo o que em outros lugares não se fazia. Não se via

ZH — Esta é a questão administrativa. Mas os problemas políticos, entre os prefeitos e o partido em várias cidades. Aqui no Estado, o prefeito de Rio Grande já deixou o

□ "Fomos vítimas de uma campanha contra os prefeitos do PT"

Lula — A grandeza de um partido está exatamente neste partido não perder a autoridade política de expulsar uma pessoa que tenha um mandato mas não cumpra o programa partidário. Eu não conheço o prefeito de Rio Grande, mas se ele foi eleito em cima de um programa e depois de eleito não cumpriu este programa, realmente não tinha que ser considerado. Agora, quando

Lula — Eu queria que alguém me provasse o contrário, que pagando estaríamos contribuindo para o desenvolvimento do País. Não sou eu que preciso provar que não pagamento vai prejudicar o País. É o contrário. Nos últimos cinco anos, o Brasil pagou quase 60 bilhões de dólares de juros e recebeu apenas 16 bilhões como dinheiro novo. Qual é a vantagem? Era muito melhor ter ficado com os 60 bilhões aqui e aplicá-los em habitação, saúde, política agrícola etc. Faz alguns dias, um



As pessoas não saíram do Brasil porque gostam do Brasil. Saíram porque tinham um mercado consumidor imenso, que só uma pessoa pequena de fora podia administrar.

8910053

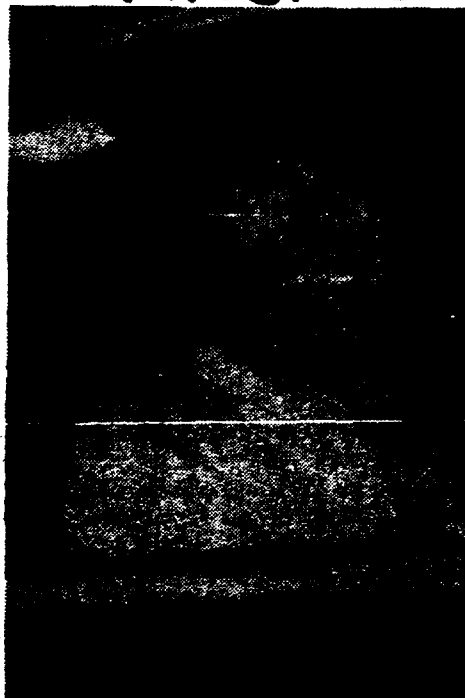
Marcelo Medeiros *

Durante a semana, dois fatos modificaram substancialmente o quadro sucessório: a candidatura Sílvio Santos e a suspeita de corrupção na prefeitura de São Paulo. Considerada ilegal pela grande parte da opinião jurídica conceituada do país, a candidatura do animador Sílvio Santos dificilmente obterá registro do TSE. "Ela é perfeitamente impugnável", afirma o professor Ricardo Pereira Lira. "É um escárnio, um insulto ao povo brasileiro", considera o ministro aposentado do STF e do TSE, Evandro Lina. Para o professor Leão de Abreu, ex-presidente do TSE e ministro aposentado do STF, Sílvio Santos "entra na sucessão presidencial através de uma negociação em que a fraude jurídica é incontestável".

Concorrendo com o nome de Armando Corrêa, Sílvio Santos, que se chama Senhor Abravanel, é, por enquanto, candidato a candidato a presidente da República. Não é piada. Mas um acontecimento político da maior relevância, tramado no Palácio do Planalto, regido pelo presidente Sarney e orquestrado por três senadores da República, conhecidos judiciosamente como "os três porquinhos". O deputado Luis Eduardo Magalhães, segundo se noticiou, teria acompanhado a negociação de uma vaga, que possibilitasse a candidatura de Sílvio Santos, até o valor de US\$ 70 mil.

Surpreendidos pelo oportunismo dessa nova candidatura, que só será efetivada ou não após decorrerem os prazos legais de impugnações e contestações — na antecedência do pleito, no dia 13 —, os candidatos poderão adotar novas estratégias de campanha para enfrentar Sílvio Santos, que segundo as pesquisas tem grande penetração nas classes de baixa renda e pouca escolaridade, que representam a maior parcela do eleitorado. A popularidade do novo candidato confunde-se com a penetração de sua rede de televisão — concessão pública — e das 44 emissoras associadas.

Também nesta semana, a apuração em inquérito policial do envolvimento da prefeitura de São Paulo em atos de corrupção administrativa, denunciados pelo candidato Ronaldo Góes, em debate na tv, atin-



gia o perfil de honestidade do Partido dos Trabalhadores e interrompeu a trajetória ascendente da candidatura Lula. O desmoronamento de terras sobre a favela Nova República — com numerosas vítimas — veio completar o quadro de desgraça e elevar ainda mais o índice de impopularidade da prefeta Erundina, principal cabo eleitoral de Lula.

Afif não conseguiu inverter a imagem negativa de sua atuação na Constituinte — omitiu-se em 83% das votações — denunciada de forma contundente pelos adversários. No intervalo entre as pesquisas de intenção de voto, desceu do quarto para o sétimo lugar, e tudo indica que está definitivamente fora do segundo turno.

Malaf aproveitou a tragédia dos favelados da Nova República e criticou incessantemente a administração petista de São Paulo. Fez propaganda das obras de seu governo e está se mantendo na liderança do eleitorado paulista, como presença de uma candidatura, ao que vem, para o governo do estado.

Mário Covas subiu de 3% em junho para 8% das intenções de voto na última pesquisa do Ibope, em 13/10. Seus programas estão bons e repercutem no eleitorado das classes A e B, que o identificam como

JORNAL DO BRASIL 5/10/89

um candidato sério e preparado para governar o país. A polarização que fatalmente irá ocorrer entre Sílvio Santos, Collor, Brizola e Lula poderá beneficiar Covas, na medida que o eleitorado se cansa do troca-troca de acusações e faça sua opção por um candidato que não tenha se envolvido. É quem tem menos a perder com o registro da candidatura de Sílvio Santos.

Lula, que vinha desenvolvendo uma estratégia politicamente correta, apresentando programas populares, numa linguagem acessível ao eleitorado que pretende engajar, terá agora de enfrentar acusações de corrupção ao PT, a omissão criminal da prefeitura paulista no episódio do desmatamento de terras, com muitos mortos, e, se concretizada a candidatura, a concorrência de Sílvio Santos. Suas intervenções nos programas do TSE estão perdendo o caráter radical dos primeiros 30 dias e vão se mobilizar uma maior parcela do eleitorado, para superar Brizola, logo à sua frente.

Mesmo tendo modificado seus programas eleitorais, e modificando para melhor, Brizola continua no patamar das 15% das intenções de voto, mantendo-se em segundo lugar nas prévias eleitorais — desde junho, com 11%, até agora, com 15%. Seu caminho natural para chegar ao segundo turno é a radicalização. O que ele ainda sabe fazer muito bem. Como se terá certeza do registro de Sílvio Santos no dia 13 (fim do horário gratuito), vai disparar sua máquina, desde logo, contra tific Sílvio, Collor e Lula.

Collor, em primeiro lugar desde junho, com o dobro do percentual do segundo colocado, será o mais prejudicado com a candidatura SS. Sua estratégia será a de enfraquecer os ataques ao governo, e identificar Sílvio Santos como candidato do presidente Sarney.

Afirmado ter certeza de que a candidatura Sílvio Santos foi inspirada pelo Palácio do Planalto, Antônio Ernâni de Moraes, dono do maior grupo industrial do país, classificou o presidente Sarney, o mentor, de "moleque", e senador Hugo Napoleão, o presidente do PFL e um dos executores do plano, de "vassalo", e Sílvio Santos, o beneficiado, de "apagador".

* É jornalista, ex-deputado federal e secretário de campanhas eleitorais desde 1979.

Clarín EN LAS ELECCIONES DE BRASIL

Rompecabezas para 4

Un bimotor privado alquilado por el candidato presidencial Fernando Collor de Melo, quien no se hallaba a bordo, se estrelló ayer en el sur de Brasil, muriendo sus cinco ocupantes. Si bien De Melo seguía encabezando las encuestas, una situación de empate se insinuaba entre los cuatro principales aspirantes: el astro televisivo Silvio Santos, Collor de Melo, Luis Inácio "Lula" Da Silva, del izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), y el populista Leonel Brizola.

SAN PABLO, 4 (Enviado especial). — El voto de los analfabetos y de los mayores de 16 años que optaron por inscribirse en los registros no alcanza a explicar las diferencias entre esta elección presidencial directa y la última de la que guarda antecedentes este Brasil de ochenta y dos millones de sufragantes: en octubre de 1960 algo más de cinco millones de personas decidieron la máxima nominación de Juscelino Kubitschek, sobre un padrón total de 15,5 millones.

Las chances de un animador de televisión —un medio escasamente difundido, y menos relacionado con la actividad política partidaria veintinueve años atrás— hubieran sido entonces muy menores, y el fenómeno producido por Silvio Santos esta semana, apenas catorce días antes de la decisión de las urnas, encuentra allí una faceta más a favor de lo inédito.

El locutor y animador convertido a empresario por vía de su Baul de la Felicidad (una suerte de plan de ahorro previo fomentado con sorteos de artículos sueltos) quedó —paradójicamente— privado de su espacio gratuito de campaña radial y televisiva: los conductores de campaña del Partido Municipalista Brasileño (PMDB) se apresuraron al desplazar a Armando Correa (cuyo nombre permanecerá en las boletas electorales, ya impresas) y mucho más al adelantar el nombre de Silvio (así lo reconoce aquí la gente), por lo que el Tribunal Superior Electoral decidió penar al candidato todavía sin confirmación oficial.

Los analistas opinan que la multa no afectará a la flamante campaña, especialmente cuando consideran que desde hace 30 años el locutor disfruta de una suerte de "full time" en los medios masivos, y que desde 1976, cuando el ex presidente João Figueiredo le dio en concesión la explotación del Sistema Brasileño de Televisión (SBT), Silvio goza de privilegios especiales.

El no duda en reconocer que carece de programa (de gobierno), y confía en que su imagen bastará para sustentar una serie de "ideas básicas" que darán las soluciones a este Brasil con veinte millones de analfabetos, con una deuda externa que admite no conocer en detalle pero estima en "unos ciento diez mil millones de dólares", con el mayor grado internacional de concentración de la renta (según datos del Banco Mundial) donde el veinte por ciento de la población detenta el 67 por ciento de la riqueza y entre el 40 por ciento de los pobladores se reparten siete de cada diez cruzados nuevos en circulación.

Las encuestas iniciales, que le otorgaban a Santos el primer lugar en las preferencias, comenzaron a variar: para tranquilidad de Fernando Collor de Melo, el último rastreo realizado por la empresa Data Folha ubica al candidato del Partido de la Reconstrucción Nacional (PRN) al frente, con 21 por ciento, y relega al locutor a una escolta de 14 por ciento, compartida con Luis Inácio "Lula" Da Silva, del Frente Brasil Popular (FBP). Leonel Brizola, del Partido Democrático Trabalhista (laborista, PDT), queda confirmado en ese sondeo detrás del líder sindical paulista, con 13 por ciento.

Las perspectivas se presentan mejor para el ex gobernador de Rio de Janeiro en otro sondeo realizado por una encuestadora privada y cuyos datos fueron revelados a Clarín precisamente por sus competidores.

de la franja izquierda del electorado, los jefes de campaña del Partido de los Trabajadores (PT, la principal fuerza del FBP): de acuerdo con ella Brizola encabeza las preferencias con 14,8 por ciento, seguido en la virtual inabismable empate de esta manera: Santos, 13,9 por ciento; "Lula", 13,8 por ciento; Collor, 13,5 por ciento.

La postulación del animador televisivo, leída en muchos sectores políticos como la maniobra que se había reservado el presidente José Sarney para el último tramo de la sucesión, ha planteado la hora de las definiciones dentro del Partido del Frente Liberal (PFL).

El ex vicepresidente (durante la dictadura) Alceu Faria Chastel, candidato oficial del PFL señalado con escaso apoyo por ciento en las encuestas, había rechazado la semana anterior el más fuerte empuje de sus opositores internos para que declinara en favor de Silvio. Desde varios meses antes la máxima dirigencia del partido de Sarney había iniciado una "diáspora" que favoreció principalmente a Collor y al candidato del Partido Liberal, Guilherme Afif Domingos) que la candidatura del locutor amenaza completar.

Redefinición

La "rua Vitoria", una de las tantas peatonales en el centro de San Pablo, muestra cotidianamente todo tipo de espectáculos: desde la constante prédica de incansables oradores religiosos hasta la típica "batucada" en una gama que para el recién llegado abarca también la curiosidad por unos hombres envueltos en cartulinas que exhiben ofertas de empleo "al instante".

El área resulta también propicia para los puestos de campaña de los mayores partidos: un enorme camión empujado por el PDT con el nombre de Brizola y una seguidilla de casillas metálicas cuyos ocupantes, bregan día y noche para captar votos hacia "Lula", Afif, Collor o Mario Covas, el candidato del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB, entre ocho y nueve por ciento en las encuestas).

Entre todas ellas una casilla pintada de blanco destaca con grandes letras rojas: "Ulysses". Pero está cerrada. La imagen resultaba impensable hace apenas tres años, cuando el Plan Cruzado aglutinaba creencias y voluntades y el cogobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) parecía alcanzar el sueño del "Partidón".

El viejo caudillo Ulysses Guimarães, que apenas tres meses atrás reafirmaba su convicción de triunfo "yo ya estoy en la segunda vuelta", decía entonces: no logró desligar su imagen de la de un gobierno que solo pudo demostrar capacidad para conducir la transición.

Su candidatura fue aprobada después de superar fuertes resistencias internas, de izquierda y derecha del partido. El apoyo explícito de los gobernadores peemedebistas de Rio, Moreira Franco, y de San Pablo, Orestes Quercia, no ha pasado de la formalidad.

El "Partidón" empieza a encontrar ahora los caminos que sus corrientes internas reclamaban, de distintas formas, desde hace dos años, y los realineamientos apuntan a las elecciones parlamentarias y de gobernadores del año próximo.

Norberto Zappalá

Copyright Clarín

Silvio Santos, astro televisivo, millonario y sorpresivo candidato presidencial en el momento de registrar su postulación.

PARTES POCO
LEGIBLE Y
ILEGIBLE

8910053

As candidaturas de Sílvio Santos

□ **Candidatura de Sílvio Santos nasce no gabinete presidencial. Lobão, Gadelha e Marzagão planejaram todas as mudanças**

ANA AMÉLIA LEMOS
e NIKÃO DUARTE

Brasília/ZH

Entre 3 de março do ano passado e 30 de outubro deste, o animador Sílvio Santos já foi e deixou de ser e voltou a ser novamente candidato à Presidência da República. Nesse período, seu nome esteve quase sempre vinculado ao do PFL e a lideranças políticas e empresariais como Antônio Ermírio de Moraes e Jânio Quadros. Mas foi em outubro

último que as conversações para indicá-lo postulante ao cargo de José Sarney passaram da possibilidade para o fato.

Uma conversa com Antônio Ermírio, a 31 de maio de 88, em São Paulo, relacionou pela primeira vez a eventualidade do animador de TV concorrer ao Palácio do Planalto. Até então, seu nome era sempre vinculado à disputa pela Prefeitura de São Paulo. Filiado ao PFL desde 3 de março do ano passado, Sílvio Santos havia sido convidado a disputar a sucessão de Jânio Quadros. Mais que isso: em seu programa dominical, ele apresentava-se como candidato.

"Da prefeitura posso partir para o governo estadual ou para a Presidência da República", disse ele, após o encontro com Antônio Ermírio. Frase idêntica formulou poucos dias depois, em

mais um contato político, desta vez com o então ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Com seu nome sendo relacionado entre os preferíveis também do PL, o comunicador tratou do assunto com o deputado Afif Domingos.

ISS E VOTOS — "Não me lancei candidato a prefeito, nem a presidente", disse ele. Contudo, no dia 10 de julho de 88, ao voltar dos Estados Unidos — para onde havia viajado em férias e tratamento de saúde. A declaração surpreendeu os que defendiam a sua candidatura, e o assunto deixou de frequentar as reuniões políticas do PFL, até dezembro. Então, Sílvio Santos autorizou de novo seu partido a discutir a possibilidade de indicá-lo candidato a presidente da Re-

pública.

No início deste ano, após o animador dizer que iria concorrer "se o povo desejar" e que "qualquer partido serve", foi criado o Movimento Cívico Sílvio Santos. A exemplo de similar existente entre os adeptos de Jânio Quadros, essa organização passou a buscar assinaturas populares em 15 capitais brasileiras, tratando de adesões ao nome do comunicador como candidato. Operado das cordas vocais, contudo, ele afirmou a alguns senadores do PFL, com quem encontrou-se a três de março, que não concorreria. Liberados do compromisso com Sílvio Santos, os pefelistas, em convenção, indicaram o seu candidato, preferindo Aureliano Chaves aos dois outros postulantes — Sandra Cavalcanti e Marco Maciel. Até outubro, nenhum fato novo registrou-se.

F.P.
(P.P.P.P.)



As pressões para a renúncia de Aureliano

A revolução que destruiu a candidatura Aureliano Chaves, primeiro, e a própria Frente Liberal, logo depois, começou no dia 19 do mês passado. Nesse dia, renunciaram os dirigentes partidários e o próprio candidato oficial, para avaliar a campanha, vivivelmente em crise. A reunião ocorreu na casa do ministro João Alves, do Interior, em Brasília, e dela saiu a decisão de substituir

Aureliano por Sílvio Santos.

Embora tenha sido o autor dessa ideia e o próprio formulador da proposta a Sílvio Santos, Aureliano Chaves mudou de opinião após encontrar-se com os familiares. Exposta a crise interna do PFL, começaram as negociações com outras legendas. Imediatamente, o PP, o PLP e o PMB ofereceram-se para abrigar o animador de televisão — Afif, do

PL, ofereceu-lhe o cargo de vice.

"Acabei concorrendo até por um partido que tinha só 15 segundos de propaganda eleitoral", garantiu Sílvio Santos no dia 25 de outubro. "Mas ainda espero disputar a eleição pelo PFL", complementou, entre novos contatos com outras agremiações — agora, o PPB, o PMN e o PN.

Finalmente, no dia 30, uma renúncia

com Aureliano Correia firma o acerto para que Sílvio Santos o substitua na postulação à Presidência da República, pelo PMB. Participaram do encontro alguns dirigentes do PFL, como o seu próprio presidente, o senador Hugo Napoleão, e o seu líder no Senado, Marcondes Gadelha, a seguir apontando como o vice na nova chapa do Partido Municipalista Brasileiro. (Brasília/ZH).

PMB é fachada para reaglutinar as forças do PFL

A importância do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), legenda utilizada por Sílvio Santos para disputar o Palácio do Planalto, terminou quando se encerra a eleição presidencial. O PMB não passa de uma fachada para reaglutinar as forças dispersas do PFL, que hoje passam a gravitar de forma unida em torno do empresário e animador de tevê. A busca informal de Sílvio Santos, ontem, já reuniu 11 senadores (oito do PFL e três do PTB) e 17 deputados (14 do PFL, um do PDC e dois do PMDB). A filiação do senador Marcondes Gadelha, candidato a vice-presidente, "não passa de uma manobra", re-

velou um pefelista. Tanto ele quanto Sílvio Santos, também ex-filado ao partido, não pretendem abandonar o programa pefelista pelo "imposto técnico" do pastor Armando Corrêa.

A estratégia foi definida há cerca de um mês durante um jantar na residência do ministro do Interior, João Alves (PFL-SE), que também aderiu à candidatura de Sílvio Santos. Mais de oitenta integrantes do partido concluíram que era preciso traçar uma linha de ação para enfrentar o chamado "terceiro turno" (período pós-eleição), diante da perspectiva de derrota do candidato oficial, ex-ministro Aureliano

Chaves. Embora o regime de governo seja presidencialista, a estrutura é parlamentarista. Nenhum presidente poderá governar o país sem uma base parlamentar sólida no Congresso Nacional.

MODERADOS — Esta é a disposição dos pefelistas. Tornar-se uma base sólida capaz de influir na vida política e administrativa do país no próximo governo. "Temos tudo para sermos o partido com maior força no Congresso", disse ontem o primeiro vice-presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira (PFL-PI). A partir de agora, Inocêncio é um dos coordenadores da

campanha Sílvio Santos. Com ele estão os deputados Matheus Ieneza (PMDB-PR), Milton Reis (PMDB-MG) e o senador Auro Mello (PMDB-AM). Os três fazem parte do grupo dos "moderados" do PMDB que ficou órfão na sucessão presidencial. Na avaliação de Inocêncio de Oliveira, fatalmente os moderados deverão correr para a candidatura de Sílvio Santos, conseguindo readquirir a paternidade política que está faltando ao grupo.

O ingresso maciço de pefelistas na campanha de Sílvio Santos dependerá, em parte, de uma palavra do ex-ministro

Aureliano Chaves. O deputado Erico Pegoraro (PFL-RS), até agora fiel à candidatura do ex-ministro, ainda não aderiu a Sílvio Santos por ter empenhado a sua palavra com o candidato oficial do partido. Entretanto, Pegoraro disse que se Aureliano o liberar engrossará as fileiras pró-Sílvio Santos. Mas outros pefelistas estão com dificuldades. É o caso do senador Carlos Chiarrelli (PFL-RS) e do ex-ministro Marco Maciel (PFL-PE). Apesar de terem se empenhado, no início deste ano, para que Sílvio Santos saísse candidato pelo PFL, no momento já se comprometeram com outros candidatos. Chiarrelli fechou

com Collor de Mello e Marco Maciel disse que irá ali o fim com Aureliano. Além disso, seria incoerente para Chiarrelli e Maciel participarem do mesmo grupo que tem na liderança Marcondes Gadelha e Hugo Napoleão, por antigos desentendimentos pessoais.

Apesar de insistente angústia do Palácio do Planalto de que a candidatura Sílvio Santos não é uma surpresa do presidente Sarney, até hoje não foi mais difícil explicar a situação política das instituições de Brasília, ligadas intimamente ao governo. A candidatura de Sílvio Santos.

Mais do que isso, a política partidária e o movimento de Marcondes Gadelha, que segue o mesmo ritmo adotado por Sarney para ser vice do ex-presidente Tancredino Neves. Na época, Sarney havia criado o PMB para participar da fundação do PFL e dar o deslucos para o PMDB a fim de compor o governo de Tancredino Neves. (Brasília/ZH)

Inção do selo-pedágio é consenso

CONSENTO — Se for eleito, o presidente Fernando Collor de Mello (PRN) pretende atuar a curto prazo nos segmentos de transporte ferroviário, rodoviário e coletivo de passageiros. "Será incentivada a participação da iniciativa privada na ampliação dos modos rodoviário, ferroviário, hidroviário, metropolitano e portuário" assegura.

Ele acha o selo-pedágio importante como tentativa de redução dos custos de arrecadação. Sobre a estatização dos transportes, diz que o Estado deve inverter a situação de estar socializando os custos e privatizando os benefícios. "O incentivo à participação da iniciativa privada no setor de transportes é a saída", comenta.

AFRE — O sistema de transporte brasileiro deve sofrer imediata inversão, passando a usar melhor o transporte por água, já que o País é bem servido por rios, dando prioridade ao sistema ferroviário e deixando o rodoviário apenas supletivamente. Esse é o pensamento do candidato à sucessão presidencial Afif Domingos, do PL.

Afif quer integrar os transportes ao Ministério de Obras e Serviços Públicos. Diz que o Estado deve arcar com a construção, manutenção, estações e depósitos; a empresa privada deve prover locomotivas e vagões, podendo agenciar cargas. Já o transporte de passageiros, segundo Afif, deve manter o atual grau de estatização no metrô e trens suburbanos.

BRINOLA — O candidato do PDT, Leonel Brinola, defende como meta prioritária a recuperação da malha rodoviária, fortalecendo o DNRE "com recursos e prestígio". Acrescenta que esse mesmo esforço deve ser coordenado também nos transportes urbano e interurbano de passageiros.

Mais hidrovias e mais ferrovias é o que Brinola prega para deixar o País preparado para o próximo século. O presidente do PDT é contrário ao selo-pedágio e quer o vale-transporte estendido para outros segmentos da população. Quanto à estatização, declara que a livre iniciativa deve ser a regra.

LEILA — O principal problema no setor de transportes, para o candidato do PT com o PSB e PC do B, Leila Lúcio Leila da Silva, é o interesse econômico. Por isso, propõe a criação do Conselho Nacional de Transportes, formado por entidades populares, técnicas e científicas da área.

Leila pretende investir em hidrovias, revitalizar ferrovias e recuperar as rodovias, além de incentivar a venda de ônibus para empresas públicas. Nas cidades de pequeno e médio portes, o candidato quer estimular a criação de órgãos gerenciadores de transportes. Ele acha o selo-pedágio uma taxa injusta.

Crise nos transportes desafia presidenciais

Situação das estradas federais e os elevados custos dos fretes colocaram o setor entre os grandes problemas nacionais

VALÉRIO BRITTO

Brasil/ZH

Além de todos os conhecidos e comentados problemas nacionais, como alta taxa inflacionária, baixos salários e dívida externa, dentre outros, o futuro presidente da República

terá que enfrentar uma outra grave questão: o equacionamento do setor de transportes. Os 62 mil quilômetros de estradas federais que se encontram num estado de deterioração apesar da cobrança do selo-pedágio. No Brasil, 75% dos transportes de cargas são feitos por rodovias, pagando-se um dos fretes mais caros do mundo.

A maioria dos 11 candidatos à Presidência da República consultados sobre como resolver a questão do transporte no País afirmam que pretendem investir também em hidrovias e ferrovias. Quase todos mostram-se contrários ao selo-pedágio,

prometendo acabar com essa taxa. Já o vale-transporte é bem aceito pelos presidenciais, tanto que alguns prometem ampliar o leque dos beneficiados. Entre a privatização ou a estatização, a quase totalidade assegura que quer dar ênfase ao trabalho da iniciativa privada no setor.

O candidato do PTB à Presidência da República, Afonso Camargo, entende que o transporte será melhor gerido se estiver em mãos da iniciativa privada. Ele não quer estabelecer metas a longo prazo: "Consertar o que o atual governo demante e preparar as bases para o próximo século é tarefa para mais de um presidente".



Detestável: apesar da cobrança do selo-pedágio, situação das estradas é cada vez pior

Principal falha: abandono das rodovias

CONSENTO — Radical melhoria da movimentação urbana da população de menor renda, criando, portanto, do transporte coletivo; tornar mais eficiente e econômica a movimentação de alimentos, desde as áreas de produção até os centros consumidores; e aperfeiçoamento da veiculação dos fluxos de exportação. Essas são metas que o presidente Mário Covas (PSDB) pretende colocar em ação em seu governo, se eleito.

Sobre o selo-pedágio, acha que o desdobro, pelo usuário, não é proporcional ao uso da rodovia, enquanto critica que o vale-transporte tem abrangência muito restrita. Para reduzir o número de acidentes, quer uma completa revisão da regulamentação das vias.

BRINOLA — O maior problema do setor de transportes, para o candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, é o péssimo estado de conservação das rodovias. Por isso, sua prioridade é restaurar e conservar a malha rodoviária já existente, uma vez que vê o transporte rodoviário como o que deve preponderar no Brasil.

Paulo Maluf é contra o selo-pedágio, que identifica como "a última invenção da burocracia nacional", e a favor do vale-transporte. Ao contrário dos demais presidenciais, o candidato pedetista não menciona o setor ferroviário, preocupando-se de forma prioritária com o transporte rodoviário, mesmo quando projeta o

País para o próximo século.

FRANCO — O candidato do PCB à sucessão do presidente José Sarney, Roberto Franco, propõe um sistema que dê ênfase à malha ferroviária, hidroviária e à navegação de cabotagem. Também pretende incentivar a construção de metrô e pré-metrô, principalmente os de superfície, e duplicar a BR-116 em vários trechos, além de construir um eixo ferroviário do Rio Grande do Sul a Belém, pelo interior e paralelo à costa.

O segmento aéreo e o trânsito em geral — urbano ou rodoviário — passarão para a alçada do Ministério dos Transportes, em seu governo, que adotaria uma política de incentivo à marinha mercante e construção naval.

Adianta, entretanto, que pretende priorizar o transporte por hidrovia, além de dar ênfase ao transporte urbano, metrô e pré-metrô, mesmo nos limites do sistema de grandes metrópoles e regiões de transporte coletivo.

BRINOLA — O candidato do PDT à sucessão do presidente José Sarney, Leonel Brinola, propõe um sistema que dê ênfase à malha ferroviária, hidroviária e à navegação de cabotagem. Também pretende incentivar a construção de metrô e pré-metrô, principalmente os de superfície, e duplicar a BR-116 em vários trechos, além de construir um eixo ferroviário do Rio Grande do Sul a Belém, pelo interior e paralelo à costa.

Adianta, entretanto, que pretende priorizar o transporte por hidrovia, além de dar ênfase ao transporte urbano, metrô e pré-metrô, mesmo nos limites do sistema de grandes metrópoles e regiões de transporte coletivo.

BRINOLA — O grande problema nacional está na extensão e eficiência de caminhos para o transporte de grande parcela da carga em longa distância, na visão do candidato do PMDB à presidência da República, Ulysses Guimarães, que quer dar ênfase à malha rodoviária, hidroviária e à navegação de cabotagem. Também pretende incentivar a construção de metrô e pré-metrô, principalmente os de superfície, e duplicar a BR-116 em vários trechos, além de construir um eixo ferroviário do Rio Grande do Sul a Belém, pelo interior e paralelo à costa.

Ulysses acredita que o transporte de passageiros deve ser priorizado, mesmo nos limites do sistema de grandes metrópoles e regiões de transporte coletivo.

BRINOLA — O grande problema nacional está na extensão e eficiência de caminhos para o transporte de grande parcela da carga em longa distância, na visão do candidato do PMDB à presidência da República, Ulysses Guimarães, que quer dar ênfase à malha rodoviária, hidroviária e à navegação de cabotagem. Também pretende incentivar a construção de metrô e pré-metrô, principalmente os de superfície, e duplicar a BR-116 em vários trechos, além de construir um eixo ferroviário do Rio Grande do Sul a Belém, pelo interior e paralelo à costa.

BRINOLA — O grande problema nacional está na extensão e eficiência de caminhos para o transporte de grande parcela da carga em longa distância, na visão do candidato do PMDB à presidência da República, Ulysses Guimarães, que quer dar ênfase à malha rodoviária, hidroviária e à navegação de cabotagem. Também pretende incentivar a construção de metrô e pré-metrô, principalmente os de superfície, e duplicar a BR-116 em vários trechos, além de construir um eixo ferroviário do Rio Grande do Sul a Belém, pelo interior e paralelo à costa.

Ulysses acredita que o transporte de passageiros deve ser priorizado, mesmo nos limites do sistema de grandes metrópoles e regiões de transporte coletivo.

8910053

Documento prova que Santos é gerente e dono de TV

BRASILIA — Após vasculhar dezenas de cartórios de São Paulo, o PRN conseguiu uma prova decisiva para pedir a impugnação da candidatura do empresário e animador de televisão Silvio Santos: um documento atesta que ele continua ocupando cargo de gerência na empresa TV Studios Brasília Sociedade Civil Ltda, segundo informou o presidente do PRN, Daniel Tourinho. O documento foi fornecido pelo Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo e declara que o animador tem 69.300 ações da TV Studios, ocupando o cargo de gerente, para o qual é necessário ser dono de 99% das ações.

Um dos latinhos que servem ao candidato Fernando Collor de Mello foi enviado na tarde de ontem à capital paulista para trazer o documento ao jurista Cílio Silva, que apresentará o pedido de impugnação ao Tribunal Superior Eleitoral na 16h de hoje.

"Silvio Santos caiu no golpe do bafê", afirmou Cílio Silva, que listará várias razões para justificar o pedido de impugnação. "São provas irrefutáveis", acrescenta o jurista, com a esperança de quem já ocupou a presidência do TSE. Além do documento obtido no cartório paulista, Cílio Silva anexará ao seu pedido de impugnação um processo, que já foi julgado no Tribunal de São Paulo, provando que Silvio Santos é o detentor da concessão do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), além de dono da maior fatia de ações da rede.

"O Silvio é tão inoperante em Justiça Eleitoral que comete ingenuidades", comentou Cílio Silva. O jurista reitera a afirmação feita pelo deputado durante o programa gratuito eleitoral que foi ao ar na tarde de ontem. Ao apresentar aos eleitores sua missão de educar, Silvio disse que era um presente dos funcionários da "mídia gravadora", de minha afiliação de publicidade". Com ele é assim: é tudo meu, meu, meu. Silvio não sabe que não pode receber, como candidato, presente de pessoas jurídicas, mesmo que a empresa seja dele", concluiu Cílio Silva.

Além deste motivo, Cílio Silva se valerá da Lei 7.773, que regulamenta os casos em que o partido pode substituir seu candidato por morte ou renúncia. Segundo a interpretação do jurista, o PMB "negociou" a renúncia de Armando Corrêa com Silvio Santos. A própria carta de renúncia de Corrêa demonstra que tudo foi um negócio", detalha Cílio Silva. Sem provas que demonstrem o pagamento em dinheiro pela legenda do PMB, o jurista não mencionará a transação comercial. "Mas negócio houve, independente de dinheiro", concluiu.

Partido Santista — Na tarde de ontem, Cílio Silva apresentou ao TSE uma representação, pedindo a extinção do PMB. "O PMB deu um golpe para ludir o tribunal", atacou o jurista, explicando que o partido deu uma "aparelhada de que estava organizado nacionalmente" para conseguir o registro definitivo do tribunal e lançar um candidato.

Para obtenção de registro definitivo, o partido tem que realizar convenções, estabelecendo diretórios em, pelo menos, nove estados, além de formar diretórios municipais em um quinto dos municípios destes estados. Segundo Cílio Silva, o PMB apresentou documentação irregular das convenções realizadas em Pernambuco, Maranhão, Rondônia e Amazonas — quatro dos nove estados, onde teria cumprido a determinação legal. "O PMB utilizou-se de um ardil", alega Cílio Silva. Na representação, ele completa: "Logo, não existe".

Na representação, Cílio Silva lembra que o prazo para organização do PMB venceu no último dia 15 de outubro, citando, em seguida, o Artigo 12 da Lei 5.682 do Código Eleitoral, que deixa evidente a extinção do partido que não cumprir as regras de organização. "O partido que, no prazo de 12 meses, a contar da decisão do Tribunal Superior Eleitoral, previsto no Artigo 9º, não tenha realizado convenções em pelo menos nove estados e em um quinto dos respectivos municípios, deixando de apresentar, ao Diretório Nacional, terá seu efeito eleitoral anulado", afirma Cílio Silva. "Logo, independentemente de decisão judicial",

BRASILIA — Já existe uma tendência no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de considerar que o animador e empresário Silvio Santos, dono da TVS, pode ser enquadrado na Lei Complementar nº 3, o que o tornaria inelegível. O espírito da lei, como prefere interpretar o TSE, quer claramente atingir diretores e administradores de empresas concessionárias do serviço público. A pretensão de concorrer a um mandato eletivo está, nesses casos, condicionada a desincompatibilização, valendo o mesmo princípio que exige que um ministro de estado deixe o cargo seis meses antes da eleição.

Como Silvio Santos detém quase a totalidade das ações da TVS (cerca de 99,5%, de acordo com uma ata fonte do tribunal, sendo que o restante está com pessoas da família ou de seu círculo de amigos), cabe a ele manter, substituir ou incluir quaisquer pessoas nos cargos administrativos da empresa. Os próprios estatutos da holding que gerencia os negócios do candidato estabelecem que é preciso deter cerca de 30% das ações para alterar qualquer cargo de diretoria. Ou seja, cabe apenas a Silvio decidir quem manda na TVS. O que significa dizer que ele manda.

Desistência — O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Francisco Rezak, disse ontem no Rio que o tribunal não levantará em debate a denúncia publicada pelo JORNAL DO BRASIL, segundo a qual o antigo candidato a vice do Partido Trabalhista Brasileiro, deputado Augusto Linhares, teria sido eleito em 1964 ao presidente da agremiação, Armando Costa, para substituí-lo no cargo — ao analisar, na quinta-feira, um pedido de registro e os de impugnação da

F.P.(P.P.) Lei torna concessionário inelegível

candidatura do animador de TV Silvio Santos, que disputa eleições pelo PMB.

"Não pô poderíamos latir nada à base do silêncio corrente, é a típica questão que não pode ser desatada desde do prazo que temos para receber sobre a candidatura. Por isso a decisão será tomada levando em consideração aquilo que juridicamente fundamenta", explicou Rezak. Rezak afirmou que o TSE não poderia presumir, por antecipação, "uma atitude delinqua sem provas".

Se for provado que houve suborno, mesmo sem-ter-se a averiguação a participação de Silvio Santos no caso. Como investigação da denúncia, se levada à Justiça, provavelmente será demorada, não haverá tempo de impedir o animador de TV de participar das eleições, caso sua candidatura seja deferida pelo TSE. Depois do pleito, se o animador de TV for eleito e for comprovada sua participação no suborno, aí sim a Justiça poderá cassar o mandato.

Rezak disse que na própria quinta-feira os eleitores saberão se Silvio Santos será candidato ou não. "No mínimo até sexta-feira", garantiu. O presidente do TSE vai informar os eleitores, através do rádio e da televisão, sobre o resultado da sessão.

8910053

PMB denuncia tentativa de suborno

O PRN oferece três ministérios e uma alta soma em dinheiro para que o candidato do PMB, Armando Costa, não desistisse de sua candidatura para dar lugar à de Silvio Santos. A denúncia foi feita ontem, em Salvador, pelo vice-presidente nacional do PMB, Marival Caldas. Ele acrescenta que o senador pernambucano Ney Maranhão — membro do PMB, mas adepto da candidatura de Fernando Collor de Mello — foi o primeiro portador das propostas.

O próprio Marival Caldas recebeu o primeiro telefonema. Diante da recusa, outros contatos foram feitos discretamente ao candidato do PMB, que também rejeitou as propostas.

Diante disso, conta Marival Caldas, um dos assessores de Collor procurou a direção do PMB e propôs um encontro no Hotel Três Nações, em Brasília.

Ao lado de outros integrantes da Executiva baiana do PMB, Marival Caldas denunciou ainda que a renúncia do presidente regional do partido, Adalberto Lopes, "foi outra armação orquestrada por Ney Maranhão, com o apoio do ex-senador Lomanto Júnior, que quer a todo custo aproximar-se da legenda, visando à sua candidatura ao Governo da Bahia no próximo ano".

REJEIÇÃO — Depois das telefonemas de Ney Maranhão, Adalberto Lopes — que, inicialmente, era a favor da substituição de Costa por Silvio Santos — acabou optando-se à troca, vindo a renunciar. Marival Caldas informou ainda que o próprio Adalberto Lopes admitiu ter recebido os telefonemas do senador Ney Maranhão.

Além de Adalberto Lopes, o secretário-geral do PMB baiano, James Sedó, também renunciou, mas esta, segundo garante Marival Caldas, deixou o partido por divergências ideológicas com Silvio Santos. Os demais integrantes da Executiva Regional do PMB comprometeram-se a apoiar o novo candidato do partido. (A.B.)

8910053

O acordo nuclear por um fio

A bancada social-democrata alemã pode forçar o fim do acordo de cooperação com o Brasil

F. POI (RLII)

ZELO HOJA
E/11/89.



Frederico Füllgraf

Depois que os últimos brasileiros depositarem seu voto nas urnas, consagrando com o primeiro turno da eleição presidencial, o objetivo final do longo e doloroso processo da transição democrática, em Bonn, capital da República Federal da Alemanha, o Bundestag ou Parlamento Federal alemão irá pronunciar-se, através do voto, se continua ou não a apoiar um pacto, que, ao que tudo indica, teve de ser negociado entre civis e militares brasileiros, para dar sustentação à transição democrática: o ex-programa nuclear paralelo, hoje, simplesmente, Programa Nuclear.

Mais do que mera hipótese já levantada por diversos analistas, a existência de um "pacto nuclear da transição" é plausível como tese não apenas para explicar a continuidade do programa nuclear paralelo iniciado por volta de 1979, mas o próprio comportamento do segmento majoritário da assim chamada "classe política" civil brasileira. Salvo Luis Inácio da Silva, do PT, nenhum outro candidato inscreveu sequer um debate democrático sobre a polêmica questão nuclear brasileira em seus discursos nos palanques. O PT, por sua vez, anunciou pela TV o "rompimento do acordo nuclear com a Alemanha" como parte de sua campanha presidencial, mas até agora não explicou suas motivações nem a que veio a proposta.

Embora a Constituição de 1988 consagre o caráter pacífico da pesquisa e do emprego do átomo no Brasil, ela constituiu-se em carta de intenções, nada objetando, por exemplo, contra a hegemonia militar na política nuclear brasileira. A tese do pacto refere-se a esta hegemonia que, com o tempo, foi se constituindo, atualmente, em uma das principais fontes de tensão do poder no Brasil.

de que o objetivo principal do programa nuclear brasileiro, seja a construção e, claro, o teste de uma ou várias bombas atômicas brasileiras. Aqueles que acompanham atentamente os pronunciamentos das autoridades responsáveis pelo setor, não terão esquecido que o ano de 1990 foi fixado como prazo para uma decisão política sobre a conveniência da construção de uma bomba atômica (*O Estado de S. Paulo*, 09-12-1983: "Brasil decide em 1990 se terá a bomba").

Em entrevista concedida para o meu livro, *A Bomba "Pacífica"*, o ex-Ministro da Marinha, Maximiano da Fonseca, em cuja gestão o então programa nuclear paralelo foi iniciado, pronuncia-se de forma clara a favor de um teste nuclear brasileiro, sustentando a necessidade de tal decisão, com a velha tese da força de dissuasão, filha da guerra fria. Mesmo que a decisão em prol ou contra um teste nuclear, anunciado para 1990, seja desfavorável à bomba, o imbricamento ou a fusão provocados pelo decreto-lei presidencial de 1º de setembro de 1988, das infra-estruturas tecnológicas do acordo nuclear Brasil/Alemanha e do programa nuclear militar, constituem perigoso poder de dissuasão, de repercussões domésticas e internacionais, das quais setores políticos alemães desejam dissociar-se urgentemente.

Quando, solitário, o deputado federal dos verdes alemães, Eckart Stratmann, veio ao Brasil em outubro de 1986, para participar de uma semana de eventos co-patrociados pela SAPE — Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, entidade com a qual assinou um "Manifesto Pró-Rompimento do Acordo Nuclear", no próprio gramado diante do canteiro de obras do maior símbolo deste acordo — a usina até hoje inconclusa de Angra 2 — nenhum dos partidos políticos tradicionais em Bonn ousava cogitar um rompimento do polêmico acordo, e no Brasil a tese ainda era considerada exótica.

Um dos argumentos levantados pelo manifesto co-redigido pela SAPE e Os Verdes alemães, contra a vigência do acordo, é o que embargou, por via judicial, várias usinas nucleares alemãs: a síndrome de Chernobyl.

O argumento foi tão forte, que o então embaixador da RFA, no Brasil, resolveu receber o então presidente da SAPE, Dr. Paulo Benzi, em Brasília.

O embaixador alemão garantiu que, dali em diante, "as portas da embaixada alemã ficarão abertas também para a comunidade de Angra e não apenas para os representantes da indústria nuclear". Foi testemunha desta promessa na qualidade de interessado, pesquisador e roteirista de um filme, cujo projeto seria selecionado em concorrência pública da Embrafilme, em 1987. De lá para cá, o escopo deste projeto ultrapassou em muito os limites inicialmente fixados, tornando-me a acompanhar a polêmica sobre o acordo nuclear em ambos os países signatários.

Um memorando interno, mantido confidencial até

ções Exteriores da Alemanha alertava para o risco insidioso da política antiproliferação já em novembro de 1986: "Nossa tese, segundo a qual é possível alcançar objetivos contrários à proliferação mediante a cooperação nuclear, está sendo questionada pelo exemplo brasileiro. Os críticos, tanto como do exterior, apontam para o fato de nossa cooperação com o Brasil apenas não ter sido não-proliferação, como ainda, e só serviu de estímulo para um programa nuclear controlável".

Em fevereiro de 1987, o serviço secreto emendou, alertando o governo conservador do chanceler Helmut Kohl. Em memorando confidencial enviado ao Ministério da Economia em Bonn, código BMW Tgb Nr. 3/88, tomo 7a, página 10, os agentes sediados em Pullach, bairro de Munique, frisaram: "O programa nuclear paralelo está direcionado para objetivos militares evidentes".

Um mês depois, em março de 1987, o Ministério da Economia, em carta datada no dia 17 de março, alerta o Dpto. Federal de Economia supervisiona também acordos internacionais, outra séria irregularidade: "Na reunião desta data (do mesmo dia 5/3/87) foi comprovada a não

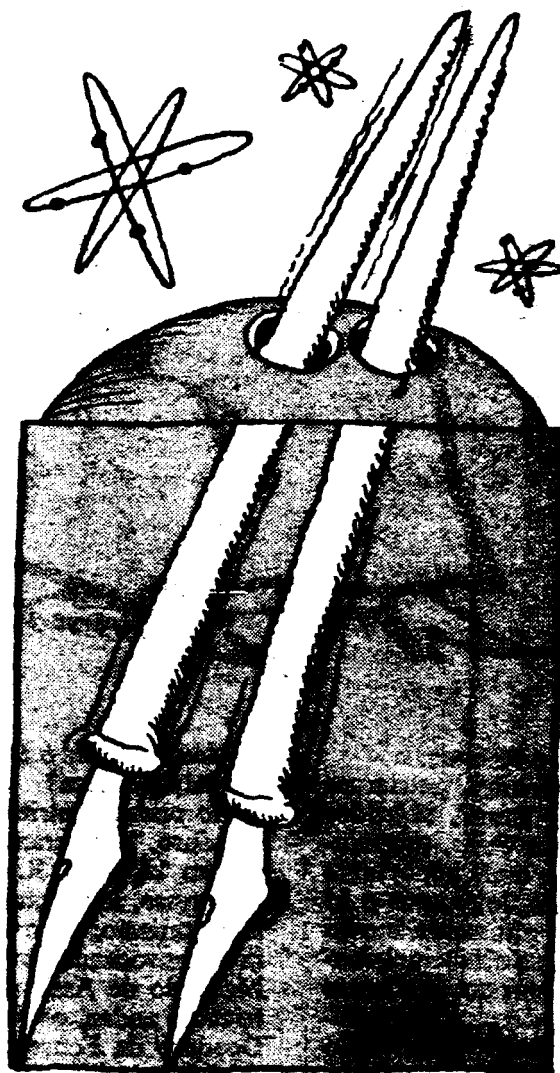
segundo a qual o governo federal tem sido em sua decisão de não romper com o acordo (Bonn, 1987).

Em outras palavras, o Ministério da Economia criticava a política nuclear alemã, mas considerava o acordo com o Brasil válido.

— Agência de Notícias de Bonn, 1987. O Vice-chanceler de Bonn, Wolfgang Schäfer, que também é ministro da Economia, defendeu a continuidade do acordo.

Desta forma, a política nuclear alemã não se tornou mais clara, pois a discussão política da AIEA e da Alemanha a respeito do acordo nuclear paralelo, vagamente claro, tornou-se extremamente confusa. As instalações nucleares alemãs desenvolvem programas semelhantes aos acordados com terceiros. Foi em 1978, na exigência desta política de salvaguarda, que a parte do Canadá e Argentina, em 1978, se viu envolvida em um acordo nuclear Angra 2 e a RFA Siemens, apesar de ser adicional de US\$ 100 milhões.

Ocorre que a Alemanha não embargou as guardas integrais, fechando, desta forma, a porta para instalações estratégicas à política nuclear da Alemanha. Desdobramentos semelhantes, desconhecidos os detalhes, ocorrem no âmbito do atual programa nuclear brasileiro. Origem pouco esclarecida, a tecnologia nuclear alemã, é a de desenvolvimento de reatores ultracentrifugação para o enriquecimento de urânio desenvolvido pela Copesp — Coordenação de Pesquisas Especiais da Marinha. Apesar de afirmar o contrário, desconfia-se de que esta tecnologia seja desenvolvida no Brasil pela UAB.



antes da assinatura do acordo em 1975, tenha sido canalizados dos quase legendários protótipos encomendados pelo Almirante Alvaro Alberto em 1954, e que chegaram ao Brasil em 1956. Outra tese defendida é a de que os reatores, que controlam os principais centros da pesquisa nuclear na Alemanha e identificados com certo nacionalismo, que possa compensar a auto-limitação nuclear imposta à Alemanha pelos Acordos de Paris (1955), tenham facilitado um fluxo paralelo de informações para o Brasil.

Com a dissolução da Nuclebrás e a fusão do acordo para fins pacíficos com os laboratórios da pesquisa da Marinha e Aeronáutica, que não aceitam salvaguardas da AIEA, o quadro, segundo os alemães, se agrava. Em memorando do dia 14 de setembro de 1988, o Ministério das Relações Exteriores alertava para as consequências da dissolução da NUCLEI—Nuclebrás Enriquecimento Isotópico. As empresas alemãs Stöck e Interatom eram detentoras de 25% do capital da empresa, que foi absorvida pela INB—Indústrias Nucleares do Brasil, e seu diretor alemão exonerado.

Diz o memorando: "A dissolução da Nuclei poderia criar uma situação em que a cooperação no campo do enriquecimento de urânio pelo método de jato-centrifugação seja inte-

grada ao programa brasileiro autônomo do enriquecimento por ultracentrifugação, que não sofre as salvaguardas da AIEA".

E outro memorando de 18-11-1988, referindo-se a uma reunião de avaliação de peritos do governo federal, ocorrida dia 15-11-1988 no Ministério da Economia, questiona: "Poderão ser concedidos, futuramente, alvarás de exportação relativos à construção de uma usi-

na de enriquecimento de urânio por jato-centrifugação? Esta hipótese poderá ser descartada, porque a cooperação firmada com a República Federal possivelmente será absorvida pelo programa autônomo brasileiro... Outra questão ainda será a de decidir sobre a possibilidade de vender através com alvarás de exportação já concedidos..."

Em posse dessas e outras informações confidenciais, a ação da bancada socialdemocrática em Bonn foi fulminante. A iniciativa parlamentar dos deputados Bachmaier, Catenhagen, Holtz, Scheer, Reuter, Schäfer, Schmidt, Singer, Soell, Bulmahn, Fischer, Gansforth, Grunenberg, Lohmann, Nagel, Seidensthal, Vahlberg e Vossen pretende fazer o acordo nuclear em coligação com um projeto mais antigo dos verdes.

As noções que serão votadas no próximo dia 16 de novembro em Bonn exigem do governo alemão:

- 1) Romper o Acordo entre a República Federal da Alemanha e a República Federativa do Brasil sobre a cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear de 27-6-1975, dentro do prazo previsto pelo Art. 11, parágrafo 2º;
- 2) Não conceder permissão para a exportação de reatores e tecnologias nucleares para o Brasil;
- 3) Encerrar a cooperação com o Brasil, no campo da pesquisa tecnológica nuclear, e, inversamente;
- 4) Fortalecer a cooperação científica e técnica com o Brasil, em campos fora da energia nuclear.

O compromisso terá que ser efetuado até o dia 18 de novembro. Caso contrário, o acordo será automaticamente renovado até 1995. Mesmo que isso ocorra, o calendário eleitoral de 1990 poderá alterar o status quo nuclear: a possibilidade de uma coligação entre a SPD e Verdes não está descartada.

Brasil, uma fantasia alemã

Sufocados por uma sociedade programada para a perfeição, os alemães idealizam a desordem brasileira

José Castello

As utopias envolvem sempre experiências extremas, que não são necessariamente ricas ou confortantes. Mesmo situações de desagregação, experiências penosas de desengano e desesperança podem, vistas sob um certo olhar, servir de combustível para fantasias de perfeição. No clássico *Visão do paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda mostrou de que modo a aventura do descobrimento, abstraído todo o sofrimento nela envolvido, serviu aos europeus como material bruto para a lapidação de sonhos. Sangue, miséria, dor brutal não macularam a imagem pré-construída de um Éden nos trópicos, que a viagem apenas atualizou. Não destruíram a ilusão. Agora é nossa vez de tecer fantasias a respeito da Europa moderna, pois, em contraponto com a crise brasileira, ela parece resguardar deslumbrantes utopias de civilização.

O brasileiro que desembarca na República Federal da Alemanha delicia-se, de imediato, com uma descoberta: a de que é possível haver um país que funciona. E, supremo luxo, um país real. Tome-se a luta pela preservação da ecologia. Todos os relatórios produzidos na última década pelo Partido Verde Alemão não detêm um décimo do poder de persuasão de um passeio despretensioso por Berlim Ocidental. Maior cidade alemã com 1.800 mil habitantes dispersos em 480 km², Berlim administra o inviável, representado pelo muro claustrofóbico que a cerca, contrapondo ao sufocamento mais de 1/3 de seu território (186 km²) coberto por bosques, parques, lagos artificiais e rios. Nem a mais intransigente propensão à crítica estanca o fascínio. As cidades alemãs, com sua arquitetura contida no padrão elegante de três ou quatro andares, seu trânsito cortês, seus cidadãos saciados, seu cotidiano finamente orquestrado, prestam-se como tela branca para nossos sonhos mais simplórios de civilidade e bem-estar.

Os alemães, porém, não se sentem bem acomodados nesta utopia. Na verdade, ela é mais nossa que deles. E depois, sonhos realizados deixam simplesmente de ser sonhos. Um

livro como *Ensaio sobre o cansaço*, lançado por Peter Handke durante a Feira do Livro de Frankfurt, não passado, serve de guia a este pessimismo. A vida transformada quase em instinto e a felicidade infinita enfiam os alemães. Nas universidades, bares, centros culturais, teatros, parques, eles se surpreendem com nosso gosto por aquilo que eles pensam ser apenas exotismo e reclamam da previsibilidade da rotina profissional, do cotidiano esquematizado como um xadrez cruco do sentimento sufocante provocado por uma vida preciosamente afinada e sem instabilidade do tédio existencial. Mesmo o fantasma do holocausto está hoje evanescente pela *glasnost* e os movimentos de desarmamento. Tudo lhes parece demasiadamente sob controle. Desejam exatamente aquilo de que desejamos nos livrar: imprevisibilidade, um mundo com normas mais frouxas, uma dose sedutora de insegurança, alguns palmos de vazio, susto e desorientação.

Nossas utopias a respeito da felicidade alemã não os comoveram. A imagem perfeita de uma Berlim reunificada parece ser mais um desejo tomado de empréstimo que um sonho alemão. Os habitantes de Berlim Ocidental temem ter seu bem-estar e sua riqueza estragados pelo assédio voraz dos que vivem do outro lado do muro. Em Berlim Oriental a reunificação também é vista como um vazamento de inteligências, uma sangria insuportável que iria, no momento, despedaçar a grande Alemanha. O desejo de reunificação corresponde mais a nossos sonhos que a moderna utopia alemã. Tema pragmático para a mesa da política, quase nada diz a respeito do futuro.

O que os alemães desejam parece ser outra coisa e neste ponto concluímos, estupefatos, que quarenta anos depois do descobrimento ainda somos como guardiães de instintos em estado bruto, sem utopia de criatividade, peças remotas de um todo que a norma e o bem-estar não estragaram. A analista Betty Milan já mostrou, num trabalho publicado no *Brasil, uma fantasia do Ocidente*, como o vale do Rio é a atualização do sonho de um futuro que moveu os descobridores. A alegria das diferenças europeias, que agora se unificam, tem hoje uma conotação problemática com a uniformidade. A utopia que é, basicamente, uma crença motivada pela realização de um desejo — não permite que os destrutivos do Terceiro Mundo (a violência, a macilento do submundo, a fome, a desolação, o luto a qualquer lei) ofusquem aquilo que os alemães desejam aqui encontrar: a diversidade, a liberdade de criatividade, a agnoscência das forças vitais, a ausência de lei imposta, a realização individual.

O francês Alain Groenrichand mostrou, em *Do harém*, magnífico ensaio traduzido pela Brasiliense, como o mundo ocidental, para os europeus, por muitos séculos, a experiência de desnudamento que simultaneamente atrai e repulsa. O serralho, com seus amores violentos, eunucos e mudos, seus príncipes cegos, suas veladas, seu silêncio absurdo, funcionou por muito tempo como uma miragem onde a Europa encobria seu monstro e também o desejava. Hoje sabemos que pouco como fantasmas desta utopia encoberta por Groenrichand. Somos a desordem fantasiada de felicidade, a indiferença imaginada como extrema diferença, a cena trágica onde os alemães ainda podem manipular o futuro. Somos, contra nossa própria utopia de civilidade, o perigo.

A imagem perfeita de uma Berlim reunificada parece ser mais um desejo tomado de empréstimo que um sonho alemão. Utopia sonhada no exterior

18910053

Governo paraguaio reage à penetração brasileira

O governo paraguaio adotou sexta-feira a primeira medida política para conter a penetração brasileira em seus territórios fronteiriços, motivo de numerosos debates em Assunção nos últimos meses.

O ministro da Justiça e Trabalho, Alexis Frutos, exigiu oficialmente sexta-feira aos comerciantes de Pedro Juan Caballero, 600 quilômetros a nordeste de Assunção, que paguem os salúrios em guaraní e não mais em cruzados. Uma rua, apenas, divide a cidade paraguaia de Caballero da cidade brasileira de Ponta Porã.

A resolução entrará em vigor em 1º de dezembro e é baseada na Constituição paraguaia que exige o pagamento de salúrios, impostos e obrigações de qualquer natureza em guaraní.

Após uma visita a Pedro Juan Caballero, há duas semanas, o presidente Andrés Rodríguez prometeu adotar medidas para conter a penetração.

FRENTEIRAS — Segundo o líder opositor Domingo Laísa, que escreveu um livro sobre o tema, agricultores brasileiros conseguiram enormes facilidades durante a ditadura de Alfredo Stroessner para ocupar terras fronteiriças. Laísa calcula em 400.000 o número de colonos situados ao longo da fronteira. Essas colônias

contam com suas próprias escolas, com professores brasileiros ensinando em português e onde circula exclusivamente a moeda brasileira.

Os grandes latifundiários paraguaios que adquiriram terras a preços irrisórios pela corrupção durante a ditadura, estimularam a entrada de brasileiros em suas propriedades, com o pagamento prévio de altas somas em dinheiro, para evitar que suas terras fossem consideradas inexploradas, denunciadas, por sua vez, um legislador na Câmara dos Deputados.

A reforma agrária, que o novo regime começou a aplicar de forma ainda muito tímida, no entanto, pretende solucionar o problema de 300.000 camponeses paraguaios sem terra, a maioria dos quais estão assentados nas férteis terras situadas na fronteira.

As autoridades dizem, os brasileiros contam com títulos de propriedade e, sobretudo, com poder aquisitivo suficiente para a instalação de novas colônias.

Além disso, as redes de rádio e televisão brasileiras penetram até 200 quilômetros no território paraguaio, originando as maiores colônias nacionais que pagam impostos ao Brasil e ao mesmo tempo de rádio, denunciou o deputado opositor Carlos Velásquez. (APF)

F.P.C.P.P.)

PDT quer Covas na frente de apoio ao PT

O candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola, vai se encontrar com o senador Mário Covas, que comprou a Presidência pelo PSDR, para definir a forma de apoio a Lula e a ampliação do programa de governo da Frente Brasil Popular. Segundo o vice-presidente nacional do PDT, Cibílio Viana, Brizola vai entrar em contato com Covas possivelmente hoje. Cibílio informou que, consumado o apoio — ainda não oficializado —, o PDT vai trabalhar pela campanha de Lula, sabendo inclusive no palanque e não fazer as críticas que vem fazendo desde o primeiro turno da eleição. O próprio Brizola, em entrevista coletiva concedida antes do congresso, não descartou a possibilidade de participar de comícios do PT e dos programas no horário gratuito da televisão. "A decisão que tomarmos aqui vai ser levada a frente de corpo inteiro", garantiu.

Depois de ter indicado o apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, o PDT vai designar, hoje, uma comissão composta por integrantes da Executiva Nacional para discutir com a Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) a ampliação das alianças em torno da campanha de Lula à Presidência da República. "Vamos trabalhar pela vitória. Se o povo nos der a vitória, vamos discutir questões de participação e o governo de coalizão", declarou Cibílio Viana.

Apesar de ter agido pelo compromisso na candidatura de Lula, Brizola não oficializou o apoio, dizendo claro que não dependerá de discussão do programa do PT. Hoje mesmo a Executiva do partido se reúne para definir os pontos que devem ser modificados na proposta de governo da Frente Brasil Popular. Além de corrigir o inclinação dos Ciep e da democratização dos meios de comunicação no projeto de governo petista, a



Por aclamação, os pedetistas decidiram apoiar Lula

capela petista quer a defesa mais nítida da economia nacional, evitando "as perdas internacionais", como define Brizola. O PDT vai defender ainda a modificação da proposta de reforma agrária do PT no sentido de realizá-la somente nos latifúndios improdutivos.

Ligão — Citando uma frase de carta-testamento de Getúlio Vargas — "Aquele que pensa que nos derrotou, vamos responder com a nossa vitória" — Brizola disse que se sentiria confortado caso o PT acolhesse as propostas do PDT. "Um brizolismo sem o Brizola não seria uma vitória de nossa parte? Seria", afirmou, depois de apontar o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, como um dos que estariam satisfeitos com sua derrota.

Já pensando no futuro do PDT, o ex-governador Leonel Brizola concla-

mau as bases do partido, durante o congresso nacional, a desmontar uma campanha de filiação em todo o país com o objetivo de fortalecer o PDT. "Neste partido não deve perder a continuidade, deve ter um bom nível de mobilização", alertou Brizola. O ex-governador lembrou que no ano que vem o PDT disputará eleições para governo estadual e para o Congresso Nacional. "Vamos pedir que todos os estados, ligas e comitês regionais para reestruturarem o partido a nível nacional", informou Cibílio Viana. A grande lição que o PDT vai tirar com a derrota será, segundo ele, a de ampliar o campo de atuação do partido entre a população, especialmente nas regiões em que Brizola não colheu bons resultados, como São Paulo e Minas Gerais.

JORNAL DO BRASIL 22/11/69

01.21

8910064

SUCESSÃO

GALLUP/ZIL

Collor lidera com 50,3%. Lula é segundo com 36,6%

■ A primeira pesquisa após o primeiro turno mostra o candidato do PRN mantendo a preferência de votos junto ao eleitorado

Na primeira pesquisa do Instituto Gallup sobre a eleição presidencial após a definição do primeiro turno, a vantagem foi do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello. Ele teve 50,3% das intenções de voto, contra 36,6% de seu adversário, Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Segundo a pesquisa, se a eleição fosse hoje 1,6% dos entrevistados estariam dispostos a votar em branco e 3,6% anulariam o voto. O número de eleitores indecisos é de 6,4%, enquanto 1,5% ameaçam não comparecer às urnas no dia 17 de dezembro.

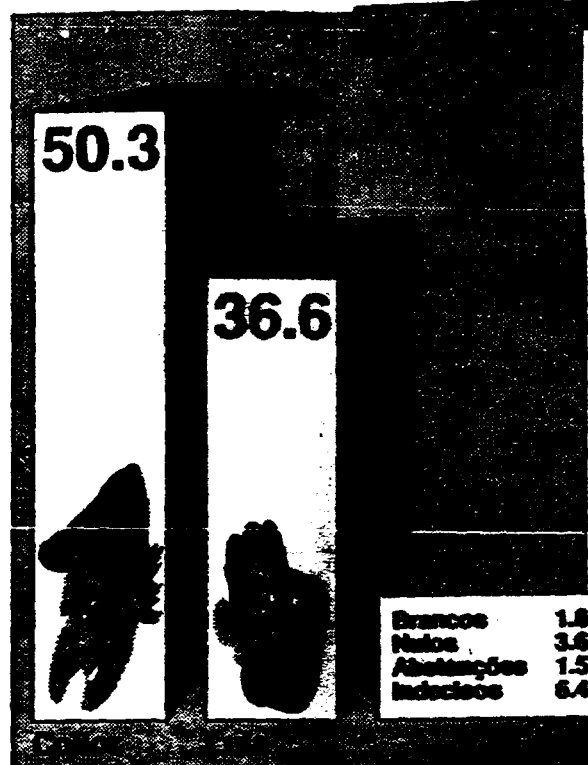
O Gallup entrevistou 3764 eleitores em 232 cidades distribuídas por todos os estados brasileiros. A amo-

stra foi dividida por sexo, faixa etária e classe social, segundo a divisão do eleitorado brasileiro fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), repetindo o método usado nas pesquisas anteriores do instituto.

Nesta pesquisa, o Gallup iniciou perguntando aos seus entrevistados se eles já tinham candidato definido para o segundo turno. Nesta etapa, Collor de Mello teve 43,5% das indicações, enquanto Lula ficou com 31%. O número de indecisos foi de 18,5%.

Logo depois os pesquisadores mostraram aos entrevistados indecisos um cartão circular com os nomes de Collor e Lula, perguntando qual dos dois eles preferiam se a eleição fosse hoje. Collor foi o preferido de 6,8%, enquanto Lula recebeu a simpatia de 5,6% dos eleitores.

Com isto, a conclusão foi que, se a eleição fosse hoje, a vantagem seria do candidato do PRN com 50,3%, ficando Lula em segundo lugar com 36,6%.



Candidato do PRN na frente em todas as regiões

Collor de Mello lidera a disputa presidencial em todas as regiões do País, segundo a pesquisa do Gallup. Sua maior vantagem acontece nas regiões Norte e Centro-Oeste, que o Gallup agrupa em um só índice. Lá ele faz 61,3% dos votos, contra 22,8% de Lula. O número de indecisos é de 11,8%. Foi nestas estas que Collor teve sua melhor performance no primeiro turno.

Na Região Sul, a vantagem também é de Collor, que tem 47,2% contra 34,7% de Lula. A diferença é menor na Região Sudeste, onde o candidato do PRN obteve 49,3% das indicações contra 38,2% de seu adversário. A menor diferença é na Região

Nordeste, onde Lula teve seus mais altos índices na votação de 15 de novembro. Lá Collor faz 49,1% contra 41% de Lula.

Collor vence em São Paulo, estado onde o PT tem sua principal base política do PT. Lá ele obteve 54,9% das indicações de voto contra 30,5% de Lula. O quadro é semelhante em Minas Gerais, apesar da forte presença petista no estado. Somando-se as indicações dos eleitores de Minas e Espírito Santo, Collor faz 54,1% contra 35,3% de seu adversário.

Inversamente, a vantagem no Rio de Janeiro é de Lula que chegou a 57,8% contra 31,8% de Collor. Nas simulações feitas em

junho, julho e setembro, a vantagem no eleitorado carioca era para o candidato do PRN. Lula cresceu na fase final da campanha e ultrapassou seu adversário no início de novembro.

CLASSES SOCIAIS — Entre os eleitores da Classe A, a vantagem é tranquila para Collor que tem 55,1% das indicações de voto, fazendo 22 pontos a mais que Lula. Na Classe B a disputa se equilibra, com Collor chegando a 44,4% e Lula a 38,2%. Entre os eleitores da Classe C, o candidato do PRN faz 49% dos votos, 11 pontos a mais que seu adversário.

As classes D e E concentram o

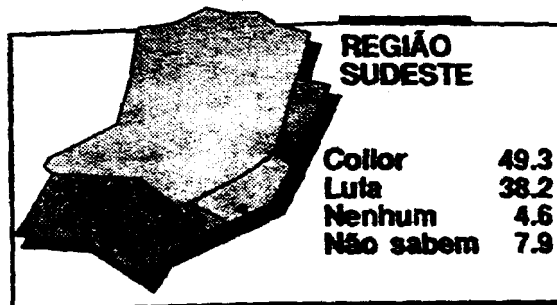
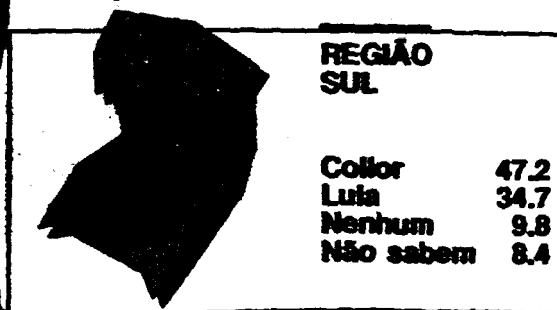
maior número de eleitores e neste segmento a vantagem de Collor também é ampla. Ele obteve 52,5% das indicações contra 35,5% de Lula.

O candidato do PRN também vence entre os eleitores de menor escolaridade. Entre o eleitorado de instrução primária ele faz 58,8%, superando amplamente Lula, que ficou com 28,4%. A disputa já se equilibra no eleitorado de instrução secundária, onde o petista sobe para 41,8% e se aproxima de Collor que tem 46,1%. A vantagem passa para o petista entre os eleitores de instrução superior, onde ele tem 45,5%, superando Collor que fica com 33,8%.

Pesquisas com resultados semelhantes

Os resultados da pesquisa Gallup mostram um quadro semelhante ao que havia sido apontado por outros institutos de opinião pública, como o Ibope e o DataFolha que também investigaram o quadro eleitoral. No Gallup, Collor chegou a 50,3% contra 36,6% de Lula. Nos outros institutos os índices foram quase os mesmos.

O Ibope apontou 50% das preferências para Collor de Mello contra 38% de Lula, uma diferença de 12 pontos. Na pesquisa do DataFolha, a diferença foi um pouco menor. O candidato do PRN fez 49% contra 39% de Lula. A vantagem de Collor foi de nove pontos.



Nô escritório de Marchezan, F. 204 mostra da nova unidade do PDS (A.P.)

Em sua visita ao Rio Grande do Sul, Collor de Mello conseguiu ao menos uma façanha política. Reuniu à sua volta mais políticos do PDS gaúcho que o candidato oficial da legenda no primeiro turno, Paulo Maluf. A reunião do PDS com o presidente do PRN no escritório de Nelson Marchezan, ontem à tarde, foi informal e não teve convocação direta da executiva partidária. Mas mostrou que os pedemistas podem ter passado o primeiro turno divididos, mas vão unidos para a fase final da campanha em torno de Collor.

A adesão de Marchezan vinha sendo buscada por Collor desde o primeiro turno, mas o líder pedemista preferiu se manter independente e não abriu seu voto, mesmo depois de tornar público que não aceitava a candidatura de Maluf. Com a confirmação da disputa entre Lula e Collor no segundo turno, o candidato do PRN voltou a insistir e desta vez conseguiu a adesão de Marchezan.

"Collor representa a transformação com segurança e tranquilidade", diz Marchezan, ao justificar sua opção. Ele acredita que a candidatura do PRN vai ganhar um caráter suprapartidário no segundo turno "independente do PRN, PDS e PFL para agregar também setores do PMDB, PTB e do eleitorado brizolista".

APRIL — Na reunião com Collor estavam presentes vários dirigentes regionais do PDS, incluindo o presidente do diretório estadual, Romeo Ramos. Também compareceram nove dos dez deputados estaduais e a maior parte dos federais. Prefeitos e vereadores de todo o Estado também foram manter sua opção para o segundo turno. O presidente Collor agradeceu a adesão de Marchezan e do PDS e prometeu que em seu governo "o Rio Grande do Sul será tratado com a importância que merece".



Apelo: com Marchezan, um reforço à campanha

Falso telex quase cancela missa em Maceió

Por muito pouco, a missa que será celebrada hoje, às 10h, na Igreja da Nossa Senhora da Virgem dos Pobres, em Maceió, pelo frei Damilão, a pedido do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, não foi cancelada. Tudo porque alguém, ainda não identificado, enviou um telex passando-se pelo arcebispo de Alagoas, dom Eraldo Amaral, convidando a missa, por ver nela conteúdo político, segundo o coordenador da campanha de Collor de Mello, Pedro Collor, irmão do candidato.

Mas o incidente já foi resolvido e a missa está confirmada. Ontem à tarde, o arcebispo de Alagoas declarou que não enviou nenhum telex ao

aeroporto de Maceió e vai direto para a Igreja Nossa Senhora da Virgem dos Pobres, de helicóptero. Frei Damilão também vai até a igreja de helicóptero, mas ainda não está acordado se ele chegará junto com o candidato. Pedro Collor informou que, apesar da igreja ser pequena, a missa não deverá ser realizada na rua. Após participar da missa, que será celebrada a seu pedido e é uma promessa pela campanha, Collor vai para o município de Roteiro, distante cerca de 90 quilômetros de Maceió, participar de um comício e "agradecer à população a expressiva votação que obteve na região no primeiro turno". (Brasília/ZH)

MACEIÓ — Fernando Collor de Mello chega hoje, às 9h30min, no

2 E 20 H04A 25/11/89.



SUCESSAO

F. POL CEP.

Collor lidera com 50% no Ibope

□ Candidato do PRN está 12 pontos à frente de Lula na primeira pesquisa do Ibope. E vence também em todas as regiões do País

Fernando Collor de Mello (PRN) fez 50% dos votos na primeira pesquisa do Ibope sobre o segundo turno, divulgada ontem à noite pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Ele ficou 12 pontos percentuais à frente de seu adversário Luis Inácio Lula da Silva (PT) que chegou a 38%.

votos brancos e nulos foram 5% e 7% dos entrevistados se declararam indecisos. O Ibope ouviu 3.650 eleitores em 260 municípios de todos os estados brasileiros e usou a mesma metodologia das 22 pesquisas que realizou no primeiro turno, mostrando aos entrevistados um cartão com o nome dos dois candidatos.

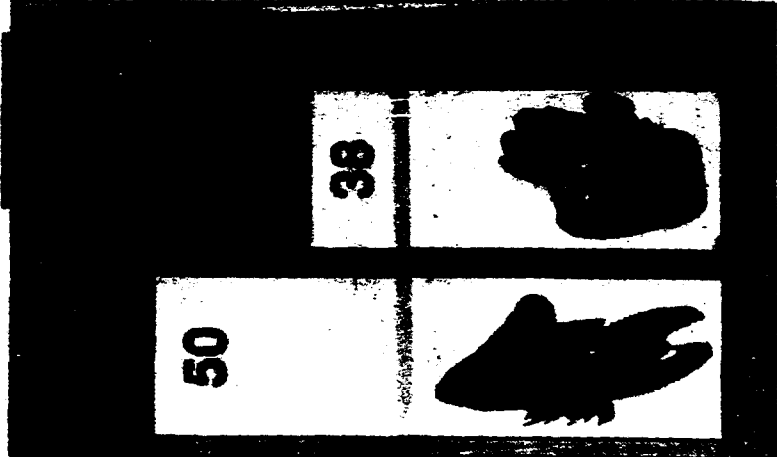
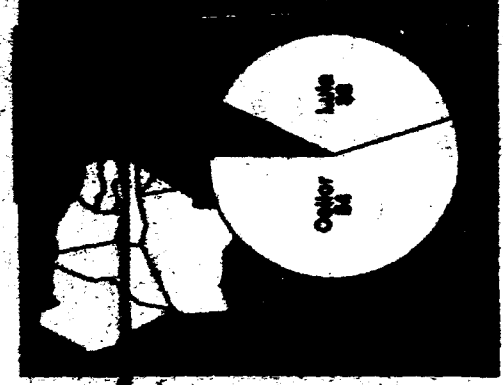
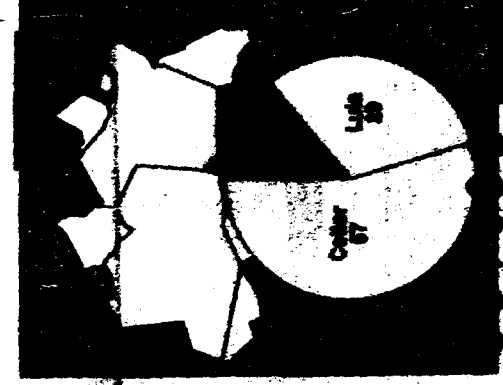
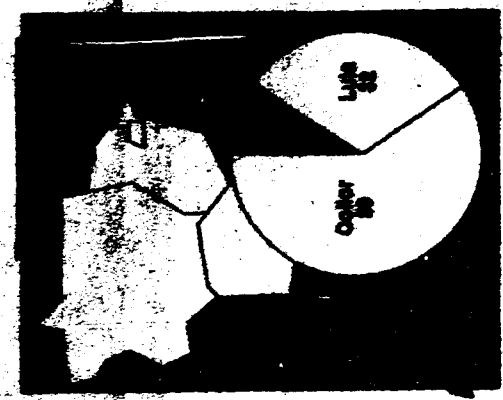
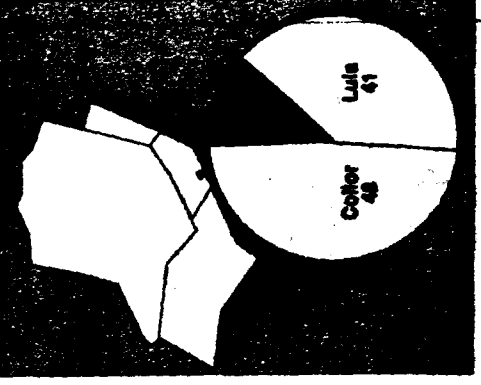
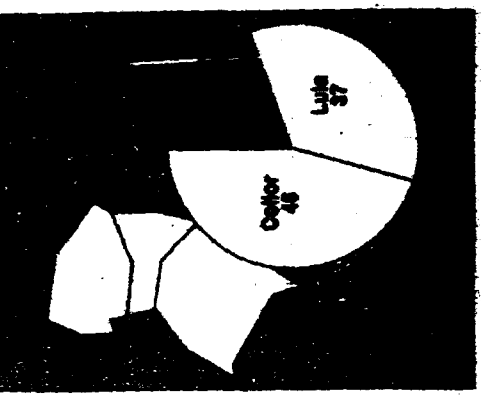
No primeiro turno, a diferença entre Collor e Lula também havia sido de 12 pontos percentuais. O candidato do PRN foi o primeiro colocado com 28% e seu adversário, do PT, ficou em segundo lugar com 16%.

Collor foi o vencedor em todas as regiões do País. A menor diferença aconteceu na Região Sudeste, onde Collor fez 48% e Lula 41%. No Sul ele teve 45% contra 37% de Lula. Na Região Nordeste, a diferença é de 54% a 38%. As maiores vantagens do candidato do PRN são no Centro-Oeste, onde tem 59% contra 32%, e no Norte, onde faz 57% a 29%. O candidato do PT venceu em sete capitais e nos estados do Rio Grande do

Sul e Rio de Janeiro e há um empate técnico na Bahia e Pernambuco. Collor leva vantagem nos outros estados.

OUTROS DADOS — O Instituto Gallup já havia divulgado os resultados de uma pesquisa, feita entre 2 e 7

de novembro, quando não estavam definidos os candidatos que chegariam ao segundo turno, propiciando aos seus entrevistados uma comparação entre Collor e Lula se os dois chegassem à segunda etapa da eleição. Nessa pesquisa, Collor teve 48% contra 36% de Lula.



ERUNDINA CÉ NAS ENQUENAS

A prefeita Luiza Erundina mostrou-se muito afiada, ontem de manhã, em São Paulo, com a pequena margem de vantagem de Leonel Brizola sobre Luis Inácio Lula da Silva, na apuração oficial. Ela visitou a sede do diretório nacional do Partido dos Trabalhadores, onde aconteceu a reunião da comissão executiva nacional, e disse que, embora a expectativa fosse afiada, estava com enorme esperança de que Lula vencesse o primeiro turno. Erundina deu a entrevista num momento em que a votação estava muito atrasada, principalmente porque ainda, de manhã, o TSE não tinha computado os votos dos eleitores de Minas Gerais. Sobre as alianças de Lula com Brizola e Covas para derrotar o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, no segundo turno, Erundina disse que ainda não havia uma definição por parte do partido. (AG)



CUT BUSCA APOIO À FRENTE

Se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidir pelo apoio formal ao candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, o PT vai ganhar um reforço decisivo por muitos pontos. A decisão vai ser tomada na reunião extraordinária do Conselho Nacional de Executivos Nacionais, em 29, e, se depender do presidente da entidade, Luiz Gonzaga, a CUT estará nas portas de fábrica fazendo campanha para Lula. Braço sindical do PT, a CUT é hoje a maior central de trabalhadores do País, com a divisão ocorrida na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), sua principal rival no movimento sindical. Criada em agosto de 1983 durante congresso no pavilhão da antiga Companhia Cinematográfica Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, a CUT tem 1,5 mil sindicatos a ela filiados representando cerca de 18 milhões de trabalhadores em todo o país. As propostas defendidas pelo PT, como a suspensão do pagamento da dívida externa, são bandeiras de luta da central que teve atuação importante durante a votação da Constituinte. (AG)

Os nomes ministeriáveis de Lula

□ Apesar da influência de dezenas de pessoas, escolhidos saíram de uma lista de notáveis. Educador Paulo Freire é um dos candidatos

Todas as estratégias para a campanha de Luis Inácio Lula da Silva (PT) passaram pelo crivo da executiva nacional do PT e sofreram influências dos dirigentes do PSB e PC do B, que realizaram ao longo da campanha centenas de reuniões, para discutir desde divergências internas até a agenda do candidato. Entre as dezenas de dirigentes envolvidos destacam-se cinco nomes, dos quais dois, o economista Aloisio Mercadante e o jornalista Ricardo Kotscho, trabalharam diretamente com Lula. Os outros três, Vladimir Pomar, e os deputados José Dirceu e Luis Gushiken, atuaram mais nos bastidores da campanha, mas com influência decisiva nas deliberações políticas.

Mercadante e Kotscho foram responsáveis principalmente pela assessoria direta ao candidato. Nos primeiros meses de campanha, o economista, que é também assessor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), acompanhava Lula praticamente 24 horas por dia, submetendo o candidato a uma verdadeira sabatina envolvendo as mais diversas questões econômicas.

CANDIDATOS — Na função de coordenador da campanha, Vladimir Pomar transformou-se no homem incumbido de dar a palavra final. Foi um dos principais estrategistas, ao mesmo tempo em que se preocupou com assuntos de menor importância, como o efeito que pequenas falhas cometidas pela administração da prefeita Luiza Erundina poderiam ter na campanha de Lula. Os nomes do primeiro escalão de governo da frente vão sair da lista de notáveis já divulgada por Lula, dos quais pelo menos oito são tidos como certos para os cargos de confiança.

O principal ministério, o da área econômica, será ocupado pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, líder do PT no Congresso, ou pelo economista Paul Singer, atualmente secretário de Planejamento da prefeita Luiza Erundina. O candidato a vice de Lula, senador José Paulo Bisol, após atuar na direção da equipe de "combate à corrupção", deverá ocupar o Ministério da Justiça. Além desses, os nomes preferidos por Lula para seu ministério são o do bispo de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, para a área de assistência social; o do educador Paulo Freire para o Ministério da Educação; do físico Luis Pinguelli Rosa para Minas e Energia; do professor de literatura Antônio Cândido para a Cultura; e do filólogo Antônio Houaiss para Relações Exteriores. (AG)

ZERO FORA
20/1/89



Decisão sobre alianças deve sair quarta-feira

O Diretório Nacional do PT vai se reunir na quarta-feira para decidir a política de alianças para o segundo turno da eleição presidencial. A linha que deve ser definida é de aceitar apoios de políticos progressistas e que não tenham tido ligação com o regime militar. Mas o PT não deve aceitar alianças que exijam a mudança no programa da Frente Brasil Popular ou na chapa formada por Lula e Paulo Bisol.

Ontem foi a vez do Diretório Regional do PT gaúcho se reunir para

discutir a política de alianças para o segundo turno. A posição que os petistas gaúchos vão levar ao diretório nacional é de buscar prioritariamente contatos com a direção de partidos identificados com a esquerda como o PDT, PCB e PV. Também devem ser procurados dirigentes do PSDB e PMDB mais progressistas. O diretório regional também não aceita modificações no programa de 13 pontos da campanha Lula nem a substituição de Bisol como candidato a vice.

PROBLEMAS CONTÍNUOS — Embora a decisão oficial só vá acontecer na quarta-feira, os primeiros contatos já começaram. Lula quer ter o apoio do PDT e também da maior parte do PSDB, a partir do senador Mário Covas, que demonstrou um grande potencial de votos no primeiro turno. O que os petistas não querem é comprometer sua proposta política com alianças excessivamente conservadoras.

O vice-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, diz que "a Frente Bra-

sil Popular receberá com alegria o apoio de todos os políticos democráticos e progressistas que estiverem dispostos a ajudar a transformação do país", e afirma que o grau de participação destes políticos na campanha será uma opção de cada um. Otimismo, espera a adesão do PDT "que tem que manter a coerência com seu programa e com a crítica às elites que Leonel Brizola fez durante a campanha". Para ele, o PSDB também vai apoiar Lula "porque a neutralidade é fazer o jogo do diabo".



Lula, candidato da Frente Popular

Planos da Frente Popular para o governo

Ao contrário da maioria dos presidencialistas que passaram a campanha combatendo a máquina estatal, Lula transformou na defesa do Estado e no nacionalismo suas principais metas. Ao chegar ao segundo turno oferecerá aos eleitores um programa econômico no qual se destacam a decisão de não pagar a dívida externa e na luta contra a especulação financeira. Estas são suas principais propostas:

DÍVIDA EXTERNA — Vai suspender o pagamento aos credores e fazer uma au-

ditoria para verificar a legitimidade da dívida. Pretende buscar o apoio a outros devedores.

DÍVIDA INTERNA — Não declara intenção de dar um "calote". Mas vai forçar os investidores a trocar os títulos de curtíssimo prazo por outros tipos de aplicação.

SALÁRIOS — Promete fazer distribuição de renda, usando como instrumento os contratos coletivos de trabalho.

FINANÇAS — Quer esti-

mular as bolsas de valores, mas depois de anulá-las. A administração deve ser dos bancos oficiais, mas não pensa em estatização.

IMPOSTOS — Vai propor uma reforma tributária, taxando mais fortemente as empresas que as pessoas físicas e combatendo a evasão fiscal.

SETOR PÚBLICO — A privatização só será feita para empresas que o governo assumiu porque tinham dificuldades financeiras. Manterá os incentivos fiscais que cumprem função social.

Lula quer coordenar as alianças

F.P.(C.P.P.)

2200 HORA
21/11/89

Candidato do PT
disse que vai fazer
personalmente os
contatos políticos
e nesta semana vai
procurar Brizola

O candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, disse ontem, ainda no estádio do advogado Roberto Telles, na cidade de Monte Alegre do Sul — estância próxima à Serra Negra — que deverá decidir pessoalmente as alianças que o PT pretende fazer com partidos de centro e esquerda para o segundo turno das eleições presidenciais. Ele quer procurar Leonel Brizola (PDT) ainda esta semana, para convencê-lo a se engajar na campanha.

"Eu vou negociar pessoalmente, porque sou o candidato da Frente Brasil Popular. Ainda não conversei com Leonel Brizola, mas ainda esta semana pretendo procurá-lo pessoalmente para tentarmos superar possíveis divergências e acordarmos uma aliança para o segundo turno", disse Lula.

O candidato da Frente Brasil Popular conversou com jornalistas no início da manhã de ontem no Recanto Valeska, em Monte Alegre do Sul, distante 150 quilômetros de São Paulo, onde ficou recluso com a mulher, Marina, e seus quatro filhos, durante todo o fim de semana, para descansar.

Por volta das oito horas, ele resolveu permitir a entrada dos jornalistas, depois de ter passado o sábado e o domingo evitando a imprensa e até se escondendo dos fotógrafos.

ALERTA — Lula recebeu os jornalistas para o café da manhã bastante alegre com o resultado das eleições de 15 de novembro, que o colocou no segundo turno junto com Fernando Collor de Mello (PRN). Disse que não pretendia dar entrevistas, mas concordou em conversar com os repórteres.

Garantiu que acredita que não encontrará dificuldades para conseguir a união dos grupos de centro e de esquerda em torno de sua candidatura para o segundo turno. Lula acha que Brizola não criará obstáculos para decidir pelo apoio, apesar das divergências existentes.

— Ele tem feito restrições ao meu vice José Paulo Bisol, mas acho que isso pode ser superado sem dificuldades. Não acredito que Brizola com isso esteja querendo ser vice, pois não seria sua pretensão. Além do mais, a Frente Brasil Popular tem ponto de vista claro a respeito das alianças, pois não fará a distribuição de cargos, em troca de apoios — explicou Lula.

O candidato da Frente Brasil Popular disse ainda que parte do PSDB e a ala progressista do PMDB deverão juntar-se à sua candidatura, para

enfrentar Fernando Collor de Mello.

— Esses apoios virão naturalmente e transferirão os votos para a Frente Brasil Popular — disse.

COMÍCIOS — Lula revelou que pretende realizar 40 comícios em todo o Brasil antes da realização do segundo turno. Disse que uma de suas principais preocupações será a de

tentar fiscalizar o noticiário do rádio e da televisão, pois teme que Fernando Collor de Mello possa ter mais espaço nos meios de comunicação. Ele defendeu a realização de debates com Collor de Mello e pretende manifestar no horário eleitoral gratuito sua disposição de discutir na televisão o seu programa de governo com o do candidato do PRN.(AG)

Lula: coordenação pessoal dos comícios

Arraes tenta quebrar a resistência dos militares

Preocupado em quebrar possíveis resistências dos setores militares a uma eventual vitória de Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, esteve sábado passado em Brasília com o ministro-chefe do SPM, general Ivan de Sousa Mendes.

Segundo revelou ontem à imprensa, em entrevista coletiva, o general havia manifestado o desejo de vê-lo. No encontro, disse-lhe que a vitória de Lula será um fator de extrema importância para que o País possa fazer as reformas que o povo exige há décadas "dentro de um clima de tranquilidade, de democracia e de aprofundamento das liberdades".

"O general concordou com o senhor?", perguntou um repórter. "Ele ouviu minha opinião", respondeu o governador, sem entrar em maiores detalhes sobre a conversa. A assessoria de sua confiança, porém, ele tem defendido que o PT não deve excluir os militares das conversações que se

processarão de agora em diante.

NEGOCIÁVEL — O governador Arraes, que é uma espécie de embaixador do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, junto aos militares e a esquerda independente, disse ontem, em Recife, que são negociáveis no programa de governo da Frente Popular a realização de uma reforma agrária no País, a suspensão do pagamento da dívida externa e a soberania nacional.

Segundo ele, estas propostas podem sofrer ajustes de acordo com as alianças que vierem a ser feitas para garantir a vitória do candidato do PT, mas que a Frente Brasil Popular não abre mão dos princípios citados: "Este País não pode deixar de fazer uma reforma agrária", afirmou o governador, explicando que apesar de a Constituinte ter derrubado as perspectivas de uma melhor distribuição de terra, "é possível que se mude isso através de uma negociação".(AG/AJB)

8 -

8910064 -

O QUE PODE SER O QUE PODE SER

Tão como o candidato
 petista de Fernando Col-
 lar de Mello para o Ministé-
 rio do Trabalho, o presidente
 da CGT, Antônio Rogério
 Magri, prometeu então
 transformar os sindicatos
 ligados à Central Geral dos
 Trabalhadores na principal
 base da campanha do
 PTN no segundo turno, e
 provar que não é apenas
 a taxa de que o trabalhador
 vota em trabalhador. O sí-
 ndicato da CBT que deve
 ver votar no lado dele de
 fazer uma opção. Tem de
 sair do GUT para ir para o
 CUT, observa Antônio Ro-
 gério Magri.

...militares entraram em ...
...a igreja pro ...
...do PT, ...
...Lula de ...
...disputam ...
...a vaga para disputar o se ...
...com Fernando Collor de ...
...PTM). Brizola disse que a vota ...
...Lula "mostra que a Igreja pro ...
...transformar em partido polí ...
...e citou como exemplo da atuação ...
...a Igreja a cidade gaúcha de Aratiba, a ...
...única em que ele perdeu em todo o Rio ...
...Grande do Sul, justamente para Lula.

Brizola disse que Aratiba é uma colô ...
...italiana, "que sempre foi arredia a ...
...partidos progressistas". "Sempre tive ...
...dificuldades lá porque o eleitorado ...
...sob controle dos padres. Agora, o ...
...município onde Leonel Brizola ...
...foi lá, demonstrando que a vota ...
...nacional do PT se deve à Igreja. Ele ...
...deve mais ser chamado de operário, ...
...de Fui Lula", ironizou. Cauteloso ...
...em fazer previsões sobre o resultado de ...
...disputa com Lula em torno da vaga ...
...o segundo turno, Brizola disse que ...
...PT está muito precipitado ao comemor ...
...victória.

Cabeça fria — "O PT está se ...
...precipitando, vamos com calma. Alegria ...
...em casa de pobre dura pouco. Com a ...
...cabeça fria vamos encontrar a verdade ...
...eleitoral. Não se deve contar com o ovo ...
...da galinha antes de tê-lo nas mãos", ...
...disse. Na entrevista — concedida pouco ...
...antes de viajar para seu sítio em Itapava, ...
...com a mulher, Neusa —, Brizola insistiu ...
...na afirmação de que só vai aceitar como ...
...definitivo o resultado da apuração ba ...
...sado nos atas das juntas apuradoras, ...
...que só deve se concluir muito depois da ...
...apuração computadorizada. "A disputa ...
...pelo segundo lugar está sendo muito ...
...acirrada e terá que ser decidida nos do ...
...cumentar, nos boletins de urna. Por en ...
...quanto, estamos na fase da apuração ...
...provisória, dos dados transmitidos ele ...
...tronicamente, que não têm valor jurídi ...
...co", afirmou.

Ele baseia sua insistência no exemplo ...
...do que ocorreu na Argentina, na eleição ...
...de Carlos Menem, onde houve uma dife ...
...rença de 3 pontos percentuais entre a ...
...apuração documental e a computadori ...
...zada, diferença que, no seu caso, é fun ...
...damental para se distanciar de Lula. Br ...
...zola disse que os fiscais do PDT estão ...
...prontados para coletar todos os boletins ...
...de urna e as totalizações dos Tribunais ...
...Regionais Eleitorais. "Nossa impressão é ...
...de desconfiança sobre o que está aconte ...
...cendo em Brasília. Os juizes não são ...
...especializados em informática. Monta ...
...ram uma parafusaria em Brasília, po ...
...dem ser envolvidos na sua boa fé e pro ...
...duzir um resultado não verdadeiro", ...
...disse.

"Desconfiança" — Sem ter certeza ainda ...
...se irá ou não para o segundo turno, ...
...Brizola continuou pegando o cascabi ...
...mento entre todas as forças de esquerda ...
...e o PMDB. Ele ...
...contato, que poderá haver di ...
...ficuldades numa união entre PT e PDT ...
...devido ao imenso acirrado entre os mi ...
...lantes dos dois partidos. "O Lula disse ...
...que terá dificuldades em convencer seus ...
...militantes de me apoiar. Eu também já ...
...me deparei com muitos militantes nossos ...
...que vão dar muito trabalho no caso de ...
...apoiarmos o Lula. Só uma consciência ...
...política e uma responsabilidade muito ...
...grande impedirão que a esquerda se divi ...
...da", avaliou.

Brizola acha que todas as divergên ...
...cias do primeiro turno devem ser deixa ...
...das de lado diante da importância da ...
...união das esquerdas. "Não temos o di ...
...reito de nos inspirar em questões peque ...
...nas, em questões locais, face os problemas ...
...gravíssimos que o país está atravessando. ...
...Aquele que concorrer no segundo turno ...
...vai ter grandes dificuldades para enfren ...
...tar o candidato conservador", afirmou. ...
...Do "frentão" das esquerdas, Brizola ...
...acha que devem fazer parte governado ...
...res do PMDB, como Orestes Quêrcia, de ...
...São Paulo, e até mesmo Moreira Franco, ...
...do Rio de Janeiro, seu maior adversário ...
...local. "Não excludo ninguém. Ele pode ...
...até participar, o que não significa que eu ...
...precise ficar ao lado dele. Vamos fazer ...
...um palanque bem grande", disse Brizola. ...
...Ele deverá passar o fim de semana reco ...
...lhido no seu sítio, apenas na companhia ...
...da mulher e dos filhos. "Eu preciso des ...
...cansar bastante", disse.



Brizola afirmou que o PT está se precipitando ao comemorar a vitória: "Alegria em casa de pobre dura pouco"

F.P. C.P.P.)

Lula é o preferido do PRN no 2º turno

**Análise nacional
prevê dificuldade
maior com Brizola**

BRASÍLIA — Com a vaga no segundo turno garantida, Fernando Collor de Mello agora torce por Lula. Ele está certo de que ganha no embate com o candidato do PT, o que não acredita possa acontecer se o adversário for Brizola. Num exame da situação, estado por estado, os assessores do candidato acreditam que o caci-fic de Collor aumenta muito na disputa com Lula, mas fica enfraquecido com Brizola. "Teremos dificuldades adicionais", confessa um deles.

Essas dificuldades chamam-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, classe média, máquinas estaduais do PMDB (na campanha é dado como certo o apoio dos governadores a Brizola, exceto o de Moreira Franco), e o eleitorado de centro-esquerda. Tudo isso, o pessoal de Collor imagina, estaria ao lado de Brizola. Collor, no entanto, conta com o fato de ter tido um bom desempenho em São Paulo, onde não esperava, mas ganhou.

Rio Grande do Sul — Foi a maior dor de cabeça de Collor. Se der Brizola, o desastre será bem maior. Se der Lula, não tanto. Os estrategistas da campanha entendem que Brizola não teve votos suficientes, mas sim "votos gancho", e por isso não transfere para o PT. A esperança é conquistar o governador Pedro Simon.

Santa Catarina — Ganhou no geral, mas perdeu no oeste do estado, onde há uma zona de colonização gaúcha. Se der Brizola, está perdido. Se for Lula, espera investir na rejeição à esquerda.

Paraná — Também ganhou, mas perdeu onde tem gaúcho, no sudoeste. Ali se espera conquistar os tucanos, através do senador José Richa, que já disse que não apoia Lula. Se der PT, o

apoio do governador Alvaro Dias é quase certo.

São Paulo — A vitória foi a grande surpresa agradável para Collor. Ele acha que no segundo turno pode triplicar seus votos, com Lula ou Brizola. Isso porque o único candidato paulista de esquerda é Lula, e Collor imagina que ficará com o eleitorado de Ulysses, Maluf, Covas e Afif. O governador Orestes Quêrcia tem compromisso com Brizola, mas não quer saber de Lula. É em São Paulo que se concentra o grande empresariado e esse vai com Collor, esquece desconfianças e divergências porque o mais importante será combater a esquerda.

Rio de Janeiro — Perdeu e feio. Ser der Brizola, o Rio é dado como perdido. Só ganham o apoio de Moreira Franco. Com Lula também não esperam ganhar, mas pelo menos acham que dá para empatar o jogo.

Espírito Santo — Ganhou em todos os municípios, sem exceção. Em compensação, não conta, além do casal Gerson e Rita Camata, com lideranças conhecidas nacionalmente.

Bahia — Perdeu em Salvador e ganhou no interior. Vai contar no segundo turno com todo o grupo do ministro Antonio Carlos Magalhães e, caso Lula seja o adversário, serão retomados os contatos com o prefeito de Salvador, Mário Kertsz. Collor cobiça também o eleitorado que, por causa de Waldir Freire, votou em Ulysses Guimarães.

Pernambuco — Ganhou. É um dos poucos estados onde os assessores de Collor acham que a situação do candidato não melhora nada, mesmo que seja Lula o adversário. O PT tem o apoio do governador Miguel Arraes e o vice de Brizola, Fernando Lyra, se tiver poder para comandar votos, não deixará, por questões regionais, que o PDT fique com Collor. Poderá contar com lideranças como o senador Marco Maciel e o líder do PFL na Câmara, Ricardo Fiuza.

Goia — Ganhou. Faltou só tudo para restar relações com o governador Tasso Jereissati, que por pouco não apoiou Collor no primeiro turno. Os assessores de Collor já sabem que Lício Alcântara, que comandou a campanha do PDT no estado, não irá com Lula e já o esperam de braços abertos. No interior, Collor continuará contando com o apoio dos grupos dos coronéis, liderados por Adauto Bezerra.

Maranhão — Ganhou. Ali contou com apoio de forças antipolíticas: o senador João Castelo e o governador Epitácio Cafeteira, que resolveu não ser solidário com o amigo José Sarney. O grupo do presidente, cujas articulações no estado são comandadas por Sarney Filho e Ricardo Maranhão, ameaça apoiar Lula. Se der Brizola, o grupo fica onde já estava.

Rio Grande do Norte — Ganhou. Voltam agora as conversações com o governador Geraldo Melo, que ameaçou apoiar no primeiro turno, mas acabou ficando com Ulysses. O que o esquema de Collor espera conquistar, se Brizola ficar de fora, é a família Maia. Lavínia Maia já está com Collor. César Maia, do PDT, também é da família.

Pará — Ganhou. Não estão previstas mudanças. O grande caci-fic é o apoio do Prefeito Said Xerfan, do PTB, o mais votado do Brasil no ano passado. O governador Milton Gonçalves é uma incógnita.

Amazonas — Ganhou. Collor cobiça o prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto, que ficou com Brizola. Deputados próximos ao candidato acham que se a articulação não for rápida, Virgílio fica com Lula. O governador Amazonino Mendes já contou com Collor.

Centro-Oeste — Nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás, a vitória foi acachapante. Collor ainda espera, se disputar com Lula, aproveitar a rejeição à esquerda na região.

JORNAL DO BRASIL 18/11/89

Vitória de Lula mostra a força da mobilização

ZERO HORAS
19/11/83.

□ Capacidade de ação dos militantes do PT ganhou o candidato no segundo turno, vencendo preconceitos e previsões negativas

Um ex-torneiro mecânico das Indústrias Villares, Luís Inácio Lula da Silva, 44 anos, candidato da Frente Brasil Popular, desembarca no segundo turno a bordo de uma campanha que muitos imaginavam inviável e outros, inaceitável. Caçula de uma família de oito irmãos, filho de lavradores de Garanhuns, no interior de Pernambuco, Lula sofre o preconceito de não ter curso superior, mas conta com um trunfo temido por seus adversários: a capacidade de mobilização de um exército de aproximadamente cem mil militantes.

Filho escudeiro do Partido dos Trabalhadores, que encabeça a coligação com o PSB e PC do B da Frente Brasil Popular, esses militantes já deram provas de seu poder de organização no primeiro turno das eleições. Disposta a qualquer trabalho, em qualquer lugar e a qualquer hora, a militância organiza comícios, cede veículos, faz propaganda ao amanhôcer na porta de fábricas, entrega todo seu tempo livre para tentar ganhar o Partido dos Trabalhadores no poder.

Há dez anos, quando o PT foi fundado, era pouco mais que uma alternativa marginalizada para boa parte da elite brasileira e mesmo para milhares de trabalhadores tutelados por um sindicalismo atrelado ao aparelho do Estado. Naquele ano, por exemplo, o hoje segundo candidato mais votado no primeiro turno chegou a ficar preso por 30 dias no Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo por liderar uma greve de metalúrgicos na região do ABC paulista.

Apenas três anos depois, Lula inaugurava sua trajetória eleitoral ao se candidatar ao Governo de São Paulo. Ficou com 1.144.648 votos, um eleitorado raquítico para os padrões paulistas. Líder de um partido com alto grau de dedicação e penetração no meio sindical e universitário, o PT foi em frente e, em 1986, Lula chegava à Câmara Federal com uma votação retumbante: 652 mil votos.

QUEM LIVRE — Sem dúvidas internas quanto à sua candidatura à Presidência, o partido foi para as eleições unido como um monólito e

estimulado pelas primeiras vitórias eleitorais significativas no ano anterior, nas prefeituras de São Paulo, Porto Alegre e Vitória. Nem mesmo as dissensões internas, provocadas por divergências na condução das administrações e entre um punhado de correntes de esquerda que loteiam o partido, tiveram a capacidade de desagregar o PT.

Assim como moderados e progressistas do MDB se uniram para enfrentar os processos eleitorais da ditadura militar, o PT de Lula esqueceu as diferenças internas para se lançar de corpo e alma na campanha. Já em abril Lula disputava os primeiros lugares nas pesquisas eleitorais com Leonel Brizola, do PDT. No entanto, logo a seguir inaugurou uma queda livre nas sondagens, na mesma proporção em que uma sequência de greves tumultuava o dia-a-dia do País. Apesar de o fator greve ter sido negado pelo partido, sempre apoiado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), alguns analistas atribuíam ao grevistas desencadeado a queda de Lula. O fato é que as paralisações foram reafirmadas e a candidatura da Frente iniciou novamente sua ascensão.

GUERRILHA DE VOTOS — Torpedada à direita por Ronaldo Caiado, do PSD, que levantava o Caso Lubeca — uma denúncia ainda não provada de corrupção na Prefeitura de São Paulo — e por Paulo Maluf, do PDS, que acusava para a ameaça de "comunização" do País, a candidatura por alguns momentos pareceu fazer água. Mas, assim como Luiz Erundina ergueu-se do anonimato das eleições paulistas na reta final da campanha de 1988, Lula ressurgia com todo o vigor nos dias que antecederam o segundo turno.

Os votos à esquerda, entretanto, estavam ocupados pela candidatura de Leonel Brizola e a troca de chumbo foi inevitável. Nessa guerrilha pelo eleitorado identificado com teses socialistas, Brizola tentou cooptar os petistas para o voto único e, logo em seguida, sem qualquer sucesso, denunciou o vice da chapa de Lula, o senador José Paulo Bisol, do PSB, como beneficiário de um empréstimo do Banco do Brasil em condições privilegiadas. Como nos casos anteriores, nada foi provado e Lula continuou firme na reta em direção ao segundo turno. Mas sua disputa cabeça a cabeça com Leonel Brizola durante a apuração jamais será esquecida na história eleitoral brasileira.



Justiça social: candidato anuncia tempos de maior participação popular

Rápida trajetória do líder sindical

O garoto de sete anos que migrou com a família de Garanhuns para Santos em 1952 tinha tudo para enfrentar a mesma trajetória de outros milhares de conterrâneos que já começavam a chegar a São Paulo: viver a vida precária de um operário em busca da escada social. No caso de Luís Inácio Lula da Silva, porém, estava reservado um outro tipo de ascensão. Em 1969, ao integrar a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Lula deu início à sua vertiginosa projeção à condição de principal líder operário do

País.

Em 1975, Lula era eleito presidente do sindicato e, três anos mais tarde, dirigia a primeira greve de porte ocorrida no regime militar. Eleito em 1980 presidente do recém-fundado Partido dos Trabalhadores, Lula foi um dos criadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Em seguida, começou a viajar a convite de organizações sindicais de outros países e adquiriu uma experiência que se tornaria vital ao longo de sua passagem pela Câmara Federal, como deputado constituinte, quando negociou a

direita e à esquerda para os aprovados testes de caráter social como a justiça social, a luta por melhores salários e o direito de greve.

Quando pela primeira vez era viúvo — com apenas 27 anos — ele tem cinco filhos: Paulo, Fábio, Sandro, Luís Carlos e Mariana, este último nascido de um romance com uma cantora antes de casar-se novamente.

Caminho para a organização popular

Apoiado por setores considerados progressistas da Igreja Católica, Luís Inácio Lula da Silva prega "mudanças radicais" no sistema econômico brasileiro. Convencido de que o capitalismo brasileiro está colocado em xeque, "porque é um capitalismo arcaico, onde apenas meia dúzia mamam à vontade", Lula, porém, não se declara publicamente com um programa socialista. Em sua opinião, o que o programa da Frente Brasil Popular faz é

abrir caminho para a organização da população na construção de uma sociedade sem explorados ou exploradores.

"Iremos contribuir decisivamente com uma política de justiça social, onde os ricos paguem mais impostos e os trabalhadores participem mais das decisões políticas", costuma dizer o candidato. Por seu programa, não deve ser esperada a abertura do País aos investimentos estrangeiros ou à privatização de empresas públicas. Lula também acha que não

há problemas em estimular setores, como o sistema financeiro, se prosseguir a fuga de capitais e a especulação.

Afirmando que pretende tratar as greves "como um problema social e sindical", Lula dá conta certa a suspensão do pagamento da dívida externa no caso de ser eleito. "Eu queria que alguém se provasse que pagando a dívida externa eu não poderia fazer nada para o Brasil", diz ele.

Collor promete acabar com a crise que trava o Brasil

□ Vencedor com folga do primeiro turno, o candidato do PRN vinha vingando sua mensagem de combate contra a corrupção e à crise

Fernando Collor de Mello, 40 anos, conquistou com facilidade uma vaga no segundo turno da eleição presidencial, com mais de 20 milhões de votos. Um resultado que muito poucos previam no início do ano, quando o então governador de Alagoas deu a largada de sua campanha pelo desconhecido Partido de Reconstrução Nacional (PRN). Nestes meses em que ocupou o primeiro plano da cena política brasileira, Collor se transformou em um personagem controverso que dividiu as opiniões do País. De um lado, os que acreditam que ele é o político jovem com condições de resolver a crise brasileira. De outro, os que o acusam de ser apenas um aventureiro que ganhou notoriedade graças a um eficiente esquema de marketing político. No primeiro turno a vantagem foi do primeiro grupo. A questão é saber o que acontecerá no segundo turno.

O próprio Collor atribui ao destino o fato de ser candidato à Presidência da República. Ele não pretendia ser político e só iniciou a carreira, como prefeito de Maceió, atendendo um pedido de seu pai, o então senador Arnon de Mello. Quando o pai, um dos líderes da política alagoana, adoeceu e teve que se retirar, Collor o substituiu. Como político foi deputado federal e depois governador de Alagoas. Começou no PDS, mas concorreu ao governo alagoano pelo PMDB.

Já como governador, Collor rompeu com o presidente José Sarney, a quem acusou de prejudicar o estado de Alagoas. Ele negou-se a apoiar os cinco anos de mandato para o presidente e começou a fazer das denúncias de corrupção no Governo um dos pontos principais do seu discurso. Pouco depois deixou o PMDB e foi para o Partido da Juventude, que acabou se transformando no PRN. Pelo novo partido

lançou-se candidato à Presidência da República.

CAÇA AOS MARAJÁS — Foi como governador de Alagoas que Collor tornou-se conhecido em todo o País, graças à perseguição que moveu aos "marajás", como eram conhecidos os funcionários que ganhavam grandes salários no estado. Com grande rapidez, Collor demitiu, suspendeu salários e obrigou a cumprir horários os funcionários fantasmas. Isto lhe garantiu uma imagem nacional que procurou reforçar com um discurso onde as promessas de combate à corrupção e à impunidade eram peças fundamentais.

O crescimento de Collor começou em março e já em abril ele ultrapassava por pequena margem os favoritos do momento que eram Lula e Brizola. Continuou a crescer até chegar a 45% dos votos e chegou a sonhar em vencer a eleição no primeiro turno. Isto acabou não se confirmando e seu percentual desceu para cerca de 30%. Mesmo assim, chega ao segundo turno em uma posição cômoda, com a liderança e buscando alianças nos setores progressistas de partidos que não se alinham com qualquer radicalismo.

O maior problema de Collor será vencer a rejeição que muitos setores assumiram em relação à sua candidatura pela campanha que sofreu no primeiro turno quando foi o alvo favorito de todos os adversários. No primeiro turno adotou uma postura cautelosa, evitando participar do debate e não entrando em polêmicas ou enfrentamentos diretos. Na etapa decisiva da eleição vai ter que adotar uma postura diferente, pois o debate será inevitável.

ALIANÇAS — Com a perspectiva de vitória que lhe surgiu desde o primeiro momento, Collor já começou a preparar sua estratégia para o segundo turno. Ela inclui alianças com representantes de alguns partidos conservadores como o PDS e PFL, mas também abre espaço para políticos de centro-esquerda vindos do PSDB e PMDB.



Confiança: Collor de Mello tem fé na vitória e diz que vai mudar o País

"Vamos moralizar o Governo"

Em toda a campanha, Collor tem apresentado um programa de governo que tem no combate à corrupção e na moralização da máquina administrativa suas principais bases. Estas são suas principais propostas:

MORALIZAÇÃO — A corrupção é causa e consequência. É causa se estiver associada à impunidade como hoje. Porque o que favorece a corrupção é o clima de impunidade. Para reverter isto é necessário um bom exemplo. A sociedade exige este exemplo, que tem que vir de cima. "A partir da legitimidade do voto é possível dar um bom exemplo. É punição para todos aqueles que cometeram atos de corrupção. Todas as denúncias arquivadas sobre o Governo Sarney serão investigadas e os responsáveis por atos ilícitos serão punidos".

DÍVIDA EXTERNA — "Não vou brigar com o FMI. Vou brigar no FMI. O momento é bom para a negociação e o

Brasil quer honrar seus compromissos, mas com dignidade. A dívida não pode continuar a ser paga da atual forma, que compromete o desenvolvimento do país".

FINANÇAS PÚBLICAS — "A recuperação financeira do país passa necessariamente pelo saneamento financeiro do estado. Hoje o estado detém mais de 70% da economia e é irracional, ineficiente e corrupto. Temos que fazer com que o estado seja austero, eficiente e ágil. Para isto é necessário reduzir seu tamanho e saná-lo financeiramente. O estado tem que parar de assumir funções que não são suas para cumprir dignamente suas verdadeiras funções".

NO GRANDE DO SUL — "Minhas raízes estão no Rio Grande do Sul que é a terra do meu avô Lindolfo Collor. Estou por isto mesmo muito comprometido com o Estado, que pode esperar de mim o tratamento de um filho".

Agora, busca de uma base parlamentar

A liderança de Fernando Collor nas propostas e a perspectiva de vitória fez com que se agregassem à sua campanha políticos de diversas legendas. Com isto o candidato ganhou novos apoios que certamente contribuirão para a campanha do segundo turno, se for eleito presidente contará com uma base parlamentar mais ampla que a força do PRN. Mesmo assim, a busca por uma base significativa no Congresso Nacional continua sendo a maior preocupação dos coordenadores da campanha de Collor. Uma preocupação que cresce à medida que a Constituição deu grandes poderes ao Legislativo, impedindo um regime de governo quase parlamentarista.

Por isto e pela necessidade de conseguir mais apoios no segundo turno, Collor vai prosseguir na segunda etapa a formação de um governo de unidade nacional, tentando unir ao redor de sua candidatura diferentes forças políticas. Por outro lado, reforçado pela força que demonstrou no primeiro turno, vai legitimar seu apoio em uma posição de força, e promete não se caracterizar seu discurso.

O governo de Collor se refletirá mais a partir do que a partidos anteriormente ditos. O candidato do PRN precisa ter o apoio de parlamentares de várias legendas do que se compoem com partidos como

891 0064

F.P.C.P.)

PT quer Arraes como interlocutor no meio militar

Maria Lúcia Alves
Pedro Guedes

Melo. "Ele (Collor) é o que está aí", justifica.

Se for o Lula, a eleição será entre o menino pobre e o menino rico. E mesmo pobre é o que mais tem a sua pá, o que garantirá a eleição de Lula -- afirma o governador. Arraes está convencido de que no segundo turno, Brizola e Ulysses Guimarães estarão juntos com Lula, porque representam as forças populares. "Ulysses, Brizola e eu não podemos perder essa luta", assegura, para dizer que, na segunda-feira, a executiva do seu partido, o PMDB, deve se decidir por apoiar Lula ou Brizola, o que estiver no segundo turno.

O governador de Pernambuco também acredita que Lula não terá dificuldades para executar seu programa de mudanças, apesar de não contar com maioria no Congresso. Ele explica que, como o candidato do PT seria eleito exatamente por sua proposta, os parlamentares teriam que apoiá-lo para garantir a reeleição em 7 de outubro, na renovação do Congresso. E conclui: "Lula é a união entre o metalúrgico e o pai de arara".

Do Brasil 19/11/89

Prélio -- Gilberto Alves

8910064

Collor não aceitará apoio de políticos direitistas

F.P. (P.F.)
2870
HOFA
17/11/92

Afirmção é do líder do PRN, Renan Calheiros, sobre a intenção do candidato que é de fazer alianças com progressistas

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, não aceitará no segundo turno qualquer apoio de políticos com notória formação de direita. A afirmação foi feita ontem pelo líder do PRN na Câmara Federal, deputado Renan Calheiros, no Centro de Convenções. Segundo o deputado, a intenção de Fernando Collor é aliar-se a políticos considerados progressistas, principalmente do PSDB. Os entendimentos com o partido do candidato Mário Covas para uma possível aliança no segundo turno, aliás, já começaram informalmente, segundo Calheiros. O PRN, entretanto, quer esperar a confirmação



Collor: intenção é aproximar-se do PSDB

dos resultados finais para dar início às negociações formais com os outros partidos.

No leque das opções à esquerda, Calheiros não descartou

nenhum mesmo "alguns setores" do PDT, caso o candidato Leonel Brizola não se classifique para o segundo turno das eleições. "Uma aliança com o

PDT seria um exagero, mas acreditamos na possibilidade de entendimentos com alguns setores deste partido", explicou. A preocupação do candidato Fernando Collor, segundo Calheiros, não é com apoios "imediatistas", mas sim com fórmulas de viabilizar a implantação de um projeto social-democrata no país, caso chegue ao governo. Para isto, seria importante uma aliança com o PSDB, o que possibilitaria a Collor governar com uma bancada "mais expansiva" no Congresso.

BRASIL — Apesar de reiterar que Fernando Collor não aceitará apoios de políticos "notoriamente direitistas" no segundo turno, Calheiros não explicitou se o ex-governador Paulo Maluf ou o deputado Afif Domingos estão entre eles. E não descartou o apoio do ministro Antônio Carlos Magalhães ao candidato. "O ministro nunca manifestou este apoio publicamente", disse o deputado. (Brasília/ZF)

PRN aguarda fim da apuração para definir nova estratégia

Entusiasmado com o bom desempenho eleitoral de Fernando Collor de Mello, demonstrado pelos números oficiais divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, o comando da campanha do PRN já se reúne no próximo sábado em Belo Horizonte. Daniel Tourinho, presidente do PRN, afirma que, apesar da reunião estar confirmada, o partido vai aguardar o término da apuração para fazer uma avaliação geral de como foi a campanha de Collor, a fim de decidir qual trajetória seguir no segundo turno. "Isso se houver segundo turno", contrapõe Tourinho, acrescentando que "ainda não está afastada a possibilidade de Collor ser eleito presidente da República no primeiro turno".

A respeito da afirmação do líder do PRN na Câmara, Renan Calheiros, de

que o partido não quer aliança com a direita, Daniel Tourinho argumenta que "podemos abrir mão deste apoio; só não podemos abrir mão é da sagrada coligação com o povo brasileiro". O presidente do PRN é categórico ao afirmar que o partido não pretende trocar seu candidato a vice-presidente, senador Itamar Franco, no segundo turno. "Collor está muito satisfeito com seu vice", garante Tourinho, justificando esta posição com uma pérola da sabedoria futebolística: "Em time que está ganhando não se mexe".

Tourinho quer tranquilizar a população brasileira assegurando que Collor de Mello respeitará, se eleito presidente, a Constituição, convocando o plebiscito de 1993, que decidirá qual a forma de governo a ser adotada no Brasil.

"Mudança de sistema é golpe"

O grupo parlamentar do candidato do PRN, Fernando Collor, está disposto a fazer uma operação defensiva contra qualquer tentativa de implantação imediata de parlamentarismo. Ressaltando que os militares e assessores vêm sua causa, em Brasília, ao estilo de quinta-feira, Collor não tentou um desbaste ao ser informado de que está crescendo, nos meios políticos, a simpatia pela tese da mudança de sistema.

Parlamentarismo, segundo o grupo, é uma mudança de sistema, o que é considerado um golpe. Isso, lembrando que um plebiscito sobre a escolha do sistema de governo está previsto para 1993, pela Constituição.

Segundo o deputado estadual Geraldo Bulhões (PRN-AL), um dos assessores do candidato, o assunto foi discutido na casa de Collor. O grupo, segundo Bulhões, recusa com preocupação as declarações do ministro do Exército, Leônidas Feres Gomes, que procura a identificar vantagens no sistema parlamentar.

O deputado questiona a legitimidade da eventual substituição do presidencialismo, afirmando que a bancada majoritária no Congresso Nacional é formada por "partidos claramente reacionários". Ele também questiona a possibilidade de mudança de sistema em novembro, o que o PMDB e o PFL já afirmam.

Deputado paranaense confiante

O presidente regional do PRN no Paraná e deputado federal José Carlos Matinez declarou que ainda não tem previsão de quem será o adversário de Collor de Mello no segundo turno. Para ele, a vitória é certa para Collor, independente se o outro concorrente for Lula ou Brizola. Matinez acredita que o alto número de votos que o candidato do PRN

recebeu no Paraná se deve ao trabalho feito pelo diretório regional e viu com surpresa o alto índice de eleitores que Afif Domingos possui no Estado.

José Carlos Matinez avalia que apenas os partidos mais jovens sobreviverão a estas eleições. Entre eles destaca o PT, PL e ainda o PDT. Na análise de Matinez, partidos como o

PMDB e PFL terão de "se aposentar" depois de terminado o pleito presidencial. Quanto à sua provável candidatura ao Governo do Estado do Paraná, ele não quis comentar. Apenas apontou a necessidade de se por em prática o seu sonho de governo: sonho este que prevê "um novo Paraná diferente de tudo que se viu e muito mais avançado".

Collor no aceita negociações.

Collor, certo da vitória, diz que não negocia apoios

F.R. (P.R.)

ZERO HORA

16/11/89

□ No sábado haverá uma reunião para avaliar os resultados. Candidato quebrou rotina de dois meses longe da imprensa e concedeu entrevista

Certo de que sairá como um dos dois classificados desta primeira fase de votação, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, anunciou ontem que não negociará apoios para o segundo turno. No próximo sábado, em Belo Horizonte, ele faz a primeira reunião com o comando de sua campanha para avaliar os resultados do primeiro turno e analisar os contatos que já vem sendo mantidos com outras candidaturas para possíveis alianças. "As alianças só se fazem em torno de um projeto consistente de governo", afirmou Fernando Collor logo depois de votar.

O candidato explica que compete a todos que se juntarem ao redor de sua candidatura, no primeiro e segundo turnos, a tarefa de tirar o Brasil da crise. "A estratégia fundamental para vencer em prática esta tarefa é a mudança da prática daqueles que prejudicaram o país por tanto tempo", disse, afirmando que espera estar a altura de governar o país.

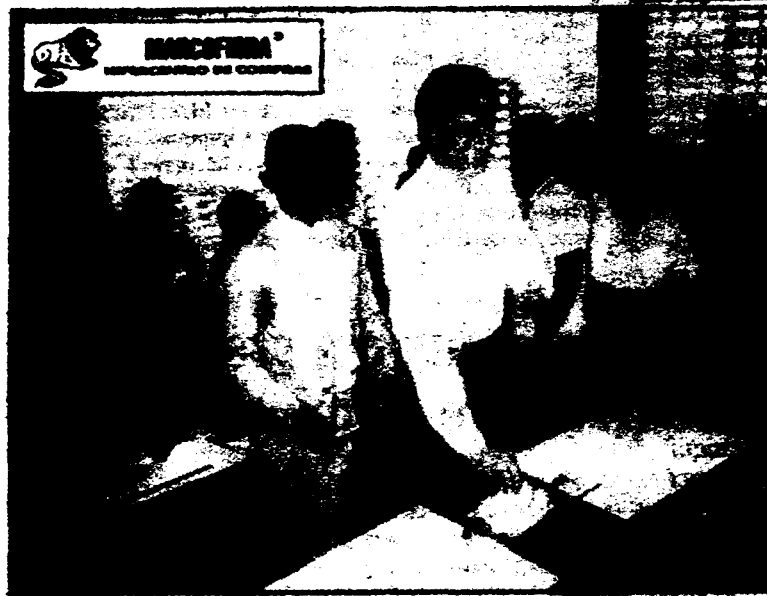
Passados quase dois meses distante da imprensa, período em que se esquivou de dar qualquer entrevista, ontem Collor resolveu responder algumas perguntas dos repórteres que cobriam a votação em Maceió, dando prioridade para os locais. Ele não quis responder, por exemplo, se pre-

tende participar de debates no segundo turno.

DESAFIO — Collor cruzava o portão da Escola Estadual Diegues Junior, em Pajuassara, pronto para votar, vestido com camisa imaculadamente branca, e calça azul escura. Só o motorista do monza cinza havia executado o desafio feito pelo candidato à mulher, no caminho da urna: "Será que essa nossa gente vai saber fazer o 'x' na ovelha?", deu-lhe.

Ele trazia no bolso da camisa a cachaça de ouro com a qual anularia seu primeiro voto para presidente. Não a usou. Achou gentil aceitar uma pastilha oferecida por um eleitor. Na cabine de papelão da Justiça Eleitoral, Collor votou sob as lentes e os olhos atentos dos jornalistas. Atendeu aos pedidos de pose, fez positivo com o dedo polegar, sorriu para um lado e para o outro. Tudo com muita calma para permitir o registro das imagens.

Era um homem diferente do touro em campanha que demonstrou ser nos últimos três meses, na árdua empreitada de correr o país debaixo de chuva, sol e poeira. Collor não escondeu o suspiro de alívio de quem chegou com poucos arranhões à reta final, detendo a liderança. Foi para o aeroporto pensando nas alianças que começariam a se formar, como com o senador Affonso Camargo (PTB), primeiro de uma lista de seis nomes, que os deputados Renan Calheiros e Cleto Falcão alinhavaram com a ajuda com embaixador Marcos Coimbra.



Collor: ao votar, um homem diferente daquele da campanha

CAFÉ DA MANHÃ — Sexta-feira, os principais líderes da campanha vão se reunir em Belo Horizonte, para iniciar a tentativa de sedução a Paulo Maluf, e Guilherme Afif Domingos, entre outros candidatos que forem reprovados no primeiro turno. Quando o avião decolou, levando o candidato e seus assessores de Maceió a Brasília.

A copeira Fátima ainda não havia terminado de lavar a louça do café (pão de seda, queijo, leite e frutas) servido, com ajuda da cozinheira Eunice, ao casal Collor de Mello, na mesa de mármore próxima à piscina. Ela e outras três empregadas da

mansão, de estilo clássico em alvenaria descoberta, estão esperando o telefonema do pai para saber os preparativos de sua festa. O aniversário dará lugar a uma reunião comemoratória, com poucos convidados, de vitória no primeiro turno.

Certamente, o casal Mello, que monta guarda duas vezes um soldado da FMI nos jardins da mansão, está dividido entre um sem compromisso: retirar a copinadora de dois centos, que ontem sequestrava sobre as pernas de um pé de jumbo, para atender visitantes inconvenientes: "Será só alegria", antecipou Fátima, sobre o dia da proclamação do vencedor do primeiro turno. (AG)

2 Hora 22/11/84 F.POL (GAB)

TSE concluiu a apuração no País

□ Último boletim oficial divulgado ontem à tarde mostra alto índice de abstenções: 11,94%. Novas cédulas serão impressas semana que vem

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou ontem, às 16h22min, o último boletim de apuração do País. O índice de abstenções chegou a 11,94% dos eleitores. Nada menos que 9.793.809 dos 82.074.718 eleitores não compareceram às urnas.

Além das abstenções, o TSE registrou 1,43% de votos brancos e 4,23% foram anulados. Os candidatos receberam 82,40% dos votos, o que significa um total de 67.631.012 votos. O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello sai do primeiro turno com mais de 20 milhões de votos, exatamente 8.988.338 a mais que o obtido pelo petista Luis Inácio Lula da Silva, o segundo colocado. Leonel Brizola, do PDT, ficou logo atrás, com apenas 454.445 votos a menos que Lula.

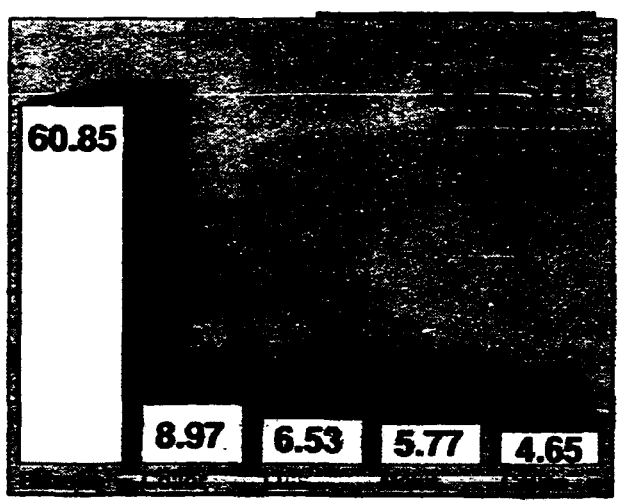
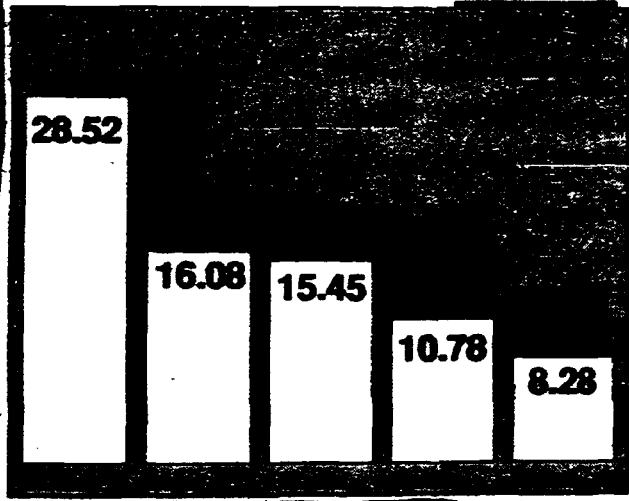
A grande surpresa da eleição foi o candidato Enéas, do Prona, desco-

nhecido cardiologista que conseguiu mais de 360 mil votos, cerca de 200 mil a mais que o verde Fernando Gabeira, conhecido por sua participação na resistência ao regime militar, por seus livros e pelas minúsculas tanguas com que desfilava nas praias cariocas, logo após sua volta do exílio. A única candidata a presidente, Livia Maria, também conseguiu uma performance surpreendente. Foram 179.992 votos.

SÍLVIO SANTOS — A confusão entre Sílvio Santos e Armando Corrêa acabou rendendo mais de quatro

mil votos ao candidato. Apesar da impugnação da candidatura e da ampla divulgação através da imprensa de que Corrêa (ou Sílvio Santos) não existia mais como candidato.

A liderança de Fernando Collor sobre os outros candidatos registrou-se, nesse primeiro turno, em quase todo o País. Apesar disso, Leonel Brizola conseguiu a concorrência em Santa Catarina, Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Lula venceu no Distrito Federal e o tucano Mário Covas foi o preferido entre os brasileiros que moram no exterior. (Brasil/2)



Candidato	Apuração 1º Turno	
	Votos	Porcentagem
2º Collor	480.847	8.97
4º Lula	309.409	5.77
6º Ulysses	185.433	3.46
8º Frelre	45.474	0.85
10º Enéas	22.788	0.42
12º Camargo	15.647	0.29
Brancos	57.523	1.01
Anulados	337.468	5.32

8910064

ZERO HORA

25/11/89

A DECISÃO

Farney assegura o sucesso da transição

Para o presidente, o País ultrapassou a época do medo e vive agora o momento da transição democrática com as eleições presidenciais

O presidente José Sarney comemorou ontem, antecipadamente, em seu programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*, o que considera o principal sucesso de seu governo: o coroamento da transição democrática com a eleição e posse constitucional de seu sucessor na Presidência da República. "O País ultrapassou o teste do medo, ninguém tem medo de nada, porque o governo não existe para oprimir, mas para proteger", disse Sarney. "Porque sabe que as Forças Armadas exercem o seu papel constitucional, porque a legalidade protege os partidos, todas as idéias, todos os brasileiros, porque a democracia existe e será sempre mais forte do que as ambições pessoais, grupos políticos ou quaisquer tipos de desajustamentos", completou.

NEUTRALIDADE — Sarney voltou a assegurar que vai manter-se neutro no segundo turno das eleições: "Cada um tome a posição que achar que deve tomar e, naturalmente, eu não vou tomar nenhuma posição", afirmou. O presidente voltou a queixar-se de algumas críticas muito injustas que o teriam atingido "duramente", mas acrescentou que seus "maiores inimigos estão fora da área política. Esses seriam os especuladores, que vivem do bônus, da sabotagem, da inflação, do pessimismo". O País defende-se desta, segundo o presidente, demonstrando a existência de estruturas sólidas, capazes de "vencer todas as crises".

Como faz habitualmente, o presidente apresentou dados positivos a respeito da economia brasileira, fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas: 65% das indústrias pesquisadas revelam que há um crescimento e a produção atinge 83% da capacidade instalada. "Para este último trimestre do ano, as indústrias apostam em novo aumento de produção de 14%. Ao mesmo tempo, a cada dia, setores econômicos revelam mais sinais de otimismo", disse o presidente. (A2)

F. P. ROL (C. G. O. B.)

1 voto a Aureliano

F. P. ROL (C. G. O. B.) JORNAL DO BRASIL 26/11/84

Sarney surpreende e declara seu

SÃO LUÍS — O presidente José Sarney votou no candidato do PFL, Aureliano Chaves, contradizendo informações de que a família estaria dividida entre o coronel Roberto Freire e Brizola. Ele revelou seu voto ressaltando que o fazia "na condição de cidadão" e disse que o "doutor Aureliano é um homem de bem". O presidente nada respondeu quando lhe perguntaram por que não votara no candidato de seu partido, PMDB, Ulysses Guimarães. Mais tarde, ao desembarcar na Base Aérea de Brasília, Sarney explicou a recusa em detalhar as razões de seu voto: "Entendo que, como cidadão, não preciso justificar meu voto." E garantiu que nada impediria a posse do presidente eleito: "Quem ganhar assumirá. Será o futuro presidente da República."

Segundo o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, que liberou a bandeira do PDC para votar no candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, Sarney quis homenagear Aureliano, que em 1984 abriu mão da vaga de vice-presidente na chapa de Tancredino Neves, em favor dele. Para o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, o voto do presidente em Aureliano foi "um voto coerente. O presidente sempre foi do PFL".

Café — Sarney votou às 8h05, e foi o primeiro eleitor da 117ª seção da 1ª Zona Eleitoral de São Luís, no Colégio Caxical. O presidente só saiu de sua casa na praia do Calhau, distante mais de 15 quilômetros, depois que agentes de segurança e do SNI fizeram uma vistoria no prédio e os mesários se instalaram. Foi avisado pelo rádio e dez minutos depois chegou ao Centro da cidade. Apresentou o título de eleitor,

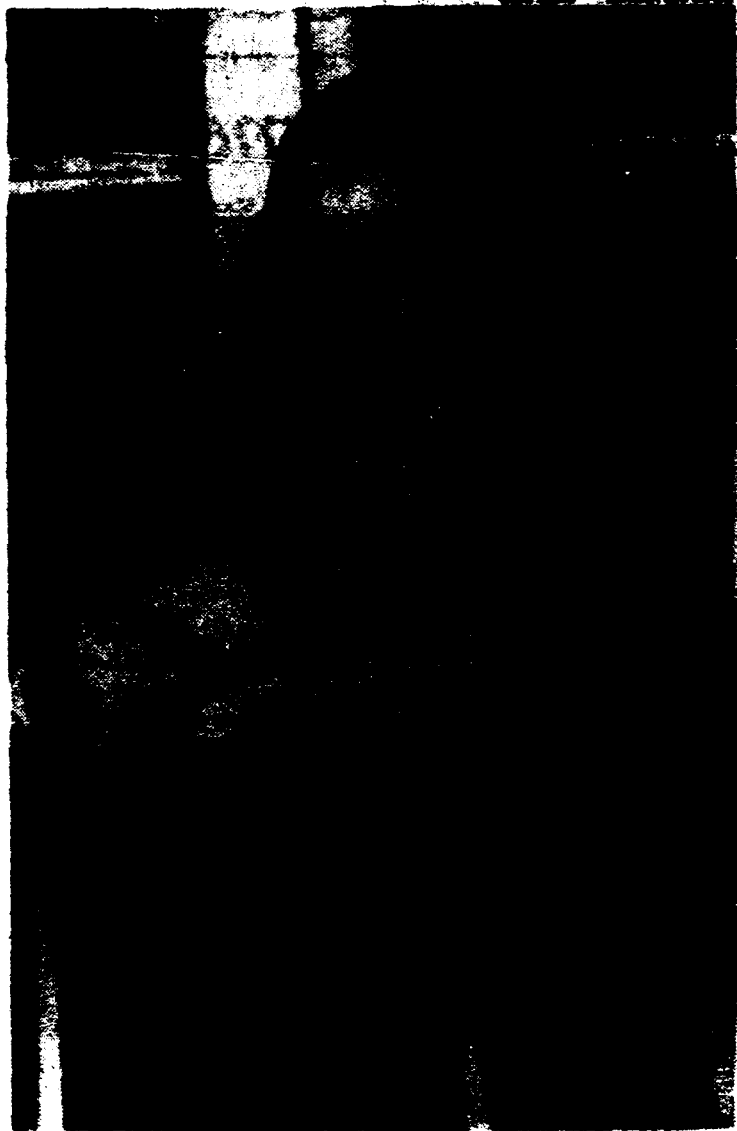
colocado numa carteira de couro preto com as armas da República em dourado, ao presidente da mesa, José Maria Campos Souza, e não levou mais de 30 segundos para votar.

Em seguida, dirigiu-se para a casa de sua sogra, Vera Macieira, para um café que durou meia hora. Na copa estavam, além do presidente, dona Marly, dona Vera, os cunhados Cláudio e Roberto e os filhos Roseana, Fernando e Sarney Filho. Enquanto a família conversava, Fernando Sarney saiu para conversar com os jornalistas e desmentir que votaria no candidato do PDT, Leonel Brizola.

Fernando e Sarney Filho, que autorizaram o acordo feito entre a cúpula pedetista e seu grupo no Maranhão na semana passada, não gostaram dos ataques feitos por Brizola ao presidente durante entrevista no dia anterior, quando negou a existência do acordo. Roseana e dona Marly, segundo Fernando, votaram no candidato do PCB, Roberto Freire. Simone Macieira, casada com Roberto (irmão de Marly), é vereadora em São Luís pelo PCB.

Voto útil — De uma piada de Fernando Sarney surgiu a oportunidade para que o presidente revelasse seu voto. Ele disse que pretendia "votar no Enxas", mas decidiu "votar útil" em Aureliano e emendou: "Por que vocês não perguntaram ao meu pai? Ele também votou no Aureliano". Fernando entrou na casa e, minutos depois, Sarney saiu para confirmar a informação.

De lá, a comitiva presidencial ainda passou mais uma vez na casa da praia do Calhau, para que Sarney se despedisse da mãe, Dona Kiola, e seguiu para o aeroporto de Tiririca.



Sarney: grato a Aureliano pela vice-presidência

Zélia acha possível recessão em 90

Lia Carneiro

SÃO PAULO — Combater a inflação ou crescer? Se eleito presidente, em seu primeiro ano de governo Fernando Collor de Mello dará prioridade ao combate à inflação. O raciocínio da economista e assessora econômica do candidato do PRN Zélia Cardoso de Mello é simples: a prioridade é trazer a inflação para um patamar em torno de 3% nos primeiros 18 meses de governo e, para tanto, ela diz apenas que valem todos os instrumentos de política econômica. "O crescimento vai ser o que tiver de ser, ou simplesmente pode não ser. Podemos ter uma recessão", resume ela, deixando claro que se for possível atingir a meta sem o transtorno de uma recessão, ótimo. Mas se não for, o que importa é a vitória no combate e não o balanço final do número de mortos, feridos e ilesos.

Como os demais assessores econômicos dos presidentiáveis, Zélia prefere não fazer definições claras dos instrumentos a usar para enfrentar a gravíssima crise econômica. Em época de campanha, o melhor a fazer é ser vago. Mas, dá algumas pistas. Para ela, 80% da atual inflação são causados pela expectativa inflacionária. No plano econômico de governo que preparou para Collor de Mello, aposta todas as fichas numa reversão desse quadro, com a restauração da credibilidade via posse de um novo presidente. Ela baseia neste ponto o combate à inflação e rejeita o congelamento de preços, já que confessa ter dúvidas sobre a imunidade adquirida pela sociedade, após três tentativas. Para atacar os outros 20% da composição da inflação, Zélia prega o saneamento financeiro do Estado, a expansão dos meios de pagamento numa taxa mensal máxima de 1%, a renegociação da dívida externa e um amplo entendimento nacional (coordenado pelo governo) para a definição de regras de reajuste de preços e salários.

"Ninguém pode negar uma coisa: nas diretrizes que elaboramos, somos os primeiros a deixar bem claro de onde virá e para onde irá o dinheiro do governo", garante Zélia. A primeira fonte de recursos do governo sairá da chamada reforma administrativa. A ideia é enxugar a máquina do Estado, reduzindo, por exemplo, os atuais 23 ministérios para 12. "É claro que ocorrerão demissões, mas é importante dizer que, se conseguirmos não contratar mais gente, já será um grande avanço", explica a economista, lembrando que nos cinco anos do governo Sarney a folha de pagamentos com pessoal cresceu US\$ 6 bilhões.

Gratificações — Mesmo admitindo possíveis demissões — principalmente através de mecanismos que incentivem essa atitude voluntariamente, pelo próprio funcionário —, Zélia acredita que a maior parte do inchaço da máquina poderá ser resolvida através da realocação e da colocação do excedente de um setor à disposição de outros. "O resto é só utilizar os recursos da informática, verificando quem acumula cargos e revisando todo o sistema de gratificações", diz. Para ela, com vontade política a reforma administrativa poderá ser realizada num prazo "curtíssimo" e, na ponta do lápis, em cinco anos os gastos do governo serão reduzidos em US\$ 6,1 bilhões.

A reforma fiscal, cujo principal objetivo é elevar a receita tributária líquida (já descontada a inflação) de US\$ 35,2 bilhões em 1989 para US\$ 51,7 bilhões em 1994, garantirá aos cofres federais US\$ 45 bilhões num prazo de cinco anos. Para Zélia, o importante é combater a sonegação, estimada em torno de 40%, e eliminar os atuais incentivos e subsídios, com os quais o governo hoje dispende 1,1% de sua receita fiscal. A economista deixa claro sua posição favorável à concessão de subsídios para a política industrial e agrícola.

Zélia não esconde que o fato de não propor mudanças nas aliquotas dos impostos traz uma estratégia política de início de governo, em que esse tipo de mudança é encarado como um fator desestabilizador de credibilidade. Ela admite que o sistema atual de tributação está longe de ser o ideal, que é, "o regressivo, em que nada é mais justo do que os mais ricos pagarem mais impostos".

Privatização Outro ponto das diretrizes do programa econômico de Zélia é a reforma patrimonial (levantamento dos imóveis da União, revisão de sua utilização e um processo de revenda das empresas assumidas por órgãos federais, alienação de estatais e dos chamados novos investimentos), que deve originar recursos da ordem de US\$ 31,5 bilhões. "Não precisamos vender tudo. Podemos usar meios como o leasing, por exemplo. É preciso também ter critérios para as privatizações", explica ela, que prefere não revelar a lista das empresas que devem ser vendidas.

Se somadas às economias das várias reformas o adicional de US\$ 11,42 bilhões que devem ser poupados com a renegociação da dívida externa, chega-se a um total de US\$ 76,02 bilhões nos cofres federais. De acordo com as intenções da assessora econômica de Collor, US\$ 18 bilhões seriam destinados à construção de 2,3 milhões de casas para a população de baixa renda. "Os outros US\$ 94,02 bilhões que necessitaremos para o desenvolvimento dos programas setoriais terão origem na iniciativa privada", diz a economista, que garante num prazo de cinco anos a expansão do PIB de US\$ 352 bilhões para US\$ 517,4 bilhões, uma taxa de inflação anual em 1994 de 35% e um salário mínimo de US\$ 369 (contra os atuais US\$ 76,8).

18



Zélia: o importante é a vitória, não o número de mortos

Assessora quer fortalecer conversão

A renegociação da dívida externa, na visão de Zélia Cardoso de Mello, ainda não deu certo por três motivos: nunca foi apresentado aos credores estrangeiros um verdadeiro plano de ajustes para a economia interna, a equipe de renegociação nunca teve autoridade e respaldo para suas decisões, além de sempre estar propensa ao desmantelamento, dadas as constantes trocas de ministros da Fazenda e a falta de competência para negociar. "Renegociar dívida não é uma brincadeira. É um trabalho que tem que ser encarado dentro de um plano de longo prazo, com seriedade", frisa Zélia.

A proposta da economista é que a União renegocie a parte que lhe cabe na atual dívida de US\$ 112 bilhões e apenas coordene a renegociação das partes pertencentes aos estados e municípios. "A descentralização da negociação é importante para abrir espaços que hoje não existem. Por exemplo, o município do Rio de Janeiro pode ter um grande projeto e não precisa ficar dependendo da evolução das negociações do governo para obter esses recursos. Ele pode resolver com os credores transformar sua dívida numa conversão de investimentos para tal projeto", explica Zélia.

Conversão A assessora econômica do PRN discorda frontalmente de

economistas como o americano Jeffrey Sachs, um dos mais requisitados para a resolução dos problemas das economias do Terceiro Mundo, que se opõe à conversão da dívida externa em investimentos, processo que considera inflacionário. "Eu concordo que, até agora, a conversão foi utilizada para esquentar dinheiro e não para realmente trazer investimentos para o país. Se o mecanismo for levado a sério, não há razão para os receios que Sachs coloca", diz Zélia.

Pelas contas da economista, a moratória total está totalmente descartada. Nos seus planos, há uma forte diminuição na remessa de juros, hoje na faixa dos US\$ 11 bilhões anuais: US\$ 5 bilhões em 1990, US\$ 5 bilhões em 1991, US\$ 7 bilhões em 1992, US\$ 8 bilhões em 1993 e US\$ 9 bilhões em 1994. "Não dá para simplesmente deixar de pagar instituições como o Banco Mundial, FMI e Clube de Paris por exemplo", ressalta Zélia.

Com o plano de renegociação da dívida, a economia estimada para o país, num prazo de cinco anos, é de US\$ 11,42 bilhões, com reservas internacionais de US\$ 15,9 bilhões no final de 1994. A política de comércio exterior também passa por uma transformação. Dentro do conceito de necessidade ur-

Preço de gêneros choca economista

No meio da campanha eleitoral, ainda no mês de outubro, Zélia Cardoso de Mello, uma virginiana de 36 anos, pragmática e sempre impecável dentro de um tailleur, foi ao supermercado. Comprou um copo de suco de laranja, um pacote de queijo prato, uma caixa de leite condensado e ficou chocada. "Gostei mais de 140,00. Um absurdo", reclama a economista. Solicita, sem filhos, ela não consegue o constrangimento ao lembrar que sua compra consumiu pouco mais da metade de um salário mínimo do mês (R\$ 381,73). "É uma malandragem", diz.

Paulistana, Zélia graduou-se e tirou seu doutorado na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), onde iniciou em 1977. Começou como assistente sênior do Banco Amizade, foi para a Inglaterra contratada pela consultoria brasileira, e, ao retornar ao país, participou do governo Franco Montoro (1982-86) como diretora da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo.

Em 1985, quando seu primo João Manuel Cardoso de Mello integrava o governo, na gestão de Djalma Figueiredo no Ministério da Fazenda, Zélia foi a titular da Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público, que era subordinada à Secretaria do Tesouro Nacional dirigida por Antônio Calabi. Pouco antes de sair de Brasília, conheceu Fernando Collor de Mello, que, eleito governador de Alagoas em novembro de 1986, foi nomeado a economista em plena campanha para a presidência do Brasil.

Depois da passagem por Brasília, Zélia voltou à USP e à ZELC Consultoria e Associados, empresa de consultoria econômica da qual é sócia-diretora. O convite para assessorar Collor foi formalizado logo após o lançamento da candidatura. Zélia mantém ainda um estreito relacionamento com alguns economistas ligados ao PSDR, como José Serra e Antônio Calabi.

gente de modernização do parque industrial nacional e de elevação da competitividade de preços a nível internacional, a proposta é de uma redução total nas tarifas alfandegárias para a importação de tecnologia.

"A ideia é fazer uma exposição gradual da indústria brasileira à concorrência internacional", explica a economista, ressaltando que acredita na abertura da economia brasileira ao aumento das importações e à redução de juros-rentes. "É um equívoco pensar que os investimentos estrangeiros correrão ao Brasil para produzir aqui. No Leste Europeu, por exemplo, não são concorrentes os nossos investimentos mais especializados, mas sim uma mão de obra mais qualificada e com maior poder aquisitivo".

Zélia acredita que o crescimento econômico do país só poderá ser feito de forma gradual e baseada na credibilidade e resultados que o próximo governo far apresentando. "Calote, confusão, estão fora do nosso dicionário", garante a economista, que também pretende descobrir quanto dos recursos que rodam no overnight financiam a manutenção do setor produtivo e quanto configura a poupança financeira que tem de ser feita.

8910064

22/11/89

JORNAL DO BRASIL

Os números da eleição

O resultado oficial do TSE

Brasil Regiões

Brasil		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
22.074.718		
Eleitores das seções		
totalizadas:	82.074.718	100,0%
Votos em candidatos:	67.631.012	82,40%
Votos em branco:	1.178.413	1,43%
Votos nulos:	3.473.484	4,23%
Abstenções:	9.793.809	11,94%
Candidato	Votos	%
Collor	20.611.011	28,52
Lula	11.622.873	16,08
Correa	11.169.228	16,46
Alf	7.780.382	10,78
Ulysses	5.986.575	8,28
Brizola	3.272.462	4,53
Freire	3.204.932	4,43
Camargo	769.123	1,06
Aureliano	600.838	0,83
Caetano	486.846	0,68
Enéas	379.286	0,52
Marronzinho	360.561	0,50
P.G.	238.425	0,39
Zamir	198.719	0,27
Livia Maria	167.155	0,26
Eudes Matar	179.922	0,25
Gabeira	162.350	0,22
Celso Brant	125.842	0,17
Pedreira	109.908	0,15
Manoel Horta	86.114	0,12
Correa	63.288	0,12
Correa	4.363	0,01

Norte		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
4.424.718		
Eleitores das seções		
totalizadas:	4.424.718	100,0%
Votos em candidatos:	3.667.143	89,32%
Votos em branco:	57.308	1,30%
Votos nulos:	180.988	4,11%
Abstenções:	1.149.279	25,97%
Candidato	Votos	%
Collor	1.549.205	47,30
Lula	573.783	17,52
Correa	171.510	5,24
Alf	155.834	4,76
Ulysses	151.842	4,63
Brizola	148.363	4,53
Freire	142.153	4,34
Camargo	23.639	0,72
Aureliano	20.917	0,64
Caetano	20.025	0,61
Enéas	18.233	0,56
Marronzinho	16.225	0,50
Livia Maria	11.984	0,39
P.G.	11.593	0,35
Zamir	11.296	0,34
Eudes Matar	11.038	0,34
Gabeira	7.469	0,23
Celso Brant	6.200	0,19
Pedreira	6.153	0,19
Manoel Horta	4.930	0,15
Correa	4.728	0,14
Correa	223	0,01

Sudeste		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
27.638.368		
Eleitores das seções		
totalizadas:	27.638.368	100,0%
Votos em candidatos:	23.885.125	86,44%
Votos em branco:	486.338	1,80%
Votos nulos:	1.283.181	4,64%
Abstenções:	2.783.824	10,07%
Candidato	Votos	%
Collor	8.545.085	24,59
Lula	5.883.914	16,93
Correa	5.363.412	15,43
Alf	4.632.586	13,33
Ulysses	4.357.878	12,51
Brizola	1.548.394	4,46
Freire	987.886	2,74
Camargo	404.719	1,12
Aureliano	365.172	1,02
Caetano	195.888	0,58
Enéas	181.590	0,55
Marronzinho	148.231	0,42
Livia Maria	97.592	0,38
P.G.	80.788	0,33
Zamir	67.591	0,27
Eudes Matar	63.357	0,26
Gabeira	48.524	0,19
Celso Brant	48.697	0,19
Pedreira	47.116	0,19
Manoel Horta	28.707	0,08
Correa	28.172	0,08
Correa	1.263	0,00

Estados

Amazonas		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
842.083		
Eleitores das seções		
totalizadas:	842.083	100,0%
Votos em candidatos:	595.988	70,78%
Votos em branco:	9.151	1,09%
Votos nulos:	21.513	2,55%
Abstenções:	215.431	25,58%
Candidato	Votos	%
Collor	300.848	48,01
Lula	125.408	20,01
Correa	36.544	5,83
Alf	36.398	5,81
Ulysses	26.129	4,17
Brizola	24.832	3,96
Freire	17.303	2,76
Camargo	4.744	0,76
Aureliano	3.587	0,57
Caetano	3.471	0,55
Enéas	2.837	0,45
Livia Maria	2.075	0,33
Marronzinho	1.983	0,32
P.G.	1.799	0,29
Zamir	1.542	0,25
Eudes Matar	1.488	0,24
Gabeira	1.308	0,21
Celso Brant	1.083	0,17
Pedreira	1.048	0,17
Manoel Horta	745	0,12
Correa	738	0,12
Correa	119	0,02

Minas Gerais		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
9.433.103		
Eleitores das seções		
totalizadas:	9.433.103	100,0%
Votos em candidatos:	7.758.003	82,24%
Votos em branco:	176.083	1,87%
Votos nulos:	465.262	4,93%
Abstenções:	1.033.745	10,96%
Candidato	Votos	%
Collor	2.801.534	33,35
Lula	1.782.781	21,34
Correa	739.239	9,52
Alf	503.037	5,99
Ulysses	459.326	5,47
Brizola	418.944	4,99
Freire	375.681	3,28
Camargo	227.053	2,70
Aureliano	99.678	1,19
Caetano	80.604	0,96
Enéas	65.344	0,78
Marronzinho	40.030	0,48
Livia Maria	38.086	0,45
P.G.	32.480	0,39
Zamir	28.557	0,34
Eudes Matar	23.100	0,28
Gabeira	21.692	0,26
Celso Brant	14.129	0,17
Pedreira	14.104	0,17
Manoel Horta	11.481	0,14
Correa	10.197	0,13
Correa	838	0,01

Pará		
Dia 21/11/89		
Eleitores		
2.188.882		
Eleitores das seções		
totalizadas:	2.188.882	100,0%
Votos em candidatos:	1.527.225	69,81%
Votos em branco:	28.338	1,30%
Votos nulos:	68.674	3,14%
Abstenções:	582.815	26,75%
Candidato	Votos	%
Collor	784.182	40,89
Lula	295.627	16,25
Correa	101.328	6,33
Alf	66.506	4,36
Ulysses	65.454	4,12
Brizola	62.941	3,92
Freire	52.385	3,22
Camargo	13.650	0,94
Aureliano	11.243	0,80
Caetano	10.945	0,87
Enéas	8.143	0,50
Livia Maria	6.835	0,42
Marronzinho	6.214	0,38
P.G.	6.081	0,37
Zamir	5.731	0,35
Eudes Matar	5.132	0,32
Gabeira	3.548	0,22
Celso Brant	3.158	0,19
Pedreira	2.997	0,18
Manoel Horta	2.701	0,17
Correa	2.425	0,15
Correa	1.263	0,08

Capitais

Belém

Eleitores		
671.997		
Eleitores das seções		
totalizadas:	571.997	100,0%
Votos em candidatos:	479.337	83,80%
Votos em branco:	3.111	0,54%
Votos nulos:	17.126	2,99%
Abstenções:	72.423	12,67%
Candidato	Votos	%
Collor	174.062	34,84
Lula	125.616	25,14
Cassio	56.983	11,33
Alf	36.202	7,25
Brizola	22.074	4,42

Natal

Eleitores		
289.366		
Eleitores das seções		
totalizadas:	289.366	100%
Votos em candidatos:	220.147	76,52%
Votos em branco:	2.839	1,01%
Votos nulos:	30.789	10,67%
Abstenções:	26.801	9,40%
Candidato	Votos	%
Lula	73.607	29,01
Collor	38.406	15,14
Brizola	25.840	10,18
Cassio	24.256	9,56
Alf	17.484	6,89

João Pessoa

Eleitores		
229.323		
Eleitores das seções		
totalizadas:	229.323	100%
Votos em candidatos:	187.758	81,87%
Votos em branco:	2.386	1,04%
Votos nulos:	17.447	7,61%
Abstenções:	21.732	9,47%
Candidato	Votos	%
Lula	56.737	28,85
Collor	53.112	25,88
Brizola	32.788	15,80
Cassio	24.678	11,84
Alf	5.950	2,87

Porto Velho

Eleitores		
188.171		
Eleitores das seções		
totalizadas:	135.171	100%
Votos em candidatos:	101.067	74,77%
Votos em branco:	1.199	0,88%
Votos nulos:	5.783	4,28%
Abstenções:	27.131	20,07%
Candidato	Votos	%
Collor	39.749	36,79
Lula	14.256	13,20
Brizola	9.581	8,87
Alf	9.227	8,54
Cassio	9.036	8,36

Aracaju

Eleitores		
208.057		
Eleitores das seções		
totalizadas:	208.057	100%
Votos em candidatos:	166.467	80,01%
Votos em branco:	2.130	1,02%
Votos nulos:	20.189	9,70%
Abstenções:	19.270	9,28%
Candidato	Votos	%
Collor	69.784	32,20
Lula	48.437	24,80
Brizola	19.186	10,17
Cassio	17.506	9,27
Alf	5.643	2,94

Cuiabá

Eleitores		
201.382		
Eleitores das seções		
totalizadas:	201.382	100%
Votos em candidatos:	161.209	80,06%
Votos em branco:	2.185	1,08%
Votos nulos:	7.888	3,91%
Abstenções:	30.099	14,94%
Candidato	Votos	%
Collor	62.488	30,61
Lula	28.486	15,46
Alf	25.987	15,18
Cassio	14.837	8,69
Brizola	12.044	7,08

Florianópolis

Eleitores		
188.848		
Eleitores das seções		
totalizadas:	188.848	100%
Votos em candidatos:	147.388	88,96%
Votos em branco:	834	0,50%
Votos nulos:	6.867	4,82%
Abstenções:	19.778	11,51%
Candidato	Votos	%
Brizola	46.255	29,87
Cassio	28.538	18,43
Lula	18.189	11,75
Alf	15.015	9,70
Collor	14.341	9,28

Vitória

Eleitores		
188.831		
Eleitores das seções		
totalizadas:	188.831	100%
Votos em candidatos:	149.430	88,41%
Votos em branco:	1.141	0,72%
Votos nulos:	5.739	3,61%
Abstenções:	11.521	7,25%
Candidato	Votos	%
Collor	37.681	25,59
Cassio	29.538	20,05
Lula	29.320	19,90
Brizola	17.674	12,18
Alf	7.132	4,84

Rio Branco

Eleitores		
91.888		
Eleitores das seções		
totalizadas:	91.888	100%
Votos em candidatos:	71.932	78,35%
Votos em branco:	1.215	1,32%
Votos nulos:	5.242	5,71%
Abstenções:	13.419	14,62%
Candidato	Votos	%
Collor	26.188	33,49
Lula	14.631	18,58
Brizola	7.989	10,18
Brizola	5.791	7,39
Alf	5.438	6,94

Macapá

Eleitores		
76.239		
Eleitores das seções		
totalizadas:	76.239	100%
Votos em candidatos:	58.758	77,07%
Votos em branco:	550	0,72%
Votos nulos:	2.420	3,17%
Abstenções:	14.511	19,03%
Candidato	Votos	%
Collor	26.488	42,88
Lula	15.688	25,41
Brizola	3.335	5,40
Alf	3.281	5,28
Cassio	3.051	4,94

Boa Vista

Eleitores		
98.947		
Eleitores das seções		
totalizadas:	98.947	100%
Votos em candidatos:	39.312	78,24%
Votos em branco:	413	0,82%
Votos nulos:	1.000	1,09%
Abstenções:	9.522	18,95%
Candidato	Votos	%
Collor	24.004	58,94
Lula	4.023	9,88
Brizola	3.286	8,07
Cassio	2.481	6,09
Alf	1.524	3,74

Miracema do Tocantins

Eleitores		
8.315		
Eleitores das seções		
totalizadas:	8.315	100%
Votos em candidatos:	5.488	88,12%
Votos em branco:	170	2,04%
Votos nulos:	583	6,77%
Abstenções:	2.084	25,08%
Candidato	Votos	%
Collor	2.073	33,27%
Brizola	858	13,77%
Lula	880	10,91%
Alf	576	6,24%
Brizola	445	7,14%

F. POL (CEL II)

Paraguai • Obras destacam-se o res

últimas duas unidades

Thais Mendonça

POE DO IGUAÇU, Paraná — Os paraguaios estão ameaçando parar as turbinas de Itaipu e provocar o colapso do sistema de fornecimento de energia elétrica às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste caso a usina de Itaipu não quite sua dívida de US\$ 154,4 milhões com o país. O governo paraguaio reclama que a Administração Nacional de Eletricidade (Ande) vem cumprindo seus compromissos e pagando a energia que consome, mas o Brasil não segue o exemplo.

Ex-chefe do Departamento Jurídico da Itaipu Binacional, o atual consultor-geral da República, Clóvis Ferro Costa, entende que "a situação é gravíssima" e pode comprometer a imagem do governo brasileiro no exterior. "Isso pode acarretar a desmoralização brasileira por descumprir um tratado, principalmente em face de um país menor", alerta ele, afirmando que o Brasil está cometendo dois crimes: apropriação indébita e privação funcional.

Os problemas surgidos em Itaipu — que inaugurou sexta-feira última sua 15ª turbina, capacitando-a a produzir 60 milhões de Kw/h — têm origem, na verdade, no mecanismo de compra e venda de energia. Do lado brasileiro, a usina é centralizada pela Eletrobras repassa a energia da usina através de

duas subsidiárias, Furnas e Eletrobrás, encarregadas de distribuí-la aos consumidores finais, que pagam todos os meses suas contas de luz aos cofres estaduais.

O Paraguai não assume toda a quota energética a que tem direito (50% da produção), deixando o restante para o Brasil. No último ano, os paraguaios absorveram (e pagaram) apenas dois bilhões de quilowatts dos 60 bilhões que poderiam despendar. Já os brasileiros vêem a dívida crescer a cada dia.

"A cadeia de insatisfação começa aos cidadãos", acusa Ferro Costa, acrescentando que "eles não pagam aos grossistas (Furnas e Eletrobrás) e assim o dinheiro recebido dos consumidores como uma espécie de financiamento obrigatório a seus próprios projetos, na falta dos recursos do governo federal".

Segundo Ferro Costa, a dívida total de Itaipu chega a US\$ 600 milhões, dos quais Furnas deveria a maior parte (US\$ 400 milhões) e a Eletrobrás, os restantes US\$ 200 milhões. A empresa, entretanto, afirma que o montante é de US\$ 366 milhões, assim dividido: aos empreiteiros paraguaios, Itaipu deve US\$ 18 milhões e ao governo, pela energia cedida mais reajustes US\$ 136,4 milhões, somando US\$ 154,4 milhões. Itaipu também deve aos empreiteiros brasileiros (US\$ 95,7 milhões) e ao governo, US\$ 115,9 milhões.

Integração latina anima Sarney

BUENOS AIRES — As enormes dificuldades econômicas dos países latino-americanos e o temor ainda existente entre indústrias brasileiras e argentinas de que a concorrência aberta entre eles possa ser desvantajosa, não arrefecem o apoio do presidente José Sarney. Ele prevê que a América Latina, dentro de alguns anos, formará um grupo econômico tão forte quanto o Mercado Comum Europeu. Sarney acredita que terminará seu mandato deixando consolidada uma política de integração com os vizinhos continentais do Brasil que permitirá aos próximos governantes a realização deste objetivo.

O que deu esta convicção, tanto a Sarney quanto aos presidentes do Paraguai, Uruguai e Argentina, foi a assinatura do contrato de construção de uma usina hidrelétrica em território argentino, cuja concorrência foi ganha por uma empresa brasileira, a CBPO.

Esta iniciativa, inédita entre dois países latino-americanos, que pela primeira vez assumem uma obra sem utilização de capitais e empresas de outros continentes, teve sabor de vitória, pois a Argentina e o Brasil há cinco anos vinham tentando abrir suas fronteiras para a cooperação técnica, no ramo da construção civil, sem sucesso. Na Argentina, o lobby das firmas italianas sempre conseguiu ganhar as concorrências.

Para fiscalizar a execução do tratado de cooperação Brasil/Argentina, estarão funcionando comissões especiais nos congressos nacionais dos dois países. O presidente Sarney se mostrava especialmente satisfeito porque a balança comercial entre ambos os países chegara a US\$ 2 bilhões este ano, voltando a um nível que só havia alcançado em 1980.

de Itaipu

JORNAL DO BRASIL 14/11/89

21.21

8910064

F. POL (EL. II)

Paraguai ameaça paralisar turbinas

Thais Mendonça

POZ DO IGUAÇU, Paraná — Os paraguaios estão ameaçando parar as turbinas de Itaipu e provocar o colapso do sistema de fornecimento de energia elétrica às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste caso a usina de Itaipu não quite sua dívida de US\$ 154,4 milhões com o país. O governo paraguaio reclama que a Administração Nacional de Eletricidade (Ande) vem cumprindo seus compromissos e pagando a energia que consome, mas o Brasil não segue o exemplo.

Ex-chefe do Departamento Jurídico da Itaipu Binacional, o atual consultor-geral da República, Clóvis Ferro Costa, entende que "a situação é gravíssima" e pode comprometer a imagem do governo brasileiro no exterior. "Isso pode acarretar a desmoralização brasileira por descumprir um tratado, principalmente em face de um país menor", alerta ele, afirmando que o Brasil está cometendo dois crimes: apropriação indébita e prevaricação funcional.

Os problemas surgidos em Itaipu — que inaugurou sexta-feira última sua 15ª turbina, capacitando-a a produzir 60 milhões de Kw/h — têm origem, na verdade, no mecanismo de compra e venda de energia. Do lado brasileiro, a usina elétrica é controlada pela Eletrobrás repassa a energia da usina através de

duas subsidiárias, Furnas e Eletrosul, encarregadas de distribuí-la aos consumidores finais, que pagam todos os meses suas contas de luz aos cofres estaduais.

O Paraguai não consome toda a quota energética a que teria direito (50% da produção), deixando o restante para o Brasil. No último ano, os paraguaios absorveram (e pagaram) apenas dois bilhões de quilowatts dos 60 bilhões que poderiam despende. Já os brasileiros vêem a dívida crescer a cada dia.

"A cadeia de ineficiência começa nos estados", acusa Ferro Costa, acrescentando que "eles não pagam aos grossistas (Furnas e Eletrosul) e usam o dinheiro recebido dos consumidores como uma espécie de financiamento obrigatório a seus próprios projetos, na falta dos recursos do governo federal".

Segundo Ferro Costa, a dívida total de Itaipu chega a US\$ 600 milhões, dos quais Furnas deveria a maior parte (US\$ 400 milhões) e a Eletrosul, os restantes US\$ 200 milhões. A empresa, entretanto, afirma que o montante é de US\$ 366 milhões, assim dividido: aos consumidores paraguaios, Itaipu deve US\$ 18 milhões e ao governo, pela energia cedida mais repatriar US\$ 136,4 milhões, somando US\$ 154,4 milhões. Itaipu também deve aos consumidores brasileiros (US\$ 95,7 milhões) e ao governo, US\$ 115,9 milhões.

de Itaipu

Integração latina anima Sarney

BUENOS AIRES — As crescentes dificuldades econômicas dos países latino-americanos e o temor ainda existente entre indústrias brasileiras e argentinas de que a concorrência aberta entre elas possa ser desvantajosa, não amedrontam o grupo do presidente José Sarney. Ele pensa que a América Latina, dentro de alguns anos, formará um grupo econômico tão forte quanto o Mercado Comum Europeu. Sarney acredita que terminará seu mandato deixando consolidada uma política de integração com os vizinhos continentais do Brasil que permitirá aos próximos governantes a realização deste objetivo.

O que deu esta convicção, tanto a Sarney quanto aos presidentes do Paraguai, Uruguai e Argentina, foi a assinatura do contrato de construção de uma usina hidrelétrica em território argentino, cuja concorrência foi ganha por uma empresa brasileira, a CBPO.

Esta iniciativa, inédita entre dois países latino-americanos, que pela primeira vez assumem uma obra sem utilização de capitais e empresas de outros continentes, teve sabor de vitória, pois a Argentina e o Brasil há cinco anos viam tentando abrir suas fronteiras para a cooperação técnica, no ramo da construção civil, sem sucesso. Na Argentina, o lobby das firmas italianas sempre conseguia ganhar as concorrências.

Para fiscalizar a execução do tratado de cooperação Brasil/Argentina, estarão funcionando comissões especiais nos congressos nacionais dos dois países. O presidente Sarney se mostrava especialmente satisfeito porque a balança comercial entre ambos os países chegara a US\$ 2 bilhões este ano, voltando a um nível que só havia alcançado em 1980.

JORNAL DO BRASIL 14/11/89

21.21

8910064.

28/11/89

C.P.C.P.P.)

PT tentará um amplo alinhamento de preços e salários

BRASIL 28/11/89

BRASILIA — A Frente Brasil Popular definiu o mecanismo que irá adotar na área de preços para conter a inflação: vai manter as atuais câmaras setoriais, incluindo a presença dos trabalhadores, e negociar um redutor, para que a inflação seja reduzida gradualmente. Para alcançar essa meta, fará um amplo alinhamento de preços e salários. A partir daí serão estabelecidos parâmetros para a inflação mês a mês, de forma que, em dezembro de 1990, os índices estejam em torno de 10%. As câmaras setoriais são consideradas urgentes, e, segundo o economista Guido Mantega, integrante da equipe que está elaborando o plano econômico do PT, poderão ser aperfeiçoadas ainda neste governo.

Guido Mantega disse que a política salarial ficará subordinada ao Ministério do Trabalho e entrará nas discussões das câmaras setoriais como parâmetro para os preços, na medida em que as remunerações integram as planilhas de custos das empresas. Por um

mecanismo que ainda não está muito claro, explicou que os salários dos trabalhadores terão sempre garantida a reposição do índice de inflação integral, mesmo que este ultrapasse a meta proposta pela câmara. Esta, segundo ele, é a diferença entre o sistema que o PT pretende implantar, e o pacto social.

O congelamento de preços está afastado, segundo o economista do PT. "Queremos um mecanismo permanente de gestão de preços", frisou, salientando que, com o congelamento, a intenção é eliminar imediatamente a inflação. Um índice de 10% em dezembro do próximo ano, na opinião de Mantega, seria visto pelo partido como "um sucesso sem traumas para a sociedade". Ele explicou que as câmaras setoriais entram como um elemento importante na reforma estrutural que o PT pretende implementar na economia e destacou a importância de mecanismos de controle e fiscalização de preços para

que o combate à inflação surta efeitos. Nesta linha, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) e a Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços e Subsídios) serão totalmente reavaliados.

Costa — Guido Mantega garantiu que não haverá congelamento de preços nem mesmo para uma cesta básica. Segundo ele, na hipótese de as câmaras setoriais não apresentarem os resultados esperados, o governo da Frente Brasil Popular poderá adotar o subsídio para a cesta básica. Os recursos para baratear a alimentação para as camadas menos favorecidas, conforme ele, viriam de uma reavaliação a ser feita na política de subvenções.

O governo de Luis Inácio Lula da Silva também não pretende ampliar o controle de preços para outras áreas. A ideia, afirmou Guido Mantega, é controlar os monopólios, oligopólios e preços públicos. Como exemplo de produtos que não podem ser liberados, citou os eletrodomésticos, bens de capital e automóveis.

Mercadante prevê grave crise em 90

BRASILIA — Sem tarjato ou congelamento, a Frente Brasil Popular, eleito Lula Presidente da República, já está prevendo sérias dificuldades para os primeiros meses de governo. Existe um consenso de que o país estará convivendo com uma crise cambial, com a hipótese não descartada de uma hiperinflação e diante de um problema não menos importante: uma avaliação do relacionamento com a comunidade financeira internacional, em que a suspensão dos pagamentos aos bancos credores está na ordem-do-dia, assim como a revisão de todos os contratos, inclusive com os organismos oficiais de crédito, como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Este foi o quadro que o economista Aloísio Mercadante, da Frente Brasil Popular, trouxe após um encontro com o ministro da Fazenda, Malton da Nobrega. Segundo ele, os economistas da Frente trabalharam com vários cenários: "Não desconsideramos uma hiperinflação e o

melhor cenário é o de inflação no nível atual", afirmou. A linha de ação, com Lula presidente, é dar prioridade ao combate à inflação porque "na história recente do país nenhum presidente foi empossado em condições tão difíceis e com a economia estagnada". Asegurou, contudo, que o governo de Lula não faria uma política econômica recessiva.

Não detalhou as medidas, mas assegurou que a Frente Brasil Popular trabalhará para estabelecer uma política econômica que enfrente os problemas da inflação, dívida externa, finanças públicas e da retomada do desenvolvimento. "Lutaremos contra a hiperinflação, porque nunca se sabe como o preço e assim como fica o país quando termina". Este risco tem que ser afastado. É uma tragédia para a economia e as finanças do país", sustentou o economista, que identifica na contínua queda do nível das importações problemas cambiais para os meses que antecedem a posse do presidente eleito, que

encontrará o país com um atraso junto aos bancos credores da ordem de US\$ 5 bilhões.

Na política de combate à inflação, a área externa assume fundamental importância. Como explicou, "não existe controle de preços eficaz sem que se ponha fim à transferência de recursos ao exterior, para pagamento da dívida externa. Caso contrário, diagnosticou, "se continuará com políticas que apenas mantém inestabilizado o doente, sem que se cure sua doença". Não especificou o ritmo das negociações que se desencadearão caso Lula seja eleito presidente. Treçou, apenas, as linhas gerais imaginadas pela Frente Brasil Popular.

Mercadante manteve sob sigilo a estratégia do PT, mas foi contundente nas suas críticas às medidas que o opositor, Collor de Melo, tem apregoado para o setor externo: "As propostas do PRN são absolutamente ineficazes e inconsistentes."

José Lula Sale
89.24.910

8910107

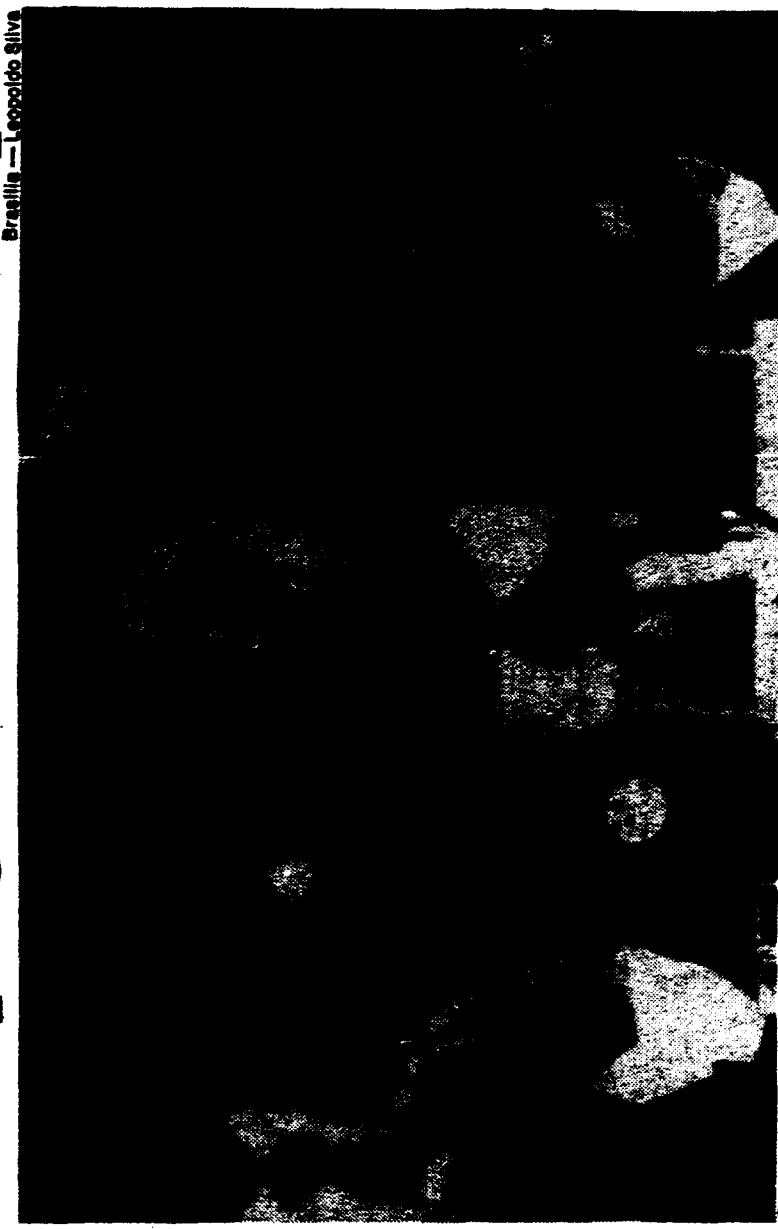
28/11/89

PRD (P. 100)

28/11/89 JORNAL DO BRASIL

Lula admite mudar programa da Frente para ganhar apoio

Brasil - Leonildo Silva



Lula disse que quer e precisa das alianças partidárias para ganhar de Collor

BRASILIA — O candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, disse que está disposto a negociar a alteração de um programa mínimo de governo comum com os partidos com os quais vem constituindo uma aliança para o segundo turno (PSDB, PDT, PCB e a esquerda do PMDB). Ele assegurou que os 13 pontos que vêm sendo de base para sua candidatura e que têm sido alvo de críticas "não são programa de governo, só uma plataforma de campanha". Ele deu a informação durante entrevista no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), após a proclamação do resultado do primeiro turno.

"A aliança dos setores progressistas é extremamente necessária para que possamos ganhar a eleição", disse Lula, garantindo que não admitirá que do PT ou dos outros dois partidos da Frente Brasil Popular (PSB e PC do B) partam vetos a políticos das legendas com as quais vem negociando. "Eu quero e preciso dessas alianças. Sou teimoso e vou atrás delas, acrescentou. Lula afirmou, ainda, que depois do encontro com o ex-governador Leonel Brizola, do PDT, e com o deputado Roberto Freire, do PCB, pretende se encontrar com o senador Mário Covas, do PSDB. "Precisamos de apoio para administrar este país, não apenas para ganhar a eleição", afirmou. Disse, ainda, que embora seus aliados já tenham garantido que não pretendem postular cargos como parte das negociações, e a Frente também não esteja disposta a este tipo de "barganha", "os outros partidos têm quadros extraordinários que podem vir a compor o governo".

Lula bateu forte em seu adversário, Fernando Collor de Mello, a quem acusou de estar usando de "baixo nível" na campanha. "Ele é moderno apenas na idade. De cabeça, é bem ultrapassado e bem rançoso", definiu. Queixou-se de noticiários, afirmando que, em muitos casos, tem ficado evidente o intuito de, pela informação, se tentar inviabilizar suas alianças para o segundo turno. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Derramamento de sangue — "A acusação é de que o baixo nível, que eu acho que nem merece uma resposta de maior profundidade. Outro dia eu tive oportunidade de dizer que se o meu adversário quiser achar quem praticou derramamento de sangue neste país, basta olhar um pouco para a história da sua família, ou basta que olhe para os salários que a sua família paga aos empregados, para ver quem de fato pratica a violência contra a classe trabalhadora. A minha vida pública é muito conhecida. Se as pessoas quiserem saber onde eu estava em 1979, em 1978, sabem; mas não sabem onde estava o meu adversário. Por isso, eu não posso entrar neste debate de baixo nível, que é um debate rançoso, é um debate que remonta ao velho debate da ditadura militar".

Vetos e aliados — "Nós temos, enquanto partido político, uma posição de respeito à determinação dos partidos políticos. Nós estamos fazendo um acordo, estamos tentando estabelecer uma aliança com o PSDB, o PCB e o PDT, e não cabe a nós tentarmos impor a eles qualquer veto a nomes deles, porque nós não aceitaríamos qualquer veto a companheiros da Frente Brasil Popular e nem do PT. Nós achamos que os problemas internos serão resolvidos por cada partido político e as pessoas que não quiserem apoiar a nossa candi-

datura, que resolvam internamente em seus partidos. Nós não temos nada a ver com isso".

Dívida externa — "O que nós iremos dizer aos Estados Unidos é que o Brasil quer ser tratado com a grandeza que o Brasil merece. O Brasil não quer mais fazer o papel de gôndula neste jogo da política internacional. Nós queremos fazer parte deste jogo, jogando bola de verdade. E jogar bola de verdade significa exigir um novo modelo econômico internacional, para que os países sejam tratados de forma igualitária e não alguém ser tratado como se fosse de terceira categoria, enquanto outros são tratados como de primeira categoria, fazendo estes as determinações da política de juros, da política cambial, da política de desenvolvimento, e nós ficando com o resto. Nós queremos dizer claramente que a suspensão do pagamento da dívida externa é uma exigência para salvar este país".

13 pontos — "Os 13 pontos não são um programa de governo, são uma plataforma de campanha. Todo mundo está cansado de saber que nós estamos totalmente dispostos a fazer discussões com o PSDB, com o PDT, com o PCB e com a esquerda do PMDB, no sentido de estabelecer a elaboração de um programa econômico, capaz de ser executado neste país para tirar o povo da miséria".

Sapo barbudo (referindo-se a Lula, Leonel Brizola disse que gostaria de atravessar "o sapo barbudo" na garganta das alites) — "Eu acho ótimo. Eu tenho engolido sapos, tipo este

Mário Amato, faz anos, e eu não tenho me queixado, tenho tentado brigar para mudar a situação."

Radicalismo do PT — "Discutir radicalismo no Brasil é diferente de discutir radicalismo, por exemplo, em um país europeu. Porque aqui no Brasil, quando um cidadão reclama que o salário mínimo é pouco, já é chamado de radical; quando o cidadão reclama do preço do pão, já é chamado de radical. O que nós entendemos é que a sociedade brasileira é uma sociedade hoje radicalizada do ponto de vista de querer que o Estado lhe dê as garantias mínimas de sobrevivência. E é lógico que nós somos um partido político, uma Frente que concorreu às eleições, que temos diferenças ideológicas e programáticas, mas que temos a convicção de que as nossas divergências são menores do que aquilo que nos une para poder recuperar os Brasil para os brasileiros".

Equipe de governo — "A minha posição sempre foi a de que deveríamos anunciar o nosso ministério antes da eleição, para que o povo brasileiro soubesse logo qual o time que iria entrar em campo, para que a sociedade não tivesse dúvida das pessoas que iriam ajudar a governar este país. Na medida em que formamos a Frente Brasil Popular, a coisa já começou a ficar mais complicada, porque a discussão já não é apenas dentro de um partido, mas dentro de três partidos. Vários companheiros entenderam que se fôssemos discutir o ministério antecipadamente acabaríamos prejudicando a campanha."

8910107

F. P. CPP)

Brizola recomenda aos pedetistas que votem em Lula

JORNAL DO BRASIL 22/11/89

— Um velho político do Rio Grande do Sul, o senador Pinheiro Machado, já dizia que "a política é a arte de engolir sapos". Não seria fascinante fazer essas elites engolirem o Lula, o sapo barbudo? — indagou, sorrindo, o ex-governador Leonel Brizola, às 17h10 de ontem, para uma platéia que participou do Congresso do PDT e lotou o auditório de 2.600 lugares do Riocentro, em Jacarepaguá, no Rio. A declaração de apoio ao PT no segundo turno, foi precedida de um discurso de duas horas e dez minutos, período em que Brizola criticou o TSE, a igreja progressista e, finalmente, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.

O longo discurso de Brizola serviu para acalmar a militância pedetista que, pela manhã, pregava o voto nulo — transformado, por aclamação, em apoio ao candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, depois que o ex-governador do Rio e do Rio Grande do Sul recomendou aos seus liderados a reação favorável ao "sapo barbudo" com o objetivo de fazer as classes dirigentes "engolirem tudo isso de volta". Depois da declaração a favor do alinhamento com o Partido dos Trabalhadores no segundo turno, a platéia se levantou, aplaudiu e começou a gritar: "O povo unido, jamais será vencido".

Antes de sua declaração favorável ao voto em Lula, Brizola disse que chegou a pensar na possibilidade de se excluir no segundo turno, mas concluiu que os progressistas precisavam se unir em torno de um programa mínimo para evitar a "indianização do povo brasileiro" que, segundo ele, ocorrerá, se Fernando Collor de Mello, "uma farsa, um ator, em torno do qual está se formando a nova Arena", for o vencedor das eleições.

Repasmo — Depois de afirmar que considerou muito bom o encontro que tivera na véspera com Lula, Brizola

disse que o apoio do PDT a qualquer candidato está condicionado ao compromisso de dar continuidade à construção de Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), "uma questão fechada da força juvenil do PDT". O ex-governador voltou a acenar com a hipótese da renúncia do candidato do PT em favor do senador Mário Covas, do PSDB, um nome "com condições de somar e mais fácil de impedir um desastre". E lamentou: "Mas eles (do PT) não acham isso".

Brizola tomou a decisão de apoiar o Lula depois de descrever o que, na sua opinião, ocorrerá se o candidato do PRN for eleito: "Ele vai destruir a Petrobrás, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, as caixas econômicas, a Vale do Rio Doce e vai dar a Embraer para o seu amigo Roberto Marinho", disse o ex-governador. Pouco depois, afirmou que, se Collor ganhar as eleições, vai tomar a Rede Globo do empresário Roberto Marinho. "Isto é tão certo como dois e dois são quatro", disse.

Segundo Brizola, uma eventual vitória do Collor provocará "um novo estapismo de colonização no país, com grandes concessões ao capital estrangeiro, principalmente no setor da mineração". Na opinião do ex-governador, com um governo do PRN, a economia brasileira poderia sentir um alívio aparente através da entrada de capitais do exterior que, posteriormente, funcionariam como bombas de sucção e iriam arruinar ainda mais a situação econômica do Brasil.

Sapo barbudo — O apoio do ex-governador a Lula não foi condicionada à renúncia do candidato a vice-presidente na chapa do PT, José Paulo Bisol, a quem o ex-governador acusou de usar sua influência de senador para obter empréstimos no Banco do Brasil. Ela acha, porém, que Bisol deve tomar a iniciativa de renunciar para facilitar a

aliança entre petistas e pedetistas. O senador já colocou suas contias à disposição do PDT e anunciou que vai proibir Brizola.

Apesar de desfiar suas mágoas da igreja progressista, fator importante para a classificação de Lula no primeiro turno, Brizola, com a recomendação de voto no "sapo barbudo", conseguiu, poucos segundos, o que, pela manhã, parecia impossível: a união dos pedetistas em torno do candidato do PT. Segundo o ex-governador, a rigor houve um técnico entre ele e Luis Inácio Lula da Silva e, por isso, o TSE tinha a obrigação de fazer uma recontagem de votos.

Ele reclamou dos "padres militantes, que transformaram as igrejas em sede de partido à custa do dinheiro das classes dirigentes europeias". Disse, ainda, discordar da presença da Igreja na política. "Essa quantidade de dinheiro europeu nas Comunidades Eclesiais de Base é uma situação indecorosa".

O governador reconheceu que, com as desavenças durante o primeiro turno entre ele e Lula deixou ambos debilitados e lamentou o processo de contagem de votos pelo TSE, através de computador, e a "permissão, de forma indecorosa, para que a Rede Globo tomasse conta de tudo". Segundo ele, "a lei não fala, não prevê o computador" na apuração. "Se conseguem penetrar até no computador da Nasa, se transferem dinheiro de uma conta bancária para outra usando o computador, alguém pode introduzir um vírus e garfar as eleições", disse Brizola no seu longo discurso, só interrompido às 15h40, a partir de quando faltou luz por cinco minutos no auditório do Riocentro e a platéia começou a gritar: "É sabotagem".



Brizola disse que seria fascinante fazer as elites engolirem o 'sapo barbudo'

8910107

0 3 -

Criado Movimento Aberto 28/01/89 pró-Collor no PMDB gaúcho

Um grande grupo de deputados, prefeitos e vereadores do PMDB resolveu dar apoio ao candidato do PRN, Simon sabe da decisão

Reunidos em Guaíba no fim de semana, cerca de cem lideranças gaúchas do PMDB, depois de avaliar o quadro sucessório, decidiram criar o Movimento Aberto Pró-Collor no PMDB do Rio Grande do Sul, que pretende reunir eleitores peemedebistas em favor da candidatura Collor.

Os deputados federais Rospide Netto, Hilário Braum e Ivo Lech foram designados coordenadores do movimento, ao qual está sendo anunciada para hoje a adesão também dos deputados Ivo Mainardi e Ruy Nedei. Já na instalação do movimento houve a adesão de 52 prefeitos do PMDB e de dezenas de vereadores. A reunião de sábado teve a participação do prefeito de Guaíba, Solon Tavares, eleito pelo PTB mas vinculado ao PMDB.

O grupo emitiu nota esclarecendo que o fato de Aberto Collor não significar nenhum rompimento com o partido e também não representa hostilidade ao governador Pedro Simon, que foi informado de forma imediata e prontamente liberou os peemedebistas a participarem do encontro e também o movimento.

De acordo com a coordenação do movimento, "essa posição não ameaça a unidade do PMDB gaúcho, já que há poucos os peemedebistas que querem apoiar a candidatura Collor, justamente em razão do radicalismo de suas propostas e que enfraquece as resistências no PMDB do Interior do Estado. Por isso, não se trata de uma decisão da Executiva Nacional, porque ela simplesmente se torna inviável de ser aplicada no Interior e em expressivos contingentes do nosso eleitorado."

Depois de considerar o apoio do PMDB a Lula "inviável", os articuladores do movimento anunciaram que nos próximos dias obterão "um número mínimo de adesões entre deputados estaduais e integrantes do partido federal do PMDB gaúcho, além de prefeitos, vereadores, vice-prefeitos e líderes do partido no Interior. A fim de fazer frente ao radicalismo representado pela proposta do PT".

Aberto Collor - O Movimento Aberto Pró-Collor do PMDB gaúcho quer ser conhecido por um termo de compromisso ao presidente eleito em Brasília, pelo qual esse segmento partidário ofereça sua adesão a Collor, desde que Collor confirme seu comprometimento, a construir o desenvolvimento econômico, facilitar



Após: o deputado Ivo Lech é um dos coordenadores da ajuda a Collor

o intercâmbio com a América Latina. Simon, ao qual exportará suas notas de governo, pedindo apoio. Simon pode não aderir publicamente, a candidatura Collor, mas, pelo que se sabe, liberará os peemedebistas a apoiá-lo.

O Movimento prevê a manutenção de todos os seus integrantes no PMDB, devendo extinguir-se no dia seguinte ao da eleição. A sua criação inspirou-se, segundo os articuladores, "na forte reação da base peemedebista do Interior a qualquer aproximação com Lula".

8910107

27/11/89

F. POL (P.P.)

Lula e Collor iniciam batalha pela economia ^{ZERO}₁₀₀₀ ^{27/11/89}

□ Saída para a crise e a alta inflação serão os eixos da campanha em seu segundo turno. Planos de emergência são as armas dos dois partidos

A economia será o grande tema da campanha eleitoral que inicia amanhã. Os dois partidos — PT e PRN — já estão começando a criar estratégias para atacar a inflação com medidas em caráter de urgência a serem tomadas no primeiro dia de Governo. Para isso, economistas do PT e do PRN avaliam seus planos de emergência que terão de passar pelo Congresso Nacional e como os dois partidos — em reunião na Câmara, os próprios economistas estão desenvolvendo uma verdadeira batalha em busca de melhor desempenho. O responsável pelo plano econômico do PT, Aloísio Mercadante já entrou em contato com os economistas da esquerda do PMDB. Zélio Cardoso de Melo, do PRN, está em contato com alguns setores de economistas sem vinculação partidária.

Todo esse gasto de energia mostra que tanto o PT como o PRN vêm mesmo para valer na campanha eleitoral, modificando a linguagem e apresentando soluções para provar até que ponto suas promessas são factíveis e suas propostas viáveis.

O tempo começa a encurtar e como a previsão da inflação de dezembro já está em 45%, os candidatos à presidência da República sabem que vão assumir o Governo com uma economia em convulsão, onde o crescimento da inflação projeta quase 50% para março, o déficit público aumenta geometricamente e já é o maior da história, o saldo da balança comercial está despencando e os salários não conseguem mais fazer nada diante do avanço dos preços.

Os planos de quem ganhar, no entanto, só se tornarão viáveis com a concordância do Congresso. Os dois partidos somados — PT e PRN — têm 9,82% dos 570 parlamentares e é pouco provável que amplie de número, em função das eleições de 90 para a renovação do Congresso. Apenas esse detalhe aumenta ainda mais a angústia dos

candidatos em debater a inflação e colocar a economia em ordem: os deputados estarão dispostos a aprovar medidas que metam no bolso dos eleitores, mas não eleitorais?

VERDADE — Em meio a tempestade que a inflação provoca ainda é possível enxergar que políticas serão as chances do Governo Sarney, controlá-la. O mito que ele dará em dezembro já tem suas especificações, segundo os economistas: é que durante o mês de dezembro sejam concedidos aumentos bem acima da inflação para uma variedade de produtos como por exemplo energia e cigarros que subiram 61,1% os combustíveis que aumentaram 57,7%. Frango teve um aumento de 75,5% e alguns preços simplesmente dispararam: alto aumentos 211% e até 287%.

Pel forma de como a inflação é calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 16 a 15 do mês seguinte, já é certo que nos primeiros meses de novembro vai haver mesmo na inflação de dezembro. A de novembro já é conhecida, pois passou dos 40%.

Fim dos subsídios está na mira de candidatos

Maria Luiza Abbott
e Teodomiro Braga

BRASÍLIA Independente do resultado do segundo turno, os beneficiários de subsídios e incentivos fiscais devem se preparar para perder os privilégios no próximo governo. A Frente Brasil Popular promete acabar com as vantagens fiscais "que não beneficiam a maioria da população". O pacote de medidas que Collor de Mello deve anunciar no primeiro dia de seu eventual governo incluirá uma medida provisória suspendendo todos os benefícios fiscais que não sejam protegidos pela Constituição ou pelo direito adquirido.

A suspensão prometida por Collor atingirá quase a metade dos incentivos e subsídios existentes, que provocam uma perda anual de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Esse corte não será definitivo, de acordo com o principal economista econômico do candidato do PRN, Zélio Cardoso de Mello. A retomada dos benefícios, no entanto, estaria condicionada a uma ampla discussão.

Se o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, chegar ao poder, será encaminhado ao Congresso um projeto de lei propondo a extinção de subsídios e incentivos que dependam de autorização legal, excluindo aqueles que beneficiam claramente os trabalhadores. Ainda não foi definida a lista dos benefícios que serão preservados. A principal preocupação dos economistas da Frente é com os subsídios implícitos, concedidos toda a vez que o governo decide suspender o preço de alguns produtos de acordo com a evolução de custos das empresas estatais.

Subsídios do subsídio "Nunca admitimos os déficits da privatização de empresas na indústria que o prejuízo de US\$ 400 milhões da siderurgia em 1988 se deve a



Lula: feijão contra Santana

venda do aço a 50% do preço real de mercado", disse Lula em um debate promovido pela Universidade de Brasília e pelo Conselho Federal de Economistas. "Por que o cidadão miserável, ao comprar seu quilo de feijão, está subsidiando a chapa de aço para a construção de um Santana?", questionou o candidato da Frente, referindo-se ao desvio dos impostos cobrados na venda do feijão, para cobrir os prejuízos das usinas siderúrgicas estatais.

Outro exemplo de subsídio condenado pelo PT são os empréstimos a juros abaixo do mercado concedidos ao setor privado. O programa da Frente cita reportagem do JORNAL DO BRASIL, publicada em 27 de agosto, que denuncia a transferência de US\$ 3,2

bilhões em recursos do BNDES, para grupos privados, por meio da concessão de financiamento com correção monetária pré-fixada em 20%. "O Estado brasileiro foi usado nos últimos anos para defender e consolidar uma estrutura industrial fortemente concentrada. O resultado foi o enriquecimento de poucos, não raro de forma vergonhosa", aponta o programa. O fim de privilégios como estes faz parte do que o projeto da Frente chama de "desprivatizar o Estado".

Desestatização Na visão dos elaboradores do programa do candidato do PRN, de um modo geral todos os subsídios existentes no país desvirtuam-se de suas finalidades iniciais, inclusive aqueles criados com objetivo social. "Um exemplo típico dessa distorção é o subsídio ao trigo, que hoje serve apenas para assegurar mercado e lucros elevados para a indústria moageira nacional, a pretexto de ajudar os pobres com a redução do preço do pão", diz o cientista político Marcos Coimbra, que integra o primeiro time de assessores de Collor.

O processo de eliminação definitiva das vantagens usufruídas há anos pelo setor privado prevista no programa do candidato do PRN será gradual em alguns casos, como o do Frosalcool. A instalação de um poderoso parque industrial e agrícola em função do programa do álcool torna impossível a extinção do atual subsídio embutido no preço do combustível, na avaliação de Marcos Coimbra.

Marcos Coimbra cita como exemplo de setores que serão afetados pela "desestatização" planejada por Collor as indústrias naval, de cimento e de informática. Para o assessor, a reserva de mercado e outras vantagens concedidas nos últimos anos ao setor nacional de informática representam a versão moderna do corporativismo de grupos que fazem o Estado atuar de acordo com seus interesses.

Lula não pretende suprimir mercado

Vilton Horita

SÃO PAULO O PT não pretende seguir o exemplo do governo José Sarney, que tentou estabilizar a economia brasileira com quatro pacotes e fracassou em todos. O objetivo central do Partido dos Trabalhadores, de acordo com seus economistas, é o de promover uma sucessão de negociações com os diversos agentes econômicos, fazendo propostas e ouvindo sugestões, de modo a garantir uma travessia gradual até a estabilidade da economia. E, nesse sentido, nem pensa em implantar um pacote de medidas diminuindo a economia ou realizando um congelamento de preços e salários. "Não acreditamos no discurso de que o mercado resolve tudo, mas também não queremos suprimi-lo. Nosso programa não é socialista, ele prevê reformas graduais. Queremos um estado moderno, desenvolvimentista, segundo o exemplo dos países da Ásia, como Japão e Coreia", fundamenta o economista Carlos Eduardo Carneiro, responsável pelo programa da área econômica do PT.

"Por princípio, a indexação deve ser suprimida, mas nem pensamos em fazer isso de imediato. Não podemos começar suprimindo a indexação." Com essa linha, o partido quer imprimir o mais rapidamente possível as conversações com os agentes econômicos de modo a garantir uma transição ordenada para o Brasil de economia estável, sem inflação e com desenvolvimento. O papel das balizas de valores e de futuros, por exemplo, está assegurado dentro da estratégia de crescimento do PT. "São instrumentos fundamentais para capitalizar as empresas, afinal queremos crescimento produtivo, proteção do patrimônio e o capital de giro da iniciativa privada. Temos interesse que elas tenham e usem papel. O que não vamos aceitar são novos créditos do tipo Naji Nahas", garante Carneiro. O PT pretende procurar as condições de redução e os presidentes das bolsas para diminuir os mercados de ações, futuros e ouro, garantindo o seu espaço na economia. "É preciso dar a CVM de recursos e estrutura para que conforme o necessário".

Estatais Agora, com relação à privatização tão reclamada pelos setores liberais da economia, o partido não quer simplesmente manter as estatais produtivas em poder do Estado. As participações acionárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações (BNDESPar), por exemplo, serão alienadas. "Queremos um Estado gestor, não alienado", afirma Carneiro. Na cabeça do PT, existe a convicção de que uma fórmula como a adotada por países da Ásia pode ser bem-sucedida no Brasil, com a formação de joint-ventures entre o setor estrangeiro, nacional e governo para estimular o crescimento do país. "Não somos estatistas, mas também não queremos suprimir tudo". As estatais, aliás, vão ser reestruturadas de imediato com uma reorganização das atividades de forma organizada. Esse processo, no entanto, será também negociado com a iniciativa privada.

"Não vamos é aceitar uma estatização dos resultados, vamos cobrar isso", afirma Carneiro. O PT, além disso, está disposto a aceitar nos cartórios que garantem reserva de mercado para vários setores da economia. "Queremos abrir o Brasil para o mercado internacional, aumentando a competitividade dos setores".

Frente não quer calote nem moratória

Trata-se de uma ducha de água gelada sobre os conservadores mais renitentes e empresários que estão encomendando análises do programa de governo do PT. Na realidade, uma eventual administração petista não inclui o objetivo de instaurar um regime socialista no país, como asserções da iniciativa privada apressadamente poderiam concluir. "Nosso programa não é socialista, é reformista", garante o economista Carlos Eduardo Carneiro, integrante da equipe de assessores do Diretório Nacional do PT que está preparando o programa de governo do candidato Luís Inácio Lula da Silva.

A complicada operação para alongar os prazos da dívida pública (em torno dos US\$ 10 bilhões rolados diariamente), hoje objeto de estudos dentro do partido, é um claro exemplo de fidelidade a essa linha ação, de respeito ao projeto dos economistas do PT. A proposta do PT não inclui calote sobre a dívida interna, nem mesmo desistimulada, como chegou a analisar o PSDB, e uma possível medida compensatória, afirma o economista. "O que atraiu a nós não tem o menor fundamento em relação ao que pensamos sobre a dívida interna", garante Carneiro.

Bancos A proposta do PT é a de reunir os principais intermediadores (Bamerindus, Bradesco e Itaú) e carregadores de títulos do governo (instituições financeira e empresas de grande porte) e entidades ligadas de alguma forma ao mercado aberto, como a Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto (Andima) e a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), no primeiro trimestre do ano que vem, caso Lula seja vitorioso no segundo turno, com o objetivo de negociar uma alternativa.

Os economistas do PT têm consciência de que o calote puro e simples iria inviabilizar a retomada do crescimento e impedir novas captações no mercado financeiro para financiar a administração do governo.

Além disso, poderia provocar uma transferência de ativos do open para mercados de risco, como ouro e dólar, fator que pode abrir as portas da hiperinflação. Na verdade, o PT sabe que o Banco Central não pode comprar dinheiro a 50% e vender a 48%. E o PT vai tentar negociar uma solução que não deverá encontrar grande dificuldade de ser aceita pelos agentes econômicos.

Bonsininhos Carneiro, 36 anos, ativo participante do mercado aberto desde quando trabalhava como gerente de open do Banco Auxiliar (já extinto), propõe que uma pequena parte do estoque total da dívida, e apenas esse volume mínimo, seja trocado por outros ativos, que podem ser desde um título público não-rotável no dia-a-dia até a subscrição de uma cota para compor um Fundo de Reconstrução Nacional (FRN), que seria criado pela administração petista para garantir os investimentos necessários em infraestrutura, como telefonia e estradas.

"Podem pensar que estamos tentando ser bonzinhos neste momento de campanha, mas seguimos critérios técnicos e políticos para fixarmos essa posição", afirma Carneiro. "Fazer calote, adotar medidas compulsórias ou decretar uma moratória da dívida interna criariam um conflito que não nos interessa de nenhuma forma", concorda Carneiro, que está incumbido pelo partido de analisar as contas oficiais do governo da área do Banco Central.

A ideia de deixar a coisa como está, aguardando que as soluções surjam naturalmente, é um desnecessário fator de risco, na opinião do PT. "Manteremos uma fonte de risco permanente de hiperinflação se apostarmos em uma saída natural para o problema", analisa Carneiro. "É um fator de instabilidade crônica que não desejamos. Por isso vamos negociar nossa proposta assim que sair o resultado do segundo turno".

Empresários Canais de comunicação para essa negociação não faltam. Desde que Lula foi confirmado como o candidato para o segundo turno, a sede do Diretório Nacional do PT, na Vila Mariana, em São Paulo, tem recebido inúmeras telefonemas de empresários, e os economistas do partido não se recusam a conversar.

"Queremos tentar um acordo de forma que parte pequena do total girado a cada dia seja voluntariamente a liquidar imediata", lança Carneiro. O PT não sabe exatamente qual a quantidade ideal de títulos do governo a ser colocada nessa negociação, pois a discussão é a que está em curso dentro do partido. Mas os ativos a serem oferecidos em troca são papéis finais de 180 dias ou 1 ano (quanto maior o prazo, maior o rendimento), ações de estatais produtivas e cotas do FRN.

A política monetária do Banco Central, a partir dessa negociação, procurará manter a taxa real de juros pagos pelo over muito próxima a zero, às vezes até negativa. Entendem os economistas do PT que essa redução na taxa de juros será indutora do investimento produtivo. "Mas tudo será feito de maneira gradual. Se formos atabalhoados, corremos o risco de precipitarmos um fator negativo para a estabilização da economia" (VH).

26/11/89.

F.Rol (PP.PP.)

Executiva do PDT e Brizola discutiram termos do acordo

MARCELO RECH

Envio Especial/ZH

Cerca de 30 membros da Executiva Nacional do PDT, prefeitos e deputados federais, iniciaram às 11 horas de ontem — na sala 201 do prédio onde mora Leonel Brizola no Rio de Janeiro — uma reunião preparatória do encontro que ocorrerá mais tarde com o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Brizola, que participou do encontro na sua residência, chegou ao Rio em torno das 4 horas da madrugada de ontem, vindo de volta de sua fazenda no Uruguai. Ele não deu entrevistas, mas a expectativa entre alguns de seus seguidores era de que o possível apoio a Lula teria como dificuldade, entre outros motivos, o fato de acusadores do candidato da Frente Brasil Popular terem tornado público contatos pessoais entre os dois, como o telefonema entre Lula e Brizola marcando o encontro.

Apesar deste arisco, havia também a possibilidade de um apoio de Brizola a Lula, mas sem engajamento profundo na campanha. Tudo, porém, estava na dependência de algumas condições. Entre elas, a de Lula prosseguir com a construção das Centrais Integradas de Educação Popular (CIEP's) e o seu

compromisso de trabalhar pela revisão de concessões de canais de rádio e televisão nos últimos anos.

A partir das 15h30min de hoje o PDT promove o seu 4º Congresso Nacional no Centro de Convenções Riocentro, na Barra da Tijuca. O encontro está previsto para se estender até amanhã, e marcará a posição definitiva sobre o comportamento do partido no segundo turno a partir do resultado do encontro entre Lula e Brizola.

SEGUNDO — Desde cedo, já havia brizolistas em frente ao apartamento do ex-candidato do PDT, na avenida Atlântica, 3.210, em Copacabana. Um deles, o desempregado Severino Alves Pereira, pediu para entregar uma rosa a dona Neusa e anunciou que aguardava o pronunciamento de Brizola para "votar de olhos vendados em quem ele mandar".

O cacique Mário Jurema também passou a manhã esperando uma oportunidade para falar com Brizola. Mas até as 13 horas ele ainda não tinha sido recebido. Ex-deputado do PDT, ele pretendia ouvir de Brizola sua posição para só então se manifestar sobre quem apoiará no segundo turno. "Tenho que pensar, amadurecer meu cabeça", acrescenta.

ZERO HORA 26/11/89.

MOMENTO

Os economistas de Collor e Lula

Quem é Zélia Maria Cardoso de Mello

A assessora econômica de Fernando Collor de Mello, já fez parte do governo Sarney. Prima do também economista João Manoel Cardoso de Mello, assessor especial do ex-ministro Dilson Funaro, Zélia ocupou, em 1985, a Secretaria de Controle Financeiro do Setor Público, subordinada à Secretaria do Tesouro, dirigida por Andrea Calabi. Paulistana, 36 anos, Zélia, depois da passagem por Brasília, lecionou na USP e voltou à condição de sócia-diretora da ZLC Consultores Associados, empresa de consultoria econômica. Foi em 1986, na Secretaria do Tesouro, que Zélia conheceu Fernando Collor, quando o então governador de Alagoas foi apresentar à economista seu plano para antecipação da dívida do estado, de US\$ 60 milhões.



Objetivo Press/ZH

Quem é Aloísio Mercadante

O principal assessor econômico do candidato do PT à presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, é filho de um general. Aloísio Mercadante, 35 anos, é filho do general Oswaldo Oliva, comandante da Escola Superior de Guerra (ESG). Economista tido como "muito competente" por membros da atual equipe do Ministério da Fazenda, Mercadante é professor da PUC de São Paulo e da Unicamp, de Campinas. Foi chefe do Departamento de Economia da PUC e presidente da Associação de Docentes da Universidade.



Agência Folha/ZH

Partencentes a nova geração de economistas, Zélia Cardoso de Mello, do PRN, e Aloísio Mercadante, do PT, estão envolvidos na delicada missão de planejar a economia do próximo presidente da República. Quais as suas propostas?

ANALYA NUNES DA ROSA

Revela ZH

1. Quem o próximo presidente da República, no ano que vem, chama-se Fernando Collor de Mello (PRN), a inflação, no período de um ano e meio, será reduzida a 3% ao mês, haverá um grande estradimento nacional, ao estilo do que foi feito na Argentina. Já se o novo presidente se chamar Luís Inácio Lula da Silva (PT), o governo suspenderá imediatamente todos os pagamentos relativos à dívida externa, e elevará o valor do salário mínimo, imediatamente, a cerca de US\$ 200, ou NCz\$ 2.600.

2. Bem, pelo menos estes são os pontos principais dos programas econômicos dos dois candidatos. Há uma diferença entre a teoria e a prática, e, até aqui, não demonstrada no próximo ano. Na verdade, são poucas as semelhanças entre os autores dos dois programas, os economistas Aloísio Mercadante, assessor de Lula, e Zélia Cardoso de Mello, assessora de Collor. Ambos pertencem à chamada "nova geração" de economistas brasileiros (Aloísio tem 35 anos e Zélia 36) e, dizem, cultivam o mesmo bom gosto no vestir, dando preferências às roupas de linho. É no plano das idéias que as diferenças aparecem, e de forma determinante. Ambos têm receitas bem pouco parecidas, para resolver os graves problemas da economia brasileira, ponto por ponto.

3. **INFLAÇÃO** — Tanto Zélia quanto Mercadante colocam a inflação como o problema "principal" da economia no momento. O programa do PT propõe uma reforma monetária, com nova troca da moeda (o cruzado novo, hoje, só é moeda para o trabalhador, segundo Mercadante, pois para os mais ricos a moeda é o over), um controle rígido dos preços de monopólios e oligopólios, feito através de câmaras setoriais, e, se for necessário, um congelamento dos gêneros da cesta-básica. O programa do PRN fixa o patamar de 3% de inflação anual para ser atingido em um período de 18 meses, através de um entendimento entre governo, empresários e trabalhadores e a fixação de regras comuns para o reajuste de preços e salários. O congelamento de preços, no programa, é descartado porque, segundo Zélia, já mostrou "por três vezes que é ineficiente no

combate à inflação".

4. **SALÁRIO MÍNIMO** — A proposta do PRN para os salários é mais vaga: o valor do mínimo será triplicado, em termos reais, mas gradualmente, durante todo o período de governo. O programa compromete-se a não combater a inflação via arrocho dos salários e diz que as datas-bases nas negociações coletivas devem "se transformar em oportunidades para a definição de aumentos reais e de melhorias nas condições de salários e não de penosos embates para discutir a mera reposição de perdas já impostas. O programa do PT coloca como "fundamental" a recuperação imediata do valor do salário mínimo elevando-o para US\$ 200 ou cerca de NCz\$ 2.600,00, seguindo os índices de reajuste fixados pelo Dieese. Aloísio Mercadante diz que "as pessoas têm que ter direito a coisas básicas, como vestir, comer e morar".

5. **DÍVIDA EXTERNA** — Para o PT, não há programa econômico viável sem uma solução para a dívida externa. Seriam suspensos todos os pagamentos, seguindo uma auditoria da dívida. Se o país deixar de transferir capital para o exterior, voltará a crescer, sustenta Mercadante. E se houver um projeto sólido de desenvolvimento, haverá um bom mercado para atrair investimentos estrangeiros. A proposta do PRN é polêmica: a retirada do aval da União a estados e municípios em relação a empréstimos externos. Ou seja: a União renegociaria apenas o que lhe cabe diretamente dos US\$ 112 bilhões devidos e coordenaria a renegociação das partes devidas por estados e municípios. Zélia Cardoso de Mello defende ainda uma redução na remessa de juros, dos US\$ 11 bilhões anuais de hoje para US\$ 5 bilhões em 1990, mas descarta a suspensão total de pagamentos.

6. **DÍVIDA INTERNA** — Nem PT nem PRN defendem o simples "calote" da dívida pública. Para Aloísio Mercadante, deve haver uma solução negociada, que abranja o alongamento do perfil da dívida. As negociações seriam feitas através de uma câmara, em um período de três a seis meses, oferecendo aos investidores um "leque de alternativas" viabilizando este alongamento do perfil da dívida. Zélia Cardoso de Mello também defende o alongamento do perfil do vencimento da dívida pública, de forma gradual e baseada no grau de credibilidade que o próximo governo terá. A economista pretende descobrir ainda quanto dos recursos que rolam no overnight servem para financiar a manutenção do setor produtivo e quanto serve apenas para a especulação e a manutenção da ciranda financeira.

7. **FUNCIONALISMO PÚBLICO** — Zélia Cardoso de Mello não admite mais contratações, mas admite-se "for necessário". Estas demissões poderiam, inclusive, ser voluntárias, através de mecanismos que estimulasse esta atitude por parte dos funcionários. O PRN defende ainda a realocação de funcionários excedentes a serviço de outros órgãos e um enxugamento da máquina administrativa com a redução dos atuais 23 ministérios para 12. O PT quer acabar com o fisiologismo e o apadrinhamento e demitir os que "ganham sem trabalhar" e não estão comprometidos com o serviço público. Por outro lado, admite contratar mais nas áreas de saúde e educação e melhorar os salários.

8. **PRIVATIZAÇÃO DE ESTATAIS** — Aloísio

Mercadante é contra o que chama de "Terra de feira", com a venda do patrimônio público nas condições atuais. Na opinião do PT, todos os setores estratégicos têm que estar sob controle do Estado, pois não há nenhuma segurança de que o setor privado vá investir neles. Já as empresas que eram do setor privado e foram privatizadas pelo governo para "socializar os prejuízos" devem voltar ao controle do setor privado, com os recursos da venda sendo aplicados em programas sociais. O PRN quer fazer uma reforma patrimonial, com o levantamento dos imóveis da União, a revisão de sua utilização e um processo de revenda das empresas assumidas por órgãos federais e alienação de estatais, o que deve originar recursos da ordem de US\$ 31,5 bilhões, nas contas de Zélia Cardoso de Mello.

8910107

F. P. (P. P. P.)

A DECISÃO

Collor investe na conquista de votos em redutos brizolistas

□ Esta é a principal estratégia do candidato que avança sobre eleitores gaúchos e cariocas e também fortalece contatos políticos regionais

MILO DUARTE
Assessor

A passagem de Fernando Collor de Mello pelo Rio de Janeiro, na quinta-feira, e Porto Alegre, na sexta, evidenciam aquilo que está sendo definido por ele próprio como principal estratégia de sua campanha para o segundo turno: um avanço sobre redutos brizolistas. Entendem os estrategistas do PRN ser possível conquistar o eleitorado que, no primeiro turno, esteve com o PDT. Além do Rio e do Rio Grande, Collor espera também ampliar sua sustentação eleitoral em Santa Catarina, onde perdeu para Leonel Brizola; e no Distrito Federal, onde Lula chegou em primeiro lugar. A exceção de Brasília, a convicção do PRN é de que a maioria dos eleitores que esteve com outros candidatos no primeiro turno agora optará por Collor.

Não é por outra razão, que não a prioridade aos redutos brizolistas, que a primeira viagem do candidato após o primeiro turno foi para o Rio de Janeiro. Collor lá esteve na quinta-feira, fortalecendo contatos políticos de seu coordenador regional, o deputado estadual Cleto Falcão, e do deputado federal Rubem Medina. "Conversei com pedetistas famintos que me disseram estar mais à vontade comente do que com Lula", garante Falcão.

PRIMEIROS PASSOS — O staff do candidato do PRN mantém uma estrutura funcionando no Casuar Park Hotel, em Copacabana, com espaço para escritório e reuniões privadas e sala privativa que assegura o sigilo das conversações, enquanto as adesões não se consagram. Mas Falcão contabiliza para Collor o apoio de duas dezenas de prefeitos e vereadores fluminenses, enquanto, mais explicito, Medina já anuncia a adesão dos deputados estaduais Mesquita Bráulio (PFL) e Napoleão Velloso (PMDB).

A segunda viagem de Collor ao Rio Grande do Sul também se insere na intenção de conquistar áreas brizolistas e na idéia central do PRN de consolidar a votação original onde ela foi expressiva (todos os estados, exceto o Rio Grande, Santa Catarina e o Rio, além do Distrito Federal) e conquistar novas adesões. Coordena-

dor da campanha para o Estado, o senador Carlos Chiarelli (PFL/RS) interpreta a votação de Brizola como fruto de "uma candidatura de resistência".

EMPATE TÉCNICO — Com a saída de cena de Brizola, a tendência é a normalização das relações do eleitorado com as demais candidaturas, avalia ele, já entusiasmado com a primeira pesquisa de opinião — em que o favoritismo de Lula é tão pequeno nos estados onde a candidatura predominou no primeiro turno que pode ser considerado empate técnico com o seu adversário.

Euforia semelhante viveu o

próprio Collor de Mello à véspera de sua viagem a Porto Alegre. "Estamos pau-a-pau", observou ele a Chiarelli. "O fato é que existem quase 3,5 milhões de votos órfãos no Rio Grande do Sul", constata o senador. Para ele, "com presença do candidato, determinação e trabalho, nós vamos crescer junto a esse eleitorado".

Para Santa Catarina, a exclusão de Brizola e Afif Domingos está conduzindo para a candidatura Collor de Mello apoios como o do senador Jorge Bornhausen (PFL) e de prefeitos como Wilson Kleinshing, de Blumenau, que

estiveram com o PL no primeiro turno. Como Chiarelli no Rio Grande, também Bornhausen julga que Collor pode contar com votos que foram para Brizola na etapa anterior.

Na sua contabilidade, serão de Collor, também, votos de Afif, Paulo Maluf e até de Covas. O PRN terá, nesse segundo turno, a reaglutinação das forças que compõem a União por Santa Catarina, integrada também pelo prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin, que na eleição municipal elegeu metade dos prefeitos catarinenses.

Mensagens do PRN serão diferenciadas

Quando Collor se for a segunda eleição geral, serão as eleições do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Rio de Janeiro as que serão vitais para o sucesso do PRN. Essa estratégia, baseada na estratégia da campanha de Fernando Collor de Mello, que passou constantemente em regiões eleitorais de seu derrotado no primeiro turno, a regionalização das mensagens, será dada todas as vezes, não só nas viagens, como também sempre que possível. Além disso, Collor terá uma equipe de PRN para o segundo turno.

Coordenador da campanha, Collor de Mello terá uma equipe de PRN para o segundo turno, com mensagens diferenciadas para as regiões. A equipe de PRN terá uma estrutura de trabalho, com capacidade de trabalhar em todas as regiões, com mensagens diferenciadas para as regiões. A equipe de PRN terá uma estrutura de trabalho, com capacidade de trabalhar em todas as regiões, com mensagens diferenciadas para as regiões.

Resumo — Collor de Mello, após a primeira viagem, terá uma equipe de PRN para o segundo turno, com mensagens diferenciadas para as regiões. A equipe de PRN terá uma estrutura de trabalho, com capacidade de trabalhar em todas as regiões, com mensagens diferenciadas para as regiões.

Sucesso — Collor de Mello, após a primeira viagem, terá uma equipe de PRN para o segundo turno, com mensagens diferenciadas para as regiões. A equipe de PRN terá uma estrutura de trabalho, com capacidade de trabalhar em todas as regiões, com mensagens diferenciadas para as regiões.

Mobilização — Collor de Mello, após a primeira viagem, terá uma equipe de PRN para o segundo turno, com mensagens diferenciadas para as regiões. A equipe de PRN terá uma estrutura de trabalho, com capacidade de trabalhar em todas as regiões, com mensagens diferenciadas para as regiões.

Segundo — Consolidado na preferência das classes C, D e E, Collor de Mello volta-se para conquistar a classe média.

Contatos — O PRN mantém contatos com a área militar, inclusive pensando na formação do ministério. Desses contatos já resultou uma manifestação de Collor sobre o fim do soldo dos militares, situação que pode ser resolvida.

8910107

29/11/89

18(1) ZERO HORA

24/11/89

Bancada do PDT decide apoiar Lula

A bancada do PDT na Câmara Federal anunciou oficialmente aos líderes do PT que vai apoiar integralmente a candidatura de Lula no segundo turno. A decisão só não foi tomada pública para não atropelar o encontro entre o ex-governador Leonel Brizola e o candidato do PT marcado para a tarde de amanhã, no Rio de Janeiro. O deputado vivão barboza, líder do PDT, antecipou, porém, que a tendência verificada na bancada é irreversível.

O deputado Bráulio Monteiro (PDT-RJ) explicou aos articuladores da candidatura de Lula que a antecipação do apoio poderia parecer aos brizolistas como um gesto de traição ao ex-candidato do partido. Neste caso, ponderou o parlamentar, a ação da bancada poderia ser até mesmo contraproducente.

As restrições programáticas já estão praticamente superadas dentro do PDT. As lideranças do partido querem agora saber como poderão participar da campanha de Lula sem ferir princípios do partido. O deputado César Maia (PDT-RJ), que disse estar disposto a apoiar Lula vestindo a camisa do candidato e fazendo panfletagem, insiste em discutir aspectos da suspensão do pagamento da dívida externa inscritos no programa da Frente Brasil Popular. (AE)

MENSAGEM — Em Porto Alegre, o presidente do PDT gaúcho, Mathias Schmidt, distribuiu ontem nota em que agradece aos brizolistas "a consagração votação" de 62,66% que o ex-governador recebeu no Rio Grande do Sul.

Ele pede aos militantes do PDT que procedam com cautela e aguardem a orientação do líder que virá amanhã, na convenção do PDT. E garante que a união dos gaúchos em torno de Brizola "é a única esperança de conseguirmos as transformações capazes de mudar a situação brasileira".

3910107

F.POL (PP.PP.)

25/11/02

SUCCESSÃO

Collor recebe adesões no Estado

□ Candidato deixou o Rio Grande do Sul, à noite, otimista, após importantes adesões de lideranças políticas do PDS, PFL e do PDT

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, iniciou ontem sua campanha para o segundo turno da eleição presidencial com uma visita ao Rio Grande do Sul. Fiel à estratégia trapalha pelo comando de sua campanha, o candidato não se cansou de lembrar suas "raízes gaúchas" garantidas pelo avô, Lindolfo Collor, que fez sua vida política no Estado e foi ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas. Ele recebeu a adulação de lideranças do PDS e PFL gaúchos, incluindo o ex-deputado Nelson Marchezan, e deixou o estado otimista. O momento mais tenso da visita foi quando o candidato foi hostilizado por militantes do PT e PDT, pouco antes do tumulto que tomou conta do centro de Porto Alegre ontem.

Colôtor deixou o Rio Grande do Sul com a campanha engordada por muitas adesões. Além de Marchezan, recebeu o apoio da maioria dos deputados estaduais e federais do PDS gaúcho, além de diversos prefeitos e vereadores. Depois foi a vez da bancada estadual do PFL e mais tarde o prefeito Hugo Lagranha (PDT) de Canoas. O presidencialista ainda se reuniu com os deputados estaduais Sanclotene Felice (PL) e Sérgio Zambiasi (PTB).

COLETTIN -- Ao chegar os CIEPs



de Brizola e acusar o PT de Lula de tentar chegar ao poder através da luta armada, Collor de Mello mostrou em sua entrevista coletiva, ontem, na Assembleia Legislativa, qual será sua estratégia de campanha no Rio Grande do Sul. Ele cortejou os eleitores de Leonel Brizola e buscou a polarização com Lula, identificando o candidato do PT como um revolucionário cuja eleição pode tumultuar o País.

"Os CIEPs que o governador Brizola inaugurou no Rio de Janeiro abriram a porta da modernidade na educação brasileira", disse Collor,

Elogios para Brizola, críticas a Lula. Collor voltou a acusar o PT de propor a luta armada como forma de chegar ao poder. Citou reportagens de jornais onde dirigentes petistas defendiam a violência como forma de chegar ao poder e leu para os jornalistas um panfleto que diz ter sido distribuído em Brasília no dia 15 de novembro pela "juventude petista".

O texto deste panfleto diz que "se Lula não chegar ao poder pelo voto, vamos partir para a luta armada" e completa mais adiante, dizendo que "os partidos da Frente Brasil Popular estão comprometidos com a verdadeira transformação, mesmo que para isto sejam necessários violência e muito derramamento de sangue".

Segundo Collor, "não basta o Lula dizer que estou mentando. Tem que provar e para isto terá que fazer *mes culpa* de declarações que já fez, defendendo o uso da violência política".

23/11/88

F. R. C. P.

JORNAL DO BRASIL 23/11/88

PT e PRN querem profissionalizar Forças Armadas e extinguir o SNI

Tânia Monteiro

BRASÍLIA - PT e PRN querem profissionalizar as Forças Armadas. Os programas dos dois partidos classificados para o segundo turno das eleições são muito semelhantes e propõem ainda a extinção do Serviço Nacional de Informações - SNI, a valorização da carreira militar e a não intromissão desse segmento da sociedade em qualquer questão política.

Os dois partidos não definiram ainda se irão ou não criar o Ministério da Defesa. Tanto no PT, quanto no PRN, há quem defenda as duas hipóteses, embora a tendência de unir as Forças Armadas em uma única pasta seja mais forte no Partido dos Trabalhadores. A principal dificuldade para a implantação da ideia é que uma alteração desse gênero depende de emenda constitucional.

Paralelo - PT e PRN traçaram também o mesmo perfil para os chefes militares: "Tem que ser um profissional respeitado, com liderança na tropa e disciplinado para não querer se misturar em assuntos políticos" - disse o assessor de imprensa do PRN, Cláudio Humberto Bion e Silva.

O líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio vai mais longe: "não queremos politização nas Forças Armadas. Não queremos ter o PT nos quartéis". Plínio acrescentou ainda que "o Lula jamais terá o seu grupo dentro do Exército". Para ele, a questão militar foi resolvida na Constituição e, portanto, não haverá qualquer tipo de mobilização por parte do PT para alterar a missão constitucional das Forças Armadas.

Montagem - Nem Luis Inácio Lula da Silva, do PT, nem Fernando Collor de Mello, do PRN, convidou qualquer militar para fazer parte da sua equipe ministerial. O candidato do PRN, por exemplo, já manteve algumas conversas nesta área, mas nada foi definitivo. Sempre que é alertado por seus assessores mais próximos para a necessidade de iniciar os entendimentos com os militares, Collor reage sempre da mesma forma: "vamos deixar isso para depois. Ainda é cedo". Ele justifica estar empurrando este assunto com a barriga por não conhecer praticamente nenhum militar. "O único militar que eu conheço é o comandante da PM de Alagoas" - brinca ele.

No PT, as ligações estão sendo feitas através do governador de Pernambuco, Miguel Arrais, que já manteve encontros com pelos menos dois oficiais-generais: o ministro chefe do SNI, Ivan

de Souza Mendes e o general Luis Pires Ururahy Netto, comandante Militar do Nordeste. O maior problema enfrentado por Arrais, entretanto, é a retração dos militares, que só admitem conversar com o PT se Lula for mesmo eleito.

No Exército, a única conversa efetivamente realizada pelo candidato do PRN foi com o general Osvaldo Muniz Oliva, comandante da Escola Superior de Guerra. Mas isso não quer dizer que ele vá ser o ministro do Exército de Collor. Nesta área, principalmente, não há nada delineado. Se o presidente for Lula e Arrais for efetivado como interlocutor do partido, não há dúvidas que o ministro será o general Ururahy, apesar das primeiras conversas do partido terem sido realizadas com o já esquecido e ultrapassado general Andrada Serpa.

Na Aeronáutica, algumas conversas já foram mantidas por Collor de Mello, por iniciativa dos próprios militares. Uma delas foi com partidários do ex-ministro Délio Jardim de Mattos. Nada, entretanto, ficou acertado, nem com esta facção da Força Aérea, nem com o grupo ligado ao ministro Moreira Lima, que acusa como definida a indicação do brigadeiro Murilo Santos, atual secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. "Nem o conheço" - espantou-se

Collor. Mas um nome já está na mira do PRN, para ser contactado, por possuir liderança na Força e ser um profissional, sem qualquer preocupação com questões políticas: o brigadeiro Paulo Roberto Coutinho Camarinha. "Já estamos com o nome dele na agenda", mostrou Cláudio Humberto. Só que Camarinha também está na mira do PT. Enquanto isso, o interessado repousa em seu sítio em Teresópolis, alheio a qualquer tipo de conjectura.

Mas não é só na Aeronáutica que há coincidência na preferência por determinado nome. Na Marinha, o fenômeno se repete. O almirante Mário César Flores é considerado o sucessor natural do ministro Henrique Sabóia, seja quem for o novo presidente, pelas suas qualidades profissionais. O PRN, entretanto, nem um negociador nato na Marinha, o ex-ministro Maximiano da Fonseca, velho conhecido de Collor e ex-sogro de Paulo Octávio, principal conselheiro de Collor.

Outra ideia comum é em relação ao destino do EMFA - Estado maior das Forças Armadas. Ele poderá simplesmente desaparecer, como quer o PT ou, no mínimo perderá o status de Ministério e terá seu quadro bastante reduzido, como quer o PRN.

As propostas de cada um

O PT do candidato Luis Inácio Lula da Silva tem seis linhas básicas de conduta em relação às Forças Armadas, em sua maior parte coincidentes com as propostas do PRN de Fernando Collor de Mello

PT

- Militares têm que, essencialmente, cumprir a Constituição, que prevê a subordinação do poder militar ao poder civil, deixando de lado qualquer questão política e voltando-se basicamente para sua profissionalização.

- Ampla reforma administrativa, com grandes chances de criação do Ministério da Defesa.

- Implantação de uma nova concepção de defesa nacional, eliminando o conceito de guerra interna, transferindo para a Polícia Federal muitas das atividades hoje desenvolvidas pelo Exército.

- Extinção do SNI e do Emfa.

- Valorização da carreira militar, inclusive retirando os militares de funções desempenhadas fora da Força, como ocorre hoje, por exemplo, em relação ao Palácio do Planalto.

- Reavaliação dos projetos militares, o que não significa, obrigatoriamente, redução de orçamento.

PRN

- Profissionalização das Forças Armadas, ficando destinado aos militares o simples cumprimento à Constituição.

- Criação do Ministério da Defesa.

- Extinção do SNI com a transferência para a Polícia Federal de muitas das funções exercidas pelo órgão, assim como algumas das desempenhadas pelas Forças Armadas.

- O Emfa perde status de ministério e terá seu corpo bastante reduzido. Poderá até mesmo ser extinto, após uma análise mais profunda.

- Valorização do profissional militar, restringindo o desempenho de funções às próprias Forças Armadas, o que significa, por exemplo, desmilitarizar o Palácio do Planalto.

- Modernização dos equipamentos das Forças Armadas, tão logo o país volte a crescer, mesmo que isso signifique renúncia de verbas altas para este setor.

Para o Collor e o PT

F. P. P. P. P.

PT pede a Mailson os dados oficiais sobre a economia

SÃO PAULO - O deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) vai procurar o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, para negociar a abertura à equipe de assessoria econômica do candidato petista à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, os dados oficiais sobre a realidade econômica brasileira. Ele recebeu essa missão da coordenação da equipe de economistas da Frente Brasil Popular, que antecorreu começou a montar equipes por área de atividade para detalhar o programa econômico do candidato.

A maioria das equipes já estava formada desde a discussão do Plano de Ação de Governo (PAG), mas agora estão sendo ampliadas pela necessidade de detalhamento das medidas econômicas do candidato e também pela ampliação do apoio a Lula. É o caso, por exemplo, dos economistas João Manuel Cardoso de Mello, do PMDB, e Maria da Conceição Tavares, do PSDB, mas que apoiam Leonel Brizola, que já mantiveram contatos com os coordenadores econômicos do PT.

Para Jorge Mattoso, um dos coordenadores da equipe econômica ao lado de Aloisio Mercadante e Carlos Eduardo Carvalho, o conhecimento atualizado dos dados que podem ser fornecidos por diversos órgãos do governo é que vai permitir uma maior detalhamento das medidas a serem adotadas pela equipe da Frente Brasil Popular caso o candidato Lula vença o segundo turno das eleições presidenciais. "Não é que não vamos anunciar essas medidas de curto prazo ou que não conheçamos o que é necessário. É preciso entender que essas medidas são conjunturais e não é possível antecipar agora o que vai ser feito em março", completou José Graziano da Silva, professor da Unicamp e especializado na questão agrária.

O Programa de Ação de Governo (PAG), que já foi divulgado até em fascículos vendidos em bancas de jornais, aponta a linha de atuação econômica da Frente Brasil Popular, garante Mattoso, afirmando que por enquanto essas propostas são suficientes para não provocar nenhum alvoroço na economia.

Choques - Os coordenadores do programa da Frente Brasil Popular não descartam a adoção de um choque econômico para combater a inflação brasileira. "Esse choque não seria paliativo ou camuflado como todos os que foram adotados no país", garantiu Mattoso, informando que o choque do PT enfrentaria o que eles consideram as causas estruturais da inflação brasileira: dívida externa, dívida interna e reorientação do Estado.

Um dos mecanismos que Mattoso considera fundamental no programa econômico do PT é a participação dos sindicatos de trabalhadores e outras entidades representativas da sociedade no controle de preços. Seria a manutenção das atuais câmaras setoriais de preços ampliadas com a participação popular.

Oligopólios - Estes setores terão um tratamento dentro da lei, porém duro, garantiu Mattoso. Esse controle, segundo ele, seria feito por medidas que provoquem uma abertura da concorrência e pelo controle dos preços. A ampliação da competitividade em diversos segmentos industriais seria forçada, entre outras medidas, pela ampliação das importações.

Salários - Ao invés de um simples aumento salarial para a recuperação das condições de vida da população brasileira a Frente Brasil Popular defende uma política de rendas onde o salário seria, em um primeiro momento, completado indiretamente por benefícios sociais garantidos pelo governo. "É preciso um conjunto de políticas de renda que articule a questão salarial com política social, tributária, agrária agrícola e industrial", ponderou Mattoso. Essa proposta traduz a posição dos economistas de que não é possível aumentar o salário substancialmente de um dia para o outro. "É preciso medidas que ajustem o aumento da demanda com o aumento na oferta" completou.

JORNAL DO BRASIL 23/11/89

8910107

23/11/89

23/11/89
do governo
quinta-feira, 23/11/89

Collor assumirá compromisso de preservar salários

BRASILIA — O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, vai começar sua campanha do segundo turno, na próxima semana, apresentando um plano de combate à inflação que inclui a recomposição dos salários. "Ele quer que os sacrifícios recaiam sobre todo mundo, menos sobre os trabalhadores", disse a economista Zélia Cardoso de Mello, responsável pela elaboração do programa, que passou a tarde de ontem tratando do assunto com Collor. Ela informou que Collor pediu um detalhamento do plano de estabilização econômica que exclua os salários das medidas drásticas a serem adotadas. "Esta é a minha homework (lição de casa)", brincou Zélia.

Collor e sua assessora passaram a tarde na casa do empresário Pedro Paulo Leoni Ramos, no Lago Sul. Zélia vai "pensar e discutir" a determinação do candidato do PRN com os seus economistas — cujos nomes não revelou — que a ajudarão a elaborar o plano econômico de governo.

Em São Paulo, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, divulgou nota para esclarecer que sua declaração de apoio a Fernando Collor foi feita em nome pessoal, não representando a posição dos empresários congregados na entidade.

Amato participou de reunião de mais três horas do Conselho de Orientação Política da Fiesp e não quis comentar o episódio, mostrando-se tenso e bastante preocupado com as repercussões de seu apoio a Collor. Segundo um empresário que participou do almoço que se seguiu à reunião, no qual foi servido rocambole de massa com molho vermelho.

Amato "estava muito abalado com o erro estratégico de declarar o voto em Collor, porque vinculou a candidatura do PRN ao empresariado, exatamente como o PT está tentando fazer". Com a fisionomia carregada, Amato saiu rapidamente do restaurante no 16º andar do edifício da Fiesp para o elevador.

Ele não quis fazer declarações aos jornalistas. "Não me levem a mal. Compreendam, isso (a declaração de voto em Collor) já complicou muito a minha vida", disse ao justificar seu silêncio.

Majoria apóia Outros importantes empresários que também participaram da reunião evitaram tornar públicas suas preferências na eleição do segundo turno. Abílio dos Santos Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, criticou "o apoio a um ou outro candidato, sem que se conheça os programas", mas admitiu que "a maioria dos empresários apóia Collor, pelo que se conhece de suas propostas, de características social-democráticas".

Voto declarado em Mário Covas, do PSDB, no primeiro turno, Diniz havia admitido no final do mês passado, durante almoço promovido pela Revista Balanço Anual, do Grupo Gazeta Mercantil, que votaria "como pessoa jurídica" no segundo turno, encerrando o voto útil.

Lideranças empresariais como Cláudio Beviláqua, do Banco Itaú; Roberto Konder Bortoluzzi, do Unibanco; e Edmundo Leão, da Associação Brasileira de Indústria de Alimentos (Abia), procuraram evitar comentários sobre as preferências negativas do apoio do presidente da Fiesp a um empresário a Collor. Segundo Bortoluzzi, o empresário em questão não apoia "apenas" Collor, mas também o PSDB.

Outros participantes da reunião de ontem, o político da Fiesp, do mesmo nome, e o empresário em questão, não quiseram ser identificados. O empresário em questão, no entanto, afirmou que não apoia Collor, mas sim o PSDB.

Collor, eleito presidente da República, não poderá fazer o que quiser, pois terá que obedecer à Constituição e às leis. Ele não poderá, por exemplo, suspender o Congresso Nacional.

Rui Altenfelder Martins, diretor da Fiesp, defendeu Amato. Segundo ele, "como pessoa física", o presidente da entidade tem direito de declarar seu voto e isso apenas pode prejudicar determinado candidato se a opinião do dirigente for contrária da com a da entidade que preside. "O candidato que rejeitar o apoio de um empresário moderno, como é Mário Amato, estará cometendo um erro político muito grande", comentou Altenfelder.

8910107

22/11/89.

22/11/89.

JORNAL DO BRASIL

F.POL (C.P.P.)

PRN diz ter contactado banqueiros internacionais

SÃO PAULO — Representantes do candidato à Presidência da República pelo PRN, Fernando Collor de Mello, já mantiveram reunião inicial com banqueiros internacionais credores do Brasil. Segundo um dos participantes desse encontro, realizado recentemente, o empresário Paulo Octávio Pereira, um dos principais assessores e amigo pessoal de Collor, os banqueiros acham possível uma solução negociada para reduzir a renúncia de divisas no exterior a título de pagamento de juros da dívida externa. "Hoje, não temos condições de pagar mais que US\$ 5 bilhões por ano de juros aos banqueiros", afirmou Paulo Octávio, que é o principal empresário do ramo imobiliário de Brasília.

— Em conversas com esses banqueiros, perguntamos sobre a possibilidade de reduzir os pagamentos de juros — recordou Paulo Octávio. No decorrer da conversa, que durou várias horas, o grupo de Collor sentiu que os credores estão dispostos a analisar a possibilidade com mais abertura. "Conseguimos ver esta possibilidade", afirmou-se Paulo Octávio, acrescentando à noite, no programa *Vamos sair da crise*, levado ao ar pelas TV Gazeta, de São Paulo, e TV Nacional, de Brasília, sob comando do jornalista Alexandre Machado. O Brasil paga de juros, anualmente, cerca de US\$ 10 bilhões aos credores internacionais.

Condições mínimas — Com a proposta de limitar a US\$ 5 bilhões anuais o pagamento de juros, Paulo Octávio adiantou a primeira medida concreta do programa econômico a ser instituído no ano que vem caso Collor vença a disputa em 17 de dezembro com Luís Inácio Lula da Silva, do PT. "O Brasil só pode pagar US\$ 5 bilhões; o restante que seria remetido aos credores será utilizado para investimentos em infraestrutura e áreas sociais", afirmou. A candidatura Fernando Collor, segundo ele, é a única proposta progressista que se coloca para o segundo turno.

Hoje, temos que buscar o caminho modernizante e o único que vai implementar

essa política é Fernando Collor de Mello. Vamos discutir ideias daqui para a frente, as nossas ideias progressistas contra a do outro candidato — disse Paulo Octávio. O modelo será o mesmo adotado pelo primeiro-ministro socialista da Espanha, Felipe Gonzalez, no processo de recuperação daquele país, com privatização e abertura da economia para o capital internacional.

Com relação à dívida interna, Paulo Octávio já não tem a mesma precisão do tratamento a ser dado à questão da dívida externa. Ele coloca como primordial aumentar o prazo de rolagem da dívida interna, mas não especifica como. "Na verdade, conseguir rolar a dívida interna e renegociar a dívida externa serão fundamentais para um bom começo na nova administração".

Auditoria — Ainda com relação à dívida externa, Paulo Octávio afirmou que haverá uma auditoria sobre como ela foi formada e quais foram os termos de sua contratação. Outros pontos adiantados por Paulo Octávio foram: serão afastados os funcionários públicos federais não concursados e o acesso às escolas públicas (inclusive universidades federais) será limitado aos estudantes de baixa renda.

— Não se pode descartar a iniciativa privada da educação — garantiu Paulo Octávio. "O pai do aluno que pode pagar a escola privada deverá dirigir seu filho para essa escola. Hoje, estamos vendo jovens abastados em universidades públicas e sem interesse em frequentá-las, tomando o lugar de outros que não podem pagar a escola privada. Aquêles que têm condições, devem se dirigir para a escola privada".

Paulo Octávio que Collor não tem o apoio do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. "Estamos perplexos, fomos os maiores vitoriosos das eleições e não tivemos espaço no noticiário da Globo, que se concentrou nos segundo e terceiro lugares. A Globo nos tirou do ar", garantiu Paulo Octávio.

Lula tentará unir a esquerda

□ Acreditando nos índices das pesquisas de boca de urna, candidato quer formar um "pólo progressista para soterrar direitistas"

O candidato à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, se mostrou tranquilo ontem quanto a sua chegada ao segundo turno, durante a entrevista coletiva realizada na sede do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Paulo. Apesar de ter sido ultrapassado por Leonel Brizola no segundo lugar nos números apresentados até aquela hora, Lula acredita que o último dado concreto da situação eleitoral foram as pesquisas de boca-de-urna. Ele reclamou da lentidão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e lamentou o fato de as emissoras de televisão estarem comandando o processo de apuração.

Caso se confirme sua previsão, o candidato do PT pretende reunir diversos representantes da esquerda dentre os partidos afinados com suas idéias e projetos. "Vamos fazer todo o esforço possível para ter o apoio da esquerda do PMDB". Lula está convencido da necessidade de se criar um pólo progressista no País para "soterrar o setor direitista representado pela figura de Collor de Mello".

ALIANÇAS — Ele prioriza nas



Lula: soluções para país só com alianças populares

discussões das alianças com outros partidos que se faça um programa mínimo de governo a ser implementado a curto prazo. "Os problemas por que passa o Brasil só serão resolvidos com uma aliança comprometida efetivamente com os interesses de todos os segmentos populares. Acho que a

aliança deverá se dar em nome de um programa e em cima de discussões sobre cargos e ministérios".

Sobre a resistência de José Richa em dar o apoio do PSDB à sua candidatura se for eleito por ao segundo turno, o candidato da Frente Popular questionou a representatividade do senador co-

mentando conversas anteriores com partidários de Mário Covas onde foi acertado que haveria este apoio. Lula demonstrou distância diante das especulações da possibilidade de Covas apoiar o candidato do PRN no segundo turno. "Eu não acredito que ele vá fazer isto. Acho que seria negar a sua própria candidatura".

PMDB — Lula propõe o esquecimento das acusações lançadas por Leonel Brizola à Frente Brasil Popular. Ele pensa que o eleitorado de ambos os partidos não estranhará a provável aliança em função das divergências com o PDT, pequenas segundo ele em comparação com as que existem com Collor de Mello. Quanto ao anúncio do PMDB se reunir em torno da candidatura de Lula, ele ironiza: "Eu acho suspeito alguém dentro do PMDB falar em união. Eles não conseguiram se unir nem por Ulisses".

Ele credita a pequena margem de votos obtidos pela Frente Brasil Popular em São Paulo às críticas que foram feitas pelos veículos de comunicação à administração de Luiza Erundina. Também lembrou os casos da favela Nova República e da Lubeca que atrapalharam a campanha um pouco antes da eleição. Na visão do candidato da Frente Popular, o segundo turno será marcado por um grande confronto entre capital e trabalho, "o que evita a dispersão de votos que aconteceu nesta primeira rodada".

F POL CPP. ~~CONFIDENTIAL~~

SÃO PAULO — Quem está sonhando com a festa da mar de incertezas — marca registrada da estratagem 1969 — tão logo seja conhecido o novo presidente da República, com o risco de brindar o Ano Novo com o amargo das decepções. O amargo veredito sobre a competência de diversos setores da classe empresarial, que, embora sejam desconhecidos, não prevêem cenários econômicos otimistas, não deixam dúvida sobre a necessidade de uma política mais firme de fundo econômico que anteceder a posse do novo presidente.

o presidente da Metal Leve, empresa que fabrica o mercado de pistões, José Mindlin, que os problemas da economia brasileira não são resolvidos para chegar pelo novo presidente. "A coisa é os direitos do atual presidente não serem respeitados, mas seria um gesto de solidariedade a suspensão da posse em o momento conjunto entre as equipes", sugere o ministro. Mindlin considera que o trabalho realizado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento "é quase um milagre", e acredita que, se continuarem trabalhando sem os problemas de março, a economia não se descontrolará. A questão é que a união dos problemas econômicos com os problemas psicológicos aumenta os riscos.

...destaca-se que no período de transição é preciso analisar problemas do tipo de uma supervalorização cambial. "Há uma desvalorização cambial, mas qualquer desvalorização da moeda sem medidas globais, como congelamento de gastos, preços e salários, pode dar lugar a hiperinflação", alerta. Quanto ao possível crescimento na fuga de capitais, defende que ela já não é e nem será estimulada por agentes do setor produtivo da economia. "O dinheiro não escapa, não".

Realidade — Partiu o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Baux (Abib), Teófilo Orth,

tudo dependerá do trabalho conjunto entre a atual e a nova equipe do governo. "Também contamos com a colaboração do Congresso, no sentido de não criar despesas com encasalamentos parlamentares ou arbitrários salariais", afirma ele. Através de um trabalho conjunto, Orsi aposta que é possível chegar em março com uma inflação em torno de 45%.

Há empresários, no entanto, que não querem ouvir falar de antecipação da posse. "Não integro o time dos catastrofistas. Acho que a inflação vai estabelecer-se, porque há uma legislação a ser cumprida", insiste o presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Abraão Szajman. Szajman ressaltava que o momento econômico é de estabilidade e que não há motivos para se a histerificação.

Embora tenha se desesperado num primeiro momento, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fieap), Mário Amato, concorda com Szajnman quanto à provável tranquilidade econômica do período de transição. Mas Amato já deixou claro que, caso seja a vontade do atual presidente, vê com bons olhos a antecipação da posse. "Mesmo que isso não aconteça, a manutenção da política de *feijão com arroz* garantirá a normalidade", afirma ele, que já declarou seu apoio à permanência de Mailson como ministro da Fazenda do próximo governo.

Calbega fria — O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, Horácio Cherkansky, analisa o período de transição com menos otimismo. Para ele, a continuidade da política econômica será insuficiente para evitar um quadro de muita expectativa e rico em especulações. "Mas é uma felicidade o Malloz e seu bom senso existirem", elogia Cherkansky, que considera a maior valorização uma medida inevitável, "mas que só ocorrerá no próximo governo".

PARTES POCO LEGIBLES

2/11/89

Erundina nega oferecimento de dinheiro

SÃO PAULO — A prefeita Luiza Erundina nega que tenha recebido da Labeca Empreendimentos Imobiliários uma oferta de R\$25 300 mil e mais de financiamento para a campanha do candidato do PT à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, durante um encontro em seu gabinete, no dia 7 de agosto, com o advogado Luciano Cirilo, funcionário da empresa Mônica Simões, ligada à multinacional argentina Bunge y Borge, controladora da Labeca, e com o deputado estadual Milton Lipietz (PTB). "Não houve acordo de oferta de dinheiro", afirma Erundina. "Eles não se atreveriam", acrescenta. Um dos principais responsáveis pela investigação sobre o caso, no entanto, revela que dispõe de informações de que o oferecimento ocorreu.

O empresário José Luis Aranha Melo, depois no 4º Distrito Policial e depois o delegado José Márcio Bernardes e o promotor Delson Lúcio Basseto convencidos de que foi ele o responsável pela "lavagem" de R\$25 729 mil que a empresa Labeca Empreendimentos Imobiliários teria destinado, via Prefeitura de São Paulo, à campanha do candidato à Presidência da República do PT, Luis Inácio Lula da Silva, conforme a denúncia do concorrente do PSD, Ronaldo Caiado.

Aranha Melo sustentou no seu depoimento que aplicou o dinheiro na corretora Segmento fazendo um favor ao proprietário da Tarcet Construtora e Montagem de Serviços, Oscar Cláudio Rosatto, que não poderia ter o dinheiro recebido da Labeca em seu nome por manter uma pendência judicial com sua ex-mulher e estar ariscando a pagamento de pensão alimentícia sobre aquele valor. O empresário disse que havia emprestado cerca de R\$25 000 mil a Rosatto e que este, ao pagar a dívida pediu-lhe que aplicasse aquela quantia.

Aranha Melo caiu em contradição tanto sobre o rastreamento do Banco Central feito para localizar o cheque pago pela Labeca à Tarcet quanto sobre as conclusões que o próprio Rosatto prestou à comissão preliminar de investigação constituída na Prefeitura de São Paulo. Nas informações colhidas pelo Banco Central, consta que Aranha Melo mandou o dinheiro para outros bancos, depois de passá-lo pela corretora Segmento. Em suas declarações à comissão, Rosatto disse ter usado aquele total para pagar empreiteiras que subcontratara para realizar as obras para a Labeca.

J. Brasil
2/11/89

Erundina sera ouvida sobre caso Lubeca

SP-URJ JORNAL DO BRASIL 6/11/89

SÃO PAULO — A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, será convidada a prestar esclarecimentos no inquérito que investiga a denúncia de corrupção envolvendo a Lubeca Empreendimentos Imobiliários, empresa ligada à multinacional argentina Bunge y Born, e a prefeitura. Por exercer cargo público, Erundina terá um privilégio — que faz parte das prerrogativas do cargo de prefeita. Ela poderá escolher data e horário mais convenientes à sua agenda. O delegado titular do 4º Distrito Policial, Manoel José Bernardes Filho, responsável pela condução do inquérito policial, deverá examinar e convite a prefeita até o final desta semana.

Segundo o jornalista Gofredo da Silva Teles Júnior, o tempo "intimado" não pode ser empregado para o depoimento de Erundina e

nem para os esclarecimentos de qualquer outra pessoa diante da vida pública. "Todos somos convidados a prestar esclarecimentos, caso a polícia acredite que temos alguma contribuição a dar", explicou Teles. Lembrando que o vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh, que também está convidado a prestar esclarecimentos, escolherá data e horário que lhe forem mais convenientes, da mesma maneira que Erundina. A assessoria de imprensa da prefeitura informou ontem que, quando a prefeita receber o convite da Polícia Civil, ela o aceitará. Ontem, Erundina estava viajando pelo interior do Estado de São Paulo, no trabalho de reforço à campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

Previdente, porém, — O delegado Bernardes convidou para prestar esclarecimentos sobre o caso Lubeca, hoje, às 16h, o

dono da empresa Tertec, Omar Rosato. A polícia suspeita que o cheque no valor de NCZ\$ 900 mil, emitido pela Lubeca no dia 22 de agosto deste ano e recebido pela Tertec, seja, na verdade, o pagamento da Lubeca à Tertec pela emissão de uma nota fiscal f/w, e não pela prestação de serviços na obra do Projeto Urbanístico Panambi. Foram convidados também os proprietários da empresa Appraisal Services de Engenharia, José Luiz Aranha Moura e Luciano Glábo, braço direito do principal acionista da organização Bunge y Born, Octavio Cariballo.

Moura e Glábo serão ouvidos porque, de acordo com o rastreamento do cheque da Lubeca realizado pelo Banco Central, sabe-se que foi Moura quem depositou NCZ\$ 720 mil (saldo do cheque original de NCZ\$ 900

mil, dos quais 63 mil ficaram com a Tertec e NCZ\$ 117 mil com o próprio Moura) em fundos de curto prazo ao portador, sem identificar o beneficiário, numa agência do Banco Francês e Italiano. Se Rosato e Moura não comparecerem hoje à polícia, o delegado Bernardino e o promotor encarregado do caso, Dráusio Lúcio Barreto, poderão pedir prisão preventiva dos dois.

O deputado estadual Moisés Lipiuk (PTB) que, junto com Glábo, procurou a prefeita Luiza Erundina para falar sobre o Projeto Urbanístico Panambi — sendo devidamente despedido pela prefeita para a comissão formada pela prefeitura, responsável pelo estudo de todo o projeto —, já se colocou à disposição da polícia para prestar qualquer tipo de esclarecimento.

8910107

19

6/11/89

20/11/89.

ZYORA

[P.R.N.] F.P.(P.P.)

As principais propostas para resolver a crise

No segundo turno, Collor de Mello pretende apresentar seu plano para resolver a crise do País. Este plano, elaborado pela assessoria econômica do PERN, é baseado pela defesa da redução da intervenção estatal na economia e por um socialismo neoliberal. Estas são as principais propostas do candidato:

DÉVIDA EXTERNA — O governo federal deve descontrair a negociação da dívida, passando a agir apenas como intermediador. Cada devedor vai negociar diretamente com seu próprio credor.

DÉVIDA INTERNA — Não

poner em um "calote" e sua taxa é negociar com os aplicadores para que estes accionistas fiquem mais tempo com os títulos públicos.

SETOR PÚBLICO — Promete buscar a eficiência, admitindo para isto as reformas ministeriais, extinção de cargos e órgãos públicos além da demissão de funcionários.

PRIVATIZAÇÃO — Pretende acelerar a privatização, inclusive com auxílio do capital externo. Quer rever todo o patrimônio do estado, incluindo empresas, terras e

imóveis.

IMPOSTOS — O combate à sonegação vem em primeiro lugar. Depois será a vez de revisar incentivos e subsídios.

SALÁRIOS — Triplicar o valor real dos salários em seu mandato é a principal meta do candidato, que também promete aperfeiçoar o seguro-desemprego.

COMÉRCIO EXTERIOR — Vai dar mais abertura nas relações com outros países, abrangendo as restrições à importação, estímulos à exportação e as reservas de mercado.

2000 HORA 20/11/89

27/1/89

F. POC.

Governando com minoria ^{230 + 400} ^{24/1/89}

O sucessor do presidente José Sarney enfrentará, nos primeiros seis meses do Governo, a tarefa de administrar o País sem contar com maioria no Congresso Nacional. Isso ocorre para Collor de Mello e para Luís Inácio Lula da Silva. No primeiro turno, os dois candidatos, juntos, representaram apenas 25% do Congresso Nacional. Isso levou à formação de uma aliança de emergência das principais forças políticas, com o PMDB e o PFL que, até aqui, têm mantido a distância do Governo, perante o eleitorado ficou a marca do comprometi-

mento original que se firmou mais na época do Plano Cruzado.

Mesmo o governo Sarney, com todas as suas mazelas, dispôs de, pelo menos, um terço de apoio parlamentar, dividido entre representantes de vários partidos, incluindo aqueles que se diziam na oposição, como o PDS. Collor ou Lula também terão esse apoio, embora, pelas contingências, o sucessor de Sarney deverá, nos primeiros meses de Governo, enfrentar uma oposição muito forte do grupo derrotado. É esse o quadro que está pintando como resultado de uma acirrada disputa, no segundo turno.

27/11/89.-

F POC (G08)

Governo revela dados econômicos

O ministro Márcio de Nóbrega recebe em audiência hoje o presidente nacional do PT, deputado Luis Gushikata, e o assessor econômico do partido, Alcino Mercadante, para dar início às reuniões de troca de informações sobre os principais dados econômicos do governo. O encontro foi marcado na semana passada, através de um telefonema de Gushikata a Márcio.

Segundo o ministro, a intenção do governo é abrir ao PT todas as contas públicas, prestando informações que possam a "qualquer cidadão". Mas, para todos os dados os representantes do PT terão acesso: não

será divulgada nenhuma informação protegida por sigilo bancário ou fiscal, como declarações de imposto de renda ou o nível atual das reservas cambiais. Márcio explica que divulgará apenas o nível de reservas com um "período de defasagem", por ser este um "número sigiloso".

Da reunião participará todo o núcleo econômico do Ministério da Fazenda: os secretários de Tesouro, Luis Antônio Gonçalves, de Renda Federal, Renato Moreira de Assuntos Internacionais, Sérgio Assis, e de Assuntos Econômicos, Michel Garmatinski, além de outros assessores. (Boleão/21)

ZERO HORA 27/11/89

Empresários temem que vazio de poder possa aprofundar a crise

Nelson Horita

SÃO PAULO — O vazio de poder que vai caracterizar o primeiro trimestre do próximo ano está causando apreensões sobre a iniciativa privada e pode provocar novas ameaças de desequilíbrio na economia. A principal é que o próximo orçamento da União, a ser executado pelo governo a ser eleito, poderá sofrer, já nos primeiros três meses do ano, um impacto de cerca de US\$ 5,5 bilhões, ou seja, a quase totalidade do previsto para os gastos financeiros do Tesouro Nacional com os serviços da dívida pública, trazendo sérias consequências para o controle do déficit público. O motivo é que o governo atual não tem outro instrumento de controle da economia a não ser a política monetária executada nos dias de hoje, que prevê juros reais de até 5% ao mês.

A preocupação dos agentes econômicos, na avaliação do economista Celso Martone, é próprio um dos principais consultores da iniciativa privada empresarial e industrial, tem bases reais. A política de juros altos é a única forma de o governo controlar atualmente a economia com vistas a tentar evitar a hiperinflação. Mas, para este ano, o seu custo não será grande, não ultrapassando os 6% de juros reais na média dos doze meses. Pode parecer estranho, mas quem aplicou dinheiro em janeiro no overnight e o manteve ao longo de 1989, não terá um rendimento maior que 6%, os juros da poupança, ou talvez menor, ao final de dezembro. Segundo as contas de Martone, o motivo principal foi o corte de 20% sobre o estoque da dívida com a extinção das OTNs pelo Plano Verão.

Em fevereiro, março e abril os juros foram elevados novamente, mas em maio a taxa foi negativa, para subir novamente a partir de julho. "Mas no balanço do ano, a despesa do governo não foi elevada." O problema surge a partir do primeiro trimestre de 1990.



Martone: incertezas

Hoje, o estoque da dívida pública está em torno dos US\$ 60 bilhões, segundo Martone, ou de US\$ 70 bilhões, na opinião do presidente do Banco Central, Wadico Bucci.

Se o governo continuar praticando juros elevados em torno, por exemplo, de 3% ao mês, para evitar a hiperinflação no início de 1990, o novo governo terá como herança despesas por conta da dívida interna de US\$ 5,5 bilhões, quando o Orçamento da União prevê gastos financeiros de cerca de US\$ 6 bilhões, ou seja, a aplicação da emenda Gasparian (juros reais máximos de 12% ao ano) sobre o estoque de US\$ 60 bilhões.

Voltamos ao quadro das principais expectativas da iniciativa privada. São elas, segundo Martone, quem será o novo presidente e o que sua equipe econômica irá fazer. "Essa incerteza vai viver conosco de agora até março do ano que vem, e vai se agravar a partir do final de dezembro." Os pontos específicos dessas dúvidas: possibilidade de perdas sobre os ativos financeiros, reservas cambiais, necessidade de ajuste fiscal e, finalmente, como será a política de rendas do próximo governo.

Frase — "Este quadro de incertezas vai entrar em seu clímax em janeiro e dependendo do resultado das eleições poderá haver uma situação de salvamento, um fator detonador, de novo, do risco de hiperinflação." Martone concorda que a política do governo Sarney, hoje, consegue, ainda que precariamente, empurrar as coisas com a barriga. "Portanto, a grande preocupação do momento é como construir a transição econômica entre o resultado das eleições e a posse em março de 1990".

Alguns pensam na antecipação da posse do novo presidente, mas para Martone essa solução não é viável. O Congresso estará em recesso e a Constituição proíbe a antecipação. Dessa forma, na opinião de Martone, só há um alternativa viável. "A única forma de reduzir os riscos é o próximo governo, já na véspera de Natal, antecipar as linhas mestras de seu programa econômico, assumindo suas posições publicamente." Os anúncios que tranquilizariam o setor privado seriam que o próximo governante viesse a público dizer claramente o tratamento a ser conferido à dívida pública, afirmar se haverá extinção da indexação e como isso será feito, qual a possibilidade de congelamento de preços e como ficarão os salários.

O vencedor das eleições poderia, ainda, antecipar algumas medidas práticas de salvaguarda. Em comum acordo com a atual administração, a equipe econômica futura precisará decretar, por exemplo, uma desvalorização de 40% já em janeiro. "Isso terá de ser feito, seja em janeiro ou em março. Muito melhor fazer logo para evitar uma crise cambial aguda em março. Se houver uma desorganização das exportações em março, vai se levar seis meses para recuperar a antiga situação, o que provocará o consumo de todo o ano."

Dívida interna cresce no fim do ano

Bontrix Abreu

BRASÍLIA — As despesas que o governo terá de financiar em novembro e dezembro, por força da ampliação dos gastos determinada pelo presidente José Sarney, resultarão em um crescimento da dívida interna de US\$ 2,9 bilhões. Um número que o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves, não considera exagerado se comparado com a previsão de que as despesas financiadas por emissão de títulos não ultrapassariam, este ano, a casa dos US\$ 5,2 bilhões. A edição do Plano Verão no meio do caminho, proibindo por lei a cobertura de despesas com aumento da dívida pública, possibilitou este "ganho", como reconhece o secretário.

A administração do Caixa do Tesouro, neste final de ano, não apresentará

difficultades, porque todas as despesas já estão programadas. "O problema é se surgirem pedidos adicionais", imagina Luiz Antônio, admitindo que, neste caso, se teria que recorrer a novas emissões e aumento adicional da dívida interna. Reconhece, no entanto, que os leilões de LFTs têm se processado normalmente, com uma demanda bem superior à necessidade de recursos do governo.

O secretário do Tesouro Nacional não acredita que o mercado demandará uma taxa de juro ainda maior em dezembro para aceitar os títulos governamentais. "O governo manterá o mesmo patamar", sinaliza Gonçalves, lembrando que o que pode acontecer é o aumento da taxa a nível nominal, caso a inflação se acelere. Desta forma, perseguirá o procedimento adotado este mês em que o haltsamento do juro aos

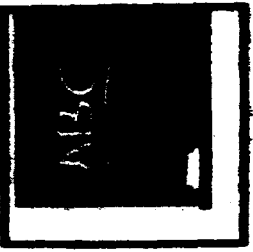
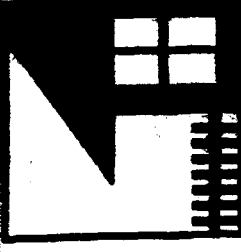
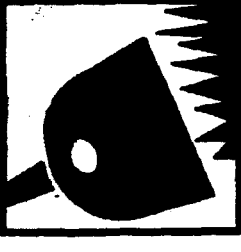
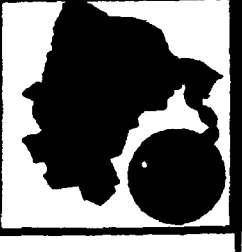
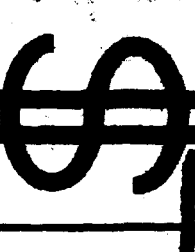
aplicadores no overnight (lastreado pelos LFTs) considerou, também, a projeção do BTN futuro. Ou seja, o governo fixa sua taxa de juro tomando como parâmetro a inflação que o próprio mercado financeiro projeta para o mês.

A Secretaria do Tesouro divulga hoje oficialmente o resultado da execução financeira do Tesouro no período de janeiro a outubro. Foram consumidos dos NCz\$ 251 bilhões. As emissões de títulos para a rolagem da dívida atingiram, no mesmo período, NCz\$ 198 bilhões, com um resgate de NCz\$ 153 bilhões, provocando um gasto com encargos da ordem de NCz\$ 40 bilhões. De janeiro a outubro, o governo conseguiu um superávit primário (descontados os encargos) de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e um déficit operacional (considerando os encargos) da ordem de NCz\$ 11,5 bilhões.

JORNAL DO BRASIL 17/11/89

6 FOL (pp. pp.)

As propostas feitas de cada um

PRN	PT	PSDB	PDT
 <p>EDUCAÇÃO — Aumento do tempo de permanência do aluno na escola, ampliando a duração do ano letivo. Deixar de ser, durante os meses letivos de ensino das crianças e jovens, o índice de repetência.</p>	<p>EDUCAÇÃO — Democratização do ensino superior, ampliação da rede para tornar todo o ensino em público em das escolas, plano de carreira e salários para educadores das redes privadas e públicas, implementação de políticas de alfabetização e tecnologia.</p>	<p>EDUCAÇÃO — Recursos públicos serão destinados apenas para o ensino público. Trabalho de ensino superior, pela e através da participação da gestão das instituições públicas. O profissional do magistério será mais valorizado. Descentralização dos encargos e recursos para o ensino de primeiro e segundo graus.</p>	<p>EDUCAÇÃO — Criação de conselhos para dirigir a educação em nível de família. A partir das ideias, as crianças iram para os Centros, escolas gratuitas com alimentação e assistência médica. Melhorar a educação e mais dignidade para os professores.</p>
 <p>HABITAÇÃO — Transferência da Caixa Econômica Federal como instrumento de financiamento, para o desenvolvimento de qualquer programa habitacional. A partir daí, serão criadas condições de financiamento para a população de baixa renda.</p>	<p>HABITAÇÃO — Construção de conjuntos e casas populares, refinanciamento e FGTS, que será administrado pelas entidades dos trabalhadores. Construção de moradias para setores de renda média.</p>	<p>HABITAÇÃO — Revisão profunda do EPH para atender prioritariamente as populações de baixa renda. Reforço ao papel das prefeituras nos programas habitacionais, regulamentação financeira urbana e formação de um conselho paritário (governo e trabalhadores) para gerir o FGTS.</p>	<p>HABITAÇÃO — Cada família, com seus próprios meios ou com financiamento do material, constrói sua moradia. O projeto deve atingir a periferia das pequenas cidades, vilas e povoados, porque é preciso acabar o trabalhador rural.</p>
 <p>REFORMA AGRÁRIA — Caso tenha de ser com os latifúndios improdutivo, o PRN pretende aplicar uma taxa de imposto forte para que o proprietário decida se vende a propriedade ou a torna produtiva.</p>	<p>REFORMA AGRÁRIA — Revisão das disposições legais que provocam a desapropriação de terras consideradas produtivas. Desapropriação sem indenização de terras tomadas por grilagem ou pertencentes a múltiplas elites, adquiridas em fraude à legislação.</p>	<p>REFORMA AGRÁRIA — Desapropriação de terras latifundiárias, crédito fundiário para aquisição de pequenas terras, imposto progressivo, concessão de terras públicas desocupadas e aquisição ou permutas de terras em casos excepcionais para assentamento.</p>	<p>REFORMA AGRÁRIA — Proprietários e trabalhadores terão de fazer um acordo sob a mediação do governo. É necessário um programa de desapropriação da propriedade, para que todos tenham acesso à terra, sem violência.</p>
 <p>DÍVIDA EXTERNA — Reduzir o aval dos contratos mantidos até hoje pelo Governo Federal com o sistema financeiro internacional, de modo que a dívida seja avaliada caso a caso com os credores. Assim, poderá ser realizada uma auditoria da dívida.</p>	<p>DÍVIDA EXTERNA — Rompimento de acordos com o FMI, instauração de uma auditoria para verificar a legitimidade dos débitos existentes e uma controvérsia com os países devedores para a adoção de uma estratégia comum de atuação.</p>	<p>DÍVIDA EXTERNA — Buscar a redução da dívida ao valor do mercado secundário, com reembolso por percentual das exportações. Indicar ações multilaterais organizadas pelos países devedores e a utilização de fundos internacionais para aliviar a carga do País.</p>	<p>DÍVIDA EXTERNA — Converter uma auditoria para examinar o assunto. Separar o capital do juro: o capital deve ser assumido, mas os juros devem ser reduzidos.</p>
 <p>ECONOMIA — Aumento do tempo de permanência do aluno na escola, ampliando a duração do ano letivo. Deixar de ser, durante os meses letivos de ensino das crianças e jovens, o índice de repetência.</p>	<p>ECONOMIA — Enquadrar a exploração através dos mecanismos legais do Banco Central. Enquadrar a exploração através dos mecanismos legais do Banco Central. Enquadrar a exploração através dos mecanismos legais do Banco Central.</p>	<p>ECONOMIA — Maior intercâmbio com o exterior e criação de mercado interno. Aumento do mercado interno. Aumento do mercado interno.</p>	<p>ECONOMIA — Basear as finanças públicas e converter a moeda em moeda nacional. Basear as finanças públicas e converter a moeda em moeda nacional. Basear as finanças públicas e converter a moeda em moeda nacional.</p>

24.24

2470 FOL

22/11/83

8910107

22/11/83

F. P. de C. P. P.

UDR gaúcha não dará apoio oficial a Collor

Oficialmente, a União Democrática Ruralista (UDR) do Rio Grande do Sul não irá apoiar o candidato à Presidência da República do PRN, Fernando Collor de Mello. Mas a maioria dos seus membros deverão votar em Collor de Mello. Isso foi uma das conclusões de reunião de militantes da UDR gaúcha, realizada em São Leopoldo, segundo informou o líder o presidente da entidade, o advogado uruguaiano José A. Mendes. Mendes encabeça a Frente

desse assumiu a presidência regional da UDR, substituindo o fundador da organização no Estado, o médico odontólogo Gilberto Scopel.

A UDR gaúcha tem em torno de três mil militantes. No encontro também foi realizado o levantamento da paridade eleitoral de entidades da UDR à Presidência da República, o médico gaúcho Marcelo Celso, que encabeça a Frente do PRN. A paridade da UDR gaúcha foi creditada no voto total, analisou Mendes. Ele di-

se que na hora de votar o eleitor associou-se com o crescimento das eleições e votos em quem tinha mais chances de vencer, no caso Collor, que era líder nas pesquisas. Afirmou que a UDR não irá indicar oficialmente o seu apoio a Collor, porque tem uma base multipartida.

PROTESTO — Os militantes da UDR saíram do encontro de São Leopoldo com uma cartaz: ganho Lula

ou Collor, os fundadores de Cruz Alta terão problemas. Acontece que lá está o maior contingente de sem-terra do Brasil, em torno de 12 mil pessoas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apertando aguardando os resultados das urnas que sair. Eles reivindicam reconhecimento no território gaúcho. No período da 14.ª UDR, houve uma reunião de gaúchos em São Leopoldo para discutir

29/11/89

29/11/89

01.41

8910108

29/11/89

F. POL. (PP.PP)

Lula reafirma o propósito de declarar moratória da dívida

☐ Candidato reafirmou sua intenção diante de dez embaixadores de países da Comunidade Econômica Europeia, que ouviram sem comentar

O candidato da Frente Brasil Popular à sucessão presidencial, Lula Inácio Lula da Silva, reafirmou ontem aos embaixadores de dez países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) o seu compromisso de campanha: a suspensão do pagamento da dívida externa, caso seja eleito presidente da República. Segundo Lula, por uma questão de delicadeza e diplomacia, os representantes dos países europeus limitaram-se a ouvir sua proposta de governo.

"Eu não tenho ideia se a proposta de moratória é factível ou não. Escutei com interesse e tratei-me de um assunto brasileiro, que envolve uma relação de Estado para Estado", resumiu o embaixador da França, Jean-Bernard Ouvreu, afirmando não se manifestar sobre as questões brasileiras. A convite do embaixador francês, coube a Lula iniciar as di-



Embaixadores: reforma agrária e investimentos também na pauta da reunião

culções com a CEE sobre o programa de governo dos candidatos à sucessão.

PUNTO DE VISTA — Os embaixadores querem analisar as consequências dos programas na área externa e nas relações do Brasil com a Europa. Segundo Jean-Bernard, a conversa com Fernando Collor de Mello (PRN) ainda não está marcada. Estavam presentes os embaixadores da Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Portugal, Grécia, Dinamarca, além dos representantes da Holanda, Itália e Alemanha. No encontro, que durou uma hora e meia, Lula especi-

ficou ainda suas propostas sobre reforma agrária e sobre as políticas de exportação e de investimentos.

Em relação à dívida externa, Lula disse ter exposto seu ponto de vista ao grupo, sem ouvir qualquer resistência da parte dos países da CEE credenciados no Brasil. "Eles acharam por bem não dar palpites", disse o candidato. O embaixador Jean-Bernard Ouvreu disse ter gostado da primeira conversa com Lula. Resaltou também que a Comunidade Europeia tratará bem qualquer um dos candidatos que for eleito no segundo turno. (AG)

ZHACORA 29/11/89

29/11/89

28/4/89

12.
F. P. C. P. P. P.

2800 INFORMANTES DA NOVA FRENTE COM PUNTO (4)

Depois de receber ontem o apoio formal do PCB, o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, anunciou que seu próximo passo será procurar pessoalmente o senador Mário Covas, do PSD. Lula responsabiliza a mídia e políticos do próprio PSD, que não identificam, de criarem um processo de intrigas para dificultar as alianças em torno de sua candidatura. A Frente Brasil Popular, segundo Lula, já está cansada de dizer que os 13 pontos não constituem um programa de governo, mas uma "manifestação de opinião". Disse ainda, não achando mais que essas propostas poderiam ser utilizadas para dificultar os encaminhamentos com o PSD. "Basta que os 13 pontos não obstejam é não querer a aliança. Eu quero ouvir discretamente de quem pensa que os obstáculos é não através dos jornais", afirmou Lula (AC).

27/11/89

F. POL (PP.PP.)

Lula ainda conta com novas alianças

Candidato acha que é a melhor opção política para PSDB

SÃO PAULO - O candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, negou ontem que esteja encontrando dificuldades para ampliar o leque de apoio a sua candidatura com a incorporação do PDT e PSDB à campanha, apesar da demora na conclusão dessas alianças. "A minha expectativa é a melhor possível", disse Lula, referindo-se ao consórcio do PDT, realizado no Rio, que define a posição do partido quanto a seu engajamento na campanha e eventual co-responsabilidade para governar liderado pelo PT. Quanto aos tucanos, Lula ponderou: "Entre a oposição e o Collor, eu vou a melhor aliança possível para o PSDB". O governador de São Paulo, Mário Covas, retornou a uma telefonada do secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu, sem a mais ligação feita pelo próprio Lula.

O candidato petista classificou a conversa de sábado com os petistas, no Rio, como "interessante, porque foi restabelecida a conversação entre PT e PDT, entre Brizola e Lula". O candidato apoiado pela Frente (PT, PSB e PC do B) fez questão de sublinhar que tanto o senador Mário Covas como o ex-governador Leonel Brizola são presenças importantes em seu parlamento. "Vamos governar conjuntamente esse país", prometeu.



São Paulo — Carla Rio

Lula não quer vetar ninguém

Barba e cabelos aparados, Lula deixou claro que não pretende vetar qualquer nome do PSDB para entrar em sua campanha. "Não podemos fazer vetos. Estaríamos tendo ingerência em outro partido", disse, pouco antes de gravar cinco programas para o horário eleitoral gratuito, no final da manhã de ontem.

Dia As gravações para o horário do TSE na televisão consumiram a maior parte do dia de Lula. Depois de sair dos estúdios Vice-Versa, onde gravou o programa para o rádio, Lula foi

almoçar com o secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu, com um dos coordenadores de comunicação do partido, o secretário-geral do PT-SP, José Américo Dias, e o assessor econômico Aloisio Mercadante. O restaurante escolhido foi um de comidas típicas do Pará, o Ver-o-Peso, em Moema, na Zona Sul da cidade.

Antes de sair do estúdio, Lula foi procurado por uma turma de quatro garotos, liderada por Thomas Castilho, de 12 anos. Vestindo camisas do PT e carregando uma bandeira, eles fizeram questão de tirar uma fotografia ao lado do candidato. Extrovertidos, os meninos telefonaram a um colega chamado Leandro para que ele conversasse com ele. "Pediram para falar com você para ganhar seu voto", disse Lula, bem humorado, a Leandro.

Na produtora TVI, onde gravou quatro de seus programas, ele se encontrou com sua mulher Marisa, que lhe pedia num bilhete: "Não perca a ternura". Lula manteve os mesmos ataques ao adversário Fernando Collor de Mello. Disse que o candidato do PRN, que fala em derramamento de sangue, deveria "rever a história de sua própria família", numa referência ao senador Arnon de Mello, pai de Collor, que matou com um tiro o senador acariense José Kairala, há mais de 20 anos, no plenário do Congresso. Lula repetiu que Collor "tenta vender a imagem de homem moderno, mas faz acusações que lembram os generais reacionários".

COPIADO DE ARQUIVO

ZERO HORA 27/11/89.-

No Ibope, Collor tem 51% contra 37% de Lula

FPOe
(PP-PP)

O candidato do PRN mantém liderança em todas as regiões brasileiras e nos dois maiores colégios eleitorais do País

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, continua tendo a preferência do eleitorado brasileiro, segundo a última pesquisa do Ibope, divulgada ontem pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Collor subiu um ponto, atingindo 51% das intenções de votos, enquanto Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, caiu para 37%. Esta diferença representa quase 11 milhões de votos.

A pesquisa foi realizada entre os dias 23 e 27 deste mês, ouvindo 3.650 eleitores em 260 cidades brasileiras e mostra que se a eleição fosse hoje haveria 5% de votos brancos ou nulos e 7% dos entrevistados se confessam ainda indecisos.

A liderança de Collor de Mello

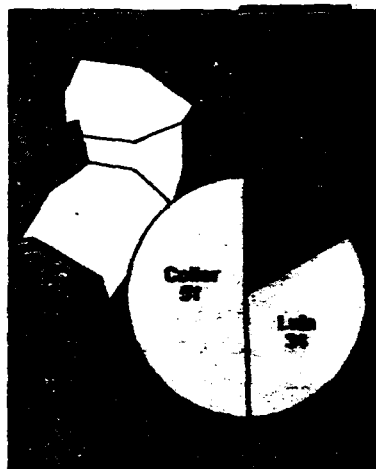
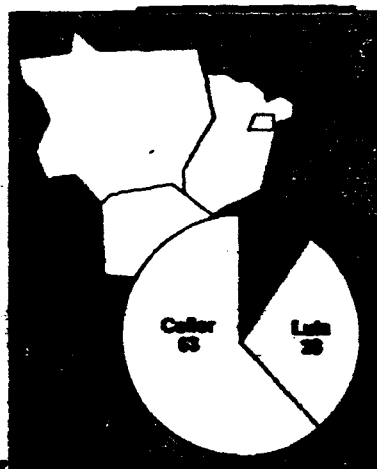
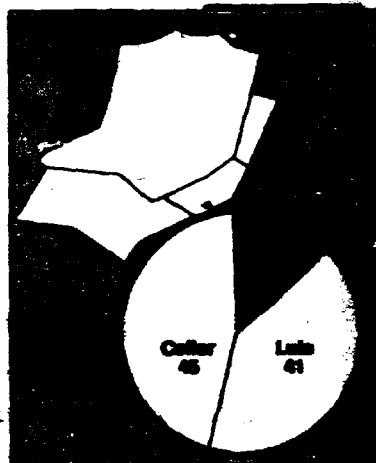
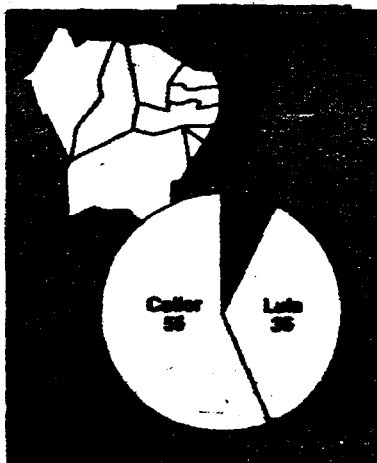
36% de Lula. No Ceará, os votos de Covas e Brizola parecem ter sido transferidos para o candidato do PRN, pois, se no primeiro turno ele dividia as preferências com os outros dois, agora consegue 58% contra 36% de Lula.

Nos dois maiores colégios eleitorais do País, Collor está na frente: em São Paulo, ele atinge 49% contra 37% de Lula; em Minas Gerais, chega a 53% enquanto seu adversário tem 35% das intenções de voto. Na cidade de São Paulo, Collor também vence, com 49% contra 38% de Lula.

TENDÊNCIAS — O Paraná dá a Collor de Mello 69% das preferências, enquanto Lula não passa

dos 23%. Collor também vence em Alagoas, terra que governou, com 85% contra 13% do candidato da Frente Brasil Popular. Em Pernambuco e na Bahia, os dois estados em que havia empate na última pesquisa, Collor está na frente: em Pernambuco, por 51% a 41%, e na Bahia por 51% a 40%.

Em relação à pesquisa anterior, Collor perdeu quatro pontos na região mais importante, a Sudeste, mas estes não se transferiram para Lula. O Ibope mostra também que o Rio Grande do Sul é o estado que apresenta o maior índice de intenções de votos brancos ou nulos: 17%.



Brizola Lula formaliza apoio a Lula

27/11/89 20h40

Líder do PDT falou por horas ontem no Rio, durante encontro nacional do partido. Houve algumas resistências, mas Brizola conseguiu superá-las

MARCELO RECH

coluna especial ZH

Um antigo político do Rio Grande do Sul, o senador Falcão de Melo, já disse que a política é a arte de fazer as coisas acontecerem. Não seria fascinante os efeitos benéficos causarem o efeito, um apoio herbado? Com esta frase, o ex-governador Leonel Brizola, fundador do PDT, chegou ao encontro de ontem de seus antigos aliados e companheiros de luta no Rio de Janeiro para o Congresso Nacional. Brizola, que chegou ao Rio de Janeiro no sábado de manhã, fez um discurso de boas-vindas, mas não falou sobre o apoio a Lula. Ele apenas disse: "É preciso estar com os companheiros, de vez em quando".

Com um pronunciamento de três horas no auditório do Riocentro, Brizola comprou a sustentação à candidatura Lula a um voto sobre um milhão de alvos, em que não se sabe o que existe embaixo, se o mar ou a montanha. "Mas esta fase agora vai dissipar o nevoeiro", afirmou o líder do PDT ao sugerir a união para



Brizola: "Vamos no menos pior"

o segundo turno.

RESISTÊNCIAS — Ao proclamar mesmo que indiretamente sua posição, houve no auditório quem arrancasse das roupas bottons com o nome de Brizola. Sabendo da resistência de boa parte do partido a Lula, ele aconselhou que os companheiros, mesmo sabendo que esta não é (dele) sua posição pessoal, ainda assim, devam acompanhar a decisão partidária.

As resistências se manifestaram antes do discurso de Brizola, que entrou das 15 às 18h. Enquanto a maioria dos líderes regionais se declarava a favor do apoio a Lula, na plateia dezenas de militantes exigiam que fosse aprovada a recomendação do voto nulo no dia 17 de dezembro.

Em certos momentos, o clima fi-

cou pesado e houve até ameaças de brigas entre as duas facções. Diante deste público dividido, Brizola conduziu com habilidade um dos pronunciamentos mais importantes de sua vida.

CRÍTICAS À SEMEIA — Num discurso em que começou relatando a conversa que tivera com Lula no sábado, ele criticou duramente a situação da esquerda progressista e das comunidades carentes de base, na campanha pro-PT, condenou a Justiça Eleitoral por não aceitar a recopagem de votos ou permitir uma auditoria sobre a apuração, e considerou como questão secundária a exigência de apoio ao PT o projeto dos CIEPs.

Antes de tudo, porém, Brizola bateu duro em Fernando Collor de Melo, cuja possibilidade de tornar-se

presidente ele qualificou como a pior coisa que poderia acontecer ao País. "Vamos combater com todas as armas", disse Brizola ao reconhecer que a disputa com Lula havia debilitado as duas principais forças de oposição ao candidato do PRN.

Para tentar remover a disposição pelo voto nulo, Brizola insistiu em duas ideias básicas: "Se nos excluirmos vamos nos sentir desconfortáveis com o passar dos dias" e "não vamos ficar em cima do muro". Brizola foi aplaudido de pé, com centenas de pessoas gritando seu nome. Em nenhum momento houve palavras de ordem a favor de Lula.

FUTURO — Só o ritmo da campanha poderá dizer com que intensidade de Brizola se engajará na candidatura da Frente. Nessa entrevista antes de seu discurso, ele disse considerar como primordial um programa mínimo de governo em termos de pontos comuns. Uma eventual participação na administração de Lula, no caso de sua vitória, ficaria para ser avaliada mais adiante.

Dependerá de clima de confiança entre eles. Não adianta papel escrito — resolveu. Brizola também não confirmou que subirá em palcos ao lado do senador Paulo Rangel, vice na chapa da Frente Brasil Popular, a quem acusa de favorecimento num empréstimo do Banco do Brasil ou a quem continua acusando. "Temos de avaliar na hora diante da situação concreta", explicou ao ex-candidato do PDT.

PT admite revisar seu programa de governo

Mais do que palavras vagas ou de incentivo, o que o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, foi buscar ao Rio de Janeiro no final de semana ele conseguiu: aparecer para fotógrafos e cinegrafistas ao lado de Leonel Brizola, dono de 11 milhões de votos em 15 de novembro, numa postura de confraternização pela qual o ex-candidato do PDT à Presidência passa uma borracha nas divergências anteriores.

A cena foi o ponto alto da passagem de sete horas de Lula pelo Rio. As 18h25min de sábado, depois de trancados frente a frente por três horas e meia, Brizola fez um convite a Lula: "Vamos até a janta?", perguntou ele. O candidato da Frente atendeu prontamente e assim, para delírio de militantes do PT e desgosto da maior parte dos do PDT que lotavam a calçada em frente ao prédio de

Brizola, na avenida Atlântica, os dois acenaram para a pequena multidão e se cumprimentaram em público.

PROMISSAS — Para chegar a esse resultado, Lula admitiu revisar o programa de governo da Frente. "Partimos do pressuposto de que, para governarmos este país, é preciso elaborar um programa econômico que seja de comum acordo com as forças políticas que apóiamos a ganhar. Obviamente, estamos dispostos a fazer um programa econômico conjuntamente", proclama o candidato ao fim da reunião, no hall de entrada do edifício 3.210 da avenida Atlântica.

Lula, porém, deixaria o Rio sem a garantia de apoio — que só viria ontem, após o congresso do PDT — mas carregando apenas uma promessa de que o programa de 13 pontos da Frente seria analisado com calma

por Brizola e a Executiva Nacional do PT, ainda no meio de sábado.

Lula levou para o encontro o presidente nacional do PT, Luís Guanabara, o secretário-geral José Dantas, e o líder na Câmara Federal, Plínio de Arruda Sampaio.

MOMENTO HISTÓRICO — Brizola foi com o presidente do PT, Doutor de Andrade, o líder na Câmara, Valdo Barbosa, e o coordenador de sua campanha, Cybilla Lima. Durante 2h45min, eles trocaram impressões sobre a situação política do país e o programa da Frente. Brizola, segundo assessores, chegou a admitir que as esperanças poderiam estar perdendo um momento histórico único, caso não se unissem para o segundo turno. Mas foi nos 45 minutos finais, que os dois puderam traçar, sem restrições, o caminho que cada um iria adotar dali para a frente.

No sábado, uma reunião longa e tensa no Rio

A implicância de Leonel Brizola com a Justiça Eleitoral tomou conta de grande parte da longa reunião com o candidato a sucessor presidencial Luís Inácio Lula da Silva. Mal se cumprimentaram, Brizola começou a cobrar dos petistas a falta de apoio às reivindicações feitas por ele ao TSE. Segundo o próprio Brizola, Lula ouviu suas ponderações de forma "bastante discreta".

Após ter criticas contundentes à Justiça Eleitoral e à comissão da Frente Brasil Popular, Brizola proce-

rou amenizar o clima perguntando como estavam as negociações com outros partidos, em especial o PSDB. Plínio de Arruda Sampaio relatou detalhadamente e em tom otimista o ritmo das articulações, tentando convencer Brizola da viabilidade eleitoral de Lula.

Brizola gostou muito de ter ouvido dos petistas que os 13 pontos faziam parte de uma proposta de campanha eleitoral de primeiro turno e que poderiam sofrer alterações. Lula mos-

trou interesse em elaborar um plano econômico com a participação do PDT e do PSDB e chegou a sugerir a formação de um "conselho governamental".

SEM RADICALIZAÇÃO — Os pontos do programa que sofreram maior tempo de discussão foram reforma agrária e dívida externa. Brizola quer que o PT se comprometa a não incentivar invasões de terra e a desradicalizar a questão da dívida externa.

8910108

Brizola Lula formaliza apoio a Lula

ZERO HORA 27/11/89

Lula do PDT falou por horas ontem no Rio, durante encontro nacional do partido. Houve algumas resistências, mas Brizola conseguiu superá-las

MARCELO RECH

Estado Especial/ZH

Um antigo político do Rio Grande do Sul, o senador Pinheiro Machado, já disse que a política é a arte de fazer amigos. Não seria fascinante as elites brasileiras capotarem o Lula, um sapo barbudo? Com esta ideia, o ex-governador Leonel Brizola, em uma reunião ontem, conseguiu a maioria de cerca de mil pessoas reunidas no Rio de Janeiro para o Congresso Nacional do PDT, em dezembro, para apoiar a candidatura de Lula ao Palácio do Planalto no próximo turno das eleições presidenciais. Por Brizola, o antigo líder do PT, Brizola mencionou a palavra "apoio", mas seu discurso não deixou dúvidas: "É preciso convencer os companheiros, dizer vai no mesmo passo", recomendou ele.

Com um pronunciamento de três horas no auditório do Riocentro, Brizola comparou a resistência à candidatura Lula a uma vó sobre um colchão de névens, em que não se sabe o que existe embaixo, se o mar ou a montanha. "Mas esta fase agora vai dissipar o nevoeiro", afirmou o líder do PDT ao sugerir a união para



Brizola: "Vamos no mesmo passo" o segundo turno.

RESISTÊNCIAS — Ao proclamar mesmo que indiretamente sua posição, houve no auditório quem arrancasse das roupas bottons com o nome de Brizola. Sabendo da resistência de boa parte do partido a Lula, ele aconselhou que os companheiros, mesmo especulando que esta não é (deixei) sua posição pessoal, ainda assim, devam acompanhar a decisão partidária.

As resistências se manifestaram antes do discurso de Brizola, que durou das 15 às 18h. Enquanto a maioria dos líderes regionais se declarava a favor do apoio a Lula, na plateia dezenas de militantes exigiam que fosse aprovada a recomendação do voto nulo no dia 17 de dezembro.

Em certos momentos, o clima fi-

cou pesado e houve até ameaças de brigas entre as duas facções. Diante deste público dividido, Brizola conduziu com habilidade um dos pronunciamentos mais importantes de sua vida.

CRÍTICAS À NENEM — Num discurso em que começou relatando a conversa que tivera com Lula no sábado, ele criticou duramente a atuação da Igreja progressista e das comunidades eclesiais de base, na Campanha Pro-PT; condenou a Justiça Eleitoral por não aceitar a recomputação de votos ou permitir uma auditoria sobre a apuração; e considerou como questão fechada a exigência de apoio ao PT o projeto dos CIEPs.

Antes de tudo, porém, Brizola bateu duro em Fernando Collor de Mello, cuja possibilidade de tornar-se

presidente ele qualificou como a pior coisa que poderia acontecer ao País. "Vamos combater com todas as nossas forças esse interesse particular", disse Brizola ao reconhecer que a disputa com Lula havia debatido as duas principais forças de oposição ao candidato do PRN.

Para tentar remover a disposição pelo voto nulo, Brizola insistiu em duas ideias básicas: "Se nos excluirmos vamos nos sentir desconfortáveis com o passar dos dias" e "não vamos ficar em cima do muro". Brizola foi aplaudido de pé, com centenas de pessoas gritando seu nome. Em nenhum momento houve palavras de ordem a favor de Lula.

FUTURO — Só o ritmo da campanha poderá dizer com que intensidade Brizola se engajará na candidatura da Frente. Numa entrevista antes de seu discurso, ele disse considerar como primordial um programa mínimo de governo em temas de pontos comuns. Uma eventual participação na administração de Lula, no caso de sua vitória, ficaria para ser avaliada mais adiante.

Dependentes de clima de confiança entre nós. Não adianta papel escrito — ressaltou. Brizola também não confirmou que subirá em palanques ao lado do senador Paulo Bisol, vice na chapa da Frente Brasil Popular, a quem acusa de favorecimento num empréstimo do Banco do Brasil ou a quem continua acusando. "Temos de avaliar na hora diante da situação concreta", afirmou-se o ex-candidato do PDT.

PT admite revisar seu programa de governo

Mais do que palavras vagas ou de incentivo, o que o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, foi buscar no Rio de Janeiro no final de semana ele conseguiu: aparecer para fotógrafos e cinegrafistas ao lado de Leonel Brizola, dono de 11 milhões de votos em 15 de novembro, numa postura de confraternização pela qual o ex-candidato do PDT à Presidência passa uma borracha nas divergências anteriores.

A cena foi o ponto alto da passagem de sete horas de Lula pelo Rio. As 18h25min de sábado, depois de trancados frente a frente por três horas e meia, Brizola fez um convite a Lula: "Vamos até a jucha?", perguntou ele. O candidato da Frente atendeu prontamente e assim, para delírio de militantes do PT e desgosto da maior parte dos do PDT que lotavam a calçada em frente ao prédio de

Brizola, na avenida Atlântica, os dois acenaram para a pequena multidão e se cumprimentaram em público.

PROMISSAS — Para chegar a esse resultado, Lula admitiu revisar o programa de governo da Frente. "Partimos do pressuposto de que, para governarmos este país, é preciso elaborar um programa econômico que seja de comum acordo com as forças políticas que ajudaram a ganhar. Obviamente, estamos dispostos a fazer um programa econômico conjuntamente", proclamou o candidato ao fim da reunião, no hall de entrada do edifício 3.210 da avenida Atlântica.

Lula, porém, deixaria o Rio sem a garantia de apoio — que só viria ontem, após o congresso do PDT — mas carregando apenas uma promessa de que o programa de 13 pontos da Frente seria analisado com calma

por Brizola e a Executiva Nacional do PT, ainda em reunião de sábado.

Lula levou para o Rio de Janeiro o presidente nacional do PT, Luis Gushikica, o secretário-geral José Diógenes, e o líder na Câmara Federal, Plínio de Arruda Sampaio.

MOMENTO HISTÓRICO — Brizola foi com o presidente do PT, Doméstico de Andrade, o líder na Câmara, Valério Barbosa, e o coordenador de sua campanha, Cybille Lima. Durante 2h45min, eles trocaram impressões sobre a situação política do país e o programa da Frente. Brizola, segundo assessores, chegou a admitir que as condições poderiam estar perdendo um momento histórico único, caso não se unissem para o segundo turno. Mas foi nos 45 minutos finais, que os dois puderam traçar, sem restrições, o caminho que cada um iria adotar dali para a frente.

No sábado, uma reunião longa e tensa no Rio

A implicância de Leonel Brizola com a Justiça Eleitoral tomou conta de grande parte da longa reunião com o candidato a sucessão presidencial Luis Inácio Lula da Silva. Mal se cumprimentaram, Brizola começou a cobrar dos petistas a falta de apoio às reivindicações feitas por ele ao TSE. Segundo o próprio Brizola, Lula ouviu suas ponderações de forma "bastante discreta".

Após tecer críticas contundentes à Justiça Eleitoral e à omissão da Frente Brasil Popular, Brizola proce-

rou amenizar o clima perguntando como estavam as negociações com outros partidos, em especial o PSDB. Plínio de Arruda Sampaio relatou detalhadamente e em tom otimista o ritmo das articulações, tentando convencer Brizola da viabilidade eleitoral de Lula.

Brizola gostou muito de ter ouvido dos petistas que os 13 pontos faziam parte de uma proposta de campanha eleitoral de primeiro turno e que poderiam sofrer alterações. Lula mo-

strou interesse em elaborar um plano econômico com a participação do PDT e do PSDB e chegou a sugerir a formação de uma "coalizão governamental".

SEM RADICALIZAÇÃO — Os pontos do programa que tiveram maior tempo de discussão foram reforma agrária e dívida externa. Brizola quer que o PT se comprometa a não incentivar invasões de terra e a desradicalizar a questão da desapropriação de terras.

8910108

PSDB condiciona apoio à Frente

O Partido dos tucanos não concorda com muitos dos pontos do programa de governo da Frente Brasil que contrariam suas propostas

O PSDB decidiu condicionar seu apoio ao candidato do PT, Lula, até que Lula da Silva, a reformulação do Programa da Frente Brasil Popular, elaborado durante o primeiro turno da campanha eleitoral. O entendimento entre os tucanos só foi possível depois de sete horas de reunião, quando o ex-candidato do partido, senador Mário Covas, foi à tribuna e, num discurso firme e emocionado, disse que subscreveria a nota elaborada por uma comissão do partido.

De um lado ficaram cinco representantes do Movimento Unidade Programista (MUP), o grupo mais à esquerda do partido, que queriam uma declaração explícita de apoio a Lula. De outro, comandado pelo Diretor de São Paulo, um grupo que defendia apenas uma sinalização à candidatura de Lula, condicionando o apoio à mudança do programa. A linha foi elaborada por representantes dos dois grupos, mas mesmo depois de aprovada pelo plenário foi contestada pelo MUP.

Foi então que Mário Covas foi convidado por um representante do Diretório de Sergipe a dar sua opinião. Até então calado e demonstrando sua contrariedade com as discussões, Covas foi à tribuna e chorou quando disse: "Falo porque ontem acreditei e hoje acredito num partido. O PT não é a nossa referência. A nossa referência é o PSDB. Nós fazemos a nossa hora. Ninguém a determina por nós. Assim é que um partido se afirma. Que um partido não é omissor. Por isso subscreveria esta nota".

Covas conseguiu unificar o parti-



Mário Covas: nossa obrigação é em nome dos votos que recebemos.

do ao dizer que a nota representava a média do que tinha ouvido durante todo o dia na tribuna (ele não saiu da sala nem para almoçar). E deixou claro que aquela sinalização era o máximo que o PSDB poderia fazer naquele momento, dentro de uma negociação com o PT.

"Temos obrigação de dizer, em nome dos 11% da votação que o PSDB recebeu, que é preciso mudança no programa do PT para que ele não se sobreponha aos 34% que faltam para se atingir a maioria. E se não formos capazes de dizer isso, não seremos capazes de fazer outra coisa", disse Covas.

Depois de a nota ser aprovada por aclamação pelo plenário, representantes do MUP cercaram o líder Fernando Henrique Cardoso para protestar e cobrar o apoio explícito a Lula. Fernando Henrique explicou que aquela era a média do pensa-

mento do partido. Em seguida, o líder na Câmara, Euclides Scalco, que também participa das conversações com o PT, foi à tribuna dizer que aquela nota traduzia o pedido da Frente Brasil Popular — ou seja, deixar as portas abertas à negociação.

Ainda assim, as resistências continuaram, uma parcela da platéia cobrando a declaração explícita de apoio a Lula e outra querendo recuar ainda mais. Em seu discurso, Mário Covas disse, ainda, que a nota do PSDB deixava claro que, se Fernando Collor vencer as eleições, a responsabilidade será da Frente Brasil Popular que não quis ceder em suas posições e não teve "competência e inteligência" para avançar nos entendimentos.

"Esta nota não é a minha, não é a de Franco Montoro, não é a de Fernando Henrique, não é a de Marcelo

Cerqueira, nem a de Elói de Oliveira. É um pedaço de cada um de nós. Queira Deus que tenha alguém que há de melhor em cada um de nós", disse Covas, encerrando seu discurso. Sem dizer em nenhum momento o nome de seu candidato no segundo turno, mas indicando que votará em Lula.

Covas disse: "Eu não voto em branco, não voto em quem não dá o voto em Collor porque ele contraria o que pedimos há mais de 30 anos".

OS PONTOS — Na nota, aprovada por aclamação, o PSDB resolveu apoiar Lula até que o PT apresente uma proposta para o segundo turno, dando à Executiva a obrigação de promover as negociações, determinar o tipo de apoio.

A nota, redigida por uma comissão escolhida pelo Diretório Nacional, inclui definitivamente a possibilidade de apoio ao candidato do PTN. Ainda que a nota não mencione o nome de Lula, ela é considerada uma vitória para o PT, pois a Frente Brasil Popular, uma vez que condiciona o apoio a uma mudança no programa do PT, não pode ser considerada uma força de oposição. Isso significa que o PSDB não se compromete a apoiar o PT, mas a apoiar o programa do PT, o que é uma posição política mais flexível e não de simples apoio.

A posição de negociação foi criticada pelo ministro da Justiça, O deputado Carlos Tinoco, do PT, dizendo que a Frente Brasil Popular não se deve apoiar Lula no segundo turno. O senador João Braga, do PT, também criticou a posição, dizendo que o PSDB não deve apoiar o PT, mas a apoiar o programa do PT, o que é uma posição política mais flexível e não de simples apoio.

O senador José Richa, que se recusa a apoiar Lula caso o PT se recuse publicamente sobre o voto não por petistas a seu nome no Paraná, também a solidariedade do Diretório de seu Estado. (AG)

O que Collor e Lula têm 2000 HOJA 27/11/89 em comum com PSDB e PDT

Na disputa de apólos para o segundo turno, se fossem levados em conta apenas os programas partidários, situação é equilibrada

MARCELO REICH
Editorialista

Se fossem levados em consideração apenas os programas dos dois candidatos mais votados em 15 de novembro, cujas propostas são difundidas pelo PDT e PSDB como balizas para qualquer aliança no segundo turno, os eleitores desses dois partidos deveriam se dividir entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Pelo menos em relação às principais propostas de governo — chamadas pelas próprias partidárias, nesta fase de campanha, de "plataforma básica" — PDT e PSDB não estão nem tanto ao mar, nem tanto à terra, ou seja, não se apresentam nem tão próximos do capitalismo mais liberal e moderno abraçado por Collor de Mello e nem tão lig-

dos às teorias socialistas de Lula. A identificação do eleitorado do PDT e PSDB com o PNV de Collor ou com o PT de Lula é crucial neste momento decisivo do segundo turno. Juntos, os dois maiores eleitorados que ficaram à margem da fase final da disputa representam 18.958.620 votos, ou 26,13% do total de eleitores, capazes de desequilibrar a balança a favor de Collor ou de Lula. Mesmo que o eleitorado brasileiro não siga à risca as decisões das cúpulas partidárias, o peso da palavra de Leoni Brito ou de Mário Covas poderá arremessar leveis de eleitores de um lado para o outro.

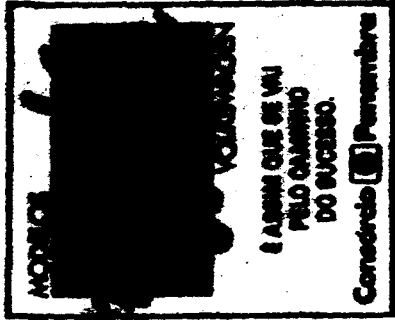
PROPOSTAS INFLUENTES — Mais do que as alianças, entretanto, deverá pesar na hora do voto a afinidade de cada eleitor com o seu programático das duas partidas classificadas. Nesse caso, Fernando Collor de Mello representa o programa de "liberalismo econômico" e "liberalismo social", enquanto Lula representa o programa de "liberalismo econômico" e "socialismo social".

Collor e o PSDB, por exemplo, têm a mesma visão sobre o papel do Estado na economia e no desenvolvimento do país.

feito à economia, uma perspectiva que diferencia o programa de Collor de Lula. Em discurso no Senado, em 27 de novembro, Collor afirmou que o programa de Lula é "um programa de desmontagem do Brasil".

Em relação à dívida externa, o programa do PDT tem pontos de convergência com o do PT. Ambos visam uma redução da dívida externa, mas o programa do PT prevê o rompimento puro e simples das negociações com o FMI, como já fez Lula. No entanto, o PDT e o PT concordam que é preciso manter a negociação com o FMI, mas a prazo e com juros reduzidos.

REFORMA TRABALHISTA — Quanto à reforma trabalhista, Lula fez várias declarações, incluindo a possibilidade de extinção da Justiça do Trabalho e a extinção da Justiça Federal.



propriedade, é um legado entre propriedades e instituições. Covas ressaltou a importância da reforma em "reformas estruturais". O PSDB também se aproxima de Collor quando propõe um plano de estabilização econômica, na parte relativa à inflação, mas com diferenças de implementação.

Em outras palavras, como Lula, o PSDB também quer manter a negociação com o FMI, mas a prazo e com juros reduzidos.

27/11/89.

F.R.C. (PP-PP.)

25/11/87

25 de novembro de 1989

SUCCESSÃO

A DECISÃO

PSDB reúne Executiva para definir se apóia PT

☐ Embora o partido tenha já manifestado sua rejeição a Collor, o apoio a Lula esbarra na proposta do PT, que é presidencialista

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reúne hoje, a partir das 10 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara, o seu Diretório Nacional para discutir o apoio dos tucanos à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular (PT, PPS e PC do B). Não será uma tarefa fácil aos 121 inte-

grantes do diretório. Embora a Executiva do partido tenha recomendado "repúdio à candidatura Collor de Mello", entre os "13 pontos" da Frente Brasil Popular e as propostas de governo do PSDB pesam mais divergências do que coincidências. A começar pelo sistema de governo. O PT e os demais partidos que sustentam a candidatura de Lula são defensores da manutenção do presidencialismo. Os tucanos têm como compromisso a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo.

O senador Dirceu Carneiro (SC) afirmou então, na tribuna do Senado, que o partido não pode apoiar-

mente aderir à candidatura Lula. "Aderir é uma rendição incondicional", salientou o tucano estarinense. Segundo ele, é preciso antes de tudo saber se o PT deseja ganhar a eleição ou apenas marcar posição como fez em outros episódios políticos. Para ampliar a base de sustentação da candidatura de Lula, na avaliação de Dirceu Carneiro, a Frente Brasil Popular terá que mudar "para compor este segmento da sociedade" que apoiou outros candidatos no primeiro turno da eleição presidencial. Uma exceção à regra de Mário Covas aos palanques de colégio de Lula dependerá muito da flexibilidade que

bouver nas negociações da Frente Brasil Popular.

DIVERGÊNCIAS — Segundo o líder do PSDB na Câmara, Euzébio de Queiroz, as negociações com o PT ainda não foram conclusivas. Os tucanos divergem da forma como a Frente Brasil Popular pensa em relação à dívida externa. Não concordam com a proposta do PT sobre a dívida interna, administração da Previdência social e reforma agrária. Também divergem sobre o programa da Frente Brasil Popular no âmbito das "questões constitucionais" importantes para os tucanos como reforma administrativa e saúde pública.

Scalco disse ainda que dentro do partido existe discordância quanto à intenção do PT de criar um "bloco de forças políticas". A formação deste bloco implicaria em exclusão de pessoas. O PSDB discorda frontalmente da proposta e define a formação de "um bloco partidário". Isto considerando que o futuro governo não poderá administrar o país sem apoio de uma base parlamentar de sustentação política no Congresso. Entretanto, para que o PSDB se revele nesta base de apoio, mesmo sem cargos no governo, é preciso co-participação no programa que visa a ser desenvolvido pelo futuro presidente. (Brasília/ZH)

8910108

25/1/89

F. 202 (PP. PP.)

Lula acha normal que PSDB esteja indefinido

SÃO PAULO — O candidato da Frente Brasil Popular (PT-PC do B-PSB), Luis Inácio Lula da Silva, considerou normal que o PSDB ainda não tenha decidido a fim dar apoio e não quis fazer previsões sobre a conversa que terá hoje, no Rio, com Leonel Brizola, do PDT. "Acho que ele vai se apoiar", disse Lula, sem revelar os argumentos que usará para atrair os petistas.

Antes do encontro com Brizola, do qual participarão também o presidente do PT, deputado Luis Gushiken, e o líder do partido na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio, Lula almoçará com o dono da Rede Manchete, Adolpho Bloch, na sede da emissora. Ele vai explicar como agirá com relação às concessões de rádio e TV, se chegar ao Palácio do Planalto.

Tema pontos — A crítica do PSDB aos 13 pontos negociáveis do programa do PT, que segundo os tucanos dão ênfase excessiva à participação popular nas decisões de governo, foi rebatida pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio. O líder da bancada petista argumentou que os instrumentos de intervenção direta da sociedade são cada vez mais adotados nas democracias do Primeiro Mundo, para evitar o exercício de superpoderes por parte das organizações institucionais.

A orientação da cúpula do PT é, entretanto, evitar polêmica. "Não vamos discutir com o PSDB através da imprensa", resumiu o secretário-geral, deputado estadual José Dirceu (SP). A discussão das diferenças entre os dois partidos ficará para a noite, quando negociadores petistas se reunirão com dois emissários dos tucanos, o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e o deputado Euclides Scalco (PR), em Brasília.

As lideranças do PT passaram dois dias no Hotel Danúbio, no centro da capital paulista, discutindo a amplitude da aliança que pretendem formar

no segundo turno da eleição presidencial e os pontos programáticos que o partido poderá ceder. Na reunião, que terminou na tarde de ontem, os integrantes do Diretório Nacional do PT, coordenadores de campanha e deputados federais definiram que será fundamental para o partido que seja criado em torno de Lula um bloco de forças "progressistas": PT, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PCB, PV e PH, além da esquerda do EMDB.

Governo — Os dirigentes petistas têm "todo o interesse de trazer essas forças para o futuro governo de Lula", segundo afirmou o deputado Luis Gushiken. Embora tenha firmado posição em defesa dos pontos negociáveis, o Diretório Nacional do PT deixou aberta a possibilidade de emendamentos. "Os 13 pontos constituem o regime geral do que consideramos importante, mas estamos abertos a acréscimos e enriquecimentos", sustentou Gushiken.

A rigor, o recado que os petistas querem passar, principalmente ao PSDB e ao PDT, é que acatam levar o programa à mesa de discussões e concordariam com a supressão de alguns pontos. "Depende do que eles queiram suprimir", ressaltou José Dirceu. "Mas queremos manter o núcleo de nossa proposta, até porque foi nela que o eleitorado votou".

Dívida — A suspensão do pagamento da dívida externa, peça principal do programa da Frente Brasil Popular, continua negociável, segundo o deputado Luis Gushiken. Para os petistas, isso não impede que o assunto não possa ser discutido com os possíveis aliados.

O PT admite incluir em seu programa de governo a construção dos Círculos (Centros Integrados de Educação Pública), que no primeiro turno foi o carro-chefe da campanha de Leonel Brizola. "É possível estabelecermos com o PDT uma política comum para essa questão", afirmou José Dirceu.

BRASIL 25/1/89

8910108

F. Rec (pp. pp.)

PMDB se reúne e decide apoiar Lula

24/11/89

□ Cinco governadores do partido, que defendem posição de neutralidade, ficaram contrariados com a posição unânime da Executiva Nacional

A Executiva Nacional do PMDB, por unanimidade, decidiu apoiar a candidatura de Lula para o segundo turno. A decisão do partido contraria a vontade dos governadores Ulysses Guimarães (SP), Ruy Mauro Marini (RJ), Nilo Coelho (BA) e Geraldo Melo (RN), que defendem uma posição de neutralidade. A posição do partido foi acertada na noite de quarta-feira, em reunião com o deputado Ulysses Guimarães. O ex-ministro Renato Archer e o deputado João Pinheiro



Quarta: neutralidade no segundo turno

Esta decisão, entretanto, não afeta o apoio que o partido já presta a Lula, enquanto a posição de equidistância é mantida por aqueles que estavam divergentes com algumas posições da Executiva do partido. A decisão da Executiva do PMDB foi tomada após o encontro

da Frente Brasil Popular, para garantir sua eleição, tem a chancela do Exército Nacional, além de outros órgãos do PMDB e alguns governadores, foram ouvidos os dirigentes nacionais e os congressistas. Depois disso, houve

uma reunião para discutir o apoio a Lula, enquanto a posição de equidistância é mantida por aqueles que estavam divergentes com algumas posições da Executiva do partido. A decisão da Executiva do PMDB foi tomada após o encontro

não pode sustentar a neutralidade e a omissão, que só servem ao conservadorismo.

QUEM APÓIA — Sobre as candidaturas que vão ao segundo turno, diz recuar "cabalmente qualquer cogitação relativa à candidatura Collor de Mello", que para os pesmedebistas "é um veículo do que há de mais reacionário e do continuísmo das desigualdades sociais".

A Executiva recomenda aos militantes do partido que votem em Lula e responsabiliza a Frente Brasil Popular para garantir as condições necessárias à vitória eleitoral. O presidente interno do PMDB, Jéssé Vasconcelos, anunciou que sua participação será apenas formal, mas de apoio à campanha de Lula.

O mesmo comportamento será seguido por outros integrantes da Executiva, como os deputados Mário Duque (PR), Francisco Filho (BA), senador Nelson Webber (SC) e o deputado da Câmara Paulo de Tarso. O candidato a vice do PMDB, Waldyr Pires, que também participou da reunião, disse que fará o que for preciso para apoiar Lula, inclusive, salientando no palanque dos comícios (Jornalistas/ZH)

24/11/89

A DECISÃO

F. P. C. (P. P. P.)

PDT dividido quanto ao apoio a Lula

Na Assembleia,
Lima e Abadie

recusaram apoio a

Lula. Na Câmara e

no Senado a posição já

é pelo apoio ao petista

preconiza a supressão dos di-
reitos individuais do edifi-
cício".

O deputado disse sentir-se
"numa situação em que devo
analisar profundamente esta
candidatura". E acrescentou:
"Lamentavelmente, não te-
mos tido contato com o PT".

Não temos conseguido ir à
Prefeitura de Porto Alegre,
pois as suas portas não se abri-
ram para aqueles que não são seus
eleitores".

Denunciou que entidades
religiosas que mantêm um
albergue e creche em vilas da
cidade, "tiveram o controle
recolhido pela Prefeitura, pre-
viamente pelo sistema re-
bato em parte deste partido".
Segundo Abadie, "as crianças

apora estão ao desabrigo".
O deputado Moraes Berles
também manifestou sua posic-
ção: é certo que não votará em
Lula.

1979 NULO — O Mar Val-
dioniro Lima manifestou soli-
tariedade ao seu compromisso
assumido em 1979 ao PT.
Lima criou com a creche e o
albergue. Também reconhe-
ceu a situação que está ar-
riscando para o futuro do
partido a votar em Lula.

"Todos têm certeza de que não
votarão em Collor de Mello,
pelos seus ligões com os se-
tores conservadores da socie-
dade. Mas querem refletir na
hora em relação a Lula, devido
as grandes diferenças que te-
mos, embora sejamos como
ele, de esquerda e progressis-
tas".

Apesar de que muitos dos
seus representantes do interior
já manifestaram a disposição
de apoiar o voto "Não apre-
ver o nome de Abadie na re-

Silva. "Vamos votar no Lula,
mesmo que o Lula não que-
ra", garantiu o presidente na-
cional do PDT, deputado
Doutor de Andrade (SP), logo
após o almoço que reuniu a
banda petista no Congres-
so Nacional, em Brasília. En-
bora não imponham condições
a seu apoio ao PT, os parla-
mentares do PDT querem ne-
gociar um programa mínimo
de governo. Eles garantem que
não pretendem participar de
um governo petista. (A3)

APÓIO A LULA — Os depu-
tados federais e senadores do
PDT decidiram ontem defen-
der o apoio de Leonel Brizola
ao candidato da Frente Brasil
Popular, Lula Inácio Lula da



A ESQUERDA UNIDA

bém não quer nada com o PT de Lula e de Plínio Sampaio. O problema com o conceito de direita e esquerda que preside esse tipo de conversa é que ele é verdadeiro nas cúpulas e inexistente nas bases. Diz a sabedoria convencional que Lula é de esquerda e Collor de direita, mas é difícil imaginar que os 40 milhões de eleitores que poderão dar seus votos a Collor sejam de direita — seria a direita mais espetacular do planeta em todos os tempos —, da mesma forma que se Lula ganhar com seus 40 milhões de votos ficará delicado dizer que a esquerda nacional tem essa dimensão colossal.

Outro equívoco da política brasileira — este cômico — é a solenidade com que os caciques cabalam para trocar promessas de apoio nas eleições. Neste primeiro turno, Lula carregou como vice o senador gaúcho José Paulo Bisol, acoplado à chapa, entre outras coisas, para atrair votos para o PT no Rio Grande do Sul. Lula, com Bisol e tudo, naufragou nesse Estado. Brizola transportou na vice o deputado pernambucano Fernando Lyra e foi surrado em Pernambuco. Na Bahia, com o vice Waldir Pires, da terra, Ulysses Guimarães nada conseguiu. Collor e Lula tiveram o bom senso de dar importância secundária a alianças no primeiro turno. É provável que mantenham a esperteza no segundo, mesmo que, para um político, contribuições e apoios sejam coisas que não se desprezam. Até mesmo os governadores têm poder muito relativo nesse aspecto. Se tivessem força real, teriam elegido Ulysses Guimarães no primeiro turno — e ele ficou em sétimo lugar.

Mas o mito da aliança permanece intocado. Na quinta-feira pela manhã, quando os peemedebistas se desobrigaram finalmente de

Depois da rivalidade no primeiro turno, os militantes já começam a fazer um esforço para formar um bloco de apoio ao candidato com que mais simpatizam neste segundo turno. No Rio de Janeiro, um grupo de militantes de esquerda de vários partidos — PT, PSB, PCB, PC do B e PSDB — já desfilava no Rio de Janeiro numa parada de apoio a Lula

carregar o andor de Ulysses, foi o próprio deputado quem telefonou a quase todos os governadores do PMDB para ver em que direção o vento soprava naquela altura. A consulta era sobre o segundo turno, naturalmente. Miguel Arraes, de Pernambuco, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Pedro Ivo, de Santa Catarina, Max Mauro, do Espírito Santo, e Henrique Santillo, de Goiás, defendiam uma aliança com Lula. O paranacense Alvaro Dias, o mineiro Newton Cardoso, o baiano Nilo Coelho e o mato-grossense-do-sul Marcelo Miranda resistiram à idéia — mas ninguém defendeu Collor de Mello. No dia seguinte, Wellington Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro, reforçava o esquadrão de Lula, enquanto em São Paulo o governador Orestes Quércia, que torcia por Brizola contra Lula para o segundo turno, recomendava a Ulysses um pouco de calma. “Vamos devagar”, disse Quércia. “É preciso deixar passar alguns dias.”

No nicho do PSDB, que atrai aves petistas e collaridas, pelo prestígio que agora desfruta Mário Covas, está complicada uma decisão em bloco. Covas admitiu que vota em Lula, o senador José Richa tenderia para Collor de Mello, enquanto o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, já radicalizou: “Com Collor não me alio”, avisou Pimenta. Desde que se desgarrou do PMDB, o partido de Mário Covas enfrenta um problema de identidade. Seu chefe e candidato até a semana passada defendeu posições à esquerda na Constituinte e pregou “um choque de capitalismo” quando sua campanha parecia fracassada. Agora, no momento de ir para um lado ou para o outro, os tucanos não sa-

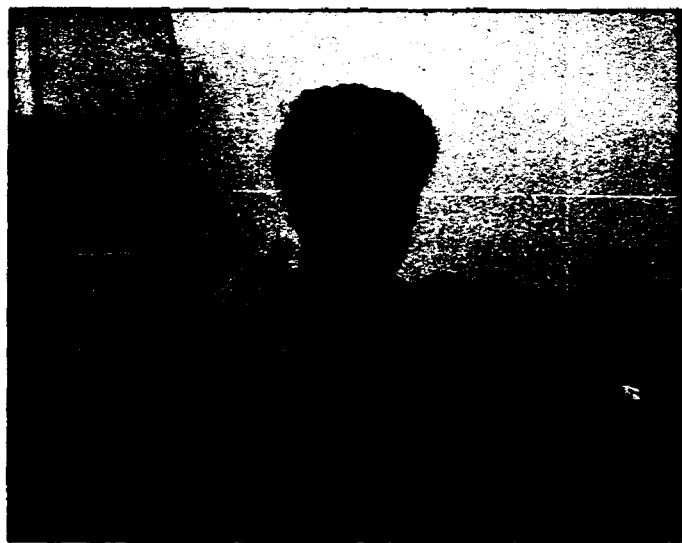
herme Afif Domingos, quando se somam os votos dos dois caciques do PMDB e do PFL, que funcionaram como colunas de suporte para a Nova República. A coluna de votos de Afif — também ele um político desconhecido fora de São Paulo antes desta campanha — é hoje mais sólida que as de Aureliano e Ulysses. Nesse cruzamento, Afif sai como vencedor das eleições, embora tenha perdido, enquanto Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves parecem ter queimado seus derradeiros cartuchos.

Ainda sob o efeito do suspense causado pela apuração dos votos nos últimos dias, em virtude da disputa difícil pelo segundo lugar entre Lula e Brizola, o eleitorado brasileiro tem a sensação de que tudo está zerado e que as regras de avaliação serão agora diferentes da primeira rodada. Os candidatos pensam exatamente a mesma coisa. Para se defender dos ataques de Lula, Collor de Mello já procura retocar sua imagem, que viajou rapidamente para a direita pela simples colocação de Lula ao seu lado esquerdo. Na sexta-feira, o candidato do PRN já se dizia comprometido com os mesmos anseios de paz social que julga presentes nas cartilhas de dirigentes mundiais como Mikhail Gorbachev, da União Soviética, Felipe Gonzalez, da Espanha, e François Mitterrand, da França — um comunista e dois socialistas. Ao mesmo tempo, é curioso ver o PT à procura de um eixo mais abrangente. Assim, Collor trata de ficar mais parecido com Lula, enquanto Lula, para esvaziar o adversário, mesmo que não precise ficar mais parecido com Collor, já tirou a trava da porta de seu partido.

“Estou com delegação para ampliar o leque de apoios, mas de forma seletiva”, avisava na semana passada o deputado petista Plínio de Arruda Sampaio. “Não aceitamos pessoas como o Robertão ou o Newton Cardoso”, exemplificou o deputado com as figuras do ministro Roberto Cardoso Alves, um dos criadores do conservador Centro, e do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso — que tam-

O APOIO A COLLOR

Na semana passada, o candidato do PRN colecionava apoios por gravidade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, um arquirrival de Lula, acabou aderindo à sua campanha. O governador do Espírito Santo, Gerson Camata, do PMDB, colaria para opor-se aos seus rivais regionais que estão com Lula



político não menciona que ele fosse comunista. A Globo argumenta que não podia fazer projeção alguma porque a diferença entre Brizola e Lula era muito pequena. Ela vende-

de, mas a emissora não esclarece que, com base nos seus métodos, era muito difícil chegar a parte alguma porque eles haviam sido escolhidos ao léu, sem preocupação de que repro-

sentassem de maneira ponderada a totalidade da votação no Brasil.

A Globo hesitou até decidir-se a montar um sistema próprio de acompanhamento das apurações. Ela temia, pelo orden, a responsabilidade política que isso implica, os custos operacionais e os ataques de Brizola. Primeiro, a Globo decidiu acompanhar de perto a apuração em algumas capitais, depois em todas elas e por fim optou por cobrir também cidades do interior. No dia 15, ela estava preparada para acompanhar as apurações em 3 000 dos 4 445 municípios brasileiros, com a pretensão de contar 83% dos votos do país. Ou seja, a Globo não pretendia che-

gar ao total dos votos, mas pretendia pagar apenas o que, ao longo da campanha, na passada, o TSE havia com um apurador muito adiantado que a da Globo. Como isso ocorreu, a Globo passou numa situação muito ruim. Ela anunciou erroneamente no Jornal Nacional da sexta-feira que Brizola havia vencido seu sistema de apuração que então registrou 83% dos votos e deu vitória bem a frente de Lula. No sábado, a Globo voltou atrás e afirmou que não conseguia apurar todos os votos e deu como certo que Lula chegaria ao segundo turno.



Primeira Sessão

A Rede Globo montou um fantástico sistema de contagem de votos. O segredo, que não estava aberto para chegar a todos os turnos. A emissora esperava que o TSE fosse mais veloz, e se deu mal: teve de anunciar que abandonava a apuração aos 83%, com Brizola na frente, e depois voltou atrás

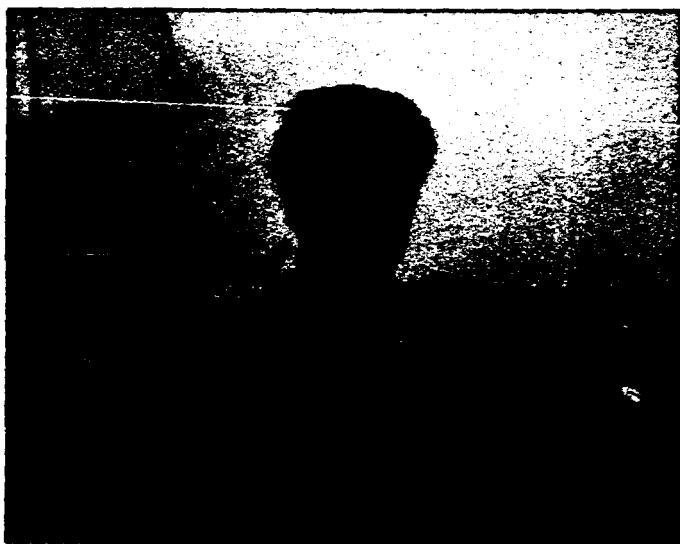
lherme Afif Domingos, quando se somam os votos dos dois caciques do PMDB e do PFL, que funcionaram como colunas de suporte para a Nova República. A coluna de votos de Afif — também ele um político desconhecido fora de São Paulo antes desta campanha — é hoje mais sólida que as de Aureliano e Ulysses. Nesse cruzamento, Afif sai como vencedor das eleições, embora tenha perdido, enquanto Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves parecem ter queimado seus derradeiros cartuchos.

Ainda sob o efeito do suspense causado pela apuração dos votos nos últimos dias, em virtude da disputa difícil pelo segundo lugar entre Lula e Brizola, o eleitorado brasileiro tem a sensação de que tudo está zerado e que as regras de avaliação serão agora diferentes da primeira rodada. Os candidatos pensam exatamente a mesma coisa. Para se defender dos ataques de Lula, Collor de Mello já procura retocar sua imagem, que viajou rapidamente para a direita pela simples colocação de Lula ao seu lado esquerdo. Na sexta-feira, o candidato do PRN já se dizia comprometido com os mesmos anseios de paz social que julga presentes nas cartilhas de dirigentes mundiais como Mikhail Gorbachev, da União Soviética, Felipe Gonzalez, da Espanha, e François Mitterrand, da França — um comunista e dois socialistas. Ao mesmo tempo, é curioso ver o PT à procura de um eixo mais abrangente. Assim, Collor trata de ficar mais parecido com Lula, enquanto Lula, para esvaziar o adversário, mesmo que não precise ficar mais parecido com Collor, já tirou a trava da porta de seu partido.

"Estou com delegação para ampliar o leque de apoios, mas de forma seletiva", avisava na semana passada o deputado petista Plínio de Arruda Sampaio. "Não aceitamos pessoas como o Robertão ou o Newton Cardoso", exemplificou o deputado com as figuras do ministro Roberto Cardoso Alves, um dos criadores do conservador Centrao, e do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso — que tam-

O APOIO A COLLOR

Na semana passada, o candidato do PRN colecionava apoios por gravidade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, um arquirrival de Lula, adverte a aderir à sua caravana. O governador do Espírito Santo, Gerson Camata, do PMDB, colheu para opor-se aos seus rivais regionais que estão com Lula



perfilado antes mesmo que ele fosse anunciado. A Globo argumenta que não podia fazer propaganda alguma porque a campanha entre Brizola e Lula era muito apertada. Em verdade,

de, mas a emissora não esclarece que, com base nos seus números, era muito difícil chegar a parte alguma porque eles haviam sido escolhidos ao léu, sem preocupação de que repre-

sentassem de maneira ponderada a totalidade da votação no Brasil.

A Globo hesitou até decidir-se a montar um sistema próprio de acompanhamento das apurações. Ela temia, pela ordem, a responsabilidade política que isso implica, os custos operacionais e os ataques de Brizola. Primeiro, a Globo decide acompanhar de perto a apuração em algumas capitais, depois em todas elas e por fim optou por cobrir também cidades do interior. No dia 15, ela estava preparada para acompanhar as apurações em 3 000 dos 4 445 municípios brasileiros, com a pretensão de contar 83% dos votos do país. Ou seja, a Globo não pretendia che-

gar ao total dos votos, mas pretendia porque sabia que, se não se apurasse na primeira, a TSE poderia com um apuro mais adiantado que o da Globo. Como isso ocorreu, a Globo entrou numa situação complicada. Ela anunciou anteriormente no *Jornal Nacional* de sexta-feira que deixaria de usar seu sistema de apuração que então registrava 80% dos votos e dava Brizola bem a frente de Lula. No sábado, a Globo voltou atrás e afirmou que já conseguira apurar 91% dos votos e deu como certo que Lula chegaria ao segundo turno.



Penosa Súmula

A Rede Globo montou um complicado sistema de contagem de votos (leia-se), mas que não estava pronto para chegar a todos os urnas. A emissora esperava que o TSE fosse mais veloz, e se deu um leve toque de atenção que abandonava a apuração aos 80%, com Brizola na frente, e depois voltou atrás.



A ESQUERDA UNIDA

bém não quer nada com o PT de Lula e de Plínio Sampaio. O problema com o conceito de direita e esquerda que preside esse tipo de conversa é que ele é verdadeiro nas cúpulas e inexistente nas bases. Diz a sabedoria convencional que Lula é de esquerda e Collor de direita, mas é difícil imaginar que os 40 milhões de eleitores que poderão dar seus votos a Collor sejam de direita — seria a direita mais espetacular do planeta em todos os tempos —, da mesma forma que se Lula ganhar com seus 40 milhões de votos ficará delicado dizer que a esquerda nacional tem essa dimensão colossal.

Outro equívoco da política brasileira — este cómico — é a solenidade com que os caciques cabulam para trocar promessas de apoio nas eleições. Neste primeiro turno, Lula carregou como vice o senador gaúcho José Paulo Bisol, acoplado à chapa, entre outras coisas, para atrair votos para o PT no Rio Grande do Sul. Lula, com Bisol e tudo, naufragou nesse Estado. Brizola transportou na vice o deputado pernambucano Fernando Lyra e foi suado em Pernambuco. Na Bahia, com o vice Waldir Pires, da terra, Ulysses Guimarães nada conseguiu. Collor e Lula tiveram o bom senso de dar importância secundária a alianças no primeiro turno. É provável que mantenham a esperteza no segundo, mesmo que, para um político, contribuições e apoios sejam coisas que não se desprezam. Até mesmo os governadores têm poder muito relativo nesse aspecto. Se tivessem força real, teriam eleito Ulysses Guimarães no primeiro turno — e ele ficou em sétimo lugar.

Mas o mito da aliança permanece intocado. Na quinta-feira pela manhã, quando os peemedebistas se desobrigaram finalmente de

Depois da rivalidade no primeiro turno, os militantes já começam a fazer um esforço para formar um bloco de apoio ao candidato com quem mais simpatizam nesta segunda fase. No Rio de Janeiro, um grupo de militantes de esquerda de vários partidos — PT, PSB, PCB, PC do B e PSDB — já desfilava no Rio de Janeiro numa parada de apoio a Lula

carregar o andor de Ulysses, foi o próprio deputado quem telefonou a quase todos os governadores do PMDB para ver em que direção o vento soprava àquela altura. A consulta era sobre o segundo turno, naturalmente. Miguel Arraes, de Pernambuco, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Pedro Ivo, de Santa Catarina, Max Mauro, do Espírito Santo, e Henrique Santillo, de Goiás, defendiam uma aliança com Lula. O paranaense Alvaro Dias, o mineiro Newton Cardoso, o baiano Nilo Coelho e o mato-grossense-do-sul Marcelo Miranda resistiram à idéia — mas ninguém defendeu Collor de Mello. No dia seguinte, Wellington Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro, reforçava o esquadrão de Lula, enquanto em São Paulo o governador Orestes Quércia, que torcia por Brizola contra Lula para o segundo turno, recomendava a Ulysses um pouco de calma. “Vamos devagar”, disse Quércia. “É preciso deixar passar alguns dias.”

No nicho do PSDB, que atrai aves petistas e colloridas, pelo prestígio que agora desfruta Mário Covas, está complicada uma decisão em bloco. Covas admitiu que vota em Lula, o senador José Richa tenderia para Collor de Mello, enquanto o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, já radicalizou: “Com Collor não me alio”, avisou Pimenta. Desde que se desgarrou do PMDB, o partido de Mário Covas enfrenta um problema de identidade. Seu chefe e candidato até a semana passada defendeu posições à esquerda na Constituinte e pregou “um choque de capitalismo” quando sua campanha parecia fracassada. Agora, no momento de ir para um lado ou para o outro, os tucanos não sa-

bem o que fazer direito. "Estamos num impasse assustador", reconhece o senador Fernando Henrique Cardoso. "Politicamente, é mais difícil nos aliarmos a Collor, mas poderá ser mais difícil ainda governar com o Lula." O PSDB, por sua genética, tende no entanto a armar barraca no acampamento de Lula.

E o PDT, de quem será? Apesar das brigas de Lula e Brizola no final da campanha, o partido já deixou claro que também fica com o que chama de candidato progressista, Lula. Pode abalroar pelo lado o inesperado Paulo Maluf, que está em dúvida, por incrível que pareça. "Posso apoiar qualquer um dos dois, Collor ou Lula", diz Maluf, um pouco por ironia, um pouco por vingança e um pouco por puro realismo político mesmo. As adesões ainda estavam em estado embrionário no último sábado, e os candidatos ainda se perguntavam que vantagens um ou outro político lhes poderia trazer. Em princípio, a conta é simples. Toma-se de um lado Maluf, Afif e Caiado e se põe seus votos na bolsa de Collor — alguma coisa perto de 12 milhões de votos. Do outro lado, colocam-se os 20 milhões de votos de Brizola, Covas e Roberto Freire na conta de Lula. Pega-se, então, Ulysses Guimarães e divide-se seus votos em duas metades, uma para Fernando Collor e outra para Luís Inácio Lula da Silva. Pronto, está bem distribuído o patrimônio da esquerda e o da direita. Na realidade, uma eleição nunca acontece com base nessa aritmética absurda, porque o povo elege quem ele quer, e não há mágica para alterar esse mérito democrático da visita periódica às urnas.

É verdade que há gente tentando fazer a mágica neste exato momento. Ela, na versão agora em evidência, chama-se parlamentarismo. Trata-se de um ótimo sistema de governo, mas muitos de seus atuais defensores querem mesmo é inviabilizar a ação do novo presidente com a tranca de um pri-

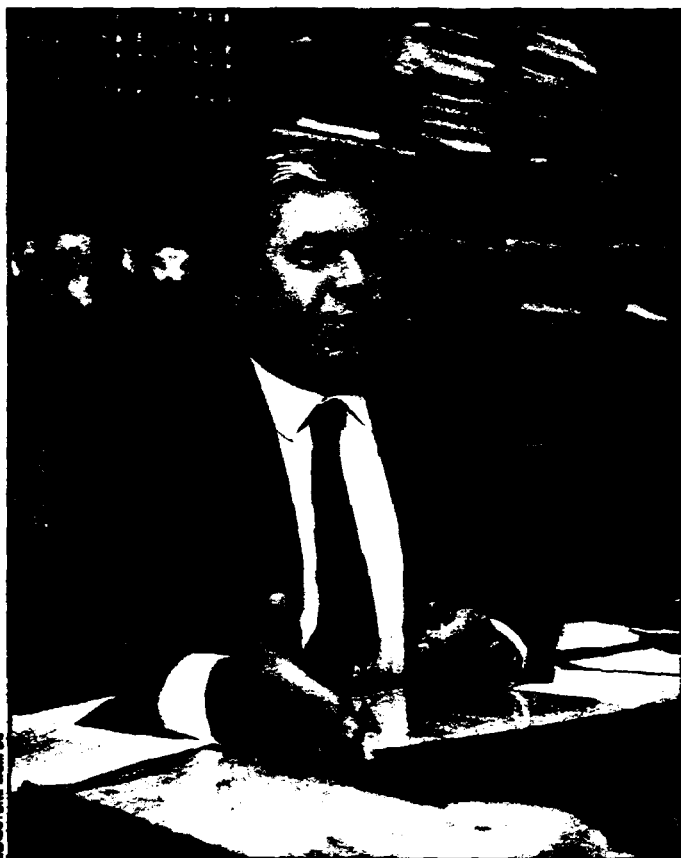
meiro-ministro. "Desde 1950, acontece a mesma coisa: o derrotado quer o parlamentarismo", critica o deputado Francisco Dornelles. Um dos defensores da mudança de regime é o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, que guerreou o parlamentarismo durante a Constituinte — ou seja, quando é para ficar com o presidencialismo e Sarney, Leônidas acha ótimo. Quando, porém, é para encarar o presidencialismo com alguém eleito por mais de 40 milhões de brasileiros, o general acha que não convém. Como a Constituição prevê a realização de um plebiscito em 1993 para se saber que regime o povo realmente deseja, essas tentativas de virar o jogo neste momento são apenas manobras golpistas.

Há uma promessa no ar de que os brasileiros vão prestar ainda mais atenção nesta segunda rodada do que na primeira. "Vamos promover o confronto ideológico para mostrar quem é quem neste país", adianta Lula, a bordo de sua bandeira do "tostão contra o milhão". Lula também promete as-

sustar muitos endinheirados que gostam de sonegar impostos ou apreciam a especulação financeira. "Seremos implacáveis com esses", diz ele. Pode-se supor que há uma grande fantasia moralizante nessas ameaças, mas a verdade é que o PT deverá fazer a anatomia das camadas dirigentes do país, para se colocar na posição do menino pobre contra o menino rico. Em resposta, Collor levantará a bola e manterá a discussão acesa, com um coquetel de críticas às administrações petistas e às idéias do próprio Lula, que deverão ser apresentadas como manifestações do atraso e de tudo aquilo que não dá certo, em comparação ao seu próprio modernismo social-democrata. Com risco de cansar os espectadores pela repetição, Collor continuará a empinar a caça aos marajás e a malhar o presidente José Sarney. O segundo round da briga promete.

A ESCOLHA FINAL

Oficializada a esperada derrota de Ulysses, o PMDB se divide entre apoiar Collor ou Lula. O governador Newton Cardoso (à esq.) não vai para Lula. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, torce por Brizola — e agora pode calar aos colegas para evitar decisões no calor da primeira hora



A arrancada de Lula

Numa disputa apertada, o candidato do PT vence Leonel Brizola e assegura sua passagem para o segundo turno



O Brasil é um país onde 30 milhões de trabalhadores não têm carteira assinada, sete em cada dez empregados não conseguem completar um ano no mesmo serviço e poucos peões de fábrica são capazes de fazer carreira numa empresa e se tornarem chefes de seção. Desde a quarta-feira da semana passada ao obter mais de 12 milhões de votos e o segundo lugar nas eleições presidenciais, o operário Luís Inácio Lula da Silva, 44 anos de idade, nascido em Pernambuco e portador de uma biografia política toda construída em São Paulo, é um dos dois únicos candidatos credenciados a disputar a Presidência da República no segundo turno, marcado para 17 de dezembro. Até 1973 o operário Luís Inácio Lula da Silva dava expediente das 6h15 da manhã até as 14h45 da tarde em frente a um torno mecânico nas Indústrias Villares em São Bernardo do Campo, no cinturão industrial de São Paulo, onde começou e desenvolveu sua trajetória de líder sindical e político. Um pouco depois, ele conseguiu um diploma de madureza do curso ginásial, nos bancos de uma escola fundada no próprio sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, que começara a frequentar anos antes. Depois do 15 de novembro de 1989, abriu-se a possibilidade concreta de o torneio-mecânico de São Bernardo conseguir aquilo que nenhuma pessoa de sua classe jamais sonhou a sério: subir a rampa do Palácio do Planalto como sucessor do presidente José Sarney, o que provocaria uma reviravolta sem precedentes nos costumes políticos nacionais.

Como líder dos metalúrgicos do ABC, Lula passou dez anos batendo na porta dos mais ilustres gabinetes da indústria paulista para pedir aumento de salário aos empregados. Agora, se levar a melhor sobre seu adversário no segundo turno das eleições, o primeiro colocado Fernando Collor, pode acontecer de os missionários empresários do país serem obrigados a marcar audiência para serem recebidos no 3.º andar do Planalto por um operário barbudo, que fala português cruzado e não tem o dedo mínimo da mão esquerda. Nas greves dos anos 70 e do início da década de 80, a polícia atacava os piquetes dos operários com casquetes, tropas do Exército eram colocadas em prontidão e helicópteros sobrevoavam manifestações de protesto com metralhadoras à mostra. Se vencer Collor em 17 de dezembro, Lula é quem estará na posição de dar ordens aos gene-

rais, e será a ele que os comandantes militares terão de bater continência.

"Em 1917, na União Soviética, os trabalhadores chegaram ao poder através de uma revolução armada", afirma o candidato do PT. "Em 1989, os trabalhadores chegaram ao poder, no Brasil, através de uma revolução pelo voto." É o tipo de comparação que só pode entusiasmar quem ainda acredita na URSS como modelo para alguma coisa, mas que, pelo menos no primeiro turno, não causou danos fatais à campanha do PT. O candidato operário chega ao segundo turno com um pacote de mais de 12 milhões de votos embaixo do braço, o suficiente para que ele derrotasse seu principal concorrente pela vaga, Leonel Brizola, numa vitória apertada — e surtasse um garboso elenco de cabeças coroadas da política brasileira, como o senador Mário Covas, do PSDB, o ex-deputado Paulo Maluf, do PDS, e o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB. Nas urnas, a geologia eleitoral de Lula exibiu um desenho semelhante ao de um planalto situado a uma boa altitude em relação ao nível do mar da maioria dos concorrentes, mas sua votação foi recortada por montanhas altas e alguns vales profundos. Em seu berço político, a região do ABC paulista, por exemplo, a abertura das urnas lhe deu um momento de glória — recebeu o primeiro lugar na maioria das cidades e uma preferência na faixa dos 35%. Em compensação, enfrentou a penúria de eleitores em lugares onde o PT conquistou a prefeitura em 1988, como Porto Alegre e São Paulo — na capital gaúcha ficou em terceiro lugar, na capital paulista teve 17% dos votos, e terminou na quarta colocação. Em todo o Estado de São Paulo, na verdade, Lula colheu um resultado decepcionante — foi folgadoamente batido por Collor, uma má

notícia para quem, como o deputado do PT, tem no território paulista o seu centro de gravidade político. Lula foi melhor em Minas Gerais, onde assegurou o segundo posto, mas também aí ficou muito atrás de Collor, que obteve quase o dobro de sua votação entre os mineiros. Seus melhores desempenhos, em termos estaduais, foram na Bahia e em Pernambuco, sua terra natal, e também do candidato a vice na chapa de Brizola, Fernando Lyra.

É verdade que se pode fazer, a respeito do PT, a mesma constatação que, no passado, era feita sobre o PDS e que, hoje em dia, tornou-se a matriz da melancólica campanha de Ulysses Guimarães, do PMDB, e de Aureliano Chaves, do PFL — a de que o candidato Lula agrada muito mais ao eleitorado que o vê fazendo





A Hora do Voto

Lula em 15 de novembro: glória em Pernambuco e desgraça nas prefeituras do PT. "Vamos fazer uma revolução pelo voto"

discursos na oposição do que àquele que é obrigado a agitar a ação de seu partido no governo. Exemplos disso estão no fato de Lula não conseguir ganhar em São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Santos, Campinas — todas cidades onde a prefeitura está nas mãos do PT. Também é verdade que Lula saiu do primeiro turno com uma soma de votos equivalente a menos de dois terços da que foi obtida pelo primeiro colocado, Fernando Collor. A realidade, no entanto, é que em 15 de novembro, todos os 21 concorrentes brigavam para tornar-se proprietários de duas únicas vagas em 17 de dezembro — para azar dos outros dezanove, Lula conseguiu ser um deles.

O nervosismo dos primeiros dias de apuração transformou empresários circunspectos em membros cativos da torcida da Brizolândia, cacheu de maus presságios os palácios onde dão expediente alguns dos mais graúdos governadores do PMDB, como Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais, que haviam jogado suas fichas em Leonel Brizola para o segundo turno e ficaram sem candidato, e transformou-se em assunto do dia nas manchetes dos jornais — atribuiu-se à ascensão de Lula, entre outras coisas, o disparo do dólar ocorrido na quinta-feira passada. É certo que, no Brasil, o biceps eleitoral de um candidato como Lula assusta muitas pessoas. Não só os ricos — gente que, conforme o candidato repetiu ao longo de toda a campanha presidencial, será convocada a ir para o sacrifício num governo do PT, partido que en-

xerga nas capacidades punitivas e regulatórias do Estado o elixir milagroso para promover a distribuição de renda. Uma boa fatia da classe média também vê em Lula aquele sinal de que as coisas podem ficar ainda piores do que já estão e que seu padrão de vida será arrojado. Por fim, muitos brasileiros pobres acham que um político como Lula pode acabar criando uma grande confusão no país — e, em sua sábia percepção, para não falar em sua experiência, eles sabem que as confusões sempre acabam caindo na cabeça de quem é pobre.

Apesar de todas as ansiedades que pode provocar, contudo, e independentemente de seus méritos como postulante à Presidência, uma candidatura como a de Lula é um acontecimento que depõe a favor da ordem democrática no Brasil de 1989. Mesmo as democracias mais exemplares do mundo nunca tiveram operários de verdade disputando seu comando pelo voto, e pode-se dar de barato que vai ser muito difícil que venham a ter. É claro que, nos Estados Unidos, pode-se eleger um preto para a prefeitura de Nova York, e até se leva a sério um candidato a candidato presidencial como o reverendo Jesse Jackson. O fato, contudo, é que se David Dinkins e Jesse Jackson resolvessem falar aos Estados Unidos metade do que Lula fala no Brasil ou defender proposições de governo que lembrassem, vagamente, propostas que constam da plataforma de governo do PT, seriam automaticamente denunciados como arautos da divisão da sociedade, queimados na fogueira dos editoriais de imprensa e congelados em suas perspectivas políticas.

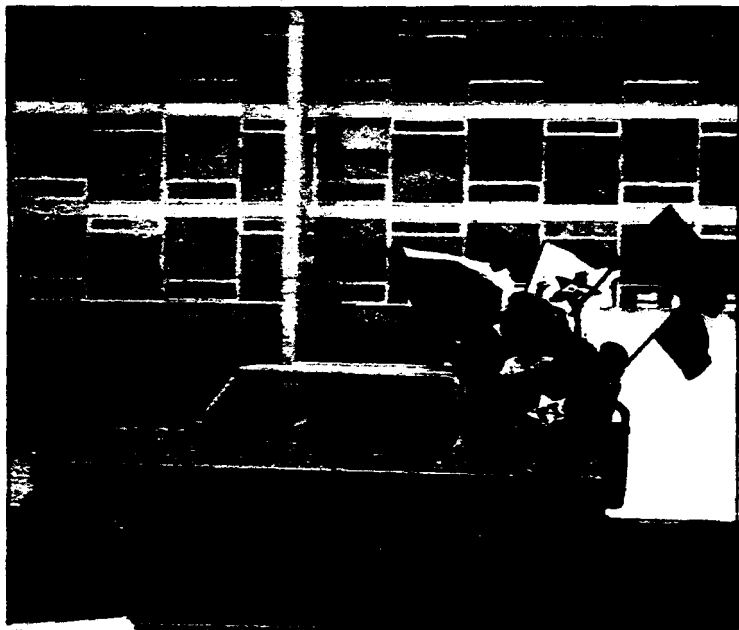
Mesmo na França, onde legendas e candidatos de esquerda disputam o governo há mais de cinquenta anos e o presidente da República é um socialista histórico, uma candidatura como a de Lula seria um escândalo. François Mitterrand pode ser um dos sumos sacerdotes da esquerda europeia e mundial, mas um Lula na França seria como se na reta final pelo Palácio do Eliseu aparecesse, com grandes chances de ganhar, um operário descendente de imigrantes árabes que até outro dia pagava as contas do fim do mês dando duro numa linha de montagem da Renault. No cenário mundial, Lula só tem laços de parentesco com o polonês Lech Walesa — mas sua passagem para o segundo turno, em que o cenário e as personalidades da primeira fase seriam colocados de cabeça para baixo, podendo conduzir a um desfecho imprevisível, indica que o candidato operário do Brasil pode cravar um recorde internacional.

“Tenho a certeza de que a nossa vitória será um dos grandes acontecimentos deste final de século”, diz Lula. O candidato operário tem menos de trinta dias para sair-se bem na duríssima parada de 17 de dezembro — para derrotar Collor no segundo turno, Lula precisará chegar à marca de 50% mais um dos votos válidos, proporção que equivale a multiplicar por mais de três o eleitorado que o apoiou em 15 de novembro. Matematicamente, isso quer dizer que, além de conservar absolutamente todos os eleitores que o apoiaram na semana passada, Lula ainda precisará conquistar todos os votos dados a Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Freire — e até mesmo capturar auxílio eleitoral em cidadãos que, na semana passada, acharam melhor apoiar concorrentes situados do outro lado do campo político, como Mahf, Guilherme Afif e o próprio Collor.

Obviamente, também Collor tem pela frente a necessidade de ficar com esses 50% mais um, mas leva a vantagem de ter obtido um resultado muito superior ao de Lula no teste inicial das urnas. Para o candidato do PT, trata-se de uma capacidade sem dívida gigantesca — e já se pode apostar que, em breve, será possível ler, ouvir e ver testes de insipiente acadêmica demonstrando por A + B que o candidato do PT não tem chances reais de vencer, e que o melhor, para si próprio e para seu partido, seria cruzar os braços e herdar, por direito natural, a confortável cadeira de líder da oposição ao futuro presidente. Da mesma forma, curiosamente, com que se julgou o outro vencedor, Fernando Collor, viu-se ao longo de todo o ano de 1989 essas mesmas idéias rondarem o candidato Luís Inácio Lula da Silva e suas cham-

No Palácio

A militância do PT em ação no dia 15 de novembro: trabalho de boca de urna e um desfile de bandeiras nas vizinhanças do Palácio do Planalto



O grande derrotado

Brizola é enganado pela própria voz

No início da campanha presidencial, o candidato do PDT, Leonel Brizola, era tudo o que sempre se disse dele — liderava as pesquisas de opinião, era cortejado por políticos do PMDB e do PFL e movimentava-se pelo país com a desenvoltura de quem era considerado o franco favorito para 15 de novembro. Na semana passada, com a abertura das urnas do primeiro turno, o eleitorado disse quem é Leonel Brizola. Deixou-o em terceiro lugar na disputa, atrás do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva — a quem ele próprio definira, ao longo da campanha, como um “operário de fachada” e um candidato “despreparado” para governar o país. A votação do candidato do PDT foi um pouco maior que a do senador Mário Covas, do PSDB. Aos 67 anos de idade, Brizola é um político que já foi eleito deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e governador do Rio de Janeiro. Até agora, nunca tinha perdido uma eleição na vida. Perdeu a da semana passada — a mais importante de sua carreira.

Um dos aspectos mais ilustrativos da derrota de Brizola foi mostrar a dimensão regional de sua candidatura. O concorrente do PDT teve um desempenho capotacular do Rio Grande do Sul, onde ficou perto de alcançar os 70% dos votos — só perdeu a eleição em um dos 333 municípios daquele Estado. Também chegou na frente no Rio de Janeiro, cravando mais de 60% das preferências do eleitorado. Se na semana passada estivesse em jogo a sucessão de Pedro Simon, governador do Rio Grande do Sul, e de Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro, Brizola poderia, em breve, descobrir como seria administrar dois Estados de uma só vez. Como em 15 de novembro disputou-se a primeira fase da sucessão presidencial, ele foi desclassificado por carência de votos e saiu do jogo. Em São Paulo, primeiro maior colégio eleitoral do país, o candidato do PDT não passou da marca de 1,5% dos votos, conforme as projeções do último fim de semana. Em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral, ficou com 5% das preferências. Sempre se disse que Leonel Brizola era um político com muitas virtudes e uma delas residia em sua capacidade de empolgar o grosso do eleitorado com propostas de esquerda e, simultaneamente, amarrar eficientes alianças com políticos deixados ao léu pelo conservadorismo. As urnas de 1989 se encarregaram de demonstrar que essa idéia não tem fundamento. Na Bahia, por exemplo, Brizola saiu em campanha de braço dado com ex-prefeito Márcio Kertz, que, batizado na política local pelas fichas do FDS, seria um típico representante daquela linhagem que o candidato do PDT chama de filhote da ditadura — mesmo assim, ficou em quinto lugar, a uma boa distância de Lula e Collor de Mello. Na Paraíba, seu grande cabo eleitoral era o prefeito Wilson Braga, outro da família dos filhotes — Brizola ficou com 12% dos votos e em terceiro lugar, conforme estimava-se na semana passada.

A derrota de Leonel Brizola é um desses acontecimentos que trazem à luz problemas do passado, envolvem decisões que dizem respeito ao presente e também colocam interrogações quanto ao futuro político do candidato. Poucas conversas são tão inúteis, nos meios políticos, como aquelas



O San Tactano

Brizola sempre denunciou os institutos de pesquisa. Sabe-se, agora, que ele foi muito bem tratado — até o fim e depois lhe dava o segundo lugar

encontros nos quais os perdedores procuram descobrir motivos para sua própria derrota. É certo que, no PDT, essa conversa irá render debates para vários meses, mas não há dúvida de que, em sua campanha no primeiro turno, Brizola cometeu um erro fatal. O erro consistiu em não esconder o desprezo que sentia pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Nunca, nos cálculos do PDT, a campanha de Lula chegou a ser examinada com seriedade. Quando o candidato ganhou fôlego nas pesquisas, Brizola passou a fastigiá-lo com denúncias vagas — acusando-o, por exemplo, de receber ajuda financeira do exterior e de não passar de uma espécie de marionete controlada por padres da chamada Igreja progressista.

Em outra oportunidade, Brizola chegou a fazer ironias com Lula, dizendo que, em seu governo, iria convidá-lo para ser o ministro do Trabalho. Por fim, para assustar o PT e a CUT, casou-se com uma barulhenta e malsucedido namoro com Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e principal adversário dos petistas na briga pelo controle dos sindicatos do país. Apenas na reta final, o candidato do PDT deu-se conta do perigo — e passou a importunar Lula até mesmo com a acusação de que seu candidato a vice, José Paulo Bisol, era dono de um latifúndio em Minas Gerais, com investimentos subsidiados pelo Banco do Brasil. Era o velho Leonel Brizola em sua boa forma — lançando suspeitas sem jamais deixar claro onde as fundamentava. Era, também, tarde demais — e seu comportamento impressionou pelo vigor e pela pouca sinceridade. "Tenho a impressão de que ele está em busca de uma des-

culpa para não me apoiar no segundo turno", chegou a queixar-se Lula nos dois últimos debates pela TV.

Outra intrigação a respeito de Brizola e do futuro de sua sigla, o PDT — partido que nunca teve uma verdadeira plataforma de governo — nunca se definiu a respeito de muitos pontos, pois que absolutamente todos os seus integrantes estavam imbuídos por uma convicção comum, a de que Leonel Brizola estava prestes a ser o

próximo presidente da República. Resta saber, também, qual o futuro político do candidato do PDT, que já completou 72 anos — e terá 72 na próxima campanha presidencial. Seja qual for o passado, de qualquer modo, é possível fazer uma análise dolorosa. Brizola passou a maior parte da campanha eleitoral de Collor de Mello, da TV Globo e das pesquisas eleitorais. Não gostava de Collor porque não admitia que algum concorrente estivesse à sua frente. Condenava a Globo dizendo que ela criava Collor em seus laboratórios. E reclamava dos institutos de pesquisa porque o mantinham em segundo lugar. Abertas as urnas, pode-se dizer que elas revelaram que Brizola passou a maior parte do ano conversando sozinho e acabou enganado pela própria voz. Demorou para perceber que o verdadeiro adversário era Luís Inácio Lula da Silva, com quem disputava o segundo lugar, e não Collor, que, para todos os efeitos, acabou isolado em primeiro. Também se constatou, com a vitória do candidato do PT, que a TV Globo não teve influência no placar final. Por fim, os institutos de pesquisa até que foram bons para Brizola — mesmo no último levantamento, o Ibope lhe dava o segundo lugar.



EMERSON BERRIATO



ANDRÉ PINHEIRO



OSCAR DINIZ

ces no primeiro turno. Também se demonstrava, por A + B, que ele estava predestinado a fracassar em 15 de novembro — fosse por culpa das prefeituras do PT, da avalanche de greves do primeiro semestre ou ainda porque seria destrocado por um exímio construtor de imagens televisivas e de alianças políticas, o supostamente imbatível Leonel Brizola, homem que foi eleito governador de dois Estados diferentes, nunca perdeu uma eleição e tem mais de quarenta anos de prática no ramo. Em várias ocasiões, Lula pedia aos repórteres que acompanhavam sua movimentação pelo país para tomar nota de uma promessa, quando lhe perguntavam se ia apoiar Brizola na reta final. "Em 16 de novembro, estarei no segundo turno", dizia o candidato do PT. "Por que vocês acham que sou eu que vou ter de apoiar o Brizola?" Na época, um pronunciamento desse tipo chegava a provocar risadas na maioria dos presentes. Lula preferiu rir, em companhia de 12 milhões de votos, na semana passada.

Para chegar ao segundo turno, o candidato Luís Inácio Lula da Silva foi o primeiro político brasileiro a introduzir, numa campanha presidencial, um debate diferente — a de que o eleitorado deveria fazer uma opção entre pobres e ricos, que, no seu modo de ver as coisas, seriam cidadãos com interesses antagônicos sob qualquer ponto de vista. Pode-se dizer que todas as palavras que Lula pronunciou nos 140 comícios organizados em uma centena de cidades do país, onde estima-se que tenha sido ouvido por 1,5 milhão de pessoas, podem ser resumidas por um quadro

CENAS DA CAMPANHA

Em agosto, com a campanha em baixa, Lula visita Porto Alegre com a mulher, Maria. Em setembro, com a propaganda gratuita na televisão, o candidato tenta melhorar seu desempenho com uma partida com amigos famosos, como Chico Buarque de Holanda. Em outubro, partiu de Garanhuns, sua cidade em Pernambuco, para a arrancada que lhe deu a vitória

exibido logo no início do horário político da TV. Era aquela sequência que mostrava, numa primeira cena, um trabalhador de frigorífico carregando um traseiro de boi nas costas — e explicando, para as câmeras, que seu salário não dá para ter bife no almoço nem uma vez por semana. Na cena seguinte, mostrava-se um cãozinho de raça brincando pelos jardins do Parque Ibirapuera, em São Paulo — sua proprietária anunciava que o cãozinho de seu animal consistia em duas refeições diárias com arroz, cenoura, frango ou carne. Pode-se dizer, com razão, que se trata de uma peça de propaganda política que gera mais calor do que luz. Também se pode lembrar que, na junção dessas duas situações, o candidato do PT produziu um quadro até artificial sobre os dramas sociais do país. É

inegável, porém, que se tocou num problema real — pois o Brasil é, efetivamente, um país onde muitas pessoas não têm comida no prato e muitos cachorros se alimentam melhor do que trabalhadores assalariados.

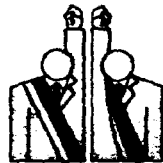
Para estragar o eleitorado de seu rival no segundo turno, Lula chega à disputa final nos braços de uma legenda que conta com a mão-de-obra gratuita de 800 000 militantes e aquele triângulo de qualidades que definem um bom candidato em qualquer eleição — tem carisma, sabe falar com eloquência, clareza e paixão e possui uma biografia pessoal que não dá margem a ataques. Não se sabe o que irá acontecer com sua candidatura, que, por um mês inteiro, estará no centro dos mesmos holofotes que, na reta final do primeiro turno, trouxeram à luz o caso Lubeca — a obscura série de tratativas entre uma empresa imobiliária e a prefeitura petista de São Paulo. O que se sabe é que, para vencer Collor, o candidato operário chega ao segundo turno com uma palavra de ordem inspirada na carreira do ex-presidente Jânio Quadros. "Faremos a campanha do tostão contra o milhão", afirma Lula. O segundo turno já produziu essa novidade. Até os últimos dias, Lula estará querendo provar que Collor é o candidato dos ricos. Pode não conseguir, mas pode conseguir, sem que isso lhe adiante coisa alguma. Com certeza, porém, Lula entra na reta final com o conforto de ser o candidato à Presidência mais parecido, na vida real, com a grande maioria dos que vão escolher o presidente.

VEJA 22/11/89 F. P. (P.P.P.)

BRASIL

A briga pela faixa

No confronto final, o metalúrgico Lula e o ex-governador Collor terão de mostrar ao eleitor quem é o verdadeiro candidato do não



Ao passarem pelas urnas na última quarta-feira, na mais ampla e democrática eleição que o país já teve, 82 milhões de eleitores deixaram um recado claro junto com seus votos. Ao contrário do que está regis-

trado nos manuais da política convencional, que exaltam a importância das máquinas partidárias e dos caciques na definição dos resultados eleitorais, os brasileiros chamados a votar na semana passada destroçaram em poucas horas tudo aquilo que até muito pouco tempo atrás era identificado no país com a política. Máquinas partidárias monumentais, como as do PMDB e do PFL, não couberam no buraco das urnas, que também se mostrou estreito demais para caciques como Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, mas deixou passar, como os dois primeiros colocados, os concorrentes mais fora de esquadro em matéria de tradição política e de ligações com o poder.

Caberá a um dos dois eleitos no primeiro turno, Fernando Collor de Mello, com mais de 20 milhões de votos, ou Luís Inácio Lula da Silva, com mais de 12 milhões, a faixa que hoje pertence ao presidente José Sarney, mas o ganhador na segunda rodada de 17 de dezembro deverá carregar também uma brutal responsabilidade para sua mesa de trabalho no Palácio do Planalto. Acontece que a massa de eleitores que depositou votos em Collor e Lula viu nesses concorrentes duas faces parecidas da mesma entidade política, apesar das diferenças óbvias que separam os dois indivíduos. Com a escolha dos dois, o que as urnas manifestaram foi o mesmo que elas já

vêm dizendo desde as eleições municipais do ano passado. Os eleitores votaram contra, esperam mudanças e, por isso, apostaram nos candidatos que lhes pareceram mais adequados ao papel de demolidor. Por decisão do eleitorado, esses dois cidadãos pouco têm a ver com o mundo enrugado da política tradicional. "Quem não capta os desejos de mudança do povo acaba atropelado — o povo quer mudar muita coisa e rápido", comentava na sexta-feira passada o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, sócio do PMDB em seu malogro eleitoral, mas sempre atento à voz das ruas.

Para um país com tantos medos na corrida presidencial, surpreende que os nomes mais repetidos dentro das urnas sejam justamente os de Lula e de Collor. Hoje, depois do

A Força no Primeiro Lugar

Collor tem formação universitária, teve pai senador — o alagoano Arnon de Mello — e já foi prefeito bilíngue da extinta Arana, deputado do PDS e governador pelo PMDB. Rejeitado pelo partido, contudo, construiu sua campanha praticamente sozinho, montando uma legenda alugada, pregando uma caçada aos marajás, martelando os políticos tradicionais e o governo do presidente Sarney. Também disparado

exame semanal das pesquisas de opinião e do suspense dos últimos dias, parece natural que a escolha tenha recaído sobre ambos. Não faz muito tempo, seria impossível imaginar que a disputa chegasse a esse resultado. Ao assumir o governo de Alagoas, em 1986, Fernando Collor de Mello era um político quase desconhecido. Quando se candidatou à Presidência, contava apenas com um sobrenome aristocrático, um deputado federal, uma catilinária de críticas aos marajás e um partido exótico chamado PRN para dar-lhe cobertura legal. Também malhava o presidente José Sarney em seus discursos. Foi o mais votado no primeiro turno. Seu concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, chega com o suporte muito mais extenso e sólido do PT, partido que controla hoje a maior rede de militantes do país. Lula porém nunca habitou o mundo político como ele é normalmente entendido. Como líder operário forjado nas greves do ABC paulista há uma década, ele aprendeu a fazer discursos muito cedo, mas só começou a usar gravata para comparecer aos debates dos presidencialistas na TV. Com uma idéia fixa — a de melhorar a vida dos pobres e miseráveis no Brasil — e com a ajuda de sua linguagem direta e um pouco tosca, Lula deixou para trás duas dezenas de concorrentes, entre os quais se podiam contar vários bacharéis dotados de um discurso muito mais articulado e de conceitos bem mais claros sobre o que fazer com o Brasil. "Um dia, a História vai retratar com fidelidade o que significa um operário ir para a Presidência na oitava economia do mundo", comentava Lula na semana passada.

Na sua semelhança cheia de contrastes, o bem apessoado Collor e o operário Lula foram protagonistas de uma extraordinária mudança nos padrões brasileiros de comportamento político. Num país que sempre incensou presidencialistas protegidos das catedrais do poder, deu-se mais votos desta vez a dois concorrentes de fora. Pode-se argumentar que Collor de Mello, filho de um senador, Arnon de Mello, herdeiro de fortuna e dono de um belo patrimônio que inclui imóveis no Rio de Janeiro e uma estação de TV em Alagoas, é um político que só pode ser classificado como representante das classes dominantes. Isso é correto, mas Collor precisou desabar no PRN porque seu partido anterior, o PMDB, não queria vê-lo como candidato. Seus muitos seguidores de hoje só começaram a fazer fila diante de sua porta depois que ele explodiu nas pesquisas, sem a ajuda de ninguém. O mais importante, porém, é que ele, da mesma forma que Lula, controlou a maior parte de seus votos entre aquela parcela de dois terços de brasileiros que vivem na pobreza. O que os eleitores de ambos querem dizer é o mesmo não — em muitos casos falam idiomas diferentes, mas entendem-se perfeitamente o teor da mensagem.

O que estará em jogo no segundo turno é, portanto, a manutenção pelos dois desta posição de candidatos que são contra as coisas estabelecidas, sejam elas os marajás, sejam credores externos do país, sejam elas o presidente José Sarney, sejam os ricos inescrupulosos. Para Lula, será bem mais fácil manter-se firme nessa trincheira. "Collor só perderia no segundo turno se fosse identificado como o candidato dos ricos, contra o candidato dos pobres, Lula", afirma Marcos Coimbra, assessor do representante do PRN, que julga essa manobra impossível para o PT. Mas é justa-

mente isso que o PT vai tentar fazer. O problema de Collor é sair desse confronto sem perder sua capa de candidato do não.

Na sua primeira rodada, esta eleição presidencial veio carregada de grandes surpresas. Leonel Brizola, o candidato do PDT, que liderou as pesquisas no início da campanha, chegou a ser considerado imbatível numa corrida presidencial. Por decisão das urnas, Brizola foi mandado para o terceiro lugar e acabou mais ou menos do tamanho de Mário Covas, do PSDB, que, ao contrário, começou sem gás e chegou à reta final em processo de engorda eleitoral. Brizola, proprietário de uma urna na faixa dos 15% da preferência dos eleitores, ameaçou o segundo lugar de Lula por muito tempo, numa das apurações mais nervosas já assistidas pelo país. Até sábado, eles estavam disputando cabeça a cabeça, para acabar distanciados por uma fita estreita de 1% dos votos. Contra

A FORÇA DO SEGUNDO LUGAR

Lula foi retirante nordestino, seu diploma é de natureza ginecinal, trabalhou como torneiro mecânico e começou na política como sindicalista no ABC paulista. Apesar das críticas à gestão do PT nas prefeituras que ganhou no ano passado, ele ainda simboliza o protesto contra tudo o que está aí, faz uma campanha apoiada na militância ativa dos partidos de esquerda que o apóiam e conseguem tirar a segunda vaga de um político tradicional, o gaúcho Leonel Brizola

ANTONIO MEIRO



O APOIO A LULA

Uma parte dos governadores do PMDB precipitou seu apoio a Lula no segundo turno, sem esperar pela decisão do partido. Entre eles, estão Moreira Franco, do Rio de Janeiro (abaixo), e Miguel Arraes, de Pernambuco.

"A mensagem das urnas foi clara, o povo quer mudanças", diz Arraes

MARCEL NOVAES



FLAVIO RODRIGUES

Brizola trabalhou uma fatalidade — campeão absoluto no Rio Grande do Sul, que lhe deu perto de 60% de seus votos, e também dono de uma fortuna eleitoral no Estado do Rio, onde faturou quase a metade da votação, ele teve em São Paulo a acolhida de um candidato fantasma. Ficou com apenas 1,4% dos votos, uma catástrofe completa, enquanto em Minas Gerais amargou um quinto lugar na faixa dos 7%. Ninguém que queira ser presidente da República no Brasil pode acalentar esse sonho se tiver um grau tão baixo de aceitação em dois Estados como Minas e São Paulo, onde se concentram 28 mi-

lhões de votos ou 34% do eleitorado.

Lula tropeçou na capital paulista, onde tem seu reduto político e sindical mais forte, além de uma prefeitura na mão da petista Luiza Erundina — ficou com apenas 15% dos votos paulistanos, em quarto lugar, atrás de Collor, Maril e Covas, quando Erundina obteve no ano passado o dobro desse índice. A verdade é que até mesmo no caso do PT vota-se contra hoje em dia. Nas urnas abertas na semana passada, o partido fez feio em várias outras cidades governadas por prefeitos petistas, como Porto Alegre e Campinas. Lula salvou-se por ter contrabalançado a perda em outros lugares — e também por não ter tirado nota tão ruim quanto a de Brizola em nenhum dos maiores colégios eleitorais do Brasil. Mas, para entrar mais à vontade na batalha do segundo turno, precisa melhorar dramaticamente seu desempenho em território paulista, da mesma forma que no Rio Grande do Sul. No primeiro caso, ganharia uma base concentrada contra o adversário que está bem em todo o país. No segundo, o do Rio Grande do Sul, sugaria os votos de Brizola, que não lhe cabem por destinação ideológica, já que são mais um produto do regionalismo dos gaúchos.

Didáticas também com relação a outros figurões, as urnas reduziram Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves à dimensão de um Gui-

Zigzagues rápidos nas apurações

O TSE e a Globo se alternam na contagem dos votos

A contagem mais tensa das eleições no Brasil teve duas grandes protagonistas que — como Lula e Brizola durante a campanha de votos — alternaram e invertiram suas posições à medida que as horas foram abando. Quem estava na frente entre essas duas protagonistas foi a Rede Globo de Televisão, a primeira a colocar no ar, já na noite da própria quarta-feira, números de votos contados em quase todos os Estados do país. Na quinta-feira, a rede continuou so-

mando votos numa velocidade três vezes superior ao segundo protagonista das apurações, o Tribunal Superior Eleitoral, TSE, que naquela altura revelava o dinamismo de uma taratuga velha e manca. Para conseguir essa performance, a Globo investiu mais de 1 milhão de dólares, centralizou seu trabalho de apurações na Rede Brasil Sul, RBS, sua afiliada gaúcha, e colocou mais de 2 000 pessoas trabalhando em juntas apuradoras.

Enquanto a rede colocava no ar mais de 60% dos votos apurados na noite de quinta-

feira, o TSE claudicava, mostrando apenas a votação de 20% do eleitorado. O fiasco do Tribunal foi gritante na noite de quarta-feira, quando adiou sucessivamente a divulgação do primeiro boletim de apuração, prometido para as 21 horas, e só o tornou público no início da madrugada. Na Globo, apesar da arrancada vitoriosa, algo começou a dar errado na noite de quinta-feira. "Especialistas" em números como Sergio Abranches simplesmente não conseguiam deduzir nada dos números que a emissora colocava no ar, mos-

trando Brizola com uma votação maior que a de Lula. Apesar de estar na frente na contagem da Globo, Brizola mais uma vez investiu contra a emissora e as liberdades democráticas,



21/11/89

F.P. (PP-PP-)

Empresários buscam maiores detalhes sobre planos do PT

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva para ocupando o trono da eleição presidencial está fazendo com que os empresários paulistas busquem, constantemente, junto ao PT, informações para se atualizarem diante dos 13 pontos do eventual governo da Frente Brasil Popular. O empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é um dos nomes confirmados para participar de um jantar de mil empresários com o candidato na próxima segunda-feira para tratar do assunto.

A ansiedade dos empresários — após terem percebido que o PT pode chegar ao poder — gira em torno do programa político-administrativo da legenda de esquerda. O industrial Lawrence Fil, dono do Molho Paçífico, vem sendo o interlocutor de Lula com o setor e o promotor desses encontros. Fil tem tranquilizado os empresários.

O empresário sino-brasileiro, auxiliado pelo também industrial João Silveira, articulou na última segunda-feira um debate que reuniu cerca de 80 empresários de diversos setores com economistas do PT, na presença de Adherson, na zona sul de São Paulo.

O objetivo foi expor aos industriais as propostas petistas para o



setor privado. A reunião entre os empresários e os economistas durou cerca de quatro horas. Três pontos prioritários foram abordados: dívida externa, privatização dos estatais e política para os setores produtivos.

O que poderia tornar-se uma ampla discussão com divergências ideológicas distintas acabou sendo uma troca de elogios. Por diversas vezes o economista petista Luiz Ducci foi aplaudido pelos empresários. Ducci chegou a afirmar: "Querem criar incompreensão e confusão. Não vamos implantar em nosso país uma república sindicalista e muito menos corporativista. Nossa política é de incentivo ao desenvolvimento com aumento da produtividade. Queremos que o estado deixe o setor privado trabalhar". (AG)

20/11/89

Apoio do PDT a Lula.

PDT apóia Lula. Mas com quantos votos?

2520 HORA 20/11/89.

☐ Divergências ideológicas poderão determinar um apoio nem tão expressivo ao candidato de Frente. Causa a formação da base petetista

O PDT acabou agora a sua orientação de apoiar Lula que convocará uma convenção nacional para uma tomada de posição que se se não antecipar, enquanto qual, o partido deve anunciar seu apoio ao candidato da Frente Popular, Lula. Inicialmente Lula não permitiu a Lula de sair, porém, ao sair do Rio Grande Sul, em entrevista ao seu programa, Lula afirmou que se do PMDB. Os dois lados confrontos Lula afirma a Lula ao longo da campanha, a de qual o Lula não mudou, mas, como em outras situações, por fim, a própria formação da base do PDT, que se não animar muito a Lula, a Lula, trabalhistas levantou uma 1.200 milhões de votos para a Frente no.

Dois 1.600 milhões de votos que Lula recebeu, mais de 2 milhões vieram de eleitores de outros partidos, especialmente do PMDB. O PMDB e Lula do PMDB, em razão do movimento e assim o eleitorado do PDT. Lula afirma se apoiar a sua realização com a Frente Popular do segundo turno. A toda trabalhista a compoeta na quase totalidade do interior do estado por eleitores não da ala socialista, como de resto em todo País a situação se repete, tanto que Brasília não permitiu a mudança da sigla para incluir o socialismo.

Nos grandes centros este quadro não ainda agravado em razão do descompasso entre petistas e trabalhistas por questões ideológicas. Ainda mesmo o PDT anunciará seu apoio a Lula, se bem que da para questionar o movimento. Afinal, que este apoio representará em termos de votos? Lula quer dizer Lula? Lula do segundo turno.



Apoio ao PRN deve respeitar programa

20/11/89
ZERO HORA
F.R. CP.2)

□ Segundo a economista Zélia de Mello, qualquer apoio ao PRN precisa levar em conta o combate à inflação e o incentivo ao crescimento econômico

A economista Zélia Cardoso de Mello, coordenadora do programa de governo do candidato Fernando Collor (PRN), diz estar aberta a possibilidade de aproximação com o PDT de Leonel Brizola e descartar qualquer possibilidade de acordo com o PT. Disseminando que eventuais alianças deverão passar por sua

aprovação pessoal, ela ponderou apenas que as adesões à campanha Collor devem estar condicionadas às ideias do candidato, que resumiu nos itens combate à inflação, recuperação do crescimento econômico e recuperação da cidadania de parcelas da população.

Em visita ao Centro de Convenções, onde funciona a central de operação do Tribunal Superior Eleitoral, Zélia explicou que a recuperação da cidadania passa por atendimentos às áreas de saúde, habitação e educação, por exemplo. Nesse aspecto, admite

proximidade do programa de governo que elaborou para Collor com os de Lula e Brizola. No caso do candidato petetista, porém, viu identidade também no campo econômico — no respeito à iniciativa privada e “nas ideias do deputado César Maia”.

Já em relação ao PT, embora vendo convergência na questão social, revelou haver profunda diferença na área econômica, já que o programa de Collor valoriza a iniciativa privada e o de Lula a estatização. “Nossa única identidade nesse campo é na distribuição de renda”, afirmou. (Matéria/ZH)

20/11/89

21 Hora 20/11/89

F.P.(P.P.)

PDS e PFL vão optar por Collor

Não é preciso raciocinar muito para concluir para onde penderão os votos do PDS do Rio Grande do Sul. O partido já contribuiu com muitos votos para Collor de Mello no primeiro turno dividido entre os com Leonel Brizola daí porque o candidato do PRN pode agora seguramente absorver o milhão e meio de votos que o partido tem e ainda disso ter a adesão do partido que é o segundo em estrutura no estado.

Não é certo que a executiva regional do PDS vá, por unanimidade, apoiar Collor de Mello mas é público que o principal líder do partido no estado é Nelson Marchezan e este poderá ficar em dúvida caso Leonel Brizola sobreviva no segundo turno mas caso Lula não terá nenhuma

opção além de não trabalhar, naturalmente ainda há, para apoiar a Collor de Mello. A mesma eleição do PDS não segue a ideologia de Lula daí porque inclusive os deputados que votaram e trabalharam para Brizola no primeiro turno, se transferiram todos para o candidato do PRN.

Desta coisa ficaram claras a nível de partido no primeiro turno: o PDS não deu todos os seus votos a Paulo Maluf (o candidato representou a maioria do partido) e se dividir-se entre Collor e Brizola já tinha a previsão de que em nenhuma hipótese apoiaria Lula no segundo turno.

A nível de PFL o quadro é rigorosamente igual. A camagadora maio-

ria do partido seguiu Collor de Mello, menos de meio por cento ficaram com Aureliano Chaves e o restante foi para Leonel Brizola. Os deputados que não apoiaram Collor no PFL, Antonio Carlos Azevedo (Cairó), Nestor Figs Schneider e Athos Rodrigues (Brizola), Germano Benow (centro) e Tufy Salomão (o único que apoiou o candidato do PRN) já tem posição em favor de Collor à exceção de Athos.

Na bancada do PDS só Carlos Azambuja apoiou Collor e os outros 9 ficaram com Paulo Maluf. Destes seguramente 7 apoiaram Collor mas nenhum dos outros tem a garantia Lula poderia, no mínimo, ficar neutro. Assim, 8 dos 10 deputados estarão com Collor.

PT E PDT FESTEJAM IMPUGNAÇÃO DO PMB

Militantes do PT e do PDT festejaram juntos, no aeroporto Salgado Filho, a impugnação da candidatura de Sílvia Santos, enquanto esperavam a chegada de Lula e Brizola. Luis Inácio Lula da Silva chegou primeiro, elogiando o TSE: "Foi uma decisão correta. A quem o Sílvia Santos poderia enganar neste país, se todos sabem que era dono de um canal de televisão e não tinha se alistado em tempo hábil". Lula considerou a candidatura de Sílvia "uma tentativa furada: eles imaginaram que o povo estava ficando de um programa de auditório e não perceberam que o povo estava querendo um programa de governo. O tribunal agiu acertadamente, dando um caráter de seriedade a esta eleição". Ele garantiu que a decisão não favorecerá Colôr de Mello (PRN), "que já tinha caído nas penhas antes da entrada de Sílvia. Quem foi favorecido é o povo porque moraliza a eleição presidencial".



INDICA QUE CABE RECURSO AO STF

O senador José Paulo Bisol, que chegou junto com Lula, estava eufórico. Ele foi dos primeiros a afirmar que Sílvia não teria condições jurídicas para registrar a candidatura. Bisol admitiu, porém, que Sílvia Santos poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal: "Mesmo sendo uma decisão unilateral, cabe o recurso de revisão".

COMUNICA: 'TSE É UM TRIBUNAL'

Após chegar ao aeroporto às 22 horas, o ex-prefeito Alceu Collares surpreendeu os militantes do PT que esperavam Lula desde às 19 horas. Anunciou a chegada de Brizola e elogiou a decisão do TSE: "Este tribunal escreveu uma das mais belas e generosas páginas na vida política nacional. Restabeleceu a credibilidade do povo nas instituições democráticas. Não há como fazer democracia sem Judiciário". Para ele, não importa se esta decisão poderá beneficiar este ou aquele candidato, o que interessa é que o TSE "evitou uma tragédia".

Sílvia Santos não é mais candidato

□ O TSE aceitou ontem à noite as impugnações ao registro da candidatura do empresário, por ser dono do SBT e por estar extinto o seu partido

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem, às 22h20min, indeferir o registro da candidatura do empresário e apresentador Sílvia

Santos à Presidência da República, pelo PMB. Por unanimidade, os sete ministros do TSE concluíram que o PMB está extinto porque não cumpriu as exigências necessárias para obter registro definitivo como partido político. Como o PMB não existe, ele não pode lançar candidatos a presidente da República. Desta forma, todos acolheram o voto do relator, ministro Antônio Vilas Boas.

Durante as cerca de três horas e

meia de sessão, os ministros também discutiram sobre a inelegibilidade de Sílvia Santos. O TSE entende que Santos, embora possa não ter cargo ou função de diretor no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), "tem o comando de suas empresas", como definiu Vilas Boas, e, desta forma, não poderia concorrer à Presidência da República, mesmo que o PMB não fosse extinto. Desta forma, os ministros deixaram claro que a Lei Complementar nº 5, de 1970, continua em vigor, e não se choca com a atual Constituição.

COMUNICANTE — Esta lei determina, na alínea d do inciso II do artigo 1º, que "os que tenham exercido, nos três meses antes do pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação, em empresas concessionárias do serviço público são inelegíveis". Nunca houve dúvida de que o SBT, uma rede de televisão, fosse concessionário do serviço público. A questão que dava margem para interpretações era se Santos era inelegível como dono do SBT, já que a lei não fala nessa hipótese. Mas o

TSE definiu que ele tem o poder de decisão na empresa. "Sílvia Santos não é apenas o proprietário de um vasto e bem sucedido sistema de televisão. Ele é também seu efetivo comandante e já deu provas disso no ar", disse o presidente do TSE, ministro Francisco Rezek.

Embora a inelegibilidade de Sílvia Santos também tenha sido abordada, durante a sessão, por quatro ministros, todos demonstraram que a candidatura havia sido indeferida por uma questão preliminar, a de que o PMB estava extinto. Com isso, eles pretendiam afastar a hipótese dos advogados do empresário recorrerem ao Supremo Tribunal Federal (STF), já que a inelegibilidade é uma matéria constitucional. Oficialmente, o indeferimento se deu por uma questão preliminar, a extinção do PMB, sem analisar o mérito, que é a inelegibilidade. (Brasília/ZH)

Leia editorial "A voz soberana da Justiça" na página 2.



Indagando: Procurador Alverenga e ministro Rezek na sessão

PMB não provou estar organizado em nove estados

O PMB foi considerado extinto porque não se organizou, até 15 de outubro deste ano, em nove estados brasileiros, conforme o voto do relator, que teve a concordância dos demais seis ministros. Ele teria que ter apresentado até aquela data prova de que realizou convenções regionais em nove estados e em um quinto dos municípios deles, como determina a Lei Orgânica dos Partidos. Em 13 de outubro, dois dias antes de o prazo findar, portanto, o partido requereu

registro definitivo, dizendo que estava organizado em 10 estados da Federação.

O TSE, contudo, entendeu que, desses 10 estados, só um ele havia provado que estava organizado, em Pernambuco. Na Bahia e no Distrito Federal, os respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) indeferiram os pedidos de registro dos diretórios. Na Paraíba, ele não requereu o registro ao TRE. No Rio de Janeiro, o PMB não possui diretório regional.

Já quanto a sua organização nos estados do Maranhão, Rondônia e Amazonas, o partido não apresentou prova alguma. Os demais dois estados, na verdade, não são estados, mas territórios — Roraima e Amapá.

SESSÃO — Ao julgar o registro da candidatura de Sílvia Santos, o TSE levou em consideração apenas sete das 17 impugnações oferecidas, além de tantos outros protestos formais. Foram apreciadas apenas as impug-

nações apresentadas pelo procurador-geral eleitoral, Aristides Jussupai Alverenga e pelos partidos PDT, PRN, PC do B, PTB, PDS e PSC. Pelo PDT, defenderam a impugnação o advogado Paulo Matta Machado; pelo PC do B, José Márcio de Souza; e pelo PRN, Celso Silva. Já a favor do registro da candidatura do apresentador de televisão se manifestaram os advogados Carmineo Donato, Arnaldo Malheiros e Francisco de Almeida Prado. (Brasília/ZH)

Rezek nega decisão sob pressão

O presidente do TSE, ministro Francisco Rezek, ao final da sessão de ontem, negou que a decisão de não aceitar o registro da candidatura de Sílvia Santos a presidente da República, pelo PMB, tenha sido motivada por pressão política. "Um dia é possível que o povo venha entender melhor a função judiciária neste momento histórico", afirmou.

Segundo o ministro Rezek, "neste trabalho árduo convivemos com manifestações indicativas de tendências por esta ou aquela decisão, mas manifestações lícitas, de pessoas comuns, articulistas da imprensa que podem dizer o que pensam". Assinalou, entretanto, que houve manifes-

tações reveladoras de desconhecimento do sistema judiciário, como se a origem ética ou a vizinhança habitacional definisse um voto.

Antes disso, o presidente do TSE demonstrou de que o indeferimento da candidatura não pretendia lançar qualquer mancha sobre a personalidade ou atividade privada de Sílvia Santos. "Inelegíveis somos todos nós (os ministros do TSE), é o procurador-geral da República", explicou, completando que há presunção de que a candidatura do empresário não conviviria com igualdade de condições. (Brasília/ZH)

Juristas consideram a decisão irrecorrível

A decisão do TSE impugnando a candidatura de Sílvia Santos é irrecorrível por ter extinto o PMB, partido que o abrangia, segundo entendimento de juristas. O animador de TV Sílvia Santos dificilmente conseguirá concorrer à eleição de 15 de novembro através de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A avaliação dos juristas se baseia também no fato de que três dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são também membros do Supremo.

Para recorrer ao STF, Sílvia Santos teria, como primeiro problema, a obrigatoriedade de o recurso ser fundamentado em matéria constitucional. O TSE, porém, esgotou a questão, inviabilizando a candidatura através da extinção do seu partido, cuja situação foi considerada irregular. Essa hipótese já havia sido prevista pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Leônido de Abreu.

A questão continua cercada de problemas também nos próprios ritos processuais. Para chegar ao exame do STF, qualquer recurso deve passar por um "filtro" de admissibilidade.

do próprio presidente do TSE, a quem cabe dar um despacho e reportá-lo ao Supremo. Na hipótese de Francisco Rezek recuar o recurso, a defesa de Santos teria que lançar mão do chamado "agravo de instrumento", uma medida mais demorada.

RESPONSABILIDADE — A decisão do curto tempo disponível para a data da eleição, o animador de TV somente poderia conseguir o apoio de uma liminar concessa por um ministro do STF antes do julgamento do mérito da questão. Isso, segundo um profundo conhecedor do Supremo, essa corte só examinaria tal liminar numa sessão com todos os seus ministros, evitando, que somente um deles arcaasse com a responsabilidade sobre os rumos da sucessão presidencial.

Argumenta ainda esse especialista que é pouco provável que o STF tome uma atitude frontalmente contrária a do TSE sobre um assunto tão grave, às vésperas da eleição. (Brasília-ZHAG)

Procurador processa Gadelha

O procurador regional da Paraíba, Inaldo Rocha Leitão, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) representação contra o senador Marcondes Gadelha (ex-PFL), por filiação partidária fraudulenta ao PMB, na cidade paraibana de Souza, sua base eleitoral. Gadelha é candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Sílvia Santos. O corregedor-geral eleitoral, ministro Bueno de Souza, pediu informações, em 24 horas, ao presidente do TRE

da Paraíba.

"Se no dia três de novembro chegou nesta cidade o médico Manoel Gonçalves de Abrantes Neto, radicado em Brasília, em jatinho fretado, conduzindo ficha de filiação do senador Marcondes Gadelha, como admitir, então, que ele esteja filiado ao PMB desde 31 de outubro?", pergunta Leitão, que quer enquadrar o senador em crime de falsidade ideológica. (Brasília/ZH)

8/11/82

Barney processa Collor por ataques na televisão

Vitória (ES) - Três

8/11/82

BRASILIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, enviou ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, solicitando que ajuíze ação penal contra o candidato a presidente do PRN, Fernando Collor de Mello, por crimes de calúnia, injúria e difamação contra o presidente José Sarney nos dias 3, 4, 5 e 6 deste mês durante o horário gratuito do TSE.

No ofício que encaminhava ao ministro da Justiça, usa palavras e expressões duras ao criticar a atitude do candidato do PRN no horário eleitoral. Saulo Ramos afirma que o programa levado ao ar por Fernando Collor é criminoso em sua totalidade, pois nas baixas expressões que usou para atacar o presidente da República agiu com ódio e dolo intencional, "aproveitando-se da liberdade democrática que lhe é, ironicamente, assegurada por sua própria vítima, que se comporta com apostolar tolerância diante deste uso indevido de difamação".

Reincidente — Após ressaltar que não se pode, por simples tolerância democrática, permitir que "esse reincidente contumaz julgue estar o presidente oferecendo-lhe a outra face", o ministro da Justiça afirma que se outra face há de ser oferecida ao agressor, "esta é a face da lei, que ele (Collor) afronta ao lesar honras e sentimentos, ao ferir, assim, a essência do direito, que objetiva acima de tudo a harmonia da vida digna dos homens, sob o dever, que todos temos, de respeitar os direitos dos outros".

O ministro da Justiça afirma ainda que o candidato do PRN confunde "liberdade com autopermisividade para delinquir", trata a democracia "com a mesma truculência e desrespeito de ruínas de lupanares", e pratica delitos e crimes contra a honra e contra a verdade "com a mesma desenvoltura e atrevimento com que os traficantes de cocaína atentam contra o Estado de Direito na Colômbia". Segundo Saulo Ramos, ao atacar, "em linguagem rameira", o chefe da nação, Fernando Collor ofende a sociedade brasileira, "que não tolera demagogos de aluguel a gritar palavras e paizões que invadem, pela televisão, as casas de família do nosso país".

Todos os crimes praticados continuamente por Fernando Collor em campanha eleitoral, segundo o ministro, demonstram que ele não sabe conviver com os valores morais dos brasileiros, "que também agredem, submetendo-os, sadicamente, a um martírio constante e incompatível com as regras de convivência entre homens civilizados, de quem se espera, mesmo em chapa eleitoral, senão talento e cultura, pelo menos um mínimo de educação".

Presidente

pensou em usar o mesmo tom

O presidente José Sarney pensou em responder ao candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, usando o mesmo tom agressivo de suas críticas no programa eleitoral gratuito. Mas acabou optando por uma "postura de estadista" nesta primeira fase, aguardando as reações do público, para mais tarde tornar-se severo com quem o atacou.

O objetivo, segundo informaram assessores do Palácio do Planalto, é manter-se no horário eleitoral até o domingo, último dia da propaganda através do rádio e da televisão. As primeiras reações à aparição de Sarney na TV foram positivas: ontem, logo após o programa das 13h, o gabinete do presidente atendeu a mais de 40 ligações de políticos — inclusive de oposição —, escritores e jornalistas, elogiando "a serenidade e o alto nível" da resposta a Collor, segundo divulgou o secretário particular Augusto Marzagão.

"Sabe Deus a amargura com que

"Sou vítima da violência"

Foram as seguintes as palavras de Sarney, no horário eleitoral gratuito de Collor na televisão:

"Sabe Deus a amargura com que estou aqui. O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade e do destino com que estou sendo agredido por um candidato profundamente transformado. Isto degrada a democracia, porque só insulta quem não tem argumento nem fato. Tenho de preservar a minha alta dignidade de investidura, que está sendo atingida por quem não tem respeito pelo cargo, embora devesse ocupá-lo."

"Sou vítima da violência, do vandalismo verbal, do terrorismo moral. E eu pergunto: o que não faria no poder quem não respeita, simples candidato, a presidência da República? Não se pode fazer das eleições uma tribuna de palavras e de brava. Requeri ao tribunal o direito de resposta. O ministro do Supremo Tribu-

estou aqui", começava Sarney seu pronunciamento de 2,5 minutos, que irá ao ar novamente hoje, pelo rádio. Ao fazer o papel de vítima, o presidente da República adotava a polarização com o "vilão" Collor como estratégia. Tanto assim que, depois de pronto o texto que seria lido diante das câmeras, Sarney acrescentou no primeiro parágrafo a palavra "desumanidade", para ficar mais contundente: "O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade e do destino com que estou sendo agredido". Desta vez, o presidente não teve um segundo de hesitação para gravar sua resposta a Collor. Houve consenso no governo quanto à acidez dos ataques à figura do chefe da nação, que, na opinião não apenas dos militares, mas de todo o Palácio do Planalto, deve ser respeitada.

Sarney anda se sentindo abandonado por seu ministério, pois os únicos ministros que o defendem são Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio; Iris Rezende, da Agricultura; Jader Barbalho, da Previdência; e João Alves, do Interior, todos considerados ministros "de baixo ibope". Assim, Sarney decidiu ir ele mesmo ao horário gratuito para se fazer ouvir.

Candidato critica

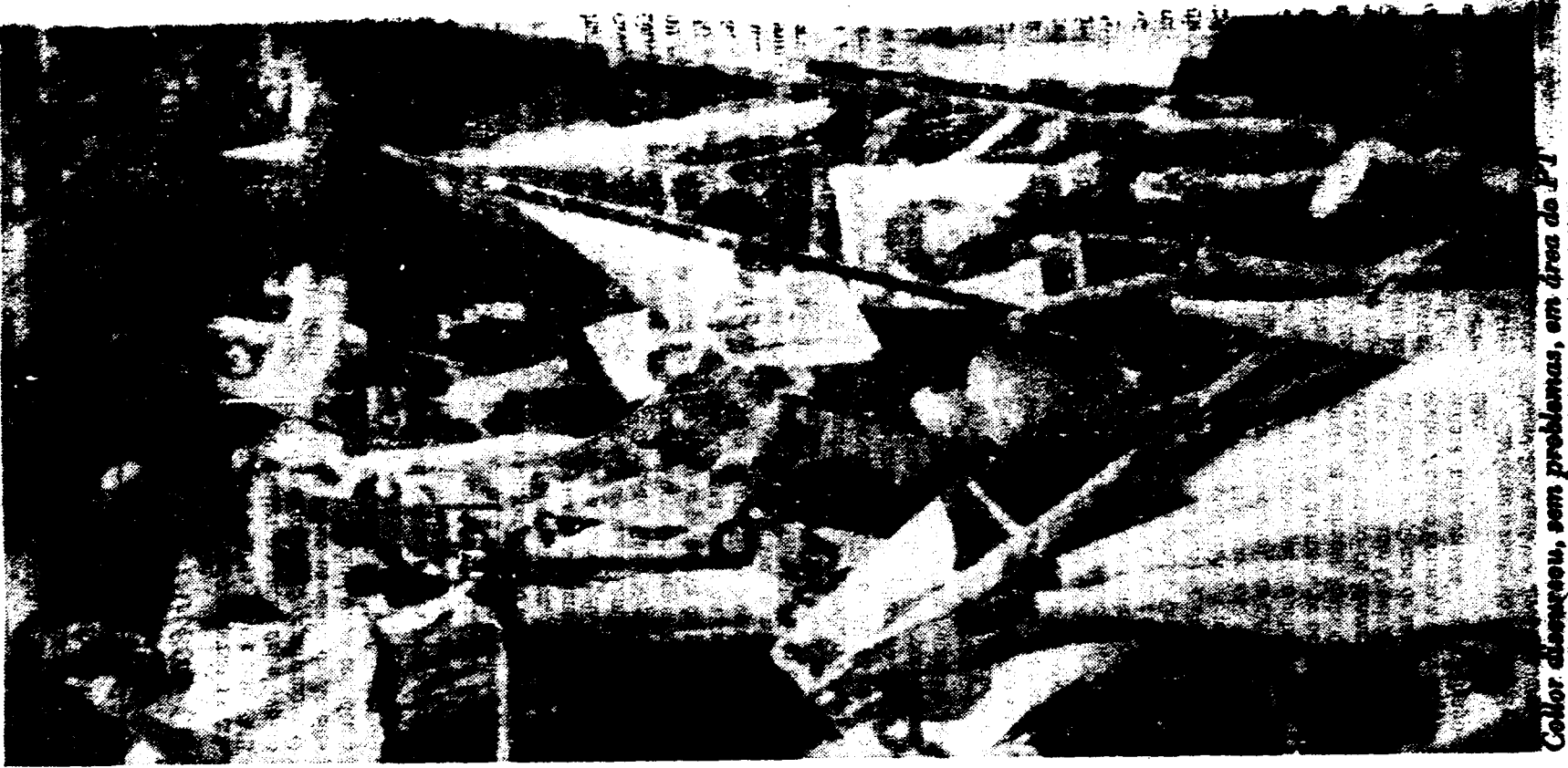
mas não cita nome

VITÓRIA — Sem citar o nome do presidente Sarney — fato raro nos seus discursos de campanha —, o candidato à Presidência da República pelo PRN, Fernando Collor de Mello, disse à tarde em Vitória, onde fez comício na Praça Oito de Setembro, que pretende fazer um "governo digno, com vergonha na cara, que é o que está faltando ao atual presidente da República". Collor chegou de São Paulo às 14h50 no Aeroporto das Goiabeiras, onde era esperado pelo vice-governador Carlos Alberto Batista da Cunha (PMDB), e seis dos 30 deputados estaduais do Espírito Santo — entre eles, Rubens Camata, irmão do senador Gerson Camata (PMDB) — e cerca de 500 pessoas, que o acompanharam em carreta até o local do comício.

No percurso da carreta, Collor foi hostilizado por dois grupos de manifestantes do PT, mas não houve conflito. Na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro, em frente ao Sindicato dos Bancários, filiado à CUT, cerca de 100 petistas ocupavam parcialmente a pista, o que obrigou os adeptos de Collor a formar fila única com os seus automóveis. O candidato do PRN passou no local a pé, acompanhado de seus seguranças, políticos capixabas e de entusiastas seguidores.

Na sua visita a Vitória, município de 81 quilômetros quadrados governado pelo prefeito petista Vitor Buaiz, onde estão cadastrados 139.291 eleitores, Collor repetiu o que vem dizendo em seus comícios: "Venho com a coragem para enfrentar os corruptos e os criminosos e eles estão com medo. No governo, a primeira medida que vou tomar será pegar um magote de cabras saladas e jogá-los na cadeia."

O assessor de imprensa do PRN, Cláudio Humberto Rosa e Silva, disse ontem que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, "não estava sobrio" quando redigiu o pedido de ação penal contra Collor de Mello, acusado de cometer "crimes delitos" contra o presidente Sarney. Segundo o assessor, o pedido do ministro "revela que o seu redator não se encontrava no seu estado natural". Cláudio Humberto garante que Collor está reunindo documentos para provar que suas injúrias, calúnias e difamações a presidente Sarney.



Collor discursou, sem problemas, em área da P1

22/11/89

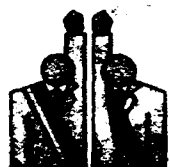
22/11/89

F. Collor (PFL) PRN

1.º LUGAR

O prodígio das urnas

*Com mais de 20 milhões de votos em todo o país,
Fernando Collor vence o primeiro turno e se transforma
no maior fenômeno da história das eleições*



Até a semana passada, a única dificuldade de Fernando Collor de Mello na corrida presidencial era provar que ele era realmente Fernando Collor de Mello. Desde abril passado, quando sua campanha começou

a esquentar, ele se consagrou como o campeão das pesquisas eleitorais, disparado na frente do segundo colocado — tão disparado que não compareceu a nenhum dos debates com os concorrentes na televisão, ignorou os salões da elite política e econômica do país e dedicou-se quase unicamente a falar para a massa, com sua oratória agressiva e expressão corporal de desafio. Aos 40 anos de idade, dinâmico, audacioso e com uma brutal dose de confiança em si mesmo, Collor conseguiu de lá para cá realizar proezas de vários tipos. Somente nas últimas cinco semanas, ele percorreu 37 cidades em todo o Brasil e fez mais de trinta comícios. Segundo as contas de seus assessores, conseguiu arrastar para as praças mais de 1,5 milhão de pessoas, na maior parte eleitores pobres de cidades do interior ou do campo. Teve, mais que qualquer outro candidato, o apoio do chamado povão. Na semana passada, ao se abrirem as urnas da eleição de 15 de novembro, verificou-se que Fernando Collor de Mello pode ser algo ainda maior que Fernando Collor de Mello.

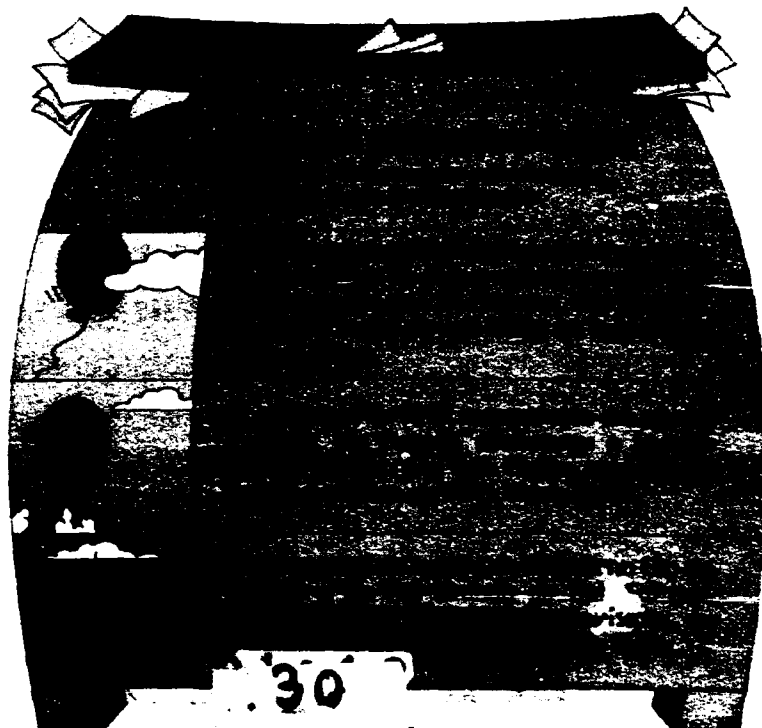
De acordo com as projeções computadas até o final da semana passada, o candidato do PRN conquistou mais de 20 milhões de votos em todo o país, cerca de 28% do total. Colocou quase 10 milhões de votos de vantagem sobre o segundo colocado e seu adversário no segundo turno, Luís Inácio Lula da Silva. Quanto ao seu mais furioso adversário, o ex-governador Leonel Brizola, que passou quase toda a campanha querendo destruí-lo, respondeu de forma mais dura ainda: teve praticamente o dobro de sua votação. Por motivos demográficos, Collor já é o político que recebeu o maior número de votos na História do país. Ocorre que o ex-governador de Alagoas também venceu em dezoito dos 24 Estados, foi o primeiro em três das cinco regiões do país, ficou em segundo nas outras e praticamente não foi mal em lugar ne-

hum. Por razões políticas, assim, ele é autor do maior prodígio da história eleitoral no Brasil. "Collor é um fenômeno", espanta-se o deputado Alcega Guerra, do PFL paranaense. Sua trajetória, iniciada quase como uma curiosidade meados de um ano atrás, terminou num cenário que ninguém, talvez nem ele mesmo, conseguia prever: com a possibilidade concreta, que agora divide junto com Lula, de transformar-se no próximo presidente do Brasil a 17 de dezembro.

Quando o candidato do PRN começou a subir de cotação nas pesquisas, tornou-se lugar-comum nos meios políticos compará-lo a Jânio Quadros. Ambos podem até se parecer no tom estridente do discurso, mas de fato não têm nada de semelhante. Quando Jânio se tornou presidente, com uma votação também recorde para a época, viaja a bordo do governo do Estado mais rico da Federação, São Paulo, apoiado pelo segundo Estado mais rico, o Rio de Janeiro, e com o apoio dos também ricos conservadores. Collor, ao contrário, saiu de um Estado quase inexpressivo no cenário político, teve de abrigar-se num partido inexistente, o PRN, candidatou-se praticamente sem apoio algum e, ainda assim, construiu a carreira mais meteórica já vista na política brasileira. Jamais alguém conseguia, em tão pouco tempo, chegar tão perto da Presidência da República.

Há apenas um ano, Collor estava no que se poderia classificar de terceira divisão — talvez até quarta — da política nacional. Na

semana passada, chegou ao segundo turno com um volume de votos pouco inferior ao do segundo e do terceiro colocados juntos, foi o protagonista de comícios apoteóticos, como o de domingo dia 5, em Maceió, quando reuniu uma platéia de mais de 90 000 pessoas na festa de encerramento da campanha e, indiscutivelmente, tornou-se um político da primeiríssima divisão. Seria difícil imaginar onde Collor chegou, em primeiro lugar, porque ele é filho de Arnon de Mello, político modesto de um dos Estados mais pobres do país, Alagoas, de onde saiu um único presidente — justamente o primeiro, o marechal Deodoro da Fonseca, e justamente há 100 anos, como a Proclamação da Repú-





OSLAWO BRITO

blica, que dispensou a formalidade de uma e. Em segundo lugar, não se poderia imaginar o candidato favorito para vencer a eleição presidencial seria um político com carreira tão conturbada quanto a sua. Em sua biografia política, Collor coleciona histórias antagônicas. Há um Collor que se levantou no plenário da Câmara dos Deputados, em 25 de abril de 1984, e, mesmo sendo na época do PDS, votou a favor da emenda das diretas já. Há um Collor que no mesmo lugar, meses depois, votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral para presidente — contra Tancredo Neves e a Nova República, os santos padroeiros da campanha das diretas.

O DEVORADOR DE VOTOS

Collor de Mello, na manhã de 15 de novembro, em Brasília: o candidato do PMN que entrou na sucessão presidencial descredenciado, perdeu todos os recordes de votos nas pesquisas, angariou apoios importantes no empresariado e chegou à eleição como o maior fenômeno político da história do país, com 28% dos votos depositados nas urnas

Ex-prefeito nomeado de Maceió em 1976 pela Arena, o partido do governo na era do regime militar, Collor foi deputado do PDS, passou para o PMDB e foi eleito para o cargo de governador de Alagoas em 1986, quando o então grande partido do doutor Ulysses fez um rapa quase completo nas eleições para os governos estaduais. No primeiro dia, empossado, avisou que não tinha dinheiro para pagar os salários dos marajás do funcionalismo e, simultaneamente, rompeu com o governo do presidente José Sarney. Foi um dos primeiros no PMDB a denunciar o calote do Plano Cruzado II, enquanto mesmo a esquerda do partido, como na época o próprio sena-

dor Mário Covas, dedicava-se aplicadamente a defender as medidas econômicas do então ministro Dilson Funaro e seu chefe imediato, o presidente José Sarney. Nascido no Rio de Janeiro e habitante da alta sociedade carioca, Collor dava a impressão de comportar-se no governo de Alagoas como um político do interior, que foi capaz de tirar fotografias mostrando os bolsos vazios na frente do Palácio do Planalto para reclamar da falta de verbas do governo Sarney.

De fato, ele foi o único governador de Estado que brigou no começo, no meio e no fim da Constituinte pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney — e pode sorrir à vontade, hoje, quando vê alguns dos mais lustrosos caciques do PMDB, todos batalhadores dos cinco anos, dizer que ele é um "homem do sistema". Com seu discurso antimarajás e de acusações contra o governo, Collor conseguiu galvanizar a simpatia popular e subir exclusivamente pela força de seu discurso e o seu efeito nas pesquisas de opinião. "Tudo o que cheirou governo gerou



SOSSEGO DE CAMPEÃO

repulsa no eleitorado, e ele soube valer-se inteligentemente desse sentimento de indignação", diz o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). "Collor é um produto das circunstâncias", acrescenta ele. O senador até tem razão quando lembra das dramáticas circunstâncias da economia e da política do país que criaram o ambiente para um candidato como Collor de Mello. Resta entender por que nenhum dos outros 21 concorrentes do primeiro turno, às voltas com circunstâncias idênticas, não conseguiram ter o mesmo desempenho nas urnas de 15 de novembro.

No meio da espuma criada no início de 1989, Collor foi o protagonista de uma situação única nos rumos da sucessão. Em seu partido, o PMDB, era considerado um político tão provinciano e colocado tão abaixo na nobiliarquia interna, que nunca levaram a sério suas declarações de que pretendia lançar-se na disputa pela cadeira de José Sarney. O PMDB tinha políticos infinitamente mais ilustres brigando pela chance, como o deputado Ulysses Guimarães, o governador da Bahia, Waldir Pires, e mesmo o de São Paulo, Orestes Quércia, e Collor jamais foi cogitado para coisa alguma na futura chapa presidencial. Na prática, nunca foi convidado a expor suas pretensões na sala de jantar onde os caciques negociavam os rumos do partido na campanha — não o deixavam passar da porta da cozinha, onde o deputado Ulysses Guimarães lhe mandou um recado, certa vez, informando-o de que poderia, na melhor das hipóteses, integrar a tribo dos que pretendiam ser vices. "Se o Collor tiver mais de 10% dos votos em Alagoas, renuncio ao meu mandato", desdenhava outro prócer peemedebista, o deputado alagoano José Costa. Com a abertura das urnas, na semana passada, constatou-se que o PMDB foi capaz de uma proeza inédita: colocar para fora de suas fileiras exatamente o candidato que acabaria sendo o mais votado em 15 de novembro, dono de um cesto de votos 600% maior do que o do concorrente oficial do partido, o deputado Ulysses Guimarães.

A vitória de Collor de Mello no primeiro turno da eleição é mais impressionante ainda quando se tenta descobrir de onde ele veio, e o que tem atrás de si. Em Brasília, onde mora desde a juventude, Collor reside numa mansão no Lago Norte, onde o metro quadrado é muito mais barato do que no Lago Sul, onde ficam as mansões ministeriais. Quando começou sua arrancada para 15 de no-

Collor explodiu nas pesquisas em julho (acima, à esq.). Nos meses seguintes, sofreu pequenas quedas sucessivas, mas chegou em outubro com força suficiente para construir um passeio tranquilo pelas praias de Maracá (dir.).

vembro, o candidato do PRN possuía um esquema de campanha familiar, mais parecido com o do Enéas, do Prona, do que com o de um concorrente de verdade. Em São Paulo, sua base de apoio era um irmão, o empresário Leopoldo Collor de Mello. No Rio, a maior ajuda vinha da ex-mulher, a socialite carioca Lilibeth Monteiro de Carvalho, com quem tem dois filhos — Arnon Afonso e Joaquim Pedro. Collor contava ainda com os serviços de um cunhado, o embaixador brasileiro em Atenas, Marcos Coimbra. E era só.

Através dessa modesta conexão Brasília-Rio-Atenas, na qual se resumia seu mundo político fora de Alagoas, Collor entrou para um novo partido, o PJ, uma microlegenda de aluguel, e conseguiu o direito de ir para a televisão com um horário gratuito concedido pela lei eleitoral. Depois, arrematou o PRN, uma sigla completamente desconhecida do público, que contava com um único representante no Congresso, o imprevisível deputado paulista João Cunha, então aposentado de sua antiga "persona" como radical do PMDB. E foi assim, montado no horário gratuito do PJ e do PRN, viajando com a mulher, Rosane, à Amazônia, onde chegou a tomar chuva para gravar suas cenas de televisão, que Collor conseguiu colocar sua caravana em movimento. É verdade que no dia 15 era o mesmo Collor o candidato que supostamente gastou mais de 100 milhões de dólares na campanha com dinheiro oferecido por empresários. Também é verdade, contudo, que não foi Collor quem entrou no trem do empresariado, mas o contrário — ele é que pegou carona em seu trem, bem depois que Collor deixou a estação dos desgraçados nas pesquisas eleitorais. "O Collor não é produto de ninguém, nem da Rede Globo, como o acusam", diz o deputado Marcos Lima (PMDB-MG). "Na verdade, ele é um político que tem currículo e experiência", acredita ele. Nos últimos meses, mostrou que tem o cacife mais precioso de todos: eleitores.

Na semana passada, Fernando Collor de Mello era um candidato bem diferente do Fernando Collor de Mello que batia às portas do PMDB no início da corrida presidencial. Na quarta-feira, ele saiu em silêncio de sua casa, em Brasília, evitou a imprensa e tomou o seu jatinho Challenger para votar em um colé-



A FAMÍLIA DO CANDIDATO

Na caça aos votos, Collor de Mello teve pouco tempo para a família, formada pelos filhos Joaquim, Pedro e Arnan. Alenice (à esq.), que morava com a mãe, Liliane, e o filho, Arnan (à dir.), acompanharam-o a quase todos os comícios realizados no país.

gio estadual em Maceió, em Alagoas. Sorridente, depositou seu voto na urna e pronunciou uma única frase: "A vitória". A princípio, Collor deveria voltar cedo para Brasília e descansar, mas ficou quase até a meia-noite ao telefone — ligou pessoalmente para mais de trinta líderes políticos de Alagoas. "Ninguém acreditava que estava ouvindo a voz do Collor", conta um de seus assessores mais próximos. "Muitos políticos do interior chamavam Collor de Fernando, com grande intimidade e em tom paternal, e hoje já o tratam quase como um deus", acrescenta.

A virada na vida do candidato Collor mudou a maioria de seus hábitos cotidianos. Nas últimas semanas, ele dormiu em média apenas quatro horas por noite, perdeu 6 quilos, ganhou olheiras, teve problemas estomacais, parou de fazer cooper e chegou a tomar tranquilizantes para relaxar. Pelo menos três vezes por semana, contudo, ele ainda nada na piscina de sua casa em Brasília e fuma charutos cubanos depois do jantar. Durante a campanha, Collor já chegou a temer por um atentado e passou um período usando um colete à prova de balas debaixo da camisa. Entre seus assessores o candidato do PRN contratou um vidente, o carioca Ivo Carvajal, cujas predições passaram a contribuir para as decisões de algumas etapas da campanha. Em Maceió, Collor mudou a programação do PRN, cancelando uma carreta do aeroporto da cidade ao bairro de Duque Estrada, onde seria realizado o comício de encerramento da campanha, devido a uma visão de Carvajal segundo a qual o candidato do PRN poderia sofrer um atentado no caminho.

No mês passado, quando o comitê do PRN precisou dos serviços de um técnico de transportes, Carvajal deu a palavra final na escolha de um nome numa lista de sete pessoas apresentada a ele pelo candidato, de acordo com o critério da numerologia. O vidente também já esteve no Egito, a serviço de Collor, para trazer um cristal do Cairo, que, segundo acredita, traz sorte para quem o carrega no bolso. Collor é supersticioso, mas em matéria de segurança, por exemplo, também acredita em providências práticas. Hoje, ele já conta com oitenta guarda-costas em sua equipe, a maioria policiais licenciados do serviço público em Alagoas. Seis homens guardam sua casa, em Brasília, e o PRN desloca para os locais por onde Collor sempre viaja um "grupo antiterror", sob a responsabilidade do coronel Otávio Albuquerque, da PM de Ala-

goas. Este grupo vasculha banheiros, revira latas de lixo e verifica se não há algum tipo mal vestido que possa molestar o candidato.

Recebido aonde vai com o mesmo entusiasmo dispensado a um cantor de rock, Collor conseguiu chegar aonde queria — a fase final da eleição, na qual tudo vai começar novamente do zero. O candidato do PRN desembarca de saída com um gordo cheque de votos, mas também com uma grande dívida. O problema do PRN é o fato de que disputar a eleição no primeiro turno com outros 21 concorrentes era uma coisa — e disputar o segundo turno com apenas mais um candidato produz efeitos bem diversos. No primeiro turno, quando Collor chegou a chamar o presidente Sarney sucessivamente de "ditador de opereta", "ditador corrupto" e

"ditador cercado de assassinos", isso depois de ter estreado na campanha chamando o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNL, de "generalco", os adversários do candidato do PRN não tiveram tempo nem disposição para lembrar-se de criticá-lo no calor dos debates. Agora, contudo, diante de um único oponente, Collor pode encarar a possibilidade concreta de ser acusado de desequilíbrio e destemper verbal. "Collor é mesmo um temperamental, e é muito perigoso ter um homem desses no Planalto", diz Carlos Henrique Santos, porta-voz do Palácio, que conhece o candidato do PRN desde os 17 anos.

No primeiro turno, por exemplo, Collor podia dizer que debater com os 21 adversários na televisão era um "programa de índio" — e do seu ponto de vista foi mesmo, já que os debates lhe fizeram bem pouca falta na hora em que o povo foi votar. Agora, contudo, será diferente. Ele vai estar sendo comparado cara a cara com um único concorrente, Lula, também selecionado por uma massa considerável de votos, e que não é um pobre-diabo das urnas — ao contrário, está em ascensão e traz consigo uma dose formidável de carisma. Collor sempre foi um adversário diferente da maioria dos outros concorrentes no primeiro turno pela origem. Embora ele tenha um partido diferente, deve disputar agora com um oponente muito parecido com ele próprio e que corre na mesma raia do eleitorado — principalmente as camadas mais pobres da população, que coletem 70% dos votos nas ur-



A APOTEOSE DA CAMPANHA

No último domingo antes da eleição, dia 12, o candidato do PRN fez um grande comício em Macaé, sua base política, numa festa onde compareceram um público de 50 000 pessoas e para o qual levou até mesmo a bandeira gigante que ficou famosa na foto que marcou o início da Nova República. Foi a apoteose de uma caravana eleitoral que arrastou mais de 1,5 milhão de pessoas em dezenas de comícios por todo o país em prazeiroso recorde.



nas. Mais: ao mesmo tempo em que Lula é parecido com Collor do ponto de vista eleitoral, não poderia, como operário, ser mais diferente do que ele do ponto de vista pessoal.

Na tarde de sexta-feira, no entanto, quando os computadores de um centro de informática montado pelo PRN para acompanhar as apurações revelaram quem seria seu adversário no segundo turno, Collor começou a preparar-se mentalmente para o mano a mano decisivo com o candidato do PT, que, conforme as projeções, poderia vencer Leonel Brizola por uma diferença até de 2 milhões de votos. "As chances de enfrentar Brizola no segundo turno são de 0%", disse o próprio Collor de Mello ao longo de uma entrevista a VEJA, na semana passada (leia a pág. 68). "O Lula é o pior adversário que poderíamos ter", admite o deputado Renan Calheiros, líder do PRN na Câmara dos Deputados.

Diante de Lula, com certeza, Collor não poderá utilizar a sua principal arma de campanha — chamar os adversários de marajás. Lula, que começou na vida como torneiro mecânico, tem uma origem muito mais humilde que a do próprio Collor.

Dizer que Lula representa partidos políticos ultrapassados também não ajudaria muito. Pior do que isso, o candidato do PRN teria pela frente alguém que lançaria uma palavra de ordem que ele próprio, Collor, gostaria de usar — o tostão contra o milhão. "A briga no segundo turno vai ser do mesmo pobre contra o mesmo rico", já anunciou Lula, na quinta-feira passada. Collor nunca vai provar que ele é o tostão — e terá o ônus de demonstrar ao eleitorado que não é o milhão. A caravana do PRN pode ter ainda um problema de outra ordem. Esse candidato, Lula, faz perguntas que o eleitorado de Collor entende e, embora use sua gramática tumultuada e não tenha o invólucro elegante do ex-governador de Alagoas, fala numa língua entendida pelo mesmo público.

A tática de Collor para chegar onde chegou, sozinho, apoiado apenas na simpatia do público e nos números das pesquisas, foi a de sempre criar um inimigo bem visível, que poderia ser os marajás, a corrupção ou o governo Sarney, assim como Brizola atacou a TV Globo, as multina-

A dura jornada de Ulysses Guimarães

O Senhor Diretas perde a eleição direta para presidente

O deputado Ulysses Guimarães sempre pôde se orgulhar de um dado de sua biografia — jamais ter perdido uma única das dez eleições diretas que disputou. Na semana passada, o candidato Ulysses Guimarães perdeu a primeira eleição de sua vida — justamente aquela com que sonhou nos 42 anos de sua carreira política. Na quarta-feira, em São Paulo, quando saiu de casa para votar, arrastou atrás de si um batalhão de jornalistas, todos interessados em registrar o seu voto histórico. "Ele é o grande responsável por esta eleição", sandou um eleitor à

sua passagem, na escadaria do Colégio Madre Aliz, no bairro dos Jardins, onde ele votou na 117.ª Seção da 251.ª Zona, às 11h45. "Obrigado por este dia", agradeceu uma senhora à sua saída. Dona Mora, sua esposa, que o esperava do lado de fora da seção eleitoral, detabafou com uma amiga que já não agüentava mais o clima de desesperança que, pela primeira vez em muitos anos, rondava uma empreitada de seu marido. "Até que enfim terminou, que alívio. Vamos ter mais tempo para cuidar dos netos".

Ulysses perdeu a eleição mas nem por isso saiu da primeira cena da política brasilei-



8910108



CLAUDIO VERIAN

EFICIÊNCIA

Boca de urna para Collor no dia 15 de novembro: o PRN mobilizou 80 000 pessoas, distribuiu camisas e sanduíches e garantiu que todos os votos prometidos nas pesquisas chegassem às urnas com a mesma eficiência com que foi conduzida toda a campanha. Collor teve catenete júnior à sua disposição, elos de segurança para acompanhá-lo nas viagens e até uma equipe antiterror para evitar que houvesse qualquer risco à sua vida.

cionais e "os poderosos" — no caso, qualquer adversário que julgasse mais forte na hora. O problema de Collor para o segundo turno é que essas bandeiras não são mais exclusividade sua, e isso também pode lhe trazer problemas. O fato, entretanto, é que desde o dia em que Collor tornou-se o líder das pesquisas, seus concorrentes, os políticos e os meios de comunicação vêm anunciando que o candidato do PRN iria encontrar seu verdadeiro obstáculo na próxima esquina — e, em consequência, sua candidatura marcharia como um balão furado. Primeiro denunciou-se a existência de irregularidades em seu governo em Alagoas, segundo as quais Collor teria beneficiado usineiros do Estado. Não colou. Depois que Collor já navegava na casa dos 40% nas pesquisas, passou-se a dizer que a alta do candidato não era mais do que uma fraude dos levantamentos eleitorais. Por fim se disse que, assim que seus adversários passassem sua vida a limpo nos debates e nos programas do horário obrigatório da televisão, Collor seria finalmente derrubado. "Quando ele apareceu, foi tratado como um fenômeno de rápida duração, e quando começou a crescer, to-

dos disseram que ele seria derrotado no horário eleitoral", diz o deputado estadual Cleto Falcão, do PRN. "Quero ver o que vão dizer agora", acrescenta ele.

Aos amigos, o candidato do PRN queixou-se muito dos meios de comunicação nas últimas semanas. "Eles ficam falando que vou mal e vão se estrepalar quando sair o resultado", comentou Collor a um amigo na semana passada em Maceió, referindo-se aos votos que iria receber. Agora, na fase decisiva da eleição, já se começa a dizer que Collor enfrentará o maior obstáculo de sua campanha e que desta vez ele não escapa. "Vai ser uma eleição duríssima", diz Marcos Lima, do PMDB mineiro. "O segundo turno será difícil para Collor porque a soma dos votos de Covas, Lula e Brizola elegerá o futuro presidente", afirma o ministro de Justiça, Saulo Ramos, um dos poucos amigos remanescentes de Sarney. Pode ser. Mas pode ser também que esse seja mais um daqueles obstáculos que seus adversários diziam ser intransponíveis quando Fernando Collor de Mello ainda estava em campanha no primeiro turno.

ra. No domingo dia 12, durante seu último programa de propaganda eleitoral gratuita, ele fez um discurso sandado por muitos como o de um estadista. Lembrou os tempos heróicos do PMDB, "de nos-

●BASTANTES

As vozes no Colégio Madre Alix, em São Paulo, Ulysses é aplaudido como visionário: "O povo reconhece que fez tudo ao meu alcance pela democracia".

soz quadros pertia a legião de estropiados em seus direitos civis e políticos, os cassados, os encarcerados, os torturados, os exilados. Com cruzes, cicatrizes, táme-los, chegamos", disse. Em Brasília, depois da votação, Ulysses foi para a

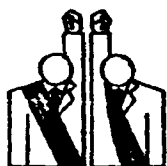
casa do ex-ministro Renato Archer, onde ficou por vinte minutos em silêncio, enquanto a TV confirmava o naufrágio de sua candidatura.

Por volta das 11 horas da noite, depois de tomar uma sopa que mandou buscar no restaurante Pinatella, Ulysses disparou uma série de telefonemas para os governadores do partido. "É preciso segurar a debandada do pessoal. Temos que manter o partido em aliança com as forças de centro esquerda", recomendava aos interlocutores, já disposto a recomendar como se nada tivesse acontecido. "Se eu fosse ficar abalado com qualquer coisa, vocês estariam falando com um defunto", disse o deputado a seus amigos.

ENTREVISTA

Jogo para fazer gol

Fernando Collor de Mello diz que ele e Lula foram os fatos novos da eleição e que sua aliança no segundo turno será com o povo



O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, teve na semana passada dias bem mais tranquilos que os de seus concorrentes. Enquanto eles ainda viviam a tensão da contagem de votos, Collor já se dedicava a planejar como será sua campanha de agora em diante. Embora a apuração do TSE ainda não tivesse terminado, o candidato do PRN já acreditava que seu adversário na fase final da eleição seria Lula. Na tarde da sexta-feira, ele recebeu em sua casa o chefe da sucursal de VEJA em Brasília, Eduardo Oinogac, e o repórter Luiz Augusto Falcão para a seguinte entrevista:

VEJA — Qual adversário o senhor escolheria para enfrentar no segundo turno — Lula ou Brizola?

COLLOR — As duas candidaturas têm seus prós e contras para mim. Brizola é muito forte no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Com Lula como adversário, tenho esses dois Estados abertos para trabalhar. Por outro lado, Lula não tem um programa de governo. É estatizante, socializante, e seu discurso pode soar radical no confronto com minhas posições. A saída de Brizola elimina o discurso do novo contra o velho.

VEJA — Qual é sua explicação para estarem Lula e Collor no segundo turno?

COLLOR — Nós dois somos os únicos fatos novos nesta eleição. Desde o começo venho repetindo que, fora dessas candidaturas, o resto é conhecido. Um confronto das idéias do PT com as minhas idéias é o que pode ocorrer de bom no segundo turno. Além disso, Lula e eu não nos preocupamos com apoios de políticos. Quem de peso me apoiou em São Paulo?

VEJA — O desempenho do PT em São Paulo ficou abaixo das expectativas?

COLLOR — Em todo lugar onde o eleitorado experimentou uma administração petista, o PT quebrou a cara, e seu desempenho foi ruim. Mas seus votos foram tão espalhados e surgiram de tantos lugares que essa fraqueza foi compensada.

VEJA — O senhor vai corrigir erros em sua campanha no segundo turno?

COLLOR — Não houve erros. Minha campanha foi irretocável. Começamos a campanha apostando na televisão bem como os outros candidatos, mas percebemos que era importante ir aos comícios e melhorar o ânimo da TV. O que mudou foi a tática. É como em jogo de futebol. A estratégia sempre foi fazer o gol. A tática mudava conforme o time adversário atacava.

VEJA — Os ataques ao presidente Sarney serão uma tônica em sua nova campanha?

COLLOR — Quem dará o tom da campanha será o próprio presi-

dente Sarney. Ele cometeu erros primários para um político. O lançamento da candidatura Sílvio Santos, em cima da hora, foi um deles. Se houver ataques, responderemos com força total. Democracia não é dar a outra face diante de uma agressão. Democracia é uma disputa organizada entre iguais.

VEJA — O senhor é igual ao Lula?

COLLOR — Curiosamente, há igualdades e diferenças funda-



mentais. O eleitor do Lula e o meu eleitor são parecidos. Vivemos num país onde há 70% de pessoas votando pela primeira vez e mais de 70% com até o 1.º grau incompleto. Esses eleitores não estão preocupados com ideologia. Eles querem saber se o candidato tem propostas adequadas e condições, formação e estrutura para colocar essas propostas em prática. A diferença entre nós dois diz respeito à maneira como encaramos o Estado. Defendo o enxugamento da máquina estatal e a economia de mercado. O PT defende o fortalecimento do Estado, a estatização e a socialização do país. Há correntes no PT que pensam que não se chega ao poder sem revolução sangrenta. Minhas teses são diametralmente opostas.

VEJA — O senhor acredita num apoio integral dos eleitores de Afif, Maluf, Caiado e Covas?

COLLOR — Sabe-se que não basta um político ordenar que se vote em determinado candidato e simplesmente esperar a vitória nas urnas. Esta eleição foi marcada pela indiferença aos políticos. Foram os políticos que aderiram à candidatura mais encorpada na opinião pública. Os políticos, pela primeira vez, foram obrigados a se dobrar ao desejo popular e daí decidir o que fazer.

VEJA — Se Paulo Maluf, por exemplo, declarar aos jornais que vai apoiá-lo, o senhor aceitará?

COLLOR — Não estou preocupado com o apoio dos políticos. Estou preocupado com o apoio dos eleitores, porque foi com eles que conversei muito tempo. As alianças para o segundo turno só serão feitas mediante o casamento prévio do político com as idéias contidas no nosso programa de governo.

VEJA — O senhor sente a formação de uma aliança anti-Collor?

COLLOR — Desde que subi nas pesquisas, em abril, comecei a ser atacado. A resposta das urnas foi clara. Enquanto todos olhavam para meu crescimento, Lula e Brizola melhoravam a olhos vistos.

VEJA — O líder do PRN, Renan Calheiros, está conversando com políticos e buscando apoio para o segundo turno. O que o senhor acha disso?

COLLOR — Eu não sou contra as alianças. Sou contra uma busca de adesões inchadas que tornem nossa candidatura algo sem identidade, um agrupamento de pessoas que apenas quer chegar lá. Minha candidatura não será à direita. Não farei acordos nesse sentido. Na Europa, aliás, ninguém mais fala em direita e esquerda, apenas na diminuição da máquina do Estado e no bem-estar do povo, independentemente de opção ideológica.

VEJA — O senhor irá a debates no segundo turno?

COLLOR — No primeiro turno, não fui a debates porque não queria ser alpinista para tucano. Acho que seria um ataque atrás do outro, sem debater idéias. Propus, e ninguém aceitou, debates dois a dois. No segundo turno, desde que os debates ocorram, as regras sejam justas e eu seja convidado, comparecerei.

VEJA — O senhor está preparado para enfrentar novamente os ataques que recebeu no primeiro turno, como aqueles sobre o acordo com os usineiros, a truculência da segurança e a contratação de parentes no governo?

COLLOR — Não deixamos sem resposta um único ataque. A todos eles respondemos com a verdade. Sofremos uma chuva de pedradas eleitorais que não nos atingiram. Quando ocorre confusão em meus comícios, dizem que os agressores são meus seguranças. Quando ocorre confusão nos comícios do Lula, usa-se a palavra militante. É uma má vontade com relação a mim. Nunca fomos perturbar comício de ninguém.

VEJA — O senhor não terá dificuldades para governar o país sem uma base parlamentar?

SOBRE O ADVERSÁRIO:

"Eu e Lula somos os únicos fatos novos desta eleição. Desde o começo venho repetindo que fora dessas candidaturas o resto é conhecido. Um confronto entre as idéias do PT e as minhas idéias é o que pode ocorrer de bom no segundo turno. O PT e o PRN foram os dois únicos partidos com campanhas nacionais. Além disso, eu e o Lula não nos preocupamos com o apoio de políticos."

COLLOR — Eu não tenho problemas com os políticos. Eleito presidente com amparo de mais de 40 milhões de votos, ou mais da metade do país, não haverá problemas. Os políticos terão que se confrontar com as urnas alguns meses depois, e aí será a vez de eles serem submetidos ao teste.

VEJA — O que o senhor acha da proposta de parlamentarismo já, que está circulando em Brasília?

COLLOR — Parlamentarismo já, é jogar no lixo 40 milhões de votos que o vencedor vai receber nesta eleição, é um golpe, uma fraude. Não há clima para isso, e esse projeto não passa de forma alguma.

23/11/89

P.P. (S) (S) (S)

23/11/89 JORNAL DO BRASIL

ASOCIAÇÕES COMERCIAIS abrem campanha contra Lula

Jurandir Silveira — 27/88

BRASÍLIA — A Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), que reúne 1,3 milhão de associados — 95% deles de micros e pequenos empresários — considera o programa do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, "contrário à livre iniciativa, à modernidade, à liberdade, anti-democrático, radical e retrógrado", segundo declaração do seu presidente, César Rogério Valente. Os presidentes das federações estaduais estiveram reunidos ontem em Brasília e já descartaram qualquer apoio à candidatura de Lula. Eles agora analisam a proposta de governo do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.

Em entrevista recheada de adjetivos pouco elogiosos ao programa de governo do PT, César Valente tentou todo o tempo afirmar que a entidade que dirige não dará apoio a qualquer dos candidatos — "Apenas vamos enviar aos nossos associados os programas dos dois candidatos, para que eles decidam em quem votar" —, mesmo partindo sempre da premissa de que Lula representa uma candidatura inviável do ponto de vista do "conflito ideológico", posição que, admitiu, será repassada aos associados. Além disso, embora garantindo que o programa de Collor ainda está em fase de análise, afirmou: "O programa do candidato do PRN apresenta idéias liberais, que coincidem com as nossas".

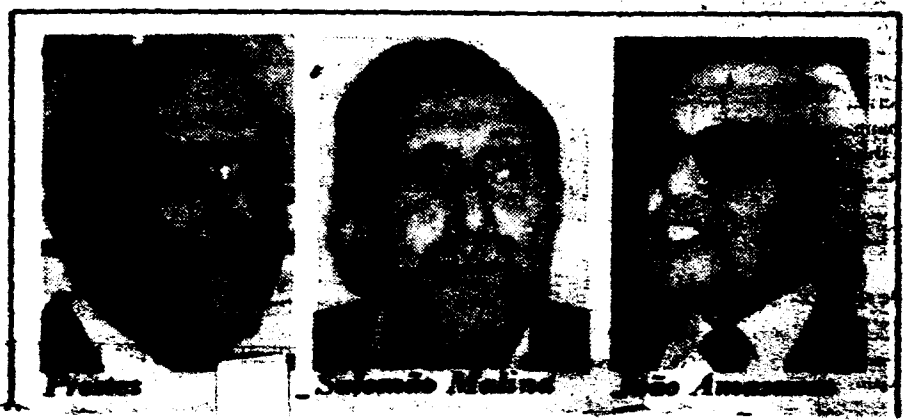
Críticas — Na reunião feita ontem pela manhã, segundo um de seus participantes, o programa de governo do PT recebeu duras críticas, mas não de forma unânime, enquanto a candidatura de Collor também foi alvo de avaliações pouco animadoras, tendo sido considerada não confiável por alguns dos presidentes de federações como. A tendência, apesar disso, informou um deles, é de que os filiados à CACB sejam orientados no trabalho pró-Collor, só que não de forma institucionalizada, até para evitar reações hostis vindas do comando da



Valente: contra Lula e Amato

campanha do próprio candidato, que não gostou nada da Ficap ter tomado qualquer o apoio à sua candidatura.

O presidente da Ficap, Mário Amato, por sinal, foi alvo de ataques de César Valente, em razão de suas declarações dizendo que cerca de 800 mil empresários deixariam o país no caso de uma vitória de Lula. "Talvez este cidadão fosse o primeiro na fila de cumprimentos ao novo presidente, se desse esta solução", comentou Amato. Ele acha, que, seja qual for o eleito, não haverá dificuldades no relacionamento com o Congresso. "O Congresso Nacional, com o devido respeito, tem demonstrado que tem muita facilidade de se compor com quem está no poder. Basta o novo presidente abrir as portas do Palácio do Planalto."



Valente

Fernando Collor

Mário Amato

PT leva comunistas à trégua

PCB e PC do B se unem a Prestes para enfrentar Collor

A passagem do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, para o segundo turno das eleições vai unir em torno da mesma campanha os principais grupos comunistas do país, que há 30 anos se dividiram e hoje defendem propostas aparentemente inconciliáveis. Na primeira etapa da eleição, o PC do B já integrava a Frente Brasil Popular, em apoio a Lula, enquanto o PCB lançou o candidato Roberto Freire, que ficou em oitavo lugar, com 769 mil votos. O veterano líder comunista Luís Carlos Prestes, afastado do PCB desde 1979, participou da campanha de Leonel Brizola, do PDT. Agora, representantes destes três segmentos estarão juntos pedindo votos para Lula, com o objetivo de derrotar Fernando Collor de Mello, do PRN.

Esta união em torno de Lula, entretanto, não significa o início de uma aproximação entre as diferentes correntes comunistas brasileiras, embora possa reunir, nos mesmos comícios, os presidentes do PCB, Salomão Malina, do PC do B, João Amazonas, e o próprio Prestes. "No segundo turno, o palanque ganha outra dimensão", resume Amazonas ao comentar a convergência de seus adversários em torno de Lula.

Independentes Para o segundo turno das eleições, Prestes pretende atuar da mesma maneira que na campanha de Brizola: independente de partido. Indiferente ao PDT, Prestes montou seus próprios comitês, chamados Comitês Democráticos e Revolucionários. Luís Carlos Prestes, que tinha até comitês diferentes das demais, e organizou manifestações independentes. Para esta nova etapa, Prestes anuncia, em relação aos ex-camaradas: "Trata-se de um fato concreto, que é derrotar a direita de Collor. Eu vou trabalhar com o meu grupo e os meus amigos, independente dessa gente".

O presidente do PCB também não está preocupado com as diferenças ideológicas entre os partidos comunistas. Ele garante que seu partido vai participar efetivamente da campanha de Lula e, no ano que vem, pretende lançar candidatos ao governo em vários estados. "Não somos parte da Frente Brasil Popular, mas

vamos trabalhar sem criar problemas, porque este período não é para discutir questões mais profundas". O deputado Roberto Freire, que não conseguiu tantos votos mas ganhou a simpatia de muitos eleitores, estará presente nos comícios de Lula e já começa a conciliar sua agenda com os próximos comícios da Frente Brasil Popular.

Rachas As brigas internas no antigo PCB (sigla para o nome Partido Comunista do Brasil) começaram em 1956, depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, do qual participavam representantes dos partidos comunistas do mundo todo. Nesta época, os brasileiros dividiram-se quanto a oposição do secretário do PC russo, Nikita Krushchev, ao governo de Stalin. As brigas se intensificaram entre o grupo de Amazonas — que condenava as propostas de mudança — e o de Prestes, que apoiava as ideias de Krushchev. O ápice das divergências ocorreu em 1962, quando o grupo de João Amazonas definiu-se contra o "partido prestista" e organizou o Partido Comunista do Brasil. Na versão de Amazonas, foi Prestes quem fundou outro partido, pois "o verdadeiro partido comunista é o fundado em 1922, do qual faço parte desde 1935".

Durante a última eleição para presidente, em 1960, o partido, já rachado, ainda esteve unido em prol da candidatura do Marechal Henrique Teixeira Lott. Desde então, esta é a primeira vez que os três mais importantes grupos comunistas no Brasil apoiam o mesmo candidato. Em eleições para governador e prefeito, o PCB e o PC do B participaram de algumas coligações, sem o apoio de Prestes, como aconteceu na eleição do governador Moreira Franco, em 1986, e da prefeita de São Paulo, Luísa Erundina, em 1988. "Na eleição de Moreira, cada um trabalhou de seu lado, tínhamos objetivos diferentes", ressalva Amazonas.

Para o PCB, Amazonas apenas ataca a União Soviética e a abertura ocorrida nos países socialistas. O PC do B acusa o PCB de ter abandonado o caminho revolucionário do Comunismo. Prestes ataca os dois, a quem considera "partidinhos que não têm votos". Contudo, estas acusações serão deixadas de lado, pelo menos até o dia 17 de dezembro, quando os eleitores escolherão entre Collor e Lula.

PAÍS

Presidente Sarney convoca unidade latino-americana

□ Sem a união, não haverá progresso. A frase é do presidente Sarney, em Itaipu. Depois, ele seguiu viagem para Assunção

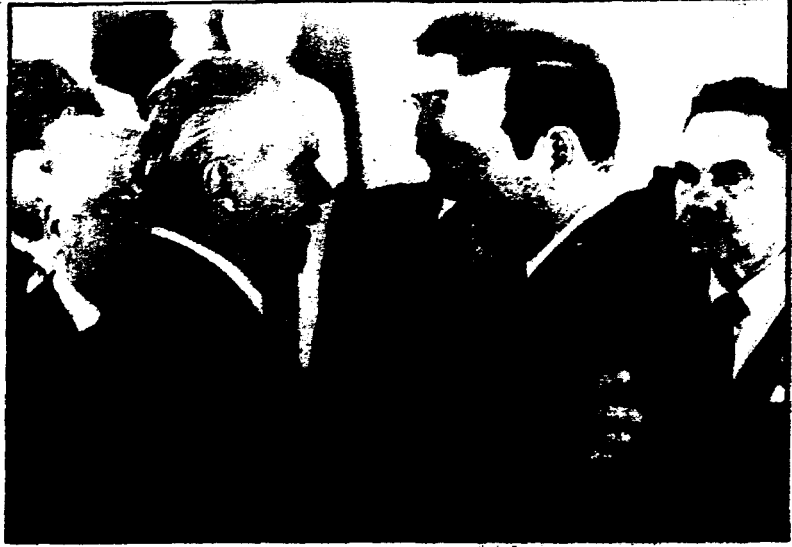
O presidente José Sarney advertiu, ontem, em Itaipu, que se os povos latino-americanos "não se unirem, não haverá progresso". Sarney falou durante uma cerimônia de colocação em funcionamento da 15ª turbina da represa hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo, localizada no rio Paraná. O ato, em que esteve presente também o presidente paraguaio Andrés Rodríguez, marcou o início de uma visita de 24 horas de Sarney ao Paraguai. Os dois presidentes desceram uma placa comemorativa.

Sarney enfatizou que o exemplo de cooperação mútua, traduzida na construção da gigantesca usina hidrelétrica, revela a disposição "inquebrantável" dos países latino-americanos para ajudar-se mutuamente. Depois de assinalar que os dois governos

são empenhados em concluir a obra, que já produz mais de 60% de sua capacidade, enfatizou que Itaipu é um cenário onde se fortalece o diálogo em seu mais alto nível entre os dois povos e acrescentou que os que promovem a integração latino-americana estão convencidos "de que não haverá progresso sem cooperação".

MAIOR DO MUNDO — O presidente José Sarney e o presidente do Paraguai, Andrés Rodríguez, inauguraram ontem a décima-quinta turbina da hidrelétrica de Itaipu, que entra em operação comercial imediatamente, tornando Itaipu a maior hidrelétrica do mundo, tanto em capacidade instalada como em geração de energia. Com a décima-quinta turbina, a capacidade instalada é de 10,6 milhões de quilowatts.

Em discurso, o presidente Sarney disse que esta obra "consolida os laços de amizade e boa vizinhança" entre os povos brasileiro e paraguaio. Acrescentou que "Itaipu é o símbolo de uma colaboração sem precedentes na história de duas nações, que se



Em Assunção: Sarney e Rodríguez trocam cumprimentos

irmanaram e uniram sua capacidade de criação, seus anseios por um futuro de desenvolvimento e prosperidade, sua disposição inquebrantável para o diálogo e o entendimento".

Construída pelos governos brasileiros e paraguaio, a usina hidrelétrica

de Itaipu será concluída em janeiro de 1991, com a entrada em operação da décima-sexta turbina. A capacidade de energia será de 12,6 milhões de quilowatts, que responderá por 28% do consumo brasileiro. (AFP-Radiobrás)

As estradas na Guiana

A Guiana concedeu o contrato de 30 milhões de dólares para a construção de uma rede de estradas no despopulado interior do país à empresa brasileira Parapanama Mining and Development, informando oficialmente ontem em Georgetown. A Cacex financiará 14 milhões de dólares para a primeira fase do projeto, contra só um milhão dado pelo governo da Guiana, segundo o acordo.

O ministro de Obras e Comunicações da Guiana, Jules Kranenberg, que assinou o contrato ontem, disse que a primeira fase da rede asfáltica unirá Lethem, povoado

fronteiriço com o Brasil, a 415 km ao sudoeste de Georgetown, com Makuri, a 250 km ao sul da capital. Kranenberg disse que ainda não acertou o financiamento para a segunda fase, de 14 milhões de dólares, mas que toda a rede deve estar pronta dentro de um ano. Não revelou a distância que as estradas vão cobrir.

O presidente da Guiana, Desmond Hoyte, assinou o acordo do financiamento para a rede rodoviária com seu colega José Sarney durante uma visita oficial de cinco dias do mandatário ao Brasil no mês passado. (AFP)

Paraguai e Brasil, uma relação mais estreita

O encontro entre os presidentes José Sarney, do Brasil, e Andrés Rodríguez, do Paraguai, ontem, para participarem da cerimônia de entrada em operação comercial da 15ª unidade da central hidrelétrica de Itaipu, serviu para amenizar o relacionamento entre os dois países. O governo paraguaio vinha, há tempos, reclamando que a energia cedida ao Brasil desde 1985 não vinha sendo paga pelo governo brasileiro. Por isso, o encontro dos dois

presidentes, o governo do Brasil tratou de fazer o pagamento de US\$ 61 milhões dos US\$ 152 milhões devidos.

Segundo o diretor geral brasileiro de Itaipu, Ney Braga, o primeiro pagamento foi feito na semana passada. O restante da dívida, no entanto, só será saldado na medida em que o Brasil consiga receber das concessionárias brasileiras pelo fornecimento de energia elétrica. Hoje, a dívida de Furnas e da Eletrosul

para com a hidrelétrica de Itaipu, que vem sendo paga desde 87, é de US\$ 349,7 milhões, além de outros US\$ 98,5 milhões que vencerem no próximo dia 20.

POR TELEFONE — A transmissão do cargo de presidente da República, de José Sarney para o deputado federal Paes de Andrade, foi feita por telefone. Ontem, depois de inaugurar mais uma turbina de Itaipu e pouco antes de embarcar para o Paraguai, o presidente Sarney conversou por telefone com o deputado Paes de Andrade.

A ligação aconteceu às 11h15min, quando o parlamentar se encontrava em sua residência, e Sarney comunicou que estava se ausentando do País, dando posse ao seu interino.

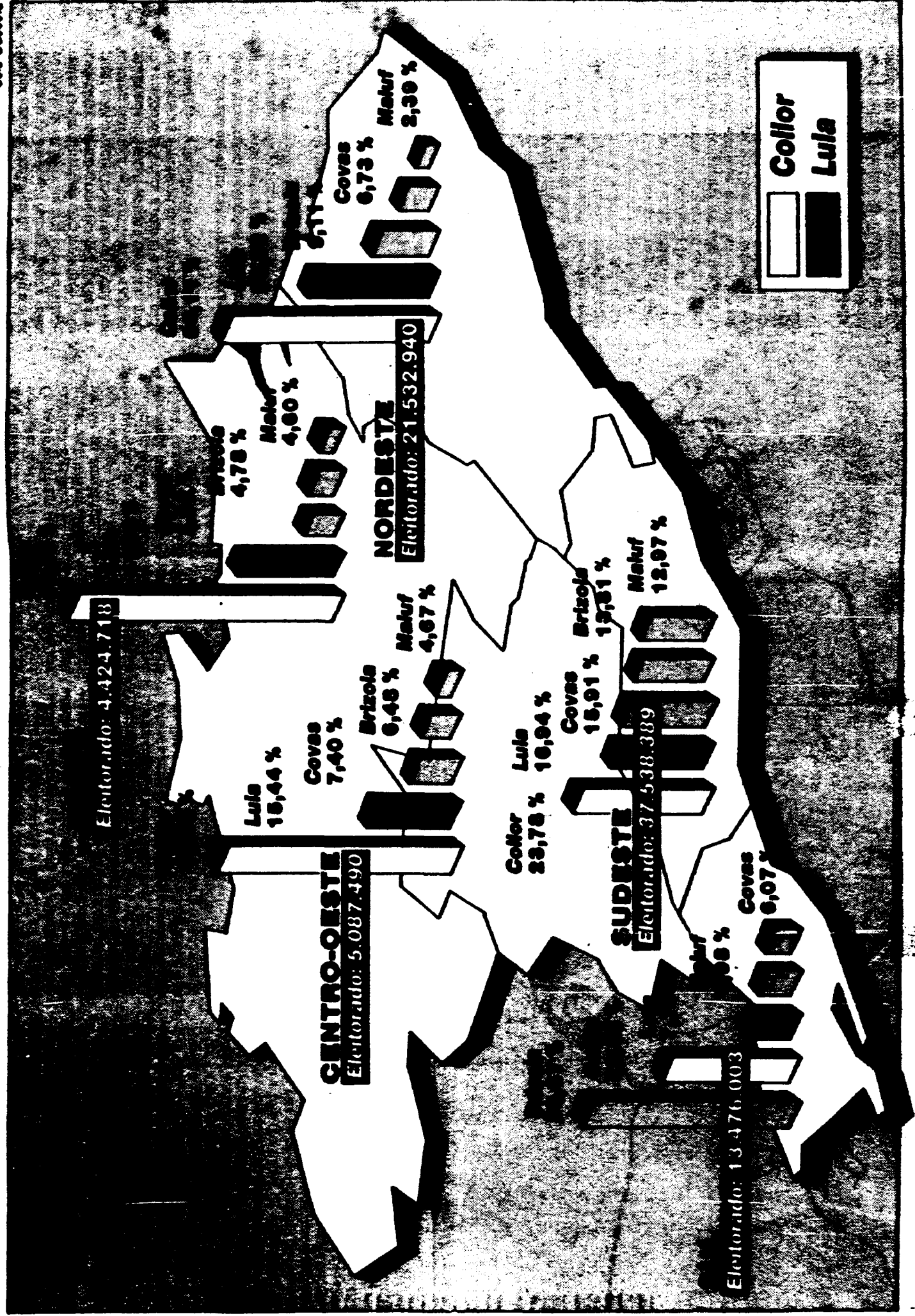
Paes de Andrade dirigiu-se em seguida ao Palácio do Planalto, onde almoçou, e à tarde cumpriu extensa agenda, recheada de políticos e autoridades do Ceará, seu Estado natal. (AE-Brasil/ZH)

20/11/89

F. de C. P. P.

A força dos candidatos nas 5 regiões

JORNAL DO BRASIL
20/11/89
Luiz Decosta



Com a apuração prática encerrada, o quadro de distribuição de votos pelas regiões do país mostra que F. de C. P. P. foi o primeiro turno da eleição e Collor de Mello venceu. No Norte (5,39% do eleitorado), Collor (26,23%), Centro-Oeste (6,19%) e Sudeste (45,73%) região Sul (16,41%), o vencedor foi Leonel Brizola. Lula disputou o segundo turno com Collor, foi o segundo mais votado nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Ficou em terceiro na região Sul.

As afinidades ideológicas obtidas no Nordeste Leonel Brizola (9,11%) e Covas (6,73%) indicam que serão os aliados preferidos de Lula na região. Lula precisará obter 22,46% de Collor no Sudeste, Lula poderá contar com os eleitores de Covas (15,91%) e Brizola (13,31%), mas terá que ampliar sua base para obter a maioria com os 12,97% obtidos por Maluf na região.

Os índices de abstenção nos outros estados mostram que, no decisivo de 17 de dezembro, Collor e Lula terão de redobrar os esforços para tirar os eleitores de casa e fazer com que votem. No Norte, a abstenção chegou a 24,87%; no Centro-Oeste, 14,79%. No Nordeste, a abstenção atingiu 18,72% e a maioria dos votos foi para Collor.

VEJA 22/11/89 -

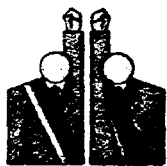
22/11/89

F. P. de
(P.P.P.)

4.º LUGAR

A surpresa do tucano

A candidatura de Covas cresce nos últimos dias, empolga a boca de urna e mostra que o PSDB tem boa vitamina para 1990



Para quem largou entre os retardatários da corrida presidencial, o candidato do PSDB, Mário Covas, conseguiu uma proeza eleitoral em 15 de novembro — saiu das urnas como o quarto colocado, com uma força capaz de desequilibrar o segundo turno no jogo das alianças que começou a se armar. A campanha dos tucanos começou a deslanchar apenas quinze dias antes da eleição, quando Covas dobrou o tamanho de seu eleitorado, ultrapassou a marca dos 10% das preferências nas pesquisas de opinião e na semana passada chegou até a sonhar com uma vaga no segundo turno conquistada na última hora. Na terça-feira, durante um passeio pelo Viaduto do Chá, em São Paulo, o candidato, normalmente contido em suas declarações, chegou a afirmar que uma das duas vagas seria sua. Quando as urnas foram abertas, os tucanos voltaram à realidade — Covas ficou distante do terceiro colocado, Leonel Brizola — mas apresentou uma recheada cesta de votos que deu nova estatura a seu partido no cenário político depois de 15 de novembro.

“Fizemos o que tínhamos de fazer”, conformou-se Covas, na noite da quarta-feira, quando os primeiros resultados já indicavam que ele estaria fora do páreo. “A decisão é do povo e tem de ser respeitada”, concluiu ele. Na semana passada, a caravana do PSDB havia, mesmo com a derrota nas urnas, contabilizado pelo menos duas grandes vitórias. A primeira foi verificar que Covas mostrou gorduras até para disputar o governo do Estado de São Paulo, sua base eleitoral, no próximo ano — ficou embolado nas primeiras colocações com Fernando Collor de Mello e Paulo Maluf. A outra vitória foi verificar que Covas, apesar de capitanear um partido com um ano e quatro meses de existência e uma organização precária em escala nacional, conseguiu obter uma votação boa e uniforme na maioria dos outros Estados.

“Houve uma explosão tucana em São Paulo nos últimos três dias antes da eleição”, comemora o vereador Walter Feldman (PSDB-SP). Com o resultado de 15 de novembro, Covas repete o feito de 1986, quando conseguiu eleger-se com 8 milhões de votos para o Senado — a maior votação da História no país para um só político até a semana passada. Nos dias que antecederam a eleição, o candidato do PSDB, que começou a campanha desacreditado no próprio partido, chegou a ter momentos de vitorioso. No domingo dia 12, Covas conseguiu reunir uma platéia de cerca de 100 000 pessoas em um co-

mício na Praia do Gonzaga, em Santos, sua cidade natal — a apoteose da campanha. No dia 15 de novembro, quando o candidato do PSDB saiu de sua casa, em São Paulo, para votar no prédio das Faculdades Metropolitanas Unidas, armou-se uma das manifestações populares mais espontâneas ocorridas na cidade em toda a campanha eleitoral. Aproximadamente 500 pessoas cercaram o candidato no caminho,

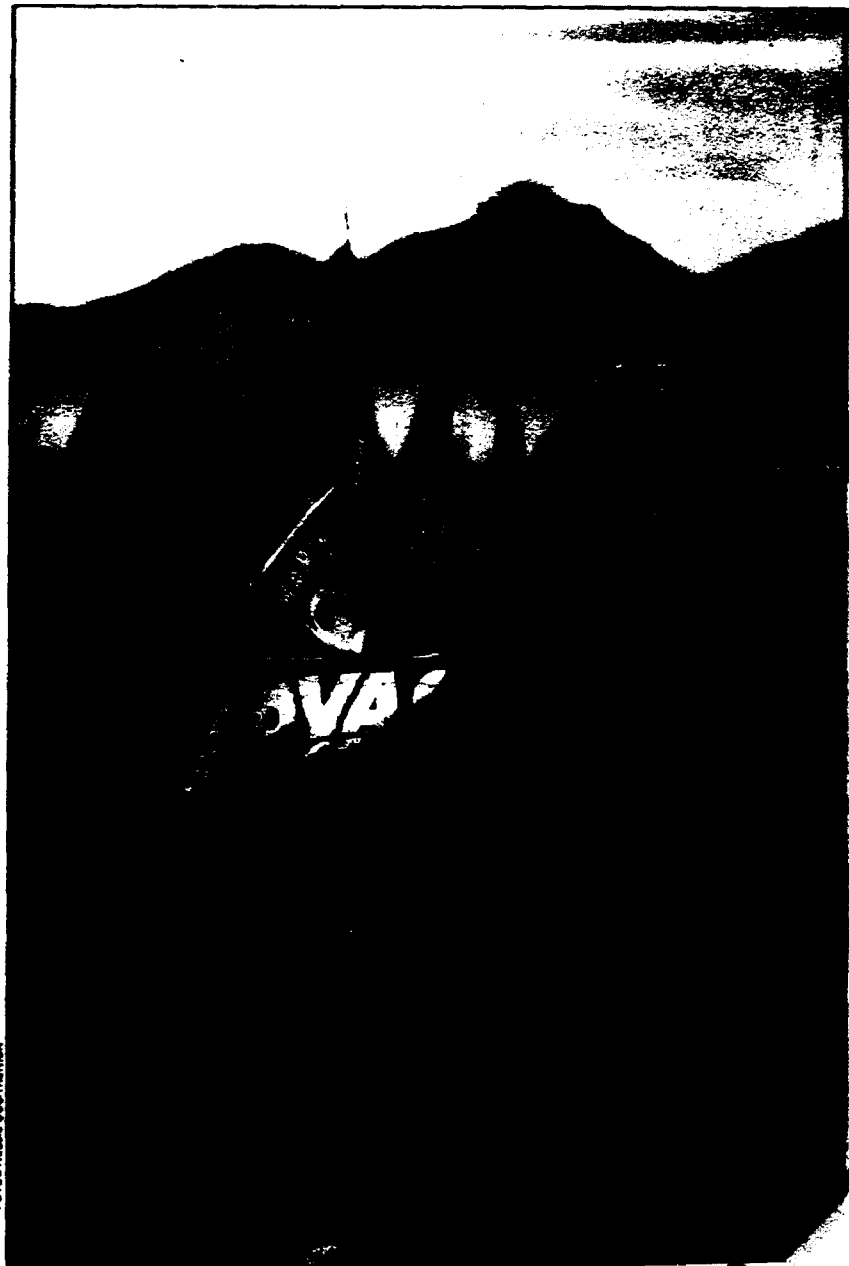


FOTO: NELLIS SOUTHWICK

acompanhando seu carro pelas ruas, numa alegre carreta improvisada na ida e na volta. Emocionado, suado e em desalinho por causa do empurra-empurra, o senador levou mais de duas horas para percorrer pouco mais de cinco quarteirões. "O carinho do povo nunca nos faltou", comoveu-se a mulher do senador, Lila, que o acompanhava nas campanhas eleitorais.

O bom desempenho eleitoral de Covas não é um fenômeno exclusivamente de São Paulo. O candidato dos tucanos saiu-se bem, por exemplo, em Belo Horizonte e Curitiba, onde acabou tirando votos de Leonel Brizola. "Eu sabia que o Paraná estava inclinado a votar na social-democracia", afirmou o prefeito da cidade, Jaime Lerner, do PDT de Brizola. "Mas não imaginei que Covas dividisse tanto os votos de Brizola", acrescentou. Formado a partir de dissidências do PMDB, o PSDB parecia aquele tipo de partido com uma grande base parlamentar, pouca militância e um espírito semelhante ao das fatias mais chiques da UDN do pós-guerra. Na terça-feira pela manhã, calculava-se no escritório de Covas, em São Paulo, que haveria um encalhe de 20% de todo o material de boca de urna por falta de mão-de-obra para distribuí-lo. No final do dia, entretanto,

não sobrara uma única cédula com o nome do candidato dos 82 milhões que os comitês mandaram confeccionar em todo o país — aparecera gente de todos os lugares para trabalhar pelo tucano.

Se tudo corria tão bem, que faltou a Mário Covas? Na semana passada, já se havia chegado a algumas conclusões. Um dos problemas, segundo as análises do próprio PSDB, foi que ele não conseguia se livrar do fato de ser um partido considerado da elite — atraiu principalmente os votos das classes A e B, que são numerosas em São Paulo, mas está longe da massa de votos das camadas mais pobres no Brasil. Conforme a última pesquisa do DataFolha, publicada no dia 29 de outubro, Covas tinha apenas 5% das preferências da população que ganha até dois salários mínimos por mês — essa percentagem subia para 13% quando a pesquisa era realizada na parcela da população com rendimentos mais polpidos. Na quarta-feira passada, por exemplo, um grupo de militantes do PSDB desfilara permanentemente na porta do prédio onde mora o candidato, numa das regiões mais nobres de São Paulo — todos eram jovens bem-vestidos da classe média que se engajaram na campanha do PSDB. Apesar da naturalidade e espontaneidade com que Covas toma cafézinho nos bares em seus passeios de campanha, quando abraça crianças e come pastéis nas feiras livres, seu maior filão eleitoral ainda é a parcela da população que come em restaurantes e faz suas compras em supermercados.

Embora o PSDB tenha conseguido plantar sólidas bases para o futuro, o maior trunfo do partido ainda conta para esta eleição — os milhões de votos que Covas pode carregar para o candidato a quem der o seu apoio podem ser o fiel na balança da eleição no segundo turno. Colocada numa posição de centro, a cota de votos de Covas pode pender tanto para o lado de Fernando Collor de Mello quanto para o do segundo colocado da esquerda. Na semana passada, Collor e Luís Inácio Lula da Silva já haviam enviado emissários para conversar sobre o apoio do PSDB. Collor quer Covas para dar um verniz mais à esquerda em sua campanha. Lula, na quinta-feira, ainda antes de saber o resultado definitivo da eleição, já afirmava que gostaria de contar com os votos do PSDB — enquanto o próprio partido começa a preocupar-se com a hipótese de um racha entre as alas que preferem o candidato do PRN e as que gostam mais do candidato da Frente Brasil Popular. Por enquanto, os tucanos querem ter direito às delícias de quem foi bem nas eleições e pode ficar em cima do muro e sabem que qualquer movimento pode quebrar uma de suas asas — a direita, em que se abrigaram eleitores que votaram em Covas na esperança de afastar Lula e Brizola do segundo turno, e a esquerda, em que o PSDB cultivava um filé mignon de classe média com idéias moderadas de progresso social no país.

O Esforço Final

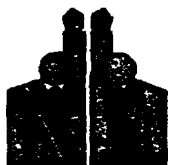
Nos últimos dias de campanha, Mário Covas viveu momentos de candidato vitorioso. No domingo 12, várias processões (à esq.) saíram dos bairros de Santos, no litoral paulista, para assistir ao seu último comício, na Praia de Gonzaga, que reuniu cerca de 100 000 pessoas. Na quarta-feira, dia da eleição, Covas saiu de casa apenas para votar e foi recepcionado por 500 eleitores. "Fizemos tudo o que deveríamos ter feito", disse ele.

contar com os votos do PSDB — enquanto o próprio partido começa a preocupar-se com a hipótese de um racha entre as alas que preferem o candidato do PRN e as que gostam mais do candidato da Frente Brasil Popular. Por enquanto, os tucanos querem ter direito às delícias de quem foi bem nas eleições e pode ficar em cima do muro e sabem que qualquer movimento pode quebrar uma de suas asas — a direita, em que se abrigaram eleitores que votaram em Covas na esperança de afastar Lula e Brizola do segundo turno, e a esquerda, em que o PSDB cultivava um filé mignon de classe média com idéias moderadas de progresso social no país.



Palácio da agonia

*Sarney diverte-se com os votos de
Lula, Leônidas elogia o parlamentarismo e ministros
já defendem a idéia de renúncia*



Na história das eleições presidenciais brasileiras, só ocorreram três casos de presidentes derrotados legalmente na escolha de seu sucessor. Um deles foi Juscelino Kubitschek, em 1960, abatido pela vitória do oposicionista Jânio Quadros. O outro, pela via indireta, que imperou na política do país nos últimos 29 anos, foi João Figueiredo, derrotado por Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. O presidente José Sarney, o terceiro nessa lista, sofreu um massacre com características muito peculiares, na semana passada. Havia 21 concorrentes no primeiro turno, e nenhum deles se apresentou como candidato da situação. Sabe-se até que dois deles integram legendas que fazem parte da máquina do governo — Ulysses Guimarães, do PMDB, e Aureliano Chaves, do PFL. Em 1960, o marechal Henrique Lott, o candidato de JK, ficou com mais de 20% dos votos apurados. Em 1989, os dois candidatos da Aliança Democrática ficaram, somados, na faixa de 5% das preferências do eleitorado.

Na quinta-feira da semana passada, 24 horas depois do início da votação, o presidente José Sarney só tomou o rumo do Planalto depois do almoço, quando já eram 4 da tarde. Nos costumes de Brasília, quinta-feira é, por tradição, a ocasião em que Sarney reserva uma folga em sua agenda para receber parlamentares e conversar sobre política. Houve uma época, quando o presidente brigava pelos cinco anos na Constituinte, em

que chegou a se reunir com 100 parlamentares de uma vez. Hoje em dia, é óbvio, a agenda é mais folgada — em geral, as audiências ficam entre dez e quinze. Na quinta-feira, contudo, nenhum parlamentar apareceu no Planalto para conversar com o presidente sobre as eleições nas quais foi resolvida sua sucessão. O presidente José Sarney tem ficado muito tempo sozinho, ultimamente. Quando voltou de uma viagem à Argentina, no domingo 12, por exemplo, só teve para aguardá-lo na Base Aérea de Brasília um grupo formado pelo general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, e quatro jornalistas. Em situações normais, costumavam esperá-lo dez ministros — e trinta jornalistas.

O impacto das eleições provocou reações curiosas em Brasília. Na noite de quarta-feira, o presidente José Sarney reuniu-se no Palácio da Alvorada em companhia de seu secretário particular, Augusto Marzagão, e de um velho amigo, o jornalista Napoleão Saboia. Sarney chegou a se deliciar com a abertura das primeiras urnas, que indicavam uma grande votação para o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, no Nordeste. "O braço da Igreja é maior do que pensávamos", chegou a comentar Sarney, com expressão feliz, deixando entre os presentes a impressão de que cultivava a esperança de que Lula pudesse vencer Collor de Mello. Outro efeito que as eleições produziram em Brasília foi trazer de volta uma periódica conversa dos meios políticos — a renúncia do presidente antes do final de seu mandato, que, por lei, se estende

até 15 de março do ano que vem. Na quinta-feira, o ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, apresentou uma proposta concreta a esse respeito. "Se o eleito tiver um plano de 100 dias bem detalhado, não vejo motivo para esperarmos o dia 15 de março de 1990", afirma Carlos Sant'Anna. "Ele pode assumir logo após o conhecimento dos resultados do pleito. Todos dariam 100 dias de trégua para o eleito", acrescenta o ministro.

Mantidos em silêncio durante a maior parte da campanha presidencial, os comandantes militares também resolveram falar no dia 15 de novembro. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, que votou na 101.ª seção da 11.ª Zona Eleitoral de Brasília, fez questão de informar que as Forças

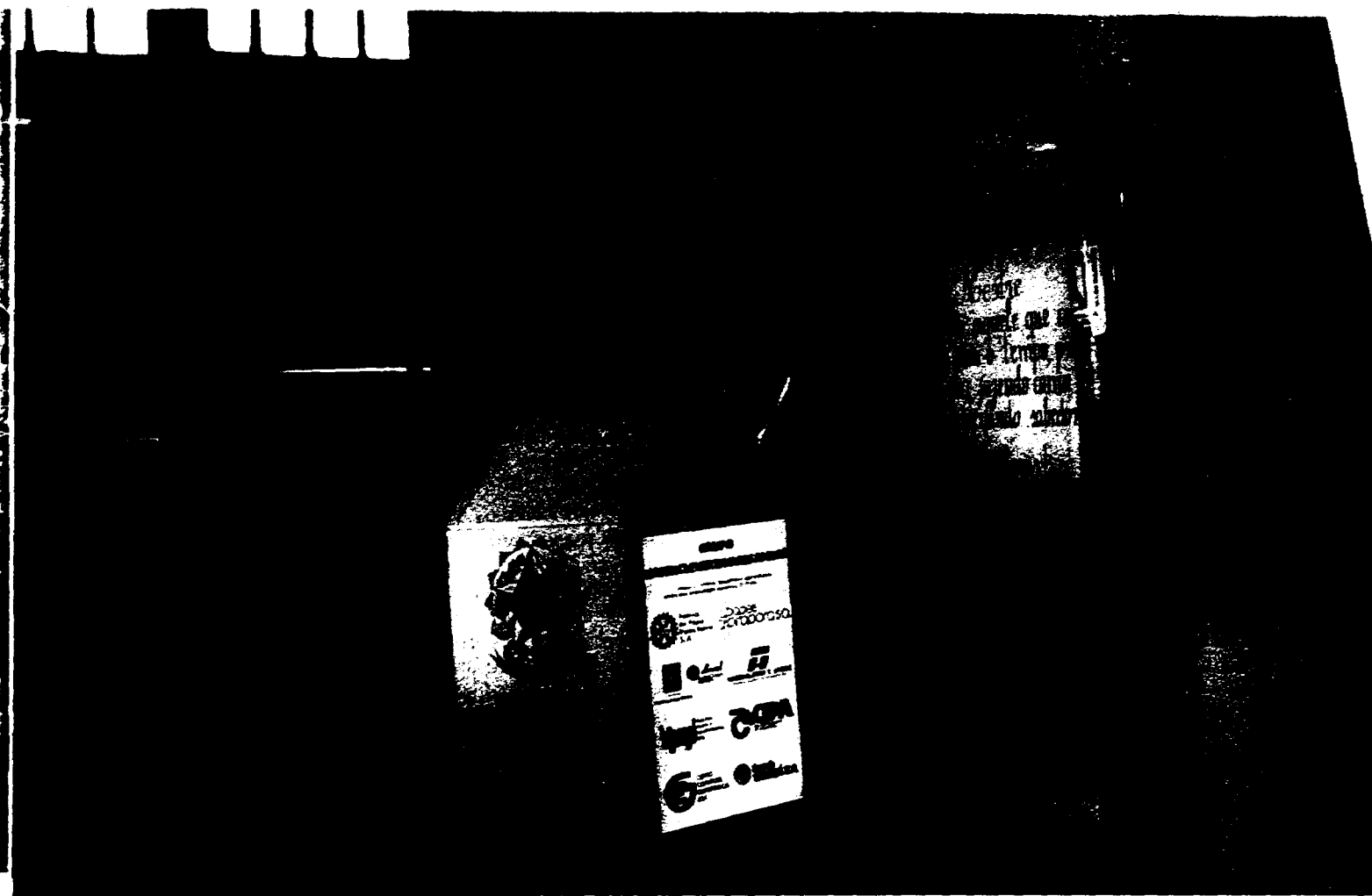
O MINISTRO E OS COMANDANTES

O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, atravessou a sucessão presidencial em silêncio. Na semana passada, contudo, fez uma aparição em público para dizer que entrega muitos benefícios ao regime parlamentarista. Também disse que considera o socialismo uma proposta contra o Brasil, "que não quer entrar na contramão da História".



LUIZ VESTER/COMIN

VEJA 22/11/89.



O PRESIDENTE E AS URNAS

Depois de votar em São Luís, o presidente José Sarney reuniu-se com dois amigos para assistir ao início das apurações pela TV. Ficou impressionado com o desempenho de Lula no Nordeste. "O povo está votando com raiva", disse Sarney

Annadas não estavam preocupadas com uma eventual vitória do Partido dos Trabalhadores. Considerou necessário, no entanto, dizer que o Brasil "não quer entrar na contramão da História, pois o mundo está provando que o socialismo é mau para qualquer país". O ministro do Exército também aproveitou a oportunidade para juntar-se a um coro que, na semana passada, era formado por políticos do PMDB e do PFL em defesa do regime parlamentarista — sistema que transformaria o candidato vencedor no segundo turno, e titular de um cesto com perto de 40 milhões de votos, numa rainha da Inglaterra nas mãos de um primeiro-ministro nomeado pelo Congresso Nacional, onde 260 cadeiras pertencem ao PMDB de Ulysses Guimarães (4% dos votos em 15 de novembro) e ao PFL de Aureliano Chaves (1%). Presidencialista convicto na ocasião em que a Constituinte votou o sistema de governo, o ministro do Exército anunciou que acredita que o parlamentarismo, "regime de muitos países desenvolvidos, tenha aspectos benéficos".

Obviamente, não há nada de errado num ministro achar que o socialismo é um regime fracassado — o quadro de confusão e penúria que se vê nos países do Leste Europeu lhe dá toda a razão. Da mesma forma, nada há a censurar em sua atitude de defesa do parlamentarismo em plena sucessão presidencial. Em se tratando, no entanto, de um ministro que usa farda e tem em suas mãos a chave que faz ligar os motores do Urutu e levantar as baionetas que tantas confusões já causaram em 100 anos de República, pode ficar no ar a suspeita de que o general Leônidas tenha sido, simultaneamente, porta-voz do anacronismo e do vanguardismo em assuntos políticos. O costume de comandantes

militares darem palpites em assuntos políticos é uma marca do regime que deixou o eleitorado passar 29 anos sem eleger seu presidente. O elogio ao parlamentarismo pode ser ouvido como uma sardade para 17 de dezembro — na hipótese de as urnas do segundo turno anunciarem uma vitória esquerdista na sucessão.

A eleição presidencial mostrou que funciona no Brasil um governo em que tudo acontece — e nada mais tem importância. Sarney foi capaz de achar divertida a votação de Luís Inácio Lula da Silva, o mesmo candidato que seu ministro do Exército acreditava poder se tornar padrinho de um regime "mau", capaz de colocar o país na "contramão da História". O ministro da Educação, Carlos Sant'Ana, acha que o presidente pode ir embora

mais cedo do governo. Nos últimos dias de campanha, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, disse que o "Palácio do Planalto está cercado de criminosos, assassinos e ladrões". Ninguém saiu em público para defender o presidente — nem mesmo o porta-voz Carlos Henrique Santos, que é pago, justamente, para dizer o que o ocupante do gabinete do 3.º andar do Palácio do Planalto pensa a respeito dos acontecimentos relevantes que ocorrem no país. É uma ilusão achar que o governo de Sarney foi apenas derrotado pelo eleitorado na semana passada. É uma injustiça acreditar que o massacre ficou apenas na área federal — a imensa maioria dos 23 governadores eleitos em 1986 também foi batida pelas urnas. O mesmo se pode dizer dos prefeitos das capitais eleitos em 1988. O que se viu no país na semana passada, no entanto, era o retrato de fenômeno bem mais grave. A situação, e tudo aquilo que essa palavra quer dizer aos olhos do eleitorado, simplesmente deixou de existir.

C

0

F.R.O. (P.P.P.)

Executiva do PMDB dá apoio ao PT

☐ A decisão, que será referendada na quinta pelas lideranças regionais, não inclui palanque nem adesão formal ao programa do PT

O candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, terá o apoio do PMDB. A decisão foi adotada ontem depois de uma longa reunião da Executiva Nacional do partido e, na quinta-feira, será referendada pelos presidentes regionais e governadores vinculados ao PMDB. A posição — que teve caráter unânime — exclui a participação em comícios e a adesão formal ao programa do PT.

No início do encontro, os parlamentares se mantinham divididos em posições extremas: a de o partido



Genival Francisco

Autôres e Carreiros Velocidade

de tal envergadura

O presidente em exercício do PMDB afirmou que todos os pontos de vista foram levados em consideração e, daí, resultou a decisão de um novo encontro, "mais amplo e democrático", na quinta-feira, pela "finalização".

FISCALIZAÇÃO — O senador José Fogaca (PMDB-RS) afirmou que o partido não irá aderir ao programa do Partido dos Trabalhadores, até pelo fato de que, "se ele for totalmente cumprido, será bom para o Brasil". Porém, Fogaca destaca que, mesmo o PMDB dando o apoio, "será um ferrenho fiscal da ação do PT, se quiser ganhar o segundo turno, pois ele precisará demonstrar competência, até para organizar a vitória. Nossa adesão não envolve responsabilidade de vitória, pois ela é exclusiva de Lula". (Brasil/ZF)

Paulo, que considerava a decisão de apoio ao candidato do PT uma forma precipitada de agir. Os peemedebistas de São Paulo diziam no documento que os entendimentos deveriam ser processados com os "órgãos legítimos da direção". Ao final, contudo, prevaleceu a posição dos diretores e governadores, que se opunham a "auxiliar na responsabilidade de uma decisão

Lélio Souza recomenda evitar precipitações

O presidente regional do PMDB, deputado Lélio Souza, afirmou ontem à Executiva Nacional que o partido "evite precipitações" na definição de candidato ao segundo turno. "O PMDB deve assumir uma posição de reflexão democrática e não a de rota para revelar sua escolha política de oposição ao governo do PT", afirmou. Souza também afirmou que o partido deve manter a postura de "fiscalização" da ação do PT.

perspectiva de se aliar com Lula (PT) ou Collor (PRN), quando não tiveram a mesma desconfiança em relação à candidatura de Lacerda.

Os que defendem uma posição de reflexão democrática afirmam que o partido deve manter a postura de "fiscalização" da ação do PT.

com uma linha definida e candidatura própria e agora não faz sentido adotar uma postura de alinhamento precipitado a qualquer um dos candidatos.

NO RJ — O deputado estadual do PMDB, José Carlos de Sá, afirmou que o partido deve manter a postura de "fiscalização" da ação do PT.

sob os estatutos e programa de ação política do partido. Lélio entende que é preciso despertar os peemedebistas no sentido de que não podem mais ignorar os avanços conseguidos por Lacerda, praticamente inexistente na época da luta democrática, levada avante pelo PMDB. Prega como ponto de partida "o estabelecimento dos vínculos do partido com o conjunto da sociedade e as aspirações populares".

21/11/89

20/11/89.

F. POL (PP. PP.)

[Freire promete campanha por PT

BRASÍLIA — O candidato do PCB, deputado Roberto Freire, citou colocado na preferência do eleitor, afirmou que apoiará o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno. Freire garantiu estar à testa, no auditório do Centro de Aperfeiçoamento de Eleições 29, o apoio do PCB não será apenas formal. "Vamos participar ativamente da campanha, mesmo sem ainda termos feito um contato com a Frente: Mas, o fazemos ainda hoje (ontem) para confirmar nossa atitude, através da força majoritária, que é o PT, o partido de Lula", disse.

Freire garantiu que não pretende fazer nenhuma exigência à Frente em troca do apoio do PCB. Mesmo reconhecendo haver algumas divergências entre o seu partido e o PC do B (que compõe a Frente junto com o PDS), que considera "socialista", garantiu que procurará encontrar os pontos "em comum" existentes entre os dois partidos para não provocar dificuldades durante a campanha.

O apoio à candidatura de Lula no segundo turno não impedirá o deputado do PCB de fazer campanhas à administração pública no município de São Paulo. Para Freire, o partido Luta Estudante "inclui um plano de trabalho e acompanhamento para enfrentar os principais problemas da população, como o do transporte urbano". Entretanto, apesar do partido de Paulo Afonso, Ovídio Dutra, também do PT, e quem ajudou na campanha de "Munição".

O candidato do PCB reconhece que tem um desempenho aquém de suas expectativas nas eleições, considerando inclusive os institutos de pesquisa. Freire atribuiu a baixa votação ao partido a fatores externos, como a campanha eleitoral. "Acredito que muitos simpatizantes de nossos candidatos tenham votado em Cova (PDS), ou Bimba (PDT) ou em Lula, com medo de perder o voto, depois o candidato do eleito, Collor de Mello".

JOÃO DO BRASIL 20/11/89

20/11/89.

F. Del (P.P. PP.)

PFL mineiro já decidir: vai entrar

A bancada estadual mineira do PFL, formada por 13 deputados, definitivamente já tomou posição e deverá apoiar o candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, no segundo turno das eleições. A decisão foi adotada após reunião realizada nesta manhã no gabinete do deputado Milton Sales.

Embora o PFL em Minas tenha filiação com o PT para fazer oposição ao governador Newton Cardoso (PMDB), em nível nacional, essa aliança não acontecerá. Segundo um parlamentar do PFL, as bases partidárias não aceitam compor com a

Frente Brasil. Porém, quando o candidato José Sarney Filho do PMDB for eleito, o PFL, que tem uma filiação com o PMDB, não pode manter essa posição, que alienaria o partido.

A decisão foi tomada após a reunião com o deputado estadual do PFL e suplente de deputado para o segundo turno, Milton Sales. A bancada partidária em Minas, segundo informou um deputado, estava pronta para apoiar o candidato Leonel Brizola, caso ele conseguisse vencer o primeiro turno das eleições. (AG) JUIZ DE FOFA SP/89

18/11/89

Collor acha que parlamentarismo é golpe

JORNAL DO BRASIL 18/11/89

Brasília — Foto de José Varella

BRASÍLIA — Fernando Collor de Mello considera "golpista" a proposta de antecipação do plebiscito para decidir sobre a mudança do sistema de governo, feita pelo deputado Ulysses Guimarães. "Temos uma Constituição que prevê o plebiscito para 1993 e devemos respeitá-la", disse, reafirmando sua posição de parlamentarista. Lembrou que, se eleito, será "o presidente da transição do sistema presidencialista para o parlamentarista". Collor, que sonha com o apoio de Ulysses para o segundo turno, fez questão de dizer que "o deputado deve ter sido mal entendido, porque uma proposta como essa não está à sua altura".

Collor reapareceu em público ontem, após ficar três dias isolado em companhia da família e de poucos amigos chegados em sua casa e na do empresário Eduardo Cardoso. Reinicia sua campanha na segunda-feira e pretende realizar pelo menos 10 grandes comícios pelo país. Até ontem à noite estava certo de que seu adversário seria Luis Inácio Lula da Silva, mas dizia que para ele era indiferente disputar com Lula ou Brizola. "Receberei os dois com o mesmo respeito e consideração".

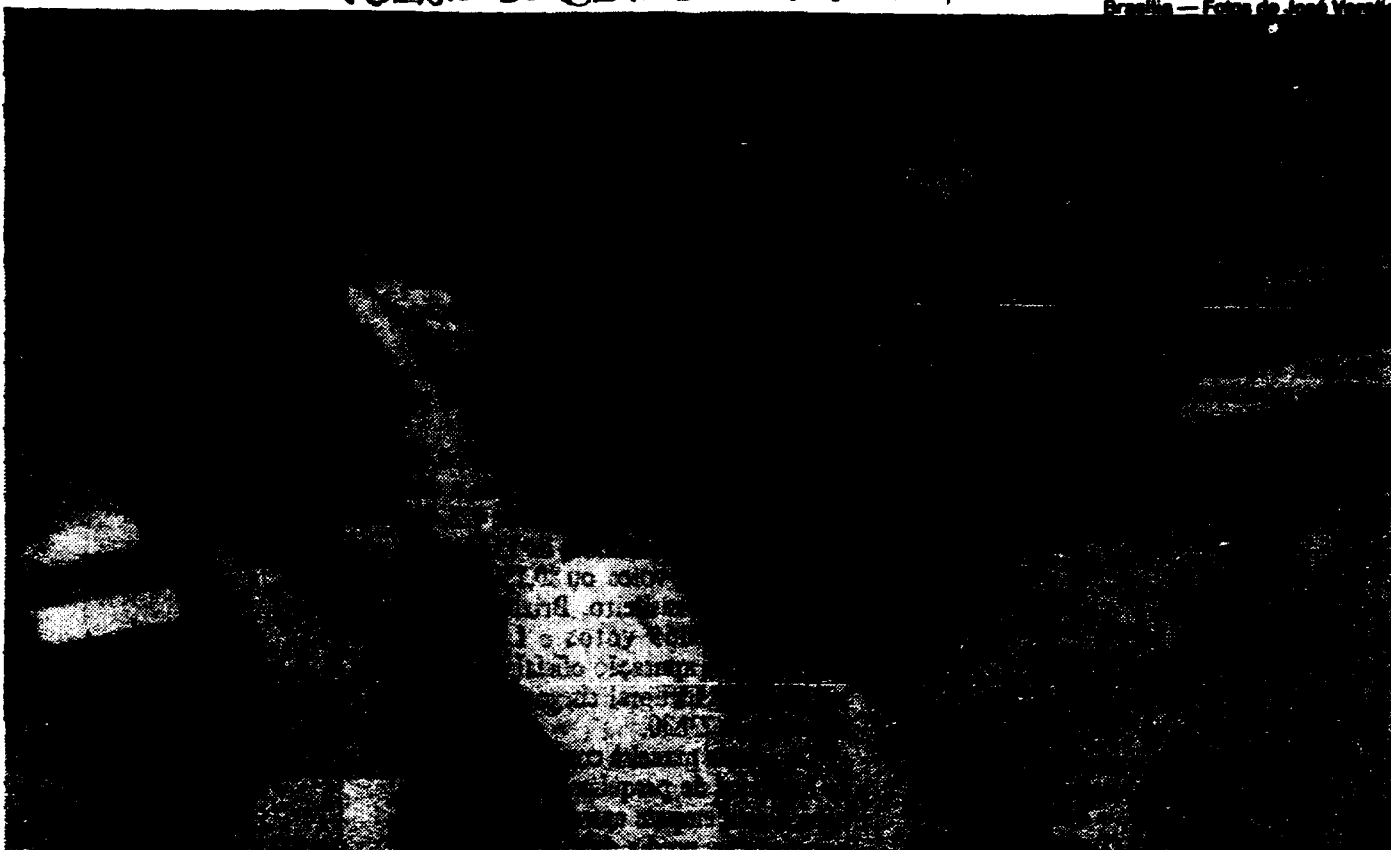
Idiosincrasia — Preocupado em não tornar ideológico o debate, até para não ser tachado como o candidato da direita, Collor — que há meses previa que o segundo turno se transformaria num "embate ideológico" — disse que "essa questão de esquerda ou direita está superada, até porque 70% do povo não sabe o que é isso e está querendo é alguém capaz de resgatar sua cidadania perdida".

Por isso, o candidato não acredita que haja uma união da esquerda contra ele, "porque nem o eleitorado do deputado Luis Inácio é só de esquerda. Todos sabem que na base nossos eleitorados se confundem". Collor falou de Lula, sem nunca referir-se a ele pelo apelido, mas não tocou no nome de Brizola. Disse que não se surpreendeu com o bom desempenho do PT. "Eu sempre disse que iria com o PT para o segundo turno, até porque o partido teve uma grande ajuda, principalmente nos estados do Norte e Nordeste, da ala da Igreja que segue a Teologia da Libertação".

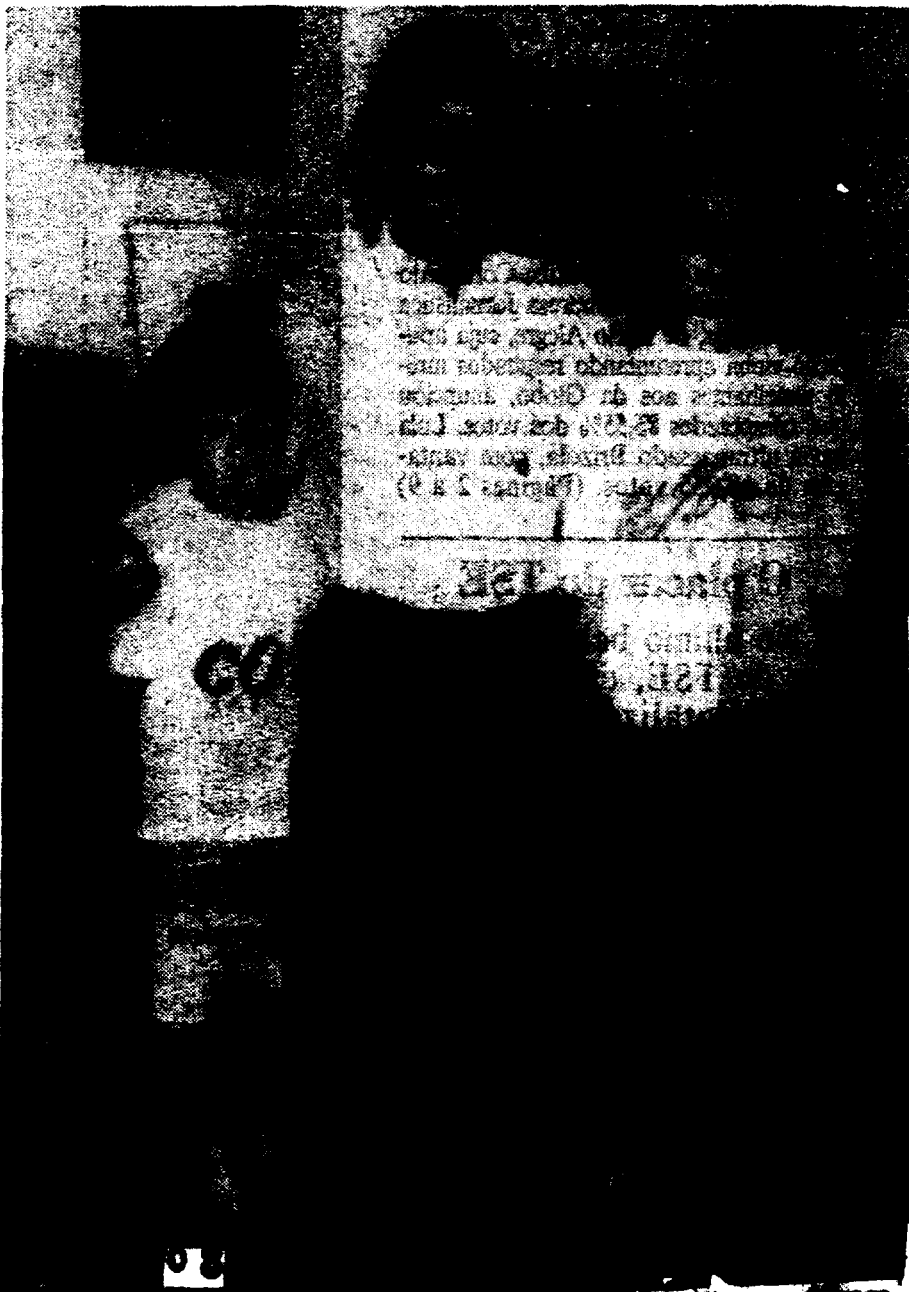
Collor adiantou que procurará "as forças progressistas", mas não quis adiantar quem serão seus aliados preferenciais para enfrentar a etapa final da eleição. Ao contrário do que vem fazendo seus assessores, Collor não disse que rejeita o apoio da direita. "Quem estiver disposto a se incorporar à nossa proposta social-democrata de governo, será bem-vindo. Não se pode estreitar as possibilidades de alianças", afirmou. O candidato disse que a palavra "negociação" não é a melhor para se aplicar aos "entendimentos" que fará tentando transformar adversários de ontem em aliados do futuro. "O nosso programa é inegociável".

Collor voltou a prometer uma devassa no governo José Sarney, se chegar ao Palácio do Planalto, "porque o sr. Sarney está inequivocamente envolvido em corrupção e a sociedade precisa ser vingada". Disse que só se senta para conversar sobre a transição de governo com o presidente "se for absolutamente necessário". Para conduzir esse trabalho, prefere que seus assessores conversem com funcionários "de segundo ou terceiro escalão", aos quais o candidato garantiu já estava consultando "há tempos".

Perseguido sobre a fama de ser uma pessoa temperamental, Fernando Collor disse que cultivava a paciência "desde pequeno", a conselho do pai, o senador Arnon de Mello. "Não sou temperamental, mas não levo desaforo para casa e me reservo o direito de reagir às agressões com vigor", disse ele, garantindo que terá serenidade e tolerância para gover-



Arredio à imprensa na campanha, Collor ontem chegou a brincar com a câmera da TV Globo



Em sua casa, com os filhos Joaquim Pedra (E) e 891

18/11/89

F.P.C.P.P.P.P.
ZERO HORA 18/11/89

Collor: "Precisamos de alianças"

□ O candidato garantido no 2º turno disse que não dispensa qualquer apoio e quer fazer alianças no sentido de reconstruir a Nação

ELIMAR FRANCO

Seguro de sua presença no segundo turno, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello disse ontem que não dispensa qualquer apoio, "desde que, quem desajar se juntar a nós concorde com nossa proposta de governo". Declarando-se um social-democrata, Collor criticou a polarização entre direita e esquerda, prevista para o segundo turno e disse que precisa de alianças para reconstruir a Nação. Segundo o candidato, essa divisão é antiga, ultrapassada e estéril. Além do mais, garantiu, 70% dos eleitores sequer sabem o que significa esquerda ou direita.

Evitando conversar com a imprensa desde o início das votações, Collor de Mello saiu ontem de seu refúgio, na "Casa da Diniz", no setor de Manteiga do Lago Norte, a cerca de 20 quilômetros do palácio do Planalto. Atravessou a rua que separa sua casa da biblioteca da família e no meio do caminho, não teve como evitar os repórteres. Collor disse, então, que não tem qualquer preferência com relação a seu adversário no segundo turno. "Seja quem for, terá minha consideração e respeito", assegurou.

SEM NEGOCIAÇÕES — Fernando Collor disse que as negociações não fazem parte dos contatos já feitos ou ainda em articulação para o segundo turno. "Precisamos é de alianças em torno de um ideal de reconstrução nacional", disse, afirmando ainda



Acorda: Collor aceita apoios dentro da proposta do PRN

que o País é inegociável, assim como a proposta do PRN, que prevê o desenvolvimento econômico do Brasil, visando ao bem-estar social. O ex-governador de Alagoas não

descartou a possibilidade de acordo com qualquer dos candidatos derrotados, nem mesmo com o PMDB, embora os líderes mais progressistas do partido já tenham declarado que

apoiem um candidato também progressista (no caso, Lula ou Collor) ou sejo oposição ao governo. O líder interno do partido, Jarbas Vasconcellos e o senador Nelson Waidson já informaram que o PMDB quer apoiar, "incondicionalmente, qualquer candidato que não seja Fernando Collor". "Não há porque não fazer um acordo com o PMDB", disse o candidato do PRN "se uma das partes não desajar o entendimento, nada poderá ser feito, mas eu espero que ele exista," concluiu.

PARLAMENTARISMO — O governo de Collor recusa-se a acreditar na possibilidade de ter que governar sob um regime parlamentarista. Eleições para a dividir até mesmo as discussões do candidato do PMDB, José Sarney Guimarães, que teria afirmado que o novo regime deve ser implantado imediatamente. "Prefiro acreditar que Ulysses não disse isso", declarou Collor. Segundo o presidente, o parlamentarismo já seria previsto à Constituição, que prevê a convocação de um plebiscito, em 1993, para que o povo decida. "O parlamentarismo agora seria uma ameaça contra as instituições", afirmou.

PBDE — Depois de um tempo de três dias, os fotógrafos e cineastas de plantão em frente à casa de Fernando Collor tiveram muito trabalho. Ontem o candidato passou pelas câmeras com seu pai, com suas jacas maracujá e abóbora. Seguido de perto pelos jornalistas, Collor deu autógrafos, sorriu para os trabalhadores de uma construtora e distribuiu sorrisos. Estranhado, depois de um retiro de três dias, Collor resolveu enfrentar a imprensa para buscar dois livros em sua biblioteca: "Alemanha de novo tempo" (em original francês) e "Berlim entre as Alemanhas". (Brasília/ZF)

Segundo turno zera a sucessão

□ Collor já se considera no segundo turno. Disse que, agora, sua luta será contra a militância de PT e a tradição do ex-governador Brizola

CARLOS FEHLBERG
Editorial Folha/21

Collor de Mello considera-se classificado para o segundo turno há mais de 15 dias, depois que as tendências reveladas pelas pesquisas, mantiveram estável a intenção de voto no seu nome. O temor de desamparo, depois de ter pensado até numa vitória no primeiro turno, preocupou o candidato. Mas sua previsão percentual nunca foi de 45% como chegou a desfrutar, mas ao nível de 20 a 30%. A nova realidade está mudando sua estratégia: de procurado por lideranças políticas, passou a procurá-las, pois a campanha é outra.

O candidato do PRN está recebendo um relatório confidencial de sua assessoria, que paralelamente à campanha no primeiro turno, dedicou seus últimos 20 dias a um levantamento nos estados. Se confirmada sua indicação pelas urnas, o ex-governador de Alagoas tem esquemas para atuar diante de oponentes como Lula, Leonel Brizola, Mário Covas e Paulo Maluf. Mas sem a vantagem que ostentou durante todo ano, quando largou na frente, favorecido pelo número de candidatos e por adotar uma postura diferenciada.

Collor acha que Lula é um adversário que pode tentar ampliar sua base, diante da polarização, mas não ignora a força da militância do PT que cresce quando identifica uma chance de vitória. O debate entre eles acoberta ideológico e com o candidato do PRN sendo identificado com o establishment. A disputa com Mário Covas é considerada a mais difícil, pois o candidato tacano tem o menor índice de rejeição, sempre foi considerado um bom candidato ao longo da campanha e não tem problemas maiores para atrair votos à esquerda e centro-esquerda.

Contra Brizola, o candidato do PRN admite que possa beneficiar-se pelas divergências na esquerda, mas tem bem presente a capacidade de mobilização de um governador que comandou o episódio da Legalidade e, no retorno do exílio, manteve-se em evidência. A acuidade política de Brizola é respeitada, além das fortes bases no Rio e Rio Grande do Sul. A hipótese Paulo Maluf, embora não descartada, é a menos considerada. O fator adverso seria a potencialidade de Maluf no maior colégio eleitoral do país, São Paulo.

DOIS VENCEDORES — A eleição em dois turnos cria uma situação inédita. Admitindo que Collor de Mello mantenha seus níveis, como o clima de vitória já foi antecipado, tratar-se-á de uma confirmação, e

assim, será considerada. O próprio Collor, antes da votação, desenvolveu contatos projetando novas alianças para o futuro. Logo a grande disputa, que empolgou o eleitorado nas últimas semanas passa a envolver o segundo lugar. O classificado acabará comemorando mais do que Collor, e passará a ser identificado como o representante da esquerda, tenha ou não condições, pelas sequelas dos debates e acusações, a recompor-se com os adversários.

Esse é o caso de Brizola e Lula. A euforia de um triunfo e o caráter de desafiante emprestam ao segundo colocado uma força política indiscutível. Nesse clima contagiante haverá condições para superar divergências? Até é possível. Nessa linha de raciocínio o senador Mário Covas é favorecido. Se lograr a posição seus problemas para ampliar acordos e obter adesões de diferenciadas correntes são bem menores. A bandeira de Paulo Maluf seria a de tentar unir São Paulo.

O DEBATE — Collor evitou participar de debates durante todo o primeiro turno, prometendo fazê-lo no segundo. A expectativa pelo seu desempenho vai crescer, ao mesmo tempo que seu adversário se reveste da missão de enfrentar o líder das pesquisas e que se manteve distante do grupo de candidatos que conviveu nos debates no ano inteiro. O estilo de qualquer um dos nomes apontados, como possível segundo colocado, é conhecido e com experiência adquirida nos confrontos anteriores. As regras serão diferentes e a redução de concorrentes favorece aparentemente Collor, mas o peso do debate, como o desempenho nos espaços gratuitos de televisão, limitados a dois candidatos, terão uma influência sensivelmente maior. Estaremos diante de debates capazes de definir indecisos, agora que a sociedade brasileira terá que optar entre os dois nomes para comandar o país.

As alianças que passam a ser perseguidas, uma vez definidos oficialmente os nomes que vão para o segundo turno envolvem desde a reabilitação de lideranças até interesses ligados à reformulação política, presença no ministério e sucessões estaduais. Os dois candidatos desfrutam de um poder de negociação que não existiu na primeira parte da campanha, onde situações constrangedoras, especialmente no PMDB, PFL, PDS, evitaram mudanças com repercussões internas traumáticas, apesar das tentativas. Governadores do PMDB, onde reside a força política maior do partido, passaram o ano discutindo a conveniência de uma alteração na chapa, mas cederam à lealdade a Ulysses Guimarães. Parte do PFL ainda tentou uma aventura com Sílvio Santos. Desligados de comprometimentos partidários, em função dos próprios resultados, esse pode ser um momento para romper a retranca da reserva.

MARCOFERRA
SUPERVISOR DE EMPRESAS



Segundo turno: Collor define novas estratégias



Adversários: Lula e Brizola disputam a vaga voto a voto

Vitória precisa 35 milhões de votos

Pelas previsões da Justiça Eleitoral, cerca de 70 dos 82 milhões de eleitores votaram nominalmente ontem, ou seja, escolheram um dos candidatos. Com isto, para não sair nova eleição em segundo turno, o candidato que ganhar o primeiro terá que fazer no mínimo 35 milhões e 1 voto, o que será difícil, daí porque é certo que teremos uma nova eleição.

Os dois candidatos mais votados na eleição de ontem disputarão sozinho os 82 milhões de votos em novo pleito marcado para o dia 17 de dezembro, com o início da votação marcado para as 8 e o encerramento acontecendo às 17 horas.

Caso ocorra qualquer problema com um dos dois primeiros colocados (renúncia, impugnação transitada em julgado, morte ou incapacidade física ou mental) o terceiro colocado na eleição de hoje será o segundo participante da nova eleição.

As regras eleitorais para o segundo

turno serão as mesmas do primeiro turno, só não prevalecendo o mesmo esquema de horário gratuito no rádio e na televisão. Os espaços gratuitos começarão no dia seguinte ao da promulgação do resultado oficial do primeiro turno pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o que está previsto para o dia 27 deste mês e, consequentemente, o horário eleitoral começará no dia 28.

REGRAS — Não serão mais duas horas e meia diárias como ocorreu no primeiro turno, mas apenas 40 minutos por dia divididos em duas partes. Das 13h às 13h20min e das 20h30min às 20h50min, diariamente. Cada candidato terá dez minutos corridos no programa da tarde e outros dez no da noite, perfazendo 20 minutos diários para fazer sua propaganda gratuita. O horário gratuito terminará no dia 15 de dezembro. Nas emissoras de rádio, o horário será das 7h às 7h20min e das 20h às

22h30min, diariamente. A campanha do primeiro turno não terá debates presenciais e o segundo turno terá debates presenciais no primeiro turno, mas não no segundo. O primeiro turno terá um quarto de página para propaganda política.

Para o segundo turno não será exigida a maioria absoluta para o candidato ser considerado eleito. O mais votado entre os dois será considerado eleito, independentemente do percentual de votos que fizer em relação ao total de votos válidos, ou seja, descontados os votos brancos e nulos. Em caso de empate, será considerado eleito o mais idoso, assim como no caso do primeiro turno, em caso de empate entre dois candidatos.

Silvio diz que foi enganado pelo PMB

Em entrevista ontem, o apresentador de TV admitiu que Armando Corrêa não o avisou dos problemas do seu partido

O empresário e animador de TV, Silvio Santos afirmou ontem, em São Paulo, que foi ludibriado pelo presidente do PMB, Armando Corrêa, que não lhe disse que o partido pelo qual pretendia concorrer à Presidência da República estava irregular, o que possibilitou a impugnação de sua candidatura. Apesar disso, confiou, pela primeira vez, que pretende ser político a partir de agora e não descartou a possibilidade de concorrer nas próximas eleições presidenciais.

Descartando a possibilidade de ter sido traído por políticos que apoiaram sua candidatura, Santos afirmou: "As pessoas que estavam me dando assessoria política não conseguiram evitar a impugnação? Eu não quero até pela competência e pela honestidade delas foram ludibriadas na sua boa fé pelos homens do PMB. As mesmas pessoas que me levaram para o panorama político, com um convite sensato e certo, essas pessoas acertaram e minha candidatura com o PMB. Elas tiveram boa fé".

Antes desta entrevista, no começo da tarde de ontem, o ex-candidato distribuiu uma nota à imprensa assinada por ele e sua mulher, Iria, cuja íntegra é a seguinte:

"Frustrados jornalistas, repórteres e fotógrafos que aqui estiveram nesta última semana. Não foi possível prosseguir. Esta fase de nossa vida está encerrada. Mas gostaria que, de tudo isso, vocês levassem a mensagem de que podemos conviver em harmonia desde que haja carinho, compreensão e respeito mútuo. Esta nossa convivência demonstrou que pode haver isso. De nossa parte, não houve necessidade de reforçar a segurança para nos protegermos de vocês, como alguns nos aconselharam. Em vez disso, reforçamos apenas o serviço de atendimento para que fossemos à vontade e até com certo conforto. E é isso que gostaria que passassem adiante. Quando convivemos bem com nosso semelhante, nada temos a temer. Nos dias de hoje, esperamos milagres. Entretanto, devemos entender que cada um de nós terá um milagre em si, desde que cumpra seu trabalho, dando sempre o melhor que existe em vocês corações. Agradecemos a compreensão, carinho e respeito com que nos acompanharam nesses dias difíceis e tumultuosos. Esperamos que compreendam nossa recusa em não atender-las na noite de ontem (quinta-feira).



Silvio despedindo-se da candidatura

ra), pois estávamos realmente muito tristes. Obrigado e fiquem com Deus".

MANHÃ — O pastor protestante Armando Corrêa, até quinta-feira presidente do extinto PMB, disse ontem que vai impetrar recurso extraordinário junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na tentativa de reativar o partido. Caso o presidente do TSE, ministro Francisco Rezak, se recuse a dar prosseguimento à ação, ele vai apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança.

Para Corrêa, os ministros do TSE "resgaram" a Constituição ao decidirem pelo fim do PMB.

Corrêa disse que tinha conversado com o empresário e animador de TV Silvio Santos de manhã. Segundo ele, Santos chegou a acenar com a possibilidade de também recorrer ao TSE contra a impugnação de sua candidatura. "O Silvio é livre para tomar a atitude que quiser. Se for pelo recurso, deverá fazê-lo pessoalmente. Eu vou brigar, pois não posso aceitar assim a eliminação de meu partido", disse.

Proprietário do SBT pode apoiar Mahuf

A impugnação da candidatura não vai tirar o empresário e animador de televisão, dono do SBT, da disputa presidencial. Proprietário do SBT, ele não tem o direito de voto em eleições presidenciais, mas pode apoiar o candidato de sua preferência. O empresário, que vive no exterior, não pode votar pessoalmente, mas pode fazer isso por meio de um procurador. O empresário, que vive no exterior, não pode votar pessoalmente, mas pode fazer isso por meio de um procurador.

Em entrevista para o apresentador de TV, Silvio Santos afirmou ontem, em São Paulo, que foi ludibriado pelo presidente do PMB, Armando Corrêa, que não lhe disse que o partido pelo qual pretendia concorrer à Presidência da República estava irregular, o que possibilitou a impugnação de sua candidatura. Apesar disso, confiou, pela primeira vez, que pretende ser político a partir de agora e não descartou a possibilidade de concorrer nas próximas eleições presidenciais.

Corrêa disse que tinha conversado com o empresário e animador de TV Silvio Santos de manhã. Segundo ele, Santos chegou a acenar com a possibilidade de também recorrer ao TSE contra a impugnação de sua candidatura. "O Silvio é livre para tomar a atitude que quiser. Se for pelo recurso, deverá fazê-lo pessoalmente. Eu vou brigar, pois não posso aceitar assim a eliminação de meu partido", disse.

O empresário, que vive no exterior, não pode votar pessoalmente, mas pode fazer isso por meio de um procurador. O empresário, que vive no exterior, não pode votar pessoalmente, mas pode fazer isso por meio de um procurador.

8910116

Brizola,

Nem César Maia, nem Mangabeira Unger. O candidato do PDT, Leonel Brizola, fugiu habilmente do confronto entre os dois principais formuladores econômicos do seu partido e divulgou ontem suas próprias ideias para enfrentar a crise econômica do país, consolidadas a partir de seus discursos de campanha eleitoral por um conjunto amplo de economistas de dentro e de fora do PDT.

Chama-se *Diretrizes de política econômica*. Finalmente, a três dias da eleição, Brizola não pode mais ser acusado de não ter um programa econômico, por escrito, assinado por ele. Os economistas que o assessoram e que preferem ficar nos bastidores para que a assinatura de Brizola no texto lhe dê mais ênfase, reuniram todas as declarações do candidato sobre economia, em entrevistas, palestras, audiências e debates, e as colocaram em ordem. O estilo de Brizola foi preservado, no texto.

Sua primeira prioridade será, logicamente, a adoção de um programa de emergência para recuperar um mínimo de estabilidade econômica, especialmente no que diz respeito à explosão inflacionária e ao desequilíbrio financeiro do setor público. "Será uma política de máxima austeridade, com o mais estrito rigor monetário e fiscal. A grande mudança estará numa distribuição justa dos sacrifícios: para quem tem mais, maior a contribuição; para quem tem menos, menor a contribuição; e, para os humildes, mais nenhum sacrifício", propõe Brizola.

A segunda prioridade será a retomada do crescimento da economia. "Só assim teremos mais trabalho para o povo e mais recursos públicos para a execução das políticas governamentais prioritárias. A mudança central do novo crescimento acelerado será a distribuição progressiva de renda como base para o ataque frontal à miséria e para a construção da justiça social", justifica o candidato do PDT. A seguir, as diretrizes básicas que Brizola promete seguir, se for eleito:

Estabilidade monetária — "Estancamento das perdas internacionais (juros da dívida externa e fuga de divisas) e internas (concessão fiscal, subsídios, regulamentações cartoriais); austeridade fiscal e monetária; desindexação gradual da economia; esvaziamento do setor público e do setor privado."

Defesa externa — "Auditoria e aumento do preço de exportação, até que seja possível se importar a valor e vender a preço de custo os produtos e os serviços produzidos no interior e dos produtos estrangeiros."

afinal,

Arquivo — 12/04/80



Leonel Brizola

consolidação de juros fixos e pagamento em 50 anos. Não haverá calote."

Política fiscal — "Racionalização dos gastos do governo, especialmente dos gastos correntes; aumento da arrecadação de impostos através do combate sistemático à sonegação e da ampliação da base tributária, fazendo com que os impostos incidam substantivamente sobre o capital e a propriedade capitalista, mais do que sobre o salário, isentando-se os salários que correspondam às necessidades básicas e à pequena propriedade familiar."

Política monetária — Rigoroso controle da expansão de todas as formas de liquidez, o que será permitido pela prática simultânea de austeridade fiscal.

Dívida interna — "Alongamento do perfil da dívida colocada voluntariamente junto ao público, o que será possível com a recuperação da credibilidade do governo. Não haverá calote."

Política industrial — "Direcionamento para a produção de bens de consumo popular; desmantelamento dos cartéis privados; apoio prioritário para pequenas e médias empresas; aumento da eficiência com incorporação de progressos técnicos; maior exposição à competição internacional."

Política agrícola — "Crédito prioritário para a produção de alimentos, sob a liderança do Banco do Brasil, vasto programa de irrigação para pequenos e médios produtores; programa de defesa dos produtores agrícolas."

Propriedade — "Ativo programa de desapropriação de terras e de reforma agrária."

afinal, apresenta um programa econômico

DO BRASIL 12/11/80

ção, técnico e gerencial aos pequenos e médios colonos, sob a liderança do Banco do Brasil; oferecer oportunidades de acesso a 25 milhões de propriedades nos próximos 20 anos, na forma de médias e pequenas propriedades agrícolas, terrenos e lotes urbanos, além de 5 milhões de moradias populares."

Metas — "Saneamento financeiro das empresas estatais, fortalecimento das empresas de importância estratégica e privatização das não estratégicas; realismo tarifário."

Comércio exterior — "Aumento do grau de abertura da economia brasileira, sob controle; realismo cambial; luta pelo livre comércio, especialmente pelo desmantelamento das barreiras tarifárias e não-tarifárias nos países ricos."

Política salarial — "Aumento crescente, responsável e sustentado do salário real, que deverá ser recuperado de forma direta e através do crescimento econômico, e indireta através da política social; recuperação do valor real do salário mínimo; a partir daí, salários, aposentadorias e pensões terão que ascender para sustentação do desenvolvimento."

Política regional — "Esforço sistemático para diminuição das desigualdades regionais; políticas sociais e setoriais com prioridades para as regiões mais pobres, sobretudo o Nordeste e a Amazônia; reformulação dos incentivos fiscais, com o fim do clientelismo; busca da integração competitiva das regiões a partir das suas vocações econômicas."

Sistema financeiro — "Programa de desconcentração bancária; incentivo aos bancos regionais; retirar o controle do Banco Central pelos grandes bancos privados; fortalecimento do Banco do Brasil, Caixa Econômica e Bancos de Desenvolvimento."

Política energética — "Programa de emergência para a crise energética, somando esforços do setor público com o setor privado; programas para utilização de fontes alternativas de energia; realismo tarifário."

Transportes — "Melhoria dos transportes de massas; recuperação emergencial do sistema rodoviário nacional; revisão do novo sistema nacional de transportes, através de programas de transporte ferroviário e marítimo; abertura para investimentos privados de risco."

Telecomunicações — "Ampliação e melhoria do posto sistema de telecomunicações; realismo tarifário."

Segurança e defesa — "Aumento da capacidade de defesa e da segurança interna do país."

PT-PDT

F.B.C.
(P.P.P.)

15/11/89

Duelo por uma vaga

Lula e Brizola chegam empatados na reta final da campanha e travam uma luta sangrenta pelo direito de disputar o segundo turno



Todos os candidatos que não têm o número 20 nem atendem pelo nome de Fernando Collor de Mello passaram os últimos seis meses denunciando fraudes nas pesquisas eleitorais. Se, por acaso, a apuração da votação de 15 de novembro revelar que Collor de Mello não irá para o segundo turno da eleição, em 17 de dezembro, todos ficarão muito satisfeitos — e irão à TV lembrar ao eleitorado que tinham razão em suas acusações. A realidade, porém, é que a campanha presidencial chegou a seus últimos dias com todos os concorrentes convencidos de que o candidato do PRN já tem o passaporte carimbado para disputar a segunda fase da sucessão — e que a única briga de verdade, até o dia 15, é para definir quem irá ficar com a outra vaga.

Há, nos meios políticos, a impressão de que esse premiado irá ser escolhido por uma outra fatia do eleitorado, aquela que costuma dar seu voto às legendas de esquerda, e há, também, a convicção de que a guerra tenha se afunilado entre dois candidatos, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e Leonel Brizola, do PDT. Os dois passaram os últimos dias em situação de empate técnico nas intenções de voto, percorreram o país para realizar comícios grandiosos e, ao chegar o fim de semana, ambos já tinham definido o que pretendem fazer para a arrancada final antes do dia 15. Para Leonel Brizola, o adversário principal é Lula. Para Lula, o inimigo a abater é Brizola.

A FORÇA DE LULA

Nessa campanha em que as máquinas do PMDB e do PFL estão imobilizadas, o PT conta com a mão-de-obra de 100 000 militantes para fazer um trabalho de boca de urna, o que pode pesar junto aos indústrias. Lula chegou animado aos últimos dias de campanha, depois de realizar comícios gigantescos em várias partes do país. "A briga agora é para ser o primeiro no segundo turno", disse Lula, na sexta-feira

"Foi a Igreja que organizou o PT em todo o país, num movimento pequeno-burguês radical que tem um operário de fachada", disse Brizola, no Recife, onde fez um comício na quarta-feira. "Lula é despreparado e incompetente, precisa de treino e menos vaidade, pois experiência não se ganha de um dia para o outro", disse, também, o candidato do PDT. No mesmo dia, em Aracaju, ao tomar conhecimento das declarações do adversário, Lula foi ao contra-ataque. "Brizola gosta muito de ver um operário montar um palanque, mas fica incomodado quando ele quer apanhar o microfone", disse o candidato do PT. "Se o problema fosse experiência e idade, todos nós deveríamos votar no Ulysses", disse Lula. "O Brizola é tão presunçoso que se fosse escrever um livro o título seria 'Eu me Amo'."

Vizinhos na bancada de oposição ao governo do presidente José Sar-

8910116

VEJA, 15 DE NOVEMBRO, 1989

INCOMPLETA

15/11/89

...y, aliados fiéis na maioria das votações ocorridas na Constituinte e até co-proprietários do mais rico condomínio sindical do país, a CUT, na qual o PT de Lula possui uma floresta de entidades e o PDT de Brizola também construiu um ninho, os dois candidatos da esquerda têm alterado momentos de carícias e de pedradas desde que descobriram que concorriam pelo mesmo eleitorado e que, cedo ou tarde, teriam de se enfrentar numa sucessão presidencial. No início do ano, até parecia que essa disputa poderia ocorrer no segundo turno. Lá pelo meio da campanha, quando a caravana de Lula descia a ladeira nas intenções de voto e Brizola mantinha-se isolado em segundo lugar, tinha-se a impressão de que Lula ficaria fora da corrida e que, silenciosamente, os votos prometidos ao PT acabariam engordando as urnas do PDT. Aconteceu, então, a espetacular ascensão de Lula nos últimos trinta dias, quando sua legenda colocou-se em movimento, a máquina de quase 100 000 militantes saiu à rua para pedir votos — e o dia 15 de novembro transformou-se, para ambos, num duelo mortal pela sobrevivência.

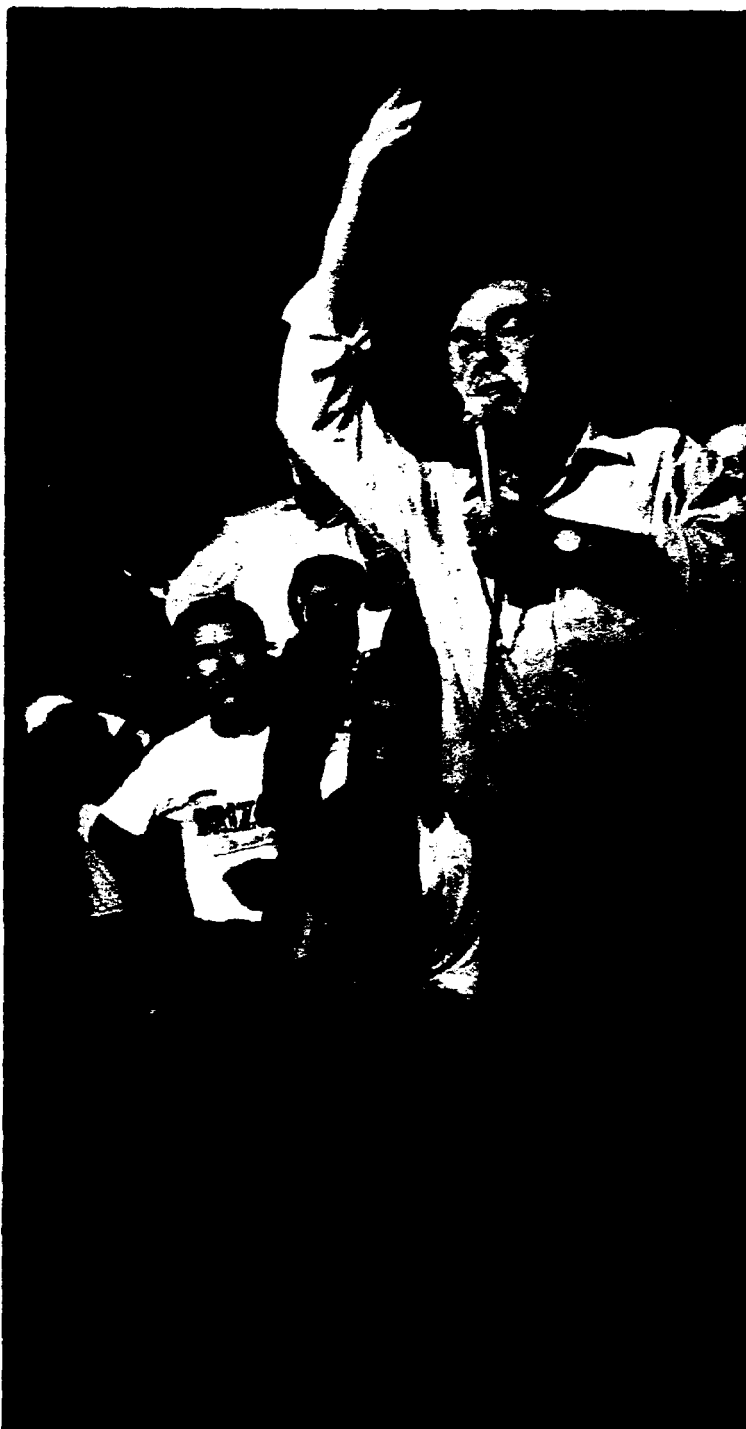
"Brizola pode chorar muito, porque já está fora do segundo turno", afirma Lula. Na semana passada, em seu esforço final, o candidato do PT conseguia colher boas notícias pela maioria das cidades que visitou. Na quinta-feira, por exemplo, ele esteve em Volta Redonda, onde três operários foram mortos a tiro por soldados do Exército no final do ano passado, num episódio que, acredita-se, tenha jogado um peso decisivo nas eleições municipais de 1988. Ali, Lula fez um comício para 5 000 pessoas e recebeu um tratamento semelhante ao que a platéia de grandes espetáculos musicais costuma reservar aos ídolos de sua preferência. Depois que o candidato do PT depositou flores no monumento em homenagem aos operários mortos, foi carregado nos braços por centenas de pessoas emocionadas, que queriam abraçá-lo, tocá-lo e até pedir um autógrafo. Preocupada, sua equipe de segurança realizou uma operação de emergência para retirá-lo dali, carregando-o até os portões da Companhia Siderúrgica Nacional, a uma boa distância do monumento aos operários.

Em Salvador, onde esteve na quarta-feira, Lula é o líder nas pesquisas eleitorais e fez um comício no qual reuniu um público calculado em 50 000 pessoas — o maior de toda a campanha eleitoral na cidade.

"No dia 15, vamos lavar a alma dos 489 anos de exploração a que estamos submetidos", disse o candidato do PT, dando a entender que um voto em sua pessoa seria equivalente a um voto contra todos os governantes que o país já teve desde que as caravelas de Pedro Álvares Cabral aportaram em Porto Seguro. Na sexta-feira, o candidato do PT atacou Leonel Brizola em seu próprio terreno, o Rio de Janeiro, e fez bonito — uma manifestação a seu favor na Candelária reuniu 50 000 pessoas. O moral do comando de sua campanha estava tão elevado, na reta final, que se cogitava a possibilidade de que 200 000 pessoas iriam comparecer ao comício de encerramento, marcado para este domingo, 12, na Praça da Sé, em São Paulo.

"Eu não estou mais disputando com o Brizola, estou disputando o segundo turno com o Collor", afirma Lula. "Não interessa mais brigar

para saber quem vai chegar em segundo lugar no primeiro turno, mas sim disputar quem vai ser o primeiro no segundo", acrescenta o candidato. Na madrugada de quarta-feira passada, no Recife, Lula passou duras horas na casa do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. A conversa foi muito cordial, e o candidato do PT foi embora convencido de que, nos últimos dias, contará com o auxílio do governador para engordar seu cesto de votos no Nordeste — impressão idêntica a que seu rival Leonel Brizola colheu depois de se encontrar com o mesmo Miguel Arraes, um mês atrás. Concretamente, o governador de Pernambuco quer ficar em paz com os dois candidatos de esquerda — com a esperança de, vencida a primeira rodada da sucessão, ganhar musculatura para jogar um papel-chave nas articulações para o segundo turno. Há bastante tempo, porém, que a maioria dos sindicatos de cana-



A FORÇA DE BRIZOLA

O PDT de Leonel Brizola tem menos militantes do que o PT de Lula e uma estrutura partidária menos organizada. O candidato espera ser beneficiado pelo fantasma do radicalismo que cerca Lula e poderá levar setores do eleitorado a votar em seu nome para barrar a passagem do candidato do PT para o segundo turno. Brizola tem contrado seus ataques a Lula. "É um despreparado, que nunca administrou nada", disse Brizola, na sexta-feira



A HIPÓTESE COVAS

vieiros do Estado, onde Miguel Arraes funciona como uma espécie de cacique para todas as horas, já entrou em campanha pelo PT. Na semana passada, foi a vez de o principal auxiliar de Arraes, o secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Pedro Eurico Barros, anunciar o apoio público a Lula. "Eu saio na frente para esperar o governador no segundo turno", diz Pedro Eurico.

As voltas com a corrida de um adversário que, intimamente, seus assessores consideravam predeterminado à derrota assim que a campanha começasse para valer, Leonel Brizola passou os últimos dias na liderança de uma caravana bem movimentada. O candidato do PDT inaugurou sua entrada na reta final com a produção de uma das melhores peças de oratória de toda a sucessão presidencial. Foi no momento em que se despedia dos telespectadores, ao final do debate na TV Bandeirantes, transmitido no domingo dia 5. Com lágrimas nos olhos, o candidato do PDT fez um discurso bem estruturado, carregado de expressões antigas, mas bem escolhidas, como "o país está em perigo", para defender uma idéia simples. Dirigindo-se ao eleitor na segunda pessoa do singular, ele disse que em 15 de novembro as pessoas não precisavam lhe dar seu voto, o que não deveriam fazer era apoiar Collor de Mello ou o empresário Silvio Santos, cuja candidatura, naquele momento, não fora ainda transformada em poeira pelo TSE. "Se esta for a tua consciência, não vota no Leonel Brizola", disse. "Aqui há gente de bem. Escolhe entre nós, mas não vota nesses pilantras", acrescentou.

Como, no mesmo debate, havia candidatos como Paulo Maluf, do PDS, e até Ronaldo Caiado, do PSD, sem falar no cada vez mais perigoso Luís Inácio Lula da Silva, a assessoria de Brizola considerou o pronunciamento alguma coisa próxima do desastre. Chegou a tentar convencer o candidato a não exibi-lo no

O candidato do PSDB, Mário Covas, conseguiu arrancar na chegada da eleição, fez comícios animados nas últimas semanas e pode beneficiar-se do voto útil no dia 15. "Neste altura da campanha, qualquer apoio é bem-vindo, venha de onde vier", diz ele

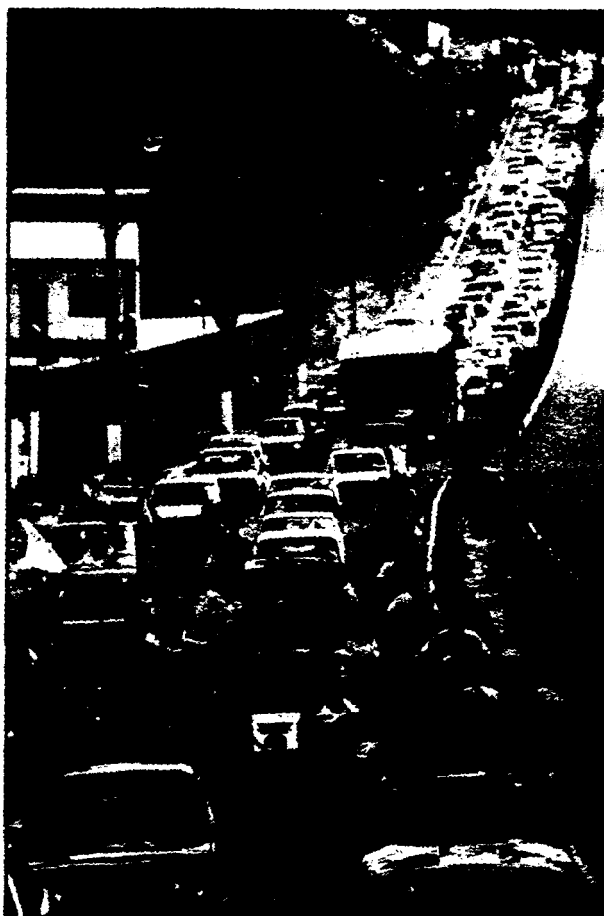
horário político, sob o argumento de que seria elegante demais — e eficiente de menos. Brizola passou a semana tentando fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Por cinco dias consecutivos, colocou no ar suas últimas imagens na TV Bandeirantes. Ao mesmo tempo, nos comícios que realizou em oito cidades do país, parou de falar mal de Collor, da TV Globo e de Roberto Marinho, os alvos favoritos de seus discursos ao longo de toda a campanha — para centrar fogo em Lula. Na sexta-feira, o candidato do PDT já implicava até com a aparência do concorrente do PT. "Seria bom se ele tirasse a barba", disse num comício em Florianópolis. "Por que esconder a cara? É preferível deixar a cara a descoberto, assim como

a minha, que eu uso há sessenta anos."

Nesse esforço de últimos dias para colocar-se à frente do PT, Brizola chegou a discursar para mais de 300 000 pessoas, em um circuito de comícios por oito cidades de Pernambuco, Paraná, Maranhão, Ceará e Minas Gerais. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o candidato participou de uma apoteótica carreta com cerca de 1 000 veículos no centro da cidade. Bloqueado à esquerda pelo bom tamanho de Lula, Brizola sonha em obter, nos últimos dias, o apoio de quem quer que seja, inclusive das viúvas do PFL, que ficaram de mãos abanando com a implosão da hipótese Silvio Santos. Na semana passada, o senador Hugo Napoleão, um dos principais articuladores da desastrosa candidatura do dono do SBT, contou a alguns deputados do Piauí que não teria nenhum constrangimento em apoiar Brizola ainda no primeiro turno e foi recebido com simpatia. "Napoleão será bem-vindo", afirmou o candidato a vice da chapa do PDT, Fernando Lyra. Em São Paulo, Brizola tem como possível o apoio de uma fatia do PMDB alinhada com o governador Orestes Quércia. Na semana passada, Quércia chegou a usar o nome de Brizola para esfriar um

movimento dos governadores do PMDB em direção ao apoio a Mário Covas em um telefonema que recebeu do governador gaúcho, Pedro Simon, rival político do candidato do PDT em seu Estado. Simon sugeriu a Quérzia apoiar Covas ainda no primeiro turno, para dar chance a um candidato com afinidades com o PMDB, sob a condição de que Ulysses Guimarães viesse a concordar. "E por que não apoiar Brizola?", cortou o governador paulista, a quem o apoio aos tucanos provoca a mesma irritação que o apoio a Brizola provoca em Simon.

E verdade que as pesquisas indicavam na semana passada que a segunda vaga no segundo turno estava sendo disputada por dois grandes candidatos, Lula e Brizola. O fato, contudo, é que no panorama eleitoral também começou a aparecer um candidato que cresce, mostrou que também é bom de palanque e soube surpreender os concorrentes na fita de chegada — o senador Mário Covas, do PSDB. Com cerca de 10% nas pesquisas eleitorais, Covas destacou-se do pelotão intermediário dos candidatos, vem se beneficiando do esvaziamento da campanha do PMDB de Ulysses e do PL de Guilherme Afif Domingos e aposta na possibilidade de aparecer como uma espécie de Erundina do primeiro turno. Na semana passada, o candidato do PSDB conseguiu fazer comícios movimentados, como o de Curitiba, no Paraná, o maior da cidade em toda a campanha, em que reuniu uma platéia de mais de 30 000 pessoas. Mário Covas chegou a cultivar, nos últimos dias, a esperança de que sua candidatura pudesse ser engordada pelo PMDB e seus governadores nos momentos finais da campanha. Numa articulação patrocinada pelo prefeito licenciado de Be-



FESTA CONCORRIDA

A visita de Leonel Brizola a Juiz de Fora, em Minas Gerais, na terça-feira da semana passada, começou com uma grande caravana pelas ruas principais da cidade e terminou com um comício para 30 000 pessoas. Numa manifestação semelhante em Porto Alegre, o candidato do PDT liderou uma comitiva de 1 000 automóveis. Brizola visitou também várias cidades do Rio e Nordeste do país, mas seu maior sucesso foi registrado em Fortaleza, no Ceará, onde cerca de 30 000 pessoas assistiram ao seu comício.

lo Horizonte, o tucano Pimenta da Veiga, um grupo de cinco governadores, entre os quais o do Paraná, Alvaro Dias, trocou telefonemas estudando o apoio ao candidato do PSDB. A trama foi cortada por um apelo do candidato do partido, Ulysses Guimarães, e de sua esposa, Mory, que chegou a enviar bilhetinhos às esposas dos governadores para pedir que não abandonassem o barco do PMDB.

Comício Sem Suor

No ano passado, em João Pessoa, o PT somou apenas 13 000 votos na eleição municipal. Na quarta-feira passada, 20 000 pessoas reuniram-se na lagoa do Parque Selton Lucena, às 11 horas da manhã, para participar do comício de Lula, que não teve sequer uma atração artística. Lula falou durante quarenta minutos e repetiu uma das frases que têm marcado seus discursos na reta final da campanha: "No dia 15, vamos levar a alma de 489 anos de exploração".

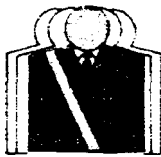


"Não faça isso, você vai desangrar o partido", disse Ulysses, ao telefone, a Alvaro Dias. "Sei que a minha candidatura está numa situação muito difícil, mas é importante que ela vá em frente, sob pena de o PMDB não sobreviver", continuou Ulysses, na sua mais clara demonstração de desânimo na campanha. Na leva de governadores com que Dias conversava e também pensava em juntar-se aos tucanos estavam Nilo Coelho, da Bahia, ligado ao vice da chapa de Ulysses, Waldir Pires e ainda Pedro Ivo, Henrique Santillo, Marcelo Miranda, Geraldo Melo e Pedro Simon. Desfeita a operação, a esperança de Covas reside na idéia de que, por livre e espontânea vontade, o militário eleitorado do PMDB sentisse apoiar seu nome e encruvar X ao lado do número 45 na cédula. No esforço final dos três candidatos de esquerda com mais chances de ir para o segundo turno, os últimos dias de campanha são um vale-tudo para chegar ao dia 15. "A esta altura da campanha, o apelo é bem-vindo, venha de onde vier", diz Covas — ao lado de um Brizola que se queixa da barba do Lula e de um Lula que acusa o candidato do PDT de ser arrogante demais.

8910116 57

Uma confusão chamada Silvio Santos

O dono do SBT anuncia sua candidatura à Presidência e vira a sucessão de cabeça para baixo



Na terça-feira da semana passada, três senhores se reuniram na sala da Comissão de Justiça do Senado Federal, em Brasília. Dois deles estavam de terno e gravata. Um era o senador Marcondes Gadelha, do PFL da Paraíba, que desde o ano passado carrega a faixa de líder do governo do presidente José Sarney no Senado. O outro era Armando Corrêa, pastor evangélico filiado ao PMB, sigla que quer dizer Partido Municipalista Brasileiro e funciona como uma espécie de empresa de sua família — o próprio Armando Corrêa é o presidente da legenda, seu filho, Armando Junior, é o secretário-geral, uma de suas filhas, Maria Angélica, tem o cargo de tesoureira e outra, Vilma, é quem cuida do PMB em São Paulo.

O terceiro senhor presente à cerimônia não usava gravata, estava com o rosto e a camisa molhados de suor e era a grande novidade que atraía centenas de jornalistas, políticos e curiosos em geral àquele lugar — o empresário Senor Abravanel, 59 anos, dono do Sistema Brasileiro de Televisão, de um grupo de empresas baseado em São Paulo que fatura 380 milhões de dólares por ano e conhecido nacionalmente pelo seu nome artístico, Silvio Santos. Em 1945, quando ocorreu a eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra, Silvio Santos era um garoto de 15 anos de idade que ganhava dinheiro como camelô nas ruas de sua cidade natal, o Rio de Janeiro, onde nasceu no bairro da Lapa — naquele pleito, sua especialidade era vender carteiras de plástico em que as pessoas podiam guardar seu título eleitoral. Na semana

passada, 44 anos e quinze presidentes depois, Silvio Santos anunciou ao país que é o mais novo candidato à sucessão de José Sarney. "Quero retribuir ao povo deste país pelo menos uma parte de tudo aquilo que ele deu para mim", afirma o empresário.

TRANSMISSÃO — Na terça-feira, ao assinar sua ficha de inscrição no PMB, Silvio Santos conseguiu transformar num amontoado de destroços aquele que já era visto como o sólido e até definitivo conjunto residencial dos grandes favoritos da campanha presidencial. Falta apenas uma semana para que 82 milhões de eleitores, após 29 anos de jejum na escolha do presidente da República, tomem enfim o rumo das cabines de votação em 15 de novembro, quando será realizado o primeiro turno das eleições — a electricidade de sua candidatura, no entanto, colocou a sucessão de cabeça para baixo. Perderam praticamente qualquer utilidade os números dos institutos de pesquisa que anunciaram a liderança de Fernando Collor de Mello em abril, depois a aparição de Guilherme Afif Domingos, em setembro, e, por fim, a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva para o segundo lugar, em situação de empate técnico com Leonel Brizola. Os espectadores, que compulsoriamente desde 15 de setembro assistiam à carnificina mútua dos candidatos no horário político, também foram informados de que perderam seu tempo.

Sem que ninguém pudesse imaginar, descobriu-se na semana passada que o verdadeiro candidato do PMB, partido fantasma com direito a cinco minutos diários na TV, não era Armando Corrêa, um político barrigudo, baixinho, com óculos de miope, cabelos levemente tingidos de ruivo e que já

O sistema eleitoral do Brasil

Na última terça-feira, o Brasil teve um dia muito importante. O presidente da República, José Sarney, anunciou sua candidatura à reeleição para o segundo mandato. A notícia foi dada na quinta-feira, cinco dias antes da data, o Tribunal Superior Eleitoral deverá julgar a legalidade do registro, depois de etapas diferentes.

810116

VEJA, 8 DE NOVOBRO, 1989



Terça-feira dia 31: Silvio Santos lança sua candidatura e embarca na sucessão

se apresentou, no passado, como o "candidato dos explorados", mas um senhor de porte elegante, muito mais simpático e infinitamente mais popular — o empresário Silvio Santos, campeão nacional de audiência nas tardes de domingo. É óbvio que se o candidato do PMB Armando Corrêa tivesse negociado sua renúncia em favor de outro Armando Corrêa, a mudança seria ignorada pela maioria do eleitorado. O fato, contudo, é que se anuncia, desde a semana passada, a possibilidade de entrar na parada um candidato com um gigantesco potencial de votos junto às parcelas mais humildes daquele Brasil desamparado que terá a palavra final na eleição.

Nos bastidores da sucessão, a aparição de Silvio Santos transformou temporariamente em pócia tudo aquilo que se pensou, se disse, se pagou e se maquinou ao longo da campanha presidencial. Entre as legendas de esquerda, rascunhava-se uma campanha de voto útil capaz de garantir a passagem de um de seus candidatos para o segundo turno — onde imaginava-se, obviamente, iria enfrentar Collor de Mello. Hoje, não se sabe se qualquer candidato de esquerda terá lugar na fase decisiva da disputa — e também deixou de ser óbvio imaginar que Collor de Mello será capaz de chegar até lá. No outro campo dos concorrentes, abandonava-se Guilherme Afif e Paulo Maluf para votar "útil" em Collor de Mello. Agora, torce-se para que Silvio Santos venha lhe fazer companhia no segundo turno, mas também se teme que os dois candidatos se canibalizem nos últimos dias, sobrando Lula e Brizola na segunda fase. É a confusão. Nunca um pretendente à Presidência da República se lançou na disputa a tão poucos dias do pleito. Nunca uma possível candidatura tornou tão incerto o desfecho do páreo. E nunca uma eleição presidencial sofreu tamanha perturbação por motivos legais, políticos e psicológicos como a que foi detonada por Silvio Santos na semana passada.

"Qualquer previsão sobre o que vai ocorrer daqui para a frente é uma temeridade", afirma o deputado Francisco Dornelles, do PFL do Rio de Janeiro. "Tudo pode mudar da água para o vinho em uma semana", concorda o deputado Luís Gushiken, do PT de São Paulo. A mais chocante perplexidade da candidatura Silvio Santos, na verdade, reside na situação do próprio candidato — num caso inteiramente inédito na história eleitoral do Brasil, só às vésperas da votação é que se poderá saber com certeza se ele é, ou não, um concorrente de verdade. Para poder disputar legalmente a eleição, Silvio Santos terá de registrar sua candidatura no

■ Sábado passado, dia 4, seria o dia para Silvio Santos entrar com o pedido de registro como candidato. Depois da publicação desse registro no *Diário Oficial*, na segunda-feira, abre-se um prazo de 24 horas para a apresentação dos pedidos de impugnação do candidato e do partido. Na quarta-feira será o dia para Silvio apresentar sua defesa.

■ Na quinta-feira 9, um dos ministros do TSE, escolhido por sorteio, examina os pedidos de impugnação,

as teses de defesa e apresenta seu parecer, que vai ao plenário do TSE na sexta-feira 10 para julgamento da validade da candidatura do dono do SBT.

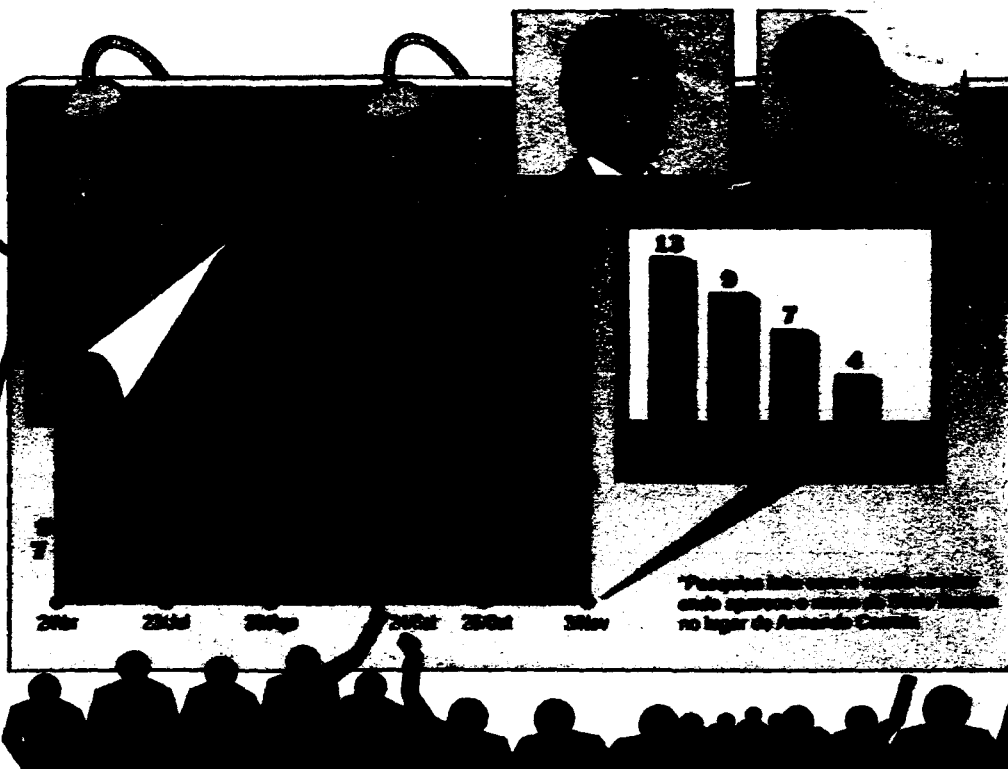
■ Caso o pedido seja indeferido, Silvio Santos ainda poderá recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Nesse caso, tentaria obter uma liminar para conseguir concorrer. Mais tarde, caso perca no novo julgamento do STF, os votos que tiver na eleição serão anulados.



Pesquisa espontânea em que o entrevistado declara de memória o nome de seu candidato



Pesquisa com o modelo da cédula oficial, onde aparece o nome de Armando Corrêa no lugar de Silvio Santos



Pesquisas feitas antes e depois da troca do nome de Armando Corrêa no lugar de Silvio Santos

TSE e, nesse terreno, irá enfrentar uma batalha mais áspera, mais longa e com mais suspense do que qualquer outra coisa já ocorrida até agora na campanha.

Buscaram a Baza — Refeita da surpresa de última hora, boa parte de seus adversários consumiu a maior porção de suas energias da reta final à procura de dossiês econômicos e argumentos jurídicos com a finalidade de impugnar a candidatura de Silvio Santos no TSE, num esforço que, se for bem-sucedido, terá a capacidade de transformá-la numa inesquecível brincadeira do palhaço Bozo. O TSE irá esperar até esta terça-feira, dia 7, quando faltarão oito dias para a corrida às urnas, para que qualquer um dos concorrentes apresente seus motivos para tirar Silvio Santos da disputa. A controvérsia é grande, mas, entre as alegações possíveis, que estão longe de se constituir em argumentos de ocasião, existe a de que, por ser proprietário e dirigente de um veículo de comunicação, o empresário precisaria ter abandonado suas funções no SBT com três meses de antecedência para poder concorrer. Na quinta-feira dia 9, a apenas seis dias da

Serway: promessas tão verdadeiras como os boletins médicos de Tancredo

eleição, o TSE inicia suas deliberações a respeito do caso.

Se tudo correr bem para o candidato, é possível que, no sábado 11, isto é, a apenas quatro dias do pleito, se possa saber se Silvio Santos é mesmo concorrente oficial à cadeira de José Sarney. Os debates podem

se complicar, no entanto, e nesse caso a disputa pode parar em outro tribunal, o STF. Conforme essa hipótese, apenas no dia 13, a 48 horas da eleição, os 82 milhões de brasileiros que irão escolher o futuro presidente da República poderão saber se Silvio Santos encontra-se na lista dos concorrentes. A

única certeza que existe, antes disso, é que o nome do candidato a candidato não estará escrito na cédula — e que, para votar em Silvio Santos, seu eleitor terá de marcar um x ao lado do nome de Armando Corrêa.

Não é apenas nesse fato, inteiramente esdrúxulo, nem na circunstância de que o eleitorado será obrigado a aguardar quase até o dia 15 de novembro para saber se um candidato visto como um dos favoritos estará mesmo na disputa que se esgota a confusão — o surgimento de Silvio Santos na reta final é uma verdadeira linha de montagem na geração de incongruências. O problema da cédula, em que Silvio Santos terá de usar o nome de Armando Corrêa, chega a ser dramático. É certo que, do ponto de vista técnico, não há outra solução para uma emergência dessa ordem — a menos que o Congresso Nacional resolvesse, numa reviravolta espetacular, realizar uma sessão solene na qual adiasse, mais uma vez, a data da eleição para



CLAUDIO VERIANI

VEJA, 8 DE NOVEMBRO, 1989

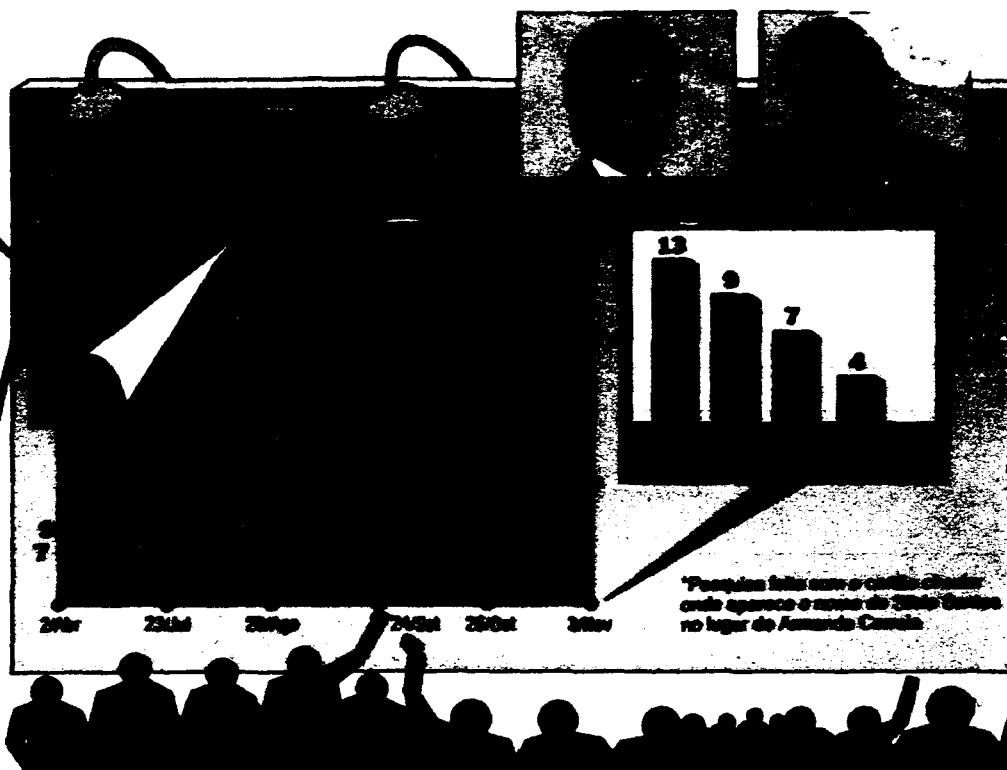
8910116



Pesquisas espontâneas em que o entrevistado declara de memória o nome de seu candidato



Pesquisa com o modelo da cédula oficial, onde aparece o nome de Armando Corrêa no lugar de Silvio Santos



*Pesquisas feitas com o cartão eleitoral onde aparece o nome de Silvio Santos no lugar de Armando Corrêa

TSE e, nesse terreno, irá enfrentar uma batalha mais áspera, mais longa e com mais suspense do que qualquer outra coisa já ocorrida até agora na campanha.

Impugnância de Bozo— Refeita da surpresa de última hora, boa parte de seus adversários consumiu a maior porção de suas energias da reta final à procura de dossiês econômicos e argumentos jurídicos com a finalidade de impugnar a candidatura de Silvio Santos ao TSE, num esforço que, se for bem-sucedido, terá a capacidade de transformá-la numa inescrutável brincadeira do palhaço Bozo. O TSE irá esperar até esta terça-feira, dia 7, quando faltarão oito dias para a corrida às urnas, para que qualquer um dos concorrentes apresente seus motivos para tirar Silvio Santos da disputa. A controvérsia é grande, mas, entre as alegações possíveis, que estão longe de se constituir em argumentos de ocasião, existe a de que, por ser proprietário e dirigente de um veículo de comunicação, o empresário precisaria ter abandonado suas funções no SBT com três meses de antecedência para poder concorrer. Na quinta-feira dia 9, a apenas seis dias da

eleição, o TSE inicia suas deliberações a respeito do caso.

Se tudo correr bem para o candidato, é possível que, no sábado 11, isto é, a apenas quatro dias do pleito, se possa saber se Silvio Santos é mesmo concorrente oficial à cadeira de José Sarney. Os debates podem

se complicar, no entanto, e nesse caso a disputa pode parar em outro tribunal, o STF. Conforme essa hipótese, apenas no dia 13, a 48 horas da eleição, os 82 milhões de brasileiros que irão escolher o futuro presidente da República poderão saber se Silvio Santos encontra-se na lista dos concorrentes. A

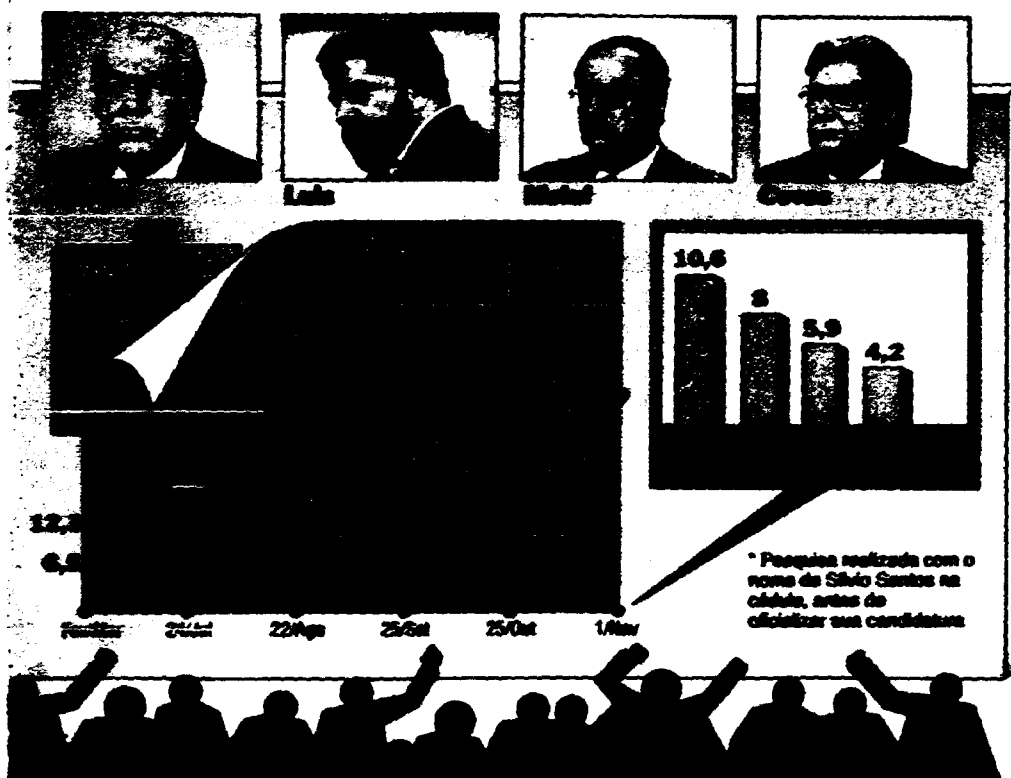
única certeza que existe, antes disso, é que o nome do candidato a candidato não estará escrito na cédula — e que, para votar em Silvio Santos, seu eleitor terá de marcar um x ao lado do nome de Armando Corrêa.

Não é apenas nesse fato, inteiramente esdrúxulo, nem na circunstância de que o eleitorado será obrigado a aguardar quase até o dia 15 de novembro para saber se um candidato visto como um dos favoritos estará mesmo na disputa que se esgota a confusão — o surgimento de Silvio Santos na reta final é uma verdadeira linha de montagem na geração de incongruências. O problema da cédula, em que Silvio Santos terá de usar o nome de Armando Corrêa, chega a ser dramático. É certo que, do ponto de vista técnico, não há outra solução para uma emergência dessa ordem — a menos que o Congresso Nacional resolvesse, numa reviravolta espetacular, realizar uma sessão solene na qual adiasse, mais uma vez, a data da eleição para



CLAUDIO VERIANI

Sarney: promessas tão verdadeiras como os boletins médicos de Tancredo



escolha do presidente da República. É que, legalmente, Silvio Santos só poderá ser chamado de candidato depois de ter sido aprovado pelo TSE. Como na melhor das hipóteses isso não irá ocorrer antes de 11 de novembro, não haveria meios de imprimir novas cédulas em quatro dias.

A realidade, contudo, é que a cédula sem o nome de Silvio Santos pode acabar criando uma portentosa malucosidade eleitoral. Muitas pessoas acreditam que Silvio Santos está predestinado a obter milhões de votos e até mesmo irá ganhar a eleição. Se isso acontecer, terá ocorrido no Brasil um pleito francamente único na história universal do voto — uma eleição na qual não havia, na cédula, o nome do candidato vencedor. Os eleitores de Silvio Santos, iguais aos que queriam votar em Collor de Mello, Leonel Brizola e mesmo aos que queriam escolher Armando Corrêa, estarão numa situação de desigualdade em frente dos outros — mesmo porque o presidente do TSE, Francisco Rezek, decidiu complicar definitivamente as coisas, anunciando que serão nulos os votos em que o eleitor escreveu o nome "Silvio Santos". Para eles, será mais difícil e, quem sabe, até impossível votar no candidato de sua preferência.

A lista de incongruências criadas na semana passada vai

VEJA, 8 DE NOVEMBRO, 1989

além. Uma delas é o benefício que uma legenda inexistente como o PMB poderá assegurar a um personagem como Armando Corrêa. Em 1988, candidato fantasma a prefeito de São Paulo, ele ficou em 11.º lugar, com 4 200 votos, insuficientes para eleger sequer um diretor de clube de fute-



bol. Na semana passada, esse mesmo Corrêa foi informado de que poderá ser premiado com uma cadeira de ministro no governo Silvio Santos, ocupando a Pasta do Interior. Em outra distorção do mesmo naipe, o senador Marcondes Gadelha, que politicamente se encontrava em estado de morte clínica, torna-se num passe de mágica uma figura-chave no cenário nacional. Gadelha passou o ano de 1989 sem ter um palanque para subir na sucessão, em que o candidato de seu partido, Aureliano Chaves, não consegue atravessar a fronteira de 1% das preferências. O outro concorrente que poderia interessá-lo, Collor de Mello, já abriu sua caravana com antecedência ao governador Tarcísio Burty, rival de Gadelha nos assuntos da Paraíba. Agora, na chapa com Silvio Santos, o senador paraibano ficou com o posto de candidato a vice-presidente — o mesmo que o presidente José Sarney, então senador maranhense, conseguiu na chapa da Aliança Democrática com Tancredo Neves e que o manteve no Planalto por cinco anos.

"Agora é Tarde" — Na quarta-feira passada, Marcondes Gadelha pôde confirmar como é cobiçado o posto de vice numa chapa com Silvio Santos — dono de uma personalidade sabidamente sujeita a repentinas e drásticas mudanças de decisão, o empresário pode renunciar a cargos com a mesma facilidade com que se candidata a eles. No começo da noite, o senador recebeu um telefonema inesperado. Quem o procurava era o candidato do PL, Guilherme Afif Domingos. A proposta foi formulada sem maiores rodeios: Afif estava disposto a renunciar a sua candidatura e entrar na caravana de Silvio Santos — desejava, porém, o posto de vice. "Agora é tarde demais", respondeu Gadelha. Uma semana antes, de fato, quando Silvio Santos se movimentava com afição pelos bastidores políticos em busca de uma legenda, chegou a tocar a campainha da casa do PL de Afif. O empresário sugeriu que se unissem e escalou sua equipe: ele seria o cabeça de chapa, Afif seria o vice. O candidato liberal recusou — queria ser o titular, adoraria contar com Silvio Santos como vice, e explicou que, juntos, chegariam lá. Não chegaram.

Um outro complicador criado por Silvio Santos reside na no-

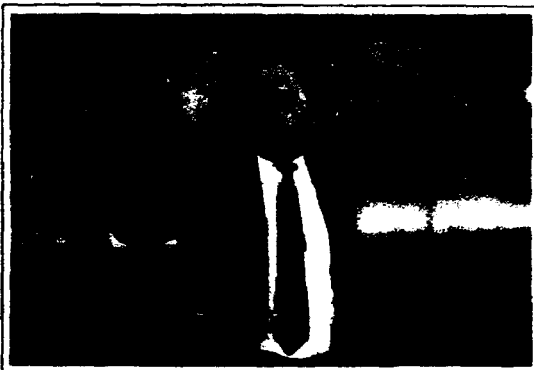
Antonio Ernâni: "Silvio Santos foi articulado pelo Partido do Planalto"

8910116 37

Os colegas de trabalho na campanha

Quem batalhou por Silvio Santos

O senador **Marcos** >
Gadelha, líder do
governo no Senado,
estava desaparecido
na sucessão e sem
espaço político no
seu Estado, a Paraíba.
Ao se envolver de
corpo e alma para
tornar Silvio Santos
candidato, ganhou
a vaga de vice na
chapa do PRR.



OSLUNDO BRITO



Ex-ministro do
governo Sarney, o
senador **Hugo Napoleão**,
do PFL, pensou em apoiar
Brizola, brigou com
Aureliano Chaves e
inventou a candidatura
Silvio Santos. Americano
de nascimento, Napoleão
perdeu o lugar de
vice, mas ainda conta
em ser ministro das
Relações Exteriores —
se Silvio ganhar.

CLAUDIO VITRARI

O senador **Edison** >
Lobão é um dos melhores
amigos do presidente
Sarney. Batalhou por
Silvio Santos com um
olho na política do
Município — quer ser
candidato a governador
em 1994. Por enquanto,
é apenas chefe eleitoral
de Zaqueia Sarney,
filha do presidente e
candidata ao governo do
Estado no ano que vem.



TONDO ALVAREZ



Atropelado pelos
adversários políticos
em Sergipe, o ministro
do Interior, **João
Alves**, decidiu
potencializar a operação
Silvio Santos e
emprestou sua casa
para as reuniões
iniciais. Desentendiado
do PFL, João Alves
prefere continuar ministro.

OSLUNDO BRITO

vem de suspeita que irá pousar, inevitavelmente, sobre cada um dos lances da batalha jurídica no TSE. Caso o TSE resolva aprovar a candidatura do empresário, haverá um coro de adversários prontos para denunciar a decisão como uma manobra antidemocrática, destinada a fraudar a eleição. Na hipótese inversa, de que Silvio Santos seja impedido de concorrer, haverá a mesma gritaria, no mesmo volume, ainda que na direção oposta — a de que um candidato popular não pôde entrar na disputa graças a um golpe de mão nos bastidores do TSE.

Houve uma época, quando Collor de Mello começou a disparar nas pesquisas, em que as legendas de esquerda condenavam sua candidatura como um mero artifício criado pelas elites, embora o ex-governador de Alagoas reconhecidamente tivesse se lançado na disputa sem o apoio de ninguém. Dizia-se, então, que o candidato do PRN só seria capaz de mostrar, nas urnas, o mesmo desempenho que obtinha nas estatísticas eleitorais caso ocorresse uma gigantesca fraude na contagem dos votos. Hoje em dia, por falta de contato com a realidade, essas queixas simplesmente sumiram do mapa.

Durante — Mais tarde, quando Lula começou a ganhar corpo, também houve uma gritaria — agora do outro lado. O empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Ficap, chegou a dizer que “800 000 empresários” deixariam o país caso o candidato do PT ganhasse a eleição. Junto aos próprios empresários, Amato passou por uma situação constrangedora — até os mais amigos fizeram questão de ridicularizar seu delírio emigratório e os inimigos aproveitaram a ocasião para rir dele, mais uma vez. O que essas duas atitudes paralelas demonstram é que, ao longo de todo o ano de 1989, tanto as siglas de esquerda como os quantêis-generais do conservadorismo amadureceram. A esquerda desistiu de proclamar a idéia de que um candidato de direita só seria capaz de ganhar uma eleição através da fraude. A direita convenceu-se de que, se a esquerda ganhasse, teria de levar. A candidatura Silvio Santos pode marcar uma ruptura nesse pacto elementar dos regimes democráticos — a convicção de que as eleições são uma disputa legítima, na qual todos podem competir com chances iguais e que o vencedor merece ser respeitado, por menos que se goste dele.

Silvio Santos entra na corrida com uma deficiência muito parecida à da maioria dos candidatos — a dificuldade de explicar, com clareza, para que pretende chegar ao Planalto. Ele mesmo admite que não faz a menor idéia de como será seu programa de governo e assegura que o único critério para formar sua equipe de ministros será o de que sejam homens de bem — eles poderão ser

mostrados tanto no PFL como no PCB. Silvio Santos diz que pretende fazer um governo apoiado em três substantivos: "sensatez", "honestidade" e "justiça". Em matéria de programa de governo, suas proposições são tão agradáveis como as da maioria dos concorrentes. Há uma diferença de peso entre todos eles e Silvio Santos, porém. Collor de Mello, por exemplo, entrou na corrida com um substantivo que, à sua maneira, equivalia à sensatez, honestidade e justiça de Silvio Santos — a caçada aos marajás. Da mesma forma, Brizola iniciou sua campanha propagando as maravilhas dos Cieps, em companhia de Guilherme Afif e seus surdos-mudos. O fato, contudo, é que os demais candidatos chegaram à reta final da campanha com uma fisionomia bem diferente da que exibiam no momento de largada. Ao longo de 1989, o eleitorado foi capaz de examinar as propostas de cada um no horário político e teve a oportunidade de comparar a maioria deles nos debates da TV.

Silvio Santos é um candidato diferente dos demais — pouco se sabe a respeito de suas opiniões políticas e pouco tempo haverá para se ter uma idéia aproximada do que pretende fazer caso chegue ao Planalto. Como empresário da área de comunicações, é sabido que teve um comportamento comum a seus pares — o de nunca falar mal do governo, fosse ele o AI-5 de Costa e Silva, a abertura com Ernesto Geisel, a agonia do regime de 1964 com Figueiredo ou a Nova República de José Sarney. O próprio Silvio Santos diz que é assim mesmo, que possui uma sinceridade natural e que vai deixar os destinos do país nas mãos de quem entende mesmo do assunto. Pode ser. O fato, contudo, é que na reta final da campanha um candidato como Lula, por exemplo, adoraria só falar mal dos ricos e bem dos pobres, sem nada dizer sobre o caso Lubeca. Collor de Mello acharia ótimo não ter sido massacrado pelos adversários no horário político — e o sonho de Guilherme Afif é o de que ninguém tivesse se lembrado de seus votos na Constituinte. Impiedosa para todos os concorrentes, a campanha eleitoral não torna os candidatos melhores nem piores — apenas permite que o eleitorado se enriqueça, acumulando conhecimentos sobre a beleza de suas palavras e a feiúra de seus atos.

"O grande problema da candidatura Silvio Santos é que, para o eleitorado, ela não faz sentido algum", afirma o senador Fer-

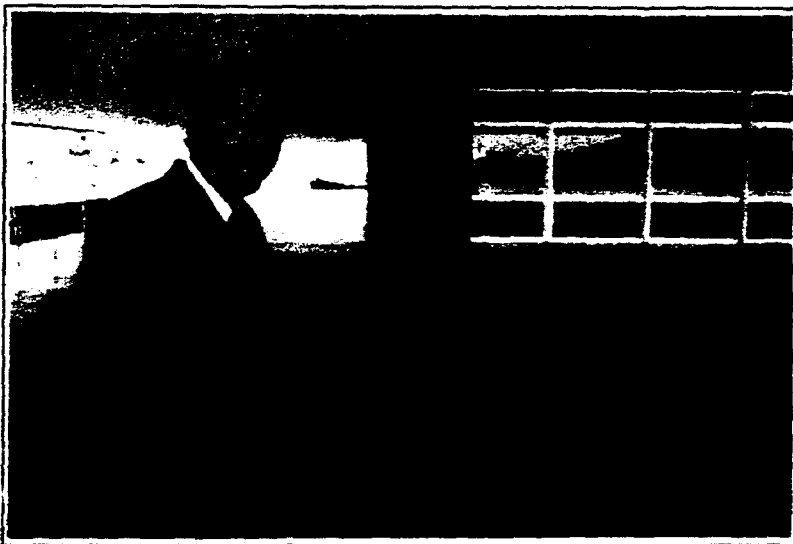
A batalha pela candidatura

Silvio aposta na decisão da Justiça

Depois de causar um tumulto político com o anúncio de sua candidatura, o empresário Silvio Santos terá agora de batalhar na Justiça para confirmar que concorre à Presidência da República. Contra ele existe uma série de obstáculos jurídicos e um prazo apertado para percorrer a burocracia da legislação. Primeiro, Silvio Santos tem que driblar uma lei de 1970 que obriga os diretores de empresas concessionárias de serviço público a deixar o posto pelo menos três meses antes das eleições. Por essa regra, ele — que é dono de uma concessionária de televisão, o SBT — estará fora da disputa. Na nova Constituição há um artigo

do SBT é o fato de que seu partido, o PMB, também tem problemas que podem destruir sua campanha. Na quinta-feira passada, uma denúncia anônima alertou o TSE de que o partido não cumpria todas as exigências necessárias para obter seu registro definitivo — dessa forma, o PMB e seu ex-candidato, Armando Costa, seriam participantes fantasmas da corrida presidencial. De acordo com a denúncia, o PMB teria realizado convenções em apenas cinco Estados, e não em nove, como exige a lei eleitoral. Se a denúncia for comprovada, o PMB poderá ser extinto e, com ele, a candidatura do dono do SBT.

Tanto a candidatura de Silvio Santos quanto seu partido devem ser julgados pelo tribunal a partir da próxima sexta-feira, dia 10. Até agora, o assunto ainda é controverso no tribunal — existem ministros achando que Silvio Santos passa, outros que ele será reprovado. "Essa eleição será viciada por um ato fraudulento", afirma o ex-ministro do TSE Leônio de Abreu, um dos juristas mais ouvidos pelo tribunal. A decisão da eleição pode complicar a vida



Ministro Ruy, do TSE: "Eleição duvidosa"

que também pode complicar o sonho de Silvio Santos, que prefere a candidatura de pessoas que possam abusar do poder econômico. A seu favor, Silvio alega que não ocupa cargos executivos no SBT e que é apenas acionista majoritário. Nesse caso, não poderia manipular a empresa em favor próprio. "Embora Silvio Santos não tenha cargo de direção no SBT, sabemos que ele comanda a emissora", opina um dos ministros do TSE. Nos dois domingos seguintes à divulgação de sua intenção de candidatar-se, por exemplo, o próprio Silvio Santos dedicou uma boa parte de seu programa na TV para lançar-se à Presidência.

Outro problema que atinge o dono

Santos passa no dia 15 de novembro para o segundo turno, caso sua candidatura ainda esteja sob julgamento. "O resultado da eleição não irá influenciar a decisão do TSE", diz o presidente do órgão, o ministro Francisco Ruy. "Mas, se Silvio estiver lidando as pesquisas, a decisão vai ser mais delicada", acrescenta ele. Há ainda outra discussão controversa nos corredores do TSE — a que diz respeito à validade das cédulas em que o nome de Silvio Santos foi escrito à mão. Existem ministros para os quais escrever qualquer coisa na cédula eleitoral anula o voto. Outros acham que vale a intenção do eleitor de indicar seu candidato, seja de que forma for.

nando Henrique Cardoso (PSDB-SP). "Ele não expôs suas idéias, não debateu", acrescenta. "Isso é um desrespeito aos demais candidatos, que estão em campanha desde o início", afirma o empresário Antonio Ermírio de Moraes, dono do grupo Votorantim. "Essa candidatura é oportunista e casuística", acrescenta o empresário. Recebida com pedras por personalidades que na reta final já depositaram suas fichas em outros concorrentes, a candidatura Silvio Santos foi alvo de ataques de duas famílias.

Uma delas, a do preconceito, chega a ser um disparate. Dizer que Silvio Santos não pode ser candidato porque começou a ganhar a vida como camelô, que não tem diploma universitário e construiu sua fortuna pessoal promovendo negócios como os carnes do Baú da Felicidade é uma idéia extravagante — numa campanha que tem, como uma de suas principais concorrentes, o metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva. Empresário de origem modesta, Silvio Santos ficou rico vendendo panelas, fogões e faqueiros para pessoas que sobrevivem nas fatias mais pobres da população. Bem ou mal, nunca deixou de entregar as mercadorias que anunciava. É provável que, se em vez de Silvio Santos, o candidato-relâmpago da reta final se chamasse Antonio Ermírio, por exemplo, metade de seus adversários de hoje já estaria aplaudindo a manobra. É certo, também, que se até o 15 de novembro houver sinais seguros de que, em companhia de Collor de Mello, Silvio formar uma dobradinha capaz de jogar fora qualquer candidato de esquerda no segundo turno, o mais estridente coral dos indignados de hoje se transformará na caravana dos satisfeitos.

O problema real da candidatura do empresário é sua oportunidade — além de provocar transtornos inimagináveis em plena reta final, traz a marca do desrespeito a um eleitorado que passou o ano de 1989 querendo saber qual o melhor destino a seu voto em 15 de novembro. Existe um outro enigma no lançamento de Silvio Santos, porém, e ele consiste no papel do Palácio do Planalto na operação. Desde que uma fatia do PFL começou a articular a candidatura do empresário que o presidente José Sarney tem assegurado, em diversos pronunciamentos públicos, que nada tem a ver com a operação. Ele chegou a dizer isso em nota oficial, publicada há quinze dias, e repetiu a mesma afirmação na sexta-feira passada, em seu programa *Conversa ao Pé do Rádio*. Em todas as oportunidades que tem, Sarney assegura que o único papel que irá desempenhar em sua própria sucessão é o de magistrado. Há bons motivos para suspeitar-se, porém, que essa afirmação seja tão verdadeira como os boletins médicos do doutor Henrique Walter Pinotti, que anunciavam, para as próximas 24 horas, a pronta recuperação de Tancredo Neves no Incor. "Tenho certeza de que a candidatura de Silvio Santos foi articulada pelo Planalto", afirma Antonio Ermírio de Moraes, que assegura ter sido convidado pelo próprio presidente num jantar na Granja do Torto para ser o candidato de última hora. Também se sabe que

As aven



Nos anos 60: festival de prêmios para os leais clientes de uma empresa



Concorreu do golfe no departamento de jovens guardas militares

"O povo está empolgado"

As idéias e planos de Silvio Santos

No início da noite de quinta-feira passada Silvio Santos recebeu Mário Sérgio Conti, de VEJA, para uma entrevista de duas horas. A seguir, as principais declarações do candidato a candidato:

A candidatura: "Por que eu deveria correr atrás dos partidos antes? Se fizesse isso, eu estaria comprometido, estaria tendo de dizer: 'Você vai ser meu ministro', ou, 'Se você me ajudar, vai ser diretor de banco'. Eu teria me transformado num político. Hoje eu entro na eleição sem compromisso com ninguém".

© direito a ser candidato: "A democracia estabelece que os cidadãos têm direitos iguais. Então, qualquer um de nós, qualquer brasileiro, tem direito a ser presidente da República. Acho que esse direito pode ser exercido pelo cidadão tanto dez anos como dois dias antes da eleição. Não acredito, absoluta-

mente, que ao disputar a Presidência eu esteja fazendo algo novo ou moralmente errado".

A força que o levou à eleição: "É uma força interior. Intimamente, estou me sentindo cada vez mais em condições de dar tudo de mim, até a vida, para melhorar as condições do povo do Brasil. É uma força: pode chamá-la de mística, esotérica, teológica, o que quiser".

A campanha até agora: "A campanha presidencial não empolgava o povo. Ninguém estava escolhendo candidatos com entusiasmo. Não havia aquele voto estilo corintiano não. Todo mundo estava meio que dizendo: 'Sabe, eu torço pelo Biquinho porque é o time do meu bairro'. Com a minha candidatura, não é que o povo vá se entusiasmar: ele já está empolgado".

Popularidade: "Se fosse uma questão de popularidade, a Xuxa, o Pelé, o Ayrton Senna ou o Roberto Carlos poderiam ser candidatos. Não é a popularidade artística que está me levando a ter esse prestígio nacional, como demonstram as pesquisas eleitorais. O que está levando o povo a mostrar esse carinho é o meu comportamento

de Silvio Santos



Na Praia de Ator, com Manoel de Abreu: amigo de início da carreira



Com o presidente Figueiredo: elogios no programa e concessão de uma TV

desde agosto Silvio Santos cultivava, em seu círculo familiar, a idéia de entrar na corrida — e que, nesse mesmo mês, o publicitário Augusto Marzagão mostrava ao presidente pesquisas indicando que existia um candidato capaz de derrubar o favorito Collor de Mello da liderança da campanha e que chegava a aterorizar o governo com sua promessa de, caso vencesse o pleito, importunar seus antecessores com a promoção de uma devassa nas irregularidades de Brasília. Esse nome era Silvio Santos. “Pelos estudos que tenho, um fato novo que pode causar grande confusão é a hipótese Silvio Santos”, disse Marzagão ao presidente, durante um encontro que tiveram na época. Mais tarde, o próprio Sarney fez questão de ouvir a confirmação dessa profecia da boca de outro pesquisólogo, Homero Icaza Sanchez, que foi visitá-lo no Planalto. “Somente um fato novo tira Collor da sucessão”, disse Sanchez. Nos dias que antecederam o desfecho da operação, Sarney fez questão de chamar Marcondes Gadelha para uma conversa privada, na qual mostrou-se preocupado em saber os destinos do candidato que, após a desastrosa operação que levaria Aureliano Chaves a renunciar à chapa do PFL, corria o risco de ficar sem legenda para concorrer.

A PORTA DA CONFUSÃO — Os dias finais da campanha já se transformaram numa usina de muitas perplexidades. Há motivos seguros para se suspeitar,

por exemplo, que a essa altura dos acontecimentos as pesquisas eleitorais se transformaram num caleidoscópio inútil — uma delas, do Gallup, assegura que Silvio Santos já lidera a corrida, com 29% das preferências, enquanto outra, do DataFolha, órgão vinculado ao jornal *Folha de S. Paulo*, indica que Collor está em primeiro e Silvio Santos habita num bolo de concorrentes em companhia de Lula e Brizola. Armada a confusão, pode-se concluir que uma trapalhada dessa ordem só é possível porque havia muita gente bem-educada e bem instalada em Brasília torcendo para que isso ocorresse. Não haveria sequer a hipótese de uma candidatura na reta final se o próprio candidato Silvio Santos não tivesse deixado para a última hora o lançamento de sua campanha. O empresário, porém, nem poderia ter namorado essa idéia caso o presidente José Sarney não tivesse vetado um dispositivo da lei eleitoral que fixava o prazo para um candidato filiar-se a seu partido para o início do ano, o que teria bloqueado as fichas do PMB, do PCN e de qualquer outra legenda fictícia a candidatos improvisados. O veto de Sarney, contudo, poderia ter sido derrubado se houvesse interesse por parte das grandes bancadas do Congresso, o PMDB e o PFL — na hora de fazer isso, no entanto, os parlamentares não estavam no plenário e não houve votação por falta de quorum. Havia, nas duas legendas, a convicção de que era preciso criar uma saída de emergência para um pesadelo possível da reta final, que seria a ascensão simultânea de Lula e Brizola — e achou-se que era conveniente deixar uma porta aberta para os últimos dias. Ocorreu, então, o que sempre ocorre nessas ocasiões: havia uma porta aberta, e por ali entrou uma grande confusão.

em trinta anos de trabalho. Ser artista é apenas um detalhe. Nos Estados Unidos, Donald Trump e Lee Iacocca são populares mas estão tentando mostrar ao povo americano que têm condições de governar o país, enquanto no Brasil o povo já identifica em mim alguém capaz de garantir uma maior prosperidade”.

Sua campanha: “Não vou falar mal de nenhum candidato. Não poderei votos para mim. Simplesmente vou dizer que sou candidato e pretendo governar o Brasil com sensatez, honestidade e justiça”.

Preconceitos contra o ex-camêlo e animador de auditório: “Se o lendador Abraham Lincoln foi presidente dos Estados Unidos e o ator Ronald Reagan também — e por dois mandatos —, um camêlo que virou artista e empresário pode ser presidente do Brasil. Se existem empresários, pessoas de formação universitária e homens de projeção nacional alimentando esse tipo de preconceitos contra mim, eles não deveriam estar nas importantes posições que ocupam”.

Método de resolver os problemas nacionais: “Vou pedir que pessoas competentes façam estudos sobre como resolver os princi-

pais problemas do país. Depois, discutirei e analisarei os planos. Por fim, escolherei o melhor deles e o colocarei em prática”.

Ministérios: “Me cercarei de homens de bem. Pedirei aos partidos, universidades e formadores de opinião sugestões de nomes de pessoas que estejam dispostas a colocar em prática os planos previamente elaborados. Não importa se ele for do PCB ou do PFL: se estiver disposto a colaborar e for honesto, será ministro”.

Exemplos de governantes: “Admiro o governo de Franklin Roosevelt, pelo seu plano de emergência de 100 dias e por ter feito um programa de obras públicas de cunho social. No panorama atual, gosto muito do governo de Felipe González, na Espanha. Ele privatizou estatais deficitárias e abriu o país para o capital estrangeiro”.

Presidentes brasileiros: “Getúlio Vargas foi um bom presidente. Era um ditador, está certo, mas melhorou as condições de vida dos trabalhadores. Juscelino também foi um ótimo governante, por ter construído Brasília, desenvolvido e modernizado o país. Sobre o governo de Sarney não quero falar”.

Pesadelo na hora H

O caso Lubeca pode estragar a campanha de Lula na fase decisiva da sucessão presidencial



O pior pesadelo que um candidato à Presidência da República pode imaginar para a reta final de sua campanha é ser atingido por uma denúncia grave.

Quando a acusação envolve um partido que sempre se apresentou como diferente dos outros, portador de uma espécie de vacina que o deixaria imune às irregularidades apontadas no cotidiano das legendas concorrentes, o pesadelo torna-se ainda mais insuportável. Pois foi exatamente isso o que aconteceu na semana passada com a campanha do candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Há duas semanas, durante o debate entre presidencialistas na TV Bandeirantes, o candidato do PSD, Ronaldo Caiado, disse que tinha em mãos dois cheques, um no valor de 900 000 cruzados novos, outro no de 400 000, que teriam sido doados aos cofres da campanha de Lula, segundo se apurou mais tarde, por uma empresa de construção, chamada Lubeca, interessada em aprovar um projeto de 600 milhões de dólares no bairro do Morumbi, em São Paulo — o Projeto Panambry. Conforme a denúncia, a prefeitura de Luiza Erundina teria bloqueado a aprovação do investimento por vários meses — mais tarde, assumiu uma outra postura, dando sinal verde para que a Lubeca participasse em seus investimentos. Segundo Caiado, entre uma postura, a da dificuldade, e a outra, a da facilidade, teria sido acionado um dos mais antigos mecanismos que costumam lubrificar as relações entre empreiteiros e construtores, de uma maneira geral, e os poderes públicos, em particular — a propina.

Durante o debate, no mesmo instante em que Caiado fazia sua denúncia aos espectadores, com um xerox dos dois cheques em sua mão, ocorreu uma reação na platéia. Sentado numa das poltronas destinadas aos convidados da Bandeirantes, o vice-prefeito Luiz Eduardo Grechhalgh levantou-se de sua cadeira e gritou para Caiado: "Mentiroso, débil mental." Na semana passada, após uma sequência de investigações conduzidas pela prefeitura, pela Câmara de Vereadores e pelo próprio

PT, o caso Lubeca fazia sua primeira vítima. Luiz Eduardo Grechhalgh, o vice-prefeito, deixou um outro cargo que possuía na administração paulistana — o de secretário de Negócios Extraordinários. Conforme o protocolo mais comum nessas ocasiões, foi o próprio Grechhalgh quem pediu demissão. Há bons motivos, no entanto, para se acreditar que ele foi, literalmente, exonerado do posto. Em sua nota oficial na qual comunicava a saída do antigo auxiliar, Luiza Erundina chegou a afirmar que havia ocorrido uma "quebra de relação de confiança".

Quem? Caiado — "Atirei na moita para acertar um juriti e matei um leão", comemorou o próprio Ronaldo Caiado, na semana passada. Como a maioria absoluta das denúncias que chegam às páginas dos jornais envolvendo irregularidades na administração pública, o caso da Lubeca não produziu, até agora, nenhuma prova conclusiva. Não se sabe mesmo se é possível afirmar, com certeza, que houve um caso concreto de suborno — muito menos que ele teria envolvido qualquer integrante do primeiro escalão do PT de São Paulo. A rigor, pode-se até dizer que a suspeita de que o dinheiro dos dois cheques tenham ido abastecer os cofres da campanha de Lula é uma hipótese apenas. O problema do caso Lubeca, no entanto, é que, entre aquilo que se sabe com toda certeza, aquilo que se suspeita e aquilo que apenas se pode imaginar que tenha acontecido, arma-se um desses tradicionais quebra-cabeças da política nacional em que, freqüentemente, se encontra, numa ponta, o emissário de um empresário com uma mala de dinheiro nas mãos — e um alto funcionário que tem uma caneta e uma folha de papel na outra ponta e



Grechhalgh: "Foi melhor assim"

que se esse funcionário colocar sua assinatura na folha de papel o empresário poderá ganhar muito dinheiro e o emissário ficará feliz da vida.

Sabe-se, por exemplo, que o caso Lubeca foi motivo para que a palavra suborno fosse pronunciada, às vezes com clareza, às vezes



Lula, em São Paulo: "Querem nos colocar..."



Erundina: "Quebra de relação de confiança"

substituída por eufemismos mais elegantes, em vários pontos de São Paulo. O contador Paulo Celso Albanese Argento, empregado da Lubeca, chegou a dizer num depoimento à Polícia Federal que ouvira comentários, na empresa, de que a prefeitura só daria seu aval ao projeto milionário caso fosse despa-



...na via comum dos outros partidos"

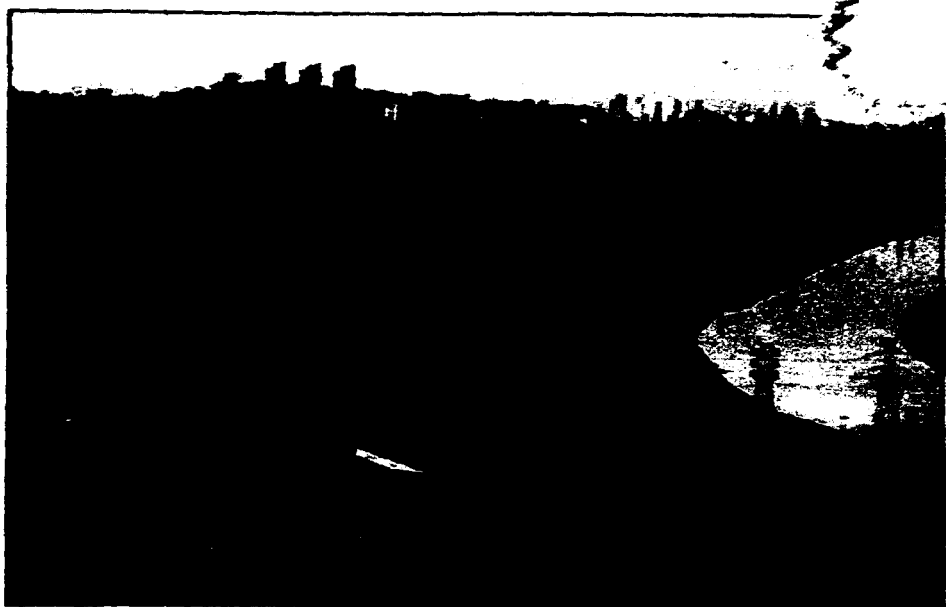
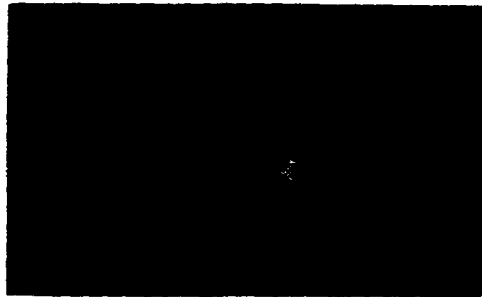
chado um auxílio financeiro à campanha de Lula. O mesmo Argento também declarou, na ocasião, estar convencido de que essa contribuição, no valor total de 1,3 milhão de cruzados novos, estaria na origem daqueles dois cheques que Ronaldo Caiado apresentara na televisão. O contador Argento é uma das mais intrigantes personalidades dessa trama — depois de dar seu depoimento, ele sumiu de São Paulo, e, dias mais tarde, José Maria Simões, gerente da empresa, o chamou de mentiroso e disse que o demitira. O problema é que, dias depois, o próprio Luiz Eduardo Greenhalgh informou, em depoimento, que houvera, de fato, uma proposta de suborno — que ele teria recusado imediatamente. Por fim, na sexta-feira da semana passada, pousou na mesa do promotor Dráusio Lúcio Barreto, do Ministério Público de São Paulo, uma denúncia segundo a qual um advogado chamado Luciano Girão, funcionário da Bunge & Born, multinacional argentina que controla a Lubeca, teria comparecido a uma audiência com a prefeita Luiza Erundina, em agosto, na companhia de um deputado do PTB paulista chamado Moisés Lipnik.

O Passado no Desempenho — Segundo a denúncia, os dois chegaram a fazer, ao longo da conversa, uma oferta de 500 000 cruzados novos pela liberação do projeto — a conversa teria se encerrado nesse instante, quando ambos teriam sido expulsos do gabinete pela própria Erundina. O que há de verdade e de simples rumor nesses relatos é uma questão que não foi resolvida até aqui. É estranho, de qualquer modo, que três pessoas, em circunstâncias bem diferentes, sempre tenham algo a dizer a respeito de suborno e do caso Lubeca. Chama a atenção, por outro lado, o comportamento de Greenhalgh, que só tornou pública a oferta que recebera depois que o escândalo se transformara em manchete de jornal.

Também se sabe, hoje, que os dois cheques exibidos por Caiado na televisão guardam segredos diferentes. Um deles, o de 400 000 cruzados novos, não foi sequer descontado no banco — o que significa, para todos os efeitos práticos, que não serviu para en-

gordar os cofres de ninguém. O outro cheque, de 900 000 cruzados novos, no entanto, tem uma história mais complicada. Foi entregue a uma empresa chamada Tercet como pagamento pela construção de um borboletário e outras pequenas obras que seriam erguidas na área do projeto Panamby. O pagamento foi feito a 22 de agosto, mas é certo que, até o final de outubro, nenhuma dessas obras havia sido realizada. Nessa época, quando uma equipe policial chegou ao local para fazer uma investigação, depurou com sinais evidentes — o cimento estava fresco, o acabamento não era de boa qualidade — a indicar que o serviço fora feito de forma apressada, depois que a denúncia se transformara num escândalo. Rastreando o destino do cheque de 900 000 cruzados novos no Banco Central, a polícia pôde constatar que essa verba fez um longo passeio. Da construtora Tercet, foi parar na conta de um executivo chamado José Luiz Aranha Moura, diretor de uma firma de engenharia, Appraisal, que a polícia acredita ter ótimas relações profissionais com altos funcionários da Bunge & Born. Da conta de Aranha Moura, o dinheiro foi para uma corretora, a Segmento. Depois, viajou por três bancos diferentes e, por fim, acabou num fundo a curto prazo, de propriedade desconhecida, numa agência do Bradesco. De lá, por mãos anônimas, o dinheiro foi retirado. Já estava um pouco menor — 63 000 cruzados novos foram abatidos pela Tercet e outros 108 000 cruzados novos sumiram no meio do caminho. Depois disso, não se sabe o que aconteceu. Pode-se concluir, daí, que não há nenhuma prova de que o dinheiro foi parar nos cofres do PT. É verdade. O fato, contudo, é que nunca se costuma deixar recibo em operações desse tipo. "É evidente que há uma quadrilha de empresas mais ou menos fantasmas ocupadas em esquentar dinheiro", afirma o delegado Massilon Bernardes, que investiga o caso.

Proposta de Sumário — Ao longo da semana passada, novos detalhes da operação foram trazidos à luz não só pelos trabalhos da polícia mas também pela atuação de uma comissão de averiguação criada pela própria prefeitura dois dias depois de Caiado ter feito sua denúncia na televisão. No momento em que as investigações foram iniciadas, havia a convicção, numa fatia do PT, de que suas conclusões seriam motivo de orgulho para a legenda. "Vamos processá-lo por injúria, calúnia e difamação", chegou a dizer o advogado Helio Bicudo, secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura. Na medida em que os depoimentos foram realizados, no entanto, surgiram novidades que apontavam no sentido oposto — obrigando o PT a guardar seu plano de processar Caiado para a campanha presidencial de 1994.



Firmo (ao alto, à esq.) e Síndico, gerente da Lubeca: suspeito de suborno para a aprovação do projeto Panambi

Já existe até mesmo um advogado suspeito de ter sido o autor verbal da proposta de suborno. Ele seria José Firmo Ferraz Filho, contratado especialmente pela Lubeca para acompanhar o caso. Quem acusa Firmo é Luiz Eduardo de Almeida Curti, chefe de gabinete de Greenhalgh. Segundo Curti, no início de outubro Firmo compareceu à prefeitura e fez a proposta. Não falou em propina diretamente — mas disse que a empresa estaria disposta a contribuir em dinheiro para a campanha presidencial de Lula. Nesse momento, Curti, que é amigo pessoal de Firmo, teria interrompido a conversa para comunicar a oferta a Greenhalgh. Em seguida, Firmo teria sido informado de que o PT não aceitava suborno — mas, já que a Lubeca estava disposta a colaborar com a prefeitura, poderia doar uma creche à população carente da cidade. Segundo Greenhalgh, que teria feito questão de dar, pessoalmente, a resposta a Firmo, suas palavras foram muito claras. “Campanha é campanha, governo é governo”, teria dito o então secretário de Negócios Extraordinários. O próprio Firmo, no entanto, dá uma outra versão para o diálogo. Segundo ele, jamais foi feita uma oferta de suborno — espontaneamente, a Lubeca já tivera a idéia de doar a tal creche à prefeitura. Suas palavras, no caso, são edificantes. A boa vontade com o PT seria uma espécie de prêmio “aos métodos transparentes de trabalho na administração”.

No fim de semana, a polícia anunciava que entraria com dois pedidos de prisão preventiva nos próximos dias. Um para o engenheiro José Luiz Aranha Moura, o último destinatário identificado do cheque de 900 000 cruzados novos. O outro para Oemar Cassio Rossato, dono da Tertec, o primeiro destinatário do mesmo cheque. Ros-

sato chegou até mesmo a prestar depoimento à comissão de averiguação da prefeitura — depois, nunca mais foi visto. Aranha Moura, por seu lado, foi convocado várias vezes para depor, a polícia chegou a montar uma operação de busca para encontrá-lo. O que será apurado, na fase final dos trabalhos policiais, não se sabe. O que se sabe, de qualquer modo, é que o caso da Lubeca já produziu um estrago na campanha de Lula.

Ao demitir o antigo auxiliar, Erundina assumiu uma postura de firmeza na administração da prefeitura. O próprio Luiz Eduardo Greenhalgh chegou a dizer, após sua saída, que considerava a medida uma boa idéia. “Se eu estivesse no lugar dela, teria feito o mesmo”, admite. “Tenho certeza de



Erundina: “Quadrilha”

que vou provar minha inocência, mas é bom que, neste momento, a prefeitura fique totalmente à vontade para apurar o que houve”, acrescenta. Na realidade, Luiz Eduardo só assinou sua carta de demissão a contragosto — ao final de uma reunião tensa com Erundina, em que a prefeita lhe pediu o cargo de volta, irritada com sua demora para denunciar que tomara conhecimento de uma tentativa de suborno. Horas depois, quando recebeu a carta de demissão, Erundina chegou a chorar.

“Tenho certeza de que poderemos provar que a prefeitura agiu com lisura”, afirma Lula. A dificuldade eleitoral que o caso Lubeca criou chega a ser evidente. Apenas 48 horas depois de Greenhalgh ter sido exonhado, a direção nacional da legenda saiu em sua defesa, com uma nota oficial na qual o chama de “um companheiro com longa trajetória nas lutas contra a ditadura e na construção do PT”. Em outro trecho, a nota qualifica o caso Lubeca como “uma cilada para jogar o partido na vala comum da corrupção e da corrupção”. O que há, por trás dessas palavras elogiosas, colocadas ao lado da “quebra de relação de confiança” denunciada por Erundina, é o renascimento do mais velho drama que acompanha o PT desde a sua existência — a luta interna. Com sua postura de dureza, Erundina resolveu preservar a si própria — ainda que Greenhalgh tenha sido chamado a ir para o sacrifício. Com sua constância, o comando do PT avisou ao partido que não gostou do que Erundina fez. Como se sabe, nas ocasiões em que o PT está unido, suas campanhas crescem e seus candidatos ganham votos. Quando aparece a divisão, a legenda se paralisa e os candidatos correm o risco de marchar. Na semana passada, a menos de dez dias de 15 de novembro, o PT estava dividido.

Procurador pede impugnação de Sílvia

□ Aristides Junqueira diz que o empresário Sílvia Santos é, de fato, o proprietário do SBT e por isso deve ser considerado inelegível

O procurador-geral eleitoral, Aristides Junqueira Alvares, entrou ontem de manhã, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com pedido de impugnação da candidatura à Presidência da República do empresário Sílvia Santos (PMB) ao qual o procurador trata pelo nome de origem, Senor Abravanel. O argumento principal do procurador-geral eleitoral, representando o Ministério Público Eleitoral, é que o empresário está enquadrado na proibição da Lei Complementar nº 5 de 29 de abril de 1978, que ele considera ainda em vigor, apesar da nova Constituição, de que diretor administrativo ou representante de empresa concessionária de serviço público não possa se candidatar a cargo público, se não tiver se desincompatibilizado três meses antes da eleição.

Nas últimas horas aumentou o nú-

mero de manifestações pedindo ao TSE que aceite as solicitações de impugnação de Sílvia Santos. Hoje, um grupo de 20 entidades sindicais de Minas Gerais envia ao presidente do TSE, Francisco Rezak, documento pedindo a impugnação da candidatura do empresário à Presidência. No documento, os dirigentes sindicais denunciam ainda a "negociata" que envolveu a substituição do antigo candidato do PMB, Armando Corrêa, pelo animador e alegam ser essa mais uma razão para a impugnação. Além disso, dizem que o animador Sílvia Santos é concessionário de serviço público e tem contra as suas empresas mais de 70 ações na Justiça.

TEMPO HÍBRIDO. — Também o Partido Socialista (PS) ingressou ontem com impugnação contra a candidatura do empresário e apresentador de televisão. Com a experiência própria de não poder lançar candidatos à Presidência da República porque não havia se organizado no tempo hábil, o PS argumenta que o PMB não se organizou como partido em nove estados até 15 de outubro deste ano e, portanto, deixou de existir, não ha-



Junqueira: provas contra o PMB

vido o direito de postular novo registro de candidaturas, ainda que por substituição em razão de desistência. Este é o mesmo motivo que levou o PRN, segunda-feira, a formular impugnação à chapa de Sílvia Santos — Marcondes Gadelha.

Além das impugnações à candidatura Sílvia Santos oferecidas por partidos políticos, o recebeu ontem pedi-

dos de quatro advogados: Renato Afonso Ribeiro, Carlos Henrique Peixoto de Souza, Nelson Xisto Damasceno e Luiz Dário da Silva e também do PC do B e da Coligação Brasil Novo (PRN, PTR, PSC e PST). A coligação Brasil Novo repete a tese apresentada segunda-feira, de que o PMB está extinto, porque não se organizou em nove estados até 15 de outubro passado, conforme determina a legislação eleitoral.

NEGOCIAÇÃO. — O PC do B acrescentou impugnação com base nos mesmos argumentos levantados pelo PRN, PTR, PSC e PST, de que a renúncia foi fruto de negociação. E o ex-candidato do PMB à Presidência da República, Armando Corrêa, admitiu ontem que a candidatura do empresário e animador de TV Sílvia Santos ficou complicada com os inúmeros pedidos de impugnação apresentados por vários partidos. Chegou a afirmar que nunca eventual impugnação da candidatura de Sílvia Santos, o PMB tentará a última hora coligar-se com outro partido antes do primeiro turno ou mesmo indicar novo candidato a presidente. (Radio-Brasil/Brasília, ZH/AG)

Contrato pode provar cargo no SBT

A prova mais incerta apresentada pelo procurador-geral eleitoral ao TSE é composta por dois documentos anexados à impugnação e o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e o SBT para a exploração de canais de televisão em São Paulo, Porto Alegre, Belém e Rio de Janeiro, concedidos em 25 de março de 1981, à época do governo do presidente João Figueiredo. No contrato que, segundo Aristides Junqueira, até hoje não teve modificações quanto à cessação do seu poder, Sílvia Santos é identificado como seu verdadeiro nome Senor Abravanel e aparece como o representante legal do SBT.

Assinado no gabinete do então ministro das Comunicações, Haroldo Corrêa de Mattos, representante do governo, com o testemunho do diretor do Denel à época, Roberto Blois Montes de Souza, do diretor da Divisão de Radiodifusão do Denel, Dermeval Gonçalves, e do administrador de empresas José

Carlos Moreira, a ata do contrato diz que a concessionária SBT foi "devidamente representada pelo seu procurador, sr. Senor Abravanel, brasileiro, casado, dirigente empresarial". A procuração que deu a Sílvia Santos o poder de representação do SBT foi lavrada no dia 13 de junho de 1981, no 26º cartório de notas de São Paulo, as folhas 172 do livro 257. As concessões recebidas à época por Sílvia Santos, ou Senor Abravanel, fazem parte do espólio falido da TV Tupi.

ALTERAÇÕES. — O segundo documento apresentado pelo procurador-geral eleitoral é o que alterou os estatutos sociais do SBT, a partir da transferência das ações em mãos de Carmem Torres Abravanel para as de Henrique Abravanel e do próprio Sílvia Santos, assim como foi feito com as que detinham Luciano Callegari, Elcazar Patrício da Silva e José Abraão. A partir dessa mudança nos esta-

tutos, Senor Abravanel passou a ser o dono quase absoluto das ações do SBT, tendo como parceiro apenas Henrique Abravanel.

No artigo décimo primeiro dos novos estatutos, que também autorizou aumento de capital, ficou estabelecido: "Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral. Parágrafo único: Os acionistas que detiverem, em conjunto ou isoladamente, 25% do capital social votante terão o direito de eleger os demais diretores com o acionista ou acionistas detentores da maioria simples do capital".

Aristides Junqueira acredita que os dois documentos que apresentou são provas irrefutáveis de que Sílvia Santos pode e deve ser enquadrado na lei complementar número 5, sendo considerado inelegível, na medida em que não se desincompatibilizou três meses antes da eleição como está ali determinado. (AJB) 29.

8910116

811/89

8/11/80

PDT apresenta três razões diferentes

Com três argumentos diferentes, o PDT apresenta contestação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a anulação da candidatura de Silvio Santos. Acima de tudo, o PDT alega que Santos é inelegível por ser proprietário de um serviço público. Além disso, considera que o registro do PSD caducou em 15 de outubro e que Armando Costa renunciou à condição de candidato antes mesmo de Silvio Santos entrar no partido.

Citando uma longa doutrina e jurisprudência, o PDT diz que Santos é inelegível, de acordo com o artigo primeiro, inciso II, alínea d, da Lei Complementar n° 5, porque exerce, nas três últimas vezes, atividades no país, como em São Paulo, administração pública ou representação nomeada.

quadrimestre do ano anterior, o TSE.

Condena o PSD, Silvio Santos, a pagar ao TSE as custas de andamento, sendo certo que em 31 de outubro a lista de candidatos do partido a ser apresentada ao TSE contém, mesmo data em que Armando Costa renunciou ao mandato.

Para o PDT, a candidatura de Silvio Santos "é produto de uma inconstitucional transação envolvendo dinheiro e poder".

OUTRO PERÍODO — O Partido Trabalhista Renovado (PTR) quer anular a candidatura de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, também eleger ao TSE o candidato do PSD, Silvio Santos. — Armando Costa renunciou ao mandato pelo PSD em 15/10/80.

8/11/84

F.P.(PP.PP.)

Freire recomenda aliança se esquerda for vencedora

BRASÍLIA — Ao invés da união da esquerda no primeiro turno, como propôs Leonel Brizola (PDT), o candidato do PCB à Presidência da República, Roberto Freire, quer a união das forças democráticas "para ganhar o Brasil", como forma de evitar um golpe militar. Freire não acredita que a esquerda vitória de um candidato de esquerda provoque golpe, mas teme que não ocorra se o eleito não conseguir governar com o Congresso e a sociedade.

"Não se dá um golpe da noite para o dia. O de 1964 foi tramado desde 1958. Mas é preciso lembrar que a mesma classe média que votou em Salvador Allende, no Chile, apoiou o banho de sangue que veio em seguida", lembra Freire, referindo-se ao golpe dado pelas militares chilenas em 1973. "Temos que nos unir não apenas para ganhar eleição, mas para governar o Brasil. Tem alguns candidatos que pensam que não candidatos a ditador", afirma Freire, sem citar nomes, em palestra que faz ontem para cerca de 500 estudantes na Universidade de Brasília.

Temas do debate — Freire critica a proposta de retirar sua candidatura para apoiar o voto útil da esquerda. "Quem seiza para apoiar quem? Quem é, afinal, o candidato da esquerda? Um candidato que pensa que é só ele", afirma o candidato do PCB, novamente sem citar nomes. Mas a plateia gritou em coro: "Brizola". Para Freire, se houver intuição de fazer aliança ainda no

primeiro turno, a esquerda não deve se limitar, no Congresso, pela eleição do primeiro turno. "O primeiro turno é para eleger o segundo, para que se estabeleça um equilíbrio de poderes e não se tenha um partido ganhando e governando sozinho".

O candidato do PCB afirmou que a candidatura Silvio Santos seria, pelo menos, uma confirmação de que as pesquisas eleitorais não são infalíveis. "Vamos, hoje, a pensar em aliança. Isso é colocar um tapalhão na queda de uma cadeira, enquanto o Bepo diz que ele é garantido no segundo turno", afirmou, referindo-se a Fernando Collor de Mello, do PRN.

Durante o debate com estudantes, Freire antecedeu comício no Camp Colúmbia. Freire foi mais uma vez obrigado a fazer uma declaração de ser ateu. Uma estudante de medicina perguntou primeiro quem ele era e depois quem ele não era. Freire respondeu: "Eu não sou nenhum dos dois". Freire afirmou que não acreditava em Deus, mas que não pretendia prejudicar a religião de ninguém.

Ontem, no caminho que o candidato do PCB percorreu até o Hotel Continental de Brasília, o professor aposentado Agostinho Chaves, de 59 anos, carbia uma fita que dizia: "Freire, Deus acredita em você".

do Brasil 8/11/84

Impugnada candidatura de Silvio

Entraram ontem no Tribunal Superior Eleitoral pedidos de quatro partidos para que não seja aceita a candidatura do animador

Quatro pedidos de impugnação da candidatura do empresário e apresentador de tevê Silvio Santos (PMDB) foram entrada ontem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. PDT, PRN, Partido Social Cristão (PSC) e o desconhecido Partido Comunitário Solidariedade (PCS) pedem que o TSE, por vários motivos, suspenda imediatamente a propagação eleitoral do PMDB a quem venceu o pleito de 1988 de TV da participação de seu programa dominical no SBT.

O pedido foi feito mais tarde, pedindo ao TSE que impugne o pedido de registro definitivo do PMDB, sob a alegação de que este partido entrou no jogo eleitoral de 1988 sem cumprir as regras da legislação eleitoral.

O PSC também pede a impugnação da candidatura de Silvio Santos, alegando que este não cumpriu as regras da legislação eleitoral. O partido também pede a impugnação da candidatura de Silvio Santos, alegando que este não cumpriu as regras da legislação eleitoral.

Artista Chave



Silvio Santos em julgamento no TSE

pelos PMDB, Silvio Santos não tem apresentado seu programa, nem por isso a propagação, com exceção de algumas horas.

Os pedidos foram apresentados ao TSE por representantes dos partidos. O PSC também pede a impugnação da candidatura de Silvio Santos, alegando que este não cumpriu as regras da legislação eleitoral.

re oficializado pelo TSE.

Entretanto, impugnação — A apresentação do pedido ao TSE, de acordo com a legislação eleitoral, deve ser feita antes da data de registro definitivo do partido.

da de Armando Corrêa foi negociada. Celso Silva acredita que a lei determina substituição de candidatos quando há uma renúncia imprevista, não negociada, apenas para o partido não ficar sem candidato, no caso da desistência daquele inicialmente escolhido.

O pedido de impugnação feito pelo PSC tem como argumento o fato de Silvio ser o proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), quando a Lei Complementar n° 5 determina que é inelegível quem tenha exercido, nos três meses anteriores ao pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação em empresas concessionárias de serviço público, como é o caso de uma rede de televisão.

TRIBUNAL INTERNACIONAL — Mas, o mais estranho pedido de impugnação da candidatura de Silvio Santos é o do Partido Comunitário Solidariedade (PCS), que propõe o julgamento da candidatura Silvio Santos por um tribunal internacional, "ou mesmo pela Organização das Nações Unidas (ONU)".

O PSC requer ainda que todos os votos dados aos dois candidatos sejam somados para o pleito, para que as eleições sejam anuladas. Chegando erroneamente Silvio Santos, que tem nome de batismo de Silvio, a candidatura de "Adriano", o PSC pede que os votos dados aos dois candidatos sejam somados como se de Adriano se tratasse.

02/11/88

Collor faz a mais dura critica ao presidente

24 de maio de 1989

F.P.Q.P.



Collor de Mello, presidente da República, em uma das suas aparições públicas.

San recheia de vida, o presidente Collor de Mello, em uma das suas aparições públicas, fez a mais dura crítica ao presidente da República, Fernando Collor de Mello, dizendo que o Brasil está em uma situação de crise e que o povo brasileiro precisa de uma mudança radical.

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

San elar o nome de Silvio Santos, Collor concluiu com outra acusação: "O senhor quer um nome para presidente, um nome que pacote com a sua imprudência e a dos seus amigos e familiares. Um nome sobre ao estilo de um golpe do bala. Tudo porque o senhor não tem nem dignidade e nem fé ao povo brasileiro que agora quer dar o seu voto ao povo brasileiro. Fique sabendo que eu vou trabalhar a credibilidade do Governo, apesar de todos os ataques e calúnias. Chegou a vez das pessoas de bem. Chegou a hora de mudar."

8910116

6/11/89

2E20 H02A 6/11/89

17

Sarney ganha direito de resposta

☐ O presidente vai usar dois minutos e meio do tempo do PRN no horário gratuito para defender-se das acusações de Collor

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, perdeu ontem dois minutos e meio do seu tempo de declaração no horário previsto de programação eleitoral. O tempo fora usado para que o presidente José Sarney apresente dados de economia do candidato, que nos últimos três dias usou seu espaço no horário previsto para atacar o presidente atual e atacar o "corrupto" governador, Américo de Oliveira e de Castro". O ministro Sydney Sanches, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informou que o direito de resposta para que Sarney cumpre o tempo de três minutos e meio no horário de resposta não foi usado.

PAN. O tempo será substituído pelo número de programas utilizados por Fernando Collor de Mello para alcançar a figura do presidente. Assim,

o despecho do ministro Saiaes será subscrito no jornal do TNE para que seja honroso. O facto da honra do ministro é o primeiro com base da segunda honra.

Como para o ministro Saiaes que segundo o ministro, o em seu interesse a honra, o ministro Saiaes é o primeiro a reconhecer a honra.

PRÉFACIA — A partir da agitação presidente José Bernay deverá ser uma presença constante nos debates e reuniões da propaganda eleitoral gratuita destinada ao candidato do PAN, Fernando Collor de Mello. Bernay decidiu responder à cada requisição candidato a deputado federal do Collor e continuar criticando Bernay, um dos tópicos da sua estratégia de campanha que lhe renderam pontos nas pesquisas de intenção de voto.

Cartões, em sequências repetidas com seus monitores, foram determinados que fossem requisitados cartões de respeito à cada doença de Chagas. Nos um breve comentário sobre as atividades por Chagas nas organizações de educação pública, também foram os monitores envolvidos. Assim, os

Marnegio. "A linguagem dele muda bastante a de um jovem de 40 anos, desaperçoado e descompasso, do que a de um candidato cuja função exige equilíbrio, seriedade e respeito. Este aspecto do agrado em nada o enriquece, ao contrário, shows e povo brasileiro", disse.

No Palácio do Planalto continuam a insistir que Marney não volte a trabalhar no Brasil. Mas há quem diga que ele já estaria de volta.

[illegible]

Além da resposta, membros da Presidência informam que há outros apê-
sidos em estudo, como um processo por os-
tensão e difamação, que caberia ao Mi-
nistério da Justiça, sob o comando de
Saulo Ramos. Sarney mudou de ideia
sobre usar o direito de resposta no
horário gratuito dos candidatos. Se-
gundo avaliação de políticos ligados ao
presidente, Sarney a decisão teve dois
motivos: primeiro, Colar de Malto te-
ria passado dos limites. Em segundo
lugar, pela candidatura Silvio Santos,
que conta com a simpatia do Público
do Paraná.

Nos dois últimos programas, Col-
ler de Mello chamou o presidente de
"irresponsável, caído, desmoralizado e
fraco. Um chibolê de seis linhas"
e indicou a eleição de "público
e decente". Disse ainda que o pre-
sidente "patrocinou a candidatura de
seu amigo" e "está apaixonado de amor
na bagunda, no quarto do hotel".
Fera o candidato do PRM, a esquerda
de Mello tinha um discurso representa-
tivo um "plano soberbo" para que o
presidente deixasse um "seu ministé-
rio nas mãos de um bom técnico".
Em 1964, admoestrou os brasileiros a
tentarem "se manter calados" e não
tentarem "se rebelar contra o governo".

6/11/89

Collor tenta excluir o PMB da eleição

F. P. (P.R.)
ZERO HORA
6/11/89

□ Através de uma ação
junto ao Tribunal
Superior Eleitoral,
o candidato do PRN
quer retirar Sílvia
Santos da disputa

Embora esteja guardando sua ação contra Sílvia Santos, para apresentar no horário eleitoral gratuito para uma eventual disputa no segundo turno, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, decidiu iniciar sua batalha por outras vias. O jurista Célio Silva, ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e atual advogado do PRN, entra hoje com ação na Justiça solicitando a

exclusão do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), agremiação política que encabeça sua legenda a Sílvia Santos, do processo eleitoral.

Segundo o jurista, o PMB perdeu sua validade enquanto partido político no dia 15 de outubro passado. O PRN optou por esta estratégia contra a candidatura Sílvia Santos em razão das minúcias jurídicas sobre as questões levantadas até agora com o fato de ele ser proprietário de emissora de televisão. Pela legislação eleitoral, um partido só ganha registro definitivo quando consegue aparecer nos tribunais regionais eleitorais pelo menos nove dias antes da eleição. Célio Silva diz que o PMB teve indeferido pedido de registro em Brasília. Na

Paraná, Rio de Janeiro e Bahia o PMB sequer ingressou com pedido de registro para formação do quadro eleitoral.

O deputado estadual Agostinho Linhares, ex-candidato a vice-presidente pelo PMB, diz: "estou em Belém que ingressará hoje com recurso no TRE do Pará contra a decisão da presidente em exclusão, Lúcia Dias Fernandes, que segue apelo ao recurso interposto por Linhares no processo em que o TRE não acolheu o pedido de registro da partido. O registro foi negado porque o TRE entende que o PMB não tinha o número mínimo de dias antes da eleição em cada estado para registro (AR)".

8910116

Pelo acordo de integração, a Argentina se compromete a vender ao Brasil 2,2 milhões de metros cúbicos de gás natural. Já se admite, entretanto, aumentar a oferta para até 4,5 milhões de metros cúbicos. A Itália tem interesse em recorrer ao suprimento de hidrocarbonetos de gás que vem com a Argentina e que se encontra em 1973 o petróleo. Sem contudo, é a Rússia o maior fornecedor de gás.

Quem ganha e quem perde nos estados



Amazonino Mendes ganhou

Amazonas

O governador Amazonino Mendes ganha com a vitória de Fernando Collor em seu estado. Tinha como alternativa Leonel Brizola, a quem apoiava discretamente. A votação inexpressiva de Mário Covas, que ficou em quarto lugar, abaixo de Brizola, abalou o prestígio do prefeito de Manaus, Artur Virgílio Neto, que campeonou-se na campanha do candidato do PSDB com a máquina administrativa. Gilberto Mestrinho, que era a maior liderança do estado, ficou à margem da sucessão: não fez campanha pelo candidato do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, e apoiou Maluf.

Pará

Das lideranças políticas do estado, só o prefeito de Belém, Said Xerfan, ganhou até agora, com o apoio a Collor. A adesão ao candidato do PRN foi providencial, pois Xerfan já não tinha o prestígio que fez dele o prefeito mais votado das eleições de 1988. Alacir Figueira manteve-se fiel a Aureliano Chaves, que lhe deu uma vaga no conselho diretor da Companhia Vale do Rio Doce. O fracasso da candidatura Ulysses Guimarães deixou o governador Hélio Guciros e o ministro da Previdência, Jader Barbalho, fora da campanha. O senador Jarbas Passarinho (PDS) aderiu a Covas. Todos alinham-se em área ideológica onde Collor poderá buscar novos aliados.

Maranhão

O presidente José Sarney defronta-se com um quadro amplamente desfavorável em sua terra

O segundo índice no estado foi o da soma dos votos inválidos (nulos e em branco) com as abstenções, totalizando 39,41%, bem próximo do índice do mais votado, Fernando Collor, que teve 41,61%. Além do candidato do PRN, o segundo e o terceiro colocados — Lula (17,44%) e Brizola (7,95%) — são adversários de Sarney, que há 20 anos domina com sua família a cena política no Maranhão.



Napoleão perdeu a chance

Piauí

O senador Hugo Napoleão, do PFL, viu reduzir-se ainda mais as chances de sua candidatura ao governo do estado, em 1990. Depois da desastrosa tentativa da candidatura Silvio Santos, anunciou, na véspera da eleição, apoio a Leonel Brizola. A adesão a Fernando Collor é dificultada pelo governador Alberto Silva, que chegou primeiro. A vitória de Lula no primeiro turno faz brilhar a estrela do vereador Antônio José Medeiros, que em 1988 foi o mais votado de Teresina e deu ao PT seu único representante na Câmara Municipal.



Paes de Andrade perdeu

Ceará

O segundo lugar alcançado por Leonel Brizola no cômputo geral dos votos do Ceará arranhou a liderança do governador Tasso Jereissati, que apoiou Mário Covas, o terceiro colocado. Fernando Collor venceu no estado com cerca de 40% dos votos. A vitória do candidato do PRN fortalece o grupo de Adauto Bezerra, remanescente do grupo dos coronéis que Tasso derrotou quando se elegeu governador, em 1986. O resultado do primeiro turno foi um golpe para a candidatura do presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, ao governo. À última hora, ele abandonou Ulysses Guimarães e liberou as bases para votar em Brizola.

Rio Grande do Norte

A vitória foi de Fernando Collor, com 29,22% dos votos, mas o fato notável é a emergência do PT como segunda força no estado. Com o índice de 21,36%, Lula acabou com a tradição local, que reduzia as eleições a uma disputa entre as famílias Maia e Alves. Com a disputa entre Lula e Collor no segundo turno, as oligarquias do ex-ministro Aluízio Alves, junto com o governador Geraldo Melo, e do senador José Agripino Maia deverão apoiar o candidato do PRN.



Arraes deu votos e ganhou

Pernambuco

O governador Miguel Arraes ganha evidência a partir da vitória de Lula no primeiro turno. Além de ter contribuído com votos, Arraes recebeu a incumbência de articular a frente de esquer-

8910116

da para o segundo turno. Roberto Freire, que concorreu pelo PCB, não correspondeu à expectativa criada pelo desempenho na TV. O índice de Freire em Pernambuco foi 3,07% dos votos. Ele alcançou a maior marca no Distrito Federal, com 3,18%. Pela direita, a estrela é o prefeito de Recife, Joaquim Francisco Cavalcanti, que aderiu a Fernando Collor e deixou em segundo plano o senador Marco Maciel e o ex-governador Roberto Magalhães.

Bahia

Performance surpreendente de Lula, que obteve 22% dos votos, contra 30% de Collor, que teve apoio do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. O avanço do PT no interior baiano é um dado que Antônio Carlos terá de considerar em seu plano de voltar ao governo da Bahia pelo voto direto, no ano que vem. O vice da chapa do PMDB, Waldir Pires, que foi um dos campeões de votos das eleições de 1986 para os governos estaduais, trouxe para Ulysses Guimarães pouco mais de 15% dos votos do eleitorado baiano.

Alagoas

Com quase 60% dos votos do estado, Fernando Collor deixou sem espaço as lideranças tradicionais da política alagoana, o senador Divaldo Sauragy e o prefeito de Maceió, Guilherme Palmeira, seus maiores adversários. Sauragy e Palmeira ficaram sem alternativa, pois não poderão correr para Lula. O senador Teotônio Vilela Filho, líder do PSDB regional, deverá correr para Lula.



Sauragy ficou sem espaço



Maia ganhará

Rio de Janeiro

O PDT é a principal força política do estado, onde obteve 50% dos votos no primeiro turno. A transferência dessa massa de votos para Lula, no segundo turno, não se fará sem grandes resistências de brizolistas mais exaltados, que não se conformam com a vitória do PT. A derrota de Brizola influirá também na disputa entre os aspirantes pedetistas à sucessão do governador Moreira Franco. O deputado César Maia poderá ganhar pontos sobre o deputado Brandão Monteiro e o prefeito do Rio, Marechal Alencar, se o PDT optar pela renovação.

São Paulo

Os 3.800.000 votos de Covas são ambicionados por Lula e Collor. Há uma possibilidade de acordo entre o PT e o PSDB que envolveria o apoio a Covas para a disputa do governo de São Paulo, no ano que vem. Mas Collor aposta na resistência de parte do eleitorado do PSDB que considera o PT radical demais para uma aliança. O candidato do PRN não diz, mas conta também com Maluf, que foi o segundo na preferência do eleitorado, na faixa dos 3.900.000 votos. A incompatibilidade entre o governador Orestes Quéricia e o PT é outro obstáculo que Lula terá de enfrentar para impedir que Collor repita, no segundo turno, a vitória alcançada em São Paulo. 38

Rio Grande do Sul

A avassaladora vitória de Brizola no Rio Grande do Sul, com 60% dos votos, deixa emparedado o PMDB do governador Pedro Simon e obriga o PT do prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, a correr atrás dos votos brizolistas. Os setores do PFL e do PDS que apoiaram Brizola abrem campo para que Fernando Collor consiga ampliar sua base no eleitorado gaúcho. A maioria de votos que Brizola carregou dá ao pedetista Alceu Collares favoritismo para a disputa do governo estadual, em 1990.



Alceu Collares ganhará

Minas

Com a votação obtida no interior, Lula garante a vitória sobre Brizola e deu início à mudança do tradicional cenário da política de Minas. O governador Newton Cardoso viu o esquema que montou nas pequenas cidades ser derrotado pelas investidas de Collor, pela direita, e de Lula pela esquerda. Em Belo Horizonte, a votação de Mário Covas reforça a posição do prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, para a disputa pelo governo do estado, no ano que vem. A vitória do PT em Juiz de Fora, reduto eleitoral do candidato a vice pelo PRN, senador Itamar Franco, pode ter dado o pretexto para Collor buscar outro companheiro de chapa através de uma aliança que amplie sua base de apoio.

SÃO PAULO

TRE de São Paulo investiga Lubeca

11/11/89

SÃO PAULO — O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Romildo Bueno de Souza, determinou ontem a suspensão das investigações policiais sobre o chamado *Caso Lubeca*, que partiram de uma denúncia de corrupção na prefeitura de São Paulo — controlada pelo PT —, feita pelo candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado. A partir de agora, o inquérito será responsabilidade da Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Até agora, a polícia não encontrou indícios de envolvimento da administração petista nos caminhos percorridos pelos NCzS 900 mil apontados como colaboração da Lubeca Empreendimentos Imobiliários à campanha de Luís Inácio Lula da Silva.

Bueno de Souza justificou a medida numa nota em que explica que houve "exploração política" do caso. Ele argumenta que cabe à Justiça Eleitoral a apuração de casos relativos à eleição para garantia de sua normalidade. Na Corregedoria do TRE paulista deve ser analisada a hipótese de crime eleitoral nos fatos denunciados ou na própria denúncia. Na opinião do corregedor, o *Caso Lubeca* deve ser apurado com urgência pela Justiça Eleitoral de São Paulo para conclusão do inquérito antes da eleição do dia 15, diante da "imperiosa necessidade de resguardar a normalidade do processo eleitoral". Se a Justiça concluir que na verdade o *Caso Lubeca* não passou de uma jogada eleitoral de Caiado, ele

pode até vir a ser punido, com base no Código Eleitoral, por crime de calúnia, injúria e difamação.

A decisão do TSE ocorreu um dia depois de o delegado de 4º Distrito Policial de São Paulo, José Massilon Bernardes, ter reafirmado que a investigação não encontrou nenhum comprometimento do PT no caso. Os NCzS 900 mil foram entregues pela Lubeca à Tertec Comércio e Técnica de Serviços pela realização de obras civis no empreendimento Chácara Tangará Panamby, que não teriam sido executadas. Osmar Cássio Rossato, dono da Tertec e fornecedor da nota fria à empresa, passou 93% do dinheiro ao proprietário da Appraisal Avaliações e Engenharia, José Luis Aranha Moura, e, depois disso, a quantia foi dissolvida no mercado financeiro em aplicações ao portador. Anteontem, o delegado Massilon conseguiu ouvir o depoimento do último elo encontrado nessa cadeia, o arguista Álvaro Izasualde, titular da aplicação em fundos ao portador.

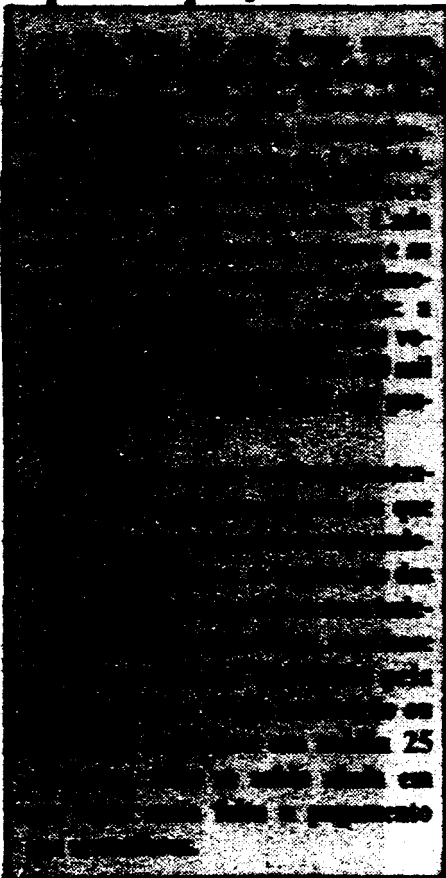
"Toda essa movimentação no mercado financeiro aponta para a hipótese de lavagem do dinheiro", explicou o promotor que acompanha o caso, Dráusio Lúcio Barreto, quando foram chamados a depor Aranha Moura e seu amigo Luciano Girão, que é diretor da empresa de informática Proceda, ligada, como a Lubeca, ao grupo Moínho Santista. Este, por sua vez, é controlado pela organização argentina Bunge y Born. "Não há nada no inquéri-

to que aponte na direção do PT", afirmou o promotor Barreto. Ele também citou ontem o envolvimento de Luís Bertezzi Filho, diretor do Banco Múltiplo Santista.

O candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, está empenhado, nos cinco últimos dias de campanha, em uma derradeira operação para desfazer o estrago que a denúncia de corrupção na prefeitura de São Paulo trouxe à sua campanha eleitoral. Ontem, ao visitar três cidades do Vale do Paraíba, ele falou sobre o assunto. "O partido tem que ser duro e mover uma ação para colocar na cadeia os que nos acusaram", disse, ao desembarcar em Guaratinguá, a 324 quilômetros de São Paulo. Ele conseguiu atrair 1.500 pessoas nesta cidade e em Paraíba, enquanto levou a São José dos Campos cerca de duas mil pessoas.

"As denúncias estancaram o nosso crescimento. Em todos os lugares por onde passávamos, as pessoas só queriam saber da Lubeca", lamenta o assessor de imprensa de Lula, Ricardo Kotscho. Desde ontem, o programa do partido no horário gratuito não se utilizou de gravações feitas por sua produção de vídeo, a TVT, com denúncias de corrupção possíveis pelas investigações incriminando o PT. Com atraso de mais de duas horas em sua chegada, a incursão de Lula pelo Vale do Paraíba não apeteu o sucesso de outros eventos de sua campanha pelo país.

'Open' na praça



Juiz pensou em suspender ato

Depois de colar propagandas do candidato do PT a presidente, Luís Inácio Lula da Silva, em postes da Avenida Presidente Vargas, o paraguaio naturalizado brasileiro, Sebastian Rojas Archer, foi preso por fiscais do Tribunal Regional Eleitoral que tinham ido à Candelária acompanhar os preparativos para o último comício de Lula no Rio. O incidente causou tumulto, só resolvido depois que o juiz coordenador da fiscalização de propaganda eleitoral, Paulo César Salomão, foi ao local e chamou a Polícia Militar.

Sebastian foi levado à Polícia Federal para prestar depoimento e liberado depois de pagar fiança de NCzS 201, por infração do artigo 329 do Código Eleitoral, que proíbe colagem de cartazes em logradouros públicos. O fiscal Marco Antônio da Silva Magalhães acusou outro militante petista, Raimundo Nilo Mendes, que desapareceu na confusão, de tê-lo agredido ao recusar entregar o material de propaganda.

Paulo César Salomão irritou-se com a desobediência dos petistas e disse que o incidente era "motivo suficiente para suspender o comício", mas desistiu da ideia. "O PT estava querendo uma vítima, mais uma Volta Redonda para ganhar votos", disse o juiz, lembrando os incidentes entre o Exército e operários grevistas da Companhia Siderúrgica Nacional, há um ano, no final da campanha para prefeito. O juiz tentou convencer representantes do partido a entregarem o material, mas não conseguiu e o petista

desaparecido, mas recebeu a sentença e preferiu deixar o local. Em seu depoimento, Sebastian argumentou que apenas manifestou a praça para o comício, o que "julga-se um fato normal".

Delegado — Nos últimos dias da campanha eleitoral, o juiz decidiu suspender a fiscalização, aumentando plantões de fiscais e fixando rotas de atuação em cada uma delas. Salomão informou que, nos últimos três dias, houve nove flagrantes, todos do PT. Em um deles, no entanto, quem vai ser processado é o delegado federal Joaquim Soares Pinto, por prevaricação (não cumprimento da função). É que quatro militantes levados à Polícia Federal, por picharem muros do Largo do Machado, na Zona Sul, na última quinta-feira, chegaram às 23h, mas só foram ouvidos às 8h da manhã do dia seguinte. "Isso porque o delegado mandou dizer que estava dormindo", contou o juiz eleitoral.

Salomão foi até a Polícia Federal para resolver o problema e prometeu ainda determinar abertura de inquérito administrativo contra o delegado, a quem chamou de "incompetente e vagabundo". Os fiscais do TRE ainda fecharam ontem o comitê do PT em Santa Cruz, porque o juiz Salomão entendeu que seus donos, Nahami Hanati, Ângela Costa e José Carlos Mehl, são responsáveis por pichações encontradas em toda a estrada G-104-Jacarepaguá e outros pontos da Zona da cidade.

8910116

Miséria, dívida externa e reforma agrária

2.10.89 4/12/89

Entre acusações e respostas, o deputado Lula pode ouvir algumas propostas dos dois candidatos. Para terminar com a miséria, Lula sugere a suspensão do pagamento da dívida externa, a criação de um fundo de desenvolvimento com este dinheiro, a ampliação da administração pública e outras metas básicas da Frente Brasil Popular. Ele entende que, resolvido o problema da distribuição de renda e feita a reforma agrária, estarão resolvidas as questões da alimentação, habitação, desemprego, mortalidade infantil. Mas, para isso, "os ricos terão que perder".

Collier prometeu 34 bilhões de dólares para a área social, vindos das reformas fiscal, administrativa, patrimonial, racionalização dos gastos e economia no pagamento da dívida externa. O jornalista Luiz Fernando Bandeira pergunta a Collier como governaria se recebe o apoio dos camponeses. O candidato responde que se eleger no primeiro turno com apoio de parlamentares, empresários e trabalhadores, e que não mudará um milímetro sua proposta de governo em troca do apoio que lhe dêem votos. Asegurou que não há compromisso com os empresários que manifestam apoio a ele.

DEFINIÇÕES — Lula explicou como pretende fazer a reforma agrária, um dos pontos principais de seu programa. Ele acha que a Constituição define de forma "capenga" a reforma agrária, mas que se pode avançar quando forem regulamentados por lei os critérios para definir a terra



Polícia: candidatos se comprometem

produtiva. As desapropriações, para a Frente Brasil Popular, serão em terras acima de 1.500 hectares no Região Norte, 1.000 hectares no Centro Oeste e 500 hectares no resto do País. Lula quer ainda estabelecer uma política de empréstimos na qual o produtor possa pagar em produtos ao invés de em dinheiro.

Collier promete aplicar 5 bilhões de dólares em reforma agrária durante cinco anos para assentar 500 mil famílias. Quer uma política de reforma agrária "dentro do estado de direito e dentro da justiça, não tendo como base a invasão". Na saúde pública, pretende aplicar 36 bilhões de dólares em cinco anos, aumentando os investimentos de 3,7% do PIB para 10%, para com isso reduzir a mortalidade infantil e dar maior esperança de vida ao brasileiro. Para

Lula, não basta construir postos de saúde. É preciso investir em saneamento básico, salaria e alimentação. Se cada brasileiro tivesse quatro horas refeições por dia, seria o candidato, haveria 80% menos doença no País.

O jornalista Carlos Chagas perguntou a Lula se ele acreditava em Deus e se a Igreja deve ou não ter candidato. Lula respondeu que a Igreja, enquanto instituição, não deve participar da política, mas cada padre ou leigo "deve participar da política e dizer publicamente quem é o melhor candidato". Revelou que é cristão, cre em Deus, mas considera esta uma questão muito íntima para ser utilizada durante a campanha. "Jamais iria utilizar Deus como cabo eleitoral", concluiu.

PRN revela plano contra corrupção

☐ Líder do partido na Câmara revelou planos de uma operação contra a corrupção, a começar no primeiro dia do governo de Collor

O candidato Fernando Collor de Mello pretende deslanchar uma operação pego-ladrão logo no primeiro dia de seu governo, se eleito. É assim que está chamando o conjunto de processos de investigação sobre a prática de corrupção no Governo Sarney, segundo anunciou em Brasília o líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros, durante entrevista concedida sábado. "Collor não vai conseguir fazer a reconstrução que deseja se não acabar com a corrupção", afirma o líder.

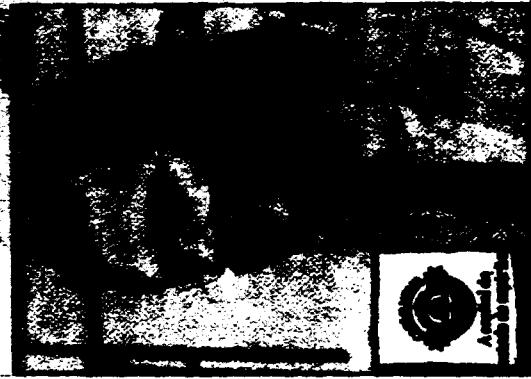
A seu ver, logo no primeiro dia o candidato mostrará como vai combater a corrupção, a começar pela "sua conduta, sua determinação, seu exemplo". Anunciará a firme disposição de investigar todas as denúncias de corrupção já feitas contra o Governo Sarney. A apuração será feita diretamente e, se as denúncias forem comprovadas, o processo seguirá para a Justiça, "de forma que o culpado pague pelo seu erro na es-

cola", prometeu Calheiros.

Ao lado de medidas de inspeção que divulgará no primeiro dia de governo, Collor anunciará a Nação seu plano para os 100 primeiros dias de administração, que contempla todas as reformas já anunciadas nas áreas administrativa, patrimonial, fundiária, fiscal e financeira. Renan Calheiros informou, ainda, que nesse conjunto estarão as regras para negociação das dívidas internas e externas, em condições que considere boas para o combate à miséria, um dos principais objetivos do programa de governo.

DESMONTE — Certamente haverá demissões de funcionários públicos no início do Governo Collor e o líder do PRN indica como elas serão realizadas. Dando prioridade às empresas estatais que atuam nos setores estratégicos da economia, "como a Eletrobrás, a Petrobrás, a Rede Ferroviária Federal, os Correios", define Calheiros. O candidato vai privatizar as estatais de menor importância, que hoje têm seus balanços no vermelho. Evitando identificações, ele garante, apenas, que a privatização será feita em processo transparente.

Fechando ministérios e vendendo estatais, fatalmente haverá sobre de funcionários públicos, e Collor pre-



Calheiros: contra corrupção

tende privilegiar "as pessoas que trabalham". Essas que, segundo Renan, atuam no serviço público útil para a sociedade, recebendo salários dignos. "Mas Collor fará as mudanças que o Brasil precisa" — promete, destacando: "Vão perder os servidores, as estatais e as empresas privadas ineficientes".

O coordenador político do Governo Collor quer impedir a votação do Orçamento da União que, segundo ele, "aprisionará o futuro presidente da República". Na opinião de Ca-

lheiros, "esse orçamento é velho, conservador e reativo". Para provar, mostra que dois terços do orçamento de 1990, em processo de votação pelo Congresso Nacional, são formados por verbas destinadas ao pagamento dos juros e serviços das dívidas interna e externa. Se somar a isso o pagamento de pessoal, o Orçamento fica comprometido em 95%. "Isso restringe a possibilidade de resgate da dívida social prometido por Collor" — reclama o líder do PRN.

INFLUÊNCIA — Nem a revisão orçamentária prevista para meados do próximo ano agrada ao coordenador. Ele acha que, uma vez aprovado o Orçamento, o atual presidente comprometerá as verbas, desde logo tomando a iniciativa de abrir licitação para obras. "Sarney terá influência no Governo mesmo estando na Praia do Calhau, no Maranhão. O governo que vai sair não pode impor os horizontes do governo que vai entrar", diz.

O prazo para votação do Orçamento da União encerra a 15 de dezembro. Para rejeitá-lo, Calheiros está mobilizando os 22 parlamentares do PRN, os oito filiados aos partidos da coligação Brasil Novo e os cerca de 200 que, segundo ele, formam a base da informal de Fernando Collor. (AJB)

PT investe

Esforço maior é reverter quadro a favor do PRN

VARGINHA, MG — É no rico e conservador Sul de Minas, onde o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, amargou sua mais fragorosa derrota no estado, que o PT vem concentrando sua campanha para o segundo turno, na tentativa de reverter um quadro adverso. A tarefa não é fácil: Lula só obteve ali 197.365 votos, contra 492.068 para Collor de Mello (PRN), e luta com uma dificuldade adicional. Mais ligada economicamente a São Paulo, a região deu muitos votos a Paulo Maluf (PDS) e Guilherme Afif (PL), a maioria dos quais deverá migrar para Collor, aumentando a expressividade de sua vitória.

Um bom exemplo desta região industrializada e grande produtora de café, que engloba 153 cidades, com eleitorado de 1 milhão 154 mil eleitores (o segundo maior de Minas), é a próspera Varginha, de onde Collor saiu vitorioso, com quase o dobro da votação de Lula. Apesar de o prefeito Antônio Silva e a maior parte de seu secretariado estarem com Lula, e do PT, que não elegeu nenhum vereador em 88, ter obtido 8.442 votos no primeiro turno, ninguém duvida da vitória de Collor, no próximo dia 17. "De coração, estou com Lula. Mas, lamentavelmente, acho que Collor ganha aqui", resume o prefeito.

Elitistas — Eleito pelo PSC — que em Varginha abrigou a ala esquerda que deixou o PMDB, rejeita Collor e já está se engajando na campanha pró-Lula —, o prefeito Antônio Silva acredita que o candidato do PRN terá cerca de 60% dos votos na cidade, contra apenas 35% de Lula. Ele explicou que, além de Collor

PT investe em Minas

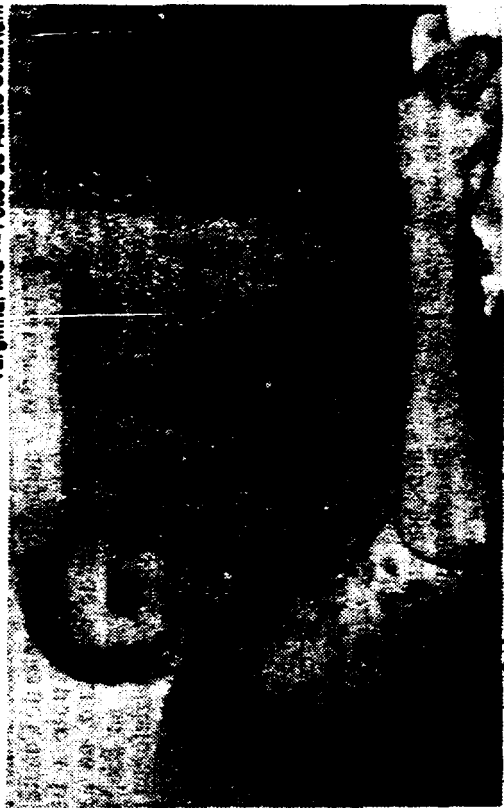
ter conseguido 16.257 votos no primeiro turno, ele deverá ganhar a maioria dos 5.789 votos de Afif e dos 4.472 de Maluf, além de cerca da metade dos 4.721 votos dados ao quarto colocado, Mário Covas, do PSDB.

"Quem votou no Collor foi o povo menos informado, como em todo o país. Mas, os votos de Maluf e Afif foram majoritariamente dos ricos e da classe média alta, assim como parte dos votos de Covas. Esses elitistas — donos ou executivos das cerca de 100 indústrias e cinco mil casas comerciais da cidade, profissionais liberais, produtores de café, entre outros — ficarão, sem dúvida, com Collor", acredita o prefeito. Varginha é uma cidade de cerca de 130 mil habitantes, cuja arrecadação, de NCz\$ 25 milhões, este ano, deverá exibir um superávit de cerca de NCz\$ 4 milhões. Existem mais de 40 escolas, seis faculdades, quatro hospitais, com 700 leitos e dezenas de clínicas. Trabalham lá perto de 500 profissionais liberais, 95% das ruas são calçadas e cerca de 95% da população contam com água e esgoto. Praticamente inexistente o desemprego.

Também o secretário municipal de Governo, Marco Antônio Batista — que votou em Mário Covas e já arrecadou NCz\$ 40 mil, com os quais mandou imprimir 50 mil folhetos pró-Lula — acredita na vitória de Collor, com cerca de 60% dos votos, contra cerca de 35% para Lula. "Os votos de Maluf, a maioria dos de Afif e a metade dos de Covas migrarão para Collor. Para Lula, só irão os brizolistas, a metade do PSDB e do PMDB (Ulysses Guimarães só teve 789 votos) e os poucos de Freire (419 votos)", lamenta Batista.

Exceções — A previsível migração da maior parte do eleitorado para Collor (que não está ligada ao PRN e PTR, partidos inexpressivos na cidade, que nem conseguiram ainda filiados para montarem suas direções executivas definitivas) esbarra, no entanto, em exceções. Um exemplo é o secretário de

Varginha, MG — Fotos de Aarão Octaviani



Antônio Silva diz que Collor reunirá votos da elite



Jair e José Carlos: votos de Afif agora são de Lula

Obras da Prefeitura, engenheiro Sebastião Rogério Teixeira, de 33 anos, que votou em Paulo Maluf no primeiro turno e optou, agora, por Lula. "A proposta do Collor me bate melhor, mas com o empresariado do lado ele, acho que não vai cumprila. Já no Lula gosto do radicalismo, que faz com que ele mude mesmo o país", explicou Teixeira.

Os garçons da Cantina Dona Ana, Jair Rodrigues, de 29 anos, e José Car-

los Leite, 22 anos, são também exemplos de inversão de voto. Eles optaram por Guilherme Afif, no primeiro turno, e agora vão de Lula. Os dois disseram que votaram no Afif por causa do deputado Eduardo Ottoni, que é líder do PL na Assembleia Legislativa de Minas, é natural de Varginha e tem grande liderança na cidade. "Mas, sou anti-Collor e votaria em qualquer outro que concorresse com ele, mesmo que Ottoni fique

com Collor", garantiu Rodrigues. Filial do ao PL, o outro garçon também não pensa em acompanhar o voto do deputado, que ainda não declarou com quem ficará. "Eu já decidi por Lula, porque acho que esta história de um rico como o Collor caçar *marajá* é mentira", disse José Carlos.

Mas, há também votos migrando em sentido inverso: o vice-prefeito Marçal Paiva Figueiredo, de 50 anos, votou em Ulysses Guimarães e ficará com Collor, por acreditar que o PT "é muito dividido" e que Collor é "corajoso e de

boa tradição familiar". A cebeleirinha Verônica Bertolo, de 26 anos, votou em Mário Covas, mas também ficará com Collor, de "medo do Lula".

Há, ainda, os que anularam seus votos, como o engenheiro Wesley Frota Moraes, de uma das famílias mais tradicionais da cidade, que votou em Maluf e não gosta de Collor, nem de Lula. A dona-de-casa Vanice Pinho Schmidt, de 38 anos, que votou em Afif, também não vota em Collor, que acha "demagógico", nem em Lula, que considera "anarquista".

Igreja faz partido crescer

Provável perdedor do segundo turno em Varginha e em outras cidades da região, o PT, no entanto, já mostra sinais de crescimento no Sul de Minas. Fundado em 1984 e com diretório definitivo instalado só a partir de agosto de 1986, o partido que tem só 300 filiados e foi o último colocado nas eleições municipais do ano passado, com apenas 1.600 votos. Não elegeu nenhum dos 17 vereadores, mas chegou em segundo lugar no primeiro turno da eleição presidencial.

"A cidade é muito conservadora, mas havia uma brecha para a esquerda, que começou a ser aberta pela ala progressista da Igreja", explicou o presidente municipal do partido, Willes da Silva, de 39 anos, funcionário do Banco do Brasil. Ele contou que as primeiras lideranças comunitárias dos bairros periféricos do Sion, Santana, Centenário e São Francisco, que hoje integram o PT, foram incentivadas pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja local, atualmente dominada pela ala conservadora.

Mudanças — Foi também a Pastoral Operária da Igreja que lutou pela criação dos primeiros sindicatos, que abrigam hoje cerca de cinco mil operários: o dos metalúrgicos, dos trabalhadores nas indústrias de confecções e plásticos, o dos gráficos e o dos trabalhadores rurais, principais bases do PT na

cidade. Willes atribuiu o crescimento da votação no PT, no primeiro turno, às vitórias do partido em grandes capitais nas eleições de 88, "que ajudaram a quebrar o conservadorismo". Ele cre também que ajudaram o programa de Lula, que sensibiliza os mais pobres, e a intensa campanha que, ajudados por quase 100 simpatizantes, os petistas vêm desenvolvendo às portas de fábricas e bairros de periferia.

Willes não descarta ainda o fato de que a elitista sociedade de Varginha já vem apresentando mudanças, nas últimas eleições. Ele explicou que, até 1984, o PDS, que reunia as oligarquias rurais e urbanas, saía sempre vitorioso nas eleições. Mas, naquele ano, foi eleito o prefeito Dilzon de Melo, da ala esquerda do PMDB (hoje no PSC) e, em 88, outro progressista, Antônio Silva. "Eles não fazem parte das oligarquias e têm visões social mais abrangente, apesar de serem assistencialistas. As famílias que têm peso econômico ainda têm influência na política, mas a eleição daqueles dois já é sinal de mudança", acredita Willes da Silva. Ele acha até que o segundo turno não está definido em favor de Collor. "Aqui, a disputa está acirrada e, se o petista se engajar mesmo na campanha, poderemos virar o resultado", afirma o presidente do PT.

A opção do centro

Carlos Poggi de Araujo *

O cineasta Gustavo Dahl, com a insuspeição que lhe confere seu passado, em magnífico artigo publicado no Caderno Idéias do JB de 26 de novembro último, levantou uma questão acerca da qual a esquerda responsável no Brasil deveria efetivamente meditar. Com outras palavras, indaga-se Dahl das razões pelas quais as forças de centro-esquerda em nosso país não pegam o trem da história e da modernidade e fazem da socialdemocracia o ponto de convergência das tendências de matizes não radicais.

Com efeito, as opções para o segundo turno das eleições presidenciais são claras: de um lado, o PT (para ficarmos no que importa) e seu bem-intencionado e competente candidato, apoiado por uma eficientíssima máquina partidária, desaguadouro de inúmeros segmentos da esquerda, incluído-se aí a igreja progressista e alguns dos grupos mais sectários da política brasileira; de outro, um jovem político descompromissado que, praticamente sozinho, sem máquina alguma (dizer que a TV Globo o produziu é uma simplificação grosseira) foi à luta. Livre de estruturas partidárias (o PMDB o repeliu), casiques, coronéis, federações, associações, uniões, sem maiores vínculos políticos com as forças conservadoras ou com o grande capital internacional, Collor, agredido por discursos à parte, apresentou-se à nação com um discurso moderno e contundente, voltado sobretudo contra o arcaico, os privilégios e os cartórios. Um discurso que as camadas mais pobres e desassistidas da população queriam ouvir, e que lhe rendeu mais de 20 milhões de votos no primeiro turno.

É justamente com esse estatístico cacife eleitoral, e com um programa socialdemocrata moderno que o candidato do PRN tem acenado para as forças de esquerda, as quais, no entanto, estranhamente, lhe viram as costas.

Se o critério de apoio político do PSDB aos candidatos que passaram ao segundo turno fosse de natureza programática, como seria de se esperar se estivessemos num país desenvolvido da Europa, não há dúvida de que a aliança natural deveria ser com Collor e jamais com o Frente Brasil Popular. Do mesmo modo, o PDI, dada sua admiração pela socialdemocracia europeia, deveria também pender para o candidato que venceu o turno inicial das eleições. O mesmo vale para o PMDB.

Não obstante, aqueles partidos correm mais de Collor do que o diabo da cruz. E isso, à primeira vista, por duas razões principais: a primeira delas, um preconceito, o pressuposto de falta de confiabilidade, que (como reconhece o colunista Carlos Castilho Branco) se deve única e exclusivamente à vergonhosa carreira política do candidato e a um competente trabalho de sapa realizado pelo mídia adversária; a segunda razão imediata, aplicável ao PDI, fica por conta dos ressentimentos de seu líder maior que prefere colocar seu formidável prestígio político a serviço de um projeto temerário a negociar adiantadamente o apoio de seu partido com o candidato que tem um programa mais identificado com a linha de pensamento político a que se diz filiar.

Os líderes desses partidos, dada sua enorme responsabilidade perante a sociedade brasileira e o futuro do país, deveriam se colocar acima de jogadas incertas atizadas por alguns aprendizes de feitiço e à salvo da suspeição, que começa a ganhar corpo, de que alguns fatores e interesses menos confessáveis estariam orientando a decisão dos partidos de centro-esquerda. Fala-se em uma aposta no pior e numa espécie de luta surda pelo espólio

político de uma tragédia que, segundo a crença dos alquimistas, se avizinha.

O raciocínio que estaria se desenvolvendo na cabeça de alguns teóricos da catástrofe seria mais ou menos o seguinte: "as eleições parlamentares de 1990 são tão importantes quanto o pleito presidencial deste ano/ estas eleições de agora estão mesmo perdidas/ o próximo presidente não vai ter condições de segurar o processo inflacionário sem medidas muito impopulares/ ou ele toma essas medidas e se desgasta terrivelmente ou virá a hiperinflação com todas as suas catastróficas consequências/ em qualquer caso, é melhor ficarmos na oposição, se possível liderarmos a oposição/ com isso, nosso partido fará uma grande bancada em 1990/ como a constituição é na sua essência parlamentarista, vamos ter muito poder/ assim, perdemos a eleição presidencial mas ganharemos o país/ a conclusão é que devemos apoiar, sem exageros, o provável perdedor."

Tal estratégia pode até ser engenhosa, mas, se adotada, a par de rigorosamente impatriótica, seria extremamente arriscada tanto para quem dela pretendesse se beneficiar, quanto para a sociedade em geral.

Do ponto de vista do grupo pretensamente beneficiário, o tiro poderia sair pela culatra de duas formas distintas: primeiro, o candidato não apoiado ganhar, e lograr, se não a solução a curto prazo dos principais problemas que afligem a população, pelo menos a credibilidade necessária para merecer um voto de confiança do povo nas próximas eleições, o que significaria um enfraquecimento das forças adversárias; depois, pode acontecer do candidato não apoiado perder as eleições.

É justamente nesta última hipótese que residiria o principal problema da perspectiva da sociedade. Trata-se do risco de eclodirem crises institucionais e confrontos de vulto face à tentativa da Frente Brasil Popular de efetivamente executar seu programa de 13 pontos, que é rigorosamente impraticável.

Apenas para exemplifi-

car, tanto não será exequível o calote na dívida interna, porquanto os maiores prejudicados seriam os próprios trabalhadores, quanto será impraticável a criação do sindicalismo em superpoder acima e em cima dos poderes legalmente constituídos, porque isto significaria simplesmente rasgar a Constituição.

Os desdobramentos desse cenário, hoje apenas hipotético, são absolutamente imprevisíveis e tudo poderia acontecer.

Não se trata de dizer que o PT não possa governar o país. É claro que pode. O partido conta com quadros sérios, competentes e bem-intencionados. O problema são as facções e grupos extremamente sectários que a agremiação abriga sob sua legenda, e que não poderão deixar de ser contemplados com uma parcela do poder, em caso de vitória. Tudo dependeria das condições que terá o núcleo moderado do PT de controlar os segmentos mais radicais dentro do partido. Mas que existe o risco, existe. E que ele também não é pequeno, não é.

Como bem lembra Dahl, a esquerda moderada que, na recente história republicana, absorve vários nomes egressos da direita como Dom Hélder Câmara, Rolland Corbier, Alceu Amoroso Lima, Santiago Dantas, e mais recentemente Teotônio Vilela e Severo Gomes, se dá agora ao luxo de repelir Collor de Mello.

Quanto a este último, ganhando ou perdendo, terá que lutar muito para não ser assimilado pela direita, em cujos braços a esquerda teima em jogar, com programa socialdemocrata, voto e tudo.

* Economista

PT e PNBE

Nilton Horita

SÃO PAULO — A administração do PT vai privatizar todo o estoque de participações acionárias que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ainda mantém no capital de algumas empresas, como a Maferma, atingindo uma transferência total de US\$ 50 milhões, e não pretende estatizar nenhum setor econômico.

Essa disposição do PT tem sido transmitida pelos economistas do partido em todas as conversas mantidas com empresários e tem servido para desmistificar a imagem do partido em relação ao debate sobre o tamanho do Estado na economia. Na verdade, mostrando uma postura flexível, o PT está conseguindo abrir caminho contra o preconceito latente em alguns setores em relação a sua presença na vida política do país, abrindo várias frentes de negociações com os principais agentes econômicos.

Os empresários que se aglutinam no Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) reuniram-se várias vezes com os economistas do PT e já organizaram um jantar aberto para ser realizado na segunda-feira. A discussão fundamental tem sido a visão do PT em relação ao tamanho do Estado. São Seibel, presidente da Brasimet, por exemplo, afirma que o partido ainda não esclareceu essa questão. "Queremos aprofundar mais essa discussão", afirma. A intenção expressa do PT em finalizar o processo de transferência do controle acionário mantido pelo BNDES, aliás, tem sido o principal fator dessa abertura para conversações com setores empresariais. E não se trata de demagogia.

PT discute privatização

Final, sem alarde, economistas do PT mantiveram reunião com o vice-presidente do BNDES, Bruno Nardini, muito antes de se encontrarem com o ministro da Fazenda, Malison da Nóbrega, e o do Planejamento, João Batista de Abreu. O assunto central foi o processo de privatização desenvolvido pelo banco nos últimos anos. "As empresas do BNDES voltarão para a iniciativa privada", garante o economista Carlos Eduardo de Carvalho, responsável pela área financeira dentro do programa do PT. O partido tem recebido, efetivamente, centenas de convites de instituições financeiras, entidades de classe e empresários em geral para realizar reuniões e Carvalho lamenta não poder aceitar todos. "Final, estamos em campanha eleitoral. Primeiro precisamos ganhar as eleições. Mas, depois da vitória, temos o maior interesse em aprofundar as conversas com o empresariado", afirma Carvalho.

Interesse — Da parte dos empresários, esse desejo também é expresso claramente. O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Leo Wallace Cochran Junior, é um deles: "Se me chamarem, irei com todo o prazer discutir os assuntos que nos interessam". Outro que quer discutir com os petistas é o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo da Rocha Azevedo, protagonista do primeiro programa de propaganda gratuita do PT para o segundo turno das eleições, anunciando publicamente seu voto em favor de Fernando Collor de Mello, governador de Luís Inácio Lula da Silva. "O momento não é de se pensar em ideologia, mas no país", afirma.

Rocha Azevedo possui um dos mais completos

programas de privatização para oferecer ao novo governo e esse é o tema que quer discutir com o PT. Ele, inclusive, organizou um almoço na sede da bolsa com os empresários do PNBE para articular um trabalho em conjunto. Essa aproximação de Rocha Azevedo com o PNBE, e dessa entidade com o PT, pode resultar em uma conversa proveitosa.

"O PT está muito mais próximo das idéias do empresariado moderno do que se pensa. A idéia deles só se choca com as entidades mais tradicionais", afirma o presidente da Brinquedos Grow, Oded Grajew. O economista do PT, Carlos Eduardo de Carvalho, não desmente essa afirmação. Segundo ele, o projeto de privatização da Bovespa será estudado pelo PT. "Queremos esse trabalho", afirma ele, apesar da postura do partido em não privatizar, a princípio, nenhuma das estatais produtivas.

☐ Para iniciar o debate sobre a proposta de privatização desenvolvida pela Bovespa, o presidente da entidade, Eduardo da Rocha Azevedo, propõe a colocação de três economistas contrários pela instituição para discutir 24 horas por dia com os economistas do PT. "É só eles tocarem", diz das privatizações ocorridas nos países socialistas europeus e na Inglaterra. O modelo chinês, recentemente, é lábia da democratização do capital, com sua venda parcelada para empresários do setor privado, população em geral e empregados, que terão o benefício de pagar o valor correspondente com desconto e financiado.

5,902-2087 (C.R.)

250 NOV 4 04/12/89

Ainda não está confirmada a presença de Leôncio Brito no rotatório que o candidato da Frente Brasil Popular cumprirá na Região Metropolitana amanhã. O ex-governador

Que o caso do PDT e Lula é um fato consumado, não é por isso que o líder do PDT na campanha tenha escolhido de uma série de outras porque já desconhecidas a serem superadas como o caso da presença no Palácio de Fátima Suel, candidato a vice na eleição do PUA, OPI — o primeiro de milhares do PDT — aceitou os 12 pontos do programa reivindicados por Brizola, mas nunca foi votado e nem superado. Uma coisa é o candidato não ter sido votado e outra coisa é o candidato não ter sido eleito. Sobre esta questão não há nada de concreto forçando, por isso. Assim, Brizola precisa de mais alguns dias para analisar a possibilidade de se eleger ao Palácio de Fátima e não, simplesmente, de eleger-se ao PDT.

O presidente nacional, Roberto

O presidente nacional, Nelson



apropiados embutidos ou que não tenham ou não no palatado ao lado de

Segundo informa o presidente regional, Márcio Schmidt, a tendência que cresce no meio trabalhista é não aceitar de qualquer maneira uma campanha independente, apoiando um falsa pretensão, com a identificação do PDT no contexto de propaganda em favor de Lula. Indica Lula de Silva. A ideia é de produzir panfletos e cartazes para a campanha de Lula, mas com a ressalva de que se trata de uma recomendação do PDT.

punições — Ontem, lideranças do PDT do interior se articulavam para discutir no congresso de hoje as punições solicitadas pelos diretores municipais de Canoas e Sarandi contra as ações dos prefeitos Hugo Laguarda e Robert Marten a Collier de Mello. Eles são acusados de "crimes eleitorais", por desrespeito pela troca do voto. Ainda os cerca, de acordo com os advogados pedetras, os passíveis de "punição disciplinar", que pode resultar em advertência, suspensão temporária das atividades partidárias e até a expulsão definitiva.

8910151

Os treze pontos do PT

Noénio Spínola *

O principal assessor econômico do PT, Aloizio Mercadante Oliva, sustentou durante o debate promovido pela Folha de São Paulo com sua concorrente do PRN, Zélia Cardoso de Mello, uma tese cara às bases mais à esquerda do Partido: as forças de mercado penderam significado na economia moderna, com o planejamento estratégico e a programação econômica dispensando qualquer sinal emitido pelas forças da oferta e da procura.

Tanto quanto a União Soviética sirva de exemplo para o desmonte dos sistemas de planejamento centralizado, o mundo resta exatamente na direção oposta. O objetivo da perestroika russa é reduzir o volume de encomendas dos Ministérios centrais para as fábricas, estimado em 75% este ano, para 30% já em 1990. Ainda não é um retorno às leis de mercado, porque as indústrias estão apenas saindo de um rígido sistema vertical de quotas, para trocas horizontais. O que impede a União Soviética de completar o circuito reformista a curto prazo — que inclui preços livres, abertura de capital e câmbio flexível — é o realismo exposto nesta frase de Mikhail Gorbachev: "Depois de duas semanas de um sistema assim, o povo estaria nas ruas e arrastaria meu governo..." Por outras palavras, é o extremo a que chegou a economia, pela mão do planejamento centralizado, que impede sua abertura para o realismo dos preços e mercados.

Não é preciso, contudo, ir buscar nos causativos exemplos da perestroika as razões pelas quais os Treze Pontos do PT poderiam ser trocados por uma plataforma um pouco mais liberal, se o partido realmente estiver pensando a sério em ganhar as eleições sem mentir ao eleitorado. Há boas demonstrações aqui mesmo.

Exemplo: metade — senão mais da metade — das operações de proteção contra flutuações de preços (hedger) de determinado produto agrícola brasileiro de exportação é feita em uma bolsa de mercadorias norte-americanas. Industriais e exportadores vendem e compram contratos futuros para se proteger contra a volatilidade dos preços, taxas de câmbio e quaisquer outros fatores que possam estragar seus planos de safra. No dia que um governo do PT fechar as portas para o "mercado" que se criou lá fora por ineficiência nossa aqui em casa, nunca mais elegerá um prefeito na retaguarda agrícola paulista, a menos que resolva montar uma Sacobrás, o que os soviéticos fizeram e se arrependiram. Terá o governo dinheiro para sustentar um gigantesco programa de preços mínimos agrícolas capaz de eliminar os riscos de safras? Até hoje não teve. Em nome da modernização, a URSS está importando máquinas da Suécia e empresários brasileiros para montar indústrias agrícolas de exportação com o objetivo de explorar o "mercado" europeu. O que acontece na agricultura acontece também com o Ouro, para citar mais um típico exemplo. Antes de aparecer o "mercado" com preços transparentes, cotações abertas e corretores operando livremente no cuxo Rio-São Paulo, o Uruguai exportava 20 toneladas de ouro por ano

sem produzir um único grama. Um governo xiita do PT teria todo o direito de acabar com o "mercado" de ouro, passando a controlar as compras como a Caixa Econômica tentou fazer nos gariúpos. O Uruguai e a Colômbia agradecem. Não deve ser por coincidência que é onde ficam as grandes bolsas de mercadorias (Chicago) que também se encontra a maior produção mundial de alimentos. A reforma que os soviéticos estão fazendo em sua economia agrícola, mineral e manufatureira visa a, exatamente, recuperar as funções do... mercado, que o marxismo do Século XIX estigmatizou, concentrando todo o peso e importância dos planos na propriedade dos meios de produção. Essa velharia teórica não encontra mais sustentação acadêmica em nenhum lugar do mundo. Hoje, a URSS tem algumas dezenas de milhares de pequenas e médias empresas. Nos Estados Unidos existem 5 milhões delas, competindo abertamente no... "mercado". Foram essas empresas que obrigaram os oligopólios a modernizar seus sistemas de software e hardware. Foi a inexistência desse... "mercado" pela elevada centralização da economia que concorreu para o atraso da indústria pesada soviética. Na URSS os estoques acumulados nos pátios das fábricas para garantir linhas de produção equivalentes a meses de suprimento, contra horas, apenas, nas fábricas japonesas, graças à competição dos fornecedores pelo... mercado. Quem tenha pilotado um Lada russo sabe qual a diferença que o separa de um Honda japonês. Se você nunca ouviu falar de um Lada, queixe-se da inexistência de... mercado.

Pode-se compreender as preocupações do jovem economista Oliva com as deformações gigantescas do nosso "mercado", inscritas nos 13 Pontos do PT. Na verdade, os maiores inimigos de um livre funcionamento de mercados em nossa economia encontram-se naquele segmento da elite dos capitalistas da velha guarda que se beneficiam de cartórios e sistemas de preços controlados pela burocracia associada. Por que, então, o PT não troca sua plataforma xiita por outra, mais moderna, capaz de entender o valor e a importância da separação entre Empresa e Estado? Luis Inácio Lula da Silva foi a Minas dizer que vai fazer um Trem-Bala entre o Rio e São Paulo "até" com capital estrangeiro. Ora, quando um grupo para privatizar os serviços prestados pela Rede Ferroviária Federal apresentou uma proposta para criar uma empresa de capital aberto e democratizado, onde os trabalhadores teriam uma fatia das ações com direito a voto, a CUT torpedeou o projeto alegando que o eixo de sua filosofia política é a manutenção de empresas públicas com 51% do capital sob o controle estatal. Exatamente o modelo em que vivemos até hoje, marchando na direção do mesmo centralismo que desmorona lá fora. Por esse caminho, algum dia também teremos aqui as Nádias Comaneci em fuga desabalada da nossa Romênia, ou um cenário de meros oportunistas intelectuais que embarcam em campanhas à direita ou à esquerda pensando apenas em pegar uma carona no sucesso, sem cobrar propostas.

* Jornalista, editor-chefe de O Estado de S. Paulo

8910151

Brizola leva PDT a apoiar Lula

□ Após assinar, na madrugada, um acordo com o PT, o líder do PDT obteve a adesão do partido no Estado ao candidato da Frente

Com um discurso de duas horas, Leonel Brizola convenceu o PDT gaúcho a se integrar na campanha de Lula no segundo turno. Sua fala encerrou o congresso extraordinário que o partido fez ontem na Assembleia Legislativa. Um congresso que iniciou com resistências de vários setores em relação ao apoio a Lula, mas que encerrou em clima de festa com a presença no plenário de dirigentes da Frente Brasil Popular. Brizola prometeu integrar-se à campanha de Lula e dizendo que sua participação vai iniciar hoje, no comício que a Frente vai realizar em Caxias do Sul.

O congresso reuniu dirigentes e militantes de base do PDT. A maioria das intervenções era a favor de Lula, mas alguns se manifestavam a favor do voto nulo, como o prefeito Cláudio Santa Helena, que se recusou a "engolir um sapo barbudo" e prometeu votar em Brizola no segundo turno. Quando a vice-prefeita de Alvorada, Loreni Bittencourt, defendeu o apoio a Lula, o plenário se dividiu. Inicialmente surgiram vaiações, depois abafadas por palavras de or-

dem em favor da unidade da esquerda.

Ao chegar, Brizola foi recebido com festa pelos pedetistas que gritavam a favor da unidade. Ele fez um longo discurso no qual houve algumas críticas às posições assumidas pelo PT no primeiro turno. O líder pedetista voltou a criticar o vice de Lula, José Paulo Bisol, dizendo que não pretende subir aos palanques com ele, mesmo que esteja disposto a fazer a campanha da Frente Brasil Popular.

Brizola defendeu não apenas o apoio a Lula, mas a integração do PDT ativamente na campanha, dizendo que "não podemos perder o momento histórico que permite fazermos as mudanças que tanto esperamos" e anunciou a presença no comício de Caxias hoje à noite.

INCIDENTE — Um incidente marcou o encerramento do ato de apoio de Leonel Brizola a Lula, ontem à noite, no auditório da Assembleia. Logo após chegarem ao local dos presidentes do PT e PC do B, do prefeito Olívio Dutra e outros dirigentes gaúchos do PT, a sessão foi suspensa para que os componentes da mesa se abraçassem, simbolizando o acordo PDT-PT.

Leonel Brizola, após cumprimentar os dirigentes do PT e PC do B, chamou os líderes de seu partido para a confraternização. Entre eles, Alceu



Promessa: Brizola decide integrar-se à campanha do PT

Collares, candidato do PDT ao Governo do Estado na eleição do ano que vem. Mas, em tom alto, o ex-prefeito de Porto Alegre disse que não cumprimentaria Olívio Dutra, argumentando que o atual prefeito vinha-lhe dirigido constantes ofensas: "Não cumprimento quem me chama de ladrão. Não sou ladrão", gritou.

Clovis Hegenfritz, secretário municipal de Planejamento, aproximou-se de Collares e disse que em momento algum o havia ofendido ou chamado de ladrão. Collares contestou: "Todos vocês estão me ofendendo. Me

agredindo. Me nego a cumprimentar não só a quem me ofende, mas a quem me agrediu".

Diante do clima de tensão, o prefeito de Porto Alegre (a quem Brizola apelou a Collares para que cumprimentasse os petistas e chegasse a dizer que ele também havia sido ofendido por Lula durante a campanha e nem por isso deixava de estar apoiando no segundo turno. Diante do clima de Brizola, Collares concordou em cumprimentar Olívio, recusando-se a cumprimentar o atual prefeito: "Vou votar em Lula. Mas não vou conversar com o senhor".

Acordo foi assinado no Rio, de madrugada

Um acordo assinado na madrugada de ontem, no Rio, selou a aliança entre Lula Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Foi assinado a partir das 15 horas de ontem, na Frente Brasil Popular com os 17 pontos do PDT que, segundo Lula e Brizola, serviram de ponto de partida para a elaboração de uma base programática comum.

A elaboração da aliança pegou Lula de surpresa. Entusiasmado com o desempenho do candidato do PT no debate de domingo à noite e após receber vários telefonemas de incentivo, Brizola despachou para a sede da TV Manchete o vice-prefeito do Rio, Roberto D'Ávila, que chegou à emissora entre o terceiro e o quarto blocos do programa. D'Ávila não conversou com Lula, mas avisou seus assessores de que Brizola gostaria de recebê-lo em seu apartamento, na Avenida Atlântica, após o debate.

DEFINIÇÃO — À uma hora da madrugada, sem ter justado ainda, Lula chegou ao prédio com a mulher, Marisa; os deputados Luís Gushiken e Plínio de Arruda Sampaio, o secretário-geral do PT, José Dirceu, e seu assessor de imprensa, Ricardo Kotscho. Já o esperavam Brizola, sua mulher, Neuza, os deputados Roberto D'Ávila e Vivaldo Barbosa e o assessor de imprensa, Fernando Brito.

Após uma hora e 15 minutos de

conversa, no qual Brizola fez o resumo de Lula e disse de a certeza de que ele venceria no segundo turno, o acordo foi assinado. O acordo prevê a integração do PDT na campanha de Lula e a transformação do partido em uma força política independente. Brizola afirmou que a posição do partido é de "afiliação total a favor desta unidade" e se declarou convencido de que Lula "vai vencer as eleições".

De manhã, antes de viajar a Porto Alegre, Brizola ainda se reuniu com a Executiva Nacional do PDT em seu prédio para, segundo relatou Bocarjuba Cunha, membro da direção do partido, comunicar o que havia sido decidido de madrugada, a fim de que a Executiva "não ficasse sabendo do acordo pelos jornais".

098

0112182

Collor aposta que crise

antecipa posse para janeiro

F. RA (PP. PP.)

— Maria Luiza Abbet

BRASÍLIA — A posse do novo presidente da República está antecipada para janeiro, como resultado das pressões da sociedade pelo agravamento da crise econômica. Essa é a perspectiva do candidato Fernando Collor de Mello (PRN), que determinou à sua secretaria que elabore o seu plano de governo até 16 de dezembro, véspera da eleição. A explicação dos antecipados é que Collor, convencido de vitória, quer deixar tudo pronto antes do segundo turno, porque pretende descansar depois de votar, retornando a Brasília nos primeiros dias de janeiro, para preparar a posse.

A secretaria econômica do candidato do PRN já detectou os primeiros sinais de uma aceleração inflacionária que, segundo avalia, deve aumentar com a expectativa sobre as medidas a serem adotadas pelo futuro governo. "Com base nas especulações sobre congelamento de preços e não será possível esperar pelo dia 15 de março", avalia um dos principais assessores de Fernando Collor. A equipe acredita também que o atual governo enfrentará uma crise cambial logo depois do segundo turno, o que deve precipitar a antecipação da posse, ainda tentativa de evitar a hiperinflação.

Hiperinflação — De acordo com os assessores do PRN, essa crise cambial deve ser provocada pela expectativa de uma desvalorização do cruzeiro com que abalufam os exportadores e que, por isso, estão segurando as vendas ao exterior. As importações, ao contrário, devem aumentar até os primeiros dias de janeiro, quando entra em vigor a redução de tarifas aprovada pela Comissão de Política Aduaneira (CPA) para setores importantes, como máquinas da indústria têxtil. Além disso, os importadores estão antecipando suas compras, justamente porque também apostam em uma queda. A combinação dessas duas atitudes provocaria uma crise cambial, antecipando o passo mais curto para a hiperinflação.

A antecipação do fim do mandato do presidente Sarney seria, então, uma consequência natural da sociedade em decorrência desse agravamento da situação econômica, explica a equipe de Collor. Por isso, as medidas econômicas já foram definidas e estão sendo escritas as normas das medidas provisórias, portarias e projetos de lei, para sua publicação no Diário Oficial do dia seguinte à posse. O texto de cada medida está sendo enviado a Collor em pequenos resumos para sua aprovação, segundo explicou um dos assessores da equipe do candidato. A principal assessoria econômica do candidato do PRN, Zélia Cardoso de Mello, não confirma que a conclusão do programa de governo tenha sido antecipada. No entanto, Zélia revelou a amigos que tem trabalhado em ritmo acelerado e que até 15 de dezembro deverá aprovar 20 leis.

6/12/89

8910151

6/12/89.



Collor de Mello, em campanha: oito comícios por dia e uma batalha nervosa para assegurar a condição de favorito

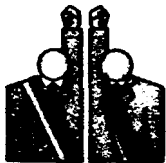
VEJA 6/12/89 -

BRASIL

F. Pol. (PP. PP.)

Cerco ao povão

A duas semanas da eleição, Fernando Collor de Mello lidera as pesquisas com folga e briga para manter os votos dos brasileiros mais pobres



Encerrada a contagem de votos de 15 de novembro, Fernando Collor de Mello ficou em primeiro lugar, com o apoio de 28 em cada 100 eleitores do país. Iniciada a corrida do segundo turno, quando será escolhido, para valer, o sucessor do presidente José Sarney, Collor de Mello tem uma boa vantagem nas pesquisas — os últimos números do Ibope, por exemplo, dizem que ele conta com 51% das preferências e que seu concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, possui 37%. Pelo ritmo de sua campanha, pelos 6 000 quilômetros que percorreu em apenas cinco

dias e pela quantidade de comícios que realizou na semana passada, contudo, até parece que a situação é outra — e que é Collor de Mello o candidato que precisa promover uma virada espetacular na reta final.

No sábado 25, o candidato do PRN foi até o bairro de Duque Estrada, o mais pobre de Maceió, para celebrar uma missa na Igreja Nossa Senhora Virgem dos Pobres. No mesmo dia, a 100 quilômetros de distância, desembarcou de um helicóptero para fazer um comício na cidade de Roteiro, uma das mais pobres de Alagoas, onde recebeu 78% dos votos em 15 de novembro. “Antes do primeiro turno, fiz uma promessa”, disse o candidato. “Se chegasse onde

cheguei, rezaria uma missa e visitaria a cidade de Alagoas que me desse o maior percentual de votos.” Ao longo da semana passada, Collor de Mello recebeu políticos interessados em abrir uma vaga em sua caravana — como o governador Nilo Coelho, da Bahia, que aderiu em companhia de 300 prefeitos e quarenta deputados estaduais. Chegou a ficar a noite inteira de domingo e boa parte da madrugada de segunda-feira nos estúdios de televisão, gravando suas aparições no horário político. O retrato de Collor de Mello que está na reta final do segundo turno, porém, é aquele dos lugares pobres de Alagoas. Em seu comício na cidade de Retiro, havia poucos auto-

móveis. Quem o saudava eram pessoas humildes, que acenavam para o candidato com o calçado que a sua renda permite comprar — sandálias havaianas.

Quanto Oreste — Desde que resolveu lançar sua candidatura à Presidência da República, em janeiro de 1989, o candidato Fernando Collor de Mello conseguiu pôr abaixo todos os obstáculos que surgiram em seu caminho. No início, o problema era a falta de partido. O candidato ingressou no PRN, que tinha um único parlamentar na época. Hoje em dia, essa sigla, que poucos eleitores do próprio Collor conseguiriam traduzir, é a sexta maior legenda no Congresso, com 22 integrantes. Mais tarde, a dificuldade era sair do anonimato imposto a qualquer político com uma carreira construída no Estado de Alagoas, o terceiro menor do Brasil. Bastou aparecer em dois programas de televisão para se tornar o primeiro colocado nas pesquisas eleitorais. Em 15 de novembro, o problema de Collor de Mello era garantir uma vaga para o segundo turno. Arrebatou 20 milhões de votos, ficou em primeiro lugar e entrou na reta final do segundo turno com uma vantagem de 9 milhões de votos sobre o segundo colocado, Luís Inácio Lula da Silva.

A quinze dias da eleição decisiva de 17 de dezembro — o domingo da semana que vem —, quando 82 milhões de eleitores tomarão o caminho das urnas para escolher o sucessor do presidente José Sarney, a campanha de Fernando Collor de Mello chama a atenção pela carência de dificuldades e pela soma de facilidades, num quadro oposto ao enfrentado por ele durante sua ascensão. É verdade que o candidato tem cumprido uma rotina pesada de viagens pelo país, que o levam a realizar pacotes com oito comícios num só dia. Também é verdade que, em diversos lugares, suas aparições têm sido acompanhadas por cenas de selvageria, como ocorreu em Caxias do Sul, na quinta-feira passada, quando centenas de cabos eleitorais do PT queimaram bandeiras do PRN, rasgaram cartazes do candidato e acabaram impedindo que Collor de Mello realizasse um comício na cidade. O fato, no entanto, é que Collor de Mello só tem recebido boas notícias daquela parcela da população que não presta atenção ao que dizem os cabos eleitorais, prefere ficar longe de cenas de baderna e terá a palavra decisiva na definição do segundo turno: o eleitorado.

Em todas as pesquisas de opinião divulgadas na semana passada, Collor de Mello está em primeiro lugar — e em nenhum des-

A festa de Natal de Collor

Na corrida do segundo turno, o candidato do PRN tem apoio de muitos lugares — até da TFP



ses levantamentos a diferença é inferior a 10% do eleitorado, o que significa uma bolada de 8 milhões de votos, se for computado o total de cidadãos com direito de votar. Junto à fatia da população que sobrevive no desemprego, faz fila para tomar ônibus e nem sempre tem dinheiro para comprar sapatos, e cuja faixa de renda é inferior a 1 500 cruzados novos por mês, Collor vence Lula por 50% das preferências contra 38% — essa parcela do eleitorado é proprietária de setenta em cada um dos 100 votos disponíveis em 17 de dezembro. Na faixa intermediária, a dos brasileiros que trabalham com carteira assinada e são operários especializados, funcionários públicos e empregados nos escalões médios do setor privado, com uma renda que chega a 4 000 cruzados novos, os dois concorrentes empatam — 44% das preferências para cada.

MÁQUINA E ESPERANÇA

Os vinte membros da família Nunes Costa moram num barraco feito de madeira e plástico num subúrbio da cidade de Igarapé-Açu, a 110 quilômetros de Belém. Nenhum deles tem carteira assinada, e a renda da família vem de trabalhos avulsos na agricultura. No dia 15 de novembro, votaram em Collor de Mello. "Collor vai tirar pelos pobres e acabar com a carestia", diz Jorge Nunes Costa, de 35 anos.

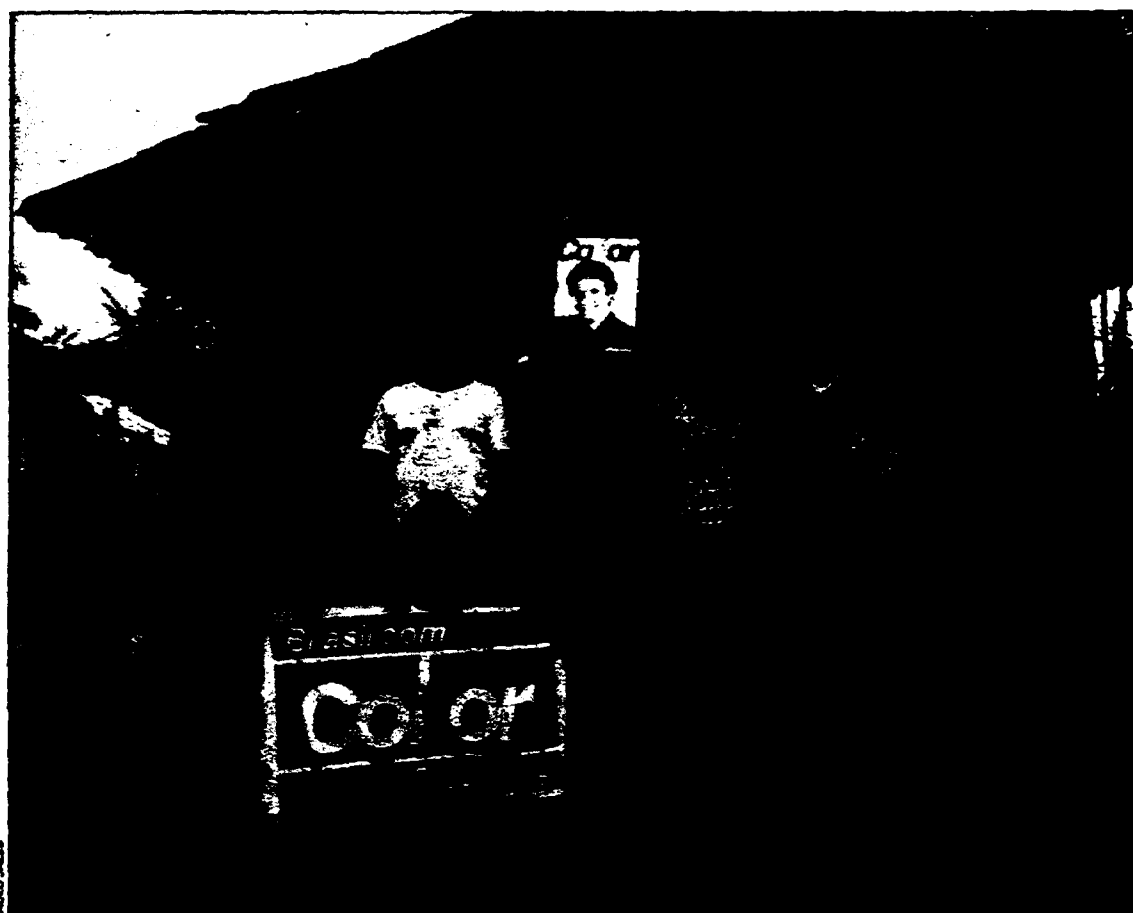
Por fim, na chamada classe A brasileira, curiosidade sociológica que reúne todos os cidadãos brasileiros que ganham mais de cinco salários mínimos por mês, em que se incluem tanto pessoas com patrimônio na casa dos milhões de dólares como o engenheiro em início de carreira e na qual estão menos de 10% dos eleitores, Lula vence Collor por 46% a 39%. São artes do eleitorado de 1989: o candidato operário Luís Inácio Lula da Silva, que passou boa parte da vida entre os brasileiros com menos de 1 500 cruzados novos por mês, e depois chegou aos de até 4 000, é o preferido entre os mais bem remunerados — pessoas que têm um diploma universitário e um estilo de vida formado em ambientes semelhantes aos frequentados por Collor de Mello. O candidato do PRN, herdeiro de um bem-sucedido conglomerado regional na área de comunicações, que sempre

frequentou colunas sociais e aprendeu a falar quatro línguas, é o candidato do povo — aqueles brasileiros que, frequentemente, têm dificuldades para simplesmente compreender o português.

"Favoritismo" — "Collor chegou no povo, e isso torna muito difícil para Lula virar a eleição", afirma o deputado Renan Calheiros, líder do PRN no Congresso. "Collor é o favoritíssimo e dificilmente perderá essa condição", afirma o deputado Alceu Guerra (PFL-PR). É certo que o IML das urnas brasileiras está recheado de cadáveres de candidatos com ótima saúde até a reta final de uma eleição — e que acabaram

e, naturalmente, do PRN. Também é em seu nome que o Palácio do Planalto deposita suas fichas como provável vencedor — ainda que a possibilidade de o candidato do PRN ganhar a eleição e resolver promover uma devassa em sua administração, imitando uma atitude do presidente da Argentina, Carlos Menem, diante de altos funcionários do governo de seu antecessor Raúl Alfonsín, seja um desses assuntos capazes de provocar erupções alérgicas na pele do presidente José Sarney.

Líder nas pesquisas, Collor de Mello leva uma batalha, que só irá terminar em 17 de dezembro, na qual tem uma única finalidade — manter o quadro da disputa do jeito



esmagados pelo eleitorado em menos de quinze dias. Também é certo que a campanha do segundo turno está longe de ser um passeio — mas assume a forma de uma batalha com muito nervosismo, na qual cada concorrente irá disputar o voto no corpo-a-corpo eleitoral até o último dia.

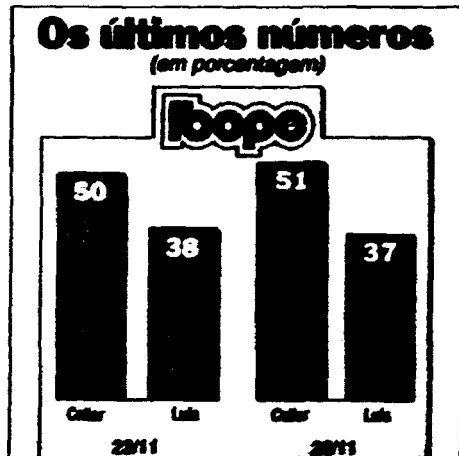
A cada dia que passa, porém, e a cada dia que se aproxima da jornada de 17 de dezembro, cresce o número de pessoas que olham, examinam, elogiam ou falam mal de Collor de Mello como se ele fosse o franco favorito para subir a rampa do Planalto em 15 de março de 1990. Hoje em dia, Collor não é apenas o favorito dos institutos de pesquisa

em que se encontra hoje, e, se isso fosse possível, congelar os números atuais das pesquisas para poder festejar, na apuração, uma diferença de milhões de votos sobre o concorrente do PT. A seu favor, o candidato do PRN dispõe de uma verdade estatística — é o fato de ser o concorrente preferido daqueles brasileiros que são chamados de povo. Trabalha contra Collor, no entanto, uma outra verdade, também estatística. Da mesma forma que é o predileto entre aqueles que nada têm, Collor também é, matematicamente, o mais querido entre aqueles que têm muito. Se a sucessão de 1989 estivesse sendo disputada sob condições nor-

mais de temperatura e pressão, esse tipo de apoio até seria comemorado por qualquer um dos candidatos — afinal, numa eleição direta, um voto é sempre um voto, e é somando 1 mais 1 que se chega aos milhões necessários à vitória. Ocorre que o Brasil de 1989 é um país com uma inflação anual que já superou a marca dos 1 100%, onde metade da população não ganha o suficiente para se alimentar direito, no qual o melhor termômetro para se medir os humores do eleitorado com o que ocorre no governo foi exibido em 15 de novembro, com os destroços de tudo aquilo que lembra Brasília, mordomia, corrupção e privilégio.

Povo e Tumbão — Para os 82 milhões de eleitores, o segundo turno presidencial criou uma circunstância nova — que é a obrigação de escolher entre apenas dois candidatos em 17 de dezembro, mesmo que nenhum deles componha o figurino ideal do presidente de sua preferência. Para os dois candidatos, a segunda etapa da disputa presidencial também criou uma circunstância nova — que é a de serem o anti-Lula, no caso de Collor, e o anti-Collor, no caso de Lula. No caso do concorrente do PT, isso implica contar não apenas com o apoio de uma boa parte do eleitorado de Leonel Brizola e de uma fatia daquelas pessoas que votaram em Mário Covas, por exemplo — mas até mesmo do deputado Zequinha Sarney, filho do presidente Sarney, que, no Maranhão, torce por uma derrota de Collor que pavimente sua candidatura ao governo do Estado, no ano que vem.

Para Collor de Mello, o calor da reta final lhe trouxe o apoio agradável de uma boa fatia da classe média que preferiu apoiar Paulo Maluf, Afif Domingos e até Mário Covas no primeiro turno. A dificuldade é que pouco a pouco formou-se uma caravana de aliados mais robustos que podem transformar os últimos dias de campanha num pesadelo — que é a hipótese de o candidato do povo se transformar no concorrente do tubarão. O próprio candidato sabe desse risco e tem feito o possível para evitá-lo. Apenas na semana passada, por exemplo, sua caravana foi enfeitada por um gordo pacote de adesões problemáticas. Uma delas partiu de uma organi-



zação chamada Tradição, Família e Propriedade, a TFP, ninho de um obscurantismo desmiolado, que publicou um anúncio no jornal *Folha de S. Paulo* recomendando o voto em Collor de Mello. Outra foi uma nova manifestação de apoio dos mais desastrosos cabos eleitorais da sucessão presidencial, que são os empresários abrigados na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Fiesp. Por fim, veio a público, através do horário político do PT, uma notícia que era um autêntico segredo de polichinelo

da sucessão — o apoio do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães.

Temeroso do estrago que tais aliados poderiam causar a seu desempenho nos últimos quinze dias, Collor reagiu — mas cada acompanhante recebeu um tratamento diverso. Os votos da TFP, organização cujo eleitorado não seria capaz de ganhar a presidência do Bangu, por exemplo, foram mandados de volta através de seu assessor de imprensa Claudio Humberto Rosa e Silva. “Nós compreendemos a rejeição que a TFP tem em relação a Lula, mas não aceitamos que ela venha nos apoiar”, afirma Claudio Humberto. “Preferíamos que seus membros anulassem o voto.” Diante da Fiesp, o próprio Collor investiu com dureza. “Esses empresários fazem parte de um gueto que representa o que há de mais atrasado no país”, disse o candidato. “Volto a repelir esse apoio, com veemência.” O ministro Antônio Carlos Magalhães foi tratado com a elegância que as circunstâncias permitem. “Qualquer ministro desse governo teria muita dificuldade em manifestar apoio a minha candidatura, uma vez que venho fazendo oposição ferrenha ao senhor José Sarney.”

Poucas novidades têm servido para animar tantas conversas no segundo turno da sucessão como a confecção de alianças em torno das duas candidaturas. Para muitos eleitores, trata-se de um dado de grande utilidade na escolha de seu voto — e é mesmo. O emaranhado de acordos e conflitos que fez subir a temperatura nessa fase da disputa, porém, pode produzir uma sequência de confusões inesperadas. É óbvio que Fernando Collor de Mello tem a opção preferencial de

O LUPADOR DE PEIXES

Pedro Manoel de Resário, 56 anos, trabalha como limpador de peixes no Mercado Municipal de Paranaguá e sustenta a mulher e os seis filhos com um mísero salário de 500 cruzados novos mensais. “Uma semana depois de tomar posse, o Collor vai melhorar a nossa vida, aumentando os salários e não deixando que as coisas subam de preço”, acredita Resário.



8910151



A FORÇA NO INTERIOR

Mesmo em Pernambuco, onde o governo e a igreja apoiaram o candidato do PT, as cidades do interior deram uma votação expressiva a Collor de Mello. Em Gravata, a 80 quilômetros de Recife, o candidato do PTN teve 60% dos votos — enquanto Lula conseguiu apenas 20%. “Estou com Collor porque ele tem duas qualidades: a de ser contra o governo Sarney e a de não ser comunista”, diz João Bezerra da Silva, dono de uma indústria em Gravata.

— que chegou a dizer que o presidente José Sarney governa o país em companhia de assessores corruptos e até assassinos, e não planeja mudar o tom de sua campanha daqui para a frente. O fato, contudo, é que é justamente isso que seu eleitorado quer ouvir. “Por mim, o Sarney deveria ir para a cadeia e ficar lá

até morrer, porque jodiu demais da gente”, afirma o costureiro José Ivan Pereira da Silva, 23 anos, casado, pai de dois filhos, que mora na favela Nove de Julho, no subúrbio de São Matheus, na Zona Leste de São Paulo. Silva votou em Collor no primeiro turno e repetirá a escolha em 17 de dezembro. “Collor tem um jeito meio bravo, mas é um homem corajoso e de passado limpo, ao contrário dos outros

queias personalidades que, por linhas mais ou menos sinuosas, estão amarradas àquilo que se chama status quo — onde se encontram políticos conservadores, empresários gananciosos mas também aquela parcela da iniciativa privada que consegue manter a economia de pé apesar das trapalhadas do governo. Da mesma forma, Lula briga no segundo turno para ser o candidato de quem sempre fez oposição a isso que está aí — seio frequentado por sindicalistas adeptos de credos variados, por políticos que festejaram a utopia do Plano Cruzado do presidente José Sarney, mas onde reside, também, aquela fatia da população que queria vencer o AI-5, criar um regime de respeito às liberdades públicas e conduzir o país a um degrau mais civilizado em matéria trabalhista. Acreditar que uma manifestação de apoio a um candidato é capaz de definir quem ele é implica transformar a sucessão presidencial numa grande trapaça — e num beco sem saída. Por esse raciocínio, Collor de Mello poderia ser classificado, por exemplo, como o candidato da TFP — e Luís Inácio Lula da Silva, em compensação, seria o do presidente José Sarney.

Na verdade, a campanha presidencial é uma disputa bem mais ampla, que envolve o deslocamento de forças gigantescas que ignoram caciques políticos e lideranças fantasmas, e é nesse furacão que Fernando Collor de Mello se move com desenvoltura. Em seu dia-a-dia, o Brasil é um país onde 30% da população consegue, de uma forma

ou de outra, defender seus interesses e dizer o que pensa. São aquelas pessoas que lêem jornais, fazem compras em shopping centers e supermercados, trabalham com carteira assinada e têm um salário que deixa suas famílias do lado de cima da linha da fome. A data de 17 de dezembro, porém, é a única ocasião em que uma outra fatia da população, os 70% que sobrevivem à margem de qualquer benefício que o país consegue produzir, poderá tomar a palavra e dizer o que pensa — na urna. Para essas pessoas, as conquistas trabalhistas na Constituinte, por exemplo, são tão reais quanto os personagens das novelas da Globo — elas não têm carteira assinada. Pouco lhes importa, também, o que os candidatos pensam sobre privatização, socialismo ou Fidel Castro — o que conta, ali, é a chance de ter um pouco mais de arroz e feijão na panela, venha de onde vier. Foi junto a essas pessoas que Collor de Mello conseguiu empinar sua candidatura — e é ali que pretende manter-se instalado até a abertura das urnas.

“Homem Corajoso” — “Ele é o candidato da vingança, daquele eleitor que se sente injustiçado e traído e que vai às urnas para dar seu troco ao governo”, afirma o cientista político Marcus Figueiredo, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo. Boa parte do eleitorado que marcha para Collor de Mello no segundo turno como uma opção anti-Lula pode até se chocar com os pronunciamentos do candidato



ADESÃO NA CLASSE A

Em São Paulo, um grupo de sessenta mulheres que votaram em candidatos como Mário Covas, Afli Domingos e Paulo Michel no dia 15 de novembro reuniu-se na semana passada para trabalhar por Fernando Collor no segundo turno. "Lula defende ideias muito radicais. Collor é mais ponderado", diz uma delas, a publicitária Suzan Balazs. "Não queremos ver o Brasil se transformar num imenso sindicato."

candidatos, que já passaram pelo governo e não fizeram nada", diz.

Retirante nordestino, Ivan nasceu em Aracaju e veio para São Paulo aos 11 anos de idade. Abandonou a escola antes de concluir o 1.º grau, trabalha numa microempresa onde ganha um salário de 600 cruzados novos mensais — sem registro em carteira. Outro bom exemplo desse eleitorado pode ser encontrado num barraco montado com restos de madeira e plástico onde vivem os vinte membros da família Nunes Costa, no bairro Beco do Plástico, periferia do município de Igarapé-Açu, a 110 quilômetros de Belém do Pará. Nenhum dos dez adultos tem emprego fixo — e se sustentam cortando mato das plantações



ANDRÉ PRINER

de maracujá e pimenta-do-reino da região. No barraco da família, não existe água encanada nem coleta de lixo. Apenas três crianças na família são alfabetizadas. Apesar de analfabetos, cinco membros da família puderam votar no primeiro turno da eleição — todos escolheram Fernando Collor de Mello. "Collor vai acabar com a carestia", diz Jorge Nunes Costa, 35 anos. Em Igarapé-Açu, Collor de Mello recebeu uma boa votação. Dos 8 857 votos válidos, 6 007 tinham um X no número 20 da cédula.

Em Gravatá, a 80 quilômetros do Recife e com 50 000 habitantes, o candidato Collor de Mello conseguiu uma excelente votação no primeiro turno. Dos 19 000 eleitores da cidade,

11 490 votaram no PRN. Lula, que chegou em segundo lugar, teve 3 817 votos. Um desses eleitores foi a dona de casa Odete Gomes da Silva, 42 anos, seis filhos. O marido de dona Odete é motorista e sustenta a família com um salário de 1 000 cruzados novos por mês. "Eu gostei do jeito de ele falar. Ele parece corajoso", diz ela, que todos os dias faz o mesmo cardápio para o almoço da família — feijão com farinha.

"Collor faz o papel do justiceiro do eleitorado mais pobre", afirma o antropólogo Gilberto Velho, do Rio de Janeiro. A quinze dias da eleição, é naturalmente impossível adivinhar o que irá sair das urnas de 17 de dezembro. Também é muito difícil calcular o tamanho do estrago que o barbarismo de militantes do PT pode provocar na candidatura de Lula, caso integrantes de sua caravana mantenham a postura de leões-de-chácara exibida nos confrontos violentos no Rio Grande do Sul, na semana passada. O veredicto das urnas é sempre delicioso para quem vence e tem um gosto amargo para quem perde. O que se pode dizer, no entanto, é que na marcha batida da reta final, o candidato Collor de Mello já tem uma linha de ação e sabe o que precisa fazer. Quanto mais falar mal do presidente José Sarney, maior é o seu potencial de votos em 17 de dezembro. No tudo ou nada da mais prodigiosa carreira política que as eleições brasileiras já produziram, é isso mesmo o que Fernando Collor de Mello irá fazer.

VIOLÊNCIA NA RETA FINAL

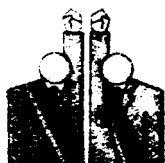
A visita de Collor de Mello a nove cidades do Rio Grande do Sul, na quinta-feira passada, transformou-se numa batalha campal. Em Caxias do Sul, simpatizantes do candidato Lula jogaram ovos e tomates em Collor e atropelaram seus comícios. "Diante da derrota, os adversários estão histéricos", disse Collor.



PT

Longe dos palanques

A campanha de Lula emperra na negociação das alianças para o segundo turno da eleição



Para um candidato que tem apenas duas semanas para virar o placar nas pesquisas eleitorais, Luís Inácio

Lula da Silva levava na semana passada uma vida muito dura. Até o final da semana, a campanha de Lula praticamente se resumia a costurar um pacote de alianças com os candidatos de esquerda derrotados no primeiro turno, cujo único resultado prático foi atrasar o andamento da caravana da Frente Brasil Popular. De concreto, Lula só tinha conseguido o apoio de aliados de pouco peso específico, como o ex-candidato Roberto Freire, do PCB, que teve apenas 1% dos votos no primeiro turno, ou o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Enquanto isso, ele continuou arrastando um namoro sem resultados reais com Leonel Brizola e Mário Covas, o terceiro e o quarto colocados na primeira fase da eleição, que Lula pretende carregar para seu palanque, e de cujos partidos espera tirar uma parte de sua equipe de governo.

Na semana passada, os principais líderes do PDT e do PSDB emitiram vários sinais de desinteresse em um acordo com Lula no segundo turno. Na quinta-feira, Brizola decolou para Madri, na Espanha, sem dizer quando voltava. Atrás de si, deixou uma equipe de negociadores do partido com a missão de discutir com a Frente Brasil Popular uma lista de doze propostas que Lula teria que incorporar ao seu programa de governo para obter o apoio formal dos brizolistas. Entre essas propostas, estão idéias próprias de Brizola, como a construção de Cieps pelo país e a cassação de concessões a empresas de comunicação.

No caso do PSDB, as negociações andaram ainda mais devagar. Durante a semana passada, Covas não atendeu sequer às chamadas telefônicas de Lula. "Estou decepcionado com o Covas", disse Lula a amigos. O senador Fernando Henrique Cardoso e o deputado José Serra, dois dos principais articuladores dos tucanos, viajaram para a Europa. O senador José Richa, que pertence à ala do PSDB simpática a Fernando Collor de Mello, embarcou de férias para uma pescaria no Mato Grosso. "Não quero saber de Lula-lá, meu negó-

cio agora é surubim-lá", ironizou. Apesar dos problemas, Lula não desanimou. Confiante em seu desempenho no horário gratuito de televisão e nos debates contra Collor de Mello, ele planeja realizar um número menor de comícios no 2.º turno, com platéias cada vez maiores — e conseguir uma virada no plano eleito-

gundo lugar, o apoio à Frente Brasil Popular poderia esvaziar a ajuda da parte do empresariado que colaborou para inflar a campanha de Mário Covas no final do primeiro turno — que planeja lhe dar o mesmo alimento nas eleições de 1990.

Além disso, existe uma dificuldade adicional que é o chamado programa dos 13 pontos — a lista de metas de governo usada como plataforma eleitoral pela Frente Brasil Popular no primeiro turno. O problema é que os 13 pontos têm algumas idéias desconexas que ninguém sabe exatamente o que querem dizer. No caso do tratamento do sistema bancário, por exemplo, os 13 pontos indicam que Lula aumentaria o controle do governo nessa área para acabar com a especulação financeira — o que tanto significa que ele pode diminuir os juros do overnight até estatizar os bancos privados. Ou-



Lula (à dir.), com Brizola: dificuldades para colocar o líder do PDT no palanque

ral. "Com alianças ou sem alianças, vou colocar a campanha na rua e vou ganhar a eleição", diz ele.

Lutas duras — Para Brizola, não interessa apoiar Lula pelo fato de que com isso ele seria obrigado a ajudar a sustentar o seu governo — e, na hipótese de um fracasso, desaparecer das listas de candidatos mais fortes para a cadeira do Palácio do Planalto em 1995. Na sua ótica, seria melhor Lula perder a eleição com uma votação decepcionante e reaparecer com o discurso de que ele era o melhor candidato para enfrentar Collor. No caso do PSDB ocorre que uma grande fatia do partido acha simplesmente que o programa econômico de Collor é melhor para o país que o de Lula. Em se-

tro ponto do programa menciona o objetivo de fazer um "controle social dos meios de comunicação de massa" — o que na prática pode significar que o governo poderia cercar a liberdade de imprensa e colocá-la sob um "controle social" que ninguém sabe o que é.

Para piorar as coisas, há ainda o fato de que a Frente Brasil Popular é um aglomerado heterogêneo onde existe um partido de verdade, o PT, e duas legendas bem menores — o PC do B e o PSB — que não falam a mesma língua. No PT, há a disposição de negociar os 13 pontos com os novos aliados, e chegou-se a admitir na semana passada a inclusão das propostas do PDT no programa de governo. "As propostas do PDT não são incompatíveis com as

6/12/89.

Crise faz perigar o acordo PDT-PT

2004024 6/12/89 F. PO. (M.P.)

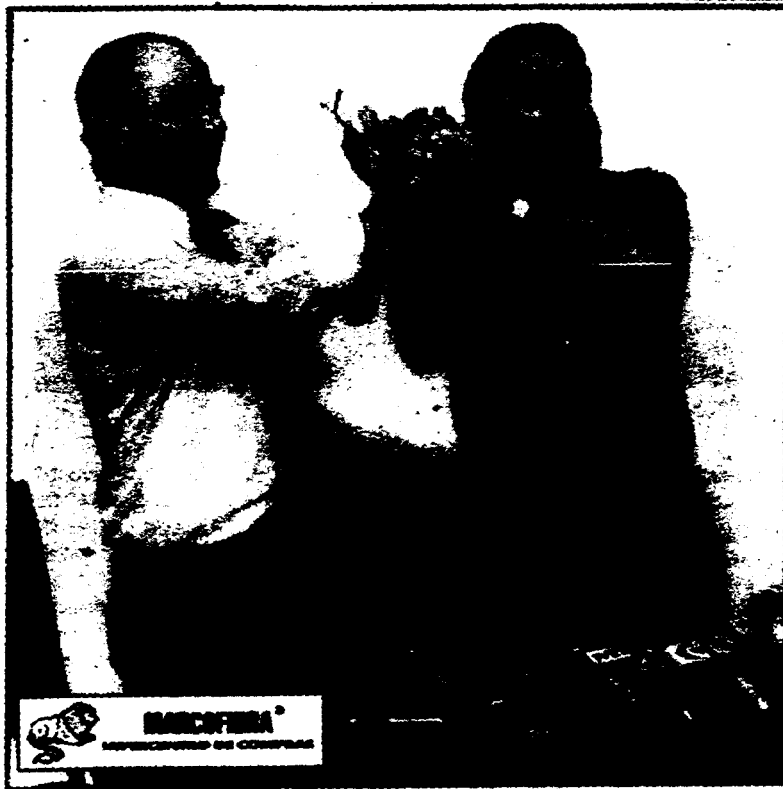
Decisão do ex-governador de não participar de comícios com o vice Biot obrigou os dois partidos a longas negociações

MARCELO RECH
Editorial Política/221

A resistência do ex-governador Lomel de Brizola em subir ao palanque com o candidato a vice da Frente Brasil Popular, José Paulo Biot, emperrou ontem, por toda a tarde, a campanha de Lula no Estado e manteve em suspense o destino da aliança selada na madrugada de segunda-feira, no Rio de Janeiro. Brizola, que acusa o senador Biot de favorecimento a um empréstimo do Banco do Brasil para sua fazenda em Goiás, avisara, durante entrevista no Jornal do Almoço, na RBS TV, que não subiria ao mesmo palanque com o senador nos comícios realizados à noite em Novo Hamburgo e Caxias do Sul.

Ao final de um dia de negociações, uma solução salomônica: Brizola participaria do comício em Novo Hamburgo, sem Biot, mas não iria a Caxias do Sul, terra natal do senador e onde o candidato a vice estaria. Esta fórmula deverá ser adotada em todos os atos conjuntos futuros do PDT e PT. Sem ser acompanhado por Lula, Brizola também participará de comícios de apoio montados por seu partido em Rio Grande, Pelotas e Santa Maria.

A entrevista de Brizola produziu uma reviravolta nas expectativas sobre o rumo da aliança, que tem como objetivo básico levá-lo ao palanque ao lado de Lula. Informado pelo presidente nacional do PT, Luís Gushiken, sobre o conteúdo da entrevista, Lula retardou seu embarque em São Paulo, enquanto em Porto



União: superada a crise, Lula e Brizola juntos

Alegre políticos do PT tentavam dissimular a situação alegando "problemas técnicos" no avião. No entanto, de acordo com um assessor que viajou com Lula, o candidato resolveu esperar um mínimo de definição do quadro antes de embarcar. Em nenhum momento cogitou-se cancelar a viagem, mas a carreta de Lula por cinco municípios da Grande Porto Alegre teve de ser cancelada por falta de tempo.

ÁGUA E CAFÉ — O incêndio provocado pela entrevista só começou a ser apagado quando Lula, interrompendo sua agenda, chegou, às 17h38min, ao hotel Plaza São Rafael para um encontro de emergência com Brizola — o terceiro

entre os dois desde o início da campanha do segundo turno. Na saleta da suíte 510 — três andares abaixo da suíte 810, onde na mesma hora a mãe de Fernando Collor de Mello recebia um grupo de amigos — Lula e Brizola trancaram-se aosinhos, enquanto assessores conversavam numa suíte vizinha e no saguão. Serviu-se aos dois água mineral e cafezinho, compartilhados a partir da metade da reunião por Luís Gushiken, presidente nacional do PT, chamado por Lula para acompanhar as negociações.

Após uma hora e dez minutos de conversa, Lula e Brizola apartaram-se para uma declaração conjunta à imprensa. "Não desconhecemos algumas dificuldades, mas nos considera-

mos competentes e capazes de administrá-las", iniciou Brizola. "Quero deixar publicamente a Lula um grande abraço em Caxias do Sul. De nenhuma forma as dificuldades têm a força de afetar a solidariedade dos trabalhadores", acrescentou. Após dizer que esperava que Biot não estivesse no palanque, Brizola observou: "Não quero ser constrangido e nem criar constrangimentos. A esta altura dos meus quase 60 anos eu tenho direito a isso". E acrescentou com novo sustento à sentença de Biot, numa declaração que provocou um sorriso desconcertado de Lula: "A rigor, acho que os fatos são claros e o bom senso é que ele (Biot) tivesse aquele grau de compreensão que nós esperamos dele". Brizola, porém, garantiu que o PDT se considera "impedido" em relação a qualquer possibilidade de indicação de um outro vice na chapa de Lula.

FOTO PARA COLLOR — O candidato da Frente lembra que era coloco da já antes do segundo turno a incompatibilidade entre Brizola e Biot, mas salientou que "a solução está dentro dos partidos da aliança", deixando claro, entretanto, que o senador do PSB seria mantido na posição. Lula disse também que não seria exigido o sacrifício de "alguma coisa" num palanque com outra pessoa se não quiser subir" e classificou todo o episódio como "perfeitamente administrável".

Para mostrar que aliança não estava rompida, os dois apertaram as mãos várias vezes para as câmeras fotográficas. Num destes compromissos, Lula, com sorriso, comentou: "Essa foto aqui é para o Collor, exibir na TV e falar mal da aliança". Os dois deixaram juntos o hotel num Opala branco, rumo a Novo Hamburgo, enquanto uma pequena multidão gritava os nomes de Brizola e Lula.

01/12/89

**CONGRESSO FORMALIZA
FRENTE PARLAMENTAR**

A candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República recebe hoje o apoio de 15 parlamentares federais, sendo 25 senadores e 100 deputados, integrantes do PMDB, PSDB e PDT. A adesão será formalizada às 14h30min, na Câmara, com o lançamento oficial da Frente Parlamentar Pró-Lula, que também vai divulgar um manifesto explicando os motivos do apoio ao candidato do PT. Dos 125 parlamentares da Frente, 48 são do PMDB. No manifesto, o grupo diz que apoiar a candidatura petista é uma obrigação, por ser ela a opção programada deste segundo turno. Para Wedekin, esta é uma oportunidade histórica de união.

Covas anuncia apoio público a Lula

P. 02 (00.00.)

Senador afirmou que cumpre a decisão da Executiva Nacional, mas não quer dizer se também subirá nos palanques com o PT

O senador Mário Covas (PSDB) disse ontem que a partir de agora cessará a defender publicamente a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, mas se equivocou ao dizer se vai participar efetivamente da campanha e subindo nos palanques da Frente Brasil Popular. Como

seu a decisão da Executiva, um apoio mais amplo está condicionado ao resultado das votações no partido por meio do PT.

— Vamos trazer toda coisa a seu tempo. Cumprirei a decisão da Executiva, que recomenda o voto a Lula e, explicitamente, pedirei votos ao candidato — afirmou Covas, irritado com o batelhido de perguntas sobre sua presença nos palanques de Lula.

Mário Covas ressaltou que, diante da decisão da Executiva do PSDB, seu engajamento na campanha vai depender das circunstâncias, ou seja, a própria Frente Brasil Popular

deve se pronunciar sobre o ingresso de sua presença e como será recebida pela multidão popular. Para o presidente do PSDB, Paulo Monteiro, a presença de Covas nos palanques vai depender especialmente de Lula. — Subir no palanque não é substitutivo. Seu resultado e consequência de decisão do PSDB”, completou Covas, insistindo em não definir o tipo de apoio que dará ao candidato da Frente Brasil Popular.

Exemplo — Apesar das dificuldades de conviver com o PT em São Paulo, o senador Mário Covas dei-

rou clara sua disposição de conversar com Lula sobre a campanha. Segundo, contudo, o exemplo de Leonel Brizola, que levou dirigentes do PDT para a sua reunião com o candidato da Frente Brasil Popular. Será também uma maneira de valorizar o PSDB”, completou Covas.

Embora o apoio dos tucanos não signifique adesão ao programa da Frente Brasil Popular que, segundo Covas, tem diferenças substanciais com o do PSDB, o ex-candidato do partido deixou claro que, se subir no palanque, manifestará as suas divergências com Lula, sem citar, evidentemente, as divergências (AG)

Executiva divulga nota

A Executiva Nacional do PSDB, reunida ontem em Brasília, divulgou nota oficial reafirmando o apoio ao candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva. Diz a nota: “Considerando a posição majoritária dos diretores regionais do partido e das bases partidárias, consultadas em amplo processo de democracia interna, a Comissão Executiva Nacional do PSDB decide: 1) Recomendar o voto em Luís Inácio Lula da Silva, no segundo turno da eleição à Presidência da República.

Mas ressalta as diferenças entre os dois programas e solicita aos partidos integrantes da Frente a condenação de todas as formas de violência na campanha e o compromisso de rigoroso respeito à Constituição e ao ordenamento legal do País. Diz também que a participação na campanha eleitoral será de acordo com cada região, quando a recomendar o voto a sua liderança e realizar a posição favorável ao parlamentarismo.

6/12/88

S. Rol (op. pp.)

Roberto Magalhães passa a apoiar Collor em Pernambuco

6/12/88 10h 07m 02s

□ Ex-governador, que apoiou Mário Covas no primeiro turno, é considerado um grande reforço para campanha do candidato do PRN

A campanha do PRN ganhou ontem um novo alento em Pernambuco: o ex-governador Roberto Magalhães, que duas semanas atrás desfilou-se do PSDB por não concordar que a executiva estadual desse partido tenha sustentado apoio ao candidato Luís Inácio Lula da Silva.

A conquista deve-se exclusivamente ao prefeito da capital, Joaquim Francisco, que há várias semanas vinha tentando convencer Magalhães a engajar-se na campanha de Collor. Este, que votou em Mário Covas no primeiro turno, estava hesitante

porque no início da campanha fez duras críticas a Collor chamando-o inclusive de "farsante".

Porém, após visitar algumas cidades do interior, preparando seus esquemas para disputar um mandato de deputado federal no próximo ano, o ex-governador rendeu-se às pressões das bases e comunicou a Joaquim que decidira "collorir". Os três — Magalhães, Joaquim e Collor — teriam um encontro secreto ontem em Brasília, mas só amanhã, quando voltar ao Recife, é que o ex-governador distribuirá uma nota aos pernambucanos explicando as razões de sua decisão.

Antes de viajar, ele disse que não ficaria "em cima do muro" e descartou mais uma vez a hipótese de apoiar Lula "pela impossibilidade de subir no mesmo palanque com Miguel Arraes". (AG)



Roberto Magalhães

6/12/89

BRASIL

BRASILIA

Ana Amélia Lemos

Brigas entre poderosos

Os dois candidatos à Presidência da República fizeram total respeito à Constituição, caso vençam as eleições. Mas tanto Lula quanto Collor pareceram dispostos a governar independente da vontade do Legislativo, contando apenas com a "pressão da sociedade". Isso bastou para trazer preocupações às lideranças responsáveis do Congresso Nacional. No primeiro turno, Collor e Lula, juntos, tinham bancada de 5% no Congresso. Derrotaram os maiores partidos e durante seis meses, um ou outro, terá de governar com o Congresso velho, encerrando mais um período legislativo, tal como ocorreu este ano, na Argentina. Mesmo assim, o governo sem dispor da maioria, que pertence aos radicais de Al-

fonsia, e durante cinco meses (a posse do novo Congresso foi agora) conviverá com o Legislativo no melhor estilo democrático. O vencedor do segundo turno terá de ter humildade e discernimento suficientes para alimentar uma convivência harmônica com o Congresso Nacional e com o Judiciário, se é que o respeito à Constituição é para valer e não apenas promessa de palanque. Nem Lula, nem Collor, apesar das alianças do segundo turno, terão tranquilidade para administrar sem entendimento com o Legislativo. O futuro presidente não poderá jogar o Legislativo à execração popular. Se fizer isso, estará abrindo o foso para a desestabilização total do País.

Lula dá prioridade à redistribuição de renda

Lula Indício Lula da Silva, candidato da Frente Brasil-Povo, explicou ontem no seu programa no rádio gratuito na televisão, a ideia, e no pretende "fazer uma justa distribuição de renda no País", de qual 13% estão concentrados nos mãos de apenas 1% da população, enquanto que outros 13% estão com 30%.

No Brasil, poucas pessoas são ricas demais. Os trabalhadores, que produzem toda a riqueza, dela não se beneficiam", declarou Lula.

Para o candidato, não é necessário primeiro deixar o bolo crescer para depois distribuí-lo, como defendem

"alguns empresários". É possível, disse Lula, fazer uma distribuição de renda mais justa agora, "aumentando o salário dos trabalhadores". A renda de cada família pode ser direta, constituiu-se, através do salário, ou indireta, através de melhor educação, saúde, transporte, coisas que o Governo pode providenciar. "Não queremos distribuir renda tirando da classe média, mas nas grandes riquezas", explicou.

Lula disse que é um sonho de todo mundo ser classe média, ter boa escola para os filhos, um

boim sistema de saúde, ir a praia nas férias ou tomar um chapinho no fim de dia. "Isso não é privilégio, é um direito". É preciso que se tenha sejam supridos os interesses na produção e que os trabalhadores possam melhorar o trabalho.

No programa de rádio na televisão, Lula respondeu ao pedido de críticas que Colôr fez à sua candidatura contra seu governo e sua candidatura no programa de J. J. Faria. Disse que há um "jogo de guerra" entre os dois programas, que o presidente da Pesp, Mário Amato, após Colôr,

mas que o candidato do PSN escolheu de lado". O programa de Lula também afirmou que Colôr queria esconder o apoio de Roberto Carlos Alves, ministro da Indústria e Comércio; de Roberto Marinho, presidente das Organizações Globo; de Antônio Carlos Magalhães, ministro das Comunicações; e de Ronaldo Caiado, ex-candidato do PSD no primeiro turno e ex-presidente da UDR. E concluiu: "Por três dias (mostrando na tela a foto de Colôr) estão os homens que levaram o Brasil a esta crise. Por mais que eles queira, nunca vai poder desmentir isso".

F.P.O. (C.P.P.)

Covas foge a apelos de Lula

SÃO PAULO — Disposto a aguardar decisão do PSDB sobre eventual acordo com o candidato do PT à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, o candidato derrotado dos tucanos, senador Mário Covas, tem-se mantido quase escondido em São Paulo, onde não atende nem mesmo os insistentes apelos feitos pessoalmente por Lula. Covas tem conversado apenas com amigos pessoais e membros do Diretório Nacional do PSDB, e deixado claro que espera de Lula uma demonstração explícita de que está disposto a constituir uma frente de partidos. "Até agora o PT parece estar interessado muito mais na adesão do PSDB do que em um acordo que envolva a discussão de programa de governo", tem-se queixado o senador.

Os tucanos fazem coro com o candidato derrotado do PSDB, reivindicando uma postura que classificam de menos chantagista e mais política. O PT teve 16% dos votos. Agora, se quiser garantir 51%, precisa ampliar o programa e representar um conjunto maior de forças, disse um dos integrantes da executiva nacional do partido. O próprio presidente nacional do PSDB, Franco Montoro, não se cansa de repetir o exemplo de Portugal nas últimas eleições para presidente. "O Mário Soares obteve no primeiro turno 22% dos votos. Abriu mão de seu partido, o PS, e disse que no segundo turno seria o presidente dos portugueses. Fez alianças, ampliou o programa e ganhou as eleições". Ontem, respondendo a notícias de que o PT só esperava até sexta-feira por uma decisão do PSDB, o ex-governador contra-atacou. "Política não se faz com ultimato, se faz com discussão de programa".

Comissão — Entre os gestos e iniciativas apontados pelos tucanos como demonstração de vontade política de chegar a um acordo para o segundo turno, estão basicamente a formação de uma comissão suprapartidária para discutir o programa de governo de Luis Inácio Lula da Silva e um calendário de reuniões entre a Frente Brasil Popular e o PSDB.

Até o final da tarde de ontem, no entanto, o PT não tinha ainda entregue ao líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco, o programa de Lula, cujo envio havia sido prometido pelo presidente nacional do PT, Luis Gushiken, para a manhã de terça-feira. "Nós havíamos recebido oficialmente os 13 pontos da Frente Brasil Popular. Discutimos e discordamos de alguns itens. Os representantes da Frente disseram depois que aquela era apenas uma plataforma eleitoral e ficaram de nos mandar o programa até terça-feira. Estamos aguardando", disse Scal-



Mário Covas

co, que previa para o final dessa semana uma decisão formal do PSDB, caso o programa de governo de Lula seja entregue em tempo hábil para ser analisado.

Resistência — Colocada como uma "contribuição à democracia" pelo presidente nacional do PSDB, Franco Montoro, a exigência de acordo em questões programáticas é também uma forma de facilitar o caminho de Mário Covas rumo a um apoio explícito ao PT. Embora tenha afinidades com Lula, Covas conta com a resistência de suas bases em São Paulo, onde obteve 3,8 milhões dos 7,7 milhões que recebeu nas eleições. O próprio filho do senador, Mário Covas Neto, votou pela rejeição ao candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, e pela independência do PSDB em relação ao PT, durante reunião de seu diretório, no Jardim Paulista, realizada na semana passada.

A posição de Mário Covas Neto foi compartilhada no Diretório Regional do PSDB — que se reuniu na sexta-feira com prefeitos, bancadas e representantes de cada núcleo —, por 80% dos diretórios zonais e municipais do estado, embora ao final do encontro tenha sido aprovada uma nota propondo a negociação com o PT. A mulher do ex-candidato, Lila Covas, aplaudiu entusiasmada a defesa da independência numa dessas reuniões.

Encida Barbieri, membro do Diretório Regional do PSDB em São Paulo e presidente da zonal do bairro de Indaiatuba, muito ligada ao grupo do senador Mário Covas, resumia ontem o sentimento da boa parte dos tucanos em São Paulo. "Não voto no Collor, mas também não sei se votarei no Lula. A Erundina tem feito uma gestão autoritária em São Paulo. Não tenho confiança no PT. Nossos programas são diferentes e acho que deveríamos ficar independentes, a não ser que o PT abra mesmo a discussão de programa de governo", afirmou Encida.

30/11/89

F. DOL. (P.D.)

8910151

2000 1022 30/11/89

Collor explica programa de governo

□ Espaço do PRN na TV foi para detalhar a implantação de seu programa de governo e com duras críticas a Brizola, Lula e outros

O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, começou ontem a detalhar seu programa de governo no horário de propaganda gratuita. Ele pretende acabar, em pouco tempo, com o "sofrimento dos pobres" e expulso de onde vir o dinheiro para cumprir suas metas. Serão necessários, segundo ele, 94 bilhões de dólares a mais para cumprir seu programa, que virão de quatro fontes. A primeira será a reforma fiscal, de onde virão 45 bilhões de dólares, através de um duro combate aos sonegadores de impostos.

A segunda fonte, será a reforma administrativa, que gerará 6 bilhões de dólares, "resgatando a eficiência e dignidade do serviço público, acabando com os marajás e reduzindo pela metade os ministérios". A terceira fonte será a reforma patrimonial, que vai render 13 bilhões de dólares, pela privatização de estatais não estratégicas. E a última fonte — de 12 bilhões de dólares — será a renegociação do pagamento da dívida externa, ao mesmo tempo garantindo o desenvolvimento do País.

Críticas — O programa de pro-



Collor: dinheiro para cumprir as metas



riqueza na mão dos que produzem

pagenda eleitoral gratuita do PRN, já no horário das 13 horas, e também a noite, fez duras críticas ao candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva. Usando ao fundo a música "Cambaleão", afirmou que quem apóia Lula são pessoas viadas da ditadura militar, amigos ou parentes do presidente José Sarney ou, ainda, quem não acredita em Lula.

Começou mostrando Brizola — que apóia Lula — declarando que "as petições são demasiadamente elitizadas e pressunçosas para admitir dar voto ao Leonel Brizola". A seguir, o locutor disse: "Pendurada com Lula no mesmo cachaço do segundo turno, tem gente de todo tipo: Wilson Bragança, Malufista; Francisco Pereira, que foi presidente da Arena, foi do

PDS e governador bônus de Minas Gerais, servindo à ditadura; Moreira Franco, que veio do PDS e foi candidato do Sarney; Jorge Murad, genro do Sarney; Zequinha Sarney, filho do Sarney; e tem até o Sarney".

A crítica prosseguiu dizendo: "Fazendo pesar mais o cacho do cambaleão, tem ainda o Arraes, que ficou em cima do muro do PMDB, e o Brizola, que já disse que o Lula não tem competência para governar. Se desabar este cacho, sei de baixo".

Com uma foto de Luis Brundina na tela, o programa do PRN afirmou que "uma coisa é o que o PT diz; outra é o que o PT faz", dizendo que nas eleições o partido promete valorizar o trabalhador e quando eleito faz exatamente o contrário, se referindo às greves dos municípios paulistas, quando os funcionários pediam

aumento salarial e a prefeitura não deu, deixando a população sem serviços de saúde.

Para concluir, apareceu a palavra "incompetência", onde as letras "PT" estavam em destaque. No final do programa, foi dito que "o PT inventou" ao mostrar Collor como o candidato de alguns empresários como Mario Amato, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Luis tinha usado em seu primeiro programa Amato e outros empresários afirmando que iam votar em Collor, mas o PRN respondeu mostrando Claudio Humberto, seu assessor de imprensa, explicando que "Collor é o candidato dos oprimidos deste País. As pesquisas indicam que 90% dos mais de 20 milhões de votos que recebeu vieram das classes D e E".

7. POC (P.D. P.)

30/11/89

A desmilitarização do governo

Luiz Orlando Carneiro *

A extinção de ministérios e de outras repartições públicas — principalmente a dos ministérios militares, que passariam a ser secretarias de um "civilizado" Mi-



nistério da Defesa — é uma questão, entre outras, que passou a ser tratada menos afoitamente pelos dois postulantes à presidência da República. Sentindo o crescente peso de suas responsabilidades, e vendo-se obrigados a algumas cessões e concessões para somar apoios, os candidatos vão verificando que os compromissos de um quase-presidente não podem ser tão bombásticos quanto as promessas de um candidato de primeiro turno.

Até o último dia 15, Collor de Mello e Lula da Silva pareciam estar de acordo, por exemplo, com a necessidade de "desmilitarizar o governo", ou seja, concretamente, criar o Ministério da Defesa, entregá-lo a um paisano e acabar com o Serviço Nacional de Informações.

Nas entrevistas concedidas à revista *Isto É Senhor*, tanto Lula como Collor deram, aparentemente, um passo atrás, reconhecendo que a questão militar deve ser "trabalhada com cuidado" (Lula), ou que "o papel dos militares está muito bem delimitado no texto constitucional" (Collor). O candidato do PT, menos enfático do que antes, afirma que vai "batalhar para tentar criar condições de ter um Ministério da Defesa". O candidato do PRN já diz que o Ministério da Defesa é uma "consequência lógica do parlamentarismo..." (?)

Os dois postulantes ao Palácio do Planalto não devem ter concluído, apenas, que a questão militar não chegou a empolgar o eleitorado. Sabem que entre as atribuições mais importantes do presidente da República está a de exercer o comando supremo das Forças Armadas. Quem for eleito terá de conviver com elas, da mesma forma que terá de coexistir com o Congresso. Mesmo que o sucessor do presidente Sarney tenha mais de 50% dos votos válidos, não terá ele condições políticas de criar, na marra, um Ministério da Defesa sem o *aval* das Forças Armadas e sem lei aprovada pelo Congresso.

A posição das Forças Armadas con-

tra a criação do Ministério da Defesa continua a mesma da época da Constituinte. O argumento mais importante é político. Acha os chefes militares que a ideia dos defensores de um tal ministério é reduzir a capacidade dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de influir politicamente, esquecendo-se de que o acesso dos ministros militares ao Presidente é um caminho de mão dupla: "Se eles tratam diretamente com o Presidente dos assuntos da força, são, por outro lado, igualmente influenciados por ele."

Na opinião de um oficial-general, reduzir os ministros militares à condição exclusiva de comandantes de suas forças seria o mesmo que isolá-los. Consequência: a lealdade devida ao Presidente da República tenderia a voltar-se para lealdade à corporação.

Quanto à extinção do SNI, promessa reiterada esta semana por Collor de Mello, verifica-se uma certa indiferença no meio militar. Mesmo porque, para usar a expressão de um general, o cliente único do SNI é o Presidente da República. As três forças têm seus próprios serviços de informação, e mostram-se de acordo com a ideia defendida pelo candidato do PRN: a substituição do SNI por "um órgão de inteligência, desmilitarizado, que não tenha *status* de ministério".

A proposta de uma nova estrutura do Poder Executivo, constante das "Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor de Mello", prevê a redução do número de ministérios para 10, 11 ou 12, mantendo os ministérios do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ao contrário do que vinha apregoando o candidato. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que tem *status* ministerial, passaria a ter função de assessoramento, assim como os gabinetes civil e militar.

Também nesse caso, não há nenhuma oposição sensível por parte dos comandantes militares. O Chefe do Gabinete Militar — seja ele escolhido ou não em sistema de rodízio, como acontece no EMFA — continuará a ser o secretário do Conselho de Defesa Nacional, criado pela nova Constituição para substituir o Conselho de Segurança Nacional.

Portanto, caso o Presidente eleito venha a propor ao Congresso uma nova estrutura do Poder Executivo, começando por podar o excesso de militares com *status* de ministro, não terá problemas. Desde que não insista na criação do Ministério da Defesa.

* Diretor Regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília

Frente pró-Lula

Parlamentares dos partidos de esquerda estão articulando a frente que deverá reunir cerca de cem deputados e senadores

Será criada na próxima quarta-feira, no Congresso Nacional, a Frente Parlamentar Pró-Lula, de caráter pluripartidário. A Frente, que está sendo articulada pelos líderes do PT, Plínio de Arruda Sampaio, do PSB, João Harman, e do PC do B, Haroldo Lima, deverá reunir cerca de cem



Luís Inácio da Silva

F.P.R. (P.P. P.P.)

Frente no Congresso

deputados e senadores dos partidos que já compõem a Frente Brasil Popular, e mais parlamentares do PDT, PCB, PSDB e da esquerda do PMDB.

Esta iniciativa é considerada de grande importância política, pois envolve um engajamento efetivo desses parlamentares na campanha de Lula, no segundo turno, e num futuro governo da Frente Brasil Popular. A Frente, que será lançada através de um Manifesto tem como objetivo também, aglutinar estes parlamentares em torno do programa

dos 13 Pontos do Frontal, que estão sendo questionados especialmente pelo PSDB.

A formação da Frente Patria-mentar Pró-Lula visa ainda, dar uma grande demonstração de força política, "revelando a opinião pública qual é a base política inicial do governo Lula". Além disso, as lideranças da Frente Brasil Popular avaliam que o entendimento direto entre as bases parlamentares destes partidos será fundamental para "quebrar resistências nas cúpulas a uma participação maior na campanha". (Brasília/ZH)

8910151

30/11/09

30/11/89.

Frente abranda programa

PT cede em cinco pontos para manter PDT e atrair PSDB

João Bosco Rabello

BRASÍLIA — A Frente Brasil Popular (PT-PC do B-PSB) concluiu ontem à noite a redação do novo programa de governo, adaptada às exigências do PSDB e do PDT para apoiar Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno da eleição presidencial. O texto, a ser divulgado, abranda pelo menos cinco pontos considerados como obstáculos à ampliação da aliança de apoio a Lula: reforma agrária, poder sindical, educação, comunicações e militares. O documento, que ainda ontem era esperado pelo líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), atende ainda a sugestão do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que sugeria um tom mais nacionalista.

A concessão mais clara feita pela Frente Brasil Popular na busca de um acordo é em relação à unicidade do comando militar. Segundo um integrante da Frente com acesso às negociações, o documento que será submetido ao PDT e ao PSDB dilata o prazo para implantação do Ministério da Defesa, sob o argumento de que a mudança na estrutura de poder militar deve servir ao país e não apenas a um governo. O documento não explicita, mas é intenção de Lula testar o sistema no Comando Militar da Amazônia, que seria submetido ao comando único. "O programa não abrirá mão da tutela da sociedade civil sobre a estrutura militar, mas será mais flexível nessa questão", conta o informante.

Brasília. — O novo programa acolhe duas reivindicações básicas do candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola, ao adotar os Cicps, no setor educacional, e ao propor mudanças significativas nas regras para a área das comunicações. No último caso, estabelece a revisão das concessões de rádio e televisão dos últimos anos e prevê controle absoluto do Estado sobre os meios de comunicação. Também prevê a ampliação do sistema estatal de rádio e TV (Radiobrás e TV Educativa), eliminando as restrições legais na área publicitária.

O temor de que o governo de Lula resulte numa república sindicalista, manifestado pelo PSDB, também mereceu a atenção dos redatores da Frente Brasil Popular. Eles acreditam ter eliminado do texto do programa

de campanha tudo o que sugerir corporativismo. Ao PSDB também foi sinalizada uma reforma agrária rigorosamente dentro dos termos constitucionais vigentes, embora seja inevitável, para a Frente Brasil Popular, o retorno à discussão sobre o conceito de terra produtiva, um dos mais polêmicos da Constituinte e que acabou credenciando o líder da UDR, Ronaldo Caiado, a candidatar-se à Presidência da República.

"Faremos a reforma agrária com a Constituição na mão", resumiu um parlamentar da Frente, assegurando que repetia o que ouviu de Lula em reunião recente. Segundo esse mesmo parlamentar, um dos primeiros atos do governo da Frente será o envio de proposta de lei complementar regulamentando o capítulo da Constituição sobre reforma agrária, definindo critério de terra produtiva.

Dívida. — A Frente Brasil só não alterou seu programa em relação à dívida externa. Lula considera negociável a suspensão do pagamento, conforme repetiu aos embaixadores da Comunidade Económica Europeia (CEE), na terça-feira. Para o candidato da Frente, a solução da crise económica exige uma decisão política em relação à dívida. Nesse sentido, aliados seus reproduziam ontem as declarações do candidato aos integrantes da CEE.

Lula, de acordo com essas versões, disse aos embaixadores que não pretende negociar com "gerentes de bancos", mas com "chefes de Estado" e que se a solução para a inflação fosse problema económico, e não política, "estaria resolvida com a contratação dos economistas que a solucionaram em Israel e Bolívia".

Frente. — Com a apresentação desse documento, feito para um acordo, a Frente espera desobstruir os canais de diálogo principalmente com o PSDB. Pelo menos os obstáculos formais estarão removidos. Os petistas não acreditam, porém, que o programa de governo venha a alterar o comportamento da cúpula do PSDB, na qual identificam o propósito de inviabilizar o apoio a Lula através do retardamento das negociações para o segundo turno.

A resistência das lideranças dos tucanos, porém, poderá ser removido com a divulgação de uma lista com assinaturas de, pelo menos, 20 parlamentares do PSDB favoráveis ao apoio a Lula. A lista — que é o primeiro passo para formação de uma frente parlamentar — tem assinaturas também de 40 parlamentares do PMDB e circulou ontem nos gabinetes do Congresso Nacional.

F. P. C. (P. P. P. P.)

João Bosco Rabello

8910151

Brizola quer incluir 12 pontos no programa do PT

A comissão executiva encaminhou a proposta de inclusão de 12 pontos no programa do PT para o candidato ao Senado Federal, Fernando Brito, em uma carta enviada ao presidente do partido, João Goulart, em 12 de maio.

Os pontos são:

1. Reforma agrária;
2. Reforma tributária;
3. Reforma da estrutura do ensino;
4. Reforma da estrutura do trabalho;
5. Reforma da estrutura da saúde;
6. Reforma da estrutura da cultura;
7. Reforma da estrutura da ciência e tecnologia;
8. Reforma da estrutura da defesa;
9. Reforma da estrutura da administração pública;
10. Reforma da estrutura da justiça;
11. Reforma da estrutura da segurança;
12. Reforma da estrutura da economia.

Brizola, Fernando Brito, que retornou ao Rio de Janeiro em 12 de maio, disse que os pontos são essenciais para o programa do PT e que ele quer vê-los incluídos no programa do partido.

F. POL (P.P.P.)

01/12/89

8910151

8910151

01/12/89.

F. RA (PP. PP.)

PT e PDT chegam a acordo

SÃO PAULO — O PT e o PDT já acertaram os pontos principais de um programa comum de governo, que deverá envolver os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), o funcionamento da Base da Constituição e um novo estatuto para a proposta de reforma agrária. A decisão foi adotada em reunião de uma hora e meia realizada antecorrem, na sede nacional do PT, em São Paulo, entre os representantes do ex-governador Leonel Brizola — o deputado Vinícius Barbosa, o dirigente do PDT Cibília Vianna e o jornalista Fernando Brito — e dois dirigentes do PT: o presidente nacional, Luís Carlos Bressane, e o secretário-geral, José Dacosta. Brizola acompanha as negociações a distância. Ele viajou antecorrem para Miami com sua mulher, dona Neusa, e deve retornar somente na próxima semana.

Formalmente, o PT ainda vai analisar os pontos exigidos pelo PDT durante o encontro. Mas o secretário-geral do partido, José Dacosta, afirma que não há nenhuma incompatibilidade entre as exigências feitas pelos representantes do PDT e os 13 pontos da Frente Brasil Popular. "Os Cieps são totalmente compatíveis com a nossa proposta de educação. O projeto Cibília Vianna analisa o programa do PT e garante que não há divergências. O novo estatuto colocado para a reforma agrária também pode ser absorvido", assegura José Dacosta.

Até a aprovação da Base da Constituição poderá ser incluída no programa de governo de Lula, segundo José Dacosta. "É natural que esta questão faça parte do programa, porque demandará recursos altíssimos e uma ação conjunta dos governos municipal, estadual e federal", diz.

Conforme a formalização da aliança com o PDT, o secretário-geral do PT informou que hoje se reunirá o

candidato Luís Inácio Lula da Silva deverá falar pessoalmente com o ex-governador Leonel Brizola. Enquanto isso, o coordenador da campanha do PT, Wladimir Pomer, já está acertando com assessores do PDT detalhes de acordo para a participação de Brizola nos comícios de Lula. José Américo, um dos coordenadores do programa de televisão do candidato do PT, está fazendo o mesmo com o jornalista Fernando Brito para atuar as atividades do candidato derrotado do PDT no horário eleitoral gratuito do PT.

Entretanto — Se o processo com o PDT já está bastante avançado, a aliança com o PSDB continua sendo indefinida. Com certa irritação, José Dacosta informa que o PT já tem o programa de governo do partido para ser assinado pelos tucanos. "Estamos pacientemente aguardando uma resposta", diz ele, garantindo, no entanto, que no Brasil "os tucanos já aderiram a Lula. Basta ver os comícios realizados em Baré, Florianópolis e Jorilli", afirma.

José Dacosta diz ter sido informado de que uma cúpula do PSDB está analisando o programa de governo do PT e só se reunirá com representantes de Lula na terça-feira. "Mas a campanha já está nas ruas e a direção do PSDB, em caso de uma proposta, que ainda não é o da Frente Brasil Popular, tem que propor um programa comum ou dizer que não vai mais lutar", afirma.

O secretário-geral do PT afirma concordar com a necessidade de um programa comum. "Mas a direção do PT e este programa já deveria estar pronto", afirma. "Para fazer um programa comum tem que ter vontade política. Nós temos. Precisamos ver se há vontade política de ganhar a eleição e governar com responsabilidade e participação do PT e do PSDB. E se é possível estabelecer um programa comum. Para isso não há necessidade de um programa de governo de 200 páginas", afirma.

JORNAL DO BRASIL 01/12/89

8910151

01/12/82.

F.Pd (P.P.P.)

PDC define-se pelo PRN

O PDC decidiu ontem apoiar o candidato do PRN na eleição presidencial, Fernando Collor de Mello. A justificativa para o apoio é que "Collor tem um programa mais parecido com as propostas do PDC", explicou o presidente do partido, deputado Gidel Dantas. No primeiro turno da eleição, o PDC não lançou candidato próprio e ficou dividido entre as candidaturas de Collor de Mello e Guilherme Afif Domingos, do PL. O próprio Gidel Dantas, pastor evangélico, começou a trabalhar a candidatura do PRN junto ao seu eleitorado há cerca de quatro meses. O PDC atualmente tem 17 deputados federais, três senadores, três governadores, tem 2 mil 500 vereadores, 450 prefeitos, 160 deputados estaduais e dois mil diretórios organizados.

2210 10151

f. pol (pp. pp.)

7912410 20V0202

A proposta da Frente Brasil Popular — elaborada por 50 pessoas, entre elas países, profissionais liberais e entidades sindicais — pretende despesar 60 milhões de hectares de terras, oferecendo a cada família brasileira uma área de 30 hectares. De acordo com o plano, existe em todo o País 165 milhões de hectares de ter-

TEMAS PENDENTES — O prole-

TEMAS PENDENTES — O prole-

01/12/89.

01/12/89

F. P. C. (P. P. P.)

Lula convida PSDB para participar de seu governo

BELO HORIZONTE — O candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, anunciou ontem, nesta capital, que mais do que o apoio para sua eleição, ele quer do PSDB e demais partidos de esquerda "ajuda para tomar posse e, sobretudo, para administrar o país, num governo de co-responsabilidade". Segundo Lula, na América Latina sempre há dúvida se o presidente eleito tomará posse, pois os militares se consideram "donos da democracia".

Lula deu entrevista, após almoçar na residência oficial do prefeito Pimenta da Veiga, com quem esteve para tentar agilizar o apoio do PSDB à sua candidatura. O candidato da Frente Brasil Popular conseguiu que Pimenta da Veiga se compromettesse a servir de intermediário entre ele e a direção nacional do partido.

Segundo Lula, a nova frente de esquerda que está buscando formar para apoiá-lo no segundo turno (contando com o PDT, o PSDB, o PCB, o PH, o PV e parte do PMDB) deverá elaborar, conjuntamente, um programa econômico, com políticas de desenvolvimento, industrial, agrícola, de reforma agrária e, sobretudo, salarial. Ele afirmou que está "totalmente aberto" a discussão deste novo programa.

"Os 13 pontos do programa da Frente Brasil Popular não são empilhados a alianças, porque são uma plataforma de campanha e não um programa de governo", disse Lula. As sugestões apresentadas pelos partidos com os quais o PT está buscando alianças estão sendo bem aceitas, segundo ele, citando o exemplo do PDT. O mesmo será feito com as sugestões do PSDB, que deverão ser utilizadas para um "aprofundamento do programa de governo".

"Estamos conversando, não no sentido apenas de buscar ajuda para ganharmos eleições. Isso seria pouco. Queremos que nos ajudem a tomar posse e, sobretudo, a

administrar o país num governo de co-responsabilidade", afirmou Lula.

Segundo o candidato, a demora em obter apoio dos demais partidos de esquerda "é própria da democracia". "No tempo da Arena, não tinha demora. Agora que há mais liberdade, o Mário Covas tem de rezar pela cartilha do PSDB", disse Lula. Ele alegou que também tem que consultar o partido antes de tomar qualquer decisão. Manifestou a certeza, porém, de que, na campanha do segundo turno, a estrela-símbolo do PT ficará ao lado do tucano do PSDB e da rosa do PDT.

O candidato da Frente Brasil Popular almoçou com Pimenta da Veiga em companhia dos dirigentes regionais José Maria Rabelo, do PDT, Sérgio Miranda, do PC do B, Antônio Carlos Pereira, do PT, Jorge Specht, do PH, e Arutana Coberio, do PCB. Com duas horas de atraso, Lula chegou à residência oficial do prefeito, no elegante bairro da Pampulha, às 14h30. O candidato estava acompanhado de sua mulher, Maria Leticia, e de vários assessores. Eles foram recebidos pelo prefeito e por sua mulher, Elizabeth.

O grupo conversou durante 45 minutos. Pimenta da Veiga reclamou do veto do PT paranaense ao apoio do senador José Richa (PSDB-PR) e Lula o acalmou, demonstrando logo seu espírito conciliador. "O PT não tem o direito de vetar nomes, porque não estamos fazendo alianças com pessoas, mas partidos", garantiu. Às 15h15 todos os presentes se retiraram da sala, deixando que Lula e Pimenta da Veiga conversassem a sós durante mais 15 minutos. Em seguida, almoçaram rosbife ao molho de champignon, arroz branco, salada de legumes e batatas cozidas, acompanhadas de cerveja, uísque Ballantine's, refrigerante e água. Às 16h15 Lula e Pimenta, bem humorados, deram entrevista coletiva.

Jornal do Brasil 01/12/89.

02/12/89 -

F. POL (P.P. PP)

JORNAL DO BRASIL 02/12/89 -

Lula e Collor já têm suas bancadas

Campanha rachou o Congresso em dois blocos eleitorais

Rita Tavares

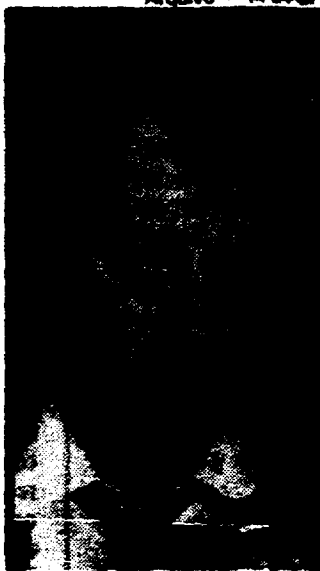
BRASÍLIA — Depois de ouvir a defesa que o deputado Haroldo Lima (BA), líder do PC do B, fazia da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República, o deputado Bezerra de Mello (PMDB-CE) subiu à tribuna e classificou Lula de "figura caricata", responsabilizando-o pela eventualidade de uma "aventura ideológica catastrófica". O líder do PDS, deputado Amiral Netto (RJ), criticou o apoio que setores da Igreja dão a Lula e disse que o país está próximo do comunismo. Lima, irritado, afirmou que existe uma "cruzada da direita" contra o candidato da Frente Brasil Popular.

A cena é de uma sessão da Câmara dos Deputados esta semana, quando ficou comprovado que já existem dois blocos informais de apoio aos candidatos Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva, embora a maioria dos partidos não tenha se decidido oficialmente por nenhum dos dois. "O Bezerra fez um pronunciamento brilhante", disse o deputado Basílio Villani (PRN-PR), um dos coordenadores da campanha Collor, que passou a ser uma das estrelas do Congresso Nacional a partir da classificação do candidato para o segundo turno.

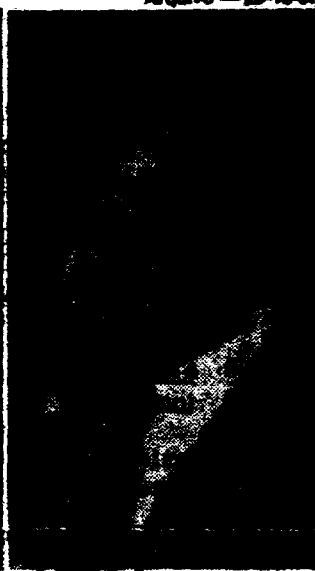
Grupos — Embora a bancada de Collor tenha apenas 24 deputados, ele conta hoje com o apoio de quase 150, que são classificados em dois grandes grupos por Villani: os *caracóis*, que preferem não declarar publicamente sua preferência, e os *água-com-água*, que apoiam Collor mas não são xitas. Entre os *caracóis* está o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), conhecido por sua capacidade de se alinhar a qualquer governo. Da tribuna da Câmara, Gibson classificou como "absurda, esquisita, estranha, extravagante e estapafúrdia" a proposta de democratização do Estado e da sociedade feita pela Frente Brasil Popular.

Gibson informou porém que acatará a decisão da Executiva do PMDB de apoiar Lula. "O engajamento na campanha, no entanto, terá a dimensão e a intensidade que minha consciência, minha vida pública e política orientarem e determinarem", advertiu. O ex-maioista Victor Faccioni (PDS-RS), está no grupo *água-com-água*: fez uma ponte entre a queda do Muro de Berlim e a candidatura de Collor para anunciar que já estava no "bloco pró-Brasil Novo".

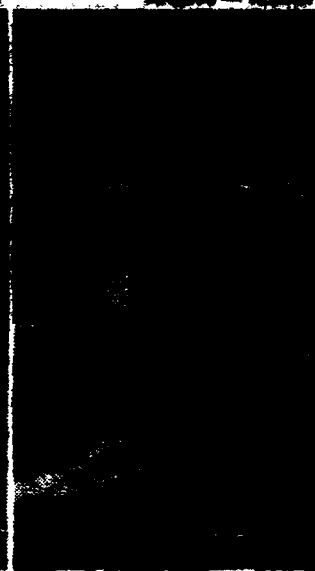
Enquanto os aliados de Collor se concentram do lado esquerdo do plenário da Câmara,



Victor Faccioni



Haroldo de Lima



Nilson Gibson

ra, os de Lula ficam no lado direito. Os vizinhos habituais dos 16 deputados do PT eram os deputados do PCB, do PC do B e do PDT. Mas, na última semana, as alas mais à esquerda do PSDB e do PMDB aproximaram-se dos petistas, chegando mesmo a ocupar as cadeiras da bancada. "A bipolarização é uma consequência natural do momento político", analisa o tucano Sigmaringa Seixas (DF), um dos organizadores de um manifesto pró-Lula, que pelo menos 120 deputados deverão assinar.

Camalhões — Ante as dívidas da direção do PSDB, vários tucanos não se cansaram de repetir, durante a semana, que o apoio a Lula é uma obrigação da esquerda. "Este parece-me ser o caminho e estou disposto a dar suporte a essa luta democrática", anunciou o deputado Hermes Zanetti (PSDB-RS). No mesmo tom, a deputada Cristina Tavares (PSDB-PE), que apoiou a candidatura de Leonel Brizola (PDT), garantiu que Lula terá uma "frente poderosa" no Legislativo, capaz de lhe garantir estabilidade.

No bloco de esquerda, o que atraiu mais atenção, no entanto, foi a dobradinha José Thomaz Nonô (PFL-AL) e Eduardo Bonfim (PC do B-AL). Inimigo regional de Collor, Nonô apoiou Brizola no primeiro turno. Eleito deputado com o apoio dos usineiros de Alagoas, é agora obrigado a se aproximar da Frente Brasil Popular, onde sempre esteve Bonfim, militante de esquerda que ataca a concentração de poder por parte dos usineiros. No plenário da Câmara, Nonô e Bonfim esqueceram as brigas do passado e tornaram-se amigos.

Embora diga que está pedindo "até pelo amor a Deus para que trabalhem pró-Collor", Villani admite que tem enfrentado alguns

inconvenientes. Não falta quem ofereça apoio a Collor e emende uma observação: "Agora, você vai estar por cima...", insinuando que o troco será cobrado no futuro. Mais assustado ainda está o deputado Arnaldo Faria de Sá (PRN-SP): contratou quatro funcionários para ajudar quatro outros a cuidar do escritório paulista. Em Brasília, sem telefone tocar o dia todo e até de madrugada. Osvaldo Abrão, secretário do ex-presidente Málio Quadros, telefonou às 6h da manhã.

Alkmin — No PT, não tem sido diferente. Logo após a vitória de Lula, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) chamou os jornalistas e disse: "Lula". Em seguida, telefonou diversas vezes para o deputado Paulo Delgado (PT-MG), sem sucesso. Até que se encontraram casualmente na Câmara. Israel reclamou que tinha ligado, mas que Delgado não tinha retornado a ligação. "Não sabia para onde ligar — se Minas ou Brasília", desconversou o petista. Ao que Israel retrucou: "Não dê uma de Alkmin para cima de mim", referindo-se ao astuto político mineiro do velho PSD, José Maria Alkmin.

Menos elegante foi o deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), que parou o deputado José Genoino (PT-SP) num dos corredores da Câmara e fez a observação: "Na Constituinte, você já tinha percebido que eu estava com vocês". Para não deixar dívidas de sua opção, subiu à tribuna e anunciou: "A eleição de Lula, com as forças que o apoiam sem subserviência, será a única solução para reconhecer legitimamente que o capitalismo nacional sustenta a paz social". Na Constituinte, Campos foi integrante do Centrão, grupo conservador adversário da esquerda.

2 ÉPO HORA 03/12/89.

Adesões são garantia de sustentação para Collor

F.P. (A.P. R)

VALÉRIO BRITOS

Recife/PE

Se o candidato Collor não for eleito, a Presidência da República ficará em mãos de Collor de Melo, mas a deposição de Collor não impedirá os parlamentares que hoje integram seu partido para poder sustentação política no Congresso Nacional, certamente não conseguirá sua maioria de interesse de seu governo, sejam aprovadas. Mas se as adesões à sua candidatura continuarem crescendo, e no do eleito, ele demonstrará habilidade em fazer alianças, o problema poderá ser resolvido.

Em termos de sustentação pelo congressual, o PRN é considerado um partido pequeno. Porém, somente 23 parlamentares federais, dos quais 21 são deputados e dois senadores. Entretanto, desde o primeiro turno, com mais intensidade nesta fase final da campanha, Collor tem recebido apoios de membros de diversos partidos, a maioria do PFL, mas também do PDS, PPS, PDC, PL, PMDB e até do PDT, embora estes sejam de sua maioria.

Cerca de 50 parlamentares já anunciaram formalmente seu apoio a Collor. Alinhados do congressualmente sua for-

em dentro do Legislativo. Nos últimos meses, Collor tem recebido apoio de muitos congressuais. Mas, a sustentação política de Collor não é suficiente para garantir sua vitória. A sustentação política de Collor não é suficiente para garantir sua vitória. A sustentação política de Collor não é suficiente para garantir sua vitória.

Presidente vai governar com dificuldades

□ Falta de maioria no Congresso Nacional vai obrigar o próximo chefe do Executivo a formar alianças e negociar pontos de seu programa

VALÉRIO BRITOS

Brazil 2H

Seja Collor, seja Lula, o futuro presidente poderá deparar-se com a ingovernabilidade, por não ter maioria no Congresso Nacional, um poder que não foi fortalecido com a Constituição do ano passado e pelo qual deverão passar os principais instrumentos jurídicos a serem editados pelo Executivo. Para formar maioria, alianças terão que ser feitas, envolvendo a revisão de muitos pontos defendidos pelos hoje candidatos.

O deputado Maurício Ferreira Lima (PMDB-PE), que apóia a Frente Brasil Popular, concorda que os dois presidentes enfrentarão problemas para governar com o Congresso: "Lula porque age ética e politicamente diferente de tudo o que foi feito até agora. E Collor porque precisará evitar o apoio fisiológico, pois dá ênfase ao aspecto ético durante a campanha".

Além do mais, raciocina o deputado, o Congresso será renovado no próximo ano e os atuais parlamentares, pensando na reeleição, não vão apoiar medidas de gosto impopular, que poderão ser adotadas no início do governo. Diante disso, Maurício teme que o parlamentarismo seja implantado em uma madrugada, para evitar o impasse entre os poderes.



Polis: Congresso, fortalecido pela Constituinte, vai examinar atos do Executivo

Para evitar a crise e também a chegada do parlamentarismo sem a consulta popular, ele apresentou emenda à Constituição que fixa o plebiscito sobre o sistema de governo para 1990.

ANTECIPAÇÃO — Por temer a ingovernabilidade, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) também está apresentando emenda antecipando o plebiscito para o próximo ano, só que com a implantação efetiva do parlamentarismo somente em 1995, ou seja, para o governo do sucessor de Collor ou Lula. Com isso, Sandra quer afastar a hipótese do novo sistema de governo vir a ser implantado somente para acabar com uma eventual crise. Mas ela está convicta que o futuro presidente vai enfrentar problemas de governabilidade, "porque o presidencialismo é o

sistema do choque".

A sorte do sucessor de Sarney, dentro do Congresso, vai depender da capacidade de seus líderes de promover manobras, na visão do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). "Antes de tudo, o futuro presidente terá que saber negociar, pois o risco da ingovernabilidade vai rondar o Palácio", comenta o senador, que não apóia nenhum dos dois candidatos. Já o deputado Antonio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que colige, diz que a governabilidade vai depender mais do futuro presidente respeitar a Constituição. "Se o presidente for competente, respeitando a Constituição, e souber fazer alianças, não terá problemas", pondera.

DESAFIOS IMEDIATOS — O raciocínio do líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), é bem mais simplista: "O presidente não en-

frentará problemas, porque o Congresso não terá como se indispôr com alguém que foi eleito pelo voto popular, com mais de 30 milhões de votos. Também deve ser levado em conta o fato de que este Congresso vai ser renovado no próximo ano e aí tudo vai mudar", observa Vivaldo, informando que o PDT não tem compromisso em dar sustentação a um eventual governo Lula, embora isso possa ser articulado mais tarde. Se o eleito for Collor, adianta que o partido fará oposição.

Ambos os candidatos terão dificuldades em formar maioria, entende o líder do Governo na Câmara, deputado Luiz Roberto Figueiredo (PMDB-RS), apesar de acreditar que tanto Collor quanto Lula conseguirão ver matérias suas aprovadas, por métodos diferentes: "Lula porque entraria de roldão, impondo ao Congresso

seus termos via pressão. Ele colocaria militares e sindicalistas no Congresso, como fez na Constituinte, aí entraria mais força, porque teria o apoio de. Neste caso, as propostas seriam aprovadas, pois o Congresso não poderia recusar", raciocina.

Através desse mecanismo de pressão, Figueiredo entende que "muitas coisas perniciosas" poderiam ser aprovadas, como, por exemplo, um projeto proibindo a dissolução, em caso de um quadro de desemprego. Já quanto ao governo Collor, entende que o Congresso se manteria mais vigilante, "pois até a imprensa ficaria mais alerta". Se a dificuldade de governar com o Legislativo prevalecer durante os primeiros tempos do governo, Figueiredo lembra que o presidente mesmo pode ser uma opção para a mudança de anterior da própria Executivo.

Frente tenta negociar governabilidade

ELMAR FRANCO

Brazil 2H

O candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, deve apresentar ainda mais o pragmatismo político, no governo, em relação às negociações que está promovendo para o segundo turno das eleições presidenciais. Escalado pela experiência da Constituinte, onde as forças de esquerda foram minoritárias, perdendo as votações onde o confronto ideológico foi mais nítido, como a reforma agrária, Lula pretende ampliar seu apoio dentro do Congresso com forças de centro.

A partir do momento, em que ficar garantida sua passagem para o segundo turno, Lula e os integrantes da Frente Brasil Popular passaram a desenvolver uma série de articulações, não só para aumentar seu potencial eleitoral, mas para garantir a governabilidade do País caso seja eleito. Dentro desta estratégia, o PT conseguiu o apoio da Executiva do PMDB, dominada pelos progressistas, do candidato do PDT, Leonel Brizola, e da esquerda do PSDB.

COSTURA FINA — Brizola, depois de negociar seu apoio, defendeu o voto dos pedetistas no "sapo barbudo" e viajou para a Espanha. Outro apoio, considerado indispensável, nesta estratégia de mostrar que o governo Lula terá condições de administrar, ficou sob a reticência do

senador Mário Covas, candidato do PSDB. Reagindo à postura das cúpulas partidárias, na quarta-feira, no Congresso, será criada a Frente Parlamentar Pró-Lula, que espera reunir cerca de uma centena de parlamentares do PMDB, PSDB, PCB e PDT, para dar um maior volume à campanha eleitoral do segundo turno, se somando aos partidos da frente — PT, PSB e PC do B.

Um dos seus articuladores, o deputado Domingos Leonelli, PSB-BA, afirma que esta Frente Parlamentar não representa ainda a base de sustentação de um governo Lula. Na sua opinião, o apoio ao governo será mais amplo e dependerá, em grande parte, dos projetos que forem enviados ao Congresso e as negociações que se estabelecerem. Por sua vez, a Executiva Nacional do PT rejeitou a formação de um governo de coalizão, preferindo defender um governo de composição. Não se trata, como pode parecer à primeira vista, de questão semântica, mas por uma preferência de ter o apoio de setores e grupos dentro dos partidos, em detrimento dos próprios partidos como um todo.

INDEPENDÊNCIA — O processo de implosão do quadro partidário deve continuar, pois entre as forças que se somam à candidatura Lula, não há unidade quanto à participação no governo. O deputado Wilson Souza, PSDB-SC, um crítico da posição do

senador Mário Covas, diz que está pouco ligado para a postura da cúpula do partido (Fernando Henrique, Franco Montouiro, José Richa) e que está disposto a participar do processo de escolha dos ministros de governo.

O líder dos tucanos, deputado Euclides Scalco (PSDB-PR), por sua vez, é taxativo em afirmar que o partido "em princípio não participa do governo", mantendo uma posição de independência.

Esta também, será a conduta do PMDB. O líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (RS), tem afirmado que os eleitores, em 15 de novembro, conduziram o partido a uma posição de independência. Ressalta que o PMDB vai agir, em relação aos projetos do futuro governo, de acordo com o seu próprio programa e com aquelas propostas que forem consideradas justas.

Nem mesmo na esquerda do partido há muito entusiasmo em relação a Lula, vários de seus componentes não vão se engajar na campanha (como é o caso do senador José Fogaça) e não querem que o partido participe do governo. O deputado Haroldo Sabóia (MA) não concorda que peemedebistas participem de um ministério de forma individual, somente no caso de uma decisão partidária. Para ele, admitir a participação individual seria repetir o episódio dos moderados, que mesmo após o



Ibsen Pinheiro

rompimento do PMDB com Sarney permanecem no governo.

A MAIORIA — Todas as dificuldades de relacionamento com o Congresso Nacional terão de ser contornadas num primeiro momento, explicava um deputado do PT, diante da minoria da esquerda no Congresso. Assim, no primeiro ano, Lula estaria de certa forma amarrado e impedido de cumprir alguns itens, do programa dos 13 Pontos, entre os quais o não pagamento da dívida externa. Acredita-se que sem por isso, o governo Lula cairia no descrédito, apelando para a obtenção da maioria parlamentar nas eleições de 3 de outo-



Mário Covas

tubro. De acordo com estas análises, Lula teria pela frente, pelo menos, duas fases de governo. A primeira, com maioria no Congresso e apoio da sociedade civil, obrigando a muitas concessões e a aliar o candidato a algumas promessas eleitorais. A segunda, depois de 3 de outubro, quando esperaria obter não a maioria, uma bancada menor do PT e dos demais partidos da Frente, governando mais de acordo com o programa apresentado na campanha. Mesmo que o presidente seja Collor de Mello, um desafio para o Congresso, em 90, mais uma vez os políticos terão que negociar.

30/11/89, -

F. POL
(AOB)

Samuel recria ^{28/10/89} ministério ^{30/11/89} de Ciência e Tecnologia

Oze meses depois de ter declarado extinto o Ministério da Ciência e Tecnologia, o presidente José Sarney assinou a medida provisória número 115, recriando a pasta e elevando a ministro o atual secretário de Ciência e Tecnologia, Décio Leal de Zagotto. Na exposição de motivos, os ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, dizem apenas que "o desenvolvimento econômico do País deve ser considerado por ministério".

A falta de uma pasta exclusiva para tratar da Ciência e Tecnologia fez de Tancredo Neves. Porém, com sua morte, o PMDB e o presidente Sarney conservaram a estrutura e o nome que Tancredo indicara: Renato Archer. Adversário político de Sarney no Mamede, Archer foi o primeiro a oposição do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que era contra a separação do ministério para a informação, por sua atitude que contrariava toda a comunidade científica nacional. Archer foi afastado em janeiro deste ano, na reforma ministerial do "Plano Verão" que extinguiu as pastas de Irrigação, Reforma Agrária, e Administração. (A3)

30/11/89.

F. POC (G.03)

Municípios terão mais dinheiro em 90

ZERO ICMS
30/11/89

Os municípios brasileiros vão ter mais dinheiro para investir em 1990. É que a Câmara dos Deputados aprovou, nos dois últimos dias, três projetos que beneficiam as administrações municipais: a regulamentação da cobrança de imposto sobre vendas a varejo de Combustíveis (IVVC), a liberação dos recursos do Fundo de Participação e a redução dos prazos para transferência da União às Prefeituras, sobre os impostos de competência estadual.

Coordenador do esforço que mobilizou as lideranças na Câmara, o deputado Ruy Pimenta, líder do PMDB, entende que as decisões do Legislativo interpretaram os anseios das associações de municípios e complementaram a redistribuição das rendas públicas, estabelecida pela Constituição de 1988.

IVVC — Com a nova legislação, o IVVC fica limitado a 3% sobre o preço fixado pelo Conselho Nacional de Política para os combustíveis. Em muitos municípios, por falta de clareza na legislação, as prefeituras insistiam em cobrá-lo diretamente dos revendedores, o que gerou falta de pagamento e inúmeras ações judiciais. Com a regulamentação, caberá à prefeitura decidir a alíquota do imposto (de zero a 3%) e a cobrança terá amparo legal.

FPE — A liberação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios também foi redefinida: recursos arrecadados de dia 1º ao dia 20 devem ser pagados até o dia 10 do mês seguinte, os arrecadados entre o dia



IBRAN: dinheiro volta mais rápido

20 e o final do mês, até 10 do mês imediatamente posterior ao subseqüente. O projeto determina que a União pague correção monetária se ultrapassar os prazos de liberação.

ICMS — O outro projeto aprovado estabelece que a parcela destinada aos municípios, no imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores passará a ser creditada no momento do pagamento, através do próprio documento de arrecadação. As transferências relativas ao ICMS passarão a ser feitas nos dias 5, 15 e 25 do mês, conforme as datas de arrecadação (respectivamente entre os dias 21 e último do mês; 1º e 10 e 11 e 20). (Estadão/21)

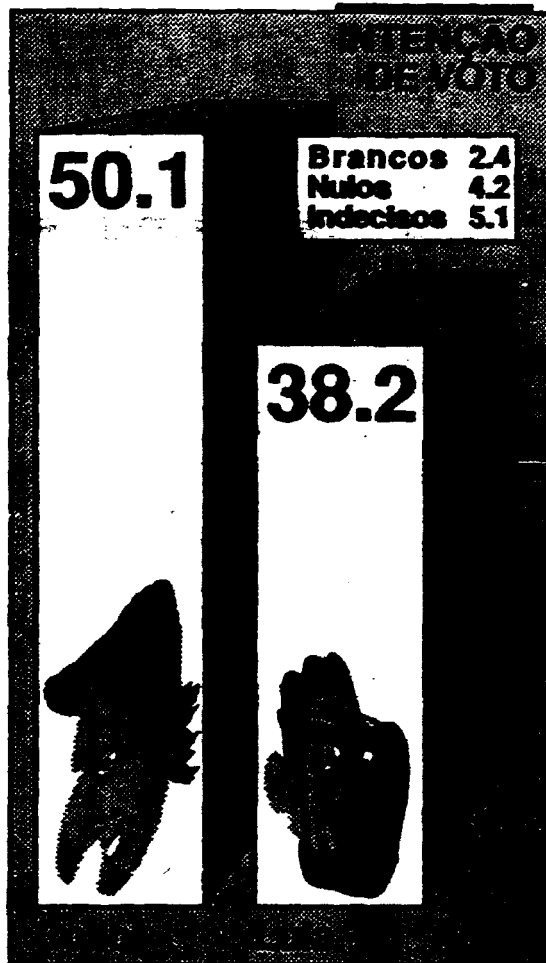
ZELO HORA 03/12/89. F.ROL.

Pesquisa Gallup aponta Collor com 50,1% e Lula com 38,2%

□ Índice do candidato do PRN é o mesmo da semana anterior, enquanto seu adversário teve um avanço de dois pontos percentuais no período

Formado Collor de Mello (PRN) continua liderando o segundo turno da disputa eleitoral, de acordo com os resultados da última pesquisa do Instituto Gallup, realizada especialmente para os jornais Zero Hora, O Globo, do Rio de Janeiro; O Estado de S. Paulo e Jornal do Commercio, de Pernambuco. As entrevistas foram efetuadas entre os dias 28 de novembro e 1º de dezembro e os pesquisadores entrevistaram 4.095 eleitores divididos em 234 municípios. O candidato do PRN teve a preferência de 50,1% dos entrevistados, mantendo o percentual da semana passada. O outro candidato, Luís Inácio Lula da Silva (PT), ganhou dois pontos, chegando a 38,2% e reduzindo a diferença para o primeiro colocado que agora é de 12 pontos percentuais.

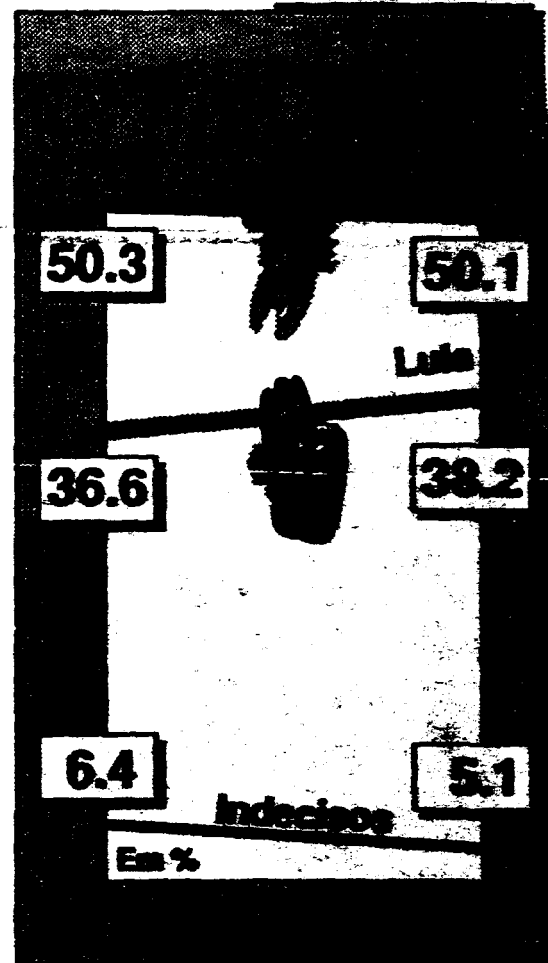
Esta foi a segunda pesquisa que o Gallup realizou após a definição do primeiro turno que classificou Collor e Lula para disputarem a Presidência da República no dia 17 de dezembro. O instituto dividiu sua pesquisa em duas etapas. Na primeira delas os eleitores apontaram espontaneamente



seu candidato e Collor foi o preferido por 44,6% dos entrevistados contra 33% que apontaram Lula.

Nesta primeira etapa, 15,3% dos eleitores se mostraram indeci-

sos. Para estes, o Gallup perguntou qual seria sua opção se a eleição fosse hoje, mostrando um cartão circular com os nomes de Collor e Lula. O candidato do PRN foi o preferido por 5,5%



dos "indecisos" enquanto 4,6% se definiram por Lula. Com isto, na pesquisa de segunda estimada que projeta o segundo turno, Collor chegou a 50,1% contra 38,2% de Lula.

A evolução dos índices dos dois candidatos

Na semana em que recebeu a confirmação do apoio de Leonel Brizola (PDT) e de vários políticos do PSDB, PDT e PMDB, Lula conseguiu reduzir em dois pontos percentuais a diferença que o separa de Collor de Mello. O candidato da Frente Brasil Popular cresceu na menção estimulada, na qual passou de 36,6% para 38,2% e na espontânea, em que subiu de 31% para 33,6%. Collor manteve o índice de 50,1% na estimulada, mas cresceu de 43,5% para 44,6% na menção espontânea.

O Gallup começou a investigar as possibilidades de confronto no segundo turno ainda em junho. Naquela época, o instituto começou a questionar os eleitores sobre qual seria sua opção para o segundo turno, colocando as hipóteses mais prováveis de cruzamento. Na opção Collor/Lula, a vantagem inicial foi toda do candidato do PRN, mas a diferença se reduziu durante a campanha.

Na semana em que recebeu a confirmação do apoio de Leonel Brizola (PDT) e de vários políticos do PSDB, PDT e PMDB, Lula conseguiu reduzir em dois pontos percentuais a diferença que o separa de Collor de Mello. O candidato da Frente Brasil Popular cresceu na menção estimulada, na qual passou de 36,6% para 38,2% e na espontânea, em que subiu de 31% para 33,6%. Collor manteve o índice de 50,1% na estimulada, mas cresceu de 43,5% para 44,6% na menção espontânea.

Este quadro se confirmou na primeira pesquisa do Gallup após a definição do primeiro turno. Ela foi realizada entre 24 e 27 de novembro e deu a Collor 50,3% das preferências contra 36,6% de Lula. Na pesquisa realizada entre 28 de novembro e 1º de dezembro o candidato do PRN obteve 50,1% contra 38,2% de seu adversário.

Menção Espontânea — Os dois candidatos cresceram em relação à pesquisa anterior na "menção espontânea", que mostra a preferência dos eleitores mais definidos. Collor passou de 43,5% para 44,6%, enquanto Lula subiu de 31% para 33,6%.

03/12/89

4112/09.

2200 100A 4/12/89 F. POZ 19067

A BOMBA DO ACHE

COM BOMBAS
Os Estados do Acre e Rondônia dividem agora a ocupação militar de Ponta do Abaeté, faixa de fronteira disputada pelos dois Estados, e "caso convocado casualmente". A informação é do chefe do Casa Militar do Governo de Rondônia, coronel PM Waldir Ferro, que retornou neste final de semana da região. Ele apresentou ontem, em Porto Velho, um relatório ao governador de Rondônia, Jordano Santana. A PM do Acre instalou um destacamento de cerca de 30 homens em seu antigo quartel na Vila de Estância (na Vila Translado Nova). A PM de Rondônia chegou ao mesmo tempo instalando quartel de Nova Califórnia, a 29 km de distância. Policiais civis de ambos os Estados também circulam nos dois vilas. A Vila Estância, a cerca de 300 km de Porto Velho, é a principal localidade importante de Ponta do Abaeté na direção do Acre. Nova Califórnia fica numa pequena ilha do território acreano.

(AB)

Brasil, la línea divisoria

Niko Schwartz

Fiesta de la democracia podría ser una justa caracterización del primer turno. La gente que, portando diversas banderas, se abrazaba y bailaba, entre bocanazos y tamborileos, en la avenida Paulista, estaba festejando el hecho de que, después de 29 años (transcurridos 20 de ellos bajo dictadura militar), había decidido libremente con su voto la elección del futuro presidente.

En este sentido la elección prolongó, con la participación de más de 72 millones de ciudadanos (exactamente la mitad de su población global), la gigantesca campaña cívica por las "diretas, já" que colmó todo el período posterior a la salida de la dictadura fuera de la escena, que logró el acostumbramiento en un año de la presidencia de Sarney y la elaboración de una nueva Constitución de signo democrático.

Los resultados del 15 de noviembre, en el contexto de la retardada proclamación de la República, abren otra etapa, en que se sitúa al orden del día la afirmación de la democracia reconquistada, su profundización con la justicia social, medidas apuntadas a cambios profundos, de estructura, la satisfacción de las necesidades populares, la acentuación de los elementos de una política exterior independiente, soberana y de paz. El pueblo brasileño se ha colocado en condiciones excepcionalmente favorables para recorrer ese camino. Tal posibilidad es real, y se confunde con la elección de Lula a la presidencia mediante una adecuada estructuración de alianzas a nivel de partidos y a nivel de pueblo.

Vidas no paralelas

Collor ejerció cargos públicos (gobernador de Alagoas, prefecto de Maceió) con toda comodidad bajo la dictadura. Integrante de una familia de banqueros y empresarios, una gigantesca red de televisión (la cadena O Globo de Roberto Marinho) le cambió el look por el de un joven play boy, con casaca de marqués, opositor troncamente al gobierno y a los privilegiados de los altos escalones del aparato del Estado. El uso de la demagogia en cantidades industriales que por esos medios de difusión llegaban hasta el último rincón del país (mientras rebuñaba los debates públicos al igual que Pacheco) le dieron 20 millones y medio largos de votos y un 28,52%, un primer lugar bastante alejado, no obstante, de los porcentajes atribuidos por las encuestas iniciales (cuando todavía no había comenzado la propaganda gratuita por radio y TV de los demás candidatos) que se situaban por encima del 40%.

En la práctica, Collor no tiene partido. Nadie identifica al PRN, ni siquiera en Alagoas. En el curso de la campaña se le plegaron un puñado de parlamentarios y algunos gobernadores, pero su verdadero sostén es el gran empresariado (que ahora le jugará todos los boletos) y la TV. Tendrá aliados naturales en dos formaciones surgidas del trócano dictatorial de la ARENA: el PDS de Maluf, con casi 6 millones de votos (8,28%), sobre todo en San Pablo, y el PL de Afif Domingos (3 millones y cuarto, 4,53%).

En el campo opuesto, el PT surge del primer turno como una tremenda fuerza, proyectada a nivel nacional. Lula mismo es solamente el dirigente obrero más famoso de la

Dentro de dos semanas, el domingo 17 de diciembre, se verifica el segundo y definitivo turno de las elecciones presidenciales brasileñas. Esta vez la segunda será la vencida. ¿Lula o Collor? Para intentar una respuesta examinamos el cuadro de las fuerzas políticas, tal cual surge de los resultados de la primera vuelta, del 15 de noviembre, y el estado de ánimo prevaleciente en vastos sectores del pueblo.

mayor concentración proletaria continental, su casa sindical y política, donde lo vimos haciendo actos arriba de un camión, en las puertas de fábrica en los cambios de turno. Su partido está extendido a todos los estados, es fuerza gravitante en el nordeste, el norte, en el Distrito Federal (Brasilia). Es el que tiene repartido en forma más homogénea su votación entre las grandes capitales y el interior de los estados (40,6 y 59,4% respectivamente, mientras que para Collor las cifras son 26,5 y 73,5%, y para Brizola 34,3 y 65,7%). Su partido, en apenas ocho años de existencia, logró fuerte implantación en poderosos movimientos de masas, particularmente entre los campesinos sin tierra —que han venido realizando acciones combatives— y los sin techo, cuyas organizaciones, por ejemplo en San Pablo, impulsaron a Luiz Erundina a la conquista de la alcaldía. Donde gobiernan, los prefectos del PT tienen como línea favorecer la organización de los movimientos barriales, de los favelados, etcétera.

En otro plano, el PT tiene vínculos estrechísimos y goza de gran simpatía por parte de las comunidades de base de la iglesia católica (estamos en el país más católico de América Latina) y de los sacerdotes de la Teología de la Liberación, que en ningún país tiene la fuerza que posee en Brasil. Algunas de sus figuras son punto de referencia continental, y sus contactos sistemáticos con grandes masas del pueblo explican sin duda los éxitos resonantes del PT entre los humillados y ofendidos del nordeste y de las zonas más pobres.

El PT coloca el énfasis en la militancia de sus cuadros, en la formación de militantes activos, combativos y en contacto con el pueblo. En gran arquitectura de carne y hueso fue puesta a prueba, con máxima tensión, en el primer turno, y respondió. Hubo más de 100 mil militantes en "boca de urna", en jornadas extenuantes, el día de la votación.

Una novia con dos pretendientes

El PT no entró solo en la liza. Estableció alianzas con dos partidos de izquierda: el PSB y el PC do B, configurándose el Frente Brasil Popular. También, inicialmente, con el Partido Verde (ecologista) que se separó a raíz de disputas por la elección de vicepresidente de la "chapa", al ser sustituido Gabriel, del PV, por el senador Bisol, del PSB. Quedó también alianza al PCB, el más an-

tiguo partido de Brasil, fundado en 1922.

Este prefirió hacer en el primer turno su propia campaña, sosteniendo la necesidad de aprovechar su único período de legalidad (salvo un breve interregno de dos años, al fin de la guerra) para divulgar su programa y aparecer con su real perfil ante las masas. El PCB sufrió la triple polarización de la votación por Lula, por Brizola y por Covas, y emerge de la elección con 769 mil votos y 1,06%, con buenos resultados en Pernambuco, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Brasilia, con organización y militancia reforzadas y una presencia nacional gracias a la excelente campaña de Roberto Freire. Para el segundo turno, el PCB se propone no solamente sumar sus votos a la candidatura popular, sino contribuir a articular en su torno la más vasta conjunción.

Esta incluye en primer lugar a Brizola. Más allá de su previsible amargura, el ex gobernador de Rio de Janeiro y Rio Grande do Sul refuerza su carácter de auténtico líder popular en las regiones sur y sudeste, donde concita auténtica devoción y habrá de sumar sin duda sus fuerzas —dada su definición socialdemócrata— para certar el paso a la candidatura de la derecha, contra la cual batalló acérrimamente en el primer turno. Se afirma que una de las bases de su colaboración con Lula podría ser la promoción generalizada de una de las grandes iniciativas que el líder "gúcho" materializó durante sus dos gobiernos estatales. Nos referimos a los Cieps, que el pueblo conoce como "buzos", escuelas populares de tiempo completo donde los niños llegan temprano, desayunan, reciben clases, almuerzan, estudian, hacen deportes, meriendan, y se bañan antes de regresar a sus casas. Brizola los hizo construir por millares, y cambiaron la realidad educacional en la antigua capital. En su apartamento en Copacabana, Brizola tiene tres cuadros en las paredes: uno que lo muestra en carrera hacia el Planalto, meta que difícilmente alcanzará; otro de Getulio Vargas; y un tercero de estas construcciones escolares.

En momentos en que el PMDB, que pertenece a otra época, definitivamente sobrepasada, se cae a pedazos, sin alcanzar siquiera el 5% de los votos, el veterano Ulysses Guimarães no habrá de empujar su trayectoria democrática como aparcero de la derecha; todo indica que se alineará con las fuerzas del pueblo.

Los avatares políticos, en este cuadro, han colocado en el fiel de la balanza un partido de reciente formación, el PSDB de Mario Covas. Este ex gobernador de San Pablo (electo por el pueblo, no puesto a dedo por

la dictadura, como Maluf) se alió a tiempo del PMDB, para perfilar un partido de tipo socialdemócrata. La elección lo dejó en gran éxito. Sobre la base de su electorado en San Pablo, donde se le pueden atribuir créditos, adquirió significación nacional, ubicándose inmediatamente detrás de los más grandes con cerca de 8 millones de votos y 10,71% de los votos emitidos.

Covas es partidario de un régimen parlamentarista (con primer ministro y estricto control parlamentario), mientras que Lula y Brizola se pronuncian por el presidencialismo. Una variedad de este último quedó consagrada en la Constitución, aunque la misma establece que el tema será sometido a plebiscito popular en noviembre de 1993.

Covas se manifestó dispuesto a adelantar este plebiscito, mediante una ley especial que fijaría su realización el año próximo. La propuesta ha generado fuerte resistencia, porque implicaría variar las reglas del juego cuando recién empiezan a transitar el nuevo gobierno, votado por el pueblo. Llegó a afirmarse que equivaldría a un golpe. Dado sectores militares nostálgicos, que los hay, se dice que el parlamentarismo sería un contrapeso a un eventual gobierno de Lula, para quitarle poderes. Se recuerda que en 1961, después de la renuncia de Jânio, los militares pusieron el parlamentarismo como condición para admitir a Goulart en la presidencia. Tres años después igual dio un golpe, e hicieron volar al presidente y al régimen parlamentarista para inaugurar dos décadas de dictadura militar-fascista.

¿Izquierda vs. derecha, o la máxima amplitud?

Desde ángulos diversos se ha opuesto que si hubieran llegado en segundo lugar Brizola, la conformación del bloque de fuerzas para enfrentar a la candidatura de la derecha, del gran capital y las transnacionales, se hubiera visto facilitada. Es posible. De todas maneras, la paradoja del actual momento político consiste, me parece, en lo siguiente: el hecho de que haya salido el candidato más definitivamente a la izquierda, no implica que la campaña se deba estrechar sino que, todo lo contrario, está llamada a desplegarse con la máxima amplitud.

Esto se ve favorecido por la implantación de los sectores que sostienen a Lula en todos los poros de la sociedad brasileña. A lo señalado arriba cabe agregar su vinculación con los medios culturales y universitarios, con el mundo de la ciencia, el arte y el espectáculo, cuyas principales figuras se ubican junto al pueblo. No se trata de una pugna estrecha entre izquierda y derecha (o centro-derecha, como dicen ahora los propagandistas de Collor, ávidos de reducir el campo opuesto para facilitar la penetración de la propaganda negra, que controla a medias).

No sé quién ganará. En los próximos días, se han ampliado los límites de apoyo a Lula. Tanto el PSDB de Covas como el PMDB de Ulysses manifestaron su preferencia por Lula y señalaron que de ninguna forma respaldarían a Collor. Brizola declaró ante la Convención del PDT en Rio, el 26 de noviembre, su apoyo a Lula en tanto a un programa mínimo. El PCB acordó respaldar al líder petista, actitud en la que coincide con el PC do B, integrante del Frente Brasil Popular, y con el grupo unificado en torno a Luiz Carlos Prestes. El gobernador de Pernambuco, de Pernambuco, dijo que "en la elección de Lula el Brasil podrá ser un ejemplo único en el mundo de superación de promover profundas transformaciones en forma pacífica, para poner fin al hambre, la miseria y el desempleo". El candidato popular expresó por su parte que con estas alianzas podrá derrotar a Collor, que "representa la casta que siempre dominó al país". Con una campaña encendida como una batalla nacional por el futuro del Brasil, por el destino de sus 145 millones de habitantes en el cuadro de una América Latina que aspira a la democracia, el progreso, la independencia, una vida digna para todos, Lula puede ver el próximo presidente.

16/12/82

2500 Norma

16/12/82
FPA (COP)

Ponte decide sobre convite de José Sarney

O líder do governo na Câmara Federal, Luís Roberto Ponte, dará, na próxima terça-feira, uma resposta ao presidente José Sarney, em relação ao convite formulado para que ele seja o interlocutor com as novas forças políticas que vão assumir o comando do País. "Estou avaliando a missão que o presidente pretende me impor", afirmou o parlamentar.

É possível que ele pretenda aceitar a missão, sem ir no entanto para a Casa Civil, no lugar de Costa Couto. "A ideia do presidente talvez seja a Casa Civil, mas estou ponderando a ele sobre a possibilidade de cumprir a missão sem ter que deixar o Congresso e a liderança do governo". Argumenta Ponte que "exercendo essa função, com todas as suas limitações, temos conseguido alguns êxitos na política que o governo quer implementar para consolidar a democracia, e talvez fosse bom se pudessemos conciliar. Vou refletir e falar com o presidente na próxima terça".

A exemplo do que fez para aceitar a liderança do governo, Ponte vai fazer consultas antes de responder. "Vou ouvir meus amigos, confidentes, e a família, que vem sendo sacrificada pois há 20 anos não tiro férias".

01-08

8910363

Leitão vê problemas na Constituição

VALÉRIO BRITTO

Brasília/ZH

Governar com a atual Constituição é difícil para qualquer governo, pois ela cria áreas de impasse. A visão é do jurista Leitão de Abreu, que foi ministro-chefe do Gabinete Civil nos governos Figueiredo e Médici. O risco da ingovernabilidade não é deste ou daquele governo especificamente, segundo Leitão, explicando que a Constituição foi feita com a contemplação do parlamentarismo, tendo que ser adaptada no final dos trabalhos constituintes quando outro sistema de governo, o presidencialismo, foi aprovado.

Leitão salienta que, na análise das relações do Executivo com o Legislativo, tem que ser examinada antes de tudo a Constituição, "que foge dos modelos clássicos". Ele vê a medida provisória como uma fonte de poder "muito grande" ao Executivo, tendo que ser estaduais os efeitos desse instrumento jurídico. Ainda é cedo, diz ele, para prever se o futuro governo, por não ter maioria no Congresso, irá deparar-se com alguma crise. "Se ela vier, sem sinais devem ser ponderados para precaver a saída", aconselha.

Parlamentarista convicto, Leitão de Abreu acredita que uma emenda propondo a mudança do sistema de governo não pode ser apresentada sem o consentimento do presidente eleito. Em seu entendimento, o ideal para o sucesso de uma emenda que propusesse o parlamentarismo seria se os dois candidatos, antes da eleição de hoje, tivessem se comprometido a, sendo eleitos, apoiarem a proposta. Leitão teme que qualquer emenda parlamentarista corra o risco de ser interpretada como um casuismo, o que comprometeria o futuro do sistema de gabinete.

Jobim prevê crise entre poderes

ZERO+ORA 17/12/89

F.POL(GOB)

□ O deputado entende que tanto Lula como Collor têm posições que exigem do Poder Legislativo submissão à vontade do Executivo

NIKÃO DUARTE

Brasília/ZH

Tanto Lula da Silva quanto Collor de Mello estão propensos a uma relação equivocada com o Congresso. Mas também há, entre os congressistas, uma tendência de reagir ao resultado da eleição com medidas casuísticas, como o parlamentarismo. Uma e outra posição estão erradas e contrariam a vontade popular.

Assim pensa o deputado Nelson Jobim (RS), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, que nos últimos dias ocupou duas vezes a tribuna para alertar para esses equívocos de parte a parte. Primeiro, ele denunciou o equívoco dos dois candidatos, com base em declarações feitas por eles no debate do dia três. Depois, voltou a discursar, para apontar erro na proposta, desta vez oriunda do próprio Legislativo, de antecipar a posse do sucessor do presidente Sarney.

Jobim entende que a relação Executivo/Legislativo, a partir do futuro presidente, se dará com legitimidade de ambas as partes, pois foi conquistada pelo voto. Não vê no atual Congresso — cujo mandato se estenderá até o início de 1991 — menor legitimidade que a que será alcançada pelo próximo presidente.

SUBMISSÃO — Na sua opinião, o que Lula e Collor propõem em suas relações com o Congresso é a submissão deste em deferência ao Executivo. Isso fica claro, interpreta ele, quando Lula diz que fará um grande entendimento com a sociedade civil e, por pressão, ao Legislativo. E também quando Collor refere-se à Câmara e ao Senado "de forma imperial, como se fosse um general".

"Nem Lula nem Collor" — argumenta o deputado — "reconhecem no Congresso um foro de negociações; desconhecem, assim, a nova Constituição". Para Jobim, o Executivo deve estabelecer uma negociação sólida e confiável com o Legislativo, "que está disposto a aprovar tudo o que for de interesse nacional". Lembra ele que "o Congresso não é radical, mas não vai aprovar o



Congressos: o foro de negociações para o próximo Presidente



Jobim: negociação deve ser sólida

que significar conservadorismo ou qualquer tipo de excesso monoclássista".

Certo de que "o entendimento deve partir do Executivo", o deputado, que integrou a Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, denuncia no comportamento de Collor um ranço autoritário. "Isso fica evidente na declaração dele de que baixará medidas econômicas imediatamente após a posse, ignorando que tais medidas devem passar pelo Congresso". Para Jobim, tal comportamento é típico "de alguém que, como o Collor, se formou na burocracia ditatorial" e ocorre no atual governo, "impermeável à discussão democrática".

FISCALIZAÇÃO — O discurso feito por Jobim, alertando o Congresso para os equívocos dos dois candidatos, levaram até seu gabinete o líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP). "Não era isso o que o

Lula queria dizer e, sim, que o Congresso é casa de ressonância e, portanto, sensível às pressões da sociedade", explicou o petista.

Sem esclarecimento semelhante por parte do PRN, o presidente da Comissão de Constituição avisa um e outro candidato, que o papel do Legislativo é o de fiscalizar os atos do Executivo — "os excessos conservadores do Collor ou o monoclássismo do Lula".

Mas se aponta distorções na proposta de comportamento dos candidatos em relação ao Congresso, Jobim também não poupa o Congresso de equívocos em relação ao próximo presidente. Isso se evidencia, depõe ele, na posição de "setores do Congresso" que pensam reagir à eleição presidencial antecipando a mudança de sistema de governo. Para ele, o atual Congresso não tem legitimidade para votar o parlamentarismo.

"A Comissão de Sistematização da Constituinte consagrou o parlamentarismo, o plenário aprovou o presidencialismo e as Disposições Transitórias da Constituição estabelecem o plebiscito para 1993, com a implantação do novo regime, se for esse

o caso, para o governo regional", explica o deputado. Assim, segundo ele, afirmar o sistema de governo sem o plebiscito popular significa atropelar a vontade do povo. É por isso que ele classifica as emendas parlamentares em tramitação no Congresso de "golpistas", ainda que tenham se "parlamentarista convicto".

Jobim também discorda da emenda que antecipa o plebiscito para o ano que vem, citando a vontade de que tal proposta só ganhe legitimidade se tiver a aprovação do presidente a ser eleito logo. "Mas tanto Lula quanto Collor têm propostas de antecipação ao plebiscito sob o regime presidencialista", avalia ele. Não foi o tema, aliás, do discurso pronunciado pelo deputado no dia 14, em que alertou sobre as mudanças das regras através um estímulos ao confronto.

SEM CONFIANÇA — "O que deve estimular as relações Congresso/Executivo é o espírito público", pondera o parlamentarista gaúcho, ressaltando que o Legislativo "não renunciará à representatividade que tem" e que, como a do presidente eleito, provém das urnas. Sob essa mesma ótica, ele rejeita a ideia de antecipação da posse do sucessor de Sarney.

— A menos que seja uma proposta oriunda do próprio presidente, pois o contrário seria casação — disse Jobim.

Na sua opinião, a "solução admissível" sob o ponto de vista constitucional é o presidente propor a redução ou renunciar ao cargo. Neste último caso, porém, caberia um mandato-tampão exercido pelo presidente da Câmara.

Mas Jobim entende que reduzir um mandato presidencial quando o governo vai mal remete à analogia de estendê-lo, se for bom. "E isso é um absurdo", afirma. (Brasília/ZH)

89103

19/12/89.

ZERO Hora 19/12/89. F. da CaOB)

Sarney admite antecipar a posse

□Presidente, ao falar no Clube Naval, disse que não colocará nenhum obstáculo à antecipação da posse, caso a decisão venha do Congresso

"Se o futuro presidente desejar assumir o cargo antes do tempo previsto na lei terá que pedir permissão ao Congresso. Se o Congresso aprovar esta antecipação, eu não oporei obstáculos". A declaração foi feita ontem pelo presidente José Sarney, após participar de um

almoço de final de ano no Clube Naval, com a presença de todos os ministros e comandantes militares. O presidente deixou claro que não tomará nenhuma iniciativa com vistas à antecipação de posse ou negociar esta possibilidade com o eleito. Segundo Sarney, o tempo de seu mandato está "consagrado na Constituição", e ele pretende cumpri-la. Na opinião do presidente, não haverá qualquer "constrangimento", de sua parte, em dar posse a Fernando Collor de Mello. "Como tivemos uma campanha na mais completa normalidade democrática, pretendemos completar a transição e transmitir o governo neste clima", afirmou.

AGRADECIMENTOS — O almoço no Clube Naval foi marcado por um clima de despedidas, ressaltado pelo presidente Sarney em seu discurso. Ele agradeceu a participação dos militantes em seu governo e disse que, sem o apoio das Forças Armadas, não teria "cumprido seu destino", conduzindo a transição e consolidando a democracia no

País. Segundo Sarney, em nenhum outro setor encontrou "a lealdade, a correção, a determinação, o comprometimento", como encontrou nas Forças Armadas. O presidente lembrou ainda no discurso que assumiu o governo na "recatada, na tragédia, no desemprego" e viveu, nos últimos cinco anos, os "tempos mais difíceis" de sua vida. "Mas conseguimos chegar a um bom porto", resumiu, desejando que o novo presidente "possa guiar o País com menos problemas".

O ministro Henrique Sabóia, da Marinha, saudou Sarney em seu discurso lembrando que as "graças vindouras" avaliarão o papel do presidente como o de um "deixado por natureza, que deu todo de si para que se consolidasse a democracia". O ministro lembrou que no Governo Sarney a "Constituição de 1960 foi preservada, mesmo quando não bem utilizada por aqueles que não compreendiam que, na democracia, a liberdade de cada um tem como limite a liberdade de todos". (Brasília/ZF)



Brasília. presidente com os ministros militares

Congresso só decide depois de 15 de fevereiro

O atual presidente não propôs a antecipação da posse de seu sucessor, o presidente eleito já declarou que não tomará tal iniciativa e, em recesso, o Congresso só examinará emenda constitucional nesse sentido a partir de 15 de fevereiro — portanto, a um mês da data marcada para a transmissão de cargo de Sarney para Collor. Assim, para que o mandato do atual presidente seja abreviado, precisará haver a convocação extraordinária da Câmara e do Senado e, por eles, apreciação e votação de emenda constitucional que altere a legislação atual já que, por ela, o novo presidente assumirá o cargo a 15 de março de 1990.

Ainda ontem durante a cerimônia militar em Brasília, o presidente Sarney declarou que o seu mandato tem duração consagrada na Constituição e que pretende cumpri-lo até o último dia. Ele deixou aberta apenas a possibilidade de alteração no texto consti-

tucional, através de emenda, desde que consagrada pelo voto dos congressistas. Tal possibilidade, no entanto, esbarra no recesso parlamentar iniciado há quatro dias e, mesmo com a convocação extraordinária, não há segurança de que deputados e senadores aprovelem emenda nesse sentido.

A emenda já apresentada, pela deputada Raquel Cândido (PFL/RO), embora recebendo o aval de quase 200 parlamentares, não significa que tenha aprovação garantida. É praxe entre deputados e senadores ratificarem apresentação de emendas de colegas para a simples tramitação pelas comissões, o que não significa, contudo, garantia de voto em plenário. A proposta de Raquel antecipa a posse do sucessor de Sarney em um mês, fixando-a para o dia 15 de fevereiro.

CONGRESSO — Esse é, aliás, o dia

marcado para o início das atividades parlamentares de 1990. Logo, exceto se houver convocação extraordinária, não terá a emenda Raquel Cândido tramitada pelas comissões da Câmara e do Senado nem sido votada nos plenários das duas casas. Além disso, é voz corrente entre parcelas de parlamentares que a proposta da deputada tem mais efeito político do que prático, servindo para marcar posição frente a seus eleitores no norte do País.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, seu presidente, o deputado Nelson Jobim, considera que a antecipação só pode ocorrer por iniciativa do atual presidente, caso em que o Congresso, então, precisaria se reunir para examinar a matéria. Essa tese é partilhada por outras lideranças políticas, como o deputado Bernardo Cabral, que foi relator da Comissão de Sistematiza-

ção da Assembleia Constituinte.

CRISTO — O presidente não vai propor ao Congresso a antecipação da posse de seu sucessor. Ainda ontem, em Brasília, Sarney voltou a afirmar o compromisso da Collor de Mello com a Constituição, e que o Congresso teria condições de aprovar a antecipação da posse de seu sucessor.

Mesmo com essa visão, Sarney, depois da cerimônia de despedida, afirmou, como o ministro Sabóia, que a Constituição foi preservada, mesmo quando não bem utilizada por aqueles que não compreendiam que, na democracia, a liberdade de cada um tem como limite a liberdade de todos. (Brasília/ZF)

19/12/89. 20h 40m F. da CaOB

Ponte prevê reformulação partidária

□ O Governo só admite antecipar a sucessão se houver descontrolo da economia, afirmou em Rio Grande o ministro da Casa Civil de Sarney

RICARDO BUENO
Coordenador de Interiores

O ministro-chefe da Casa Civil do Governo Federal, deputado Luis Roberto Andrade Ponte acredita numa reformulação do quadro partidário, assegurando que a intenção da Presidência da República é cumprir o prazo constitucional, entregando o cargo a seu sucessor somente no dia 15 de março. "O único fator que nos faria reconsiderar esta posição seria um descontrolo da economia, que está descartado", assegurou o deputado, ontem em Rio Grande, onde participou de reunião-almôço da Associação Comercial.

O ministro acredita que o novo presidente terá que deixar de lado uma postura individualista e negociar com o Congresso. "Colôr de Mello não poderá manter o discurso de que não é um político tradicional e que conta com o apoio do povo. Ele não é um homem de acção política, mas um homem de acção administrativa", afirmou Ponte. Ele também afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país.



Andrade Ponte

dando os interesses do País, sem ligar para composições com o governo, e vai lutar contra qualquer perspectiva de manutenção de privilégios ou medidas que não priorizem o social. "Se Colôr cumprir o que disse, se for autêntico e realizar aquilo que se propôs durante a campanha, não teremos problemas maiores", acrescentou.

O ministro acredita que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país. Ele também afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país.

Para Ponte, Colôr não é burro de querer descontrolar tudo que esta unidade da Federação representa em termos de independência e evolução política. "O Rio Grande atingiu um nível de dignidade e decência, de moralidade, que não pode ser diminuído", afirmou. Lembrando que os gaúchos têm uma verdadeira escola de formação de grandes políticos, Ponte acredita que o novo presidente não poderá ir na "contra-mão dos interesses gaúchos. Ele vai ter que fazer força para, no final de cinco anos de governo, conseguir mudar o julgamento que recebeu dos gaúchos nestas eleições".

MATHEUS - Luis Roberto Ponte acredita numa redefinição do quadro político brasileiro para o próximo ano, e garante que o PMDB não sobrevive sem uma reavaliação. "O PMDB terá que fazer uma revisão do seu papel dentro do quadro partidário brasileiro, num momento em que aconteceu quase que uma polarização entre um representante da direita e da esquerda". Ponte afirma que "faltou um representante de centro, e o PMDB pode considerar isso como uma falha".

O ministro-chefe da Casa Civil do Governo Federal, deputado Luis Roberto Andrade Ponte, afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país. Ele também afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país.

aquelas que não estão preocupadas em ser esquerda. "Porque este espaço já está preenchido pelo PT, PCB, PC do B, e outros".

Para Ponte, o Brasil deve entrar, a partir de agora, num tipo de composição política que vem se consolidando a nível mundial. "A esquerda continuará sendo representada pelo PT, a direita de alguma forma alinhada com o Colôr, e no centro um partido que defenda com toda a clareza o repêido ao socialismo, preservando, é claro, a justiça social e as grandes liberdades do ser humano, que incluem a liberdade de empresa", explicou.

DEFOURMONTES - Ponte está confiante quanto ao futuro do País somente no que se refere à consolidação da democracia, pois acredita que a Nação vai conviver ainda durante algum tempo com muitas dificuldades econômicas. "Estou consciente que vamos piorar ainda em termos de sofrimento do povo, para resurgir lá adiante. Além do mais, Colôr deverá enfrentar grande rejeição, pois ficou caracterizado em alguns setores da sociedade como um homem inautêntico, com compromissos ocultos. Não digo que estas acusações são verdadeiras ou falsas, até porque não as aprofundi neste assunto, mas esta imagem certamente vai gerar complicadores ao novo Presidente".

O ministro-chefe da Casa Civil do Governo Federal, deputado Luis Roberto Andrade Ponte, afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país. Ele também afirmou que o novo presidente terá que lidar com a situação de descontrolo da economia, que é o maior problema do país.

19/12/89

8910363

20/12/89

20/12/89

Ponte aceita a Casa Civil

Ao confirmar ontem que aceita o convite do presidente da República para ocupar a chefia da Casa Civil, o deputado Luís Roberto Ponte disse que seu principal papel será o de ajudar o final da transição e de elo de ligação entre o atual e o novo Governo. O agora ministro disse que não abre mão de sua condição de interloquente do governo no Congresso, pois "sua importância é fundamental neste momento".

Quem o titular da Casa Civil assegurou que, daqui até o fim do governo Sarney, nenhuma medida de impacto será adotada sem que haja consenso com o Congresso, e, além

menos, uma sinalização da equipe o futuro governo. "O que o presidente deseja é que toda a ação do governo esteja relacionada, como sempre foi, à transparência", afirmou Ponte. "O que se quer" — ressaltou o novo ministro — "é um final do governo de forma plena, sem acirramentos e com racionalidade, a fim de que 15 de março chegue na altura em que sonhamos", isto é, "sem decisões unilaterais".

Luís Roberto Andrade Ponte — que é casense de nascimento mas, como diz, "gaúcho por adoção" — será exposto

F de (903)

20/12/89

20/12/89

Sarney vai receber o presidente eleito

O presidente José Sarney declarou ontem que receberá o seu sucessor, Fernando Collor de Mello e também colocará o seu governo à disposição da futura equipe. Ele argumentou que Collor "é o presidente do nosso País, eleito pelo nosso povo", demonstrando que não guarda ressentimentos apesar dos severos ataques que seu sucessor fez ao seu governo e à sua pessoa durante a campanha presidencial. Sarney ressaltou que "mais importante do que pessoas é a dinâmica do processo democrático que conseguimos construir". Mas descartou qualquer possibilidade de vir a tomar qualquer iniciativa para antecipar a posse de Fernando Collor de Mello, argumentando que esta posição poderia ser interpretada como uma renúncia ao seu dever de cumprir a Constituição e de realizar a transição democrática.

Sarney falou rapidamente, após presidir a cerimônia de inauguração da Casa do Maranhão. Segundo ele, a transição de um governo para outro, nos países democráticos, é um repasse de informações para facilitar o trabalho da equipe que chega. Quanto ao futuro, disse que o seu grande desejo é voltar para o Maranhão, terra natal, escrever seus livros e suas memórias.

Um virtual encontro de Collor de Mello com o presidente José Sarney ainda não está marcado. Porém, provavelmente, só poderá acontecer no próximo ano. O presidente José Sarney embarca amanhã, às 13h30, para a cidade de Porto Trombetas, no Pará, onde participará da inauguração de uma nova área de lavagem de minérios. No dia seguinte, Sarney embarca para o Maranhão onde passará as festas de fim de ano. (Brasília/ZH)

F. E. L. G. O. B. S.

15/12/83-

Costa Couto deixa Planalto pelo TC

ZEROHORA

15/12/83

F.P.(GQB)

□Presidente Sarney já convidou o líder do Governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte, para assumir o cargo no Gabinete Civil

"O futuro presidente da República vai encontrar um país plenamente democratizado, com uma economia forte e sadia, mas com uma moeda desente e uma galáxia de aspirações populares". Esta é a análise do ministro do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto, que hoje deixa o governo do presidente José Sarney para assumir uma cadeira no Tribunal de Contas do Distrito Federal. Segundo ele, a questão mais grave a ser enfrentada pelo sucessor de Sarney será a "grave inflação crônica", além da má distribuição de renda que ainda persiste no País.

Costa Couto não quis, ontem, em Brasília, avaliar as plataformas de economia dos candidatos Fernando Collor (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), mas garantiu que quem for o escolhido na eleição deste do-



Costa Couto: pela "articulação diária"

mingo terá que ter consciência de que o Congresso Nacional "é o poder mais poderoso".

O ministro do Gabinete Civil disse, ainda, que o futuro Governo deve ter "uma articulação diária" com os congressistas. A Constituição, afirma Costa Couto, tem uma "alma parlamentarista". Para que a futura administração seja bem sucedida, ele acredita que será "fundamental" a articulação de um pacto político-econômico.

O líder do governo na Câmara, Luiz Roberto Ponte (PMDBRS), confirmou ontem que foi convidado para assumir o cargo e disse que decidirá na próxima terça-feira se aceita ser o novo ministro-chefe da Casa Civil do presidente José Sarney.

Costa Couto se despediu ontem dos jornalistas e aproveitou para rechaçar os boatos de que o Governo iria editar um novo pacote econômico. (Brasília/ZH)

F.P.O. (3003) ZERO HOJA 16/12/89

Câmara encerra suas atividades

□ Paes de Andrade fez um balanço do trabalho da Casa, que considerou positivo, apesar da falta de quórum durante as votações

Com um balanço do trabalho realizado pela Câmara este ano, o presidente, deputado Paes de Andrade (PMDB/CE) encerrou ontem as atividades da casa. De 16 de fevereiro até 13 deste mês, os deputados examinaram 286 proposições, entre projetos que regulamentam dispositivos constitucionais, leis ordinárias e complementares, decretos legislativos e projetos de resolução. Dessa apreciação, resultou a aprovação de 190 matérias, rejeição de nove e 82 ficaram prejudicadas.

Junto com o Senado, em sessões do Congresso, os parlamentares apreciaram 250 matérias, medidas provisórias, vetos, projetos-de-lei e de conversão. Foram aprovadas 180, 50 prejudicadas e 20 rejeitadas. O presidente Paes de Andrade destacou a importância



Acervo ZH
Necessário: Paes de Andrade apresenta balanço

cia das propostas examinadas: legislação eleitoral para o pleito presidencial, política salarial, salário mínimo, lei de diretrizes orçamentárias, política nacional do meio ambiente e administração tributária.

"Foi um ano atípico e difícil," afirmou, referindo-se à campanha eleitoral que, muitas vezes, impediu a Câmara de votar com maior rapidez, por falta de quórum. Apesar do afastamento frequente dos parlamentares que se

dedicaram à campanha, o presidente considerou que o saldo foi positivo. Para a próxima legislatura, Paes de Andrade coloca como prioridade a votação das leis ordinárias e complementares, além da manutenção da harmonia e independência dos poderes, tendo como princípio básico para atuação e entendimento, a nova Constituição. (Radiobrás)

SALÁRIO — Os deputados federais tem um salário de NCz\$

77.493,30 em dezembro e não NCz\$ 200 mil, conforme afirmou o candidato Fernando Collor de Mello no debate de quinta-feira, ao acusar Luís Inácio Lula da Silva de ganhar muito sem trabalhar.

Ontem, a Mesa da Câmara divulgou nota, sem citar Collor, afirmando que são "interimamente impropriedades" as informações de que os deputados estão ganhando NCz\$ 200 mil. Na nota oficial, a Mesa da Câmara explica que em novembro os deputados tinham um salário bruto de NCz\$ 51.974,05 e líquido de NCz\$ 35.938,31, depois dos descontos da Previdência Social e do imposto de renda.

Como em dezembro os parlamentares recebem o mesmo reajuste concedido aos servidores públicos, 49,1%, o salário de dezembro passou a NCz\$ 77 mil. O debate de quinta-feira não repercutiu bem no Congresso. A opinião da maioria dos poucos políticos presentes na casa foi de que os candidatos saíram-se mal, com Lula um pouco pior. (AB)

00-00

8910363

61219

20/12/89

Collor quer criar com Quérzia partido de centro-esquerda

F. P. O. L. (P. P. P.)

Rogério Coelho Neto

Um partido de centro-esquerda que possa reunir, por exemplo, os governadores Orestes Quérzia (São Paulo) e Tasso Jereissati (Ceará), o deputado federal e constituinte Bernardinho Cabral, o senador Fernando Henrique Cardoso e o ex-deputado federal Nelson Marchezan, figura entre os projetos políticos prioritários do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, que começou a avaliar de maneira mais profunda, na madrugada de ontem, o quadro partidário que vai herdar depois de 15 de março.

O presidente eleito não pretende, porém, jogar toda a sua sorte no governo em cima do suporte de um único partido. Collor pretende manter o PRN como uma espécie de legenda símbolo: um talismã de sorte, sem forçar, por isso mesmo, o seu linchamento. Conta com o PTB do senador Afonso Camargo e acredita que, numa primeira etapa do processo de sua convivência com o atual Congresso, possa ter ao seu lado, capitaneada pelos senadores Marco Maciel (PE) e Carlos Chiarelli (RS), a maioria parlamentar do PFL.

Otimismo — Embora o Partido

Eleito pensa em unidade

Os Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, onde Collor colheu as suas mais duras derrotas — no primeiro turno para Leonel Brizola (PDT) e no segundo turno para Luís Inácio Lula da Silva (PT), ambas por índices superiores à maioria absoluta —, não deixarão de receber investimentos federais, depois de 15 de março, segundo informações que o presidente eleito transmitiu, nas últimas horas, ao senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) e ao deputado Rubem Medina (PRN-RJ).

A ideia básica do presidente eleito é a de estabelecer uma série de programas especiais para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, no primeiro caso com linhas de re-cursos que garantam o saneamento básico da capital e da Baixada Fluminense. Para o desenvolvimento gaúcho, em particular, Collor revelou a Chiarelli que pretende ativar, através do Banco do Brasil que voltará a ser um banco de fomento à produção —, uma política de crédito direto aos produtores.

Uma sugestão — Medina e Chiarelli recolheram das conversas com Collor, depois da confirmação da sua vitória, que não existe nenhuma

Em sua última visita ao Estado do Rio, que começou por Itaguai, onde o governador Moreira Franco, eleitor fluminense pelos candidatos de esquerda. "O presidente me autorizou a dizer à população do Estado do Rio que os resultados da eleição, antes de dividir, vão aproximar os brasileiros de todas as regiões e de todos os estados", revelou Medina.

Collor prometeu, depois, nas cidades de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis, na Baixada Fluminense, "participar de qualquer esforço comum, ao lado do estado e das prefeituras, para desenvolver a segurança ao povo." Esse compromisso foi renovado, depois, ao receber em Brasília, o apoio oficial do PTB do Estado do Rio, que lhe foi levado pelo presidente regional do partido, deputado federal Fábio Raunheiti.

Na oportunidade — três dias antes da eleição do segundo turno —, o então candidato do PRN disse ao presidente regional do PTB, que lembrou o fato de ontem, não concordar com a ideia geral "de que a violência não poderá ser contida se o crescimento das grandes cidades não for controlado." Sobre o Rio, lembrou Fábio, o presidente eleito revelou que esperava contribuir para que a cidade pudesse oferecer, de novo, um mínimo de condições para o cidadão comum viver, pelo menos, o direito de ir e vir.

O próprio presidente ele-

onde dos 75 parlamentares mais da meta-de integrar as bancadas pemedebista e petelista. Calheiros vai iniciar seus contatos, inicialmente, junto aos representantes do PFL e do PMDB. Na avaliação da madrugada de ontem, Collor esclareceu que não pretende aliciar ninguém, mas convocar a todos os deputados e senadores, em um momento que considera difícil, para uma união de esforços com o governo que vai iniciar dia 15 de março.

Juntos, os três partidos que apoiaram oficialmente a candidatura de Fernando Collor, o PRN, o PTR (Partido Trabalhista Renovador) e o PSC (Partido So-

cial Cristão) reúnem pouco mais de 30 parlamentares. O presidente eleito ganhou, porém, o apoio aberto de 80% das lideranças e bases do PFL e de 40% a 50% dos quadros do PMDB. Calheiros, na avaliação com Collor — presentes ainda o deputado Cleto Falcão, o embaixador Marcos Coimbra e o jornalista Cláudio Humberto — estimou, entre os apoios dos partidos coligados e dos partidos cujos candidatos não declaram, que cerca de 280 parlamentares federais votaram com o presidente eleito na disputa final que ele travou com o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

fo admitiu... sa com seus principais assessores, como o deputado Renan Calheiros, dirigir um zecado aos fluminenses e gaúchos, depois da proclamação dos resultados oficiais da eleição pelo TSE. "Será um sim-ples alerta para os que julgam ser possível dividir a nação por conta de resultados eleitorais que já pertencem ao passado. O governo Collor será de unidade e, sendo assim, não há razão para prever a marginalização de estados do porte do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Vamos, ao contrário, investir forte nesses dois estados, como resposta a todos os negativistas", concluiu Calheiros (RCN)

JORNAL DO BRASIL 20/12/89

D1.34

8910368

Collor defende entendimento nacional

□ Na primeira entrevista como presidente eleito, ele prometeu governar para todos e cumprir os compromissos assumidos durante a campanha

Fernando Collor de Mello assumiu ontem oficialmente a sua vitória e deu a primeira entrevista como presidente eleito da República. Na entrevista, Collor de Mello defendeu com veemência um amplo entendimento nacional para promover a justiça social que o Brasil, segundo ele, tanto necessita. Ele disse que os problemas brasileiros não poderão ser solucionados por um pequeno grupo de pessoas ou somente por um partido e fez uma promessa ao povo brasileiro.

"Quero dizer a todos os brasileiros que não faltarei a confiança e cumprirei todos os compromissos de dignidade, autoridade, austeridade e, sobretudo, de caráter até o último dia de meus cinco anos de governo."

— Agora virtualmente eleito, como começou a candidatura do senhor?

Collor — Seis meses após ser eleito governador do Estado de Alagoas percebi que as medidas de moralização administrativa de meu governo calaram fundo no sentimento nacional. Percebi também que havia uma enorme espora vazia para renovação dos métodos políticos nacionais. Aí, me decidi pelo lançamento da minha candidatura.

— Como se iniciou toda esta liberdade política que haviam acabado de ser elos?

Collor — Não estas liberdades não foram sinal de preenchimento deste espaço político. Eram medidas para com o governo José Sarney. Muitos haviam se beneficiado do Plano Cruzado. Isto me permitiu sair em oposição, en-

quanto outros governadores estavam presos ao compromisso do Plano Cruzado.

— Além, o senhor chegou a lançar a candidatura do senador Mário Covas a presidente.

Collor — É verdade que meu candidato era o senador Mário Covas. Ele havia sido eleito líder do PMDB e estávamos precisando de alguma referência política quando surgiu o Covas. Estimulei o Covas a se candidatar a presidente da República. Mas ele não assumiu a candidatura.

— E se ele tivesse assumido, o senhor teria apoiado a candidatura?

Collor — Se Covas tivesse assumido, sem dúvida faria campanha por ele.

— Hoje o senhor guarda alguma mágoa deste episódio?

Collor — Não guardo mágoa nenhuma. Não tenho o direito a ter mágoa.

— E a opinião do senhor sobre os outros candidatos, especialmente sobre o Lula?

Collor — Vou repetir o que sempre disse. Havia e ainda existe uma necessidade de mudança. Lula e eu, só nós dois representávamos esta mudança.

— Quais foram os maiores momentos da campanha?

Collor — Os momentos mais difíceis foram aqueles onde ocorreu alguma violência na campanha. Aquelas onde nossos adversários mostraram uma certa intransigência e violência com pedras e garrafas sendo atiradas em nossos comícios. Os mais gratificantes foram os momentos em que nos encontrávamos com o povo, principalmente aquele povo mais necessitado e sentíamos o apoio à nossa campanha.

— O senhor será presidente dos que o aplaudiam e dos que o apedrejavam ou só dos que o aplaudiam?

Collor — Serei presidente dos



Após: presidente eleito busca entendimento para administrar o Brasil.

140 milhões de brasileiros e não dos 35 milhões que votaram em mim. O Brasil exige a união de seus filhos. O Brasil precisa de um entendimento nacional que recupere a esperança de seu povo.

— O senhor vai fazer um governo de unidade nacional?

Collor — Os problemas brasileiros não poderão ser solucionados por um partido ou por um pequeno grupo de pessoas. Precisamos de um amplo entendimento nacional que acabe se transformando em um programa de reformas que resultará na justiça social que o povo brasileiro tanto precisa.

— O senhor ganhou primeiro de 21 candidatos e depois de votos apoiando Lula. Quem são os vitoriosos?

Collor — Vitoriosa é a democracia. O Brasil, no fim do século 21, deu uma demonstração de amadurecimento político. Não há vencedores nem vencidos. Todos devemos nos congratular mutuamente.

— A Igreja entrou em parte na campanha contra o senhor. O que acha disto?

— Como cristão, lamento. Com esta partidização ele perdeu o caráter de universalidade e a razão. Não pode utilizar a fé da Igreja para fazer campanha partidária. Isto faz o desagrado da Igreja e a determinação do Papa João Paulo II.

— O senhor vai oferecer a outra face?

— A outra face, não. Vamos é fazer um amplo entendimento nacional. Oferecer um amplo entendimento nacional com cada um cumprindo a sua parte.

— O que o senhor quer dizer de fundo da alma para milhões de brasileiros?

— Começo a falar por Alagoas, o meu povo não sofreu e machucado que guarda uma enorme esperança em governo de seu filho. Alagoas e o Nordeste terão o seu processo de marginalização revertido. Depois digo a todos os brasileiros: não faltarei a confiança de todos os brasileiros. Cumprirei todos os compromissos assumidos fazendo um governo de dignidade, autoridade, austeridade e, sobretudo, de caráter, até os últimos dias de meus cinco anos de governo. (AG)

Antecipação da posse vai depender da economia



Garantir: Estado não será discriminado pelo vencedor do pleito. O 2

O desempenho da economia ou, mais exatamente, os índices da inflação, deverão definir a data da posse do novo presidente da República. Esse é o entendimento do candidato do PRN, Fernando Collor, e de seus principais assessores, para quem uma estabilização do quadro inflacionário este mês poderá evitar um movimento pela antecipação da posse. Caso contrário, acreditam que dificilmente o presidente Sarney poderá esperar até 15 de março para passar a faixa presidencial a Fernando Collor.

A assessoria de Collor insiste, porém, em deixar claro que não vai colaborar com nenhuma iniciativa visando à antecipação da posse, embora o candidato venha trabalhando com esta possibilidade já há cerca de dois meses. Tanto que, se for necessário, estará com seu programa de governo pronto para assumir no final de janeiro ou em fevereiro.

— Não vamos colaborar com a antecipação da posse — disse ontem o líder do PRN na Câmara e principal coordenador político de

Collor, Renan Calheiros, ao ser indagado sobre a posição de sua bancada em relação à proposta de emenda constitucional elaborada com esse objetivo.

RIO GRANDE — O Rio Grande do Sul não será discriminado pelo Governo Collor de Mello, apesar de ter sido derrotado no Estado, tanto no primeiro quanto no segundo turno. A garantia é do presidente do PRN gaúcho, José Carlos Maia, para quem "Collor será o presidente do Brasil e vai ver o País como um todo, sem preferências ou discriminações". Ele disse ainda que o novo presidente assumiu o compromisso de que o Rio Grande do Sul estará representado no primeiro escalão de seu governo, mas garante não existir nenhum acordo ou convite concretizado.

Maia admite estar decepcionado com os resultados da eleição no Rio Grande do Sul e atribui a derrota de Collor ao "efeito Brizola", cuja capacidade de trazer o Rio Grande do Sul para o primeiro plano do PRN. (AG)

8910368

Começa a definição do ministério

□ Nomes serão escolhidos entre técnicos e políticos de reconhecida capacidade, para ocupar os 12 ministérios do novo governo

Definido o resultado da eleição de domingo, o presidente eleito Fernando Collor de Mello começa a dar início aos primeiros contatos com vistas à formação de sua equipe de governo. Dos atuais 23 ministérios, Collor vai manter apenas 12. Essas pastas, conforme desejo do candidato eleito externado pelo líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros (AL), deverão ser preenchidas por pessoas — técnicos ou políticos — de reconhecida capacidade. A questão partidária deverá permanecer num segundo plano na formação do ministério do governo Collor, que será anunciado somente em fevereiro de 1990.

Preferencialmente, o mais importante Ministério, o da Economia, que vai substituir o da Fazenda e o do Planejamento, será ocupado por um empresário, sendo Antônio Ermírio de Moraes, diretor-superintendente do Grupo Votorantim, visto como o nome



Zélia Mello: assessoria

"ideal". Um outro nome que se encaixa no perfil de ministro da Economia de Collor é o banqueiro José Eduardo Andrade Vieira, presidente do banco Bamerindus e que apoiou Collor desde o primeiro turno, no Paraná. Também são lembrados para o cargo o ex-presidente da Petrobrás e Embraer, Oziros Silva e o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore.

ASSESSORIA ESPECIAL — Embo-



Antônio Magri: Trabalho

ra menos cotado, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, também é cogitado para o ministério da Economia. A coordenadoria da equipe econômica que elaborou o plano de governo de Collor, Zélia Cardoso de Mello, é vista com poucas chances de ir para o ministério, tendo mais possibilidade de ocupar uma assessoria especial da Presidência da República. Collor e sua equipe entendem que um empresário no Ministério da Economia seria positivo porque sinalizaria para a sociedade e para os agentes econômicos a linha privatizante do novo governo.

No novo Ministério do Trabalho e da Previdência, Collor pode convidar o atual presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Antônio Rogério Magri, mas também tem força o senador Carlo Chiarelli (PFL-RS), que coordenou a campanha do PRN no Rio Grande do Sul. Se não for para o Trabalho da Previdência, Chiarelli pode ser o futuro ministro da Educação, segundo membros da assessoria mais direta a Collor. Para o Ministério da Educação, uma segunda opção é o professor João Carlos Di Gênio, presidente do grupo de escolas, pré-universitários e faculdades Objetivo.

PRIMEIRAS MEMBRAS — O presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e ex-relator-geral da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral (sem partido-AM), é o mais cotado para ministro da Justiça, tanto que já está elaborando os primeiros projetos de lei e medidas provisórias a serem editadas pelo futuro governo. Outro ministro em potencial é Rubens Ricupero, embaixador do Brasil junto ao Gatt e ex-assessor especial do presidente José Sarney — por suas credenciais, seria ministro das Relações Exteriores. Só encontrou-se uma vez, até hoje, com Collor: em agosto, durante 50 minutos.

Quem está mais próximo do Ministério da Saúde e Assistência Médica é o cardiologista Adão Jatene. Ele seria indicado pelo ex-candidato do PDS, Paulo Maluf, a quem Jatene é ligado. Como futuro ministro do novo Ministério da Agricultura e Irrigação dois nomes são cogitados: o do ex-presidente da Embraer, Elizeu Alves, e o do empresário Olacir de Moraes, considerado o "rei da soja" no país. O ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce e das Minas e Energia no Governo João Goulart, Eliezer Baptista, pode ser o titular do Ministério da Infraestrutura, que vai absorver atividades de pastas que serão extintas, como Transportes e Interior.

Outro Ministério que será criado é o do Desenvolvimento Urbano e Agrário, que vai suceder o do Desenvolvimento Industrial e Comercial, mas também vai desenvolver funções que eram de outras pastas. Um dos possíveis titulares desse novo Ministério é José Eduardo Andrade Vieira, presidente do Banco Bamerindus, que também pode ser ministro da Economia. O mais provável ministro do Exército é o general Oswaldo Muniz Oliva, pai do economista do PT, Aloísio Mercadante e atual comandante da Escola Superior de Guerra (ESG). Para os ministros da Marinha e da Aeronáutica, ainda não há nomes fortes. (Brasília/ZH)



Antônio Ermírio: Economia



Pastore: Banco Central

Collor planeja a criação de um novo partido

Uma das primeiras medidas a ser adotada pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello será a criação de um novo partido para compartilhar com o PRN a sustentação de seu governo. "Quero um partido sério", exigiu Collor dos assessores, que defenderam a ideia segunda-feira à tarde. Eles querem um partido com definições ideológicas na linha da social democracia, que tenha a cara do governo Collor. Do estatuto do partido constarão metas do programa de governo do presidente eleito. Uma atenção especial para a saúde, habitação e educação, mas ao mesmo tempo estimulando a iniciativa privada a promover o desenvolvimento

econômico. Só serão aceitos no partido os políticos que se comprometem com este programa.

A ideia da criação do novo partido não é nova. Ela começou a ser cogitada à medida que as disputas regionais dificultaram a convivência dos políticos que entraram na campanha de Collor. A maioria das pessoas que apoiou Collor não deixou seu partido de origem para ingressar em qualquer um dos quatro que compunham a Frente Brasil Novo: PRN, PSC, PTR e PST. Eram dois os motivos: garantir a legenda para concorrer à eleição do próximo ano e falta de espaço no principal partido na frente, o PRN, dominado por quem votou

cou primeiro na campanha.

CANDIDATURAS — Com o novo partido, o presidente eleito também se livra de escolher entre os adversários políticos que o apoiaram aquele que será o seu candidato nas eleições de governador, senador e deputado. No Paraná, por exemplo, dois homens fortes na campanha são candidatos ao governo do estado. O deputado José Carlos Martinez foi coroado no primeiro turno pela performance do candidato do PRN, que obteve votação três vezes maior que o segundo colocado, o candidato do PDT, Leonel Brizola, no estado. Já o

deputado Alceni Guerra conquistou Collor em seu trabalho de fiscalização da eleição.

O novo partido abrigaria todas as pessoas que apoiaram Collor e não ingressaram no PRN e nomes de peso que não trocariam uma estrutura partidária organizada pelos namoros da Frente Brasil Novo. Com isso, ainda, o presidente eleito espera conquistar na próxima eleição uma bancada expressiva dentro do Congresso Nacional para facilitar a apreciação de projetos enviados pelo Governo. Os assessores que articulam o novo partido não querem revelar os políticos de nome que interessam ao novo governo. 03

20/12/89

2200 HORA DO 10/10/89 F. A. C. C. P. R.

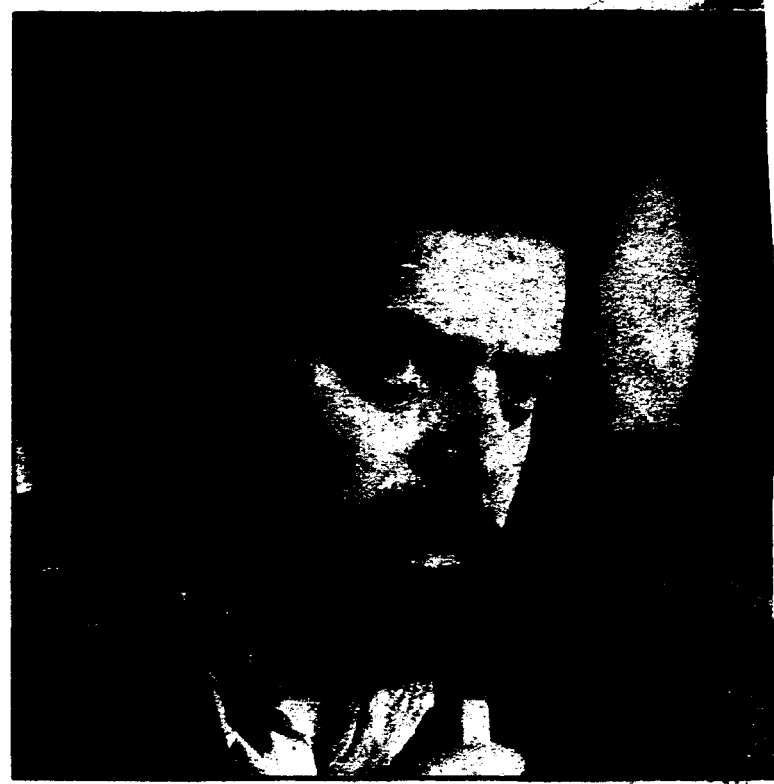
Lula promete fiscalizar novo governo

□ Em entrevista, candidato prometeu formar um ministério paralelo e disse que proposta de entendimento é estratégia para enfraquecer oposição

O deputado Luís Inácio Lula da Silva reconheceu ontem a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais, durante entrevista coletiva no auditório Pedrosa Horta, da Câmara Municipal de São Paulo, lotado de correligionários do Partido dos Trabalhadores. Lula disse que o segundo turno conseguiu um fato inédito na vida política brasileira: a coalizão das forças de esquerda no País. "Entendo que devemos mostrar um ministério paralelo, que discuta todos os pontos do Governo e apresente alternativas melhores para a sociedade", disse Lula, para quem as propostas de entendimento nacional de Collor não passam de estratégia para o enfraquecimento das oposições brasileiras.

NÃO NECESSA — "O Brasil verá

que se elegeu uma grande mentira, que não poderá cumprir nenhuma de suas promessas de palanque em favor do povo", salientou. Lula disse que seu partido poderá reunir-se com Collor se houver necessidade, mas que "o Lula não fará isso porque para Lula o Collor é um imoral". Ele não concorda com o que chamou de "invasão da privacidade", referindo-se ao depoimento de sua ex-namorada, Miriam Cordeiro, cujos detalhes recusou-se a comentar durante a entrevista. Lula disse que ainda não avaliou as causas que levaram sua candidatura à derrota nas urnas. Mas salientou que houve fatos que perturbaram o julgamento do público pelo comportamento de alguns órgãos de comunicação. Durante a entrevista, exibiu xerox de um jornal do Acre, cuja manchete de primeira página dizia: "PT seqüestra Abílio Diniz". Ontem, reuniu-se com lideranças da esquerda, onde estavam presentes o governador Miguel Arraes, os ex-governadores Waldir Pires e Leonel Brizola, o deputado Roberto Freire e os outros dirigentes. (Radiobrás)



Encontro: Lula se recusa a participar de reuniões com o adversário

Coordenador da campanha diz que o PT cresceu

"Nós vamos ter que entender que ele foi eleito presidente. Ele é o presidente do Brasil e nós somos forçados a conviver com ele. Agora, não é o convívio normal, nem podemos aceitar alguém que tem um programa do tipo que ele tem, alguém que usa métodos imorais, ilegais, numa disputa democrática. Nós temos um programa político para a sociedade brasileira e vamos lutar em torno desse programa". Assim o jornalista Waldemar Pomer, principal coordenador nacional da campanha do deputado Luís Inácio Lula da Silva,

sintetizou o relacionamento do PT com o governo Collor de Mello. O coordenador fez uma primeira análise do resultado eleitoral e garantiu que o partido não sofreu uma derrota política. — É um engano pensar que a derrota numérica eleitoral poderá se transformar numa derrota política. Quem estiver pensando dessa forma, se alguém fizer esse tipo de análise, vai dar com os burros n'água, como aconteceu em outros momentos. Pomer citou vários exemplos de como o PT ressurge naturalmente

das crises, entre eles um recente: "O partido tem uma trajetória de dez anos que ninguém acreditava ser possível. Os analistas políticos falavam no início da campanha que não chegaríamos ao segundo turno, quanto mais disputar emparelhado. Nós disputamos com poucos recursos materiais e olhe onde chegamos. Agora vamos participar de todas as eleições, vamos reforçar o PT, que hoje em dia pode ser considerado o maior partido político do Brasil. Não dá para ignorá-lo". **WALDEMAR POMER** — Pomer

acredita que o novo governo dificilmente poderá optar pelo meio-termo. "Ele tem como alternativa cumprir o programa real dele, que é um programa neoliberal, de arrocho salarial, de repressão e aí nós não sabemos onde ele vai levar o país. Ou vai reeditar uma ditadura ou aplicar um programa de reformas". — Apesar disso não vejo o quadro negro. Eu acho que a tendência vai ser o Collor ver-se numa situação diante do Congresso renovado em 1990 que vai ser obrigado a fazer concessões — destacou Pomer. (A.G.)

02/12/89

Lula convoca aliados para fazer oposição a Collor

Marcos Emílio Gomes

SÃO PAULO — "Em termos de quantidade de votos, Collor venceu a eleição." Foi sem utilizar a palavra "derrota" e considerando "imoral" o adversário pelos métodos utilizados durante a campanha eleitoral que o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, apresentou-se na Câmara Municipal de São Paulo para uma entrevista coletiva de uma hora de duração em que falou dos planos do PT diante do próximo governo.

Lula anunciou a idéia de criar um "governo paralelo", nos moldes do shadow cabinet britânico, para fiscalizar a gestão Collor de Mello, aproveitando as equipes de assessores que trabalharam na elaboração dos planos administrativos do PT. O candidato contou também que iniciará contatos para articular uma frente de oposição no Congresso com os partidos de esquerda reunidos durante o segundo turno no Movimento Lula Presidente. "Serei oposição intransigente ao novo governo", anunciou.

Sobre o resultado da eleição, Lula afirmou que se considera um vencedor, por ter conduzido a campanha com "dignidade, moral e ética, juntando tudo o que existe em termos de sociedade organizada neste país". Na avaliação do candidato, se adversário "ganhou nas urnas, e isso deve ser respeitado", mas ele não acredita na sinceridade de Collor no cumprimento das promessas que fez durante a campanha eleitoral. Lula vaticinou que o novo presidente da República irá "be-

jar a mão dos empresários, do FMI e dos banqueiros" que atacou antes das eleições. Ele não acredita, sobretudo, que o adversário cumpra a promessa de baixar a inflação para 3% ao ano, como chegou a prometer.

Proposta — Ainda abatido, mesmo depois de dois dias de repouso num sítio de Monte Alegre do Sul, a 140 quilômetros da capital paulista, ele não deu muitas explicações sobre o governo paralelo que sugeriu. Ele apresentou essa idéia pela primeira vez apenas uma hora antes, num almoço realizado na sede nacional do PT, no bairro da Vila Mariana, Zona Sul de São Paulo.

Enquanto comiam picanha, farofa, mandioca refogada e arroz e bebiam Coca-Cola gelada, Lula e os três principais líderes do partido decidiram levar essa proposta tanto à comissão executiva nacional do PT quanto a outros partidos que decidiam pela oposição ao governo Collor. Não há a intenção de apresentar uma proposta ao Congresso, transformando o governo no paralelo numa instituição efetivamente semelhante ao shadow cabinet inglês.

Participaram do almoço o presidente do PT, Luís Gushiken, o secretário-geral José Dirceu e o líder na Câmara Federal, Plínio de Arruda Sampaio. Pouco se falou sobre os motivos da derrota, mas houve consenso sobre o fato de que o PT poderia ter batido mais na canela do candidato do PRN, respondendo praticamente no mesmo nível aos ataques recebidos durante a última semana de campanha.

São Paulo — Roberto Faustino



Lula condenou métodos empregados pelo adversário

quando Collor conseguiu estancar a própria queda nas pesquisas, e também a curva ascendente de Lula, quando a sua vida pessoal foi colocada no programa eleitoral do adversário.

"Cala-bosses" — "Foi o procedimento de mais baixo nível que já se viu numa campanha eleitoral neste país", limitou-se a dizer o candidato na coletiva, depois de ter-se recusado a avaliar quanto foi prejudicada sua campanha pelo aparecimento da ex-namorada Miriam Cordeiro no programa de televisão do adversário, acusando-o de tentar forçá-la a um aborto.

Os petistas não acreditam na possi-

bilidade de criar uma crise institucional com sua oposição intransigente e Lula recusou qualquer possibilidade de formação de um governo de conciliação, lembrando que apelos nesse sentido foram feitos, no passado, pelos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva, João Figueiredo e José Sarney. "O entendimento nacional que eles queriam era um cala-boca da classe trabalhadora", afirmou.

O advogado Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da OAB, e o jurista Hélio Bicudo, secretário dos Negócios Jurídicos da prefeitura petista de São Paulo, anunciaram na Câmara Municipal que o PT pedirá a abertura de processos contra a Rede Globo de Televisão, as empresas de ônibus denunciadas por locaute em várias cidades no dia da eleição, o ex-candidato do PDS, Paulo Maluf, e a própria Justiça Eleitoral. O partido pretende que a Globo responda legalmente pela edição do Jornal Nacional de sexta-feira, que mostrou cenas do debate — favorecendo Collor, na interpretação dos petistas.

Paulo Maluf será processado por ter relacionado o PT ao sequestro do empresário Abílio Diniz, em entrevistas realizadas no dia da eleição. A Justiça Eleitoral, finalmente, será cobrada por não ter tomado providências nos casos em que o partido se sentiu prejudicado. Lamentando "a guerra de informações contra o PT travada às vésperas da eleição", Lula exibiu reprodução da primeira página do jornal *O Rio Branco*, da capital do Acre, cuja manchete de 17 de dezembro foi "PT sequestra Abílio Diniz".

Tristeza toma conta do PT

SÃO PAULO — Nunca os líderes da campanha da Frente Brasil Popular foram cantados em tom tão triste quanto na entrevista coletiva de ontem na Câmara Municipal de São Paulo, onde cerca de 200 militantes foram esperar o candidato Luís Inácio Lula da Silva. Uma falta aberta no plenário do 11º andar estreitava o clima entre os militantes do PT, principal partido da Frente. "Lula, pedimos desculpas por São Paulo", disse o texto lido às pressas na tira de pano branco, numa referência ao fato de o presidente virtualmente eleito, Fernando Collor de Mello, ter ganho por larga margem — cerca de 2,5 milhões de votos — no estado.

Lula olhou para a falta, ao admitir o fracasso do partido no maior colégio eleitoral do país, mas não esmalçou os motivos. "O problema é que há falta exploração das denúncias contra petistas e nenhuma notícia a favor, quando os casos se esclarecem", afirmou Lula, reclamando que não tenha havido denúncia para o indiciamento do ex-candidato do PSD, Ronaldo Caiado, por crime eleitoral, em razão de suas denúncias (não comprovadas) sobre o caso Luibeca, que envolvia a Prefeitura de São Paulo num pretenso envolvimento com suborno. Lula ainda não definiu seus planos políticos para o futuro e anunciou apenas que não vai se candidatar ao governo de São Paulo no próximo ano.

19/12/89

Esquerda estuda a formação de um novo partido político

A formação de um novo partido de esquerda, em que estejam reunidos representantes do PDT, PSDB e os chamados progressistas do PMDB, será definida dia 20, em reunião cujo local ainda não está definido. Tudo indica que será em Brasília, para onde deverão vir os grandes nomes destas agremiações e grupos, como Leonel de Moura Faria, Mário Covas e Waldir Freire.

Os partidos, embora já se saiba que o Partido Democrático Social Nacional — nome provisório da nova agremiação política — poderá não vingar do ponto de vista legal. Nessa hipótese, como já disseram articuladores do movimento, uma das atuais siglas (provavelmente o PDT) é que dará sustentação, especialmente para a participação nas eleições de 1990 (governadores, senadores e deputados).

Na reunião do dia 20, deverá ficar definida a linha filosófica do novo partido, a fim de que possa ser feito o modelo de estatutos e programas gerais. A maior dificuldade, especialmente para os podestistas, é a questão do parlamentarismo, que é ponto de honra dos tucanos. Líderes do PDT, contudo, garantem que a nova forma de Governo não será nenhum obstáculo, pois não se sujeitará ao que o pleito vier a determinar. (Brasília/Z12)

Jornal do Brasil 19/12/81

F. POL (PP. PP.)

Brizola quer aliança com Lula para eleições de 90

Cristina Serra

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, deve visitar nos próximos dias o candidato do PT à Presidência, Luis Inácio Lula da Silva, na sua casa, em São Bernardo do Campo (SP). O encontro dos dois foi acertado ontem por telefone, com o deputado Plínio de Arruda Sampaio, líder da bancada do PT na Câmara.

O deputado ligou duas vezes para Brizola, a primeira pela manhã, quando já admitia que estavam eliminadas as chances de vitória do PT. Na segunda ligação, à tarde, eles trataram do encontro dos dois líderes. Brizola acha importante visitar Lula na sua casa, para simbolizar a solidariedade que deve continuar existindo entre os partidos de esquerda que se aliaram no segundo turno da campanha. Na visão de Brizola, a união deve continuar, principalmente entre PDT e PT, com vistas às eleições para os governos dos estados e o Congresso, em 1990.

Somar forças — Com base no resultado eleitoral, o PDT concluiu que tem chances de conquistar os governos de cinco estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Ceará. A situação é difícil para os pedetistas em estados importantes como São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, onde Lula teve melhor que Brizola no primeiro turno. Dirigentes do PDT

racionam que essas forças devem ser somadas, para que os partidos de esquerda conquistem o maior número possível de governos estaduais.

Há quem defenda uma coligação entre PDT e PT no Rio de Janeiro, com a cabeça de chapa para o primeiro. Em São Paulo aconteceria o inverso, com a liderança da chapa para o PT. A propósito do relacionamento entre PDT e PT, Brizola disse ontem, na entrevista coletiva concedida, no antigo comitê de campanha, em Copacabana: "A união no segundo turno foi muito importante e a impressão que tenho é que PDT e PT não serão os mesmos a partir de agora em matéria de relacionamento. Essa convivência intensa e decisiva permitiu que nos conhecêssemos melhor e quebrássemos muitos preconceitos de parte a parte".

Quando ao PSDB, Brizola não a tem a mesma expectativa, por considerar a direção dos tucanos "muito neoliberal" e pela experiência no segundo turno. O candidato derrotado do PSDB, Mário Covas, demorou a subir com Lula nos palanques e a direção do partido fez muitas ressalvas ao programa de governo do petista. Ainda assim, Brizola acha que onde for necessário os três partidos devem se unir.

Rede Globo — Na entrevista, Brizola culpou a Rede Globo pela derrota de Lula. Ele criticou a emissora por ter exibido no *Jornal Nacional* da noite de

sexta-feira trechos escolhidos do último debate entre os candidatos, realizado na véspera. "A candidatura Lula foi atingida com aquele programa de uma forma incisiva e grave. Foi um golpe de aniquilamento dado pelas costas quando já não havia mais condições de o PT se defender", afirmou, assinalando que não havia mais propaganda eleitoral gratuita no dia 15, quando a Globo exibiu os trechos do debate.

Brizola disse que em função de episódios como esse, que chamou de "vícios" do processo eleitoral, o PDT "caminha para um questionamento dessas eleições e o não reconhecimento de seus resultados, denunciando sua precária legitimidade". Ressaltou que o protesto será "pacífico".

Ele não acredita que Collor vá disminalhar o Rio de Janeiro — que votou maciçamente no PDT no primeiro turno e no PT no segundo. "Duvido que possa ocupar o governo central alguém que diacrimine um estado da Federação impunemente. Não lembram do Sarney, que levou uma pedrada", recordou.

Em entrevista à TV Manchete, no início da noite de ontem, Brizola previu que o governo de Collor será igual ao de Moreira Franco, no Rio de Janeiro, "só que mais grave porque terá dimensão nacional".



Brizola acusou Rede Globo de praticar "golpe"

Marcelo Regua

PDT decide que não vai à posse

BRASILIA — Por não considerar legítima a vitória de Fernando Collor de Mello contra Luis Inácio Lula da Silva, a bancada de 31 deputados e cinco senadores do PDT no Congresso Nacional não comparecerá à posse do novo presidente, marcada para o próximo dia 15 de março, no plenário da Câmara dos Deputados. "É muito mais do que um gesto de oposição. É rejeição Collor", explicou o líder do partido na Câmara, deputado Vivaldo Barbosa (RJ).

Vivaldo considera também um "gesto natural" a ausência de outros partidos que apoiaram o candidato da Frente Brasil Popular, mas ainda não conversou com parlamentares desses partidos sobre a possibilidade de um gesto coletivo.

Ontem, o líder pedetista anunciou ao presidente da Câmara, deputado Paulo de Andrade, que pedirá a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar irregularidades na campanha do candidato do PRN. Isto, no entanto, só poderá ser feito no dia 15 de fevereiro, data de reabertura dos trabalhos do Legislativo. Segundo Vivaldo, Tribunal Superior Eleitoral ignorou um série de denúncias sobre abuso do poder econômico na campanha de Collor.

19/12/89

12.02 (P.D. 00)

Collor começa a montar seu governo

□ Collor de Mello discute a partir de hoje a equipe que administrará o País. Critério, segundo o PRN, será a competência técnica e administrativa

Fernando Collor de Mello, o virtual presidente eleito, começa a discutir sua equipe de governo a partir de hoje. Até agora, de acordo com seus mais próximos assessores, Collor não assumiu compromisso com ninguém para a indicação de seu ministério, pois as conversas que já manteve com diversos políticos, que eventualmente venham a integrar sua equipe, serviram apenas para troca de idéias sobre os problemas do País. "Eu nunca o vi sequer dar indicações de que alguém seria escolhido para o seu ministério", disse uma fonte, que presenciou diversas dessas conversas mantidas por Collor nos últimos meses.

"Seguramente, a montagem da equipe de governo não passará por uma negociação político-partidária, mas seguirá o critério da competência técnica e administrativa", afirmou um assessor de Collor. Para esse

colaborador, como não foram os partidos que ganharam a eleição, não há motivo para considerar o jogo de forças partidárias na escolha do ministério. "Quem ganhou essa eleição foi o Collor", resumiu esse assessor. As especulações, entretanto, são inevitáveis. Collor já se reuniu duas vezes com Eliezer Batista, ex-presidente da Companhia Vale do Rio Doce. Em uma delas, na residência do empresário Paulo Octávio, Eliezer Batista fez uma longa exposição do que ele pensa ser a política correta para o Brasil ampliar seu comércio internacional, principalmente com o Japão. Foram cinco horas de conversa regada a muito uísque.

"Collor ficou muito impressionado com a experiência do Eliezer Batista", garantiu um assessor. Depois dessa conversa, Collor voltou a falar várias vezes com Batista, pelo telefone, mas sem convidá-lo para o ministério. O mesmo comportamento foi adotado com Oziere Silva, ex-presidente da Embraer e da Petrobrás, com Eliseu Alves, ex-presidente da Embrapa, e com o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte. Cabral, inclusive, está trabalhando para Collor e é apontado como candidato ao Ministério da Justiça. O



Collor conversa entre jornalistas e partidários

deputado, a convite de Collor, está redigindo os projetos de lei e medidas provisórias que Collor pretende anunciar nos seus primeiros dias de governo.

O anúncio de fortes medidas econômicas e principalmente a reforma

administrativa terão o poder de provocar o que os assessores de Collor chamam de choque de constância, com o que pretende provocar uma reação instantânea da sociedade às medidas adotadas, revertendo o quadro de desconfiança que existe na ação governamental.

Equipe econômica prepara plano de emergência

A equipe econômica de Fernando Collor de Mello está concluindo o plano de emergência que pretende colocar em prática logo no primeiro dia de governo, para combater a inflação. Entre as medidas que serão anunciadas, logo após a posse do candidato, estão a revisão dos subsídios e incentivos fiscais, a reforma patrimonial, a retomada da operação-desemonte — que vai transferir despesas para estados e municípios — o envio ao Congresso de uma lei definindo os critérios de privatização das estatais e o combate à sonegação,

através da criação de uma vara especial no judiciário para apurar denúncias contra sonegadores.

A idéia dos economistas do PRN é somar essas e outras medidas ao saneamento da máquina administrativa, considerado um ponto chave do programa de Collor de Mello. O ministério do candidato já está definido e contém apenas 12 pastas, 16 a menos do que a estrutura atual do governo. A reforma pretende reduzir o quadro de pessoal e as despesas com o funcionalismo. Está previsto, por exemplo, o corte de um terço dos

cargos de confiança, a suspensão dos concursos públicos e o estímulo à aposentadoria precoce. A demissão de funcionários vai acontecer somente no caso de o servidor estar ocupando irregularmente o cargo.

Reestruturação — O assessor de imprensa de Fernando Collor de Mello, Cláudio Humberto Rosa e Silva, disse ontem que o presidente eleito "não exclui nenhuma força política, nem mesmo as derrotadas". "O presidente está aberto a entendimen-

tos", disse, acrescentando que o tratamento de "presidente" para Collor é "positivo".

Acompanhado de diversos assessores, Collor chegou ao Rio de Janeiro, onde Cláudio Humberto Rosa e Silva, sempre ao lado do candidato como "presidente eleito", tomou uma vez a palavra para a antecipação da posse. "O presidente Fernando Collor tem um compromisso solene de respeitar a Constituição. E a posse está marcada para o próximo dia 15 de março", garantiu, dizendo que só o Congresso pode decidir o contrário. (AGF/AB)

19/12/89

A difícil equação do voto por regiões

□ A eleição definiu-se por confrontos entre norte e sul; capitais e interior, numa quebra-cabeça de complicada solução

GUSTAVO KREGER

Editor da Política/ZEH

Norte contra Sul. Capitais contra interior. Estas são duas das formulações desta eleição, cuja definição não foi formada por um quadro nacional. Ela mais pareceu um quebra-cabeça no qual os candidatos tiveram que somar as peças representadas pela realidade política diferenciada de cada estado ou região. Assim, Lula venceu no Sul, Collor no Norte e Nordeste. A região Sudeste, mes-

mo tendo a maior densidade eleitoral do País, acabou perdendo seu peso na decisão final pelo equilíbrio entre os dois presidentes.

Mesmo dentro da maioria dos estados, as realidades foram diferenciadas. Enquanto Lula venceu nas capitais e grandes cidades, Collor era absoluto no interior, recolhendo nas urnas dos pequenos municípios os votos necessários para conquistar a Presidência da República. A vantagem foi para Collor, que conseguiu ter o desempenho mais homogêneo em todos os estados brasileiros. O equilíbrio das regiões mais populosas acabou dando importância decisiva a estados que pouco representam em relação ao total do eleitorado brasileiro, como os das regiões Norte e Centro-Oeste.



Collor: votação mais homogênea no País



Lula: venceu em dois estados e Brasília

Voto gaúcho não garantiu Lula

No primeiro turno, o Rio Grande do Sul foi um dos grandes problemas para Lula, que via chegar dez umas gaúchas milhões de votos destinados a Leonel Brizola, seu adversário na luta por uma vaga no segundo turno. Graças ao apoio de Brizola, a situação se inverteu no segundo turno. O Rio Grande passou a ser uma das esperanças de Lula, pela grande vantagem que conseguiu sobre Collor de Mello. Juntamente com o Rio de Janeiro, onde o voto brizolista também foi decisivo, o Rio Grande do Sul transformou-se em uma das zonas de mata da candidatura Lula.

Os números no Estado são claros. Lula chegou a 68,6% dos votos válidos no contra 31,3% dados a Collor de Mello. O candidato petista fez 3,3 milhões de votos, contra os 1,5 milhões de seu adversário, garantindo uma vantagem de 1,8 milhão de votos, que se revelaria insuficiente para assegurar os seus resultados

de outros estados. No primeiro turno, Lula havia alcançado apenas 6,5% no Rio Grande do Sul, menos que Collor, que havia conquistado a segunda colocação com 8,9%. O candidato da Frente Brasil Popular teve seus índices reforçados com a adesão da maior parte dos eleitores brizolistas, enquanto Collor foi apoiado pelo PDS e PFL.

CAPITAL — A maior vantagem de Lula foi em Porto Alegre. Na Capital ele alcançou 76,6% dos votos válidos contra os 23,3% de Collor de Mello. Um grande reforço para quem no primeiro turno não havia passado de 6,3%. O candidato do PRN também cresceu em relação aos 4,8% que havia feito no primeiro turno. No Interior a diferença foi menor e Collor venceu em alguns pequenos municípios. Mesmo assim, o resultado final no Interior foi de 67% para Lula contra 32% de seu adversário.

Collor foi preferido na maioria dos estados

Collor de Mello foi o candidato mais votado na grande maioria dos estados. Ele só ficou abaixo dos índices de Lula no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Brasília. Em Pernambuco e na Bahia os dois tiveram votações semelhantes e nos demais estados a vantagem foi clara para o candidato do PRN. Uma vantagem garantida especialmente nas cidades do interior, porque nas capitais o quadro foi diferente. Lula venceu em 12 capitais, incluindo cidades como Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte, Salvador e Recife, mas na maior parte destes estados viu sua vantagem inicial ser engolida pelos votos que chegaram do interior. Collor também venceu em capitais importantes como São Paulo e Curitiba.

Em alguns estados, a diferença na vontade política da capital e interior foi clara. É o caso da Bahia. Em Salvador, Lula fez 74,7% contra 25,3% de Collor, numa proporção de

três votos por um. Esta liderança, entretanto, foi anulada pelo interior do estado, onde Collor teve quinze pontos de vantagem sobre seu adversário. A maior parte dos votos baianos vem do interior o que ajudou o candidato do PRN. Em Pernambuco, Lula fez o dobro de votos de Collor na capital Recife, mas foi batido no interior onde o candidato do PRN fez 53% dos votos contra 47%. Em Pernambuco também é no interior que está a maior força eleitoral.

Este quadro com vantagem para Lula nas capitais e para Collor no interior se repetiu em todos os estados nordestinos com exceção de Alagoas. Collor venceu em Maceió, cidade onde foi prefeito, por larga vantagem. Obteve 64,9% contra 35% de Lula.

WITNERS — Em alguns estados a vontade do interior e capital foi a

mesma. São os casos do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde Lula e de São Paulo, onde Collor venceu no Norte e Centro-Oeste. Nestas regiões, o candidato do PRN obteve uma grande vitória, especialmente nas maiores cidades, onde trabalhou pelo interior.

O PT perdeu em alguns estados importantes, como Ceará, São Paulo e Vitória. Em São Paulo, o governo, venceu apenas no interior. Em São Paulo, o candidato foi de Collor com 50% dos votos. O mesmo aconteceu em Vitória, com o pleitar mais próximo de 50% a 48%.

Em Belo Horizonte, o candidato prefeito Figueiredo venceu com 60% dos votos válidos para Lula. Ele venceu por larga diferença, chegando a 60% contra 31% de Lula. No entanto, Collor venceu com 19 pontos de vantagem no estado, a liderança para o candidato do PRN.

Regiões menos populosas decidem

Com quase 36 milhões de eleitores, a Região Sudeste é decisiva em qualquer eleição presidencial. Mas no segundo turno Collor de Mello e Lula dividiram os votos da região: o resultado final mostrou uma diferença pró-Collor de cerca de 200 mil votos. Com isto, o papel decisivo foi transferido para regiões menos populosas, como o Norte e o Centro-Oeste, onde Collor foi melhor.

Collor largou em vantagem no Sudeste, graças a seu bom desempenho em São Paulo, principal base política do PT. Ele fez 57% dos votos paulistas, garantindo vantagem de 15 pontos e 2,5 milhões de votos sobre Lula. A vantagem se ampliou com o resultado de Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do País, onde Collor fez 51,9% contra 44% de Lula, o que repre-

sentou vantagem de 730 mil votos para o candidato do PRN. Mas Lula praticamente anulou estes resultados com grande vitória no Rio de Janeiro onde fez 73% dos votos e ficou mais de três milhões de votos à frente do adversário.

Na Região Sul, Lula venceu bem no Rio Grande do Sul com 68,6% dos votos válidos, mas perdeu no Paraná e Santa Catarina, conseguindo apenas 380 mil votos de vantagem.

NORDESTE — A Região Nordeste, com 18 milhões de eleitores, acabou sendo decisiva: Collor fez 55% dos votos e teve mais de 1,6 milhões de votos de vantagem. Nos estados mais populosos como Bahia e Pernambuco, houve equilíbrio, mas Collor venceu bem nos outros. Ele perdeu

em Alagoas, onde Collor venceu com 64,9% dos votos válidos, mas ganhou no interior.

Mas Alagoas não foi o estado onde Collor conseguiu maior percentual. No pequeno estado de Tocantins, na Região Centro-Oeste, Collor foi preferido por 78,7% dos 300 mil eleitores. Na região Centro-Oeste, Collor não foi derrotado em Brasília. Nos demais estados sua vitória foi fácil, com índices sempre acima de 65% dos votos.

O quadro foi igual na Região Norte, com Collor ganhando a liderança absoluta com 68,2%. Ele passou de 60% em todos os estados da região e chegou aos 76% em Roraima.

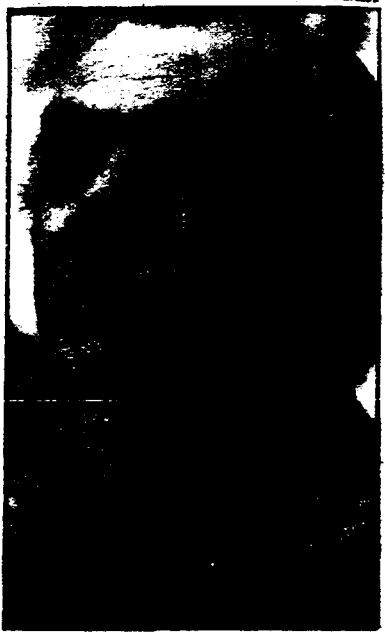
8910368

19/12/89

Brizola diz que fará oposição "rigorosa"

□ Líder do PDT garante que seu partido vai atuar de forma pacífica, mas não poupará críticas ao presidente eleito Collor de Mello

F.P.C. (P.P.P.)



AGZM

"Para nós, era o impensável, o inadmissível". Com essas palavras o candidato do PDT derrotado no primeiro turno, Leonel Brizola, resumiu ontem, após a reunião da Executiva Nacional do partido, no Rio de Janeiro, seu estado de espírito com a vitória de Fernando Collor de Mello sobre Luís Inácio Lula da Silva. A vitória de Collor representa, para Brizola, o segundo golpe dentro de um mês em sua histórica pretensão de chegar ao poder central do País.

Apesar do consolo de ter testado — com êxito — a liderança que mantém em suas bases eleito-

resultado das eleições. Indagado se pretendia fazer uma oposição sistemática a Collor, limitou-se a dizer que ele e seu partido adotarão, nos próximos anos, uma postura de "fiscalização rigorosa" do novo Governo. Após atirar diversas fúrias ao candidato vitorioso, negando-lhe legitimidade, disse que Collor não está preparado para governar o País e que irá "entregar a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás".

Brizola comparou a posição do PDT à época em que José Sarney assumiu a Presidência da República, dizendo que o protesto petetista será pacífico, "mas com aquela energia moral de pessoas que estão convicidas de suas posições". Evitou aprofundar análises sobre as relações entre PT e PDT nas eleições do próximo ano, afirmando que "nunca mais os dois partidos serão os mesmos em matéria de relacionamento". Segundo ele, a convivência no segundo turno foi "positiva" e contribuiu para

apagar preconceitos e inimizades.

MÁIS COUSAS — "Tudo vai depender da liderança política dos dois partidos", disse Brizola. A disposição é a mesma: "qualquer", resumiu, considerando o menor sentido a hipótese de uma fusão entre PT e PDT.

Brizola negou, sob a alegação de que "não seria ético", a comentar os possíveis desdobramentos políticos decorrentes das eleições presidenciais, pela adesão de Collor à candidatura Lula. Ele estava presente na reunião da Executiva Nacional do PDT, no entanto, afirmou que, no partido, as análises são puramente técnicas. "Como sempre", afirmou, "estamos em São Paulo, aguardando o resultado eleitoral. Prova disso, no dia das eleições, foi a suspensão da vitória de Collor no Estado de São Paulo, quando o primeiro turno (AG)

PDT poderá pedir ao Congresso uma CPI das eleições

Por iniciativa do líder do PDT, deputado Virgílio Barbosa (RJ), o Congresso poderá constituir Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista, de deputados e senadores, sobre as eleições presidenciais. O requerimento será formalizado a 16 de fevereiro, um dia após o início da nova sessão legislativa.

O requerimento da CPI incluirá investigações sobre o abuso do poder econômico de Fernando Collor, papel das emissoras de rádio e televisão, "que atuaram ostensivamente a favor do candidato do PRN", o boicote de empresas de ônibus no dia das eleições, em várias cidades, em especial Salvador, a "omissão" da Justiça Eleitoral, os gastos da campanha de Collor com show-biz, material de propaganda, transportes, "compras" de horário de partidos aliados na tevê, e, ainda, o sequestro do empresário Abílio Diniz. (AE)

Frente considera a eleição ilegítima

A Frente Brasil Popular considera ilegítima a eleição de Fernando Collor de Mello e vai fazer oposição a seu governo. Essa posição foi manifestada ontem em notas oficiais divulgadas pelas direções regional e nacional da Frente e na primeira entrevista do senador José Paulo Bisol, candidato derrotado à Vice-Presidência da República.

Os partidos que apoiam Lula esperam pela divulgação dos resultados oficiais da eleição, mas o PSB está sugerindo um pedido de impugnação da eleição. O presidente regional do partido, Fúlvio Petracco, argumenta que "a legitimidade do processo eleitoral foi comprometida por uma série de manipulações às vésperas e no dia das eleições".

O senador Bisol chegou atrasado à sua primeira entrevista após a eleição e quando chegou à Assembleia Legislativa era esperado por

lideranças dos partidos da Frente Brasil Popular. O vice-prefeito Tasso Genro, os deputados Sérgio Heck e Raul Pont (PT), Fúlvio Petracco e o presidente do PC do B, Edson Silva, divulgaram uma nota conjunta na qual os partidos que apoiam Lula contestam a legitimidade da eleição e dizem que vão acompanhar até o último voto das apurações oficiais.

Bisol descartou a possibilidade de que a Frente aceite a proposta de Collor para um "governo de unidade" ao dizer que "para acontecer uma unidade nacional seria necessária uma transformação revolucionária no caráter de Collor de Mello". Segundo ele, as estratégias de campanha do candidato do PRN, especialmente durante o segundo turno, "comprometem a legitimidade de sua eleição".

PRIMEIROS — Na primeira entrevista após a eleição, Bisol afirmou que a Frente Brasil Popular, entre outros, vai se abster de qualquer atuação política de Collor de Mello, que terá o apoio de grande parcela da população. Ele também afirmou que a Frente Brasil Popular não aceita a manipulação de dados e a apresentação de resultados por emissoras de televisão, a vinculação de resultados da campanha Abílio Diniz à vitória de Lula e a redução dos gastos de Collor em campanhas eleitorais.

O senador destacou a importância das forças progressistas na campanha e disse que "vamos trabalhar para que esta unidade seja real e reconhecida para as próximas eleições". O deputado Bisol também afirmou que a Frente Brasil Popular não aceitará uma unidade nacional eleitoralmente, mas que vamos uma vitória política.

2200 NOVA 12/12/89 PAG 16

19/12/89.

Dívidas que ficam para o sucessor

V. B. (PP.FP.)

Em relação às exportações, os compromissos da dívida externa brasileira significam um percentual recorde, na América Latina, de 36,1%.

Divulgação desse dado, pelo Banco Mundial (Bird) coincide com a confirmação de uma queda de 40% no saldo da balança comercial do Brasil no mês passado. Fica, assim, menos improvável a hipótese de o próximo presidente encontrar em caixa mais que os US\$ 7 bilhões atuais de reservas cambiais. Um valor idêntico aos dos vencimentos em compromissos externos previstos para o dia 15 de março de 1990.

Dívida externa em descontrole — apesar dos US\$ 53 bilhões pagos só no governo José Sarney —, saldo comercial em queda e caixa



no volume crítico são apenas alguns dos problemas à espera do presidente eleito. O mais grave começa pelo déficit público, a principal causa da inflação e de uma dívida interna de proporções ainda mais preocupantes do que a externa. Não pelo volume, hoje equivalente a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) contra 120% em países como a Suécia, mas pelo custo e periodicidade diária de sua rolagem no overnight. Equi-

cacionar esses problemas é apenas um dos desafios prioritários do presidente eleito.

O outro será permitir que as soluções impliquem em mais recursos para possibilitar não só a volta ao crescimento como o pagamento, até agora adiado, de outra dívida: a social.

23/04/90 19/12/89

12/12/88

Brizola acredita

que Lula realizará o pacto

Foto (PP-PP)

O ex-governador Leonel Brizola, candidato derrotado do PDT no primeiro turno da eleição, disse ontem que a eleição do candidato Luis Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) significaria o "verdadeiro pacto social" que até hoje, apesar de várias tentativas, governo, empresários e trabalhadores não conseguiram fazer. Para Brizola — que falou com entusiasmo sobre a possibilidade de vitória do candidato petista —, com Lula o pacto dará certo porque estará sob o controle dos trabalhadores.

"O Lula no governo é o próprio pacto social. É o pacto verdadeiro. Aquele que nunca saiu porque não havia confiança. Os empresários queriam — mas com eles controlando o pacto através do governo. Agora vai sair sob o controle da parte espoliada, da parte injustificada que é o povo trabalhador. O Lula jamais vai permitir que o pacto venha a funcionar contra os que vêm sendo prejudicados até agora e jamais vai permitir que o pacto seja feito à custa dos salários", declarou Brizola, em entrevista de uma hora e meia ao jornalista Sidney Resende, da Rádio JORNAL DO BRASIL.

Greves — Para Brizola, o pacto dará condições de governabilidade a Lula e todos os setores devem se empenhar para o sucesso do acordo, principalmente os empresários e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). "Os empresários que estão aí se olhando, se sentindo meio desconfortados com a possibilidade de Lula se eleger, têm que considerar isto", disse o dirigente petista. Brizola acredita que a CUT vai

prestigiar o acordo e só recorrer à greve em último caso. "Com Lula, a CUT vai ter que estudar uma nova política porque vai atuar num ambiente de confiabilidade. A CUT sabe que o Lula não vai *balizar o pau* sobre os trabalhadores. Eles sabem que poderão usar a greve, mas como haverá um ambiente de confiança, só vão usá-la diante da estrita necessidade. Vamos viver um período em que a greve só vai ser usada muito raramente", acredita o ex-governador.

O papel que Brizola espera ser desempenhado por Lula foi comparado ao de um personagem histórico da Austrália: Andrew Fisher, trabalhador de minas de carvão e líder sindical no começo do século, que se elegeu primeiro-ministro em 1908 pelo Partido Trabalhista australiano, abrindo caminho para as grandes reformas sociais naquele país. "A Austrália tinha um capitalismo selvagem. Mas ele se elegeu, se aliou aos liberais protectionistas e iniciou uma série de acordos que beneficiaram os trabalhadores", disse Brizola. Ele lembrou que a primeira lei do gabinete Fisher foi de proteção contra as importações estrangeiras às indústrias que melhor pagassem e mais benefícios dessem aos seus operários.

Esse exemplo de negociação, Brizola acha que Lula saberá desenvolver se a Frente Brasil Popular ganhar as eleições. "O Lula tem temperamento de negociador. Ele não é um batedor de mão fechada. Ele é educado, conciliador, não é arrogante. Ao contrário do seu adversário Collor de Mello, que seria um governo inviável", atacou o ex-governador. "Collor faria uma ditadura bran-



Apesar dos elogios a Lula, Brizola não respondeu se participaria de um governo petista

ca, um governo paternalista. Uma cesta de alimentos aqui, uma casinhola ali. Mas o resto ele ia entregar aos interesses capitalistas coloniais", acusou.

Idioma — Mesmo com tantos elogios a Lula, Brizola não definiu se aceitaria ou não participar de um governo petista. Deixou a dúvida no ar, ao dizer que o importante agora é ganhar as eleições, mas acrescentou: "Havendo confiança, tudo será possível". Vários eleitores ligaram para a Rádio JORNAL DO BRASIL durante a entrevista para parabenizar e questionar o apoio de Brizola a Lula. O ex-governador

apelou a todos os seus eleitores para que votem em Lula agora: "Votar em branco nem pensar. Seria como rasgar os seus direitos de cidadania. Escrever Brizola no voto, seria um erro gravíssimo, seria ajudar o adversário que apresenta o continuismo de tudo que abominamos".

Ao ouvir brizolista Carlos Pereira, que lamentou ter que escolher entre dois candidatos que não falam corretamente o português, Brizola argumentou, defendendo Lula: "O importante é usar o idioma para expressar o pensamento e isso o Lula faz. Quem

usa muito bem o idioma, geralmente o faz para esconder seu pensamento". Brizola defendeu a antecipação da posse do presidente eleito e afirmou se sentir "corresponsável" pela vitória de Lula. Para isso, ele continuará se empenhando nesta última semana de campanha. Ontem, fez comícios em Joinville e Blumenau, em Santa Catarina, e em Porto Alegre (RS). Hoje, vai a três cidades do Rio Grande do Sul com o mesmo objetivo e já gravou uma fita de quatro minutos para ser usada no horário eleitoral gratuito do PT em que manifesta seu apoio a Lula.

8910368

ZHORA 14/12/89

As propostas de cada um para a dívida externa

Entre Lula e Collor há um abismo separando-os quando o assunto é dívida externa. São duas propostas radicalmente contrárias. Collor de Melo considera a dívida impagável nas atuais condições, mas diz que pretende brigar por uma renegociação favorável sem romper com o sistema financeiro internacional, representado pelo FMI. O programa de Lula prevê o rompimento com o FMI e a suspensão imediata do pagamento da dívida. Pelo programa do PDT, que foi provisoriamente anulado ao do PT, não está prevista a suspensão, mas antes uma auditoria para avaliar o que é débito legítimo e o que não é.

DISSÍDIO DE FORA — Outra divisão fundamental entre os candidatos é em relação ao tratamento a ser conferido ao capital estrangeiro. Lula propõe "um controle rígido" de todos os investimentos internacionais. "Não podemos permitir a saída de dinheiro com o capital nacional porque

haveria uma desigualdade muito grande", sustenta ele. Collor de Melo se mostra mais flexível. "Ninguém vai chegar com capital hoje, seja qual for o país, para fazer beneficência. Vai chegar para investir e obter lucro. Um país como nosso não tem por que temer os investimentos externos, para cuja aplicação haverá regras claras, definidas e estáveis".

ENTRANHAS — Em relação às empresas estatais, as duas propostas também são divergentes. Collor fala constantemente em reduzir o tamanho do Estado, desburocratizá-lo e torná-lo ágil. Com isso, seria mantido o chamado setor estratégico, como energia e telecomunicações. Mesmo assim, porém, acrescenta, ele admite a possibilidade de abrir as empresas a participação de capital estrangeiro. "A participação de capital estrangeiro, se for para obter recursos para as atividades essenciais, não há problema", diz Lula. Ele não defende a nacionalização das empresas do Estado, porém.

propõe a sua regulação, mas não considera as empresas estatais como responsáveis pela inflação. Ele afirma que é preciso torná-las rentáveis e mantê-las sob controle da sociedade e não como usufruto de um governo.

SALÁRIO — Na redeira do dos candidatos, o salário é ponto de honra. Ambos prometem recuperar o poder aquisitivo do trabalhador. "Precisamos espoliar a idola, plantar da pelo governo ao longo dos últimos anos, de que aumentos salariais não foram de inflação", afirma Collor de Melo, que quer a livre negociação de salários a longo prazo e as compensações a que ninguém temha "valores aviltados" e que tenham "um nível de rendimento dos trabalhadores". "Não há consequência compensar, um nenhum momento, que os salários sejam caudal de inflação", sustenta, por sua vez, Lula.

INFLAÇÃO — Para o candidato PT, os principais responsáveis pela inflação são a fuga de capitais e a especulação financeira. A dívida externa, a instabilidade da renegociação da dívida interna. "Uma das despesas desse país é que o grande empresário, principalmente, por mais que reclame do Estado, repassa tudo para o custo do produto. O empresário precisa abrir mão de uma margem de seu lucro para poder melhorar a qualidade salarial", diz Lula.

Para Collor de Melo, a inflação é incompatível com a estabilidade monetária e a prosperidade econômica. Por isso, ele defende o aumento do Estado e o estímulo à competição para recuperar o poder aquisitivo. "Este compromisso deve ser pelo saneamento do Estado, pelo saneamento da dívida interna, pelo saneamento das condições relativas à dívida interna e pela associação com os investimentos para a construção da prosperidade", observa Collor.

14/12/89

14/12/89.

Cieps nos planos de qualquer forma

Saúde, educação e habitação. Esse triângulo de necessidades básicas no qual o Brasil é detentor de algumas das marcas mais atreladas do mundo é citado com frequência e prioridade em muitos programas de governo. Como novidade após a elaboração de suas propostas por escrito, os dois candidatos — de olho no choro de Leonel Brizola — passaram a admitir a construção de Cieps, as escolas integradas preconizadas pelo PDT.

Se há coincidência de pontos de vista nestes segmentos, os dois candidatos têm visões distintas quanto à questão da reforma agrária. O programa de Collor fala em dar "prioridade social ao uso de propriedades improdutivas", mas não faz referência à mudança de atual política fundiária. Lula encontra no sistema um de seus principais eixos de trabalho. "A reforma agrária visa resolver o mesmo problema de alimentação, de desemprego, de analfabetismo, de melhoria das condições de vida", acredita ele, que quer a mudança dos critérios para desapropriação de latifúndios mesmo que sejam produtivos.

Tanto PT quanto PDT concordam que na luta da violência urbana existe as dificuldades sociais, mas há diferenças de perspectiva. Lula afirma que este problema não será resolvido se não for relacionada a questão social. Já Collor está convencido de que o crime não sobrevive apenas em razão do subdesenvolvimento. "Se a criminalidade estiver associada à miséria, não haverá violência nos países de maior grau de desenvolvimento", observa ele. "O combate ao crime deve contemplar, ao mesmo tempo, programas sociais ao lado de providências legais, administrativas e judiciais", completa Collor.

2HORA -
14/12/89

098

15/12/82

F.DOL (PP.PP.)

Questão regional tira apoio de Geraldo Mello a Collor

NATAL — O governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Mello, revelou ontem o apoio que temia concedendo abertamente em favor do candidato do PMN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello. Durante 14 minutos, o governador realizou uma reunião estadual de rádio para, disse de Brasília, liberar seus amigos e correligionários a tomarem o caminho que desejarem no pleito do próximo domingo.

O motivo apontado pelo governador Geraldo Mello para não apoiar mais Fernando Collor é a forma como a campanha do candidato do PMN vem sendo conduzida, no estado, pelo senador José Agripino Maia (PFL), adversário político de Mello e um dos postulantes à sua sucessão. O senador foi acusado pelo governador de fomentar brigas internas e agitar divisões entre seus diversos pontos de atuação no interior do estado.

Liberando e esclarecendo, Geraldo Mello terminou provocando grande alvoro nas pessoas a ele mais ligadas, principalmente os seus



Geraldo Mello libera seus amigos

auxiliares que, na grande maioria, defendem a candidatura de Euzébio Lins da Silva, que pelas últimas pesquisas deverá conseguir uma vitória ínfima em Natal, podendo chegar a maioria que obtém sobre Collor no primeiro turno, em torno de 35 mil votos.

Debate foi duelo sem tréguas

2º EDO HORA 18/12/88 (FAP)

□ Foi sem contemplação, desde o início. Nem o aperto de mão entre os candidatos que buscaram ao máximo apontar as falhas do adversário

Nem clima tenso, em que não houve sequer o aperto de mãos previsto no roteiro do programa, o debate final entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva foi marcado por sucessivas acusações mútuas. Uma audiência estimada em mais de 80 milhões de pessoas assistiu ao duelo verbal entre os dois candidatos, no que foi considerado o debate do século, o mais decisivo programa da história da TV brasileira.

O debate foi dividido em seis blocos. No primeiro, que durou três minutos, Boris Casoy, do SBT, fez a apresentação dos dois candidatos e dos quatro jornalistas encarregados das perguntas: Joelmir Beting, da TV Globo; Villas-Boas Corrêa, da TV Manchete; Luís Fernando Emediato, do SBT; e Fernando Mitre, da TV Bandeirantes. Nenhum dos jornalistas teve direito a réplica ao longo do debate, caso não se contentasse com a resposta.

Ambos candidatos vestiram-se sobriamente para o debate. Lula, que desta vez ficou à direita do vídeo, usou um terno preto, camisa azul-clara e gravata preta com listas vermelhas. Collor optou por um terno cinza claro, camisa branca e gravata azul.

O início do segundo bloco foi utili-



Estratégia: Collor decidiu adotar postura mais agressiva

zando para a explicação sobre as regras do programa, acertadas entre as assessorias dos dois candidatos. Os quatro blocos intermediários tiveram duração de 25 minutos. Com o assunto girando sobre os planos econômicos de Fernando Collor e Lula, o segundo bloco também foi mediado por Boris Casoy, que fez a mesma pergunta aos dois candidatos, começando por Lula. Assim como nos três blocos que se seguiram, cada pergunta poderia durar 30 segundos.

ENTREVISTA — No terceiro bloco,

com mediação de Marília Gabriela, da Bandeirantes, o tema foram as questões sociais, enquanto no quarto bloco, que teve Eliakim Araújo, da TV Manchete, como mediador, os assuntos foram justiça e democracia. O quinto bloco teve mediação de Alexandre Garcia, da Globo, e foi o único que permitiu perguntas entre os próprios candidatos, como aconteceu no outro debate. Com tema livre, as regras estipularam que Collor seria o primeiro a fazer a pergunta, sempre com duração máxima de um minuto. As mesmas regras estabele-

ceram três minutos para a resposta, réplicas e tréguas de no máximo 30 segundos.

O último bloco, iniciado com mediação de Alexandre Garcia, serviu para depoimentos finais, com duração total de sete minutos. Cada candidato pôde falar por três minutos. Conforme o roteiro realizado entre as assessorias, a última fala dos candidatos coube a Lula. O debate foi encerrado com a transmissão especial, elaborada em conjunto com o pool de quatro canais de TV.

Acusações superaram as respostas

As intervenções dos dois candidatos logo no início do segundo bloco - quando realmente começou o debate - foram marcadas pela troca de críticas, independente da pergunta formulada. Não faltaram acusações, com Lula afirmando que Collor ocupou terras indevidamente em Brasília, e este acusando o PT do Paraná de considerar positiva uma catástrofe que eliminasse metade dos nordestinos.

A primeira questão, apresentada por Boris Casoy, versou sobre as transformações ocorridas no Leste Europeu com o fim do sistema comunista rígido e a influência no futuro governo brasileiro. Lula lembrou sua familiaridade com o pluralismo agora buscado na Europa Oriental, afirmando que o PT nasceu justamente da luta por uma sociedade mais democrática e pluralista, sem muita ingerência do Estado. Na sequência, Collor — depois de lembrar a proximidade do Natal — disse estarem bem claras as diferenças entre os dois candidatos. "De um lado, o centro demo-



Atuação: Lula seguiu o rumo imposto ao debate

crático, do outro, as teses marxistas estatizantes. No Leste Europeu, ficou a mostra de que os princípios democráticos devem ser perseguidos sempre. Lá não havia livre iniciativa, liberdade, eficiência ou felicidade". Defendeu uma sociedade democrática sem baderna ou caos.

Na pergunta seguinte, sobre a defesa de uma revolução radical no programa de Lula, o candida-

to mostrou a Constituição, dizendo ser este o livro que seguirá, e frisando que não existe nenhum documento oficial provando que o PT é marxista. Collor o acusou de fugir da pergunta, pois o PT "defende luta armada e invasões. Seus militantes cantam a Internacional Socialista, hino marxista". Lula retrucou chamando Collor de "pinóquio" e acusando-o de invadir terras em Brasília.

Segurança foi feita por 600 policiais

O esquema de segurança montado era muito forte, com a utilização de 600 homens da Polícia Militar paulista. Foram reservados locais diferentes para as duas torcidas, mas só o espaço dos simpatizantes de Collor foi ocupado. A chave forte fez com que o número de simpatizantes do PRN presentes à porta do estádio fosse menor do que esperado. Mesmo assim, um grupo passou a dançar no local dançando ao som das músicas da campanha transmitidas por caminhões de som instalados pelo partido. Em função da chuva, o PRN cancelou a carreta marcada para o final do debate.

O acesso da imprensa foi restrito a um estúdio ao lado do local onde acontecia o debate, recebendo as imagens através de um telão instalado. Quando começou o debate, o telão apresentou defeito, permanecendo por cerca de dez minutos sem funcionar. O problema foi solucionado rapidamente.

8910368

Gallup aponta empate técnico

□ Diferença que separa Collor de Lula é de 1,8% na pesquisa feita nos dias 11 a 13, com 3.921 eleitores de todo o País

A apenas quatro dias da eleição que vai decidir quem será o novo presidente brasileiro, eleito pelo voto direto depois de 30 anos, apenas 1,8% separam o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, do candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva. Collor tem 45,6% das intenções de votos e Lula atinge 43,8%. Ou seja, estão estatisticamente empatados, pois, segundo o Instituto Gallup, a diferença entre os dois não permitiria, isoladamente, apontar o vencedor.

Este o resultado da pesquisa estimada ("em qual destes dois candidatos - Collor ou Lula - você votaria

se a eleição fosse hoje?") realizada pelo Gallup nos dias 11, 12 e 13 de dezembro, quando foram ouvidos 3.921 eleitores em 206 cidades brasileiras. Os números levantados indicam ainda que haveria 1,6% de votos em branco; 2,9% dos eleitores se mostraram dispostos a anular seus votos; 0,3% acham que não vão votar; e 5,8% estão indecisos.

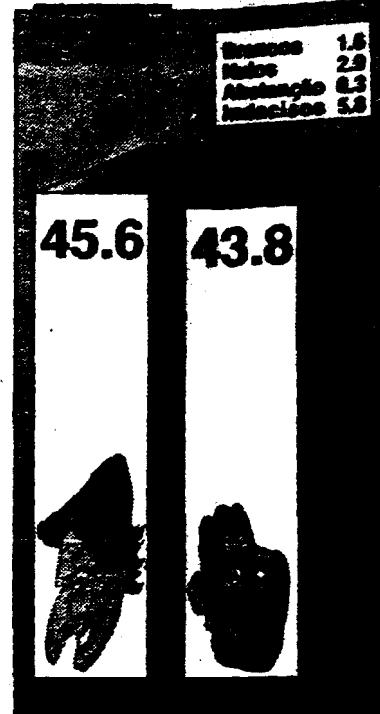
Na pesquisa espontânea ("em que você vai votar para presidente?"), Collor perdeu alguns décimos e agora tem 41,2% (tinha 42,8%) das preferências, enquanto Lula subiu quase dois pontos, chegando a 39,1% (tinha 37,3%). Dos eleitores pesquisados, 1,4% se dispõem a votar em branco; 3,0% a anular seus votos; 1,0% sequer pensam em votar; e 14,2% se mantêm indecisos.

SITUAÇÃO — De acordo com a pesquisa do Gallup, de cada 100 votos que fossem agora dados aos dois

candidatos — no conceito atual de votos válidos adotado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) —, 51 seriam de Fernando Collor de Mello e 49 de Luís Inácio Lula da Silva. No início do segundo turno, a relação era de 58 a 42. Passou para 57 a 43 no início de dezembro e chegou a 53 a 47 na pesquisa anterior, dia 8 de dezembro.

Com esta atual distribuição dos votos válidos, a taxa de crescimento de Lula, que havia sido de 2,6% e 7,6%, está agora em 5,2%. Ou seja, foi menos acelerado o crescimento do candidato. Mas a queda de Collor se acentuou, passando, sucessivamente, de -0,4% (1º/12) para -3,8% (8/12) e chegando agora a -5,4%.

Outra constatação do Instituto Gallup: nesta quarta pesquisa do segundo turno, foi obtido o menor percentual de intenção de anular o voto (troucos mais brancos), desde o início desta segunda fase da campanha: 4,5%.



As intenções de voto por classes sociais

A redução da taxa de declínio de Fernando Collor de Mello, diz o Gallup, deveu-se à sua recuperação na classe A. Com isto, ele conserva 9,6% de votos nas classes A e B (tinha 9,7% até 8 de dezembro), mas caiu de 38,5% para 36,0% nas classes C, D e E, onde Lula continua crescendo: estava com 28,5% no início do segundo turno e agora tem 33,8% das intenções de voto.

Nas classes sociais, Collor lidera na A e na D/E, enquanto Lula é o preferido na B e na C. Na classe A,

Collor assumiu a liderança com 49,5%, crescendo mais de seis pontos percentuais (tinha 43,4%), enquanto Lula caiu quase seis pontos e agora tem 39,6% (tinha 45,0%). Nenhum dos dois candidatos conseguiu captar votos em 7,5% dos eleitores desta classe, onde também existem 3,4% de indecisos.

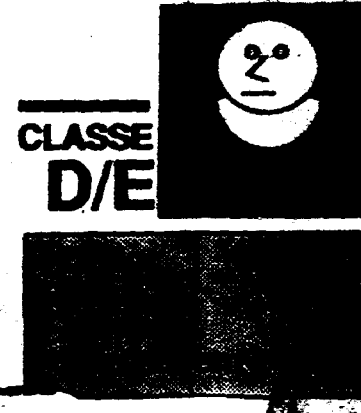
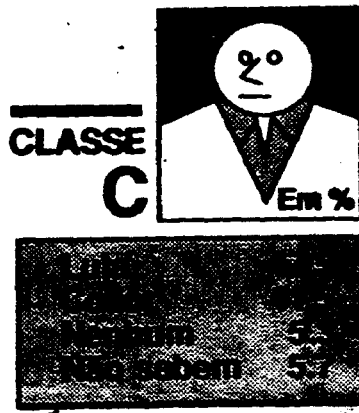
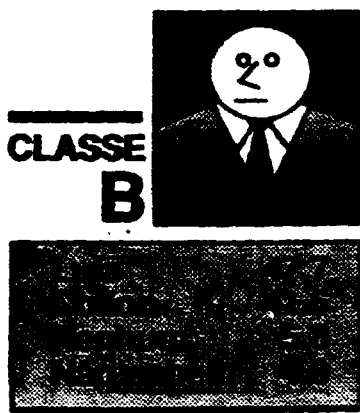
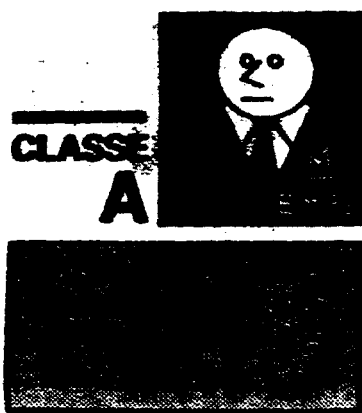
Um crescimento de mais de seis pontos deu a liderança a Lula entre os eleitores da classe B, onde ele atinge 47,7% (tinha 41,3%) das intenções de voto contra os 41,6% de

Collor (tinha 43,8%), que caiu dois pontos percentuais. Dos entrevistados nesta classe, 5,8% não votam em nenhum dos candidatos e 4,9% se confessam indecisos.

INVERSAO — Com 47,5% das preferências (tinha 44,2%), o candidato da Frente Brasil Popular lidera na classe C, trocando de posição com o candidato do PRN, que agora tem 41,5% (tinha 46,2%), em relação à pesquisa do dia 8 de dezembro. Nesta classe, 5,3% dos eleitores não tem

preferência por qualquer dos candidatos e 5,7% permanecem indecisos.

Nas classes D e E, as alterações são poucas. Collor caiu dois pontos percentuais, mas ainda é líder das intenções de voto, com 49,4% (tinha 51,7%), enquanto Lula não cresceu mais e fica em 40,0% (tinha 40,4%). São 3,1% os eleitores que não votam em nenhum dos dois candidatos e os indecisos cresceram dois pontos: agora são 7,1% (eram 5,1% no dia 8 de dezembro).



Apenas 16% não viram os programas gratuitos

Apenas 16% dos eleitores ainda não viram a propaganda gratuita no horário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Destes, 7% pensam votar em Collor, 6% em Lula, 1% pensam votar em branco ou

anular o voto e 2% ainda estão indecisos. Entre os indecisos que já viram a propaganda no segundo turno, é cada vez maior a preferência pela propaganda de Lula (19,4%) em relação à de Collor (8,4%).

Entre os eleitores de Lula, 72% gostaram da propaganda da Frente Brasil Popular e entre os eleitores de Collor apenas 62% gostaram mais da propaganda do PRN.

O índice de inflação da propaganda no voto deixou de ser negativo para Collor: agora está em +0,1%. Mas a propaganda de Lula continua apresentando índices bastante positivos: +1,1%.

8910368

17/12/89

Camargo será o negociador de Collor

A DECISÃO
F. P. CALHEIROS

20h00 17/12/89



Fernando Collor: liderança de Collor na Câmara



Alcides Camargo: negociador do PRN no Congresso

☐ Tendo assumido posição contra a classe política, na campanha, Collor irá necessitar de um hábil negociador caso seja eleito

Eleito presidente da República, Fernando Collor de Mello (PRN) vai dar início, antes de tudo, a um trabalho que modifique a posição que ele criou, visando conquistar o eleitorado — de alguém hostil à classe política. Ele sabe que para governar terá que ter o apoio do Congresso e as relações de seu eventual governo com o Legislativo serão positivas se persistirem a condições atuais, de confronto.

Hábil negociador político, embora tenha sido um candidato inexpressivo, o senador Alcides Camargo (PTB-PR) está incumbido da difícil tarefa de reverter o ambiente hostil que Collor enfrenta dentro do Congresso. Sua missão é de garantir a governabilidade, preferencialmente entre os senadores, mas também entre os deputados, já que circula entre vários partidos, até porque já pertenceu a muitos.

Camargo está mostrando aos parlamentares que o discurso de campanha, de quase intransigência à classe política, foi necessário para a vitória do candidato, mas que, como presidente, Collor de Mello não adotará essa postura. Vai mostrar-se aberto ao diálogo com o Parlamento. O candidato derrotado do PTB mantém recolhendo bons resultados nesse tra-

belho de garantia da governabilidade do candidato do PRN.

O líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros (AL), também está apostando na governabilidade de Collor, caso ele seja eleito. Renan garante que Collor não enfrentará dificuldades porque, além de já possuir uma base informal forte no Congresso — quase 200 parlamentares, segundo ele — a proposta de conciliação nacional vai permitir uma aproximação de congressistas de diversas linhas e partidos.

INTERESSE — Conforme Renan, Collor propõe-se a manter um diálogo aberto ao Congresso, tendo por base a ideia de conciliação nacional. Ele garante que o confronto entre os dois poderes não vai se instalar, porque os parlamentares, de um lado, não estarão dispostos a prejudicar a Nação, enquanto o governo, de outro, enviará propostas que tivessem o interesse público acima de tudo.

Com propostas desse nível, aliadas a um constante canal de conversação com o governo, para dirimir possíveis dúvidas, vão assegurar um bom relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. Entretanto, adianta que barganhas políticas e outros métodos de favorecimento não terão lugar, caso Collor seja o vencedor da eleição de hoje. A transparência será a tônica, assegura.

Alguns parlamentares que apóiam Collor temem que a proposta de um diálogo aberto com o Congresso esbarre num problema — o próprio candidato. Collor é tido como um político de gênio explosivo, que tem

facilidade em irritar-se diante de situações que poderiam ser contornadas. Esse temperamento de Collor pode colocar a perder qualquer tentativa de busca de apoio no Congresso.

CRIMINOSOS — Faltia a Collor, explica um deputado do PRN, a paciência que até sofreu e ainda sobra ao presidente José Sarney. Num ano eleitoral, em que a reeleição dos parlamentares estará em jogo, os cuidados para evitar o impasse terão que ser redobrados. Collor poderá, se for eleito, dar um "soco na mesa" no momento inadequado, interrompendo negociações e trazendo a público fatos de bastidores.

Outra questão que tem sido analisada, nessas últimas duas semanas, no que se refere à governabilidade de Collor no Executivo, é a repercussão que a mudança de estratégia da campanha, mostrando o adversário Lula Inácio Lula da Silva (PT) como um radical de esquerda, poderá acarretar junto ao Congresso. Afastado da linha social-democrata, Collor corre o risco de sofrer uma oposição muito dura não só da esquerda, mas de muitos parlamentares conservadores.

8910368

Collor propõe trocar dívida por investimento

Idéia seria uma alternativa à falta de recursos

Consuelo Diegues

BRASILIA — A dívida do Metrô do Rio de Janeiro pode ser transformada em uma auto-estrada através de uma operação de conversão de dívida em investimento. O controle dessa estrada seria feito pela empresa estrangeira que fez a operação e que tiraria seu lucro da cobrança do pedágio. O projeto pode causar espanto quando se trata de adotá-lo em um país acostumado a ver suas estradas administradas pelos governos federal e estaduais mas, para o seu autor, o ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, que autorizou o candidato Fernando Collor de Mello a utilizá-lo em seu programa de governo, esta pode ser a alternativa à falta de recursos públicos para obras de infra-estrutura.

A conversão de dívida em investimento foi um projeto elaborado por Freitas quando ainda era diretor da Área Externa do BC. De

já para cá ampliou a idéia para um projeto de descentralização da dívida externa em que a conversão seria apenas um dos mecanismos. Esta operação prevê a troca de dívida por investimento. O credor entrega os títulos da dívida ao governo brasileiro por um valor menor do que aquele pelo qual ela foi contratada e recebe, em troca, cruzados novos que serão investidos em obras de infra-estrutura.

Privatização — A conversão poderia ser utilizada também no setor elétrico ou de telecomunicações, por exemplo. O credor poderia participar de um projeto de construção de uma usina hidrelétrica para atender a uma determinada região. Neste caso, teria duas alternativas: entrar com os cruzados novos na construção da hidrelétrica e retirar seu lucro da cobrança da tarifa ou então passar a ter participação na empresa através de compra de ações. "Seria uma privatização na margem, já que, apesar de o credor participar da empresa, o controle continuaria sendo do governo", explica Freitas.

O projeto possui um componente mais polêmico, que é a conversão de dívida em exportação. A idéia é de que produtos de difícil colocação no mercado externo pela falta de competitividade, navios por exemplo,

sejam intercambiados por títulos da dívida. Neste caso, o importador compraria os títulos da dívida brasileira no mercado secundário e os entregaria ao governo brasileiro por um valor um pouco maior, em troca da mercadoria. Este ágio no valor do título, que não poderia exceder a um patamar estipulado pelo governo, seria pago para estimular a operação de conversão.

Freitas admite que a conversão em exportação é um projeto cercado de desconfiânças porque a primeira vez que o governo tentou implantá-lo, no ano passado, houve tentativa de fraude na operação por parte de algumas empresas que tentaram vender casas prefabricadas para o Canadá em troca do título cotado pelo valor de face.

Ele acredita, no entanto, que se a regulamentação for bem feita não há possibilidade de burla. A sua proposta é de que o Banco Central fixe um patamar máximo de ágio a ser pago pelo título. Em sua opinião, não poderá ultrapassar 20% sob o risco de a operação passar a ser desvantajosa para o país.

Além disso, ele acha necessário ainda a criação de uma comissão para analisar todas as propostas de conversão que, por sua vez, devem ser comunicadas imediatamente ao público através da imprensa. "Seria uma boa

forma de se incentivar a exportação em alguns setores ociosos", argumenta.

Descentralização — Outra idéia de Freitas aproveitada parcialmente pelo candidato Fernando Collor de Mello é a descentralização dos pagamentos da dívida externa. Atualmente o governo negocia em conjunto as dívidas das empresas estatais, da administração direta e dos estados e municípios. Algumas dessas dívidas, segundo ele, poderiam estar sendo pagas, já que as empresas que as tomaram têm condições de negociar com os credores formas de pagamento que seriam absolutamente inviáveis para outras instituições ou ainda para os estados e municípios.

A vantagem da descentralização, segundo ele, é que retira a tensão da negociação da dívida externa, porque algumas empresas começam a pagar seus débitos. Ele não aceita as críticas de que uma proposta deste tipo poderia enfraquecer as negociações, já que os estados e municípios teriam um poder de pressão menor junto aos credores. Segundo Freitas, os secretários de Fazenda, junto com o Banco Central, negociariam com os credores e, caso não conseguissem boas condições, manteriam suspensos os pagamentos. Para Freitas, uma negociação deste tipo quebraria o cartel do comitê dos bancos credores.

12/12/89.

8910368

.10

JORNAL DO BRASIL 12/12/89

GALLUP/ZN

MEIO PONTO SEPARA COLLOR E LULA

F. P. O. C. (P. P. P.)

□ Diferença é de 0,5% pró-Collor, que está com 44,9% contra 44,4% de Lula. Número de indecisos agora é de apenas 5,1%

Collor de Mello e Lula chegaram ao dia da eleição matematicamente empatados, sendo impossível fazer qualquer previsão sobre o vencedor da disputa presidencial. Esta é a conclusão da mais recente pesquisa do Instituto Gallup sobre a sucessão, realizada entre os dias 14 e 15 de dezembro com exclusividade para Zero Hora, O Estado de São Paulo, O Globo e Jornal do Commercio de Recife. Foram entrevistados 3.906 eleitores e as preferências se dividiram entre os dois presidentes. Collor ficou com 44,9% e tem uma leve vantagem sobre Lula que tem 44,4%. A diferença entre os dois é de meio ponto. Os indecisos são 5,1% e outros 5% se dizem dispostos a votar em branco ou anular o voto.

A tendência de Lula continua a ser o crescimento enquanto os índices de Collor voltaram a baixar, mas a velocidade na aproximação dos dois candidatos diminuiu em relação à pesquisa anterior. Collor caiu menos e Lula cresceu mais lentamente, tornando impossível qualquer previsão.

A pesquisa do Gallup foi dividida em duas etapas. Na primeira parte os pesquisadores verificaram o grau de apoio espontâneo a cada candidato, pedindo aos eleitores que indicassem seu preferido sem mencionar os nomes dos presidentes. Nesta etapa, que mostram os votos mais definidos, Collor teve 39,6% contra 39,2% de Lula. O número de indecisos foi de 12,7% enquanto outros 7,5% ameaçam votar em branco, anular o voto ou mesmo não comparecer a suas sessões eleitorais hoje.

DEBATE — Entre os eleitores indecisos, o Gallup fez outra pergunta, mostrando um cartão circular com os nomes dos dois candidatos e perguntando em quem eles votariam "se a eleição fosse hoje". A divisão entre os dois concorrentes foi ainda mais clara. Collor teve 5,3% das preferências contra 5,2% de Lula. Com isto, o número de eleitores dispostos a votar no candidato do PRN chegou a 44,9% contra 44,4% que anunciaram a intenção de voto no candidato petista.

Entre os votos válidos, ou seja os votos dados apenas aos dois candidatos, o Gallup apontou um

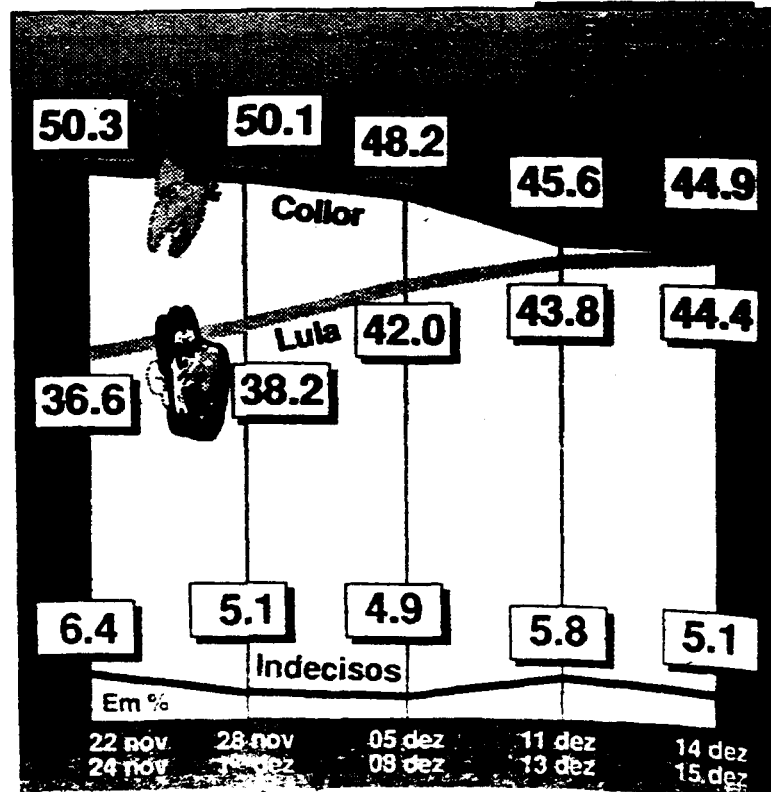
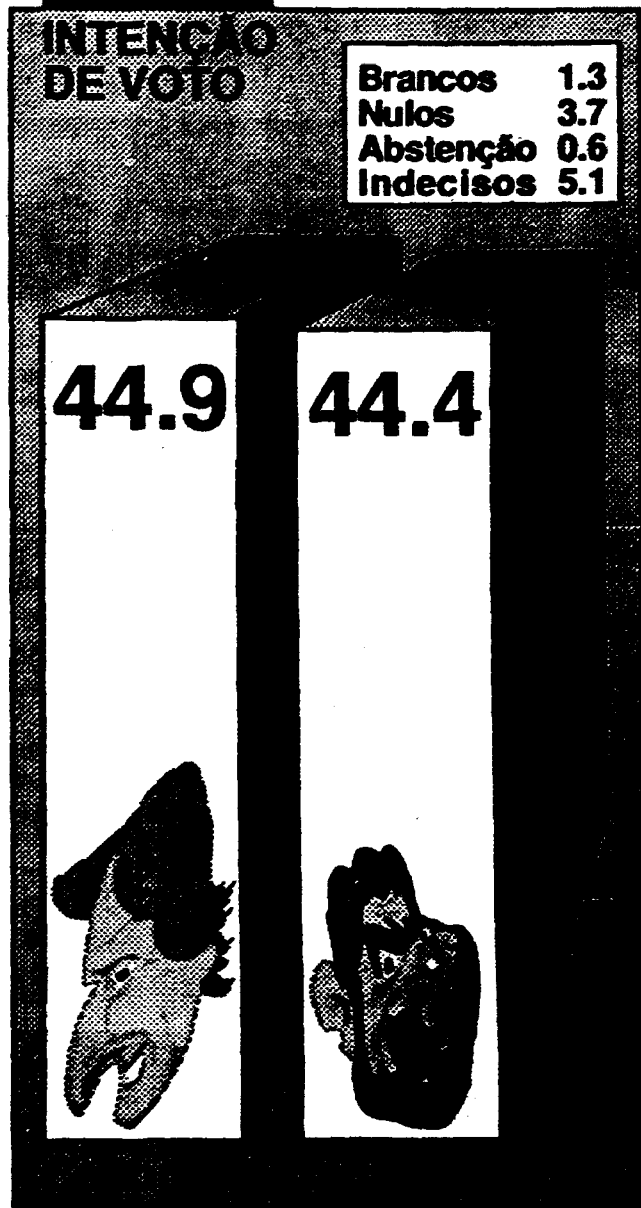
empate em 50%. No segundo turno só são considerados válidos para decisão da eleição os votos dados a Lula ou Collor, excluindo-se brancos e nulos. Segundo o instituto, pela margem de erro contida neste tipo de pesquisa, a diferença pode ser de 52% a 48% para qualquer um dos candidatos.

A tendência de equilíbrio é reforçada pela análise que o instituto faz dos votos mutáveis. O número de eleitores dispostos a mudar seu voto para Lula é maior que o de Collor mas esta diferença diminuiu em relação à pesquisa anterior. Segundo o Gallup, 39,6% dos eleitores já definiram sua preferência por Lula e não admitem mudar de opção enquanto 38,9% "collocaram" irreversivelmente e não votariam de forma alguma em Lula.

O Gallup aponta 10,8% de "votos mutáveis" somando os eleitores indecisos a pessoas que mesmo preferindo um dos candidatos admitem mudar sua opção até o momento do voto. Dos indecisos, 1,7% manifestam simpatia por Lula e 1,4% estão mais próximos de Collor. Por outro lado, existem 4,3% de eleitores de Collor que admitem "lular" no último momento. Entre os lulistas, 3,4% não afastam a hipótese de "collocar" seu voto.

TENDÊNCIAS — Desde o início da campanha no segundo turno, a diferença entre Collor e Lula vem se reduzindo a cada pesquisa. Na primeira sondagem, realizada entre 22 e 24 de novembro, a vantagem pró-Collor era de 14 pontos percentuais. Na pesquisa seguinte desceu para 12 pontos e sofreu uma redução mais forte entre 5 e 8 de dezembro quando caiu para seis pontos. A partir daí, a aproximação prosseguiu, mas em ritmo menor. Na pesquisa entre 11 e 13 deste mês passou para 1,8 pontos percentuais e agora caiu para meio ponto. O número de eleitores dispostos a votar nulo ou anular o voto aumentou nesta última pesquisa, subindo de 4,5% para 5% dos eleitores.

O Gallup fez uma análise curiosa do resultado do debate realizado quinta-feira à noite entre Collor e Lula. O candidato do PRN se saiu melhor em relação ao conjunto dos eleitores, mas o desempenho de Lula agradou mais os indecisos. Na pesquisa, 41,9% dos eleitores gostaram mais da performance de Collor contra 38,8% que gostaram mais de Lula. Entre os indecisos esta visão se inverte. O maior grupo (30,2%) preferiu Lula enquanto 18,9% gostaram de Collor.



Candidatos cresceram e a transferência de votos

O debate entre Collor e Lula no segundo turno é considerado pelos eleitores que já escolheram um dos dois primeiros turnos do qual se trata a maioria dos votos que se pode dizer ter sido decisiva. Para Collor e Affi D'Amato. O debate de Lula considerou "bom" de primeiro turno que a grande maioria dos eleitores de Lousa Bello e a maioria dos eleitores de Mário Covas. Os eleitores de Ulysses Guimarães se dividiram entre os dois candidatos.

Segundo a pesquisa Gallup, maior parte (77%) dos eleitores preferiram Collor ao primeiro turno no primeiro turno. Apesar da maioria de Collor e Lula, Collor e Lula, dos últimos, 15,4% preferiram Lula e 2,3% preferiram Collor. Um grupo que se divide entre os dois foi o dos simpatizantes de Collor que votaram no primeiro turno do PDT, 12,1% preferiram Collor e 2,2% Collor.

O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup. O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup. O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup.

O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup. O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup. O debate entre Collor e Lula foi considerado um ponto de virada para Collor e Lula, segundo a pesquisa Gallup.

17/12/89

18 □ 1º caderno □ domingo, 17/12/89 □ Brasília

JORNAL DO

Saneamento financeiro é prioridade de Lula e Collor

Maria Luisa Abbott

BRASILIA — Dia 15 de março, o Brasil terá novo presidente e velhos problemas — inflação, déficit público, dívida externa e uma dívida interna de US\$ 60 bilhões que pode ser exigida a qualquer momento pelos credores —, além de uma dificuldade nova, para um país que se acostumou a supersafras. Está sendo esperada uma quebra na produção de alimentos e o desaparecimento do feijão das prateleiras de sábado, como consequência da decisão do atual governo de reduzir a oferta de crédito aos agricultores, na tentativa de cortar despesas.

Os dois candidatos, Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Collor de Mello (PRN), incluíram essa nova preocupação em seus programas econômicos, que têm diferenças apenas sutis, pelo menos no papel. As assessorias econômicas de Lula e de Collor não se arriscam a prever qual o cenário econômico para a posse — admitem a hiperinflação, embora o PT garanta preferir uma inflação sob controle, ainda que elevada — e ambas descartam um tratamento de choque para preços e salários. A reforma do Estado e seu saneamento financeiro ocupam ainda a maior parte do tempo de trabalho das equipes de economistas engajados nas duas campanhas, pois ambos contam com os resultados dessas medidas para financiamento de suas propostas de governo.



Arquivo

Collor não mexe com caderneta

Recursos — A principal diferença nas propostas está no saneamento financeiro. O programa de Lula prevê que a base desse processo será a renegociação das dívidas interna e externa. Collor conta especialmente com a reforma administrativa e o combate aos sonegadores para garantir os recursos que precisa, embora ambos mencionem as fontes de recursos comuns. O saneamento financeiro, independentemente de como será feito, vai fornecer os recursos aos programas contra



Arquivo

Lula vai atacar crise do álcool

a ameaça de escassez de alimentos. Os técnicos do governo, com experiência no assunto, fazem questão de lembrar que a última quebra ocorreu na safra 85/86, e obrigou o governo a importar alimentos, numa tentativa mal sucedida de garantir o abastecimento em pleno aumento de consumo do Plano Cruzado.

O PT tem um programa de saneamento para enfrentar a crise e assegurar o cumprimento de uma das principais metas de seu candidato: fornecer uma ração mini-

ma de 300 gramas de arroz e 100 de feijão para as cinco milhões de famílias com renda de até um salário mínimo por mês, a preços tabelados. Esses produtos seriam vendidos por atacadistas credenciados, em pontos de ônibus, a preços tabelados. Para manter a proposta, o programa prevê que Lula, se eleito, começará a visitar as regiões produtoras de feijão ainda em janeiro. Ele vai oferecer aos produtores um seguro para todos os recursos que eles usarem no plantio, compra garantida de toda a produção, de tal forma que, em abril, possam ser colhidas 730 mil toneladas de feijão a mais.

O arroz para o programa de Lula de venda de alimentos mais baratos será assegurado pelos estoques da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que devem cobrir uma eventual quebra de safra, ainda que a custa de subsídios. Collor não fica atrás e a sua equipe econômica está finalizando a uma proposta para garantir o também prometido tabelamento da cesta básica de alimentos. A ideia é criar um Fundo de Financiamento para a Cesta Básica, com condições especiais de estímulo aos produtores. O Fundo também é uma solução alternativa, para tentar cobrir uma quebra de safra, mas os dois programas admitem a importação de alimentos, a fim de prevenir uma escassez, que seria mortal para o combate à inflação, como os programas de

8910368

Collor de Mello, são:

Preços

O congelamento é descartado, mas está previsto o tabelamento negociado dos preços de uma cesta básica de alimentos, como acontecia na década de 70. Ainda na semana da posse será criada uma câmara intersetorial, com a participação de trabalhadores, empresários, governo e representantes da sociedade civil, para negociar a política de preços e salários. Continua o sistema de planilhas de custo, que, no entanto, serão auditadas por empresas de consultoria, que confirmarão ou não a correção dos critérios para que o CIP autorize os reajustes. A estrutura de controle de preços, hoje formada pela Secretaria de Abastecimento e Preços, CIP e Sunab, será totalmente reformulada.

Salários

Mudança da atual política de reajuste mensal dos salários pela inflação passada. A ideia a ser apresentada na câmara intersetorial é reajustar os salários por uma expectativa de inflação futura, previamente estabelecida. Para o salário mínimo, o PRN também propõe mudança das regras em vigor, para assegurar um aumento mensal de 3% acima da inflação. A proposta é assegurar um ganho de 3% ao mês, mais a inflação, o que resultaria num mínimo três vezes e



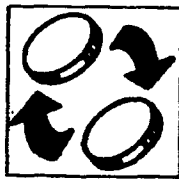
colados ao governo. Esse é considerado pelos economistas do PRN, como o nível suportável pela economia sem que os empresários repassem aos preços.

Funcionários

Revisão do plano de cargos e salários a fim de que as funções iguais tenham salários iguais em todo o setor público. Redução gradual da folha de pagamentos, por meio da suspensão dos concursos públicos e do fim do acúmulo de cargos. Ainda não há solução para o pagamento do reajuste salarial que o presidente Sarney concedeu ao funcionalismo federal sem ter previsão de recursos no orçamento de 1990.

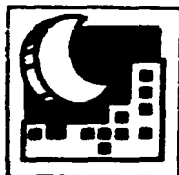
Câmbio

Descarta a desvalorização do cruzado novo, esperada pelos exportadores e importadores. A promessa é resistir às pressões, pois a equipe está convencida de que os exportadores não suportam adiar por mais de dois meses a venda de seus produtos, por terem contratos a cumprir.



Overnight

As taxas de juros do overnight cairão já no dia seguinte à posse. O alongamento do prazo de vencimento dos títulos da dívida pública será marginal, isto é, os papéis que forem vencen-



do com resgate de seis meses ou um ano.

Fundo de curto prazo

Os ganhos dos juros dos fundos de curto prazo sobre a inflação serão pequenos. Haverá alternativas para aplicação dos recursos, como cadernetas de poupança com prazo e juros superiores aos atuais, de um mês e taxa de 6% ao ano.

Crédito ao consumidor

A queda das taxas de juros facilitará o acesso ao crédito direto ao consumidor.

Mensalidade escolar

O assunto ainda não foi discutido, mas a ideia é manter as mensalidades sob controle do governo.

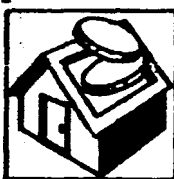


Aluguel

Substituição da atual lei de reajustes a cada quatro meses por uma que estabeleça correções em períodos maiores e por um índice previamente acordado. As mudanças serão definidas na câmara intersetorial.

Casa Própria

Mudança das regras de reajuste da casa própria, também previamente discutida na câmara intersetorial, com objetivo de acabar com qualquer subsídio à classe média e fortalecer um sistema de mercado, com recur-



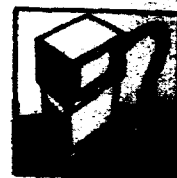
Programa de construção de moradias para população de baixa renda, que prevê prestação mensal de 10% a 20% do salário mínimo, e também por regime de mutirão. A promessa é construir 2,5 milhões de casas de 40 m² nos cinco anos de governo, a um custo de US\$ 10 mil cada uma. Os recursos para esse programa serão assegurados pelo saneamento das finanças públicas.

Alcool

Ainda não foi definida um plano de emergência para cobrir o déficit de álcool combustível até o início da safra, em maio de 1990. A médio e longo prazos será implantada uma política de redução dos subsídios do preço do álcool, acompanhada de incentivo à pesquisa científica e tecnológica para desenvolver motores mais eficientes. O Proalcool será mantido por ser estratégico, para garantir o funcionamento dos veículos a álcool e estimular a adição à gasolina, para reduzir a poluição nas grandes cidades. A ideia é controlar a produção de cana, a fim de evitar os grandes acidentes, ao mesmo tempo em que devem ser criadas linhas de financiamento para compra de equipamentos de modernização das usinas.

Tarifas

O tarifa está afastado, mas prevê-se aumento gradual dos preços de bens e serviços das estatais, como álcool, gasolina, energia elétrica e aço.



Proposta do PT para a crise

As medidas de curto prazo previstas no programa do candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, são as seguintes:

Preços

O PT descarta a adoção de um congelamento e trabalha com uma proposta de redução gradual da inflação. Por enquanto, a proposta é criar câmaras setoriais, com a participação de trabalhadores, empresários, governo e representantes da sociedade civil, para definir reajustes de preços de oligopólios e monopólios. Os setores competitivos serão livres. Os produtos de consumo popular e formadores de preços terão margem de lucro fixada de acordo com a média internacional.

Salários

Manter a atual política salarial de reajustes mensais, com a definição de outras vantagens nas câmaras setoriais, em contratos coletivos de trabalho. Para o salário mínimo, o PT prevê aumento real de 100% no primeiro ano, a partir da posse. Ao final de cinco anos de governo, o salário mínimo será cinco vezes maior do que o atual, numa estratégia que depende da retomada do crescimento econômico.



José Sarney e que consumirá recursos que não estão previstos no orçamento.

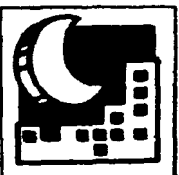
Câmbio

A correção do câmbio dependerá de uma avaliação de custos de cada setor, para descobrir se realmente o cruzado precisa ser desvalorizado e também do nível de reservas que será herdado.



Overnight

O sistema de investimento no overnight será mantido para capital de giro das empresas, mas com rendimento praticamente igual ao da inflação — atualmente os juros estão em 6% ao mês além da inflação. A taxa que vai abrir o mercado no dia seguinte à posse dependerá das negociações com banqueiros e grandes investidores — já iniciadas — com objetivo de ampliar o prazo de vencimento dos títulos da dívida pública que lastreiam o mercado do overnight.



Fundo de Curto Prazo

Não haverá qualquer mudança para as aplicações nos fundos de curto prazo, a não ser a queda de remuneração com a redução das taxas de juros. Com isso, acredita-se que as aplicações voltarão às cadernetas de poupança, que continuarão com rendimento mensal igual à inflação e juros de 6% ao ano.

Crédito ao consumidor

As regras duras, como o prazo de quatro meses para financiamento da

compra de automóveis, serão mantidas até que a inflação caia e aumente a oferta de bens em toda a economia, o que é imprevisível.

Mensalidade escolar

O valor das mensalidades será controlado por câmaras setoriais integradas por proprietários de escolas e governo.

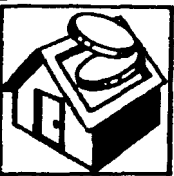


Aluguel

A avaliação da equipe de Lula é que somente a queda da inflação acalmará o mercado de aluguéis. Por isso, será mantida a atual legislação que fixa reajustes a cada quatro meses. A médio e longo prazos, a situação deverá ser resolvida com um amplo programa de estímulo à construção de imóveis.

Casa Própria

Nada vai mudar no reajuste das prestações. O PT, no entanto, promete estimular a compra do primeiro imóvel para a classe média com recursos da caderneta de poupança, que cresceriam com a nova política de juros. Para a população que ganha até cinco salários mínimos, a proposta é criar um fundo de financiamento de material de construção, no dia seguinte à posse, que dará crédito subsidiado em operação conjunta da Caixa Econômica Federal com associações de bairros. Para quem estiver na faixa de cinco mínimos mas não dispuser de terreno, prevê-se um programa de construção de moradias populares com recursos do FGTS, com juros favorecidos e subsidiados pelo Tesou-



ro. Os recursos para esses subsídios e projetos especiais seriam assegurados pelo programa de saneamento financeiro do Estado.

Alcool

A proposta para solucionar a crise de abastecimento de álcool combustível inclui: importação de metanol, de álcool de uva e de álcool de milho da Europa; cancelamento das exportações de um aditivo chamado MTBE; e elevação de 3% para 7% na quantidade de gasolina adicionada ao álcool. A médio e longo prazos, prevê-se uma completa reformulação do Proalcool, que deverá continuar para atender os 5 milhões de carros a álcool em circulação no país. Gradualmente o setor deve ser desregulamentado, com a liberação dos preços dos combustíveis, fim do cartel de postos de abastecimento e diferenciação de preços, com objetivo de estimular o consumo de gasolina no litoral, onde estão os poços de petróleo, e de álcool no interior, regiões produtoras e grandes cidades, para reduzir a poluição.



Tarifas

Os preços de produtos e serviços produzidos pelas estatais, como gasolina, álcool, energia elétrica e aço serão aumentados para corrigir as defasagens, pois o PT quer acabar com o subsídio implícito à iniciativa privada, decorrente da venda desses produtos abaixo do custo de produção. O cronograma dos aumentos será negociado nas câmaras setoriais, a fim de evitar impactos fortes na inflação.

18/12/89.

Collor não quer antecipar posse nem ir a Sarne

Teresa Cardoso

MACEIÓ — Elegendo-se presidente da República, o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, não pretende tentar antecipar sua posse e se negará a comparecer ao Palácio do Planalto para qualquer audiência com o presidente José Sarney. De acordo com seus assessores, apesar do candidato prever que a crise brasileira estará no auge em março, data marcada para a posse, Collor deseja respeitar o que está firmado na Constituição, enquanto prepara seu governo para enfrentar a crise.

A reunião com Sarney, após a eleição, também está descartada pelo candidato do PRN. Informado de que o cerimonial do Palácio organiza um encontro do eleito com o presidente, ele está mais inclinado a repetir o gesto praticado na audiência marcada com o presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, que o aguardou inutilmente no último dia 13.

"Sarney corre o risco de ficar com a mão abanando", disse o assessor de imprensa do candidato, Cláudio Humberto Rosa e Silva, numa referência à má vontade crônica de Collor com o presidente da República. Ele explicou também que o candidato negou-se a ir à CNBB porque encara aquela entidade como um comitê do Lula. "Imagina, padres e freiras cantando *Lula, lá, no dia em que o candidato do PT foi visitar o Dom Luciano. Isso é demais*", comentou o assessor. Cláudio Humberto informou ainda que a CNBB hesitou em marcar a audiência solicitada por Collor, só agendando o encontro depois de Lula também pedir uma audiência.

O candidato está certo de que ganhou a eleição. "Não penso em perder,

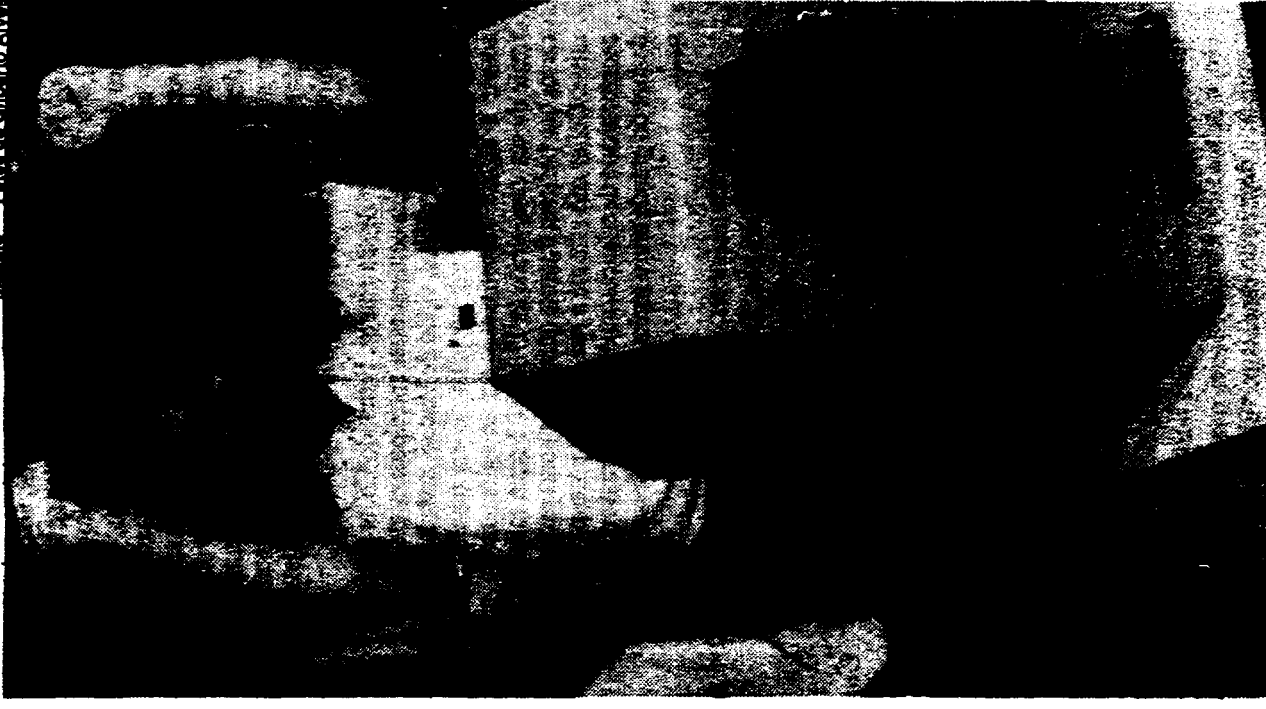
não existe possibilidade de derrota", disse Collor, em rápida entrevista antes de votar de manhã, na capital alagoana, justificando esse otimismo com a atuação das pessoas que faziam boca de urna para o PRN. "A militância está toda engajada no processo democrático, depois de quase 30 anos de jejum eleitoral. Eu acredito que o resultado será muito melhor do que nós imaginávamos", disse Collor, que viajou logo depois para Brasília.

O candidato se disse pronto para dotar o País "de um pouco mais de ordem, trabalho e prosperidade". Seu assessor de imprensa, Cláudio Humberto Rosa, disse que as previsões do candidato são as de que, em março, o país estará em meio a uma crise ainda pior do que a atual, e esse o cenário é que vai balizar a ação do governo.

Collor já anunciou à sua assessoria que, proclamados os resultados, começará a compor sua equipe de governo nos alicerces de um grande entendimento nacional. "Até agora, ninguém poderá dizer que será ministro de Collor, porque ele ainda não emitiu nenhum sinal nessa direção", disse o líder do PRN na Câmara dos Deputados, Renan Calheiros (AL). Ele acrescentou que nem Bernardo Cabral foi contactado para ser ministro, nem Zélia Cardoso de Mello (assessora econômica) foi convidada para qualquer cargo.

Convencido de que, eleito, Collor conseguirá promover esse entendimento nacional, Renan afirmou que "a crise por que passa o país vai por maior responsabilidade nas costas das pessoas". Ele não quis, entretanto, adiantar se Collor voltará a buscar entendimentos com o PSDB e o PDT para a constituição deste governo de união nacional.

Maceió — Foto de Gilberto Alves



Collor foi muito aplaudido ao votar numa escola

23

Na votação, a festa 'collorida'

"Eleição, a gente só pode falar sobre ela, em si, depois de apurados os votos e proclamados os resultados". A declaração foi feita ontem pelo candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, pouco depois de sair da cabine eleitoral e colocar seu voto na urna. Ele votou na Escola Diques Júnior, em Maceió, sendo celebrado por uma multidão de eleitores, que gritavam, do lado de fora da sala, "é verde e amarelo, sem foice e sem martelo."

Sem esconder a tensão com o dia em que se decidia seu destino político, Collor chegou pouco depois de 8h da manhã para votar, depois de tomar um café da manhã em sua residência, no bairro da Serraria, na companhia exclusiva da mulher Rosane. Ele acordou às 6h30m da manhã, mas não fez nenhum de seus costumeiros exercícios matinais, preferindo aguardar o momento de sair para votar.

Na véspera o candidato do PRN leu o livro do jornalista José Neumann, de *O Estado de S. Paulo*, intitulado *Atrás do Palanque*, que conta uma série de fatos relacionados com o primeiro turno da eleição. Às páginas 95, 96, 97 e 98, o jornalista conta os encontros que Collor manteve com o deputado César Maia, do PDT, em agosto. O ex-governador de Alagoas comentou, depois, com o deputado Cleto Falcão, um dos seus assessores, que o relato de Neumann, em todos os seus detalhes, "foi perfeito."

Brufordia — Ao chegar na segunda zona eleitoral de Maceió, ele foi saudado com gritos de "Collor presidente" e coberto com uma chuva de panfletos que reproduziam o modelo da cédula eleitoral com o seu nome e anunciavam "Collor é progressista". Era retumbante a preferência pelo candidato entre os eleitores enfileirados pa-

ra votar àquela hora da manhã. Eleitores que aguardavam a abertura, apenas dois votavam em Lula, e outros três indecisos.

A diretora da escola, Odete A. Ferreira, escreveu no quadro negro de votação a frase "a liberdade abre da esperança sobre nós", e, ao lado, fez um arranjo com as bandeiras do Brasil e de Alagoas, colocando sob decoração um cartaz verde e amarelo da campanha de Collor. A proposta, porém, não chegou a ser vista por nenhum eleitor: o primeiro funcionário da Eleitoral a chegar para abrir trabalhos da seção mandou arrancar a

Além de aplausos, o candidato de encontrou gente emocionada na segunda eleitoral. Dona Cecília Ferreira dos, 57 anos, a primeira da fila de votantes, começou a chorar ao vê-lo de perto e Ferreira Lima, 41 anos, disse que gostou colocá-lo no colo, "como se fosse um filho".

Em meio ao vôo de quatro pontos levados num carro por uma eleitora, deixou a seção eleitoral às 8h30, em velocidade para o aeroporto. No caminho quando passava num quebra-mola, seu se caiu do porta-mala do carro de um dos seguranças. Sem perceber o incidente, o torista prosseguiu, voltando mais tarde quando um colega o alertou para o de que o objeto caído na estrada era mala do candidato. O veículo voltou procurar a valise, mas um outro autor da comitiva já tinha recuperado o objeto. Collor deixou Maceió às 9h20 da manhã depois de afirmar que vai esperar a primeira urna, mas já tem certeza de "vamos pagar a conta".

89103

19/12/89.

Governar para Todos F 805.00.1)

Joana do Brasil 19/12/89.

A primeira providência de um vencedor nas urnas é remover os destroços da campanha. A esta altura não cabe a menor dúvida de que a vantagem que separa Fernando Collor de Mello do seu competidor, na apuração oficial, é irreversível. Não apenas, portanto, pode se sentir vitorioso, como deve agir nessa condição.

A sua vitória nada ficou devendo ao toque de direitismo que obscureceu os últimos dias da campanha. A equação direita-esquerda não foi o fundamento da vitória, pois o sentido da candidatura do PRN não se caracterizou às vésperas da eleição, e sim no seu começo. A candidatura Collor de Mello — é bom lembrar — se firmou sobre dois pilares: moralidade e eficiência na administração pública.

A fórmula nada teve de mágica, nem de ideológica. Que os políticos estejam na contramão no final do século, comprova-se com frequência. Mas não se pode desconhecer o impulso da sociedade para viver num padrão político que concilie a idéia de governo eficiente com probidade na administração pública.

O adiantamento da apuração obriga Collor de Mello a trocar a condição de candidato pelo de presidente virtualmente eleito, e a pensar com a responsabilidade de quem vai governar o país no seu mais dramático momento histórico: a nação que já se mostrou apta a desenvolver-se também cedeu a formas retrógradas que é preciso não confundir com a democracia. O descontrole das despesas públicas, o tráfico de poder, o empreguismo desbragado, o cartorialismo econômico, a indiferença moral e a incompetência gerencial nada têm a ver com a democracia. É importante que se demonstre de uma vez que não há entre esses vícios e o exercício do poder democrático senão a convivência dos maus políticos. Tanto que o autoritarismo acabou mal, política e moralmente, sem praticar a democracia, mas fazendo política.

A campanha se desenvolveu em termos apertados no segundo turno, mas é da natureza das disputas políticas aprofundar e explorar as divergências. Terminada a campanha, no entanto, ao vencedor cabe tomar a iniciativa de superar as divergências sem a necessidade de comprar interesses rasteiros por baixo de uma máscara elevada. O eleito não pode ser prisioneiro de uma rigidez política que o imobilizou na posição de denúncia e repúdio a entendimentos que pudessem parecer divisão do governo para obter adesões. Se foi possível a Collor de Mello eleger-se sem compor, não há como desconhecer que será impossível governar sem firmar alianças com as forças políticas que constituem o Brasil. Na campanha podia recusar, mas depois da vitória não mais.

A nação espera que o vencedor tenha o senso da oportunidade para abrir conversações com as lideranças políticas e os partidos. Todas as divergências são menores diante das necessidades prioritárias aguardando um gesto que a credibilidade do vencedor da primeira eleição direta autoriza. É na adversidade que cabe a convocação. O Brasil está saturado da insensibilidade político que se protege com pequenos ressentimentos. O fato é que Collor de Mello não pode ficar paralisado na vitória, sob o

falso enfoque de direita (que não lhe deu a vitória), à espera da iniciativa do Congresso ou dos partidos.

O dinamismo da vitória nas urnas, somada à legitimidade, impõe ao presidente eleito uma prova de reconquista de todo o tempo desperdiçado por uma transição longa e com um custo excessivo para a organização econômica. Democracia é governo da maioria, e não um choque da minoria com a maioria. Respeito às minorias não implica desafiar a maioria. Os brasileiros, em sua maioria, não guardaram prevenções políticas nem têm preconceitos ideológicos para resistir ao reconhecimento da necessidade de uma grande composição nacional, em torno do que é prioritário para viabilizar o desenvolvimento.

Em matéria de prioridade, o Brasil não discute: a inflação é número um. O novo governo tem condições de restabelecer a confiança mediante palavras e atos que não se esgotem em retórica, mas signifiquem o compromisso que um governo saído das urnas pode assumir. Não há como pensar em compor o futuro governo sob a expectativa vulnerável da incerteza prolongada. A reversão é fundamental como primeiro passo para a confiança que espera por uma palavra do vencedor. Os gastos do governo e a dívida interna podem balizar esta confiança.

Outro ponto sensível é o da dívida externa, desafio que não pode ser enterrado com a derrota do PT. É ao presidente eleito que cabe propor a abordagem da questão, pois o futuro governo em breve se sentará à mesa de negociação com os credores internacionais do Brasil. É um fato que o Brasil não tem como saldar a dívida nas suas atuais condições. Sabem disso os brasileiros e os credores, que nisso estão de pleno acordo.

O Brasil tem como falar claro, e honrar o que propuser como fórmula capaz de reagatar a credibilidade perante os credores. Com clareza e lealdade o crédito aumenta, pois a economia de mercado é aberta. Há mais a negociar do que prazo dilatado, juros e preconceitos estreitados pela própria crise. É hora de repudiar prevenções. Quando uma nação perde as condições de pagar, não perde as de conviver com os seus credores. Uma carência de três anos é admitida abertamente como prazo para que o Brasil readquira as condições de funcionamento, a ser obtido com o corte de despesas ociosas da burocracia e a introdução de um mínimo de competição na economia cartorializada. A dívida vale muito menos do que a sua expressão numérica. Conversando, será possível chegar a um preço revisto que mudará a negociação, e aliviará o peso moral e o custo que oprimem a nação. Com a legitimidade do voto direto, o novo governo poderá propor o exame conjunto da dívida em torno do que seja possível pagar sem sacrificar uma nação já sacrificada em excesso por um longo período autoritário e uma prolongada transição.

Com a palavra, o eleito. O novo presidente traz de volta a legitimidade do voto direto, como instrumento adequado para aferir a vontade da maioria. O presidente não é o governante dos que o elegeram, mas de todos os cidadãos.

8910368

Collor manterá si

Informe JB

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA — A moratória branca iniciada pelo governo José Sarney em setembro deste ano deverá ser mantida pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello, até que a renegociação da dívida externa seja concluída. Os pagamentos de juros ao exterior devem recomeçar somente em meados do ano, cerca de seis meses depois do início das negociações com os credores privados, previsto para janeiro, com a chegada de uma missão exploratória do novo governo aos Estados Unidos. Com essa decisão, Collor tomará posse ignorando uma dívida de US\$ 1,8 bilhão, correspondente a uma parcela de juros que vence no dia 15 de março. Além da moratória, o governo começará com medidas de impacto, entre elas, um projeto de lei que propõe uma reforma agrária tão avançada quanto a do Estatuto da Terra, e medidas provisórias colocando à venda jatinhos e mansões oficiais.

Durante esse período de renegociação com os credores, as instituições oficiais de crédito não serão incluídas na moratória, a fim de que Banco Mundial, FMI, Clube de Paris e Banco Interamericano de Desenvolvimento liberem novas linhas de financiamento. "A proposta é uma negociação pragmática", explica Luiz Eduardo Assis, um dos economistas que elaboraram o programa de governo de Fernando Collor. Também estão fora dessa suspensão de pagamentos, os chamados créditos de curto prazo, que incluem as linhas de financiamento das exportações e importações brasileiras.

A decisão de manter a moratória dos juros devidos aos credores privados, segundo Assis, não significa um rompimento. Apenas o prolongamento da situação atual, até que o novo governo estabeleça melhores condições de pagamento da dívida externa. A previsão é limitar a remessa de divisas ao exterior para cobrir encargos da dívida a US\$ 5 bilhões por ano. Esse valor representa menos da metade do que o país deveria ter pago pelas condições em vigor e a redução é uma das bases para a reforma econômica prometida no programa de campanha. A ideia é dar uma folga maior ao caixa do Tesouro e permitir que os dólares excedentes sejam utilizados para assegurar um aumento das importações.



Zélia de Mello

Decreto demitirá 20 mil

□ O saneamento financeiro do Estado é outro aspecto da estratégia do programa de Collor para resolver a crise econômica. Por isso, o Diário Oficial do dia seguinte à posse, que deverá a espessura de uma lista telefônica de uma cidade como Brasília, vai conter decretos, portarias, projetos de lei e medidas provisórias para reduzir despesas e aumentar a receita do Tesouro ainda em 1990. Entre elas estará um decreto presidencial com a demissão de todos os que acumulam cargos ilegalmente. A chefe da assessoria econômica do virtual presidente, Zélia Cardoso de Mello, prevê que os demitidos podem chegar a 20 mil funcionários.

O número global de demissões, no entanto, só será conhecido depois que a equipe do presidente tenha acesso a todos os números da máquina governamental. "As informações sobre pessoal são precárias até para aqueles que estão no governo", informa José Francisco Lima Gonçalves, outro integrante da assessoria. Nesse mesmo Diário Oficial estarão decretos e medidas provisórias da reforma administrativa de Collor que promete reduzir o número de ministérios de 27 para 12. A expectativa com essa reforma é reduzir em 50% as despesas com funções gratificadas, numa economia de US\$ 150 milhões por mês. "Só de dentro do governo é possível confirmar essa expectativa", avalia José Francisco.

O pacote que Collor pretende baixar no primeiro dia de governo prevê ainda as seguintes medidas:

Jatinhos — Além da economia esperada com a reforma administrativa — que inclui a desocupação de imóveis alugados por ministérios extintos — o objetivo é reduzir em 10% as despesas de custeio que, segundo o assessor, subiram mais do que aquelas destinadas ao pagamento de pessoal nos últimos 12 anos. Para atingir essa meta, o Diário Oficial do dia 16 de março deverá incluir as medidas provisórias que determinam a venda das mansões dos ministros, no Lago Sul em Brasília, dos imóveis ocupados por funcionários federais e dos jatinhos da Presidência da República. Zélia Cardoso de Mello acredita que a venda dos jatinhos tem um efeito moralizador, que mostra a disposição do governo em conter despesas.

A venda dos jatinhos, no entanto, não significa que o futuro presidente pretenda andar em aviões de carreira, depois de ter conhecido as vantagens dos *challengers*, que utilizam na cam-

panha. Segundo a assessora, o governo deve alugar os jatinhos quando precisar, pois assim economizará os gastos de manutenção. A venda de mansões também representa uma economia reduzida, que ainda não foi avaliada, mas é considerada como um sinal da disposição de Fernando Collor em acabar com as mordomias. Economia significativa é esperada com a reforma patrimonial, que inclui a venda de imóveis da União ocupados pela iniciativa privada, que paga alugueis reduzidos.

Hidrelétricas privadas — Dentro do programa de ajuste do Estado, também consta a venda de estatais e o Diário Oficial conterá o projeto de lei que regulamentará a privatização. As regras serão gerais, para evitar a discussão sobre a venda de determinada empresa, que sempre impediu a privatização, porque viabilizava a pressão dos lobbistas. Outro projeto de lei vai regulamentar a concessão de serviços públicos prevista na Constituição e também deve integrar a primeira edição do Diário Oficial do novo governo. A ideia é permitir que o capital privado construa usinas de energia elétrica e estradas, que serão exploradas em regime de concessão.

Uma das propostas é que as usinas de açúcar aproveitem a energia do vapor da cana para gerar sua própria eletricidade e vendam o excedente, por meio de uma rede de transmissão explorada em regime de concessão. O economista Venilton Tadini, que elaborou o projeto de governo na área de energia conta que a iniciativa privada deve participar com o equivalente a US\$ 2 bilhões do total de US\$ 6,5 bilhões que serão necessários para evitar o anunciado blecaute. Devem ser criados também novos mecanismos de financiamento de longo prazo, como a obrigatoriedade de fundos de pensão e seguradoras investirem na compra de debêntures de estatais, com aval do BNDES. O restante dos investimentos deve ser assegurado pelas próprias estatais, como resultado da política de correção da defasagem das tarifas.

Impostos — O ajuste financeiro do Estado depende também do aumento de sua receita e, por isso, a ideia é incluir no mesmo Diário Oficial um projeto de lei que permita colocar sonegadores na prisão, o que não é possível na legislação atual. Esse projeto deve também propor a criação de uma vara especial da Justiça para julgar exclusivamente os crimes fiscais, a fim de agilizar a cobrança dos impostos. Outro projeto de lei deve prever a suspensão de todos os

incentivos fiscais, exceto daqueles garantidos pelo direito adquirido ou pela Constituição — como os da Zona Franca de Manaus, que se tornaram constitucionais por iniciativa do deputado collorido Bernardo Cabral (sem partido-AM).

Os artigos superfluos devem ser mais taxados pelo governo de Collor, que está propondo uma revisão das alíquotas de IPI a ser implantada por decreto presidencial publicado no mesmo Diário Oficial. O aumento de IPI para produtos superfluos não está condicionado ao princípio da anualidade fiscal previsto na Constituição, o que permite aumento imediato de receita. O programa de Collor prevê ainda intensificar a fiscalização de devedores e sonegadores de impostos, a fim de proporcionar um ganho de arrecadação que viabilize a execução do orçamento preparado pelo atual governo. Para 1991, seriam criados novos impostos, por meio de projetos de lei que seriam encaminhados ao Congresso no próximo ano.

Reforma agrária — No Diário Oficial do dia 16 estará publicado um projeto de lei de regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição, que tratam da reforma agrária. "O projeto será baseado no Estatuto da Terra, porque a Constituição foi um retrocesso", antecipa Luiz Eduardo Assis. O Estatuto foi assinado pelo primeiro presidente a tomar posse depois do movimento de 1964, marechal Castelo Branco. O principal autor do Estatuto da Terra, José Gomes da Silva, foi, durante a campanha presidencial, um dos principais autores do candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva.

O Estatuto da Terra estabelecia que as áreas de tensão social seriam prioritárias para desapropriação, firmando um princípio que acabou derrotado na Constituição, 24 anos depois. Também previa que qualquer terra era passível de desapropriação por interesse social, sem diferenciar entre produtiva e improdutiva. O artigo 185 da Constituição assegura que as terras produtivas não são suscetíveis de desapropriação, mas é uma lei complementar que deverá estabelecer os critérios de produtividade. O projeto de lei do futuro presidente também vai propor uma reforma na estrutura do Imposto Territorial Rural (ITR), com objetivo de desestimular a especulação. As alíquotas do ITR serão tanto maiores quanto maior e menos produtiva for a terra, na tentativa de criar um instrumento de reforma agrária.

19/12/81

19/12/89, F.P. CPAP

Collor manterá suspensão de juros da dívida

Maria Luiza Abbott



Zélia de Mello

BRASILIA — A

moratória branca iniciada pelo governo José Sarney em setembro deste ano, deverá ser mantida pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello, até que a renegociação da dívida externa seja concluída. Os pagamentos de juros aos credores exterior devem recomençar somente em meados do ano, cerca de seis meses depois do início das negociações com os credores privados, previsto para janeiro, com a viagem de uma missão exploratória do novo governo aos Estados Unidos. Com essa decisão, Collor tomará posse ignorando uma dívida de US\$ 1,8 bilhão, correspondente a uma parcela de juros que vence no dia 15 de março. Além da moratória, o governo começará com medidas de impacto, entre elas, um projeto de lei que propõe uma reforma agrária avançada quanto a do Estatuto da Terra, e medidas provisórias colocando à venda latifúndios e mansões oficiais.

Durante esse período de renegociação com os credores, as instituições oficiais de crédito não serão incluídas na moratória, a fim de que Banco Mundial, FMI, Clube de Paris e Banco Interamericano de Desenvolvimento liberem novas linhas de financiamento. "A proposta é uma negociação pragmática", explica Luiz Eduardo Assis, um dos economistas que elaboraram o programa de governo de Fernando Collor. Também estão fora dessa suspensão de pagamentos, os chamados créditos de curto prazo, que incluem as linhas de financiamento das exportações e importações brasileiras.

A decisão de manter a moratória dos juros devidos aos credores privados, segundo Assis, não significa um rompimento. Apenas o prolongamento da situação atual, até que o novo governo estabeleça melhores condições de pagamento da dívida externa. A previsão é limitar a remessa de divisas ao exterior para cobrir encargos da dívida a US\$ 5 bilhões por ano. Esse valor representa menos da metade do que o país deveria ter pago pelas condições em vigor e a redução é uma das bases para a reforma econômica prometida no programa de campanha. A ideia é dar uma folga maior ao caixa do Tesouro e permitir que os dólares excedentes sejam utilizados para assegurar um aumento das importações.

Decreto demitirá 20 mil

☐ O saneamento financeiro do Estado é outro aspecto da estratégia do programa de Collor para resolver a crise econômica. Por isso, o Diário Oficial do dia seguinte à posse, que deverá a espessura de uma lista telefônica de uma cidade como Brasília, vai conter decretos, portarias, projetos de lei e medidas provisórias para reduzir despesas e aumentar a receita do Tesouro ainda em 1990. Entre elas estará um decreto presidencial com a demissão de todos os que acumulam cargos ilegalmente. A chefe da assessoria econômica do virtual presidente, Zélia Cardoso de Mello, prevê que os demitidos podem chegar a 20 mil funcionários.

O número global de demissões, no entanto, só será conhecido depois que a equipe do presidente tenha acesso a todos os números da máquina governamental. "As informações sobre pessoal são precárias até para aqueles que estão no governo", informa José Francisco Lima Gonçalves, outro integrante da assessoria. Nesse mesmo Diário Oficial estarão decretos e medidas provisórias da reforma administrativa de Collor que promete reduzir o número de ministérios de 27 para 12. A expectativa com essa reforma é reduzir em 50% as despesas com funções gratificadas, numa economia de US\$ 150 milhões por mês. "Só de dentro do governo é possível confirmar essa expectativa", avalia José Francisco.

O pacote que Collor pretende baixar no primeiro dia de governo prevê ainda as seguintes medidas:

Jatibos — Além da economia esperada com a reforma administrativa — que inclui a desocupação de imóveis alugados por ministérios extintos — o objetivo é reduzir em 10% as despesas de custeio que, segundo o assessor, subiram mais do que aquelas destinadas ao pagamento de pessoal nos últimos 12 anos. Para atingir essa meta, o Diário Oficial do dia 15 de março deverá incluir as medidas provisórias que determinam a venda das mansões dos ministros, no Lago Sul em Brasília, dos imóveis ocupados por funcionários federais e dos latifúndios da Presidência da República. Zélia Cardoso de Mello acredita que a venda dos jatibos tem uma visão monetarista, que mostra a disposição do governo em conter despesas.

A venda dos jatibos, no entanto, não significa que o futuro presidente pretenda andar em vilões de carruagem, como se costuma dizer dos demitidos.

panha. Segundo a assessora, o governo não deve alugar os jatibos quando precisar, pois assim economizará os gastos de manutenção. A venda de mansões também representa uma economia reduzida, que ainda não foi avaliada, mas é considerada como um sinal da disposição de Fernando Collor em acabar com as mordomias. Economia significativa é esperada com a reforma patrimonial, que inclui a venda de imóveis da União ocupados pela iniciativa privada, que paga alugueis reduzidos.

Hidroelétricas privadas — Dentro do programa de ajuste do Estado, também consta a venda de estatais e o Diário Oficial conterá o projeto de lei que regulamentará a privatização. As regras serão gerais, para evitar a discussão sobre a venda de determinada empresa, que sempre impediu a privatização, porque viabilizava a pressão dos lobbies. Outro projeto de lei vai regulamentar a concessão de serviços públicos prevista na Constituição e também deve integrar a primeira edição do Diário Oficial do novo governo. A ideia é permitir que o capital privado construa usinas de energia elétrica e estradas, que serão exploradas em regime de concessão.

Uma das propostas é que as usinas de açúcar aproveitem a energia do vapor da cana para gerar sua própria eletricidade e vendam o excedente, por meio de uma rede de transmissão explorada em regime de concessão. O economista Venilton Tadini, que elaborou o projeto de governo na área de energia conta que a iniciativa privada deve participar com o equivalente a US\$ 2 bilhões do total de US\$ 6,5 bilhões que serão necessários para evitar a criação de novos mecanismos de financiamento de longo prazo, como a obrigatoriedade de fundos de pensão e seguradoras investirem na compra de debêntures de estatais, com aval do BNDES. O restante dos investimentos deve ser assegurado pelas próprias estatais, como resultado da política de correção da despesa com tarifas.

Impostos — O ajuste financeiro do Estado depende também do aumento de sua receita e, por isso, a ideia é incluir no mesmo Diário Oficial um projeto de lei que permita colocar sobargos na prisão, o que não é possível na legislação atual. Esse projeto deve também propor a criação de uma vara especial da justiça para julgar exclusivamente os crimes fiscais, a fim de agilizar a cobrança dos impostos e o fisco de todos os

incentivos fiscais, exceto daqueles garantidos pelo direito adquirido ou pela Constituição — como os da Zona Franca de Manaus, que se tornaram constitucionais por iniciativa do deputado collorido Bernardo Cabral (sem partido-AM).

Os artigos superfluos devem ser mais taxados pelo governo de Collor, que está propondo uma revisão das alíquotas de IPI a ser implantada por decreto presidencial publicado no mesmo Diário Oficial. O aumento de IPI para produtos superfluos não está condicionado ao princípio da anualidade fiscal previsto na Constituição, o que permite aumento imediato de receita. O programa de Collor prevê ainda intensificar a fiscalização de vedores e sonegadores de impostos, a fim de proporcionar um ganho de arrecadação que viabilize a execução do orçamento preparado pelo atual governo. Para 1991, seriam criados novos impostos, por meio de projetos de lei que seriam encaminhados ao Congresso no próximo ano.

Reforma agrária — No Diário Oficial do dia 16 estará publicado um projeto de lei de regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição, que tratam da reforma agrária. "O projeto será baseado no Estatuto da Terra, porque a Constituição foi um retrocesso", antecipa Luiz Eduardo Assis. O Estatuto foi assinado pelo primeiro presidente a tomar posse depois do movimento de 1964, marechal Castelo Branco. O principal autor do Estatuto da Terra, José Gomes da Silva, foi, durante a campanha presidencial, um dos principais assessores do candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva.

O Estatuto da Terra estabelecia que as áreas de tenção social seriam prioritárias para desapropriação, firmando um princípio que acabou derrotado na Constituição, 24 anos depois. Também previa que qualquer terra era passível de desapropriação por interesse social, sem diferenciar entre produtiva e improdutiva. O artigo 185 da Constituição assegura que as terras produtivas não são suscetíveis de desapropriação, mas é uma lei complementar que deverá estabelecer os critérios de produtividade. O projeto de lei do futuro presidente também vai propor uma reforma na estrutura do Imposto Territorial Rural (ITR), com objetivo de desestimular a especulação. As alíquotas do ITR serão tanto maiores quanto maior e menos produtiva for a terra, na tentativa de criar um instrumento de reforma agrária.

19/12/89

9919358

25

15/12/89.

Marinha liberta os chineses

FAP 100-10
A tripulação de 17 chineses e quatro sul-africanos do cargueiro chinês "Kao Hsing", apreendido sendo passado por tropas do Segundo Distrito Naval, quando pescava em águas brasileiras, entre a Bahia e Sergipe, poderá ser libertada hoje. Os estrangeiros se encontram há sete dias confinados no barco, juntamente com uma carga de 40 toneladas de tubarão e atum, sob a guarda de um fuzileiro naval e de dois marinheiros armados de metralhadoras.

A Polícia Federal admitiu ontem, em Salvador, a liberação de toda a tripulação e do navio, que

serão repatriados sob escolta de corvetas do Segundo Distrito Naval. A liberação ocorrerá porque está previsto para hoje o encerramento do processo e dos trâmites legais efetuados pelo Ministério da Agricultura e pela superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). O atum e o tubarão pescados irregularmente serão mantidos num frigorífico para inspeção de qualidade e depois distribuídos para instituições de caridade — informou ontem à noite Walter Brochbauer, diretor do Ibama na Bahia. (AG)

ZERO HORA 15/12/89

15/12/89.

F. A. C. A. 15/12/89
2600 HORA

VENEZUELA ADIÇA OS GUERRILHEIROS

O presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, condenou ontem sua posição em relação aos guerrilheiros brasileiros, qualificando-os de "aventureros que destroem florestas e recursos naturais tanto do Brasil como da Venezuela". Ao passar em revista as guerrilhas militares de Zulia, um Estado do extremo-oeste do vizinho país, Pérez referiu-se à questão dos guerrilheiros, que recentemente entraram em conflito com militares venezuelanos nas cabeceiras do rio Orinoco, cerca de 900 kms ao sul de Caracas. (AFP)

16/12/89

2407A 16/12/89

FREN (25)
2500 Hora 16/12/89

**BRASIL E URUGUAI
INTEGRACAO**

O Brasil deverá iniciar no princípio seguinte do ano que vem um processo de integração com o Uruguai. Uma reunião da Subcomissão para Desenvolvimento das Zonas Fronteiriças com o Uruguai deve ser realizada em Montevideo até março. Essa revelação foi feita, ontem, pela representante da Secretaria Especial Para Assuntos Internacionais do Governo do Estado de Rio Grande do Sul, Sara Bruner, que passou toda a semana em Brasília, no Itamaraty, participando das reuniões com representantes do Uruguai. A integração com o Uruguai, que deve seguir o modelo da que está sendo processada junto com a Argentina, é assunto de pauta do dia para o ministro da Relações Exteriores, Aloizio Sotelo. (Z18)

17/12/87

O desempenho dos candidatos por regiões

□ O segundo turno dividirá o País: Collor vence nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste e Lula nas regiões Sul e Sudeste

Se Collor de Mello e Lula chegassem a um acordo poderiam dividir o país em dois. Col-

lor governaria a parte Norte onde é o preferido pelos eleitores e Lula ficaria com o Sul onde é mais popular. A pesquisa Gallup mostra que a eleição é diferente em cada região do país. Lula vence nas regiões Sul e Sudeste enquanto Collor lidera no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Na Região Sul, a vantagem é

de Lula. Graças especialmente a seu bom desempenho no Rio Grande do Sul, o candidato da Frente Brasil Popular tem 47,4% contra 40,3% de Collor de Mello. No início da campanha a vantagem era de 13 pontos para Collor. O quadro começou a mudar depois do anúncio de Brizola a Lula. Este tomou a liderança na última

pesquisa e ampliou a vantagem agora.

Lula é o líder também na Região Sudeste, que reúne o maior contingente eleitoral do país. O quadro nesta região foi equilibrado desde o início da campanha para o segundo turno, mas Collor manteve uma pequena vantagem até o fim de novembro. A partir daí o quadro se inverteu e hoje é Lula quem está quatro pontos à frente, chegando a 46,6% contra 42,4%.

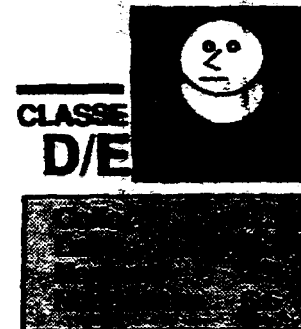
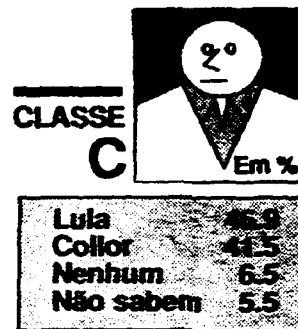
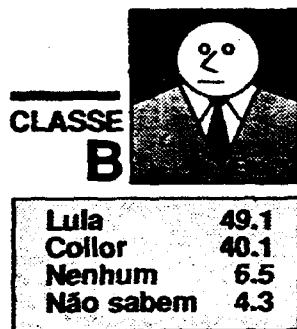
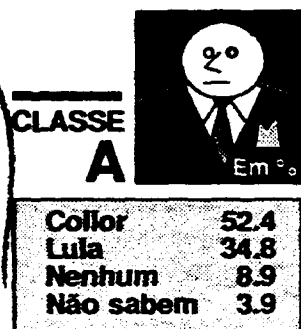
SÃO PAULO E MINAS — Mesmo que lidere na região e tenha ampliado um pouco sua vantagem em relação à pesquisa anterior, Lula perdeu espaço em São Paulo, onde iniciou sua carreira política e está a principal base política do PT. O candidato do PT perdeu dois pontos percentuais desde a última pesquisa, enquanto Collor de Mello ganhou dois pontos. Com isto, a diferença a favor do candidato do PRN cresceu para dez pontos percentuais. Agora Collor tem 47,9% contra 38% de seu adversário.

Em Minas Gerais aconteceu

outra mudança, desta vez favorecendo Lula. Ele ganhou cinco pontos entre os eleitores de Minas e Espírito Santo em relação à pesquisa anterior. No mesmo período, Collor perdeu cinco pontos. A diferença pró-Collor caiu de 17 para cinco pontos em dois dias. No Rio de Janeiro, a vantagem de Lula é cada vez maior. Ele tem 71,3% dos votos cariocas contra 22,1% de seu adversário.

Na Região Nordeste, a vantagem é de Collor, com 42,4% contra 43,2%. A diferença pró-Collor na região chegou a ser de 15 pontos percentuais. Na pesquisa anterior havia decido para 1,5 pontos percentuais. Collor recuperou espaço e levou a diferença para quatro pontos.

A maior vantagem para Collor continua a ser nas regiões Norte e Centro-Oeste que o Gallup agrupa em um só resultado. Nos estados desta região o candidato do PRN tem 55,8% contra 34,2%. No início da campanha, a diferença era de 40 pontos a favor de Collor. Agora é de 22 pontos percentuais.



Os dados da pesquisa por classe social

Lula é o preferido entre os eleitores das faixas médias de renda, localizados nas classes B e C. Por outro lado, Collor de Mello passou a ser o preferido pelos eleitores da Classe A e ainda lidera na classe D, embora sua vantagem nesta categoria tenha caído nas últimas pesquisas. O Gallup mostra que a eleição apresenta resultados diferenciados de acordo com o nível social e econômico dos eleitores.

Os eleitores da Classe A são os mais dispostos a mudar de idéia durante a campanha do segundo turno. Logo que a disputa começou, 55,1% preferiam Collor contra 33,1% que optavam por Lula. Na pesquisa de 5 a 8 de dezembro a situação

se inverteu e Lula passou a liderar nesta classe. Agora Collor volta à liderança na classe A, com 52,4% contra 34,8% de Lula.

Na Classe B, quem lidera é Lula. Ele vem crescendo nesta faixa desde o início da campanha e conseguiu ultrapassar Collor de Mello nesta categoria, chegando a 49,1% contra 40,1%. O mesmo aconteceu na Classe C onde a vantagem é de Lula com 46,9% e Collor fica em 41,1%.

Entre os eleitores mais pobres, situados na Classe D, Collor mantém a liderança desde o início da campanha mas sua vantagem vem diminuindo. No início do segundo turno ele tinha 17 pontos per-

centuais de diferença a seu favor. Lula cresceu durante a campanha e agora a diferença é de seis pontos. Collor tem 48,3% contra 42,2% de Lula.

INSTRUÇÃO — Collor lidera com tranquilidade entre os eleitores com grau de instrução primária, onde faz 54,7% dos votos contra 34,5% de Lula. Por outro lado, o candidato do PT vence entre os eleitores com instruções secundária, chegando a 49,6% das intenções de voto contra 40,2% de seu adversário. Lula é o líder também entre os eleitores de instrução superior, onde tem 53,9%. Collor chega a 33,5%.

2000 HORA 18/12/89

FOLHA 01

Pesquisas de boca-de-urna dão vitória para Collor de Mello

Quatro institutos de pesquisa divulgaram ontem seus resultados e todos eles dão uma vantagem de 3% a 4% de Collor sobre Lula.

O candidato do PRN, Fer-

nando Collor de Mello, foi o vencedor em todas as pesquisas de boca-de-urna realizadas pelos principais institutos de opinião pública do País. Nas pesquisas do Gallup, Ibope, Datafolha e Vox Populi, Col-

lor conseguiu levar uma van-

tagem entre três e quatro pontos percentuais sobre seu adversário, Luis Inácio Lula da Silva.

Na pesquisa do Instituto Gallup, Collor chegou a 48,1% contra 45,5% de Lula. O número de votos nulos e brancos é estimado pelo Gallup em 6,4%. Em relação aos votos válidos, que são os votos concedidos apenas aos dois candidatos, excluindo brancos e nulos, o resultado é de 51,4% para o candidato do PRN contra 48,6% de seu adversário do PT.

BOCA-DE-URNA

Collor	51.4%
Lula	48.6%

Collor	52.0%
Lula	48.0%

Collor	51.5%
Lula	48.5%

Collor	50.0%
Lula	48.4%

Gallup, Ibope e Datafolha referem-se apenas aos votos válidos. Vox Populi leva em conta brancos e nulos.

Para o Datafolha, a diferença foi de três pontos pró-Collor. O instituto divulgou apenas o resultado de sua pesquisa sobre os votos válidos, ignorando nulos e brancos, que não são computados pela Justiça Eleitoral. O resultado foi 51,5% para Collor contra 48,5% de Lula.

Nenhuma destas pesquisas caracteriza um "empate técnico". De acordo com estes resultados, Collor será o vencedor da eleição com uma margem de vantagem sobre Lula oscilando entre 2,5 e 4 milhões de votos, a depender da abstenção em cada região.

30

8910368

18/12/89

12/12/89

Empresários condicionam apoio a novo presidente

SÃO PAULO Os empresários só vão apoiar o vencedor das eleições do próximo domingo caso o programa econômico seja coerente e suficiente para resolver os problemas do país, de acordo com a visão desse setor da sociedade. Caso contrário, eles seguirão para a oposição. Essa postura foi revelada ontem pelo presidente do Banco Bamerindus, José Eduardo Andrade Vieira, homenageado por mais de 500 empresários durante solenidade de entrega do prêmio Homem de Vendas do Ano, escolhido através de eleição direta pela Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil (ADVB). "Apenas após o anúncio das medidas e que vamos nos posicionar na situação ou na oposição ao vencedor das eleições", afirmou Andrade Vieira, após proferir um discurso eminentemente político.

Foi também político o clima do almoço que homenageou Andrade Vieira, onde o tema central entre os participantes foi o crescimento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Andrade Vieira, que apoia Fernando Collor de Mello desde a primeira hora, quis esclarecer que os empresários não temem Lula, mas condicionam o apoio às medidas a serem adotadas pela sua equipe econômica. "O que nos preocupa é que o candidato que se diz progressista, na verdade, é um esquerdista. E sua vitória representaria o caos para a economia", criticou Andrade Vieira.

Omissão — Mas não foi apenas Lula o criticado por Andrade Vieira. Segundo ele, os empresários são também responsáveis pelo quadro atual. "Em geral, atuamos nos bastidores. Apoiamos candidatos sem participar das campanhas eleitorais, não debatemos, não nos expomos", atacou Andrade Vieira. "As nossas omissão e passividade, em boa parcela, estimularam o radicalismo. Que transformassem o conflito entre capital e trabalho em confronto." O banqueiro conclamou os empresários a deixarem a omissão de lado e afirmou que a eleição do próximo domingo representa o reinício da democracia e que a tarefa, agora, será a de consolidá-la.

Apesar de solicitar maior participação dos empresários na vida política nacional, Andrade Vieira reconheceu que a classe ainda demonstra despreparo para isso. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, por exemplo, afirmou que a vitória de Lula traria consigo a debandada geral de 800 mil empresários do Brasil, o que é reconhecido como um grande equívoco pelos seus pares até hoje. "A falta de experiência política e de participação mais ativa nos coloca constantemente diante do risco de dizer coisas incorretas. Mas essas coisas devem ser um estímulo para as pessoas falarem mais. Lamento o escorregão do Mário Amato, mas isso deve servir de incentivo", afirmou Andrade Vieira.

2 Brasil 12/12/89

20/12/89

Para el ganador, la cuestión ahora es ser socialdemócrata o no ser

LA NACION 20/12/89

Por Jorge Emilio Gallardo
(Especial para LA NACION)

F. POL

RIO DE JANEIRO, 19.- En la disyuntiva de Hamlet y con la calavera de Lula en la mano izquierda, Collor cavila sobre su propio triunfo que parece decir "ser socialdemócrata o no ser, ese es el dilema".

El voto humilde y disperso que dio la mayoría a Fernando Collor de Mello justifica esta primera necesidad del virtual presidente electo: establecer cuanto antes pautas de identidad. El Partido de Renovación Nacional, que le dio sustento legal, no revela expresos contenidos ideológicos, pero en la plataforma victoriosa es perceptible un cariz populista de raíz conservadora.

Auoché mismo, uno de los principales asesores del candidato triunfante repetía como una consigna la necesidad de establecer coincidencias entre sectores lo más amplios posibles sobre la base de un ideario socialdemócrata. Detrás de este desideratum de los asesores de la campaña encuentran el proyecto de la visita del actual presidente a España, donde a la imagen de Felipe Gonzalez, con quien ya tuvo contactos personales, ofrece un paradigma ideal para un buen entendimiento, que ahora podría perfeccionarse y asegurar amistades firmes con el resto de la socialdemocracia europea.

En este ultimo sentido, las rotundas expresiones de Collor en su final de campaña contra las banderas rojas del Partido de los Trabajadores marcaron un acento de derecha difícil de compatibilizar con la "camiseta" socialdemócrata, pero la causa bien vale un intento. Mucho más cerca de esta indumentaria están ubicados el socialismo suave de Mario Covas o el laborismo de Brizola, uno de los vice-



Los diarios brasileños, centro de interés

(Ruyter)

presidentes de la Internacional Socialista.

En fin, en otros países ya se ha visto a conservadores con "camiseta" liberal, y hasta a socialistas democráticos dentro de gobiernos mi-

litares de facto, por lo que Babel está siempre al día en esta permanente disponibilidad que permite que las políticas sean, como se dice, el arte de lo posible y, a veces, inclusive lo contrario.

Como quiera que sea, la primera urgencia de Collor es "colorearse" ideológicamente, pero no con témperas que se disuelvan con la primera lluvia sino con tintas firmes. De todas formas, serán las acciones del futuro gobierno las que definirán su verdadera condición.

Es sorprendente verse tomado por la urgencia de conseguir un relleno ideológico a posteriori de elecciones en las que se ha vencido. Es como reemplazar el anillo matrimonial por otro tomado en préstamo, e ganado en un afortunado azar.

Hasta ahora, la conciliación de voluntades previas a las elecciones reunió en torno de la candidatura de Collor un ramillete de variada condición. El muestrario iba desde el derechista ministro de Comunicaciones de Sarney, Antonio Carlos de Magalhães, hasta el redactor de la Constituyente, Bernardo Cabral, un hiperliberal que tuvo sus derechos civiles cancelados en los años del militarismo. Ninguna flor roja en ese ramillete, ninguna orquídea color lila, sino más bien modestos tonos delicados.

El vicepresidente de la república será el ex prefecto municipal y ex senador Itamar Franco, responsable por la campaña en Minas Gerais, el tercer mayor caudal de votos.

Importante es señalar que las cumbres partidarias son conscientes de la relevancia que deberá darse a un mínimo de identidad ideológica. Si fracasa el proyecto de recibir al nuevo presidente socialdemócrata, para el que ya preparan el traje blanco, el futuro gobierno deberá hacer hincapié al andar y demostrar así, inclusive en política, la buena fe de sus anteriores esbozos de justicia social.

LA NACION

2012 109

Vai depender da inflação

Ricardo Noblat

Sem ter mais o que fazer no ministério que comanda, o da Cultura, José Aparecido de Oliveira aproveitou a última quinta-feira dia 7 para visitar o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada e o ministro Leônidas Pires Gonçalves no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano de Brasília. Procurou-os para conversar, basicamente, sobre um assunto: a antecipação da posse do próximo presidente da República.



A Sarney, o ministro da Cultura aconselhou não oferecer obstáculos a uma possível redução de seu mandato — que pela Constituição só terminará a 15 de março próximo. Lembrou ao presidente os problemas de saúde dele, o estado de tensão permanente em que ele vive. Concordeu em que Sarney não tomasse a iniciativa de propor a antecipação da posse do sucessor — mas que se a iniciativa partisse do Congresso, que ele aceitasse.

Aparecido saiu do Palácio da Alvorada depois de ter ouvido do presidente que ele não seria empecilho algum à posse antes do tempo do presidente a ser eleito, dali a 10 dias. No Quartel-General do Exército, Aparecido reuniu-se com o ministro Leônidas e com um reduzido grupo de oficiais. Depois, ele e Leônidas separaram-se do grupo e conversaram a sós em uma sala do gabinete do anfitrião.

“É inaceitável, Zé, o governo vir a ser substituído antes de 15 de março”, proclamou o ministro do Exército. “É inaceitável. Você diga isso lá ao Sarney.” Aparecido repetiu os argumentos que usara na conversa com o presidente. Lembrou a gravidade da crise econômica e a tendência de crescimento acelerado da inflação. O ministro do Exército se mostrou irredutível na posição dele.

Em certo momento, chegou a observar: “Entregamos o poder a vocês e veja o que vocês fizeram com ele.” Aparecido rebateu: “Peraí, não foi bem assim. O país que recebemos estava cheio de problemas.” Na-

quele dia, o general Leônidas estava particularmente irritado com a declaração de Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, sobre o risco de greves, caso Collor de Mello fosse eleito.

O general e o ministro da Cultura não chegaram a um acordo em torno da antecipação da posse do sucessor de Sarney. Hoje, dentro do governo, não há unidade em relação ao assunto. O presidente insiste em repetir que não está disposto a brigar para permanecer no cargo até 15 de março. Desde que o futuro presidente e o Congresso se entendam quanto à antecipação da posse, ele se conformará com ela. É o que diz.

Sarney, na verdade, não quer sair antes de 15 de março — primeiro, para não parecer que saiu enxotado, segundo porque os ministros militares não querem que ele saia antes. Mas Sarney não quer passar a impressão de que está empenhado em ficar mais dois meses e meio no poder, depois de ter-se empenhado tanto em ficar cinco anos. Ele sabe que será difícil um acordo dentro do Congresso que reduza o mandato dele.

Deve saber, também, que Collor já desejou, agora não deseja mais assumir antes da hora. O presidente eleito quer ganhar tempo para armar o governo dele e articular as alianças que o permitirão governar. Já despachou emissários para fazer contatos com políticos do PSDB e até com a direção nacional do Partido Comunista Brasileiro. O senador Mário Covas reafirma que o PSDB não quer nada com Collor.

Covas não poderá impedir que membros do PSDB queiram alguma coisa com o futuro presidente. Quem vai decidir se a posse de Collor será antecipada ou não será o tamanho da inflação que está por vir. A inflação de dezembro ultrapassará a casa dos 50%. A tendência dela é ascendente. O governo assistirá a isso de braços cruzados? O que ele vier a fazer para deter a inflação será respeitado pelos agentes econômicos?

As equipes econômicas do atual e do futuro governo serão capazes de atuar juntas para que Sarney possa adotar medidas contra a inflação com o aval de Collor? Há pessoas trabalhando para que essa atuação conjunta se torne possível. É pouco provável que isso ocorra. Querendo ou não, o presidente eleito pode ser obrigado a governar antes de março — o que causará transtornos nos planos dele.



Otra fuerza política LA NACION 6/4/89.

El ganador ante las FF.AA.

For Stephen Powell

NEW YORK : 8 Januari - La
negara presiden de Mc Millen Stri
dit dekrete fundamental di la
negara ini, dan presiden de la
negara ini, presiden
dari de negara, di negara ini.

Los cambios, programados para el 15 de noviembre, marcarán el retorno pleno del Brasil a la democracia después del régimen militar que gobernó entre 1964 y 1985 y de la transición que siguió la gestión actual de José Sarney.

Pero para quien gana los comi-
cios son impensable ignorar a los
millones de que su influencia
sea...

Por el momento, indigesto es el general João de Deus Mendes, jefe del Servicio de Inteligencia Nacional, el órgano de inteligencia militar y civil del Brasil.

"El general Irujo es el presidente de todos los vascos", dijo David Platon, profesor de ciencias de la Universidad de Harvard.

El jefe de Estado con militares con rango ministerial, los ministros del Interior, el Poder Judicial y Agrario, el comandante de las Fuerzas Armadas, el jefe de personal militar en la presidencia, y el titular de la

Almudena de la Universidad
de Valencia, presidente del área
de la Lengua Castellana, dijo que
"esta es la única forma de hacer una
reforma".

Il presidente di quest'anno sarà il signor de Gubernatis, che ha già fatto un gran numero di cose per la nostra causa. Egli ha già fatto un gran numero di cose per la nostra causa.

“El mundo de hoy necesita tener una nueva idea de la vida”, afirma el informático, “y el mundo de mañana”, dice Ochoa, “debe tener un concepto totalmente nuevo de la vida”. El papel de los científicos es esencial.

...que el poder
de las naciones...
...

Durante el gobierno de Sornay, los militares fueron leales a la política indolente y exterior.

Em an litro destacando militares
posições Brasil and the southern
cone (Movimento in política militar,
Brasil y el cone and temas de
exclusão de cone na política
militar em política on distintos
temas.

La reforma agraria

En 1986 Sarney lanzó un gran programa de reforma agraria, el más importante propuesto por su gobierno. Pero pronto perdió impulso. El SNU, cuya jefatura está integrada por oficiales en actividad, entregaron un informe al presidente en el que señalaban que la "Institución Supratécnica" era grave en la oficina que se ocupaba del tema.

Poco después fue anunciado que muchos funcionarios estadounidenses se cumplen. El ritmo de la reforma se aceleró.

Los militares también fijaron los parámetros para la creación de un instituto común entre el Brasil y la Argentina.

Según dijo, que los militares brasileños tenían reservas importantes sobre los planes para desarrollar cooperaciones de alta tecnología, especialmente en el área nuclear, entre ambos países.

"La iniciativa institucionalizada, para el otorgamiento de este reconocimiento, planteado por parte de los militares", concluye.

Una vez libre de los dos en la que las miradas se cruzan, marcha silenciosamente en su habitación. Los minutos de tensión se van desvaneciendo en la gestión de la noche. Han sido momentos de los momentos de los minutos de la respuesta solo después que las tropas y la guerra comienzan a moverse.

Los profesores son especialmente sensibles a las lesiones de dentura que ocasionan estomatitis, como el cáncer. En movimiento, los sedentes continúan a balancear a tres trabajadores en balsa en la zona de Vain Redonda, en el Estado de Rio de Janeiro.

Los militares presionaron exitosamente contra todos los intentos

de reducir el poder estado en
asamblea, el poder en la asamblea. Con-
stitución en 1987, 1988,

Los propósitos de la Inspección sobre las instituciones de la que el Brasil carece están, en consecuencia, bien definidos.

During its actual campaign promotion so he provides good standing to its work.

El candidato republicano, Fernando Collor de Mello, ha dicho que si es elegido llevará a cabo una "política de ajuste estructural" para reducir el déficit de la balanza de pagos.

En realidad, cuando se trata de los artículos, se trata de los artículos.

Seguros y compensaciones durante que el el Poder Ejecutivo el el Legislativo tiene derecho para utilizar los programas financieros de los Estados.

En 1958 fue reelegido por la primera vez El Pastor Abiel Irujo, pastor de la Iglesia de los Santos de la profecía en Chihuahua, en la zona suroeste, cuando para él era a solo pocas semanas.

En Atlanta tiene un proyecto para convertir un subterráneo propuesto en un túnel y construir la forma de puente colgante que el Estado está considerando en gran parte para el puente de Georgia, en el Estado de los Estados Unidos.

El gobierno dice que se opone a cualquier medida unilateral, pero la aparente neutralidad de las posturas en asuntos militares preocupa a los analistas internacionales.

Los milaneses no hicieron suposiciones sobre el veredicto respecto de que implicará la sucesión de ningún candidato que sea elegible.

La izquierda de la UCR, del radical Partido de los Trabajadores, no es enemiga de los militares, pero los analistas señalan que no es poco probable que de esta guisa se logre de que triunfe.

in active position.

José Sarney responderá a los ataques

[illegible]

dir en chef de Trifonni Superior Electrical. Soyez votre propre patron et travaillez à domicile. Les ventes de matériel électrique sont énormes. Apprenez la technique de vente par correspondance. Travaillez pour vous-même. Réussissez vite. Écrivez maintenant à M. J. Trifonni, 708 E. 16^e St., Chicago, Ill. 46.

prohibe a los candidatos hacer propaganda "que ofenda, difunda o injurie personas, o que sea vergonzosa o antihigiénica".

A dinâmica do voto nas diretas

A eleição mostrou que não haverá conciliação possível se as distâncias sociais não forem reduzidas

Sérgio de Abranches

A maioria do eleitorado brasileiro vem dividindo-se em dois blocos: um progressista, à esquerda do centro, e outro liberal-conservador, à direita do centro, desde as eleições municipais de 1988.

Esta divisão confirmou-se no primeiro turno e também no segundo turno das eleições presidenciais. No agregado, estes dois blocos apresentam equilíbrio de forças no mercado eleitoral. Entre eles encontram-se perto de 20% do eleitorado, ocupando o que se poderia considerar como o centro do espectro político-eleitoral. Esses votos, em movimento pendular, decidem as eleições. São eleitores de perfil diverso, motivações variadas e que se definem, em cada circunstância, geralmente na última hora. O que têm em comum é a propensão a fazer escolhas muito semelhantes: a maior parte deles tende, quase sempre, para o mesmo lado.

É o processo de escolha desse eleitorado que vai redefinindo as tendências captadas pelas pesquisas de intenção de voto, ao longo da campanha. Como esse voto é, por natureza, mutável, volante, torna-se difícil registrar seus humores com precisão. Entretanto, é ele o responsável pelas mudanças de última hora.

O único instituto de pesquisa a identificar a reversão de tendências, na antevéspera da votação no segundo turno, foi o DataFolha. Descobriu, no sábado, dia 16/12, o que se tornaria evidente, para todos, na boca da urna: o realinhamento das preferências desse eleitorado cambiante beneficiaria o candidato do PRN. Os demais institutos viram apenas a desaceleração simultânea da queda de Collor e da ascensão de Lula.

As razões circunstanciais dessa "virada" já foram suficientemente comentadas na imprensa. Importa agora analisar o comportamento

eleitoral na sua dinâmica e tentar discernir tendências mais permanentes que possam vir a influenciar o processo político, tanto no Congresso, em final de mandato, quanto nas próximas eleições.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o Brasil já vive, desde o estabelecimento de eleições livres e plurais, o que se denomina de ciclo político-econômico. Isto significa, simplificada, que o eleitorado é decisivamente influenciado pelo desempenho das políticas macroeconômicas do Governo Federal, principalmente em eleições de âmbito nacional. Basta ver que os candidatos que receberam as maiores votações no primeiro turno representavam, cada um a seu modo, oposição à "situação". Quanto mais próximo do governo Sarney ou mais identificado com as políticas econômicas mais recentes, na percepção do eleitorado, menor a votação do candidato.

Esse fator tornou-se menos importante no segundo turno porque os dois candidatos representavam, para a maioria do eleitorado, opções entre si distintas, porém igualmente contrárias ao governo presente. Predominaram fatores regionais, pessoais, políticos e ideológicos, nessa ordem.

Em segundo lugar, o fator crítico a ser analisado refere-se àquela divisão básica do eleitorado brasileiro. Este alinhamento eleitoral, à esquerda e à direita do centro, reflete divisões reais e sociologicamente significativas na sociedade. Nasce das disparidades pessoais, grupais e regionais de renda, oportunidades, direitos e grau de mobilização e organização políticas.

Apesar das linhas tênues da estrutura partidária, na qual existem pouquíssimos partidos estruturados e com nitidez político-ideológica o PT é o mais importante deles.

O eleitorado parece já ter definido majoritariamente seu posicionamento no espaço político nacional. Esse alinhamento que, curiosamente, precede o realinhamento partidário, ainda por se fazer, acompanha as linhas mestras das clivagens sociais no país.

O quadro 1 mostra os resultados dos dois turnos das eleições presidenciais para as regiões e os nove estados que compõem os colégios eleitorais "críticos" para a eleição do presidente da República, desde a eleição de Dutra. Estes últimos são os estados de definição do vencedor. Para o primeiro turno, estão agregados os votos de Collor, Lula, Afif, no bloco "liberal-conservador", e Brizola, Covas e Freire, no bloco "progressista".

Para o segundo turno, ainda pode haver pequena alteração nos percentuais, porém não faltando os resultados oficiais para a Bahia (95,49% apurados), Amapá (92,32% apurados) e Pará (91,23% apurados). O total de votos oficialmente apurados no Brasil, no segundo turno, é de 99,30%.

Pode-se ver que Lula obteve, no segundo turno, aproximadamente, o mesmo percentual de votos dados no primeiro ao "bloco progressista".



01.25

Resultados das eleições presidenciais — 1989

1º turno							2º Turno				
Liberal-Conserv.	Progressistas	Outros	Branco	Nulos	Abst.		Collor	Lula	Branco	Nulos	
Norte	55,96%	29,30%	8,66%	1,68%	4,38%	25,30%	66,42%	29,54%	1,24%	2,78%	
CE	36,67%	47,24%	8,70%	1,97%	5,41%	16,15%	54,07%	40,94%	1,63%	3,35%	
PE	36,77%	44,09%	7,19%	3,03%	8,90%	14,71%	46,03%	47,72%	2,08%	4,18%	
BA	33,58%	37,22%	19,34%	3,45%	10,52%	20,10%	47,33%	45,02%	2,25%	5,38%	
NORDE	38,82%	37,22%	12,42%	2,92%	8,60%	18,73%	52,02%	41,48%	2,03%	4,47%	
MG	42,63%	37,03%	12,69%	2,10%	5,54%	10,96%	52,18%	41,82%	1,61%	4,39%	
RJ	19,59%	72,74%	4,54%	0,74%	2,42%	6,78%	25,94%	69,85%	0,87%	3,34%	
SP	50,61%	40,80%	4,57%	0,90%	3,12%	5,72%	54,17%	39,38%	1,07%	5,38%	
SUDE	41,58%	46,82%	6,76%	1,17%	3,63%	7,42%	47,52%	46,66%	1,17%	4,65%	
PR	56,49%	29,34%	8,82%	1,18%	4,17%	10,44%	63,58%	30,91%	1,16%	4,35%	
SC	40,51%	42,08%	12,91%	1,06%	3,45%	7,96%	47,39%	46,78%	1,19%	4,64%	
RS	18,06%	72,87%	6,17%	1,07%	1,83%	5,92%	29,40%	64,58%	1,45%	4,58%	
SUL	36,62%	50,77%	8,50%	1,11%	3,01%	7,96%	45,51%	48,69%	1,29%	4,50%	
CEN-GE	52,33%	29,36%	12,40%	1,53%	4,37%	16,21%	61,30%	34,05%	1,16%	3,49%	
BRASIL	41,34%	43,35%	8,87%	1,62%	4,81%	11,94%	49,86%	44,30%	1,40%	4,43%	

sista" para o total do país: 44,30% contra 43,35%. Collor, porém, obteve 8,52 pontos percentuais acima da votação do "bloco liberal-progressista" no primeiro turno.

Nas Regiões Norte e Sudeste, Lula obteve praticamente a mesma votação que os progressistas: 29,54% contra 29,30% e 46,66% contra 46,86%, respectivamente. Nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, o percentual de votos dados a Lula foi maior do que os conferidos aos progressistas no primeiro turno: 41,48% contra 37,22% e 34,05% contra 29,36%, respectivamente. Na Região Sul, Lula teve 2,1 pontos percentuais a menos, comparando-se sua votação com a dos "progressistas" no primeiro turno.

Collor teve desempenho superior ao do "bloco liberal-conservador" em todas as regiões: Norte (66,42% contra 55,96%), Centro-Oeste (61,30% contra 52,33%), Nordeste (52,02% contra 38,82%), Sudeste (47,52% contra 41,58%) e Sul (45,51% contra 36,62%).

De onde, então, saíram esses votos? Nas Regiões Norte e Sudeste, onde Lula manteve percentualmente, no agregado, o voto "progressista", a diferença pode ser encontrada na votação dos outros candidatos. Collor absorveu toda a diferença no Norte e parte dela no Sudeste, o restante transformando-se em votos nulos. O voto dado ao candidato do PSDB ficou dividido, embora aparentemente a parcela que não acompanhou a linha "progressista" definida pelo partido tenha sido menor, na maior parte dos estados.

Nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, o crescimento da votação de ambos os candidatos deve-se ao fato de que eles dividiram, em proporção favorável a Collor, os votos dos outros candidatos e os votos nulos e brancos, que diminuiram percentualmente no segundo turno.

Na Região Sul, a queda percentual da votação de Lula em relação ao voto "progressista" é praticamente igual ao crescimento dos votos em branco e nulos. O percentual de Collor é muito próximo ao do voto "liberal-conservador" somado ao voto dado aos outros candidatos.

Collor ampliou sua votação nas classes médias, agregando o apoio que sempre teve desde o primeiro turno

Examinando-se a votação nos colégios eleitorais mais importantes, pode-se verificar que o padrão acima também se reproduziu neles. No Sudeste, Lula e Collor cresceram em Minas Gerais, absorvendo os votos dados aos outros candidatos, este em proporção muito maior do que aquele. Em São Paulo, Lula ficou praticamente com o mesmo percentual obtido pelo "bloco progressista" e Collor capturou o restante, registrando-se ligeiro crescimento dos votos brancos e nulos. No Rio de Janeiro, a votação de Lula foi inferior em 2,9 pontos percentuais à dos "progressistas" e a de Collor 6,3 pontos superior à dos "liberal-conservadores". As abstenções cresceram 1,9 e os votos nulos e brancos, 1 ponto percentual.

Nos colégios do Sul, Lula e Collor cresceram no Paraná e em Santa Catarina. Lula obteve percentual menor do que os "progressistas" no Rio Grande do Sul, enquanto aumentaram os votos nulos e brancos e as abstenções. Collor teve percentual maior, conquistando o espaço que fora ocupado por outros candidatos e beneficiando-se das perdas de Lula.

Na Bahia e em Pernambuco, os dois candidatos cresceram percentualmente em relação aos dois "blocos" do primeiro turno, dividindo a diferença de forma relativamente equilibrada no primeiro estado e mais favorável a Collor no segundo. No Ceará, Lula perdeu, claramente, parte do voto conferido a Covas, que se transferiu para Collor pela mão do Governador Jereissati. Teve menos votos que o "bloco progressista" e Collor ficou muito acima do percentual obtido pelo outro bloco no primeiro turno.

As variações regionais, inerradicáveis do fe-

deralismo assimétrico e extenso que impregnou o Brasil, são menos importantes do que as regularidades que se verificam no agregado. O segundo turno não desfez a divisão do eleitorado e por isto a diferença entre os dois candidatos foi percentualmente pequena.

Collor conseguiu ampliar sua votação nas classes médias urbanas, agregando esse apoio a maioria que teve, desde o primeiro turno, no interior e nas cidades menores. Lula não conseguiu expandir sua base de apoio, ficando refém ao patamar do "voto progressista", fixado desde as eleições de 88.

Lula, ao não conseguir atingir parte do eleitorado mais ao centro, ficou com o voto de "esquerda", deixando espaço para que Collor conseguisse fazer com que o movimento popular desse eleitorado se deslocasse para o outro lado.

Na análise dinâmica do voto importante são os valores agregados do que as eventuais preferências individuais de votos entre os dois candidatos. Desse ponto de vista, o voto "progressista" e o voto "liberal-conservador" representam algo em torno de 40% cada um. O restante decide, ao sabor das conjunturas, de que lado fica, a cada momento.

A divisão persiste e esta é a primeira lição importante que se pode retirar dessas eleições. A segunda lição diz respeito ao fundamento social dessa divisão. Como disse, com imprecisão, um arguto observador da cena brasileira, se algo esta campanha revelou com nitidez foi a tremenda iniquidade que prevalece na sociedade brasileira. Os candidatos, na sua maioria, desnudaram as disparidades de renda, oportunidades, condições de vida no Brasil.

Não haverá conciliação possível entre o Brasil brasileiro, a não ser a que se faz, historicamente, no âmbito das elites, se as distâncias sociais não forem rapidamente reduzidas. A consciência de iniquidade está-se generalizando. O conflito distributivo explode nas taxas de inflação, na indignação popular, na luta política. Não haverá contrato sem correção das desigualdades e a visão tenderá a aumentar. Quem não verá?

24/12/89

Duas visões do final do governo Collor

**Sobre um hipotético 1994, dois
cientistas sociais especulam
sobre o sucesso ou o fracasso
da administração do presidente**

Renato Boschi e Eli Diniz

Uma conclusão irrefutável a partir de um breve exame dos resultados das eleições presidenciais refere-se à aspiração de mudança por parte da esmagadora maioria do povo brasileiro. Tanto os eleitores de Lula quanto os de Collor, embora de maneiras distintas, manifestaram o repúdio à situação dominante e uma clara expectativa por transformações e renovação do quadro vigente. Por outro lado, salta também à vista que a sociedade seja profundamente dividida entre dois campos: um setor fragmentado e disperso, que corresponderia à sociedade de massas, volátil, atomizada, de base rural, e um setor organizado, mais integrado, que corresponderia à sociedade industrial moderna e predominantemente urbana. Esta polarização é ponto de partida para quaisquer cenários do que será o país sob o governo Collor, até porque, apesar de derrotado, o setor moderno e organizado saiu fortalecido como oposição. Neste sentido, cabe salientar que, ao contrário das forças que apoiaram a candidatura Collor, detentoras de um projeto articulado de mais longo prazo, a proposta da Frente Brasil Popular obteve nos últimos anos um amplo respaldo, devendo, portanto, constituir-se num ponto de referência obrigatório no cálculo político do novo governante. Isto significa, em poucas palavras, que Collor terá que governar para o Brasil avançado, embora apoiado pelas forças mais conservadoras do país. Daí decorre uma forte tensão entre a tradição de modernização conservadora, representada pelo futuro governo, e as exigências do novo momento político que se abre a partir dos resultados eleitorais. Pelo menos nos próximos cinco anos os limites de sustentação da própria ordem democrática serão dados pela capacidade de incorporação efetiva dos assalariados e dos setores marginalizados da sociedade, de forma



Beatriz



Se tudo der certo

“Collor imprimindo uma posição extremamente flexível em suas orientações, viesse a desenvolver efetiva capacidade de negociação, estabelecendo uma ponte com a esquerda e um diálogo com os trabalhadores, assim absorvendo um programa de natureza fortemente reformista”

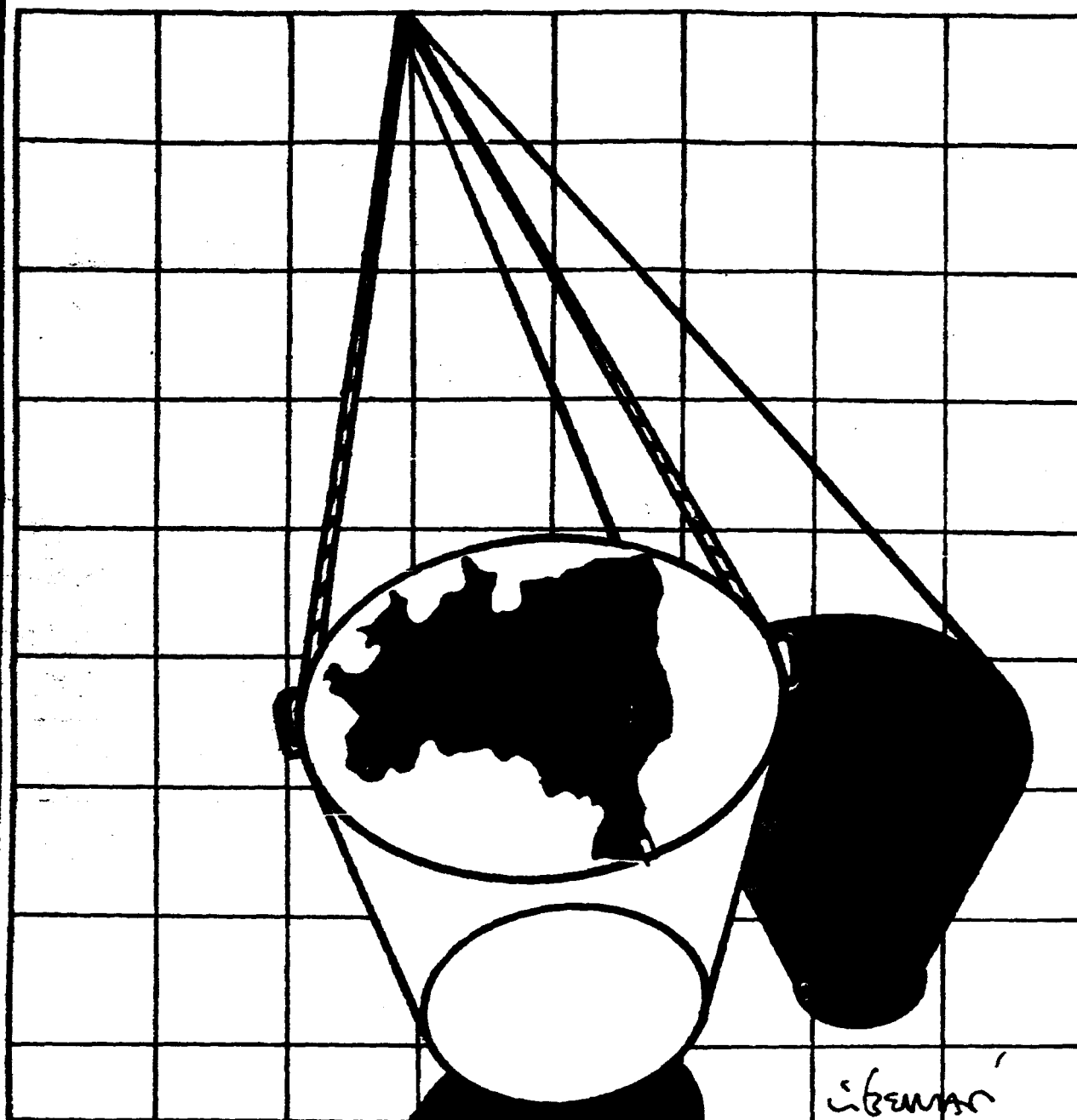
a se evitarem as crises cíclicas que têm marcado a história política do país, exatamente por ter ela sempre trilhado a via da modernização conservadora.

Um cenário pessimista, porém bastante plausível, seria dado pela ineficácia a curto prazo de medidas voltadas para a reversão da crise econômica. Dada a orientação neo-liberal explicitada pelo futuro governante no decorrer de sua campanha, bem como os apoios de fato estruturados em torno da sua candidatura, uma dificuldade que se coloca de saída diz respeito à baixa probabilidade de introdução de mudanças estruturais significativas. Ademais, é possível também antecipar a necessidade de se recorrer a medidas impopulares e mesmo recessivas. Neste caso, o agravamento do quadro inflacionário, a persistência dos impasses relacionados ao pagamento da dívida externa, com a consequente deterioração das condições de vida dos assalariados seriam responsáveis por um clima de insatisfação generalizado passível de colocar em risco a legitimidade

conferida ao novo governo pelas massas. Nos piores casos, reproduzir-se-ia uma situação semelhante à da Venezuela após a posse de Pérez Díaz que, pela sua virulência, poderia acarretar a instabilidade política e riscos para a própria ordem democrática. Durante a campanha eleitoral houve sinais alarmantes de possibilidade de protestos desordenados e incontroláveis, como as demonstrações ocorridas em Porto Alegre durante o encontro. Na melhor das hipóteses, poderia ocorrer algo semelhante à situação da Argentina após poucos meses de governo Menem, com a adoção de sucessivas medidas corretivas que, embora possam trazer alívios momentâneos, podem gerar um círculo vicioso de efeitos perversos para o conjunto da economia. Uma tática de ensaio e erro que levaria ao progressivo desgaste do governo, à alta rotatividade nos postos-chave e recomposição conjuntural da equipe dirigente.

Este quadro inicial não é otimista, mas realista.

Se tudo der errado



“O governo Collor ver-se-ia fadado a reproduzir as condições de crise do regime responsável pela instabilidade crônica do país. Dado o possível estancamento de uma via social democrata, o Brasil poderia ficar para sempre no mundo subdesenvolvido”

estreitamento de escolhas estratégicas que pudessem imprimir um curso de superação à crise. Na medida em que as opções econômicas têm uma forte componente político, tal estreitamento da margem de manobra do governo dificultaria a delicada tarefa de negociação com a forte oposição que, dentro e fora do Congresso, desde já impõe-se com a contundência da desaprovação, nas urnas, de uma parcela expressiva da sociedade. Um primeiro tipo de repercussão seriam os obstáculos advindos da dificuldade de composição de maioria parlamentar, o que não pode ser subestimado dado o aumento das prerrogativas do Congresso conferido pela nova constituição. Não se pode relevar o fato de que os partidos tradicionais, como o PMDB e o PFL, que detinham a hegemonia no Congresso, saíram esfacelados das eleições, sendo plausível um realinhamento em qualquer direção. A despeito do poder de atração que exerce sobre as nossas elites políticas a nau dos vencedores, o que se observa é que apenas os partidos mais à

esquerda mantiveram a sua integridade após o processo. O contraste entre um centro-direita invertebrado e uma esquerda mais nítida e estruturada poderia ser acentuado, num segundo momento, em vista da probabilidade das forças opositoras virem a ampliar a sua representação nas eleições do próximo ano, inclusive elegendo governadores em estados estratégicos. Além disso, um fator adicional de agravamento das condições de governabilidade poderia advir das dificuldades de diálogo com a CUT, que representa os setores mais organizados e combativos dos assalariados.

Em poucas palavras, o que se quer afirmar é que, pela dificuldade da adoção de políticas que impliquem numa efetiva incorporação da classe trabalhadora e dos setores marginalizados, o governo Collor ver-se-ia fadado a reproduzir as condições de crise do regime responsável pela instabilidade crônica do país. Dado o possível estancamento de uma via social-democrata, ou mesmo de um capitalismo social, o Brasil poderia ter

sua inscrição no mundo subdesenvolvido definitivamente consolidada ao término de mais 5 anos. Esta situação é tanto mais verossímil quando se tem em conta que a eliminação do Segundo Mundo pela via da aliança democrática redefine a Europa como um espaço fértil para onde se canalizariam as energias de expansão do capitalismo internacional.

Em contraste, um cenário otimista das coisas na atualidade de uma oposição estruturada que conseguisse empurrar o governo Collor numa direção alinhada com as propostas de mudança dos setores derrotados nas eleições. Ou seja, que Collor, imprimindo uma postura extremamente flexível às suas orientações, viesse a desenvolver efetiva capacidade de negociação, estabelecendo uma ponte com a esquerda e um diálogo com os trabalhadores, assim absorvendo um programa de reforma fortemente reformista. Isso poderia ser favorecido pelo desencadear de uma tendência, apontada nos estudos de dinâmica eleitoral, a que os recém-eleitos de cargos eletivos majoritários procurem estabelecer um sentido de ampliar sua base de apoio. Isso poderia levar o governo Collor a transcender os estreitos limites de suas bases de apoio iniciais, diversificando sua base de compromissos num sentido até mesmo contrário aos interesses de alguns segmentos que lhe constituem o suporte virtual. No caso de alguns setores com uma visão pragmática, essa superação não seria vista como necessariamente como prejudicial, na medida em que consistiria apenas em pesar interesses de curto prazo em interesses de mais longo prazo. Dada a natureza da atuação mais flexível e sobretudo mais pragmática das demandas de setores que extrapolam a concepção de interesses responsáveis por sua atuação, o novo presidente poderá, desta forma, assumir uma co-responsabilidade no tocante a políticas fundamentais, rompendo com um estilo de atuação do Legislativo característico de crises de paralisamento. A longo prazo, dado o fortalecimento do partido do PT e o PDT, abre-se a possibilidade de que a dinâmica eleitoral a propostas progressistas implique um maior enraizamento social e efetiva participação da classe de brasileira. No caso do PT, poder-se-ia esperar que as próximas eleições presidenciais com a atuação dos temores dos setores mais conservadores face a possibilidade do operariado exercer o poder, subvertendo o alargamento de suas bases sociais, superando assim um partido radicalista. No caso do PDT, poder-se-ia encaminhar numa direção mais moderna e menos dependente de um estilo de liderança populista, encaminhando a direção de um partido estritamente pragmático.

A projeção desses cenários baseia-se na firme crença de que a integração do Brasil no contexto do capitalismo avançado, desta forma superando a situação de periferia periférica que coloca o país sob as imposições do centro, passa necessariamente pelo fortalecimento das condições internas com a plena incorporação da classe trabalhadora. Neste sentido, é importante ficar que o êxito de qualquer política econômica não pode ser dissociado das condições políticas e sociais que cercam a sua implementação. O sucesso do governo Sarney, que em grande parte se deveu à vitória de Fernando Collor, deve ser visto como um equívoco da concepção tecnocrática que prevaleceu na concepção e implementação de políticas econômicas. As crises devem levar à formulação de uma estratégia viável a uma profunda reformulação da estrutura da sociedade que garantam a extensão das condições de crescimento econômico. Foi assim que, na Europa, a socialdemocracia se impôs como um pacto de contenção das crises do capitalismo. Ao governo Collor caberá a tarefa de galvanizar uma grande coalizão para que no Brasil se supere a síndrome do deslame e se abra espaço a este horizonte mais otimista. Caso contrário não fará mais do que reeditar os seus antecessores, com o dado agravante de que estará frustrando uma sociedade ávida de mudança e uma elite política pelo voto direto, o mandato para implementar a

Prefeitos do PMDB apóiam Collor

12/12/89
ZERO HORA 12/12/89
AUG. 10

□ Candidato do PRN faz sua sétima visita ao Rio Grande do Sul e ganha apoio de mais de 90 prefeitos do PMDB gaúcho

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, chega hoje ao Estado, em busca de votos que lhe permitam reverter o quadro que indica, segundo as últimas pesquisas, a aproximação de seu adversário da Frente Brasil Popular.

Collor está dando prioridade ao programa eleitoral na televisão, tanto que gravou até as cinco horas de ontem, retomando as gravações à tarde, em sua casa. À noite, o presidente do PRN foi para São Paulo gravar o "Programa Ferreira Neto", da TV Record, informou o coordenador da campanha de Collor no Rio Grande do Sul, senador Carlos Chaves (PFL-RS), que o acompanhou.

O candidato chega a Porto Alegre às 14h15min, quando vai inaugurar o comitê do grupo do PMDB que o apóia. Nessa ocasião, recebe o apoio de mais de uma centena de vereadores e 90 prefeitos pmdbistas, o que representa 75% das prefeituras que o partido detém no Estado. Logo após, segue para Alegrete, fazendo uma escala em Santa Maria apenas



Investidor: Collor tenta reverter o quadro no Estado

para trocar o avião por um helicóptero. Depois do comício relâmpago em Alegrete, às 16h30min, Collor estará em Bagé, às 18 horas, e em Jaguarão, às 19h30min. Sua última visita ao Estado, antes da eleição, encerra-se em Jaguarão, de onde ele vai para Brasília. Entre Jaguarão e Brasília, ele faz novamente a troca de helicóptero por um avião.

COMÍCIO — A redução do número de cidades que Collor vai visitar hoje deve-se à necessidade do candidato gravar, pela manhã, programas para o horário gratuito. Pelotas foi

retirada da agenda porque à tarde estará na cidade o candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola, e isso poderia provocar um acirramento de ânimos dos pedetistas contra os "colloristas", conforme a coordenação da campanha do PRN.

Inicialmente, a visita de Collor incluía sua presença em Santa Maria, mas este ato não mais será realizado, em função de falta de tempo na agenda do candidato. Collor deveria pernoitar em Brasília, mas também estava em estudo sua permanência em São Paulo, já que o programa de TV de que participaria acaba na ma-

drugada. **ALTERAÇÕES** — A mudança nos programas eleitorais que agora apontam na radicalização ideológica, mostrando Lula como comunista, está dividindo a equipe de Collor. Muitos parlamentares e assessores ligados ao candidato acreditam que essa nova alteração nos rumos da campanha confunde o eleitor e prejudica a estratégia de mostrar Collor como progressista e social-democrata.

O líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros (ALI), prefere não falar sobre os novos programas na TV, dizendo que as informações são dadas pelo assessor Cláudio Humberto (porta-voz de Collor).

Apesar disso, nova mudança de estratégia, faltando três dias para o fim do horário eleitoral, é considerada impossível: "Nunca foi isso, não que mudar", disse um dos principais assessores do candidato, solicitando, ainda, que a radicalização não interessa nem a Collor, nem a Lula, pois o País pode ficar ingovernável por qualquer um dos dois.

"A razão tem que prevalecer" — disse outro assessor, que não concorda com esquema de radicalização. A assessoria do candidato trabalhava para a preparação dos argumentos que ele utilizará no debate definitivo desta quinta-feira e na estratégia para mostrar que o programa de governo do PRN "é o mais indicado para o País neste momento". (Folha de São Paulo)

Senador crê na vantagem do candidato do PRN

O coordenador do movimento suprapartidário Fernando Collor de Mello no Estado, senador Carlos Alberto Chaves (PFL), confia na vitória do candidato do PRN, "apesar dos institutos de pesquisas indicarem aproximação numérica entre Collor e Lula no País". Ele calcula que Collor no final "conseguirá uma vantagem de 4 a 5 milhões de votos". Lembra que ele hoje vem ao Rio Grande pela sétima vez durante a

campanha presidencial, e espera aqui "62% dos votos gaúchos, com relativa melhora em Porto Alegre". Acredita nas suas propostas de campanha de "autoridade sem autoritarismo, de liberdade sem anarquia, numa luta pacífica na busca dos votos, sem chantagens políticas e ameaças".

Na ótica do senador gaúcho, "o povo terá de escolher entre a ordem, representada por Collor, e a desordem encabeçada por Lula; entre a

moderação e a violência, o arcaico e o moderno; o democrático e o radical". Entende que o candidato do PRN "irá tirar o Brasil da rota do sistema político decadente do Leste europeu que o mundo moderno rejeita".

MOBILIZAÇÃO — O senador retornou do interior bastante impressionado com a mobilização suprapartidária na campanha do candidato do PRN e atribui "aos congressistas prioritários que Collor assumiu em o Rio Grande, sendo o único que assumiu o compromisso de angariar o pólo petroquímico, a bacia carbôfêra, a garantia de preços mínimos atualizados ao plantio e comercialização de produtos agrícolas e a construção do gasoduto Brasil-Argentina".

13/12/83

Covas diz que não fará ^{F. Del. (PDP)} oposição ao governo de Lula

BRASÍLIA — O ex-candidato do PSDB a presidente, senador Mário Covas, afirmou que são "inverídicas" as informações de que o partido fará oposição ao governo da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B) caso Luís Inácio Lula da Silva seja eleito à Presidência: "Nós discordamos de vários pontos do programa da Frente. Vamos discuti-los e tentar chegar a um ponto que nos pareça viável. Caso isso não ocorra, faremos oposição a este ponto", afirmou Covas. A Executiva Nacional do PSDB se reúne na próxima quarta-feira, em Brasília, para discutir o seu papel diante do novo governo, de acordo com o que ficou decidido em reunião informal dos dirigentes tucanos, ontem. Mário Covas disse que embora Collor e Lula estejam muito próximos nas pesquisas de intenção de voto, a chance de Lula "é melhor".

A flexibilidade de Lula, que lutou muito até conseguir o apoio do PSDB e do PDT no segundo turno, animou setores tucanos, que apostam na participação dos aliados de hoje no futuro governo. Todos, no entanto, não receberam nenhuma promessa desta união. Mas arriscam uma previsão: Lula fracassará se não buscar manter seus aliados.

No PDT, o ex-governador Leonel Brizola passou a se dedicar integralmente à campanha de Lula a partir do momento em que percebeu que ele não quer governar sozinho. Na última quinta-feira, Brizola animou o deputado César Maia (PDT-RJ) a se dedicar mais à campanha petista. "César, se empenhe na vitória do Lula. Fala para esses setores em que você tem boa penetração. Explique que Lula só oferece expectativas positivas", disse o ex-governador. Queto, César Maia escutou a recomendação e intensificou seu trabalho pró-Lula.

Para o deputado e economista, o acordo entre os dois partidos precisará de nova iniciativa do PT. Até agora, a união de Brizola e Lula foi apenas eleitoral. Mas há uma expectativa positiva quanto à uma participação futura no governo da Frente Brasil Popular. "Para que Lula conte com o PDT no governo, ele terá de aceitar uma social-democracia trabalhista", explica César Maia.

Opção — Aceitar alterações em seu programa de governo também é pré-condição para os tucanos. "O Lula vai ter de fazer uma opção: ou fica estreito dentro do PT ou alarga seu projeto para viabilizar sua administração", define o líder do

PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), apostando na segunda opção. Durante as negociações que garantiram a presença de Mário Covas nos palanques de Lula, a Frente Brasil Popular admitiu alterar os 13 pontos de seu programa de governo.

Os tucanos sabem que Lula terá dificuldades em abrir seu governo para outros partidos. "É o próprio PT que ele vai contrariar em primeiro lugar", comenta o deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS), certo de que os setores mais radicais do PT vão tentar fechar caminho ao PDT e ao PSDB. Dentro do PDT, cresce a certeza de que Lula hoje é mais independente em relação à militância do PT. "As atitudes do Lula têm impressionado muito o Brizola. A eleição acelerou o processo de formação de um estadista", disse César Maia.

Este tipo de empolgação faz com que o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF) se negue a engrossar o time dos que apóiam Lula até o dia 17, partindo, em seguida, para a oposição. "Nós temos uma compromisso, um dever de apoio. Posso partir para a oposição, mas não no dia seguinte à eleição. Temos de dar uma chance ao Lula", comenta Sigmaringa.

SOMAR DO BRASIL 13/12/83 PAG. 5

13/12/89

O plano de reforma agrária da Frente

O detalhamento da proposta da reforma agrária da Frente Brasil Popular prevê a utilização de cerca de 43 milhões de hectares de terras agricultáveis para o assentamento de um milhão de agricultores sem-terra. A informação é do ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), José Gomes da Silva, que retificou algumas informações divulgadas pela imprensa, que apontavam para uma área muito maior.

Gomes da Silva disse que, com base nos limites de área adotados pela Frente Brasil Popular — 1.500 hectares para a Região Norte, 100 para a Região Sudeste e 500 para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul — foi possível levantar cerca de 155 milhões de hectares de terras aproveitáveis, disponíveis para reforma agrária pelo conceito de latifúndios por exploração. Destes, a Frente Brasil Popular pretende usar, aproximadamente, 30% para implantação de um projeto de reforma agrária, tomando como referência máxima de 43 hectares por família. Gomes da Silva disse que não capta uma reação negativa por parte dos proprietários desapropriados, porque tudo será feito dentro das normas estabelecidas pela Constituição.

OPERAÇÃO COMERCIAL — As de-

apropriações serão pagas com títulos de dívida agrária, para serem de emissão do fundo legislativo e resgatados pelo Fisco. Tudo isso passa de uma operação comercial normal, com a diferença de que o pagamento será feito em títulos de dívida agrária, explicou Gomes da Silva, mostrando que os proprietários poderão recorrer à Justiça, contestando a desapropriação. Mas ressalvou que o atual equilíbrio de forças que têm impedido a realização efetiva da reforma agrária está rompido no dia 17.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, segundo o ex-presidente do Incra, o clima geral será diferente e haverá vontade política de implementar a reforma agrária. Ele explicou que uma parte dos recursos necessários à implantação do plano de reforma agrária virá com um aumento fiscal sobre os proprietários rurais que costumam pagar o Imposto Territorial Rural. Gomes da Silva disse que é muito difícil o volume de imposto não pago pelos sem-terra, pois, com essas desapropriações, acabam sendo beneficiados com a permissão. "Com o governo da Frente Brasil Popular isso não será mais possível", garantiu.

2000 HORA 13/12/89 PAG. 14.

098

90

772

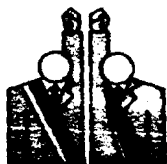
VEJA 13/12/89

BRASIL

F.POL (P.P.P.)

O Brasil de cada um

Num domingo histórico, 82 milhões de eleitores vão às urnas para escolher se querem o país de Collor ou o país de Lula



No próximo domingo, 17 de dezembro, 82 milhões de eleitores tomarão o caminho das urnas para escolher, na votação decisiva, quem será o sucessor do presidente José Sarney. Trata-se de um encontro esperado há 29 anos, ao final da mais democrática de todas as eleições já ocorridas no país desde a Proclamação da República, em 1889. Não é apenas por isso, no entanto, que o pleito de 17 de dezembro tem uma natureza bastante especial nem po-

lo fato de que, no interior da cabine eleitoral, cada brasileiro só poderá marcar X ao lado de um dos dois finalistas, Fernando Collor de Mello, do PRN, e Luís Inácio Lula da Silva, do PT — o que vai assegurar ao vencedor, pela primeira vez desde 1930, a certeza da maioria absoluta. Na verdade, a eleição presidencial está longe de ser uma escolha entre dois nomes e também é muito mais do que uma opção entre duas propostas de governo — com pequenas diferenças de prioridades aqui e ali, como sempre ocorre na maioria dos pleitos realizados em qualquer parte do mundo. No próximo domingo, além de escolher um nome para ocupar a Presidência da República e uma proposta de governo para ser aplicada na vida cotidiana do país pelos próximos cinco anos, cada cidadão estará fazendo uma opção por um

tipo de Brasil. Nas urnas, o que estará em jogo será o país de Collor e o país de Lula.

É óbvio que a ideia de que o Brasil vai mudar da noite para o dia depois de 15 de março de 1990, data marcada para a cerimônia de posse do vencedor, é uma utopia. Mas talvez nunca tenha havido tantas razões reais, como ocorre agora na escolha entre Collor e Lula, para se esperar caminhos tão diferentes para o país, conforme o nome do escolhido. O presidente eleito neste domingo vai desembarcar em Brasília com um pacote de quase 40 milhões de votos embaixo do braço e o conforto de quem se tornou o governante investido do maior respaldo popular da História do Brasil.

Seis meses depois que Collor e Lula foram lançados candidatos oficialmente nas convenções de seus partidos, a sucessão presidencial entra em seus últimos dias num ambiente com muita electricidade. Há nervosismo nas pesquisas eleitorais que indicam que Lula dominava a diferença gigantesca que o separava de Collor de Mello e apresenta um desempenho que permite antever

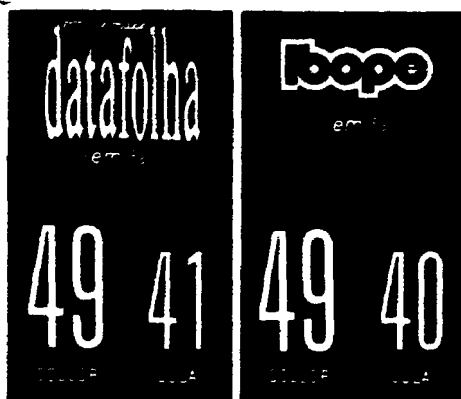


Cabinete do presidente da República, no Palácio do Planalto...

08.

8910372

VEJA, 13 DE DEZEMBRO, 1989



uma disputa bem mais apertada do que a que se desenhou ao encerrar-se a apuração do primeiro turno, quando o candidato do PRN cravou 28,5% dos votos contra 16% conseguidos pelo concorrente do PT. Também é grande a aflição no mundo dos negócios, onde as altas do dólar no mercado paralelo costumam ser associadas automaticamente às idas e vindas dos candidatos. Tem-se, ali, que a divulgação dos resultados da eleição possa ter o efeito de desorganizar de vez a economia e mergulhar o país na hiperinflação. Nos preparativos para a batalha final, cada um dos candidatos lubrifica suas máquinas partidárias para o combate corpo-a-corpo junto ao eleitorado — esse brasileiro comum que se pergunta o que pode acontecer no país caso dê Collor, caso dê Lula, com a certeza de que, no final de tudo, é ele quem, anonimamente, terá de pagar a conta.

Sensações e Dúvidas — A pergunta faz sentido. Não apenas porque o eleitorado passou 29 anos sem poder escolher o presidente do país. Ocorre, também, que mesmo

populações bastante calejadas em matéria eleitoral, como aquelas que optaram entre François Mitterrand e Jacques Chirac na França, em 1988, ou entre George Bush e Michael Dukakis nos Estados Unidos, também no ano passado, nunca tiveram a oportunidade de escolher entre candidatos tão diferentes entre si como Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. É certo que, do ponto de vista das grandes metas gerais de seus governos, os dois concorrentes são muito parecidos. Na economia, ambos pretendem quebrar a espiral inflacionária e instaurar uma nova fase de prosperidade num país em que o PIB permanece praticamente estagnado desde 1980. Na fatia da paisagem cotidiana do país em que mora a chamada questão social, os dois também perseguem um propósito parecido — que é aliviar os bolsões onde milhões de brasileiros sobrevivem num quadro de miséria africana. Em matéria de opções políticas, ambos têm uma preferência comum — são parlamentaristas por convicção, mas nenhum é favorável à implantação desse sistema de governo antes do plebiscito de 1993, conforme determina a Constituição.

Ocorre que a diferença dos métodos anunciados pelos dois candidatos para se chegar a esses objetivos é muito grande, para não falar da distância que os separa em termos de alianças e companhias confeccionadas ao longo da campanha. É indiscutível, assim, que

haverá dois países muito diferentes a partir de 17 de dezembro, conforme ganhe Collor ou Lula. Na hipótese Collor, por exemplo, o deputado Renan Calheiros, de Alagoas, se tornará uma figura de peso — e o deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte, tem boa cotação para ocupar o lugar de ministro da Justiça. Na hipótese Lula, o sindicalista Jair Meneguelli, presidente da CUT, entidade que vive em estado de guerra aberta contra o governo do presidente José Sarney, se tornará sócio do Planalto, e o governador Miguel Arraes, cassado em 1964, reeleito em 1986, será um homem forte em Brasília. É verdade que boa parte do país continuará funcionando do mesmo jeito de hoje. De um lado, o metrô deve chegar no horário, a audiência das novelas da Globo não deve cair e boa parte da população brasileira passará o ano de 1990 mais preocupada em acompanhar o desempenho da seleção brasileira na Copa do Mundo da Itália do que em julgar, criteriosamente, as medidas do novo presidente. De outro, é de esperar que as filas do INPS continuem do mesmo tamanho, que os meninos pobres não deixem de pedir dinheiro nos sinais de trânsito e que muitos brasileiros continuem



...a espera de dono de um pacote de quase 40 milhões de votos



tendo motivos variados para se queixar da vida. O fato, contudo, é que o voto de 17 de dezembro tem essa implicação muito clara: é um país inteiro que poderá mudar de fisionomia. Se vai ser para melhor, para pior ou para ficar tudo como está, o eleitorado terá cinco anos para chegar a uma conclusão.

Uma das diferenças notórias entre o país de Collor e o de Lula diz respeito a sua inauguração e às primeiras medidas que serão tomadas para dar conta de uma questão de vida ou morte da próxima administração — a inflação, que está na casa dos 50% mensais e pode atingir patamares ainda mais elevados até o 15 de março de 1990. Conforme o plano de Collor de Mello, por exemplo, em seu primeiro dia de governo seria anunciado um pacote de medidas destinadas a enfrentar a explosão de preços. Uma delas é um plano detalhado de privatização de empresas estatais — medida que teria poucos efeitos práticos a curto prazo, mas que poderia assegurar o benefício de apontar uma linha de ação para seu governo. Outra é uma reforma administrativa na qual seria decretada a extinção de um punhado de órgãos públicos e de uma dúzia de ministérios — medida que apontaria, para o eleitorado, a manutenção dos compromissos básicos de sua campanha. Por fim, caso chegue mesmo ao Planalto, Collor de Mello anunciaria uma reforma fiscal, destinada a aumentar, diretamente, a coluna das receitas de seu governo.

“A proposta básica é dar um choque de credibilidade”, afirma a professora Zélia Cardoso de Mello, principal assessora econômica do PRN. Na equipe econômica de Luís Inácio Lula da Silva, rascunha-se uma proposta numa direção oposta. Ali, tem-se como certo que, no ano que vem, será preciso realizar aquilo que os economistas chamam de reforma monetária e que, para o cidadão comum, quer dizer que será criada uma nova moeda — a terceira desde a invenção do cruzado, em 1986. A idéia básica é derrubar a inflação através de um mecanismo de nome complicado, o redutor de preços e de salários, mas que funciona de uma forma bastante simples — ao menos no papel.

Novos Elétricos— Conforme o projeto do PT, todos os meses o governo, os empresários e as entidades ligadas

COLLOR	LULA
O plano do PRN é jogar peso na privatização das empresas do Estado, mas até agora apenas uma estatal foi selecionada na lista de vendas elaborada pela assessoria de Collor — a Vale do Rio Doce, que restou desde 1988 a qualquer tentativa de devolução para a indústria privada.	O PT pretende melhorar o desempenho das empresas estatais — através da moralização de sua administração e da eliminação das favores ao setor privado. A idéia é boa, mas parece ser equivalente a querer proibir palmeiras nos estádios de futebol.

ao movimento sindical se sentariam em torno de uma mesa para negociar, simultaneamente, um reajuste de preços e de salários. Num mês em que a inflação fosse, por exemplo, de 50%, seria firmado um acordo para que, no mês seguinte, tanto os preços como os salários só subissem 45%. Na outra rodada, se faria o mesmo procedimento — dessa vez, para derrubar os reajustes de 45% para 40%, e assim por diante, até que a inflação caísse para níveis mais civilizados. “Não estamos apostando em soluções milagrosas”, afirma Aloizio Mercadante.

assessor de Lula para a área econômica. “Mas poderemos, com essa proposta, reduzir a inflação sem promover uma queda nos salários.”

As propostas de emergência dos dois candidatos têm nomes elétricos — a de Collor é choque de credibilidade, o PT batizou a sua como choque de produtividade. Depois de tomar conhecimento das duas idéias, o eleitor brasileiro, que suportou o Plano Cruzado, o Cruzado II, o Plano Bresser, o feijão-com-arroz e, por fim, o Plano Verão, tudo isso apenas no governo Sarney, tem todo o direito de ficar com uma sensação esquisita — idêntica à do cidadão que ouve um camelô anunciar a descoberta da pólvora. Há um problema de fundo no projeto de Collor de Mello que

reside naquilo que não se diz — e que vem a ser uma palavra maldita em temporada eleitoral, que genericamente pode ser chamada de sacrifício e que, particularmente, atende pelo nome de recessão, indispensável para sua proposição ficar de pé. A dificuldade, no elegante redutor do candidato Luís Inácio Lula da Silva, é que se trata de uma proposição cujo defeito é de natureza oposta. Como aquelas pessoas que falam demais e avançam pelos domínios da futurologia econômica, a proposta planeja fixar o comportamento dos preços e dos salários — mas não se sabe como se poderá avisar as máquinas de remarcação dos supermercados e os ordenados dos trabalhadores para ficarem sempre parados, voluntariamente, naquele lugar predeterminado por 30 dias.

“É certo que as propostas não foram explicitadas o suficiente para se fazer uma análise responsável em profundidade”, afirma o professor Eduardo Modiano, diretor do Departamento de Economia da PUC do Rio de Janeiro. “À primeira vista, porém, o programa de Collor é recessivo e o de Lula, inflacionário, a curto prazo.” É certo que se em 17 de dezembro a opção econômica colocada diante do eleitorado para resolver o drama mais urgente do país fosse o direito de escolher entre a recessão e a inflação, os 82 milhões de brasileiros que tomarão o caminho das urnas poderiam ficar com a sensação de que estariam andando para trás no calendário dos governos fracassados que já ocuparam o Planalto — como o inflacionário José Sarney de 1.500% ao ano e o recessivo João Figueiredo, que produziu uma queda de menos 4% no PIB em 1981 e outra de 3,5% em 1983. Tecnicamente, os problemas e as

Combate à Inflação

Quem vencer as eleições irá pagar um grande abacaxi: um país sob a ameaça da hiperinflação e com a economia desorganizada. Os candidatos já têm propostas de emergência:

COLLOR	LULA

soluções econômicas são de domínio público há bastante tempo — e não é todo dia que surge uma descoberta espetacular na área.

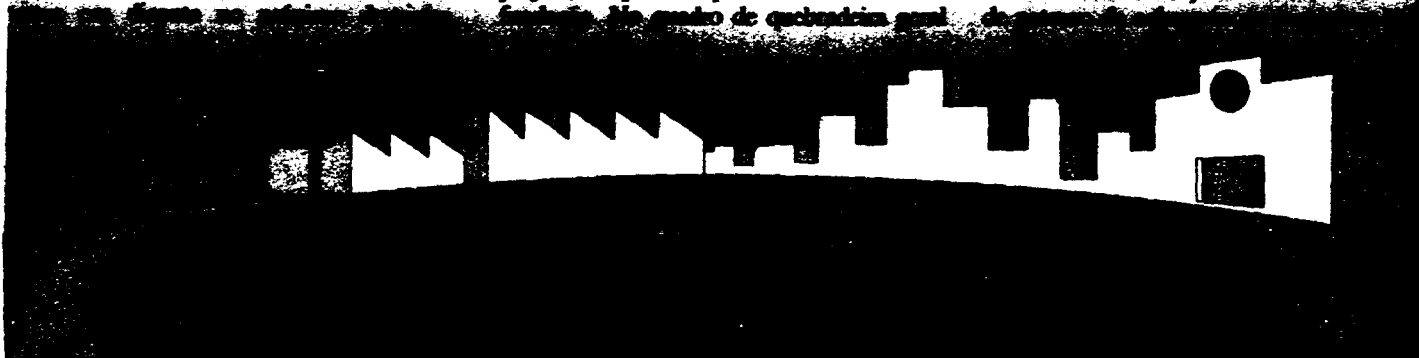
Autoridade da Umasa — Só o governo Sarney, por exemplo, conseguiu torrar quatro ministros da Fazenda e três do Planejamento em seu esforço para dar um jeito na inflação — sem sucesso. O próprio Figueiredo também contou, em sua área econômica, com o auxílio de boa parte das melhores cabeças econômicas do país — a inflação de seu último ano de governo foi de 225%, estatística que teve o peso de um fiasco, na época. Há uma novidade, porém, que pode tornar o futuro titular do Planalto um presidente bem diferente de seus antecessores. Essa novidade é, justamente, o pacote com milhões de

externa — abrindo espaço para uma negociação caso a caso. O candidato do PRN acredita, assim, que o país poderá captar novos recursos junto aos bancos estrangeiros — pois empresas endividadas, mas com boa saúde financeira, terão a chance de encontrar credores dispostos a lhes fazer novos empréstimos. Quanto àquelas empresas quebradas, e que não têm como sair do vermelho, terão de ficar como estão. "Nas circunstâncias atuais, é uma boa saída", afirma o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ). "É uma dessas idéias simples que podem funcionar."

Poucas propostas do receituário do PT são tão conhecidas como o calote nos credores internacionais — a legenda defende esse projeto, em público, praticamente desde sua fundação. No quadro de quebra de caixa

estimado em seis meses, o presidente Luís Inácio Lula da Silva poderia sentar-se com os credores — para anunciar o que pode pagar, o que não quer pagar e o que não pagaria de jeito nenhum.

"A dívida é um bolo que o país paga mas não pára de crescer", afirma o candidato. "As propostas de Collor são as mesmas dos governos anteriores e estão destinadas a fracassar", acrescenta. O candidato do PT tem razão — por vários anos o governo brasileiro tratou os credores com cortesia, conseguiu enviar gigantescas somas de dinheiro para os banqueiros internacionais e, mesmo assim, a bolada da dívida não diminuiu. Ocorre que o próprio governo Sarney já tentou o calote em duas ocasiões. Uma, foi na moratória de 1987, quando tentava dar uma



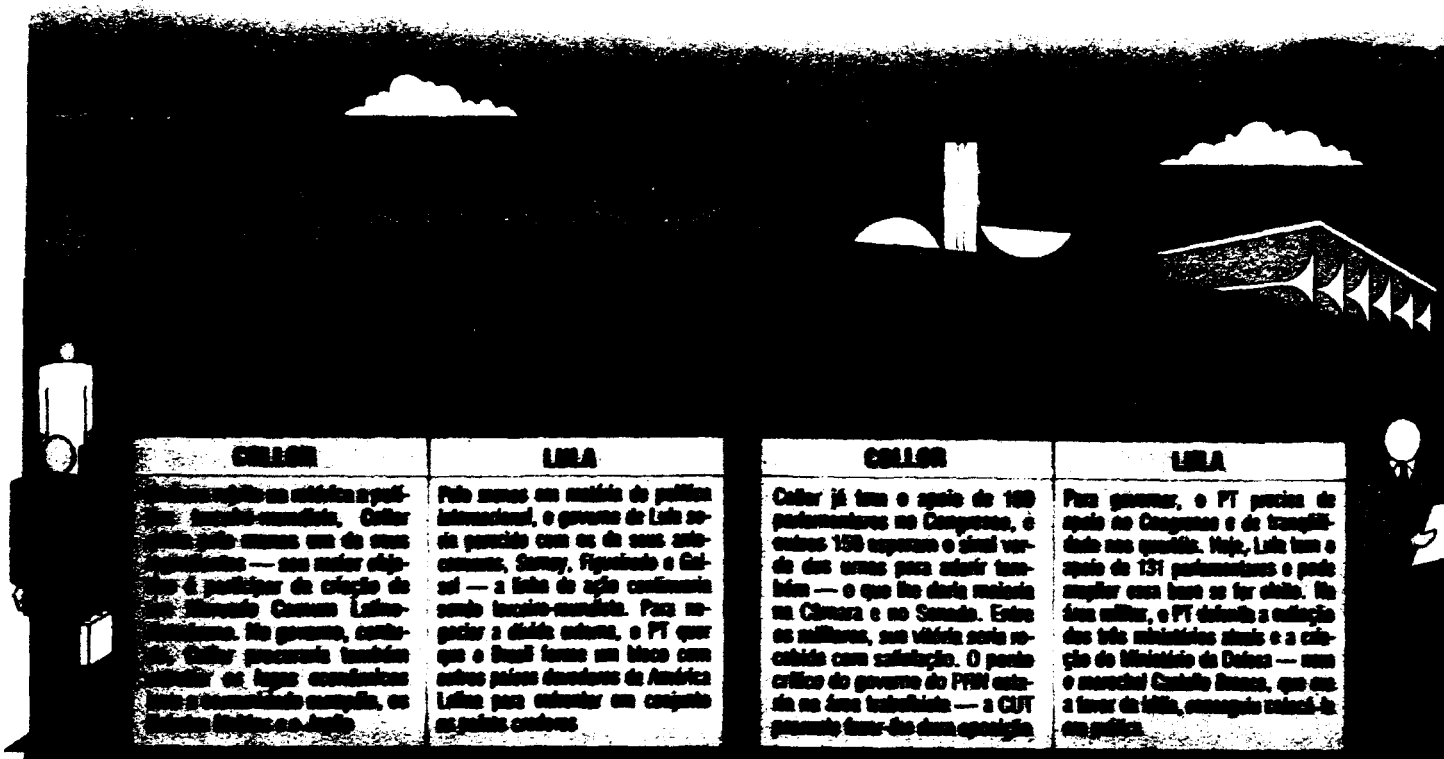
COLLOR	LULA	COLLOR	LULA
A idéia do PRN é combater a inflação do setor industrial, atacando com subsídios e incentivos. Além disso, o partido pretende abrir o mercado para a entrada de novas importações, com o objetivo de proporcionar a indústria nacional a elevar sua competitividade. Collor quer ainda uma revisão das atuais reservas de mercado.	O PT pretende manter reservas de mercado em áreas como a informática. Quer também abrir o mercado para os bancos internacionais. Os projetos dos bancos de comércio popular serão controlados, mas o governo pode liberar os projetos dos chamados super-bancos. No setor automobilístico, o PT quer abrir para o país indústrias japonesas e europeias.	O PRN quer alargar o perfil da dívida — ou seja, transferir o dinheiro do over, que recebe remuneração diária, para aplicação com resgate de longo prazo. Dessa forma não teria mais que reter diariamente a dívida pública. Trata-se de uma proposta que depende primeiro da queda da inflação.	O PT aposta na queda da inflação e, a partir daí, na queda da taxa de juros. A idéia é converter as empresas, que têm 20 bilhões de dólares em dívida, para reter uma parte dessa dívida. Tudo isso pago, com juros reais — mas em pontos acumulados, de seis meses a seis meses. O governo do PT não vai manter nos empréstimos de poupança.

Com uma investidora desse porte, não há, evidentemente, a menor garantia de que o sucessor de José Sarney não irá fracassar — as chances são bem maiores, no entanto, de conseguir levar até o fim aquele projeto que lhe parece o mais adequado para acertar. "As urnas podem dar ao presidente uma autoridade que não se encontra em nenhum outro lugar", afirma o próprio candidato Fernando Collor de Mello. "Estará encerrada a fase dos governantes desorientados, que só serviam para desorganizar a economia." Outra diferença notável entre os Brasileiros em jogo a 17 de dezembro consiste no problema da dívida externa. Collor de Mello planeja ir ao FMI, acha a proposta de calote uma bobagem sem maiores benefícios práticos — e pretende conversar com os credores em clima de paz. Seu plano, nesse campo, é o de retirar a garantia que o governo oficial oferece para o conjunto da dívida

nos países atrasados, o calote tem defensores até mesmo entre respeitadas vozes do meio empresarial do país, que até admitem, em conversas reservadas, não enxergar outro remédio para o problema, e também dos meios acadêmicos americanos, como o professor Jeffrey Sachs, da Universidade Harvard. Luís Inácio Lula da Silva não defende um calote completo — nem por tempo indeterminado. Caso chegue ao governo, pretende honrar, por exemplo, os pagamentos ao Banco Mundial, que oferece dinheiro subsidiado ao país. Também não quer cortar as remessas destinadas a financiar as exportações. Seu alvo declarado são os grandes bancos privados internacionais. O plano do candidato do PT é deixá-los à míngua assim que tomar posse — e consumir um bom período na promoção de uma auditoria nas contas internacionais do país. Mais tarde, num prazo

simples situação de quebra de caixa. Desde setembro de 1989 que o governo Sarney interrompeu, pela segunda vez, a remessa dos pagamentos. Os benefícios estão bem aí, à vista de todos.

BALCÕES DE NEGÓCIO — Um dos aspectos mais curiosos do país de Luís Inácio Lula da Silva é aquela fatia formada pelas empresas estatais, esse aparato gigantesco que devora o dinheiro do contribuinte, nada devolve à população que o sustenta — e alimenta um ninho de funcionários que desfrutam salários e um ritmo folgado de trabalho capazes de ofender a parcela mais humilde da população. Entre todos os concorrentes que disputaram a cadeira do presidente José Sarney, aí incluídos os dezenove candidatos que caíram fora em 15 de novembro, Lula foi o que apresentou o mais preciso diagnóstico a respeito da mazela dessas empresas. Classi-



ficou-as, com razão, como autênticos bal-
ões de negócios em benefício de determina-
das empresas privadas — que têm acesso a
seus benefícios e preços subsidiados. Seu
problema, nessa área, é com a receita.

Lula acredita, sinceramente, que o pro-
blema das estatais não reside em sua função
demonstrada nem em suas relações perversas
com o conjunto da economia. Caso se torne
presidente, o candidato do PT pretende for-
talecer essas empresas. Também aposta na
possibilidade de sanear suas finanças —
medida que só é viável com um salgado re-
ajuste de tarifas, proposta de grande impacto
inflacionário. Ele pensa, ainda, que irá con-
seguir modificar o clima de pouco serviço e
muito ócio que impera nesses lugares com
uma simples troca de diretorias. "É verdade
que muitas dessas empresas se transforma-
ram numa grande bagunça", afirma o próprio candidato.
"Mas isso ocorre porque há
problemas na cúpula. Em qual-
quer empresa do setor privado
onde os executivos não apare-
çam para trabalhar, o pessoal de
baixo também vai acabar en-
trando no mesmo clima",
acrescenta. A observação de
Lula comprova, novamente,
que o candidato do PT é um
agudo observador da vida coti-
diana nos locais de trabalho.
Nada acrescenta, no entanto,
quanto à essência do problema.
É óbvio que pode acontecer de
uma empresa privada se trans-
formar num grande piquenique
— a diferença é que, cedo ou
tarde, acabará falida e fechada.
Quando se trata das estatais, a

diferença encontra-se no último advérbio —
elas vão à falência mas não fecham. Nesse
campo, a utopia de Lula é semelhante à de
um pastor evangélico que promove uma as-
sembleia com os proprietários de bares e
restaurantes de uma cidade grande e fica
convencido de que poderá obrigá-los a só
vender um copo de cerveja para cada
cliente — e que todos os fregueses irão se
comportar com boa educação, deixarão de
contar piadas e conversar em voz alta e,
assim que tiverem encerrado sua dose diá-
ria, tomarão o rumo de casa para jantar
com suas famílias.

O eleitor que testar, até o próximo do-
mingo, ter uma idéia completa de como é o
país de Lula e o país de Collor pode desis-

tir. Compreensivelmente, os dois concor-
rentes passaram nove meses em campanha,
tiveram o horário político do primeiro turno
e o do segundo para anunciar o que têm a di-
zer a respeito de muitas coisas — mas não
foi possível tratar de tudo. Nenhum dos can-
didatos anunciou em suas aparições públi-
cas qual é o seu plano para dar um destino
final às usinas nucleares — pesadelo ener-
gético-militar que acompanhou vários go-
vernos. Nem Collor nem Lula disseram al-
go para aquele brasileiro que entrou no
Proálcool, comprou seu carro com esse tipo
de combustível e, na semana passada, esta-
va sem saber até quando poderá passear
com os tanques abastecidos.

Uma das grandes mitologias
construídas em torno da cam-
panha presidencial diz respeito às
relações do vitorioso em 17 de
dezembro com o Congresso.
Por vários meses circulou a len-
da de que o próximo presidente
da República seria uma espécie
de chefe de Estado em miniatu-
ra — pois a atual Constituição
garante ao Congresso poderes
bastante ampliados, que vão
desde o direito de definir o valor
do salário mínimo até o de regu-
lar gastos do Executivo no orça-
mento da União. Trata-se, con-
tudo, de uma idéia sem funda-
mento nos fatos. Em 15 de mar-
ço de 1990, quando um dos dois
concorrentes tomar posse, o
Congresso estará numa batalha
em causa própria — com vistas
à reeleição de todos os depu-
tados e de um terço dos senado-
res, no pleito marcado para 3 de

Dívida Externa

Um dos problemas do país onde as idéias de
Lula e Collor apresentam maiores diferenças é
no campo da dívida externa. Lula é o
pesadelo dos credores e tem a proposta mais
radical. Isto é o que pensam os candidatos a
respeito do assunto:

outubro. Haverá, em Brasília, uma situação bem específica — um presidente com seu mandato novo em folha e centenas de políticos ansiosos para marcar presença junto a um eleitorado que costuma mandar para a aposentadoria sete em cada dez parlamentares eleitos no pleito anterior. Quando Collor iniciou sua campanha, o PRN tinha um único deputado — agora já tem mais de vinte integrados em suas fileiras e outros oitenta que trabalham por sua candidatura abertamente. Estima-se, ainda, que Collor conte com o apoio, mais discreto, de outros 100 parlamentares. A Frente Brasil Popular, condomínio original do candidato Lula, é dona de 30 votos no Congresso — na semana passada, 131 integrantes da casa assinaram um manifesto de apoio ao concorrente do PT. É certo que, hoje em dia, nem Lula nem Collor tem à mão a maioria de 286 votos para reinar na casa. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), contudo, um atento analista do comportamento do Congresso, acredita que isso não vai ser problema — depois que se souber o veredicto das urnas. “Uma das leis de ferro do Congresso é a existência da bancada dos cooptáveis, que tem 150 votos”, afirma Konder Reis. “Eles seguem o vencedor.”

Transmutação Anima. — Uma boa distinção entre o Brasil de Collor e o de Lula pode ser observada em outros aspectos do cotidiano do país. Pode-se apostar, por

COLLOR	LULA
O programa do PRN é moderado e impecável no capítulo da reforma agrária. Não menciona o tamanho das terras que seriam divididas, nem estipula quantas famílias pretende assentar até o final do governo. Contudo, menciona que Collor pretende estimular cooperativas para ajudar o assentamento de pequenos agricultores.	A ideia do PT é regulamentar o artigo 185 da Constituição, definindo um conceito de terra produtiva que permita a partilha das grandes propriedades. Por grande propriedade, o PT entende 1.500 hectares na Região Norte, 1.000 hectares no Centro-Oeste e 500 hectares nas demais regiões. A proposta é dura — até a fazenda do vice, José Paulo Bisol, em Minas Gerais, pode, um dia, ser picotada.

exemplo, que a temperatura política nos quartéis ficará bem mais amena caso Fernando Collor de Mello seja o vitorioso em 17 de dezembro — até porque o candidato do PRN nunca esteve na lista de pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional do regime de 1964. Também se pode apostar, no entanto, que no menos teoricamente Lula dispõe de um trunfo precioso para conseguir realizar suas propostas na área econômica num quadro de maior tranquilidade. O nome desse trunfo é CUT, a central sindical que fustigou o governo Sarney desde o início de seu mandato, que organizou greves gerais e transformou as relações trabalhistas no serviço público num inferno. Não se pode afirmar

fazer a economia depois disto os mais polmente o co sua administ nadas a meli mildes e, sin va injeção na lor é aquele privadas com servolvimento muita fé na do. É, sem rica. É, tamb cada brasileiro ra, de fazer caminhos tão



mais antig democrática enta fia do gov desse prop (de direita), propagand país unido co, da se campeã d e do sloga o ou dea teoria mai a respeito suntu foi nada pek (de esque nando Cardoso, gou uma sa — a década único cor tre o mod O regim e a esque diretas já, visto pel Henrique com Mís eleições e da sucess mingo, e marem o crever x ral — p de Mello cio Lula tiesquere que a m no lado e por m caminhos mais be no Bras vai se quarda da. Mas

Salários

Os dois candidatos apresentam propostas diversas com a mesma finalidade — proteger os salários da inflação e melhorar a renda dos mais pobres:

COLLOR	LULA	COLLOR	LULA
O plano do PRN é triplicar o salário mínimo durante os cinco anos de governo — uma elevação menor que a prevista pela legislação em vigor, que garante um aumento de quase cinco vezes no mesmo período. Collor quer uma política salarial em que os vencimentos dos trabalhadores sejam corrigidos automaticamente para compensar a inflação.	A meta de Lula é engordar os salários reais e elevar em cinco vezes o valor do salário mínimo. Mas o PT não vai jogar os salários para o alto do dia para a noite — antes quer controlar a inflação através das câmaras salariais. O trunfo de Lula para chegar a esse objetivo é contar com o apoio da CUT para realizar o sonho de Sarney: o pacto social.	O PRN pretende gastar 9,8 bilhões de dólares para construir escolas como os Claps em todo o país. Também promete investir 35 bilhões de dólares em área de saúde, cinco vezes mais que o governo Sarney. Um projeto de emergência contra a fome está sendo em 5,4 bilhões de dólares. O programa do PRN está cheio de cifras — mas parece em dizer de onde elas vêm.	O plano é investir bilhões de dólares em áreas sociais. Além disso, o PT quer recursos para incentivar a produção de alimentos, a ideia é triplicar a produção por economia das áreas. O problema do governo terá cumprir essas

outubro. Haverá, em Brasília, uma situação bem específica — um presidente com seu mandato novo em folha e centenas de políticos ansiosos para marcar presença junto a um eleitorado que costuma mandar para a aposentadoria sete em cada dez parlamentares eleitos no pleito anterior. Quando Collor iniciou sua campanha, o PRN tinha um único deputado — agora já tem mais de vinte integrados em suas filiais e outros oitenta que trabalham por sua candidatura abertamente. Estima-se, ainda, que Collor conte com o apoio, mais discreto, de outros 100 parlamentares. A Frente Brasil Popular, condomínio original do candidato Lula, é dona de 30 votos no Congresso — na semana passada, 131 integrantes da casa assinaram um manifesto de apoio ao concorrente do PT. É certo que, hoje em dia, nem Lula nem Collor tem à mão a maioria de 286 votos para reinar na casa. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), contudo, um atento analista do comportamento do Congresso, acredita que isso não vai ser problema — depois que se souber o veredicto das urnas. “Uma das leis de ferro do Congresso é a existência da bancada dos cooptáveis, que tem 150 votos”, afirma Konder Reis. “Eles seguem o vencedor.”

Transmutação Anima — Uma boa distinção entre o Brasil de Collor e o de Lula pode ser observada em outros aspectos do cotidiano do país. Pode-se apostar, por

COLLOR	LULA
O programa do PRN é moderado e inspecion no capítulo da reforma agrária. Não menciona o tamanho das terras que seriam divididas, nem estipula quantas famílias pretende assentar até o final do governo. Contudo, menciona que Collor pretende estimular cooperativas para ajudar o assentamento de pequenos agricultores.	A ideia do PT é regulamentar o artigo 185 da Constituição, definindo um conceito de terra produtiva que permita a partilha das grandes propriedades. Por grande propriedade, o PT entende 1.500 hectares na Região Norte, 1.000 hectares no Centro-Oeste e 500 hectares nas demais regiões. A proposta é dura — até a fazenda do vice, José Paulo Bisol, em Minas Gerais, pode, em tese, ser picotada.

exemplo, que a temperatura política nos quartéis ficará bem mais amena caso Fernando Collor de Mello seja o vitorioso em 17 de dezembro — até porque o candidato do PRN nunca esteve na lista de pessoas enquadradas na Lei de Segurança Nacional do regime de 1964. Também se pode apostar, no entanto, que ao menos teoricamente Lula dispõe de um trunfo precioso para conseguir realizar suas propostas na área econômica num quadro de maior tranquilidade. O nome desse trunfo é CUT, a central sindical que fugiu o governo Sarney desde o início de seu mandato, que organizou greves gerais e transformou as relações trabalhistas no serviço público num inferno. Não se pode afirmar

que, num governo PT, a CUT vá se tornar uma entidade dócil de uma hora para outra. É possível prever, no entanto, que haverá uma boa vontade infinitamente maior. “Nós somos a chance de uma saída negociada para a crise”, afirma o economista Alofio Mercadante. “Nenhum outro governo poderia ter um diálogo tão frutífero com o movimento sindical como o nosso.”

Às vésperas da decisão, tudo aquilo que diz respeito aos candidatos interessa aos 82 milhões de eleitores que tomarão o caminho das urnas. Vale a pena conhecer as propostas de cada um — e também comparar suas convicções íntimas. Collor de Mello é um concorrente convencido de que será preciso primeiro

fazer a economia voltar aos trilhos para depois distribuir as fatias do bolo entre os mais pobres — Lula pensa exatamente o contrário e planeja inaugurar sua administração com propostas destinadas a melhorar a vida dos mais humildes e, simultaneamente, dar uma nova injeção na economia. O país de Collor é aquele que olha para as empresas privadas como o motor dinâmico do desenvolvimento — o Brasil de Lula tem muita fé na ação da máquina do Estado. É, sem dúvida, uma eleição muito rica. É, também, uma eleição na qual cada brasileiro terá a oportunidade, rara, de fazer sua escolha em torno de caminhos tão distintos.

Salários

Os dois candidatos apresentam propostas diversas com a mesma finalidade — proteger os salários da inflação e melhorar a renda dos mais pobres:

COLLOR	LULA	COLLOR	LULA
O plano do PRN é triplicar o salário mínimo durante os cinco anos de governo — uma elevação menor que a prevista pela legislação em vigor, que garante um aumento de quase cinco vezes no mesmo período. Collor quer uma política salarial em que os vencimentos dos trabalhadores sejam corrigidos automaticamente para compensar a inflação.	A meta de Lula é engordar os salários reais e elevar em cinco vezes o valor do salário mínimo. Mas o PT não vai jogar os salários para o alto do dia para a noite — antes quer controlar a inflação através das câmaras setoriais. O trunfo de Lula para chegar a esse objetivo é contar com o apoio da CUT para realizar o sonho de Sarney: o pacto social.	O PRN pretende gastar 9,6 bilhões de dólares para construir escolas como as Claps em todo o país. Também pretende investir 35 bilhões de dólares na área de saúde, cinco vezes mais que o governo Sarney. Um projeto de emergência contra a fome está sendo em 5,4 bilhões de dólares. O programa do PRN está feito em cifras — mas pouco em dizer de onde elas vêm.	O plano é investir pesado nas áreas sociais. Nos grandes estados, o PT promete articular recursos para o metrô e dar incentivos às empresas que produzam ônibus. No interior, a ideia é fomentar a eletrificação para fortalecer a economia das pequenas cidades. O problema é saber se o governo terá dinheiro para cumprir essas metas.

7/12/89

Grupo de 150 parlamentares apóia Collor no Congresso

□ Deputados e senadores
de vários partidos
estão sustentando a
candidatura do PRN.
E prometem apoiar o
eventual governo Collor

Cerca de 150 parlamentares federais, entre deputados e senadores, estão apoiando a candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN). A maioria é do líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros (AL), que reúne uma base de apenas 23 parlamentares, sendo 21 deputados e dois senadores. Portanto, a maioria dos parlamentares que apoia Collor não ingressou no PRN, mas se mantém em seus partidos originais.

A base de sustentação a Collor no

Congresso tem seus laços espalhados pelo PFL, PDS, PMDB e também PSDB e PDT, sustentando Renan, acrescentando que nem sempre os parlamentares respeitam a decisão das cúpulas de apoiarem um determinado candidato, tanto que há facciosos e pedetistas que apoiam o candidato do PRN. Em março, a candidatura Collor contava com apenas um deputado federal, Arnaldo Faria de Sá (SP).

Se Collor vencer a eleição de 17 de dezembro, terá a maioria do Congresso a seu lado, devido à proposta de emendamento nacional, segundo o líder do PRN. Para ele, a ideia de criar um governo de conflito nacional fará com que a base parlamentar do hoje candidato seja ampliada para outros partidos também. No Senado, o candidato deputado do PTB à Pre-

sidência, senador Affonso Camargo (PR), está incumbido de ampliar os apoios.

BONS NÚMEROS — Além do PRN, a candidatura Collor conta, a seu lado, com todo o PTB e todo o PDC, que, juntos, totalizam cerca de 40 parlamentares. Mas ele também está recebendo adesões por parte do grupo moderado do PMDB, que por razões ideológicas não tem como apoiar Lula. No PFL e no PDS, Collor tem a esmagadora maioria — os poucos que não estão com ele alegam razões regionais. No PSDB, Collor é minoritário, enquanto no PDT não se tem conhecimento de nenhum parlamentar colado, embora Renan assegure que eles existem. (Brasília/ZH)

P20 14.

Brizola propõe substituição de Bisol

□ Bem-humorado, Brizola lançou o presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, como candidato a vice. E disse que Bisol está agarrado ao cargo

O candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola, sacou, ontem, do bolso do colete, mais uma carta do seu jogo político com o PT: indicou o nome do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, para substituir José Paulo Bisol como candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Bem-humorado, falando à imprensa na saída da missa de João Goulart, Brizola garantiu: "Lula vencerá no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, com o apoio do PDT".

Também com muito bom humor, o acadêmico Barbosa Lima Sobrinho recebeu a notícia da indicação de seu nome por Leonel Brizola, atribuindo a uma amizade an-

tiga que os une. Considerando "não ter mais idade para uma disputa eleitoral" (está com 92 anos), Barbosa Lima Sobrinho não perdeu tempo, indicando o nome de Waldir Pires, que foi vice na chapa do PMDB. "Com Pires, as possibilidades de Lula, de quem sou eleitor, aumentarão muito", afirmou.

Com muita astúcia política, Brizola não se considerou "intransigente" em relação a Bisol, mas, apenas, "coerente", porque este "não representa as aspirações moralizantes das forças democráticas".

O ex-governador repetiu também seus ataques ao senador e voltou a sugerir sua renúncia:

— Bisol está agarrado a este lugar, quando deveria ter desprendimento para sair, ao perceber que é um obstáculo — disse Brizola.

Reconhecendo que sua posição atual poderá vir a beneficiar Collor de Mello, Brizola disse que "em política, nem tudo são flores", acrescentando que a proposta de renúncia de Bisol é problema da

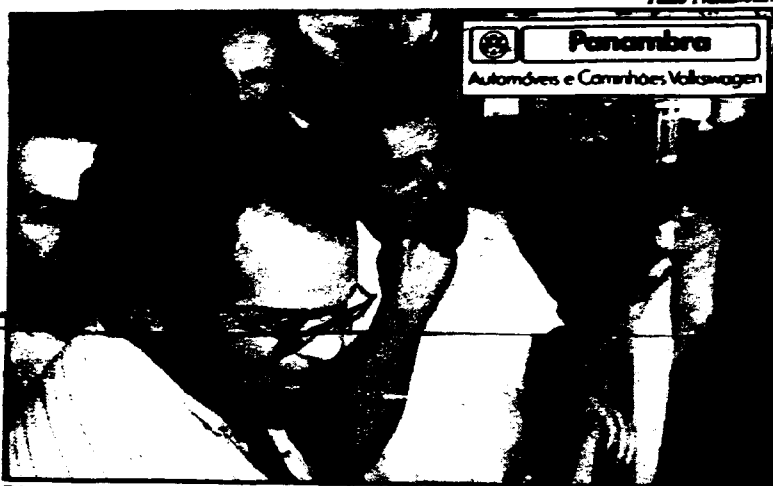


Brizola: propondo um novo vice

Frente. Lembrou ter vetado Sarney à época de Tancredo Neves. As divergências "não são pessoais",

resultando da negociação do Senador com o Banco do Brasil: "Por moral, o empréstimo de uma pessoa no seu cargo deveria ser com um banco particular". Brizola garantiu que a oposição a Bisol não irá prejudicar seu apoio à candidatura Lula. Esta será mais fortalecida ainda nos próximos dias.

— Brizola reuniu-se, ontem à tarde, para determinar a gravação de sua participação no programa gratuito de televisão do candidato da Frente para "derrotar o filhote da ditadura, o boneco da Globo e o candidato de proveta". "Minha aliança com Lula é feita guardando as nossas peculiaridades. Você, jovem, precisa aprender que a verdadeira união se dá na adversidade. Vamos trabalhar para a vitória do candidato que representa mudanças para o País". Segundo Brizola, sua aliança com Lula é "uma resposta aos que pensaram nos ter derrotado. Vão abrir um olho, desse tamanho, com a vitória esmagadora de Lula". (AB)



Bisol: descartando a renúncia

Senador diz que não renuncia

O senador José Paulo Bisol, candidato a vice na chapa da Frente Brasil Popular, descartou ontem a possibilidade de renunciar à disputa para atender a apelos nesse sentido que continuam sendo feitos pelo candidato derrotado do PDT, Leonel Brizola. Em entrevista no início da tarde à rádio Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, Bisol disse que "a forma pela qual o Brizola colocou a questão" impossibilita sua renúncia.

O senador gaúcho lembrou ter colocado, no final do primeiro turno, sua candidatura à disposição de "seu único dono", que seria a Frente Brasil Popular. Esta, por sua vez, teria considerado inegociável a permanência de Bisol. Na opinião do ainda candidato, a Frente "não terá coragem" de pedir seu afastamento a dez dias da eleição, o que prejudicaria a campanha de Lula e deixaria "uma contradição suspensa no ar".

— Ninguém vai pisar em cima de mim, mesmo que se chame Leonel Brizola. E ele pode esperar por uma resposta minha quando terminar a eleição — advertiu o senador, explicando que poderá processar Brizola após o próximo dia 17 por não poder "abrir mão de colocar isso às claras através de um juízo imparcial".

A denúncia de que Bisol teria se

utilizado de tráfico de influência para conseguir empréstimos no Banco do Brasil foi classificada pelo senador como uma "questiúncula que não deve se sobrepor à importância histórica da candidatura Lula".

RETICÊNCIAS — Bisol criticou o fato de "algumas pessoas estarem se engajando na campanha de Lula com reticências para garantir viabilidade eleitoral futura", insinuando que Brizola estaria agarrado a "interesses partidários". Ao mesmo tempo em que deixou claro que não pretende renunciar, ele considerou "muito pequeno" o sacrifício de ceder seu lugar nos palanques de Luís Inácio Lula da Silva ao ex-governador Leonel Brizola.

— Tudo isso está acima do meu destino pessoal porque, se o Lula chegar à Presidência, o povo brasileiro estará tomando as rédeas de seu destino pela primeira vez. Como colocar questiúnculas pessoais acima disso?

Bisol sugeriu, durante a entrevista, uma "pequena revisão" nos programas eleitorais da Frente Brasil Popular como única forma de reverter o quadro eleitoral, hoje favorável a Fernando Collor de Mello, segundo todos os institutos de pesquisa. (AG)

Assunto dominou discussões no Congresso Nacional

A substituição do senador José Paulo Bisol dominou ontem em Brasília, no Congresso Nacional, a reunião de lançamento do movimento de apoio à candidatura de Lula, embora nenhum orador tenha tocado no assunto durante os pronunciamentos. O líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), confirmou durante o encontro que o assunto voltaria a ser discutido com o líder do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio, durante reuniões marcadas para ontem à noite e para hoje.

Vivaldo reiterou que a questão está posta, mas foi reticente quanto a possíveis nomes que possam substituir Bisol, como o ex-vice-governador do Rio, Darcy Ribeiro, presiden-

te da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o ex-candidato a vice-presidente pelo PMDB, Waldir Pires, e o próprio Brizola. O líder petista acredita que, apesar da glória final ficar a cargo de Lula, o ideal seria que o novo vice fosse indicado pelos novos partidos que apóiam o petista, como o PTB, PSDB e parte do PMDB.

O líder do PSDB, deputado Milton Friederich (PR), por sua vez, disse que a hipótese de substituição de Bisol só teria cabimento se o vice fosse Brizola. Waldir Pires considerou a ideia como "capacitismo". (Brasília/ZH)

Versão do PT sobre incidente

A direção do PT no Estado distribuiu ontem nota oficial, de resolução aprovada por unanimidade dos membros da Executiva, em solidariedade ao seu presidente, deputado Raul Pont, após reunião para avaliar a repercussão do contato mantido entre o dirigente petista e o presidente do PDT no Estado, o ex-deputado Matheus Schmidt. O documento de cinco pontos, na íntegra diz:

"A Executiva Regional do PT-RS vem reafirmar: na manhã do dia 5 de dezembro, o senhor Matheus Schmidt fez contato telefônico com o presidente do PT, detalhando o roteiro das atividades da Frente Brasil Popular, que teria a participação do ex-governador Leonel Brizola. Nesse contato não houve manifestação de condicionamento à participação do candidato a vice, senador José Paulo Bisol, nos comícios em questão. Tampouco houve qualquer tipo de incoerência ou constrangimento".

Prossegue, dizendo que "as versões divulgadas a seguir não tiveram

qualquer base nos fatos".

"À tarde, o próprio presidente do PDT, questionado sobre a veracidade das informações divulgadas pela imprensa, negou aos jornalistas presentes no Hotel Plaza São Rafael qualquer versão da existência de incoerência ou constrangimento no contato com o presidente do PT. Com isso, desautorizou as versões, segundo ele, "deturpadas" veiculadas em alguns meios de comunicação. O documento prossegue: "Com estes fatos, a Executiva Regional do PT-RS, questiona a insistência na divulgação de versões já claramente desmentidas pelo próprio senhor Matheus Schmidt. As formas de encaminhamento da vontade expressa pelo PDT de apoiar o candidato Lula, da Frente Brasil Popular, no segundo turno, em nosso entendimento são de decisão exclusiva do próprio partido. De nossa parte, reafirmamos a importância histórica da unidade das forças progressistas e democráticas".

ZERO HORA 7/12/89.15

AG-E

89103724

7/12/89

F. PDL (PP. PP.) ZERO 1004 7/12/89

Parlamentares federais formalizam apoio a Lula

□ Manifesto assinado por 131 deputados e senadores explica as razões, dizendo que "não há neutralidade possível" neste momento

Um total de 131 parlamentares federais, entre deputados e senadores, formalizou ontem seu apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Eles integram o Movimento Parlamentar Lula Presidente, que foi oficializado na tarde de ontem, na Câmara, com a presença da quase totalidade desses parlamentares, além de grande parte da bancada do PT, PSB, e PC do B, que formam a Frente Brasil Popular, bem como o ex-candidato a vice-presidente na chapa do PMDB, Waldir Pires, e do prefeito

de Curitiba, Dante de Oliveira (PMDB), que foi o autor da cascata das diretas já rejeitada em 1984.

Durante a oficialização do Movimento, foi lançado um manifesto explicando os motivos de apoio a Lula. Seus signatários afirmaram que, "diante desse quadro não há neutralidade possível". No manifesto, os novos "lulistas" asseguraram que "a candidatura Lula é capaz de promover as mudanças, com pleno respeito à Constituição e ao pluralismo democrático". A candidatura Lula é vista como um marco na história, considerando a mudança do PT como o representante do povo desiludido, enquanto Collor representa os interesses dos ricos. Os integrantes do Movimento pretendem continuar apoiando a candidatura Lula.

O número de assinaturas ao mani-

festo, que corresponde aos membros do Movimento, foi considerado acima da expectativa. O líder do PT na Câmara, deputado Flávio de Arruda Sampaio (SP), acredita que o Movimento deve crescer, ultrapassando 150 parlamentares. Fazem parte do Movimento nomes como o ex-candidato a vice do PDT, deputado Fernando Lyra (PE), o líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), o ex-candidato à Presidência da República pelo PCB, Roberto Freire, além do pefelista José Thomaz Nonô (AL).

O PSDB foi representado pelo senador Dirceu Carneiro (SC) e Nelson Wedekin (SC) representando o PMDB. Os demais, representando seus partidos foram: Augusto Cavaliho (PCB - DF), Abílio Azeiteiro (PC do B - BA), Flávio de Arruda Sampaio (PT), Jamil Haddad (PSB) e Fernando Lyra (PDT). (Brasília/ZH)

PAG. 12

8/12/89

Pedetistas ^{8/12/89} colloridos são expulsos ^(p.p.p.) _{p.p.p. 14.}

A Executiva Regional, em decisão unânime, resolveu ontem à tarde em reunião extraordinária expulsar do partido o prefeito de Sarandi, Roberto Merten, e confirmar a decisão do Diretório Municipal de Canoas, que expulsou o prefeito Hugo Lagranha.

O prefeito de Sarandi foi também punido por indisciplina partidária e terá a sua filiação ao PDT cancelada, conforme pedido feito à direção municipal.

A decisão da Executiva regional foi tomada pelo presidente Mathews Schmidt, também recomendando a todos os órgãos partidários — prefeitos, vice-prefeitos, parlamentares e lideranças — "que se comprometam, decididamente, na campanha e na eleição do candidato das forças populares e progressistas, Luis Inácio Lula da Silva". Mathews Schmidt adverte que a medida está em consonância com a decisão do Congresso Estadual do partido, realizado na última semana em um Porto Alegre, com a presença do líder trabalhista Leonel Brizola.

8/12/89

Covas subirá ao palanque com Lula

ZERO HORA 8/12/89.

PAG. 12

F. POL. (PP. PP.)

□ Após muitas tentativas e adiamentos, saiu ontem o esperado encontro de Lula e Mário Covas, selando o apoio do PSDB ao candidato do PT

Depois de 15 dias de conversações por telefone e através de emissários foi selado ontem, num encontro do candidato Luís Inácio Lula da Silva com o senador Mário Covas, em São Paulo, o apoio do PSDB à campanha da Frente Brasil Popular. O ex-candidato dos tucanos sobe no palanque de Lula no próximo domingo, no comício em São Paulo. Com isso, chega ao fim o suspense que já intranquilizava a militância do PSDB. Ontem, Covas finalmente admitiu que a subida ao palanque de Lula é uma "consequência natural" do apoio.

Apesar da formalização do apoio, que inclui um pronunciamento de Covas no programa da Frente no horário gratuito, os tucanos reiteraram que não concordam com o programa de governo do PT. Essa posição significa que, se Lula for eleito e os principais pontos programáticos da Frente forem mantidos, o PSDB passa a ser oposição ao Governo. Na entrevista após o encontro, Covas considerou que subir ou não no palanque não é fundamental. Importante, explicou, é o apoio que o seu partido declara ao candidato, apesar das divergências.

Depois do encontro com Lula, do qual participaram os principais líderes do PSDB, Covas explicou não ser sua intenção se omitir diante do processo político neste momento de importância fundamental para o País.

"Subir no palanque é uma consequência natural da opção que fizemos. Não vejo por que esse fato esteja sendo tão relevante. O importante é a minha declaração de apoio e o resto é consequência", disse.

SAMBÓDROMO — O deputado federal Euclides Scalco, secretário geral do PSDB e um dos interlocutores das negociações com o PT, também confirmou a presença de Covas no palanque de Lula. Durante a reunião, o candidato petista convidou o ex-presidente Lula a participar hoje do comício no sambódromo do Rio. Covas não poderá comparecer porque estará numa festa de confraternização com a militância tucana na quadra da escola de samba do Peruche, na capital paulista. "Não vejo obstáculo para que Covas esteja no palanque domingo, reforçou Fernando Henrique Cardoso, que em 1985, quando concorreu à prefeitura de São Paulo pelo PMDB, protagonizou um confronto com o PT. O PMDB então queria que o candidato petista, Eduardo Suplicy, renunciasse em favor de Fernando para derrotar Minio Quadros. O PT não concordou.

O candidato da Frente chegou ao encontro com os tucanos no



Após: Lula e Covas agora juntos

Instituto Latino-americano, do qual o ex-governador Franco Montoro é presidente, com dez minutos de atraso. Pouco antes das 8 horas, Covas já esperava por Lula, juntamente com o presidente nacional do PSDB, Franco Montoro, o vice do partido no estado, Magalhães Teixeira, o deputado Euclides Scalco, o ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira e os deputados Egidio Ferreira Lima e Wanderlei Macris, líder do PSDB na Assembleia Legislativa.

BRINCADERAS — Lula, acompanhado pelo presidente nacional do PT, deputado Luís Gushiken, foi recebido por Covas e Montoro com sorrisos e apertos de mão. O encontro foi descontraído. Ao cumprimentar Covas, Lula bateu

em sua barriga e disse que o senador estava mais gordo. Covas também em tom de brincadeira comentou que o candidato já chegava o agredindo. Antes de começarem a conversar, os tucanos queriam saber de Lula sobre o incidente da véspera, em Osasco, onde um metalúrgico o agrediu estourando um ovo em sua cabeça. Lula contou que o agressor agiu como um "famíliar", pois poderia ter sido morto em consequência da ira dos seus simpatizantes.

A reunião durou exatamente uma hora. Mesmo em desvantagem numérica de representantes — além de Gushiken, participou o secretário-geral do PT, deputado José Dirceu — Lula conseguiu completar o arco de aliança em torno da sua candidatura. (AG)

9112184

Lula lança plano para o d Collor repete

CARAJAS, PA — O candidato da Frente Brasil Popular à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, atribuiu a uma graça divina a oportunidade que teve de debater com seu adversário Fernando Collor de Mello na televisão, no último domingo: "Graças a Deus houve o debate e o povo pôde fazer a diferenciação entre os dois candidatos. Dei uma surra no meu adversário", afirmou Lula, num comício em Parauapebas, pequena cidade que serve de dormitório aos que trabalham na gigantesca Carajás. Ele visitou o complexo mineral de Carajás, e no lançamento do plano da Frente Brasil Popular para o desenvolvimento da Amazônia, na Vila de Carajás, fez insinuações sarcásticas a Fernando Collor: "Meu adversário está perdido. Coitado. Teve até que mudar o programa no horário gratuito".

O lançamento do plano de Lula para a Amazônia ocorreu no prédio do Cine Parque de Carajás, que existe atualmente desativado, ambos de grande bilheteria: *Máquina Mortífera 2* e *Indiana Jones e a Última Cruzada*. Uma hora antes de lançar seu programa para a região, Lula visitou a mina e o setor de produção de ferro de Carajás. A primeira pergunta que fez ao superintendente de Carajás, Mozart Litwinski, foi relacionada com o meio ambiente: "Isso aqui polui muito?" Mozart respondeu que ali há um sistema de drenagem e que os dejetos resultantes do processo de lavagem do ferro caem numa lagoa própria.

Depois, Lula indagou qual era a nacionalidade dos equipamentos que operam em Carajás. Mozart explicou que 93% das máquinas são brasileiras. Por fim, o candidato quis saber qual o potencial da mina e ouviu uma resposta que o deixou surpreso: "18 bilhões de toneladas, o que significa 400 anos de mineração", disse o superintendente de Carajás.

Apelidado — Na visita à mina de Carajás, a acolhida dispensada por Lula tão contente que chegou a se improvisar como apresentador de televisão. Após conversar com o mecânico de máquinas pesadas Carlos Luis, chamou a equipe da TVT (TV dos Trabalhadores), que faz os seus programas, e apresentou o espetáculo: "Olha, o Lula vai dizer para vocês o que ele disse para os outros". O operário, meio inseguro, falou: "Nós vamos apoiar o Lula e não vamos fazer cobranças logo no início do governo não. Sabemos que o país está quebrado e que é preciso um bom tempo para arrumá-lo". Carlos Luis tem 28 anos, é mineiro de Rio Piracicaba e trabalha na Companhia Vale do Rio Doce há seis anos.

Se os operários alegraram o dia de Lula, os políticos também o fizeram. O candidato a vice na chapa do PSDB, senador Almir Gabriel (PA), foi ao aeroporto de Carajás esperar Lula, levando consigo o prefeito de Parauapebas, Faical Salem, que apoiou Mário Covas no primeiro turno. O próprio Lula teve que interferir para que Salem conseguisse dois minutos de tempo no comício de Parauapebas, pois com o atraso de mais de duas horas na programação, os organizadores da visita estavam a falta do prefeito na sua própria cidade.

Mostrando — Em sua passagem pela Amazônia, Lula procurou demonstrar que é um negociador e que não vai entregar projetos simplesmente porque foram feitos durante o regime militar ou no governo Sarney. Mostrou também sua opinião sobre a questão ambientalista. "Não sou dos que acham que temos de transformar isso aqui num santuário. O povo daqui merece o progresso. É possível fazer o desenvolvimento sem atacar o meio ambiente. E é isso que proponho", afirmou. Confessou que conhece pouco a Amazônia e pediu desculpas antecipadas caso falasse alguma bobagem. Prometeu que não vai fechar as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí. "Elas estão prontas", disse referindo-se às duas polêmicas hidrelétricas. Afirmando que no seu governo projetos como aqueles não serão repetidos porque poluem e não foram discutidos com a sociedade.

Aproveitando as presenças de vários caciques indígenas entre os que o aguardaram em Carajás, entre eles Paicaman, da tribo Gavão, e Marcos, dos Terenas, Lula afirmou que não tem como prometer a retirada dos 65 mil garimpeiros que invadiram as terras dos lanomâias, em Roraima. "Não é possível simplesmente pagar 65 mil pessoas pelos fundos das calças e retirá-los de um local. Temos de fazer uma discussão política para resolver um problema social", prometeu.



Lula disse que é possível desenvolver a Amazônia sem atacar sistema ecológico

Preocupação é preservar o ambiente

CARAJAS, PA — Caso Luís Inácio Lula da Silva chegue ao governo, as experiências com energia nuclear que a Aeronáutica desenvolve hoje na Serra do Cachimbo, no Sul do Pará, serão proibidas, assim como os projetos siderúrgicos à base de carvão vegetal. Os projetos Calha Norte (mantido pelas Forças Armadas na fronteira Norte) e Nossa Natureza (lançado no começo do

ano para a questão ecológica) serão suspensos.

No governo da Frente Brasil Popular, será baixada medida provisória modificando o regulamento dos incentivos fiscais para a Amazônia. Ao mesmo tempo, serão transferidos para a região, com depósito obrigatório no Bessa (Banco da Amazônia), 50% do total dos recursos do Imposto de Renda que a União tradi-

cionamente abre mão em favor dos fundos de investimentos da Amazônia e do Nordeste, da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e do Proterra. Todos os projetos agropecuários incentivados pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) com mais de dez anos e que comprometam a ecologia serão desapropriados e colocados à disposição do governo para reforma agrária.

Os sete pontos da proposta do PT

■ **Política ambiental e florestal** — Proibir projetos siderúrgicos à base de carvão vegetal e experiências nucleares na Amazônia; suspender o incentivo a projetos que envolvam desmatamento; revisar o Projeto Carajás; reformular o código florestal, entre outros.

■ **Questão agrária e política agrícola** — Sustar a expansão da fronteira agrícola; redistribuir terras já ocupadas, começando pelas áreas de conflito; propagar política de fomento agrícola que integre atividades florestais, lavoura, agropecuária e indústria; incentivar o cooperativismo e atividades agrárias em áreas próximas aos núcleos de garimpo.

■ **Política mineral e energética** — Suspender a construção da Hidrelétrica de Kararaó e proibir novas usinas que comprometam o ecossistema, como Tucuruí e Balbina; fazer um novo código de mineração, promover pesquisas para a produção de minérios básicos para a agricultura; educar os garimpeiros para

os perigos de sua ação predatória, principalmente por causa do mercúrio.

■ **Política industrial** — Utilizar os recursos naturais de forma não predatória e incentivar indústrias voltadas para a produção de alimentos. Proibir qualquer novo empreendimento que gere dívida externa e adotar medidas restritivas àqueles que comprometam o meio ambiente.

■ **Ciência e tecnologia** — Pesquisar e divulgar propostas científicas desenvolvidas na região.

■ **Desenvolvimento urbano** — Elaborar o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia; concluir a implantação da Belém-Brasília, da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica; cobrar um percentual do lucro de empresas que tenham grandes projetos para o desenvolvimento da comunidade.

■ **Educação e cultura** — Desativar gradativa das estruturas paralelas de educação e de suplência de ensino, com a construção de prédios menores em

áreas periféricas; incentivo às experiências alternativas de educação popular; capacitação de professores leigos em regiões ribeirinhas, zonas rurais centrais e nas periferias urbanas.

■ **Saúde e saneamento** — Implantação do sistema único de saúde, com participação popular; incentivo à pesquisa na área de saúde e à formação de recursos humanos capacitados; melhoria da rede hospitalar pública; mobilizar grandes recursos estatais para o combate à malária; prioridade total à luta contra a Hanseníase e a tuberculose; drenar zonas de igarapés e riachos.

■ **Índios** — Demarcar as terras indígenas protegendo, defendendo e garantindo a posse efetiva; discutir o instituto da tutela; participação dos índios na discussão de todos os projetos governamentais; revisão geral de todos os atos de pesquisa e lavra de minérios em territórios indígenas; revisão da sistemática de demarcação dos territórios indígenas; suspensão dos projetos hidrelétricos para a região do Xingú.

PAG. 4
VENA DO BRASIL 9/12/89

8910372-

9/12/84

Lula lança plano para o desenvolvimento da Amazônia

Carajás, PA — Jamil Bitter

CARAJÁS, PA — O candidato da Frente Brasil Popular à Presidência, Luís Inácio Lula da Silva, atribuiu a uma graça divina a oportunidade que teve de debater com seu adversário Fernando Collor de Mello na televisão, no último domingo: "Graças a Deus houve o debate e o povo pôde fazer a diferenciação entre os dois candidatos. Dei uma surra no meu adversário", afirmou Lula, num comício em Parauapebas, na riquíssima Carajás. Ele visitou o complexo mineral de Carajás, e no lançamento do plano da Frente Brasil Popular para o desenvolvimento da Amazônia, na Vila de Carajás, fez referências sarcásticas a Fernando Collor: "Meu adversário está perdido. Colado. Teve até que mudar o programa no horário gratuito".

O lançamento do plano de Lula para a Amazônia ocorreu no prédio do Cine Parque de Carajás, que exibe atualmente dois filmes, ambos de grande bilheteria: *Máquina Mortífera 2* e *Indiana Jones e a Última Cruzada*. Uma hora antes de lançar seu programa para a região, Lula visitou a mina e o setor de purificação de ferro de Carajás. A primeira pergunta que fez ao superintendente de Carajás, Mozart Litwinaki, foi relacionada com o meio ambiente: "Isso aqui polui muito?" Mozart respondeu que ali há um sistema de drenagem e que os dejetos resultantes do processo de lavagem do ferro caem numa lagoa própria.

Depois, Lula indagou qual era a nacionalidade dos equipamentos que operam em Carajás. Mozart explicou que 93% das máquinas são brasileiras. Por fim, o candidato quis saber qual o potencial da mina e ouviu uma resposta que o deixou satisfeito: "18 bilhões de toneladas, o que significa 400 anos de mineração", disse o superintendente de Carajás.

Acolhida — Na visita à mina de Carajás, a acolhida deixou Lula tão contente que chegou a se improvisar como apresentador de televisão. Após conversar com o mecânico de máquinas pesadas Carlos Luis, chamou a equipe da TVT (TV dos Trabalhadores), que faz os seus programas, e apresentou o operário: "Olha, o Luis vai dizer para vocês o que me disse espontaneamente". O operário, meio inseguro, falou: "Nós vamos apoiar o Lula e não vamos fazer cobranças logo no início do governo não. Sabemos que o país está quebrado e que é preciso um bom tempo para arrumá-lo". Carlos Luis tem 28 anos, é mineiro de Rio Piracicaba e trabalha na Companhia Vale do Rio Doce há seis anos.

Se os operários alegraram o dia de Lula, os políticos também o fizeram. O candidato a vice na chapa do PSDB, senador Almir Gabriel (PA), foi a aeroporto de Carajás esperar Lula, levando consigo o prefeito de Parauapebas, Faical Salem, que apoiou Mário Covas no primeiro turno. O próprio Lula teve que intervir para que Salem conseguisse dois minutos durante o comício de Parauapebas, pois com o atraso de mais de duas horas na programação, os organizadores da visita vetaram a fala do prefeito na sua própria cidade.

Negociador — Em sua passagem pela Amazônia, Lula procurou demonstrar que é um negociador e que não vai exigir projetos simplesmente porque foram feitos durante o regime militar ou no governo Sarney. Mostrou também sua opinião sobre a questão ambientalista. "Não sou dos que acham que temos de transformar isso aqui num santuário. O povo daqui merece o progresso. É possível fazer o desenvolvimento sem atacar o meio ambiente. E é isso que proponho", afirmou. Confessou que conhece pouco a Amazônia e pediu desculpas antecipadas caso falasse alguma bobagem. Prometeu que não vai fechar as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí. "Elas estão boas", disse referindo-se às duas polêmicas hidrelétricas. Adicionou que no seu governo projetos como aqueles não serão repetidos porque poluem e não foram discutidos com a sociedade.

Aproveitando as presenças de vários caciques indígenas entre os que o aguardaram em Carajás, entre eles Palatanga, tribos Cavão, e Marvão, dos Terenã, Lula afirmou que não tem como prometer a retirada dos 65 mil garimpeiros que invadiram as terras dos lacandônios, os Pókona. "Não é possível simplesmente pagar 65 mil pessoas para fundarem suas casas e retirar de um local, porque isso é uma decisão política para resolver um problema social, econômico,



Lula disse que é possível desenvolver a Amazônia sem atacar sistema ecológico

Preocupação é preservar o ambiente

CARAJÁS, PA — Caso Lula Inácio Lula da Silva chegue ao governo, as experiências com energia nuclear que a Aeronáutica desenvolve hoje na Ser-

na do Cachimbo, no Sul do Pará, serão proibidas, assim como os projetos siderúrgicos à base de carvão vegetal. Os projetos Calha Norte (mantido pelas Forças Armadas na fronteira Norte) e Nossa Natureza (lançado no começo do

ano para a questão ecológica) serão suspensos. No governo da Frente Brasil Popular, será baixada medida provisória modificando o regulamento dos incentivos fiscais para a Amazônia. Ao mesmo tempo, serão transferidos para a região, com depósito obrigatório no Basi (Banco da Amazônia), 50% do total dos recursos do Imposto de Renda que a União tradi-

Os sete pontos da proposta do PT

Política ambiental e florestal — Proibir projetos siderúrgicos à base de carvão vegetal e experiências nucleares na Amazônia; suspender o incentivo a projetos que envolvam desmatamento; revisar o Projeto Carajás; reformular o código florestal, entre outros.

Questão agrária e política agrícola — Sustar a expansão da fronteira agrícola; redistribuir terras já ocupadas, começando pelas áreas de conflito; propor política de fomento agrícola que integre atividades florestais, lavoura, agropecuária e indústria; incentivar o cooperativismo e atividades agrárias em áreas próximas aos núcleos de garimpo.

Política mineral e energética — Suspender a construção da Hidrelétrica de Kararás e proibir novas usinas que comprometam o ecossistema, como Tucuruí e Balbina; fazer um novo código de mineração; promover pesquisas para a exploração de minérios básicos para a indústria; encerrar o garimpo por

os perigos de sua ação predatória, principalmente por causa do mercúrio.

Política industrial — Utilizar os recursos naturais de forma não predatória e incentivar indústrias voltadas para a produção de alimentos. Proibir qualquer novo empreendimento que gere dívida externa e adotar medidas restritivas àquelas que comprometam o meio ambiente.

Ciência e tecnologia — Pesquisar e divulgar propostas científicas desenvolvidas na região.

Desenvolvimento urbano — Elaborar o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia; concluir a implantação da Belém-Brasília, da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica, cobrar um percentual do lucro de empresas que tenham grandes projetos para o desenvolvimento da comunidade.

Educação e cultura — Desenvolver gradativa das estruturas parciais de educação e de saúde de longo prazo, com a construção de prédios menores em

áreas periféricas; incentivo às experiências alternativas de educação popular; capacitação de professores leigos em regiões ribeirinhas, zonas rurais centrais e nas periferias urbanas.

Saúde e saneamento — Implantação do sistema único de saúde, com participação popular; incentivo à pesquisa na área de saúde e à formação de recursos humanos capacitados; melhoria da rede hospitalar pública; mobilizar grandes recursos estatais para o combate à malária; prioridade total à luta contra a hanseníase e a tuberculose; drenar zonas de igarapés e riachos.

Índios — Demarcar as terras indígenas protegendo, defendendo e garantindo a posse efetiva; discutir o instituto da tutela; participação dos índios na discussão de todos os projetos governamentais; revisão geral de todos os atos de pesquisa e lavra de minérios em territórios indígenas; revisão da sistemática de demarcação dos territórios indígenas; suspensão dos projetos hidroelétricos para a construção de grandes barragens em

9/12/89

Acordo PT-PRN ^{F. de S. P. M. J.} vai limitar gastos de Sarney

BRASILIA O PRN e o PT e o presidente da Comissão de Orçamento do Congresso, deputado Eraldo Tinoco (PP-PA), assinaram ontem um acordo que deve limitar a votação do orçamento de 1990 até o dia 15 deste mês, para permitir que o Congresso se reúna antes do término do mandato de Sarney.

Pelo acordo, portanto, o presidente Sarney não poderá dispor desses recursos no início do ano, segundo o próprio presidente da República eleito. Foi acordado ao acordo uma sugestão do relator da Comissão de Orçamento de que as obras só tenham continuidade ou se iniciem se ficar comprovado que

há disponibilidade de caixa do Tesouro.

O deputado Renan Calheiros, líder do PRN, que defendia de início o cancelamento desses programas, ficou satisfeito com o acordo. "Acho que evoluímos para uma boa solução. Agora a votação do orçamento será manida dentro do prazo." O acordo será comunicado oficialmente em reunião na terça-feira com o colégio de líderes do Congresso.

Eraldo Tinoco lembrou que o próximo presidente poderá rever o orçamento e enviar nova proposta ao Congresso até 31 de julho. O deputado acredita que essa medida é quase inevitável. Os assessor de PT que participaram da reunião com o PRN ficaram satisfeitos com o acordo, mas ainda querem lutar para que não cesse no orçamento os programas espe-

ciais e os novos projetos para obras ainda não iniciadas.

Apoy acha que o adiamento é uma medida razoável, mas insiste em defender a proposta original do PT, que já admitia que será rejeitada pela Comissão de Orçamento. "Precisamos ter uma tentativa de defender a proposta em plenário."

O programa especial adiado para março contém emendas de parlamentares para dar continuidade a projetos e obras regionais já iniciadas. Os recursos para esses projetos são da ordem de NC\$ 1 bilhão, o que representa a redução de um redutor na forma de indexação do orçamento. Tinoco disse que ainda não há cálculos para saber o número de obras e o montante de recursos que seriam aplicados para o segundo item, de novos projetos. "Se poderemos saber mais sobre os novos projetos junto aos ministérios", conclui.

JORNAL DO BRASIL 9/12/89

Partido denuncia manobra

BRASILIA O PT está convencido que a emissão de NC\$ 27 bilhões em títulos de dívida para pagamento da pessoal foi parte de uma manobra do governo Sarney. A informação obtida pelos economistas do partido é que a verba para o salário dos funcionários públicos foi desviada para outras prioridades já encaminhadas ao Congresso. Por isso, os parlamentares do PT devem propor a votação dos projetos ainda não aprovados pelo Congresso para rejeitar a emissão de títulos no final do governo a ser dada pelo próximo presidente.

A manobra foi relatada pelos membros da Comissão de Orçamento Nacional, que buscam informações nos ministérios de Fazenda e Planejamento. Segundo Guido Maniega, um dos inte-

grantes dessa assessoria, o governo utilizou recursos de emissão de títulos para projetos de objetivo discutível, como o do Ministério da Transportes, que prevê o início de novas obras no final do governo. Agora, a mesma verba estaria sendo utilizada para o pagamento de pessoal e, por isso, o Executivo já encaminhara um projeto de lei em que pede autorização para emitir títulos para garantir recursos para a folha salarial de dezembro.

Se a emissão adicional de NC\$ 27 bilhões não for aprovada, o governo não terá recursos para pagar pessoal, segundo a assessoria do PT. Maniega afirmou que, além de enviado para o Congresso, o projeto foi encaminhado ao governador de Pernambuco para que ele busque informações nos ministérios de Fazenda e Planejamento. Segundo Maniega, NC\$ 30 bilhões para sala-

ria da própria dívida, NC\$ 17 bilhões para pagamento da dívida pública de empresas públicas, NC\$ 3 bilhões para Previdência Social, NC\$ 500 milhões para o programa de saúde e outros NC\$ 2,5 bilhões para diversas iniciativas. Existem ainda projetos de suplementação orçamentária para 1989 no valor de NC\$ 17 bilhões, com recursos excedentes de arrecadação para outros setores.

Maniega disse que a emissão de títulos para pagar pessoal é uma medida que não tem fundamento. "Não há o mínimo indicativo de que o projeto do PT e que a emissão adicional de títulos vai aumentar a dívida pública, que está sendo paga pelo governo. É uma medida que não tem fundamento, denuncia o economista."

Collor mantém seis pontos percentuais à frente de Lula

Dados da pesquisa mostram disputa muito forte dos candidatos nesta última semana para conquistarem os votos dos eleitores

Entre os dias 1º e 8 de dezembro, reduziu-se de 12 para seis pontos percentuais a diferença entre Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (Frente Brasil Popular) nas intenções de voto do eleitorado brasileiro. O candidato do PRN permanece na liderança, com 48,2%, mas perdeu 2,1% entre 22 de novembro e 8 de dezembro, e passa a ser ameaçado mais de perto pelo candidato da Frente, que cresceu mais de quatro pontos e agora tem 42,0% pontos de preferência.

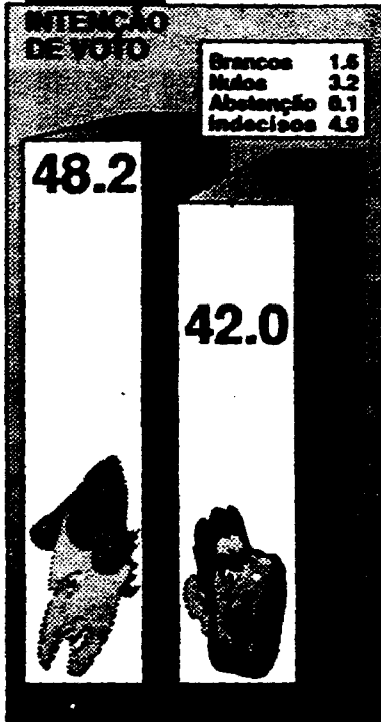
A queda de Collor ocorreu numa taxa de -0,4% entre 24 de novembro e 1º de dezembro e de -3,8% entre 1º e 8 de dezembro. Já Lula ganhou 5,4% do eleitorado neste período, sendo 1,6% na primeira semana e 3,8% na segunda semana. Sua taxa de crescimento entre a primeira semana

(+4,4%) e a segunda semana (+9,9%) se acelerou consideravelmente.

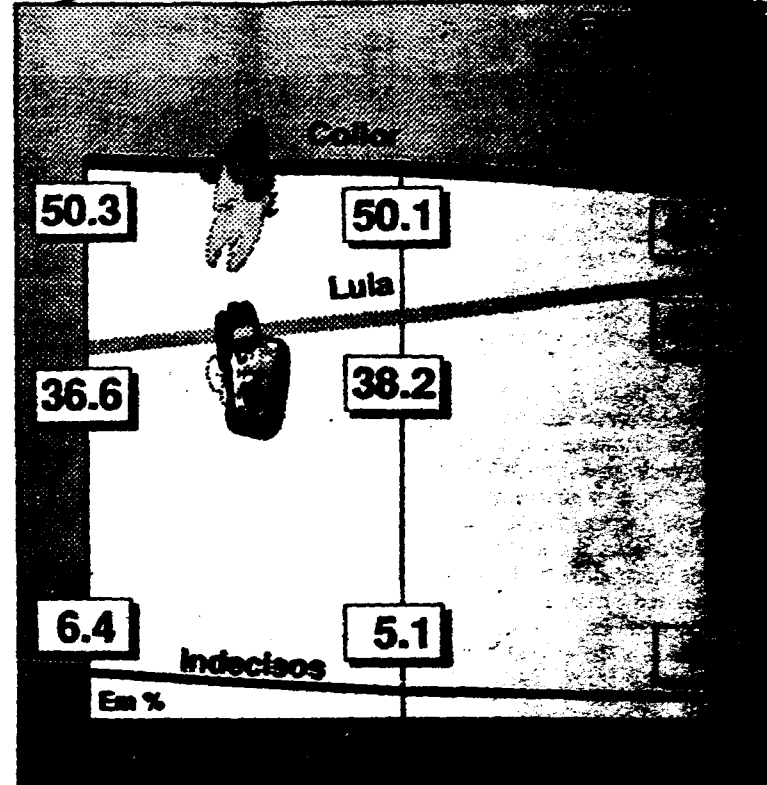
Estes os dados da pesquisa estimulada do Instituto Gallup realizada entre os dias 5 e 8 de dezembro, quando foram ouvidos 4.341 eleitores em 231 cidades brasileiras. Este item do levantamento, quando foi feita a pergunta "Em quais destes dois você votaria se a eleição fosse hoje?", mostra ainda que 1,6% dos eleitores pretendem votar em branco, 3,2% pensam em anular o voto, 0,1% admitem nem sequer votar, e 4,9% se declararam indecisos.

Na pesquisa espontânea, sem cartão identificando os nomes dos candidatos, Collor lidera com 42,8% (tinha 44,6% na anterior) e Lula cresce para 37,3% (na pesquisa anterior atingia 33,6%), ou seja, são mantidas praticamente as mesmas tendências da pesquisa estimulada.

VOTOS VÁLIDOS — O Instituto Gallup revela que, sendo considerados como válidos apenas os votos que vierem a ser dados aos dois candidatos que disputam o segundo turno, Collor



e Lula convergem para 50%. O candidato do PRN vence seu adversário numa proporção de 58% x 48% no início da campanha do segundo turno, mas já no período entre 28 de novembro e



1º de dezembro a relação de votos válidos passou a ser de 57% para Collor e 43% para Lula. Em votos válidos, a diferença entre ambos se reduziu de 15,6%

para 6,8%, com uma queda da taxa de crescimento entre a primeira e a segunda semana. A campanha no segundo turno

Pesquisa mostra o comportamento do voto por classes

Outra constatação proporcionada pela pesquisa do Gallup é que houve mudanças na intenção de voto das classes A, C e D (apenas a classe B permaneceu com a mesma tendência). No conjunto do eleitorado brasileiro, Lula tinha 8,1% de seus votos nas classes A e B e agora tem 9,5%. Tinha 28,5% de seus votos nas classes C, D e E e agora tem 32,5%. Collor alterou um pouco sua situação, mas mantendo a liderança, já que tinha 10,5% e ficou com 9,7% nas classes A e B e nas classes C, D e

E a mudança foi de 39,8% para 38,5%.

Se forem considerados apenas os votos válidos das classes A, B e C, Collor tem 51% dos votos e Lula 49%. Nas classes D e E Collor mantém uma vantagem de 56% contra 44% de Lula.

Outra constatação é que o candidato da Frente Brasil Popular cresceu no eleitorado de menor nível de escolaridade. No início da campanha eleitoral do segundo turno, Collor tinha 67% dos votos válidos nos eleitores de instrução primária e Lula tinha ape-

nas 33%. Esta relação caiu para 61% x 39% no dia 8 de dezembro. Collor e Lula já estão empatados no segmento de escolaridade secundária e cresce a vantagem pró-Lula entre os eleitores de instrução superior.

EVOLUÇÃO — A pesquisa do Gallup segundo as classes sociais mostra que na A Lula agora lidera, pois tem 45% (tinha 33,9%) das intenções de voto contra 43,4% (tinha 48,3%) de Collor. Do total de eleitores entrevistados, 11% disseram não votar em nenhum dos dois candi-

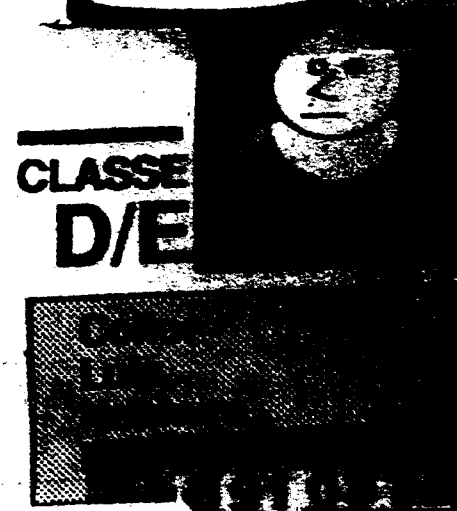
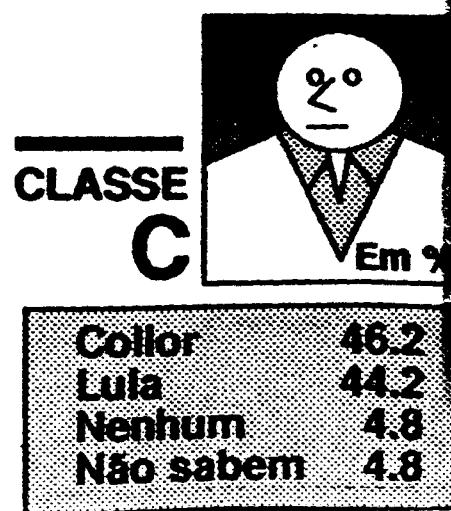
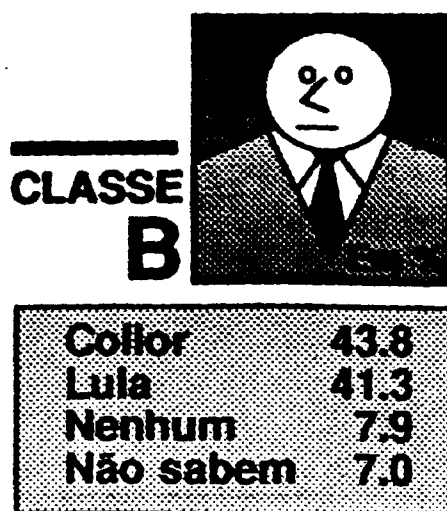
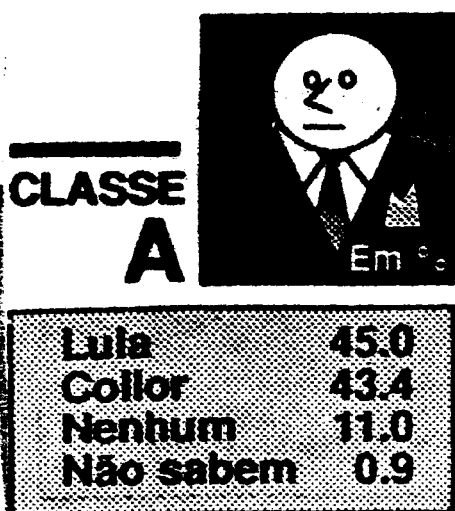
datos e 0,9% se declararam indecisos.

Na classe C, Collor caiu mais dois pontos percentuais e agora tem 46,2% (48,3% na anterior), enquanto Lula cresce para 44,2% (tinha 39,1%). O total de indecisos nesta classe é de 4,8%, mesmo índice de eleitores que não vão votar nem em Collor, nem em Lula.

Os números das classes D e E mostram Collor perdendo quase dois pontos, mas mantendo-se na liderança com 51,3% (tinha 53,9%). Lula cresceu dois pontos e agora atinge 40,4% (tinha

37,0%). Nenhum dos dois ganhou mais de 2,5% de votos em nenhuma das classes, exceto 5,1% de indecisos.

A classe E, que teve os maiores aumentos de votos para Collor e Lula, também teve o maior crescimento para Lula, que passou de 41,3% para 44,2%, e Collor, que passou de 48,3% para 46,2%. Nenhum dos dois teve uma queda de mais de 2,5% em nenhuma das classes, exceto 4,3% o número de indecisos.



Los desempenhos de los dos candidatos por regiones

□ Maior diferença é na Região Centro-Oeste, onde Collor lidera com boa vantagem. Lula vence na Região Sudeste e cresce na Região Sul

Collor continua liderando na maioria das regiões do País, vencendo nas regiões Sul, Nordeste e Centro-Oeste e praticamente empatando com Lula na Região Sudeste. Na Região Sul, por exemplo, com um crescimento de mais de três pontos, Collor de Mello lidera com 44,4% (tinha 41,1%), enquanto Lula tem 41,6% (tinha 40,9%). Os índices chegaram a 6,7% e 7,3% dos entrevistados disseram que não votam nem em Collor, nem em Lula.

O Nordeste continua dando muito boa vantagem ao candidato do PRN, que, mesmo perdendo dois pontos, é líder com folga, pois alcança 50,8% (tinha 52,9%) contra 40,9% (tinha 37,4%) de seu adversário. Nenhum dos dois conseguiu sensibilizar 6,3% dos eleitores, dos quais outros 6,9 se confessam indecisos.

A maior vantagem de Collor sobre Lula ocorre na Região

Centro-Oeste. Ele perdeu quase oito pontos mas tem 61,3% (tinha 69,9%) das intenções de voto, contra 29,7% de Lula, que cresceu mais de cinco pontos (tinha 24,5%). Um total de 4,5% não vota em nenhum dos dois candidatos e igual número de eleitores se declararam ainda indecisos.

CRESCIMENTO — De qualquer forma, o Gallup alerta para o crescimento da candidatura da Frente Brasil Popular em todas as regiões do País. Lula está empatado com Collor nos estados da Região Sudeste, tendo apresentado um crescimento de 38,2% para 45,8%, o que representa um acréscimo de 20% sobre o eleitorado de que dispunha no início da campanha do segundo turno.

Lula cresceu no Sul (20% em 15 dias) e no Centro-Oeste (+30% em 15 dias). Apenas no Nordeste não houve crescimento da Frente e Collor se mantém com cerca de 50% dos votos.

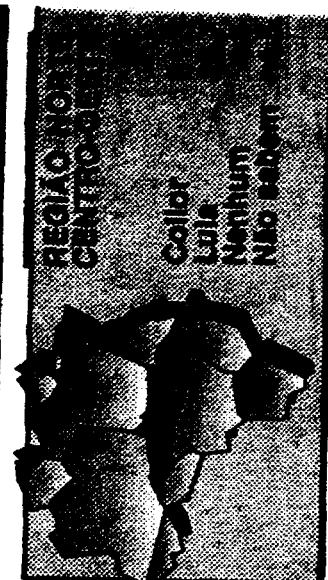
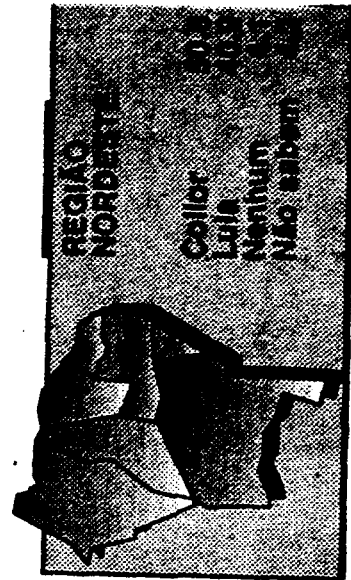
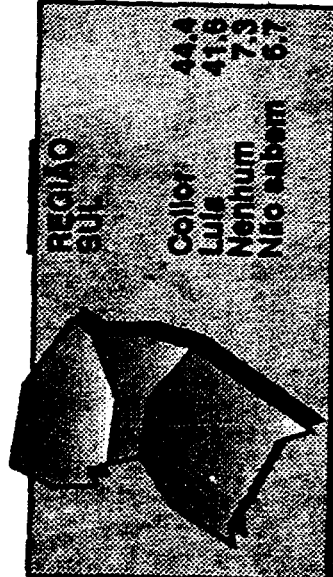
Na Região Sudeste, Lula agora é o líder, com 45,8% (tinha 41,2%) e Collor baixou para 44,8% (tinha 46,6%). Há

4,4% dos eleitores que não votam em nenhum dos dois e 5,0% estão indecisos.

GRANDES CENTROS — A maior proporção de crescimento do candidato da Frente Brasil Popular está se verificando nos grandes centros urbanos, o que, segundo o Gallup, o torna um movimento que se irradia para as cidades menores. Lula tinha 42,0% nas capitais e está agora

No confronto do índices de cada candidato, a pesquisa do

Gallup mostra que nas capitais Lula tem 53,7% contra 37,7% de Collor; nas cidades com mais de 50 mil eleitores, ele também tem vantagem, com 48,6% contra 39,1%. Collor tem a liderança nas cidades pequenas, com menos de 50 mil eleitores, obtendo 57,1% das intenções de votos, contra 33,6% de seu adversário.



Audiência da propaganda eleitoral aumentou

O Instituto Gallup preocupou-se também em verificar qual o tipo de influência dos programas de cada candidato no horário eleitoral gratuito. Após 15 dias de propaganda, 82,5% dos eleitores dizem já ter visto a propaganda de pelo menos um dos dois candidatos que disputam o segundo turno, o que representa um crescimento, já que antes apenas 55% haviam visto. Neste crescimento, há praticamente um empate, segundo destaca o Gallup: a propaganda de Lula teve a 31% dos telespectadores e a de Collor a 22% do

toros que já haviam visto a propaganda eleitoral (52,2%) do que entre os que não haviam visto (47,4%), o que lhe dava um índice positivo (+4,8%). Em 8 de dezembro, seu índice se tornou negativo (-3,6%) enquanto que o de Lula se tornou positivo (+6,8%). Em decorrência disso, pode-se dizer que o crescimento de Lula no período de 1º a 8 de dezembro está relacionado com a propaganda eleitoral que fez pela televisão neste período.

disputam agora a etapa final também foi analisada pelo Instituto Gallup. A pesquisa mostra que os eleitores que votaram em Covas no primeiro turno tendem agora a votar em Lula (49,5%) do que em Collor (36,7%), depois de terem estado bem mais propensos a votar em Collor (43,8% na pesquisa anterior).

Collor está perdendo eleitores que votaram em Covas, Brasília e Maluf no primeiro turno. Dos eleitores de Brasília, 11,7% dizem que vão votar em Collor, quando na pesquisa anterior eram 17,3%. Os de Covas têm 43,8% e agora se reduziram a 36,7%, como já vimos, enquanto daqueles que votaram em Maluf no primei-

ro turno 60,7% dizem que vão votar em Collor (eram 63,8%). Esta queda de preferência do candidato do PRN também se verifica quanto aquelas pessoas que recolheram Ulysses no primeiro turno (45,4% para 37,9%), mas tem um crescimento nos eleitores de Afl: 53,0% na pesquisa anterior para 55,1% agora.

De sua vez, o crescimento nas adesões de eleitores de outros candidatos: os de Brizola passaram de 10,3% para 11,3%; os de Covas de 4,1% para 5,9%; os de Maluf, de 1,6% para 1,9%. Ele consegue captar votos nos estados de Afl (tinha 53,0% e agora 55,1%) e Maluf (tinha 1,6% e agora 1,9%).

Até 1º de dezembro, Collor tinha 41,2% e Lula 46,6%.

A transferência de votos de Collor para Lula ocorreu em 15 dias.

13 Brasil 10/12/89

PT e PRN têm enfoques antagônicos na dívida externa

PT promete livrar da moratória os bancos oficiais

Maria Luisa Abbott

BRASÍLIA — Os bancos oficiais e as entidades multilaterais de crédito, como o Clube de Paris, devem ficar fora da moratória unilateral da dívida externa que será anunciada no dia 16 de março, numa eventual vitória de Luís Inácio Lula da Silva. O objetivo do PT, caso chegue ao poder, será fortalecer as relações do Brasil com entidades oficiais, como o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para assegurar financiamentos indispensáveis à retomada do crescimento econômico.

"Os pagamentos aos bancos oficiais devem ser mantidos, porque eles garantem créditos de fomento importantes — explicou Guido Mantega, um dos principais assessores econômicos do PT. Segundo ele, em nenhum momento o programa de governo do seu partido previa a inclusão dos créditos de curto prazo — que financiam as exportações e importações brasileiras — e das entidades oficiais na moratória. No entanto, somente nos últimos dias, os economistas do PT deixaram claro que as dívidas com estes dois setores continuariam a ser pagas. A abrangência da proposta do partido ao exterior, assim interpretada inicialmente, chegou a ser alvo de duras críticas pelo PSDB.

Auditoria — A assessoria de Lula ainda está detalhando a estratégia de governo em relação à dívida externa. Por enquanto, já está definida a manutenção da moratória técnica em que se encontra o governo brasileiro desde setembro, quando suspendeu o pagamento de uma parcela de US\$ 2,7 bilhões aos credores privados, para evitar perda de reservas. No dia 16 de março, o eventual governo do PT anunciará a decisão oficial de não retomar o pagamento da dívida de médio e longo prazos aos credores privados. Essa parcela equivale a US\$ 58,9 bilhões do estoque total do endividamento externo do país, que deve ser de US\$ 109 bilhões em 31 de dezembro deste ano, segundo estimativa do Banco Central. Os restantes US\$ 33,4 bilhões são créditos junto a instituições oficiais e outras US\$ 7 bilhões a bancos bra-

A moratória será mantida até a conclusão de uma auditoria em todos os contratos assinados com bancos privados, ainda que o governo tenha dinheiro em caixa. A auditoria deve ser feita por um pool de empresas privadas, que devem concluir se houve ou não irregularidades na contratação da dívida. Immediatamente à posse, no entanto, devem ser suspensos também os pagamentos a bancos oficiais e créditos de curto prazo, até que o novo governo conheça a situação efetiva do caixa do Brasil. Essa suspensão seria curta e já esperada pelos credores, segundo Mantega, porque ela sempre acontece nos períodos de troca de governo, não chegando a configurar uma moratória.

Mordomias — O PT espera que, ainda durante o processo de auditoria, os bancos credores privados procurem o novo governo para renegociar as condições de pagamento da dívida. Na avaliação de Mantega, interessa aos credores manter boas relações com o Brasil. "O Citibank tem bons lucros com suas agências brasileiras e, por isso, não lhe interessa um rompimento", cita, como exemplo, o PT pretende rejeitar o pagamento de créditos eventualmente identificados como irregulares pelos auditores. O limite máximo para o pagamento anual dos encargos da dívida externa será fixado na mesa de negociações, mas o governo deixaria claro que a remessa de recursos aos credores estaria subordinada à retomada do crescimento da economia brasileira.

As negociações conduzidas por uma equipe do governo petista, garante o economista, não teriam as mesmas mordomias atuais. Mantega conta que está prevista a anulação de uma cláusula do acordo do governo brasileiro com os credores, que debita ao Brasil o pagamento de todas as despesas do comitê de negociadores dos bancos. Para ele, a anulação seria um sinal de mudança de postura, pois o PT pretende "acabar com a subserviência" do país ao capital estrangeiro.

O anunciado fim da subserviência, ressalva o economista, não significa que o eventual governo do PT queira romper relações com o capital internacional. "Nos precisamos desse capital para assegurar o desenvolvimento", afirma. A proposta do partido é apertar as relações com o Banco Mundial e o BID, por que esses organismos teriam chegado à situação de recursos e vontade de financiar o Brasil.

Com soluções completamente antagônicas no campo econômico PT e PRN mostram receituários próprios em relação à dívida externa e a forma de negociação com os credores internacionais. Os economistas do PT pregam a moratória unilateral da dívida já no dia 16 de março, embora agora excluindo os bancos oficiais e as entidades multilaterais de crédito, como o Clube de Paris, ao mesmo tempo que procuram fortalecer o diálogo com o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Fora da proposta de moratória do partido estão ainda os pagamentos relativos aos créditos de curto prazo, que financiam os programas de exportações e importações brasileiras. Outra prioridade dos economistas de Lula é a realização de uma auditoria na dívida, que ficará a cargo de um pool de empresas privadas.

A opção do PRN é retomar o processo de conversão da dívida em investimento, iniciado e interrompido pelo governo no ano passado. A equipe econômica do partido propõe também que, além da União, estatais, governos estaduais e municipais — responsáveis por 80% do total do débito — negociem diretamente com os credores. O papel do governo, segundo os assessores de Collor de Melo, será ditar alguns parâmetros, como o volume de recursos que poderá ser negociado mensalmente e as áreas e os setores a serem beneficiados. Outra idéia defendida pelo PRN é a redução do pagamento anual de juros. O partido quer, uma vez no governo, rematar aos credores um milhão de dólares em milhas por ano.

PRN vai retomar troca de títulos por investimento

Nilton Horita

SÃO PAULO — O processo de conversão de dívida externa em investimento (troca de títulos dos débitos brasileiros, com desconto, por dinheiro para investimento produtivo), iniciado e interrompido pelo governo federal em 1988, será retomado caso o vencedor das eleições presidenciais de 17 de dezembro seja Fernando Collor de Melo, do PRN. A idéia da equipe econômica do PRN é promover o retorno desse mecanismo juntamente com outras alternativas que se voltam ao mesmo sentido de abater o estoque da dívida externa do Brasil.

Essa opção é praticada por outros países devedores, como recompra de títulos dos débitos do país em poder dos bancos credores, aproveitando o deságio no mercado secundário, e troca por bônus de valor de face inferior ao atual. Com a aplicação destes instrumentos, Collor pretende ter sucesso na negociação com os credores e ganhar folga nos primeiros meses de governo.

Essa linha de atuação de Collor de Melo, de acordo com um dos assessores econômicos do candidato, Antônio Pargana, que coordena a área de comércio exterior, já foi apresentada aos bancos credores. "Ninguém disse sim ou não, mas sentimos boas perspectivas", afirma ele. Pargana, sócio de Zélia Cardoso de Melo, principal assessora econômica de Collor, na empresa de consultoria ZLC, afirma que a avaliação da equipe é de que a dívida externa é um problema de ordem fiscal, pois 80% do seu total estão diluídos entre os agentes do Estado brasileiro (União, empresas estatais, governos estaduais e municipais). Por essa razão, Collor quer que a dívida seja renegociada diretamente entre, por exemplo, o governo do Rio de Janeiro e seus credores externos.

Para essa negociação, Collor pretende incentivar a utilização de todos os mecanismos de mercado. "Quem deve não é o Brasil, mas cada uma das entidades, a União e os Estados", afirma Pargana. "É uma questão de quem tem o problema. Cada uma tem a sua forma, mas todas devem ser resolvidas de maneira adequada".

o volume de recursos que poderão ser renegociados mensalmente e as áreas e setores a serem beneficiados. Por exemplo, se o Metrô do Rio tiver uma dívida e o governo estadual não conseguir saldar o compromisso, poderia ser encontrada uma forma criativa de solução utilizando o esquema de conversão.

Quitação — O exemplo é citado pelo próprio Pargana. O governo do Rio poderia quitar esse débito pela sua conversão em investimentos em estradas, com o grupo da iniciativa privada que realizar a operação, recebendo autorização para explorar a concessão de postos de gasolina e postos de pedágio por um período de tempo estabelecido. Para conversões do setor público, o governo Collor pretende condicionar a operação para investimento apenas em infraestrutura, como estradas, telefonia e energia elétrica, ou o que for mais urgente, dentro do critério de cada negociador. "Estamos apresentando nosso pensamento aos credores. É ilógico que nesse momento eles adotem alguma retaliação, pois estaremos justamente iniciando o processo de reestruturação da economia brasileira e precisamos da colaboração deles", afirma Pargana.

Muitos bancos já sinalizam, isoladamente, que acham viável esse tipo de solução. O Brasil, segundo Collor, não tem condições de continuar pagando os cerca de US\$ 10 bilhões anuais de juros aos credores, podendo remeter no máximo US\$ 5 bilhões. Em 1990, o Brasil terá de pagar esses US\$ 10 bilhões e cerca de mais US\$ 5,2 bilhões de juros atrasados pelo governo Sarney. "Até agora os bancos não fizeram nenhuma retaliação diante de um governo que não está fazendo nada para ajustar a economia. Iremos imprimir um forte programa de ajustes econômicos", acredita Pargana.

Os instrumentos utilizados, hoje, pelos países devedores para resolver o problema da dívida são muitos. Os principais são a conversão (troca de dívida por investimento produtivo), recompra de títulos, o país devedor vai ao mercado internacional comprar a sua própria dívida por valor inferior ao contido nos papéis e a securitização (troca do título por um bônus de longo prazo) e a venda antecipada de matéria-prima.

As três primeiras alternativas utilizam o estágio dos títulos no mercado internacional como instrumento de atração. Um investidor compra um título que traz valor de face de US\$ 100, por exemplo, com 70% de desconto, com forte cotização do mercado internacional. A liquidação de títulos para esse investidor aplicar



Solução é a retomada do processo de conversão em investimento

Collor

12/12/89

Zonais do PMDB definem apoio

Seis presidentes de diretórios zonais do PMDB de Porto Alegre - de um total de dez - manifestaram ontem seu apoio à candidatura Collor de Mello, através de uma entrevista coletiva no comitê da Washington Luis, onde funciona o movimento "Collor Simplesmente", formado por peemedebistas. O porta-voz dos dirigentes de zonais foi Juan Carlos Mintegui, presidente do diretório municipal da 1ª Zona. Segundo ele, também estão apoiando o candidato Sérgio Panszack (111*), Idenir Cecchin (112*), Jorge Guedes (158*), Cláudio Falcão (160*) e Ivo Guimarães (161*).

Segundo Mintegui, a proposta do PT "é estreita, sectária, a curto e médio prazo liberticida, à medida

que o PT tem-se mostrado intolerante com a realidade brasileira. Neste momento, os dirigentes de seis zonais do PMDB se sentem na obrigação moral de privilegiar o nível de liberdade democrática que foi a cristalização do esforço de 24 anos do MDB e do PMDB". Argumentou que o PT não votou em Tancredo e não assinou a Constituição.

SEES REBRANDON — Os dirigentes das seis zonais, contudo, continuam alinhados ao PMDB e não pretendem deixar o partido. Optam por Collor também "em função dos interesses do Estado", e da mesma forma acham que o PMDB não pode ter canais abertos apenas com Lula, mas também com a outra alternativa.

2200 hora 12/12/89 PAG. 42

8910372

BRASIL

23/12/89

Programa económico de Collor de Mello

Un choque de credibilidad

Fernando Collor de Mello es el nuevo presidente de Brasil. Por primera vez desde 1960, el primer mandatario tiene el respaldo que implica una mayoría absoluta, con unos 25 millones de votos.

Brasil se encuentra hoy, en una profunda crisis económica. Estancamiento productivo, alto nivel de endeudamiento externo, inflación descontrolada, baja recaudación de impuestos, elevada deuda interna y una creciente pobreza y marginación en las grandes capas poblacionales.

Es sabido que la idea de que Brasil va a cambiar de la noche a la mañana después del 15 de marzo de 1990, si la transmisión del mando no se anticipa, es una utopía. Sin embargo, no se puede dejar de reconocer que Collor va a desembarcar en Brasilia con un paquete de machetados votos bajo el brazo, circunstancia que lo ha convertido en el gobernante investido con el mayor respaldo popular de la historia de Brasil.

Procuraremos recorrer ahora, los principales postulados de la propuesta económica del candidato triunfante. Como siempre en estos casos, es necesario tener presente que las plataformas electorales están dominadas por un conjunto de planteos amplios, poco precisos y lo suficientemente flexibles como para permitir el mayor grado de adaptación posible, una vez conseguido el poder.

En lo económico, Collor pretende quebrar la espiral inflacionaria e instaurar una nueva fase de prosperidad en un país donde el Producto Bruto Interno permanece prácticamente estancado desde 1980.

En el plano social, el joven presidente perseguirá el objetivo de aliviar los grandes desequilibrios, mejorando las condiciones de vida de las mayorías problemáticas que sobreviven en condiciones

de miseria africana.

Uno de los desafíos básicos de Fernando Collor de Mello se encuentra en la eficacia con que pueda actuar en el plano inflacionario, donde el país enfrenta una severa limitante a toda perspectiva de recuperación. La carestía se ubica actualmente en un nivel cercano al 50 por ciento mensual y quizás podría subir más, hasta marzo del próximo año.

Conforme al plan de Collor, en su primer día de gobierno serán anunciadas un conjunto de medidas destinadas a enfrentar la explosión de precios. Una de ellas es un programa detallado de privatizaciones de empresas estatales — medida que tendrá pocos efectos prácticos en el corto plazo, pero que podría asegurar el beneficio de demostrar una línea de acción de su gobierno—. Otra es una reforma administrativa en la cual serían decretadas la extinción de un puñado de organismos públicos y de una docena de ministerios. Luego anunciará una reforma fiscal, destinada a aumentar directamente los ingresos del gobierno, eliminar el déficit público y cortar una de las causas básicas de la inflación.

La propuesta básica es la de dar un "choque de credibilidad", según las afirmaciones de la profesora Zelia Cardoso de Mello, principal asesora económica del PRN.

Los economistas brasileños estiman que el programa de Collor tendrá un componente recesivo, con marcado sacrificio social, para poder avanzar rápidamente en la contención del flagelo inflacionario. Luego, sobre esa base sólida, el joven presidente se propone relanzar la economía brasileña, recuperando los altísimos niveles de crecimiento que caracterizaron su gestión de la década del 80 y comienzos del 70.

F. POC
(P.P.P.)
PRN

Veamos a continuación aspectos específicos de su programa económico.

COMBATE A LA INFLACION

Para combatir la inflación el PRN descarta el método del congelamiento. La idea es hacer una reforma administrativa con extensión y fusión de los actuales ministerios, una reforma patrimonial que prevé la privatización de empresas estatales y una reforma fiscal, —centrada en el combate a la evasión impositiva— todo procurando reducir rápidamente el déficit fiscal y quitar de plano una de las causas básicas de la inflación.

EMPRESAS ESTATALES

El Plan del PRN es actuar con firmeza en el plano de la privatización de las empresas estatales. Sin embargo, durante la campaña electoral prácticamente no se relacionó ninguna empresa del Estado con este propósito.

POLITICA INDUSTRIAL

La idea del PRN es combatir la ineficiencia del sector industrial eliminando los subsidios e incentivos oficiales. Además, el partido pretende abrir el mercado a las importaciones con el objetivo de presionar a la industria nacional a elevar sus niveles de competitividad.

Collor ha hecho hincapié en la necesidad de revisar a fondo las actuales estructuras arancelarias y los programas de reserva de mercado, tan habituales en Brasil.

DEUDA INTERNA

El PRN quiere estirar el perfil de la deuda interna, es decir, transferir el dinero del "overnight", que recibe remuneración diaria, para su aplicación en títulos con rescate a largo plazo. De esta forma, no tendrían que reajustar diariamente la deuda ni reciclarla para el pago de los intereses. Obviamente, esta es una propuesta que depende en su totalidad, del éxito de la política antiinflacionaria, única forma de lograr una aceptación de los agentes privados.

DEUDA EXTERNA

El PRN descarta la moratoria unilateral. Su idea es negociar cada ítem de la deuda externa por separado, con el propósito de mostrar a la comunidad financiera internacional, que hay sectores de la economía brasileña aptos para recibir nuevos empréstitos y saldar sus compro-

misos. Para algunos economistas, ese proyecto es una fantasía.

REFORMA AGRARIA

El Programa del PRN es moderado e impreciso en el capítulo referido a la reforma agraria. No menciona el tamaño de las explotaciones agropecuarias que serían divididas ni menciona el número de familias que pretende asentar durante el período de gobierno. De todas formas, establece que Collor pretende estimular las cooperativas para ayudar al asentamiento de los pequeños agricultores.

SALARIOS

El programa del PRN incluye la triplificación del salario mínimo durante los cinco años de gobierno. Esta es una elevación menor a la prevista por la legislación en vigor, que garantiza un aumento de casi cinco veces en el mismo período. Collor quiere una política salarial en la cual, las remuneraciones de los trabajadores sean corregidas automáticamente para compensar la pérdida de poder adquisitivo que impone la inflación.

PROGRAMAS SOCIALES

El PRN pretende gastar 9.600 millones de dólares para construir escuelas en todo el país. También prometió invertir 36.000 millones de dólares en el área de la salud, durante los cinco años de gobierno (este momento quintuplica lo gastado por la administración Sarney). Un proyecto de emergencia contra el hambre y la desnutrición incluirá 5.400 millones de dólares.

En esta área de proyectos, la propuesta de Collor es muy detallista en cifras. Queda la incógnita de dónde surgirán los recursos para solventar estos programas, en una economía con enorme déficit del sector público y con exigencias de una superdimensionada deuda externa.

En definitiva, un programa que apunta a contener inicialmente la inflación, recuperar la salud del funcionamiento económico del Estado reduciendo su tamaño y su injerencia en la actividad productiva, y un esfuerzo por disminuir las enormes diferencias sociales, que han separado a los brasileños entre quienes tienen acceso a todos las posibilidades del desarrollo y aquellos que se debaten en un nivel de pobreza, comparable al africano.

Montevideo, del sábado 23 al viernes 29 de diciembre de 1989 — La Semana — EL DIA — 5

25.25

8910372

7/12/89

772

7 29

F. PEX (CARE). 2.º PER. 7/12/89

Argentinos querem gasoduto via Paraná

□ O interesse maior do governo brasileiro, porém, é de que o gasoduto entre por Uruguaiana e siga até Porto Alegre

Rodrigues disse que a tarefa de definição do gasoduto é "complexa", porque exige assessoria de variáveis. Durante a exposição na Comissão Especial Pró-Implantação do Gasoduto Brasil-Argentina, na Assembleia Legislativa do Estado, o representante da Petrobras acrescentou que "ainda há muito caminho a percorrer" e salientou a importância do gasoduto para a integração latino-americana.

SALTIN — Em recente visita a Buenos Aires, Rodrigues tomou conhecimento de que os argentinos estudam com "muito interesse" a construção de um gasoduto a partir da província de Salta (região Noroeste). O secretário de Energia da Argentina pediu então a Rodrigues que estudasse a possibilidade do gasoduto entrar pelo Paraná e abastecer toda a região Sul do país. O

interesse manifestado pelos argentinos foi, segundo Rodrigues, o de vender 6 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural. Exatamente a mesma quantidade de gás que a Argentina compra da Bolívia.

O consultor da Petrobras retrucou que o interesse maior do governo brasileiro é que o gasoduto entre pela cidadezinha de Uruguaiana e se estenda até Porto Alegre. "Não vemos possibilidade de o

consultor da Petrobras, economista Cid Rodrigues. Para tanto, serão necessários investimentos na faixa de US\$ 90 milhões a US\$ 120 milhões em obras como a conversão e ampliação de usinas termelétricas. Assim, o setor elétrico seria responsável pelo consumo de 820 mil metros cúbicos/dia de gás natural, dentro de uma demanda calculada para o Rio Grande do Sul em 2,160 milhões metros cúbicos/dia.

gasoduto entrar pelo Paraná. Assim, a obra seria inviável", afirmou. De qualquer maneira, Rodrigues acredita que é possível fechar um acordo com os argentinos em 1990. Nessa hipótese, ele estima que o gasoduto possa entrar em operação no Brasil em 1994.

Nova reunião entre técnicos brasileiros e argentinos acontecerá em fevereiro. Enquanto isso, "os estudos de mercado e as negociações continuam".

Investimentos paralelos

A viabilização interna do gasoduto exige investimentos paralelos de ordem de US\$ 400 milhões, distribuídos por obras do setor elétrico e na Refap, segundo informou o consultor da Petrobras, Cid Rodrigues. As negociações de

envolvimentos pela Petrobras apontam que o gasoduto entraria no Brasil por Uruguaiana e teria uma extensão de 570 quilômetros — daquela cidade da fronteira até Porto Alegre —, com investimento global de cerca de US\$ 200 milhões.

Os estudos de mercado pararam de conversas e ampliações de usinas termelétricas; substituição do óleo diesel e do óleo combustível e ampliação da capacidade de geração de eletricidade da Copesul. Estes investimentos são conjuntos de obras de US\$ 90 milhões a US\$ 120 milhões.

Rodrigues declarou que o consumo de gás natural pode

ria atingir a 750 mil metros cúbicos/dia em 1994, no segmento industrial. Também se analisa a possibilidade de maior utilização de gás pela Copesul: 430 mil metros cúbicos/dia.

Com a utilização de 160 mil metros cúbicos/dia de gás para geração de hidrogênio na Refap, num investimento de US\$ 140 milhões, Rodrigues observou que o consumo potencial de gás em 1994 alcançaria 2,160 milhões de metros cúbicos/dia no Rio Grande do Sul. A Refap teria que construir também uma unidade de fundo de barril para conversão do óleo diesel em outros derivados, o que demandaria um investimento na faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Destacou também que existe potencial de consumo de gás na substituição do óleo diesel usado no transporte coletivo. **PAG. 24**

Com a utilização de 160 mil metros cúbicos/dia de gás para geração de hidrogênio na Refap, num investimento de US\$ 140 milhões, Rodrigues observou que o consumo potencial de gás em 1994 alcançaria 2,160 milhões de metros cúbicos/dia no Rio Grande do Sul. A Refap teria que construir também uma unidade de fundo de barril para conversão do óleo diesel em outros derivados, o que demandaria um investimento na faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Destacou também que existe potencial de consumo de gás na substituição do óleo diesel usado no transporte coletivo. **PAG. 24**

Com a utilização de 160 mil metros cúbicos/dia de gás para geração de hidrogênio na Refap, num investimento de US\$ 140 milhões, Rodrigues observou que o consumo potencial de gás em 1994 alcançaria 2,160 milhões de metros cúbicos/dia no Rio Grande do Sul. A Refap teria que construir também uma unidade de fundo de barril para conversão do óleo diesel em outros derivados, o que demandaria um investimento na faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Destacou também que existe potencial de consumo de gás na substituição do óleo diesel usado no transporte coletivo. **PAG. 24**

Com a utilização de 160 mil metros cúbicos/dia de gás para geração de hidrogênio na Refap, num investimento de US\$ 140 milhões, Rodrigues observou que o consumo potencial de gás em 1994 alcançaria 2,160 milhões de metros cúbicos/dia no Rio Grande do Sul. A Refap teria que construir também uma unidade de fundo de barril para conversão do óleo diesel em outros derivados, o que demandaria um investimento na faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Destacou também que existe potencial de consumo de gás na substituição do óleo diesel usado no transporte coletivo. **PAG. 24**

Com a utilização de 160 mil metros cúbicos/dia de gás para geração de hidrogênio na Refap, num investimento de US\$ 140 milhões, Rodrigues observou que o consumo potencial de gás em 1994 alcançaria 2,160 milhões de metros cúbicos/dia no Rio Grande do Sul. A Refap teria que construir também uma unidade de fundo de barril para conversão do óleo diesel em outros derivados, o que demandaria um investimento na faixa de US\$ 100 milhões a US\$ 140 milhões. Destacou também que existe potencial de consumo de gás na substituição do óleo diesel usado no transporte coletivo. **PAG. 24**

7/12/68 2910 14924

Guiana recebe duas usinas elétricas

Em cumprimento ao acordo de cooperação técnica assinado com a Guiana, o presidente José Sarney assinou ontem, em Brasília, medida provisória autorizando a cesso em comodato (empréstimo gratuito) Aquete país de duas unidades turbo-

geradoras de energia elétrica. As duas máquinas pertencem às Centrais Elétricas do Norte do Brasil, Eletrobrás, e estão desativadas. O contrato de cesso será formalizado pelas ministérios das Relações Exteriores e das Minas e Energia, observado o estatuto da Eletrobrás.

Os ministros Abreu Sodré e Vicente Fialho sugeriram a medida provisória, por entender que a matéria "merece tratamento legislativo, face às peculiaridades do caso e à urgência do cumprimento dos atos internacionais". (Radiobrás) 24. 28.

F. 101 (1000-11)

Assume polêmico embaixador dos EUA

□ A indicação do diplomata Richard Melton despertou uma polêmica. Ele já foi expulso da Nicarágua

acusação de ter interferido em assuntos internos daquele país. Além disso, houve, este ano, a denúncia do funcionamento da Câmara dos Deputados e ex-preso político, Ricardo Zaratini, de que Melton, quando vice-almirante dos EUA em Recife, o interrogou em 1968, na prisão.

Oficialmente, o Governo brasileiro desmentiu a denúncia de Zaratini por não ter encontrado provas da participação de Melton em atividades dos órgãos policiais brasileiros durante a ditadura militar. Segundo a Folha, ao chegar a Brasília, Richard Melton negou seu envolvimento no interrogatório do ex-preso político: "Essas acusações são falsas. Tanto é assim que não vou aqui", parafusou.

O diplomata de carreira Richard Melton assumiu ontem, em Brasília, o posto de embaixador dos Estados Unidos no Brasil, com a entrega de credenciais ao presidente José Sarney, pela manhã, no Palácio do Planalto. A indicação de Melton, em maio último, causou polêmica, por que ele foi expulso da Nicarágua, em 1986, pelo governo sandinista, sob a acusação de ter participado de atividades de inteligência em favor dos Estados Unidos.

INTERVENÇÃO — Disse que não se sentia constrangido com a situação, porque "as relações entre os Estados Unidos e o Brasil estão acima de falsas denúncias". Melton considera "natural" as divergências que vêm ocorrendo entre o seu país e o Brasil, principalmente na área comercial: "as diferenças temporárias que surgem ocasionalmente são naturais em um relacionamento complexo e dinâmico como o nosso". E completou, com uma ponta de ironia: "Tais diferenças têm servido para demonstrar a força dos laços que nos unem e para manter nosso corpo diplomático ocupado". (AB)



Setor: com Saffery

03.03

8910374

13/12/89

FACTOR

GENERALIDADES

ENTRE LOS N^{os}

8900070 - 8910285

Coluna do Castello

Histórias leves em dias difíceis

O ntem pela manhã, preparando-se para (viajar à Argentina (suas idas ao exterior lhe são sempre estimulantes), o presidente José Sarney mostrava-se muito preocupado com o impasse nas negociações em torno do problema da dívida externa dos Estados. "É preciso ter mesmo uma paciência extraordinária", comentou com um de seus ministros, "para não fazer como Jânio Quadros. Não acredito que se ele estivesse no governo hoje conseguisse deixar de renunciar novamente". Mas Sarney se considera pessoa extremamente paciente, e reiterou que passará a faixa presidencial em março de 1990, com seu dever cumprido e a nação redemocratizada.



A propósito do problema com os governadores, observou que, para quem nasceu num estado como o Maranhão, é difícil considerar que as dificuldades de São Paulo são equivalentes às da sua terra, às do Piauí ou às de Sergipe. Mas, se até isso for admitido pelo Congresso, ele espera ter o mesmo espírito de transigência para não agravar as coisas. "Minha índole é a da composição, a do entendimento", disse, e é com ela que espera superar esse e outros problemas que ainda o esperam.

A propósito, Sarney lembrou a velha anedota da visita de um governante a um presídio. Um condenado à morte pediu ao presidente que suspendesse por dois anos a execução da sua sentença, pois precisava desse tempo para ensinar um burro a falar. "Mas você conseguirá fazer um burro falar?" "Consigno, sim, é só me dar o tempo." A execução da pena foi suspensa e, ao retirar-se o presidente, o carcereiro perguntou ao preso: "Você está doido, como é que você vai fazer esse burro falar?" "Daqui a dois anos", respondeu, "eu posso ter morrido, o presidente pode ter morrido ou o burro pode ter morrido." O presidente, claro, quer os 15 meses e meio que ainda lhe restam.

Também o ministro da Fazenda não está muito otimista, pois ele acha que a situação atual do país é pior do que a de 1963. Naquela época, disse, a dívida externa não era visível, a economia era menos complexa e as estatais ainda não eram os monstros que são hoje. Elas cresceram ao longo do regime militar, mas sem que isso tivesse outro sentido que não o da acidentalidade da situação. Agora, com a Constituição, já não é a mesma coisa. Mafson da Nóbrega acha que sua experiência é fascinante, pois só com ela pôde perceber como

não era visível, a economia era menos complexa e as estatais ainda não eram os monstros que são hoje. Elas cresceram ao longo do regime militar, mas sem que isso tivesse outro sentido que não o da acidentalidade da situação. Agora, com a Constituição, já não é a mesma coisa. Mafson da Nóbrega acha que sua experiência é fascinante, pois só com ela pôde perceber como é indispensável o apoio político. Hoje, ele tem todo o apoio do presidente da República, mas sua atuação está condicionada também à aprovação do Congresso e ao respaldo da opinião pública.

Lembrou o ministro recente conversa dele com o cônsul brasileiro em Londres, ministro Otto Maia, seu velho amigo, que lhe observava que seu discurso era europeu, pela construção teórica, pela racionalidade. "Você", disse Maia, "é elogiado pelo *Financial Times*. Duvido que o seja pelos jornais brasileiros".

Aureliano não vai forçar

O ministro Aureliano Chaves veio ontem a Brasília e deverá, entre outras coisas, conversar com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, sobre a situação política. Disse o ministro que não é candidato, mas, se seu nome for lembrado, está disposto a participar da campanha para ganhar ou perder. "Não vou forçar nada no partido. Se o PFL achar que é melhor indicar o Sívio Santos, assumiremos a responsabilidade. Meu nome é uma opção. Eu desejei muito ser governador de Minas Gerais, mas chegar à Presidência da República exige condicionamentos que são essenciais para que ela possa ser bem exercida".

Quanto à sua presença no Ministério de Minas e Energia, Aureliano disse que ficará pelo menos até a conclusão das obras do gasoduto que vai da bacia de Campos até o anel da Congás, em São Paulo, as quais espera inaugurar na próxima semana. "Minha saída do governo nada de extraordinário, é um fato natural. Já minha contribuição à transição. Com a Constituição promulgada e realizadas as eleições municipais, nossa missão está encerrada."

098

O Pacto e a Argentina

Ao chegar ante-onde a Buenos Aires o presidente José Sarney ouviu ainda no aeroporto do presidente Raul Alfonsín que a inflação na Argentina caíra: o índice em outubro fora de apenas 5%. A solução pactuada da Operação Primavera precedeu a negociação do pacto social brasileiro. O presidente telefonou para Costa Couto, transmitindo-lhe a alegria de Alfonsín. Os negociadores do pacto, depois de aprovada a proposta do governo de zerar o déficit público, decidiram manifestar ao Congresso seu empenho em que sejam aprovadas as medidas que assegurem alcançar aquela meta. Empresários e trabalhadores que discutem o pacto transformam-se em grupo de pressão para apoiar a proposta orçamentária do governo.

Dia 7 o comitê do pacto voltará a reunir-se para iniciar a discussão da política de investimentos. Nessa ocasião deverá ressurgir a conversão. Será também estudada a lista de preços para janeiro de 1989.

Carlos Castello Branco

JB 30/11/88 -

Governo e PMDB avaliam

A partir do desgaste sofrido pelo PMDB nas eleições de 15 de novembro, o grande questionamento partidário passou a envolver o seu relacionamento com o Palácio do Planalto e a candidatura à Presidência. O deputado Ulysses Guimarães vive o seu momento mais agudo, nos últimos anos. E duplamente: como dirigente partidário e candidato à Presidência. Em menos de dois meses, depois de promulgar a nova Carta, Ulysses Guimarães é um exemplo de liderança política que acabou vendo seu prestígio cair em função dos resultados eleitorais. Foi um ano marcado por altos e baixos pelo líder peemedebista, ora em decorrência de atritos com o Governo até publicamente, ou com correntes internas, como aconteceu com o PSDB, ou se empenhando para que a Constituinte chegasse ao final. Mas, vendo as urnas se comportarem de forma adversa aos seus projetos políticos ou aos do seu partido. Agora começa uma difícil tarefa para o dirigente do PMDB, a de tentar estimular as bases e lideranças, assustadas e atingidas pelo 15 de novembro.

Recomeçar

Este tipo de trabalho não é novo para o deputado Ulysses Guimarães no comando do PMDB. Foi ele quem em 1973 preparou a arrancada partidária, tornando-se antecandidato à Presidência e mobilizando a agremiação partidária, através da abertura da legenda a várias correntes oposicionistas. O MDB cresceu e partiu para um tipo agressivo e crítico no quadro nacional, mesmo quando a reforma partidária tirou-lhe alguns contingentes. O PMDB passou a ser uma grande opção política e chegou ao poder com a Nova República, mas frustrou-se com a morte de Tancredo Neves e as dificuldades no seu relacionamento com o presidente Sarney.

Transição

A grande e maior preocupação partidária passou a ser a consolidação da transição. A definição da duração do mandato presidencial, a marcação de data para as eleições diretas para a Presidência da República e a nova Constituição foram algumas das decisões que contaram com o seu apoio. Paralelamente, porém, o PMDB viveu crises econômicas que se acentuavam, ao mesmo tempo também em que ficava sem influência sobre a área financeira. Predominava, porém, o comprometimento com a Nova República, da qual se tornara avalista. E esse fato acabou cobrando um alto preço político. A discutida ambigüidade repercutiu nas urnas e é dela que o PMDB tenta agora liberar-se, mas da forma mais contundente — segundo pregam alguns setores — ou hábil — mostrando independência —, conforme outros.

Sucessão

Nesse quadro todo é que se situa a ação do comando peemedebista envolvido com um desgaste eleitoral, uma indefinição em relação ao Governo e uma incerteza diante do futuro político. Os próximos passos partidários serão muito cautelosos, procurando preservar as bases, evitando desfalques e tentando uma nova linguagem. Esse o novo desafio que enfrentam as mesmas lideranças que há 15 anos iniciaram uma trajetória política que galgou todos os degraus até chegar ao Poder.

01-01 Carlos Fehilberg

8900072

038

X Tanto do lado dos empresários quanto das lideranças dos centrais sindicais, as divisões se avolumam e dificilmente ainda haverá um acordo. Hoje, enquanto lideranças do comércio se reúnem em São Paulo, Mário Amato expõe proposta a Mallson

Divisões internas minam as negociações do pacto

É pouco provável um acordo entre lideranças do empresariado e de trabalhadores, durante encontro que marcará para as 18 horas de hoje, na Federação das Comércio de São Paulo, em busca de chamado entendimento nacional de combate à inflação. Inúmeras divergências já apareceram no campo das ideias, antes mesmo desta reunião, a começar pela forma de recomposição dos salários antes que um pacto seja selado. A Federação das Indústrias de São Paulo (Fieap), que está motivando o fórum informal de empresários a estabelecer o entendimento, anunciou que entre suas sugestões está o fim da URP a partir de uma atualização salarial que surtos a diferença diante da inflação, além da garantia de emprego por 90 dias.

O presidente da Federação dos Comércio, Abrão Sajnman, foi mais fundo, e propôs um reduto a partir desse "zero". Entretanto, os trabalhadores já responderam não a estas colocações e se dizem inflexíveis quanto a qualquer tipo de congelamento ou fim da URP, e também a proposta de não aceitar também o reduto. Com o documento-proposta de fórum informal nas mãos desde quinta-feira passada, o presidente da Fieap, Mário Amato, deve avistar-se hoje do ministro da Fazenda, Malhada de Horega, a quem submeterá as suas sugestões. Amato defende a conversão da dívida interna do Governo em investimento, com a iniciativa privada assumindo participação acionária em estatais, em troca de seus créditos junto a estas empresas.



Amato e Mallson discutem o pacto, hoje



As divergências

Os empresários querem antes mostrar as sugestões ao Governo, para que esta se comprometa a realizar o que for possível de sua parte e não inviabilize, depois, o diálogo com os sindicalistas. Os trabalhadores, porém, não gostaram dessa postura, conforme críticas feitas na plenária sindical de sábado, onde uma corrente também cobrou a representatividade dos interlocutores, uma vez que até agora não se manifestaram sobre o assunto empresários da agricultura, bancos e transporte, que também integram o fórum. De qualquer forma, o movimento sindical também se divide,

e a CUT não participa dessa negociação, mas é favorável a um acordo antinflacionário.

A entidade defende reajustes massivos de salários baseados na inflação, apontada pelo DIEESE e quer que qualquer tipo de pacto seja estabelecido pelas centrais trabalhistas, que considera as legítimas representantes da classe. Na plenária sindical de ontem, a União Sindical Independente (USI) não abre mão de estabelecer a URP como instrumento único da economia - tanto para preços e salários -, enquanto Central Geral dos Trabalhadores (CGT) acha que isso significa enganar o País e teme pela falta de instrumentos que fiscalizem essa indexação. (AG).

098

8/8/88. Geo. Hora.

Nos Estados Unidos "há uma tendência de esquecer os recentes lutins comunistas para falar da ditadura italiana, "Ergue-se daí o ponto que leva mais de perto este país". Ainda, "alguns amigos do Brasil e da Argentina consequentemente a insistir que se os seus governos democráticos continuarem a culpa será dos Estados Unidos por negarem-se a considerar uma ação externa necessária para salvar o mundo". O editorial destaca, contudo, que "as fontes reais do problema são internas e não dividas externas são secundárias".

Além existe uma pequena resistência por parte das pequenas bancas credoras de Howell para o acordo definitivo da negociação da dívida externa brasileira, segundo dizem, em Miami. Quanto à possibilidade de Clinton, John Nash, acrescenta que o comitê americano de renegociação da dívida, formado por 10 grandes bancos estrangeiros, acaba fechar acordo com o país nas condições dele mesmo.

01-01

8900074

En comicios municipales sin incidentes, izquierda brasileña logra marcado ascenso en varias ciudades

BRASILIA. (Reuter). — Los partidos de izquierda parecían ayer en claro ascenso sobre las predominantes fuerzas centristas al concluir una elección que renovará alcaldes y concejales en los 4.307 municipios brasileños.

Al término de nueve horas de tranquila votación de un electorado superior a 75 millones de ciudadanos, un importante diario de San Pablo y la red privada de televisión "Bandesantes" anticiparon la probable victoria del izquierdista Partido de los Trabajadores (PT) en San Pablo, la principal ciudad industrial de Brasil.

Oscar Correa, presidente del Tribunal Superior Electoral (TSE), declaró que la votación se desarrolló con calma en todo el país e informó que el lento proceso de escrutinio oficial podrá demorarse ocho días hasta alcanzar el veredicto final a nivel nacional.

Primera alcaldesa

El diario "Folha de São Paulo" y "Bandesantes" dijeron que la candidata Luiza Erundina, una diputada estadual del PT, obtuvo entre 29 y 30 por ciento de los votos del electorado paulista para convertirse en la probable futura primera alcaldesa de esa ciudad.

Erundina, una asistente social de 54 años, aventaja al favorito candidato derechista Paulo Maluf, un acudado empresario y dirigente del Partido Democrático Social (PDS), por una escasa diferencia de unos cinco puntos, según las investigaciones de ambos medios de prensa en los centros de votación.

La eventual victoria del PT en San Pablo, cuyo presupuesto anual equivale al de un país mediano con una renta de 40.000 millones de dólares, confirmaría un esperado ascenso de partidos izquierdistas en detrimento del poder político hegemónico que ostenta en Brasil el centrista Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

También en Porto Alegre

La red "Bandesantes" dijo que las encuestas durante la emisión del voto anticipaban la clara victoria de otro candidato del PT en Porto Alegre, ciudad capital del estado de Rio Grande del Sur y la más populosa del sur brasileño.

Agregó que Olívio Dutra, del PT, obtuvo franquía sobre sus oponentes del PMDB, del PDS y del socialista Partido Democrático Laborista (PDT).

Las proyecciones levantadas en los lugares de votación también confirmaban como favoritos a otros candidatos izquierdistas en importantes capitales estatales, como Rio de Janeiro y Belo Horizonte.

Mientras el socialista (PDT) Marcelo Alencar concurría en Rio de Janeiro los pronósticos que lo ubicaban en primer lugar, en Belo Horizonte, capital del estado de Minas Gerais, el socialdemócrata José Pimenta da Veiga y Virgílio Guimarães del PT disfrutaban la punta del cómputo extraoficial.

El partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB) fue fundado este año por legisladores izquierdistas disidentes del PMDB.

Funcionarios del TSE dijeron aquí que el escrutinio

nio oficial en la mayoría de los 24 estados brasileños —incluyendo el recientemente creado de Tocantins, que ayer eligió también gobernador y representantes legislativos— comenzará hoy.

El conteo de votos, en algunos casos, se verificará en lugares públicos e incluye estadíos y gimnasios deportivos, donde serán acopiadas las urnas en que se depositaron los votos del electorado brasileño, sellado como el conjunto de votantes empadronados más grande del mundo, agregó.

Legisladores de los partidos izquierdistas que se perfilaban ayer como vencedores en varias de las principales capitales estatales dijeron que el resultado configuraría la gran derrota del centrismo y el triunfo del voto protesta.

El diputado Plínio Sampaio, del PT, declaró a una estación de televisión que en la elección verificada hoy en Brasil "pesaron los muertos de Volta Redonda".

En esa localidad del estado de Rio de Janeiro murieron la semana pasada tres trabajadores durante una drástica represión militar de una huelga de metalúrgicos.

El Tribunal Electoral movilizó hoy a tropas federales en 275 municipios de 15 estados brasileños, a pedido de sus respectivas autoridades, que temían desórdenes en detrimento de la normal gestión del voto.

Pero al concluir la votación, voceros del organismo dijeron que en ningún caso intervinieron directamente para enfrentar incidentes graves, que no se produjeron.



- Brasil
- linha conexões com uruguaios.

- Brozofco.

- Subversão

SOLO PARA USO INTERNO

Evento com Subversão

AÇÃO SUBVERSIVA E SITUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

1. O "Movimento 26 de Março" (Seispuntistas)

a) Contatos do M-26 no BRASIL

O Sr. RICARDO SILVA SEITENFUS, Secretário de Assuntos Internacionais no RIO GRANDE DO SUL, tem mantido contatos com militantes Seispuntistas. O contato geralmente é feito com a uruguaia MERIAN CARRERA ou com o uruguaio MARIO GAUDIO, esses dois têm proporcionado encontros entre o brasileiro e chefes da esquerda uruguaia e argentina.

O Sr. RICARDO SILVA efetuou encontro com uma representante da Frente de Libertação Farabundo Martí (FML) de EL SALVADOR, CRISTINA IBÑEZ, e com a Associação de Presos Políticos do CHILE, através de sua Vice-Presidente ALILIA LIRA.

b) Recrutamento de militantes

Por inspiração cubana e manipulado por agentes da NICARÁGUA atuando no URUGUAI, o M-26 está criando grupos revolucionários em vários países, tais como: MÉXICO, ESPANHA, BRASIL, CANADÁ, FRANÇA, ITÁLIA, ARGENTINA e AUSTRÁLIA. Usam para tal, antigos militantes que saíram do URUGUAI e vivem em cidades desses países. A base principal é MALMOE na SUÉCIA onde

Z1: C4E; CSA.

UFEL 01275 10/01/03 - 01/09 -

Poco LEGÍVEL

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección de General de Información de Telecomunicaciones
Fecha e Hora 26-10-88
Fecha de Salida
Peso e 1842/88
Nº. de Identificación

8900077

de a organização possui investimentos financeiros efetuados com recursos provenientes de expropriações e sequestros realizados na década de 70.

O esquema no exterior conta ainda com o apoio de pessoas de confiança e ajuda financeira da LÍBIA e da OLP. No BRASIL, são relacionadas as seguintes pessoas simpáticas às idéias do M-26:

- JOSÉ FORTUNATTI - PT/RS
- CARLOS ARAÚJO - PDT/RS
- OLÍVIO DUTRA - PT/RS
- AMAURY MULLER - PDT/RS
- EPIFÂNIO BRUNET - RJ
- JORGE BITTAR - RJ.

São mantidos contatos também com o Sindicato dos Bancários do RIO DE JANEIRO e o "Centro de Estudos AMILCAR CABRAL", do RIO DE JANEIRO.

O homem da OLP que tem proporcionado recursos financeiros ao M-26 e a Organizações Brasileiras é o Dr. AHMAD SOHEN, representante da OLP no MÉXICO e que é o Chefe Supervisor dos Campos de Treinamento na NICARÁGUA.

~~X. Bandeira Vermelha~~

O Grupo Guerrilheiro Venezuelano "Bandeira Roja" pretende realizar, brevemente, uma reunião de grupos guerrilheiros latino americanos ou grupos políticos de apoio em todos os países latino americanos. Essa reunião poderá ocorrer na VENEZUELA ou no BRASIL. Os guerrilheiros venezuelanos estão em atividade na fronteira com o BRASIL e COLÔMBIA e objetivam apoio de organizações desses dois países. Os Chefes do "Bandeira Roja" GABRIEL PUERTA e PEDRO PEREZ, ambos da direção nacional, pretendem propor nessa reunião um programa mínimo, que seja, Patriótico, Democrático e Popular.

Recentemente estiveram no BRASIL um representante do "Bandeira Roja" e da Frente Guerrilheira JOSÉ DE SUCRI para tratar do assunto. O "Bandeira Roja" é o braço armado do Partido Comunista Internacional que também atua no BRASIL.

- 02/03 -

- 1) ALBA ROBALLO participou recentemente da criação da "Confederação das Mulheres do Brasil" pelo MR-8. Como é visto pelos Órgãos de Informações (OI) o crescimento de mulheres na América do Sul, principalmente os vínculos com representantes de CUBA e NACARÁGUA, inclusive ^{com} a atuação da Federação de Mulheres Cubanas, além da Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM).
- 2) O que se sabe da proposta de criação do "Foro Permanente de Debates dos Problemas do Cone Sul", motivo da ida de ALBA ROBALLO à PORTO ALEGRE/RS, que contactou com organizações femininas vinculadas ao MR-8.
- 3) No BRASIL, a maioria das entidades de defesa dos direitos humanos reúnem-se em torno do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH), que vem lutando para uma maior aproximação e articulação com entidades ligadas aos direitos humanos em outros países. No RIO GRANDE DO SUL, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), um dos responsáveis pela Reg. SIF do MNDDH, mantém ligações com o URUGUAI através de seu secretário para Assuntos Internacionais, JAIR DE LIMA KRISCHE.

Em SÃO PAULO, existe ainda, o "Comitê de Defesa dos Direitos Humanos dos Países do Cone Sul" (CLAMOR) e o "Movimento Cristão pelos Direitos Humanos na América Latina (CDHAL).

Vincula-se ainda nesse quadro a atuação da Anistia Internacional (AI).

Pergunta-se o que existe de real hoje, do conhecimento dos OI, a respeito da tentativa dessas entidades formarem um movimento único de pressão junto aos países do Cone Sul e julgamento dos governos militares e daqueles que combateram a subversão.

- 12/15 Abr 88, para a conferência sobre os Trabalhos da Revista Internacional, em PRAGA/TCHECOSLOVAQUIA, o PC Uruguaio enviou representante.
- 08 Jun 88, para as comemorações dos 60 anos de nascimento de CHE GUEVARA, em BUENOS AIRES, o PC Uruguaio enviou representantes.

A Federação Sindical Mundial (FSM) (PRAGA/TCHECOSLOVAQUIA) reuniu um BUREAU em VARSÓVIA no dia 27 Mar 87, aprovando um "plano de trabalho" para o triênio 1987/1990. Dentre os diversos objetivos estabelecidos consta, como novidade, a criação de uma CENTRAL SINDICAL LATINO-AMERICANA para unificar as manifestações sindicais no Continente. MONTEVIDEO é, até o momento, o local previsto para a sede dessa Central.

Tem sido grande a movimentação de delegações da FSM pelo Continente este ano. Só no BRASIL já estiveram duas vezes.

A FSM planeja realizar, ainda em 88 e em MONTEVIDEO, um "Congresso Mundial de Mulheres Trabalhadoras".

A Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) (BUDAPESTE/HUNGRIA), promoveu em BRASÍLIA/BRASIL, nos dias 17, 18 e 19 Jun 88, uma jornada juvenil internacional, à qual compareceu a seguinte delegação do URUGUAIO:

- MARTA VARGAS, da Juventude do Partido pelo Governo do Povo;
- ALEJANDRO CHABALGOITY, da Esquerda Democrática Independente;
- FELIPE MARTIN, da União da Juventude Comunista;
- ERNESTO CASTELLANO, do Partido Colorado;
- CLAUDIO GONZALEZ, do Partido Colorado;
- DANIEL LINODER, da Plenária Intersindical dos Trabalhadores - Convenção Nacional dos Trabalhadores;
- LUIZ GEYMONART, da Federação dos Estudantes Secundaristas;
- ROBERTO ELIZALDE, da Federação dos Estudantes Universitários;
- GONZALO TANDREDI, da Juventude Socialista;

SOLO PARA USO INTERNO

- GERALDO CEDROLA, da Democracia Cristã;
- JOSÉ PEDRO LOPES, da Corrente Popular;
- RAUL ANTÔNIO V. FERRARI, do Movimento 26 de Março; e
- RAMIRO SENDIC, do Movimento 26 de Março.

SOLO PARA USO INTERNO

. Movimento Lúbio no Brasil

O elemento que é ligado ao movimento lúbio no BRASIL, mais especificamente em PORTO ALEGRE, é o uruguaio JOSÉ MIGUEL AROSTEGUI, genro do dirigente do PCU JOSÉ LUIZ MASSERA. A esposa de JOSÉ LUIZ, EMA MASSERA, viaja constantemente para PORTO ALEGRE e TRÍPOLI fazendo a ligação entre os palestinos do BRASIL e o PCU. Outro elemento importante nesta conexão é STALIN ATENLANE LOPES RODRIGUEZ que também se liga no RIO GRANDE DO SUL ao argentino VIRGILIO, dos Montoneros, que é o homem encarregado de estabelecer ligações para utilizar o esquema subversivo para a passagem de droga para a Europa em troca de armamento e dinheiro. Deste empreendimento participou, ou participa, a brasileira LUCIANA BOISSON. Participa também desse esquema de armas no BRASIL, ROBERTO RODRIGUES LAULHE, uruguaio que esteve 3 meses na NICARÁGUA.

4. Integração entre centrais sindicais do CONE SUL (BRASIL/URUGUAI/ARGENTINA)

No mês de março esteve em MONTEVIDÉO o Sr. JOSÉ FORTUNATTI, deputado estadual pelo PT/RS e vice-presidente do PT/RS, tratando da integração no Cone Sul a uma Coordenadoria Sindical da Região Sul da América Latina.

*

Z3: C7M

Z6: B1C; C5F; A2S.

1. Esta AGÊNCIA transcreve abaixo, na íntegra, telex da 'Secretaria Estadual dos Sem Terra, (MST/RS)' à 'Comissão Pastoral da Terra - (CPT/SP)', datado de 04 Dez 87, o qual versa, entre outros assuntos, sobre a visita de tupamaros ao BRASIL:

"GA
1182153+
0412.1810
1182153 MSTB BR
513058 PTRE BR

Aqui sandra ^{MARIA ROSSATO} ^{AL/RS} ^{APRIL 1988} ^{INTERNO} ^{CONFUSÃO} por favor o joao pedro estah rrrrr UM MO-

MENTO rr PRONTO rrrr eh o joao pedro rrrr SIM rrrr
bom primeiro gostaria de saber se recebeu meu recado hoje de manha
rrrrr RECEBI. AQUI VAI A RESPOSTA:

ACHAMOS IMPORTANTE PARTICIPAR DESTES EVENTOS ATEH MESMO PARA O PESSOAL GANHAR MAIS EXPERIENCIA DE REGIOES E NEGOCIAÇÕES, ETC. AINDA MAIS QUANDO EH TUDO PAGO. O QUE SUGIRO EH QUE CONSIGAS MAIS DADOS COM O BELATO PARA A GENTE VER QUE TIPO DE GENTE EH MELHOR ENVIAR. DE REPENTE VOCES PODEM ENVIAR UM LAVRADOR, E DE SC PODEMOS ENVIAR ALGUEM DA AREA DE FORMACAO DOS ASSENTADOS E DO PR PODEMOS VER ALGUM TECNICO. POR TANTO, PEDIMOS MAIORES DADOS E AONDE ENCAMINHAR OS NOMES DOS OUTROS DOIS ESTADOS OK rrrr sim agora eu irei fazer um contato com o bellato e te ligo hoje e talvez amanha rrrrrr

bom secundamente eu gostaria de saber se tu estava sabendo que via-
rah para o brasil em inicio de maio um pessoal do uruguai ligado ao
grupo tupamaros do mln mais precisamente de Raul Senlic e seus com

panheiros rrrrr TAVA SABENDO, INCLUSIVE O PESSOAL DO PT QUERIA MARCAR UMA VISITA DELE AQUI NA SECRETARIA. NOS DISSEMOS QUE PODERIA - MOS RECEBER A VISITA COM CORTESIA AQUI NA NACIONAL, MAS UM CONTATO POLITICO MAIOR DEVERIA SER FEITO AIIH NO RS, MAS EM SEGUNDO LUGAR, GOSTARIA DE ALERTAR AOS COMPANHEIROS, QUE APESAR DE SEREM BOA GENTE ELES ESTAO MUITO QUEIMADOS A NIVEL INTERNACIONAL, EH QUE NOSSOS CONTATOS COM ELES DEVEM SER BASTANTE DISCRETOS E EVITAR A IMPRENSA PARA QUE A UDR E OUTROS BICHOS NAO SE APROVEITEM. CERTO. A OUTRA COISA QUE QUERIA CONFIRMAR EH SE HAVERAH MESMO A FESTA DO DIA 8 DE MAIO NA ANONI.. E A SEGUNDA COISA EH SE VOCE PODE ENVIAR POR TELEX OUTRA HORA O NUMERO DO DESPACHO DOS LIVROS DE FOTOS PELA ITAPEMIRIM, POIS TEMOS QUE LEVA-LOS AOS BISPOS EM ITAICI QUE COMEÇA DEPOIS DE AMANHA rrrr

ufo, quanta coisa. bom não tínhamos esta informação sobre o pessoal do uruguai. aqui nos sabemos que eles serao recebidos ate pelo presidente da assembleia e governador do estado. a visita eh oficial. bom segundo eles pediram para nos ajudarmos na questao de despesas. estariam faltando uns 1500 dolares, o que achas? pelas tuas informacoes que passou, jah pouco parece que isto esta descartado? eh isso? bom segundo quanto a questao da festa vai sair mesmo no dia 08, o pessoal esta pedindo para que seja mandado pessoas importantes. jah falei com o josef gomes da silva que casualmente ligou na semana passada jah confirmou a festa. deveriamos ver mais pessoas a nivel nacional bom quanto aos livros a itapemirim estarah passando aqui amanha de manha. se voce acha que eles nao chegara posso mandar alguns via varig hora certa. eu havia falado com o pessoal e eles acharam dificil levar ateh santa catarina ou parana como teria sido a proposta inicial por causa do volume rrrr BEM, ACHO OTIMO QUE A VISITA DOS AMIGOS SEJA TAO OFICIAL. MAS MESMO SUGIRO QUE MANTENHAM DISCRICAO. QUANTO A AJUDA CREIO QUE A MISAO EH PARTIDARIA E POR TANTO QUEM DEVE AJUDAR EH O PT, QUE POR SINAL NO RS TEM RECURSOS. E QUANTO A NOS, PENSO QUE PODEMOS DAR ALGUMA AJUDA EM QUANTO A DESPESAS DE ALOJAMENTO E ALGUMA PASSAGEM RODOVIARIA AIIH MESMO NO RS, MAS SEM PASSAR DINHEIRO VIVO. EM RELACAO AOS LIVROS, TA BOM ASSIM, APENAS PEÇA A ELES QUE SE ESFORCEM PARA CHEGAR O QUANTO ANTES QUE ACREDITO ATE SEXTA FEIRA ESTARA AQUI, E NOS AVISE O NUMERO QUE DAHI VAMOS BUSCAR NA GARAGEM, CERTO. rrrrr quanto a questao da festa era isto somente rrrrrr SIM ESTOU VENDO SE LEVO JUNTO MAIS ALGUEM FAMOSO E MESMO O PESSOAL DA SECRETARIA

SOLO PARA USO INTERNO

ESTARA INTERESSADO EM IR VARIAS PESSOAS. rrrrr a gente gostaria
de saber se voce jah encaminhou com a globo para vir fazer a filma-
gem. rrrrr JAH. MAS VAI SER MAIS FACIL ELES IREM SEM FILMAR. FAZ
PARTE DA APROXIMACAO. rrrrr tudo legal, obrigada, ateh rrrrr "

2. O assunto continua em processamento.

* * * * *

* * *

*

Sp

SOLO PARA USO INTERNO

08 - 09 -

8900077

Executiva decide data da convenção do PMDB

Pedido para adiar a convenção será entregue a Ulysses

O requerimento pedindo o adiamento da convenção nacional do cinco de junho para 60 dias após a promulgação da nova Constituição foi concluído ontem, mas só deverá ser entregue ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, na próxima semana, depois que seus organizadores tiverem recolhido as assinaturas de alguns dos mais importantes dirigentes do diretório nacional do partido.

Segundo a Executiva Nacional, que deverá tomar a decisão de levar a convenção do partido para o cinco de junho, a petição solicitava a criação de duas comissões especiais: "uma a incumbida de elaborar projetos de alteração do programa e estatutos", e a outra destinada aos diretórios regionais e municipais e a um secretariado nacional, bem como a "qualificação da convenção nacional e a transferência para discussões e aprovação".

O requerimento começa por lembrar que o art. 1.º da CF, de 28 de maio de 55, "faculta às comissões executivas nacionais dos partidos políticos decidir sobre a realização de convenções, conforme estabelece o seu artigo 1.º".

"Art. 1 - Fica facultado às comissões executivas nacionais dos partidos políticos decidir sobre a realização de convenções para renovação de qualquer dos seus diretórios municipais, regionais e nacional bem como para qualificar, até em sua, os atuais mandatos de seus respectivos órgãos de direção, de acordo com o programa".

O adiamento da convenção, como se vê, importa na prorrogação de mandatos dos dirigentes partidários.

Argumenta, ainda, o documento que, em decorrência dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e com o propósito de não privar os seus membros da participação ativa nos trabalhos das convenções, a Comissão Executiva Nacional adiou o seu calendário.

Após conversa de três horas com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o ministro da Previdência Social, Renato Archer, disse ontem que a maioria do PMDB está se mostrando favorável ao adiamento da convenção do partido para depois da promulgação da nova Constituição. No seu entender, o adiamento só depende de encaminhamentos burocráticos: "Será melhor para o partido que ele discuta seus rumos depois de conhecermos os termos da nova Carta", disse Archer.

Montoro sai

Após retornar ontem de Caracas, Venezuela, onde fez conferência sobre a dívida externa da América Latina - cerca de 200 bilhões de dólares - o ex-governador Franco Montoro afirmou ser "irreversível" sua saída do PMDB, juntamente com outros lideranças partidárias, entre elas, os senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, senador paranaense José Richa e os deputados Euclides Scaico (RN) e Fernando Lyra (PE). Um dos nomes sugeridos pelo grupo para a nova legenda que possam fundar é Partido Popular Progressista (PPP). O nome foi sugerido pelo deputado Pinheiro da Veiga, de Minas, um dos primeiros a deixar o partido. (ANDA/AJR/AE)

Quêrcia desmente apoio de Ulysses

O presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, não manifestou apoio à candidatura do ex-ministro da Fazenda, Dilson Fumero, à Prefeitura de São Paulo. A informação foi dada ontem pelo governador Orestes Quêrcia, após encontro mantido com o ministro Márcio de Moraes. Quêrcia afirmou ter recebido, ontem de manhã, um telefonema de Ulysses, no qual este teria se referido às informações sobre seu apoio à candidatura de Fumero para a Capital paulista.

Quêrcia não se limitou a desmentir o apoio do presidente do PMDB ao ex-ministro Fumero. Ele chegou a fazer uma ironia, ao responder uma indagação com o traço: "esse senhor faz parte do PMDB?".

perguntou o governador paulista, referindo-se a Fumero, antes de dar o assunto por encerrado. (AE)

Passarinho fala hoje pelo PDS

O presidente nacional do PDS, senador Antônio Carlos (PA), ocupará hoje, no horário nobre, as televisões e rádios do País para dizer que assume aquilo que o partido realmente faz: o braço político do movimento militar de 1964. Durante 60 minutos, Passarinho dirá aos brasileiros que seu partido tem pouco de que se arrepender e tem muito de que se vangloriar.

O programa do PDS, gravado pela TVC, de Rio, ao custo de Cr\$ 4 milhões, foi dividido em quatro partes. Na primeira, Passarinho fala do País de pré-64 e classifica o movimento militar como fruto do anseio da sociedade, que não suportava mais a situação gerada no governo de João Goulart. Depois, afirma que no regime militar o Brasil modernizou-se, principalmente no setor de telecomunicações, transportes, agricultura e educação.

Na terceira parte, Passarinho faz uma sucinta crítica e relaciona os projetos econômicos e de desenvolvimento que não deram certo, en-

tre eles a construção da Rodovia Transamazônica, a Ferrovia de Aço e o Programa Nuclear Brasileiro, entre outros. Nesse mesmo bloco, o presidente do PDS afirma que o partido foi um instrumento fundamental para a transição política.

No último bloco, faz críticas ao governo da chamada Nova República, ao recorde inflacionário, indefinição da negociação da dívida externa, retórica a favor da empresa privada e prática ao contrário. Por fim, em complemento da UEP (Unidade de Referência de Preços) para o funcionalismo público.

Passarinho diz por que se ele aparece no programa do PDS:

"Fui uma hesitação da Executiva Nacional. Há dois anos não fazíamos programa. Todos os integrantes do partido tinham alguma coisa a falar sobre o passado e o presente. De modo que não haveria tempo. Optamos então pela minha participação, pelo conhecimento o processo pedonista desde o seu começo". (AJB)

Cardoso: "Votaremos nos 5 anos"

O governador de Minas, Newton Cardoso, pediu aos deputados votos da causa tabuleada de da bancada do PMDB de seu estado no mandato de cinco anos para o presidente José Sarney nas disposições transitórias da Constituição. Cardoso, recebido em audiência no Palácio do Planalto, assegurou ainda o seu empenho pessoal para influir na definição do mandato em outras bancadas, assim como na articulação com outros governadores.

Otimista, Newton Cardoso disse acreditar numa vitória tranquila do mandato de cinco anos, apesar da fragmentação do Centro.

Segundo ele, o presidente Sarney também está tranqüilo e não fez nenhum apelo pessoal em favor de seu mandato, deixando para cada governador a iniciativa de trabalhar junto às bancadas.

Newton Cardoso disse ontem, antes de embarcar para Brasília, que não gostou do plano de recuperação econômica do Gover-

no Federal que lhe foi apresentado pelo governador Henriques Santillo, de Goiás, em visita a Belo Horizonte, terça-feira. Revelou que o plano do Governo difere "da água para o vinho" das sugestões que ele apresentaria ao presidente Sarney, com quem teve audiência.

O governador de Goiás, Henriques Santillo, entregou ontem ao governador da Bahia, Waldir Pires, o documento com as propostas do programa econômico do presidente Sarney. Waldir foi o último governador a receber a cópia do documento, que prometeu analisar. Adiantou, contudo, que na opinião dele o programa econômico ideal para o País deve passar pelo fim da tutela do FMI sobre a economia nacional, pela distribuição mais justa da renda e pela recuperação da capacidade do Brasil de poupar, acumular recursos e investir, tanto no setor público como no privado. (AE/AG)

U. NOTÍCIAS 3/10/88

Consequências — Nas flutuações do mercado internacional há quem perca e há quem ganhe. O Brasil, que importa praticamente a metade do consumo de 1 milhão e 200 mil barris diários, sai ganhando e já iniciou uma política de aumento de estoques, dentro da capacidade de tancagem. A Petrobrás adquiriu alguns carregamentos a US\$ 9 FOB o barril, mas em 1986 chegou a pagar até US\$ 4. O óleo importado para abastecer as refinarias brasileiras é mais barato, tendo como referência de preço o petróleo tipo Dubai, cotado na sexta-feira a US\$ 10,75 no pregão de Londres, óleo também de referência para a produção dos países do Golfo Pérsico.

A cotação do petróleo no mercado internacional - utilizado em governos passados como uma das justificativas para explicar os aumentos dos preços dos combustíveis no mercado interno - pode até continuar a cair, mas não haverá redução dos preços internos. Mesmo com a extinção do empréstimo compulsório e petróleo mais barato, os consumidores brasileiros vão continuar amargando os aumentos dos preços dos combustíveis. A culpa, agora, é só da inflação.

U. NOTÍCIAS 3-10-88

O que a Constituinte negocia

De uma extensa lista de 52 pontos enviada na semana passada pelo governo, a liderança do PMDB na Constituinte concordou, de imediato, em alterar substancialmente 18, e abriu negociações em torno de outros 13 pontos. Isso significa predisposição de conciliação em cerca de 60% do texto da nova Constituição.

Acordo fechado

Patentes — Os autores de inventos terão proteção especial a ser definida em lei futura. Antes, o texto se referia apenas às criações industriais.

Extraditão — O brasileiro poderá ser extraditado para outro país, se praticar tráfico de entorpecentes e drogas. Esta pena se restringia apenas ao tráfico internacional.

Carta Súdita — Será retirada do texto a possibilidade de o cidadão entrar na Justiça contra ato ou omissão que fira a Constituição.

Alimentação-paternidade — O benefício ficará mantido, mas sua duração será definida por futura legislação.

Impugnabilidade — O mandato poderá ser impugnado por abuso do poder econômico, corrupção ou fraude. Foi incluído o subjetivo recurso "por transgressões eleitorais".

Abastecimento — A União, os estados e os municípios terão apenas de incentivar a produção e o abastecimento alimentar. Antes, tinham de organizar o abastecimento.

Aposentadoria — As pensões serão revistas simultaneamente com os reajustes concedidos aos funcionários na ativa. Mas as reclassificações não serão computadas para os aposentados. Cairá a aposentadoria segundo normas em vigor na data da admissão do funcionário público. Não há mais condições, portanto, de serem criadas vagas de marcial.

Voto a ministro — O Congresso ficará proibido de manifestar formalmente discordâncias a depoimento de ministro de Estado.

Região de Osmose — Cairá a possibilidade de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados apresentarem moção de censura a ministro de Estado.

Impostos — Os produtos industrializados não terão de discriminar o valor dos impostos que sobre eles incidem. Apenas o preço de venda.

Impostos — Se a União criar novos impostos através de legislação complementar, não terá de destinar 20% do total aos estados e ao Distrito Federal.

Sangue — A coleta, o processamento e a transfusão de sangue serão definidos por lei. Ficará permitida a comercialização de sangue e de seus derivados.

Previdência — A Previdência social terá uma pensão mensal ao deficiente e idoso. Antes, fixava-se o valor de um salário-mínimo.

Função pública — Cairá a estabilidade para o funcionário público com mais de cinco anos de serviço ininterrupto.

Minérios — As empresas estrangeiras que explorem recursos minerais e minerais hídricos terão quatro anos para se ajustar à nacionalização aprovada para o setor. Antes, não havia referência aos minerais hídricos.

Anistia de dívidas — A correção monetária das dívidas dos pequenos empresários urbanos e produtores rurais não será anistada.

Anistia fiscal — Os débitos com a Fazenda contraiados até 31 de dezembro de 1987 não serão perdoados.

O PMDB ficou pé em 21 pontos. Não aceita conversar sobre eles. A medida em que o projeto for votado pelo plenário, os acordos e as negociações podem ganhar o apoio das outras lideranças partidárias da Constituinte e o voto da maioria dos parlamentares. Mesmo se não for consensual, o apoio do PMDB

Não tem acordo

Associações — Apenas decisão judicial poderá dissolver ou suspender as atividades de associações.

Direito autoral — Os sindicatos dos artistas participarão da fiscalização do pagamento dos direitos autorais.

Aplicação dos direitos — Todos os direitos e garantias fundamentais entrarão em vigor na data da promulgação da nova Constituição.

Turno de seis horas — O trabalho realizado em turnos terá jornada máxima de seis horas. O PMDB concorda em excluir a palavra "máxima". O governo quer suprimir todo.

Hora-extra — A remuneração da hora-extra será, no mínimo, 50% superior à da hora normal.

Acidente de trabalho — Além do seguro, o empregador terá de pagar indenização ao empregado quando for comprovado dolo ou culpa da empresa em acidente de trabalho.

Prescrição — O prazo de prescrição para ações trabalhistas (ou seja, prazo para se entrar na Justiça contra a empresa) será de cinco anos após a demissão para os trabalhadores urbanos e dois anos para os rurais.

Estabilidade — Além dos direitos e garantias coletivos, os sindicatos poderão defender os interesses individuais da categoria.

Recursos minerais — Os recursos minerais, inclusive os de petróleo, pertencem à União. A exploração dos recursos minerais só será feita por empresas de capital nacional.

Capital de giro — A União não poderá fixar limites de giro para a exploração de petróleo.

Regime de concessões — A exploração dos serviços de telecomunicações terá caráter econômico estatal.

Desarmamento — O servidor público civil terá direito de greve e poderá se sindicalizar.

Estabilidade — A União não poderá cobrar impostos das entidades beneficentes de trabalhadores.

Fortunas — A União poderá cobrar impostos sobre as grandes fortunas.

Imposto adicional — Os estados poderão cobrar um adicional de 5% sobre o valor do Imposto de Renda pago à União.

Reserva de mercado — A empresa brasileira de capital nacional terá proteção especial para seu desenvolvimento, desde que seja considerada imprescindível para o país.

Reforma Urbana — A propriedade urbana subutilizada poderá ser alvo de reforma promovida pelo município.

Saúde — O ministério da Saúde poderá controlar e fiscalizar a produção de medicamentos.

PIS/Pasep — A arrecadação destas duas contribuições financiará o programa do seguro-desemprego.

pode garantir a aprovação das alterações reivindicadas pelo Palácio do Planalto. Não se pode esquecer, entretanto, que no primeiro turno de votação algumas propostas acertadas em acordo foram derrotadas no plenário, que é soberano. A seguir, o resultado dos entendimentos até agora:

Em negociação

Prisão judicial — O PMDB, como quer o governo, concorda em mudar a regra que exige documento por escrito de autoridade judiciária para efetuar prisão que não seja em flagrante. Mas ainda não se chegou a uma fórmula alternativa.

Aviso-prévio — O aviso-prévio será proporcional ao tempo de serviço, tendo duração mínima de 30 dias. O governo não quer que o princípio seja regulado por lei futura.

Estabilidade sindical — O empregado que represente uma entidade, como a CUT ou a CGT, e o que ocupe, com suplente, um cargo na direção do sindicato não poderão ser demitidos.

Voto aos 16 anos — O governo quer suprimir o voto facultativo a partir desta idade. O PMDB não fecha posição.

Gratificação — Apenas os estados poderão deslocar a distribuição do serviço de gás canalizado. Há possibilidade de alisar prazos neste terreno para iniciar a parada.

TST — Os tribunais regionais de Trabalho não terão competência exclusiva no julgamento das ações individuais. O sistema será dividido com o Tribunal Regional Federal. **Impostos minerais** — O governo não pretende alterar a distribuição da arrecadação de impostos minerais. O PMDB quer manter a distribuição por lei.

Salário — As tabelas de salários não terão validade em 12% de reajuste. O governo quer suprimir este limite. O PMDB quer manter o limite de 12% para a tabela salarial futura.

Ministério — O ministério da Saúde poderá controlar e fiscalizar a produção de medicamentos. O governo quer manter a regra ministerial.

Aposentadoria — O governo quer suprimir a regra sobre a pensão, de conjunto das pensões.

Polícia — O salário dos delegados de polícia será equiparado ao dos promotores públicos.

Decreto-lei — Os decretos-leis em vigor perderão a validade com a nova Constituição. Estada-se uma fórmula que os preserve por um determinado tempo.

098

ACRÍDIO

ZERO HORA - 22.11.64 - PÁGINA 8

Para Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, os princípios essenciais durante a greve dos metalúrgicos, fazem parte de uma articulação para tumultuar as eleições de terça

Bispo denuncia manobra sinistra em Volta Redonda

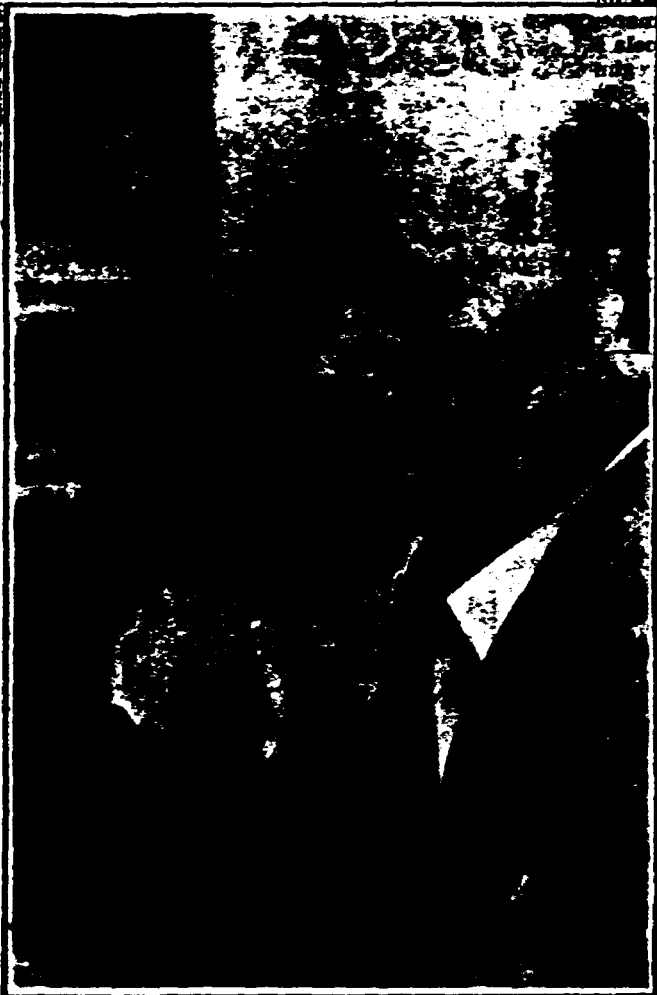
O bispo diocesano de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, sugere ontem que os sangrentos episódios de quarta-feira à noite, entre metalúrgicos e tropas do Exército, podem não ter sido casuais e sim conseqüência de uma articulação que ele define como "sinistra", objetivando tumultuar o processo eleitoral da próxima terça-feira. Dom Waldyr, em entrevista coletiva, disse que os fatos ocorridos na cidade levantam sérias interrogações e que as conversações que manteve, como mediador da crise, deixaram-no bastante apreensivo:

- A mediação, na verdade, não foi do bispo, mas sim do sangue dos operários. Talvez isso os tenha (os militares) levado a cessar a violência, com receio, talvez, de que a situação escapasse ao seu controle - disse o bispo.

Dom Waldyr revelou que ouviu do comandante militar da área, general Lopes da Silva, que lamentava as mortes, mas que elas serviriam de exemplo. "De que exemplo serve a morte e o derramamento de sangue?", indaga o bispo, que disse ter ficado perplexo. "Para mim, o que ocorreu em Volta Redonda está servindo ainda, perigosamente, de trampolim para outras ambições, cujo objetivo maior, ao meu ver, seria impedir a realização das eleições no dia 15. Vejamos: o pronunciamento de Brossard ou é de uma ignorância completa ou acoberta essas outras intenções. Como é que um ministro da Justiça pode justificar a violência praticada contra os operários desarmados?"

O bispo acrescentou que, antes de iniciar a mediação, recebeu telefonemas da alta direção da CSN, dizendo-lhe que havia começado a guerrilha urbana no Brasil, em Volta Redonda. Para ele, este tom de alarme era puro e simplesmente expressão do pensamento de Brasília e a maneira pela qual a cidade foi invadida deixa muito o que pensar.

- Então, por que essa ação violenta às vésperas das eleições, quando há pouco tempo o Exército interveio em situações semelhantes de maneira muito branda?", concluiu o bispo de Volta Redonda. (ANDA)



Dom Waldyr Calheiros: condenando as ações repressivas

038

J. Brasil 24/11/88

Newton diz que devolverá cargos

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, anunciou que vai pedir aos ministros mineiros que coloquem seus cargos à disposição do presidente José Sarney. Sabendo que essa atitude não significa rompimento com Sarney, Newton disse que pretende apenas "dar ao governo federal liberdade de escolher seus homens de confiança". O governador, que falou à porta da casa do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, na Península dos Ministros, onde se preparava um encontro de governadores para discutir a rolagem da dívida dos estados, afirmou que "é hora do governo mudar tudo".

Os ministros do Planejamento, João Batista de Albuquerque, e da Reforma Agrária, Leopoldo Bessone, são as indicações de Newton ao ministério. Bessone, localizado ontem à tarde, disse que ainda não tinha recebido qualquer pedido do governador para entregar seu cargo.

Newton salientou que a mudança na equipe de governo é importante, para que se promova "a redução de ministérios, o combate ao déficit público e para que se acabe com a inflação". Acrescentou que, "pelos votos das urnas, a hora para a mudança é agora".

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, também presente à reunião na casa

de Ulysses Guimarães, rejeitou a insinuação de que tenha ministros na equipe do presidente Sarney. "O ministro Ralph Biasi (da Ciência e Tecnologia) não foi indicado por mim. Mas se ele quiser sair, que saia", afirmou. Quércia acusou o governo de patrocinar a divisão entre os governadores, ao propor uma solução para o pagamento da dívida dos estados, que trata diferenciadamente os grandes e os pequenos devedores. "É uma retaliação contra meu governo e contra São Paulo", afirmou Quércia, na reunião com os governadores do PMDB.

O governador da Bahia, Waldir Pires, procurou conter os ânimos. Apesar de salientar que há um ano advoga o afastamento do PMDB do governo federal — "com a entrega de todos os cargos" —, Waldir disse que, neste momento, não tem qualquer interesse "em colocar lenha na fogueira". O governador desaconselhou o rompimento com o presidente Sarney por causa da questão da dívida dos estados e ponderou que a fragilidade das instituições democráticas exige esforço de todos. "Hoje toda a governabilidade é indispensável; a governabilidade econômica e financeira, que nos trouxe hoje a Brasília, e também a governabilidade política", afirmou.

24/11/88. J. do Brasil.

078

S. Brasil 24/11/88

Aureliano não é o nome do PFL

BRASÍLIA — O ministro Aureliano Chaves do Ministério das Minas e Energia está longe de torná-lo candidato do PFL à Presidência da República. O presidente do partido, senador Marco Maciel, disse que o afastamento de Aureliano do governo "aumenta o cacife do PFL para negociar uma aliança liberal-progressista, mas não o torna automaticamente candidato à Presidência".

Até o final da manhã de ontem, o senador Maciel desconhecia oficialmente o pedido verbal de demissão apresentado pelo ministro ao Presidente Sarney. O presidente do PFL e o ministro conversaram pelo telefone na segunda-feira, mas Aureliano não informou a Maciel que apresentaria sua renúncia a Sarney. De acordo com Maciel, seu próximo encontro com Aureliano está marcado para terça-feira.

Sem arriscar previsão sobre o que o Ministro lhe dirá, o senador Marco Maciel estima que Aureliano Chaves não deverá colocar sua

candidatura à Presidência da República em termos irreversíveis.

"O Ministro Aureliano tem pleno conhecimento das conversações que estamos realizando em favor de uma aliança liberal-progressista (PSDB-PTB-PL-PDC) e concorda com esse movimento. Concorda também que, se optarem por uma candidatura própria, devemos fazer uma ampla consulta dentro do PFL para definir o candidato — observou Maciel, lembrando que o partido tem hoje à disposição o empresário e apresentador de televisão Sílvio Santos.

No grupo que Maciel lidera, dentro do PFL, é unânime a impressão de que as bases partidárias se dispõem a rejeitar a candidatura de Aureliano Chaves. Sua permanência no governo — informa o grupo de Maciel — fez com que pefelistas de quase todo o país rejeitassem a presença de Aureliano nos comícios da recente campanha eleitoral.

098

J. & B.

segunda-feira, 8/8/88 □ 1º caderno □ 11

Inflação é perigo para a democracia, diz "Washington Post"

WASHINGTON — A inflação na Argentina e no Brasil e as pressões internas por ela geradas "atingiram um ponto em que começam a representar ameaça à democracia, que nos dois casos foi recentemente restaurada, depois de muitos anos de governo militar", afirmou ontem, em editorial, o jornal "Washington Post".

"No Brasil, a taxa de inflação chegou a 24% em julho, e que deixa o país às portas de uma hiperinflação. Na Argentina, a inflação é similar, mas foi imposto esta semana seu congelamento temporário", acrescentou o jornal, concluindo que "em ambos os casos estas são consequências de um profundo conflito social com respeito à distribuição de renda e à incapacidade dos governos de resolver este problema".

Segundo o "Washington Post", nos Estados Unidos "há uma tendência a enfatizar os assuntos latino-americanos pela ótica da dívida externa, já que este é o ponto que toca mais de perto este país". Em consequência, "alguns amigos do Brasil e da Argentina começaram a insinuar que, se os seus governos democráticos fracassarem, a culpa será dos Estados Unidos por negar-se a conceder ajuda externa maciça para aliviar a dívida".

Mas o editorial destacou que "as fontes reais do problema são internas, sendo secundárias as dívidas externas". O Brasil, de acordo com o jornal, tem conseguido êxito notável em gerar exportações para fazer frente ao serviço de sua dívida, enquanto "a Argentina fracassou ao tentar o mesmo êxito, devido a barreiras internas que guardam pouca relação com pagamentos externos".

Segundo o jornal, tanto no Brasil como na Argentina "há grandes empresas estatais que dão altos prejuízos, mas, como têm inflação, não podem ser freadas pelo governo. E esta é uma das principais causas da atual inflação". O editorial concluiu que "ambos os países realizarão eleições presidenciais no próximo ano, mas para que possam manter suas democracias é urgente que se realizem profundas reformas políticas".

958

A nova política industrial deve estar regulamentada até o final de agosto e, mais, em especial, a modernização com o fim de aprimorar a competitividade tanto no mercado interno como as exportações. Alta tecnologia será privilegiada

Indústria terá incentivo na importação de máquinas

Quando o presidente José Sarney assinar a regulamentação da nova política industrial, previsto para a segunda quinzena deste mês, as indústrias que estiverem dispostas a melhorar a competitividade de seu parque e o atendimento do mercado interno e externo passarão a contar com recursos abundantes e para diversas áreas.

Se a indústria apresentar ao Governo um projeto de modernização que venha a ser considerado viável, poderá receber diversos incentivos como a redução do imposto de importação, incidente sobre máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais, acessórios diversificados e ferramentas, destinados a integrar o ativo imobilizado de empresas industriais.

Para os bens destinados às indústrias de alta tecnologia, esta redução do imposto de importação será de 50% e de 50% para os bens destinados às demais atividades industriais. Outra vantagem será a redução de até 50% dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, incidentes na importação de matérias-primas, produtos intermediários e componentes destinados à fabricação de produtos de alta tecnologia. A redução

será até 31 de dezembro de 1990 para as indústrias de alta tecnologia.

Programas de Desenvolvimento

Também os Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI), que têm por finalidade a capacitação empresarial no campo da tecnologia industrial, inclusive através de vínculos com instituições de pesquisas, receberão incentivos fiscais. O PDTI, que poderá ser executado por uma empresa isolada ou associação de várias empresas, dará às empresas titulares uma redução de 50% do imposto de importação, incidente sobre máquinas e equipamentos para o parque industrial.

Contarão também com uma dedução, até o limite de 8% do Imposto de Renda devido, de valor equivalente à aplicação em despesas de atividade de desenvolvimento tecnológico. Um crédito de 50% do IR retido na fonte e redução de 50% do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e, ainda, sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários incidentes sobre os empréstimos,

remetidos ou creditados para beneficiários residentes e domiciliados no exterior, a título de "royalties", de assistência técnica, científica ou assessoria, e de serviços técnicos especializados, previstos em contratos assinados nos termos do Código de Propriedade Industrial.

Empresas Exportadoras

As empresas de exportação que forem credenciadas ao programa Boflex terão como benefício a isenção ou redução de 90% do imposto de importação incidente sobre máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos que integram o ativo imobilizado da empresa. Além disso, ainda, isenção de 90% do imposto de importação sobre produtos industrializados, incidentes na importação de matérias-primas, produtos intermediários, componentes e peças de reposição.

Para conseguir as isenções ou reduções, deverá constar do programa Boflex a garantia de apresentar, no mínimo, saldo global acumulado positivo de divisas de 50% do compromisso total de exportação. (Brasília/ZH)

98

La administración que preside en el país está tratando de "rescatar el empleo" y defender la implementación de un programa nacional que establezca "metas concretas y medidas eficaces para combatir la crisis económica", de manera que "todos se sientan en la mesa, dispuestos a hacer sacrificios".

Los olopos critican que en el campo económico se busquen los "grandes tállos en explotaciones de capital", mientras "lujan planes olopos" y diste con "explotación galopante" en el país.

El ex-gobernador Leonel Sánchez, quien a finales de mayo de 1990, en un "cambio de guardia" sustituyó a Roberto Fernández, el mismo presidente del Poder Judicial, en la corte de la provincia de Panamá. Concluyó el proceso judicial que se estaba tramitando en relación con el asesinato de José David, con la absolución de los tres imputados. Los acusados fueron declarados inocentes.

Distintas personalidades políticas han expresado en los últimos tiempos sus temores de "pánico en Wall Street" en caso que llegara a producirse por la especulación de profetas del futuro y económicos.

[illegible]

Por esta parte la denuncia que el gobernador general de la provincia, Adán Páez, Suplicó para que se iniciara acción de ley en contra de un conjunto de funcionarios. Antonio Durrán y el gobernador de la provincia, Claudio Gálvez, así como otros altos funcionarios pertenecían de la época del régimen militar, avisa desde su oficina número de los concheros de la que en la década de los años 70 se denominó "milagro económico" brasileño.

24ORA 27/10/88

078

POLÍTICA

Brizola defende a renúncia de Sarney

Quer esclarecer as afirmações do Governador

07/10/88

"Proger a renúncia do Governador do presidente Sarney, que está totalmente ineficaz e incapaz para enfrentar a crise brasileira, não é golpe. Golpe é proger e parlamentarismo". Afirmou ontem ao chegar a Porto Alegre o ex-governador Leonel Brizola. Ele também aceita colaborar com um governo de transição comandado por Ulysses Guimarães, pois quer a participação de todas as vias legais, "uma implantação imediata de um programa de estabilização econômica e social apalado por todos os partidos". Mas, rematou: "Quê que o Presidente da Câmara assumiu compromisso público de realizar as eleições no prazo mais breve possível, dentro de 60 ou 90 dias".

Brizola assegura que a sua intenção "é no sentido de contribuir para estabelecer a disciplina. Podem até surgir outras alternativas razoáveis". Alertou para "atitudes que gijadas visando a não realização das eleições". Lançou a principal suspeita ao presidente Sarney. "Ele parece que está deliberadamente agravando a crise. Vejam que são 11 Ministérios em greve e nenhum negociando categorizada. É um abandono muito suspeito, esse de deixar as duas de- rã".

Oponente nacional do PDT, julga que o debate que está levantando "é obrigação de todo o presidente, de um sério". "O mesmo não acontece com certos ministros, como é o caso de Antônio Carlos Magalhães, que não tem nenhuma interesse em eleições, porque sabe que o seu julgamento popular vai ser pela sua destituição, como de todo o Governo liderado pelo presidente Sarney".

Sobre Ulysses, Brizola acha "difícil" que ele assuma o governo de transição para preparar as eleições, "porque pretende ser candidato à Presidência da República". "Mas, ficará claro perante a opinião pública a sua responsabilidade e o interesse em manter o Sarney no Governo. Nesse caso, a solução seria que assumisse o presidente do Supremo Tribunal Federal. Insistimos na nossa tese, porque sabemos que é muito difícil para a Nação suportar mais 15 ou 17 meses de Sarney à frente do Governo, com esta crise crescendo e esta inflação do jeito que está. Isso termina dando margem ao desenvolvimento de um conglomerado de articulações perigosas, como a proposta pelo deputado e ex-ministro Delfim Neto, do parlamentarismo como solução.



Brizola: renúncia não é golpe.

Em relação às manifestações do governador Pedro Simon, feitas recentemente à Rádio Gaúcha, Brizola deseja "que sejam esclarecidas. Não se pode arrolar coisas ao vento".

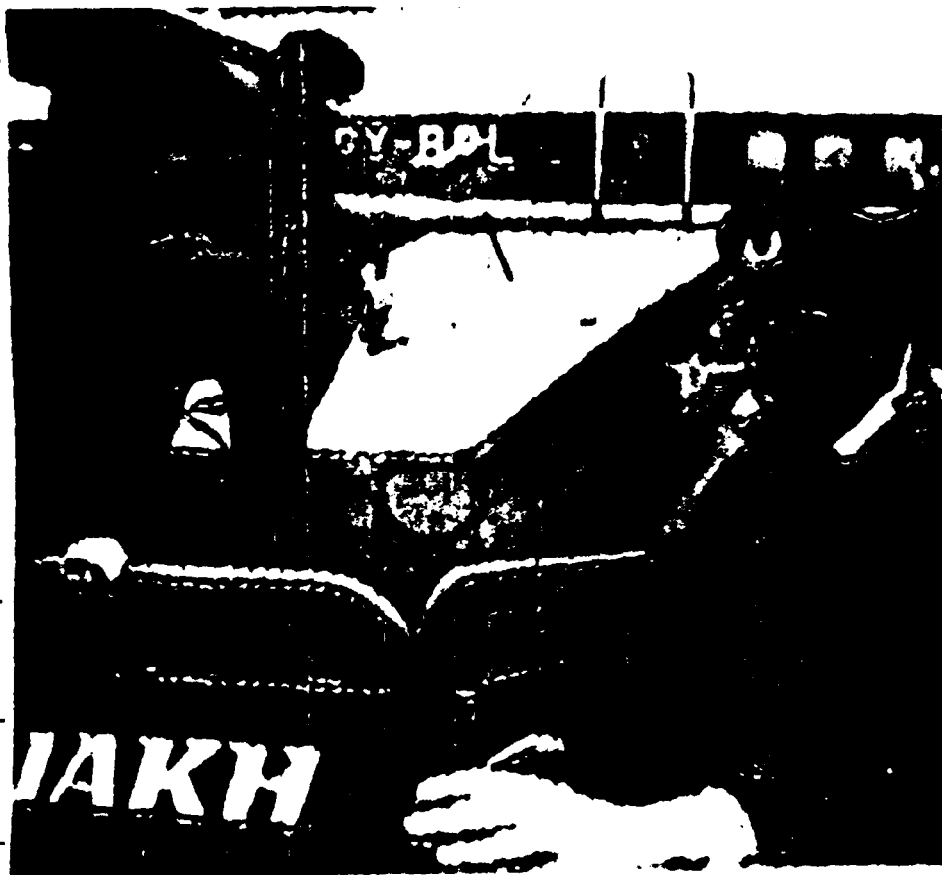
Discriminação

O ex-governador Brizola, participando ontem à noite do programa "Cinema 2", na TV Gaúcha, ao comentar o debate que acabou não saindo com o governador gaúcho, referiu ter sido procurado por representantes da RBS para participar de um debate com Simon, diante da repercussão de acusações que ambos haviam dado no programa "Atualidade", da Rádio Gaúcha, em algumas manifestações. Faltou essa referência, Brizola passou a dizer que depois não mais foi procurado e por isso se sentiu discriminado pela RBS, estranhando esse fato que ele considerava um equívoco, face ao relacionamento que sempre manteve com a empresa. Ora, a alegada discriminação não existia, nem existe. Simplesmente a falta do debate não pôde ser levada adiante pela RBS porque o governador Pedro Simon, também procurado, declarou não achar conveniente sua realização antes do pleito municipal de 15 de novembro, o que foi comunicado ao assessor do sr. Leonel Brizola (que se encontrava em Nova Iorque), Carlos Costural. A RBS estará pronta a promover este e quantos outros debates de interesse jornalístico se oportunizarem. Desde que os debatedores concordem, é óbvio.

098

Brasil se Agita Ante Comicios Presidenciales

UN HECHO CANDIDATURAS DE BRIZOLA Y LULA SON



BRASILIA, 24 (EFE).- La campaña electoral para las presidenciales brasileñas del año próximo ha comenzado ya tras los comicios municipales de la semana pasada, en los que se afianzaron el populista Partido Democrático Laborista (PDT) y el marxista Partido de los Trabajadores (PT).

En estos dos casos, las candidaturas del ex-gobernador Leonel Brizola, quien se entrevistó el miércoles en Uruguay con otro candidato presidencial populista, el argentino Saul Menem, y con el ex-dirigente sindical Luis Inacio Lula da Silva, son un hecho.

El liderazgo de Brizola en el PDT y de Lula en PT se vieron reforzados con los resultados de los comicios del pasado 15 de noviembre.

Brasilia puede ser el lugar en el que se lance la candidatura del PT, cuya campaña comenzará el 1º de enero al tomar posesión de sus cargos los nuevos alcaldes, entre ellos Luiza Erundina, cuya victoria en Sao Paulo tuvo un fuerte impacto en la opinión pública.

Pero, si el panorama parece claro por la izquierda, por lo menos en cuanto a aspirantes a la presidencia, no sucede lo mismo hacia el otro lado del espectro ideológico y especialmente en el centro.

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), mayoritario en el Congreso y duramente castigado en las municipales, ha iniciado sus reuniones para analizar la derrota, recomponer su imagen y entrar en la lid presidencial.

Esta fuerza política, que nació del Movimiento Democrático Brasileño de oposición a los gobiernos militares iniciados en 1964, se encuentra en una difícil coyuntura, con una diversidad de opciones.

El llamado sector histórico, el que viene de los tiempos de la oposición al régimen militar terminado en 1965, quiere restituirle al PMDB su imagen de centro-izquierda, perdida entre

otras causas, por su compromiso con el presidente José Sarney.

Pero, esa restauración implica apartarse definitivamente de la actual administración, eliminar a quienes no quieran dejar sus cargos ministeriales y atraer nuevamente a los disidentes que se marcharon.

Estos fueron quienes formaron en junio de este año el Partido Socialdemócrata Brasileño (PSDB), con nueve senadores, entre ellos el sociólogo Fernando Henrique Cardoso, y 37 diputados.

En este grupo está también el senador Mario Covas, que históricos y progresistas proponen como candidato a la presidencia, previo retorno de los socialdemócratas, cerrando, así el paso a las aspiraciones del ex-presidente de la Asamblea Nacional Constituyente, Ulysses Guimarães.

La candidatura de Guimarães parecía, en el momento que se promulgaba la nueva Constitución brasileña el pasado 5 de octubre, indiscutible.

Hoy, tras los comicios de la semana pasada, su nombre no es mencionado en los cenáculos del PMDB.

Además de la salida de ministros, la purga alcanzaría también a los sectores ligados al "Gran Centro", agrupación informal pluripartidaria, surgida para atajar iniciativas vistas como radicales durante la constituyente.

El objetivo final de poner al PMDB en el centro-izquierda sería, según sus propios estrategas, evitar una opción electoral sustentada entre un candidato de izquierda y uno de derecha.

Este reparto se podría dar en la segunda vuelta de las presidenciales, con Brizola o Lula, por la izquierda, y posiblemente el ex-presidente Janio Quadros, por la derecha.

El gobernador de Rio de Janeiro, Moreira Franco, a la derecha del PMDB, ha acusado a la ejecutiva de éste de cobardía y oportunismo.

01-01

8900201

Oposición ganaría comicios municipales en Brasil

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPB). Por lo menos 12 personas murieron a causa de la violencia preelectoral durante la campaña en la que se inscribieron 32 partidos, en una contienda que se caracterizó por escasa participación popular en las manifestaciones callejeras y duras críticas al gobierno.

Los candidatos oficiales y de la oposición pidieron esta madrugada a los 78 millones de brasileños que concurren a las urnas el miércoles, a fin de fortalecer la democracia reinstalada en marzo de 1985.

Asimismo, fustigaron una campaña en pro de la anulación de votos, como forma de protesta contra el gobierno de Sarney por la difícil situación económica del país, con una inflación anual de 1.700 por ciento.

En medio de vaticinios sobre la posible derrota del gobierno del presidente José Sarney frente a la oposición en los próximos comicios, cerca de un millón de candidatos a 50.000 cargos de alcaldes y concejales concluyeron ayer una de las más grises campañas electorales de Brasil.

denuncias de corrupción y el desprestigio de algunos políticos.

El gubernamental Instituto Brasileño de Geografía y Estadística pronosticó que en las diez ciudades más importantes de Brasil, los márgenes de votos blancos y nulos oscilarán entre 10 y 15 por ciento. Otros sondeos ampliaron los márgenes hasta en 25 por ciento.

La Policía Federal informó que recibió hasta el sábado cerca de 700 denuncias de infracciones a las leyes electorales en todo el país, como propaganda ilegal, transferencia

irregular de identificaciones de electores y uso de fondos públicos para las campañas políticas.

Las últimas encuestas practicadas por el organismo señalaron que el gubernamental Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) obtendrá el triunfo en apenas seis ciudades de las regiones norte y noreste del país.

El PMDB, que en las últimas elecciones de 1986 para gobernadores ganó en 23 de los 24 estados brasileños, se perfila como favorito para ganar sólo en una ciudad impor-

tante del país, Salvador, capital del estado de Bahía, al noreste del país.

Durante la campaña electoral de tres meses, la oposición criticó al gobierno por la difícil situación económica nacional y denunció casos de corrupción, logrando captar el descontento de millones de electores, según las encuestas.

Los sondeos indicaron que en la ciudad más grande del país, São Paulo, con 15 millones de habitantes, se registrará una ajustada disputa entre dos radicales opositores al gobierno: el ex candidato a

la presidencia de la República, Paulo Maluf, del conservador Partido Democrático y Social, y la candidata Luiza Erundina, del izquierdista Partido de los Trabajadores.

Maluf, cuya candidatura a nombre del gobierno militar precipitó la ruptura del entonces oficialista PDS, la elección del desaparecido Tancredo Neves y el fin del régimen militar de 21 años, encabezó las encuestas con 25 por ciento de las preferencias sobre la señora Erundina, con 22 por ciento.

En la segunda ciudad de Brasil, Río de Janeiro, con casi siete millones de habitantes, el candidato del socialdemócrata Partido Democrático Laborista Marcelo Alencar, lleva la delantera con 42 por ciento a su favor contra tan sólo 13 por ciento

Brasil viró a la izquierda en comicios municipales

Brasil viró ayer a la izquierda en los comicios donde se eligieron a unos 50.000 alcaldes y concejales, augurando una oposición más radical al gobierno del Presidente José Sarney, blanco de duras críticas por la fuerte inflación que aflige a los brasileños.

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI). Las primeras proyecciones extraoficiales concedieron triunfos sin precedentes al Partido de los Trabajadores (PT) en el mayor y más importante conglomerado urbano de Brasil y América del Sur, Sao Paulo, y en la mayor ciudad del Sur del país, Porto Alegre.

El oficialista Partido Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) perdió por abrumadora mayoría ante la oposición, obteniendo una posible victoria sólo en la ciudad de Salvador, Bahía, al Nordeste del país, y siendo relegado al tercero o cuarto lugar en la mayoría de los 4.387 municipios donde se realizaron los comicios.

El segundo gran beneficiado de las elecciones, a las que concurren unos 78 millones de brasileños, fue el centroderechista Partido Democrático Laborista (PDL), que encabezó al ex gobernador de Río de Janeiro, Leonel Brizola, al obtener el triunfo en la segunda ciudad del país.

El PDL también ganó en la ciudad de Curitiba, capital del estado de Paraná, según proyecciones extraoficiales.

Por su parte, el PT, que aboga por un socialismo marxista y cristiano y que se encabeza por el dirigente sindical Lula Inacio "Lula" da Silva, obtuvo el triunfo en decenas de ciudades y en el interior del estado de Sao Paulo, responsable de más del 50 por ciento del Producto

Bruto Interno del país, incluyendo el puerto de Santos y la ciudad de Campinas.

El PT se ubicó también en el segundo lugar de las encuestas en la tercera ciudad de Brasil, Belo Horizonte, así como en Río de Janeiro.

NUEVA ALCALDESA EN SAO PAULO

Proyecciones del influente diario Folha de Sao Paulo aseveraron que la candidata del PT, Lutz Erundina, fue elegida como nueva alcaldesa de Sao Paulo, la quinta ciudad más poblada del mundo, con 15 millones de habitantes.

Las proyecciones de Folha de Sao Paulo indicaron que Erundina, licenciada en Ciencias Sociales de 33 años, obtuvo el 30 por ciento de los votos, seguida por el candidato del conservador Partido Democrático y Social (PDS), Paulo Maluf, con un 28,4 por ciento.

Otros tres sondeos variaban en cuanto a los porcentajes, pero coincidían en conceder el triunfo a la candidata izquierdista.

Esta es el mayor triunfo de la izquierda en la historia de Brasil.

Por otra parte, sondeos de la Universidad Federal de Río de Janeiro afirmaron que el candidato del PDL, Marcelo Alencar, es el virtual alcalde de Río de Janeiro, la segunda ciudad del país.

Alencar obtuvo 40 por ciento de los votos, seguido por el candidato del PT con un 18 por ciento



RIO DE JANEIRO. Un votante escucha instrucciones de la Presidente de la mesa electoral antes de depositar su voto en la urna para elegir a un nuevo alcalde y a los concejales en los comicios celebrados ayer. (Foto Reuters vía satélite).

y relegando al tercer lugar al candidato conservador Alvaro Valle, del Partido Liberal, con un 8 por ciento, indicaron las proyecciones.

El porcentaje de votos nulos y en blanco fue del 4 y 10 por ciento, respectivamente, se informó.

OTRAS CIUDADES

En Porto Alegre, el candidato del PT, Olívio Dutra, obtuvo el 42 por ciento de los votos; en segundo lugar se ubicó el candidato del PDL, Carlos Araujo, con 22 por ciento, según proyecciones de Folha de Sao Paulo.

En Belo Horizonte, la tercera ciudad de Brasil, el candidato izquierdista moderado del partido So-

cial Democrático Brasileño, Pimenta da Vega, es el nuevo alcalde de la ciudad, seguido por el candidato del PT.

Analistas políticos atribuyeron el avance de la oposición a la difícil situación económica, reflejada en una ola de huelgas por demandas salariales que involucra a más de 600.000 trabajadores, incluyendo los estratégicos sectores del petróleo, la electricidad y la siderúrgica, y la inflación que alcanza ya un índice del 1.700 por ciento.

Los analistas afirmaron que las elecciones municipales constituyeron un termómetro para los primeros comicios presidenciales directos en 20 años, que se realizarán en 1990.

Importan derivados del petróleo

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI). La Empresa Brasileña de Petróleos (PETROBRAS) comenzó a importar derivados del petróleo para garantizar el abastecimiento de combustible, amenazado por la huelga de trabajadores del sector, que hoy entró en su sexto día.

Según fuentes de PETROBRAS, ya empezaron las importaciones de gas industrial y las de gas de cocina, combustible de aviones y diesel comenzarán muy pronto, si la dirección de la empresa no consigue un acuerdo con el sindicato antes de 24 horas.

Con la huelga de 61.000 trabajadores están paralizadas nueve de las once refinerías brasileñas, y la mayor parte de las plataformas petrolíferas están inactivas o

con una baja significativa de la producción.

Brasil no importará petróleo crudo, porque sólo dos refinerías, la de Manaus y la de Belo Horizonte, están funcionando.

PETROBRAS informó ayer de que el 70 por ciento de los trabajadores del sector están parados en todo Brasil, mientras que en Río de Janeiro la paralización es del 90 por ciento, es decir, unos 28.000 obreros.

Agregó que se tomó la decisión de importar derivados porque, a consecuencia de la huelga, no se están renovando las reservas.

El Departamento Comercial de PETROBRAS comunicó que ya compró 114.000 toneladas de gas industrial, por valor de 14.800.000 dólares.

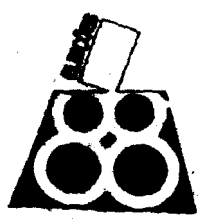
En Brasil se consumen 1.200.000 barriles diarios de productos derivados del petróleo.

El presidente de PETROBRAS, Armando Guedes Coelho, manifestó la semana pasada que las reservas de gas industrial eran suficientes para quince días y las de gasolina para 25.

Los trabajadores exigen del Gobierno el pago del 25,08 por ciento de pérdidas salariales por la inflación, mientras que la empresa ofrece un reajuste del cuatro por ciento por encima del obligatorio Unidad de Referencia de Precios (URP), que aumenta los salarios de acuerdo con la inflación de los tres meses anteriores.

01-01

8900205



O PMDB consegue a unidade. Depois de muitas reuniões

As negociações só acabaram ontem pela manhã. Houve avanços, recuos, expectativas e até frustrações

Por CARLOS SÁBIO
Mídia Política/ZH

O PMDB atravessou a noite de sábado para domingo buscando a construção da unidade para disputar a eleição municipal, em uma série de reuniões realizadas na sala residencial de Fátima Piratini, envolvendo o governador, o comando partidário, parlamentares ligados a Porto Alegre e as bases representadas pelos dirigentes dos dez diretórios zonais. O extenuante processo, contudo, teve um final com uma reunião onde foi selada a unidade interna, às 6 horas de domingo, já com dia claro. Conforme o integrante de uma zona que participou de várias articulações e teve conhecimento de outras, a reunião final "simbolizou a arrancada da campanha peemedebista", com o candidato Antônio Britto, depois de saudado por Pedro Simon, Sílvio Guazzelli, César Schirmer e Ibsen Pinheiro, conclamando todos à busca da vitória.

Das 11 horas de sábado até a manhã de domingo, os peemedebistas viveram uma sucessão ininterrupta de reuniões, onde negociações avançaram e recuaram, expectativas se abriram e se frustraram, até a articulação final, respaldada pelas zonas. No início da tarde de sábado, Ibsen Pinheiro já havia retirado a sua candidatura, depois de um apoio de Ulysses Guimarães, que exigia do líder peemedebista a continuidade do seu trabalho em Brasília. A primeira reunião, conforme um integrante do partido, envolveu as lideranças que vinham articulando desde sexta-feira — Simon, Guazzelli, Schirmer, Fagundes, Ibsen, Britto, Mercedes Rodrigues e Mendes Ribeiro — e mais alguns deputados com base em Porto Alegre, como Ruy Carlos Ostermann, Mendes Ribeiro Filho, Luis Roberto Ponte, Mário Madureira e Sanchotene Felice (se bem que este tenha participado por pouco tempo). Nesse encontro não houve nenhum avanço, servindo mais para formalizar a participação dos parlamentares com base em Porto Alegre, no processo de busca do consenso.

Em seguida tiveram início os encontros de Simon e Schirmer, primeiro com a base de vereadores, e depois com os integrantes das zonas, onde se achavam os pontos neurálgicos do processo, devido à divisão das zonas entre os que apoiavam Ibsen Pinheiro e os que defendiam Antônio Britto como alternativa. Inconformados com a decisão de Ibsen, desistindo, os dirigentes das seis zonas que o apoiavam solicitaram ao governador que fizesse um novo apelo, a fim de que o deputado reconsiderasse sua posição. Comprometeram-se contudo a apoiar o candidato que Ibsen indicasse, caso a negociação falhasse. O líder do PMDB, segundo um membro de zona, foi chamado e chegou ao Palácio às 21h30min, reunindo-se com o comando partidário e o governador.



PMDB: longas reuniões, muita política. Mas o consenso acabou prevalecendo

Dificuldades

Essa primeira tentativa de equacionar o problema não deu resultado, pois conforme relatos um vereador presente, Ibsen manteve seu posicionamento de não concorrer, ao mesmo tempo em que fora da reunião, em outra sala, as zonas fiéis a ele afirmavam que seria muito difícil aceitar Britto. Comentava-se inclusive que, em última instância, Ibsen poderia indicar José Fogaça. As 14h30min, Schirmer e Guazzelli deixaram o gabinete principal com uma expressão preocupada. Nessa altura dos acontecimentos, o vice-governador teria comentado com um militante: "Amazônia poderemos não ter candidato".

A partir daí, o PMDB deu continuidade à análise de outras alternativas com as quais também trabalhava. Nesse sentido, as atenções voltaram-se para o deputado Mendes Ribeiro, que chegou a receber uma visita do governador. Às 23 horas, com Ibsen, Schirmer e Guazzelli juntos, ao mesmo tempo em que ouviu um apelo telefônico de Antônio Britto, cujo nome, porém, anteviam os peemedebistas, já vinha se desenhando há alguns dias como uma das alternativas mais passíveis de concretização.

As horas seguintes foram possivelmente as decisivas no processo. Os integrantes das zonas, fiéis a Ibsen e a Britto, dialogaram bastante, como fruto de uma costura política encaminhada em nível de lideranças por Pedro Simon e César Schirmer. Aguardava-se uma resposta de Mendes Ribeiro, mas a tensão havia desaparecido, e nessa altura dos acontecimentos, conforme um militante, existia clima para a realização do consenso tanto em relação a Mendes Ribeiro como Antônio Britto. À 1h45min, os dirigentes de zonas perceberam pela movimentação que já existia uma resposta de Mendes Ribeiro, negativa

conforme o previsto. A partir daí, a costura tomou o rumo antecipado por alguns, e pacientemente, os dirigentes das zonas aguardaram o final da reunião, confraternizando até as 4h30min, quando o deputado Luis Roberto Ponte saiu da reunião — onde permaneciam Simon, Schirmer, Guazzelli, Ibsen, Britto, Mercedes Rodrigues e Mário Madureira — informando que as articulações se encaminhavam para o final. Ele antecipou a posição de Mercedes que queria confirmar a candidatura a vice com suas bases. Às 4h35 min, todos saíram da reunião, que se dividiu em duas. Em uma sala, o comando nas articulações — Simon, Schirmer e Guazzelli — reuniu-se com as zonas fiéis a Ibsen, cuja presença foi fundamental para explicar todo o processo e formalizar o pedido de apoio a Antônio Britto. Esse encontro foi longo, e aguardado, em outro recinto, por Britto com Mendes Ribeiro Filho e os dirigentes de zonas que vinham apoiando seu nome.

Nessa reunião, Britto já estabelecia aquela que seria a condição fundamental, no seu entendimento, para aceitar formalmente a candidatura: a unidade entre todos os peemedebistas. E essa unidade passava evidentemente pela soma dos membros das zonas. A nível das zonas anteriormente defensoras de Ibsen, o entendimento, a esta altura, já estava concretizado, e em razão disto, a transformação das duas reuniões em uma só, ocorreu ao natural, já com caráter festivo.

Arrancada

O processo iniciado no dia anterior foi selado por uma série de pronunciamentos. O governador Pedro Simon destacou o clima altamente positivo que encerrou o processo de negociações e solicitou apoio de todos para que Mercedes Rodrigues — que deixou as reuniões logo no início, informando que iria consultar suas bases — e os que a apoiavam se integrassem efetiva-

mente com a acatando as condições para a vice-prefeitura. O governador se emocionou com o entusiasmo dos dirigentes e manifestou certeza no sucesso da unidade. Britto e Mercedes Rodrigues, por sua vez, Guazzelli frisou que "depois de muitas reuniões, o consenso acabou prevalecendo". Ibsen Pinheiro, "filho do PMDB", também se emocionou com a vitória, afirmando que "a unidade acabou prevalecendo".

Ibsen Pinheiro disse que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ele também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal. Britto, por sua vez, afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ele também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal. Mercedes Rodrigues também afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ela também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal.

O presidente do PMDB, César Schirmer, elogiou a superação dos dirigentes e disse que a democracia liberal do PMDB não foi prejudicada pelo processo de negociação. Britto afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ele também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal. Mercedes Rodrigues também afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ela também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal.

Britto, candidato que seria confirmado depois da convenção, encorajou a todos em tom emocionado como os dirigentes, dizendo a todos os que se envolveram no processo, dando sobre sua vontade de lutar com Ibsen, lembrando que o PMDB realizou a importância da unidade. Britto afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ele também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal. Mercedes Rodrigues também afirmou que a unidade acabou prevalecendo e que o PMDB estava unido. Ela também mencionou a importância da unidade para a vitória na eleição municipal.

Grupo de Mercedes resistiu. Mas acabou aceitando

Por SILVIO ALFONSIN
Editoria Política/ZH

Mercedes Rodrigues só ontem, às 13 horas, aceitou ser a vice na chapa do PMDB à Prefeitura de Porto Alegre, liderada pelo deputado federal Antônio Britto. Reuniu-se com as suas bases, representadas pelo pessoal dos movimentos feminino e comunitário do partido que, após algumas resistências, terminaram por concordar com a posição de vice, acreditando na promessa de Britto de que "Mercedes não teria um cargo apenas decorativo, mas participaria de uma administração a quatro mãos". Às 15 horas, ela comunicou a decisão a Simon.

Lurante a reunião, em que foi auxiliada pelo deputado Mário Madureira e o líder Fior Edson Silva, alguns dos líderes — representando cerca de 15 comunidades e mais de 30 vilas — chegaram a sugerir que levasse ao governador uma contraproposta invertendo a chapa, temerosos de consequências desagradáveis na convenção. Um outro grupo tentou rearticular os delegados para votarem em Mercedes, alegando que o auditório sustentaria a manifestação

pró-Mercedes. Mas ela foi enérgica: "Lembrem-se que vocês são mestres em mobilizar o povo e o nosso desejo é de festa na convenção do PMDB. E todos somos responsáveis". Relatou que durante o ciclo de reuniões de sábado pela manhã até o amanhecer de domingo "o processo de entendimento foi amadurecido com demora, mas muito rico e participativo, envolvendo inclusive algumas das melhores lideranças do Brasil". Destacou o gesto de desprendimento do deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, que desistiu de concorrer não só em favor do consenso e da melhor solução político-eleitoral para o partido, mas também devido aos seus compromissos em nível nacional. Explicou que entre as suas responsabilidades está a de aceitar ou rejeitar o Orçamento da União.

Decisão

No entendimento de Mercedes Rodrigues, a sua decisão tem "uma dimensão assustadora", porque extrapola os limites do Palácio Piratini, da cidade e do Estado, devido à projeção em que foram colocados em pouco tempo os movimentos comunitário e feminino do partido. "Tenho certeza de que só depende de nós a conquista da Prefeitura de Porto

Alegre pelo PMDB, mas precisamos ter paciência para chegarmos aonde queremos, ajudando a manter e ampliar a unidade. Com o nosso entusiasmo poderemos levantar as camadas populares enquanto Britto traz os votos que precisamos da classe média".

O deputado Mário Madureira e ex-presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho, Fior Edson da Silva Filho, sugeriram que Mercedes aceitasse a proposta de Simon a chapa oficial do partido, na condição de vice e considerassem uma vitória a inclusão do seu nome, assegurando-se a liderança com tração eleitoral e já com nome político forte há mais tempo, ao longo de diversas eleições. Defendiam que todos delegassem a Mercedes condições para barganhar espaços na administração.

Foram apoiados por Gilmar Figueiredo, do Sindicato da Construção Civil, e Ester Machado, presidente nacional da CGT Feminina, que alertaram que ajudando a eleger Britto e Mercedes estariam ajudando as vilas e a cidade. Lembrou que se Mercedes longe da Prefeitura contribuísse muito para as vilas, ao lado de Britto teria condições muito melhores de trabalho. Advertiram ainda que uma derrota do PMDB poderia significar a volta de Vilas do PMDB já tem projeção no meio popular.

297

CC

CC

de País 29/7/76

Se Caracterizó por "Detonar" Noticias

Brasil, la "Vedette", Busca un Papel Protagonístico en Cumbre

No hay duda que la siempre efímera "Vedette" de la política mundial, en la posición que ocupa, en esta reunión de Cumbre de Punta del Este, el presidente Juscelino Kubitschek fue el primero en detonar la noticia más llamativa sobre los siete mandatarios cuando publicó la fórmula del presidente de Brasil, Juscelino Kubitschek, al decir: "Brasil se levanta".

En la reunión de Cumbre de Punta del Este, el presidente Juscelino Kubitschek fue el primero en detonar la noticia más llamativa sobre los siete mandatarios cuando publicó la fórmula del presidente de Brasil, Juscelino Kubitschek, al decir: "Brasil se levanta".

en San Rafael para analizar el tema, y como ha ocurrido siempre la diplomacia brasileña se está moviendo "a las mil maravillas", acompañada por un periódico que no cesa de publicar noticias y fotografías de su país, en un momento de formación en la zona, ayer el ministro de Hacienda, Malagón, Ferraz, al hablar de la situación económica del país, dijo que la deuda externa era de 100 millones de dólares, y que la deuda interna era de 100 millones de dólares, en una larga crisis de una

celebrar muestra de la dualidad en las relaciones que mantienen los gobernantes del país del norte. Primero usó su idioma, el portugués, luego ante presencia en español contestó en un fluido y casi perfecto idioma de Cervantes. Pero la cosa no se detuvo allí. La secretaria en un momento se le aproximó y le indicó que había periodistas esperando en un lugar de la sala muy grande, en caso de necesitar ayuda en las interpretaciones. La "Vedette" se acercó a los 100 millones de dólares de su deuda externa coligada a cualquier primer

01-01

89000313

23 Brasil 8/8/88

Sarney pensa em tomar MIC e dar Mirad a Newton

BRASÍLIA — O Ministério da Indústria e do Comércio voltaria a ser comandado por um empresário paulista, enquanto a pasta da Reforma Agrária ficaria com um político de Minas Gerais, em compensação pela perda do MIC. Estes seriam os pontos já definidos da mudança da equipe que o presidente José Sarney pretende anunciar esta semana. O critério que está sendo usado é de tornar o ministério mais afinado e reformar os laços do Palácio do Planalto com a ala moderada do PMDB.

O empresário Nildo Marini, principal acionista da Agos Ipiranga e atual presidente da Caixa Econômica Estadual, é o nome preferido do governador de São Paulo, Orestes Quércia, para ocupar o Ministério da Indústria e do Comércio. O governador de Minas, Newton Cardoso, ainda não respondeu se aceita a troca do Ministério da Indústria e Comércio pelo da Reforma Agrária.

A nomeação dos novos ministros foi o assunto que ocupou o fim de semana do presidente Sarney. Ele passou o sábado no seu sítio na cidade goiana de Lusitânia, onde conversou durante quatro horas com o ministro da Agricultura, Rio Rezende, mas não conseguiu convencê-lo a deixar o ministério pelo governo do Distrito Federal. No final da manhã de domingo, Sarney telefonou de helicóptero ao Palácio de Alencastro, onde sempre em companhia de família e depois reconheceu as conversações sobre as mudanças no governo por telefone. O porta-voz da presidência, Carlos Menezes, disse que o presidente anunciou hoje os nomes escolhidos, mas os ministros ligados a Sarney garantiram que ele não conseguirá concluir as negociações políticas em tempo das mudanças antes de amanhã ou quarta-feira.

Resistência — Até a sexta-feira as resistências do FFL Edeus Lobão (MA) e Odeir Souza (RO) eram as mais fortes para a nomeação de Aguiar, mas foram superadas no fim da semana quando a insistência do governador Newton Cardoso de manter um ministro no Ministério da Indústria e do Comércio, apesar da volta do ex-deputado José Aparecido ao Ministério da Cultura. A saída de Sarney seria entregar o MIC a Minas.

As injunções políticas também deverão levar o presidente a recuar em sua intenção de nomear o senador Alexandre Costa, seu amigo e conterrâneo, para o governo do Distrito Federal, em substituição a José Aparecido. As lideranças políticas e empresariais de Brasília não aceitam a nomeação de mais outro político de fora para o governo local. O atual chefe do gabinete Civil do governo do Distrito Federal, o jornalista Guy de Alencastro, conta com o apoio de José Aparecido, mas foi vetado pelas lideranças do FFL. Como segunda opção, Aguiar pretende empregar sua influência junto a Sarney em favor do empresário Lindberg Aziz, que foi derrotado nas eleições para o Senado em 1986. Mas o diretório do PMDB-DF manifestou-se contrário em favor do radialista e senador Meira Filho, que despontou no fim de semana como o candidato mais forte ao governo do Distrito Federal. Por fora, mas com chances corre o ex-secretário de Serviços Públicos, José Carlos Melo.

98

Constituinte vota direitos esta semana

BRASÍLIA — Se tiver quórum esta semana, a Constituinte deverá votar o final do capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos, no qual se incluem os seguintes temas:

Direitos Autorais — Um acordo remete para uma lei futura a regulamentação do direito dos artistas participarem dos lucros provenientes da utilização de suas obras. Os sindicatos terão direitos a fiscalização.

Crimes Indefiniáveis — A tortura, o tráfico de drogas e o terrorismo são crimes indefiníveis e inconstitucionais. Por um acordo de direitos, os crimes indefiníveis ficam excluídos da lei.

Definição do segredo — Além do direito individual, a nova Constituição pode estender este direito aos grupos. Uma entidade poderá impetrar um mandado coletivo para defender seus associados.

Definição de injunção — Qualquer pessoa poderá entrar com uma ação na Justiça pedindo que seja cumprido um preceito regulado pela nova Constituição.

BRASIL

8/8/88

Nova Lei do Software mantém poderes da SEI

BRASÍLIA — Todos os programas de computador (software), nacionais ou estrangeiros, para serem comercializados no país, terão de ser cadastrados na Secretaria Especial de Informática (SEI), que também terá o direito de examinar previamente qualquer pedido de importação de programas. Este é um dos principais pontos do decreto de regulamentação da Lei de software, que já foi assinada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, e está à espera da aprovação do presidente José Sarney.

Na verdade o fato de a imprensa ter tido acesso ao texto de regulamentação da Lei de Software causou uma movimentação, ontem, no governo, porque no Palácio do Planalto informava-se que o texto final ainda não era este e no Ministério da Ciência e Tecnologia as fontes davam a versão como oficial. Há duas semanas o Ministério enviou ao Palácio o texto que já estava em sua quarta versão e ficou à espera da aprovação do governo. Ontem o Palácio enviou de volta, com pequenas alterações, e a aprovação foi comemorada no Ministério. Hoje cedo o ministro assinou e devolveu o texto ao Palácio e a versão acabou chegando aos jornalistas. Esse texto foi intensamente discutido, inclusive sendo submetido, informalmente, às discussões no Congresso.

Dedução — O decreto também prevê que as empresas poderão deduzir, como despesa, para apuração do lucro tributável pelo imposto de renda, o dobro dos gastos realizados com a aquisição de programas de computador desenvolvidos por empresas nacionais. A expectativa é de que o presidente Sarney assine ainda hoje o decreto.

De acordo com o decreto, com 9 capítulos e 40 artigos, o software estrangeiro será cadastrado após exame de similaridade. A manifestação da SEI sobre a importação de cópia única de programa de computador estrangeiro, para utilização exclusiva pelo usuário final, será expedida no prazo de 30 dias. A SEI ficará limitada à verificação dos requisitos legais e da inexistência de similar disponível no país por empresa nacional ou não nacional.

O decreto estabelece seis categorias para o cadastramento dos programas de computador: 1 — os desenvolvidos no país por pessoas naturais, aqui residentes e domiciliadas, ou por empresas nacionais; 2 — os desenvolvidos por cooperação entre empresa nacional e não nacional, com projeto aprovado pela SEI; 3 — os desenvolvidos por empresas não nacionais, cuja tecnologia e direitos de comercialização no país tenham sido transferidos a empresas nacionais, de acordo com ato averbado no INPI; 4 — os desenvolvidos no país por empresa não nacional; 5 — os desenvolvidos por empresa não nacional, cujos direitos de comercialização tenham sido concedidos a empresas nacionais; 6 — os que não se enquadram nas categorias anteriores.

A SEI, no prazo de quinze dias da data do protocolo dos programas, terá que tornar pública a relação dos pedidos de cadastramento e de aprovação dos contratos. A partir daí, corre um prazo de 30 dias para que as empresas interessadas se manifestem sobre a possível existência de programa similar no País. Caso seja necessário, a SEI poderá instituir grupos de trabalho composto por representantes de entidades de classe para apurar a existência, ou não, de programas similares ao que está sendo cadastrado.

Comitê do FMI aprova proteção aos devedores

O Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional — encarregado de traçar as políticas da instituição — aprovou em sua última reunião, na segunda quinzena de abril, a adoção de cláusulas de garantia nos contratos de financiamento aos países devedores, protegendo-os contra fatores externos aos governos. A decisão foi anunciada pelo vice-diretor para o continente ocidental do FMI, Joaquim Ferraz, em discurso durante reunião da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), encerrada ontem no Rio.

Na prática, a decisão do FMI — que ainda depende da aprovação burocrática da junta de Governadores — estende aos demais países devedores o benefício concedido ao México, na renegociação de 1986. No México, tanto o FMI quanto os Bancos Credores aceitaram renegociar a dívida acrescentando uma cláusula que vinculava a redução ou aumento dos desembolsos de recursos ao comportamento dos preços internacionais do petróleo, o principal produto da pauta de exportação mexicana.

A época do acordo mexicano, o FMI aprovou a cláusula de garantia com restrições. Entretanto, parece que a discussão evoluiu dentro da instituição e agora outros países também poderão se beneficiar desse mecanismo atrelando-o, por exemplo, à oscilação das taxas de juros do mercado internacional, conforme proposta defendida pelo Brasil na renegociação de sua dívida.

Não está claro se haverá tempo para que o governo brasileiro, que já reiniciou suas conversações com o Fundo, aproveite-se da mudança que está para ser feita na direção política da instituição. A nova diretoria, que abrangerá todos os tipos de crédito, inclusive o *stand by* pleiteado pelo Brasil, só poderá ser seguida na medida que a Junta de Governadores confirme a orientação do Comitê Interino, o que será quase automático.

A mudança na diretoria política do FMI, entretanto, não significa que está aberto o caminho para uma maior flexibilização das exigências que a instituição faz aos países devedores.

Senado aprova lei que Reagan prometeu vetar

WASHINGTON — O Senado dos Estados Unidos aprovou por 63 votos a 36 a polémica de comércio que o presidente Ronald Reagan prometeu vetar. Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou a mesma lei por 312 votos contra 107. Nas duas votações, os congressistas democratas apoiaram maciçamente a nova legislação, de cunho protecionista.

As principais alterações contidas na lei do comércio e que têm a oposição de Reagan são: a) *retaliação*: o US Trade Representative será forçado a investigar os países que impõem "monetárias e barreiras comerciais" barreiras comerciais aos produtos americanos. O tipo de retaliação será decidido pelo presidente; b) *sanções*: A Toshiba Corp e a norueguesa Kongsberg Vaapenfabrikk serão penalizadas por terem vendido alta tecnologia para a URSS. A Toshiba Machine Co será proibida de realizar vendas nos Estados Unidos durante três anos; c) *suborno*: limita as sanções aos executivos que "tenham conhecimento" da prática de suborno pago a terceiros para "facilitar os negócios" com um país estrangeiro.

Além desses artigos, a lei de comércio também modifica a legislação sobre: d) *corretores de títulos*: os estrangeiros serão proibidos de realizar transações com títulos do governo americano, exceto

to de houver reciprocidade em seus países de origem; e) *pagamentos compensatórios*: para US\$ 3,5 milhões os subseqüentes, para a pequena empresa para a produção de seus produtos nos mercados estrangeiros. f) *fechamento de fábricas*: sob o pretexto de responder a maior competitividade, a Casa Branca e o Congresso, sob o pretexto de 60 dias para a instalação de fábricas ou de aumento de produção, podem de funcionar.

Também estão incluídos artigos sobre *governos estrangeiros* que não adotam medidas de defesa de propriedade intelectual; e *suborno*: o US Trade Representative será autorizado a manter sanções contra o Galt; h) *apropriação de propriedade intelectual*: o Executivo será obrigado a tomar medidas contra os países que apropriam propriedade intelectual e copyright de maneira sistemática, em modo geral, ou em setores específicos, como a indústria americana de filmes, que foram usados pelo uso sem autorização de patentes por estrangeiros.

Argentina — fim de reduzir o déficit público de 4,7% para 2,9% do PIB, a Argentina anunciará, talvez domingo, uma série de medidas que incluem a suspensão das obras da hidrelétrica de Pich-Pecón-Leufá, na província de Neuquén, a racionalização das verbas para o programa nuclear e a renegociação com o Paraguai do contrato para a construção da usina de Yaciretá. Desta forma, o governo Raúl Alfonsín pretende atingir as metas acordadas com o FMI e obter em junho um novo empréstimo *stand by*.

Chile — O governo chileno pretende renegociar com o FMI o programa de crédito, a fim de garantir um crescimento de 5% este ano. O ministro da Economia, Hernán Buchi, afirma em carta enviada a 320 bancos estrangeiros que as metas para 1988 são: inflação de 15% a 20%, aumento do número de empresas e superávit da balança comercial estimado em US\$ 1,280 bilhões. Com o aumento das taxas de juros, o serviço da dívida ficará em US\$ 200 milhões.

Informe JB

O IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — traduziu em números uma antiga constatação: quanto mais cresce a inflação, mais os salários se desvalorizam:

A saber:

- Se a inflação continuar em 24,04% ao mês até dezembro, o salário real valerá apenas 12% ao fim do ano.

- Se continuar subindo um ponto por mês, os assalariados terminarão o ano com uma perda de 34,6%.

- Se subir de cinco em cinco pontos por mês, como parece seu destino, no Natal o trabalhador terá na carteira menos da metade do salário que tinha em julho.

Mesmo na remota hipótese de inflação despencar durante os próximos cinco meses de 24,04% para 18%, por exemplo, o poder de compra do assalariado — ainda segundo os técnicos do Ibase — começará o ano de 1989 valendo menos 2,1% do que no mês de julho de 1988.

038

BRASIL PEDIRA ANALISIS DE SANCIONES DE EE.UU. EN CUMBRE PRESIDENCIAL

62 PAU 2270/88

El presidente brasileño, José Sarney, dijo que las recientes sanciones comerciales norteamericanas aplicadas al Brasil, deberán ser presentadas para análisis en la reunión presidencial de Punta del Este.

El gobierno norteamericano aplicó sanciones por valor de 39 millones de dólares en protesta por el no reconocimiento de ciertas

patentes farmacéuticas y de química fina, y estableció sobretasas a las importaciones en los sectores de drogas no benzopícos, papel y electrónicos.

En nota oficial, la Cancillería brasileña afirmó que la decisión norteamericana es "una forma de imponer la ley del más fuerte en el comercio internacional, para obtener cambios en el

comportamiento absoluto-mente legal y legítimo de un país como Brasil".

Fuentes de la Cancillería mexicana por su parte, estimaron que un punto crucial de las deliberaciones con las relaciones con Estados Unidos, en donde habrá un nuevo gobierno en la próxima. "Las relaciones de América Latina con Washington deben pa-

sar de los buenos deseos a los hechos concretos", dijeron.

Se informó también que la guerrilla salvadoreña pidió al presidente Alan García, que en la reunión de Punta del Este incentive los esfuerzos para cimentar la paz en Centroamérica. El pedido fue hecho a García por una delegación del Frente Farabundo Martí.

098

Brasil: bancos suspenden la asistencia financiera

RIO DE JANEIRO. (DPA). — Un año después de la suspensión de la moratoria de su deuda exterior y pocos meses tras formalizar la normalización de las relaciones con los acreedores y el Fondo Monetario Internacional, Brasil vuelve a enfrentarse con el cierre de las puertas de financiación externa.

Según informa la prensa local, el país no va a recibir este mes la segunda parte —600 millones de dólares— de los recursos de 5.200 prometidos por los bancos comerciales extranjeros para este año y el próximo, en el marco del acuerdo de renegociación de la deuda firmado en setiembre pasado.

Ello se debe parcialmente a la decisión anunciada esta semana por el gobierno brasileño de no cumplir uno de los puntos del acuerdo con los acreedores privados —la autorización para la realización de operaciones de préstamo ("relending") de 200 millones de dólares en recursos de la banca extranjera, en noviembre y diciembre.

Según las autoridades económicas locales, esa autorización obligaría al gobierno a aumentar la emisión de moneda, lo que elevaría la inflación y dificultaría aún más el cumplimiento de las metas de expansión monetaria y déficit público prometidas al FMI, que en agosto concedió a Brasil un crédito "stand by" de 1.400 millones de dólares a ser liberado en seis parcelas hasta febrero de 1990.

No se cumplen metas

Desde setiembre, sin embargo, el gobierno brasileño admite que no ha logrado cumplir esas metas, que fueron calculadas con base en una previsión de una inflación del 600 por ciento este año, ahora revisadas para un 900 por ciento. Brasil prometió al FMI bajar el déficit público del 5,5 por ciento del producto interno

bruto, en 1987, al cuatro por ciento del PIB, este año.

La banca privada, que recientemente liberó 4.000 millones de dólares en nuevos préstamos, utilizados casi íntegramente para pagar el servicio de la deuda, teme conceder más recursos en favor de Brasil antes que lo hagan el FMI y el Banco Mundial.

El BIRF volvió a aplazar el mes pasado la concesión de un préstamo de 500 millones de dólares para ser utilizado en proyectos en el sector de energía eléctrica, negociado desde hace más de un año.

La demora está ligada a dos causas básicas: la preocupación del Banco Mundial con los efectos sobre el medio ambiente de la construcción de hidroeléctricas y el temor a que los recursos sean desviados para financiar la construcción de la planta nuclear de Angra-3, realizada en el marco de un acuerdo de cooperación atómica firmado en 1975 entre Brasil y Alemania Federal.

Reuniones con el BIRF

El asesor internacional del ministerio brasileño de Hacienda, Sergio Amaral, inició ayer en Washington una serie de reuniones con funcionarios del BIRF, en un intento de superar esta impasse. Si el banco decide negar el préstamo, quedaría automáticamente suspendida también la financiación a los proyectos hidroeléctricos del Eximbank de Japón, por un valor de 650 millones de dólares.

Las dificultades para obtención de recursos externos podrían causar graves problemas a la balanza de pagos brasileña este año que para cerrar en equilibrio, necesitaría recibir recursos por un total de 7.500 millones de dólares. De confirmarse el bloqueo de los recursos por parte de los acreedores privados, Banco Mundial, Eximbank de Japón y FMI, el país recibiría este año unos 1.800 millones de dólares menos.

PARTES POCO LEGIBLES

EL DIA 5/12/88

Jornal da Eleição

A ANÁLISE DA DERROTA

Schirmer: "Pagamos preço de eleição plebiscitária"

Por SÍLVIO ALFONSIN
Edição Política/ZH

O presidente regional do PMDB, deputado Cezar Schirmer, entende que as eleições municipais "tiveram o caráter plebiscitário e o justo pagou pelo pecador". Para ele, a derrota nacional do PMDB significou "a repulsa de alto a baixo ao Governo Sarney. Resta agora ao PMDB reconhecer de direito que esta convivência é insuportável". Schirmer prevê que "a saída inevitável será o rompimento".

O líder do governo Pedro Simon na Assembleia Legislativa anunciou que a nova meta do seu partido é voltar às suas raízes. "Vamos resgatar os nossos compromissos históricos". E já convocou uma reunião da Executiva do PMDB gaúcho para a tarde de segunda-feira.

Conforme Schirmer, o que ocorreu em Porto Alegre, não foi diferente do resto do País. "O presidente José Sarney, pelos seus atos, compromissos e idéias, representa muito mais a continuidade dos governos militares do que os princípios de centro-esquerda do PMDB".

Entretanto, ele lamenta "que o povo tenha identificado os nossos



candidatos com o Governo Federal". E atribui ao governo Sarney, "a verdadeira culpa pela inflação alta, o assassinato dos operários de Volta Redonda e o aumento dos combustíveis". Também reclamou: "Os preços do álcool e dos derivados do petróleo deveriam ser reajustados, segundo a promessa do Governo, somente em dezembro, mas aumentaram logo após o fim do compulsório, num novo ato de traição, dos tantos praticados contra o

povo brasileiro".

Quanto à convivência com o governo municipal do PT, Schirmer deseja e espera dos peemedebistas, o comportamento já assumido pelo partido na condição de oposição, diante de outras administrações. "O PMDB do Rio Grande do Sul tem uma linha progressista-popular-democrática. Naquilo que o governo municipal do PT se identificar conosco, na certa estaremos juntos".

Simon lembra que todos os partidos estão no poder

Por CARLOS ADAMATTI
Edição Política/ZH

Ao fazer, ontem, uma avaliação dos resultados das eleições, o governador Pedro Simon disse que "foi aberto um leque partidário, com todos os partidos no poder, ao contrário das eleições de 1988, quando tínhamos praticamente um partido só". Referindo-se especificamente ao fraco desempenho do PMDB em Porto Alegre, Simon ressaltou: "Ovídio Dutra é um grande nome, um grande líder, muito coerente. Um homem que merece respeito e Porto Alegre terá um prefeito à altura de sua cidade".

Isto, entretanto, não desmerece os candidatos do seu partido, "porque tanto Brito como Marcondes são muito bons. O que resta fazer, agora, é reconhecer a decisão livre e soberana do povo".

Os resultados das urnas, entretanto, segundo o Governador, tiveram o sabor de um "recado", pois refletem uma angústia popular com a falta de decisão para os problemas sociais. Simon acha o quadro de miséria em que vive a maior parte da população "profundamente lamentável" e as vitórias do PT em Porto Alegre e São Paulo, por exemplo, bem como o avanço desse partido em outras cidades, manifestam a identificação da sociedade com a angústia por mudanças sociais.

Na sua opinião, o PMDB desempenhou um papel importante que foi o da transição. Enquanto se empenhou em elaborar a nova Constituição, a sociedade avançou, deixando o partido para trás, embora em outras épocas, especialmente da ditadura, estava à frente, sendo praticamente o único porta-voz desta sociedade.

Agora que a sociedade está exigindo condições de vida mais justas e adequadas, é o momento, observa Simon, de todos os partidos refletirem, porque ninguém irá fazer milagres, em que pese a capacidade coerência das lideranças políticas, como é o caso de Ovídio Dutra.

Sem entrar no mérito de mudanças internas no PMDB ou do rompimento com o Governo Sarney, Simon esclareceu que o quadro desfavorável ao partido se modificou nos últimos 30 dias, em razão de três fatos altamente negativos: o aumento da gasolina, quando não devia acontecer; o pacto social, que mal foi anunciado os preços dobraram e, finalmente, os episódios de Volta Redonda.

Para Simon, o PMDB deve se adequar às necessidades da sociedade, sem esperar o reconhecimento pelo que fez em termos de normalização institucional. Está curioso por ver o desempenho dos novos prefeitos do PT aqui e em São Paulo, "que é a cidade maior do país, mas que também tem os maiores problemas". Embora torça para que tenham sucesso, adverte que nem sempre o discurso corresponde à prática.

Sobre o futuro do partido, Simon resalta que as coisas mudam rapidamente. Em 88, Sarney tinha mais de 80% de popularidade, e hoje está a menos de 10%. Tanto ele como Collor tiveram uma votação espetacular, como tem agora o PT. "Acredito que jogamos uma preliminar importante, que serviu para alertar a todos. Até novembro de 89 poderão surgir outros fatos importantes que deverão ser analisados", advertiu o governador Pedro Simon.

5/10/88
J12AF

JORNAL DO BRASIL

Decreto leva Conin para a Presidência

BRASILIA — A Política Nacional de Informática é, desde agora, competência exclusiva do Presidente da República, segundo decisão do Ministério da Ciência e Tecnologia. Decreto assinado pelo Presidente Sarney em 15 de outubro de 1984, altera a estrutura do Conselho Nacional de Informática (Conin), órgão criado em 1974, subordinando-o à Presidência da República. Em função da criação da Secretaria Especial de Informática (SEI), também criada em 1984, o Conin passa a ser subordinado ao Conin.

No momento, o ministro da Ciência e Tecnologia, Carlos Magalhães, é o presidente do Conin. O decreto assinado pelo Presidente Sarney em 15 de outubro de 1984, altera a estrutura do Conselho Nacional de Informática (Conin), órgão criado em 1974, subordinando-o à Presidência da República. Em função da criação da Secretaria Especial de Informática (SEI), também criada em 1984, o Conin passa a ser subordinado ao Conin.

Porém, a partir de agora, o Conin passa a ser subordinado ao Conin. O decreto assinado pelo Presidente Sarney em 15 de outubro de 1984, altera a estrutura do Conselho Nacional de Informática (Conin), órgão criado em 1974, subordinando-o à Presidência da República. Em função da criação da Secretaria Especial de Informática (SEI), também criada em 1984, o Conin passa a ser subordinado ao Conin.

Em função da promulgação da nova Constituição, conclui o ministro, cujo conteúdo não permite mais ao Poder Executivo decidir sobre estruturação dos órgãos da Administração Federal, propondo a Vossa Excelência a anexa minuta de decreto que, entre outras providências, reconduz a formulação da Política Nacional de Informática ao nível da Presidência da República.

TV soviética exibe série sobre Brasil

SÃO PAULO — Desde o fim do tempo passado e até o desfecho do presidente José Sarney e uma grande comitiva de empresários, que participaram da Expo-Brasil — Feira da Indústria Brasileira em Moscou, de 17 a 22 de outubro, os canais soviéticos exibiram, assistindo pela televisão a uma série de quatro programas sobre o Brasil, além de ouvirem pela rádio estatal poemas russos traduzidos e interpretados por cantores populares brasileiros.

Desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores, pela Fundação de Televisão Educativa e Radiodifusão, o Projeto Brasil foi patrocinado pelas Empresas de Tintas Renner S/A, que investiu US\$ 300 mil no primeiro trabalho de comunicação institucional ao longo dos seus 40 anos de existência. Cada programa tem duração de 30 minutos abordando os temas: A terra onde os brasileiros vivem... O desenvolvimento e o trabalho. A arte e o esporte no Brasil e As músicas que os brasileiros fazem.

Para o presidente das Empresas Renner (nove indústrias dos setores de revestimentos de plásticos, petroquímicos e indústrias de trator e automotivação), Antônio Francisco Neto, o projeto faz parte da estratégia de abertura de novas fronteiras para expansão dos negócios do grupo, que hoje exporta basicamente para a América Latina. Renner é uma das 25 empresas brasileiras que estarão expondo seus produtos e serviços na Expo-Brasil, organizada em pouco mais de dois meses pela Alcantara Machado Promoções. A lista dos expositores foi selecionada a partir das indicações do governo brasileiro sobre os setores mais carentes naquele país.

Curiosos — Além das commodities tradicionais exportadas, estão presentes à feira empresas dos setores de café solúvel, sucos, álcool e confeitaria, informática, cabos elétricos, eletroeletrônicos, perfis de aço, motocicletas e automóveis, sistema de automação industrial, mineração, siderurgia, máquinas e equipamentos, papel, minério de apêlar e álcool e celulose civil, assim como as principais estatais brasileiras. Cada expositor, além dos custos de passagem e hospedagem, deverá no mínimo US\$ 9 mil para a montagem de seu estande.

A meta do Brasil e da União Soviética é atingir um intercâmbio de US\$ 1 bilhão, o que representará um aumento de mais de 10% nos negócios, pois no ano passado a troca comercial movimentou apenas US\$ 600 milhões. A balança comercial é extremamente favorável ao Brasil, que vendeu US\$ 520,8 milhões para a URSS, comprando apenas US\$ 83,6 milhões.

8900402

PARTES ILEGÍVEIS

01-01

Brasil: pacto social cumplió sus objetivos

BRASILIA (ANSA, EFE y UPA).- El índice de inflación de 26,82 por ciento anunciado ayer por el gobierno superó la expectativa creada por el pacto social en el que participaron las autoridades, los empresarios y los trabajadores.

El índice de noviembre es ligeramente inferior al 27,25 por ciento alcanzado en octubre pero supera el compromiso de un aumento máximo de precios de 26,5 por ciento.

La inflación de los 12 últimos meses subió a 216,85 por ciento, según

informaciones divulgadas por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística.

El gobierno consideró antes del anuncio oficial que el pacto social había cumplido sus objetivos durante el primer mes de vigencia, deteniendo el acelerado proceso inflacionario.

Las proyecciones de los economistas prevían una inflación del 35 por ciento para el presente mes, pero los compromisos negociados el mes pasado evitaron, una vez más, la temida hiperinflación.

Sociólogo brasileño prevé un nuevo ciclo militar

RIO DE JANEIRO. (EFE).

— El investigador brasileño Helio Jaguaribe, presidente del Instituto de Estudios Políticos y Sociales (IEPES), afirma que el país camina hacia una nueva intervención militar en el proceso político, informó ayer el diario "O Estado de São Paulo".

"Si se reanuda el rumbo y la intensidad creciente de los hechos políticos y económicos, Brasil difícilmente escapará de un nuevo retroceso institucional", dijo Jaguaribe, quien

añadió que su pronóstico no tiene nada de alarmista.

Destacó que, al contrario de lo que sucedió en 1964, "cuando las Fuerzas Armadas dieron un golpe de Estado tramado desde el suicidio de Vargas", esta vez "ellas actuarán por demanda popular, aunque no sepan por el momento líderes o un plan golpista".

El llamamiento de la población a la intervención militar "no se inspirará en razones políticas, sino en el deseo de que sean restablecidas formas de control y funcionamiento de las relaciones sociales", agregó.

En su opinión, la inflación alcanzará la tasa mensual de 100 por ciento en diciembre, "pues el gobierno no ejerce sobre ella ningún control efectivo y no se siente estimulado, en vísperas de una elección, a tomar medidas económicas más drásticas".

Schultz que la suma de poderes, "sin precedentes en la República", que la nueva Constitución otorgó a los movimientos reivindicativos del sector público representa "un estímulo para la desestabilización del país".

"La sucesión de un presidente por medio del voto popular permite que el país gane impulso, una especie de crédito

colectivo temporario", expresó, pero indicó también que el agravamiento de la situación tal vez no permita llegar a las elecciones presidenciales del año próximo.

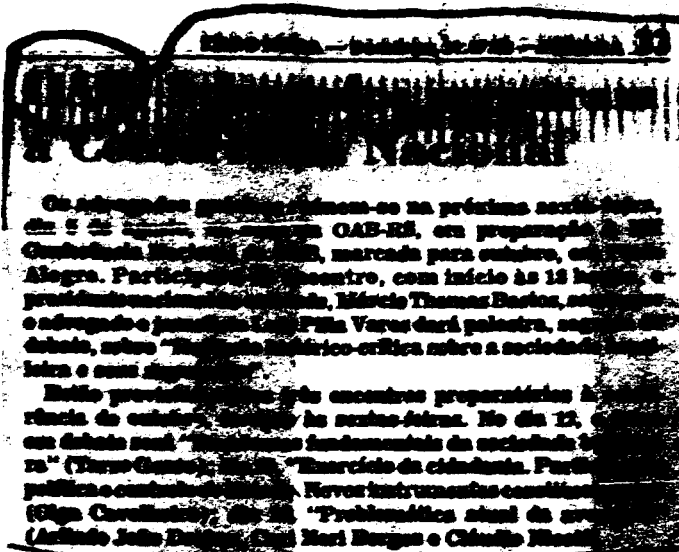
Un estudio reciente del IEPES revela que el 65 por ciento de la población brasileña económicamente activa percibe un salario mínimo —el salario mínimo nacional es de 23.700 cruzados, unos 55 dólares a la cotización oficial—, mientras que un 15 por ciento vive en estado de miseria.

"Este pueblo no tiene margen para afrontar un proceso inflacionario asociado a la ausencia sistemática de las responsabilidades exclusivas del Estado. En este contexto, temo que el recurso de esa gran masa sea apelar a los militares", concluyó Jaguaribe.

23/10/88

El Dca

038



058

Na análise do Programa Silvio Santos, a professora da USP imaginou que iria encontrar uma fala espontânea, já que não há uma edição ou um script. Durante 1985 e 1986, ela gravou este programa, transcreveu mais de mil laudas de falas do animador e escolheu alguns quadros para analisar. Na tentativa de persuadir o seu auditório, o Silvio Santos acaba sempre por impor a sua palavra como um argumento que tem força de verdade, acrescenta Maria Theresa. Ela analisa o texto do animador como um exemplo de discurso autoritário. "Ele se coloca o direito de interromper, ele tem sempre o domínio da fala na conversa, do seu conteúdo e do tempo da conversação", aponta. "Quando ele interroga, já tem a resposta embutida na pergunta — seu interlocutor não tem a oportunidade de discordar ou de questionar nada." Este autoritarismo do animador Silvio Santos se radicaliza, segundo Maria Theresa, quando ele faz perguntas com intencionalidades constrangedoras. Como numa entrevista com uma criança que queria ganhar uma geladeira no quadro Porta da Esperança. A criança diz que sua mãe é separada. E o animador retruca: "Então, seu pai brigou com a sua mãe, sumiu, está que nem a Onocleia, ninguém sabe, ninguém viu..." Este autoritarismo pode ser permeado pela ironia, passar pelo cômico e pelo trágico

e cair no ridículo e no grotesco, segundo a professora. "Mas ele não polariza nenhuma dessas situações. Sua finalidade é manipular e conquistar um auditório."

Como num quadro do show de calouros, o de maior audiência no programa, gravado por Maria Theresa em outubro de 1985. O calouro José Antônio Barra vai tentar levantar um paralelepípedo de 11 quilos com seu dente de leite. Ao cumprimentar o auditório, afirmando que conhece Silvio Santos há muito tempo, é interrompido bruscamente pelo apresentador com um "Dala a boca, não faz besteira, você está enganado, você vai se pegar o paralelepípedo com o dente."

Colocando-se acima da verdade e da mentira, do erro e do acerto, aconselhando em tom professoral, juiz de seu auditório, com direito a repreender, aplaudir ou premiar, condenar e absolver, Silvio Santos, segundo Maria Theresa Rocco, instaura um discurso autoritário que se configura como um estatuto de verdade. "Não importa o que ele diga, mas o que diz no vídeo tem força de verdade", ela observa. "É este o grande perigo deste tipo de discurso, que trabalha com a manipulação e a persuasão, impõe uma linha de produção cultural extremamente sólida e é muito pouco questionada entre nós", lembra Maria Theresa.

Jornal 30/11/83

098

Exhorta Sarney
a la unidad de
América latina

El presidente de Brasil, Collor de Mello, exhortó a la unidad de América Latina, al tiempo que anunció la creación de una comisión para estudiar la posibilidad de una unión latinoamericana. En un discurso pronunciado en la ciudad de Brasilia, el mandatario brasileño afirmó que la unidad latinoamericana es el único camino para superar los problemas de la región y alcanzar el desarrollo. Collor de Mello también anunció la creación de una comisión para estudiar la posibilidad de una unión latinoamericana, que incluiría a todos los países de la región. La comisión estaría encabezada por el propio presidente de Brasil y tendría como objetivo estudiar la viabilidad de una unión latinoamericana que permita a los países de la región superar sus problemas económicos y políticos, y alcanzar el desarrollo. El presidente de Brasil también afirmó que la unidad latinoamericana es el único camino para superar los problemas de la región y alcanzar el desarrollo. Collor de Mello también anunció la creación de una comisión para estudiar la posibilidad de una unión latinoamericana, que incluiría a todos los países de la región. La comisión estaría encabezada por el propio presidente de Brasil y tendría como objetivo estudiar la viabilidad de una unión latinoamericana que permita a los países de la región superar sus problemas económicos y políticos, y alcanzar el desarrollo.

098

Zew Huan 24-7-88

Estes foram os temas polêmicos em debate

São os regulados os temas polêmicos enfrentados pela Constituinte durante as várias etapas de votação do texto constitucional:

- 1 - Tortura e tratamento desumano como crimes inafiançáveis
- 2 - Direito de propriedade
- 3 - Jornada semanal de trabalho de 44 horas
- 4 - Jornada semanal de trabalho de 48 horas
- 5 - Jornada de seis horas em turno ininterrupto
- 6 - Defesa da indústria nacional
- 7 - Hierarquia dos pagamentos de 10%
- 8 - Licença-prêmio de 120 dias e licença-paternidade de 45 dias
- 9 - Voto obrigatório
- 10 - Papel das Forças Armadas segundo o Conselho
- 11 - Papel das Forças Armadas segundo as esquerdas
- 12 - Defesa da empresa nacional (BRASISA/ZH)

- 13 - Defesa da empresa nacional segundo o Conselho
- 14 - Nacionalização da exploração de minérios
- 15 - Monopólio de transporte de petróleo e gás e risco
- 16 - Assistência militares (prevendo ampliação para Marinha e Aeronáutica)
- 17 - Sistema de governo - presidencialismo
- 18 - Mandato dos futuros presidentes - cinco anos
- 19 - Mandato do presidente José Sarney - cinco anos
- 20 - Reforma agrária de Getúlio - 1ª votação
- 21 - Reforma agrária de Getúlio - 2ª votação
- 22 - Reforma agrária - voto de ratificação
- 23 - Destaque do Conselho para a defesa da propriedade privada, inclusive que não constitui direito social
- 24 - Nacionalização da produção de combustíveis (BRASISA/ZH)

098

POLÍTICA

24/11/88. Zero Hora.

Brizola encontra-se no Uruguai com Menem, candidato peronista

Para conversar com o ex-governador, o argentino adiou viagem a Buenos Aires

O ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, encontrou-se na noite de terça-feira, em Montevideo, com o candidato presidencial do Partido Peronista Argentino, Carlos Menem. As informações sobre o encontro foram divulgadas por um qualificado funcionário da embaixada de Argentina no Uruguai e por pessoas presentes ao encontro. Segundo as informações, nenhum dos dois políticos divulgou publicamente o respeito, oferecido ao Uruguai oficialmente, considerando pelo governo do presidente Carlos Menem Basterri, ao passo que

Brizola descança desde a semana passada em sua casa de campo, na província uruguaia de Durango.

Brizola e Menem conversaram longamente durante jantar realizado na residência do jornalista uruguaio Jorge Ottoni Mendes, com a presença de dirigentes do Partido Colorado (liberal). Conforme as fontes, os dois trocaram uma série de elogios; Brizola expressou seu desejo de que Menem ganhasse as eleições presidenciais argentinas, no próximo ano, enquanto o argentino disse que o encontro com o ex-governador era uma velha aspiração sua. Segundo ainda as fontes, para

conversar com o ex-governador, o argentino adiou sua viagem a Buenos Aires.

Tanto o líder peronista quanto o ex-governador do Rio de Janeiro têm sido alvo de pesquisas de opinião em diversos países para tentar se aproximar das eleições presidenciais. A agenda oficial da visita de Menem ao Uruguai, pela Secretaria de Informação da Presidência do Uruguai, não menciona o encontro com Brizola. De acordo com fontes locais, o encontro foi realizado em segredo, sem a participação da embaixada argentina. (FAP/11/88)

Partes Ilegíveis

098

PAGINA CUATRO

Frenar la Inflación

EL PAIS — Sábado 5 de Noviembre de 1988

GOBIERNO, TRABAJADORES Y EMPRESARIOS DE BRASIL FIRMARON UN PACTO SOCIAL

BRASILIA, 4 (EFE). — Tras diez horas de reunión, 26 representantes del empresariado, los trabajadores y el gobierno brasileño firmaron este madrugada, en la capital de su país, el primer documento del pacto social contra la inflación, un acuerdo por 90 días que fija los aumentos de precios y salarios.

Empresarios y gobierno se comprometen a aumentos limitados de precios, del 26,5 por ciento en noviembre y el 25 por ciento en diciembre, mientras que los salarios continuarán reajustándose según el promedio de la inflación en los tres meses precedentes.

De esta manera, se mantiene la política que regía hasta ahora para los salarios, que aumentarán en noviembre un 21,39 por ciento, quedando así por debajo de la inflación establecida para este mes, pero se recuperarán en diciembre, cuando el aumento será del 26 por ciento.

En forma simultánea, fue divulgada una lista de los 94 productos cuyos precios serán controlados por el acuerdo, que incluye desde el arroz y los frijoles, que integran la dieta alimentaria básica de los brasileños, hasta artículos electrodomésticos, cigarrillos y cervezas.

De la misma manera los precios de las tarifas de servicios públicos, como el agua, la luz y los teléfonos, solo podrán ser reajustados una vez por mes.

El saneamiento de las finanzas públicas se contempla en el último párrafo del acuerdo, por el cual el gobierno se compromete a presentar, dentro de los próximos 30 días, su propuesta de reajuste fiscal, para ser discutida por los representantes de empresarios y trabajadores.

Para llegar al acuerdo, los sindicalistas dejaron de lado la reivindicación de recuperar las pérdidas salariales provocadas por la aplicación del índice de inflación, reivindicación que será negociada en los convenios particulares de cada categoría laboral.

Cuatro confederaciones sindicales presentes en las negociaciones —las de los bancos, los transportes terrestres, la agricultura y los transportes urbanos, aéreos y fluviales— no firmaron el acuerdo, mientras que la Central Única de Trabajadores (CUT) se mantuvo al margen del pacto.

"Esperamos efectivamente que haya comprensión sobre la necesidad de la solidaridad de la sociedad brasileña en esta hora, para evitar la hiperinflación. Cumpliendo lo que fue acordado hoy en este pacto social, podremos llegar a ese objetivo", enfatizó el presidente de la Confederación Nacional de Industrias (CNI), senador Albano Franco.

01.01

8900531

038

Brasil consultores estadounidenses estiman que hay un 20% de posibilidades de golpe

Victoria de Brizola en elecciones presidenciales, formulada como una de las razones

SAN PABLO y RIO DE JANEIRO, (BPE y DPA). — Un estudio de la empresa consultora estadounidense "Frost and Sullivan" sostiene que en Brasil existe un 20 por ciento de probabilidades de que se produzca un golpe de estado, informó ayer el diario "Folha de São Paulo".

"Frost and Sullivan", especializada en realizar análisis de riesgo político en 85 países, afirma que el peligro de un golpe militar existe "especialmente si se produce una quiebra del orden público o si la economía sufre un deterioro sustancial o, tal vez, si Lelel Brizola gana la elección presidencial".

Según los cálculos de la consultora estadounidense, la oposición de centro-izquierda brasileña tiene más del 50 por ciento de posibilidades de vencer en las elecciones presidenciales de noviembre de 1989, mientras que las del cent.-o-derecha son del 25.

"Frost and Sullivan" considera que el riesgo para las inversiones de las empresas extranjeras instaladas en el país será el mismo con un gobierno de centro-

izquierda o militar, pero sería menor con un gobierno de centro-derecha.

"La perspectiva para la inversión extranjera es complicada por la existencia de tendencias contradictorias, expresadas en el conflicto entre los nacionalistas y aquellos que están comprometidos con la liberalización y la apertura de la economía", dice el estudio sobre Brasil.

Las posibilidades electorales del centro-derecha serían mayores si la situación de la economía brasileña mejorara más de lo previsto hasta final del año próximo, según el estudio realizado por la "Frost and Sullivan".

El camino de Sarney

En opinión de la consultora estadounidense, existen condiciones para mejorar la situación económica, pero "el presidente Sarney precisa pacificar a la oposición el tiempo suficiente para imponer un nivel de austeridad capaz de reducir la hiperinflación y mejorar la

balanza de pagos".

"Frost and Sullivan" señala que "últimamente Sarney comenzó a ceder a las demandas del Fondo Monetario Internacional y de su ministro de Hacienda, Malison da Nobrega, para acciones decisivas de ajustes en el hinchado e ineficiente sector público".

La cuestión a la que hoy se enfrenta Brasil, según el informe de la consultora estadounidense, es "si Sarney será capaz de implementar medidas más austeras, de normalizar las relaciones con la comunidad financiera internacional y de reformar y liberalizar la economía".

Desde el fracaso del Plan Cruzado, el presidente Sarney "evitó la adopción de políticas fiscales y monetarias decisivas y, en lugar de esto, prefirió luchar por la prolongación de su mandato", agrega la "Frost and Sullivan".

El análisis de la empresa estadounidense pondera asimismo que "la posición de Sarney es débil, especialmente porque una gran mayoría de los brasileños

hubiera preferido que la elección presidencial se realizara antes".

Pacto antiinflacionario

Representantes del empresariado y líderes de los moderados brasileños buscan firmar un pacto de lucha contra la inflación, que se acerca al 500 por ciento anual.

Los medios económicos y políticos brasileños están escépticos en cuanto a las posibilidades de éxito del acuerdo. Pero a que el presidente José Sarney recurriera a sus auxiliares plena adhesión al pacto, el ministro de Hacienda, Malison da Nobrega, advirtió que no apoyará planes que involucren congelamiento de precios y tarifas públicas.

Además, funcionarios gubernamentales advirtieron que un pacto antiinflacionario solo podrá ser exitoso si es acompañado por todo el empresariado nacional y todos los sectores importantes del movimiento sindical.



José Sarney

01-01

8900569

078

Alerta roja por central nuclear

RIO DE JANEIRO (EFE). El físico brasileño Luiz Pinguelli Rosa indicó que son "precarias y graves" las condiciones de seguridad de los 25.000 habitantes de Angra Dos Reis, a 151 kilómetros al oeste de esta ciudad, donde se encuentra la central nuclear Angra 1. Informó a la prensa local.

Pinguelli, miembro de la Sociedad Brasileña de Física y director de los programas de posgrado en la Universidad Federal de Río de Janeiro, hizo la semana pasada una inspección técnica de Angra 1, a petición de la juez María Teresa Lobo, que investiga las condiciones de seguridad de la central.

En el informe entregado a la juez, el físico apunta que no existe un límite de material re-

activo que el reactor disemina en el medio ambiente y que no se practican de ejercicios de emergencia con la participación de la población de la ciudad de Angra Dos Reis.

SISTEMA PRECARIO

Pinguelli alertó también sobre la precariedad del sistema de notificación de accidentes a la población, la falta de información sobre los riesgos de la radiación emitida por la central y la aplicación de normas obsoletas para la protección de los propios funcionarios de Angra 1.

Según el físico, estos problemas se señalaron hace dos años en una inspección hecha, a petición de la Administración de la Central, por

la Agencia Internacional de Energía Atómica (AIEA), que recomendó 32 medidas, de las que sólo se aplicaron 19.

El informe técnico solicita a la juez que exija "de acuerdo con las prácticas internacionales más severas, con la crítica de la comunidad científica y respetando

la demanda mayoritaria de la comunidad local", al determinar las medidas necesarias para garantizar la seguridad de la población.

El Alcalde electo de Angra Dos Reis, Norio Kazuo Nagai, del Partido de los Trabajadores, de izquierda radical, afirmó que en Angra 1 "no existe control eficaz sobre los materiales utilizados por el reactor, ni definición sobre el destino de los desechos atómicos".

LEA 26/11/88

098

Su meta es la revisión constitucional prevista para el '93

Brasil: empresas extranjeras remuevan campaña de presión

Rio de Janeiro (UPI) — Las empresas multinacionales, disgustadas por las restricciones que les fueron impuestas en la nueva Constitución, que debe entrar en vigencia en octubre, esperan que el Congreso de Brasil disminuya sus limitaciones a través de leyes complementarias.

Las multinacionales esperan también conseguir que en 1993, fecha establecida por los constituyentes para una revisión de la Carta Magna, sean eliminados los artículos que estipulan obstáculos para los capitales extranjeros en el país, dijeron directivos de las empresas, consultados por la prensa.

"No voy a admitir que perdí la batalla", dijo el presidente de la filial brasileña de la compañía angioholandesa Royal Dutch Shell, Robert Broughton, en declaraciones al diario "Folha de São Paulo".

Los 559 legisladores de la Asamblea Constituyente, que concluyeron el viernes la aprobación de la nueva Carta Magna que sustituirá a la que sirvió de sustento al gobierno militar que dirigió el país entre 1964 y 1985, nacionalizó la minería y reservó para el gobierno brasileño las actividades de explotación, exploración y distribución de petróleo.

Asimismo, los legisladores establecieron que las empresas de capitales y propietarios brasileños tendrían un trato preferente sobre las foráneas en la adquisición de bienes y servicios del poder público.

El vicepresidente ejecutivo de la sucursal brasileña de Xerox, Gunnar Vikberg, dijo a la prensa que el fracaso de la campaña que las multinacionales lanzaron durante los debates de la Asamblea Constituyente para evitar las restricciones tuvo una "consecuencia positiva".

• Definición

La campaña permitió a las multinacionales reconocer la necesidad de "comenzar a definir sus legítimos intereses en la sociedad brasileña", sostuvo Vikberg.

Por su parte, el presidente de la sucursal brasileña de British Petroleum, John Towar, dijo que su empresa está aguardando una definición de las leyes complementarias que debe aprobar en los próximos meses el Congreso sobre la nacionalización del sector minero para decidir su futuro en el Brasil.

Jueves 11 de septiembre de 1968

LA NACION

Donde nace el río Amazonas

BATS

Siempre con un remo y la obsesión del caucho

Por Jorge Emilio Gallardo

(Especial para la NACIÓN)

MANAOS.- El seringueiro es el hombre de la selva amazónica. Como el hombre de los esteros argentinos, desde niño ha impulsado su bote con un remo en forma de correa, herencia indígena. Se adentra en los ríos, lagunas, flujos y se mete por los furos (canales menores). Conoce historias de yaguaros y de anacondas, y en este tiempo de crecientes sabe reconocer en los igarapés (selvas inundadas) las formas desaparecidas y la geografía transformada por ocho metros de inundación estacional.

Ahora, desde la alta superficie, puede ver ranchos y haciendas que en la otra mitad del año apenas intuye o recuerda como "cosas de allá arriba", inimaginables desde el fondo de las garantas a cuyo nivel quedan relegados los cursos de agua.

Hemos visto en esos campos cercados de agua quintas de verdura, perros, cerdos, cabras, ovejas, ganado cebú, gallinas, patos y caballos. Esta es la mejor época para el turista. Cuando parte de la selva está sumergida, pero otra emerge. Los ranchos afirmados sobre pilotes ven llegar el agua a sus puertas. En cambio, los ranchos fluctuantes no se inundan por crecientes ni bajantes.

El caucho vive

El caucho no ha muerto y todavía es necesario para pequeños productores. El látex sigue presente bajo la corteza de varias especies de árboles

y de ocupación a los seringueiros. Con un pequeño cuchillo ganchudo dan un tajo oblicuo en el tronco blanco e hincan en él la tacita de lata que recogerá el líquido blanco. La tarea se vuelve sistemática, y en un tiempo determinado el producto es retirado, para su tratamiento. Nos aseguró un seringueiro que el látex es más abundante en horas de la mañana.

Grandes fortunas se levantaron sobre la explotación del látex para caucho. Han dependido de este producto la industria automovilística y los requerimientos civiles y militares. La gran competencia del látex amazónico fue, el del Oriente, y la especulación permanente radicó en el precio de un caucho y otro, así como en los respectivos volúmenes de producción. La aparición del caucho sintético echó abajo aquellas insperanzas y Manaus vio quebrado su dorado triunfo, su eterna "belle époque". Pero, como ya hemos visto, la ciudad encontró en los últimos veinte años otros cauces para su rehabilitación.

Pirañas y sirenas

Mientras sus padres venden objetos con plumas, telas del más falso color rosa, con más aspecto de turista que de artesano, los niños administran bois y jabones de saponada, pequeñas yacaré, monedas, licores exóticos, y gana una cruzada mientras

los turistas beben agua de coco y se fotografían en tan exótica compañía.

Excelentes excursiones éstas, que incluyen barco, trabordo a botes, visitas a ranchos, guía inteligente, almuerzo y hasta filmación del paseo. Otras excursiones duran varios días. La espesura de los canales impide el paso por algún furo, y hay que buscar un igapé. Se atraviesa sobre el césped flotante que es alimento del "pez buco", el legendario manatí, llamado sirena por los croatas y bautizado así debido hasta por los hombres de ciencia.

En los remaneros, la victoria regia extiende sus hojas planas colosales, y el bote, a ras del agua, pisa en contacto con la fauna diminuta de esa flora ecuatorial: hormigas, aguaciles rojos, arañas y verdes, langostas, ranas, arañas, y en algún lugar el movimiento de las chatas pirañas bajo la superficie.

Hay quien elogia la sopa de piraña, pero mayor es la atracción de todos por la curula del gran tambaqui cocido y frito a bordo, con sus grandes espaldas, fáciles de estudiar. En las chatas populares están cargadas las inapreciables hamacas, esas telas que, antiguas como el primer aporte cultural de América al mundo, pues Colón, convencido de su evidente practicidad, las adoptó de inmediato en sus naves.

LA NACION

8900668

Afinal, a Convenção

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, admitiu que se torna imperiosa e urgente a realização de uma convenção nacional, prevista para janeiro, quando a situação partidária deverá ser analisada à luz dos últimos resultados eleitorais, mas diante do episódio sucessório que estará sendo desafiado. Ulysses, sempre refratário às convenções, nos últimos tempos, evitando a implosão partidária, está agora convencido de que não pode mais retardar uma definição das bases, agora vivendo nova realidade. O encontro dos governadores em Brasília abriu caminho para uma avaliação crítica desse porta. São os mesmos que se elegeram em 1986 com um enorme crédito popular e que agora enfrentaram derrotas nas urnas. A euforia, somada com a presença no poder, além das disputas políticas envolvendo ministério e Constituinte, impediram que o PMDB fizesse uma avaliação sobre o desgaste da sua identificação como Governo. Os conflitos e choques internos sempre assustaram o deputado Ulysses Guimarães, que preferiu vivê-los num círculo mais restrito.

Governadores

Se a força do PMDB ficou muito centralizada no deputado Ulysses Guimarães e nos governadores durante todo esse tempo, nada mais natural do que eles também refletirem num momento agudo como o atual, em que o partido vive a sua crise maior. O diálogo em Brasília levou a algumas conclusões, entre as quais a do problemático convívio com o Governo sob pena de um agravamento da imagem partidária. Mas são dados recolhidos sem caráter e nem prerrogativa legal para uma decisão mais drástica. Por isso a convenção de janeiro.

Sucessão

Nessa próxima reunião, outro componente estará em evidência: a necessidade de uma recuperação partidária diante da sucessão. O PMDB dispõe da maioria dos governadores e constitui uma força política, apesar das derrotas eleitorais. E tem, por isso, interesse numa decisão que projete a agremiação, seja através de mudança de discurso ou de alteração programática. O deputado Ulysses Guimarães tem noção dessa necessidade e aproveitou a presença dos governadores para avaliar preocupações e tendências. Até lá mais de um mês terá decorrido e articulações estarão em desenvolvimento, capazes de influir numa postura pemedebista. Alguns dos governadores que têm aspirações estarão em atividade nesses 40 dias.

Sarney

Buscando de todas as formas distanciar o PMDB do Governo, lideranças estão lembrando a permanência do deputado Ulysses Guimarães na Presidência, na última viagem do presidente Sarney, como mais um fator de desgaste vivido pela agremiação. É partindo dessa constatação que muitos tentam aconselhar Ulysses a não assumir a Presidência da República nos próximos dias, quando Sarney inicia nova viagem. Seria uma forma de demonstrar o descontentamento diante da linha seguida pelo Governo, com a qual se confunde ou é confundido o Partido. Seria mais uma forma simbólica de revelar dessintonia com o Palácio do Planalto. Que poderá ou não ser reforçada pelas razões que Ulysses viesse a apresentar para justificar o seu gesto.

Dívida

Os governadores do PMDB acabaram ganhando a primeira etapa da disputa com o Planalto, envolvendo o pagamento das dívidas estaduais. Foi uma ação articulada que desembocou no Congresso Nacional. Esta posição já fora ensaiada antes do pleito, mas os governadores se encheram de coragem.

Carlos Fehlbeg

01.01

8900741

25/11/88. Zero Hora.

210RA 26/11/88

A volta do MDB

Uma das propostas existentes em setores do PMDB é propiciar uma ação interna que conduza à volta da postura e imagem do grupo político que comandou a oposição nos anos 70, o que seria obtido com um reencontro de lideranças que mantêm uma identidade ideológica e de propósitos. Não constitui mais segredo o distanciamento do comando partidário do Palácio do Planalto, a ponto de se constituir em notícia hoje a substituição do presidente Sarney pelo deputado Ulysses Guimarães, na viagem programada pelo primeiro ao exterior. Uma forma de revelar discordância, depois da divergência sobre o pagamento das dívidas estaduais. Gradualmente a agremiação que deu aval à Nova República trata de afastar-se do Governo, mas procede com a cautela que se impõe sob pena de cair no oposicionismo pós-eleitoral. O que o PMDB tenta expor é a sua antiga divergência com o Governo que antecede ao pleito, mas que cresce com o insucesso e frustração eleitoral.

Tempo

É válido apostar no tempo e na reciclagem? É também uma das ingações partidárias. Todos admitiam o desgaste político, mas houve perplexidade com a forma de que se revestiu. Afinal, o presidente do PMDB um mês antes era festejado pela promulgação da nova Carta Constitucional. E até requisitado para participar do início das campanhas eleitorais. Em muito pouco tempo apagou-se sua estrela. Razões econômicas, desencanto popular com os governantes, ambigüidade do partido, etc são algumas das causas apontadas para justificar o revés, mas ainda desafiando os intérpretes peemedebistas que não tinham a noção exata do que representava seu apoio, ainda que parcial, ao Planalto.

Evolução

Sobre tudo isso os governadores dialogaram e conversaram muito em Brasília e a expectativa é a de que, ao longo de dezembro, as articulações se desenvolvam e as conversações amadureçam a tônica da convenção nacional prevista para janeiro. Até lá todas as alternativas serão debatidas e avaliadas, mas um ponto parece comum: o esfriamento em relação ao Governo e uma posição de independência crítica no mínimo. Com isso se altera o quadro político nacional, na medida em que o Governo fica sem base política maior.

Liberado

Faz tempo que o Governo se queixa da tutela do PMDB, a ponto de não ter conseguido nomear o substituto de Dilson Fumaro, na Pasta da Fazenda, sem a participação da cúpula partidária. Agora estará liberado, mas com tempo reduzido para atuar. E o curioso é que ambos se queixam da convivência pré-eleitoral. O Planalto pelas pressões peemedebistas e o partido pelo desgaste sofrido. Foi preciso conhecer o resultado das urnas para que um novo quadro surgisse. Agora, PMDB e Governo estão plenamente decididos a buscar novos caminhos. E o deputado Ulysses Guimarães inteiramente à vontade para colocar dívidas sobre a rotina da interinidade na Presidência.

Carlos Fehlbeg

01.01

8900742

698

Ulysses admite não assumir Presidência

O presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, assumiu ontem, em entrevista em Florianópolis, suas divergências políticas com o presidente José Sarney, mas ressaltou que isso não implica que devam romper as "relações pessoais" que sempre mantiveram. "Se fosse por isso, eu já teria que ter rompido com ele há muito tempo porque Sarney foi presidente do PDS e eu do PMDB", acrescentou.

O deputado Ulysses Guimarães foi a Florianópolis receber a Medalha do Mérito Anita Garibaldi, entregue pelo governador Pedro Ivo, em solenidade no Palácio Cruz e Souza. Em seu discurso de agradecimento, Ulysses, citando o exemplo do catarinense Nereu Ramos que, como ele, ocupou vários cargos públicos, traçou o perfil ideal de um governante:

— A lei dá o cargo para o prefeito e presidente da República, mas a autoridade é pessoal. A autoridade é que dá competência ao governante.

Durante entrevista após a solenidade, o presidente da Câmara voltou a admitir a hipótese de não assumir a Presidência em substituição a Sarney, que viaja para a Argentina na próxima segunda-feira:

— Eu não sou desocupado. Tenho compromissos no Congresso e não posso ficar sabendo que devo assumir pelo noticiário dos jornais. Até agora não recebi nenhuma comunicação oficial dessa viagem — disse o deputado.

— Essa desatenção do Governo o deixa irritado? — perguntou um repórter.

— Se eu tivesse que ficar irritado, já estaria no consultório há muito tempo — respondeu Ulysses.

O presidente do PMDB reconheceu que seu partido está atravessando uma fase crítica porque os resultados das urnas não foram satisfatórios. Indagado se, em função disso e das críticas do governador Álvaro Dias (PR), sua candidatura estava ameaçada, Ulysses respondeu com outra pergunta:

— Qual é a candidatura que tem unanimidade? Isso é de processo democrático. E acrescentou que a convenção do partido, no início do próximo ano, é que decidirá se ele será ou não o candidato. (AG)

26/11/88. 2º Hora.

2 Hora 26/11/88

038

Reajuste do salário gera novo impasse na Câmara

Por SANDRA CRESPO
Brasília/2H

O impasse volta a render o estorço concentrado da Câmara depois que a Comissão Interpartidária para o Salário Mínimo decidiu, na noite de quinta-feira, encaminhar ao plenário o reajuste de 100% para o salário de dezembro. Revelado com a medida, o líder do PFL, José Lourenço, retomou sua posição anterior, de comandar uma obstrução ao exame de todas as matérias de regulamentação constitucional (entre elas, a do próprio mínimo) até que o novo regimento seja aprovado, o que não deve acontecer este ano. A atitude gerou um contra-ataque imediato dos partidos progressistas (PT, PDT, PC, PSB, PMDB e parte do PMDB): sem salário mínimo, não se vota subsídio de deputado.

"O José Lourenço vai ficar *liso* no Natal", avisou relator do projeto, deputado Maurício Ferreira Lima (sem partido-PE), minutos depois de ter sido qualificado de "irresponsável" e "representante dos burros no Parlamento" por Lourenço. Segundo ele, o País "não vai suportar a duplicação do valor do mínimo em 24 horas".

No vermelho

Contudo, o posicionamento do líder do PFL não está sendo respaldado por um setor da bancada do partido. O deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE) observou que "José Lourenço joga sempre com o impasse e isso faz com que ele se isole cada vez mais". No seu entender, apenas uma minoria está apoiando "a radicalização" do líder.

Enquanto a questão não for resolvida, na terça-feira os líderes partidários tentará novamente um acordo — os deputados continuarão a esperar por seus salários de novembro, que não serão pagos enquanto eles próprios não aprovarem a mudança na sua estrutura de composição. É que a Constituição prevê a incidência de imposto de renda sobre os vencimentos dos parlamentares e para que isso seja aplicado é necessária uma alteração, pela qual haverá apenas uma remuneração fixa e uma variável (ajuda de custo). Na tarde de ontem, essa indefinição já causava constrangimentos a alguns deputados. "Eu já estou com quase Cr\$ 1 milhão no vermelho", reclamou um deles, enquanto alguns de seus colegas tentavam se informar a respeito do pedido de empréstimo junto ao Instituto de Previdência do Congresso (IPC). (Brasília/2H)



DS8

Planalto negocia a dívida dos estados

O Palácio do Planalto entrou novamente em negociações com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, quanto à forma de pagamento das dívidas dos Estados, no final da tarde de ontem. Para isso, o presidente José Sarney convocou, ao meio dia, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), solicitando sua intervenção no sentido de que o prazo para entrega do relatório à Comissão Mista, pelo senador Almir Gabriel, marcado para às 17h de ontem, fosse adiado. De volta ao seu gabinete, Ibsen convocou o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho, que encaminhou a proposta ao relator.

De acordo com Carvalho, no encontro com o líder peemedebista, o presidente teria lembrado que "tecnicamente, o Executivo pode retirar a emenda apresentada na semana passada, sobre o orçamento". Explicando que isso não se deu em forma de ameaça, mas "mais como um apoio", o presidente da Comissão Mista esclareceu ainda que, se a emenda fosse retirada, todo o trabalho da Comissão nos últimos dias seria perdido, já que o relatório de Almir Gabriel foi todo elaborado em cima desta emenda.

Segundo Ibsen Pinheiro, a preocupação maior do presidente Sarney era no sentido de "encontrar uma forma negociada para o pagamento das dívidas dos estados, com a participação do Executivo, uma vez que uma decisão unilateral, formulada só pelo Congresso Nacional, poderia não ser a mais acertada". Em função do adiamento da entrega do relatório, ainda sem hora marcada, a reunião da Comissão para amanhã também foi transferida das 14 para às 18 horas. Até lá, Cid Carvalho espera já poder contar com um novo relatório, que contemple "os objetivos do Governo Federal e dos Estados".

Confronto

Entretanto, até o início da noite de ontem, Carvalho não sabia como se daria a negociação, exceto que o Palácio do Planalto seria representado pelo ministro chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto. Já o deputado Ibsen Pinheiro, se preparava para entrar em contato com os membros da Comissão de Orçamento e se dizia "disposto a conversar com quem for preciso, com os ministros da área econômica ou mesmo com os governadores de estado, caso seja alterada a forma de pagamento negociada na casa do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, nesta semana.

Sem admitir abertamente um atrito entre Executivo e Legislativo, o presidente da Comissão de Orçamento do Congresso se limitou a lembrar a afirmação de Ibsen Pinheiro no início da semana, de que "certas declarações dos ministros da área econômica insinuavam uma posição de confronto entre o Congresso Nacional e Governo Federal". Cid também se recusou a antecipar quais seriam as possíveis alterações a serem sofridas pela proposta de pagamento e redução da dívida dos estados.

Por tal, porém não quis discutir o mérito da questão, enfatizando que não tinha conhecimento de uma contra-proposta do Planalto. A única explicação nesse sentido foi de que "o impasse maior se deve à contabilização, por parte do Governo Federal, na sua receita de 89, dos pagamentos das dívidas dos governos estaduais". (Brasília/ZEI)

26/11/88. Leo Hra

PARTES ILEGÍBIL

038

País

24/11/88

2º e 1º Hora

Brasil e Palestina

O Governo brasileiro reagiu com muita cautela à criação do Estado palestino, não reconhecendo formalmente sua independência. Otto dias depois da proclamação do Estado da Palestina em Argel, pelo Conselho Nacional Palestino, o Itamaraty divulgou ordem, em Brasília, uma nota em tom conciliatório em que o Governo brasileiro manifesta "seu apoio ao direito de povo palestino à autodeterminação e à independência em Estado próprio", mas não reconhece o novo Estado palestino. Diplomatas do Itamaraty argumentam que para o Brasil reconhecer o Estado palestino ele teria de ter um território delimitado, um governo constituído e o respeito aos acordos internacionais. Na nota divulgada ontem, o Governo brasileiro considera que os palestinos não cumprem este último item, ao registrar, "com ressalva", que os documentos assinados em Argel "reafirmam e apóiam a Palestina aos princípios e propósitos das Nações Unidas, condenam a ameaça do uso de força, a violência e o terrorismo, bem como exaltam a solução dos conflitos internacionais por meios pacíficos". (AE)

Senadores do PMDB já admitem apoiar Covas

Maioria da bancada não quer Ulysses como candidato

A maioria da bancada do PMDB no Senado não quer apoiar a candidatura do presidente do partido, Ulysses Guimarães, à Presidência da República. Vários senadores estão se manifestando a favor do senador Mário Covas, do PSDB, que detém a liderança do partido na Constituinte em julho.

A rejeição ao nome de Ulysses Guimarães ficou clara na reunião que os senadores realizaram ontem de manhã, por convocação do líder Roman Tio. Os históricos do PMDB estão dispostos a lutar para caracterizar o partido como de centro-esquerda e, nesta condição, analisar possíveis soluções para disputar a Presidência da República, evitando o confronto esquerda contra direita. Alguns parlamentares admitiram que, por ora, pelo menos três nomes podem ser examinados para serem candidatos: senador Mário Covas, do PSDB, ministro Aureliano Chaves, do PFL, e empresário Antônio Ernânio de Moraes.

Um dos líderes do grupo afirmou que a sociedade não pode ser levada a optar, em 28, entre Paulo Maluf ou João Quadros versus Leonel Brizola ou Luís Inácio Lula da Silva. Alguns dos históricos estão admitindo o retorno do nome ao partido, "desde que o PMDB adquira sua identidade original, de partido de centro-esquerda, sem subordinação ao Palácio do Planalto."

Ontem à noite, no apartamento do senador Márcio Lacerda (MT), os históricos decidiram promover uma ampla consulta às bases sobre o relacionamento do PMDB com o governo Sarney, envolvendo, ainda, posições do partido diante da crise sócio-econômica, passando pela dívida externa e dívida interna. Os membros dos diretórios estaduais e estaduais

todos os níveis, os detentores de mandatos e os que disputaram as eleições no dia 15 deverão opinar sobre a identidade ideal para o PMDB.

Convenção nacional

Os senadores Márcio Lacerda (MT), Nelson Wedekin (SC) e os deputados Hélio Duque e Maurício Frust (PR) informaram, que o grupo histórico não vai admitir novas gestões de Ulysses Guimarães para montar chapa única para a renovação do Diretório e da Comissão Executiva Nacional, em janeiro.

Os senadores do PMDB, na reunião de ontem de manhã com o líder Roman Tio, decidiram sugerir ao presidente do partido duas datas em janeiro para a convenção nacional - 22 ou 28. O senador mineiro informou que a bancada sugeria também a Ulysses Guimarães, "por unanimidade", a realização de consulta às bases — diretórios e detentores de mandato — sobre o comportamento do partido diante do Governo. "O PMDB não pode, simplesmente, anunciar seu rompimento com o Governo. A decisão deve ser da nossa convenção nacional e, para isso, as lideranças apresentarão aos convencionais a posição das nossas bases", afirmou Roman Tio, convencido de que a quase totalidade vai se manifestar pelo afastamento do partido do Palácio do Planalto.

Da mesma forma que os líderes históricos, a bancada do PMDB no Senado defende a adoção de identidade de centro-esquerda para o partido. Roman Tio garantiu que o partido na convenção nacional de janeiro "terá de se definir e decidir seu destino." (AG)

Prefeitos eleitos vão pressionar o Governo

Um movimento conjunto de prefeitos eleitos, para pressionar o Governo Federal a solucionar as dificuldades financeiras das cidades que eles vão administrar, poderá ser iniciado pelos futuros prefeitos do Rio, São Paulo e Belo Horizonte, revelou ontem Pimenta da Veiga, do PSDR, que assumirá em janeiro a Prefeitura da capital mineira. Ele disse que já houve contatos preliminares entre alguns prefeitos eleitos, que se reunirão em Brasília, em data a ser ainda marcada, para, "se necessário", iniciar o movimento, semelhante ao dos governadores.

Pimenta da Veiga disse que as prefeituras das capitais estão passando por problemas financeiros graves e que elas não podem ser sufocadas por falta de recursos. Afirmou que espera que o Governo Federal entenda e ajude a solucionar esta situação. Caso não o faça, o movimento será iniciado, e não se limitará a ser uma frente de prefeitos de oposição. "Não vemos inconveniente na participação dos prefeitos dos partidos ligados ao Governo Federal, já que o interesse público está acima de questões partidárias", disse Pimenta da Veiga.

Ao anunciar ontem sua "equipe de transição", composta por 19 pessoas, Pimenta da Veiga disse que, nos próximos dez a 15 dias ela deverá lhe apresentar um diagnóstico financeiro da Prefeitura, que acredita estar em situação crítica, que deverá dificultar seu primeiro semestre ou até seu primeiro ano de gestão. Afirmou que, depois da solução deste problema, sua prioridade absoluta será a "questão social". (AJB)

26/11/88
2. H.
26/11/88
24/01/82

038

A intransigência do PFL e alguns vetos dos partidos de esquerda impedirão que alguns pontos importantes da nova Carta sejam regulamentados pelo Congresso ainda este ano. Ficarão para março

Regulamentação da Carta vai ficar para o começo de 1989

A regulamentação da nova Constituição, inclusive nos temas mais polêmicos, como direito de greve, salário mínimo e tabelamento de juros deverá ficar para o próximo ano. Os líderes na Câmara dos Deputados entendem como regra geral que este trabalho só deve ser feito após a aprovação do novo regimento interno e a instalação das comissões técnicas. A tentativa de incluir os temas mais urgentes na pauta do esforço concentrado fracassou na reunião de ontem, diante da intransigência do PFL e de alguns vetos de partidos de esquerda.

Ficou acertado apenas que o regimento interno, o orçamento da União e as medidas provisórias enviadas pelo Executivo serão votados assim que chegarem ao plenário. Fora disso, houve consenso apenas em temas que não estão ligados à Constituição, como as alterações no imposto de renda e a destinação dos rejeitos radioativos, que serão votados a partir de hoje.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), coordenador da reunião, informou que o adiamento da regulamentação para março de 89 "é um sentimento muito forte entre todos os líderes". Isto não impediria a aprovação

de algumas questões mais urgentes, como a fixação do salário mínimo e a Lei de Greve, mas não está havendo consenso.

- Os partidos de esquerda não querem regulamentar a greve. Fiquem até surpreso - comentou Ibsen.

PFL vetará

Mas a posição mais firme foi do líder do PFL, deputado José Lourenço:

- Não podemos votar a legislação complementar em regime de urgência sem as comissões funcionando. Além disso, primeiro precisamos fazer o novo regimento interno. Somente depois disso vamos ver o que é importante para o País, para então votarmos - disse.

Na saída, o vice-líder Inocêncio de Oliveira deixou claro: O PFL vetará a votação de qualquer lei complementar à nova Constituição antes de março de 89. Como é necessário o consenso entre todos os líderes para que a matéria entre em regime de urgência, os demais líderes terão que convencer os líderes do PFL a mudar de posição, se quiserem fazer alguma regulamentação durante o esforço concentrado. A questão volta a debate na reunião de hoje.

- Devemos deixar claro que a regulamentação da Constituição deve ser feita após a instalação das comissões porque será através delas que a sociedade vai participar. Agora, a título excepcional, este colégio de líderes pode aprovar o regime de urgência para determinadas matérias complementares ou não.

Como não houve contestação, solicitou que cada um dos líderes apresentasse uma pequena lista dos temas considerados mais urgentes. Eduardo Jorge (PT-SP) e o líder do PCB, Roberto Freire (PE), vetaram a regulamentação do direito de greve:

- Precisamos debater esta questão com os sindicatos, com as centrais sindicais. É um tema complexo, que não pode ser votado às pressas - explicou Eduardo Jorge.

No final, foram incluídas na pauta apenas cinco itens, desvinculados da Constituição: alterações no imposto de renda, destinação dos rejeitos radioativos, modificação no sistema de financiamento do BNH, destinação do Fundo de Participação dos Municípios e municípios criados este ano e a organização do quadro de oficiais das Forças Armadas.

038

Brasil terá uma economia pequena com as extinções

Cultura — O fim do Ministério da Cultura (MinC) representará uma economia insignificante, pois os gastos com o gabinete do ministro, a Secretaria-Geral e os órgãos a eles vinculados são de pouco mais de Cr\$ 1 bilhão ao ano. O orçamento do MinC, o menor de todos os ministérios, alcança em 1988 Cr\$ 6,7 bilhões. As instituições subordinadas ao MinC que mais gastam — como as fundações Casa de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Fomarte, Pró-Memória, Pró-Leitura e de Artes Cênicas e o Concine, a Secretaria de Atividades Sócio-Culturais e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) — passarão para o Ministério da Educação. Juntas, consomem 90% do orçamento anual do Ministério da Cultura.

Reforma Agrária — Caso decida extinguir o Ministério da Reforma Agrária (Mira), o presidente José Sarney estará poupando menos de 5% do orça-

mento anual do órgão, que é de Cr\$ 24,3 bilhões. Somente a Secretaria de Assentamento e Colonização absorve, este ano, Cr\$ 19 bilhões. Para continuar promovendo o assentamento de lavradores, em número ainda inferior ao planejado pelo governo, precisará de mais verbas, esteja no Mira ou no Ministério da Agricultura. O edifício em que funciona o Mira pertence ao Ministério da Agricultura. Na prática, com a extinção acabariam apenas os gabinetes do ministro e a Secretaria-Geral, que ocupam cinco salas.

Ciência e Tecnologia — A economia com o desaparecimento do Ministério da Ciência e Tecnologia será de menos de Cr\$ 10 bilhões anuais. De seus órgãos os que mais gastam, e que certamente continuarão a existir, são o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — cerca de Cr\$ 14 bilhões — o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) — Cr\$ 2,5 bilhões — o Centro Técnico para a Informática — Cr\$ 1,6 bilhão — e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia — Cr\$ 1,05 bilhão. O Ministério funciona no prédio da Secretaria Especial de Informática (SEI), que pertence à Presidência da República.

Mailson se opõe ao fim dos ministérios

BRASILIA — Quando voltar hoje da Bolívia o presidente José Sarney ouvirá de seus líderes no Congresso e de ministros da área econômica fortes argumentos contra a extinção dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura e da Reforma Agrária. O mais forte será o que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, tem repetido a seus assessores: "O fim desses ministérios poderá até ter algum impacto político, mas não terá nenhum resultado no campo econômico e no combate ao déficit público."

Para um orçamento global de Cr\$ 63,7 bilhões em 1988, a economia resultante da extinção seria de pouco mais de Cr\$ 10 bilhões, quantia gasta com a manutenção e os salários dos gabinetes dos ministros e das secretarias-gerais dos três ministérios. Orgãos como a Secretaria de Asentamento e Colonização, da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Ciência e Tecnologia, e o Condição

e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), da Cultura, sorvedouros de dinheiro, seriam absorvidos por outros ministérios, com toda sua estrutura, gastos e pessoal.

Oportunidade — Ao contrário de Mailson, que enxerga algum ganho político no fim dos três ministérios, os líderes do governo consideram tal atitude desastrosa. Marcondes Gadelha (PFL), líder no Senado, disse que vai aconselhar Sarney a não extinguir os ministérios. "Essa é uma grande oportunidade — diria mesmo, que caiu do céu — para a recomposição da base de sustentação do governo no Congresso. Já que o PMDB abriu mão dos ministérios, é hora de entregá-los aos setores que estão afinados conosco".

Um desses setores seria o PTB. "Eles aguardam essa chance há muito tempo. Está na hora de pegarem alguma coisa", afirmou o ex-ministro da Ciência e Tecnologia Luiz Henrique (PMDB-SC). Mas o líder Gastone

Righi (SP), equivocou-se: "Não sei. Acho que não seremos contemplados. Afinal, eram ministérios do PMDB. Se fôssemos ganhar qualquer coisa, eu saberia. E até agora não fui avisado".

O líder Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) descarta qualquer ideia que não seja a da manutenção dos três ministérios. "São muito importantes. Na Ciência e Tecnologia não se pode mexer, pois estão em fase adiantada vários projetos de pesquisa em todos os setores; na Cultura, acontece a mesma coisa; quanto à Reforma Agrária, todo mundo sabe como o setor é delicado." O deputado também acha que é hora de dar os três ministérios a aliados do governo.

O PMDB confirma que não vai mais reivindicar Ministérios. "Antigamente o PMDB indicava o ministro, e o presidente da República aceitava. Agora, o presidente é que escolhe quem vai auxiliá-lo nessas pastas. Se for um nome do PMDB, tudo bem. Se não for, paciência", comentou Luiz Henrique.

298



JORNAL DO BRASIL

3/8/88

Esquerda teme vitória conservadora no PMDB

BRASÍLIA — A ala esquerda do PMDB, que se alia ao deputado Ulysses Guimarães, teme que os conservadores, mesmo derrotados, acabem conquistando a hegemonia do partido na convenção do dia 21. No confronto entre as duas chapas de 119 nomes para o diretório nacional, que disputarão 952 votos de deputados, senadores e delegados dos estados, a *Construção Democrática*, dos conservadores, pode conseguir até 30% das vagas, de acordo com a avaliação da esquerda. Esse percentual, somado à considerável presença de nomes ligados ao Palácio do Planalto na chapa Ulysses Guimarães, de centro-esquerda, pode dar a maioria do diretório aos conservadores.

"Não sei se o deputado Ulysses Guimarães pensava mesmo num partido de centro-esquerda, progressista, quando montou esta chapa", observou o deputado Hélio Duque (PR). Nas suas contas, o Palácio do Planalto conseguiria não só incluir 29 seguidores nos 119 nomes da chapa, contra 52 da esquerda, como colocar os conservadores nos primeiros lugares na lista. Se a chapa apoiada pelo governo conquistar mais de 20% dos votos da convenção — número mínimo necessário para se fazer representar no diretório —, deslocará os últimos 23 integrantes da chapa de Ulysses. Se tiver 30%, tomará o lugar dos últimos 34.

Ordem alfabética — No final da tarde de ontem, os esquerdistas pediram que, excluindo o nome de Ulysses, os outros 118 membros fossem listados em ordem alfabética, para amenizar a presença de conservadores nas primeiras posições. Depois de Ulysses, a chapa alinha os nomes de 21 governadores penodécristas, dos quais oito são ligados ao presidente Sarney e apenas seis à esquerda. Em seguida, vêm três ministros fiéis ao Planalto e três ex-ministros, liderados de Ulysses. A partir do 34º lugar aparecem, em ordem alfabética, os nomes indicados pelos governadores.

"Ninguém nos apresentou um critério melhor e agora aparecem as reclamações", contesta o líder do PMDB no Senado, Roman Tito, um dos articuladores da chapa. Procurando minimizar não a avaliação feita por Duque, o senador previa que a chapa *Construção Democrática*, que inclui três ministros, não conseguirá 20% dos votos na convenção e, portanto, não terá participação no diretório.

A chapa de Ulysses só foi entregue ao

Tribunal Superior Eleitoral às 22h30min da noite de ontem — dois minutos antes do encerramento do prazo. No meio da tarde, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, telefonou ao senador Roman Tito, reclamando da exclusão do deputado José Geraldo, ligado ao Centro.

Tito explicou que "as bancadas maiores cedem uma de suas vagas para os notáveis do partido, como o Raphael (de Alencar Magalhães) a pedido do Ulysses". Mas o governador não deixou de se fazer representar também na chapa dos conservadores, onde José Geraldo é o 16º nome. Ele e outros três nomes ligados a Newton estarão no diretório, se a chapa conservadora obtiver 30% dos votos.

Desconfianças — "Com o lugar assegurado no diretório, não descarto até a possibilidade dos governadores conservadores pedirem que seus convencionais peguem votos para a chapa dos conservadores", disse o deputado Hélio Duque, ao analisar os representantes de cada governador na chapa conservadora.

O prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferraz, segundo na lista da *Construção Democrática*, telefonou ontem para o deputado Ulysses Guimarães avisando que não havia autorizado a inclusão de seu nome na chapa dos conservadores. Além de Ferraz, também retiraram seus nomes da chapa do Planalto os deputados João Agripino (PB), Aluizio Campos (PB), José Dutra (AM) e Luiz Roberto Farias (RS); o senador Cid Sábá de Carvalho (CE) e o prefeito de Montes Claros (MG), Tadeu Leite.

☐ O deputado Nelson Gilson (PR) pediu ao Diretório Nacional do PMDB a impugnação da chapa do deputado Ulysses Guimarães. Integrante da *Construção Democrática*, dos conservadores, Gilson alega que o cumprimento de apresentação da chapa do presidente da Constituinte foi entregue com apenas 28 assinaturas, duas a menos do mínimo exigido pela Lei Orgânica dos Partidos. O deputado Ulisses Aguiar (CE), partidário de Ulysses, afirma que o pedido de impugnação não tem validade, pois segundo ele, é o diretor da Subsecretaria Jurídica do TSE, Raul Ranga, o prazo para a entrega da chapa se encerra à meia-noite de ontem e não na véspera, como argumentavam os conservadores.

020

Chapa de Ulysses

☐ Estes são os 60 primeiros nomes da chapa do presidente do PMDB:

Ulysses Guimarães, Flaviano Melo, João-nino Santana, Hélio Gueiros, Epitácio Cafeteira, Alberto Silva, Tasso Jereissati, Geraldo Melo, Tarcísio Baraty, Miguel Arraes, Waldir Feres, Max Mauro, Wellington Moreira Franco, Newton Cardoso, Otonato Queiroz, Henrique Santillo, José Aparedado de Oliveira, Carlos Bezerra, Marcelo Miranda, Alvaro Dias, Pedro Ivo Campos, Pedro Simon, Humberto Lucena, Aluizio Alves, Celso Furtado, Iris Resende, Jader Barbalho, Luiz Henrique, Raphael de Almeida Magalhães, Renato Archer, Ivo Pinheiro, Nelson Jobim, Roman Tito, Ailton Sandoval, Albano Franco, Alberto Goldman, Alfredo Campos, Almino Afonso, Aluizio Nunes Ferreira, Antônio Pais de Andrade, Amazonas Brasil, Antônio Mariz, Ary Queiroz, Bete Mendes, Carlos Mauro Cabral Benavides, Carlos Vinagre, Carlos Wilson, Celso Saleh, Cid Carvalho, Dante de Oliveira, Dilson Lyrio Neto, Djalmir Falcão, Egídio Ferreira Lima, Expedito Machado, Fernando Cunha, Fernando Velasco, Fernando Gasparian, Francisco Amaral, Francisco Leite Chaves e Francisco Pinto.

Chapa do Planalto

☐ Estes são os 60 primeiros nomes da chapa comandada pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna:

Djalma Falcão, Sérgio Mello, Carlos Sant'Anna, Joaquim Bezerra, Carlos Alves, Borges da Silva, João Câmara, Prisco Vianna, Milton Filho, Vicente Filho, Sebastião Dória, Adolfo Filho, Denier Araújo, Inguar Costa Júnior, Wilson Gomes, José Gentil, Jorge Viana, Dêcio Braz, Nyder Barbosa, Genário Bernardino, Hildário Brandt, Paulo Zaccar, Alexandre Parys, José Melo, Max Rosenbaum, Aluizio Campos, Aurelio Mello, Mauro Sampaio, Ottonar Pinto, Jorge Leite, Luiz André Vicente, Cid Sobrinho de Carvalho, Paulo Mincione, Iguarosa Rodrigues da Silva, Samir Achén, Raimundo Bezende, Bento França, Francisco Sales, José Farias, Rubem Figueiredo, Raimundo Lima, Wagner Lago, Renato Vianna, Mathews Isaac, José Maranhão, Mayés Pinheiro, Domingos Juvenil, João Agripino, Dalton Chaves, Luiz Roberto Pente, Ivo Cerdeira, Gerson Macneides, Rubem Branquinho, Rosa Prata, Tito Costa, Renato Johnson, Arnaldo Moraes, Bezerra de Melo, Vicente de Paula Queiroz e Antonio de Jesus.

313/33

O déficit está sob controle?

Edmar L. Bacha

O governo anuncia que o déficit público está sob controle — tendo sido de 1 por cento do PIB no primeiro semestre —, o mesmo ocorrendo com o aumento da quantidade de dinheiro — que não superou 250 por cento em 12 meses até junho.

Isto significa que há uma boa chance de se cumprirem as metas do acordo com o FMI neste ano — déficit público de 4 por cento do PIB e expansão monetária de 375% até dezembro.

O paradoxo da situação é que a inflação segue destrabado. Portanto, aparentemente justificando as dúvidas do Presidente Sarney, expostas na Coluna do Castelo de 30, de que "outros fatores" explicariam a inflação.

E, até mesmo, mas o que queremos sugerir é que nem o controle do déficit nem o da expansão monetária querem dizer que (1) as contas do governo estejam em ordem, (2) o excesso de liquidez na economia não se deva ao desamparo dessas contas, e (3) o aumento da inflação não esteja associado a esse excesso de liquidez.

Trocando em miúdos: o programa do governo com o FMI — apesar do aparente cumprimento de suas metas — déficit e a expansão monetária — não está de fato controlando a expansão da liquidez na economia e, portanto, não se pode esperar um controle da inflação.

Em primeiro lugar, os dados no Programa Econômico do Governo, recentemente divulgado pelo Banco Central, mostram que o conceito de moeda que o governo tem sob controle pouco tem a ver com a inflação brasileira. Esse conceito é M1, papel-moeda em poder do público e depósitos à vista nos bancos comerciais. Em 1981, o PIB nominal — que é igual ao PIB real vezes o nível de preços — foi igual a 14 vezes o valor de M1; essa relação passou para 21 em 1983; e atingiu quase 30 em 1985. Com o Plano Cruzado, despençou para 14 no final de 1986; depois subiu para 26 no final de 1987; e em maio deste ano já estava em 34. Ou seja: não existe qualquer relação estável entre M1 e o PIB nominal, que é a mesma coisa que dizer que não existe qualquer relação entre M1 e os preços.

Os dados do Banco Central revelam, entretanto, um outro dado interessante: é bastante estável a relação entre o PIB nominal e M4, sendo este um conceito mais amplo de moeda, que resulta da soma de M1 com os depósitos a prazo e de poupança e com os títulos do governo em mãos do público. Assim, em 1981 o PIB era 4,2 vezes o valor de M4; em 1983, a relação baixa para 4,0; depois cai para 3,4 em 1985, mantendo-se nesse nível em 1986. Em seguida sobe para 3,7 no final de 1987 e em maio deste ano estava em 3,9. É certo que essa relativa estabilidade se deve em parte à correção monetária que incide sobre as cotizações de poupança, os depósitos a prazo e os títulos do governo, mas pelo menos não nega a possibilidade de que variações de M4 afetem o valor do PIB nominal.

Observando a variação de M4, ao invés da de M1, nada há de estranho em que a inflação tenha sido 24% em junho e 185% desde janeiro, pois M4 cresceu 23,3% em junho e 179% desde o início do ano.

Entre os componentes de M4, ressalta a importância dos títulos do governo, que representavam 63% do total, no último

mês de junho. Ocorre que nada no programa do Brasil com o FMI impede que o volume de títulos do governo no mercado e, portanto, de M4 cresça à taxa que for, independentemente do que esteja ocorrendo com o déficit, conforme medido pelo governo. Se não, vejamos.

O déficit que o governo tem sob controle é a "necessidade de financiamento do setor público não financeiro" ou, em outras palavras, o déficit fiscal. Nesse total, não entra nem o déficit das chamadas operações oficiais de crédito, nem o déficit das operações de moeda estrangeira do Banco Central.

O déficit das operações oficiais de crédito deriva principalmente dos empréstimos que o Tesouro faz no Brasil e no exterior, via Banco Central, para que ajude a manter o governo de apoio financeiro à agricultura, à indústria e à pequena e média empresa. Esses empréstimos são feitos a diferença entre os novos créditos concedidos e os créditos já mais juros recebidos dos empréstimos anteriores. Assim, a receita, apenas o subsídio implícito nos juros pagos pelo governo fiscal; o resto, que é financiado pelo lançamento de títulos do Tesouro Nacional, não aparece no déficit do governo.

Já o déficit das operações em moeda estrangeira do Banco Central resulta basicamente da diferença entre as importações em moeda estrangeira que o Banco recebe, principalmente das mutações internas da dívida externa reestruturada, por meio dos vencimentos dessa dívida; e os pagamentos que faz, por meio de seus depósitos, das voluntárias conversões da dívida externa em investimento e, a partir de outubro, das operações de moeda estrangeira e de moeda interna do Banco Central. A variação negativa dessa diferença em moeda estrangeira também não aparece no déficit do governo. Quando ocorre, o lançamento no mercado de títulos do Brasil que já constitui carteira do Banco Central.

Infelizmente, dados sobre os efeitos das operações de crédito e das operações de moeda estrangeira não estão imediatamente disponíveis. Mas informações sobre o Programa Econômico do Banco Central mostram que, nos primeiros meses do ano, enquanto o déficit do governo fiscal não foi afetado pelo FMI, foi de quase 10% do PIB, o déficit do governo mais amplo, que inclui as operações de moeda estrangeira, o déficit logo caiu para menos de 1% do PIB, ou 0,46% do PIB.

Uma maneira de confirmar esse resultado é observar o acompanhamento do passivo conjunto de crédito interno do Tesouro Nacional e do Banco Central — composto de papel-moeda em poder do público, depósitos das instituições financeiras, títulos do governo federal, e depósitos de poupança no Sistema de Poupança. Esse passivo chegou a 10,5% do PIB no primeiro semestre, portanto exatamente equivalente ao déficit medido pelo IPC entre janeiro e julho.

Concluímos, pois, que (1) o conceito de déficit do governo, devidamente definido, não está sob controle; (2) o déficit do governo, que provoca uma expansão significativa da liquidez, não é apropriadamente definido; e (3) esse aumento de liquidez marcha passo a passo com a inflação. Ou seja, apesar de "outras causas da inflação", o governo não mantém controle por sua própria conta em ordem.

Edmar Bacha é professor do Departamento de Economia da FGV de São Paulo.

J. do Brasil 8/8/88.

Mailson diz que dívida interna cresce mais 50%

Banco Central tem outra posição e aponta queda para 22%

A dívida interna federal, um dos principais fatores de realimentação do déficit público, deverá fechar o ano com um aumento real em torno de 50%. A previsão foi feita, ontem, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao falar sobre as causas da inflação em depoimento à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados.

Divulgado algumas horas depois, porém, o último levantamento do Banco Central apontou tendência con-

trária: a dívida interna federal junto ao público registrou uma queda real de 4,3% em outubro, repetida e que ocorrerá em setembro, quando o decréscimo foi de 3,9%. Com isso, apesar da previsão do ministro, o aumento acumulado no ano caiu de 27,4% para 23%.

Apesar da queda real em relação ao mês anterior, em outubro o saldo de OTNs e LFTs em poder do público fechou em Cr\$ 17 bilhões, 882 milhões e 797 mil, sinal que o governo vendeu, este ano, muitos títulos federais no mercado, como forma de refinanciar a própria dívida e cobrir buracos de caixa, resultante de um déficit público que, esse ano, fica em torno de 4% do PIB. Os serviços da dívida (juros e outros encargos) no entanto, acabam realimentando o déficit. Mailson da Nóbrega reconheceu que junto com as despesas de pessoal, os serviços da dívida consomem 80% do orçamento da União.

Uma vez controlado o déficit público, através do ajuste fiscal já em exame no



Mailson depois na câmara

Congresso, a intenção do governo é diminuir o volume real da dívida interna, cujos títulos não estão apenas nas mãos de bancos, mais ainda de "empresas e pessoas físicas", lembrou o ministro, descartando a hipótese de uma moratória interna dessa dívida. Ela aumentou principalmente a partir de 1961, quando cresceu 78,5%.

Mailson atribuiu principalmente ao setor agrícola a explosão inflacionária verificada em 1960. "O setor vinha perdendo receita desde 1955 e por isso era necessária uma recuperação dos preços agrícolas", justificou. A previsão é de que o IPC acumulado do ano chegue ao final de dezembro em 80%. O ministro admitiu ainda que a recuperação das tarifas públicas "que também era necessária", foi outro fator de peso sobre a inflação de 68.

Mas "nem só o governo é responsável pela crise", disse Mailson acrescentando que há uma incapacidade da sociedade como um todo para debelar o processo inflacionário. (Brasília/ZH)

Três exemplos dão certo

Por LUIZ OSCAR MATZENBACHER
Edição de Economia/ZH

A tentativa de estabelecer um pacto social no Brasil para vencer a crise econômica não é uma atitude inédita no mundo: Espanha, México e Argentina, sempre por iniciativa dos governos, conseguiram estabelecer, com maior ou menor adesão das sociedades, formas de cooperação que resultaram em êxito, alguns totais, outros parciais, no combate à inflação. O pacto que está sendo desenhado no Brasil difere dos demais, por ter nascido da iniciativa de empresários (principalmente da indústria) e dos trabalhadores (através de todas as centrais nacionais, à exceção da CUT). O da Espanha, denominado de Pacto de Múrcia, foi assinado em outubro de 77, vigora até hoje e deu condições para a modernização da economia nacional. No México, o Pacto de Solidariedade Econômica entrou em vigor em dezembro de 87 e, além de reduzir a inflação, reduziu também o emprego. E o Plano Primavera, da Argentina, vigora há três meses, tendo reduzido a inflação mensal de 25,65% para 9%, gradativamente.

Mas eis as características de cada um dos pactos em vigência no mundo, coincidentemente nos três principais países de língua espanhola:

Espanha

O mais eficiente parece ser o da Espanha, que nasceu praticamente junto com o processo de democratização, que se seguiu ao final dos 40 anos de ditadura franquista. Participaram todos os partidos políticos com representação parlamentar e o Governo, pois os sindicatos recusaram-se a integrá-lo. Como principais medidas foram indexados todos os salários à inflação prevista, reestruturadas as finanças públicas e promovidas reformas na área fiscal, no sistema financeiro, na legislação trabalhista e na legislação do setor agrícola. Houve redução do déficit público, diminuição do custo do trabalho, com redução das contribuições para a Previdência Social e fixação de uma taxa de câmbio realista para incentivar as exportações. A indústria espanhola foi toda reestruturada. A inflação, que era de 40% ao ano em 1977, baixou para 4,6% em 87.

México

O pacto mexicano parece ser o que obteve mais apoio da sociedade. Participaram das negociações e firmaram o Pacto de Solidariedade Econômica o Governo, os sindicatos de trabalhadores e os empresários urbanos e rurais. Basicamente houve no México o congelamento dos preços dos produtos da cesta básica e dos salários, com desvalorização cambial de 25% e posterior congelamento da taxa de câmbio, com corte nas despesas públicas e privatização de empresas estatais, liberalização das importações (redução nas tarifas), fixação de taxas de juros reais, corte nos subsídios, reforma administrativa do setor público, limitação ao crédito e combate à evasão fiscal. A inflação mensal, que era de 14,8% em dezembro de 87, caiu para 8,6% em setembro de 88.

Argentina

O Plano Primavera, da Argentina, entrou em vigor em agosto, sob iniciativa do Governo, com o apoio imediato dos empresários da indústria e do comércio, mas sob oposição dos sindicatos de trabalhadores e dos empresários rurais. Basicamente houve um congelamento dos preços no primeiro mês, com aumentos de 1,5% e 1,5% em setembro e outubro, com o pedido, por parte do Governo, para restringir os aumentos salariais a menos de 10%. Ocorreu uma desvalorização cambial de 14%, com a volta das minidesvalorizações, mudança do regime cambial das exportações, corte nas despesas públicas e liberalização das importações (redução de tarifas). A inflação, que foi de 25,6% em julho de 88, caiu para 9% no último mês.

Assim como no México, Espanha e, mais recente, na Argentina, com resultados que aliviaram a economia, o Brasil se encaminha para um pacto, que exige a presença do Governo e entendimento entre empresários e trabalhadores



O Plano Primavera, na Argentina, fez cair inflação de 25,65% para 9% ao mês

Governo, ponto de decisão

Com base nas experiências dos pactos argentino, mexicano e espanhol, o economista Antônio Carlos Fraquelli, professor de Planejamento na UFRGS, diz que são necessárias cinco medidas básicas que regulem os salários, preços, taxas cambiais e balança comercial e formulem uma reforma fiscal para que o pacto funcione. E somente um plano econômico de Governo é que pode atender estes cinco regulamentos básicos que viabilizam um pacto social.

Neste ponto é que Fraquelli encontra o principal entrave ao pacto que se desenha no Brasil: "Perdemos a maior oportunidade que já tivemos para formular um pacto, quando da eleição de Tancredo Neves. Acho que agora é tarde e cedo ao mesmo tempo. Tarde porque perdemos a chance do pacto ao instalar-se a Nova República. Na Espanha, foi ao final do período ditatorial e início da democracia que formulou-se o Pacto de Múrcia. E cedo, porque as condições vão voltar a existir no momento da posse do novo presidente eleito, em 89, pela maioria do povo brasileiro, que terá a credibilidade popular de fazer funcionar o plano que viabilizaria o pacto".

Indisciplina

No entender de Fraquelli, é natural que os empresários conservadores e os representantes sindicais não participem do pacto: "Os conservadores, porque vêem um mundo sem o Estado, e os radicais porque vêem o mundo em permanente conflito". E só com ampla credibilidade popular estes dois setores que se enlaçam: os radicais e os conservadores poderiam ser isolados, por um poder moderador ou um juiz credenciado pelo povo, e não que só o Governo pode ter, no entender de Fraquelli.

Já o economista Luiz Augusto Faria, professor de economia na UFRGS, presidente do Sindicato de Economia, filiado à CUT, e colega de Fraquelli na Fundação de Economia e Estatística (FEE), também tem o mesmo tipo de raciocínio, embora de formulação distinta: "Se os empresários individualmente, como no Plano Cruzado, deixam de obedecer à política de preços e fazem reajustes, embora suas entidades representativas tenham firmado o pacto e os presidentes de sindicatos incitem à greve, não obstante a central nacional tenha assinado o pacto, nada vai mudar, porque o pacto não terá eficiência. E este problema só é vencido por um Governo com credibilidade popular, que parece não ser o caso do Governo Sarney".

Faria acha que o interesse do Governo é que as negociações sobre o pacto não se esgotem tão cedo, "porque aliviam a ansiedade da população e dos investidores. Além, para o Governo o ideal é que as negociações persistam até as eleições presidenciais de 15 de novembro, porque a economia brasileira tem um fôlego impressionante e consegue sobreviver com uma inflação que teria derrubado qualquer outra economia do mundo e, o que é mais interessante, além de sobreviver, consegue manter-se aquecida com os índices inflacionários mensais batendo os 30%. Portanto se o Governo conseguir ir empurrando esta situação até 15 de novembro, parte de seus graves problemas se resolveriam".

Inflação

Mas Faria discorda que uma simples contenção do gasto público resolva o problema principal, do ponto de vista econômico, para o sucesso do pacto, que é a dívida

Bresser: a questão é a dívida externa

O ex-ministro da Fazenda, Bresser, afirma, concordando com a necessidade de um pacto social e acha que o fundamental tal "é fazer uma política de rendas, e isso significa um novo congelamento", para dar certo, resolve, "é preciso ao mesmo tempo zerar o déficit público, o que é impossível sem se reduzir o pagamento da dívida externa". Bresser disse a Zero Hora, por telefone, que "a maior prova de que a dívida externa brasileira é um dos maiores problemas é o fato de que os banqueiros americanos nunca declararam que em 88 estão tendo um dos maiores lucros da história das bancas americanas, e apontam um 'Brasil do futuro' como responsável, a partir de novembro em que nosso País recomeça a pagar a dívida".

Todos terão que fazer sacrifícios para que o pacto dê certo diz Bresser: "Os empresários, os trabalhadores, o Governo, todos terão que apertar o cinto, mas isto também se aplica aos banqueiros internacionais. Se no dia em que se fizer o choque na economia e o pagamento da dívida externa for reduzido em 50%, então, dará certo, caso haja também corte nos gastos e efetivamente zero o déficit público. Só não adianta apenas o Governo conter seus gastos, porque o maior fator de endividamento é o pagamento da dívida externa, feita em dólares obtidos nas exportações, que são convertidas em dólares, via emissão de títulos da dívida do Governo, antes de serem entregues aos empresários que exportaram, pois a dívida externa é dívida pública".

Bresser diz que não adianta tentar negociar a redução do pagamento da dívida externa com os banqueiros internacionais: "Eles são meros executores de suas ordens. Não têm autonomia para negociar. O Brasil é que tem que impor suas condições".

pública brasileira: "Na verdade, os títulos que estão sob o controle do Governo, são gastos com pessoal, gastos com serviços, gastos com investimentos, gastos com outras coisas. O Governo diz que os títulos da dívida pública diminuem os gastos correntes e permitem a defesa de investir. Mas não por isso a dívida pública diminui, porque ela é a verdade vinculada à dívida externa e a dívida interna. E a inflação está destruindo a relação da dívida externa com a dívida interna, por dois motivos: primeiro, mercadorias exportadas o Brasil recebe dólares para pagar a dívida externa, mas forma estes dólares em créditos em títulos da dívida interna e depois vende estes títulos em uma economia que não consegue mais pagar a dívida externa, já que a inflação destruiu a capacidade de pagar a dívida externa, e os títulos da dívida interna são vendidos para serem usados para pagar a dívida externa. Daí o problema: pois das mercadorias por emissão de títulos de rendimentos os salários em títulos de mercadorias disponíveis. E, portanto, finalmente, é no momento finalizado o Governo transfere em créditos em títulos de rendimentos os salários em títulos de mercadorias disponíveis e paga a dívida externa".

Mas o Governo fica devendo para os fabricantes das mercadorias, e estes não pagam os salários em títulos de rendimentos, mas em títulos de mercadorias disponíveis. Daí, explica Bresser, dois fatores duplamente inflacionários: "Excesso de dinheiro circulante, e alta dos preços internos em função da grande pressão, por parte do Governo, de comprar para pagar os exportadores. Então, por um amplo acordo de redução do pagamento da dívida externa e sem uma reforma econômica, não dá certo".

8900772

090
ZERO HORA 17-11-88

Brasil terá treinamento de guerra eletrônica

Trata-se do primeiro centro do gênero da América Latina

O Centro de Treinamento de Guerra Eletrônica — recentemente criado pelo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, como parte do Projeto FT-80, segundo o Centro de Comunicação Social do Exército (porta-voz do ministro Leônidas Pires) deverá ser inaugurado ainda este mês, em data a ser previamente estabelecida.

OCIGE — o primeiro centro de treinamento de guerra eletrônica criado na América Latina — está situado entre a

cidade-satélite de Sobradinho e o Planalto de Brasília. O Centro será dirigido por oficiais especializados em guerra eletrônica nos Estados Unidos e na Alemanha Ocidental. Sua principal missão será treinar oficiais e graduados para lidar com sofisticados computadores, armamentos leves e pesados. Juntamente com o sistema de defesa aérea e controle de tráfego aéreo, terá importante papel na defesa do espaço aéreo brasileiro, especialmente do quadrilátero Brasília-Rio de Janeiro-Heróiense-São Pau-

lo.

Sua aplicação será também de grande importância nas missões de guerra dos grupos de artilharia antiaérea. Inicialmente suas atividades se estendem aos grupos de artilharia antiaérea de São Lagoas (MG) e de Brasília, recentemente inaugurados pelo ministro Leônidas Pires Gonçalves, dentro do Projeto FT-80 (Força Terrestre 1980). A maior parte de seus equipamentos foi adquirida no Exterior.



Secretário de Defesa norte-americano, Frank Carlucci

Carlucci chega hoje para "consultas"

O secretário de Defesa dos Estados Unidos, Frank Carlucci, chegará hoje ao Brasil para visita oficial, a convite do Governo brasileiro. Ele manterá encontros com o presidente José Sarney, ministros militares e o chanceler Américo Sodré.

O embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty, afirmou ontem que Frank Carlucci não tem uma agenda definida para a sua visita: "Trata-se de uma visita de consulta, para troca de impressões". A visita do secretário de Defesa dos Estados Unidos ao Brasil poderá não ser conclusiva, mas, segundo fontes diplomáticas, será o primeiro passo para a reaproximação entre os dois países no setor militar.

Desde o rompimento do acordo militar Brasil/EUA, durante o governo Ernesto Geisel, as relações entre os dois países no setor têm sido marcadas pelas divergências. Para o diplomata do Itamaraty, esta visita será uma boa oportunidade para se promover um diálogo de alto nível.

A normalização das relações militares será por uma mudança na postura norte-americana, principalmente no que diz respeito à transferência de tecnologia. Como defende o embaixador Paulo Tarso, o Brasil quer ter o mesmo tratamento dispensado à Índia, que tem livre acesso à tecnologia norte-americana. (AF)

01001

8900782

O pacto do PT contra a inflação

Ricardo Noblat

O Partido dos Trabalhadores não se deixou imobilizar pelo estado de perplexidade em que se encontra por ter descoberto que elegeu os prefeitos de São Paulo, Porto Alegre e Vitória, e que alcançou o segundo lugar na disputa pelas Prefeituras do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Goiânia. Retomará a ofensiva política na próxima semana quando sua Executiva Nacional deverá aprovar uma proposta de pacto social contra a inflação.



A proposta será levada, em seguida, à consideração do Diretório Nacional que se reunirá em São Paulo nos dias 10 e 11 de dezembro. "Sou favorável a um pacto que faça baixar a inflação e que assegure o cumprimento do calendário eleitoral que prevê para novembro de 1989 a escolha do sucessor do presidente José Sarney", confidenciou a um amigo o deputado Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT.

O pacto do PT será discutido, primeiro, com o que Lula chama de "setores avançados da sociedade", depois com "os partidos populares" e só no fim com os empresários e o governo. O PT quer chegar ainda mais fortalecido à mesa do entendimento. Lula considera "uma jogada das elites do país" a proposta de pacto social ora em curso. Diz não poder acreditar no sucesso de um acordo que deixa de fora a Central Única dos Trabalhadores.

"Isso a que dão o nome de pacto é uma fórmula que tem dois objetivos básicos", explica o deputado estadual José Dirceu, presidente do PT paulista. "O primeiro é o de dar estabilidade a um governo que mal consegue permanecer de pé. O segundo é o de montar uma plataforma para lançamento de uma candidatura conservadora à sucessão do atual presidente." O pacto do PT poderá servir de base para um candidato de esquerda.

Mas isso, nem Lula, nem José Dirceu admitem por enquanto. Também nem agora, nem no futuro admitirão que o comando do PT não imaginava o extraordinário crescimento do partido registrado nas eleições de anteontem. A militância e o eleitorado

cativo do PT, muito menos. Em São Paulo, por exemplo, o Instituto Gallup entrevistou no último dia 14 exatos 1.200 eleitores sobre quem venceria a corrida pela Prefeitura.

Quase 60% deles responderam que Paulo Maluf venceria. Luiza Erundina venceria de acordo com 11% dos entrevistados. O Gallup esmerou-se em identificar a expectativa dos possíveis eleitores de cada candidato. Isolando os que juravam que votariam na candidata do PT, constatou que apenas 28% deles acreditavam na vitória de Erundina. Quase 45% dos eleitores do PT calculavam que Maluf ganharia.

Erundina começou a crescer nas pesquisas sobre intenção de voto quando a campanha eleitoral em São Paulo foi perdendo, pouco a pouco, as características de um episódio, meramente, municipal. Na reta final, a conjuntura nacional ocupou o espaço político que antes estava reservado à discussão dos problemas locais. O candidato João Leiva, que se apresentava como um administrador de obras, despencou em linha reta.

O ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf voltou a reencarnar os males do regime que pouco mudou, mesmo quando adotou o apelido de Nova República. Bem servido de cabos eleitorais, o PT ganhou o auxílio de um general quando o exército matou operários em Volta Redonda: frustrado com o mandato de 5 anos de Sarney, um terço dos eleitores de São Paulo votou no PT como se votasse para presidente da República.

Votou para derrotar um partido (o PMDB) e um governo (o de Sarney) responsáveis pela inflação de 28% ao mês e pela manutenção dos mesmos costumes políticos e administrativos que o presidente Tancredo Neves prometera revogar. De certa forma, essas mesmas razões servem para explicar o voto que fez crescerem em alguns lugares o PT e o PDT e que derrotou candidatos da situação.

A eleição, de anteontem, encerra várias lições e está destinada a produzir muitas consequências. Encerra, também, a tentação de se "paulistizar" seus resultados. O país é maior do que São Paulo, onde uma minoria de cidadãos elegeu a candidata do PT. As capitais reúnem, apenas, 30% do total de eleitores do país.

098

Ganho de Cz\$ 4,6 trilhões no corte

Somado à Operação Desmonte, já em apreciação no Congresso Nacional, o ajuste fiscal proposto, ontem, pelo Governo proporcionará aos cofres do Tesouro um ganho de Cz\$ 4 trilhões 884 bilhões em relação à proposta orçamentária original para 1980. Desse total, 44,4% - Cz\$ 2 trilhões 88 bilhões 880 milhões - serão resultado de incremento de receita, entre outras medidas, através do combate aos sonegadores de impostos. Os 55,6% restantes - Cz\$ 2 trilhões 594 bilhões 480 milhões - virão do corte de despesas. Juntos, aumento de receita e corte de despesas, representam quase 8% do PIB. Com isso, o Governo pretende zerar o déficit público no próximo ano, podendo gerar, inclusive, um superávit em torno de 0,67% do PIB.

A Operação Desmonte já previa um corte de Cz\$ 1 trilhão 700 bilhões 800 milhões, o que já reduzia o déficit potencial de 80 de 7,73% para 4,25% do PIB. Com as propostas anunciadas ontem na reunião do Pacto Social, haverá um corte adicional de Cz\$ 324,9 bilhões. Por motivos de prazo legal, o Governo enviou, ontem, ao Congresso a versão final da proposta orçamentária para o ano quem vem. Isso não impede, porém, que as medidas do ajuste passem pela discussão com empresários e trabalhadores.

A nova versão do Orçamento contém apenas o resultado que o ajuste fiscal vai proporcionar. O ajuste propriamente dito depende de uma série de medidas ainda não tomadas e que virão através de projetos de leis, resoluções do Conselho Monetário Nacional e Medidas Provisórias, somente depois de aprovadas no âmbito do Pacto Social. "O Orçamento pode ser emendado", tranquilizou o ministro da Fazenda, Mafraon da Nóbrega, considerando a hipótese de algumas das medidas não passarem pela aprovação dos negociadores do Pacto.

Uma vez zerado o déficit público, o Governo iniciará o resgate líquido dos títulos da dívida pública interna federal, anunciou o ministro. Ou seja, o Governo pretende liquidar títulos sem emitir novos em seu lugar. Em 30 de setembro passado, última posição divulgada pelo Banco Central, o total de OTNs e LFTs em poder do público estava em Cz\$ 14 trilhões 514 bilhões 227 milhões.

"Se o Governo pudesse, teria feito um esforço maior", disse Mafraon da Nóbrega, entendendo que não está havendo superestimação de receita. Os esforços governamentais se concentrarão principalmente, segundo ele, na cobrança sobre devedores da União. "Essa será a mais expressiva contribuição à receita". (Brasília/ZH)

Couto diz que preços estão controlados

"Está afastado o perigo do descontrole sobre a evolução dos preços", constatou, ontem, o ministro interino do Trabalho e chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, ao abrir a terceira reunião do comitê dirigente do Pacto Social. O principal indicador do fato, segundo ele, foi a apuração das três primeiras semanas do IPC de novembro (17 de outubro a 9 de novembro), que apresentou uma variação de 26,91% e, portanto, abaixo dos 26,5% pactuados como reajuste máximo de preços para esse mês. O índice de preços elaborado pela FIPE para a cidade de São Paulo confirmou a tendência decrescente apontada pelo IBGE, que calcula o IPC.

"Os resultados do Pacto não estão sendo bons. Estão ótimos", sentenciou Costa Couto, lembrando que, antes dele, as expectativas inflacionárias para novembro e dezembro apontavam "30%, 35% e até 40%". O governo tem cumprido a sua parte no controle de preços dentro dos limites pactuados, avaliou ainda. Recentemente, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) reajustou 192 produtos. Desses, 93 tiveram aumento inferior a 26,5%. Entre os produtos com reajuste inferior ao pactuado Costa Couto citou o arroz beneficiado o feijão preto e a carne bovina fresca (traseiro). (Brasília/ZH)

098.

ZERO HORA 17-11-88

Secretário da Fazenda promete boas relações

Por J. C. TERLEIRA
Edição Política/ZH

As relações do governo do Estado com o novo prefeito de Porto Alegre serão "absolutamente normais", de acordo com a posição anunciada ontem pelo governador Pedro Simon. Ressaltou que o governo do Estado, em momento algum, desde que assumiu, prejudicou ou criou dificuldades aos prefeitos oposicionistas e, portanto, esta mesma orientação dará aos seus secretários.

Simon deverá convocar nos próximos dias uma reunião do secretariado a fim de fazer a projeção sobre o relacionamento com os novos prefeitos, a começar por Otávio Dutra, que a partir de 1º de outubro passa a dirigir a mais importante Prefeitura do Estado.

José Ernesto Pasqueto disse ontem que a Secretaria da Fazenda, desde a posse de Pedro Simon, sempre primou pela imparcialidade no tratamento das questões administrativas com todos os prefeitos, independentemente de sua sigla partidária. "Nada ocorreu para mudar esta linha", observou Pasqueto, ao

lembrar que o único impasse surgido aconteceu exatamente em Porto Alegre com o prefeito Alceu Collares, mas foi prontamente equacionado.

Collares exigia o pagamento imediato dos resíduos de ICM (resíduo é o termo usado para fixar o valor do ICM arrecadado e o projetado. Assim, por exemplo, se há uma previsão de arrecadação pelo município de Cr\$ 40 milhões em novembro, o Estado paga de retorno em 20% destas Cr\$ 40 milhões no final de mês. Se no início de Cr\$ 40 milhões o município acaba na prática arrecadando Cr\$ 60 milhões em novembro, os restantes 20%, sobre os Cr\$ 20 milhões a mais são pagos em 45 dias, porque precisam ser levantados e computadorizados, daí a demora). Foi este o problema que ocorreu em relação a Collares e já equacionado, pois os resíduos continuam sendo pagos com 45 dias de atraso por questões técnicas.

Igual tratamento vai ser dispensado a Otávio Dutra sem nenhum tipo de prejuízo à sua administração. Segundo Pasqueto, seria inviável criar problemas à Prefeitura, e por isso entende que o relacionamento com Otávio Dutra será perfeito e sem maiores problemas.

ZERO HORA 17/11/88

098.

J - DO - BRASIL 18-11-88

Ministro pede mais compreensão

— O que está faltando para um acordo com os grevistas?

— Compreensão entre os homens.

A resposta dada pelo ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, a uma repórter de televisão na quarta-feira passada, exibia seu estado de ânimo com a possibilidade do governo negociar com o comando de greve dos petroleiros. A declaração foi feita no período entre as duas reuniões que foram realizadas pelo presidente José Sarney com os ministros militares e da área econômica para uma avaliação dos movimentos grevistas. Aureliano quer a negociação.

Na noite anterior, quando também houve uma reunião ministerial com Sarney, no Palácio da Alvorada, Aureliano comunicou a seus assessores o descontentamento com a decisão tomada pelos integrantes da reunião de não aceitarem a sua proposta de negociação com os grevistas. Nem mesmo o argumento de que os petroleiros pleticiam o que muitos outros trabalhadores já ganharam, referindo-se ao aumento de 26,06% concedidos aos funcionários do Banco do Brasil, conseguiu sensibilizar

os ministros presentes a reunião, principalmente os militares.

Apesar da primeira derrota, antes de entrar no Palácio do Planalto para a segunda reunião de avaliação na quarta-feira passada, o Aureliano ainda alimentava a possibilidade de conseguir algum reajuste para os petroleiros, tendo, inclusive, se reunido com o ministro do Planejamento, João Batista Abreu, para levantar a disponibilidade financeira do governo para atender as reivindicações dos grevistas. Mesmo apresentando os dados aos participantes da reunião, o ministro foi novamente derrotado em seu objetivo, tendo deixado o Palácio do Planalto mais aborrecido do que na noite anterior porque o governo decidiu mandar ao Congresso medida provisória, com base no artigo 9º da Constituição, especificando os setores considerados "atividades essenciais", nos quais as greves serão restringidas. O ministro foi contra essa decisão e nesse ponto ele, finalmente, pôde ter uma vitória na tarde de ontem: o governo decidiu substituir a medida provisória por um projeto de lei.

070

Acordo pode baixar inflação

BRASÍLIA — A inflação de novembro deverá ficar abaixo do índice de 26,5% estabelecido como teto no pacto social. A previsão é do ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, com base nos dados da Comissão de Avaliação do pacto, que garante que as listas de preço estão "funcionando" em todo o país, com exceção do óleo de soja que estaria fugindo ao controle.

"O pacto tem que ser avaliado por seus resultados que não são bons, são excelentes, com uma inflação abaixo de 26,5%, afirmou o ministro, que disse ter visitado os supermercados no dia 15 e ter ficado "estarecido" com os preços. "Os preços estão muito altos e o povo brasileiro tem razão de reclamar", sustentou.

Segundo Costa Couto, a proposta de ajuste fiscal que o governo apresentou aos integrantes do pacto social prevê um déficit zero para 1989, visando à redução da emissão de títulos e moeda e à queda da taxa de juros para fazer cair a inflação e permitir a retomada dos investimentos. A proposta de ajuste poderá ser modificada pelos representantes de trabalhadores e empresários que negociam o pacto, de acordo com o ministro. "Vamos acabar com a cultura do decreto-lei", garantiu.

Amor — Nervoso, o ministro disse que não vê qualquer elo entre os resultados das eleições — com o crescimento do Partido dos Trabalhadores — e o pacto social, porque "os votos se destinavam a eleger prefeitos e vereadores e não estava em questão um plebiscito do governo Sarney". Ao presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, que, mesmo não participando do pacto, tentou a suspensão das negociações enquanto não se resolvem as três grandes greves do país atualmente, Costa Couto mandou um recado para que entrasse nas negociações. "Vamos resolver os problemas brasileiros com base em amor", recomendou.

Na mesma entrevista, o ministro entrou em contradição e disse que a decisão do eleitorado foi contra a inflação e que as urnas refletem a situação econômica. "A realidade brasileira é que somos um país pobre, com renda mal distribuída e com início de um processo de recessão que temos que reverter. Sei que estou dizendo uma coisa grave, se quiserem eu repito", afirmou. E, no mesmo tom, disse que é preciso fazer cair a inflação para assegurar emprego para 1,5 milhão de novos trabalhadores que entram anualmente no mercado de trabalho.

JB 18/11/89

098

J - 00 BRASIL 17-11-88

14 □ 1º caderno □ quinta-feira, 17/11/88 *Jornal*

Gaúcho lidera o grupo que comanda movimento

BRASÍLIA — Entre os oito sindicalistas que formam o Comando Nacional de Greve dos Petroleiros reunido em Brasília, um gaúcho de 46 anos, torcedor do Internacional que não abre mão de um bom churrasco regado a chope ou cerveja, vem se destacando dos demais. É Mauro Costa, presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul, que aponta a condição de "independente" (sem vínculo com a CUT ou a CGT) como principal fator de sua liderança no movimento paredista.



Mauro Costa

Mauro Costa preside há 15 anos o sindicato da categoria no Rio Grande do Sul, onde cumpre o sexto mandato. Costa tinha 24 anos quando foi trabalhar na Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), em Esteio, cidade da Grande Porto Alegre. No ano passado, Mauro coordenou a greve de dois dias na Refap, encerrada com a ocupação de tropas do Exército que forçaram o resício das atividades.

O sindicato presidido pelo gaúcho Mauro Costa tem 1.300 petroleiros filiados, é um dos maiores do país, e conseguiu a adesão da categoria à greve em menos de 24 horas após sua deflagração, no último dia 11. Com mais sete sindicalistas que integram o Comando Nacional de Greve, Mauro Costa foi o destaque da

reunião de duas horas que decidiu pela paralisação imediata, após o indeferimento das reivindicações dos petroleiros pelo Tribunal Superior do Trabalho.

— Já estávamos em estado de greve — diz o sindicalista. — Com um único telefonema, a partir de Brasília, detonamos o movimento reivindicatório.

Contratado como operador de transferência de estocagem, ou peão, como prefere, Mauro está afastado do trabalho braçal desde que assumiu o sindicato, há 15 anos, por acordo firmado com a direção da Petrobrás. Apesar de distante do trabalho diário, afirma que nunca perdeu o contato com os companheiros, ao contrário, intensificou a luta. No entanto, reconhece que existe uma oposição forte dentro do sindicato, mas não o suficiente para impedir sua reeleição, afirma.

Casado há 16 anos com a professora Denise, com quem tem três filhos, de 5, 11 e 14 anos, Mauro se considera um homem de hábitos simples, que às vezes joga cartas com os amigos nos fins-de-semana. Mora no bairro do Cristal, próximo ao Rio Guaíba, um bairro classe média na Zona Sul de Porto Alegre.

Influente, segundo seus colegas de categoria, faz seguidores pelo país. Carlos Gomes, 25 anos, presidente do Sindicato do Pará, Amazonas e Maranhão, é cria sua, afirmam. O próprio Mauro o admite com um sorriso cúmplice. Tanto um como outro não filiaram seus sindicatos a nenhuma das duas centrais de trabalhadores existentes, a CUT e a CGT.

098

Medeiros mantém as negociações

BRASÍLIA — Os 11 representantes de entidades sindicais de trabalhadores que participaram do pacto social chegaram a esboçar uma di-*vi*sião em relação à proposta do presidente da CUT, Jair Meneguelli, para que abandonassem temporariamente o pacto, mas acabaram fechando posição em torno da solução negociada pelo presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antônio de Medeiros. "Sair do pacto não é o caminho, o caminho é a negociação através do pacto", proclamou Medeiros ao final da crise, resumindo a posição dos trabalhadores diante do dilema aberto por Meneguelli.

Além da desistência do presidente José Sarney de regulamentar o direito de greve através de uma medida de emergência, Medeiros também anunciou que o governo havia concordado em reiniciar negociações com os grevistas da Petrobrás e da

Companhia Siderúrgica Nacional. Em relação aos petroleiros, entretanto, o ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Costa, reiterou que o governo só concorda em negociar depois que retornarem ao trabalho. Essa foi uma das posições de endurecimento do governo que haviam levado Meneguelli a pregar o boicote ao pacto.

O presidente da CUT surpreendeu os representantes dos trabalhadores no pacto quando chegou à sala onde eles estavam reunidos para apresentar sua proposta de retirada temporária das negociações até que o governo adotasse uma posição mais flexível em relação às greves. Imediatamente o presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Antônio Rogério Magri, puxou Medeiros para um canto para confabular em voz baixa. Em seguida, Magri tomou a palavra para dizer a Meneguelli que "gostaria de lhe lembrar" que antes da chegada do presidente da CUT eles já estavam discutindo a nova situação provocada pelo endurecimento diante das greves dos petroleiros e dos trabalhadores da CSN.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, ensaiou um apoio a Meneguelli, pedindo-lhe que continuasse na reunião. A

Contag abandonou o pacto após a primeira reunião, mas resolveu participar da reunião de ontem atendendo a novo convite do governo, que também foi feito à CUT.

O aparecimento inesperado de Meneguelli no Ministério do Trabalho instantes antes do início da reunião foi considerado por um assessor do Palácio do Planalto como um golpe de mestre do presidente da CUT. A ruidosa manifestação contra o pacto promovida em frente ao ministério por funcionários públicos que obedecem à orientação da CUT emoldurou o cenário do confronto, mas no final prevaleceu a posição moderada do presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, que de novo foi reforçada graças à imprescindível ajuda do ministro Ronaldo Costa Couto.

"O governo não pode negociar com uma mão e dar porrada com a outra", queixou-se Medeiros no final da tarde. "Mas achamos que a retirada temporária dos trabalhadores das negociações só faria aumentar o impasse, pois representaria o fim do pacto". Depois de muita insistência, ele admitiu que não recebeu qualquer garantia do ministro Costa Couto em relação à solução das greves da Petrobrás e da Companhia Siderúrgica Nacional.

JB 18/11/88

092

Ministro acha que movimento está no fim

BRASÍLIA — Depois de duas horas de reunião com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e virtual prefeito de Volta Redonda, o deputado Juarez Antunes (PDT-RJ), o ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves, exibia tranquilidade e uma certeza: "Os operários da CSN voltam hoje ao trabalho", repetiu o ministro a assessores. Mas mesmo com o imediato retorno à operação, não está descartada a possibilidade de desativação da usina.

A tranquilidade que o ministro exibiu ontem surgiu, na verdade, no início da noite de quarta-feira, no Palácio do Planalto, quando Cardoso Alves preparava-se para fazer um relato pessimista da situação da CSN ao presidente Sarney e seu ministério. Foi avisado pelo ajudante de ordens do presidente, Major Ornelas, de que o deputado Juarez Antunes o aguardava no telefone. Foi o aceno que o ministro precisava para sinalizar o governo de que ainda havia uma possibilidade de entendimento entre direção e operários da CSN.

O ministro da Indústria e Comércio não se levantou para falar com o deputado, mas encarregou o major de perguntar do que se tratava e atendeu publicamente ao pedido de audiência para a manhã do dia seguinte (ontem). A proposta do governo, foi idealizada pelo próprio presidente da CSN, dentro da limitação de 7% sobre o faturamento da empresa no aumento de gastos com a folha de pagamento, imposta pela área econômica. O presidente da CSN, Juvenal Osório, rateou entre os operários o teto de que dispunha para o aumento —

Cz\$ 600 milhões, e surgiu aí a fórmula simplificada de Cz\$ 30 mil de abono para cada um dos funcionários da usina.

Na reunião de ontem, Juarez Antunes insistiu para incorporar o abono ao salário, o que teria repercussões sobre o valor das horas extras e gratificações. Como isto excedia o limite de 7% sobre o faturamento, o ministro Cardoso Alves consultou o Planalto. Telefonou para o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e relatou a proposta do sindicalista. A resposta veio meia hora mais tarde: o governo não vai ceder. Mais uma vez Juarez Antunes insistiu no aumento de 26,06% que, segundo o deputado, também os funcionários da Rede Ferroviária Nacional conseguiram. Mais uma vez o ministro Cardoso Alves interrompeu a reunião, desta vez para tirar a dúvida com o ministro dos Transportes, José Reinaldo, que negou na hora que tivesse concedido o aumento.

Ainda inconformado, Juarez Antunes citou o caso da Açominas, em que os funcionários ganharam os 26,06%, relativos às perdas do Plano Bresser. "Mas o presidente da empresa, Manoel Braga, foi demitido", argumentou o ministro. "Foi demitido mas o aumento continua valendo", retrucou o sindicalista.

Desativação — O ministro e o presidente do sindicato não divergem quanto à situação da CSN, que os dois consideram grave. Mas o momento de maior tensão na reunião foi justamente quando tratavam da situação da usina. O alto forno nº 2, único que continua operando, já está em final de atividade e de

qualquer modo seria reconstruído. O alto forno nº 1 teria, antes do resfriamento que lhe causou danos, apenas mais três anos de vida útil. O mais novo deles — o de nº 3, é justamente o que foi mais danificado pelo resfriamento irregular e teve seu revestimento prejudicado. "Um alto forno desse custa US\$ 100 milhões, leva quatro meses para ser reconstruído e não há como manter a folha de pagamento este tempo todo parado", preveniu o ministro.

Diante disso, a desativação da CSN continua a ser uma alternativa em estudo. "O governo não quer isto, mas tem que estudar", insiste o ministro. Ele responsabiliza os trabalhadores pelos prejuízos: "Quando o abafamento dos altos-fornos aconteceu, Juarez Antunes já era o sr. da usina; a CSN já estava invadida. Não houve nenhuma definição da direção neste sentido. Os trabalhadores é que são responsáveis", garante o ministro. A perda de produção da CSN até agora foi 130 mil toneladas de aço. A perda de faturamento atingiu os 25 bilhões de cruzados e a perda pelo não recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias foi de Cz\$ 2,5 bilhões. Isto explica a preocupação do governador do Rio, Moreira Franco, que por enquanto deixou de arrecadar Cz\$ 2,5 bilhões. O governador telefonou para o ministro, durante a reunião, para saber do andamento das negociações. Na falta de um entendimento, foi o presidente do sindicato quem deu o tom, no encerramento do encontro: "Agora vai ser o último artigo da Constituição: seja o que Deus quiser", disse Juarez Antunes ao se despedir do ministro.

028

GERAL

ZEROMINUTOS - Edição 19.11.88 - PÁGINA 44

Governo ameaça convocar reservistas

Medida é legal e poderá ser utilizada para restabelecer o abastecimento dos produtos essenciais

Para assegurar o abastecimento de produtos essenciais, o Governo dispõe de um mecanismo legal, a lei do serviço militar, que autoriza o recrutamento de reservistas, nestes casos. A advertência foi feita pelo porta-voz do Governo, Carlos Henrique, no momento em que o presidente Sarney se reunia, no Palácio do Alvorada, com os ministros Malison da Nóbrega, João Batista de Abreu, Aureliano Chaves, Roberto Cardoso Alves, para discutir as reivindicações dos petroleiros. Antes do encontro, Sarney recebeu, por interferência do sindicalista Luis Antonio Medeiros, o presidente do Sindicato dos Petroleiros de Cubatão, Geraldo Salvino de Oliveira.

Embora o petroleiro tenha insistido junto ao presidente Sarney para que o Governo conceda um reajuste de 28%, relativas ao Plano Bresser, Carlos Henrique reafirmou que isto não é possível.

Além de contratar a política de combate ao déficit público, o Governo não pode atropelar uma decisão judicial, já que o TST negou o pleito dos funcionários da Petrobrás. O ministro Roberto Cardoso Alves, também opinou pela dificuldade em atender os funcionários da Petrobrás, pois isto significa estender o reajuste para a CSN e os eletricitários. Explicou que a proposta inicial do Governo, um abono de Cr\$ 30 mil, com reajuste de 50% sobre os salários mais baixos, já foi feita "com a corda esticada ao máximo".

Carlos Henrique explicou que embora o Governo atendeu o apelo para não enviar uma medida provisória, mas um projeto de lei, para disciplinar a realização de greves nos serviços essenciais, poderá lançar mão do instrumento legal da convocação dos reservistas. Disse que caso o abastecimento corra o risco

eminente de entrar em colapso, o Governo poderá recrutar, de forma impositiva, como diz a lei do serviço militar, todos os funcionários em greve, para que se restabeleça a normalidade do abastecimento.

Lei

Entretanto, os ministros Roberto Cardoso Alves e Antônio Carlos Magalhães, que também estiveram com o presidente Sarney, consideram que o Governo não deverá adotar esta medida, mas reconhecem que a mesma é legalmente possível. A alternativa que o Governo pode adotar, para que os funcionários da CSN, há 12 dias em greve, e da Petrobrás, há oito dias parados, voltem ao trabalho, está regulada pela Lei 4.375, a Lei do Serviço Militar, de 17 de agosto de 1964, nos capítulos III, artigo 18, e no título VII, artigo 44. Ambos tratam da forma e

dos casos da convocação dos reservistas e das infrações e penalidades para quem desrespeitar a lei.

De acordo com o artigo 18, "em qualquer época, tenham ou não prestado o serviço militar, poderão os brasileiros ser objeto de convocação de emergência, em condições determinadas pelo presidente da República, para evitar a perturbação da ordem ou para sua manutenção, ou, ainda, em caso de calamidade pública". A greve dos petroleiros, com riscos de colapso no abastecimento de combustíveis, se enquadra no campo de uma calamidade pública. O artigo 44, por sua vez, trata do descumprimento da lei, assinalando que: "as infrações da presente lei caracterizam crime definido na legislação penal militar, implicando em processos e julgamento dos infratores pela Justiça Militar, quer sejam militares, quer civis". (Brasília/ZH)

01-01

8900801

PMDB busca reciclagem

O comando peemedebista não teria mesmo outra alternativa que não fosse, diante dos resultados eleitorais, reconhecer o insucesso e partir para uma postura bem definida diante do Governo Federal. É o que admite e prevê o deputado Ulysses Guimarães, depois de um longo silêncio. Nunca a tendência partidária foi tão clara em relação ao Governo Sarney como agora, em função certamente, dos resultados eleitorais adversos. Ulysses localiza na crise econômica uma das causas, além da ambiguidade vivida pelo partido: ser e não ser governo, pois integra o ministério, mas discorda da política econômica. Ora, nessas condições não restam muitos caminhos para a agremiação. Partindo do presidente nacional do partido uma colocação deste porte, ele que sempre tentou conciliar posições, parece definido o afastamento oficial do PMDB. Será a derradeira oportunidade para evitar uma implosão, a temida e profetizada implosão que só não ocorreu graças à ação do próprio deputado Ulysses Guimarães.

Convenções

A decisão de realizar convenções regionais não é isolada e nem se limita ao Rio Grande. Já existem articulações em vários Estados visando o rompimento com o Governo Federal, "redefinindo as relações com Brasília". Apesar de repetidas protelações no exame da conjuntura nacional, com adiamentos sucessivos de uma convenção, a tendência é realizá-la com a maior urgência. No PMDB gaúcho vem crescendo o desconforto com o Governo da Nova República. Ontem à noite, avaliando o quadro pós-eleitoral foi examinado por várias lideranças peemedebistas, preocupadas com a chamada ambiguidade. Há uma forte disposição em não comprometer a imagem partidária mais do que já ocorreu na campanha e resultados eleitorais.

Governadores

Entre governadores peemedebistas desenvolve-se muita articulação, troca de informações e impressões. Há um dado que vem sendo avaliado com cuidado por governadores e seu relacionamento com o Governo Federal: um rompimento seria traumático, admitindo-se uma postura de independência política num primeiro momento. O partido, porém, não tem mais condições de conviver com a Nova República, a julgar pelas sondagens feitas pelas lideranças junto às suas bases.

Análise

Com a aproximação do final da apuração do pleito no Estado algumas conclusões estão sendo colhidas. O PMDB perdeu terreno, o PDT cresceu, o PT marcou uma forte presença com as vitórias em Porto Alegre e Rio Grande, além, das representações nas câmaras municipais. As coligações PDS-PFL lograram melhor resultado do que em 1982, situando-se à frente do PMDB em Porto Alegre e com triunfos expressivos com os registrados em Bagé, Santa Maria e São Borja. É uma recuperação, confirmando a estratégia de recompor o antigo PDS, dividido no episódio sucessório presidencial em 1984. Para essa reaglutinação muitos contribuíram num trabalho que se desenvolveu com intensa peregrinação pelos municípios gaúchos.

Carlos Fehiberg

8900803

Coluna do Castello

A responsabilidade de Lula e Brizola

A consolidação do PT, a proposta partidária mais coerente surgida com o renascimento democrático, é salutar e estimulante e consolida a expectativa de que surjam finalmente partidos autênticos indispensáveis à estruturação da sociedade para a prática da democracia. O crescimento eleitoral do partido, registrado no último pleito, é, contudo, mais eventual do que substancial. As bases efetivas do PT não se ampliaram tanto pois o partido foi evidentemente beneficiado, em São Paulo, no Rio, em Porto Alegre e em dezenas de outras cidades, pelos votos flutuantes que emigraram do PMDB e procuraram pouso mais seguro para o protesto contra a incompetência e a improbidade reinantes no país e no momento simbolizados pelo governo federal.



Essa realidade parece emergir do fato de que foi sobretudo na última semana de campanha que se produziu a grande definição da classe média dos centros urbanos em favor do partido de Lula. No Rio, por exemplo, Jorge Bittar (PT) superou Marcelo Alencar (PDT) nos bairros da Zona Sul, especialmente Ipanema, e na Tijuca e Grajaú, bairros da Zona Norte. Em São Paulo, Maluf verificou que em Indianópolis, onde está a sede do Clube Sírio-Libanês, ele foi derrotado por Erundina. Em Porto Alegre, na mesma medida em que Antônio Brito definhava, Olívio Dutra engordava. O fenômeno, detectado pela marcha das pesquisas, foi geral por toda a área urbana mais expressiva do país. Basta ver que em Goiás o PT avolumou-se em Goiânia e Anápolis. No Nordeste, prevaleceram, no entanto, o PFL, de corte conservador, e o PDT em alianças com o PDS em Natal e São Luís, e lá se registram três das quatro vitórias do PMDB em capitais.

Se a vitória do PT tem significado positivo para a estruturação democrática do país, causam preocupações declarações como a atribuída a Luís Ignácio Lula da Silva de que Sarney deve tomar a iniciativa de convocar eleições imediatas para presidente da República e de que se prepara para propor à nação um novo pacto social, que substitua a negociação proposta por entidades sindicais de empregados e empregadores e estimulada pelo governo. Tendo criticado Ulysses Guimarães por ter pretendido ser na Nova República o rei de Roma, Lula incorre em pecado semelhante ao pretender subverter normas constitucionais e práticas de negociação ditando normas para o país, antes de ter alcançado o poder. O calendário eleitoral não é fixado pelo presidente da República, mas pela Constituição, e por pior que esteja sendo o desempenho de Sarney não lhe cabe fazer outra coisa que não seja tentar desempenhar seu papel constitucional. Afinal, o PT cresceu numa eleição livre pela qual o governo é também responsável.

Não custa a Lula e a Brizola esperar um ano pela eleição, ainda que profundamente insatisfeitos com o estado atual da coisa pública. A partir da última eleição aumentou a responsabilidade de ambos, que bem fariam em concluir um pacto institucional para assegurar a vigência da Constituição e a realização de eleições nas datas previstas. Essa a verdadeira e única prática democrática. Afinal, passar de incendiário a bombeiro é o papel que cabe a ambos diante da expectativa aberta para a esquerda, por intermédio de um dos dois, ou de ambos, de disputar validamente a presidência da República. Eles receberam do eleitorado uma mensagem de desespero, mas também de esperança. Desespero quanto ao presente e esperança quanto ao futuro que se abrirá com a eleição presidencial do próximo ano. Quanto ao pacto social, Lula deveria esperar sua ascensão ao governo para propor sua negociação, sob a liderança dele e não ascensão de Luís Antônio Medeiros.

Luiza Erundina sobe ao governo da maior cidade da América do Sul em circunstâncias especiais e com a responsabilidade de demonstrar a maturidade do seu partido para exercer o governo em escala visível. Seria igualmente grato à opinião democrática que ela se ativesse às estruturas institucionais. Ninguém ignora que a maioria das câmaras municipais das grandes cidades são "gaiolas de ouro" nada confiáveis. No entanto, são elas os instrumentos que existem para o exercício do governo. Os conselhos populares são uma proposta excitante diante da escassa representatividade daquelas câmaras, mas não se deve perder de vista que seu funcionamento equivaleria à tentativa de praticar a democracia direta, quando a forma constitucional é a democracia representativa. Isso vale também para os que supervalorizam a chamada sociedade civil, OAB, ABI, CNBB etc., a que se recorreu quando não havia na verdade representação autêntica.

Todos sabem o papel que a Igreja progressista tem desempenhado na organização do PT. Na eleição em Belo Horizonte, por exemplo, as oito paróquias reunidas definiram-se por esse partido e recomendaram seus candidatos a prefeito e a vereador. O mesmo deve ter acontecido em outras cidades, especialmente São Paulo. A Igreja, a universidade e as Forças Armadas eram outrora instituições conservadoras, referência obrigatória por isso mesmo das elites dirigentes. Hoje, clero, professores, estudantes, intelectuais, artistas estão impregnados de mensagem socialista. Seu poder de influência social cresce quando há condições objetivas para rejeição dos grupos dirigentes tradicionais, tal como acontece no momento, quando a indignação e a esperança do país procuram alternativas para a desconfortável realidade política. Igreja e universidade são hoje referência compulsória da esquerda.

Carlos Castello Branco

Sarney pede união nacional para garantir a democracia

O presidente da República aponta a necessidade de um entendimento que permita concluir a transição democrática, com a realização das eleições presidenciais, "sem tropeços"

O presidente José Sarney voltou a defender ontem a formalização de uma união nacional com o objetivo definido de concluir a transição democrática, com a eleição de seu sucessor em 1989, sem tropeços. Destacando que este é o grande desafio de todos os partidos, apontou a necessidade de se construir um caminho para viabilizar e não desestabilizar o processo democrático. Durante o programa "Conversa ao Pé do Rádio", disse que, encerrada a campanha eleitoral e terminada a apuração, é preciso pensar no Brasil. Por isso, considera que os eleitos devem se juntar aos que já governam, pensando na continuidade

de do processo político, do calendário eleitoral e da governabilidade do País.

Ao lado do entendimento político, o presidente sentenciou ser "necessário que as tensões econômicas sejam distendidas", especialmente a ameaça da inflação. Sarney ressaltou que governar não é ação isolada, mas processo solidário, onde há um terreno comum de entendimento em nome dos interesses nacionais. Com esse entendimento, manifestou sua posição de "nenhum preconceito" e disposição de conversar e dialogar com qualquer partido, "podendo pensar mesmo em uma união nacional com objeti-

vos definidos, para que o processo democrático seja concluído".

Para o presidente, a eleição de 15 de novembro consolidou um quadro de pluripartidarismo com tendências claras. Pluralismo ideológico que não poderá ser derrubado, e não ser pela violência. Sarney registrou que o comparecimento de 75 milhões de brasileiros às urnas, para escolher prefeitos e vereadores, marcaram a maior eleição da história do Brasil. Lembrou que os escolhidos foram eleitos para enfrentar encargos e problemas e não para ficar na fórmula simples de que não podem fazer porque o presidente ou

o governador não ajuda.

Salientou que é nos municípios que se exercem com maior autenticidade as pressões, as lutas, as opiniões e as disputas, sendo que neles começam os problemas do dia a dia e que uma cidade exige serem resolvidos para funcionar. Advertiu que cada um (presidente, governador e prefeito) tem sua responsabilidade delimitada e deve cumprir com o dever para o qual foi eleito.

Eleição ameaçada

O senador Marco Maciel, presidente do PFL, também julga

ameaçadas as eleições presidenciais, previstas para três de outubro de 89. Argumenta que o Governo perdeu inteiramente a credibilidade e que será preciso que os partidos políticos, maiores interessados no cumprimento do calendário eleitoral, acertem um programa mínimo para evitar a explosão inflacionária e garantir a normalidade constitucional.

A perda da credibilidade inviabiliza uma ação eficaz do Governo para reverter a crítica situação econômica, financeira, social e política. Trata-se de algo irreversível - diz Maciel. (Brasília/ZH-ANDA) Z-2/FIM COL. 9-89



Brizola festeja a vitória de Alencar, no Rio

"Agora ninguém me segura", diz Brizola

"Agora ninguém me segura", avisou ontem o ex-governador Leonel Brizola, antes de embarcar, no Aeroporto Internacional do Galeão, para o Uruguai, onde, com a mulher, Neusa, pretende "desacessar por uns cinco dias", na fazenda de sua propriedade. O presidente do PDT declarou ser "irreversível" a campanha pela sucessão de Sarney e já calcula ter 15 milhões de votos, caso sua candidatura seja lançada agora.

Na véspera da viagem, Brizola admitiu, pela primeira vez, em entrevista coletiva no Rio, que se "prepara para a eventualidade de governar o País". E avaliou com otimismo o desempenho do PDT nas eleições municipais. "Foi o partido que mais cresceu". O presidente do PDT informou que o descanso no Uruguai é necessário também para sua mulher, que no mês passado se submeteu a uma cirurgia em Nova Iorque para extração de tumor.

Brizola antecipa que sua candidatura não atenderá qualquer ambição pessoal. "Deus lá em cima sabe o que eu tenho aqui dentro, não estou me postulando, ao contrário me preocupo com a eventualidade de ser eleito, por causa das responsabilidades que o novo governante terá de atender".

Kortez após

O prefeito de Salvador, Mário Kortez, do PMDB, admitiu ontem, em Salvador, que pode apoiar a candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República porque, segundo ele, não existe entre os peemedebistas nenhum nome com cacife para disputar o cargo. Durante o programa Bom Dia Bahia, da TV Aratu, Kortez reconheceu que o PMDB foi o grande derrotado nas eleições do último dia 15 e mostrou-se simpático à candidatura de Brizola: "É um candidato forte, com quem tenho afinidades políticas".

Mário Kortez patrocinou a candidatura vitoriosa de Fernando José (PMDB) à Prefeitura de Salvador contra a vontade do governador Waldir Pires, que preferiu apoiar Virgíldio Sena (PSDB). Abertas as urnas, Kortez emergiu como uma nova liderança na Bahia, capaz de medir forças, nas eleições de 1990, com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, e com o próprio Waldir Pires.

Apoiado abertamente pelo Sistema Nordeste de Comunicação, do empresário Pedro Irujo, e o jornal Tribuna da Bahia - Mário Kortez domina um grupo político que se auto-intitula "PMDB do Trabalho" sem compromisso com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães. (AE/AG)

PT não deseja encontro

Autorizado pelo líder do PT na Câmara, deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário geral do diretório nacional do partido, José Dirceu, disse ontem que o PT, como partido político, não cogita de nenhum encontro com o presidente José Sarney e considera qualquer proposta nesse sentido inconveniente.

José Dirceu garantiu que até o momento não houve nenhum contato entre o PT e o Palácio do Planalto, considerando indevida a notícia veiculada no jornal "O Estado de S. Paulo", que apresentava como interlocutor o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio, apontado como representante da ala moderada do PT.

Plínio não foi procurado e, mesmo que tivesse sido, traria esse assunto para discussão na reunião

de amanhã (hoje) da executiva nacional do partido - disse Dirceu. Em sua opinião, "estão querendo apresentar o presidente José Sarney como um homem que quer dialogar, quando foi o responsável por uma das maiores repressões ao movimento sindical, e procurar mostrar que ele não está isolado".

Aproximação

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), vai sugerir ao presidente José Sarney uma aproximação com o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e com o presidente nacional do PDT, Leonel Brizola. O senador acha que a vitória nas urnas implica maiores responsabilidades para os dois partidos de oposição, que "terão que sentar à mesa com o Governo as invés de atirar pedras". Garantiu

ainda que Sarney está aberto a este diálogo.

Gadelha, que será recebido segunda-feira pelo presidente Sarney, vai propor o encontro certo de que é "possível reunir lideranças responsáveis quando se está em crise". Ele acha que o PT e o PDT terão, inevitavelmente, de se articular em outras esferas, porque detêm administrações municipais que estão interligadas com os governos estadual e federal.

O resultado das eleições municipais foram, segundo Gadelha, a mais importante mudança dos últimos 30 anos, determinando uma alteração profunda na história política do País. A expressiva vitória do PT e do PDT obrigará, de imediato, a uma reflexão interna em todos os partidos, em especial no PMDB, "o grande derrotado". (AG/ANDA)

Os resultados no País

ARACAJU (Real)		
Lauro Maia (PDC-PMC-PJ-Pasart)	44.879	
Wellington Pinheiro (PSB-PSDB-PDT-PC do B)	77.087	
BELEM		
Fernando Velasco (PMDB)	11.083	
Sahid Xerfan (PTB-PFL-PDS)	65.216 (eleito)	
BELO HORIZONTE		
Virgílio Guimarães (PT)	250.742	
Pimenta da Veiga (PSDB-PL PDT-PCB-PC do B-PFL)	232.359	
BOA VISTA		
Beneito Banto (PFL)	19.920	
Ozomar da Silva Pinto (PMDB-PC-PDT-PTB)	10.482	
RIO DE JANEIRO		
Marcello Alencar (PDT)	681.141 (eleito)	
Jorge Bizar (PT)	425.148	
SÃO PAULO		
Paulo Salfim Makuf (PDS)	1.182.994	
Luiza Erundina (PT)	1.404.667 (eleito)	
SALVADOR		
Fernando José (PMDB)	191.325 (eleito)	
Virgíldio Sena (PSDB-PC do B-PMB-PSDB)	111.464	
MACEIO		
Renato Calheiros (PSB-PDT-PMDB-PTB-PSDB)	58.858	
Guilherme Palmira (PFL)	65.424 (eleito)	
MANAUS		
Gilberto Mastriho (PMDB-PFL-PDC)	53.137	
Arrur Virgílio Neto (PSB-PSDB)	65.728	
MACAPÁ		
Murilo Agostinho Pinheiro (PFL)	4.681	
João Alberto Capiberibe (PSB-PSDB)	6.654	
FORTALEZA		
Ciro Ferreira Gomes (PMDB-PMN)	131.951	
Edson Silva (PDT-PC do B)	132.888	
NATAL		
Henrique Alves (PMDB-PTB-PC)	47.803	
Wânia Maia (PDT-PDS-PCB-PSD-PFL)	52.981	
GOIÂNIA		
Nilton Albano (PMDB-PCB)	57.782	
Pedro Wilson (PT-PV-PH)	57.391	
CUABA		
Roberto França (PTB)	23.982	
Frederico Campos (PFL)	31.384	
CURITIBA (Real)		
Maurício Fruet (PMDB-PCB-PC do B-PJ-PSB-PSD)	185.718	
Jaime Lerner (PDT)	222.672	
CAMPUS GRANDE (Real)		
Plínio Barbosa Martins (PMDB-PSDB-PDT-PCB)	44.285	
Lúcio Coelho (PTB-PFL-PDS-PMA-PRM)	111.338	
RECIFE		
Marcus Cunha (PMDB-PMB-PTB)	104.885	
Joachim Francisco (PFL-PTB-PDS)	881.589 (eleito)	
FLORIANÓPOLIS (Real oficial)		
Arlete Pires (PMDB-PC do B)	18.282	
Esperidito Amin (PDS-PFL-PTB-PDC)	64.882	
Sérgio Grantto (PCB-PDT-PV-PSB-PSDB)	23.885	
TERESINA		
Heráclito Fortes (PMDB-PSB)	38.124	
Átila Lira (PFL-PL)	28.236	
SÃO LUIS		
Jackson Lago (PDT-PCB-PC do B-PSB-PSDB-PMC)	24.257	
Carlos Guterres (PMDB-PFL)	22.287	
VITÓRIA		
Nilton Gomes (PFL-PSC-PMN)	37.187	
Vitor Buzir (PT-PC do B-PV-PSDB-PCB-PSB-PH)	48.088	
JOÃO PESSOA		
Wilson Braga (PFL)	82.105 (eleito)	
João da Mata (PDC-PL)	32.885	
PORTO VELHO		
Chiquito Erse (PTB-PFL-PDS)	23.165 (eleito)	
José Guedes (PSDB-PJ-PC do B-PMB-PS-PCB)	17.887	
RIO BRANCO (Real)		
Jorge Kahane (PDS)	28.578	
Arlando Pires Miguel (PMDB)	17.881	

De 8

ZERO HORA 20-11-88

Reajuste não será o que pede a categoria

O Governo não deverá dar um reajuste de 20% como querem petroleiros e metalúrgicos da CEN, mas está estudando uma nova alternativa para oferecer aos grevistas. Este estudo foi encomendado pelo presidente Sarney, ontem pela manhã, quando esteve reunido com os ministros Malison da Nóbrega e João Batista Abreu, porque os petroleiros rejeitaram o reajuste de 20% proposto pelo ministro Aureliano Chaves, e que ainda estava condicionado a um sinal verde do presidente.

O presidente do Sindicato dos Petroleiros em Cabotagem, Geraldo Seivino de Oliveira, após encontro com o presidente Sarney, disse que fez um apelo ao Governo para que ele apresente uma proposta razoável, para que a greve na Petrobrás não se radicalize. Dizendo

ter sido tratado com fraternidade e fidelidade pelo presidente, avalia que Sarney estaria disposto a conceder os 20%, mas que o ministro Malison da Nóbrega, a quem qualificou de teimoso, está resistindo.

O sindicalista, acompanhado por Luis Antônio Medeiros, articulador do pacto Social, disse que o Governo já devia ter em mãos uma proposta digna, pois estão em campanha salarial desde julho e pedindo reposição salarial, para recuperar a perda do poder aquisitivo, desde janeiro. Criticou o Governo, por estar sempre preparado para tomar medidas contra os trabalhadores, "até a madrugada, da noite para o dia e ponto final, acordando com as medidas na cabeça. Mas quando é para atender os trabalhadores isso não ocorre". O líder sindical

disse que os petroleiros não são marajás e ganham muito pouco, comparados com os salários das companhias petrolíferas internacionais.

O encontro entre o presidente Sarney e o líder dos petroleiros foi muito ameno, segundo relato de Medeiros, com o presidente lembrando da participação de Geraldo Seivino da campanha "O Petróleo é Nosso", sua cassação em 64 e seu afastamento por 20 anos da vida sindical, após ter sido anistiado pelo próprio Sarney. Considera que Sarney ficou sensibilizado com os argumentos apresentados e que deve apresentar uma proposta concreta. Medeiros entende que cada caso é um caso, sendo que a concessão dos 20% para a Petrobrás não implica na extensão compulsória do benefício, para eletricitários e funcionários da CEN.

Percentual da proposta ainda não foi divulgado



Ministro Aureliano Chaves

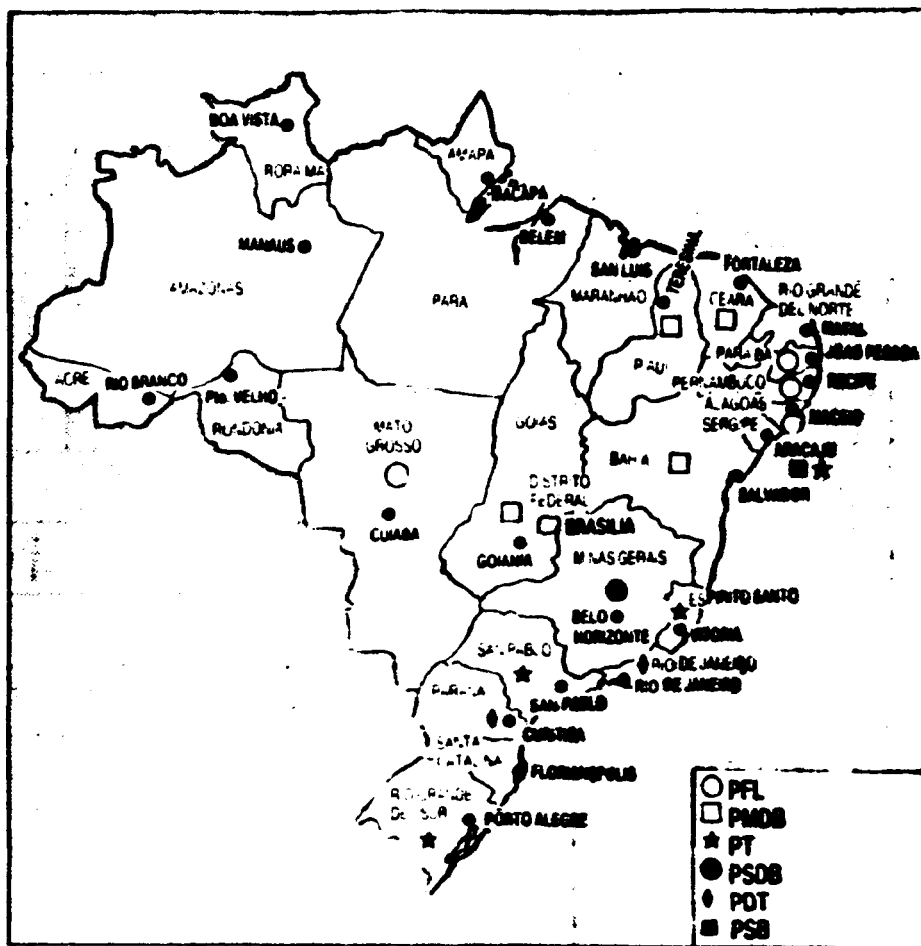
O Governo já tem uma contraproposta para apresentar ao comando da greve dos petroleiros. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, entretanto, recusou-se a revelar o percentual do reajuste que será oferecido à categoria, alegando que "o quadro é muito delicado e, se não tivermos cuidado para colocar as coisas com segurança, podemos ter problemas". Segundo o ministro, que esteve reunido durante toda manhã de ontem com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, o Executivo já tem uma nova proposta: as reivindicações salariais dos petroleiros, que cruzaram seus braços desde a madrugada do dia 11.

O grande problema entre o ministro e os grevistas, aparentemente, é a falta de comunicação. Ontem à tarde, enquanto Aureliano Chaves dizia à imprensa que aguardava um telefonema do comando da greve para uma nova rodada de negociações, os grevistas, reunidos no Sindicato dos Bancários do Brasil, afirmavam exatamente o contrário. No final da tarde, os líderes do movimento decidiram tentar um contato telefônico com o ministro das Minas e Energia. Segundo Ivan Lima, do comando da greve, o ministro teria dito que a situação está muito difícil e que voltaria a entrar em contato "quando houver uma decisão".

A greve dos funcionários da Petrobrás completa hoje no nove dias. A categoria paralisou suas atividades em todo o País, exigindo uma correção salarial de 374,34%, referente a perdas acumuladas entre setembro de 1985 e outubro de 1988. Em setembro, data-base da categoria, a Petrobrás concedeu um reajuste de 63,27%. O caso foi parar no Tribunal Superior do Trabalho que concedeu mais 4% aos servidores, a título de adiantamento. Os petroleiros, insatisfeitos, continuam aguardando uma oferta melhor. Enquanto isso, os estoques de combustível diminuem, e o Governo autoriza novas importações. Os grevistas dizem que não adiantarão os estoques importados, pois não há quem os descarregue. (Brasília/ZH)

Brasil: tres partidos de ganaban las elecciones

Las fuerzas centristas y de derecha brasileñas lograron imponer la mayoría de sus candidatos en las capitales de los estados del norte y del noreste del país, según se desprende de las proyecciones extraoficiales de las elecciones para alcaldes y concejales realizadas el martes. En cambio, las grandes urbes del sur dieron un notable triunfo a las fuerzas de izquierda, entre las que el Partido Trabalhista emerge como la más destacada. Los candidatos del sindicalista Luiz Ignacio "Lula" da Silva se impusieron en San Pablo y en Porto Alegre y lograron el segundo lugar en Río de Janeiro. En la ex capital brasileña se impuso Marcello Alencar, del Partido Democrático Trabalhista, que conduce a Leonel Brizola. Tanto el avance de la izquierda como la derrota para el PMDB del presidente José Sarney se vinculan con la difícil situación que atraviesa el país.



El mapa ilustra los resultados parciales en Brasil, de acuerdo a las proyecciones. Los partidos son los siguientes: PMDB (oficialista), PFL y PSB (derecha), PT y PDT (izquierda), y PSDB (centro-izquierda).

RIO DE JANEIRO, 16 (AFP, ANSA, AP, EFE, Reuter y UPI). Los triunfos de partidos de izquierda en San Pablo, Río de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba y Vitória, capitales de los estados más industrializados y populosos del Brasil, aparecen como el rasgo más significativo de las elecciones municipales realizadas el martes en todo el país.

El lento escrutinio oficial iniciado hoy no impide, sin embargo, confirmar el rechazo general de la población al gobierno del presidente José Sarney por su política socioeconómica, y de las proyecciones se desprende que las fuerzas centristas y de derecha han quedado relegadas a ciudades menores y a las zonas rurales del país.

Dirigentes y comentaristas políticos coincidían en que la estrella roja que simboliza al Partido Trabalhista (PT) del líder sindical Luiz Ignacio "Lula" da Silva brillaba hoy como el gran signo de un acto comicial que tendrá honda repercusión en el proceso de consolidación democrática, a solo un año de las elecciones presidenciales de 1989.

El triunfo de Luiz Erundina (PT) en San Pablo, donde hasta el día anterior los sondeos señalaban como amplio favorito al líder empresarial Paulo Maluf (Partido Democrático Social, PDS), resume en buena medida el avance de las fuerzas izquierdistas, en lo que la agencia France Presse interpretó como "una rebelión pacífica de los asalariados". Además de la comuna paulista (once millones de habitantes), el PT conquistó la prefectura (alcaldía) de Porto Alegre (casi dos millones) y de Vitória (300.000), capitales de los estados de Río Grande do Sul y Espírito Santo.

Los seguidores de "Lula" también ganaron las alcaldías paulistas de Campinas (casi un millón de habitantes), Santos (medio millón) y varias de las llamadas ciudades "satélites" de San Pablo, de acuerdo con encuestas realizadas a la salida de las urnas por el Instituto Brasileño

de Opinión Pública (IBOP) y otras empresas de sondeos.

Otro dato interesante arrojado por el mismo IBOP revela que el PT logró el segundo lugar en Río, la segunda ciudad del país con 8 millones de habitantes: su candidato, Jorge Bittar, habría logrado 20 por ciento de los votos, aproximadamente la mitad del vencedor allí, Marcello Alencar, candidato por el partido Democrático Trabalhista (PDT) que conduce a nivel nacional y el ex gobernador carioca y aspirante a la elección presidencial Leonel Brizola.

El avance "petista" se observa también en Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, donde Virgílio Guimarães podría disputarle la prefectura a João Pimenta da Veiga Filho, postulante del Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), esci-

sión izquierdista del gobernante Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB).

Para el PMDB quedará el manejo de cuatro a seis capitales de estados del este y del noreste del país, dato que no disimula una clara derrota en el orden nacional: en las grandes urbes industrializadas la fuerza oficialista quedó relegada al tercer o cuarto lugar con muy escaso porcentaje de apoyos.

Esos guarismos contrastan decididamente con los arrojados por las elecciones del año 1986 para gobernadores estatales cuando el PMDB y su aliado en el gobierno nacional, el Partido del Frente Liberal (PFL), lograron el triunfo en los 23 estados por entonces existentes en todo el país.

El PMDB

Muy distintas eran las expectativas despertadas entonces por el oficialismo con su lanzamiento del Plan Cruzado para la lucha antiinflacionaria, frente a esta realidad de convulsión social, con un aumento del nivel de pobreza que en los doce meses de 1986 superara el mil por ciento.

La derrota del PMDB ha sido la expresión de "un sentimiento generalizado de insatisfacción política" ante "la falta de soluciones en todos los niveles de gobierno", según opinó hoy el conservador Jornal do Brasil, de Río de Janeiro.

Para los sectores a la derecha del gobierno, el panorama se clarificó en la zona atlántica oriental y noreste. El premio mayor fue la ciudad de Recife, capital del estado de Pernambuco, donde Joaquim Francisco Cavalcanti (PFL) está primero.

El avance de las fuerzas izquierdistas, según comenten los analistas aquí, está íntimamente ligado al momento crítico que vive el Brasil en el plano social y económico, donde una serie de huelgas (entre ellas varias de trabajadores del sector público) mantiene semiparalizados varios servicios esenciales.

Reacciones

RIO DE JANEIRO y SAN PABLO, 16 (AP, Reuter y UPI).

La nueva estrella de la política brasileña, Luiz Erundina de Souza, electa alcaldesa socialista de San Pablo, aseguró hoy que el avance de las fuerzas de izquierda en las elecciones municipales celebradas ayer "marca el fin de la Nueva República" y que "no hay riesgos de un nuevo golpe de Estado en Brasil. Por el contrario, agregó, las fuerzas democráticas y progresistas se unificarán y asumirán una posición activa".

Preocupados por la incuestionable derrota de su poderoso Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) en sus respectivos estados, los gobernadores de Río de Janeiro y San Pablo, Wellington Moreira Franco y Orestes Quereia respectivamente, coincidieron en afirmar que los comicios "dieron un voto de protesta contra las políticas del gobierno federal".

0

0

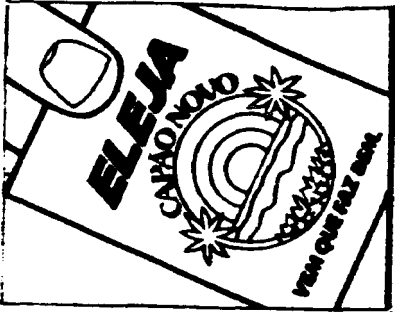
C&S

Jornal da Eleição

ELEITOS TERÃO ASSESSORIA

PT reúne Executiva e discute alianças

Preocupação do PT é com a base de apoio em cada cidade. A orientação é para os eleitos procurarem suporte não somente no Legislativo, mas também no movimento popular organizado em cada local



Por ULISSES ALMEIDA NENÉ
Editoria Política/ZH

A Executiva Regional do Partido dos Trabalhadores esteve reunida ontem e decidiu marcar dois encontros, primeiro com os quatro prefeitos eleitos pelo partido no Estado (Ronda Alta, Severiano de Almeida, Rio Grande e Porto Alegre), dia 4 de dezembro, e nos dias 17 e 18 com seus 91 vereadores eleitos até ontem. A expectativa é de que este número aumente até 160, caso seja aumentado pelo TSE o número de

vagas nas Câmaras municipais. O objetivo das reuniões, instaladas ontem por Tarso Genro, vice-prefeito eleito, será discutir as particularidades de cada cidade e a política de alianças para obter a base de apoio necessária para as administrações petistas.

O grupo que assessorará os eleitos do PT - tanto prefeitos quanto vereadores - é composto por oito membros que realizarão o levantamento da situação financeira em cada local, os cargos que preencham necessariamente ser preenchidos e farão uma avaliação da política de

governo nos primeiros três meses e somente depois disso partem para a discussão do secretariado.

O apoio e as alianças o PT buscará não somente no Legislativo, deslanchou Laerte Múgica, secretário de Agitação e Propaganda do partido, mas principalmente no movimento popular organizado, através dos sindicatos e associações. Além disso, na reunião com os prefeitos serão tratadas as questões que exigem maior conhecimento técnico, como as relativas a orçamento e finanças. Já está definido pela Executiva Regional que o partido dará

a seus prefeitos no Estado o mesmo tratamento definido pela Executiva Nacional para as capitais, com a formação de um "banco de talentos" para assessoramento permanente a eles.

Quanto aos vereadores, é fundamental a troca de experiências e informações, disse Múgica, pois em muitas Câmaras haverá apenas um ou dois vereadores do PT. E isto será importante o papel dos atuais deputados do partido e do vereador Antônio Hohlfeldt na orientação sobre a atuação legislativa, observou. A respeito do temor

do "Inchaço" do partido por oportunistas, Múgica disse que a melhor defesa do partido é a "exigência de fidelidade partidária que sempre caracterizou o PT, fidelidade a seus princípios e a sua história".

E não o PT já tem uma boa experiência, afirmou, nos episódios do Colégio Eleitoral, prefeituras de Fortaleza e Diadema, em que elementos do partido tentaram romper com seus princípios, e por isto foram afastados. Já a definição do secretariado deverá demorar, pelo menos, 30 dias informou o secretário de Propaganda.

01.01

8900813

098

Câmara aprova mínimo a Cz\$ 61.600. Há reações

25/11/88.
Zero.
Hora.

Um salário mínimo de Cz\$ 61.600,00 já em dezembro, com aumentos reais de 10% além da inflação a partir de janeiro e até que uma política definitiva para o setor estabelecida. Essa foi o projeto aprovado ontem à noite na reunião pela Comissão Interpartidária da Câmara que estuda o assunto. Assim, a matéria entra na pauta do esforço concentrado para ser votado na terça-feira, já que se ela não for aprovada até quarta-feira pelos deputados e pelo Senado, o governo edita outro decreto definindo o valor do salário mínimo para o próximo mês. Enquanto os partidos de esquerda estão "fechados" em torno da proposta, o PFL promete obstruir a votação.

O parecer do relator, deputado pernambucano sem partido Maurício Ferreira Lima, aprovado ontem por oito votos contra quatro, é uma transcrição do projeto apresentado pelo deputado Paulo Palm. De acordo com sua proposição, o salário mínimo é dobrado em dezembro (passando para Cz\$ 61.600) e recebe aumentos reais de 10% ao mês a partir de janeiro. Uma comissão, formada por parlamentares, trabalhadores, empresários e membros do Executivo, definirá uma política definitiva para o salário mínimo. Essa comissão é que vai estabelecer até quando vigora os reajustes mensais de 10%, mas o objetivo é que o mínimo tenha seu valor recuperado dentro de um ano.

As propostas

Várias propostas alternativas foram estudadas pela comissão. A principal delas dizia que o aumento de 100% para dezembro seria dividido em três parcelas e esteve perto de ser aprovada, já que



Deputados decidem manter confronto com o Executivo

o próprio relator tentou rever seu parecer. Como autor do projeto original, contudo, Paulo Palm, demonstrou que a perda real dos trabalhadores, se o reajuste fosse escalonado, seria em torno de 50%. As esquerdas estão mobilizadas para votar o projeto terça-feira, a fim de que ele seja apreendido pelo Senado na quarta e imediatamente sancionado pelo presidente José Sarney. Somente com essa agilidade ele poderá entrar já na quinta-feira, dia 1º de dezembro.

Apesar da movimentação das esquerdas, dificilmente ele será aprovado em tão breve espaço de tempo, principalmente da forma como está. O vice-líder

do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), saiu da reunião convicto que o projeto iria inviabilizar o país e prometendo obstruir a votação. Também o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB) tomou por sua aprovação, principalmente porque as aposentadorias terão que ser corrigidas de acordo com o número de salários mínimos que representavam na época em que foram concedidas, a partir de abril. Caso ele passe pela Câmara, o que tido como muito difícil, principalmente sem emendas, terá que ir ao Senado. Depois da tramitação no Parlamento, todo projeto de lei precisa ser sancionado pelo presidente, uma dificuldade ainda maior. (Brasília/ZH)

O

028

Governadores do PMDB decidem pelo afastamento do Palácio do Planalto

Eles querem que o partido vá para as ruas de "cara nova"

O PMDB precisa ir para as ruas de cara nova, com suas bandeiras de luta atualizadas e estar sintonizado com as aspirações populares para enfrentar a sucessão presidencial. Ao mesmo tempo, deve deixar de ser identificado como o partido que sustenta a política econômica do Governo. Estas foram as conclusões a que chegaram governadores do PMDB e o deputado Ulysses Guimarães, na primeira reunião que tiveram após a derrota do partido na maioria das capitais. Eles não falaram em rompimento formal com o Governo, mas o afastamento do Palácio do Planalto ficou decretado.

madrugada de ontem, fazendo uma avaliação do partido, que se transformou numa sessão de "lavagem de roupa suja".

Quelhas

Durante mais de quatro horas, dez governadores: de São Paulo, Orestes Quércia; de Minas, Newton Cardoso; do Rio, Miralza Franco; de Pernambuco, Miguel Arraes; do Ceará, Tasso Jereissati; do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo; da Bahia, Waldyr Pires; da Paraíba, Tarcísio Buriti; e o do Mato Grosso, Carlos Baserra, e o deputado Ulysses Guimarães avaliaram o resultado da eleição de 15 de novembro.

Ulysses ouviu dos governadores queixas quanto à forma de comandar o

Ulysses poderá não assumir presidência

A derrota do PMDB nos municípios mais importantes do País e o crescimento significativo do PT são os principais fatos políticos decorrentes das eleições de 15 de novembro. São também assuntos que o presidente do maior partido brasileiro prefere não comentar. Isso ficou demonstrado nos primeiros dias das atividades da Câmara dos Deputados (logo após o pleito), quando Ulysses Guimarães respondeu com evasivas a todas as perguntas referentes às eleições municipais.

O primeiro sinal concreto da reação do presidente da Câmara pode surgir na próxima semana e de uma forma irônica: ele poderá não assumir a Presidência da República durante viagem do presidente Sarney à Argentina. Rumores insistentes circulam no Congresso de que políticos mais ligados a Ulysses Guimarães tentam convencê-lo a não substituir o presidente Sarney. O argumento é de que deve ser evitado ao máximo um desgaste maior do PMDB.

O ministro Paulo Bressard, da Justiça, manifestou sua descrença quanto à possibilidade de Ulysses Guimarães não assumir a Presidência da República. Ontem, ao final da tarde, ao sair do Santuário Dom Bosco, após a celebração do Dia Nacional de Ação de Graças, Bressard disse que "não tenho dúvidas de que o doutor Ulysses saberá cumprir com seus deveres". Destacou que uma atitude destas não condiziria com "a longa experiência, critério e seriedade" do presidente da Câmara dos Deputados. (Brasília/BR)

PARTES POCO LEGÍVEL

01.01

8900815

038

Zeno Hone
25/11/88.

ECONOMIA

Taxa do overnight confirma inflação de 26,1% este mês

Esta é expectativa do mercado após maior ajuste

A estimativa de inflação para novembro está se consolidando mesmo em 26,10%. O Banco Central deu este sinal ao cortar a taxa do overnight, que vem sendo reduzida, sucessivamente, desde o dia 18, mas que teve ontem seu maior ajuste do mês, passando de 36,04% para 34%. Uma queda de 2,07%, sinalizando agora um rendimento líquido, para novembro, de 26,20%. Esta manobra de BC foi recebida pelo mercado como uma indicação segura de que o patamar inflacionário está sob controle. Em decorrência, tudo passou a ser ajustado para baixo. No mercado futuro, a previsão de inflação caiu para 26,37%. Apenas ouro e o black mantiveram seu aquecimento, mas em função dos negócios com ouro, nas bolsas de mercadorias e também pelo interesse na compra da moeda.

O paralelo bateu ontem, em Porto Alegre, Cx\$ 800,00 na venda (na compra ficou em Cx\$ 800,00). Com esta elevação, a diferença para o oficial também aumenta e passa para 60,61%. O aumento na cotação do dólar no mercado negro, num só dia, foi igual a Cx\$ 10,00. O

grama do ouro continua muito valorizado e procurado. A alta de ontem ficou em 1,33%, a Cx\$ 100,00 por grama, em relação ao dia anterior.

Reversão

As ansiedades que vinham caracterizando o mercado de ações, principalmente em função do clima de insegurança gerado pela liquidação extrajudicial do Banco Central no Banco do Estado de Alagoas, onde muitas corretoras e distribuidoras têm posição em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de emissão do banco, e o próprio clima de suspeição dos papéis de outros bancos estaduais, foram amenizadas ontem.

Tanto a Bolsa de Valores de São Paulo como a Bolsa do Rio consolidaram no seu movimento uma reversão da queda, apurada nas últimas semanas (a Bovespa, em apenas três pregões, desvalorizou 8,4%). A Bovespa fechou ontem em + 0,87% e, a do Rio, em + 0,24%.

PARTES POCO LEGÍBLE

01.01

8900816

ARCHIVAR EN:

Brasil (088)

TMA:

MEMORANDUM Sectores de 12 gueros
Presianen al Gobierno brasileño por
Acuerdo de la C.E.A.

PROCEDENCIA:

2/10/88 Doc. 724/88.

ARCHIVADO EN:

MEMORANDUM (084)

01-01

8900896

ARCHIVAR EN:

Brasil (098)

TMA:

MEMORANDUM Publicación de acuerdo de CEA -
Ministerio de Ejercito brasileño realizar
investigación

PROCEDENCIA:

4/10/88 Doc. 723/88

ARCHIVADO EN:

MEMORANDUM (084)

01-01

8900897

ARCHIVAR EN:

Brazil (038)

TMA:

Memorandum: Documento de la Conferencia
de los Ejércitos Americanos.

PROCEDENCIA :

2/10/88 Doc. 1725/88

ARCHIVADO EN:

Memorandum (084)

01-01

8900898

038

0

0

Ascenso del socialismo desata temores y polémicas en Brasil

Una reciente advertencia del presidente José Sarney sobre el probable ascenso del socialismo al poder brasileño reavivó dudas y temores sobre la salud y futuro de la democracia en este país, recuperada en los últimos dos decadas de régimen militar.

Sectores políticos y sindicales se dividieron en críticas y elogios al mandatario, que asumió hace casi cuatro años como conductor de un proceso de transición entre el autoritarismo militar y la democracia.

Sarney declaró el domingo, al diano conservador (O) Es-tado de San Paulo que Brasil se encamina hacia el socialismo, a raíz del reciente fortalecimiento de fuerzas políticas de "doctrina totalitaria".

Los temores del mandatario parecieran fundarse en los resultados de una elección municipal en que una gran mayoría de la población urbana de los principales estados del país apoyó a los candidatos de cuatro partidos de izquierda, todos de distinta tendencia socialista.

DEL 80% 1

En términos económicos, la elección municipal dejó en primer de administradores socialistas cerca del 80 por ciento del Producto Interno Bruto (PIB) de Brasil, una acumulación de la ola del mundo capitalista.

Para las declaraciones de Sarney también reflejaron preocupación por el ascenso de dos socialistas que aspi-ran al cargo presidencial, que en 1989 será entregado a

una elección directa por primera vez desde 1964.

Los resultados de una encuesta publicada el domingo por el diario Folha de São Paulo indicaron que el socialista Leonel Bizozzi, un ex gobernador que pasó muchos años en el exilio y señalado como el enemigo número uno de las Fuerzas Armadas; sería el nuevo Presidente de Brasil; en caso de una inmediata elección.

LOS PREFERIDOS

Bizozzi, máximo líder del Partido Democrático Laboral (PDL), fue el preferido por el 20 por ciento de los encuestados, provenientes de distintos estratos sociales de las diez capitales estatales más importantes del país.

El segundo lugar fue sorprendentemente ocupado por un personaje cuya popularidad proviene de una próspera carrera como locutor radial y animador televisivo, ya que no ha tenido millonaria política: el empresario Silvio Santos.

Ampliamente propietario de una red nacional de televisión y un conector de empresas, Santos obtuvo la adhesión del 19 por ciento de los consultados y se convirtió en ser político, como acostumbraba a decir en la mayoría de las ocasiones.

Pero también surgió como probable solución al temor presidencial, concurrido por sectores políticos vinculados con las fuerzas armadas de un avance de la izquierda.

da al poder brasileño, como lo confirmó anoche un legislador oficialista.

El senador Rauld Saldanha declaró que Sarney le expusó durante una entrevista su "preocupación personal" por ese avance, al manifestarse partidario de que las fuerzas de centro se unan en torno a "un solo candidato presidencial para 1989".

¿ GANA LA IZQUIERDA ?

"O unimos nuestras fuerzas o la izquierda gana la elección", agregó Saldanha Derzi en declaraciones en que resumió los términos de su conversación con Sarney.

Las advertencias del mandatario provocaron distintas reacciones políticas, en su mayoría de crítica por su presunto velado mensaje antidemocrático, o "que anticipa el fin del proceso democrático en caso de una victoria electoral izquierdista", dijo hoy el diputado José Genúlio, líder parlamentario del Partido de los Trabajadores (PT).

El gobernador del estado de San Paulo, Orestes Quercia, también criticó anoche a Sarney al afirmar que "somos un país democrático, abierto a todas las experiencias, inclusive a un eventual gobierno del país".

El PT, un partido surgido de movimientos huelguistas contra el régimen militar durante la pasada década, se adjudicó en noviembre la victoria más sorpresiva y temprana de del comicio municipal.

Luiza Erundina, una de sus diligentes más ambiciosas, asumió el primer de enero la alcaldía de San Paulo de 12 millones de habitantes y con un presupuesto anual de 5 000 millones de dólares.

"LULA"

El máximo líder del PT, José Ignacio "Lula" da Silva, está designado oficialmente como candidato presidencial y se ubicó en tercer lugar en la encuesta de preferencias popular publicada el domingo por Folha de São Paulo.

El programa gubernamental de Lula incluye medidas como la nacionalización de la deuda externa brasileña de 118 000 millones de dólares, y la estatización de la banca privada.

La advertencia de Sarney recibió elogios del senador Jorges Passarinho, el más alto líder del Partido Democrático Social (PDS) que hasta 1985 asistió a los militares en el poder.

El legislador demócrata, un ex oficial del ejército, en la reserva, dijo que una eventual dispersión de las fuerzas de centro y derecha facilitaría la victoria electoral al izquierdista en 1989.

"Existe el peligro de que Lula y Bizozzi vayan al segundo turno (de la elección presidencial), dejando a la sociedad sin otra opción", admitió Passarinho, considerando al legislador que manifiesta inquietudes similares con el socialista. (REUTERS)

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

8900953

988

f. de (Guilherme)

Ofensiva parlamentarista

O deputado Victor Faccioni seguiu ontem para Brasília decidido a acelerar o debate em torno do parlamentarismo, como um dos autores de emenda e integrantes do grupo político que defende este sistema de Governo. Hoje ainda, segundo o deputado gaúcho, pretende encontrar-se com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, pedindo que seja iniciada logo a tramitação da emenda. Nessas condições, acabaria sendo fixado o prazo de 60 dias para apresentação do parecer e iniciada a discussão com maior intensidade. Ainda hoje o deputado Faccioni anuncia uma retomada, com maior empenho, do trabalho em favor da mudança de sistema, assinalando que, se aprovada a emenda, haverá um intervalo de 60 dias para a implantação. Para ele, o Congresso deve usar os poderes que foram obtidos na votação da Constituinte e não ficar, "como agora, sem poder usá-los e desgastando-se". Na realidade, o grupo parlamentarista nunca parou de atuar, a começar pelo senador Afonso Arinos, no seu discurso na solenidade de promulgação da nova Carta. Existe um trabalho sendo desenvolvido, mas considerado inoportuno por alguns.

Sucessão

A grande dúvida dos próprios parlamentaristas reside no atual quadro político, que, se de um lado pode favorecer uma mudança pela crise existente, de outro representa uma alteração muito radical no processo sucessório praticamente deflagrado e na recente decisão da Constituinte mantendo o mandato do Presidente em cinco anos. A campanha presidencial nas ruas é um dos maiores obstáculos, e a adoção do Parlamentarismo seria um dado decisivo a ser inserido no quadro. Além disso, há uma tarefa de conscientização que os parlamentaristas consideram importante. Para um dos líderes do movimento, porém, a emenda deve tramitar, daí os entendimentos que serão mantidos hoje, pois "pode ser uma solução".

Covas

O senador Mário Covas passou a ocupar uma posição importante no atual debate político sucessório. Apontado como um possível candidato do centro-esquerda, o senador mantém certa reserva. Um dos adeptos de sua indicação, porém, deixa claro que a estratégia é não desgastá-lo, preservando-o ao máximo. Ele lembra que a campanha presidencial, contando com novos mecanismos, não precisa ser desenvolvida com tanta antecipação.

E Jânio

Depois da reunião de lideranças centristas, no meio da semana passada, em Brasília, avaliando o quadro nacional, discutindo a questão econômica e também a sucessória, uma indagação ganhou relevo: — Como fica a candidatura Jânio Quadros? Na realidade, o espaço político do prefeito de São Paulo existe, mas muitos dos que participaram do encontro tinham, ou ainda têm, alguma admiração pelo ex-presidente. No fundo, porém, temem uma campanha extremamente ideológica.

Março

Depois da entrevista que o ex-governador Leonel Brizola concedeu à Rádio Gaúcha, sábado, uma dúvida se dissipou: a candidatura do presidente nacional do PDT será formalizada em março. Foi o mês a que se referiu expressamente Brizola, quando indagado.

01.04

Carlos Fehlbeg

8900952

* Coluna do Castello

Se o presidente tivesse vacilado

6463 E se tivesse vacilado na 16 e nos compromissos muito coisa poderia ter acontecido", disse o presidente José Sarney ao governador José Aparecido em conversa informal antes da sua viagem a La Paz.



O presidente acha que uma clara avaliação da realidade, a qual envolve não somente problemas políticos, econômicos e sociais mas também militares. São realidades distintas que se exigem uma só quadra a exigir de decisões distintas. Acha e confia para evitar que o Brasil seja atingido do país. "Não se pode levar o país a aventuras, pela qualquer tentativa de um sentido envolvente total", acrescenta.

O presidente da República disse ainda que o problema é passar a uma presidência ao final de seu mandato. Se não conseguir isso não há possibilidade, mas tem certeza de que conseguirá a fazer ao seu sucessor. Sobre um discurso de advertência à Constituição, ele se refere a examinar objeções sobre oportunidade e tom de uma mensagem, mas entende que a publicidade agir acertadamente pois o projeto de deputado Ulysses Guimarães, no seu discurso-resposta, reconheceu que há o que mudar no projeto de Constituição. As 1.000 emendas apresentadas indicam também um grau de insatisfação dos próprios constituintes com a obra feita até aqui. Se as correções não forem feitas, a advertência está aí registrada historicamente.

O sr. José Sarney acha que o PMDB é um partido muito forte e está em condições de eleger um líder. Mas antes um partido esteve nas condições em que se acha o PMDB para eleger o presidente da República. O PMDB não quer mais o cargo mas em momento em que não há um dado decisivo sobre o poder, que exige uma postura partidária, há um compromisso com a organização partidária pelo sr. Ulysses Guimarães, cuja candidatura considera praticamente impossível e cuja vitória prevê desde já. Acha o chefe do governo que os índices de popularidade registrados por candidatos como os srs. Afonso Quadros e Leonel Brizola são irrelevantes, pois ambos carecem de estrutura partidária para uma eleição nacional. Não adianta olhar para trás, para a eleição de 1960, por exemplo. A situação mudou com um eleitorado imenso só alcançável, na sua juventude, pelas grandes estruturas de poder político.

Diz o sr. Sarney que se o sr. Ulysses Guimarães se fortaleceu no episódio dos discursos apostados como confrontantes tanto melhor, pois o país não pode viver sem lideranças e a do presidente da Constituinte tem bases sólidas e motivação justa. Entende que toda sucessão é traumática. Não só no Brasil como nos Estados Unidos ou em qualquer outro país. Não tem motivos para querer que seu sucessor não seja do PMDB e espera que esse partido se conduza com serenidade e firmeza. Se é verdade que, no momento, o presidente não elege o seu sucessor não menos verdade será que poderá "desalegar". Mas não há qualquer interesse numa colisão do governo com o PMDB e muito menos com o candidato

Ulysses Guimarães.

Acreditamos o presidente que sua principal preocupação hoje é com a inflação. Todas as propostas que surgem vão sendo ultrapassadas, menos a inflação, que cresce estranhamente no momento em que há várias pequenas exceções e em que os salários do comércio exterior são recordes. Isso indica que há outras causas a alimentar o surto inflacionário, identificadas originalmente como consequência ao déficit público. Declaramos finalmente convencidos de que todas as turbulências serão superadas a medida que o rumo democrático, que não será mudado com a ampliação de prazo.

O decreto-lei do orçamento

Explica o ministro Ronaldo Costa Couto que o governo já enviou ao Congresso o projeto de lei que corrige o despesa da União, elaborado na base irrealística de uma inflação de 120% quando só no primeiro semestre ela já ultrapassou os 170%. Esse projeto, se aprovado pelo Congresso, levava decreto-lei baseado consequentemente no momento em que a correção deveria ser providenciada e o Congresso estava em recessão. A impropriedade técnica, no entanto, será corrigida com o projeto de lei que o Congresso deverá aprovar.

Jereissati não excluiu

Do governador Tasso Irajá, sobre o seguinte: "Apresentamos uma proposta de lei que trata da exclusão de um deputado do Parlamento Federal. A proposta foi aprovada no dia 30 passado com um registro de que os membros do Parlamento Federal Pura de Andrade da representação carioca no diretório nacional do PSD, para, em seu lugar, incluir o deputado Expedito Machado. Assim, seria que não ocorria com muita participação. O grupo de cinco representantes da bancada foi constituído por pessoas de votação entre seus próprios integrantes, mas que tiveram qualquer tipo de interferência de fora da bancada. Ao saber que o nome do deputado Pura de Andrade não poderia ser substituído por Expedito Machado, o deputado Pura de Andrade, presidente do PSD, propôs a exclusão para ocupar uma das vagas de seu parlamentar. Constatando, a Tasso Irajá, governador do Estado do Ceará.

Companheiro não vota

Do deputado Ulysses Guimarães ao ministro Aluísi Alencar: "Companheiro não vota companheiro."

Carlos Castello Branco

PANORAMA



'Tentação'

Mais uma porta está fechada para o polêmico filme "A Última Tentação de Cristo", de Martin Scorsese.

Desta vez, foi a do Cine Brasília, que pertence à Fundação Cultural do Distrito Federal. Após indicar que o voto partiria do próprio governador do Brasil, Joaquim Figueiredo, em 4 de outubro e não poderia ser votado em nenhuma das igrejas. A decisão da Regia foi imediatamente aprovada pelo conselho de Brasília. Em 1984, Figueiredo, que se declara católico, disse que o filme seria "uma afronta à igreja".

Sarney no Peru

O presidente Sarney viajou para o Peru no próximo dia três de dezembro para inaugurar, juntamente com o presidente peruano, a hidroelétrica de Tarma. O presidente Sarney será recebido em Tarma pelo governador peruano, Antonio Gutiérrez.

Viajando sozinho por Alan García, no encontro dos presidentes do Grupo dos Oito em Punta del Este, no final de outubro. A viagem ao Peru havia sido anunciada pelo Palácio do Planalto e posteriormente cancelada. Mas, ontem, em Brasília, o Itamaraty confirmou que Sarney participará da inauguração da usina e que esta será sua última viagem ao exterior este ano.

Segunda-feira próxima, Sarney viajará para a Argentina para um encontro de dois dias com o presidente Raúl Alfonsín, quando serão assinadas as bases para a cooperação, em 10 anos, de um mercado comum entre as duas nações. (AJB)

Amazônia

Segundo muita gente que é contrário ao que os bancos levantam no Brasil serve para preservar a tradição e o patrimônio do País e não para destruí-lo", declarou ontem em Bruxelas, na Bélgica, Paulo Pelegrino, um dos líderes indígenas da tribo Mursi. Pelegrino, durante uma conferência de trabalho organizada pela organização ambiental de grupo "Amigos da Terra".

Partes Ilegíveis

Journal Brasil 15/11/80

Petrobrás busca saída para greve

Mesmo sem poderes para negociar reajustes salariais, uma vez que os índices já foram determinados pelo governo, a Petrobrás fez ontem uma contraproposta a seus funcionários, no terceiro dia da greve que paralisou a produção de 9 das 11 refinarias da empresa e sua sede administrativa no Rio.

Com o aval do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, e presidente da estatal, Armando Guedes Coelho, convocou ao Rio três petroleiros do comando de greve, instalado em Brasília, e com eles passou a tarde em negociações.

Das 11 refinarias da Petrobrás, somente as unidades de Marabá e Belim (MG) operaram ontem. Calcula-se que 30 mil dos 41 mil funcionários da companhia estejam em greve.

O Departamento de Administração e Pessoal que deve ser afetado caso a greve prosiga. No Rio, a distribuição Superpetro está com quase metade da população fora de serviço. Quarta que a demanda está alta ainda em função da paralisação de parte da greve dos distribuidores de lubrificantes. Em Pernambuco, 25 indústrias, das maiores do estado, já deixaram de receber gás petróleo. (Folha 7)

Entidades do movimento popular estão exigindo, no Acre, o afastamento do atual secretário de Segurança, coronel Castelo Branco. Ele estaria envolvido em uma série de irregularidades. Em Rio Branco, um protesto contra a UDR.

Acre: exigida saída do secretário de Segurança

O Comitê Chico Mendes, formado por diversas entidades do movimento popular, entregou ontem em Xapuri ao governador em exercício, Edson Simões Cadaxo, um documento pedindo o afastamento do atual secretário de Segurança Pública do Acre, coronel José Carlos Castelo Branco. O Comitê declara que esta medida visa dar transparência nas investigações sobre o assassinato do líder ecologista e sindicalista Chico Mendes, ocorrido na véspera do Natal.

Segundo as entidades, diversos fatores contribuem para que o coronel Castelo Branco seja afastado da Secretaria. Citam a falta de apuração de centenas de inquéritos em Xapuri; a imperícia da própria Polícia na realização das investigações preliminares do caso; a omissão na apuração de diversos outros casos divulgados pela imprensa; e até a expedição, no início deste mês, de um porte de arma para Oloasi Alves da Silva — um dos filhos do fazendeiro Darli Alves da Silva, o principal acusado de ser o mandante da morte do sindicalista Chico Mendes. Oloasi está preso em Rio Branco, a capital do Acre, após um tiroteio com agentes da Polícia Federal, juntamente com seu irmão Darci, que se apresentou no início desta semana para confessar o assassinato de Chico Mendes.

Proteste contra UDR

Uma das maiores manifestações públicas no Acre aconteceu no final da tarde de quarta-feira, em Rio Branco: aproximadamente quatro mil pessoas

protestaram contra o assassinato do ecologista e sindicalista Francisco Mendes, líder dos seringueiros de Xapuri. Os manifestantes se concentraram na frente do jornal "O Rio Branco" (o mais antigo do Acre), comprado recentemente pelo deputado federal Narciso Mendes, do PFL.

Um dos sócios de Mendes no jornal é o advogado e fazendeiro João Branco, destacado pela UDR (União Democrática Ruralista) para liderar e instalar a entidade dos latifundiários no Estado do Acre. No começo da semana, João Branco fugiu do Acre a bordo de um jatinho, com destino a Cuiabá, Mato Grosso.

Então, os seringueiros e entidades ecológicas passaram a apontá-lo com um outro suspeito de envolvimento dire-

to no assassinato de Chico Mendes. A hipótese foi reforçada com o fato de que, na noite de quinta-feira passada, menos de duas horas após Chico Mendes ter sido atingido por tiros de escopeta, o editor do jornal "O Rio Branco" chegou a Xapuri, junto com um repórter e um fotógrafo. Os seringueiros estão convencidos de que o líder da UDR e sócio do jornal acionou sua equipe antes mesmo do crime ser concretizado.

O jornal ficou praticamente paralisado, durante a manifestação, com milhares de pessoas gritando palavras de ordem contra a UDR. O ato público contou com representantes de entidades como a CNBB, CUT, Contag, além do deputado federal pelo PT, José Genoíno. (AG-AE)

EUA: pressões contra Planalto

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglésias, recebeu ontem à tarde, em Washington (EUA), um grupo de ambientalistas norte-americanos que lhe perguntaram o que fará o banco diante do assassinato do líder ecologista brasileiro Francisco Mendes.

Um antropólogo do "Environmental Defense Fund", Steve Schwartzman, antecipou à Agência Estado que os ambientalistas gostariam que Iglésias mantivesse suspenso um empréstimo de cerca de 40 milhões de dólares, para a pavimentação da rodovia Porto Velho-Rio Branco, que está para ser reativado, graças a um projeto de preser-

vação de zonas de extrativismo na Amazônia, elaborado com a ajuda de Chico Mendes.

O mesmo grupo pediu também uma audiência com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, e espera ser recebido logo. O antropólogo Schwartzman, amigo pessoal de Chico Mendes, quer também encontrar-se com o embaixador brasileiro em Washington, Marclio Marques Moreira. O objetivo de todas as reuniões é o de pressionar o Governo brasileiro a punir os responsáveis pelo assassinato e fortalecer as reservas extrativistas e os seringueiros da região amazônica. (AE)

Presidente do Banco Central crê que a extinção da correção monetária será incluída no pacote de verão, como forma de baixar drasticamente a inflação, ainda no primeiro trimestre de 89. O congelamento de preços e salários está descartado

Desindexação deverá ser global, antecipa Camões

O presidente do Banco Central, Elmo Camões, revelou ontem que o governo estuda a possibilidade de incluir no pacote econômico, que deverá ser anunciado na primeira metade de janeiro, a desindexação global da economia, com a extinção da correção monetária. Camões manifestou otimismo com relação a efetiva capacidade desse elenco de medidas em reduzir drasticamente a taxa de inflação e assegurou que não existe intenção por parte das autoridades econômicas em promover um novo congelamento de preços e salários, salientando que essa experiência já demonstrou ser inviável no passado.

O presidente do Banco Central disse ser favorável a desindexação da economia porque considera que nos níveis atuais de inflação a correção monetária passou a ser um mecanismo impulsor do processo inflacionário, tornando-se um "fator pernicioso" e impede o efetivo combate da inflação.

O presidente do BC confirmou que a política monetária para 1989 será bem mais restritiva e disse concordar com a tese do ex-ministro Mário Henrique Simonsen de que a taxa de juros real deve

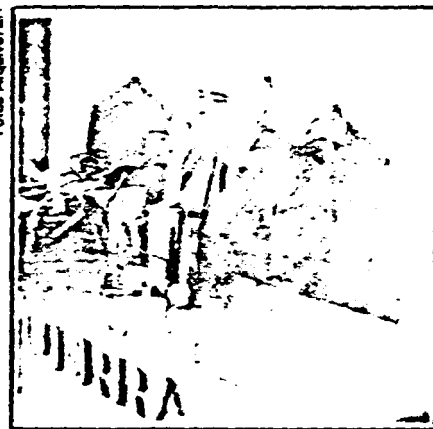
se manter em patamares elevados para desestimular a especulação com estoques de matérias-primas e mercadorias, contribuindo decisivamente para reduzir a inflação.

Sem congelamento

As medidas a serem adotadas pelo governo para baixar a inflação podem representar um choque à economia, mas não incluirão o congelamento. Foi o que assegurou o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, que retornou a Salvador para participar de solenidade na Telebahia e passar o final do ano com familiares.

Os resultados dessas medidas começarão a ser sentidos dentro de dois a três meses, quando serão visíveis os números de uma inflação mais baixa, prevê Antônio Carlos, acreditando que "a população sentirá que o seu dinheiro começou a valer, ou melhor, readquiriu seu poder de compra".

O ministro das Comunicações está certo de que, no início, haverá dificuldades para a população compreender as medidas econômicas, mas não tem dúvi-



Magalhães: Resultados rápidos

das de que a compreensão virá, rapidamente, quando a inflação estiver num nível baixo.

Antônio Carlos afirmou também que, a partir de janeiro, o presidente José Sarney vai promover a reforma político-administrativa-econômica, inclusive substituindo alguns ministros. (AJB-AG)



Bulhões crê a correção

Plano Bulhões inclui a recessão

Por GLÁDIS BERLATO
Edição de Economia/ZH

Com a experiência de seus 22 anos, o ex-ministro da Fazenda do Governo Castelo Branco, Otávio de Gouveia Bulhões, está convicto de que muito pode ser feito para melhorar o Brasil e em curto espaço de tempo, o que justifica o fato de ter levado uma sugestão ao presidente José Sarney de promover mudanças para o combate à inflação. Sem a preocupação de ser "o pai das mudanças", disse pelo telefone, ontem à noite, que a proposta de seu colega — e também ex-ministro Mário Henrique Simonsen — é igualmente importante para o país, mas segue o caminho gradualista

que já não surte o efeito esperado em tão elevada inflação.

Falando vagarosamente e ouvindo pouco, o criador das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, hoje OTN, que originaram a correção monetária, acha que com uma taxa inflacionária mensal de 28% é preciso extinguir de vez com o sistema gradualista de combate à inflação que não funciona por mais perfeito que possa ser. Ele não sabe dizer se o Brasil e os brasileiros estão preparados para um novo período de medidas de impacto. "O certo é que devemos tentar", afirma.

Bulhões se diz mais preocupado com o presente, razão pela qual não esmorece com a possibilidade de sua proposta vir a criar maiores proble-

mas, mesmo que por curto tempo. Ele admite e até prevê que o combate radical da inflação poderá trazer uma recessão, mas ela será temporária. Pelos seus cálculos, o período recessivo deverá se prolongar por apenas 30 dias até que as coisas se ajustem à nova realidade.

Para ele, tudo tem que ser feito no mais curto prazo, não admitindo a ideia de que não há um cenário político adequado para isto. "Quaisquer que sejam as mudanças, elas devem ser tomadas agora, antes das eleições presidenciais porque o problema existe agora, tende a piorar e tem que ser atacado já", afirmou, dizendo que o Brasil precisa de despojamento e coragem para resolver seus problemas.

No despacho com o ministro do Planejamento, ontem, na ilha de Curupu, o presidente Sarney aceitou vetar todo o artigo da lei orçamentária que trata da rolagem da dívida dos estados. Mas a sanção do Orçamento, com os vetos, foi adiada.

Sarney vetará rolagem da dívida externa dos estados

Apesar de ter aprovado todas as recomendações do ministro do Planejamento, o presidente José Sarney resolveu adiar a sanção do Orçamento Geral da União para o próximo ano com os vetos sugeridos por João Batista de Abreu. O presidente aceitou vetar todo o artigo quinto da lei orçamentária que prevê a rolagem das dívidas externas de estados e municípios contraídas com o aval da União. A fórmula apresentada pelo Congresso não será alterada.

O ministro João Batista de Abreu ofereceu ao presidente Sarney duas alternativas para contemplar estados e municípios. A primeira, considerada mais eficiente pela área econômica do Governo, viria através de créditos especiais do Governo Federal para que os estados e municípios devedores pudessem arcar com o volume de pagamento previsto no projeto original do Executivo. Dessa maneira, eles só pagariam o montante aprovado pelo Congresso Nacional e saldaríamos a diferença através dessa linha de crédito. O ministro do Planejamento não descartou, entretanto, a possibilidade de a União avalizar operações de rolagem (reempréstimo de recursos depositados no Banco Central) na parcela cujo pagamento foi subtraído do orçamento na lei aprovada pelo Legislativo.

— Nossa idéia é evitar vícios de constitucionalidade. Vamos manter o mesmo nível de pagamento previsto pelo Congresso Nacional — disse o ministro, durante entrevista no aeroporto de Tiririca, em São Luís.

Atraso

A lei orçamentária só não foi assinada ontem, durante despacho de duas horas do ministro do Planejamento com o presidente na ilha de Curupu, litoral do Maranhão, porque o Congresso adiou a publicação do documento em virtude de



Presidente Sarney examina os vetos propostos por Abreu e fez correções

pequenas correções de última hora que foram feitas no arredondamento das colunas de receitas e despesas da peça orçamentária.

A decisão final sobre o orçamento será na próxima segunda-feira. Abreu disse não ver problemas em iniciar o ano sem orçamento definido. Ele garantiu que tão logo Sarney volte a Brasília o projeto será devolvido ao Congresso com as alterações propostas. O ministro explicou que o prazo para manifestação do Executivo acaba no dia cinco próximo.

Os vetos presidenciais atingem cerca de 5% do total do orçamento (Ct\$ 6 trilhões a preços de junho). Serão alcançadas as despesas colocadas pelo Congresso através da receita do FND (Fundo Nacional de Desenvolvimento). Segundo Abreu, o regulamento para a aplicação desse fundo não permite o uso aprovado pelo Congresso. A apropriação de recursos originários das receitas do Banco Central e Banco do Brasil tam-

bém serão vetadas. Segundo Abreu, a medida traria uma irregularidade administrativa ao orçamento.

O ministro do Planejamento disse ao presidente Sarney que dois tipos de vetos terão que ser aplicados: Os que atendem a aspectos inconstitucionais e aqueles que são de interesse público. De acordo com Abreu, o presidente Sarney fez pequenas alterações de forma no documento levado a sua apreciação.

Durante o despacho, o ministro apresentou ao presidente o resultado parcial do PIB em 1987. Documento do IBGE mostra que o PIB cresceu, de janeiro a outubro deste ano, 6,64%, em relação a igual período de 1987. O crescimento foi considerado marginal pela equipe de João Batista de Abreu. Em cruzados, o PIB de dez meses apresentou resultado geral de Ct\$ 161 trilhões.

João Batista de Abreu almoçou com o presidente Sarney na ilha de Curupu. Foram oferecidos pratos típicos do Maranhão, como peixe pedra e sarapatel. (AG)

Este é o ajuste fiscal que entra em vigor

1- Medida provisória - extingue os seguintes incentivos fiscais:

A) Opção para aplicação da parcela de imposto de Renda em projetos de florestamento e reflorestamento.

B) Redução do imposto para aplicações em ações novas da Embraer e em empresas de informática.

C) Alíquota do Imposto de Renda aplicável às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e de telecomunicações, (atualmente de 6%) e demais concessionárias e empresas de transporte (atualmente de 17%), passa a ser a normal (30%).

D) Isenções do IR aplicáveis à execução eventual de obras na área do programa grande Carajás, são suprimidas.

E) Extingue o mecanismo de compensação com o Imposto de Renda, das contribuições ao PIS devidas sobre o lucro da exportação. Esta parcela do lucro passa a ser isenta do PIS.

F) Extingue isenções fiscais do Imposto de Renda aplicável às sociedades de capital de risco.

G) Reduz o limite de aplicação do Imposto de Renda em projetos de formação profissional (extinção), alimentação de trabalhador, vale-transporte, pesquisa e desenvolvimento, (o limite global de 10% passa para 5% e o individual, por programa, é reduzido de 10% para 5%).

2- Projeto de lei

Suspensão por um ano dos incentivos fiscais da área do Imposto de Renda. Do Imposto de Importação e do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para as empresas de informática, da área do IPI para as empresas siderúrgicas e também das reduções e isenções do IPI e do Imposto de Importações que beneficiavam outras atividades industriais.

3- Medida provisória - Institui contribuição social

A nova contribuição social sobre o lucro líquido das empresas, incidirá sobre os resultados dos balanços a partir de 31/12/88, à alíquota de 8% e será paga em seis parcelas a partir de abril. No exercício de 1989, as instituições financeiras sujeitar-se-ão à alíquota de 12%. A medida reduz de 35% para 30% a alíquota básica do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e de 0,65% para 0,35% a alíquota do PIS/Pasep (esta última redução terá efeito apenas no exercício de 1989). Esta contribuição será destinada à cobertura do déficit da previdência.

4- Medida provisória - Correção monetária dos tributos e melhoria da arrecadação

A) Dispõe sobre a atualização monetária, pela OTN fiscal, do IPI, IR Fonte, Finsocial e PIS/Pasep.

B) Autoriza a exclusão dos lucros e dividendos da base de cálculo do PIS/Pasep.

C) Autoriza a exclusão dos resultados da equivalência patrimonial da base de cálculo

do Finsocial devida por instituições financeiras.

D) Altera de 10 de janeiro para 30 de abril o prazo de pagamento do Imposto de Renda devido pelas sociedades civis. O imposto será pago em OTN.

E) Estabelece restrições à realização de negócios para devedores da Fazenda Nacional.

F) Cria estímulo para a Procuradoria da Fazenda Nacional e para a Secretaria da Receita Federal, para incrementar a fiscalização e cobrança de tributos.

G) Altera disposições da legislação dos consórcios, em relação às penalidades aplicáveis e à destinação e aplicações financeiras dos recursos dos consorciados.

5- Projeto de lei - Tributação da atividade agrícola

O projeto institui novas regras para tributação dos resultados da atividade agropecuária, compatível com a nova tributação da pessoa física cujo projeto se acha em exame no Congresso Nacional.

6- Portaria do ministro - Redução de prazos da rede bancária

As receitas federais arrecadadas pela rede bancária são repassadas ao Tesouro Nacional 3 dias após o seu recolhimento. Visando economia de custos financeiros para o Tesouro, este prazo está sendo reduzido para 2 dias.

7- Portaria do ministro - Trava de câmbio

As operações conhecidas no mercado por "câmbio travado", embutem um benefício fiscal consistente em se considerar como receita de exportações, a remuneração dos recursos provenientes dos adiantamentos de contratos de receitas passarão a ser consideradas como receitas financeiras, tributadas normalmente pelo Imposto de Renda.

8- Projeto de lei - Normas para o abastecimento, a industrialização e a comercialização do trigo

Está sendo proposta a extinção do monopólio estatal da comercialização e liberação da industrialização do trigo, passando o governo a ter, tão somente, a opção de compra do produto, por um preço de garantia, para a parcela da produção não absorvida pela iniciativa privada.

9- Decreto - Programa de desimobilização de bens

Propõe que as empresas públicas, sociedades de economia mista, respectivas subsidiárias e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, promovam a alienação de bens móveis e imóveis, não vinculados às suas atividades operacionais. Condiciona a liberação de recursos à conta do Tesouro Nacional, bem como a execução do orçamento de investimentos, a que as entidades comprovem a utilização dos recursos em atividades produtivas.

CEF e BNDES elaborarão programa de financiamento para aquisição desses bens.

10- Projeto de lei - Transporte ferroviário de passageiros

O Governo Federal está tomando a iniciativa de implementar ações voltadas para a reestruturação dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, em zonas urbanas e suburbanas, de acordo com os novos preceitos constitucionais. Inicialmente, a Rede Ferroviária Federal e a EBTU transferirão à União a totalidade das ações de sua propriedade na CBTU e na Empresa Brasileira de Trem Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb). Em seguida, está sendo proposta a doação, para os estados, das participações acionárias da União nos capitais por absorção da totalidade do patrimônio da CBTU.

11- Decreto - Orçamento das operações oficiais de crédito setor agrícola

Propõe que os recursos que, no exercício financeiro de 1989, vierem a ser consignados no OGU, subanexo "Orçamento das Operações Oficiais de Crédito", sejam aplicados, exclusivamente, em operações com mini e pequenos produtores rurais, quando se tratar de programa para o financiamento agrícola e pecuário, e na assistência a produtores e respectivas cooperativas, no caso de EGF. Tal medida promoverá uma economia de 194,5 milhões de OTNs aos cofres do Tesouro Nacional.

12- Medida provisória - Taxa de expediente da Cacex

Propõe elevar de 0,9% para 1,8% o limite para cobrança da Taxa para Emissão de Guia de Importação. Tal elevação não acarretará custo adicional às importações, se confrontada com medidas já adotadas (retirada do IOF, eliminação da taxa de melhoramento dos portos, redução dos níveis das alíquotas do Imposto de Importação, redução dos prazos para pagamento de aquisições no exterior e redução da lista de produtos com importação suspensa), e que reduzem tais custos.

13- Portaria Interministerial - Grupo de trabalho interministerial para estudos sobre o setor agrícola

Fica criado um grupo de trabalho com representantes dos ministérios da Fazenda, da Agricultura e da Sepplan, do Banco Central e do Banco do Brasil, para no prazo de 90 dias:

Estudar e propor reformulação dos sistemas de aplicações compulsórias de instituições financeiras no crédito rural; desenvolver estudos relativos à extensão da caderneta de poupança rural a outros agentes financeiros; rever a pauta de produtos amparados pela PGPM e redefinir a atuação do Governo Federal na compra e no financiamento de estoques; e, reavaliar e propor ajustamentos cabíveis nas regras de intervenção do Estado no mercado de produtos agrícolas. Brasília, 28/11/88.

Zero Hora. 7/12/88.

PARTES POCO LEGÍBIL

J. do BRASIL
28/12/88

Eletrobrás tem estudo de viabilidade de Angra III

SÃO PAULO — O presidente da Eletrobrás, Mário Penna Bhering, anunciou ontem que a empresa está encerrando estudo de viabilidade da usina nuclear Angra III, que será apresentado ao Banco Mundial em meados de janeiro. O estudo de viabilidade é uma exigência do Banco Mundial para liberar recursos de US\$ 500 milhões à Eletrobrás. Anteriormente, a Eletrobrás recusara-se a admitir que faria tal estudo, por considerá-lo "ingerência externa" em assunto nacional. Agora, não só já mudou de opinião como está com os estudos quase concluídos.

Acontece, argumentou Mário Bhering, que o mais importante é comprovar a viabilidade de Angra III, e isso o estudo vai garantir. Bhering também explicou que há outro empréstimo, do Fundo Nakasone, de US\$ 1 bilhão, que depende do aval do Banco Mundial e ficaria retido caso não se comprovasse a viabilidade de Angra III.

O presidente da Eletrobrás defendeu ontem a construção de novas usinas na região amazônica, pedindo compreensão para a necessidade de novos investimentos em hidrelétricas, porque, do contrário, a "opção é a energia nuclear". Bhering tentou acalmar os ecologistas, dizendo que as usinas a serem construídas são todas na margem direita do Tocantins, no baixo Amazonas, "sem entrar

na floresta". Ele disse que não há opção, pois as fontes alternativas de energia, eólica ou solar, não produzem o suficiente para acompanhar o crescimento populacional e da economia do país. Bhering descartou qualquer problema como o de Xapuri, no Acre, com o assassinato do dirigente sindical e líder preservacionista Francisco Mendes: "Lá o problema é a ocupação das terras e não de usinas hidrelétricas."

Bhering anunciou que o orçamento da Eletrobrás em 1989 será de US\$ 3,2 bilhões — "pelo menos é por isso que estamos brigando", disse ele. Também confirmou que, o Conselho Monetário Nacional aprovou a captação do equivalente a US\$ 150 milhões em instituições no mercado interno para completar o orçamento da Eletrobrás. Ele disse que, em 1988 foram investidos US\$ 4 bilhões em energia em todo o país quando o necessário seriam US\$ 6 bilhões.

O presidente da Eletrobrás participou ontem da entrega do Prêmio Denerge de Jornalismo ao jornalista Eleno Mendonça, na sede do grupo Denerge, que congrega sete empresas de geração, transmissão e distribuição de energia, atendendo 300 mil consumidores de 70 municípios de São Paulo e Sul de Minas Gerais.

Prefeito

Depois de sofrer 31 tremores em oito dias, cidade fica em estado de alerta

J. do Brasil 12/12/88

decreta

emergência em Angra

Jobo Cerro

O prefeito José Luis Reseck (PFL) determinou ao coordenador da Defesa Civil Municipal, Hellen Serafim, que decreta estado de emergência nas localidades de Monsuaba — onde a terra tremeu 31 vezes desde o dia 3 — Paraíso, Biscava e Ponta Leste, todas no distrito de Conceição de Jacareí, Angra dos Reis. Hellen Serafim, o professor do Instituto de Astronomia e Geofísica da USP, Jesus Berrocal, e o geofísico do Observatório Nacional, Armíngolo Bueno, haviam informado ao prefeito que os abalos ocorridos até agora são pequenos e que a população de Monsuaba "não tem o que temer".

José Luis Reseck disse que sua decisão "serve apenas para alertar e prevenir a população", para o caso de ocorrer um abalo mais grave nos próximos dias e comparou o estado de emergência "à prontidão dos quartéis militares". Mas Jesus Berrocal achou a decretação da emergência "precipitada e desnecessária", em função dos abalos até agora serem "muito pequenos". Para ele, ao invés de acalmar a população, a decretação do estado de emergência pode preocupá-la e alarmá-la. "Não digo que seja desnecessário, mas por enquanto achava prudente esperar a evolução dos fenômenos", disse Berrocal.

Rotina normal — "Ficar prevenido é melhor do que não ficar, embora acredite plenamente que não vai acontecer nada", respondeu Reseck, que ontem, apesar da emergência, passou o dia tranquilamente em sua residência, preocupado somente com afazeres domésticos. O prefeito disse que "pessoalmente" acha que os tremores de terra ocorridos até agora em Monsuaba "são coisas muito simples", mas que, "como prefeito", tem a obrigação de estar "com todas as precauções colocadas".

O estado de emergência não altera em nada a rotina da Prefeitura, de acordo com Reseck. Apenas servirá para deixar em alerta as grandes empresas do município — Furnas, Petróleas, Verolme e Angra I —, que costumam ajudar a Prefeitura em casos de acidentes. A emergência não tem nenhuma relação com o estado de calamidade pública, normalmente decretado em ocorrências graves.

Reseck disse que os funcionários da Prefeitura estão de prontidão e que as 50 escolas e 18 postos de saúde da rede municipal estão prontos para abrigar os moradores das localidades, se for necessário. Ele admitiu, entretanto, que nenhum funcionário foi avisado dessa "prontidão" e que eles serão acionados "pela rádio local" quando um acidente grave ocorrer. "Não estou criando uma situação alarmista".

defendeu-se Reseck. Ele admitiu que o estado de emergência havia sido determinado por ele ao coordenador da Defesa Civil na sexta-feira, e levou dois dias para ser decretado.

Micro-tremores — Ontem, os cinco sismógrafos da Universidade de São Paulo e do Observatório Nacional, instalados em Monsuaba, Conceição de Jacareí, Caputera, Belém e Ilha Grande, num raio de 10 quilômetros a partir de Monsuaba, detectaram mais três micro-tremores de terra, imperceptíveis para a população. O primeiro às 2h28m e os outros no fim da manhã.

A entrevista dos técnicos, a primeira desde a última quarta-feira, foi realizada depois de longa reunião em que se discutia qual a magnitude do último tremor, ocorrido na manhã de sábado. Enquanto o geofísico Armíngolo Bueno disse que o abalo alcançou magnitude entre 3 e 4 graus, de acordo com dados do sismógrafo de Monsuaba, os registros da Estação Sismográfica de Barra Mansa, interpretados por Jesus Berrocal, indicavam magnitude de 1,7 graus. Depois de estudar os dois registros, os técnicos decidiram divulgar que a magnitude do tremor foi de 2 graus na escala Richter.

Mistério — Os dois técnicos admitiram que ainda desconhecem as causas dos 31 tremores de terra na região de Monsuaba e esperam identificá-los a partir de hoje, quando começam a funcionar juntos os cinco sismógrafos. O aparelho de Conceição de Jacareí, que havia apresentado defeito no sábado, já foi reparado e o da Ilha Grande foi transferido ontem da residência do diretor do Presídio da Ilha Grande, Major PM Salmon, na Praia do Abrão, para a Ponta do Bananal.

Os dados coletados pelos cinco sismógrafos serão enviados para a USP para análise em computador. Os técnicos reafirmaram que um ou mais epicentros dos tremores estão localizados, no máximo, a dois quilômetros do Centro de Monsuaba. Eles ainda não sabem precisar em quanto tempo poderão localizar o epicentro ou encontrar as causas dos abalos, mas reafirmaram que os tremores ocorridos até agora são muito pequenos e nada indica que possam aumentar de intensidade nos próximos dias.

Em nota oficial divulgada durante a entrevista da madrugada, os técnicos explicam que só poderão definir a provável causa dos fenômenos a partir da localização dos focos sísmicos. A partir de hoje, começará a ser divulgado um boletim diário dos tremores, detectados pelas estações sismográficas, sempre ao meio-dia.



A pacata Monsuaba, vila de pescadores, é uma das quatro localidades que estão desde ontem sob estado de emergência em Angra dos Reis

Erosão pode ser causa dos tremores, afirmam os técnicos da USP

A vila de Monsuaba, com três mil habitantes, está localizada sobre uma região onde os deslizamentos de terra, provocados por forte erosão do solo, são rotineiros. A Estrada Rio-Santos (BR-101), que passa na entrada da vila, é constantemente obstruída por quedas de barreiras. Os técnicos da USP e do Observatório Nacional ainda não descobriram as causas dos tremores, mas oferecem exatamente a hipótese de deslizamento de terra como a mais capaz de justificar os abalos. "Não acredito muito em falha geológica, porque os sismos são muito pequenos", diz o professor Jesus Berrocal, da USP.

O aspecto de diversas colinas de Monsuaba confirmam

que as erosões são constantes. As fendas são grandes profundas e o solo é arenoso. A população de Monsuaba, entanto, aponta outras causas para os abalos. Dona-de-cumil, de um pequeno comerciante, Maria da Conceição Bueno, 35, disse que a Petrobrás está implodindo rocha fundo da Baía de Ilha Grande, para aumentar a profundidade próxima ao píer e assim facilitar a aproximação de navios de qualquer porte que atracam ali. A empresa desmente que esteja usando explosivos no terminal, que tem 45 metros de profundidade há 15 anos permite a atracação de navios de qualquer porte.

Com poucas ruas — apenas uma asfaltada —, pequenas e simples, esgoto correndo a céu aberto, a vila de Monsuaba não teve sua rotina alterada pelos tremores tarde de ontem, como em todas as tardes de domingo jovens jogaram futebol alegremente, enquanto as mães reuniram na praça. A presença ostensiva da imprensa não mais comentada do que os abalos.

Os tremores vêm sendo medidos em duas escalas Richter e Mercalli. Enquanto a escala Richter é medida em sismógrafo, a escala Mercalli, medida de intensidade analisada no local, através de exames de efeitos.

088.

ARCHIVO

S L

BRASIL -
CUBA.R. C. 3:4:000
S - 2.-
R-I-V-E-R-A-
171130ENE88-
WZ-05.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACIONES No.03/89.

I.-EVALUACION:F - 6.-

II.-RESPONDE A:Información obtenida por la Unidad.-

III.-TEXTO:

-Esta Agencia tuvo acceso a lo que, según la fuente, sería parte de un documento producido por la Policía Civil de Río / Grande del Sur (sin evaluar), el que hace referencia, básicamente, a la posibilidad de tráfico de armas por parte de elementos subversivos a través de esta frontera (Se adjunta fotocopia).-

-Respecto a la información que allí consta, particularmente en el literal C), esta Agencia no tiene conocimiento de la realización de dicha reunión en Santa do Livramento, ni tampoco / tiene conocimiento la Agencia de Ejército Brasileiro (7^a.R.C. Rec.) local. En cuanto a NESTOR SERRANO PEREZ, se transcribe del P.E.I.No.379/3/SN/985 del C.G.E. y P.E.I.No.037/S2/985 de la B.C.1:"Es integrante de la Dirección General de Inteligencia de Cuba. Actualmente es encargado de negociar en la RDU. la apertura de la embajada Cubana (su país natal) y se estaría / contactando con subversivos Paraguayos y Uruguayos.-En Argentina no posee antecedentes que el causante haya estado detenido en 1983. Se confirmó que residió un tiempo en Río de Janeiro".-

IV.-SINTESIS:

-Tráfico de armas, actividades del Cubano Nestor SERRANO PEREZ y reunión realizada en Santa do Livramento en mayo del pasado año.-

-Se destaca el nivel de la información producida por la Policía Civil de Río Grande del Sur en los literales a) y e).-

V.-DISTRIBUCION:

4 Ej. a la B.C.1.-

1 Ej. archivo S2 RC3.-

VI.-ACCION TOMADA:Confección del presente Parte.-

RECEIVED	16-2-89
FILED	0282/89

Por el Jefe del Reg.C.No.3 del 200. Refo.
José C. Araújo.-

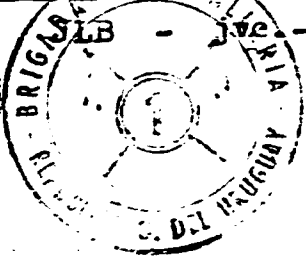
SECRETO

01:03

8901395

...///...

E. M. B. C. 1.-
S = 2.-
PASO DE CASTRO .-
ELEVADO A: D.E. III .-
0900 - 19- ENERO - 1989.-
Doc. Sec. No: 002/S2/BC1. .-



El Comandante de la Brigada de Caballería No. 1.-

Coronel

[Signature]

Luis C. Pardo Iriondo.-

ELEVADO A: Dpto. E-II E.I.E.

FECHA: 27-ENE-989.



El Comandante División Ejército III.

General

[Signature]
Guillermo E. de Nava.-

DIVISION EJERCITO III
D.E. III
Paso de Castro
Elevado a: D.E. III
0900 - 19- ENERO - 1989

C.M.E. I'plo. II (E.I.E. No. 1)
8-36-89
01011
31. IV. Hora 0900

SECRET

8901385

a) Surgiram preocupações em meios militares uruguaios com relação a entrada de armamento no país, destinado a uma ofensiva subversiva na AMÉRICA DO SUL. O Presidente SANGUINETTI tem sido alertado pelos chefes militares quanto à carência de armamento moderno nas Forças Armadas, cujo efetivo reduzido não possui condições de enfrentar uma guerrilha internacional bem organizada.

b) Implicados neste tráfico de armas estão RENÉ PENALVER VALDEZ REVOREDO e JORGE FERNANDEZ VILELA, ligados ao setor Cone Sul (ARGENTINA, URUGUAI, PARAGUAI e BRASIL) da Embaixada Cubana. O Departamento das Américas do PC cubano é o setor que organiza a subversão na AMÉRICA LATINA e depende diretamente da direção da Inteligência Cubana. O armamento, fornecido pelos sandinistas e procedente do PARAGUAI, foi passado para o URUGUAI por SANTANA DO LIVRAMENTO no BRASIL.

c) Naquela localidade, em MAI deste ano, realizou-se uma reunião de integrantes do IDI (ESQUERDA DEMOCRÁTICA INDEPENDENTE), do Movimento 26 de Março, dos Tuparamos, dos Montoneros, da Esquerda Brasileira e alguns cubanos. Toda esta ação teria sido coordenada por NESTOR SERRANO PEREZ, codinome "WILLY", residente em BUENOS AIRES e pertencente ao SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA CUBANO.

continua ...

d) Segundo consta, SERRANO montou uma rede de agentes no BRASIL e URUGUAI, tendo como base de operações da Inteligência Cubana a cidade de MONTEVIDEU. No BRASIL, durante o tempo que residiu no RIO DE JANEIRO, estabeleceu contatos para montar uma rede cubana na área de imprensa, na política e em alguns ministérios civis.

e) HUGO MEDINA, general da reserva e Ministro da Defesa do URUGUAI, recentemente provocou um incidente ao interpelar o Embaixador cubano a respeito da infiltração de subversivos internacionais no URUGUAI que tiveram encontros na Embaixada com diplomatas cubanos.

EMBAJADA DEL PARAGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

098

OFICIO Nº 102/C/A/1988.-/



OBJETO: Inf. Publ. A. 17º
C.E.A. y adjunta
pías.-----

/APL/fas/

Brasília-DF, 29 de setiembre de 1988.-

SEÑOR JEFE DEL ESTADO MAYOR DEL EJERCITO.-

La publicación de las Actas de la 17ª CONFERENCIA DE EJERCITOS AMERICANOS, inicialmente por FOLHA DE SÃO PAULO y posteriormente con comentarios en otros medios de prensa, tuvo en Brasil una gran repercusión.-

En la Cámara de Representantes el Diputado HERMES ZANETTI (PMDB - RS) solicitó se tramite la convocatoria del Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, para explicar a la Cámara el alcance de los acuerdos firmados en Mar del Plata.-

Se adjunta, para una mayor ilustración, fotocopia de lo publicado recientemente.-

Saluda a Usted atentamente.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel


ALBERTO P. LOUREIRO.-

10 JUN 1988
RECEIVED
RECEIVED
RECEIVED

Passarinho é um subversivo

O senador Jarbas Passarinho, líder do PDS no Senado, ex-ministro de três presidentes do regime militar (os generais Costa e Silva, Emílio Médici e João Batista Figueiredo), ficou sabendo, ontem, que ele mesmo foi considerado "elemento subversivo" por um oficial das Forças Armadas que havia trabalhado sob suas ordens.

Tal revelação foi feita pelo senador Pompeu de Sousa (PSDB-DF) durante o debate que se travou, no Senado, sobre a 17ª Conferência dos Exércitos das Américas. De acordo com as conclusões da 17ª CEA, subscritas, em nome do Brasil, pelo general Paulo Neves de Aquino, do Estado-Maior do Exército, a América Latina seria uma área propícia à ação subversiva. Todos os exércitos admitiram a cooperação para enfrentamento eventual, em conjunto, desse problema.

No Senado, o assunto foi suscitado pelo senador Dirceu Carneiro (PMDB-SC), que "estranhou" a

participação do militar brasileiro na conferência, à margem dos trabalhos da Constituinte. Quanto ao fato de as autoridades haverem minimizado o alcance da CEA, Carneiro indagou por que, então, um militar brasileiro havia subscrito as conclusões ali adotadas.

O senador Passarinho, em resposta, considerou incompreensível o escândalo — conforme disse — que se fazia em torno da matéria. A seu ver, o que houve em Mar del Plata fora uma troca de inteligência (informações) entre oficiais das Forças Armadas, a respeito de "uma possível situação futura".

O senador Pompeu lembrou que, pelo relatório dos militar brasileiro, "30% dos membros da Assembleia Constituinte eram considerados ligados a partidos subversivos". "Pois o próprio senador Passarinho — frisou Pompeu — foi considerado, sob o regime militar, embora ministro, subversivo, conforme me revelou um militar que com ele trabalhou".

Sigilo foi rompido em 1968

Das atas da secretaria da Comissão de Segurança Nacional, da Câmara, relativas a 1968, constam manifestações de todos os seus membros, naquele ano, contra o clima de sigilo que se pretendia dar, então, à 10ª CEA, a realizar-se no Rio de Janeiro, para tratar de supostas ameaças subversivas na América Latina.

A pedido do então deputado Hermano Alves (MDB-RJ), o Congresso aprovou o acesso de parlamentares brasileiros àquela conferência.

Manifestaram-se contrários à marginalização dos congressistas brasileiros, enquanto problemas de segurança nacional seriam discutidos por militares estrangeiros, vários deputados, como o general da reserva do Exército, Amaury Kruei (antigo chefe da S-2, Serviço de Inteligência, da Força Expedicionária Brasileira na Itália), os

generais Alípio Carvalho, Hanequin Dantas e Paulo Nunes Leal, o primeiro da oposição e estes três governistas.

A ação do representante do MDB teve o apoio do então líder do partido na Câmara, atual senador Mário Covas do PSDB de São Paulo.

Como o organizador da CEA, então general Reinaldo Melo de Almeida, teve de permitir o acesso dos deputados à conferência, por ordem do ministro do Exército, general Lyra Tavares, a pauta dos trabalhos acabou sendo modificada.

Segundo revelou, informalmente, o senador Jarbas Passarinho, os documentos publicados na Argentina e no Uruguai, de acordo com versão que lhe foi apresentada, foram entregues à imprensa por um sargento comunista, do Exército argentino.

Quatro caso explosivo 28/SET/98

Ruy Lopes

JORNAL DE BRASÍLIA

O Governo procura minimizar a repercussão dos acordos firmados na Conferência dos Exércitos Americanos, e para isso lança mão de alguns argumentos ponderados. Entre eles avulta a ponderação de que aqueles documentos não constituem um acordo no sentido estrito do termo, pois não obriga o Brasil como parte contratante. Além disso, os participantes, embora oficiais superiores do Exército, não fazem parte da cúpula da instituição que, portanto, diminuiu o nível de representação na Conferência exatamente para não lhe atribuir maior importância.

Do ponto de vista legal, não resta dúvida de que aqueles papéis assinados em Mar del Plata não são propriamente acordos internacionais. Faltam a eles as características mínimas para adquirir essa condição: partir da delegação expressa para que alguém assinasse em nome do País. Se fosse um acordo, a assinatura teria que haver o referendo do Legislativo, nos termos da Constituição, e tal não ocorreu.

Também é verdade que o Exército demonstrou reduzido interesse na Conferência, tanto que mandou representantes sem maior expressão, enquanto outros países enviaram suas lideranças armadas. Mas, embora admitindo as circunstâncias atenuantes, ainda sobram do episódio desdobramentos de importância.

Fica difícil explicar, por exemplo, como um general brasileiro poderia ser classificado como ligado

à subversão 30% dos constituintes eleitos pelo povo de seu País. Ele tem todo o direito de pensar assim, mas não pode transmitir tal idéia em uma conferência internacional da qual participe como delegado do Exército.

Pior ainda foi a aceitação dos termos do "Acordo n° 15", que consagra duas barbaridades intragáveis. A primeira é a admissão do golpe militar preventivo contra a suposta ameaça comunista, contidas no item b: "A segurança e a defesa do continente americano contra o MCI deve considerar, ademais das medidas estritamente do campo militar, as ações nos demais campos do poder".

A segunda barbaridade é a porta aberta à intervenção, contida no item d: "Aos países mais desenvolvidos cabe o dever de apoiar os demais países americanos, como aliados confiáveis na luta contra o MCI, de tal forma a se criarem condições favoráveis para que o continente americano se constitua em um obstáculo ponderável à progressão do comunismo no mundo".

Pode ser que tais cláusulas não obriguem o Brasil, como lembram os porta-vozes do Governo. Mas um representante do Exército brasileiro colocou sua assinatura nesses documentos, comprometendo a instituição. Desde o Riocentro que a turma da extrema-direita militar não aprontava um fato tão explosivo.

PARTES ILEGÍBIL

8901584

AGREGADO
BRASIL

OFICIO Nº 112/C/1988.-/

OBJETO: Ref. supue desig-
nación Agregados Policia-
les.-----/

/APL/fas

Brasília-DF, 14 de octubre de 1988.-

SEÑOR JEFE DEL ESTADO MAYOR DEL EJERCITO.-

Informaciones de prensa han dado noticias sobre un supuesto acuerdo firmado por el Ministro de Justicia de Brasil, PAULO BROSSARD y los Ministros del Interior de la República Argentina y de nuestro país, en reciente reunión realizada en Brasília. El mismo establecería la designación de Agregados Policiales en las respectivas Embajadas con la finalidad de reforzar las medidas tendientes a combatir el narcotráfico.-

Se adjunta al presente fotocopia del artículo de prensa, fotocopia del Acta de entendimiento correspondiente a la reunión de Buenos Aires y del proyecto de acuerdo en estudio. No se posee copia del Acta de entendimiento firmado en Brasília, por no estar aún en posesión de la misma. Pero manifestaciones del Ministro de nuestra Embajada y de la Embajada Argentina es de que el tema fue propuesto por ROMEO TUMA, Director de la Policía Federal de Brasil.-

Asimismo cabe informar que dicho planteamiento no será aceptado, ni fue incluido en el Acta mencionada, porque la representación Argentina no lo consideró necesario.-

Se agrega Memorandum personal sobre el tema.-

Sa...///

...luda a Usted atentamente.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel


ALBERTO S. LOUREIRO.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 1 de _____

Copia Nº _____

BRASILIA - UF -

14 OCTUBRE 1988.

HORA 1700.- - -

- MEMORANDUM -

ASUNTO : Probable designación de Agregados Policiales en nuestras Embajadas en Brasil y Argentina.-

ANTECEDENTES: Oficio Nº 112/C/AMB/988 de fecha 14 de octubre de 1988.- Anexos Complementarios.-

TEXTO : Si bien no existe confirmación escrita del acuerdo o intención, sí se sabe del gran interés que Brasil tiene en el tema del narcotráfico y que realiza esfuerzos crecientes para limitarlo debido al actual incremento.-

X Con los países limítrofes del área amazónica, intenta realizar acuerdos que permitan visar un trabajo conjunto bajo la dirección del Comando Militar del Amazonas. Antes de fin de año los Comandantes Militares de las áreas de frontera de los países vecinos se reunirán en Manaus para tratar un Plan Coordinado de Combate al Narcotráfico.- III

Personalmente se estima que la creación de ese cargo no contribuiría a disminuir el problema, ya que, con los actuales medios de comunicación es difícil mantener la actualización de las informaciones que se precisen. Y en caso de realmente necesitar la permanencia de una persona a esos fines, bastaría un ayudante, sin necesidad de una alta jerarquía.-

Experiencias de este tipo, las vivió Perú, que años atrás nombró un Agregado Policial en Colombia, retirándolo poco después con resultados nada positivos.-

Esto parece más encuadrarse en un intento de protagonismo o "de ganar espacio en detrimento de las Fuerzas Armadas", expresión ésta del Agregado Militar de Argentina que cree que existe en su País un plan premeditado con esa intención. Y esto hace recordar la reciente encuesta de opinión sobre la popularidad comparada de Militares y Policías.(7).-



Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

ALBERTO P. LOUREIRO.-

PARTES ILEGIBLE

098

Segundo o Itamaraty, a posição do Governo brasileiro a respeito da criação do Estado Palestino independente é ainda de observação. Mas alguns diplomatas acreditam que o reconhecimento do Brasil virá logo

Brasil mantém cautela quanto ao Estado Palestino

O Governo brasileiro ainda não tem uma posição formal sobre a criação do Estado Palestino independente e por enquanto está apenas acompanhando a evolução dos acontecimentos, informou o porta-voz do Itamaraty, ministro Ruy Nogueira.

Oficialmente, a posição brasileira é de muita cautela mas alguns diplomatas já prevêem que nos próximos dias o Itamaraty deverá manter contatos com os embaixadores da Liga dos Países Árabes, para discutir a questão. "O Brasil está esperando que a situação se esclareça e que se tenha uma amostragem mais definida da reação internacional", afirmou um diplomata brasileiro. Ele acredita que dentro de uma semana, o Governo brasileiro já tenha uma

posição definida a respeito do novo Estado palestino. "Ainda é prematura a decisão, mas o reconhecimento por parte do Brasil virá", acrescentou a mesma fonte.

Manifestações

Palestinos residentes no Brasil comemoraram ontem em todo o País a proclamação do Estado Palestino independente nos territórios ocupados por Israel desde 1967.

Em Brasília, cerca de cem palestinos fizeram, no gramado em frente ao Congresso Nacional, uma manifestação em favor do Estado palestino.

A concentração foi promovida pela Or-

ganização pela Liberdade e Justiça no Brasil, e foi apoiada por membros da colônia árabe.

Desde cedo foram realizadas passeatas por alguns municípios da Grande Porto Alegre, terminando com um ato público na esplanada democrática, que reuniu quase cem pessoas. Durante a manifestação foi distribuída uma carta-aberta à população onde é explicada a independência nacional palestina.

Em Santana do Livramento, na fronteira com o Uruguai, mais de 50 automóveis carregando bandeiras do Brasil e do Estado Palestino independente realizaram uma passeata soltando foguetes e distribuindo panfletos (AE/Editoria Local/ZH)

01-01

8901680

082

lea 3/17/80

Brasil estudia nuevos límites marítimos

BRASILIA.- Bajo la coordinación del Ministerio de Marina, el gobierno brasileño está estudiando las áreas de explotación mineral en la plataforma continental dentro de los nuevos límites fijados por la convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Mar, informó ayer el "Jornal do Brasil". Por medio de los navíos oceanográficos "Almirante Câmara" y "Alvaro Alberto", la marina brasileña lleva realizadas dos expediciones; la tercera se inició el martes con la finalidad de determinar la línea fronteriza al este, que definirá el límite de explotación de los recursos minerales submarinos.

Durante la primera expedición, realizada en el litoral de Río de Janeiro, São Paulo, Paraná y Santa Catarina, fue encontrada una formación de grandes depósitos salinos, de volumen y profundidad desconocidos todavía, que los técnicos consideraron un gran descubrimiento con vistas al futuro.

La convención de las Naciones Unidas sobre los Derechos del Mar, que establece el derecho de explotación de las riquezas minerales hasta las 350 millas del mar territorial, fue firmada por 150 países y ratificada por 35 países, pero entrará en vigor un año después de ratificada por 60 países.

Antes de fin del año en curso, la convención será firmada por Brasil, que esperó la promulgación de la nueva Constitución, el 5 de octubre último, para asegurarse de que la definición de la Costa sobre el mar territorial no estuviera en contradicción con el texto del tratado de las Naciones Unidas.

En Brasilia se estima que la ratificación de Brasil será seguida por el resto de las naciones latinoamericanas, mientras que los países del este de África, Estados Unidos, Francia, Inglaterra y Alemania Federal no firmarán la convención por discrepancias en compartir los recursos naturales de los océanos. (EFE)

038

Se oponen a la conversión de deuda externa en Brasil

LONDRES.- La presión política se está incrementando para que el gobierno brasileño descontinúe su programa de conversión de la deuda, dice Financial Times.

El programa, iniciado hace siete meses, es objeto de críticas pues se afirma que se está ensalzando el uso de dólares del mercado negro a fin de lograr ganancias importantes y rápidas, determinando un incremento sustancial en la oferta monetaria y, por tanto, en la inflación, afloja el petróleo.

El diario británico cita a Fernando Henrique Cardoso, dirigente del Partido Social Democrático Brasileño, quien habría manifestado que el programa es un "secundario" que no ayuda al país.

Otros políticos de izquierda y derecha, dice el periódico, también han atacado las reglas para la conversión de deuda, que debería elevarse este año, unos 8 mil millones de dólares de la deuda brasileña que se eleva a unos 120 mil millones de dólares.

Los críticos dicen que el programa permite a los especuladores "hacer fortuna" por los que los especuladores han logrado hacer fortuna, por medio de la aceptación de deuda nueva en cruzados, la exportación de dólares del mercado negro y posteriormente repatriando el dinero a Brasil para adquirir deuda con fuertes descuentos, dice Financial Times.

Los papales de la deuda brasileña, en circulación extranjera, están siendo cotizados a un precio de 45 centavos de dólar, siendo el dólar.

3-11-85 - LEA

02

Brasil cancela intereses adeudados del año pasado

5-11-88

El Día

BRASIL, (EFE). — Brasil pagaba ayer tres mil millones de dólares a sus acreedores externos, liquidando así la última parcela de intereses pendientes de 1987, cuando estuvo en vigor una moratoria parcial de pagos, decretada por el gobierno del presidente José Sarney.

Los intereses adeudados de 1987 llegaron a 4.500 millones de dólares, entre los meses de febrero y diciembre, cuando el entonces negociador de la deuda brasileña, Fernan Bracher, firmó con los bancos

acreedores un acuerdo provisional.

Por ese acuerdo, que puso fin a la moratoria, Brasil se comprometió a pagar una parte de los intereses vencidos y otra parte de 3.000 millones de dólares sería refinanciada por los propios bancos acreedores.

Los bancos desembolsaron inmediatamente mil millones de dólares, que sumados a 500 millones provenientes de las reservas brasileñas, fueron pagados a los acreedores a fines de 1987, por los intereses adeudados entre octubre y diciembre.

Los restantes 2.000 millones de dólares son desembolsados por los bancos ahora que junto con mil millones sacados de las reservas brasileñas, completan el pago de los intereses adeudados entre febrero y setiembre de 1987.

Dentro de dos semanas, los bancos entregaron a Brasil 4.000 millones de dólares, primera parcela de los 5.200 millones negociados en el acuerdo final alcanzado en julio pasado por el país con sus acreedores privados.

De ese total, 3.000 millones volverán a los bancos para pagar el dinero adelantado dentro del acuerdo provisional y los restantes mil millones serán incorporados a las reservas en divisas extranjeras de Brasil.

El Banco Central explicó que esta operación por la cual los bancos desembolsan dinero que retornan inmediatamente a sus arcas fue necesaria para evitar que Brasil fuera rebajado en la clasificación de los deudores hecha por la banca estadounidense.

Al considerar a Brasil como deudor dudoso, los bancos estadounidenses tendrían que bajar los créditos concedidos al país y también parte de su patrimonio perdido, con repercusiones negativas en el valor de sus acciones.

Para conseguir ese objetivo, Brasil tuvo que pagar intereses, tasa de riesgo (spread) y una comisión adicional por el dinero usado para pagar a los mismos bancos.

098

EL MUNDO

S-11-87

EL DIA - PAGINA 3

Firman pacto en Brasil para frenar inflación

BRASILIA, (Reuter). — Gobierno, empresarios y sindicatos brasileños resolvieron prefiar reajustes en 94 productos y servicios esenciales, tras acordar un pacto social para estudiar la amenaza de una hiperinflación.

El pacto, el primero en tres décadas de turbulencia vida política en el país, fue suscripto por 33 representantes de los tres sectores, al término de una ininterrumpida sesión de 12 horas.

En virtud del acuerdo, la inflación brasileña no deberá exceder en noviembre un 26,5 por ciento y un 25 por ciento en diciembre. En octubre creció oficialmente 27,25 por ciento.

Calificado como "histórico"

El gobierno calificó ayer de "histórico" al pacto, al considerarlo "el inicio de un proceso de soluciones propuestas para Brasil", según dijo el principal negociador oficial, el jefe del Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Las previsiones del actual proceso inflacionario anticipaban para noviembre un índice superior al 32 por ciento y otro mayor para el último mes del año, con lo cual Brasil ingresaría a una espiral hiperinflacionaria de grave impacto para su economía económica y de imprevisibles consecuencias para su estabilidad institucional, dijeron funcionarios y líderes.

La actual, la peor inflación en la historia brasileña, acumuló hasta octubre un 714,43 por ciento en 12 meses.

Entre los 94 productos básicos y servicios esenciales incluidos en la lista tortuosamente negociada figuraron alimentos, artículos de higiene personal y para el hogar, combustibles, cervezas y tabaco.

Esa lista eléctrica, transporte, correos y teléfonos, fueron los

servicios públicos colocados bajo control tripartito en el pacto antinflacionario.

Originalmente, los negociadores pretendieron identificar 180 productos y servicios esenciales con ese objetivo.

Representantes de los tres sectores crearon una comisión mixta para acompañar el cumplimiento de lo dispuesto en el pacto social, pero coincidieron en destacar que "el verdadero control corresponderá a la sociedad".

El pacto establecido, pese a la resistencia de los negociadores sindicales, que los salarios serán reajustados en noviembre en un 21,39 por ciento y en un 26 por ciento en diciembre, como consecuencia de un cálculo promedio de la inflación trimestral anterior.

Plazo de 30 días para Sarney

Los empresarios privados dijeron al concluir la reunión que el sector privado cumplirá con la parte que le corresponde en "esta distribución de sacrificios que implica este pacto", según declaró Alberto Franco, presidente de la Confederación Nacional de Industrias (CNI).

El acuerdo concedió al gobierno del presidente José Sarney un plazo de 30 días "para presentar una nueva propuesta de saneamiento de las finanzas públicas".

"Si el gobierno no reduce drásticamente sus excesivos gastos, el pacto naufragará", sentenció en la madrugada Luiz Antonio Medeiros, líder del poderoso sindicato metalúrgico del estado de San Pablo.

El compromiso fue firmado por el jefe del Gabinete Civil y ministro interino de Trabajo, Ronaldo Costa Couto y por líderes



Presidente José Sarney

de las principales organizaciones empresariales de la industria y el comercio.

Por la parte sindical lo hicieron representantes de la Confederación General de Trabajadores (CGT), una de las dos más importantes del país, y de determinados sindicatos.

No participó en la negociación la Izquierda Central Unica de Trabajadores (CUT), la segunda en poder, cuyos líderes exigieron radicales cambios en la política oficial de salarios antes de estudiar las propuestas del pacto.

La negociación tuvo el abierto respaldo de las Fuerzas Armadas, cuyos altos mandos se reunieron aquí y declararon, a través de un portavoz, que "el pacto social deberá ser el primer paso para que el país salga de la crisis en que se encuentra".

01.01

B903039

Est

El Día 29/12/80

Ecología: críticas del New York Times a Brasil

NUEVA YORK y BRASILIA. (DPA y Renter). — Una dura crítica formuló ayer a Brasil el "New York Times" por su destrucción de la selva amazónica y el asesinato del hombre que trató de impedirlo.

En un editorial titulado "El Brasil quema el futuro" el diario dice que si Brasil espera la comprensión del mundo en cuestiones como la deuda y la democracia, no puede ignorar el "holocausto" de la quema de los bosques amazónicos ni el asesinato a mansalva de un sindicalista que quiso luchar contra ese desmán.

El Banco Mundial pone ya la protección del medio ambiente como condición para sus préstamos, dice el editorial, advirtiendo que otros que pueden ayudar a Brasil tienen derecho a insistir en que se proteja la herencia planetaria de la humanidad.

Por el momento, señala el comentario, poco ha resultado de la apelación lanzada por el presidente José Sarney a los ganaderos, para que pongan fin a la catastrófica quema de bosques en la Amazonia occidental, donde el año pasado solamente hubo 170 mil incendios.

Ni tampoco se cree que el gobierno de Sarney pueda iniciar un juicio vigoroso contra los que mataron a Francisco Mendes Filho o proteger a otros que sigan su ejemplo, dice el diario.

El editorial señala el ciclo calamitoso que se inicia con el efecto de "invernadero" cre-

ado por los incendios intencionales de bosques, lo que interrumpe el proceso que transforma el dióxido de carbono en oxígeno, elimina un gran número de especies zoológicas y devasta las viviendas de los indígenas.

Al perder la protección de su capa nutritiva, la selva se convierte en tierra estéril. La ganadería se hace así antieconómica y necesita subsidios para subsistir. Recientemente, Sarney suspendió esos subsidios, pero no los eliminó, observa el diario.

El editorial concluye diciendo que la muerte de Mendes será lamentada no sólo en Brasil sino en todo el mundo, debido a que "en realidad, Mendes estaba defendiendo el propio aire que respiraba".

Arresto

La policía del municipio de Mapuri, en el amazónico estado federado de Acre, arrestó ayer a Oloci Alves Da Silva, hermano de los hacendados Darli y Alvarino Alves Da Silva, sospechosos de haber sido los autores intelectuales del asesinato del ecólogo y sindicalista Francisco "Chico" Mendes (44) el jueves último, según informó ayer en Brasilia el viceministro de Justicia, José Fernando Eichemberg.

Los dos hacendados siguen desaparecidos y, según sindicalistas rurales de Acre, en estos momentos podrían estar fuera de Brasil, ya que sólo seis kilómetros de selva separan su hacienda de la frontera con Bolivia.

058

Sarney anuncia medidas para luchar contra la inflación en el Brasil

lea 17/12/88

BRASILIA (Reuter) - El Presidente José Sarney anunció ayer que su gobierno profundizará medidas para combatir la inflación que este año desbordará un récord histórico del 900 por ciento en Brasil, en caso de fracasar los actuales ajustes "graduales y consensuales" de la economía.

El pronunciamiento del mandatario pareció una respuesta a crecientes críticas de los sectores sindical y empresarial, que amenazan abandonar un pacto social que suscribieron con el gobierno en noviembre para alejar la amenaza de una hiperinflación en el país.

Sarney utilizó ayer un mensaje radial que semanalmente dirige al país para referirse a la inflación, un fenómeno convertido en el peor enemigo de su política económica y responsable de un "cuadro de pesimismo" que, dijo, existe en Brasil.

"Vamos a dar a la inflación un combate sin treguas", dijo.

Señaló que, si las medidas de ajuste gradualmente adoptadas por su gobierno para detener la inflación no logran el resultado deseado, "atendremos que intentar soluciones más profundas", dijo.

No explicó que tipo de medidas buscarían ese objetivo.

Con un índice previsto superior al 2 por ciento para diciembre, la inflación brasileña cerrará 1988 con un alza de cuando menos el 920 por ciento, un récord jamás registrado en la historia económica de esta nación.

Empresarios y trabajadores firmaron con el gobierno un pacto social que logró contener el proceso inflacionario durante el mes de noviembre, con un índice (26,92 por ciento) primera necesidad y servicios públicos esenciales.

Pero los pronósticos para diciembre anticipan que la inflación desbordará un 26 por ciento previsto por el pacto, desatando serios reparos de trabajadores y empresarios, que acusan al gobierno de no cumplir su prometida contención de gastos.

La parte sindical, representada por el metalúrgico Lutz Antonio Medeiros, lanzó ayer un ultimátum al gobierno, amenazando el retro del pacto para el caso de no ser adoptadas rigurosas medidas antiinflacionarias hasta el 11 de enero.

Representantes empresariales también dijeron que podrían abandonar el compromiso oficial, tras constatar que el gobierno no correspondía a los esfuerzos del sector por controlar los precios.

Un destacado analista político -el catedrático Hélio Jaguaribe- dijo ayer a REUTER en Sao Paulo que Brasil in-



José Sarney.

gresará en 1989 a un proceso hiperinflacionario, en caso de persistir la ausencia de "acciones sólidas" del gobierno.

El Presidente Sarney admitió ayer el fracaso de los dos planes económicos adoptados por su gobierno para estabilizar la economía y controlar la inflación.

Dijo que el Plan Cruzado, lanzando en febrero de 1986, trajo un "período de felicidad al pueblo brasileño", pero reconoció que "dejó también ejemplos de lo que se debe hacer y de lo que no se debe hacer".

Agregó que el denominado Plan Bresser (ejecutado por su ex Ministro de Hacienda Lutz Bresser Pereira en junio de 1987) "infelizmente tampoco alcanzó los objetivos deseados".

Pero reparó que la actual política de "arroz con frijol" -variante brasileña de la expresión popular "pan y agua"- está logrando avances en la "reducción del déficit público y de los gastos (fiscales) y dinamizó las recaudaciones".

"Las finanzas públicas están en orden, la economía está sana, la estructura económica del país está íntegra y (tenemos) grandes zafas, grandes exportaciones y bajo desempleo", dijo.

"Pero nos resta la inflación", admitió. Su gobierno concedió anoche un aumento salarial del 60 por ciento y una bonificación extraordinaria equivalente a 75 dólares para los casi 1.300.000 servidores de la administración Federal, incluyendo los 270.000 oficiales y efectivos de las tres Fuerzas Armadas.

Sarney dijo ayer que la concesión fue consecuencia de una "mejora de las cuentas públicas y de la contención de gastos".

098

14/12/88 El Día

Superávit Récord en Balanza de Brasil

RIO DE JANEIRO, 12 (ANSA). — El superávit de la balanza comercial del Brasil en el mes de noviembre volvió a batir un récord —el de mayor saldo histórico en ese mes en el país— pues deberá ubicarse entre 1.500 a 1.800 millones de dólares.

El récord mensual aquí sigue siendo el del mes de agosto pasado, con 2.080 millones de dólares de saldo favorable.

El director de la cartera de Comercio Exterior (CACEX) del Banco de Brasil, Namiir Salek, hizo notar que las sequías en los Estados Unidos, además de elevar los precios de los productos agrícolas en el mercado internacional, hicieron que los exportadores brasileños aguardaran el mejor momento para exportar, con lo cual las tradicionales caídas en las ventas externas de soja a partir de agosto y septiembre no ocurrieron este año.

En otro orden de cosas el alcalde José Luis Reseck, de Angra Dos Reis (a 100 kms. de Río de Janeiro y donde se ubica la Central Nuclear de Angra-1), decretó estado de emergencia en cuatro localidades del distrito de Monsuaba (a 15 kms. de Angra Dos Reis), donde en los últimos diez días se fueron registrados 31 sismos de pequeña intensidad, que no superaron 3 grados en la escala Richter.

Las localidades incluidas en el decreto son Monsuaba, Paraiso, Biscaya y Ponta Do Leste, la medida tiende a dar mayor seguridad a los cerca de diez mil habitantes de la región donde están ocurriendo los sismos.

El Alcalde se dijo "preocupado" ante la resistencia del fenómeno sísmico, cuyo epicentro y origen los técnicos procuran descubrir, y señaló que además de su preocupación con la población lo está con la posibilidad de que se rompa un oleoducto de la empresa petrolífera estatal Petrobras que pasa por la región, y con la propia Central Nuclear.

098

EL MUNDO

El Día

Montevideo, sábado 17 de diciembre de 1988

Brizola y "Lula" repudiaron la deuda externa que tiene Brasil

"Está matando más gente que la guerra de Vietnam", dijo Da Silva

BRASILIA, (Reuter). — Dos candidatos socialistas a la Presidencia de Brasil repudiaron ayer la deuda externa de este país, la mayor del mundo en desarrollo, y se pronunciaron por la declaración inmediata de una moratoria.

"Debemos suspender el pago de intereses, ya pagamos demasiado", declaró ayer aquí el ex gobernador Leonel Brizola, líder del Partido Democrático Laborista (PDT).

"La deuda externa está matando en Brasil más gente que la guerra de Vietnam o la Guerra Civil en España", afirmó por su parte Ignacio "Lula" da Silva, candidato del Izquierdista Partido de los Trabajadores (PT), durante una conferencia de prensa en San Pablo.

Interés: el real problema

"El problema no es el capital de la deuda. Son los intereses, que es necesario dejar de pagar", sostuvo Brizola ante corresponsales extranjeros.

Brizola, un ex gobernador a quien los militares mantuvieron en el exilio hasta 1979, dijo que los go-

biernos del denominado Grupo Latinoamericano de los Ocho están actuando "en complicidad" con los responsables del endeudamiento regional, al pretender reducir el capital de la deuda de sus países.

Los mandatarios de Argentina, Brasil, Colombia, México, Perú, Uruguay y Venezuela están realizando consultas para definir antes de fin de año un "programa para la reducción de la deuda externa y el financiamiento del desarrollo", que sus ministros financieros elaboraron en Río de Janeiro la semana pasada.

"Los ministros están reflejando el pensamiento de las clases dirigentes de nuestros países, que no tienen independencia para defender a sus pueblos", se volvió.

"La deuda externa es una irresponsabilidad de los banqueros, de las dictaduras latinoamericanas y de los empresarios que las apoyaron. (Los ministros) están actuando en complicidad", añadió.

"Queremos justicia"

Brizola, a quien las encuestas de opinión muestran como uno de los favoritos de la primera elección po-

pular de un presidente brasileño en 29 años, sostuvo que "los deudores (latinoamericanos) no queremos favores o caridad y si justicia".

"Lula" cuyo partido obtuvo en noviembre resonantes victorias durante una elección municipal, se pronunció también por "la inmediata suspensión de cualquier pago de intereses".

"La deuda externa tiene una eficacia mayor que la de Hiroshima. No hay salida para los países pobres, debemos unirnos para enfrentar a los acreedores", dijo el ex máximo dirigente sindical brasileño y actual diputado federal.

Brizola y "Lula" están señalados por encuestas públicas como aspirantes favoritos a la primera elección presidencial en 29 años, que tendrá lugar en noviembre de 1989.

El líder socialista admitió que no mantiene una "relación muy próxima" con su adversario sindicalista, pero dijo que ambos partidos políticos podrían unir sus fuerzas para enfrentar una segunda ronda en la elección presidencial.

01.01

8903160

098

CONVENIO NUCLEAR

BRASILIA, 2 (UPI) - El presidente de la república, General Humberto de Alencar Castelo Branco, firmó hoy un convenio nuclear con el gobierno de los Estados Unidos.

Según el convenio, el gobierno de los Estados Unidos se compromete a suministrar a Brasil tecnología nuclear para fines pacíficos.

El convenio del BREN prevé que la producción de energía nuclear será utilizada para fines pacíficos.

Por otro lado, el presidente brasileño, Gen. Castello Branco, declaró que el convenio nuclear es un paso importante en el desarrollo de la tecnología nuclear en Brasil.

PATULA 3-9-88

Defensa de Sarney, ataque de Brizola

BRASIL (ANSA). - El Presidente José Sarney defendió ayer su nuevo programa económico antinflacionario de "salvación nacional", reclamó la movilización de toda la sociedad para el control efectivo del congelamiento de precios, y exhortó a los empresarios y parlamentarios del Congreso Nacional a apoyar el plan "destinado a salvar a la democracia y mantener sus instituciones que pasan por la restauración de la salud económica del país".

Durante su pronunciamiento radial semanal al país Sarney insistió que "ninguna presión política y personal me hará retroceder de las medidas económicas y financieras adoptadas, porque es un compromiso asumido frente a la nación y todos tienen que dar una parcela de sacrificio".

El "plan de verano es un programa duro que va a exigir más que la simple determinación de ejecutarlo", dijo el mandatario brasileño, y anticipó que será intranigente y obstinado en su cumplimiento "porque ese sacrificio es para el bien de todos y tiene un solo privilegio: La Nación Brasileña".

BRIZOLA SE SIENTE PRESIDENTE

RIO DE JANEIRO (EFE). - En la primera entrevista en que admitió su candidatura a las elecciones presidenciales del próximo 15 de noviembre, el dirigente socialdemócrata brasileño Leonel Brizola se dio por vencedor y reiteró sus severas críticas a la gestión del Presidente Sarney, informó ayer la prensa local.

"Esto es inevitable, acabaré candidato por decisión de nuestras bases, y venceré, venceré con holgado margen de votos. Anoten el día de hoy, recuerden lo que estoy afirmando: venceré holgadamente", afirmó Brizola en una rueda de prensa con los representantes de la prensa nacional.

Al preguntársele por el Plan Verano adoptado por el gobierno el domingo pasado, el líder del Partido Democrático del Trabajo (PDT) dijo que "no tiene credibilidad porque no ataca, entre otras cosas,

el problema de la deuda exterior".

"No cabe a mí ni a la oposición ejercer ese papel ahora", dijo Brizola al pedirle que expusiera qué medidas económicas tomaría en este momento si se encontrara en la Presidencia de la República, pero sostuvo que Sarney debería ser el primero en dimitir.

SARNEY DEBIO RENUNCIAR

"Dimitir en masa es una actitud primaria desde el punto de vista administrativo. Apenas sirve para agravar un sistema capitalista salvaje, el primero en dimitir debería ser aquel que no hizo concurso y está allá hace menos de cinco años. ¿Por qué Sarney no se incluyó en esta decisión?", preguntó.

El expresidente de Río de Janeiro no cree en la eficacia del Plan Verano, que calificó de "copia" del Plan Primavera adoptado recientemente por el Presidente Raúl Alfonsín en Argentina, y dio un plazo máximo de tres o cuatro meses para el retorno de altos índices de inflación.

Para el líder socialdemócrata, que debió exiliarse tras el golpe militar de 1964 y pasó quince años fuera del país, el gobierno del Presidente Sarney "está manipulando la inflación para agudizar el modelo económico y recuperar los poderes discrecionales de la época de la dictadura".

Brizola reiteró también sus críticas al Partido de los Trabajadores (PT) y a su candidato a la presidencia de la república, el exlíder metalúrgico Luís Ignacio "Luís" Da Silva, que aparece en las encuestas presidenciales como un serio competidor del dirigente socialdemócrata.

"CASCOTAZO" PARA LULA

"Nuestra tolerancia con él y con el PT se agotó, perdimos la paciencia, de ahora en adelante, vamos a controlar a Luís. Si él enciende el palito de fósforo fuera de la caja, le daremos un cascotazo, no lo perdonaremos", dijo.

Brasil Exceso de población

Amenaza para ecosistemas del norte

El exceso de población característico de las capitales brasileñas invadió también el norte del país donde en complicidad con grandes proyectos industriales, amenaza la ecología de vulnerables áreas húmedas.

Belém, ubicada en la confluencia de varios ríos, cerca de la desembocadura del río Amazonas, ya tiene un millón y medio de habitantes. Es la capital de Para, un Estado inmenso que -con excepción de Belém- permanece aún casi despoblado, con una densidad demográfica de solo 3,9 habitantes por kilómetro cuadrado.

San Luis, capital del Estado de Maranhao, está en una isla, al lado de una bahía en la que también confluyen una gran cantidad de ríos. Su población está estimada entre 700 y 800 mil -por carencia de estadísticas confiables- y crece a un ritmo que anuncia su duplicación en menos de 10 años.

Una incipiente conciencia ambientalista se manifestó en la región a partir de 1980, cuando en la isla se inició la construcción del Proyecto Aluminio de Maranhao (Alumar), perteneciente a la transnacional Aluminum Company of America (Alcoa) y que ocupa un quinto de su territorio de 504 kilómetros cuadrados.

El Comité de Defensa de la Isla denunció la amenaza ecológica y los problemas sociales generados por el gigantesco proyecto, inaugurado en 1984, que ya produce 720 mil toneladas de alumina y 245 mil toneladas de aluminio al año.

La falta de legislación ambiental, la previsible debilidad de la oposición y estímulos económicos, determinaron la elección de San Luis para la instalación del proyecto, según José Polcarpo Costa, un ingeniero agrónomo que se está especializando en el estudio de lagos y pantanos.

Costa dijo que la región, dominada por las aguas de bahías, ríos, lagunas y pantanos, es considerada inadecuada para una industria tan contaminante como la de aluminio, según las normas de Naciones Unidas.

PELIGRO DE CONTAMINACION

El agrónomo indicó que los desechos de la planta pueden estar contaminando el agua subterránea de San Luis (en la isla), pero el gobierno local no tiene recursos para controlar el fenómeno.

La Alumar es la que mide la contaminación del aire y del agua.

Esta situación es inadmisión para el Presidente del Comité de Defensa de la Isla, José Nascimento Morais, un funcionario público jubilado que solo se refiere a la empresa como "Alumata".

Otros grandes proyectos se suman a Alumar como amenazas al medio ambiente: los dos puertos por donde llegan y se exportan minerales (hierro y bauxita) y el ferrocarril de Carajas, que transporta 30 millones de toneladas de minerales al año junto a ríos que desembocan en la Bahía de San Marcos, donde está San Luis.

El ferrocarril, además de la amenaza que representa por sí, estimula la industrialización en el área de confluencia.

Costa opinó que la agresión más visible al medio ambiente de San Luis y sus alrededores es producto de la presión ejercida por la población, originada a su vez por la expulsión de campesinos de sus tierras.

Solo un cuarto de San Luis dispone de alcantarillado para desagüe y los desechos urbanos van a dar a las aguas de ríos, bahías y pantanos.

El caso más grotesco es el de los "paletitos", villas miserias de los pobres que no lograron invadir siquiera un pedazo de tierra y optaron entonces por vivir sobre las aguas de lagunas donde echan toda la basura y sus heces.

Los ricos tienen planes más agresivos contra la naturaleza, aunque no cuentan con la excusa de la sobrevivencia.

Para solucionar el problema de los paletitos se presentó la propuesta de aterrar la laguna de Janzen, con lo cual se podría expandir el barrio más moderno y rico de la capital.

La especulación inmobiliaria también promueve el avance de la población de mayor poder adquisitivo hacia las playas, destruyendo dunas, ríos y bosques, advirtió el biólogo Murilo Drummond, de la universidad local y miembro de la coordinación de estudios ambientales.

CONSECUENCIAS GRAVES PARA SAN LUIS

Las primeras víctimas son los manglares, pantanos cubiertos de vegetación baja que son vitales para la vida marina y responden por la abundancia de peces, mariscos, camarones en las bahías, el mar costero y los ríos de Maranhao.

El daño hecho a ese ecosistema tiene consecuencias dramáticas para el medio ambiente y para la sobrevivencia de la población.

San Luis, pese a ser una gran ciudad, presenta aún rasgos de una economía primitiva, basada en la extracción de frutos nativos, de las aguas y de los bosques. El pescado es la gran fuente de proteína, frutas como la jussara, de una palmera abundante en la región, son importantes en la alimentación popular.

La destrucción progresiva de los manglares, por la presión urbana y la contaminación industrial, agravaría los dramáticos problemas sociales que acompañan a los ambientales en esta capital del Estado de Para.

La instalación de Alumar y del puerto de Punta de la Madera desplazaron unas ocho mil familias de sus viviendas, pagándoles una indemnización insuficiente para reiniciar otra vida.

La Alumar expulsó a cinco mil familias del área más fértil, donde se producía la mayor parte de los productos hortícolas que abastecían San Luis.

Sin profesión adecuada para sobrevivir en el ambiente urbano y ahora sin acceso al pescado y a las frutas que la alimentaba, la población desplazada amplió las "invasiones" (favelas, tugurios), los barrios sin saneamiento y áreas críticas, como la laguna de Janzen con sus paletitos.

Las invasiones agravan los problemas ambientales de una capital que crece sin perspectivas de recursos y medidas de prevención ecológicas.

Belém, a 800 kilómetros al oeste, con sus "invasiones" concentradas en las orillas de los numerosos ríos, chuecos o terrenos fácilmente inundables, con su basura urbana y desagüe amontonándose por todas partes, enfrenta problemas similares.

Especial de IPS

LEA 21/1/89

La última carta de José Sarney

El Plan de Verano: angustiosas medidas económicas en Brasil

DE SÃO PAULO: El gobierno brasileño decretó el congelamiento de precios y salarios, terminó con la corrección monetaria, creó una nueva moneda y realizó una intensa reforma administrativa, acabando con cinco ministerios, entre otras medidas, denominadas Plan de Verano. Esto, con el objeto primordial de derrotar la inflación y evitar la hiperinflación que amenazaba desestabilizar a corto plazo la economía y las instituciones democráticas del país.

En tono dramático, el presidente brasileño José Sarney habló a la nación a mediados del mes de enero, haciendo un llamado a los ciudadanos para emprender "una guerra total contra el proceso inflacionario, con las armas más duras y las medidas más drásticas jamás adoptadas en este país para enfrentar este problema".

Es sabido, en todo caso, por la experiencia de los dos planes económicos decretados anteriormente en su gobierno —el Plan Cruzado, en febrero de 1986, y el Plan Bresser, en junio de 1987—, que esta vez el congelamiento será provisorio y deberá ser flexibilizado al máximo hasta la primera quincena de abril.

El Plan de Verano fue dado a conocer en medio de una total falta de credibilidad política del gobierno de Sarney, dos meses después de una estruendosa derrota electoral en las elecciones municipales realizadas en todo el país y a diez meses de las primeras elecciones presidenciales directas desde 1960 —cuando fue electo el expresidente Janio Quadros—, señaladas para el 15 de noviembre del presente año.

ULTIMO IMPULSO

La vigencia de la nueva Constitución, desde octubre del año pasado, impide que un gobierno debilitado unilateralmente sufra el impacto de una rebeldía del Congreso mediante decretos-ley. Sarney estructuró entonces medidas de emergencia previstas en la Constitución, que deberían ser aprobadas por el Congreso en un plazo máximo de 30 días, que no pueden ser sumariamente anuladas. El denominado Plan de Verano surge de esta manera subordinado al apoyo político del Congreso para funcionar legalmente, entrar en vigor y otorgar un amplio beneficio a la sociedad.



Sarney, entre la angustia y la esperanza

Aislado y desgastado políticamente, el gobierno de José Sarney tenía como horizonte para 1989 apenas un final melancólico de su mandato —ya ampliado por un año por los constituyentes— y una virtual imposibilidad de influir positivamente en las elecciones de su sucesor.

Con una inflación de casi un mil por ciento en 1988 y un creciente descrédito en la política económica del "frijol con arroz", conducida por el ministro de Hacienda, Mailson da Nobrega, el gobierno sólo tenía en la mente desterrar el deseo de numerosos políticos y de la mayoría de la población, de ver naufragar al gobierno.

El Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB), presidido por el diputado y el líder de la Asamblea Nacional Constituyente, Ulysses Guimarães, se preparaba una vez más para romper formalmente con el gobierno de Sarney, después de haber sido derrotado en casi todas las capitales y en las grandes ciudades del país, en las últimas elecciones municipales, procurando de esta manera crear una nueva imagen para enfrentar las elecciones presidenciales.

El Partido del Frente Liberal (PFL), la segunda fuerza de sustentación del gobierno, caminaba en el mismo sentido, tras haber tenido su presidente, Aureliano Chaves, un pedido de dimisión a comienzos de enero. Ya los parti-

dos de centro-izquierda y la izquierda, ven crecer cada día más sus posibilidades electorales para el mes de noviembre, alimentadas por las victorias acumuladas en las elecciones pasadas y el incremento de las críticas a la falta de perspectivas del gobierno.

En este panorama, en que hasta su exyerno y secretario particular, Jorge Murad, se apartó del gobierno, el presidente José Sarney buscó la única salida que podía aún significarle una esperanza para recuperar el apoyo político y la credibilidad para influir en el destino de su sucesor. Se trata, sin duda, de la última carta de un juego que estaba aparentemente perdido. El Plan de Verano reedita el Plan Cruzado, con la alternativa de ofrecer en 1989 algunas condiciones básicas y aprovechar las experiencias que no se tenían en 1986.

PREMISAS POSITIVAS

El nuevo plan económico del gobierno brasileño ofrece una premisa que en las tentativas anteriores se quedó solamente en promesa: seguir el imperativo de mayor autoridad en las cuentas públicas, o sea, un gobierno definido en las medidas provisorias que el Tesoro solamente podrá gastar, equivalente a sus ingresos. Prevé, por lo tanto, la suspensión de emisiones monetarias.

En relación a la política monetaria, el nuevo Plan de Verano señala que serán evitados los errores del pasado —cuando los intereses reales llegaron a ser negativos, lo que determinó una explosión del consumo y estimuló la formación de golpes especulativos—, prevaleciendo una política de tasas de intereses elevadas.

REPERCUSIONES

Otra novedad interesante ha sido la estrategia de privatización y de democratización del capital en las principales empresas de economía mixta. Además, como una reforma administrativa, el gobierno se propone disminuir los gastos públicos, relegando inclusive a funcionarios que entraron al servicio público en los últimos cinco años sin concurso (para los que poseen más de cinco años, la nueva Constitución les garantiza estabilidad).

El Plan de Verano revela una visión más global de la cuestión inflacionaria.

VISION, 6 de febrero de 1989

Medidas de acción

Entre las medidas adoptadas por el gobierno brasileño en el denominado Plan de Verano, destacan el congelamiento de precios, la abolición de la Unidad de Referencia de Precios (URP), índice utilizado para una corrección mensual de los salarios, la creación del cruzado nuevo (que equivale a mil cruzados viejos), una devaluación cambiaria del 17 por ciento (un dólar cuesta un cruzado nuevo), la centralización de las operaciones de cambio en el Banco Central, el fin del organismo Imposición del Tesoro Nacional, base de la corrección monetaria oficial, la extinción de cinco ministerios y una limitación en los gastos del gobierno de lo que fue recaudado, sin emisión de monedas.

■ **Precios:** Los precios, servicios y tarifas públicas han sido congelados por tiempo indeterminado.

■ **Salarios:** También fueron congelados, pero después del establecimiento de un equilibrio en relación a la inflación pasada, considerando las diversas categorías profesionales que han sufrido durante meses variados reajustes. El padrón inflacionario establecido considera los 12 últimos meses. El gobierno dejó al Pacto Social —que aglutina a trabajadores, empresarios y funcionarios del propio gobierno— que decidiera sobre las medidas que vislumbrarán la salida del congelamiento de precios.

■ **Moneda:** Desaparece el cruzado y surge el cruzado nuevo.

■ **Cambio:** Fue devaluado el cruzado nuevo en un 17 por ciento. Un dólar equivale a un cruzado nuevo. Las operaciones de cambio han quedado centralizadas en el Banco Central para proteger las reservas. Antes

del nuevo plan económico el gobierno ya había aprobado el llamado dólar-turismo, permitiendo la compra y venta de dólares en los bancos y agencias a los turistas. El límite para los brasileños que viajan al exterior es de cuatro mil dólares por persona. La cotización es libre, la cual en enero tenía un porcentaje de casi un 80 por ciento arriba del dólar oficial.

■ **Intereses:** El mercado determinará los intereses, los que serán incrementados. Durante enero permaneció el porcentaje tributario en el mercado financiero.

■ **Crédito al consumidor:** El plazo máximo para financiar automóviles cero kilómetros cayó de 36 a 12 meses; el de automóviles usados cayó de 24 a ocho meses y los demás bienes de consumo disminuyeron de nueve a tres meses. (C. T. de O.).

al incorporar disposiciones que faciliten o aminoren las consecuencias del estrangulamiento externo, como la centralización del cambio monetario en el Banco Central, originando la protección de las reservas brasileñas, estimadas hoy en siete mil millones de dólares.

Esta medida, con todo, repercutió de manera significativa junto a los acreedores externos, interpretada como una nueva moratoria en la práctica.

A pesar de que el presidente Sarney no abordó directamente la cuestión de la moratoria, el ministro de Hacienda, Mailson da Nobrega, declaró a los medios de comunicación, después del anuncio del nuevo plan económico, que "el país podría verse en una eventualidad y no necesitará suspender el pago de los intereses de la deuda".

Los líderes empresariales prefirieron manifestar un voto de confianza a la iniciativa del gobierno, como lo declaró Mario Amato, presidente de la poderosa Federación de Industriales del Estado de São Paulo (FIESP). El presidente del Banco Itau, el segundo grupo financiero privado del país, José Carlos Moraes de Abreu, comentó que "las medidas son extremadamente duras". Además, el presidente de la Federación de Comercio del estado de São Paulo, Abram Szajman, consideró el Plan de Verano como "recesivo".

Los políticos, en su generalidad, han estado en receso debido a las vacaciones parlamentarias. El Congreso ha sido convocado de manera extraordinaria para votar las medidas provisionales. Líderes como el diputado Ulysses Guimarães, presidente del PMDB, y Luiz Ignacio

"Lula" da Silva, presidente del Partido de los Trabajadores (PT) —ambos virtuales candidatos por sus respectivos partidos a la presidencia de la república—, han estado de viaje en el extranjero. De cualquier manera, algunas medidas provisionales del Plan de Verano, como el cambio monetario del cruzado por el

cruzado nuevo y el propio congelamiento, son en la práctica irreversibles.

Ante una eventual negativa del Congreso, tal decisión empujaría rápidamente a la economía hacia el caos, porque sus efectos ya fueron considerados en las actividades económicas y financieras. (Carlos Tiburcio de Oliveira).

Lo importante en Brasil es el carnaval de Río

Compromisos a un lado ante la fiesta

DE RIO DE JANEIRO: No existe en el Brasil nada más importante que el carnaval. Los compromisos son adelantados o postergados en virtud de esta fiesta, que bien podría modificar el calendario oficial de todas las actividades productivas y escolares del país. Pero el carnaval no es sólo Río de Janeiro. Muy por el contrario. Quizás la promoción internacional que se hace en torno de las bellezas naturales de la ciudad atraiga con mayor frecuencia al turista extranjero. Lo difícil, con todo, es decir cuál es el mejor. Esto, porque el regionalismo en el país se exagera cuando se trata de hacer cualquier evaluación en cantidad de mujeres bonitas, cantidad de cerveza consumida o delitos cometidos en los cinco días de carnaval que, generalmente, se estiran por el resto de la semana en que hipotéticamente de-

berían terminar.

Salvador, Olinda, Maceio, en fin, una infinidad de estrellas del litoral del nordeste del país, se autoatribuyen para sí el título de mejor carnaval brasileño.

Oficialmente, el carnaval comienza 40 días antes de la Semana Santa, en un viernes, y debería terminar el martes. Ocurre, entre tanto, que luego que las luces del último día son apagadas, las "escuelas de samba" cariocas ya se preparan para el año siguiente, sea para reeditar el primer lugar o, en caso de ser rebajado, volver al grupo uno en la pasarela creada por Oscar Niemayer. Y como la pasión por el fútbol está tan arraigada en los hábitos de los brasileños, el carnaval de Río posee dos grupos, una especie de ascenso y descenso, al igual que en los campos del balompié.

En los cinco días de carnaval, desfi-

Por Mariano Grondona

Castro y el cardenal Arns



El cardenal Paulo Arns, arzobispo de San Pablo, ha suscitado una conmoción en los medios católicos latinoamericanos al enviar a Fidel Castro una carta de alabanzas con motivo del trigésimo aniversario de la revolución cubana. En su carta, el cardenal Arns sostiene que Cuba ofrece un ejemplo de justicia social al resto de América Latina, agregando textualmente que "la fe cristiana descubre en los logros de la revolución cubana signos del Reino de Dios".

La carta, que se conoció hace pocos días por haberse publicado en el diario Granma del Partido Comunista Cubano, suscitó de inmediato un ácido debate en el Brasil. Mientras el arzobispo de Río de Janeiro, cardenal Eugenio Sales, calificó al régimen de Castro de "dictatorial y anacrónico", el padre Leonardo Boff —quien es junto al padre Gutiérrez y al propio cardenal Arns uno de los principales expositores de la llamada "teología de la liberación"—, defendió el elogio a Castro al sostener que "el cardenal Arns es un hombre dedicado a los pobres y los oprimidos".

Como se sabe, el Vaticano ha sido cada vez más crítico de la teología de la liberación. Al propio padre Boff se le ordenó guardar silencio por un año en 1985. Pero aun los teólogos conservadores como el presidente de la Congregación de la Fe, cardenal Ratzinger y el propio Juan Pablo II admiten que la Iglesia tiene una vocación preferente por los pobres y los oprimidos. Cuando exponen sus propias ideas, teólogos de la liberación como Harvey Cox, quien enseña un curso sobre el tema en la Universidad de Harvard, sostienen que ellos no hacen más que llevar la opción por los pobres hasta sus últimas consecuencias. Cox, como Arns, Gutiérrez y Boff, encuentra que es contradictorio optar por los pobres si no se está dispuesto a luchar por ellos. Los teólogos de la liberación aceptan el postulado marxista de la lucha de clases porque lo ven como una aplicación práctica al mundo de la política de la opción ética por los pobres.

Por eso es que el cardenal Arns elogia a Castro. Desde el ángulo de mira de los pobres y los oprimidos que había en Cuba hace treinta años, Castro les dio algo que no tenían: trabajo seguro, alimentación básica, educación elemental.

¿Bastan estos logros para encontrar los "signos del Reino de Dios" en la Cuba de hoy?

Partimos de la hipótesis de que los pobres y oprimidos recibieron en Cuba, con Castro, ciertos bienes y servicios elementales que antes no tenían. ¿Cuál fue el precio? De un lado, el fusilamiento y el encarcelamiento de miles de opositores a lo largo del tiempo. Del otro, el exilio de un millón de cubanos.

Siendo la vocación de amor de la Iglesia Católica "universal" —este es el significado de la palabra griega "catholikos": universal—, ¿puede preferirse el amor a los pobres de tal manera que resulte en el odio y la persecución de los que no lo son, de las clases medias? Si, para lograr que un segmento de la sociedad obtenga ciertos bienes que antes no tenía, perseguimos y aniquilamos al

resto, ¿traería esta opción la "justicia social" que el cardenal Arns cree ver en Cuba como un ejemplo para el resto de América Latina?

Si sólo hemos de juzgar una obra de gobierno por el otorgamiento de cierto número limitado de bienes a un segmento de la sociedad, lo menos que puede decirse de un criterio como éste es que no es "católico" o universal. Es tal la especialización del bien que Castro y Arns desean, que están dispuestos a sacrificarle el resto de bienes y valores que alberga la sociedad. Esto ya se parece mucho al fanatismo: para que algunos sean alfabetizados, ¿no importa entonces que otros deban morir, emigrar o ser encarcelados?

Las democracias occidentales muestran que esos bienes que buscan Castro y Arns también pueden lograrse sin destruir clases enteras en el camino.

Pero la estrategia Castro-Arns es criticable, además, desde el ángulo de mira de los propios pobres y oprimidos. Es verdad que muchas veces las sociedades democráticas demoran demasiado, por decir lo menos, en ofrecer a sus sectores de más bajos ingresos los bienes elementales de la vida: vivienda, comida, educación básica. Sin embargo, una vez que se los ofrecen, la vía de los pobres hacia niveles cada vez más altos sigue abierta. ¿Qué son las clases medias, en tal sentido, sino aquellas donde viven hoy los pobres de ayer? En la Cuba de Castro, por lo contrario, los pobres que obtienen su alfabetismo y su vaso de leche, también lo logran a cambio de no llegar ellos mismos, nunca, a la clase media. La clase media puede desempeñarse libremente en una profesión, tener sus propias ideas, investigar, lanzar empresas. Nada de esto es permisible en la Cuba de hoy. Los pobres son ayudados, en ella, a condición de que lo sigan siendo.

Cuando alguien proclama su opción por los pobres, puede ser que ame a los pobres como personas, para que dejen de serlo; para que alguna vez ya no necesiten de él porque han llegado al nivel de autosuficiencia y libertad que es propio de las clases medias. Pero puede ser que, no haya optado por los pobres como "personas" sino como "categoría", esto es, con la condición de que los siga habiendo. En este caso, la opción por los pobres es una forma encubierta de paternalismo. El que los prefiere de este modo, también prefiere tenerlos siempre a su lado, dependientes de él.

¿Cuál es el futuro que quieren Fidel Castro y el cardenal Arns? En uno de los futuros posibles para América Latina, el de las sociedades industriales democráticas, cada vez hay menos pobres; en el límite, no los habrá. Ningún cardenal Arns, ningún Castro, serán entonces necesarios para defender a los que no existirán. En el otro futuro, idéntico a la Cuba de hoy, siempre habrá pobres; asistidos, eso sí, por los Castro y los Arns a quienes deberán seguir agradeciéndoles, cada día, su copa de leche o sus palabras de consuelo.

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL

Montevideo, 26 de mayo de 1989.-
n.r.

01-08

R E S E R V A D O

8904177

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

a.- PARTIDOS POLITICOS

El panorama político brasileño actualmente se caracteriza - por la gran actividad de los partidos, con Convenciones Nacionales, reuniones de los líderes, procurando concertar alianzas, elegir can- didatos y definir posiciones con miras a las elecciones presidencia- les del próximo 15 de noviembre.

* PARTIDO DEL MOVIMIENTO DEMOCRATICO BRASILEÑO (P.M.D.B.):

En su Convención Nacional fue elegido candidato presidencial el di- putado ULYSSES GUIMARAES. En el primer turno de votación, ningún - candidato obtuvo los votos necesarios; en el segundo, ULYSSES GUI- MARAES (que representa al sector progresista) obtuvo el apoyo de la izquierda, representada por WALDIR PIRES, a quien ofreció la Vice- presidencia. Posteriormente, líderes de dicho partido, señalaron - que el resultado de la Convención puede no ser definitivo y que an- tes de agosto deberán hacerse dos evaluaciones: una con base a los resultados de las investigaciones de los Institutos especializados y otra con los obtenidos por los Directorios Regionales. En caso de que la fórmula GUIMARAES-PIRES pase este primer "test", la campaña será reforzada a partir de setiembre.

* PARTIDO DEMOCRATICO DE LOS TRABAJADORES (P.D.T.): El can- didato presidencial por dicho partido, el ex-Gobernador LEONEL BRI- ZOLA, está abocado a conseguir el apoyo en los dos mayores colegios electorales del país: SAO PAULO y MINAS GERAIS. En SAO PAULO ha ob- tenido el apoyo en el área sindical a través del dirigente de la - CENTRAL GENERAL DE LOS TRABAJADORES (C.G.T.), LUIS ANTONIO DE MEDEI ROS, con lo que consigue un segmento "brizolista" muy importante. - Aún no hay definición del otro líder (y actual Presidente de dicha Central) ANTONIO MAGRI. Mientras tanto, en MINAS GERAIS está tratan- do de consolidar alianzas que le aseguren una parte de los más de - ocho millones de electores "mineiros", pero sólo ha logrado la apro- ximación con un grupo de cerca de 18 Diputados del P.M.D.B., alinean-

dos con el ex-Gobernador HELIO GARCIA. Asimismo, espera reunir votos en RIO DE JANEIRO y RIO GRANDE DO SUL, Estados donde fue Gobernador y que considera sus "dominios". Actualmente, se encuentra intentando alianzas con el PARTIDO "TRABALHISTA" BRASILEÑO (P.T.B.), tratando de compensar el efecto político negativo, derivado de los resultados de las últimas encuestas, en las cuales BRIZOLA aparece relegado a un segundo puesto.

* PARTIDO DE LOS TRABAJADORES (P.T.): Fue lanzada oficialmente la candidatura para Presidente de la República del Diputado LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", con la presentación del programa mínimo de gobierno del "FRENTE BRASIL POPULAR" (integrado además por el PARTIDO SOCIALISTA BRASILEÑO (P.S.B.), el PARTIDO VERDE (P.V.) y el PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL (P.C. do B.). Como punto fundamental de su campaña, DA SILVA propugna la suspensión de los pagos de la deuda externa porque BRASIL "no puede continuar enviando al exterior el 4,5% de su P.B.I." Asimismo, es de destacar que el escritor y periodista FERNANDO GABEIRA (que era el Presidente del PARTIDO VERDE) se afilió al P.T. para estar en condiciones legales de acceder a la Vicepresidencia, en la fórmula con DA SILVA, ya que actualmente es uno de los nombres mencionados para dicho cargo, sobre todo por su posición ecologista, otro de los puntos destacados de la campaña del P.T.

* PARTIDO DEMOCRATICO SOCIAL (P.D.S.): En su Convención fue electo el ex-Diputado Federal PAULO MALUF como candidato a la Presidencia, derrotando al Intendente de FLORIANOPOLIS, ESPERIDIAO AMIN. Dicha nominación provocó una división en el partido, cuya primera consecuencia fue la renuncia de su Presidente Nacional, Senador JARBAS PASSARINHO, siendo posteriormente designado el ex-Ministro de Economía DELFIM NETTO. De cualquier manera, la posibilidad cierta de dicho partido sería la coalición con otros partidos en busca de un candidato de centro.

* PARTIDO DEL FRENTE LIBERAL (P.F.L.): Según resultados parciales obtenidos hasta el momento, el ex-Ministro de Minas y

Energía, AURELIANO CHAVES, sería el virtual candidato por el P.F.L. para los próximos comicios, al haber vencido en las elecciones previas al Senador MARCO MACIEL.

* PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO (P.S.D.): Por el momento, dicho partido no ha oficializado su candidatura, aunque virtualmente se encontraría con más posibilidades el ex-Presidente JANIO QUADROS, quién señaló que la designación del Diputado ULYSSES GUIMARAES en el P.M.D.B. favorecería su candidatura y las posibilidades electorales del Partido, al haber alejado del camino de los "presidenciables" al Gobernador de SAO PAULO, ORESTES QUERCIA, lo que posibilitaría su crecimiento en dicho Estado.

* PARTIDO DE RECONSTRUCCION NACIONAL (P.R.N.): Partido de reciente formación, ya confirmó su fórmula presidencial, con el ex-Gobernador de ALAGOAS, FERNANDO COLLOR DE MELO, y el Senador ITALMAR FRANCO, como Presidente y Vice-Presidente, respectivamente. El mencionado partido, aumentó sus expectativas como consecuencia de los resultados de las encuestas, las que muestran un vertiginoso avance de COLLOR DE MELO. Dicho político (de 39 años de edad) ganó notoriedad por su campaña nacional contra la corrupción y por sus severas críticas al gobierno del Presidente JOSE SARNEY. Aunque se define como de "centro-izquierda" señala que "no acepto rótulos ideológicos". Según las últimas encuestas efectuadas por el Instituto Brasileño de Pesquisas Electorales (IBOPE), COLLOR DE MELO cuenta con el 32% de las intenciones de voto "poco más del doble del índice del candidato del P.D.T., LEONEL BRIZOLA" que obtuvo el 15%, mientras que "LULA" DA SILVA aparece sólo con el 11%, y recién en cuarto lugar figura el candidato del partido que posee la mayor representatividad electoral en el actual Gobierno -P.M.D.B.- con sólo un 7%. (El P.M.D.B. posee en la actual Administración: 443 Diputados en un total de 480; 34 Senadores en 66; 22 Gobernadores en 23 y un alto porcentaje de Intendentes y Ediles).

Conformando el cuadro de los partidos políticos, pero sin mayor peso electoral, se encuentran entre otros los siguientes par-

tidos: el PARTIDO TRABALHISTA BRASILEÑO (P.T.B.), el PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (P.C. do B.), el PARTIDO COMUNISTA BRASILEÑO (P.C. B.), el PARTIDO VERDE (P.V.), el PARTIDO DE LA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEÑA (P.S.D.B.) y el PARTIDO SOCIALISTA BRASILEÑO (P.S.B.), - los que intentarán -de aquí en adelante- alianzas o coaliciones - de acuerdo al desarrollo de los acontecimientos.

b.- RELACIONES INTERNACIONALES

En cuanto a las relaciones de BRASIL con el resto de los países del Mundo, se destaca que si bien los problemas existentes con los ESTADOS UNIDOS, referentes al tema de la informática y de las patentes farmacéuticas (por los cuales el Gobierno de WASHINGTON llegó a aplicar sanciones económicas a BRASIL imponiéndole el bloqueo a numerosos artículos brasileños) no han sido superados, en la actualidad los mismos se encuentran latentes.

Referente a los países del área, además de la integración con ARGENTINA y URUGUAY ya existente, se suma la prevista con PARAGUAY, concretada durante la visita del Presidente JOSE SARNEY a ASUNCION para la toma del mando del Gral. ANDRES RODRIGUEZ. Asimismo se están incrementando las relaciones con los países del PACTO AMAZONICO, fundamentalmente a raíz de las presiones internacionales que viene recibiendo BRASIL por causa de la AMAZONIA, ya que es acusado de la devastación de esa región por ecologistas de distintos países. En cuanto a esto, ha recibido la visita de parlamentarios estadounidenses, hablándose incluso de la posibilidad de la creación de una Comisión Consultora Internacional. Durante la reunión de los países miembros del TRATADO DE COOPERACION AMAZONICA (T.C.A.) se efectuó la "Declaración de MANAUS" en la cual se otorga a BRASIL el respaldo regional contra las presiones de la comunidad internacional a nivel ecológico.

En relación a las vinculaciones con los países del bloque comunista, es de destacar las visitas efectuadas el pasado año por el Presidente JOSE SARNEY a la UNION SOVIETICA y a la REPUBLICA POPULAR DE CHINA, durante las cuales se firmaron distintos acuerdos, sobre todo los relacionados con la cooperación tecnológica. En el

corriente mes, el gobierno brasileño estableció relaciones diplomáticas con VIETNAM, siempre en el marco de la política pragmática brasileña en sus relaciones internacionales. En esta política se inscribe también la probabilidad de que el Presidente SARNEY - viaje a CUBA en el presente año.

2.- FACTOR ECONOMICO

A cuatro meses de vigencia del "Plan Verano" (considerado el más recesivo de los tres programas de combate a la inflación - lanzados por la Administración SARNEY) los resultados alcanzados no son los esperados. Por ese motivo, el gobierno decidió efectuar un reajuste del mismo, mediante una devaluación de un 3,2% - de la moneda brasileña. El Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, señaló que el Gobierno está "inmovilizado por la rigidez" del Congreso Nacional y de la Constitución, lo que "agravó terriblemente el desequilibrio de las finanzas públicas" en el sentido de que los mayores ajustes deberían ser efectuados en el área pública, pero esas correcciones estarían siendo dificultadas por el Congreso. Como otro de los cambios introducidos en el paquete económico, se resolvió crear los "Bonos del Tesoro Nacional" (B.T.N.) que funcionará como un nuevo indexador de la economía, corregido de acuerdo con las variaciones del Índice de Precios al Consumidor (I.P.C.).

El "Plan Verano", que básicamente supuso un congelamiento de precios y salarios, y que tenía como punto decisivo el combate de la inflación, no resultó y no se lograron los índices esperados por el Gobierno: en los tres últimos meses, la inflación fue - de 3,6% (febrero), 6,09% (marzo) y 7,31% (abril). La inflación acumulada de 1988 superó al 1.000%.

En otro orden, se informó que las reservas brasileñas oscilan entre 4.500 millones y 5.000 millones de dólares, un número considerablemente modesto, si se tiene en cuenta que el superávit comercial en 1988 fue de 19.000 millones de dólares.

Por otra parte, está a estudio un sistema de reajuste sa-

larial diferenciado, mediante el aumento escalonado. Dicho proyecto ya fue aprobado por la Cámara de Diputados, pero aún debe ser considerado por el Senado.

El Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, dio a conocer algunas cifras de interés: que la deuda externa de BRASIL (de 115 mil millones de dólares) representa el 28% de su P.B.I.; que la re mesa de intereses anuales es de cerca de 12 mil millones de dólares; que la renta per cápita brasileña es de 1.810 dólares (más baja que la de URUGUAY y de ARGENTINA); que el déficit público puede sobrepasar al 4% del P.B.I. y que el desempleo gira en torno del 7%.

En cuanto a la política económica respecto a la comunidad internacional, se destaca que BRASIL recibió "dinero nuevo" del FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (F.M.I.) y del CLUB DE PARIS, aunque recientemente el BANCO MUNDIAL suspendió las negociaciones técnicas para la concesión de préstamos por 1.500 millones de dólares, debido a la "incertidumbre económica" existente en BRASIL y a que no se cumplió con el requisito de elevar un informe sobre la AMAZONIA y a cuales serían realmente los fines del préstamo.

3.- FACTOR MILITAR

El sector militar continúa siendo el elemento de equilibrio dentro del proceso democrático brasileño, con una real incidencia en la política del país. Es muy significativo el hecho de que en el proyecto de reestructura ministerial presentado por el Gobierno, no se incluyó la eliminación de ninguno de los Ministerios Militares que integran el Gabinete.

Los efectivos actuales del Ejército oscilan en los 200 mil hombres, estando proyectado para la próxima década alcanzar los 300 mil, contando para ello con la creación de nuevas unidades, principalmente en el Oeste, debido al narcoterrorismo y a la subversión en los países limítrofes. Es así que ya fue creado el 1er. Batallón de Aviación del Ejército (BAVEX), en la región de ITAIM, SAO PAULO.

La Marina y la Fuerza Aérea poseen aproximadamente 50 mil efectivos cada una.

Las tres Armas se encuentran en constante renovación de armamento y de equipo, teniendo como prioridad para ello la utilización, investigación y desarrollo de su industria bélica. BRASIL -- se encuentra entre los siete primeros países productores y vendedores de armamento.

4.- FACTOR SICO-SOCIAL

a.- SINDICATOS

Actualmente tienen actividad en BRASIL dos grandes centrales obreras: la CENTRAL UNICA DE LOS TRABAJADORES (C.U.T.) y la -- CENTRAL GENERAL DE TRABAJADORES (C.G.T.). La primera vinculada al PARTIDO DE LOS TRABAJADORES (P.T.) es la más radicalizada, mientras que la C.G.T. es más moderada. Recientemente se eligió como Presidente de la C.G.T. a ANTONIO MAGRI (del Sindicato de los Electricistas), pero al no haber sido por consenso, se produjeron discrepancias, habiéndose inclusive de la creación de otro sindicato.

En cuanto a las movilizaciones sindicales, periódicamente se producen huelgas, principalmente por reivindicaciones salariales.

El pasado 2 de mayo se produjo un atentado que destruyó -- el monumento erigido en homenaje a los trabajadores muertos en noviembre pasado durante la ocupación de la COMPAÑIA NACIONAL SIDERURGICA de VOLTA REDONDA, RIO DE JANEIRO. El atentado fue reivindicado por el grupo de ultraderecha autodenominado "FALANGE PATRIOTICA 64". El atentado motivó la reacción de distintas personalidades: el Ministro de Ejército, Gral. LEONIDAS PIRES, lo atribuyó a "una reacción de derecha" "que se niegan a obedecer la ley y el orden"; por su parte, LEONEL BRIZOLA culpa a sectores que -- "quieren dejar mal al Ejército"; FERNANDO COLLOR DE MELO, sin embargo, señala que "demuestra que el Gobierno mantiene una actitud tolerante con la impunidad"; mientras que "LULA" DA SILVA expresó que sólo se puede atribuir a la derecha debido a que "están perdiendo la credibilidad y su propio control".

C •

R E S E R V A D O

8904177

b.- IGLESIA

La Iglesia brasileña está representada fundamentalmente por la Conferencia Nacional de Obispos Brasileños (C.N.B.B.) que fue fundada en 1952 y cuenta aproximadamente con 350 miembros. -

El clero brasileño está dividido en "progresistas" y "moderados" y en la actualidad (a raíz de las últimas designaciones del Papa JUAN PABLO II) los moderados presentan más peso. Sumado a ello, - se encuentra la división de la Arquidiócesis de SAO PAULO, fragmentando el poder del "progresista" PAULO EVARISTO ARNS.

Asimismo, la Iglesia desarrolla un papel importante en relación a la Reforma Agraria, apoyando al "Movimiento de los -- Sin Tierra".

0 0 0 0

R E S E R V A D O

8904177

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

BRASILIA - DF.-

14 MARZO 1989.-

HORA 1130.-

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.002/AMB/989.-/

(Período cubierto del 01 al 28 de Febrero de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 Ejemplar al Sr.J.E.M.E.-

01 Ejemplar al ARCHIVO.-

El Agregado Militar en Brasil.-



Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

SECRETO

E.M.E. Dpto. II (Div. Exterior)

EN LADA 29 MAR 1989

PROCESADA

RECIBIDO 30 MAR 1989

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 1 de 40
Copia No. Original**I).- FACTOR POLITICO.-****A.-NACIONAL.-****1.-ACUERDO PERMITE APROBACION DE PLAN NUEVO CRUZADO.-**

-Un acuerdo entre el Gobierno y el PFL, el PMB, el PDS, el PSDB, el PL, el PDC y el PTB permitió la aprobación de la medida provisoria que instituyó el Plan Nuevo Cruzado. Para llegar al mismo el gobierno debió enviar al Congreso otra medida que garantiza la reposición parcial de las pérdidas salariales causadas por los aumentos de precios registrados en los días previos a la adopción del Plan. Conforme con lo acordado, la disminución del poder adquisitivo de los salarios será compensada mediante la concesión de un aumento igual a la diferencia entre el porcentaje de inflación de enero (Indice Nacional de Precios al Consumidor) y el de la Unidad de Referencia de Precios (URP), que es 26,05 por ciento. La diferencia entre estas dos tasas se empezará a pagar en marzo subdividida en tres cuotas. Otra consecuencia del acuerdo fue el envío por el Gobierno de otra medida provisoria que deja sin efecto una anterior, que transfería el Instituto de Administración de la Previsión y la Asistencia Social (IAPAS) para el Ministerio de Hacienda.-

2.- HAMBRE LLEVA A RADICALIZACION Y A VOTO EQUIVOCADO.-

-OSCAR DIAZ CORREA, Ministro de Justicia, afirmó que el Gobierno está interesado en dar al pueblo condiciones de vida que le permitan votar, en las elecciones presidenciales de noviembre, "sin la presión del hambre, que lleva a la radicalización del voto". Cuando los periodistas le preguntaron si trabajaría en el proceso de sucesión presidencial por la elección de un candidato de centro, CORREA manifestó que antes de pensar en las elecciones, el Gobierno quiere dar al pueblo condiciones de estabilidad, subsistencia y coexistencia que le permitan votar racionalmente, sin equivocarse. "El hambre es un mal consejero. Votar a fulano ó a mengano porque prometió más, puede ser extremadamente perjudicial", explicó el Ministro.

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

//..Finalmente agregó que las autoridades también están preocupadas por la etapa actual, previa a los comicios, la cual deberá dar tranquilidad a los mismos.-

3.- ELECCION DEL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE DIPUTADOS.-

-El próximo 15 de febrero será elegido el nuevo Presidente de la Cámara de Diputados, que sucederá a ULYSSES GUIMARAES en este cargo y en la Presidencia interina de la República. Son cuatro los candidatos que se postulan, pero lo más probable es que sea elegido el diputado del PMDB, PAES DE ANDRADE, quien está haciendo su campaña desde hace dos años. La Mesa Directiva de la Cámara se compone según el criterio de proporcionalidad, motivo por el cual, por poseer la mayor representación parlamentaria, el PMDB tiene el derecho de escoger el Presidente de la misma. Lo usual es la realización de una elección interna, un día antes de la elección del candidato durante una sesión plenaria, aunque ya hubo casos de disputas fuera de los partidos.-

4.- IMPORTANTES DECLARACIONES DEL DIPUTADO GUIMARAES.-

-ULYSSES GUIMARAES, presidente del PMDB y de la Cámara de Diputados, admitió que el candidato de su Partido a la Vicepresidencia de la Nación podrá ser un político del Estado de Minas Gerais, que, junto con él, compondrá una fórmula Presidencial de centro-izquierda, que evitará el fortalecimiento del PT y del PDT. Sin embargo, reconoció también que estas candidaturas dependen del éxito del Plan Nuevo Cruzado, que el gobierno acaba de establecer. "Si el plan fracasa, el electorado votará contra el Gobierno y buscará alternativas fuera del PMDB, aunque el partido haya mantenido una postura independiente del Presidente JOSE SARNEY ", comentó GUIMARAES. Agregó que tenía la certeza de que estaba preparado espiritualmente para ser o no el Candidato de su partido a la Presidencia, aunque afirmó que solo imposiciones de último momento podrán impedirle la postulación. Destacó el ..//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 3 de 40
Copia No. *Original*

//...empeño que está colocando para conseguir la unidad del PMDB durante la Convención nacional partidista, que se hará en marzo, pero advirtió que si los intentos de acuerdos entre las diferentes tendencias internas fracasan, optará por la lista que mejor refleje las características "modernas y progresistas" del partido, en clara referencia al llamado 'nuevo PMDB', tendencia que reúne a los sectores denominados indistintamente de centro-izquierda, progresistas o históricos.-

5.- SNI PREVEIA CAMBIOS EN GOBIERNO PARAGUAYO.-

X -Los retiros obligatorios de diversos generales del Ejército Paraguayo, en los últimos días, estaban siendo acompañados atentamente por el sector externo del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), que los consideró señales de cambios en el gobierno del general ALFREDO STROESSNER. Brasil y Paraguay tienen una estrecha vinculación en el campo militar, en especial en el sector de educación. Militares brasileños hacen cursos en Paraguay y, especialmente, son instructores militares en las diversas armas y especialidades del Ejército. Una idea del interés paraguayo por la instrucción brasileña la da el hecho de que gran parte de sus oficiales de Ejército se forman en la 'Academia Militar das Agulhas Negras', en Regende, Estado de Río de Janeiro. También asisten con frecuencia a los Cursos de la Escuela Comando del Estado Mayor del Ejército, de la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales, de la de Instrucción y Especialización, de la de Educación Física y del Instituto Militar de Ingeniería. Por otra parte el Ministro de Ejército, general LEONIDAS PIRES GONÇALVES, elogió al nuevo mandatario, general ANDRÉS RODRÍGUEZ, de quien dijo que es "un soldado entusiasta y un gran líder militar". Agregó que los sucesos en el país vecino no modificarán el tipo de relación militar que mantienen ambos países. También el ministro de Aeronáutica, brigadier OCTÁVIO MOREIRA LIMA, se expresó en forma similar, aunque agregó que, conforme con las informaciones que tenía hasta ese momento. //

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASÍLIA

SECRETO

Hoja 4 de 40

Copia No. *Original*

//...tá, se podía caracterizar al episodio como un movimiento eminentemente
.. militar entre facciones que disputan el poder.-

6.-...-DESTACAN NECESIDAD DE UNION DE CANDIDATOS DE CENTRO

-El senador JARBAS PASSARINHO, presidente del POS, destacó la necesidad de la unión de los candidatos a la Presidencia de la República de las fuerzas centristas como única forma de garantizar su acceso al segundo turno de la elección del 15 de noviembre y, consecuentemente disputar el cargo con el candidato de los partidos de izquierda. Según PASSARINHO, en el primer turno podrán unirse los virtuales candidatos del POS, del PFL y del PL, y hasta el candidato del PMDB, diputado ULYSSES GUIMARAES, "quien es un hombre claramente de centro, pues su retórica izquierdista tiene el objetivo de agradar a sectores de su partido". Agregó que si los candidatos de centro se postulan independientemente, dividirán tanto el electorado que no podrán pasar al segundo turno. Manifestó que estaba dispuesto a postergar la postulación de su candidatura por el POS, con el fin de ayudar en los acuerdos para la elección de un candidato único. Por otra parte expresó que sólo aceptará la postulación en caso de que fuera electo por consenso.-

7.- TFR RECHAZA OPINION JURIDICA DE CONSULTOR RAMOS.-

-Al juzgar dos solicitudes de muestras de datos secretos en poder del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), el Tribunal Federal de Recursos (TFR) no aceptó la opinión jurídica del consultor General de la República, SAULO RAMOS, que daba plenos poderes al SNI para conceder los pedidos, basándose en el 'deber del secreto'. Según el TFR, el SNI no es órgano competente para juzgar si las informaciones de que dispone son imprescindibles para la seguridad del Estado. Sí lo es el Poder Judicial. Quien quisiera tener acceso a los datos, personales en poder del SNI deberá hacer el pedido ante el propio Servicio y, en caso de que lo pro.//

SECRETO

05

8904496

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

//...porcionado no fuere satisfactorio, deberá recurrir al TFR.-

8.- FUE CREADO MOVIMIENTO DE CONVERGENCIA DEMOCRATICA

X - Fue creado oficialmente el Movimiento de Convergencia Democrática (MCD), que reúne personalidades de influencia nacional y tiene como objetivos congregar a las fuerzas democráticas é influir en la sucesión presidencial. Según IVES GRANDA, uno de los firmantes del manifiesto de presentación, el grupo se propone establecer las bases de una revolución política nacional " sin armas y con ideas ". Además de propiciar el fortalecimiento de la libre iniciativa, los integrantes del MCD se demostraron preocupados por el futuro del país , "principalmente por la inflación, que desestabiliza las instituciones y el crecimiento económico del país ". Entre los firmantes del manifiesto se destacan los ex ministros MARIO ENRIQUE SIMONSEN y ERNANE GALVEAS; el economista OCTAVIO GOUVEIA DE BULHOS; el ex presidente del Banco Central AFFONSO PASTORE; y el jurista MIGUEL REALE. Según GRANDA, los candidatos a la presidencia de la República del PT y del PDT, LUIS IGNACIA DA SILVA (Lula) y LEONEL BRIZOLA, respectivamente no se adecuan a las propuestas del MCD. Agregó que al mismo le agradaría contar con la presencia del presidente del PMDB, ULYSSES GUIMARAES.-

9.- AFIRMAN QUE EL BRASIL DEBERIA CONSIDERAR INFORMES

- Autores del informe sobre violaciones de los Derechos Humanos, presentado por el departamento de Estado de Estados Unidos ante el Congreso, afirmaron que el capítulo reservado a Brasil no presenta grandes novedades con relación a informes anteriores motivo por el cual debería ser tomado en serio por las autoridades brasileñas . " El último informe demuestra que los mismos abusos continúan siendo cometidos ", comentó un funcionario, quien mencionó como novedades con respecto a los documentos anteriores, el asesinato del ecólogo y líder campesino, CHICO MENDES, y la cuestión de los indios ianomamis, negativa gubernamental a permitir la entrada de médicos y misioneros en su área y la concesión de autorización para que especuladores y buscadores de oro invadan la misma.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 6 de 40

Copia No. Original

10.- CUESTIONAN EN EE.UU INVERSION JAPONESA EN AMAZONIA

- Entidades ecológicas estadounidenses, despues de muchos esfuerzos, consiguieron convencer a organismos internacionales de que interrumpen la concepción de préstamos para la construcción de carreteras y diques en la Amazonia brasileña. Al enterarse de que el gobierno japonés tiene serias intenciones de financiar una carretera que unirá el estado de ACRE con la costa pacífica del PERU, también se dispusieron a movilizarse con el fin de impedir que el gobierno nipón concretice sus intenciones. Con este fin están entrevistándose con parlamentarios estadounidenses para coordinar actividades conjuntas con otras organizaciones, pues creen que la construcción de esa ruta que fue proyectada hace varios años por los gobiernos de Brasil y Perú causará daños irreparables en el medio ambiente amazónico de ambos países, perjudicará naciones indígenas y estimulará nuevas prácticas destructoras. Por otra parte, en un reportaje dedicado a este tema publicado en la prestigiosa revista 'Newsweek' el senador estadounidense AL GORE, quien visitó recientemente la Amazonia, afirma que el proyecto peruano-brasileño " es una catástrofe lista para suceder "-

11.- SOLO UNANIMIDAD HARA A GENERAL ACEPTAR CANDIDATURA

✓ - El Ministro de Ejército General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, no quiere se candidato a la presidencia de la República, no obstante lo cual aceptará la postulación en caso de que todos los lideratos partidistas concuerden en que la misma será factor de unión nacional en un momento de crisis. Esta es la opinión del Ministro, que repite a todos los políticos que le entrevistan con el fin de estimularlo a postularse. Aclara que, a pesar de todo, llegar a la Presidencia de la República no forma parte de su proyecto personal. Un líder del PFL que ve con entusiasmo las posibilidades de GONÇALVES como candidato, es el senador EDSON LOBAO, quien se reunió con el General esta semana, en el Cuartel General del Ejército.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

Copia No.

Original

12.- LULA COMENTA SU POSICION POLITICA

- Al hablar sobre sus posibles adversarios durante la campaña electoral, el líder y candidato del PT, Diputado LUIZ IGNACIO DA SILVA (Lula), afirmó que prefiere que el Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, y el líder de la Unión Democrática Ruralista (UDR) RONALDO CAIADO, sean candidatos y participen en la campaña electoral, antes de que se dediquen a conspirar. Comentó que el único contacto que tuvo con los militares fue en 1987, cuando participó, invitado por ellos, en una serie de debates que se hicieron en la Escuela Superior de Guerra. Con respecto a las posibilidades del PT en la elección de noviembre, LULA dijo que " es la primera vez en la historia un tornero tiene serias posibilidades de llegar a la Presidencia de la República, hecho que aleja las posibilidades de un golpe militar ", aunque aclaró que ningún país de América Latina está ajeno a esa amenaza.-

13.- GOBIERNO HACE ADVERTENCIA A EMBAJADA DE IRAN

-El gobierno brasileño condenó con vehemencia la decisión de la Embajada de IRAN en Brasília, de distribuir a los diarios de esa ciudad un mensaje del ayatollah KHOMEINI que convoca a los musulmanos a matar al escritor SALMAN RUSHDIE, autor del libro ' Los versos satánicos ', y a sus editores. Además de la nota de repudio tanto al contenido del mensaje de Khomeini como a la conducta de la Embajada, ITAMARATY decidió convocar al Embajador MAHMOUD MOVHAEDI, quien será advertido formalmente. " La nota distribuida a los periódicos por la Embajada de IRAN, que revela un claro intervencionismo y una falta de respeto por los más elementales Derechos Humanos, no puede ser aceptada por un estado de Derecho ni por la comunidad internacional. El gobierno brasileño manifiesta su pleno repudio a esta actitud.", afirma la nota de la Cancillería. Una fuente diplomática afirmó que este episodio puede afectar las relaciones entre los dos países, que están en etapa de intensificación.-

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

14.- CAIADO ES UN NUEVO CANDIDATO A LA PRESIDENCIA

- ✓ - El presidente de la Unión Democrática Ruralista (UDR), entidad gremial que congrega a hacendados, RONALDO CAIADO, fue electo por aclamación candidato a Presidente de la República por una asamblea de 400 presidentes regionales de esta entidad, reunidos en Brasília. CAIADO fue autorizado por la asamblea a vincularse con los partidos políticos con el fin de posibilitar su candidatura. En su discurso, el presidente de la UDR desafió a todos los candidatos presidenciales que defienden la libre iniciativa a reunirse en setiembre para, según las encuestas del momento, elegir los que tengan mayor aceptación del electorado. El colocado en primer lugar será el candidato a Presidente y quien le siga a Vicepresidente. "El resto deberá retirar su candidatura para evitar ^{el triunfo} la ~~división~~ de la izquierda" afirmó CAIADO.- Algunos de sus asesores informaron que el primer partido con el que tomará contacto es el PDC, debido a sus vínculos con el UDR, especialmente en el recién creado Estado de TOCANTINS.-

15.- IGLESIA ALEMANA CORTA AYUDA PARA LA CNBB

- ✓ - La agencia católica Misereor, de la Conferencia de los Obispos de la República Federal de Alemania, extinguió el convenio que mantenía con la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), órgano de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), debido a las denuncias que la CPT adquiere armas con el dinero de las donaciones, para formar una milicia de trabajadores rurales sin tierra. El presidente de la Comisión, monseñor Augusto Alves da Rocha, obispo de PICOS, PIAUÍ, confirmó el corte de las partidas pero negó la veracidad de los motivos que llevaron a esta actitud a la Iglesia Alemana. Sin embargo no descartó la posibilidad de que algún grupo ^hextremista esté adquiriendo armas para formar milicias campesinas. "Siempre hay aquellos que optan por la violencia, pero responsabilizar por esto a la Iglesia es muy grave. Nosotros optamos por el Evangelio" afirmó el Obispo.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

B.- INTERNACIONAL.-

1.- ANGOLA PIDE APOYO A BRASIL CONTRA ESTADOS UNIDOS

- El Presidente de Angola, JOSE EDUARDO DOS SANTOS, pidió al Presidente SARNEY apoyo brasileño para contrarrestar los esfuerzos de Estados Unidos para disminuir el contingente de tropas de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) que fiscalizan la ejecución del Acuerdo de Nueva York para la independencia de Namibia. Este fue el principal tema tratado por ambos presidentes, poco después de la llegada de SARNEY a Luanda. "Hoy, la paz en Namibia es una posibilidad concreta, no obstante lo cual la misma sólo se materializará si los organismos internacionales y los países aliados garantizan el cumplimiento de los acuerdos firmados", expresó SANTOS. La colaboración de Brasil fue solicitada después de que SARNEY afirmó en un discurso que "Angola contará con el apoyo incondicional brasileño en todos los foros internacionales". Antes el primer mandatario brasileño había afirmado que el principal objetivo de su viaje a Angola era saber de qué modo Brasil podría ayudar en la reconstrucción del país. SANTOS también solicitó que Brasil integre la Comisión de Coordinación Económica para el Desarrollo de Africa Austral, organismo del cual sólo participa como observador.-

2.- EE.UU COMPARA CHICO MENDES CON MARTIN LUTHER KING

-Al entregar la primera colaboración monetaria para la recién creada fundación CHICO MENDES, el Presidente de la National Wildlife Federation (NWF), JAY HAIR, afirmó que "la figura de CHICO MENDES se está transformando para los defensores del medio ambiente en lo que MARTIN LUTHER KING representa para los luchadores de los derechos civiles". Agregó que en el futuro, MENDES obtendrá un reconocimiento similar al que en todo el mundo obtuvo KING. La NWF representa a más de 5 millones de defensores del medio ambiente, de Estados Unidos.-Cabe recordar que el ecólogo y líder campesino CHICO MENDES, fue asesinado en XAPURÍ, Estado de ACRE, el 22 de diciembre pasado.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 10 de 40
Copia No. *Original*

3.- SARNEY ASISTE A ASUNCION DE PRESIDENTE DE VENEZUELA

- El presidente SARNEY viajó a Caracas, para asistir a la asunción del presidente electo de Venezuela, CARLOS ANDRES PEREZ. Esta es la primera vez que un mandatario brasileño asiste a este tipo de ceremonia. Durante su estada en Venezuela, SARNEY se reunirá con su colega de Nicaragua, DANIEL ORTEGA, con el de Ecuador, RODRIGO BORJA, con el de Cuba, FIDEL CASTRO, aunque su presencia en Caracas aún no ha sido confirmada, y con el vicepresidente de los Estados Unidos, DAN QUAYLE.-

4.- ASPECTOS DE LAS ACTIVIDADES DE SARNEY EN VENEZUELA

-El presidente JOSE SARNEY manifestó, despues de reunirse con su colega FIDEL CASTRO, que apoya la reintegración de Cuba a la Organización de los Estados Americanos (OEA) y la integración del subcontinente latinoamericano sin que ningún país sea excluído. Agregó que conversó con CASTRO sobre aspectos de las relaciones entre Cuba y Brasil, que fueron reiniciadas en 1986, como consecuencia de las cuales se firmaron varios acuerdos. Reveló que el presidente cubano la reiteró la invitación para visitar su país, aunque, afirmó, la fijación de la fecha de la visita deberá ser estudiada por los Ministerios de Relaciones Exteriores de ambos países. SARNEY aclaró que el reinicio de relaciones diplomáticas con Cuba tuvo una gran importancia " comparable con la misma actitud brasileña con respecto a China y a países del Africa ". Reafirmó que estos aspectos de la política exterior brasileña no sufrirán retrocesos.-Con respecto a su reunión con el vicepresidente de los Estados Unidos, DAN QUAYLE, SARNEY informó que hablaron sobre la necesidad de combinar una " agencia positiva " para las relaciones bilaterales. Citó los aspectos negativos que marcaron los vínculos entre ambos países en los últimos tiempos, amenazas de sanciones comerciales a raíz de los problemas en los sectores de Informática y farmacéuticos, aunque ...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 11 de 40

Copia No. *Pijun*

///...aclaró que se concordó en dar la importancia máxima a la relación bilateral " como corresponde a la tradición ". Informó también que manifestó a QUAYLE sus temores por las consecuencias institucionales que en Brasil puede tener el problema de la deuda externa, y que le recordó sus propias palabras recientes relativas a que el nuevo Gobierno estadounidense solo quiere oír en América Latina la palabra democracia:

5.- SARNEY ASISTIRA A FUNERALES DEL EMPERADOR HIROITO

- El presidente SARNEY confirmó que asistirá a los funerales del Emperador HIROITO, el próximo 24 de Febrero en Tokio. Asesores diplomáticos de la presidencia de la República destacaron que Japón es un importante socio comercial de Brasil y que, en este momento, están siendo negociadas líneas de crédito del Fondo Nakasone. Agregaron que SARNEY aprovechará la oportunidad para mantener reuniones con destacados líderes mundiales entre ellos, los presidentes de Estados Unidos, GEORGE BUSH, y de Francia, FRANÇOIS MITTERRAND.-

6.- PLAN DE SECTOR DE CONGRESO DE EE.UU PARA AMAZONIA

-El Senador demócrata TIM WIRTH, reveló que un sector del Congreso de Estados Unidos propondrá a la Casa Blanca el desarrollo de un programa que evite la destrucción de las florestas amazónicas, que consistirá en un acuerdo financiero " que permita al Gobierno Brasileño preservar la región ". La información fue dada en un debate sobre este tema que se hizo en el programa " Focus ", de la Financial News Network, importante red de la televisión. Del mismo participó el Embajador de Brasil en Washington, MARCILIO MARQUES MOREIRA, quien opinó que la idea anunciada por WIRTH era interesante, debido a que Brasil necesita recursos externos para la protección del medio ambiente, pues lo que obtiene mediante sus exportaciones sirve para pagar la deuda externa.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 12 de 40
Copia No. Original

7.- GRUPO DE LOS OCHO RATIFICA CARTA DE RIO DE JANEIRO

- Al finalizar la reunión del Grupo de los Ocho, en Caracas, el presidente SARNEY afirmó que los gobiernos de los países que lo integran decidieron aprobar el documento redactado por los Ministros de Hacienda, en Rio de Janeiro, en diciembre pasado, en el que se definieron formas de negociación urgente destinadas a la reducción de las respectivas deudas externas, como consecuencia de lo cual se garantizará la estabilidad política, económica y social de las naciones. Agregó que el presidente de Venezuela, CARLOS ANDRES PEREZ, fue designado para intermediar en las negociaciones y presentar oficialmente el documento ante los Gobiernos de Estados Unidos, de los países de la Comunidad Económica Europea, y de Japón. Según SARNEY, el principio básico del documento es el carácter de impagable de las deudas de los países del Grupo.-

8.- BRASIL CONCEDE ASILO POLITICO AL GENERAL STROESSNER

- Contrariamente a lo que fue informado el Brasil concede asilo político al General ALFREDO STROESSNER, ex presidente del Paraguay, derrocado por un cruento golpe de Estado. La cancillería brasileña divulgó la noticia en momentos en que la comitiva paraguaya llegaba al aeropuerto de Campinas (Sao Paulo). Mediante un comunicado de solo cinco líneas, Itamaraty afirma que " en atención a una solicitud del gobierno paraguayo, el gobierno brasileño recibió, como asilado político, conforme con el artículo 4 de la Constitución, el ex presidente ALFREDO STROESSNER. Esta decisión está también de acuerdo con la tradición brasileña de respeto al derecho de asilo y a las normas del Derecho Internacional vigentes sobre la materia.". La concesión de asilo al General STROESSNER tuvo como inmediata consecuencia el reconocimiento automático por las autoridades brasileñas del nuevo gobierno paraguayo, ya que, para tratar aquel asunto, el embajador de Brasil en Asunción, ORLANDO SOARES CARBONAR, visitó al nuevo ministro de Relaciones Exteriores paraguayo, LUIS MARIA ARGANA. Por otra parte el embajador paraguayo en Brasilia, SALVADOR...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 11 de 40
Cpoia No. *Lujaia*

///..PAREDES, afirmó que el presidente depuesto eligió Brasil para asilarse " debido a que este país siempre ha sido un buen amigo de Paraguay " y a que aquí posee bienes y negocios.-

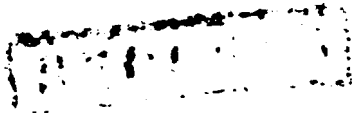
9.-ASILO POLITICO CONCEDIDO A STROESSNER ES PROVISORIO

X - El Ministro Consejero de la Embajada de Brasil en Paraguay, VIRGILIO MORETZON, informó que el asilo político concedido por el gobierno brasileño al ex presidente paraguayo, ALFREDO STROESSNER, es provisorio, a pesar de que no fue establecido un plazo de permanencia en el país. Dijo también que no le fue concedida libertad de locomoción. STROESSNER se encuentra alojado, junto con familiares, en la casa de visitas de la Empresa Estatal Furnas Centrais Eléctricas, en ITUMBIARA, estado de GOIÁS. La presencia del ex presidente causó protestas de pobladores de esta pequeña ciudad, quienes repudian su presencia por razones de su propia seguridad, temen atentados y políticas.-Sindicalistas de la región afirmaron que "Brasil sólo recibe residuos, sean atómicos o políticos. Todos aquellos que cometen delitos en alguna parte del mundo, vienen a parar aquí: MENGELE, STROESSNER etc. Esto es inadmisible y preocupante".-

10.-CONTRADICCION SOBRE TIPO DE ASILO DE STROESSNER

- En contradicción con lo afirmado, el asilo político provisorio concedido al ex presidente de Paraguay, ALFREDO STROESSNER, no le impedirá elegir el lugar de Brasil en que quiera residir. "STROESSNER no está confinado, podrá vivir en cualquier parte que reúna las condiciones de seguridad establecidas por el gobierno brasileño.", afirmó el consejero de la embajada de Brasil en Paraguay, VIRGILIO MORETZON. Por otra parte la presencia del ex-dictador en ITUMBIARA, GOIÁS donde se encuentra alojado, mereció el repudio de las fuerzas políticas progresistas y del arzobispo de UBERABA, ciudad donde posiblemente fije su residencia a corto plazo." El mundo entero sabe que STROESSNER violó los Derechos Humanos, quitó ...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...la libertad a su pueblo e impidió el desarrollo de Paraguay ",
afirmó monseñor BENEDITO ULHOA VIEIRA.-

11.- NEW YORK TIMES APOYA PROPUESTA PARA AMAZONIA

-El influyente diario estadounidense ' The New York Times ', mediante su principal editorial, apoyó la propuesta hecha hace algunas semanas por entidades ecológicas de Estados Unidos, luego apoyada por parlamentarios, de perdonar parte de la deuda externa brasileña a cambio de un compromiso del Gobierno de conservar la floresta amazónica. El editorial agrega que el presidente SARNEY es favorable a esta idea, apoyado por el canciller, ROBERTO DE ABREU SODRÉ, pero que la presión Militar sobre ambos es intensa y que éste fue el motivo por el cual SARNEY rechazó la creación de una fundación destinada a preservar la Amazonia.-

12.- POSIBILIDAD DE QUE STROESSNER ABANDONE BRASIL

-El estado de salud del General Alfredo Stroessner necesita cuidados, motivo por el cual cabe la posibilidad de que abandone Brasil y se dirija a algún país donde pueda recibir tratamiento médico adecuado, según informó el vocero del Palacio del Planalto, CARLOS ENRIQUE SANTOS. El gobierno brasileño no recibió ninguna comunicación sobre el tiempo que Stroessner permanecerá en Brasil. SANTOS reveló que la solicitud de asilo político fue hecha por el gobierno paraguayo, justificada en que la permanencia del General en su país era un factor de perturbación del orden. Por este motivo, el presidente JOSE SARNEY decidió atender la solicitud. Además agregó SANTOS, las relaciones entre Brasil y Paraguay son excelentes, y , según una evaluación de SARNEY, el derrocamiento de Stroessner podría ayudar...//

SECRET

**SECRETO**AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... para fortalecer la democracia en el Continente. Por otra parte la primera manifestación formal de apoyo a la permanencia del ex presidente paraguayo en el Brasil fue hecha por el diputado del Partido Demócrata Cristiano, JOSE GOMES DA ROCHA, quien afirmó que le invitará a residir definitivamente en el municipio de ITUMBIARA, estado de GOIÁS, donde está alojado. "Deberíamos agradecer a Stroessner por la posibilidad de que dá a miles de brasileños de trabajar, desde hace diez años, en la producción de soja en el Paraguay", afirmó ROCHA, quien es hacendado y simpatizante de la Unión Democrática Ruralista (UDR).-

13.-ESTADOS UNIDOS VUELVE A RECHAZAR ARBITRAJE DEL GATT

-Estados Unidos volvió a rechazar el arbitraje del Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) en el pleito que mantiene con Brasil por el embargo de US\$ 39.000.000 en exportaciones brasileñas. El representante estadounidense, MICHAEL SAMUELS, no aceptó, ante el Consejo del Organismo, el pedido de Brasil para que fuera juzgada la sanción, que consiste en la aplicación de un impuesto de 100 por ciento sobre el valor de los productos brasileños, que Estados Unidos aplica desde el 10. de noviembre pasado. El representante brasileño RUBENS RICUPERO, anunció que reclamará inmediatamente una reunión extraordinaria del Consejo para volver a tratar este tema, que será previa a la reunión ordinaria del GATT, del 8 de marzo. La postura brasileña tuvo una demostración de apoyo sin precedentes, gracias a las posturas manifestadas por 50 países, que incluyen a los de la Comunidad Económica Europea.-

14.-SARNEY TRATARA CON BUSH DESTRUCCION DE AMAZONIA

-La reunión que, durante los funerales del Emperador HIROITO, en Tokio probablemente tendrán los presidentes JOSE SARNEY y GEORGE BUSH, tendrá dos asuntos preferentes: la deuda externa brasileña, y la preocupación del Palacio del Planalto por las presiones estadounidenses con relación

...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

///...a que se detenga la destrucción de la Amazonia. SARNEY decidió incorporar este tema a los que tratará con BUSH, después de la visita de parlamentarios norteamericanos a Brasil, que sugirieron la creación de mecanismos mediante los cuales se reduzca el monto de la deuda externa brasileña a cambio de una efectiva protección de las florestas amazónicas.-

15.- STROESSNER TIENE INTENCIONES DE RESIDIR EN MIAMI

-El Ministerio de Relaciones Exteriores confirmó que el ex presidente paraguayo ALFREDO STROESSNER, manifestó intenciones de residir en Estados Unidos, motivo por el cual a solicitado visado de residencia. El lugar escogido por STROESSNER es MIAMI, FLORIDA. En cuanto a la duración de su permanencia en Brasil, la cancillería informó que, cuando hizo la solicitud de asilo político, el canciller paraguayo, LUIS MARIA ARGANA, se refirió a un período de seis meses. Sin embargo, el vocero de Itamaraty agregó que no hay nada decidido a ese respecto. Por otra parte el diputado del PDS, ARY VALADAO, quien se entrevistó con el presidente después, afirmó que le invitó a residir definitivamente en Brasil, para lo cual puso sus haciendas a su disposición. " STROESSNER es amigo de un país amigo "-

16.- ASPECTOS DE LA RELACION ENTRE PARAGUAY Y BRASIL

-Según estudios hechos por el economista RICARDO RODRIGUEZ SILVERO, autor de varios libros sobre la relación entre BRASIL y PARAGUAY, este país, desde el punto de vista económico, puede considerarse una provincia de BRASIL, aspecto que, en sí mismo, " no puede ser visto como pernicioso " Agrega que lo que efectivamente es perjudicial para PARAGUAY son las razones que hicieron crecer los vínculos con BRASIL. " El gobierno del derrocado presidente STROESSNER fomentó relaciones con Brasil para atender intereses personales ", afirma SILVERO, y agrega que, debido al cambio de gobierno probablemente PARAGUAY empiece a aumentar sus vínculos con ARGENTINA,....///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 12 de 40
Copia No. *Original*

///...que siempre disputó con BRASIL la influencia sobre aquel país y que perdió por decisión de STROESSNER.-

17.- "NACIONES RICAS USAN ECOLOGIA PARA PRESERVAR PODER"

- Ante un auditorio compuesto por militares de Estados Unidos y de América Latina, el embajador de BRASIL en Washington, MARCILIO MARQUES MOREIRA, afirmó que el proceso de ajuste económico brasileño está siendo dificultado por presiones ejercidas por los países ricos, " que están usando temas como ecología y Derechos Humanos como instrumentos políticos destinados a mantener el poder en sus manos ". Agregó que esta actitud está impidiendo a BRASIL modernizarse, en el momento de que mas necesita capitales y tecnologías para solucionar problemas de desarrollo. " Temas como medio ambiente, ciencia y tecnología, tráfico de drogas, Derechos Humanos y proliferación de armas convencionales y químicas pueden constituir sectores en los que BRASIL tiene de a ser colocado a la defensiva, no porque tenga mayor responsabilidad ó vulnerabilidad especiales, sino porque precisamente el momento que vivimos, de apertura democrática, de libertad plena, aumenta el grado de visibilidad interna y de exposición internacional en diversos sectores ", dijo MOREIRA.-

18.- FRANCIA PROPONE QUE BRASIL INTEGRE ORGANO ECOLOGICO

- Al repetir su propuesta a las naciones de Occidente para que formen un organismo Internacional de defensa del Medio Ambiente, el presidente de FRANCIA FRANÇOIS MITTERRAND, invitó a BRASIL a integrar el mismo. En su alocución, el primer país convidado por MITTERRAND fue BRASIL. Cabe recordar que el año pasado, el primer Ministro francés, MICHEL ROCARD, envió un representante a Brasília para sondear la postura del presidente SARNEY sobre este tema. Según fuentes diplomáticas, SARNEY vaciló antes de responder, debido a su temor a que las características de la entidad internacional propuesta no fueran compatibles con los principios de la seguridad nacional. Las mismas fuentes informaron que los militares brasileños tampoco concuerdan con la sugerencia del Gobierno francés, debido a que interpretan que esa estructura supra nacional podría intervenir en asuntos internos, inclusive en los pro-

...///

SECRETO

**SECRETO**AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...yectos nucleares brasileños.-

19.- SARNEY PIDE APOYO A CANADA EN PROBLEMA DE DEUDA

- El Presidente SARNEY pidió apoyo a CANADA para solucionar el problema de la deuda externa latinoamericana. Se trata de una inversión ilógica y sin sentido de los flujos de capitales: los países mas pobres pasaron a financiar a los más ricos. Esto es absolutamente inadmisibile y no puede perdurar, pues nuestros países no aceptarán ser indefinidamente exportadores de capital", afirmó SARNEY ante la gobernadora general de CANADÁ, JEANNE SAUVÉ, quien se encuentra en BRASIL en visita oficial. Por su parte SAUVÉ expresó el interés canadiense por comprar aviones de entrenamiento militar 'TUCANO'. Agregó que el superávit en la balanza comercial brasileño-canadiense, US\$ 700.000.000, que favorece a BRASIL, no será obstáculo para la profundización de las relaciones comerciales entre los dos países.-

20.- AGENDA INTERNACIONAL DEL PRESIDENTE SARNEY

- El presidente de la República, JOSE SARNEY, será el primer mandatario brasileño que visitará, el 2, 3 y 4 de Marzo, SURINAM y GUYANA. Y, en abril ó mayo, SARNEY visitará ECUADOR. El objetivo principal de los viajes a SURINAM y GUYANA es reforzar los criterios de buena vecindad. Ambos países pasan por una grave crisis económica y, en el caso de GUYANA, energética. La Electrobás estudia la posibilidad de proveer, con carácter de emergencia, pequeñas centrales actualmente desactivadas, en los estados de MINAS GERAIS, RONDONIA y AMAZONIA, con el fin de contribuir a solucionar el problema energético en forma inmediata. A largo plazo están siendo estudiadas formas específicas de cooperación. La visita de SARNEY a ECUADOR responde al interés manifestado por el nuevo primer mandatario ecuatoriano, RODRIGO BORJA, de reforzar las relaciones de su país con América Latina, debilitadas durante la gestión de su antecesor, LEON FEBRES CORDERO.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 40 de 40Copia No. Original

21.- STROESSNER DICE QUE DESEA VIVIR EN ESTADOS UNIDOS

- El general ALFREDO STROESSNER, ex presidente de PARAGUAY, manifestó al gobierno brasileño su deseo de fijar residencia en Estados Unidos. Informó a la Cancillería que no desea permanecer en BRASIL por mucho tiempo más.- Fuentes de ITAMARATY revelaron que BRASIL nada hará para prolongar la estada de STROESSNER en el país, sino que, por el contrario, con discreción apoyará los deseos del ex dictador, a pesar que reconozca la magnitud de los servicios prestados por él a BRASIL.-

22.- SOSPECHAS DE EE.UU IMPIDEN TRANSFERIR TECNOLOGIA

- La transferencia de tecnología y la venta de equipos sofisticados de Estados Unidos a BRASIL están, en la práctica, suspendidas. Varios pedidos están archivados porque, según funcionarios estadounidenses, crecen las sospechas de que BRASIL utilizará tanto las nuevas técnicas como los materiales, en especial las supercomputadoras, en pesquisas y desarrollo de armas nucleares.
" Sabemos que BRASIL tiene un programa nuclear paralelo, y también que hay un plan conjunto entre este país e IRAK para el desarrollo de misiles y cohetes, que contará con financiación libia. Como LIBIA está fabricando armas químicas, una vinculación con BRASIL nos preocupa mucho porque la alta tecnología que el gobierno brasileño pretende obtener puede volverse contra los intereses de ESTADOS UNIDOS ", afirmó un importante funcionario de la administración BUSH, quien agregó que uno de los grandes obstáculos para que BRASIL acceda a la tecnología estadounidense es su negativa a firmar el Tratado de No Proliferación de Armas Nucleares.-

23.- ECOLOGIA CAUSA DESACUERDOS ENTRE BRASIL Y BANCOS

- La inexistencia de un programa nacional de preservación del medio ambiente está llevando a las relaciones entre el gobierno brasileño y los Bancos Mundial (BIRO) e Interamericano de Desarrollo (BID) a un desacuerdo que amenaza transformarse en ruptura. Ambos bancos, presionados por el ...///

SECRETO

**SECRETO**AGREGADO MILITAR
BRASILIA

////.. gobierno estadounidense y por entidades ecológicas, exigen acciones del gobierno brasileño. También los anunciados préstamos japoneses pueden verse dificultados debido a la reticencia del BIRD y del BID para financiar proyectos brasileños. El gobierno japonés anunció que está esperando que el BIRD tome una actitud para actuar en consecuencia.

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAHoja 21 de 40
Copia No. *Original*II)- FACTOR ECONOMICO.-

1.-FMI y BIRD APOYAN PLAN NUEVO CRUZADO

-La posibilidad de que el Parlamento modifique el Plan Nuevo Cruzado motivó a los dirigentes del Fondo Monetario Internacional (FMI) y del Banco Mundial (BIRD) para que emitieran expresiones de apoyo al mismo. Una nota distribuida por la Dirección del BIRD afirma que " un primer análisis del Plan Nuevo Cruzado nos hace ver que es un paso en la dirección correcta, si se lo ejecuta con coherencia. La solución de los problemas económicos de Brasil motivará a nuestra Institución para ampliar aún más la cooperación que ya le presta ". Por su parte, el FMI divulgó un escueto comunicado en el que afirma que está acompañando con atención los progresos que se están produciendo en la economía brasileña, consecuentes de la aplicación del nuevo plan económico. Sin embargo, el respetado periódico de Washington, 'Journal of Commerce ', sugirió a las autoridades estadounidenses que no concedan préstamos para apoyar el Plan Nuevo Cruzado. "Brasil nada ha hecho aún para poner en orden su economía, motivo por el cual la concesión de empréstitos sin imprescindibles reformas financieras será desperdicio de dinero ", dice un editorial.-

2.-BRASIL SOLICITARA NUEVO PRESTAMO AL BIRD

-En los próximos días el Gobierno enviará una misión para negociar con el Banco Mundial (BIRD) la concesión de nuevos préstamos, por valor de US\$ 2.000.000.000. La actitud gubernamental se respalda en la elogiosa declaración del director del Departamento Brasil del BIRD, ARMEANE CHOKSI, sobre el Plan Nuevo Cruzado. La concesión de estos préstamos, junto con el de US\$ 500.000.000 para el sector eléctrico, es considerada fundamental para reducir el saldo comercial de este año, que, según el Gobierno, es importante causa de la inflación. Este objetivo se volvió más difícil de alcan.//

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 22 de 40
Copia No. *Original*

//...zar debido a la desvalorización del nuevo cruzado, 17%, secuela del Plan del mismo nombre, que favorece las exportaciones y perjudica las importaciones.-

3.-SEVERA ADVERTENCIA DE NOBREGA A EMPRESARIOS

-MAILSON DA NOBREGA, Ministro de Hacienda, afirmó que el hecho de que algunos productos básicos estén empezando a faltar en el mercado es consecuencia de especulación de los empresarios, de quienes dijo que "los hay buenos y malos, y estos usan la presión y la contrainformación para probar al Gobierno". Reveló que el mismo no dudará en intervenir, en confiscar existencias, en cerrar establecimientos y " hasta en mandar a la cárcel " a quienes oculten mercaderías, ó alteren sus precios de congelamiento. Un parlamentario vinculado al Gobierno afirmó, por su parte, que la advertencia de NOBREGA no será retórica solamente, pues las autoridades están convencidas de que la toma de medidas enérgicas, como la detención de especuladores, será ampliamente beneficiosa para el Plan Nuevo Cruzado.-

4.-PRESTAMOS JAPONESES A LA ESPERA DE MISION BRASILEÑA

-El gobierno Japonés está aguardando la visita de una misión brasileña para combinar los detalles de préstamos destinados a financiar seis proyectos, por valor de US\$ 1.530.000.000, sacados del Fondo Nakasone . A pesar del aparente interés de Brasil, ninguna delegación fue enviada a Tokio. Por el contrario, cuatro misiones niponas estuvieron en el país recogiendo los datos sobre los proyectos. Si no fuera por la lentitud brasileña, la aprobación sería anunciada en Japón a mediados de febrero y los desembolsos empezarían en mayo. Mientras tanto, nada hay definido y el Gobierno japonés continúa esperando la iniciativa de las autoridades brasileñas.-

5.-ENGESA MONTARA FABRICAS DE CAMIONES EN ANGOLA

X -La Empresa Engesa (Engenharia Especializada S.A), está haciendo las negociaciones finales para montar una fábrica de camiones y de equipos militares ../.

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

//...para las Fuerzas Armadas Populares para la Liberación de Angola. Esta es una de las secuelas de la visita que el Presidente SARNEY hizo en este país. Engesa tiene en vigencia un contrato por US\$ 200 millones para la provisión de dos mil camiones militares, y, mediante la instalación de la fábrica, se encargará también de la manutención de los vehículos soviéticos que integran la mayoría de la flota militar angolosa. Las partes mecánicas serán llevadas de Brasil y las carrocerías de madera se fabricarán en Angola. Los motores a nafta de los camiones soviéticos serán sustituidos por otros a gasoil fabricados por la Engesa.-

6.-GOBIERNO CONFISCA PRODUCTOS ALIMENTICIOS

-La decisión tomada por el Gobierno de combatir la ocultación de productos alimenticios básicos mediante acciones contra grandes empresas, llevó a la Superintendencia Nacional de Abastecimientos y a la Policía Federal a confiscar 3.800.000 latas de aceite de soja, producto que desapareció de los supermercados. La empresa afectada fue el grupo PAO DE AÇUCAR, la sexta mayor empresa privada nacional, cuyo propietario es ABILIO DINIZ, miembro del Consejo Monetario Nacional, y su director, el ex ministro de Hacienda, LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA. Ambos empresarios están citados por la Policía Federal para prestar declaración.-

7.-BID Y JAPON FINANCIAN OBRAS ENERGETICAS

-El Ministro de Minas y Energía, VICENTE FIALHO, recibió en su despacho al representante del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en Brasil, WILLIAM ELLIS. Durante la reunión se habló sobre los acuerdos destinados a la concesión de préstamos por US\$ 1.128.000.000, provenientes del BID y del gobierno japonés, para obras en el sector eléctrico. FIALHO informó que el Banco y el gobierno nipón estudian cofinanciar US\$ 500.000.000, que se destinarán a la empresa Centrales Eléctricas de Sao Paulo, con los que se construirá una central termoeléctrica en Sao José dos Campos.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

8.- INFLACION DE ENERO FUE 70,28 POR CIENTO

-El Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) divulgó el porcentaje de inflación de enero: 70,28 por ciento. Esta tasa refleja los aumentos de precios del período comprendido entre el 30 de noviembre y el 20 de enero (51 días), y lleva el porcentaje de los últimos 12 meses a 1.410,64 por ciento.-

9.- CRISIS AFECTA A INDUSTRIA DE ARMAMENTO

X -Después de tres años seguidos de esfuerzos para vender en el exterior el tanque de 40 toneladas 'OSÓRIO', la Engesa (Engenharia Especializada S.A) ha acumulado grandes perjuicios financieros, a pesar de haber sido la mayor vendedora de vehículos blindados sobre ruedas de Occidente. Esta situación motivó la reducción de su plantel de trabajadores. Su gran competidora la Avibrás Aeroespacial, sufre hoy una situación similar: su deuda alcanza a US\$ 500.000.000, el cuádruplo de sus ventas en 1988, y también redujo a la mitad su personal, que era de 5.000 obreros.-"Se trata de una situación típica de ambas firmas", dijo el presidente de la Asociación Brasileña de Industrias de Material de Defensa, RAUL CASANOVA, y agregó que podrán superar la crisis mediante la firma de un solo contrato grande. La Engesa confía en un contrato para la provisión de 266 tanques sobre orugas OSÓRIO por el Ejército Real de Arabia Saudita, que le significaría un ingreso de US\$ 1.000.000.000. La Avibrás, por su parte, tiene serias esperanzas de concretizar la venta de sistemas de saturación de tiros de artillería 'AstrosII', por un valor de US\$ 400.000.000.-

10.-ASPECTOS POSITIVOS PARA SECTOR EXTERNO BRASILEÑO

-Al mismo tiempo en que el ex-secretario de Estado, HENRY KISSINGER, sugería al presidente GEORGE BUSH que trate el tema de la deuda externa brasileña como un problema político, el gobierno japonés anunció que volverá a promover inversiones en Brasil y en otros países endeudados, mediante un aval.//

SECRETO



//...que dará, desde abril, el Eximbank japonés a contratos hechos con importadores brasileños.-Según diplomáticos japoneses y altos funcionarios del Fondo Monetario Internacional, Brasil podrá beneficiarse con financiaciones directas niponas, según los resultados de las negociaciones que Japón y Brasil harán en estos meses.-

11.-JAPON CONCEDERA NUEVOS PRESTAMOS A BRASIL

-A fines de Marzo Japón concederá a Brasil un préstamo de US\$ 500.000.000, que será destinado a financiar proyectos de desarrollo agrícola (US\$ 200 millones) y a la ejecución de mejoras en el puerto de SANTOS, Estado de Sao Paulo, según informaron fuentes del gobierno japonés: "El Primer Ministro NOBORU TAKESHITA dijo al Presidente GEORGE BUSH, la semana pasada, que Japón está decidido a aumentar su ayuda a países latinoamericanos, y que Brasil y México serían los primeros beneficiados ", explicó un diplomático nipón. Las inversiones oficiales japonesas se interrumpieron en 1985, debido a la falta de seguridad que a Japón ofrecían los programas económicos brasileños. El diplomático agregó que esta situación ahora cambió, motivo por el cual la colaboración financiera será reiniciada.-

12.-MINISTRO CONFIRMA VISITA DE DELEGACION IRANIA

-El ministro de Aeronáutica, Brigadier OCTAVIO MOREIRA LIMA, confirmó la presencia en Brasil de pilotos y técnicos iraníes, que harán pruebas con el avión de entrenamiento militar 'TUCANO', fabricado por la Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica). Los militares extranjeros se encuentran en el Parque Aeronáutico de Lagoa Santa, en Belo Horizonte (capital de Minas Gerais). El ministro reveló que la Fuerza Aérea Brasileña presta apoyo operacional y logístico a Irán, que quiere comprar 50 "TUCANO"

13.-DIEESE PREVE INFLACION CERO EN FEBRERO

-La inflación de este mes, medida según el índice de Precios al Consumidor (IPC, la inflación oficial), será aproximadamente cero, conforme con la ..//

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 26 de 40

Copia No. *Original***SECRETO**

///..previsión hecha por el Departamento de Estadística y Estudios Socio-económicos (DIEESE), vinculado con la Central Unica de los Trabajadores (CUT). El IPC de febrero medirá, en realidad, la inflación de sólo diez días (los comprendidos entre el 21 y el 31 de enero), debido a que el período anterior que se midió abarcó el período del 30 de noviembre hasta el 20 de enero.-

14.-MISION JAPONESA ESTUDIARA POSIBLES INVERSIONES

-La próxima semana llegará al país una delegación oficial del Gobierno de Japón, dirigida por el presidente mundial del Banco de Tokio, BICHI MATSUMOTO, con la finalidad de estudiar las posibilidades de inversión que Brasil ofrece. Estará compuesta por treinta empresarios y funcionarios del gobierno nipón, y fue denominada oficialmente 'Mission of Investment and Development in Brazil'. Entre los empresarios, se destacan los del Grupo NEC, del Mitsubishi Bank, del Eximbank y del Japan Economic Cooperation Fund. Por otra parte la dirección del Overseas Economic Cooperation Fund japonés, informó que aprobó cuatro de los 19 proyectos para financiación presentados por el gobierno brasileño. Ellos suman US\$ 632.000.000, que serán liberados entre marzo y mayo próximos. Entre los proyectos se destacan el de irrigación de zonas de la Región Nordeste (US\$ 198.000.000); y el de electrificación rural en el estado de GOIÁS (US\$ 96.000.000). La comunicación formal de la aprobación de estos y otros proyectos sucederá durante la visita que el presidente SARNEY hará a TOKIO el próximo 24, para asistir a los funerales del emperador HIROITO.-

15.-CON RESPECTO A LA VENTA DE AVIONES TUCANO A IRAN

-El asesor de prensa de la Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), JOAQUIN MARIA BOTELHO, afirmó que los cinco pilotos iraníes que se encuentran en el Parque Aeronáutico de Lagoa Santa, Minas Gerais, probando aviones 'Tucano', están haciendo entrenamientos para pilotaje en combate, función .//

SECRETO

**SECRETO**AGREGADO MILITAR
BRASILIA

//.. para la cual los TUCANOS fueron construídos. Agregó que es este un hecho normal, debido a que Irán está adquiriendo esos aviones, y que otros técnicos y mecánicos iraníes, están en San José dos Campos (San Paulo), en la fábrica de la Embraer. Informó además que 15 unidades del Tucano ya fueron vendidas a Irán, cinco de las cuales ya están listas y en etapa de experimentación. El monto de la operación fue de USA 35.000.000. En Brasilia, el Jefe del Centro de Comunicación Social del Ministerio de Aeronáutica, coronel EDEN ASVOLINSKI, informó que la Fuerza Aérea está colaborando con la Embraer en los cursos de pilotaje y manutención de los aviones que están realizando los aviadores asiáticos.- Explicó que el Tucano es usado por la Aeronáutica militar brasileña para entrenamientos de pilotos, algunos de los cuales luego se transforman en pilotos de cazas Mirage o Phantom F-5, debido a que el Tucano posibilita la realización de maniobras propias de jets.-Cabe destacar que Irán posee este modelo de avión desde 1983, cuando lo adquirió a través de Egipto. En esa época la Embraer proveía de Tucano a Irak, que estaba en guerra con Irán. A pesar de la venta a este país, la dirección de la Embraer piensa que las relaciones con Irán, que son excelentes, no se modificarán debido a que el Tucano es un aparato específico de entrenamiento, no puede ser armado ni usado en combate. " Sin blindaje, este avión puede ser derribado por un simple tiro de fusil ", explicó un alto funcionario.-

16.- PRINCIPALES PRESIONES SOBRE BRASIL SON DE EE.UU

- Aunque son varios los países interesados en crear sistemas de protección ecológica internacional en un sector de la Amazonia brasileña, las principales presiones en este sentido provienen de Estados Unidos, que, según fuentes del gobierno brasileño, está usando su gran poder económico para bloquear financiamientos fundamentales para BRASIL. Agregaron que Estados Unidos está presionando a los grandes importadores de madera, entre los cuales se destaca JAPON, para que dejen de comprar en BRASIL, INDONESIA y MALASIA, países a los que acusa de destrucción del medio ambiente. Un diplomático brasileño comentó que detrás...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

///...de este inusitado interés ecológico se esconden otras intenciones. "BRASIL será un polo de poder mundial dentro de 20 ó 25 años y los grandes lo saben ", comentó.-

17.- CONGELACION DURARA EL TIEMPO QUE SEA NECESARIO

- En los primeros 30 días de vigencia del Plan Nuevo Cruzado, el gobierno le parece que los problemas de abastecimiento son pequeños y que la economía no está entrando en recesión. Así se expresó el Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, quien agregó que la congelación será mantenida durante el tiempo que sea necesario. "Los rumores sobre escases de mercaderías son inventados por empresarios que aumentaron demasiado sus precios antes de la congelación, y ahora, por ese motivo, no consiguen vender ", afirmó NOBREGA. Explicó que el gobierno no se dejará amedrentar por quienes, ante las primeras dificultades en las ventas, " empiezan a hablar de recesión económica".-

18.- SE PREVE NUEVO RECORD EN COSECHA DE GRANOS DE 1989

- La producción nacional de granos deberá llegar este año a 71.700.000 toneladas, según datos presentados por el ministro de Agricultura, IRIS REZENDE, basados en informaciones recogidas por la Compañía de Financiación de la Producción (CFP) en la región centro-oeste y en previsión de la cosecha de invierno de las regiones Norte y Nordeste. REZENDE afirmó que esta cantidad constituirá un nuevo récord Nacional, ya que el anterior, el año pasado, fue de 66.200.000 toneladas. Destacó el aumento de la producción de soja, motivado por la elevación de su precio internacional.-

19.- JAPON CONCEDE NUEVOS CREDITOS A BRASIL

- El primer Ministro de JAPON, NOBURO TAKESHITA, informó al presidente JOSE SARNEY quien se encuentra en TOKIO, asistiendo a los funerales del Emperador HIROITO que el gobierno japonés liberará para BRASIL, en marzo, US\$ 1.000.000.000, que se destinarán a financiar parte de los 19 proyectos presentados por BRASIL para obtener financiación del Fondo NAKASONE.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 29 de 40
Copia No. *Original*

20.- BIRD CONCEDE PRESTAMO PARA AMPLIAR GASODUCTO

- La Compañía de gas de San Paulo recibirá del Banco Mundial (BIRD) un préstamo de US\$ 94.000.000, que destinará a la ampliación del gasoducto proveniente de la Cuenca de Campos (Estado de Río de Janeiro) y de la red de distribución de gas natural en la ciudad de San Pablo. Según informó el Secretario de Asuntos Internacionales, de la Secretaría de Planificación, Ministro CLODOALDO HUGUENEY, los recursos también se usarán para la realización de estudios sobre la utilización del gas natural y para la creación del Instituto de Tecnología del Gas, en San Pablo, en convenios con Universidades é Institutos de pesquisa. Por otra parte los técnicos del BIRD que estuvieron recientemente en BRASIL, para negociar la concesión del préstamo de US\$ 500.000.000 para el sector eléctrico, afirmaron en Washington que las negociaciones están suspendidas debido a la intransigencia del gobierno brasileño que no acepta los argumentos del BIRD sobre la no viabilidad económica del proyecto de construcción de la Planta Nuclear ANGRA III. Como un implícito reconocimiento de que BRASIL desiste, al menos temporalmente, de la obtención de ese préstamo, el gobierno empezó a dar prioridad a otras negociaciones con el Banco-

SECRETO



III)- FACTOR SICO-SOCIAL.-

-1.-POLICIA FEDERAL DA PROTECCION A CAUCHERO.-

-El cauchero RAIMUNDO DE BARROS, quien permaneció seis días en Estados Unidos por invitación de entidades protectoras del medio ambiente, llegó a Sao Paulo ayer, inmediatamente recibió protección de agentes de la policía Federal debido a las amenazas de muerte que recibió, junto con otras 15 personas motivadas por sus actividades ecológicas y sindicales. A pesar de todo, BARROS afirmó que durante su estada en Sao Paulo, podrá prescindir de la protección Policial a raíz de que se siente relativamente seguro en esa ciudad. " Cuando vuelva a ACRE (Estado donde fue asesinado recientemente el ecólogo y líder sindical, CHICO MENDES) pediré nuevamente protección policial. Espero que la que me den sea una verdadera protección, pues la que recibió CHICO MENDES no fue suficiente para evitar su muerte " declaró BARROS.

- 2.-INDIO PROTESTA AL RECIBIR PREMIO DE LA ONU.-

-En la ceremonia de entrega del Premio Global 500, en Brasilia, instituido por la Organización de las Naciones Unidas (ONU), el indio brasileño DAVI COPENAVA, protestó por la invasión de tierras de las tribus ianomamis hecha por 30 mil buscadores de oro y diamantes y por la intención gubernamental de subdividir las regiones indígenas en 19 regiones." Guardaré este premio en mi corazón. El corazón del indio y del blanco, quien también sufre por la destrucción de las florestas.", afirmó COPENAVA. Por su parte, el representante de la ONU en Brasil, EDUARDO GUTIERREZ, afirmó que creía en las promesas del gobierno en el sentido de pacificar la Amazonia, y que la preocupación por sus florestas no significa intervención en asuntos internos.-

- 3.-CNBB EDITARA SEMANARIO CON MODERNOS CRITERIOS.-

-Aprovechando el comienzo de la Campaña de la Fraternidad, cuyo tema, este año será la comunicación, la Iglesia Católica empezará a contar con ...///

SECRETARIA



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Copia No. *Vijany*

///...un nuevo Semanario, 'Jornal de Opiniao', moderno sucesor de 'Lar Católico', que circuló en forma ininterrumpida durante 77 años. "Será muy útil para el trabajo pastoral", afirmó el obispo de SIETE LAGOAS, Monseñor JOSE LIMA, uno de los principales organizadores del proyecto. LIMA informó que el Jornal de Opiniao se transformará, desde abril, en el periódico de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB). El editor PEDRO ERNANI GOULART, informó que el semanario será de información, pero principalmente de análisis y opinión. Agregó que tratará temas que interesan a la Iglesia con un lenguaje moderno y mas accesible para diferentes sectores sociales. La edición inicial contará con 40 mil ejemplares, y, según GOULART, el tiraje llegará a 100 mil ejemplares a fin de año.-

4.- AI EXIGE INVESTIGACION DE MUERTE DE DETENIDOS

- El secretario general de la Organización de Derechos Humanos Amnistía Internacional (AI), IAN MARTIN, envió desde LONDRES un telex al gobernador del Estado de San Pablo, ORESTES QUÉRCIA, en el que exige la investigación del episodio en el que, en una cárcel de esta ciudad, murieron por asfixia 18 detenidos comunes. El Presidente de la Sección Brasileña de AI, CARLOS IDOETA, por su parte, afirmó que este episodio tomó dimensiones internacionales motivo por el cual, como es práctica de AI, será investigado por Secciones y grupos en otros países. Por otra parte, representantes de cuatro grupos de Derechos Humanos se reunieron con el Secretario de Seguridad de San Pablo, LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO, a quien plantearon la necesidad de que la investigación determine los responsables por los hechos. FLEURY aseguró que los mismos serán detenidos. Para participar en la investigación, llegará a San Pablo, la próxima semana, el vice presidente de la entidad humanitaria AMERICAN'S WATCH, STEPHEN KASS.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 12 de 40
Copia No. Original

5.- CUT Y CGT APRUEBAN HUELGA GENERAL NACIONAL EN MARZO

- Una huelga general nacional de 48 horas de duración, los días 14 y 15 de marzo, fue aprobada por aproximadamente 50 entidades sindicales de todo el país, lideradas por la Central Unica de los Trabajadores (CUT) y por la Confederación General de los Trabajadores (CGT), contra el Plan Nuevo Cruzado.-

6.- MAS DE 200.000 JOVENES DROGADICTOS EN BRASILIA

- X - Treinta por ciento de los jóvenes de Brasilia, mas de 200 mil, son adictos a diversos tipos de drogas. A pesar de esta alarmante cantidad, que coloca al Distrito Federal en la tercera posición a nivel nacional en consumo de drogas, despues de RIO DE JANEIRO y SAN PABLO, la ciudad no cuenta con planes oficiales para combatir los estupefacientes y recuperar a los drogadic-
tos. Los psicólogos RICHARD BUCHER, profesor de la Universidad de Brasilia y MARCIA LANDINI TOTUGHI, del Centro de Orientación sobre Drogas y de Atención de Drogadictos, informaron que cada año aumenta la cantidad de jóvenes toxicómanos en la capital del país y que las drogas mas consumidas son el alcohol, los tranquilizantes, la llamada 'cola de zapatero', la marihuana y cocaína.-

7.- PROPONEN A SARNEY CREACION DE FONDO PARA AMAZONIA

- El presidente SARNEY recibió en audiencia al cantor inglés STING, quien le propuso la adhesión del gobierno brasileño a una campaña internacional destinada a recaudar fondos para la preservación de la AMAZONIA y de los indios brasileños. Durante dos horas STING y SARNEY debatieron la creación de un parque nacional que reúna, en el parque do XINGU, las reservas indígenas de GUARUPI y GOROTIRE, en un área de 270.000 kilómetros cuadrados del estado de PARÁ. Los fondos de la campaña internacional tendrán ese objetivo.-Despues de la audiencia, STING afirmó que ésta es una iniciativa...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

///...brasileña, del cacique RADNI. Por otra parte, el contacto de STING con SARNEY causó un efecto inmediato: el gobierno cambió de posición con relación al ler. Encuentro de Pueblos Indígenas, que se realiza en ALTAMIRA, PARÁ, y empezó a apoyarlo, a pesar de que el objetivo del mismo es protestar contra la construcción de represas hidroeléctricas en sus territorios.-

8.- INDIOS REPUDIAR CONSTRUCCION DE REPRESAS

- Aproximadamente mil indios, representando a 14 naciones que habitan la AMAZONIA, empezaron a discutir en ALTAMIRA, Estado de Pará, las consecuencias que tendrá sobre sus comunidades y sobre el medio ambiente la construcción de represas hidroeléctricas, en especial la de CARARAO. El cacique PAIACAN, líder de la tribu CAIAPÓ y uno de los organizadores de la reunión, afirmó que el objetivo de la misma es impedir que se tomen decisiones relativas a la AMAZONIA sin la participación de las comunidades indígenas. Agregó que éstas no confían " en el blanco, que quiere ser dueño de todo lo que existe sobre la Tierra ". Por otra parte la Unión Democrática Ruralista (UDR), entidad gremial que reúne a los hacendados, organizó una gigantesca manifestación popular en apoyo a la construcción de las represas. A pesar de la tensión que se produjo, no hubieron incidentes.-

9.- INDIOS RECIBEN MENSAJE DE APOYO DE JUAN PABLO II

- Las tribus indígenas que, en ALTAMIRA (Pará), están realizando el ler. encuentro de Tribus Indígenas del Xingu, en oposición a la construcción de represas hidroeléctricas, recibieron un mensaje de solidaridad del Papa JUAN PABLO II, enviado mediante el secretario de Estado del Vaticano, Cardenal AGOSTINO CASAROLI. El telegrama afirma que Su Santidad acompaña el Encuentro con efecto en Cristo y reza por la feliz solución de los múltiples problemas de esos hermanos, y fue leído en voz alta por el líder caiapó PAIACAN.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 36 de 40

Copia No. Original

IV).- FACTOR MILITAR.-

1.-DURANTE 1989 LA ARMADA INCORPORARA 5 NUEVOS NAVIOS.-

- X - La Marina de Guerra Brasileña incorporará este año a su flota cuatro nuevas fragatas y un buque de desembarco de infantes de marina. Las cinco naves están siendo arrendadas a la armada estadounidense, por un valor de US\$ 7.000.000. Son las primeras que se incorporarán a la Marina, desde 1976, año en que seis fragatas construidas en Inglaterra y en Brasil pasaron a formar parte del patrimonio naval.- //

2.-PRESIONES MILITARES CAUSARON CESANTIA DE DIRECTOR.-

- La participación del Ministerio de Aeronáutica en el programa espacial brasileño fue criticada por el ex-Director del Instituto de Pesquisas Espaciales (INPE), MARCO ANTONIO RAUPP. Después de permanecer dirigiendo el INPE por mas de cuatro años, RAUPP fue exonerado el mes pasado, según él, por presiones militares. Explicó que, desde marzo, venía teniendo divergencias con las Fuerzas Armadas causadas por la falta de condiciones de la Fuerza Aérea para concluir la construcción del Vehículo Lanzador, con el cual se iba a poner en órbita el primer satélite brasileño. " Mediante minuciosos análisis llegamos a la conclusión de que podrían contratarse servicios extranjeros para el lanzamiento, pues no hay necesidad de que el INPE y la Aeronáutica tengan el mismo nivel de desarrollo en sus proyectos ", explicó RAUPP. Agregó que la postura del INPE no fue respetada, a pesar de que el mismo estaba autorizado para buscar alternativas que permitieran el cumplimiento de la misión espacial. Finalmente, el ex-director afirmó, que "sería pésimo" que el Instituto quede bajo la dirección del Ministerio de Aeronáutica, puesto que " la cooperación internacional es importantísima en las ciencias espaciales y esto sólo es posible entre organizaciones civiles"

3.-APOYO DE FUERZAS ARMADAS PARA EVITAR DESTRUCCION DE AMAZONIA.-

- El presidente del Instituto brasileño del Medio Ambiente y de los Recursos Naturales Renovables, FERNANDO CESAR MESQUITA, quiere apoyo de las...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAHoja 35 de 40
Copia No. Original**SECRETO**

///...Fuerzas Armadas para evitar que continúe la destrucción de la Amazonia. MESQUITA se reunió con el Ministro de Ejército General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, con quien trató el tema de la cooperación que esta fuerza puede dar a la ejecución del programa 'Nossa Natureza', anunciado por el Presidente SARNEY el mes pasado. Reuniones similares mantendrá en los próximos días con los ministros MOREIRA LIMA y SABÓIA, de Aeronáutica y Marina, respectivamente. MESQUITA afirmó que será importante la experiencia adquirida por el Ejército, durante muchos años presente en la región, para la ejecución del programa. Destacó la red de comunicaciones montada por esta Fuerza en la Amazonia y la posibilidad de que las Unidades Militares allí establecidas participen en la detención de la destrucción. Explicó que, para evitar que se repitan los incendios de 1968, el Gobierno está implementando un programa de educación de la población sobre la necesidad de la preservación ecológica, que será transmitido por radio. No obstante, consideró "una payasada" la idea de crear una fundación internacional para preservación de la Amazonia. En similares términos se manifestó el ministro de Justicia, OSCAR DIAS CORREA.-

4.- SON CONDECORADOS PARTICIPANTES EN INVASION AL CSN

- / - Cuatro Oficiales de la policía Militar, comandantes de las tropas que invadieron las sedes de la Compañía Siderúrgica Nacional (CSN), de VOLTA REDONDA, en noviembre pasado, oportunidad en que murieron 3 obreros, serán condecorados por el Ejército con la Medalla del Pacificador, una de las mas altas distinciones que otorga la Fuerza. Esta iniciativa fue tomada por el Coronel CARLOS EDUARDO JANSEN, comandante del 57o. Batallón de Infantería Mecanizada, cuyas tropas tambien participaron en la invasión. En la exposición de motivos, JANSEN afirma que "la bravura, la agresividad equilibrada y el elevado grado de entrenamiento que manifestaron los cuatro oficiales para enfrentar una acción de guerrilla urbana perfectamente caracterizada, ...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///:..les hace merecedores de esta condecoración que exalta las virtudes del ilustre patrón del Ejército Brasileño, el DUQUE DE CAXIAS ".-

5.- FAB COLABORA EN DEVOLUCION DE TIERRAS A INDIOS

- El ministro de Aeronáutica, Brigadier OCTAVIO MOREIRA LIMA, informó que la Fuerza Aérea Brasileña (FAB) colaborará en el desalojo de especuladores y buscadores de oro de tierras pertenecientes a la comunidad indígena de IANOMAMI, en el estado de RORAIMA. La acción, que está siendo organizada por el Ministerio del Interior, contará también con la participación del Ejército y del Departamento de Policía Federal. Aún no se sabe que cantidad de aviones y de que tipo se utilizarán en la operación, debido a que la FAB está esperando que la Fundación de Apoyo al Indígena (FUNAI) defina cuáles son las áreas IANOMAMIS que tendrán preferencia en el desalojo de los buscadores de oro. A pesar del clima tenso que hay en RORAIMA pues los invasores han prometido resistir al desalojo, el Ministro expresó que tenía seguridad de que la operación será pacífica.-

6.- SEGUN MILITARES, HAY COMLOT MUNDIAL CONTRA BRASIL

- ✓ - Los militares consideran que las presiones internacionales contra la explotación económica de la AMAZONIA, con el pretexto de la protección del medio ambiente, tienen la finalidad de que BRASIL no explote la región, que es considerada la mayor reserva mineral del mundo, según un Coronel miembro de la Secretaría para Asesoramiento en Defensa Nacional, quien agregó que las presiones también se proponen la preservación de la situación actual del Mercado Mundial de minerales e impedir que el país se transforme en una potencia mundial. Es éste el motivo por el que las Fuerzas Armadas apoyan la ocupación racional de la AMAZONIA y consideran una amenaza a la soberanía Nacional cualquier intento de entremetimiento en el desarrollo económico de la región. La propuesta de creación de una fundación internacional para administrar la ocupación de las florestas es vista por la Secretaría como una forma ...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///...de posibilitar que las potencias mundiales tengan acceso a sus riquezas minerales.-

7.- INDEFINICION SOBRE ARMAS PARA NUEVO HELICOPTERO

- El Ministerio de Ejército todavía no definió qué tipo de armas utilizarán 52 helicópteros PANTER, DAUPHIN y ESQUILO, que compondrán el 1er. Batallón de Aviación del Ejército, con sede en TAUBATE, estado de San Pablo, según reveló el asesor de Relaciones Públicas de la HELIBRAS (helicópteros de Brasil S.A.), ODILON MARTINS DE ANDRADE, quien informó que la primera aeronave un PANTER, con capacidad para 14 soldados sentados, 4.000 kilos de peso máximo de despegue, equipado con dos turbinas de 761 CV de potencia cada una, estará terminada dentro de un mes. ANDRADE explicó que el Ministerio no ha dado indicios de que el armamento que equipará a los helicópteros será el fabricado por la AVIBRAS. " En el momento en que se tome la decisión, la HELIBRAS fabricará el equipo necesario para el montaje de las armas, algo a lo que ya estamos acostumbrados porque lo hicimos muchas veces para la Aeronáutica y para la Armada ", explicó el asesor. Los helicópteros, que serán fabricados en ITAJUBA, estado de Minas Gerais, donde la HELIBRAS tiene su fábrica, fueron encargados mediante una licitación pública llamada por el Ejército, cuyo contrato, que tiene un valor de US\$ 300.000.000, fue firmado en junio del año pasado. La licitación fue ganada por el consorcio franco-italo-brasileño integrado por las empresas ENGESA, HELIBRAS y AEROSPATIALE.-

SECRETO



SECRETO

V).- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-

1.- PLAN ECONOMICO REDUCIRA CANTIDAD DE CIENTIFICOS

- El Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq) perderá el 41 por ciento de sus pesquisadores, en caso de que se materialicen las exoneraciones de funcionarios federales anunciada por el Gobierno, consecuencia del nuevo Plan Económico. Por su parte los Organismos de Investigación dependientes del antiguo Ministerio de Ciencias y Tecnología, corren el riesgo de perder el 43 por ciento de sus funcionarios. Estas previsiones fueron hechas en una reunión organizada por la Sociedad Brasileña para el Progreso de la Ciencia, que se realizó en la Universidad de Sao Paulo. " No podemos continuar discutiendo sobre ciencia y tecnología en un Ministerio que dejará cesantes a 270 pesquisadores sin tener en cuenta criterios cualitativos ", afirmó la presidenta de la Sociedad, CAROLINA BORI.-

2.- RADIOS USARAN SATELITES DE LA EMBRATEL

- La Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) convocó a las principales emisoras de radio del país para anunciarles las condiciones técnicas y comerciales para la distribución de programaciones mediante los satélites Brasilsat. Estarán disponibles dos formas del servicio, denominado Radiosat: una, en la que la señal radiofónica no estará codificada, motivo por el cual será accesible para emisoras que dispongan de antena parabólica para recepción mediante satélites, y otra, con codificación, destinada a la recepción de programas por estaciones autorizadas.-

3.- IMPORTANTES VENTAS DE MICROCOMPUTADORAS EN 1988.-

- La Secretaría Especial de Informática (SEI) divulgó un informe en el que consta que las microcomputadoras, cuyo precio varía entre NCZ\$ 286,67 y NCZ\$ 16.819, son las computadoras mas vendidas en el país.- De los 722.600 equipos de informática instalados en 1987, 700.400...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

///...eran microcomputadoras. A principios de 1988, la cantidad de estos aparatos superaba 900.000 unidades, de las cuales mas de 800.000 eran pequeños equipos de computación, según los datos de la SEI, confirmados por el vicepresidente de la empresa Microtec, RUI CAMPOS.-

4.- CANADA DESEA PROVEER SATELITES Y FABRICAR TELEFONOS

- Empresas canadienses participarán en dos licitaciones en BRASIL, del sector de telecomunicaciones. La primera, para la provisión de dos satélites, por un valor aproximado de US\$ 400.000.000 (CANADA construyó los satélites Brasilsat I y II, cuya vida útil termina en 1993.). La segunda se refiere a un proyecto de fabricación de teléfonos sin cable, por US\$ 500.000.000, que hará en sociedad con la empresa brasileña ELEBRA. Ambas licitaciones fueron abiertas por la EMBRATEL (Empresa Brasileña de Telecomunicaciones) y por la TELEBRAS (Teléfonos do Brasil S.A.). El anuncio fue hecho por el consul Comercial de CANADA en BRASIL, PIERRE PICHETTE.-

5.- NUEVO RADAR PERMITIRA CONTROL DE TODO EL PAIS

- Empezó a funcionar, en fase de experimentación, un nuevo Centro Integrado de Defensa y de Control del Tráfico Aéreo (Cindacta), del Ministerio de Aeronáutica, localizado en el municipio de TANABI, estado de San Pablo, gracias al cual la Aeronáutica tendrá un total control sobre los vuelos civiles y militares que se realicen sobre el país. Este Cindacta está conectado a otros 13 centros similares de todo el país, que permiten conocer con precisión la velocidad del avión, su posición, altitud y dirección. Este es el tercer radar de esta capacidad instalado en la región Centro-Sur. Las imágenes que capte serán inmediatamente transmitidas al Cindacta de Brasília, lo que permitirá el control total del territorio brasileño.-

6.- POSTERGASE LANZAMIENTO DE PRIMER SATELITE BRASILEÑO

- El lanzamiento del primer satélite brasileño para recolección de datos meteorológicos, que estaba previsto para diciembre de este año, fue postergado para fines de 1991 o principios de 1992, época en que estará listo el Vehículo Lanzador de Satélites (VLS), que está siendo desarrollado...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

///...por el Centro Técnico Aeroespacial. El director del Instituto de Pesquisas Espaciales, MARCIO BARBOSA, aclaró que están siendo rehechos todos los tests con el satélite y distribuidas tareas de desarrollo y fabricación de componentes. "No estamos simplemente postergando el programa. Vamos a desarrollar tecnología y a revelar todos los secretos que dejó la administración anterior, con el fin de retomar avances tecnológicos de los cuales estuvimos muy cerca y fueron abandonados", dijo BARBOSA, haciendo referencia a la gestión anterior en el Instituto. Agregó que el presidente SARNEY aceptó la recomendación de la Comisión Brasileña de Actividades Espaciales de no autorizar la compra de un cohete extranjero para lanzar el satélite nacional.-

SECRETO

Ejército brasileño se infiltró en sindicato

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI). El periódico añade que los agentes infiltrados, por lo menos desde el año pasado, lograron obtener documentos internos y reservados, entre ellos un Manual de entrenamiento para sindicalistas, que instruye a los huelguistas sobre la ocupación de fábricas y la detención de gerentes y directores.

Entre los documentos obtenidos por los agentes del CIEX hay también una carta del Consejo Nicaragüense de Amistad, Solidaridad y Paz (CNASP), enviada a la Coordinación Paulista de Solidaridad con Nicaragua, vinculada al PT, y en la que se solicitaban 2.500 dólares para el viaje

El Centro de Información del Ejército (CIEX) infiltró agentes en sectores estratégicos de la Central Unica de Trabajadores (CUT) y del Partido de los Trabajadores (PT), según reveló un oficial de ese servicio al diario O Estado de Sao Paulo.

de representantes de aquel Consejo a Brasil.

Entre el material conseguido figura también una cinta de video destinada a la campaña presidencial del candidato del PT y antiguo dirigente sindical, Luis Ignacio "Lula" da Silva, en televisión.

La CUT está estrechamente vinculada al Partido de los Trabajadores, de

orientación marxista, que en las últimas elecciones municipales del 15 de noviembre pasado conquistó numerosas alcaldías en todo el país, entre ellas las de Sao Paulo y Porto Alegre.

"Lula" ocupa el segundo lugar de preferencia en todas las encuestas, a sólo dos puntos del candidato del Partido Democrático del Trabajo

(PDT), Leonel Brizola. Da Silva está consiguiendo en su campaña capitalizar el apoyo de la Iglesia progresista y de un buen número de intelectuales y profesionales liberales, además del sindicato, descontentos con el gobierno del actual presidente José Sarney.

Las Fuerzas Armadas brasileñas están seriamente preocupadas por el crecimiento de las dos fuerzas izquierdistas en un momento en que el centro y la derecha se enfrentan con profundas divisiones y serias dificultades para lograr un candidato presidencial capaz de enfrentarse con las fuerzas progresistas de Brizola y "Lula".

098

Collor de Mello promete reformas

RIO DE JANEIRO (ANSA, EFE y UPI).- El gobernador del Estado de Alagoas y candidato del Partido de Reconstrucción Nacional (PRN) a la presidencia de Brasil, Fernando Collor de Mello, dijo que si resulta victorioso en los comicios del 15 de noviembre próximo, realizará una profunda reforma administrativa.

En declaraciones recogidas por la prensa local, Collor de Mello, que en las últimas encuestas ocupa el primer lugar en la preferencia del electorado, explicó que los puntos principales de dicha reforma serán la disminución del número de Ministerios, la privatización de las empresas estatales y una drástica reducción de los empleos públicos.

El candidato del "PRN" proyecta crear los Ministerios de Economía (mediante la fusión de las carteras de Hacienda, Planificación, Agricultura e Industria y Comercio) y de Defensa, que coordinaría las actividades militares, función que en la actualidad está dividida entre las carteras de Ejército, Marina y Aeronáutica, gabinete militar de la Presidencia de la República, Estado Mayor de las Fuerzas Armadas y Servicio Nacional de Informaciones.

"No Podemos continuar teniendo una máquina ineficiente como la actual. El Estado tiene que dejar de ser gigantesco", resaltó Collor de Mello, quien considera que el gobierno debe mantener únicamente las empresas estatales "estratégicas", como la "Petrobras" (Petróleo Brasileño) y "Embratel" (Empresa Brasileña de Telecomunicaciones).

El crecimiento de la candidatura de Collor de Mello fue atribuido por el director del Instituto Brasileño de Opinión Pública (IBOPE), Orjan Olsen, a la repetición en Brasil del fenómeno Jimmy Carter, en los Estados Unidos, en 1976.

"El gobernador de Alagoas es joven, como Carter (en la época gobernador de Georgia) y tiene un vacío de liderazgo político, además de colmar las expectativas del electorado", comentó Olsen.

Añadió que "el Brasil de hoy tiene semejanzas con los Estados Unidos de 1976, pues, tal como sucedió allí, aquí el pueblo quiere renovación, acción y moralización, y Collor de Mello, con su discurso coherente, está conquistando la simpatía de los electores".

LA MANAUA 9-5-89

Brizola apóia pacto proposto pelo

SÃO PAULO — Ao inaugurar a nova sede do Diretório Regional do PDT em São Paulo — uma casa de dez cômodos no bairro do Ibirapuera —, o candidato do partido à Presidência da República, ex-governador Leonel Brizola, disse que o agravamento da crise econômica pode prejudicar a sucessão presidencial. "Em agosto ou setembro estaremos na mesma situação da Argentina, cujo plano econômico, do presidente Alfonsín, estourou", previu Brizola. "Isso deve nos preocupar."

Brizola acha que a saída para evitar a crise, e até está na proposta lançada há dias pelo candidato do PCB, deputado Roberto Freire, pela qual se estabelecerá uma reunião entre presidentiáveis e lideranças políticas para garantir a realização das eleições presidenciais de novembro. "A proposta deve ser ampliada, com a inclusão de representantes das forças do trabalho e do capital, numa reunião que tenha como objetivo o desenvolvimento do processo eleitoral dentro de determinados limites, contendo a crise."

Em entrevista na sede do PDT, Brizola sugeriu a inclusão da imprensa, "estruturada em uma representação", nos debates para a superação da crise econômica. "Precisamos fazer com que o governo sint-se impedido a trabalhar até as eleições e

a posse do novo presidente e abandone esses métodos de choques espetaculares."

CUT — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi duramente atacada pelo ex-governador do Rio de Janeiro. "A CUT sofre um desvio pelo fato de ter-se transformado em máquina eleitoral do PT", atacou Brizola. "Esse desvio poderá ser fatal." O candidato do PDT disse ainda que, ao realizar seu último congresso, em Belo Horizonte, no ano passado, "sob o patrocínio do caixa dois do Newton Cardoso (governador de Minas)", a CUT fez o mesmo que "realizar um congresso de trabalhadores patrocinado pelo general Pinochet".

O candidato do PDT elogiou a atuação dos sindicalistas Luís Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Antônio Rogério Magri, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que se opõem à CUT no movimento sindical. Disse que Medeiros e Magri fazem um sindicalismo "correto e consequente".

Leonel Brizola voltou a atacar o candidato do PRN, governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas. "Esse indivíduo veio da ditadura, é mafioso e filhote do autoritarismo", disse. "Faltam condições para sua candidatura se sustentar. Quando ele quis ofender a mim foi como se ele tivesse cometido harakiri".

Nelson vai coordenar pacto

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), foi convidado e aceitou ser o coordenador do pacto político proposto pelo PCB para deter a escalada de atos terroristas no país, informou ontem no Rio o candidato do partido à Presidência da República, deputado Roberto Freire. Esta semana devem ser iniciados os contatos com os outros candidatos à eleição presidencial e com os líderes partidários no Congresso para a articulação do movimento em defesa do processo democrático.

Nelson Carneiro foi escolhido para ser o coordenador do pacto porque o PCB entende que o movimento deve ter caráter suprapartidário e procurar reunir todos os setores organizados da sociedade. Roberto Freire considerou importante o respaldo oferecido pelo ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, que elogiou a iniciativa e exortou os demais candidatos à Presidência a se unirem para defender a normalidade institucional. "O apoio do ministro é bom até para quebrar resistências como a do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que achava complicado sentar-se à mesa com comunistas. O terrorismo é um crime contra a huma-

nidade, e não contra a esquerda" — afirmou Freire.

Ataque — O candidato do PCB atacou o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, candidato do PRN à sucessão do presidente José Sarney e, no momento, o melhor colocado nas pesquisas de opinião. Para Roberto Freire, a candidatura de Collor "é das oligarquias", e encarna "a postura da direita moralista que se aproveita de um fato real, a degradação moral, sem discutir problemas essenciais, como o da injustiça social".

Na opinião de Freire, Collor poderá vir a ser, de fato, no segundo turno eleitoral, o candidato da direita e o principal opositor dos demais postulantes à Presidência que se situam entre o centro-democrático, "como o deputado Ulysses Guimarães", e a esquerda, "como o deputado Luís Inácio Lula da Silva". A dúvida do candidato do PCB "é se Collor é um candidato confiável para a direita". Se essa definição vier a ser consolidada, Freire acha que o governador "terá que explicar suas contradições, como defensor das oligarquias de Alagoas e como responsável pela falência do Prodeban".

890

Mudanças terão de ser votadas pelo Congresso

Depois de divergirem em quase tudo durante os trabalhos da Constituinte, o Palácio do Planalto e o PMDB concordam agora num ponto: as mudanças no primeiro escalão do governo — com a fusão e a extinção de ministérios — que o presidente José Sarney pretende promover para cortar despesas, terá de ser aprovada pelo Congresso Nacional. A hipótese de implantação das medidas por decreto está afastada porque a Constituição não permite.

O professor Raimundo Noronha, principal assessor do consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o professor José Afonso da Silva, assistente do senador Mário Covas e do deputado Nelson Jobim, que lideraram o PMDB na Constituinte, concordam: os itens X e XI do artigo 48 da Constituição dão ao Congresso poder de aprovar ou rejeitar as mudanças que o presidente fizer por decreto.

Data em discussão — Segundo eles, o artigo 48 determina as competências do Congresso e, no seu inciso X, afirma textualmente: "criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas." E o inciso XI arremata: "criação, estruturação e atribuições dos ministérios e órgãos da administração pública."

Noronha admite, contudo, a possibilidade de Sarney baixar uma medida provisória. Nesse caso, segundo o artigo 62 da Constituição, o Congresso, que está em recesso, deverá ser convocado para se reunir no prazo de cinco dias após a edição da medida provisória.

O recurso à medida provisória é contudo condenado por José Afonso

so. Segundo ele, as medidas provisórias só devem ser adotadas, de acordo com o artigo 62, "em caso de relevância ou urgência." "Não há urgência para isso", explica Afonso, "pois, do contrário, tudo será urgente e as medidas provisórias acabarão como os decretos-leis: banalizados."

Assim, ao anunciar as modificações no ministério, prometidas para a segunda quinzena de janeiro, Sarney terá dois caminhos: enviar projeto de lei ao Congresso, ou apelar para a medida provisória.

Vezame político — No primeiro caso, o presidente deverá aguardar o pronunciamento da Câmara e do Senado, para preencher os novos ministérios. Se editar medida provisória, as alterações entrarão em vigor imediatamente, mas terão de ser aprovadas em 30 dias pelo Congresso para que continuem valendo. Nesse caso, o presidente corre um risco, já que há a possibilidade da rejeição pelo Congresso. Isso acontecendo, o Planalto sofreria um vexame político: um hipotético Ministério do Nordeste estaria extinto 30 dias depois de criado. E toda a reforma iria pelo ralo.

Ao condenar a adoção de medida provisória para a recomposição do ministério, o professor José Afonso da Silva lembra que ela não é urgente. Afinal, Sarney fala nela há mais de um ano. Há também um precedente histórico. Criados no segundo semestre de 1960, os ministérios da Indústria e Comércio e das Minas e Energia não foram preenchidos ao final do governo Juscelino Kubitschek. Os primeiros ocupantes dessas pastas só foram nomeados em janeiro de 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, que escolheu o udenista paraibano João Agripino para Minas e Energia, e o republicano mineiro Arthur Bernardes Filho para Indústria e Comércio.

J. Brasil 6/1/89

Lula tem 17 irmãos dispostos a percorrer todo o país

Luis Maklouf Carvalho

SÃO PAULO — Cristo salva, cum, batiza com o Espírito Santo, brevemente voltará — e vai votar no Lula. A frase pode irritar os membros da Igreja do Evangelho-Quadrangular, ardorosos defensores dos quatro primeiros princípios. Mas faria rir, um tanto encabulado, o pastor Antônio Roberto Ferreira de Góis, o Beto, 41 anos, quase a metade dedicada ao ministério dessa religião pentecostal, plantada em 65 países, com estimados 4,5 milhões de adeptos, 1 milhão deles no Brasil. O pastor Beto vai votar no candidato do PT à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva. "É um voto consciente. Eu acho que ele está preparado e pode fazer muita coisa para melhorar o país", diz, ao lado da mulher e dos três filhos, na casa modesta, atrás de uma igreja (de apenas 64 lugares), em que reside em Itapicoba, cidadezinha de 34 mil almas, 700 delas sintonizadas com o Evangelho Quadrangular, no litoral sul de São Paulo, a 108 quilômetros da capital.

O pastor Beto é irmão de Lula, um dos 23 filhos (18 vivos) da vassíssima prole que o trabalhador braçal Aristides Inácio da Silva semeou no sertão agreste de Garanhuns (PE) e no bairro pobre de Vicente de Carvalho, no Guarujá, litoral sul de São Paulo, a 90 quilômetros da capital. Se Lula tinha uma filha nascida antes de seu atual

casamento, três morreram. O segundo Beto é o filho mais velho de Aristides e Dona Valdomira e, portanto, um dos 17 irmãos vivos do candidato do PT, que é o sétimo filho do primeiro casamento de seu pai.

O presidente do PT é, evidentemente, o idolo dos irmãos e dos quase 40 sobrinhos que vieram chegando. Mas, para a grande maioria, vê-lo pessoalmente é uma alegria cada vez mais rara. Beto, por exemplo, que foi garçom e operário de construção civil antes de se converter

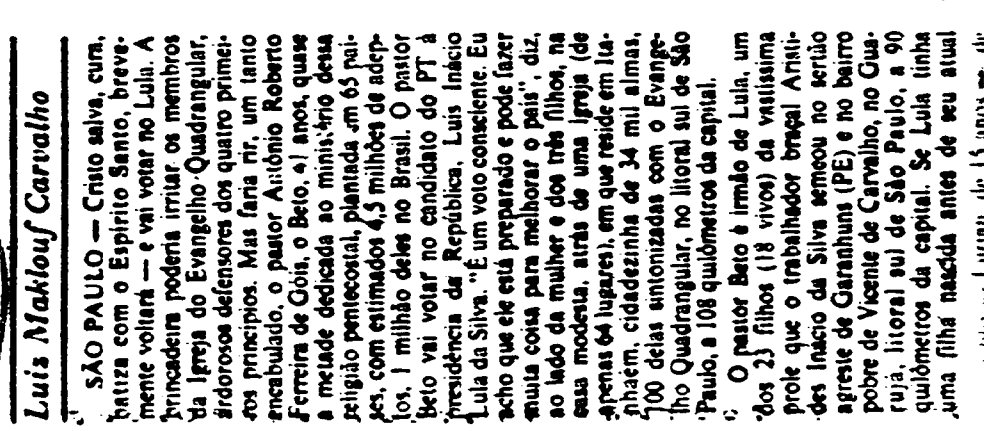
à religião quadrangular, lembra com saudade dos idos de 1982, a última vez que viu o irmão numa viagem a São Bernardo do Campo, o B da região industrial do ABC paulista. "É difícil, porque ele tem uma vida muito atribulada, mas nós sempre ficamos torcendo e orando por ele", diz o pastor, que coleciona recortes de jornais com reportagens sobre o irmão famoso.

Os mais privilegiados, neste aspecto, são os irmãos do primeiro casamento, filhos, portanto, do mesmo pai.

Lula é um candidato em que confiam tanto o pastor Beto, como Marinete (no portão), Genival e a caçula Rute



São Paulo — Fotos de José Carlos Brasil



assuntos da família. Como Lula e os demais irmãos, Vavá enfrentou uma infância pobre e teve que começar a trabalhar cedo. Cortou madeira nos mangues de Santos, foi ajudante numa torrefação de café, atendente de bar na beira do cais. Quando a família veio para a capital, em 1955 (seu quadro), ele foi enfiado num armazém de algodão, inspetor de qualidade da Coca-Cola e, depois, por 11 anos, operário qualificado da fábrica Ford, até ingressar como funcionário na prefeitura de São Bernardo.

e da mesma mãe, principalmente Genival Inácio da Silva, o Vavá, 49 anos, casado, quatro filhos, que desde 1977 é supervisor geral da Secretaria de Serviços Urbanos da prefeitura de São Bernardo do Campo, com salário atual de R\$ 1.100.

Apoio ao Partido — "A família tem muito orgulho do Lula, porque ele é decente, honesto e nunca deu desgosto", diz Vavá, um braço direito do candidato quando se trata de resolver questões familiares ou conversar sobre os

Por aí, de fato, o candidato petista não corre perigo. O único irmão que poderia não votar nele — José Ferreira da Silva, o Frei Chico (que nada tem de frade, apesar do apelido), 47 anos, um experiente dirigente sindical do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que tem o deputado Roberto Freire como candidato à presidência da República — já avisou ao Partido que não vai fazer nenhuma campanha contra Lula, por mais apoio que dê a Roberto Freire. "Quanto ao voto, na hora eu decido", diz Frei Chico.

Nenhum de nós teve a vida fácil", conta Vavá, observando, pela janela de sua sala de chefe, na Garagem Municipal de São Bernardo do Campo, uma assembleia de trabalhadores em greve, que aprendeu a respeitar. As coisas melhoraram um pouco, é claro, mas o que ele quer, agora, é que o irmão candidato o convide para fazer a campanha, desde que seja no Nordeste, de onde a família veio. "Eu me aposentei do serviço e vou à luta", diz Vavá.

Nem todos os irmãos têm a mesma disposição. A caçula Rute Ferreira Genival, por exemplo, vai votar no Inácio. "Ele é um grande político; os que se dizem preparados nunca fizeram nada pelo povo", diz, mas revela não ter condições de dedicar-se à campanha. Casada com Benedito Genival, um operário, hoje dono de uma banca de jornais e revistas no bairro do Ipiranga, na capital, mal tem tempo para cuidar da casa ("Humilde, mas própria") e dos três filhos, e eventualmente dar uma ajuda para o marido no trabalho. Outra irmã, a também dona de casa Marinete Ferreira Cerqueira, 51 anos, casada, quatro filhos — o marido Eder Leite Cerqueira, marítimo aposentado, está trabalhando como soldador num navio que cruza o mundo — também vai votar em Lula, mas não vai fazer campanha. "Aqui onde é mouro, na Paulicéia — um bairro classe média de São Bernardo — a maioria dos vizinhos já vai votar nele", diz a coryia Marinete.

Pai acabou como indigente

'Seu' Aristides era o retrato do brasileiro pobre

Pelo menos um assunto constrangedor de imediato os irmãos do presidente Luís Inácio Lula da Silva — o fim triste e trágico do pai, o trabalhador Aristides Inácio da Silva, Aristides morreu em 1978, no Hospital Santo Amaro, no Guarujá, cidade do litoral paulista, da região de Santos, depois de algumas internações por problemas crônicos provocados pela bebida. "Ele morreu de tanta cachaca", diz, irônico, o filho Geraldo Inácio da Silva, o Vava.

Aristides já estava apenado, depois de ter trabalhado sempre em serviços pesados nos arredores do porto de Santos — "o retrato de um brasileiro pobre que luta para melhorar de vida", como define Vava.

Filho dos alagoanos João Inácio da Silva e Guilhermina Maria da Conceição, Aristides foi para Garanhuns, no interior pernambucano, onde casou com Eurídice Ferreira de Melo.

Enxugador de café — O primeiro filho, José Inácio da Silva, nasceu em 1936. Depois vieram Jaime, Marinete, Vava e Frei Chico. Quinze dias antes de Lula nascer, em 1943, Aristides — que já estava de namoro com Valdomira — resolveu abandonar a família original e pegar um pau-de-arara para São Paulo. Veio e se instalou em Santos, onde trabalhou muitos anos como enxugador de café, e tendo mais filhos com Valdomira.

Em 1949, quando Lula já tinha 4 anos de idade, Aristides voltou a Garanhuns, com Valdomira e seus dois primeiros filhos (o hoje pastor Beto e o açougueiro José Rubens Inácio de Cóbis). "A mãe (Eurídice) aceitou eles na nossa casa, de lá boa que ela era", relembra Frei Chico. Aristides ficou uns 20 dias, conheceu o cacula Luís Inácio, mas quando voltou a Santos, levando junto os dois mais velhos, José e Jaime, deixou Eurídice, a primeira mulher, novamente grávida.

Um belo dia Dona Eurídice recebe uma carta — Aristides pedindo que ela pegasse a filha recém-nascida e viesse ao encontro dele. A carta não era de Aristides, e sim a artimanha de um dos



Reprodução

Reprodução

D. Eurídice, mãe de Lula

bar administrado por um tio das crianças.

A outra mulher, Valdomira, também se separou dele, em 1968. Os últimos 10 anos da vida de Aristides são obscuros, os filhos não conhecem detalhes. O enterro, como indigente, foi organizado pelo Sindicato dos Enxugadores de Santos. Lula ficou sabendo da morte do pai 20 dias depois, através de um telefonema dado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. (L.M.C.)

Sindicato, difícil decisão

Ao contrário do que se poderia imaginar, Lula resistiu bastante antes de se decidir a entrar na militância sindical.

— Ele era contra, achava que aquele pessoal era ladrão, não merecia confiança — lembra Frei Chico, o primeiro da família a se atirar no trabalho sindical e, mais tarde, na militância política do então clandestino Partido. A prisão do irmão, em 1975, incutiu em Lula a definir-se claramente.

Quando garoto, o tempo de futebol e do estudo era dividido pelo trabalho de cortar madeira nos mangues de Santos. A madeira era vendida para fazer carvão. Depois, na capital, trabalhou como entregador de roupas para um casal de tintureiros, até fazer o curso de torneiro mecânico e ir trabalhar na indústria de equipamentos Vilarés — onde começou sua trajetória de militante no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, e depois de líder político.

Luís Inácio casou pela primeira vez em 1969, com uma antiga vizinha, Maria de Lourdes, que trabalhava numa fábrica de tecelagem. Ficou viúvo dois anos depois — a mulher e o neném morreram no momento do parto. Foi um momento difícil na vida de Lula, só superado muito mais tarde, quando só seu atual casamento, com Mariza.



Casamento: 1969

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 1 de 1

Copia No. *Pugnas*

BRASILIA DF.

26 de ABRIL de 1989

HORA 1600. - - - - -

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.002/AMB/1989.-/

- I.- EVALUACION: B-1.-
- II.- RESPONDE A: Artículo publicado en diario Folha de Sao Pablo del 31 Marzo 1989.-
- III.- TEXTO:
- A - La reunión se realizó en la fecha prevista.-
- B - La misma fue por invitación, razón por la cual no se tuvo acceso por parte de la repartición oficial (Estado Mayor de las Fuerzas Armadas), a la que se pidió el informe correspondiente.-
- C - La persona que se subraya, se trataría del Capitán (Fuerza Aérea) en reforma JERONIMO CARDOSO y no se tiene confirmación que haya estado presente.-
- Se adjunta fotocopia de artículo de prensa mencionado en II.-
- IV.- ACCION TOMADA: - Confección del presente Parte.Especial.-
- V.- DISTRIBUCION:
- 01 Ejemplar para el Señor J.E.M.E.-
- 01 Ejemplar para ARCHIVO.-

E.M.E. C-10. II (Div. Exterior)

ENTRADA 12 MAYO 1989

PROCEDENCIA *Brasil*RECIBIDO *12 Mayo 1989*

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

SECRETO

8905520

"FOLHA DE SAO PAULO"

Viernes, 31 de Marzo de 1989.-

Seminário discute papel das Forças Armadas

Do Reportagem Local

O papel e a atuação das Forças Armadas na América Latina será o tema do seminário que o Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDDH) e a Central Unica dos Trabalhadores (CUT) realizarão de 7 a 9 de abril, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. O objetivo do seminário, segundo seus organizadores, é o de "desencadear um processo de discussão para demonstrar à sociedade civil e aos setores que buscam uma transformação estrutural das sociedades latino-americanas, a necessidade de elaborar uma política sobre o papel e a atuação dos militares".

A Folha apurou que o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves foi convidado para parti-

cipar do seminário, mas não aceitou o convite. Entre os participantes, estarão o virtual candidato do PT à Presidência da República, deputado federal Luis Inacio Lula da Silva (PT-SP), o presidente do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) do Paraguai e candidato presidencial, Domingo Laíno, a coordenadora das Mães da Praça de Maio da Argentina, Hebe Bonafini, o presidente da CUT, Jair Meneguelli e o presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), d. Erwin Krauel.

O tema inicial do seminário, no dia 7, será "A atuação dos militares na América Latina", com a participação do general Jerônimo Cardoso, presidente da Comissão de Assuntos Internacionais da Frente Ampla do Uruguai.

PARTES ILEGÍBIL

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 1 de 4
Copia No. Original
BRASILIA, DF. 0.0.0.0
3 DE MAYO de 1989.-
HORA 1030.-.0.0.0.0.-

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.003/AMB/989.-/

- I.- EVALUACION: A.1.-
- II.- RESPONDE A: Informaciones obtenidas por esta agencia.-
- III.- TEXTO: Por informaciones obtenidas, se sabe que funcionan en Brasil, los siguientes grupos con posibilidades de participar en acciones subversivas:
- A- De izquierda.-
- 1- Acción Libertadora Nacional (ALN), grupo desidente del PCB que preconiza la lucha armada.-
 - 2- Partido Comunista Brasileño (PCB). Afiliado al partido Comunista de la URSS, es una de las estructuras capaz de crear presiones y ejercer control sobre determinadas organizaciones sindicales de trabajadores.-
 - 3- Partido Comunista Brasileño Revolucionario (PCBR), su organización es mas tradicional y tiene escenario de lucha básicamente en el campo. Está cobijado como una "tendencia" dentro del partido de los trabajadores.-
 - 4- Partido Comunista del Brasil (PC do B). De orientación China, opta por la guerra popular como fuerza de lucha, no tiene la fuerza del PCB.-
 - 5- Movimiento Revolucionario 8 de Octubre (MR-8). Es desidente del PCB, instaló su base de operaciones en la región del PARANA, impulsando la propaganda de " focos guerrilleros " .-
 - 6- Convergencia Socialista (CS).- Organización subversiva internacional que actúa en el campo estudiantil y gremial.-

..//

. 0 3

8905520

E.M.E. Dpto. II (Div. Exterior)

ENTRADA 12 MAYO 1989

PROCESADA

RECIBIDO 5 de Mayo 1989

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 4

Copia No. *Original*

- 7- Organización Socialista Internacional (OSI). Organización trotskista aliada de la IV Internacional. Actúa en el campo estudiantil y obrero.-
- 8- Partido Obrero Revolucionario Trostkista (PORT). Vinculado al Secretariado Americano, busca la formación de una vanguardia Marxista-Leninista-Trostkista (frente único mediante la implementación de un gobierno Popular Socialista.-
- 9- Núcleo Combatiente Brasileño (NCB). Está vinculado a la IV Internacional y busca la organización de un "Ejército Brasileño de los Pobres" para lograr la revolución socialista brasileña.-
- 10- Movimiento por la Emancipación del Proletario (MEP). Persigue la toma del poder por la violencia y la implantación de un gobierno socialista.-
- 11- Unión Comunista Brasileña.-(UCB). Busca una "nueva organización" Marxista-Leninista, con los disidentes de otras organizaciones.-
- 12- Organos de apoyo a la Subversión. (U). Encargados de coordinar, promover é incrementar la solidaridad de las organizaciones subversivas existentes.-
- 13- Movimiento Obrero Sindical (MOS). Organización de tipo marxista-Leninista, busca transformar la clase explotada en la clase organizada que lucha por sus intereses inmediatos.-

• 0 4

89055/20



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

- 14- Clero Progresista.- Segmento de la Iglesia Católica alineado a la Teología de la Liberación.-
- 15- Falange Vermelha. Busca vincularse a grupos de izquierda.-
- 16- Movimiento Anarquista Revolucionario (MAR), es un grupo de fachada del PCB, para animar las manifestaciones (dirección y organización) que está tomando vigencia en el momento político actual.-
- 17- Parkas. Se obtuvo el conocimiento que en el Brasil se estaría activando, el nuevo grupo terrorista denominado "PARKAS", que su base de operaciones estaría ubicado en la localidad de SAO JOAO DEL REY (Estado de Minas Gerais) y que mantenían contactos con terroristas que estarían siendo armados y apoyados desde LIBIA por AHULED DAL, sindicado como hombre de enlace.- En la localidad de SAO JOAO DEL REY funciona una panadería llamada SAN GERALDO, en cuyas instalaciones se reunía ocasionalmente el Grupo, ya que el propietario TACITO MOURA JUNIOR y su hijo DOMINGO LIMA, son integrantes del mismo.- DOMINGO LIMA habita en la Avenida Laite de Castro No.278, en Sao Joao del Rey y es sindicado como Jefe del Grupo, mientras que TACITO MOURA JUNIOR habita en la calle Padre JOSE PEDRO No. 142 en Sao Joao del Rey y sería el vice-líder del Grupo.-

B- De derecha:

- 1- Comando Delta. Realizó diversos atentados durante el año 1981.-

• 0 5

[SECRETO]

8905520

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 4 de 4
Copia No. Original

- 2- Falange Patria Nueva.- Grupo que actua contra puestos de ventas de revistas y periódicos de izquierda, contrarios al Gobierno.-
- 3- Comando de Caza de los Comunistas. (CCC). Grupo que realizó atentados contra políticos de izquierda, durante 1981.-
- 4- Comando HERZOG.- Durante el año 1981, realizó acciones contra medios de prensa de izquierda.-

IV.- ACCION TOMADA: Confección del presente Parte Especial.-

V.- DISTRIBUCION: 01 Ejemplar para el Sr. J.E.M.E.-

01 Ejemplar para ARCHIVO.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel


NESTOR W. BERTRIN.-

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 1 de 2

Copia No. *Original*

BRASILIA UR. - - - - -

3 DE MAYO DE 1989. -

RUHA LUBU. - - - - -

PORTE ESPECIAL DE INFORMACION No. 004/AMB/989.-

I.- EVALUACION:

A.1.-

II.- RESPONDE A:

Información obtenida por esta agencia.-

III.- T E X T O :

A)-Informaciones obtenidas indican que en la actualidad no exis-

tiría estado de subversión en el Brasil.-

No obstante algunos hechos reconocidos por el Ejército per-
miten observar ciertos indicios:

1- Reactivación del grupo PARKAS.-

Ver P.E.I. No.003/AMB/989 del 3 de Mayo.-

2- Adiestramiento de Elementos de Izquierda en Nicaragua.-

3- Participación en " La Tablada " de sediciosos brasileños.-

4- Manifestaciones violentas, originadas por elementos infil-
trados, en la actual ola de huelgas, (algunas reconocidas
como legítimas por el problema económico)

5- Sucesos de VOLTA REDONDA.-

Ver P.E.I. Nos.038 y 040/AMB/988 del 28 de diciembre.-

8)-Los hechos mencionados en A-4 y A-5, además de las ocupaciones
de tierras, movimientos ecológicos y sucesos amazónicos, pro-
blemas sociales existentes y reconocidos, apuntan a un clima
de " desestabilización ", lo que ha dado lugar a reiteradas
advertencias del Presidente de la República, Ministros de ...//

4.07

SECRET

8905520

E.M.E. Dpto. II (Div. Exterior)

ENTRADA 12 MAYO 1989

PROCEGENCIA *Recepcion*

RECIBIDO *Recepcion*

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 2 de 2

Copia No. *Original*

//..Ejército, Armada, Fuerza Aérea, y Justicia.-

Anexos Nos. 1-2-3-4-5-6 y 7.-

Los Ministros Militares aseguran la participación de las FF.AA, ante solicitud de los Poderes Públicos (incluidos estatales, Justicia, etc, de acuerdo a la Nueva Constitución), para el mantenimiento del sistema de Gobierno, la Paz Social y el Derecho al Trabajo.-

Asimismo el Poder Ejecutivo, ante el clima de agitación social, apuró la firma de la Medida Provisoria, con fuerza de Ley, que reglamenta el Derecho de Huelga y define los Servicios Esenciales.-

Anexo No.8.-

IV.-ACCION TOMADA: Confección del presente Parte Especial.-

V.-DISTRIBUCION: 01 Ejemplar para el Sr.J.E.M.E.-

01 Ejemplar para ARCHIVO.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

Nestor M. Bertrín
NESTOR M. BERTRIN.-

SECRETO

08.08

6905520

028

Um relatório confidencial do Congresso americano faz sérias restrições ao Brasil e a outros países do Terceiro Mundo, relativamente à produção de mísseis, e recomenda à Casa Branca medidas drásticas para limitar a fabricação dessa arma atômica

EUA não quer míssil brasileiro. E ameaça

Um documento confidencial do Congresso americano, entregue à Casa Branca, e já liberado ao público, alerta que o Brasil e outros países brevemente estarão produzindo e exportando mísseis. E diz que isso poderá ser evitado caso os Estados Unidos propusessem um acordo: os americanos dariam mais ajuda econômica, em troca da suspensão do programa de mísseis. No caso de uma recusa, o presidente George Bush utilizaria, num primeiro momento, sanções comerciais e econômicas. À ineficácia destas, viria a possibilidade de uma operação militar. A informação é do jornalista Mairalles Passos, correspondente em Washington do jornal O Globo, publicada na edição de ontem. O relatório - prosegue Passos - lembra que o atual desenvolvimento de armas no Terceiro Mundo se deve, por um lado, ao fato de engenheiros de vários países europeus virem cooperando com seus colegas brasileiros - apesar de, em 87, os EUA e seus seis aliados no Primeiro Mundo (Japão, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, França, Itália e Canadá) terem firmado tratado para restringir a transferência dessa tecnologia a outras nações. O documento sugere a Bush a adoção de dois tipos de medidas para evitar que os países do Terceiro Mundo obtenham ajuda externa e insistam em criar tecnologia própria nas áreas nuclear e de mísseis: que haja por um lado, incentivos e, de outro, duras punições. No primeiro caso, os EUA

ofereceriam assistência técnica, incentivos comerciais e outras formas de assistência econômica. Não interessando essas, a Casa Branca se daria a punições, tais como restringir ou proibir a ajuda externa a esses países.

Terror

No estudo de 167 páginas, o Brasil merece um capítulo específico. Se vê que os americanos estão bastante preocupados também com outros 18 países do Terceiro Mundo. O maior temor é de que esses países, inclusive o Brasil, venham a combinar o seu programa de mísseis com o nuclear.

A preocupação maior com o Brasil é

devido à sua política de exportação de armas, quando não faz restrições quanto à sua utilização, permitindo que os compradores revendam o material. Eles temem que os mísseis brasileiros cheguem ao líder líbio Muamar Kadafi.

Ainda sobre o Brasil, diz que a Avibrás poderá lançar no mercado já em 90 o SM 300, de extrema precisão - baseado no foguete experimental Sonda IV, movido a combustível sólido, guiado por um sistema inercial e com um alcance de 300 quilômetros. Com esse míssil a Avibrás espera conseguir extrema precisão. Ainda segundo o documento, o Brasil teria à disposição em 90 o SM-70, ou Barracuda, de alta precisão. (AG)

Itamaraty sabia do documento

O Governo já tinha conhecimento, desde outubro do ano passado, de um documento elaborado no Congresso dos Estados Unidos, onde o Brasil é apontado como um dos países "que brevemente estarão produzindo e exportando mísseis" e que sugere ao governo norte-americano a realização de acordo com estes países para evitar a proliferação de mísseis". Segundo o embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário geral do Itamaraty, o documento não tem importância. "pois trata-se de uma pesquisa da biblioteca do Congresso e não de uma posição oficial do Legislativo ou do governo norte-americano". Reconhecendo, no entanto, a importância do

assunto tratado no documento, o embaixador Flecha de Lima declarou que o governo brasileiro reitera mais uma vez que o Brasil é país pacífico e vive em paz com seus dez vizinhos e que não está engajado em programas para fins militares". Sobre o recelo do EUA, segundo documento do Congresso, de que o Brasil exporte para a Líbia os seus mísseis em fabricação, Flecha de Lima explicou: "Cabe reiterar a responsabilidade do governo Brasileiro nessas vendas, que levam em conta implicações políticas eventuais e o quadro estratégico," disse, referindo-se à posição do Brasil de não vender armas para países em conflito. (AE)

058

Itamarati aceita Melton para embaixador dos EUA

BRASÍLIA — Richard Melton será o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil. O Itamarati divulgou ontem à noite a concessão do *agrément* a Melton e ao novo embaixador do Paraguai, Juan Esteban Aguirre Martinez. Na semana passada, o engenheiro Richard Zarattini, ex-preso político, reconheceu Melton numa foto publicada no *JORNAL DO BRASIL* e denunciou, em carta ao ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, ter sido interrogado por ele quando esteve preso em Recife. Melton foi vice-cônsul dos EUA na capital de Pernambuco entre 1967 e 1969.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), também escreveu a Sodré, pedindo que o Itamarati examinasse com muita atenção a concessão do *agrément* a Melton. "É preciso que o governo primeiro apure essa denúncia. Conheço Zarattini há

25 anos e sei que ele não faria uma acusação leviana", afirmou Lucena, insistindo que a denúncia era extremamente grave.

No ano passado, Richard Melton foi designado embaixador dos EUA na Nicarágua. No entanto, ficou só cinco meses em Manágua, de onde foi expulso e considerado *persona non grata*, sob a acusação de intrometer-se em assuntos internos da Nicarágua.

O ritual de pedido e concessão de *agrément* é uma das tradições mais antigas da diplomacia internacional. O processo é cercado sempre do maior sigilo, a fim de evitar constrangimentos ao caso de recusa ao nome indicado. No entanto, como se trata de indicação pessoal do presidente de um país ao presidente do outro país, recusa formal raramente ocorre. A rejeição é sutilmente manifestada através da demora na resposta ao pedido de *agrément*.

J. S. 2/6/86

092

Zero hora 2/06/89

Principais pontos da medida provisória

Os principais pontos da medida provisória que vigora a partir de hoje e visa evitar o déficit da Previdência Social são os seguintes:

□ As aposentadorias e pensões estão desvinculadas do salário mínimo de NCz\$ 120 aprovado pelo Congresso e que deve ser sancionado pelo presidente Sarney.

□ Para os aposentados e pensionistas vale o mínimo de NCz\$ 81,68. Sobre esse valor, está garantida a incorporação do IPC de maio e junho, que será pago em julho. A partir dessa incorporação, o reajuste dos benefícios será trimestral, com base na inflação acumulada do período. O próximo reajuste ocorrerá em outubro, com base no IPC do trimestre julho/ setembro.

□ A contribuição previdenciária do trabalhador aumenta. Fica em 9,5% para a faixa de 3 a 5 salários mínimos; em 11% para a faixa entre 5 a 10 salários e se mantém em 8,5% para quem ganha até 3 mínimos. A parcela do salário que exceder a 10 mínimos não sofre desconto. Além disso, a base de cálculo é o salário mínimo pleno e não mais o de referência. Esses de-

contos serão efetivados a partir de setembro, pois a lei determina uma carência de 90 dias para a sua efetivação.

□ A alíquota do Finsocial sobe de 0,5% para 1%.

□ A contribuição previdência das empresas também aumenta. Passa de 18,2% para 20%. No caso dos bancos há ainda um adicional de 2,5% sobre os 20%. Pequenas e microempresas pagam só 11%. Em todos os casos há ainda um adicional de 2% para cobertura de acidentes de trabalho.

□ A contribuição dos profissionais autônomos sobe de 19,2% para 22%, para quem recebe acima de três salários mínimos. Autônomos com ganhos abaixo disso contribuem 11%.

□ Para empresas em dívida com a Previdência, haverá flexibilização no prazo de pagamento das multas, que baixam de valor.

□ A maior aposentadoria passa a ser de 10 pisos salariais e não mais de 20 salários mínimos de referência. (Brasília/ZH)

01 01

8906187

088

MEMORANDUM

I.- ASUNTO: PPI N° 003/AMB/89 del Agremil Brasil, período del 01 al 31 de marzo 89.

II.- ACCION TOMADA:

- CONOCIMIENTO SR. JEFE DPTO. II _____ X
- CARPETA SR. C.J.E. _____ X
- CARPETA SR. J.E.M.E. _____
- CARPETA SR. 1er.SUB-JEFE E.M.E. _____
- P.E.I. A LA D.G.I.D. _____ X
- P.E.I. AL ES.MA.CO. _____
- HOJA DE TRAMITE A _____
- AREA 2 _____

III.- ARCHIVO:



MONTEVIDEO, _____

El Jefe de la División Exterior del Dpto. II.

OMAR PORCIUNCULA.

01-34

8906522

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

BRASILIA - DF.-

10 de ABRIL 1989.-

HORA 1130.-

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.003/AMB/989.-/

(Período cubierto del 01 al 31 de Marzo de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 Ejemplar al Sr.J.E.M.E.-

01 Ejemplar al ARCHIVO.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

/NWB-jrm/

SECRET

EMBAJADA
ENTRADA 27 ABR. 1989
PROCEDIMIENTO
RECIBIDO 27 ABR. 1989

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 1 de 32

Copia No. *Verquias*

I).- FACTOR POLITICO.-

A.-NACIONAL.-

1.-JANIO CUADROS ACEPTA POSTULACION PRESIDENCIAL.-

-En el Cairo, el ex presidente de la República y ex alcalde de San Pablo JANIO CUADROS, afirmó que se sentiría honrado en encabezar una fórmula presidencial junto con el presidente del PDS, Senador JARBAS PASSARINHO, con vistas a la elección presidencial del 15 de noviembre. PASSARINHO, a su vez admitió esa posibilidad, " siempre que sea el deseo de mi partido ". Según el, CUADROS, representa una considerable cantidad de votos y una clara postura contraria a LEONEL BRIZOLA, candidato del PDT. PASSARINHO informó, además que la fórmula encabezada por el ex presidente viene siendo analizada desde hace tiempo por la Dirección Nacional de su partido, juntamente con las del empresario ANTONIO ERMIRIO DE MORAES y del ex gobernador de San Pablo, PAULO MALUF.- A pesar de que manifestó cautela en sus palabras, el senador afirmó que la fórmula CUADROS-PASSARINHO, podrá ser la mejor alternativa para enfrentar a los partidos de izquierda. Aclaró, sin embargo, que considera difícil que todas las fuerzas de centro se unan alrededor de candidatos únicos.-

2.-SINDICATOS SE NIEGAN A PARTICIPAR EN NEGOCIACIONES.-

-La invitación hecha por el Ministro de Trabajo, DOROTHEA WERNECK, a la Central Unica de los Trabajadores (CUT) y a la Confederación General de los Trabajadores (CGT) para que participen en el Foro Nacional de Negociación Salarial (antiguo pacto social), no fue aceptada por los dirigentes de ambas organizaciones. Ni siquiera los temas de discusión propuestos por la Ministro causaron interés en los dirigentes, quienes afirmaron que antes debe resolverse el problema de las pérdidas salariales ocasionadas desde la aplicación del Plan Cruzado, en 1986.-La decisión sobre la no participación fue confirmada por el comando unificado que prepara la huelga nacional general del 14 y 15 de marzo próximos.-

03

8906522

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 32

Copia No. *Original*

3.-OCHO MINISTROS APOYAN CANDIDATURA DE JANIO QUADROS.-

-Según afirmaron asesores presidenciales, si bien JOSE SARNEY aún no eligió el candidato a Presidente de la República a quien apoyará y está esperando el resultado de la Convención Nacional del PMDB, es posible de que apoye la postulación del ex presidente y alcalde de San Pablo JANIO QUADROS.-Un ministro que mantiene vinculaciones con el ex presidente afirmó que el nombre de QUADROS, se menciona con mucha frecuencia en las conversaciones que se realizan sobre candidaturas, en el Palacio del Planalto.-Agregó que son ocho los ministros que, por haber tenido vínculos políticos y/o personales con el posible postulante, apoyarán su candidatura.-Uno de ellos, el Ministro de Cultura, JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA, afirmó: "El destino me reserva nuevamente una oportunidad singular: 30 años después, apoyar al mismo candidato". OLIVEIRA fue secretario particular de QUADROS cuando éste fue presidente.-Tres Ministros militares también tuvieron estrechas relaciones con él. Los Generales LEONIDAS PIRES GONÇALVES e IVAN DE SOUZA MENDES, Ministro de Ejército y del Servicio Nacional de Informaciones, respectivamente, trabajaron en la Casa Militar de la Presidencia de la República, general RUBEM BAYMA DENYS, es pariente del ex presidente.-

4.-MINISTRO DE EJERCITO CRITICA "FALSOS ECOLOGISTAS".-

-El Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, afirmó que la creciente presión internacional sobre el problema amazónico es estimulada por "falsos ecologistas" que surgen porque la discusión de la protección del medio ambiente esta de moda.-Agregó que éstas son personas que nunca fueron a la Amazonia, que conocen su historia, ni sus problemas y que jamás se interesaron por estudiar la cuestión económica.-Estas opiniones fueron dadas en una conferencia a parlamentarios y divulgadas por el Centro de Comunicación Social del Ejército.-El General agregó que las áreas incendiadas se encuentran en la periferia amazónica, no habiendo alcanzado aún la floresta húmeda ecuatorial.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 3 de 32

Copia No. Original

Con respecto a las obras proyectadas, GONÇALVES dijo que son imprescindibles y que deben ser racionalizadas, "pero jamás eliminadas".-

5.-SENADOR SOLICITA CONSTITUCION DE CPI SOBRE AMAZONIA.-

-Con la firma de 34 senadores, el líder del PDS JARBAS PASSARINHO, presentó una solicitud de constitución de una comisión parlamentaria de investigación (CPI) sobre la Amazonia, con la finalidad de establecer con exactitud las dimensiones de la destrucción de la región, aclarar las afirmaciones sobre su importancia como pulmón del mundo, determinar la agravación del 'efecto estufa' en la atmósfera, investigar las presiones internacionales, y elaborar programas de explotación racional de las florestas.-PASSARINHO opinó que la importancia de esta CPI aumentará en caso de que el diputado FABIO FELDMAN del PSDB, presente ante la Cámara un pedido similar al suyo, " pues, en ese caso, la CPI será del Congreso Nacional ", dijo.-

6.-JANIO QUADROS ANUNCIA PLATAFORMA ELECTORAL.-

-El ex presidente de la república, JANIO QUADROS, asumió su condición de candidato a la primera magistratura, al anunciar el principal aspecto de su plataforma electoral: " La caminata hacia el Centro-Oeste ". A pesar de que, en un mensaje enviado desde Europa, no se refiere explícitamente a su candidatura, QUADROS convoca al pueblo " a descubrir las posibilidades que brinda la región centro-oeste del país ", que ofrece nuevas y reales posibilidades, en especial a la juventud.- Para sus partidarios, el anuncio de este aspecto de su programa electoral significa el efectivo ingreso de QUADROS en la disputa por la presidencia de la República.-

7.-A CNBB LE PARECE LAMENTABLE CANDIDATURA DE CAIADO.-

-El presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), monseñor LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, consideró "lamentable" la candidatura a la Presidencia de la República del líder de la Unión Democrática Ruralista (UDR), RONALDO CAIADO, divulgada la semana pasada.-Agregó que la misma " no se identi...//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 4 de 32

Copia No. *Original*

//...fica con las bases populares, en momentos en que es preciso reforzar las aspiraciones del pueblo y, principalmente, dar acceso a los campesinos a las tierras " ALMEIDA opina que CAIADO se opone totalmente a estas aspiraciones.- Por otra parte, reprobó al populismo y reveló que su candidato deberá tener programas de gobierno que permitan la participación popular, que sean pluripartidistas y que atiendan a la educación y a la salud.-

8.-CNBB AFIRMA QUE HUELGA GENERAL ES LEGITIMA.-

-La iglesia formalizó su apoyo a la huelga general nacional fijada para los días 14 y 15 de este mes.-Después de recibir en audiencia a los presidentes de las Centrales Unica de los Trabajadores (CUT) y general del Trabajo (CGT), JAIR MENEGUELLI y JOAQUIN DOS SANTOS ANDRADE, respectivamente; el secretario General de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), monseñor ANTONIO CELSO DE QUEIROZ, afirmó que los trabajadores están soportando, desde hace décadas, el mayor costo de los períodos de combate a la inflación. " La huelga tiene legitimidad y la CNBB, aunque no la apoya directamente, es una entidad que tiene influencia sobre el Estado, las organizaciones sociales y la opinión pública ", expresó QUEIROZ.-

9.-ENCUESTA REVELA APOYO DE JOVENES A LULA Y A BRIZOLA.-

-El diputado LUIS IGNACIO DA SILVA (Lula) y el ex gobernador LEONEL BRIZOLA, candidatos presidenciales del PT y del PDT, respectivamente, están empatados en la preferencia de los jóvenes de 16 y 17 años de edad que votarán, en la elecciones presidenciales de noviembre; según lo determina la nueva Constitución. Este es uno de los principales resultados de la encuesta hecha en las regiones Sur, Sudeste y Nordeste, por el instituto VOX POPULI, de Minas Gerais.-LULA obtuvo 10,8 por ciento de las intenciones de voto y BRIZOLA, 10,6 por ciento.-

10.-ECOLOGO RECHAZA AFIRMACIONES DE MINISTRO DE EJERCITO.-

-El científico JOSE LUTZENBERGER, ganador del Premio Nóbel Alternativo de Ecología, de 1988, rechazó las afirmaciones del Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, en la que dijo que existían falsos ecologistas, y le ..//

08

8906522

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

//..desafió a designarlos.- " Sería conveniente que el General diera los nombres de esos falsos ecologistas y que diga cuales son los criterios que utiliza para distinguir entre éstos y los verdaderos ", afirmó LUTZENBERGER. Agregó que le sorprende; preocupa y entristece conocer declaraciones de un general " que apoyan a quienes destruyen y saquean la Amazonia. De las Fuerzas Armadas yo esperaba apoyo para nuestra desesperada lucha en defensa de las florestas " dijo el ecólogo.-

11.-QUADROS BUSCA COMPAÑERO DE FORMULA PRESIDENCIAL.-

-El ex presidente de la república JANIO QUADROS, quien la semana pasada anunció su candidatura a la Primera Magistratura, reveló que invitará a algún político de las regiones Norte ó Nordeste para que le acompañen en la fórmula presidencial. " Si bien siento un gran respeto por políticos como el senador JARBAS PASSARINHO (presidente del PDS) y los gobernadores MIGUEL ARRAES y FERNANDO COLLOR DE MELLO (de Pernambuco y Alagoas, respectivamente), mi preferencia será por políticos del Norte ó del Nordeste " afirmó QUADROS.- Reiteró que, en caso de que llegue a la Presidencia de la República, dará prioridad al desarrollo de la Amazonia y de la región Centro-Oeste. " Brasil no puede continuar siendo un país litoral. La integración de nuestro territorio es una cuestión de seguridad nacional ", expresó.- Con respecto a su candidatura, aseguró que no rechazará ni buscará apoyo alguno, y que tiene la certeza de que "hasta sectores del PMDB" le apoyarán.-

12.-QUADROS YA SE CONSIDERA ELECTO PRESIDENTE.-

-El ex presidente JANIO QUADROS ya se considera electo nuevo Presidente de la República, debido a que no ve adversarios de importancia en la competencia por la Primera Magistratura, e inclusive se niega a analizar la hipótesis de que el comicio presidencial pueda decidirse en el segundo turno electoral. " Me gustaría saber cuál de mis adversarios tiene electores en todo el país, como yo los tengo " desafió QUADROS, en una entrevista telefónica hecha desde Estambul. Reveló que no teme a la candidatura de LEONEL BRIZOLA, líder del PDT, ni a la de LUIS INACIO DA SILVA (Lula), del PT. En el primer caso, QUADROS afirmó que BRIZOLA es ..//

SECRETO

Hoja 6 de 32

Copia No. *Original*AGREGADO MILITAR
BRASILIA

//..es débil en estados como San Pablo y Minas Gerais, " que tienen la mitad del electorado Nacional", y que la presencia del PT es muy limitada. "Las ciudades gobernadas por el partido de LULA son un desastre, están inmundas ", sentenció el ex presidente.-

13.-LULA PIDE FICALIZACION INTERNACIONAL DE ELECCIONES.-

-El líder y candidato del PT a la presidencia de la República, diputado LUIZ INACIO DA SILVA (Lula), solicitó al ex canciller (primer ministro) alemán, WILLY BRANDT, presidente de la Internacional Socialista, que envíe a Brasil un representante que fiscalice las elecciones presidenciales de noviembre. Por su parte, BRANDT, quien también es presidente honorario del partido Socialdemócrata Alemán, prometió dar al PT el mismo apoyo que dará al PDT, "porque para nuestro partido lo más importante es la victoria de la izquierda ". Lula también fue recibido por el ministro de Estado de la Cancillería germana, LUTZ STAVENHAGEN, quien afirmó que "SILVA es un candidato de un gran partido democrático, motivo por el cual decidí conversar con él personalmente ".-

14.-BRASIL Y PERU REAFIRMAN DECISION DE CONSTRUIR RUTA.-

-El secretario General de la Cancillería, embajador PAULO TARSO FLECHA DE LIMA, y el canciller peruano, GUILLERMO LARGO GOX, reafirmaron la decisión de Brasil y Perú de completar la construcción de la ruta BR-364, que unirá el estado de ACRE con la frontera peruana.- FLECHA DE LIMA, reiteró que Brasil nunca solicitó recursos a JAPON ni este país los ofreció, para construir la carretera. GOX destacó los beneficios que la misma traerá " no sólo para los dos países, sino para la integración de la región ". Agregó que todos los proyectos peruanos-brasileños tienen en cuenta la preservación del medio ambiente.-

15.-FINALMENTE, EL PMDB ROMPE CON EL GOBIERNO.-

-La nueva comisión ejecutiva del PMDB, se reunió por primera vez con el fin de determinar la ruptura con el gobierno. Una nota difundida al finalizar la reunión anuncia que "el partido es políticamente independiente del gobierno federal y no

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 32

Copia No. *legua*

//..se siente representado por los miembros del PMDB, que integran el Gabinete Presidencial ". Al retirarse de la reunión, el presidente del partido, diputado ULYSES GUIMARAES, afirmó que lo correcto es considerar que el PMDB no tiene ministros en el gobierno, debido que para la designación de los mismos no fue consultado.--

16 --ENERGICO DISCURSO DE SARNEY SOBRE LA AMAZONIA.--

-Ante la presencia de cinco ministros Militares, el presidente SARNEY denunció, con energía, "que cada día surgen nuevas formas de intervención de los países ricos en Brasil ". Su discurso, pronunciado en la ceremonia de despedida de guardiamarinas que partían en viaje de instrucción, afirmó que es necesario llevar la presencia soberana de Brasil a todas las partes del mundo, con el fin de que " no se transforme a la Amazonia en un Golfo Pérsico verde, internacionalizado por la codicia que desde hace tanto tiempo existe ". Destacó que las presiones externas son ejercidas por los países que mas daño hicieron a las zonas verdes de sus territorios. Calificó a estas presiones como insidiosas, crueles y falsas.--

17 --MINISTRO DE EJERCITO RECHAZA PRESION EXTRANJERA.--

-La cuestión de la preservación de la Amazonia tiene un nuevo vocero dentro del gobierno: el ministro de Ejército General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, asumió en los últimos días la defensa directa de las florestas contra lo que clasificó como " tentativa de entremetimiento externo en la región amazónica ". PIRES GONÇALVES adoptó esta postura después de sucesivas reuniones que mantuvo con los integrantes de la Secretaría de Asesoramiento para la Defensa Nacional (SADEN), cuyo secretario ejecutivo es el General de División RUBEM BAYMA DENYS, Ministro Jefe del Gabinete Militar de la Presidencia de la República.-- Las posturas de ambos Generales fueron decisivas en la que posteriormente adoptó el Gobierno relativo al problema amazónico.--El Ejército cuenta con representantes, todos oficiales superiores, en la totalidad de los programas vinculados a la región amazónica,--inclusive en el recientemente puesto en práctica, denominado "Nuestra Naturaleza ". Además constituyó grupos de trabajos destinados a estudiar for.--

00

8906522

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 8 de 32

Copia No. *Buzinas*

//...mas de evitar mayor destrucción de las florestas.-El Ministro de Ejército a invitado a 31 parlamentarios, miembros de la Comisión de Defensa Nacional de la Cámara de Diputados, a una reunión en la que discutirán los problemas amazónicos y las presiones internacionales, en especial las estadounidenses.-Con el mismo fin, GONÇALVES se reunió en su despacho con el Director del Banco Mundial (BIRO), ARNEAI CHOKSI.-

B.-INTERNACIONAL.-**1.-ASPECTOS DE LA ENTREVISTA DE SARNEY CON BUSH.-**

-El Presidente JOSE SARNEY, en Tokio, conversó durante 20 minutos con el presidente GEORGE BUSH, a quien relató las principales medidas tomadas por su gobierno para preservar el medio ambiente. Y para que estos esfuerzos se concreticen, SARNEY propuso la creación de un grupo bilateral de estudios, integrados por importantes funcionarios de ambos gobiernos, con el fin de encontrar soluciones basadas en el consenso para los problemas existentes en la relación entre los dos países. En un intento para disminuir las divergencias en la cuestión ambiental hoy, el principal obstáculo en la relación entre Brasil y Estados Unidos, SARNEY destacó tres puntos: la triplicación de las reservas indígenas, la protección de la naturaleza asegurada por la Constitución, y la prohibición de la pesca de ballenas.- Ante la insistencia de los periodistas, el presidente BUSH afirmó que su país se preocupa por el medio ambiente internacional, lo que significa que tomará iniciativas que afecten la soberanía de otro país.-Por su parte el secretario de Estado, JAMES BAKER, tocó el tema de la vinculación de la deuda externa con la protección ecológica, sobre lo cual SARNEY afirmó que eso era imposible, ya que "no se puede resolver un problema con otro problema". Con respecto a la deuda externa, el Presidente brasileño expresó, que si la misma causa inestabilidad en deudores y acreedores, significa que el problema debe tratarse desde el punto de vista político. BUSH prometió que, en los próximos días, estará concluido un nuevo estudio sobre la deuda de los países latinoamericanos, en base al cual su gobierno emitirá opinión.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 32

Copia No. *[Firma]*

2.- UNION CON PACIFICO NO DEPENDE DE RECURSOS JAPONESES.-

-La construcción de la carretera que unirá el estado de ACRE con la costa peruana sobre el océano Pacífico (BR 364) no depende de la financiación de JAPON, según expresó el presidente SARNEY, en Tokio. " Hay una gran falta de información. Esta ruta hace años que está siendo construída en PERU, y en BRASIL solo falta ejecutar 90 kilómetros, entre Porto Velho y Río Branco, tramo que no necesita recursos japoneses ", explicó SARNEY, quien agregó que la polémica con respecto a la preservación de la Amazonia se origina en dos factores: desinformación y múltiples intereses en la región. "No hay estudios científicos que comprueben secuelas nocivas para el medio ambiente, por la destrucción de 3,5 por ciento del territorio amazónico", dijo.-

3.- LAS RELACIONES CON ESTADOS UNIDOS.-

-Al retornar de JAPON, el presidente SARNEY afirmó que, aunque las relaciones entre BRASIL y ESTADOS UNIDOS, no estén pasando por un buen período, " no existe amenaza alguna de que puedan llegar a un nivel perjudicial para los dos países." Reiteró que cualquier entrometimiento externo en los problemas ecológico del país será rechazado. " El problema del medio ambiente es de los brasileños. No aceptaremos de manera alguna, intrusiones externas " afirmó categóricamente SARNEY.-Con respecto a la reunión con el presidente GEORGE BUSH, dijo que tuvo la oportunidad de expresarle la necesidad de la elaboración de una agenda de trabajo positiva " y no negativa, como sucedió en estos últimos años ". Agregó que BUSH tiene una gran confianza en BRASIL, que es el mayor socio de ESTADOS UNIDOS en América del Sur, " lo que nos motiva trabajar para mejorar estas relaciones.".-

4.- SARNEY VIAJA A SURINAM Y A GUYANA.-

-Al llegar a Paramaribo capital de SURINAM, el Presidente JOSE SARNEY apoyó la unión de todos los países amazónicos para la elaboración de un programa integrado de " desarrollo nacional " de esta región. Agregó que la preser...//



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 10 de 32
Copia No. *Riquelme*

//...vación de la Amazonia, como así también su desarrollo, son cuestiones de soberanía Nacional a las cuales los países interesados no pueden renunciar. Después de su primera reunión de trabajo con el presidente RANSWAK SAKAR, SARNEY afirmó que el comportamiento étnico, la naturaleza amazónica y los ideales democráticos son los factores de unión entre BRASIL y SURINAM. En conversación con los periodistas, el presidente brasileño dijo que con la visita a GUYANA, a donde llega hoy, prácticamente concluye el ciclo de visitas a países latinoamericanos con los cuales pretende establecer vínculos destinados a la defensa de intereses mutuos.-

5.-PRESION MILITAR CANCELA VIAJE DE SARNEY A HOLANDA.-

-El presidente SARNEY canceló su viaje a HOLANDA, donde iba a participar en una conferencia sobre medio ambiente organizada por los gobiernos de este país, FRANCIA y NORUEGA. Militares de la Secretaría de Asesoramiento para la Defensa Nacional (SADEN) y la Cancillería convencieron al Presidente de que su viaje a LA HAYA no proporcionaría ningún beneficio a BRASIL en la discusión sobre la preservación de la Amazonia. Uno de los principales temas que se discutirá en la conferencia será la transformación de la Amazonia en una especie de territorio multinacional.-

6.-PAISES AMAZONICOS APOYAN POSTURA BRASILEÑA.-

-Los cancilleres de los países amazónicos (Brasil, Bolivia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam, y Venezuela), reunidos en QUITO, afirmaron que apoyan el desarrollo de la región amazónica sin perjudicar el medio ambiente, y que no renunciarán a la soberanía de la región ante las tentativas de internacionalización. El secretario General de Ytamaraty, PAULO TARSO FLECHA DE LIMA, afirmó en su discurso que las presiones sobre Brasil están destinadas a impedir que la explotación de sus recursos naturales posibilite la transformación del país en una potencia mundial. La postura brasileña fue apoyada por todos los representantes.-

7.-REUNION PRESIDENCIAL SOBRE PRESION INTERNACIONAL.-

-Los presidentes de los 8 países que componen el Tratado de Cooperación Amazónica, se reunirán para debatir sobre las presiones internacionales que están sufriendo.//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

//...do debido a las acusaciones de falta de protección ambiental, según informaron fuentes de la Cancillería. Esta decisión fue tomada después de una reunión en la que el Embajador PAULO TARSO FLECHA DE LIMA, secretario general de Itamaraty, relató a los cancilleres de los otros siete países las características de las presiones que Brasil está soportando. Según las mismas fuentes, la reunión de los presidentes de BRASIL, BOLIVIA, COLOMBIA, ECUADOR, GUYANA, PERU, SURINAM, y VENEZUELA se hará en Brasil en fecha próxima.-

8.-PAISES AMAZONICOS SE OPONEN A INTERNACIONALIZACION.-

-La ' Declaración de San Francisco de Quito ' documento de 25 páginas elaborado por cancilleres de los países miembros del Tratado de Cooperación Amazónica, optó por un tono mas duro para criticar los intentos de intromisión externa en el problema amazónico, al afirmar que Brasil, Bolivia, Colombia, Ecuador, Guyana, Perú, Surinam y Venezuela rechazan cualquier intromisión externa sobre los planes y acciones por ellos llevados a cabo en la Amazonia.- Los cancilleres afirman que, para alcanzar el desarrollo integral de esta región, se debe mantener el equilibrio entre el crecimiento económico y la conservación del medio ambiente.-

9.-PDT ES ADMITIDO EN LA INTERNACIONAL SOCIALISTA.-

-En una reunión realizada en Viena, la Internacional Socialista admitió como miembro pleno al Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esta decisión fue tomada por unanimidad. El Partido de LEONEL BRIZOLA, hizo la solicitud mediante el Secretario general y presidente honorario de aquella entidad política, WILLY BRANDT. Hasta el momento de su aceptación, el PDT era miembro consultivo de la Internacional, sin derecho a voto, debido a que la antigua Constitución brasileña prohibía que los partidos políticos nacionales se asociaran a cualquier organismo internacional. A raíz de este hecho, el candidato presidencial del PDT viajó a LISBOA, con el fin de reunirse con líderes de la Internacional Socialista y con el presidente portugués, MARIO SOARES.-

SECRETO

8906522

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

10.- EE.UU DESEA MAS PARTICIPACION DE BRASIL EN AFRICA.-

-Charles Freeman, Subsecretario de Estado de Estados Unidos para Asuntos Africanos, afirmó en Brasilia que Brasil debe contribuir para poner fin a los conflictos en Mozambique y no escondió el interés de su Gobierno por una mayor participación brasileña en el Africa. " Me parece que la influencia de este país crecerá a medida que se aproxime el nuevo siglo ", dijo Freeman, y agregó que Brasil es escuchado por muchos países africanos, motivo por el cual debe usar esa influencia para promover la paz en determinadas regiones. Con respecto a Mozambique, el subsecretario estadounidense fue claro al afirmar que países que dan refugio a personas que financian la guerrilla mozambiqueña tienen la obligación moral de persuadir a esas personas, por medios legales ó políticos, de que deben cortar ese apoyo. Cabe recordar que en Brasil viven empresarios portugueses y ex residentes mozambiqueños que envían ayuda a la guerrilla llamada Resistencia Nacional Mozambiqueña, financiada y adiestrada por Africa del Sur.-

11.-INCIDENTE DIPLOMATICO ENTRE BRASIL E INGLATERRA.-

-Un incidente diplomático, ocurrido la semana pasada, perjudicó las relaciones entre Brasil e Inglaterra. La Marina Brasileña no permitió que el buque británico 'INDIANA I ' proveniente de las Islas Malvinas, entrara en el puerto de Rio Grande, en el estado de Rio Grande del Sur. Las autoridades del navío argumentaron averías a bordo. Las autoridades brasileñas interpretaron que los argumentos británicos no eran verdaderos y que la solicitud de permiso no era otra cosa que la intención de crear una situación de hecho consumado. Como es de público conocimiento, Brasil apoya a Argentina en sus disputa por las Malvinas, motivo por el cual no permite que aviones o barcos ingleses utilicen al territorio brasileño como escala técnica en su trayecto desde o hacia LAS MALVINAS.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 12 de 27
Copia No. *Original*

12.- BRASIL Y ESTADOS UNIDOS FIRMAN NUEVO ACUERDO.-

-Después de siete años de indefinición, los gobiernos de Brasil y Estados Unidos firmaron un nuevo acuerdo aéreo destinado a regular el transporte comercial entre ambos países, que prevé un aumento de la frecuencia de los vuelos semanales de 22 (de cada parte) para 29, durante este año, y para 34 y 40, en 1990 y 1991, respectivamente.-Según el Ministerio de Relaciones Exteriores, este acuerdo es de gran importancia debido a que la falta del mismo era uno de los principales problemas en las relaciones comerciales entre ambos países, y su resolución pragmática y flexible puede ayudar en la solución de otros problemas comerciales. Cabe recordar que el antiguo acuerdo, de 1946, fue roto por Brasil en 1982 y; hasta 1986, el transporte aéreo fue regulado mediante memorándums que se renovaban sucesivamente.-También se acordó que nuevas empresas, tanto brasileñas como estadounidenses, podrán prestar servicios de transporte aéreo de pasajeros y de cargas, siendo dos para el primer ítem y uno para el segundo.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

[SECRETO]

Hoja 14 de 32

Copia No. Original

II)- FACTOR ECONOMICO.-

1.-SARNEY DESTACA ACUERDOS CON JAPON.-

-El presidente SARNEY anunció que en los próximos días llegará a Brasil una misión japonesa que tendrá el fin de ultimar los detalles de la liberación de préstamos por valor de USA 1.500.000.000. " Hemos recibido del gobierno japonés la mayor prueba de confianza en Brasil: regularizar las relaciones en general, gracias a la desobstrucción de todas las formas de relación, que posibilitan la vuelta de los recursos "; afirmó SARNEY, para quien, a partir de este momento, el Plan Nuevo Cruzado empieza a tener apoyo internacional.-

2.-GOBIERNO CONSIDERA DISCUTIBLE ARGUMENTO DEL BIRO.-

-El gobierno brasileño considera "técnicamente discutible" la crítica hecha por el Banco Mundial (BIRO) a la incorporación de la empresa Estatal NUCLEBRÁS a la ELECTROBRÁS. Con este motivo le envió una carta en la que expone nuevas razones que justifican los cambios hechos en el sector eléctrico brasileño, asegura que no están buscando enfrentamientos y solicita una respuesta positiva para las iniciativas brasileñas. Esta nota fue elaborada por el presidente SARNEY y once de sus ministros reunidos en el Consejo de Desarrollo Económico. "Brasil reafirma su derecho de impedir discriminaciones en sus pleitos con organismos internacionales de financiación ", concluye.-

3.-LENTO AVANCE DE NEGOCIACIONES CON ACREEDORES.-

-Las negociaciones entre Brasil y el Comité de Bancos Acreedores, empezadas recientemente en Nueva York, avanzan en forma lenta y quizás concluyan este fin de semana. El Principal negociador brasileño, SERGIO AMARAL, secretario de Asuntos Internacionales del Ministerio de Hacienda, está tratando de convencer al comité que desista de la cláusula que vincula la concesión de USA 600.000.000 al préstamo del Banco Mundial para el sector eléctrico. Por su parte un.. /

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 13 de 32

Copia No. *Original*

//.. banquero afirmó que el comité no renunciará a esta vinculación, debido que el mismo necesita el aval de una institución como el Banco para que las pequeñas y medianas instituciones financieras estadounidenses se animen a aportar aquellos USA 600.000.000. " El asunto es más complicado de lo que parece ". afirmó el banquero.-

4.-ACTIVIDADES Y PROYECTOS DE LA EMBRAER.-

-En sus veinte años de existencia, la EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica) produjo mas de 4 mil aeronaves, 600 de las cuales exportó para 50 países de los cinco continentes. En la actualidad cada 30 segundos despegue, en cualquier aeropuerto, un avión con su marca. Este desempeño la transforma en la mayor empresa de este ramo del hemisferio Sur y en una de las mayores del mundo en la producción de aviones de tamaño mediano para transporte aéreo regional y para entrenamiento militar.-En este momento la EMBRAER se está dedicando a la producción en serie del avión de caza táctico AMX, jet de combate cuyo proyecto fue desarrollado en sociedad con las empresas italianas AERMACCHI y AERITALIA, y al desarrollo del proyecto CBA 123, un avión de turbo hélice con capacidad para 19 pasajeros, que en la década del 90 suplantará al ' Brasilia ' en sociedad con la industria argentina Fábrica de Material Aeronáutico.-

5.-ASPECTOS DE LA POLEMICA ENTRE BRASIL Y EL BIRD.-

-Al manifestar su sorpresa por recientes críticas del Presidente JOSE SARNEY, la dirección del Banco Mundial (BIRD) afirmó que el mismo se está transformando en un ' chivo espiatorio ' de los problemas económicos brasileños. Para demostrar la falta de consistencia de las críticas de SARNEY, el BIRD afirmó que están depositados en Banco do Brasil USA 500.000.000 que el gobierno brasileño no usa, cantidad igual a la del discutido préstamo para el sector eléctrico. Agregó además, que USA 4.810 millones ya han sido aprobados, pero no fueron desembolsados porque el Gobierno no cumple su parte en el aporte de recursos, pues son proyectos cofinanciados, o por retrasos en la ejecución de los mismos. Destacó que el país está pagando ..//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 16 de 32

Copia No. Original

//..USA 30 millones anuales de multa por mantener ese capital parado.-Por su parte una nueva respuesta al Banco, el presidente SARNEY afirmó que " sería muy bueno " que esa cantidad de dinero estuviera a disposición de Brasil, y que la verdad es que los organismos internacionales de financiación cada vez mas se transforman en " auditores de los países deudores y elaboradores de programas económicos y, de est modo, salen de su función original ". Fuentes del Fondo Monetario Internacional (FMI) informaron que esta institución se siente aliviada porque la polémica entre Brasil y el BIRD la excluye. " Los papeles se invirtieron ", comentó un importante funcionario del FMI, quien explicó que el Fondo siempre fue responsabilizado por la imposición de programas económicos que causan recesión, desempleo y pérdidas salariales. Según las mismas fuentes, el FMI liberó un préstamo stand-by para Brasil, "sin demasiadas exigencias".-

6.-BIRD RESPONDE A SARNEY EN TERMINOS ELOGIOSOS.-

-El representante del Banco Mundial (BIRD) en Brasil, GEORGE PAPADOPOULUS, envió a la prensa una nota en la que, en términos cordiales y elogiosos, responde afirmaciones hechas por el presidente JOSE SARNEY, que desmentían declaraciones de la Dirección del Banco. Aunque sin mencionar al presidente en forma explícita, PAPADOPOULUS, elogia los " valientes y la inflación "y asegura que el BIRD continuará dando asistencia para el desarrollo del país.-

7.-ELECTROBRAS MODIFICA PROYECTO DE REPRESA AMAZONICA.-

-El presidente de la empresa estatal Electrobras., MARIO BHERING, reveló que el proyecto de construcción de la represa BABAQUARA, sobre el río XINGU, en la Amazonia, fue modificado con el fin de evitar la inundación de un área de 6.500 Kms.2 y su gran influencia ambiental, y sobre poblaciones indígenas. Explicó que posiblemente se erijan tres diques de menores proporciones a lo largo del río Xingú, que reducirán los perjuicios.-Sin embargo BHERING destacó la importancia de la construcción de las represas hidroeléctricas en la Amazonia, especialmente la de Cararaó, para

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 12 de 32

Copia No. *Chizung*

//...el desarrollo de las Regiones Nordeste y Sudeste en el próximo siglo. Explicó que, además el costo de las mismas es relativamente bajo: U\$A 3.000.000.000 si se tiene en cuenta la potencia que generarán: 6,300 megavatios.-

8.-CONGELACION PUEDE DURAR HASTA EL 30 DE ABRIL.-

-La congelación de los precios determinada por la vigencia del Plan Nuevo Cruzado podrá durar hasta el próximo 30 de abril, fecha límite para que el Congreso Nacional apruebe la nueva ley que reglamentará los reajustes salariales, según informaron voceros del Consejo Interministerial de Precios (CIP). "Mientras los sueldos permanezcan congelados no habrá descongelación de precios", afirmó uno de ellos. Por otra parte, el mismo vocero informó que el Gobierno decidió que las tarifas públicas tampoco sufrirán cambios por el momento, inclusive aquellas, como las de energía, que tienen sus precios retrasados.-

9.-BANCOS ACREEDORES CONCEDEN U\$A 600.000.000 A BRASIL.-

-Brasil consiguió convencer a los bancos acreedores de que desvinculen \$ 680.000.000 que integran un préstamo por un total de U\$A 5.200.000.000 del empréstito de U\$A 500.000.000 para el sector eléctrico. Mediante esta decisión de los acreedores, es probable que este mismo mes este dinero, que debería haber sido liberado en diciembre, ingrese en el Banco Central.-

10.-REPERCUSION EN BRASIL DE NUEVO PLAN ESTADOUNIDENSE.-

-El nuevo plan estadounidense para las deudas externas de los países en desarrollo anunciado por el secretario del Tesoro, NICHOLAS BRADY, fueron evaluados por el Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, como un avance importante en la solución de este problema, aunque, alegando falta de informaciones, evitó entrar en detalles. Esencialmente, el Plan consiste en que Estados Unidos integrará un fondo para comprar las deudas en el mercado secundario, trasladando el descuento a los países deudores. El Ministro afirmó que más detalles de la postura brasileña serán dados después de la reunión de autoridades brasileñas con miembros del Banco Mundial y del fondo Monetario Internacional.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

[SECRETO]

Hoja 12 de 24
Copia No 12

11.- BIRO CONFIRMA CREDITO PARA SECTOR ENERGETICO.-

-A raíz de la divulgación de una nota de la representación en Brasil del Banco Mundial (BIRO), con aspectos de la misión dirigida por AMELANO, el BIRO confirmó la concesión de un préstamo de US\$ 1.000.000.000 para el sector eléctrico, que irá siendo desembolsado durante los próximos 10 meses. La nota dice que considera que cualquier programa de desarrollo que incluya temas relativos a la explotación de recursos naturales y a la protección ambiental, " es una cuestión de soberanía nacional ". Esta postura representa una reafirmación entre el BIRO y el gobierno nacional. El banco agrega que para apoyar los programas de estabilización económica brasileños, creará un programa de Asistencia Especial, que tendrá una duración de dos años y condiciones específicas.-

12.-ACREEDORES QUIEREN HACER ACUERDOS CON BRASIL.-

-En Amsterdam, el ministro de Hacienda MAILSON DA NOBREGA, reveló que, en los últimos días, muchos banqueros le expresaron su interés por renegociar la deuda externa brasileña, mediante la fijación de una tasa de interés estable y la ampliación de los plazos de pago. " Desde que el gobierno estadounidense anunció el nuevo plan para las deudas externas de los países del Tercer Mundo, las propuestas de refinanciación abundan ", dijo NOBREGA, y agregó que muchos banqueros le preguntaron por qué Brasil no les hace una propuesta de pago de intereses de 4 ó 5 por ciento anual, en vez de usar sus reservas internacionales para comprar los títulos de la deuda en el mercado secundario. Explicó el Ministro que las propuestas serán tenidas en cuenta mediante análisis detallados, " debido a que habrá que considerar qué es lo que ellos quieren a cambio ".-

13.-DURANTE 1989 AUMENTARA PRODUCCION DE PETROLEO.-

-La producción de petróleo aumentará nuevamente este año: pasará de 590.000 para 700.000 barriles diarios, en promedio, gracias a la entrada en opera...

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 11 de 32
Copia No. 11/11/11

//...ciones de un sistema de producción más, en la Cuenca de Campos (Estado de Río de Janeiro), según anunció el presidente de la Petrobras (Petróleo Brasileño) ODLDO GALVAD. Este volumen representa 63 por ciento del consumo actual. El nuevo sistema de la Cuenca de Campos producirá más de 100 mil barriles diarios de petróleo, el equivalente a 125 mil barriles de gas natural, mediante siete plataformas instaladas en tres campos petrolíferos. Este sistema inició sus actividades en diciembre pero está inaugurado oficialmente en abril, por el Presidente SARNEY.-

14.-INFLACION DE MARZO PREOCUPA AUTORIDADES.-

-El resultado del índice de precios al consumidor (IPC) obtenido hasta el momento en las ciudades de Río de Janeiro y San Pablo por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE), sorprendió e irritó a las autoridades gubernamentales. El porcentaje oficial de inflación será de entre 6 y 6,5 por ciento, causado, fundamentalmente, por los aumentos de los precios de los alquileres y de las frutas y verduras. Se preveía del 3 %.-

15.-GOBIERNO AUTORIZA PRIMER REAJUSTE DE PRECIOS.-

-El gobierno reajustó los precios de nueve productos esenciales que fueron congelados el 15 de enero pasado, cuando entró en vigencia el Plan Nuevo Cruzado. Estos reajustes tendrán una influencia de 0,7 por ciento en el promedio de la inflación de abril.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 20 de 32

Copia No. Original

TII.- FACTOR SICO-SOCIAL.-

1.-CARGOS DEBEN CUBRIRSE MEDIANTE CONCURSO PUBLICO.-

-A raíz de las reiteradas denuncias hechas por medios periodísticos en los últimos días, sobre el uso de procedimientos ilegales para dar empleo a funcionarios y nepotismo, el ministro del Tribunal Superior del Trabajo (TST) MARCELO PIMENTEL, afirmó que son imprescindibles los concursos públicos con este fin y que la designación de parientes sin la utilización de estos métodos, aún par cargos de confianza, hiere principios éticos porque limita los chances que tienen todos los ciudadanos. " Aunque el pariente beneficiado sea competente para desempeñar las funciones para las cuales fue designado, por lógica este principio debe regir la conducta de la autoridad ", dijo PIMENTEL, y agregó que, si familiar ingresa por concurso público, la designación no puede ser cuestionada debido a que se dió la misma oportunidad a los demás ciudadanos.-

2.-OPF RESUELVE CASO DEL ASESINATO DE CHICO MENDES.-

-El resultado de la pericia hecha sobre el cuerpo del ecólogo y líder sindical, CHICO MENDES, asesinado el 22 de diciembre pasado, fue entregado al Director de Departamento de Policía Federal (OPF), comisario ROMEO TUMA, quien, por este motivo, consideró este caso resuelto. "DARCY ALVES DA SILVA (hijo del hacendado Darly Alves Da Silva, quien se encuentra prófugo) es el autor material del homicidio. Al principio tuvimos algunas dudas, debido a que lo que el acusado admitió ante la Policía lo negó ante el Juez ", explicó TUMA. Agregó que la existencia de ideólogos del crimen deberá ser investigada por la policía del estado de ACRE, y descartó la participación de este hecho de la Unión Democrática Ruralista (UDR)

3.-SE INAUGURA PRIMER TRAMO DE FERROCARRIL NORTE SUR.-

-La inauguración del primer tramo del ferrocarril Norte-Sur, 107 kilómetros que unen los municipios de Imperatriz y Acailandia, en el estado de Maranhao, fue caracterizada por dudas, debido a que hasta el propio alcalde de Imperatriz .../

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

//..DAVID ALVES SILVA, manifestó sus temores de que el gobierno realmente de continuidad a esta obra. Sectores opositores continúan presionando al Poder Ejecutivo para que establezca otras preferencias en el desarrollo nacional, conducta que si es aceptada postergará "por 15 años" según el senador NELSON WEDEKIN la ejecución de esta obra.-

4.-CANTIDAD DE ABORTOS QUE DE NACIMIENTOS.-

-La organización Mundial de la Salud (OMS) divulgó un informe en el que consta que en el Brasil suceden 3 millones de abortos por año, cantidad superior a la de los nacimientos, que son de 2,8 millones.-Aquella cifra ubica a Brasil en el 1er.lugar mundial en abortos; y contribuye con el 10 % en el total mundial de interrupciones de embarazo.-

5.-OAB QUIERE QUE RACISMO SEA CASTIGADO.-

-El veto del presidente SARNEY a la ley 7.716, que reglamenta los delitos por prejuicios raciales, es inconstitucional y debe ser derogado por el Congreso Nacional. Es posición fue defendida por el jurista CELSO MEDEIROS, durante la reunión del Consejo Federal de la Orden de los Abogados de Brasil (OAB), que aprobó la remisión de un mensaje a todos los lideratos partidistas del Congreso solicitándoles la derogación del veto.-La ley, cuyo autor es el diputado del PDT, CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA reglamenta la disposición Constitucional que establece que la discriminación racial es un delito imprescriptible y los acusados no podrán quedar en libertad bajo fianza. " Sucede que SARNEY vetó justamente los artículos mas importantes. Es cierto que la discriminación racial será muy difícil de eliminar de la sociedad brasileña, pero legislación debe colaborar con dureza para modificar esta mentalidad ", afirmó MEDEIROS.-

6.-SARNEY MODERA CONTENIDO DE DISCURSO DE MINISTRO.-

-Poco antes de su emisión por la cadena Nacional de radio y televisión, el presidente JOSE SARNEY ordenó la supresión de partes del discurso que, sobre la huelga nacional general que empezó hoy, iba a pronunciar el ministro de Justicia, OSCAR ..

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 22 de 32
Copia No. *Original*

//...DIAS CORREA, estas partes estaban referidas a una serie de actos de violencia que, según CORREA, serían protagonizadas por los huelguistas. Según el Palacio del Planalto, la mención de estos actos podría causar pánico en la población y, además dar a la huelga un nivel de movilización de trabajadores que el propio Gobierno no detectó mediante sus organismos de seguridad. A pesar de los cortes hechos, las palabras del Ministro conservaron un tono duro. " Esta huelga es contra la sociedad contra aquellos que no comparten la ideología de quienes la promueven y quieren vengarse de la sociedad, porque se encuentran en minoría con relación al pueblo trabajador brasileño " manifestó el Ministro de Justicia.-

7.-PRIMER DIA DE HUELGA CUENTA CON GRAN ADHESION.-

-La huelga general Nacional, de dos días, decretada por las centrales sindicales, es protesta por las pérdidas salariales impuestas por el Plan Nuevo Cruzado, tuvo gran adhesión en la mayoría de los estados del país. La participación de los trabajadores del transporte, en ciudades como San Pablo, y Río de Janeiro, fue fundamental para el éxito del paro. La principal zona industrial del país, localizada en la Gran San Pablo, trabajó solo con 20 % de su fuerza laboral, según la Central Unica de los Trabajadores (CUT) y con el 40%, según la Federación de las Industrias del Estado de San Pablo (FIESP). Excepto en Brasilia, donde el paro fue casi nulo, la mayoría de las escuelas y hospitales públicos de varios estados quedaron paralizados, como así también la administración pública estatales y municipales.-Según el presidente de la CUT, JAIR MENEGUELLI, la huelga fue acatada por 70 por ciento de los trabajadores de todo el país, hecho que la convierte en la mayor paralización de la historia del país.-MENEGUELLI destacó la tranquilidad que hubo en el primer día de paro, "que no fue afectada por pequeños incidentes ".-Diferente es el análisis hecho por el gobierno mediante su vocero, CARLOS ENRIQUE SANTOS, el presidente SARNEY afirmó que felicitaba a los trabajadores por el sentido de responsabilidad demostrado al no adherir, en su mayoría, a la huelga. Según el Ministro de Justicia, OSCAR DIAS CORREA, el paro tuvo mas adhesión en ciudades donde fue apoyado por el poder público

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 23 de 32

Copia No. *Trizual*

//...Rio de Janeiro, San Pablo y Porto Alegre, cuyos alcaldes son del PDT y del PT respectivamente. Agregó que temía que el fracaso de ayer lleve a los dirigentes sindicales a promover actos de violencia para hoy, segundo y último día de la paralización. Según una evaluación del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) el movimiento fue menor que lo que esperaban sus organizadores, aunque le causó sorpresa la adhesión con que contó en Estados de las Regiones Norte y Nordeste, y en Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.-

8.-CNBB INTERCEDERA POR INVASORES DE TIERRAS PRESOS.-

-La violencia utilizada por la Policía Militar del Estado de Rio Grande del Sur, la expulsión de campesinos sin tierra que invadieron la hacienda SANTA ELMIRA, en SALTO DO JACUI, fue criticada por el Presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), monseñor LUCIANO MENDES DE ALMEIDA. "La Constitución nacional no admite la tortura, por lo tanto, quien la ejecuta y la ordena, debe ser detenido, procesado y no puede ser amnistiado", afirmó ALMEIDA, refiriéndose a reiteradas denuncias sobre la comisión de este delito en perjuicio de los campesinos presos. En una reunión con los líderes rurales, el presidente de la CNBB anunció que solicitará una audiencia al presidente SARNEY con el fin de exponerle este problema y la necesidad de que se dé continuidad a los programas de reforma agraria.-ALMEIDA consideró "un retroceso total" los métodos utilizados por la policía. "Nunca se vió en el país que tanta gente fuera castigada de esa manera", expresó y acusó a la Unión Democrática Ruralista (UDR) de complicidad en la represión, afirmando que "siempre que hay violencia contra los trabajadores rurales, está presente la UDR". Con respecto a la postura del Gobierno, expresó que éste debe evitar dar la impresión de convivencia con los terratenientes.-

9.-SARNEY PROMETE A CNBB RETOMAR REFORMA AGRARIA.-

-Al recibir en audiencia al Presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), monseñor LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, el presidente SARNEY le

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 26 de 32
Copia No. *Original*

//...prometió acelerar la ejecución de proyectos de asentamiento de campesinos, y
diante el ministro de Justicia, OSCAR DIAS CORREA, investigar las denuncias sobre
denuncias efectuadas sobre torturas a campesinos sin tierra invasores de hacienda
en el estado de Rio Grande del Sur. Almeida entregó a Carneiro un informe sobre los
conflictos por la posesión de la tierra, en el que consta el tipo de violencia
hecha por la Policía estatal para expulsar a los invasores. Le mostró también un
documento enviado por los Obispos de Rio Grande del Sur, en el que explican que los expulsados,
1.500 adultos y 600 niños están concentrados en dos hectáreas "en situación
peor que las de los campos de concentración" y que miembros de la Unión Democrática
Ruralista (UDR) torturan a campesinos "con métodos medievales".-

10.-EL VATICANO SUBDIVIDE ARQUIDIÓCESIS DE SAN PABLO.-

-El Vaticano anunció oficialmente la subdivisión de la arquidiócesis de San Pablo.
Un decreto firmado por el PAPA JUAN PABLO II determinó la creación de cuatro nuevas
diócesis en el área dirigida desde 1970 por el Cardenal PAULO EVARISTO ARNS, cuyos
dominios se limitan ahora a la parte Central del Municipio. Pierde la mejor parte
de la Arquidiócesis, afirmó ARNS, hace algún tiempo, cuando la subdivisión empezó
a tratarse. Con la creación de la diócesis de Campo Limpo, Osasco, Santo Amaro y
Miguel Paulista, la arquidiócesis de San Pablo pierde 4.800 kilómetros cuadrados
de superficie. En las nuevas diócesis hay 155 parroquias y 6.800.000 habitantes. La
influencia de ARNS, uno de los principales representantes de la Teología de la Liberación,
quedó reducida al área central de la ciudad, donde se encuentran las zonas
de la población con mayor poder adquisitivo, donde son escasas las posibilidades
de desarrollo de su línea pastoral.-

11.-MINISTRO DESMIENTE MALOS TRATOS A CAMPESINOS.-

-El Ministro de Justicia, OSCAR DIAS CORREA, recibió en audiencia al Presidente
de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) monseñor LUCIANO MENDES

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 3

Copia No. 1

//..ALMEIDA, quien relató los actos de violencia practicados contra los invasores de la hacienda SANTA ELMIRA, en Salto do Jacuí, Rio Grande del Sur, por parte de la Policía Militar Estatal. Además CORREA recibió un documento con declaraciones varias de las víctimas; a pesar de lo cual, el Ministro desmintió que esos hechos realmente hayan sucedido.-" Si bien no poseo datos precisos, la prueba de que existió violencia es que el juez ordenó las detenciones, y hubo un pedido de amparo al que no hizo lugar, porque se cometieron delitos. "La policía debió actuar y volverá a hacerlo en circunstancias semejantes" dijo el ministro. Tampoco solucionado el problema de las detenciones de 20 campesinos y dos religiosos.-

12.-EMBAJADAS BRASILEÑAS TENDRAN AGREGADO SOBRE DROGAS.-

-Una nueva categoría de funcionarios servirá ante las embajadas de Brasil en el exterior: el agregado de estupefacientes, un agente del Departamento de Policía Federal (DPF), que tendrá como misión mantener contactos con policías y autoridades vinculadas con este tema, además de intercambiar informaciones destinadas a combatir el tráfico.-El director general del DPF, comisario ROMEU TUMA, informó que el primer agregado de estupefacientes será enviado a Canadá, con cuyas autoridades ya se reunió en su reciente viaje. Agregó que el segundo probablemente sea destinado a la representación brasileña en Washington. Fuentes policiales revelaron, que TUMA está encontrando resistencia para materializar este proyecto en el Palacio Planalto, debido a los nuevos gastos que la designación de estos nuevos funcionarios acarreará.-

13.-LA DESOCUPACION AUMENTO EN ENERO SEGUN EL IBGE.-

-La pesquisa mensual de empleo, correspondiente a enero pasado, realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadísticas (IBGE) revela que el total de personas desocupadas, 660.141. Llegó a 3,97 % en las regiones metropolitanas pesquisadas, porcentaje que representa un aumento de 33,44 % con respecto a diciembre, y de 5,7 con relación a enero de 1988.-

14.-CUT Y CGT CREEN QUE PARO TENDRA SECUELAS POSITIVAS.-

-Para los dirigentes de la Central Unica de los Trabajadores (CUT) y de la Confederación General de los Trabajadores (CGT), que organizaron el reciente paro general

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**

Hoja 26 de 32

Copia No. *Original*

//... el gobierno y los empresarios deberán cambiar de postura. Sin dar importancia a las diferencias entre el grado de adhesión a la huelga por ellos divulgado, y el del Gobierno; destacan que lo más importante es que éste reconoció las pérdidas salariales, que fueron la causa de la paralización. La tranquilidad de los sindicalistas se apoya en los porcentajes antagónicos sobre las pérdidas en los sueldos elaborados por los Ministerios de Hacienda y de Trabajo. Mientras que el primero reconoce un atraso del 17%; la cartera laboral extraoficialmente menciona que la reposición salarial debería llegar a 23 por ciento.-

15.-PROPONERAN AL CARDENAL ARNS PARA EL PREMIO NOBEL.-

-Entidades de defensa de los derechos humanos empezaron una campaña con el fin de lograr el apoyo para postular al arzobispo de San Pablo, cardenal PAULO EVARISTO ARNS, para el Premio Nóbel de la Paz, por sus actividades humanitarias. La campaña está dirigida por el arquitecto argentino, ADOLFO PEREZ ESQUIVEL, quien ganó este premio en 1980. Pérez Esquivel informó que ya hizo la propuesta al Presidente del Comité Nóbel, EGIL AARVIK, y que esta postulación, cuenta con el apoyo del Servicio de Paz y Justicia de América Latina, de entidades de Derechos Humanos vinculadas con la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil, de la iglesia presbiteriana, de la Orden de los Abogados de Brasil, de la Asociación Brasileña de Prensa y de sindicatos y partidos políticos.-

16.-TELEBRAS PLANEA INSTALAR 1.000.000 DE TELEFONOS.-

-El sistema Telebras, formado por las empresas telefónicas estatales, quiere llegar a fin de este año con 14.400.000 teléfonos instalados, cantidad que necesitará la conexión de 1.000.000 de nuevas líneas, con relación a 1988.-

107 107 107
2 0

8906522

AGREGADO MILITAR
BRASILIASECRETOHoja 22 de 32
Copia No. *Pujos*IV.- FACTOR MILITAR.-1.- DUDAS SOBRE PARTICIPACION DEL EJERCITO EN DESALOJO.-

-La ejecución del Plan del Gobierno, que ya está concluido, para el desalojo de tierras de los indios ianomamis, de buscadores de oro y especuladores, depende de la decisión que se tome con respecto a la participación del Ejército. Las dudas aparecen a raíz de las posibles consecuencias de éstas, pues se considera casi seguro que habrá enfrentamientos violentos. La participación del Ejército está incluida en el Plan Gubernamental, mediante el Comando Militar de la Amazonia, que considera que sin la presencia de soldados la operación no se podrá ejecutar. Mientras tanto, sectores gubernamentales recuerdan el desgaste que causó al desgaste de la Fuerza Terrestre la participación de la misma en los episodios de la Compañía Siderúrgica Nacional, oportunidad en la que murieron 3 obreros.-

2.- SE DIVULGA RESULTADO DE INVESTIGACION DE NAUFRAGIO.-

-La Marina Brasileña divulgó el resultado de la investigación de las causas del naufragio del barco "Bateau Mouche IV" ocurrido el 31 de diciembre pasado frente a la ciudad de Rio de Janeiro, oportunidad en la cual murieron 55 personas. La investigación administrativa y policial-militar naval determina la responsabilidad de nueve oficiales superiores y un soldado, de los propietarios del barco y de un ingeniero, un piloto práctico quienes murieron en el accidente y un mecánico de la embarcación. La investigación no halló pruebas de soborno a sub oficiales de la capitanía de puertos. Las causas del naufragio fueron las siguientes: mala distribución de pesos en el barco, inundación progresiva de la sala de máquinas, falta de fijación del material embarcado (sillas, mesas, etc.) y el mar agitado.-

3.- IMPORTANTE TEMAS EN REUNION DE MINISTROS MILITARES.-

-En la reunión que congregó a los seis ministros militares, se analizó la posibilidad de ayuda externa para la conservación de la Amazonia y la ...//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

//...huelga general de los días 14 y 15 próximos.-Con relación al primer tema el Ministro de Ejército General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, afirmó que Brasil sólo aceptará recursos externos en caso de que los mismos sean administrados por el gobierno "de la forma que considere mas conveniente" con respecto a la huelga GONÇALVES expresó que las fuerzas Armadas están a la expectativa y que cree que tendrá la recompensa que merecen los soldados. "La seguridad interna es una preferencia de las Fuerzas Armadas," motivo por el cual estarán listas para cumplir su papel constitucional," si fuera necesario " dijo el General.-

4.-EJERCITO NO PARTICIPA EN REUNION SOBRE EVACUACION.-

-El Ejército se negó a participar en la primera reunión sobre el plan de evacuación de la población de ANGRA DOS REIS, donde se encuentran las plantas nucleares, argumentando que normas internas de la Fuerza impiden que sus miembros participen en debates públicos. "No me sorprende que el Ejército se niegue a participar, pues cabe la mayor responsabilidad por lo que pueda suceder a la población," en caso de accidente nuclear," dijo, en forma irónica, el alcalde de MANGARATIBA, EMIL DE CARVALHO. Según su colega de Angra dos Reis, NEIROBIS NAGAE, del PT, la presencia del Ejército era importante porque divulgaría en la reunión detalles del nuevo Plan de Evacuación, que se ejecutará entre el 28 y el 30 de marzo próximos, y en el que participarán más de 300 soldados vestidos de civil.-

5.-STM CRITICA DESIGNACION HECHA POR SARNEY.-

-La designación del ex ministro de Administración, ALUIZIO ALVES, para el Supremo Tribunal Militar (STM), fue blanco de severas críticas, directas e indirectas, de Militares y Civiles. "Si nadie lo cuestiona, solicitaré al órgano competente, en este caso la Orden de los Abogados de Brasil (OAB), que revise la documentación de ALVES con el fin de que confirme o no el ejercicio de su profesión de abogado por un tiempo mínimo de diez años," expresó el Brigadier ministro del STM, GEORGE BASSO de MOTTA. Agregó que la designación de ALVES ya consiguió vencer obstáculos ...

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 14 de 32
Copia No. *Rejuna*

//...dentro de los Poderes Ejecutivo y Legislativo pero que ahora deberá vencerlo el Judicial; " que es independiente". Por su parte el representante de la Marina mirante ACEVEDO BRANCO; al hablar sobre el nuevo vicepresidente del STM, ALDO FALDES; destacó sus cualidades personales y profesionales; y que; "jamás estuvo envuelto en episodios que ofendieran a la sociedad". En medios militares esta expresión fue interpretada como una alusión a posibles escándalos en los que ALVES podría haber estado envuelto. El Brigadier MOTTA aclaró que no quería cuestionar la decisión presidencial; pero que el ex ministro de Administración; antes de asumir su cargo, deberá dar cumplimiento a todos los requisitos que establece la Ley de organización del Poder Judicial.-

6.-ENTRENAMIENTO MILITAR MEDIANTE MODERNA COMPUTADORA.-

Más de 40 batallas ya fueron trabadas en las salas de Informática de la Escuela Comando del Estado Mayor del Ejército (ECEME), en Rio de Janeiro; mediante las complejas informaciones registradas en una computadora. Este juego de guerra comprende 5.000 elementos de comandos entre tropas, oficiales y enemigos; que se enfrentan en un área geográficamente delimitada. Por una parte actúan mayores y Tenientes Coronales que se perfeccionan en la ECEME; y por la otra la computadora; proyecta por el Coronel y doctor en Ciencias; OTO DE OLIVEIRA BASTOS.-Este proyecto se comenzó hace cinco años y fue apoyado por la Financiadora de Estudios y Proyectos del Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social. La parte mas importante del sistema fue totalmente desarrollada en Brasil. "Ningún país rico transfiere este tipo de tecnología. Además; cada Ejército posee su propia doctrina; por lo cual; si importáramos estos equipos; deberíamos adaptarnos a la doctrina del vendedor" explica el Coronel y maestro en Ciencias; ROMEO RIBEIRO BARROS. Los "juegos de guerra" de la ECEME se utilizan para simular combates entre brigadas; la computadora hace el papel de enemigo y establece los resultados.-OLIVEIRA BASTOS informó que ya está desarrollando un programa de computadora que permitirá combate entre grandes

AGREGADO MILITAR
BRASILIASECRET

//..divisiones y utilizará comunicación gráfica.-

7.-BRIGADIER DICE QUE NO SE OPONE A LA DECISION DE SARNEY.-

-El Brigadier GEORGE BELHAN, ministro del Superior Tribunal Militar (STM), a que el hecho de haber existido la documentación necesaria para demostrar el cívico de la profesión de abogado al ex ministro ALUIZIO ALVEZ, quien fue designado por el presidente SARNEY para ocupar un cargo en el STM, no significa que el Tribunal se esté oponiendo a la decisión presidencial. No nos oponemos a la decisión de SARNEY, pero, en caso de que la documentación no estuviere de acuerdo lo que determina la Constitución, la designación de ALVEZ deberá someterse a la sesión plenaria del STM, dijo categóricamente BELHAN.-

8.-ACTITUD DEL STM PROVOCA CRISIS CON EL GOBIERNO.-

-Los inconvenientes puestos por el Supremo Tribunal Militar para la asunción de ALUIZIO ALVEZ en su cargo de ministro del mismo, para que fue designado por el presidente SARNEY, se transformaron en un problema político-militar que afectó al propio presidente de la República y a los ministros de Ejército, general LEOPOLDO PIRES GONÇALVES, y del Servicio Nacional de Informaciones (SNI) general IVAN ZA MENDES, quienes apoyaron la designación de SARNEY. Por su parte ALUIZIO expresó a políticos de su intimidad que considera la actitud del STM como una segunda suspensión de los derechos políticos (la primera fue durante el gobierno de Vargas), y que cada vez que se mencionó la posibilidad de reabrir los juicios militares torturadores que actuaron durante el régimen castrense, el Tribunal se oponía. "En esas circunstancias, esa misma amnistía tendría que permitir el ingreso en el STM, pero sus miembros la están usando según su conveniencia." :-

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 31 de 31

Copia No. Original

SECRET

V.- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-

1.-CAUSA PROFUNDO MALESTAR DECISION DEL BIRD.-

-La comunicación oficial del Banco Mundial (BIRD) al Ministerio de Planificación que clasifica al proyecto de construcción de la planta nuclear ANGRA III como económicamente inviable, y, así, bloquea la concesión de un préstamo de USA 500.000.000 para el sector eléctrico mientras el mismo esté vinculado al Programa Nuclear, causó profundo malestar en los ministerios militares y en el de Relaciones Exteriores. Fuentes económicas creen que esta decisión del BIRD, que contradiría uno de los objetivos, hará más difícil la desvinculación de ambos sectores energéticos.-

2.-ULTIMANSE DETALLES PARA LA FABRICACION DE SATELITES.-

-Un grupo de 12 científicos chinos y otro de 30 brasileños empezaron la última serie de reuniones técnicas para especificación de componentes, subsistemas y sistemas del primer satélite chinobrasileño de estudio remoto de recursos naturales. Conforme con estos estudios, la fabricación de los componentes y el montaje de los modelos para pruebas, empezarán en Abril, en China y en el Brasil. El Instituto de Pesquisas Espaciales se comprometió a invertir USA 45 millones en este programa, 30% del total. El satélite pesará 1.300 Kgrs y contará con cámaras capaces de fotografiar objetos de, como mínimo, 19 mtrs, en la superficie terrestre. Están previstos dos lanzamientos entre 1992 y 1994, que utilizarán los cohetes Chinos LARGA MARCHA IV, y se harán de la Base de Cohetes de SHANXI. Los modelos definitivos del satélite, que girará en una órbita de 778 kilómetros de altitud, serán fabricados desde 1990.-

3.-AMX ESTARA EQUIPADO CON COMPUTADORA A RAYOS LASER.-

-Los 79 aviones de caza AMX, que la empresa EMBRAER está fabricando en conjunto con las firmas italianas AERMACCHI y AERITALIA, serán equipados con computadoras ..//

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 2 de 32

Copia No. Original

SECRET

//..FERRANTI, de tecnología escocesa, provistas de rayos laser. El sistema se denomina ' laser range finder ' y será fabricado por la empresa brasileña ELEBRA COMPUTADORAS. Según una fuente militar, el contrato de esta empresa, que aún se está discutiendo, se aproxima a 30.000.000 de USA.-La fabricación de estos equipos responde a la mas moderna tecnología y supera a equipamientos utilizados en la actualidad en el mercado mundial. Permitirán a los AMX volar a altitud muy baja en máximas condiciones de seguridad, medir con precisión las distancias para efectuar disparos, y , mediante la detección de calor, localizar a distancia artefactos bélicos. -

4.-BRASIL NEGOCIA CON IRAK PROGRAMA ESPACIAL CONJUNTO.-

-Brasil é Irak podrán desarrollar un amplio programa de cooperación científica y tecnológica con el fin de adiestrar ingenieros y pesquisadores iraquíes para la elaboración conjunto de proyectos de aviones, cohetes, satélites y armas en general. Las negociaciones están siendo llevadas a cabo por los ministerios de Aeronáutica y de Relaciones Exteriores, por las empresas EMBRAER, ORBITA SISTEMAS AERODINAMICOS y ENGESA, y por el Centro Técnico Aeroespacial y el Instituto de Pesquisas Espaciales. Por el momento, la parte mas importante del programa es la relativa al desarrollo conjunto de satélites para aplicación militar y civil. IRAK tambien tiene interés en el desarrollo de tecnología para el lanzamiento de cohetes y satélites, a cambio de lo cual proporcionaría financiación para parte del Programa Espacial Brasileño.-

SECRET

34-34

8906522

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES Nº 012/AMB/988.-/

(Período cubierto del 01 al 31 de diciembre de 1988)

I.- FACTOR POLITICO.-

II.- FACTOR ECONOMICO.-

III.- FACTOR SICO - SOCIAL.-

IV.- FACTOR MILITAR.-

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

VI.- ANEXO Nº 1 : Se adjuntan recortes de prensa hasta el 19 de enero de 1989
que avalan algunas informaciones contenidas en este Parte
Periódico de Informaciones.-

VII.- DISTRIBUCION: 01 Ejemplar para Sr.J.E.M.E.-
01 Ejemplar para ARCHIVO.-



/NWB/fas

Coronel

Agregado Militar en Brasil.-

NESTOR W. BERTRIN.-

EMBAJADA DEL URUGUAY
BRASILIA
RECIBIDO 03 FEB 1989
RECEIVED 03 FEB 1989

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

I.- FACTOR POLITICO.-A.- NACIONAL.-1.- FUERZAS DE CENTRO DEBEN UNIRSE PARA SALVAR AL PAIS.-

- En su habitual programa semanal de radio, el Presidente JOSE SARNEY destacó la necesidad de la unión de las fuerzas políticas de centro "para salvar al país". Esta opinión refuerza la decisión de sectores "moderados" de buscar un candidato presidencial para los comicios de 1980, que esté en condiciones de competir con los candidatos de izquierda, LUIZ INACIO DA SILVA "LULA" y LEONEL BRIZOLA, del PT y PDT, respectivamente. SARNEY agregó que los políticos deben tener el cuidado de evitar una "cierta izquierda anárquica que, en el pasado, aquí y en otros países, dió origen a dictaduras y frustraciones". Con respecto al Pacto Social, el Presidente dijo que hay sectores que quieren que fracase y lo sabotea para basar su campaña electoral en el aumento de la inflación, la cual constituye el último peligro que amenaza al país y "una enemiga de la democracia y de la estabilidad política, no sólo en Brasil sino en toda América Latina".-

2.- BRIZOLA CRITICA A LA IGLESIA PORQUE AYUDO AL PT.-

- Al analizar el fortalecimiento del PT en las últimas elecciones, el Presidente y candidato del PDT, LEONEL BRIZOLA, criticó a la Iglesia "porque organizó a nivel nacional" a aquel partido. Agregó que la conducta eclesiástica discrimina al resto de las agrupaciones políticas y choca con el principio republicano de división entre Iglesia y Estado. "La Iglesia es la madre de todos. Me gustaría que realmente lo fuera y tratara de igual modo a todos los partidos políticos", dijo Brizola. Con respecto al crecimiento del PT, lo atribuyó a la desmembración del PMDB y no descartó la posibilidad de unirse a aquel partido en el segundo turno de las elecciones presidenciales en contra de los sectores conservadores. "A pesar de que el éxito del PT en el comicio municipal le lle-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... va a tener actitudes sectarias, y de que, por este motivo, seguramente tendremos nuevos choques, el proceso social colocará de un lado a las fuerzas conservadoras, y de otro, a las populares. Por tal razón no veo posibilidades de que la opinión del electorado se polarice entre LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", candidato del PT y yo", afirmó Brizola.-

3.- COVAS PUEDE SER CANDIDATO DE SECTOR CONSERVADOR.-

- Excorado por los sectores conservadores durante la elaboración de la Constitución, y blanco predilecto de las críticas, muchas veces groseras, hechas a los progresistas, el Senador MARIO COVAS, del PSDB, comienza a aparecer como el candidato a Presidente de la República preferido por los sectores de derecha, hecho que asusta y confunde a sus viejos correligionarios. "COVAS-PASSARINHO (Presidente del PSD) es una fórmula presidencial imbatible, y la solución para Brasil", afirma el Diputado GERSON PERES, del PSD, ex-integrante del grupo parlamentario de centro-derecha denominado "Centrao", que tantos disgustos causó a COVAS en la Asamblea Nacional Constituyente. Del mismo modo que PERES, son varios los destacados miembros del conservadurismo que ahora apoyan la candidatura de quien antes consideraban comunista".-

4.- "LULA" DICE QUE SOCIALISMO NO PUEDE DECRETARSE.-

- El candidato del PT a la Presidencia de la República, Diputado LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", afirmó que nadie podrá implantar el socialismo por decreto en Brasil, y criticó a diversos sectores por los recelos expresados por una posible radicalización política, en caso de que sea electo en el comicio de noviembre de 1989. "LULA" criticó a empresarios, productores rurales, militares y, en específico, al Presidente del PMDB, ULYSSES GUIMARÃES, quien para justificar la creación de un frente de varios partidos que tenga un candidato único, dijo que "LULA es más peligroso que BRIZOLA" (candidato del PDT). Agregó que no conversará con los militares, "como lo hace BRIZOLA", porque no necesita su autorización para ser candidato.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

////... 5.- "LULA" DECLARA QUE NO LE PREOCUPA LO QUE PIENSAN LAS FUERZAS ARMADAS.-

- LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", candidato del PT, declaró que no le preocupa lo que piensen los sectores de las Fuerzas Armadas considerados "duros" sobre su candidatura, debido a que en su gobierno nadie tendrá privilegios, "ni militares ni civiles". Rechazó las críticas del candidato del PDT, LEONEL BRIZOLA, por el apoyo que, según él, recibió el PT de la Iglesia, al afirmar que muchos cristianos votaron por candidatos de derecha. "A pesar de todo, me da mucha alegría que una parte importante de la Iglesia haya apoyado al PT y no a los militares como sucedió en 1964" (año del golpe de Estado que derrocó al Presidente Constitucional JOÃO GOULART) concluyó "LULA".-

6.- ALCALDESA ELECTA DISCORDA CON OPINIÓN DE SARNEY.-

- La Alcaldesa electa de San Pablo, LUIZA ERUNDINA DE SOUZA, del PT, afirmó que lo único que puede impedir un retroceso político en Brasil es la unión de las fuerzas progresistas, pues, de lo contrario, pueden continuar sucediendo hechos como los de Volta Redonda, durante los cuales murieron tres obreros de la Compañía Siderúrgica Nacional. Respondió de este modo a la propuesta de unión de las fuerzas de centro y conservadoras hecha por el Presidente SARNEY.-

7.- PSDB OPINA QUE APOYO DE DERECHA DESACREDITA A COVAS.-

- La repentina atracción causada en sectores de derecha hasta hace poco tiempo adversarios declarados, por la candidatura del Senador MARIO COVAS a la Presidencia de la República, asustó al PSDB. "Esta súbita preferencia puede ser un acto político premeditado con el fin de desprestigiar su nombre", afirmó el Diputado VIRGILDASIO DE SENNA. A su vez, su colega ARTHUR DA TAVOLA, recientemente derrotado en la elección municipal en la que se presentó como candidato a Alcalde de Río de Janeiro, cree que la principal causa de su fracaso fue el hecho de haber aparecido como un candidato de derecha, gracias al apoyo público expresado por

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... la Diputada SANDRA CAVALCANTI, del PFL, y por AMARAL NETO, del PDS. TAVOLA agregó que su partido corre el riesgo de dividirse si COVAS acepta alianzas con la derecha, "ya sea con MARCO MACIEL (Presidente del PFL) o con JARBAS PASSARINHO (Presidente del PDS)".-

8.- IDEAS DE BRIZOLA CON RELACION A FUERZAS ARMADAS.-

- En caso de que sea electo Presidente de la República, el candidato del PDT, LEONEL BRIZOLA, hará todo lo posible para reconciliar a las instituciones militares con la convivencia democrática. Según expresó, no será necesario que el poder civil cambie los programas de estudio de los institutos militares, para excluir el aprendizaje de la doctrina de la seguridad nacional, debido a que los propios jefes militares se darán cuenta de que la misma es prescindible para readaptar los institutos castrenses a la vida democrática. "Excluyendo uno que otro episodio deprimente y deplorable, como el de la huelga de metalúrgicos en Volta Redonda, las instituciones militares se han conducido en una forma irreprochable en la reconstrucción democrática, en muchos casos mejor que sectores civiles que insisten en permanecer aferrados al Gobierno, expresó BRIZOLA.-

9.- SARNEY HACE NUEVA PROPUESTA DE UNION CENTRISTA.-

-Al pronunciar un discurso ante el Consejo de Desarrollo Industrial, el Presidente JOSE SARNEY volvió a proponer la unión de las fuerzas de centro, al afirmar que su responsabilidad, "como ciudadano y gobernante, es reunir a las fuerzas vivas de la sociedad para que no se deje al país en las manos de los más audaces".-

10.- PRIORIDAD ACTUAL DEL GOBIERNO NO ES POLITICA.-

- ROBERTO CARDOSO ALVES, Ministro de Industria y Comercio, afirmó que el Gobierno no estará en condiciones de superar la indefinición política hasta que no se consiga alejar las posibilidades de hiperinflación. "El Poder Ejecutivo está haciendo todos los esfuerzos posibles para combatir la inflación, mediante el Pacto Social. Sólo después de que resuelva

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 5 de 42
Copia Nº 1 Original

///... este problema podrá dedicarse a la cuestión política", explicó el Ministro, quien agregó que sólo en febrero el Presidente SARNEY intentará la integración de un bloque de apoyo en el Congreso. Con base en el mismo, el Gobierno lanzará su candidato a la Presidencia de la República para las elecciones de noviembre de 1989, anunció CARDOSO ALVEZ.-

11.- SE EXAGERA CRECIMIENTO DE IZQUIERDA, DICE MINISTRO DE MARINA.-

- El Ministro de Marina, Almirante HENRIQUE SABOIA, afirmó que el crecimiento de los partidos de izquierda en la elección municipal de noviembre fue exagerado por la prensa, "puesto que el PT, por ejemplo, ganó Alcaldías en menos de 1 por ciento de los municipios brasileños, a pesar de que algunos de ellos sean representativos". Según SABOIA, todos los partidos políticos deben presentar candidatos a la Presidencia de la República, "pero si hay uno, de centro, que una varios partidos, será extremadamente beneficioso para el país".-

12.- PMDB TIENE EXPECTATIVAS DE UNION CON PSDB.-

- A pesar de la falta de definición de criterios políticos partidistas, el Secretario General del PMDB, Diputado MILTON REIS, está tratando de organizar una aproximación con el PSDB y hasta el retorno de antiguos militantes de su partido que se afiliaron a la agrupación socialdemócrata. REIS no descarta que ULYSSES GUIMARÃES, Presidente del PMDB, sea el candidato a la Presidencia de la República en la elección de 1989, aunque no esconde su simpatía por la postulación del Senador MARIO COVAS, uno de los principales dirigentes del PSDB y ex-dirigente del PMDB. Sin embargo, la candidatura de COVAS no agrada a sectores conservadores del mayor partido del país.-

13.- GOBIERNO QUEDO SIN RESPALDO PARLAMENTARIO.-

- La aprobación por el Parlamento del Presupuesto General de la Unión, para 1989, con modificaciones sustanciales con relación al proyecto enviado por el Poder Ejecutivo, demostró claramente la falta de base parlamentaria

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... de éste, ya que el sector que apoyó la aprobación de un mandato de cinco años de duración para el Presidente JOSE SARNEY quedó reducido al líder del Gobierno en la Cámara de Diputados, CARLOS SANT'ANNA, y al pequeño grupo que lo rodea. El líder interino del PFL, Diputado INOCENCIO DE OLIVEIRA, afirmó que, a pesar de que su partido apoyó siempre las posturas del Palacio del Planalto, "ahora vota con la Nación", y que el partido del Gobierno es el PMDB. Sin embargo, los integrantes del PMDB que siempre respaldaron al Gobierno esta vez no lo hicieron. El Diputado SANT'ANNA admitió que es poco lo que el Gobierno podrá hacer después de esta derrota, aunque no descartó la posibilidad de que el proyecto aprobado sea vetado parcialmente por SARNEY.-

14.- MENOS SUFRIMIENTO CON BRIZOLA O "LULA", DICE QUERCIA.-

- El Gobernador del Estado de San Pablo, ORESTES QUERCIA, afirmó que si las próximas elecciones presidenciales, previstas para el 15 de noviembre de 1989, son ganadas por el Presidente y candidato del PDT, LEONEL BRIZOLA, o por LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", líder y postulante del PT, "el pueblo sufrirá menos que lo que sufre ahora". Al hacer una comparación entre el hipotético gobierno de BRIZOLA o de "LULA" con el del Presidente SARNEY, el Gobernador aseguró que en aquel no habrá tantos problemas como en el actual. Cabe destacar que las divergencias entre SARNEY y QUERCIA se profundizaron debido a la postura tomada por el Gobierno con respecto a la refinanciación de las deudas estatales con la Unión. Antes de que el Palacio del Planalto enviara al Congreso el proyecto de presupuesto para 1989, que contraría la postura de los Gobernadores, QUERCIA amenazó con romper con el Poder Ejecutivo.-

15.- CONGRESO APRUEBA PRESUPUESTO NACIONAL DE 1989.-

- El Congreso aprobó el Presupuesto General de la Unión, de 1989. Ante la presencia de sólo 40 Diputados y 10 Senadores, y en una sesión que duró siete minutos, fue aprobada la propuesta de la Comisión Parlamentaria

...///

~~SECRETO~~AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... Mixta, que hizo importantes cambios en el proyecto presentado por el Poder Ejecutivo. El punto que más desagradó a éste fue el relativo a la refinanciación de las deudas de Estados y Municipios con la Unión, pues los ingresos federales se redujeron en U\$S 2.100.000.000. La modificación de la previsión de ingresos causó un déficit de 0,56 por ciento del Producto Interno Bruto. Sin embargo, los parlamentarios aprobaron un proyecto importante para el Gobierno: el relativo a la construcción del Ferrocarril Norte-Sur.

16.- DIPUTADOS APRUEBAN AUMENTO DE SALARIO MINIMO.-

- Gracias a un acuerdo de lideratos partidistas, la Cámara de Diputados aprobó el salario mínimo de enero próximo, Cz\$ 64.020,00 y aumentos reales de 5 por ciento al mes hasta diciembre de 1989. Este nuevo sueldo contiene un aumento nominal de 58,37 por ciento con respecto al de diciembre (Cz\$40.425), y real de 27,2 por ciento, si es que la inflación de enero es 24,5 por ciento, cifra fijada en las negociaciones del Pacto Social. Según estudios preliminares hechos por el Ministerio de Trabajo, este sustancial aumento del sueldo mínimo causará incrementos de sólo 0,9 por ciento en los costos de las empresas, porcentaje que podrá ser fácilmente absorbido por la economía debido a que de los 22 millones de asalariados registrados, sólo 2.400.000 cobran salario mínimo.-

17.- IMPLANTACION DE SOCIALISMO NO SERA PRIORIDAD DE PT.-

- El líder y candidato del PT a la Presidencia de la República, Diputado LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", aseguró que su partido no renunciará a su proyecto político socialista pero que, si gana la elección presidencial de 1989, perfeccionará el sistema democrático y redistribuirá las rentas nacionales, "pues el socialismo no se implanta por decreto". Agregó que la derecha no podrá ganar el comicio, aunque su fórmula presidencial esté encabezada por líderes como ULYSSES GUIMARÃES, Presidente de la Cámara de Diputados y del PMDB, u ORESTES QUERCIA, Gobernador del Estado de San Pa-

...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... blo, "pues ya no hay más lugar para el anticomunismo". Explicó que el comicio municipal pasado demostró que tanto el PT como el PDT son verdaderas alternativas de poder, y que una alianza entre estos dos partidos en el segundo turno de la elección será imbatible. Descartó cualquier tipo de acuerdo con el PFL y con el PDS e informó que el PT, "partido que está más a la izquierda en el espectro político brasileño", sólo hará alianzas con agrupaciones progresistas.-

18.- SARNEY CONDENA NUEVAMENTE EL RADICALISMO.-

- Con el argumento de que deben combatirse posturas radicales que surgieron después del comicio municipal, el Presidente JOSE SARNEY volvió a recomendar la unión de las fuerzas políticas de centro. La acción de grupos violentos, que el Presidente no identificó pero que comparó con brigadas fascistas, hace que el esfuerzo democrático esté amenazado. "La violencia genera violencia. Esto permite la aparición de fuerzas extremistas nostálgicas que están siempre latentes en toda sociedad", afirmó SARNEY en el segundo programa semanal de radio que dedica a este tema. En ningún momento el Presidente aclaró a cuales grupos radicales se refería, pero los acusó de practicar el terrorismo moral y verbal "que cercena la libertad de las conciencias e intimida".-

19.- RECHAZAN POSIBLE VETO DE SARNEY A PRESUPUESTO.-

- Ante la posibilidad de que el Presidente SARNEY vete partes del Presupuesto General de la Unión aprobado por el Congreso, el Presidente de la Cámara de Diputados, ULYSSES GUIMARÃES, afirmó que si se analizan las secuelas políticas y administrativas de esa medida eso no sucederá. "El Congreso asumió una responsabilidad fundamental y justa ante la Nación. El Presidente de la República deberá asumir la suya", sentenció GUIMARÃES, y agregó que fue correcto el criterio usado por los parlamentarios para solucionar el problema de la refinanciación de las deudas estatales con la Unión. Por su parte, el Presidente de la Comisión Parlamentaria Mixta del Presupuesto, Diputado CID CARVALHO, dijo que si SARNEY ejerce el derecho de

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

de veto estará buscando un enfrentamiento inútil con el Poder Legislativo.
"Técnicamente es posible; políticamente, no", expresó CARVALHO.-

20.- ORGANIZADOR DEL PACTO SOCIAL CRITICA AL GOBIERNO.-

- El Presidente de la Federación de las Industrias del Estado de San Pablo, MARIO AMATO, acusó al Gobierno de que está haciendo enormes gastos administrativos mediante el nombramiento de funcionarios "y otros privilegios que llevan al Pacto Social al fracaso y a Brasil a una situación de ingobernabilidad". Agregó que el acuerdo no es sólo una demostración de patriotismo sino también la única forma "de que vencamos la grave crisis nacional sin renunciar a la normalidad política".-

21.- PFL APOYA CANDIDATURA DE MINISTRO DE EJERCITO.-

- El Vice-líder del PFL en el Senado de la Nación, JOÃO MENEZES, afirmó que la candidatura a la Presidencia de la República del Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, surgirá naturalmente con el fin de asegurar la transición democrática y evitar que en el segundo turno del comicio presidencial del 15 de noviembre de 1989 la alianza entre los candidatos del PT y del PDT, LUIZ INACIO DA SILVA "LULA" y LEONEL BRIZOLA, respectivamente, sea la única alternativa para el electorado. "La postulación del General no es militar, contará con el apoyo de una coalición de partidos. Aunque pierda la elección, dará seguridad a la transición democrática", explicó el Senador, quien desde hace varios meses está promoviendo esta candidatura, pero sólo ahora empezó a recibir apoyo. MENEZES dijo que el único que estará en condiciones de competir con "LULA" o BRIZOLA será GONÇALVES, "el candidato de las fuerzas que defienden la libre iniciativa, la seguridad, la moral, la democracia, la familia como institución y una reforma agraria productiva". Informó que, hasta este momento, ha conversado con muchos legisladores, de los cuales 14 o 15, entre ellos el Ministro de Industria y Comercio, Diputado ROBERTO CARDOSO ALVEZ, se mostraron interesados en el tema.-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

22.- SARNEY RESPONDE CRITICAS DEL PRESIDENTE DE LA FIESP.-

- Sólo un día después de que el Presidente de la Federación de las Industrias de San Pablo (FIESP), MARIO AMATO, criticó duramente al Gobierno por "excesivos gastos con nombramientos de funcionarios, que llevan al Pacto Social al fracaso y al país a la ingobernabilidad", el Presidente SARNEY le respondió al afirmar que el empresariado carece de informaciones que le llevan a hacer críticas injustas.-

23.- GENERAL ADMITE POSIBILIDAD DE QUE SEA CANDIDATO.-

- Los parlamentarios que ofrecieron al Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, la candidatura a la Presidencia de la República de una coalición política de centro, recibieron la siguiente respuesta del General: "Si los centristas creen que será una solución para el país, no rechazaré esa obligación". Por su parte, un Diputado del PFL aseguró que GONÇALVES le expresó que no tenía ambiciones personales, pero que aceptaría la candidatura para completar la transición democrática. Sin embargo, a pesar de que rápidamente encontró apoyo en sectores del PFL, PDS, PL y PMOB, también hay quienes ven inconvenientes en esta postulación. "Sé que muchos quieren que GONÇALVES sea Presidente, pero deben recordar que las elecciones indirectas acabaron, motivo por el cual será difícil que el Ministro tenga apoyo popular. Al pueblo no le gustará tener como Presidente de nuevo a un militar", dijo el Diputado del PFL, LUIZ EDUARDO MAGALHÃES.-

24.- CANDIDATURA DEL GENERAL LEONIDAS PIRES GONÇALVES NO TIENE SU APOYO.-

- El General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, Ministro de Ejército, dijo que le parecía lógico que algunos parlamentarios creen que su nombre pueda ser una opción de centro capaz de enfrentar en elecciones a los candidatos del PT y del PDT, LUIZ INACIO DA SILVA "LULA" y LEONEL BRIZOLA, respectivamente, aunque aclaró que la propuesta hecha por el Senador JOÃO NEZES no cuenta con su apoyo. "No estimo este tipo de iniciativas

...///



SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... porque postularme a la Presidencia de la República no forma parte de mi proyecto personal", explicó el Ministro. A su vez, el Ministro del Supremo Tribunal Militar, Brigadier GEORGE BELHAM DE MOTA, afirmó que la candidatura de GONÇALVES no le parece viable y que los militares no tienen interés en disputar la Presidencia de la República. "La sociedad aún está resentida con los militares, quienes no hablan el mismo idioma que los civiles como secuela de los errores de la Revolución de 1964, que demoró demasiado en transferirles el poder", explicó MOTA. En medios políticos, las declaraciones del Brigadier fueron interpretadas como una muestra de la resistencia que, en diversos sectores sociales, empieza a causar la postulación del Ministro GONÇALVES.-

25.- SARNEY HARA CAMBIOS EN SU GABINETE.-

- En los próximos días el Presidente SARNEY anunciará cambios en su Gabinete. Según sus principales asesores, cinco Ministros serán reemplazados y tres Ministerios, suprimidos.-

26.- SALARIO MINIMO CAUSA DEFICIT EN PREVISION SOCIAL.-

- Técnicos del Gobierno están preocupados por los efectos del aumento del salario mínimo, aprobado por el Congreso, sobre los fondos de Previsión Social, debido a que las pensiones, jubilaciones, ayudas por maternidad, defunción y enfermedad se calculan con base en aquél. El Ministro de Previsión Social, JADER BARBALHO, afirmó que el incremento le sorprendió, e informó que causará un déficit de Cz\$ 2.500.000.000.000, motivo por el cual tratará de encontrar, junto con el Parlamento, nuevas fuentes de recursos.-

27.- MINISTRO AFIRMA QUE MILITARES GARANTIZAN TRANSICION.-

- En un discurso que pronunció ante el Presidente de la República, JOSE SARNEY, el Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, afirmó que las Fuerzas Armadas garantizarán la tranquilidad de la transición democrática, se mantendrán fieles a los preceptos constitucionales y asegurarán la toma de posesión de sus cargos a los Alcaldes electos en el

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///... comicio del 15 de noviembre pasado. Agregó que los militares no se apartarán del camino democrático ni permitirán que otros lo hagan. "Están equivocados aquellos que exteriorizan preocupaciones y estimulan posibles rupturas del orden democrático, conducidas por las Fuerzas Armadas", expresó GONÇALVES. En su larga alocución, un balance político de 1988, se destacan dos temas: la promulgación de la Constitución, de la cual dijo que, a pesar de que pueda no concordarse con aspectos de ella, es incuestionable; y las elecciones municipales, sobre las que afirmó que sus resultados deben tomarse con naturalidad y que los militares ven las alteraciones en el poder como garantía de democracia. El Ministro concluyó reiterando la actitud legal de las instituciones castrenses. "Los militares no permitiremos que Brasil retroceda. El perfeccionamiento político deberá seguir caminos institucionales" dijo. En su discurso de agradecimiento, SARNEY afirmó que "siempre fieles a la Constitución, cumpliendo con disciplina las órdenes del Comandante Supremo, y dedicadas a sus deberes profesionales, las Fuerzas Armadas del Brasil son guardianas y aseguradoras de la implantación de la libertad, la democracia y el régimen pluralista".-

28.- BRIZOLA CRITICA AL PT Y ALABA CANDIDATURA DE MILITAR.-

- El ex-Gobernador del Estado de Río de Janeiro, LEONEL BRIZOLA, virtual candidato a la Presidencia de la República del PDT, criticó nuevamente al PT, al que acusó de arrogancia después del comicio municipal de noviembre y le pidió que, "por lo menos, sea más cordial con el PDT". Reiteró la imputación hecha a la Iglesia sobre su apoyo a este partido y afirmó que la CUT (Central Unica de los Trabajadores - vinculada al PT) debe recordar que el nuevo sindicalismo combate la transformación de las organizaciones de clase en representantes de un partido político. Con respecto a la posible candidatura del Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, dijo que tenía todo el derecho de presentarla y agregó que creía que si gana el comicio presidencial contará con la

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETARIA

colaboración de los militares, de quienes consideró poco posible una nueva intervención en la vida política.-

29.- QUERCIA APOYA PRESION POPULAR PARA FORZAR CAMBIOS.-

- Para que el país salga de la crisis por la que pasa, el Gobernador del Estado de San Pablo, ORESTES QUERCIA, apoya la realización de movilizaciones populares que presionen al Gobierno a hacer los cambios necesarios. Agregó que también se necesita la presión de la opinión pública, aunque aclaró que a esta iniciativa la deben tomar los Gobernadores Estaduales y los principales medios de comunicación de masas del país.-

30.- MINISTRO ANUNCIA ADOPCION DE MEDIDAS "IMPOPULARES".-

- El Ministro de Comunicaciones, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, anunció que el Gobierno adoptará medidas "impopulares pero indispensables" entre el 15 y 20 de enero próximos, que contribuirán de manera positiva para la sucesión presidencial. Agregó que las mismas serán de índole política, económica y administrativa. "El Presidente SARNEY busca eficiencia para mejorar la situación del país y darle gobernabilidad, que redundará en beneficio de su sucesor", explicó MAGALHÃES. Aclaró que el Presidente no hizo antes la reforma ministerial porque la Asamblea Nacional Constituyente se lo dificultó mediante la concentración de poder en la persona del Diputado ULYSSES GUIMARÃES, Presidente de la misma. El Ministro explicó que las medidas que serán tomadas encontrarán resistencia en sectores gubernamentales, pues algunos importantes funcionarios perderán sus cargos y poder. A pesar de que el anuncio de MAGALHÃES fue confirmado por el Ministro Jefe del Gabinete Civil, RONALDO COSTA COITO, el Presidente SARNEY mantiene absoluto secreto sobre el contenido de las medidas con el fin de evitar presiones.-

31.- PROPUESTA PROGRESISTA Y VIABLE HARA GANAR ELECCION.-

- "Al comicio presidencial de 1980 lo ganará el candidato que presente una propuesta progresista y viable", afirmó el Senador MARIO COVAS, líder

...///

8906572



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

///...del PSDB y virtual candidato a la Presidencia de la República, aunque se negó a aclarar que es lo que considera inviable de las propuestas de los candidatos del PDT y PT, LEONEL BRIZOLA y LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", respectivamente. Aclaró que las mismas no representan riesgo alguno para la democracia, pero que la del PSDB "será más viable que la del PDT". El Senador expresó que su análisis del próximo comicio se basa en el resultado de las elecciones municipales recientes. "El electorado votó en contra de la política tradicional y a favor de cambios en la estructura social, política y económica del país". Agregó que en el segundo turno de votación se verá con quien su partido se alía. "Si quedan "LULA" y JANIO QUADROS (Alcalde de San Pablo y virtual candidato conservador) buscaremos lo más próximo a nuestras ideas", dijo.-

32.- REFORMA ADMINISTRATIVA PRIVATIZARA EMPRESAS.-

- La reforma administrativa que el Gobierno está preparando tiene como objetivo principal la supresión de 66 órganos y empresas públicas, además de la fusión y privatización de otros. El objetivo de esta propuesta es reducir la cantidad de empresas de 170 a 50. La unificación del régimen laboral en la administración federal directa también contribuirá para la disminución de los gastos en personal. Según observadores políticos, esta reforma es la más profunda que ha tenido en cuenta la administración SARNEY, y sólo depende de una previa reforma ministerial. Consta de tres partes: supresión de organismos que prestan servicios típicos de gobierno; simple abolición de organismos prescindibles para el Gobierno federal porque prestan servicios en Estados o porque no cumplen sus funciones; y privatización de empresas productivas que tienen capacidad para competir con firmas privadas.-

33.- GOBERNADOR PIDE A SARNEY APOYO PARA COVAS.-

- El Gobernador del Estado de Ceará, TASSO JEREISSATI, considerado uno de los más cercanos al Presidente SARNEY, informó que éste le manifestó que quedó muy bien impresionado con el Senador MARIO COVAS, virtual

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... candidato a la Presidencia de la República del PSDB, durante una reunión que tuvo con la dirección de este partido. Agregó que le explicó a SARNEY que su pensamiento coincide con el de COVAS en varios temas: nacionalismo, corporativismo, conceptos ideológicos y visión de la Región Nordeste; y que en este momento es necesario conversar con otros candidatos, no sólo con los del PMDB. Según el relato de JEREISSATI, SARNEY no hizo comentarios sobre COVAS.-

34.- INMINENTE VETO DE SARNEY A AUMENTO DE SUELDO MINIMO.-

- El Ministro Jefe del Gabinete Civil de la Presidencia de la República, RONALDO COSTA COUTO, confirmó rumores según los cuales el Presidente SARNEY iba a vetar el importante aumento del salario mínimo aprobado por el Congreso hace 10 días. Según COSTA COUTO, este sueldo, en enero, será reajustado conforme con la expectativa de inflación de diciembre más 3 por ciento. Sin confirmar la decisión tomada, SARNEY dijo, en conferencia de prensa, que el aumento aprobado por el Congreso es insostenible para la economía nacional y que, en vez de beneficiar a los trabajadores les perjudicará pues causará cesantías. Por su parte, el coordinador de la Comisión Parlamentaria de Salario Mínimo, Diputado MAURILIO FERREIRA LIMA, dijo que la decisión presidencial causará choques entre los Poderes Ejecutivo y Legislativo. Otros parlamentarios también rechazaron la decisión de SARNEY que anula el monto de Cz\$ 64.020 establecido para enero, y previeron nuevas tensiones entre los dos Poderes.-

35.- SARNEY VETA SALARIO MINIMO DE Cz\$ 64.020.-

- El Presidente SARNEY vetó el proyecto de ley aprobado por el Congreso Nacional que fijó en Cz\$ 64.020 el valor del salario mínimo desde enero y que concedió aumentos reales de 5 por ciento (superiores a la inflación) hasta diciembre de 1980. Simultáneamente, SARNEY firmó un decreto mediante el cual establece que el sueldo mínimo será de Cz\$ 54.374. Como justificación del veto del proyecto parlamentario el Presidente afirma que algunos de sus artículos son inconstitucionales y que los costos

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///... financieros del sueldo fijado "son insoportables para la economía nacional, en especial para la Previsión Social". Desde el momento de la publicación de este decreto en el Diario Oficial, el Congreso tendrá 30 días para convocar a sesión extraordinaria con el fin de evaluar la conducta presidencial. Para dejar sin efecto el veto, el Parlamento necesitará el acuerdo de la mayoría absoluta de sus integrantes (280 votos). La decisión presidencial recibió duros críticas en el Congreso Nacional. El autor del proyecto vetado, Diputado CHRISTOVAM CHIARADIA, del PFL, uno de los pocos que da sustentación política al Gobierno en el Parlamento, dijo que la actitud gubernamental es consecuencia de su carácter de mayor empleador que paga sueldos mínimos. "De este modo el Gobierno pretende reducir su déficit, cuando lo correcto sería que lo hiciera mediante la eliminación de gastos superfluos", explicó CHIARADIA.-

36.- ECOLOGO DEFENSOR DE AMAZONIA ES ASESINADO.-

- El Presidente del Sindicato de Trabajadores Rurales de Xapuri, Estado de Acre, FRANCISCO MENDES ALVES FILHO "Chico Mendes", ecólogo y defensor de la Amazonia, fue asesinado en esa ciudad. Según la policía, los principales sospechosos son los hacendados DARLY y ALVARINO ALVES, afiliados a la Unión Democrática Ruralista. En Washington, la noticia de la muerte de MENDES causó honda conmoción en medios vinculados a la defensa de la Amazonia. "Este asesinato demuestra nuevamente que la violencia en la Amazonia está directamente vinculada a la devastación de sus recursos naturales", afirmó STEVE SCHWARTZMAN, Director del ENVIRONMENTAL DEFENSE FUND, entidad ecológica privada con la cual MENDES tuvo intensos vínculos en los tres últimos tres años. SCHWARTZMAN recordó que el líder campesino desempeñó un importante papel ante la comunidad internacional por su trabajo con grupos de caucheros, con tribus indígenas y con el Gobierno brasileño, con el fin de crear proyectos de explotación económica de la región amazónica que fueran racionales, socialmente justos y que respetaran la ecología.-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

37.- ENTIERRO DE ECOLOGO SE TRANSFORMA EN ACTO POLITICO.-

- El entierro del ecólogo y líder sindical campesino, CHICO MENDES, asesinado en Xapuri, Acre, se transformó en un acto político de repudio a la violencia, que exigía justicia y reforma agraria, y de oposición a la Unión Democrática Ruralista. A él asistieron destacados políticos, periodistas y actores, entre ellos el virtual candidato a la Presidencia de la República, LUIZ INACIO DA SILVA "LULA" del PT. "Estos crímenes continuarán sucediendo mientras nuestros gobernantes no representen al pueblo, sino a una clase interesada solamente en mantener sus privilegios", afirmó el Obispo de Río Branco, Capital de Acre, Monseñor MDACYR GRECCHI. Por su parte, "LULA" afirmó que si el país viviera en una verdadera democracia este crimen hubiera causado la renuncia del Ministro de Justicia. "Sólo durante 1988 fueron muertos 83 dirigentes campesinos y ecologistas", reveló "LULA", y culpó a las Policía Militar y Federal, al Ministerio de Justicia y a la Presidencia de la República por la escasa importancia que le dan a la violencia en la Amazonia. Por otra parte, el diario "The New York Times" destacó el asesinato de MENDES en su portada, y en México, la organización ecologista liderada por el escritor GABRIEL GARCIA MARQUEZ, "Grupo de los Cien", divulgó un documento de protesta por el asesinato, en el cual exige al Gobierno brasileño que respete y haga respetar tanto los derechos humanos como los de la naturaleza.-

38.- OBISPO DICE QUE PROTECCION NO EVITA VIOLENCIA.-

- El Presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), Monseñor LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, consideró una brutalidad el asesinato del ecólogo y líder campesino de Xapuri, Acre, CHICO MENDES, y afirmó que la protección policial concedida al Obispo de Río Branco, Monseñor MDACYR GRECCHI, quien fue amenazado de muerte, puede ser un paliativo pero estimulará la violencia en la región. Agregó que estos delitos deben investigarse hasta castigar a los responsables. "De lo con-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///... trario, se estará estimulando la comisión de nuevos crímenes", aseguró.-

39.- 67,9 POR CIENTO DEL ELECTORADO BRASILEÑO ES SEMIANALFABETO.-

- Según cifras divulgadas por el Tribunal Superior Electoral (TSE), en las elecciones presidenciales del 15 de noviembre de 1989 la importancia de los electores analfabetos o semianalfabetos será decisiva. El 67,9 por ciento del electorado brasileño es semianalfabeto, del cual 9,72 por ciento es analfabeto; 29,95 por ciento lee y escribe en forma rudimentaria; y 28,23 por ciento no completó la enseñanza primaria. En valores absolutos, estos porcentajes son los siguientes: 6.740.043; 20.779.761; y 19.852.660, respectivamente, cifras que dan un total de 47.372.454 personas. Estas informaciones constan en un estudio sobre el electorado nacional, hecho con datos de 1986, que no había sido divulgado.-

B.- INTERNACIONAL.-

1.- SARNEY MANIFIESTA APOYO A GOBIERNO ARGENTINO.-

- El Presidente SARNEY telefoneó a su colega argentino, RAUL ALFONSIN, a quien manifestó el apoyo "del pueblo y del Gobierno brasileños" al Gobierno constitucional argentino, amenazado por un nuevo intento de golpe de Estado militar.-

2.- GORBACHOV MENCIONA A BRASIL EN DISCURSO EN EE.UU.-

- El discurso en que el Presidente de la Unión Soviética, MIKHAIL GORBACHOV mencionó a Brasil como una de las potencias que debe participar en el diálogo Este-Oeste para reducir la distancia entre países desarrollados y en desarrollo, que pronunció en la sede la Organización de las Naciones Unidas (ONU), fue considerado por el asesor para Asuntos Internacionales del Palacio del Planalto, SEIXAS CORREA, "la mayor victoria política externa del Gobierno del Presidente SARNEY", y una consecuencia directa de la visita que el Primer Mandatario hizo a URSS en octubre. "El Presidente de la República quedó muy conforme con la noticia, pues la postura sustentada por GORBACHOV coincide totalmente con la de Brasil", dijo CORREA.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

///... Por su parte, el Presidente de la Cámara de Diputados y del PMDB, ULYSSES GUIMARÃES, afirmó que la mención que el Presidente de la URSS hizo de Brasil demuestra la importancia de un país que no puede estar ausente en la toma de las grandes decisiones mundiales.-

3.- NOBREGA DESTACA REUNION DEL "GRUPO DE LOS 8".-

- Al hablar en nombre de los representantes de los países miembros del "Grupo de los 8" (Argentina, Brasil, Colombia, México, Perú, Uruguay y Venezuela; Panamá fue excluido por razones políticas), que se reunieron en Río de Janeiro, el Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, afirmó que el grupo decidió hacer un esfuerzo conjunto de cooperación para resolver el problema de la deuda externa de los países latinoamericanos entre sí. "De este modo pensamos que daremos el ejemplo a los acreedores internacionales sobre como es posible reducir la deuda oficial", expresó DA NOBREGA, y agregó que en esta reunión, por primera vez, se debatieron problemas concretos y "se trascendió la retórica". Las bases del programa debatido sólo se conocerán después de su definición, lo que sucederá luego de que concluya el análisis de las distintas propuestas.-

4.- PREOCUPA A EE.UU. INTEGRACION BRASIL - ARGENTINA.-

- El Jefe de la Sección América Latina y Africa, de la Oficina de Comercio de la Casa Blanca, JOHN ROSENBAUM, confirmó explícitamente que Estados Unidos y otros países industrializados "ven con preocupación" la integración económica entre Brasil y Argentina. El principal temor es que el proceso, que tiene por finalidad la formación de un mercado común, favorezca el comercio bilateral en detrimento de la apertura de los mercados de ambos países al resto del mundo. ROSENBAUM explicó que su país teme que la integración cause perjuicios a distintos países que tendrán sus posibilidades de comercio reducidas. Estas críticas, hechas durante un debate organizado por una organización de pesquisas de Washington, fueron respondidas por representantes brasileños y argentinos quienes expresaron que el acuerdo de integración no prevé la creación de

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETARIA

///... obstáculos comerciales mayores que los ya existentes.-

5.- BRASIL APOYA CONFERENCIA DE PAZ PARA MEDIO ORIENTE.-

- Al hablar ante la Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), en Ginebra, el representante brasileño, Embajador PAULO NOGUEIRA BATISTA, apoyó la realización de una conferencia de paz para Medio Oriente y analizó el discurso del líder palestino YASSER ARAFAT mediante el cual ofreció a Israel el restablecimiento del diálogo con la Organización para la Liberación de Palestina (OLP). "Al reconocer la existencia del Estado de Israel, ARAFAT dió importantes pasos en dirección a la paz en Medio Oriente", dijo BATISTA, y agregó que este hecho causó satisfacción en el Gobierno brasileño.-

6.- BRASIL CONTROLARA RETIRO DE TROPA CUBANA DE ANGOLA.-

- Brasil integrará la Comisión Especial que controlará el retiro de Angola de las tropas cubanas, según una de las cláusulas del acuerdo de paz firmado por Cuba, Africa del Sur y Angola. Esta noticia fue dada por el Canciller, ROBERTO DE ABREU SOBRE, quien también informó que el Secretario General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), JAVIER PEREZ DE CUELLAS, ofreció al país el comando de la Comisión, que podría quedar a cargo de un General de Brigada, que también estará integrada por militares de Argelia, Congo, España, India, Noruega y Yugoslavia. Otros 15 Oficiales brasileños la compondrán. A ella cabrá la tarea de vigilar el cumplimiento de las etapas de retiro de 30.000 soldados cubanos, que empezará el 1º de Abril próximo. La invitación de la ONU fue aceptada de inmediato debido a la relación entre Brasil y Angola, cuya independencia, en 1976, fue el primer país en reconocer.-

7.- POSTURA BRASILEÑA ENCUENTRA GRAN APOYO EN GATT.-

- Mediante una reacción sorprendente, representantes de 37 países, europeos, asiáticos, latinoamericanos, de Oceanía y hasta del bloque socialista, hablaron en la reunión del Acuerdo General de Precios y Tarifas

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///... (GATT), que se realizó en Ginebra, para apoyar la postura brasileña en el juicio contra Estados Unidos por la acusación de este país de falta de respeto a las patentes farmacéuticas de productos fabricados por laboratorios norteamericanos en Brasil. Si bien no se refirieron directamente al pleito EE.UU. - Brasil, todos los representantes criticaron el artículo 301 de la Ley de Comercio estadounidense que impone represalias comerciales unilaterales. "Esta fue la primera vez que un país logra que se discuta la legalidad del artículo 301", afirmó el representante brasileño, Embajador RUBENS RICUPERO. Semanas atrás, esta ley, que siempre causó aprensión entre los socios comerciales de Estados Unidos, y que hasta fue usada en una oportunidad contra Japón, fue modificada para hacer más rígidas sus disposiciones.-

8.- DIPUTADOS BRASILEÑOS SE REUNEN CON PEREZ DE CUELLAR.-

- El Secretario General de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), JAVIER PEREZ DE CUELLAR, recibió en Nueva York a Diputados brasileños, del PMDB, y les expresó que considera de fundamental importancia la politización de la discusión sobre la deuda externa de los países en desarrollo. El líder del PMDB en la Cámara de Diputados, IBSEN PINHEIRO, afirmó que PEREZ DE CUELLAR les informó que la Asamblea General de la ONU posiblemente otorgue al Secretario General de la ONU un mandato para discutir el tema de la deuda desde el punto de vista político, o sea, trascendiendo los aspectos económico-financieros de la cuestión.-

9.- CRISIS BRASILEÑA REFLEJA SITUACIÓN INTERNACIONAL.-

- En su habitual programa semanal de radio, el Presidente JOSE SARNEY afirmó que la crisis brasileña no fue provocada por errores económicos gubernamentales, sino que es reflejo de la crisis internacional que afectó a todos los países en desarrollo. Este análisis se basó en la postura expresada ante la Organización de las Naciones Unidas por el Presidente soviético, MIKHAIL GORBACHOV, quien reconoció a Brasil como una gran potencia económica y apoyó la posición brasileña de que se dé un trata-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 22 de 43
Copia N° Original

SECRET

///... miento político al tema de la deuda externa de los países del Tercer Mundo. SARNEY recordó que él viene sustentando esta idea desde 1985, época en que era rechazada por los países acreedores, "en cambio ahora cuenta con la anuencia del Presidente electo de Estados Unidos, GEORGE BUSCH". Agregó que el triunfo de esta postura se debe a la unión de los países latinoamericanos y a las negociaciones llevadas a cabo por él en sus viajes internacionales.-

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

II).- FACTOR ECONOMICO.-

1.- PRESION DEL BIRD PONE EN RIESGO PLAN ENERGETICO.-

- La decisión del Banco Mundial (BIRD) de conceder el préstamo de U\$S 500 millones para el sector eléctrico sólo si el país garantiza la preservación de la flora y de la fauna amazónica obligará a Brasil a rever el plan de la empresa estatal ELECTROBRAS denominado "2010", instrumento de planificación energética de largo plazo.-

2.- CEE PROMOVERA INVERSIONES CONJUNTAS EN BRASIL.-

- La Comunidad Económica Europea (CEE) desea promover inversiones conjuntas en sectores industriales del mercado brasileño, y la transferencia de tecnología y actividades en sectores modernos de investigación y desarrollo. Esto fue revelado por el Ministro de la CEE, ABEL MATUTES, quien vino a Brasil con el fin de incrementar los acuerdos para la ejecución de proyectos de conversión de la deuda externa en inversiones; y para fomentar la composición de "joint-ventures" y la formación de mano de obra.-

3.- AVIONES ARGENTINOS EQUIPARAN AEROCLUJES BRASILEÑOS.-

- El contrato de compra de aviones argentinos, anunciado por el Presidente SARNEY, tiene un valor de U\$S 35 millones que posibilitarán la adquisición de 420 unidades de la marca "Aero Boero", de las cuales 350 serán del modelo "115", para instrucción primaria, y 70 del modelo "140" para remolcar planeadores. La elección de estos aviones por la Dirección de Aeronáutica Civil tiene como finalidad reequipar a las flotas de los aeroclubes brasileños, que, con promedios de edad de 30 años, están obsoletas.-

4.- EGIPTO E IRAK COMPRARAN 100 AVIONES "TUCANO".-

- El Superintendente de la EMBRAER (Empresa Brasileña de Aeronáutica), OZILIO DA SILVA, y el Director de Programas Militares de la empresa, Brigadier LUIZ TEIXEIRA GOMES, llegaron a Bagdad, Capital de Irak, donde probablemente concreten acuerdos con la Fuerza Aérea Iraquí para la adquisición de 20 aviones de entrenamiento militar "TUCANO", y también la licencia para su fabricación.

...///



SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... ción. Similares gestiones hicieron anteriormente en El Cairo. Egipto quiere comprar 40 aviones y transformar en adquisición la opción de compra de otras 40 unidades. Este país ya fabricó 120 "TUCANO" desde 1973, año en que se firmó un contrato con este fin.-

5.- ACREEDORES CONCUERDAN CON PROPUESTA GOBIERNAMENTAL.-

- El Comité de Bancos Acreedores concordó con la propuesta del Gobierno brasileño de modificación de las reglas establecidas para las operaciones de "relending" (prestar nuevamente recursos externos depositados en el Banco Central) en el acuerdo para la refinanciación de la deuda externa. Según informó el Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, el Gobierno no tratará de minimizar los efectos monetarios de esas operaciones para evitar que se transformen en mecanismos de remesa de recursos de "relending" interno para el exterior. "Los bancos recibieron muy bien las informaciones y preocupaciones del Gobierno brasileño y están dispuestos a colaborar", dijo DA NOBREGA, refiriéndose a la reciente reunión mantenida con el Comité por el Secretario de Asuntos Internacionales del Ministerio, SERGIO AMARAL. Sin embargo, DA NOBREGA no especificó cuales serán las modificaciones.-

6.- BRASIL HARA AL BIRD PROPUESTA SOBRE ANGRA III.-

- El Ministro Jefe del Gabinete Militar de la Presidencia de la República, General RUBEM BAYMA DENYS, se reunió largamente con el Presidente de la Comisión Nacional de Energía Nuclear, REX NAZARE, y con miembros de la Secretaría para Asesoramiento en Defensa Nacional para estudiar los términos del proyecto de viabilidad económica de la Central Nuclear ANGRA III, que se presentará ante el Banco Mundial (BIRD) con el fin de posibilitar la concesión del préstamo de US\$ 500 millones para el sector eléctrico brasileño. Después de la reunión, NAZARE informó que el proyecto es sólo una de las exigencias del BIRD. No obstante, destacó que la solución de las divergencias es sólo económica y descartó cualquier interferencia política o militar en el asunto.-

...///



SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... 7.- AMISTIADOS DEL PLAN CRUZADO NO LOGRAN PAGAR DEUDAS.-

- A pesar de que fueron amistiados por la Constitución del pago de la corrección monetaria de préstamos obtenidos durante la vigencia del Plan Cruzado, los pequeños productores rurales no pueden pagar sus deudas. Según la Unión Democrática Ruralista (UDR), los bancos acreedores se niegan a recibir los pagos sin la corrección monetaria y, en algunos casos, amenazan a los productores con incluirlos en una lista de deudores morosos. Ante esto, la UDR y otras entidades rurales recomendaron a los amistiados que depositen los importos adeudados ante la justicia. En consecuencia, sólo en los Estados de San Pablo y Paraná se entablaron más de 3.000 juicios por este motivo en los últimos días.-

8.- NOBREGA DESCARTA FORMACION DE "CLUB DE DEUDORES".-

- MAILSON DA NOBREGA, Ministro de Hacienda, descartó la posibilidad de creación de un "Club de Deudores" latinoamericanos para solucionar el problema de la deuda externa. Según él, la historia muestra que cada país tiene características y problemas propios que sólo pueden resolverse individualmente con los acreedores. Cuando anunció que el objetivo básico de la reunión de los países del llamado "Grupo de los 8", es llegar a un acuerdo para lograr la reducción del capital de la deuda, NOBREGA explicó que serán cuatro los puntos que se discutirán: formas de reducción de la deuda; creación de una agencia o uso de los organismos existentes (Banco Mundial y Fondo Monetario Internacional) para intermediar en la negociación de títulos de la deuda en el mercado secundario; la aseguración de los débitos; y la forma de trato interno entre deudores latinoamericanos.-

9.- FMI CONCEDERÁ "PERDON" A GOBIERNO BRASILEÑO.-

- La dirección del Fondo Monetario Internacional (FMI) concederá "waiver" (perdón) automático al Gobierno brasileño, o sea, no le obligará a pedirlo formalmente, por la falta de cumplimiento de objetivos del déficit público correspondientes a setiembre. Ante esto, asesores económicos

...///



AGREGADO MILITAR

BRASILIA

///... estudian medidas relativas al control de la inflación y a los programas económicos para 1989, con el fin de presentarlas ante una misión del FMI que vendrá a Brasil. Los mismos asesores destacaron que darán preferencia, en las nuevas negociaciones con el FMI, a la discusión de las metas del Plan de Modernización y Ajuste y no a la falta de cumplimiento de los objetivos de setiembre.-

10.- DESEMPEÑO DE ECONOMIA SERA NEGATIVO ESTE AÑO.-

- La fuerte disminución de la producción industrial en octubre (-7,9 por ciento con relación al mismo mes de 1987) y la falta de perspectivas de recuperación en noviembre, básicamente, como consecuencia de las huelgas de trabajadores de la PETROBRAS y de industrias siderúrgicas, no dejan dudas acerca de que la tasa de crecimiento del Producto Interno Bruto (PIB), en 1988, será levemente negativa, lo que contraría las expectativas sobre una expansión, aunque mínima, de la economía este año. El Presidente del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, CHARLES MUELLER, afirmó que el reducido crecimiento de otros componentes del PIB, como agricultura y servicios, hace irreversible la disminución del PIB. "La consecución de un resultado cero sería positivo para la economía", afirmó MUELLER.-

11.- BRASIL PAGO EN 1988 US\$ 12.000 MILLONES EN INTERESES.-

- Las transferencias netas de recursos del país para el exterior para el pago de intereses de la deuda externa, llegó este año a US\$ 12.000 millones, cantidad que equivale a 4 por ciento del Producto Interno Bruto, según datos oficiales del Ministerio de Hacienda. Según el economista DERCIO GARCIA MUNHOZ, de la Universidad de Brasília, si esa cantidad hubiera sido invertida en el país, podría haberse erigido una represa hidroeléctrica del tamaño de Itaipú, con la cual se disminuiría en forma notoria el déficit energético nacional.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

///... 12.- BANCO DE TOKIO CONVIERTE U\$S 15 MILLONES DE DEUDA.-

- El Banco de Tokio, mayor acreedor japonés de Brasil, finalizó una operación de conversión de deuda externa en capital de riesgo de U\$S 15 millones, para aumento de su capital. Este banco se prepara para actuar en el mercado brasileño como institución financiera múltiple: comercial, de inversiones, financiera y sociedad para crédito inmobiliario. Los títulos de la deuda usados por el Banco de Tokio son referentes a la operación 63 (traslado de recursos externos por medio de banco privado nacional), de su casa matriz en Japón para la sucursal brasileña.-

13.- ACUERDO PUEDE FACILITAR VENTA DE PRODUCTOS EN CEE.-

- La doble ciudadanía de la que gozan las personas nacidas en Brasil y Portugal preocupa cada vez más a la Comunidad Económica Europea (CEE), que se reflejó en una carta enviada al Primer Ministro de Portugal, CAVACO SILVA, por la Comisión de Comunidades, organismo de la CEE encargado de estudiar los aspectos preparatorios de la definitiva incorporación de Portugal a la Comunidad, en 1992. La carta fue enviada después de que diversos medios periodísticos europeos publicaron materias según las cuales sería catastrófico para la CEE que Brasil haga uso de los derechos de nacionalidad para vender sus productos en el Mercado Común Europeo (MCE), exento de impuestos. No obstante, el Consejero de la Embajada de Portugal en Brasil, RUY DINIZ, afirmó que los temores de CEE no tienen fundamento, ya que el acuerdo que equipara los derechos civiles de brasileños y portugueses concede facilidades a los primeros sólo cuando están en Portugal. Además, explicó que cuando la CEE aceptó el ingreso de este país aclaró que el acuerdo luso-brasileño tendría vigencia sólo en territorio portugués.-

14.- RETENCION DE PRESTAMO DEL BIRD CAUSA PERJUICIOS.-

- La retención por el Banco Mundial (BIRD) del préstamo de U\$S 500 millones destinado al sector eléctrico causa significativos perjuicios a
...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 3 de 43
Copia Nº Original

///... Brasil, debido a que, por este motivo, los bancos acreedores privados no concedieron U\$S 600 millones, y el Fondo Monetario Internacional (FMI), U\$S 40 millones, ambas cantidades previstas en el acuerdo global de refinanciación de la deuda externa. Según la evaluación de un asesor económico, el empréstito que más chances tiene de que sea aprobado es, a pesar de todo, el destinado al sector eléctrico. El sector económico y la Secretaría de Asesoramiento en Defensa Nacional están previendo la posibilidad de que el BIRD exija estudios de viabilidad económica de la planta nuclear ANGRA III. En caso de que su construcción fuere aprobada, el Ministerio de Hacienda espera que el Banco apruebe durante el primer trimestre de 1989 la liberación de la primera cuota del préstamo.-

15.- PRESTAMO FACILITADO POR ESTUDIO SOBRE ANGRA III.-

- Voceros del Banco Mundial (BIRD) revelaron que a su Dirección satisfizo la decisión del Gobierno brasileño de hacer un estudio de viabilidad económica de la planta nuclear ANGRA III, actitud que puede facilitar la liberación del empréstito de U\$S 500 millones para el sector eléctrico. "El desembolso de este préstamo no está vinculado a la finalización del estudio. El BIRD puede conceder la primera parte del mismo, la mitad, en enero, y la segunda cuando el estudio esté terminado, para lo cual posiblemente se otorguen seis meses", informó un funcionario del Banco. Por otra parte, el Presidente de la empresa estatal ELECTROBRAS, MARIO BHERING, anunció que el estudio exigido por el BIRD está siendo concluido y que le será entregado en enero. Por otro lado, explicó que la construcción de nuevas plantas hidroeléctricas en la región amazónica "es una necesidad, porque de lo contrario, la alternativa es la energía nuclear".-

16.- SE DESCUBRE PETROLEO DE MEJOR CALIDAD DEL MUNDO.-

- La empresa estatal PETROBRAS descubrió petróleo, clasificado como el de mejor calidad del mundo, superior al de Argelia y Arabia Saudita, en el campo de Tubarão, cuenca de Santos, litoral del Estado de Paraná. La noticia fue dada por el Presidente de la empresa, ARMANDO GUEDES, quien

...///



AGREGADO MILITAR

BRASILIA

[SECRET]

///... explicó que el hidrocarburo descubierto tiene una calidad de 46 grados API (American Petroleum Institute, organismo internacional encargado de clasificar los tipos de petróleo), y explicó que los que hasta el momento son considerados de mejor calidad alcanzaron 42 grados API. GUEDES informó que el campo se encuentra a 170 kms. de la costa y que, en el año que comienza, será preferente para la PETROBRAS desarrollarlo para conocer con más precisión el volumen de sus reservas, en este momento estimadas en 100 millones de barriles.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

Hoja 20 de 20
Copia Nº OriginalIII).- FACTOR SICO - SOCIAL.-1.- OPINIONES SOBRE FUNCIONES DE POLICIAS.-

- "Para reducir la violencia que ejercen las Policías Militares de los diferentes Estados, es necesario desvincularlas del Ejército". Esta es la opinión del sociólogo MARCOS BRETA, de la Fundación CASA RUI BARBOSA, quien agregó que esta desvinculación redundará también en un aumento de la eficiencia de las mismas. Uno de los principales investigadores del país sobre el papel social de la policía, el Profesor BRETA, a pesar de que le parece que estas instituciones deben estar estructuradas militarmente, considera un error que la estructura haya sido copiada a la del Ejército y, peor aún, su vinculación a esta Fuerza como contingente de reserva. BRETA destaca que, mientras el Ejército debe estar preparado para la guerra, los policías sólo deben garantizar la seguridad de la sociedad. "La subordinación de las Policías Militares al Ejército es una decisión política, secuela de la aplicación de la doctrina de la Seguridad Nacional", explica el sociólogo.-

2.- NUEVAS MEDIDAS EN 1989 PARA COMBATIR DROGAS.-

- En febrero de 1989 el grupo de trabajo formado en el Ministerio de Justicia habrá concluido la adaptación del bosquejo de proyecto de ley antitóxicos al nuevo orden constitucional. Simultáneamente, el Consejo Nacional de Estupeficientes (CONFEN) iniciará una campaña de divulgación sobre el problema de la drogadicción. Con estas y otras medidas el Gobierno pretende empezar acciones más enérgicas para recuperar drogadictos, prevenir el consumo y reprimir el tráfico de drogas. Por otra parte, el Presidente del CONFEN, LAERCIO PELLEGRINO, viajó a Viena con el Ministro de Justicia, PAULO BROSSARD, para representar a Brasil en una conferencia de las Naciones Unidas que está tratando la prevención y represión del tráfico de estupeficientes.-

3.- SIDA AUN NO AFECTA A SECTORES SOCIALES POBRES.-

- El Ministro de Salud, BORGES DA SILVEIRA, reveló que, a pesar de que las previsiones oficiales indican que hay 500.000 personas afectadas por el vi-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... rus del Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA) en el país, éste no se ha extendido a sectores sociales más pobres. SILVEIRA dijo que las campañas gubernamentales tienden a evitar que esto suceda debido a que el SIDA, como enfermedad endémica, "causaría innumerables muertes". Agregó que los Hospitales del Instituto Nacional de Asistencia Médica y Previsión Social (INAMPS) no pueden atender a todos los casos de SIDA que está habiendo, motivo por el cual es necesario que los nosocomios particulares que tienen convenios hechos con el INAMPS también atiendan a los enfermos.-

4.- PARLAMENTO APRUEBA LEY CONTRA EL RACISMO.-

- Por unanimidad, la Cámara de Diputados aprobó un proyecto de ley, cuyo autor es el Diputado CARLOS A. OLIVEIRA (CAO), del PDT, que define los delitos que caracterizan al racismo y establece las penas para ellos.-

5.- CNBB DESMIENTE ACUSACIONES DE CANDIDATO DEL PDT.-

- El Presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB), Monseñor LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, desmintió acusaciones hechas por LEONEL BRIZOLA, Presidente y candidato del PDT a la Presidencia de la República. "La Iglesia Católica no está vinculada a ningún partido político en particular. Lo está a programas, a valores que dignifican la persona humana, y aprueba iniciativas de partidos que se aproximen a estas aspiraciones", explicó ALMEIDA. BRIZOLA acusó a la Iglesia de haber organizado "a nivel nacional" al PT. El Presidente de la CNBB agregó que hay asociaciones y movimientos populares estimulados por comunidades nacionales y extranjeras que buscan el bien de los marginados. "La Iglesia se vincula a aquellos que siguen las propuestas del Evangelio y apoya una democracia que dé cada día más participación a los ciudadanos, lo que concuerda con los deseos del pueblo brasileño", dijo. Por otra parte, la CNBB manifestó su preocupación por la proliferación en Brasil de los llamados "movimientos religiosos libres". Calcula que aproximadamente 20 millones de personas participan en ellos, y recordó que en 1984 envió al Vaticano un documento en el que denunciaba la participación de

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

Hoja 3 de 4
Copia Nº 124444

///... gobiernos dictatoriales hemisféricos y del estadounidense en el apoyo a sectas anticomunistas. Según la CNBB, estos grupos tienen el fin de dificultar el trabajo de los sectores progresistas tanto católicos como evangélicos. "Es posible la participación en estos grupos de la Central de Inteligencia Americana (CIA) o que los mismos estén al servicio de ésta. La situación es extremadamente seria y exige profundas investigaciones", afirma la CNBB, en respuesta a un pedido de informes del Vaticano sobre la aparición de nuevas sectas en el país.-

6.- UNICEF REVELA PESIMA SITUACION DE NIÑOS EN BRASIL.-

- Un informe elaborado por el Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF) revela que Brasil ocupa el 65º lugar en el mundo con relación a la Tasa de Mortalidad de Menores de 5 Años, que refleja el número de muertes de niños de esta edad por cada 1.000 nacidos vivos.-

7.- ACTIVIDAD DE SNI ANTE PAROS EN SERVICIOS ESENCIALES.-

- Cuando comienza una huelga en algún servicio considerado esencial, el primer organismo del Gobierno que se pone en actividad es el Ministerio Jefatura del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), cuyo jefe, General IVAN DE SOUZA MENDES, es considerado dentro del Gobierno como un conciliador. Las relaciones laborales en el Gobierno del Presidente SARNEY están siendo resueltas mediante dos caminos: Los Gabinetes Civil y Militar. Mientras el primero, dirigido por RONALDO COSTA COUTO, es responsable por el Pacto Social contra la inflación, el SNI responde por las decisiones y negociaciones con los movimientos huelguísticos. Esto fue demostrado en varios paros ocurridos este año, como los de funcionarios públicos federales, bancarios, petroleros, metalúrgicos y de portuarios. En la dirección de las negociaciones se destaca SOUZA MENDES, quien, según asesores del Palacio del Planalto, "siempre es escuchado por el Presidente SARNEY". El trabajo del SNI durante las huelgas es siempre el mismo: primero, se limita a acompañar las negociaciones iniciales con los sectores afectados; luego, si continúan las divergencias, e informado sobre la disponibilidad financiera del Gobierno, el General asume

...///

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... las negociaciones. El conflicto laboral que en los últimos tiempos más trabajo dió al Ministro Jefe del SNI fue el de los metalúrgicos de Volta Redonda, en noviembre, que acabó con la invasión de la Planta siderúrgica por el Ejército y la muerte de tres obreros.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

IV).- FACTOR MILITAR.-

1.- OAB INVESTIGO SUCESOS DE VOLTA REDONDA.-

- La Comisión de Derechos Humanos de la Orden de los Abogados de Brasil (OAB) patrocinó una investigación de los hechos que tuvieron lugar en la Compañía Siderúrgica Nacional (CSN), en Volta Redonda, durante la huelga de los metalúrgicos, que tuvieron como consecuencia la muerte de tres obreros. Basándose en declaraciones de protagonistas, la OAB responsabiliza por los hechos al Comandante de la operación de ocupación de la CSN, General JOSE LUIZ LO-PES, a quien denunciará ante la Justicia ordinaria por inducción a homicidios.

2.- EMFA PROPONE DISCIPLINA MILITAR PARA FUNCIONARIOS CIVILES.-

- Según un proyecto presentado por el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas (EMFA) ante la Secretaría de Administración Pública, los empleados civiles de los Ministerios Militares podrán ser comprendidos en un nuevo plan de carrera que prevé el cumplimiento de la rígida disciplina y jerarquías militares. La "Carrera Especial de Apoyo a la Actividad Militar", que forma parte del proyecto del EMFA, impide que los funcionarios se afilien a sindicatos y que tengan actividades político-partidistas. Entre los deberes de los empleados civiles se cuenta el cuidado por el mantenimiento del buen nombre de las Fuerzas Armadas; el cumplimiento de la disciplina; el respeto por las jerarquías; el riguroso cumplimiento de las órdenes y de las obligaciones; y la discreción de actitudes, maneras y de lenguaje escrito y oral. El plan también prevé que los funcionarios se beneficien con el tipo de gratificaciones que reciben los miembros de las Fuerzas Armadas. También los criterios de promoción son similares a los que rigen para personal militar, según el proyecto.-

3.- ASPECTOS DE PROGRAMA DE MODERNIZACION DEL EJERCITO.-

- En la ceremonia de inauguración del nuevo edificio de la Escuela de Comando y Estado Mayor (ECEME), donde desde 1989 funcionará el Curso de Política, Estrategia y Administración Superior del Ejército (CPEAEx), extensión del curso de la ECEME para Coroneles postulantes a ascender al Generalato, en

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETARIO

Hoja 35 de 42
Copia Nº 1122

///... Río de Janeiro, el Ministro de la Fuerza, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, expresó que la inversión hecha forma parte de "un apreciable esfuerzo del Comando del Ejército para garantizar la formación de los recursos humanos que el mismo necesitará en los próximos decenios". Recordó que el Programa de Modernización comprende la ampliación del número de plazas para Cadetes en la Escuela Militar de las Agulhas Negras; la ampliación de la Escuela de Sargentos de las Armas; y la creación de la Escuela de Administración. El CPEAEx se destina a la formación de asesores de alto nivel para la elaboración de programas sectoriales de la Fuerza, como por ejemplo, de personal, material y comunicación social, que desempeñarán sus actividades en el Estado Mayor. El curso dura diez meses y consta de las siguientes materias: Fundamentos de Política; Coyuntura Nacional; Estrategia; Prospectiva; Economía; Derecho Internacional; Derecho Constitucional; Administración del Ejército; y Relaciones Internacionales.-

4.- DIPUTADO DENUNCIA ACUERDO MILITAR CON EE.UU..-

- El Diputado del PSDB, VICENTE BOGO, denunció en el Congreso la existencia de negociaciones entre los Ejércitos de Estados Unidos y Brasil para el uso del campo de ejercicios militares de Saica (Río Grande del Sur) por tropas estadounidenses. BOGO recordó que el Congreso aún no aprobó la legislación que reglamenta la permanencia de tropas extranjeras en el país. Por su parte, el Centro de Comunicación Social del Ejército aseguró que la visita de militares de EE.UU. a Saica integra un plan de intercambio profesional y que no está prevista la llegada de tropas extranjeras para ejercitarse, hechos denunciados por BOGO, quien los consideró indicios del acuerdo entre ambas Fuerzas.-

5.- MISILES BRASILEÑOS PREOCUPAN A EE.UU..-

- WILLIAM WEBSTER, Director de la Agencia Central de Inteligencia (CIA), de Estados Unidos, quien permanecerá en su cargo por pedido del Presidente electo GEORGE BUSCH, sugerirá a la nueva administración que intente impedir, o por lo menos inhibir, el desarrollo y ventas de misiles balísticos por países en desarrollo, entre ellos Brasil, a países considerados "sospechosos", como Libia.

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... Uno de los hechos que más preocupa es que cada vez hay más proyectos conjuntos de naciones del Tercer Mundo que han unido recursos técnicos y financieros para desarrollar armas. Un alto funcionario de la CIA comentó que uno de los objetivos de la oposición norteamericana a estos proyectos es, por ejemplo, el contrato firmado recientemente entre el Gobierno de Irak y la empresa brasileña ORBITA (con participación de la EMBRAER, la ENGESA y otras) para el desarrollo de un misil tipo "side-winder". El plan, según informó el funcionario, prevé que Irak financiará la instalación de laboratorios, inclusive un túnel de viento, en su territorio, donde técnicos brasileños trabajarán. Otro motivo de aprensión es que Brasil perfeccione los misiles que ya produce, desarrolle nuevos modelos y continúe vendiéndolos a Libia. A fines de octubre WEBSTER informó que el Gobierno de Libia estaba construyendo la mayor fábrica de armas químicas del mundo. "Sería una pesadilla que se lograra la combinación de misiles balísticos, de origen brasileño, con armas químicas", dijo el Director de la CIA.-

6.- ORBITA EMPIEZA EXPORTACION DE MISILES PARA IRAK.-

- ORBITA S.A., empresa controlada por ENGESA (Engenheiros Especializados S.A.), principal fabricante nacional de armas, está preparando la primera exportación de misiles para Irak, según reveló un dirigente de la empresa que acaba de llegar de ese país. El tipo elegido por los iraquíes es el "PIRANHA", aire-aire. A principios de 1989 se anunciará la decisión y la exportación se hará de inmediato. El misil "PIRANHA" fue desarrollado por el Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), en São José dos Campos (San Pablo) hace más de cinco años. Las pruebas hechas dieron excelentes resultados, motivo por el cual los "PIRANHA" equiparán también al avión subsónico AMX, que la EMBRAER (Empresa Brasileña de Aeronáutica) está desarrollando junto con la empresa italiana AERMACCHI.-

7.- PIEZAS DE NUEVO SUBMARINO LLEGAN A ARSENAL NAVAL.-

- Como resultado de pesquisas hechas en los últimos dos años por la NUCLEBRAS EQUIPOS PESADOS S.A., llegó al Arsenal de la Armada, en Río de Janeiro,

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... la primera parte del casco de uno de los tres submarinos que construirá la Marina brasileña, conforme con el contrato firmado con la empresa alemana IKL. Los submarinos "TAMOYO", "TIMBIRA" y "TAPAJOS", del tipo IKL-209/1400, tendrán 61 mts. de largo, 1.400 toneladas de peso, 40 piés de altura máxima y capacidad para hasta 50 tripulantes. Serán iguales al "TUPY", comprado en 1984 a Alemania, motivo por el cual también estarán provistos con torpedos "TIGERFISH" y serán propulsados por motores convencionales a gas-oil. La construcción del casco, hecho de un material importado llamado Hy80, de alta resistencia, exigió más de un año de pesquisas de técnicos de la NUCLEBRAS EQUIPOS.-

8.- SNI DESCARTA ACCION DEL EJERCITO EN TUBARÃO.-

- El Ministro Jefe del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), General IVAN DE SOUZA MENDES, descartó la posibilidad de movilizar, al menos por el momento, tropas del Ejército para garantizar la seguridad de las instalaciones de la planta siderúrgica de Tubarão (Espírito Santo), amenazadas, según el Ministro de Industria y Comercio, ROBERTO CARDOSO ALVES, por la prolongada huelga de sus trabajadores.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIAV).- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

1.- INDEFINICION DE PROGRAMA CAUSA ATRASO CIENTIFICO.-

- La indefinición del Gobierno con respecto a los programas nacionales de estudio y exploración del espacio puede causar perjuicios científicos, políticos y económicos al país. Sin definir los proyectos, Brasil continúa rechazando el papel de liderazgo en el sector espacial en Latinoamérica y empieza a ser superado por alianzas regionales hechas por otros países. En varias conferencias hechas en los últimos años los científicos brasileños recibieron innumerables consultas sobre la posibilidad de que sean tomadas acciones gubernativas destinadas a la creación de una Agencia Espacial Latinoamericana. Los científicos siempre debieron rechazar la profundización de las negociaciones debido a la falta de orientación del Gobierno. Especialistas del Instituto de Pesquisas Espaciales dieron como ejemplo que el satélite BRASILSAT jamás prestó servicios a países vecinos.-

2.- PROALCOOL CAUSA MAYORES GASTOS QUE INGRESOS.-

- El Programa de Producción de Alcohol (PROALCOOL) causó pérdidas al país que neutralizaron las ganancias motivadas por el ahorro de divisas consecuente de la no importación de petróleo. Esta es una de las principales conclusiones de una pesquisa hecha por el Instituto de Estudios Latinoamericanos, de la Universidad Libre de Berlín, que se basó en datos proporcionados por fuentes oficiales brasileñas y por instituciones privadas vinculadas al PROALCOOL. El estudio muestra que, por cada tonelada de caña de azúcar destinada a la producción de alcohol, Brasil ahorra US\$ 1.000 en petróleo, pero deja de ganar US\$ 2.500 con lo que produciría la tierra que se destina a aquel fin. Agrega que "en caso de que se cortara la provisión de petróleo a Brasil la autonomía energética, motivo de la creación de PROALCOOL, quedaría seriamente afectada, pues sólo la flota de autos particulares usa alcohol como combustible. Todo el resto es movida a gas-oil, uno de los principales derivados del petróleo", dice el estudio.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... 3.- BRASIL PUEDE HACER BOMBA ATOMICA ANTES QUE ARGENTINA.-

- El proceso de enriquecimiento de uranio por el sistema de ultracentrifugación da a Brasil mejores condiciones que a Argentina para producir la bomba atómica secretamente. Argentina optó por el sistema de difusión gaseosa. Esta explicación fue dada por los científicos estadounidenses DAVID ALBRIG y WILLIAM RIGINBOTHAM, miembros de la Federación Científica Estadounidense, asociación civil dedicada a difundir los peligros de la carrera armamentista. Si Argentina quisiera producir uranio enriquecido para fabricar una arma nuclear, mediante la difusión gaseosa, necesitaría construir instalaciones inmensas que serían fácilmente fotografiadas por satélites espías. En cambio, Brasil, que usa centrifugadoras que funcionan paralelamente para purificar el uranio, solo necesitaría instalaciones pequeñas, difíciles de observar desde el espacio. "Fabricar una arma nuclear en secreto no es difícil. Sólo bastan 25 kilos de uranio enriquecido con 90 por ciento de pureza, que puede ser producido en un año, y mil centrifugadoras operando", explica ALBRIG. Agrega que para probar el arma secretamente es suficiente con la excavación de un gran hueco en el suelo y una carga nuclear limitada para hacer una explosión controlada, llamada "detonación con potencia cero", que es absorbida por el suelo y no puede ser registrada por los sismógrafos o por los satélites que vigilan las experiencias nucleares. Con respecto a los submarinos atómicos brasileños, los científicos afirmaron que necesitarán entre una y dos toneladas de uranio enriquecido, a pesar de que, por su pequeño tamaño, los sumergibles atómicos nacionales necesitarán reactores de cinco megavatios.

4.- LANZAMIENTO DE PRIMER SATELITE DEPENDE DE SARNEY.-

- El Presidente SARNEY tiene pocas semanas para decidir sobre la puesta en órbita del primer satélite brasileño, que formará parte del programa de conmemoraciones de los 100 años de la proclamación de la República, que se festejará en noviembre de 1989. Según el Gerente de la Misión Espacial Completa Brasileña, Investigador AYDANO CARLEIAL, el modelo definitivo del satélite, que pesa 103 kilos, será puesto en una órbita a 750 kms. de altitud. El mon-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... taje del aparato empieza en marzo próximo. "Como el cohete lanzador nacional, el Vehículo Lanzador de Satélites (VLS) que está desarrollando el Ministerio de Aeronáutica, solo estará listo a fines de 1991, nosotros necesitaremos casi un año para adaptar nuestro satélite a un lanzador extranjero", explicó el científico.-

5.- INFORME DENUNCIA IMPORTACION DE RESIDUOS TOXICOS.-

- El Director Ejecutivo del Movimiento Ecológico Mundial Green Peace, MELWIN GATTINONI, presentó un informe en el cual Brasil es citado, junto con otros países, como importador de residuos tóxicos rechazados por naciones ricas. Material extremadamente peligroso, estas sustancias habrían sido importadas por cinco empresas brasileñas que, como recompensa por el almacenaje, habrían recibido dinero. Según el informe, hasta el momento no fue posible obtener pruebas definitivas sobre las importaciones.-

6.- ANGRA I PUEDE SER DESCONECTADA NUEVAMENTE.-

- Debido a los temblores de tierra que sacudieron a la localidad de Angra dos Reis, el Secretario de Ciencia y Tecnología del Estado de Río de Janeiro, JOSE PELUCIO FERREIRA, advirtió que el Gobierno estadual puede entablar una acción judicial con el fin de lograr la desconexión de la planta nuclear Angra I, en caso de que considere que sus instalaciones comprometen la seguridad de la población. Si esto sucediere, la provisión de energía a Río de Janeiro se vería seriamente afectada, debido a que Angra I, que volvió a funcionar sólo en los primeros días de octubre, cumple un importante papel especialmente en épocas de alto consumo energético.-

7.- EMBRAER PROYECTA NUEVO MODELO DE AVION "BRASILIA".-

- Un nuevo modelo del avión turbohélice "Brasilia" que tuvo gran éxito en el mercado mundial, está siendo proyectado por la EMBRAER (Empresa Brasileña de Aeronáutica). Tanto el fuselaje como las alas están siendo agrandados y recibirán turbinas más potentes que le permitirán volar a mayor velocidad (648 kph) y transportar hasta 45 pasajeros, a pesar de lo cual será más silencioso.-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... El Director Técnico de la EMBRAER, GUIDO PESSOTTI, afirmó que, a pesar de que el proyecto todavía no está concluido, ya es considerado viable. "Si todo sucede como lo hemos planificado, el Brasilia "Faster", esta será su denominación comercial, volará en 1992, informó.-

8.- ERRORES EN PLAN DE EVACUACION DE ANGRA DOS REIS.-

- En un debate sobre la seguridad de la planta nuclear Angra I, localizada en Angra dos Reis, en el que participaron destacados técnicos y políticos, se llegó a la conclusión de que el principal problema es la falta de un plan de emergencia eficiente para evacuar a la población. "El plan existente no contempla la posibilidad de que suceda un accidente grave", afirmó el físico LUIZ PINGUELLI ROSA, y agregó que la empresa estatal FURNAS CENTRAIS ELETRICAS no podría haber elegido peor lugar para construir la planta, debido a que el suelo es extremadamente inestable, está sujeto a constantes temblores y la red vial de la zona es precaria. Por su parte, el Diputado estadual del PT, LUIZ PAES SALES, dijo que la población de Angra dos Reis vive en permanente estado de aprensión debido a la desinformación sobre su seguridad.-

9.- BRASIL ADHERIRA A ACUERDO PARA PROTECCION DE OZONO.-

- El Ministerio de Relaciones Exteriores enviará al Presidente SARNEY su opinión favorable a la adhesión de Brasil al Protocolo de Montreal, que establece la congelación de la producción de sustancias químicas que destruyen la capa de ozono que protege la Tierra, esencialmente cloro, flúor y carbono, a niveles de 1986 desde el 1º de enero de 1990, y la reducción de la producción a la mitad hasta el año 2000.-

10.- SECRETARIA VETA REGISTRO DE PROGRAMA EXTRANJERO.-

- La Secretaría Especial de Informática (SEI) vetó el pedido de registro del sistema de operación UNIX System V, versión 2.2, de la American Telephone and Telegraph, porque consideró que el sistema SOX, desarrollado por la empresa estatal Computadoras Brasileñas (COBRA) es similar al sistema extranjero.-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... 11.- RIESGO DE ACCIDENTE EN ANGRA I ES PEQUEÑO.-

- El Director Ejecutivo de la Comisión Nacional de Energía Nuclear (CNEN), LUIS ALBERTO ARRIETA, afirmó que el plan de emergencia externa adoptado en la planta nuclear Angra I, en Angra dos Reis, está de acuerdo con normas internacionales de seguridad, y que un accidente grave, ruptura de la cúpula de protección y liberación súbita de radioactividad, es infinitamente improbable. "Y aún cuando esto sucediese, la expansión de la radioactividad es lenta y da tiempo suficiente para accionar el plan de emergencia interna, que en la actualidad está siendo estudiado por el Ejército y otros organismos como la propia CNEN, Defensa Civil y el Departamento Nacional de Caminos Carreteros (DNER), explicó. Por otra parte, el Secretario estadual de Industria y Comercio de Río de Janeiro, JOSE PELUCIO FERREIRA, afirmó que el Estado necesita por lo menos US\$ 200 millones para otorgar a la zona de Angra dos Reis una infraestructura vial que permita la aplicación de un eficiente trabajo de emergencia en caso de accidente nuclear.-

12.- TECNOLOGIA DIGITAL MEJORARA CENTRALES TELEFONICAS.-

- En febrero, la EMBRATEL (Empresa Brasileña de Telecomunicaciones) instalará las cinco primeras centrales telefónicas "tránsito", que permiten llamadas interestatales, que utilizarán tecnología digital, lo que significa que los usuarios de las ciudades de Río de Janeiro, San Pablo, Belo Horizonte, Porto Alegre y Brasilia, donde se concentra el mayor volumen de tráfico nacional, sentirán una significativa mejoría en el uso del servicio directo de distancia (DDD). En la actualidad, en promedio, cada 100 llamadas DDD sólo 47 son completadas debido a la congestión de las líneas. La conclusión de este proyecto, la puesta en marcha de servicios vía satélite y la expansión de las redes de telex y de comunicación de datos, llevan al Presidente de la EMBRATEL, JOSE GUISARD FERRAZ, a afirmar que 1988 fue uno de los mejores años para la empresa.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

DEL PEI 021/B/DE/989

098

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.005/AMB/989.-/

(Período cubierto del 01 al 31 de Mayo de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
II.- FACTOR ECONOMICO.-
III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
IV.- FACTOR MILITAR.-
V.- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO.-
VI.- DISTRIBUCION: 01 EJEMPLAR AL SEÑOR J.E.M.E.-
01 EJEMPLAR AL ARCHIVO.-



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR M. BERTRIN.-

03. 1989
Pasele
a: Sr. H. J. C. C. 23



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETARIA

Hoja 1 de 32
Copia No. *14444*

I).- FACTOR POLITICO.-

A.- NACIONAL.-

1.- COLLOR SUPERA A BRIZOLA EN LAS GRANDES CIUDADES.-

-Si las elecciones presidenciales fueran realizadas hoy, el gobernador del Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, candidato presidencial del PRN, vencería al postulante del PDT, Leonel Brizola, en tres de las cinco mayores regiones metropolitanas del país. Según una encuesta hecha por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (Ibope), Collor obtendría 26% de los votos, contra 23% de Brizola. La encuesta fue hecha los días jueves y viernes pasados, entre 1.700 habitantes de las ciudades de Río de Janeiro, San Pablo, Belo Horizonte, Porto Alegre y Recife, que concentran 23% del electorado nacional.-

-Después de Collor y Brizola, los más votados serían Luiz Inácio da Silva (Lula), del PT, 14%, Mario Covas, del PSDB, 7% y Ulysses Guimarães, del PMDB, 6%.-

2.- SARNEY DICE QUE EL TERROR AMENAZA LA DEMOCRACIA.-

-El presidente Sarney volvió a demostrar su preocupación por la situación política nacional, caracterizada por la violencia y el terrorismo, factores que, según él, pueden comprometer la transición democrática. "Estoy preocupado por la posibilidad de que las pasiones exacerbadas perturben el camino de la democracia, de la paz y de la tranquilidad que el pueblo brasileño desea para este año de elecciones presidenciales", dijo Sarney en un discurso improvisado. Agregó que tanto la independencia como la República fueron logradas sin violencia, motivo por el cual "no podrá construirse la democracia con terror".-

-Sin embargo, expresó optimismo al decir que la unidad del pueblo brasileño "resistirá a las tentaciones de la violencia".-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Copia No. *Triguas*

3.- COLLOR DE MELLO TRANSFIERE CARGO A VICEGOBERNADOR.-

-Al vencer el plazo establecido por la ley, el gobernador del Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, candidato presidencial del PRN, transfirió su cargo al vicegobernador estatal, Moacyr Andrade. En un discurso improvisado, Collor manifestó su apoyo al pacto Nacional propuesto por el ex presidente Janio Quadros, " siempre y cuando los objetivos del mismo sean acentuar los compromisos democráticos de la sociedad brasileña ".-

4.- LULA RESPUNZABILIZA AL GOBIERNO POR TERRORISMO.-

-El PT se niega a participar en el pacto antiterrorista propuesto por el candidato del PCB a la presidencia de la República, diputado Roberto Freire.-
" El clima de terror es generado por el Palacio del Planalto. Parece que ésta fuera la táctica de Sarney para permanecer en el gobierno hasta 1990", dijo el candidato del Frente Brasil Popular (FBP), diputado Luiz Inácio de Silva (Lula). Agregó que su partido, el PT, hará una campaña nacional con el fin de defender el derecho de huelga y para tratar de neutralizar " acciones de derecha".-

5.- CANDIDATO COMUNISTA ES RECIBIDO POR ARZOBISPO.-

-El candidato del PCB a la Presidencia de la República, diputado Roberto Freire, fue recibido en audiencia por el arzobispo de Rio de Janeiro, cardenal Eugenio Sales. Freire solicitó la audiencia con el fin de pedir al Cardenal apoyo de la Iglesia Católica para el pacto contra el terrorismo, iniciativa de la cual es autor. En la oportunidad, entregó a Sales un documento en el que destaca la participación de la Iglesia " como uno de los factores básicos para el éxito del pacto " y reitera " la firme convicción pluralista" que rige su campaña electoral. El documento agrega que el respeto a las reglas establecidas por la Constitución es la única forma adecuada para resolver el problema del terrorismo y del desarrollo con justicia social ../



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 3 de 32
Copia No. *149045*

//...y que el pluralismo de ideas políticas y de creencias religiosas detendrán los ataques "interesados y sectarios" de los enemigos de la democracia.-

6.- SUBESTIMAN CRECIMIENTO DE CANDIDATURA DE COLLOR.-

-El crecimiento de las encuestas de la candidatura Presidencial de Fernando Collor de Mello, del PTV, ya era esperado por el senador Mario Covas, líder y candidato del PSDB, y no asusta al ex ministro Aureliano Chaves, precandidato del PFL, ni al diputado Roberto Freire, postulante del PCB. " En los dos programas de televisión en los que Collor apareció, dijo ... las cosas que el pueblo está queriendo oír.- Es natural que su candidatura crezca, aunque esta situación se modificará en los próximos meses ",-dijo Covas, opinión con la que coincidió Chaves.-

7.- EL PDT BUSCA APOYO DE LAS FUERZAS ARMADAS.-

-Con discreción, el PDT ^{ha} comenzado a buscar nombres de las Fuerzas Armadas para ocupar los ministerios militares en un eventual gobierno de Leonel Brizola. A pesar de que el Brigadier Paulo Roberto Camarinha rechazó el ofrecimiento de ser Ministro de Aeronáutica en el gobierno del PDT, este partido no pierde el entusiasmo y afirma que, a medida que la campaña electoral vaya aumentando su intensidad, continuarán sus actividades en este sentido.-
-Los partidarios de Brizola no pretenden, por lo menos por ahora, hablar con otros brigadieres. Tanto en el PDT como en otros partidos existe la convicción de que el futuro ministro de Aeronáutica deberá ser un brigadier retirado, debido a que se quiere evitar que se repita lo que sucedió cuando el ex presidente Joao Batista Figueiredo dejó el gobierno, oportunidad en la cual la Aeronáutica impuso al Brigadier Octavio Moreira Lima, en actividad.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 4 de 32
Copia No. Original

SECRETO

8.- GENERAL DICE QUE FALTA DISCIPLINA EN EL PAIS.-

-El Ministro de Ejército, general Leónidas Piris Gonçalves, afirmó, refiriéndose a las numerosas paralizaciones que afectan al país, que en Brasil falta disciplina y que se está confundiendo democracia con caos. No obstante, aclaró que "la grandeza de la Nación sólo se logrará mediante el camino democrático". Reiteró que el problema de las huelgas y de los atentados terroristas ocurridos en las últimas semanas no constituyen una preocupación especial de las Fuerzas Armadas, aunque expresó que un aspecto negativo de estas situaciones es que muchas huelgas "no son en defensa de los intereses de los obreros sino por motivos político-ideológicos".-

9.- LULA Y BRIZOLA JUNTOS NO SUPERAN A COLLOR.-

-Si los candidatos presidenciales del PT y del PDT, Luiz Inácio da Silva (Lula) y Leonel Brizola, respectivamente, resolvieran aliarse para disputar la elección del 15 de noviembre, aún así serían derrotados por el gobernador del estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello, candidato del PPN. Esta es la principal conclusión de la última encuesta nacional hecha por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (Ibope).-

10.- CONTROVERSIDA ENTRE DIRIGENTES SINDICALES.-

-El Presidente de los Sindicatos de los Metalúrgicos de San Pablo, Luiz Antonio Medeiros, quien denunció la existencia de grupos armados en sindicatos vinculados con la Central Unica de los Trabajadores (CUT) reafirmó que el presidente de la misma, Jair Meneguelli, debería expulsar a los responsables por acciones violentas que puedan comprometer al movimiento sindical. "La verdad es que existen casos concretos, como los atestiguaron funcionarios del Sindicato de Trabajadores Bancarios de Pernambuco ante la Policía. Lo que importa es que se defienda al movimiento sindical evitando que esa tendencia crezca", dijo Medeiros.-Agregó que luchará para que los grupos ...//

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 5 de 32

Copia No. *142*

///..radicales, " de derecha ó de izquierda "se refugien en el movimiento obrero.-Por su parte Meneguelli desafió a Medeiros, a que presente pruebas concretas de las acusaciones que hizo contra la CUT. " No responderé a Medeiros hasta que haya mostrado dónde están las armas que dice tiene la CUT. Además, mi principal intención es prestigiar a la entidad que dirijo y no desprestigiar a la CGT" (a la que Medeiros está afiliado), expresó Meneguelli.-

11.-DPF INVESTIGARA ACCIONES TERRORISTAS.-

-El director del Departamento de Policía Federal (DPF), comisario Romeo Tuma, recibirá un informe completo sobre las acciones terroristas que sucedieron en las últimas semanas en el país, con base en el cual verificará si realmente existen grupos armados dentro del movimiento sindical, conforme con lo denunciado por el presidente del Sindicato de los Metalúrgicos de San Pablo, Luiz Antonio Medeiros. Tuma afirmó que está preocupado por las continuas acciones violentas que se producen durante los movimientos huelguísticos, y reveló que en el estado de Pernambuco, la Policía Federal está investigando la fabricación de bombas que, según la policía Estatal, fueron hechas en el Sindicato de los Trabajadores Bancarios. "Sabemos que el movimiento Sindical está siendo usado como caldo de cultivo por grupos extremistas. Hay varios hechos ligados entre sí que nos preocupan " explicó Tuma.-

12.-PARTIDOS SE UNEN CONTRA CANDIDATURA DE COLLOR.-

✓ -El PMDB, el PSDB, el PFL y el PDT olvidaron sus diferencias y hasta el intercambio de acusaciones entre sus respectivos candidatos presidenciales, para, unidos, atacar en sus discursos en el Parlamento el crecimiento de la postulación presidencial de Fernando Collor de Mello, candidato del PFL. El líder del PFL en la Cámara de Diputados, José Lorenzo, afirmó que Collor es el peor candidato y condenó a quienes "ahora dicen que votarán por él debido a su buen desempeño en las encuestas". Agregó que el ex gobernador de Alagoas carece de propuestas y de programas de gobierno coherentes.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

13.- COLLOR NO BUSCARA RELACIONARSE CON EMPRESARIOS.-

-El candidato del PRN a la presidencia de la República, Fernando Collor de Mello, afirmó que, durante su campaña electoral, no buscará vincularse con los empresarios, debido a que es un candidato de la sociedad civil " y no de élites dominantes ". Con respecto a los motivos del crecimiento de su popularidad, expresadas en las encuestas, afirmó que no se debe a que haya encontrado apoyo en sectores de derecha, " sino en quienes se desencantaron de la candidatura de Lula" (Luiz Inácio da Silva) postulante del PT.-Manifestó sorpresa por el respaldo manifestado a su candidatura por sectores militares, inclusive el Servicio Nacional de Informaciones, organismo al cual, en caso de que gane la elección, pretende suprimir.-Por otra parte Collor oficializó la Candidatura a la Vice presidencia de la República del Senador Itamar Franco. En esta oportunidad, el candidato presidencial del PRN afirmó que los hechos estaban demostrando que Franco apoya claramente su propuesta de reconstrucción del país.-

14.- POLICIA FEDERAL INVESTIGARA INFILTRACION EN LA CUT.-

-El Ministro de Justicia, Oscar Díaz Correa, anunció que la policía Federal investigará la denuncia hecha por el presidente del Sindicato de los Metalúrgicos de San Pablo, Luiz Antonio Medeiros, de que hay sectores infiltrados en la Central Unica de Trabajadores (CUT) que están organizando la lucha armada. Correa agregó que este tipo de infiltración es preocupante, porque " lo ideal sería el funcionamiento de los sindicatos conforme con los ideales democráticos ". Sin embargo el Ministro reconoció que la investigación será difícil debido a que " quien actúa clandestinamente no deja rastros ".- Correa hizo estas afirmaciones durante una conferencia que dió en la Escuela de Comando del Estado Mayor de la Fuerza Aérea Brasileña.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 6 de 32
Copia No. *Waguer*

13.- COLLOR NO BUSCARA RELACIONARSE CON EMPRESARIOS.-

-El candidato del PRN a la presidencia de la República, Fernando Collor de Mello, afirmó que, durante su campaña electoral, no buscará vincularse con los empresarios, debido a que es un candidato de la sociedad civil " y no de élites dominantes ". Con respecto a los motivos del crecimiento de su popularidad, expresadas en las encuestas, afirmó que no se debe a que haya encontrado apoyo en sectores de derecha, " sino en quienes se desencantaron de la candidatura de Lula" (Luiz Inácio da Silva) postulante del PT.-Manifestó sorpresa por el respaldo manifestado a su candidatura por sectores militares, inclusive el Servicio Nacional de Informaciones, organismo al cual, en caso de que gane la elección, pretende suprimir.-Por otra parte Collor oficializó la Candidatura a la Vice presidencia de la República del Senador Itamar Franco. En esta oportunidad, el candidato presidencial del PRN afirmó que los hechos estaban demostrando que Franco apoya claramente su propuesta de reconstrucción del país.-

14.- POLICIA FEDERAL INVESTIGARA INFILTRACION EN LA CUT.-

-El Ministro de Justicia, Oscar Díaz Correa, anunció que la policía Federal investigará la denuncia hecha por el presidente del Sindicato de los Metalúrgicos de San Pablo, Luiz Antonio Medeiros, de que hay sectores infiltrados en la Central Unica de Trabajadores (CUT) que están organizando la lucha armada. Correa agregó que este tipo de infiltración es preocupante, porque " lo ideal sería el funcionamiento de los sindicatos conforme con los ideales democráticos ". Sin embargo el Ministro reconoció que la investigación será difícil debido a que " quien actúa clandestinamente no deja rastros ".- Correa hizo estas afirmaciones durante una conferencia que dió en la Escuela de Comando del Estado Mayor de la Fuerza Aérea Brasileña.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Foja 1 de 32
Copia No. *Pujines*

15.- IGLESIA DICE QUE ES PREMATURO PARA HACER PREVISION.-

-El Presidente de la Conferencia Nacional de los Obispos de Brasil (CNBB) monseñor Luciano Mendes de Almeida, afirmó que aún es prematuro para interpretar como una tendencia definitiva del electorado, los resultados de las encuestas que dan como favorito al candidato del PRN, Fernando Collor de Mello.-

16.- PERIODICO MILITAR DESMIENTE APOYO A COLLOR.-

-El director del periódico "Letras en Marcha" Coronel Joaquín Victorino Portela Alves, negó que se esté preparando una edición especial dedicada a apoyar la candidatura presidencial de Fernando Collor de Mello, del Partido de Reconstrucción Nacional (PRN). Agregó que la publicación, dirigida a los Militares y considerada de extrema derecha, todavía no decidió a que postulante apoyará, porque considera que éste no es el momento adecuado. "Puede ser que lleguemos a apoyar a Collor, pero antes debemos analizar postulaciones de otros candidatos dignos, como Janio Quadros, Guilherme Afif Domingos ó Aureliano Chaves" (del PSD, PL y PFL, respectivamente), dijo Alves.- Posteriormente aclaró que, por el momento, "Letras en Marcha" sólo definió a quien no apoyará: a Ulysses Guimarães, del PMDB, Mario Covas, del PSDB, Leonel Brizola, del PDT, y Luiz da Silva (Lula), del PT.-

17.- QUADROS RENUNCIA A CANDIDATURA PRESIDENCIAL

-El expresidente y ex alcalde de San Pablo, Janio Quadros, no disputará la primera magistratura en las elecciones del 15 de noviembre próximo. Al argumentar problemas de salud, el ex presidente anunció que abandona definitivamente la vida pública.- En México su asesor, Augusto Margazao, afirmó que solo en junio ó julio, Quadros anunciará a cual candidato apoyará, aunque..

//



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Copia *Pujana*

///..en medios políticos trascendió que optará por el postulante del PRN, Fernando Collor de Mello. Agregó que, en realidad, Quadros quiere apoyar un candidato que cuente con el respaldo de otras fuerzas políticas, y que solo descarta a Leonel Brizola y a Luiz Inácio da Silva, postulantes del PDT y del PT, respectivamente. " Me retiro de la vida pública por una deficiencia física irreparable: estoy casi ciego, pero no abandono mi condición de brasileño", afirma el ex presidente en una nota distribuida a los medios de prensa. Agregó que, además, la falta de patriotismo de los políticos brasileños colaboró en su decisión, y manifiesta su fe en el "proletariado consciente" del país.-

18.- PARTIDOS DE IZQUIERDA RECHAZAN PROPUESTA DE COLLOR.-

-La propuesta del ex gobernador del Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello candidato presidencial del PRN, de hacer un acuerdo con los postulantes del PT Luiz Inácio da Silva, del PSDB, Mario Covas, y del PCB, Roberto Freire, para la elaboración de un programa mínimo de gobierno, fue rechazada en forma unánime por los tres candidatos.-" Es una propuesta absurda y totalmente incoherente. Nada tenemos que ver con Collor ", afirmó categóricamente el diputado Paulo Paim, uno de los coordinadores de la campaña electoral de Lula. Por su parte, el parlamentario del PCB, Augusto de Carvalho, dijo que la propuesta del candidato del PRN tiene la finalidad de " descaracterizarse como candidato de la derecha ".-Mario Covas, a su vez, ironizó la postura de Collor, al afirmar que " habría que analizar si los invitados por el candidato del PRN lo consideraban progresista", y posteriormente descartó la posibilidad de una alianza de cualquier tipo.-

19.- DENUNCIAN INFILTRACION EN COMUNIDADES DE BASE.-

-La iglesia de San Pablo está convencida de que el Departamento de Policía Federal (DPF) tiene agentes infiltrados en las Comunidades Eclesiales de ...//



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Copia No. *11/11/71*

SECRET

//...Base (CEB) y en los movimientos pastorales, especialmente en los de la periferia de la capital estatal.-El padre Luis Antonio Marchionni, uno de los coordinadores de la Pastoral de Habitación de la Arquidiócesis de San Pablo, aseguró que agentes federales han participado clandestinamente en reuniones y asambleas promovidas por la Iglesia. Agregó que su objetivo es recoger datos para su investigación sobre la participación de miembros de la Arquidiócesis en invasiones de tierras que sucedieron en esta ciudad. Informó que los dirigentes de la Iglesia católica han manifestado su sorpresa por la cantidad y calidad de las informaciones reunidas por el DPF en esta investigación, " que sólo pueden haber sido obtenidas mediante infiltración".-

20.- MEDIDAS. CONTRA FALTA DE PARLAMENTARIOS.-

-El presidente en ejercicio de la Cámara de Diputados, Paes de Andrade, dispuso que los parlamentarios que falten a las sesiones legislativas sufrirán descuentos en sus salarios, que serán de NCZ\$ 340,00 por día casi el triple del salario mínimo mensual aprobado por el Congreso, que tendrá vigencia a partir de junio. Paes de Andrade informó que, para establecer esta disposición, contó con el apoyo de todos los lideratos partidistas.-Por otra parte trascendió en medios del PMDB que su candidato presidencial, Ulysses Guimaraes, quien es el presidente de la Cámara, reasumirá sus funciones interrumpidas para dedicarse a la campaña electoral en los próximos días, con el fin de ayudar a Andrade a lograr el quórum necesario para efectuar las sesiones. Desde hace 100 días el Parlamento no puede aprobar importantes temas debido a este problema.-

21.- PACTO ANTITERRORISTA REUNE A BRIZOLA CON FREIRE.-

-Los candidatos a la presidencia de la República del PDT, Leonel Brizola, y del PCB, Roberto Freire, se reunieron con el fin de tratar la propuesta de este último de celebrar un pacto de todas las fuerzas políticas contra el terrorismo. En la oportunidad, Brizola manifestó su deseo de participar en el mismo, que...//



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 16 de 32

Copia No. *Original*

//.. se propone a defender la democracia y garantizar un proceso electoral en paz. Estas informaciones fueron dadas por coordinadores de las campañas electorales de ambos partidos, quienes estuvieron presentes en la reunión. Agregaron que los candidatos hablaron de los últimos atentados terroristas, en especial de la muerte del soldado que atestiguó sobre la colocación de una bomba en el monumento a los obreros muertos en la Compañía Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda.-

B.- INTERNACIONAL.-

1.- SARNEY DEBATE CON ALFONSIN CRISIS DE PANAMA.-

-Los presidentes Jose Sarney, de Brasil, y Raul Alfonsín, de Argentina, mantuvieron en Asunción, donde asistieron a la toma de posesión de su cargo del nuevo presidente Paraguay, Andrés Rodríguez, una reunión reservada en la que conversaron sobre la situación de Panamá, y condenaron una posible intervención militar estadounidense. Después de la reunión, Sarney admitió que tanto él como Alfonsín concordaron en una adopción de una posición común " que ayude a dar continuidad al proceso democrático de Panamá y a consolidar la democracia en el continente".- Agregó que todos los países latinoamericanos deberían tomar una postura similar a la argentinobrasileña: repudiar las deformaciones del proceso democrático, pero jamás aceptar una intervención militar extranjera.-

2.- REPERCUSION EN BRASIL DE ELECCIONES EN ARGENTINA.-

-El presidente Sarney envió "las más efusivas felicitaciones" al presidente electo de Argentina, el peronista Carlos Saúl Menem. Según Sarney, las elecciones que consagraron a Menem expresan las más elevadas ansias del pueblo argentino en pro de la democracia, de la paz y de la prosperidad.-Por otra parte el candidato del POT a la presidencia de la República, Leonel Brizola, expresó que estaba convencido de que la victoria de Menem favorecerá a su partido.-

3.- BRASILEÑOS SECUESTRADOS PIDEN AYUDA A SARNEY.-

-La cancillería brasileña confirmó la autenticidad de la grabación transmitti...//



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Foja // de 32
Copia No. Original

//...da por emisoras de radio colombianas, mediante la cual los ingenieros brasileños de la empresa estatal Braspetro, secuestrados por el grupo guerrilleros Ejército de Liberación Nacional, solicitan la intervención del Presidente José Sarney con el fin de posibilitar su libertad. Fuentes de la cancillería informaron que el ministro Roberto de Abreu Sodré y el presidente Sarney creen que es mas conveniente efectuar las negociaciones mediante la Embajada Brasileña en Bogotá, y no aceptar la exigencia del grupo guerrillero de que el sindicato al que los ingenieros secuestrados pertenecen haga de intermediario en la negociación.-

4.- BRASIL PIDE A ESTADOS UNIDOS ADOPCION DE NUEVA POSTURA.-

-El secretario general de Itamaraty, embajador Paulo Tarso ^{Flecha} Rocha de Lima, solicitó al gobierno estadounidense que haga lo posible para que las cuestiones de la deuda externa y de la protección al medio ambiente sean tratadas " en forma racional" en la próxima reunión de los países desarrollados, que se hará en Paris, en julio próximo. Según el diplomático, por esos dos motivos Brasil está teniendo dificultades para obtener nuevos préstamos. El pedido fue hecho directamente al Secretario de estado, James Baker III, a quien Flecha le pidió que haga lo posible para evitar que Brasil sea incluido en la lista de naciones pasibles de sanciones estadounidenses por prácticas comerciales desleales.-Al referirse a las relaciones comerciales, contexto en el que Brasil es acusado de piratería por Estados Unidos, el Embajador dijo a Baker que esas divergencias deberán tratarse teniendo en cuenta la extrema necesidad brasileña de producir superávits comerciales que le permitan pagar su deuda externa.-Flecha de Lima recordó al Secretario de estado, que, de los cuatro países definidos como los más injustos en sus transacciones comerciales con Estados Unidos, los otros son Corea del Sur, Taiwan y Japón, Brasil es el único exculpadado.-

5.- INQUIETUD POR DESIGNACION DE NUEVO EMBAJADOR.-

-La designación del nuevo embajador de Estados Unidos en Brasil, en remplazo de ...//

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

Hoja 2 de 32
Copia No. Original

//..Harry Schlaudemann quien acaba de jubilarse, está causando inquietud en la Cancillería. Según una importante fuente de la misma, sus autoridades asisten con perplejidad a la disputa que está habiendo en el Departamento de Estado para ocupar el cargo de Schlaudemann. Hasta el momento, quien tiene mas posibilidades es Richard Melton, cuyo único mérito, según la misma fuente, es haber sido declarado persona no grata en Nicaragua, donde fue Embajador, por el presidente Daniel Ortega.-

6.- ESTADOS UNIDOS AMENAZA A BRASIL CON NUEVAS SANCIONES

-Brasil fue clasificado por el gobierno de Estados Unidos como uno de los países que en la actualidad crea mayores barreras para la importación de productos estadounidenses. Japón e India también fueron incluidos en la pequeña lista de naciones preferentes —sólo tres— que desde junio, deberán empezar negociaciones con la Casa Blanca.- La acusación contra Brasil consiste en que el Gobierno prohíbe la entrada de aproximadamente 1.000 artículos, con el argumento de que en el país existen productos similares. Y que, además, restringe la concesión de licencias para la compra de otros.- El País también fue incluido en una segunda lista, la de 'Observación Preferente', en compañía de otras siete naciones, por no respetar el derecho de propiedad intelectual.-El plazo para que Brasil libere las importaciones de Estados Unidos es de tres años, según anunció la jefe de Escritorio de Comercio de la Casa Blanca, Carla Hills, quien aclaró que, sin embargo, en caso de que en los próximos 18 meses no haya progresos en las conversaciones que se establecerán el presidente George Bush determinará represalias comerciales contra Brasil.-

7.- SOBRE LA ELECCION DEL NUEVO EMBAJADOR DE EE.UU.-

-El gobierno brasileño llegó a tener en cuenta la posibilidad de no conceder el 'place' para la designación del diplomático Richard Melton, como nuevo embajador estadounidense en el país. Sin embargo determinó que esta conducta causaría fuertes divergencias con la administración de George Bush, motivo por el cual esta ...//

SECRET



AGREGADO MILITAR
BRASÍLIA

Hoja 1 de 32
Copia No. *Original*

//...semana será concedida la autorización.-De cualquier manera, el Palacio del Planalto no oculta su frustración con el gobierno estadounidense a raíz de que está enviando a Brasil un diplomático cuya carrera está caracterizada por sus interferencias en los asuntos internos de los países donde ejerció funciones.-

8.- DEMOCRATIZACION BRASILEÑA PREOCUPA A GORBACHEV.-

-El presidente de la Unión Soviética, Mikhail Gorbachev, manifestó a periodistas invitados a Moscú, con motivo de la instalación del nuevo Congreso de Diputados del Pueblo de la URSS, su preocupación por el proceso de democratización brasileño:- Gorbachev destacó la importancia de Brasil en el mundo actual y reafirmó su deseo de visitar el país "en el menor tiempo posible" Aclaró que no lo hizo todavía debido a que el proceso político interno soviético se lo impidió. Cabe destacar que Brasil fue el único país que recibió comentarios específicos del líder soviético.-

9.- GOBIERNO DE IZQUIERDA CAUSA DESIGNACION DE MELTON.-

-Según trascendió en medios diplomáticos y gubernamentales estadounidenses, la designación de Richard Melton como embajador de Estados Unidos en Brasil se deberá a la posibilidad de que en las elecciones presidenciales del 15 de noviembre gane un partido de izquierda. Una fuente comentó que esta perspectiva, será bueno para Estados Unidos contar en Brasil con alguien de la línea dura. El pasado de Melton no agrada al gobierno brasileño, según se encargaron de aclarar, confidencialmente, varios representantes, conducta que sorprende a Elliot Abrams, ex secretario de Estado para Asuntos Interamericanos del gobierno Reagan.-Melton es una persona muy querida en el Departamento de Estado, no veo motivo para que Brasil tenga esa reacción negativa", afirma.- Por otra parte la denuncia de Ricardo Saratini, ex preso político y actual asesor parlamentario de la diputada Moema São Tiago, del PSDB, de que cuando fue detenido en 1968, Melton lo interrogó en Recife (Pernambuco) sobre los motivos que le llevaban a atacar a los Estados Unidos, causó una situación muy delicada entre los gobiernos estadounidense y brasileño. En Washington Melton negó cate-

..//

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 4 de 12
Copia No. *Chasmas*

//..góricamente su participación en tal interrogatorio, en aquel año integraba la representación consular estadounidense en aquella ciudad. La Cancillería no quizo hacer comentario alguno acerca de la denuncia, pero una importante fuente afirmó que la solución de este problema sería que el gobierno de Estados Unidos dejase de proponer al diplomático cuestionado para embajador en Brasil." El país no puede cumplir el papel de 'premio consuelo' para diplomáticos de esa categoría", afirmó la fuente.- En caso de que Brasil niegue el placet a Melton, las relaciones con Estados Unidos se deteriorarían en el momento del comienzo del gobierno George Bush. Además correría el riesgo de que no enviara representante hasta el fin de la administración Sarney. De lo contrario, si Melton efectivamente es designado, tendrá dificultades para ejercer sus funciones en el Brasil.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAHoja 15 de 32
Copia No. *Adjunto*

SECRETO

II) FACTOR ECONOMICO.-

1-DIRECTOR DE USTR VIENE A BRASIL PARA DIALOGAR.-

" El hecho de que Brasil integra la lista entregada por las asociaciones de empresarios estadounidenses a la directora del United States Trade Representative (USTR), Carla Hills, no significa que vaya a sufrir sanciones comerciales", según expresó el Director de Asuntos Brasileños del USTR, Jon Huenemann, quien se encuentra en Brasilia con el fin de explicar a autoridades y a empresarios nacionales las características de la nueva Ley de Comercio estadounidense. "Vinimos a Brasil a debatir el comienzo de las negociaciones bilaterales", explicó Huenemann, quien se reunió con el Jefe del Departamento de Economía de la Cancillería Samuel Guimaraes, y con representantes de los Ministerios de Hacienda, Agricultura y Comercio e Industria.-

2-EMBRAER FIRMA ACUERDO CON EMPRESA ARGENTINA.-

-La Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) y la Chincul Fábrica de Aviones, de Argentina, firmaron un contrato de cooperación industrial para la integración de las dos empresas en la producción y ventas de aviones pequeños (hasta de 6 lugares). El contrato establece que se venderán en Argentina los aviones 'Minuano' y 'Séneca', además del 'Ipanema', de uso agrícola, y en Brasil se comercializarán las aeronaves de entrenamiento PA-18, y los 'Corisco', 'Carioca' y 'Tupí', argentinos.-

-El contrato favorece a la Embraer al proporcionar a su subsidiaria, la industria Aeronáutica Neiva, una reducción de gastos y una economía de escalas mas racional. Para la Chincul, la mayor ventaja será la comercialización de sus aeronaves mediante la red de revendedores de la Embraer.-

3-PETROBRAS ATRAVIEZA SU MAYOR CRISIS FINANCIERA

/ - La empresa estatal Petrobrás (Petróleo do Brasil) acumuló un déficit de USA 500.000.000 —50% de su facturación mensual, entre enero y abril de este año, debido a la congelación de los precios de los combustibles establecidas por el Plan Nuevo Cruzado. Esta circunstancia la coloca en la peor situación financiera de toda su historia, y le hace tener dificultades hasta para mantener las líneas de crédito de corto plazo.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 16 de 32
Copia No. Original

SECRETO

4.- PLANTAS NUCLEARES CAUSAN GASTOS SIN FUNCIONAR.-

-El costo del almacenamiento é inspección de los equipos de las Plantas Nucleares Angra II y III, evaluados en U\$A 1.200.000.000, es de U\$A 10 millones anuales, cantidad a la que deben sumarse U\$A 120.000.000 en concepto de intereses. Esta información fue dada por el presidente de la Empresa estatal Furnas Centrais Eléctricas, Joao Camilo Penna, Debido al retraso en la construcción de las plantas sus equipamientos, fabricados en Alemania, están listos hace varios años. Ocho meses después de que el gobierno hizo profundos cambios en el Programa Nuclear Brasileño, las obras Angra II y III están paralizadas por falta de recursos.- Según Penna, son necesarias inspecciones rigurosas y constantes en los equipamientos, para evitar que se deterioren debido al largo tiempo en que están sin uso.-

5.- PRODUCCION INDUSTRIAL CONTINUA AUMENTANDO.-

-La mayor parte de las empresas brasileñas pertenecientes a la industria de la transformación continúa creyendo en el crecimiento de la producción en el segundo trimestre de este año, hecho que contraría las opiniones de la mayoría de los economistas. Conforme con la 91a. Encuesta Coyuntural de la Fundación Getúlio Vargas (FGV), que abarcó 2.110 empresas con una facturación de NCZ\$ 25.184.000.000 durante el año pasado, las mismas expandirán sus actividades en el período abril-junio.-

6.- BRASIL FUE 11o. EN VENTA DE ARMAS EN EL MUNDO EN 1988.-

-La Unión Soviética, Estados Unidos y Francia continúan dominando el mercado mundial de armas convencionales, aunque países en desarrollo como Brasil y Egipto figuran ahora entre los 15 mayores vendedores de todo el mundo, según el informe anual relativo a 1988 que acaba de ser divulgado por el Instituto Internacional de Pesquisas para la Paz (Sipri), de Estocolmo.- Según documentos de otros Institutos Especializados, Brasil ocupaba la octava posición, el año pasado.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 4 de 32
Copia No. Original

SECRETO

//..Según el Sipri, las ventas brasileñas de armas llegaron a U\$A 2.290.000.000, debido fundamentalmente al conflicto bélico entre Irán e Irak. El informe destaca la fuerte dependencia de Brasil de un único comprador de armamentos : Irak.-

7.- NOBREGA DICE A BRADY QUE ECONOMIA ESTA CONTROLADA.-

-El Ministro de Hacienda, Mailson da Nóbrega, dijo al Secretario del Tesoro estadounidense, Nicholas Brady, que el gobierno brasileño tiene controlada la situación de la Economía, a pesar de lo cual, el funcionario norteamericano informó al Ministro que el Plan que lleva su nombre, para reducción de las deudas externas de los países del Tercer Mundo, no beneficiará a Brasil a corto plazo. "Nadie puede ilusionarse de que las negociaciones serán simples y rápidas", afirmó Nóbrega, tratando de minimizar la importancia de este tema. Agregó que Brasil tiene otras prioridades, una de las cuales no es la deuda externa. "El principal problema es el desequilibrio del sector público. La deuda interna aumentó de 11,2 % del Producto Interno Bruto, en diciembre a 12 % en la actualidad", explicó el Ministro.-

-Mientras Nóbrega se reunía con Brady, el secretario general de la Cancillería, embajador Paulo Tarso Flecha de Lima, mantenía una reunión con el Sub Secretario de Estado Lawrence Eagleburger, a quien explicó que para pagar la deuda externa, Brasil se ve obligado a tomar determinadas medidas en el campo comercial que Estados Unidos considera injustas. Después de la reunión, Flecha de Lima declaró que su interlocutor le habría dicho que podía desempeñar el papel de un intermediario que evite problemas en las relaciones Brasil Estados Unidos.-

8.- DEUDA EXTERNA CRECIO 57% EN LOS ULTIMOS SEIS AÑOS.-

-En los últimos seis años, Brasil transfirió al exterior U\$A 55.400.000.000 netos.- Esta es la diferencia existente entre los dólares que ingresaron al país y los que fueron enviados al exterior, entre 1983 y 1988.-En este mismo período, la deuda externa aumentó 57%, pasando de U\$A 70.200.000.000 para U\$A 110.000.000.000 (en diciembre del año pasado). La explicación de esta situación se encuentra en que, además de no amortizar ni un dólar de su deuda primaria, en este período el país contrajo nuevas deudas.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 18 de 32
Copia No. *Pujinas*

SECRETO

9.- IMPORTANCIA DE CONCLUSION DE CARRETERA BR-364.-

-La construcción de la carretera BR-364 que unirá el Estado de Acre con la frontera peruana en un trecho de 100 kilómetros, y la pavimentación de otro de 648, requiere una inversión de U\$A 307 millones y que Brasil demuestre ante organismos internacionales de financiación que esta obra no destruirá la floresta ni perjudicará a 120.000 caucheros que habitan en la región.- Cuando la ruta esté concluida, Brasil podrá transportar U\$A 4.000.000.000 en granos provenientes de la región centro-oeste, en maderas de la Amazonia, y en ganado de los Estados de San Pablo, Rondonia, Mato Grosso y Mato Grosso do Sul, hacia los ricos mercados del Asia y de la costa oeste de los Estados Unidos. Además se economizará dinero al acortar las rutas marítimas en 12.000 kilómetros, al no tener que llegar los navíos al Océano Pacífico al travez del estrecho de Magallanes. A pesar de todas estas ventajas y del apoyo de diversos e importantes sectores para su erección, esta obra no cuenta con dinero para su conclusión.-

10.- INDIA SERA UN NUEVO COMPRADOR DE ARMAS BRASILEÑAS.-

-El presidente de la empresa Avibras Aeroespacial, Joao Verdi de Carvalho, conduce las negociaciones con autoridades indias, destinadas a la concretización en el segundo semestre de este año, de un contrato para la compra de armas brasileñas por valor de U\$A 200.000.000. Este es la primera vez que India comprará armas en Brasil, y que un país fuera del Golfo Pérsico adoptará el sistema de saturación de tiros de artillería para su Ejército. Según fuentes de la cancillería, el acuerdo está garantizado, y sólo faltan decidir las fuentes de financiación.-

11.- BRASIL RECURRIRA AL GATT CONTRA DECISION DE EE.UU.-

-El Encargado de Negocios de la Embajada estadounidense en Brasilia, James Ferrer, recibió del secretario general de la Cancillería, embajador Paulo Tarso Flecha de Lima, una nota de protesta del Gobierno Brasileño contra la inclusión de Brasil en la lista de países que, según Estados Unidos ...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 4 de 22
Copia No. *11/11/81*

SECRETO

///...están imponiendo barreras a las exportaciones de este país, y no ofrecen protección adecuada a la propiedad intelectual." Al amenazar a todo el sector exportador brasileño, la decisión norteamericana crea un clima de inseguridad que dificulta las ventas del país, causa perjuicios y viola el compromiso asumido ante el Acuerdo General de Tarifas y Comercio (GATT) de no establecer nuevas restricciones al comercio", afirma la nota.- Flecha de Lima convocó a la prensa para informar sobre la postura del Gobierno Nacional. En esa oportunidad, afirmó que, "infelizmente, no importamos mas debido a que nuestra balanza de pagos no nos lo permite, y no porque querramos que Brasil sea un mercado cerrado".-

12.- CRISIS ECONOMICA AFECTA COMPRAS DEL AMX.-

-El primer programa de producción del avión caza subsónico AMX, producido por las empresas italianas Aeritalia y Aermacchi, y por la brasileña Embraer, prevé la construcción de 600 unidades, 400 de las cuales se destinarán a la Fuerza Aérea Italiana 150 a la Aeronáutica Brasileña, y el resto para la venta.-Por algún tiempo probablemente, hasta el año próximo, la Fuerza Aérea Brasileña no podrá contar con ningún AMX, debido a que la crisis económica brasileña le impide al país destinar muchos millones de dólares con este fin. Sin embargo el gobierno Nacional argumenta que no adquirirá las primeras unidades del caza, debido a que Italia solicitó que le fueran destinadas con el fin de atender a necesidades de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN).- Aunque el precio de cada unidad es relativamente bajo (18.000.000 de dólares) con relación a los precios de los aviones de combate, es muy superior al previsto en el momento de la firma del acuerdo Brasil Italia, en 1981 : 7.000.000. Esta diferencia de costo se debe no sólo a la inflación, sino a que el proyecto sufrió dos años de atraso, y a que las características técnicas y de armamento mejoraron con respecto al proyecto inicial.-

13.- PRACTICAMENTE DESAPARECE CONGELACION DE PRECIOS.-

-En la práctica, la congelación de precios determinada por el Plan Nuevo Cruzado llegó a su fin: el gobierno determinó el retorno del criterio de "libertad...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 20 de 32
Copia No. *Original*

///...vigilada" para los precios de 112 grupos de productos industriales y anunció el restablecimiento de normas de control, para las ventas minoristas, mediante la especificación de márgenes de lucro. Desde ahora los fabricantes de productos sometidos al régimen de "libertad vigilada" podrán aumentar los precios de los mismos dos días después de haberlo solicitado ante el Consejo Interministerial de Precios, y aún sin autorización de éste: simplemente deberán informarle.- El secretario especial de Administración de Precios, Edgard Abreu Cardozo, negó enfáticamente que se haya determinado la descongelación total de los precios.- Explicó que, después de cinco meses de congelación, el gobierno está dando pasos concretos hacia el retorno a la Economía del Mercado. En similares términos se expresó el presidente de la Comisión de Acompañamiento del Plan Verano, Claudio Adilson Górges, quien agregó que el Gobierno está demostrando que es posible salir con orden de la congelación.-

14.- CRISIS ARGENTINA SERA ARGUMENTO DE BRASIL ANTE FMI.-

-La crisis argentina será uno de los instrumentos del gobierno brasileño para presionar al Fondo Monetario Internacional (FMI) para aceptar un Programa Económico para 1989, en el cual el déficit público será superior al del año pasado en todos sus rubros. Brasil necesita hacer un acuerdo con el FMI que permita el ingreso de más de USA 3.000.000.000.- Los negociadores brasileños están convencidos de que, "políticamente", el Fondo aceptará las propuestas brasileñas.- Según fuentes del gobierno, las instituciones financieras internacionales saben que, si no ayudan a Brasil, la situación del país puede parecerse a la de Argentina, algo que no interesa ni al país ni a los organismos financieros.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 21 de 32

Copia No. *Arguina*

SECRET

III)- FACTOR SICO SOCIAL

1.-PUERLO CONFIA MAS EN LA IGLESIA QUE EN POLITICOS.-

-Los políticos brasileños ostentan actualmente el mayor índice de impopularidad en el país. La Iglesia y hasta el Gobierno Federal, siempre considerados insuperable en desprestigio, superan a los políticos en popularidad. La encuesta fue hecha por el Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (Ibope), entre 2.500 personas en todo el país, que respondieron a la pregunta de si confiaban o no en las principales instituciones nacionales. El 81% respondió que no confía en los políticos, y sólo el 14 % contestó que sí. La Iglesia fue la Institución que obtuvo el mayor porcentaje de confianza, seguida por los sindicatos de los trabajadores y por las Fuerzas Armadas.-

2.-CUT HACE CAMPAÑA DE ESCLARECIMIENTO SOBRE HUELGAS.-

-La central única de los Trabajadores (CUT) empezó una campaña de esclarecimiento sobre los motivos de las huelgas, el actual nivel de los salarios y las pérdidas causadas en los mismos por el Plan Nuevo Cruzado. También la campaña objetiva oponerse a la vigencia de la medida provisoria 50, que limita el derecho de huelga, y consiste en el lanzamiento de un manifiesto y de una campaña de propaganda por los medios de difusión. Su sustentación teórica es la legislación laboral de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), especialmente en lo que se refiere a paros en servicios considerados esenciales.-

3.-INDIO Y ANTROPOLOGA RECIBEN PREMIO INTERNACIONAL.-

-El indio Paulo Paiaca, vocero de la tribu Caiapó, y la antropóloga Mary Allegretti, reciben este año la Medalla del Medio Ambiente 1989, que otorga la Better World Society, de Estados Unidos, entidad que, hace dos años, concedió este premio al cauchero, ecologista y líder sindical, Chico Mendes, asesinado en diciembre pasado. La sociedad que no tiene fines de lucro y se dedica a la mantención de la paz mundial y a la preservación del Medio Ambiente, es presidida por Thomas Belford, quién anunció que el premio será entregado en octubre, en Nueva.//

SECRETO



SECRET

Copia No. ~~11111111~~

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

//..York, durante una ceremonia en homenaje a los premiados. Agregó, que además, que la entidad que preside está produciendo, junto con la red de televisión TNT, una documental sobre la vida de Chico Mendes, que estará lista en julio próximo.-

4.-BIRD FINANCIARA PROGRAMA DE COMBATE A LA MALARIA.-

-En forma oficial, el Banco Mundial (BIRD) anunció la aprobación de un préstamo por USA 99.000.000 para Brasil, que deberá destinarse al control de la malaria en la Amazonia. Cabrá al gobierno brasileño aportar los otros USA 99.000.000 necesarios para la materialización completa del proyecto, que beneficiará a 16.000.000 de personas. Datos recientes muestran que hubo 560.000 casos de malaria en el país, durante el año pasado, o sea más del doble de los registrados en los tres años anteriores. El BIRD considera que esta situación es secuela de un proceso desordenado de migración hacia la Amazonia. Además de una supervisión epidemiológica y entomológica, habrá un programa de aplicación de vacunas y otro específico de educación para las comunidades de la región, además de la ejecución de obras sanitarias.-

SECRET

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 23 de 32.

Copia No. Original

IV).- FACTOR MILITAR.-

1.- HUELGAS NO MOTIVARON PRESIONES DE FUERZAS ARMADAS.-

-El Ministro de Ejército, General Leônidas Pires Gonçalves, negó que los Ministros Militares hayan presionado al Presidente Sarney para que actúe con más rigor frente a las numerosas huelgas que afectan al país. "Las huelgas no son preocupación exclusiva de las autoridades militares, sino de toda la sociedad, que ya no soporta más las paralizaciones", dijo categóricamente Gonçalves. Cabe mencionar que fuentes del Palacio del Planalto afirmaron que que en la reunión que Sarney mantuvo, la semana pasada, con diez de sus ministros, seis de los cuales eran Militares, éstos exigieron al primer Mandatario la aplicación estricta de la medida provisoria No.50, que limita el derecho de huelga y establece puniciones para quienes transgredan sus determinaciones.-

2.- VISITA BRASIL UNA MISION MILITAR SOVIETICA.-

-Una misión militar de la Unión Soviética, encabezada por el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea y vice ministro de Defensa, Mariscal Aleksander Nikolaevitch Efimov, llegó a Rio de Janeiro en misión de intercambio Militar. En Brasilia, se reunirá con el Ministro de Aeronáutica, Brigadier Octávio Moreira Lima. Según el cónsul soviético en Rio de Janeiro, Juri Dubinin, esta visita estaba prevista y es el resultado de un acuerdo firmado entre los dos países. Cabe recordar que en agosto pasado, el Jefe de Estado Mayor de la Aeronáutica, Brigadier Cherubín Rosa Filho, visitó varias bases aéreas soviéticas. La presencia en Brasil de la delegación de la URSS es una retribución al viaje de Rosa Filho a este país.-

3.- POSIBLE ACUERDO ESPACIAL CON LA UNION SOVIETICA.-

-El Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea de la Unión Soviética, mariscal Aleksander Nikolaevitch Efimov, afirmó que aún es prematuro para la firma de un acuerdo militar entre Brasil y su país, pero destacó la posibilidad de ...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///...un tratado especial, " siempre y cuando se determine la utilización pacífica de la tecnología que se aplique". Agregó que la iniciativa en este sentido debe partir de Brasil. Con respecto a los objetivos de su visita, Efimov dijo que, en lo inmediato, se propone establecer relaciones amigables entre las Fuerzas Armadas de los dos países. Si bien se negó a hablar de temas políticos, el Mariscal atribuyó su visita a Brasil a los cambios políticos que están sucediendo en su país.-

4.- MILITARES NO ACEPTAN AUMENTO DE SUELDO DE 17,94 %.-

-El Ministro de Aeronáutica Brigadier Octávio Moreira Lima, afirmó que el porcentaje de 17,94 % de reajuste salarial no agrada a los militares. Según él, quien se reunió con el Presidente Sarney para debatir este tema, este aumento no corresponde con el deterioro del poder adquisitivo de los sueldos de las Fuerzas Armadas.- Reveló además que este porcentaje era sólo una propuesta que estaba siendo estudiada por el Gobierno, " no una decisión tomada ". Agregó que Sarney le dijo que debía esperarse el regreso del Ministro de Hacienda, Máilson da Nóbrega, de Washington, para establecer el porcentaje de reajustes, en conjunto con el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas.- Según el líder del Gobierno en el Senado, Saldanha Derzi, el Gobierno enviará al Congreso Nacional dos medidas provisionarias con el fin de reajustar los salarios de servidores públicos. Una de ellas, pondrá aumentos mayores para el personal Militar.-

5.- FALTA DE RECURSOS COMPROMETE PROGRAMA AERONAUTICO.-

-El futuro de uno de los principales programas del Ministerio de Aeronáutica, la implantación del Sistema de Control del Espacio Aéreo (Siscea) está comprometido por falta de recursos. El programa, en el cual ya se invirtieron NCZ\$ 1.320 millones en la construcción de dos Centros Integrados de Defensa y Control del Tráfico Aéreo (Cindacta) en Brasília y Curitiba (capital del Estado de Paraná), no tiene presupuesto para la erección del de Recife (Pernambuco) ni para la ampliación de todo el sistema.- Según el Brigadier Iván Monroy de Frola, director de Electrónica y Protección al Vuelo, son necesarios NCZ\$ 275.000.000 para con...//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 25 de 32
Copia No. *Original*

//..cluir todo el sistema, en 1992.-

6.- SARNEY AUMENTA SUELDO DE FUNCIONARIOS Y MILITARES.-

-El presidente Sarney fijó en 29 % el aumento salarial para los funcionarios civiles y militares. Esta determinación, que fue firmada como medida provisoria tendrá retroactividad al 10. de Mayo pasado, y fue decidida durante una reunión que congregó a los Ministros del sector económico y al Jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, Almirante Walbert Lisieux de Figueiredo. Cabe recordar que las Fuerzas Armadas rechazaron el aumento del 18 % propuesto por el ministro de Trabajo, Dorotea Werneck. El índice de aumento fijado por Sarney es casi el mismo que el solicitado por los ministros Militares: 30 %.-

7.- TROPAS OCUPARAN ZONAS DISPUTADAS POR ESTADOS.-

-El ministro de Ejército, General Leonidas Pires Gonçalves, ordenó que tropas ocupen las villas Extrema y Nueva California, que están siendo disputadas por los Estados de Acre y Rondonia, con el fin de desalojar a la Policía Militar de Rondonia, que está ocupando ambas villas.- El Centro de Comunicación Social del Ejército, que dió estas informaciones, agregó que en las zonas del litigio serán mantenidos sólo los servicios estatales de apoyo y asistencia a la población.- La presencia del Ejército tiene por finalidad " manifestar la neutralidad del Gobierno federal en este problema, y asegurar que los trabajos de fijación de los límites, que realiza el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), se ejecuten sin presión alguna ", afirma el comunicado Militar.-

8.- EJERCITO COMPRARA HELICOPTEROS DE HELIBRAS.-

X -La Empresa de Helicópteros Brasileiros S.A. (Helibrás) asociada a la industria francesa Aerospatiale, empezará en diciembre la producción de 36 helicópteros militares modelo " Toffan Pointer ", que serán adquiridos por el Ejército durante 1990.- Los Toffan Pointer serán de los primeros helicópteros de guerra fabricados en el país. La venta de estos aparatos al Ejército forma parte de un contrato firmado el año pasado por valor de USA 250.000.000, que incluye la venta de 16 unidades del modelo "Esquilo".-

AGREGADO MILITAR
BRASILIAHoja 26 de 32
Copia No. *Página*

SECRETO

9.- EJERCITO EXPULSA POLICIA DE ZONA DE LITIGIO.-

-El ' Batallón Coral ', formado por 250 soldados del 4o. Batallón Especial de Frontera, de Rio Branco (Estado de Acre), y de la 17a. Brigada de Infantería de Porto Velho, ocupó las villas Extrema y Nova California, que desde hace dos semanas estaban ocupadas por soldados de la Policía Militar de Rondonia. Mediante una nota oficial, escrita a mano, el Coronel Zamir Veloso, quien dirigió la operación, aclaró que " el Ejército esta siendo empleado en esta área para permitir que el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística pueda realizar su labor de demarcación de límites con imparcialidad ". Veloso agrega que el uso de tropas para estos fines está establecido en el parágrafo 5o. artículo 12, de las Disposiciones Transitorias de la Constitución Federal.-

10.- MINISTRO PROHIBE QUE MILITAR DECLARE ANTE LA POLICIA.-

/ -El Ministro de Ejército, General Leônidas Pires Gonçalves, no permitirá que los militares que participaron en la toma de las instalaciones de la Compañía Siderúrgica Nacional, que, en noviembre, estaban ocupadas por sus obreros, oportunidad en la cual murieron tres de ellos, declaren ante la Policía Civil, encargada de la investigación de los hechos. Esta decisión fue anunciada mediante el boletín oficial del Ministerio, llamado Informex. El argumento del Ministro es que el personal Militar, al ocupar la Planta, estaba cumpliendo una misión Constitucional, "motivo por el cual la convocatoria de la autoridad policial es inaceptable" Agrega el Informex que solamente en caso de que se haga una Investigación Policial-Militar, el personal involucrado preterá declaración.-

11.- EXITO EN LA PRUEBA DE NUEVO MISIL ANTITANQUE.-

/ -Un misil antitanque y antihelicóptero, guiado por una cámara de televisión y comandado a distancia por una especie de 'joystick' ligado a una finísima fibra óptica, a diez kilómetros de distancia, es la más nueva arma desarrollada por Avibrás Aeroespecial, que será lanzada al mercado a fines de 1990.- Se trata del MAC-MP (misil antivehículos-múltiple empleo) que acaba de pasar con éxito sus primeras pruebas.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 22 de 32
Copia No. *Pezinga*

El director comercial de la empresa Pedro Angel Vial, considera que la producción de 1.000 unidades del MAC-MP por año, cada uno costará U\$A 40.000 traerá amplios beneficios para la Avibrás. Agregó que su previsión es realista, debido a que se trata de un arma relativamente barata é infalible contra tanques y helicópteros que cuestan entre 2.000.000 y 1.000.000 de U\$A.- Los misiles cuentan con innovaciones tecnológicas que los colocan en el primer nivel de la tecnología militar. Los grandes fabricantes mundiales empezaron a estudiar este tipo de equipo hace ya algunos años, a pesar de lo cual su desarrollo no superó la etapa de los prototipos. La principal ventaja de los MAC-MP es que el tirador no necesita ver el blanco, debido a que mediante un observador avanzado que envía la información sobre la localización del blanco, una cámara de televisión registra las imágenes necesarias para la orientación del arma. Fueron proyectados para lanzarse en forma vertical, desde el suelo o desde vehículos, con cuatro tubos de lanzamiento, llega a una altitud de 3 Kilómetros, o a 10 contra blancos terrestres, tiene 1,5 de largo, pesa 45 kgrs. y su calibre es 180 milímetros.-

12.- DOCUMENTO POLITICO DEL MINISTRO DE EJERCITO.-

-El ministro de Ejército, general Leónidas Pires Gonçalves, entregó a los 14 generales presentes en una reunión del Alto Mando, un documento en que analiza la situación política Nacional. Según informaciones extraoficiales analiza el proceso electoral y destaca el crecimiento de la candidatura de Fernando Collor de Mello, del PRN, las últimas huelgas habidas en el país y el atentado contra el monumento a los trabajadores muertos en la Compañía Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, El análisis ministerial fue elaborado con base en informaciones de su asesoría parlamentaria y del Centro de Informaciones del Ejército.- Según uno de los participantes de la reunión, ésta no tuvo carácter político, sino que la excepción fue que, lo que normalmente el Ministro hace en forma oral, en ésta oportunidad lo hizo por escrito.-



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

28 de 52
DIA 10. 11/11/64

13.- ATENTADO CONTRA COMANDO MILITAR DEL SUDESTE.-

Fuentes militares confirmaron que fueron efectuados disparos contra el portón de entrada de vehículos del Comando Militar del Sudeste, localizado en la ciudad de San Pablo. Por este motivo, las autoridades militares decidieron reforzar las vigilancias de las instalaciones castrenses en todo el país. Si o los autores del atentado no fueron identificados, como tampoco se informó el tipo de armas usadas. Ninguna autoridad del Comando quiso hacer comentarios, y se limitaron a decir que la información oficial será proporcionada por el Comandante, General Tomas Correia Neto, cuando regrese de Brasilia.-

14.- SE ORDENA INTENSIFICACION DE VIGILANCIA MILITAR.-

Debido al atentado sufrido por el Comando Militar del Sudeste, de San Pablo, el Ministro del Ejército, General Leonidas Pires Gonçalves, ordenó que todas las Unidades del Arma refuerzan su vigilancia y que se instalen barreras en las puertas de los cuarteles, que impidan el tránsito de vehículos a alta velocidad. Varios intentos de hurtos o de robos de armas de fuego han ocurrido en Unidades de este Comando. Estos hechos, unidos a otros ocurridos en los últimos días, el asesinato de un soldado en Volta Redonda, y el intento de explosión de una bomba en un arsenal de Ponta Grossa, Rio Grande del Sur, han causado preocupación al Alto Comando del Ejército.-

15.- MINISTRO DICE QUE MILITAR DEBE DECLARAR EN POLICIA.-

El ministro de Justicia, Oscar Dias Correa, rechazó la decisión de su colega de Ejército, General Leonidas Pires Gonçalves quien días pasados ordenó que los militares que participaron en la toma de la Compañía Siderúrgica Nacional no se presenten a declarar ante la Policía Civil, que investiga la muerte de 3 obreros, ocurrida en esa oportunidad. "Todo ciudadano brasileño debe declarar ante la autoridad que lo cite, porque esto lo determina la ley", dijo Correa. Comentó que desde el Presidente de la República hasta cualquier ciudadano común debe obedecer la ley, y que "cada de particular tiene que un militar declare ante la Policía.".-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 29 de 32
Copia No. OriginalV.- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-

1. -SE CONSTRUIRA PRIMERA PLANTA SOLAR BRASILEÑA.-

La empresa estatal Electronorte decidió empezar este año la construcción de la primera planta energética solar del país. El lugar elegido para la misma fue la ciudad de Boa Vista, capital del Estado de Roraima, el lugar más caliente y de mayor cantidad de días de sol del país. "Un país que necesita aumentar su capacidad de generación de energía en 5 mil megavatios por año para no verse obligado a racionar la electricidad, no puede considerar las posibilidades que brinda el sol" dijo el Presidente de las Centrales Eléctricas de Roraima, Alceu Brito Correa. La planta solar diseñada por un consorcio de empresas estadounidenses y canadienses, ofrece, además de las ventajas económicas, la seguridad de que evitará agresiones al ecosistema amazónico. El proyecto prevé la instalación de millares de placas colectoras capaces de producir 40 megavatios. Con respecto al costo de la obra, Correa no supo informar y se limitó a decir que, conforme con lo que hasta hoy se conoce, "generar energía solar es muy oneroso".-

2.- LANZASE CON EXITO PROTOTIPO DE LANZADOR DE SATELITE.-

El segundo prototipo del vehículo lanzador de Satélites, en su versión reducida (VLS-R-2), fue lanzada con éxito desde la Base de Cohetes de Barreira do Inferno, en Natal, capital del Estado de Rio Grande del Norte. El cohete consiguió su objetivo de simular en vuelo las condiciones de lanzamiento y separación del primer nivel, que serán usadas en el modelo definitivo, que se enviará al espacio en 1992, desde la base de Alcântara, en el Estado de Maranhão. A 14 minutos de iniciado el vuelo y a una altura de 5 kilómetros, los cuatro propulsores del 1er. nivel fueron eyectados e inmediatamente se encendieron los del segundo. La segunda etapa importante fue el rescate del segundo nivel, que llevaba las cámaras responsables de la filmación en vuelo. El mismo descendió lentamente en paracaídas y cayó a 4 kilómetros de la costa, siendo rescatado 17 minutos después del lanzamiento.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 32
Copia No. 1000000

3.- NUEVA VERSION DEL AVION AGRICOLA 'IPANEMA'

El presidente de la Embraer, Ozílio Silva, aseguró que en el plazo máximo de un año estará a disposición de los operadores de la aviación agrícola nacional, una nueva versión del "Ipanema", único aparato del ramo fabricado en el país. El nuevo Ipanema aumentará su capacidad de operación de 680 para 1.000 litros de insecticida y así habrá atendido la solicitud hecha por los operadores, meses pasados. Silva explicó también que la Embraer continuará invirtiendo en mejoras para esta aeronave, debido a que el mercado brasileño de aviones agrícolas está en amplia expansión. Con relación a la dificultades que los usuarios están encontrando para importar aeronaves agrícolas, el presidente de la Embraer afirmó que hace dos semanas presentó, en una reunión con representantes de la Cartera de Comercio Exterior (Cacex) un estudio para simplificación de los trámites de adquisición de aparatos argentinos, y aseguró que el mismo será aprobado.

4- ITAIPU TENDRA EN FUNCIONAMIENTO 15 TURBINAS EN 89.-

La represa hidroeléctrica de Itaipú, cuya construcción empezó hace 15 años, terminará en 1989 con 15 de las 18 turbinas previstas en el proyecto original funcionando, que generarán 9.100 megavatios. El costo total de la obra es de US\$ 12.000.000.000, de los cuales ya fueron gastados US\$ 9.600.000.000. Sólo este año se están invirtiendo 730.000.000 de dólares, en un programa que prevé la operación de tres turbinas, en 1990, se conectarán otras dos y en 1991, año de conclusión de la obra será conectada la última. Del total de las inversiones, 54% proviene de recursos internos, 14 % son externos, y el resto, recursos propios, la represa tiene una renta mensual de US\$ 80.000.000 que, sin embargo, se destina en su mayor parte para manutención y operación.

5- AMX REALIZA PRIMER VUELO OFICIAL EN ITALIA.-

En la bse Aérea Pratica de Mare, en Roma, la fuerza Aérea Italiana efectuó el primer vuelo oficial del Caza Subsónico AMX, que este país construye en conjunto con la Embraer. El Subsecretario de Defensa Italiano Giuseppe Pisano, clasificó ..//

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 31 de 32
Copia No. Original

//..al AMX como " el proyecto más moderno de la Aeronáutica Italiana, que demuestra cuánto es posible hacer con naciones amigas como Brasil.".- El Jefe del Estado Mayor de la Aeronáutica, Francisco Pisano, destacó la capacidad del AMX para continuar la operación a pesar de averías, " lo que en otros aviones sería imposible " SEGÚN fuentes militares brasileñas, el AMX tendrá gran demanda principalmente en Medio Oriente y en Africa, debido a que las características del terreno de estas regiones se adaptan perfectamente a las del caza italo-brasileño.-

6.-ALEMANES SUGIEREN DESACTIVACION DE ANGRA I.-

Tres científicos alemanes, dos de los cuales son los principales responsables por el acuerdo nuclear Brasil Alemania, sugirieron al Gobierno brasileño, que desactive la planta nuclear Angra I y que reconsidere la construcción de Angra II y III. Argumentan que el funcionamiento de Angra I es un riesgo debido a que la misma no se atiene a los modernos criterios de seguridad para ese tipo de equipos. Por causa de estos problemas, dicen, desde enero está cerrada la planta alemana Biblis B, que tiene las mismas características proyectadas para Angra II y III.-SEGÚN el físico Bernard Fischer, especialista en seguridad de reactores, existen por lo menos tres razones que hacen problemática la operación de Angra I: el lugar donde fue construida, la fragilidad de los sistemas de seguridad de la presión del reactor; y las fallas en los conductos de refrigeración. Considera también un riesgo el hecho de que la planta esté siendo siempre conectada y desconectada. Angra I empezó con errores, al haber sido construida sobre una falla geológica. Las plantas nucleares de por sí son inseguras, y mucho más lo es Angra I, aseguró Fischer.-

7.-SUPERCOMPUTADORA BRASILEÑA ES USADA EN PESQUISAS.-

Una sofisticada supercomputadora, montada por científicos brasileños mediante un proyecto conjunto con estadounidenses, que funciona desde hace mas de un año en el Centro Brasileño de Pesquisas Físicas, está siendo usada en más de diez proyectos de investigación de las Universidades de Rio de Janeiro, San Pablo y Belo Horizonte.-Llamada ..//

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 32 de 32
Copia No. *Pujana*

//... "multiprocesador paralelo" la máquina fue construida con un monto muy inferior al de la computadora importada. Además el multiprocesador paralelo es de fácil mantención y su diseño permite que su potencia sea aumentada mediante el simple agregado de nuevos módulos procesadores.- El físico Alberto Santoro, explicó que esta computadora no es comercial, sino que sirve para atender necesidades científicas. Por su capacidad para procesar datos científicos, también sirve para otros campos de las ciencias: cálculos matemáticos, previsión del tiempo, simulación de eventos, y estudios de dinámica molecular e hidrodinámica.-

SECRETO

8906590

33 - 33

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

DEL REI 009/B/DE/989

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES N° 001/AMB/989.-/

(Período cubierto del 01 al 31 de enero de 1989).-

I.- FACTOR POLITICO.-

II.- FACTOR ECONOMICO.-

III.- FACTOR SICO - SOCIAL.-

IV.- FACTOR MILITAR.-

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

VI.- ANEXO N° 1

VII.- DISTRIBUCION : 01 Ejemplar al Sr.J.E.M.E..-

01 Ejemplar al ARCHIVO.-

/NMB/fas/



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

01 MAR. 1989

E.M.

ENTRADA

PROCESADO

RECIBIDO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAI).- FACTOR POLITICO.-A.- NACIONAL.-

1.- TEMA DE DEUDA SE DESTACARA EN CAMPAÑA PRESIDENCIAL.-

- Los virtuales candidatos a la Presidencia de la República se preparan para debatir públicamente, durante la campaña con vistas a la elección presidencial, el tema de la deuda externa porque creen que atraerá la atención del electorado. Contribuyen en este sentido las recientes elecciones en Venezuela y México, países en los que ganaron candidatos favorables a la rediscusión de las condiciones de pago de sus débitos. El candidato del PT, LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", apoya la revisión inmediata de los acuerdos en vigencia y la integración de un bloque de países deudores. A su vez, el Diputado CESAR MAIA, del PDT, afirmó que su líder, LEONEL BRIZOLA, por primera vez reconoció recientemente la existencia de la deuda al decir que propiciará la suspensión del pago de sus intereses y una renegociación del capital de la misma.-

2.- 1988, AÑO DE LA DEVASTACION DEL AMBIENTE BRASILEÑO.-

- Nunca, como en 1988, el medio ambiente brasileño fue tan agredido. Basándose en fotos recientes, el Instituto Nacional de Pesquisas Amazonicas dice que los incendios y las talas de bosques se incrementaron tanto en 1988 que, si continúan en ese ritmo, la destrucción equivaldrá a un campo de fútbol cada seis segundos. El humo causado por los incendios llegó a cubrir, en determinados momentos, 25 por ciento del territorio nacional. Pero si este holocausto biológico tuvo como consecuencias benéficas el cambio de actitud del Banco Mundial, que ahora financia obras en la región sólo con severos controles ecológicos, y una campaña mundial para salvar a la Amazonia, acabó motivando el brutal asesinato del ecólogo y líder sindical campesino, CHICO MENDES, quien recibió muchos premios internacionales y denunció públicamente varias veces que estaba amenazado de muerte por defender las florestas amazónicas.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

3.- SE AMPLIA REPERCUSION DE ASESINATO DE CHICO MENDES.-

- El asesinato del ecólogo y líder de caucheros, CHICO MENDES, ocurrido el 22 de diciembre, continúa teniendo amplia repercusión en la prensa internacional. "The New York Times" afirmó que MENDES es un mártir del holocausto amazónico, y dedica a este tema más espacio que el que dedicó a la muerte del Presidente electo, TANCREDO NEVES. El respetado columnista TOM WICKER afirmó que los tiros que lo mataron "fueron disparados contra toda la Humanidad". Los órganos de prensa de Israel, Japón, Malasia e Inglaterra, sólo para citar algunos países, condenan la conducta del Gobierno Brasileño con relación a la protección del medio ambiente amazónico. El diario británico "The Independent" afirma que "en el momento en que los caucheros empiezan a morir defendiendo las florestas, la ecología trasciende grupos rebeldes y se transforma en un desafío para el poder y un tema central en el debate político de la sociedad brasileña".-

4.- FORMACION DE FRENTE DE ALCALDES OPOSICIONISTAS.-

- Al asumir su cargo, la Alcaldesa de la ciudad de San Pablo, LUIZA ERUNDINA DE SOUZA, del PT, anunció la formación de un frente de Alcaldes opositoristas al Gobierno del Presidente SARNEY, que integrarán primeros mandatarios del PT y de otras fuerzas políticas progresistas, cuya finalidad será "promover acciones coordinadas para garantizar la atención del Gobierno Federal a Municipios administrados por la oposición".-

5.- BRASIL DARA A EE.UU. DATOS SOBRE MUERTE DE MENDES.-

- El Departamento de Policía Federal (DPF) enviará a Estados Unidos un informe sobre las investigaciones del asesinato del ecólogo y líder campesino, CHICO MENDES, ocurrido el 22 de diciembre pasado, en Xapuri, Acre. Según el Director General del mismo, Comisario ROMEO TUMA, ésta es la forma que el Gobierno brasileño halló para calmar a la comunidad internacional, indignada por el crimen. Explicó que el equipo de pes-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...quisadores que trabajó en el caso del criminal nazi JOSEF MENGELE está examinando ahora el cuerpo de MENDES mediante computadoras y laboratorios de la Universidad de Campinas (UNICAMP). "Esto demostrará la seriedad y la eficiencia con que el OPF está haciendo la investigación", dijo TUMA.-

6.- PARTIDOS NO PARTICIPARAN EN REFORMA MINISTERIAL.-

- El cuarto Gobierno del Presidente JOSE SARNEY, forma como se está denominando, en el Palacio del Planalto, a la reforma ministerial, tendrá como objetivo principal la desvinculación del Gobierno de compromisos con partidos, que caracterizó la composición de los anteriores Gabinetes. Según un Ministro, esto explica la desinformación de casi la totalidad del Ministerio sobre los cambios que se harán. Para evitar las acostumbradas presiones de políticos y asesores, SARNEY resolvió aislarse en su hacienda de São José de Pericumá. Según asesores presidenciales, el nuevo Gabinete tendrá características totalmente apolíticas y tratará de sensibilizar a la sociedad sobre la gravedad de la situación del país y sobre la seriedad de las medidas que se tomarán, que serán enviadas al Congreso como "provisorias" y "de emergencia". Por este motivo, el apoyo que los Ministros del PMDB quieren dar al Gobierno pierde importancia. Antes que todo, SARNEY prefiere que la sociedad brasileña tome conciencia de la necesidad de controlar la inflación mediante medidas basadas en la drástica reducción de la burocracia gubernamental. Después, el Primer Mandatario buscará apoyo legislativo y, en caso de que no lo consiga, responsabilizará al Congreso por las posibles consecuencias.-

7.- AL ATACAR AL PT BRIZOLA SE EQUIVOCA, DICE ALCALDESA.-

- LUIZA ERUNDINA DE SOUZA, Alcaldesa de la ciudad de San Pablo, está convencida de que, al atacar a su partido, el PT, el virtual candidato del POT, LEONEL BRIZOLA, está tratando de encontrar apoyo político en

SECRETO

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... sectores de derecha. Agregó que, mediante su conducta, BRIZOLA se está equivocando de enemigo, que es la derecha. "El candidato del PDT debería tratar de acercarse al PT, en vez de atacarlo", afirmó. Por su parte, el virtual candidato a la Presidencia de la Nación, Diputo LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", del PT, reiteró que no polemizará con BRIZOLA "pues en este momento se deben concentrar esfuerzos en contener los ataques de la derecha y de la ultraderecha. Después, si fuere necesario, el PT dialogará con BRIZOLA, pero en el nivel que corresponde".-

8.- MINISTRO DE EJERCITO NIEGA QUE VAYA A SER CANDIDATO.-

El Ministro del Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, negó que vaya a postularse a la Presidencia de la República en las elecciones de noviembre, y dijo que le gustaría ver en este cargo "a un buen brasileño que se preocupe por los problemas de todos los sectores nacionales". Admitió la posibilidad de que este ciudadano sea un militar, pero aclaró que no es su proyecto personal. Recordó que las Fuerzas Armadas, como Institución, no apoyan candidatos, pero aclaró que las mismas esperan que el proceso de transición democrática "acabe con éxito".-

9.- PREPARATIVOS DE CUT Y CGT PARA HUELGA GENERAL.-

- La Central Unica de Trabajadores (CUT) está orientando a sus regionales para que permanezcan en estado de alerta debido a las nuevas medidas económicas que el Gobierno anunciará en los próximos días, según informó su Secretario General, GILMAR CARNEIRO, quien también es Presidente del Sindicato de los Bancarios de San Pablo. Por su parte, el Presidente de la Central General de los Trabajadores (CGT), JOAQUIM DOS SANTOS ANDRADE, reafirmó la disposición manifestada por el Presidente de la Confederación Nacional de los Metalúrgicos, LUIZ ANTONIO MEDEIROS, de hacer una huelga general nacional en caso de que el Gobierno decida suprimir la Unidad de Referencia de Precios (URP).-

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... 10.- SENADOR COVAS EMPIEZA CAMPAÑA EN RIO DE JANEIRO.-

- El Senador MARIO COVAS, virtual candidato del PSDB a la Presidencia de la República, empezó su campaña electoral en la ciudad de Río de Janeiro. En dos actos públicos, en los cuales asumió públicamente su condición de postulante a la Primera Magistratura, trató de vincularse con sectores sindicales y empresariales, y de la intelectualidad. Posteriormente firmó fichas de afiliación de dirigentes gremiales y pequeños empresarios, y ofreció una cena a industriales de Río de Janeiro con quienes analizó temas como la deuda externa y la reforma agraria.
- Este programa, denominado por la Dirección del PSDB "PLAN DE APROXIMACION CON LA SOCIEDAD", fue elaborado por el propio COVAS, el Senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO y el Diputado RONALDO CESAR COELHO. El país fue dividido en once zonas políticas, para cada una de las cuales fue preparado un programa de reuniones con empresarios, sindicalistas e intelectuales, por separado. Por otra parte, la Dirección Nacional del PSDB informó que el programa de gobierno de este partido estará terminado a fines de marzo.-

11.- UNION DEMOCRATICA RURALISTA ACUSA AL PT Y A LA CUT.-

- El Presidente de la Unión Democrática Ruralista (UDR), RONALDO CAIADO, negó la participación de alguno de sus miembros en el asesinato del ecólogo y líder campesino, CHICO MENDES, y acusó al PT y a la Central Unica de los Trabajadores (CUT) de "buscar cadáveres" para poder impulsar sus proyectos. "La izquierda, el PT de "LULA" y la CUT necesitan muertes; la UDR no. Este es el motivo por el que mezclan el nombre de la UDR con hechos como el asesinato de MENDES y con otros episodios", expresó CAIADO. Cuando un periodista inglés le preguntó nuevamente sobre la participación de la UDR en la muerte de MENDES, CAIADO, con violencia, acusó al corresponsal inglés de "agente del imperialismo internacional". Se contradijo sobre el paradero del Presidente de la Regional Acre de la entidad que preside: la primera vez afirmó que ...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...desconocía donde está JOÃO BRANCO, desaparecido desde el asesinato de MENDES, y luego dijo que se encuentra de paseo en París, con una de sus hijas.-

12.- CANCELLERIA CREA DIVISION PARA ASUNTOS ECOLOGICOS.-

- Las constantes presiones que la comunidad internacional viene haciendo sobre Brasil, a raíz de las acusaciones por destrucción del medio ambiente y por violaciones a los Derechos Humanos, llevaron al Gobierno brasileño a tomar una medida concreta en la Cancillería: el Canciller, ROBERTO DE AGREU SOUZA, firmará la disposición que crea la División para Asuntos de Ecología y de Derechos Humanos, de Itamaraty. "Es una necesidad obvia, debido a las reiteradas manifestaciones que hemos recibido de entidades extranjeras gubernamentales y privadas", afirma el vocero de la Cancillería, RUI NOGUEIRA. El Ministerio de Relaciones Exteriores no esconde que, a pesar de que la expresión "derechos humanos" integra el nombre de la futura división, la cuestión del medio ambiente fue la que motivó su creación. Voceros afirman que las denuncias hechas por organismos como Amnistía Internacional referidas a la connivencia del Gobierno con matanzas de trabajadores rurales, incomodan, pero no causan tanto daño como las referidas a la devastación de la Amazonia.-

13.- SE CONSOLIDA APOYO A CANDIDATURA DE MIGUEL ARRARES.-

- Después de una prolongada reunión, los Gobernadores de los Estados de Río de Janeiro y Ceará, WELLINGTON MOREIRA FRANCO y TASSO JEREISATTI, respectivamente, expresaron apoyo explícito a la candidatura a la Presidencia de la República, por el PMDB, de su colega de Pernambuco, MIGUEL ARRARES, y en varias ocasiones hicieron objeciones a la postulación del Presidente del partido, ULYSSES GUIMARAES. Para ambos, ARRARES es quien mejor representa la necesidad de cambios que el electorado manifestó mediante el resultado de las elecciones municipales. "La postulación del Gobernador de Pernambuco tendrá un gran peso pues su

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... nombre es respetado en todo el país y en su trayectoria política jamás hubo faltas de coherencia entre lo que dijo y lo que practicó. "Es el candidato que el PMDB necesita en este momento", expresó JEREISATTI. En similares términos se manifestó MOREIRA FRANCO, opuestos a los que usó cuando se refirió a GUIMARÃES, de quien dijo que necesitaba volver a tener las ideas que, en épocas de Gobiernos militares, significaron que fuera censurado y reprimido.-

14.- "CANDIDATO DE CENTRO DEBE SER ELEGIDO AHORA".-

- El Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, afirmó que es necesario que se defina rápidamente el candidato a la Presidencia de la República de las fuerzas políticas de centro, para que el mismo, cuanto antes, empiece a trabajar en su campaña electoral. GONÇALVES reveló que, "discretamente", tocó este tema cuando se reunió con los Gobernadores estatales de la Región Nordeste, en ocasión de la toma de posesión de su cargo del nuevo Comandante Militar del Nordeste. Agregó que en esa oportunidad, reiteró que no será candidato presidencia y negó que en momento alguno haya admitido esa posibilidad. Atribuyó las versiones periodísticas a la circunstancia de que la sucesión presidencial está en su etapa preliminar, y por lo tanto, "hay mucha especulación".-

15.- IMPORTANTES DECLARACIONES DEL MINISTRO MAGALHAES.-

- ANTONIO CARLOS MAGALHAES, Ministro de Comunicaciones, afirmó que el momento más apropiado para escoger un candidato de centro que suceda al Presidente JOSE SARNEY es después de la Convención Nacional del PMDB, prevista para fines de marzo, debido a que, según expresaron varios Gobernadores estatales, este partido se dividirá. Agregó que es un llamado a la unidad la expresión del Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, sobre la necesidad de apresurar la elección del postulante centrista, aunque aclaró que tiene la certeza de que, "con

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 1 de 29
Copia Nº 1

///... excepción de "LULA" y BRIZOLA, ningún candidato será elegido antes de mayo debido a que, de lo contrario, no resistirán el fuerte desgaste político previo a la elección de noviembre". Informó que su partido, el PFL, concurrirá al comicio aliado con otras fuerzas políticas de centro, o de lo contrario, solo.-

16.- IMPORTANTE OBSTACULO PARA CANDIDATURA DE ARRAES.-

- Ante uno de sus principales asesores políticos, el Gobernador del Estado de Pernambuco, MIGUEL ARRAES, reconoció que el principal obstáculo para asumir la candidatura del PMDB a la Presidencia de la República es tener que enfrentar al Presidente del partido, Diputado ULYSSES GUIMARAES. "Ninguno de los postulantes se anima a disputar con GUIMARAES la Convención Nacional, a pesar de que cuentan con el apoyo de destacados Gobernadores", dijo ARRAES, según su asesor. También reveló que no usará intermediarios para informar al Diputado que pretende disputar la postulación, sino que lo hará personalmente.-

17.- TRF PIDE INFORMES A SNI SOBRE 18 DESAPARECIDOS.-

- El Tribunal Federal de Recursos (TRF) envió al Ministro Jefe del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), General IVAN DE SOUZA MENDES, un oficio en el que le solicita informes sobre el paradero de 18 presos políticos que desaparecieron, habiendo sido detenidos por miembros de las Fuerzas Armadas y de organismos de seguridad en época de los Gobiernos militares. El oficio tiene por finalidad recoger datos con el fin de contestar el pedido hecho por el Vice-Alcalde de San Pablo, Abogado LUIZ EDUARDO GREENHALGH, del PT, como representante de las familias de los desaparecidos, de que se proporcionen informaciones que, por lo menos, permitan localizar los cuerpos de esas personas, y determinar las causas de su muertes.-

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

18.- MENEGUELLI APOYA HUELGA POR TIEMPO INDETERMINADO.-

- Después de afirmar que la Central Unica de los Trabajadores (CUT) no quiere hacer una huelga general de protesta de 24 horas de duración sino por tiempo indeterminado y con manifestaciones callejeras, su Presidente, JAIR MENEGUELLI, expresó que el denominado "PLAN VERANO" gubernamental causará serios perjuicios a los trabajadores, motivo por el cual es necesario manifestar la desconformidad. Agregó que está garantizado el éxito de la huelga general. Con respecto a la supresión de la Unidad de Referencia de Precios (URP), el Presidente de la CUT afirmó que no será el principal motivo del paro.-

19.- GENERAL CONFIRMA REEMPLAZO DE 7 MINISTROS CIVILES.-

- El Ministro de Ejército, General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, confirmó que el Presidente JOSE SARNEY reemplazará a siete Ministros civiles, aunque no quiso dar sus nombres. "La reforma administrativa es extremadamente necesaria, especialmente para contener los gastos públicos", dijo el General. Negó categóricamente que un posible fracaso de las nuevas medidas económicas y administrativas que el Gobierno está preparando pueda causar riesgos a la democracia. "La estabilidad política está asegurada", dijo. Posteriormente responsabilizó a la prensa por las versiones que afirman que será candidato a Presidente de la República, y aseguró que no pertenece a ningún partido político. "Soy miembro del partido Ejército Brasileño, las más nacional de las Instituciones", dijo.-

20.- ECOLOGISTAS PIDEN CORTE DE CREDITOS PARA BRASIL.-

- Para impedir la destrucción de la selva tropical brasileña, 73 entidades de defensa del medio ambiente de Alemania Occidental solicitaron al Gobierno, al Parlamento y a los partidos políticos de su país, que sea negada a Brasil la concesión de un crédito de US\$ 500 millones, por el Banco Mundial, destinado a ampliar la red de abastecimiento eléctrico.

SECRETO

...///



21.- IMPORTANTES DECLARACIONES DE CANDIDATO DEL PT.-

-Con relación a los ataques que el y su partido sufren del virtual candidato del POT, LEONEL BRAZOLA, "LULA" se limitó a destacar las diferencias entre ambos partidos: " En el PT no existe caudillismo ni un "líder superior", cuya voluntad siempre prevalece, tampoco hacemos coaliciones indiscriminadas en busca de hegemonía ", dijo.-

22.- PCB POSTULA A DIPUTADO FREIRE A LA PRESIDENCIA.-

-El Partido Comunista Brasileiro (PCB) postuló como candidato a la Presidencia de la República al diputado ROBERTO FREIRE. Para Vice-Presidente, el comité Central de este partido no logró consenso, pero el nombre más tenido en cuenta fue el del arquitecto OSCAR NIEMEYER..///

12-00000



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...uno de los creadores de la ciudad de Brasilia.-

-FREIRE, líder del PCB en la cámara de diputados, es considerado uno de los mejores negociadores Políticos del Congreso y tuvo destacada actuación durante la elaboración de la nueva Constitución. Después de haber sido postulado, declaró que la situación del gobierno es dramática y que, mediante el conjunto de medidas económicas y administrativas cuyo anuncio es inminente, el mismo no conseguirá mejorar su imagen ni el Presidente SARNEY podrá aumentar su precaria base de sustentación política.-

23.- SARNEY COMPARTE CON CONGRESO COSTO DE DIMISIONES

-La decisión del Presidente JOSE SARNEY de sustituir por una medida provisoria el decreto que determina la exoneración de funcionarios tuvo como objetivo compartir con el Congreso el costo político de esta decisión. El gobierno admite entre los afectados la posibilidad de revisión de la medida, pero, en realidad, se propone trasladar la responsabilidad por su adopción al Congreso, que no quiere aprobarla. Por su parte, las autoridades económicas están perdiendo las esperanzas de que las exoneraciones se concreticen.-

-El líder del PMDB en el Senado, RONAN TITO, afirmó que el decreto será devuelto al Presidente sin tratamiento "porque no tendrá apoyo institucional". Sugirió que fuera acompañado por un oficio que explique a SARNEY que se equivocó, debido a que el Parlamento "jamás apoyará despidos masivos en momentos de recesión económica, como éste."

-Por otra parte, líderes partidistas explicaron que la mayoría de los funcionarios afectados por las medidas ingresaron en la administración federal durante la gestión de SARNEY, motivo por el cual "debe ser el propio Presidente quien los exonere, mediante disposición administrativa idéntica a las usadas para designarlos"

24.- GOBIERNO ASUME RESPONSABILIDAD POR EXONERACIONES.-

-El Presidente de la República, JOSE SARNEY, y el Ministro de Hacienda MAILSON DA NOBREGA, en declaraciones hechas por separado desmintieron categóricamente que el gobierno quiera compartir con el Congreso el costo político de la exoneración de varias decenas de miles de funcionarios federales

SECRETO

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...con menos de cinco años de antigüedad y que no rindieron examen, mediante la transformación en medida provisoria, que deberá tratar el Parlamento, de lo que inicialmente fue un decreto. SARNEY dijo al líder del PMDB en la Cámara de Diputados, IBSEN PINHEIRO, que el Gobierno asume total responsabilidad por las exoneraciones y que pretende luchar hasta las últimas consecuencias por su materialización.-

25.- SARNEY DESIGNA NUEVOS MINISTROS.-

- Después de ejecutar la reforma ministerial, el Presidente SARNEY designó los nuevos Ministros de Salud y Previsión Social, de Justicia, y de Educación. Ellos son el Médico SEIGO TSUZUKI, Director Presidente de la Fundación Euríclides Zerbini, del Instituto del Corazón, de San Pablo, el Abogado OSCAR DIAZ CORREA, Presidente del Tribunal Superior Electoral, y el Médico CARLOS SANT'ANNA, Diputado y Líder del Gobierno en la Cámara, respectivamente.-

B.- INTERNACIONAL.-

1.- PRESIDENTE DE NICARAGUA LLEGA A BRASIL ESTE MES.-

- El Presidente de Nicaragua, DANIEL ORTEGA, visitará oficialmente Brasil, oportunidad en la que se reunirá con el Presidente SARNEY, a quien explicará su postura en el conflicto bélico de Centroamérica. ORTEGA estuvo en Brasil en 1985, cuando SARNEY asumió su cargo. A pesar de que el Primer Mandatario Brasileño ha programado visitas a Venezuela y a Angola, la diplomacia nicaraguense insistió en el viaje de ORTEGA. En fuentes de la Cancillería se interpretó este hecho como un esfuerzo diplomático de Nicaragua vinculado con la asunción del nuevo Presidente estadounidense, GEORGE BUSCH.-

2.- PRESIDENTE DE VENEZUELA LLEGA A BRASIL.-

- El Presidente de Venezuela, CARLOS ANDRES PEREZ, llega al país en visita oficial, durante la que se reunirá con el Presidente JOSE SARNEY, con quien tratará el tema de la deuda externa latinoamericana y el futuro de las relaciones bilaterales. Ni el Ministerio de Relaciones Exteriores ni la Embajada

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... en Brasilia proporcionaron el programa de actividades de PEREZ, pero fuentes diplomáticas informaron que, tanto en las reuniones que mantendrá con SARNEY como con políticos brasileños vinculados con la socialdemocracia, el Primer Magistrado venezolano, que acaba de ser electo, relatará a sus interlocutores el contenido de las conversaciones que mantuvo con el Presidente electo de Estados Unidos, GEORGE BUSCH, y con el nuevo mandatario mexicano, CARLOS SALINAS DE GORTARI, con quienes se reunió esta semana.-

3.- FIDEL CASTRO TOMA LA INICIATIVA Y VISITA A LULA.-

- El líder y virtual candidato del PT a la Presidencia de la República, Diputado LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", quien se encuentra en La Habana, recibió en su alojamiento la inesperada visita del Presidente cubano, FIDEL CASTRO, con quien conversó durante más de dos horas el mismo día de su llegada a la capital cubana. Participaron en la reunión el Embajador brasileño en La Habana, ITALO ZAPPA, el Diputado del PT, JOSE GENOINO, el Sacerdote LEONARDO BOFF, que integra la comitiva de este partido, y el Médico JOSE YUNES, ex-Secretario de Salud del Estado de San Pablo y representante en Cuba de la Organización Mundial de la Salud. CASTRO se refirió a la necesidad de establecer un nuevo orden económico internacional y una política de paz, distensión y coexistencia pacífica entre países de diferentes sistemas sociales. Demostró interés por conocer el tema de la división que El Vaticano quiere hacer en la Arquidiócesis de San Pablo y mencionó partes de una carta que le envió su Arzobispo, Cardenal PAULO EVARISTO ARNS, en la que menciona las "nuevas esperanzas" del pueblo brasileño manifestadas por medio del resultado de las últimas elecciones municipales. "LULA" fue el único político extranjero especialmente invitado por CASTRO para acompañarlo en un acto público de conmemoración del 30º Aniversario de la Revolución Cubana. Por su parte, "LULA" declaró que los países deudores deben fijar criterios unitarios para negociar con los acreedores las deudas externas. Explicó que eligió a Cuba para iniciar su gira internacional debido a que es el país latinoamericano que más bienestar ha dado a su pueblo y porque, en 1986, tomó la iniciativa para comenzar las discusiones sobre la deuda de los países del Tercer Mundo.-



///... 4.- SARNEY ROMPE TRADICION Y ASISTE A ASUNCION DE PEREZ.-

- El próximo 2 de febrero el Presidente JOSE SARNEY asistirá a la asunción del Presidente electo venezolano, CARLOS ANDRES PEREZ. Mediante esta conducta, se habrá roto una tradición casi tan antigua como la política exterior brasileña: para evitar malentendidos y posibles incidentes diplomáticos, la Cancillería siempre recomendó a los Primeros Mandatarios que no asistan a ninguna toma de posesión de cargo, especialmente en países latinoamericanos. Sin embargo, SARNEY insistió en viajar a Venezuela debido a que es un país con el cual Brasil puede dar continuidad al proyecto de integración latinoamericana. Cabe recordar que ésta fue una de las banderas de la campaña electoral de PEREZ.-

5.- BRASIL NIÉGA AYUDA EN CONSTRUCCION DE FABRICA LIBIA.-

- La Cancillería divulgó una nota en la que desmiente informaciones publicadas en La Haya, Holanda, según las cuales Brasil contribuyó en la construcción de la fábrica libia de armas químicas Rabitah y proporcionó certificados de exportación falsos. La nota de Itamaraty expresa que el Gobierno brasileño no emite certificados sobre el destino de las exportaciones del país. La denuncia fue hecha por un periodista holandés con base en fuentes vinculadas a los servicios de inteligencia de su país. El Ministro ABREU SOARES, quien se encuentra en París, se negó a confirmar o a desmentir la noticia, argumentando que su importancia no lo merecía.-

6.- POSIBLE CONCLUSION DE DISPUTA CON EE.UU.-

- Una de las últimas iniciativas de la administración del Presidente RONALD REAGAN en el sector de política comercial podrá ser la conclusión de la disputa empezada hace tres años con Brasil, por el tema de la reserva de mercado de Informática. CLAYTON YUTTER, Jefe de la Sección Comercial de la Casa Blanca, ha recibido recomendaciones de sus asesores para que, antes de abandonar su cargo, tome una decisión final en el juicio contra Brasil. El Gobierno brasileño tiene grandes esperanzas de que esto se concretice, debido a que la mayoría de las exigencias de los norteamericanos en el sector de informática fue-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETQ

Copia Nº Original

///... ron atendidas. En junio del año pasado, YUTTER anunció la suspensión de las represalias comerciales contra Brasil, pero no concluyó el proceso.-

7.- SARNEY VIAJARA A ANGOLA PARA OFRECER COOPERACION.-

- La visita que el Presidente SARNEY hará a Angola los próximos días 27 y 28 puede significar un significativo aumento de la cooperación entre los dos países en los más diversos sectores, consecuencia del acuerdo de paz firmado recientemente por Cuba, Africa del Sur y Angola, que permitirá a este país retomar su desarrollo. SARNEY expresará a las autoridades angoleesas que Brasil está dispuesto a cooperar en el proceso de reconstrucción. La visita presidencial está siendo precedida por una reunión de la Comisión Mixta Brasil-Angola, presidida por el Embajador PAULO TARSO FLECHA DE LIMA, Secretario General de Itamaraty.-

8.- PUBLICAN CARTA DE CARDENAL ARNS PARA FIDEL CASTRO.-

- El Embajador de Cuba en Brasil, JORGE BOLAÑOS, confirmó que una carta del Arzobispo de la ciudad de San Pablo, Cardenal PAULO EVARISTO ARNS, fue entregada al Presidente FIDEL CASTRO por el Sacerdote BETTO, quien se encuentra en La Habana para participar en las conmemoraciones del 30º Aniversario de la Revolución Cubana. La carta fue publicada por el diario del Partido Comunista Cubano, "GRANMA", y en la misma ARNS elogia la Revolución, ve "señales del Reino de Dios" en las conquistas sociales de la misma y lamenta las condiciones de vida del pueblo brasileño. Por su parte, el Diputado LUIZ INACIO DA SILVA "LULA", del PT, elogió la actitud de ARNS, y afirmó que la epístola "proporciona una postura ante el hombre más avanzada que la que tiene el Gobierno brasileño".-

9.- AI PIDE QUE SE INVESTIGUEN CRIMENES EN EL CAMPO.-

- La organización de Derechos Humanos Amnistía Internacional (AI) divulgó en Londres un pedido al Gobierno brasileño para que investigue la supuesta participación de funcionarios de la Justicia y del Gobierno en asesinatos y amenazas de muerte a líderes de comunidades rurales del país. La solicitud forma

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... parte de un documento que está siendo divulgado en todo el mundo, en el cual AI relata denuncias sobre los asesinatos e indaga si ellos son consecuencia de negligencia o de actitudes deliberadas del Gobierno. "El crimen del ecólogo y líder campesino "CHICO" MENDES fue precedido por seis intentos anteriores cuyas investigaciones fueron abandonadas por las autoridades, lo que demuestra la ausencia de medidas concretas que los eviten", dice el documento.

10.- AMPLIO ACUERDO DE COOPERACION ENTRE BRASIL E ITALIA.-

- El Embajador PAULO TARSO FLECHA DE LIMA, Secretario General de Itamaraty, anunció en Roma la conclusión de los acuerdos para un programa de colaboración bilateral entre Italia y Brasil. La firma de los mismos se hará en Brasilia, en abril, durante la visita del Primer Ministro CIRIACO DE MITA. La cooperación se materializará mediante la concesión de créditos comerciales y asistenciales destinados a financiar diversos proyectos. El Embajador destacó la importancia de los acuerdos, por dos motivos: porque se logran en momentos en que las contradicciones entre los países desarrollados y los no desarrollados se agudizan, y porque las dificultades individuales de estos últimos crecen.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA~~SECRETO~~Hoja 17 de 29
Copia Nº OriginalII).- FACTOR ECONOMICO.-1.- EXPORTACION RECORD A PESAR DE ESTANCACION ECONOMICA.-

- Nunca, como en 1988, Brasil exportó tanto ni registró tantos superávits mensuales en su balanza comercial, a pesar de la estancación económica y de la disminución de la producción industrial y de las actividades comerciales. La Cartera de Comercio Exterior (CACEX) del Banco do Brasil, empezó 1988 previendo que el superávit de la balanza sería de U\$S 10.000 millones, y en diciembre fue casi el doble: U\$S 19.000 millones. Las exportaciones sumaron U\$S 33.400 millones, cantidad que ubicó a Brasil entre los doce países, entre los cuales también se encuentran Estados Unidos y Japón, que exportan más de U\$S 30.000 millones. Los productos siderúrgicos superaron a los materiales de transporte, que incluyen la industria automovilística, y quedaron en el primer lugar, con un monto de U\$S 4.000 millones. El tercer puesto lo ocupó el complejo de la soja (integrado por el grano, el aceite y sus derivados) que obtuvo altos precios en el exterior debido fundamentalmente a la sequía que afectó a Estados Unidos y a la habilidad de los exportadores brasileños que lograron vender sus productos en el momento en que las cotizaciones estaban más altas. La cuarta posición fue del mineral de hierro y la quinta, del café.-

2.- SARNEY VETA PARCIALMENTE PRESUPUESTO NACIONAL.-

- El Presidente SARNEY vetó los principales cambios hechos por el Parlamento al Presupuesto Nacional, para 1989, a pesar de que mantuvo los criterios legislativos para la refinanciación de las deudas de Estados y Municipios con la Unión. Según el Secretario de Presupuesto y Finanzas, JOSE RIBAS NETTO, el porcentaje vetado es 23 por ciento, o sea, Cz\$ 22.500.000.000.000, que comprenden gastos determinados por los Parlamentarios basados en aumentos de ingresos considerados por el Gobierno irreales e inconstitucionales. Cuando reinicie sus actividades, el 15 de febrero, el Parlamento contará con 30 días para tratar los vetos presidenciales. En caso de que los re-

~~SECRETO~~

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... ce, automáticamente entrará en vigencia su versión presupuestaria, posibilidad que causa temor en el Ministerio de Hacienda debido a que considera que obstaculizará los esfuerzos para reducir a cero el déficit público.-

3.- NOBREGA ADMITE POSIBILIDAD DE NUEVA MORATORIA.-

- El Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, admitió que, en caso de que no se encuentre una solución satisfactoria para el problema de la deuda externa, Brasil suspenderá nuevamente los pagos a los bancos acreedores. "Lo que no fue bueno en 1987, cuando Brasil decretó la moratoria de la deuda externa, fue que la conducta brasileña no se acompañó con una propuesta de negociación", explicó. Por su parte, el Presidente electo de Venezuela, CARLOS ANDRES PEREZ, afirmó en Brasilia que éste es el mejor momento, después de la Segunda Guerra Mundial, para que los países endeudados consigan mejores condiciones para pagar sus débitos, y expresó su convencimiento sobre la disposición del Presidente SARNEY para participar en todas las acciones de los deudores con aquel fin.-

4.- CAUSA ALIVIO EN ACREEDORES PAGO HECHO POR BRASIL.-

-Después de mucha tensión cuasada por los rumores de que Brasil decretaría una nueva moratoria del pago de intereses de su deuda externa, causó gran alivio entre los banqueros acreedores del país el pago de US\$ 530.000.000 relativos a intereses y tasas, efectuados este mes. El anuncio sobre el desembolso brasileño fue hecho por WILLIAM RHODES, presidente del comité de Bancos de Acreedores, quien se negó a hacer comentarios al respecto.-

5.- EMBRAER QUIERE VENDER 500 CBA-123 A ESTADOS UNIDOS.-

-La Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) anunció que en los próximos días iniciará las negociaciones comerciales más importantes con Estados Unidos, que tendrán el fin de, en los próximos 15 años, venderle 500 aviones turbohélice CBA-123, que está fabricando en forma conjunta con la Fábrica Argentina de Material Aeronáutico (FAMA). Las negociaciones se empezarán mediante debates y conferencias de los cuales participarán directores de la Embraer y dirigentes de empresas de aviación estadounidenses.

...///



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Copia N° *Original*

///... Hasta este momento, empresas europeas y norteamericanas han reservado 48 unidades del CBA-123, y firmas brasileñas, SI.-

6.- PAZ ENTRE IRAN E IRAK CAUSA PERJUICIO EN INDUSTRIA.-

- La industria de materiales bélicos AVIBRAS, de São José dos Campos, San Pablo, dejó cesantes a dos mil de sus cuatro mil empleados, como consecuencia de la disminución de la producción motivada por el fin de la guerra entre Irán e Irak. Este país era su principal cliente. El Sindicato de los Metalúrgicos de São José dos Campos, empezó una campaña destinada a inducir a las empresas bélicas, donde trabajan 50.000 obreros, a diversificar su producción, debido a que las exportaciones de materiales de guerra están disminuyendo. El Sindicato recuerda que la principal exportadora de artefactos bélicos, ENGESA, está obteniendo buenos resultados gracias a la fabricación de vehículos para uso civil, procedimiento mediante el cual evita despidos de trabajadores.-

7.- GOBIERNO RECHAZA PROPUESTA EXTRANJERA PARA AMAZONIA.-

- El Presidente SARNEY rechazó la propuesta de creación de una fundación internacional que compre títulos de la deuda externa brasileña, con el fin de aplicarlos en la preservación de la Amazonia, hecha por el Senador demócrata estadounidense TIMOTHY WIRTH, Jefe de la comitiva parlamentaria que se encuentra en Brasil con el fin de tratar los temas de la deuda y del medio ambiente. SARNEY dijo que no es correcto mezclar los dos asuntos.-

8.- DEVALUACION DE NUEVO CRUZADO BENEFICIA EXPORTACION.-

- La decisión del Gobierno de devaluar el nuevo cruzado 17,73 por ciento sorprendió al mercado financiero, el cual, desde que comenzaron a trascender aspectos del nuevo plan económico, no creía en la posibilidad de que el mismo afectara seriamente los programas de cambio de moneda. Hasta último momento se consideró la posibilidad de una desvalorización de entre 5 y 8 por ciento, solamente. Un funcionario del Departamento de Cambio del Banco Central explicó que, a pesar de que la desvalorización tiene como secuela un

SECRETO

...///

SECRETOAGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... aumento de aproximadamente US\$ 19.000 millones en la deuda externa, fue imprescindible para proteger las exportaciones que el país hará hasta abril, mes en que se hará la primera revisión del "Plan Nuevo Cruzado".-

9.- MEDEIROS NO PARTICIPARA EN REUNION DE PACTO SOCIAL.-

- LUIZ ANTONIO MEDEIROS, Presidente de la Confederación Nacional de los Metalúrgicos y principal negociador del sector laboral en el pacto social contra la inflación, anunció que las medidas económicas tomadas por el Gobierno, en especial los criterios para los aumentos de sueldos, determinaban el fin de su participación en las negociaciones, motivo por el cual no asistirá a la reunión prevista.-

10.- "THE WASHINGTON POST" ELOGIA PLAN NUEVO CRUZADO.-

- El prestigioso diario estadounidense "The Washington Post" publicó un editorial sobre el llamado Plan Nuevo Cruzado, que acaba de entrar en vigencia en el país, en el cual manifiesta cierta confianza en el mismo, aunque reconoce que su fracaso podrá deberse a la debilidad política de la administración del Gobierno SARNEY y al populismo del Parlamento para convalidarlo. "La hiperinflación es una grave amenaza para la democracia brasileña", afirma el diario, y recuerda que los aumentos de precios en este momento llegan a 2.000 por ciento anual. Agrega que ésta es la razón por la que el Gobierno inicia este nuevo programa económico, el cuarto durante los tres años de gobierno del Presidente SARNEY.-

11.- CULPAN A EMPRESARIOS POR DISMINUCION DE RESERVAS.-

- Las remesas de divisas para el exterior hechas por empresas nacionales y multinacionales durante 1988 fueron las principales responsables por la fuerte disminución de las reservas internacionales, según explicó el Ministro de Hacienda, MAILSON DA NOBREGA, ante empresarios reunidos en la Federación de las Industrias del Estado de San Pablo (FIESP), a la que asistió el Presidente de la misma, MARIO AMATO. "Esta fuga de divisas disminuyó después de la promulgación de la nueva Constitución. La inestabilidad económica del país y la

SECRETO

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...desconfianza sobre la posibilidad de que la izquierda política obtuviera más espacio, llevó a muchas empresas a enviar sus lucros al exterior", justificó un empresario. La legislación existente permite que, inicialmente, las empresas multinacionales envíen al exterior hasta el 12 por ciento de su lucro. Sin embargo, un artificio jurídico permite que, a los pocos años de actividad, la empresa pueda remitir casi todas las ganancias obtenidas en el país.-

SECRETO

SECRETOAGREGADO MILITAR
BRASILIAIII).- FACTOR SICO - SOCIAL.-1.- SARNEY VETA PARTES DE LEY CONTRA EL RACISMO.-

- El Presidente SARNEY vetó aspectos de la Ley, cuyo autor es el Diputado del PDT, CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA, que condena los delitos por racismo. Ellos son los que determinaban que estos delitos son imprescriptibles y que sus autores no pueden quedar en libertad bajo fianza. De este modo la ley entró en vigencia el 5 de enero pasado, fecha en que fue publicada en el Diario Oficial. Con respecto a los vetos, DE OLIVEIRA afirmó que SARNEY tomó una postura contraria a las raíces históricas del país, "mediante la cual impedirá que se creen disposiciones que combatan el racismo". Agregó que, además, contradice sus posturas manifestadas en foros internacionales, y previó que los vetos serán anulados por el Congreso.-

2.- REFORMA AGRARIA PROVOCA AMENAZAS DE MUERTE.-

- Aproximadamente 360 personas, Obispos, Sacerdotes, Pastores, Agentes Pastorales, Sindicalistas y Campesinos de todo el país, constan en una lista hecha por la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) como amenazados de muerte por apoyar la Reforma Agraria y por otros motivos. Entre ellas se encuentra el Cardenal ALOISIO LORSCHIEDER, Arzobispo de Fortaleza (Capital de Ceará), Monseñor PEDRO CASALDALIGA, Obispo de São Félix de Araguaia, Monseñor MOACYR GRECCHI, Obispo de Río Branco (Capital de Acre), donde fue recientemente asesinado el ecólogo CHICO MENDES, y el Obispo de Volta Redonda (Río de Janeiro), WALDIR CALHEIROS, quien apoyó la huelga de los trabajadores de la Compañía Siderúrgica Nacional, en noviembre pasado, oportunidad en la que murieron tres obreros. La lista fue divulgada por el Vice-Presidente de la Regional Sur de la Confederación Nacional de los Obispos de Brasil, Monseñor IVO LORSCHIEDER y publicada en la prensa nacional.-

3.- DENUNCIAN AUMENTO DE PRODUCCION DE DROGA EN BRASIL.-

- En su informe anual, la Sección de la Organización de las Naciones Unidas

...///

SECRETO

Copia Nº *original*



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... encargada del control de estupefacientes afirma que, gracias a la instalación de una gran cantidad de laboratorios clandestinos, Brasil se transformó en un importante fabricante de drogas. Destaca que las regiones límitrofes con Paraguay, Bolivia, Perú y Colombia, que son de difícil acceso, "ofrecen a los traficantes enormes territorios en los cuales pueden disimular sus actividades ilícitas".-

4.- INTERPOL ALERTA A OPF SOBRE ATENTADOS TERRORISTAS.-

- La INTERPOL alertó al Departamento de Policía Federal (OPF) sobre el peligro de que se produzcan atentados terroristas en aeropuertos brasileños, similarés al ocurrido en un avión de línea, en Escocia, en el que murieron 276 personas. Esta información fue dada por el Director General del OPF, Comisario ROMEO TUMA, quien aseguró que, desde que sucedió el último secuestro de un avión en territorio brasileño, el año pasado, el OPF reforzó la vigilancia en los aeropuertos e intensificó las revistas de pasajeros y equipajes, tanto para los vuelos nacionales como para los internacionales. Agregó que las medidas consecuentes de la advertencia de la INTERPOL son difíciles de poner en práctica debido, especialmente, a la falta de personal, motivo por el cual solicitará al Ministerio de Justicia que autorice al OPF a llamar a concurso público para aumentar sus efectivos.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA**SECRETO**Hoja 24 de 29
Copia N° OriginalIV).- FACTOR MILITAR.-

1.- BRASIL SE OPONE AL DESARROLLO DE ARMAS QUIMICAS.-

- En la reunión de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Armas Químicas, en París, el Canciller ROBERTO DE ABREU SOORE, quien es Vice-Presidente de la misma, patrocinará la completa prohibición del desarrollo, producción, almacenamiento y uso de este tipo de armas, como así también la destrucción de todos los arsenales que existen en el mundo. Esta Conferencia tiene como finalidad dar mayor fuerza al Protocolo de Ginebra, firmado en 1925 por 110 países, que prohíbe el uso de armas químicas. Brasil también propondrá que los firmantes del Protocolo retiren todas las excepciones presentadas y lo acepten plámente, "para dar una demostración cabal de que la comunidad internacional nunca más recurrirá a este tipo de armamentos", según explica Itamaraty.-

2.- CONDUCTA DE GENERAL BRASILEÑO PREOCUPA A SUDAFRICA.-

- El Gobierno de Africa del Sur solicitó a la Organización de las Naciones Unidas (ONU) que recuerde al General de Brigada brasileño, PÉRICLES FERREIRA GOMES, Comandante de la Fuerza militar internacional encargada de controlar el retiro de los 50.000 soldados cubanos de Angola, cuales son las tareas encomendadas. Este pedido sudafricano tuvo su origen en declaraciones del General FERREIRA GOMES en las que afirmó que "cuando los cubanos y los angolese nos digan que las tropas salieron del país, les creeremos". El Canciller sudafricano, PIK BOTHA, advirtió claramente que la falta de verificación del retiro de las tropas puede poner en peligro la aplicación de la resolución 435 de la ONU sobre la independencia de Namibia. Agregó que, por tal motivo, solicitó al Secretario General, JAVIER PEREZ DE CUELLAR, que garantice que el General brasileño "conoce la misión que le fue encomendada".-

3.- INCERTIDUMBRE SOBRE PERSPECTIVAS INDUSTRIALES.-

- La industria bélica nacional atraviesa un momento de incertidumbre con re-

SECRETO

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... lación a su futuro, después de haber tenido notoriedad por sus ventas de varios miles de millones de dólares en armas y equipos en el mercado internacional. En 1988 este sector sufrió una retracción en sus actividades debido, fundamentalmente, a la disminución de las tensiones internacionales que tuvo su mayor ejemplo con el fin de la guerra entre Irán e Irak. Por lo menos son dos las consecuencias inmediatas de la paz mundial, para las industrias nacionales: el grupo VERLOME disminuyó la intensidad del desarrollo del cañón MALLETT, y la ENGESA, principal fabricante y exportador de equipos bélicos del país, aún no pudo decidir el destino de su principal proyecto actual, el tanque OSORIO.-

4.- EMPRESA ENTREGA PRIMER MOTOR PARA CAZA AMX.-

- Al entregar el primer motor montado con piezas provistas por la subsidiaria brasileña de la Rolls Royce británica, la Compañía Electromecánica Celma, de Petrópolis, Río de Janeiro, inició una segunda etapa de la industria aeronáutica brasileña; la fabricación de componentes del motor "SPEY", que utilizará el caza táctico AMX, que, en parte, producirá la Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica). El acuerdo binacional Brasil-Italia prevé la fabricación de 316 aviones, de los cuales 79 quedarán en manos de la Fuerza Aérea Brasileña (FAB). Según el acuerdo la Celma fabricará doce partes del motor "SPEY", que representan una participación nacional de 24 por ciento. El Presidente de la empresa, SERGIO BURGHER, anunció que en junio estará listo el primer conjunto de piezas totalmente fabricadas en Brasil, que será sometido a la aprobación de la Rolls Royce.-

5.- SATISFACE A FF.AA. CAMBIO DE DIRECTOR DEL INPE.-

- La exoneración del Director del Instituto de Pesquisas Espaciales (INPE), MARCO ANTONIO RAUPP, determinada por el Ministro de Desarrollo Industrial, Ciencia y Tecnología, ROBERTO CARDOSO ALVES, tuvo como finalidad "aproximar al INPE a los criterios usados por quienes dirigen la política espacial", según reconoció el propio Ministro. La misma es conducida por

SECRETO

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... el Estado Mayor de las Fuerzas Armadas (EMFA). Sin embargo, ALVES desmintió categóricamente que el Instituto vaya a ser transferido al ámbito del Ministerio de Aeronáutica, aunque reconoció que se están reestudiando sus funciones con el fin de vincularlo más a la Fuerza Aérea, hecho que representará una ampliación de sus actividades, que trascenderán el ámbito estrictamente científico-tecnológico.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

V).- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

1.- BID DESTACA DESEMPEÑO DE INFORMATICA BRASILEÑA.-

- El acontecimiento más importante en el sector de la Informática, en América Latina, sucedió en Brasil, país que adoptó programas coherentes para apoyar la industria nacional de computación, según evalúa el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) en su informe sobre el progreso socioeconómico del continente, en 1988. Casi la mitad del mismo está dedicado a las tecnologías modernas, y compara los modelos de computación tomados por Brasil, Argentina y México. Dice que son impresionantes los resultados logrados hasta ahora por Brasil en volumen de producción, variedad de productos y de modelos creativos (o adaptados), y el nivel de integración nacional (crecimiento del 15%). Sin embargo, el BID menciona también algunos problemas del modelo brasileño: altos costos de producción y de venta de equipos, como así también su calidad y servicios deficientes, que son criticados por los usuarios.-

2.- TELEBRAS PONDRA EN ORBITA NUEVOS SATELITES.-

- La empresa estatal TELEBRAS (Telecomunicações do Brasil) aprobó un estudio hecho por la Empresa Brasileira de Telefones (EMBRATEL) con el fin de poner en órbita la segunda generación de satélites brasileños. Este mes llamará a licitación internacional para la construcción y lanzamiento de los mismos. Según el Vice-Presidente de la TELEBRAS, PAULO EDMUR POLLINI, el proyecto estará concluido en un plazo de tres años y su primer resultado será la descongestión del tráfico telefónico. Reveló que el primer satélite operará en dos frecuencias: banda "C" para servicios convencionales de telefonía, transmisión de datos y de señales de televisión, y banda "X" de uso militar exclusivamente.-

3.- EXONERACIONES PUEDEN PARALIZAR PESQUISA CIENTIFICA.-

- El desarrollo de la ciencia y de la tecnología en el país puede quedar totalmente paralizado, instituciones de investigación tendrá que cerrar, y los más importantes proyectos sobre tecnología estratégica (Laboratorio de

SECRET

...///

SECRETOAGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...Luz Sicrotrón, primera satélite nacional, satélite sinobrasileño, etc.) se tornarán inviables. Estas son las consecuencias inmediatas en el sector científico-tecnológico de la medida provisoria que, si es aprobada por el Parlamento, determinará la exoneración de 84.000 funcionarios federales, según dirigentes de las principales instituciones de pesquisas reunidos en el Instituto Nacional de Tecnología (INT). "La situación es extremadamente grave pues si se paralizan las pesquisas oficiales, las mismas quedarán en manos de los institutos de empresas privadas", advirtió PAULO ROBERTO KRAHE, Presidente del INT y de la Asociación de Instituciones de Pesquisa Tecnológico-Industrial.-

4.- MAS EMPRESAS NACIONALES FABRICARAN FIBRAS OPTICAS.-

- El mercado de fibras ópticas (filamentos cilíndricos de vidrio comparables a un cabello, a través de los cuales la voz humana es transmitida a altísima velocidad), en el cual no está permitida la actuación de empresas extranjeras, dejará de contar sólo con un proveedor nacional, APC XTAL, desde setiembre próximo. El Presidente de la Telebrás, (Telecomunicações do Brasil), PAULO EOMUR POLLINI, anunció que por lo menos dos empresas nacionales, Avibrás y Brasel, comenzarán a fabricar fibras ópticas. Con una demanda de aproximadamente 50.000 kilómetros, para 1989, con tendencia al crecimiento, este mercado empieza a atraer a inversores extranjeros. Es el caso de la Pirelli, que está esperando la toma de una resolución por el Consejo Nacional de Informática y Automación (CONIN), al que recurrió después de que la Secretaría Especial de Informática (SEI), que controla la fabricación de fibras ópticas, vetó su proyecto de producción en el país.-

5.- SARNEY REAFIRMA USO PACIFICO DE ENERGIA NUCLEAR.-

- En la ceremonia de apertura de la primera reunión del Consejo Superior de Política Nuclear, el Presidente JOSE SARNEY reafirmó el compromiso del Gobierno brasileño con la utilización de la energía atómica solo con fines pacíficos. Anunció que los nuevos criterios nacionales sobre esta energía, que se envia-

...///

SECRETOAGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...rán al Congreso en marzo, tendrán en cuenta este principio. "Gracias al apoyo que el Gobierno dió al sector nuclear nacional, los científicos y técnicos dominaron, por esfuerzo propio, el conocimiento isotópico del uranio y construyeron el primer reactor nuclear nacional. Brasil se prepara para entrar en el siglo XXI con todas las condiciones para usufructuar la tecnología atómica en la medicina, la agricultura, la industria y en la producción de energía", dijo el Presidente.-

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

ANEXO Nº 1 (recortes de prensa).-

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

DEL PEI 009/3/DE/989

OFICIO Nº 029/C/AMB/989.-/

Brasília-DF, 23 de febrero de 1989.-

SEÑOR JEFE DEL ESTADO MAYOR DEL EJERCITO.-

Con relación al Oficio Nº 115/C/AMB/988, del 19

de octubre, cumplo informar a Usted, que en la presente semana fué planteada al suscrito, por el Señor Embajador del Uruguay en Brasil, Doctor ROBERTO VIVO BONOMI, la posibilidad de realizar en nuestro país una cacería de ciervos, por parte del Señor Ministro de Ejército de Brasil, General de Ejército LEONIDAS PIRES GONÇALVES, mediante la invitación correspondiente.-

La fecha sugerida sería en abril o mayo del corriente año, puntualizando además el Señor Embajador, la importancia del tema, ante el estudio que actualmente se realiza, sobre la probable participación de Uruguay, en la fabricación de piezas de avión, en el proyecto que realizan Brasil y Argentina.-

Manifestó además el Doctor ROBERTO VIVO, su disposición de hablar con el Señor Presidente de la República, el día 6 de marzo, en oportunidad de su viaje a Montevideo, sobre la posibilidad de que la cacería se realice en San Juan, departamento de Colonia.-

Saluda a Usted atentamente.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

OBJETO: Inf. sobre Plant. de
cacería de ciervos en Ur-
uguay con Part. Sr. Mtro. de
Ejército de Brasil.- - - /

/NWB/fas/

Extensión

ENTRADA 01 MAR 1989

PROCTE

RECIBIDO 01 MAR 1989

078

12/6/89

Los Montones

Temen "Lunes Negro" en la Bolsa de Brasil

El libanés Naji Nahas realizó operaciones especulativas por sumas millonarias en el mercado futuro de acciones, y con la baja experimentada la semana pasada por las bolsas de valores de Brasil, sufrió fuertes pérdidas y fue abandonado por los bancos que lo financiaban, por lo que no pudo cumplir con sus compromisos.

Responsable por operaciones de bolsa estimadas entre 300 y 800 millones de dólares, Naji Nahas es el principal accionista individual de la empresa semestatal de petróleo, Petrobrás y posee grandes cantidades de títulos de las sociedades de minería Parapanema y Vale do

El mayor especulador del mercado de acciones de Brasil, pagó operaciones con cheques sin fondos por cerca de 30 millones de dólares y especialistas del mercado financiero temen que hoy se declaren en quiebra varias firmas de corredores de bolsa y el pánico cunda en el mercado.

Rio Doce.

Además, posee una de las mayores fortunas de Brasil, encabeza el grupo Selecta, un conglomerado de 27 empresas, evaluado en 400 millones de dólares, mientras que su fortuna personal se calcula en 300 millones de dólares.

Debido a esta grave crisis que amenaza la

estabilidad del mercado brasileño de acciones, el más desarrollado de América latina, dirigentes de la bolsa de valores de Río de Janeiro llegaron a pensar en suspender el pregón de hoy lunes para evitar el pánico y la quiebra de los corredores que trabajaban con el especulador libanés.

Finalmente, tras una sesión de diez horas que se celebró en la víspera en la sede del Banco Central, con la presencia del especulador libanés, se decidió que la bolsa de valores de Río de Janeiro abriera sus puertas, a pesar del riesgo de que los inversionistas quieran vender masivamente sus acciones.

Se decidió también que las firmas de corredores de valores que operaron con Nahas y no puedan pagar los compromisos del especulador por haber cobrado con cheques sin fondos, serán liquidadas por el Banco Central, mientras que Nahas deberá responder con sus bienes personales.

MONTEVIDEO, DOMINGO 18 DE JUNIO DE 1989

Piden en Brasil adelantar la asunción del nuevo Presidente

El Diputado federal Guilherme Afif presentará, en los próximos días al Congreso, un proyecto de enmienda constitucional para adelantar la toma de posesión del próximo mandatario, en tanto que el Senador Chagas Rodrigues pidió formalmente la renuncia del Presidente José Sarney.

BRASILIA. (ANSA, EFE y UPI).- Afif, candidato del Partido Liberal (PL) a la presidencia de Brasil en las elecciones del próximo 15 de noviembre, propuso ayer que el nuevo mandatario asuma el cargo un día después de promulgado el resultado de la votación.

Según el Diputado las elecciones presidenciales coincidirán con el desencadenamiento de la hiperinflación en Brasil y, en esas condiciones "no tiene sentido" esperar la transmisión del mando hasta el 15 de marzo, como establece la Constitución de 1988.

"Con base en el ejemplo argentino, creemos que es mejor prevenir para no tener que curar", dijo Afif, un empresario que ingresó a la vida política en 1988.

En su programa económico, Afif promete enfrentar la inflación con un tratamiento rigurosamente ortodoxo, que incluiría una nueva reforma monetaria.

PIDEN LA RENUNCIA DE SARNEY

Por otra parte, en la Cámara de Senadores se pidió formalmente la renuncia del Presidente José Sarney, y la integración de un gobierno provisional hasta la asunción del mandatario electo en noviembre próximo, para enfrentar la crisis política y económica del país.

El Senador Chagas Rodrigues afirmó que Sarney debería "renunciar si considera que no tiene condiciones de gobernar y seguir el ejemplo del mandatario argentino, Raúl Alfonsín".

Rodrigues defendió asimismo "la constitución de un gobierno de transición provisional de 'Unión Nacional', que asumiría de inmediato tras la renuncia de Sarney, adoptando las providencias necesarias hasta las elecciones y posesión del mando del nuevo Presidente brasileño".

098
6nd

22-7-89

Bonn desmente que Brasil viole o acordo nuclear

O Governo alemão Ocidental desmentiu, em Bonn, que tecnologia e equipamentos nucleares enviados ao Brasil tenham sido mal aproveitados nesse país.

Dois políticos da oposição Social Democrata, Hermann Scheer e Hermann Bachmaier, alegaram que o Brasil utilizou elementos alemães ocidentais e equipamentos em um programa nuclear "autônomo" que poderia ter fins militares.

Scheer e Bachmaier exigiram que a Alemanha Ocidental pare de exportar

materiais ou tecnologia ao Brasil para garantir a não utilização na fabricação de armas atômicas.

O porta-voz do governo Hans Klein exigiu que os dirigentes sociais democratas "proven esse absurdo argumento" sobre a má utilização de tecnologia exportada pela Alemanha Ocidental.

Klein acusou os políticos de "difamar um país amigo", referindo-se ao Brasil, e sustentou que a cooperação nuclear com este país está sob estrito controle de autoridades internacionais de energia atômica.

Afirmou ainda que não há indícios de

violações às salvaguardas internacionais estabelecidas em acordos sobre energia nuclear.

As leis de exportação da Alemanha Ocidental têm sido atacadas pontualmente que supostamente permitiram a exportação de materiais a países com planos de fabricação de armas atômicas.

O maior desses escândalos ocorreu no ano passado, depois que os Estados Unidos alegaram que empresas alemãs ocidentais estavam ligadas a uma linha de produção de armas químicas na Líbia. (AP)

METRÓPOLES DO INTERIOR

Santa Maria precisa encontrar saídas. Sua economia está alicerçada no comércio e serviços, dependente dos salários do funcionalismo público. Isso não traz muito retorno em termos de impostos, e a cidade está com graves problemas sociais. A industrialização, ao lado de uma tentativa de transformá-la em segunda capital do Estado, são as soluções apontadas. Amanhã, apresentaremos Caxias do Sul, a cidade da indústria, a última reportagem desta série que começou ontem, com Pelotas.

Z HORA 1º/8/89

Santa Maria quer ser a segunda capital

MARTA GLEICH

Divisão Especial/ZH

Contam — os mais maldosos — que Santa Maria tem três pragas: os ferroviários, os militares e os estudantes. As três "pragas" são, na verdade, o tripé sobre o qual se escorou o desenvolvimento da cidade. Foram responsáveis, juntamente com outros fatores, pela transformação de Santa Maria no maior pólo comercial do Interior. No entanto, essa posição não é suficiente para assegurar o futuro. Pela falta de indústrias, Santa Maria estagnou seu desenvolvimento, e vem caindo, ano após ano, na arrecadação de ICMS entre os municípios do Estado.

Apesar de ser a quinta cidade do Estado em população, com uma estimativa do IBGE de 204 mil habitantes para 1989, ocupa o 12º lugar em arrecadação de ICMS, conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda. "A tendência é cair mais ainda na arrecadação do ICMS", alerta Flávio Portella, secretário do Planejamento Municipal e presidente do Conselho do Desenvolvimento de Santa Maria (Codesma). A salvação apontada por todos é uma só: a industrialização.

Essa conversa de industrializar a cidade vem desde 1965, quando foi concluído o primeiro plano diretor da cidade. Apesar de antigo, o plano nunca deu certo: algumas das poucas indústrias que se arriscaram a se implantar em Santa Maria, com base na iniciativa de empresários locais, faliram, como lembra o presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (Cacism), Carlos Costa Beber. Ali se instalaram, na década de 70, sob forma de participação comunitária, uma frigorífico, uma siderúrgica e uma fábrica de laticínios. As três faliram por má administração, na opinião de Beber. Não que Santa Maria não tenha indústria nenhuma, mas o setor representa apenas 17% da economia, enquanto que o setor primário (agricultura e pecuária) fica com 29% e o terciário (comércio e serviços) com a maioria, ou 53%.

SEGUNDA CAPITAL — Agora a cidade aposta na industrialização como último cartucho disparado em direção ao desenvolvimento. Mas o prefeito Evandro Behr tem outra carta na

manga. Ele quer que Santa Maria se transforme na segunda capital do Estado, para atender toda a região a oeste de uma linha imaginária traçada de Santa Rosa a Bagé. Os prefeitos de toda esta área, ao invés de precisarem viajar até Porto Alegre para tratar de seus interesses junto aos órgãos governamentais, encontrariam em Santa Maria este atendimento, em subsecretarias do governo do Estado.

Este sonho vem sendo alardeado aos quatro ventos pelo prefeito, em todos os lugares onde vai. "Somos a alternativa de desafogamento de Porto Alegre", acha Behr. Caso este sonho torne realidade, Santa Maria poderá ser um centro frenético de decisões políticas, atrair turismo, enfim, dar vida e dinheiro à cidade. A esperança de atrair gente também está na prometida ponte de São Borja, que poderá atrair o fluxo turístico da Argentina. Os políticos da cidade também reivindicam que o futuro gasoduto passe por Santa Maria, e imaginam que ele possa motivar o desenvolvimento de algum tipo de indústria ali.

Se derem certo as idéias da industrialização e de se tornar segunda capital, mais impostos serão gerados e resultarão em maior retorno de impostos, uma antiga queixa desta metrópole do comércio. Apesar de ter mais de 200 mil habitantes, Santa Maria recebe menos retorno de impostos do que Tríplice, que tem uma população 10 vezes menor (20 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE) e está em 4º lugar na arrecadação de ICM, devido ao fantástico desenvolvimento do Pólo Petroquímico.

"Um dos fatores para o retorno de impostos às cidades deveria ser a população", defende Behr. O prefeito está preocupado em como providenciar infra-estrutura a mais de 200 mil habitantes com um orçamento limitado. Para os santamarienses, a Constituição deveria ter corrigido este problema. Agora, o prefeito espera que a legislação complementar à constituinte estadual privilegie as cidades muito populosas em termos de retorno de impostos.

Santa Maria: 204 mil habitantes e queda para o 12º lugar em arrecadação de ICMS



Portella (Planejamento)



Evandro Behr (prefeito)

Muitas caras de uma grande cidade

Santa Maria é uma cidade com muitas caras. Tem gente que gosta de lembrar dela como o coração do Rio Grande — é que a cidade fica exatamente no centro geográfico do Estado. Outros preferem dizer que é o maior pólo militar da Região Sul — ou 3º pólo militar do País, atrás de Rio de Janeiro e Brasília. Já foi a cidade dos ferroviários nas décadas de 40 e 50, cujo sindicalismo, pelo menos até 1964, serviu de modelo para o Brasil. A polêmica dos ferroviários resultou num triste recorde para Santa Maria: foi a cidade com maior índice de cassados, no Rio Grande do Sul.

Santa Maria também pode ser chamada "cidade universitária" devido à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), uma das maiores do interior do País, com 9.600 alunos. As várias personalidades da cidade não param por aí. É considerada uma cidade de estrangeiros, pois foi colonizada por tudo que é tipo de gente, de belgas e franceses, a italianos e alemães, passando por índios, portugueses, espanhóis. E até hoje os militares, professores, estudantes, camponeses e gente de cidades próximas que migraram para lá continuam dando a Santa Maria a característica cosmopolita à cidade. Ela é de todos e de ninguém, ao mesmo tempo. Hoje estima-se que 40% da população tem origem em outros municípios e estados.

Outra peculiaridade é que a cidade divide o Estado em zonas de minifúndio (ao norte, na região da Serra) e de latifúndio (ao sul, na região da Campanha), ou, como querem outros estudiosos, em zona desenvolvida e zona subdesenvolvida. "É uma portadora entre duas forças", define José Fernandes, do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria. O desenvolvimento da cidade se deu devido à malha ferroviária e depois pela malha rodoviária.

Também é chamada "cidade do comércio" — 70 municípios do Estado fazem suas compras lá — e cidade do funcionalismo público. Os estudiosos chamam este centro de "prestador de serviços". Há alguns anos, por exemplo, Santa Maria era considerada um grande centro de referência de saúde. Hoje muita gente de outras cidades continua procurando ali atendimento médico e hospitalar, mas os recursos não são mais os mesmos. Santa Maria ainda não tem, por exemplo, um aparelho de tomografia computadorizada.

8907618

rrefeito tenta atrair o interesse das indústrias

Os anos 90 serão a década da industrialização de Santa Maria. Pelo menos esta é a esperança dos empresários locais. Até agora, a falta de matéria-prima específica da região, a inexistência de mão-de-obra qualificada e os mercados consumidores localizados longe, entre outros fatores, fizeram com que o grande sonho da industrialização de Santa Maria nunca se realizasse. Mas agora é diferente.

Os santa-marienses, encabeçados pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria (Caciam) e pelo prefeito Evandro Behr, acreditam que as indústrias de centros como Caxias do Sul e Novo Hamburgo não têm mais para onde se expandir. Por esse motivo, acham eles, mesmo sem fazer força, Santa Maria seria beneficiada, pois as indústrias de grandes centros seriam forçadas a buscar o Interior.

Behr oferece espaço, mão-de-obra, energia e modernização nas comunicações, para as empresas que quiserem se instalar lá. Apesar das vantagens, o município ainda não chegou no ponto de oferecer incentivos. O primeiro passo, acha o prefeito, é desmanchar, no empresariado das outras cidades, a idéia de que Santa Maria não é área promissora para a indústria.

Outro fator importante é que a partir do final deste ano finalmente Santa Maria terá energia elétrica para oferecer às indústrias. Hoje a capacidade instalada é de 30 mil quilowatts, e a partir da implantação da Subestação Santa Maria III a capacidade será de mais 42 mil quilowatts, o suficiente para a instalação de várias indústrias. Até hoje o distrito industrial criado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (Codic) só foi ocupado em 10% de sua área.

Os santa-marienses estão interessados principalmente em indústrias do setor calçadista. Segundo eles, o setor tem potencial para duplicar a produção atual do Estado, com vistas à exportação. Além de chamar indústrias de fora, a

cidade aposta na duplicação, em três anos, da produção atual da indústria santa-mariense. Hoje a cidade tem 500 indústrias, nas áreas de confecções, móveis, olarias e cerâmicas, turismo, construção civil, alimentação e metal-mecânica.

APOIO DA UFSM — Para o diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, José Antônio Fernandes, o caminho para a industrialização passará não pelas indústrias tradicionais, mas pelas de tecnologia de ponta, com o apoio da universidade. "Precisamos de uma grande indústria, que crie um impacto na economia local. O raciocínio em Santa Maria é que a cidade serve somente para comércio e serviços", analisa José Fernandes.

A UFSM pode ajudar na industrialização da cidade. Instalada em 1961 e considerada uma das 15 melhores do País, tem hoje 9.600 alunos matriculados, 38 cursos de graduação e 21 de pós-graduação. O reitor da Universidade, Gilberto Aquino Benetti, diz que a UFSM tem promovido o desenvolvimento da região, através de diversos convênios, pesquisas e diálogos com entidades empresariais, associações comunitárias e o poder municipal. Apesar de ter mais de 500 projetos de pesquisa e de estar integrada à comunidade, "esperam muito mais da UFSM", revela o reitor. Ele acha que a Universidade pode contribuir, mas não mudar a mentalidade dos santa-marienses pela industrialização.

Enquanto a indústria não vem, a economia de Santa Maria tem crescido através do setor primário. A cultura do arroz hoje é a principal, com uma produção de mais de 37 mil toneladas, na safra 88/89. No entanto, a cidade beneficia três vezes mais arroz do que produz. Em segundo lugar nas culturas principais está o milho, com 29,4 mil toneladas, depois vem a soja, com quase 15 mil toneladas, e a batata, com 5,6 mil toneladas, na safra de verão.

Salários dos servidores garantem a economia local

Não é à toa que Santa Maria é o reino do funcionalismo público. A prova está na injeção de dinheiro do governo no comércio local, nos primeiros dias do mês: é uma babilônia. A folha de pagamento da UFSM — 1.229 professores e 2.700 funcionários — é de NCz\$ 6,7 milhões, ou 1/4 do orçamento anual da Prefeitura. A folha da Base Aérea de Santa Maria (BASM) é de NCz\$ 1 milhão. Só por estas duas grandes fontes pode-se ter uma idéia do que representa o derrame de verba vinda também do Exército, da Brigada Militar, da Prefeitura, dos órgãos públicos estaduais e dos filiais ali.

A folha de pagamento dos mais de 10 mil funcionários públicos de Santa Maria é renda certa para alimentar a economia local, e este é um dos fatores que contrabalança a falta de indústrias na cidade. O presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria (Caciam), Carlos Costa Beber, brinca dizendo que Santa Maria tem 13 safras por ano: são os 13 salários do funcionalismo. Esse dinheiro certo atrai muitas das grandes redes de lojas estaduais e nacionais, que trataram de instalar suas filiais por lá.

MILITARES — Calcula-se que hoje, somente de militares, a cidade tenha um efetivo de 6 mil homens, entre a BASM, as unidades da Brigada Militar e as do Exército. O número não é exato pois é considerado um dado da segurança nacional. O comandante da Base Aérea, coronel Humberto de Souza Ferro, prefere dizer que Santa Maria tem uma comunidade militar "considerável".

A Brigada Militar tem sediados ali o Comando de Policiamento de Área 2, ao qual está subordinado o 1º Regimento de Polícia Montada, o 4º Grupamento de Incêndio do Corpo de Bombeiros, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de



Beber: "Temos 13 safras".

Sargentos e a 3ª Companhia do Batalhão de Polícia Rodoviária, além do hospital.

O Exército tem em Santa Maria o Comando da 3ª Divisão do Exército, que por sua vez tem a 6ª Brigada de Infantaria Blindada, com o 2º Batalhão de Infantaria, o 7º BIR, o 29º BIR, o 4º Batalhão Logístico, o 3º Grupo de Artilharia Auto-Propulsada, a 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea, a 3ª Companhia de Comunicação Blindada, a 6ª Companhia de Engenharia de Combate Blindada (em fase final de implantação), o 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, e mais o Hospital Geral, o Depósito de Substituição, a Circunscrição do Serviço Militar e o Campo de Instrução.

Estes 6 mil homens representam, na verdade, 30 mil pessoas, se forem computadas junto suas famílias. Há boatos na cidade, apesar desta informação não ser confirmada pelos militares por motivos de segurança, que logo, logo, o efetivo militar deve dobrar em Santa Maria. Explica-se: a cidade é o primeiro e único grande pólo do Exército e da Aeronáutica situado próximo à fronteira do Uruguai e da Argentina.



Universidade: disposição de ajudar nos planos de desenvolvimento industrial da cidade.



Vila do Matadeiro: Inchaço urbano em Santa Maria

O incômodo cerco de 246 vilas pobres

Santa Maria é uma máquina de gerar problemas. A cidade inchou mais em número de habitantes do que cresceu economicamente. Consequentemente, não recebe tantos recursos quanto deveria em termos de retorno de impostos, para atender a população crescente. Aproximadamente 90% dos 204 mil habitantes moram na zona urbana. Há 246 vilas em torno da cidade, e metade delas são loteamentos irregulares. Há outros 30 núcleos de invasão. Aproximadamente 30% da população vive em subabitações. Os alugueis estão tão caros como na Capital e o déficit habitacional é de 10 mil unidades. É uma cidade de porte médio com problemas de cidade grande.

Plínio de Figueiredo, presidente da União das Associações Comunitárias (UAC), que tem 55 associações filiadas, afirma que 70% da população recebe até três salários mínimos, e que o desemprego é muito grande em Santa Maria. "O comércio não absorve mais as levas de migrantes que chegam à cidade. Para cada comerciante que sai por achar que os salários são baixos, há dois ou três para ocupar sua vaga", relata.

O transporte é outro problema: as linhas de ônibus que fazem o transporte dentro da cidade são insuficientes: a maioria da população precisa caminhar 10 quadras para chegar em casa. Além disso, os coletivos estão superlotados. O trânsito é caótico, com mais de 40 mil veículos. O delegado regional da Polícia Civil, Luiz Antônio Severo Arigony, revela que a cidade tem um alto índice de acidentes de trânsito com lesões corporais: de 200 a 300 por mês.

POLUIÇÃO — Um dos maiores problemas que a população enfrenta em Santa Maria é o Arroio Cadena, que atravessa a cidade de leste a oeste, passando por 15 vilas. Figueiredo diz que ali proliferam os ratos, baratas e bichos do pé, pois o arroio transporta lixo, esgoto e até resíduos de hospitais. "É o nosso principal problema de poluição", alerta.



Segurança: tenente elogia a comunidade

Quando chove demais, o arroio ameaça a população ribeirinha.

Daqui a cinco ou seis anos, Santa Maria enfrentará problemas de água. É necessário construir uma nova barragem e uma nova rede de distribuição, diz o secretário Portella. A canalização data de 1940, e atinge o seu limite. Em compensação, a cidade possui a melhor estação de tratamento de esgotos da América Latina. Cerca de 2/3 dos habitantes têm esgoto cloacal.

Uma das vantagens de Santa Maria é ter níveis razoáveis de segurança. Alguns preferem atribuir isso à grande concentração de militares: mais de 6 mil. Mas o comandante interino da Brigada Militar em Santa Maria, tenente-coronel Alquimar Dorneles Severo, atribui esta situação favorável à conscientização da comunidade. A população informa a Brigada Militar sobre onde estão os problemas, faz doação de viaturas através das associações de bairros e auxilia no combustível.

Apesar do efetivo estar defasado desde 1974 — como em todo o Rio Grande do Sul —, a Brigada dribla este problema localizando os policiais nos lugares de maior risco, através de um estudo das probabilidades de ocorrências. A BM trabalha com 300 homens em Santa Maria, quando o ideal seria de 800 a 900. O número de veículos também não é melhor: hoje são 10, e deveriam ser 32.

Amanhã (Final): Futuro de muito dinheiro para Caxias

METRÓPOLES DO INTERIOR

A orgulhosa Pelotas teme pelo futuro

...tas era uma linda mulher, vestida com tecidos bordados a ouro, que todo olhava no espelho e perguntava: "Espelho, espelho meu. Existe outra mais bonita do que eu?" E o espelho respondia: "Não Pelotas. És a mais linda e mais rica". E assim foi por décadas. Só que um dia o espelho não respondeu mais.

Por MARTA GLEICH
Especial/24

Pelotas se foi próspera e invejada pelo povo gaúcho, a ponto de ser considerada a verdadeira capital do Estado. Mas sentiu-se realizada cedo demais e perdeu sua oportunidade. Hoje está numa situação delicada econômica e socialmente: se nada for feito, a previsão é de que se torne o centro da região

mais pobre do Estado, no próximo século. Ao invés de ficar disputando recordes com Rio Grande, como acontecia até há poucos anos, Pelotas tem como única saída se integrar aos grandes municípios da Região Sul, desenvolvendo um grande esforço com base na sua potencialidade: a agroindústria.

A cidade viveu o seu fausto durante o ciclo do charque. Desde 1780, quando o cearense José Pinto Martins instalou a primeira charqueada, até o início deste

é existem metrópoles no Interior. São cidades iguais a qualquer grande centro urbano do mundo: trânsito congestionado, cinturão de favelas, violência, arranha-céus. Isto acabou com a imagem de que o Interior é atrasado. Mas esta mudança é recente. Algo em torno de três décadas, no máximo. Por isso, ainda é possível encontrar, nestas cidades, um casal sentado na calçada como nos velhos tempos, tomando chimarrão, em meio à confusão de ônibus apinhados, buzinas, antenas parabólicas, apitos de fábricas e gente camolando.

As raízes históricas dos maiores centros do Interior explicam sua situação presente e apontam suas potencialidades para o futuro. Nem sempre Porto Alegre foi a verdadeira capital do Estado. No passado, Pelotas ocupou esta posição. No futuro, a capital de fato poderá ser Caxias do Sul.

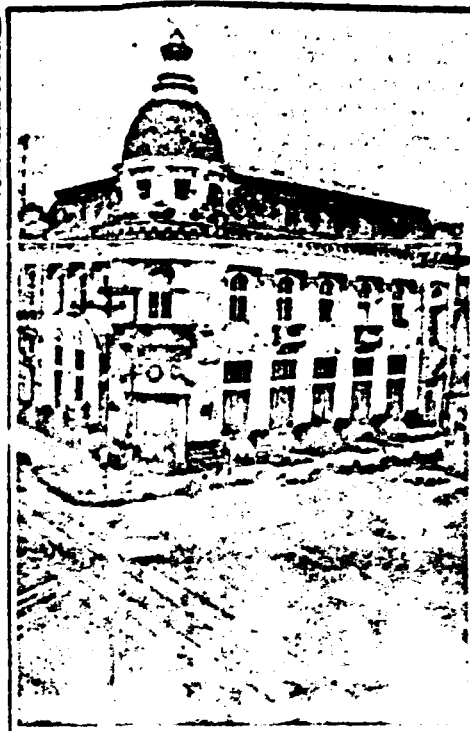
Pelotas — juntamente com Rio Grande — foi a porta de entrada do Estado. Viveu seu apogeu na época das charqueadas, que a transformaram na verdadeira capital do Rio

Grande do Sul desde o final do século XVIII até o início do século XX. Até hoje sua economia está alicerçada no setor primário.

Santa Maria, hoje maior pólo comercial do Interior e maior praça militar da Região Sul, nasceu com acampamentos militares. Ali estava a fronteira entre as terras portuguesas e espanholas. Santa Maria viveu sua época de ouro nas décadas em que os trens eram o meio de transporte no País. Até hoje é conhecida como a terra dos ferroviários, mas a categoria foi substituída pelos universitários.

Caxias do Sul deve seu lugar de primeiro pólo industrial do Interior do Estado à vocação do italiano para o trabalho. O fantástico crescimento da região aponta para uma invejável situação no futuro: no século XXI, a zona de Caxias poderá ser a verdadeira capital econômica do Estado.

Hoje apresentamos Pelotas, a terra da cultura e da gente de fino trato. Amanhã Santa Maria, a cidade do funcionalismo público. Na terceira reportagem da série, Caxias do Sul, a terra da indústria pesada do Estado.



Pelotas: a cidade próspera e rica, de passado e futuro

século, os donos da atividade salada

maioria localizados à beira do Canal. Gonçalves, foram a fonte de riqueza da região. As charqueadas, usando trabalho escravo, deram origem à cidade. Hoje, em dia, a previsão para o futuro de Pelotas é tenebrosa, apesar da cidade ainda deter o 4º lugar no ranking das maiores arrecadadoras de ICM no Estado. Uma projeção da Secretaria Estadual de Planejamento indica que ali estará a região mais pobre do Estado, se não forem mudados os rumos da economia.

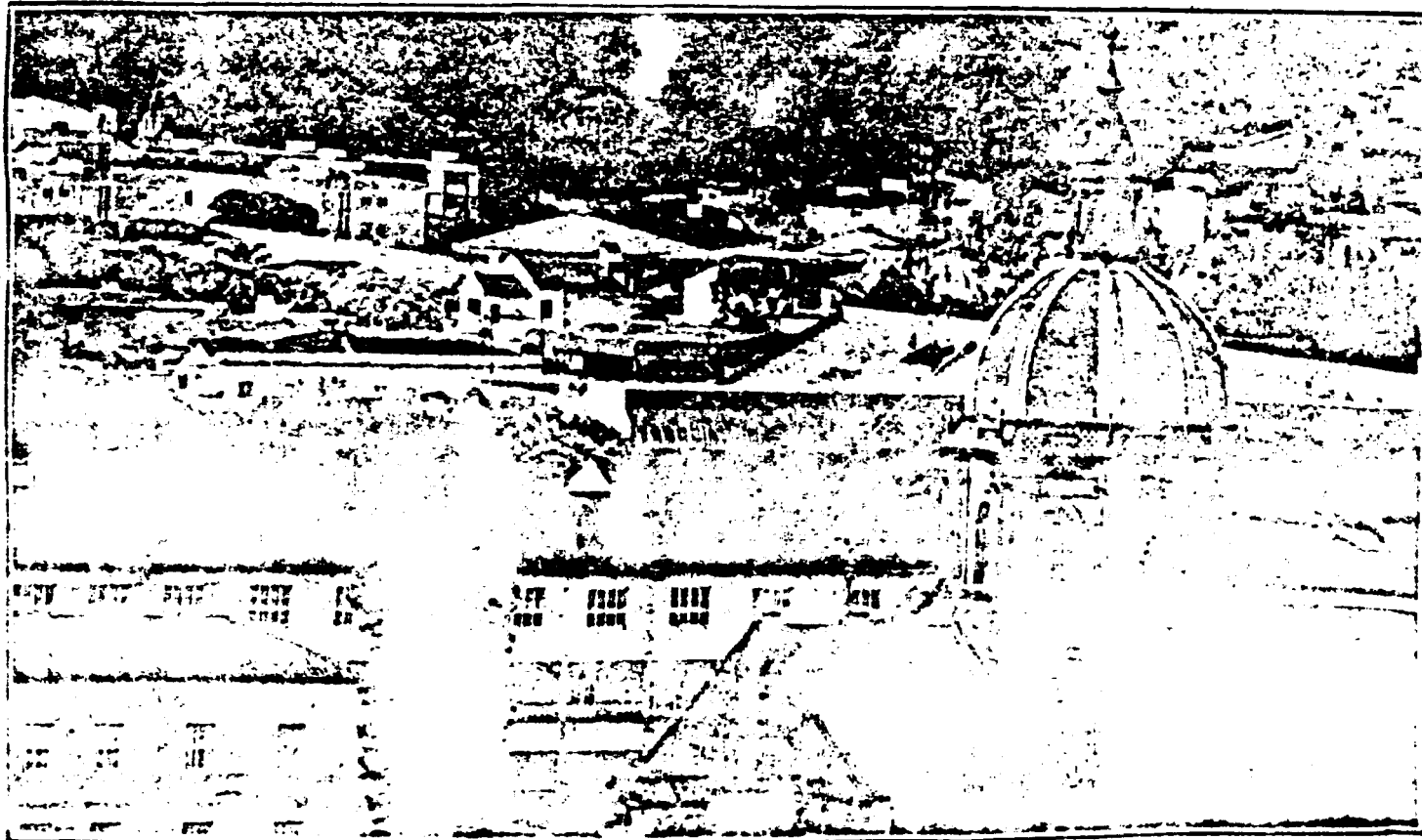
Este estudo mostra que em 1939, quando a cidade ainda recebia respingos da época de ouro, a renda per capita era de

114 pontos, considerando uma média do Estado de 100 pontos. Pelotas era a cidade mais rica do Rio Grande do Sul. No ano de 1950, a renda per capita era apenas de 100 pontos, enquanto na mesma época Caxias crescia de 70 para 135 pontos. Para o ano 2022, se prevê que a região de Pelotas terá uma renda per capita de apenas 20 pontos, ou cinco vezes menor que a média do Estado. Em contrapartida, zonas industrializadas como Caxias do Sul terão renda per capita de 263 pontos, ou mais de duas vezes e meia a média do Rio Grande do Sul.

"Nós falhamos"

Esta projeção, apresentada durante o I Seminário Pró-Desenvolvimento da Zona Sul, em março deste ano, causou pânico entre os empresários. Eles concluíram que alguma coisa precisa ser feita, e urgente. "Nós falhamos", admite o ex-prefeito Francisco Alves da Fonseca, "deveríamos ter pensado há mais tempo no que valia ser de Pelotas". Fonseca foi prefeito pela Arena de 1969 a 1973. O economista Gilberto Rudi Treptow, diretor do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria da Universidade Católica de Pelotas, prefere dizer que Pelotas não regrediu; as outras cidades é que cresceram.

O atual prefeito de Pelotas, Anselmo Rodrigues (PDT) diz que a "Princesa do Sul" — como Pelotas é chamada, hoje está vestida de proletária. "É preciso vesti-la de princesa novamente", conclui o prefeito. "O reinado da princesa terminou". O futuro de Pelotas vai depender, além da sonhada integração de todos os municípios da Zona Sul dar, certo, da mudança de mentalidade. O vice-presidente do Centro das Indústrias de Pelotas, Antônio Carlos Menezes, diz que a cidade precisa de uma aplicação do dinheiro: o pessoal prefere poupar e investir no setor produtivo. Aliás, a cidade é uma das maiores investidoras de todo o Estado na poupança e no overnight.



Se não houver seleção e seleção, Pelotas ficará, dentro de poucos anos, no centro geográfico da região mais pobre do Estado

890-7632

METRÓPOLES DO INTERIOR

Um futuro de riquezas espera por Caxias

MARTA GLEICH

Envio Especial ZH

Caxias do Sul pode se tornar a cidade mais rica do Estado no século XXI. Sustenta hoje a privilegiada posição de maior pólo industrial do Interior do Rio Grande do Sul e terceira cidade em arrecadação de ICMS, atrás apenas de Porto Alegre e Canoas. Um dos indicadores do crescimento extraordinário da cidade é o consumo de energia: juntamente com Buenos Aires, São Paulo e Jorville, Caxias é um dos quatro centros da América Latina que mais se desenvolve.

Mas nem tudo é lucro por lá. Nos últimos dez anos, a população de Caxias cresceu 50%, conforme dados do IBGE — hoje é o segundo município mais populoso do Estado com 298.098 habitantes, mas alguns caxienses acham que a população já ultrapassou os 400 mil habitantes —, e pode-se dizer que os problemas de habitação, saneamento e segurança multiplicaram-se. A tal ponto que o prefeito de Caxias do Sul, Mansueto Serafini Filho (PFL), deseja algo impensável para um prefeito do Interior. Ele quer que a cidade dê uma estacionada no seu desenvolvimento. Tanto que a Prefeitura não oferece nenhum incentivo à localização de novas indústrias.

Caso o desenvolvimento econômico não dê uma parada, os problemas como aumento das favelas e da criminalidade e a diminuição da qualidade de vida só se agravarão.

Mas por que Caxias do Sul cresceu tanto? O coordenador da Câmara de Indústria e Comércio da cidade, Alvino Melquides Bruggli, dá a resposta: "Trabalho, trabalho e trabalho".

A vocação artesanal do imigrante italiano aliada a sua disposição para trabalhar de sol a sol, se necessário, é a grande causa do desenvolvimento da cidade, conforme analisam seus habitantes. A cidade teoricamente nem podia ter crescido tanto, porque amargou, até 1978, a falta de energia elétrica e, até poucos anos atrás, falta de água.

Outro motivo de crescimento, citado pelo prefeito, foi a criação de estradas de ferro e rodoviárias. Em 1910 foi inaugurada a estrada de ferro Caxias-Montenegro. A partir do término da BR-116, em 1942, o município deu um salto. Agora, a conclusão da Rota do Sol, que ligará a BR-116 com a BR-101 (que passa pelo litoral), poderá repetir este impulso no desenvolvimento. Bruggli acha que as grandes indústrias de Caxias também foram decisivas para o progresso da cidade, formando mão-de-obra qualificada.

A partir de 1945, a instalação da escola do

Serviço Nacional da Indústria (Sensai), em Caxias, foi outro incremento na economia local. Já nos anos 60, as indústrias de lá ingressaram no mercado internacional. Hoje Caxias vende seus produtos — especialmente implementos para transporte, autopeças, lonas para freio, móveis e artefatos de madeira, malhas e vestuário — para 77 países, sendo o maior consumidor (24%) os Estados Unidos.

Considera-se que a partir de 1970 é que Caxias enfrentou seu boom de crescimento populacional e industrial, que a par de desenvolver economicamente a cidade, lhe trouxe inúmeros problemas.

SANTA INVEJA — Tem um detalhe na personalidade do italiano que é citado como gerador de desenvolvimento. Se o vizinho compra um Fusca, o italiano trabalha para comprar um Chevette. O primeiro, vendo a aquisição do vizinho, troca o Fusca por um Passat. E briga daqui, briga dali, eles chegam aos Monzas, Santanas e Diplomatas. No bairro Cruzeiro, por exemplo, essa característica do povo italiano, que um padre local batizou de "santa inveja", está bem clara: neste bairro, não há casa que não possua, no porão, uma pequena malharia. Apesar de trabalharem na indústria, os moradores de Cruzeiro nas horas de folga produzem malhas em casa, e com isso ajudam no orçamento doméstico.

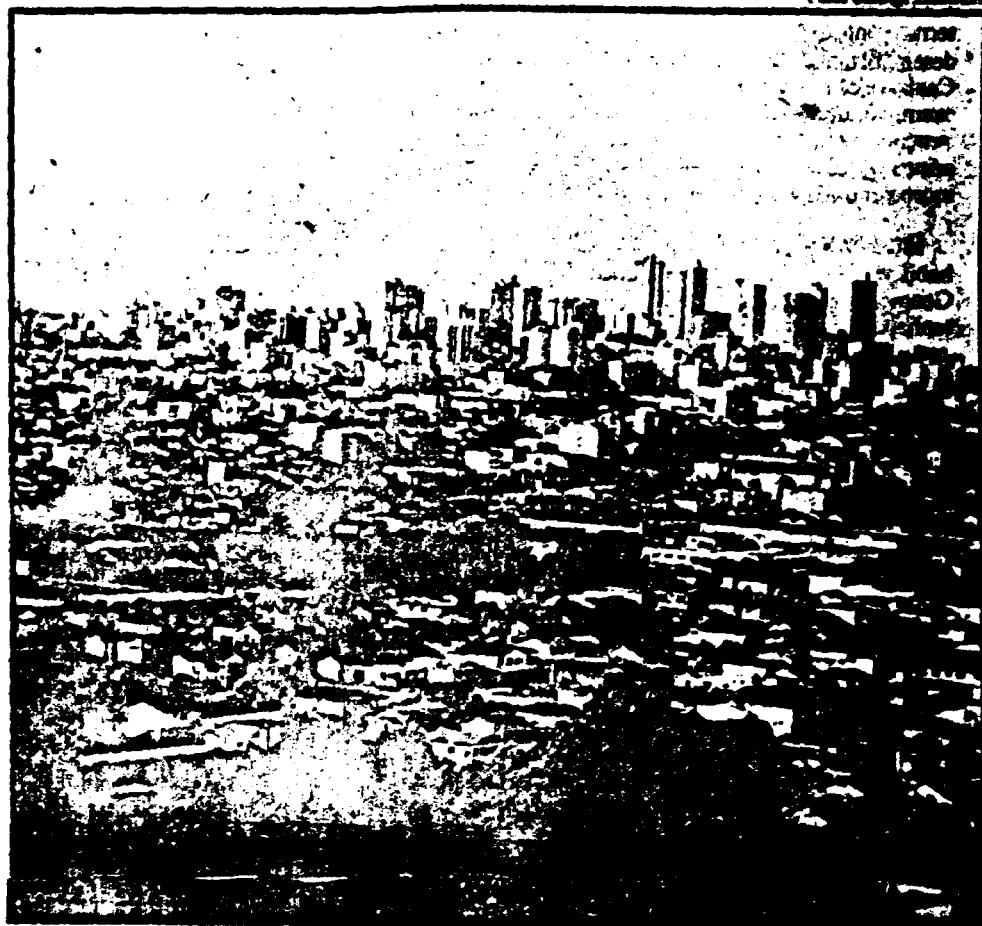
Desse hábito surgiram pequenas metalúrgicas, malharias, casas de massas etc. Em Caxias costuma-se dizer que todo empregado quer ser concorrente do patrão. E isso acaba acontecendo.

Em 1875 e nos anos subsequentes foram os italianos que migraram para lá. O seu sucesso econômico atraiu milhares de pessoas a Caxias do Sul. A partir da década de 50 — e com mais intensidade a partir da década de 70 — Caxias passou a receber outra leva migratória. Era o pessoal de Vacaria, Bom Jesus, São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha, e também da Região Metropolitana, da Fronteira e do Sul do Estado, e até de Santa Catarina e Paraná, à procura de sorte e emprego nesta cidade-clorado. Estatísticas citadas no livro "Caxias Grande do Sul", de Alvino Bruggli, apontam que atualmente a minoria dos habitantes é natural de Caxias (41%). A maioria, 59%, são de fora, sendo 47% de outros municípios do Rio Grande do Sul e 12% de outros Estados.

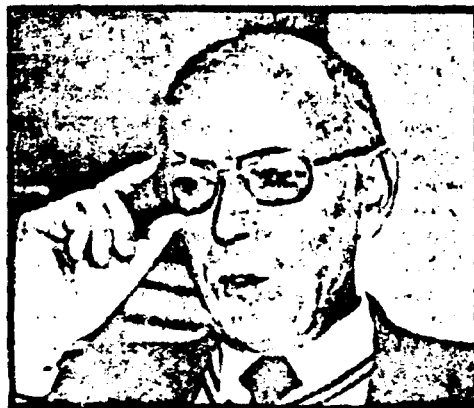
Tem pessoas que, por estes dados, concluem que a cidade não é mais de italianos.

Caxias do Sul é a cidade da indústria no Rio Grande do Sul. Uma situação invejável para outros municípios. Só que cresceu rápido demais. Seus problemas sociais são tantos que o poder público espera agora uma estancada no desenvolvimento. É a terceira e última reportagem desta série, que já enfocou Pelotas e Santa Maria.

Caxias: maior pólo industrial do Interior



Superpopulação: nos últimos dez anos, número de habitantes cresceu 50%



Trabalho: conselho de Bruggli (foto)



Polição: crescendo, segundo Almeida

Resíduos vão direto para os rios

A poluição é um dos mais graves problemas de Caxias do Sul. E Porto Alegre é quem paga o pato pelo vertiginoso desenvolvimento da cidade. Os resíduos das indústrias de lá acabam desembocando na Capital, pelos rios. Essa é a conclusão de Dagoberto Antônio Paim de Almeida, presidente em exercício da Associação Caxiense de Proteção ao Ambiente Natural (Ascapan). Ele diz que a condição de maior pólo metal-mecânico do Estado faz de Caxias uma das cidades mais poluidoras em termos de metais pesados lançados diretamente nos arroios.

Dagoberto de Almeida afirma que 80% das indústrias cadastradas na Câmara de Indústria e Comércio (CIC) de Caxias do Sul não têm nenhum tipo de tratamento de efluentes. A água potável de Caxias, conforme Dagoberto, está comprometida pelos loteamentos irregulares que se localizaram dentro das bacias de captação. Aliás, a cidade não tem esgoto cloacal. Um dos sistemas de abastecimento de água, chamado Complexo Del Bó, formado pelas represas

São Pedro, São Paulo e São Miguel, já estava condenado, diz ele. No entanto, o diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (Samae), Manoel José Souza Marrachinho, assegura que esta poluição que chega às barragens não compromete a qualidade da água.

Além da poluição da indústria, a cidade enfrenta outros problemas do gênero. É preciso encontrar destinação para 140 toneladas diárias de lixo doméstico e 200 toneladas diárias de lixo industrial. A administração municipal anterior criou uma usina de lixo, mas o prefeito atual, Mansueto Serafini, critica a localização da usina: "A administração anterior colocou a usina numa zona residencial. Agora vamos transferi-la para uma área a 12 quilômetros do centro, na divisa com o município de Farroupilha". Enquanto a nova usina não vem, a cidade coloca seu lixo, precariamente, na usina velha. E em outros pontos não destinados a lixo. A Ascapan contabilizou, num levantamento recente, 200 bocas de lixo na cidade.

8907635



SECRETO

Noja 1 de 2
Copia No. *Original*
Brasilia DF
23 de Junio de 1989.-
HORA 1534.-.-.-.-.-

098
AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.011/AMB/989.-

- I.- EVALUACION :A.1.-
- II.- RESPONDE A :Información recibida con fecha 21 de Junio de la Embajada del Uruguay en Brasilia.-
- III.- T E X T O :Remitir un informe político elaborado por la Embajada de Uruguay, con el cual el suscrito concuerda.-
- Traza una radiografía actual, a 5 meses de las elecciones presidenciales.-Es de esperar que el mapa político, en el período, sufra modificaciones, en razón de las alianzas, deserciones, entre y desde los distintos partidos.-
 - Aún no se conocen las plataformas políticas de la mayoría de los candidatos y en algunos casos continúan tratando de solucionar problemas internos.-
 - Los 60 millones de votantes que se mencionan en el informe, constituyen una incógnita con respecto a sus preferencias.-
 - Las Embajadas de América Latina han acordado realizar almuerzos de trabajo con los presidenciables, fijando sedes rotativas.-
- A la sede de Uruguay, concurrirá Leonel Brizola, posiblemente en la primera semana de Julio.-El propio Brizola sugirió concurrir a la misma.-

...///

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 2

Copia No. *Mujinas*

///...

- El Presidente Sarney intentará vetar algunos artículos de la Ley Electoral, particularmente el que fija el 15 de mayo para renunciar a los cargos ejecutivos, a aquellos que aspiran a postularse, permitiendo con ello, ingresar a la lucha electoral, a nuevos candidatos.-
- Informes obtenidos, indicarían que la gran mayoría de la Oficialidad joven de las FF.AA., tendrían su preferencia electoral por el Economista Fernando Collor de Mello.-
- Las modificaciones a introducir al informe del P.E.I No.008/AMB/989, del 24 de mayo, son:
 - Janio Quadros, anunció su retiro de la disputa presidencial y anunciaría su apoyo a un candidato.-
 - El candidato a la vicepresidencia del PL (Partido Liberal) es:
ALUISIO PIMENTA.-
 - El candidato a la vicepresidencia del P.C.do B. (Partido Comunista de Brasil) es:
SERGIO ARONCA.-

IV.- ACCION TOMADA: Confección del presente parte especial.-

V.- DISTRIBUCION : 01 Ejemplar para el Señor J.E.M.E.-

01 Ejemplar para ARCHIVO.-

El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

Nestor M. Bertrin
NESTOR M. BERTRIN.-

/NWB-jrm/

SECRET

(2)
2/9

SECRET

DIAGRAMA DEL VOTANTE	CLASE	402	402
FECHA Y HORA	20-06-89	TRANSMISION POR	ALY
RECEPCION	5674-P	FECHA	24-06-89
RECEPCION	5674-P	FECHA	24-06-89

INFORME POLITICO

A EXACTOS CINCO MESES DE LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES ENTIENDESE DEL CASO REALIZAR LAS SIGUIENTES CONSIDERACIONES MACRO Y POSTERIORMENTE DESTACAR SITUACIONES ESPECIFICAS DE LOS PRINCIPALES CANDIDATOS A LA SUCESION PRESIDENCIAL.

CC

TENDENCIAS DEL ELECTOR BRASILEÑO.

EN FUNCION DE LOS DATOS MANEJADOS POR SOCIOLOGOS Y ESPECIALISTAS EN TEMAS POLITICOS ENTIENDESE DEL CASO MEDIR LA MAGNITUD Y LA INCIDENCIA PORCENTUAL DEL VOTO IDEOLOGICO DE LOS APROXIMADAMENTE 70 MILLONES DE ELECTORES. LA MISMA NO DEBERIA SUPERAR EN CASO ALGUNO EL 25% DE LOS VOTANTES DE NO- VIENRE PROZIMO LO QUE DETERMINARIA QUE EXISTE UNA ESCASA RELACION ENTRE EL VOTO Y EL STATUS SOCIO-ECONOMICO DEL ELECTOR. EN ESTE 25% PODRIAMOS IDENTIFICAR DOS POSICIONES DEFINIDAS EN EL ESPECTRO GENERAL DE LA POBLACION DE BRASIL. DE UN LADO LOS RICOS Y LAS CANADAS MAS ALTAS DE LOS SECTORES MEDIOS (RURALES Y URBANOS) SIGNIFICAN ALREDEDOR DE 9 MILLONES DE VOTANTES (12% DEL TOTAL) Y TIENEN UNA TENDENCIA DEFINIDA POR LOS CANDIDATOS CONSERVADORES. (EN EL EJEMPLO DE LA SITUACION ACTUAL SERIAN VOTANTES SEGUROS DE COLLOR O QUIEN OCUPA EL LUGAR DE ESTE). POR OTRO LADO LAS CANADAS MAS BAJAS DE LOS SECTORES MEDIOS Y LAS MAS ALTAS DE LOS SECTORES POBRES RURALES Y URBANAS (ALREDEDOR TAMBIEN DE 9 MILLONES DE VOTANTES) TIENDEN A VOTAR CANDIDATOS REFORMISTAS Y CON MILITANCIA IZQUIERDISTA NITIDA (ESTE ES EL MERCADO POTENCIAL MAS FIRME PARA CANDIDATOS COMO LULA, POR EJEMPLO).

DE CUMPLIRSE LAS PREMISAS ANTERIORES PODEMOS CONCLUIR QUE DE 70 MILLONES DE VOTANTES SOLO 10 MILLONES VOTARAN SEGUN CRITERIOS CONSECUTIVOS Y PREVISIBLES. MIENTRAS QUE LOS 60 MILLONES RESTANTES SE MOVERAN ERRATICAMENTE SEGUN ESTIMULOS DE CIRCUNSTANCIA QUE PUEDEN ENCARNARSE DESDE PUNTOS DE VISTA ESTRUCTURALES Y COTUNTURALES.

FACTOR ESTRUCTURAL

LA MASA DE VOTANTES (REITERASE 60 MILLONES) NO PERTENECE NI SE SIETE PERTENECE A CUALQUIER REFERENCIAL DE ABREGACION QUE PROVENGA DE UNA IDEOLOGIA, UNA POSICION POLITICA, NI A UN COMPROMISO DE SENTIDO AMPLIO (CLASE, CLUB, ASOCIACION. NI BASICAMENTE PARTIDO POLITICO).

CC

ESTA MASA TIENE - A PESAR DE INCLUIR SECTORES MEDIOS DE POBLACION - BAJO PADRON DE EDUCACION GENERAL Y PEOR PADRON DE EDUCACION POLITICA. (TENGADE ADEMAS EN CUENTA QUE EN FUNCION DE LA NUEVA CONSTITUCION SE ABRIO LA INSTANCIA DE VOTO A ANALFABETOS Y SE BAJO A 16 ANOS EL LIMITE PARA EJERCER EL DERECHO A VOTO).

ES DIFICIL PARA ESTA MASA DISTINGUIR DE LOS ACTORES POLITICOS ENTRE SU DISCURSO Y SU ACCIONAR, O SEA ENTRE LO QUE ELLOS HACEN Y LO QUE DICEN QUE HACEN. LA TRANSDUCCION DEL MENSAJE POLITICO ES PRIMARIA ASI COMO TAMBIEN ES PRIMARIA LA CONCEPCION DEL PROCESO POLITICO EN GENERAL.

AQUI ES NECESARIO REALIZAR UN COMENTARIO PARALELO REFERIDO AL ORIGEN RURAL DE ESTA MASA DE VOTANTES. (AL REFERIRNOS AL ORIGEN RURAL HACEMOS ESPECIAL INCAPIE QUE EN EL MISMO SE INCLUYEN TAMBIEN LOS CAMPESINOS MIGRANTES QUE NO POR VIVIR EN LOS SECTORES MARGINALES DE LAS CIUDADES HAN PERDIDO LOS VALORES DE LA VISION DEL MUNDO ORIGINADOS DE SU EXPERIENCIA RURAL ANTERIOR.

PARTI DE ESTA MASA ESTIMADA EN POR LO MENOS 30 MILLONES DE ELECTORES ENCUENTRASE EN ESTADO DE POBREZA ABSOLUTA SIENDO SOCIALMENTE EXCLUIDA PERO POLITICAMENTE INCLUIDA YA QUE PARTICIPAN CON SU VOTO DEL DERECHO DE ESTABLECER UN GOBIERNO. ENTIENDESE QUE LA RESPUESTA ELECTORAL DE LOS "EXCLUIDOS" NO ES IDEOLOGICA SINO ENOCIONAL.



SECRET

03 -

8907680

ESTE VOTO PRIMARIO ES PARTICULARMENTE RECEPTIVO A OFERTAS CARISMATICAS ENTENDIENDOSE POR CARISMA EL RECURSO DEL CANDIDATO DE DIVULGAR UNA IMAGEN DE LIDERANZA ESPECIAL DERIVADA DE SUS CUALIDADES EXCEPCIONALES Y POR QUE NO DE SU "MAGICA?"

FACTOR COTUNTURAL

ENCADENADA CON LAS OFERTAS CARISMATICAS EL ELECTORADO BRASILENO TIENE UNA PREDISPOSICION GENERAL DE ACTUAR EN CONTRA DEL "STABILISMENT" Y DE LOS PODERES CONSTITUIDOS QUE NO HAN PODIDO SOLUCIONAR NI AUN MENOS UNA SITUACION SOCIALMENTE ANACRONICA QUE ENVUELVE AL PAIS DESDE SUS ORIGENES.

EN EL CASO PARTICULAR DEL GOBIERNO SARNEY (INCLUYENDO CLASE POLITICA, ELITES EN GENERAL, PARTIDOS POLITICOS, CONGRESO Y POLITICA REGIONAL) FORMAN UN TODO AL QUE EL PUEBLO SE OPONE IDENTIFICANDOLOS COMO LOS RESPONSABLES DEL SUPRIMIENTO DE LA INMERSA MAYORIA DE LOS BRASILENOS. EL CANDIDATO DEBERA ENTONCES BASARSE EN SU CARISMA PARA APARECER COMO DISOCIADO DE ESTE ESQUEMA. DEBERA PARECER ANTIPOLITICO, DETERMINADO, AUDAZ, DENUNCIAR AL GOBIERNO Y A LAS ELITES CON ALGUNA APARIENCIA DE QUE LO HACE CON LEGITIMIDAD, PROMETER LA MORALIZACION GENERAL, LA RESTAURACION DE LA AUTORIDAD Y LA SOLUCION DE LOS PROBLEMAS.

COTUNTURALMENTE EXISTEN ESPECIALMENTE DOS ELEMENTOS A TENER EN CUENTA: LA INFLACION Y LA EROSION DE LOS RECURSOS SINDICALES DEL GOBIERNO SARNEY Y DE LA CLASE POLITICA EN GENERAL.

EN ESTE PRECISO MOMENTO EN QUE TERMINA DE CONSTATARSE EL FINAL DEL ULTIMO PLAN DE ESTABILIZACION ECONOMICA, EL TEMA DE LA INFLACION ES BASICO Y DETERMINANTE. EROSIONANDO EL ULTIMO PRESTIGIO DEL GOBIERNO. LA BATALLA SINDICAL HA SIDO TOTALMENTE PERDIDA.

SECRET 5-11-84 404



SECRET

PERMANECE SI LA EXPECTATIVA DE QUE UN CONDUCTOR EXCEPCIONAL PUEDA ACCEDER AL PODER PARA RESOLVER LOS PROBLEMAS ANHUE, PARADOJICAMENTE, EXISTE TAMBIEN UN ELEMENTO GENERAL DE INCREMENTO EN CUANTO A QUE CUALQUIER COSA POSITIVA PUEDA LLEGAR A ACONTECER, LO QUE SE RESUME EN LA CARENCIA TOTAL DE CONFIANZA EN EL FUTURO, CON ACUMULADOS SENTIMIENTOS DE FRUSTRACION Y DESANIMO.

EN CONSECUENCIA Y DEBIDO A ESTE FACTOR COTUNTURAL EL VOTO CONTRA EL GOBIERNO SERA UN VOTO DE PROTESTA Y DE CARACTER NETAMENTE PUNITIVO.

FINALMENTE DEBI TENERSE EN CONSIDERACION OTRO HECHO POLITICO PARTICULAR LAS ELECCIONES DEL 15 DE NOVIEMBRE SERAN PURA Y EXCLUSIVAMENTE PARA ELEGIR AL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA, NO ESTANDO EN JUEGO NI GOBIERNOS DE ESTADO, PREFECTURAS (INTENDENCIAS) NI BANCAS EN EL PODER LEGISLATIVO NACIONAL Y ESTADUAL.

EN ESA MEDIDA LA ACTUACION DE PARTIDOS, LIDERES Y BASES SERA INEXPREESIVA FRENTE A LA DIMINUCION PRINCIPAL DEL PLEITO DE NOVIEMBRE QUE SERA DADO POR LA RELACION DIRECTA ENTRE CANDIDATOS Y ELECTORADO.



SECRET 5-11-84 404

8907680

ES CON ESTE MARCO QUE DEBEMOS CONSIDERAR LAS CANDIDATURAS PLANTEADAS DESTACANDO PARTICULARMENTE AQUELLA QUE REVISTE A LA FECHA UNA TRASCENDENCIA FUNDAMENTAL QUE ES LA DEL EX GOBERNADOR DE ALAGOAS FERNANDO COLLOR DE MELLO.

EL ECONOMISTA FERNANDO COLLOR OCUPA EN LOS ULTIMOS TRES MESES UN ESPACIO PARTICULAR QUE SE PRESENTABA EN EL ESCENARIO POLITICO BRASILEIRO.

HASTA ESE MOMENTO LOS CANDIDATOS DE IZQUIERDA (BRIZOLA - LULA) HABIAN ACAPARADO LA PRINCIPAL ATENCION DEL ELECTORADO; COLLOR FUE CAPITALIZANDO LOS PROBLEMAS INTERNOS DEL PMDB, DEL PFL, Y EL NO SURTIENDO DE UN CANDIDATO A NIVEL EMPRESARIAL QUE EN DETERMINADO MOMENTO ESTUVO CENTRADO EN LAS FIGURAS DE ANTONIO ERMINIO DE MORAES (GRUPO VOTANTIN) Y SILVIO SANTOS (PRESIDENTE CADENA TV / SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISION).

MANEJO DURANTE LOS ULTIMOS MESES LA POSIBILIDAD DE CONCRECION DE LA CANDIDATURA DEL EX PRESIDENTE JAHIO QUADROS QUIEN ESTRATEGICAMENTE PERMANECIO FUERA DEL AMBIENTE POLITICO ESPERANDO LA CREACION DE UN VACIO DE CANDIDATO DE CENTRO Y CENTRO DERECHA QUE HABILITASE SUS ASPIRACIONES A LA PRIMERA MAGISTRATURA.

AL REGRESAR DE EUROPA JAHIO QUADROS ENCONTRÓ QUE ESTE ESPACIO HABIA SIDO OCUPADO POR COLLOR Y POCOS DIAS DESPUES REITERANDO SU ESTILO TEATRAL ANUNCIO PUBLICAMENTE SU RETIRO DEFINITIVO DE LA POLITICA.

PRIMER PRODUCTO DE MARKETING POLITICO A NIVEL PRESIDENCIAL COLLOR HA VENIDO ESCALANDO POSICIONES A NIVEL DE TODAS LAS ENCUESTAS Y SE HA CONVERTIDO EN EL CANDIDATO A BATIR EN LAS PROXIMAS ELECCIONES DE NOVIEMBRE. LOS OJOS DE LOS CANDIDATOS RESTANTES ESTAN CENTRADOS EN EL. LAS CRITICAS ARRECIAN MIENTRAS SU INDICE DE POPULARIDAD SALTO DEL 75 EN MARZO AL 175 EN ABRIL. AL 325 EN MAYO Y AL 435 CON TENDENCIA A LA ALTA EN JUNIO.

HIJO DEL SENADOR ARNON DE MELLO DE LA UNION DEMOCRATICA NACIONALISTA (UDN) DE ALAGOAS Y NIETO DEL DR. LINDOLFO COLLOR, MINISTRO DE TRABAJO DURANTE EL GOBIERNO VARGAS, FERNANDO COLLOR REPRESENTA LA ELITE TRADICIONAL BRASILEIRA.



SECRET

COLLOR RESIDO BASICAMENTE EN RIO DE JANEIRO Y BRASILIA DONDE TAMBIEN ESTUDIO SIN DEJAR DE MANTENER LAZOS CON SU ESTADO DE ORIGEN (ALAGOAS) QUE LO LLEVARIAN A SER DESIGNADO PREFECTO "BONICO" (DESIGNACION BI-RECTA), COMO INTEGRANTE DEL PDS, A LOS 27 AÑOS DE EDAD.

CON POSTERIORIDAD Y COMO DIPUTADO DEL MISMO PARTIDO VOTO A FAVOR DEL DR. PABLO MALUF EN EL COLEGIO ELECTORAL QUE TERMINO ELIGIENDO AL DR. TANCREDO NEVES COMO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA.

EN 1986 (YA INCORPORADO A LAS FILAS DEL PMDB) FUE ELECTO GOBERNADOR DE ALAGOAS DISPUTANDO CON EL ENTONCES SENADOR GUILHERME PALMEIRA A QUIEN DERROTARA AMPLIAMENTE.

SU FIGURA GANO NOTORIEDAD A NIVEL NACIONAL TAL COMO EXPLICITADO EN FAX 330 EN LA SUSTENTACION DE UNA POLITICA DE HONESTIDAD Y EN LA CAZA A LOS LLAMADOS "MARAJAS".

A FINES DEL AÑO PASADO ABANDONO EL PMDB Y FUNDÓ EL PARTIDO RENOVACION NACIONAL (PRN) PARA TRANSFORMARSE EN POCO MAS DE TRES MESES EN EL PRINCIPAL ASPIRANTE AL SILLON PRESIDENCIAL.

FERNANDO COLLOR HA CONCRETADO ENTONCES SU ESPACIO POLITICO SIN HABERSE PRONUNCIADO SOBRE LOS PRINCIPALES TEMAS DE FONDO DE SU FUTURA PROBABLE ADMINISTRACION.

HA HABLADO VAGAMENTE DE UN PROGRAMA DE LIBERALIZACION Y PRIVATIZACION QUE NUNCA HA DESARROLLADO.

LAS CRITICAS AL GOBIERNO SARNEY LE HAN REDITUADO UN DESPERUE EN SU CAMPAÑA ELECTORAL QUE NUNCA PREVIO Y SU DISCURSO POPULISTA DE CENTRO DERECHA SE CONFUNDE A LOS OJOS DE SUS RIVALES EN LA PLATAFORMA ELECTORAL DE ALFAMANIA NAZISTA DEL AÑO 30 MIENTRAS OTROS LO COMPARAN CON LOS DISCURSOS DE PERON DEL AÑO 30 EN DIRECTA ALUSION AL APOYO QUE REQUIERE DE LOS "DESCAMISADOS".



SECRET

05

0

8907680

FERNANDO COLLOR HA RECIBIDO

SIN EFUSIVIDAD NUMEROSAS INCORPORACIONES A SU AGRUPACION, LAS QUE TRATA DE APROVECHAR PERO SIN PUBLICITAR CUANDO PROVIENEN DE POLITICOS TRADICIONALES Y DE DUDOSAS ACTUACIONES ANTERIORES.

EN PASADA SEMANA INAUGURO EN BRASILIA UNA SEDE SUPRA-PARTIDARIA QUE PRESIDE SU CANDIDATO A VICEPRESIDENTE EL SENADOR ITAMAR FRANCO DE MINAS GERAIS.

CAPITALIZANDO SU HOLGADA VENTAJA EN LAS ENCUESTAS NACIONALES QUE MUCHOS ATRIBUYEN AL APOYO IRRESTRICTO DE LA TV GLOBO, EL CANDIDATO POR EL PRN LIDERA CON AMPLISIMO MARGEN LAS INTENCIONES DE VOTO (COLLOR 43%, BRIZOLA 11%, LULA 8%, ULYSES 8%, MALUF 4%, COVAS 3%, AURELIANO 2%, FREIRE 1%, APY 1% Y CAIADO MENOS DE 1%).

EL CANDIDATO COLLOR TRASLADOSE A EUROPA: PORTUGAL, ITALIA, ALEMANIA E INGLATERRA DONDE PIENSA PERMANECER POR ESPACIO DE 15 DIAS Y DONDE SE PRESUME CONVERSARA SOBRE APOYOS DE ESTOS GOBIERNOS PARA SU ESQUEMA QUE LO LLEVE A LA CONSTRUCCION DE UN PROGRAMA DE GOBIERNO MAS COMPLETO.

FERNANDO COLLOR ALMUERZO PASADA SEMANA CON ENBAJADORES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE CAUSANDO UNA EXCELENTE IMPRESION Y UNA IMAGEN SUPERIOR A LA QUE TRASMITI POR LOS MEDIOS DE PRENSA. DE CONVERSACIONES ORIGINADAS EN ESA OPORTUNIDAD SE PUEDEN EXTRAER LAS SIGUIENTES CONCLUSIONES:

- SUS INDICES DE POPULARIDAD SE MANTIENEN Y CRECEN.
- SU BASE PARTIDARIA NO ES AMPLIA PERO SI QUIZAS PODRIA DISPONER HOY DE UNA BARCADA DE MAS DE 120 PARLAMENTARIOS RECHAZANDO INCLUSO LOS "DUDOSOS" QUE PUEDAN TRANSFORMARSE EN PESO MUERTO EN SU CAMPAÑA.
- TIENE EL APOYO EMPRESARIAL QUE PREFIERE NO DESTACAR EN FORMA EXPRESA. PARA MANTENER SUS MAROS LIBRES. PARTICULARMENTE CUENTA CON EL APOYO DEL PRESIDENTE DE LA FEDERACION DE INDUSTRIAS DEL ESTADO DE SAN PABLO (FIESP) DR. MARIO AMATO.

SECRET

SU RELACION CON EL DIRECTOR DEL SERVICIO NACIONAL DE INTELIGENCIA (SNI) ES PESIMA, LO QUE NO SE TRADUCE EN OPPOSICION GENERICA A NIVEL DE LAS FUERZAS ARMADAS.

TIENE PREVISTO REDUCIR LOS MINISTERIOS MILITARES A UNO SOLO ENCABEZADO POR UN CIVIL COMO FORMA DE REGULARIZAR UN ESQUEMA QUE SE CONSIDERA DESVIRTUADO COMO CONSECUENCIA PERIODO DICTATORIAL ANTERIOR.

ASPIRA A CONSEGUIR ESPACIOS A NIVEL DE CADENA DE TV QUE DE ACUERDO CON LA LET ELECTORAL LE OTORGA A CADA PARTIDO UN TIEMPO PROPORCIONAL AL CAUDAL DE VOTOS RECIBIDOS EN LAS ULTIMAS ELECCIONES. SIN PERJUICIO DE LO CUAL SE LAS INGENIERA PARA - TV GLOBO MEDIANTE - ACCEDER A MAYOR TIEMPO EN HORARIOS "NOBLES" DE LA TV NACIONAL.

EN RELACION A LOS TEMAS DE POLITICA EXTERIOR DESTACO CONCEPTOS USUALES MADA ORIGINALES. SIN PERJUICIO DE LO CUAL ENTENDE QUE LA INTEGRACION REGIONAL DEBE COMENZAR A PARTIR DEL ESTRECHAMIENTO DE LAS RELACIONES TRILATERALES ENTRE BRASIL, ARGENTINA Y URUGUAY.

RESUMIENDO ES EL FENOMENO POLITICO QUE PUEDE ENMARCARSE DENTRO DE LOS PARAMENTROS TEORICOS DE LOS QUE SE HABIA MABLADO EN LA PRIMERA PARTE DEL FAX.

MIENTRAS TANTO LOS DEMAS CANDIDATOS PONTUEN SIN CONSOLIDAR POSICIONES A NIVELES MINIMOS DEL ELECTORADO. EL PMDB NO CONSIGUE SALIR DE SU LARGA TRADICION DE PARADOJAS: LOS ENFRENTAMIENTOS DE ULYSES CON EL PRESIDENTE SARNEY INTENTANDO EL PRIMERO DESPEGAR LAS POSICIONES DEL PARTIDO DEL ACTUAL GOBIERNO MAN RESULTADO CONTRAPRODUCTOS.

LA ELECCION DE WALDIR PIRES COMO CANDIDATO A VICEPRESIDENTE ES PARTE DEL

SECRET

SECRET

Discrepancias 402

(1) 9/9

ESPERO DEL PNOB DE LOGRAR DISTANCIA DE LA IMPOLULARIDAD QUE
OSTENTA EJERCENDO FUNCION DE CONTRAPESO ANTE UN ULYSES CUYA
PERSONALIDAD ESTA IDENTIFICADA CON LOS BUENOS Y MALOS MOMENTOS
DEL GOBIERNO.

TIENE EN CONSECUENCIA UNA FORMULA PRESIDENCIAL QUE REFUEZA SUS
VIEJAS CONTRADICCIONES CON UNA CABEZA EX ALIADA AL GOBIERNO SARNEY
Y CON UN VICEPRESIDENTE ADVERSARIO ABIERTO DEL MISMO.

EL CANDIDATO DEL PDT LEONEL BRIZOLA CONTINUA CON SUS ATAQUES A
COLLOR Y MANIFESTA QUE EL SEGUNTO TURNO SERA DISPUTADO ENTRE
EL DR. ULYSES Y EL.

HA PARTIDO TAMBIEN PARA EUROPA PARA ENTREVISTARSE CON EL PRE-
SIDENTE FRANCIS Y TAMBIEN PARA SUECIA A FIRMAR EL DOCUMENTO
DE INTEGRACION FORMAL DEL PDT A LA INTERNACIONAL SOCIALISTA.
TEMPORA ENCUENTROS TAMBIEN CON EL PRESIDENTE DE PORTUGAL ANTES
DE RETORNAR AL BRASIL.

MIENTRAS TANTO EL PRESIDENTE SARNEY CONTINUA ENPECINADO EN
OPOSITAR LA SUCESION PRESIDENCIAL.
HA IMPUESTO VETOS AL PROYECTO DE REGLAMENTACION DE LAS ELECCIONES
PRESIDENCIALES QUE ABREN ESPACIO A NUEVAS CANDIDATURAS.

MIENTRAS ORESTES QUERZIA HA DESAPARECIDO DE LAS PRIMERAS PLANAS
DE LA PRENSA CON POSTERIORIDAD A LA CONVERSION DEL PNOB, SE MAN-
TIENE COMO CANDIDATO POLITICO DE ULTIMO MOMENTO. EL EMPRESARIO
ANTONIO MEMINIO DE MORAES ALUDIDO ANTERIORMENTE ACABA DE RECHA-
ZAR UNA NUEVA PROPOSICION DEL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA PARA
QUE ASUMA UNA CANDIDATURA QUE DESPLACE LA DE COLLOR DE HECHO DEL
ESPACIO POLITICO QUE OCUPA.

EN FINTESES, LA PROFUNDIZACION DE LAS CRISIS INSTITUCIONAL Y
ECONOMICA SUMADA A LAS INESTABILIDADES PARTIDARIAS NO FAVORECEN
UN ANALISIS MAS CONCRETO DE LA SITUACION ANUNCIADA QUE
EL PERFIL DEL CANDIDATO DESTACADO EN EL PRESENTE POR HA ADQUIRIDO
UN VOLUMEN QUE SERA DIFICIL DE COMBATIR CON EXITO EN LAS PROXIMAS
ETAPAS DE LA DISPUTA SUCESORIA.

0 07-07

0

8907680

O homem, por sua própria natureza, é destinado a viver em sociedade. E, como esta é formada por criaturas livres, a existência de uma autoridade é essencial. Ela proporciona aos cidadãos compor entre si inevitáveis divergências. É indispensável, para cumprir esse mister, dispor da força necessária. Deve ser exercida dentro dos limites impostos pela ordem jurídica, fundamentada na lei moral.

O governante, investido de autoridade, para exercê-la deve dispor de meios coercitivos, que têm em Deus sua raiz última e como balizas uma justa legislação. São Paulo é claro ao afirmar: "Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus e as que existem foram estabelecidas por Deus" (Rm 13, 1).

Sempre haverá uma tensão entre a sagrada liberdade de cada pessoa humana e o poder de quem deve zelar pelos direitos das demais. Quem ocupa a função de gerir a coisa pública tem como objetivo prestar esse serviço. No exercício desse encargo, prova o amargor de aplicar penas, corrigir desvios, castigar. Por isso, o Apóstolo lembra com muita argúcia: "Se praticares o mal, teme, porque não é à toa que a autoridade traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal" (Rm 13, 4). Aliás, há um mandamento da Igreja muito esquecido em nossos dias. O velho e sempre novo Catecismo da Doutrina Cristã inclui, entre as "obras de misericórdia": "Castigar os que erram."

Dadas as limitações humanas, nem sempre é fácil saber onde está o justo e distingui-lo, quando se avia a ação merecedora de repressão. Esse ofício é confiado à Justiça, parte integrante do arcabouço de toda sociedade retamente constituída. Os erros eventuais não diminuem seu valor e importância fundamental. Onde, toda vez que ela é desrespeitada, funestas são as consequências à coletividade.

O outro componente do governo é o Legislativo. Dará contas a Deus pelas leis que elaborar, bem como por não fazê-las oportunamente.

O terceiro elemento dessa triade que dirige a comunidade é o Executivo. Quem o exerce, ao lado das honras que lhe são atribuídas, experimenta as agruras que acompanham o cargo.

Essas considerações me ocorrem, ao meditar sobre a atual conjuntura do nosso país. Todos nós, creio, sem exceção, desejamos um Brasil próspero e feliz e sabemos ser isso viável. Contudo, entre esse objetivo e a realidade que vivemos, há um largo fosso de misérias, injustiças e violências.

Corrigir tal situação sem traumatismos e erros será possível com um governo que cumpra a vocação recebida de Deus, no plano judiciário, legislativo e executivo. Jamais se poderá obter esse desiderato se cada indivíduo, grupo ou agremiação decidir, por si, qual o melhor caminho e o executar a margem da sociedade. O caos, efeito dessa atitude, é o oposto da ordem, fundamento indispensável do progresso autêntico.

Vejam algumas ocorrências que estão afetando negativamente a vida nacional.

A multiplicação das greves que proliferam entre nós já atinge os limites da insensatez. Sobre essa matéria a Igreja possui uma clara diretriz. O Concílio Vaticano II, na Constituição *Gaudium et Spes* (nº 66), nos alerta para a busca de "soluções pacíficas" e acrescenta que "a greve pode ainda constituir, mesmo nas atenuadas circunstâncias, um meio necessário, embora extremo, para defender os próprios direitos e alcançar as justas reivindicações dos trabalhadores". E o Papa João Paulo II, em sua Encíclica *Laborem Exercens*, é peremptório: "A greve (...) é um modo de proceder que a doutrina social católica reconhece como legítimo, observadas as devidas condições e nos justos limites. Não se pode abusar dele (...) para fazer o jogo da política" (nº 20).

O que sucede no Brasil é algo fundamentalmente contrário à orientação cristã. A greve pela greve ou com fins políticos, ou ainda em detrimento de outros segmentos da classe trabalhadora e, o que é mais grave, causando dano aos pobres, é inaceitável aos discípulos de Cristo.

Há um silêncio acovardado que encobre ações típicas de uma ditadura. O uso da força física ou psicológica contra quem deseja trabalhar ou em prejuízo do patrimônio público e privado é algo de inadmissível em um estado de direito. Sua tolerância onera a consciência dos governantes. Pensar, como muitos julgam, em preservar ou alcançar uma transição para a democracia, mediante concessões à violência ou arbitrariedades de uma minoria, é dolorosa ilusão.

O atentado aos direitos de terceiros, a pretexto de reagir contra erros, é um abuso. País algum o suporta por longo espaço de tempo.

Como é condenável a condescendência na correção dos desvios, com a desculpa de não exacerbar os ânimos, também o é omitir-se na supressão da injustiça social e da corrupção, que são fontes desses males ou subterfúgio para tais ações reprováveis.

Não falo como político, mas como Pastor que busca as condições indispensáveis à eficácia da evangelização. Não importam nomes ou siglas; preocupo-me, sim, com a observância dos ensinamentos de Cristo na vida social.

Não será possível superar esta grave situação pelo confronto desenfreado de interesses corporativos, nos quais cada categoria visa exclusivamente alcançar os próprios objetivos. Além dos danos causados à população, certas greves atingem de modo inevitável os mais pobres e sofredos.

Ainda é tempo de um entendimento sincero e leal entre as partes conflitantes, que reconheça as justas reivindicações e os limites possíveis. A democracia tem uma intrínseca dimensão ética. Sem o uso responsável da liberdade estaremos oferecendo pretextos à subversão da ordem constituída.

A complexidade desses problemas nos leva à oração pela nossa pátria. E em particular por seus dirigentes, a fim de que coloquem o bem comum acima das conveniências pessoais, classistas ou partidárias. Peçamos ao Senhor que dê às autoridades coragem, energia e inteligência para que, observando as regras da prudência e da justiça, cumpram com fidelidade o serviço que assumiram em favor do Povo de Deus.

8907847

Dois crimes

César Maia *

O impacto ambiental de decisões econômicas tomadas sob a inspiração da irresponsabilidade, vem produzindo danos irreparáveis a qualquer projeto de desenvolvimento equilibrado.

O consumo brasileiro de madeira nativa, se medido em áreas contínuas, representaria a exploração de uns 400.000 ha de florestas nativas por ano. Se a isto somássemos as queimadas para ocupação de terras, chegaríamos a um total próximo a 700 mil ha. Se aplicássemos a progressividade da taxa histórica de crescimento da economia brasileira a tais números, com menos de 60 anos teríamos devastado uma área equivalente à floresta amazônica. Pois bem, hoje, de forma localizada, ocorre um processo que simplesmente pode mais do que dobrar a velocidade citada de desmatamento no Brasil. Mais grave ainda: é um projeto mensurável porque programado. Estamos nos referindo à indústria de ferro-gusa, dentro do Programa Grande Carajás. A produção total brasileira de ferro-gusa alcançou 20 milhões de toneladas em 1986, e vem crescendo a taxa de 8% ao ano.

Pois bem, em 1988 a produção de ferro-gusa, na área de Carajás pouco ultrapassou as 160 mil toneladas. Os projetos já aprovados naquele programa, indicam que até 1992 chegaríamos a 1 milhão de toneladas; até o ano 2000, 2,5 milhões; e até o ano 2010, pouco menos de 7 milhões. Se incluíssemos a indústria de ferro-liga, em 2010 teríamos mais 700 mil toneladas, o que representa praticamente a produção atual, neste setor.

A produção projetada acima, gerará uma demanda do carvão vegetal na área de Grande Carajás de quase 2 milhões de m³ em 1990, de 10 milhões no ano 2000 e de 25 milhões em 2010. O desmatamento previsto em equivalente ha/ano, alcançaria uns 100 mil em 1990, 500 mil no ano 2000, e mais de 1200 mil em 2010. Esta progressão fantástica equivaleria já no ano 2005 a um desmatamento provocado pela demanda de carvão vegetal, semelhante a todo o desmatamento anual de hoje, seja como combustível ou para abertura de espaço.

A antecipação a este processo infernal é questão de interesse social, público e estratégico, e exige uma decisão urgente. Esta decisão, pode inclusive passar pela manutenção do pro-

grama, mas só e desde que, ocorra paralelamente a implantação de floresta energética capaz de atender permanentemente a demanda de carvão vegetal. Para tanto, e no caso, impõe-se o aproveitamento de solos ociosos do Serrado, o que estaria flexibilizado pela própria ferrovia Norte-Sul. Mas este é um programa de longo prazo, que precisa começar imediatamente. Alguns estudos indicam que é inclusive um projeto lucrativo. Desta forma, a continuidade daqueles investimentos deveria estar adstrita à decisão de criar a oferta correspondente à demanda de carvão vegetal, com exclusão da prática criminosa atual de desmatamento, que desembocaria em um suicídio econômico e ambiental. Impõe-se portanto, a interrupção dos projetos até que se tenha a garantia da construção convergente de floresta energética necessária.

Um segundo crime econômico e ecológico que se imprime sem qualquer esforço corretivo significativo, é aquele produzido pela exploração de ouro no rio Madeira.

Para se ter uma ideia, hoje operam aí mais de 5000 (cinco mil) dragas. Só a renovação diária de óleo, joga no rio Madeira, pelo menos 50 mil litros por dia, ou 1.500.000 litros por mês, supondo a operação diária de pouco mais de 50% das dragas.

O lançamento de mercúrio chega praticamente 150 kg por dia, ou 4.550 kg por mês, com todas as seqüelas diretas e indiretas, de depósitos cumulativos de um metal pesado.

O rio Madeira está condenado à morte. Trará para dentro da sepultura muitas outras vidas, físicas e econômicas, que são geradas e reforçadas com ele, no ambiente, na alimentação, no transporte, nas condições sanitárias.

Existem decisões econômicas que quando não são tomadas hoje, podem ser adotadas amanhã, e o custo é restrito, ao tempo em que não ocorrer.

Porém existe outras decisões econômicas, que se não tomadas no seu tempo, marcarão irremediavelmente, outros tempos. Estes são apenas dois casos.

O governo tão preocupado neste final de gestão com as mansões que tão intimamente usufruiu durante cinco anos, deveria já, agir e dar à população a tranquilidade ambiental de que precisa.

* Economista, deputado federal (PDT-RJ)

"Existem decisões econômicas que, se não tomadas no seu tempo, marcarão, irremediavelmente, outros tempos."

098

GENERALIDADES

Os desafios da América Latina

Isaac Zagury *

A América Latina apresentou, durante a década de 70, elevadas taxas de crescimento econômico, tendo o Brasil e o México registrado índices médios da ordem de 9% e 6,5%, respectivamente. Este processo de desenvolvimento só foi possível graças a uma substancial transferência de recursos dos países desenvolvidos, através do sistema financeiro internacional. Com a interrupção, em 1982, do fluxo voluntário de crédito externo, os países latino-americanos foram obrigados a adotar fortes programas de ajustamento, através de cortes nos investimentos e contenção do consumo agregado. O esforço de ajustamento foi de tal ordem que conduziu a uma forte contração das importações, sendo o valor global atual das importações da América Latina equivalente a 65% do valor referente ao ano anterior ao início da crise.

A dívida externa da América Latina atingiu em 1988 cerca de US\$ 400 bilhões, e a transferência dos recursos da região para o exterior, no período de 1982 a 1988, chegou a US\$ 180 bilhões, volume próximo ao dobro das exportações médias no mesmo período. A remessa anual líquida de recursos do exterior é estimada em 4% do PIB da região. O crescimento do PIB per capita dos países do continente foi nulo nos últimos seis anos. A conjugação destes indicadores provocou uma deterioração brutal da qualidade de vida das populações dos países, culminando nos reoc-

tes acontecimentos na Venezuela e na Argentina.

A capacidade tributária se reduziu nos países latino-americanos devido ao volume das transferências líquidas negativas e pelo consequente achatamento da renda per capita. A receita tributária, como percentagem do PIB, diminuiu nos principais países. Em alguns, como Argentina, México e Chile, a redução foi mais acentuada na parcela referente aos impostos diretos, inviabilizando uma melhoria no processo de distribuição de riqueza. A participação do fator salário na formação do PIB dos países latinos também apresentou uma redução significativa ao longo da década de 80.

A relação dos principais países do continente com os organismos multilaterais vem se deteriorando gradativamente. A América Latina recebeu apenas 27% dos recursos desembolsados pelo Bird no último exercício fiscal, cabendo ao Brasil o reduzido percentual de 4% do total.

Além de grandes devedores do mundo industrializado, alguns países são credores dentro do próprio continente. A dívida intralatin-americana chega a US\$ 12 bilhões. O Brasil tem um crédito líquido junto aos seus vizinhos da ordem de US\$ 1,5 bilhão. Os grandes devedores líquidos são a Bolívia e a Nicarágua, que devem aos países vizinhos aproximadamente 25% de suas dívidas totais.

A redução da capacidade de importar vem afetando também as exportações americanas para os países da América Latina, tendo ocor-

rindo um decréscimo anual da ordem de US\$ 3,5 bilhões desde o início da crise. Entretanto, esta perda na exportação dos produtos agrícolas é amplamente compensada pelo pagamento de juros reais aos bancos americanos (taxas em média 4% acima da inflação anual norte-americana).

As perspectivas para a próxima década são de uma composição internacional baseada na constituição de blocos econômicos e zonas de livre comércio. A formação dos blocos geoeconômicos vem ocorrendo desde o término da Segunda Guerra Mundial e a tendência é de que os movimentos integracionistas aumentem como resposta ao protecionismo no comércio internacional. Acrescenta-se, ainda, o fato de que o conteúdo tecnológico dos produtos industrializados vendidos internacionalmente vem substituindo a importância da mão-de-obra e da matéria-prima como elemento decisivo da competitividade. Assim, o valor agregado dos produtos latinos tende a reduzir-se comparativamente aos bens fabricados nos países desenvolvidos.

Na realidade, a América Latina enfrenta o urgente desafio de modernizar a sua estrutura produtiva e o de aumentar o nível de cooperação intra-regional. Para tanto, torna-se imprescindível solução urgente para o problema da dívida externa e a formulação de um sistema de cooperação internacional mais construtivo e justo para as necessidades da região.

* Isaac Zagury é chefe do Departamento Internacional da Área de Finanças do BNDES.

098
F. Guel.

Brasil 13/11/68

Passeata em Volta Redonda pede volta de desaparecidos

VOLTA REDONDA — Por volta das 11h de ontem, aproximadamente 100 mulheres realizaram uma passeata pelo Centro dessa cidade em protesto contra a violência registrada nos conflitos entre metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional e soldados do Exército e da PM, que resultaram na morte de três operários. Elas exigiam ainda uma definição do governo sobre os 11 desaparecidos computados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Entre eles estão, José Francisco de Almeida, Walter Gonçalves de Oliveira, Marcelo Dias, José Carlos dos Santos, Sebastião Francisco Teixeira, Paulo Roberto Ferreira e um oitavo, indistinguindo até agora por Lazaroni. Já foram localizados Maurício Prata, José Geraldo da Silva e Richard Nunes, sem ferimentos graves.

As 9 horas, diante da recusa do governo em atender a todas as reivindicações da categoria, 7 mil funcionários da CSN já haviam decidido continuar a greve, em assembleia na Praça da Prefeitura, no Centro da cidade. O presidente licenciado do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, deputado federal Juarez Antunes (PDT-RJ), defendeu-se das acusações de que estaria usando o movimento para ganhar as eleições para prefeito da cidade: "Antes da paralisação, eu tinha 32% das intenções de voto, e o candidato do PFL, Nelson Gonçalves Filho, apenas 22%. Minha vitória já estava garantida." Juarez garante que a "repressão e a inabilidade do governo" terminaram aumentando suas chances: segundo seus cálculos, conta, no momento, com 60% do eleitorado. Declara que não acredita na possibilidade de um golpe militar: "Seria uma pancada violenta ao povo", conclui.

O presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Juvenal Odeiro, chegou ontem pela manhã de Brasília a esta cidade, com as mãos vazias. Juvenal Odeiro esteve com o ministro da Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves, para conseguir a liberação dos 26,06% que os trabalhadores da siderúrgica reivindicam a título de resíduo do Plano Bresser, mas a resposta foi negativa: "Roberto Cardoso Alves consultou os ministros da área econômica, Másson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que consideraram inviável a concessão do índice aos metalúrgicos". Do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Marcelo Pimentel

Juvenal Odeiro ouviu a mesma resposta: houve um equívoco na concessão do índice aos funcionários do Banco do Brasil e o governo não está disposto a estender o benefício a outros trabalhadores.

Impasse — Segundo Juvenal Odeiro, o ministro da Indústria e do Comércio devolveu a suas mãos a responsabilidade pelas negociações com os operários da CSN. O presidente da CSN, porém, admite que ainda está estudando uma solução para o impasse, já que esse é o único ponto de divergência entre os trabalhadores e a empresa. Em sua opinião, os conflitos que resultaram na morte de três metalúrgicos — "uma batalha campal", como define — foram resultado de erros dos dois lados: Juvenal acha que os funcionários radicalizaram as reivindicações, mas admite que o governo está sendo intransigente ao negar aos empregados das estatais do setor industrial o pagamento do resíduo do Plano Bresser, já concedido a outras categorias. Até agora, segundo Juvenal, a CSN já comprou o prejuízo de US\$ 25 milhões (cerca de Cr\$ 13 bilhões), nos seis dias de greve.

Outro impasse dificultava a conciliação entre a CSN e os metalúrgicos. Até o final da tarde de ontem, 600 operários permaneciam dentro da siderúrgica para manter funcionando a aciaria, a coqueria e os altos-fornos, seguindo acordo entre o sindicato e a direção da empresa. A CSN pediu ao sindicato mais 300 homens para o trabalho, mas os operários escolhidos exigiam ônibus para se locomover até a siderúrgica e a rendição de 300 dos 600 que estão trabalhando.

Apesar do clima ainda tenso, o comércio de Volta Redonda funcionou ontem normalmente. Em todos os cantos da cidade, havia pessoas com tarjas pretas nas roupas em sinal de luto pelos operários mortos. Cartazes e faixas denunciavam a violência do Exército e pequenos grupos de piqueteiros se reuniam em frente a todos os portões da companhia. O prédio do escritório central da companhia continuava sob a proteção de um batalhão de choque da FPM e dentro da usina, urtus e tanques do Exército ainda montavam guarda. A campanha eleitoral cessou: nenhum candidato às eleições da próxima semana se atreveu a sair às ruas.

General vai à Justiça contra presidente

JORNAL DO BRASIL

da Petrobrás

O presidente da Petrobrás Distribuidora, general Albérico Barroso Alves, através do advogado criminalista Wilson Mirza, entrou ontem na Justiça Criminal do Estado do Rio de Janeiro com notificação para que o presidente da Petrobrás, Armando Guedes Coelho, preste explicações detalhadas sobre a denúncia por ele veiculada e atribuída a banqueiros, de que funcionários da Distribuidora estavam pressionando os bancos a pagarem comissão em troca da manutenção dos depósitos da empresa.

O fato de Armando Guedes não revelar o nome dos banqueiros, argumenta o advogado, "poderia ser entendido como um meio de difamar a própria autoria" da acusação. Ou seja, o general Albérico Barroso insinua que Armando Guedes não teria recebido denúncias dos banqueiros. Conforme foi noticiado, Armando Guedes convocou o diretor financeiro da Petrobrás, Paulo Bellotti, para também ouvir as denúncias.

Wilson Mirza, conhecido por defender João Goulart e Leonel Brizola em tribunais militares durante a ditadura, afirmou que se o general Barroso não considerar satisfatórias as explicações de Armando Guedes, poderá instaurar um processo de crime contra a honra, de acordo com o artigo 25 da Lei 5250 do Código Penal.

De acordo com a notificação, de quatro páginas, a prática agente na empresa sobre os depósitos bancários e suas movimentações chamou a atenção do general Barroso, porque vultosos recursos eram confiados a estabelecimentos bancários particulares, alguns

sem expressão no ranking financeiro e poucos no Banco do Brasil. Além disso, os recursos da empresa, de cerca de Cr\$ 200 bilhões, eram mantidos algum tempo em contas transitórias, sem nenhum proveito para a empresa.

O general afirma, na notificação, que ordenou que os depósitos da empresa fossem transferidos integralmente dos bancos particulares para o Banco do Brasil, mas que houve resistência ao cumprimento da ordem.

O general Barroso, segundo a notificação, logo que soube da denúncia, transferiu-a imediatamente a Geraldo Nóbrega, diretor financeiro da Petrobrás Distribuidora, indagando a sua procedência. O diretor respondeu-lhe que a ele competia a decisão sobre os depósitos bancários e respectivas movimentações e de nenhum modo consentiria em que alguém usurpasse suas atribuições.

Em reunião da diretoria executiva da Petrobrás ficou decidido, conforme consta na notificação, que a apuração seria sigilosa, de maneira a preservar a imagem da empresa. Mas antes da apuração, os "fatos já eram apresentados pelos meios de comunicação de modo a tingir o notificante e sua administração".

Para o general Barroso, o que se pretendia com a "divulgação escandalosa e ofensiva era inviabilizar a transferência dos depósitos da Petrobrás Distribuidora dos bancos particulares para o Banco do Brasil." Na notificação, o general Barroso acusa Armando Guedes de não revelar os nomes dos banqueiros e de continuar a atribuir-lhe a autoria da irregularidade.

098
by Gref.

30221 13/12/89

JORNAL DO BRASIL
13-12-89

Depoimentos registram contradições

A comissão de sindicância da Petrobrás que apura a denúncia de que funcionários da Petrobrás Distribuidora estavam pressionando os bancos a pagarem comissão em troca da manutenção dos depósitos da empresa comprovou que existem contradições nos depoimentos, evidenciando irregularidades, correspondendo às expectativas da empresa.

A informação foi prestada pelo deputado Luís Alfredo Salomão (PDT-RJ), que participa hoje do inquérito da Comissão de Fiscalização e

Controle da Câmara dos Deputados, após se reunir com o presidente da Petrobrás, Armando Guedes Coelho. Revelou Salomão que surgiu um novo personagem que faz parte da denúncia dos banqueiros e que está envolvido com os demais implicados. Esse envolvimento poderá significar a abertura de novos caminhos na apuração dos fatos, mas o deputado não chegou a revelar se tal personagem era funcionário da empresa ou não.

O deputado afirmou que hoje vai sugerir ao presidente da Petrobrás Distribuidora, general Albérico Barroso Alves, durante o depoimento na Câmara, que peça demissão. Esta atitude, segundo ele, pouparia o presidente José Sarney, que o nomeou, do desgaste que está sofrendo. Salomão disse que as provas que tem "desmentem muitas declarações".

01-01

8909025

098

2000 MORA 12/10/88

PAS GEN (M. A)

Brasil reafirma na ONU direitos sobre Amazônia



Batista: É difícil entender...

O embaixador do Brasil, Paulo Nogueira Batista, declarou ontem na ONU que o seu país não renunciará ao direito de explorar o solo e o subsolo amazônico.

Nogueira Batista enfatizou que a questão do meio ambiente não deve se transformar num choque entre o Norte e o Sul, mas sim enfrentada de modo integral, considerando todos os fatores.

Admitiu ele não saber concretamente como regulamentar a administração das florestas tropicais e os esforços de desenvolvimento, mas insistiu em que o tema deve ser enfocado de modo global, considerando a poluição

que os países industrializados produzem.

Segundo o diplomata, o Brasil não pode aceitar que as florestas amazônicas, que constituem 40% do seu território, não possam ser exploradas economicamente porque outros afirmam que elas são necessárias para absorver os gases emitidos sem controle pelo mundo desenvolvido.

Disse ainda o embaixador que é difícil entender como, em nome da proteção ecológica, as instituições financeiras internacionais dificultam o Brasil a produzir eletricidade limpa com recursos renováveis como a água. (UPI)

GEN. ZERO HORA 16/09/80

Brasil vira depósito do lixo atômico

Por necessidade da economia, o Brasil está importando sucatas de outros países, que são aqui processadas — e depois revendidas

O Brasil corre o risco de se trans-

formar no depósito de lixo atômico e radioativo do Primeiro Mundo. Despreparado para enfrentar esta ameaça, por falta de leis e de fiscalização eficaz, o Brasil por necessidade econômica importa sucatas de outros países que são aqui processadas e revendidas. O diretor da Cacex, Nami-

mir Salek, defendeu a elaboração

de uma legislação específica para controlar a entrada de resíduos perigosos no País, durante audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, para apurar denúncias de importação irregular de lixo atômico, divulgadas na imprensa internacional. Durante a audiência, Nami-

mir Salek encaminhou à comissão de de-

lega do consumidor e do meio ambiente uma relação dos resíduos perigosos importados nos últimos cinco anos. Segundo ele, as sucatas de bateria, por exemplo, são utilizadas por firmas que aproveitam o chumbo contido no material importado transformado em lingotes que são vendidos como chumbo secundário. "Fi-

cou provado na audiência que a fiscalização e a legislação que restringe a importação destes resíduos é ineficaz", reagiu o deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) que sugeriu a audiência, anunciando que pretende propor uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as denúncias apresentadas na Câmara. (AB)

SECRETO

BRASILIA DF.-----

3 de Agosto de 1989.-

HORA 1140.-----

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.007/AMB/989.-

(Período cubierto del 01 al 31 de Julio de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SIGO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 EJEMPLAR AL SEÑOR J.E.M.E.-
- 01 EJEMPLAR AL ARCHIVO.-



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

Nestor M. Bertrin
NESTOR M. BERTRIN.-

RECEIVED DIA Exterior

RECIBIDO DIA Exterior

SECRETO

01-31

8909359

SECRETO

Hoja 1 de 12
Copia No. *Chiquit*

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

I).- FACTOR POLITICO.-

A.- NACIONAL.-

1.- JÂNIO QUADROS SE DEFINE.-

-Tal como lo habían anunciado, el ex-Presidente, en una reunión realizada en su casa de San Pablo, decidió su apoyo político a la fórmula del PFL-Aureliano Chavez-Claudio Lumbo.-

-Jânio no prometió su participación activa en la campaña, argumentando los ya conocidos problemas de salud, particularmente la visión.-

-El profesor Claudio Lumbo, derrotado en las internas por Aureliano, estima que con este apoyo de Quadros, se logra la necesaria unidad del Partido.-

2.- CONTINUAN LAS INDEFINICIONES POLITICAS.-

-La prensa en general, se hace eco de una situación que se sigue manteniendo. Hay políticos que amanecen en un partido, almuerzan en otro y duermen con un tercero. Ello es consecuencia de las alianzas que se siguen realizando, deserciones y proclamaciones a Vice-Presidentes, aún no definidos totalmente (hay 28 partidos registrados oficialmente para disputar la Presidencia).-A ello se suma la indiferencia de los jóvenes entre 16 y 18 años, autorizados a votar voluntariamente, por la nueva Constitución, que no han registrado un número importante de inscripciones en el Tribunal Electoral (se confeccionaron 15 millones de cédulas).-Se entiende también que los mayores de 70 años, también con el voto voluntario, no harán una concurrencia masiva a las urnas.-

3.- LA IGLESIA HACE NUEVA MANIFESTACION POLITICA.-

-A través de la CNBB (Conferencia Nacional de Obispos de Brasil), con sede en la capital del país y a través de su Presidente D. Luciano Méndes, se manifiesta que la Iglesia sólo orientará a sus fieles en el voto a conciencia, sin inclinarse por ningún Partido.-

-Los Candidatos serán juzgados una vez que presenten sus Programas de Gobierno.

4.- AUN NO SE DISEÑA EL MODELO DE LA CEDULA ELECTORAL.-

-El Tribunal Superior Electoral continúa el estudio de lo que en Uruguay ...//

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...sería la Hoja de Votación, para las elecciones presidenciales del 15 de noviembre.-La polémica se plantea, con la opinión de los políticos, sobre si deberán contener ó no las fotos de los Candidatos, para facilitar el voto de los analfabetos.-

5.- CONTINUAN LOS ECOS DEL DEBATE TELEVISIVO.-

-La prensa y los partidos políticos (cada cual con su argumento), continúan explotando el éxito de lo que consideran la mayor expresión de democracia política.-Dicho debate permitió sacar conclusiones parcializadas, de la actuación de cada participante e inclusive se han realizado encuestas sobre sus resultados.-No es menor la importancia que se atribuye a la respuesta sobre "los cargos" que se hicieron al Gobierno, realizada por el Presidente Sarney. Esta respuesta también tiene sus adhesiones y críticas.- (ver PEI No. 012/AMB/989 del 26 de junio de 1989).-

X 6.- EXPRESIONES POLITICAS DE LOS MINISTROS MILITARES.-

-Se consideran coherentes la expresiones públicas que han realizado los Ministros Militares, desde sus "cargos políticos".- En ese sentido el Gral de Ejército Leonidas Pires, prácticamente no ha recibido a los presidenciables, para no comprometerse, aunque entiende muy lógico el triunfo de Collor.-

-Desde las altas esferas, se ha comentado la simpatía de las jerarquías más altas de las tres Fuerzas por Afif (PL), aunque la oficialidad joven se inclinaría por Collor (PRN).-Asimismo todos coinciden en que el esquema actual de los 4 Ministerios (tres Fuerzas y Estado Mayor FF.AA), como la SNI (Servicio Nacional de Información), deben mantenerse ante el anuncio de su supresión por varios candidatos.- "

7.- RESULTADOS ACTUALES DE LAS ENCUESTAS.-

-A fines de julio, las encuestas sobre las posibilidades de los principales candidatos a la Presidencia, continúan manteniendo a COLLOR (42,8%), alejado de los demás, siendo el mas próximo BRIZOLA (12,8%). En estas encuestas se incluyen más agencias, entre ellas GALLUP y se realizan prácticamente en todas las regiones del país: Sur, Sur-este, Nordeste, Norte y Centro-Oeste.-Asimismo dentro de cada región se seleccionan los Estados y los Municipios de mayor peso electoral.- Unos días antes del período considerado, COLLOR había bajado 4 puntos en las encuestas, pero con motivo de las denuncias que se presentaron por los rivales, ante la Justicia, por la actuación como ...///

SECRETO

Hoja 3 de 12
Copia No. *Chiquito*

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///:..Gobernador de Alagoas, los recuperó y sobrepasó rápidamente. (el efecto político para los denunciantes fue negativo).-

-Como conclusión, se puede decir que se visualiza una segunda vuelta entre COLLOR con BRIZOLA ó COVAS.-

8.- RENUNCIÓ EL MINISTRO DE JUSTICIA.-

-Con fecha 31 de julio presentó su dimisión el Doctor OSCAR DIAZ CORREA por discrepar profundamente con la política económica del Gobierno.- " Los problemas sociales que se crean, repercuten indefectiblemente en la Justicia ".- El Ministro de Economía MAILSON DA NORREGA, manifestó que no hará declaraciones sobre dicha renuncia.-

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR
BRASILIAB.- INTERNACIONAL1.- OPINION SOBRE LA INTEGRACION REGIONAL

-Con motivo del relevo del Presidente ALFONSIN en Argentina, el 8 de julio, la prensa destaca los logros obtenidos por los dos países, en su política de integración, que en algunas oportunidades también incluyó a Uruguay, en sus reuniones y objetivos comunes.-

-Se señala este período, a través de ALFONSIN y GARNIER, como el de mayor voluntad política para el alcance de las metas.-

2.- TRASCENDENCIA DEL ENCUENTRO DE CARTAGENA.-

-Mucha importancia se atribuye a la reunión que el 28 de julio realizaron en Colombia, los cancilleres de América Latina y el Caribe, para analizar la problemática de la deuda externa.-

-La misma se realizó a la luz de los logros de México utilizando como instrumento el Plan Brady.-

X 3.- RELACIONES DIPLOMATICAS CON LA URSS.-

-El incremento de las relaciones diplomáticas de Brasil con la URSS, se a manifestado por el intercambio de misiones (incluyendo militares), de distintos niveles y en diferentes campos (políticos, culturales etc).-

-Se maneja inclusive la posibilidad de que en los próximos meses, se procederá al intercambio de Agregados Militares.-

4.- VISITA DE MENEM

-La prensa toda del país, comenta como muy positiva, la próxima visita que realizará el Presidente Argentino en el mes de agosto, la primera durante su mandato.-Se especula con que los temas prioritarios serán la integración, deuda externa y economía.-

5.- REUNION DE LOS OCHO.-

-Amplia difusión dió la prensa a la reunión del Grupo de los 8, que finalizó el 31 de julio en Cartagena (Colombia).-

Realizada por los Cancilleres de los respectivos países, se resolvió entre otras cosas:

- se debatió la solución de México con la deuda externa.-

- se continuó analizando la problemática de Panamá.-

- consolidar el grupo ante la inminencia de cambio de gobierno en algunos países inclusive previéndose el ingreso de Ecuador y Chile.-

SECRETO

Foja 5 de 12
Copia No. *Caguel*

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

II)- FACTOR ECONOMICO.-

1- POSIBILIDADES DE HIPERINFLACION.-

- A favor de los índices de inflación alcanzada en los meses anteriores y ante la perspectiva de que el de julio también raye en el 30%, muchos hombres públicos, entre ellos el Ministro de Justicia DIAZ CORREA, manifiestan su temor de que el país ingrese en ese caos, próximamente.-
- No obstante estas opiniones, el Presidente y su equipo económico hacen saber a la opinión pública su total tranquilidad de que esa etapa no será alcanzada, considerando indicadores positivos como el de las reservas monetarias, balanza comercial y control del dólar.-

2- APOYO EXTERNO PARA EVITAR MORATORIA.-

- Se especula con el informe que pueda producir la misión del F.M.I. que trabajó en julio en el país y a través de él, lograr el apoyo del B.M., BIRD etc, para conseguir préstamos favorables que permitan atender otros sectores de la economía.-
- Muchos voceros alertan sobre la posibilidad de que el Brasil incurra en una nueva moratoria (pago de intereses de la deuda), para preservar los últimos retoques del Plano Verano, que considera un fracaso.-
- Dentro de la misma política y a través de su Embajador, Brasil intenta lograr directamente, el apoyo del gobierno de los Estados Unidos.-

3- DESCUBRIMIENTO DE ORO EN ACRE.-

- ✓ -Una verdadera corrida de garimpeiros hacia el estado de ACRE, está provocando el anuncio del descubrimiento de oro, más concretamente en los municipios de BRASILÉTA y ASSIS BRASIL, en la frontera con Bolivia y Perú.-
- El garimpo se encontraría también en territorio de estos dos países y los buscadores intentan el acceso a ellos a través de los ríos interconectados de la región, particularmente el TAHUAMANU en territorio boliviano.-
- Las autoridades intentan controlar la situación para evitar los clásicos problemas de la radicación de los buscadores de oro.-

4- REGLAMENTACION DE LA LEY SALARIAL.-

- En los próximos días el gobierno reglamentará la Ley Salarial aprobada por el Con-

...///

SECRETO

SECRETO

Hoja 6 de 12
Copia No. 125000

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...greso.-

La principal crítica que se hace a la misma es que dejó lugar a varias interpretaciones el cálculo del salario del mes de junio, motivo por el cual se debió recurrir a la Justicia Laboral para que se expida sobre el tema. Ante este asunto muchas ramas de la actividad privada, decidieron pagar el máximo de los dos salarios (MCZ\$ 120), para evitar problemas de huelgas.-

5- IMPORTACION DE LANA URUGUAYA A RIO GRANDE DEL S.H.-

-Ante la eminencia de la falta del producto, la industria gaucha estima como solución, la importación de lana uruguaya que además es de mejor calidad y más barata U\$S 7,20 el kilo, contra U\$S 17,50 la nacional.-

Las industrias se encuentran radicadas en Porto Alegre, Caxias do Sul y Gramado y prevén la importación para agosto, setiembre y octubre, en el orden de las mil toneladas, manejándose además otros mercados.-

6- CIERRE DE FRONTERA POR EL CONTRABANDO FORMIGA.-

-Profuso comentario por la prensa del país, se dió a esta medida del gobierno uruguayo.-

"Uruguayos pobres en casa y ricos afuera" es el dicho más usado, en clara alusión en que los precios son más baratos en los países limítrofes. No obstante existe un reconocimiento generalizado, de que la mejor economía y más estable es la uruguaya, manejándose públicamente los índices de inflación de los tres países.-

Se indica la medida como impopular, particularmente para la población fronteriza y se disvirtúa el rumor de que fusileros navales uruguayos hubieran ingresado a territorio brasileiro en la Barra del Cuareim, en el marco de las medidas dispuestas.-

FIN

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Hoja 7 de 12
Copia No. 12

III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-

1 -INFORME DEL MINISTERIO DE SALUD SOBRE EL SIDA.-

-Desde 1980, se han registrado en el país 6.857 casos de la enfermedad, de los cuales 4.308 corresponden a San Pablo.-

Nuevas estadísticas indican que actualmente la población más contaminada es la heterosexual, desplazando así a la homosexual.

Se mantienen los casos de contaminación por las drogas y de madres a hijos en gestación.-

Ante lo que se considera un fracaso de la campaña a través de la propaganda en todos los medios de difusión, el Ministerio a diseñado un nuevo programa, "cuerpo a cuerpo". Para ello en 18 centros diseminados en el país, se adiestran líderes comunitarios y enfermos aidéticos voluntarios, que harán luego la campaña preventiva en un amplio plan.-

2 -EPIDEMIA DE MALARIA.-

-Se siguen produciendo casos del mal (20 casos en los últimos días) en el estado de VICTORIA.- El estado de Mato Grosso del Norte también está muy afectado.-

La enfermedad fue traída por trabajadores rurales del estado de RORAIMA (AMAZONIA). Se trata del tipo más peligroso (FALCIPARUM) aunque las autoridades manifiestan que la misma está bajo control. No se han producido muertes.-

3 -PRODUCCION DE VACUNA CONTRA LA MENINGITIS.-

-Si bien el Ministerio de Salud, busca una solución inmediata por la compra a Cuba de la vacuna contra la meningitis tipo "B" para atender la problemática actual, se encara el proyecto para elaborar la misma en el país, aunque no se consiga la tecnología cubana.-

El costo del proyecto se estima entre 20 y 30 millones de dólares, informando el Ministro Tsuzuki que se busca la financiación a través del BID.-

Se pretende emplear toda la infraestructura del país: Fundación Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) de Rio y Instituto Butantán de San Pablo.-

4 -DESALOJO DE LOS GARIMPEIROS.-

-Si el gobierno federal resolviera desalojar los 65.000 garimpeiros radicados en la Floresta Nacional en RORAIMA, podría producirse un enfrentamiento ...///

SECRETARIO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...armado entre tres fuerzas:

garimpeiros, que se estima están fuertemente armados, indios YAMAMAM, también con sus armas de protección (ocupan 2,8 millones de hectáreas de las 4,8 millones de esa floresta) y las fuerzas de desocupación que el gobernador descartó que fuera la Policía Militar del Estado. La frase de los garimpeiros es " donde hay indios hay oro y minerales valiosos " Muchos afirman que el oro se acabó en la zona, no obstante, se sabe que hay 450 aviones en la zona y que realizan vuelos diariamente (hasta 3 cada uno), operando en los 86 aeropuertos. irregulares. La última información dice que el gobierno no desea mantener pero reglamentar y ordenar este garimpo, incluyendo el cobro de impuestos.-

5- COOPERACION EN LA PROTECCION DEL MEDIO AMBIENTE.-

-Un proyecto de cooperación para protección y desarrollo amazónico, se firmó en julio entre Brasil e Inglaterra.- El mismo abarca los siguientes puntos:

- estudio del impacto ambiental de programas agrícolas en la Amazonia.-
- manejo florestal.-
- estudio de la vegetación.-
- tecnología de maderas.-
- producción de carbón vegetal.-
- producción de simientes.-

El acuerdo se firmó como consecuencia de la actuación de una misión técnica inglesa que estuvo en Brasil entre el 27 de mayo y el 12 de junio y ante la denuncia de desvastación en la zona por Compañías inglesas.-

El documento fue firmado por el Canciller Abreu Sodré de Brasil y el Ministro de Desarrollo Ultramarino inglés, Christopher Patten.-

Dicha personalidad visitará una aldea YAMAMAM y un hospital para indios en BRUATIMA.-

También se asigna importancia a la firma de 5 proyectos del " Programa Nuestra Naturaleza " que Sarney firmó este mes y que fueran aprobados por el Congreso.-

6- NUEVO ANTIBIOTICO DE BAYER.-

110 - Fue elaborado por la filial en el país y próximo a ser lanzado al mercado. (falta la autorización del precio por el Estado) el más moderno antibiótico llamado "CIPRO".

...///

SECRETARIO

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...

Se considera muy eficaz en el tratamiento de las infecciones particularmente las hospitalarias.-

7- LA ORQUESTA DEL SODRE ACTUO EN CAMPOS DO JAURUÃO

-En el Festival de Orquestas Latino Americanas actuó la sinfónica del SODRE, en dicha ciudad del estado de SAN PABLO.-

El hecho fue destacado por la prensa del país que además la cataloga como la orquesta estable más antigua del continente.-

8- PRESIDENTE SARNEY EN LA EMBAJADA DEL URUGUAY.-

-El diario CORREIO BRAZILIENSE del 19 de julio publica 3 fotos sobre la presencia del Señor Presidente de Brasil en una reunión social ofrecida por el Señor Embajador en su residencia oficial.-

A dicha reunión concurrieron, según se informó, además varios Ministros del Gobierno.-

SECRETO

SECRETO

Hoja 10 de 12

Copia No. *Página*

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

IV.- FACTOR MILITAR.-

1-SANCIÓN A DOS CORONELES.-

-La prensa se sigue ocupando de la sanción a los Coroneles Rivaldo Soares y Edson Marques del Colegio Militar de Brasília, en razón de que además del arresto, serán trasladados para la Amazonia, a los Colegios Militares de Fortaleza y Manaus respectivamente.-

Los mismos fueron sancionados por el Ministro de Ejército por hacer declaraciones públicas. (revista VEJA entre otras), ante la problemática de los sueldos militares.- ||)

El coronel Rivaldo Soares Sarmento solicitó el pase a retiro y el Coronel Marques cumplirá la orden del destino.-

2-PAZ ENTRE IRAN-IRAK AFECTO INDUSTRIA RELICA DE BRASIL.-

-A pesar del auge alcanzado por la industria aeronáutica a través de la EMBRAER, la facturación realizada por las otras industrias bajó considerablemente por esa causa.- ||)

Considerada una industria de técnica media, permitió al país en 20 años ocupar el 10o. lugar a nivel mundial como exportador de armas. Con algunas incógnitas como la construcción del tanque OSORIO, aún no vendido, se considera importante su aporte al desarrollo tecnológico y económico del país. Se visualiza una probable reconversión de la industria, para evitar entre otras cosas la desocupación.-

3-RETROACTIVIDAD DE SUELDOS MILITARES.-

-Se estima la misma en 260 millones de cruzados nuevos.-

Debe ser aprobada por el Congreso y sus justificación aparece a la luz de la ley que equiparó los sueldos de los Generales de 4 estrellas, con los de los jueces del Supremo Tribunal Militar.-

Como consecuencia del planteamiento y reivindicación señalada, el Congreso condiciona su aprobación, a la reducción del presupuesto militar en inversiones y la CUF (Organización de los trabajadores) reivindica para sí, la misma recomposición salarial: 42 %.-

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

4.- AUMENTO DE EFECTIVOS EN FRONTERA CON BRASIL.-

-Venezuela, Colombia y Perú, según la prensa, aumentarían sus efectivos en la frontera con Brasil, a los efectos de mejorar la seguridad del área, por los problemas de la guerrilla y el narcotráfico.-

Fuentes militares estiman que otro motivo es el de equilibrar fuerzas, en razón del Proyecto Calha Norte de Brasil.-

SECRETO

Foja 12 de 12
Copia No. Original

EMBAJADA DEL URUGUAY



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-

1-FIEBRE AFTOSA EN GANADO URUGUAYO DETERMINA CIERRE DE FRIGORIFEROS.-

-La medida fue tomada por las autoridades regionales, en razón de que el día 7 de julio, ingresaron a Brasil dos tropas en las que se detectó fiebre aftosa.-

Dos mil cabezas ingresaron por el Chuy, con 30 terneros enfermos, lo que fue comprobado en la Granja de Salso en Santa Victoria del Palmar.-Los animales enfermos fueron aislados y se realizó un proceso de análisis y vacunación.-

De los 750 que ingresaron por Yaguarón, 273 fueron destinados al Frigorífico PP en Bom Retiro y en los que se detectaron 43 animales enfermos.-

El frigorífico fue observado, los animales enfermos sacrificados y los restantes solo para la industria.-

Los otros 477 animales, fueron destinados al frigorífico Silva de Santa María donde se detectaron 15 enfermos del mal, tomándose las mismas medidas que en caso anterior.-

Por tales causas se prohibió el ingreso a todo tipo de ganado. A la fecha se ignora si las medidas fueron levantadas. Se menciona en la prensa que el gobierno uruguayo ofreció garantías para las próximas exportaciones, a través de ordenar distintas medidas: cuarentena, selección de establecimientos etc.-

2-EN BRASILIA SE INTENSIFICA EL USO DE ENERGIA SOLAR.-

-Se estima en 150 por mes la venta de colectores y en 15.000 los ya instalados en la ciudad capital.-

Favorecido por la ubicación geográfica este sistema ha arrojado resultados comprobados que permite utilizar una fuente alternativa de energía.-

SECRETO

M E M O R A N D U M

OBJETO: PPI N° 006/AMB/89 del Agremil Brasil, período cubierto del 01 al 30
junio de 1989.

ASUNTO: TOMADA:

098
CONOCIMIENTO SEÑOR JEFE DPTO. II _____ ✓
CARPETA SEÑOR C.J.E. ~~X~~ _____
CARPETA SEÑOR J.E.M.E. _____
CARPETA SEÑOR 1er. SUB-JEFE E.M.E. _____
C.E.I. A LA D.G.I.D. _____
C.E.I. AL ES.MA.CO. _____
CARGA DE TRAMITE A _____
PLA ~~2~~ _____

RECIBIDO: Y

MONTEVIDEO, 07 AGO, 1989

El Jefe de la División Exterior del Dpto. II del E.M.E.
Lic. Cnel. *[Firma]*
LOMAR PORCIUNCULA.

0-1A

SECRETO

EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS

BRASILIA DF.-----

de julio de 1989.--

Hora 1300.-----

A: SEÑOR J. E. M. E.

1. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

(del 01 al 30 de junio de 1989).--

II. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

III. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

IV. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

V. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

VI. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

VII. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

VIII. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

IX. REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

REUNION DE COMISIONES No. 006/AMB, 989.-/

. 1 5

PARTES ILEGIBLE

8909359

SECRETO

Foja 1 de 16
Copia No. *1744001*

INFORME DE LA COMISIÓN DE INVESTIGACIÓN

APROXIMACION CON SECTORES MILITARES.-

El 14 de mayo de 1961, la Presidencia de la República, Fernando Collor de Peláez, se reunió con el Comandante de la Escuela Superior de Guerra, General de División, con el fin de aclarar posibles malentendidos causados por las declaraciones relativas a que podría prescindir del apoyo militar de la Armada del Ministerio de Defensa, que remplazaría a las carteras de

destacando la importancia de los nuevos cursos de orientación social que se dictarán en la Escuela y, con respecto a la elección del 15 de noviembre, que tiene un significado histórico para el país.- Agregó que el Comandante de la Escuela no invitará a los candidatos presidenciales a dar conferencias con alumnos, debido a que las mismas podrán transformarse en actos de "proletariado electoral", y aclaró que el candidato del PRN (Dr. Américo de Sousa Silva), dictó una conferencia en la Escuela Superior de Guerra antes del comienzo de la campaña electoral.-

El Comandante aclaró que las recientes declaraciones, criticadas "al Comandante de la Escuela", no reflejan su aprecio por las Fuerzas Armadas y el apoyo que presta a los planes para el desarrollo agrícola del país, que es fundamental para el aumento del poder adquisitivo de la población. Por otra parte, el candidato del PRN reveló que es católico, lo que, al contrario de lo que se dice, no tiene apoyo de la Iglesia. Al referirse a las declaraciones de Collor de Peláez sobre la postulación de Collor, Collor aclaró que no se trata de una candidatura a la presidencia y no a participar en la elección.

DECLARACIONES DE COLLOPEZ.-

Se informó que a partir del 5 de junio el Congreso reunido en la ciudad de Lima, en la Asamblea Nacional Constituyente, se ocupará de la reforma de la Constitución de la República.

PARTES ILEGIBLE

. 1 6

8909359

...de la promesa, hasta este momento la Dirección de la ... no decidió si su iminó el receso parlamentario de julio ... medida sin la cual será imposible la aprobación, durante ... leyes complementarias consideradas mas urgentes. Los trata- ... la aprobación del nuevo reglamento de la Cámara, que racio- ... de proyectos de ley, acelerando así su llegada a la se- ... Este primer paso, sin embargo, será difícil de dar, ... presentada carece del consenso de los lideratos partidistas, ... provisoria 59 --reglamentación del Derecho de Huelga, el ...

GOBIERNO GOBIERNO PARLAMENTARISTA DE HECHO.-

... económica y mediante un amplio acuerdo, el presidente ... todas las decisiones que el Congreso tome, como si gober- ... parlamentarista, esta postura fue transmitida por el líder ... de Diputados, Luiz Roberto Ponte, a los presidentes ... que se reunieron con el Presidente del Senado, Nelson ... de hacer acuerdos. Para demostrar la seriedad de las ... Ponte recurrió a un ejemplo drástico: si el Congreso ... para la construcción del Ferro-Carril Norte-Sur, ... por el Presidente, el gobierno acatará la decisión. Los ... por su parte, aceptaron la sugerencia de Ponte, ... económicas para posibilitar la adopción de medi- ... Esta postura gubernamental es consecuencia del ... por el diputado y candidato presidencial del PCB ... aquel apelo se transformó en una especie de pacto

... EN AEROPUERTO.-

... en un salón del aeropuerto de Cruzfina, ... por la Policía Civil del Esta- ... El coronel Asato Rodriguez, quien dirige ... el hallazgo forma parte de ...

PARTES ILEGIBLE

...quedó bajo responsabilidad del comandante del 28º Grupo
...Teniente Coronel Folsi, quien lamentó que el hecho
...y aclaró que los explosivos no pusieron en riesgo
...de los trabajadores del aeropuerto. Explicó que este
...por el Ejército, debía haber sido robado de alguna

...AR EN EL GOBIERNO.-

...del candidato presidencial del PMOS, diputado Ulyses
...gobierno se hace ingobernable al país, el Presidente
...conoce bien los problemas de Brasil, porque parti-
...en el gobierno.- Según Sarney las críticas del
...parte de la táctica electoral de este partido, destinada
...federal.-

...LA IZQUIERDA.-

...de la reciente encuesta del Instituto Brasileño de Spi-
...el candidato del PRN, Fernando Collor de Mello,
...el Ministro de Aeronáutica, Brigadier Octavio Morei-
...de persona desecha la idea de que el pueblo brasi-
... "En el pasado, un cierto grupo, integrado
...trató de hacer creer que la opinión pública era de
...así. En las elecciones municipales pasadas, 4.000
...partidos moderados", explicó Lima, y agregó que tenía
...de noviembre, la opinión pública reconocerá a

...COLLOR DE MELLO.-

...el Presidente José Sarney a votar disposiciones de la
...la que exigía los, para ser candidato presidencial ...//

PARTES ILEGIBLE

SECRETO

SECRET

17. El candidato debía estar afiliado a algún partido político antes del 15 de mayo, para permitir que nuevas candidaturas puedan competir con la del postulado Collor, Fernando Collor de Mello. A Carney le parece que si Collor continúa en el camino de crecimiento, ganará en el primer turno electoral comicio del 15 de mayo. Los comentarios presidenciales trascendieron en el Congreso, donde se discutieron temas que ya habían sido descartados en el proceso de sucesión presidencial. Entre los candidatos, el del empresario Antonio Ermírio de Faria, el del ministro de Justicia, Oscar Dias Correa, por ejemplo, podrán competir en el segundo turno y hacer que disminuyan en las encuestas las preferencias de los electores.

18. LA CREACIÓN DE NUEVAS FUERZAS POLITICAS.-

La creación de nuevas fuerzas políticas al Frente Brasil Popular (FBP) puede ser una estrategia para las elecciones creadas por la elección del candidato a Vicepresidente de la República. Un intento fue hecho con el gobernador del estado de Pernambuco, Paulo Costa, quien afirmó con el programa y con el ritmo de la campaña electoral de Collor. Costa mantuvo una reunión con el diputado Haroldo Lima, del PC (Partido Comunista), quien es miembro del FBP, después de la cual, éste informó que el Gobernador de Pernambuco apoyará al Frente, aunque sí manifestó su disposición para apoyar al candidato presidencial, diputado Luiz Inácio da Silva (Lula).-

19. EL PAPA EN ELECCION PRESIDENCIAL.-

El Papa participó activamente en política e influir en la elección presidencial de Collor, según una directiva del Cardenal Paulo Evaristo Arns, quien es el Papa. Al inaugurar el 2º Encuentro de Obispos y Líderes de la Iglesia Católica en América Latina, Arns dijo que la Iglesia está creando una conciencia sobre la importancia de la fe en la práctica política, y que "los partidos determinados". Recordó que la Arquidiócesis de San Paulo está haciendo este trabajo de orientación mediante los Grupos de Fe y Vida. El Cardenal indicó al candidato presidencial del PAV, Fernando Collor, quien se opuso a la participación de la Iglesia en Política. El Cardenal dijo que la Iglesia popular, quien se opone a la Iglesia "en este momento".

PARTES ILEGIBLE

LM AJ 1000 1000 AY

SECRET

Copy No. 11950

At

11

EL NÚMERO LIMITA CANDIDATURAS.-

El 11 de octubre la Presidencia de la República un nuevo proyecto de ley que prohibe que los Ministros de Estado queden inhabilitados de candidatar a la Presidencia el 11 de noviembre. Los nombres que se manejaron como probables candidatos fueron:

1. Sr. Carlos Pires Gonçalves	- Ejército.-
2. Sr. Luiz Correa	- Justicia.-
3. Sr. Bezende.-	- Agricultura.-

La ley entiende como un respuesta del Legislativo, al proyecto del Poder Judicial, de vetar el artículo 6 de la reglamentación de la Ley Electoral, promulgada el 15 de marzo, la renuncia de los políticos en cargos de confianza, que aspiraran a la Presidencia, con el fin de promocionar nuevos talentos en su interés.-

... para que se ponga en marcha el mecanismo constitucional, para saber si el proyec-

... SOBRE FORMA DE GOBIERNO.-

Los Ministros Militares sobre la posición militar en la
transformación de la forma de gobierno (pasarlo a parlamentarista),
para superar la actual crisis económica, política y social, se ma-
nifesta favorablemente (excepto el de Aeronáutica, Brigadier Gral
Luis J. Alvarado del campo), en el sentido de que el asunto debía
ser tratado en el Congreso, adoptando con ello una posición neutra.-

EN UN CARGO HASTA EL FINAL DEL MANDATO.-

... al propio Presidente, ante insistencia de rumores, que lo
... en los meses de las elecciones, como en el caso argentino.-
... el 15 de marzo de 1960.-

... el Plan de PLANTON DE CRISIS.-

PARTES ILEGIBLE

SECRETO

1.- REUNION DEL GRUPO DE LOS 8 EN CARACAS.-

Se le da del país, presta particular importancia a la reunión que el 17 de junio, se inició en Venezuela por parte de 8 Ministros de Hacienda y Embajadores especiales, de los países que componen el grupo. (Cuba continúa excluida).-

Se mantiene el criterio de realizar soluciones que convengan a todos, pero se acepta la preferencia particular que cada país tiene.-

NGI...

11) - LA HIPERINFLACION11.1) - LA HIPERINFLACION

La hiperinflación en los últimos meses de este año, cuando los precios superan la barrera de 35% de aumento mensual; en el supuesto en caso de que esta hipótesis no se cumpla, la transición comprendida entre las elecciones presidenciales y el primer Mandatario. Por estas y por otras razones, el economista, profesor de la Pontificia Universidad Católica de Rio de Janeiro, se reunió con los principales economistas del país, con el fin de elaborar un Plan de Emergencia que proponga soluciones para la crisis, que el próximo gobierno para administrar la economía con los mínimos de gastos. "Después de la asunción, el nuevo Presidente necesitará un año para hacer las cuentas fiscales y de cambio. Para esto la transición, por un período, se suspenden los estímulos fiscales y los subsidios, se reduce una reducción de 1% del déficit del Producto Interno Bruto",

11.2) - LA PUEDE REDUCIRSE 3% AL AÑO.

El éxito de la negociación con el Fondo Monetario Internacional, el Plan Brady para la reducción de las deudas externas, se logrará conseguir una disminución de 3% anual de su deuda con los bancos acreedores privados, según la Agencia General, secretario de Asuntos Internacionales del Ministerio. El porcentaje es menor que el obtenido el año pasado 5% de reducción de la deuda externa en inversiones.

11.3) - PRESTAMOS

El Fondo Monetario Internacional (FMI), que estuvo en Brasilia, informó que, aunque esta institución llegue a un acuerdo con el gobierno, el cual no haya tiempo, para que los U\$A 250.000.000 que se comprometieron en noviembre de 1988, lleguen al tesoro Nacional. El gobierno brasileño cuenta con los recursos para su funcionamiento, pero si el país decidiera pagar...

PARTES ELEGIBLE

...intereses a los acreedores externos.-Reichmann no quiso
...que, el FMI no libere aquellos recursos, Brasil declare
...de la deuda externa. "Ese es un problema de las autoridades
...". Reichmann dijo.- Cabe recordar que la falta de acuerdos con el FMI
...los bancos privados, del banco Mundial
...desarrolla.-

REUNION DE INFORMACIONES AL FMI.-

...Monetario Internacional (FMI) que se encuentra en el
...aún no recibió ningún dato del Gobierno Brasileño que
...la economía del país, con vistas a la negociación
...institución. Según Reichmann, sin estos datos es imposi-
...enfrentar los temores relativos a una crisis en el sector cam-
...del FMI. Agregó que, según los datos que posee, las re-
...un buen nivel, que no preannuncia crisis alguna.-

REUNION DE INFORMACIONES DE HIERRO.-

...Comunidad Económica Europea la suspensión de la
...de Carajás, producido por la Compañía Vale do Rio Doce,
...modifiquen los sistemas de producción y abasteci-
...siderúrgico que se está construyendo en la región, "con
...tropical y a la población indígena" La "Acra-
...Carajás aprobó la instalación de 21 plantas que sea-
...tropicales. El Parlamento Europeo admitió la posibilidad
...causados por la interrupción de proyectos económica-
...judiciales para la ecología.-

REUNION DE INFORMACIONES DE CAMPO PESADO.-

...G.A.) descubrió petróleo al oeste del campo gigante
...Campos (Estado de Rio de Janeiro) Tests de producción rea-
...una cantidad de 1.200 barriles diarios de petró-
...API (American Petroleum Institute). Los datos obtenidos per-
...superiores a 3.000 barriles diarios por ...///

PARTES ILEGIBLE

... las reservas recuperables podrán alcanzar 125.600.000 de
... el hallazgo con el Campo de Marlim es importante porque
... el yacimiento puede extenderse por 30 kilómetros cuadrados más. -Marlim
... operaciones en 1990, -mediante una producción de 50.000 barriles día-
... reservas de 2.800.000.000 de barriles. -Las reservas de pe-
... suman 2.800.000.000 de barriles, de los cuales 1.200.
... Cuenca de Campos. En aguas profundas las reservas totalizan
... gracias a los campos de Marlim y de Albacora. -

PARTES POCO LEGIBLE

SECRETO

EMBajada de URUGUAY

Hoja 10 de 16

Copia No. Original



Montevideo, Uruguay, 12 de Mayo de 1986.

TEMA: HUELGA DE TRABAJADORES.

1. HUELGA DE TRABAJADORES Y SOLUTO DE HUELGAS.-

Según los datos sobre números de huelgas y de huelguistas desde 1985 a la fecha, el economista Walter Barelli, Director del Departamento Intersindical de Estudios y Asesorías Socioeconómicas (DIEESE), responsabiliza al gobierno Nacional por la situación. "El Plan Nuevo Cruzado fue el responsable por la cantidad de huelgas, debido a que no estableció criterios para la corrección de los salarios, lo que llevó al gobierno sobreestimar su propia capacidad para administrar la economía", declaró Barelli, al informar que el DIEESE calcula una cantidad aproximada de 100.000 huelgas, sólo en marzo, récord absoluto en las estadísticas de esta institución, que será superado a corto plazo debido a los nuevos criterios salariales establecidos por el Gobierno.-

2. CRISIS DEL VATICANO DEL VATICANO A TEOLOGO BRASILEÑO.-

La Comisión para la Doctrina de la Fe, del Vaticano, considera inminente una nueva sanción para el teólogo brasileño Leonardo Boff, que podrá consistir en la prohibición de ejercer la docencia católica. En medio religiosos trascendió que este teólogo, que en los anteriores en 1985 fue sometido a 'silencio obsequioso' por un año, debido a su libro 'Iglesia, carisma y poder'; y hace un año le fue prohibido dar entrevistas y viajar al exterior.-El Cardenal Joseph Ratzinger, jefe de la Congregación, envió una carta a Boff en la que critica sus posturas sobre la Teología de la Liberación y le advierte sobre la nueva sanción.-

3. HUELGA DE TRABAJADORES EN INVOLAR INVASION DE TIERRAS.-

La Comisión Parlamentaria de Investigación (CPI) de los conflictos por la posesión de la tierra, el Director General del Departamento de Policía Federal (DPF), comentó que la iglesia Católica estimula las invasiones de tierras, lo que hace la situación sea más tensa. Agregó que la Central Unica de los Trabajadores (CUT) ejerce una influencia negativa, que las organizaciones intermedias exageran la dimensión de los hechos; y que la prensa, muchas veces, deforma la información sobre los conflictos agrarios en el país. Según Tuma, en este momento la mayoría de los conflictos suceden en la región Sur, en municipios integrados por la parroquia del obispo José Gomes. Su parte el presidente de la Comi...///

PARTES POCO LEGIBLE



BOGOTÁ, COLOMBIA, 1988

El sacerdote de la Tierra (CPT) y obispo de Imperatriz, Estado de Maranhao, rechazó las acusaciones de Tuma y afirmó que el papel de la Iglesia es "limita a dar apoyo a los campesinos sin tierra".-

4- ECONOMIA FAMILIAR GENERAL.-

El presidente Jair Meneguelli, alerta sobre un nuevo paro general, afirma que el Gobierno veta ó modifique sustancialmente la política propuesta y en estudio.-

5- ECONOMIA INSTITUCIONAL

Para el crecimiento legal, de canalizar recursos del sector privado (ahorro, el público (inversión)), el Gobierno pone en marcha un plan, considerado en principio viable, para la construcción de 80.000 viviendas, a un costo de NCZ\$ 1.300 millones.- El déficit institucional actual se estima en 10 millones de viviendas.-

6- ECONOMIA SOCIAL LIDERA EN CONSUMO DE DROGAS.-

En el Estado de Rio de Janeiro, el DF, posee un porcentaje estimado en 26% de sus habitantes, como consumidores.-

El Gobierno al lanzamiento de la campaña " DROGAS, TO FORA, GOSTO MAIS DE MTM " por algunas instituciones públicas, privadas y tambien comercio é industria.-

7- ECONOMIA SOCIAL EN AMAZONIA.-

En la Escuela Superior de Guerra, el Ministro interino del Interior, el General ALEJO, informó que el país invertirá en los próximos 2 años, en proyectos de desarrollo en la región, particularmente en proyectos de reforestación, control de la contaminación y prohibición de uso de mercurio por los buscadores de oro.-

PARTES POCO LEGIBLE

SECRET

EL PANTELLA GUERRA INDIA ACUSA AL EJERCITO.-

El presidente de la Federación de Organizaciones Indígenas del Rio Negro (Unión Indio del Sur) Orlando Malgueiro Bare, acusó al Ejército de estar reclutando indios para trabajar en el proyecto Calha Norte, de ocupación de fronteras. Bare dijo que los indios están siendo obligados a integrar los campamentos de frontera, y que 600 de ellos "viven confinados en verdaderos campos de concentración". Agregó que la Constitución no se aplica en las zonas de frontera, donde los derechos de los indios son ignorados mediante el silencio planificado por la Fundación Nacional del Indio; y ejecutado por el Ejército. Bare denunció también que los 6.000 kilómetros cuadrados de frontera con Colombia y Venezuela están totalmente militarizados.-

LA COMANDANCIA IRÁ REALIZACION DE MANIOBRAS.-

El jefe del Departamento de Ingeniería y Comunicaciones del Ejército, General Carlos Sampaio, afirmó que no hay motivos para rediscutir la realización de maniobras militares en la Región del Pantanal, en el Estado de Mato Grosso del Sur, debido a que el Comando Militar del Oeste tomará todas las medidas necesarias para que las maniobras no causen daños al ecosistema de la región. "Ahora está de moda en Brasil la ecología, lo que puede causar atracción", dijo Sampaio, y agregó que hay razones geográficas y militares para elegir el Pantanal, "pues la guerra no elige lugar para suceder".-

LA COMANDANCIA IRÁ PESQUISA CIENTIFICA MILITAR.-

El jefe de Marina, almirante Enrique Saboia, reveló que la Armada está participando en el proyecto de construcción de un submarino nuclear. Saboia destacó la importancia del trabajo de las organizaciones militares en la investigación científica, y anunció para el día 15 la llegada a Recife (Pernambuco) del submarino "Tupí", construido con tecnología alemana. Reveló que los buques navales del Arma que acompañan la construcción del "Tupí" esperan construir tres submarinos convencionales con tecnología nacional. El costo del proyecto está previsto en R\$ 450.000.000. Saboia agregó que ...///

PARTES POCO LEGIBLE



Aguirre, 18/6/89

...ción de que estos estuvieran listos, se empezará la construcción
... nuclear. Aclaró, sin embargo, que la materialización de este
... morará algunos años.-

LA FORTALECIMIENTO CENTRO DE GUERRA ELECTRONICA.-

En el proyecto "Fuerza Terrestre 90", el Ejército inauguró en el
... un avanzado Centro de Instrucción de fuerza electrónica, ubi-
... ciudad satélite a 10 kilómetros de Brasília.-||

Los Militares no fueron invitados a dicha puesta en marcha y hasta
... se adelantó ninguna información sobre una probable visita.-

Los hechos del tema se pueden ver en "Correio Braziliense" del 18/6/89.-

LA SITUACION ECONOMICA DE LOS MILITARES.-

El incumplimiento causa insatisfacción en la Oficialidad, fue tra-
... Ministros Militares, que recomendarán al Presidente Sarney, el
... de la Ley No. 7.623, que dispone la equiparación de sueldos de
... con los Ministros del Supremo Tribunal Militar. En ese
... A.M.F.A (Estado Mayor de las Fuerzas Armadas), elaboró 3 propuestas
... .-

Los hechos del tema se pueden ver en "Correio Braziliense" de 26, 27, y 28/6/89.-

SECRETO

PARTES POCO LEGIBLE

• 2 •

8909359



AERONAUTICA

TEMAS CIENTIFICOS.-LA CONSTRUCCION DE MICROSATELITES.-

El Instituto de Pesquisas Espaciales (Inpe) y el Centro de Estudios Espaciales de Francia (Cnes) empiezan en las próximas semanas el debate de un plan conjunto para el desarrollo de una nueva línea de satélites que revolucionar el mercado espacial: pequeñas plataformas de entre 50 y 100 kilogramos de peso que, por algunos meses, serán desatadas en órbitas bajas. La segunda etapa del proyecto será el desarrollo de esos microsátélites en escala comercial, para operaciones de hasta dos años en la observación de fenómenos espaciales. El director del Inpe, Marco Nogueira Barbosa, recibió una invitación del Cnes para participar en este programa que, según él, estimulará la participación de universidades brasileñas y posibilitará la formación de nuevos grupos científicos aeroespaciales.-

LA PARTICIPACION DE BRASIL EN SALON AERONAUTICO.-

El Salon Aeronautico de Le Bourget, Francia, que se realizará en las próximas semanas, contará con la presencia brasileña representada por productos de la Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) y de la Avibras Aeroespacial. Entre ellos, la Embraer exhibirá el avión de entrenamiento militar 'Falcon', el de pasajeros 'Brasília', y el caza subsónico AMX, además del 'Boeing', que opera en conjunto con Argentina. En cambio, la Avibras anunciará oficialmente su asociación con la fábrica china Great Wall Industry Corporation, sociedad de la cual nacerá la International Satellites Communication Ltd, que se dedicará a la fabricación y comercialización de cohetes y satélites, y a la provisión de equipos de seguimientos y comunicaciones. La participación brasileña adquirió comentarios muy favorables, especialmente por el Agregado Aeronáutico de Francia, que concurrió a la feria.-

LA EMBRAER USA 200.000.000 EN NUEVO PROYECTO.-

El Consejo de Administración de la Embraer, aprobó la producción de un jet de pasajeros basado en la estructura de producción del turbohélice 'Boeing', pero con capacidad mayor (15 lugares más). El nuevo avión ... //

PARTES POCO LEGIBLE

29

8909359



COMANDO EN JEFE FUERZA AEREA

... hará inversiones por USA 200.000.000. El paso siguiente es la aprobación por el Ministerio de Aeronáutica, del que depende la Embraer, para que sus técnicos desarrollen detalles del proyecto. Se hará el máximo aprovechamiento posible de la estructura de producción del 'Brasília' como base para la del CBA-123, turbohélice de moderno diseño que se produce actualmente en la fábrica argentina de material aeronáutico (FAMA). Este aprovechamiento causa que las inversiones en el nuevo proyecto sean relativamente bajas, ya que si el mismo no se hiciera, deberían invertirse USA 600 millones. Los reducidos gastos harán que el costo de producción del nuevo Jet resulte menor y, consecuentemente, su precio final, que le dará mayor competitividad en el mercado mundial.-

LA INFORMACION INTEGRAL BRASIL AL MUNDO.-

El Laboratorio Nacional de Computación Científica (LNCC), de Rio de Janeiro, se transformó, en agosto del año pasado, en la puerta de entrada y punto de enlace (gateway) de una red internacional de comunicación académica. Los científicos brasileños empezaron a comunicarse con sus colegas extranjeros en segundos: necesitan solo una microcomputadora y un teléfono. Los científicos tienen una especie de caja postal electrónica, donde los otros científicos pueden depositar los mensajes.-Cada vez que el propietario de la caja recibe un mensaje, la computadora le informa si hay mensajes para él. "Esta red facilita el intercambio científico y tecnológico. Antes, un investigador necesitaba esperar un mes por correo, demoraba a veces un mes para conocer nuevos proyectos", dijo un investigador.-

LA COOPERACION CIENTIFICA A BRASIL.-

Una Comisión de Científicos de la Unión Soviética, presidida por el Director del Instituto de Ciencias de la URSS, Guri Martchuck, llegó a Brasil por invitación de la Secretaría Especial de Ciencia y Tecnología, para establecer relaciones de cooperación con organizaciones científicas brasileñas y definir prioridades preferentes para hacer pesquisas conjuntas. Están previstos estudios para la elaboración de estudios en los sectores de biotecnología ...//

PARTES POCO LEGIBLE



AGENCIA DE PRESAS

... materiales, como así también la creación de 'joint ventures' especialmente para el desarrollo de programas de computadoras.-
La colaboración científica entre Brasil y la URSS compone el tercer programa de cooperación científico-tecnológico, que entró en vigencia durante la visita del presidente José Sarney a la URSS.-

LA EMPRESA DE PROVISIÓN DE COHETES.-

Entre las propuestas en el Ministerio de Comunicaciones, solo dos Empresas de cohetes, se presentaron a la licitación para proveer el elemento que pondrá en órbita el primer satélite nacional:

- FRANCIA.-

- EE.UU.-

Los planos técnicos de ambas propuestas, se pueden ver en "Correio Braziliense" del 21/11/89.-

Poco Legible

RESERVADO

OS - Brasil.

MEMORANDUM

Nro. 097
04/XIII/88

DISTRIBUCION: C.J.E. - J.E.M.E. - D.G.I.D. - N-2 - A-2 - DD.EE.-

ASUNTO: CAPITAN DEL EJERCITO BRASILEÑO ABSUELTO EN CASO DE
PRESUNTO PLAN DE SABOTAJE, PODRIA SER CANDIDATO
POLITICO .-

FUENTE: JORNAL DO BRASIL - 29-VII-88 .

TEXTO:

- En octubre del año pasado, la revista "VEJA" publicó un reportaje que revelaba un plan de oficiales de la E.S.A.O. (Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales) para colocar bombas en cuarteles, en protesta contra los bajos sueldos de las Fuerzas Armadas.
- Esta operación se habría definido como "agujero sin salida" siendo sindicados como responsables los Capitanes: JAIR BOLSONARO -que un año atrás fuera puesto en prisión por haber firmado un artículo en "VEJA" solicitando aumento de sueldo- y FABIO PASOS, ambos realizando cursos en la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales.
- Según "VEJA", la periodista CASSIA MARIA -llevada por BOLSONARO-, fue al apartamento del Capitán FABIO, donde la mujer de éste último, reveló los detalles de la operación.
- Si el aumento de los sueldos que el Ministro del Ejército General LEONIDAS PIRES GONÇALVES, anunciaría, no alcanzase al 60% (finalizó siendo 100%), la acción planificada se produciría en los baños de: la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales (ESAO), Academia Militar de Aguilas Negras y Cuarteles.
- BOLSONARO habría afirmado que sería solamente la explosión de algunas espoletas, y además habría acusado al Ministro de Ejército de incompetente y de racista.
- Con la publicación del reportaje, los Capitanes BOLSONARO y FABIO fueron juzgados por el Comando Militar del Este, negando lo publicado en la revista VEJA.
- Condenados en primera instancia, ellos fueron absueltos finalmente en junio de este año por el Supremo Tribunal Militar.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
COMANDO EN JEFE FUERZAS ARMADAS	
Fecha de Entrada	3-10-89
Fecha de Salida	3-10-89
Por	29/10/89
Nº. de Identificación	1408/89

RESERVADO

01-03

8909369

RESERVADO

- Una vez absuelto, el Capitán BOLSONARO -actualmente en actividad- ha manifestado postularse a candidato político.-

- Según declaraciones públicas del Secretario del PDC, Teniente Coronel (R) JAIR NOGUEIRA, el Capitán BOLSONARO podría disputar una banca en la Cámara Municipal de Río de Janeiro por el Partido Demócrata Cristiano (PDC).-

- Nogueira, agregó además, de que otros partidos, de los que mencionó el PFL, se disputaban la candidatura del Capitán BOLSONARO, pero este se habría definido por el PDC, ya que se sentía identificado con su ideología de centro-derecha.-

RESERVADO

Jornal do Brasil - 29/VII/88

Capitão das bombas vai agora disputar eleição

Há nove meses ele foi acusado de planejar a operação *Beco Sem Saída* — explosão de bombas em quartéis do Rio de Janeiro, para protestar contra os baixos vencimentos do Exército. Julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar em junho deste ano, o capitão Jair Messias Bolsonaro agora quer virar político. Ele vai disputar uma cadeira na Câmara Municipal do Rio pelo PDC (Partido Democrata Cristão), que hoje realiza convenção para escolher os nomes dos candidatos a vereador.

Logo depois da absolvição, Bolsonaro procurou o tesoureiro do PDC, Jacinto Meneses, a quem expressou sua intenção de se candidatar. "Quero servir à Pátria. Caso eleito, serei o que sou, hoje em dia, dentro desta farda", disse Bolsonaro ao tesoureiro do partido. Com o slogan "Salvem o Rio" e "Brasil acima de tudo", o capitão Bolsonaro pretende fazer uma campanha "sombra a sombra", combatendo principalmente a corrupção e pregando a moralidade pública, segundo o secretário do partido Jair Nogueira, tenente-coronel da reserva do Exército.

Quatro outros partidos disputavam a candidatura do capitão, de acordo com Nogueira: "Um deles era o PFL, que chegou até a oferecer material de campanha eleitoral para ele". Mas Bolsonaro acabou escolhendo o PDC. "Ele se identifica com a nossa ideologia, de centro-direita", explicou Nogueira.

O capitão Bolsonaro, que serve na diretoria de Formação e Aperfeiçoamento — órgão que coordena as escolas de aperfeiçoamento do Exército — não quis dar entrevista porque está impedido pelo Regulamento



Bolsonaro: servir à pátria

do Disciplina do Exército, que proíbe o militar da ativa a manifestar-se, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos políticos.

Surpresa — "Quem é Jair Bolsonaro?", perguntou o presidente regional do PDC, Jorge Coelho de Sá, coronel médico da reserva do Exército. Jorge ficou surpreso ao saber que o rapaz que ele via passar, de vez em quando pelo partido, era o capitão acusado, junto com outros oficiais, de protestar contra os baixos salários da tropa, planejando a Operação *Beco Sem Saída*. "Ah, é ele? Quero dar um abraço nele por isso. Acho que ele vai ter muito apoio entre os grupos jovens do Exército. O capitão me parece ser uma figura forte", comentou o presidente do PDC.

Se for eleito, Bolsonaro terá de deixar o serviço ativo do Exército. Tanto a Constituição vigente quanto o projeto da nova Constituição prevêem que, ao assumir "cargo público civil permanente", o militar estará automaticamente transferido para a reserva.

Depois da prisão, a absolvição

Em outubro do ano passado, a revista *Veja* publicou reportagem que revelava um plano de oficiais da Vila Militar para explodir bombas em quartéis, em protesto contra os baixos vencimentos das Forças Armadas. Como mentores da que seria a operação *Beco Sem Saída* eram apontados os capitães Jair Bolsonaro — que um ano antes fora punido com prisão por ter assinado artigo em *Veja*, reivindicando aumento — e Fábio Passos, que cursavam a EM/O (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais).

Levada por Bolsonaro, a repórter Cássia Maria esteve no apartamento do capitão Fábio, que se identificava pelo codinome Xetific. Lígia, a mulher de Fábio,

revelou os detalhes da operação. Se o aumento de vencimentos que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, anunciou ficasse abaixo de 60% (acabou sendo 100%), a insatisfação da tropa se manifestaria com explosões nos banheiros da EM/O, Academia Militar das Agulhas Negras e quartéis.

Bolsonaro explicou que seria "só a explosão de algumas espolitas". Para exemplificar, desenhava um croqui, reproduzido pela revista, mostrando como explodir a adutora do rio Guandu, que abastece o Rio de Janeiro. Segundo Bolsonaro, o ministro do Exército seria "incompetente e até racista".

Com a publicação da reportagem, os capitães Bolsonaro e Fábio foram interrogados pelo Comando Militar do Leste e negaram tudo que fora publicado. Condenados em primeira instância, eles foram absolvidos em junho deste ano pelo Superior Tribunal Militar.

Partes
Poco
Legíveis

RESERVADO

MEMORANDUM

Nro. 098
04-VIII-88

DISTRIBUCION: C.J.E.- J.E.M.E.- D.G.I.D. - N - 2 - A - 2.-

ASUNTO: EX-GUERRILLERO ELEGIDO CANDIDATO A PREFECTURA DE PORTO ALEGRE POR EL SECTOR P.D.T.

FUENTE: PRENSA BRASILEÑA.

TEXTO:

- El Diputado estadual CARLOS FRANKLIN PAIXAO de ARAUJO, abogado laboral, que en la década del 70 fue líder del grupo guerrillero VAR-PALMARES, fue elegido candidato del P.D.T. (LEONEL BRIZOLA), a la Prefectura de Porto Alegre por decisión del ejecutivo regional del partido, con un resultado de 51 votos a favor en 60.

- DE ARAUJO es considerado uno de los políticos de mayor fidelidad de BRIZOLA, habiendo formado parte anteriormente de la corriente socialista -P.T.B.- para luego integrarse al P.D.T. Esta decisión trastocó los planes de BRIZOLA en Río Grandé del Sur, ya que el candidato de su preferencia era CARRION JUNIOR. La pretensión del líder del P.D.T., estaba fundamentada, en que CARRION -ex-P.M.D.B.- continúa controlando algunos sectores pe-medebistas, contando además con condiciones de captar votos del electorado más conservador y fluctuante, imposibles de obtener por medio de CARLOS ARAUJO.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección de Estudios e Información de Defensa	
Fecha de Entrada	3-10-89
Fecha de Salida	3-10-89
Para	288 [signature]
Nº. de Identificación	1411/89

FECHA: 05/08/88
PASA: S/P.C.Y.T.-
P.C. 1301

Dirección
21/5/89
R.15

RESERVADO

Impreso en 8909384

13-SET-88.-

M E M O R A N D U M

DISTRIBUCION D.G.I.D.

ASUNTO: UN NUEVO PROCESO PARA UNIVERSINDO DIAZ Y LILIAN CELIBERTI

FUENTE: ZERO HORA 14-8-88.-

TEXTO :

El proceso en que los uruguayos LILIAN CELIBERTI y UNIVERSINDO DIAZ responderán por falsificación de documentos, está a cargo del juez sustituto de la 8a. Jurisdicción Criminal de Justicia Federal, LUIS DORIA FURQUIN que desde el lunes 8 de agosto ha expedido intimaciones para una audiencia marcada para el 11 de octubre próximo.-Una de ellas fue enviada al ex-superintendente del INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria) y juez jubilado CELSO GAIGER; quien la recibió sorprendido, pues aduce desconocer el motivo.-Supone que haya sido involucrado por su relación con el Movimiento de Justicia y Derechos Humanos (M.J.D.H.)-El fundador del M.J.D.H., JAIR KRISCHKE y el abogado Octavio Caruso da Rocha son las otras dos personas intimadas.-

-En el proceso, Lilián y Universindo -secuestrados en 1978 por agentes de la extinta Delegación de Orden Político y Social (DOPS) y militares uruguayos; son acusados por el uso de documento de identidad falsos.-Se encuentran incursos en los artículos 297 y 304 del Código Penal, con una pena máxima si son condenados, que podrá alcanzar los 11 años de prisión.-

-De acuerdo a lo informado por el ex titular de la Policía Federal del Estado, delegado Edgar Fuques, que originó el proceso, Lilián llegó a Porto Alegre por primera vez portando documentos falsos a nombre de María Ferrante y Universindo habría usado documento a nombre de Luis Piqueres de Miguel.-

-El proceso se inició en la Justicia Federal en 1979, pero la defensa pudo ser hecha casi dos años después, al final del 86, y los testimonios de acusación fueron recepcionados un año después, en noviembre del año pasado.-

-El delegado Fuques también dirigió el interrogatorio que investigó el secuestro, pero no encontró a ningún responsable.-

-El abogado del matrimonio uruguayo, Omar Ferri, recuerda a los perseguidos políticos, como era el caso de Lilián y su compañero, casi siempre forzados a usar nombres falsos para salvar sus vidas.-

-Menciona el caso del Alto Comisariado para Refugiados de la ONU, de proveer de documentos de este tipo, cuando sea necesario para salvar sus vidas.-

-En la audiencia de octubre el proceso pasará nuevamente para la jueza titular de la 8a. Jurisdicción Federal, Luisa Diaz Cassales, actualmente en uso de licencia.-

-Omar Ferri sigue el proceso con el objetivo de obtener la absolución del matrimonio.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha: 10-10-88
Pase: 8-10-88
N.º de Montecarlo: 1410/88

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha: 10-10-88
Pase: 8-10-88
N.º de Montecarlo: 1410/88

001

01.02

8909385

No obstante , ellos no corren riesgo de prisión porque la pena está prescripta.-

-JAIR KRISCHKE, del H.J.D.H, también es testigo en otro proceso relacionado con Lilián y Universindo , en el que se reclama al Estado una indemnización por el secuestro y por los cinco años de prisión en el Uruguay.-

-Este proceso se lleva a cabo en la 4a. Jurisdicción de Hacienda Pública, teniendo audiencia a las 9 horas del próximo 23 de Agosto.

002

88000000

DIRECCION GENERAL DE FISCALIA	
FECHA: 15/8/88	
SOL	
PASO A: 2967	
Nº de identificación	

D. G. F. -	
DIRECCION SUB-DIRECCION	
FECHA: 13-9-88	
PASO A: 96-I, III, SDC	
1618	

21-9-89
217

02.02

8909385

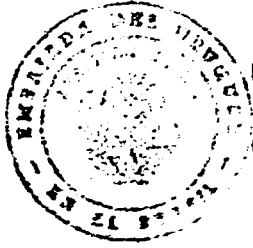


AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.008/AMB/989.-

(Período cubierto del 01 al 31 de Agosto de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 EJEMPLAR AL SEÑOR J.C.M.C.-
01 EJEMPLAR AL ARCHIVO.-



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

EMBAJADA DEL URUGUAY
ENTRADA 21 SET. 1989
PROCESADA
RECIBIDO Sao Paulo Cel. 3

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Fecha: 12/11/74
Copia: 2

I).- FACTOR POLITICO.-

A.- NACIONAL.-

1.- PACTO POLITICO ANTI-INFLACIONARIO.-

-Los líderes de los principales partidos políticos, firmaron un pacto, a través del cual se pretende evitar la hiper-inflación, y permitir llegar a las elecciones presidenciales del 15 de noviembre, en condiciones más ó menos normales.-

De un total de 30 puntos, se destacan:

- Suspensión de pagos de la deuda externa.-
- Reducción de gastos públicos (incluye la venta de 10.000 inmuebles de Estado.).-
- Reducción de las remesas de lucros de las multinacionales.-
- Privatizaciones (14 empresas).-

Se espera que además, el sector privado acompañe las medidas y que el Poder Ejecutivo, acepte el plan propuesto en el pacto.- Los partidos de izquierda (PT-POT-PC do B-PSB) no firmaron el mismo.-

Sarney entendió como muy positiva la propuesta, que mejora las relaciones entre Ejecutivo y Legislativo pero en principio discrepó con la suspensión de los pagos de la deuda externa, prometió aplicar lo discutible lo viable, estudiar todos los puntos y hacer anuncios por la prensa nacional.-

La prensa en general se muestra pesimista sobre la concretización de la propuesta, por el poco tiempo que resta y por no contar con el aval de los principales presidenciables.-

2.- REPERCUSIONES DE LA RENUNCIA DE UN MINISTRO.-

-A la renuncia del Ministro de Justicia, al inicio del período, se sumó una ola de rumores, sobre nuevas renunciaciones en el área económica. La causa cogri-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Folha 2 de 2
Copia No. 101/101

///...mida, fue la presión realizada por los empresarios, hacia el Presidente de la República, buscando una mejor situación en el sector y aminorar el fantasma de la hiper-inflación.-

Es así que los nombres de los Ministros de Economía y Fomento rondaron sobre la mesa, pero en reiteradas oportunidades se negó dichas renuncias, inclusive por Sarney, lo que efectivamente, no se ha cumplido al 31 de agosto.-

3.- POSICION POLITICA DE LA IGLESIA.-

-Ante las próximas elecciones presidenciales la CNBB (Conferencia de Obispos de Brasil), manifiesta que los Obispos son libres de manifestar su voluntad de voto.-

A pesar de no hacer una declaración pública de sus preferencias, aparentemente los mismos se inclinan por Mario Covas del PSDB (Social Democracia) y Lula del PT (Partido Trabajadores).-

4.- FORMULAS PRESIDENCIALES YELECTORES.-

-Habiéndose cerrado el 18, las inscripciones en el TSE (Tribunal Superior Electoral), de las fórmulas (Titular y Vice), para disputar la Presidencia, se registra la existencia de 24, surgidas de la combinación entre los 32 Partidos existentes.- Ver PEI No.015/AMB/989 del 31 de Agosto.-

El Ministro del T.S.E. informa que 4 millones de jóvenes entre 16 y 18 años (votación voluntaria), solicitaron su inscripción en los padrones, lo que lleva a 66 millones el total de electores.-De ellos un 70 % votan por primera vez para presidente (29 años sin elecciones presidenciales).-

Mientras tanto en el campo de las encuestas, al final del período, se mantienen Collor (44%) y Brizola (14%), habiendo mejorado ambos, su pronóstico anterior.- Los indefinidos aún se mantienen en un porcentaje muy elevado (62%).-

Se han producido algunos enfrentamientos violentos entre manifestantes apuestos, destacándose el de NITEROI, entre partidarios de Collor y Brizola como

SECRETO



SECRETO

Original No. 21

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... asimismo el atentado a un comité de Lula en San Pablo.-

B.- INTERNACIONAL.-

1.- VISITA DEL PRESIDENTE ARGENTINO.-

- Entre los días 22 y 24, el Presidente Carlos Menem visitó Brasil.- Este hecho tuvo enorme repercusión en toda la prensa del país que lo calificó de trascendental.-

Los aspectos más importantes resaltados por ambos mandatarios fueron los de las firmas de 23 acuerdos, de los cuales se destacan:

- cooperación nuclear, aeroespacial y energética.-
- políticas de integración económica.-

Aguardándose el apoyo de Brasil para el restablecimiento de relaciones con Gran Bretaña.-

Se destacó además la presencia del Señor Presidente de Uruguay en Uruguayana, primera etapa del viaje.-

2.- RESULTADO DE LAS ELECCIONES EN BOLIVIA.-

- Con la asunción a la presidencia del social-demócrata (ex-guerrillero) Jaime Paz Zamora, la prensa del país destaca: " La izquierda en el poder ya ocasionó crisis en Bolivia ", en clara alusión a la corrida financiera realizada por los ahorristas e inversionistas.-

Llamó la atención el apoyo dado en el Congreso Electoral por el ex-Presidente General Hugo Banzer Suárez., a quien otrora fuera su rival ideológico. habiendo incluso Jaime Paz, estado preso por sus actividades, en el Gobierno Banzer - Partidario de la integración con los países vecinos, buscará romper el aislamiento físico de Bolivia y se especula también con que deberá mantener la política económica, considerada excelente por el abatimiento casi total de la inflación.-

...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASÍLIA

///...Al acto de pose del nuevo mandatario, concurre el Presidente Sarney...

3.- SITUACION EN COLOMBIA.-

- Declaración de guerra al narcotráfico, por el Presidente Sarney es uno de los titulares de uno de los principales diarios de Brasil...

En general toda la prensa se hace eco de la grave crisis que sufre Colombia...

Se destacan minuciosamente los hechos de sangre, atentados, amenazas, etc y en especial:

- la renuncia de la Ministro de Justicia por amenazas, al que descubierto...
- la participación en el narcotráfico de mercenarios israelíes e ingleses...
- presión de EE.UU para el combate a la droga...
- ofrecimiento de ayuda de otros países...

Ante el pedido de extradición de los principales cabezas de la organización, por parte de EE.UU, el Brasil a través del Director de Seguridad Señor Tuma, realizó el pedido de captura de los 12 hombres fuertes del tráfico, mientras se incrementa la vigilancia de fronteras, para evitar la radicación en la región selvática del país, de guerrilleros y narcotraficantes...

4.- TEMAS COMUNES URUGUAYOS - BRASILEÑOS.-

- La prensa en general comenta tres temas que relacionan a ambos países...
- Brasil en fecha breve, podría abrir las fronteras para el ingreso de ganado procedente del Uruguay.- Delegados de los ministerios del ramo, trabajan conjuntamente para buscar soluciones a los problemas ocasionados por la aftosa, que motivó la prohibición.- Ver FPI anterior...
- Ambos países próximamente podrán comenzar a tratar los problemas de límites existentes y que en términos generales perjudican al Uruguay...
- Las naves extranjeras (Brasil y EE.UU), que participan en la OPERACION UNITAS XXX, no serían atendidas en Montevideo por el Sindicato Portuario, por, según el comentario, discrepar con la política internacional, intervencionista, de los Estados Unidos y por discrepar con este tipo de maniobras...

SECRETO



SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

II).- FACTOR ECONOMICO.-

1.- UBICACION DE BRASIL EN EL PLAN BRADY.-

-El Presidente del CIMCORP JHON REED, que recientemente cumplió una misión de estudio de la situación económica del país, manifestó que sólo el nuevo gobierno estará en condiciones de negociar la deuda externa, al amparo de las reglas del Plan Brady.-

Mientras tanto y hasta las elecciones, es necesario reorganizar la situación económica con el FMI, BIRD, Banca Privada, etc.-

La deuda externa brasilera 120 billones de dólares, la argentina 60 billones de dólares, tendrán que esperar para ser incluidas, como México, en la reducción del Plan Brady, a que los mismos gobiernos muestren sus planes en este campo.-

Se realiza un análisis de las deudas de los países latinoamericanos y Uruguay no figura, por no ser considerado de los más comprometidos en el tema.-

Venezuela también con nuevo gobierno, tendrá que mostrar resultados para ingresar al Plan.-

2.- ALMUERZO OFRECIDO A SARNEY.-

-Los 22 Embajadores latinoamericanos y del Caribe, ofrecieron al Presidente, en el Club Naval, un almuerzo en el que se destacó el esfuerzo integracionista del mismo. En la alocución de agradecimiento, Sarney puso énfasis en el factor común que aqueja a todos: la deuda externa y abogó porque los distintos grupos que trabajan en el tema, continúen unidos en el esfuerzo.-

3.- OPINION OFICIAL SOBRE EL PLAN DE EMERGENCIA.-

-El Ministro de Hacienda, Mailson da Nóbrega, refiriéndose al Plan de 30 puntos presentado por el Congreso al Presidente, para reducir la inflación y a las medidas prometidas por éste, algunas de rápida ejecución, dijo que, a pesar de su buena intención, no eran suficientes para contener el proceso inflacionario.-

...///

SECRETO



SECRETO

Cópia de...

AGREGADO MILITAR
BRASÍLIA

///...

La suya fue una clara alusión a la colaboración indispensable que se requiere en el sector privado.-

Las medidas que se implanten, dijo el Ministro, serán anunciadas por él, en toda oportunidad que se considere necesario y oportuno.-

4.- CONCESION DE NUEVOS CREDITOS.-

-A pesar de la situación económica, el Ministro de Hacienda anunció la concesión de nuevos créditos:

-por el Banco Mundial: 600 millones de dólares, para el desarrollo de 2 programas uno rural y otro agroindustrial, 300 para cada uno.-

-por Japón de 1.3 billones de dólares para el Programa Brasil Central, que comprende 700.000 hectáreas de tierras en los Estados de Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí y Maranhão.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Fecha 1 de 12
Conto 10. 1964III) - FACTOR SICO-SOCIAL.-1.- NUEVA HUELGA GENERAL.-

-La CUT (Central Unica de Trabajadores) con la presencia de 200 delegados de los 400 sindicatos que la integran, ya decretó nueva huelga general contra la hiper-inflación.-

Esta vez será por tiempo indeterminado y a fijar cuando las condiciones del país así lo requieran.-Evidentemente la misma tiene un trasfondo político, en momentos que se aproximan las elecciones presidenciales.-

2.- VACUNA CUBANA LLEGO AL PAIS.-

-La primera partida de vacunas contra la meningitis B, llegó a fin de mes, al país.-

El gobierno cubano donó además 500.000 dosis.-

La segunda partida será en setiembre, un millón de dosis y entre octubre y enero, en 4 remesas de 2 millones cada una, esta vez a granel.-

Los laboratorios brasileiros harán el control de calidad.-

3.- DEVASTACION EN AMAZONIA.-

-Vuelve a tratarse en la prensa este tema, aunque con menor intensidad.-

En la oportunidad, con la opinión de diversas autoridades, que sobrevolaron la zona, se culpa particularmente a las multinacionales americanas e inglesas que autorizadas, trabajan en la exploración y explotación de la zona.-

4.- ENCUENTRO DE MINISTROS DE CULTURA.-

-Con la participación de la Ministro de Uruguay Dra. Alicia Roca, los ministros Latinoamericanos y del Caribe de Cultura, se reunieron en Brasilia, en el corriente mes.-

El encuentro se realizó en ITAMARATY, con la presencia de Sarney en la sesión inaugural.-

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///...

El objetivo principal fue, a través de la cultura, colaborar en la integración regional en los campos económicos, social y políticos.--

Se cumple así con unos de los mandatos del Grupo de los 21, surgidos de las reuniones de Acapulco y Punta del Este.--

Se discutieron temas tales como:

-protección y conservación de bienes culturales y naturales de la región.--

-creación de un fondo para el desarrollo cultural.--

-difusión de lenguas oficiales y preservación de lenguas autóctonas.--

Los temas fueron polémicos y se defendió la participación de Brasil en el encuentro y en la reunión futura.--

5.- REINAUGURACION DE MONUMENTO.--

Fue reinaugurado en Volta Redonda, el monumento destruido por una bomba en mayo de este año.--

El mismo fue construido en homenaje a tres operarios de la CSN (Compañía Siderúrgica Nacional), muertos con enfrentamiento con el Ejército, cuando la ocupación de la planta, con motivo de una huelga.--

El Sindicato muestra preocupación por la seguridad del nuevo monumento y ha pedido guardia permanente a las autoridades.--

6.- NUEVA CAMPAÑA CONTRA EL SIDA.--

-En momentos en que las estadísticas anuncian que el mal, a crecido entre las mujeres, se realiza un nuevo lanzamiento de defensa contra la enfermedad patrocinado por la actividad privada: grupo de colegios Objetivo y el grupo económico Pardigón..

Al lanzamiento concurren entre otras autoridades, los Ministros de Justicia, Salud, el Director General de la Policía Federal, Sr. Romeu Tuma etc.--

Se dieron a publicidad el libro y video, "SIDA HOY".--

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

IV).- FACTOR MILITAR.-

1.- MODIFICACIONES EN EL SISTEMA DE ENSEÑANZA.-

-Este es el último año en que podrán ingresar a AMAN (Academia Militar Aguirre Negras) en Recife, alumnos de los Institutos Militares y Civiles de los Centros de Enseñanza Civiles.-

A partir de 1990, será obligatorio cursar el 2º grado en la Escuela Preparatoria de Cadetes del Ejército, ubicada en Campiões, Estado de São Paulo. Los Colegios Militares, ahora mixtos, seguirán atendiendo los dos últimos años del segundo grado y los varones que egresen de éstos y los civiles, darán examen de ingreso en la ESPCEX, que irá a 600 plazas.-

Se busca que a AMAN ingresen vocacionales y evitar las grandes deserciones existentes hoy.-

Otra modificación es que se otorgarán las vacantes de ingreso a AMAN, por regiones, para evitar la gran existencia de cadetes procedentes del nordeste y centro sul.-

2.- DECLARACIONES DE MINISTROS MILITARES.-

-En momentos en que se acrecienta la actividad política, por la cercanía de las elecciones presidenciales, los 4 Ministros de las FF.AA. individualmente, desacreditan los rumores de próxima convulsión social, ocasionada principalmente por la situación económica y las agresivas campañas políticas.-

Aseguran el cumplimiento del acto electoral y la futura transición.-

3.- FUTURO PROYECTO DEL EJERCITO.-

-Cumplido el Plan del FT-90 (Fuerza Terrestre 1990) que consiste en reequipamiento de la Fuerza, creación de Unidades como la aero-transportada, creación de la Aviación de Ejército, (el 25 de agosto, Día del Ejército, con la presencia del Presidente, desfiló en Brasilia con sus primeros 7 helicópteros), el Ejército intensificará el Proyecto Calha Norte.-

SECRETO



SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///...

El mismo consiste en marcar la presencia del Ejército en las fronteras con Colombia, Venezuela y Perú, realizando con las fuerzas homónimas de las mismas, trabajos de coordinación y cooperación para evitar:

- tráfico de drogas.-
- tráfico de armas.-
- movimientos de elementos subversivos.-
- contrabando de minerales, especialmente oro, extraídos de los territorios amazónicos.-

Se busca también a nivel nacional, unir los espacios de la Amazonia que no pueden ser recorridos a través de los ríos y evitar con ello el aislamiento de vastas regiones.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 10
Copia No. 10110-1V).- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-1.- LA MAYOR REPRESA DEL MUNDO .-

-Con la puesta en marcha de la turbina No.15, ITAIPU pasó a ser la mayor represa del mundo. La misma se inauguró con la presencia de los ministros del Interior de Brasil y Paraguay y las autoridades de la empresa constructora.-

Tiene ahora una capacidad instalada de 10,5 millones de Kts, superando en 100.000 a la hasta entonces mayor, la GRAN COULLE, en el límite de EE.UU y Canadá.- También pasó a liderar la generación mundial con 600 millones de KW/h por año.- Con sus 15 unidades, Itaipú tiene el 20 % de la capacidad instalada del país y produce el 31 % del consumo.-

A fines de 1990 se prevé el funcionamiento de las 18 turbinas, llegando a 12,6 millones de KW de capacidad de generación.-

En una faja de 100 metros de la costa, se han plantado 18 millones de árboles y se creó el 1er. ecomuseo de América del Sur, donde se guardan objetos y documentos de la triple frontera, obtenidos de los 300 lugares explorados, con vestigios de hasta 8.000 años.-

2.- CONSTRUCCION DE COHETE AEROSPAIAL.-

-Existe un ofrecimiento de una empresa americana, la MOJONTELL, especializada en el tema, para que ingenieros brasileros participen en el proyecto de construcción del tipo Viking.-

Este hecho genera algo de recelo en el gobierno de EE.UU por temer a que luego Brasil, utilice los cohetes con fines militares.-

3.- GASODUCTO ARGENTINA - BRASIL.-

-Entre la provincia de Entre Ríos y la región industrial, metropolitana de Porto Alegre, figura como proyecto de construcción y dentro de los temas de cooperación tratados en la reciente visita del Presidente Menem.-

...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Noja de 12
Copia No. 12

///...

Su costo se estima en 600 millones de dólares y ambos países buscan una fuente de financiamiento común ó despertar el interés del sector privado.-

SECRETO

098

Brasil.

002600

MEMORANDUM

I.- ASUNTO: PEI Nº 009/AMB/89 del Agremil Brasil, responde a P.E.I. 002/AMB/89.

II.- ACCION TOMADA:

- CONOCIMIENTO SR. JEFE DPTO. II _____ X
- CARPETA SR. C.J.E. _____ X
- CARPETA SR. J.E.M.E. _____
- CARPETA SR. 1er.SUB-JEFE E.M.E. _____
- P.E.I. A LA D.G.I.D. _____
- P.E.I. AL ES.MA.CO. _____
- HOJA DE TRAMITE A Interior DI
- AREA 2

III.- ARCHIVO:



MONTEVIDEO, 20 JUL 1989

El Jefe de la División Exterior del Dpto. II.

Tte. Cnel.

Omar Porcióncula.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Div. de E. Armada Internacional de Puerto	
Fecha de Entrada	20-9-89
Fecha de Salida	14-10-89
Pasa a	Adj. Rectorio.
Nº de Identificación	132/89

01.11

8909677

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

[SECRETO]

Hoja 1 de _____

Copia No. _____

BRASILIA DF.--

23 de Mayo de 1989.--

HORA 1030.--.--.--

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION No.009/AMB/989.--I.-- EVALUACION :

A.1.--

II.-- RESPONDE A:Complementar el P.E.I. No.002/AMB/989 del 26 de abril
de 1989.--III.-- TEXTO :Remitir la información recibida el día 16 de los co-
rrientes, del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas de
Brasil,--sobre la reunión realizada entre el 07 y 09
de abril.--IV.-- ACCION TOMADA:

Confección del presente parte.--

V.-- DISTRIBUCION:

01 Ejemplar para el Señor J.E.M.E.--

01 Ejemplar para ARCHIVO.--

El Agregado Militar en Brasil.--

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.--

[SECRETO]

SEV. 20 JUN. 1989 (LIV. EXTERIOR)

ENTRADA 20 JUN. 1989

PROCESADO

RECIBIDO

/NWB-irm/

SECRETO

AS FORÇAS ARMADAS NA AMÉRICA LATINA
PAPEL E ATUAÇÃO

1. Sob a promoção da Central Única dos Trabalhadores - CUT e do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos - MNDDH, realizou-se, de 07 a 09 de abril, no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, o Seminário "As Forças Armadas na América Latina. Papel e Atuação".

O seminário, que contou com o apoio de organizações como UnB, CIMI/CNEB, OAB/DF, CARITAS, SINMED (Sindicato dos Médicos-DF) e outras (Anexo "A"), teve uma frequência razoável, que lotou as dependências do auditório, de 280 lugares.

O público inscrito, que compareceu ao evento, era formado, em sua quase totalidade, por jovens de ambos os sexos que exibiam um comportamento de "emancipados" e "intelectualizados", nos moldes do movimento de 1968. No decorrer das atividades, pôde-se constatar que esses "jovens", na grande maioria eram, também, engajados nos movimentos sindical e partidário (PT).

Em face das pequenas dimensões do auditório, o controle de entrada no recinto foi rígido, sendo exigida a identificação dos inscritos, o que causou dificuldades para acompanhar o evento.

A Imprensa, apesar do número de jornalistas presentes, quase não deu cobertura ao Seminário. Constatou-se, apenas, uma notícia dada pela "Folha de São Paulo", em sua edição de 08 de Abril - pág. A 10 (Anexo "B").

2. O Seminário foi aberto às 18:00 hs do dia 07 de abril, tendo usado da palavra os seguintes expositores:

a - General JERÔNIMO CARDOSO, da "Frente Ampla do URUGUAI".

Resumo da Exposição

. Discorreu sobre as relações FA X Sociedade Civil, no Uruguai, com destaques para o período 1973/85, da "Ditadura Militar" e para o momento atual, quando um "referendum popular" deverá votar a chamada "Lei do Ponto Final" - trata-se de lei que declara a "Caducidade do Poder Disciplinador do Estado Uruguaio" para punir os militares envolvidos nos crimes contra os direitos humanos, durante o período do Governo Militar, naquele país.

. Manifestou a sua expectativa pessoal de que essa lei será derrubada".

SECRETO

.Expressou o entendimento de que o Governo atual, apesar de eleito pelo povo, se debate com a pressão das elites dominantes e é manietado pelo "estamento militar".

b - Dr. HÉLIO BICUDO, Secretário de Assuntos Jurídicos da "Prefeitura Popular de São Paulo" (conforme foi anunciado pelo Coordenador).

Resumo da Exposição

. Declarou que na tradição constitucional brasileira o papel das FA sempre foi marcante, mas que, após o "golpe de 1964", esse papel tem sido hegemônico e de domínio total sobre o Governo da Nação, hoje, exercido por um civil incapaz de contrariar os Militares, aos quais se submete servilmente.

. Argumentou que o "poder tutelador dos militares" tem origem e é sustentado pela "Doutrina de Segurança Nacional", forjada no "War College - USA", e desenvolvida, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra - ESG.

. Considerou a "Assembléia Nacional Constituinte" incapaz de estabelecer o correto papel (destinação) das FA, ratificando, no texto da nova Constituição, sua hegemonia sobre a Sociedade Civil, principalmente pela figura da subordinação direta ao Chefe do Executivo, seu "Comandante Supremo" - citou como prova o episódio recente da CSN, em Volta Redonda, RJ.

. Criticou o poder superministerial do SNI, hoje respaldado pelo assessoramento da SADEN/CDN, criada por decreto de constitucionalidade duvidosa.

. Disse acreditar na ascensão das forças populares ao Poder na próxima eleição presidencial e que não acreditava na tese do "ganha mas não leva", decantada pelas "direitas", para intimidar os movimentos populares e progressistas.

c - GREGÓRIO ERNESTO ZELAYANDIA, da FMLN-FDR (Frente Faraundo Marti) de EL SALVADOR.

Resumo da Exposição

. Após um esboço histórico sobre a vida político-institucional do seu País, reportou-se, mais especificamente, aos acontecimentos políticos do início deste século até os dias atuais.

. Destacou o comprometimento histórico das FA (principalmente do Exército) com as elites dominantes, e a influência americana de dominação, veiculada pelo que chamou de "Política Reagan".

. No seu entender, tal dominação americana é massacrante e vergonhosa. Sua influência sobre as FA chega a ditar um modo

lo de comportamento externo (fardamento dos militares) pilhericamen
te chamado de "Rambotização" (referência ao personagem cinematográfi
co RAMBO). Visa incutir no soldado salvadorenho a idéia de que ele,
assim como o RAMBO, é forte e imbatível.

. Reportou-se, no final, ao Movimento Revolucionário
(FMLN) a que pertence, considerando-o a organização mais expressiva
de libertação nacional e, por isto, o alvo principal da repressão do
Governo, com apoio dos U.S.A.

3. As 09:00 hs do dia 08 de abril, foram reiniciados os traba-
lhos do Seminário, tendo usado da palavra os seguintes expositores:

a - Deputado JOSÉ GENOINO, do Partido dos Trabalhadores
(PT-SP).

Resumo da Exposição

. Repetiu o discurso que sempre proferiu - tanto na Câ-
mara dos Deputados, como na Assembléia Constituinte - contra a tute-
la do "poder militar".

. Considerou essa tutela como um problema crônico da
cultura brasileira e que somente por um processo de conscientização
da Sociedade poderia ser erradicada.

. Acusou os Constituintes e o Governo de terem "Oficia-
lizado" os Militares como os avalistas do processo de democratização
do País, colocando-os como juizes da "transição democrática", a tal
ponto que o Ministro do Exército chegou a declarar que se fosse a-
provada a Anistia, ele não cumpriria ... "e por isto a anistia foi
derrubada".

b - Deputado LYSÂNEAS MACIEL, do Partido Democrático Traba-
lhista (PDT-RJ).

Resumo da Exposição

. Defendeu a necessidade da modificação do dispositivo
constitucional sobre a destinação e o emprego das FA, que devem cui-
dar, apenas, da defesa externa.

. Expressou o entendimento sobre a necessidade das FA
ficarem subordinadas ("por rígido controle") aos poderes constitui-
dos e à Sociedade, a fim de que se tenha verdadeiramente um Estado
Democrático.

. Propôs a extinção do SNI, que deveria ser substituído
por um órgão civil de informações, sem Status de Ministério.

. Acusou os Militares de serem detentores de privilégios

SECRET

e mordomias inadmissíveis, pelos quais dispõem de verbas secretas e programas paralelos, realizam despesas astronômicas com equipamentos obsoletos ou desnecessários, recebem incentivos financeiros para "sustentar" empresas falidas, produtoras de material bélico. Citou como exemplo dessas distorções, o fato do Orçamento da União / 1989 haver destinado US\$ 1,5 milhões ao SNI, para pesquisas tecnológicas, "um evidente absurdo".

c - FLORA ABREU, representante do "Grupo Tortura Nunca Mais".

Resumo da Exposição

. Em discurso do tipo acadêmico/ideológico, defendeu e elogiou a idéia do Seminário, que deveria ser incorporada à "ação programática" dos partidos progressistas.

. Sugeriu que além dos aspectos sob os quais o tema do Seminário já havia sido abordado, outros tantos importantes seriam: Sistema Jurídico Único (extinção da Justiça Militar); participação militar no Governo (seis ministros militares); promoção dos militares; papel de polícia, exercido pelas Forças Singulares; papel do Executivo versus FA (Comando Supremo); papel dos militares nas empresas estatais etc.

. Repetiu as teses dos que a antecederam no Seminário, para reafirmar que o papel das FA "em sua essência é coercitivo e opressor" e que não devemos ter medo de discutir o papel das Forças Armadas.

4. Às 15:00 hs do dia 09 de abril de 1989, iniciou-se a última sessão do Seminário, durante a qual usaram da palavra os seguintes expositores:

a - "LUIZINHO", Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (RJ).

Resumo da Exposição

. Discorreu sobre os movimentos grevistas do seu sindicato, o qual, somente a partir de 1985, conseguiu realizar uma "ação paredista" (greve), porque, até então, temia-se o Exército, que os reprimia como detentor da responsabilidade de guarda do próprio nacional, a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.

. Limitou sua exposição a um relato detalhado sobre o último acontecimento na CSN, que resultou na morte de três metalúrgicos. Essa limitação lhe valeu a censura de um dos "companheiros" debatedores, por não ter relatado também a luta de outros sindicatos da classe, como os de IPATINGA, CONTAGEM, ITABIRA, etc, onde a repressão policial foi igualmente violenta.

SECRETO

b - JAIR MENGUELLI, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Resumo da Exposição

. Na mesma linha do expositor que o antecederia, descreveu o "sofrimento dos trabalhadores" no enfrentamento da "repressão militar" em suas lutas por melhores salários e condições de vida mais digna.

. Afirmou que os militares, desde jovens, são submetidos a um processo de doutrinação, pelo qual são treinados a atacar e abafar os movimentos civis, principalmente sindicais e partidários.

5. OUTROS DADOS

a - O Seminário foi bem organizado, contou com um eficiente apoio de infraestrutura e todas as suas atividades foram gravadas pela "TV dos Trabalhadores" - como eram identificados os operadores de vídeo.

b - Afirmou-se que o material gravado e os textos impressos das exposições e debates seriam editados e distribuídos, nacionalmente, para os órgãos regionais e metropolitanos das entidades promotoras do Seminário.

c - O caráter internacional do evento se limitou, apenas, às exposições dos convidados estrangeiros. O enfoque dominante foi de abordagem nacional.

d - Pelo perfil dos debatedores - quase todos apresentados como integrantes da direção das organizações participantes - ficou a impressão de que o Seminário foi montado para preparar os agentes sindicais e do PT na abordagem do tema durante a campanha da eleição presidencial a se desencadear no País.

e - Reiteradas vezes foi externada a convicção sobre a chegada de LULA e/ou BRIZOLA à Presidência da República. Houve, porém, quem recomendasse cautela nessa avaliação, porque "a direita ainda é forte e se organiza para garantir-se no Poder".

f - Foi feita a denúncia de que a organização de direita "CONVERGÊNCIA DEMOCRÁTICA" havia autorizado o Sr. SAID FARAH a utilizar as verbas da rubrica de Comunicações, inclusive dos Ministérios Militares, para o financiamento de órgãos de comunicação de massa, na execução de campanhas sistemáticas e permanentes contra as organizações de esquerda. Na mira da "Convergência Democrática" estariam, também, os meios de comunicação que devem ao INPS e a outros órgãos públicos de arrecadação; suas dívidas seriam perdoadas em troca da campanha.

SECRET

g - Por ocasião dos debates, o ex-29 Sargento do Exército BENJAMIN SOARES (Sic) apresentou-se para "repetir as denúncias que fizera, recentemente, contra os seus superiores", dispondo-se a repeti-las nos auditórios das organizações que promoveram o Seminário. Declarou que estava ali como "um vivo declarado morto" e que sua esposa era "uma viúva fictícia". Este fora o prêmio que recebera, por sua atitude corajosa e sua honestidade.

Brasília, 10 de abril de 1989.

ANEXOS:

- A - Programação do Seminário (impresso)
- B - Matéria publicada no jornal "FOLHA DE SÃO PAULO", ed. de 08/04/89- pag A-10 (xerocópia)
- C - Texto intitulado "A Transição Fardada" (JOSÉ GENOINO NETO), da publicação TEXTO E DEBATE - ANO I, Nº 1
- D - "CARTA INFORMATIVA - Especial", ano VI, Nº 1, do "Servicio Paz y Justicia en America Latina - SERPAJ/AL". (Rio de Janeiro, RJ). Sobre a indicação do Cardeal PAULO EVARISTO ARNS como Candidato ao Prêmio Nobel da Paz, 1989
- E - Publicação da "Folha de São Paulo", ed. de 25/09/88, pag 06, sob o título: "EXÉRCITOS FAZEM PACTO SECRETO PARA INTERVIR NO PODER" (xerocópia)
- F - Panfleto "OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA - Agora Você já Pode Dizer Não ao Serviço Militar - Art 143, da Constituição" (xerocópia).
- G - "A Indústria Bélica no Vale do Paraíba". Distribuição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos (SP).

X X X X X X X X X X

SECRET

8903677

- A organização do Seminário não se responsabilizará pela hospedagem dos participantes.
- As inscrições poderão ser feitas mediante o pagamento da taxa de NCz\$ 1,00 enviada juntamente com o cupom picotado ou pessoalmente na Secretaria do Seminário, no Edifício Venâncio VI Sala 109, Brasília - DF.
- Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: 321-4751 no horário comercial.

PROGRAMA

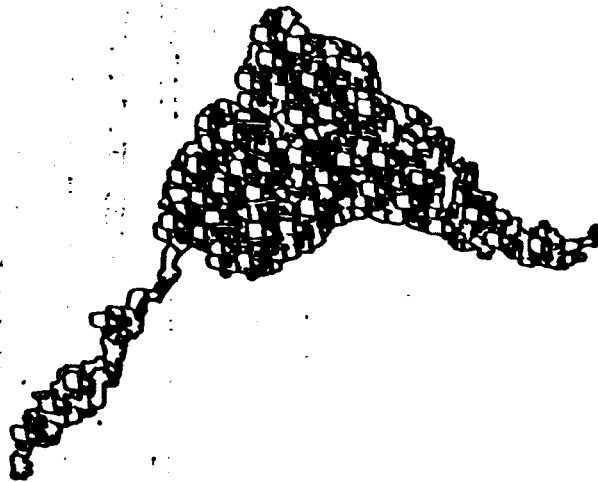
07 e 08 de abril
Local: Auditório Nereu Ramos - Câmara dos Deputados - Brasília
Participantes: O Seminário será aberto aos participantes interessados que se inscreverem previamente.

07 de abril de 1989
18:00 hs - Abertura - A atuação dos Militares na História da América Latina
Palestrantes: General Jerônimo Cardoso
Pres. da Com. Assuntos Internacionais da Frente Ampla do Uruguai,
Dr. Hélio Pereira Bicudo
Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura de São Paulo,
Gregório Ernesto Zelayandia
Representante da FMLN-FDR - El Salvador

08 de abril de 1989
09:00 hs - Os militares e a nova Constituição
Palestrantes: Deputado José Genólio Neto
Deputado Vivaldo Vieira Barbosa
Flora Abreu
Representante do Grupo Tortura Nunca Mais
14:00 hs - A participação política dos militares
Palestrantes: Deputado Luís Inácio de Silva - LULA
Domingo Lainon
Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico-Paraguai,
Hebe Bonafini
Coordenadora das Mães da Praça de Maio-Argentina

08 de abril de 1989
09:00 hs - Doutrina de Segurança Nacional e Soberania Nacional
Palestrantes: Prof. Moniz Bandeira
Professor da Universidade de Brasília
Coronel Geraldo Cavagnere
Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP,
Dom Erwin Krautler
Presidente do CIMI,
14:00 hs - Os militares e a luta dos trabalhadores
Palestrantes: Jair Meneguelli
Presidente da Central Única dos Trabalhadores
Luís de Oliveira Rodrigues
Tesoureiro do Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos de Volta Redonda.

SECRETO



AS FORÇAS ARMADAS
NA AMÉRICA LATINA

8909677

07, 08 e 09 de abril de 89

AUCH Nº

ANEXO A

O MNDDH, a CUT e a UnB realizam este Seminário objetivando desencadear um processo de discussão para demonstrar à sociedade civil e aos setores que se propõe à transformação estrutural das sociedades latino-americanas, a imperiosa necessidade da elaboração de uma política sobre o Papel e Atuação das Forças Armadas.

O processo de democratização conquistado no Brasil ainda não conseguiu resolver questões cruciais para sua própria continuidade, prova disso são os mistérios que cercam o complexo industrial bélico, a militarização no processo de repressão aos movimentos grevistas, a administração militarizada da máquina estatal, os grandes projetos como o Calha Norte e o autoritarismo intrínseco, com base doutrínaria na visão que ancora a existência do "inimigo interno" e da "subversão internacional". Não sendo essa uma particularidade brasileira, como provam os recentes acontecimentos na Argentina, país onde nenhum presidente conseguiu transmitir seu cargo normalmente ao sucessor, no Uruguai, onde as forças militares negam-se a acatar um referendium popular que determinou o julgamento dos responsáveis pela violação dos Direitos Humanos

durante o período ditatorial, no continuísmo embutido na decisão do general Andrés Rodríguez do Paraguai, de realizar eleições sem ple-nas condições para que os partidos de oposição, legalizados após a queda do general Stroessner possam se estruturar e participar legitimamente do processo eleitoral, a intervenção direta do imperialismo norte-americano na América Central através de ajuda militar e a coordenação dos exércitos americanos para atuar contra os segmentos sociais que lutam pelo progresso social, todos estes são temas que motivam a realização deste Seminário, que contará com a presença de convidados da Argentina, Uruguai, El Salvador, Paraguai e Brasil para que possamos, de forma abrangente, discutir uma política das forças progressistas em relação aos militares.

Podemos nos arriscar a afirmar, não haverá solução para o problema da Transformação Social na América Latina que não passe pela questão militar.

Data: 07, 08 e 09 de Abril

Local: Auditório Nereu Ramos

203 . 1 0

INSCRIÇÕES

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Endereço: _____

Fone: _____

VIA DA SECRETARIA

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Entidade: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

8909677

SEGRETO

FOLHA DE SÃO PAULO - Pag A-10 - EXTERIOR - SÁBADO, 08 de abril de 1989



Victor Licandro (esq.), do exército esquerdista Frente Ampla, ao lado de Ernesto Zelaya, da FMLN, de El Salvador

Para general, interior do Uruguai vai decidir resultado do plebiscito

Da Secural do Brasil

O general do Exército uruguaio, Victor Licandro, vice-presidente da Organização dos Militares para a Democracia e Libertação da América Latina, prevê ontem em Brasília que a Lei do Ponto Final deverá ser rejeitada pela população de Montevideo no próximo dia 16, quando se realiza um plebiscito em todo o país. Licandro não assegura antecipadamente a vitória dos setores oposicionistas, porque, segundo ele, "o interior do Uruguai está muito dividido". A Lei do Ponto Final, sancionada pelo governo em dezembro de 85, impedia a punição dos militares acusados de terem participado da repressão política, detencões de 1973 a 1985.

Licandro faz parte da ala militar favorável à punição de cerca de 60

membros das Forças Armadas — o número total de acusados chega a 200 —, a fim de que "a imagem da instituição seja restaurada junto ao povo". O general do Exército, também integrante da Frente Ampla, formada por 18 partidos oposicionistas, esteve ontem em Brasília para participar da abertura do seminário "Papel e Atuação das Forças Armadas na América Latina", promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

De acordo com o general, está sendo travado hoje no Uruguai "um veemente debate democrático" entre os que querem derrubar a lei e os que querem mantê-la. Apesar de o presidente Julio María Sanguinetti, alto-comando militar e a maioria dos oficiais estarem em campanha para manter arquivadas as prisa-

ões, Licandro acredita que o plebiscito não será fraudado e que seu resultado será respeitado. "O governo e os ministros militares já declararam que irão cumprir a vontade majoritária dos cidadãos."

A única anormalidade verificada no país durante a campanha que antecede o plebiscito é, segundo Victor Licandro, a colocação de bombas caseiras em pontos estratégicos. "São casos que não chegam a ser classificados como terrorismo."

Licandro afirmou ainda que seu país não corre o risco de sofrer retrocesso político. Segundo ele, as Forças Armadas uruguayas "se distanciam da prática da doutrina de segurança nacional". Os militares brasileiros convidados para participar do seminário — Escola Superior de Guerra e Ministério do Exército — se negaram a comparecer.

ANEXO B

11 . 1.1

8904577

Brn

SECRET

EJERCITO NACIONAL
ESTADO MAYOR EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INF)
MONTEVIDEO.
071200 - SET - 1955.

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION (I) Nro. 539/BE/955.

I.- EVALUACION: B - 6

II.- RESPONDE A: Información existente en el Departamento II (INF) del E.M.E.

III.- TEXT O: - Se tomó conocimiento que entre los últimos días de JUN/955 y los primeros de JUL/955 próxima pasado, la Policía Federal de C.BAGE en un procedimiento efectuado, incautó un número no determinado de armas largas, presumiblemente calibre 12mm, los cuales habrían ingresado a Brasil por C.ACEGUA.

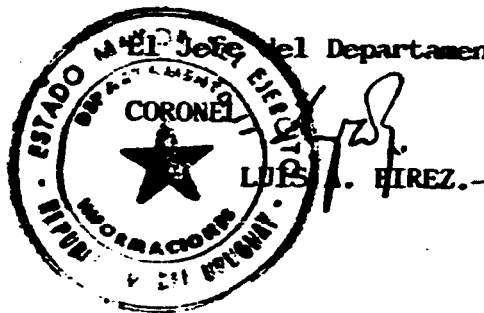
IV.- DISTRIBUCION:

EJEMPLAR 01 CA. C. INFORMACION DE E.

EJEMPLAR 02 D.G.I.D.

EJEMPLAR 03 A R C H I V O

V.- ACCION TOMADA: Confección del presente PARTE.



LG/ps.

14 JUN 1955
SOE
2955

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
SECRETARIA DE DIRECCION
Fecha de Entrada 9/5/89
Fecha de Salida 9/5/89
Pasa a 2
Nº. de Identificación 211

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5 DEC 89
Fecha de Salida 10-10-89
Pasa a 208/09/1961
Nº. de Identificación 1470/89

SECRETO

01.01

8909685

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

MEMORANDUM: Nro. 116. ...
Nro. 117 - 1472/89 (Nº 50).
Nro. 118. - 1471/89. (Nº 50.)
Nro. 119. - 1437/89 (")

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
SECRETARIA	
Fecha de Entrada	505/89
Fecha de Salida	10-10-89
Pasa a	2efe/op/Prohiv
Nº. de Identificación	1469/89

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha de Entrada	16/11/88
Pasa a	
Nº. de Identificación	2878

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Información de Defensa	
SECRETARIA SUB DIRECCION	
Fecha de Entrada	
Fecha de Salida	2/1
Pasa a	I
Nº. de Identificación	2/5

8909686

01-03

Impreso en 25

14-SET-88

MEMORANDUM

DISTRIBUCION: C.J.E. - J.E.M.E. - D.G.I.D.ASUNTO: ELECCIONES SINDICALES-BRASILFUENTE: PRENSA EXTRANJERA: JORNAL DO BRASILTEXTO:

Con un total del 59,7 % del total de votantes, fue reelegido por tercera vez consecutiva para dirigir la Central Unica de Trabajadores (C.U.T), el líder meta-lúrgico JAIR MENEGUELLI.-

Se prevee en consecuencia, que la C.U.T seguirá como hasta el presente actuando como brazo sindical del Partido de los Trabajadores (P.T) liderado por LUIS IGNACIO LULA DA SILVA.-

En el marco de los festejos por el triunfo obtenido, intervino con un ovacionado discurso el representante de la O.L.P. ' HAWZI el MASHI el que entregó a JAIR MENEGUELLI obsequios que representaban "símbolos del pueblo palestino".

Con esta actitud a nivel popular, se manifiesta nuevamente, -en este caso a nivel sindical-, la influencia ya constatada de la O.L.P. a través de un importante apoyo de legisladores del Congreso Brasileño en circunstancias de tratarse el "status" diplomático de ésta organización.

8909686

Impreso en 25

União dos Trabalhadores) já estarão preparando os primeiros mandados em injunção, para exigir na Justiça o cumprimento de preceitos constitucionais como o salário mínimo justo e suficiente para que o trabalhador sustente sua família e a participação dos empregados nos lucros das empresas, revelou, nesta capital, o diretor do Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), Walter Barelli.

"Promulgada a Constituição, haverá direitos adquiridos que temos que exercer. Por isto, vamos, em vários pontos do país, através dos sindicatos, reivindicar esses direitos", afirmou Barelli, explicando que vários sindicatos já estão discutindo a melhor forma de assegurar os direitos constitucionais dos trabalha-

dias 75 advogados de sindicatos filiados à central se reuniram para traçar as primeiras diretrizes de ação conjunta para a utilização dos novos instrumentos jurídicos institucionalizados pela nova carta, como o mandado de injunção e mandado de segurança coletivo — contra atos das autoridades públicas que se consideram serem lesivos a direitos "líquidos e certos".

Segundo Silvia Portela, a CUT quer que os sindicatos centralizem e uniformizem sua ação, para evitar que um mandado mal preparado por um dos seus sindicatos inviabilize outros. "Nossa orientação é de fazermos bem-feito, não exatamente de chegarmos na frente nestas reivindicações na Justiça", enfatizou o advogado José Siqueira, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo

preparação que estão fazendo".

Ele adiantou que dois dos principais preceitos constitucionais que os sindicatos poderão cobrar na justiça são a participação nos lucros das empresas, pelos empregados, e a fixação de um salário mínimo que de fato seja capaz de sustentar uma família, como prevê o texto constitucional. José Siqueira disse ainda que, em tese, o mandado de segurança coletivo, criado pela Constituinte, já poderia ser utilizado pelas centrais sindicais, federações ou sindicatos de trabalhadores, contra o corte do galtilho salarial de julho do ano passado, pelo Plano Bresser.

Walter Barelli garante, entretanto, que o Dieese não está preocupado unicamente com estes aspectos da nova Constituição, mas com as conquistas básicas que os trabalhadores

dicatos se organizam para efetivamente conquistar na legislação ordinária aquilo que já parece ser direito consagrado pela nova Constituição. Vamos ficar atentos, pois muita coisa que consideramos hoje como vitória podem ainda se transformar em derrota", advertiu.

A socióloga Silvia Portela revelou que o grupo de trabalho da CUT que preparou as propostas para a constituinte já está se preparando para acompanhar toda a elaboração da legislação ordinária, a fim de evitar que aquelas conquistas apontadas por Barelli sejam perdidas. "O texto tem vários direitos sujeitos a regulamentação e é necessário evitar a sua procrastinação, o que acabaria significando o impedimento do cumprimento das decisões da Constituinte", afirmou José Siqueira.

Meneguelli eleito para 3º mandato

BELO HORIZONTE — Com os votos de 3 mil 557 dos 5 mil 961 delegados votantes no 3º Concut, o líder metalúrgico Jair Meneguelli foi eleito, ontem, para seu terceiro mandato consecutivo à frente da Central Única dos Trabalhadores. Sua chapa, a de número 2, intitulada pela CUT Classista, de Massa, Democrática, de Luta, pela Base, obteve 59,7% dos votos e fez 50 dos 83 integrantes do diretório nacional. A chapa 3, Cut pela Base teve 1 mil 368 votos (22,3%) e 19 membros. A chapa 1, CUT é pra Lutar, conseguiu 961 votos e 14 integrantes.

Na executiva, a chapa de Meneguelli conquistou nove dos 15 postos, ficando a chapa 3 com quatro e a chapa um, com dois. A composição, como explicou o próprio Jair Meneguelli, foi praticamente a mesma da executiva anterior. Todos os 15 integrantes (os mais votados de cada chapa, dentre o número de cargos que coube a cada uma) já estavam definidos, entre eles os líderes das chapas 1 (Ciro Garcia) e da chapa 3 (Durval de Carvalho), mas apenas três foram confirmados: a vice-presidência para Avelino Ganzer, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, e a secretariageral para Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, além da presidência para Jair Meneguelli.

Apesar da derrota, os mais animados entre os cutistas eram os militantes da chapa 1. Localizados logo à frente no plenário, agitaram suas bandeiras vermelhas e jogaram para o ar grande quantidade de papel picado, ao tomar conhecimento do resultado da votação, que lhes manteve o mesmo número de cargos que possuíam na executiva. De camisas amarelas, também comemoraram, embora com menos entusiasmo, os militantes da chapa 3, enquanto os verdadeiros vencedores da eleição carregavam seu líder Jair Meneguelli nos ombros.

Em clima de festa e confraternização entre militantes de chapas diferentes, terminou às 16h30min o 3º Concut. De punhos erguidos, os quase seis mil sindicalistas presentes acompanharam um colega cantar ao microfone o Hino da Internacional Socialista e ao final bateram palmas e assoviaram.

Minutos antes, ele ouviu o representante da OLP, Fhawi el Mashri, fazer outro discurso inflamado, enquanto era acompanhado com o coro de "viva a Palestina", da plateia. O representante da OLP entregou a Jair Meneguelli, juntamente com o representante da Federação Palestina de Uniãoes Trabalhistas, Abdel Rahman, duas lembranças: um mapa da Palestina desenhado sobre um azulejo e um lenço, símbolo do povo palestino, que o presidente da CUT, imitando seus colegas árabes, colocou no pescoço, durante alguns minutos.



Meneguelli comemora apoio de 59,7% de cutista

Plenária critica a Constituição

Entre as decisões importantes do 3º Concut, os sindicalistas decidiram denunciar o "caráter conservador" da nova Carta, e o retrocesso que ela representa em relação à reforma agrária. Mas, deixarão aos partidos políticos a decisão de os constituintes ligados à central assinarem ou não o texto constitucional.

Também em relação à conjuntura nacional, a plenária aprovou posição contrária à participação da CUT no pacto social, e a necessidade de conscientização, pela central, dos trabalhadores e da população em geral, para que elejam candidatos ligados às causas populares, nas eleições municipais de 15 de novembro próximo.

Foi aprovada ainda a mudança dos estatutos da CUT, conforme a proposta do grupo Articulação, que implica aumento do mandato da direção nacio-

nal de dois anos para três anos, na participação em congressos apenas de entidades filiadas e na modificação de critérios para eleição de delegados, que passa a ser proporcional ao número de sindicalizados em cada entidade, e não mais ao número de trabalhadores existentes na base territorial. Isto deverá reduzir, segundo cálculo de líderes do grupo articulação, os atuais 8 mil 363 delegados para cerca de dois mil.

Em relação ao plano de lutas da CUT, ficou decidido que a central defenderá a instituição de uma data-base única para a concessão de um aumento salarial mínimo a todos os trabalhadores brasileiros. Cada categoria poderá pleitear aumento superior a este mínimo, em suas datas-base isoladas. Estas decisões constarão do documento final do congresso.



Sindicalistas ouvem a Internacional e fazem festa

Governo acusado de ser omissso

BELO HORIZONTE — Representantes de 50 centrais e entidades sindicais estrangeiras, que participaram do I Encontro Nacional da CUT, divulgaram ontem um documento, que será enviado hoje ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, denunciando a omissão do governo brasileiro em garantir a vida de trabalhadores rurais envolvidos em conflitos de terra e exigindo a apuração dos assassinatos e outros crimes cometidos contra estas pessoas.

Os delegados estrangeiros ouviram, antontem, uma entrevista coletiva em que treze líderes de trabalhadores rurais confirmaram as denúncias contidas no relatório da Anistia Internacional sobre a violência no campo, no Brasil, e lembraram a impunidade dos criminosos, entre eles os que mataram o padre Josimo Tavares, em Imperatriz, no Maranhão, em maio de 1986, e a líder canavieira Margarida Alves, em agosto de 1983, em Lagoa Grande, na Paraíba.

Os representantes de três centrais sindicais mundiais, de duas latino-americanas e de centrais do Afeganistão, Israel, das duas Alemanhas, Angola, Bélgica, Canadá, Bolívia, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, El Salvador, Equador, Estados Unidos, França, Holanda, Iraque, Itália, Marrocos, Nicarágua, Noruega, Panamá, Suécia, Polónia, Portugal e União Soviética, entre outros, afirmaram, no documento, que se surpreendem com o fato de o governo brasileiro permitir que o preço da democracia seja "esta realidade violenta, que assassina um trabalhador rural por dia e envolve um milhão 300 mil pessoas em conflitos de terra".

Eles afirmam que é inconcebível que o ministro da Justiça ignore as denúncias da Anistia Internacional, quando esperavam que esta contribuição motivasse a Justiça a apurá-las. Solidários com os camponeses brasileiros, eles criticam a omissão do governo e asseguram que irão denunciar a violência, ao nível internacional, para que o governo se sinta na obrigação de garantir a vida daqueles trabalhadores.

Trabalhadores filmam encontro

O congresso da CUT será visto por milhares de trabalhadores em todo o país, através de um vídeo que será editado por seis sindicatos e entidades trabalhistas, sob a coordenação da Secretaria de Formação da CUT. O objetivo, segundo a coordenadora da equipe de 32 sindicalistas que trabalharam nas filmagens, Elenice Alves Gomes, é "mostrar aos militantes de base que não puderam comparecer ao congresso o que foi decidido e quem são os dirigentes da CUT".

Nada menos do que 10 câmaras foram usadas para filmar, em VHS, as cenas do congresso.

Bem-humorado, o vídeo do congresso terá entrevistas e reportagens com participantes do congresso. Um personagem, o *Caudinho*, apanhará as cenas, para dar dinamismo ao vídeo, que pretende ser um semi-documentário, informou Elenice Gomes.

Cobertura de Lúcia Helena Gazolla e Carlos Cândido

DISTRIBUCION: C.J.E. - J.E.M.E. - D.G.I.D.

ASUNTO: CAMBIOS EN AUTORIDADES ECLESIASTICAS - BRASIL

FUENTE: JORNAL DO BRASIL 13-09-88

TEXTO:

- En el entorno de la nueva orientación estimulada por el Vaticano, en los últimos tres años, el Papa Juan Pablo II sólo ha designado Obispos conservadores para los cargos vacantes.-

- En la región Nor-este-2, que comprende a los Estados de PERNAMBUCO, PARAIBA, ALAGOAS, RIO GRANDE DEL NORTE, se ha verificado un cambio radical.-

- En lugar de los adictos a la "teología de la liberación", que fomentaron las comunidades eclesíásticas de Base formando un bloque de resistencia al régimen militar, han sido designados conservadores, bajo la responsabilidad del arzobispo de Olinda y Recife JOSE CARDOZO SOBRINHO, el que desde hace tres años viene realizando cambios al trabajo planificado y ejecutado por su antecesor HELDER CAMARA.-

- Con el apoyo de todos los obispos, JOSE CARDOSO, dimitió el mes pasado a cuatro coordinadores de la Pastoral de la Tierra.-

- A pesar de la protesta de los progresistas, el Papa Juan Pablo II designó como obispos auxiliares a dos conservadores, el jesuita JOAO EVANGELISTA MARTINS y el salesiano HILARIO MOSA, doctores en teología y desvinculados al trabajo de base de la iglesia en el Brasil.-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Procedimientos de Control de Armas y Explosivos	
Fecha de Recibo: 09/09/88	
Fecha de Salida: 10-10-88	
Pasa a: 28/09/1988	
No. de Control: 1471/88	

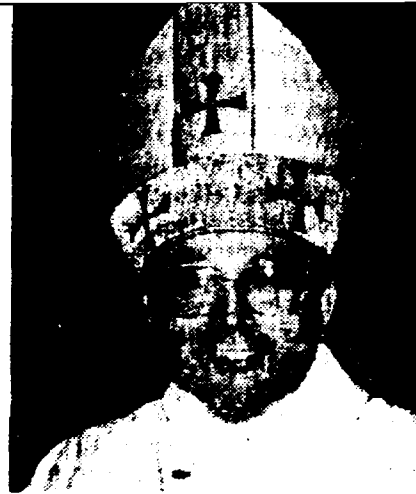
Impreso en 25

8909687

01.02



Dom Hélder: linha alterada



Dom José Cardoso muda tudo

Substituição na Igreja

Nordeste tira progressistas e põe conservadores

Divane Carvalho

RECIFE — Há quase 20 anos dirigido por bispos da ala progressista da Igreja, o Regional Nordeste-2 da CNBB, que congrega os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, agora não é mais o mesmo: no lugar dos adeptos da teologia da libertação, que estimularam as Comunidades Eclesiais de Base, formando com elas um bloco de resistência ao regime militar, estão hoje os conservadores, liderados pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho, que há três anos vem desmontando todo o trabalho traçado e executado com sucesso pelo seu antecessor, Dom Hélder Câmara.

Apesar dos protestos da linha progressista, que culpa os bispos pelas transformações, a mudança de orientação da Igreja nordestina tem sido estimulada pelo próprio Vaticano. Nos últimos três anos, o papa João Paulo II só tem nomeado bispos conservadores para os cargos vagos, como o arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Amaral, o arcebispo de Natal, Dom Alair Vilar, e o arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso Sobrinho. A única exceção no regional é a Arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa, dirigida pelo arcebispo progressista Dom José Maria Feres, que só deverá sair dentro de seis anos, quando atinge a idade limite de aposentadoria, 75 anos.

Negando-se a fazer qualquer comentário sobre as mudanças, Dom Hélder Câmara, que durante 21 anos dirigiu a Arquidiocese de Olinda e Recife, espalhando sua influência por todo o Nordeste, apesar de tudo se diz otimista. Aos amigos tem confidenciado que as transformações não alteram muito o que já foi feito.

"O povo já aprendeu a andar com os próprios pés", costuma dizer Dom Hélder, que evita comentários sobre seu sucessor.

Área de influência — Avesso a entrevistas — queixa-se de deturpações de suas palavras — e acusado de dirigir a arquidiocese com mão-de-ferro (não costuma consultar as bases sobre suas decisões), o arcebispo Dom José Cardoso, especialista em Direito Canônico, que veio de Roma para substituir Dom Hélder Câmara, é o condutor de todas as mudanças. Recentemente, ele ampliou sua área de influência ao ser eleito presidente do Regional Nordeste-2 da CNBB. Na eleição, mostrou seu poder de articulação com os bispos que o apoiam — Dom Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, Dom Luciano Duarte, de Aracaju, e Dom Lucas Neves, primaz do Brasil, arcebispo de Salvador —, que, segundo os progressistas, teriam influenciado no resultado da votação.

02.02

É que, na véspera da eleição, todo o Regional dava como certa a reeleição do bispo-auxiliar de Natal, Dom Antônio Soares Costa, um progressista. Terminado o pleito, o eleito foi Dom José Cardoso e para vice-presidente ficou o bispo de Caiçó, no Rio Grande do Norte, Dom Heitor Sales, significativamente, irmão do arcebispo Dom Eugênio Sales. O único progressista eleito para a diretoria do Regional foi o bispo de Afogados da Ingazeira, no Sertão pernambucano, Dom Francisco Austregésilo, que ocupa a secretaria-geral do Nordeste-2.

Apoio do bispo — Comandando o Regional, Dom José Cardoso não demorou a fazer as mudanças que achava necessárias. Com o apoio de todos os bispos, demitiu no mês passado quatro coordenadores da Pastoral da Terra, entre eles o padre Hermínio Canova, sob acusação de que eles desviaram verba da instituição (Cr\$ 5 mil) para ajudar na realização de um congresso da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Os progressistas protestaram, o presidente da Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese, Luís Tendereine, solidarizou-se com os demitidos, mas o arcebispo ainda acabou compensado na sua decisão uma semana depois: o papa João Paulo II nomeou como seus bispos-auxiliares dois conservadores, o jesuíta João Evangelista Martins e o salesiano Hilário Moser, doutores em Teologia e desvinculados do trabalho de base da Igreja no Brasil.

Há alguns dias, desta vez sob a alegação de que ocupavam cargos de confiança e resistiam às mudanças, duas funcionárias da sub-secretaria para Assuntos Econômicos e Financeiros do Regional foram demitidas.

Maceió busca o equilíbrio

Se no Recife as posições assumidas por Dom José Cardoso estão sendo contestadas pelos progressistas, em Maceió, por exemplo, o arcebispo Dom Edvaldo Amaral, apesar de solidário com Dom José Cardoso, ainda estuda um modo de trabalhar e não tem entrado em atrito com os liberais. Pelo contrário, mantém o jornal *Semeador*, feito pelos progressistas, que mantém a mesma linha de quando foi criado pelo seu antecessor, Dom Miguel Fenelon, seguidor de Dom Hélder Câmara. Em Natal, Dom Alair Vilar assumiu a arquidiocese em maio deste ano e, apesar de dizer que apoia integralmente a orientação do arcebispo de Olinda e Recife — "Não acho que as decisões dele sejam ditatoriais, mas em benefício da Igreja" —, ainda não entrou em confronto com os progressistas.

Condenando a desagregação familiar e a maneira pela qual se aborda o assunto nas novelas de TV, Dom Alair é defensor da unidade da Igreja. E demonstra isto na prática: até agora, mantém nas mãos dos progressistas a Rádio Rural de Natal, que pertence à arquidiocese.

8909687

13/5/88

15 SET 988

DISTRIBUCION: C.J.E. - J.E.M.E. - D.G.I.D.ASUNTO: OFICIAL DEL EJERCITO SE POSTULA A CANDIDATO POLITICO - BRASILFUENTE: JORNAL DO BRASIL 13-09-88TEXTO:

- En octubre del año pasado, la revista VEJA publicó un reportaje sobre la "Operación Callejón Sin Salida", la que habría sido planeada por los Capitanes JAIR MESSIAS BOLSONARO y FABIO PASSOS DA SILVA, y que consistía en la activación de pequeños explosivos, en la Escuela de Perfeccionamiento de Oficiales, donde los dos Capitanes cumplían funciones.-

- El Capitán JAIR BOLSONARO, fue juzgado por el Tribunal Superior Militar, en junio y posteriormente fue absuelto.- Actualmente es candidato a Consejal de Río de Janeiro por el Partido Demócrata Cristiano (PDC).-

- El Capitán BOLSONARO obtuvo autorización del Ejército, el día 6 de setiembre, para desarrollar su campaña electoral.- En caso de ser electo, pasaría a situación de Reserva Remunerada.- En caso que no triunfe, regresaría al servicio Militar, de acuerdo con el Art. 52 del Estatuto de los Militares.-

- Apparently, BOLSONARO no se preocupa con la imposibilidad de realizar campaña en las Unidades del Ejército, donde tiene su reducto electoral.- Este manifiesta, "que todo Militar sabe que soy Militar, y sabiendo también que soy candidato, ya habrá una opinión formada con respecto a mi persona que podrá influenciar en el voto de los familiares" .-

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Asesoría Jurídica	
SECRETARIA JURIDICA	
Fecha de Entrada	21/9/88
Fecha de Salida	
Pasa a	
Nº. de Identificación	214

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL	
Dirección General de Asesoría Jurídica	
SECRETARIA JURIDICA	
Fecha de Entrada	50987
Fecha de Salida	12/10/88
Pasa a	208/04/1988
Nº. de Identificación	1472/88

Impreso en 25

01.02

8909688

Bolsonaro busca mandato

Capitão acusado de querer pôr bomba em quartel vira político

“A crise é de homens...”, essa é a mensagem que o capitão paraquedista Jair Messias Bolsonaro, 33 anos — acusado de ter formulado, no ano passado, um plano de explosão de bombas em unidades do Exército, em protesto contra os baixos salários — vai divulgar nas ruas, em adesivos, panfletos e santinhos, como candidato a vereador do Rio pelo Partido Democrata Cristão (PDC). “Depois de perceber que tudo nesse país depende de uma decisão política, resolvi abdicar da carreira militar. O país precisa de homens honestos que estejam dispostos a dar esperança à população”, declarou Bolsonaro, na sua primeira entrevista

depois de ter sido apontado como autor do plano “Beco sem Saída”.

Em outubro de 87, a revista *Veja* publicou reportagem sobre a “Operação Beco Sem Saída”, que teria sido planejada por Bolsonaro e pelo capitão Fábio Passos da Silva, e consistia na explosão de bombas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) — onde os dois capitães estavam lotados — e na Academia Militar de Agulhas Negras. Jair Bolsonaro, que nega a autoria do plano, foi julgado pelo Superior Tribunal Militar em junho desse ano, e absolvido.

O capitão Bolsonaro recebeu licença do Exército, no dia 6, para fazer sua campanha eleitoral. Se for eleito, passa para a reserva remunerada. Caso não vença o pleito, ele volta para o serviço militar, de acordo com o artigo 52 do Estatuto dos Militares. Bolsonaro não se preocupa com a impossibilidade de fazer campanha dentro das unidades do Exército, onde tem seu reduto eleitoral: “Todo

militar sabe que sou militar e, sabendo que sou também candidato, já terão uma opinião a meu respeito e poderão influenciar no voto dos familiares”.

Sempre incomformado com “os baixos salários” recebidos pela tropa, o capitão Jair Bolsonaro — que em setembro de 86 foi preso por ter assinado um artigo na revista *Veja*, em protesto contra essa situação — acha que já está mais do que na hora dos militares ocuparem espaços no meio político: “A classe militar foi a última a acordar. “Você vê os metalúrgicos fazendo greve? Eles estão fazendo política”, arrematou.

Carlos Mesquita



Bolsonaro diz que a crise é de homens

ZERO HORA 01/10/89

GRAVES

A vergonha de uma nação

O grande dramaturgo britânico George Bernard Shaw afirmou certa vez que "o maior dos males e o pior dos crimes é a pobreza". O autor de *Pigmalão*, que se caracterizou sempre pelo profundo respeito à dignidade do ser humano, certamente ficaria revoltado se visse a foto recentemente publicada em ZH, mostrando várias pessoas catando lixo na Zona Norte da cidade. Bendita foto que mostra a verdadeira realidade em que vivemos e tem o poder de nos provocar indignação, mobilizando a sociedade contra uma situação vexaminosa que cresce a cada dia nas mais diversas cidades brasileiras. As eleições presidenciais estão aí e cada candidato sério à suprema magistratura da Nação deve colocar como prioridade fundamental de seu programa uma verdadeira declaração de guerra à miséria, cujos números assustadores não combinam com a pujança de nossa economia, considerada a oitava do mundo, capaz, inclusive, de registrar um aumento na taxa de emprego ao mesmo tempo em que a inflação supera o índice dos 35%. Tais fatos indicam as potencialidades do Brasil, mas mostram a mais absoluta falência dos programas sociais do atual governo, agravada pelo sério problema de distribuição de renda. Essa realidade deve ser revertida logo que o novo presidente assumir o comando da Nação no próximo ano.

Recentemente a revista *Fortune*, de reconhecido prestígio nos meios econômicos e financeiros internacionais, destacou o perfil atual da economia brasileira: nosso Produto Interno Bruto (PIB) fica logo abaixo do canadense e supera com folga os da Espanha, Holanda, Suíça, Suécia e Bélgica. Entretanto, no que diz respeito à renda per capita, estamos na frente apenas do México, da Índia e da China e ainda apresenta-

mos indicadores que se comparam às sociedades mais atrasadas do mundo contemporâneo. Dir-se-á que permanecemos como "o país dos contrastes", como classificou o Brasil, décadas atrás, um conceituado autor europeu. Mas há uma diferença fundamental e muito perigosa para o nosso futuro e para a própria jovem democracia política que reencontramos após um doloroso e prolongado processo de transição: os contrastes cresceram de forma significativa e os alarmantes níveis de pobreza e miséria absoluta estão atingido os limites do suportável, o que coloca em risco a necessária estabilidade social para o desenvolvimento econômico e político da Nação.

Que o Estado se volte para essa realidade constrangedora ao invés de multiplicar seus tentáculos

Os números em sua frieza dizem tudo o que a retórica encobre. Assim, a cada cinco minutos morrem, no País, duas crianças em razão da desnutrição; 53 milhões de brasileiros são carentes e, entre estes, 19 milhões vivem em condições de miséria absoluta. O poder aquisitivo dos salários, em dez anos, chegou a perder 60% de seu poder. E, além da chaga da mortalidade infantil e da subnutrição, o Brasil tem 30 milhões de menores carentes, oito milhões dos quais estão abandonados, entregues a si mesmos, aprendendo a conviver quotidianamente com a marginalidade, na mais completa ausência de valores, como hordas de bárbaros modernos, sem nenhuma noção do lícito e do ilícito, do legal e do crime, sem o menor código de ética. Além disso, 20%

dos habitantes deste imenso país são totalmente analfabetos e cerca de 40% situam-se na faixa do que eufemisticamente chamamos de *iletrados*, isto é, uma multidão que mal sabe assinar o próprio nome. Setenta por cento de nossas crianças abandonam a sala de aula após a 3ª série do 1º grau e já aos 10 anos de idade passam a exercer atividades fundamentais para o sustento da família; apenas 10% da população com mais de 15 anos consegue concluir o 1º grau.

Para agravar esta situação, o déficit habitacional brasileiro vem crescendo de ano para ano, situando-se atualmente em cerca de 12 milhões de unidades. Metade de nossos domicílios não possuem luz elétrica e, pior do que isso, 75% não têm esgotos. São, como afirmamos, números frios. Mas, por trás deles, encontra-se a tragédia humana de milhões de conterrâneos, a degradação da vida que a foto citada ilustrou. Cada uma dessas cifras trazem junto a desesperança, a ruína moral, a promiscuidade e o aumento descontrolado da agressividade que se multiplica em espiral na nossa realidade urbana, com seu corolário inevitável: a propagação da violência e do crime. Este quadro precisa ser revertido imediatamente. E, para isso, é necessária a vontade política da elite dirigente deste país. É preciso a decisão de erradicar a miséria, de unir a inquestionável democracia política que conquistamos à democracia social que impregna a modernidade e que ainda não conhecemos. Este é o grande desafio dos próximos anos. Desafio que é de todos, da sociedade inteira, de ricos e pobres, de empresários e trabalhadores, políticos e cientistas. Que o Estado se volte para essa realidade constrangedora, ao invés de multiplicar os seus tentáculos sobre a sociedade que, sem eles, vai bem.

NOTA: EL N° 8909695

NO EXISTE

1 - 0 1

8909696

Invasões Aéreas



A questão da terra, no Brasil, pode sair momentaneamente das manchetes, mas logo retorna sob aspectos imprevisíveis. A última variante é a ocupação de uma fazenda em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, por 190 famílias que não parecem dispostas a seguir o padrão tradicional dessas invasões.

Em Ronda Alta, além da exibição ostensiva de fuzis e coquetéis Molotov, a retórica também é diferente do conhecido. "A tendência, agora, é a da resistência armada", explica um dos invasores com uma candura surpreendente; e acrescenta: "Vai chegar o dia em que, em vez de nos defendermos, daremos o primeiro tiro".

É uma notícia preocupante, no Brasil que acaba de redigir uma nova constituição e que se propõe a ir adiante com uma experiência democrática. Serão os invasores realmente ignorantes das leis de ação e reação que fazem com que, a cada ato de força, corresponda uma acumulação de força em sentido contrário? Serão suficientemente cegos para não ver que a perspectiva de anarquia no campo já produziu uma candidatura à presidência da República — eleitoralmente inviável, mas nem por isso menos representativa?

Os que lideraram o movimento em Ronda Alta são experientes em operações desse tipo. Mas insucessos anteriores não parecem demovê-los. "Não temos para onde ir" — resumo um desses ativistas. "O jeito é se engajar e lutar."

Mais do que uma afirmação pragmática ou simplesmente desesperada, essa obsessão da luta parece, antes, o desenvolvimento de uma mentalidade que se tenta implantar no sul do país, mas que tem muito pouco a ver com o Brasil moderno. A origem recente de tudo isso é a invasão da fazenda Annoni, em 1985. A origem remota podem ser as missões jesuíticas que, no século XVII, "tentaram reescrever a história do mundo a partir dos índios guaranis", como resumiu um romancista. As Comunidades Eclesiais de Base envolvem e inspiram demonstrações como a de Ronda Alta. O que se propõe, em discursos passionais, tem muito mais a ver com uma reedição romântica do Gênesis do que com a realidade brasileira.

A idéia de que o homem deve ter uma terra para trabalhar, por exemplo, continua a ser atraente no Brasil de 1989, como no século XVII. O sul do Brasil, entretanto, está infinitamente longe do período das Missões: se há uma parte do território nacional que parece avançar sem maiores problemas para a modernidade, é justamente esta. E a região onde levantam suas bandeiras os agressivos ativistas de Ronda Alta é a mesma que se

responsabiliza por 80% da produção agrícola do estado — isto é, algo bem diferente de uma coleção de latifúndios improdutivos. Em Santa Catarina, a divisão de terras é a mais harmônica do país. No Paraná, a agricultura bate recordes de produtividade. E o norte do Rio Grande do Sul, onde se localizam os atuais problemas, também é área de pequenas e médias propriedades.

Tempos atrás, nessa mesma região, os filhos de produtores já instalados, desejando trabalhar em terreno próprio, emigraram para Santa Catarina, Paraná e sobretudo Mato Grosso. As novíssimas gerações, nutridas de um coquetel onde há um pouco da Bíblia e muito de Rousseau, querem ficar por ali mesmo. O movimento é suficientemente organizado para mobilizar dezenas de caminhões. Mas a falta de bons argumentos está sendo suprida por discursos pseudo-religiosos — e pela invocação da força como método para resolver problemas.

É um perigoso desvio, num Brasil às voltas com uma institucionalização recentíssima — e ainda incompleta. No Paraná, onde o pragmatismo e a eficiência parecem ter rompido o círculo vicioso do atraso e da intolerância, problemas parecidos foram contornados com o assentamento de colonos em Mato Grosso do Sul.

O que é preciso ponderar é que não há solução para esse tipo de impasse quando se vira as costas a qualquer realidade econômica. Não se pode fazer reforma agrária em terras superdivididas como as do sul. E nem a simples divisão de terras produz alguma coisa de útil. Tentou-se isto no México, em pleno ardor revolucionário. Os resultados foram decepcionantes. Não seriam melhores num Rio Grande do Sul que tem fazendas produtivas em abundância.

Para ter efeito, qualquer coisa que se pareça com uma reforma agrária precisa ser feita com objetivos definidos, em bases consensuais e com infra-estrutura técnica. A idéia não é a de um simples loteamento: é criar agricultores, e não proprietários. Se um indivíduo tem o desejo e as condições de se tornar um plantador, deveria ter acesso à terra. Sair, em vez disso, distribuindo lotes em bases puramente voluntaristas é fazer um jogo obscuro de conseqüências mais que duvidosas.

No caso do Rio Grande do Sul, não se está propondo qualquer solução econômica ou prática: busca-se, em vez disso, o atendimento a interesses paroquiais — e a delírios pseudoteológicos. Com tanto irrealismo, quase não é de estranhar que os argumentos apresentados sejam os fuzis e os coquetéis Molotov.

Fuzileiros expulsos em 1964 recebem anistia

BRASÍLIA — Por cinco votos a três, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu o direito de anistia aos ex-fuzileiros Valter Antônio de Araújo e Paulo de Campos Figueiredo, expulsos da ativa em 1964 por terem participado, entre 25 e 27 de março daquele ano, da Assembleia dos Marinheiros, sendo premiada pela Associação dos Militares e Funcionários do Brasil entidade fundada pelo legendário e popular Cabo Américo, que mais tarde se tornou um agente duplo. Até então, apenas os oficiais que participaram do movimento haviam recebido anistia.

A decisão do STJ foi baseada no voto do ministro Américo Luz, para quem a punição praças e soldados é compatível com a ordem constitucional, enquanto "uma oficial discriminação" entre estes e os oficiais. Os oficiais que tinham no regime militar foram punidos ou expulsos com base nos atos institucionais ou complementares e atos legais contemplados pela Lei de Anistia do governo Figueiredo, ou pela emenda constitucional nº 26, de maio de 1965, ou ainda pela atual Constituição.

Já os fuzileiros navais, praças, marinheiros, soldados, cabos e sargentos fo-

ram expulsos com base no regulamento disciplinar de cada arma, pela prática de supostos atos de indisciplina incompatíveis com a vida militar, e por isso não sendo beneficiados por qualquer tipo de anistia. Enquanto isso, os oficiais anistiados passaram para a reserva remunerada com os soldos equivalentes aos que receberiam se tivessem estado neste tempo todo na ativa.

Debaixos — Para o ministro Américo Luz, é inequívoco e evidente a conotação política que gerou a penalidade aplicada aos ex-fuzileiros e, portanto, dar a eles um tratamento diferenciado daquele adotado para o caso dos oficiais punidos seria "tratar a mesma questão com dois pesos e duas medidas".

Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) não concorda com este ponto de vista e deu ganho de causa à União em todos os recursos anteriores impetrados contra a decisão do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR) de anistiar praças e soldados. O STF entende que os praças e oficiais subalternos não deveriam ser beneficiados pela anistia, por falta de uma expressão dispositiva legal nesse sentido.

Unicef acha que Brasil avançou na questão do menor

Beth Castaldi e
Teodomiro Braga

BRASILIA — Se em vez de nascer no Brasil, um país onde a renda per capita é de quase US\$ 2 mil, uma criança tivesse vindo ao mundo no remoto Sri Lanka, cuja renda por cidadão é quatro vezes menor, suas chances de sobrevivência seriam dobradas. Mesmo que essa criança fosse latino-americana, sua possibilidade de comemorar um ano de idade seria bem superior no Paraguai do que no Brasil, embora aqui a renda per capita seja o dobro. Apesar do retrato alarmante da infância brasileira, o americano John J. Donohue, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, é otimista: "Tenho esperança na próxima década", afirma.

Após cinco anos de dedicação integral a seu trabalho, Donohue alimenta seu otimismo com a constatação de que está havendo uma grande mobilização nacional em torno da questão. Com destacada atuação à frente do Unicef, considerados países do Terceiro Mundo, esse cientista político de 48 anos de idade e dois filhos adolescentes, tem muito a ver com a vigorosa reação da sociedade brasileira para tentar reverter o quadro dos meninos de rua — expressão que, aliás, não traduz a realidade da maioria dos menores marginalizados do país. Pelas estatísticas do Unicef pelo menos 90% desses menores mantêm laços efetivos com a família.

"Uma das grandes conquistas dos brasileiros preocupados com o menor nos últimos cinco anos foi a de mudar a mentalidade do país sobre a questão. No começo dos anos 80, o pensamento dominante era de que o menino de rua era um pequeno ladrão, que estava lá só para roubar. Hoje em dia dificilmente alguém acredita mais nisso", conclui Donohue, apontando ainda como sinal de melhora a tendência de queda da taxa de mortalidade infantil, atualmente de 65 mortes num grupo de 1.000 crianças.

Não escapa ao representante do Unicef, porém, o fato de que, na década de 80, houve desaceleração na queda da taxa em relação aos anos 70. E o motivo

não foi outro que não o agravamento dos problemas socio-econômicos da população. "Veja-se um país pequeno, como Sri Lanka, cuja taxa de mortalidade é quase a metade da do Brasil — 35 por grupo de 1.000 crianças ao ano —, mas que tem renda per capita de somente US\$ 400, quase um quinto da renda per capita do Brasil. Embora menor, a renda per capita de Sri Lanka mostra-se mais eficiente no atendimento das necessidades de suas crianças", constata.

Definição — Amparado por pesquisas feitas pelo Unicef, Funabem e Ministério da Previdência Social nos últimos cinco anos, John J. Donohue desmistifica a tradicional definição de menor abandonado. "O menino de rua é um pequeno profissional em busca de recursos financeiros para sua sustentação e da família. Noventa a 95% desses meninos têm ligação sistêmica com suas famílias, ao contrário do que todo mundo pensava no início da década. Apenas uma pequena porcentagem vive de rua e na rua. Segundo a ideia clássica de meninos de rua, não podemos contá-los aos milhões no Brasil. O que o país realmente apresenta são milhões de crianças e adolescentes muito pobres. O Brasil é a oitava economia do mundo e ao mesmo tempo o país onde 50% das crianças não passam da primeira série do 1º grau. É o país dos parados", surpreende-se.

Por que? Se tivesse resposta para a pergunta, Donohue teria solução para o problema, afirma. O representante do Unicef lembra que em quase todos os países onde o fundo atua é comum encontrar sistemas formais de educação que não dão resultados aceitáveis. O quadro, entretanto, não é a grande causa da situação do menor carente no Brasil. É um dos fatores, adverte. Ele aponta a má distribuição de renda no país como a principal raiz do problema.

"O Brasil tem um dos piores índices no mundo inteiro de distribuição de renda. O economista Roberto Macedo, da USP, disse há pouco que 5% da população têm 50% da riqueza e vice-versa — 50% da população divide os benefícios de 5% da riqueza. É clara a necessidade de o país promover uma distribuição de riqueza através de serviços e de ações

das famílias pobres a uma repida resposta", alerta John Donohue.

Para o representante do Unicef, entretanto, a situação socio-econômica não deve servir de justificativa para o abandono em que vivem milhões de crianças. Baseando-se em exemplos de vários países, inclusive do Brasil, Donohue acredita que resultados significativos podem ser conseguidos através de ações de curto prazo. O simples acompanhamento do crescimento da criança, a terapia de hidratação oral contra a diarreia — "que ainda mata mais crianças no Nordeste do que qualquer outra coisa" —, o estímulo ao aleitamento materno e o cumprimento da vacinação, já seguidos nos estados e municípios, têm apresentado resultados extraordinários, segundo o cientista político.

Divisão — "O desafio é acelerar e fortalecer esse esquema. Também está sendo feito um grande esforço para melhorar a educação básica. Há várias secretarias de Educação estaduais e municipais trabalhando para permitir que a criança fique mais tempo na escola e assegurar uma melhor qualidade de ensino", elogia. Donohue também não poupa elogios a ações comunitárias como a campanha do soro caseiro, promovida pela CNBB, "que conseguiu realmente despertar no país o entendimento de que a diarreia é um problema sério, que pode até matar".

Embora nascido no mais rico país ocidental, Donohue não evita estabelecer relação entre a dívida externa brasileira e a situação do menor. "É preciso mudar as regras do jogo a nível internacional e reduzir a dívida externa, de forma que países como o Brasil possam retomar o ritmo de crescimento e, ao mesmo tempo, dar respostas às suas necessidades internas. As crianças carentes não podem continuar pagando o preço dos ajustes macro-econômicos. Devemos fazer na década de 80 demonstrarmos que os períodos de forte ajuste na política econômica foram os períodos em que a mortalidade infantil no Nordeste aumentou".

A questão do controle da natalidade é tratada pelo representante do Unicef com a necessária delicadeza. Para ele,

não adianta radicalizar. A experiência demonstra que é difícil impor a única. Em primeiro lugar porque provado que isso não funciona: vários governos caíram ao tentar soluções rígidas, garante. "Há exemplos muito claros no mundo de países que pararam para uma proposta quase lógica e fracassaram. O correto é ter uma proposta que busque melhorar e atuar que cada criança nascida possa ter a minha expectativa de vida que a do planejamento da natalidade será analisada e trabalhada no contexto saúde familiar e da mulher", defende.

— É um equívoco o pensamento que o problema da criança é abstrato. No Brasil, principalmente na área política

— Se for o caso de se olhar apenas a situação da criança no momento, o problema tem que ser negativo. O importante é ver a tendência histórica. A taxa de mortalidade infantil é superior que o Brasil já poderia ter. Mas já é um trabalho sério nessa área. Ning desenhou o projeto Brasil Criança, se pode ver, através das milhares e milhares de experiências em andamento que este projeto é um consenso nacional. Muitos brasileiros já dizem: "Minha filha não todas estas crianças". Donohue.

Inovações — Os resultados da mobilização, ele vê refletidos nas iniciativas da nova Constituição brasileira. Chamando atenção para a importância que deve ser dada às "coisas positivas", Donohue acredita que a nova Carta mais avançada do mundo na questão da criança, a convenção internacional sobre direitos da criança, que será realizada em novembro próximo pela ONU. Verão, nos próximos três ou quatro meses, um enorme esforço de países do mundo inteiro para incorporar estes direitos leis. O Brasil antecipou-se: está na frente. Duvido que exista um único município entre os 4.200 do país, onde não uma discussão séria sobre o tema. O processo reforça a esperança de que a vida da criança brasileira vai melhorar.



Brasil — Jamill Bitar

Donohue aposta na melhoria da situação da criança brasileira. 03-03

JORNAL DO BRASIL 15/10/83

8909377

BRASIL

JESJA 1/11/89

GEN.

Os dois Brasis

Quem são, como vivem e o que querem os brasileiros humildes que serão a palavra final na escolha do presidente da República

Há muito tempo que o Brasil é um país dividido em duas partes, cada uma com sua paisagem e um tipo especial de cidadão. No Brasil dos 30% as pessoas frequentam escolas, lêem jornais e têm dinheiro para ir ao dentista. No Brasil dos 70% residem cidadãos que pararam de estudar antes de completar o 1.º grau, a maioria trabalha sem carteira assinada e não sabe onde fica a Europa. Não é sempre que as pessoas que moram nos 30% têm a oportunidade de encontrar um residente dos 70% — isso ocorre, por exemplo, no momento em que uma dona de casa precisa contratar uma empregada doméstica ou quando o sinal está fechado no trânsito das grandes cidades e um menino coloca o rosto na janela dos automóveis para vender uma caixa de Mentex. De-

tro de quinze dias, no entanto, os dois Brasis vão se encontrar — e toda a questão, que enche de nervosismo os gabinetes de Brasília, as mesas de reunião das entidades empresariais e os QGs dos partidos políticos, consiste em saber o que vai acontecer depois disso.

Na manhã de 15 de novembro de 1989, uma quarta-feira, quando será realizado o primeiro turno das eleições presidenciais, cidadãos do Brasil 1 e do Brasil 2 estarão juntos, lado a lado, na fila de 82 milhões de eleitores. Também está previsto um novo encontro, no mesmo lugar, a 17 de dezembro, um domingo, para o segundo e decisivo turno da sucessão. Nessas duas ocasiões, irá se produzir uma cena inédita nos costumes políticos nacionais. Sempre se soube que, do ponto de vista do patrimônio pessoal, cada cidadão dos 30% vale

bem mais que cada cidadão dos 70% — a diferença, tão óbvia que chega a ser visível a olho nu, já foi calculada pelo Banco Mundial e indica que a parcela mais endinheirada da população tem uma renda 33 vezes superior à da mais pobre. Do ponto de vista legal, também se sabe que, na hora de votar, o eleitor dos 30% vale a mesma

Em outubro, 2 000 empresas distribuíram 500 000 cestas básicas para seus empregados em todo o país, cada uma delas com 25 quilos de alimentos. As despesas podem ser abatidas do imposto de renda. Eles preferem oferecer um benefício e aplicar o dinheiro no over, onde ganhariam mais



8909868

01-07

coisa que cada eleitor dos 70% — um voto per capita. Do ponto de vista político, contudo, a contabilidade é outra.

DIA DE RICO — No país A residem os empresários milionários e os profissionais liberais, o gerente do Bradesco e até o operário especializado que chega a ganhar 4 000 cruzados novos por mês. É o país B, no entanto, que vai pesar na balança da eleição. "Quem vai decidir em 15 de novembro são os eleitores que vivem no Brasil estagnado", diz Jacques Marcovitch, diretor do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Para cada pessoa com diploma universitário que colocar seu voto na urna haverá sete eleitores que não terminaram o curso primário. De cada 100 brasileiros na fila da cabine de votação, 75 são pessoas que pagam as con-

tas no fim do mês com menos de 760 cruzados novos. Ou seja: na hora de votar, o país dos 70% vale mais que o dobro que o país dos 30%. As eleições costumam produzir situações curiosas. O governo decreta feriado, as pessoas saem de casa e tomam o rumo de sua seção eleitoral. No dia seguinte, volta-se a trabalhar como se nada tivesse acontecido. O fato, contudo, é que no dia da eleição ocorre uma cena que só acontece em programa de televisão — por 24 horas, o pobre fica rico.

Pouco antes do Natal, a campanha de 1989 terá produzido a notícia mais aguardada do ano, que é o nome do candidato que irá subir a rampa do Planalto em 15 de março de 1990. Antes mesmo de as urnas serem abertas, porém, há uma novidade de peso histórico, que transformou a sucessão presidencial numa usina de muitas aflições no país dos 30%. Houve uma época, no Império, em que a escolha dos governantes era um problema que dizia respeito apenas a quem pertencia à árvore genealógica dos Orleans e Bragança, Dom Pedro I e Dom Pedro II. Mais tarde, na República, surgiram os presidentes — dos quarenta que o Brasil já teve, apenas treze foram eleitos pelo voto direto, 27 foram nomeados ou chegaram ao cargo em substituição ao titular legalmente ou através do golpe. O fato, contudo, é que

mesmo em 1960, quando ocorreu a última eleição presidencial, participar do pleito era uma atividade mais freqüente na vida do Brasil dos 30% do que na dos 70%.

COMUNICAÇÃO NO GOVERNO — Naquela época, a maioria dos habitantes do Brasil número 2 suava e trabalhava, mas como não lhe davam escolas para estudar, nem livros para ler, não tinha direito ao luxo e à riqueza de votar. Em 1989, não só os analfabetos ganharam o direito de votar, a exemplo do que ocorre na maioria dos países civilizados, como o número de pessoas que sabem ler e escrever cresceu 12 %. Em 1960, na vitória de Jânio Quadros, os eleitores dos dois Brasis formavam, em conjunto, um quarto da população total do país. Hoje, na eleição de 1989, seis de cada dez brasileiros tomarão o caminho das urnas — e o sucessor de Sarney precisa cravar mais de 41 milhões de votos para ter direito à casaca negra e à faixa presidencial em 1990. Para o Brasil número 1, participar da eleição de 1989 é retornar a um velho hábito — interrompido em 1964, depois que os 30% foram às ruas pedir a cabeça de João Goulart, inaugurando o período das escolhas indiretas garantidas pelas baionetas diretas. Pode-se afirmar que para os habitantes do Brasil B esta é a primeira vez que são chamados a participar de

REINATO DE SOUSA

Amaro João da Silva, de 46 anos, e cortador de cana em Amaraji, a 80 quilômetros do Recife. Seu último salário foi de 261 cruzados novos. A casa onde vive com a mulher e dez filhos só tem uma cama. Ele come um prato de feijão com farinha por dia e, às vezes, um pedaço de charque



O Brasil dos 70%



De cada 100 eleitores, 75 recebem 760 cruzados novos por mês — ou menos do que isso. A cada eleição, o eleitorado do Brasil dos 70% fica maior. Em 1960, quando Jânio foi eleito presidente, apenas 23% da população podia votar. Em 1989, o eleitorado de 82 milhões de pessoas equivale a 58% da população.



Estima-se que 50% dos eleitores não completaram o 1.º grau. Eles assistem a TV, mas não lêem jornais. Na hora de votar, 57% afirmam que não pedem conselho a ninguém. Outros 16% só ouvem os parentes e amigos. Os empresários conseguem mudar o voto de um em cada 100 empregados.



Quatro em cada dez brasileiros sobrevivem com uma renda média anual equivalente a 287 dólares, ou 1 406 cruzados novos por ano. O Brasil dos 30% gosta de falar mal da Argentina e de seu efeito Orloff. Para os 70%, no entanto, a Argentina chega a ser um sonho. Ali, essas mesmas pessoas ganham 751 dólares por ano.

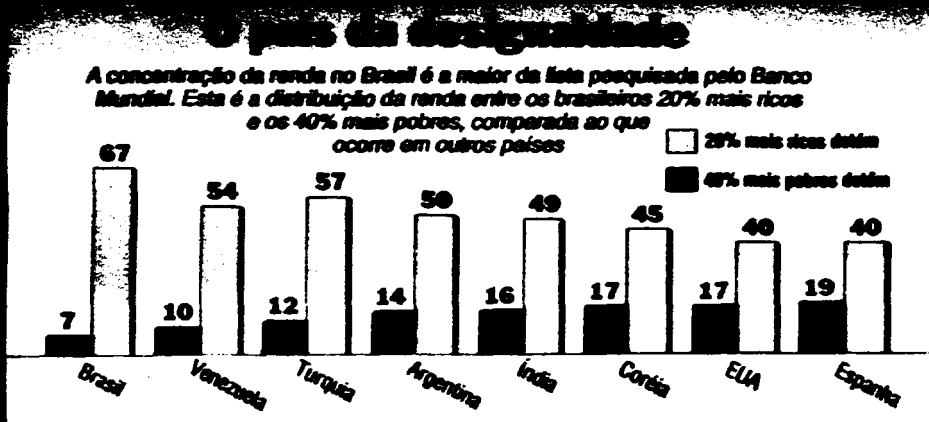
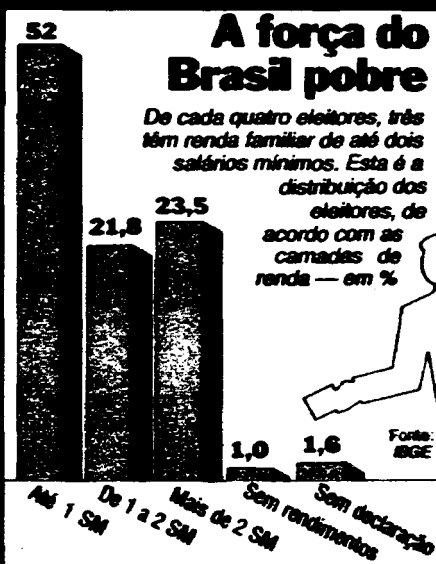


O Brasil dos 30% gosta de imaginar que as favelas são um monopólio da população pobre do Rio de Janeiro. A lenda até tem sua razão de ser, pois ali está instalada a Rocinha, a maior favela da América do Sul, com 300 000 habitantes. Na realidade, o

Brasil dos 70% mora em favelas que crescem em quase todas as capitais do país. Em São Paulo, a população favelada cresceu 1 000% em quinze anos. De cada 100 pessoas que residem na cidade, 36 moram em moradios transformados em cortiços.



No Brasil dos 70%, inflação é uma palavra complicada, mas todo mundo entende o que significa menos comida na panela. Em 1989, por exemplo, os preços subiram para perto de 722%. Nesse mesmo período, o arroz subiu 929% e o feijão, 887%. Quer dizer: mesmo que todos os salários do Brasil dos 70% tivessem sido reajustados para cobrir integralmente as perdas da inflação, a despesa com alimentos ficou mais alta. Por caloria, os 70% do Brasil comem menos que os iranianos, mexicanos e paraguaios.



tia do país que costuma encarar tudo isso como se fosse parte integrante da paisagem geográfica, um elemento tão natural como avistar o Cristo Redentor no momento em que se passeia pelas areias de Ipanema. Periodicamente, contudo, o Brasil dos 30% recebe notícias sobre o dos 70%. Na semana passada, por exemplo, a notícia foi a morte de onze pessoas na favela Nova República, no bairro elegante do Morumbi, em São Paulo, soterradas por uma avalanche de detritos.

Também na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, divulgou os raios X do eleitor brasileiro com mais de 18 anos, com base em 300 000 entrevistas realizadas no ano passado, compondo um retrato que define, com clareza, os traços fundamentais do perfil dos brasileiros que vão escolher o novo presidente da República. De acordo com a pesquisa, esse cidadão estatístico é branco, católico, tem entre 25 e 34 anos e vive na cidade. Tem pouca instrução, ganha perto de 380 cruzados novos por mês e não é filiado a sindicato nem a partido político. Uma das grandes novidades levantadas pelo IBGE diz respeito a quem consegue mudar o voto desse eleitor. O Brasil dos 30% adora imaginar a idéia de que possui entidades sólidas, como os meios de comunicação, a Igreja e outros órgãos semelhantes, que, em tese, teriam o garboso título de formadores de opinião e seriam instituições capazes de convencer os cidadãos de que um candidato é bom e de que o outro é ruim. Os números do IBGE se encarregam de desmontar essa lenda. Conforme a pesquisa, apenas 1% dos eleitores do país faz questão de acompanhar as pregações da Igreja Católica na hora de decidir seu voto. Cerca de 12% acham que vale a pena consultar os jornais e as revistas para conhecer melhor os candidatos e 16% escolhem seu candidato depois de conversar com quem está perto — parentes, vizinhos e amigos. A realidade que esses números trazem à luz é simples e clara: até 15 de novembro, as siglas de direita e de esquerda terão torrado fortunas na caça ao eleitorado, mas, na hora de votar, a maioria do Brasil dos 70% irá escolher quem quiser.

PROSPERIDADE E POBREZA — O Brasil dos 30% passou o ano inteiro discutindo a idéia de que o problema do país é o déficit público e que a solução para equilibrar as contas do governo seria privatizar as empresas estatais que dão prejuízo. O assunto rendeu centenas de manchetes de jornais, ocupou o centro de debates nos meios acadêmicos e animou muitos discursos no Congresso Nacional. Descobre-se agora que toda essa conversa pode ter sido pura perda de tempo. Segundo uma pesquisa do DataFolha, a



De cada dez adultos de Teotônio Vilela, a 165 quilômetros de Maceió nove são boias-frias. De cada dez casas na cidade, nove são barracos de barro. Nove em cada dez residências não têm água encanada. De cada 1 000 crianças, 200 morrem antes de completar 1 ano

fome porque não pagamos aluguel", diz Eva Popik.

O caso de Novo Hamburgo ilustra um problema que fica evidente no cotidiano da vida do Brasil dos 70%. É certo que no Brasil dos exportadores de sapato da cidade, como no resto do Brasil dos 30%, existe um país que funciona — e funciona muito bem. As exportações brasileiras cresceram mais de 166% nos últimos dez anos, e, nos últimos quarenta anos, o Brasil é o país que

mais cresceu no mundo, sendo superado apenas pelo Japão. Nas últimas décadas, o Brasil desenvolveu um parque industrial moderno, comparável em muitos setores ao dos países desenvolvidos. Em cidades como São Paulo, existem empresas que oferecem salários aos seus funcionários acima da média do resto do país, além de benefícios extras, como serviço médico, transporte gratuito e até comida gratuita — a chamada cesta básica, um pacote com 25 quilos de produtos de supermercado que dá para sustentar uma família com quatro pessoas por mais de quinze dias. Hoje, calcula-se que sejam distribuídas 500 000 cestas desse tipo por mês, em

2 000 empresas espalhadas por todo o país, beneficiando perto de 2 milhões de pessoas.

A questão é que, por muito tempo, acreditou-se que esse país moderno iria absorver o Brasil dos 70%, dando origem a uma nação menos desigual e mais próspera. O que ocorreu, entretanto, é que ambos os países conviveram e cresceram juntos — e o fato é que ao mesmo tempo que apareceu o Brasil moderno, que exporta calçados finos, também explodiu a 15 quilômetros de dis-

traleira que mora em condições semelhantes. A maioria das moradoras trabalhava como doméstica em apartamentos do Morumbi. Os homens eram operários nos vários casigões das obras na região e recebiam salários em torno de 1 000 cru-

zados novos. Para chegar ao supermercado, ao posto de saúde ou ao ponto de ônibus, os moradores precisavam andar, no mínimo, 1 quilômetro. As suas vantagens eram o fato de usufruir os serviços existentes no Morumbi, onde as ruas são largas e iluminadas com lâmpadas de mercúrio e há rede de água e luz elétrica. Na Nova República, os proprietários dos barracos refizeram as paredes de madeira com blocos de cimento, aumentaram o número de cômodos e alguns revestiram as casas com massa fina. Aos sábados à noite, costumavam se reunir num pequeno salão na própria favela para dançar lambada, tomar cerveja e conversar.

O resgate do corpo de Fernando Correa, de 1 ano: morte de surpresa

Em 1985, quando a favela ainda se chamava Núcleo Get-sêmani, eles embarcaram no mesmo entusiasmo que colheu todo o país com a eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República — e rebatizaram o lugar com o nome de Nova República. A rua principal da favela passou a ter o nome de Tancredo. "Aqui era o nosso paraíso pobre", diz a moradora Elzita Alves. Assim como a própria Nova República, entretanto, a favela continuou a passar por problemas que já existiam no passado. Como uma espécie de grileiro urbano, Pedro de Souza Braga, conhecido como "Jamanta", continuou a despejar caminhões de terra sobre uma antiga área de lazer dos moradores da favela. Apesar dos apelos da associação dos mo-

radadores da favela à regional do Butantã, não foi sequer construído um muro de arrimo no local. Como costuma acontecer em casos como esse, só agora é que se começam a tomar providências. Na última quinta-feira, o delegado titular do 89.º Distrito Policial, Marco Dourado, prometeu indiciar o grileiro Jamanta, o proprietário da faixa de terreno que desabou, Edmond Alfrede Haiat, possivelmente o administrador do Butantã, Nelson Bedim, e a secretária das Administrações Regionais, Adalgisa Sposati, por homicídio culposo e omissão — se condenados, eles estão sujeitos a pena de seis a dezenove anos de prisão.





Os trens de subúrbio do Rio de Janeiro transportam 850 000 pessoas por dia. Os técnicos da CBTU, estatal federal, acham que é possível amontoadar, em cada vagão, oito passageiros por metro quadrado. Nas horas de grande movimento, a carga é de onze pessoas por metro quadrado.

era do Brasil dos 30%. Se esse pedaço do país estivesse andando como antes, o Fusca não teria razão de existir — ou teria surgido um modelo barato para ocupar seu lugar. Se tivesse melhorado muito, uma fatia do país número 1 não precisaria de automóvel — usaria o metrô. O fato, no entanto, é que hoje em dia já tem 30% que tem um trem de subúrbio.

Assunto de Casa — É o caso do digitador de computadores Antônio Lázaro de Souza Santos, 28 anos, dono de um diploma universitário de analista de sistemas, que trabalha no escritório da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, no Rio de Janeiro, com um salário de 900 cruzados novos mensais. Antônio Lázaro, apesar de ser um típico membro dos 30%, levanta às 5 horas da manhã e sai de casa para enfrentar uma maratona de catorze horas, das quais oito são de trabalho e seis apo-

nas num trem de subúrbio da CBTU, que faz o percurso de 40 quilômetros entre sua casa, no bairro de Paciência, no prazo de três horas, e a CVM. Antônio Lázaro é casado, tem uma filha de 1 ano e 9 meses, mas mora com os pais, longe da família, numa casa de um quarto só. Ele toma o trem para trabalhar porque precisa fazer economia — a passagem é duas vezes mais barata do que a de ônibus. Não mora com a mulher, comerciante, e a filha porque a renda do casal não é suficiente para pagar o aluguel. "Não dá para se acostumar com esta vida", diz Antônio Lázaro, órfão, simultaneamente, do sonho privado do carro próprio e do sonho oficial da casa própria do BNH — onde os 30% construíram apartamentos tão caros que o FGTS de todos os 70% não deu para eles mesmos.

Outro encontro dramático entre o Brasil dos 30% e o Brasil número 2 ocorre no fim de cada mês, quando o Brasil número 1 assina o cheque para pagar a escola de seus filhos. Hoje, os estudantes secundaristas dos 30% fazem até passeatas contra os aumentos nas escolas particulares. Beneficiário dos 30% e excluído dos 70%, o país Dois Brasis construiu, com suas escolas privadas com mensalidades milionárias e sua rede pública em estado de ferro-velho pedagógico, uma parábola perfeita sobre si próprio. O centro dessa parábola era a utopia de que

todos os chefes de família dos 30% sempre ganhariam muito dinheiro e que sempre poderiam matricular seus filhos em boas escolas — ainda que tivessem que pagar por elas. É óbvio que isso é verdade para alguns pais dos 30%, mas não é verdade para a maioria deles — nos Estados Unidos dos 30% e até no Japão dos 30%, a garotada vai para a rede pública, e só uma minoria rica de verdade é que frequenta escolas privadas. As necessidades-aver dos colégios tradicionais do Brasil dos 30% e a rotina de penúria das escolas públicas são o eloquente retrato de uma ideia que deu errado — a de que o Brasil dos 30% poderia salvar seus filhos com o dinheiro do próprio bolso, enquanto o governo deixaria a escola dos 70% entregue à própria sorte de suas verbas mingaadas.

O centro da questão dos dois Brasis reside neste ponto. Por vários anos, os dois países cresceram por caminhos paralelos, que davam a impressão de que nunca iriam se encontrar. Também por vários anos, os 30% puderam acreditar que seu país era uma delícia — e que os 70% não passavam de um fardo que tinham de suportar, com a mesma indiferença com que uma pessoa enfrenta um trânsito congestionado, sabendo que, ao chegar em casa, terá o prazer de jantar em companhia da mulher e dos filhos. O que o Brasil de 1989 mostra é que os dois países estão condenados, cedo ou tarde, a se encontrar.

REALIDADE E UTOPIA NA VIRADA DO SÉCULO

□ Se a prática efetiva da democracia poderá tirar o Brasil da crise. Essa é a receita dos mais lúcidos cientistas sociais e pensadores

MARONI JOÃO DA SILVA

Especialist

A incapacidade do atual governo para negociar soluções a fim de superar o processo de estagnação, transformou a economia brasileira num grande campo de batalha. É dessa forma que Paulo Sérgio Pinheiro, professor de Ciência Política da USP, enfoca a crise. A opinião é compartilhada pelos cientistas políticos Celso Lafer, também da USP, e Octávio Ianni, da Unicamp. Os dois argumentam que o fim do modelo de substituição de importações e da ditadura militar de 64 causaram uma crise de legitimidade com repercussões políticas e econômicas. E aí também se situa, segundo Paul Singer, economista, secretário do Planejamento de São Paulo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), as causas do fracasso da política econômica da Nova República.

INFLAÇÃO AMEAÇA — A pujança da economia brasileira, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, não permite comparar o Brasil com países que entraram em crise profunda por razões econômicas, como a Argentina. Na opinião do cientista político, um dos fatores que distinguem o Brasil é uma capacidade industrial, que o coloca em oitavo lugar entre as economias capitalistas. Pinheiro observa também que, apesar das dificuldades econômicas, não se pode dizer que há recessão.

E, de fato, complementa Paul Singer, a economia não apresenta, pelo menos na superfície, sintomas de anormalidade, já que as empresas continuam ganhando dinheiro, não há desemprego em massa e a população continua consumindo. Mas nada disso assegura, diz ele, que o Brasil esteja livre da hiperinflação. Além da falta de investimentos caracterizada em grande parte por uma verdadeira cultura especulativa no overnight, Singer observa que os sucessivos choques na economia provocaram uma escalada inflacionária. Esse processo, diz ele, aumentou a disputa entre ricos e pobres, enquanto o Governo aguentou-se como último mediador desse conflito.

O Governo é frágil demais, afirma Bolívar Lamounier, professor de Ciência Política da Unicamp e diretor do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, para conduzir um processo onde a gestão das questões econômicas está intimamente vinculada com o encaminhamento das reivindicações gerais da sociedade. Era mais do que previsível, observa Celso Lafer, que haveria uma "explosão de participação", com o fim do autoritarismo. O que precisa ficar claro, diz ele, é a necessidade de um

equilíbrio entre a legitimidade das postulações e a preservação do todo, que é a própria sociedade.

ELITES CULPADAS — Paulo Sérgio Pinheiro culpa as elites pela falta de equilíbrio nas relações sociais. "As elites brasileiras têm se apresentado com um comportamento muito predatório. O Estado de Direito do Brasil jamais se tornou uma realidade. O domínio da lei, em termos da representatividade política e da delegação de poder, nunca imperou aqui. Foram poucos os estadistas que aceitaram a lei como limite na formação de uma base legítima de dominação política. É por isso que, nos últimos dez anos, a renda ficou tão concentrada no Brasil". As raízes da crise foram plantadas no governo de Juscelino Kubitschek, que abriu as portas do País para o capital estrangeiro, lembra Octávio Ianni. Ao invés de um projeto nacional, diz ele, implantou-se no Brasil um modelo sócio-econômico associado às multinacionais, que mais tarde recebeu a adesão dos militares, sob a legitimação política de classes dominantes sem nenhuma tradição democrática.

O empresariado brasileiro, segundo Mariana Chant, professora de Filosofia da USP e secretária da Cultura de São Paulo, está confuso diante de duas alternativas de reordenação da sociedade: a social democracia e neo-liberalismo. A filosofia básica do neo-liberalismo, ensina Chant, baseia-se no princípio de que a racionalidade da vida social depende da racionalidade do mercado, que é quase uma ficção aos olhos dos empresários. Eles estão entusiasmados, segundo Chant, com o neo-liberalismo, pois ele lhes possibilita conduzir o processo social sem a presença do estado de bem-estar social. Mas aí há uma contradição histórica: antes do neo-liberalismo, teria que existir o liberalismo.

Desigualdade social é insustentável

Não há ideologia que sustente a desigualdade social existente no Brasil, segundo Bolívar Lamounier. A maior parte dos que trabalham não têm carteira assinada, pois sobrevivem às custas da economia informal, que produz cerca de 13% do PIB. Daqueles que têm entre zero e 17 anos, 43% vivem na absoluta miséria, junto com os 60% da população global que sobrevivem na periferia de pequenas e médias cidades, com padrões sócio-econômicos inferiores aos da Índia, segundo observa Paulo Sérgio Pinheiro. É por tudo isso que o Brasil classifica-se como campeão mundial em concentração de renda, entre todos os países com mais de 10 milhões de habitantes.

Grande parte das dificuldades da população, segundo Singer, resulta das políticas de ajuste econômico. Estudos do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP junto com a Unicef mostram, por exemplo, que o peso do ajuste re-



cessivo de 81/83 recaiu sobre os mais fracos, tanto na forma de redução do salário real quanto no corte de investimentos públicos, nas chamadas áreas de contenção da miséria, como saúde e doação de alimentos. Enquanto nos Estados Unidos morrem dez crianças por mil nascidas, no Brasil este número chega a 64, sem falar que outros 400 mil morrem de doenças que poderiam ser curadas. Além disso, uma a cada quatro crianças brasileiras sofre de desnutrição de segundo e terceiro graus.

BUROCRACIA CARA — Os dados disponíveis revelam ainda que 15% das famílias brasileiras são obrigadas a sobreviver com até um quarto de salário-mínimo e outras 35% ganham até meio salário. Em 1987, dos 57,4 milhões de pessoas que trabalhavam, 14,7 milhões (25,6%) ganhavam até um mínimo. A esse quadro de pobreza soma-se o analfabetismo de cerca de 20% da população e a péssima qualidade de

vida em locais insalubres e muitas vezes na penumbra. É claro que a gênese desta crise está a organização política da sociedade, observam Lafer e Pinheiro, que chamam a atenção, por exemplo, para o peso do Estado.

A preços de janciro, os gastos globais para manter a burocracia em funcionamento este ano serão de NCz\$ 270 milhões, ao lado de um déficit estimado em 7% do PIB. O Estado, que controla mais de 50% da economia, emprega um número de funcionários correspondente a 10% da população economicamente ativa. Em 1987, 80% das horas de trabalho perdidas por greves ocorreram no setor público. No ano passado, o índice caiu para 74%.

A lógica revelada pelos indicadores da crise, segundo Singer, está relacionada a muitos fatores. Nos anos 80, denominados como "década perdida", o que mais cresceu foi a economia



A capital do
estado de espírito.

informal. Outro entrave, segundo lembra Lafer, é a dívida externa. De 1971 até o final deste ano, por exemplo, o Brasil terá pago, só em juros, US\$ 123 bilhões, o que representa um valor acima do estoque da dívida. Não se pode esquecer também, afirma Lamounier, a fuga de capitais para o exterior. De acordo com o Banco Central, de 1965 até junho deste ano foram transferidos para fora do País US\$ 1,5 bilhão.

8909868



Índice: 43% das crianças entre zero e 17 anos vivem marginalizadas

A sociedade brasileira deve lutar para garantir o cumprimento das regras democráticas. Esta é a única forma, segundo Marilena Chauí, de abrir espaços para a criação de mecanismos que institucionalizem o conflito como uma decorrência natural das relações de poder e não como uma ruptura da ordem. Paulo Sérgio Pinheiro concorda com o raciocínio e diz que a sociedade precisa romper, de vez, com a tradição de que o Estado é que define as regras da organização social no Brasil. O conceito de sociedade civil do pensador italiano Antônio Gramsci, observa Chauí, precisa ser resgatado na prática, ou seja, ao invés de uma massa amorfa sujeita a manipulações, a sociedade precisa se articular como um verdadeiro bloco histórico, ciente de suas funções e organizada para lutar por seus interesses.

Não deixa de ser curioso, segundo Celso Lafer, o fato de os movimentos sociais urba-

nos terem nascido exatamente durante o período autoritário, como frutos da má distribuição de renda. De acordo com a análise do cientista político, foram esses movimentos que impulsionaram a criação das Comunidades Eclesiais de Base, da igreja progressista, e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT). A nova ordem política, segundo Marilena Chauí, depende exatamente do trabalho dos movimentos sociais e da receptividade que encontrarem junto aos governos, no sentido de garantir a participação efetiva nas decisões. Para Bolívar Lamounier, o essencial, no entanto, é o Brasil escolher, com sabedoria, qual o sistema político possível.

UTÓPIAS ATROPALMADAS — Existem três utopias, segundo ele, que precisam ser desmistificadas. A primeira é o que chama de "assembleísmo participatório". Lamounier indaga se não seria mais eficiente fortalecer

a representatividade popular no Legislativo. Ele critica também o "plebiscitarismo" que estaria vinculado às eleições presidenciais. Para o cientista político da Unicamp, algumas pessoas acreditam no aparecimento de um salvador da pátria. Pinheiro também adverte para este risco, mas observa que num país tão heterogêneo como o Brasil, nenhum ator político teria condições de bancar o Sessé Mutema.

A terceira utopia referida por Lamounier é o parlamentarismo. Este sistema de governo, diz ele, transmite uma falsa idéia de modernidade. No caso brasileiro, observa, só depois da virada do século, com a consequente estabilização dos partidos, é que o parlamentarismo se tornaria viável. A função dos partidos, ensina Lanni, é fazer a mediação entre a sociedade organizada e o centro do poder. Mas ele ainda considera necessário superar muitos obstáculos no

Cumprimento das regras democráticas para evitar uma ruptura da ordem

caminho da democracia. Tudo vai depender, segundo o pensamento de Marilena Chauí, da nova estrutura do Estado. É preciso, diz ela, que a resposta ao conflito surja da participação e que esta permita às partes reconhecerem que necessidades e interesses são direitos. Vista desta forma, observa, a utopia do século XXI é a democracia. Mas ela adverte sobre o conceito de utopia: "A utopia se dirige ao possível, que é diferente do provável. O provável é coordenado pelo presente. O possível é o instante em que o tempo pode se abrir para o que não foi passado".

PERSPECTIVA ECONÔMICA — Muito diálogo e muita negociação terão que rolar na economia, segundo Singer, para que seja afastado o risco da hiperinflação e criado um novo modelo apoiado em algum esquema político, que garanta um mínimo de equilíbrio entre a produção e a distribuição de renda. Todo este processo, ob-

serva, terá que ser encaminhado através de mecanismos "extra-mercado". O que tem que ser livre, segundo complementa Pinheiro, é o jogo democrático, o que não significa empurrar tudo para o mercado, como querem os liberais. Num país com 70% de analfabetos, afirma, não seria democrático deixar, de implementar políticas públicas para vencer os desconhecimentos de certos setores.

É fundamental que o País volte a crescer, afirma Lamounier e Lafer, para que possa haver distribuição de renda. De acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea), do Ministério do Planejamento, a taxa de crescimento teria que crescer entre 4% e 7% ao ano para atender a tantas reivindicações, a partir da virada do século. O índice de urbanização no ano 2000, por exemplo, chegaria a 90%, o que significa que o Brasil teria 25 cidades com mais de um milhão de pessoas.

Até 2000, há previsão de média de crescimento em 4,8% ao ano

Para superar tamanho desafio, o País precisaria aplicar anualmente, em equipamentos, instalações e infraestrutura uma parcela correspondente a 22% do PIB. Até que não seria tão difícil tornar isto realidade, raciocina Pinheiro, pois, apesar da crise, o Brasil tem fôlego. Pesquisas feitas pela empresa de consultoria e auditoria Arthur Andersen, de São Paulo, entre as 570 maiores empresas privadas do País com faturamento correspondente a 40% do PIB, apontam que 20% das que têm capital nacional vão investir até 19% dos lucros este ano.

Outra previsão feita pelo Swiss Bank Corporation, de Genebra, concluiu que o Brasil terá um crescimento médio de 4,8% ao ano, até 2000. E o setor público conseguiria, finalmente, reduzir seus gastos, bode expiatório de muitos pro-

blemas da economia, segundo os economistas. Singer não apoiaria nenhuma política sazonal, no entanto, centrada na privatização. Ele entende que o correto seria aumentar impostos, pois não existe, no Brasil, capital privado para arrematar empresas do porte de uma Petrobrás. O fundamental é o controle do Estado pela sociedade, complementa Pinheiro, e que implicaria profundas reformas nos hábitos e no estilo do setor privado. Lamounier vai ainda mais fundo: "É preciso mudar as relações do Estado com o setor privado".

REVOLUCIONAR — Para o Brasil acompanhar o movimento da história contemporânea, segundo Lamounier, terá que realizar duas grandes revoluções: educacional e tecnológica. Não há misticismo

em saber se a questão é o socialismo ou o capitalismo, observa Pinheiro. "O marxismo dos grandes textos é uma leitura gaga. Hoje, é impossível refletir sobre reforma política, econômica e social sem pensar na perestroika. Nós somos a Bélgica, a China, a Nicarágua e também os Estados Unidos e não uma ilha".

Mas há um equívoco do Ocidente, segundo Marilena Chauí, ao observar o que está ocorrendo na União Soviética, China, Hungria e Polônia. Os analistas se apressam em concluir que esses países caminham para o capitalismo, diz ela. E nunca passou pela cabeça de ninguém que aqueles países, por serem autoritários, não significa que também são imutáveis sociologicamente. E o movimento pode estar acontecendo na direção do socialismo e não do capitalismo, observa. 07-07

INVESTIDOR. EXIJA SEUS DIREITOS. EXIJA AUTOPLAN.

O Consórcio Nacional Autoplan é o que mais valoriza os seus direitos, desde o ato da compra até o fim do plano. Ligue (0512) 42-4999 e compare.

AUTOPLAN
Consórcio Nacional
O investimento que valoriza você.

CNPJ 08.909.868/0001

8909868

CONFIDENCIAL

con Sudáfrica
1988

INFORME PRIMERA REUNION DE PAISES DE LA ZONA DE PAZ Y COOPERACION DEL

ATLANTICO SUR (25/VII/88 AL 29/VII/88)

A. DIA 25/VII/88

Discurso pronunciado por su Excelencia el Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de Brasil, Dr. Roberto De Abreu Sodré, en la inauguración de la Reunión de ZPC (DOCUMENTO 1).

- Tendencia en pro países africanos, buscando reafirmar el apoyo de Brasil a la lucha por la independencia de Namibia y contra el "Apartheid" de Sudáfrica.
- No menciona el caso Malvinas, lo que provoca en el Presidente de la delegación argentina un aparente gesto de desaprobación, incluso se ve que escribe algo al respecto.
- Océano que deseamos preservar como factor de acercamiento y concordia entre nuestros países.
- Esfuerzos en la búsqueda de un patrón más democrático y más equitativo en las relaciones internacionales, basado, no en el enfrentamiento y el recurso al poder político, militar y económico sino en el diálogo y en el buen entendimiento y en el cumplimiento de las normas consagradas en la Carta de las Naciones Unidas.
- Dr. Lupinacci manifiesta, a nivel de la delegación, el concepto de defender la división del Atlántico Sur por regiones Oeste y Este para contrarrestar el número de países africanos que en caso de votaciones colocarían a los países de este lado del Atlántico en desventaja. Concepto de extensión de costas bañadas por el océano.
- Países africanos actúan en bloque, reuniéndose antes y después de las reuniones, siendo su vocero el Embajador de Togo.

B. DIA 26/VII/88

1. APERTURA DE REUNION

Se procede a tratar el Temario provisional. (DOCUMENTO 2).

2. ELECCION DE LA NESA

- Presidente : Brasil
- Vicepresidente: Congo y Uruguay
- Relator: Nigeria

3. APROBACION DEL TEMARIO

- Nigeria propone y se aprueba, invertir el orden de los temas 6 y 7.

4. ORGANIZACION DE LOS TRABAJOS

- Se trabajará en régimen de plenario, decidiéndose que luego de terminar el debate general se continúe con el debate particular de los distintos temas.

4

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION	
DE DEFENSA	
SECRETARIA	
Fecha de Emisión	09 JUL. 1988
Pasa a	SDR Ext.
Nº. de Identificación	2497

CONFIDENCIAL

01-15

RECEIVED	
..11	
21/5/88	
205	
8909915	

5. DEBATE GENERAL

- TOGO (DOCUMENTO 3)

- . Desechos nucleares.
- . Establecer un mecanismo de alerta temprana para prevenir y controlar conflictos y vertimiento de desechos nucleares.
- . Comprometer a los estados de la zona a que respeten la paz y los principios de las Naciones Unidas.
- . Establecer un acuerdo de no agresión y de asistencia mutua en materia de defensa.

- SANTO TOME Y PRINCIPE (DOCUMENTO 4)

- . Acción conjunta y coordinada entre los estados situados a ambos lados del Atlántico Sur.
- . Situación internacional mejora.
- . Fundamental importancia principio de acuerdo alcanzado entre la República Popular de Angola, República de Africa del Sur, República de Cuba y Estados Unidos.
- . Felicita a República de Angola por la determinación demostrada en búsqueda de una solución negociada para los problemas con Africa del Sur y en pro de la independencia de Namibia.
- . Condena al flagrante régimen del "Apartheid" de la República de Sudáfrica y a los actos de desestabilización de ésta, contra los países de la línea del frente.
- . Desafío en el campo de la cooperación, debiendo los estados concentrar sus esfuerzos en busca de definir las áreas de posible cooperación.

- ARGENTINA (DOCUMENTO 5)

- . Hace mención al tema Malvinas.
- . Eliminación de la presencia militar de estados de otras regiones con el desmantelamiento de sus instalaciones militares.
- . No introducción de armas nucleares y otras armas de destrucción en masa.
- . "Apartheid", independencia de Namibia, situación colonial de Islas Malvinas, Georgia y Sandwich del Sur.
- . Respuesta firme y enérgica de esta reunión a todos esos temas para poder aspirar a una cooperación integral.
- . Desarrollo de cooperación de Argentina con Brasil y Uruguay y con países africanos.

- NIGERIA (DOCUMENTO 6)

- . Repulsiva situación en Sudáfrica y Namibia, constituyendo una amenaza a la seguridad de la región.
- . Denuncia incremento naval, militar y de armas nucleares en la zona.

..//

- . Denuncia insaciable: apetito de expansión territorial de Sudáfrica.
- . Denuncia experiencias nucleares de Sudáfrica en aguas del Atlántico Sur.
- . El Atlántico Sur está influenciado directamente por la Antártida y las experiencias atómicas de Sudáfrica pueden variar las formaciones de hielo, con los consiguientes peligros para los estados de la zona.
- . Buscar persuadir a los 9 estados que no acompañaron las resoluciones de las Naciones Unidas Nos. 41/11 y 42/16.
- . Para alcanzar los objetivos mencionados en dichas resoluciones cree esencial:
 - a. compromiso de todos los países de la zona a su desnuclearización,
 - b. incluir el Tratado de Tlatelolco y la Declaración de desnuclearización de Africa.
 - c. cooperar en contra del Apartheid, ayudar a Namibia a obtener su independencia y asegurar que el régimen de Sudáfrica desista en su constante desestabilización de los estados de la línea del frente.
 - d. desarrollar la cooperación comercial y cultural.
 - e. mantener fuera del Atlántico Sur las armas de destrucción y que los estados vuelquen sus recursos al desarrollo económico.
 - f. que se establezca entre los estados de la zona un "DUMP-WATCH".

- URUGUAY

- . Aunar esfuerzos para que la resolución de las Naciones Unidas no se pierda como una más.
- . Definir intereses comunes de los estados de la Zona.
- . Instrumentación jurídica.
- . Crear un mecanismo que regularice y coordine los esfuerzos.
- . Coordinar intercambio de informaciones en los distintos campos.
- . Coordinar estudios sobre la aplicación de los principios y las normas contenidas en la convención de las Naciones Unidas sobre Derechos del Mar.
- . Promover programas conjuntos de investigación.

- GANÁ

- . Establecer límites claros de responsabilidades individuales y colectivas.
- . Comprensión de los problemas que viven los estados de la línea del frente ahogados por una estructura colonialista.

- CONGO

- . Coincide con Uruguay en la creación de un mecanismo que vaya efectivizando de una forma gradual los distintos temas, colaborando y suministrando información a todos los países.

..//

- GABON

- . Propone esquema de trabajo.
- . Establecer pre-requisitos para la viabilidad de la existencia de nuestro sistema cooperativo.
- . Temas a incluir:
 - Eliminación de todos los obstáculos para el desarrollo, tales como el Apartheid, colonización, neocolonización.
 - Mecanismos para la preservación de la soberanía e independencia de los estados de la Zona, no interferencia en las fronteras, principio de no agresión, desestimular las rivalidades ideológicas.
 - Preservar la región de la militarización, de la nuclearización, de que seamos receptáculos de los desechos nucleares.
 - Medidas para desestimular las presiones ideológicas.
 - Aplicación de vigilancia constante para afirmar la existencia de un Atlántico Sur en paz.
 - Llegar a una conclusión eficaz sobre desnuclearización.
 - Desarrollar relaciones entre los estados pertenecientes a la zona.
 - Libre circulación controlada de bienes y de personas.
 - Establecer formas de favorecer la cooperación.
 - Establecer un inventario sobre recursos de la zona.

6. EXAMEN DE POSIBLES AREAS DE COOPERACION PARA EL DESARROLLO

- SANTO TOME Y PRINCIPE

- . Definir áreas amplias de cooperación como por ejemplo Cooperación Económica, Hidrográfica, Oceanográfica y preservación del Medio Ambiente.

PRESIDENTE

- Propone estudio conjunto de la preservación del Medio Ambiente.
- Control de la contaminación.
- Posibilidades de Cooperación Económica, Técnica, Científica y Tecnológica en todos los campos nombrados en el punto 7 del Documento ZPC 1/2 (DOCUMENTO 2).

- ARGENTINA

- . Reafirmar los derechos y obligaciones de cada uno de los estados de la zona, en especial los que figuran en la Convención de las Naciones Unidas sobre Derechos del Mar.
- . Promoción de Acuerdos Bilaterales, Económicos y de Asistencia Técnica.
- . Intercambio de información para evitar o por lo menos limitar la contaminación con sustancias tóxicas de nuestras aguas Atlánticas.

..//

- CABO VERDE

- . Buscar áreas de posible cooperación como primer objetivo: - identificando aquellas que se pueden alcanzar a corto plazo como por ejemplo el control de vertimientos de Desechos Tóxicos.
- . Discutir una estrategia común que establezca nuestra posición en las Naciones Unidas.
- . Establecer mecanismos de control de movimientos de buques o cualquier otro movimiento que traiga a nuestra área Desechos Tóxicos.
- . Intercambiar información del movimiento de buques pesqueros que efectúan las tareas ilegalmente en nuestra zona.
- . Iniciar una acción conjunta de estados de la zona apoyando - lo que dijo la delegación de Uruguay para lograr la ratificación de la Convención de las Naciones Unidas sobre Derechos del Mar.
- . Hacer un esfuerzo conjunto en pro de la Independencia de Namibia y para lograr el fin de "Apartheid".
- . Buscar la forma para tratar de disminuir la presencia de - Fuerzas Navales de Estados ajenos a la zona así como el tráfico de armas nucleares por el Atlántico Sur.
- . Desmilitarización y Desnuclearización.

- SIERRA LEONA

- . Alcanzar conclusiones concretas e impulsar acuerdos bilaterales de cooperación en todos los campos.
- . Vigilancia sobre el vertimiento de Desechos Tóxicos (DUMP - WATCH) por parte de los países desarrollados en nuestro territorio marítimo.
- . Propone que el temario y el documento final de la reunión - sea presentado en conjunto por los países de la zona en la próxima reunión de las Naciones Unidas.

- NIGERIA

- . Estimular la aceptación de la idea de los acuerdos bilaterales referentes a cooperación.
- . Nuestro enfoque es entrar en contacto con cualquier estado para firmar acuerdos bilaterales.
- . Vigilancia sobre vertimiento de Desechos Tóxicos.
- . Estimular jurisprudencias Nacionales sobre quienes arrojan Desechos Tóxicos.

- LIBERIA (DOCUMENTO 7)

- . Prioritariamente eliminación del armamento Naval Nuclear, - las armas de destrucción de masas y los peligros de Desechos Tóxicos.
- . Observar los objetivos del tratado de Tlatelolco y de la - Declaración de la desnuclearización de Africa.
- . La amenaza que significa para el Atlántico Sur la situación de las Islas Malvinas y del aberrante Apartheid de Sudáfrica, así como la colonial dominación de Namibia.

..//

- . Amenaza de capacidad del armamento de Sudáfrica.
- . Institucionalización de mecanismos de cooperación.
- . Establecer un Coordinador de la Zona y puntos focales de - contacto en los distintos estados.
- SANTO TOME Y PRINCIPE
 - . Identificación de recursos.
 - . Estrategia de "DUMP WATCH".
- URUGUAY
 - . Proponer medidas concretas por ejemplo en el tema del vertimiento de Resechos Tóxicos.
 - . Fluído intercambio de Información de Datos a través de distintos sistemas incluidos satélites.
 - . Adopción de una conducción común en los Organismos Internacionales.
 - . Estudio de la aplicación de las normas y principios de la Conferencia sobre el Derecho del Mar.
 - . Exhortar a ratificar esa Convención.
 - . Programa conjunto de investigación científica entre 2 o más estados.
 - . Asistir a los países de Africa en la Organización de un Sistema de Control de Tráfico Marítimo similar al existente entre Argentina, Brasil y Uruguay.
- ZAIRE
 - . Acorde con filosofía de acción.
- BENIN
 - . Apoya la declaración de Uruguay.
 - . Hacer lista de prioridades.
 - . Lograr una estrategia común para la zona.
- TOGO
 - . Adoptar programa concreto para la Cooperación.
 - . Cooperación dentro del Grupo Económico-Social y de la preservación de los recursos, entre otros.
- GUINEA BISSEAU
 - . Paz en la región como elemento fundamental de todo lo que - pretendemos presentar.
 - . Cooperación en protección del medio ambiente, preservación - de los recursos, estudio de las potencialidades oceanográficas, y de las propias industrias.
 - . Preocupa las experiencias nucleares realizadas por Africa del Sur con la Cooperación de Israel.
 - . Estudiar como se puede disminuir la presencia militar de países de otras zonas en Africa.
 - . Condena los vertimientos de desechos tóxicos.

..//

- . Establecer un sistema de información entre todos los estados de ambas costas, similar a lo que propuso Uruguay.
- . Promover reuniones de peritos en los diferentes campos para que estos propongan respuestas concretas.
- . Crear algún mecanismo que coordine todo lo que se establezca.

- BRASIL

- . Intercambio de ideas que nos permita escuchar las manifestaciones de todos los países.
- . Necesidad de aplicar y desarrollar a nivel regional la Convención de las Naciones Unidas sobre Derechos del Mar.
- . Marco político.
- . Uso de altamar con fines pacíficos.
- . Efectuar estudios y comparaciones de las legislaciones que en materia marítima tienen los países de la zona.
- . Incrementar a través de un esfuerzo común la forma de evitar el vertimiento en la zona de residuos peligrosos.
- . Considerar la conveniencia de elaborar un documento jurídico similar a la Convención para la protección del medio ambiente del Pacífico Sur.

- NIGERIA

- . Apoya a Brasil en la idea de estudiar la Convención del Pacífico Sur en una próxima reunión.

C. DIA 27/VII/88

- COTE D'IVOIRE (DOCUMENTO 8)

- . Tres condiciones son necesarias:
 - . La paz en el interior de cada estado de la zona.
 - . La paz entre los estados de la zona.
 - . La paz entre los estados de la zona y el resto del mundo.
- . La cooperación sin paz no es posible.
- . Eliminar las amenazas que plantean ciertos países.
- . Crear una comisión que estudie los problemas de cooperación; y de interés común, contribuyendo al desarrollo de los países.
- . Tomar medidas concretas contra el vertimiento de los desechos tóxicos en la zona.

- SENEGAL

- . Establecer el límite geográfico de la zona porque indudablemente de acuerdo a eso variará el número de países de la misma.
- . Definición sobre el status de la zona, Derechos y Obligaciones que afectarán a los miembros y a los no miembros.

..//

- ARGENTINA

- . Importancia del vertimiento de las sustancias tóxicas y protección del medio ambiente.
- . Comenzar con el intercambio de información.
- . No es partidaria del estudio de Convención del Pacífico.
- . Cree que se está procediendo demasiado rápidamente.

- CONGO

- . Apoya la idea de Brasil sobre el estudio de la Convención del Pacífico.
- . Llegar a un consenso en relación del tema de vertimiento de desechos tóxicos.

- GABON

- . Convención de Ginebra, sobre rápida comunicación de accidentes nucleares.
- . Dedicarse al punto de vertimiento de desechos para presentarlo en la Asamblea General.

- URUGUAY

- . Patrocinar conjuntamente en las Naciones Unidas una resolución en materia de desechos para protección del medio ambiente.

- ARGENTINA

- . Apoya a Uruguay y sugiere que lo presentado por la delegación uruguaya forme un párrafo del documento final.

7. EXAMEN DE CUESTIONES REFERENTES A LA COOPERACION PARA LA PAZ Y SEGURIDAD EN LA REGION DEL ATLANTICO SUR

- URUGUAY

- . Ratificación de nuestras posiciones en relación a Sudáfrica y a Namibia, exhortando a que se cumplan con las disposiciones de la Asamblea General.
- . Similar en el caso de las Islas Malvinas, exhortando a que se discuta su soberanía.
- . Mencionar vinculaciones entre el Tratado de Tlatelolco, la desnuclearización de Africa y la zona de paz del Atlántico Sur.

- LIBERIA

- . Prevención de relaciones económicas con Sudáfrica.

- NIGERIA

- . Sanciones comerciales amplias a Sudáfrica.
- . Desestímulo de entrenamiento del personal Sudafricano en nuestro territorio.
- . Presencia de bases militares en la zona.
- . Desnuclearizar Africa.

- GABON

- . Hacer una lista de inhibiciones que puedan trabar la cooperación.

..//

- BRASIL

- . Importancia de que países de otras regiones del mundo respeten - al Atlántico Sur como Zona de Paz y no extiendan a la región los conflictos de otros lados.
- . No introducción de armas nucleares a la Zona.
- . Tlatelolco y desnuclearización de Africa.
- . Destacar el problema de Sudáfrica, Namibia, Angola y Malvinas.
- . Consultar con la Embajada de Angola si desea que se mencione en el documento final una referencia concreta a la situación que vive su país.

- SIERRA LEONA

- . Resaltar el caso de Sudáfrica en el Documento.

PRESIDENTE

Resumen

- . Apartheid.
- . Independencia de Namibia.
- . Angola, concretamente negociación en curso.
- . Exhortación en el caso Malvinas.
- . Relaciones comerciales con Sudáfrica y sanciones comerciales.
- . Desnuclearización de la Zona.
- . Protocolo.
- . Bases militares.
- . Necesidad de Paz en la región.
- . Necesidad de preservar la Zona de introducción de armas nucleares.
- . Adhesión a las normas y principios de las Naciones Unidas.
- . Mantener diálogo y consulta entre los estados de la Zona.
- . Coordinar.

8. EXAMEN DE ALTERNATIVAS INSTITUCIONALES PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA - COOPERACION PARA LA PAZ Y EL DESARROLLO EN LA REGION DEL ATLANTICO SUR

- URUGUAY

- . Crear un mecanismo mínimo de institucionalización para dar continuidad.
- . Secretaría Pro-témpore.
- . Coordinador.
- . Instrumentación Jurídica del Status de la Zona.
- . Precisar los derechos y deberes de los estados de la Zona.

- NIGERIA

- . No cree necesario una Secretaría permanente por su costo.
- . Arreglo ad-hoc como se tiene en el movimiento de no alineados.
- . Confiar en Brasil las responsabilidades de Coordinador.
- . Posibilidad de crear un Coordinador o una Junta-Coordinador

..//

- SANTO TOME Y PRINCIPE

- . Importancia en que sigan este tipo de reuniones.
- . Institucionalizar la Coordinación con un país coordinador-organizador.

- SENEGAL

- . Recomendar un mínimo de institucionalización.
- . Tratar de que en la Asamblea General de las Naciones Unidas se instituya algún organismo que se relacione directamente con la Zona del Atlántico Sur.

- ARGENTINA

- . Mantenimiento de la Unidad y Solidaridad de los estados ribereños del Atlántico Sur, la cual deberá ser guía de todos nuestros trabajos.
- . Propone reuniones en períodos regulares en los estados de la Zona alternando Africa y América del Sur.
- . Propone reuniones especiales New York.
- . Reuniones tendrán como mandato la resolución 41/11.
- . Concentrar esfuerzos en hechos prácticos, concretos y viables.
- . Evitar la duplicación de esfuerzos en otros organismos, coordinando los trabajos con estas Organizaciones.

- CABO VERDE

- . Institucionalización de la Zona la cual podría hacerse a través de un coordinador, país que organiza la Conferencia.
- . Instrumentación Jurídica, basarnos en los instrumentos jurídicos de las Convenciones.
- . Formato de la convocación de la próxima reunión sugiriendo la posibilidad de la periodicidad de las mismas.
- . No está de acuerdo en incluir otros estados, a lo sumo alguna entidad especialista en temas específicos.
- . Enviar el Documento final a la Asamblea General de las Naciones Unidas para su publicación.
- . Tratar de desarrollar acciones para que se vuelquen los votos negativos y abstenciones designando al coordinador (Brasil) para que actúe en ese sentido.

- CONGO

- . Cree fundamental institucionalizar la conferencia y periódicamente encontrarnos.
- . En uno u otro estado, con rotatividad, teniendo en cuenta un principio de equilibrio entre el Continente Americano y el Continente Africano.
- . Convocar reuniones especiales para tratar aspectos delicados por ejemplo el de los desechos tóxicos.
- . Invitar a observadores según los temas.
- . Apoyar al coordinador o Junta -Coordinadora, con un mandato sobre los problemas fundamentales de la región.

..//

- . Documento final debe incluir la transmisión del mismo a la - Secretaría General de las Naciones Unidas pidiendo que sea - publicado como un documento de la Organización, lo cual se - ría recibido en forma indirecta por los estados, que aquí no - están representados y estos conocerían por esa vía de nues - tra seriedad y de nuestras inquietudes.

- NIGERIA

- . Intenciones claras de que esta Zona sea verdaderamente de Paz.
- . Desestímulo de entrenamiento militar de Sudáfrica.
- . Imposición de sanciones amplias para Sudáfrica.
- . Considerar la presencia de bases de países de la Zona en la - Zona.
- . Rechazo de que Sudáfrica tenga bases en la Zona.
- . Prohibir la instalación de bases.
- . Relación entre Zona de Paz y de seguridad y la Desnucleariza - ción de Africa.

- GABON

- . Institucionalizar el Grupo.
- . Coordinador o una presidencia que trabaje con los grupos regio - nales en las Naciones Unidas.
- . Reuniones de consulta o de decisión, formales o informales.
- . Reunirse en la sede de las Naciones Unidas en víspera de la - reunión de la Asamblea General.
- . Tomar decisiones concretas y no fórmulas vagas.

- BRASIL

- . Responsabilidad e interés de la Paz en nuestra región.
- . Reiterar la no introducción militar de otros países en la Zona.
- . Reiterar en forma específica el tema de la desnuclearización.
- . Agresión de Sudáfrica contra Angola.
- . Liberación de Namibia.
- . Mención al problema de Malvinas como lo acotó la delegación de Uruguay.
- . Reiteración de adhesión a las normas y principios básicos.
- . Diálogo y entendimiento para los problemas que surjan para la - implementación de estos documentos.

- SIERRA LEONA

- . Reflejar en el documento la idea de que no alcanzaremos una Zo - na de Paz en el Atlántico Sur, sino se termina con el problema Sudafricano.

- GUINEA BISSEAU

- . Institucionalizar la reunión.
- . Apoya al Uruguay en el mecanismo propuesto por su delegación.

..//

- . Propone invitar a SWAPO y ANC.
- TOGO
 - . Precisamos un coordinador o una Junta-Coordinadora con poder - de transmisión antes de cada reunión de las Naciones Unidas.
- ANGOLA
 - . Considerar la situación con realismo pensando que en el futuro - tanto el SWAPO como Africa del Sur van a integrarse a la Zona.
- CABO VERDE
 - . Coordinación unipersonal, no a través de una Junta-Coordinadora.
 - . Establecer la periodicidad de las reuniones.
- SANTO TOME Y PRINCIPE
 - . Reunión alternable en países de la Zona en ambos continentes.
- URUGUAY
 - . Coordinador de un solo país.
 - . Reuniones en algún país y no en las Naciones Unidas para mantener autonomía de la Zona.
- GUINEA BISSEAU
 - . Armar la propuesta con lo expresado por Uruguay, Cabo Verde, - Congo, Santo Tomé y Príncipe.

PRESIDENTE

ACUERDO EN:

- . Mecanismo simple.
- . Pragmático.
- . Económico.
- . Realista en los objetivos.
- . Utilizar los organismos internos de cada País.

(DOCUMENTO 9) Propuesta presentada por la Delegación Uruguaya.

9. CLAUSURA DE LA REUNION

Documento final (DOCUMENTO 10)

- . Discurso pronunciado por su excelencia, el Señor Embajador Paulo - Tarso, Flecha de Lima, Secretario General de Relaciones Exteriores, en el cierre de la reunión de países de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur.

10. CONCLUSIONES

La primera Reunión de Estados de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur donde estuvieron presentes delegados de 18 países africanos y - de 3 países sudamericanos, se desarrolló en un ambiente de tensión en un primer momento, debido a que:

..//

- 1) Desde el principio los países africanos pretendieron actuar en bloque, reuniéndose previamente al inicio del Congreso para el nombramiento de la mesa, donde se concedía a Brasil la presidencia, pero debido a su mayor representación, pretendían que los dos vicepresidentes y el relator fueran africanos. Una vez iniciada la reunión y en primer lugar por el reconocimiento de respeto que evidenciaron hacia nuestro país (lo que nos debe enorgullecer) y en reconocimiento de la gran habilidad como congresista y excelente experiencia profesional del Presidente de nuestra delegación Embajador Dr. Julio César Lupinacci, se nombró al Uruguay como Vice-Presidente de la reunión. El Congo fue nombrado en la otra Vice-Presidencia y Nigeria como relator, demostrando que éste es el país que lidera, por su poder económico, el grupo africano.
- 2) En conocimiento de toda la problemática, Brasil como anfitrión de la primera Reunión y para tratar de aquietar tensiones, en las coordinaciones primarias indicó que en este Congreso se trabajaría en Plenario y las decisiones se tomarían por consenso.
- 3) Los países africanos en general no tienen una idea acabada de lo que es COOPERACION y pretendieron utilizar lo de Zona de Paz en este foro, para ventilar solamente sus problemas políticos, antes que atender los problemas en general de la Zona del Atlántico Sur.
- 4) Brasil tiene intereses económicos muy importantes en Africa, y a pesar de que aún conserva su Embajada abierta en Sudáfrica, fue respetado, por ser el originador de la resolución 41/11 de la Asamblea General de las Naciones Unidas y por la extrema habilidad de Itamaratí. Hizo ciertas concesiones políticas a algunos de los estados africanos presentes.
- 5) Argentina actuando cautelosamente y hasta sumisamente para poder incluir, la declaración 16 del documento final, que lo más serio que expresa es que "urgen a las partes (Argentina y Gran Bretaña a la aplicación plena de las resoluciones de la Asamblea General de las Naciones Unidas" y la declaración 10 "y todas las demás situaciones que afectan o implican grave amenaza a la independencia, soberanía o integridad territorial de los Estados de ambos lados del Atlántico", permitió también ciertas libertades políticas a algunos de los países africanos.
- 6) Las tendencias ideológicas de los Estados africanos presentados son:

- | | | |
|-------------------------------------|---|------------------|
| a) Lazos estrechos
con occidente | b) Estados que se
declaran marxistas | c) Prosoviéticos |
|-------------------------------------|---|------------------|

COTE D'IVOIRE
GUINEA ECUATORIAL
GABON
GAMBIA
GHANA
GUINEA
LIBERIA
SANTO TOME Y PRINCIPE
SENEGAL
SIERRA LEONA
TOGO
ZAIRE
NIGERIA

BENIN
CABO VERDE
CONGO
GUINEA-BISSEAU

ANGOLA

..//

Como corolario la delegación Uruguay se encontró enfrentada al cruce de un curso de agua sin más armas que las habilidades ya mencionadas - de su Presidente y los conocimientos técnicos de sus delegados logrando a pesar de las dificultades:

- 1) Obtener la Vicepresidencia de la mesa.
- 2) Incluir en las declaraciones:
 - a. La Secretaría "pro tempori", que se convirtió en un coordinador, con las mismas funciones que se le asignaban a la Secretaría de nuestra propuesta (declaración 33).
 - b. El establecimiento de "un mecanismo destinado al suministro mutuo de datos sobre movimiento de buques en la Zona, dentro de la estructura de un sistema integrado de control marítimo" (declaración 29).
 - c. La afirmación de "que las cuestiones de paz y seguridad y las cuestiones de desarrollo están interrelacionadas y son inseparables, y consideran que la cooperación entre los Estados de la región para la Paz y el desarrollo es esencial para alcanzar los objetivos de la Zona". (declaración 3).
 - d. Los conceptos generales vertidos en las declaraciones 4,5,6,7,9, 17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,28,30,31 y 32.
- 3) Contribuyó permanentemente en la redacción y esquematización del documento final en todos los idiomas y específicamente el emitido en español.
- 4) Apoyo a la Argentina en sus inquietudes (declaraciones 10 y 16).
- 5) Limó las asperezas de las declaraciones políticas fanáticas de algunos países africanos.
- 6) Frustró la idea de algunos países africanos de que en el futuro se invitara como observadores al SWAPO y ANC, apoyado por Guinea Ecuatorial, Santo Tomé y Príncipe, Cabo Verde y Togo y cautelosamente por Argentina y Brasil.

En general fueron logrados la gran mayoría de los objetivos perseguidos destacándose que la presencia de Uruguay en el foro de la Zona de Paz y Cooperación del Atlántico Sur, a pesar de los inconvenientes surgidos por diferentes intereses de los estados representados, primordialmente en lo que respecta a los principios políticos e ideológicos esgrimidos por algunos estados africanos, es indiscutible, porque estando geográficamente ubicados en la Zona, nuestra no presencia le deja el campo libre a los intereses de los demás en menoscabo de los intereses de nuestro país.

En asuntos incidentales es de señalar:

- 1) La idea del Señor Embajador Lupinacci de que las decisiones se tomen porcentualmente en base a la extensión de las costas y no solo a la presencia geográfica de los Estados. Esta idea limitaría la capacidad de decisión de Uruguay pero ampliaría el poder de decisión de los Estados Sudamericanos representados. No fue presentada por estimarse no conveniente en esta primera reunión, pero es de madurarla y ver la posibilidad de enfocarla en un futuro.

..//

CONFIDENCIAL

- 15 -

- 2) Se establecieron contactos informales con Guinea Ecuatorial y Cabo Verde, a efectos, de que de autorizarse el viaje del Capitán Miranda a los festejos de los 200 años de la Revolución Francesa y los 800 años del Puerto de Hamburgo, visiten sus puertos dentro del espíritu de la declaración de intensificar relaciones constructivas entre los Estados miembros. Pudiendo realizar una exposición de productos nacionales conjugada con la que, si se autoriza, se realizará en Hamburgo.
 - 3) El excelente entendimiento entre los integrantes de la delegación-compenetrados e identificados con los objetivos perseguidos, estableciendo una excelente armonía que refleja una vez más el espíritu de cooperación de trabajo en conjunto de civiles y militares.
-

CG/mms.

CONFIDENCIAL

15 - 15

8909915

096



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.009/AMB/989.-

(Período cubierto del 01 al 30 de setiembre de 1989):-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 EJEMPLAR AL SEÑOR J.E.M.E.-
01 EJEMPLAR AL ARCHIVO.-



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTHON.-

BRASILIA DF.-.-.-.-.-

12 de Octubre de 1989.-

HORA 1230.-.-.-.-.-

EMBAJADA DEL URUGUAY

ENTRADA 11. 1989

PROCESADA 11. 1989

RECIBIDO 11. 1989

01-11

8909949

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 1 de 10
Copia No. OriginalI.- FACTOR POLITICO.-A.- NACIONAL1.- PROPAGANDA POLITICA GRATUITA

El 15 de setiembre comenzó en doble horario diario (1300 y 2030), la propaganda electoral gratuita, en cadena nacional y en todos los medios de difusión.-

La misma finaliza indefectiblemente el 12 de noviembre, previéndose su continuidad en caso de haber segundo turno, en horarios a determinar.-

Dicha propaganda fue adjudicada en tiempo a los presidenciables, de acuerdo al número de bancas que tienen en el Congreso; los que no lo tienen (hay 22 candidatos) disfrutaban de un tiempo padrón de 30 segundos.-

En la propaganda que se viene realizando, no se destaca ningún hecho que resalte, de los estilos electorales ya conocidos.-

2.- MODELO DE CEDULA ELECTORAL.-

Finalmente fracasó el intento de algunos políticos, de incluir la foto del candidato en la cédula electoral.-

El T.S.E. (Tribunal Superior Electoral) ordenó la impresión de 120 millones de cédulas (hay 82 millones de electores), que contienen a la izquierda un recuadro para hacer la marca del voto, luego el número del Partido y luego el nombre del candidato (nombre elegido por éste y no el nombre completo).-

Los 22 Candidatos se encolumnan en la cédula, de acuerdo a un orden que surgió en el sorteo realizado por el T.S.E.-

También ya se decidió el formato de la cédula electoral para el caso de haber segundo turno, con el nombre de los dos candidatos (ver Correio Braziliense del 29 de Setiembre).-

3.- PESQUISAS DE OPINION SOBRE RESULTADOS ELECTORALES.-

Como es de suponer, la prensa nacional, dedica el mayor de sus esfuerzos a la problemática política del país en razón de la proximidad del acto electoral del 15 de noviembre.-

...///

SECRETO

8909949

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 10
Copia No. Original

///...Como elementos importantes incluyen, además de sus propias opiniones u orientaciones, las conclusiones que diariamente extraen de la participación de los candidatos en la propaganda política gratuita, las respuestas del Presidente Sarney a los ataques que el gobierno recibe y las opiniones que también publican de personalidades políticas, nacionales y extranjeras.-

Pero donde más ponen el acento es en la evolución de las estadísticas sobre intención de voto, manejándose para ello con todas las agencias participantes. Al finalizar el período se nota como hechos destacables lo siguiente:

- a pesar de la caída de 7 puntos del " leader " Ec. Fernando Collor de Mello, éste continúa con un porcentaje de más del doble sobre el segundo Dr. Leonel Brizola.-
- Se nota el crecimiento de Afif Domingos, que ahora ocupa el 3er. lugar, por el apoyo recibido de la clase media (que no es precisamente la mas numerosa del país : 20 %).-
- Se especula con quien acompañará a Collor al Segundo Turno, (los indecisos aún son numerosos), en atención a que se estima que será imposible que el mismo logre el 51 % de los votos en la primera votación.-

B.-INTERNACIONAL.-

1.-APOYO DE BRASIL A COLOMBIA EN SU GUERRA CONTRA EL NARCO-TRAFICO.-

Considerando la dramática evolución de la guerra interna contra el narco-tráfico, que sufre el país del Pacífico y la tendencia internacional para combatir y/u apoyar a quienes directamente lo combaten, Brasil estudia incrementar la vigilancia sobre sus fronteras, con el empleo de medios de las FF.AA, que se sumarán con los ya existentes del Proyecto Calha Norte, particularmente con Colombia, Perú y Venezuela, para evitar el ingreso de narcotraficantes al territorio nacional.-

2.-SE RECONOCE EL FRACAZO DE LA ALADI.-

Algunos medios periodísticos hacen mención de los graves problemas de integración, particularmente económicos, condicionados aún más por la deuda externa, que han llevado a la Asociación Latino American@ de Integración a no poder alcanzar los objetivos para los

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAHoja 3 de 10
Copia No. *Pujinf*

///... qué fue creada.-

En cambio resaltan como un hecho muy positivo, el esfuerzo de integración que a partir de 1986 están llevando a cabo Argentina, Brasil y Uruguay, que estima deberá ser tomado como modelo para ir incorporando nuevos países al mismo.-

3.-DISCURSO DE SARNEY EN LA O.N.U.-

El 25 de setiembre y ante la presencia de representantes de los 159 países que integran la Organización, el Presidente Sarney habló durante 45 minutos.-

Los temas tratados principalmente fueron:

- deuda externa, países ricos - países pobres, pobreza, nuevo orden económico mundial.-
- transferencia de tecnología (la cultura y el conocimiento deben ser universales).-
- polución mundial, Amazonia, responsabilidad de todos en el tema.-
- consumo de droga a nivel mundial, combate a la misma y soluciones para el problema de la pobreza de sus plantadores en los países productores.-

SECRETO

8909949



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

II.- FACTOR ECONOMICO.-

1.- PROBLEMATICA DE LA DEUDA EXTERNA.-

Como todos los países endeudados, Brasil tiene grandes expectativas, buscando soluciones para su deuda externa, que condiciona su economía y acelera el proceso inflacionario interno.-

En ese sentido, desde el 5 de setiembre, trabajó en Estados Unidos, una misión económica precedida por el Secretario para Asuntos Internacionales del Ministerio de Hacienda, Sr. Sergio Amaral que canalizó su gestión en los siguientes aspectos:

- reducción de la deuda a través del estudio del Plan Brady.-
- participación política de EE.UU y organismos Internacionales (FMI-BIRD-BID.etc) para convencer a los bancos acreedores, de ofrecer mayores ventajas.-
- obtención de créditos nuevos como condicionante para el próximo pago de la deuda externa de 2,3 billones de dólares.-
- posibilidad de encarar la solución del problema a partir del 15 de marzo de 1990, con el nuevo gobierno.-
- aumento de capitales del FMI para encarar mayores préstamos en plazo inmediato.-
- probables condiciones impuestas por el FMI, para renegociar los intereses y otorgar nuevos créditos.-

Los voceros económicos brasileiros se sienten optimistas ante las negociaciones y manifiestan su intención de ofrecer mejores espacios económicos, al nuevo gobierno.-

2.- DEUDA ENTRE LOS PAISES LATINO AMERICANOS.-

Por iniciativa de Brasil, así lo expresa el diario Correio Braziliense del 3 de setiembre, los países latino americanos negocian entre sí la solución del pago de sus deudas.-

De esta forma se pretende ubicar a los países, en mejores condiciones para la obtención de nuevos préstamos, comercio, etc.-

Se detalla en un cuadro contenido en el artículo, el monto de los respectivos compromisos.

3.- AUTOSUFICIENCIA DE PETROLEO.-

En oportunidad de anunciar el descubrimiento de un nuevo pozo de gas natural en la Amazonia, cuenca del río Solimões, región de Urucu, el presidente Sarney dijo que el ...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 5 de 10

Copia No. Original

///... país se encamina a alcanzar en 1997, la autosuficiencia de petróleo, con la producción diaria de 1,5 millones de barriles.-

El Presidente elogió el trabajo de Petrobras en cuanto a exploración y prospección y estimó muy necesaria la utilización del gas para el desarrollo de esa región estratégica.-

4. PRESTAMO JAPONES.-

A pesar de las dificultades económicas que atravieza el país, Japón concedió un primer préstamo por 490 millones de dólares para proyectos de irrigación, electrificación rural y ampliación del puerto de Santos.-

Es la consecuencia del acercamiento, por el envío de misiones al Japón, diciendo las autoridades de dicho país, que Brasil tendría que intensificar este aspecto.-

5. HIDROVIA RIOS PARANA-PARAGUAY.-

Esta obra que favorecerá a los cinco países de la Cuenca del Plata: Argentina, Brasil, Bolivia, Paraguay y Uruguay, largamente esperada, que favorecerá la salida de la producción al Atlántico, será financiada este año, por el BID, según anunció su Presidente Cr. Enrique Iglesias a los Ministros de Transporte y Obras Públicas de los 5 países.-

El crédito estimado de 900 millones de dólares será adjudicado proporcionalmente a los costos de las obras en cada trecho, correspondiéndole a Brasil 427 millones.-

La hidrovía va de Cáceres en el Matto Grosso hasta Buenos Aires, en una extensión de 3.442 Kms siendo sus principales obras, puertos y dragados, que estarán terminados en 1995.-

Brasil piensa que en 10 años podrá llevar su transporte de carga de 550 mil toneladas, a 9 millones.-

6. INDICE DE INFLACION.-

A 36 % aproximadamente llegó la inflación de setiembre, lo que elevó a una cifra considerable, de más del 600 %, la anual acumulada.-

El Ministro del ramo no cree en la hiperinflación y niega un lanzamiento de "nuevo paquete económico" para llegar al cambio de gobierno, aunque si realiza reuniones con productores, banqueros, comercio, etc.-

SECRETO

8909949



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 6 de 10

Copia No. Original

III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-

1.- LUCHA CONTRA MENINGITIS Y MALARIA.-

Diversos estados continúan su lucha contra la meningitis, que en el período tratado a presentados nuevos casos, particularmente en San Pablo, Espíritu Santo y Matto Grosso del Sur.-

Se intensifica la compra de vacuna cubana, habiéndose tambien administrado 200.000 dosis de vacuna homeopática, en experimentación, en el estado de Matto Grosso del Sur. Nuevos focos de malaria, se han producido en los Estados de Roraima, Amazonia y Espíritu Santo.-

2.- LUCHA CONTRA LAS DROGAS.-

La Policía Federal comenzó a trabajar en la Amazonia para destruir los plantíos existentes.-

Se teme que las ramificaciones colombianas hayan hecho base en el territorio.-

Ante el temor de que esté trabajando a nivel escolar por los delincuentes y ante diversos casos de violencia constatados, el gobernador Joaquín Roriz del Distrito Federal, logró la creación del Batallón Escolar de la Policía, que tendrá 1493 efectivos, de los cuales 222 mujeres.-

La prensa destaca la detención en Campo Grande, capital de Matto Grosso del Sur, de 5 uruguayos, que traficaban droga para Montevideo, desde Bolivia, con un método original (ver correo Braziliense del 01 de setiembre).-

Asimismo se comenta sobre el probable lavado en Montevideo, de los dólares provenientes del narcotráfico.-

3.- ANUNCIO DE HUELGA GENERAL .-

Confirmado lo informado en el PPI anterior, la CUT insiste en el anuncio de una huelga general, para antes del 15 de noviembre, como repudio a la política económica del gobierno.-

Mientras tanto se cumplen huelgas sectoriales por reivindicaciones salariales, que no obstante, algunas, tienen connotaciones políticas.-

...///

SECRETO

8900949

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 7 de 10

Copia No. *Chizang*///... 4.-OTROS FACTORES DE PERTURBACION.--

- Continúan las ocupaciones por parte de " los sin tierra " , con mutuas acusaciones del gobierno, iglesia, izquierda, derecha, elementos infiltrados, etc, notándose su intensificación en los estados del sur del país.--
- La Policía Federal comenzó a desalojar reservas indígenas en la Amazonia, ocupadas por buscadores de oro, no habiéndose producido enfrentamientos relevantes hasta la fecha.--
- La Iglesia Tercermundista a recibido la orden del Vaticano, de cerrar algunas de sus instituciones paralelas, sobre todo en el Nordeste, con graves amonestaciones a sus Obispos, hechas por el Papa.--

SECRETO

8909949

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 1 de 10
Copia No. OriginalIV.- FACTOR MILITAR.-1.- DIA DEL SOLDADO.-

En los primeros días de setiembre, recién la prensa de la capital da realce a los actos cumplidos el 25 de agosto (día del Soldado) en la Avenida Principal del Estado Mayor del Ejército, con la presencia del Presidente de la República.-

Dos aspectos señalan como más importantes:

las condecoraciones realizadas por el Ejército a personalidades civiles y a la promoción de Oficiales Superiores correspondientes y el desfile de los 7 primeros helicópteros del Ejército, que integrarán el 1er. Batallón de Aviación de Ejército, con asiento en Taubaté (Estado de San Pablo).-

2.- REFUERZAN VIGILANCIA DE FRONTERAS EN EL NORTE.-

El Ministerio de Ejército ordenó el refuerzo de las UU de frontera, del proyecto Calha Norte, particularmente con Colombia, ante la eventualidad del ingreso de narcotraficantes procedentes de Colombia.-

Al incremento de la vigilancia, se agregan las medidas activas de patrullaje aéreo, ordenadas por el Ministerio de Aeronáutica, sobretudo en la faja donde existen 100 aeropuertos clandestinos que sirven de apoyo a los garimpeiros.(buscadores de oro).-

3.- VISITA DEL MINISTRO DE EJERCITO A LA ARGENTINA.-

El General de Ejército Leónidas Pires Gonçalves visitó la Argentina entre el 27 de agosto y el 3 de setiembre.-

La misma incluyó reuniones con el Presidente Carlos Menen, el ministro de Defensa Italo Luder y con el Jefe del Estado Mayor del Ejército, General Isidro Cáceres.-

Además de Buenos Aires, viajó y visitó Unidades de la Patagonia, de los que se destaca la Escuela Militar de Montaña, cerca de San Carlos de Bariloche.-

Su visita fue considerada muy importante, en momentos que ambos países avanzan en la integración económica, en la cooperación atómica y en el proyecto conjunto del avión CBA-123 de pasajeros.-

...///

SECRETO

8909949



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 9 de 10
Copia No. Original

///... 4.-CREAN ASOCIACION DE RETIRADOS.-

Según manifestaciones realizadas a la prensa de que el objetivo es colaborar con las FFAA y obtener algunas reivindicaciones, se reunió un grupo de retirados en Brasilia, con la intención de fundar una Asociación que los represente.-

No se han obtenido informes al respecto, de las fuentes oficiales.-

5.-FALLO DEL TRIBUNAL FEDERAL.-

Informes obtenidos indican que el guerrillero argentino Fernando Carlos Falco que participó en el asalto al cuartel de La Tablada y que fuera capturado días después en Río de Janeiro, fue beneficiado por el voto unánime del Tribunal, al no concederse la extradición solicitada por el gobierno argentino, por considerar que el delito cometido fue político.-

SECRETO

8909949

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 10 de 10

Copia No. Original

V.- FACTOR TECNICO - CIENTIFICO.-1.- ENTREGA DEL PRIMER AVION A M X.-

En vuelos de prueba desde mediados de agosto, el primer avión del proyecto brasilero-italiano será entregado a la Fuerza Aérea a mediados de octubre.- Hasta el fin de 1989 recibirá otros dos, que están en montaje final en San José dos Campos (estado de San Pablo).-

La FAB pidió inicialmente 73 unidades de este caza-táctico de ataque, denominado A-1 y le serán entregados así:

1990 - 15.-

1991 - 16.-

hasta 1999 el resto.-

Desde 1987 el AMX recibió en pedido 317 unidades, la primera entrega determinó 21 aviones para Italia y 9 para Brasil y el segundo pedido de 84 comprende 22 monoplazas y 3 biplazas para Brasil y 55 y 4 respectivamente para Italia.-

El primer avión a Italia, le fue entregado el 30 de mayo de 1989.-

El proyecto es ejecutado por Embraer de Brasil con 2 empresas italianas.-

2.- EVOLUCION EN LA INFORMATICA.-

De excelente fue clasificado el variado material y equipos de informática, presentado por el Brasil en la Feria Internacional de Informática realizada en San Pablo.-

Se confirma el adelanto tecnológico alcanzado por el país, en esta industria tan competitiva a nivel internacional.-

3.- RECORD DE LA INDUSTRIA AUTOMOVILISTICA.-

Nuevo récord obtenido en agosto, al producir 105.582 unidades.-

El nuevo logro fue comentado como un gran esfuerzo, para superar la actual crisis económica.-

SECRETO

8909949



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

PARTI PERIODICO DE INFORMACIONES No. 030/10/1980

(Período cubierto del 03 al 21 de octubre de 1980)

- | | | |
|-------|---------------|--------------------------|
| I.- | FACTOR | DE SEGURIDAD |
| II.- | FACTOR | ECONOMICO |
| III.- | FACTOR | SOCIAL |
| IV.- | FACTOR | MILITAR |
| V.- | FACTOR | TECNICO OTRO |
| VI.- | DISTRIBUCION: | DE INFORMACION MILITAR |
| | | DE INFORMACION ECONOMICA |



El Agregado Militar en Brasil...

General

[Handwritten signature]
SECCION DE DEFENSA

10/10/1980
Buenos Aires
Excmo. Sr. General
[Signature]

Poco legible

SECRETARIA DE DEFENSA

01-10

4

8910049



ACREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRET

I.- FACTOR POLITICO.-

A.- NACIONAL

1.- SITUACION AL 31 DE OCTUBRE

La campaña política continúa desarrollándose con actividad en los 26 Estados, con su aparición diaria en su espacio gratuito de la televisión, organizada por el T.S.E. (Tribunal Superior Electoral) y con la continuación de las giras proselitistas en todos los Estados y en sus principales ciudades. Quedan faltan 13 días para la finalización de las mismas y 14 días para el cierre del cionario.-

La intención de voto de los electores, al comenzar esta jornada, no presentó mayores alteraciones, con Collor aún en la vanguardia con 27%, Faria y Bezerra alternándose en la segunda posición con el 14% y Jorge en un plano bastante parejo por el orden de los 9%, Mello, Afif y Lemos.

La aparición de Silvio Santos en la misma edición, en la noche del 31 de octubre, marca cambios importantes y acelera la determinación de los resultados finales, tanto en el primero como en el segundo turno.-

Silvio Santos es un popular conductor de un programa del domingo del canal 13 con el mayor grado de audiencia del país.-Dirige 13 estaciones y es el principal accionista del SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), ubicada en segundo lugar después de la Red Globo.- De origen muy humilde, comenzó como vendedor ambulante por lo que se considera un triunfador.- Fue una candidatura fue patrocinado por el PFL (Partido Frente Liberal), al que perteneció, para la campaña de San Pablo, (donde reside donde tiene su zona de influencia y zona de mayor prestigio), lo que no fue aceptado por él.- Al inicio de la actual campaña política para Presidente, su partido también manejó su nombre a favor de su indiscutido prestigio popular, lo que tampoco fue aceptado, resultando electo en las internas Aureliano Chaves.- El ingreso de Silvio Santos como candidato al PFL, comenzó a comentarse sobre el 20 de octubre y en esa oportunidad, tenía especial interés en participar en la elección viajando a Brasília desde San Pablo para realizar los contactos correspondientes.- El sistema electoral brasileño permite hasta 48 horas antes de la elección, mediante la presentación del pedido ante el TSE y posterior aprobación de éste.

PARTES ILEGIBLE



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///...a un candidato reelegir en favor de él. En razón de que los simpatizantes y están presentes, hasta ahora, en la zona de la capital en el candidato original, voto que será dividido para el nuevo candidato, Daniel de Oliveira, de por sí, se libera el interior de la zona de la zona de Silvio Santos, la sorpresa la constituyó la actitud de Américo de Oliveira que no renunció en favor del nuevo candidato, procediendo a registrarse en el PFL, al existir en el mismo, una corriente con simpatía en favor del candidato paulista.-

Pese al tropiezo, las negociaciones continuaron y al fin el señor Silvio Santos llegó a un acuerdo con el candidato del PFL (Partido Republicano Paulista) (Mário Corrêa), Armando Corrêa, de la cédula No. 26, que ya renuncia en su favor, habiendo realizado las presentaciones de rigor ante el TSE.-

Falta definir un aspecto importante del problema: la renuncia por el Sr. Santos, en razón de que Santos es prácticamente dueño del PFL, y la ley electoral exige que para presentarse en estas cosas, debió renunciar a su cargo, días antes y precisamente no era empresario de nadie, sino un jefe de la elección.-

Políticamente se manejan dos razones para el ingreso de Silvio Santos a la disputa presidencial: a) Sería el candidato de Sarney, a quien le era una gran amistad y sería una forma de "pasarle la cuenta" del PFL a Collor de Mello, por sus violentos ataques al gobierno y la vida personal de Silvio Santos, en razón de que el uruguayo Collor, se había favorecido al Señor Mariño, dueño de la red Globo (privada de la TV), que financió prácticamente su campaña política.-

Como consecuencia de la presencia de Silvio Santos en la disputa presidencial la Gallup, publicó el 10. de noviembre el primer sondeo de opinión, que dice que Santos tiene un 25 % de las preferencias, Collor de Mello y Sarney, con los datos de San Paulo, Lula y Mello cayeron 3 puntos del sondeo, favoreciendo a los favorecidos con un incremento de 3 puntos de votos, el señor Sarizola y Covas.-

Ante esta situación han crecido las expectativas y la especulación en definir cual será el candidato de derecha que pueda vencer al candidato de la izquierda: Santos, Collor, Afif o Mello y por otro lado, continúan los rumores de que...

PARTES POCO LEGIBLES



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

///...como candidato de la izquierda. El segundo turno se celebrará el 17 de diciembre, pero es probable que preceda los dos primeros turnos de los candidatos, los nombres y descripciones, se basarán que se realicen en la ciudad de Brasilia y en la izquierda.-

Para este primer turno, se concurrirá a las urnas con el 10% de los electores, de los cuales 8 millones vivían entre 13 y 18 años, el 25% de los electores ganaron menos de 2 salarios mínimos (R\$12.000,00) y el 10% de los electores el primer grado, el 20% son totalmente analfabetos y el 10% de los electores son indígenas.-

El sufragio estimo que se dará por el 10%, la participación de los electores Santos en el pleito, el primer turno debería presentarse en el pleito a favor de Collor por la derecha y a Brizola por la izquierda.

En las últimas horas se produjo la renuncia, presentada por el candidato a la Vice-Presidencia del PMB, Señor Sebastião Lacerda, por lo que Silvio Santos completó su fórmula con el indígena y el negro, el Señor de Marcondes Gadelha.-

2.-TRABAJOS FINALES DEL T.S.E.-

Habiéndose imprimido las 120 millones de cédulas electorales, se realizaron los trabajos de su distribución, inclusive para el extranjero, distribución de urnas, designación de mesas y sobre todo la preparación del Centro de Conteo de Votos de Brasilia, donde se realizará, el día 15 de diciembre, el escrutinio, la cuenta de los votos, finalizado el escrutinio, se realizará el escrutinio de los datos de estos trabajos se encuentran en el Centro de Conteo de Votos de Brasilia.-

B.- INTERNACIONAL

1.-REUNION DEL GRUPO DE LOS 6 DEL PERU.-

Entre los días 10 y 13 de octubre, se realizó en la ciudad de Brasilia una reunión del Grupo de los 6, a la que asistieron los representantes de los países que participaron el Señor Presidente de Uruguay, quien se encontraba en esta ciudad de Brasilia.-

Los principales temas tratados en esta oportunidad fueron los siguientes:

- mantenimiento de la suspensión de participar Brasil, debido a la situación interna.-
- no permitir el ingreso de nuevos miembros, para evitar la pérdida de la unidad.-

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

...///de otra O.E.A.-

- tratamiento de la incorporación de Cuba al sistema Interamericano.
- búsqueda de una solución para el conflicto entre Argentina e Uruguay.
- búsqueda de soluciones para el pago de la deuda externa.
- medidas comunes para el combate al narcotráfico.-

2.- VIAJE DE SARNEY A ECUADOR.-

Previo a su viaje a Costa Rica para participar en la celebración de los 100 años de Independencia y preguirando con su política de integración regional, el Presidente Sarney viajó el día 25 a Quito, para una visita de poco más de un día.-

Reunido por su colega Rodrigo Borja, trataron temas sobre:

- deuda bilateral (actualmente a favor de Brasil).-
- intercambio comercial y cultural.-
- tecnología de la pesca, particularmente del camarón (la ecuatoriana es muy avanzada).-
- cooperación amazónica.-

Se firmaron varios acuerdos sobre los temas tratados y se emitió una declaración conjunta sobre democracia, cooperación, etc.-

~~SECRETO~~

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECCION 10

II.- FACTOR ECONOMICO.-1.- INFLACION DEL OCTUBRE.-

A 32.02 % alcanzó el índice de incrementos de precios de los bienes al por mayor e incluido por las variaciones monetarias.-

El éxito logrado obedece al acuerdo realizado en este mes con el Ministro de Hacienda, Mailson da Nóbrega, con los empresarios, para el control de precios. Ello permitirá llegar a la elección presidencial sin mayores problemas en esta área.- Se espera mantener el acuerdo hasta el 15 de marzo de 1976, fecha del relevo presidencial.-

De enero a octubre se alcanzó una inflación del 204, 14 % en el año de 1975 78 %.-

2.- PRESTAMOS OBTENIDOS POR BRASIL.-

a.- De Italia por 1,5 billones de dólares.- El gobierno ha firmado en forma el día 17 y permitirá contemplar 20 proyectos que serán desde ahora a la pequeña y mediana empresa, apoyo a la conservación del medio ambiente, incluyendo el control del lago Parana en Brasilia.- El préstamo comprende la venta de bienes de capital y tecnología por parte de Italia.-

b.- Del BID por 147 millones de dólares, para dos grandes proyectos, uno por 100 millones de dólares para la mejoría de vida, control ambiental y rápido de crecimiento de población es de 30 Municipios, entre ellos, en la Granja del Sur y el otro proyecto por 47 millones de dólares para el desarrollo de producción agrícola y distribución de tecnología por el Nordeste y la Amazonia.-

c.- Del Delta Bank, ya aprobado por el Senado, por 26 millones de dólares para apoyo al Ministerio de Aeronáutica en el Proyecto Galia Norte, que permitirá adquirir 2 aeronaves C-130 Hércules y 2 aeronaves C-27 Tucano.

PARTES POCO LEGIBLE



SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-

1.- RESUMEN GENERAL.-

En el período no han ocurrido cambios significativos en el panorama de valores anteriores sobre este factor.-

En el área de la salud, se continúa una lucha frontal contra el sida, que apunta un crecimiento en los recién nacidos, la ceguera, la sordera y la desnutrición infantil, significando en este problema, que se va en una etapa de minutos y que el índice de mortalidad está situado en el 20 por mil.-

Se da mucha difusión en la prensa a los éxitos que han alcanzado las autoridades en su lucha contra la droga, especialmente en Río de Janeiro y en la frontera con Colombia y Venezuela "Operación Uruguay" que se va por el Ejército y Fuerza Aérea.-

Se destaca asimismo la nueva modalidad adoptada por los "Fuerzas Armadas" para enfrentar a la Policía.- En una de las últimas ocupaciones, cerca de Santa Catarina en Río Grande del Sur, resistieron el delictivo grupo a la policía militar de guerrilla rural.- Escalonados con los niños y mujeres adelante, enfrentaron un Bat. Policial con cócteles Molotov, picas con clavos, armas blancas etc.- Del enfrentamiento resultaron 1 muerto y 72 heridos. La Policía optó por retirarse para no usar las armas de fuego.-

Posteriormente se les asignó a los colonos un área para vivir, en espera de soluciones.-

Se mantienen los enfrentamientos en la Amazonia entre los colonos de los "garimpeiros" y los indios Yanomani por la posesión de las tierras, con intervención esporádica de las autoridades para evitar la violencia.

En el nordeste la iglesia progresista y la ortodoxa continúan enfrentadas, no visualizándose soluciones inmediatas.-

La prensa con respecto a la guerra en la zona de la frontera, continúa el probable controlando de uno por Río de Janeiro, la declaración de guerra al Brasil de Relaciones Exteriores por Pueblo Alto y durante del conflicto Brasil Uruguay en el Puerto de Montevideo.-

PARTES POCO LEGIBLE



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

IV.- FACTOR MILITAR.-

1.-OPERACION "GUAVIRA".-

La cuarta fase de la Operación "Guavira", se desarrolló entre el 12 y el 16 de octubre en el Pantanal. La misma consistió en un ejercicio combinado, con la participación de 10 mil efectivos, más de 100 aviones y 12 helicópteros. La mayoría de las tropas pertenecen al Comando Militar del Oeste con asiento en Campo Grande (Estado de Mato Grosso del Sur) y una columna de infantería motorizada de Goiânia.-

El Pantanal es considerada una zona típica de Brasil y Bolivia y constituye una reserva de flora y de fauna importantísima.-

Ello determinó que con motivo de las maniobras militares, los grupos conservadores y los partidos de izquierda manifestaron, hacia el Presidente, el rechazo al Presidente, la anulación de las maniobras.-

Después de realizarse las mismas, se permitió una inspección de la zona que no determinó aún, ningún informe al respecto.-

2.-ASISTENCIA RELIGIOSA A LAS FUERZAS ARMADAS.-

Con la presencia del presidente Sarney en Itamarati, se firmó un acuerdo entre la Santa Sede y Brasil, para brindar este servicio a los católicos de las FF.AA que lo deseen.-

Los representantes de la firma del documento fueron el Ministro Interior de RR.EE, Paulo Tarso Flecha de Lima y el Nuncio Apostólico Carlo Maria Martini.-

Se crea un órgano similar a una diócesis que funcionará en el IMZ, será ocupado por el Arzobispo Emérito de Brasília José Neri de Azevedo que tendrá rango y honores de General de División y podrá utilizar para el transporte el Cuartel del Soldado.-

Se prevé el nombramiento de Vicarios Generales para cada fuerza.-

Existen antecedentes de la existencia de este servicio en la II Guerra Mundial y el suscrito constató la presencia de un sacerdote, perteneciente a la fuerza militar, que participó en las formaciones y actos de la Unidad, en el P.O. de Montaña, en São João do Rei (Estado de São Paulo).-

3.-ENTRADA DEL AMX

Tal como se informó en el P.O. anterior, el día 11, el comando constituido,

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... entregó a la F.A.B. en el Estado de Rio de Janeiro, el primer avión C-47, construido en el país.-

A la ceremonia y posterior desmontación, asistieron los representantes de la F.A. y Aeroplano, acreditados en Brasilia.-

4 - CONGRESO DE MEDICINA MILITAR.-

Entre el 17 y el 20 de Octubre, en el Centro de Convenciones de Brasilia y organizado por el Servicio Sanitario de las Fuerzas Armadas que depende del M.F.A., se llevó a cabo un Congreso de Medicina Militar.- Por Uruguay concurren como delegados invitados, los doctores Coronel (M) Isaac Kohn y Tie. Cnel. (M) Pedro Luis de Aguiar.

BRASILIA

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

V.- FACTOR CIENTIFICO.-1.- FINALIZA EL ENFRENTAMIENTO CON EEUU POR LA INFORMÁTICA.-

Después de más de 4 años, el Congreso de los Estados Unidos, puso fin a las restricciones que en este campo había impuesto a Brasil, por la presunta utilización de tecnología americana en forma ilegal.-

Como consecuencia de ello, se permitió la venta al país sudamericano, de 3 super computadores.-

2.- TECNOLOGIA ESPACIAL FRANCESA.-

El Ministerio de Investigación y Tecnología de Francia, autorizó a la empresa Avianespace a ofrecer tecnología del motor Viking a Brasil.-

Estados Unidos no concuerda con esta medida, por temor a que el motor sea utilizado con fines de investigación espacial.-

Todavía se siguen desarrollando las negociaciones de negociación.-

10 / 10

8910049

Ibama divulga lista de espécies em extinção

ZERO HORA 07/11/89

Relação servirá como respaldo para medidas de preservação desses animais. Publicação será renovada a cada dois anos

Até o final do mês, cerca de 200 espécies ameaçadas de extinção integrarão uma lista a ser publicada em portaria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com o objetivo de respaldar medidas de preservação desses animais. No início de junho, no entanto, durante o Congresso Nacional de Zoologia, serão discutidos os parâmetros que indicam a extinção de determinadas espécies da fauna silvestre

pelo homem e seu poder econômico. A partir dessas definições, o Ibama publicará, a cada dois anos, nova lista de animais ameaçados de extinção, suprimindo deficiência do extinto IBDF, cuja última lista data de 1973.

Jacaré-de-papo-amarelo, ratões-do-banheiro, caites-do-pecaço-preto, flamingos, aruanãs, tamandua-bandeira, macacos (ave típica de matas virgens) e araras azuis são alguns dos 197 animais de nossa fauna silvestre presentes na lista da Sociedade Brasileira de Zoologia, contratada pelo Ibama para apresentar o levantamento. A partir dele, segundo o diretor de Vida Silvestre do instituto, Vitor Hugo Cantarelli, é que se vai poder dar continuidade ao trabalho de manutenção de amostras significativas da vida silvestre

brasileira, sem intromissão ou possível destruição do poder econômico. Segundo ele, "é a preservação que não visa lucro e sim a manutenção dos recursos genéticos da natureza dos quais o homem não pode tirar benefícios que não os de conhecimento científico".

O Ibama já vem realizando algumas atividades para a preservação de espécies ameaçadas. Um exemplo disso é o caso do mico-leão-dourado, do Rio de Janeiro, que teve para sua preservação a criação de um grupo de trabalho e um comitê que resolveram fazer a criação em cativeiro. Requisitou, para isso, exemplares localizados no Japão e Bélgica e conseguiu fazer a criação em cativeiro e a reintrodução dos filhotes no habitat natural, que hoje se encontram em área protegida. (Cantarelli/ZB)

Fundo salvará a Amazônia

Desmatamento e queimadas não a contribuição do Brasil para o 'efeito estufa'.

Surge uma proposta

"O problema é o Brasil não se comportar como um ave-
lante e fingir que suas emissões
de carbono não são importan-
tes, mas negociar de forma que
sejam desenvolvidos estabele-
ços um fundo destinado a
curar os desmatamentos na
Amazônia", defendeu ontem o
reitor da Universidade de São

Paulo, José Goldemberg, na
abertura do seminário interna-
cional "Amazônia e a Ecolo-
gia", promovido pela Universi-
dade estadual de Campinas,
Unicamp.

Segundo Goldemberg, o
Brasil está em quarto lugar en-
tre os países que mais emitem
dióxido de carbono — um dos
principais gases do 'efeito estu-
fa', atrás apenas dos Estados
Unidos, União Soviética e
China. A diferença é que o gás
emitido pelos países indus-
trializados vem da queima de
combustíveis, enquanto a
maior parte das emissões bra-
sileiras vem das queimadas e

desmatamentos. As nações in-
dustrializadas já começaram,
também ontem, a discutir a
formação de um fundo com
recursos provenientes de im-
postos sobre a emissão do
gás.

"O que o Brasil poderia fa-
zer, ao invés de ser taxado, é
contribuir com o fundo, e to-
mar medidas práticas que im-
peçam os desmatamentos e
não lhe custem recursos",
proseguiu Goldemberg. Ele
considera esse um item muito
importante na agenda interna-
cional dos próximos anos. "O
presidente da República que
for eleito vai se haver muito
seriamente com este proble-

ma. A própria negociação da
dívida externa vai passar pela
melhoria da imagem do Brasil,
nos fóruns internacionais, com
relação às emissões de carbo-
no".

CONTINUA — O especialis-
ta em Direito Ambiental In-
ternacional, Kilaparti Ramak-
rishna, do centro de pesquisas
de Woods Hole, dos Estados
Unidos, concordou com o rei-
tor da USP. Para ele, o Brasil
deveria definir as medidas ne-
cessárias ao controle das quei-
madas e desmatamentos, mas
sem impedir o desenvolvinen-
to. (AEL)

REUNION REGIONAL

BRASIL - URUGUAY

PELOTAS

OCT - 1989

01-84

~~8~~910104

[REDACTED]

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DO SUL
ESTADO-MAIOR - 2ª SEÇÃO

I N D I C E

1. Relação de participantes	05
2. Quadro de Trabalho	06
3. Palavras Iniciais	07
4. TEMA Nº 1	
ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS ATUANTES NA ÁREA DE FRONTEIRA.	
INFILTRAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS, NO MOVIMENTO ESTUDANTIL,	
NOS CÍRCULOS ECLESIÁSTICOS E NO MOVIMENTO SINDICAL. FON	
TES DE RECURSOS EXTERNOS	
a. Movimento Educacional	08
b. Partido Comunista Brasileiro	12
c. Partido Comunista do Brasil	15
d. Partido dos Trabalhadores	21
e. Movimento 26 de Março	27
f. Organização para a Libertação da Palestina	28
g. Outras Organizações:	
1) Tupamaros	33
2) Movimento Pregon Julio Cesar Gravert	33
3) Movimento de Justiça e Direitos Humanos	34
h. Infiltração nos Círculos Eclesiásticos e Movimento	
Sindical:	
1) Infiltração nos Círculos Eclesiásticos	36
2) Infiltração no Movimento Sindical	42
i. Apreciação final	44
5. TEMA Nº 2	
O COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TÓXICOS NAS	
ÁREAS DE FRONTEIRA. CONEXÕES COM MOVIMENTOS ATENTATÓ-	
RIOS À SEGURANÇA NACIONAL.	
a. Introdução	63
b. Exemplos	64
c. Conclusão	66
6. TEMA Nº 3	
INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES	
- Movimento dos Sem-Terra	68

TEMA Nº 1

ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS ATUANTES NA ÁREA DE FRONTEIRA. INFILTRAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS, NO MOVIMENTO ESTUDANTIL, NOS CÍRCULOS ECLESIASTICOS E NO MOVIMENTO SINDICAL. FONTES DE RECURSOS EXTERNOS.

Ao abordarmos o presente assunto, julgamos conveniente fazê-lo enfocando as diferentes Organizações Subversivas (OS) parceladamente.

Assim sendo, discorrendo sobre os principais pontos que caracteristicamente identificam esta ou aquela OS estaremos definindo, também e obviamente, seus objetivos, suas metas, recursos, possibilidades, etc...

Dessa forma, esperamos, sem quaisquer cuidados que não os impostos pela veracidade dos dados disponíveis, atender à curiosidade de todos sobre este tema bastante preocupante.

a. MOVIMENTO EDUCACIONAL

O Movimento Educacional (MEd) aumentou de importância para as diversas Organizações Marxistas e Partidos de Esquerda que atuam no BRASIL, não só por se constituir num celeiro de quadros dirigentes e de militantes para essas organizações, mas também por abarcar um universo de eleitores consideravelmente aumentado após a legalização do voto aos 16 anos.

Todos disputam acirradamente o domínio dos órgãos de direção seja das Universidades, seja das entidades estudantis.

Na órbita do Partido dos Trabalhadores (PT) está a UNE (União Nacional de Estudantes), mais precisamente sob a dominação do Partido Revolucionário Comunista, da Convergência Socialista e do O Trabalho pela Reconstrução da Quarta Internacional. O PRC de tendência da Esquerda Revolucionária e a CS e OT/QL, ambos, de orientação trotskista.

Em 1989, cresceu de importância o Movimento Secundarista que engloba estudantes de 1º e 2º graus. A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) está sendo comandada por dirigentes divididos entre o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Quanto ao segmento dos professores e dos funcionários suas principais entidades são:

1) ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) e que congrega os professores universitários;

2) CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e que agrupa os professores e funcionários do 1º e 2º graus.

Tanto a ANDES quanto a CNTE estão filiadas à CUT (Central Única dos Trabalhadores) braço sindical do PT.

Cresce de importância, também, os Docentes das Irmandades Religiosas que, através da Teologia da Libertação, pregam a Teoria Marxista da "Opção pelos Pobres".

No RIO GRANDE DO SUL, mais especificamente, o CPERS (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) é o principal órgão classista de reivindicações. As greves de professores que conduziu tiveram repercussão dentro e fora do país, desestruturando quase que completamente o ensino gaúcho.

Apresentando um alto grau de politização, o Movimento dos Professores tem desenvolvido uma elevada capacidade de mobilização e de liderança dentro do Movimento Educacional Brasileiro.

O patrulhamento ideológico, a adoção de obras didáticas de cunho teórico-marxista, a realização de palestras e simpósios sob orientação e direção de destacadas figuras políticas de esquerda, inclusive ex-guerrilheiros, a contestação sobre o valor, a importância e a veracidade dos nossos vultos e heróis nacionais, o antagonismo contra as Forças Armadas e todos os seus simpatizantes, a deformação católica implantada na mente de crianças negando espiritualidade à religião e pregando um materialismo imediatista, são algumas das insidiosas agressões usadas pelo Movimento para a formação de uma consciência nacional totalmente deformada, contestadora e contrária aos mais sagrados valores éticos, morais e cívicos da nacionalidade.

Principais realizações:

- Prestigiando e fomentando a formação de Círculos de Pais e Mestres, espraia seu empenho, também, para fora do país. Recentemente, durante a realização do 2º Encontro Internacional de Círculos de Pais e Mestres e Comissões de Fomento, levado a efeito em URUGUAIANA/RS com a presença de delegações uruguaias, argentinas e brasileiras, foi criado o Conselho Sul-Americano de Comissões de Fomento e Círculo de Pais e Mestres, misturando suas metas subversivas com objetivos simpáticos como o ensino do português e do espanhol nas escolas dos três países.

- O Encontro Latino-Americano de Professores com representantes da ARGENTINA, BOLÍVIA, COLÔMBIA, CHILE, EQUADOR, MÉXICO, REPÚBLICA DOMINICANA, VENEZUELA, ESTADOS UNIDOS e FRANÇA.

Sem se constituírem em novidades, os temas foram Direitos Humanos, Políticas Educativas no Campo Sócio-Político com palestrantes

SECRETÓ

ligados às organizações subversivas mais tradicionais.

- A criação do Instituto de Educação Bi-nacional visando a integração do ensino universitário da fronteira BRASIL-ARGENTINA.

Outro setor importante do movimento é o setor religioso.

Dono de grande parcela do ensino particular no país, está comprometido, quase totalmente, com a Teoria da Libertação e com as suas principais Pastorais, todas elas voltadas para a ideologia marxista. São Pastorais da Terra, do Trabalhador, dos Jovens, etc... misturando católicos e protestantes com um único objetivo, a pregação da luta de classes para a formação de uma nova sociedade dentro dos padrões comuno-socialistas.

Antes de concluirmos esta rápida abordagem do movimento educacional, queremos assinalar mais alguns aspectos que moldaram o quadro da UNE.

Mesmo depois de legalizada não conseguiu recuperar a força de mobilização que tinha há 20 anos atrás e, por isso mesmo, tenta de todas as maneiras e sob a orientação das OS recuperar os espaços perdidos sem muito sucesso.

Seu objetivo, contudo, permanece o mesmo, isto é, a comunização da sociedade brasileira.

Internacionalmente a UNE tem promovido simpósios, debates e encontros com estudantes e entidades estudantis estrangeiras, principalmente da América Latina.

Destacamos:

- A Reunião Consultiva da Região do Cone Sul da Organização Continental Latino-Americana de Estudantes (OCLAE) entidade esta com sede em HAVANA e que congrega estudantes secundaristas e universitários do CARIBE e da AMÉRICA LATINA. No temário a crise econômica e a dívida externa, a integração regional, a consolidação dos processos democráticos, a educação superior e o serviço militar obrigatório.

- A reunião da UNE com o Vice-Presidente da União Internacional de Estudantes (UIE), FRANCKLIN SANTIBANEZ visando estudos para a criação da Universidade Internacional para Pesquisa da Amazônia.

- Contatos com estudantes libios em visita ao BRASIL.

Destacamos, também, a infiltração da SANAYUD, grupo jovem da OLP, na Universidade Católica de PELOTAS/RS, através dos estudantes MIRIAM HUSSEIN DIB e SOFIA KHADER UMAR que buscam angariar simpatizantes e admiradores defendendo a causa palestina.

SECRETO

- 11 -

CONCLUSÃO

Concluindo podemos afirmar que o Movimento Educacional tem se tornado muito atuante no país, tanto no corpo discente quanto no docente e, ainda que de modo um tanto tímido, procura realizar uma aproximação com os países da AMÉRICA LATINA e outros, numa tentativa de unificar objetivos, disfarçando com propostas simpáticas, ou misturando com reais interesses de ensino, seus verdadeiros propósitos.

Os principais líderes, os principais congressistas, palestrantes, representantes, pregam abertamente a ideologia patrocinada pelas esquerdas nacionais e internacionais.

No BRASIL o Movimento Educacional tende a crescer com a aproximação do pleito eleitoral de 15 de novembro e é quase certo haver uma intensificação das ações das diferentes entidades representativas de estudantes, professores e funcionários em torno de bandeiras reivindicatórias que se reúnam em torno das mesmas intenções.

SECRETO

b. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

1) Histórico

Várias tentativas foram feitas para estabelecer um partido comunista no BRASIL.

No Sul, destaca-se a Liga Comunista em SANTANA DO LIVRAMENTO, fundada em 1918. Mesmo com a repressão policial, funcionou até 1922, sob a direção de SANTOS SOARES. Em PORTO ALEGRE, em 1919, começou a funcionar o Centro ou União Marxista, mudando sua denominação, em 1921, para Grupo Comunista de Porto Alegre.

Em 07 de novembro de 1921, foi fundado o Grupo Comunista do RIO DE JANEIRO com o objetivo de organizar um partido comunista nacional e, também, de avaliar os "vinte e um" princípios do COMINTERN.

O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) foi estabelecido oficialmente com a realização de seu primeiro Congresso, de 25 a 27 de março de 1922, quando foram analisados e aprovados os princípios do COMINTERN e os estatutos do partido.

O PCB atua inserido no MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI). Recebe orientação ideológica e auxílio financeiro, a título de "ajuda fraternal", do PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (PCUS). Seus quadros recebem treinamento político da UNIÃO SOVIÉTICA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DA ALEMANHA, CHECOSLOVÁQUIA e CUBA e seus dirigentes participam de reuniões e congressos internacionais com outros Partidos Comunistas (PC).

Em 1980, o então Secretário-Geral do PCB LUIZ CARLOS PRESTES foi destituído do cargo, que ocupava desde 1943, dando início a um racha no partido dividindo-o em duas alas: a de GIOCONDO DIAS, eleito Secretário-Geral, e a de PRESTES.

Em 15 de maio de 1985, o Congresso concedeu sua legalização e seu registro provisório.

2) Recrutamento

O PCB deu início, em Fev 89, a campanha de filiação dos jovens com mais de 16 anos, visando recrutar militantes para a Juventude Comunista (JC) e receber o apoio dos jovens para campanha eleitoral de seu candidato à presidência do país.

3) Ligações com o Movimento Comunista Internacional (MCI)

a) Em 19 Jun 88, esteve em RIVERA/ROU o Presidente do Partido da Frente Ampla (PFA), General LÍBER SEREGNI, que se reuniu com filiados e simpatizantes no Comitê Central daquele partido. Dentre

os participantes, destaca-se ONEIDER VARGAS DE SOUZA, Secretário do Diretório Municipal do PCB de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.

b) PAULO ELISIÁRIO NUNES e LUIZ CARLOS AZEDO, membros da CEx/CC (Comissão Executiva/Comitê Central), representando o PCB, compareceram ao XII Congresso do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO (PCU), realizado no período de 07 a 11 Dez 88, em MONTEVIDEO/ROU.

c) O PCB de SANTANA DO LIVRAMENTO e o PCU de RIVERA/ROU, comemoraram, em 21 Nov 87, os SETENTA ANOS DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

Na organização do evento, destacaram-se os seguintes brasileiros: JAIME GONÇALVES DIAS, ONEIDER VARGAS DE SOUZA, DIONE MARIE LEMES MADRUGA, LUIZ ANTONIO MARTINS RODRIGUES e NILTON HENKE VIGÂNCIO.

Participaram, também, os seguintes elementos do PCU: SOLIS ROCHA, ANTONIO ABINORAT, NESTOR CHAVES, MIGUEL MONTEAVARO, ISABEL DIEZ, JULIO CEZAR BASSI, ARTIGAS ORTEGA, ALBERTO ALVAREZ, LUIZ IRI-ONDO, GABRIEL MACHADO, JULIO CELESTE, ARIEL PROTI MICHELIN, GERALDO TORRES, HENRIQUE BUSTOR e ROMEL MELLO.

d) O PCU, de RÍVERA, organizou um ato público, em 14 Out 88, na esquina das ruas URUGUAI com MONSEÑOR VERA, naquela cidade, em comemoração aos 68 anos daquele partido.

Estiveram presentes, como convidados especiais, o Deputado Federal do PCU, ANDRÉS TORIANI, o Secretário-Geral do Comitê Central do PCU, JAIME PEREZ e o Presidente do PCB, de SANTANA DO LIVRAMENTO, ELIO SANTANA ALVES.

JAIME PEREZ, em seu discurso, teceu severas críticas ao atual governo uruguaio, quanto à educação, moradia, desemprego, dívida externa e impunidade dos militares.

e) MARCOS MACHADO, militante do PCB, em Ago 87, esteve em MONTEVIDEO, onde participou de um ENCONTRO DA JUVENTUDE COMUNISTA.

Seus comentários, ao regressar, foram:

- a atuação da JUVENTUDE COMUNISTA URUGUAIA é mais ativa, mais brutal e mais violenta;

- os jovens filiados ao partido usam ostensivamente broches característicos;

- com suas atividades, dentro da campanha de filiações ao PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO, conseguiu cerca de duas mil filiações;

- no URUGUAI existem 18 mil filiados à JUVENTUDE COMUNISTA, dos quais 8 mil são de MONTEVIDEO;

- dos temas abordados durante o Encontro, destacou os processos de educação da juventude atual, as táticas dos TUPAMAROS (incluindo o uso de drogas) e a posição da Juventude Chilena em relação ao

governo PINOCHET;

- salientou o comparecimento de jovens do BRASIL, NICARÁGUA, ARGENTINA e CHILE.

f) Em 03 Jan 89, na sede do PCB/RS, um elemento de nome MARIMON, possivelmente ligado ao PCU, comentou sobre a atual crise dos transportes urbanos no URUGUAI.

Aproveitou a ocasião para formular convite aos militantes do PCB/RS, para participarem do XI Congresso das Empresas de Transportes Coletivos no URUGUAI, a realizar-se em data e local a serem confirmados oportunamente.

Finalmente, comentando as eleições para presidente do BRASIL, mostrou interesse nas possibilidades de LEONEL BRIZOLA ser e-leito.

4) Infiltrações

Em nossa área de fronteira não tem havido manifestações de qual quer tipo de infiltração nos setores ora abordados.

Contudo, levando-se em conta exemplos de ocorrências no PARANÁ, onde um soldado e um tenente capelão nitidamente infiltraram-se no Exército, não se pode descartar a possibilidade de existência, quanto mais não seja, de tentativas nas Forças Armadas, ou nas demais instituições.

5) Conclusão

Como se observa o PCB busca aumentar seus vínculos políticos ostensivamente e, nesse particular, a reconhecida inteligência de seu candidato à Presidência da República tem se constituído num elemento de inegável valor.

c. PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (P C do B)

1) ORIGEM

Foi fundado em 25 Mar 1922, absorvendo todas as organizações marxistas existentes e filiando-se ao MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL .. (MCI).

Em 1960 houve uma cisão ideológica no Comitê Central e, por isso, em AGO 1961 passou a chamar-se PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) , seguindo a estratégia de coexistência pacífica pregada pelo PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA (PCUS).

Em 18 Fev 1962, os dissidentes se reestruturaram, seguindo a "linha maoísta", que preconizava a tomada do poder pela luta armada, retomando o nome de P C do B.

No início da década de 70, com a chamada abertura política chinesa e em consequência do denominado "revisionismo chinês", o P C do B e o PARTIDO DO TRABALHO DA ALBÂNIA (PTA) rompem relações com o P C Chinês.

A partir daí, a ALBÂNIA passa a ser um novo foco de irradiação do MCI, liderando o chamado MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL MARXISTA-LENINISTA (MCIML) ao qual se atrelaram 48 Partidos Comunistas, incluindo o P C do B.

Reorganizado em 18 Mai 85, o P C do B é legalizado em 07 Abr 87 e ganha registro definitivo em 29 Jun 88.

2) ESTRUTURA

Apesar da legalização, possui duas estruturas:

- Estrutura Legal, organizada para cumprir a legislação eleitoral brasileira e regida pelos manifesto, estatuto e programa. É dirigida pelo Diretório Nacional através de sua Comissão Executiva (CE);

- Estrutura Ilegal (clandestina), organizada segundo a concepção marxista-leninista de partido comunista e regida pelo estatuto aprovado na VI Conferência e reformulada por ocasião do 7º Congresso Nacional do Partido, realizado de 11 a 14 Mai 88, em SÃO PAULO/SP. É controlada pelo Comitê Central (CC) e por sua Comissão Executiva (CE).

Está estruturado em quase todos os Estados da Federação. É a organização subversiva (OS) que mais cresceu como partido político.

No RIO GRANDE DO SUL possui uma Comissão Diretora Regional Provisória (CDRP) possuindo, aproximadamente, 50 Comissões Diretoras Municipais Provisórias (CDMP), dentre as quais convém citar as de BAGÉ, PELOTAS, QUARAÍ, RIO GRANDE e SANTANA DO LIVRAMENTO.

3) ESTRATÉGIAS OU OBJETIVOS

A estratégia do P C do B é, essencialmente, revolucionária e visa o estabelecimento do socialismo através da aplicação dos princípios marxista-leninistas da revolução proletária.

4) FORMAÇÃO DE QUADROS

Com o atual crescimento do P C do B, surgiu a necessidade de formar novos quadros de dirigentes. Para sanar esta deficiência, o partido tem realizado diversos cursos de capacitação política, de nível intermediário, através do CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS (CEPS) em SÃO PAULO/SP.

Para capacitação política de nível superior, os cursos são ministrados na ESCOLA NACIONAL do P C do B, em BRASÍLIA/DF.

Existem, ainda, cursos regionais sobre marxismo, socialismo, formação de monitores, etc...

5) LIDERANÇAS

O principal líder nacional e dirigente do Partido é JOÃO AMAZO NAS DE SOUZA PEDROSO, membro efetivo do Diretório Nacional (DN), sendo o Presidente de sua Comissão Executiva (estrutura legal) e do Comitê Central (CC), o Secretário-Geral da Comissão Executiva (estrutura clandestina).

No Estado do Rio Grande do Sul o líder é EDSON MENEZES DA SILVA, fazendo parte, junto com JOSÉ OURIQUES DE FREITAS, como membros efetivos, do Diretório Nacional e Comitê Central.

Nos municípios da fronteira, as lideranças destacadas são:

a) Em QUARAÍ

- DIONISIO NEULERALDO PINTO MAZUI, comerciante, membro da Comissão Diretora Municipal Provisória (CDMP) e presidente do Sindicato dos Comerciantes. Participou da I JORNADA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS em ARTIGAS/ROU e QUARAÍ/RS.

- LUIZ JARBAS HAAG MARQUES, economista, funcionário da Caixa Econômica Federal, membro da CDMP. Em 1987 foi eleito presidente da Associação Profissional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de QUARAÍ.

b) Em RIO GRANDE

- ADEMIR GIAMBASTIANI CASARTELLI, conferente, atual vice-prefeito, eleito em 15 Nov 88, pela Frente Popular, formada pelo PT, PC do B e PCB. É o representante do Sindicato dos Conferentes no Conse

lho de Representantes da Unidade Portuária. Em 29 Nov 88, participou de ato público pela "LUTA DE INDEPENDÊNCIA NACIONAL PALESTINA", promovido pela Sociedade Cultural Árabe Palestina, em RIO GRANDE/RS, juntamente com VLADIMIR LUIS LOBO GUIMARÃES. Há suspeitas que realiza viagens ao URUGUAI e ARGENTINA, para possíveis contatos com subversivos argentinos, possivelmente envolvidos no ataque ao quartel de LA TABLADA.

- VLADIMIR LUIS LOBO GUIMARÃES, conferente marítimo, presidente da CDMP e em 15 Nov 88 foi eleito vereador pelo P C do B em RIO GRANDE.

- JULIO CESAR JORGE MARTINS, Secretário da CDMP, presidiu o Diretório Central de Estudantes (DCE) da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), trabalhou como Agente Especial de Movimento da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), atualmente é o Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito de RIO GRANDE/RS.

c) Em SANTANA DO LIVRAMENTO

- ERNESTO DE MELLO LEVY, Advogado, membro da CDMP, sendo Presidente da Executiva do PC do B. Elemento ligado ao MCI, mantém estreitas relações com militantes do M/26 e MNL-T em RIVERA/ROU. Reúne-se com militantes do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO (PCU) e elementos da Frente Ampla Uruguiaia. Participou ativamente da organização do 1º Foro de Debates do Cone-Sul. Foi candidato a vereador em 15 Nov 88, pelo PC do B, não se elegendo.

6) PUBLICAÇÕES

As mais importantes são:

- A CLASSE OPERÁRIA - Órgão oficial de divulgação do Partido, jornal mensal, editado pelo CC/PC do B.

- TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA (TLO) - Jornal legal, semanal. Atualmente está suspensa a edição por falta de verba. Vinha dando ampla cobertura ao conflito que se desenvolve nos territórios ocupados da CISJORDÂNIA e da FAIXA DE GAZA, exaltando a causa do povo palestino. Publicou, também, diversas reportagens do Dep Fed PC do B/RJ, EDMILSON VALENTIN, que participou da delegação de parlamentares que visitou a região, fazendo apologia da ORGANIZAÇÃO PARA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP).

- PRINCÍPIOS - Revista legal, trimestral.

- PRESENÇA DA MULHER - Revista bimestral.

S E C R E T O

7) INFILTRAÇÃO

O Partido, para desenvolver e pregar sua ideologia, emprega:

- Uma organização de fachada, dirigida por seus militantes, trabalhando em seu benefício, mascarada por uma cobertura que não deixa transparecer a sua real origem e finalidades. São os Centros de Estudos e Pesquisas Sociais e similares..

- Uma organização de frente, que tem a finalidade de envolver as massas, sem lhes exigir filiação partidária, congregando-as sob bandeiras de amplas associações que defendem teses aparentemente nobres e justas. Tais são a UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA (UJS) e a Tendência Estudantil "VIRAÇÃO".

a) Nas Forças Armadas

A UJS determinou que todos os militantes em idade de prestação de serviço militar deveriam fazê-lo, pois "poderiam ser de grande valia no futuro".

Já foram detectadas tentativas de infiltração do PC do B nas FFAA. Como exemplo, em nossa área, apesar de todo o cuidado, em 02 Fev 88, incorporou um conscripto na 2ª Bia AAAé, em SANTANA DO LIVRAMENTO/RS.

b) No meio estudantil

Atua através da Tendência "VIRAÇÃO" e da UJS, infiltrando seus militantes nos DCE, Diretórios Acadêmicos (DA) e Grêmios Estudantis.

c) No movimento sindical

Por não concordar com a direção da CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES/Nacional (CGT/Nacional) que trabalha por um "sindicalismo de resultados" ou "novo sindicalismo" sem envolvimento com questões político-partidárias, o PC do B criou a dissidência chamada "CORRENTE SINDICAL CLASSISTA" que, inclusive, já realizou, em Fev 89, o seu 1º Congresso Nacional. Agora tenta uma unificação com a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), representante do sindicalismo progressista do País.

O PC do B mantém militantes infiltrados na maioria dos sindicatos existentes no País, conseguindo, com isto, controlar um grande número deles.

d) No movimento feminino

O PC do B atua no movimento feminino, principalmente, através de UNIÕES e de CENTROS POPULARES DE MULHERES.

Com o objetivo de combater o MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE

OUTUBRO (MR-8) que atua no movimento feminino brasileiro por intermédio da CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL (CMB), o P C do B realizou, em AGO 1988, em SALVADOR/BA, o I CONGRESSO NACIONAL DE ENTIDADES EMANCIPACIONISTAS DE MULHER, criando a UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM).

e) No movimento camponês

Cumprindo decisão emanada do 7º Congresso Nacional, foi realizado em MAI 89, em SÃO PAULO/SP, um Ativo Nacional sobre o trabalho sindical no campo, cujo objetivo foi rearticular a intervenção do Partido no Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), até então considerado muito disperso.

Segundo a Direção do Partido, as invasões de terra promovidas pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT) e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) carecem de liderança revolucionária. O Partido tentará ocupar estes espaços enviando militantes para implantação de suas teses no campo.

8) LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

Através da ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE BRASIL-ALBÂNIA (AABA), os militantes do P C do B viajam e realizam cursos na ALBÂNIA. Segundo eles, os albaneses mantêm-se fiéis aos princípios do marxismo-leninismo e aos ideais socialistas de ENVER HOXHA.

9) CONCLUSÃO

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL encontra-se, no momento, numa fase de reestruturação e formação de quadros dirigentes.

Com sua legalização como Partido, tornou-se imperioso seu desmembramento em duas estruturas, uma legal como Partido Político e outra clandestina como Organização Subversiva. Esta nova estrutura do Partido propiciou-lhe engajar-se nos quatro Campos do Poder com maior desembaraço e flexibilidade. Mas, por outro lado, a organização teve que abrir seus quadros, dificultando uma perfeita triagem dos seus militantes. Diante disto, seus dirigentes têm procurado, através de cursos de capacitação política, atenuar falhas porventura não detectadas no início do processo de filiação.

O Partido tem se infiltrado com êxito no Movimento Educacional, principalmente nos diretórios Acadêmicos e Grêmios Estudantis.

Não conseguiu uma posição de liderança no movimento sindical, apesar de contar com um grande número de militantes infiltrados em postos-chaves na maioria dos sindicatos existentes. Procura, no momento, uma unificação com a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), braço sindical do PT e linha mais progressista do sindicalismo nacional.

311111

3510104

SECRETÓ

- 20 -

Com o crescimento do Movimento Camponês, decorrente da orientação emanada no seu 7º Congresso Nacional, o PCdoB procurou mobilizar, rearticular e dinamizar o Movimento sindical dos Trabalhadores Rurais, valorizando o trabalhador do campo.

Suas tentativas de infiltração no seio das Forças Armadas têm sido constantes mas, felizmente, com resultados não significativos.

Há necessidade de vigilância efetiva e contínua.

[S E C R E T Ó]

d. PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT)

1) INTRODUÇÃO

O PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) nasceu da conjugação de interesses de vários organismos e entidades de esquerda, a saber:

- militantes da ação social da Igreja Católica, denominada CLERO PROGRESSISTA (religiosos e leigos), que desejavam dar expressão política à ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAIS ... (ANAMPOS);

- ex-militantes de ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS (OS), como ALIANÇA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ALN), VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES (VAR-P), PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR), MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO (MEP), AÇÃO POPULAR MARXISTA LENINISTA (APML), PARTIDO OPERÁRIO COMBATE (POC), etc...

- sindicalistas que, orientados pelas correntes acima, haviam criado uma oposição sindical e aflorado como líderes nas greves de ... 1978, 1979 e 1980;

- Organizações Subversivas que, opondo-se aos partidos comunistas, não tinham condições de se organizar nacional ou regionalmente. Pretendiam valer-se da estrutura de um partido, projetado como eminentemente classista, que atrairia as organizações sindicais.

Devido a intenso trabalho da CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (CS), o PT foi lançado no dia 28 JUL 79, em BELO HORIZONTE/MG, por um grupo de líderes sindicais. A sua organização básica levou dois anos para se consolidar e contou com o apoio do clero progressista nesta estruturação. Em 11 FEV 82, conseguiu o seu registro definitivo no TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE).

Por influência das forças que passaram a integrá-lo, o PT adotou uma organização baseada em núcleos - inspirado nas comunidades eclesiais de base - muito semelhante à das "OS".

2) CORRENTES POLÍTICAS E ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS COMPONENTES DO PT

Quanto à forma de atuação, o PT, atualmente, se divide em duas grandes correntes:

- a dos "INDEPENDENTES", reunidos em torno da "CORRENTE ARTICULAÇÃO", compreendendo ex-militantes de organizações de extrema esquerda, artistas e intelectuais de esquerda, clero progressista, estudantes, setores da pequena burguesia, o Coletivo Autonomista e uma ala sindical bastante forte. Por questões táticas, duas Organizações Trotskistas ali

S E C R E T O

8910104

nam-se aos "independentes", quanto à forma de atuação, a saber: Corrente O TRABALHO DO PT (OT/PT) e Corrente O TRABALHO PELA RECONSTRUÇÃO DA QUARTA INTERNACIONAL (OT/QI).

- a dos "ORGANIZADOS", isto é, aqueles que atuam em organizações ou tendências seguidoras de ideologias marxista-leninistas e marxista-leninista-trotskistas, tais como:

- . TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (TDS/PT) (ex-ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA-DEMOCRACIA SOCIALISTA - ORM/DS);

- . CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (CS);

- . PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA-POSADISTA

(PORT-P);

- . ORGANIZAÇÃO QUARTA INTERNACIONAL (OQI);

- . PARTIDO REVOLUCIONÁRIO COMUNISTA (PRC);

- . MOVIMENTO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO (MCR);

- . PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR);

- . ALIANÇA DE LIBERTAÇÃO PROLETÁRIA (ALP);

- . ALA PRESTES DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (AP/PCB);

- . PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES DO BRASIL

(PRT do B); e

- . PARTIDO DA REVOLUÇÃO OPERÁRIA (PRO).

Os "INDEPENDENTES", corrente majoritária, ao que parece, pretendem atingir o poder pela via parlamentar e os "ORGANIZADOS" sonham em transformar o PT em um "PARTIDO REVOLUCIONÁRIO" e implantar a ditadura do proletariado.

As divergências entre estas facções resultam em constantes disputas pela obtenção da hegemonia do partido.

3) LIGAÇÃO DO PT COM O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI)

A quase totalidade das facções que habitam o PT possuem vínculos internacionais, das quais destacamos:

- CLERO PROGRESSISTA e CUT, possuem ligações e recebem auxílio financeiro de Órgãos Não Governamentais (ONG) de países europeus;

- ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS, a saber:

- . CONVERGÊNCIA SOCIALISTA (CS), seção brasileira da LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES DA QUARTA INTERNACIONAL (LIT/QI), com sede na ARGENTINA. Sua similar no URUGUAI rompeu com a LIT/QI em 1984;

- . TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT (TDS/PT), seção brasileira do SECRETARIADO UNIFICADO DA QUARTA INTERNACIONAL (SU/QI). Sua similar no URUGUAI é o PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST), também do SU/QI, que tem sede na FRANÇA;

. ORGANIZAÇÃO QUARTA INTERNACIONAL (OQI), é a seção brasileira da TENDÊNCIA QUARTA INTERNACIONAL, a qual está em processo de dissolução. Dissidentes da OQI brasileira fundaram o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR), que está alinhado à organização "EL SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO" do URUGUAI.

4) ATUAÇÃO DO PT NA ÁREA DE FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

O PT tem uma atuação marcante no município de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, através de seu Diretório Municipal.

Principais lideranças:

- PAULO DINIZ D'ÁVILA, militante da TDS/PT em PORTO ALEGRE/RS, seção brasileira do SU/QI, ao qual está subordinado o PST do URUGUAI, esteve nos dias 02 e 03 AGO 86 em SANTANA DO LIVRAMENTO/RS com a finalidade de implantar uma CÉLULA da organização brasileira naquela região.

No mesmo dia em que chegou, foi procurado na residência onde estava hospedado, por JOSÉ LUIZ PROTI REI (SDQ), uruguaio, membro da UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA (UJC). À tarde PAULO DINIZ D'ÁVILA foi conduzido até a sede do "CLUB NACIONAL DE BASQUETEBOL", situada na rua ITUZAINGÓ, 324, RIVERA/ROU, onde participou de uma reunião com a presença dos seguintes elementos uruguaios:

- RAMON HENRIQUE SOUZA RODRIGUES (SDQ), residente na rua LEANDRO GOMES, 742, RIVERA/ROU, tesoureiro do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO (PCU), membro da "FRENTE AMPLA" (FA), coordenador da UJC e membro do MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DOS TUPAMAROS (MLNT).

- JULIO CEZAR ALVAREZ GONZALEZ (SDQ), residente na Rua Monseñor Veras, 984, RIVERA/ROU, membro do PCU, com estágio em CUBA, realizado durante o ano de 1983, e encarregado da ESCOLA DE QUADROS do PCU (EQ/PCU), sita na rua Pantaleón Quesada, 656, RIVERA/ROU.

- JOSÉ ALBERTO ALVAREZ GONZALEZ (SDQ), cambista, membro do PCU, instrutor da ESCOLA DE QUADROS (EQ/PCU) com estágio em CUBA, realizado em 1983.

- GERREMIAS RIVERO (SDQ), residente na Rua Anojas, 964, RIVERA/ROU, presidente da "LAGRE", órgão que congrega a PLENÁRIA INTERSINDICAL DOS TRABALHADORES (PIT) e a COORDENAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES (CNT).

- JULIO CESAR BACCI DE SOUZA (SDQ), residente no local denominado Passagem Lousada, S/Nº, RIVERA/ROU, membro do PCU e instrutor da EQ/PCU com curso em CUBA, realizado em 1983.

- ROMEL MELO DE MELO (SDQ), secretário do PCU e membro do MLNT. O nominado em ocasião anterior esteve em PORTO ALEGRE/RS, ficando hospedado na residência de PAULO DINIZ D'ÁVILA.

- WASINGTON MENDIONDO (SDQ), residente na Rua Agraciada, 542, RIVERA/ROU, instrutor da UJC com curso em CUBA, realizado em 1983.

- JUAN EVARISTO MACEDO (SDQ), membro do PCU e líder da FA.

- JOSÉ LUIZ PROTI REI, residente no Cerro do Caqueiro S/Nº, RIVERA/ROU.

- WATERMANN GALLO (SDQ), residente na Rua Augustin Ortega, esquina com Juan de Oriél, RIVERA/ROU, membro do PCU, instrutor da UJC, possuidor de estágio em CUBA.

- JUAN PEDRO SALDANHA (SDQ), residente na Avenida Sarandí, 452, RIVERA/ROU, membro da direção do PCU.

- ANTONIO ESTEVES BOTARO (SDQ), líder regional do MLNT.

- JOSÉ CARLOS SALDANHA (SDQ), proprietário do Restaurante .. "PARRILLADA NACIONAL", sito na rua 33 Orientales, 1132, RIVERA/ROU.

- JOSÉ GABRIEL DE LOS SANTOS (SDQ), proprietário do Bar "SABÓ", sito na rua Juan Manoel de Oribes, 1159, RIVERA/ROU, membro do PCU e encarregado da hospedagem de estrangeiros que vêm àquela cidade para ministrar palestras aos militantes do partido.

- MARGO de Tal, residente na Rua LEANDRO GOMES, 742, RIVERA/ROU, dentista. A nominada é companheira de RAMON HENRIQUE SOUZA RODRIGUES e participa de todas as atividades políticas junto com o nominado.

OBS: Não se tem conhecimento do assunto tratado na reunião acima. Estes dados foram extraídos do INFE 002-M43-E2/SIBU/CMS, de 15 AGO 86 (SECRETO).

Entre os dias 06 e 11 Ago 86, esteve em visita a PORTO ALEGRE/RS o indivíduo uruguaio PABLO ROMEO CHOCHO BEVILAQUA, filho de PABLO CHOCHO e MARIA FILOMENA BEVILAQUA ARIAS, DLN: 25 Dez 52 - MONTEVIDEO/REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI (ROU); profissão: Bancário; residência: Rua Cervantes Sevidra, nº 39, casa 04 - MONTEVIDEO/ROU, que se fazia acompanhar de MARIA DE PILLAR FERNANDES (SDQ).

PABLO é militante do PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST) do URUGUAI. Para nós é uma Organização Subversiva (OS) abrigada sob a sigla de FRENTE AMPLA (FA) e considerada a Seção Uruguaia do SECRETARIADO UNIFICADO DA IV INTERNACIONAL (SU/IV).

Durante sua permanência nesta Capital, PABLO hospedou-se na residência de PAULO DINIZ D'ÁVILA (DQJD).

Ainda em 1986, militantes do PT, em SANTANA DO LIVRAMENTO, fizeram contato com elementos do "Movimento 26 de Março-Seispuntista" ... (26 M) e do "Movimento de Libertação Nacional-Tupamaros (MLN-T). Estes elementos brasileiros foram identificados como sendo LUIZ CARLOS PAZ SAN

TANA (DQJD), atualmente Vereador do PT no município, e JOSÉ NEWTON RIBEIRO CANABARRO (DQJD), secretário da executiva municipal do PT.

LUIZ CARLOS PAZ SANTANA participou do I FORO DE DEBATES DO CONE SUL, realizado no município, em 13 Ago 88. O evento contou com a presença de várias organizações dos países do "cone sul" e dentre eles a Organização para Libertação da Palestina (OLP). Não foi caracterizada, entretanto, a ligação mais íntima desta organização com o PT, até a presente data.

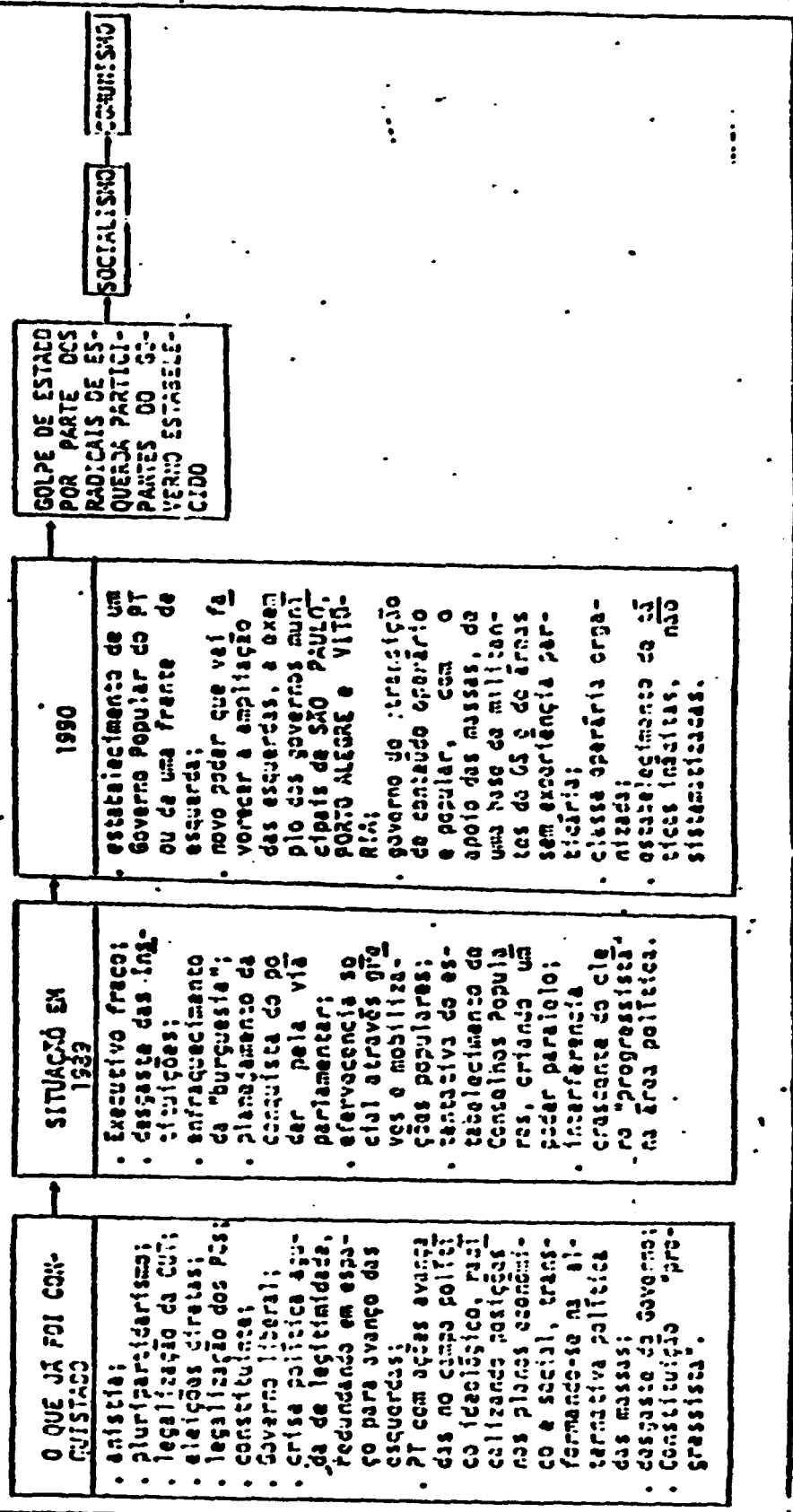
5) CONCLUSÃO

Nossos últimos registros referem-se ao ano de 1986. Desde então, salvo o I Foro de Debates do Cone Sul, em Ago 88, nada mais foi assinado que permitisse a definição de contatos mais estreitos entre militantes do PT e esquerdistas uruguaios.

Não se pode afirmar, com certeza, que o PT dê ou receba auxílio da OLP;

Nada de concreto há sobre a existência de campo de treinamento de guerrilha na área de fronteira, sob a responsabilidade do PT.

CONCEPÇÃO (SIMPLIFICADA) PARA A TONADA DO PODER
(ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA E TROTSKISTAS QUE ATUAM NO PT)



PARTES ILICÍTAS.

- 27 -

e. MOVIMENTO 26 DE MARÇO (SEISPUNTISTA)

No final do ano de 1977 e princípio de 1978, foi criado no 4º andar do "Penal de Libertad" um movimento que aglutinava integrantes do MNL-T (Movimento Nacional de Libertação-Tupamaro) e dissidentes de outras organizações, autodenominando-se SEISPUNTISTAS, em razão dos seis pontos básicos de seu acionar, a saber:

- 1º Considerar a URSS como vanguarda de revolução mundial;
- 2º Considerar CUBA como vanguarda da revolução latino-americana;
- 3º Vigência do MNL-T;
- 4º Vigência da luta armada como método de ascender ao poder;
- 5º Vigência das lideranças de RAUL VICTOR SENDIC ANTONACCIO (na época), morto em 28 Abr 89, em PARIS e trasladado para MONTEVIDÉO, JULIO A. MARENALES SAENZ e JORGE A. MANERA LLUVERAS e outros com direção no MNL-T;
- 6º Manter aliança estratégica com o PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO (PCU).

1. Principal articulador do movimento no CHUÍ/RS JOSÉ LUIZ GAMON COELHO, um dos principais militantes do movimento, filho de FERNANDO PAULINO GAMON, residente na Av URUGUAI, 1842, CHUÍ/RS. GAMON é uruguaio naturalizado brasileiro e seu pai é proprietário da casa comercial MODAS VITÓRIA. Seu pai é uruguaio com residência permanente no BRASIL. A residência de ambos serve de local de reunião dos "seispuntistas" e dos integrantes do PCU.

2. CONCLUSÃO

Os seispuntistas têm apoio de membros ligados à ORGANIZAÇÃO PARA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP) para o fornecimento de dinheiro, armas, para treinamentos operacionais e fornecimento de documentos falsos. Dentre esses aparece MOHAMAD KASSEN JOMAA que teria adquirido um avião no URUGUAI, juntamente com seu pai KASSEN MOHAMAD JOMAA. Ambos são suspeitos de contrabando de armas, ouro em barra e do tráfico de entorpecentes.

[S E C R E T O]

8210104

f. ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP)**1) Rápido retrospecto**

- A PALESTINA é uma importante área estratégica do ORIENTE MÉDIO, unindo a ÁSIA, EUROPA e ÁFRICA, ligando em consequência o Oriente com o Ocidente:

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral da Liga das Nações adotou um plano de partilha da PALESTINA em dois Estados: um judeu e o outro palestino; e a internacionalização da cidade de JERUSALÉM.

Em 15 de maio de 1948, o mandato britânico sobre a PALESTINA chegou ao fim, com a ONU (Organização das Nações Unidas) criando o Estado de ISRAEL. Na ocasião, os países árabes não aceitaram a formação do Estado Palestino.

Em 1967, os palestinos foram expulsos e dizimados na Faixa de GAZA, na "guerra dos seis dias", pelo exército de ISRAEL. Os judeus ocuparam o restante da PALESTINA, a Península do SINAI, no EGITO, e as Colinas de GOLAN, na SÍRIA.

Em 1970, os palestinos foram expulsos da JORDÂNIA pelo rei HUSSEIN.

Em 1982, ISRAEL ocupou o sul do LÍBANO, invadiu BEIRUTE e provocou o massacre palestino de SABRA e SHATILA, acirrando ainda mais o ódio do povo palestino contra os judeus e que perdura até hoje.

2) Definição

- A OLP foi criada, em 21 de janeiro de 1965, como uma resistência armada revolucionária em favor dos direitos do povo palestino.

- A OLP é um organismo integrado por diversos movimentos terroristas, composto basicamente de palestinos, que não se conformam com a criação do Estado de ISRAEL (1948).

- O seu objetivo político é a "negação da existência do Estado de Israel". A OLP almeja um Estado Árabe-Palestino, sendo que a luta armada é a forma escolhida para alcançar este objetivo.

- Embora procure negar qualquer tipo de discriminação racial, o povo palestino, de maneira geral, é radicalmente contra o sionismo e seus alvos preferidos são os israelenses e os norte-americanos.

3) Apoio externo

O maior apoio externo vem da RÚSSIA, treinando lideranças e fomentando a subversão nos países do Ocidente.

Em 29 Nov 1978, foi celebrado pela primeira vez, o DIA INTERNA

[S E-C28RF 1.0]

CIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO PALESTINO, conforme resolução 32/40, da ONU.

4) Ligações internacionais

- São inúmeras as ligações internacionais da OLP com entidades terroristas, comprometidas com a subversão, formando uma poderosa conexão internacional de terrorismo e atuando contra os países de regime democrático do Bloco Ocidental. Citamos entre as principais:

- a) "BRIGADAS VERMELHAS" - ITÁLIA
- b) "EXÉRCITO VERMELHO" - JAPÃO
- c) "BAADER-MEINHOF" - ALEMANHA
- d) "M-19" - COLÔMBIA
- e) "MONTONEROS" - ARGENTINA
- f) "MOVIMENTO DE ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA (MIR)" - CHILE
- g) "MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)" - BRASIL
- h) "MOVIMENTO 26 DE MARÇO (SEISPUNTISTA)" - URUGUAI. ←

5) Atuação no Brasil e Fronteira Sul

- No BRASIL a OLP começou entre outubro e novembro de 1971 e mais especificamente no Rio Grande do Sul, em 1972, quando ALI TANIA foi designado representante das atividades da OLP, com missão de recrutar membros para a organização.

Os locais mais importantes para a OLP no RS, são PORTO XAVIER, JAGUARÃO, SANTANA DO LIVRAMENTO e mais especialmente CHUI/RS onde em 13 Jan 81 foi fundada a SOCIEDADE ARABE-PALESTINA BRASILEIRA BENEFICENTE e sendo seu maior ardoroso defensor o judeu JOSÉ LUIZ GAMON COELHO integrante da ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANAYUD, movimento jovem da organização palestina e pertencente ao M-26 no CHUI. Sabe-se que GAMON possui, em sua residência, um sistema de rádio com antena voltada para contatos diretos com o M-26 (seispuntista) da ROU. Outro nome pertencente ao movimento palestino é o de MOHAMAD KASSEN JOMAA, palestino naturalizado brasileiro, filho de KASSEN MOHAMAD JOMAA, DLN 25 Nov 1960 - SÃO PAULO/SP, comerciante, proprietário do MAGAZINE SHOPPING CENTER, localizado na Av Venezuela, 65, CHUI/RS e residente na mesma rua nº 66.

Por outro lado é muito significativo na localidade do CHUI o apoio que a OLP está dedicando ao PCU e à organização M-26 (seispuntista). Isso se caracteriza através das intensas atividades que realizam os principais dirigentes locais identificados como WILSON COLON SOROZABAL, FELIX FRANCISCO LAXALTE LANZA, JOSÉ LUIS GAMON COELHO, SONIA FOSSATI EGUREN, entre outros.

O M-26 vem contando com o apoio da OLP e da LÍBIA, possuindo diversos investimentos nos municípios da fronteira do BRASIL, com o

URUGUAI, particularmente em CHUI e QUARAÍ. Em sua maioria, tratam-se de estabelecimentos comerciais que além de proporcionarem recursos, acobertam diversas atividades da organização.

O representante do M-26 em PORTO ALEGRE/RS é GREGÓRIO MENDONÇA, filho de SIRIACO MENDONÇA e de JOANA RIOS MENDONÇA, DLN 25 Mai 36 - SÃO BORJA/RS, que além de intermediar na aquisição de armas para os seispuntistas, mantém contatos com elementos tupamaros quando da visita destes ao RS, dos quais constam:

- ELEUTÉRIO FERNANDEZ HUIDOBRO
- MÁRIO DE LEON
- LUIZ TIERRA
- JOSÉ MUJICA.

6) Treinamento

- Convém que se ressalte a provável existência de um local de treinamento de tiro com armas leves, trazidas por palestinos vindos do PARAGUAI, em uma chácara localizada na cidade de CORONILLA/ROU, distante aproximadamente 35Km da vila CHUI/RS (mapa anexo)

- Essa chácara é de propriedade de JULIO CESAR SILVEIRA SAN MARTIN, que não permite o ingresso, naquele local, de pessoas estranhas.

- Foram levantados os seguintes conhecimentos:

a) Os treinamentos de tiro são realizados por membros da Colônia Palestina do CHUI/ROU e CHUI/RS, ligados à OLP e de militantes do PCU, M-26 e MNL-T;

b) Elementos participantes dos exercícios:

- MOHAMAD KASSEN JOMAA
- YAMIR KASSEN JOMAA, integrante da OLP no CHUI/RS-CHUI/ROU;

- JOSÉ LUIZ GAMON COELHO, uruguaio naturalizado brasileiro, residente na Av Uruguai, 1408 e 1931, vila CHUI/RS, ativista da OS uruguaia M-26, elemento que apóia as atividades da OLP na área do CHUI/RS. Um empregado de JOSÉ LUIZ GAMON COELHO, cujo nome está sendo levantado, responsável pela loja "UNOCART", localizada na Av Uruguai, no CHUI/RS, de propriedade de GAMON, tem oferecido à venda, qualquer tipo de arma que possa interessar. Esse funcionário de GAMON disse que tem gasto muita munição, em localidade próxima ao CHUI/RS;

- WILSON COLON ZOROZABAL, uruguaio, procurado pela justiça de seu país;

- MÁRIO JUAMBELTZ, uruguaio, militante do PCU;
- MANUEL OGLESIAS AYESTARAN, presidente da Frente Ampla na cidade de ROCHA/ROU.

S E C R E T O

8910104

7) Conclusão

A expansão da organização no BRASIL tem sido caracterizada muito mais pela persistência das ações do que pela sua rapidez.

Seus líderes, ativos e incansáveis, marcam presença em todos os cantos do país, através das mais diferentes atividades.

Não demonstram qualquer embaraço ou constrangimento, em conduzir comércio, legal ou ilegal, representações, apoio financeiro, cultural ou mesmo treinamento guerrilheiro.

Sabendo-se que sua resistência está calcada na expansão da organização a qualquer preço, preocupa-nos sua natureza terrorista e seus vínculos com OS também violentas.

A aproximação com o governo brasileiro é caracterizada por presões, abertas e francas, no sentido de instalar em BRASÍLIA/DF um escritório representativo já concretizado porém não reconhecido.

Obviamente seu grau de influência na vida brasileira será consideravelmente aumentado, não se descartando a possibilidade marcante de vir a se constituir num gigantesco pólo de subversão.

9. OUTRAS ORGANIZAÇÕES

1) TUPAMAROS

Estiveram em visita a PORTO ALEGRE/RS, em 05 Mai 88, os uruguaios:

- ELEUTÉRIO FERNANDEZ HUIDOBRO - um dos fundadores do Movimento Tupamaro e atual membro do Comitê Central e Executivo.

- MARIO DE LEON - membro do Comitê Central.

- LUIZ TIERRA - militante tupamaro.

- JOSÉ MUJICA.

Mantiveram ligações com o Partido dos Trabalhadores/RS, com o Núcleo de Uruguaios residentes no Brasil, MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (MJDH), ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAL (ANAMPOS), MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE (UAMPA), CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL (CAMP), FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE) e PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B).

Eram motivos da viagem conclamar os uruguaios para votarem "NÃO À ANISTIA" e o de divulgar a "FRENTE AMPLA" e lançar a idéia da criação de uma "FRENTE GRANDE" que seria uma INTERNACIONAL COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA LATINO AMERICANA composta pelo BRASIL, URUGUAI, ARGENTINA, BOLÍVIA, PARAGUAI, CHILE e outros países da América Latina.

Nessa ocasião, ao serem entrevistados, afirmaram terem justificado (eliminado) DAN MITRIONE e muitos outros.

2) MOVIMENTO FRECON JULIO CESAR GRAVERT

A história do Movimento começa em 26 Out 1933 quando foi fundado pela Ex-Senadora uruguaia ALBA ROBALLO. Atualmente o movimento luta por temas concretos como saúde, habitação, aposentadorias e salários e pela unidade e triunfo do Partido da FRENTE AMPLA junto ao seu líder general LIBER SEREGNI.

A Ex-Senadora tem feito várias viagens ao BRASIL, em particular às cidades de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS e PORTO ALEGRE/RS. A CONFEDERAÇÃO DAS MULHERES DO BRASIL (CMB) convidou-a para participar do Congresso de Fundação da entidade em SÃO PAULO/SP, mas as passagens, para ela e para suas duas secretárias, foram pagas pela FEDERAÇÃO DAS MULHERES GAÚCHAS (FMG), presidida por CLÊNIA LEAL MARANHÃO, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Além desse contato com CLÊNIA, ALBA ROBALLO, durante sua viagem ao Brasil, foi recebida por dirigentes do MJDH da Assembléia Legislativa Gaúcha.

[S E C R E T]

Na capital do RGS, ALBA ROBALLO hospeda-se na residência do uruguaio DANIEL DE MELLO BORGES (Rua Duque de Caxias, 1191, apto 502 - PORTO ALEGRE/RS).

3) MOVIMENTO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - MJDH

Em 12 Set 86 desenvolveu-se em RIVERA/ROU, palestra pública em defesa dos Direitos Humanos.

Estiveram presentes ao ato:

- JOSÉ GERMAN ARAUJO - Senador uruguaio pela Frente Ampla.
- ROMMEL MELLO DE MELLO - ativista de esquerda uruguaio.
- WASHINGTON RODRIGUES - ativista de esquerda uruguaio.
- JULIO BACCI - ativista de esquerda uruguaio.
- JAIR DELIMA KRISCHKE - Conselheiro de Assuntos Internacionais do MJDH/RS.
- CLÓVIS ILGENFRITZ DA SILVA - Partido dos Trabalhadores/RS.
- LUIS CARLOS PAZ SANTANA - PT/RS.

O principal objetivo, como não poderia deixar de ser, foi estimular posicionamentos contra a anistia aos militares uruguaio. Na ocasião foram divulgadas a criação, em RIVERA/ROU, do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 26 DE MARÇO e do PARTIDO PELA VITÓRIA DO POVO (PVP).

No dia seguinte, 13 Set 86, houve reuniões em ARTIGAS/ROU e QUARAÍ/RS, denominadas I JORNADA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.

Em ARTIGAS/ROU, foram palestrantes:

- CARLOS CARDOSO
- Pe. WILLIAM GADEJA
- Pastor EGARDO CARELLO
- CARLOS MELO
- JORGE FORTE
- JESUS SILVEIRA
- Pe. LUIS PERES AGUIRRE, do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ) do Uruguai.

Identicamente à reunião de RIVERA, os temas abordados relacionaram-se contra a aprovação do projeto de anistia aos militares uruguaio.

Dos brasileiros presentes destacam-se:

- DIONISIO NEURELALDO PINTO MAZUI - presidente da Associação Comercial de QUARAÍ/RS.
- CLAUDIO KENERIM - professor do 1º grau em QUARAÍ/RS.

S E C R E T O

8910104

- PAULO NUNES - PT/RS

- OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA - PT/RS, hoje prefeito eleito de PORTO ALEGRE/RS.

4) CONCLUSÃO

Apesar do fluxo constante de informações em nossa área, os últimos registros, salvo alguns mais recentes, estão relacionados ao movimento esquerdista levado a efeito, em 1986, contra a anistia aos militares uruguaios. Felizmente pode-se concluir que, mesmo com toda a gama de recursos colocados à disposição das Organizações orientadas pelo MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI), a sociedade uruguaia, sabidamente, votou pela anistia, dando um basta às explorações tendenciosas fartamente difundidas pela comprometida, facciosa, parcial e desonesta imprensa internacional.

Tal comprometimento é tão acentuado que ao ser aprovada a anistia, isto é, ao ficar patente a derrota do MCI, as notícias foram singelas o suficiente para retirar dessa vitória o seu verdadeiro significado.

h. INFILTRAÇÃO NOS CÍRCULOS ECLESIÁSTICOS E NO MOVIMENTO SINDICAL

Por se constituir em expressivo campo de atuação do Comunismo Subversivo, a infiltração já identificada na Igreja e nos Sindicatos será mais significativamente abordada nesta parte do tema nº 1.

É por demais preocupante essa geração de centros de poder paralelos e aliçados do poder central, isto é, a criação de grupos infiltrados capazes de sabotar e transformar a verdadeira imagem da Igreja e os reais significados e objetivos dos Sindicatos.

Tais elementos infiltrados na Igreja e nos Sindicatos sempre criam perturbações, desconcertando os verdadeiros crentes e operários. Procurando respaldo de grandes personalidades comprometidas com seus ideais não é difícil enganar aos mais esclarecidos que se omitem do estudo e do acompanhamento de suas atividades, ficando muito fácil iludir aos menos dotados transformando-os em grande e perigosa massa de manobra.

Assim sendo, vejamos:

1) Infiltração nos Círculos Eclesiásticos (Movimento Religioso)

A Igreja Católica vem apresentando, ao longo dos anos, uma proposta de Organização Social que a induz a participar nos conflitos sociais e influir nas modificações sócio-políticas do país.

Após o concílio Vaticano II, o Clero passou a comportar três linhas bem definidas de idéias e de atividades a desenvolver:

a) **Conservadores tradicionalistas** - não aceitam as reformas introduzidas pelo Concílio;

b) **Reformistas moderados** - aceitam essas reformas sem admitir a prevalência do material sobre o espiritual e não aceitam as idéias marxistas; e

c) **Progressistas** - aqueles que, influenciados pelo marxismo, têm um projeto político diferente dos demais.

(1) Em 1986 começam a ser divulgadas as idéias doutrinárias do projeto político-ideológico desses elementos. Assim, convém destacar:

(a) Clero Progressista

O mais interessante trabalho de transformação marxista da teologia, embora não completo, é o do sacerdote polonês MIGUEL DORADOWSKI - ou seja, "os cristãos crêem em Deus, assumem-No e O servem, mas não crêem na vida após a morte". Os seus seguidores estão próximos dos marxistas.

O outro trabalho é o da teologia do "Cristianismo

SE

Horizontal", que elimina a cruz como símbolo. Para ela, o tronco vertical não existe, pois seus fundamentos estão concentrados, totalmente, sobre o homem, sobre o horizontal. JESUS é apresentado como um homem que sacrificou sua vida pelos demais, por motivos puramente humanos, como expressão da solidariedade humana, e não como o Filho de DEUS.

A infiltração no Cristianismo tanto ocorre entre católicos quanto protestantes.

(b) Teologia da Libertação

Surgiu em meados dos anos 60 e se fez sentir após a reunião de MEDELLIN/COLÔMBIA/1968, onde traduziu o seu radicalismo intelectual. Seus expoentes são o Padre peruano GUSTAVO GUTIERREZ e o ex-Padre brasileiro HUGO ASSMANN.

(2) Tentativa de Implantação do Projeto Progressista no BRASIL

Este projeto foi tentado nos anos 50, através da Ação Católica, com influência franco-belga de MOUNIER.

Na época, os progressistas controlando os setores mais importantes da educação, passam a preparar os líderes. A Ação Católica transforma-se em Ação Popular (AP), optando pela luta armada, e finalmente evolui para Ação Política Marxista-Leninista (APML).

Nos anos 60 os progressistas apoiam o projeto disjuntivo de países "subdesenvolvidos" e "imperialistas".

Em 1968, na reunião de MEDELLIN (COLÔMBIA), a preocupação do Episcopado é salvar o Clero e, por isso, a Igreja permite que os progressistas legitimem-se como integrantes do quadro eclesialístico.

Em 1970 os progressistas tornam a fundamentar seu projeto na "Teologia da Libertação", difundindo seu discurso político através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das Pastorais Populares (PP) e da Educação Popular (EP). A seguir chegam à Base Popular através das CEBs, e da "Educação pela Fé", que leva o crente cristão a reivindicar e a lutar.

Depois da reunião de PUEBLA/MÉXICO, em 1979, a temática progressista passa a ser veiculada em publicações, atingindo a Universidade e os Movimentos Populares.

Os progressistas buscam reeducar o povo pela base, tentando ampliar sua influência e aumentar suas forças para a tomada do poder e a conquista do Estado.

[REDACTED]

8.1.1.1.1

(3) A IGREJA E O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI)

Adotando a "Doutrina da Coexistência Pacífica", o MCI passa a encarar a religião como um instrumento para a conquista do poder mundial, através de dois objetivos:

- destruir gradativamente as religiões, ou pelo menos adulterá-las pela subversão das crenças, dogmas e ritos; e
- manipular criteriosamente a religião para facilitar a difusão do pensamento e da ação marxista e acelerar a revolução mundial.

(4) INFILTRAÇÃO MARXISTA NO CLERO BRASILEIRO

(a) Na Igreja Católica (3 concepções):

- A presença de marxistas no Clero;
- A existência de idéias marxistas no pensamento do Clero;
- A colaboração de eclesiásticos com os marxistas.

Estas concepções mantêm relacionamento estreito entre si. A exteriorização dessa infiltração caracteriza-se fundamentalmente:

- Pela deturpação de valores religiosos considerados imutáveis;
- Pela exploração das dificuldades existentes, jogando o povo contra o Governo;
- Pela negação da autoridade e desobediência civil;
- Pela necessidade de reformas radicais das estruturas vigentes;
- Pelo incitamento à luta de classes;
- Pela erradicação do sistema capitalista;
- Pelas denúncias formuladas pelo Clero;
- Pela adoção do instrumental teórico marxista.

(b) No Protestantismo

Com a criação do "Movimento Ecumênico", deturpado pelos católicos progressistas, os protestantes orientados pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI), órgão ecumênico e marxista, de origem protestante, aliaram-se aos católicos "progressistas". Com essa aliança, criaram o CONIG, Conselho Nacional de Igrejas.

A teologia "Morte de Deus", gerando os "Cristãos para o Socialismo", está para os protestantes assim como a "Teologia da Libertação" está para os católicos.

S I C R

8910104

Católicos e protestantes representam, no Movimento Religioso, uma força considerável na luta pelas mudanças nas estruturas vigentes, buscando a implantação do projeto "Clero Progressista", visando a nova ordem econômica.

(5) A infiltração marxista chega até a base da população, com o Clero Progressista atuando nas CEBs e nas Pastorais.

Destas, a Pastoral da Terra merece atenção especial, pois no quadro que ora se apresenta no BRASIL, tem atuação direta nas Invasões de Terras nos Estados do Sul.

Nas invasões rurais ocorridas no RS, SC e PR sempre estão entre os invasores, ou chegam logo depois, religiosos, homens ou mulheres. No RS, em um caso recente de greve de fome, dos Sem Terra, estavam um padre e um pastor protestante. As religiosas, normalmente encontradas entre os invasores, alegam motivos humanitários para justificarem suas presenças, entretanto são verdadeiras formadoras de guerrilheiros.

(6) Ação Progressista

No RIO GRANDE DO SUL:

- Dom EDMUNDO LUÍS KUNZ, Bispo Auxiliar de PORTO ALEGRE;
- Pe. ÉZIO BERZOTTI, do Movimento de Direitos Humanos da Diocese de SANTA MARIA;
- Dom IVO LORSCHETER, Presidente da CNBB, Bispo de SANTA MARIA;
- Dom SINÉSIO BOHN, Bispo de SANTA CRUZ DO SUL e Vice-presidente do CONIG;
- GUY ALBERT STEPHANE LEROY, "Pe. "GUIDO", Belga, da Igreja Católica Ortodoxa de CACHOEIRINHA;
- Pastor GUNTER ADOLF WOLFF, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do BRASIL.

Em SANTA CATARINA:

- Dom JOSÉ GOMES, Bispo de CHAPECÓ e Presidente da Comissão Pastoral da Terra / Nacional.

(7) Recursos Recebidos do Exterior em 1989:

SECRET

8310104

PAIS DE ORIGEM	ENTIDADE OU PES SOA DOADORA	ENTIDADE OU PES SOA RECEBEDORA	VALOR RECEBIDO	OBJETIVO DO PROJETO E/OU OBSERVAÇÕES
AUSTRIA	ILSE PILLWEIN	GUY ALBERT STEPHANE LE-ROY	US\$ 1.500,00	Compra de máquinas de costura para as mulheres da Paróquia "Cristo Libertador" no RIO GRANDE DO SUL.
LUXEMBURGO	Associação de Solidariedade ao Terceiro Mundo (ASTM)	JEAN GEISEN	US\$ 15.765,00	- E padre, belga, ex-militante da ACO e atualmente militante do PC do B/PE. - Divulgação sindical e comunitária no meio rural. (Projeto GEISEN).
			US\$ 3.389,83	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de GOIÁIA /PE.
			900.000 francos franceses	- Previstos para um novo projeto, por considerar o Projeto GEISEN o de maior sucesso que já financiou. Provavelmente para utilização junto aos trabalhadores da agroindústria açucareira.
DIVERSOS (ver coluna ao lado)	"Ação Ecológica" - SUÉCIA; "TROCA RE" - IRLANDA; "NUVIA" - HOLANDA; "CHRISTIAN AID" - INGLATERRA; "EROR FUR DIE WELT" - ALEMANHA; "INTER KERNELUXE COORDINATIE COMMISSIE GUTWIKHELINGS PROJECTEN (ICCO) - INGLATERRA, de um total de 13 entidades.	Comissão de Habitação Municipal de SÃO JOÃO DE MERITI RJ através da Diocese de DUQUE DE CAXIAS (RJ) e da FASE.	US\$ 100.000,00	- Cerca de 30.000 dólares já foram liberados para a "Comissão de Desabrigados", pela PAROQUIA O MUNDO (EROT FUR DIE WELT). - O total das verbas destina-se a concretizar o projeto "Casinha UNICAMP" ou "Projeto Participativo", desenvolvido pela Universidade de Campinas (UNICAMP), que emprestará uma tecnologia alternativa de construção, barateando os custos. - O projeto global da diocese e FASE chama-se "Bancos Coletivos para Afetados pelas enchentes em SÃO JOÃO DE MERITI".

PAISES INCOMPLETOS.

SECRET

- 41 -

RECURSOS RECEBIDOS DO EXTERIOR EM 1989

PATS DE ORIGEM	ENTIDADE DOADOR	ENTIDADE RECEPTORA	VALOR EM NCZ\$	OBJETIVO/PROJETO E/OU OBSERVAÇÃO
REPÚBLICA FEDERAL ALEMA (RFA)	MISEREOR	Movimento Popular de Saúde (MOPS)	-	8º Encontro Nacional do MOPS em CUIABÁ/MT; patrocínio do evento.
-	C	B	1.365.000	Referente ao balanço do 2º semestre/88, num total de NCZ\$ 42.154.671,00.
SUIÇA	A	C R	2.437.480	
BOLÍVIA	R	A A	273.000	
BELGICA	I	R S	2.090.957	
HOLANDA	T	I I	3.569.885	
RFA	A	T L	10.195.070	
ESPAÑA	S	A E	2.020.000	
-	COR UNIM	S I.	2.047.500	
AUSTRÁLIA	EMBAIXADA	R	14.316.562	
FRANÇA	SECOURS CATHOLIQUE	A	2.583.502	
ESCÓCIA	SCOTTISH CATHOLIC LIC INT		1.255.712	
REPÚBLICA FEDERAL ALEMA (RFA)	ADVENIAT	Associações de Educação Católica (AEC)	US\$ 9.500	XIII Congresso Nacional de Educação. (patrocínio de parte do evento).
SUIÇA	MISSIONSSE-KRETARIAT - MUTTERHAUS	Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - (FOIRN), na pessoa de ORLANDO MELGUETRO DA SILVA, presidente	150.000	Através da Irmã LAURENCIA, da Irmandade de SANTA CRUZ - Caixa Postal 851 - SALVADOR/BA
			1.000 francos suíços	Através da Irmã BLAINDINA SPES CIA, CII 6440 - INCEBOH/SUIÇA

O B S : Em 1988, idênticamente em todo o País, foram recebidos aproximadamente US\$ 150.000 para as diferentes ações subversivas.

SECRET

2) Infiltração no Movimento Sindical

As dificuldades crescentes, pelas quais passa a economia brasileira, e os reflexos decorrentes da conjuntura político-social do País provocaram, desde 1987, grandes agitações no meio sindical brasileiro.

O Sindicalismo, em nosso País, teve sua maior oportunidade por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, quando os nossos políticos, submetendo-se às pressões do momento, aprovaram diversos artigos que exageradamente concederam grandes liberdades aos sindicatos.

São três as Centrais Sindicais de maior atuação - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES (CGT) e UNIÃO SINDICAL INDEPENDENTE (USI) - assinalando-se, ainda, em fase de estruturação, a CORRENTE SINDICAL CLASSISTA (CSC).

- A CUT, juridicamente conhecida como Instituto Nacional de Formação e entidade jurídica e de fachada do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), é a Central Sindical mais atuante no BRASIL. Congrega o maior número de sindicatos filiados.

- A CGT, criada em Março de 86, por ocasião do II CONCLAT/86 (Congresso da Classe Trabalhadora) encontra-se estruturada em cerca de 20 Estados da Federação. É acomodada no seu interior correntes do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B) e MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8). Propugnando por um "Sindicalismo de Resultado" e adotando linha moderada de relação com os patrões e o Governo, gera grandes divergências internas com os militantes comunistas radicais. Por essa forma de atuar, em sua Reunião Plenária de 30 Jan 88, impôs suas idéias, levando a corrente radical do PC do B a realizar uma plenária, em CAMPINAS/SP, em 09 Abr 89, criando a Corrente Sindical Classista, rompendo definitivamente com a Direção Nacional da CGT.

- A USI congrega em sua maior parte as categorias de trabalhadores ligados aos Setores de Comércio e Serviços. Mesmo criticando aspectos da política econômica do governo, tem proposições moderadas, defendendo a livre iniciativa.

Os principais líderes dessas centrais são:

- CUT/Nacional: JAIR ANTONIO MENEGHELLI (Presidente)
- CUT/Gaúcha: GILMAR JOSÉ PEDRUZZI (Presidente)
- CGT/Nacional: ANTONIO ROGÉRIO MAGRI (Presidente)
- CGT/Gaúcha: LEOPOLDO HICKENBICK DA SILVA
- CSC/Nacional: SÉRGIO BARROSO (Secretário Geral)
- CSC/Gaúcha: JOSÉ CARLOS PERRET SCHULTE (Sec Geral)
- USI/Nacional: ANTONIO PEREIRA MAGALDI (Presidente)
- USI/Gaúcha: - x -

[3]

- A grande preocupação das Centrais Sindicais, com ênfase para a CUT, é a criação de Escolas de Formação de Lideranças, ou de Quadros, como são chamadas, de onde saem os líderes sindicais profissionais.

- A CUT e a CGT, atualmente, têm grupos de sindicalistas fazendo cursos na RÚSSIA e na ITÁLIA, através de intercâmbios. Também costumam mandar sindicalistas fazerem cursos em CUBA e na NICARÁGUA.

- A infiltração de militantes das Organizações Subversivas (OS) se dá via eleições das diretorias das entidades sindicais.

- Nos anexos, exemplos de sindicatos que sofreram o processo de infiltração.

(a) Infiltração das Entidades Nacionais

- Anexo 01.

(b) Infiltração nas Entidades do Rio Grande do Sul

- Anexo 02.

(c) Recursos recebidos pelas Centrais Sindicais

- Anexo 03.

(d) Ligações Internacionais

- Anexo 04.

(e) Sindicalistas no BRASIL

- Anexo 05.

3) Conclusão

Como foi possível observar, tanto o Círculo Eclesiástico quanto o Movimento Sindical têm se revelado campos propícios para as infiltrações subversivas.

Nada escapa à voracidade fisiológica das esquerdas.

Os anexos distribuídos com o tema, e que para não nos tornarmos cansativos deixamos de ler, servem para uma avaliação mais correta do que acabamos de afirmar.

O aliciamento é constante, efetivo e, cada dia mais, inteligente e, por isso mesmo, tanto mais fácil quanto maior é o número de entidades dominadas ou infiltradas.

[3]

1. APRECIÇÃO FINAL

Não queremos concluir este tema sem lhes apresentar uma apreciação sobre as infiltrações.

Para fazê-la, adotaremos uma abordagem sintética nos diversos Campos do Poder.

1) Infiltração no Campo Político

Carente de representatividade e resultado de uma eleição 'sem idéias, onde prevaleceu o voto calcado nos passionaisismos do momento, o quadro político brasileiro, nele inserido, da mesma forma, o quadro político regional, tem se mostrado fértil à ação das Organizações Subversivas.

Governos comprometidos, vários escalões sob controle das esquerdas, políticos e assessores oriundos das próprias OS ou a elas vinculados são fáceis de constatar.

Nossa Assembléia Nacional Constituinte foi o exemplo mais claro disso e as Assembléias Estaduais que estão a concluir seus trabalhos não fogem à mesma linha de raciocínio, devendo acontecer algo semelhante com as Constituintes Municipais. No caso da Assembléia Nacional Constituinte, ficou plenamente comprovado que as comissões e subcomissões eram mais esquerdistas que o plenário e a comissão de sistematização conseguiu concentrar a maior dose de esquerdistas da Constituinte.

2) Infiltração no Campo Econômico

O maior exemplo de infiltração foi o Plano Cruzado, nascido da cabeça de conhecidos comunistas que já tinham tentado implantá-lo, sem resultados positivos, no CHILE. Foi lançado à sociedade brasileira como solução para seus problemas, desaguando no maior fracasso. Tanto PERSIO ARIDA, do grupo LAMARCA, quanto FERNANDO BACHA e outros, todos de formação marxista, estavam comprometidos com soluções socialistas.

Outros exemplos são bem claros, tais como importações absurdas de carne contaminada da EUROPA, de arroz, de feijão e de milho estragados ou de péssima qualidade.

3) Infiltração no Campo Psicossocial

Como já dissemos anteriormente, tem se revelado o campo mais propício.

[S E C R E T O]

Face à quantidade de exemplos já caracterizados, só deseja mos acrescentar que lamentavelmente o ensino está quase que totalmente dominado em todos os seus níveis. O meio artístico patrulhado, manipulado por ideólogos da esquerda, somente possibilita o crescimento de novelas, livros, debates, filmes, encontros, etc... que tenham por fundamento enfoques favoráveis às teses comuno-socialistas. A imprensa não foge à regra.

Entidades de classe, sindicatos, clubes, todos sofrem do mesmo mal.

As minorias ativistas das OS logram alcançar os maiores êxitos no trabalho de dominar e silenciar representativos setores da sociedade normalmente formados por maioria alienada, desinformada, acuada, acomodada ou insensível e frívola.

4) Infiltração no Campo Militar

Apesar de algumas raras vitórias, em decorrência do grande número de tentativas, as OS não podem, mesmo assim, vangloriar-se. O Campo Militar continua sendo o grande baluarte de defesa dos ideais democráticos.

Hoje estão aliciando seus quadros entre os jovens recentemente licenciados, não gastando quase nada com sua formação. Precisamos continuar atentos e sempre prontos a impedir que tais tentativas tenham sucesso.

A N N X O 01

(a) Infiltração em Entidades Nacionais

- Associação dos Empregados da SABIA de CUIABA/MT, infiltra da por militante do PC do B;
- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de CAMPO GRANDE/ MS, infiltrada por militantes do PCB;
- Associação dos Posseiros e Trabalhadores de PEDRO DE TOLE DO/SP, infiltrada por militantes do PCB;
- Associação dos Servidores da Universidade de SÃO PAULO - (ASUSP), infiltrada por militantes do PRC e CS;
- Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de SÃO PAULO, infiltrada por militantes do PCB;
- Federação Nacional dos Médicos, infiltrada por militantes do PC do B e PCB;
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de SÃO PAULO, infiltrado por militantes do PRC, UT/QT e CS;
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RIO DE JANEIRO, infiltrado por militantes da CS;
- Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de FRANCA/SP, infiltrado por militante do PCB;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário de PORTO ALEGRE/RS, infiltrado por militante da Ala PRESTES;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados do Açúcar e de Torrefação e Moagem de Café nos Municípios de SÃO PAULO, MOGI DAS CRUZES e SÃO ROQUE/SP, infiltrado por militante do PCB;
- União dos Aposentados em Transportes Coletivos e Cargas de São Paulo (UATCCSP), infiltrada por militantes do PCB;
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Cubatão, Santos e São Sebastião/SP (SINDIPE TRO/CUBATÃO), infiltrado por militantes do PCB;
- União dos Servidores do Senado Federal (UNISSEF), infil trada por militantes do PC do B e PCB;

Continuação do ANEXO 01 - Infiltração em Entidades Nacionais

- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG/BA), infiltrada por militantes do PC do B;
- Sindicato dos Médicos do Distrito Federal, infiltrado por militantes do PC do B, OT/QI, CS e PORT-P;
- Sindicato dos Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal, infiltrado por militantes do PCB;
- Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de Brasília (APPD), infiltrada por militantes do PCB e PC do B;
- Associação dos Servidores da Reforma Agrária em Brasília (ASSERA), infiltrada por militantes do PCB e PC do B;
- Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), infiltrada por militante da CS;
- Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), infiltrada por militantes do PCB;
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo/SP, infiltrada por militantes da URN-DS;
- Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro (CEP/RJ), infiltrado por militante da CS;
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (SINDSEF/DF), infiltrado por militantes da OT/QI, UOI e PC do B; e
- Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará, infiltrado por militantes da CS, PRC, ALA PRESTES, UOI e OT/QI.

Continuação do ANEXO 01 - Infiltração em Entidades Nacionais

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André/SP - (SINDIQUIM/ABC)	CS e UT/QI
- Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro/RJ	PCB
- Sindicato dos Previdenciários do Rio Grande do Sul	CS
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona da Central do Brasil	HCR
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de São Paulo	CS e URH/US
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral de MT e MS	PCB
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operações de Mesas Telefônicas no Estado do Pará (SINTTEL)	CS
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Hidrôgênicos e Derivados do Petróleo de Guarulhos/SP	PCB
- Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza/CE	PRO
- Sindicato dos Rodoviários do Estado do Ceará	PC do B
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos de Limpeza do Estado de São Paulo	PC do B
- Sindicato dos Profissionais de Processamento de Dados de Mato Grosso do Sul	PCB
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de São Paulo	PC do B
- Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo	PC do B
- Associação dos Municipários de Porto Alegre/RS	CS
- Associação dos Profissionais de Processamento de Dados de São Paulo (APPD/SP)	PC do B

RECEBIDO

8910104

Continuação do ANEXO 01 - Infiltração em Entidades Nacionais

SINDICATO/ENTIDADE	INFILTRAÇÃO
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG)	PC do B
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Jacareí/SP	CS
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo/SP	PCB
Sindicato dos Bancários de Santos/SP	PCB
Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá/SP	PCB
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul	PCB PRC HCR ORH-DS
Associação dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (ASPRON)	PC do B

A N E X O 02

(b) Infiltração nas Entidades do Rio Grande do Sul

As seguintes entidades atuantes nos diversos setores de atividade no RIO GRANDE DO SUL estão infiltradas por militantes e/ou simpatizantes de OTs:

- AL/RS - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

- AMERESC - ASSOCIAÇÃO DOS MEDICOS RESIDENTES DA SANTA CASA;

- ARL - ACADEMIA RIOGRANDENSE DE LETRAS;

- AFPH/CAXIAS DO SUL - ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS DO SUL/RS;

- AM/PELOTAS - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPAIS DE PELOTAS/RS;

- BANCO DO BRASIL - BANCO DO BRASIL S/A;

- BANCO MERIDIONAL - BANCO MERIDIONAL DO BRASIL;

- BANERJ - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/RS;

- BANRISUL - BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

- CAAARS - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO RIO GRANDE DO SUL;

- CEE/RS - CAIXA ECONOMICA ESTADUAL DO RS;

- CEUE/UFRGS - CENTRO DE ESTUDOS UNIVERSITARIOS DE ENGENHARIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL;

- CEDRADE - CENTRO BRASIL DEMOCRATICO DO RIO GRANDE DO SUL;

- CIENTEC - FUNDAÇÃO DE CIENCIA E TECNOLOGIA;

- CGT - CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES;

- CHV - CAMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES;

- CPERS - CENTRO DE PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

Continuação do Anexo 02 - (b) Infiltração nas Entidades do RS

- CPNP - CENTRO DE PROFESSORES DE NOVA PRATA/RS;
- CUT - CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES;
- DACCA/FAPCCA - DIRETORIO CENTRAL DE CIENCIAS
CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVAS DA FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCA-
ÇÃO, CIENCIAS E LETRAS;
- DCE/PUC - DIRETORIO CENTRAL DE ESTUDANTES DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA;
- DEMIAD - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO;
- DMU - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO;
- EDCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉ-
GRAFOS;
- FAPERGS - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS HUI -
CIPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;
- FASPERS - FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVI-
DORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;
- FEAB - FEDERAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO
BRASIL;
- FECOTRIGO - FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRI-
CO E SOJA DO RIO GRANDE DO SUL LTDA;
- FEED/RS - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS EM ESTABELE-
CIMENTOS BANCARIOS DO RS;
- FEGASP - FEDERAÇÃO GAÚCHA DE SERVIDORES PÚBLI-
COS FEDERAIS;
- FENASPS - FEDERAÇÃO NACIONAL DE SERVIDORES DE
PREVIDENCIA SOCIAL;
- FESC - FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO SOCIAL E COMUNITA-
RIA;
- FIDCE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRA-
FIA E ESTATISTICA;
- FNE - FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENGENHEIROS;
- FUNDASUL - FUNDAÇÃO SUL-RIOGRANDENSE DE ASSIS-
TENCIA;
- IAPAS - INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL;

Continuação do Anexo 02 - (1) Instituições nas Entidades do RS

- INAHPS - INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MEDICA E PREVIDENCIA SOCIAL;

- INTER - INSTITUTO JURIDICO DE TERRAS RURAIS;

- IPE - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

- LDA - LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTENCIA;

- LNP - LICEU MUSICAL PALESTRINA/PORTO ALEGRE/RS;

- METROPLAN - FUNDAÇÃO METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO;

- MIRAD - MINISTERIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO;

- OAB/RS - ORDEN DOS ADVOCADOS DO BRASIL SEÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL;

- PDT - PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA;

- PETROBRAS - PETROLEO DO BRASIL S/A;

- PDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRATICO BRASILEIRO;

- PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES;

- PSB - PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO;

- RFFSA - REDE FERROVIARIA FEDERAL S/A;

- REFAP/CANOAS/RS - REFINARIA ALBERTO PASQUALINI/CANOAS/RS;

- SADS - SINDICATO DOS ADVOCADOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

- SAKS - SINDICATO DOS ARQUITETOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL;

- SASPA - SINDICATO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE PORTO ALEGRE;

- SECCS - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE CAXIAS DO SUL/RS;

- SECI - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE IJUI;

- SECPF - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE PASSO FUNDO;

Continuação do Anexo 02 - (b) Infiltração nas Entidades do RS

- SEC/PELOTAS - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMER-
CIO DE PELOTAS/RS;
- SECPA - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE
PORTO ALEGRE/RS;
- SECPF - SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE
PASSO FUNDO/RS;
- SEEDCS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELE-
CIMENTOS BANCARIOS DE CAXIAS DO SUL/RS;
- SEEDPA - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELE-
CIMENTOS BANCARIOS DE PORTO ALEGRE;
- SEEDPF - SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS ESTABE-
LECIMENTOS BANCARIOS DE PASSO FUNDO/RS;
- SERGS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO RIO GRAN-
DE DO SUL;
- SEERGS - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL;
- SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE
DADOS;
- SINE - SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGOS;
- SINDPPD/RS - SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EN-
PRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RIO GRANDE DO SUL;
- SINPRO - SINDICATO DOS PROFESSORES;..
- SINTEL/RS - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EN-
PRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES E OPERAÇÕES DE REDES TELEFONICAS O ES-
TADO DO RIO GRANDE DO SUL;
- STICCPA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN-
DUSTRIAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE MARMORES E GRANITOS, DE OLARIA, DE
CIMENTO, CAL E GESSO, DE LADRILHOS, HIDRAULICOS E PRODUTOS DE CI-
MENTO E DE CERAMICA PARA CONSTRUÇÃO DE PORTO ALEGRE;
- STICCS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN-
DUSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIARIO DE CAXIAS DO SUL;
- STICHH - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDUS-
TRIA DE CALÇADO DE NOVO HAMBURGO;
- STIETURS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN-
DUSTRIAS DE ENERGIA TERMO HIDROELETRICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL;

- STIMHEC - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN
DUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE CANOAS/
RS;

- STIMHECS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN
DUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE CAXIAS DO
SUL/RS;

- STIMNEPA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS E DE MATERIAL ELETRICO DE POR-
TO ALEGRE;

- STIQFCS - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN
DUSTRIAS QUIMICAS E FARMACEUTICAS DE CAXIAS DO SUL;

- STIVPA - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IN
DUSTRIAS DE VESTUARIO DE PORTO ALEGRE/RS;

- STR/FARROUPILHA - SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE FARROUPILHA;

- STR/IJUI - SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS
DE IJUI/RS;

- STR/TRES DE MAIO - SINDICATO DOS TRABALHADORES
RURAIS DE TRES DE MAIO;

- TRENSURB - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO
ALEGRE;

- TRE - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL;

- TRT - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO;

- UBES - UNIAO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDA-
RISTAS;

- UCS - UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL;

- UEE - UNIAO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DO RIO GRAN-
DE DO SUL;

- UFPEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS;

- UFSH - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA;

- UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL;

SECRETO

- 55 -

Continuação do Anexo 02 - (b) Infiltração nas Entidades do RS

- UNE - UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES;

- UNISINOS - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SI-

NOS;

- UGES - UNIÃO GAUCHA DOS ESTUDANTES SECUNDARIS-

TAS.

- STE/AJURICADA/RS - SINDICATOS DOS TRABALHADO-

RES RURAIS DE AJURICADA.

SECRETO

2010104

N O M S	CARGO/ENTIDADE	DI	DADOS DE QUALIFICAÇÃO E OUTROS DADOS
RODOLFO DE ALMEIDA	Membro do Diretório do STIMMUS, gestão OUT/87/OUT/90.	IV de B (m)	Membro do CLEP/TC do 1º/CAIAS DO SUL/RS.
DIONIZIO NEULERALDO DA ZUI	Membro do SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE QUARAÍ/RS. (Presidente) Vice-Tesoureiro da Região Oeste da OUT/83 - gestão AJO/86/AGO/89.	IV de B (m)	Membro do CLEP/TC do 1º/QUARAÍ/RS.
EMILIO AUGUSTO MACHADO DE FILHO	Vice-Leste da OUT/83, gestão AJO/86/AGO/89.	IVB (m)	Membro do SINDICATO DOS METALURGICOS DE PORTO ALEGRE/RS.
JOSÉ OMILQUE DE FREITAS	Membro do Conselho Fiscal Efetivo da OUT/83 - gestão AJO/86/AGO/89.	IV de B (m)	Membro do SINDICATO DOS METALURGICOS DE PORTO ALEGRE/RS. Membro do CLEP/TC do 1º/CACHOEIRINHA/RS.
CELSO FERNANDO RAMON	1º Tesoureiro da OUT/83, gestão AJO/86/AGO/89.	IVB (m)	Membro do CLEP/TC/CAIAS DO SUL/RS. Membro da Federação dos Metalurgicos.
LEOPOLDO NICKENIUK DA SILVA "COMO"	Secretário Geral da OUT/83, gestão AJO/86/AGO/89.	IVB (m)	Membro do SINDICATO DE CONSTRUÇÃO CIVIL DE PORTO ALEGRE/RS.
LUIS CARLOS CASTILHOS	Membro do Conselho de Plantas da OUT/83, gestão AJO/86/AGO/89.	IVB (m)	Membro do CLEP/TC/CAIAS DO SUL/RS. Membro do SINDICATO DOS METALURGICOS DE CAIAS DO SUL.
NELSON SALES DA SILVA	Membro da Diretoria do SII DIPLO, gestão 87/90.	IV de B (m)	Membro do CLEP/TC do 1º/1º Conselho de PORTO ALEGRE/RS.
PIREO ARLINDO POZEMATO	Titular da Secretaria de Relações e Divulgação Pública da OUT/83 - gestão AJO/86/AGO/89.	IV de B (m)	Membro do SINDICATO DOS METALURGICOS DE CAIAS DO SUL/RS.
VALDIR BATISTA RIMAS	Membro do Diretório do STIMMUS, gestão OUT/87/OUT/90.	IV de B (m)	Membro do CLEP/TC do 1º/ARIBAU/RS.
WENNER DIETL	Membro da Diretoria do STIMMUS, gestão OUT/87/OUT/90.	IV de B (m)	
ANADIR LOUNDES ALBA	Chefe de Divisão da LHA.	IV de B (m)	HR-8
ANTONIO FRANCISCO AMARAL	Funcionário do ISTE.	IVB (m)	ISTE (ex-INDCA).
HEUNO JERONIMO ARAUJO MARTI	Coordenador do Programa Estadual de Amostragem de Constituintes da Câmara Civil de Entenda/RS.		Ativista de Segurança.

PARTES
ILEGÍVEIS

SECRET

Continuação do Anexo 02 - (b) Infiltração nas Entidades do RS

N O M E	CARGO/ENTIDADE	DT	DADOS DE QUALIFICAÇÃO E OUTROS DADOS
FERNANDO MANUELOS DE ALEKIDIA	Funcionário da SUPLEN.	PCB (m)	Membro do CLAP/1946/1ª Zona do PORTO ALEGRE/RS.
CERVÁSIO RODRIGUES MEVES	Delegado Regional do FIDEC/RS.		Ativista de Esquerda. Em 1940, CERVÁSIO era membro do UJC.
IZIDARO ZONZI	Secretário de Habitação e Ação Social de CAXIAS DO SUL.	PCB (m)	
JAIR CUNHA DOS SANTOS SALVEIRA	Assessor do Delegado Regional do FIDEC/RS.	MA-8 (m)	
JOÃO CARLOS MENDES TOMAZES	Assessor da Câmara Civil do Estado/RS.	MA-8 (m)	
JOSÉ ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA	Gerente Regional da FMI-MAIOL em PAVÃO FUNDO/RS.	PC do B (m)	
JOSÉ JOAQUIM FELIZIANO	Secretário Municipal de Cultura de PORTO ALEGRE/RS.	PCB (m)	
LUIZ FERNANDO ROCHA	Assistente Superior de Secretaria de Agricultura/RS.	MA-8 (m)	
VERENA LEONARDELLI	Funcionária da Procuradoria Regional do UJC/RS.	PC do B (f)	UJC - Ex-Prócuradora Regional do UJC/RS.
WILMA DE SOUZA	Assistente Superior da Procuradoria Geral do Estado/RS.		Ativista de Esquerda. Ex-militante do AP. Em 1947, esteve em CUBA participando do IV Congresso da Juventude Americana.
ESTILAO MARTINS NOME CUES	Assistente Parlamentar.	PCB (m)	
JACKSON GILVANO DE TOBI	Assistente Parlamentar da AL/RS.		Ativista de Esquerda. Membro da COMENTE e TRABALHO PELA DEFESA TRIPLO DA QUARTA INTERNACIONAL.
RICARDO ZANORA	Chefe de Gabinete da AL/RS.	PCB (m)	
ROSALBA ROBERTA LUTRA	Assistente Parlamentar da AL/RS.	PCB (f)	Em 1947, ROSALBA participou da 1ª Brigada Internacional para a Libertação da Itália na RICA P&DA.

PAGES
ILLEGIBLES

SECRETO

A N E X O 03

(c) RECURSOS ORIUNDOS DO EXTERIOR

1987

ORIGEM: INTERKERKELIJKE COORDINATIE COMMISSIE
ONTWIKKE LINGSPROJECTEN (I C C O)

DESTINO: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES do R G S (CUT/RS)

VALOR: US\$ 38.605,11

1988 (20 OUT)

ORIGEM: I C C O

DESTINO: INSTITUTO NACIONAL DE FORMAÇÃO (Fachada jurídica
da C U T)

VALOR: Através do Banco BRADESCO - Cz\$ 98.000,00

Através do Banco MERIDIONAL-Cz\$ 1.415.220,00

O B S : Estes valores destinaram-se somente a CUT/RS

1989

Ainda não houve divulgação dos valores recebidos.

SECRET

(d) L I G A Ç Õ E S I N T E R N A C I O N A I S1. Participação de Sindicalistas Brasileiros em Eventos no Exterior

PERÍODO/ DATA	EVENTO/PROMOÇÃO/LOCAL	NOME/HABILITÂNCIA/CARGO	OBSERVAÇÕES
-	Curso "Tecnologia e Automação, através do Convênio CUT x CGIL/FIOM. (ITÁLIA)	<p>Delegação brasileira participante (11):</p> <ul style="list-style-type: none"> - ANA HADALENA PUCCI DE SÁ E BENEVIDES, STANLEY CALYL DE SOUZA BUENO e JOSÉ ORLANDO GOMES, do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro/RJ. - EDIVALDO CORREA DE ASSIS, do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda/RJ. - NELSON BRASÍLIO DE LIMA, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André/SP. - LUIZ ANTONIO TARARAH, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP. - VALTER CAVALLIERI DORO, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema/SP. - LUIZ GARCIA DE SENA, do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus/AM. - ALVARO LUIZ PEDROTTI, do Departamento Estadual 	Iniciado em 16 Jan 89, com duração prevista de 09 meses.

Continuação do Anexo 04 - (d) LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

	a ISRAEL para conhecer o "Pacto Social" daquele país. Promoção: Histadrut (ISRAEL)	- GILMAR CARMEIRO DOS SANTOS, da Executiva Nacional/CUT - LUIZ ANTONIO DE MEDEIROS NETO, da CUT	
22 a 26 Nov 88	"41º Congresso da Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores (CFDT)" (STRASBOURG/FRANÇA)	- GILMAR CARMEIRO DOS SANTOS (PRC), Secretário-Geral/CUT	
25 e 26 Nov 88	Seminário sobre: "Integração Econômica e Estratégia Sindical URUGUAI-BRASIL-ARGENTINA". Promoção: PIT-CNT. (MONTEVIDEO/URUGUAI)	- JOSÉ OLÍVIO MIRANDA OLIVEIRA, da Executiva Nacional/CUT. - PAULO ROQUE SCHILLING, do DESEP/CUT. - JOCELIO DRUMOND, IDELVINO FURLANETTO e SIDERLEI SILVA OLIVEIRA, da Direção Nacional/CUT - ANTONIO JAIR F. COELHO, da CUT/RS - LILIAN ARRUDA MARQUES e FABIA TUNA, do DIESE - HILSON BERTOLOTTO, da Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações (FITTEL)	
28 Nov a 02 Dez 88	"1º Encontro de Mulheres Camponesas e Indígenas Latino-Americanas e do Caribe" (BOGOTÁ/COLÔMBIA)		Participação de 01 representante da CUITAG
28 Nov a 03 Dez 88	"Seminário: A Crise do Movimento Sindical da América e as Respostas Alternativas". Promoção: CLAT (CARACAS/VENEZUELA)	- PAULO OTAVIO DE AZEVEDO JÚNIOR, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo/SP	Representante da CUT

Continuação do Anexo 04 - (d) LIGAÇÕES INTERNACIONAIS

PERÍODO/ DATA	EVENTO/PROMOÇÃO/LOCAL	NOME/INSTITUIÇÃO/CARGO	OBSERVAÇÕES
Ago 88	Encontro de Dirigentes sindicais Metalúrgicos de 18 países. Promoção: Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica - FITIM (BERNA/SUIÇA)	- CLAUDIO DE CAMARGO LRE, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Usaco/SP	O sindicalista visitou SUIÇA, ESPANHA e PORTUGAL, mantendo contato com lideranças sindicais daqueles países
14 a 18 Set 88	"8ª Conferência Profissional Internacional dos Trabalhadores no Comércio". Promoção: União Internacional Sindical (UIS) (MOSCOU/URSS)	- FRANCISCO ALANO, Presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Santa Catarina. - RAFAELINO REVELS, Presidente do Sindicato dos Comércio/DF. - GELSON GONÇALVES, Presidente do Sindicato dos Comerciantes de Criciúma/SC. - ENILSON SIMÕES DE HOURA-ALLAU, Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento do Estado de São Paulo	
30 Set a 03 Out 88	Encontro com Sindicalistas Paraguaios (PARAGUAI)	- PAULO ROBERTO CEQUILLI, da CUT/PR	

(e) Participação de Sindicalistas Estrangeiros em Eventos no Brasil

PERÍODO/ DATA	EVENTO/PRODUÇÃO/LOCAL	UNID./ENTIDADE/PAÍS	OBSERVAÇÕES
05 Set 88	Visita à CUT/Nacional	- BERNARDO LACOMBE, da Confederação Geral do Trabalho (CGT) - FRANÇA	
07 a 11 Set 88	III Congresso Nacional da CUT	- 93 sindicalistas estrangeiros (Ver Info n° 522-S/102-A13-CIL, de 03 Out 88).	
13 Set 88	Visita à CUT/Nacional	- HUMBERTO BUSTOS, da Confederação Geral dos Trabalhadores Galegos (CGTG) - ESPANHA	
14 Set 89	Visita à CUT/Nacional	- JAN HUUHLS e ZILHA SLO-LACKOVA, da União Internacional de Sindicatos de Trabalhadores Têxteis (UIS-Têxtil)	
08 Fev 89	Visita à CUT/Nacional	- JAVIER ROMERO OCAÑO, do Conselho de Federações de Estudantes do CITE	
17 a 19 Fev 89	I Congresso do Departamento Nacional de Metalúrgicos da CUT (DNH/CUT) - RIO DE JANEIRO/RJ	- MIRO RIANCHI e JOAQUIM ROMERO, da União Internacional de Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos (UIS-METAL). - JUAN CARLOS CIRIO, LUIS MIGUEL STOLTZING e HECTOR OSCAR VECCHIARELLI, da União Obrera Metalúrgica/ARGENTINA. - GERARD DANTAIN e ROBERT BOHIAU, da Federação dos Metalúrgicos/FRANÇA.	

Poco Legible

TEMA Nº 2

**O COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TÓXICOS NAS
ÁREAS DE FRONTEIRA. CONEXÕES COM MOVIMENTOS ATENTATÓRIOS A
SEGURANÇA NACIONAL.**

a. Introdução

O contrabando, a despeito de todos os recursos colocados à disposição para combatê-lo, permanece sempre como motivo de preocupação e de interesse comum de nossos países.

Isto se deve à desmedida ganância do homem que transforma qualquer tipo de mercadoria, do alfinete ao foguete, em objeto de comércio ilegal, desde que, ao final do processo clandestino, possam auferir lucros.

A filosofia do contrabandista é a mesma em qualquer parte do mundo onde existe a facilidade, um certo grau de dificuldade, ou ainda o rigor do controle. Tudo é desafio e ele desenvolve o potencial de complacência e tolerância dos países onde atua, incentiva a ausência de valores locais e tem sempre em vista o maior ganho possível.

Na base de tudo, há a experiência mundial dos contrabandistas, refletida no desempenho dos envolvidos onde a corrupção mundial está sempre presente.

Como em nossos países, por exemplo.
Pensemos nisso.

Intimamente ligado ao contrabando, cresce de intensidade uma das grandes ameaças mundiais, o narco-tráfico.

Esse flagelo assola boa parte da população mundial, principalmente os jovens que serão os futuros condutores dos destinos das nações.

Há países produtores e países consumidores assim classificados quem sabe, em razão do simples, mas importante, poder aquisitivo das moedas. Uns produzem para terem dinheiro, outros consomem por terem dinheiro.

Na AMÉRICA LATINA os principais produtores estão representados por PERU, BOLÍVIA e COLÔMBIA responsáveis pela quase totalidade da produção de cocaína no mundo, além de significativa quantidade de maconha.

Nós estamos sendo envolvidos como consumidores e como rota de tráfico.

8910104

Em outubro de 1988, em BRUXELAS/BÉLGICA, realizou-se um congresso, reunindo psiquiatras, médicos, criminologistas e magistrados de diversos países, onde foram abordados com veemência o tráfico de drogas e o consumo. As conclusões foram radicais, ou seja, "a única forma de enfrentar o tráfico internacional bem como os seus malefícios, isto é, a degradação social dos consumidores e a degradação das instituições policiais, seria a completa legalização das drogas, inclusive as pesadas como cocaína e heroína".

Enquanto tais discussões tomam corpo, no BRASIL notamos o aumento do tráfico, do consumo e de uma série de crimes, direta ou indiretamente ligados às drogas.

Sem entrarmos em maiores detalhes, fica fácil compreender o grande perigo enfrentado por nossos países na atualidade, principalmente o BRASIL que de uns tempos para cá vem se transformando em rota alternativa e produtor de cocaína.

Pensemos nisso, também.

b. Exemplos

1) Contrabando de armas

- A facilidade de acesso e de aquisição de armas e munições em PASO DE LOS LIBRES/RA mantém a Receita e Polícia Federais de URUGUAIANA/RS em permanente estado de alerta, sendo notado grande número de apreensões e desarmamentos, pelos registros feitos.

- O município de ALEGRETE/RS é bastante favorável ao contrabando de armas e munições por estar na rota de ligação com a ARGENTINA e o URUGUAI, não existindo posto de fiscalização a não ser um, o da Polícia Rodoviária Federal na BR 299.

- Em ALEGRETE foram identificados dois locais de venda de munição e revólveres de procedência argentina, possivelmente. Os agentes são LUIZ ZUBARAN LOPES, filho de ROSALINO LOPES e AGIAÉ ZUBARAN LOPES e TIMOTEO ALVES VARGAS e seus filhos JUVIANO VARGAS e EDSON VARGAS, todos gaúchos.

- Em JAGUARÃO/RS, o provável fornecedor é MARIO HENRY VIDALES RODRIGUES, residente na rua Gen ARTIGAS, 265 em RIO BRANCO/ROU.

- Armas de pequeno calibre, procedentes da RA, podem ser encontradas na CASA LA PROMESSA, Av ARTIGAS, 174, CHUY/ROU.

- WILSON ANGEL MENDES, residente em CHUY/ROU tem sido apontado como o responsável pela aquisição e venda de armas trazidas via COLÔNIA/RA.

- Em Nov 88, agentes do DPF de JAGUARÃO/RS, apreenderam no interior do automóvel do Cel Retirado do Exército Uruguaio MILTON EDIE KUSTER TACCINI, passaporte B118765 expedido em 02 Jun 88 pela

ROU, escondido embaixo do banco traseiro do veículo, o seguinte material:

- . um revólver S&W, 44 Magnun, cano longo, nº AYC0187, modelo 29-3;
- . uma pistola S&W, 9mm, modelo 669, com dois carregadores e onze cartuchos 9mm;
- . uma caixa de munição 44, Remington, com 50 cartuchos;
- . dois kits de limpeza; e
- . duas granadas de mão tipo ofensiva MK.3A2.

O material estava sendo levado para uma tia, em PORTO ALEGRE/RS, não identificada pelo Cel MILTON.

Foram adotadas todas as medidas consulares.

- Em Set 89, REINALDO PUGGI, filho de JOSE PUGGI, ex-funcionário da Receita Federal e residente em SÃO PAULO/SP, esteve em RIVERA/ROU e adquiriu quatro metralhadoras para serem vendidas na capital paulista. JOSE PUGGI já residiu em LIVRAMENTO/RS.

- Havia previsão de chegada de armas, em Set 89, em RIVERA, para JOSE LUIS CORNELLIUS ALONSO, uruguaio residente na Av Trinta y Três Orientales, 120, que intermediaria a venda de vinte metralhadoras UZI para compradores brasileiros.

- O militante uruguaio da FRENTE AMPLA, OSCAR TRINDADE FONTOURA, filho de ALCIBIADES FONTOURA CHAVES, proprietário de um ferro-velho da Av Paul Harris, 50, LIVRAMENTO/RS, e residente na rua Presidente Vieira, 1318, praticante de tiro-ao-alvo nos fundos do ferro-velho, consta como contrabandista de armas.

- LUIS JOSE MOREIRA (LUIZINHO), dono do ferro-velho situado na rua Hector Acosta, 208, LIVRAMENTO, telefone 242-4240 é apontado como contrabandista de armas e de carros roubados no BRASIL.

- MARCIANO CLEBER ROBALLO é outro suspeito de estar envolvido no contrabando de armas. Residiu em URUGUAIANA/RS e recebia as armas procedentes de PASO DE LOS LIBRES, através de um cambista apelidado de "DOCHO" que atua no local denominado "BURACO", em LIBRES. Há informes de que em Jul do corrente, teria trazido doze metralhadoras de URUGUAIANA vendendo-as em LIVRAMENTO para comerciantes locais: KI-LOJÃO, CASA FELIZ, CASA TURISTA, BLU MODAS, CASA BRASIL e KI-OFERTÃO, uma metralhadora de cada e RANI MODAS seis.

- JORGE HERRERA, uruguaio, proprietário do restaurante DON GIOVANI, Av João Goulart, 758, dizendo-se agente dos órgãos de segurança do URUGUAI, buscou aproximação com um oficial do 7º RCMec e procurou insinuar-se junto ao delegado ADILSON CARRAZONI da Polícia Civil de LIVRAMENTO.

SECRET

- HUGO OLIVEIRA, ex-tupamaro uruguaio, residente na Av Brasil. 585, em RIVERA, é tido como traficante de armas e trabalha como garçon no restaurante DON GIOVANI.

2) Contrabando de automóveis

- Apesar de todo esforço dos governos uruguaio e brasileiro, o problema de contrabando de automóveis continua.

- Como decorrência do recente tratado firmado entre o BRASIL e o PARAGUAI, houve uma diminuição do contrabando de carros roubados no BRASIL, porém, uma nova fronteira de contrabando passou a ser utilizada, qual seja a fronteira entre nossos países cujos 240 Km de extensão favorecem, sobremaneira, a entrada clandestina de milhares de automóveis, pois é impossível a fiscalização em toda ela.

- Para evitar impostos de importação, os uriguaiois compram carros brasileiros sem transferir documentos e se habilitam a dirigir apenas com uma procuração dos proprietários, motivo pelo qual existem muitos veículos irregulares circulando por SANTANA DO LIVRAMENTO, RIVERA, TAQUAREMBÓ e outras cidades uriguaiois.

- Em TAQUAREMBÓ já foram registradas mil apreensões.

- Em BELLA UNION existem vinte e seis, treze em ARTIGAS, sessenta e sete em MELLO, vinte e três em TREINTA Y TRES ORIENTALES. Em MINAS a polícia deu por falta de 380 guias de importação o que significa igual número de carros circulando com elas.

- Os veículos apreendidos podem ficar de posse dos policiais uriguaiois, desde que paguem os impostos e taxas que atingem 40% do valor estabelecido pela alfândega. Enquadrados como contrabando os carros roubados e apreendidos, podem ser adquiridos pelos próprios policiais que os revendem pelo triplo valor da compra.

- Sabe-se que o triângulo roubo-furto/legalização fraudulenta/revenda é composto por no mínimo três pessoas, cabendo a cada uma delas uma atividade específica. É preciso, portanto, romper esse triângulo para que o problema seja eliminado.

c. Conclusão

O comércio ilegal de armas, o tráfico de drogas, o contrabando de automóveis, crescem pelas facilidades proporcionadas pelas zonas de fronteira.

Altamente prejudicial aos nossos interesses não só em face dos recursos financeiros desviados, mas fundamentalmente, pela ameaça à segurança dos países, essa introdução ilegal de armas, tóxico, carros, munição, etc... tem exasperado nossas autoridades.

[S E C R E T O]

- HUGO OLIVEIRA, ex-tupamaro uruguaio, residente na Av Brasil. 585, em RIVERA, é tido como traficante de armas e trabalha como garçon no restaurante DON GIOVANI.

2) Contrabando de automóveis

- Apesar de todo esforço dos governos uruguaio e brasileiro, o problema de contrabando de automóveis continua.

- Como decorrência do recente tratado firmado entre o BRASIL e o PARAGUAI, houve uma diminuição do contrabando de carros roubados no BRASIL, porém, uma nova fronteira de contrabando passou a ser utilizada, qual seja a fronteira entre nossos países cujos 240 Km de extensão favorecem, sobremaneira, a entrada clandestina de milhares de automóveis, pois é impossível a fiscalização em toda ela.

- Para evitar impostos de importação, os uriguaiois compram carros brasileiros sem transferir documentos e se habilitam a dirigir apenas com uma procuração dos proprietários, motivo pelo qual existem muitos veículos irregulares circulando por SANTANA DO LIVRAMENTO, RIVERA, TAQUAREMBÓ e outras cidades uriguaiois.

- Em TAQUAREMBÓ já foram registradas mil apreensões.

- Em BELLA UNION existem vinte e seis, treze em ARTIGAS, sessenta e sete em MELLO, vinte e três em TREINTA Y TRES ORIENTALES. Em MINAS a polícia deu por falta de 380 guias de importação o que significa igual número de carros circulando com elas.

- Os veículos apreendidos podem ficar de posse dos policiais uriguaiois, desde que paguem os impostos e taxas que atingem 40% do valor estabelecido pela alfândega. Enquadrados como contrabando, os carros roubados e apreendidos, podem ser adquiridos pelos próprios policiais que os revendem pelo triplo valor da compra.

- Sabe-se que o triângulo roubo-furto/legalização fraudulenta/revenda é composto por no mínimo três pessoas, cabendo a cada uma delas uma atividade específica. É preciso, portanto, romper esse triângulo para que o problema seja eliminado.

c. Conclusão

O comércio ilegal de armas, o tráfico de drogas, o contrabando de automóveis, crescem pelas facilidades proporcionadas pelas zonas de fronteira.

Altamente prejudicial aos nossos interesses não só em face dos recursos financeiros desviados, mas fundamentalmente, pela ameaça à segurança dos países, essa introdução ilegal de armas, tóxico, carros, munição, etc... tem exasperado nossas autoridades.

SECRET

É inegável a importância que envolve este assunto, principalmente ante a inexistência de informações que ligam os contrabandistas e traficantes aos organismos internacionais da subversão.

Neste caso é bastante conhecido que árabes (libaneses, acima de tudo) desenvolvem ilegalmente o comércio de armamento e munição.

É imprescindível que URUGUAI e BRASIL, estreitando seus tradicionais laços de amizade, incrementem planejamentos específicos de combate ao crime a fim de coibir o desenvolvimento desses ilícitos penais.

S

SECRET

TEMA Nº 3

INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

MOVIMENTO DOS SEM TERRA

1) Histórico

a) A história recente da luta pela terra, no Sul do País, tem início em 1979 com a invasão da Fazenda MACALI e BRILHANTE, situadas no município de SARANDI/RS, por famílias de agricultores expulsos da Reserva Indígena de NONOAI.

b) No mesmo ano, com um congresso de aproximadamente 1500 presidentes de SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS (STR), em BRASÍLIA, inicia-se a organização do MOVIMENTO DOS SEM TERRA (MST) em âmbito nacional.

2) Situação atual

a) No Rio Grande do Sul, tendo como centros irradiadores os acampamentos da Fazenda ANNONI (SARANDI/RS) e do RINCÃO DO IVAÍ (SALTO DO JACUÍ/RS), cerca de dez (10) invasões de terra ocorreram no corrente ano.

b) Há uma grande preocupação do MST em manter a região Noroeste do Estado, mais precisamente entre RONDA ALTA/RS, SARANDI/RS e PALMEIRA DAS MISSÕES/RS, em constante ebulição.

c) Os trabalhos de mobilização do MST são constantes, sempre buscando massificar o movimento.

d) No Paraná e em Santa Catarina, a forma de atuação é bastante semelhante, sendo a cidade de CHAPECÓ/SC o principal centro de disseminação do movimento, em todo o Sul do País.

e) A preferência para atuação do MST nos Estados do Paraná e Santa Catarina é a região Oeste, destacando-se os municípios de MARMELEIRO, MEDIANEIRA, MANGUEIRINHA e INÁCIO MARTINS no PARANÁ e ABELARDO LUZ, CAMPO ALEGRE, CAMPO ERÊ, PONTE SERRADA e ROSELÂNDIA em SANTA CATARINA.

3) Entidades que apoiam o MST

- CNBB através da CPT
- Partido dos Trabalhadores
- CUT

- PROCERA (Programa de Crédito e Reforma Agrária)
- Organizações Internacionais (apoio financeiro):
 - . CÁRITAS (BÉLGICA)
 - . INTERK COORDINATIE COMMONTWIKKELINGS (ICCO) - HOLANDA
 - . CATHOLOEKE ORGANISATIE VOOR MEDEFINANCIERING VAN ONTWIKKELINGS PROGRAMMA'S (CEBEMO) - HOLANDA
 - . MISEREOR (ALEMANHA - RFA).

4) Conclusão

O MST, através de um trabalho de mobilização muito bem executado, vem mantendo sob controle e em constante agitação, grande número de pessoas, com o pretexto de conseguir terras produtivas para todos, desestabilizar politicamente o governo e alterar a ordem social do País.

Troca da dívida por proteção à natureza é opção para o Brasil

Rosental Calmon Alves
Correspondente

WASHINGTON — A conversão de títulos da dívida externa para financiar projetos de proteção do meio-ambiente em países exclusivamente endividados está se tornando uma opção cada vez mais viável, que poderá beneficiar largamente o Brasil. Nove países já tiveram programas desse tipo, para levantar dinheiro necessário à criação ou preservação de parques florestais. Há idéias novas sobre como tirar vantagens de um problema — a crise da dívida — para encontrar soluções para outro — a degradação do meio-ambiente nos países em desenvolvimento.

A vertiginosa queda ocorrida nos últimos dias no valor dos títulos da dívida brasileira (no mercado secundário) abre novas possibilidades de conversões (contra títulos com desconto e a troca por cruzados) destinadas ao financiamento de programas de proteção da natureza. Atualmente, é possível comprar promissórias brasileiras com desconto de até 77% — ou seja, cada dólar do valor nominal dos títulos está sendo por apenas 23 centavos. Isso amplia a margem de manobra para que organizações brasileiras dedicadas à preservação da natureza —

principalmente as fundações não governamentais — se beneficiem com doações de entidades estrangeiras.

O governo brasileiro vinha rejeitando e até mesmo criticando a idéia da chamada conversão de dívida por natureza, mas agora está vendo com certo interesse a evolução dessa idéia. Segundo o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, "houve um avanço conceitual muito grande, principalmente depois que desapareceu a idéia inicial que aparentava ser, na prática, a troca de dívida pelo controle de certa área", do território brasileiro. Também já não se fala apenas na conversão tradicional, com resgate completo dos títulos sem desconto ou com desconto menor que o do mercado secundário.

Entre as novas idéias que estão despertando maior interesse neste momento destaca-se a de criação de fundos especiais de títulos da dívida brasileira, que não precisam ser resgatados imediatamente. As promissórias iriam para o controle de alguma entidade brasileira, que passa a receber, em cruzados, os serviços (juros e taxas), que o país pagaria ao credor de todas formas. O dinheiro, porém, seria utilizado no financiamento de algum programa específico do governo, sob a fiscalização dos administradores desse fundo.

O biólogo Thomas Lovejoy, pioneiro na idéia de vincular a crise da dívida a programas ambientais, revelou que tem, neste momento, ofertas de três bancos credores do Brasil, dispostos a abrir mão de um total de US\$ 25 milhões em promissórias devidas pelo país. Só falta uma instituição brasileira apresentar um projeto aceitável para que esta operação se consuma, explica Lovejoy, secretário-assistente de assuntos externos da Smithsonian Institution — uma organização científica vinculada ao governo americano.

Ele disse que a entidade SOS Mata Atlântica já manifestou interesse em fazer essa experiência, que poderia capacitar de abrir caminho para muitas outras operações similares. "Os US\$ 25 milhões renderiam de juros por ano uma US\$ 2,5 milhões. O dinheiro poderia ser usado pela SOS Mata Atlântica ou repassado para ajudar alguma órgão do governo brasileiro a realizar seus próprios projetos", explica Lovejoy. Com isso, se assegura a continuidade do projeto — pois o fundo vai apresentando rendimento durante anos e a instituição brasileira que administrá-lo vai mantendo o controle sobre a boa utilização do dinheiro, ao contrário do que ocorreria com uma doação normal.

SERIAL DO
BRASIL
6/11/89

Lei inclui ecologia nas negociações

Quando a Câmara de Deputados votar, há poucos dias, uma lei autorizando o governo dos Estados Unidos a renovar sua afiliação a entidades como o FMI, o BMF e o BID, o deputado republicano John Porter conseguirá fazer incluir a determinação de que os representantes americanos nestas entidades proponham a liberação de recursos para operações de conversão de dívida por projetos ambientais. Nas próximas semanas, a lei será votada pelo Senado, com ótimas possibilidades de ser aprovada. Em poucos meses, portanto, o diretor americano poderá estar usando todo o seu poder no Banco Mundial, por exemplo, para que algum dinheiro da instituição seja usado nesse tipo de operação.

O mais recente caso da chamada conversão de dívida por natureza foi em Madagascar, o nono país a se beneficiar do esquema. A grande novidade foi a criação de um precedente importante: pela primeira vez foi autorizada a utilização de uma doação

do governo dos Estados Unidos — US\$ 1 milhão.

"As quantias são pequenas. Ninguém está pensando em resolver com essas conversões nem a crise da dívida nem os problemas ambientais. Mas cada pouquinho ajuda", diz Lovejoy. O embaixador Marcílio Marques Moreira comentou que, no caso de se chegar a alguma proposta interessante para o Brasil, o ideal seria mesmo algo pequeno. "Acho que teria de ser um projeto-piloto, que pudesse ir sendo corrigido, se fosse necessário, e que teria um efeito pedagógico, para mostrar se se trata do caminho certo ou errado", disse ele.

Apesar da evolução recente, ainda há muitos detalhes técnicos a serem esclarecidos para que esse tipo de operação se torne uma realidade no caso do Brasil. A diretora da National Wildlife Federation, Barbara Bramble, após a idéia das conversões de pequenos montantes de dívida para projetos específicos, mas diz que a evolução

natural será o Brasil perceber que tem nas mãos um trunfo importante, para jogar sobre a mesa nas próximas negociações amplas da dívida externa.

"O Brasil pode pagar o pedágio de um montante importante da dívida, sob o argumento de que precisa recursos para financiar algum programa geral de desenvolvimento sustentado, baseado na preservação da natureza. Nós, das organizações não-governamentais, estaremos aqui dando apoio e o próprio governo dos Estados Unidos estará pressionado o suficiente, por nós e pelo Congresso, para também apoiar", diz Barbara Bramble.

A idéia de Barbara Bramble pode ser muito pretenciosa, mas o certo é que a vinculação da dívida com os problemas da natureza começa a evoluir mais rapidamente aqui nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos. Caberá ao próximo governo do Brasil decidir se o país quer aproveitar a oportunidade. (R.C.A.)

98

AGREGADO MILITAR
BRASILIAPARTE PERIODICO DE INFORMACIONES No.011/AMB/989.-

(Período cubierto del 01 al 30 de noviembre de 1989).-

- I.- FACTOR POLITICO.-
- II.- FACTOR ECONOMICO.-
- III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-
- IV.- FACTOR MILITAR.-
- V.- FACTOR TECNICO CIENTIFICO.-
- VI.- DISTRIBUCION: 01 EJEMPLAR AL SEÑOR J.E.M.E.-
- 01 EJEMPLAR AL ARCHIVO.-



El Agregado Militar en Brasil.-

Coronel

NESTOR W. BERTRIN.-

EMF. "C" (Ext. Exterior)

11 DIC 1989

Sergio

RECIBIDO

Pablo Celis 3

SECRETO

01-09

✓ 89 0285



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

I.- FACTOR POLITICO

A- NACIONAL

1.- SITUACION DESPUES DEL 1er. TURNO DE LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES.-

El día 27 de noviembre el T.S.E. proclamó a los candidatos que disputarán el 2do.

Turno, el día 1º de diciembre:

1o.- Fernando Collor de Mello 29 % votos.-

2o.- Luis Inacio "Lula" da Silva 16 % votos.-

Se realizó el sorteo entre los dos, para saber la precedencia en que irán colocados en la nueva hoja de votación, correspondiéndole el primer lugar a Lula y el segundo a Collor.-

La ley electoral permite, para este segundo turno, cambiar el candidato a Vice-Presidente, dentro del mismo Partido, pero hasta el momento ninguno de los dos a manifestado su intención de hacerlo.-

El día 28 dió comienzo la propaganda política gratuita, con 10 minutos a cada uno, dos veces al día, en las horas 13.00 y 20.30.-

Mientras se manejan alianzas naturales, adhesiones, pactos, etc, los candidatos diseñan su campaña y su estrategia y distintas agencias de encuestas anuncian al final del período, las primeras pesquisas de opinión, que fluctúan sobre lo siguiente:

- Collor : 50 %.-
- Lula : 38 %.-
- Indecisos : 7 %.-
- Blancos y nulos: 5 %.-

Exepto en los Estados de Rio de Janeiro y Rio Grande del Sur, en los demás lidera Collor.-

Dentro de las adhesiones naturales para Collor se destacan: Meluf-Afif y Caiado y para Lula la Iglesia tercermundista de gran influencia en el nordeste.-

Collor anuncia que no hará pactos ni alianzas, mientras que Lula ya lo hizo con Freire y Brizola.-

...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 2 de 8
Copia No. Original

///... Ambos candidatos desean el apoyo del PEDE "Tucanos" de Mario Covas, que tuvo excelente votación con casi 8 millones de votos, resultando en 5to. lugar detrás de Collor, Lula, Brizola y Maluf.-

Las pesquisas individuales que se muestran en la TV, indican que la mayoría de los "tucanos" (que se consideran social-demócratas del ala izquierda), apoyarían a Collor (que también se define como social-demócrata), aunque Mario Covas aún no se definido.-

A pesar de las conversaciones de su líder con Lula, se estima que no todos los votantes brizolistas apoyarían al PT.-

Este Partido, en determinados momentos, promueve muy claramente que el apoyo de otros partidos ó corrientes, es para ampliar el Frente Brasil Popular, que él integra junto con el F.S.B. (Partido Socialista Brasileiro) y el P.C.do B. (Partido Comunista del Brasil, que no es el de Freire).-

El PMDB de Ulyses Guimaraes, con sus escasos votos, se encuentra dividido en cuanto el apoyo a trindar a ambos candidatos.-

B.- INTERNACIONAL

1.-ELECCIONES EN EL URUGUAY

Solamente dos o tres días antes del 26 de noviembre, la prensa nacional destacó el hecho, en cortos artículos, en donde adelantaban, según las pesquisas de opinión, el triunfo del Partido Nacional e insinuar la posibilidad de victoria del Frente Amplio en Montevideo.-

En los noticieros televisivos de la tarde del 26, mostraron parte del acto, resaltando su normalidad y el momento de votación de los presidenciables.-

Los días 27 y 28, también en artículos y menciones pequeñas, destacaron los resultados e hicieron hincapié en la consolidación democrática del país.- Algunos periódicos dieron un pantallazo sobre la biografía política del nuevo Presidente y del plan de gobierno del Partido Nacional.-

...///

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... 2.- POLITICA DE INTEGRACION.-

En el marco de los acuerdos firmados por Alfonsín y Sarney en 1988, para establecer una política de integración binacional, entre los días 6 y 7 de noviembre se realizó en Buenos Aires, la II Exposición de Intercambio Bilateral Argentino - Brasileño.-

Como resultado de la misma, se espera llevar ese intercambio al orden de los 300 millones de dólares, lo que superaría ampliamente los logros de 1988.-

Se insiste en que del éxito de esta política, dependerá en principio, la integración regional y luego el Mercado Común Latinoamericano.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

II.- FACTOR ECONOMICO.-

1.- INFLACION DE NOVIEMBRE

Finalmente alcanzó a un 42 %, cálculo que ya había sido adelantado por diversas fuentes. Ello sitúa la inflación anual en más del 800 % y en el orden del 1300 % en los últimos 12 meses.- //

No obstante el alto índice alcanzado, el gobierno asegura que se está lejos de la hiperinflación y que se llegará a la posesión del nuevo Presidente, el 15 de marzo, sin mayores cambios.-

No obstante se estima, que de ganar Lula el 17 de diciembre, la Presidencia del Brasil, podrá haber una "corrida", lo que por el momento a sido descartado por los empresarios e industriales.-

2.- COOPERACION BOLIVIANA-BRASILEÑA.-

En oportunidad del tratamiento del pago de la deuda de 380 millones de dólares que Bolivia mantiene con Brasil, se iniciaron contactos por cooperación en el campo energético mediante la venta de gas boliviano, particularmente al estado de Rondonia.-

Como contrapartida, Bolivia se muestra interesada en adquirir grandes cantidades de urea y polietileno y en vender metanol, para suplir las actuales deficiencias del mercado brasileiro.-

3.- INTERCAMBIO COMERCIAL CON RUSIA.-

X En reunión con 200 empresarios "gaúchos", el Embajador ruso Leonid Filipporich Kuzmin se mostró optimista para incrementar y equilibrar el intercambio comercial que actualmente favorece a Brasil 9 - a - 1.- //

Brasil importa máquinas y fertilizantes y exporta café soluble, cacao, soja, laminados y calzado.-

Se espera montar en Rusia, una fábrica procesadora de jugos cítricos que también tendrá tecnología sueca y en Brasil una usina de embotellamiento de vodka que tendrá participación alemana.-

El Embajador atribuye los cambios, a la Perestroika, en el campo económico, manifestando que Rusia ingresa a la economía de mercado con reglas bien definidas.-

SECRETO



AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Copie No. *Original*

III.- FACTOR SICO-SOCIAL.-

1.- GRAVES PROBLEMAS SANITARIOS

Mientras que se reconoce que Brasil ocupa el segundo lugar a nivel mundial en los casos de SIDA, con 7.787 casos reportados detrás de los EE.UU y delante de Uganda, Francia y Kenia, la malaria en el país a matado en noviembre, 50 indios Yanomani, en Roraima, 40 adultos y 10 niños.-

El programa que fuera puesto en marcha por Sarney, con el apoyo de las Naciones Unidas se considera un fracaso, por la falta de experiencia de sus ejecutores.-

El vehículo trasmisor son los garimpeiros, que también presentan un alto grado de contaminación.-

Los centros de atención y la evacuación por helicópteros, se consideran insuficientes. La FUNAI (Fundación Nacional del Indio), se muestra muy preocupada, trata de buscar responsables y acepta que éste es el peor foco de enfermedades tropicales entre las comunidades indígenas, desde que fueran descubiertas hace más de 30 años.-

2.- FOCO DE VIOLENCIA EN PORTO ALEGRE.-

Al final del mes, coincidiendo con un acto político de Collor y como reacción por un hecho de discriminación racial (no atender a un negro en un super-mercado "Lojas Americanas"), se produjo el destrozo, invasión y saqueo de por lo menos 30 comercios, hasta que la Policía Militar logró controlar la situación.-

Hecho similar a los producidos en Argentina y Venezuela, se temen que se repitan en el corto plazo, una vez que asuma el nuevo Presidente.-

3.- CASOS DE LINCHAMIENTOS EN BAHIA.-

La prensa destaca que en menos de dos meses, se han producido en este estado, 4 casos de linchamiento.-

Los mismos son ejecutados por decenas o centenas de personas, contra delincuentes comprobados que cometen delitos violentos contra inocentes.-

Nunca se han detenido a los responsables de los linchamientos, que también se cometen en otros estados.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIAIV.- FACTOR MILITAR:1.- MANIFESTACIONES POLITICAS DEL MINISTRO DE EJERCITO.-

Apoyando un adelantado parlamentarismo, el General de Ejército Leônidas Piriz González, expresó que en el momento político que se vive, éste sería un buen sistema.-

Esta manifestación ocurrió poco antes y poco después de las elecciones presidenciales, y se atribuye el hecho, al temor de que el ganador sea un hombre de la izquierda.-

La Constitución prevé que en 1992, se realice un plebiscito para determinar el sistema: presidencialista ó parlamentarista.-

El Presidente electo, de no tener mayoría representativa en el Congreso, deberá dedicar parte de su esfuerzo, a lograrla en las elecciones para elegir diputados y senadores que se realizarán dentro de un año.-

2.- PRESUPUESTO MILITAR 1990.-

Grandes cortes presenta el mismo, que afectarán, según los 4 Ministros Militares, particularmente el de Aeronáutica, la tecnología y los logros alcanzados hasta el momento.-

Los proyectos más ambiciosos que se destacan son:

- Ejército: Calha Norte y Fuerza Terrestre 90.-
- Aeronáutica: Proyecto espacial e industria de aviación (construcción AMX.etc).-
- Marina: Construcción de 4 submarinos clásicos y 1 nuclear.-

Se estima que el presupuesto será reestudiado por el nuevo gobierno.-

3.- NUEVO MINISTRO DEL EMFA.-

- X El nuevo Ministro - Jefe del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas, será el General de Ejército JONAS MORAIS DE CORREIA NETO, actual Comandante Militar del Sud-este, de San Pablo.-

Releva al Almirante VALBERT LISIEX MEDEIROS DE FIGUEIREDO que pasará a la Reserva.

...///

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

///... El cargo es rotativo, correspondiéndole en la oportunidad al Ejército.- El relevo será el 15 de enero.-

Existe la posibilidad que el nuevo Presidente anule alguno de los Ministerios Militares ó cree el de Defensa.- Estas han sido manifestaciones tanto de Collor como de Lula.-

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

SECRETO

Hoja 1 de 8
Copia No. OriginalV.- FACTOS TÉCNICO - CIENTÍFICO.-1.- 15a. TURBINA DE ITAIPU.-

Tal como se informara anteriormente, el día 10 de noviembre, los Presidentes de Brasil y Paraguay, inauguraron la turbina No.15 (ver P.F.I. No.008/AMB/89 del 6 de setiembre).-

2.- MOTOR A GAS.-

El C.T.A (Centro Técnico Aeroespacial), procura interesar a las autoridades, para conseguir los fondos que le permitan montar una planta para producir el motor a gas natural, con destino a vehículos, particularmente de transporte colectivo.- Su producción saldría la mitad que la de un motor diesel, bajaría la polución en las ciudades y tendría una autonomía de 250 Kms, con cada carga.-

SECRETO

. 0.9 / 0.9

8910285

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1001

(MC)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION 07 de agosto de 1991

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DPTO.II/D.G.I.D. (PAISES)
AÑO 1989

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: Parte Periódico de Informa
ciones por el Agregado Militar en Brasilia - Fs.09/09 (Brasil Cpta.098).
Doc.N°8910285.-
OPERARIO/S: Sdo.1ra.M.Cosentino.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el últi-
mo documento microfilmado en el cierre del acta, se da por fi-
nalizada la microfilmación, firmando para su constancia el fun-
cionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de
la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez
Juan Carlos Martínez



El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Pedro Barneix
Pedro Barneix

FIN ROLLO

1001

**ANEXO
ROLLO**

10001

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

(RP)

A C T A D E A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO N° 1001

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 2 de diciembre de 1991.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS

DEL DPTO. II/ D.G.I.D. (PAISES) AÑO 1989,

R.E. NOS. 8907320; 89089 ; 8910008.-)

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 8907320 Fs. 001/2 -CARPETA N°098 CORRESPONDIENTE A BRASIL.

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. p. Ravelo

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: PERSONAL DEL DPTO. II/ D.G.I.D.

PREPARACION DOCUMENTAL: PERSONAL DEL DPTO. II/ D.G.I.D.

CONTROL: PERSONAL DEL DPTO. II/ D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez
Juan Carlos Martínez



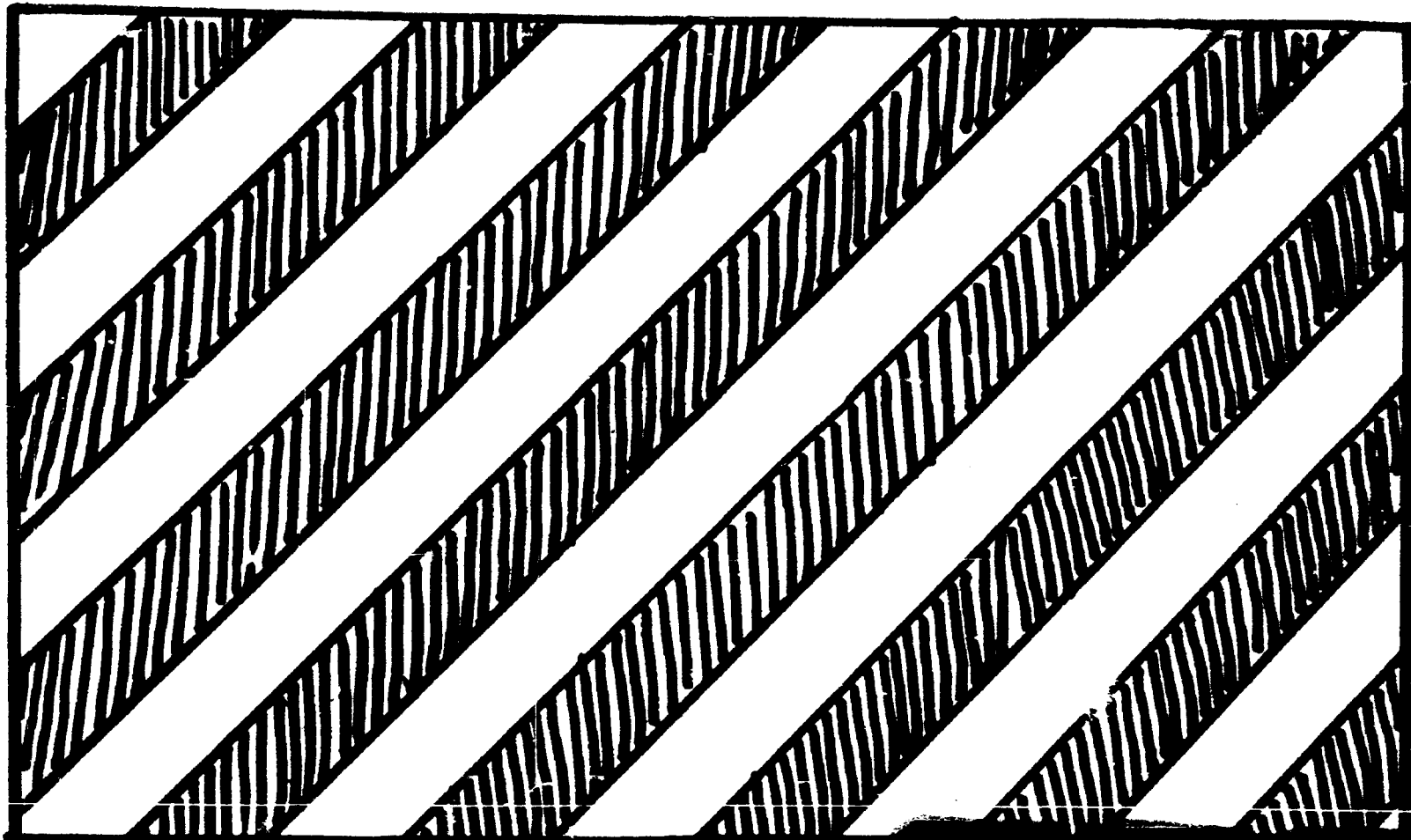
Encargado del AGII de la DGID

Pedro Barneix
Pedro Barneix

DOC. AÑO 1989

MESA

PAISES



CARP. N°

198

BRASIL - 098.

FACTOR

POLÍTICO

DOCUMENTOS

7320-8960-10.108

Cartazes de Collor recepcionam Brizola em

Caruaru (PDT) — Natanani Guedes

CARUARU, PE — Nos três quilômetros entre o aeroporto e o Centro desta cidade, o candidato do PDT à Presidência da República, Leonel Brizola, quase nada pôde ver além do colorido lúxuo dos cartazes, de papel brilhante, da propaganda de seu adversário Fernando Collor de Mello, candidato do PRN. Brizola chegou a irritar-se ao verificar, na parte final do trajeto, que os muros e paredes pintados com o anúncio de sua visita estavam recobertos pela propaganda eleitoral de Collor. E ao participar de uma desfilê de carros de seus correligionários, em quase dois quilômetros de ruas estreitas, teve de ouvir muitas vezes as torcidas organizadas que gritavam o nome do ex-governador de Alagoas, como ocorreu em frente a uma fábrica de biscoitos.

Mais tarde, ao falar na Praça da Matriz para 3 mil pessoas (ao aeroporto, recepcioná-lo, foram 5 mil), Brizola disse que a candidatura de Collor "é uma impostura que precisa ser desmascarada, porque representa a direita e o conservadorismo, responsáveis pelo regime ditatorial. Eles é que estão a empurrar para cima essa candidatura sofisticada, que tem a ajuda da mídia eletrônica mas é a direita de cara nova." Para enfrentar essa candidatura, Brizola, pela primeira vez, falou na união de "todas as forças democráticas e progressistas, e não só de esquerda", já no primeiro turno das eleições. "É possível que essa avalanche que se apresenta como continuadora da ditadura, uma espécie de Arena com outra cara, crie um ambiente favorável a um entendimento generalizado" — previu.

Chegada — O candidato do PDT chegou a Caruaru, cidade do agreste a 132 quilômetros do Recife, às 13h. Apesar de longo atraso (a chegada deveria ter sido às 10h), nenhum dos que foram recebê-lo havia deixado o aeroporto. Ao som de *Aquarela do Brasil*, de Aníbal Bentes, *banda por banda de 30 mil*, os Brizolistas foram recebidos pela multidão, que invadiu a pista. De calça clara e camisa de mescla (Fernando Lyra, seu candidato a vice-presidente, lhe deu as boas vindas de terno e gravata), Brizola recebeu uma bandeira do Brasil, em seguida colocada sobre o carro que o transportou ao Centro da cidade.

Nas ruas, o PDT afixara 30 outdoors com Brizola e Fernando Lyra juntos, além de 10 mil cartazes pequenos. Foram distribuídos 5 mil adesivos e parte de uma edição de 60 mil exemplares do jornal *A Vanguarda*, de propriedade da família Lyra, *dedicada à campanha do PDT*.



Na terra de seu vice, Fernando Lyra, Brizola propôs uma união de todos os candidatos contra Collor

01.02

8907320

Antecipação — Bem antes do avião que trouxe Brizola, pousou na pista, às 9h, um bimotor com coordenadores da candidatura Collor. Vieram a Caruaru com o objetivo de neutralizar o brilho da festa — da qual participou o compositor e cantor Alceu Valença — preparada para Brizola. Eram Mário Guerra, coordenador administrativo, e Eduardo Farias, coordenador político, e os deputados José Liberato (PFL), Adolfo José (sem partido) e Roberto Farias (PMDB), que aderiram ao candidato do PRN.

Os cinco foram diretamente para a Rádio Liberdade, pertencente a parentes do radialista Tony Gel, que perdeu a eleição municipal do ano passado para João Lyra Filho, irmão de Fernando, por uma diferença de apenas 82 votos. Pelo microfone, passaram o resto da manhã pedindo à população que ficasse em casa e aguardasse, dia 8 de agosto, a visita do "futuro presidente do Brasil", Collor. Os pedetistas não atenderam ao pedido.

Incidente — Devido ao atraso na chegada, Brizola, ao contrário do que estava previsto, deixou de ir imediatamente ao auditório da Rádio Difusora, onde jornalistas locais e do Recife o aguardavam para uma entrevista. O candidato participaria, ali, do programa *Debate*, que a Rádio Jornal do Comércio, da capital, transmitiria em edição especial, das 11h às 13h. O auditório estava lotado. O radialista Aderbal Barros, produtor de *Debate*, reuniu-se, com sua equipe: "Esperamos umas horas e 50 minutos. Isso é uma falta de respeito, pois tínhamos publicidade a veicular e deixamos os ouvintes na expectativa."

O ex-prefeito José Queiroz, muito ligado à família Lyra, tentou inutilmente contornar a situação. E quando Brizola finalmente chegou à emissora, depois do comício na Praça da Matriz, os microfones já estavam desligados. "Isso não funciona?" — perguntou. Queiroz desconversou: "Não vai funcionar, não há mais som". Brizola chamou os jornalistas para mais perto e, sem microfone, falou alto, para que todo o auditório o ouvisse. Já no final da entrevista, foi providenciado um carro de som e o candidato acabou ouvido também pelas pessoas que estavam na rua.

Munidos de gravadores, os radialistas locais conseguiram pôr no ar mais tarde, pelas rádios Difusora e Cultura, a fala do candidato pedetista. Mas não escondiam a frustração de não tê-la transmitido ao vivo.

Na Rádio Liberdade, cujos donos são da oposição local, não se falava em Brizola: a programação atacava de pes, lambadas e muita música bre-

PARTES ILEGÍVEIS

02 - 02

2307320

J-B/6/7/89

078

Marzagão veio de longe para provar que o governo é bom

em hóspede do Planalto entre a fama e a intriga

Deora Tavares de Lima

BRASILIA — Resolvido a não esperar de braços cruzados que a Justiça lhe faça a justiça que julga, o governador de Minas Gerais, José Sarney, decidiu dar um empurrãozinho no plano, pelas mãos de um caracol de ouro, pelo menos de um caracol de ouro. O governador, há 19 no exterior, decidiu voltar ao Brasil para tentar fazer, em oito meses, o que todo o sistema de comunicação oficial não conseguiu em mais de quatro anos: convencer a opinião pública de que o governo é bom.

Marzagão ocupa o cargo de secretário particular, substituindo o ex-gerente de Sarney, Jorge Murad. Chega ao Planalto cercado, de um lado, pela fama de "crack" da comunicação e, de outro, por uma fantástica rede de intrínsecos para produzir as mais variadas notícias para explicar o que um executivo poderoso (ele ocupa o cargo de vice-presidente, na Europa, da rede de televisão mexicana Televisa) que mora em Londres e ganha muitos dólares (mais de 10 mil mensais) vem fazer no Brasil, envolvendo-se com um governo que se afunda em impopularidade, em troca de um salário que não chega a NCZS 2 mil. Além de tudo, Marzagão, 44 anos, é um arquétipo libanês, não aceita morar no Brasil e continua em Londres, assim como os dois filhos continuariam a estudar em Boston.

Elo — "Para ajudar um amigo que vive um momento feliz, há fila na porta. Mas se atendem aos amigos que passam por uma fase de dificuldade e incompreensão aqueles que têm dignidade" — explica-se Marzagão, que diz

PARTICULAR

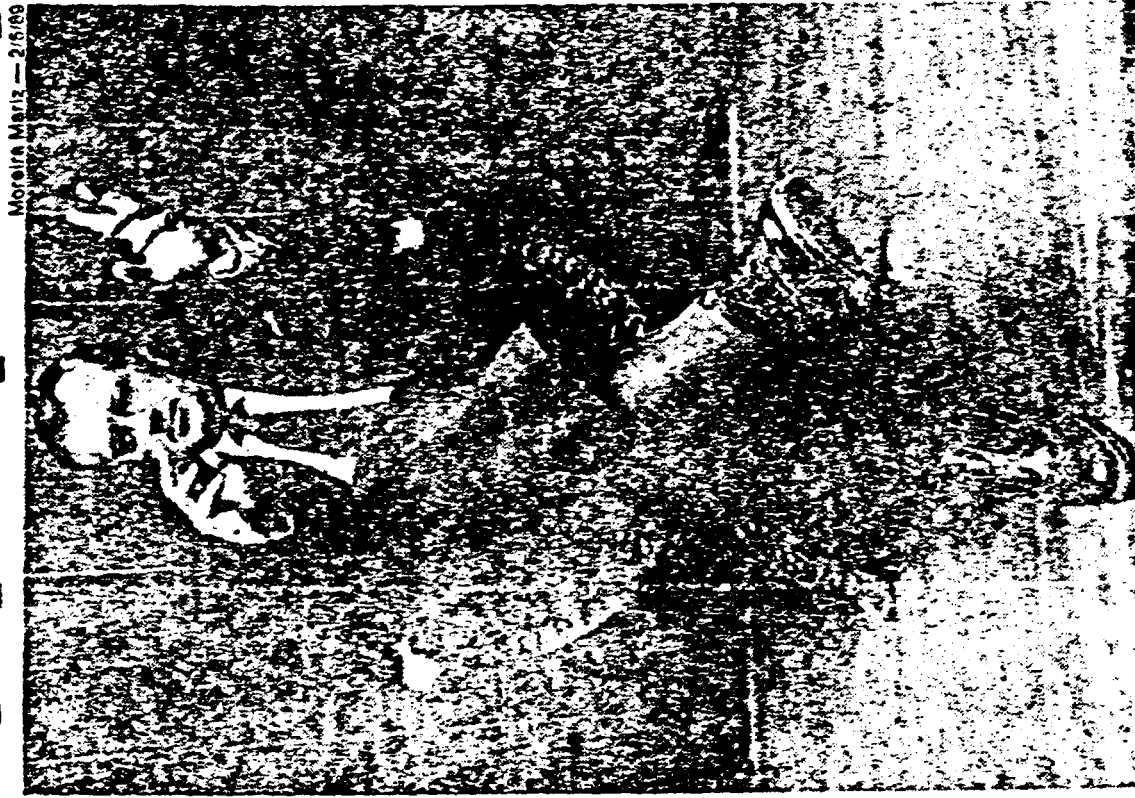
estar licenciado sem vencimentos da Televisa até o final do mandato de Sarney. Ele ainda estava envolvido na tentativa de fazer de Jânio candidato a presidente da República, no início de maio, quando, numa festa de aniversário dos filhos gêmeos do deputado Sarney Filho (PFL-MA), o presidente chamou-o a um canto e fez o convite.

Jânio Quadros sempre foi o elo de ligação entre Sarney e Marzagão e o responsável pela amizade de mais de 30 anos, que começou durante a campanha à Presidência do então candidato da UDN, partido de Sarney. Uma das versões que correm para explicar a presença de Marzagão no Planalto foi a que apontou nisto uma articulação para fazer de Jânio o candidato do Planalto. Marzagão nega, diz que Jânio é carta fora do baralho, mas em seguida recua, enigmático: "Em se tratando dele, nunca se sabe".

Glumaira — Há quem considere, porém, essa hipótese fantasiosa, por óbvia demais. "O presidente tem por costume não subestimar a inteligência de ninguém e isso seria uma afronta ao QI alheio" — sustenta o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique. Outra versão, considerada mais verossímil pelos amigos do presidente, é a de que Marzagão estaria usando seu novo cargo para se reintroduzir no cenário brasileiro, que abandonou no início dos anos 70, desde que largou a organização dos festivais internacionais da canção na TV Globo.

"Esse pode ser o caminho de volta ao Brasil e à área de decisão do poder" — imagina o grande amigo na casa de quem está morando até mudar-se para um apartamento na Superquadra 312 Sul, José Aparecido, ministro da Cultura, também janista. Nessa versão, que corre com frequência na TV Globo, cabem histórias de que Marzagão estaria interessado em implantar a Televisa no Brasil, dirigir uma emissora na América Latina, resultado de uma associação entre a Televisa e a Globo, e até ganhar uma emissora do amigo Sarney.

Mas é nos corredores do Planalto,



Moreira Mariz — 2/5/89

Marzagão diz que dá ajuda ao amigo em dificuldades

onde a presença de Marzagão provoca mal disfarçado desconforto — e até ciúme: ao ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, é atribuída, desde que o novo hóspede chegou, crise de insegurança que já o teria levado a manifestar a mais de um amigo a vontade de abandonar a vida pública — que se revela a associação mais íntima: Marzagão teria sido obrigado a deixar

a Televisa por conta de envolvimento em irregularidades e, por isso, seria o presidente que o estaria ajudando, e não o contrário. O desmentido vem de amigos segundo os quais a Televisa não queria libertá-lo e que Sarney pediu, por telefone, a interferência pessoal do presidente mexicano, Carlos Salinas, junto ao dono da rede de TV, Emilio Azcárraga.

Fama será testada no Congresso com projeto de Sarney

Há dois meses o presidente José Sarney está redigindo um documento chamado *Transição econômica do Brasil para a modernidade*. Ele ainda não decidiu o momento certo da divulgação, mas tem convicção de que, no texto, fornece instrumentos ao próximo presidente para governar um país de economia mais liberal, introduz o Brasil entre os países de capitalismo moderno e garante a si mesmo seu popularidade, pelo menos algum apoio político. Sarney alinhava uma série de medidas, que vão desde a privatização de estatais, passando por abertura ao capital estrangeiro — dentro dos limites constitucionais — até a extinção de órgãos controladores de preços, como a Sunab e, possivelmente, o CIP.

Trocar em miúdos e fazer uma embalagem desse programa que renda pontos positivos à imagem do governo junto à opinião pública e articular, com o líder do governo na Câmara, deputado Luis Roberto Ponte, a aprovação das medidas constantes do documento que dependem do consentimento do Congresso será a primeira prova de fogo de Augusto Marzagão. Ele cuidará disso a partir desta semana, quando volta de uma viagem de duas semanas ao exterior, para acertar detalhes de sua licença da Televisa, emissora de televisão do México. Por enquanto, Marzagão tem se dedicado a tarefas mais fáceis, pelo menos para quem, como representante do IBC em Milão, fez-se amigo do cardeal da cidade, Giovanni Montini, antes de ele se tornar o Papa Paulo VI, e ser fotografado, não se sabe como, tomando uísque à beira de uma piscina com o presidente eleito dos Estados Unidos, John Kennedy, em 1961.

Botafoogo — Uma das histórias que ilustram como Marzagão age quando quer criar um fato, aconteceu

há duas semanas, logo depois que o Botafoogo ganhou o campeonato carioca de futebol. Ele foi a Rio para aceitar uma visita do time ao presidente Sarney. Telefonou para um amigo jornalista e pediu: "De um jeito de fornecer o telefone a repórteres da TV Globo, *JORNAL DO BRASIL* e O Globo, e diga que estou na cidade, em contato, com a diretoria do clube". Não conseguiu que o Botafoogo fosse a Brasília, mas lanchou a notícia nos jornais do dia seguinte. Quando Jânio Quadros estava no exterior, no início do ano, encontrava sempre uma maneira de mantê-lo no noticiário subindo, por exemplo, que o simples fato de o ex-presidente ler jornal num restaurante em Paris sem beber uma gota de álcool faria a diferença dos colonistas.

Da campanha que preparou para Jânio, aproveitou duas medidas de apelo popular já anunciadas por governo Sarney: a simplificação do sistema de concessão do vale-transporte aos trabalhadores e a obrigatoriedade de os bancos acatarem pagamentos de contas em cheque de quem não seja correntista. Com isso, Marzagão pretendia vender uma imagem de eficiência voltada para o bem estar imediato da população. O que faltava, na opinião dele, é aplicação "da técnica adequada para que a opinião pública perceba isso e dê o devido crédito ao governo".

Jânio Quadros costuma fazer piada com a capacidade que Marzagão tem de agradar pessoas e fazer amigos: "Se um dia ele se deparar com a morte, olhara para ela dos pés à cabeça e diria: nunca pensei que a senhora fosse tão magra e elegante".

Quando voltou do México, Marzagão viu convocar uma grande reunião com os responsáveis pelas áreas de comunicação de todos os ministérios para determinar: tudo o que o presidente Sarney fizer deve ser explicitamente, a ele. Parece mas não é o que tem acontecido. Marzagão cita dois exemplos: o presidente liberou verbas para o Rio e para a favela da Maré, o nome dele não foi citado única vez. É inadmissível. (1)

8908960

F. POL (P.P.P.)

UDR gaúcha não dará apoio oficial a Collor

Oficialmente, a União Democrática Ruralista (UDR) do Rio Grande do Sul não irá apoiar o candidato à Presidência da República do PRN, Fernando Collor de Mello. Mas a maioria dos seus membros deverá votar em Collor de Mello. Esta foi uma das conclusões da reunião dos militantes da UDR gaúcha, realizada em São Sepé, quando informou o seu presidente da entidade, o advogado uruguaiano José Antônio Fagundes. Neste encontro, Fagun-

des assumiu a presidência regional da UDR, substituindo o fundador da organização no Estado, o médico cachoeirense Gilberto Scopel.

A UDR gaúcha tem em torno de três mil militantes. No encontro também foi analisado o andamento da campanha eleitoral do candidato da UDR à Presidência da República, o médico goiano Ronaldo Cunha, que concorrerá pela sigla do PSD. A pouca presença de Cunha foi creditada ao voto útil, analisou Fagundes. Ele di-

se que na hora de votar o eleitor aumentou-se com o crescimento das expectativas e votou em quem tinha mais chances de vencer, no caso Collor, que era líder nas pesquisas. Afirmou que a UDR não irá indicar oficialmente o seu apoio a Collor, porque tem uma base multipartidária.

PROBLEMAS — Os militantes da UDR saíram do encontro de São Sepé com uma certeza: ganhar Lula

ou Collor, os favoritos de Cassa Alta terão problemas. Apesar de que lá está o maior contingente de seus votos do Brasil, os cerca de 12 mil pessoas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se manifestaram em reuniões da entidade gaúcha, não reivindicam necessariamente o voto útil. No entanto, os militantes da UDR não devem esquecer que os seus votos são fundamentais para o sucesso de Collor.

ZELO HOJA

29/11/89

01.41

8910108

29/11/89

F. POL. (PPPP)

Lula reafirma o propósito de declarar moratória da dívida

29/11/89
2200 1000 29/11/89

□ Candidato reafirmou sua intenção diante de dez embaixadores de países da Comunidade Econômica Europeia, que ouviram sem comentar

O candidato da Frente Brasil Popular à sucessão presidencial, Luís Inácio Lula da Silva, reafirmou ontem aos embaixadores de dez países da Comunidade Econômica Europeia (CEE) o seu compromisso de campanha: a suspensão do pagamento da dívida externa, caso seja eleito presidente da República. Segundo Lula, por uma questão de delicadeza e diplomacia, os representantes dos países europeus limitaram-se a ouvir suas propostas de governo.

"Eu não tenho idéia se a proposta de moratória é factível ou não. Escutei com interesse e trata-se de um assunto brasileiro, que envolve uma relação de Estado para Estado", resumiu o embaixador da França, Jean-Bernard Ouvricu, preferindo não se manifestar sobre as questões brasileiras. A convite do embaixador francês, coube a Lula iniciar as dis-



Lula: reforma agrária e investimentos também na pauta da reunião

cussões com a CEE sobre o programa de governo dos candidatos à sucessão.

PONTO DE VISTA — Os embaixadores queriam analisar as consequências dos programas na área externa e nas relações do Brasil com a Europa. Segundo Jean-Bernard, a conversa com Fernando Collor de Mello (PRN) ainda não está marcada. Estavam presentes os embaixadores da Bélgica, Espanha, Grã-Bretanha, Portugal, Grécia e Dinamarca, além dos representantes da Holanda, Itália e Alemanha. No encontro, que durou uma hora e meia, Lula especifi-

cou ainda suas propostas sobre reforma agrária e sobre as políticas de exportação e de investimentos.

Em relação à dívida externa, Lula disse ter exposto seu ponto de vista ao grupo, sem ouvir qualquer resistência da parte dos países da CEE credenciados no Brasil. "Eles acharam por bem não dar palpites", disse o candidato. O embaixador Jean-Bernard Ouvricu disse ter gostado da primeira conversa com Lula. Ressaltou também que a Comunidade Europeia tratará bem qualquer um dos candidatos que for eleito no segundo turno. (AG)

ZHORA 29/11/89

28/4/89

PAC (FRPP)

2020
FRONTES COM PSDB

Depois de receber ontem o apoio formal do PCB, o candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da Silva, anunciou que seu próximo passo será procurar pessoalmente o senador Mário Covas, do PSDB. Lula responsabilizou a mídia e políticos do próprio PSDB, que não identificou, de criarem um processo de intrigas para dificultar as alianças em torno de sua candidatura. A Frente Brasil Popular, segundo Lula, já está cansada de dizer que os 13 pontos não constituem um programa de governo, mas uma "lista de desejos". Nesse modo, não admite mais que essas propostas continuem sendo utilizadas para dificultar os entendimentos com o PSDB. "Insistir que os 13 pontos são obstáculos é não querer a aliança. Eu quero ouvir diretamente dessas pessoas quais os obstáculos e não através dos jornais", afirmou Lula. (AG)

F. POL (PP.PP.)

Lula ainda conta com novas alianças

Candidato acha que é a melhor opção política para PSDB

SÃO PAULO - O candidato da Frente Brasil Popular à Presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva, negou ontem que esteja encontrando dificuldades para ampliar o leque de apoio à sua candidatura com a incorporação do PDT e PSDB à campanha, apesar da demora na costura dessas alianças. "A minha expectativa é a melhor possível", disse Lula, referindo-se ao congresso do PDT, realizado no Rio, que definiu a posição do partido quanto a seu engajamento na campanha e eventual co-responsabilidade num governo liderado pelo PT. Quando aos tucanos, Lula ponderou: "Entre a abstenção e o Colôr, eu sou a melhor alternativa para o PSDB". O governador ~~Luiz Inácio Lula da Silva~~ não fez retorno a um telefonema do secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu, nem a uma ligação feita pelo próprio Lula.

O candidato petista classificou a conversa de sábado com os pededistas, no Rio, como "interessante, porque foi restabelecida a conversação entre PT e PDT, entre Brizola e Lula". O candidato apoiado pela Frente (PT, PSB e PC do B) fez questão de sublinhar que tanto o senador Mário Covas como o ex-governador Leonel Brizola são presenças importantes em seu palanque. "Vamos governar conjuntamente esse país", prometeu.

São Paulo — Carta Rio



Lula não quer tetar ninguém

Barba e cabelos aparados, Lula deixou claro que não pretende vetar qualquer nome do PSDB para entrar em sua campanha. "Não podemos fazer vetos. Estaríamos tendo ingerência em outro partido", disse, pouco antes de gravar cinco programas para o horário eleitoral gratuito, no final da manhã de ontem.

Dia As gravações para o horário do TSE na televisão consumiram a maior parte do dia de Lula. Depois de sair dos estúdios Vice-Versa, onde gravou o programa para o rádio, Lula foi

almoçar com o secretário-geral do PT, deputado estadual José Dirceu, com um dos coordenadores de comunicação do partido, o secretário-geral do PT-SP, José Américo Dias, e o assessor econômico Aloisio Mercadante. O restaurante escolhido foi um de comidas típicas do Pará, o Ver-o-Peso, em Moema, na Zona Sul da cidade.

Antes de sair do estúdio, Lula foi procurado por uma turma de quatro garotos, liderada por Thomas Castilho, de 12 anos. Vestindo camisetas do PT e carregando uma bandeira, eles fizeram questão de tirar uma fotografia ao lado do candidato. Exultantes, os meninos telefonaram a um colega chamado Leandro para que Lula conversasse com ele. "Podiam para-
lar com você para ganhar seu voto", disse Lula, bem humorado, a Leandro.

Na produtora TVT, onde gravou quatro de seu programas, ele se encontrou com sua mulher Marisa, que lhe pedia num bilhete: "Não perca a ternura". Lula manteve os mesmos ataques ao adversário Fernando Collor de Mello. Disse que o candidato do PRN, que fala em derramamento de sangue, deveria "rever a história de sua própria família", numa referência ao senador Arnon de Mello, pai de Collor, que matou com um tiro o senador acreano José Kairala, há mais de 20 anos, no plenário do Congresso. Lula repetiu que Collor "tenta vender a imagem de homem moderno, mas faz acusações que lembram os generais reacionários".

No Ibope, Collor tem 51% contra 37% de Lula

FPOe
(PP-PP)

□ O candidato do PRN mantém liderança em todas as regiões brasileiras e nos dois maiores colégios eleitorais do País

O candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, continua tendo a preferência do eleitorado brasileiro, segundo a última pesquisa do Ibope, divulgada ontem pelo Jornal Nacional da Rede Globo. Collor subiu um ponto, atingindo 51% das intenções de votos, enquanto Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular, caiu para 37%. Esta diferença representa quase 11 milhões de votos.

A pesquisa foi realizada entre os dias 23 e 27 deste mês, ouvindo 3.650 eleitores em 260 cidades brasileiras e mostra que se a eleição fosse hoje haveria 5% de votos brancos ou nulos e 7% dos entrevistados se confessam ainda indecisos.

A liderança de Collor de Mello

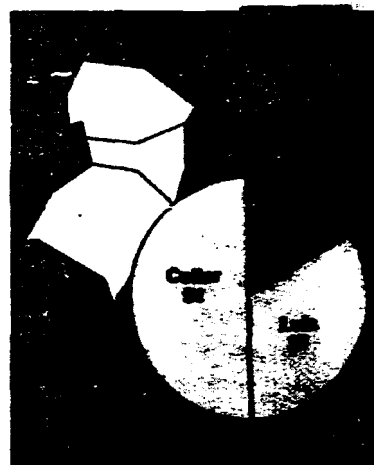
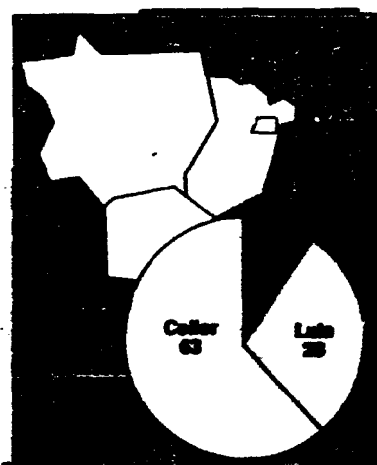
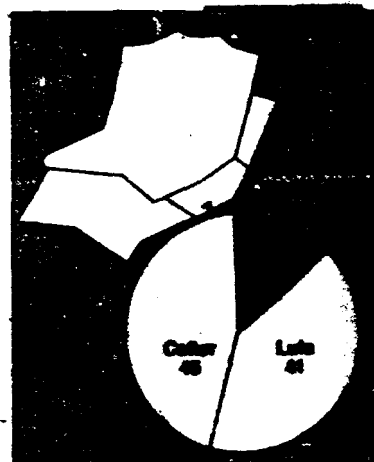
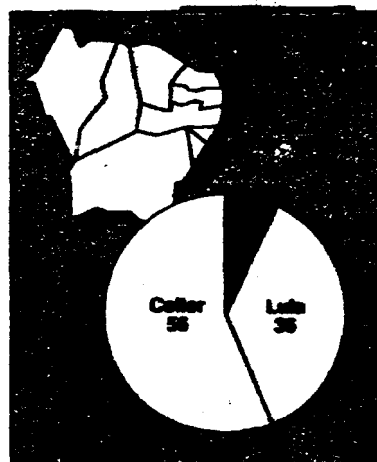
36% de Lula. No Ceará, os votos de Covas e Brizola parecem ter sido transferidos para o candidato do PRN, pois, se no primeiro turno ele dividia as preferências com os outros dois, agora consegue 58% contra 36% de Lula.

Nos dois maiores colégios eleitorais do País, Collor está na frente: em São Paulo, ele atinge 49% contra 37% de Lula; em Minas Gerais, chega a 53% enquanto seu adversário tem 35% das intenções de voto. Na cidade de São Paulo, Collor também vence, com 49% contra 38% de Lula.

TENDÊNCIAS — O Paraná dá a Collor de Mello 69% das preferências, enquanto Lula não passa

dos 23%. Collor também vence em Alagoas, terra que governou, com 85% contra 13% do candidato da Frente Brasil Popular. Em Pernambuco e na Bahia, os dois estados em que havia empate na última pesquisa, Collor está na frente: em Pernambuco, por 51% a 41%, e na Bahia por 51% a 40%.

Em relação à pesquisa anterior, Collor perdeu quatro pontos na região mais importante, a Sudeste, mas estes não se transferiram para Lula. O Ibope mostra também que o Rio Grande do Sul é o estado que apresenta o maior índice de intenções de votos brancos ou nulos: 17%.



ANDRÉAS 49 554 49 ANDRÉAS

opu.
JORN

Brizola Lula formaliza apoio a Lula

ZERO HORA 27/11/89

Líder do PDT falou por três horas ontem no Rio, durante encontro nacional da partido. Houve algumas resistências, mas Brizola conseguiu superá-las

MARCELO RECH

de João Especial/ZH

Um antigo político do Rio Grande do Sul, o senador Pinheiro Machado, já dizia que a política é a arte de engolir sapo. Não seria fascinante as elites brasileiras engolirem o Lula, um sapo barbudo? Com esta frase, o ex-governador Leonel Brizola, durante encontro nacional da Frente Brasil Popular, em uma reunião de cerca de mil pessoas realizadas no Rio de Janeiro para o Congresso Nacional do PDT, em dezembro de 1989, o candidato da Frente Brasil Popular no segundo turno das eleições presidenciais. Em sua intervenção ao longo do dia, Brizola mencionou a palavra "sapo", mas seu discurso não deixou dúvidas. "É preciso convencer os companheiros, dizer vai no menos pior", recomendou ele.

Com um pronunciamento de três horas no auditório do Riocentro, Brizola comparou a sustentação à candidatura Lula a um voto sobre um colchão de nuvens, em que não se sabe o que existe embaixo, se o mar ou a montanha. "Mas esta fase agora vai dissipar o nevoeiro", afirmou o líder do PDT ao sugerir a união para



Brizola: "Vamos no menos pior"

o segundo turno.

RESISTÊNCIAS — Ao proclamar mesmo que indiretamente sua posição, houve no auditório quem arrancasse das roupas bottons com o nome de Brizola. Sabendo da resistência de boa parte do partido a Lula, ele aconselhou que os companheiros, mesmo raciocinando que esta não é (deles) sua posição pessoal, ainda assim, devam acompanhar a decisão partidária.

As resistências se manifestaram antes do discurso de Brizola, que durou das 15 às 18h. Enquanto a maioria dos líderes regionais se declarava a favor do apoio a Lula, na plateia dezenas de militantes exigiam que fosse aprovada a recomendação do voto nulo no dia 17 de dezembro.

Em certos momentos, o clima fi-

cou pesado e houve até ameaças de brigas entre as duas facções. Diante deste público dividido, Brizola conduziu com habilidade um dos pronunciamentos mais importantes de sua vida.

CRÍTICAS À MDEM — Num discurso em que começou relatando a conversa que tivera com Lula no sábado, ele criticou duramente a situação da Igreja progressista e das comunidades eclesiais de base, na campanha pró-PT; condenou a Justiça Eleitoral por não aceitar a recomposição de votos ou permitir uma auditoria sobre a apuração; e considerou como questão secundária a existência de apoio ao PT o projeto dos CIEPs.

Antes de tudo, porém, Brizola bateu duro em Fernando Collor de Mello, cuja possibilidade de tornar-se

presidente ele qualificou como a pior coisa que poderia acontecer ao País. "Vamos combater com todas as armas a esta situação de corrupção", disse Brizola ao recomendar que a disputa com Lula tenha debatido as duas principais forças de oposição ao candidato do PRN.

Para tentar mover a disposição pelo voto nulo, Brizola insistiu em duas ideias básicas: "Se nos exchirmos vamos nos sentir desconfortáveis com o passar dos dias" e "não vamos ficar em cima do muro". Brizola foi aplaudido de pé, com centenas de pessoas gritando seu nome. Em nenhum momento houve palavras de ordem a favor de Lula.

FUTURO — Só o resultado da campanha poderá dizer quem que interessado de Brizola se engajará na candidatura da Frente. Nessa entrevista antes de seu discurso, ele disse considerar como primordial um programa mínimo de governo em temas de pontos comuns. Uma eventual participação na administração de Lula, no caso de sua vitória, ficaria para ser avaliada mais adiante.

Dependerá do clima de confiança entre eles. Não adianta papel escrito — ressaltou. Brizola também não confirmou que subirá em palanques ao lado do senador Paulo Bical, vice na chapa da Frente Brasil Popular, a quem acusa de favoritismo num empréstimo do Banco do Brasil ou a quem continua acusando. "Temos de avaliar na hora diante da situação concreta", esquivou-se o ex-candidato do PDT.

PT admite revisar seu programa de governo

Mais do que palavras vagas ou de incentivo, o que o candidato da Frente Brasil Popular, Luis Inácio Lula da Silva, foi buscar no Rio de Janeiro no final de semana ele conseguiu: aparecer para fotógrafos e cinegrafistas ao lado de Leonel Brizola, dono de 11 milhões de votos em 15 de novembro, numa postura de confraternização pela qual o ex-candidato do PDT à Presidência passa uma borracha nas divergências anteriores.

A cena foi o ponto alto da passagem de sete horas de Lula pelo Rio. As 18h25min de sábado, depois de trancados frente a frente por três horas e meia, Brizola fez um convite a Lula: "Vamos até a janela?", perguntou ele. O candidato da Frente atendeu prontamente e assim, para delírio de militantes do PT e desgosto da maior parte dos do PDT que lotavam a calçada em frente ao prédio de

Brizola, na avenida Atlântica, os dois acenaram para a pequena multidão e se cumprimentaram em público.

PROMISSAS — Para chegar a esse resultado, Lula admitiu revisar o programa de governo da Frente. "Partimos do pressuposto de que, para governarmos este país, é preciso elaborar um programa econômico que seja de comum acordo com as forças políticas que ajudaram a ganhar. Obviamente, estamos dispostos a fazer um programa econômico conjuntamente", proclamou o candidato ao fim da reunião, no hall de entrada do edifício 3.218 da avenida Atlântica.

Lula, porém, deixaria o Rio sem a garantia de apoio — que só seria dada, após o congresso do PDT — mas carregando apenas uma promessa de que o programa de 13 pontos da Frente seria analisado com calma

por Brizola e a Executiva Nacional do PT, ainda em meio de sessão.

Lula levou para o encontro o presidente nacional do PT, Lula Gunkel, o secretário-geral José Dirceu, e o líder na Câmara Federal, Plínio de Arruda Sampaio.

MOMENTO HISTÓRICO — Brizola foi com o presidente do PT, Dostel de Andrade, o líder na Câmara, Valdo Barbosa, e o coordenador de sua campanha, Cybelle Lima. Durante 2h45min, eles tiveram impressões sobre a situação política do país e o programa da Frente. Brizola, segundo assessores, chegou a admitir que as esquerdas poderiam estar perdendo um momento histórico único, caso não se unissem para o segundo turno. Mas foi aos 45 minutos finais, que os dois puderam trocar, sem restrições, o caminho que cada um iria adotar dali para a frente.

No sábado, uma reunião longa e tensa no Rio

A impaciência de Leonel Brizola com a Justiça Eleitoral tomou conta de grande parte da longa reunião com o candidato a sucessão presidencial Luis Inácio Lula da Silva. Mas se cumprimentaram, Brizola começou a cobrar dos petistas a falta de apoio às reivindicações feitas por ele no TSE. Segundo o próprio Brizola, Lula ouviu suas ponderações de forma "bastante discreta".

Após tecer críticas contundentes à Justiça Eleitoral e à omissão da Frente Brasil Popular, Brizola procurou

amenizar o clima perguntando como estavam as negociações com outros partidos, em especial o PSDB. Plínio de Arruda Sampaio relatou detalhadamente e em tom otimista o ritmo das articulações, tentando convencer Brizola da viabilidade eleitoral de Lula.

Brizola gostou muito de ter ouvido dos petistas que os 13 pontos faziam parte de uma proposta de campanha eleitoral de primeiro turno e que poderiam sofrer alterações. Lula mos-

trou interesse em elaborar um plano econômico com a participação do PDT e do PSDB e chegou a sugerir a formação de um "conselho governamental".

SEM INDICALIZAÇÃO — Os pontos do programa que tiveram maior tempo da discussão foram reforma agrária e dívida externa. Brizola quer que o PT se comprometa a não incentivar invasões de terra e a deserdicar a terra.

PSDB condiciona apoio à Frente

□ Partido dos tucanos não concorda com muitos dos pontos do programa de governo da Frente Brasil Popular que contrariam suas propostas

O PSDB decidiu condicionar seu apoio ao candidato do PT, Lula da Silva, à reformulação do programa da Frente Brasil Popular, defendido durante o primeiro turno da campanha eleitoral. O entendimento entre os tucanos só foi possível depois de sete horas de reunião, quando o ex-candidato do partido, senador Mário Covas, foi à tribuna e, num discurso firme e emocionado, disse que subcreveria a nota elaborada por uma comissão do partido.

De um lado ficaram cinco representantes do Movimento Unidade Progressista (MUP), o grupo mais à esquerda do partido, que queriam uma declaração explícita de apoio a Lula. De outro, comandado pelo Diretório de São Paulo, um grupo que defendia apenas uma sinalização à candidatura de Lula, condicionando o apoio à mudança do programa. A nota foi elaborada por representantes dos dois grupos, mas mesmo depois de aprovada pelo plenário foi contestada pelo MUP.

Foi então que Mário Covas foi convidado por um representante do Diretório de Sergipe a dar sua opinião. Até então calado e demonstrando sua contrariedade com as discussões, Covas foi à tribuna e chorou quando disse: "Falo porque ontem acreditei e hoje acredito num partido. O PT não é a nossa referência. A nossa referência é o PSDB. Nós fazemos a nossa hora. Ninguém a determina por nós. Assim é que um partido se afirma. Que um partido não é oníscio. Por isso subcreveria esta nota".

Covas conseguiu unificar o parti-



Mário Covas: nossa obrigação é em nome dos votos que recebemos.

do ao dizer que a nota representava a média do que tinha ouvido durante todo o dia na tribuna (ele não saiu da sala nem para almoçar). E deixou claro que aquela sinalização era o máximo que o PSDB poderia fazer naquele momento, dentro de uma negociação com o PT.

"Temos obrigação de dizer, em nome dos 11% da votação que o PSDB recebeu, que é preciso mudança no programa do PT para que ele não se sobreponha aos 34% que faltam para se atingir a maioria. E se não formos capazes de dizer isso, não seremos capazes de fazer outra coisa", disse Covas.

Depois de a nota ser aprovada por aclamação pelo plenário, representantes do MUP cercaram o líder Fernando Henrique Cardoso para protestar e cobrar o apoio explícito a Lula. Fernando Henrique explicou que aquela era a média do pensa-

mento do partido. Em seguida, o líder na Câmara, Euclydes Scalco, que também participa das conversações com o PT, foi à tribuna dizer que aquela nota traduzia o pedido da Frente Brasil Popular — ou seja, deixar as portas abertas à negociação.

Ainda assim, as resistências continuaram, uma parcela da platéia cobrando a declaração explícita de apoio a Lula e outra querendo saber ainda mais. Em seu discurso, Mário Covas disse, ainda, que a nota do PSDB deixava claro que, se Fernando Collor vencer as eleições, a responsabilidade será da Frente Brasil Popular que não quis ceder em suas posições e não teve "competência e inteligência" para avançar nos entendimentos.

"Esta nota não é a minha, não é a de Franco Montoro, não é a de Fernando Henrique, não é a de Marcelo

Correia, nem a de Euclydes Scalco. É um pedaço de cada um de nós. Queira Deus que tenha sido o que há de melhor em cada um de nós", disse Covas, encerrando seu discurso. Sem dizer em nenhum momento o nome de seu candidato no segundo turno, mas indicando que votará em Lula.

Covas disse: "Em não voto em branco, não voto e meu voto é para dar o voto em Collor porque ele contraria o que prometemos durante 30 anos".

13 PONTOS — Na nota oficial, aprovada por aclamação, os tucanos resolveram indicar Lula como candidato presidencial para o segundo turno, dando à Executiva a delegação de promover os entendimentos, determinar o tipo de apoio.

A nota, pedida por uma comissão escolhida pelo Diretório Nacional, encimou definitivamente a possibilidade de que quem se candidatasse ao PT. Afirma que o PSDB não poderá votar em 13 pontos do programa da Frente Brasil Popular, uma vez que contrariam toda a formulação programática básica do partido. Enfatiza que o PSDB não aceita mais de petistas e não qualquer negociação política com o PT, mas sim com o partido e não de grupos isolados.

A posição de neutralidade foi rejeitada pela maioria das discussões. O deputado Carlos Mariani, de Minas, afirmou que a liderança do PSDB não se dá ao mesmo nível. Lula no segundo turno. O senador João Nogueira, de Pernambuco, disse: "Depois de 30 anos de luta e de compromisso na campanha, condicionando as diferenças programáticas e sem aceitar votos".

O senador José Richa, que só aceita apoiar Lula caso o PT se retire publicamente do voto, recebeu a solidariedade do Diretório de seu Estado. (AG)

O que Collor e Lula têm em comum com PSDB e PDT

ZERO HORA
27/11/89

□ Na disputa de apóios para o segundo turno, se fazem levados em conta apenas os programas partidários, situação é equilibrada

MARCELO RECH

Editorialista Político/ZH

Se fossem levados em consideração apenas os programas dos dois candidatos mais votados em 15 de novembro, cujas propostas são classificadas pelo PDT e PSDB como balizas para qualquer aliança no segundo turno, os eleitores desses dois partidos deveriam se dividir entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Pelo menos em relação às principais propostas de governo — chamadas pelos líderes partidários, nesta fase de negociação, de "itinerário básico" — PDT e PSDB não estão nem tanto ao mar e nem tanto à terra, ou seja, não se apresentam nem tão próximos do capitalismo mais liberal e moderno apregoado por Collor de Mello e nem tão lig-

dos às teses socializantes de Lula.

A identificação do eleitorado do PDT e PSDB com o PRN de Collor ou com o PT de Lula é crucial nesse momento decisivo do segundo turno. Juntos, os dois maiores eleitorados que ficaram à margem da fase final da disputa representam 18.958.620 votos, ou 26,23% do total de eleitores, capazes de desequilibrar a balança a favor de Collor ou de Lula. Mesmo que o eleitorado brasileiro não siga à risca as decisões das cúpulas partidárias, o peso da palavra de Leonel Brizola ou de Mário Covas poderá arrastar levas de eleitores de um lado para o outro.

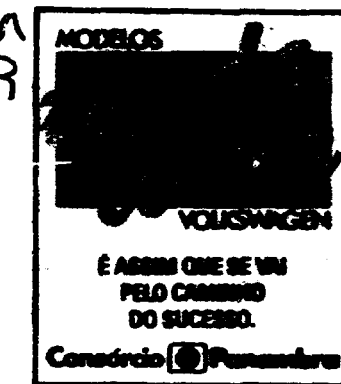
PROGRAMAS INFLUEM — Mais do que as alianças, entretanto, deverá pesar na hora do voto a afinidade de cada eleitor com o teor programático dos dois partidos classificados. Nesse caso, Fernando Collor de Mello levará uma vantagem na consequência da simpatia do eleitorado de Covas, especialmente na comparação da questão mais vital desta eleição: a economia.

Collor e o PSDB, por exemplo, têm a maioria dos pontos em comum em relação ao tratamento a ser con-

ferido à economia, uma semelhança que despois quando Mário Covas pregou, em discurso no Senado, um "choque de capitalismo" no Brasil. No programa dos dois, são defendidas a ampliação do relacionamento comercial com outros países e o enxugamento do aparelho administrativo, um item que tem o apoio do PDT, desde que não haja demissão.

Em relação à dívida externa, o programa do PDT tem pontos de coincidência com o do PT. Ambos sugerem uma auditoria sobre a dívida, mas o programa de Brizola não previa o rompimento puro e simples dos acordos com o FMI, como quer Lula. No entanto, o PDT e PT concordam que é preciso limitar a presença dos bancos estrangeiros, em especial o Banco do Brasil, e intervir no sistema financeiro para limitar a especulação.

REFORMA AGRÁRIA — Quanto à reforma agrária, Lula fica praticamente sozinho em sua posição de reverter a proibição de desapropriação de terras consideradas produtivas. Enquanto Brizola acha que é preciso um "programa de democratização da



propriedade" e um acordo entre proprietários e trabalhadores, Covas restringe-se a defender a reforma em "termos inexplorados". O PSDB também se aproxima de Collor quando propõe um sistema de controle produtivo para desestimular as indústrias improdutivas.

Em outras questões, como habitação e educação, as diferenças entre os candidatos são maiores. Por dois dias, apesar de não constar de seu programa oficial, Collor de Mello anunciou que adotaria a ideia de Covas, de desapropriação em caráter de Brizola e encerrada com reservas pelo PT. Todas, entretanto, são medidas em detrimento do reforço do sistema financeiro de habitação que reclama dos governantes a prioridade. No entanto, o PSDB e o PT estão de acordo em defender o FGTS e mantê-lo sob a fiscalização de entidades de trabalhadores.

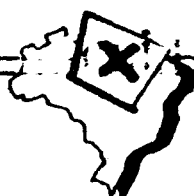
Fora (p.p.)

27/11/89

25/11/89

F. R. C. (P. P. P.)

Sábado, 25 de novembro de 1989



A DECISÃO

SUCESSÃO

PSDB reúne Executiva para definir se apóia PT

Embora o partido tenha já manifestado sua rejeição a Collor, o apoio a Lula esbarra na proposta do PT, que é presidencialista

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reúne hoje, a partir das 10 horas, no auditório Nereu Ramos da Câmara, o seu Diretório Nacional para discutir o apoio dos tucanos à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular (PT, PSB e PC do B). Não será uma tarefa fácil aos 121 inte-

grantes do diretório. Embora a Executiva do partido tenha recomendado "repúdio à candidatura Collor de Mello", entre os "13 pontos" da Frente Brasil Popular e as propostas de governo do PSDB pesam mais divergências do que coincidências. A começar pelo sistema de governo. O PT e os demais partidos que sustentam a candidatura de Lula são defensores da manutenção do presidencialismo. Os tucanos têm como compromisso a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo.

O senador Dirceu Carneiro (SC) afirmou ontem, da tribuna do Senado, que o partido não pode simples-

mente aderir à candidatura Lula. "Adesão é uma rendição incondicional", salientou o tucano catarinense. Segundo ele, é preciso antes de tudo saber se o PT deseja ganhar a eleição ou apenas marcar posição como fez em outros episódios políticos. Para ampliar a base de sustentação da candidatura de Lula, na avaliação de Dirceu Carneiro, a Frente Brasil Popular terá que mudar "para compor este segmento da sociedade" que apoiou outros candidatos no primeiro turno da eleição presidencial. Uma eventual ida de Mário Covas aos palanques de comício de Lula dependerá muito da flexibilidade que

houver nas negociações da Frente Brasil Popular.

DIVERGÊNCIAS — Segundo o líder do PSDB na Câmara, Euzébio Scalco (PR), as negociações com o PT ainda não foram conclusivas. Os tucanos divergem da forma como a Frente Brasil Popular pensa em relação à dívida externa. Não concordam com a posição do PT sobre a dívida interna, administração da previdência social e reforma agrária. Scalco observa ainda que o programa da Frente Brasil Popular não aborda questões consideradas importantes para os tucanos como reforma administrativa e saúde pública.

Scalco disse ainda que dentro do partido existe discussão quanto à intenção do PT de criar um "bloco de forças políticas". A formação desse bloco implicaria em exclusão de pessoas. O PSDB discorda frontalmente da proposta e define a sua posição: "um bloco partidário". Isto significando que o futuro governo não poderá administrar o país sem apoiar uma base parlamentar de sustentação política no Congresso. Entretanto, para que o PSDB se apoie nessa base de apoio, primeiro o futuro governo, é preciso que o programa que vier a ser desenvolvido pelo futuro presidente. (Boat)

25/1/89

F. DOL (PP.PP.)

Lula acha normal que PSDB esteja indefinido

SÃO PAULO — O candidato da Frente Brasil Popular (PT-PC do B-PSB), Luis Inácio Lula da Silva, considerou normal que o PSDB ainda não tenha decidido a lhe dar apoio e não quis fazer previsões sobre a conversa que terá hoje, no Rio, com Leonel Brizola, do PDT. "Acho que ele vai me apoiar", disse Lula, sem revelar os argumentos que usará para atrair os petetistas.

Antes do encontro com Brizola, do qual participarão também o presidente do PT, deputado Luis Gushiken, e o líder do partido na Câmara, deputado Pinho de Arruda Sampaio, Lula almoçará com o dono da Rede Manchete, Adolpho Bloch, na sede da emissora. Ele vai explicar como agirá com relação às concessões de rádio e TV, se chegar ao Palácio do Planalto.

Treze pontos — A crítica do PSDB aos 13 pontos negociáveis do programa do PT, que segundo os tucanos dão ênfase excessiva à participação popular nas decisões de governo, foi rebatida pelo deputado Pinho de Arruda Sampaio. O líder da bancada petista argumentou que os instrumentos de intervenção direta da sociedade são cada vez mais adotados nas democracias do Primeiro Mundo, para evitar o exercício de superpoderes por parte dos organismos institucionais.

A orientação da cúpula do PT é, entretanto, evitar polêmica. "Não vamos discutir com o PSDB através da imprensa", resumiu o secretário-geral, deputado estadual José Dirceu (SP). A discussão das diferenças entre os dois partidos ficaria para a noite, quando negociadores petistas se reuniriam com dois emissários dos tucanos, o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e o deputado Enclides Scalco (PR), em Brasília.

As lideranças do PT passaram dois dias no Hotel Danúbio, no centro da capital paulista, discutindo a amplitude da aliança que pretendem formar

no segundo turno da eleição presidencial e os pontos programáticos que o partido poderá ceder. Na reunião, que terminou na tarde de ontem, os integrantes do Diretório Nacional do PT, coordenadores de campanha e deputados federais definiram que será fundamental para o partido que seja criado em torno de Lula um bloco de forças "progressistas": PT, PC do B, PSB, PDT, PSDB, PCB, PV e PH, além da esquerda do PMDB.

Governo — Os dirigentes petistas têm "todo o interesse de trazer essas forças para o futuro governo de Lula", segundo afirmou o deputado Luis Gushiken. Embora tenha firmado posição em defesa dos pontos negociáveis, o Diretório Nacional do PT deixou aberta a possibilidade de entendimento. "Os 13 pontos constituem o regime geral do que consideramos importante, mas estamos abertos a acréscimos e enriquecimentos", sustentou Gushiken.

A rigor, o recado que os petistas querem passar, principalmente ao PSDB e ao PDT, é que acatam levar o programa à mesa de discussões e concordariam com a supressão de alguns pontos. "Depende do que eles queiram suprimir", ressalvou José Dirceu. "Mas queremos manter o núcleo de nossas propostas, até porque foi nela que o eleitorado votou".

Dívida — A suspensão do pagamento da dívida externa, peça principal do programa da Frente Brasil Popular, continua negociável, segundo o deputado Luis Gushiken. Para os petistas, isso não impede que o assunto não possa ser discutido com os possíveis aliados.

O PT admite incluir em seu programa de governo a construção dos Ciep (Centros Integrados de Educação Pública), que no primeiro turno foi o carro-chefe da campanha de Leonel Brizola. "É possível estabelecermos com o PDT uma política comum para essa questão", afirmou José Dirceu.

JORNAL DO BRASIL 25/1/89

8910108

PMDB se reúne e decide apoiar Lula

□ Cinco governadores do partido, que defendem posição de neutralidade, ficaram contrariados com a posição unânime da Executiva Nacional

A Executiva Nacional do PMDB, por unanimidade, decidiu ontem, em Brasília, apoiar a candidatura de Lula para o segundo turno. A decisão do partido contraria a vontade dos governadores Orestes Quêrcia (SP), Newton Cardoso (MG), Abner Din (PR), Nilo Coelho (BA) e Geraldo Mello (RN), que defendem uma posição de neutralidade. A posição do partido foi acertada na noite de quarta-feira, em reunião com o deputado Orestes Quêrcia, o ex-governador Waldir Pires, o ex-ministro Renato Archer e o deputado Raul Pinheiro.

Esta decisão, entretanto, não significou o comprometimento dos peemedebistas na campanha de Lula. O líder do PMDB, deputado Raul Pinheiro, explicou que um comprometimento maior dos membros do partido vai depender da disposição pessoal, das questões políticas regionais e da abertura



Quêrcia: neutralidade no segundo turno

da Frente Brasil Popular.

Para garantir esta decisão, sem a convocação do Diretório Nacional, como querem os moderados do PMDB e alguns governadores, foram ouvidos os diretórios nacionais e os congressistas. Nestas duas instân-

cias, a maioria defendeu o apoio a Lula, enquanto a posição de equidistância era mantida por aqueles que estavam descontentes com algumas manifestações de vetos de parte do PT. A nota da Executiva do partido começa afirmando que "o PMDB

não pode sustentar a neutralidade e a omissão, que só servem ao conservadorismo".

QUEM APÓIA — Sobre as candidaturas que vão ao segundo turno, diz recusar "cabalmente qualquer cogitação relativa à candidatura Collor de Mello", que para os peemedebistas "é um veículo do que há de mais reacionário e do continuismo das desigualdades sociais".

A Executiva recomenda aos militantes do partido que votem em Lula e responsabiliza a Frente Brasil Popular para garantir as condições necessárias à vitória eleitoral. O presidente interno do PMDB, João Vasconcelos, anunciou que seu apoio não será apenas formal, mas de participação na campanha de Lula.

O mesmo comportamento será seguido por outros integrantes da Executiva, como os deputados Hélio Daque (PR), Francisco Pinto (BA), senador Nelson Wedekin (SC) e o ex-prefeito de Curitiba, Daniel de Oliveira. O candidato a vice do PMDB, Waldir Pires, que também participou da reunião, disse que fará o que for preciso para apoiar Lula, inclusive, subindo no palanque dos candidatos. (Brasília/ZH)



A DECISÃO

F. P. C. (P. P. P.)

PDT dividido quanto ao apoio a Lula

Na Assembleia, Lula e Abadie recusaram apoio a Lula. Na Câmara e no Senado a posição já é pelo apoio ao petista

Os deputados petistas Valdomiro Lima e Luís Abadie foram ontem à tribuna da Assembleia para questionar o apoio ao candidato Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno. Abadie foi contundente: "Nunca darei o meu voto a um candidato oriundo de uma ideologia importada, jamais votaria em candidato de partido com segmentos que instigam a luta armada para a chegada ao poder e cuja ideologia

preconiza a supressão dos direitos individuais do cidadão".

O deputado disse sentir-se "numa situação em que devo analisar profundamente esta candidatura". E acrescentou: "Lamentavelmente, não temos tido contato com o PT. Não temos conseguido ir à Prefeitura de Porto Alegre, pois as suas portas não se abriam àqueles que não são seus eleitores".

Denunciou que entidades religiosas que mantinham um albergue e creches em vilas da cidade, "tiveram o contrato rompido pela Prefeitura, provavelmente pelo ateísmo reinante em parte deste partido". Segundo Abadie, "as crianças

agora estão ao desabrigo."

O deputado Moisés Berlese também manifestou sua posição: é certo que não votará em Lula.

VOTO NULO — O líder Valdomiro Lima manifestou solidariedade ao seu companheiro de bancada em relação ao problema criado com a creche e o albergue. Também reconheceu a dificuldade que está encontrando para convencer os petistas a votar em Lula.

"Todos têm certeza de que não votarão em Collor de Mello, pelas suas ligações com os setores conservadores da sociedade. Mas queremos refletir melhor em relação a Lula, devido às grandes diferenças que temos, embora sejamos como ele, da esquerda e progressistas".

Informou que muitos dos seus companheiros do Interior lhe manifestaram a disposição de anular o voto. "Vão escrever o nome de Brizola na cé-

dula eleitoral, porque não concordam nem com o candidato da ponta direita, nem com o candidato da ponta esquerda". Disse que Lula representa um grande grupo, formado pela Igreja Progressista e a CUT.

APÓS A LULA — Os deputados federais e senadores do PDT decidiram ontem defender o apoio de Leonel Brizola ao candidato da Frente Brasil Popular, Luís Inácio Lula da

Silva. "Vamos votar no Lula, mesmo que o Lula não queira", garantiu o presidente nacional do PDT, deputado Domicílio de Andrade (SP), logo após o almoço que reuniu a bancada petista no Congresso Nacional, em Brasília. Embora não imponham condições a seu apoio ao PT, os parlamentares do PDT querem assegurar um programa mínimo de governo. Eles garantem que não pretendem participar de um governo petista. (A2)

23/11/64

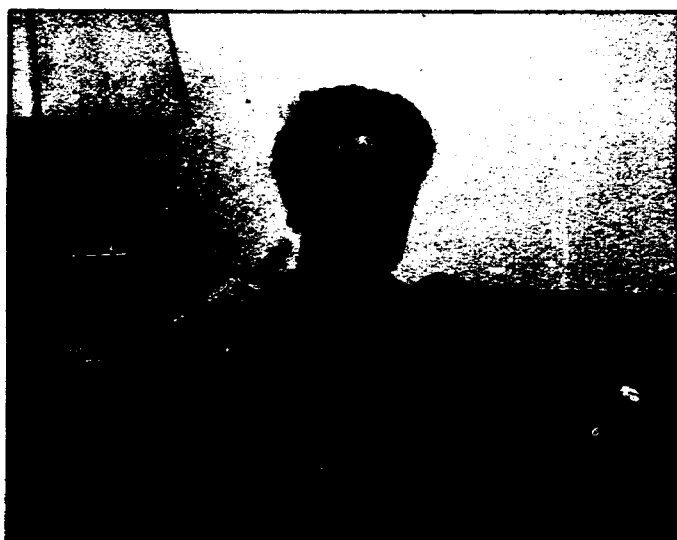
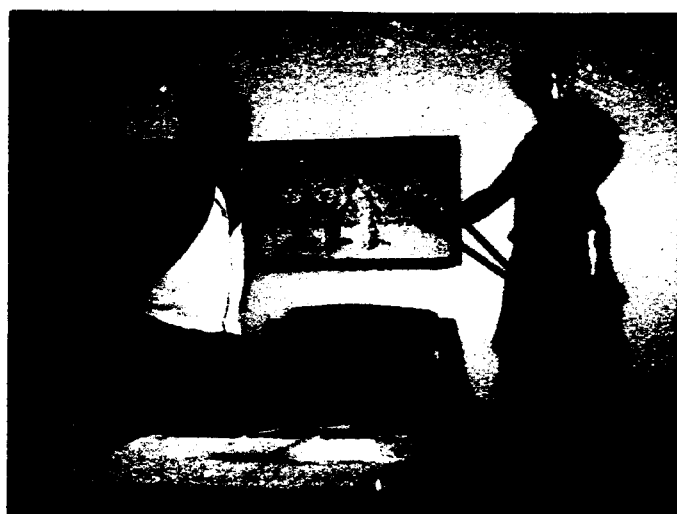
herme Afif Domingos, quando se somam os votos dos dois caciques do PMDB e do PFL, que funcionaram como colunas de suporte para a Nova República. A coluna de votos de Afif — também ele um político desconhecido fora de São Paulo antes desta campanha — é hoje mais sólida que as de Aureliano e Ulysses. Nesse cruzamento, Afif sai como vitorioso das eleições, embora tenha perdido, enquanto Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves parecem ter queimado seus derradeiros cartuchos.

Ainda sob o efeito do suspense causado pela apuração dos votos nos últimos dias, em virtude da disputa difícil pelo segundo lugar entre Lula e Brizola, o eleitorado brasileiro tem a sensação de que tudo está zerado e que as regras de avaliação serão agora diferentes da primeira rodada. Os candidatos pensam exatamente a mesma coisa. Para se defender dos ataques de Lula, Collor de Mello já procura reatuar sua imagem, que viajou rapidamente para a direita pela simples colocação de Lula ao seu lado esquerdo. Na sexta-feira, o candidato do PRN já se dizia comprometido com os mesmos anseios de paz social que julga presentes nas cartilhas de dirigentes mundiais como Mikhail Gorbachev, da União Soviética, Felipe Gonzalez, da Espanha, e François Mitterrand, da França — um comunista e dois socialistas. Ao mesmo tempo, é curioso ver o PT à procura de um eixo mais abrangente. Assim, Collor trata de ficar mais parecido com Lula, enquanto Lula, para esvaziar o adversário, mesmo que não precise ficar mais parecido com Collor, já tirou a trava da porta de seu partido.

“Estou com delegação para ampliar o leque de apoios, mas de forma seletiva”, avisava na semana passada o deputado petista Plínio de Arruda Sampaio. “Não aceitamos pessoas como o Robertão ou o Newton Cardoso”, exemplificou o deputado com as figuras do ministro Roberto Cardoso Alves, um dos criadores do conservador Centro, e do governador de Minas Gerais, Newton Cardoso — que tam-

O APOIO A COLLOR

Na semana passada, o candidato do PRN colecionava apoios por gravidade. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, um arquirrival de Lula, admitiu aderir à sua caravana. O governador do Espírito Santo, Gerson Camata, do PMDB, colaria para operá-lo aos seus rivais regionais que estão com Lula



poindio nada menos que ela fosse censurada. A Globo argumentava que não podia fazer projeção alguma porque a diferença entre Brizola e Lula era muito apertada. Era verdade,

de, mas a emissora não esclarecia que, com base nos seus métodos, era muito difícil chegar a parte alguma porque eles haviam sido escolhidos ao léu, sem preocupação de que repre-

sentassem de maneira ponderada a totalidade da votação no Brasil.

A Globo hesitou até decidir-se a montar um sistema próprio de acompanhamento das apurações. Ela temia, pela ordem, a responsabilidade política que isso implicava, os custos operacionais e os ataques de Brizola. Primeiro, a Globo decidiu acompanhar de perto a apuração em algumas capitais, depois em todas elas e por fim optou por cobrir também cidades do interior. No dia 15, ela estava preparada para acompanhar as apurações em 3 000 dos 4 445 municípios brasileiros, com a pretensão de contar 83% dos votos do país. Ou seja, a Globo não pretendia che-

gar ao total dos votos. Ela pretendia porque achava que, na noite de quinta-feira passada, o TSE estaria com sua apuração mais adiantada que a da própria Globo. Como isso não ocorreu, a Globo manteve a mesma situação original. Ela anunciou solenemente no *Jornal Nacional* de sexta-feira que deixava de usar seu sistema de apuração, que então registrou 80% dos votos e dava Brizola bem a frente de Lula. No sábado, a Globo voltou atrás e afirmou que já havia conseguido apurar 91% dos votos e deu como certo que Lula chegaria ao segundo turno.



Parana Sítua

A Rede Globo montou um formidável sistema de contagem de votos (li exp.), mas que não estava pronto para chegar a todos os municípios. A emissora esperava que o TSE fosse mais veloz, e se deu mal: teve de anunciar que abandonava a apuração nos 80%, com Brizola na frente, e depois voltou atrás



A ESQUERDA UNIDA

bém não quer nada com o PT de Lula e de Plínio Sampaio. O problema com o conceito de direita e esquerda que preside esse tipo de conversa é que ele é verdadeiro nas cúpulas e inexistente nas bases. Diz a sabedoria convencional que Lula é de esquerda e Collor de direita, mas é difícil imaginar que os 40 milhões de eleitores que poderão dar seus votos a Collor sejam de direita — seria a direita mais espetacular do planeta em todos os tempos —, da mesma forma que se Lula ganhar com seus 40 milhões de votos ficará delicado dizer que a esquerda nacional tem essa dimensão colossal.

Outro equívoco da política brasileira — este cômico — é a solenidade com que os caciques cabalam para trocar promessas de apoio nas eleições. Neste primeiro turno, Lula carregou como vice o senador gaúcho José Paulo Bisol, acoplado à chapa, entre outras coisas, para atrair votos para o PT no Rio Grande do Sul. Lula, com Bisol e tudo, naufragou nesse Estado. Brizola transportou na vice o deputado pernambucano Fernando Lyra e foi suado em Pernambuco. Na Bahia, com o vice Waldir Pires, da terra, Ulysses Guimarães nada conseguiu. Collor e Lula tiveram o bom senso de dar importância secundária a alianças no primeiro turno. É provável que mantenham a esperteza no segundo, mesmo que, para um político, contribuições e apoios sejam coisas que não se desprezam. Até mesmo os governadores têm poder muito relativo nesse aspecto. Se tivessem força real, teriam elegido Ulysses Guimarães no primeiro turno — e ele ficou em sétimo lugar.

Mas o mito da aliança permanece intocado. Na quinta-feira pela manhã, quando os peemedebistas se desobrigaram finalmente de

Depois da rivalidade no primeiro turno, os militantes já começam a fazer um esforço para formar um bloco de apoio ao candidato com que mais simpatizam neste segundo fase. No Rio de Janeiro, um grupo de militantes de esquerda de várias partidos — PT, PSB, PCB, PC do B e PSDB — já desfilava no Rio de Janeiro numa passeata de apoio a Lula

carregar o andor de Ulysses, foi o próprio deputado quem telefonou a quase todos os governadores do PMDB para ver em que direção o vento soprava àquela altura. A consulta era sobre o segundo turno, naturalmente. Miguel Arraes, de Pernambuco, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, Pedro Ivo, de Santa Catarina, Max Mauro, do Espírito Santo, e Henrique Santillo, de Goiás, defendiam uma aliança com Lula. O paranaense Álvaro Dias, o mineiro Newton Cardoso, o baiano Nilo Coelho e o mato-grossense-do-sul Marcelo Miranda resistiram à idéia — mas ninguém defendeu Collor de Mello. No dia seguinte, Wellington Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro, reforçaria o esquadrão de Lula, enquanto em São Paulo o governador Orestes Quércia, que torcia por Brizola contra Lula para o segundo turno, recomendava a Ulysses um pouco de calma. “Vamos devagar”, disse Quércia. “É preciso deixar passar alguns dias.”

No nicho do PSDB, que atrai aves petistas e colloridas, pelo prestígio que agora desfruta Mário Covas, está complicada uma decisão em bloco. Covas admitiu que vota em Lula, o senador José Richa tenderia para Collor de Mello, enquanto o prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, já radicalizou: “Com Collor não me alio”, avisou Pimenta. Desde que se desgarrou do PMDB, o partido de Mário Covas enfrenta um problema de identidade. Seu chefe e candidato até a semana passada defendeu posições à esquerda na Constituinte e pregou “um choque de capitalismo” quando sua campanha parecia fracassada. Agora, no momento de ir para um lado ou para o outro, os tucanos não sa-

bem o que fazer direito. "Estamos num impasse assustador", reconhece o senador Fernando Henrique Cardoso. "Politicamente, é mais difícil nos aliarmos a Collor, mas poderá ser mais difícil ainda governar com o Lula." O PSDB, por sua genética, tende no entanto a armar barraca no acampamento de Lula.

E o PDT, de quem será? Apesar das brigas de Lula e Brizola no final da campanha, o partido já deixou claro que também fica com o que chama de candidato progressista, Lula. Pode abalroar pelo lado o inesperado Paulo Maluf, que está em dúvida, por incrível que pareça. "Posso apoiar qualquer um dos dois, Collor ou Lula", diz Maluf, um pouco por ironia, um pouco por vingança e um pouco por puro realismo político mesmo. As adesões ainda estavam em estado embrionário no último sábado, e os candidatos ainda se perguntavam que vantagens um ou outro político lhes poderia trazer. Em princípio, a conta é simples. Toma-se de um lado Maluf, Afif e Caiado e se põe seus votos na bolsa de Collor — alguma coisa perto de 12 milhões de votos. Do outro lado, colocam-se os 20 milhões de votos de Brizola, Covas e Roberto Freire na conta de Lula. Pega-se, então, Ulysses Guimarães e divide-se seus votos em duas metades, uma para Fernando Collor e outra para Luís Inácio Lula da Silva. Pronto, está bem distribuído o patrimônio da esquerda e o da direita. Na realidade, uma eleição nunca acontece com base nessa aritmética absurda, porque o povo elege quem ele quer, e não há mágica para alterar esse mérito democrático da visita periódica às urnas.

É verdade que há gente tentando fazer a mágica neste exato momento. Ela, na versão agora em evidência, chama-se parlamentarismo. Trata-se de um ótimo sistema de governo, mas muitos de seus atuais defensores querem mesmo é inviabilizar a ação do novo presidente com a tranca de um pri-

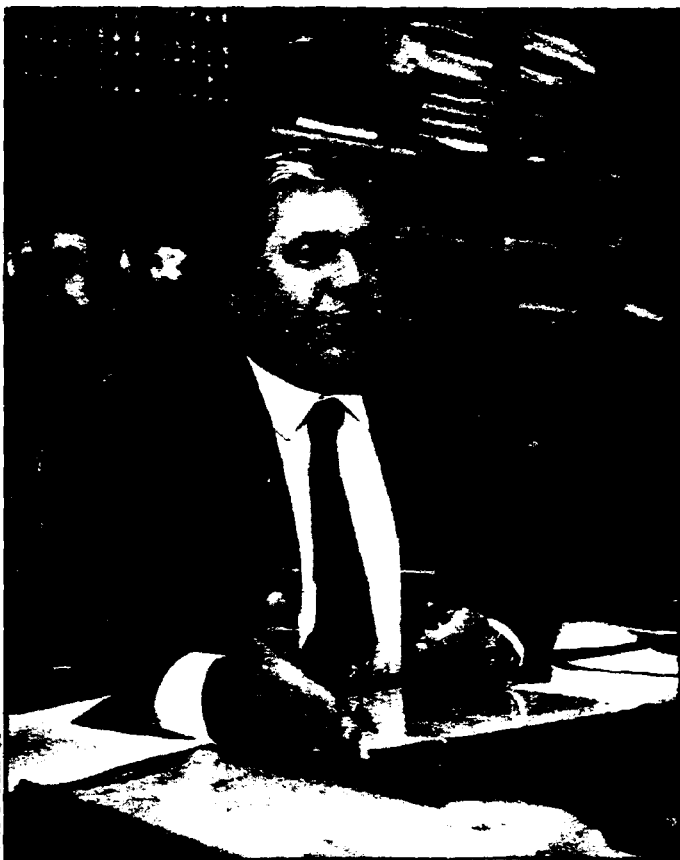
meiro-ministro. "Desde 1950, acontece a mesma coisa: o derrotado quer o parlamentarismo", critica o deputado Francisco Dornelles. Um dos defensores da mudança de regime é o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, que guerreou o parlamentarismo durante a Constituinte — ou seja, quando é para ficar com o presidencialismo e Sarney, Leônidas acha ótimo. Quando, porém, é para encarar o presidencialismo com alguém eleito por mais de 40 milhões de brasileiros, o general acha que não convém. Como a Constituição prevê a realização de um plebiscito em 1993 para se saber que regime o povo realmente deseja, essas tentativas de virar o jogo neste momento são apenas manobras golpistas.

Há uma promessa no ar de que os brasileiros vão prestar ainda mais atenção nesta segunda rodada do que na primeira. "Vamos promover o confronto ideológico para mostrar quem é quem neste país", adianta Lula, a bordo de sua bandeira do "tostão contra o milhão". Lula também promete as-

sustar muitos endinheirados que gostam de sonegar impostos ou apreciam a especulação financeira. "Seremos implacáveis com esses", diz ele. Pode-se supor que há uma grande fantasia moralizante nessas ameaças, mas a verdade é que o PT deverá fazer a anatomia das camadas dirigentes do país, para se colocar na posição do menino pobre contra o menino rico. Em resposta, Collor levantará a bola e manterá a discussão acesa, com um coquetel de críticas às administrações petistas e às idéias do próprio Lula, que deverão ser apresentadas como manifestações do atraso e de tudo aquilo que não dá certo, em comparação ao seu próprio modernismo social-democrata. Com risco de cansar os espectadores pela repetição, Collor continuará a empinar a caça aos marajás e a malhar o presidente José Sarney. O segundo round da briga promete.

A ESCOLHA FINAL

Oficializada a esperada derrota de Ulysses, o PSDB se divide entre apoiar Collor ou Lula. O governador Newton Cardoso (à esq.) não vai para Lula. O governador de São Paulo, Orestes Quércia, torceu por Brizola — e agora pede calma aos colegas para evitar decisões no calor da primeira hora

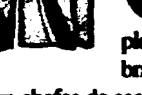
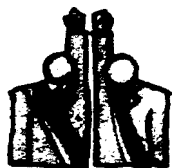


VEJA, 22 DE NOVEMBRO, 1989



A arrancada de Lula

Numa disputa apertada, o candidato do PT vence Leonel Brizola e assegura sua passagem para o segundo turno



O Brasil é um país onde 30 milhões de trabalhadores não têm carteira assinada, sete em cada dez empregados não conseguem completar um ano no mesmo serviço e poucos peões de fábrica são capazes de fazer carreira numa empresa e se tornarem chefes de seção. Desde a quarta-feira da semana passada ao obter mais de 12 milhões de votos e o segundo lugar nas eleições presidenciais, o operário Luís Inácio Lula da Silva, 44 anos de idade, nascido em Pernambuco e portador de uma biografia política toda construída em São Paulo, é um dos dois únicos candidatos credenciados a disputar a Presidência da República no segundo turno, marcado para 17 de dezembro. Até 1973 o operário Luís Inácio Lula da Silva dava expediente das 6h15 da manhã até as 5h45 da tarde em frente a um torno mecânico nas Indústrias Villares em São Bernardo do Campo, no cinturão industrial de São Paulo, onde começou e desenvolveu sua trajetória de líder sindical e político. Um pouco depois, ele conseguiu um diploma de madureza do curso ginasial, nos bancos de uma escola fundada no próprio sindicato dos metalúrgicos daquela cidade, que começara a frequentar anos antes. Depois do 15 de novembro de 1989, abriu-se a possibilidade concreta de o torneiro-mecânico de São Bernardo conseguir aquilo que nenhuma pessoa de sua classe jamais sonhou a sério: subir a rampa do Palácio do Planalto como sucessor do presidente José Sarney, o que provocaria uma reviravolta sem precedentes nos costumes políticos nacionais.

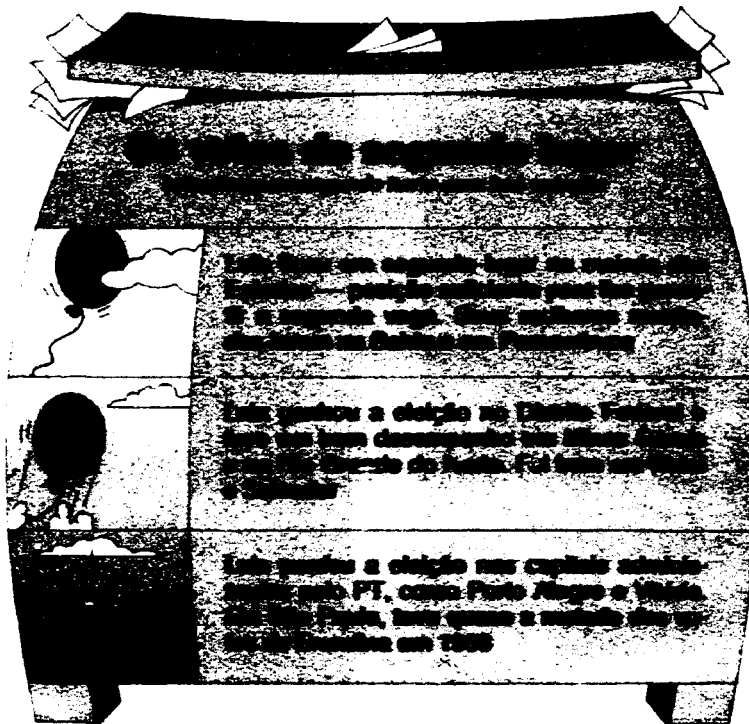
Como líder dos metalúrgicos do ABC, Lula passou dez anos batendo na porta dos mais ilustres gabinetes da indústria paulista para pedir aumento de salário aos empregados. Agora, se levar a melhor sobre seu adversário no segundo turno das eleições, o primeiro colocado Fernando Collor, pode acontecer de os maiores empresários do país serem obrigados a marcar audiência para serem recebidos no 3.º andar do Planalto por um operário barbudo, que fala português errado e não tem o dedo mínimo da mão esquerda. Nas greves dos anos 70 e do início da década de 80, a polícia atacava os piquetes dos operários com cassetetes, tropas do Exército eram colocadas em prontidão e helicópteros sobrevoavam manifestações de protesto com metralhadoras à mostra. Se vencer Collor em 17 de dezembro, Lula é quem estará na posição de dar ordens aos gene-

rais, e será a ele que os comandantes militares terão de bater continência.

“Em 1917, na União Soviética, os trabalhadores chegaram ao poder através de uma revolução armada”, afirma o candidato do PT. “Em 1989, os trabalhadores chegaram ao poder, no Brasil, através de uma revolução pelo voto.” É o tipo de comparação que só pode entusiasmar quem ainda acredita na URSS como modelo para alguma coisa, mas que, pelo menos no primeiro turno, não causou danos fatais à campanha do PT. O candidato operário chega ao segundo turno com um pacote de mais de 12 milhões de votos embaixo do braço, o suficiente para que ele derrotasse seu principal concorrente pela vaga, Leonel Brizola, numa vitória apertada — e sumasse um garboso elenco de cabeças coroadas da política brasileira, como o senador Mário Covas, do PSDB, o ex-deputado Paulo Maluf, do PDS, e o deputado Ulysses Guimarães, do PMDB. Nas urnas, a geologia eleitoral de Lula exibiu um desenho semelhante ao de um planalto situado a uma boa altitude em relação ao nível do mar da maioria dos concorrentes, mas sua votação foi recortada por montanhas altas e alguns vales profundos. Em seu berço político, a região do ABC paulista, por exemplo, a abertura das urnas lhe deu um momento de glória — recebeu o primeiro lugar na maioria das cidades e uma preferência na faixa dos 35%. Em compensação, enfrentou a penúria de eleitores em lugares onde o PT conquistou a prefeitura em 1988, como Porto Alegre e São Paulo — na capital gaúcha ficou em terceiro lugar, na capital paulista teve 17% dos votos, e terminou na quarta colocação. Em todo o Estado de São Paulo, na verdade, Lula colheu uma resultado decepcionante — foi folgzadamente batido por Collor, uma mé-

notícia para quem, como o deputado do PT, tem no território paulista o seu centro de gravidade político. Lula foi melhor em Minas Gerais, onde assegurou o segundo posto, mas também aí ficou muito atrás de Collor, que obteve quase o dobro de sua votação entre os mineiros. Seus melhores desempenhos, em termos estaduais, foram na Bahia e em Pernambuco, sua terra natal, e também do candidato a vice na chapa de Brizola, Fernando Lyra.

É verdade que se pode fazer, a respeito do PT, a mesma constatação que, no passado, era feita sobre o PDS e que, hoje em dia, tornou-se a matriz da melancólica campanha de Ulysses Guimarães, do PMDB, e de Aureliano Chaves, do PFL — a de que o candidato Lula agrada muito mais ao eleitorado que o vê fazendo





A Hora do Voto

Lula em 15 de novembro: glória em Pernambuco e desgraça nas prefeituras do PT. "Vamos fazer uma revolução pelo voto"

discursos na oposição do que aquele que é obrigado a agüentar a ação de seu partido no governo. Exemplos disso estão no fato de Lula não conseguir ganhar em São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Santos, Campinas — todas cidades onde a prefeitura está nas mãos do PT. Também é verdade que Lula saiu do primeiro turno com uma soma de votos equivalente a menos de dois terços da que foi obtida pelo primeiro colocado, Fernando Collor. A realidade, no entanto, é que em 15 de novembro, todos os 21 concorrentes brigavam para tornar-se proprietários de duas únicas vagas em 17 de dezembro — para azar dos outros dezenove, Lula conseguiu ser um deles.

O nervosismo dos primeiros dias de apuração transformou empresários circunspectos em membros cativos da torcida da Brizolândia, encheu de maus presságios os palácios onde dão expediente alguns dos mais graúdos governadores do PMDB, como Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais, que haviam jogado suas fichas em Leonel Brizola para o segundo turno e ficaram sem candidato, e transformou-se em assunto do dia nas manchetes dos jornais — atribuiu-se à ascensão de Lula, entre outras coisas, o disparo do dólar ocorrido na quinta-feira passada. É certo que, no Brasil, o biceps eleitoral de um candidato como Lula assusta muitas pessoas. Não só os ricos — gente que, conforme o candidato repetiu ao longo de toda a campanha presidencial, será convocada a ir para o sacrifício num governo do PT, partido que en-

xerga nas capacidades punitivas e regulatórias do Estado o elixir milagroso para promover a distribuição de renda. Uma boa fatia da classe média também vê em Lula aquele sinal de que as coisas podem ficar ainda piores do que já estão e que seu padrão de vida será atrochado. Por fim, muitos brasileiros pobres acham que um político como Lula pode acabar criando uma grande confusão no país — e, em sua sábia percepção, para não falar em sua experiência, eles sabem que as confusões sempre acabam caindo na cabeça de quem é pobre.

Apesar de todas as ansiedades que pode provocar, contudo, e independentemente de seus méritos como postulante à Presidência, uma candidatura como a de Lula é um acontecimento que depõe a favor da ordem democrática no Brasil de 1989. Mesmo as democracias mais exemplares do mundo não tiveram operários de verdade disputando seu comando pelo voto, e pode-se dar de barato que vai ser muito difícil que venham a ter. É claro que, nos Estados Unidos, pode-se eleger um preto para a prefeitura de Nova York, e até se leva a sério um candidato a candidato presidencial como o reverendo Jesse Jackson. O fato, contudo, é que se David Dinkins e Jesse Jackson resolvessem falar nos Estados Unidos metade do que Lula fala no Brasil ou defender proposições de governo que lembrassem, vagamente, propostas que constam da plataforma de governo do PT, seriam automaticamente denunciados como arautos da divisão da sociedade, queimados na fogueira dos editoriais de imprensa e congelados em suas perspectivas políticas.

8910108

Mesmo na França, onde legendas e candidatos de esquerda disputam o governo há mais de cinquenta anos e o presidente da República é um socialista histórico, uma candidatura como a de Lula seria um escândalo. François Mitterrand pode ser um dos sumos sacerdotes da esquerda europeia e mundial, mas um Lula na França seria como se na reta final pelo Palácio do Eliseu aparecesse, com grandes chances de ganhar, um operário descendente de imigrantes árabes que até outro dia pagava as contas do fim do mês dando duro numa linha de montagem da Renault. No cenário mundial, Lula só tem laços de parentesco com o polonês Lech Walesa — mas sua passagem para o segundo turno, em que o cenário e as personalidades da primeira fase seriam colocados de cabeça para baixo, podendo conduzir a um desfecho imprevisível, indica que o candidato operário do Brasil pode cravar um recorde internacional.

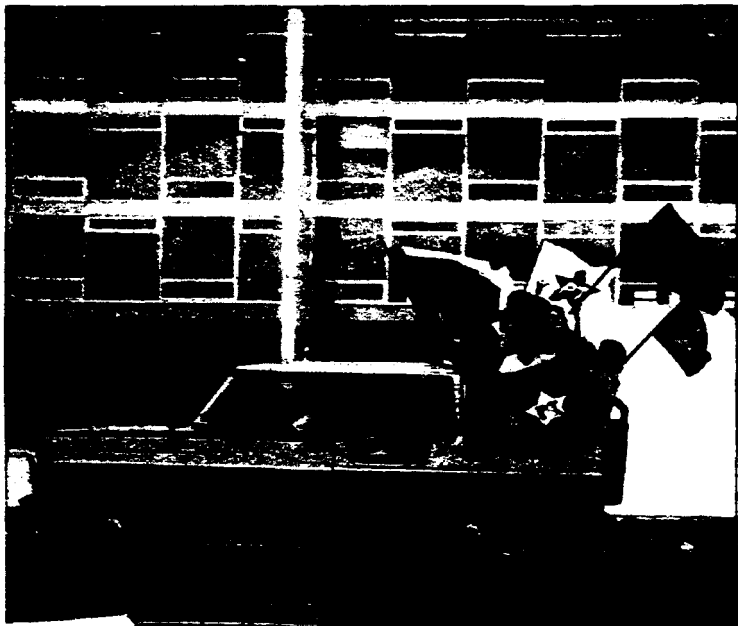
“Tenho a certeza de que a nossa vitória será um dos grandes acontecimentos deste final de século”, diz Lula. O candidato operário tem menos de trinta dias para sair-se bem na duríssima parada de 17 de dezembro — para derrotar Collor no segundo turno, Lula precisará chegar à marca de 50% mais um dos votos válidos, proporção que equivale a multiplicar por mais de três o eleitorado que o apoiou em 15 de novembro. Matematicamente, isso quer dizer que, além de conservar absolutamente todos os eleitores que o apoiaram na semana passada, Lula ainda precisará conquistar todos os votos dados a Leonel Brizola, Mário Covas e Roberto Farias — e até mesmo capturar auxílio eleitoral em cidadãos que, na semana passada, acharam melhor apoiar concorrentes situados do outro lado do campo político, como Maluf, Guilherme Afif e o próprio Collor.

Obviamente, também Collor tem pela frente a necessidade de ficar com estes 50% mais um, mas leva a vantagem de ter obtido um resultado muito superior ao de Lula no teste inicial das urnas. Para o candidato do PT, trata-se de uma expectativa sem dívida gigantesca — e já se pode apostar que, em breve, será possível ler, ouvir e ver teias de inspiração acadêmica demonstrando por A + B que o candidato do PT não tem chances reais de vencer, e que o melhor, para si próprio e para seu partido,

seria cruzar os braços e herdar, por direito natural, a confortável cadeira de líder da oposição ao futuro presidente. Da mesma forma, curiosamente, com que se julgou o outro vencedor, Fernando Collor, viu-se ao longo de todo o ano de 1989 essas mesmas idéias rondarem o candidato Luís Inácio Lula da Silva e suas cham-

NO PALÁCIO

A militância do PT em ação no dia 15 de novembro: trabalho de boca de urna e um desfile de bandeiras nas vizinhanças do Palácio do Planalto



CLAUDIO VERRANI

O grande derrotado

Brizola é enganado pela própria voz

No início da campanha presidencial, o candidato do PDT, Leonel Brizola, era tudo o que sempre se disse dele — liderava as pesquisas de opinião, era cortejado por políticos do PMDB e do PFL e movimentava-se pelo país com a desenvoltura de quem era considerado o franco favorito para 15 de novembro. Na semana passada, com a abertura das urnas do primeiro turno, o eleitorado disse quem é Leonel Brizola. Deixou-o em terceiro lugar na disputa, atrás do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva — a quem ele próprio definira, ao longo da campanha, como um “operário de fachada” e um candidato “despreparado” para governar o país. A votação do candidato do PDT foi um pouco maior que a do senador Mário Covas, do PSDB. Aos 67 anos de idade, Brizola é um político que já foi eleito deputado federal, prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e governador do Rio de Janeiro. Até agora, nunca tinha perdido uma eleição na vida. Perdeu a da semana passada — a mais importante de sua carreira.

Um dos aspectos mais ilustrativos da derrota de Brizola foi mostrar a dimensão regional de sua candidatura. O concorrente do PDT teve um desempenho espetacular do Rio Grande do Sul, onde ficou perto de alcançar os 70% dos votos — só perdeu a eleição em um dos 333 municípios daquele Estado. Também chegou na frente no Rio de Janeiro, cravando mais de 60% das preferências do eleitorado. Se na semana passada estivesse em jogo a sucessão de Pedro Simon, governador do Rio Grande do Sul, e de Moreira Franco, governador do Rio de Janeiro, Brizola poderia, em breve, descobrir como seria administrar dois Estados de uma só vez. Como em 15 de novembro disputou-se a primeira fase da sucessão presidencial, ele foi desclassificado por carência de votos e saiu do jogo. Em São Paulo, primeiro maior colégio eleitoral do país, o candidato do PDT não passou da marca de 1,5% dos votos, conforme as projeções do último fim de semana. Em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral, ficou com 5% das preferências. Sempre se disse que Leonel Brizola era um político com muitas virtudes e uma delas residia em sua capacidade de empolgar o grosso do eleitorado com propostas de esquerda e, simultaneamente, amarrar eficientes alianças com políticos deixados ao léu pelo conservadorismo. As urnas de 1989 se encarregaram de demonstrar que essa idéia não tem fundamento. Na Bahia, por exemplo, Brizola saiu em campanha de braço dado com ex-prefeito Mário Kertz, que, batizado na política local pelas fichas do PDS, seria um típico representante daquela linguagem que o candidato do PDT chama de filhote da ditadura — mesmo assim, ficou em quinto lugar, a uma boa distância de Lula e Collor de Mello. Na Paraíba, seu grande cabo eleitoral era o prefeito Wilson Braga, outro da família dos filhotes — Brizola ficou com 12% dos votos e em terceiro lugar, conforme estimava-se na semana passada.

A derrota de Leonel Brizola é um desses acontecimentos que trazem à luz problemas do passado, envolvem decisões que dizem respeito ao presente e também colocam interrogações quanto ao futuro político do candidato. Poucas conversas são tão incômodas, nos meios políticos, como aquelas



ces no primeiro turno. Também se demonstrava, por A + B, que ele estava predestinado a fracassar em 15 de novembro — fosse por culpa das prefeituras do PT, da avalanche de greves do primeiro semestre ou ainda porque seria destroçado por um exímio construtor de imagens televisivas e de alianças políticas, o supostamente imbatível Leonel Brizola, homem que foi eleito governador de dois Estados diferentes, nunca perdeu uma eleição e tem mais de quarenta anos de prática no ramo. Em várias ocasiões, Lula pedia aos repórteres que acompanhavam sua movimentação pelo país para tomar nota de uma promessa, quando lhe perguntavam se ia apoiar Brizola na reta final. "Em 16 de novembro, estarei no segundo turno", dizia o candidato do PT. "Por que vocês acham que sou eu que vou ter de apoiar o Brizola?" Na época, um pronunciamento desse tipo chegava a provocar risadas na maioria dos presentes. Lula preferiu rir, em companhia de 12 milhões de votos, na semana passada.

Para chegar ao segundo turno, o candidato Luís Inácio Lula da Silva foi o primeiro político brasileiro a introduzir, numa campanha presidencial, um debate diferente — a de que o eleitorado deveria fazer uma opção entre pobres e ricos, que, no seu modo de ver as coisas, seriam cidadãos com interesses antagônicos sob qualquer ponto de vista. Pode-se dizer que todas as palavras que Lula pronunciou nos 140 comícios organizados em uma centena de cidades do país, onde estima-se que tenha sido ouvido por 1,5 milhão de pessoas, podem ser resumidas por um quadro

CENAS DA CAMPANHA

Em agosto, com a campanha em feição, Lula visita Porto Alegre com a mulher, Maria. Em setembro, com a propaganda gratuita na televisão, o candidato tenta melhorar seu desempenho com uma polêmica com amigos famosos, como Chico Buarque de Holanda. Em outubro, partiu de Garanhuns, sua cidade em Pernambuco, para a arrastada que lhe deu a vitória

exibido logo no início do horário político da TV. Era aquela seqüência que mostrava, numa primeira cena, um trabalhador de frigorífico carregando um traseiro de boi nas costas — e explicando, para as câmeras, que seu salário não dá para ter bife no almoço nem uma vez por semana. Na cena seguinte, mostrava-se um cãozinho de raça brincando pelos jardins do Parque Ibirapuera, em São Paulo — sua proprietária anunciava que o cardápio de seu animal consistia em duas refeições diárias com arroz, cenoura, frango ou carne. Pode-se dizer, com razão, que se trata de uma peça de propaganda política que gera mais calor do que luz. Também se pode lembrar que, na junção dessas duas situações, o candidato do PT produziu um quadro até artificial sobre os dramas sociais do país. É

inegável, porém, que se tocou num problema real — pois o Brasil é, efetivamente, um país onde muitas pessoas não têm comida no prato e muitos cachorros se alimentam melhor do que trabalhadores assalariados.

Para estragar o eleitorado de seu rival no segundo turno, Lula chega à disputa final nos braços de uma legenda que conta com a mão-de-obra gratuita de 800 000 militantes e aquele triângulo de qualidades que definem um bom candidato em qualquer eleição — tem carisma, sabe falar com eloquência, clareza e paixão e possui uma biografia pessoal que não dá margem a ataques. Não se sabe o que irá acontecer com sua candidatura, que, por um mês inteiro, estará no centro dos mesmos holofotes que, na reta final do primeiro turno, trouxeram à luz o caso Lubeca — a obscura série de tratativas entre uma empresa imobiliária e a prefeitura petista de São Paulo. O que se sabe é que, para vencer Collor, o candidato operário chega no segundo turno com uma palavra de ordem inspirada na carreira do ex-presidente Jânio Quadros. "Faremos a campanha do tostão contra o milhão", afirma Lula. O segundo turno já produziu essa novidade. Até os últimos dias, Lula estará querendo provar que Collor é o candidato dos ricos. Pode não conseguir, mas pode conseguir, sem que isso lhe adiante coisa alguma. Com certeza, porém, Lula entra na reta final com o conforto de ser o candidato à Presidência mais parecido, na vida real, com a grande maioria dos que vão escolher o presidente.

VEJA, 22 DE NOVEMBRO, 1989

8910108

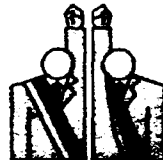
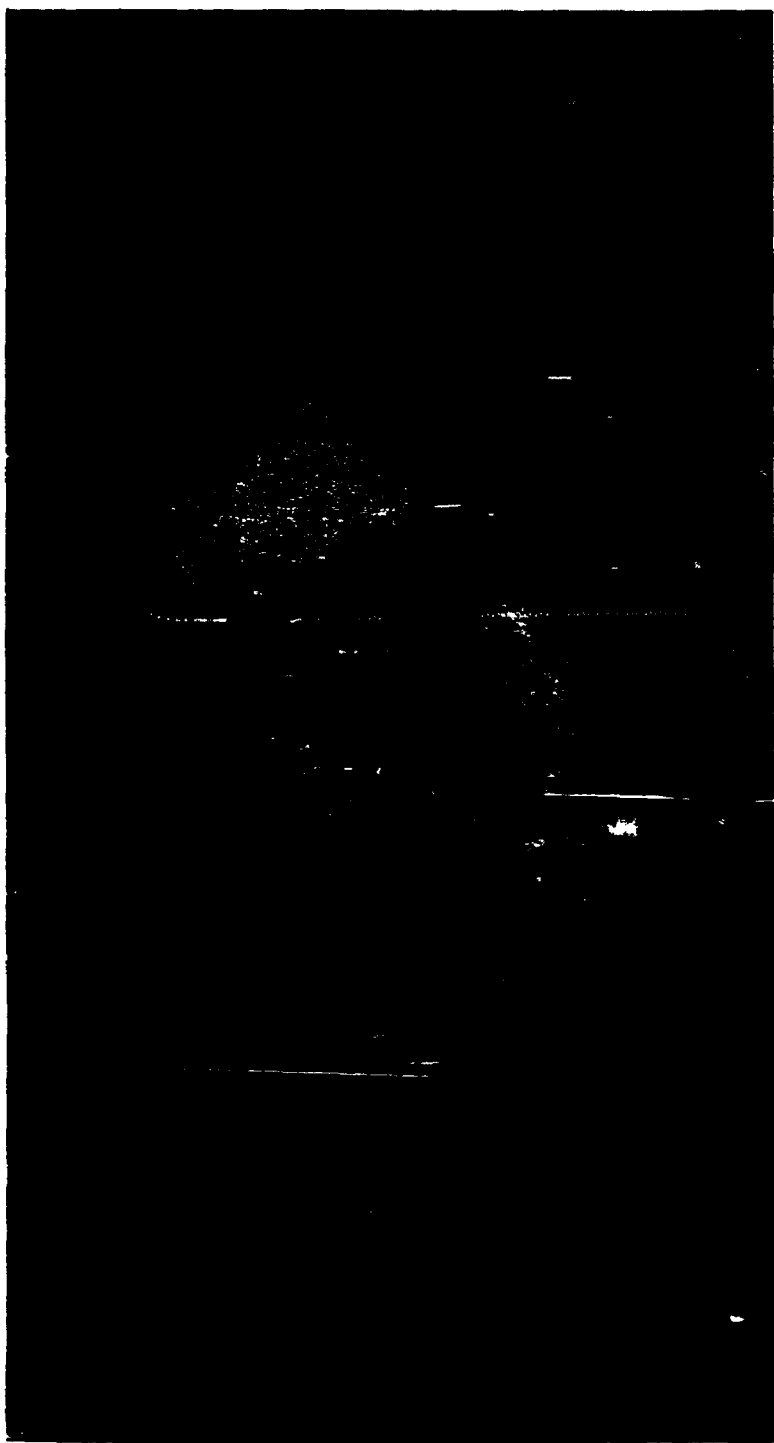
VEJA 22/11/89 F. P. (PP. P. P.)

22/11/89 -

BRASIL

A briga pela faixa

No confronto final, o metalúrgico Lula e o ex-governador Collor terão de mostrar ao eleitor quem é o verdadeiro candidato do não



Ao passarem pelas urnas na última quarta-feira, na mais ampla e democrática eleição que o país já teve, 82 milhões de eleitores deixaram um recado claro junto com seus votos. Ao contrário do que está registrado nos manuais da política convencional, que exaltam a importância das máquinas partidárias e dos caciques na definição dos resultados eleitorais, os brasileiros chamados a votar na semana passada destroçaram em poucas horas tudo aquilo que até muito pouco tempo atrás era identificado no país com a política. Máquinas partidárias monumentais, como as do PMDB e do PFL, não couberam no buraco das urnas, que também se mostrou estreito demais para caciques como Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves, mas deixou passar, como os dois primeiros colocados, os concorrentes mais fora de esquadro em matéria de tradição política e de ligações com o poder.

Cabrerá a um dos dois eleitos no primeiro turno, Fernando Collor de Mello, com mais de 20 milhões de votos, ou Luís Inácio Lula da Silva, com mais de 12 milhões, a faixa que hoje pertence ao presidente José Sarney, mas o ganhador na segunda rodada de 17 de dezembro deverá carregar também uma brutal responsabilidade para sua mesa de trabalho no Palácio do Planalto. Acontece que a massa de eleitores que depositou votos em Collor e Lula viu nesses concorrentes duas faces parecidas da mesma entidade política, apesar das diferenças óbvias que separam os dois indivíduos. Com a escolha dos dois, o que as urnas manifestaram foi o mesmo que elas já vêm dizendo desde as eleições municipais do ano passado. Os eleitores votaram contra, esperam mudanças e, por isso, apostaram nos candidatos que lhes pareceram mais adequados ao papel de demolidor. Por decisão do eleitorado, esses dois cidadãos pouco têm a ver com o mundo enrugado da política tradicional. "Quem não capta os desejos de mudança do povo acaba atropelado — o povo quer mudar muita coisa e rápido", comentava na sexta-feira passada o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, sócio do PMDB em seu malogro eleitoral, mas sempre atento à voz das ruas.

Para um país com tantos milhões na corrida presidencial, surpreende que os nomes mais repetidos dentro das urnas sejam justamente os de Lula e de Collor. Hoje, depois de

A FORÇA DO PRIMEIRO LUGAR

Collor tem formação universitária, teve pai senador — o alagoano Arnaldo de Mello — e já foi prefeito titular da então Arena, deputado do PSD e governador pelo PMDB. Rejeitado pelo partido, candidato, construiu sua campanha praticamente sozinho, montado uma legenda própria, pregando uma caçada aos marajás, martelando os políticos tradicionais e o governo do presidente Sarney. Ganhou disparado

VEJA 22 DE NOVEMBRO, 1989 8910108 -

exame semanal das pesquisas de opinião e do suspense dos últimos dias, parece natural que a escolha tenha recaído sobre ambos. Não faz muito tempo, seria impossível imaginar que a disputa chegasse a esse resultado. Ao assumir o governo de Alagoas, em 1986, Fernando Collor de Mello era um político quase desconhecido. Quando se candidatou à Presidência, contava apenas com um sobrenome aristocrático, um deputado federal, uma catilinária de críticas aos marajás e um partido exótico chamado PRN para dar-lhe cobertura legal. Também malhava o presidente José Sarney em seus discursos. Foi o mais votado no primeiro turno. Seu concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, chega com o suporte muito mais extenso e sólido do PT, partido que controla hoje a maioria de militantes do país. Lula porém nunca habitou o mundo político como ele é normalmente entendido. Como líder operário forjado nas greves do ABC paulista há uma década, ele aprendeu a fazer discursos muito cedo, mas só começou a usar gravata para comparecer aos debates dos presidenciais na TV. Com uma idéia fixa — a de melhorar a vida dos pobres e miseráveis no Brasil — e com a ajuda de sua linguagem direta e um pouco tosca, Lula deixou para trás duas dezenas de concorrentes, entre os quais se podiam contar vários bacharéis dotados de um discurso muito mais articulado e de conceitos bem mais claros sobre o que fazer com o Brasil. "Um dia, a História vai retratar com fidelidade o que significa um operário ir para a Presidência na oitava economia do mundo", comentava Lula na semana passada.

Na sua semelhança cheia de contrastes, o bem apessoado Collor e o operário Lula foram protagonistas de uma extraordinária mudança nos padrões brasileiros de comportamento político. Num país que sempre incensou presidenciais protegidos das catedrais do poder, deu-se mais votos desta vez a dois concorrentes de fora. Pode-se argumentar que Collor de Mello, filho de um senador, Amom de Mello, herdeiro de fortuna e dono de um belo patrimônio que inclui imóveis no Rio de Janeiro e uma estação de TV em Alagoas, é um político que só pode ser classificado como representante das classes dominantes. Isso é correto, mas Collor precisou desabar no PRN porque seu partido anterior, o PMDB, não queria vê-lo como candidato. Seus muitos seguidores de hoje só começaram a fazer fila diante de sua porta depois que ele explodiu nas pesquisas, sem a ajuda de ninguém. O mais importante, porém, é que ele, da mesma forma que Lula, encontrou a maior parte de seus votos entre aquela parcela de dois terços de brasileiros que vivem na pobreza. O que os eleitores de ambos querem dizer é o mesmo não — em muitos casos falam idiomas diferentes, mas entendendo-se perfeitamente o teor da mensagem.

O que estará em jogo no segundo turno é, portanto, a manutenção pelos dois desta posição de candidatos que são contra as coisas estabelecidas, sejam elas os marajás, sejam credores externos do país, sejam elas o presidente José Sarney, sejam os ricos inescrupulosos. Para Lula, será bem mais fácil manter-se firme nessa triacheira. "Collor só perderia no segundo turno se fosse identificado como o candidato dos ricos, contra o candidato dos pobres, Lula", afirma Marcos Coimbra, assessor do representante do PRN, que julga essa manobra impossível para o PT. Mas é justa-

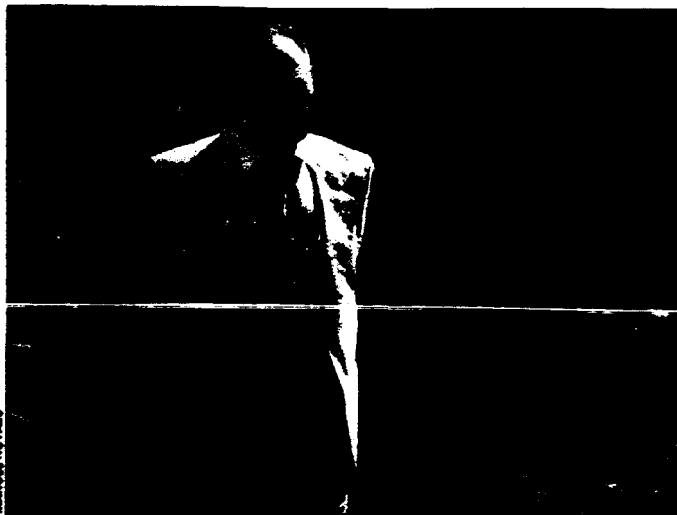
mente isso que o PT vai tentar fazer. O problema de Collor é sair desse confronto sem perder sua capa de candidato do não.

Na sua primeira rodada, esta eleição presidencial veio carregada de grandes surpresas. Leonel Brizola, o candidato do PDT, que liderou as pesquisas no início da campanha, chegou a ser considerado imbatível numa corrida presidencial. Por decisão das urnas, Brizola foi mandado para o terceiro lugar e acabou mais ou menos do tamanho de Máio Covas, do PSDB, que, ao contrário, começou sem gás e chegou à reta final em processo de engorda eleitoral. Brizola, proprietário de uma urna na faixa dos 15% da preferência dos eleitores, ameaçou o segundo lugar de Lula por muito tempo, dando das apurações mais nervosas já assistidas pelo país. Até sábado, eles estavam disputando cabeça a cabeça, para acabar distanciados por uma fita estreita de 1% dos votos. Contra

A Força no Segundo Lugar

Lula foi retirante nordestino, seu diploma é de madureza ginecinal, trabalhou como torneiro mecânico e começou na política como sindicalista no ABC paulista. Apesar das críticas à gestão do PT nas prefeituras que ganhou no ano passado, ele ainda simboliza o protesto contra tudo o que está aí, fez uma campanha apoiada na militância ativa dos partidos de esquerda que o apóiam e conseguiu tirar a segunda vaga de um político tradicional, o gaúcho Leonel Brizola

ANTONIO MEIRO



MANOEL NOVAES



ALVARO NOVAES

O Apoio A LULA

Uma parte dos governadores do PMDB precipitou seu apoio a Lula no segundo turno, sem esperar pela decisão do partido. Entre eles, estão Moreira Franco, do Rio de Janeiro (abaixo), e Miguel Arraes, do Pernambuco. "A mensagem das urnas foi clara, o povo quer mudanças", diz Arraes.

Brizola trabalhou uma fatalidade — campeão absoluto no Rio Grande do Sul, que lhe deu perto de 60% de seus votos, e também dono de uma fortuna eleitoral no Estado do Rio, onde faturou quase a metade da votação, ele teve em São Paulo a acolhida de um candidato fantasma. Ficou com apenas 1,4% dos votos, uma catástrofe completa, enquanto em Minas Gerais amargou um quinto lugar na faixa dos 7%. Ninguém que queira ser presidente da República no Brasil pode acalentar esse sonho se tiver um grau tão baixo de aceitação em dois Estados como Minas e São Paulo, onde se concentram 28 mi-

lhões de votos ou 34% do eleitorado.

Lula tropeçou na capital paulista, onde tem seu reduto político e sindical mais forte, além de uma prefeitura na mão da petista Luíza Erundina — ficou com apenas 15% dos votos paulistanos, em quarto lugar, atrás de Collor, Maluf e Covas, quando Erundina obteve no ano passado o dobro desse índice. A verdade é que até mesmo no caso do PT vota-se contra hoje em dia. Nas urnas abertas na semana passada, o partido fez feio em várias outras cidades governadas por prefeitos petistas, como Porto Alegre e Campinas. Lula salvou-se por ter contrabalançado a perda em outros lugares — e também por não ter tirado nota tão ruim quanto a de Brizola em nenhum dos maiores colégios eleitorais do Brasil. Mas, para entrar mais à vontade na batalha do segundo turno, precisa melhorar dramaticamente seu desempenho em território paulista, da mesma forma que no Rio Grande do Sul. No primeiro caso, ganharia uma base concentrada contra o adversário que está bem em todo o país. No segundo, o do Rio Grande do Sul, sugaria os votos de Brizola, que não lhe cabem por destinação ideológica, já que são mais um produto do regionalismo dos gaúchos.

Didáticas também com relação a outros figurões, as urnas reduziram Ulysses Guimarães e Aurélio Chaves à dimensão de um Gai-

Apuragens rápidas nas eleições

PMDB e o TSE aceleram as apuragens dos votos

As apuragens das eleições presidenciais de 1989 estão sendo realizadas com uma velocidade inédita. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que sempre adota uma postura veloz e ágil, para garantir a credibilidade do processo eleitoral, está trabalhando com uma eficiência sem precedentes. Em apenas 24 horas, o TSE já recebeu e processou mais de 1 milhão de votos, o que representa um recorde histórico. A rapidez é atribuída à adoção de novos procedimentos e à atuação eficiente dos servidores do órgão.

Segundo fontes próximas ao TSE, a agilidade no processamento dos votos é resultado de uma série de melhorias implementadas no sistema de apuração. Entre elas, a utilização de equipamentos modernos e a organização das equipes de trabalho. Além disso, o TSE mantém uma comunicação constante com os órgãos estaduais e municipais responsáveis pela coleta e transmissão dos votos.

Enquanto a rede coletava no ar mais de 60% dos votos, o TSE já estava apurando os dados de quase

todos os Estados. O TSE classificou, até então, apenas 15% dos votos. O fato de o Tribunal ter iniciado a apuração tão cedo é considerado um sinal de confiança no processo eleitoral. No entanto, especialistas alertam para a necessidade de continuar monitorando o processo para evitar qualquer irregularidade. A transparência e a rapidez são fundamentais para garantir a legitimidade das eleições.



21/11/89

F.P. (PP-PH)

Empresários buscam maiores detalhes sobre planos do PT ²⁵²⁰ ⁴⁰²¹ ^{21/11/89}

A chegada de Luís Inácio Lula da Silva para o segundo turno da eleição presidencial está fazendo com que os empresários paulistas busquem, constantemente, junto ao PT, informações para se atualizarem diante dos 13 pontos do eventual governo da Frente Brasil Popular. O empresário Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é um dos nomes confirmados para participar de um jantar de mil empresários com o candidato na próxima segunda-feira para tratar do assunto.

A ansiedade dos empresários — após terem percebido que o PT poderia chegar ao poder — gira em torno do programa político-administrativo da legenda de esquerda. O industrial Lawrence Pli, dono do Molino Pelli, vem sendo o interlocutor de Lula como empresário e o promotor desses encontros. Pli tem tranquilizado os empresários.

O empresário não-funcionário, auxiliado pelo também industrial João de Mattos, articulou, no último mês, reuniões em vários pontos da cidade com cerca de 20 empresários de diversos setores com economistas do PT, na casa de Alberto, na zona sul de São Paulo.

O objetivo foi expor aos industriais as propostas pontuais para o



setor privado. ... debates entre os empresários e os economistas duraram cerca de quatro horas. Tais pontos prioritários foram: abertura da indústria, privatização das estatais e política para os setores produtivos.

O que poderia parecer uma ampla discussão com divergências ideológicas distintas acabou sendo uma troca de ideias. Por diversas vezes o economista paulista Luiz Dami foi aplaudido pelos empresários. Dami chegou a afirmar: "Quanto mais incompetente o candidato, mais vamos implantar os nossos planos para uma república sindicalista e muito menos corporativista. Nossa política é de incentivo ao desenvolvimento e não ao lucro da produtividade. Queremos que o estado dê o setor privado trabalho" (AG).

20/11/89

Apoio do PDT a Lula.

PDT apóia Lula. Mas com quantos votos?

(F.POL. (PP-PP))

□ Divergências ideológicas poderão determinar um apoio nem tão expressivo ao candidato da Frente. Como é a formação da base petetista

O PDT gaúcho espera apenas a orientação de Leonel Brizola que convocará uma convenção nacional para uma tomada de posição que já se sabe antecipadamente qual será: o partido deve anunciar seu apoio ao candidato da Frente Popular, Luis Inácio Lula da Silva. Porém, no caso do Rio Grande do Sul, enfrentando-se problemas ainda maiores do que os do PMDB. Os constantes confrontos entre Brizola e Lula ao longo da campanha, as sequelas da última eleição municipal não apenas em Porto Alegre como em outros municípios, e, por fim, a própria formação da base do PDT, não servem para animar muito a ideia de que os trabalhadores levarão seus 1,200 milhão de votos para a Frente

Brasil Popular

Dos 3.600 milhões de votos que Brizola recebeu, mais de 2 milhões vieram de eleitores de outros partidos, especialmente do PDS, do PMDB e alguns do PFL, em razão do gauchismo e assim o eleitorado do PDT fica agora reduzido à sua realidade com Brizola fora do segundo turno.

A base trabalhista é composta na quase totalidade do interior do estado por eleitores não da ala socialista, como de resto em todo País a situação se repete, tanto que Brizola não permitiu a mudança da sigla para incluir o socialismo.

Nos grandes centros este quadro fica ainda agravado em razão do descompasso entre petistas e trabalhistas por questões ideológicas. Assim mesmo o PDT anunciará seu apoio a Lula se bem que dá para questionar o rendimento eleitoral que esta adesão representará até porque foi exatamente Lula quem tirou Leonel Brizola do segundo turno.

ZERO HORA 20/11/89.-



20/1/89

Apoio ao P.R.N. deve respeitar programa

20/1/89
F.R. (P.E.)

□ Segundo a economista Zélia de Mello, qualquer apoio ao P.R.N. precisa levar em conta o combate à inflação e o incentivo ao crescimento econômico

A economista Zélia Cardoso de Mello, coordenadora do programa de governo do candidato Fernando Collor (P.R.N.), disse ontem ser possível uma aproximação com o PDT de Leonel Brizola e descartou qualquer possibilidade de acordo com o PT. Declarando que eventuais alianças deverão passar por sua

aprovação pessoal, ela ponderou apenas que as ideias à direita Colloristas devem estar condicionadas às ideias do candidato, que ressaltou nos ideais combate à inflação, recuperação do crescimento econômico e recuperação da cidadania de parcelas da população.

Em visita ao Centro de Convenções, onde funciona a central de operação do Tribunal Superior Eleitoral, Zélia explicou que a recuperação da cidadania passa por investimentos às áreas de saúde, habitação e educação, por exemplo. Nesse aspecto, admite

proximidade do programa de governo que elaborou para Collor com os de Lula e Brizola. No caso do candidato petetista, porém, viu identidade também no campo econômico — no respeito à iniciativa privada e "nas ideias do deputado César Maia".

Já em relação ao PT, critica vendo convergência na questão social, revelou haver profunda diferença na área econômica, já que o programa de Collor valoriza a iniciativa privada e o de Lula a estatização. "Nessa última identidade nesse campo é na distribuição de renda", afirmou. (Folha/ZH)

20/11/89

21h03 20/11/89

f.p.(p.p.)

PDS e PFL vão optar por Collor

20/11/89
20h03
Não é preciso raciocinar muito para concluir para onde pendem os votos do PDS do Rio Grande do Sul. O partido já contribuiu com muitos votos para Collor de Mello no primeiro turno dividindo outros com Leonel Brizola do governo. O candidato do PDS não pode ignorar o apoio que o partido tem e não deve ter a intenção de mudar que é o segundo em estrutura no estado.

Muito mais que a candidatura regional do PDS, a par da candidatura, apoiar Collor de Mello mas é público que o partido não vai mudar no estado e não vai mudar e não vai mudar. No segundo turno mas com Lula não terá nenhuma

opção mais ampla, pois a maioria dos votos ainda está com Collor de Mello. A mesma eleição do PDS não segue a ideologia de Lula daí porque inclusive os deputados que votaram e trabalharam para Brizola no primeiro turno, se transferiram todos para o candidato do PDS.

Das coisas ficaram claras a nível de partido no primeiro turno: o PDS não deu votos para a Paulo Maluf (o candidato representante a maioria do partido) e ao dividir os votos Collor e Brizola já tinha a certeza de que em nenhuma hipótese apoiaria Lula no segundo turno.

A nível de PFL o quadro é rigorosamente igual. A candidatura mais

do partido segue Collor de Mello, menor do apoio por conta de votos com Assisano Chaves e o restante foi para Leonel Brizola. Os deputados que não apoiaram Collor no PFL, Antonio Carlos Azavedo (Cairó), Nester Figa Schuster e Afonso Rodrigues (Brizola), Germano Bonow (centro) e Tefy Salomão (o único que apoiou o candidato do PFL) já tem posição com favor de Collor e oposição de Afonso.

Na bancada do PFL de Carlos Azambuja apoiou Collor e os outros 9 ficaram com Paulo Maluf. Destes aproximadamente 7 apoiaram Collor mas nenhuma das outras três seguiu Lula pedindo, ou seja, ficaram neutras. Assim, 5 dos 18 deputados estarão com Collor.

PT E PDT FESTEJAM IMPEDIMENTO DO PMB

Militantes do PT e do PDT festejaram juntos, no aeroporto Salgado Filho, a impugnação da candidatura de Sílvio Santos, enquanto esperavam a chegada de Lula e Brizola. Luis Inácio Lula da Silva chegou primeiro, elogiando o TSE: "Foi uma decisão correta. A quem o Sílvio Santos poderia enganar neste país, se todos sabem que era dono de um canal de televisão e não tinha se afastado com tempo hábil". Lula considerou a candidatura de Sílvio "uma tentativa forçada: eles imaginaram que o povo estava precisando de um programa de auditório e não perceberam que o povo estava querendo um programa de governo. O tribunal agiu acertadamente, dando um caráter de seriedade a esta eleição". Ele garantiu que a decisão não favorecerá Collor de Mello (PRN), "que já tinha caído nas pesquisas antes da entrada de Sílvio. Quem me favoreceu é o povo porque moraliza a eleição presidencial".



DIÁLOGO DE QUE CASE RECURSO AO STF

O senador José Paulo Bisneti, que chegou junto com Lula, estava colérico. Ele foi dos primeiros a afirmar que Sílvio não teria condições jurídicas para registrar a candidatura. Bisneti admitiu, porém, que Sílvio Santos poderia recorrer ao Supremo Tribunal Federal: "Mesmo sendo uma decisão ruim, cabe o recurso de revista".

ANÁLISE: TSE

No dia 22 de outubro, o ex-julgado Alceu Collares surpreendeu os militantes do PT que esperavam Lula desde às 19 horas. Anunciou a chegada de Brizola e elogiou a decisão do TSE: "Este tribunal escreveu uma das mais belas e generosas páginas na vida política nacional. Restabeleceu a credibilidade do povo nas instituições democráticas. Não há como fazer democracia sem Judiciário". Para ele, não importa se esta decisão poderá beneficiar este ou aquele candidato, o que interessa é que o TSE "evitou uma fraude".

Sílvio Santos não é mais candidato

□ O TSE aceitou ontem à noite as impugnações ao registro da candidatura do empresário, por ser dono do SBT e por estar extinto o seu partido

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem, às 22h20min, indeferir o registro da candidatura do empresário e apresentador Sílvio

Santos à Presidência da República, pelo PMB. Por unanimidade, os sete ministros do TSE concluíram que o PMB está extinto porque não cumpriu as exigências necessárias para obter registro definitivo como partido político. Como o PMB não existe, ele não pode lançar candidatos a presidente da República. Desta forma, todos acolheram o voto do relator, ministro Antônio Vilas Boas.

Durante as cerca de três horas e

Objetivo Press/ZH



Indagando: Procurador Alvarenga e ministro Rezek na sessão

meia de sessão, os ministros também discutiram sobre a inelegibilidade de Sílvio Santos. O TSE entende que Santos, embora possa não ter cargo ou função de diretor no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), "tem o comando de suas empresas", como definiu Vila Boas, e, desta forma, não poderia concorrer à Presidência da República, mesmo que o PMB não fosse extinto. Desta forma, os ministros deixaram claro que a Lei Complementar nº 5, de 1970, continua em vigor, e não se choca com a atual Constituição.

COMENDANTE — Esta lei determina, na alínea d do inciso II do artigo 1º, que "os que tenham exercido, nos três meses antes do pleito, cargo ou função de direção, administração ou representação, em empresas concessionárias do serviço público são inelegíveis". Nunca houve dúvida de que o SBT, uma rede de televisão, fosse concessionário do serviço público. A questão que dava margem para interpretações era se Santos era inelegível como dono do SBT, já que a lei não fala nessa hipótese. Mas o

TSE definiu que ele tem o poder de decisão na empresa. "Sílvio Santos não é apenas o proprietário de um vasto e bem sucedido sistema de televisão. Ele é também seu ativo comandante e já deu provas disso no ar", disse o presidente do TSE, ministro Francisco Rezek.

Embora a inelegibilidade de Sílvio Santos também tenha sido discutida durante a sessão, por questões técnicas, todos demonstraram que a candidatura havia sido indeferida por uma questão preliminar, a de que o PMB estava extinto. Com isso, eles pretendiam afastar a hipótese dos advogados de empresa recorrem ao Supremo Tribunal Federal (STF) já que a inelegibilidade é uma matéria constitucional. Oficialmente, o indeferimento se deu por uma questão preliminar, a extinção do PMB, sem analisar o mérito, que é a inelegibilidade. (Brasília/ZH)

Leia editorial "A voz autorizada da Justiça" na página 2.

PMB não provou estar organizado em nove estados

O PMB foi considerado extinto porque não se organizou, até 15 de outubro deste ano, em nove estados brasileiros, conforme o voto do relator, que teve a concordância dos demais seis ministros. Ele teria que ter apresentado até aquela data prova de que realizou convenções regionais em nove estados e em um quinto dos municípios deles, como determina a Lei Orgânica dos Partidos. Em 13 de outubro, dois dias antes de o prazo findar, portanto, o partido requereu

registro definitivo, dizendo que estava organizado em 10 estados da Federação.

O TSE, contudo, entendeu que, desses 10 estados, só num ele havia provado que estava organizado, em Pernambuco. Na Bahia e no Distrito Federal, os respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) indeferiram os pedidos de registro dos diretórios. Na Paraíba, ele não requereu o registro ao TRE. No Rio de Janeiro, o PMB não possui diretório regional.

Já quanto à sua organização nos estados do Maranhão, Rondônia e Amazonas, o partido não apresentou prova alguma. Os demais dois estados, na verdade, não são estados, mas territórios — Roraima e Amapá.

SESSÃO — Ao julgar o registro da candidatura de Sílvio Santos, o TSE levou em consideração apenas sete das 17 impugnações oferecidas, além de tantos outros protestos formais. Foram apreciadas apenas as impug-

nações apresentadas pelo procurador-geral eleitoral, Antônio Gonçalves Alvarenga e pelos partidos PRN, PRN, PC do B, PTB, PPS e PSC. Pelo PDT, defendeu-se a impugnação do advogado Paulo Sérgio de Souza; pelo PC do B, José Roberto de Souza; e, pelo PRN, Celso Amorim. Em favor do registro da candidatura do apresentador de televisão, manifestaram os advogados Cândido Damato, Arnaldo Malheiros e Henrique de Almeida Prado. (Brasília/ZH)

Rezek nega decisão sob pressão

O presidente do TSE, ministro Francisco Rezek, ao final da sessão de ontem, negou que a decisão de não aceitar o registro da candidatura de Sílvio Santos a presidente da República, pelo PMB, tenha sido motivada por pressão política. "Um dia é possível que o povo venha entender melhor a função judiciária neste momento histórico", afirmou.

Segundo o ministro Rezek, "neste trabalho árduo convivemos com manifestações indicativas de tendências por este ou aquele lado, mas manifestações lícitas, de pessoas comuns, articulistas da imprensa que podem dizer o que pensam". Assim, entretanto, que houve manifestações reveladoras de desconhecimento do sistema judiciário, como se a origem ética ou a vizinhança habitacional definisse um voto.

Antes disso, o presidente do TSE demonstrou de que o indeferimento da candidatura não pretendia lançar qualquer mácula sobre a personalidade ou atividade privada de Sílvio Santos. "Inelegibilidade não desabona ninguém. Inelegíveis somos todos nós (os ministros do TSE), é o procurador-geral da República", explicou, completando que há presunção de que a candidatura do empresário não convivia com igualdade de condições. (Brasília/ZH)

Procurador regional da Paraíba, Inaldo Rocha Leitão, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) representação contra o senador Marcondes Gadelha (ex-PFL), por filiação partidária fraudulenta ao PMB, na cidade paraibana de Souza, sua base eleitoral. Gadelha é candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Sílvio Santos. O corregedor-geral eleitoral, ministro Bueno de Souza, pediu informações, em 24 horas, ao presidente do TRE

Procurador processa Gadelha

O procurador regional da Paraíba, Inaldo Rocha Leitão, encaminhou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) representação contra o senador Marcondes Gadelha (ex-PFL), por filiação partidária fraudulenta ao PMB, na cidade paraibana de Souza, sua base eleitoral. Gadelha é candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Sílvio Santos. O corregedor-geral eleitoral, ministro Bueno de Souza, pediu informações, em 24 horas, ao presidente do TRE

da Paraíba.

"Se no dia três de novembro chegou nesta cidade o médico Manoel Gonçalves de Abrantes Neto, radicado em Brasília, em jatinho fretado, conduzindo ficha de filiação do senador Marcondes Gadelha, como admitir, então, que ele esteja filiado ao PMB desde 31 de outubro?", perguntou Leitão, que quer enquadrar o senador em crime de falsidade ideológica. (Brasília/ZH)

Juristas consideram a decisão irrecurável

A decisão do TSE impugnando a candidatura de Sílvio Santos é irrecurável por ter extinto o PMB, partido que o abrigava, segundo entendimento de juristas. O animador de TV Sílvio Santos dificilmente conseguirá concorrer à eleição de 15 de novembro através de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF). A avaliação dos juristas se baseia também no fato de que três dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são também membros do Supremo.

Para recorrer ao STF, Sílvio Santos teria, como primeiro problema, a obrigatoriedade de o recurso ser fundamentado em matéria constitucional. O TSE, porém, cogitou a questão, inviabilizando a candidatura através da extinção do seu partido, cuja situação foi considerada irregular. Essa hipótese já havia sido prevista pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Leitão de Abreu.

A questão continua cercada de problemas também nos próprios ritos processuais. Para chegar ao exame do STF, qualquer recurso deve passar por um "juízo de admissibilidade".

do próprio presidente do TSE, quem cabe dar um parecer sobre o recurso ao Supremo. Mas Francisco Rezek mostrou-se firme na defesa de Santos, afirmando que não do chamado "juízo de admissibilidade", uma medida preliminar.

RESPONSABILIDADE — No caso do curto tempo decorrido entre a data da eleição, o sistema eleitoral somente poderia considerar o apoio de uma liminar emitida por um ministro do STF antes do julgamento do mérito da questão. Mas, segundo um profundo conhecedor do Supremo, esta corte só emitiria tal liminar se um ministro dos seus ministros, avaliando que somente um deles assume uma responsabilidade sobre o resultado da sucessão presidencial.

Argumenta ainda esse especialista que é pouco provável que o STF tome uma atitude frontalmente contrária à do TSE sobre um assunto tão grave, às vésperas da eleição. (Brasília/ZHAG)

Barney processa Collor por ataques na televisão

escena 10 BRAS 8/11/82

Vitória (28) - Tasso M...

BRASILIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, enviou ofício ontem ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, solicitando que ajuíze ação penal contra o candidato a presidente do PRN, Fernando Collor de Mello, por crimes de calúnia, injúria e difamação contra o presidente José Sarney nos dias 3, 4, 5 e 6 deste mês durante o horário gratuito do TSE.

No ofício que encaminhou ao ministro da Justiça usa palavras e expressões duras ao criticar a atitude do candidato do PRN no horário eleitoral. Saulo Ramos afirma que o programa levado ao ar por Fernando Collor é criminoso em sua totalidade, pois nas baixas expressões que usou para atacar o presidente da República agiu com ódio e dolo intencional, "aproveitando-se da liberdade democrática que lhe é, ironicamente, assegurada por sua própria vítima, que se comporta com apostolar tolerância diante deste uso indevido de difamações".

Reincidente — Após ressaltar que não se pode, por simples tolerância democrática, permitir que "esse reincidente contumaz julgue estar o presidente oferecendo-lhe a outra face", o ministro da Justiça afirma que se outra face há de ser oferecida ao agressor, "esta é a face da lei, que ele (Collor) afronta ao lesar honras e sentimentos, ao ferir, assim, a essência do direito, que objetiva acima de tudo a harmonia da vida digna dos homens, sob o dever, que todos temos, de respeitar os direitos dos outros".

O ministro da Justiça afirma ainda que o candidato do PRN confunde "liberdade com autopermisividade para delinquir", trata a democracia "com a mesma truculência e desrespeito de ruínas de lupanar", e pratica delitos e crimes contra a honra e contra a verdade "com a mesma desvolvura e atrevimento com que os traficantes de cocaína atentam contra o Estado de Direito na Colômbia". Segundo Saulo Ramos, ao atacar, "em linguagem ranceira" o chefe da nação, Fernando Collor ofende a sociedade brasileira "que não tolera demagogos de aluguel, a gritar palavras e paixões que invadem, pela televisão, as casas de família do nosso país".

Todos os crimes praticados continuamente por Fernando Collor em campanha eleitoral, segundo o ministro, demonstram que ele não sabe viver com os valores morais dos brasileiros, "que também agredem submetendo-os, sadicamente, a um martírio constante e incompatível com as regras de convivência entre homens civilizados, de quem se espera, mesmo em eleições, um mínimo de educação".

Presidente

pensou em usar o mesmo tom

O presidente José Sarney pensou em responder ao candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, usando o mesmo tom agressivo de suas críticas no programa eleitoral gratuito. Mas acabou optando por uma "postura de estadista", nesta primeira fase, aguardando as reações do público, para mais tarde tornar-se severo com quem o atacou.

O objetivo, segundo informaram assessores do Palácio do Planalto, é manter-se no horário eleitoral até o domingo, último dia da propaganda através do rádio e da televisão. As primeiras reações à aparição de Sarney na TV foram positivas: ontem, logo após o programa das 13h, o gabinete do presidente atendeu a mais de 40 ligações de políticos — inclusive de oposição —, escritores e jornalistas, elogiando "a seriedade e o alto nível" da resposta a Collor, segundo divulgou o secretário particular Augusto Marzagão.

"Sabe Deus a amargura com que

estou aqui", começava Sarney seu pronunciamento de 2,5 minutos, que irá ao ar novamente hoje, pelo rádio. Ao fazer o papel de vítima, o presidente da República adotava a polarização com o "vilão" Collor como estratégia. Tanto assim que, depois de pronto o texto que seria lido diante das câmeras, Sarney acrescentou no primeiro parágrafo a palavra "de humanidade", para ficar mais contundente: "O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade e do destino com que estou sendo agredido". Desta vez, o presidente não teve um segundo de hesitação para gravar sua resposta a Collor. Houve consenso no governo quanto à acidez dos ataques à figura do chefe da nação, que, na opinião não apenas dos militares, mas de todos o Palácio do Planalto, deve ser respeitada.

Sarney anda se sentindo abandonado por seu ministério, pois os únicos ministros que o defendem são Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio; Iris Rezende, da Agricultura; Jader Barbalho, da Previdência; e João Alves, do Interior, todos considerados ministros "de baixo ibope". Assim, Sarney decidiu ir ele mesmo ao horário gratuito para se fazer ouvir.

"Sou vítima da violência"

Foram as seguintes as palavras de Sarney, no horário eleitoral gratuito de Collor na televisão: "Sabe Deus a amargura com que estou aqui. O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade e do destino com que estou sendo agredido por um candidato profundamente transviado. Isto degrada a democracia, porque só insulta quem não tem argumento nem fato. Tenho de preservar a minha alta dignidade de investidura, que está sendo atingida por quem não tem respeito pelo cargo, embora devesse ocupá-lo".

"Sou vítima da violência, do vandalismo verbal, do terrorismo moral. E eu pergunto: o que não faria no poder quem não respeita, simples candidato, a presidente da República? Não se pode fazer das eleições uma tribuna de palavras e de insinuações. Aqui no Brasil o direito de resposta. O candidato do Supremo Tribunal Federal, considerando que a fala do Sr. Collor é ofensiva à honra do requerente, podendo configurar difamação e eventualmente calúnia, reconheceu o meu direito".

"O Sr. Collor cometeu os crimes previstos nos Artigos 324, 325 e 326 do Código Eleitoral. Assim determinei processá-lo e a Justiça ele vai prestar contas. Não sou nem tenho candidato à presidência da República. E não sou tutor ou responsável por atitude de ninguém. Tenho amigos e colaboradores com todos os candidatos. E meu dever concluir a transição democrática. Garantir, no meu governo, a maior liberdade que viveu todo o país. A todos eu tenho tratado com grandeza, com respeito e humildade. Não amosco, não discrimino e não persegui ninguém. (...) Não perderei a seriedade. A presidência da República não pode ser ocupada por quem não tem equilíbrio mental nem postura pessoal".

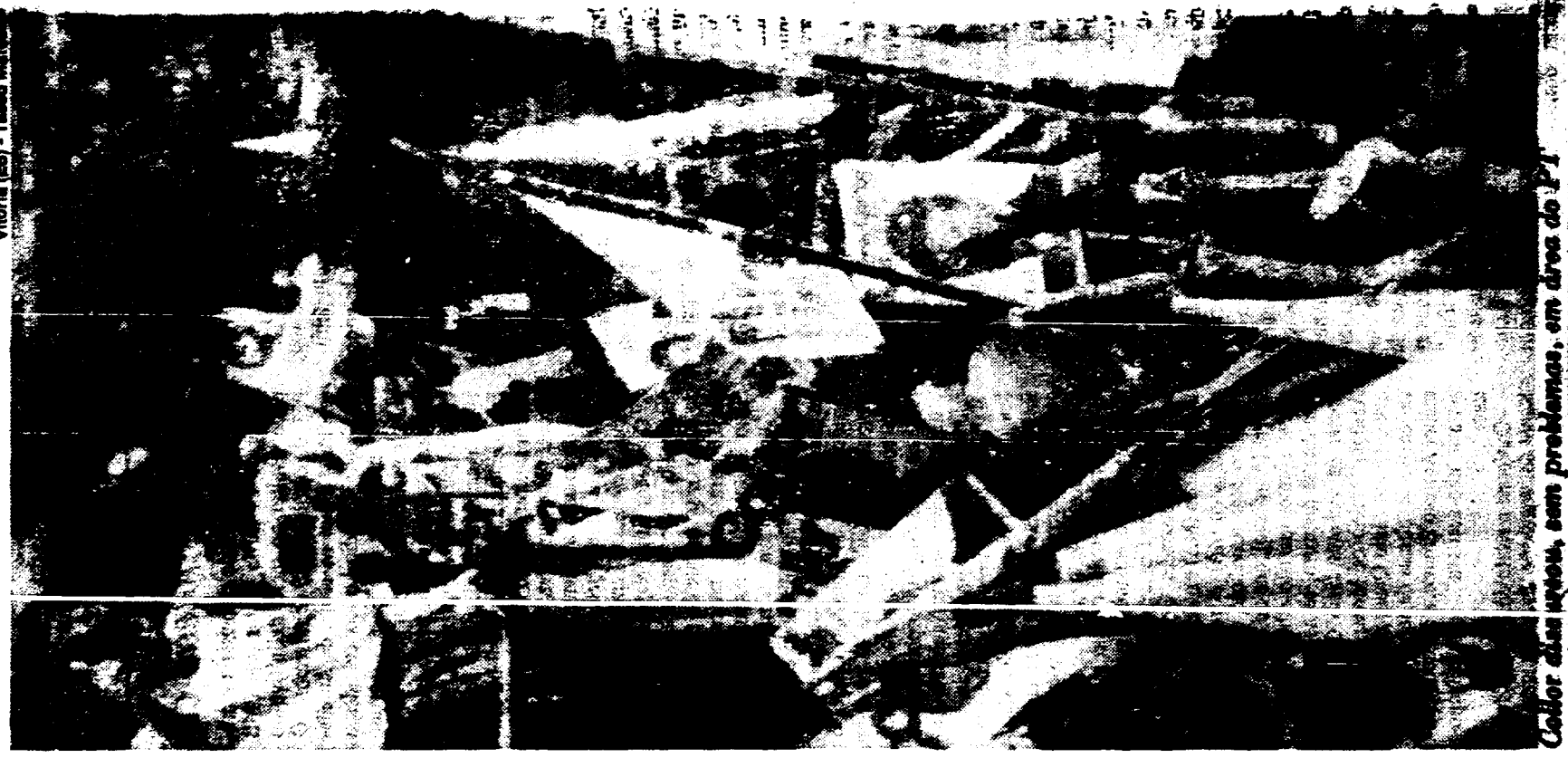
Candidato critica mas não cita nome

VITÓRIA — Sem citar o nome do presidente Sarney — fato raro nos seus discursos de campanha —, o candidato à Presidência da República pelo PRN, Fernando Collor de Mello, disse à tarde em Vitória, onde fez comício na Praça Oito de Setembro, que pretende fazer um "governo digno, com vergonha na cara, que é o que está faltando ao atual presidente da República". Collor chegou de São Paulo às 14h50 no Aeroporto das Goiabeiras, onde era esperado pelo vice-governador Carlos Alberto Baúta da Cunha (PMDB), e seis dos 30 deputados estaduais do Espírito Santo — entre eles, Rubens Camata, irmão do senador Gerson Camata (PMDB) — e cerca de 500 pessoas, que o acompanharam em carreta até o local do comício.

No percurso da carreta, Collor foi hostilizado por dois grupos de manifestantes do PT, mas não houve conflito. Na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro, em frente ao Sindicato dos Bancários, filiado à CUT, cerca de 100 petistas ocupavam parcialmente a pista, o que obrigou os adeptos de Collor a formar fila única com os seus automóveis. O candidato do PRN passou no local a pé, acompanhado de seus seguidores, políticos capixabas e de entusiastas seguidores.

Na sua visita a Vitória, município de 81 quilômetros quadrados governado pelo prefeito petista Vitor Buaziz, onde estão cadastrados 159.291 eleitores, Collor repetiu o que vem dizendo em seus comícios: "Venho com a coragem para enfrentar os corruptos e os criminosos e eles estão com medo. No governo, a primeira medida que vou tomar será pegar um magote de cabras esfadas e jogá-los na cadeia".

☐ O assessor de imprensa do PRN, Cláudio Humberto Rosa e Silva, disse ontem que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, "não estava sabendo" quando redigiu o pedido de ação penal contra Collor de Mello, acusado de cometer "crimes de lesa pátria" contra o presidente Sarney. Segundo o assessor, o pedido do ministro "revela que o seu redator não se encontrava no seu estado natural". Cláudio Humberto garantiu que Collor está reunindo documentos para provar que suas insinuações, calúnias e difamações são falsas.



Collor das insinuações, sem problemas, em dias de PT

Barney processa Collor por ataques à televisão

JOENAL 10 BRAS. 1 B/1189

BRASILIA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, enviou ofício ontem ao procurador-geral da República, Ariundes Junqueira, solicitando que ajuizasse ação penal contra o candidato a presidente do PRN, Fernando Collor de Mello, por crimes de calúnia, injúria e difamação contra o presidente José Sarney nos dias 3, 4, 5 e 6 deste mês durante o horário gratuito do TSE.

No ofício que encaminhou no mês de maio, o ministro da Justiça usa palavras e expressões duras ao criticar a atitude do candidato do PRN no horário eleitoral. Saulo Ramos afirma que o programa levado ao ar por Fernando Collor é criminoso em sua totalidade, pois nas baixas expressões que usou para atacar o presidente da República agiu com ódio e dolo intensos, "aproveitando-se da liberdade democrática que lhe é, ironicamente, assegurada por sua própria vítima, que se comporta com apostolar tolerância diante deste usineiro de difamações".

Reincidência — Após ressaltar que não se pode, por simples tolerância democrática, permitir que "esse reincidente contumaz julgue estar o mundo oferecendo-lhe a outra face", o ministro da Justiça afirma que se outorga a face há de ser oferecida ao agressor, "esta é a face da lei, que ele (Colador) afronta ao lesar honras e sentimentos, ao ferir, assim, a essência do direito, que objetiva acima de tudo a harmonia da vida digna dos homens, sob o dever, que todos temos, de respeitar os direitos dos outros".

O ministro da Justiça afirma ainda que o candidato do PRN confunde "liberdade com autopermissividade para delinquir", trata a democracia "com a mesma truculência e desrespeito de ruínas de lupanares", e pratica delitos e crimes contra a honra e contra a verdade "com a mesma desenvoltura e atrevimento com que os traficantes de cocaína atentam contra o Estado de Direito na Colômbia". Segundo Saulo Ramos, ao atacar, "em linguagem rameira", o chefe da nação, Fernando Collor ofende a sociedade brasileira, "que não tolera demagogos de aluguel a gritar palavras e faulezas que invadem, pela televisão, as casas de família do nosso país".

Todos os crimes praticados continuamente por Fernando Collor em campanha eleitoral, segundo o ministro, demonstram que ele não sabe conviver com os valores morais dos brasileiros, "que também agredem submetendo-os, sadicamente, a um martírio constante e incompatível com as regras de convivência entre homens civilizados, de quem se espera, mesmo em eleições, senão talento e cultura, pelo menos um mínimo de educação".

Presidente

pensou em usar

O mesmo tom

O presidente José Sarney pensou em responder ao candidato do PRN à Presidência da República, Fernando Collor de Mello, usando o mesmo tom agressivo de suas críticas no programa eleitoral gratuito. Mas acabou optando por uma "postura de estadista" nesta primeira fase, aguardando as reações do público, para mais tarde tornar-se severo com quem o atacou.

O objetivo, segundo informaram assessores do Palácio do Planalto, é manter-se no horário eleitoral até o domingo, último dia da propaganda através do rádio e da televisão. As primeiras reações à aparição de Sarney na TV foram positivas: ontem, logo após o programa das 13h, o gabinete do presidente atendeu a mais de 40 ligações de políticos — inclusive de oposição —, escritores e jornalistas, elogiando "a serenidade e o alto nível" da resposta a Coltor, segundo divulgou o secretário particular Augusto Marzarello.

"Sabe Deus a amargura com que

“Sou vítima da violência”

Toram as seguintes as palavras de Sarney, no horário eleitoral gratuito de Collor na televisão:

"Sabe Deus a amargura com que estou aqui. O Brasil é testemunha da máção e eventualmente calúnia, reconheceu o meu direito.

"O Sr. Collor cometeu os crimes previstos nos Artigos 3.º, 3.º, 3.º e 3.º do Código Eleitoral. Assim determinei processá-lo e a Justiça ele vai prestar contas. Não sou nem tenho candidato à presidência da República. E não sou tutor ou responsável por atitude de ninguém. Tenho amigos e colaboradores com todos os candidatos. É meu dever concluir a transição democrática. Ganhei, não desisti."

"Sou vítima da violência, do vandalismo verbal, do terrorismo moral. E eu pergunto: o que não falta ao poder quem não respeita, simples candidato, a presidência da República? Não se pode fazer das eleições uma tribuna de palavrões e de bravatas. Requeiri ao tribunal o direito de resposta. O ministro do Supremo Tribu-

estou aqui", começava Sarney seu pronunciamento de 2,5 minutos, que já se ar novamente hoje, pelo rádio. Ao fazer o papel de vítima, o presidente da República adotava a polarização com o "vilão" Collor como estratégia. Tanto assim que, depois de pronto o texto que seria lido diante das câmeras, Sarney acrescentou no primeiro parágrafo a palavra "dehumanidade", para ficar mais contundente: "O Brasil é testemunha da brutalidade, da violência, da desumanidade e do desatino com que estou sendo agredido". Desta vez, o presidente não teve um segundo de hesitação para gravar sua resposta a Collor. Houve consenso no governo quanto à acidez dos ataques à figura do chefe da nação, que, na opinião não apenas dos militares, mas de todo o Palácio do Planalto, deve ser respeitada.

Samary ainda se sentindo abandonado por seu ministério, pois os únicos ministros que o defendem são Roberto Cardoso Alves, do Desenvolvimento da Indústria e Comércio; Iris Rezende, da Agricultura; Jéder Barbalho, da Previdência; e João Alves, do Interior, todos considerados ministros "de baixo ibope". Assim, Samary decidiu ir ele mesmo ao horário gratuito para se fazer ouvir.

Candidato critica

mas não cita nome

VITÓRIA — Sem citar o nome do presidente Sarney — fato raro nos seus discursos de campanha —, o candidato à Presidência da República pelo PRN, Fernando Collor de Mello, disse à tarde em Vitória, onde fez comício na Praça Oito de Setembro, que pretende fazer um "governo digno, com vergonha na cara, que é o que está faltando ao atual presidente da República". Collor chegou de São Paulo às 14h50 no Aeroporto das Goiabeiras, onde era esperado pelo vice-governador Carlos Alberto Batista da Cunha (PMDB), e seis dos 30 deputados estaduais do Espírito Santo — entre eles, Rubens Camata, irmão do senador Gerson Camata (PMDB) — e cerca de 500 pessoas, que o acompanharam em carreta até o local do comício.

No percurso da carreira, Collor foi hostilizado por dois grupos de manifestantes do PT, mas não houve conflito. Na Avenida Jerônimo Monteiro, no Centro, em frente ao Sindicato dos Bancários, filiado à CUT, cerca de 100 pessoas ocupavam parcialmente a pista, o que obrigou os adeptos de Collor a formar fila única com os seus automóveis. O candidato do PRN passou no local a pé, acompanhado de seus seguidores, políticos capixabas e de entusiastas seguidores.

Na sua visita a Vitória, município de 81 quilômetros quadrados governado pelo prefeito petista Vitor Bualiz, onde estão cadastrados 199.291 eleitores, Collor repetiu o que vem dizendo em seus comícios: "Venho com a coragem para enfrentar os corruptos e os criminosos e eles estão com medo. No governo, a primeira medida que vou tomar será pegar um magote de cabras saciados e jogá-los na cadeia."

☐ O assessor de imprensa do PRN, Claudio Humberto Rosa e Silva, disse ontem que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, "não estava sabendo" quando redigiu o pedido de ação penal contra Collor de Mello, acusado de cometer "crimes de lesa pátria" contra o presidente Sarney. Segundo o assessor, o pedido do ministro "revela que o seu redator não se encontrava no seu estado natural". Claudio Humberto garantiu que Collor está reunindo documentos para provar que nunca leu a lei, assinou em branco o decreto de abertura de processo e recebeu o parecer do

22/11/89

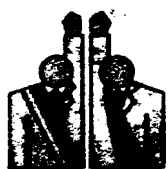
22/11/89

F. Collor (PFL) (PRN)

1.º LUGAR

O prodígio das urnas

*Com mais de 20 milhões de votos em todo o país,
Fernando Collor vence o primeiro turno e se transforma
no maior fenômeno da história das eleições*



Até a semana passada, a única dificuldade de Fernando Collor de Mello na corrida presidencial era provar que ele era realmente Fernando Collor de Mello. Desde abril passado, quando sua campanha começou a esquentar, ele se consagrou como o campeão das pesquisas eleitorais, disparado na frente do segundo colocado — tão disparado que não compareceu a nenhum dos debates com os concorrentes na televisão, ignorou os salões da elite política e econômica do país e dedicou-se quase unicamente a falar para a massa, com sua oratória agressiva e expressão corporal de desafio. Aos 40 anos de idade, dinâmico, audacioso e com uma brutal dose de confiança em si mesmo, Collor conseguiu de lá para cá realizar proezas de vários tipos. Somente nas últimas cinco semanas, ele percorreu 37 cidades em todo o Brasil e fez mais de trinta comícios. Segundo as contas de seus assessores, conseguiu arrastar para as praças mais de 1,5 milhão de pessoas, na maior parte eleitores pobres de cidades do interior ou do campo. Teve, mais que qualquer outro candidato, o apoio do chamado povoão. Na semana passada, ao se abrir as urnas da eleição de 15 de novembro, verificou-se que Fernando Collor de Mello pode ser algo ainda maior que Fernando Collor de Mello.

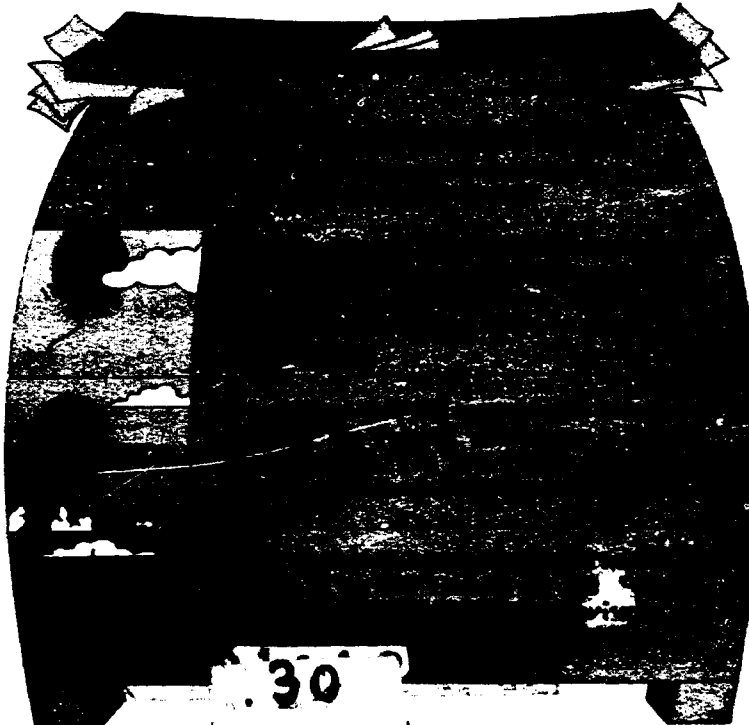
De acordo com as projeções computadas até o final da semana passada, o candidato do PRN conquistou mais de 20 milhões de votos em todo o país, cerca de 28% do total. Colocou quase 10 milhões de votos de vantagem sobre o segundo colocado e seu adversário no segundo turno, Luís Inácio Lula da Silva. Quanto ao seu mais furioso adversário, o ex-governador Leonel Brizola, que passou quase toda a campanha querendo destruí-lo, respondeu de forma mais dura ainda: teve praticamente o dobro de sua votação. Por motivos demográficos, Collor já é o político que recebeu o maior número de votos na História do país. Ocorre que o ex-governador de Alagoas também venceu em dezoito dos 24 Estados, foi o primeiro em três das cinco regiões do país, ficou em segundo nas outras e praticamente não foi mal em lugar ne-

hum. Por razões políticas, assim, ele é autor do maior prodígio da história eleitoral no Brasil. "Collor é um fenômeno", espanta-se o deputado Alceni Guerra, do PFL paranaense. Sua trajetória, iniciada quase como uma curiosidade menos de um ano atrás, terminou num cenário que ninguém, talvez nem ele mesmo, conseguia prever: com a possibilidade concreta, que agora divide junto com Lula, de transformar-se no próximo presidente do Brasil a 17 de dezembro.

Quando o candidato do PRN começou a subir de cotação nas pesquisas, tornou-se lugar-comum nos meios políticos compará-lo a Jânio Quadros. Ambos podem até se parecer no tom estridente do discurso, mas de fato não têm nada de semelhante. Quando Jânio se tornou presidente, com uma votação também recorde para a época, vinha a bordo do governo do Estado mais rico da Federação, São Paulo, apoiado pelo segundo Estado mais rico, o Rio de Janeiro, e com o apoio dos também ricos conservadores. Collor, ao contrário, saiu de um Estado quase inexpressivo no cenário político, teve de abrigar-se num partido inexistente, o PRN, candidatou-se praticamente sem apoio algum e, ainda assim, construiu a carreira mais meteórica já vista na política brasileira. Jamais alguém conseguiu, em tão pouco tempo, chegar tão perto da Presidência da República.

Há apenas um ano, Collor estava no que se poderia classificar de terceira divisão — talvez até quarta — da política nacional. Na

semana passada, chegou ao segundo turno com um volume de votos pouco inferior ao do segundo e do terceiro colocados juntos, foi o protagonista de comícios apoteóticos, como o de domingo dia 5, em Maceió, quando reuniu uma platéia de mais de 90 000 pessoas na festa de encerramento da campanha e, indiscutivelmente, tornou-se um político da primeira divisão. Seria difícil imaginar onde Collor chegou, em primeiro lugar, porque ele é filho de Arnão de Mello, político modesto de um dos Estados mais pobres do país, Alagoas, de onde saiu um único presidente — justamente o primeiro, o marechal Deodoro da Fonseca, e justamente há 100 anos, como a Proclamação da Repu-





O DEVENIR DE VOTOS

Collor de Mello, na manhã de 15 de novembro, em Brasília: o candidato do PMN que entrou na sucessão presidencial descredita todos os recordes de votos nas pesquisas, angaria apoios importantes no empresariado e chegou à eleição como o maior fenômeno político da história do país, com 28% dos votos depositados nas urnas

blica, que dispensou a formalidade de uma eleição. Em segundo lugar, não se poderia imaginar que o candidato favorito para vencer a eleição presidencial seria um político com carreira tão conturbada quanto a sua. Em sua biografia política, Collor coleciona histórias antagônicas. Há um Collor que se levantou no plenário da Câmara dos Deputados, em 25 de abril de 1984, e, mesmo sendo na época do PDS, votou a favor da emenda das diretas já. Há um Collor que no mesmo lugar, meses depois, votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral para presidente — contra Tancredo Neves e a Nova República, os santos padroeiros da campanha das diretas.

Ex-prefeito nomeado de Maceió em 1976 pela Acaia, o partido do governo na era do regime militar, Collor foi deputado do PDS, passou para o PMDB e foi eleito para o cargo de governador de Alagoas em 1986, quando o então grande partido do doutor Ulysses fez um rapa quase completo nas eleições para os governos estaduais. No primeiro dia, empossado, avisou que não tinha dinheiro para pagar os salários dos marajás do funcionalismo e, simultaneamente, rompeu com o governo do presidente José Sarney. Foi um dos primeiros no PMDB a denunciar o colapso do Plano Cruzado II, enquanto mesmo a esquerda do partido, como

na época o próprio senador Mário Covas, dedicava-se aplicadamente a defender as medidas econômicas do então ministro Dilson Funaro e seu chefe imediato, o presidente José Sarney. Nascido no Rio de Janeiro e habitante da alta sociedade carioca, Collor dava a impressão de comportar-se no governo de Alagoas como um político do interior, que foi capaz de tirar fotografias mostrando os bolsos vazios na frente do Palácio do Planalto para reclamar da falta de verbas do governo Sarney.

De fato, ele foi o único governador de Estado que brigou no começo, no meio e no fim da Constituinte pelo mandato de quatro anos para o presidente Sarney — e pode sorrir à vontade, hoje, quando vê alguns dos mais lustrosos caciques do PMDB, todos batalhadores dos cinco anos, dizer que ele é um "homem do sistema". Com seu discurso antimarajás e de acusações contra o governo, Collor conseguiu galvanizar a simpatia popular e subir exclusivamente pela força de seu discurso e o seu efeito nas pesquisas de opinião. "Tudo o que cheirou governo gerou



SOSSEGO DE CAMPEÃO

repulsa no eleitorado, e ele soube valer-se inteligentemente desse sentimento de indignação", diz o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). "Collor é um produto das circunstâncias", acrescenta ele. O senador até tem razão quando lembra das dramáticas circunstâncias da economia e da política do país que criaram o ambiente para um candidato como Collor de Mello. Resta entender por que nenhum dos outros 21 concorrentes do primeiro turno, às voltas com circunstâncias idênticas, não conseguiram ter o mesmo desempenho nas urnas de 15 de novembro.

No meio da espuma criada no início de 1989, Collor foi o protagonista de uma situação única nos rumos da sucessão. Em seu partido, o PMDB, era considerado um político tão provinciano e colocado tão abaixo na nobiliarquia interna, que nunca levaram a sério suas declarações de que pretendia lançar-se na disputa pela cadeira de José Sarney. O PMDB tinha políticos infinitamente mais ilustres brigando pela chance, como o deputado Ulysses Guimarães, o governador da Bahia, Waldir Pires, e mesmo o de São Paulo, Orestes Quércia, e Collor jamais foi cogitado para coisa alguma na futura chapa presidencial. Na prática, nunca foi convidado a expor suas pretensões na sala de jantar onde os caciques negociavam os rumos do partido na campanha — não o deixavam passar da porta da cozinha, onde o deputado Ulysses Guimarães lhe mandou um recado, certa vez, informando-o de que poderia, na melhor das hipóteses, integrar a tribo dos que pretendiam ser vices. "Se o Collor tiver mais de 10% dos votos em Alagoas, renuncio ao meu mandato", desdenhava outro prócer peemedebista, o deputado alagoano José Costa. Com a abertura das urnas, na semana passada, constatou-se que o PMDB foi capaz de uma proeza inédita: colocar para fora de suas fileiras exatamente o candidato que acabaria sendo o mais votado em 15 de novembro, dono de um cesto de votos 600% maior do que o do concorrente oficial do partido, o deputado Ulysses Guimarães.

A vitória de Collor de Mello no primeiro turno da eleição é mais impressionante ainda quando se tenta descobrir de onde ele veio, e o que tem atrás de si. Em Brasília, onde mora desde a juventude, Collor reside numa mansão no Lago Norte, onde o metro quadrado é muito mais barato do que no Lago Sul, onde ficam as mansões ministeriais. Quando começou sua arrancada para 15 de no-

Collor explodiu nas pesquisas em julho (acima, à esq.). Nos meses seguintes, sofreu pequenas quedas sucessivas, mas chegou em outubro com força suficiente para assumir um pessoal tranqüilo pelas praias de Maranhão (dir.)

vembro, o candidato do PRN possuía um esquema de campanha familiar, mais parecido com o do Enéas, do Prona, do que com o de um concorrente de verdade. Em São Paulo, sua base de apoio era um irmão, o empresário Leopoldo Collor de Mello. No Rio, a maior ajuda vinha da ex-mulher, a socialite carioca Lilibeth Monteiro de Carvalho, com quem tem dois filhos — Arnon Afonso e Joaquim Pedro. Collor contava ainda com os serviços de um cunhado, o embaixador brasileiro em Atenas, Marcos Coimbra. E era só.

Através dessa modesta conexão Brasília-Rio-Atenas, na qual se resumia seu mundo político fora de Alagoas, Collor entrou para um novo partido, o PJ, uma microlegenda de aluguel, e conseguiu o direito de ir para a televisão com um horário gratuito concedido pela lei eleitoral. Depois, arrematou o PRN, uma sigla completamente desconhecida do público, que contava com um único representante no Congresso, o imprevisível deputado paulista João Cunha, então aposentado de sua antiga "persona" como radical do PMDB. E foi assim, montado no horário gratuito do PJ e do PRN, viajando com a mulher, Rosane, à Amazônia, onde chegou a tomar chuva para gravar suas cenas de televisão, que Collor conseguiu colocar sua caravana em movimento. É verdade que no dia 15 era o mesmo Collor o candidato que supostamente gastou mais de 100 milhões de dólares na campanha com dinheiro oferecido por empresários. Também é verdade, contudo, que não foi Collor quem entrou no trem do empresariado, mas o contrário — ele é que pegou carona em seu trem, bem depois que Collor deixou a estação dos desgraçados nas pesquisas eleitorais. "O Collor não é produto de ninguém, nem da Rede Globo, como o acusam", diz o deputado Marcos Lima (PMDB-MG). "Na verdade, ele é um político que tem currículo e experiência", acredita ele. Nos últimos meses, mostrou que tem o cacife mais precioso de todos: eleitores.

Na semana passada, Fernando Collor de Mello era um candidato bem diferente do Fernando Collor de Mello que batia às portas do PMDB no início da corrida presidencial. Na quarta-feira, ele saiu em silêncio de sua casa, em Brasília, evitou a imprensa e tomou o seu jatinho Challenger para votar em um colé-



A FAMÍLIA DO CANDIDATO

Na casa aos votos, Collor de Mello teve pouco tempo para a família, formada pelos filhos Joaquim, Pedro e Arnon Afonso (à esq.), que moram com a mãe, Lilibeth, no Rio. A mulher, Rosane (à dir.), acompanha-o a quase todas as reuniões realizadas no país

gio estadual em Maceió, em Alagoas. Sorriente, depositou seu voto na urna e pronunciou uma única frase: "A vitória". A princípio, Collor deveria voltar cedo para Brasília e descansar, mas ficou quase até a meia-noite ao telefone — ligou pessoalmente para mais de trinta líderes políticos de Alagoas. "Ninguém acreditava que estava ouvindo a voz do Collor", conta um de seus assessores mais próximos. "Muitos políticos do interior chamavam Collor de Fernando, com grande intimidade e em tom paternal, e hoje já o tratam quase como um deus", acrescenta.

A virada na vida do candidato Collor mudou a maioria de seus hábitos cotidianos. Nas últimas semanas, ele dormiu em média apenas quatro horas por noite, perdeu 6 quilos, ganhou olheiras, teve problemas estomacais, parou de fazer coque e chegou a tomar tranquilizantes para relaxar. Pelo menos três vezes por semana, contudo, ele ainda nada na piscina de sua casa em Brasília e fuma charutos cubanos depois do jantar. Durante a campanha, Collor já chegou a temer por um atentado e passou um período usando um colete à prova de balas debaixo da camisa. Entre seus assessores o candidato do PRN contratou um vidente, o carioca Ivo Carvajal, cujas predições passaram a contribuir para as decisões de alguns detalhes da campanha. Em Maceió, Collor mudou a programação do PRN, cancelando uma careta do aeroporto da cidade ao bairro de Duque Estrada, onde seria realizado o comício de encerramento da campanha, devido a uma visão de Carvajal segundo a qual o candidato do PRN poderia sofrer um atentado no caminho.

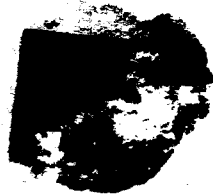
No mês passado, quando o comitê do PRN precisou dos serviços de um técnico de transportes, Carvajal deu a palavra final na escolha de um nome numa lista de sete pessoas apresentada a ele pelo candidato, de acordo com o critério da numerologia. O vidente também já esteve no Egito, a serviço de Collor, para trazer um cristal do Cairo, que, segundo acredita, traz sorte para quem o carrega no bolso. Collor é supersticioso, mas em matéria de segurança, por exemplo, também acredita em providências práticas. Hoje, ele já conta com oitenta guarda-costas em sua equipe, a maioria policiais licenciados do serviço público em Alagoas. Seis homens guardam sua casa, em Brasília, e o PRN desloca para os locais por onde Collor sempre viaja um "grupo antiterror", sob a responsabilidade do coronel Otávio Albuquerque, da PM de Ala-

goas. Este grupo vasculha banheiros, revira latas de lixo e verifica se não há algum tipo mal vestido que possa molestar o candidato.

Recebido aonde vai com o mesmo entusiasmo dispensado a um cantor de rock, Collor consegue chegar aonde quer — a fase final da eleição, na qual tudo vai começar novamente do zero. O candidato do PRN desembarca de saída com um gordo cheque de votos, mas também com uma grande dívida. O problema do PRN é o fato de que disputar a eleição no primeiro turno com outros 21 concorrentes era uma coisa — e disputar o segundo turno com apenas mais um candidato produz efeitos bem diversos. No primeiro turno, quando Collor chegou a chamar o presidente Sarney sucessivamente de "ditador de opereta", "ditador corrupto" e

"ditador cercado de assassinos", isso depois de ter estricado na campanha chamando o general Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI, de "generaleco", os adversários do candidato do PRN não tiveram tempo nem disposição para lembrar-se de criticá-lo no calor dos debates. Agora, contudo, diante de um único oponente, Collor pode encarnar a possibilidade concreta de ser acusado de desequilíbrio e destemper verbal. "Collor é mesmo um temperamental, e é muito perigoso ter um homem desses no Planalto", diz Carlos Henrique Santos, porta-voz do Palácio, que conhece o candidato do PRN desde os 17 anos.

No primeiro turno, por exemplo, Collor podia dizer que debater com os 21 adversários na televisão era um "programa de índio" — e do seu ponto de vista foi mesmo, já que os debates lhe fizeram bem pouca falta na hora em que o povo foi votar. Agora, contudo, será diferente. Ele vai estar sendo comparado cara a cara com um único concorrente, Lula, também selecionado por uma massa considerável de votos, e que não é um pobre-diabo das urnas — ao contrário, está em ascensão e traz consigo uma dose formidável de carisma. Collor sempre foi um adversário diferente da maioria dos outros concorrentes no primeiro turno pela origem. Embora ele tenha um partido diferente, deve disputar agora com um oponente muito parecido com ele próprio e que corre na mesma raia do eleitorado — principalmente as camadas mais pobres da população, que colocam 70% dos votos nas ur-



A APOTEOSE DA CAMPANHA

No último domingo antes da eleição, dia 12, o candidato do PRN fez um grande comício em Macelê, sua base política, numa festa onde compareceram um público de 50 000 pessoas e para o qual levou até mesmo a bandeira gigante que ficou famosa na foto que marcou o início da Nova República. Foi a apoteose de uma caravana eleitoral que arrastou mais de 1,5 milhão de pessoas em dezenas de comícios por todo o país em prazo recorde.



nas. Mais: ao mesmo tempo em que Lula é parecido com Collor do ponto de vista eleitoral, não poderia, como operário, ser mais diferente do que ele do ponto de vista pessoal.

Na tarde de sexta-feira, no entanto, quando os computadores de um centro de informática montado pelo PRN para acompanhar as apurações revelaram quem seria seu adversário no segundo turno, Collor começou a preparar-se mentalmente para o mano a mano decisivo com o candidato do PT, que, conforme as projeções, poderia vencer Leonel Brizola por uma diferença até de 2 milhões de votos. "As chances de enfrentar Brizola no segundo turno são de 0%", disse o próprio Collor de Mello ao longo de uma entrevista a VEJA, na semana passada (leia à pág. 68). "O Lula é o pior adversário que poderíamos ter", admite o deputado Renan Calheiros, líder do PRN na Câmara dos Deputados.

Diante de Lula, com certeza, Collor não poderá utilizar a sua principal arma de campanha — chamar os adversários de marajás. Lula, que começou na vida como torneiro mecânico, tem uma origem muito mais humilde que a do próprio Collor.

Dizer que Lula representa partidos políticos ultrapassados também não ajudaria muito. Pior do que isso, o candidato do PRN teria pela frente alguém que lançaria uma palavra de ordem que ele próprio, Collor, gostaria de usar — o tostão contra o milhão. "A briga no segundo turno vai ser do mesmo pobre contra o mesmo rico", já assuciou Lula, na quinta-feira passada. Collor nunca vai provar que ele é o tostão — e terá o ônus de demonstrar ao eleitorado que não é o milhão. A caravana do PRN pode ter ainda um problema de outra ordem. Esse candidato, Lula, faz perguntas que o eleitorado de Collor entende e, embora use sua grandiosa tumultuada e não tenha o invólucro elegante do ex-governador de Alagoas, fala nessa língua entendida pelo mesmo público.

A tática de Collor para chegar onde chegou, sozinho, apoiado apenas na simpatia do público e nos números das pesquisas, foi a de sempre criar um inimigo bem visível, que poderia ser os marajás, a corrupção ou o governo Sarney, assim como Brizola atacou a TV Globo, as multina-

A dura jornada de Ulysses Guimarães

O Senhor Diretas perde a eleição direta para presidente

O deputado Ulysses Guimarães sempre pôde se orgulhar de um dado de sua biografia — jamais ter perdido uma única das dez eleições diretas que disputou. Na semana passada, o candidato Ulysses Guimarães perdeu a primeira eleição de sua vida — justamente aquela com que sonhou nos 42 anos de sua carreira política. Na quarta-feira, em São Paulo, quando saiu de casa para votar, arrastou atrás de si um batalhão de jornalistas, todos interessados em registrar o seu voto histórico. "Ele é o grande responsável por esta eleição", sandou um eleitor à

sua passagem, na escadaria do Colégio明德 Alex, no bairro dos Jardins, onde ele votou na 117.ª Seção da 251.ª Zona, às 11h45. "Obrigado por este dia", agradeceu uma senhora à sua saída. Dona Mora, sua esposa, que o esperava do lado de fora da seção eleitoral, desabafou com uma amiga que já não agüentava mais o clima de desesperança que, pela primeira vez em muitos anos, rondava uma empreitada de seu marido: "Até que enfim terminou, que alívio. Vamos ter mais tempo para cuidar dos netos".

Ulysses perdeu a eleição mas nem por isso saiu da primeira cena da política brasilei-





CLAUDIO VERGANI

EFICIÊNCIA

Boca de urna para Collor no dia 15 de novembro: o PRN mobilizou 80 000 pessoas, distribuiu camisas e sanduíches e garantiu que todos os votos prometidos nas pesquisas chegassem às urnas com a mesma eficiência com que foi conduzida toda a campanha. Collor teve extenso júbilo à sua deposição, ofereceu segurança para acompanhá-lo nas viagens e até uma equipe militar para evitar que houvesse qualquer risco à sua vida.

cionais e "os poderosos" — no caso, qualquer adversário que julgasse mais forte na hora. O problema de Collor para o segundo turno é que essas bandeiras não são mais exclusividade sua, e isso também pode lhe trazer problemas. O fato, entretanto, é que desde o dia em que Collor tornou-se o líder das pesquisas, seus concorrentes, os políticos e os meios de comunicação vêm anunciando que o candidato do PRN iria encontrar seu verdadeiro obstáculo na próxima esquina — e, em consequência, sua candidatura marcharia como um balão furado. Primeiro denunciou-se a existência de irregularidades em seu governo em Alagoas, segundo as quais Collor teria beneficiado usineiros do Estado. Não colou. Depois que Collor já navegava na casa dos 40% nas pesquisas, passou-se a dizer que a alta do candidato não era mais do que uma fraude dos levantamentos eleitorais. Por fim se disse que, assim que seus adversários passassem sua vida a limpo nos debates e nos programas do horário obrigatório da televisão, Collor seria finalmente derrubado. "Quando ele apareceu, foi tratado como um fenômeno de rápida duração, e quando começou a crescer, to-

dos disseram que ele seria derrotado no horário eleitoral", diz o deputado estadual Cleto Faício, do PRN. "Quero ver o que vão dizer agora", acrescenta ele.

Aos amigos, o candidato do PRN queixou-se muito dos meios de comunicação nas últimas semanas. "Eles ficam falando que vou mal e vão se estrepalar quando sair o resultado", comentou Collor a um amigo na semana passada em Maceió, referindo-se aos votos que iria receber. Agora, na fase decisiva da eleição, já se começa a dizer que Collor enfrentará o maior obstáculo de sua campanha e que desta vez ele não escapa. "Vai ser uma eleição duríssima", diz Marcos Lima, do PMDB mineiro. "O segundo turno será difícil para Collor porque a soma dos votos de Covas, Lula e Brizola elegerá o futuro presidente", afirma o ministro de Justiça, Selo Ramo, um dos poucos amigos remanescentes de Sarney. Pode ser. Mas pode ser também que esse seja mais um daqueles obstáculos que seus adversários diziam ser intransponíveis quando Fernando Collor de Mello ainda estava em campanha no primeiro turno.

za. No domingo dia 12, durante seu último programa de propaganda eleitoral gratuita, ele fez um discurso saudado por muitos como o de um estadista. Lembrou os tempos heróicos do PMDB, "de nos-

OBSTÁCULOS

As velas no Colégio Madre Alice, em São Paulo, Ulysses é aplaudido como vitorioso: "O povo reconhece que fez tudo ao meu alcance pela democracia".

soz quadros pintos a legião de estropiados em seus direitos civis e políticos, os casados, os encarcerados, os torturados, os exilados. Com cruzes, cicatrizes, túmulos, chegamos", disse. Em Brasília, depois da vitória, Ulysses foi para a

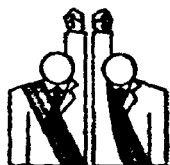
casa do ex-ministro Renato Archer, onde ficou por vinte minutos em silêncio, enquanto a TV confirmava o triunfo de sua candidatura.

Por volta das 11 horas da noite, depois de tomar uma sopa que mandou buscar no restaurante Piantella, Ulysses dispôs uma série de telefonemas para os governadores do partido. "É preciso segurar a debandada do pessoal. Temos que manter o partido em alguma coisa com as forças de centro esquerda", recomendava aos interlocutores, já disposto a recomendar como se nada tivesse acontecido. "Se eu fosse ficar abalado com qualquer coisa, vocês estariam falando com um defunto", disse o deputado a seus amigos.

ENTREVISTA

Jogo para fazer gol

Fernando Collor de Mello diz que ele e Lula foram os fatos novos da eleição e que sua aliança no segundo turno será com o povo



O candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, teve na semana passada dias bem mais tranquilos que os de seus concorrentes. Enquanto eles ainda viviam a tensão da contagem de votos, Collor já se dedicava a planejar como será sua campanha de agora em diante. Embora a apuração do TSE ainda não tivesse terminado, o candidato do PRN já acreditava que seu adversário na fase final da eleição seria Lula. Na tarde da sexta-feira, ele recebeu em sua casa o chefe da sucursal de VEJA em Brasília, Eduardo Omege, e o repórter Luiz Augusto Falcão para a seguinte entrevista:

VEJA — Qual adversário o senhor escolheria para enfrentar no segundo turno — Lula ou Brizola?

COLLOR — As duas candidaturas têm seus prós e contras para mim. Brizola é muito forte no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Com Lula como adversário, tenho esses dois Estados abertos para trabalhar. Por outro lado, Lula não tem um programa de governo. É estatizante, socializante, e seu discurso pode soar radical no confronto com minhas posições. A saída de Brizola elimina o discurso do novo contra o velho.

VEJA — Qual é sua explicação para estarem Lula e Collor no segundo turno?

COLLOR — Nós dois somos os únicos fatos novos nesta eleição. Desde o começo venho repetindo que, fora dessas candidaturas, o resto é conhecido. Um confronto das idéias do PT com as minhas idéias é o que pode ocorrer de bom no segundo turno. Além disso, Lula e eu não nos preocupamos com apoios de políticos. Quem de peso me apoiou em São Paulo?

VEJA — O desempenho do PT em São Paulo ficou abaixo das expectativas?

COLLOR — Em todo lugar onde o eleitorado experimentou uma administração petista, o PT quebrou a cara, e seu desempenho foi ruim. Mas seus votos foram tão espalhados e surgiram de tantos lugares que essa fraqueza foi compensada.

VEJA — O senhor vai corrigir erros em sua campanha no segundo turno?

COLLOR — Não houve erros. Minha campanha foi irretocável. Começamos a campanha apostando na televisão bem como os outros candidatos, mas percebemos que era importante ir aos comícios e melhorar o ânimo da TV. O que mudou foi a tática. É como em jogo de futebol. A estratégia sempre foi fazer o gol. A tática mudava conforme o time adversário atacava.

VEJA — Os ataques ao presidente Sarney serão uma tônica em sua nova campanha?

COLLOR — Quem dará o tom da campanha será o próprio presi-

dente Sarney. Ele cometeu erros primários para um político. O lançamento da candidatura Sílvio Santos, em cima da hora, foi um deles. Se houver ataques, responderemos com força total. Democracia não é dar a outra face diante de uma agressão. Democracia é uma disputa organizada entre iguais.

VEJA — O senhor é igual ao Lula?

COLLOR — Curiosamente, há igualdades e diferenças funda-



mentais. O eleitor do Lula e o meu eleitor são parecidos. Vivemos num país onde há 70% de pessoas votando pela primeira vez e mais de 70% com até o 1.º grau incompleto. Esses eleitores não estão preocupados com ideologia. Eles querem saber se o candidato tem propostas adequadas e condições, formação e estrutura para colocar essas propostas em prática. A diferença entre nós dois diz respeito à maneira como encaramos o Estado. Defendo o enxugamento da máquina estatal e a economia de mercado. O PT defende o fortalecimento do Estado, a estatização e a socialização do país. Há correntes no PT que pensam que não se chega ao poder sem revolução sangrenta. Minhas teses são diametralmente opostas.

VEJA — O senhor acredita num apoio integral dos eleitores de Afif, Maluf, Caiado e Covas?

COLLOR — Sabe-se que não basta um político ordenar que se vote em determinado candidato e simplesmente esperar a vitória nas urnas. Esta eleição foi marcada pela indiferença aos políticos. Foram os políticos que aderiram à candidatura mais encorpada na opinião pública. Os políticos, pela primeira vez, foram obrigados a se dobrar ao desejo popular e daí decidir o que fazer.

VEJA — Se Paulo Maluf, por exemplo, declarar aos jornais que vai apoiá-lo, o senhor aceitará?

COLLOR — Não estou preocupado com o apoio dos políticos. Estou preocupado com o apoio dos eleitores, porque foi com eles que conversei muito tempo. As alianças para o segundo turno só serão feitas mediante o casamento prévio do político com as idéias contidas no nosso programa de governo.

VEJA — O senhor sente a formação de uma aliança anti-Collor?

COLLOR — Desde que subi nas pesquisas, em abril, comeci a ser atacado. A resposta das urnas foi clara. Enquanto todos olhavam para meu crescimento, Lula e Brizola melhoravam a olhos vistos.

VEJA — O líder do PRN, Renan Calheiros, está conversando com políticos e buscando apoio para o segundo turno. O que o senhor acha disso?

COLLOR — Eu não sou contra as alianças. Sou contra uma busca de adesões inchadas que tornem nossa candidatura algo sem identidade, um agrupamento de pessoas que apenas quer chegar lá. Minha candidatura não será à direita. Não farei acordos nesse sentido. Na Europa, aliás, ninguém mais fala em direita e esquerda, apenas na diminuição da máquina do Estado e no bem-estar do povo, independentemente de opção ideológica.

VEJA — O senhor irá a debates no segundo turno?

COLLOR — No primeiro turno, não fui a debates porque não queria ser alpinista para tucano. Acho que seria um ataque atrás do outro, sem debater idéias. Propus, e ninguém aceitou, debates dois a dois. No segundo turno, desde que os debates ocorram, as regras sejam justas e eu seja convidado, comparecerei.

VEJA — O senhor está preparado para enfrentar novamente os ataques que recebeu no primeiro turno, como aqueles sobre o acordo com os usineiros, a truculência da segurança e a contratação de parentes no governo?

COLLOR — Não deixamos sem resposta um único ataque. A todos eles respondemos com a verdade. Sofremos uma chuva de pedradas eleitorais que não nos atingiram. Quando ocorre confusão em meus comícios, dizem que os agressores são meus segurancas. Quando ocorre confusão nos comícios do Lula, usa-se a palavra militante. É uma má vontade com relação a mim. Nunca fomos perturbar comício de ninguém.

VEJA — O senhor não terá dificuldades para governar o país sem uma base parlamentar?

COLLOR — Eu não tenho problemas com os políticos. Eleito presidente com amparo de mais de 40 milhões de votos, ou mais da metade do país, não haverá problemas. Os políticos terão que se confrontar com as urnas alguns meses depois, e aí será a vez de eles serem submetidos ao teste.

VEJA — O que o senhor acha da proposta de parlamentarismo já, que está circulando em Brasília?

COLLOR — Parlamentarismo já, é jogar no lixo 40 milhões de votos que o vencedor vai receber nesta eleição, é um golpe, uma fraude. Não há clima para isso, e esse projeto não passa de forma alguma.

SOBRE O ADVERSÁRIO:

"Eu e Lula somos os únicos fatos novos desta eleição. Desde o começo venho repetindo que fora dessas candidaturas o resto é conhecido. Um confronto entre as idéias do PT e as minhas idéias é o que pode ocorrer de bom no segundo turno. O PT e o PRN foram os dois únicos partidos com campanhas nacionais. Além disso, eu e o Lula não nos preocupamos com o apoio da imprensa."

P.P. (1000) 23/11/69

23/11/69

23/11/69 JORNAL DO BRASIL

ASOCIAGÖES COMERCIAIS abrem campanha contra Lula

Jeremias Silva — 21788

BRASÍLIA — A Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB), que reúne 1,5 milhão de associados — 95% deles de pequenos e médios empresários — considera o programa do candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva, "contrário à livre iniciativa, à modernidade, à liberdade, anti-democrático, radical e retrógrado", segundo definição do seu presidente, Cesar Roberto Valente. Os presidentes das federações estaduais estiveram reunidos ontem em Brasília e já descartaram qualquer apoio à candidatura de Lula. Eles agora analisam a proposta de governo do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello.

Em entrevista recheada de adjetivos pouco elogiosos ao programa de governo do PT, Cesar Valente tentou todo o tempo afirmar que a entidade que dirige não dará apoio a qualquer dos candidatos — "Apenas vamos enviar aos nossos associados os programas dos dois candidatos, para que eles decidam em quem votar" —, mesmo partindo sempre da premissa de que Lula representa uma candidatura inviável do ponto de vista do "conflicto ideológico", posição que, admitiu, será repassada aos associados. Além disso, embora garantindo que o programa de Collor ainda está em fase de análise, afirmou: "O programa do candidato do PRN apresenta idéias liberais, que coincidem com as nossas".

Críticas — Na reunião feita ontem pela manhã, segundo um de seus participantes, o programa de governo do PT recebeu duras críticas, mas não de forma unânime, enquanto a candidatura de Collor também foi alvo de avaliações pouco animadoras, tendo sido considerada não conflituosa por alguns dos presidentes de federações como. A tendência, apesar disso, informou um deles, é de que os filiados à CACB sejam orientados no trabalho pró-Collor, só que não de forma institucionalizada, até para evitar reações hostis vindas do comando da



Valente: Lula é contrário

campanha do próprio candidato, que não gostou nada do Fiesp ter tomado posição o apoio à sua candidatura.

O presidente do Fiesp, Elmano Amato, por sinal, foi alvo de ataques de Cesar Valente, em razão de uma declaração prevendo que cerca de 800 mil empresários deixariam o país no caso de uma vitória de Lula. "Talvez este cidadão fosse o primeiro na fila de cumprimentos ao novo presidente se desse esta solução", comentou Cesar Valente. Ele acha, que, seja qual for o resultado, não haverá dificuldades no relacionamento com o Congresso. "O Congresso Nacional, com o devido respeito, tem demonstrado que tem muita facilidade de se compor com quem está no poder. Basta o novo presidente abrir as portas do Palácio do Planalto."



PT leva comunistas à trégua

PCB e PC do B se unem a Prestes para enfrentar Collor

A passagem do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva, para o segundo turno das eleições vai unir em torno da mesma campanha os principais grupos comunistas do país, que há 30 anos não se dividiram e hoje defendem propostas aparentemente inconciliáveis. Na primeira etapa da eleição, o PC do B já integrava a Frente Brasil Popular, em apoio a Lula, enquanto o PCB lançou o candidato Roberto Freire, que ficou em oitavo lugar, com 769 mil votos. O veterano líder comunista Luís Carlos Prestes, afastado do PCB desde 1979, participou da campanha de Leonel Brizola, do PDT. Agora, representantes destes três segmentos estarão juntos pedindo votos para Lula, com o objetivo de derrotar Fernando Collor de Mello, do PRN.

Esta união em torno de Lula, entretanto, não significa o início de uma aproximação entre as diferentes correntes comunistas brasileiras, embora possa revelar, nos mesmos comícios, os presidentes do PCB, Salomão Malina, do PC do B, João Amazonas, e o próprio Prestes. "No segundo turno, o palanque ganha outra dimensão", resume Amazonas ao comentar a convergência de seus adversários em apoio de Lula.

Independente — Para o segundo turno das eleições, Prestes pretende atuar da mesma maneira que na campanha de Brizola: independente de partido. Indiferente ao PDT, Prestes montou seus próprios comitês, chamados Comitês Democráticos e Revolucionários. Luís Carlos Prestes, que também até cometeu diferenças das demais, e organizou manifestações independentes. Para esta nova etapa, Prestes anuncia, em relação aos ex-comunistas: "Trata-se de um fato concreto, que é derrotar a direita de Collor. Eu vou trabalhar com o meu grupo e os meus amigos, independente de sua gente".

O presidente do PCB também não está preocupado com as diferenças ideológicas entre os partidos comunistas. Ele garante que seu partido vai participar efetivamente da campanha de Lula e, no ano que vem, pretende lançar candidatos ao governo em vários estados. "Não somos parte da Frente Brasil Popular, mas

vamos trabalhar sem criar problemas, porque este período não é para discutir questões mais profundas". O deputado Roberto Freire, que não conseguiu tantos votos mas ganhou a simpatia de muitos eleitores, estará presente nos comícios de Lula e já começa a conciliar sua agenda com os próximos comícios da Frente Brasil Popular.

Brasil — As brigas internas no antigo PCB (sigla para o nome Partido Comunista do Brasil) começaram em 1956, depois do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, do qual participavam representantes dos partidos comunistas do mundo todo. Nesta época, os brasileiros dividiram-se quanto a oposição do secretário do PC russo, Nikita Krushchev, ao governo de Stalin. As brigas se intensificaram entre o grupo de Amazonas — que condenava as propostas de mudança — e o de Prestes, que apoiava as ideias de Krushchev. O ápice das divergências ocorreu em 1962, quando o grupo de João Amazonas definiu-se contra o "partido prestista" e organizou o Partido Comunista do Brasil. Na versão de Amazonas, foi Prestes quem fundou outro partido, pois "o verdadeiro partido comunista é o fundado em 1922, do qual faço parte desde 1935".

Durante a última eleição para presidente, em 1960, o partido, já rachado, ainda esteve unido em prol da candidatura do Marechal Hênioque Teixeira Lott. Desde então, esta é a primeira vez que os três mais importantes grupos comunistas no Brasil apoiam o mesmo candidato. Em eleições para governador e prefeito, o PCB e o PC do B participaram de algumas coligações, sem o apoio de Prestes, como aconteceu na eleição do governador Moreira Franco, em 1986, e da prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina, em 1988. "Na eleição de Moreira, cada um trabalhou de seu lado, tínhamos objetivos diferentes", ressaltava Amazonas.

Para o PCB, Amazonas apenas ataca a União Soviética e a abertura econômica nos países socialistas. O PC do B acusa o PCB de ter abandonado o caminho revolucionário do Comunismo. Prestes ataca os dois, a quem considera "partidinhos que não têm votos". Contudo, estas acusações serão deixadas de lado, pelo menos até o dia 17 de dezembro, quando os eleitores escolherão entre Collor e Lula.

PAÍS

Presidente Sarney convoca unidade latino-americana

□ Sem a união, não haverá progresso. A frase é do presidente Sarney, em Itaipu. Depois, ele seguiu viagem para Assunção

O presidente José Sarney advertiu, ontem, em Itaipu, que se os povos latino-americanos "não se unirem, não haverá progresso". Sarney falou durante uma cerimônia de colocação em funcionamento da 15ª turbina da represa hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo, localizada no rio Paraná. Glorioso, em que esteve presente também o presidente paraguaio Andrés Rodríguez, marcou o início de uma visita de 24 horas de Sarney ao Paraguai. Os dois presidentes desceram uma placa comemorativa.

Sarney enfatizou que o exemplo de cooperação mútua, traduzida na construção da gigantesca usina hidrelétrica, revela a disposição "inquebrantável" dos países latino-americanos para ajudar-se mutuamente. Depois de afirmar que os dois governos

são empenhados em concluir a obra, que já produz mais de 60% de sua capacidade, enfatizou que Itaipu é um cenário onde se fortalece o diálogo em seu mais alto nível entre os dois povos e acrescentou que os que promovem a integração latino-americana estão convencidos "de que não haverá progresso sem cooperação".

MAIOR DO MUNDO — O presidente José Sarney e o presidente do Paraguai, Andrés Rodríguez, inauguraram ontem a décima-quinta turbina da hidrelétrica de Itaipu, que entra em operação comercial imediatamente, tornando Itaipu a maior hidrelétrica do mundo, tanto em capacidade instalada como em geração de energia. Com a décima-quinta turbina, a capacidade instalada é de 10,6 milhões de quilowatts.

Em discurso, o presidente Sarney disse que essa obra "consolida os laços de amizade e boa vizinhança" entre os povos brasileiro e paraguaio. Acrescentou que "Itaipu é o símbolo de uma colaboração sem precedentes na história de duas nações, que se



Em Assunção: Sarney e Rodríguez trocam cumprimentos.

irmanaram e uniram sua capacidade de criação, seus anseios por um futuro de desenvolvimento e prosperidade, sua disposição inquebrantável para o diálogo e o entendimento".

Construída pelos governos brasileiros e paraguaio, a usina hidrelétrica

de Itaipu será concluída em janeiro de 1991, com a entrada em operação da décima-sexta turbina. A capacidade de energia será de 12,6 milhões de quilowatts, que representará por 28% do consumo brasileiro. (AFP-Rádiodifusão)

As estradas na Guiana

A Guiana concede o contrato de 30 milhões de dólares para a construção de uma rede de estradas no despopulado interior do país à empresa brasileira Parapapayana Mining and Development, informou-se oficialmente ontem em Georgetown. A Cacex financiará 14 milhões de dólares para a primeira fase do projeto, contra só um milhão dado pelo governo da Guiana, segundo o acordo.

O ministro de Obras e Comunicações da Guiana, Jules Krancberg, que assinou o contrato ontem, disse que a primeira fase da rede asfáltica unirá Lethem, povoado

fronteiriço com o Brasil, a 415 km ao sudoeste de Georgetown, com Makuri, a 250 km ao sul da capital. Krancberg disse que ainda não acertou o financiamento para a segunda fase, de 14 milhões de dólares, mas que toda a rede deve estar pronta dentro de um ano. Não revelou a distância que as estradas vão cobrir.

O presidente da Guiana, Desmond Hoyte, assinou o acordo do financiamento para a rede rodoviária com seu colega José Sarney durante uma visita oficial de cinco dias do mandatário ao Brasil no mês passado. (AFP)

Paraguai e Brasil, uma relação mais estreita

O encontro entre os presidentes José Sarney, do Brasil, e Andrés Rodríguez, do Paraguai, ontem, para participarem da cerimônia de entrada em operação comercial da 15ª unidade da central hidrelétrica de Itaipu, serviu para amenizar o relacionamento entre os dois países. O governo paraguaio vinha, há tempos, reclamando que a energia cedida ao Brasil desde 1985 não vinha sendo paga pelo Brasil. Por isso, os dois

presidentes, o governo do Brasil tratou de fazer o pagamento de US\$ 61 milhões dos US\$ 152 milhões devidos.

Segundo o diretor geral brasileiro de Itaipu, Ney Braga, o primeiro pagamento foi feito na semana passada. O restante da dívida, no entanto, só será saldado na medida em que o Brasil consiga receber das concessionárias brasileiras pelo fornecimento de energia elétrica. Hoje, a dívida de Furnas e da Eletrosul

para com a hidrelétrica de Itaipu, que vem sendo saldada desde 87, é de US\$ 349,7 milhões, além de outros US\$ 98,5 milhões que vencerão no próximo dia 28.

FOR VIGILANTE — A situação do cargo de presidente da República de José Sarney para o Brasil foi feita por telefone. Depois de inaugurar uma turbina de Itaipu, pouco antes de embarcar para o Paraguai, o presidente Sarney conversou por telefone com o chefe do País de Andrade.

A ligação aconteceu às 11h15min, quando o parlamentar se encontrava em sua residência, e Sarney comunicou que estava se ausentando do País, dando posse ao seu interior.

Paes de Andrade dirigiu-se em seguida ao Palácio do Planalto, onde almoçou, e à tarde cumpriu extensa agenda, recheada de políticos e autoridades do Ceará, seu Estado natal. (AE-Brasília/ZH)

20/11/89

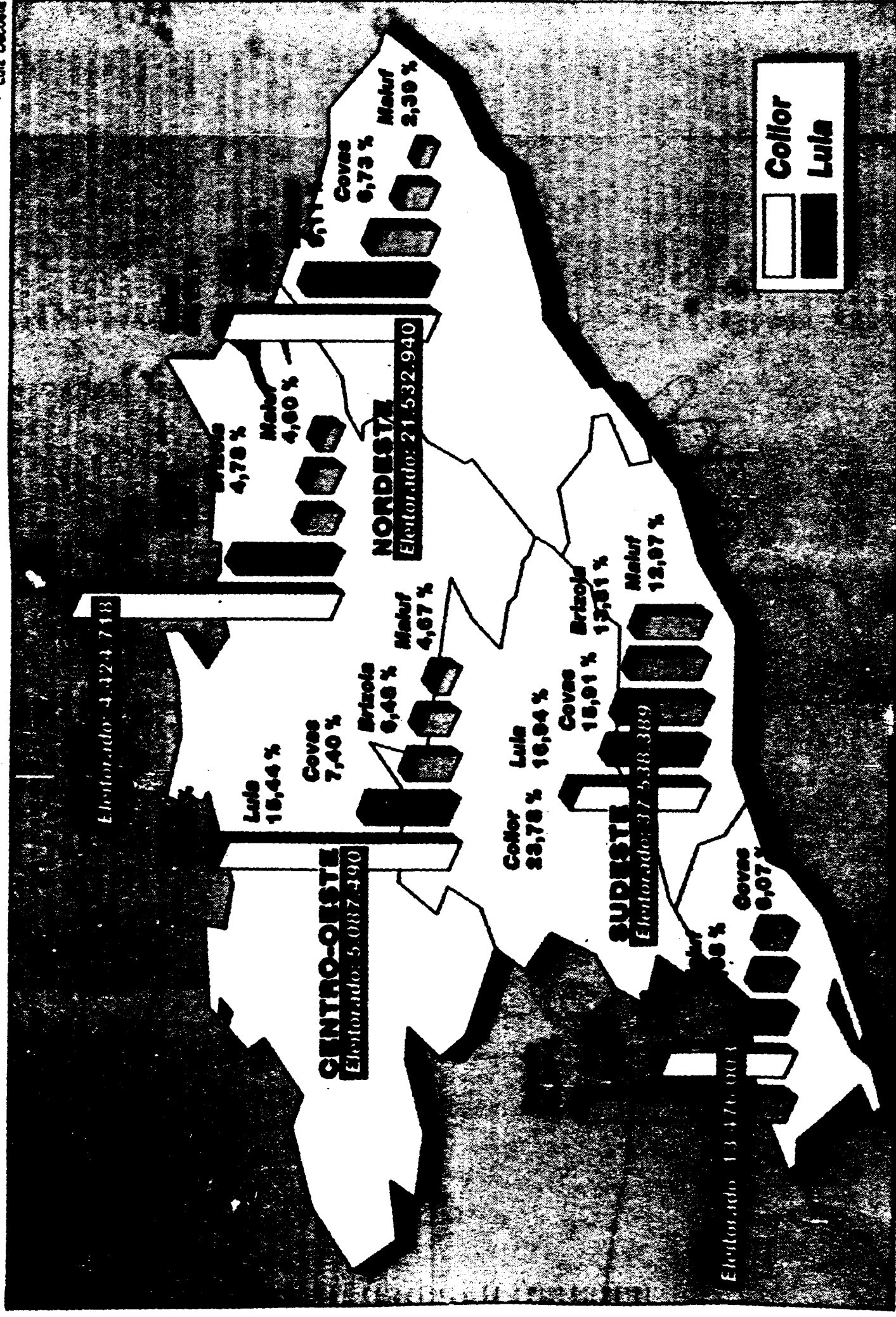
F. de C. P. P.

A força dos candidatos nas 5 regiões

JORNAL DO BRASIL

20/11/89

Luiz Decosta



Com a apuração praticada, encerrada, o quadro da distribuição de votos pelas cinco regiões do país mostra que Fernando Collor de Mello venceu o primeiro turno da eleição em quatro regiões: Norte (5,39% do eleitorado), Nordeste (26,23%), Centro-Oeste (6,19%) e Sudeste (45,73%). No Sul (16,41%), o vencedor foi Leonel Brizola. Lula, que disputará o segundo turno com Collor, foi o segundo mais votado nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. Ficou em terceiro na região Sul.

As afinidades ideológicas e as votações obtidas no Nordeste por Leonel Brizola (9,11%) e Márcio Covas (6,73%) indicam que eles serão os aliados preferenciais de Lula na região. Lula precisará superar os 22,46% de Collor. No Sudeste, Lula poderá contar com os eleitores de Covas (15,91%) e Brizola (13,81%), mas Collor tem margem para ampliar sua votação com os 12,97% obtidos por Makuf na região.

Os índices de abstenção e votos nulos mostram que, no turno decisivo de 17 de dezembro, Collor e Lula terão de redobrar os esforços para tirar os eleitores de casa e fazer com que votem. No Norte, a abstenção chegou a 24,87%; no Centro-Oeste, 14,79%. No Nordeste, a abstenção atingiu 18,72% e os votos nulos, 1,91%.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV. MICROFILMACION
(RP)

ACTA DE CIERRE

ANEXO AL ROLLO: 1001

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 2 de diciembre de 1991.

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DEL DEPTO. II DE LA D.G.I.D. (PAISES) AÑO 1989.

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. 8910108 Ps. XI/41

CARPETA N°098 CORRESPONDIENTE A BRASIL.

OPERARIO/S: Sdo. 1ra. P. Ravelo

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

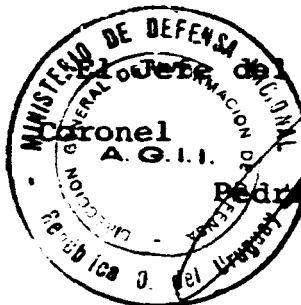
ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez
Juan Carlos Martínez



Pedro Barneix
A.G.I.I. de la D.G.I.D.

Pedro Barneix

**FIN
ANEXO
ROLLO**

1001